Tribunal de Justiça do Estado do Paraná




# Diário da Justiça
## ELETRÔNICO

Curitiba, 30 de Setembro de 2011 - Edição nº 726 - 1636 páginas

Sumário

Tribunal de Justiça ..... 2
Atos da Presidência ..... 2
Supervisão do Sistema da Infância e Juventude ..... 5
Atos da 2º Vice-Presidência ..... 5
Supervisão do Sistema de Juizados Especiais ..... 5
Secretaria ..... 11
Subsecretaria ..... 14
Departamento da Magistratura ..... 14
Departamento Administrativo ..... 18
Departamento Econômico e Financeiro ..... 21
Departamento do Patrimônio ..... 21
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação .... 24
Departamento de Engenharia e Arquitetura ..... 24
Departamento de Serviços Gerais ..... 24
Departamento Judiciário ..... 24
Divisão de Distribuição ..... 61
Seção de Preparo ..... 269
Seção de Mandatos e Cartas ..... 270
Divisão de Processo Cível ..... 270
Divisão de Processo Crime ..... 587
Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores ..... 587
Processos do Órgão Especial ..... 625
Divisão de Baixa e Expedição ..... 629
Núcleo de Conciliação do 2º Grau ..... 629
Central de Precatórios ..... 629
Corregedoria da Justiça ..... 629
Plantão Judiciário Capital ..... 631
Divisão de Concursos da Corregedoria ..... 631
Conselho da Magistratura ..... 631
Escola da Magistratura ..... 632
Comissão Int. Conc. Promoções ..... 632
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais ..... 632
Comarca da Capital ..... 632
Cível ..... 632
Crime ..... 854
Fazenda Pública ..... 859
Família ..... 910
Delitos de Trânsito ..... 913
Execuções Penais ..... 914
Tribunal do Júri ..... 914
Infância e Juventude ..... 914
Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis ..... 914
Precatórias Criminais ..... 920
Auditoria da Justiça Militar ..... 921
Central de Inquéritos ..... 922
Central de Penas Alternativas ..... 922
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais ..... 922
Concursos ..... 942
Comarcas do Interior ..... 942
Plantão Judiciário ..... 942
Cível ..... 945
Crime ..... 1479
Juizados Especiais ..... 1524
Concursos ..... 1558
Família ..... 1558
Execuções Penais ..... 1561
Infância e Juventude ..... 1561
Editais Judiciais ..... 1561
Conselho da Magistratura ..... 1561
Capital ..... 1561

# Tribunal de Justiça

## Atos da Presidência

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 767/2011**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido na informação lançada pela Divisão de Concursos do Departamento Administrativo no protocolado sob nº 338466/2011, dando conta da disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo da Justiça - FUNJUS, bem como, da adequação da respectiva despesa à Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve

N O M E A R

em virtude de aprovação em concurso público, os candidatos abaixo relacionados, para exercerem os cargos ora especificados, ambos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, obedecida à ordem classificatória do certame:

**1. ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA - nível SUP-1:**

| CANDIDATOS | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|
| EVERTON PASSOS | 77º |
| SARAH DREHER | 78º |
| RENATA SORDI LOPES DE PAIVA | 79º |
| MICHEL LEMOS DE CAMARGO LESSA | 80º |
| MARCEL TULIO | 81º |
| CLEVERLY JULIANE JUSTUS ZIELINSKI | 82º |
| ALTINO GRANELA JÚNIOR | 83º |
| ANA LUIZA BATSCHKE | 84º |
| KATYANY KARYNE DE OLIVEIRA | 85º |
| ANA BARBARA DOS REIS FERREIRA | 86º |

**2. TÉCNICO JUDICIÁRIO - nível INT-1:**

| CANDIDATOS | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|
| MÍRIAM KIMURA | 429º |
| DIONY CRISTINA SENS | 430º |
| BRUNO PRADO CAETANO ROCHA | 431º |
| BRUNO SPINDOLA FACINA | 432º |
| LUCIANA IÁCONO MARINO | 433º |

Curitiba, 23 de setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 774/2011**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido na informação lançada pela Divisão de Concursos do Departamento Administrativo no protocolado sob nº 203108/2011, bem como, pelo Centro de Apoio ao Fundo da Justiça - FUNJUS e Departamento Econômico e Financeiro, dando conta da disponibilidade orçamentária, financeira e da adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve

N O M E A R

em virtude de aprovação em concurso público, os candidatos abaixo relacionados, para exercerem o cargo de Técnico Judiciário, nível INT-1, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição da COMARCA DE MARINGÁ, obedecida à ordem classificatória do certame:

| CANDIDATOS | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|
| MERY YUKIE WATANABE | 54º |
| JULIANO DE JESUS | 55º |
| ADALBERTO BIAZOTTO JUNIOR | 56º |

Curitiba, 23 de setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 772/2011**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido na informação lançada pela Divisão de Concursos do Departamento Administrativo no protocolado sob nº 138485/2009, bem como as disposições do Edital nº 01/2009 do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná e do Edital nº 38/2011, referente à convocação dos candidatos constantes do Anexo I, para apresentação de Termo de Opção de Nomeação, resolve

N O M E A R

em virtude de aprovação em concurso público, os candidatos abaixo relacionados, para exercer o cargo de Técnico Judiciário, nível INT-1, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição da Comarca de TELÊMACO BORBA, em atendimento ao Edital de Convocação nº 38/2011 do Concurso Público:

| CL. POR SEÇÃO JUDICIÁRIA | NOME | PROTOCOLO | SEÇÃO JUDICIÁRIA | COMARCA DE ORIGEM |
|---|---|---|---|---|
| 15 | DENISE RIBEIRO | 333.918/2011 | 48ª SEÇÃO JUDICIÁRIA | TIBAGI |
| 16 | MARICLEIA ASTEGHER DA SILVA MAINARDES | 338.068/2011 | 48ª SEÇÃO JUDICIÁRIA | TIBAGI |
| 5 | VANIA COSTA GUSMÃO | 342.272/2011 | 52ª SEÇÃO JUDICIÁRIA | SIQUEIRA CAMPOS |

Curitiba, 23 de setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 771**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADODO PARANÁ**, *ad referendum* do Conselho Diretor do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no artigo 15 da Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010 - Lei Orçamentária Anual - LOA,

D E C R E T A :

**Art. 1º** Fica aberto um crédito suplementar no orçamento do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, referente ao exercício corrente,

no valor de R$ 249.690,00 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e noventa reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto Judiciário.
**Art. 2º** Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância, proveniente de parte do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2010, do referido Fundo.
**Art. 3º** Em decorrência do contido no artigo 2º fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II deste Decreto Judiciário.
**Art. 4º** Fica alterado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Orçamentária nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, no valor de R$ 249.690,00 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e noventa reais), de acordo com o Anexo III deste Decreto Judiciário.
**Art. 5º** Este Decreto Judiciário entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 27 de setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

| SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA | ANEXO I<br>ANEXO AO DECRETO JUDICIÁRIO Nº **771** | | | R$ 1,00 |
|---|---|---|---|---|
| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA DA DESPESA | FONTE | VALOR |
| 0500 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | | | |
| 0560 | FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO - FUNREJUS | | | |
| 2395 | FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO - FUNREJUS | | | |
| | | 4.4.90.51.01 | 284 | 249.690 |
| | | **TOTAL** | | **249.690** |
| ACRÉSCIMO DA RECEITA DESCENTRALIZADA | ANEXO II<br>ANEXO AO DECRETO JUDICIÁRIO **Nº 771** | | | R$ 1,00 |
| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | CÓDIGO DA RECEITA | FONTE | VALOR |
| 0500 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | | | |
| 0560 | FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO - FUNREJUS | | | |
| 2395 | FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO - FUNREJUS | | | |
| SALDOS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | |
| | | 2590.01.84 | 284 | 249.690 |
| | | **TOTAL** | | **249.690** |

| SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS | ANEXO III<br>ANEXO AO DECRETO JUDICIÁRIO **Nº 771** | | R$ 1,00 |
|---|---|---|---|
| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | FONTE | VALOR |
| 500 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | | |
| 560 | FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO - FUNREJUS | | |
| 2395 | FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO - FUNREJUS | | |
| 390<br>0122 | RGP - CENTRO EXPANDIDO/Ipiranga<br>Construir o Fórum da Comarca de Ipiranga - m² 1.667 - Não Iniciado | 284 | 234.705 |
| 266<br>0153 | RGP - SUDOESTE / Coronel Vivida<br>Elaborar Projetos Complementares e demais elementos técnicos do Fórum da Comarca de Coronel Vivida - m² - 1.785 - Não Iniciado | 284 | 14.985 |
| | **TOTAL** | | **249.690** |

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 766**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o que estabelece o artigo 15 da Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010 - Lei Orçamentária Anual - LOA,

D E C R E T A :

**Art. 1º** Fica alterado o Demonstrativo da Despesa do Orçamento do Tribunal de Justiça do Paraná, referente ao exercício corrente, no valor de R$ 3.580.000,00 (três milhões, quinhentos e oitenta mil reais), de acordo com os Anexos I e II deste Decreto Judiciário.
**Art. 2º** Este Decreto Judiciário entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 27 de setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

| CANCELAMENTO ANEXO I DA DESPESA ANEXO AO DECRETO JUDICIÁRIO Nº 766 R$ 1,00 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA DA DESPESA | FONTE | VALOR |
| 0500 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | | | |
| 0501 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | | | |
| 2002 | ATIVIDADES JUDICIÁRIAS - TJ | 3.1.90.11.00 | 100 | 100.000 |
| | | 3.3.90.36.00 | 100 | 3.480.000 |
| | | | TOTAL | **3.580.000** |

| SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II DA DESPESA ANEXO AO DECRETO JUDICIÁRIO Nº 766 R$ 1,00 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA DA DESPESA | FONTE | VALOR |
| 0500 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | | | |
| 0501 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | | | |
| 2002 | ATIVIDADES JUDICIÁRIAS - TJ | 3.1.90.94.00 | 100 | 40.000 |
| | | 3.1.90.96.00 | 100 | 60.000 |
| | | 3.3.90.39.48 | 100 | 180.000 |
| | | 3.3.90.46.00 | 100 | 3.300.000 |
| | | | **TOTAL** | **3.580.000** |

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 765/2011**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido na informação lançada pela Divisão de Concursos do Departamento Administrativo no protocolado sob nº 271515/2011, dando conta da disponibilidade orçamentária e financeira do Centro de Apoio ao Fundo da Justiça - FUNJUS, bem como, da adequação da respectiva despesa da Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve

N O M E A R

em virtude de aprovação em concurso público, os candidatos abaixo relacionados, para exercerem os cargos ora especificados, ambos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição da Comarca de LONDRINA, obedecida à ordem classificatória do certame:
**1. ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA - nível inicial SUP-1:**

| **CANDIDATOS** | **CLASSIFICAÇÃO** |
|---|---|
| VITOR HUGO MENEZES FERNANDES | 9º |
| PEDRO GABRIEL HAYASHI ALMEIDA MACHADO | 10º |

2. **TÉCNICO JUDICIÁRIO - nível inicial INT-1:**

| CANDIDATOS | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|
| CLEUZA DA SILVA CARDOSO | 66º |
| ROGERIO DE OLIVEIRA | 67º |
| ANTENESCA DEMICIANO GIOVANI | 68º |
| CAMILA FERREIRA GREGUI | 69º |

Curitiba, 21 de setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

---

**Processo nº 2009.276022-0/000**
**Interessados**: Associação dos Notários e Registradores do Paraná - ANOREG - Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná - ASSEJEPAR
**Advogado**: Vicente Paula Santos
**Despacho**: "Defiro, com fulcro no art. 7º, inciso VX, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, o pedido de carga dos autos, pelo prazo de cinco (5) dias. Curitiba, 21 de setembro de 2011.MIGUEL KFOURI NETO, Presidente."

---

01 - Decisão proferida pelo Excelentíssimo Senhor Desembargado MIGUEL KFOURI NETO, Presidente, no protocolado nº **2011.102.573**.
**Noticiante**: J.F.M.A.C
**Interessados**:
P.G.J.
B.F.F - J.D
M.S.L - J.D
F.S.G - J.D
1. (.....)2. (.....). 3. Em função do exposto, com fundamento no art. 455, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, **DETERMINO** o arquivamento deste protocolado nº 2011.102573. Dê-se ciência ao Procurador-Geral da Justiça, publique-se, intime-se e arquivem-se.Curitiba, 14 de junho de 2011. **MIGUEL KFOURI NETO**, Presidente.

---

Decisão proferida pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador MIGUEL KFOURI NETO, Presidente, no protocolo nº **2011.243031-5/000**
**Interessado**: Carlos Eduardo Netto Alves
**Advogado**: Carlos Eduardo Netto Alves
**1.** O advogado Carlos Eduardo Netto Alves requereu que a Presidência do TJPr expeça certidão/declaração no sentido de que o Diário de Justiça Eletrônico n.º 631 teve sua veiculação no dia 14/05/2011 e que a publicação de intimações ocorreu em 16/05/2011.
Segundo o alegado, a serventia da Vara Cível do Foro Regional de Bocaiuva do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-Pr teria expedido certidão indicando a data da veiculação do DJE como se se tratasse da data de publicação, o que adulteraria as datas de início dos prazos recursais.
No caso do requerente a sentença teria sido veiculada no dia 13/5/2011, (sexta-feira) no DJE n.º 631 sendo que, na forma da Resolução n.º 08/2008 a data da publicação seria o dia 16/05/2011 (segunda-feira), com início do prazo para apelação em 15/05/2011 e término 31/05/2011. A serventia teria certificado que a veiculação ocorreu em 12/05/2011, a publicação em 13/05/2011 e o início do prazo para recurso em 16/05/2011. Como consequência acabou reconhecido a intempestividade do recurso interposto, inclusive em sede de recurso de Agravo de Instrumento.
Determinou-se a juntada de cópia da decisão proferida no Agravo de Instrumento n.º 798922-4, em que Relator o Juiz de Direito Substituto de 2.º Grau Fernando César Zeni
**2.** Trata-se de requerimento formulado pelo advogado Carlos Eduardo Netto Alves para obtenção de certidão acerca de veiculação e publicação de intimações no DJE. A matéria deduzida no expediente acabou enfrentada na decisão proferida no Agravo de Instrumento n.º 798922-4.
Naquela decisão do Juiz Relator afirmou o seguinte:
*A alegação de que foi descumprida a Lei Federal n. 11.419/06 não ostenta provimento, visto que a publicação do ato efetivamente ocorreu em 13/05/11, antecedendo a esta a disponibilização do ato no Diário da Justiça Eletrônico em 12/05/11 e o prazo teve início em 16 de maio de 2011, como acima frisado.*
*Logo, se a regra do art. 184 do CPC, retratada no art. 4º da Resolução 08/08, no sentido de que se considera "como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da veiculação da informação no Diário da Justiça Eletrônico",evidente que tal parâmetro foi observado pela serventia, porquanto, repita-se, a veiculação do ato ocorreu dia 12/05/2011, com publicação do ato no dia seguinte, em 13 de maio de 2011, e o início do prazo para impugnações ocorreu em 16 de maio de 2011, exatamente como a lei determina e como a jurisprudência tem interpretado.*
*Desta forma, se foi protocolizado o recurso em 31 de maio de 2011,quando o termo final, obedecida a regra acima, seria 30 de maio de 2011,intempestivo o recurso.*
*Aliás, utilizo-me da jurisprudência citada pela própria parte agravante para justificar a argumentação acima:*
***"Deve-se distinguir a data em que a informação é disponibilizada no Diário de Justiça eletrônico, da data em que ela é considerada publicada, sendo esta sempre o dia útil seguinte ao daquela. É irrelevante o horário em que seu deu a disponibilização da decisão recorrida no Diário da Justiça Eletrônico, vez que sempre é considerado o primeiro dia útil seguinte como data da efetiva publicação. Não obstante a publicação eletrônica tenha eliminado a existência física do Diário Oficial, este continua a circular, mas agora virtualmente, sendo possível consultá-lo na rede mundial de computadores (Internet). A data da circulação virtual, no entanto, não corresponde à disponibilização da informação, mas sim à da sua publicação, de modo que os prazos processuais já começam a fluir no primeiro dia útil seguinte.*** *(EDcl. No MS 13.981/RS, Corte Especial, rel. Min. Nancy Andrighi)"*
*3. Portanto, nego seguimento ao recurso, por entender correta a contagem do prazo para interposição do apelo, que foi feito nos moldes do atual entendimento pretoriano sobre a matéria, o que faço com arrimo no art. 557,**caput**, do CPC."*
Como se observa a matéria está jurisdicionalizada, de modo que não é possível uma espécie de novo debate da questão na esfera administrativa do Tribunal de Justiça, sob pena de negar-se validade à decisão judicial legítima.
Assim, não se mostra viável o deferimento do requerido no expediente.
**3**. Diante do exposto, **INDEFIRO** o requerido no expediente.Publique-se e intimem-se. Oportunamente, arquive-se.Curitiba-Pr, 13 de julho de 2011.**MIGUEL KFOURI NETO, Presidente**

---

# Supervisão do Sistema da Infância e Juventude

# Atos da 2º Vice-Presidência

# Supervisão do Sistema de Juizados Especiais

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis
2ª Turma Recursal - Número Relação: 277/2011

| Advogado | Ordem | Recurso |
|---|---|---|
| ADRIANA CHRISTINA DE CASTILHO ANDREA | 010 | 2011.0012463-5/0 |
| ANTONIO ROBERTO ORSI | 009 | 2011.0012458-3/0 |
| BARBARA MALVEZI BUENO DE OLIVEIRA | 001 | 2011.0010532-2/1 |
| CLAUDIA MONTARDO RIGONI | 001 | 2011.0010532-2/1 |
| DYOGO HENRYQUE BARONIO | 002 | 2011.0010944-7/1 |
| FLAVIO ANTONIO ROMANI | 010 | 2011.0012463-5/0 |
| FLAVIO PENTEADO GEROMINI | 001 | 2011.0010532-2/1 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 001 | 2011.0010532-2/1 |
| GUILHERME RÉGIO PEGORARO | 001 | 2011.0010532-2/1 |
| IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO | 003 | 2011.0012410-5/0 |
| IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO | 004 | 2011.0012412-9/0 |
| IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO | 005 | 2011.0012415-4/0 |
| IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO | 006 | 2011.0012416-6/0 |
| IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO | 007 | 2011.0012417-8/0 |
| IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO | 008 | 2011.0012418-0/0 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 001 | 2011.0010532-2/1 |
| JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO | 009 | 2011.0012458-3/0 |
| JOSIANE BORGES PRADO | 010 | 2011.0012463-5/0 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 001 | 2011.0010532-2/1 |
| MARCELO PALACIO | 002 | 2011.0010944-7/1 |
| MICHELLY ALBERTI | 010 | 2011.0012463-5/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 002 | 2011.0010944-7/1 |
| TATIANE MUNCINELLI | 001 | 2011.0010532-2/1 |
| THAIS MALACHINI | 002 | 2011.0010944-7/1 |
| TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH | 002 | 2011.0010944-7/1 |
| VIVIAN REGINA ZAMBRIM | 001 | 2011.0010532-2/1 |
| WALTER LUIZ DAL MOLIN | 010 | 2011.0012463-5/0 |

001. 2011.0010532-2/1

COMARCA.....: Londrina - 3º JEC

EMBARGANTE.....: IRENE VIEIRA DE SOUZA

ADVOGADO.....: GUILHERME RÉGIO PEGORARO

ADVOGADO.....: BARBARA MALVEZI BUENO DE OLIVEIRA

ADVOGADO.....: VIVIAN REGINA ZAMBRIM

INTERESSADO.....: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A

ADVOGADO.....: GERSON VANZIN MOURA DA SILVA

ADVOGADO.....: JAIME OLIVEIRA PENTEADO

ADVOGADO.....: LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

ADVOGADO.....: TATIANE MUNCINELLI

ADVOGADO.....: FLAVIO PENTEADO GEROMINI

ADVOGADO.....: CLAUDIA MONTARDO RIGONI

JUIZ RELATOR.....: LUIZ CLAUDIO COSTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: 2011.0010532-2/1 EMBARGANTE: IRENE VIEIRA DE SOUZA INTERESSADO: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A RELATOR: LUIZ CLÁUDIO COSTACÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO.OCORRÊNCIA. ACOLHER.1. Os embargos foram apresentados dentro do prazo e devem ser conhecidos.Constituem-se os embargos de declaração em recurso de rígidos contornos processuais, servindo apenas a suprir omissões, contradições ou correção de erros de forma.O embargante alega que haver contradição em relação aos honorários, uma vez que "ambos os litigantes restaram vencedores e vencidos", não restando clareza em sua aplicação.Ora, ambos os recursos foram improvidos, não houve sequer provimento parcial, razão pela qual, por óbvio, ambos os recorrentes restaram vencidos.Ademais, como à parte interessada foi deferida a justiça gratuita, não é possível a compensação de honorários.Ficando, portanto a Seguradora Mapfre Vera Cruz S/A, pela sucumbência, em sua posição de recorrente/ vencido condenada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 20% sobre o valor da condenação.Sendo assim, acolho os embargos somente para sanar a omissão apontada, mantendo a decisão nos demais termos.Intime-se.Curitiba, 26 de setembro de 2011.Luiz Cláudio Costa Relator

002. 2011.0010944-7/1

COMARCA.....: Cascavel - 2º JEC

EMBARGANTE.....: DANUSA FERNANDA GARCIA

ADVOGADO.....: DYOGO HENRYQUE BARONIO

ADVOGADO.....: MARCELO PALACIO

INTERESSADO.....: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

INTERESSADO.....: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A

ADVOGADO.....: MILTON LUIZ CLEVE KUSTER

ADVOGADO.....: THAIS MALACHINI

ADVOGADO.....: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH

JUIZ RELATOR.....: LUIZ CLAUDIO COSTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: 2011.0010944-7/1 2° JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL EMBARGANTE: DANUSA FERNANDA GARCIA INTERESSADO: SERADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT RELATOR: LUIZ CLÁUDIO COSTACÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INSURGÊNCIA QUANTO A VALORAÇÃO DOS FATOS E DAS PROVAS. ALEGAÇAO DE ERROR IN JUDICANDO. REJEIÇÃO.Os embargos foram apresentados dentro do prazo e devem ser conhecidos. Todavia, não vislumbro a dúvida apontada.Constituem-se os embargos de declaração em recurso de rígidos contornos processuais, servindo apenas a suprir omissões, contradições ou correção de erros de forma.O pedido não é examinado de forma isolada como um fim em si mesmo. É preciso que sejam trazidos ao julgador os fatos derivados da demanda, de forma a conduzir logicamente a pretensão formulada. O embargante pretende uma nova análise dos fatos, em especial da complexidade da causa, que já foi feita, em condições suficientes para firmar a convicção do juízo prolator da decisão questionada.Embargos de declaração rejeitados.Intimem-se.Curitiba, 26 de setembro de 2011.Luiz Cláudio Costa Relator

003. 2011.0012410-5/0

COMARCA.....: Coronel Vivida - JECI

IMPETRANTE.....: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

ADVOGADO.....: IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO

IMPETRADO.....: JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE CORO

INTERESSADO.....: MARCIO LUIZ BASSETTO

JUIZ RELATOR.....: LUIZ CLAUDIO COSTA

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA EM JUIZADO ESPECIAL. VEDAÇÃO.PRECEDENTE DO STF. JUIZO DEFINITIVO DE ADMISSIBILIDADE QUE COMPETE A TURMA RECURSAL.INDEFERIMENTO DA INICIAL.1. Trata-se de mandado de segurança interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso, por considerá-lo deserto.2. O STF (leading case RE 576.847, Min. Eros Grau) em 20/05/2009, firmou orientação no sentido de não caber mandado de segurança contra decisão interlocutória em sede de juizado especial, ao argumento de que "a Lei n.º 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável".3. Acresça-se que, no caso dos autos, o juízo provisório de admissibilidade do recurso compete ao juiz da causa e o juízo definitivo compete a esta Turma Recursal.4. Resta evidente, portanto, o não cabimento do mandamus.15. O art.10 da Lei n.º 12.016/09, dispõe que "a inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração".6. Posto isto, indefiro a petição inicial e determino seja oficiado ao ora impetrado para que remeta os autos a esta Turma Recursal para exame da admissibilidade do Recurso Inominado apresentado, após prévia intimação da parte recorrida para apresentar contra-razões.7. Dê-se vista ao Ministério Público.8. Int.Curitiba, 26 de setembro de 2011.GIANI MARIA MORESCHI Juíza Relatora

004. 2011.0012412-9/0

COMARCA.....: Coronel Vivida - JECI

IMPETRANTE.....: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

ADVOGADO.....: IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO

IMPETRADO.....: JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE CORO

INTERESSADO.....: ONI SALETE VANZIN

JUIZ RELATOR.....: LUIZ CLAUDIO COSTA

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA EM JUIZADO ESPECIAL. VEDAÇÃO.PRECEDENTE DO STF. JUIZO DEFINITIVO DE ADMISSIBILIDADE QUE COMPETE A TURMA RECURSAL.INDEFERIMENTO DA INICIAL.1. Trata-se de mandado de segurança interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso, por considerá-lo deserto.2. O STF (leading case RE 576.847, Min. Eros Grau) em 20/05/2009, firmou orientação no sentido de não caber mandado de segurança contra decisão interlocutória em sede de juizado especial, ao argumento de que "a Lei n.º 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável".3. Acresça-se que, no caso dos autos, o juízo provisório de admissibilidade do recurso compete ao juiz da causa e o juízo definitivo compete a esta Turma Recursal.4. Resta evidente, portanto, o não cabimento do mandamus.15. O art.10 da Lei n.º 12.016/09, dispõe que "a inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração".6. Posto isto, indefiro a petição inicial e determino seja oficiado ao ora impetrado para que remeta os autos a esta Turma Recursal para exame da admissibilidade do Recurso Inominado apresentado, após prévia intimação da parte recorrida para apresentar contra-razões.7. Dê-se vista ao Ministério Público.8. Int.Curitiba, 26 de setembro de 2011.GIANI MARIA MORESCHI Juíza Relatora

005. 2011.0012415-4/0

COMARCA.....: Coronel Vivida - JECl

IMPETRANTE.....: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

ADVOGADO.....: IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO

IMPETRADO.....: JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE CORO

INTERESSADO.....: CEZAR AUGUSTO GOLIN

JUIZ RELATOR.....: LUIZ CLAUDIO COSTA

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA EM JUIZADO ESPECIAL. VEDAÇÃO.PRECEDENTE DO STF. JUIZO DEFINITIVO DE ADMISSIBILIDADE QUE COMPETE A TURMA RECURSAL.INDEFERIMENTO DA INICIAL.1. Trata-se de mandado de segurança interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso, por considerá-lo deserto.2. O STF (leading case RE 576.847, Min. Eros Grau) em 20/05/2009, firmou orientação no sentido de não caber mandado de segurança contra decisão interlocutória em sede de juizado especial, ao argumento de que "a Lei n.º 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável".3. Acresça-se que, no caso dos autos, o juízo provisório de admissibilidade do recurso compete ao juiz da causa e o juízo definitivo compete a esta Turma Recursal.4. Resta evidente, portanto, o não cabimento do mandamus.15. O art.10 da Lei n.º 12.016/09, dispõe que "a inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração".6. Posto isto, indefiro a petição inicial e determino seja oficiado ao ora impetrado para que remeta os autos a esta Turma Recursal para exame da admissibilidade do Recurso Inominado apresentado, após prévia intimação da parte recorrida para apresentar contra-razões.7. Dê-se vista ao Ministério Público.8. Int.Curitiba, 26 de setembro de 2011.GIANI MARIA MORESCHI Juíza Relatora

006. 2011.0012416-6/0

COMARCA.....: Coronel Vivida - JECl

IMPETRANTE.....: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

ADVOGADO.....: IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO

IMPETRADO.....: JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE CORO

INTERESSADO.....: CARLOS MARCELO POLESE

JUIZ RELATOR.....: LUIZ CLAUDIO COSTA

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA EM JUIZADO ESPECIAL. VEDAÇÃO.PRECEDENTE DO STF. JUIZO DEFINITIVO DE ADMISSIBILIDADE QUE COMPETE A TURMA RECURSAL.INDEFERIMENTO DA INICIAL.1. Trata-se de mandado de segurança interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso, por considerá-lo deserto.2. O STF (leading case RE 576.847, Min. Eros Grau) em 20/05/2009, firmou orientação no sentido de não caber mandado de segurança contra decisão interlocutória em sede de juizado especial, ao argumento de que "a Lei n.º 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável".3. Acresça-se que, no caso dos autos, o juízo provisório de admissibilidade do recurso compete ao juiz da causa e o juízo definitivo compete a esta Turma Recursal.4. Resta evidente, portanto, o não cabimento do mandamus.5. O art.10 da Lei n.º 12.016/09, dispõe que "a inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração".6. Posto isto, indefiro a petição inicial e determino seja oficiado ao ora impetrado para que remeta os autos a esta Turma Recursal para exame da admissibilidade do Recurso Inominado apresentado, após prévia intimação da parte recorrida para apresentar contra-razões.7. Dê-se vista ao Ministério Público.8. Int.Curitiba, 26 de setembro de 2011.GIANI MARIA MORESCHI Juíza Relatora

007. 2011.0012417-8/0

COMARCA.....: Coronel Vivida - JECl

IMPETRANTE.....: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

ADVOGADO.....: IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO

IMPETRADO.....: JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE CORO

INTERESSADO.....: CARLOS AUGUSTINHO ANCILIERO

JUIZ RELATOR.....: LUIZ CLAUDIO COSTA

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA EM JUIZADO ESPECIAL. VEDAÇÃO.PRECEDENTE DO STF. JUIZO DEFINITIVO DE ADMISSIBILIDADE QUE COMPETE A TURMA RECURSAL.INDEFERIMENTO DA INICIAL.1. Trata-se de mandado de segurança interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso, por considerá-lo deserto.2. O STF (leading case RE 576.847, Min. Eros Grau) em 20/05/2009, firmou orientação no sentido de não caber mandado de segurança contra decisão interlocutória em sede de juizado especial, ao argumento de que "a Lei n.º 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável".3. Acresça-se que, no caso dos autos, o juízo provisório de admissibilidade do recurso compete ao juiz da causa e o juízo definitivo compete a esta Turma Recursal.4. Resta evidente, portanto, o não cabimento do mandamus.15. O art.10 da Lei n.º 12.016/09, dispõe que "a inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração".6. Posto isto, indefiro a petição inicial e determino seja oficiado ao ora impetrado para que remeta os autos a esta Turma Recursal para exame da admissibilidade do Recurso Inominado apresentado, após prévia intimação da parte recorrida para apresentar contra-razões.7. Dê-se vista ao Ministério Público.8. Int.Curitiba, 26 de setembro de 2011.GIANI MARIA MORESCHI Juíza Relatora

008. 2011.0012418-0/0

COMARCA.....: Londrina - 1º JEC

IMPETRANTE.....: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

ADVOGADO.....: IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO

IMPETRADO.....: JUIZ DE DIREITO DO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE L

INTERESSADO.....: LUIZ APARECIDO CHECON

JUIZ RELATOR.....: LUIZ CLAUDIO COSTA

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA EM JUIZADO ESPECIAL. VEDAÇÃO.PRECEDENTE DO STF. JUIZO DEFINITIVO DE ADMISSIBILIDADE QUE COMPETE A TURMA RECURSAL.INDEFERIMENTO DA INICIAL.1. Trata-se de mandado de segurança interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso, por considerá-lo deserto.2. O STF (leading case RE 576.847, Min. Eros Grau) em 20/05/2009, firmou orientação no sentido de não caber mandado de segurança contra decisão interlocutória em sede de juizado especial, ao argumento de que "a Lei n.º 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável".3. Acresça-se que, no caso dos autos, o juízo provisório de admissibilidade do recurso compete ao juiz da causa e o juízo definitivo compete a esta Turma Recursal.4. Resta evidente, portanto, o não cabimento do mandamus.5. O art.10 da Lei n.º 12.016/09, dispõe que "a inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração".6. Posto isto, indefiro a petição inicial e determino seja oficiado ao ora impetrado para que remeta os autos a esta Turma Recursal para exame da admissibilidade do Recurso Inominado apresentado, após prévia intimação da parte recorrida para apresentar contra-razões.7. Dê-se vista ao Ministério Público.8. Int.Curitiba, 26 de setembro de 2011.GIANI MARIA MORESCHI Juíza Relatora

009. 2011.0012458-3/0

COMARCA.....: Londrina - 4º JEC

IMPETRANTE.....: ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO

ADVOGADO.....: JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO

IMPETRADO.....: JUIZ DE DIREITO DO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE L

INTERESSADO.....: TIAGO ZAMINELLI

ADVOGADO.....: ANTONIO ROBERTO ORSI

JUIZ RELATOR.....: DOUGLAS MARCEL PERES

Insurge-se a impetrante contra ato do MM Juizado impetrado, especificamente em face de ato judicial teratológico praticado pelo magistrado supervisor, por entender por equivocado o entendimento daquele juízo. Pugna por eventual direito à complementação do preparo, com relação aos valores faltantes.Argumenta, ainda, que não existe na Lei 9.099/95 qualquer dispositivo legal que veda a complementação do preparo recursal, e que lhe assiste o direito à complementação do referido preparo, por força do permissivo legal constante do artigo 511, § 2º, do Código de Processo Civil. Alega que, ao julgar deserto o recurso inominado interposto, pela insuficiência do preparo recursal, a autoridade impetrada fere a direito líquido e certo da parte.Formula pedido de liminar, com a suspensão dos efeitos da decisão objurgada, e final concessão da ordem, para determinar o recebimento do Recurso Inominado naqueles autos.É o breve relatório.Não obstante as razões lançadas na impetração, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento da Reclamação nº 3.887/PR (Rel. Min. Aldir Passarinho Jr., Julgado em 13.04.2011), entendeu que "... não se aplica a regra do art. 511, § 2º, do CPC aos juizados especiais", entendendo-se assim, pela via transversa, que o preparo insuficiente, no sistema dos Juizados Especiais, não admite complementação.Veja-se que a decisão ora impugnada (fls.277) entendeu pela deserção, não de forma imotivada, mas sim em virtude da ausência de recolhimento das custas de forma integral, conforme certidão acostada àqueles autos, em plena observância ao Enunciado 80 do FONAJE, situação que enseja o reconhecimento da deserção, por força do contido no artigo 42, § 1º, da Lei 9.099/95.Assim, a impetração ora lançada não reúne condições de subsistir, mostrando-se latente a ausência do direito líquido e certo ora reclamado, por força do entendimento agora confirmado na máxima instância - de inaplicabilidade da regra permissiva de complementação do preparo recursal, dentro do rito procedimental preconizado na Lei 9.099/95.Face ao exposto e mostrando-se ausente o direito líquido e certo da parte, impera-se o indeferimento in limine da petição inicial.Pelo exposto e não vislumbrando direito líquido e certo a ser tutelado pela via mandamental, indefiro a petição inicial, o que faço com fundamento no artigo 10, da Lei 12.016/2009.Custas pela impetrante.Curitiba, 28 de setembro de 2011.Douglas Marcel Peres Juiz Relator

010. 2011.0012463-5/0

COMARCA.....: Dois Vizinhos - JECl

IMPETRANTE.....: BRASIL TELECOM S/A

ADVOGADO.....: JOSIANE BORGES PRADO

ADVOGADO.....: MICHELLY ALBERTI

ADVOGADO.....: ADRIANA CHRISTINA DE CASTILHO ANDREA

IMPETRADO.....: JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE DOIS

INTERESSADO.....: CECILIA ROMANI

ADVOGADO.....: WALTER LUIZ DAL MOLIN

ADVOGADO.....: FLAVIO ANTONIO ROMANI

JUIZ RELATOR.....: DOUGLAS MARCEL PERES

O mandado de segurança visa reparar lesão a direito líquido e certo violado por ato de autoridade pública ilegal ou arbitrário e não substitui recurso nos Juizados Especiais Estaduais, nem muito menos é sucedâneo de agravo de instrumento inexistente e, por isso, não serve para revisar o acerto ou desacerto de decisões interlocutórias irrecorríveis proferidas nesse Sistema de Justiça Especial.Justo por isso, não há preclusão de decisões interlocutórias e as irresignações quanto a elas devem ser apresentadas como preliminar em sede de recurso. Assim, somente decisão manifestamente ilegal (dano ex iure) que acarrete dano real (dano ex facto), permite sua correção através da segurança, que tem de atender à presença cumulativa desses dois requisitos. Isto é, o mandado de segurança não pode ser impetrado para se examinar o acerto ou desacerto da decisão combatida. O aresto, abaixo transcrito, bem ilustra a questão: "Mandado de Segurança. Ato Judicial. Súmula 267 do STF.Denegação. A impetração de mandado de segurança contra ato judicial só é admissível ocorrente decisão flagrantemente ilegal, donde possa advir dano irreparável ou de difícil reparação. Inocorrência, na hipótese dos autos, de flagrante ilegalidade, teratológica no fundamento ou irreversibilidade do dano. Segurança denegada" (Turma Recursal do TJAM, Rel. Juiz Carlos Zamith de Oliveira Júnior).Dessa forma, conclui-se que no sistema dos Juizados Especiais, deve-se restringir o uso do mandado de segurança apenas aos casos em que este se mostre necessário para evitar dano real, resultante de ato judicial ilegal (dano ex iure).Nessa linha: "A inconformidade contra a decisão interlocutória que concedeu tutela antecipada (...) o pedido deve ser vertido através do recurso previsto no art. 41 da lei nº 9.099/95. Não cabe recurso de agravo no sistema dos juizados especiais cíveis, tampouco a interposição de mandado de segurança com viés de agravo de instrumento. Extinção do feito sem julgamento de mérito" (3.ª Turma Recursal de Porto Alegre/RS - TJRS, MS n.° 71000788646).Em continuidade, esta Turma Recursal igualmente já firmou orientação no sentido de que o Mandado de Segurança somente tem recepção quando o ato impugnado se revela de manifestamente ilegal ou teratológica, quando a parte não disponha de recurso próprio para atacar tal decisão, não sendo este o caso dos autos.Assim sendo, não havendo previsão legal em sede de microssistema que recepcione qualquer espécie de recurso com vistas a atacar decisão interlocutória, por sua impropriedade não se pode conhecer demandado de segurança em sede de Juizados Especiais, quando impetrado como substitutivo de agravo de instrumento.Pelo exposto e não vislumbrando direito

líquido e certo a ser tutelado pela via mandamental, indefiro a petição inicial, o que faço com fundamento no artigo 10, da Lei 12.016/2009.Custas pela impetrante.Curitiba, 28 de setembro de 2011.Douglas Marcel Peres Juiz Relator

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis
Turmas Reunidas - Número Relação: 023/2011

| Advogado | Ordem | Recurso |
|---|---|---|
| ADOLFO LUIS DE SOUZA GOIS | 001 | 2011.0012333-2/0 |
| IVAN CARLOS BAHLS | 001 | 2011.0012333-2/0 |

001. 2011.0012333-2/0
COMARCA.....: Faxinal - TRU
IMPETRANTE.....: STAEL FERNANDA RODRIGUES DE LIMA JANENE
ADVOGADO.....: ADOLFO LUIS DE SOUZA GOIS
IMPETRADO.....: 1ª TURMA RECURSAL
INTERESSADO.....: CARLOS ROBERTO ROCHA DE MOURA
ADVOGADO.....: IVAN CARLOS BAHLS
JUIZ RELATOR.....: ANA PAULA KALED A. ROTUNNO
MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR. NÃO CABIMENTO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA AUSENTE DE TERATOLOGIA, ABUSIVIDADE OU ILEGALIDADE.INAPLICABILIDADE DO ART. 511 DO CPC ANTE A EXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA, QUAL SEJA LEI 9.099/95 EM SEU ART. 42. INDEFERIMENTO DE PLANO DO WRIT.Não se vislumbrando flagrante ilegalidade ou abusividade na decisão interlocutória que julgou deserto o recurso inominado interposto, o indeferimento de plano é a medida que se impõe.Registro que de fato houve o recolhimento a menor do item Custas Processuais, e como bem constou na decisão impugnada através deste Mandado de Segurança, não será admitida complementação fora do prazo do art. 42, § 1º da Lei 9.099/95. Cabe ressaltar que o recolhimento das Custas Processuais independem de prévia cotação nos autos, diferente do que ocorre com referência as custas do distribuidor.O art.10 da Lei n.º 12.016/09, dispõe que "a inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração".Isto posto, indefiro a petição inicial.Comunique-se o impetrado. Dê-se vistas ao Ministério Público.Intimem-se.Curitiba, 21 de setembro de 2011.Ana Paula Kaled Accioly Juíza Relatora

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis
1ª Turma Recursal - Número Relação: 127/2011

| Advogado | Ordem | Recurso |
|---|---|---|
| ELSOM LUIZ VEIT | 004 | 2011.0010725-7/1 |
| IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL | 001 | 2011.0009363-0/1 |
| IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL | 002 | 2011.0009954-1/1 |
| IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL | 003 | 2011.0010104-3/1 |
| IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL | 004 | 2011.0010725-7/1 |
| MOYSES CARDEAL DA COSTA | 001 | 2011.0009363-0/1 |
| MOYSES CARDEAL DA COSTA | 002 | 2011.0009954-1/1 |
| MOYSES CARDEAL DA COSTA | 003 | 2011.0010104-3/1 |
| PAULO FERNANDO PAZ ALARCON | 001 | 2011.0009363-0/1 |
| PAULO FERNANDO PAZ ALARCON | 002 | 2011.0009954-1/1 |
| PAULO FERNANDO PAZ ALARCON | 003 | 2011.0010104-3/1 |
| PAULO FERNANDO PAZ ALARCON | 004 | 2011.0010725-7/1 |
| PAULO WAGNER CASTANHO | 001 | 2011.0009363-0/1 |
| PAULO WAGNER CASTANHO | 002 | 2011.0009954-1/1 |
| PAULO WAGNER CASTANHO | 003 | 2011.0010104-3/1 |
| PAULO WAGNER CASTANHO | 004 | 2011.0010725-7/1 |

001. 2011.0009363-0/1
COMARCA.....: Londrina - 4º JEC
RECORRENTE.....: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - P
ADVOGADO.....: PAULO FERNANDO PAZ ALARCON
RECORRIDO.....: OREDINA GARCIA GRANDE
RECORRIDO.....: RAIMUNDO NONATO SILVA BRITO
RECORRIDO.....: RENATO ALAN GUTTERRES
RECORRIDO.....: ROSELY MARIA ABRANTES PEREZ
RECORRIDO.....: RHEA HIROMI OGAWA
ADVOGADO.....: MOYSES CARDEAL DA COSTA
ADVOGADO.....: PAULO WAGNER CASTANHO
ADVOGADO.....: IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao recorrido para apresentar as contra-razões
002. 2011.0009954-1/1
COMARCA.....: Londrina - 4º JEC
RECORRENTE.....: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PRE
ADVOGADO.....: PAULO FERNANDO PAZ ALARCON
RECORRIDO.....: MARLENE ELVIRA RAMOS
RECORRIDO.....: MERCEDES TOSHIMI TSUKUDA
RECORRIDO.....: MARLENE PIVARO DE SOUZA
RECORRIDO.....: DORA LÚCIA LOURENÇO BELEBONI
ADVOGADO.....: MOYSES CARDEAL DA COSTA
ADVOGADO.....: PAULO WAGNER CASTANHO
ADVOGADO.....: IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao recorrido para apresentar as contra-razões
003. 2011.0010104-3/1
COMARCA.....: Londrina - 4º JEC
RECORRENTE.....: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PRE
ADVOGADO.....: PAULO FERNANDO PAZ ALARCON
RECORRIDO.....: HELENA FUMIE TAKAHASHI GRANADO
RECORRIDO.....: IDAIR CORREA
RECORRIDO.....: JOAO ANTONIO MENEGASSE
RECORRIDO.....: JOAO ANTONIO NUNHEZ
ADVOGADO.....: IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL
ADVOGADO.....: MOYSES CARDEAL DA COSTA
ADVOGADO.....: PAULO WAGNER CASTANHO
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao recorrido para apresentar as contra-razões
004. 2011.0010725-7/1
COMARCA.....: Maringá - 2º JEC
RECORRENTE.....: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PRE
ADVOGADO.....: PAULO FERNANDO PAZ ALARCON
RECORRIDO.....: FRANCISCO DE ASSIS PAES FERRARI
RECORRIDO.....: LUIZ ANTONIO ROMANO
RECORRIDO.....: MARCOS DELFINO
RECORRIDO.....: NANCY BERALDO
ADVOGADO.....: ELSOM LUIZ VEIT
ADVOGADO.....: IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL
ADVOGADO.....: PAULO WAGNER CASTANHO
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao recorrido para apresentar as contra-razões

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis
2ª Turma Recursal - Número Relação: 278/2011

| Advogado | Ordem | Recurso |
|---|---|---|
| CLAUDIA MONTARDO RIGONI | 006 | 2011.0011581-4/1 |
| CLAUDIA MONTARDO RIGONI | 007 | 2011.0011756-0/1 |
| ELIANE MARCKS MOUSQUER | 004 | 2011.0010968-6/2 |
| ELIANE MARCKS MOUSQUER | 007 | 2011.0011756-0/1 |
| EVANDRO ALVES DOS SANTOS | 002 | 2011.0008525-1/2 |

| | | |
|---|---|---|
| FERNANDO PAROLINI DE MORAES | 002 | 2011.0008525-1/2 |
| FLAVIO PENTEADO GEROMINI | 001 | 2011.0008127-5/1 |
| FLAVIO PENTEADO GEROMINI | 006 | 2011.0011581-4/1 |
| FLAVIO PENTEADO GEROMINI | 007 | 2011.0011756-0/1 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 001 | 2011.0008127-5/1 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 006 | 2011.0011581-4/1 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 007 | 2011.0011756-0/1 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 001 | 2011.0008127-5/1 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 006 | 2011.0011581-4/1 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 007 | 2011.0011756-0/1 |
| JULIANE FEITOSA SANCHES | 007 | 2011.0011756-0/1 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 001 | 2011.0008127-5/1 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 006 | 2011.0011581-4/1 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 007 | 2011.0011756-0/1 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 003 | 2011.0008798-3/2 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 004 | 2011.0010968-6/2 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 005 | 2011.0011408-0/1 |
| RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA | 001 | 2011.0008127-5/1 |
| RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA | 003 | 2011.0008798-3/2 |
| RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA | 004 | 2011.0010968-6/2 |
| RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA | 005 | 2011.0011408-0/1 |
| RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA | 006 | 2011.0011581-4/1 |
| RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA | 007 | 2011.0011756-0/1 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 002 | 2011.0008525-1/2 |
| TATIANE MUNCINELLI | 001 | 2011.0008127-5/1 |
| THAIS MALACHINI | 003 | 2011.0008798-3/2 |
| THAIS MALACHINI | 004 | 2011.0010968-6/2 |
| THAIS MALACHINI | 005 | 2011.0011408-0/1 |
| TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH | 003 | 2011.0008798-3/2 |
| TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH | 004 | 2011.0010968-6/2 |
| TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH | 005 | 2011.0011408-0/1 |

001. 2011.0008127-5/1
COMARCA.....: Curitiba - 8º JEC
RECORRENTE.....: LUIS CARLOS MORO CONQUE
ADVOGADO.....: RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA
RECORRIDO.....: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA
ADVOGADO.....: GERSON VANZIN MOURA DA SILVA
ADVOGADO.....: JAIME OLIVEIRA PENTEADO
ADVOGADO.....: LUIZ HENRIQUE BONA TURRA
ADVOGADO.....: FLAVIO PENTEADO GEROMINI
ADVOGADO.....: TATIANE MUNCINELLI
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao recorrido para apresentar as contra-razões
002. 2011.0008525-1/2
COMARCA.....: Maringá - 3º JEC
RECORRENTE.....: BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
ADVOGADO.....: REINALDO MIRICO ARONIS
RECORRIDO.....: EVERTON MAURICIO CORREIA
ADVOGADO.....: EVANDRO ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO.....: FERNANDO PAROLINI DE MORAES
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao recorrido para apresentar as contra-razões
003. 2011.0008798-3/2
COMARCA.....: Curitiba - 8º JEC
RECORRENTE.....: MANOEL RIBEIRO DE MELO
ADVOGADO.....: RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA
RECORRIDO.....: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A
ADVOGADO.....: MILTON LUIZ CLEVE KUSTER
ADVOGADO.....: THAIS MALACHINI
ADVOGADO.....: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao recorrido para apresentar as contra-razões
004. 2011.0010968-6/2
COMARCA.....: Curitiba - 2º JEC
RECORRENTE.....: DIONEI FERREIRA COUTO
ADVOGADO.....: ELIANE MARCKS MOUSQUER
ADVOGADO.....: RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA
RECORRIDO.....: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A
ADVOGADO.....: MILTON LUIZ CLEVE KUSTER
ADVOGADO.....: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH
ADVOGADO.....: THAIS MALACHINI
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao recorrido para apresentar as contra-razões
005. 2011.0011408-0/1
COMARCA.....: Curitiba - 6º JEC
RECORRENTE.....: CARLOS HENRIQUE DA CRUZ
ADVOGADO.....: RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA
RECORRIDO.....: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A
ADVOGADO.....: MILTON LUIZ CLEVE KUSTER
ADVOGADO.....: THAIS MALACHINI
ADVOGADO.....: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao recorrido para apresentar as contra-razões
006. 2011.0011581-4/1
COMARCA.....: Curitiba - 6º JEC
RECORRENTE.....: JOARES LEMES DE ARRUDA
ADVOGADO.....: RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA
RECORRIDO.....: CENTAURO SEGURADORA S/A
ADVOGADO.....: GERSON VANZIN MOURA DA SILVA
ADVOGADO.....: JAIME OLIVEIRA PENTEADO
ADVOGADO.....: LUIZ HENRIQUE BONA TURRA
ADVOGADO.....: FLAVIO PENTEADO GEROMINI
ADVOGADO.....: CLAUDIA MONTARDO RIGONI
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao recorrido para apresentar as contra-razões
007. 2011.0011756-0/1
COMARCA.....: Curitiba - 6º JEC
RECORRENTE.....: NILSON DE ARAUJO SOUZA JUNIOR
ADVOGADO.....: RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA
ADVOGADO.....: ELIANE MARCKS MOUSQUER
RECORRIDO.....: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A
ADVOGADO.....: GERSON VANZIN MOURA DA SILVA
ADVOGADO.....: JAIME OLIVEIRA PENTEADO
ADVOGADO.....: LUIZ HENRIQUE BONA TURRA
ADVOGADO.....: FLAVIO PENTEADO GEROMINI
ADVOGADO.....: CLAUDIA MONTARDO RIGONI
ADVOGADO.....: JULIANE FEITOSA SANCHES
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao recorrido para apresentar as contra-razões

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis
2ª Turma Recursal - Número Relação: 279/2011

| Advogado | Ordem | Recurso |
|---|---|---|
| ALBERTO SILVA GOMES | 002 | 2011.0004268-4/4 |
| ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES | 003 | 2011.0005128-0/3 |
| ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANETTI | 003 | 2011.0005128-0/3 |
| ARNO JUNG | 002 | 2011.0004268-4/4 |
| BENEDITO DE ASSIS MASQUETTI | 003 | 2011.0005128-0/3 |
| CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN | 001 | 2011.0004169-6/3 |
| CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES | 001 | 2011.0004169-6/3 |
| DANILO TITTATO CORRALES | 003 | 2011.0005128-0/3 |
| ELEANDRA LEAL DOS SANTOS MORAES | 002 | 2011.0004268-4/4 |

| | | |
|---|---|---|
| FERNANDA RIBEIRO BRANCO | 002 | 2011.0004268-4/4 |
| FLAVIO SANTANNA VALGAS | 001 | 2011.0004169-6/3 |
| LORENA MARY SILVEIRA FONTOURA | 002 | 2011.0004268-4/4 |
| LUILSON FELIPE GONÇALVES | 001 | 2011.0004169-6/3 |
| LUIZ GONZAGA MOREIRA CORREIA | 002 | 2011.0004268-4/4 |
| SERGIO SCHULZE | 003 | 2011.0005128-0/3 |

001. 2011.0004169-6/3
COMARCA.....: Ponta Grossa - 2º JEC
AGRAVANTE.....: BANCO FINASA BMC S/A
ADVOGADO.....: CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN
ADVOGADO.....: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES
ADVOGADO.....: FLAVIO SANTANNA VALGAS
AGRAVADO.....: LUIZ LEANDRO VARDENSKI
ADVOGADO.....: LUILSON FELIPE GONÇALVES
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao agravado para apresentar as contra-razões.
002. 2011.0004268-4/4
COMARCA.....: Curitiba - 8º JEC
AGRAVANTE.....: VRG LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADO.....: ALBERTO SILVA GOMES
ADVOGADO.....: FERNANDA RIBEIRO BRANCO
ADVOGADO.....: LUIZ GONZAGA MOREIRA CORREIA
AGRAVADO.....: MARLENE MOREIRA SCALETTI
ADVOGADO.....: ARNO JUNG
ADVOGADO.....: ELEANDRA LEAL DOS SANTOS MORAES
ADVOGADO.....: LORENA MARY SILVEIRA FONTOURA
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao agravado para apresentar as contra-razões.
003. 2011.0005128-0/3
COMARCA.....: Cianorte - JECI
AGRAVANTE.....: MARIA LUZIA FERREIRA GOUVEIA
ADVOGADO.....: BENEDITO DE ASSIS MASQUETTI
ADVOGADO.....: DANILO TITTATO CORRALES
AGRAVADO.....: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO.....: ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANETTI
ADVOGADO.....: SERGIO SCHULZE
ADVOGADO.....: ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao agravado para apresentar as contra-razões.

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis
1ª Turma Recursal - Número Relação: 128/2011

| Advogado | Ordem | Recurso |
|---|---|---|
| ADILSON DE CASTRO JUNIOR | 001 | 2010.0014358-6/4 |
| ANDREA PAULA DA ROCHA ESCORSIN | 001 | 2010.0014358-6/4 |
| ANE GONCALVES DE RESENDE FERNANDES | 002 | 2011.0002474-0/2 |
| ANE GONCALVES DE RESENDE FERNANDES | 004 | 2011.0005330-6/2 |
| ANIBAL BIM | 004 | 2011.0005330-6/2 |
| CARLYLE POPP | 001 | 2010.0014358-6/4 |
| DANIELLA LETICIA BROERING | 001 | 2010.0014358-6/4 |
| DANIELLA ZOLDAN | 001 | 2010.0014358-6/4 |
| FELIPE LORENCI WOICIECHOWSKI | 002 | 2011.0002474-0/2 |
| FERNANDO GUSTAVO KNOERR | 002 | 2011.0002474-0/2 |
| JANAYNA FERREIRA LUZZI SCHON | 002 | 2011.0002474-0/2 |
| JANAYNA FERREIRA LUZZI SCHON | 004 | 2011.0005330-6/2 |
| JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO | 003 | 2011.0004411-7/2 |
| JULIANA BARBAR DE CARVALHO ANTUNES | 002 | 2011.0002474-0/2 |
| MAJEDA DENISE MOHD POPP | 001 | 2010.0014358-6/4 |
| MARCELO ARTHUR MENEGASSI FERNANDES | 002 | 2011.0002474-0/2 |
| MARCELO ARTHUR MENEGASSI FERNANDES | 004 | 2011.0005330-6/2 |
| RICARDO DAVID CHAMMAS CASSAR | 003 | 2011.0004411-7/2 |
| ROGERIO EDUARDO DE CARVALHO BIM | 004 | 2011.0005330-6/2 |

001. 2010.0014358-6/4
COMARCA.....: Curitiba - 2º JEC
AGRAVANTE.....: ALDO JOSE VIANNA HERNANDES
ADVOGADO.....: DANIELLA ZOLDAN
ADVOGADO.....: CARLYLE POPP
ADVOGADO.....: MAJEDA DENISE MOHD POPP
AGRAVADO.....: FIAT AUTOMÓVEIS S.A.
ADVOGADO.....: ADILSON DE CASTRO JUNIOR
ADVOGADO.....: DANIELLA LETICIA BROERING
ADVOGADO.....: ANDREA PAULA DA ROCHA ESCORSIN
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao agravado para apresentar as contra-razões.
002. 2011.0002474-0/2
COMARCA.....: Curitiba - 2º JEC
AGRAVANTE.....: POLYNDIA EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA
ADVOGADO.....: MARCELO ARTHUR MENEGASSI FERNANDES
ADVOGADO.....: ANE GONCALVES DE RESENDE FERNANDES
ADVOGADO.....: JANAYNA FERREIRA LUZZI SCHON
AGRAVADO.....: TATIANA WAGNER LAUAND DE PAULA
ADVOGADO.....: FELIPE LORENCI WOICIECHOWSKI
ADVOGADO.....: FERNANDO GUSTAVO KNOERR
ADVOGADO.....: JULIANA BARBAR DE CARVALHO ANTUNES
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao agravado para apresentar as contra-razões.
003. 2011.0004411-7/2
COMARCA.....: Ribeirão Claro - JECI
AGRAVANTE.....: COMPANHIA LUZ E FORCA SANTA CRUZ S.A.
ADVOGADO.....: JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO
AGRAVADO.....: ELIEZER CIRELLI GIROLDO
ADVOGADO.....: RICARDO DAVID CHAMMAS CASSAR
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao agravado para apresentar as contra-razões.
004. 2011.0005330-6/2
COMARCA.....: Maringá - 1º JEC
AGRAVANTE.....: COSTA COMERCIO DE LIVROS LTDA ME
ADVOGADO.....: JANAYNA FERREIRA LUZZI SCHON
ADVOGADO.....: MARCELO ARTHUR MENEGASSI FERNANDES
ADVOGADO.....: ANE GONCALVES DE RESENDE FERNANDES
AGRAVADO.....: ANA CLAUDIA APARECIDA DE ABREU
ADVOGADO.....: ROGERIO EDUARDO DE CARVALHO BIM
ADVOGADO.....: ANIBAL BIM
JUIZ RELATOR.....:
Vista ao agravado para apresentar as contra-razões.

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis
2ª Turma Recursal - Número Relação: 280/2011

| Advogado | Ordem | Recurso |
|---|---|---|
| ADILSON DE CASTRO JUNIOR | 002 | 2011.0012277-3/0 |
| ALESSANDRO DIAS PRESTES | 001 | 2011.0011948-3/1 |
| ANDREA GONÇALVES BONANCIN | 003 | 2011.0012293-8/0 |
| CEZAR NAZARIO | 001 | 2011.0011948-3/1 |
| EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO | 004 | 2011.0012460-0/0 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 003 | 2011.0012293-8/0 |

| | | |
|---|---|---|
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 003 | 2011.0012293-8/0 |
| JAIRO ANTONIO DE MELLO | 002 | 2011.0012277-3/0 |
| LIZIA CEZÁRIO DE MARCHI | 004 | 2011.0012460-0/0 |
| LORENZA DE CASSIA AMARAL OLIVEIRA | 002 | 2011.0012277-3/0 |
| MARIA ALICE CASTILHO DOS REIS | 003 | 2011.0012293-8/0 |
| MAURÍCIO BERBIGIER SILVEIRA | 001 | 2011.0011948-3/1 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 002 | 2011.0012277-3/0 |
| RAFAEL GONÇALVES ROCHA | 001 | 2011.0011948-3/1 |
| RAFAEL SCHIER GUERRA | 004 | 2011.0012460-0/0 |
| THAIS MALACHINI | 002 | 2011.0012277-3/0 |
| VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA | 004 | 2011.0012460-0/0 |

001. 2011.0011948-3/1

COMARCA.....: Foz do Iguaçu - 1º JEC

EMBARGANTE.....: MARÍTIMA SEGUROS S/A

ADVOGADO.....: ALESSANDRO DIAS PRESTES

ADVOGADO.....: RAFAEL GONÇALVES ROCHA

ADVOGADO.....: MAURÍCIO BERBIGIER SILVEIRA

INTERESSADO.....: GILMAR MACHADO DE OLIVEIRA

ADVOGADO.....: CEZAR NAZARIO

JUIZ RELATOR.....: DOUGLAS MARCEL PERES

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL, IN LIMINE.INAPLICABILIDADE DA REGRA DO ARTIGO 511, 2º, DO CPC AOS JUIZADOS ESPECIAIS. PREQUESTIONAMENTO.DECISÃO QUE FUNDAMENTOU DE FORMA EXPLÍCITA O MOTIVO DE SEU CONVENCIMENTO. MATÉRIA SUSCITADA DEVIDAMENTE ANALISADA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS COM O FIM DE PREQUESTIONAMENTO QUE DEVEM TAMBÉM OBSERVAR OS LINDES TRAÇADOS NO ARTIGO 535 DO CPC, VEZ QUE A EXISTÊNCIA DAQUELES PRESSUPOSTOS É INDISPENSÁVEL AO CABIMENTO DO RECURSO. MERO INCONFORMISMO COM A SOLUÇÃO ADOTADA PELO RELATOR. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE A LEGITIMAR O USO DO PRESENTE RECURSO, SABIDAMENTE DE RÍGIDOS CONTORNOS PROCESSUAIS. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.O recurso deve ser conhecido vez que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.O requisito constitucional de prequestionamento se traduz na suscitação prévia da questão federal ou constitucional violada na instância ordinária, provocando o tribunal "a quo" a manifestar-se expressamente sobre a mesma. Todavia, a Constituição Federal, nos artigos 102, inc. III, e 105, inc.III, dispõe de forma expressa a necessidade de que a questão federal ou constitucional violada não tão somente ser prequestionada, como também decidida pelo tribunal "a quo". Concluo, pois, que prequestionamento não se confunde com cabimento de recursos excepcionais; vez que aquele corresponde ao suscitamento prévio da questão, enquanto que para este, necessário se faz efetiva decisão do tribunal recorrido sobre a questão.Cabe ressaltar ainda, que conforme disposto no art. 535 do CPC, são pressupostos de admissibilidade dos embargos de declaração, a existência de obscuridade, contradição ou omissão de questões sobre as quais deveria se pronunciar o Juiz "a quo", ou o e. Tribunal.Destarte, não configurado nenhum dos requisitos e pressupostos do art. 535 do CPC para interposição do referido recurso, rejeito do recurso de embargos de declaração.Curitiba, 28 de setembro de 2011.Douglas Marcel Peres Juiz Relator

002. 2011.0012277-3/0

COMARCA.....: Curitiba - 5º JEC

RECORRENTE.....: ACE SEGURADORA S/A

ADVOGADO.....: MILTON LUIZ CLEVE KUSTER

ADVOGADO.....: THAIS MALACHINI

ADVOGADO.....: ADILSON DE CASTRO JUNIOR

RECORRIDO.....: LUIZ CLOVIS DA CUNHA

RECORRIDO.....: LUIZ CARLOS DA CUNHA

RECORRIDO.....: MARIA CLARICE FREITAS

RECORRIDO.....: CLAUDIO ANANIAS DA CUNHA

ADVOGADO.....: LORENZA DE CASSIA AMARAL OLIVEIRA

ADVOGADO.....: JAIRO ANTONIO DE MELLO

JUIZ RELATOR.....: DOUGLAS MARCEL PERES

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SINISTRO OCORRIDO EM 28/04/1988. SENTENÇA QUE CONDENA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO ACRESCIDA DE CORREÇÃO MONETÁRIA A CONTAR DO 16º DIA DO SINISTRO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 9.7 DA TURMA RECURSAL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO, MEDIANTE DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 557, § 1º-A, DO CPC.Conheço do recurso interposto, visto que estão presentes seus pressupostos de admissibilidade.A Tuma Recursal do Paraná já consolidou o entendimento segundo o qual "Havendo pagamento parcial, a correção monetária começa a contar a partir da data de tal pagamento. Nos casos em que não houve pagamento parcial, a correção monetária incide desde o ajuizamento da demanda". (Enunciado N.º 9.7-TRU/PR) .Assim, a sentença proferida pelo MM Juízo singular merece reparos, na medida em que fixou como termo inicial o 16º dia da ocorrência do sinistro para a incidência da correção monetária, quando deveria incidir a partir do ajuizamento da ação, já que não houve pagamento parcial.Destarte e com fundamento nos argumentos supra, dou provimento ao recurso interposto, o que faço com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil.Logrando êxito recursal, não há o que se falar em ônus de sucumbência.Curitiba, 28 de setembro de 2011.Douglas Marcel Peres Juiz Relator

003. 2011.0012293-8/0

COMARCA.....: Maringá - 1º JEC

RECORRENTE.....: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO.....: FABIANO NEVES MACIEYWSKI

ADVOGADO.....: FERNANDO MURILO COSTA GARCIA

RECORRIDO.....: JOSE FURTADO

ADVOGADO.....: ANDREA GONÇALVES BONANCIN

ADVOGADO.....: MARIA ALICE CASTILHO DOS REIS

JUIZ RELATOR.....: DOUGLAS MARCEL PERES

RECURSO INOMINADO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇAO OBRIGATÓRIA (DPVAT). TESE DE DESNECESSIDADE DA MENSURAÇÃO DA INVALIDEZ.ENTENDIMENTO SUPERADO PELA TURMA RECURSAL, COM A REVOGAÇÃO DOS ENUNCIADOS 9.2 E 9.4. ATUAL POSICIONAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LAUDO DO IML QUE MENSURA A DEBILIDADE PERMANENTE DA FUNÇAO MASTIGATÓRIA E VISUAL EM 50%, PORÉM COM RESPOSTA NEGATIVA NO ULTIMO QUESITO. LAUDO CONTROVERSO. INCAPACIDADE PERMANENTE NÃO COMPROVADA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROCESSO QUE DEVE SER EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO COM FUNDAMENTO NA INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL (ART. 51, II, DA LEI 9.099/95). RECURSO CONHECIDO E PROVIDO POR DECISÃO MONOCRÁTICA, COM BASE NO ART. 557, § 1°-A, DO CPC.Satisfeitos estão os pressupostos processuais viabilizadores da admissibilidade deste recurso, devendo ele ser conhecido.No caso em exame, em que pese o laudo do IML acostado à fl. 36 expresse que o acidente sofrido pelo autor resultou em debilidade permanente da função mastigatória e visual em 50%, o referido documento apresenta controvérsias, em razão da resposta positiva do penúltimo quesito e negativa do ultimo (ausência de incapacidade). Em decorrência disso, emerge a impossibilidade de conhecer o pedido deduzido, mostrando-se necessária a produção de prova pericial para a verificação do direito reclamado, o que afasta a competência do Juizado Especial para análise da matéria. Logo, diante da incompetência do Juizado Especial para julgar o feito, o mesmo deve ser extinto por este motivo.Nestes termos e com fulcro no art. 557, § 1°-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso inominado, para julgar extinto o feito sem resolução do mérito, com fundamento no art. 51, II, da Lei n° 9.099/95.Sem ônus sucumbencial, considerando o provimento do recurso.Curitiba, 28 de setembro de 2011.Douglas Marcel Peres Juiz Relator

004. 2011.0012460-0/0

COMARCA.....: Curitiba - 7º JEC

IMPETRANTE.....: YEDA ROTEMBERG

ADVOGADO.....: RAFAEL SCHIER GUERRA

IMPETRADO.....: JUIZ DE DIREITO DO 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE C

INTERESSADO.....: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO.....: VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA

ADVOGADO.....: EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO

ADVOGADO.....: LIZIA CEZÁRIO DE MARCHI

JUIZ RELATOR.....: DOUGLAS MARCEL PERES

No caso em comento, não vislumbro um dos requisitos a amparar a pretensão liminar da impetrante. Inicialmente, quanto ao fumus boni iuris, não verifico a existência da plausibilidade do direito em si invocado. Em juízo meramente perfunctório, verifico que, aparentemente, a decisão apontada por ilegal mostra-se correta. A ora impetrante levantou a totalidade de valor depositado em juízo, por força de execução provisória por si movida, valor esse que, posteriormente, restou reduzido em sede recursal.A liminar é de ser deferida tão somente quando se encontram presentes concomitantemente os requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora.Não havendo nos autos prova suficiente a sustentar a idoneidade da pretensão material, falta o primeiro daqueles requisitos, embora possa, eventualmente, existir o periculum in mora.Dessa forma, estando ausente o referido requisito a autorizar a concessão da liminar no caso sub judice, entendo que se impõe seu indeferimento.Notifique-se a autoridade impetrada para que preste as informações que reputar necessárias, no prazo de dez dias.Notifique-se ainda o Estado do Paraná, nos moldes do artigo 7º, inciso II, da LMS/09.Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público.Curitiba, 28 de setembro de 2011.Douglas Marcel Peres Juiz Relator

## Secretaria

**PROTOCOLO Nº 53.268/2010**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL Nº 35/2011-DEA**

**CONTRATO:** primeiro termo aditivo ao contrato nº 43/2010, celebrado em 20 de setembro de 2011.
**EXPEDIENTE:** protocolado na Secretaria do Tribunal de Justiça sob n.º 53.268/2010.
**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 15.608/2007.
**CONTRATANTE:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.
**CONTRATADA:** MARLUC CONSTRUTORA LTDA.
**OBJETO:** prorrogação de prazo e concessão de reajuste contratual para a obra de construção do edifício do Fórum da Comarca de Porecatu.
**PRAZO:** fica prorrogado o prazo para execução da obra em 148 (cento e quarenta e oito dias) dias.
**VALOR:** o Contratante pagará à Contratada a importância de **R$ 218.117,10** (duzentos e dezoito mil, cento e dezessete reais e dez centavos), a titulo de reajuste contratual, de acordo com o artigo 40, XI, da Lei nº 8.666/93.
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** para o exercício de 2011, através da rubrica orçamentária nº 44.90.51.01, conforme Nota de Empenho nº 05600000100859, emitida pelo FUNREJUS em 14/09/2011.
**FORO:** Curitiba - Paraná.

Curitiba, 29 DE SETEMBRO DE 2011.

RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA JUNIOR
Supervisor da Assessoria Jurídica do
Departamento de Engenharia e Arquitetura

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1346/2011**

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 173/89, resolve

L O T A R

a servidora ELISA COSTA, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, no Departamento do Patrimônio.

Curitiba, 23 de setembro de 2011.

JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES
Secretário

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1348/2011**

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 173/89 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 343693/2011, resolve

D E S I G N A R

SYLMARA MARQUARTE RIBEIRO, servidora deste Tribunal, para responder, em substituição, pelas funções de Chefe da Segunda Divisão de Processo Cível do Departamento Judiciário, a partir de 26 de setembro do corrente ano, durante o período de afastamento do titular, Roberto Hundzinski Cenovicz, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício.

Curitiba, 23 de setembro de 2011.

JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES
Secretário

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1318/2011**

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 173/89 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 332795/2011, resolve

D E S I G N A R

IVANILDO JOSÉ LOPES, servidor deste Tribunal, para responder, em substituição, pelas funções de Chefe da Segunda Divisão de Protocolo do Centro de Protocolo Judiciário Estadual e Arquivo Geral, a partir de 12 de setembro do corrente ano, durante o período de afastamento do titular, Júlio Cesar Lack, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício.

Curitiba, 19 de setembro de 2011.

JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES
Secretário

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1319/2011**

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 173/89 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 335706/2011, resolve

M A N D A R C O N T A R

em favor da servidora MARIA HELENA BESLER DE BARROS, para todos os efeitos legais, de conformidade com o artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/1970, vigente até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 20/1998, o tempo de 128 (cento e vinte e oito) dias, correspondente ao dobro dos dias restantes da licença especial referente ao quinquênio ininterrupto do serviço público compreendido entre 1º/3/1993 e 28/2/1998, com efeitos a partir da data do protocolo do pedido, 14/9/2011.

Curitiba, 19 de setembro de 2011.

JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES
Secretário

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1320/2011**

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 173/89 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 334156/2011, resolve

M A N D A R C O N T A R

em favor do servidor EDINALDO FRANCISCO DE LIMA, para todos os efeitos legais, de conformidade com o artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/1970, vigente até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 20/1998, com efeitos a partir da data do protocolo do pedido, 13/9/2011, os seguintes tempos:
a)180 (cento e oitenta) dias, correspondente ao dobro dos dias da licença especial referente ao quinquênio ininterrupto do serviço público compreendido entre 7/12/1987 e 6/12/1992;
b) 180 (cento e oitenta) dias, correspondente ao dobro dos dias da licença especial referente ao quinquênio ininterrupto do serviço público compreendido entre 7/12/1992 e 9/6/1997, antecipado em virtude da contagem acima.

Curitiba, 19 de setembro de 2011.

JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES
Secretário

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1341/2011**

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 173/89 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 338080/2011, resolve

D E S I G N A R

DIEGO FERREIRA RODRIGUES, servidor deste Tribunal, para responder, em substituição, pelas funções de Chefe da Divisão de Sistemas Externos do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça, a partir de 13 de setembro do corrente ano, durante o período de afastamento da titular, Melina Maria de Carvalho Pugnaloni, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício.

Curitiba, 23 de setembro de 2011.

JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES
Secretário

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1331/2011**

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 173/89 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 334154/2011, resolve

M A N D A R C O N T A R

em favor do servidor JULIO ANTONIO ROCHA, com efeitos a partir da data da protocolização do pedido, 13/9/2011, os seguintes tempos:
a) para efeito de aposentadoria, 1 (um) ano e 240 (duzentos e quarenta) dias, relativos aos períodos compreendidos entre 25/5/1987 e 11/11/1987, 1º/12/1988 e 6/5/1989, 1º/6/1989 e 19/10/1989, 1º/12/1989 e 30/12/1989 e de 1º/4/1991 a 15/7/1991, em que prestou serviços à iniciativa privada sob o regime da Lei Orgânica de Previdência Social, nos termos do artigo 201, § 9º da Constituição Federal;
b) para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, 212 (duzentos e doze) dias, referente ao período compreendido entre 1º/10/2002 e 30/4/2003, em que prestou serviços à Câmara Municipal de Curitiba, de acordo com o artigo 35, § 9º da Constituição Estadual;
c) para todos os efeitos legais, 3 (três) anos e 33 (trinta e três) dias, relativo ao período compreendido entre 1º/12/1997 e 1º/1/2001, em que prestou serviços à Assembléia Legislativa do Paraná, nos termos do artigo 129, inciso I, da Lei nº 6174/1970, já descontado o tempo paralelo prestado a este Tribunal.

Curitiba, 21 de setembro de 2011.

JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES
Secretário

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1332/2011**

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 173/89, resolve

L O T A R

MAGNO MARIO BAYER FILHO, Assessor Jurídico do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, no Departamento do Patrimônio.

Curitiba, 21 de setembro de 2011.

JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES
Secretário

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1335/2011**

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 173/89 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 339970/2011, resolve

D E S I G N A R

a) ELISETE FERREIRA ALVES, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria, para o exercício das funções de chefe da Seção de Juntadas e Anexações, da Divisão de Assessoramento Técnico e Administrativo do Centro de Protocolo Judiciário e Arquivo Geral, revogada sua designação anterior, com eficácia a partir da respectiva publicação, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2005;
b) ADÃO JOSÉ STEIN, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria, para o exercício das funções de chefe do Serviço de Controle de Movimentação Protocolar, da Seção de Cadastramento de Expedientes Administrativos, da Primeira Divisão de Protocolo do Centro de Protocolo Judiciário e Arquivo Geral, revogada sua

designação anterior, com eficácia a partir da respectiva publicação, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2005;
c) JOSÉ FLORIANO DE HIGINO ANDRADE ANATER, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria, para o exercício das funções de chefe do Serviço de Seleção de Expedientes, da Seção de Arquivo, da Segunda Divisão de Protocolo do Centro de Protocolo Judiciário e Arquivo Geral, revogada sua designação anterior, com eficácia a partir da respectiva publicação, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2005.

Curitiba, 21 de setembro de 2011.

JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES
Secretário

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1317/2011**

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 173/89 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 334505/2011, resolve

M A N D A R C O N T A R

em favor da servidora TATIANE HEDIGER, para todos os efeitos legais, o tempo de 2 (dois) anos e 170 (cento e setenta) dias, referente ao período de 30/1/2006 a 17/7/2008, em que prestou serviços à Secretaria Estadual de Educação deste Estado, nos termos do disposto no artigo 129, I, da Lei nº 6174/1970.

Curitiba, 21 de setembro de 2011.

JOSÉ ALVACIR GUIMARÃES
Secretário

---

**PROTOCOLO Nº 339.561/2010**
**EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 38/2011 - DEA**

**CONTRATO: nº 36/2011 - DEA, firmado em 26/09/2011.**
**EXPEDIENTE: Protocolado na Secretaria do Tribunal de Justiça sob nº 339.561/2010.**
**FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 15.608/2007.**
**CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**
**CONTRATADA: COSTA OESTE CONSTRUÇÕES LTDA.**
**OBJETO: Construção do prédio do Fórum da Comarca de Siqueira Campos.**
**PREÇO: R$ 4.034.076,55 (quatro milhões, trinta e quatro mil, setenta e seis reais e cinqüenta e cinco centavos).**
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação orçamentária do Funrejus, exercício de 2011, devidamente empenhado através do sub-elemento 4.4.90.51.01, conforme Nota de Empenho nº 05600000100875-1, emitida pelo Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS em 16/09/2011.**
**FORO: Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - PR.**

Curitiba, 27 de setembro de 2011.

RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA JUNIOR
Supervisor da Assessoria Jurídica do Departamento de Engenharia e Arquitetura

---

## Subsecretaria

## Departamento da Magistratura

ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DA MAGISTRATURA

Curitiba, 29 de setembro de 2011.

Ofício Circular nº **12/2011**-D.M.

Comunico a Vossa Excelência que se encontra aberta, para pedidos de remoção, nos termos do Artigo 30 do novo Regimento Interno deste Tribunal, alterado pela Resolução nº 04/2011, pelo prazo de 02 (dois) dias, a contar da publicação deste, UMA VAGA na 18ª CÂMARA CÍVEL desta Corte, tendo em vista a remoção do Desembargador ROBERTO DE VICENTE para a 2ª Câmara Criminal, consoante Decreto Judiciário nº 288-D.M., veiculado no Diário da Justiça Eletrônico nº 725, de 29/09/2011.
Se houver interesse encaminhe seu requerimento ao Departamento da Magistratura, via mensageiro nos seguintes endereços (wal@tjpr.jus.br., mtm@tjpr.jus.br. ou rvb@tjpr.jus.br.) - DIVISÃO DE APOIO ÀS SESSÕES DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E CONSELHO DA MAGISTRATURA.
Atenciosamente

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/618570

---

**T R I B U N A L D E J U S T I Ç A**
**DEPARTAMENTO DA MAGISTRATURA**
**DIVISÃO DE APOIO AO CONSELHO DA MAGISTRATURA**

**RELAÇÃO Nº41/2011**

Recurso contra Decisão do Conselho da Magistratura nº 2008.335117-8/1
Recorrente: A.M.
Advogado: Dr. Juarez Ayres de Aguirre Filho
Decisão: "O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, a unanimidade de votos, reconheceu a ocorrência da prescrição e julgou prejudicado o recurso."

Curitiba, 29/09/2011.

---

**PORTARIA Nº 1608-D.M**

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Judiciário nº 683/2010 e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 5º da Resolução nº 07/2010-CSJE, o informado pelo Clube Atlético Paranaense e o contido no protocolado sob nº 72.496/2011, resolve

D E S I G N A R

os magistrados abaixo nominados, para atuarem no projeto "Justiça ao Torcedor", junto ao posto avançado do Juizado Especial Criminal instalado no Estádio Joaquim Américo Guimarães, nesta capital:
a) Doutora ADRIANA DE LOURDES SIMETTE, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no dia 12 de outubro de 2011 (quarta-feira), às 16h, no jogo entre as equipes Atlético Paranaense e Vasco;
b) Doutor DANIEL RIBEIRO SURDI DE AVELAR, Juiz de Direito da Vara Privativa do 2º Tribunal do Júri do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no dia 23 de outubro de 2011 (domingo), às 16h, no jogo entre as equipes Atlético Paranaense e Ceará.

Curitiba, 27/09/2011.

Des. TELMO CHEREM
2º Vice-Presidente em exercício

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/614739

---

**PORTARIA Nº 1609-D.M**

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Judiciário nº 683/2010 e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 5º da Resolução nº 07/2010-CSJE, o informado pelo Coritiba Foot Ball Club e o contido no protocolado sob nº 57.724/2011, resolve

D E S I G N A R

os magistrados abaixo nominados, para atuarem no projeto "Justiça ao Torcedor", junto ao posto avançado do Juizado Especial Criminal instalado no Estádio Major Antonio Couto Pereira, nesta capital:
a) Doutor DIEGO SANTOS TEIXEIRA, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no dia 16 de outubro de 2011 (domingo), às 18h, no jogo entre as equipes Coritiba FC e Bahia;
b) Doutor DOUGLAS MARCEL PERES, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no dia 30 de outubro de 2011 (domingo), às 18h, no jogo entre Coritiba FC e América-MG.

Curitiba, 27/09/2011.

Des. TELMO CHEREM
2º Vice-Presidente em exercício

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/614758

---

**PORTARIA Nº 1610-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 340.872/2011, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do egrégio Órgão Especial, o Desembargador RUY CUNHA SOBRINHO, membro da 1ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a se afastar de suas funções nos dias 24 e 25 de outubro do ano em curso, para oitiva de testemunhas no Processo Administrativo Disciplinar nº 2008.0317013-0/05, a realizar-se em Foz do Iguaçu/PR.

I I - D E S I G N A R

o Doutor CARLOS HENRIQUE LICHESKI KLEIN, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para substituí-lo durante o mencionado afastamento.

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/610670

---

**PORTARIA Nº 1611-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido na Ordem de Serviço sob nº 545/2011, resolve

D E S I G N A R

a Doutora THÊMIS DE ALMEIDA FURQUIM CORTES, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, para substituir o Desembargador LUIZ TARO OYAMA, junto à 13ª Câmara Cível, de 26 a 31 de agosto do ano em curso.

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/604310

---

**PORTARIA Nº 1612-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 317.889/2011, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor CLAUDIO CAMARGO DOS SANTOS, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maringá, a celebrar o casamento civil de VANESSA JUSTINO GALBIATTI e BELCHIOR CÂNDIDO NETO, a realizar-se no dia 21 de outubro do ano em curso, em Maringá/PR.
.

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/598919

---

**PORTARIA Nº 1613-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 333.898/2011, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor DANIEL RIBEIRO SURDI DE AVELAR, Juiz de Direito da Vara Privativa do 2º Tribunal do Júri do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a celebrar o casamento civil de CAROLINE PAGNONCELLI CANTON e GUILHERME MAGGI SCHMIDT, a realizar-se no dia 22 de outubro do ano em curso, nesta Capital.

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/611113

---

**PORTARIA Nº 1614-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 339.851/2011, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal do Foro Regional de São José de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a celebrar o casamento civil de JANAINA MIRIELLE TONELLA e RICARDO JOSÉ SERRATO, a realizar-se no dia 08 de outubro do ano em curso, em São José dos Pinhais/PR.

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/607637

**PORTARIA Nº 1615-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 311.440/2011, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora ANA CRISTINA PENHALBEL MORAES, Juíza de Direito da Vara da Infância e da Juventude e Anexos da Comarca de Rolândia, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, a partir de 25 de agosto do ano em curso, de acordo com o inciso XI do artigo 34 da Constituição Estadual.

I I - D E S I G N A R

os magistrados abaixo relacionados para atenderem, durante o referido afastamento, sem prejuízo de suas atribuições:
a) o Doutor ALBERTO JOSÉ LUDOVICO, Juiz de Direito da Vara Criminal e Anexos da mesma comarca, os feitos urgentes, envolvendo matéria de Família, Infância e Juventude;
b) o Doutor FELIPE FORTE COBO, Juiz de Direito da Vara Cível da referida comarca, os feitos urgentes, envolvendo Registros Públicos e Juizado Especial Cível.

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/601970

**PORTARIA Nº 1616-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 328.771/2011, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor LAÉRCIO FRANCO JUNIOR, Juiz de Direito da Comarca de Cantagalo, 04 (quatro) dias de licença por motivo de falecimento de pessoa da família, a partir de 26 de agosto do ano em curso, de acordo com o artigo 97, inciso II, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com sua substituição pela Doutora RAQUEL FRATANTONIO PERINI, Juíza Substituta da 36ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Laranjeiras do Sul.

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/609672

**PORTARIA Nº 1617-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 340.753/2011, resolve

D E S I G N A R

o Doutor PLÍNIO AUGUSTO PENTEADO DE CARVALHO, Juiz de Direito da Vara Privativa do 1º Tribunal do Júri do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para presidir as sessões de julgamento da 2ª Vara Privativa do Tribunal do Júri do mencionado Foro Central, de 19 a 29/09/2011, em virtude das férias concedidas ao titular, Doutor DANIEL RIBEIRO SURDI DE AVELAR.

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/609037

**PORTARIA Nº 1618-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 324.134/2011, resolve

D E S I G N A R

as magistradas abaixo nominadas, para atuarem nos autos infra relacionados:

| Magistrada | Discriminação |
|---|---|
| 1) PRISCILLA SHOJI WAGNER, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba | Regulamentação de Visitas nº 4526/2010, em trâmite na 3ª Vara de Família do Foro Central da mesma comarca, em virtude da suspeição manifestada pela titular, Doutora SIMONE CHEREM FABRÍCIO DE MELO PORTELLA |
| 2) LUCIENE OLIVEIRA VIZZOTTO ZANETTI, Juíza de Direito da Vara Cível e Anexos da Comarca de Ivaiporã | Ação Penal n° 0004407-82.2010.8.16.0097, em trâmite na Vara Criminal e Anexos da mesma comarca, em virtude da vacância do cargo de Juiz Substituto da respectiva Seção Judiciária, e tendo em vista a suspeição manifestada pela titular, Doutora ADRIANA MARQUES DOS SANTOS |

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/609585

**PORTARIA Nº 1619-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 328.882/2011, resolve

D E S I G N A R

o Doutor RICARDO LUIZ GORLA, Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Cambé, para substituir a Doutora KARIN FEUERHARMEL GIUSEPPIN, Juíza de Direito da Vara da Infância e da Juventude e Anexos da mesma comarca, no dia 09 de setembro do ano em curso.

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/607424

**PORTARIA Nº 1620-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 317.883/2011, resolve

R E T I F I C A R

a pedido, o item "II - a" da Portaria nº 1360/2011-D.M., referente às férias alusivas ao 2º período de 2011 da Doutora HELOÍSA DA SILVA KROL MILAK, Juíza de Direito da Comarca de Iretama, a fim de que nele passe a constar a interrupção a partir de 11 de novembro do ano em curso, e não como ali figurou, assegurando-lhe o direito de usufruir os 19 (dezenove) dias restantes em época oportuna.

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/610767

**PORTARIA Nº 1621-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 324.132/2011, resolve

I - T R A N S F E R I R

a pedido, para o dia 13/10/2011, o início das férias alusivas ao 1º período de 2011, da Doutora MÁRCIA REGINA HERNANDEZ DE LIMA,Juíza de Direito da Vara da Infância e da Juventude e Anexos do Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, anteriormente concedidas pelo item "I-02" da Portaria nº 1335/2011-D.M.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a partir de 17 de outubro do ano em curso, as supracitadas férias da referida magistrada, assegurando-lhe o direito de usufruir os 26 (vinte e seis) dias restantes em época oportuna.

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/602415

**PORTARIA Nº 1622-D.M**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve

A D I T A R

à Portaria nº 1597-D.M./2011 que convocou a sessão do colendo TRIBUNAL PLENO, para o dia sete de outubro do ano em curso (07/10/2011), a fim de que passe a constar, também, que visa à eleição de membro do egrégio Órgão Especial, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador JOÃO KOPYTOWSKI.

Curitiba, 29/09/2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/618579

## Departamento Administrativo

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 43/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DE 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador **MIGUEL KFOURI NETO**, no uso de suas atribuições e nos termos do contido no item 4 do Capítulo I, nos itens 1 e 2.1. do Capítulo XVI, todos do Edital nº 01/2009, considerando não haver candidatos habilitados para o cargo de Técnico Judiciário da Comarca de União da Vitória, pertencente à 51ª Seção Judiciária, resolve:

**TORNAR PÚBLICA**

A **convocação** dos candidatos aprovados no cargo de Técnico Judiciário do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do 1º Grau de Jurisdição, considerando a ordem de classificação da 51ª Seção Judiciária, e na continuidade, da 33ª Seção Judiciária, observado os itens 4 do Capítulo I e os itens 1 e 2.1 do Capítulo XVI, todos do Edital nº 01/2009, para apresentação de **Termo de Opção de Nomeação visando o provimento de 09 (nove) cargos de Técnico Judiciário para a Comarca de União da Vitória**.

1.Os candidatos convocados, relacionados no Anexo I, deverão manifestar seu interesse na nomeação para o cargo de Técnico Judiciário da Comarca de União da Vitória, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico;

2. Na hipótese do termo final do prazo fixado recair em sábado, domingo ou feriado, fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte;

3. O Termo de Opção de Nomeação, devidamente datado e assinado, **com firma reconhecida**, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital, disponível no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça www.tjpr.jus.br, no menu Concursos e Estágios/ Servidor/1º Grau de Jurisdição/Concurso de Analista e Técnico Judiciário do 1º Grau de Jurisdição, deverá ser entregue no Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Divisão de Protocolo Administrativo, situado no 1º andar do Palácio da Justiça, Praça Nossa Senhora de Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba - PR, no horário de funcionamento, qual seja, das 12 horas às 18 horas;

4. É de total responsabilidade do convocado a entrega do termo no prazo, local e horários estipulados, não cabendo justificativas posteriores de qualquer espécie, inclusive de caráter pessoal, caso fortuito e força maior;

5. O candidato convocado, que não atender a convocação, bem como, aquele que atender, porém não tiver seu Termo de Opção de Nomeação homologado em virtude das vagas haver sido providas pelos candidatos melhor classificados, permanecerá na ordem de classificação geral do concurso para o cargo de Técnico Judiciário da respectiva Comarca para a qual se inscreveu no Concurso Público;

6. A nomeação é limitada ao número de vagas destinadas ao provimento dos cargos de Técnico Judiciário deste edital de convocação, observada a classificação do candidato na 51ª Seção Judiciária, e na continuidade, na 33ª Seção Judiciária.

E, para que não se alegue ignorância e chegue ao conhecimento de todos os interessados, dando-se ampla publicidade, expediu-se este edital, a ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico, inserido no *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Eu, _____ (Hélcio José Vidotti), Chefe da Divisão de Concursos do Departamento Administrativo, expedi o edital.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

Eu, _____ (Clovis Mario de Lara), Diretor do Departamento Administrativo, o subscrevi. Curitiba, 29 de setembro de 2011.-.-.-.-.-.-.-.-

**MIGUEL KFOURI NETO**
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/618871

---

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 40/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DE 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador **MIGUEL KFOURI NETO**, no uso de suas atribuições e nos termos do contido no item 4 do Capítulo I, nos itens 1 e 2.1. do Capítulo XVI, todos do Edital nº 01/2009, considerando não haver mais candidatos habilitados para o cargo de Técnico Judiciário da Comarca de Laranjeiras do Sul, pertencente à 36ª Seção Judiciária, resolve:

**TORNAR PÚBLICA**

A **convocação** dos candidatos aprovados no cargo de Técnico Judiciário do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do 1º Grau de Jurisdição, considerando a ordem de classificação da Seção Judiciária mais próxima, Comarca de Cascavel, observado os itens 4 do Capítulo I e os itens 1 e 2.1 do Capítulo XVI, todos do Edital nº 01/2009, para apresentação de **Termo de Opção de Nomeação visando o provimento de 01 (um) cargo de Técnico Judiciário para a Comarca de Laranjeiras do Sul,** vaga remanescente do Edital de Convocação nº 33/2011.

1. Os candidatos convocados, relacionados no Anexo I, deverão manifestar seu interesse na nomeação para o cargo de Técnico Judiciário da Comarca de Laranjeiras do Sul, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico;

2. Na hipótese do termo final do prazo fixado recair em sábado, domingo ou feriado, fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte;

3. O Termo de Opção de Nomeação, devidamente datado e assinado, **com firma reconhecida**, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital, disponível no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça www.tjpr.jus.br, no menu Concursos e Estágios/ Servidor/1º Grau de Jurisdição/Concurso de Analista e Técnico Judiciário do 1º Grau de Jurisdição, deverá ser entregue no Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Divisão de Protocolo Administrativo, situado no 1º andar do Palácio da Justiça, Praça Nossa Senhora de Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba - PR, no horário de funcionamento, qual seja, das 12 horas às 18 horas;

4. É de total responsabilidade do convocado a entrega do termo no prazo, local e horários estipulados, não cabendo justificativas posteriores de qualquer espécie, inclusive de caráter pessoal, caso fortuito e força maior;

5. O candidato convocado, que não atender a convocação, bem como, aquele que atender, porém não tiver seu Termo de Opção de Nomeação homologado em virtude das vagas haver sido providas pelos candidatos melhor classificados, permanecerá na ordem de classificação geral do concurso para o cargo de Técnico Judiciário da respectiva Comarca para a qual se inscreveu no Concurso Público;

6.A nomeação é limitada ao número de vagas destinadas ao provimento dos cargos de Técnico Judiciário deste edital de convocação, observada a classificação do candidato na Seção Judiciária de Cascavel.

E, para que não se alegue ignorância e chegue ao conhecimento de todos os interessados, dando-se ampla publicidade, expediu-se este edital, a ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico, inserido no *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Eu, _____ (Hélcio José Vidotti), Chefe da Divisão de Concursos do Departamento Administrativo, expedi o edital.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

Eu, _____ (Clovis Mario de Lara), Diretor do Departamento Administrativo, o subscrevi. Curitiba, 26 de setembro de 2011.-.-.-.-.-.-.-.-

**MIGUEL KFOURI NETO**
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/618814

---

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 42/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DE 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador **MIGUEL KFOURI NETO**, no uso de suas atribuições e nos termos do contido no item 4 do Capítulo I, nos itens 1 e 2.1. do Capítulo XVI, todos do Edital nº 01/2009, considerando não haver candidatos habilitados

para o cargo de Técnico Judiciário da Comarca de Marmeleiro, pertencente à 28ª Seção Judiciária, resolve:
**TORNAR PÚBLICA**
A **convocação** dos candidatos aprovados no cargo de Técnico Judiciário do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do 1º Grau de Jurisdição, considerando a ordem de classificação da 28ª Seção Judiciária, observado os itens 4 do Capítulo I e os itens 1 e 2.1 do Capítulo XVI, todos do Edital nº 01/2009, para apresentação de **Termo de Opção de Nomeação visando o provimento de 05 (cinco) cargos de Técnico Judiciário para a Comarca de Marmeleiro**.
1.Os candidatos convocados, relacionados no Anexo I, deverão manifestar seu interesse na nomeação para o cargo de Técnico Judiciário da Comarca de Marmeleiro, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico;
2.Na hipótese do termo final do prazo fixado recair em sábado, domingo ou feriado, fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte;
3.O Termo de Opção de Nomeação, devidamente datado e assinado, **com firma reconhecida**, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital, disponível no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça www.tjpr.jus.br, no menu Concursos e Estágios/ Servidor/1º Grau de Jurisdição/Concurso de Analista e Técnico Judiciário do 1º Grau de Jurisdição, deverá ser entregue no Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Divisão de Protocolo Administrativo, situado no 1º andar do Palácio da Justiça, Praça Nossa Senhora de Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba - PR, no horário de funcionamento, qual seja, das 12 horas às 18 horas;
4.É de total responsabilidade do convocado a entrega do termo no prazo, local e horários estipulados, não cabendo justificativas posteriores de qualquer espécie, inclusive de caráter pessoal, caso fortuito e força maior;
5. O candidato convocado, que não atender a convocação, bem como, aquele que atender, porém não tiver seu Termo de Opção de Nomeação homologado em virtude das vagas haver sido providas pelos candidatos melhor classificados, permanecerá na ordem de classificação geral do concurso para o cargo de Técnico Judiciário da respectiva Comarca para a qual se inscreveu no Concurso Público;
6. A nomeação é limitada ao número de vagas destinadas ao provimento dos cargos de Técnico Judiciário deste edital de convocação, observada a classificação do candidato na 28ª Seção Judiciária.
E, para que não se alegue ignorância e chegue ao conhecimento de todos os interessados, dando-se ampla publicidade, expediu-se este edital, a ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico, inserido no *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Eu, _____ (Hélcio José Vidotti), Chefe da Divisão de Concursos do Departamento Administrativo, expedi o edital.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.
Eu, _____ (Clovis Mario de Lara), Diretor do Departamento Administrativo, o subscrevi. Curitiba, 29 de setembro de 2011.-.-.-.-.-.-.-.-

**MIGUEL KFOURI NETO**
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/618858

---

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DE 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**

I. Considerando a informação lançada pela Divisão de Concursos do Departamento Administrativo, bem como as disposições do Edital nº 01/2009 do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná e do Edital nº 38/2011, referente à convocação dos candidatos constantes do Anexo I, para apresentação de Termo de Opção de Nomeação para a Comarca de Telêmaco Borba, **DECIDO**:
**1. Homologar a opção de nomeação** manifestada pelos candidatos, a seguir indicados, visando o provimento de 03 (três) cargos de Técnico Judiciário, nível INT-1, para a Comarca de Telêmaco Borba, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição, em atendimento ao Edital de Convocação nº 38/2011 do Concurso Público:

| CL. POR SEÇÃO JUDICIÁRIA | NOME | PROTOCOLO | SEÇÃO JUDICIÁRIA | COMARCA DE ORIGEM |
|---|---|---|---|---|
| 15 | DENISE RIBEIRO | 333.918/2011 | 48ª SEÇÃO JUDICIÁRIA | TIBAGI |
| 16 | MARICLEIA ASTEGHER DA SILVA MAINARDES | 338.068/2011 | 48ª SEÇÃO JUDICIÁRIA | TIBAGI |
| 5 | VANIA COSTA GUSMÃO | 342.272/2011 | 52ª SEÇÃO JUDICIÁRIA | SIQUEIRA CAMPOS |

**2. Não conhecer** do Termo de Opção de Nomeação para a Comarca de Telêmaco Borba, do candidato **MARCELO JOSÉ GARCIA DE SOUZA**, aprovado no Concurso Público para o cargo de Técnico Judiciário, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em virtude de que não houve sua convocação por meio do Edital nº 38/2011.
II. Ao Departamento Administrativo para lavrar o ato de nomeação;
III. Dê-se ciência à ESEJE - Escola de Servidores da Justiça Estadual para a realização de cursos de treinamento dos novos servidores;
IV. Publique-se no Diário da Justiça eletrônico e insira-se no *site* do Tribunal de Justiça, em cumprimento a forma oficial de intimação, convocação, divulgação e publicidade estipulada no instrumento que rege o certame.
Curitiba, 23 de setembro de 2011.

**MIGUEL KFOURI NETO**
Presidente

---

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 41/2011 PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DE 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador **MIGUEL KFOURI NETO**, no uso de suas atribuições e nos termos do contido no item 4 do Capítulo I, nos itens 1 e 2.1. do Capítulo XVI, todos do Edital nº 01/2009, considerando não haver candidatos habilitados para o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária da Comarca de Marmeleiro, pertencente à 28ª Seção Judiciária, resolve:
**TORNAR PÚBLICA**
A **convocação** dos candidatos aprovados no cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do 1º Grau de Jurisdição, considerando a ordem de classificação da 28ª Seção Judiciária, observado os itens 4 do Capítulo I e os itens 1 e 2.1 do Capítulo XVI, todos do Edital nº 01/2009, para apresentação de **Termo de Opção de Nomeação visando o provimento de 01 (um) cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária para a Comarca de Marmeleiro**.
1.Os candidatos convocados, relacionados no Anexo I, deverão manifestar seu interesse na nomeação para o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária da Comarca de Marmeleiro, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico;
2.Na hipótese do termo final do prazo fixado recair em sábado, domingo ou feriado, fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte;
3.O Termo de Opção de Nomeação, devidamente datado e assinado, **com firma reconhecida**, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital, disponível no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça www.tjpr.jus.br, no menu Concursos e Estágios/ Servidor/1º Grau de Jurisdição/Concurso de Analista e Técnico Judiciário do 1º Grau de Jurisdição, deverá ser entregue no Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Divisão de Protocolo Administrativo, situado no 1º andar do Palácio da Justiça, Praça Nossa Senhora de Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba - PR, no horário de funcionamento, qual seja, das 12 horas às 18 horas;
4.É de total responsabilidade do convocado a entrega do termo no prazo, local e horários estipulados, não cabendo justificativas posteriores de qualquer espécie, inclusive de caráter pessoal, caso fortuito e força maior;
5.O candidato convocado, que não atender a convocação, bem como, aquele que atender, porém não tiver seu Termo de Opção de Nomeação homologado em virtude das vagas haver sido providas pelos candidatos melhor classificados, permanecerá na ordem de classificação geral do concurso para o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária da respectiva Comarca para a qual se inscreveu no Concurso Público;
6.A nomeação é limitada ao número de vagas destinadas ao provimento dos cargos de Analista Judiciário, Área judiciária deste edital de convocação, observada a classificação do candidato na 28ª Seção Judiciária.

E, para que não se alegue ignorância e chegue ao conhecimento de todos os interessados, dando-se ampla publicidade, expediu-se este edital, a ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico, inserido no *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Eu, _______________________ (Hélcio José Vidotti), Chefe da Divisão de Concursos do Departamento Administrativo, expedi o edital.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.
Eu, ______________________________ (Clovis Mario de Lara), Diretor do Departamento Administrativo, o subscrevi. Curitiba, 29 de setembro de 2011.-.-.-.-.-.-.-

**MIGUEL KFOURI NETO**
Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/618847

# Departamento Econômico e Financeiro

# Departamento do Patrimônio

**DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO**
**DESPACHOS DO PRESIDENTE**

**PROTOCOLO Nº 153.522/2010**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2011**

**I** - **HOMOLOGO** o julgamento de fls. 592/593, devidamente rubricadas, constantes da ata do Pregão Eletrônico nº 08/2011, em vista da aprovação do protótipo pelo setor requisitante, fls. 584 a 591.
**II** - **CONFIRMO** a adjudicação do objeto do presente procedimento de AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA MODULAR DE ARQUIVOS PARA O CENTRO DE PROTOCOLO JUDICIÁRIO ESTADUAL E ARQUIVO GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, observadas as disposições legais, à empresa **LONDON ARQUIVOS E SISTEMAS LTDA**., inscrita no CNPJ nº 05.040.644/0001-27, nos termos da proposta de fls. 443, apresentada após a fase de lances, pelo valor unitário de R$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais).
**III** - Ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS para emissão da Nota de Empenho.
**IV** - Ao Departamento do Patrimônio para formalização do contrato e demais providências.
**V** - Publique-se.

Em 23 de setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

---

**DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO**
**DESPACHOS DO PRESIDENTE**

**PROTOCOLO 412.810/2010**
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2011**

**I** - **HOMOLOGO** o julgamento de fls. 408/415 devidamente rubricadas, constantes da ata do Pregão Presencial nº 19/2011.
**II** - **CONFIRMO** a adjudicação do objeto do presente procedimento de Registro de Preços para eventual aquisição materiais de pintura,observadas as disposições legais, às empresas:
**a) ABC Comércio de Eletro Eletrônicos Ltda.**, CNPJ nº 12.532.967/0001-01, nos termos da proposta apresentada após a fase de negociação (fls. 426/430) pelos valores unitários conforme seguem:

| Lote | Item | Quant | Valor | Lote | Item | Quant | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1 | 50 | 2,95 | 1 | 9 | 50 | 5,05 |
| 1 | 2 | 50 | 2,37 | 1 | 10 | 100 | 0,81 |
| 1 | 3 | 50 | 2,65 | 1 | 11 | 50 | 2,15 |
| 1 | 4 | 50 | 2,90 | 1 | 12 | 50 | 2,76 |
| 1 | 5 | 50 | 5,49 | 1 | 13 | 50 | 2,15 |
| 1 | 6 | 50 | 6,07 | 1 | 14 | 50 | 2,39 |
| 1 | 7 | 50 | 3,15 | 3 | 1 | 10 | 50,82 |
| 1 | 8 | 50 | 4,38 | 3 | 2 | 40 | 15,77 |

**b)Lenine Toniolo**, CNPJ nº **82.435.900/0001-26**, nos termos da proposta apresentada após a fase de negociação (fls. 431/432) pelos valores unitários conforme seguem:
2,76

| Lote | Item | Quant | Valor | Lote | Item | Quant | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 | 1 | 40 | 170,81 | 11 | 8 | 40 | 89,45 |
| 11 | 2 | 50 | 69,97 | 2 | 1 | 40 | 154,22 |
| 11 | 3 | 30 | 182,06 | 2 | 2 | 50 | 47,00 |
| 11 | 4 | 50 | 74,56 | 2 | 3 | 20 | 120,70 |
| 11 | 5 | 40 | 182,06 | 2 | 4 | 20 | 115,14 |
| 11 | 6 | 50 | 74,56 | 2 | 5 | 30 | 32,14 |
| 11 | 7 | 20 | 184,54 | | | | |

004089,45

**c) Tintorauto Comércio de Tintas Ltda.** CNPJ 06.224.973/0001-90, nos termos da proposta apresentada após a fase de negociação (fls. 437/441) pelos valores unitários conforme seguem:

| Lote | Item | Quant | Valor | Lote | Item | Quant | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | 1 | 100 | 1,05 | 10 | 6 | 50 | 40,90 |
| 4 | 2 | 100 | 1,15 | 10 | 7 | 50 | 36,94 |
| 4 | 3 | 100 | 2,58 | 10 | 8 | 50 | 36,94 |
| 4 | 4 | 100 | 1,00 | 10 | 9 | 120 | 9,75 |
| 4 | 5 | 100 | 4,20 | 10 | 10 | 120 | 9,75 |
| 4 | 6 | 100 | 4,30 | 10 | 11 | 120 | 9,75 |
| 4 | 7 | 100 | 6,00 | 10 | 12 | 120 | 9,80 |
| 4 | 8 | 100 | 5,72 | 12 | 1 | 40 | 77,00 |
| 5 | 1 | 200 | 1,05 | 12 | 2 | 50 | 22,00 |
| 5 | 2 | 200 | 1,50 | 12 | 3 | 40 | 77,00 |
| 5 | 3 | 200 | 12,50 | 12 | 4 | 50 | 22,00 |
| 5 | 4 | 300 | 11,20 | 12 | 5 | 30 | 77,00 |
| 5 | 5 | 300 | 2,50 | 12 | 6 | 30 | 22,00 |
| 6 | 1 | 50 | 22,90 | 12 | 7 | 50 | 76,20 |
| 6 | 2 | 50 | 5,00 | 12 | 8 | 40 | 22,00 |
| 7 | 1 | 10 | 71,00 | 12 | 9 | 40 | 76,00 |
| 7 | 2 | 10 | 26,90 | 12 | 10 | 40 | 76,00 |
| 7 | 3 | 10 | 65,00 | 12 | 11 | 50 | 22,00 |
| 8 | 1 | 50 | 24,50 | 13 | 1 | 50 | 48,00 |
| 8 | 2 | 100 | 5,80 | 13 | 2 | 20 | 54,00 |
| 8 | 3 | 50 | 25,40 | 13 | 3 | 30 | 52,00 |
| 8 | 4 | 50 | 6,50 | 13 | 4 | 30 | 47,00 |
| 10 | 1 | 50 | 46,40 | 14 | 1 | 300 | 1,39 |
| 10 | 2 | 50 | 46,40 | 14 | 2 | 10 | 11,20 |
| 10 | 3 | 50 | 40,90 | 14 | 3 | 50 | 19,90 |
| 10 | 4 | 50 | 40,90 | 14 | 4 | 50 | 12,50 |
| 10 | 5 | 50 | 40,90 | 14 | 5 | 10 | 95,00 |
| | | | | 14 | 6 | 10 | 32,00 |

10012
**d)New Máster Tintas Ltda,** CNPJ 68.346.634/0005-68, nos termos da proposta apresentada após a fase de negociação (fls. 433/436 e 442/443) pelos valores unitários conforme seguem:
2,76

| Lote | Item | Quant | Valor | Lote | Item | Quant | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 9 | 1 | 50 | 101,73 | 9 | 6 | 20 | 82,35 |
| 9 | 2 | 50 | 101,73 | 9 | 7 | 10 | 82,35 |
| 9 | 3 | 50 | 101,73 | 9 | 8 | 30 | 116,26 |
| 9 | 4 | 20 | 82,35 | 9 | 9 | 30 | 116,26 |
| 9 | 5 | 20 | 82,35 | | | | |

3d20
51006
**III -** Ao Departamento do Patrimônio para convocação dos vencedores do certame para assinatura da Ata de Registro de Preços.

**IV -** Publique-se.

Em 27 de setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

---

**DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO**

**RELAÇÃO Nº 238**

**PROTOCOLO: 4.914/2008**
**INTERESSADO: SISDOC COMÉRCIO E INFORMÁTICA LTDA**.
**I -** Tendo em vista o contido neste protocolado, notadamente no Parecer nº 460/2011 da Assessoria Jurídica do Departamento do Patrimônio (fls. 345/346), bem como a Informação nº 203/2010 do Departamento Econômico e Financeiro (fls. 347/348), **AUTORIZO** a prorrogação do contrato firmado entre este Tribunal de Justiça e a empresa **sisdoc comércio e informática ltda**, nº 07.547.829/0001-58, tendo por objeto a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva nos equipamentos microfilmadores instalados no Centro de Protocolo Judiciário Estadual e Arquivo Geral deste Tribunal de Justiça, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 28 de outubro de 2011, nos termos dos artigos 57, inciso II, da Lei Federal nº 8666/93, e 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15608/07.
**II -** Ao Departamento Econômico e Financeiro para emissão de nota de empenho.
**III -** Ao Departamento do Patrimônio para formalizar do respectivo termo aditivo e demais providências.
**IV -** Publique-se.

Em 27 de Setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

**DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO**

**RELAÇÃO Nº 236**

**PROTOCOLO: 38.321/2007**
**INTERESSADO: MPS INFORMÁTICA LTDA.**

**1.** Tendo em vista o contido nos Pareceres nºs 424/11 (fls. 484-486) e 453/11 (fls. 491-492), da Assessoria Jurídica do Departamento do Patrimônio, **determino** a alteração da cláusula primeira do instrumento contratual de fls. 280-284, dando-lhe o seguinte conteúdo:
"**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**:
Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção e suporte técnico para produtos Sybase, na modalidade Standard Support, conforme a seguinte descrição: 8 (oito) licenças (cores) do Sybase Adaptive Server Enterprise (ASE), versão 15.03 - Enterprise Edition - modalidade CPU Full - CP - plataforma HP-UX Itanium; e 8 (oito) licenças (cores) do Sybase Adaptive Server Enterprise (ASE), versão 15.03 - Enterprise Edition - modalidade Standby CPU - SF - plataforma HP-UX Itanium."
**2.** Ao Departamento do Patrimônio, para a elaboração de termo aditivo e demais providências que se fizerem necessárias.
**3.** Publique-se.

Em 27 de Setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

**DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO**

**RELAÇÃO Nº 235**

**PROTOCOLO: 110.305/2009**
**INTERESSADO: ESPÓLIO DE DARCI IZÉ**

**1.** Tendo em vista o contido nos Pareceres nºs 99/11 (fls. 187-188), 270/11 (fls. 199-200), 340/11 (fls. 202-204) e 488/11 (fls. 215-220), da Assessoria Jurídica do Departamento do Patrimônio, e nos documentos de fls. 206-214, juntados pela Comissão de Estudos e Reavaliação de Contratos:
**1.1. Determino** a imediata devolução, ao **espólio de darci izé**, representado por sua inventariante, **livete dotto antonio izé**, das chaves do imóvel situado no rua Paraná, 2282, na cidade de Medianeira, objeto do contrato de locação processado nestes autos, bem como a apresentação de recibos de quitação de despesas com água, IPTU, telefone e energia elétrica, na forma prevista no item 15.3. do contrato de fls. 128-135, de modo a fazer cessar, a partir desta data, a obrigação contratual, conferida ao Tribunal de Justiça, de pagamento de despesas relativas ao preço do aluguel.
**1.2. Autorizo** o pagamento, ao **espólio de darci izé**, representado por sua inventariante, **livete dotto antonio izé**, a título de indenização, do valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), em atendimento ao disposto no artigo 23, inciso III, da Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e à cláusula 15.3. do instrumento contratual de fls. 128-135, tendo em vista a desocupação, pelo Tribunal de Justiça, do imóvel referido antes.
**2.** Ao Departamento de Engenharia e Arquitetura, para as medidas necessárias ao desligamento dos sistemas de água e energia elétrica do imóvel objeto do contrato de locação processado nestes autos.
**3.** Ao Funrejus, para a emissão de nota de empenho, bem como para providenciar os comprovantes especificados no item 1.1.
**4.** Dê-se ciência deste despacho à Direção do Fórum da comarca de Medianeira, mediante ofício, com orientação para que seja providenciada a entrega, ao **espólio de darci izé**, representado por sua inventariante, **livete antonio izé**, das chaves do imóvel locado.
**5.** Ao Departamento do Patrimônio, para formalizar termo de quitação decorrente do encerramento do contrato e do pagamento de indenização, na forma ordenada nos itens 1.1. e 1.2., e adotar outras providências que se façam necessárias.
**6.** Publique-se.

Em 27 de Setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

**DEPARTAMENTO DO PATRI MÔNIO**

**RELAÇÃO Nº 239**

**PROTOCOLO: 170.252/2011**
**INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Curitiba.**
DESPACHO:
I - Tendo em vista o contido no presente protocolizado, notadamente no Parecer n.º 280/2011 da Assessoria Jurídica do Departamento do Patrimônio,:
I.1 - **NÃO AUTORIZO** o pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), referente ao exercício financeiro de 2009, lançado no imóvel situado na Rua Álvaro Ramos, 162, Curitiba-PR - locado, em 20/11/2003, por este Tribunal de Justiça (protocolizado nº 186.012/2002) e desapropriado, em 27/02/2009, pelo Estado do Paraná -, destinado a abrigar as instalações das Varas de Família desta Capital, com fundamento no artigo 34 do Código Tributário Nacional, no artigo 22, inciso VIII, da Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato), e na Cláusula Terceira do Contrato de Locação.
II.2 - **DETERMINO** o encaminhamento de fotocópias das peças deste expediente à Procuradoria Geral do Município e à Procuradoria Geral do Estado para ciência.
II - Ao Departamento do Patrimônio para as providências cabíveis.
III - Publique-se.

Em 27 de setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

**DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO**

**RELAÇÃO Nº 237**

**PROTOCOLO: 71.173/2005**
**INTERESSADO: STEMAC S/A GRUPOS GERADORES**.
**I -** Tendo em vista o contido neste protocolado, notadamente no Parecer nº 509/2011 da Assessoria Jurídica do Departamento do Patrimônio (fl.231/232), bem como a Informação nº 96/2011 do Departamento Econômico e Financeiro (fl. 229/230), **AUTORIZO** a prorrogação do contrato firmado entre o Tribunal de Justiça do Paraná e a empresa **STEMAC S/A GRUPOS GERADORES**, CNPJ 92.753.268/0001-12 que tem por objeto a prestação de serviços técnicos e especializados de manutenção preventiva e corretiva nos 04 (quatro) grupos geradores instalados no prédio do Tribunal de Justiça e prédio Anexo, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 15 de outubro de 2011, nos termos dos artigos 57, inciso II, da Lei Federal nº 8666/93, e 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15608/07.
**II -** Ao Departamento Econômico e Financeiro para emissão de nota de empenho.
**III -** Ao Departamento do Patrimônio para formalizar do respectivo termo aditivo e demais providências.
**IV -** Publique-se.

Em 27 de Setembro de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

**DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO**

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 105/2011**

**CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**.
**CONTRATADA: CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A**
**PROTOCOLO** : **319.304/2009**
**TERMO ADITIVO** ao contrato a que se refere o protocolado sob nº 319.304/09, cujo objeto consiste na prestação de serviços de coleta externa, transporte externo, tratamento externo e destinação final de resíduos de serviços de saúde produzidos pelo Centro de Assistência Médica e Social do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tudo conforme o disposto em legislação sobre licitações e contratos, particularmente na Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, e, no tocante às normas gerais e penais, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na forma que segue.
**CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto**
Este instrumento tem por objeto a prorrogação, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir do dia 16 de agosto de 2011, do contrato mencionado acima.

Curitiba, 16 de agosto de 2011.

ACIR BUENO DE CAMARGO
Diretor do Departamento do Patrimônio

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

Departamento de Engenharia e Arquitetura

Departamento de Serviços Gerais

Departamento Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ**
Departamento Judiciário
Sistema de Acompanhamento Processual

Relatório de Processos em Atraso
Processos em atraso há mais de 100 dias em 31/08/2011

| Magistrados | Nº de Processos |
|---|---|
| Des. Oto Luiz Sponholz | 0 |
| Des. Telmo Cherem | 0 |
| Des. Jesus Sarrão | 0 |
| Desª Regina Afonso Portes | 0 |
| Des. Leonardo Lustosa | 0 |
| Des. Campos Marques | 0 |
| Des. Clayton Camargo | 0 |
| Des. Idevan Lopes | 0 |
| Des. Sérgio Arenhart | 0 |
| Des. Rafael Augusto Cassetari | 1 |
| Des. Cunha Ribas | 0 |
| Desª Dulce Maria Cecconi | 0 |
| Des. Miguel Pessoa | 0 |
| Des. Marco Antonio de Moraes Leite | 640 |
| Des. Ruy Cunha Sobrinho | 0 |
| Des. Prestes Mattar | 0 |
| Des. Lidio José Rotoli de Macedo | 0 |
| Des. Carvilio da Silveira Filho | 0 |
| Des. Rogério Coelho | 0 |
| Des. Eduardo Fagundes | 0 |
| Des. Edson Vidal Pinto | 0 |
| Des. Costa Barros | 0 |
| Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa | 0 |
| Desª Rosana Amara Girardi Fachin | 0 |
| Des. Marques Cury | 0 |
| Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira | 0 |
| Des. Jorge Wagih Massad | 0 |
| Des. Ronald Juarez Moro | 0 |
| Des. Antônio Martelozzo | 0 |
| Des. Luiz Zarpelon | 0 |
| Des. Antenor Demeterco Junior | 0 |
| Des. Paulo Roberto Hapner | 0 |
| Desª Sonia Regina de Castro | 3 |
| Des. Rogério Kanayama | 0 |
| Des. Lauro Laertes de Oliveira | 0 |
| Des. Paulo Roberto Vasconcelos | 0 |
| Des. João Kopytowski | 0 |
| Des. Edvino Bochnia | 0 |
| Des. Valter Ressel | 0 |
| Des. Dimas Ortêncio de Melo | 0 |
| Des. Arquelau Araujo Ribas | 0 |
| Des. Antônio Renato Strapasson | 0 |
| Des. Hamilton Mussi Correa | 0 |
| Des. Luiz Lopes | 0 |
| Des. Nilson Mizuta | 0 |
| Des. Paulo Habith | 1 |
| Des. José Augusto Gomes Aniceto | 0 |
| Des. Eugenio Achille Grandinetti | 0 |
| Des. Macedo Pacheco | 0 |
| Des. Lauri Caetano da Silva | 0 |
| Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima | 0 |
| Des. Carlos Mansur Arida | 0 |
| Des. Guido Döbeli | 0 |
| Des. Hayton Lee Swain Filho | 0 |
| Des. Jurandyr Souza Junior | 0 |
| Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira | 0 |
| Des. José Mauricio Pinto de Almeida | 0 |
| Des. Silvio Dias | 0 |
| Des. Luiz Carlos Gabardo | 0 |
| Des. Leonel Cunha | 0 |
| Des. Paulo Cezar Bellio | 0 |
| Des. Luiz Mateus de Lima | 0 |
| Des. Cláudio de Andrade | 0 |
| Desª Maria Mercis Gomes Aniceto | 0 |
| Des. Ruy Francisco Thomaz | 0 |
| Des. Shiroshi Yendo | 0 |
| Des. Guilherme Luiz Gomes | 0 |
| Des. Renato Naves Barcellos | 0 |
| Des. Fernando Wolff Bodziak | 0 |
| Des. Jucimar Novochadlo | 0 |
| Des. Celso Seikiti Saito | 0 |
| Desª Vilma Régia Ramos de Rezende | 0 |
| Des. José Marcos de Moura | 53 |
| Des. Rubens Oliveira Fontoura | 0 |
| Des. Vicente Del Prete Misurelli | 0 |
| Des. Guimarães da Costa | 0 |
| Des. Rabello Filho | 0 |
| Des. José Cichocki Neto | 18 |
| Des. Abraham Lincoln Calixto | 0 |
| Des. Stewalt Camargo Filho | 0 |
| Des. Renato Braga Bettega | 0 |
| Desª Maria Aparecida Blanco de Lima | 0 |
| Des. Roberto De Vicente | 0 |
| Des. José Carlos Dalacqua | 0 |
| Des. Augusto Lopes Cortes | 0 |
| Des. Ruy Muggiati | 0 |
| Desª Lidia Maejima | 0 |
| Des. Laertes Ferreira Gomes | 7 |
| Des. João Domingos Kuster Puppi | 0 |
| Des. Salvatore Antonio Astuti | 0 |
| Des. Jorge de Oliveira Vargas | 0 |
| Des. Gamaliel Seme Scaff | 3 |
| Des. Joatan Marcos de Carvalho | 0 |
| Desª Lélia Samardã Giacomet | 0 |
| Desª Rosana Andriguetto de Carvalho | 0 |
| Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira | 29 |
| Des. Antonio Loyola Vieira | 0 |
| Des. Francisco Luiz Macedo Junior | 0 |
| Des. Mário Helton Jorge | 0 |
| Des. Edgard Fernando Barbosa | 0 |
| Des. Luiz Taro Oyama | 0 |
| Desª Joeci Machado Camargo | 0 |
| Des. D?artagnan Serpa Sa | 0 |
| Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha | 68 |
| Des. Luís Carlos Xavier | 0 |
| Des. Domingos José Perfetto | 0 |
| Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 |
| Des. José Sebastiao Fagundes Cunha | 6 |
| Des. Luiz Antônio Barry | 0 |
| Des. Jurandyr Reis Junior | 0 |
| Des. Luiz Osorio Moraes Panza | 0 |
| Des. Celso Jair Mainardi | 0 |
| Desª Ivanise Maria Tratz Martins | 0 |
| Des. Sérgio Roberto N Rolanski | 13 |
| Desª Lenice Bodstein | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios | 25 |
| Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa | 389 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello | 308 |
| Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler | 2 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer | 1 |
| Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce | 308 |
| Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola | 3 |
| Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox | 1 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcos S. Galliano Daros | 2 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte | 44 |
| Juiz Subst. 2º G. Everton Luiz Penter Correa | 31 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein | 41 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke | 1 |
| Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Antonio Prazeres | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rui Bacellar Filho | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Eduardo Sarrão | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Mauricio Ferreira | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Denise Antunes | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fábio Haick Dalla Vecchia | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Josély Dittrich Ribas | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antonio Antoniassi | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Antônio Massaro | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Vania Maria da S Kramer | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Vitor Roberto Silva | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Naor R. de Macedo Neto | 0 |
| Total: | 1998 |

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ**
Departamento Judiciário

| Magistrados | PROCESSOS DISTRIBUÍDOS Aut. | Dep. | Prev. | Vinc. | T.Geral | Enc /Rem | Suces. | Dev./ Redis. | PROCESSOS JULGADOS Julgados | Designados para lavrar Acórdão | Revisados | PEDIDOS DE VISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Oto Luiz Sponholz | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 16 | 0 | 2 | 0 |
| Des. Telmo Cherem | 62 | 0 | 23 | 0 | 85 | 8 | 0 | 1 | 50 | 0 | 7 | 0 |
| Des. Jesus Sarrão | 18 | 0 | 3 | 0 | 21 | 1 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Desª Regina Afonso Portes | 62 | 1 | 9 | 0 | 72 | 3 | 0 | 7 | 11 | 0 | 9 | 0 |
| Des. Leonardo Lustosa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Mendonça de Anunciação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Campos Marques | 50 | 0 | 31 | 0 | 81 | 7 | 0 | 1 | 66 | 0 | 11 | 0 |
| Des. Clayton Camargo | 84 | 1 | 25 | 0 | 110 | 15 | 0 | 2 | 104 | 0 | 56 | 0 |
| Des. Idevan Lopes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 83 | 0 | 14 | 0 |
| Des. Sérgio Arenhart | 83 | 0 | 29 | 0 | 112 | 6 | 1 | 5 | 118 | 2 | 88 | 2 |
| Des. Rafael Augusto Cassetari | 44 | 0 | 14 | 0 | 58 | 1 | 2 | 0 | 39 | 0 | 16 | 0 |
| Des. Cunha Ribas | 84 | 0 | 12 | 0 | 96 | 9 | 0 | 2 | 89 | 0 | 7 | 3 |
| Desª Dulce Maria Cecconi | 91 | 0 | 17 | 0 | 108 | 23 | 0 | 6 | 103 | 0 | 10 | 5 |
| Des. Miguel Pessoa | 39 | 0 | 10 | 0 | 49 | 3 | 0 | 1 | 87 | 0 | 12 | 0 |
| Des. Marco Antonio de Moraes Leite | 5 | 0 | 1 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 44 | 1 | 7 | 0 |
| Des. Ruy Cunha Sobrinho | 89 | 0 | 16 | 0 | 105 | 31 | 0 | 3 | 163 | 1 | 20 | 0 |
| Des. Prestes Mattar | 86 | 1 | 12 | 0 | 99 | 33 | 0 | 19 | 120 | 0 | 21 | 0 |
| Des. Lidio José Rotoli de Macedo | 70 | 0 | 21 | 0 | 91 | 3 | 0 | 2 | 37 | 0 | 5 | 0 |
| Des. Carvilio da Silveira Filho | 59 | 0 | 39 | 0 | 98 | 3 | 0 | 0 | 72 | 0 | 45 | 1 |
| Des. Rogério Coelho | 62 | 1 | 37 | 0 | 100 | 3 | 4 | 0 | 64 | 1 | 31 | 3 |
| Des. Eduardo Fagundes | 43 | 0 | 30 | 0 | 73 | 1 | 0 | 3 | 12 | 0 | 13 | 1 |
| Des. Edson Vidal Pinto | 201 | 3 | 39 | 0 | 243 | 28 | 0 | 8 | 245 | 0 | 32 | 0 |
| Des. Costa Barros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa | 8 | 0 | 3 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 2 |
| Desª Rosana Amara Girardi Fachin | 122 | 1 | 30 | 0 | 153 | 23 | 0 | 7 | 161 | 1 | 28 | 0 |
| Des. Marques Cury | 26 | 0 | 10 | 0 | 36 | 2 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira | 35 | 0 | 18 | 0 | 53 | 1 | 0 | 0 | 36 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jorge Wagih Massad | 65 | 0 | 38 | 0 | 103 | 2 | 0 | 0 | 59 | 0 | 14 | 0 |
| Des. Ronald Juarez Moro | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Antônio Martelozzo | 65 | 0 | 27 | 0 | 92 | 1 | 0 | 1 | 87 | 0 | 15 | 1 |
| Des. Luiz Zarpelon | 75 | 0 | 25 | 0 | 100 | 3 | 0 | 3 | 44 | 1 | 68 | 0 |
| Des. Antenor Demeterco Junior | 87 | 2 | 22 | 0 | 111 | 84 | 0 | 5 | 139 | 1 | 44 | 1 |
| Des. Paulo Roberto Hapner | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 21 | 0 | 5 | 0 |
| Desª Sonia Regina de Castro | 37 | 0 | 16 | 0 | 53 | 2 | 0 | 0 | 45 | 0 | 16 | 1 |
| Des. Rogério Kanayama | 69 | 0 | 28 | 0 | 97 | 7 | 0 | 3 | 52 | 0 | 33 | 0 |
| Des. Lauro Laertes de Oliveira | 88 | 0 | 7 | 0 | 95 | 4 | 0 | 2 | 95 | 4 | 11 | 0 |
| Des. Paulo Roberto Vasconcelos | 97 | 0 | 7 | 0 | 104 | 11 | 0 | 1 | 83 | 0 | 16 | 0 |
| Des. João Kopytowski | 5 | 0 | 11 | 0 | 16 | 4 | 0 | 7 | 13 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Edvino Bochnia | 74 | 0 | 24 | 0 | 98 | 1 | 0 | 1 | 45 | 0 | 21 | 1 |
| Des. Valter Ressel | 46 | 0 | 8 | 0 | 54 | 0 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Dimas Ortêncio de Melo | 90 | 1 | 9 | 0 | 100 | 22 | 0 | 1 | 106 | 0 | 16 | 0 |
| Des. Arquelau Araujo Ribas | 76 | 0 | 20 | 0 | 96 | 17 | 0 | 0 | 49 | 0 | 66 | 11 |
| Des. Antônio Renato Strapasson | 90 | 0 | 9 | 0 | 99 | 24 | 0 | 9 | 111 | 0 | 12 | 4 |
| Des. Hamilton Mussi Correa | 58 | 0 | 17 | 0 | 75 | 2 | 0 | 1 | 19 | 0 | 3 | 1 |
| Des. Luiz Lopes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Nilson Mizuta | 112 | 0 | 37 | 0 | 149 | 10 | 0 | 1 | 150 | 0 | 7 | 1 |
| Des. Paulo Habith | 87 | 0 | 14 | 0 | 101 | 31 | 0 | 0 | 90 | 0 | 30 | 0 |
| Des. José Augusto Gomes Aniceto | 139 | 1 | 15 | 0 | 155 | 13 | 0 | 0 | 154 | 1 | 44 | 2 |
| Des. Eugenio Achille Grandinetti | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 62 | 0 | 8 | 0 |
| Des. Miguel Kfouri Neto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Macedo Pacheco | 43 | 0 | 43 | 0 | 86 | 5 | 0 | 0 | 39 | 2 | 9 | 0 |
| Des. Lauri Caetano da Silva | 189 | 0 | 26 | 0 | 215 | 25 | 0 | 5 | 183 | 0 | 27 | 0 |
| Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima | 113 | 0 | 49 | 0 | 162 | 5 | 1 | 6 | 119 | 0 | 56 | 1 |
| Des. Carlos Mansur Arida | 176 | 0 | 31 | 0 | 207 | 8 | 0 | 13 | 190 | 0 | 11 | 4 |
| Des. Guido Döbeli | 56 | 0 | 10 | 0 | 66 | 27 | 4 | 3 | 131 | 1 | 26 | 2 |
| Des. Hayton Lee Swain Filho | 200 | 0 | 38 | 0 | 238 | 71 | 0 | 8 | 222 | 0 | 51 | 8 |
| Des. Jurandyr Souza Junior | 183 | 0 | 31 | 0 | 214 | 23 | 1 | 0 | 154 | 0 | 40 | 1 |
| Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira | 77 | 0 | 30 | 0 | 107 | 46 | 0 | 3 | 49 | 0 | 56 | 1 |
| Des. Silvio Dias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Carlos Gabardo | 80 | 1 | 28 | 0 | 109 | 1 | 0 | 0 | 99 | 0 | 33 | 1 |
| Des. Leonel Cunha | 44 | 0 | 14 | 0 | 58 | 13 | 0 | 5 | 66 | 0 | 18 | 3 |
| Des. Paulo Cezar Bellio | 185 | 1 | 41 | 1 | 227 | 75 | 0 | 0 | 147 | 1 | 100 | 1 |
| Des. Luiz Mateus de Lima | 54 | 0 | 15 | 0 | 69 | 13 | 0 | 8 | 64 | 2 | 46 | 2 |
| Des. Cláudio de Andrade | 126 | 0 | 41 | 0 | 167 | 12 | 0 | 1 | 171 | 0 | 43 | 0 |
| Desª Maria Mercis Gomes Aniceto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 101 | 0 | 31 | 0 |
| Des. Ruy Francisco Thomaz | 74 | 0 | 10 | 0 | 84 | 18 | 2 | 6 | 88 | 0 | 11 | 0 |
| Des. Shiroshi Yendo | 25 | 0 | 11 | 0 | 36 | 15 | 3 | 0 | 127 | 0 | 6 | 0 |
| Des. Guilherme Luiz Gomes | 87 | 0 | 20 | 0 | 107 | 14 | 0 | 7 | 94 | 1 | 25 | 1 |
| Des. Fernando Wolff Bodziak | 68 | 0 | 15 | 0 | 83 | 3 | 0 | 6 | 108 | 0 | 32 | 0 |
| Des. Jucimar Novochadlo | 189 | 1 | 52 | 0 | 242 | 67 | 0 | 8 | 272 | 1 | 70 | 2 |
| Des. Celso Seikiti Saito | 90 | 1 | 21 | 0 | 112 | 13 | 0 | 0 | 139 | 0 | 28 | 0 |
| Des. Vilma Régia Ramos de Rezende | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 | 0 |
| Desª Vilma Régia Ramos de Rezende | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 10 | 0 |
| Des. José Marcos de Moura | 59 | 0 | 15 | 0 | 74 | 17 | 0 | 5 | 94 | 0 | 21 | 0 |
| Des. Rubens Oliveira Fontoura | 92 | 0 | 13 | 0 | 105 | 14 | 2 | 6 | 111 | 0 | 40 | 1 |
| Des. Vicente Del Prete Misurelli | 146 | 1 | 23 | 0 | 170 | 17 | 0 | 3 | 179 | 0 | 37 | 0 |
| Des. Guimarães da Costa | 130 | 0 | 30 | 0 | 160 | 14 | 0 | 8 | 131 | 0 | 34 | 2 |
| Des. Rabello Filho | 97 | 2 | 9 | 0 | 108 | 16 | 0 | 3 | 88 | 0 | 6 | 3 |
| Des. José Cichocki Neto | 7 | 0 | 8 | 0 | 15 | 1 | 0 | 3 | 84 | 0 | 3 | 0 |
| Des. Abraham Lincoln Calixto | 53 | 0 | 15 | 0 | 68 | 20 | 0 | 11 | 78 | 0 | 2 | 5 |
| Des. Stewalt Camargo Filho | 196 | 0 | 29 | 0 | 225 | 14 | 0 | 3 | 170 | 0 | 51 | 0 |
| Des. Renato Braga Bettega | 126 | 0 | 18 | 0 | 144 | 13 | 0 | 0 | 105 | 0 | 35 | 5 |
| Desª Maria Aparecida Blanco de Lima | 19 | 0 | 11 | 0 | 30 | 1 | 0 | 1 | 74 | 0 | 12 | 0 |
| Des. Roberto De Vicente | 76 | 0 | 11 | 0 | 87 | 8 | 0 | 3 | 120 | 0 | 32 | 0 |
| Des. José Carlos Dalacqua | 187 | 4 | 26 | 0 | 217 | 41 | 1 | 10 | 196 | 0 | 59 | 2 |
| Des. Augusto Lopes Cortes | 78 | 1 | 24 | 0 | 103 | 19 | 0 | 12 | 115 | 1 | 3 | 1 |
| Des. Ruy Muggiati | 78 | 0 | 11 | 0 | 89 | 6 | 1 | 2 | 105 | 0 | 48 | 0 |
| Desª Lidia Maejima | 14 | 0 | 0 | 0 | 14 | 1 | 0 | 0 | 3 | 0 | 4 | 0 |
| Des. Laertes Ferreira Gomes | 206 | 0 | 36 | 0 | 242 | 5 | 0 | 0 | 144 | 0 | 59 | 0 |
| Des. João Domingos Kuster Puppi | 121 | 0 | 41 | 0 | 162 | 47 | 0 | 2 | 144 | 1 | 48 | 2 |
| Des. Salvatore Antonio Astuti | 87 | 0 | 11 | 0 | 98 | 8 | 0 | 2 | 78 | 0 | 10 | 1 |
| Des. Jorge de Oliveira Vargas | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 29 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Gamaliel Seme Scaff | 98 | 0 | 19 | 0 | 117 | 28 | 2 | 3 | 71 | 0 | 103 | 0 |
| Des. Joatan Marcos de Carvalho | 190 | 2 | 53 | 0 | 245 | 46 | 1 | 6 | 231 | 0 | 35 | 4 |
| Desª Lélia Samardã Giacomet | 56 | 0 | 14 | 0 | 70 | 21 | 0 | 2 | 66 | 0 | 48 | 0 |
| Desª Rosana Andriguetto de Carvalho | 6 | 0 | 1 | 0 | 7 | 1 | 0 | 0 | 29 | 1 | 1 | 0 |
| Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 49 | 4 | 86 | 6 |
| Des. Antonio Loyola Vieira | 93 | 0 | 20 | 0 | 113 | 19 | 2 | 2 | 116 | 0 | 52 | 0 |
| Des. Francisco Luiz Macedo Junior | 25 | 0 | 3 | 0 | 28 | 7 | 0 | 0 | 28 | 0 | 1 | 1 |
| Des. Mário Helton Jorge | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Edgard Fernando Barbosa | 187 | 0 | 46 | 0 | 233 | 53 | 1 | 2 | 258 | 0 | 84 | 4 |
| Des. Luiz Taro Oyama | 55 | 0 | 13 | 0 | 68 | 4 | 0 | 1 | 124 | 1 | 3 | 0 |
| Desª Joeci Machado Camargo | 26 | 1 | 8 | 0 | 35 | 0 | 0 | 0 | 104 | 0 | 43 | 0 |
| Des. D?artagnan Serpa Sa | 132 | 0 | 30 | 0 | 162 | 54 | 0 | 1 | 155 | 0 | 12 | 2 |
| Des. Ângela Khury Munhoz da Rocha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha | 91 | 0 | 17 | 0 | 108 | 10 | 1 | 12 | 79 | 0 | 40 | 3 |
| Des. Luis Carlos Xavier | 200 | 1 | 41 | 0 | 242 | 21 | 0 | 3 | 133 | 0 | 13 | 2 |
| Des. Domingos José Perfetto | 121 | 0 | 38 | 0 | 159 | 15 | 0 | 7 | 103 | 3 | 64 | 16 |
| Des. José Sebastiao Fagundes Cunha | 177 | 2 | 25 | 1 | 204 | 30 | 2 | 1 | 204 | 1 | 68 | 8 |
| Des. Luiz Antônio Barry | 94 | 0 | 18 | 0 | 112 | 28 | 3 | 5 | 113 | 0 | 44 | 0 |
| Des. Jurandyr Reis Junior | 122 | 2 | 28 | 0 | 152 | 35 | 0 | 2 | 174 | 0 | 31 | 1 |
| Des. Luiz Osorio Moraes Panza | 90 | 1 | 25 | 0 | 116 | 19 | 0 | 4 | 149 | 2 | 108 | 3 |
| Des. Celso Jair Mainardi | 201 | 1 | 36 | 0 | 238 | 29 | 1 | 6 | 265 | 1 | 73 | 0 |
| Desª Ivanise Maria Tratz Martins | 188 | 0 | 37 | 0 | 225 | 10 | 4 | 1 | 102 | 1 | 40 | 10 |
| Des. Sérgio Roberto N Rolanski | 184 | 1 | 35 | 0 | 220 | 26 | 5 | 3 | 211 | 0 | 21 | 4 |
| Desª Lenice Bodstein | 74 | 0 | 19 | 0 | 93 | 5 | 32 | 5 | 57 | 0 | 2 | 3 |
| Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Des. Cláudio de Andrade / Des. Oto Luiz Sponholz | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Guido Döbeli / Des. Oto Luiz Sponholz | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Carlos Mansur Arida / Des. Telmo Cherem | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Campos Marques / Des. Jesus Sarrão | 4 | 0 | 0 | 3 | 4 | 2 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Domingos José Perfetto / Desª Regina Afonso Portes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Guido Döbeli / Desª Regina Afonso Portes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Desª Rosana Amara Girardi Fachin / Desª Regina Afonso Portes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Osorio Moraes Panza / Des. Leonardo Lustosa | 3 | 0 | 1 | 0 | 4 | 3 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 |
| Desª Sonia Regina de Castro / Des. Leonardo Lustosa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Rafael Augusto Cassetari / Des. Mário Rau | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Antônio Barry / Des. Eraclés Messias | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Marco Antonio de Moraes Leite / Des. Eraclés Messias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Nilson Mizuta / Des. Idevan Lopes | 4 | 0 | 1 | 4 | 5 | 3 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Rafael Augusto Cassetari / Des. Idevan Lopes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Augusto Gomes Aniceto / Des. Sérgio Arenhart | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Marco Antonio de Moraes Leite / Des. Sérgio Arenhart | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Vicente Del Prete Misurelli / Des. Sérgio Arenhart | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Antonio Loyola Vieira / Des. Rafael Augusto Cassetari | 1 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Roberto Vasconcelos / Des. Rafael Augusto Cassetari | 2 | 0 | 0 | 3 | 2 | 3 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira / Desª Dulce Maria Cecconi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira / Desª Dulce Maria Cecconi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Guilherme Luiz Gomes / Des. Miguel Pessoa | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desª Sonia Regina de Castro / Des. Miguel Pessoa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira / Des. Marco Antonio de Moraes Leite | 1 | 0 | 1 | 6 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Osorio Moraes Panza / Des. Prestes Mattar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Guilherme Luiz Gomes / Des. Rogério Coelho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Habith / Des. Rogério Coelho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Sebastiao Fagundes Cunha / Des. Arno Gustavo Knoerr | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira / Des. Antenor Demeterco Junior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Marco Antonio de Moraes Leite / Des. Antenor Demeterco Junior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Rabello Filho / Des. Antenor Demeterco Junior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. José Augusto Gomes Aniceto / Des. Paulo Roberto Hapner | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 | 1 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Marco Antonio de Moraes Leite / Des. Paulo Roberto Vasconcelos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Antônio Martelozzo / Des. João Kopytowski | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jorge Wagih Massad / Des. João Kopytowski | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Marco Antonio de Moraes Leite / Des. João Kopytowski | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Jorge Wagih Massad / Des. Luiz Lopes | 4 | 0 | 0 | 3 | 4 | 4 | 1 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Domingos José Perfetto / Des. Nilson Mizuta | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima / Des. Nilson Mizuta | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira / Des. Paulo Habith | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Cunha Ribas / Des. Eugenio Achille Grandinetti | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Lauro Laertes de Oliveira / Des. Eugenio Achille Grandinetti | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Antônio Renato Strapasson / Des. Paulo Cezar Bellio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Joatan Marcos de Carvalho / Desª Maria Mercis Gomes Aniceto | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Laertes Ferreira Gomes / Des. Celso Seikiti Saito | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Augusto Lopes Cortes / Desª Vilma Régia Ramos de Rezende | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Stewalt Camargo Filho / Des. Vicente Del Prete Misurelli | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Freitas Oliveira / Des. Rabello Filho | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Antônio Martelozzo / Des. Jorge de Oliveira Vargas | 3 | 0 | 0 | 6 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Roberto Vasconcelos / Des. Jorge de Oliveira Vargas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Luis Carlos Xavier / Des. Luiz Taro Oyama | 3 | 0 | 2 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Paulo Cezar Bellio / Des. Cargo Vago II - OE (Des. Miguel Pessoa) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Desª Lélia Samardã Giacomet / Des. Cargo Vago-OE (Des. Moraes Leite) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Sérgio Roberto N Rolanski / Des. José Sebastiao Fagundes Cunha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Des. Cargo Vago (Des. Rosene A. C. Pereira) / Desª Ivanise Maria Tratz Martins | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Belchior Soares da Silva / Desª Joeci Machado Camargo | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Conv (C.Vago) Rogério Etzel / Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Desig. Fernando Wolff Filho / Desª Rosana Andriguetto de Carvalho | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Dulce Maria Cecconi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Everton Luiz Penter Correa / Desª Joeci Machado Camargo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Marcio José Tokars / Desª Lidia Maejima | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Roberto Portugal Bacellar / Des. Carvilio da Silveira Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios / Des. Abraham Lincoln Calixto | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios / Des. Celso Rotoli de Macedo | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios / Des. Domingos José Perfetto | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 10 | 0 | 0 | 43 | 0 | 10 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios / Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios / Des. Lauro Augusto Fabricio de Melo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios / Des. Luiz Lopes | 103 | 1 | 56 | 23 | 160 | 57 | 0 | 1 | 46 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios / Des. Moacir Guimarães | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios / Des. Nilson Mizuta | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 3 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios / Des. Renato Braga Bettega | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios / Des. Stewalt Camargo Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios / Des. Valter Ressel | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani / Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de Macedo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani / Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de Macedo) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani / Des. Cargo Vago (Des. Ruy Fernando de Oliveira) | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani / Des. Jurandyr Reis Junior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani / Des. Luiz Osorio Moraes Panza | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 21 | 0 | 3 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani / Des. Marco Antonio de Moraes Leite | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani / Des. Prestes Mattar | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 5 | 0 | 0 | 18 | 0 | 7 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani / Des. Sérgio Arenhart | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 4 | 0 | 0 | 16 | 0 | 34 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani / Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior / Des. Augusto Lopes Cortes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 16 | 0 | 4 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior / Des. Eraclés Messias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior / Des. Ruy Muggiati | 26 | 0 | 5 | 8 | 31 | 7 | 0 | 1 | 38 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior / Des. Sérgio Arenhart | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior / Desª Vilma Régia Ramos de Rezende | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin / Des. Francisco Luiz Macedo Junior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 7 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin / Des. Renato Braga Bettega | 7 | 0 | 2 | 2 | 9 | 9 | 0 | 0 | 20 | 0 | 16 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa / Des. Antonio Loyola Vieira | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa / Des. Celso Jair Mainardi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa / Des. Clayton Camargo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa / Des. Costa Barros | 92 | 0 | 19 | 11 | 111 | 15 | 0 | 0 | 59 | 0 | 17 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa / Des. José Cichocki Neto | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa / Des. Jurandyr Reis Junior | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa / Des. Luiz Antônio Barry | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa / Des. Paulo Roberto Vasconcelos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa / Des. Rafael Augusto Cassetari | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello / Des. João Kopytowski | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 1 | 0 | 0 | 8 | 0 | 11 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello / Des. José Mauricio Pinto de Almeida | 68 | 0 | 10 | 51 | 78 | 5 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello / Des. Miguel Kfouri Neto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello / Des. Valter Ressel | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 3 | 1 | 0 | 3 | 0 | 4 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello / Desª Lidia Maejima | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de M | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de Macedo) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. Celso Jair Mainardi | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. Edgard Fernando Barbosa | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 11 | 0 | 3 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. Joatan Marcos de Carvalho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. Jorge Wagih Massad | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. José Sebastiao Fagundes Cunha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 15 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. Luiz Antônio Barry | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. Paulo Cezar Bellio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. Rafael Augusto Cassetari | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. Renato Naves Barcellos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. Sérgio Roberto N Rolanski | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Des. Shiroshi Yendo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Desª Joeci Machado Camargo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Desª Lidia Maejima | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein / Desª Maria Mercis Gomes Aniceto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Mauricio Ferreira / Des. Antonio Loyola Vieira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Mauricio Ferreira / Des. Costa Barros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Carlos Mauricio Ferreira / Des. José Cichocki Neto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. D?artagnan Serpa Sa / Des. José Cichocki Neto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho / Des. Luiz Mateus de Lima | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 6 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho / Des. Paulo Roberto Hapner | 55 | 0 | 13 | 10 | 68 | 3 | 0 | 9 | 62 | 0 | 55 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho / Des. Rosene Arão de Cristo Pereira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Espedito Reis do Amaral / Des. Dimas Ortêncio de Melo | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Espedito Reis do Amaral / Des. Paulo Habith | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 3 | 0 | 0 | 17 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Espedito Reis do Amaral / Des. Paulo Roberto Vasconcelos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 27 | 0 | 5 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Espedito Reis do Amaral / Des. Rabello Filho | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 5 | 0 | 0 | 9 | 0 | 25 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Espedito Reis do Amaral / Des. Ruy Francisco Thomaz | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 27 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Espedito Reis do Amaral / Desª Joeci Machado Camargo | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Espedito Reis do Amaral / Desª Rosana Amara Girardi Fachin | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Everton Luiz Penter Correa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Juiz Subst. 2º G. Everton Luiz Penter Correa / Des. Cláudio de Andrade | 60 | 0 | 16 | 5 | 76 | 44 | 0 | 1 | 54 | 0 | 3 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Everton Luiz Penter Correa / Des. Edgard Fernando Barbosa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Everton Luiz Penter Correa / Des. Gamaliel Seme Scaff | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Everton Luiz Penter Correa / Des. Leonardo Lustosa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Everton Luiz Penter Correa / Des. Luiz Taro Oyama | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Everton Luiz Penter Correa / Desª Joeci Machado Camargo | 172 | 0 | 50 | 32 | 222 | 34 | 0 | 5 | 66 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Everton Luiz Penter Correa / Desª Rosana Andriguetto de Carvalho | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer / Des. Lauri Caetano da Silva | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer / Des. Mário Helton Jorge | 187 | 0 | 35 | 7 | 222 | 22 | 0 | 5 | 72 | 0 | 17 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer / Des. Paulo Roberto Hapner | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer / Des. Stewalt Camargo Filho | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 8 | 0 | 0 | 41 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer / Des. Vicente Del Prete Misurelli | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 16 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer / Desª Ivanise Maria Tratz Martins | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer / Desª Maria Aparecida Blanco de Lima | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 1 | 0 | 0 | 7 | 0 | 10 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz / Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz / Des. Cargo Vago (Des. Mário Rau) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz / Des. Idevan Lopes | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 3 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz / Des. Rubens Oliveira Fontoura | 0 | 0 | 0 | 12 | 0 | 2 | 0 | 0 | 12 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz / Des. Ruy Cunha Sobrinho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz / Des. Salvatore Antonio Astuti | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz / Desª Dulce Maria Cecconi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 21 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fábio Haick Dalla Vecchia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 |
| Juiz Subst. 2º G. Fábio Haick Dalla Vecchia / Des. Hamilton Mussi Correa | 139 | 1 | 29 | 2 | 169 | 68 | 0 | 2 | 212 | 0 | 33 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fábio Haick Dalla Vecchia / Des. Hayton Lee Swain Filho | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fábio Haick Dalla Vecchia / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fábio Haick Dalla Vecchia / Des. Jurandyr Souza Junior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fábio Haick Dalla Vecchia / Des. Luiz Carlos Gabardo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Antonio Prazeres / Des. Dimas Ortêncio de Melo | 3 | 0 | 0 | 5 | 3 | 24 | 0 | 0 | 57 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Antonio Prazeres / Des. Glademir Vidal Antunes Panizzi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Antonio Prazeres / Des. Paulo Roberto Vasconcelos | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 7 | 0 | 0 | 33 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Antonio Prazeres / Des. Rabello Filho | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 3 | 0 | 0 | 19 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Antonio Prazeres / Des. Ruy Francisco Thomaz | 20 | 0 | 1 | 1 | 21 | 3 | 0 | 0 | 17 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni / Des. Cargo Vago (Des. Mário Rau) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni / Des. Idevan Lopes | 97 | 0 | 5 | 34 | 102 | 33 | 0 | 4 | 116 | 0 | 12 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni / Des. Rubens Oliveira Fontoura | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni / Des. Ruy Cunha Sobrinho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni / Des. Salvatore Antonio Astuti | 3 | 0 | 1 | 10 | 4 | 16 | 0 | 0 | 56 | 0 | 10 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni / Desª Dulce Maria Cecconi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho / Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de Macedo) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 | 0 | 5 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho / Des. Edgard Fernando Barbosa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho / Des. Gamaliel Seme Scaff | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho / Des. Luis Carlos Xavier | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 18 | 0 | 10 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho / Des. Luiz Taro Oyama | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho / Des. Marco Antonio de Moraes Leite | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho / Desª Rosana Andriguetto de Carvalho | 197 | 1 | 49 | 51 | 247 | 33 | 0 | 6 | 87 | 0 | 5 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira / Des. Joatan Marcos de Carvalho | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 14 | 0 | 0 | 61 | 0 | 3 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira / Des. José Laurindo de Souza Nett | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira / Des. Paulo Cezar Bellio | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 6 | 0 | 0 | 24 | 1 | 34 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira / Des. Renato Naves Barcellos | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira / Des. Shiroshi Yendo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 33 | 0 | 0 | 31 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira / Desª Maria Mercis Gomes Aniceto | 204 | 2 | 45 | 2 | 251 | 110 | 0 | 3 | 84 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge / Des. Cargo Vago (Des. Fernando Vidal de Oliveira) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge / Des. Gamaliel Seme Scaff | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge / Des. José Carlos Dalacqua | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 3 | 0 | 0 | 25 | 0 | 12 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge / Des. Stewalt Camargo Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge / Des. Vicente Del Prete Misurelli | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson / Des. Edvino Bochnia | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson / Des. Leonardo Lustosa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 17 | 0 | 12 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson / Des. Marques Cury | 35 | 0 | 29 | 51 | 64 | 1 | 0 | 2 | 17 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson / Des. Rogério Kanayama | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Joatan Marcos de Carvalho / Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce / Des. Cargo Vago (Des. Carlos Hoffmann) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce / Des. Carvilio da Silveira Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce / Des. Eduardo Fagundes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce / Des. Guilherme Luiz Gomes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce / Des. José Mauricio Pinto de Almeida | 1 | 0 | 2 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce / Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce / Des. Sérgio Arenhart | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. José Sebastiao Fagundes Cunha / Des. Arno Gustavo Knoerr | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. José Sebastiao Fagundes Cunha / Des. João Domingos Kuster Puppi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. José Sebastiao Fagundes Cunha / Des. José Simões Teixeira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luis Espindola | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 14 |
| Juiz Subst. 2º G. Luis Espindola / Des. Cargo Vago (Des. Eraclés Messias) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luis Espindola / Des. Cargo Vago (Des. Fernando Vidal de Oliveira) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luis Espindola / Des. José Carlos Dalacqua | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luis Espindola / Des. José Sebastiao Fagundes Cunha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luis Espindola / Des. Roberto De Vicente | 110 | 0 | 20 | 30 | 130 | 14 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luis Espindola / Des. Ruy Muggiati | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luis Espindola / Desª Ivanise Maria Tratz Martins | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 23 | 0 | 8 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luiz Antônio Barry / Des. Augusto Lopes Cortes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luiz Antônio Barry / Des. Mendonça de Anunciação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau / Des. Carvilio da Silveira Filho | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau / Des. Celso Rotoli de Macedo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau / Des. Ronald Juarez Moro | 50 | 0 | 41 | 22 | 91 | 0 | 0 | 1 | 45 | 0 | 46 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox / Des. Ângelo Zattar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox / Des. Celso Seikiti Saito | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox / Des. Joatan Marcos de Carvalho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 | 0 | 0 | 33 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox / Des. Marco Antonio de Moraes Leite | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox / Des. Paulo Cezar Bellio | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 8 | 0 | 0 | 15 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox / Des. Renato Naves Barcellos | 28 | 0 | 8 | 53 | 36 | 26 | 0 | 1 | 145 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox / Des. Shiroshi Yendo | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 10 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox / Des. Shiroshi Yendo | 174 | 1 | 40 | 5 | 215 | 45 | 0 | 0 | 11 | 0 | 10 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox / Desª Maria Mercis Gomes Aniceto | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 5 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Des. Carvilio da Silveira Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Des. Celso Jair Mainardi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Des. Eduardo Fagundes | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 10 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Des. José Mauricio Pinto de Almeida | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Des. Lauro Augusto Fabricio de Melo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 30 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Des. Leonardo Lustosa | 25 | 0 | 23 | 16 | 48 | 1 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Des. Macedo Pacheco | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Des. Miguel Pessoa | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Des. Oto Luiz Sponholz | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Des. Rogério Coelho | 3 | 0 | 1 | 2 | 4 | 1 | 0 | 0 | 11 | 0 | 22 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Des. Valter Ressel | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Desª Lidia Maejima | 24 | 0 | 7 | 16 | 31 | 0 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcio José Tokars / Desª Maria Aparecida Blanco de Lima | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antonio Antoniassi / Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de Macedo) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 17 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antonio Antoniassi / Des. Celso Jair Mainardi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 25 | 0 | 0 | 42 | 0 | 35 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antonio Antoniassi / Des. Edgard Fernando Barbosa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antonio Antoniassi / Des. Guido Döbeli | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 24 | 0 | 3 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antonio Antoniassi / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antonio Antoniassi / Des. Jurandyr Souza Junior | 32 | 0 | 6 | 4 | 38 | 48 | 0 | 0 | 103 | 0 | 13 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antonio Antoniassi / Des. Luiz Taro Oyama | 114 | 1 | 31 | 30 | 146 | 30 | 0 | 1 | 58 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro / Des. Jesus Sarrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro / Des. Jorge de Oliveira Vargas | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro / Des. José Laurindo de Souza Netto | 117 | 0 | 38 | 17 | 155 | 4 | 0 | 1 | 66 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro / Des. Jurandyr Reis Junior | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 5 | 0 | 0 | 23 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcos S. Galliano Daros / Des. Antonio Loyola Vieira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcos S. Galliano Daros / Des. Campos Marques | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcos S. Galliano Daros / Des. Clayton Camargo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcos S. Galliano Daros / Des. Jesus Sarrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcos S. Galliano Daros / Des. José Cichocki Neto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcos S. Galliano Daros / Des. Oto Luiz Sponholz | 60 | 0 | 20 | 51 | 80 | 1 | 0 | 2 | 45 | 0 | 7 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Marcos S. Galliano Daros / Des. Rafael Augusto Cassetari | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Naor R. de Macedo Neto / Des. Campos Marques | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Naor R. de Macedo Neto / Des. Jesus Sarrão | 36 | 0 | 27 | 15 | 63 | 12 | 0 | 0 | 56 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Naor R. de Macedo Neto / Des. José Sebastiao Fagundes Cunha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Naor R. de Macedo Neto / Des. Luiz Osorio Moraes Panza | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Naor R. de Macedo Neto / Des. Macedo Pacheco | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 16 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Naor R. de Macedo Neto / Des. Telmo Cherem | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 11 | 0 | 3 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de Macedo) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. Cargo Vago (Des. Rosene A. C. Pereira) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. Carlos Mansur Arida | 10 | 0 | 2 | 1 | 12 | 6 | 0 | 0 | 39 | 0 | 18 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. Guido Döbeli | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. José Carlos Dalacqua | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. José Sebastiao Fagundes Cunha | 21 | 0 | 6 | 5 | 27 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. Jurandyr Reis Junior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 21 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. Laertes Ferreira Gomes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. Paulo Cezar Bellio | 16 | 0 | 8 | 0 | 24 | 33 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. Roberto De Vicente | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 36 | 0 | 13 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. Sérgio Arenhart | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. Sérgio Roberto N Rolanski | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 10 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Des. Vicente Del Prete Misurelli | 43 | 0 | 3 | 7 | 46 | 5 | 0 | 1 | 16 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte / Desª Vilma Régia Ramos de Rezende | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira / Des. Antônio Renato Strapasson | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira / Des. Cunha Ribas | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira / Des. Eugenio Achille Grandinetti | 92 | 0 | 9 | 19 | 101 | 20 | 0 | 5 | 62 | 0 | 5 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira / Des. Lauro Laertes de Oliveira | 2 | 0 | 1 | 9 | 3 | 15 | 0 | 0 | 39 | 0 | 16 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira / Des. Silvio Dias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal / Des. Celso Seikiti Saito | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal / Des. Edson Vidal Pinto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal / Des. Eduardo Fagundes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal / Des. Jorge Wagih Massad | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 16 | 0 | 15 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal / Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal / Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeir | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 25 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal / Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira | 28 | 0 | 17 | 15 | 45 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Antônio Massaro / Des. Costa Barros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Antônio Massaro / Des. Guilherme Luiz Gomes | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 3 | 0 | 0 | 17 | 0 | 5 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Antônio Massaro / Des. Jorge de Oliveira Vargas | 53 | 0 | 13 | 5 | 66 | 4 | 0 | 0 | 14 | 0 | 11 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Antônio Massaro / Des. José Cichocki Neto | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Antônio Massaro / Des. Rafael Augusto Cassetari | 38 | 0 | 16 | 42 | 54 | 13 | 0 | 0 | 58 | 0 | 11 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Antônio Massaro / Desª Lenice Bodstein | 0 | 0 | 0 | 66 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar / Des. Campos Marques | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar / Des. Carvilio da Silveira Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 26 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar / Des. Guimarães da Costa | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 12 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar / Des. Jorge de Oliveira Vargas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar / Des. Oto Luiz Sponholz | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel / Des. Eduardo Fagundes | 6 | 0 | 18 | 11 | 24 | 2 | 0 | 0 | 12 | 0 | 41 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel / Des. Glademir Vidal Antunes Panizzi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel / Des. Jorge Wagih Massad | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel / Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa | 62 | 0 | 25 | 51 | 87 | 4 | 0 | 0 | 17 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel / Des. Rogério Coelho | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel / Desª Lidia Maejima | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel / Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas / Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira | 61 | 0 | 12 | 25 | 73 | 14 | 0 | 4 | 44 | 0 | 15 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas / Des. José Marcos de Moura | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 0 | 0 | 42 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas / Des. Leonel Cunha | 9 | 0 | 1 | 2 | 10 | 6 | 0 | 2 | 32 | 0 | 29 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas / Des. Paulo Roberto Hapner | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rui Bacellar Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Juiz Subst. 2º G. Rui Bacellar Filho / Des. Leonardo Lustosa | 28 | 0 | 20 | 26 | 48 | 0 | 0 | 1 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rui Bacellar Filho / Des. Marques Cury | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 18 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rui Bacellar Filho / Des. Oto Luiz Sponholz | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Rui Bacellar Filho / Desª Sonia Regina de Castro | 29 | 0 | 21 | 26 | 50 | 1 | 0 | 2 | 30 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci / Des. Cargo Vago (Des. Arno Knoerr) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci / Des. D?artagnan Serpa Sa | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 8 | 0 | 0 | 82 | 0 | 3 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci / Des. Edvino Bochnia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci / Des. Francisco Luiz Macedo Junior | 118 | 0 | 11 | 4 | 129 | 45 | 0 | 2 | 32 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci / Des. José Augusto Gomes Aniceto | 6 | 0 | 2 | 0 | 8 | 4 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci / Des. Renato Braga Bettega | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 20 | 0 | 0 | 45 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci / Des. Tufi Maron Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci / Desª Rosana Amara Girardi Fachin | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 39 | 0 | 0 | 67 | 0 | 16 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Roberto N Rolanski / Des. Idevan Lopes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Roberto N Rolanski / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Roberto N Rolanski / Des. Rubens Oliveira Fontoura | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Sérgio Roberto N Rolanski / Des. Sérgio Rodrigues | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula / Des. Antônio Martelozzo | 6 | 0 | 3 | 14 | 9 | 6 | 0 | 0 | 22 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula / Des. Carvilio da Silveira Filho | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula / Des. João Kopytowski | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula / Des. Luiz Zarpelon | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 9 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula / Des. Miguel Pessoa | 40 | 0 | 13 | 42 | 53 | 0 | 0 | 0 | 10 | 0 | 1 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula / Des. Oto Luiz Sponholz | 2 | 0 | 0 | 4 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke / Des. Carlos Mansur Arida | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke / Des. Celso Jair Mainardi | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke / Des. Guilherme Luiz Gomes | 3 | 0 | 2 | 1 | 5 | 2 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke / Des. José Sebastiao Fagundes Cunha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke / Des. Jurandyr Reis Junior | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke / Des. Luiz Antônio Barry | 0 | 0 | 0 | 12 | 0 | 5 | 0 | 0 | 31 | 0 | 9 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke / Des. Luiz Osorio Moraes Panza | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke / Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 13 | 0 | 0 | 34 | 0 | 2 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke / Des. Roberto De Vicente | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke / Desª Lenice Bodstein | 11 | 0 | 2 | 0 | 13 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke / Desª Lidia Maejima | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke / Desª Vilma Régia Ramos de Rezende | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Vitor Roberto Silva / Des. Domingos José Perfetto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Vitor Roberto Silva / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Vitor Roberto Silva / Des. Luiz Lopes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiz Subst. 2º G. Vitor Roberto Silva / Des. Nilson Mizuta | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço / Des. Ângela Khury Munhoz da Rocha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço / Des. Antenor Demeterco Junior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço / Des. Cargo Vago (Des. Ruy Fernando de Oliveira) | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço / Des. Ivan Bortoleto | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço / Des. Marco Antonio de Moraes Leite | 76 | 1 | 25 | 30 | 102 | 24 | 0 | 3 | 52 | 0 | 9 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço / Des. Prestes Mattar | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 5 | 0 | 0 | 18 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço / Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha | 0 | 0 | 0 | 19 | 0 | 3 | 0 | 0 | 34 | 0 | 13 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa / Des. Costa Barros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa / Des. Gamaliel Seme Scaff | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa / Des. José Cichocki Neto | 79 | 0 | 11 | 11 | 90 | 19 | 0 | 0 | 42 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa / Des. Rabello Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa / Des. Rafael Augusto Cassetari | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa / Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 3 | 0 | 1 | 7 | 0 | 16 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa / Desª Ivanise Maria Tratz Martins | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Juiza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes / Des. Antenor Demeterco Junior | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 11 | 0 | 0 | 14 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes / Des. Celso Jair Mainardi | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 5 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes / Des. Luis Carlos Xavier | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 5 | 0 | 0 | 18 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes / Des. Luiz Antônio Barry | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes / Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vie | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes / Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes / Desª Joeci Machado Camargo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes / Desª Lélia Samardã Giacomet | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes / Desª Maria Aparecida Blanco de Lim | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes / Desª Maria Aparecida Blanco de Lima | 13 | 0 | 5 | 6 | 18 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes / Desª Regina Afonso Portes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 21 | 0 | 0 | 60 | 0 | 27 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Antunes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Antunes / Des. Arquelau Araujo Ribas | 41 | 0 | 20 | 7 | 61 | 11 | 0 | 1 | 9 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Antunes / Des. Domingos José Perfetto | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Antunes / Des. Fernando Wolff Bodziak | 26 | 0 | 3 | 2 | 29 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Antunes / Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 1 | 0 | 0 | 22 | 0 | 17 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Antunes / Des. José Marcos de Moura | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Antunes / Des. Luiz Lopes | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 5 | 0 | 0 | 17 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Antunes / Des. Nilson Mizuta | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Antunes / Des. Paulo Roberto Hapner | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt / Des. Guilherme Luiz Gomes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt / Des. Macedo Pacheco | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt / Des. Renato Naves Barcellos | 186 | 2 | 27 | 0 | 215 | 25 | 0 | 1 | 23 | 0 | 18 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira / Des. Arno Gustavo Knoerr | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira / Des. Carvilio da Silveira Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira / Des. Guimarães da Costa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 29 | 0 | 47 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira / Des. João Domingos Kuster Puppi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 3 | 0 | 1 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira / Des. Jorge de Oliveira Vargas | 65 | 0 | 24 | 1 | 89 | 8 | 0 | 0 | 32 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira / Des. Miguel Kfouri Neto | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira / Des. Rafael Augusto Cassetari | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| Juiza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler / Des. Cargo Vago (Des. Carlos Hoffmann) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler / Des. Cargo Vago (Des. Waldemir Luiz da Rocha) | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler / Des. D?artagnan Serpa Sa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler / Des. Fernando Wolff Bodziak | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler / Des. Joatan Marcos de Carvalho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler / Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler / Des. Ruy Muggiati | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler / Des. Vilma Régia Ramos de Rezende | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 4 | 0 | 3 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler / Desª Vilma Régia Ramos de Rezende | 91 | 0 | 18 | 15 | 109 | 22 | 0 | 3 | 59 | 0 | 37 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Juiza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha / Des. Antenor Demeterco Junior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha / Des. Edgard Fernando Barbosa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha / Des. Hamilton Mussi Correa | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha / Des. Hayton Lee Swain Filho | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha / Des. Jucimar Novochadlo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 26 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha / Des. Jurandyr Souza Junior | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 15 | 0 | 0 | 79 | 0 | 5 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha / Des. Luiz Carlos Gabardo | 106 | 0 | 27 | 7 | 133 | 47 | 0 | 2 | 225 | 0 | 11 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Josély Dittrich Ribas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Juiza Subst. 2º G. Josély Dittrich Ribas / Des. Celso Jair Mainardi | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Josély Dittrich Ribas / Des. Cunha Ribas | 4 | 0 | 1 | 9 | 5 | 17 | 0 | 1 | 49 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Josély Dittrich Ribas / Des. Eugenio Achille Grandinetti | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Josély Dittrich Ribas / Des. José Laurindo de Souza Netto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Josély Dittrich Ribas / Des. Lauro Laertes de Oliveira | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Josély Dittrich Ribas / Des. Paulo Roberto Vasconcelos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Josély Dittrich Ribas / Des. Rabello Filho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Josély Dittrich Ribas / Des. Silvio Dias | 87 | 0 | 16 | 38 | 103 | 21 | 0 | 3 | 85 | 0 | 2 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Josély Dittrich Ribas / Desª Dulce Maria Cecconi | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Lenice Bodstein / Des. Antenor Demeterco Junior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Lenice Bodstein / Des. Cargo Vago (Des. Eraclés Messias) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Lenice Bodstein / Des. Carlos Mansur Arida | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Lenice Bodstein / Des. Mário Helton Jorge | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Lilian Romero / Des. Cargo Vago (Des. Waldemir Luiz da Rocha) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Lilian Romero / Des. João Kopytowski | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Lilian Romero / Des. José Mauricio Pinto de Almeida | 2 | 0 | 0 | 1 | 2 | 1 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Lilian Romero / Des. Valter Ressel | 25 | 0 | 4 | 8 | 29 | 6 | 0 | 0 | 19 | 0 | 10 | 0 |
| Juiza Subst. 2º G. Lilian Romero / Desª Lidia Maejima | 34 | 0 | 2 | 19 | 36 | 1 | 2 | 1 | 7 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann / Des. Abraham Lincoln Calixto | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann / Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de Macedo) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann / Des. Fernando Wolff Bodziak | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 0 | 3 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann / Des. Francisco Luiz Macedo Junior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann / Des. Luis Carlos Xavier | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann / Des. Luiz Osorio Moraes Panza | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann / Desª Lélia Samardã Giacomet | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann / Desª Maria Aparecida Blanco de Lima | 17 | 0 | 6 | 10 | 23 | 3 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann / Desª Regina Afonso Portes | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann / Desª Vilma Régia Ramos de Rezende | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes / Des. Celso Seikiti Saito | 116 | 0 | 19 | 5 | 135 | 35 | 0 | 3 | 164 | 1 | 119 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes / Des. Edgard Fernando Barbosa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes / Des. Edson Vidal Pinto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 2 | 1 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes / Des. Guido Döbeli | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes / Des. Laertes Ferreira Gomes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 36 | 0 | 17 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes / Des. Luiz Taro Oyama | 19 | 0 | 9 | 4 | 28 | 12 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Vania Maria da S Kramer / Des. Cargo Vago (Des. Ruy Fernando de Oliveira) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Vania Maria da S Kramer / Des. Renato Naves Barcellos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juíza Subst. 2º G. Vania Maria da S Kramer / Desª Rosana Andriguetto de Carvalho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Totais: | 12997 | 45 | 3204 | 1449 | 16246 | 3417 | 84 | 404 | 15820 | 60 | 4248 | 262 |

**Setor de Pautas**
**Pauta de Julgamento do dia 06/10/2011 13:30**
**Sessão Ordinária - 8ª Câmara Cível em Composição Integral e 8ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10200 e 2011.10125 de Publicação**

**Pauta de Julgamento da sessão ordinária do 8ª Câmara Cível em Composição Integral e 8ª Câmara Cível a realizar-se em 06/10/2011 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes.**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Ademar Martins Montoro | 042 | 0583124-1 |
| Adolfo Soares de Morais Neto | 010 | 0673099-2/02 |
| Adriana Murara Dias | 072 | 0796898-5 |
| Albino José de Boni | 102 | 0811460-9 |
| Alceu Maciel D´Ávila | 054 | 0756621-2 |
| Alceu Rodrigues Chaves | 044 | 0597425-2 |
| Alessandro Dias Prestes | 052 | 0743348-3 |
| Alessandro Giovani G. Bertusso | 052 | 0743348-3 |
| Alex de Siqueira Butzke | 049 | 0729662-6 |
| | 094 | 0806369-4 |
| Alex Sander Hostyn Branchier | 015 | 0767999-2 |
| Alexandre da Silva Moraes | 073 | 0796953-1 |
| Alexandre Pigozzi Bravo | 020 | 0793679-8 |
| | 034 | 0809432-4 |
| Álida Mariana Van Der Laars | 119 | 0824448-8 |
| Aline Cristina Coleto | 055 | 0758483-0 |
| Altenar Aparecido Alves | 053 | 0755982-6 |
| Amilton Ferreira da Silva | 109 | 0819731-5 |
| Ana Caroline Dias L. d. Silva | 072 | 0796898-5 |
| Ana Claudia Piraja Bandeira | 077 | 0800146-7 |
| Ana Karolina da Silveira | 100 | 0807958-5 |
| Ana Raquel dos Santos | 077 | 0800146-7 |
| Ananias Cézar Teixeira | 015 | 0767999-2 |
| | 017 | 0782842-4 |
| | 021 | 0793810-9 |
| | 027 | 0799260-3 |
| | 028 | 0799304-0 |
| | 029 | 0800192-9 |
| | 030 | 0802786-9 |
| | 031 | 0804294-4 |
| | 032 | 0805115-2 |
| | 039 | 0518077-6 |
| | 040 | 0519003-0 |
| | 076 | 0798332-0 |
| | 081 | 0801857-9 |
| | 082 | 0801946-1 |
| | 087 | 0803421-7 |
| | 088 | 0803448-8 |
| | 089 | 0804387-4 |
| | 106 | 0815298-9 |
| | 107 | 0815454-7 |
| | 108 | 0815769-3 |
| | 110 | 0819735-3 |
| | 111 | 0819866-3 |
| | 112 | 0819891-6 |
| | 113 | 0819972-6 |
| | 116 | 0821495-5 |
| | 117 | 0821979-6 |
| Anderson Hataqueiama | 019 | 0790817-6 |
| Anderson Luis Cenci | 007 | 0655702-6/01 |
| Andrey Osinaga Terres | 114 | 0820428-0 |
| Angelino Luiz Ramalho Tagliari | 019 | 0790817-6 |
| | 073 | 0796953-1 |
| Antônio Carlos Paixão | 099 | 0807514-3 |
| Antônio Celso C. d. Albuquerque | 086 | 0803180-1 |
| Antonio Domingos Bossolan | 024 | 0797362-4 |
| Antonio Eduardo G. d. Rueda | 020 | 0793679-8 |
| | 034 | 0809432-4 |
| Antônio Saura Silva | 085 | 0802775-6 |
| Arielton Tadeu Abia de Oliveira | 018 | 0785817-3 |
| Arthur Sabino Damasceno | 061 | 0773193-7 |
| | 093 | 0805309-4 |
| | 095 | 0806509-8 |
| | 098 | 0806933-4 |
| | 104 | 0814299-2 |
| Aryanna Linhares C. Manfredini | 067 | 0781681-7 |
| Bárbara Letícia de Souza Spagnolo | 009 | 0691945-7/01 |
| Brasílio Vicente de Castro Neto | 092 | 0805197-4 |
| Bruna Mischiatti Pagotto | 072 | 0796898-5 |
| Bruno Augusto Sampaio Fuga | 090 | 0804861-5 |
| Carivaldo Ventura do Nascimento | 023 | 0796585-3 |
| Carlos Alberto Ahlfeldt | 080 | 0801731-0 |
| Carlos da Silva Fontes Filho | 107 | 0815454-7 |
| Carlos Eduardo Cardoso Bandeira | 045 | 0673190-4 |
| Carlos Eduardo Martinussi | 042 | 0583124-1 |
| Carlos Frederico Viana Reis | 103 | 0813713-3 |
| Carlos Humberto Fernandes Silva | 041 | 0580087-1 |
| | 058 | 0766025-3 |
| Carolina Nedel da Motta Massetti | 052 | 0743348-3 |
| Caroline Regina Gurski | 065 | 0779608-7 |
| César Augusto de França | 033 | 0807007-3 |
| | 037 | 0816145-7 |
| | 083 | 0802052-8 |
| Cesar Eduardo Misael de Andrade | 016 | 0777810-9 |
| Charles da Silva Ribeiro | 105 | 0814884-1 |
| Chehade Kuhnen Kchacham Neto | 046 | 0718643-4 |
| Christy Daniela Martins | 072 | 0796898-5 |
| Cláudia Helena Stival | 119 | 0824448-8 |
| Claudinei Codonho | 118 | 0823294-6 |
| Cleverson Kurpiel | 043 | 0583989-2 |
| Conceição Aparecida V. d. Luz | 094 | 0806369-4 |
| Cristiane Uliana | 021 | 0793810-9 |
| | 031 | 0804294-4 |
| | 039 | 0518077-6 |
| | 040 | 0519003-0 |
| | 076 | 0798332-0 |
| | 081 | 0801857-9 |
| | 082 | 0801946-1 |
| | 087 | 0803421-7 |
| | 088 | 0803448-8 |

| | | |
|---|---|---|
| | 089 | 0804387-4 |
| | 106 | 0815298-9 |
| | 107 | 0815454-7 |
| | 108 | 0815769-3 |
| | 110 | 0819735-3 |
| | 111 | 0819866-3 |
| | 112 | 0819891-6 |
| | 113 | 0819972-6 |
| | 116 | 0821495-5 |
| Dania Maria Rizzo | 090 | 0804861-5 |
| Daniel Augusto Sabec Viana | 096 | 0806564-9 |
| Danielle Cristhina Deda | 067 | 0781681-7 |
| Danielle Rosa e Souza | 064 | 0778165-3 |
| David Alves de Araújo Júnior | 113 | 0819972-6 |
| Debora Oliveira Barcellos | 033 | 0807007-3 |
| Débora Segala | 064 | 0778165-3 |
| Diego Rafael Richter | 011 | 0740474-6/02 |
| Dirceu Augustinho Zanlorenzi | 120 | 0826247-9 |
| Douglas dos Santos | 009 | 0691945-7/01 |
| | 047 | 0725163-2 |
| | 069 | 0783271-9 |
| | 099 | 0807514-3 |
| Edison Santiago Filho | 062 | 0775883-4 |
| Élen Bárbara Cherato | 038 | 0371178-4 |
| Eliane Marcks Mousquer | 066 | 0780806-0 |
| Elisabeth Regina V. Taniguchi | 080 | 0801731-0 |
| Elisama Montagnini Capellazzi | 019 | 0790817-6 |
| Elisângela Abigail Sócio Ribeiro | 105 | 0814884-1 |
| Ellen Karina Borges Santos | 011 | 0740474-6/02 |
| | 049 | 0729662-6 |
| | 094 | 0806369-4 |
| Elso Cardoso Bitencourt | 010 | 0673099-2/02 |
| | 037 | 0816145-7 |
| Emerson Nicolau Kulek | 062 | 0775883-4 |
| Enéas Jeferson Melnisk | 043 | 0583989-2 |
| Eraldo Lacerda Junior | 069 | 0783271-9 |
| Erika Líria Matsugano | 119 | 0824448-8 |
| Ernani Ori Harlos Júnior | 042 | 0583124-1 |
| Evaldo Pissaia | 120 | 0826247-9 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 070 | 0785188-7 |
| Everson Souza Saura Silva | 085 | 0802775-6 |
| Fabiane Mazurok Schactae | 074 | 0798038-7 |
| Fabiano Neves Macieywski | 015 | 0767999-2 |
| | 017 | 0782842-4 |
| | 027 | 0799260-3 |
| | 028 | 0799304-0 |
| | 029 | 0800192-9 |
| | 030 | 0802786-9 |
| | 032 | 0805115-2 |
| | 065 | 0779608-7 |
| | 068 | 0783184-1 |
| | 071 | 0785353-4 |
| | 117 | 0821979-6 |
| Fabio Bittencourt F. d. Camargo | 016 | 0777810-9 |
| Fábio Guilherme dos Santos | 113 | 0819972-6 |
| Fábio Szesz | 002 | 0737732-8 |
| Fabíola Pavoni José Pedro | 067 | 0781681-7 |
| Felipe Gomiero Rigo | 114 | 0820428-0 |
| Felipe Skraba | 109 | 0819731-5 |
| Fernanda Marcassa Carpinelli | 084 | 0802086-4 |
| Fernanda Navarini | 084 | 0802086-4 |
| Fernanda Schoemberger | 074 | 0798038-7 |
| Fernando Anzola Pivaro | 083 | 0802052-8 |
| | 101 | 0809949-4 |
| Fernando Kikuchi | 011 | 0740474-6/02 |
| | 018 | 0785817-3 |
| | 022 | 0796466-3 |
| | 035 | 0809794-9 |
| Fernando Munhoz Requião | 001 | 0724431-1 |
| | 002 | 0737732-8 |
| Fernando Murilo Costa Garcia | 065 | 0779608-7 |
| | 068 | 0783184-1 |
| | 071 | 0785353-4 |
| Fernando Sampaio de Almeida Filho | 014 | 0738747-3 |
| Filipe Alves da Mota | 078 | 0800224-6 |
| Flávio Penteado Geromini | 061 | 0773193-7 |
| | 078 | 0800224-6 |
| | 090 | 0804861-5 |
| | 104 | 0814299-2 |
| Francisco Cesar Salinet | 008 | 0673105-5/01 |
| Franz Hermann Nieuwenhoff Júnior | 058 | 0766025-3 |
| Gabriella Murara Vieira | 009 | 0691945-7/01 |
| | 045 | 0673190-4 |
| | 047 | 0725163-2 |
| | 066 | 0780806-0 |
| | 069 | 0783271-9 |
| Gerson Requião | 012 | 0797535-7/01 |
| | 071 | 0785353-4 |
| Gerson Vanzin Moura da Silva | 012 | 0797535-7/01 |
| | 061 | 0773193-7 |
| | 104 | 0814299-2 |
| Gerusa Linhares Lamorte | 064 | 0778165-3 |
| Gianny Vaneska Gatti Felis | 024 | 0797362-4 |
| Giorgia Paula Mesquita | 115 | 0820805-7 |
| Giovana Cezalli Martins | 097 | 0806922-1 |
| Gisele Marie Mello Bello Biguette | 038 | 0371178-4 |
| Glauco Iwersen | 083 | 0802052-8 |
| | 101 | 0809949-4 |
| Graciella Baranoski Flório | 075 | 0798246-9 |
| Guilherme Manna Rocha | 079 | 0801063-7 |
| Gustavo Santos de O. Valdovino | 036 | 0815184-0 |
| Hamilton Cunha Guimarães Junior | 057 | 0764604-6 |
| Harry Françóia | 073 | 0796953-1 |
| Helena Annes | 054 | 0756621-2 |
| Heroldes Bahr Neto | 015 | 0767999-2 |
| | 017 | 0782842-4 |
| | 027 | 0799260-3 |
| | 029 | 0800192-9 |
| | 030 | 0802786-9 |
| Hugo Francisco Gomes | 010 | 0673099-2/02 |
| Ingrid Kuntze | 051 | 0736156-4 |
| Ingrid Simm | 080 | 0801731-0 |
| Irmeli Melz Nardes | 115 | 0820805-7 |
| Ivan Szabelim de Souza | 023 | 0796585-3 |
| Ivo Bernardino Cardoso | 051 | 0736156-4 |
| Jaime Oliveira Penteado | 012 | 0797535-7/01 |
| | 061 | 0773193-7 |
| | 090 | 0804861-5 |
| | 093 | 0805309-4 |
| | 098 | 0806933-4 |
| | 104 | 0814299-2 |
| Janaina Baptista Tente | 097 | 0806922-1 |
| Janaina Bueno Santos | 048 | 0728649-9 |
| Janaina Rovaris | 050 | 0730656-5 |
| | 055 | 0758483-0 |
| Jane Perez Kapazi | 079 | 0801063-7 |
| Jean Carlos Martins Francisco | 010 | 0673099-2/02 |
| | 020 | 0793679-8 |
| | 026 | 0798377-9 |
| | 037 | 0816145-7 |
| Jean Carlos Miranda | 074 | 0798038-7 |
| Jeferson de Amorin | 046 | 0718643-4 |
| Jefferson Sakai Pinheiro | 006 | 0621496-8/03 |
| Joana Maria Peres Colhado | 024 | 0797362-4 |
| João Antonio Carrano Marques | 006 | 0621496-8/03 |
| João Batista Santana | 074 | 0798038-7 |
| João Edmir de Lima Portela | 052 | 0743348-3 |
| João Luiz Martins Esteves | 103 | 0813713-3 |
| João Rodrigues de Oliveira | 063 | 0777778-6 |
| Joel Carlos Chagas Coelho | 025 | 0798099-0 |
| Jonathan Ribeiro Cilião | 092 | 0805197-4 |
| Jorge Augusto Hornung | 055 | 0758483-0 |

| | | |
|---|---|---|
| Jorge Nasser Macedo | 086 | 0803180-1 |
| José Antônio de Andrade Alcântara | 009 | 0691945-7/01 |
| José Augusto Araújo de Noronha | 092 | 0805197-4 |
| José Fernando Marucci | 013 | 0729322-7 |
| José Mauro Farinazzo Molina | 008 | 0673105-5/01 |
| José Nazareno Goulart | 038 | 0371178-4 |
| José Osnildo Morestoni | 084 | 0802086-4 |
| JOSE RAMOS DOMINGOS | 033 | 0807007-3 |
| José Sebastião de Oliveira | 024 | 0797362-4 |
| Jovanka Cordeiro Guerra Mitozo | 066 | 0780806-0 |
| Jovier João Fleith | 054 | 0756621-2 |
| Juliana Mara da Silva | 078 | 0800224-6 |
| Juliano Meneguzzi de Bernert | 073 | 0796953-1 |
| Julio Cesar Abreu das Neves | 027 | 0799260-3 |
| | 029 | 0800192-9 |
| | 106 | 0815298-9 |
| Julio Cesar Brotto | 005 | 0798254-1 |
| Júlio Cesar Goulart Lanes | 052 | 0743348-3 |
| Karina Hashimoto | 026 | 0798377-9 |
| Karine Daher Barros de Paula | 008 | 0673105-5/01 |
| Karine Saggin | 006 | 0621496-8/03 |
| Kleber Augusto Vieira | 117 | 0821979-6 |
| Lais Vanhazebrouck | 080 | 0801731-0 |
| Larissa Stievem Trizotto | 114 | 0820428-0 |
| Leandro Luiz Kalinowski | 102 | 0811460-9 |
| Leila Cristiane da Silva Rangel | 054 | 0756621-2 |
| Leopoldo Pizzolato de Sá | 099 | 0807514-3 |
| Letícia Lacerda de O. Schaich | 001 | 0724431-1 |
| | 002 | 0737732-8 |
| Letícia Severo Soares | 109 | 0819731-5 |
| Liliana Orth Dielh | 038 | 0371178-4 |
| Liria Silvana Vieira | 023 | 0796585-3 |
| Lizete Rodrigues Feitosa | 057 | 0764604-6 |
| Louise Benfica da Câmara P. Diniz | 105 | 0814884-1 |
| Lucas Amaral Dassan | 046 | 0718643-4 |
| Lucianne Bernardino Cardoso | 051 | 0736156-4 |
| Luciano Hinz Maran | 044 | 0597425-2 |
| Lucimario Jose da Silva | 085 | 0802775-6 |
| Lucíola Lopes Corrêa | 005 | 0798254-1 |
| Luís Oscar Six Botton | 050 | 0730656-5 |
| | 055 | 0758483-0 |
| Luiz Carlos Checozzi | 038 | 0371178-4 |
| | 115 | 0820805-7 |
| Luiz Carlos do Nascimento | 063 | 0777778-6 |
| Luiz Eduardo Volpato | 060 | 0769540-7 |
| Luiz Gustavo Vardânega V. Pinto | 092 | 0805197-4 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 012 | 0797535-7/01 |
| | 061 | 0773193-7 |
| | 078 | 0800224-6 |
| | 093 | 0805309-4 |
| | 095 | 0806509-8 |
| | 104 | 0814299-2 |
| Luiz Paulo Wille | 013 | 0729322-7 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 070 | 0785188-7 |
| Luíza Helena Gonçalves | 116 | 0821495-5 |
| Madeleine Sérgea Souza | 070 | 0785188-7 |
| Magali Schemberger Schafranski | 056 | 0763982-1 |
| Marcelo Baldassarre Cortez | 047 | 0725163-2 |
| Marcelo Dantas Lopes | 077 | 0800146-7 |
| Marcelo Vardânega Ribeiro | 050 | 0730656-5 |
| Márcia Satil Parreira | 045 | 0673190-4 |
| | 066 | 0780806-0 |
| | 099 | 0807514-3 |
| Márcio Alexandre Cavenague | 079 | 0801063-7 |
| Marcio Paschenda Neves | 119 | 0824448-8 |
| Márcio Zanin Giroto | 077 | 0800146-7 |
| Marcius Fontoura Lass | 044 | 0597425-2 |
| Marco Aurélio Pellizzari Lopes | 048 | 0728649-9 |
| Marcos Rogerio Lobo Colli | 103 | 0813713-3 |
| Marcus Vinícius Bossa Grassano | 091 | 0805083-5 |
| Marcus Vinícius Sales Pinto | 104 | 0814299-2 |
| Margareth Yoko Okagawa Falleiros | 037 | 0816145-7 |
| Margarida Sathler | 091 | 0805083-5 |
| Maria Inês Roxadelli Piccini | 020 | 0793679-8 |
| Maria Luíza Soares Cardoso | 033 | 0807007-3 |
| Mariane Menegazzo | 097 | 0806922-1 |
| Marillac Aparecida M. d. Amorim | 060 | 0769540-7 |
| Mário Francisco Barbosa | 096 | 0806564-9 |
| Mário Marcondes Nascimento | 010 | 0673099-2/02 |
| | 020 | 0793679-8 |
| | 026 | 0798377-9 |
| | 034 | 0809432-4 |
| | 101 | 0809949-4 |
| Mário Sérgio Rocha | 019 | 0790817-6 |
| Marisa Setsuko Kobayashi | 045 | 0673190-4 |
| Marli Aparecida Wasem | 067 | 0781681-7 |
| Marli de Fatima Silveira Corsi | 036 | 0815184-0 |
| Marli Regina Renoste Vieli | 022 | 0796466-3 |
| Martim Francisco Ribas | 070 | 0785188-7 |
| Mauri Marcelo Bevervanço Junior | 070 | 0785188-7 |
| Maurício Palú | 045 | 0673190-4 |
| Maykon Jonatha Richter | 011 | 0740474-6/02 |
| Melissa Egashira | 073 | 0796953-1 |
| Mercedes Helena de Souza Oliveira | 045 | 0673190-4 |
| | 069 | 0783271-9 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 007 | 0655702-6/01 |
| | 010 | 0673099-2/02 |
| | 011 | 0740474-6/02 |
| | 014 | 0738747-3 |
| | 018 | 0785817-3 |
| | 022 | 0796466-3 |
| | 035 | 0809794-9 |
| | 042 | 0583124-1 |
| | 049 | 0729662-6 |
| | 075 | 0798246-9 |
| | 079 | 0801063-7 |
| | 083 | 0802052-8 |
| | 094 | 0806369-4 |
| | 100 | 0807958-5 |
| | 101 | 0809949-4 |
| Milton Salmória | 014 | 0738747-3 |
| Miriam Persia de Souza | 010 | 0673099-2/02 |
| Mônica Ferreira Mello Biora | 058 | 0766025-3 |
| Murillo Espinola de Oliveira Lima | 015 | 0767999-2 |
| | 017 | 0782842-4 |
| | 027 | 0799260-3 |
| | 029 | 0800192-9 |
| | 030 | 0802786-9 |
| | 031 | 0804294-4 |
| | 076 | 0798332-0 |
| | 087 | 0803421-7 |
| | 089 | 0804387-4 |
| | 113 | 0819972-6 |
| | 116 | 0821495-5 |
| Murilo Cleve Machado | 010 | 0673099-2/02 |
| | 014 | 0738747-3 |
| Nelson Luiz Nouvel Alessio | 026 | 0798377-9 |
| | 037 | 0816145-7 |
| Nelson Paschoalotto | 053 | 0755982-6 |
| Neri Deodoro de Carvalho | 059 | 0769281-3 |
| Newton Amaral Ferreira | 051 | 0736156-4 |
| Nilberto Rafael Vanzo | 013 | 0729322-7 |
| Nilton Antônio de Almeida Maia | 107 | 0815454-7 |
| Odenir Dias de Assunção | 056 | 0763982-1 |
| Olavo Pereira de Almeida | 109 | 0819731-5 |
| Oriana Rodrigues Smiguel | 074 | 0798038-7 |
| Oscar Silvério de Souza | 064 | 0778165-3 |

| | | |
|---|---|---|
| Osmar Hélcias Schwartz Júnior | 093 | 0805309-4 |
| Patrícia Correia | 079 | 0801063-7 |
| Paulo Giovani Fornazari | 004 | 0729246-2 |
| Paulo Roberto Fadel | 067 | 0781681-7 |
| Paulo Roberto Leonel Felipe | 060 | 0769540-7 |
| Paulo Roberto Mikio Heimoski | 014 | 0738747-3 |
| Pedro Rodrigo Khater Fontes | 095 | 0806509-8 |
| Plínio Luiz Bonança | 059 | 0769281-3 |
| Plinio Ricardo Scappini Junior | 097 | 0806922-1 |
| Rafael Bandeira Bulgarelli | 084 | 0802086-4 |
| Rafael Brum Silva | 091 | 0805083-5 |
| Rafael Cavalcanti de Albuquerque | 086 | 0803180-1 |
| Rafael Lucas Garcia | 003 | 0798872-9 |
| | 098 | 0806933-4 |
| | 100 | 0807958-5 |
| Rafael Santos Carneiro | 045 | 0673190-4 |
| | 066 | 0780806-0 |
| Rafaela Polydoro Küster | 011 | 0740474-6/02 |
| | 018 | 0785817-3 |
| | 022 | 0796466-3 |
| | 035 | 0809794-9 |
| | 049 | 0729662-6 |
| | 094 | 0806369-4 |
| | 100 | 0807958-5 |
| Raphael Giuliano L. S. d. Silva | 066 | 0780806-0 |
| Raquel Soboleski Cavalheiro | 114 | 0820428-0 |
| Rebeca Soares Trindade | 080 | 0801731-0 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 067 | 0781681-7 |
| Renato Celso Beraldo Júnior | 120 | 0826247-9 |
| Renato Ribeiro Schmidt | 023 | 0796585-3 |
| Ricardo Alberto Escher | 019 | 0790817-6 |
| Ricardo Alexandre Miquilino | 086 | 0803180-1 |
| Ricardo Lasmar Sodré | 099 | 0807514-3 |
| Ricardo Rizzi | 046 | 0718643-4 |
| Roberta Mazzer de H. Medeiros | 085 | 0802775-6 |
| Roberto de Oliveira Guimarães | 041 | 0580087-1 |
| Roberto Luiz Pedrotti | 064 | 0778165-3 |
| Roberto Wypych Junior | 004 | 0729246-2 |
| Robson Ivan Stival | 080 | 0801731-0 |
| Robson Sakai Garcia | 035 | 0809794-9 |
| | 049 | 0729662-6 |
| | 098 | 0806933-4 |
| | 100 | 0807958-5 |
| Rodrigo Binotto Grevetti | 023 | 0796585-3 |
| Rodrigo Cavalcante Jeronimo | 093 | 0805309-4 |
| Rodrigo da Costa Gomes | 012 | 0797535-7/01 |
| | 047 | 0725163-2 |
| Rodrigo Hassan Saif | 062 | 0775883-4 |
| Rodrigo José Mendes Antunes | 008 | 0673105-5/01 |
| Rodrigo Lichs Coelho de Souza | 084 | 0802086-4 |
| Rodrigo Otávio Ferreira | 023 | 0796585-3 |
| Rodrigo Silvestri Marcondes | 042 | 0583124-1 |
| Rosangela Dias Guerreiro | 083 | 0802052-8 |
| Rosangela Khater | 095 | 0806509-8 |
| Roseli de Lurdes Rodrigues | 013 | 0729322-7 |
| Rossana do Nascimento Schreiner | 013 | 0729322-7 |
| Rubia Andrade Fagundes | 037 | 0816145-7 |
| Rui Santos de Sá | 099 | 0807514-3 |
| Sandra Calabrese Simão | 080 | 0801731-0 |
| Sandro Mattevi Dal Bosco | 097 | 0806922-1 |
| Saulo Bonat de Mello | 017 | 0782842-4 |
| | 027 | 0799260-3 |
| | 029 | 0800192-9 |
| | 030 | 0802786-9 |
| | 117 | 0821979-6 |
| Saulo Granemann Teixeira Junior | 084 | 0802086-4 |
| Sebastião Nei dos Santos | 008 | 0673105-5/01 |
| Sebastião Seiji Tokunaga | 015 | 0767999-2 |
| | 017 | 0782842-4 |
| | 030 | 0802786-9 |
| | 031 | 0804294-4 |
| | 076 | 0798332-0 |
| | 087 | 0803421-7 |
| | 089 | 0804387-4 |
| | 106 | 0815298-9 |
| | 113 | 0819972-6 |
| Sergio Alves de Oliveira | 105 | 0814884-1 |
| Sergio Leal Martinez | 054 | 0756621-2 |
| Sergio Luis Hessel Lopes | 048 | 0728649-9 |
| Silvana Simões dos Santos | 118 | 0823294-6 |
| Solon Brasil Junior | 023 | 0796585-3 |
| Soraya Saad Lopes | 025 | 0798099-0 |
| Tadeu Kurpiel | 043 | 0583989-2 |
| Tadeu Kurpiel Júnior | 043 | 0583989-2 |
| Tatiana Gaertner | 050 | 0730656-5 |
| Tatiana Tavares de Campos | 020 | 0793679-8 |
| | 034 | 0809432-4 |
| Tatiane Muncinelli | 093 | 0805309-4 |
| | 095 | 0806509-8 |
| | 098 | 0806933-4 |
| | 104 | 0814299-2 |
| Tatyane Priscila Portes Stein | 061 | 0773193-7 |
| Thais Malachini | 014 | 0738747-3 |
| | 075 | 0798246-9 |
| Thais Takahashi | 018 | 0785817-3 |
| Tirone Cardoso de Aguiar | 063 | 0777778-6 |
| | 091 | 0805083-5 |
| Trajano Bastos de O. N. Friedrich | 075 | 0798246-9 |
| Ulisses Cabral Bispo Ferreira | 057 | 0764604-6 |
| Valdemar Bernardo Jorge | 001 | 0724431-1 |
| | 002 | 0737732-8 |
| Valdir Rogério Zonta | 068 | 0783184-1 |
| Valmir Brito de Moraes | 073 | 0796953-1 |
| Vanessa Pedrollo Cani | 005 | 0798254-1 |
| Vanessa Schiefer | 053 | 0755982-6 |
| Vera Lucia Basseto | 036 | 0815184-0 |
| Vinícius da Silva Borba | 103 | 0813713-3 |
| Vinícius Ferrari de Andrade | 042 | 0583124-1 |
| Waldir Frares | 054 | 0756621-2 |
| Walter Bruno Cunha da Rocha | 012 | 0797535-7/01 |
| | 047 | 0725163-2 |
| Welington Eduardo Ludke | 097 | 0806922-1 |
| Wilson Yoichi Takahashi | 018 | 0785817-3 |
| Yasmine Fernandes | 118 | 0823294-6 |
| Ytacir Alves Nascimento | 036 | 0815184-0 |

Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))
0001 . Processo: 0724431-1
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 6598609 Agravo de Instrumento. Impetrante: Rodoparaná Implementos Rodoviários Ltda . Advogado: Valdemar Bernardo Jorge , Fernando Munhoz Requião. Impetrado: Desembargador Luiz Lopes da 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná . Interessado: Sylvie Tod . Advogado: Letícia Lacerda de Oliveira Schaich . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))
0002 . Processo: 0737732-8
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 6598609 Agravo de Instrumento. Impetrante: Rodoparaná Implementos Rodoviários Ltda . Advogado: Valdemar Bernardo Jorge , Fábio Szesz, Fernando Munhoz Requião. Impetrado: Desembargador Luiz Lopes da 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná , Juíza Substituta Em 2º Grau Denise Krüger Pereira da 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Nilson Mizuta da 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Helio Henrique Lopes Fernandes Lima da 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná. Interessado: Sylvie Tod . Advogado: Letícia Lacerda de Oliveira Schaich . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Conflito de Competência Cível (Gr/C.Int.)
0003 . Processo: 0798872-9
Comarca: Cambé.Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00827184520108160014 Cobrança. Suscitante: Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Cambé . Suscitado: Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Londrina . Interessado: Isac Floriano . Advogado: Rafael Lucas Garcia . Interessado: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Relator: Des. Jurandyr Reis Junior
Apelação Cível
0004 . Processo: 0729246-2

Comarca: Cascavel.Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00052104620038160021 Cobrança. Apelante: Marder Construções Civis Ltda . Advogado: Paulo Giovani Fornazari . Apelado: Giombelli Comércio de Veículos Ltda . Advogado: Roberto Wypych Junior . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior
Apelação Cível
0005 . Processo: 0798254-1
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00048007220088160001 Indenização. Apelante: Estação Business School . Advogado: Julio Cesar Brotto , Vanessa Pedrollo Cani. Apelado: Emir Jorge . Advogado: Lucíola Lopes Corrêa . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto). Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior
Embargos de Declaração Cível
0006 . Processo: 0621496-8/03
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 621496800 Agravo de Instrumento. Embargante: Espólio de Giovanni Domenico Pacific . Advogado: Karine Saggin . Embargado: Condomínio Edifício Tijucas . Advogado: João Antonio Carrano Marques . Interessado: Edras Reily Pacola , Verônica Isabela Quandt. Advogado: Jefferson Sakai Pinheiro . Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Carvilio da Silveira Filho)
Embargos de Declaração Cível
0007 . Processo: 0655702-6/01
Comarca: Francisco Beltrão.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 655702600 Apelação Cível. Embargante: Bradesco Seguros SA . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster . Embargado: Adelino Tonello , Brais Tonello, Carmelindo Tonello, Devino José Tonello, Terezinha Tonello, Angelo Tonello. Advogado: Anderson Luis Cenci . Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Carvilio da Silveira Filho)
Embargos de Declaração Cível
0008 . Processo: 0673105-5/01
Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 6731055 Apelação Civel. Embargante: Quadra Construtora Ltda . Advogado: Francisco Cesar Salinet . Embargado (1): Antonio Peras Mendes Filho , Benedita de Mattos Mendes, José Roberto Peras, Maria Izabel Mattos Mendes. Advogado: Rodrigo José Mendes Antunes . Embargado (2): Akito Tomonaga , Dalmo Borges Ramos, Condomínio Edifício Visconde de Barbacena, Wandir Marroni, Juliano Mazzo, Terumi Koga, Roberto Bucham, Vicente Vanderley Pizza, Célio Guaracy Magalhães, Altamiro José Davi, Hagilson Sérgio Cunha Leoni, Agajan Antonio Der Bedrossian. Advogado: Sebastião Nei dos Santos . Embargado (3): Espólio de Elias Daher Filho . Advogado: Karine Daher Barros de Paula . Embargado (4): José Alberto Gonçalves , Rina Ferraris Gonçalves. Advogado: José Mauro Farinazzo Molina . Relator: Des. Guimarães da Costa
Embargos de Declaração Cível
0009 . Processo: 0691945-7/01
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 691945700 Apelação Civel. Embargante: Jandira Zimermann . Advogado: José Antônio de Andrade Alcântara , Bárbara Letícia de Souza Spagnolo. Embargado: Paraná Cia de Seguros Sa . Advogado: Douglas dos Santos , Gabriella Murara Vieira. Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Carvilio da Silveira Filho)
Agravo Regimental Cível
0010 . Processo: 0673099-2/02
Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 673099200 Agravo de Instrumento. Agravante: Caixa Seguradora Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Murilo Cleve Machado, Miriam Persia de Souza, Adolfo Soares de Morais Neto. Agravado: Agenaro Roberto Costa , Ademilson Trizotti, Gercina Maria da Silva, José Vitor Lopes, Leonilde Oliveira Vieira, Silvinha Izaías Alves. Advogado: Jean Carlos Martins Francisco , Mário Marcondes Nascimento, Elso Cardoso Bitencourt, Hugo Francisco Gomes. Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Carvilio da Silveira Filho)
Agravo Regimental Cível
0011 . Processo: 0740474-6/02
Comarca: Bandeirantes.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 740474600 Apelação Civel. Agravante: Santander Seguradora Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi, Ellen Karina Borges Santos. Agravado: Rogério Hampel Gonzaga , Roseli Hampel Gonzaga Martins. Advogado: Maykon Jonatha Richter , Diego Rafael Richter. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Agravo
0012 . Processo: 0797535-7/01
Comarca: Londrina.Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 797535700 Agravo de Instrumento. Agravante: Anselmo de Jesus Ribeiro . Advogado: Walter Bruno Cunha da Rocha , Rodrigo da Costa Gomes, Gerson Requião. Agravado: Centauro Vida e Previdência S.a. , Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat. Advogado: Gerson Vanzin Moura da Silva , Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior)
Agravo de Instrumento
0013 . Processo: 0729322-7
Comarca: Corbélia.Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000242 Liquidação de Sentença. Agravante: Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda - Coopavel , Joares Kovaleski. Advogado: José Fernando Marucci , Nilberto Rafael Vanzo, Roseli de Lurdes Rodrigues. Agravado: Dyenifer Lardini . Advogado: Rossana do Nascimento Schreiner , Luiz Paulo Wille. Relator: Des. Guimarães da Costa
Agravo de Instrumento
0014 . Processo: 0738747-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001464 Cobrança. Agravante: Silma Bittencourt Cavassa (maior de 60 anos). Advogado: Fernando Sampaio de Almeida Filho , Milton Salmória, Paulo Roberto Mikio Heimoski. Agravado: Centauro Vida e Previdência Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Murilo Cleve Machado, Thais Malachini. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Agravo de Instrumento
0015 . Processo: 0767999-2
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000627 Execução Provisória. Agravante: Petróleo Brasileiro Sa- Petrobrás . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Agravado: Jamir Luiz (maior de 60 anos). Advogado: Heroldes Bahr Neto , Alex Sander Hostyn Branchier, Fabiano Neves Macieywski. Relator: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte (Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de Macedo))
Agravo de Instrumento
0016 . Processo: 0777810-9
Comarca: Maringá.Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000499 Obrigação de Fazer. Agravante: Unimed Regional Maringá Cooperativa de Trabalho Médico . Advogado: Fabio Bittencourt Ferraz de Camargo . Agravado: Lilian Rodrigues Gimenes . Advogado: Cesar Eduardo Misael de Andrade . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Agravo de Instrumento
0017 . Processo: 0782842-4
Comarca: Antonina.Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000866 Execução Provisória. Agravante: Petróleo Brasileiro Sa - Petrobrás . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Agravado: Benedito Ferreira Deres . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira (Des. Guimarães da Costa)
Agravo de Instrumento
0018 . Processo: 0785817-3
Comarca: Cornélio Procópio.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00032556520108160075 Cobrança. Agravante: Suguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa . Advogado: Rafaela Polydoro Küster , Milton Luiz Cleve Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Paulo César da Silva . Advogado: Wilson Yoichi Takahashi , Thais Takahashi, Arielton Tadeu Abia de Oliveira. Relator: Des. Guimarães da Costa
Agravo de Instrumento
0019 . Processo: 0790817-6
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00018103120118160025 Execução de Sentença. Agravante: Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada Sa . Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari , Elisama Montagnini Capellazzi, Anderson Hataqueiama. Agravado: Alexandre Ricardo Siqueira . Advogado: Mário Sérgio Rocha , Ricardo Alberto Escher. Interessado: Soma Seguradora Sa . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Agravo de Instrumento
0020 . Processo: 0793679-8
Comarca: Paraíso do Norte.Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000095 Ordinária. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros . Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo , Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda. Agravado: Altair Baldin , Aparecida Augusto Pereira, Ari Ferreira de Lima, Aurélio Mota Ramos, Carlos Roberto Pereira de Lima, Deliria Aparecida de Souza Melo, Floripes Rosa Garcia, José Reinaldo de Lima, José Valdecir Candioto, Maria Regina Apolinario, Paulo Cesar da Silva, Reginaldo Adriano Arseli, Sérgio Marques, Terezinha Vicente Munhoz, Valdecir Donato. Advogado: Mário Marcondes Nascimento , Jean Carlos Martins Francisco, Maria Inês Roxadelli Piccini. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Agravo de Instrumento
0021 . Processo: 0793810-9
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 201100003115 Execução de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Agravado: Gesse Adriano . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Agravo de Instrumento
0022 . Processo: 0796466-3
Comarca: Terra Boa.Vara: Vara Única. Ação Originária: 200600000187 Cobrança. Agravante: Itaú Seguros Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Rita de Cassia Candido Penteado . Advogado: Marli Regina Renoste Vieli . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior)
Agravo de Instrumento
0023 . Processo: 0796585-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00167803620108160004 Indenização. Agravante: Leonor Ribeiro Lemes . Advogado: Liria Silvana Vieira , Carivaldo Ventura do Nascimento, Rodrigo Otávio Ferreira. Agravado (1): Viação Cidade Sorriso Ltda . Advogado: Renato Ribeiro Schmidt . Agravado (2): Urbs - Urbanização de Curitiba Sa . Advogado: Solon Brasil Junior , Rodrigo Binotto Grevetti, Ivan Szabelim de Souza. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Agravo de Instrumento
0024 . Processo: 0797362-4
Comarca: Maringá.Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 199800000581 Reparação de Danos. Agravante: Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar . Advogado:

Gianny Vaneska Gatti Felis . Agravado: Cabocla Maringá Ltda . Advogado: José Sebastião de Oliveira , Antonio Domingos Bossolan, Joana Maria Peres Colhado. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior)
Agravo de Instrumento
0025 . Processo: 0798099-0
Comarca: Santo Antônio da Platina.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00045491520108160153 Declaratória. Agravante: Unimed Norte Pioneiro Cooperativa de Trabalho Médico . Advogado: Soraya Saad Lopes . Agravado: Anita Castilho Camilo Ramalho . Advogado: Joel Carlos Chagas Coelho . Relator: Des. Jurandyr Reis Junior
Agravo de Instrumento
0026 . Processo: 0798377-9
Comarca: Londrina.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00496535920108160014 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros Sa . Advogado: Karina Hashimoto , Nelson Luiz Nouvel Alessio. Agravado: Ailto Gomes , Cleusa Maria da Silva, Geraldo Casimiro da Silva, Izenilda Silva Lima, Juvenil Santos da Silva, Maria Julia de Lira Lima, Maria Rita da Silva, Maria Madalena Fernandes de Souza, Natanael Felipe, Sebastião Marcos de Almeida. Advogado: Mário Marcondes Nascimento , Jean Carlos Martins Francisco. Relator: Des. Guimarães da Costa
Agravo de Instrumento
0027 . Processo: 0799260-3
Comarca: Antonina.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005185420118160043 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Julio Cesar Abreu das Neves, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Agravado: Vanessa Cristina Cruz Ramos . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Agravo de Instrumento
0028 . Processo: 0799304-0
Comarca: Antonina.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00024224620108160043 Cumprimento de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Agravado: Leonir Vieira da Cruz . Advogado: Fabiano Neves Macieywski . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Agravo de Instrumento
0029 . Processo: 0800192-9
Comarca: Antonina.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005193920118160043 Execução de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Julio Cesar Abreu das Neves, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Agravado: Maria de Lourdes Veloso Pereira . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Agravo de Instrumento
0030 . Processo: 0802786-9
Comarca: Antonina.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005202420118160043 Execução de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Murillo Espinola de Oliveira Lima , Ananias Cézar Teixeira, Sebastião Seiji Tokunaga. Agravado: Osmari dos Santos Castro . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Agravo de Instrumento
0031 . Processo: 0804294-4
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00044161120118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Murillo Espinola de Oliveira Lima , Ananias Cézar Teixeira, Sebastião Seiji Tokunaga. Agravado: Edson da Veiga Martins . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Des. Guimarães da Costa
Agravo de Instrumento
0032 . Processo: 0805115-2
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00042420220118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Agravado: Odair Jose Morais . Advogado: Fabiano Neves Macieywski . Relator: Des. Guimarães da Costa
Agravo de Instrumento
0033 . Processo: 0807007-3
Comarca: Umuarama.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00008210320108160173 Ação Ordinária de Responsabilidade Civil. Agravante: Sul America Companhia Nacional de Seguros . Advogado: Maria Luíza Soares Cardoso , Debora Oliveira Barcellos, César Augusto de França. Agravado: Sebastiao Jose da Silva , Sonia Misael Machado, Valdinha Fedechen, Vera Regina da Silva Marques, Verdiana Otho Goncalves, Vilma da Cunha Carvalho. Advogado: JOSE RAMOS DOMINGOS . Relator: Des. Guimarães da Costa
Agravo de Instrumento
0034 . Processo: 0809432-4
Comarca: Apucarana.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000082 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros . Advogado: Tatiana Tavares de Campos , Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Antonio Coelho , Aparecida Florinda de Camargo Aragão, Cleusa de Souza Oliveira, Elza Cristina Cazini, Helio Teodoro da Silva, Irene Rodrigues, Jose Carlos Fernandes, Jose Francisco Morgado, Luciano Joel Nogueira, Marcelino Ferreira da Silva. Advogado: Mário Marcondes Nascimento . Relator: Des. Guimarães da Costa
Agravo de Instrumento
0035 . Processo: 0809794-9
Comarca: Londrina.Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00543996720108160014 Cobrança. Agravante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Desio Lucio Ferreira . Advogado: Robson Sakai Garcia . Relator: Des. Guimarães da Costa
Agravo de Instrumento
0036 . Processo: 0815184-0
Comarca: Maringá.Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00283845220108160017 Indenização. Agravante: Tamires Tartarelli Segura . Advogado: Marli de Fatima Silveira Corsi , Ytacir Alves Nascimento, Vera Lucia Basseto. Agravado: Waldeir de Jesus Lobiano . Advogado: Gustavo Santos de Oliveira Valdovino . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Agravo de Instrumento
0037 . Processo: 0816145-7
Comarca: São João do Ivaí.Vara: Vara Única. Ação Originária: 000000000000 Ação Ordinária de Responsabilidade Civil. Agravante: Sul America Companhia Nacional de Seguros . Advogado: Nelson Luiz Nouvel Alessio , Rubia Andrade Fagundes, César Augusto de França. Agravado: Adriano José Rosa , Geni Pereira Ribeiro de Lima, Irinaldo Vicentin dos Santos, Valdecir Mendes de Barros, Zilda de Castro Knupp. Advogado: Elso Cardoso Bitencourt , Jean Carlos Martins Francisco, Margareth Yoko Okagawa Falleiros. Relator: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0038 . Processo: 0371178-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 200300000670 Reparação de Danos. Apelante (1): Esmael Stier dos Santos , Celso Ferreira dos Santos. Advogado: Liliana Orth Dielh , Luiz Carlos Checozzi. Apelante (2): Domingos Pierosan . Advogado: José Nazareno Goulart , Gisele Marie Mello Bello Biguette. Apelado (1): Esmael Stier dos Santos , Celso Ferreira dos Santos. Advogado: Liliana Orth Dielh , Luiz Carlos Checozzi. Apelado (2): Domingos Pierosan . Advogado: José Nazareno Goulart , Gisele Marie Mello Bello Biguette. Apelado (3): Erva Mate Schier - Indústria e Comércio Ltda . Advogado: Élen Bárbara Cherato . Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Carvilio da Silveira Filho)
Apelação Cível
0039 . Processo: 0518077-6
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500005687 Indenização. Apelante: Petróleo Brasileiro S/a - Petrobrás . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Rec.Adesivo: Leandro dos Santos Pereira . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado (1): Petróleo Brasileiro S/a - Petrobrás . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado (2): Leandro dos Santos Pereira . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira (Des. João Domingos Kuster Puppi). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jorge de Oliveira Vargas)
Apelação Cível
0040 . Processo: 0519003-0
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500005758 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Rec.Adesivo: Vilma dos Santos Pinto . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado (2): Vilma dos Santos Pinto . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira (Des. João Domingos Kuster Puppi)
Apelação Cível
0041 . Processo: 0580087-1
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000125 Indenização. Apelante: Servopa Administradora de Consórcios SC Ltda . Advogado: Roberto de Oliveira Guimarães . Apelado: Bertolino da Cruz Vieira . Advogado: Carlos Humberto Fernandes Silva . Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Carvilio da Silveira Filho)
Apelação Cível
0042 . Processo: 0583124-1
Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200100000521 Indenização. Apelante: Djalma Alves Pereira . Advogado: Ademar Martins Montoro . Apelado (1): Sul America Cia Nacional de Seguros Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Ernani Ori Harlos Júnior, Rodrigo Silvestri Marcondes. Apelado (2): Mcm Estruturas Metálicas e Construções Ltda . Advogado: Vinícius Ferrari de Andrade , Carlos Eduardo Martinussi. Apelado (3): Rodrigo César Bernazan . Advogado: Carlos Eduardo Martinussi . Relator: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0043 . Processo: 0583989-2
Comarca: São Mateus do Sul.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200500000374 Indenização. Apelante: Ivan Eraldo Wisnieski , Almir Ricardo Wisnieski. Advogado: Enéas Jeferson Melnisk . Apelado: Laureci Charava Vandoski . Advogado: Tadeu Kurpiel , Tadeu Kurpiel Júnior, Cleverson Kurpiel. Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Carvilio da Silveira Filho)
Apelação Cível
0044 . Processo: 0597425-2
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200300001599 Reparação de Danos. Apelante (1): Adnilson Aguiar Santana . Advogado: Marcius Fontoura Lass . Apelante (2): Vida Emergências Médicas Ltda , Valdir Pinto. Advogado: Luciano Hinz Maran , Alceu Rodrigues Chaves. Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Carvilio da Silveira Filho)
Apelação Cível
0045 . Processo: 0673190-4

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00004735020098160001 Ordinária de Cobrança. Apelante: Bradesco Seguros SA . Advogado: Gabriella Murara Vieira , Carlos Eduardo Cardoso Bandeira, Márcia Satil Parreira, Marisa Setsuko Kobayashi, Rafael Santos Carneiro, Mercedes Helena de Souza Oliveira. Apelado: Paulo Roberto Lemos Costa . Advogado: Maurício Palú . Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Guimarães da Costa)
Apelação Cível
0046 . Processo: 0718643-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00021822320098160001 Reparação de Danos. Apelante (1): Banco Bradesco SA . Advogado: Chehade Kuhnen Kchacham Neto , Lucas Amaral Dassan. Apelante (2): Orlando Marques . Advogado: Ricardo Rizzi . Apelante (3): Villa's Park Estacionamento - E.o Beltrame e Cia Ltda . Advogado: Jeferson de Amorin . Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann (Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de Macedo)). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Guimarães da Costa)
Apelação Cível
0047 . Processo: 0725163-2
Comarca: Londrina.Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00211953720078160014 Ordinária de Cobrança. Apelante: Liberty Paulista Seguros Sa . Advogado: Douglas dos Santos , Marcelo Baldassarre Cortez, Gabriella Murara Vieira. Apelado: Julio Ricardo Gomes Okoda . Advogado: Walter Bruno Cunha da Rocha , Rodrigo da Costa Gomes. Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Guimarães da Costa)
Apelação Cível
0048 . Processo: 0728649-9
Comarca: Guarapuava.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00037087620028160031 Indenização. Apelante: José Carlos Ferreira de Lima . Advogado: Sergio Luis Hessel Lopes . Apelado (1): Hospital Santa Clara de Candoi Ltda . Advogado: Janaina Bueno Santos . Apelado (2): Tamako Mariuti Kwada . Advogado: Marco Aurélio Pellizzari Lopes . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior
Apelação Cível
0049 . Processo: 0729662-6
Comarca: Londrina.Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00230459220088160014 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Rafaela Polydoro Küster, Alex de Siqueira Butzke, Ellen Karina Borges Santos. Rec.Adesivo: Ester dos Santos Silva , Juliana Moreira Bento, Rodrigo Moreira Bento. Advogado: Robson Sakai Garcia . Apelado (1): Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Rafaela Polydoro Küster, Alex de Siqueira Butzke, Ellen Karina Borges Santos. Apelado (2): Ester dos Santos Silva , Juliana Moreira Bento, Rodrigo Moreira Bento. Advogado: Robson Sakai Garcia . Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Guimarães da Costa)
Apelação Cível
0050 . Processo: 0730656-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00023939320088160001 Indenização. Apelante (1): Banco Fininvest Sa . Advogado: Luís Oscar Six Botton , Janaina Rovaris, Tatiana Gaertner. Apelante (2): Marcio da Costa . Advogado: Marcelo Vardânega Ribeiro . Apelado (1): Marcio da Costa . Advogado: Marcelo Vardânega Ribeiro . Apelado (2): Banco Fininvest Sa . Advogado: Luís Oscar Six Botton , Janaina Rovaris, Tatiana Gaertner. Interessado: Unibanco Aig Seguros Sa . Advogado: Luís Oscar Six Botton , Janaina Rovaris, Tatiana Gaertner. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior
Apelação Cível
0051 . Processo: 0736156-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00028450620088160001 Cobrança. Apelante: Condomínio Edifício Charlie Chaplin . Advogado: Ingrid Kuntze . Apelado: Paulo Dorta e Companhia Ltda . Advogado: Lucianne Bernardino Cardoso , Newton Amaral Ferreira, Ivo Bernardino Cardoso. Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Guimarães da Costa)
Apelação Cível
0052 . Processo: 0743348-3
Comarca: Guaraniaçu.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001882720088160087 Ordinária. Apelante: Lojas Renner Sa . Advogado: Júlio Cesar Goulart Lanes , Alessandro Dias Prestes, Carolina Nedel da Motta Massetti. Apelado: Jacy Maria Ferreira Lieber Araújo . Advogado: João Edmir de Lima Portela , Alessandro Giovani Gobatto Bertusso. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior
Apelação Cível
0053 . Processo: 0755982-6
Comarca: Umuarama.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00015888020068160173 Declaratória. Apelante: Cifra Sa, Crédito, Financiamento e Investimento . Advogado: Nelson Paschoalotto . Apelado: Osmar Pereira dos Reis . Advogado: Altenar Aparecido Alves , Vanessa Schiefer. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior)
Apelação Cível
0054 . Processo: 0756621-2
Comarca: Maringá.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00074261620088160017 Indenização. Apelante: Tim Celular Sa . Advogado: Sergio Leal Martinez , Leila Cristiane da Silva Rangel, Helena Annes, Alceu Maciel D'Ávila. Rec.Adesivo: Izualdo Donizete Baticioto . Advogado: Jovier João Fleith , Waldir Frares. Apelado (1): Izualdo Donizete Baticioto . Advogado: Jovier João Fleith , Waldir Frares. Apelado (2): Tim Celular Sa . Advogado: Helena Annes , Alceu Maciel D'Ávila, Sergio Leal Martinez, Leila Cristiane da Silva Rangel. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior)
Apelação Cível
0055 . Processo: 0758483-0
Comarca: Reserva.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003744220098160143 Declaratória. Apelante: Banco Itaucard Sa . Advogado: Luís Oscar Six Botton , Janaina Rovaris, Aline Cristina Coleto. Apelado: Valdecir Correia da Silva . Advogado: Jorge Augusto Hornung . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior)
Apelação Cível
0056 . Processo: 0763982-1
Comarca: Ponta Grossa.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00122958420068160019 Responsabilidade Civil. Apelante: Adão Vilmar dos Santos (maior de 60 anos). Advogado: Odenir Dias de Assunção . Apelado: Luiz Cristiano Castagnoli , João Eurich. Advogado: Magali Schemberger Schafranski . Relator: Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann (Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de Macedo)). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0057 . Processo: 0764604-6
Comarca: Ponta Grossa.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00134329620098160019 Indenização. Apelante: Julia Maria Pacheco (Representado(a)). Advogado: Hamilton Cunha Guimarães Junior . Apelado: Unimed Curitiba-sociedadecooperativa de Médicos . Advogado: Ulisses Cabral Bispo Ferreira , Lizete Rodrigues Feitosa. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior)
Apelação Cível
0058 . Processo: 0766025-3
Comarca: Reserva.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002104820078160143 Embargos a Execução. Apelante: Mongeral S/a Seguros e Previdência . Advogado: Mônica Ferreira Mello Biora . Apelado: Felícia Fagundes . Advogado: Franz Hermann Nieuwenhoff Júnior , Carlos Humberto Fernandes Silva. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior)
Apelação Cível
0059 . Processo: 0769281-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00037631020088160001 Ação Demolitória. Apelante: Condomínio Conjunto Residencial Moradias Cotolengo I . Advogado: Plínio Luiz Bonança . Apelado: Janete Aparecida Alenski . Advogado: Neri Deodoro de Carvalho . Relator: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0060 . Processo: 0769540-7
Comarca: Maringá.Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00089848620098160017 Reparação de Danos. Apelante: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - Aplub . Advogado: Marillac Aparecida Martins de Amorim . Apelado: Lina Cavalcanti de Goes Nakano . Advogado: Paulo Roberto Leonel Felipe , Luiz Eduardo Volpato. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira (Des. João Domingos Kuster Puppi)
Apelação Cível
0061 . Processo: 0773193-7
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00048177420098160001 Cobrança. Apelante: Companhia Excelsior de Seguros . Advogado: Luiz Henrique Bona Turra , Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Arthur Sabino Damasceno, Flávio Penteado Geromini. Apelado: Andrei Felipe Buzato . Advogado: Tatyane Priscila Portes Stein . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Apelação Cível
0062 . Processo: 0775883-4
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00068556320098160129 Ressarcimento. Apelante: Associação Parnanguara de Ensino - Colégio Anchieta . Advogado: Edison Santiago Filho , Rodrigo Hassan Saif. Apelado: Paulo Emmanuel do Nascimento . Advogado: Emerson Nicolau Kulek . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Apelação Cível
0063 . Processo: 0777778-6
Comarca: Londrina.Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00275681620098160014 Indenização. Apelante: Sercomtel SA Telecomunicações . Advogado: Luiz Carlos do Nascimento . Apelado: Maria do Carmo Ferreira Santos . Advogado: João Rodrigues de Oliveira , Tirone Cardoso de Aguiar. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior)
Apelação Cível
0064 . Processo: 0778165-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00010584420058160001 Embargos a Execução. Apelante: Bradesco Vida e Previdência Sa . Advogado: Débora Segala , Gerusa Linhares Lamorte. Apelado: Fiorindo Pereira Forte . Advogado: Danielle Rosa e Souza , Oscar Silvério de Souza, Roberto Luiz Pedrotti. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior
Apelação Cível

0065 . Processo: 0779608-7
Comarca: Pato Branco.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00039902720108160131 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consorcios do Seguro Dpvat . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Fernando Murilo Costa Garcia. Apelado: Paulo Anibal Cardoso . Advogado: Caroline Regina Gurski . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Apelação Cível
0066 . Processo: 0780806-0
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00034147120098160033 Cobrança. Apelante: Jane Mara da Silva , Terezinha Merquievz Martins, Cleonice Miranda, Eder Louzano de Mattos, Luciano Macedo Wong. Advogado: Eliane Marcks Mousquer , Raphael Giuliano Larsen Santos da Silva. Apelado: Centauro Vida e Previdência . Advogado: Jovanka Cordeiro Guerra Mitozo , Gabriella Murara Vieira, Rafael Santos Carneiro, Márcia Satil Parreira. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Apelação Cível
0067 . Processo: 0781681-7
Comarca: Jaguariaíva.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004437720078160100 Indenização. Apelante: Vismar dos Santos Gonçalves , Ilenir Nunes Gonçalves. Advogado: Marli Aparecida Wasem . Apelado (1): Trans Ceres Transporte e Locação de Veículos Ltda . Advogado: Fabíola Pavoni José Pedro . Apelado (2): Transwork Transporte e Turismo , Antônio Michalowski. Advogado: Fabíola Pavoni José Pedro , Aryanna Linhares Cordeiro Manfredini. Apelado (3): Hdi Seguros . Advogado: Danielle Cristhina Deda , Reinaldo Mirico Aronis, Paulo Roberto Fadel. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Apelação Cível
0068 . Processo: 0783184-1
Comarca: Iporã.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00008113620098160094 Cobrança. Apelante: Tokio Marine Seguradora Sa . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Fernando Murilo Costa Garcia. Apelado: Danila Matsunaga Ferreira . Advogado: Valdir Rogério Zonta . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Apelação Cível
0069 . Processo: 0783271-9
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00024236520078160001 Cobrança. Apelante: Itaú Seguros Sa . Advogado: Gabriella Murara Vieira , Mercedes Helena de Souza Oliveira, Douglas dos Santos. Apelado: Elisangela Cruz da Silva . Advogado: Eraldo Lacerda Junior . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Apelação Cível
0070 . Processo: 0785188-7
Comarca: União da Vitória.Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00050597220048160174 Reparação de Danos. Apelante: Banco Itaú SA . Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos , Luiz Rodrigues Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Rec.Adesivo: Antonio Oscar Nhoatto . Advogado: Madeleine Sérgea Souza , Martim Francisco Ribas. Apelado (1): Antonio Oscar Nhoatto . Advogado: Madeleine Sérgea Souza , Martim Francisco Ribas. Apelado (2): Banco Bradesco SA . Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos , Luiz Rodrigues Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior)
Apelação Cível
0071 . Processo: 0785353-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00048315820098160001 Ordinária de Cobrança. Apelante: Generali do Brasil - Companhia Nacional de Seguros . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Fernando Murilo Costa Garcia. Apelado: Simoni Patricia Augustin . Advogado: Gerson Requião . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Apelação Cível
0072 . Processo: 0796898-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00055330420098160001 Indenização. Apelante: Banco do Brasil SA . Advogado: Ana Caroline Dias Libânio da Silva , Bruna Mischiatti Pagotto. Rec.Adesivo: Nádia Aparecida Fagundes de Oliveira . Advogado: Adriana Murara Dias , Christy Daniela Martins. Apelado (1): Nádia Aparecida Fagundes de Oliveira . Advogado: Adriana Murara Dias , Christy Daniela Martins. Apelado (2): Banco do Brasil SA . Advogado: Ana Caroline Dias Libânio da Silva , Bruna Mischiatti Pagotto. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0073 . Processo: 0796953-1
Comarca: Maringá.Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00016322420028160017 Cobrança. Apelante: Companhia de Seguros Aliança do Brasil . Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari , Melissa Egashira. Apelado (1): Maringá Armazens Gerais Ltda , Bortolotto Transportes e Guindastes Ltda. Advogado: Harry Françóia , Alexandre da Silva Moraes, Juliano Meneguzzi de Bernert. Apelado (2): Porto Seguro Cia de Seguros Gerais . Advogado: Valmir Brito de Moraes , Alexandre da Silva Moraes. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira (Des. João Domingos Kuster Puppi)
Apelação Cível
0074 . Processo: 0798038-7
Comarca: Ponta Grossa.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00043111020108160019 Indenização. Apelante: Network Assessoria e Serviços Empresariais Ltda . Advogado: Fabiane Mazurok Schactae , João Batista Santana. Apelado: Carlos Augusto Godói Cutrim . Advogado: Jean Carlos Miranda , Oriana Rodrigues Smiguel, Fernanda Schoemberger. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0075 . Processo: 0798246-9
Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00145738320108160030 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Thais Malachini, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Apelado: Maria Aparecida Bezerra da Silva , Maria Eloisa da Silva dos Santos. Advogado: Graciella Baranoski Flório . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior)
Apelação Cível
0076 . Processo: 0798332-0
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00065981420048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Nilson Agostinho . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0077 . Processo: 0800146-7
Comarca: Maringá.Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00066228220078160017 Reparação de Danos. Apelante: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá . Advogado: Ana Claudia Piraja Bandeira . Apelado: Helen Daiane Magalhães Casado . Advogado: Ana Raquel dos Santos , Márcio Zanin Giroto, Marcelo Dantas Lopes. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0078 . Processo: 0800224-6
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00050180320088160001 Cobrança. Apelante: Hsbc Seguros (brasil) Sa . Advogado: Flávio Penteado Geromini , Juliana Mara da Silva, Luiz Henrique Bona Turra. Apelado: João de Moraes Pires . Advogado: Filipe Alves da Mota . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto). Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior
Apelação Cível
0079 . Processo: 0801063-7
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059591620098160001 Cobrança. Apelante: João Salvador Simões . Advogado: Guilherme Manna Rocha , Jane Perez Kapazi. Apelado: Sul América Seguros de Vida e Previdência Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Márcio Alexandre Cavenague, Patrícia Correia. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0080 . Processo: 0801731-0
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00063299220098160001 Declaratória. Apelante: J Volpi Cereais . Advogado: Robson Ivan Stival , Carlos Alberto Ahlfeldt, Rebeca Soares Trindade, Ingrid Simm. Apelado: Global Village Telecom Ltda . Advogado: Lais Vanhazebrouck , Sandra Calabrese Simão, Elisabeth Regina Venancio Taniguchi. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0081 . Processo: 0801857-9
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00068008820048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Abigail Ferreira Alves (maior de 60 anos). Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto). Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior
Apelação Cível
0082 . Processo: 0801946-1
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00068103520048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Hamilton Ferreira Lopes . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0083 . Processo: 0802052-8
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00192435720068160014 Responsabilidade Obrigacional. Apelante (1): Caixa Seguradora Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Glauco Iwersen. Apelante (2): Liberty Seguros Sa . Advogado: Rosangela Dias Guerreiro , César Augusto de França. Rec.Adesivo: João Rafael , Aparecido Alves Fragoso, Jeane Haedê Rezende, Edna Maria de Oliveira, Marcos Antônio Frasson. Advogado: Fernando Anzola Pivaro . Apelado (1): João Rafael , Aparecido Alves Fragoso, Jeane Haedê Rezende, Edna Maria de Oliveira, Marcos Antônio Frasson. Advogado: Fernando Anzola Pivaro . Apelado (2): Caixa Seguradora Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Glauco Iwersen. Apelado (3): Liberty Seguros Sa . Advogado: Rosangela Dias Guerreiro , César Augusto de França. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0084 . Processo: 0802086-4
Comarca: Realeza.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002605120058160141 Indenização. Apelante: Osório Dias dos Santos (maior de 60 anos), Maria Camargo dos Santos. Advogado: Fernanda Navarini . Apelado (1): Reunidas Sa - Transporte Coletivo . Advogado: Fernanda Marcassa Carpinelli , Rodrigo Lichs Coelho de Souza,

Saulo Granemann Teixeira Junior. Apelado (2): Seben Automóveis . Advogado: Rafael Bandeira Bulgarelli . Interessado: Yasuda Seguros S A . Advogado: José Osnildo Morestoni . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto). Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior
Apelação Cível
0085 . Processo: 0802775-6
Comarca: Maringá.Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00055867320058160017 Reparação de Danos. Apelante: Ana Paula Pozza Preto da Silva , Larissa Pozza Preto da Silva, Taina Pozza Preto da Silva. Advogado: Everson Souza Saura Silva , Roberta Mazzer de Henrique Medeiros, Antônio Saura Silva. Apelado: Grécia Transporte e Turismo Ltda . Advogado: Lucimario Jose da Silva . Interessado: Sulina Seguradora Sa . Relator: Des. Jurandyr Reis Junior
Apelação Cível
0086 . Processo: 0803180-1
Comarca: Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00009070420048160037 Indenização. Apelante: Manoel Antonio de Oliveira . Advogado: Jorge Nasser Macedo , Ricardo Alexandre Miquilino. Apelado: Hospital e Maternidade Angelina Caron . Advogado: Antônio Celso Cavalcanti de Albuquerque , Rafael Cavalcanti de Albuquerque. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0087 . Processo: 0803421-7
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00066995120048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Altair Leandro da Cruz . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0088 . Processo: 0803448-8
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00066198720048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Jerusa da Silva Squenine . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0089 . Processo: 0804387-4
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00067619120048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Florismar Santana da Silva . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jurandyr Reis Junior). Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0090 . Processo: 0804861-5
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00240184720088160014 Indenização. Apelante: Eurides Monteiro . Advogado: Bruno Augusto Sampaio Fuga . Apelado (1): Alice Ywatsugu , Michihiro Ywatsugu. Advogado: Dania Maria Rizzo . Apelado (2): Itaú Seguros Sa . Advogado: Flávio Penteado Geromini , Jaime Oliveira Penteado. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira (Des. João Domingos Kuster Puppi)
Apelação Cível
0091 . Processo: 0805083-5
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00036423520118160014 Declaratória. Apelante: Fioravante Ross . Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar . Apelado: Sercomtel SA Telecomunicações . Advogado: Rafael Brum Silva , Marcus Vinícius Bossa Grassano, Margarida Sathler. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Apelação Cível
0092 . Processo: 0805197-4
Comarca: Apucarana.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00067741520088160044 Reparação de Danos. Apelante: All - América Latina Logística Malha Sul S/a . Advogado: José Augusto Araújo de Noronha , Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto, Brasílio Vicente de Castro Neto. Apelado: Estevam Cilião . Advogado: Jonathan Ribeiro Cilião . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Apelação Cível
0093 . Processo: 0805309-4
Comarca: Sarandi.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00021387520108160160 Cobrança. Apelante: Tokio Marine Seguradora Sa . Advogado: Arthur Sabino Damasceno , Tatiane Muncinelli, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra. Apelado: Rosimarta Antoniazzi Navarro da Silva . Advogado: Osmar Hélcias Schwartz Júnior , Rodrigo Cavalcante Jeronimo. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Apelação Cível
0094 . Processo: 0806369-4
Comarca: São Jerônimo da Serra.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001755220078160155 Cobrança. Apelante: Fenaseg - Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e Capitalização . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Alex de Siqueira Butzke, Rafaela Polydoro Küster, Ellen Karina Borges Santos. Apelado: Tereza de Deus dos Santos . Advogado: Conceição Aparecida Veroneze da Luz . Relator: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0095 . Processo: 0806509-8
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00077366020108160014 Cobrança. Apelante: Luciano Ferreira dos Santos . Advogado: Pedro Rodrigo Khater Fontes , Rosangela Khater. Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa . Advogado: Tatiane Muncinelli , Arthur Sabino Damasceno, Luiz Henrique Bona Turra. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Apelação Cível
0096 . Processo: 0806564-9
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00277855920098160014 Indenização. Apelante: Mario Francisco Barbosa . Advogado: Mário Francisco Barbosa . Apelado: Farmácia Vale Verde Ltda . Advogado: Daniel Augusto Sabec Viana . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto). Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior
Apelação Cível
0097 . Processo: 0806922-1
Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00158050420088160030 Indenização. Apelante (1): Itiquira Turismo Ltda . Advogado: Plinio Ricardo Scappini Junior . Apelante (2): Nobre Seguradora do Brasil Sa . Advogado: Sandro Mattevi Dal Bosco , Giovana Cezalli Martins. Apelado: Nadir Inês Eich , Pedro Alves, Silvio Sérgio Sauer, Alexandre Luis de Oliveira, Olindo Osmar Donato. Advogado: Mariane Menegazzo , Welington Eduardo Ludke, Janaina Baptista Tente. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Apelação Cível
0098 . Processo: 0806933-4
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00275205720098160014 Cobrança. Apelante (1): Oziel Ferreira de Souza Junior . Advogado: Robson Sakai Garcia , Rafael Lucas Garcia. Apelante (2): Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Tatiane Muncinelli , Arthur Sabino Damasceno, Jaime Oliveira Penteado. Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Apelação Cível
0099 . Processo: 0807514-3
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00283546020098160014 Indenização. Apelante: Noel Cardoso . Advogado: Leopoldo Pizzolato de Sá , Rui Santos de Sá, Antônio Carlos Paixão. Apelado: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Márcia Satil Parreira , Ricardo Lasmar Sodré, Douglas dos Santos. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Apelação Cível
0100 . Processo: 0807958-5
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00051358120108160014 Cobrança. Apelante: Andrea Schindler . Advogado: Robson Sakai Garcia . Apelado: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Rafaela Polydoro Küster, Ana Karolina da Silveira, Rafael Lucas Garcia. Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Apelação Cível
0101 . Processo: 0809949-4
Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00218180420078160014 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Caixa Seguradora Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Glauco Iwersen. Apelado: Antonio Lemos Barbosa , Lucinéia Henrique Barbosa, Sebastião Ricardo Marcelino. Advogado: Fernando Anzola Pivaro , Mário Marcondes Nascimento. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0102 . Processo: 0811460-9
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00067420820098160001 Cobrança. Apelante: Condomínio Edifício Tarumã . Advogado: Leandro Luiz Kalinowski . Apelado: Marlus Léo de Paula . Advogado: Albino José de Boni . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Apelação Cível
0103 . Processo: 0813713-3
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00215037320078160014 Declaratória. Apelante (1): Mario David dos Santos . Advogado: Carlos Frederico Viana Reis , Marcos Rogerio Lobo Colli, Vinícius da Silva Borba. Apelante (2): Caixa de Assistência Aposentadoria e Pensões Serv Munic Londrina . Advogado: João Luiz Martins Esteves . Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0104 . Processo: 0814299-2
Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00016966020098160026 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa . Advogado: Flávio Penteado Geromini , Luiz Henrique Bona Turra, Tatiane Muncinelli, Arthur Sabino Damasceno, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado. Apelado: Francisco Ferreira de Almeida . Advogado: Marcus Vinícius Sales Pinto . Relator: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0105 . Processo: 0814884-1
Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00284654420098160014 Indenização. Apelante: Wilson Alves da Silva . Advogado: Louise Benfica da Câmara Pinto Diniz , Charles da Silva Ribeiro, Elisângela Abigail Sócio Ribeiro. Apelado: Herminda Scudeler Franco . Advogado: Sergio Alves de Oliveira . Relator: Des.

Guimarães da Costa. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira (Des. João Domingos Kuster Puppi)
Apelação Cível
0106 . Processo: 0815298-9
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00062941520048160129 Indenização. Apelante: Natalin Delfino . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Sebastião Seiji Tokunaga, Julio Cesar Abreu das Neves. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0107 . Processo: 0815454-7
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00063357920048160129 Indenização. Apelante: Ozires da Costa Tavares . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Carlos da Silva Fontes Filho, Nilton Antônio de Almeida Maia. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0108 . Processo: 0815769-3
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00069758220048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Otair Cordeiro Barbosa Filho . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira (Des. Jorge de Oliveira Vargas). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. José Laurindo de Souza Netto)
Apelação Cível
0109 . Processo: 0819731-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00069309820098160001 Obrigação de Fazer. Apelante: Paraná Clínicas - Planos de Saúde Sa . Advogado: Felipe Skraba , Olavo Pereira de Almeida, Amilton Ferreira da Silva. Apelado: Carla Laurita Gomes . Advogado: Letícia Severo Soares . Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0110 . Processo: 0819735-3
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00061357220048160129 Indenização. Apelante: Ozires de Oliveira (maior de 60 anos). Advogado: Cristiane Uliana . Apelado: Petróleo Brasileiro S/a - Petrobrás . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0111 . Processo: 0819866-3
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00061841620048160129 Indenização. Apelante: Alceu Batista de Souza (maior de 60 anos). Advogado: Cristiane Uliana . Apelado: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira (Des. João Domingos Kuster Puppi)
Apelação Cível
0112 . Processo: 0819891-6
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00063132120048160129 Indenização. Apelante: Eneias José de M Mendes . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado: Petróleo Brasileiro S/a - Petrobrás . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0113 . Processo: 0819972-6
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00063695420048160129 Indenização. Apelante: Landolito das Neves Agostinho (maior de 60 anos). Advogado: Cristiane Uliana , David Alves de Araújo Júnior, Fábio Guilherme dos Santos. Apelado: Petróleo Brasileiro S/a - Petrobrás . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0114 . Processo: 0820428-0
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00556540220108160001 Obrigação de Fazer. Apelante: Caixa de Assistencia dos Funcionários do Banco do Brasil Sa - Cassi . Advogado: Raquel Soboleski Cavalheiro . Apelado: Odete Stieven . Advogado: Felipe Gomiero Rigo , Andrey Osinaga Terres, Larissa Stievem Trizotto. Relator: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira (Des. João Domingos Kuster Puppi). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro (Des. Jorge de Oliveira Vargas)
Apelação Cível
0115 . Processo: 0820805-7
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00056339020088160001 Regressiva. Apelante: Miramed Comércio Importação e Exportação de Equipamentos Hospitalares . Advogado: Giorgia Paula Mesquita . Apelado: Liberty Paulista Seguros Sa . Advogado: Luiz Carlos Checozzi . Interessado: Levi Alamino Gambaro . Advogado: Irmeli Melz Nardes . Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0116 . Processo: 0821495-5
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00060947120058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Luíza Helena Gonçalves. Rec.Adesivo: Juraci Gonçalves Vicente . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado (1): Santino dos Santos (maior de 60 anos). Advogado: Cristiane Uliana . Apelado (2): Juraci Gonçalves Vicente . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Luíza Helena Gonçalves. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0117 . Processo: 0821979-6
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061596620058160129 Indenização. Apelante (1): Petróleo Brasileiro Sa - Petrobras . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelante (2): Alice da Silva da Rosa (maior de 60 anos). Advogado: Saulo Bonat de Mello , Kleber Augusto Vieira, Fabiano Neves Macieywski. Apelado (1): Alice da Silva da Rosa (maior de 60 anos). Advogado: Saulo Bonat de Mello , Kleber Augusto Vieira, Fabiano Neves Macieywski. Apelado (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa
Apelação Cível
0118 . Processo: 0823294-6
Comarca: Maringá.Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00077760420088160017 Indenização. Apelante: Iolanda Antunes Ferreira da Cruz (maior de 60 anos). Advogado: Claudinei Codonho , Yasmine Fernandes. Apelado: Claudinei Santos Alvez da Silva , Maria Eliane Marostica da Silva. Advogado: Silvana Simões dos Santos . Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto
Apelação Cível
0119 . Processo: 0824448-8
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00018072720068160001 Indenização. Apelante: Vicente de Paula Muniz (maior de 60 anos). Advogado: Álida Mariana Van Der Laars , Cláudia Helena Stival. Apelado (1): Deborah Demeneck . Advogado: Marcio Paschenda Neves . Apelado (2): Fabiano Demeneck , Maria Inês Demeneck Pellizzari. Advogado: Erika Líria Matsugano . Relator: Des. Jurandyr Reis Junior
Apelação Cível
0120 . Processo: 0826247-9
Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00014581220078160026 Indenização. Apelante: Lourdes Miranda Silva (maior de 60 anos). Advogado: Dirceu Augustinho Zanlorenzi . Apelado: Darlei Coelho dos Santos , Cristian Carlos Rodrigues. Advogado: Evaldo Pissaia , Renato Celso Beraldo Júnior. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

---

**Setor de Pautas**
**Pauta de Julgamento do dia 06/10/2011 13:30**
**Sessão Ordinária - 9ª Câmara Cível em Composição Integral e 9ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10204 e 2011.10205 de Publicação**

---

**Pauta de Julgamento da sessão ordinária do 9ª Câmara Cível em Composição Integral e 9ª Câmara Cível a realizar-se em 06/10/2011 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes.**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Abelardo Evangelista de Faria | 061 | 0784293-9 |
| Adir Luiz Colombo | 076 | 0795271-0 |
| Afonso Proenço Branco Filho | 004 | 0763025-1 |
| agda fernanda pietro santana | 047 | 0733091-6 |
| Ailton Ferreira | 052 | 0763745-8 |
| Airton Marques | 004 | 0763025-1 |
| Alberto Silva Gomes | 089 | 0814724-0 |
| Alcides Lacourt Júnior | 089 | 0814724-0 |
| Alexandre Nelson Ferraz | 086 | 0809271-1 |
| Alexandre Pigozzi Bravo | 017 | 0820085-5/01 |
| | 018 | 0815634-5/01 |
| | 019 | 0816795-7/01 |
| | 020 | 0820403-3/01 |
| Alexandre Ribeiro Bley Bonfim | 046 | 0712108-6 |
| Ana Carolina Coelho Barroso | 084 | 0806912-5 |
| Ana Paula Cardoso Momesso | 081 | 0801449-7 |
| Ana Paula Delgado de S. Barroso | 071 | 0793905-3 |
| Ana Paula Fernandes Furtado | 024 | 0797014-3 |
| Ana Paula Oaida Gabellini | 006 | 0658695-8/01 |
| Ana Paula Stadnik | 059 | 0778209-0 |
| Ana Paula Torres | 030 | 0801114-9 |
| Ananias Cézar Teixeira | 009 | 0777564-2/03 |
| | 010 | 0779935-9/03 |
| | 012 | 0781952-1/03 |
| | 025 | 0799299-4 |

| | | |
|---|---|---|
| | 026 | 0799372-8 |
| | 027 | 0799377-3 |
| | 028 | 0799934-8 |
| | 029 | 0800277-7 |
| | 031 | 0804142-5 |
| | 032 | 0804271-1 |
| | 033 | 0804424-2 |
| | 034 | 0804979-2 |
| | 035 | 0805274-6 |
| | 036 | 0806555-0 |
| | 041 | 0449109-4 |
| | 093 | 0815905-9 |
| | 094 | 0817149-9 |
| | 096 | 0821245-5 |
| | 097 | 0821363-8 |
| | 098 | 0821374-1 |
| | 099 | 0821426-0 |
| | 100 | 0821427-7 |
| | 101 | 0821437-3 |
| | 102 | 0821461-9 |
| | 103 | 0821521-0 |
| | 104 | 0821634-2 |
| | 105 | 0821649-3 |
| | 106 | 0821671-5 |
| | 107 | 0821677-7 |
| | 108 | 0821711-4 |
| | 109 | 0821854-4 |
| | 110 | 0822002-4 |
| | 111 | 0822170-7 |
| | 112 | 0822296-6 |
| Anderson Pezzarini | 016 | 0800450-6/01 |
| Andréa Gomes | 076 | 0795271-0 |
| Andréia Ricci Silva Carvalho | 022 | 0794377-3 |
| Andrey Herget | 068 | 0791534-6 |
| Ângela de Souza Hespanhol | 081 | 0801449-7 |
| Angelino Luiz Ramalho Tagliari | 048 | 0733119-9 |
| Anisio dos Santos | 042 | 0677984-2 |
| Antônio Celso C. d. Albuquerque | 004 | 0763025-1 |
| Antônio de Jesus Filho | 015 | 0795376-0/01 |
| Antonio Eduardo G. d. Rueda | 017 | 0820085-5/01 |
| | 018 | 0815634-5/01 |
| | 020 | 0820403-3/01 |
| Antonio Fidelis | 014 | 0787998-1/01 |
| Antônio Gomes da Silva | 005 | 0785386-3 |
| Antônio Sbano Júnior | 063 | 0788628-8 |
| Aparecido José da Silva | 049 | 0734443-4 |
| Arnaldo Fortes Alcântara Filho | 049 | 0734443-4 |
| Arno Apolinário Junior | 031 | 0804142-5 |
| | 035 | 0805274-6 |
| | 040 | 0823337-6 |
| Arthur Sabino Damasceno | 051 | 0757855-2 |
| | 077 | 0798980-6 |
| Aulo Augusto Prato | 086 | 0809271-1 |
| Bogdan Olijnyk Júnior | 008 | 0743135-6/01 |
| Brasílio Vicente de Castro Neto | 054 | 0767394-7 |
| Bruno Augusto Sampaio Fuga | 083 | 0806603-1 |
| Carla Angélica Heroso Gomes | 040 | 0823337-6 |
| Carlos Alberto Farracha de Castro | 045 | 0701026-2 |
| Carlos Alves | 092 | 0815805-4 |
| | 113 | 0823928-7 |
| Carlos Eduardo Cardoso Bandeira | 073 | 0794800-7 |
| Carlos Eduardo Collet e Silva | 030 | 0801114-9 |
| Caroline Araújo Brunetto | 076 | 0795271-0 |
| Caroline Leite Barreto | 076 | 0795271-0 |
| Carolyne Beux Trombetta | 059 | 0778209-0 |
| Celia do Rocio de Paula | 063 | 0788628-8 |
| Celito Argenta | 069 | 0791615-6 |
| Celso Cordeiro | 007 | 0739919-3/01 |
| César Augusto de França | 039 | 0815995-3 |
| | 092 | 0815805-4 |
| | 095 | 0820753-8 |
| | 113 | 0823928-7 |
| Charles Parchen | 067 | 0791114-4 |
| Cheywa Gabriella de J. Stremel | 043 | 0692672-3 |
| Christian da Silva Bortolotto | 042 | 0677984-2 |
| Cibele Fernandes Dias Knoerr | 080 | 0800748-1 |
| Cícero Belin de Moura Cordeiro | 045 | 0701026-2 |
| Ciro Bruning | 063 | 0788628-8 |
| Claudia Elisabeth C. V. Heesewijk | 074 | 0794825-4 |
| Claudimara Calore de Souza | 022 | 0794377-3 |
| Cláudio Marcelo Baiak | 043 | 0692672-3 |
| Cleverson Marinho Teixeira | 072 | 0794767-7 |
| Cristiane Uliana | 025 | 0799299-4 |
| | 029 | 0800277-7 |
| | 035 | 0805274-6 |
| | 041 | 0449109-4 |
| | 093 | 0815905-9 |
| | 094 | 0817149-9 |
| | 096 | 0821245-5 |
| | 104 | 0821634-2 |
| | 108 | 0821711-4 |
| Daniele Neves da Silva | 080 | 0800748-1 |
| Danielle Christianne da Rocha | 001 | 0807136-9 |
| Danielle Cristine Todesco Weldt | 063 | 0788628-8 |
| Debora Figueiro | 024 | 0797014-3 |
| Débora Segala | 084 | 0806912-5 |
| Diego Martins Caspary | 046 | 0712108-6 |
| Dino Zambenedetti | 004 | 0763025-1 |
| Edson Evangelista da Silva | 038 | 0815947-7 |
| Edvaldo Avelar Silva | 074 | 0794825-4 |
| Elisabeth Nass Anderle | 024 | 0797014-3 |
| | 055 | 0769334-9 |
| Ellen Karina Borges Santos | 047 | 0733091-6 |
| Elso Cardoso Bitencourt | 039 | 0815995-3 |
| Elton Euclides Fernandes | 055 | 0769334-9 |
| Emerson Ricardo Galiciolli | 071 | 0793905-3 |
| Emílio Luiz Augusto Prohmann | 092 | 0815805-4 |
| Erika Fernanda Ramos | 037 | 0810805-4 |
| | 074 | 0794825-4 |
| Erlon Antonio Medeiros | 068 | 0791534-6 |
| Esio Oliveira de Souza Filho | 055 | 0769334-9 |
| Fabiano Freitas Soares | 023 | 0796851-2 |
| Fabiano Neves Macieywski | 009 | 0777564-2/03 |
| | 010 | 0779935-9/03 |
| | 012 | 0781952-1/03 |
| | 026 | 0799372-8 |
| | 027 | 0799377-3 |
| | 028 | 0799934-8 |
| | 030 | 0801114-9 |
| | 031 | 0804142-5 |
| | 032 | 0804271-1 |
| | 034 | 0804979-2 |
| | 036 | 0806555-0 |
| | 051 | 0757855-2 |
| | 097 | 0821363-8 |
| | 098 | 0821374-1 |
| | 099 | 0821426-0 |
| | 100 | 0821427-7 |
| | 101 | 0821437-3 |
| | 102 | 0821461-9 |
| | 103 | 0821521-0 |
| | 105 | 0821649-3 |
| | 106 | 0821671-5 |
| | 107 | 0821677-7 |
| | 109 | 0821854-4 |
| | 110 | 0822002-4 |
| | 111 | 0822170-7 |
| | 112 | 0822296-6 |
| Fabiano Tramujas Bassaneze | 040 | 0823337-6 |
| Fábio Dias Vieira | 035 | 0805274-6 |

| | | |
|---|---|---|
| | 096 | 0821245-5 |
| | 108 | 0821711-4 |
| Fernanda Coronado F. Marques | 069 | 0791615-6 |
| Fernanda Nishida Xavier da Silva | 088 | 0812611-0 |
| Fernando Alberto Santin Portela | 077 | 0798980-6 |
| | 090 | 0814784-6 |
| Fernando Murilo Costa Garcia | 051 | 0757855-2 |
| Fernando Ribas | 023 | 0796851-2 |
| Flávia Balduíno da Silva | 057 | 0775697-8 |
| | 090 | 0814784-6 |
| Flávio Penteado Geromini | 051 | 0757855-2 |
| | 064 | 0788655-5 |
| | 074 | 0794825-4 |
| | 077 | 0798980-6 |
| | 083 | 0806603-1 |
| | 091 | 0814930-8 |
| Francelise Camargo de Lima | 070 | 0792889-0 |
| | 073 | 0794800-7 |
| Francisco Carlos Collet e Silva | 030 | 0801114-9 |
| Francisco Leite da Silva | 018 | 0815634-5/01 |
| | 019 | 0816795-7/01 |
| | 020 | 0820403-3/01 |
| Gabriel Santos Albertti | 056 | 0775195-9 |
| Gabriella Murara Vieira | 062 | 0787850-6 |
| | 070 | 0792889-0 |
| | 073 | 0794800-7 |
| | 088 | 0812611-0 |
| George Eduardo Ripper Vianna | 030 | 0801114-9 |
| Gerson Vanzin Moura da Silva | 051 | 0757855-2 |
| | 064 | 0788655-5 |
| | 066 | 0789871-3 |
| | 091 | 0814930-8 |
| Gilberto Baumann de Lima | 038 | 0815947-7 |
| Giovani de Oliveira Serafini | 054 | 0767394-7 |
| Giovani Zorzi Ribas | 046 | 0712108-6 |
| Glauco Iwersen | 053 | 0765634-8 |
| | 079 | 0800446-2 |
| Guilherme de Salles Gonçalves | 046 | 0712108-6 |
| Guilherme Frazão Nadalin | 061 | 0784293-9 |
| Guilherme José Carlos da Silva | 058 | 0777671-2 |
| Guilherme Régio Pegoraro | 014 | 0787998-1/01 |
| | 037 | 0810805-4 |
| | 051 | 0757855-2 |
| Gustavo de Camargo Hermann | 044 | 0695348-4 |
| Gustavo Frazão Nadalin | 061 | 0784293-9 |
| Gustavo Viana Camata | 081 | 0801449-7 |
| Henrique Alberto Faria Motta | 057 | 0775697-8 |
| Heroldes Bahr Neto | 010 | 0779935-9/03 |
| | 012 | 0781952-1/03 |
| | 026 | 0799372-8 |
| | 027 | 0799377-3 |
| | 028 | 0799934-8 |
| | 031 | 0804142-5 |
| | 032 | 0804271-1 |
| | 034 | 0804979-2 |
| | 097 | 0821363-8 |
| | 098 | 0821374-1 |
| | 102 | 0821461-9 |
| | 103 | 0821521-0 |
| | 106 | 0821671-5 |
| | 107 | 0821677-7 |
| | 109 | 0821854-4 |
| | 110 | 0822002-4 |
| | 111 | 0822170-7 |
| | 112 | 0822296-6 |
| Hildegard Taggesell Giostri | 004 | 0763025-1 |
| Hiran José Denes Vidal | 056 | 0775195-9 |
| Hugo Mauricio Sigelmann | 030 | 0801114-9 |
| Igor Bandeira de Mello D. Lopes | 030 | 0801114-9 |
| Ilze Regina Aparecida Pinto | 044 | 0695348-4 |
| Ivan Ariovaldo Pegoraro | 011 | 0781865-3/01 |
| Ivan Lelis Bonilha | 001 | 0807136-9 |
| Jaime Oliveira Penteado | 037 | 0810805-4 |
| | 051 | 0757855-2 |
| | 064 | 0788655-5 |
| | 066 | 0789871-3 |
| | 074 | 0794825-4 |
| | 083 | 0806603-1 |
| | 091 | 0814930-8 |
| Jair Antônio Wiebelling | 074 | 0794825-4 |
| Jairo Vicente Clivatti | 021 | 0784077-5 |
| James Eli de Oliveira | 042 | 0677984-2 |
| Janaína Cirino dos Santos | 043 | 0692672-3 |
| Janaínna de Cássia Esteves | 067 | 0791114-4 |
| Jaqueline Fuzer Ziroldo | 074 | 0794825-4 |
| Jaqueline Lobo da Rosa | 076 | 0795271-0 |
| Jaqueline Scotá Stein | 074 | 0794825-4 |
| Jean Carlos Camozato | 074 | 0794825-4 |
| Jean Carlos Frogeri | 057 | 0775697-8 |
| Jean Carlos Martins Francisco | 039 | 0815995-3 |
| Jean Dal Maso Costi | 006 | 0658695-8/01 |
| Jefferson do Carmo Assis | 071 | 0793905-3 |
| Jefferson dos Santos | 021 | 0784077-5 |
| João Alberto Nieckars da Silva | 049 | 0734443-4 |
| João Candido Ferreira C. P. Filho | 011 | 0781865-3/01 |
| João Everardo Resmer Vieira | 023 | 0796851-2 |
| João Ricardo Cunha de Almeida | 004 | 0763025-1 |
| Jorge André Ritzmann de Oliveira | 046 | 0712108-6 |
| José Augusto Araújo de Noronha | 054 | 0767394-7 |
| José Bento Vidal Filho | 056 | 0775195-9 |
| José do Carmo Badaró | 044 | 0695348-4 |
| José Edgard da Cunha Bueno Filho | 082 | 0802664-8 |
| José Fernando Vialle | 007 | 0739919-3/01 |
| | 056 | 0775195-9 |
| José Heriberto Micheleto | 024 | 0797014-3 |
| | 055 | 0769334-9 |
| José Leocadio Lustosa dos Santos | 050 | 0738202-9 |
| José Roberto Beffa | 053 | 0765634-8 |
| José Virgílio Castelo B. R. Neto | 061 | 0784293-9 |
| Joseane da Silva | 050 | 0738202-9 |
| Josemar Perussolo | 004 | 0763025-1 |
| Joslaine Montanheiro A. d. Silva | 046 | 0712108-6 |
| Juliana Mara da Silva | 074 | 0794825-4 |
| Juliana Pegoraro Bazzo | 011 | 0781865-3/01 |
| Juliano Campelo Prestes | 005 | 0785386-3 |
| Juliano Garcia | 082 | 0802664-8 |
| Julio Cesar Abreu das Neves | 025 | 0799299-4 |
| | 028 | 0799934-8 |
| | 029 | 0800277-7 |
| Júlio Cesar Dalmolin | 074 | 0794825-4 |
| Júlio Cesar Goulart Lanes | 016 | 0800450-6/01 |
| Júlio Cezar Engel dos Santos | 072 | 0794767-7 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 001 | 0807136-9 |
| Karen Yumi Shigueoka | 088 | 0812611-0 |
| Karina Espindola De Abreu | 005 | 0785386-3 |
| Karina Hashimoto | 092 | 0815805-4 |
| Kelin Ghizzi | 066 | 0789871-3 |
| | 073 | 0794800-7 |
| Kenji Della Pria Hatamoto | 077 | 0798980-6 |
| | 090 | 0814784-6 |
| Kleber Augusto Vieira | 026 | 0799372-8 |
| | 027 | 0799377-3 |
| | 112 | 0822296-6 |
| Kleber Dourado Lopes | 008 | 0743135-6/01 |
| Laercion Antonio Wrubel | 056 | 0775195-9 |
| Laíse Matros | 084 | 0806912-5 |

| | | |
|---|---|---|
| Lasnine Monte Woslki Scholze | 051 | 0757855-2 |
| | 066 | 0789871-3 |
| Laura Isabel Nogarolli | 076 | 0795271-0 |
| Lawrence Wengerkiewicz Bordignon | 049 | 0734443-4 |
| Leonardo de Lima e Silva Bagno | 039 | 0815995-3 |
| Leonardo José Garcia Oliveira | 078 | 0799732-4 |
| Letícia Nery Villa Stangler Arend | 048 | 0733119-9 |
| Liliana Orth Dielh | 013 | 0786052-6/01 |
| Lisiane Ambrosio | 011 | 0781865-3/01 |
| Lourival Lino de Sousa | 058 | 0777671-2 |
| Luciana Goulart Penteado | 076 | 0795271-0 |
| Luciane Portela | 060 | 0778985-5 |
| Lucílio da Silva | 079 | 0800446-2 |
| Ludmeire Camacho Martins | 038 | 0815947-7 |
| Luis Carlos de Sousa | 078 | 0799732-4 |
| Luiz Carlos Angeli | 095 | 0820753-8 |
| Luiz Carlos Checozzi | 013 | 0786052-6/01 |
| Luiz Gonzaga Moreira Correia | 089 | 0814724-0 |
| Luiz Guilherme Meyer | 075 | 0794903-3 |
| Luiz Gustavo Vardânega V. Pinto | 054 | 0767394-7 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 037 | 0810805-4 |
| | 051 | 0757855-2 |
| | 064 | 0788655-5 |
| | 066 | 0789871-3 |
| | 077 | 0798980-6 |
| | 083 | 0806603-1 |
| | 091 | 0814930-8 |
| Manoel Caetano Ferreira Filho | 026 | 0799372-8 |
| | 027 | 0799377-3 |
| Marcele Polyana Paio | 080 | 0800748-1 |
| Marcelo Augusto Bertoni | 082 | 0802664-8 |
| Marcelo de Souza Teixeira | 072 | 0794767-7 |
| Marcelo Zacharias | 078 | 0799732-4 |
| Marcia Cristine Schokal Bustillos | 049 | 0734443-4 |
| | 059 | 0778209-0 |
| Márcia Loreni Gund | 074 | 0794825-4 |
| Márcia Satil Parreira | 065 | 0789460-0 |
| | 069 | 0791615-6 |
| | 070 | 0792889-0 |
| | 073 | 0794800-7 |
| | 085 | 0807826-8 |
| Márcia Severina Badaró | 044 | 0695348-4 |
| Márcio Alexandre Cavenague | 044 | 0695348-4 |
| Marcio Augusto Barreiros Garcia | 085 | 0807826-8 |
| Marco Henrique Damião Beffa | 053 | 0765634-8 |
| Marcos Leate | 011 | 0781865-3/01 |
| Marcos Roberto Vrenna | 053 | 0765634-8 |
| Marcos Wengerkiewicz | 021 | 0784077-5 |
| Maria Cristina Smaniotto Daher | 044 | 0695348-4 |
| Mariana Pereira Valério | 053 | 0765634-8 |
| | 079 | 0800446-2 |
| Mário Marcondes Nascimento | 039 | 0815995-3 |
| | 095 | 0820753-8 |
| Maristela Kloster | 022 | 0794377-3 |
| Marival Carvalhal Santos | 061 | 0784293-9 |
| Maurício Beleski de Carvalho | 080 | 0800748-1 |
| Mauro Junior Seraphim | 061 | 0784293-9 |
| Max Humberto Recuero | 067 | 0791114-4 |
| | 068 | 0791534-6 |
| Maximilian Zerek | 033 | 0804424-2 |
| | 035 | 0805274-6 |
| | 040 | 0823337-6 |
| | 096 | 0821245-5 |
| Michele Toardik de Oliveira | 061 | 0784293-9 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 003 | 0684885-5/04 |
| | 044 | 0695348-4 |
| | 047 | 0733091-6 |
| | 053 | 0765634-8 |
| | 068 | 0791534-6 |
| | 079 | 0800446-2 |
| Mirella Parra Fulop | 081 | 0801449-7 |
| Mônica Dalmolin | 074 | 0794825-4 |
| Mônica Ferreira Mello Biora | 068 | 0791534-6 |
| Murillo Espinola de Oliveira Lima | 025 | 0799299-4 |
| | 028 | 0799934-8 |
| | 029 | 0800277-7 |
| | 033 | 0804424-2 |
| | 034 | 0804979-2 |
| | 040 | 0823337-6 |
| | 094 | 0817149-9 |
| | 097 | 0821363-8 |
| | 108 | 0821711-4 |
| | 111 | 0822170-7 |
| | 112 | 0822296-6 |
| Nanci Terezinha Zimmer | 088 | 0812611-0 |
| Nelson Cordeiro Justus | 061 | 0784293-9 |
| Nelson Luiz Nouvel Alessio | 039 | 0815995-3 |
| | 092 | 0815805-4 |
| Nilton Antônio de Almeida Maia | 031 | 0804142-5 |
| | 034 | 0804979-2 |
| | 040 | 0823337-6 |
| | 100 | 0821427-7 |
| | 101 | 0821437-3 |
| | 105 | 0821649-3 |
| | 109 | 0821854-4 |
| | 110 | 0822002-4 |
| Nilza Aparecida S. B. d. Lima | 038 | 0815947-7 |
| Patricia de Limas N. L. Lopes | 024 | 0797014-3 |
| Paulo Celso Costa | 053 | 0765634-8 |
| Paulo Roberto Chiquita | 035 | 0805274-6 |
| Paulo Roberto Fadel | 006 | 0658695-8/01 |
| | 071 | 0793905-3 |
| Pedro Ivan Vasconcelos Hollanda | 004 | 0763025-1 |
| Pedro Molinette | 067 | 0791114-4 |
| Priscila Perelles | 049 | 0734443-4 |
| | 059 | 0778209-0 |
| | 075 | 0794903-3 |
| Pryscilla Antunes da Mota Paes | 072 | 0794767-7 |
| Rafael de Lima Felcar | 072 | 0794767-7 |
| Rafael Lucas Garcia | 002 | 0815891-0 |
| | 087 | 0812401-4 |
| Rafael Mosele | 074 | 0794825-4 |
| Rafael Nogueira da Gama | 084 | 0806912-5 |
| Rafael Santos Carneiro | 070 | 0792889-0 |
| Rafael Vinícius Massignani | 078 | 0799732-4 |
| Rafaela Almeida do Amaral | 001 | 0807136-9 |
| Rafaela Polydoro Küster | 047 | 0733091-6 |
| Rafaella Gussella de Lima | 082 | 0802664-8 |
| Raul Maia Chapaval | 009 | 0777564-2/03 |
| Regina de Souza Preussler | 067 | 0791114-4 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 006 | 0658695-8/01 |
| | 060 | 0778985-5 |
| | 071 | 0793905-3 |
| Renato Cordeiro Justus | 061 | 0784293-9 |
| Ricardo Miara Schuarts | 068 | 0791534-6 |
| Robson Fari Nassin | 003 | 0684885-5/04 |
| Robson Krupeizaki | 013 | 0786052-6/01 |
| Robson Sakai Garcia | 062 | 0787850-6 |
| | 087 | 0812401-4 |
| Rodrigo Garcia Bastos | 074 | 0794825-4 |
| Rodrigo Vitor da Silva | 058 | 0777671-2 |
| Rogério Bueno Elias | 017 | 0820085-5/01 |
| Rogério Resina Molez | 017 | 0820085-5/01 |
| Rômulo Henrique Perim Alvarenga | 038 | 0815947-7 |
| Rosane Stédile Pombo Meyer | 075 | 0794903-3 |
| Rosangela Dias Guerreiro | 039 | 0815995-3 |
| | 113 | 0823928-7 |
| Rossandra Pavani Nagai | 077 | 0798980-6 |

| | | |
|---|---|---|
| | 090 | 0814784-6 |
| Rubens Carlos Bittencourt | 080 | 0800748-1 |
| Rubens Luiz Sartori | 022 | 0794377-3 |
| Rubia Andrade Fagundes | 039 | 0815995-3 |
| Sadi Nunes da Rosa | 076 | 0795271-0 |
| Sandra Regina Rodrigues | 049 | 0734443-4 |
| Sandro Luiz Werlang | 056 | 0775195-9 |
| Saulo Bonat de Mello | 009 | 0777564-2/03 |
| | 010 | 0779935-9/03 |
| | 012 | 0781952-1/03 |
| | 026 | 0799372-8 |
| | 027 | 0799377-3 |
| | 028 | 0799934-8 |
| | 031 | 0804142-5 |
| | 032 | 0804271-1 |
| | 034 | 0804979-2 |
| | 097 | 0821363-8 |
| | 098 | 0821374-1 |
| | 102 | 0821461-9 |
| | 103 | 0821521-0 |
| | 105 | 0821649-3 |
| | 106 | 0821671-5 |
| | 107 | 0821677-7 |
| | 109 | 0821854-4 |
| | 110 | 0822002-4 |
| | 111 | 0822170-7 |
| | 112 | 0822296-6 |
| Sebastião Seiji Tokunaga | 033 | 0804424-2 |
| | 094 | 0817149-9 |
| | 097 | 0821363-8 |
| | 111 | 0822170-7 |
| | 112 | 0822296-6 |
| Shenia Samira Nassin | 003 | 0684885-5/04 |
| Silvana da Silva | 075 | 0794903-3 |
| Silvana Zavodini | 056 | 0775195-9 |
| Silvia Fátima Soares | 080 | 0800748-1 |
| Sílvio Binhara | 006 | 0658695-8/01 |
| Silvio Espindola | 005 | 0785386-3 |
| Simone Aparecida dos Reis | 057 | 0775697-8 |
| Sirlei Teresinha Domingues Gago | 005 | 0785386-3 |
| Sirley Beatriz Zambenedetti | 004 | 0763025-1 |
| Tânia Mara Sbano Witkowski | 063 | 0788628-8 |
| Tatiana Schmidt Manzochi | 084 | 0806912-5 |
| Tatiana Tavares de Campos | 017 | 0820085-5/01 |
| | 018 | 0815634-5/01 |
| | 020 | 0820403-3/01 |
| Tatiane Muncinelli | 066 | 0789871-3 |
| | 077 | 0798980-6 |
| Tatyane Priscila Portes Stein | 064 | 0788655-5 |
| | 065 | 0789460-0 |
| Thais Malachini | 003 | 0684885-5/04 |
| Thiago Penazzo Lorenzo | 078 | 0799732-4 |
| Tiago Damiani | 052 | 0763745-8 |
| Tiago Godoy Zanicotti | 089 | 0814724-0 |
| Trajano Bastos de O. N. Friedrich | 003 | 0684885-5/04 |
| Valdir Rogério Zonta | 091 | 0814930-8 |
| Valéria Caramuru Cicarelli | 086 | 0809271-1 |
| Valquiria Bassetti Prochmann | 001 | 0807136-9 |
| Vanessa Abu-Jamra F. d. Castro | 045 | 0701026-2 |
| Verônica Dias | 021 | 0784077-5 |
| Vivian Regina Zambrim | 051 | 0757855-2 |
| Walter Antônio Petruzziello | 061 | 0784293-9 |
| Wanderson Moreira Eliziário | 015 | 0795376-0/01 |
| Welington Eduardo Ludke | 006 | 0658695-8/01 |

Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))
0001 . Processo: 0807136-9
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Impetrante: Ney Muchenski , Elisângela Soares de Almeida Muchenski. Advogado: Danielle Christianne da Rocha . Impetrado (1): Secretário de Estado da Administração e da Previdência . Advogado: Ivan Lelis Bonilha . Impetrado (2): Presidente do Conselho Diretor do Fundo de Atendimento da Polícia Militar - Fas Pm . Litis Passivo: Estado do Paraná . Advogado: Rafaela Almeida do Amaral , Valquiria Bassetti Prochmann, Julio Cezar Zem Cardozo. Relator: Des. Renato Braga Bettega

Conflito de Competência Cível (Gr/C.Int.)
0002 . Processo: 0815891-0
Comarca: Rolândia.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00030134720118160148 Cobrança. Suscitante: Juiz de Direito da Vara Cível e Anexos da Comarca de Rolândia . Suscitado: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Londrina . Interessado: Wagner José Santiago . Advogado: Rafael Lucas Garcia . Interessado: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin
Embargos Infringentes Cível (Gr/CInt.)
0003 . Processo: 0684885-5/04
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 0684885 Apelação Civel. Embargante: Paulo Cezar Koerbel Britto . Advogado: Robson Fari Nassin , Shenia Samira Nassin. Embargado: Centauro Seguradora Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich, Thais Malachini. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Apelação Cível
0004 . Processo: 0763025-1
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00000718619978160001 Indenização. Apelante: Evaldo dos Reis Carraro . Advogado: Dino Zambenedetti , Sirley Beatriz Zambenedetti. Apelado (1): Maurus Vinicius Stier Serpe . Advogado: Antônio Celso Cavalcanti de Albuquerque , Afonso Proenço Branco Filho. Apelado (2): Rogério de Castro Bittencourt , Suehiro Takashima Júnior. Advogado: Hildegard Taggesell Giostri , Josemar Perussolo. Interessado: Luiz Carlos de Almeida Rocha . Advogado: Pedro Ivan Vasconcelos Hollanda , João Ricardo Cunha de Almeida. Interessado: Espólio de José Pedro Pagani . Advogado: Airton Marques . Interessado: Ricardo Augusto Pagani . Cur.Especial: Claire Lottici . Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin
Apelação Cível
0005 . Processo: 0785386-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00208050420108160001 Ordinária. Apelante: Clinica Horus Ltda . Advogado: Silvio Espindola , Karina Espindola De Abreu, Antônio Gomes da Silva, Sirlei Teresinha Domingues Gago. Apelado: Ebge Editora Brasil de Guias Especiais Ltda . Advogado: Juliano Campelo Prestes . Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega)
Embargos de Declaração Cível
0006 . Processo: 0658695-8/01
Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 658695800 Apelação Civel. Embargante: Hsbc Seguros (brasil) S/a . Advogado: Paulo Roberto Fadel , Reinaldo Mirico Aronis. Embargado: Eliane Terezinha Piva . Advogado: Welington Eduardo Ludke , Sílvio Binhara, Jean Dal Maso Costi, Ana Paula Oaida Gabellini. Relator: Des. Renato Braga Bettega
Embargos de Declaração Cível
0007 . Processo: 0739919-3/01
Comarca: Cascavel.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 739919300 Apelação Civel. Embargante: Lorivaldo Alves Moura (maior de 60 anos). Advogado: Celso Cordeiro . Embargado: Bradesco Vida e Previdência Sa . Advogado: José Fernando Vialle . Relator: Des. Renato Braga Bettega
Embargos de Declaração Cível
0008 . Processo: 0743135-6/01
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 743135600 Apelação Civel. Embargante: Itaú Vida e Previdência Sa . Advogado: Kleber Dourado Lopes . Embargado: Cláudia Gomes Sant'anna . Advogado: Bogdan Olijnyk Júnior . Relator: Des. Renato Braga Bettega
Embargos de Declaração Cível
0009 . Processo: 0777564-2/03
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 777564200 Agravo de Instrumento. Embargante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Embargado: Ubirajara Manoel Ferreira . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Raul Maia Chapaval. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Embargos de Declaração Cível
0010 . Processo: 0779935-9/03
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 779935900 Agravo de Instrumento. Embargante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Embargado: Rosicleia Peniche Galdino . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Embargos de Declaração Cível
0011 . Processo: 0781865-3/01
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 781865300 Apelação Civel. Embargante: Euro Import Distribuidora de Veiculos Ltda . Advogado: João Candido Ferreira Cunha Pereira Filho , Lisiane Ambrosio. Embargado: Intermodas Comércio de Confecções Ltda . Advogado: Juliana Pegoraro Bazzo , Ivan Ariovaldo Pegoraro, Marcos Leate. Interessado: Land Rover do Brasil . Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Embargos de Declaração Cível
0012 . Processo: 0781952-1/03
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 781952100 Agravo de Instrumento. Embargante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Embargado: Catia Denise Cassilha . Advogado: Fabiano Neves

Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Embargos de Declaração Cível
0013 . Processo: 0786052-6/01
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 786052600 Apelação Civel. Embargante: Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros . Advogado: Luiz Carlos Checozzi , Liliana Orth Dielh. Embargado: Gabriel Lucchesi Montenegro Silva . Advogado: Robson Krupeizaki . Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Embargos de Declaração Cível
0014 . Processo: 0787998-1/01
Comarca: Londrina.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 787998100 Apelação Civel. Embargante: Marinês Ragunetti Furlaneto . Advogado: Guilherme Régio Pegoraro . Embargado: Josefino Elviro do Bonfim . Advogado: Antonio Fidelis . Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Embargos de Declaração Cível
0015 . Processo: 0795376-0/01
Comarca: Goioerê.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 795376000 Apelação Civel. Embargante: Cid Alves Moreira , Odair José Barbosa. Advogado: Wanderson Moreira Eliziário . Embargado: Dalva Ferreira da Silva . Advogado: Antônio de Jesus Filho . Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Embargos de Declaração Cível
0016 . Processo: 0800450-6/01
Comarca: Guaraniaçu.Vara: Vara Única. Ação Originária: 800450600 Apelação Civel. Embargante: Lojas Renner Sa . Advogado: Júlio Cesar Goulart Lanes . Embargado: Neiva Terezinha Martins . Advogado: Anderson Pezzarini . Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Embargos de Declaração Cível
0017 . Processo: 0820085-5/01
Comarca: Londrina.Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 820085500 Agravo de Instrumento. Embargante: Companhia Excelsior de Seguros . Advogado: Tatiana Tavares de Campos , Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo. Embargado: Sônia Regina Dias da Silva , Vera Eunice dos Santos, Rosimar Menezes de Souza, Jair Soares Alves. Advogado: Rogério Bueno Elias , Rogério Resina Molez. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Agravo
0018 . Processo: 0815634-5/01
Comarca: Astorga.Vara: Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 815634500 Agravo de Instrumento. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros . Advogado: Tatiana Tavares de Campos , Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Quiteria dos Santos de Oliveira , Severina Nunes Pereira, Sueli Brizotto Colombo, Tereza Maria de Jesus Candão, Teresa Rosa de Souza Pereira. Advogado: Francisco Leite da Silva . Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Agravo
0019 . Processo: 0816795-7/01
Comarca: Astorga.Vara: Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 816795700 Agravo de Instrumento. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros . Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo . Agravado: Lourdes Aparecida Baldoria , Maria de Fátima dos Santos Dias, Adalgisa dos Santos Souza, Benedito Borniotti. Advogado: Francisco Leite da Silva . Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Agravo
0020 . Processo: 0820403-3/01
Comarca: Colorado.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 820403300 Agravo de Instrumento. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros . Advogado: Tatiana Tavares de Campos , Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Adair Gonçalves , Ademir Olimpio dos Santos, Antônio Miguel de Queiroz Filho, Aparecida Verônica dos Santos, Arivaldo Ribeiro Gonçalves, Benedita dos Santos, Celio Machado de Goes, Cicero Cabral de Brito, Damião Rodrigues Pinheiro, Evaldo Teles. Advogado: Francisco Leite da Silva . Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Agravo de Instrumento
0021 . Processo: 0784077-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001804 Indenização. Agravante: Valdeci Correia dos Santos . Advogado: Verônica Dias . Agravado: Auto Viação Nossa Senhora da Luz Ltda . Advogado: Marcos Wengerkiewicz , Jairo Vicente Clivatti, Jefferson dos Santos. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Agravo de Instrumento
0022 . Processo: 0794377-3
Comarca: Mamborê.Vara: Vara Única. Ação Originária: 209900000313 Pedido/ impugnação de Assist. Judiciaria. Agravante: Wagna Aparecida Pavesi Appelt , Juliana Pavesi Appelt, Jaqueline Pavesi Appelt. Advogado: Claudimara Calore de Souza . Agravado: Eugenio Pedrini . Advogado: Andréia Ricci Silva Carvalho , Rubens Luiz Sartori, Maristela Kloster. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Agravo de Instrumento
0023 . Processo: 0796851-2
Comarca: Maringá.Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00234435920108160017 Reparação de Danos. Agravante: Rodovias Integradas do Paraná S/a . Advogado: João Everardo Resmer Vieira , Fabiano Freitas Soares. Agravado: Cléia Cristiane Fernandes Gomes Zacarelli , Luana Gomes Zacarelli, Isabela Gomes Zacarelli. Advogado: Fernando Ribas . Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Agravo de Instrumento
0024 . Processo: 0797014-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00243764620118160001 Declaratória. Agravante: Yolanda Horning (Representado(a)), Arcesio Horning. Advogado: Debora Figueiro , Ana Paula Fernandes Furtado. Agravado: Amil Assistência Médica Internacional Sa . Advogado: Elisabeth Nass Anderle , Patricia de Limas Nogueira Lemos Lopes, José Heriberto Micheleto. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Agravo de Instrumento
0025 . Processo: 0799299-4
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00038939620118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Julio Cesar Abreu das Neves, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Agravado: Jarbas Nascimento Americo . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega)
Agravo de Instrumento
0026 . Processo: 0799372-8
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00033725420118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Agravado: Sebastião Alves da Costa . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto, Manoel Caetano Ferreira Filho, Kleber Augusto Vieira. Relator: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega)
Agravo de Instrumento
0027 . Processo: 0799377-3
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00033846820118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Agravado: Ezequiel Honorato Pinto . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto, Kleber Augusto Vieira, Manoel Caetano Ferreira Filho. Relator: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega)
Agravo de Instrumento
0028 . Processo: 0799934-8
Comarca: Antonina.Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800001017 Execução de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Julio Cesar Abreu das Neves, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Agravado: Anísio Pereira Custodio . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega)
Agravo de Instrumento
0029 . Processo: 0800277-7
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00038912920118160129 Execução de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Julio Cesar Abreu das Neves, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Agravado: Mario Pereira Marques . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega)
Agravo de Instrumento
0030 . Processo: 0801114-9
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00098394520118160001 Execução de Título Judicial. Agravante: Universal Music Publishing Mgb Brasil Ltda. . Advogado: George Eduardo Ripper Vianna , Igor Bandeira de Mello Dourado Lopes, Hugo Mauricio Sigelmann. Agravado: Reginaldo Ramos Batista , Roger de Castro, Anderson Rogério Dias de Souza, Sidnei Carli, Alessandro Martins Laroca. Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Ana Paula Torres. Interessado: Emi Music Ltda. . Advogado: Francisco Carlos Collet e Silva , Carlos Eduardo Collet e Silva. Relator: Des. Renato Braga Bettega
Agravo de Instrumento
0031 . Processo: 0804142-5
Comarca: Antonina.Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000252 Execução de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Arno Apolinário Junior, Nilton Antônio de Almeida Maia. Agravado: Jucirene Mendes Pereira . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega)
Agravo de Instrumento
0032 . Processo: 0804271-1
Comarca: Antonina.Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000311 Cumprimento de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Agravado: Dino Velloso . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega)
Agravo de Instrumento
0033 . Processo: 0804424-2
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00044100420118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Murillo Espinola de Oliveira Lima , Ananias Cézar Teixeira, Sebastião Seiji Tokunaga. Agravado: Neuza Batista Ferreira . Advogado: Maximilian Zerek . Relator: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega)
Agravo de Instrumento
0034 . Processo: 0804979-2
Comarca: Antonina.Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000209 Execução de Sentença. Agravante: Petróleo Brasileiro Sa Petrobrás . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Nilton Antônio de Almeida Maia. Agravado: Mariza Pereira de Oliveira . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega)

Agravo de Instrumento
0035 . Processo: 0805274-6
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00044118620118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Arno Apolinário Junior, Paulo Roberto Chiquita. Agravado: Almir Martins de Lima . Advogado: Cristiane Uliana , Fábio Dias Vieira, Maximilian Zerek. Relator: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega)
Agravo de Instrumento
0036 . Processo: 0806555-0
Comarca: Antonina.Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000264 Execução Provisória. Agravante: Petróleo Brasileiro S/a - Petrobrás . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Agravado: Joel Costa Freire . Advogado: Fabiano Neves Macieywski . Relator: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega)
Agravo de Instrumento
0037 . Processo: 0810805-4
Comarca: Londrina.Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00327227820108160014 Cobrança. Agravante: Andreo Felipe Volso Melo . Advogado: Guilherme Régio Pegoraro . Agravado: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Jaime Oliveira Penteado , Luiz Henrique Bona Turra, Erika Fernanda Ramos. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Agravo de Instrumento
0038 . Processo: 0815947-7
Comarca: Centenário do Sul.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00015912620108160066 Declaratória. Agravante: Companhia de Habitação de Londrina - Cohab - Ld . Advogado: Ludmeire Camacho Martins , Rômulo Henrique Perim Alvarenga, Edson Evangelista da Silva. Agravado: Aparecida Cassiano Francisco Santos . Advogado: Gilberto Baumann de Lima , Nilza Aparecida Sacoman Baumann de Lima. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Agravo de Instrumento
0039 . Processo: 0815995-3
Comarca: São João do Ivaí.Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000277 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: SUL AMERICA SEGUROS . Advogado: César Augusto de França , Rubia Andrade Fagundes, Nelson Luiz Nouvel Alessio, Rosangela Dias Guerreiro, Leonardo de Lima e Silva Bagno. Agravado: Marcos Antonio Manzalli , Maria Aparecida da Silva Lima, Maria Aparecida de Miranda, Maria de Lurdes de Oliveira, Maria Jose Correa Pinheiro, Maria Lucia Nogueira, Maria Rosana dos Santos de Biage, Osmir Ferreira, Paulo Henrique, Reunilson Santana Elesbon, Silvana Motta de Souza, Sirineide de Castro Knup Palacio. Advogado: Mário Marcondes Nascimento , Elso Cardoso Bitencourt, Jean Carlos Martins Francisco. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Agravo de Instrumento
0040 . Processo: 0823337-6
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059811020118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Arno Apolinário Junior , Nilton Antônio de Almeida Maia, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Agravado: Valdecir Matozo de Freitas . Advogado: Fabiano Tramujas Bassaneze , Carla Angélica Heroso Gomes, Maximilian Zerek. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin
Apelação Cível
0041 . Processo: 0449109-4
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200400003916 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Rec.Adesivo: Jailton Vanderlei Moreira . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado (2): Jailton Vanderlei Moreira . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. José Augusto Gomes Aniceto). Revisor: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0042 . Processo: 0677984-2
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00000648420038160001 Indenização. Apelante: Cléia do Rocio dos Santos , Franciele Andressa dos Santos. Advogado: James Eli de Oliveira . Apelado (1): José Lazarotto de Souza e Souza . Advogado: Anisio dos Santos . Apelado (2): Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Carmo Ltda . Advogado: Christian da Silva Bortolotto . Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. José Laurindo de Souza Netto). Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin
Apelação Cível
0043 . Processo: 0692672-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00012324820088160001 Cobrança. Apelante: Condomínio Conjunto Residencial Renoir . Advogado: Cláudio Marcelo Baiak , Janaína Cirino dos Santos. Apelado: Lucia Prucner . Advogado: Cheywa Gabriella de Juodis Stremel . Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. Renato Braga Bettega)
Apelação Cível
0044 . Processo: 0695348-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00004192620058160001 Indenização. Apelante: Italian Park Estacionamento Lava Car Ltda . Advogado: Márcia Severina Badaró , José do Carmo Badaró, Ilze Regina Aparecida Pinto. Apelado (1): Antonio Ricardo Lorenzon . Advogado: Maria Cristina Smaniotto Daher . Apelado (2): Real Previdência e Seguros Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Gustavo de Camargo Hermann, Márcio Alexandre Cavenague. Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. Renato Braga Bettega). Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0045 . Processo: 0701026-2
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00004894320058160001 Indenização. Apelante: Baltimore Sa . Advogado: Carlos Alberto Farracha de Castro , Vanessa Abu-Jamra Farracha de Castro. Rec.Adesivo: Christian Stange Sigel , Raphaella de Medeiros Cervi Sigel. Advogado: Cícero Belin de Moura Cordeiro . Apelado (1): Christian Stange Sigel , Raphaella de Medeiros Cervi Sigel. Advogado: Cícero Belin de Moura Cordeiro . Apelado (2): Baltimore Sa . Advogado: Carlos Alberto Farracha de Castro , Vanessa Abu-Jamra Farracha de Castro. Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. Renato Braga Bettega). Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0046 . Processo: 0712108-6
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 00007478220078160001 Indenização. Apelante (1): Viação Castelo Branco Ltda . Advogado: Guilherme de Salles Gonçalves , Alexandre Ribeiro Bley Bonfim, Giovani Zorzi Ribas. Apelante (2): Confiança Companhia de Seguros . Advogado: Joslaine Montanheiro Alcantara da Silva , Jorge André Ritzmann de Oliveira. Rec.Adesivo: Idalina Fabrício Santana . Advogado: Diego Martins Caspary . Apelado (1): Idalina Fabrício Santana . Advogado: Diego Martins Caspary . Apelado (2): Viação Castelo Branco Ltda . Advogado: Guilherme de Salles Gonçalves , Alexandre Ribeiro Bley Bonfim, Giovani Zorzi Ribas. Apelado (3): Confiança Companhia de Seguros . Advogado: Joslaine Montanheiro Alcantara da Silva , Jorge André Ritzmann de Oliveira. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. Francisco Luiz Macedo Junior)
Apelação Cível
0047 . Processo: 0733091-6
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00264916920098160014 Cobrança. Apelante (1): Vinicius Antonio José . Advogado: agda fernanda pietro santana . Apelante (2): Bradesco Auto/re Cia de Seguros Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Rafaela Polydoro Küster, Ellen Karina Borges Santos. Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0048 . Processo: 0733119-9
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00014180820078160001 Exibição de Documentos. Apelante: Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada Sa . Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari . Apelado: Leni Pedo . Advogado: Letícia Nery Villa Stangler Arend . Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. Renato Braga Bettega). Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0049 . Processo: 0734443-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00029496120098160001 Declaratória. Apelante: Débora Bueno das Neves de Lima . Advogado: Aparecido José da Silva , Arnaldo Fortes Alcântara Filho, Lawrence Wengerkiewicz Bordignon. Apelado: Brasil Telecom Sa . Advogado: Marcia Cristine Schokal Bustillos , Priscila Perelles, João Alberto Nieckars da Silva, Sandra Regina Rodrigues. Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. Renato Braga Bettega). Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0050 . Processo: 0738202-9
Comarca: Cascavel.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00120852720068160021 Responsabilidade Civil. Apelante: Mercosul Câmbio e Turismo Ltda - Me . Advogado: José Leocadio Lustosa dos Santos . Apelado: Aurélio José Aggio , Marcia Novak Aggio, Milena Novak Aggio, Marina Novak Aggio. Advogado: Joseane da Silva . Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Desª Rosana Amara Girardi Fachin). Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Apelação Cível
0051 . Processo: 0757855-2
Comarca: Londrina.Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00269342020098160014 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Lasnine Monte Woslki Scholze , Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini, Arthur Sabino Damasceno, Fabiano Neves Macieywski, Fernando Murilo Costa Garcia. Rec.Adesivo: Ijanio Andrade Silva . Advogado: Guilherme Régio Pegoraro , Vivian Regina Zambrim. Apelado (1): Ijanio Andrade Silva . Advogado: Guilherme Régio Pegoraro , Vivian Regina Zambrim. Apelado (2): Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Lasnine Monte Woslki Scholze , Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini, Arthur Sabino Damasceno, Fabiano Neves Macieywski, Fernando Murilo Costa Garcia. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0052 . Processo: 0763745-8
Comarca: Sengés.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003087620078160161 Indenização. Apelante: Juramir Almeida Bueno (Representado(a)). Advogado: Tiago Damiani . Apelado: Expresso Sengés Transportadora Ltda . Advogado: Ailton Ferreira . Relator: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0053 . Processo: 0765634-8
Comarca: Rolândia.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00002043120048160148 Indenização. Apelante: Brasil Veículos Companhia de Seguros Sa . Advogado: Glauco Iwersen , Milton Luiz Cleve Küster, Mariana Pereira Valério. Rec.Adesivo: Maria Fortunato da Silva Jaques (maior de 60 anos),

Rogério Pereira Jaques, Nilson Marcos Pereira Jaques, Alessandro Pereira Jaques, Rosemara Aparecida Jaques Algeri. Advogado: José Roberto Beffa , Marco Henrique Damião Beffa. Apelado (1): Francisco Roberto Signori . Advogado: Paulo Celso Costa , Marcos Roberto Vrenna. Apelado (2): Brasil Veículos Companhia de Seguros Sa . Advogado: Glauco Iwersen , Milton Luiz Cleve Küster, Mariana Pereira Valério. Apelado (3): Maria Fortunato da Silva Jaques (maior de 60 anos), Rogério Pereira Jaques, Nilson Marcos Pereira Jaques, Alessandro Pereira Jaques, Rosemara Aparecida Jaques Algeri. Advogado: José Roberto Beffa , Marco Henrique Damião Beffa. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Apelação Cível
0054 . Processo: 0767394-7
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00045146020098160001 Indenização. Apelante (1): Maria Aparecida Sardanha Barbosa , Jhonas Eduado Barbosa, João Batista Barbosa, José Barbosa, Paulo Aparecido Barbosa, Maria Amélia Barbosa, Franceino Lourival Barbosa, Maria dos Anjos Barbosa. Advogado: Giovani de Oliveira Serafini . Apelante (2): José Augusto Araujo de Noronha . Advogado: José Augusto Araújo de Noronha , Brasílio Vicente de Castro Neto, Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto. Apelado (1): Maria Aparecida Sardanha Barbosa , Jhonas Eduado Barbosa, João Batista Barbosa, José Barbosa, Paulo Aparecido Barbosa, Maria Amélia Barbosa, Franceino Lourival Barbosa, Maria dos Anjos Barbosa. Advogado: Giovani de Oliveira Serafini . Apelado (2): José Augusto Araujo de Noronha . Advogado: José Augusto Araújo de Noronha , Brasílio Vicente de Castro Neto, Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto. Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. Renato Braga Bettega). Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0055 . Processo: 0769334-9
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00291886820108160001 Obrigação de Fazer. Apelante: Amil Assistência Médica Internacional Ltda . Advogado: José Heriberto Micheleto , Esio Oliveira de Souza Filho, Elisabeth Nass Anderle. Apelado: Simone Stuart Ferreira . Advogado: Elton Euclides Fernandes . Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. Renato Braga Bettega). Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0056 . Processo: 0775195-9
Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00094421120028160030 Reparação de Danos. Apelante (1): Juan Angelo Areco , Allan Ayrton Areco, Giovanna Areco, Sergio Dario Areco, Nicolasa Virginia Areco, Raul Esteban Espetxe, Maximiliano Areco, Lucas Braulio Areco, Mirian Mabel Areco, Mauricio Mauro Bogado. Advogado: José Bento Vidal Filho , Hiran José Denes Vidal. Apelante (2): Bradesco Auto Re Companhia de Seguros . Advogado: José Fernando Vialle , Gabriel Santos Albertti, Silvana Zavodini. Apelante (3): Auto Posto Gaudério Ltda , Neolimar José Ghidini. Advogado: Laercion Antonio Wrubel , Sandro Luiz Werlang. Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0057 . Processo: 0775697-8
Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00169150420098160030 Cobrança. Apelante: Espólio Eva Rodrigues da Silva . Advogado: Simone Aparecida dos Reis . Rec.Adesivo: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa . Advogado: Flávia Balduíno da Silva , Jean Carlos Frogeri, Henrique Alberto Faria Motta. Apelado (1): Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa . Advogado: Flávia Balduíno da Silva , Jean Carlos Frogeri, Henrique Alberto Faria Motta. Apelado (2): Espólio Eva Rodrigues da Silva . Advogado: Simone Aparecida dos Reis . Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. Renato Braga Bettega)
Apelação Cível
0058 . Processo: 0777671-2
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00022816120078160001 Anulatória. Apelante (1): Móveis Belo - Indústria e Comércio Ltda . Advogado: Lourival Lino de Sousa , Rodrigo Vitor da Silva. Apelante (2): Guilherme José Carlos da Silva . Advogado: Guilherme José Carlos da Silva . Apelado (1): Móveis Belo - Indústria e Comércio Ltda . Advogado: Lourival Lino de Sousa , Rodrigo Vitor da Silva. Apelado (2): Guilherme José Carlos da Silva . Advogado: Guilherme José Carlos da Silva . Relator: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0059 . Processo: 0778209-0
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00038858620098160001 Declaratória. Apelante: Felipe Calero Medeiros . Advogado: Ana Paula Stadnik , Carolyne Beux Trombetta. Apelado: Brasil Telecom Sa . Advogado: Priscila Perelles , Marcia Cristine Schokal Bustillos. Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0060 . Processo: 0778985-5
Comarca: Ponta Grossa.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00086207420108160019 Cobrança. Apelante: Santander Seguros Sa . Advogado: Reinaldo Mirico Aronis . Apelado: Giovana Ferreira de Farias (Representado(a)), Jennifer de Lourdes Ferreira Farias (Representado(a)). Advogado: Luciane Portela . Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Apelação Cível
0061 . Processo: 0784293-9
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00027752320078160001 Indenização. Apelante (1): Lauro Gustavo de Carvalho . Advogado: Gustavo Frazão Nadalin , Walter Antônio Petruzziello, Guilherme Frazão Nadalin. Apelante (2): Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba - Iscmc . Advogado: Mauro Junior Seraphim , Michele Toardik de Oliveira, Abelardo Evangelista de Faria. Apelado (1): Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba - Iscmc . Advogado: Michele Toardik de Oliveira , Abelardo Evangelista de Faria, Mauro Junior Seraphim. Apelado (2): Cleverson de Macedo Gracia . Advogado: Marival Carvalhal Santos . Apelado (3): Luciane Coral . Advogado: José Virgílio Castelo Branco Rocha Neto , Nelson Cordeiro Justus, Renato Cordeiro Justus. Apelado (4): Lauro Gustavo de Carvalho . Advogado: Gustavo Frazão Nadalin , Walter Antônio Petruzziello, Guilherme Frazão Nadalin. Rec.Adesivo: Cleverson de Macedo Gracia . Advogado: Marival Carvalhal Santos . Rec.Adesivo: Luciane Coral . Advogado: José Virgílio Castelo Branco Rocha Neto , Nelson Cordeiro Justus, Renato Cordeiro Justus. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Apelação Cível
0062 . Processo: 0787850-6
Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00279207120098160014 Cobrança. Apelante (1): Daniel Ferreira de Lima . Advogado: Robson Sakai Garcia . Apelante (2): Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Gabriella Murara Vieira . Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0063 . Processo: 0788628-8
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00065106420048160035 Reparação de Danos. Apelante: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais . Advogado: Ciro Bruning , Danielle Cristine Todesco Weldt. Apelado (1): Neder Henne Salomão . Advogado: Celia do Rocio de Paula . Apelado (2): Ary Maoski . Advogado: Antônio Sbano Júnior , Tânia Mara Sbano Witkowski. Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0064 . Processo: 0788655-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00052507820098160001 Cobrança. Apelante: Joelino Gomes dos Santos . Advogado: Tatyane Priscila Portes Stein . Apelado: Federal Vida e Previdência Sa . Advogado: Gerson Vanzin Moura da Silva , Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0065 . Processo: 0789460-0
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00052541820098160001 Cobrança. Apelante: Eduardo Pimentel Firmino . Advogado: Tatyane Priscila Portes Stein . Apelado: Federal Vida e Previdência Sa . Advogado: Márcia Satil Parreira . Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0066 . Processo: 0789871-3
Comarca: Pato Branco.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00037033520088160131 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa , Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat. Advogado: Tatiane Muncinelli , Gerson Vanzin Moura da Silva, Luiz Henrique Bona Turra, Lasnine Monte Woslki Scholze, Jaime Oliveira Penteado. Apelado: Angela Borges de Freitas . Advogado: Kelin Ghizzi . Rec.Adesivo: Angela Borges de Freitas . Advogado: Kelin Ghizzi . Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin
Apelação Cível
0067 . Processo: 0791114-4
Comarca: Pato Branco.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00037406220088160131 Indenização. Apelante (1): Banco Santander Brasil Sa . Advogado: Charles Parchen , Janaínna de Cássia Esteves, Regina de Souza Preussler. Apelante (2): Ana Flávia de Oliveira . Advogado: Max Humberto Recuero , Pedro Molinette. Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0068 . Processo: 0791534-6
Comarca: Pato Branco.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00005820420058160131 Indenização. Apelante: Daniel de Souza Machado . Advogado: Max Humberto Recuero . Apelado (1): Neili Terzinha Paravisi , Nelso Luiz Argenta. Advogado: Andrey Herget , Erlon Antonio Medeiros. Apelado (2): Brasilveiculos Companhia de Seguros . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Ricardo Miara Schuarts, Mônica Ferreira Mello Biora. Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0069 . Processo: 0791615-6
Comarca: Pato Branco.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00037224120088160131 Cobrança. Apelante: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat . Advogado: Fernanda Coronado Ferreira Marques , Márcia Satil Parreira. Apelado: Ronny Xavier Ourives . Advogado: Celito Argenta . Relator: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0070 . Processo: 0792889-0
Comarca: Pato Branco.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00047969620098160131 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a . Advogado: Rafael Santos Carneiro , Gabriella Murara Vieira, Márcia Satil Parreira. Rec.Adesivo: Marciano Francisco do Nascimento (maior de 60 anos). Advogado: Francelise Camargo de Lima . Apelado (1): Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a . Advogado: Rafael Santos Carneiro , Gabriella Murara Vieira, Márcia Satil Parreira.

Apelado (2): Marciano Francisco do Nascimento (maior de 60 anos). Advogado: Francelise Camargo de Lima . Relator: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0071 . Processo: 0793905-3
Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00118839120048160030 Indenização. Apelante: Hsbc Seguros Brasil Sa . Advogado: Paulo Roberto Fadel , Reinaldo Mirico Aronis. Apelado (1): Advocacia Jefferson C Assis & Advogados Associados . Advogado: Jefferson do Carmo Assis , Ana Paula Delgado de Souza Barroso. Apelado (2): Eduardo Dametto . Advogado: Emerson Ricardo Galiciolli . Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Apelação Cível
0072 . Processo: 0794767-7
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00552288720108160001 Exibição de Documentos. Apelante (1): Adriano Ferreira Campos . Advogado: Rafael de Lima Felcar , Júlio Cezar Engel dos Santos. Apelante (2): Associação Comercial do Paraná . Advogado: Pryscilla Antunes da Mota Paes , Cleverson Marinho Teixeira, Marcelo de Souza Teixeira. Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Apelação Cível
0073 . Processo: 0794800-7
Comarca: Pato Branco.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00047890720098160131 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Gabriella Murara Vieira , Carlos Eduardo Cardoso Bandeira, Márcia Satil Parreira. Rec.Adesivo: Valdevir da Rocha . Advogado: Kelin Ghizzi , Francelise Camargo de Lima. Apelado (1): Valdevir da Rocha . Advogado: Kelin Ghizzi , Francelise Camargo de Lima. Apelado (2): Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Gabriella Murara Vieira , Carlos Eduardo Cardoso Bandeira, Márcia Satil Parreira. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin
Apelação Cível
0074 . Processo: 0794825-4
Comarca: Campo Mourão.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00016001720078160058 Indenização. Apelante: Ilson Macário . Advogado: Jair Antônio Wiebelling , Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin, Mônica Dalmolin. Apelado (1): Serasa Sa . Advogado: Rodrigo Garcia Bastos , Edvaldo Avelar Silva, Erika Fernanda Ramos, Jaqueline Fuzer Ziroldo. Apelado (2): Ativos Sa Securitizadora de Créditos Financeiros . Advogado: Flávio Penteado Geromini , Jaqueline Scotá Stein, Jaime Oliveira Penteado, Juliana Mara da Silva, Claudia Elisabeth Coelho Van Heesewijk, Jean Carlos Camozato, Rafael Mosele. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Apelação Cível
0075 . Processo: 0794903-3
Comarca: Pérola.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012603720108160133 Indenização. Apelante: Brasil Telecom Sa . Advogado: Priscila Perelles , Silvana da Silva. Apelado: Claudia de Abreu Freire . Advogado: Rosane Stédile Pombo Meyer , Luiz Guilherme Meyer. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Apelação Cível
0076 . Processo: 0795271-0
Comarca: Toledo.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00054612920088160170 Indenização. Apelante: Maria Jaqueline Lemes . Advogado: Sadi Nunes da Rosa . Apelado: Laboratórios Pfizer Ltda . Advogado: Adir Luiz Colombo , Caroline Leite Barreto, Luciana Goulart Penteado, Jaqueline Lobo da Rosa, Andréa Gomes, Laura Isabel Nogarolli, Caroline Araújo Brunetto. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Apelação Cível
0077 . Processo: 0798980-6
Comarca: Francisco Beltrão.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00059431020098160083 Indenização. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat . Advogado: Flávio Penteado Geromini , Tatiane Muncinelli, Luiz Henrique Bona Turra, Arthur Sabino Damasceno. Apelado: Aroldo Antonio Azzolini . Advogado: Fernando Alberto Santin Portela , Kenji Della Pria Hatamoto, Rossandra Pavani Nagai. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Apelação Cível
0078 . Processo: 0799732-4
Comarca: Colorado.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00006108620048160072 Prestação de Contas. Apelante: Comercial Destro Ltda . Advogado: Marcelo Zacharias , Thiago Penazzo Lorenzo, Rafael Vinícius Massignani. Rec.Adesivo: Lirio Marino Romanini . Advogado: Luis Carlos de Sousa . Apelado (1): Comercial Destro Ltda . Advogado: Marcelo Zacharias , Thiago Penazzo Lorenzo, Rafael Vinícius Massignani. Apelado (2): Lirio Marino Romanini . Advogado: Luis Carlos de Sousa . Apelado (3): Liberty Paulista Seguros . Advogado: Leonardo José Garcia Oliveira . Relator: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0079 . Processo: 0800446-2
Comarca: Paranavaí.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00106841520108160130 Embargos a Execução. Apelante: Caixa Seguradora Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Glauco Iwersen, Mariana Pereira Valério. Apelado: Leonor de Abreu Dias . Advogado: Lucílio da Silva . Relator: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin (Des. Renato Braga Bettega). Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0080 . Processo: 0800748-1
Comarca: Cruzeiro do Oeste.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025249720098160077 Exibição de Documentos. Apelante: Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná . Advogado: Maurício Beleski de Carvalho , Cibele Fernandes Dias Knoerr, Silvia Fátima Soares, Daniele Neves da Silva, Rubens Carlos Bittencourt. Apelado: Alzira dos Santos de Souza . Advogado: Marcele Polyana Paio . Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0081 . Processo: 0801449-7
Comarca: Cianorte.Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00008559620108160069 Obrigação de Fazer. Apelante: Vivo Sa . Advogado: Gustavo Viana Camata , Mirella Parra Fulop. Rec.Adesivo: Murilo Regiani Bego . Advogado: Ana Paula Cardoso Momesso , Ângela de Souza Hespanhol. Apelado (1): Vivo Sa . Advogado: Gustavo Viana Camata , Mirella Parra Fulop. Apelado (2): Murilo Regiani Bego . Advogado: Ana Paula Cardoso Momesso , Ângela de Souza Hespanhol. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0082 . Processo: 0802664-8
Comarca: Prudentópolis.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00016647020108160139 Indenização. Apelante: Tami Marieli de Andrade Bischoff . Advogado: Juliano Garcia . Apelado: Banco Bradesco Financiamentos Sa . Advogado: Marcelo Augusto Bertoni , José Edgard da Cunha Bueno Filho, Rafaella Gussella de Lima. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0083 . Processo: 0806603-1
Comarca: Londrina.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00277466220098160014 Cobrança. Apelante: Odailton Ramos da Silva . Advogado: Bruno Augusto Sampaio Fuga . Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa . Advogado: Jaime Oliveira Penteado , Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0084 . Processo: 0806912-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00610834720108160001 Cominatória. Apelante: Bradesco Saúde Sa . Advogado: Laíse Matros , Rafael Nogueira da Gama, Débora Segala. Apelado: Arnaldo Sandrini Filho . Advogado: Tatiana Schmidt Manzochi , Ana Carolina Coelho Barroso. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0085 . Processo: 0807826-8
Comarca: Londrina.Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00238573720088160014 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Márcia Satil Parreira . Apelado: Amalia Leal Veloso . Advogado: Marcio Augusto Barreiros Garcia . Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0086 . Processo: 0809271-1
Comarca: Londrina.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00214907420078160014 Indenização. Apelante (1): Henrique Ferreira Marques (maior de 60 anos). Advogado: Aulo Augusto Prato . Apelante (2): Banco Santander - Brasil - Sa . Advogado: Alexandre Nelson Ferraz , Valéria Caramuru Cicarelli. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0087 . Processo: 0812401-4
Comarca: Londrina.Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00525514520108160014 Cobrança. Apelante: Odirlei Oliveira Lino . Advogado: Robson Sakai Garcia , Rafael Lucas Garcia. Apelado: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto
Apelação Cível
0088 . Processo: 0812611-0
Comarca: Londrina.Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00281882820098160014 Cobrança. Apelante: Luciano Aparecido da Cruz . Advogado: Karen Yumi Shigueoka , Nanci Terezinha Zimmer, Fernanda Nishida Xavier da Silva. Apelado: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Gabriella Murara Vieira . Relator: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0089 . Processo: 0814724-0
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063518720088160001 Indenização. Apelante (1): Nestor Ademir Wile da Silva , Maria Odete Wile da Silva, Luciano Ribas da Silva, Priscila Michele de Lima Silva, Maria Tereza Ribas Pinto Possiede, Frederico Luiz Seibel, Letícia Ribas da Silva, Carlos Alberto dos Santos, Elizabete Cristiane Martinez. Advogado: Alcides Lacourt Júnior . Apelante (2): V R G Linhas Aéreas S/ a. . Advogado: Luiz Gonzaga Moreira Correia . Apelado (1): Nestor Ademir Wile da Silva , Maria Odete Wile da Silva, Luciano Ribas da Silva, Priscila Michele de Lima Silva, Maria Tereza Ribas Pinto Possiede, Frederico Luiz Seibel, Letícia Ribas da Silva, Carlos Alberto dos Santos, Elizabete Cristiane Martinez. Advogado: Alcides Lacourt Júnior . Apelado (2): V R G Linhas Aéreas S/a. . Advogado: Luiz Gonzaga Moreira Correia , Alberto Silva Gomes. Apelado (3): A V S Turismo e Câmbio Ltda. . Advogado: Tiago Godoy Zanicotti . Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0090 . Processo: 0814784-6
Comarca: Iretama.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005203020098160096 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa . Advogado: Flávia Balduíno da Silva . Apelado: Manasses Rodrigues de Jesus .

Advogado: Fernando Alberto Santin Portela , Kenji Della Pria Hatamoto, Rossandra Pavani Nagai. Relator: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0091 . Processo: 0814930-8
Comarca: Sarandi.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033731420098160160 Cobrança. Apelante: Real Previdência e Seguros . Advogado: Gerson Vanzin Moura da Silva , Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini. Apelado: Tereza Silvana Asbahr Figueiredo . Advogado: Valdir Rogério Zonta . Relator: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0092 . Processo: 0815805-4
Comarca: Mamborê.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003133220088160107 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Sul América Companhia Nacional de Seguros . Advogado: Nelson Luiz Nouvel Alessio , César Augusto de França, Karina Hashimoto. Apelado: Vicente Ferreira , Natanael José Maria, Sueli Aparecida Machado de Moraes, Rogério Sprengovski, Romildo Carlos de Araújo, Joselias de Oliveira e Silva, Márcia Regina Vieira de Souza, Ademir Cecconello Lins, Nádia Dzioba (maior de 60 anos), Vira Dzioba (maior de 60 anos). Advogado: Carlos Alves , Emílio Luiz Augusto Prohmann. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0093 . Processo: 0815905-9
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00064803820048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: João Miranda . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0094 . Processo: 0817149-9
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00065419320048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Edmilson Januário Martins . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
Apelação Cível
0095 . Processo: 0820753-8
Comarca: Colorado.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00015706620098160072 Ação Ordinária de Responsabilidade Civil. Apelante: Sul America Companhia Nacional de Seguros . Advogado: César Augusto de França . Apelado: Izaura dos Santos da Silva (maior de 60 anos), João Francisco de Souza (maior de 60 anos). Advogado: Luiz Carlos Angeli , Mário Marcondes Nascimento. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega
Apelação Cível
0096 . Processo: 0821245-5
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00060834220058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Maria Luiza Doerl . Advogado: Cristiane Uliana , Fábio Dias Vieira, Maximilian Zerek. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0097 . Processo: 0821363-8
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059682120058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Sebastião Seiji Tokunaga, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelado: Jeferson Alves da Conceição . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0098 . Processo: 0821374-1
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00060513720058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Jodato Ribeiro de Souza . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0099 . Processo: 0821426-0
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062393020058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Osiel Gonçalves de França . Advogado: Fabiano Neves Macieywski . Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0100 . Processo: 0821427-7
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00057976420058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Nilton Antônio de Almeida Maia. Apelado: Maria José Floriano Pereira . Advogado: Fabiano Neves Macieywski . Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0101 . Processo: 0821437-3
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059231720058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Nilton Antônio de Almeida Maia. Apelado: Vagner dos Santos . Advogado: Fabiano Neves Macieywski . Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0102 . Processo: 0821461-9
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059430820058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Tatiane de Fatima do Carmo . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0103 . Processo: 0821521-0
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00058868720058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Dirce Tavares dos Santos . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0104 . Processo: 0821634-2
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00069341820048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Luiza Helena Ribeiro da Costa . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0105 . Processo: 0821649-3
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00058712120058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Nilton Antônio de Almeida Maia. Apelado: Romanzini Alves dos Santos . Advogado: Saulo Bonat de Mello , Fabiano Neves Macieywski. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0106 . Processo: 0821671-5
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062505920058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Ari da Silva . Advogado: Saulo Bonat de Mello , Heroldes Bahr Neto, Fabiano Neves Macieywski. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0107 . Processo: 0821677-7
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00058357620058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Celio Lourenço Muniz . Advogado: Saulo Bonat de Mello , Heroldes Bahr Neto, Fabiano Neves Macieywski. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0108 . Processo: 0821711-4
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00069169420048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelado: Izaias da Costa Santos . Advogado: Cristiane Uliana , Fábio Dias Vieira. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0109 . Processo: 0821854-4
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061986320058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Nilton Antônio de Almeida Maia. Apelante (2): Aparecida Hermann . Advogado: Saulo Bonat de Mello , Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0110 . Processo: 0822002-4
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059283920058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Nilton Antônio de Almeida Maia. Apelado: Joaquina Luiz João . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0111 . Processo: 0822170-7
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063180920058160129 Indenização. Apelante: Petróleo Brasileiro Sa Petrobrás . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Sandra Maqria Squenine . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0112 . Processo: 0822296-6
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062964820058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar

Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Sérgio Ferreira . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello, Kleber Augusto Vieira. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci (Des. D?artagnan Serpa Sa)
Apelação Cível
0113 . Processo: 0823928-7
Comarca: Iretama.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000237920108160096 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Adenilson Alves , José Valeriano da Silva (maior de 60 anos), Marlene Maria da Silva, Itervina Dobins Machado (maior de 60 anos), Paulina Gonçalves, Herondina dos Santos Pinto. Advogado: Carlos Alves . Apelado: Federal de Seguros Sa . Advogado: Rosangela Dias Guerreiro , César Augusto de França. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega

**Setor de Pautas**
**Pauta de Julgamento do dia 06/10/2011 13:30**
**Sessão Ordinária - 10ª Câmara Cível em Composição Integral e 10ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10209 e 2011.10137 de Publicação**

**Pauta de Julgamento da sessão ordinária do 10ª Câmara Cível em Composição Integral e 10ª Câmara Cível a realizar-se em 06/10/2011 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes.**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Admilson Quezada | 021 | 0823511-2 |
| Adriana Leonardi da Luz Ramos | 004 | 0758368-8/03 |
| | 005 | 0758368-8 |
| Adyr Tacla Filho | 035 | 0785389-4 |
| Alexandre da Silva Moraes | 038 | 0787627-7 |
| Alexandre Pigozzi Bravo | 016 | 0812231-2 |
| | 017 | 0813043-6 |
| | 020 | 0816123-1 |
| Ananias Cézar Teixeira | 018 | 0813399-3 |
| | 046 | 0814949-7 |
| | 047 | 0815596-0 |
| | 048 | 0818140-0 |
| | 049 | 0821369-0 |
| | 050 | 0821377-2 |
| | 051 | 0821482-8 |
| | 052 | 0821537-8 |
| | 053 | 0821590-5 |
| | 054 | 0821615-7 |
| | 055 | 0821754-9 |
| | 056 | 0821777-2 |
| | 057 | 0821840-0 |
| | 058 | 0821975-8 |
| | 059 | 0822438-4 |
| Anderson Ferreira | 003 | 0663305-2/03 |
| André Luís Dantas Hec | 025 | 0742482-6 |
| André Luiz Cordeiro Zanetti | 028 | 0764611-1 |
| Andressa Barros F. d. Paiva | 033 | 0782238-0 |
| Anelise Sbalqueiro | 045 | 0808904-1 |
| Antonio Eduardo G. d. Rueda | 016 | 0812231-2 |
| | 017 | 0813043-6 |
| | 020 | 0816123-1 |
| Aparecido Alves de Araujo | 024 | 0732930-4 |
| Arthur Sabino Damasceno | 044 | 0808417-3 |
| Aurora Maria Tondinelli | 012 | 0804488-6 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 006 | 0768074-4 |
| Camilo de Toni | 010 | 0803719-2 |
| Carlos Alberto Francovig Filho | 062 | 0825529-2 |
| Carlos Augusto Rumiato | 013 | 0808321-2 |
| Celso Antônio Rossi | 034 | 0784555-4 |
| César Augusto Coradini Martins | 006 | 0768074-4 |
| César Augusto de França | 019 | 0815910-0 |
| | 023 | 0631405-0 |
| | 024 | 0732930-4 |
| Cesar Eduardo Misael de Andrade | 032 | 0781695-1 |
| Cesar Edward Abbate Sosa | 022 | 0102109-8 |
| Cilmar Francisco Pastorello | 060 | 0823926-3 |
| Ciro Bruning | 037 | 0787555-6 |
| | 061 | 0824191-4 |
| Claudia Regina Luizetto | 011 | 0803961-6 |
| Colbert Ribeiro Dias | 003 | 0663305-2/03 |
| Cristiane Uliana | 018 | 0813399-3 |
| | 046 | 0814949-7 |
| | 047 | 0815596-0 |
| | 048 | 0818140-0 |
| | 053 | 0821590-5 |
| | 058 | 0821975-8 |
| | 059 | 0822438-4 |
| Danieli Michelon do Valle | 007 | 0769928-1 |
| Danilo Cristino de Oliveira | 028 | 0764611-1 |
| Diego Arturo Resende Urresta | 045 | 0808904-1 |
| Douglas Alberto Luvison | 010 | 0803719-2 |
| Duarte Xavier de Morais | 024 | 0732930-4 |
| Edevaldo Hatamura | 009 | 0800674-6 |
| Edson Mitsuo Tiujo | 006 | 0768074-4 |
| Elisa Gehlen Paula B. d. Carvalho | 033 | 0782238-0 |
| Esther Külkamp Eyng | 026 | 0756263-0 |
| Evandro Gustavo de Souza | 044 | 0808417-3 |
| Everton Rodrigo Zamarchi | 010 | 0803719-2 |
| Fábia Cristina Asolini | 060 | 0823926-3 |
| Fabiano Macedo da Costa Barros | 022 | 0102109-8 |
| Fabiano Neves Macieywski | 049 | 0821369-0 |
| | 050 | 0821377-2 |
| | 051 | 0821482-8 |
| | 052 | 0821537-8 |
| | 054 | 0821615-7 |
| | 055 | 0821754-9 |
| | 056 | 0821777-2 |
| | 057 | 0821840-0 |
| Fábio Santos Rodrigues | 036 | 0785782-5 |
| Fabrícia Tondinelli | 012 | 0804488-6 |
| Fabrício Massardo | 035 | 0785389-4 |
| Fernanda Nishida Xavier da Silva | 043 | 0807754-7 |
| Fernanda Ribeirete de Souza | 061 | 0824191-4 |
| Fernando Anzola Pivaro | 063 | 0827436-0 |
| Fernando Kikuchi | 014 | 0810603-0 |
| Filipe Alves da Mota | 001 | 0662687-5/01 |
| | 002 | 0662687-5/02 |
| Francisco Evandro de Oliveira | 015 | 0811915-9 |
| Francisco Leite da Silva | 016 | 0812231-2 |
| | 020 | 0816123-1 |
| Geraldo Saviani da Silva | 062 | 0825529-2 |
| Gilberto Pedriali | 030 | 0781137-4 |
| Giovani de Oliveira Serafini | 040 | 0789041-5 |
| Gisele Asturiano | 062 | 0825529-2 |
| Glaucio Hashimoto | 006 | 0768074-4 |
| Grazziela Picanço de Seixas Borba | 025 | 0742482-6 |
| Guilherme de Salles Gonçalves | 023 | 0631405-0 |
| Gustavo Góes Nicoladelli | 009 | 0800674-6 |
| Gustavo Viana Camata | 062 | 0825529-2 |
| Hassan Sohn | 045 | 0808904-1 |
| Helena Rosa Tondinelli | 012 | 0804488-6 |
| Hermes Alencar Daldin Rathier | 010 | 0803719-2 |
| Heroldes Bahr Neto | 049 | 0821369-0 |
| | 050 | 0821377-2 |
| | 051 | 0821482-8 |
| | 052 | 0821537-8 |
| | 054 | 0821615-7 |
| | 055 | 0821754-9 |
| | 056 | 0821777-2 |
| | 057 | 0821840-0 |
| Hugo Francisco Gomes | 019 | 0815910-0 |
| Ilza Regina Defilippi Dias | 063 | 0827436-0 |
| Jaime Oliveira Penteado | 044 | 0808417-3 |
| Jean Carlos Martins Francisco | 011 | 0803961-6 |

| | | |
|---|---|---|
| | 019 | 0815910-0 |
| | 023 | 0631405-0 |
| Jean Colbert Dias | 003 | 0663305-2/03 |
| Jeferson Fosquiera | 041 | 0789770-1 |
| João Carlos Ribeiro da Silva | 011 | 0803961-6 |
| João Inácio Cordeiro | 037 | 0787555-6 |
| Joel Garcia | 031 | 0781201-9 |
| José Fernando Marucci | 007 | 0769928-1 |
| José Geraldo Machado | 034 | 0784555-4 |
| José Guilherme Ribeiro Aldinucci | 032 | 0781695-1 |
| José Ivan Guimarães Pereira | 031 | 0781201-9 |
| | 032 | 0781695-1 |
| Joselir Minosso | 003 | 0663305-2/03 |
| Joslaine Montanheiro A. d. Silva | 026 | 0756263-0 |
| Júlio Cezar Engel dos Santos | 036 | 0785782-5 |
| Karen Yumi Shigueoka | 043 | 0807754-7 |
| Karina Hashimoto | 011 | 0803961-6 |
| | 019 | 0815910-0 |
| | 063 | 0827436-0 |
| Keli Rachel Bergamo | 062 | 0825529-2 |
| Kelin Ghizzi | 042 | 0793229-8 |
| Kleber Augusto Vieira | 052 | 0821537-8 |
| | 054 | 0821615-7 |
| Lasnine Monte Woslki Scholze | 042 | 0793229-8 |
| Lázaro Aparecido Villas B. Mattos | 026 | 0756263-0 |
| Leila Maria Martins | 029 | 0773318-4 |
| Luciano Badia | 060 | 0823926-3 |
| Luciany Michelli P. d. Santos | 025 | 0742482-6 |
| Luis Guilherme Pegoraro | 032 | 0781695-1 |
| Luiz Antonio Pinto Santiago | 045 | 0808904-1 |
| Luiz Lopes Barreto | 012 | 0804488-6 |
| | 013 | 0808321-2 |
| Luiz Saint-clair Mansani | 037 | 0787555-6 |
| Maíra de Paulo Barreto | 025 | 0742482-6 |
| Mara Suely Oliveira e Silva Maran | 038 | 0787627-7 |
| Marcelo Luiz Dreher | 004 | 0758368-8/03 |
| | 005 | 0758368-8 |
| Márcia Regina Nunes de S. Valeixo | 026 | 0756263-0 |
| Márcio Rogério Depolli | 006 | 0768074-4 |
| Marco Antônio Busto de Souza | 027 | 0761735-4 |
| Marcos C. d. A. Vasconcellos | 030 | 0781137-4 |
| Marcos Roberto Meneghin | 019 | 0815910-0 |
| Maria Letizia Jimenez A. Fiala | 022 | 0102109-8 |
| Maria Lorete Biernaski Quezada | 021 | 0823511-2 |
| Maria Noeli Faé | 039 | 0788434-6 |
| Mariana Pereira Valério | 043 | 0807754-7 |
| Marino Eligio Gonçalves | 019 | 0815910-0 |
| Mário Marcondes Nascimento | 019 | 0815910-0 |
| | 063 | 0827436-0 |
| Marisa Ayres de Oliveira | 040 | 0789041-5 |
| Maristella de Farias Melo Santos | 026 | 0756263-0 |
| Maurício Corrêa | 060 | 0823926-3 |
| Maurício Kowalczuk de Oliveira | 053 | 0821590-5 |
| Michele Garcia Franco de Godoy | 033 | 0782238-0 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 001 | 0662687-5/01 |
| | 002 | 0662687-5/02 |
| | 008 | 0789723-2 |
| | 014 | 0810603-0 |
| | 015 | 0811915-9 |
| | 043 | 0807754-7 |
| Mônica Ferreira Mello Biora | 001 | 0662687-5/01 |
| | 002 | 0662687-5/02 |
| Monica Pereira | 027 | 0761735-4 |
| Murillo Espinola de Oliveira Lima | 048 | 0818140-0 |
| | 049 | 0821369-0 |
| | 051 | 0821482-8 |
| | 052 | 0821537-8 |
| | 053 | 0821590-5 |
| | 054 | 0821615-7 |
| | 055 | 0821754-9 |
| | 056 | 0821777-2 |
| | 057 | 0821840-0 |
| | 058 | 0821975-8 |
| Nanci Terezinha Zimmer | 043 | 0807754-7 |
| Neimar José Pompermaier | 010 | 0803719-2 |
| Nelson Luiz Nouvel Alessio | 011 | 0803961-6 |
| | 019 | 0815910-0 |
| | 024 | 0732930-4 |
| | 063 | 0827436-0 |
| Nely Quint | 029 | 0773318-4 |
| Nikolaus Hec | 025 | 0742482-6 |
| Patrícia Marchi Marin | 032 | 0781695-1 |
| Patrycia Emília Souza dos Santos | 037 | 0787555-6 |
| Paula D'Amico Pedriali | 030 | 0781137-4 |
| Rafael de Lima Felcar | 036 | 0785782-5 |
| Rafael Lucas Garcia | 014 | 0810603-0 |
| Rafaela Polydoro Küster | 008 | 0789723-2 |
| | 014 | 0810603-0 |
| | 043 | 0807754-7 |
| Raul Gulden Gravatá | 035 | 0785389-4 |
| Renato Gradowski de Figueiredo | 029 | 0773318-4 |
| Ricardo Miara Schuarts | 002 | 0662687-5/02 |
| Roberta Onishi | 004 | 0758368-8/03 |
| | 005 | 0758368-8 |
| Rodrigo da Costa Gomes | 008 | 0789723-2 |
| Rogério Augusto Silva | 033 | 0782238-0 |
| Rogério Resina Molez | 017 | 0813043-6 |
| Rosangela Dias Guerreiro | 023 | 0631405-0 |
| Roseli de Lurdes Rodrigues | 007 | 0769928-1 |
| Rubia Andrade Fagundes | 024 | 0732930-4 |
| Rudinei Fracasso | 019 | 0815910-0 |
| Rui Ghellere | 007 | 0769928-1 |
| Rui Ghellere Ghellere | 007 | 0769928-1 |
| Samir Thome Filho | 032 | 0781695-1 |
| Saulo Bonat de Mello | 049 | 0821369-0 |
| | 050 | 0821377-2 |
| | 051 | 0821482-8 |
| | 052 | 0821537-8 |
| | 054 | 0821615-7 |
| | 055 | 0821754-9 |
| | 056 | 0821777-2 |
| | 057 | 0821840-0 |
| Sebastião Seiji Tokunaga | 048 | 0818140-0 |
| | 049 | 0821369-0 |
| | 051 | 0821482-8 |
| | 052 | 0821537-8 |
| | 054 | 0821615-7 |
| | 057 | 0821840-0 |
| | 058 | 0821975-8 |
| Sérgio Botto de Lacerda | 035 | 0785389-4 |
| Silvio Luiz Januário | 019 | 0815910-0 |
| Simone Longo | 061 | 0824191-4 |
| Tânia Valéria de Oliveira Oliver | 013 | 0808321-2 |
| Tatiana Tavares de Campos | 016 | 0812231-2 |
| | 017 | 0813043-6 |
| | 020 | 0816123-1 |
| Tatiane Muncinelli | 042 | 0793229-8 |
| | 044 | 0808417-3 |
| Thais Malachini | 015 | 0811915-9 |
| Tirone Cardoso de Aguiar | 030 | 0781137-4 |
| Trajano Bastos de O. N. Friedrich | 015 | 0811915-9 |
| Valmir Antonio Sgarbi | 010 | 0803719-2 |
| Valmir Brito de Moraes | 038 | 0787627-7 |
| Walter Bruno Cunha da Rocha | 008 | 0789723-2 |
| Wanderlei de Paula Barreto | 025 | 0742482-6 |
| Wanderley Pavan | 041 | 0789770-1 |
| Wilson Benini | 003 | 0663305-2/03 |
| Wylton Carlos Gaion | 013 | 0808321-2 |

Embargos de Declaração Cível
0001 . Processo: 0662687-5/01
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 6626875 Apelação Civel. Embargante: Temparaito Vidros de Segurança Limitada . Advogado: Filipe Alves da Mota . Embargado: Sul América Companhia de Seguros Gerais . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Mônica Ferreira Mello Biora. Relator: Des. Luiz Lopes
Embargos de Declaração Cível
0002 . Processo: 0662687-5/02
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 6626875 Apelação Civel. Embargante: Sul América Companhia de Seguros Gerais . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Mônica Ferreira Mello Biora, Ricardo Miara Schuarts. Embargado: Temparaito Vidros de Segurança Limitada . Advogado: Filipe Alves da Mota . Relator: Des. Luiz Lopes
Embargos de Declaração Cível
0003 . Processo: 0663305-2/03
Comarca: Guaratuba.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 663305202 Embargos de Declaração, 6633052 Apelação Cível. Embargante: Elizabeth Garbin . Advogado: Wilson Benini . Embargado (1): Tatiane Ramos Soares . Advogado: Colbert Ribeiro Dias , Jean Colbert Dias, Anderson Ferreira. Embargado (2): Santa Casa de Misericórdia de Guaratuba . Advogado: Joselir Minosso . Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas
Agravo Regimental Cível
0004 . Processo: 0758368-8/03
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 758368801 Embargos de Declaração, 7583688 Agravo de Instrumento. Agravante: João Paulo Wodiani Siqueira . Advogado: Marcelo Luiz Dreher , Roberta Onishi, Adriana Leonardi da Luz Ramos. Agravado: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais . Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Agravo de Instrumento
0005 . Processo: 0758368-8
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 00051132820118160001 Obrigação de Fazer. Agravante: João Paulo Wodiani Siqueira . Advogado: Marcelo Luiz Dreher , Roberta Onishi, Adriana Leonardi da Luz Ramos. Agravado: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais . Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Agravo de Instrumento
0006 . Processo: 0768074-4
Comarca: Maringá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500000365 Cobrança. Agravante: Fazenda Pública Municipal de Maringá . Advogado: César Augusto Coradini Martins . Agravado (1): Condomínio Residencial Cordoba . Advogado: Glaucio Hashimoto , Edson Mitsuo Tiujo. Agravado (2): Banco Itaú SA . Advogado: Márcio Rogério Depolli , Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado (3): José Francisco de Assis Machado . Interessado: Maria de Fátima Pires da Silva Machado . Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas
Agravo de Instrumento
0007 . Processo: 0769928-1
Comarca: Engenheiro Beltrão.Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000076 Carta Precatória. Agravante: Coopavel Cooperativa Agroindustrial . Advogado: José Fernando Marucci , Danieli Michelon do Valle, Roseli de Lurdes Rodrigues. Agravado: Mil Lages Artefatos de Cimento Ltda . Advogado: Rui Ghellere , Rui Ghellere Ghellere. Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Agravo de Instrumento
0008 . Processo: 0789723-2
Comarca: Londrina.Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00646184220108160014 Cobrança. Agravante: Guilherme Hernandes . Advogado: Walter Bruno Cunha da Rocha , Rodrigo da Costa Gomes. Agravado: Centauro Vida e Previdência S/a . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Rafaela Polydoro Küster. Relator: Des. Domingos José Perfetto
Agravo de Instrumento
0009 . Processo: 0800674-6
Comarca: Arapongas.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200700001516 Indenização. Agravante: Andreya D'arc de Oliveira Bertoluzzi . Advogado: Edevaldo Hatamura . Agravado: Banco do Brasil SA , Banco Nossa Caixa Sa. Advogado: Gustavo Góes Nicoladelli . Relator: Des. Domingos José Perfetto
Agravo de Instrumento
0010 . Processo: 0803719-2
Comarca: Capitão Leônidas Marques.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00015697720108160062 Reparação de Danos. Agravante: Talisson Salvatori Backes , Ilmo Backes. Advogado: Camilo de Toni , Neimar José Pompermaier, Everton Rodrigo Zamarchi. Agravado: Vandre Patrocionio Moreira , Ines do Amaral Saldanha, Leandra Camila do Amaral Saldanha Rodrigues, Stefani Nicolli Saldanha Moreira, Withney Raica Saldanha Moreira, Arthur Junior Saldanha Moreira. Advogado: Douglas Alberto Luvison , Hermes Alencar Daldin Rathier, Valmir Antonio Sgarbi. Relator: Des. Domingos José Perfetto
Agravo de Instrumento
0011 . Processo: 0803961-6
Comarca: Umuarama.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000240 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: SUL AMERICA SEGUROS . Advogado: Karina Hashimoto , Nelson Luiz Nouvel Alessio. Agravado: Maria Zélia Santana . Advogado: Claudia Regina Luizetto , João Carlos Ribeiro da Silva, Jean Carlos Martins Francisco. Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Luiz Lopes)
Agravo de Instrumento
0012 . Processo: 0804488-6
Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200100000535 Indenização. Agravante: Flavio Anselmo Vedoato . Advogado: Luiz Lopes Barreto . Agravado: Luciana Ribeiro Lepri Moreira . Advogado: Helena Rosa Tondinelli , Aurora Maria Tondinelli, Fabricia Tondinelli. Relator: Des. Domingos José Perfetto
Agravo de Instrumento
0013 . Processo: 0808321-2
Comarca: Londrina.Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200000000497 Reparação de Danos. Agravante: Casa Viscardi SA Comércio e Importacao . Advogado: Luiz Lopes Barreto , Tânia Valéria de Oliveira Oliver, Wylton Carlos Gaion. Agravado: Zenildo Pereira Roque , Maria Aparecida Moraes Mesquita. Advogado: Carlos Augusto Rumiato . Relator: Des. Domingos José Perfetto
Agravo de Instrumento
0014 . Processo: 0810603-0
Comarca: Londrina.Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00736559320108160014 Cobrança. Agravante: Mafre Vera Cruz Seguradora S/a . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Pedro Calado de Souza . Advogado: Rafael Lucas Garcia . Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Agravo de Instrumento
0015 . Processo: 0811915-9
Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00271976720108160030 Cobrança. Agravante: Segurados Líder Consórcios do Seguro Dpvat Sa . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster , Thais Malachini, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Agravado: Eudocio Burdelak . Advogado: Francisco Evandro de Oliveira . Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Agravo de Instrumento
0016 . Processo: 0812231-2
Comarca: Londrina.Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000786 Cobrança. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros . Advogado: Tatiana Tavares de Campos , Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Adileuza Rodrigues do Nascimento , Clarice Souza Santos Silva, Ilson Salustiano Rodrigues, Maria Cristina Soares de Oliveira, Maria Rita Mota. Advogado: Francisco Leite da Silva . Relator: Des. Luiz Lopes
Agravo de Instrumento
0017 . Processo: 0813043-6
Comarca: Londrina.Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00785717320108160014 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros . Advogado: Tatiana Tavares de Campos , Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Gloria Rocha Alvarenga , Cleusa Leandro, Maria Alzira Fernandes. Advogado: Rogério Resina Molez . Relator: Des. Luiz Lopes
Agravo de Instrumento
0018 . Processo: 0813399-3
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00052302320118160129 Cumprimento de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Agravado: Valdemir José Dias . Advogado: Cristiane Uliana . Relator: Des. Luiz Lopes
Agravo de Instrumento
0019 . Processo: 0815910-0
Comarca: Astorga.Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000859 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: SUL AMERICA SEGUROS . Advogado: Nelson Luiz Nouvel Alessio , César Augusto de França, Karina Hashimoto. Agravado: Elzimar Rosa dos Santos . Advogado: Hugo Francisco Gomes , Marcos Roberto Meneghin, Marino Eligio Gonçalves, Rudinei Fracasso, Silvio Luiz Januário, Jean Carlos Martins Francisco, Mário Marcondes Nascimento. Relator: Des. Luiz Lopes
Agravo de Instrumento
0020 . Processo: 0816123-1
Comarca: Ibiporã.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200900000782 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros . Advogado: Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda , Alexandre Pigozzi Bravo, Tatiana Tavares de Campos. Agravado: Alvim Gonçalves Campos , Alcides Jacobina Coelho Filho, Nair de Oliveira Santos, Maria do Carmo Ribeiro Cruz, José Gonçalves da Cruz. Advogado: Francisco Leite da Silva . Relator: Des. Luiz Lopes
Agravo de Instrumento
0021 . Processo: 0823511-2
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00032122520118160001 Cobrança. Agravante: Condomínio Conjunto Residencial Cassiopéia 2 . Advogado: Maria Lorete Biernaski Quezada , Admilson Quezada. Agravado: Fabiola Cristine Pereira de Almeida . Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
(Ext. TA) Apelação Cível e Reexame Necessário
0022 . Processo: 0102109-8
Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00008891919958160030 Ação Civil Pública. Apelante (1): Foz Tur - Foz do Iguacu Turismo S/a . Advogado: Maria Letizia Jimenez Abbate Fiala , Cesar Edward Abbate Sosa. Apelante (2): Municipio de Foz do Iguacu . Advogado: Fabiano Macedo da Costa Barros , Cesar Edward Abbate Sosa, Maria Letizia Jimenez Abbate Fiala. Apelado: Ministério Público . Relator: Des. Leonel Cunha. Revisor: Des. Domingos José Perfetto
Apelação Cível
0023 . Processo: 0631405-0

Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200600001156 Ordinária. Apelante: Liberty Seguros Sa . Advogado: Rosangela Dias Guerreiro , César Augusto de França. Apelado: Marilza Pires , Maria Luiza Demarchi Silva, Ernesta Fraga de Oliveira (maior de 60 anos), Jamil Gonçalves Santos, Odair Pereira Dias (maior de 60 anos), José Ubirajara Barros Lima (maior de 60 anos), José Aparecido da Paixão, José Olivino Laurenço da Silva, Maria Aparecida Augusto (maior de 60 anos), Mariza dos Santos Cardoso, Nelson do Nascimento, Ronas Aparecido Luz, Antenor Antônio da Silva (maior de 60 anos), Rosa Marcilia Barbosa de Araújo (maior de 60 anos), Osmilda dos Santos Carlota (maior de 60 anos), Adelayde Batista da Silva, Claudia Josiane Liborio de Castro, Maria Ferreira Sernichiari (maior de 60 anos), Edgar Alves de Jesus, Mário José Pereira (maior de 60 anos). Advogado: Jean Carlos Martins Francisco , Guilherme de Salles Gonçalves. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0024 . Processo: 0732930-4
Comarca: Ubiratã.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005791820088160172 Indenização. Apelante: Sul América Compnhia Nacional de Seguros Sa . Advogado: Rubia Andrade Fagundes , Nelson Luiz Nouvel Alessio, César Augusto de França. Apelado: Olga Vasconcellos Silva (maior de 60 anos), Paulo Silas da Silva Reis, Paulo Souza Dias, Rita de Cassia Souza Geres (maior de 60 anos), Terezinha Fernandes dos Reis. Advogado: Duarte Xavier de Morais , Aparecido Alves de Araujo. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0025 . Processo: 0742482-6
Comarca: Faxinal.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001275820068160081 Cobrança. Apelante: Itaú Previdência e Seguros Sa . Advogado: Wanderlei de Paula Barreto , Grazziela Picanço de Seixas Borba, Maíra de Paulo Barreto, Luciany Michelli Pereira dos Santos. Apelado: Marli Castorina dos Santos , Sérgio Felipe Portela. Advogado: Nikolaus Hec , André Luís Dantas Hec. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Luiz Lopes)
Apelação Cível
0026 . Processo: 0756263-0
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00006568920078160001 Indenização. Apelante (1): Confiança Companhia de Seguros . Advogado: Joslaine Montanheiro Alcantara da Silva . Apelante (2): Eduardo Carlos Hamerski (maior de 60 anos), Maria de Lourdes de Freitas Hamerski. Advogado: Márcia Regina Nunes de Souza Valeixo , Esther Külkamp Eyng. Apelado (1): Eduardo Carlos Hamerski (maior de 60 anos), Maria de Lourdes de Freitas Hamerski. Advogado: Márcia Regina Nunes de Souza Valeixo , Esther Külkamp Eyng. Apelado (2): Confiança Companhia de Seguros . Advogado: Joslaine Montanheiro Alcantara da Silva . Interessado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa . Advogado: Maristella de Farias Melo Santos . Interessado: Auto Viação Água Verde Ltda . Advogado: Lázaro Aparecido Villas Boas Mattos . Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor: Des. Luiz Lopes
Apelação Cível
0027 . Processo: 0761735-4
Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00214932920078160014 Indenização. Apelante: Silvano Aparecido de Angelo . Advogado: Marco Antônio Busto de Souza . Apelado: Valentin Aparício Escamilla . Advogado: Monica Pereira . Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Luiz Lopes)
Apelação Cível
0028 . Processo: 0764611-1
Comarca: Colorado.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00015082620098160072 Declaratória. Apelante: Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento . Advogado: André Luiz Cordeiro Zanetti . Rec.Adesivo: Luiz Fernando de Oliveira Delgado . Advogado: Danilo Cristino de Oliveira . Apelado (1): Luiz Fernando de Oliveira Delgado . Advogado: Danilo Cristino de Oliveira . Apelado (2): Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento . Advogado: André Luiz Cordeiro Zanetti . Relator: Des. Luiz Lopes
Apelação Cível
0029 . Processo: 0773318-4
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00068212520088160129 Indenização. Apelante: Bunge Fertilizantes Sa . Advogado: Nely Quint . Apelado: Dorine Shipping , Polish Steamship Co. Advogado: Renato Gradowski de Figueiredo , Leila Maria Martins. Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0030 . Processo: 0781137-4
Comarca: Londrina.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00272607720098160014 Exibição de Documentos. Apelante: Ana de Oliveira Tudisco (maior de 60 anos). Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar . Apelado: Sercomtel SA Telecomunicações . Advogado: Gilberto Pedriali , Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos, Paula D'Amico Pedriali. Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Domingos José Perfetto). Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas
Apelação Cível
0031 . Processo: 0781201-9
Comarca: Centenário do Sul.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001308720088160066 Indenização. Apelante: Adriano de Souza . Advogado: Joel Garcia . Apelado: Banco Bradesco SA . Advogado: José Ivan Guimarães Pereira . Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Luiz Lopes)
Apelação Cível
0032 . Processo: 0781695-1
Comarca: Maringá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059224320068160017 Indenização. Apelante (1): Mr & A Estacionamento de Veículos Ltda Epp . Advogado: José Guilherme Ribeiro Aldinucci , Samir Thome Filho. Apelante (2): Banco Bradesco SA . Advogado: Samir Thome Filho , Luis Guilherme Pegoraro, José Ivan Guimarães Pereira. Apelado: Ariovaldo Costa Paulo & Cia Ltda , Claúdio Costa Paulo. Advogado: Cesar Eduardo Misael de Andrade , Patrícia Marchi Marin. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Luiz Lopes)
Apelação Cível
0033 . Processo: 0782238-0
Comarca: Londrina.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00235360220088160014 Indenização. Apelante: Cetelem Brasil Sa - Crédito, Financiamento e Investimento . Advogado: Michele Garcia Franco de Godoy , Andressa Barros Figueiredo de Paiva, Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho. Apelado: Alexandro de Oliveira Teixeira . Advogado: Rogério Augusto Silva . Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Luiz Lopes)
Apelação Cível
0034 . Processo: 0784555-4
Comarca: Jacarezinho.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00041193920078160098 Indenização. Apelante: Celso Francisquinho . Advogado: José Geraldo Machado . Apelado: Antônio Carlos Vila . Advogado: Celso Antônio Rossi . Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas
Apelação Cível
0035 . Processo: 0785389-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00007178120068160001 Obrigação de Fazer. Apelante (1): Radio Fm Independência Ltda . Advogado: Sérgio Botto de Lacerda , Fabrício Massardo. Apelante (2): Tais Golmine Albuquerque de Souza , Mario Junior Albuquerque de Souza. Advogado: Adyr Tacla Filho . Apelante (3): Sony Bmg Music Entertaiment Brasil Ltda . Advogado: Raul Gulden Gravatá . Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas
Apelação Cível
0036 . Processo: 0785782-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00416055320108160001 Exibição de Documentos. Apelante: Arildo da Luz . Advogado: Júlio Cezar Engel dos Santos , Rafael de Lima Felcar. Apelado: Associação Comercial do Paraná . Advogado: Fábio Santos Rodrigues . Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas
Apelação Cível
0037 . Processo: 0787555-6
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 00014002120068160001 Indenização. Apelante: Maria da Conceição Pereira (maior de 60 anos). Advogado: João Inácio Cordeiro . Apelado (1): Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais . Advogado: Ciro Bruning , Patrycia Emília Souza dos Santos. Apelado (2): Maria Rosélis Alves . Advogado: Luiz Saint-clair Mansani . Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas
Apelação Cível
0038 . Processo: 0787627-7
Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00278886620098160014 Cobrança. Apelante: Jackson Jorge Iwao Kanno . Advogado: Mara Suely Oliveira e Silva Maran . Apelado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais . Advogado: Alexandre da Silva Moraes , Valmir Brito de Moraes. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas
Apelação Cível
0039 . Processo: 0788434-6
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00317582720108160001 Cobrança. Apelante: Condominio Centro Comercial Cândido de Abreu . Advogado: Maria Noeli Faé . Apelado: Cleusa Pereira de Oliveira Melo . Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas
Apelação Cível
0040 . Processo: 0789041-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00013595420068160001 Indenização. Apelante: Delourdes Ogeda da Silva , Milton Ribeiro da Silva. Advogado: Giovani de Oliveira Serafini . Apelado: Émerson da Silva Marques . Advogado: Marisa Ayres de Oliveira . Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas
Apelação Cível
0041 . Processo: 0789770-1
Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00119973020048160030 Cobrança. Apelante: Simone Simon . Advogado: Jeferson Fosquiera . Apelado: Liberty Paulista Seguros Sa . Advogado: Wanderley Pavan . Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas
Apelação Cível
0042 . Processo: 0793229-8
Comarca: Pato Branco.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00047622420098160131 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Tatiane Muncinelli , Lasnine Monte Woslki Scholze. Rec.Adesivo: Gilmar Castanho , Ivone Bandeira, Delma Castanho, Ivanor Castanho, Inês Grando, Sergio Castanha, Ivonete Castanha Martins, Terezinha Alves Zorzi. Advogado: Kelin Ghizzi . Apelado (1): Gilmar Castanho , Ivone Bandeira, Delma Castanho, Ivanor Castanho, Inês Grando, Sergio Castanha, Ivonete Castanha Martins, Terezinha Alves Zorzi. Advogado: Kelin Ghizzi . Apelado (2): Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado:

Tatiane Muncinelli , Lasnine Monte Woslki Scholze. Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Domingos José Perfetto)
Apelação Cível
0043 . Processo: 0807754-7
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00817017120108160014 Cobrança. Apelante (1): Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Mariana Pereira Valério , Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster. Apelante (2): Maria Alice Ferreira dos Santos . Advogado: Nanci Terezinha Zimmer , Karen Yumi Shigueoka, Fernanda Nishida Xavier da Silva. Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Luiz Lopes)
Apelação Cível
0044 . Processo: 0808417-3
Comarca: Londrina.Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00182203720108160014 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa . Advogado: Arthur Sabino Damasceno , Tatiane Muncinelli, Jaime Oliveira Penteado. Apelado: Afonso Ribeiro Leite . Advogado: Evandro Gustavo de Souza . Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Luiz Lopes)
Apelação Cível
0045 . Processo: 0808904-1
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00012944520098160004 Prestação de Contas. Apelante: Cohab Cia de Habitacao Popular de Curitiba . Advogado: Luiz Antonio Pinto Santiago , Diego Arturo Resende Urresta, Hassan Sohn. Apelado: Condomínio Residencial Moradias Bandeirantes . Advogado: Anelise Sbalqueiro . Relator: Des. Luiz Lopes
Apelação Cível
0046 . Processo: 0814949-7
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00063712420048160129 Indenização. Apelante: Rosali Mercedes Massuqueto . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas
Apelação Cível
0047 . Processo: 0815596-0
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00063479320048160129 Indenização. Apelante: Erival Alves Teixeira . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas
Apelação Cível
0048 . Processo: 0818140-0
Comarca: Paranaguá.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00073984220048160129 Indenização. Apelante: Azenir Alves Marques . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas
Apelação Cível
0049 . Processo: 0821369-0
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00058054120058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Reginaldo Ferreira . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0050 . Processo: 0821377-2
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059449020058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Apelado: Joaquina Luiz João . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0051 . Processo: 0821482-8
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00058330920058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: José Carlos Zblewski de Oliveira . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0052 . Processo: 0821537-8
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00060349820058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Marcos Antonio Pereira Marques . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello, Kleber Augusto Vieira. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0053 . Processo: 0821590-5
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00060825720058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelado: Vanir Rangel Machado (maior de 60 anos). Advogado: Cristiane Uliana , Maurício Kowalczuk de Oliveira. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0054 . Processo: 0821615-7
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00057993420058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Marciano Cruz da Costa . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto, Kleber Augusto Vieira. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0055 . Processo: 0821754-9
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061518920058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelante (2): Glauber Adriano Vieira . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0056 . Processo: 0821777-2
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061873420058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelante (2): Wanderlei Cardoso Veloso . Advogado: Fabiano Neves Macieywski , Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0057 . Processo: 0821840-0
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061588120058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelante (2): Dulcineia do Rocio Cardoso . Advogado: Saulo Bonat de Mello , Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0058 . Processo: 0821975-8
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00060981120058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Rec.Adesivo: Emerson Manol de Paula Silva . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado (1): Emerson Manol de Paula Silva . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira , Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0059 . Processo: 0822438-4
Comarca: Paranaguá.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061137720058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Rec.Adesivo: Matilde Tarram Biss . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado (1): Matilde Tarram Biss . Advogado: Cristiane Uliana . Apelado (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA . Advogado: Ananias Cézar Teixeira . Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0060 . Processo: 0823926-3
Comarca: Pato Branco.Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00025811620108160131 Indenização. Apelante (1): Pedro Vasconcelos . Advogado: Cilmar Francisco Pastorello , Luciano Badia, Fábia Cristina Asolini. Apelante (2): Gaplan Administradora de Bens Ltda . Advogado: Maurício Corrêa . Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0061 . Processo: 0824191-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00013468920058160001 Embargos a Execução. Apelante: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais . Advogado: Ciro Bruning , Fernanda Ribeirete de Souza. Apelado: Antônia Piekarski . Advogado: Simone Longo . Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0062 . Processo: 0825529-2
Comarca: Londrina.Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00165763520058160014 Reparação de Danos. Apelante: Francovig e Cia Ltda . Advogado: Carlos Alberto Francovig Filho , Keli Rachel Bergamo. Apelado: Geny Oliveira Basso (maior de 60 anos), Olegário Basso Neto (maior de 60 anos), Willian Douglas Caçula. Advogado: Geraldo Saviani da Silva , Gisele Asturiano, Gustavo Viana Camata. Relator: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)
Apelação Cível
0063 . Processo: 0827436-0
Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00263135720088160014 Ordinária. Apelante: Sul América Companhia Nacional de Seguros . Advogado: Karina Hashimoto , Nelson Luiz Nouvel Alessio, Ilza Regina Defilippi Dias. Apelado: Alfredo José da Paixão , Isaura da Silva, José Manoel da Silva, Laerte Feragini Vicente, Marina Francelina da Silva (maior de 60 anos), Rosimeire Maria Lima Gomes, Sebastião Pereira da Cruz (maior de 60 anos), Sidnei Braulino Pedro, Terezinha Gonçalves Gomes, Terezinha Mendes (maior de 60 anos). Advogado: Fernando Anzola Pivaro , Mário Marcondes Nascimento. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios (Des. Nilson Mizuta)

**Setor de Pautas**

**Pauta de Julgamento do dia 06/10/2011 13:30**
**Sessão Ordinária - 1ª Câmara Criminal em Composição Integral e 1ª Câmara Criminal**
**Relação No. 2011.10147 e 2011.08961 de Publicação**

---

**Pauta de Julgamento da sessão ordinária do 1ª Câmara Criminal em Composição Integral e 1ª Câmara Criminal a realizar-se em 06/10/2011 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes.**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Adyr Tacla Filho | 010 | 0768617-9 |
| Alexandre Almeida Rocha | 019 | 0808813-5 |
| Alexandre Sarge Figueiredo | 023 | 0783423-3 |
| Alikan Zanotti | 023 | 0783423-3 |
| Antônio Augusto Grellert | 002 | 0779739-7 |
| Antonio Quallio | 025 | 0793488-7 |
| Cláudio Luiz Furtado C. Francisco | 019 | 0808813-5 |
| Dânia Vanessa de Mello | 015 | 0796932-2 |
| Diego Buligon | 001 | 0605779-2 |
| Eloi Dias da Silva | 028 | 0797225-6 |
| Fabiano Moyses Furtado | 021 | 0782770-3 |
| Fernando Estevão Deneka | 019 | 0808813-5 |
| Fineio Vieira de Souza | 004 | 0809052-6 |
| Flaviano Wolf Giovaneli | 002 | 0779739-7 |
| Gilberto Carniati | 016 | 0797781-9 |
| Irio José Tabela Krunn | 019 | 0808813-5 |
| Jair Frederico Galvan Filho | 024 | 0785214-2 |
| Joran Pinto Ribeiro | 006 | 0805816-4 |
| Jorge Paulo Melhem Haddad | 009 | 0812912-2 |
| José Aparecido Borges dos Santos | 011 | 0800704-9 |
| José Carlos Ragiotto | 012 | 0780639-9 |
| Laércio dos Santos Luz | 003 | 0826051-3 |
| Leandro Mendes | 002 | 0779739-7 |
| Lenice Teresinha Morilha | 022 | 0622749-8 |
| Lidia Ivone Ribas | 026 | 0793737-5 |
| | 027 | 0794644-9 |
| Lisane Cristina Conte | 017 | 0798267-8 |
| Luci Terezinha Rodrigues Milan | 019 | 0808813-5 |
| Luiz Antônio Costa F. Filho | 008 | 0812596-8 |
| Marcelo Gaya de Oliveira | 007 | 0808111-6 |
| Maristela Rocio Klumb | 014 | 0792214-3 |
| Matheus Henrique Ferreira | 012 | 0780639-9 |
| Neiva Siqueira Pielak | 004 | 0809052-6 |
| Nelson Ferreira D'angelo | 020 | 0816271-2 |
| Patrick Roberto Gasparetto | 001 | 0605779-2 |
| Paulo Roberto Padilha | 018 | 0800976-5 |
| Priscilla Placha | 017 | 0798267-8 |
| Raphael Dias Sampaio | 009 | 0812912-2 |
| Raquel Regina Bento Farah | 018 | 0800976-5 |
| Robervani Pierin do Prado | 015 | 0796932-2 |
| Sérgio Roberto R. P. d. Souza | 013 | 0785903-4 |
| Silvio Oliveira da Silva | 005 | 0786297-5 |
| Tobias Fernando Madureira | 019 | 0808813-5 |
| Vinicius Buligon | 001 | 0605779-2 |


Revisão Criminal de Acórdão (CInt)
0001 . Processo: 0605779-2
Comarca: Formosa do Oeste.Vara: Vara Única. Ação Originária: 199900000064 Ação Penal. Requerente: Aparecido José Weiller . Advogado: Patrick Roberto Gasparetto , Diego Buligon, Vinicius Buligon. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Campos Marques. Revisor: Des. Macedo Pacheco
Revisão Criminal de Acórdão (CInt)
0002 . Processo: 0779739-7
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 7ª Vara Criminal. Ação Originária: 00058793120008160013 Ação Penal. Requerente: Aparecido Custodio da Silva , Cirio Custódio da Silva. Advogado: Leandro Mendes , Flaviano Wolf Giovaneli, Antônio Augusto Grellert. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Telmo Cherem. Revisor: Des. Jesus Sarrão
Desaforamento
0003 . Processo: 0826051-3
Comarca: Londrina.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00004933620088160014 Ação Penal. Requerente: Alan Aparecido Henrique (Réu Preso). Advogado: Laércio dos Santos Luz . Requerido: Juiz de Direito da Comarca de Londrina - 1ª Vara Criminal . Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Campos Marques
Recurso de Agravo
0004 . Processo: 0809052-6
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 200600004112 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná . Recorrido: Alvino Timoteo Garcia Silva (Réu Preso). Repre.AssistJud: Fineio Vieira de Souza , Neiva Siqueira Pielak. Relator: Des. Macedo Pacheco
Recurso em Sentido Estrito
0005 . Processo: 0786297-5
Comarca: Santo Antônio do Sudoeste.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001925220118160154 Ação Penal. Recorrente: Evonir de Souza Bueno (Réu Preso). Def.Dativo: Silvio Oliveira da Silva . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Telmo Cherem
Recurso em Sentido Estrito
0006 . Processo: 0805816-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Privativa do 2ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00087655120108160013 Ação Penal. Recorrente: Leandro Barbosa (Réu Preso). Def.Público: Joran Pinto Ribeiro . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Macedo Pacheco
Recurso em Sentido Estrito
0007 . Processo: 0808111-6
Comarca: Londrina.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00080752420078160014 Ação Penal. Recorrente: Amauri Pinto (Réu Preso). Advogado: Marcelo Gaya de Oliveira . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Telmo Cherem
Recurso em Sentido Estrito
0008 . Processo: 0812596-8
Comarca: Loanda.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00006959420098160105 Ação Penal. Recorrente: Lindomar Leandro dos Santos (Réu Preso). Advogado: Luiz Antônio Costa Fernandes Filho . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Oto Luiz Sponholz)
Recurso em Sentido Estrito
0009 . Processo: 0812912-2
Comarca: Cornélio Procópio.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00001464320108160075 Ação Penal. Recorrente (1): Fabiano Martins de Oliveira (Réu Preso). Advogado: Jorge Paulo Melhem Haddad . Recorrente (2): Rider Caetano Antônio (Réu Preso). Advogado: Raphael Dias Sampaio . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Oto Luiz Sponholz)
Apelação Crime
0010 . Processo: 0768617-9
Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00001158320048160026 Ação Penal. Apelante: Paulo Piccoli de Miranda (Réu Preso). Advogado: Adyr Tacla Filho . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Campos Marques. Revisor: Des. Macedo Pacheco
Habeas Corpus Crime
0011 . Processo: 0800704-9
Comarca: Goioerê.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000047119948160084 Ação Penal. Impetrante: José Aparecido Borges dos Santos (advogado). Paciente: Ivanilda de Miranda Santos . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Oto Luiz Sponholz)
Mandado de Segurança (Cam-Cr)
0012 . Processo: 0780639-9
Comarca: Maringá.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 2004000042447 Ação Penal. Impetrante: Edvaldo Alves França . Advogado: José Carlos Ragiotto , Matheus Henrique Ferreira. Impetrado: Juiz de Direito da Comarca de Maringá - 1ª Vara Criminal . Relator: Des. Telmo Cherem
Recurso em Sentido Estrito
0013 . Processo: 0785903-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Privativa do 2ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00001882320018160006 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná . Recorrido: Samuel Correia . Def.Público: Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza . Relator: Des. Telmo Cherem
Recurso em Sentido Estrito
0014 . Processo: 0792214-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Privativa do 1ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00000771019998160006 Ação Penal. Recorrente: Venício de Araújo . Def.Dativo: Maristela Rocio Klumb . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Telmo Cherem
Recurso em Sentido Estrito
0015 . Processo: 0796932-2
Comarca: Campo Mourão.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00000802720048160058 Ação Penal. Recorrente: Lecival Pereira . Def.Dativo: Robervani Pierin do Prado , Dânia Vanessa de Mello. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rui Bacellar Filho (Des. Oto Luiz Sponholz)
Recurso em Sentido Estrito

0016 . Processo: 0797781-9
Comarca: Iretama.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003436620098160096 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná . Recorrido: Antônio Donizete Gonçalves dos Anjos . Def.Dativo: Gilberto Carniati . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rui Bacellar Filho (Des. Oto Luiz Sponholz)
Recurso em Sentido Estrito
0017 . Processo: 0798267-8
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Privativa do 2ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00001208319958160006 Ação Penal. Recorrente: Ezequiel Borba da Luz . Advogado: Priscilla Placha , Lisane Cristina Conte. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rui Bacellar Filho (Des. Oto Luiz Sponholz)
Recurso em Sentido Estrito
0018 . Processo: 0800976-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Privativa do 2ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00029576520108160013 Ação Penal. Recorrente: Rodrigo Pinto . Advogado: Raquel Regina Bento Farah , Paulo Roberto Padilha. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Telmo Cherem
Recurso em Sentido Estrito
0019 . Processo: 0808813-5
Comarca: Imbituva.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003682820088160092 Ação Penal. Recorrente: João Odir Bobato . Advogado: Fernando Estevão Deneka , Cláudio Luiz Furtado Correa Francisco, Tobias Fernando Madureira. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Ass.Acusação: Arildo Scorsim . Advogado: Irio José Tabela Krunn , Alexandre Almeida Rocha, Luci Terezinha Rodrigues Milan. Relator: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce (Des. Oto Luiz Sponholz)
Recurso em Sentido Estrito
0020 . Processo: 0816271-2
Comarca: Santa Helena.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000466720048160150 Ação Penal. Recorrente: Paulinho Marques Porta Barbosa . Advogado: Nelson Ferreira D'angelo . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Telmo Cherem)
Apelação Crime
0021 . Processo: 0782770-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Privativa do 1ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00000056219958160006 Ação Penal. Apelante: Deolindo Santin . Def.Dativo: Fabiano Moyses Furtado . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rui Bacellar Filho (Des. Oto Luiz Sponholz). Revisor: Des. Telmo Cherem
Apelação Crime (det)
0022 . Processo: 0622749-8
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Ação Originária: 2008000143604 Ação Penal. Apelante: Glauco Luis Batista . Def.Público: Lenice Teresinha Morilha . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Telmo Cherem
Apelação Crime (det)
0023 . Processo: 0783423-3
Comarca: São João do Ivaí.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004043820098160156 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná . Apelado: Claudio Aparecido Silva de Andrade . Advogado: Alikan Zanotti , Alexandre Sarge Figueiredo. Relator: Des. Campos Marques
Apelação Crime (det)
0024 . Processo: 0785214-2
Comarca: Dois Vizinhos.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000976320058160079 Ação Penal. Apelante: Elioséias Moreira da Cruz . Def.Dativo: Jair Frederico Galvan Filho . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Telmo Cherem
Apelação Crime (det)
0025 . Processo: 0793488-7
Comarca: Terra Roxa.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00011737320108160168 Ação Penal. Apelante: Claudio Inacio de Oliveira . Def.Dativo: Antonio Quallio . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Telmo Cherem
Apelação Crime (det)
0026 . Processo: 0793737-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 2ª Vara de Delitos de Trânsito. Ação Originária: 00012229420108160013 Ação Penal. Apelante: Wesley de Souza Ribeiro . Def.Público: Lidia Ivone Ribas . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Telmo Cherem
Apelação Crime (det)
0027 . Processo: 0794644-9
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 2ª Vara de Delitos de Trânsito. Ação Originária: 00000022320038160008 Ação Penal. Apelante: Paulo Elindomar Peruci . Def.Público: Lidia Ivone Ribas . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Telmo Cherem
Apelação Crime (det)
0028 . Processo: 0797225-6
Comarca: Terra Rica.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000256920068160167 Ação Penal. Apelante: Marcos de Souza Santos . Def.Dativo: Eloi Dias da Silva . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rui Bacellar Filho (Des. Oto Luiz Sponholz)

**Setor de Pautas**

**Pauta de Julgamento do dia 06/10/2011 13:30**
**Sessão Ordinária - 2ª Câmara Criminal em Composição Integral e 2ª Câmara Criminal**
**Relação No. 2011.10043 e 2011.09595 de Publicação**

**Pauta de Julgamento da sessão ordinária do 2ª Câmara Criminal em Composição Integral e 2ª Câmara Criminal a realizar-se em 06/10/2011 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes.**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Adriano Martins Rodrigues | 004 | 0732450-1 |
| André Luis Aquino de Arruda | 004 | 0732450-1 |
| Claudinei Dombroski | 008 | 0706213-5 |
| Fabrizzio Matte Dossena | 002 | 0686173-8 |
| Francielle Calegari de Souza | 004 | 0732450-1 |
| Itacir Biazus | 007 | 0699826-9 |
| Jefferson Luis Biancolini | 005 | 0608914-3/01 |
| John Charles Fernandes | 010 | 0724208-2 |
| José Caldeira | 005 | 0608914-3/01 |
| José Carlos Farias | 007 | 0699826-9 |
| Leandro Liça | 012 | 0773088-1 |
| Leonel Stevam Filho | 011 | 0773022-3 |
| Luciano Menezes Molina | 004 | 0732450-1 |
| Marcelo Kuster de Almeida | 012 | 0773088-1 |
| Marcos Cristiani Costa da Silva | 009 | 0712303-1 |
| Pedro Bento Tubiana | 006 | 0710153-3 |
| Pedro Carneiro Lobo Júnior | 003 | 0707000-2 |
| Pedro da Silva Queiroz | 002 | 0686173-8 |
| Rômulo Henrique Perim Alvarenga | 004 | 0732450-1 |
| Sueline Justus Martins | 005 | 0608914-3/01 |
| Vanessa Queiroz | 002 | 0686173-8 |


Pedido de Providências Crime (Cam)
0001 . Processo: 0814805-0
Comarca: Arapongas.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 046090004139 Procedimento Investigatório. Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná . Interessado: Luiz Roberto Pugliese . Relator: Des. Valter Ressel
Apelação Crime
0002 . Processo: 0686173-8
Comarca: Rebouças.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00009564520098160142 Ação Penal. Apelante: Eloi Mazur (Réu Preso). Advogado: Fabrizzio Matte Dossena , Vanessa Queiroz, Pedro da Silva Queiroz. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein (Des. João Kopytowski). Revisor: Des. Valter Ressel
Apelação Crime
0003 . Processo: 0707000-2
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00029406820068160013 Ação Penal. Apelante: Sandro Marquetti (Réu Preso). Advogado: Pedro Carneiro Lobo Júnior . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Valter Ressel). Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero (Des. José Mauricio Pinto de Almeida)
Apelação Crime
0004 . Processo: 0732450-1
Comarca: Telêmaco Borba.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00008617720088160165 Ação Penal. Apelante (1): João Fernandes da Cruz . Advogado: Adriano Martins Rodrigues . Apelante (2): Fernando Marcos Zagato . Advogado: Francielle Calegari de Souza , Luciano Menezes Molina. Apelante (3): Jozélio Gomes de Morais , João Gomes de Morais (Réu Preso). Advogado: André Luis Aquino de Arruda , Rômulo Henrique Perim Alvarenga. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein (Des. João Kopytowski). Revisor: Des. Valter Ressel
Embargos de Declaração Crime
0005 . Processo: 0608914-3/01
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 7ª Vara Criminal. Ação Originária: 608914300 Apelação Crime. Embargante: Jefferson Luis Biancolini . Advogado: Jefferson Luis Biancolini . Embargado (1): Ministério Público do Estado do Paraná . Embargado (2): Armando Boaretto . Advogado: Sueline Justus Martins , José Caldeira. Relator: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello (Des. Noeval de Quadros)
Recurso em Sentido Estrito
0006 . Processo: 0710153-3
Comarca: Capanema.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000464320048160061 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do

Paraná . Recorrido: Ivanir Comunello . Def.Dativo: Pedro Bento Tubiana . Relator: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero (Des. Valter Ressel)
Apelação Crime
0007 . Processo: 0699826-9
Comarca: Paraíso do Norte.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000034420008160127 Ação Penal. Apelante: José Carlos Farias . Advogado: José Carlos Farias , Itacir Biazus. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein (Des. João Kopytowski). Revisor: Des. Valter Ressel
Apelação Crime
0008 . Processo: 0706213-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 10ª Vara Criminal. Ação Originária: 00008505820048160013 Ação Penal. Apelante: Pablo Augusto Falquete . Advogado: Claudinei Dombroski . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Valter Ressel). Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero (Des. José Mauricio Pinto de Almeida)
Apelação Crime
0009 . Processo: 0712303-1
Comarca: Maringá.Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00107694920108160017 Ação Penal. Apelante: Paulo Roberto de Moura . Advogado: Marcos Cristiani Costa da Silva . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Valter Ressel). Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero (Des. José Mauricio Pinto de Almeida)
Apelação Crime
0010 . Processo: 0724208-2
Comarca: Prudentópolis.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002325020098160139 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná . Apelado: Olivio Gil . Advogado: John Charles Fernandes . Relator: Juiz Subst. 2º G. Roberto Portugal Bacellar (Des. Valter Ressel). Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero (Des. José Mauricio Pinto de Almeida)
Apelação Crime
0011 . Processo: 0773022-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00032758220098160013 Ação Penal. Apelante: Rafael Pannacione . Advogado: Leonel Stevam Filho . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Valter Ressel. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero (Des. José Mauricio Pinto de Almeida)
Apelação Crime
0012 . Processo: 0773088-1
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 9ª Vara Criminal. Ação Originária: 00071320520108160013 Ação Penal. Apelante: Everton Bernetzki . Advogado: Leandro Liça , Marcelo Kuster de Almeida. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Valter Ressel. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce (Des. José Mauricio Pinto de Almeida)

---

**Setor de Pautas**
**Pauta de Julgamento do dia 06/10/2011 13:30**
**Sessão Ordinária - 3ª Câmara Criminal**
**Relação No. 2011.07656 de Publicação**

**Pauta de Julgamento da sessão ordinária do 3ª Câmara Criminal a realizar-se em 06/10/2011 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes.**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Alessandra Trevisan Ferreira | 002 | 0813455-6 |
| Alysson de Cristo Moleta | 006 | 0803405-3 |
| Andreia Carla M. d. O. Nascimento | 004 | 0801304-3 |
| Joaquim da Cruz | 005 | 0801992-3 |
| José Edervandes Vidal Chagas | 001 | 0795002-5 |
| Lauro Meirelles de Miranda Neto | 003 | 0780339-4 |
| Milton Adriano de Oliveira | 004 | 0801304-3 |
| Sérgio Odilon Javorski Filho | 003 | 0780339-4 |

Recurso de Agravo
0001 . Processo: 0795002-5
Comarca: Paranavaí.Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 2011000000674 Pedido de Prisão Domiciliar. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná . Recorrido: Flavio Eder do Nascimento (Réu Preso). Advogado: José Edervandes Vidal Chagas . Relator: Des. Rogério Kanayama
Recurso de Agravo
0002 . Processo: 0813455-6
Comarca: Londrina.Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 201000003498 Pedido de Progressão / Regressão. Recorrente: Alexsander dos Santos (Réu Preso). Repre.AssistJud: Alessandra Trevisan Ferreira . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson (Des. Marques Cury)
Apelação Crime
0003 . Processo: 0780339-4
Comarca: Assaí.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000042719908160047 Ação Penal. Apelante: Luiz Carlos Campos Venera (Réu Preso). Advogado: Sérgio Odilon Javorski Filho , Lauro Meirelles de Miranda Neto. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson (Des. Leonardo Lustosa). Revisor: Des. Marques Cury
Apelação Crime
0004 . Processo: 0801304-3
Comarca: Icaraíma.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012009320108160091 Ação Penal. Apelante: Hertz Marques Araújo Junior . Advogado: Andreia Carla Mendes de Oliveira Nascimento , Milton Adriano de Oliveira. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson (Des. Leonardo Lustosa). Revisor: Des. Marques Cury
Apelação Crime
0005 . Processo: 0801992-3
Comarca: Apucarana.Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00011773620068160044 Ação Penal. Apelante: Paulo Sergio Amantino . Advogado: Joaquim da Cruz . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson (Des. Leonardo Lustosa). Revisor: Des. Marques Cury
Apelação Crime
0006 . Processo: 0803405-3
Comarca: Imbituva.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002031520078160092 Ação Penal. Apelante: Ademir Marciano Ukacheski . Advogado: Alysson de Cristo Moleta . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson (Des. Leonardo Lustosa). Revisor: Des. Marques Cury

---

**Setor de Pautas**
**Pauta de Julgamento do dia 06/10/2011 13:30**
**Sessão Ordinária - 4ª Câmara Criminal em Composição Integral e 4ª Câmara Criminal**
**Relação No. 2011.10093 e 2011.09448 de Publicação**

**Pauta de Julgamento da sessão ordinária do 4ª Câmara Criminal em Composição Integral e 4ª Câmara Criminal a realizar-se em 06/10/2011 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes.**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Alceu Hauari | 021 | 0650839-8 |
| Ana Silvia Bastos Carneiro | 021 | 0650839-8 |
| André Luiz Rossi | 013 | 0812420-9 |
| Andrea Cristine Bandeira | 060 | 0757448-7 |
| Anelice de Sampaio | 010 | 0809151-4 |
| Anna Dickow de Siqueira | 024 | 0662582-5 |
| Antonio Marcos Pedroso | 053 | 0783498-0 |
| Aparecido Medeiros dos Santos | 063 | 0792401-6 |
| Aryon Jakson Schwinden | 026 | 0675914-2 |
| Cássio Leão Buchmann | 022 | 0651256-3 |
| Cezinando Vieira Paredes | 005 | 0783224-0 |
| Daniel Estevão Sakay Bortoletto | 028 | 0697525-9 |
| | 031 | 0764360-9 |
| Daniela Cristina Fabro | 005 | 0783224-0 |
| Darci Cândido de Paula | 048 | 0669820-8 |
| Débora Cristina Veneral | 023 | 0652855-0 |
| Debora Maria Cesar de Albuquerque | 020 | 0640552-3 |
| | 033 | 0776791-5 |
| | 054 | 0784715-0 |
| Edson Antonio de Souza | 017 | 0628349-2 |
| Elcio José Melhem | 061 | 0695257-8/01 |
| Elcio José Melhem Filho | 061 | 0695257-8/01 |
| Emiliano César Pereira Gomes | 058 | 0812023-0 |
| Eraldo Kovalczuk | 052 | 0782602-0 |
| Fábio José de Farias | 035 | 0794668-9 |
| Gelson Faita | 036 | 0795473-4 |
| Gilson Bonato | 024 | 0662582-5 |
| Gilson Luiz da Silva | 032 | 0774987-3 |
| Guilherme Ferraz Lewin | 048 | 0669820-8 |
| Heitor Fabreti Amante | 021 | 0650839-8 |
| | 050 | 0724107-0 |

| | | |
|---|---|---|
| Ian Anderson Staffa M. d. Souza | 008 | 0809119-6 |
| | 010 | 0809151-4 |
| Isa Valeria Mariani Macedo | 040 | 0808741-4 |
| João Batista dos Santos | 030 | 0743525-0 |
| | 059 | 0818088-5 |
| José Carlos Portella Júnior | 002 | 0777544-0 |
| José dos Passos O. d. Santos | 015 | 0613152-6 |
| José Humberto Pinheiro | 064 | 0806266-8 |
| José Jairo Baluta | 047 | 0658613-6 |
| José Reinaldo Rodrigues | 027 | 0697335-5 |
| Josiane Lucia Bezerra Benegosi | 014 | 0813878-9 |
| Josiani Linjardi | 009 | 0809126-1 |
| Juliana Aparecida P. d. Oliveira | 060 | 0757448-7 |
| Libiamar de Souza | 046 | 0657933-9 |
| Lívia Queiroz de Lima | 011 | 0809785-0 |
| Luiz Fernando Garcia Campos | 029 | 0724444-8 |
| Marcelo Augustus Vieira | 017 | 0628349-2 |
| Marcos Cristiani Costa da Silva | 057 | 0804740-1 |
| Marcos Rodrigo Susin | 006 | 0801100-5 |
| Marinês de Andrade | 041 | 0810233-8 |
| Mario Baptista de Souza Filho | 046 | 0657933-9 |
| Mauro Luiz Taborda Rocha | 007 | 0809106-9 |
| Melissa Gonçales dos Santos | 001 | 0777468-5 |
| Michel Asseff | 058 | 0812023-0 |
| Moacir José Barancelli | 037 | 0796981-5 |
| Monclar Gama | 058 | 0812023-0 |
| Mozarte de Quadros Junior | 045 | 0653167-9 |
| Odair Batista de Oliveira Junior | 043 | 0785459-1 |
| Omar Yassim | 056 | 0801394-7 |
| Osni Batista Padilha | 018 | 0634770-4 |
| Renato da Silva Oliveira | 021 | 0650839-8 |
| Robison Luiz Sega | 062 | 0784285-7 |
| Ronaldo Camilo | 012 | 0810754-2 |
| Ronaldo dos Santos Costa | 024 | 0662582-5 |
| Samuel Ferreira Xalão | 042 | 0812426-1 |
| Sebastião Miguel Morales | 016 | 0619460-7 |
| | 038 | 0799002-1 |
| Sérgio Siu Mon | 045 | 0653167-9 |
| Sérgio Vieira Portela | 044 | 0769633-7 |
| Silvio José Farinholi Arcuri | 053 | 0783498-0 |
| Sueli Cristina Rohn Bespalhok | 005 | 0783224-0 |
| Teresa Leite Pereira Hauari | 021 | 0650839-8 |
| Thaiana Bohaczuk | 019 | 0637045-8 |
| Thiago Thomaz Kaspchak | 055 | 0786438-6 |
| Tulio Marcelo Denig Bandeira | 060 | 0757448-7 |
| Valdeci Eleutério | 028 | 0697525-9 |
| Valeria Cristina Hauari | 021 | 0650839-8 |
| Vandro Marcio Taborda Rocha | 049 | 0679313-1 |
| Vanessa Bilhan Kerniski | 025 | 0669343-6 |
| Vilson Donizeti Galvão | 039 | 0800607-5 |
| Vivian Regina Lazzaris | 051 | 0769438-2 |
| Walter Ronaldo Basso | 024 | 0662582-5 |
| Walter Valle Martins Junior | 034 | 0789132-1 |
| Yasmin Zippin Nasser | 011 | 0809785-0 |

Revisão Criminal de Acórdão (CInt)
0001 . Processo: 0777468-5
Comarca: Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00001407220048160034 Ação Penal. Requerente: Julio Cesar Leite Viante (Réu Preso). Repre.AssistJud: Melissa Gonçales dos Santos . Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro). Revisor: Des. Antônio Martelozzo
Revisão Criminal de Acórdão (CInt)
0002 . Processo: 0777544-0
Comarca: Nova Fátima.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000332720058160120 Ação Penal. Requerente: Jair Amário (Réu Preso). Def.Dativo: José Carlos Portella Júnior . Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro). Revisor: Des. Antônio Martelozzo
Conflito de Competência Crime (Gr/C.Int.)
0003 . Processo: 0787603-7
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 00042966920048160013 Ação Penal. Suscitante: Juiz de Direito do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - 1ª Vara de Execuções Penais . Suscitado: Juiz de Direito do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Vara de Execuções Penais A Execução das Penas de Multa . Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná , Willian Adriano Vieira (Réu Preso). Relator: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Conflito de Competência Crime (Gr/C.Int.)
0004 . Processo: 0803098-8
Comarca: Astorga.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000458420108160049 Ação Penal. Suscitante: Juiz de Direito da Comarca de Santa Fé - Vara Única . Suscitado: Juiz de Direito da Comarca de Astorga - Vara Única . Interessado: Justiça Pública , Fabio Aparecido Barbosa (Réu Preso). Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho
Recurso de Agravo
0005 . Processo: 0783224-0
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 200800004160 Pedido de Progressão / Regressão. Recorrente: Mario Jorge Furquim de Almeida (Réu Preso). Repre.AssistJud: Sueli Cristina Rohn Bespalhok , Cezinando Vieira Paredes, Daniela Cristina Fabro. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Miguel Pessoa
Recurso de Agravo
0006 . Processo: 0801100-5
Comarca: Francisco Beltrão.Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 2010000001418 Pedido de Progressão / Regressão. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná . Recorrido: Jucemar Rettmann Koch (Réu Preso). Repre.AssistJud: Marcos Rodrigo Susin . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Carvilio da Silveira Filho)
Recurso de Agravo
0007 . Processo: 0809106-9
Comarca: Marilândia do Sul.Vara: Vara Única. Ação Originária: 2010000004953 Petição. Recorrente: Sérgio Ricardo Alves (Réu Preso). Advogado: Mauro Luiz Taborda Rocha . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho
Recurso de Agravo
0008 . Processo: 0809119-6
Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 201000000928 Pedido de Progressão / Regressão. Recorrente: Reinaldo Ferreira da Silva (Réu Preso). Advogado: Ian Anderson Staffa Maluf de Souza . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Miguel Pessoa)
Recurso de Agravo
0009 . Processo: 0809126-1
Comarca: Maringá.Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 201100000449 Ação Penal. Recorrente: José Roberto Ponci Filho (Réu Preso). Repre.AssistJud: Josiani Linjardi . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho
Recurso de Agravo
0010 . Processo: 0809151-4
Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 201000005423 Ação Penal. Recorrente: Edison Salas Lemes (Réu Preso). Advogado: Anelice de Sampaio , Ian Anderson Staffa Maluf de Souza. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Miguel Pessoa)
Recurso de Agravo
0011 . Processo: 0809785-0
Comarca: Ponta Grossa.Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 200400001622 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná . Recorrido: Almir Antonio Miranda (Réu Preso). Advogado: Lívia Queiroz de Lima , Yasmin Zippin Nasser. Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Miguel Pessoa)
Recurso de Agravo
0012 . Processo: 0810754-2
Comarca: Cruzeiro do Oeste.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00001816520088160077 Execução de Pena. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná . Recorrido: Maria Aparecida Cayres (Réu Preso). Advogado: Ronaldo Camilo . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho
Recurso de Agravo
0013 . Processo: 0812420-9
Comarca: Maringá.Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 201000000430 Pedido de Providências. Recorrente: Carlos Eduardo Morais Firmiano (Réu Preso). Advogado: André Luiz Rossi . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Recurso de Agravo
0014 . Processo: 0813878-9
Comarca: Cruzeiro do Oeste.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00007243920068160077 Execução de Pena. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná . Recorrido: Jose do Carmo Tomaz (Réu Preso). Advogado: Josiane Lucia Bezerra Benegosi . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho
Apelação Crime
0015 . Processo: 0613152-6

Comarca: Foz do Iguaçu.Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 2008000008343 Ação Penal. Apelante: Adelir Roberto Buche (Réu Preso). Advogado: José dos Passos Oliveira dos Santos . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0016 . Processo: 0619460-7
Comarca: Nova Esperança.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 2009000003572 Ação Penal. Apelante: Juscelino José de Santana (Réu Preso). Advogado: Sebastião Miguel Morales . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0017 . Processo: 0628349-2
Comarca: Londrina.Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 2008000084740 Ação Penal. Apelante: Paulo Marin dos Santos (Réu Preso). Advogado: Marcelo Augustus Vieira , Edson Antonio de Souza. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0018 . Processo: 0634770-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 9ª Vara Criminal. Ação Originária: 2009000034648 Ação Penal. Apelante: Gisele Tristao Gonçalves (Réu Preso). Def.Público: Osni Batista Padilha . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0019 . Processo: 0637045-8
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 2008000196190 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná . Apelado: Silvano de Lima (Réu Preso). Def.Dativo: Thaiana Bohaczuk . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0020 . Processo: 0640552-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 6ª Vara Criminal. Ação Originária: 2006000030008 Ação Penal. Apelante: Neusa Mianes (Réu Preso). Advogado: Debora Maria Cesar de Albuquerque . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0021 . Processo: 0650839-8
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 11ª Vara Criminal. Ação Originária: 2008000191806 Ação Penal. Apelante (1): Priscila Nascimento (Réu Preso). Advogado: Renato da Silva Oliveira . Apelante (2): Fernanda de Assis . Advogado: Teresa Leite Pereira Hauari , Alceu Hauari, Valeria Cristina Hauari. Apelante (3): Edemilson Felisberto (Réu Preso). Advogado: Heitor Fabreti Amante , Ana Silvia Bastos Carneiro. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0022 . Processo: 0651256-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 2009000036322 Ação Penal. Apelante: Janete Cardoso dos Santos (Réu Preso). Def.Dativo: Cássio Leão Buchmann . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0023 . Processo: 0652855-0
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 2009000026050 Ação Penal. Apelante: Rafael Chenchuk Maurício (Réu Preso). Advogado: Débora Cristina Veneral . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0024 . Processo: 0662582-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 10ª Vara Criminal. Ação Originária: 2009000124477 Ação Penal. Apelante (1): Renato Lima de Araújo (Réu Preso). Advogado: Gilson Bonato , Ronaldo dos Santos Costa, Anna Dickow de Siqueira. Apelante (2): Anderson Dias Ferreira (Réu Preso), Adolfo Nicolau Born Neto. Advogado: Walter Ronaldo Basso . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Miguel Pessoa). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0025 . Processo: 0669343-6
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00014934020098160013 Ação Penal. Apelante: Eder Nogueira Prado (Réu Preso). Def.Dativo: Vanessa Bilhan Kerniski . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0026 . Processo: 0675914-2
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00083916920098160013 Ação Penal. Apelante: Marcelo Moreira de Lima (Réu Preso). Def.Dativo: Aryon Jakson Schwinden . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0027 . Processo: 0697335-5
Comarca: Assis Chateaubriand.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00005181020098160048 Ação Penal. Apelante: Robson Charles Sonálio (Réu Preso). Def.Dativo: José Reinaldo Rodrigues . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0028 . Processo: 0697525-9
Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00078662120088160014 Ação Penal. Apelante (1): Carla Aparecida Barroso (Réu Preso). Def.Dativo: Daniel Estevão Sakay Bortoletto . Apelante (2): Gabriel Douglas Pereira (Réu Preso). Def.Dativo: Valdeci Eleutério . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0029 . Processo: 0724444-8
Comarca: Guarapuava.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00049456720108160031 Ação Penal. Apelante: Edilson de Oliveira Santos (Réu Preso), Regiane Aparecida Machado (Réu Preso). Advogado: Luiz Fernando Garcia Campos . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Carvilio da Silveira Filho). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0030 . Processo: 0743525-0
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00005375120108160025 Ação Penal. Apelante: Laudecir Santos de Ramos (Réu Preso). Advogado: João Batista dos Santos . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro). Revisor: Des. Antônio Martelozzo
Apelação Crime
0031 . Processo: 0764360-9
Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00055457620098160014 Ação Penal. Apelante (1): Alan Patrick Timiro Barbado (Réu Preso). Def.Dativo: Daniel Estevão Sakay Bortoletto . Apelante (2): Ministério Público do Estado do Paraná . Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Apelação Crime
0032 . Processo: 0774987-3
Comarca: Pérola.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00014742820108160133 Ação Penal. Apelante: Maria Neuza Conceição Lopes (Réu Preso), Vilson Sales da Silva (Réu Preso). Advogado: Gilson Luiz da Silva . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Apelação Crime
0033 . Processo: 0776791-5
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00154648920108160035 Ação Penal. Apelante: Adriano Godoy (Réu Preso). Advogado: Debora Maria Cesar de Albuquerque . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0034 . Processo: 0789132-1
Comarca: Londrina.Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00577894520108160014 Ação Penal. Apelante: Antonio Marcelino Barbosa (Réu Preso). Def.Dativo: Walter Valle Martins Junior . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0035 . Processo: 0794668-9
Comarca: Castro.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00037929420108160064 Ação Penal. Apelante: Jennifer da Silva Gomes (Réu Preso). Advogado: Fábio José de Farias . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0036 . Processo: 0795473-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 14ª Vara Criminal. Ação Originária: 00144625320108160013 Ação Penal. Apelante: Jeferson Carvalho Ricci (Réu Preso). Advogado: Gelson Faita . Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0037 . Processo: 0796981-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 7ª Vara Criminal. Ação Originária: 00147474620108160013 Ação Penal. Apelante: Luci Duarte Cavalari (Réu Preso). Advogado: Moacir José Barancelli . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Miguel Pessoa). Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Apelação Crime

0038 . Processo: 0799002-1
Comarca: Maringá.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00307766220108160017 Ação Penal. Apelante: Paulo Henrique Tenório (Réu Preso). Advogado: Sebastião Miguel Morales . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0039 . Processo: 0800607-5
Comarca: Londrina.Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 00445662520108160014 Ação Penal. Apelante: Patric Valesi da Silva (Réu Preso). Advogado: Vilson Donizeti Galvão . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0040 . Processo: 0808741-4
Comarca: Maringá.Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00203681220108160017 Ação Penal. Apelante: Sidnei dos Santos (Réu Preso). Advogado: Isa Valeria Mariani Macedo . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Miguel Pessoa). Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Apelação Crime
0041 . Processo: 0810233-8
Comarca: Laranjeiras do Sul.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00030772920108160104 Ação Penal. Apelante: Flávio Cristiano Fernandes da Silva (Réu Preso). Advogado: Marinês de Andrade . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0042 . Processo: 0812426-1
Comarca: Ponta Grossa.Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00124435620108160019 Ação Penal. Apelante: José Rivando Lima da Silva (Réu Preso). Advogado: Samuel Ferreira Xalão . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Miguel Pessoa). Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Recurso de Agravo
0043 . Processo: 0785459-1
Comarca: Andirá.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 2009000005585 Pedido de Progressão / Regressão. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná . Recorrido: Alex Vieira Borba . Advogado: Odair Batista de Oliveira Junior . Relator: Des. Antônio Martelozzo
Recurso em Sentido Estrito
0044 . Processo: 0769633-7
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00068329520108160028 Pedido de Liberdade Provisória. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná . Recorrido: Juan Bruno França Felipe . Advogado: Sérgio Vieira Portela . Relator: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0045 . Processo: 0653167-9
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 2008000099745 Ação Penal. Apelante (1): Ministério Público do Estado do Paraná . Apelante (2): Glaucio Deringoski . Advogado: Sérgio Siu Mon , Mozarte de Quadros Junior. Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0046 . Processo: 0657933-9
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 11ª Vara Criminal. Ação Originária: 2008000193051 Ação Penal. Apelante: João Henrique Schaitel . Advogado: Mario Baptista de Souza Filho , Libiamar de Souza. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0047 . Processo: 0658613-6
Comarca: Ponta Grossa.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 1999000003281 Ação Penal. Apelante: Hinderikus Jan Borg . Advogado: José Jairo Baluta . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa (Des. Celso Jair Mainardi). Revisor: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0048 . Processo: 0669820-8
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 6ª Vara Criminal. Ação Originária: 00049233920058160013 Ação Penal. Apelante: Vilma Moreira Pais . Advogado: Darci Cândido de Paula . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Ass.Acusação: Nilson Cesário Pereira . Advogado: Guilherme Ferraz Lewin . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0049 . Processo: 0679313-1
Comarca: Faxinal.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000634820068160081 Ação Penal. Apelante (1): Ministério Público do Estado do Paraná . Apelado (1): Gilberto Moreira Dias , Erasmo Barbosa dos Santos. Advogado: Vandro Marcio Taborda Rocha . Apelante (2): Erasmo Barbosa dos Santos . Advogado: Vandro Marcio Taborda Rocha . Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0050 . Processo: 0724107-0
Comarca: Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00009016920058160034 Ação Penal. Apelante: Rodrigo Katolik da Costa . Advogado: Heitor Fabreti Amante . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Apelação Crime
0051 . Processo: 0769438-2
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 6ª Vara Criminal. Ação Originária: 00141909320098160013 Ação Penal. Apelante: Yuri do Amaral Folmann . Advogado: Vivian Regina Lazzaris . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0052 . Processo: 0782602-0
Comarca: Cruzeiro do Oeste.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00017130620108160077 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná . Apelado: Natalino da Silva Oliveira , Paulo de Oliveira. Def.Dativo: Eraldo Kovalczuk . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Apelação Crime
0053 . Processo: 0783498-0
Comarca: Ortigueira.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002339120068160122 Ação Penal. Apelante: Carlos Alberto de Oliveira . Advogado: Silvio José Farinholi Arcuri , Antonio Marcos Pedroso. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Apelação Crime
0054 . Processo: 0784715-0
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00025858720088160013 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná . Apelado: Juventino da Silva Junior . Advogado: Debora Maria Cesar de Albuquerque . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Apelação Crime
0055 . Processo: 0786438-6
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00003415620078160035 Ação Penal. Apelante: Nilson Cezar Custodio da Cruz . Def.Dativo: Thiago Thomaz Kaspchak . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Apelação Crime
0056 . Processo: 0801394-7
Comarca: Ivaiporã.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00001655620058160097 Ação Penal. Apelante: Paulo Sérgio de Lima . Advogado: Omar Yassim . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0057 . Processo: 0804740-1
Comarca: Mandaguaçu.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000806620078160108 Ação Penal. Apelante: Willian da Silva de Oliveira . Advogado: Marcos Cristiani Costa da Silva . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Miguel Pessoa). Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Apelação Crime
0058 . Processo: 0812023-0
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00024157219958160013 Ação Penal. Apelante: Ismael Portela . Advogado: Emiliano César Pereira Gomes , Michel Asseff, Monclar Gama. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Miguel Pessoa). Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho. *** SESSÃO COM LIMITAÇÃO DE PRESENÇA ***
Revisão Criminal de Acórdão (CInt)
0059 . Processo: 0818088-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: Vara de Crimes contra Criança e Adolescente. Ação Originária: 2008000127153 Ação Penal. Requerente: J. L. (Réu Preso). Advogado: João Batista dos Santos . Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)
Apelação Crime
0060 . Processo: 0757448-7
Comarca: Santo Antônio do Sudoeste.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00015508620108160154 Ação Penal. Apelante: J. V. O. (Réu Preso). Advogado: Juliana Aparecida Pôncio de Oliveira , Andrea Cristine Bandeira, Tulio Marcelo Denig Bandeira. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Embargos de Declaração Crime
0061 . Processo: 0695257-8/01
Comarca: Guarapuava.Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 695257800 Apelação Crime. Embargante: Ministério Público do Estado do Paraná . Interessado: J. P. R. F. . Advogado: Elcio José Melhem Filho , Elcio José Melhem. Relator: Des. Antônio Martelozzo
Apelação Crime
0062 . Processo: 0784285-7
Comarca: Cândido de Abreu.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001705620098160059 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do

Paraná . Apelado: J. L. S. . Advogado: Robison Luiz Sega . Relator: Des. Miguel Pessoa
Apelação Crime
0063 . Processo: 0792401-6
Comarca: Londrina.Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 00006522320018160014 Ação Penal. Apelante: B. A. B. . Advogado: Aparecido Medeiros dos Santos . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula (Des. Miguel Pessoa). Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho
Apelação Crime
0064 . Processo: 0806266-8
Comarca: Formosa do Oeste.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000501220078160082 Ação Penal. Apelante: R. F. S. . Def.Dativo: José Humberto Pinheiro . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau (Des. Ronald Juarez Moro)

**Setor de Pautas**
**Pauta de Julgamento do dia 06/10/2011 13:30**
**Sessão Ordinária - 5ª Câmara Criminal em Composição Integral e 5ª Câmara Criminal**
**Relação No. 2011.10138 e 2011.09637 de Publicação**

**Pauta de Julgamento da sessão ordinária do 5ª Câmara Criminal em Composição Integral e 5ª Câmara Criminal a realizar-se em 06/10/2011 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes.**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Adalgir Carlos Comunello | 028 | 0783749-2 |
| Analúcia Veloso Nantes | 005 | 0813565-7 |
| André Luiz Gonçalves Salvador | 013 | 0654311-1 |
| Antônio Ozires Batista Vieira | 008 | 0779764-0 |
| Bárbara Helen Turek Rehbein | 017 | 0775868-7 |
| Caroline Lopes dos Santos Coen | 001 | 0258461-4 |
| Celso Paulo da Costa | 020 | 0795839-2 |
| Danilo Lemos Freire | 021 | 0800645-5 |
| Diego Bodanese | 008 | 0779764-0 |
| Ducelia Barbato | 014 | 0713966-2 |
| Eduardo Brandielli | 008 | 0779764-0 |
| Emanoel Silveira de Souza | 007 | 0671945-1 |
| Emanuel Toledo de Morais | 012 | 0819010-1 |
| Emanuela Aparecida dos S. Orso | 008 | 0779764-0 |
| Iné Army Cardoso da Silva | 008 | 0779764-0 |
| Irlanet Anacleto Marques | 019 | 0795716-4 |
| Jalton Godinho de Morais | 012 | 0819010-1 |
| Jean Dal Maso Costi | 014 | 0713966-2 |
| Jefferson Fuchs | 009 | 0814259-8 |
| José Leocádio de Camargo | 003 | 0818751-3 |
| José Valdecir Cavalini | 015 | 0749611-5 |
| Juliana Aparecida P. d. Oliveira | 027 | 0728087-9/01 |
| Juliano Nikel | 023 | 0811005-8 |
| KELLY APARECIDA VALENDORF | 008 | 0779764-0 |
| Leticia Lopes Jahn | 024 | 0799119-1 |
| Lincoln Ferreira de Barros | 026 | 0679034-5/01 |
| Marcelo Navarro de Morais | 014 | 0713966-2 |
| Marcos Cristiani Costa da Silva | 010 | 0815438-3 |
| Marcos Dulcir Mozzer Fim | 008 | 0779764-0 |
| Marinês de Andrade | 011 | 0816347-1 |
| Marisa Ferreira Colaço Proença | 006 | 0814776-4 |
| Marli Salete Pastore | 016 | 0770833-4 |
| Osvaldo Luiz Gabriel | 008 | 0779764-0 |
| Patrícia Menezes de Oliveira | 002 | 0788519-4 |
| Sandro Roberto Vieira | 025 | 0760877-3 |
| Sebastião Miguel Morales | 015 | 0749611-5 |
| Sílvio Binhara | 014 | 0713966-2 |
| Suzana Rodrigues da Silva Orlando | 022 | 0784511-2 |
| Thiago Fernando Gregório | 021 | 0800645-5 |
| Tulio Marcelo Denig Bandeira | 027 | 0728087-9/01 |
| Urbano Caldeira Filho | 004 | 0808749-0 |
| Valmor Antônio Weissheimer | 008 | 0779764-0 |
| Vânia Maria Forlin | 018 | 0786307-6 |
| Vicente Daniel Campagnaro | 022 | 0784511-2 |
| Viviane Brisola | 008 | 0779764-0 |


Revisão Criminal de Sentença (CInt)
0001 . Processo: 0258461-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 9900012372 Ação Penal. Requerente: Antônio Maciel Rodrigues Pereira (Réu Preso). Repre.AssistJud: Caroline Lopes dos Santos Coen . Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho (Des. Jorge Wagih Massad). Revisor: Des. Rogério Coelho
Revisão Criminal de Acórdão (CInt)
0002 . Processo: 0788519-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 1998000078150 Ação Penal. Requerente: Cristiano Eduardo Winiski (Réu Preso). Def.Dativo: Patrícia Menezes de Oliveira . Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Eduardo Fagundes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel (Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa)
Habeas Corpus Crime
0003 . Processo: 0818751-3
Comarca: Palmeira.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00009935820118160124 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: José Leocádio de Camargo (advogado). Paciente: Jucélio Viante Rain (Réu Preso). Relator: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal (Des. Jorge Wagih Massad)
Recurso de Agravo
0004 . Processo: 0808749-0
Comarca: Ponta Grossa.Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 201100000999 Remição de Pena. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná . Recorrido: Abel Francisco Martins (Réu Preso). Advogado: Urbano Caldeira Filho . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel (Des. Eduardo Fagundes)
Recurso de Agravo
0005 . Processo: 0813565-7
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 201000004805 Ação Penal. Recorrente: Dalberto Luiz da Silva (Réu Preso). Advogado: Analúcia Veloso Nantes . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Rogério Coelho
Recurso de Agravo
0006 . Processo: 0814776-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 201000000824 Ação Penal. Recorrente: Cleverson José Rodrigues da Silva (Réu Preso). Advogado: Marisa Ferreira Colaço Proença . Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal (Des. Jorge Wagih Massad)
Apelação Crime
0007 . Processo: 0671945-1
Comarca: São Miguel do Iguaçu.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003668520078160159 Ação Penal. Apelante: Marco Antonio dos Santos Rocha (Réu Preso). Advogado: Emanoel Silveira de Souza . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
Apelação Crime
0008 . Processo: 0779764-0
Comarca: Pato Branco.Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00079205320108160131 Ação Penal. Apelante (1): Ministério Público do Estado do Paraná . Apelante (2): Édino Fernandes (Réu Preso). Advogado: Valmor Antônio Weissheimer , Viviane Brisola, Eduardo Brandielli. Apelado (1): Édino Fernandes (Réu Preso). Advogado: Valmor Antônio Weissheimer , Viviane Brisola, Eduardo Brandielli. Apelado (2): Rodrigo Lucca , Marilene Aparecida da Silva. Advogado: Osvaldo Luiz Gabriel , Iné Army Cardoso da Silva. Apelado (3): Zélia Aparecida Soares . Advogado: Marcos Dulcir Mozzer Fim , Emanuela Aparecida dos Santos Orso, Diego Bodanese. Apelado (4): Sonia Fatima da Silva . Advogado: Antônio Ozires Batista Vieira . Apelado (5): Douglas de Jesus Correa . Advogado: KELLY APARECIDA VALENDORF . Apelado (6): Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
Apelação Crime
0009 . Processo: 0814259-8
Comarca: Rio Negro.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00019988320108160146 Ação Penal. Apelante: Rose Jose Alves Pereira (Réu Preso). Advogado: Jefferson Fuchs . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal (Des. Jorge Wagih Massad). Revisor: Des. Rogério Coelho
Apelação Crime
0010 . Processo: 0815438-3
Comarca: Maringá.Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00095108220118160017 Ação Penal. Apelante: Clovis Salgado de Souza (Réu Preso). Def.Dativo: Marcos Cristiani Costa da Silva . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel (Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal (Des. Jorge Wagih Massad)
Apelação Crime

0011 . Processo: 0816347-1
Comarca: Matinhos.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00011750520108160116 Ação Penal. Apelante: Anderson Fávero , Fabiano de Paula Carneiro (Réu Preso). Advogado: Marinês de Andrade . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel (Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal (Des. Jorge Wagih Massad)
Apelação Crime
0012 . Processo: 0819010-1
Comarca: Ubiratã.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00011025920108160172 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná . Apelado: Jose Cordeiro (Réu Preso). Advogado: Jalton Godinho de Morais , Emanuel Toledo de Morais. Relator: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal (Des. Jorge Wagih Massad). Revisor: Des. Rogério Coelho
Apelação Crime
0013 . Processo: 0654311-1
Comarca: Londrina.Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 1997000005230 Ação Penal. Apelante: Gilmar Moreira Palhano . Def.Dativo: André Luiz Gonçalves Salvador . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Eduardo Fagundes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel (Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa)
Apelação Crime
0014 . Processo: 0713966-2
Comarca: Cascavel.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00026320320098160021 Ação Penal. Apelante (1): Ministério Público do Estado do Paraná . Apelante (2): Rosane Santa Kommer Pasqualotto (Assistente de Acusação), Rafael Pasqualotto (Assistente de Acusação). Advogado: Ducelia Barbato , Marcelo Navarro de Morais. Apelado: Ademir Carlos Pasqualotto . Advogado: Sílvio Binhara , Jean Dal Maso Costi. Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
Apelação Crime
0015 . Processo: 0749611-5
Comarca: Maringá.Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00001453820108160017 Ação Penal. Apelante (1): Mayara Garcia de Oliveira . Advogado: José Valdecir Cavalini . Apelante (2): Franciele Fogaça . Advogado: Sebastião Miguel Morales . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
Apelação Crime
0016 . Processo: 0770833-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00146784820098160013 Ação Penal. Apelante: Francisco Roscival Gonçalves de Matos . Def.Dativo: Marli Salete Pastore . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
Apelação Crime
0017 . Processo: 0775868-7
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 8ª Vara Criminal. Ação Originária: 00004081920098160013 Ação Penal. Apelante: Leandro Stadler Bernardino . Def.Dativo: Bárbara Helen Turek Rehbein . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
Apelação Crime
0018 . Processo: 0786307-6
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 14ª Vara Criminal. Ação Originária: 00021126720098160013 Ação Penal. Apelante (1): Ministério Público do Estado do Paraná . Apelante (2): Edson Feliciano Teodozi Filho . Def.Público: Vânia Maria Forlin . Apelado(s): o(s) mesmo(s) . Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
Apelação Crime
0019 . Processo: 0795716-4
Comarca: Matinhos.Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00023429120098160116 Ação Penal. Apelante: Luiz Fernando Torazi . Advogado: Irlanet Anacleto Marques . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Eduardo Fagundes. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel (Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa)
Apelação Crime
0020 . Processo: 0795839-2
Comarca: Apucarana.Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00024302020108160044 Ação Penal. Apelante: José Carlos da Silva . Def.Dativo: Celso Paulo da Costa . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel (Des. Eduardo Fagundes). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal (Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa)
Apelação Crime
0021 . Processo: 0800645-5
Comarca: Apucarana.Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00000864220058160044 Ação Penal. Apelante: Fagner Oliveira de Carvalho . Def.Dativo: Danilo Lemos Freire , Thiago Fernando Gregório. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel (Des. Eduardo Fagundes). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal (Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa)
Apelação Crime (det)
0022 . Processo: 0784511-2
Comarca: Toledo.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00016211120088160170 Ação Penal. Apelante: Rubens Pereira de Souza . Def.Dativo: Vicente Daniel Campagnaro . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Ass.Acusação: Eliane Maria da Luz . Advogado: Suzana Rodrigues da Silva Orlando . Relator: Des. Eduardo Fagundes
Apelação Crime (det)
0023 . Processo: 0811005-8
Comarca: Imbituva.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000418320088160092 Ação Penal. Apelante: Vitor Possobom . Advogado: Juliano Nikel . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel (Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa).
*** SESSÃO COM LIMITAÇÃO DE PRESENÇA ***
Revisão Criminal de Acórdão (CInt)
0024 . Processo: 0799119-1
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 1999000001206 Ação Penal. Requerente: E. F. (Réu Preso). Advogado: Leticia Lopes Jahn (advogado). Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel (Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal (Des. Jorge Wagih Massad)
Revisão Criminal de Acórdão (CInt)
0025 . Processo: 0760877-3
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 12ª Vara Criminal. Ação Originária: 1996000034338 Ação Penal. Requerente: A. P. A. . Advogado: Sandro Roberto Vieira . Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel (Des. Rogério Coelho). Revisor: Des. Eduardo Fagundes
Embargos de Declaração Crime
0026 . Processo: 0679034-5/01
Comarca: Jaguariaíva.Vara: Vara Única. Ação Originária: 679034500 Apelação Crime. Embargante: C. M. C. P. . Advogado: Lincoln Ferreira de Barros . Embargado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Rogério Coelho
Embargos de Declaração Crime
0027 . Processo: 0728087-9/01
Comarca: Santo Antônio do Sudoeste.Vara: Vara Única. Ação Originária: 728087900 Apelação Crime. Embargante: I. O. . Advogado: Tulio Marcelo Denig Bandeira , Juliana Aparecida Pôncio de Oliveira. Embargado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Rogério Coelho
Apelação Crime
0028 . Processo: 0783749-2
Comarca: São Miguel do Iguaçu.Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003737720078160159 Ação Penal. Apelante: Z. P. Q. . Advogado: Adalgir Carlos Comunello . Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes

# Divisão de Distribuição

**Divisão de Registros e Informações**
**Seção de Distribuição**
**Relação No. 2011.10042 de Publicação da Distribuição**

**Resenha de distribuição, automatizada por processamento eletrônico, dos processos do Tribunal de Justiça (1ª a 18ª Câmaras Cíveis isoladas e em Composição Integral, 1ª a 5ª Câmaras Criminais isoladas e em Composição Integral, Seção Cível, Seção Criminal e Órgão Especial), efetuada no período compreendido entre 19 de Setembro de 2011 a 23 de Setembro de 2011.**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Abel Ferreira | 0096 | 0399979-9/04 |
| | 0097 | 0616636-9/04 |
| Adão Fernandes da Silva | 0073 | 0784614-8 |
| Adelcio Martins dos Santos | 0170 | 0766197-4 |
| Ademir Fernandes Cleto | 0046 | 0826956-3 |
| Ademir Penha | 0169 | 0720833-9 |
| Adhemar de Oliveira e Silva Filho | 0162 | 0710116-0 |
| Adilson de Castro Junior | 0109 | 0794891-8 |
| Adriana Aparecida Martinez | 0152 | 0825682-4 |
| Adriane Cristina Stefanichen | 0252 | 0815342-2 |
| Adriano Henrique Göhr | 0050 | 0797979-9 |
| Adriano Kazuo Goto | 0005 | 0767895-9 |
| Adriano Moro Bittencourt | 0155 | 0744962-7 |
| Adriano Muniz Rebello | 0202 | 0779291-2 |
| Adyr Sebastião Ferreira | 0112 | 0718953-5 |
| | 0117 | 0804269-1 |
| | 0264 | 0488938-3/03 |
| Agatha Ponte Neves | 0158 | 0797221-8 |
| Agenor Domingos Lovato C. Júnior | 0180 | 0827678-8 |
| Agildo Vinícius da Rocha Dreyer | 0205 | 0819179-5 |
| Aguinaldo Batista da Silva | 0199 | 0818871-0 |
| Alaor Ribeiro dos Reis | 0011 | 0793124-8 |
| Alberto Giunta Borges | 0041 | 0649843-5 |
| Alceu Rodrigues Chaves | 0173 | 0820138-1 |
| Alcides Alberto Munhoz da Cunha | 0062 | 0457721-5 |
| Alcides Galiciolli Filho | 0066 | 0583471-5 |
| Alessandra Cristhina B. Morais | 0031 | 0825575-4 |
| Alessandra Gaspar Berger | 0046 | 0826956-3 |
| | 0117 | 0804269-1 |
| Alessandro Agnolin | 0046 | 0826956-3 |
| Alessandro Dias Prestes | 0174 | 0620262-8 |
| Alessandro Elísio C. d. Souza | 0170 | 0766197-4 |
| Alessandro Marcelo Moro Réboli | 0015 | 0820531-2 |
| | 0098 | 0530019-8/03 |
| | 0121 | 0823375-6 |
| Alessandro Maurici | 0072 | 0784587-6 |
| Alessandro Ravazzani | 0030 | 0786238-6 |
| Alessandro Renato de Oliveira | 0185 | 0825064-6 |
| Alex Sandro Noel Nunes | 0168 | 0827021-9 |
| Alexandra Valenza Rocha | 0196 | 0764701-0 |
| Alexandre Augusto Zabot de Mello | 0198 | 0801206-2 |
| Alexandre César da Silva | 0219 | 0821691-7 |
| Alexandre Christoph Lobo Pacheco | 0245 | 0822550-5 |
| Alexandre de Aguiar Mariotto | 0203 | 0812796-8 |
| Alexandre de Alencar Barroso | 0115 | 0825979-2 |
| Alexandre de Almeida | 0196 | 0764701-0 |
| Alexandre Foti | 0153 | 0751078-1 |
| Alexandre Guterres Dalmoro | 0210 | 0821275-3 |
| Alexandre Knopfholz | 0060 | 0821015-7 |
| | 0278 | 0696631-8/01 |
| Alexandre Lagana | 0229 | 0805399-8 |
| Alexandre Lincoln C. d. Carvalho | 0031 | 0825575-4 |
| Alexandre Millen Zappa | 0261 | 0749983-6/01 |
| Alexandre Nelson Ferraz | 0133 | 0826368-3 |
| | 0235 | 0817132-4 |
| | 0275 | 0114185-9 |
| Alexandre Pelissari Cidade | 0187 | 0820251-9 |
| Aline Mara Lustoza Fedato | 0029 | 0574344-4 |
| Amauri Garcia Miranda | 0191 | 0760922-3 |
| Ana Beatriz Balan Villela | 0010 | 0815626-3 |
| Ana Carla Harmatiuk Matos | 0046 | 0826956-3 |
| Ana Carolina Dalcanale | 0119 | 0799666-5 |
| Ana Carolina Rohr Fukushima | 0119 | 0799666-5 |
| Ana Caroline Dias L. d. Silva | 0168 | 0827021-9 |
| Ana Lúcia Mateus | 0221 | 0808147-6 |
| Ana Paula Almeida de Souza | 0110 | 0825557-6 |
| Ana Paula Martin Alves da Silva | 0204 | 0825548-7 |
| Ana Paula Michels Ostrovski | 0071 | 0775004-3 |
| Ana Paula Scheller de Moura | 0231 | 0818266-9 |
| Ana Paula Schnaider | 0033 | 0782960-7 |
| Ana Paula Verona | 0086 | 0804496-8 |
| Anamaria Bueno Ribeiro Guimarães | 0025 | 0810193-9 |
| Ananias Cézar Teixeira | 0123 | 0453227-6 |
| | 0124 | 0474945-9 |
| | 0125 | 0476011-6 |
| | 0126 | 0483477-5 |
| | 0127 | 0516473-0 |
| | 0128 | 0517182-8 |
| | 0129 | 0517553-7 |
| | 0130 | 0517893-6 |
| | 0131 | 0518441-6 |
| Anderson de Azevedo | 0029 | 0574344-4 |
| | 0051 | 0810803-0 |
| Anderson Ramos Vieira | 0061 | 0829567-8 |
| André Augusto Gonçalves Vianna | 0233 | 0772753-9 |
| André Luís Dantas Hec | 0262 | 0741103-6/01 |
| André Luis Romero de Souza | 0063 | 0813914-0 |
| André Luiz Moro Bittencourt | 0155 | 0744962-7 |
| André Luiz Polimeni Massi | 0264 | 0488938-3/03 |
| André Peixoto de Souza | 0250 | 0784156-1 |
| Andrea Caroline Marconatto Cury | 0113 | 0807058-0 |
| Andréa Cristine Arcego | 0046 | 0826956-3 |
| Andrei de Oliveira Rech | 0181 | 0784483-3 |
| Angela Dorotéia Coradette da Rosa | 0108 | 0790040-5 |
| Angela Mussiau Yamasaki de Rossi | 0008 | 0804813-9 |
| Anne Elize Puppi Stanislawczuk | 0279 | 0826489-7 |
| Antônio Augusto Della C. d. Rosa | 0260 | 0662970-5/02 |
| Antônio Augusto Grellert | 0019 | 0816408-9 |
| Antônio Carlos Cabral de Queiroz | 0014 | 0820821-1 |
| Antonio Carlos Marteli | 0209 | 0816432-5 |
| Antonio Farias Ferreira Netto | 0189 | 0339551-3/01 |
| Antonio Ferreira | 0059 | 0777355-3 |
| Antonio Marcos Pedroso Júnior | 0253 | 0827039-1 |
| Aquile Anderle | 0006 | 0812009-0 |
| Aracely de Souza | 0197 | 0765414-6 |
| Araredes Schrainer Serpa | 0083 | 0801789-6 |
| Ariane Bini de Oliveira | 0010 | 0815626-3 |
| Ariane Fernandes de Oliveira | 0221 | 0808147-6 |
| Artur Humberto Piancastelli | 0096 | 0399979-9/04 |
| | 0162 | 0710116-0 |
| Augusto Jondral Filho | 0040 | 0818398-6 |
| Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro | 0195 | 0807820-6 |
| Aurélio Câncio Peluso | 0261 | 0749983-6/01 |
| Aurélio Ferreira Galvão | 0093 | 0529823-5/02 |
| Barbara Ferreira Davet | 0133 | 0826368-3 |
| Bárbara Letícia de Souza Spagnolo | 0222 | 0811226-7 |

| | | |
|---|---|---|
| Benedito Nicolau dos Santos Neto | 0118 | 0824628-6 |
| Betina Treiger Grupenmacher | 0010 | 0815626-3 |
| Blas Gomm Filho | 0239 | 0824563-0 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 0155 | 0744962-7 |
| | 0164 | 0741626-4 |
| | 0188 | 0827563-2 |
| | 0193 | 0809673-5 |
| | 0198 | 0801206-2 |
| | 0220 | 0826076-0 |
| Breno Merlin | 0261 | 0749983-6/01 |
| Caio Augustus Ali Amin | 0225 | 0823041-5 |
| Camila Ferrari Santana | 0174 | 0620262-8 |
| Camille Baggio Scheidt Brunsfeld | 0226 | 0823417-9 |
| | 0230 | 0815880-7 |
| Caprice Andretta Chechelaky | 0197 | 0765414-6 |
| Carina Marini | 0152 | 0825682-4 |
| Carla Maria Lewek de Queiros | 0172 | 0826108-7 |
| Carla Regina Barros P. Simonatto | 0115 | 0825979-2 |
| Carla Simone Silva | 0213 | 0620165-4 |
| Carlos Alberto Francovig Filho | 0156 | 0789084-0 |
| Carlos Alberto Soares Nolli | 0089 | 0813620-3 |
| Carlos Araúz Filho | 0217 | 0816631-8 |
| Carlos Frederico M. d. S. Filho | 0160 | 0824236-8 |
| | 0258 | 0339971-5/05 |
| Carlos Henrique Piacentini | 0153 | 0751078-1 |
| Carlos Henrique Rossato Gomes | 0272 | 0685335-4 |
| Carlos Humberto Fernandes Silva | 0011 | 0793124-8 |
| Carlos Massaiti Higuti | 0216 | 0766456-8 |
| Carlos Roberto Steuck | 0241 | 0823021-3 |
| Carmen Glória Arriagada Andrioli | 0118 | 0824628-6 |
| Carolina Campello Scotti | 0001 | 0824129-8 |
| Carolina Fonseca Wensersky | 0122 | 0658091-0 |
| Caroline Franceschi André | 0019 | 0816408-9 |
| Caroline Leal Nogueira | 0218 | 0820410-8 |
| Celina Kazuko Fujioka Mologni | 0180 | 0827678-8 |
| Celso Antonio Moraes | 0038 | 0823262-4 |
| Celso Luiz Ludwig | 0012 | 0793697-6 |
| Celso Roberto Eick Júnior | 0159 | 0817584-8 |
| César Alves do Nascimento | 0002 | 0827769-4 |
| Cesar Augusto Binder | 0259 | 0054370-8/25 |
| César Augusto Gularte de Carvalho | 0106 | 0794286-7 |
| Charles Michel Lima Dias | 0254 | 0802408-0 |
| Charles Zauza | 0220 | 0826076-0 |
| Christian Augusto Costa Beppler | 0279 | 0826489-7 |
| Christiane Paula de O. Mantovani | 0184 | 0782784-7 |
| Christianne Regina L. Posfaldo | 0034 | 0807227-5 |
| Cintia Regina Brito Aguiar | 0239 | 0824563-0 |
| Claudemir de Andrade Lucena | 0055 | 0812850-7 |
| Claudia Canzi | 0004 | 0825152-1 |
| | 0009 | 0815304-2 |
| Cláudia Cecília Camacho Rojas | 0005 | 0767895-9 |
| Claudia Renata Sanson C. Ribeiro | 0194 | 0811693-8 |
| Claudine Camargo Bettes | 0028 | 0824300-3 |
| Claudinei Savicki | 0243 | 0793563-5 |
| Cláudio César da Cunha | 0065 | 0574299-4 |
| Cláudio César Machado Moreno | 0051 | 0810803-0 |
| Cláudio Leite Pimentel | 0260 | 0662970-5/02 |
| Cláudio Luiz Furtado C. Francisco | 0012 | 0793697-6 |
| Cláudio Nunes do Nascimento | 0045 | 0823144-1 |
| | 0112 | 0718953-5 |
| Clovis Roberto de Paula | 0234 | 0791688-9 |
| Cristel Rodrigues Bared | 0041 | 0649843-5 |
| Cristian André Sulzbacher Kasper | 0074 | 0790879-6 |
| Cristiana Lacerda de O. Franco | 0215 | 0812838-1 |
| | 0250 | 0784156-1 |
| Cristiane Agatti Stanoga | 0014 | 0820821-1 |
| Cristiane Fernandes | 0240 | 0419219-6 |
| Cristiane Uliana | 0126 | 0483477-5 |
| | 0127 | 0516473-0 |
| | 0128 | 0517182-8 |
| | 0129 | 0517553-7 |
| | 0130 | 0517893-6 |
| | 0131 | 0518441-6 |
| Cristiano Soccol Branco | 0076 | 0794966-0 |
| Daise Malaguido Ponich S. Pereira | 0171 | 0821200-6 |
| Damasceno Maurício da R. Junior | 0185 | 0825064-6 |
| Daniel Antonio Costa Santos | 0183 | 0737200-1 |
| Daniel Fernandes Apolinario | 0265 | 0812895-6 |
| Daniel Gilberto Lemos Pereira | 0047 | 0811196-4 |
| Daniel Hachem | 0186 | 0816355-3 |
| | 0222 | 0811226-7 |
| Daniel Hajjar Sagboni M. Teixeira | 0170 | 0766197-4 |
| Daniel Laufer | 0066 | 0583471-5 |
| Daniel Lucas Oliveira Cruz | 0156 | 0789084-0 |
| Daniela de Souza Gonçalves | 0160 | 0824236-8 |
| Daniella Leticia Broering | 0109 | 0794891-8 |
| Danielle Aparecida Sukow Ulrich | 0248 | 0825586-7 |
| Danielle Christianne da Rocha | 0255 | 0804421-1 |
| | 0256 | 0802781-4 |
| Danielle Thaís Figueredo | 0206 | 0822165-6 |
| Danilo Men de Oliveira | 0227 | 0827584-1 |
| Danilo Moura Seraphim | 0208 | 0823579-4 |
| Danusa Feliz de Luca | 0184 | 0782784-7 |
| Dario Borges de Liz Neto | 0183 | 0737200-1 |
| Denis Norton Raby | 0153 | 0751078-1 |
| Denise Lubaszewski Miranda | 0250 | 0784156-1 |
| Denise Teixeira Rebello Maia | 0233 | 0772753-9 |
| Denison Henrique Leandro | 0166 | 0812701-9 |
| | 0201 | 0629607-3 |
| Diego Paolo Barausse | 0260 | 0662970-5/02 |
| Dinarte Bitencourt | 0005 | 0767895-9 |
| Djalma Antônio Müller Garcia | 0240 | 0419219-6 |
| Djalma Goss Sobrinho | 0207 | 0822436-0 |
| Edegard Augusto Cruzzara Lessnau | 0232 | 0824243-3 |
| Edgar Kindermann Speck | 0217 | 0816631-8 |
| Edgar Lenzi | 0212 | 0824080-6 |
| Edinara Regina Schaefer Covatti | 0164 | 0741626-4 |
| Edison Santiago Filho | 0011 | 0793124-8 |
| Edivar Mingoti Júnior | 0193 | 0809673-5 |
| Edmar José Chagas | 0269 | 0808300-3 |
| Edna de Falco | 0234 | 0791688-9 |
| Edneia Ribeiro Alkamin | 0028 | 0824300-3 |
| Edno Pezzarini Junior | 0011 | 0793124-8 |
| Edson Evangelista da Silva | 0233 | 0772753-9 |
| Edson Luiz Amaral | 0032 | 0827403-1 |
| Edson Marcos Braz | 0004 | 0825152-1 |
| Eduardo Alberto Marques Virmond | 0112 | 0718953-5 |
| | 0234 | 0791688-9 |
| Eduardo Desidério | 0175 | 0824478-6 |
| Eduardo Fernando Lachimia | 0006 | 0812009-0 |
| Eduardo Garcia Branco | 0120 | 0823360-5 |
| Eduardo José Pereira Neves | 0093 | 0529823-5/02 |
| Eduardo Pereira de Oliveira Mello | 0250 | 0784156-1 |
| Eduardo Rocha Virmond | 0234 | 0791688-9 |
| Eduardo Ventura Medeiros | 0177 | 0820151-4 |
| Edwil Caliani | 0259 | 0054370-8/25 |
| Egídio Munaretto | 0046 | 0826956-3 |
| Egydio Marques Dias Netto | 0058 | 0812941-3 |

| | | |
|---|---|---|
| Elaine de Paula Menezes | 0029 | 0574344-4 |
| Elaine Novaes Falco | 0153 | 0751078-1 |
| Elaine Ribeiro de Souza Anderle | 0006 | 0812009-0 |
| Élcio Marcelo Bom | 0244 | 0819453-6 |
| Elias Carmelo Portugal de Lara | 0167 | 0823691-5 |
| Elias Farah Junior | 0183 | 0737200-1 |
| Elias Mattar Assad | 0067 | 0619341-7 |
| Eliel de Almeida | 0053 | 0802325-6 |
| Elisângela de Almeida Kavata | 0198 | 0801206-2 |
| Elizeu Luiz Toporoski | 0249 | 0821095-5 |
| Ellen Karina Borges Santos | 0152 | 0825682-4 |
| Ellen Patricia Chini | 0023 | 0808923-6 |
| | 0037 | 0808446-4 |
| Eloisa Fontes Tavares Rivani | 0025 | 0810193-9 |
| Emanuel de Andrade Barbosa | 0042 | 0736717-7 |
| Emanuel Fernando Castelli Ribas | 0207 | 0822436-0 |
| Emanuel Vitor Canedo da Silva | 0247 | 0781147-0 |
| Emerson Alfredo Fogaca de Aguiar | 0239 | 0824563-0 |
| Emerson Arthur Estevam | 0191 | 0760922-3 |
| Emerson Guerra Carvalho | 0054 | 0823251-1 |
| Eneida Tavares de Lima Fettback | 0157 | 0818891-2 |
| Enilson Luiz Wille | 0047 | 0811196-4 |
| Enimar Pizzatto | 0165 | 0794999-9 |
| Erenise do Rocio Bortolini | 0015 | 0820531-2 |
| Ernesto Alessandro Tavares | 0008 | 0804813-9 |
| Ernesto Antunes de Carvalho | 0158 | 0797221-8 |
| Eros Belin de Moura Cordeiro | 0190 | 0826835-9 |
| | 0195 | 0807820-6 |
| Esmeralda Vieira dos Santos | 0201 | 0629607-3 |
| Estefânia Maria de Q. Barboza | 0122 | 0658091-0 |
| Estevam Capriotti Filho | 0028 | 0824300-3 |
| Eurolino Sechinel dos Reis | 0195 | 0807820-6 |
| Evandro Lúcio Pereira de Souza | 0189 | 0339551-3/01 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 0039 | 0828509-2 |
| | 0154 | 0801844-2 |
| | 0158 | 0797221-8 |
| | 0159 | 0817584-8 |
| | 0161 | 0799150-2 |
| | 0204 | 0825548-7 |
| | 0213 | 0620165-4 |
| | 0219 | 0821691-7 |
| Evelin Naiara Garcia | 0115 | 0825979-2 |
| Evilásio de Carvalho Junior | 0217 | 0816631-8 |
| Fabiane Aparecida de Carvalho | 0274 | 0808491-9 |
| | 0277 | 0808491-9 |
| Fabiano Antônio Fernandes Meira | 0175 | 0824478-6 |
| Fabiano Kleber Moreno Dalan | 0103 | 0681461-3/02 |
| Fabiano Neves Macieywski | 0123 | 0453227-6 |
| | 0124 | 0474945-9 |
| | 0125 | 0476011-6 |
| Fabiano Rosot Antunes | 0048 | 0813694-3 |
| Fábio César Teixeira | 0096 | 0399979-9/04 |
| Fábio Gil Anacleto | 0046 | 0826956-3 |
| Fábio Júnior de Oliveira Martins | 0193 | 0809673-5 |
| Fabio Luis Antonio | 0175 | 0824478-6 |
| Fábio Martins Pereira | 0092 | 0427070-4/04 |
| | 0094 | 0561684-8/03 |
| | 0097 | 0616636-9/04 |
| | 0162 | 0710116-0 |
| Fábio Rotter Meda | 0022 | 0741895-9 |
| Fábio Stecca Cione | 0188 | 0827563-2 |
| Fábio Zanon Simão | 0035 | 0816968-0 |
| Fabiula Schmidt | 0184 | 0782784-7 |
| Fabrício Coimbra Chesco | 0219 | 0821691-7 |
| Fabrício Resende Camargo | 0064 | 0174955-9 |
| Felipe Anghinoni Grazziotin | 0057 | 0812888-1 |
| Felipe Barreto Frias | 0027 | 0820471-1 |
| Felipe Zago | 0067 | 0619341-7 |
| Fernanda Michel Andreani | 0188 | 0827563-2 |
| Fernanda Moro | 0122 | 0658091-0 |
| Fernando Almeida de Oliveira | 0010 | 0815626-3 |
| Fernando Augusto Sartori | 0268 | 0825209-5 |
| Fernando Borges Mânica | 0007 | 0820105-2 |
| Fernando César Resta Antunes | 0265 | 0812895-6 |
| Fernando Denis Martins | 0050 | 0797979-9 |
| Fernando Henrique Ramos Zanetti | 0032 | 0827403-1 |
| Fernando José Bonatto | 0199 | 0818871-0 |
| | 0202 | 0779291-2 |
| Fernando Kikuchi | 0152 | 0825682-4 |
| Fernando Onesko | 0154 | 0801844-2 |
| Fernando Portugal de Lara | 0167 | 0823691-5 |
| Fernando Valente Costacurta | 0231 | 0818266-9 |
| Fernando Wilson Rocha Maranhão | 0113 | 0807058-0 |
| Filipe Alves da Mota | 0261 | 0749983-6/01 |
| Flavio Warumby Lins | 0067 | 0619341-7 |
| Fortunato Bergamo | 0064 | 0174955-9 |
| Francisco Cunha Souza Filho | 0190 | 0826835-9 |
| Francisco Machado de Jesus | 0021 | 0822814-4 |
| Françóis Youssef Daou | 0185 | 0825064-6 |
| Franz Hermann Nieuwenhoff Júnior | 0011 | 0793124-8 |
| | 0167 | 0823691-5 |
| Frederico Moreira Camargo | 0064 | 0174955-9 |
| Frederico Santiago L. d. Oliveira | 0034 | 0807227-5 |
| Frederico Valdomiro Slomp | 0134 | 0802738-3 |
| | 0135 | 0802741-0 |
| | 0136 | 0802743-4 |
| | 0137 | 0802748-9 |
| | 0138 | 0802752-3 |
| | 0139 | 0802755-4 |
| | 0140 | 0802760-5 |
| | 0141 | 0802765-0 |
| | 0142 | 0802770-1 |
| | 0143 | 0802782-1 |
| | 0144 | 0802790-3 |
| | 0145 | 0802798-9 |
| | 0146 | 0802804-2 |
| | 0147 | 0802811-7 |
| | 0148 | 0802821-3 |
| | 0149 | 0802832-6 |
| | 0150 | 0802843-9 |
| Gabriel Bertin de Almeida | 0090 | 0818758-2 |
| Gabriela de Paula Soares | 0258 | 0339971-5/05 |
| Gabriela Rubin Toazza | 0077 | 0795093-6 |
| Gastão Schefer Filho | 0098 | 0530019-8/03 |
| Gelindo João Follador | 0053 | 0802325-6 |
| Generoso Horning Martins | 0020 | 0788307-4 |
| Gentil Martins Bugue | 0107 | 0754224-5 |
| Geraldo D'el Rei Reis | 0036 | 0827458-6 |
| Gerson Vanzin Moura da Silva | 0153 | 0751078-1 |
| Gézio Duarte Medrado | 0153 | 0751078-1 |
| Giacomo Rizzo | 0051 | 0810803-0 |
| Gilberto Fior | 0093 | 0529823-5/02 |
| Gilberto Gaeski | 0033 | 0782960-7 |
| Gilberto Stinglin Loth | 0110 | 0825557-6 |
| | 0200 | 0826903-2 |
| Gilson José dos Santos | 0111 | 0827783-4 |
| Gilson Roberto Cecatto Santos | 0263 | 0797205-4 |
| Giovani Gionédis | 0118 | 0824628-6 |
| Gisela Pinheiro de Souza Daou | 0185 | 0825064-6 |
| Gisele Soares | 0020 | 0788307-4 |
| Giselle Kliemann Scarpari | 0133 | 0826368-3 |
| Glauco Iwersen | 0095 | 0550530-8/03 |
| Gorgon Nóbrega | 0251 | 0814012-5 |
| Graciene Santos D'Souza | 0078 | 0795931-1 |
| Grasiela Macias Nogueira | 0262 | 0741103-6/01 |

| | | |
|---|---|---|
| Gregório Arthur Thanes Montemor | 0107 | 0754224-5 |
| Greice Adriana Simões | 0152 | 0825682-4 |
| Guilherme Assad de Lara | 0224 | 0821196-7 |
| Guilherme de Oliveira Alonso | 0060 | 0821015-7 |
| Guilherme Henn | 0027 | 0820471-1 |
| | 0105 | 0813199-3 |
| Guilherme Tolentino R. d. Silva | 0214 | 0810861-2 |
| Guilherme Zorato | 0018 | 0795623-4 |
| Gustavo de Camargo Hermann | 0212 | 0824080-6 |
| Gustavo Pelegrini Ranucci | 0211 | 0823126-3 |
| Gustavo Rodrigues Martins | 0218 | 0820410-8 |
| Gustavo Scandelari | 0060 | 0821015-7 |
| Hamilton Maia da Silva Filho | 0212 | 0824080-6 |
| Heitor Alcântara da Silva | 0210 | 0821275-3 |
| Heitor Rubens Raymundo | 0028 | 0824300-3 |
| Hélcio Geraldo de Oliveira Correa | 0178 | 0824669-7 |
| Henrique Afonso Pipolo | 0051 | 0810803-0 |
| | 0183 | 0737200-1 |
| Henrique Zanoni | 0029 | 0574344-4 |
| Hercules Luiz | 0153 | 0751078-1 |
| Herick Mardegan | 0169 | 0720833-9 |
| Heroldes Bahr Neto | 0123 | 0453227-6 |
| | 0124 | 0474945-9 |
| | 0125 | 0476011-6 |
| Hilson Dutra Umpierre Junior | 0003 | 0826192-9 |
| Hudson Ferreira D'angelo | 0080 | 0797232-1 |
| Humberto Ribeiro de Queiroz | 0190 | 0826835-9 |
| Hypérides Zanello Neto | 0121 | 0823375-6 |
| Idamara Rocha Ferreira | 0021 | 0822814-4 |
| Idemilson de Oliveira | 0176 | 0715511-5 |
| Idianne Alves Pires de O. Silva | 0064 | 0174955-9 |
| Igor Anício de Godoy M. Correa | 0178 | 0824669-7 |
| Ijair Vamerlatti | 0093 | 0529823-5/02 |
| | 0223 | 0816334-4 |
| Ingrid Kuntze | 0248 | 0825586-7 |
| Ira Neves Jardim | 0185 | 0825064-6 |
| Íria Regina Marchiori | 0112 | 0718953-5 |
| Irineu Codato | 0264 | 0488938-3/03 |
| Isabel Cristina R. H. Gonçalves | 0115 | 0825979-2 |
| Isaias Grasel Rosman | 0232 | 0824243-3 |
| Itacir José Rockenbach | 0166 | 0812701-9 |
| Ivan Cesar Azevedo Borges de Liz | 0183 | 0737200-1 |
| Ivan Lelis Bonilha | 0012 | 0793697-6 |
| | 0017 | 0794014-1 |
| | 0020 | 0788307-4 |
| | 0030 | 0786238-6 |
| Ivo Pegoretti Rosa | 0201 | 0629607-3 |
| Ivone Roldão Ferreira | 0026 | 0757733-1 |
| Izabella Maria M. e. A. Pinto | 0002 | 0827769-4 |
| Jaime Oliveira Penteado | 0153 | 0751078-1 |
| | 0221 | 0808147-6 |
| Janice Keller | 0232 | 0824243-3 |
| Jaqueline do Espírito S. Patruni | 0008 | 0804813-9 |
| Jean Carlos Confortin | 0235 | 0817132-4 |
| | 0236 | 0817135-5 |
| Jeferson Luiz de Lima | 0005 | 0767895-9 |
| Jefferson Isaac João Scheer | 0042 | 0736717-7 |
| Jefferson Renato Rosolem Zaneti | 0098 | 0530019-8/03 |
| Jefferson Ricardo de C. Juliani | 0002 | 0827769-4 |
| Jervis Puppi Wanderley | 0121 | 0823375-6 |
| Joacir José Favero | 0181 | 0784483-3 |
| João Augusto de Almeida | 0217 | 0816631-8 |
| João Carlos de Oliveira Júnior | 0017 | 0794014-1 |
| João de Paula Xavier | 0109 | 0794891-8 |
| João Guilherme Tabalipa | 0159 | 0817584-8 |
| João Luiz Agner Regiani | 0026 | 0757733-1 |
| João Marcos Brais | 0009 | 0815304-2 |
| João Paulo Dapper | 0174 | 0620262-8 |
| João Roberto Chociai | 0243 | 0793563-5 |
| João Rodrigues de Oliveira | 0095 | 0550530-8/03 |
| | 0099 | 0574271-6/06 |
| | 0101 | 0655760-8/02 |
| Joãozinho Santana | 0174 | 0620262-8 |
| Joceyr de Carvalho Guilherme | 0267 | 0821181-6 |
| Joelcio Santos Madureira | 0035 | 0816968-0 |
| Jonny Jeferson Silva Madureira | 0035 | 0816968-0 |
| Jorge da Silva Giulian | 0009 | 0815304-2 |
| Jorge Derbli | 0259 | 0054370-8/25 |
| Jorge Durval da Silva | 0030 | 0786238-6 |
| Jorge Luiz de Oliveira Lara | 0032 | 0827403-1 |
| Jorge Luiz Martins | 0200 | 0826903-2 |
| Jorge Tortato | 0048 | 0813694-3 |
| José Airton Gonçalves | 0187 | 0820251-9 |
| José Américo da Silva Barboza | 0119 | 0799666-5 |
| José Antônio de Andrade Alcântara | 0222 | 0811226-7 |
| José Antonio Diana Mapelli | 0013 | 0819507-9 |
| José Antônio Gomes de Araújo | 0177 | 0820151-4 |
| José Augusto Ferraz | 0028 | 0824300-3 |
| José Carlos de Mello Dias | 0234 | 0791688-9 |
| José Carlos Martins Pereira | 0092 | 0427070-4/04 |
| | 0094 | 0561684-8/03 |
| | 0097 | 0616636-9/04 |
| | 0162 | 0710116-0 |
| José Carlos Trolezi | 0153 | 0751078-1 |
| José Cicero Celestino | 0099 | 0574271-6/06 |
| José Fernando Lemos Rodrigues | 0108 | 0790040-5 |
| José Humberto da Silva V. Júnior | 0003 | 0826192-9 |
| José Luiz Nunes da Silva | 0029 | 0574344-4 |
| José Olegário Ribeiro Lopes | 0214 | 0810861-2 |
| José Roberto Dutra Hagebock | 0153 | 0751078-1 |
| José Roberto Martins | 0254 | 0802408-0 |
| José Roberto Reale | 0022 | 0741895-9 |
| | 0180 | 0827678-8 |
| José Rodrigo de Andrade Machado | 0198 | 0801206-2 |
| Jose Sermini de Paz | 0039 | 0828509-2 |
| José Vicente Filippon Sieczkowski | 0109 | 0794891-8 |
| José Vieira da Silva Filho | 0163 | 0758822-7 |
| José Wlademir Garbúggio | 0031 | 0825575-4 |
| Joseval Jorge Pedroso de Moraes | 0246 | 0765529-2 |
| JOSY CRISTIANE LOPES D ELIMA | 0039 | 0828509-2 |
| Jovino Terrin | 0156 | 0789084-0 |
| Juarez Bortoli | 0176 | 0715511-5 |
| Jucelino dos Santos Machado | 0280 | 0826478-4 |
| Jucimar Moura dos Santos | 0007 | 0820105-2 |
| Julia Aguiar e Silva | 0032 | 0827403-1 |
| Juliana Bley Galli | 0015 | 0820531-2 |
| | 0098 | 0530019-8/03 |
| Juliana Renata de O. Gralike | 0092 | 0427070-4/04 |
| | 0094 | 0561684-8/03 |
| | 0097 | 0616636-9/04 |
| Juliane Toledo dos Santos Rossa | 0242 | 0825267-7 |
| Juliano Luís Zanelato | 0217 | 0816631-8 |
| Juliano Ricardo Tolentino | 0236 | 0817135-5 |
| Júlio Cesar Goulart Lanes | 0174 | 0620262-8 |
| Júlio Cezar Engel dos Santos | 0186 | 0816355-3 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 0007 | 0820105-2 |
| | 0013 | 0819507-9 |
| | 0015 | 0820531-2 |
| | 0016 | 0823572-5 |
| | 0025 | 0810193-9 |
| | 0038 | 0823262-4 |
| | 0043 | 0825948-7 |
| | 0045 | 0823144-1 |

| | | |
|---|---|---|
| | 0049 | 0824543-8 |
| | 0052 | 0825948-7 |
| | 0105 | 0813199-3 |
| | 0106 | 0794286-7 |
| | 0116 | 0826920-3 |
| | 0160 | 0824236-8 |
| Julio Jacob Junior | 0098 | 0530019-8/03 |
| Juscelino Kubitschek de Oliveira | 0152 | 0825682-4 |
| Karina da Silva Beloto | 0032 | 0827403-1 |
| Karine de Paula Pedlowski | 0205 | 0819179-5 |
| Karinne Romani | 0222 | 0811226-7 |
| Karla Maria Trevizani | 0114 | 0823898-4 |
| Karla Patrícia Polli de Souza | 0036 | 0827458-6 |
| Kazumy Chriz Barbosa de Oliveira | 0093 | 0529823-5/02 |
| Kelly Regina Pavani Vulpini | 0203 | 0812796-8 |
| Kunibert Kolb Neto | 0002 | 0827769-4 |
| Laury Lucir Geremia | 0248 | 0825586-7 |
| Leandro de Quadros | 0236 | 0817135-5 |
| Leandro Depieri | 0188 | 0827563-2 |
| Leandro Negrelli | 0249 | 0821095-5 |
| Leandro Souza Rosa | 0263 | 0797205-4 |
| Leila Miranda | 0120 | 0823360-5 |
| Leilane Trevisan Moraes | 0042 | 0736717-7 |
| Lélia Cristina R. D. d. S. Freire | 0234 | 0791688-9 |
| Leonardo Manarin de Souza | 0018 | 0795623-4 |
| Leonel Trevisan Júnior | 0194 | 0811693-8 |
| Leontamar Valverde Pereira | 0258 | 0339971-5/05 |
| Leticia Lopes Jahn | 0069 | 0762001-7 |
| Liana Sarmento de Mello Quaresma | 0017 | 0794014-1 |
| Lidia Ivone Ribas | 0084 | 0803118-5 |
| Lilian Fernandes | 0172 | 0826108-7 |
| Louise Rainer Pereira Gionédis | 0118 | 0824628-6 |
| Lourival Barão Marques | 0035 | 0816968-0 |
| Luciana de Andrade Amoroso Remer | 0221 | 0808147-6 |
| Luciana Perez Guimarães da Costa | 0021 | 0822814-4 |
| Luciane Camargo Kujo Monteiro | 0019 | 0816408-9 |
| Luciano Farias | 0013 | 0819507-9 |
| Luciano Hinz Maran | 0173 | 0820138-1 |
| Luciano Linhares | 0271 | 0827452-4 |
| Luciano Pereira Ricato | 0272 | 0685335-4 |
| Luciano Siqueira de Pretto | 0005 | 0767895-9 |
| Ludmeire Camacho Martins | 0233 | 0772753-9 |
| Ludovico Albino Savaris | 0024 | 0809478-0 |
| Luis Boaventura Goulart Junior | 0091 | 0819110-6 |
| Luis Eduardo Pereira | 0115 | 0825979-2 |
| Luis Fernando da Silva Tambellini | 0043 | 0825948-7 |
| | 0052 | 0825948-7 |
| | 0116 | 0826920-3 |
| Luís Gustavo Ferreira R. Lopes | 0214 | 0810861-2 |
| Luis Otávio Sales da Silva Junior | 0060 | 0821015-7 |
| | 0278 | 0696631-8/01 |
| Luis Roberto Ahrens | 0151 | 0824775-0 |
| Luís Rogério Garcia Baran | 0075 | 0793304-6 |
| Luiz Carlos Caldas | 0013 | 0819507-9 |
| | 0020 | 0788307-4 |
| Luiz Carlos do Nascimento | 0092 | 0427070-4/04 |
| | 0094 | 0561684-8/03 |
| Luiz Carlos Manzato | 0001 | 0824129-8 |
| Luiz Edson Fachin | 0066 | 0583471-5 |
| Luiz Fernando Brusamolin | 0229 | 0805399-8 |
| Luiz Fernando de Queiroz | 0248 | 0825586-7 |
| Luiz Fernando de Vicente Stoinski | 0082 | 0799122-8 |
| Luiz Fernando Fortes de Camargo | 0239 | 0824563-0 |
| Luiz Fernando Martins Bonette | 0029 | 0574344-4 |
| | 0064 | 0174955-9 |
| Luiz Gustavo Marinoni | 0013 | 0819507-9 |
| Luiz Gustavo Pires de Camargo | 0183 | 0737200-1 |
| Luiz Gustavo Pujol | 0066 | 0583471-5 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 0153 | 0751078-1 |
| Luiz Marcelo Szczepanski | 0074 | 0790879-6 |
| Luiz Ricardo Giffoni | 0264 | 0488938-3/03 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 0039 | 0828509-2 |
| | 0154 | 0801844-2 |
| | 0159 | 0817584-8 |
| | 0161 | 0799150-2 |
| | 0204 | 0825548-7 |
| | 0213 | 0620165-4 |
| Maíra Bendlin Calzavara Heckler | 0041 | 0649843-5 |
| Majoly Aline Araújo dos Anjos | 0121 | 0823375-6 |
| Manoel José Lacerda Carneiro | 0016 | 0823572-5 |
| Manoel Rodrigues de Matos Neto | 0195 | 0807820-6 |
| Mara Regina Macente | 0246 | 0765529-2 |
| Marcel Eduardo de Lima | 0114 | 0823898-4 |
| Marcela Berlinck Pereira | 0029 | 0574344-4 |
| Marcelene Carvalho da Silva Ramos | 0042 | 0736717-7 |
| Marcelo Baldassarre Cortez | 0097 | 0616636-9/04 |
| | 0099 | 0574271-6/06 |
| Marcelo Barros Mendes | 0192 | 0819193-5 |
| Marcelo Luiz Hille | 0017 | 0794014-1 |
| Marcelo Moço Corrêa | 0132 | 0757171-1 |
| Marcelo Oliva Murara | 0179 | 0787495-5 |
| Marcelo Rayes | 0261 | 0749983-6/01 |
| Marcelo Saldanha Rohenkohl | 0260 | 0662970-5/02 |
| Marcelo Zanon Simão | 0021 | 0822814-4 |
| | 0250 | 0784156-1 |
| Márcia Daniela C. Giuliangelli | 0038 | 0823262-4 |
| Marcia Dieguez Leuzinger | 0259 | 0054370-8/25 |
| Marcia Regina Arai Tavares | 0172 | 0826108-7 |
| Márcio Antônio Sasso | 0189 | 0339551-3/01 |
| Márcio Rogério Depolli | 0155 | 0744962-7 |
| | 0164 | 0741626-4 |
| | 0188 | 0827563-2 |
| | 0193 | 0809673-5 |
| | 0198 | 0801206-2 |
| | 0220 | 0826076-0 |
| Marcione Pereira dos Santos | 0169 | 0720833-9 |
| Marco Antônio Bósio | 0001 | 0824129-8 |
| Marco Aurélio A. d. C. Santana | 0057 | 0812888-1 |
| Marco Aurélio Dalledone | 0058 | 0812941-3 |
| Marcos Bueno Gomes | 0048 | 0813694-3 |
| Marcos Cesar Vinhoti | 0261 | 0749983-6/01 |
| Marcos C. d. A. Vasconcellos | 0094 | 0561684-8/03 |
| | 0189 | 0339551-3/01 |
| Marcos José Chechelaky | 0197 | 0765414-6 |
| Marcos José Mesquita | 0270 | 0807334-5 |
| Marcos Paulo de Castro Pereira | 0050 | 0797979-9 |
| Marcos Roberto Hasse | 0251 | 0814012-5 |
| Marcos Vinicius Dacol Boschirolli | 0209 | 0816432-5 |
| Marcos Vinícius R. d. Almeida | 0181 | 0784483-3 |
| Marcus Venicio Cavassin | 0181 | 0784483-3 |
| Marcus Vinicius Ali Amin | 0225 | 0823041-5 |
| Marcus Vinicius de Andrade | 0211 | 0823126-3 |
| Marcy Helen Vidolin | 0245 | 0822550-5 |
| Maria Carolina Brassanini Centa | 0027 | 0820471-1 |
| | 0105 | 0813199-3 |
| Maria Elizabeth Jacob | 0092 | 0427070-4/04 |
| | 0094 | 0561684-8/03 |
| | 0100 | 0682540-3/02 |
| | 0104 | 0690904-2/02 |
| Maria Marta Renner Weber Lunardon | 0160 | 0824236-8 |
| Maria Regina Discini | 0043 | 0825948-7 |
| | 0052 | 0825948-7 |
| | 0116 | 0826920-3 |

| | | |
|---|---|---|
| Maria Salute Somariva | 0039 | 0828509-2 |
| Mariana Pereira Valério | 0095 | 0550530-8/03 |
| Mariane Cardoso Mascarevich | 0249 | 0821095-5 |
| Mariano Antônio Cabello Cipolla | 0196 | 0764701-0 |
| Marília Monteggia Reverbel | 0159 | 0817584-8 |
| Marina Blaskovski | 0244 | 0819453-6 |
| Mário Cesar Dos Santos | 0210 | 0821275-3 |
| Mario Espedito Ostrovski | 0071 | 0775004-3 |
| Marli Nunes Baptista | 0153 | 0751078-1 |
| Marlisa Dias Pinto | 0216 | 0766456-8 |
| Marlúcio Ledo Vieira | 0112 | 0718953-5 |
| Martim Francisco Ribas | 0135 | 0802741-0 |
| | 0136 | 0802743-4 |
| | 0137 | 0802748-9 |
| | 0138 | 0802752-3 |
| | 0141 | 0802765-0 |
| | 0143 | 0802782-1 |
| | 0144 | 0802790-3 |
| | 0145 | 0802798-9 |
| | 0146 | 0802804-2 |
| | 0148 | 0802821-3 |
| | 0149 | 0802832-6 |
| | 0150 | 0802843-9 |
| Maureen Daisy Redondo Machado | 0098 | 0530019-8/03 |
| Mauri Marcelo Bevervanço Junior | 0154 | 0801844-2 |
| | 0159 | 0817584-8 |
| | 0161 | 0799150-2 |
| Maurício de Godoy Garcia Duarte | 0029 | 0574344-4 |
| Maurício Kavinski | 0183 | 0737200-1 |
| Mauro Anici | 0262 | 0741103-6/01 |
| Mauro Cezar Abati | 0183 | 0737200-1 |
| Mauro Ribeiro Borges | 0117 | 0804269-1 |
| | 0258 | 0339971-5/05 |
| Mauro Sérgio Guedes Nastari | 0257 | 0650467-2 |
| Maylin Maffini | 0249 | 0821095-5 |
| Melissa de Cássia Kanda Dietrich | 0015 | 0820531-2 |
| | 0098 | 0530019-8/03 |
| | 0121 | 0823375-6 |
| Messias Queiroz Uchôa | 0192 | 0819193-5 |
| Mharsel Viniccius de A. e. Silva | 0182 | 0811273-6 |
| Michella Roberta Mendes Souza | 0029 | 0574344-4 |
| Michelle Braga Vidal | 0193 | 0809673-5 |
| | 0198 | 0801206-2 |
| Michelle Schuster Neumann | 0231 | 0818266-9 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 0095 | 0550530-8/03 |
| | 0152 | 0825682-4 |
| | 0212 | 0824080-6 |
| Mirella Parra Fulop | 0211 | 0823126-3 |
| Moacir Alves de Almeida | 0182 | 0811273-6 |
| Mônica Pimentel de Souza Lobo | 0120 | 0823360-5 |
| Murilo Celso Ferri | 0247 | 0781147-0 |
| Naradiba Silamara Guerra de Souza | 0155 | 0744962-7 |
| | 0164 | 0741626-4 |
| Nelson Junki Lee | 0153 | 0751078-1 |
| Nereu Mokochinski Junior | 0109 | 0794891-8 |
| Nestor Freschi Ferreira | 0064 | 0174955-9 |
| Neudi Fernandes | 0247 | 0781147-0 |
| Neusa Mara Lemos | 0157 | 0818891-2 |
| Newton Bueno Lacerda | 0081 | 0797372-0 |
| Nikolaus Hec | 0262 | 0741103-6/01 |
| Nilma da Silveira | 0047 | 0811196-4 |
| Noracil Aparecido Silva Junior | 0214 | 0810861-2 |
| Norberto Targino da Silva | 0253 | 0827039-1 |
| Norberto Trevisan Bueno | 0115 | 0825979-2 |
| Odacir Giaretta | 0088 | 0807047-7 |
| Odorico Tomasoni | 0151 | 0824775-0 |
| Olide João de Ganzer | 0205 | 0819179-5 |
| Oscar do Nascimento | 0161 | 0799150-2 |
| Oscar Estanislau Nasihgil | 0165 | 0794999-9 |
| Osnildo Pacheco Júnior | 0016 | 0823572-5 |
| Otto João Lyra Neto | 0122 | 0658091-0 |
| Patrícia Corrêa Gobbi Batistela | 0021 | 0822814-4 |
| Patrícia Morais Serra | 0056 | 0824998-3 |
| Patrícia Munhoz e Silva | 0178 | 0824669-7 |
| Patrícia Ribeiro P. d. C. Freitas | 0096 | 0399979-9/04 |
| Patrick Roberto Gasparetto | 0062 | 0457721-5 |
| Paula Alessandra F. Bustamante | 0049 | 0824543-8 |
| Paula Gisele Puquevis de Moraes | 0224 | 0821196-7 |
| Paula Greca Drummond de Carvalho | 0264 | 0488938-3/03 |
| Paula Leandro Gonçalves | 0184 | 0782784-7 |
| Paulino de Siqueira Cortes Neto | 0058 | 0812941-3 |
| Paulo Augusto do Nascimento Schön | 0045 | 0823144-1 |
| Paulo Cortellini | 0116 | 0826920-3 |
| Paulo de Oliveira | 0182 | 0811273-6 |
| Paulo Henrique Berehulka | 0019 | 0816408-9 |
| Paulo Henrique Gardemann | 0096 | 0399979-9/04 |
| Paulo Joaquim Martins Ferraz | 0153 | 0751078-1 |
| Paulo José Cravo Soster | 0210 | 0821275-3 |
| Paulo José Prestes | 0228 | 0804965-8 |
| Paulo Manoel de Lima | 0272 | 0685335-4 |
| Paulo Manuel de Sousa B. Valério | 0179 | 0787495-5 |
| Paulo Reneu Simões dos Santos | 0132 | 0757171-1 |
| Paulo Roberto Burmester Muniz | 0013 | 0819507-9 |
| Paulo Roberto Jensen | 0028 | 0824300-3 |
| | 0035 | 0816968-0 |
| Paulo Roberto Lopes | 0030 | 0786238-6 |
| Pedro Antonio Coelho de S. Furlan | 0239 | 0824563-0 |
| Pedro Barausse Neto | 0260 | 0662970-5/02 |
| Pedro de Jesus Ruy | 0276 | 0755219-8 |
| Pedro de Noronha da Costa Bispo | 0034 | 0807227-5 |
| Pedro Henrique Gobbi Machado | 0033 | 0782960-7 |
| Pedro Henrique Machado Martins | 0237 | 0825680-0 |
| Pedro Henrique Xavier | 0114 | 0823898-4 |
| Pedro Stefanichen | 0252 | 0815342-2 |
| Péricles José Menezes Deliberador | 0029 | 0574344-4 |
| Pio Carlos Freiria Junior | 0237 | 0825680-0 |
| Priscila Gomes Barbão | 0004 | 0825152-1 |
| Priscila Luciene Santos de Lima | 0241 | 0823021-3 |
| Priscilla Ramalho Perseke | 0179 | 0787495-5 |
| Rafael Augusto Silva Domingues | 0017 | 0794014-1 |
| Rafael Cristiano Brugnerotto | 0235 | 0817132-4 |
| | 0236 | 0817135-5 |
| Rafael de Lima Felcar | 0186 | 0816355-3 |
| Rafael Dutra Corrêa da Silva | 0260 | 0662970-5/02 |
| Rafael Fabrício de Melo | 0060 | 0821015-7 |
| | 0278 | 0696631-8/01 |
| Rafael Marques Gandolfi | 0257 | 0650467-2 |
| Rafaela Polydoro Küster | 0152 | 0825682-4 |
| Ramez Amim | 0225 | 0823041-5 |
| Raphael Conrado de Oliveira | 0010 | 0815626-3 |
| Raphael de Moraes Miranda | 0112 | 0718953-5 |
| Raphael Dias Sampaio | 0108 | 0790040-5 |
| Raphael Duarte da Silva | 0217 | 0816631-8 |
| Raul Maia Chapaval | 0123 | 0453227-6 |
| | 0124 | 0474945-9 |
| Regina de Melo Silva | 0224 | 0821196-7 |
| Reinaldo Bonato Neto | 0255 | 0804421-1 |
| | 0256 | 0802781-4 |
| Reinaldo Costa da Rocha Loures | 0153 | 0751078-1 |

| | | |
|---|---|---|
| Reinaldo Emilio Amadeu Hachem | 0186 | 0816355-3 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 0176 | 0715511-5 |
| | 0205 | 0819179-5 |
| | 0214 | 0810861-2 |
| Renata Guerreiro B. d. Oliveira | 0049 | 0824543-8 |
| | 0117 | 0804269-1 |
| René Ariel Dotti | 0060 | 0821015-7 |
| | 0278 | 0696631-8/01 |
| René Gastão Eduardo Mazak | 0153 | 0751078-1 |
| Ricardo Alexandre da Silva | 0177 | 0820151-4 |
| Roberto Brown de Oliveira | 0002 | 0827769-4 |
| Roberto de Oliveira Guimarães | 0213 | 0620165-4 |
| Roberto Leite Kropiwiec | 0013 | 0819507-9 |
| Roberto Nelson Brasil P. Filho | 0049 | 0824543-8 |
| Roberto Nunes de Lima Filho | 0045 | 0823144-1 |
| Roberto Trigueiro Fontes | 0264 | 0488938-3/03 |
| Robinson Leon de Aguero | 0183 | 0737200-1 |
| Rodolfo Menengoti G. Ribeiro | 0079 | 0797160-0 |
| Rodolpho Eric Moreno Dalan | 0103 | 0681461-3/02 |
| Rodrigo dos Passos Viviani | 0185 | 0825064-6 |
| Rodrigo José Mendes Antunes | 0029 | 0574344-4 |
| Rodrigo Rodrigues da Costa | 0099 | 0574271-6/06 |
| | 0100 | 0682540-3/02 |
| | 0101 | 0655760-8/02 |
| | 0102 | 0582415-3/03 |
| | 0103 | 0681461-3/02 |
| | 0104 | 0690904-2/02 |
| Rodrigo Sanchez Rios | 0066 | 0583471-5 |
| Rodrigo Schmidt Surjus | 0238 | 0823973-2 |
| Roger Oliveira Lopes | 0117 | 0804269-1 |
| Rogério Distefano | 0025 | 0810193-9 |
| Rogério José Hernandes Bonazzi | 0173 | 0820138-1 |
| Rogério Marcio Beraldi Biguette | 0112 | 0718953-5 |
| Rogério Nunes de Oliveira | 0006 | 0812009-0 |
| Romeu Gonçalves Neto | 0208 | 0823579-4 |
| Rômulo Henrique Perim Alvarenga | 0233 | 0772753-9 |
| Ronald Rogério Lopes Smarzaro | 0111 | 0827783-4 |
| Ronaldo Albizu D. d. Carvalho | 0264 | 0488938-3/03 |
| Ronaldo Gomes Neves | 0041 | 0649843-5 |
| | 0162 | 0710116-0 |
| | 0171 | 0821200-6 |
| Rosângela da Rosa Corrêa | 0249 | 0821095-5 |
| Roseane Riesel | 0151 | 0824775-0 |
| Rozane Machado Marconato | 0087 | 0805436-6 |
| Rubens Silva | 0006 | 0812009-0 |
| Rui Mauro Santos | 0113 | 0807058-0 |
| Sabrina Marcolli Rui | 0044 | 0816753-9 |
| Sadi Bonatto | 0199 | 0818871-0 |
| | 0202 | 0779291-2 |
| Samir Braz Abdalla | 0207 | 0822436-0 |
| Samir Mattar Assad | 0067 | 0619341-7 |
| Sandra Regina Rodrigues | 0176 | 0715511-5 |
| Sandra Regina S. Romaniello | 0033 | 0782960-7 |
| Sandro Schleiss | 0169 | 0720833-9 |
| Sara Mendes Pierotti | 0233 | 0772753-9 |
| Saulo Bonat de Mello | 0123 | 0453227-6 |
| | 0124 | 0474945-9 |
| | 0125 | 0476011-6 |
| Sebastião da Silva Ferreira | 0189 | 0339551-3/01 |
| Sebastião Nei dos Santos | 0018 | 0795623-4 |
| Sérgio Bermudes | 0112 | 0718953-5 |
| Sérgio de Paula Martiniano | 0153 | 0751078-1 |
| Sergio Karkache | 0005 | 0767895-9 |
| Sergio Ney Cuéllar Tramujas | 0042 | 0736717-7 |
| Sérgio Ricardo Tinoco | 0157 | 0818891-2 |
| Sérgio Schulze | 0244 | 0819453-6 |
| Sérgio Simão Dias | 0004 | 0825152-1 |
| Sérgio Vulpini | 0203 | 0812796-8 |
| Sérgio Zippin Filho | 0273 | 0813022-7 |
| Sidnei de Quadros | 0011 | 0793124-8 |
| | 0167 | 0823691-5 |
| Sidney Marcos Miranda | 0250 | 0784156-1 |
| Silmar Ferreira Ditrich | 0024 | 0809478-0 |
| Silvana Aparecida Cezar Ponte | 0251 | 0814012-5 |
| Silvana Aparecida Pedroso | 0233 | 0772753-9 |
| Silvana Tormem | 0253 | 0827039-1 |
| Sílvia Antriane Capelletti Nogiri | 0228 | 0804965-8 |
| Silvia Cristina Barbosa Xavier | 0240 | 0419219-6 |
| Silvino Janssen Bergamo | 0064 | 0174955-9 |
| Silvio André Brambila Rodrigues | 0257 | 0650467-2 |
| Silvio Cesar de Bettio | 0232 | 0824243-3 |
| Simone Aparecida Lima da Cruz | 0020 | 0788307-4 |
| Simone Bueno de Miranda Lagana | 0229 | 0805399-8 |
| Simone Daiane Rosa | 0220 | 0826076-0 |
| Sirlene Maria Maroneze Capelato | 0001 | 0824129-8 |
| Solange Maria Padilha | 0024 | 0809478-0 |
| Sônia Letícia de Mello Cardoso | 0026 | 0757733-1 |
| Sonny Brasil de Campos Guimarães | 0225 | 0823041-5 |
| Stela Maris Pinto Peters | 0021 | 0822814-4 |
| Tadeu David Munhoz | 0159 | 0817584-8 |
| Tâmilly Rafaela de Oliveira | 0133 | 0826368-3 |
| Tânia Mara Mandarino | 0190 | 0826835-9 |
| Tatiana Helena Adam | 0046 | 0826956-3 |
| Tatiana Valesca Vroblewski | 0244 | 0819453-6 |
| Telma Rosana de Lima | 0248 | 0825586-7 |
| Tércio Amaral de Camargo | 0098 | 0530019-8/03 |
| | 0121 | 0823375-6 |
| Terence Cesar Penharbel | 0266 | 0783447-3 |
| Teresa Celina de A. A. Wambier | 0213 | 0620165-4 |
| Thaila Andressa Nakadomari | 0195 | 0807820-6 |
| Thaís Amoroso Paschoal | 0039 | 0828509-2 |
| Thaisa Pereira Mello | 0226 | 0823417-9 |
| | 0230 | 0815880-7 |
| Thiago Dahlke Machado | 0025 | 0810193-9 |
| Thiago Rufino de Oliveira Gomes | 0211 | 0823126-3 |
| Tirone Cardoso de Aguiar | 0095 | 0550530-8/03 |
| | 0101 | 0655760-8/02 |
| | 0102 | 0582415-3/03 |
| Trajano Bastos de O. N. Friedrich | 0212 | 0824080-6 |
| Valdelice de Lourdes Palmieri | 0001 | 0824129-8 |
| Valdir Demartine de Castro | 0097 | 0616636-9/04 |
| Valdir Julio Ulbrich | 0010 | 0815626-3 |
| Valéria Aparecida C. d. Oliveira | 0163 | 0758822-7 |
| Valéria Aparecida F. d. Santos | 0206 | 0822165-6 |
| Valéria Caramuru Cicarelli | 0133 | 0826368-3 |
| | 0235 | 0817132-4 |
| Valéria dos Santos Tondato | 0027 | 0820471-1 |
| | 0105 | 0813199-3 |
| Valiana Wargha Calliari | 0116 | 0826920-3 |
| Vanderlei José Follador | 0053 | 0802325-6 |
| Vandocir José dos Santos | 0264 | 0488938-3/03 |
| Vanessa Janke de Castro | 0213 | 0620165-4 |
| Venina Sabino da S. e. Damasceno | 0258 | 0339971-5/05 |
| Vera Lucia Sigwalt Bittencourt | 0121 | 0823375-6 |
| Vergínia Mara Pedroso | 0064 | 0174955-9 |
| Victor Anício de Godoy M. Correa | 0178 | 0824669-7 |
| Victoria Espinheira Fainstein | 0264 | 0488938-3/03 |
| Virgínia Maria Dalla Flora | 0263 | 0797205-4 |
| Vitor Hummig | 0040 | 0818398-6 |
| Vívian Piovezan Scholz Tohmé | 0258 | 0339971-5/05 |
| Wallace Soares Pugliese | 0019 | 0816408-9 |
| | 0034 | 0807227-5 |

| | | |
|---|---|---|
| Wellington de Lima Andraus | 0177 | 0820151-4 |
| Werner Aumann | 0189 | 0339551-3/01 |
| Willian Carneiro Bianeck | 0091 | 0819110-6 |
| Wilson Candido Wenceslau Junior | 0035 | 0816968-0 |
| Wilson Mafra Meiler Filho | 0215 | 0812838-1 |
| Wilton Silva Longo | 0085 | 0803505-8 |
| Wilton Vicente Paese | 0106 | 0794286-7 |
| Wolney Luiz Baggio | 0259 | 0054370-8/25 |
| Yeda Vargas Rivabem Bonilha | 0049 | 0824543-8 |
| Zamir Alberto Lacerda Martini | 0278 | 0696631-8/01 |
| Zani Dalton Farah | 0271 | 0827452-4 |
| Zeninho Goldoni | 0223 | 0816334-4 |

_____ 1ª Câmara Cível _____

1º Processo 0824129-8 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00252233420108160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Marco Antônio Bósio, Luiz Carlos Manzato, Carolina Campello Scotti. Apelado: Divina da Silva Augusto, Cleusa Frassati Bruschi, Elvira Masini (maior de 60 anos), Eunice da Silva Regaconi, Sebastião Vieira (maior de 60 anos), Wilson Marangoni (maior de 60 anos), Maria Aparecida Rossi (maior de 60 anos), Maria Cristina Pedro Marangoni, Jair Valdovino, Lindamar Cardoso, Narfina de Souza (maior de 60 anos), Neide Maria Pereira da Silva, José Simião Oliveira, Paulo Roberto da Silva. Advogado: Sirlene Maria Maroneze Capelato, Valdelice de Lourdes Palmieri. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

2º Processo 0827769-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00043112520118160035 Execução Fiscal. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Kunibert Kolb Neto, Izabella Maria Medeiros e Araújo Pinto. Agravado: Rápido Joinvilense de Transportes Ltda.. Advogado: César Alves do Nascimento, Jefferson Ricardo de Campos Juliani, Roberto Brown de Oliveira. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

3º Processo 0826192-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Ubiratã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000768920118160172 Mandado de Segurança. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Hilson Dutra Umpierre Junior, José Humberto da Silva Vilarins Júnior. Agravado: Município de Juranda. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura

4º Processo 0825152-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000256 Previdenciária. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Sérgio Simão Dias. Agravado: Aline Soraia Mangialargo Lourenço. Advogado: Priscila Gomes Barbão, Edson Marcos Braz, Claudia Canzi. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

_____ 2ª Câmara Cível _____

5º Processo 0767895-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200500000405 Indenização. Agravante: Indústria e Comércio de Sacarias Kempex Ltda. Advogado: Dinarte Bitencourt. Agravado: União Federal - Fazenda Nacional. Advogado: Sergio Karkache, Luciano Siqueira de Pretto. Interessado: Copel - Companhia Paranaense de Energia. Advogado: Jeferson Luiz de Lima, Adriano Kazuo Goto, Cláudia Cecília Camacho Rojas. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas

6º Processo 0812009-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00046078120118160056 Cobrança. Agravante: Município de Cambé. Advogado: Eduardo Fernando Lachimia, Elaine Ribeiro de Souza Anderle, Rogério Nunes de Oliveira. Agravado: Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos Municipais e Estaduais do Paraná - Fesmepar. Advogado: Aquile Anderle, Rubens Silva. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas

7º Processo 0820105-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00114063920108160004 Condenatória. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Fernando Borges Mânica, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Maria de Fátima Faria. Advogado: Jucimar Moura dos Santos. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson. Revisor: Des. Eugenio Achille Grandinetti

8º Processo 0804813-9 Apelação Cível
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00009927820108160069 Embargos a Execução. Apelante (1): Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Ernesto Alessandro Tavares. Apelante (2): Darom Móveis Ltda. Advogado: Jaqueline do Espírito Santo Patruni, Angela Mussiau Yamasaki de Rossi. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

9º Processo 0815304-2 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00040995320108160030 Cobrança. Apelante: Marcelo Yarid Enriquez. Advogado: Jorge da Silva Giulian, João Marcos Brais. Apelado: Municipio de Foz do Iguaçu. Advogado: Claudia Canzi. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira. Revisor: Des. Silvio Dias

10º Processo 0815626-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00105126320108160004 Mandado de Segurança. Apelante: Oftalmoclínica Curitiba Sc Ltda. Advogado: Betina Treiger Grupenmacher, Ariane Bini de Oliveira, Raphael Conrado de Oliveira. Apelado: Município de Curitiba. Advogado: Ana Beatriz Balan Villela, Valdir Julio Ulbrich, Fernando Almeida de Oliveira. Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira. Revisor: Des. Silvio Dias

11º Processo 0793124-8 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00070548520098160129 Embargos a Execução. Apelante: Município de Paranaguá. Advogado: Alaor Ribeiro dos Reis, Edison Santiago Filho. Apelado: Alvino Mendes da Silva Filho. Advogado: Franz Hermann Nieuwenhoff Júnior, Sidnei de Quadros, Carlos Humberto Fernandes Silva, Edno Pezzarini Junior. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira. Revisor: Des. Antônio Renato Strapasson

12º Processo 0793697-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00008825120088160004 Reclamatória Trabalhista. Apelante: Konstance Johnson Kremer. Advogado: Cláudio Luiz Furtado Correa Francisco. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha, Celso Luiz Ludwig. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira. Revisor: Des. Eugenio Achille Grandinetti

13º Processo 0819507-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00009893220078160004 Ordinária. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Luiz Carlos Caldas, Julio Cezar Zem Cardozo, Luiz Gustavo Marinoni. Apelado: Maren Agnes Bacan. Advogado: José Antonio Diana Mapelli, Paulo Roberto Burmester Muniz. Interessado: Cristina Mara Kalinowski Vilar, Norton Luiz Bartolamei. Advogado: Luciano Farias. Interessado: Renato Soares Marin. Advogado: Roberto Leite Kropiwiec. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

_____ 3ª Câmara Cível _____

14º Processo 0820821-1 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00169026620088160021 Cobrança. Apelante (1): Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER. Advogado: Antônio Carlos Cabral de Queiroz. Apelante (2): Pedro Ramos Prestes. Advogado: Cristiane Agatti Stanoga. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho. Revisor: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

15º Processo 0820531-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00005932620058160004 Declaratória. Apelante (1): Ics - Instituto Curitiba de Saúde. Advogado: Melissa de Cássia Kanda Dietrich, Juliana Bley Galli. Apelante (2): Município de Curitiba. Advogado: Erenise do Rocio Bortolini, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Cecilia Alves de Lima, João Eugenio Batista Filho, Israel Rogerio Maciozek (maior de 60 anos), João da Silva (maior de 60 anos), João Correia de Ramos (maior de 60 anos), Catarina Lourenço dos Santos, José Baglioli (maior de 60 anos), Santinor Ribeiro Martins (maior de 60 anos), Silua Marli Tereza Kalo Mengate, Alcides Vieira Miles (maior de 60 anos). Advogado: Alessandro Marcelo Moro Réboli. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith. Revisor: Des. Ruy Francisco Thomaz

16º Processo 0823572-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00002847320038160004 Indenização. Apelante (1): Estado do Paraná. Advogado: Manoel José Lacerda Carneiro, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelante (2): Sinésio Zonari, Cleuza Guilardi Zonari. Advogado: Osnildo Pacheco Júnior. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith. Revisor: Des. Ruy Francisco Thomaz

17º Processo 0794014-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00192178320118160014 Embargos de Terceiro. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Rafael Augusto Silva Domingues, Liana Sarmento de Mello Quaresma, Ivan Lelis Bonilha. Agravado: Casa Nova Administradora de Bens e Serviços Ltda. Advogado: João Carlos de Oliveira Júnior, Marcelo Luiz Hille. Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

18º Processo 0795623-4 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00191283620068160014 Indenização. Apelante (1): Estado do Paraná. Advogado: Guilherme Zorato. Apelante (2): Álfio Martelliti Neto. Advogado: Sebastião Nei dos Santos. Apelado: Rosecler Alves Leal de Oliveira. Advogado: Leonardo Manarin de Souza. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

19º Processo 0816408-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 000000133453 Execução Fiscal. Agravante: Comercial de Móveis Hunter Ltda. Advogado: Caroline Franceschi André, Antônio Augusto Grellert, Paulo Henrique

Berehulka. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Luciane Camargo Kujo Monteiro, Wallace Soares Pugliese. Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

_____ 4ª Câmara Cível _____

20º Processo 0788307-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00008097920088160004 Declaratória. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Luiz Carlos Caldas, Ivan Lelis Bonilha. Apelado: Alessandra Moscheta Perozim. Advogado: Generoso Horning Martins, Gisele Soares, Simone Aparecida Lima da Cruz. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Revisor: Des. Guido Döbeli

21º Processo 0822814-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00002356620028160004 Declaratória. Apelante (1): Rosa Amélia Fortunato, Nicolau Antunes Fortunato. Advogado: Stela Maris Pinto Peters. Apelante (2): Banco Banestado SA. Advogado: Luciana Perez Guimarães da Costa, Idamara Rocha Ferreira, Patrícia Corrêa Gobbi Batistela. Apelado (1): Banco Banestado SA. Advogado: Luciana Perez Guimarães da Costa, Idamara Rocha Ferreira, Patrícia Corrêa Gobbi Batistela. Apelado (2): Massa Falida de Sociedade Construtora Taji Marral Ltda. Advogado: Marcelo Zanon Simão. Apelado (3): Construtora Cavallin Ltda. Advogado: Francisco Machado de Jesus. Apelado (4): Rosa Amélia Fortunato, Nicolau Antunes Fortunato. Advogado: Stela Maris Pinto Peters. Interessado: Marcelo Zanon Simão Síndico da Massa Falida. Advogado: Marcelo Zanon Simão. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Revisor: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima

22º Processo 0741895-9 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00232208620088160014 Mandado de Segurança. Apelante: Município de Londrina. Advogado: José Roberto Reale. Apelado: Fábio Rotter Meda. Advogado: Fábio Rotter Meda. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes. Revisor: Desª Regina Afonso Portes

23º Processo 0808923-6 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00129001620048160014 Execução Fiscal. Apelante: Município de Londrina. Advogado: Ellen Patricia Chini. Apelado: Ss Consultores Associados Ltda. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes

24º Processo 0809478-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Irati. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200600000719 Cobrança. Agravante: Município de Irati. Advogado: Silmar Ferreira Ditrich, Solange Maria Padilha. Agravado: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad. Advogado: Ludovico Albino Savaris. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes

25º Processo 0810193-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00009668620078160004 Revisional. Apelante: Edinete Pereira. Advogado: Anamaria Bueno Ribeiro Guimarães, Eloisa Fontes Tavares Rivani, Thiago Dahlke Machado. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Rogério Distefano. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes. Revisor: Desª Regina Afonso Portes

26º Processo 0757733-1 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00055381720058160017 Ordinária. Apelante (1): Universidade Estadual de Maringá - Uem. Advogado: Ivone Roldão Ferreira, Sônia Letícia de Mello Cardoso. Apelante (2): Elizabeth do Carmo Morette, Antonina Pereira Francisco. Advogado: João Luiz Agner Regiani. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Revisor: Desª Lélia Samardã Giacomet

27º Processo 0820471-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00003614820048160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Elio Andrade Junior. Advogado: Valéria dos Santos Tondato, Guilherme Henn, Maria Carolina Brassanini Centa. Apelado: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER. Advogado: Felipe Barreto Frias. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima

28º Processo 0824300-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 000000029748 Embargos a Execução. Agravante: Municipio de Curitiba. Advogado: Paulo Roberto Jensen, Claudine Camargo Bettes, Estevam Capriotti Filho. Agravado: Instituto Ambiental do Paraná Iap. Advogado: Edneia Ribeiro Alkamin, Heitor Rubens Raymundo, José Augusto Ferraz. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima

29º Processo 0574344-4 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 200700001542 Ação Civil Pública. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado (1): Mauro Cezar Guarda, Franboyant Transportes Ltda Me. Advogado: Anderson de Azevedo, Henrique Zanoni. Apelado (2): Djalma Eugenio Guarda, Djalma Eugenio Guarda Junior, Itauby Netto José Ramalho. Advogado: Luiz Fernando Martins Bonette. Apelado (3): Claudir Osmir Bolognese, Sérgio Goes de Ooliveira. Advogado: Elaine de Paula Menezes. Apelado (4): Jonatas Cerqueira Leite Filho, José Eduardo Maluf, Edson Fernandes Gimenes, Otília Aparecida Bolognesi. Advogado: Péricles José Menezes Deliberador. Apelado (5): Nadir Fernandes Gimenes, Petrofour Comércio de Combustíveis Ltda, Petrofive Comércio de Combustíveis Ltda, Maridian Distribuidora de Petróleo Ltda, A.a. Fevereiro & Asbahr Ltda, Adelton Antonio Fevereiro. Advogado: Aline Mara Lustoza Fedato. Apelado (6): Auto Posto Paiaguas Ltda. Advogado: José Luiz Nunes da Silva, Marcela Berlinck Pereira, Michella Roberta Mendes Souza. Apelado (7): C.o. Bolognese & Bolognese Ltda, Posto Novo Oriente Ltda, Kalaham Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Monte Sinai Ltda, Fulia Comércio de Combustíveis Ltda, D. Pires & D. Pires Ltda. Advogado: Maurício de Godoy Garcia Duarte. Apelado (8): Auto Posto Petrosan Ltda, Beatriz Farah Santaella, Emílio Sérgio Santaella. Advogado: Rodrigo José Mendes Antunes. Apelado (9): Marcio Jiovani Matiazi, Mj Matiazi & Cia Ltda. Advogado: Maurício de Godoy Garcia Duarte. Apelado (10): Auto Posto Carajás Ltda. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

30º Processo 0786238-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010692520098160004 Declaratória. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha. Apelado: Anicir Carmem Fim (maior de 60 anos), Ademir João Mussi, Domingos Jaques da Rosa (maior de 60 anos), Ebi Vidal da Rocha (maior de 60 anos), Eliane Alice Azrak (maior de 60 anos), Gilka de Souza Varella (maior de 60 anos), Hamilton Luiz Capriglioni, Helvecia Abdu Zimmer, Lysias Vellozo da Costa Filho (maior de 60 anos), Luiz Fernando Pacheco, Maria Mutsume Inakura, Maria José Mafra (maior de 60 anos), Marylice Aparecida Kugler Batista, Rejane Raskin Rotenberg. Advogado: Alessandro Ravazzani, Jorge Durval da Silva, Paulo Roberto Lopes. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

31º Processo 0825575-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00037054420108160160 Obrigação de Fazer. Agravante: Margarida Maria da Luz Silva. Advogado: Alessandra Cristhina Bortolon Morais. Agravado: Municipio de Sarandi. Advogado: Alexandre Lincoln Cobra de Carvalho, José Wlademir Garbúggio. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho

32º Processo 0827403-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00024641820108160004 Execução Fiscal. Agravante: Bunge Alimentos S.a. Advogado: Fernando Henrique Ramos Zanetti, Julia Aguiar e Silva, Karina da Silva Beloto. Agravado: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER. Advogado: Edson Luiz Amaral, Jorge Luiz de Oliveira Lara. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho

_____ 5ª Câmara Cível _____

33º Processo 0782960-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00004625120058160004 Cobrança. Apelante: Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba Sa. Advogado: Sandra Regina Schimitka Romaniello, Pedro Henrique Gobbi Machado, Ana Paula Schnaider. Apelado: Keron - Empresa de Construções e Saneamento Ltda. Advogado: Gilberto Gaeski. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas

34º Processo 0807227-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00294795920108160004 Embargos. Apelante: Grupo de Comunicação Três Sa. Advogado: Frederico Santiago Loureiro de Oliveira. Apelado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Christianne Regina Leandro Posfaldo, Wallace Soares Pugliese, Pedro de Noronha da Costa Bispo. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas

35º Processo 0816968-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00007376320068160004 Obrigação de Fazer. Apelante (1): Johann Tows, Elisabeth Tows, Suse Kuger, Lena Tows Unruh, Peter Tows, Werner Tows (maior de 60 anos), Érica Sohn Tows (maior de 60 anos), Olga Wallmann, David Tows (maior de 60 anos), Ilsa Tows (maior de 60 anos), Rudy Tows, Leni Mari Tows, Cergio Caponi, Célia Regina Caponi, Sonia Maria Leite Silva, Antônio Augusto da Silva, Terezinha Vilanova, Nivaldo Lourenço da Silva, Maristela Vilanova Santolin da Silva, Marcos Vetorello, Ivete Visbiski Vetorello, André Camargo Okopni. Advogado: Jonny Jeferson Silva Madureira, Joelcio Santos Madureira. Apelante (2): Massa Falida de Jarpek Construções e Empreendimentos Ltda. Advogado: Fábio Zanon Simão. Apelante (3): Jackson Natal Jansen, Ana Maria Pilar Jansen, Almiati Incorporadora e Construtora de Obras Ltda. Advogado: Lourival Barão Marques, Wilson Candido Wenceslau Junior. Apelado (1): Município de Curitiba. Advogado: Paulo Roberto Jensen. Apelado (2): Massa Falida de Jarpek Construções e Empreendimentos Ltda. Advogado: Fábio Zanon Simão. Apelado (3): Jackson Natal Jansen, Ana Maria Pilar Jansen, Almiati Incorporadora e Construtora de Obras Ltda. Advogado: Lourival Barão Marques, Wilson Candido Wenceslau Junior. Apelado (4): Johann Tows,

Elisabeth Tows, Suse Kuger, Lena Tows Unruh, Peter Tows, Werner Tows (maior de 60 anos), Érica Sohn Tows (maior de 60 anos), Olga Wallmann, David Tows (maior de 60 anos), Ilsa Tows (maior de 60 anos), Rudy Tows, Leni Mari Tows, Cergio Caponi, Célia Regina Caponi, Sonia Maria Leite Silva, Antônio Augusto da Silva, Terezinha Vilanova, Nivaldo Lourenço da Silva, Maristela Vilanova Santolin da Silva, Marcos Vetorello, Ivete Visbiski Vetorello, André Camargo Okopni. Advogado: Jonny Jeferson Silva Madureira, Joelcio Santos Madureira. Interessado: Fábio Zanon Simão Síndico da Massa Falida. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Revisor: Des. Paulo Roberto Hapner

36º Processo 0827458-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00100743720108160004 Declaratória. Agravante: Copel Distribuição S.a., Copel Geração e Transmissão S.a., Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Advogado: Karla Patrícia Polli de Souza. Agravado: Jf Serviços Técnicos Especializados Ltda.. Advogado: Geraldo D'el Rei Reis. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas

37º Processo 0808446-4 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00100658920038160014 Execução Fiscal. Apelante: Município de Londrina. Advogado: Ellen Patricia Chini. Apelado: C R dos Santos Alimentícios. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura

38º Processo 0823262-4 Apelação Cível
Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00020408720088160119 Cobrança. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Márcia Daniela Canassa Giuliangelli. Apelado: Celso Antonio Moraes. Advogado: Celso Antonio Moraes. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima. Revisor: Des. José Marcos de Moura

39º Processo 0828509-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00150110520118160021 Execução Fiscal. Agravante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Thaís Amoroso Paschoal, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Municipio de Cascavel. Advogado: Jose Sermini de Paz, Maria Salute Somariva, JOSY CRISTIANE LOPES D ELIMA. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima

40º Processo 0818398-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00262262920118160004 Declaratória. Agravante: sindipol sindicato dos policiais civil de londrina e região. Advogado: Vitor Hummig, Augusto Jondral Filho. Agravado: Paranaprevidencia Serviço Social Autônomo. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner

41º Processo 0649843-5 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000087 Obrigação de não Fazer. Apelante: Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina. Advogado: Cristel Rodrigues Bared, Alberto Giunta Borges, Maíra Bendlin Calzavara Heckler. Apelado: Til - Transportes Coletivos Ltda. Advogado: Ronaldo Gomes Neves. Distribuição por Sucessão em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Leonel Cunha

42º Processo 0736717-7 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00003720920068160004 Ordinária. Remetente: Juiz de Direito. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Emanuel de Andrade Barbosa, Marcelene Carvalho da Silva Ramos, Jefferson Isaac João Scheer. Apelado: Rosemari Ivone Rebello dos Santos. Advogado: Sergio Ney Cuéllar Tramujas, Leilane Trevisan Moraes. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha. Revisor: Des. Luiz Mateus de Lima

_____ 6ª Câmara Cível _____

43º Processo 0825948-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00173399020108160004 Embargos a Execução. Apelante: Irene Arantes Rodrigues (maior de 60 anos). Advogado: Maria Regina Discini. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Luis Fernando da Silva Tambellini, Julio Cezar Zem Cardozo. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

44º Processo 0816753-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 00253326220118160001 Adjudicação Compulsória. Agravante: Cristina Valentim Pires, Regina de Valentim Pires, Clarice Valentim Pires. Advogado: Sabrina Marcolli Rui. Agravado: Irmãos Ferro Ltda. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

45º Processo 0823144-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016382620098160004 Declaratória. Apelante: Carlos Antônio do Nascimento Beyersdorff. Advogado: Cláudio Nunes do Nascimento, Paulo Augusto do Nascimento Schön. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Roberto Nunes de Lima Filho. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

46º Processo 0826956-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00168727720118160004 Mandado de Segurança. Agravante: S. L. S. . Advogado: Alessandro Agnolin, Tatiana Helena Adam, Egídio Munaretto. Agravado: E. S. Z. . Advogado: Ana Carla Harmatiuk Matos, Fábio Gil Anacleto. Interessado: D. P. P. P. . Advogado: Ademir Fernandes Cleto, Alessandra Gaspar Berger, Andréa Cristine Arcego. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

47º Processo 0811196-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Matinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00028015920108160116 Indenização. Agravante: Iderço Carlos Dias. Advogado: Enilson Luiz Wille. Agravado: Marli Terezinha Laurindo. Advogado: Daniel Gilberto Lemos Pereira, Nilma da Silveira. Redistribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço

48º Processo 0813694-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00066061120098160001 Ação Monitória. Apelante: João Batista Pinheiro Moreira. Advogado: Jorge Tortato. Apelado: Copava Veículos Ltda. Advogado: Marcos Bueno Gomes, Fabiano Rosot Antunes. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

49º Processo 0824543-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016460320098160004 Revisional. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Yeda Vargas Rivabem Bonilha, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Alice dos Santos Silva Chastalo (maior de 60 anos). Advogado: Roberto Nelson Brasil Pompeo Filho, Paula Alessandra Fernandez Bustamante. Interessado: Paranaprevidência. Advogado: Renata Guerreiro Bastos de Oliveira. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

50º Processo 0797979-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00053096620098160001 Declaratória. Apelante: Sérgio Valdir de Lima. Advogado: Marcos Paulo de Castro Pereira. Apelado: Publicar Brasil Listas Telefônicas Ltda. Advogado: Adriano Henrique Göhr, Fernando Denis Martins. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

51º Processo 0810803-0 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00239283920088160014 Execução de Título Extrajudicial. Apelante: Novo Horizonte Alumínios Ltda. Advogado: Cláudio César Machado Moreno. Apelado: Shv Gas Brasil Ltda. Advogado: Henrique Afonso Pipolo, Anderson de Azevedo, Giacomo Rizzo. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

52º Processo 0825948-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00173399020108160004 Embargos a Execução. Apelante: Irene Arantes Rodrigues (maior de 60 anos). Advogado: Maria Regina Discini. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Luis Fernando da Silva Tambellini, Julio Cezar Zem Cardozo. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

_____ 1ª Câmara Criminal _____

53º Processo 0802325-6 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00010129520088160083 Ação Penal. Recorrente: Sebastião Gonçalves (Réu Preso). Advogado: Vanderlei José Follador, Gelindo João Follador, Eliel de Almeida. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

54º Processo 0823251-1 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00008786420098160170 Ação Penal. Recorrente: Everton Antonio Munaretto. Advogado: Emerson Guerra Carvalho. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce. Revisor: Des. Telmo Cherem

55º Processo 0812850-7 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Criminal. Ação Originária: 00001882120098160013 Ação Penal. Apelante: John Enver Machado (Réu Preso). Advogado: Claudemir de Andrade Lucena. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula. Revisor: Des. Jesus Sarrão

56º Processo 0824998-3 Mandado de Segurança (Cam-Cr)
Comarca: Prudentópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 199400008906 Lei. Impetrante: Patricia Morais Serra. Advogado: Patrícia Morais Serra. Impetrado: Juiz de Direito da Comarca de Prudentópolis Vara Criminal. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

57º Processo 0812888-1 Apelação Crime

Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Crime, Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00000017920028160038 Ação Penal. Apelante: Marlon Cezar Andrade Santana. Advogado: Felipe Anghinoni Grazziotin, Marco Aurélio Angelo de Carlos Santana. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Campos Marques. Revisor: Des. Macedo Pacheco

58º Processo 0812941-3 Apelação Crime

Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00048517820088160035 Ação Penal. Apelante: Jose Antonio Gomes. Advogado: Egydio Marques Dias Netto, Paulino de Siqueira Cortes Neto. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Assistente: Elisa Greber. Advogado: Marco Aurélio Dalledone. Redistribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco. Revisor: Des. Oto Luiz Sponholz

_____ 2ª Câmara Criminal _____

59º Processo 0777355-3 Habeas Corpus Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Criminal. Ação Originária: 00192111620108160013 Ação Penal. Impetrante: Antonio Ferreira (advogado). Paciente: Cristiano Simionato (Réu Preso). Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

60º Processo 0821015-7 Apelação Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00046096420038160013 Ação Penal. Apelante (1): Elias Vidal. Advogado: René Ariel Dotti, Alexandre Knopfholz, Gustavo Scandelari, Rafael Fabrício de Melo, Luis Otávio Sales da Silva Junior, Guilherme de Oliveira Alonso. Apelante (2): Ednilson Marcos Vidal. Advogado: René Ariel Dotti, Alexandre Knopfholz, Gustavo Scandelari, Rafael Fabrício de Melo, Luis Otávio Sales da Silva Junior, Guilherme de Oliveira Alonso. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Desª Lidia Maejima

61º Processo 0829567-8 Habeas Corpus - ECA

Comarca: Porecatu. Vara: Vara Criminal e Anexos. Impetrante: Anderson Ramos Vieira (advogado). Paciente: J. C. S. L. . Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

62º Processo 0457721-5 Ação Penal (C.Int-Cr))

Comarca: Laranjeiras do Sul. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 200600001220 Procedimento Administrativo. Autor: Ministério Público do Estado do Paraná. Réu (1): Jonatas Felisberto da Silva. Advogado: Patrick Roberto Gasparetto. Réu (2): Luiz Carlos Lipski. Advogado: Alcides Alberto Munhoz da Cunha. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima

63º Processo 0813914-0 Recurso de Apelação - ECA

Comarca: Umuarama. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00034700420118160173 Ação Penal. Apelante: M. M. G. (Interno). Advogado: André Luis Romero de Souza. Apelado: M. P. E. P. . Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

64º Processo 0174955-9 Ação Penal (C.Int-Cr))

Comarca: Colorado. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 200400000055 Denuncia Crime. Autor: Ministério Público do Estado do Paraná. Réu (1): Marcos José Consalter de Mello. Advogado: Nestor Freschi Ferreira, Fabrício Resende Camargo, Frederico Moreira Camargo, Luiz Fernando Martins Bonette, Idianne Alves Pires de Oliveira Silva. Réu (2): José Pedro Rodrigues da Silva. Advogado: Silvino Janssen Bergamo, Fortunato Bergamo, Idianne Alves Pires de Oliveira Silva, Vergínia Mara Pedroso. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

65º Processo 0574299-4 Representação Criminal (Cam)

Comarca: Foz do Iguaçu. Representante: Carlos Juliano Budel, Edílio João Dall´agnol, José Carlos Neves da Silva, Hermógenes de Oliveira, Beni Rodrigues Pinto, Sérgio Leonel Beltrame, Valdir de Souza Maninho, Braiz de Moura. Advogado: Cláudio César da Cunha. Representado: Paulo Mac Donald Ghisi, Francisco Lacerda Brasileiro. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

66º Processo 0583471-5 Autos de Investigação Criminal (CAM)

Comarca: Matinhos. Vara: Vara Criminal e Anexos. Requerente: M. P. P. . Requerido (1): E. A. D. . Advogado: Alcides Galiciolli Filho. Requerido (2): E. V. D. . Advogado: Rodrigo Sanchez Rios, Daniel Laufer, Luiz Gustavo Pujol, Luiz Edson Fachin. Requerido (3): J. V. D. . Distribuição por Sucessão em 20/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

67º Processo 0619341-7 Apelação Crime

Comarca: Palotina. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 2007000002378 Ação Penal. Apelante (1): Alairton José Ulanoski. Advogado: Samir Mattar Assad, Elias Mattar Assad, Flavio Warumby Lins, Felipe Zago. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Apelante (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 23/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

68º Processo 0714464-7 Recurso em Sentido Estrito

Comarca: Palmeira. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00016729220108160124 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: William Jorge Martins. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

69º Processo 0762001-7 Apelação Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00025587520068160013 Ação Penal. Apelante: Adriano Alpinhaky da Silva (Réu Preso). Advogado: Leticia Lopes Jahn. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 23/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

70º Processo 0771100-4 Apelação Crime (det)

Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00016431520058160028 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Jurandir Rocha Nunes. Distribuição por Sucessão em 23/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

71º Processo 0775004-3 Apelação Crime

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00317254720108160030 Ação Penal. Apelante: Fábio Fedrizzi Ribeiro. Advogado: Mario Espedito Ostrovski, Ana Paula Michels Ostrovski. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

72º Processo 0784587-6 Habeas Corpus Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 00133496420108160013 Ação Penal. Impetrante: Alessandro Maurici (advogado). Paciente: Walter Fernando Lago Gabriel (Réu Preso). Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

73º Processo 0784614-8 Apelação Crime

Comarca: Dois Vizinhos. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000084020058160079 Ação Penal. Apelante: Augustinho Alves da Silva, Nivio Brezezinski, João Pedro Miranda dos Santos, Adir Ribas Kurpel, Claudecir Kurpel. Advogado: Adão Fernandes da Silva. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

74º Processo 0790879-6 Apelação Crime

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00029676320078160030 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: André Roberto Alliana. Advogado: Cristian André Sulzbacher Kasper, Luiz Marcelo Szczepanski. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

75º Processo 0793304-6 Recurso em Sentido Estrito

Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00018890620088160028 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Ewerton Jared de Souza. Def.Dativo: Luís Rogério Garcia Baran. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

76º Processo 0794966-0 Habeas Corpus Crime

Comarca: Matelândia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012857020118160115 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Cristiano Soccol Branco (advogado). Paciente: Diego Rafael Freire Sessenta (Réu Preso). Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

77º Processo 0795093-6 Apelação Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 00042597120068160013 Ação Penal. Apelante: Diego de Oliveira Proença. Def.Dativo: Gabriela Rubin Toazza. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 23/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

78º Processo 0795931-1 Apelação Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Criminal. Ação Originária: 00051822920088160013 Ação Penal. Apelante: Antonio Cesar Timoteo. Def.Dativo: Graciene Santos D'Souza. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

79º Processo 0797160-0 Recurso de Apelação - ECA

Comarca: Marialva. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00022681220108160113 Representação. Apelante: A. S. M. K. . Def.Dativo: Rodolfo Menengoti Gonçalves Ribeiro. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

80º Processo 0797232-1 Apelação Crime

Comarca: Santa Helena. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000630620048160150 Ação Penal. Apelante: Antonio Guizer. Def.Dativo: Hudson Ferreira D'angelo. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

81º Processo 0797372-0 Apelação Crime

Comarca: Faxinal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001477820088160081 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Geraldo Rissetto, José Alves de Souza, Rubens Rodrigues. Advogado: Newton Bueno Lacerda.

Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

82º Processo 0799122-8 Apelação Crime

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00017256220088160021 Ação Penal. Apelante: Wagner Vieira. Advogado: Luiz Fernando de Vicente Stoinski. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 23/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

83º Processo 0801789-6 Apelação Crime

Comarca: Mangueirinha. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000191020048160110 Ação Penal. Apelante: Claudemir da Rocha Moreira. Def.Dativo: Araredes Schrainer Serpa. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

84º Processo 0803118-5 Apelação Crime (det)

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara de Delitos de Trânsito. Ação Originária: 00033687920088160013 Ação Penal. Apelante: Sidinei Correa de Souza. Def.Público: Lidia Ivone Ribas. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 23/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

85º Processo 0803505-8 Apelação Crime (det)

Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00008159520078160077 Ação Penal. Apelante: Carlos Henrique da Silva de Almeida. Def.Dativo: Wilton Silva Longo. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

86º Processo 0804496-8 Recurso de Apelação - ECA

Comarca: Barracão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00030466820108160052 Representação. Apelante: M. P. E. P. . Apelado: L. P. L. (Interno). Def.Dativo: Ana Paula Verona. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

87º Processo 0805436-6 Apelação Crime

Comarca: Prudentópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006517020098160139 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Alceu Alberto Lemos. Advogado: Rozane Machado Marconato. Distribuição por Sucessão em 23/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

88º Processo 0807047-7 Apelação Crime

Comarca: Chopinzinho. Vara: Vara Crime, Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00001637120088160068 Ação Penal. Apelante: Adegir de Quadros Lara, Ezequiel de Quadros, João Cesário de Lara. Def.Dativo: Odacir Giaretta. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

89º Processo 0813620-3 Recurso de Agravo

Comarca: Rio Negro. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00040236920108160146 Petição. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Anatólio Lipinski (Réu Preso). Def.Dativo: Carlos Alberto Soares Nolli. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

90º Processo 0818758-2 Habeas Corpus Crime

Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00126729420118160014 Ação Penal. Impetrante: Gabriel Bertin de Almeida (advogado). Paciente: Willian Modesto de Oliveira, Reinoldo de Oliveira. Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

91º Processo 0819110-6 Apelação Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00054383520098160013 Ação Penal. Apelante: Márcio dos Santos. Def.Dativo: Willian Carneiro Bianeck, Luis Boaventura Goulart Junior. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Sucessão em 23/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

_____ Órgão Especial _____

92º Processo 0427070-4/04 Agravo Regimental Cível

Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0427070402 Recurso Extraordinário Civel, 4270704 Apelação Cível. Agravante: Sercomtel S.a. - Telecomunicações. Advogado: Fábio Martins Pereira, José Carlos Martins Pereira, Luiz Carlos do Nascimento, Juliana Renata de Oliveira Gralike. Agravado: Casimiro Gaspar (maior de 60 anos). Advogado: Maria Elizabeth Jacob. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

93º Processo 0529823-5/02 Agravo Regimental Cível

Comarca: São Miguel do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0529823501 Recurso Especial Civel, 5298235 Apelação Cível. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Eduardo José Pereira Neves, Gilberto Fior, Aurélio Ferreira Galvão. Agravado: Município de São Miguel do Iguaçu. Advogado: Ijair Vamerlatti, Kazumy Chriz Barbosa de Oliveira. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

94º Processo 0561684-8/03 Agravo Regimental Cível

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0561684802 Recurso Especial Civel, 5616848 Apelação Cível. Agravante: Sercomtel S/a - Telecomunicações. Advogado: Fábio Martins Pereira, Juliana Renata de Oliveira Gralike, José Carlos Martins Pereira, Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos, Luiz Carlos do Nascimento. Agravado: José Lindauro Filho. Advogado: Maria Elizabeth Jacob. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

95º Processo 0550530-8/03 Agravo Regimental Cível

Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 0550530802 Recurso Especial Civel, 5505308 Apelação Cível. Agravante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Glauco Iwersen, Milton Luiz Cleve Küster, Mariana Pereira Valério. Agravado: Natalina Pereira Barbosa. Advogado: João Rodrigues de Oliveira, Tirone Cardoso de Aguiar. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

96º Processo 0399979-9/04 Agravo Regimental Cível

Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0399979903 Recurso Extraordinário Civel, 3999799 Apelação Cível. Agravante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Artur Humberto Piancastelli, Paulo Henrique Gardemann, Fábio César Teixeira, Patrícia Ribeiro Pozzi de Carvalho Freitas. Agravado: Leonice Abigal da Silva Soler. Advogado: Abel Ferreira. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

97º Processo 0616636-9/04 Agravo Regimental Cível

Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0616636902 Recurso Extraordinário Civel, 6166369 Apelação Cível. Agravante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Fábio Martins Pereira, José Carlos Martins Pereira, Juliana Renata de Oliveira Gralike, Marcelo Baldassarre Cortez, Valdir Demartine de Castro. Agravado: Deodoro Yasukazu Kuwabara. Advogado: Abel Ferreira. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

98º Processo 0530019-8/03 Agravo Regimental Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0530019802 Recurso Especial e Extraordinário, 5300198 Apelação Cível. Agravante: Ics-instituto Curitiba de Saúde. Advogado: Julio Jacob Junior, Tércio Amaral de Camargo, Melissa de Cássia Kanda Dietrich, Juliana Bley Galli, Jefferson Renato Rosolem Zaneti. Agravado: Carlos Aran (maior de 60 anos). Advogado: Gastão Schefer Filho, Alessandro Marcelo Moro Réboli. Interessado: Municipio de Curitiba. Advogado: Maureen Daisy Redondo Machado. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 23/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

99º Processo 0574271-6/06 Agravo Regimental Cível

Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 0574271602 Recurso Especial e Extraordinário, 5742716 Apelação Cível. Agravante: Sercomtel S/a Telecomunicações. Advogado: Marcelo Baldassarre Cortez, José Cicero Celestino, Rodrigo Rodrigues da Costa. Agravado: maria oliveira dos santos. Advogado: João Rodrigues de Oliveira. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

100º Processo 0682540-3/02 Agravo Regimental Cível

Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 0682540301 Recurso Especial e Extraordinário, 6825403 Apelação Cível. Agravante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Rodrigo Rodrigues da Costa. Agravado: Neuza Ferreira da Silva. Advogado: Maria Elizabeth Jacob. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

101º Processo 0655760-8/02 Agravo Regimental Cível

Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 0655760801 Recurso Especial e Extraordinário, 6557608 Apelação Cível. Agravante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Rodrigo Rodrigues da Costa. Agravado: Gustavo Machado Ferreira. Advogado: João Rodrigues de Oliveira, Tirone Cardoso de Aguiar. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

102º Processo 0582415-3/03 Agravo Regimental Cível

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0582415302 Recurso Especial e Extraordinário, 5824153 Apelação Cível. Agravante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Rodrigo Rodrigues da Costa. Agravado: João Nivaldo Gardin. Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

103º Processo 0681461-3/02 Agravo Regimental Cível

Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0681461301 Recurso Especial e Extraordinário, 6814613 Apelação Cível. Agravante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Rodrigo Rodrigues da Costa. Agravado: Maria Dias da Conceição Sabino (maior de 60 anos). Advogado: Fabiano Kleber Moreno Dalan, Rodolpho Eric Moreno Dalan. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

104º Processo 0690904-2/02 Agravo Regimental Cível

Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0690904201 Recurso Especial e Extraordinário, 6909042 Apelação Cível. Agravante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Rodrigo Rodrigues da Costa. Agravado: Manoel Delmiro da Silva Junior. Advogado: Maria Elizabeth Jacob. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Mendonça de Anunciação

105º Processo 0813199-3 Agravo de Instrumento (OE)

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 2009000022718 Execução de Sentença. Agravante: Grafftex Industria e Comercio de Tintas e Revestimento Ltda. Advogado: Guilherme Henn, Maria Carolina Brassanini Centa, Valéria dos Santos Tondato. Agravado: Estado do

Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo. Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

106º Processo 0794286-7 Pedido de Intervenção Federal
Comarca: Pinhão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000302 Reintegração de Posse. Requerente: Industrias João José Zattar SA. Advogado: César Augusto Gularte de Carvalho. Requerido: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Wilton Vicente Paese. Interessado: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra M S T. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

_____ 7ª Câmara Cível _____

107º Processo 0754224-5 Apelação Cível
Comarca: Primeiro de Maio. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00008746020088160138 Prestação de Contas. Apelante: Aureo Joaquim. Advogado: Gentil Martins Bugue. Apelado: Severino Neri. Advogado: Gregório Arthur Thanes Montemor. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira

108º Processo 0790040-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Congonhinhas. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004293820118160073 Reintegração de Posse. Agravante: Mauro Sérgio Marcolini. Advogado: José Fernando Lemos Rodrigues, Angela Dorotéia Coradette da Rosa. Agravado: Marinês Ribeiro. Advogado: Raphael Dias Sampaio. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

109º Processo 0794891-8 Apelação Cível
Comarca: Manoel Ribas. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00009941920108160111 Declaratória. Apelante: Jonas dos Santos. Advogado: Nereu Mokochinski Junior, João de Paula Xavier. Apelado: Wms Supermercados do Brasil Ltda. Advogado: José Vicente Filippon Sieczkowski, Adilson de Castro Junior, Daniella Leticia Broering. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

110º Processo 0825557-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00534028420108160014 Obrigação de Fazer. Agravante: Banco Santander (brasil) S/a. Advogado: Gilberto Stinglin Loth. Agravado: Melissa Shizuco Kawano. Advogado: Ana Paula Almeida de Souza. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

111º Processo 0827783-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00015387520118160077 Mandado de Segurança. Agravante: Associaçao Comunitaria e Cultura de Cruzeiro do Este. Advogado: Ronald Rogério Lopes Smarzaro. Agravado: Sert - Sindicato das Empresas de Radiofusão e Televisão do Estado do Paraná. Advogado: Gilson José dos Santos. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

112º Processo 0718953-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 200600001698 Indenização. Agravante: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. Advogado: Sérgio Bermudes, Raphael de Moraes Miranda, Eduardo Alberto Marques Virmond. Agravado: Geralsseg Corretora de Seguros S/c Ltda. Advogado: Adyr Sebastião Ferreira, Íria Regina Marchiori, Cláudio Nunes do Nascimento. Interessado: Banco Bradesco S/a. Advogado: Marlúcio Ledo Vieira, Rogério Marcio Beraldi Biguette. Redistribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein

113º Processo 0807058-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Mamborê. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000272 Reintegração de Posse. Agravante: Petrobrás Distribuidora Sa. Advogado: Fernando Wilson Rocha Maranhão, Andrea Caroline Marconatto Cury. Agravado: Auto Posto Falcão Azul Ltda. Advogado: Rui Mauro Santos. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt

114º Processo 0823898-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200000053198 Tutela Inibitória. Agravante: Companhia de Seguros Previdência do Sul. Advogado: Marcel Eduardo de Lima. Agravado: Plena Corretora de Seguros Ltda. Advogado: Pedro Henrique Xavier, Karla Maria Trevizani. Interessado: Instituto Municipal de Curitiba - Imap. Redistribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt

115º Processo 0825979-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000119 Indenização. Agravante: Edwards Lifesciences Comércio de Produtos Médicos Cirúrgicos Ltda. Advogado: Carla Regina Barros Pereira Simonatto, Alexandre de Alencar Barroso, Isabel Cristina Ribau Henriques Gonçalves. Agravado: Espólio de Gilberto José Camaratta Tolfo, Marli de Oliveira Tolfo, Marcos Vinicius de Oliveira Tolfo, Rosangela Tolfo Gusi, Carla Rosana Tolfo Nunes. Advogado: Norberto Trevisan Bueno, Evelin Naiara Garcia, Luis Eduardo Pereira. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt

116º Processo 0826920-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00099340320108160004 Execução de Sentença. Apelante: Maria Zulmira Barbosa (maior de 60 anos). Advogado: Maria Regina Discini, Paulo Cortellini. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Luis Fernando da Silva Tambellini, Valiana Wargha Calliari. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Revisor: Des. Antenor Demeterco Junior

117º Processo 0804269-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00009449120088160004 Mandado de Segurança. Apelante: João Cazarim de Oliveira. Advogado: Adyr Sebastião Ferreira. Apelado: Paranaprevidencia Serviço Social Autônomo. Advogado: Roger Oliveira Lopes, Renata Guerreiro Bastos de Oliveira, Mauro Ribeiro Borges, Alessandra Gaspar Berger. Redistribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

118º Processo 0824628-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 199500032907 Embargos a Execução. Agravante: Carlos Alberto Pereira. Advogado: Carmen Glória Arriagada Andrioli, Giovani Gionédis, Louise Rainer Pereira Gionédis. Agravado: Ipepr Instituto de Previdência e Assistência Aos Servidores Públicos do Estado do Paraná. Advogado: Benedito Nicolau dos Santos Neto. Interessado: Martha Nogueira Mazzola. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry

119º Processo 0799666-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00268863220118160001 Declaratória. Agravante: Roger Dalcanale. Advogado: José Américo da Silva Barboza. Agravado: Espólio de Catharina Labourdette Dalcanale, Luiz Carlos Dalcanale, Luiz Carlos Dalcanale Filho, Ana Paula Dalcanale, Ana Carolina Dalcanale Monteiro, Geraldo Dalcanale, Regina Célia Dias Dalcanale, Denise Dalcanale Martinelli, Rosana Dalcanale Martinelli, Rejane Dalcanale Martinelli. Advogado: Ana Carolina Dalcanale, Ana Carolina Rohr Fukushima. Redistribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani

120º Processo 0823360-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200000045318 Resolução de Contrato. Agravante: Companhia de Habitação Popular de Curitiba Cohab-ct. Advogado: Eduardo Garcia Branco, Mônica Pimentel de Souza Lobo. Agravado: Roseli Pissato, Luiz Carlos de Almeida. Advogado: Leila Miranda. Redistribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani

121º Processo 0823375-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00006089220058160004 Declaratória. Apelante (1): Município de Curitiba. Advogado: Jervis Puppi Wanderley, Hypérides Zanello Neto, Vera Lucia Sigwalt Bittencourt, Majoly Aline Araújo dos Anjos. Apelante (2): I C S - Instituto Curitiba de Saúde. Advogado: Melissa de Cássia Kanda Dietrich, Tércio Amaral de Camargo. Apelado: Anna Evangelista Pacheco (maior de 60 anos), Ivone Riesemberg Xavier (maior de 60 anos), Mafalda Anna Bonato (maior de 60 anos), Sebastião de Siqueira (maior de 60 anos), Miguel José Coelho (maior de 60 anos), Ivo Blitzkow (maior de 60 anos), Leli Beti Russi (maior de 60 anos), Ana Maria da Silva Borges (maior de 60 anos), Eduardo Pereira da Luz (maior de 60 anos), Jonas Corrêa (maior de 60 anos). Advogado: Alessandro Marcelo Moro Réboli. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

_____ 8ª Câmara Cível _____

122º Processo 0658091-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 200300000003 Indenização. Apelante: C. L. L. L. (maior de 60 anos). Advogado: Otto João Lyra Neto. Apelado: A. S. C. C. V. M. L. . Advogado: Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Carolina Fonseca Wensersky, Fernanda Moro. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto

123º Processo 0453227-6 Apelação Cível
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200300000534 Indenização. Apelante (1): Sueli Americo de Araujo. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello, Raul Maia Chapaval. Apelante (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

124º Processo 0474945-9 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500003604 Indenização. Apelante (1): Sandro dos Santos Cabral. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto, Raul Maia Chapaval. Apelante (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

125º Processo 0476011-6 Apelação Cível
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200100000552 Indenização. Apelante (1): Antonio Marcos Deres. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Apelante (2): Petróleo Brasileiro S/a - Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por

Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

126º Processo 0483477-5 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200400003225 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Rec.Adesivo: Luciane Manoel Ferreira. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado (2): Luciane Manoel Ferreira. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

127º Processo 0516473-0 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500006469 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Rec.Adesivo: Janete do Nascimento das Neves. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado (2): Janete do Nascimento das Neves. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

128º Processo 0517182-8 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500006335 Indenização. Apelante: Petróleo Brasileiro S/a - Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Rec.Adesivo: Everaldo Pires Luis. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado (1): Petróleo Brasileiro S/a - Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado (2): Everaldo Pires Luis. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

129º Processo 0517553-7 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500006228 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Rec.Adesivo: Edineia Mendes Pereira. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado (2): Edineia Mendes Pereira. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

130º Processo 0517893-6 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500006394 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Rec.Adesivo: Leozete Albino Ferreira. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado (2): Leozete Albino Ferreira. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

131º Processo 0518441-6 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500006406 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Rec.Adesivo: Araci das Dores Ferreira. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado (2): Araci das Dores Ferreira. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

132º Processo 0757171-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00349275920108160021 Declaratória. Agravante: Gl Zanela e Zanela Ltda. Advogado: Paulo Reneu Simões dos Santos, Marcelo Moço Corrêa. Agravado: Gaboardi Representações de Calçados Ltda. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

133º Processo 0826368-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00508699420108160001 Indenização. Agravante: Sônia Aparecida Brites Casatti. Advogado: Giselle Kliemann Scarpari, Tâmilly Rafaela de Oliveira, Barbara Ferreira Davet. Agravado: Banco Simples S/a. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Redistribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

134º Processo 0802738-3 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035764120038160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marcieli Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

135º Processo 0802741-0 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035781120038160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marciele Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Estração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Martim Francisco Ribas. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

136º Processo 0802743-4 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035720420038160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marciele Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Martim Francisco Ribas. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

137º Processo 0802748-9 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035694920038160174 Embargos a Execução. Apelante: Mariciele Soares, Verginia Soares. Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Martim Francisco Ribas. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

138º Processo 0802752-3 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035711920038160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marcieli Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Martim Francisco Ribas. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

139º Processo 0802755-4 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035807820038160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marciele Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

140º Processo 0802760-5 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00055030820048160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marciele Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

141º Processo 0802765-0 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035747120038160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marciele Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Martim Francisco Ribas. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

142º Processo 0802770-1 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035772620038160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marciele Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

143º Processo 0802782-1 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035738620038160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marciele Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Martim Francisco Ribas. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

144º Processo 0802790-3 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035686420038160174 Embargos a Execução. Apelante: Marciele Soares, Verginia Soares. Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Martim Francisco Ribas. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

145º Processo 0802798-9 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00055049020048160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marciele Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Martim Francisco Ribas. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

146º Processo 0802804-2 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035703420038160174 Embargos a Execução. Apelante: Marciele Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Martim Francisco Ribas. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

147º Processo 0802811-7 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00055022320048160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marciele Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

148º Processo 0802821-3 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035816320038160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marciele Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda.

Advogado: Martim Francisco Ribas. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

149º Processo 0802832-6 Apelação Cível

Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00035755620038160174 Execução de Título Judicial. Apelante: Marcieli Soares (Representado(a)), Verginia Soares (Representado(a)). Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Martim Francisco Ribas. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

150º Processo 0802843-9 Apelação Cível

Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00031072920028160174 Embargos a Execução. Apelante: Marciele Soares, Verginia Soares. Advogado: Frederico Valdomiro Slomp. Apelado: G R Extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Martim Francisco Ribas. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Revisor: Des. Guimarães da Costa

151º Processo 0824775-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000163 Indenização. Agravante: Nutrella Alimentos S/a. Advogado: Odorico Tomasoni, Roseane Riesel. Agravado: Doane Esli Vieira, João Vitor Vieira Bittencourt, João Guilherme Vieira Bittencourt (Representado(a)). Advogado: Luis Roberto Ahrens. Redistribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

152º Processo 0825682-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200500000106 Cobrança. Agravante: Liberty Paulista Seguros S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi, Ellen Karina Borges Santos, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Greice Adriana Simões. Agravado: Idalina Ribeiro dos Santos. Advogado: Adriana Aparecida Martinez, Carina Marini. Redistribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

153º Processo 0751078-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 199200000051 Indenização. Agravante: Cattalini Transportes Ltda. Advogado: Denis Norton Raby, Elaine Novaes Falco. Agravado (1): Transportadora Turística Casetto Ltda. Advogado: Paulo Joaquim Martins Ferraz. Agravado (2): Osmarina de Oliveira Gonçalves, Mauro Gonçalves Junior, Valquiria Margareth Gonçalves, Marcelo Gonçalves, Valeria Marzete Gonçalves. Advogado: Paulo Joaquim Martins Ferraz. Agravado (3): Maria de Lourdes Piassa. Advogado: José Roberto Dutra Hagebock. Agravado (4): Sonia de Souza Monezi, Natalia de Souza Monezi. Advogado: Reinaldo Costa da Rocha Loures, Gézio Duarte Medrado, Marli Nunes Baptista. Agravado (5): Kauan Nunes Rodrigues (Representado(a)). Advogado: José Carlos Trolezi. Agravado (6): Luciana Trindade Paschoal (Representado(a)). Advogado: José Carlos Trolezi. Agravado (7): Vilma Ferreira de Almeida. Advogado: René Gastão Eduardo Mazak. Agravado (8): Francisco Tomas Lucas. Advogado: Sérgio de Paula Martiniano. Interessado: Liberty Seguros Sa. Advogado: Hercules Luiz. Interessado: Hsbc Bamerindus Seguros Sa. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Gerson Vanzin Moura da Silva, Luiz Henrique Bona Turra. Interessado: Hdi Seguros Sa. Advogado: Nelson Junki Lee, Alexandre Foti, Carlos Henrique Piacentini. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

154º Processo 0801844-2 Apelação Cível

Comarca: Irati. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005983220068160095 Declaratória. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Apelado: Nelson Coginski, Vera Lúcia Coginski. Advogado: Fernando Onesko. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor: Des. João Domingos Kuster Puppi

_____ 9ª Câmara Cível _____

155º Processo 0744962-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00101601720108160001 Reparação de Danos. Apelante: Posto Shangri-la Ltda. Advogado: André Luiz Moro Bittencourt, Adriano Moro Bittencourt. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Naradiba Silamara Guerra de Souza. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

156º Processo 0789084-0 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00279224120098160014 Indenização. Apelante: Omar Caires de Souza. Advogado: Jovino Terrin, Daniel Lucas Oliveira Cruz. Rec.Adesivo: Banco do Brasil SA. Advogado: Carlos Alberto Francovig Filho. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Carlos Alberto Francovig Filho. Apelado (2): Omar Caires de Souza. Advogado: Jovino Terrin, Daniel Lucas Oliveira Cruz. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

157º Processo 0818891-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Cascavel. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00168705620118160021 Revisão de Contrato. Agravante: Unimed Cascavel- Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogado: Sérgio Ricardo Tinoco, Eneida Tavares de Lima Fettback. Agravado: José Aloisio Krahl (maior de 60 anos). Advogado: Neusa Mara Lemos. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

158º Processo 0797221-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00057167220098160001 Repetição de Indébito. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Ernesto Antunes de Carvalho. Apelado: Maria Terezinha Ceranto Franzoi. Advogado: Agatha Ponte Neves. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa

159º Processo 0817584-8 Apelação Cível

Comarca: Rio Negro. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00008691420088160146 Declaratória. Apelante: Bigpasso Comércio de Calçados Ltda. Advogado: Tadeu David Munhoz. Apelado (1): Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Apelado (2): Banco do Estado de Santa Catarina. Advogado: Celso Roberto Eick Júnior, João Guilherme Tabalipa, Marília Monteggia Reverbel. Interessado: Calçados Aurora Ltda. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

_____ Seção Cível _____

160º Processo 0824236-8 Ação Rescisória (GCCR/SCV)

Comarca: Bocaiúva do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 1402679 Apelação Civel e Reexame Necessario. Autor: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Maria Marta Renner Weber Lunardon, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Daniela de Souza Gonçalves. Réu: Magnum Serviços Empresariais Ltda. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito

_____ 10ª Câmara Cível _____

161º Processo 0799150-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00038086720118160014 Indenização. Agravante: Banco Itaú Unibanco Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Mauri Marcelo Bevervanço Junior, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Oscar do Nascimento. Advogado: Oscar do Nascimento. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

162º Processo 0710116-0 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00085450220008160014 Medida Cautelar. Apelante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Fábio Martins Pereira, Artur Humberto Piancastelli, José Carlos Martins Pereira. Apelado: Ademar Soto Clavisso, Alessandra Nunes Cipullo, Antonio Paulo Mancino, Davino Paixão de Lima, Depósito de Materiais Para Construção Gohás Ltda, Gildésio David Bianchi, Iraci Ferreira Clavisso, João de Castro, João de Castro Filho, José da Costa Zuba, Manoel de Oliveira, Mara Sueli Clavisso, Maria Diniz de Castro, Maria Inês Mickus, Maria José Soares Oliveira, Maria de Lourdes Mancino, Marta Botelho, Nadia Maria Garbulha, Neusa Mancino Rossini, Olivia Maria Tavares Martins de Castro, Paulo César Clavisso, Ricardo Alexandre Santos, Rubens Luiz Pereira, Shoraia de Castro, Silvia de Castro, Sueli de Castro, Tânia Regina Clavisso Pereira, Uniatel -união Adminstradora de Imóveis e Telefones Ltda. Advogado: Ronaldo Gomes Neves, Adhemar de Oliveira e Silva Filho, Fábio Martins Pereira. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor: Des. Nilson Mizuta

163º Processo 0758822-7 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00189620420068160014 Indenização. Apelante: Wilma Calegari de Souza. Advogado: José Vieira da Silva Filho. Apelado: João Roberto Teixeira Machado. Advogado: Valéria Aparecida Castilho de Oliveira. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor: Des. Nilson Mizuta

164º Processo 0741626-4 Apelação Cível

Comarca: Santa Helena. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001926920088160150 Indenização. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Naradiba Silamara Guerra de Souza. Apelado: Nilva Salete Schaefer. Advogado: Edinara Regina Schaefer Covatti. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

165º Processo 0794999-9 Apelação Cível

Comarca: Palotina. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00004898520078160126 Declaratória. Apelante: Moacir Conte. Advogado: Enimar Pizzatto. Apelado: Unimed Vale do Piquiri - Cooperativa de Trabalho Médico Vale do Piquiri. Advogado: Oscar Estanislau Nasihgil. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

166º Processo 0812701-9 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00215678320078160014 Embargos a Execução. Apelante: Salva Vidas Sos Emergencias Médicas Sc Ltda. Advogado: Denison Henrique Leandro. Apelado: Dilson Candido dos Santos. Advogado: Itacir José Rockenbach. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

167º Processo 0823691-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Matinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00143090220108160116 Embargos a Arrematação. Agravante: Carlos Humberto Fernandes Silva. Advogado: Sidnei de Quadros, Franz Hermann Nieuwenhoff Júnior. Agravado: Altevir Lelis de Lara. Advogado: Fernando Portugal de Lara, Elias Carmelo Portugal de Lara. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

168º Processo 0827021-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00009189220118160035 Indenização. Agravante: Sandro Prestes de Oliveira. Advogado: Alex Sandro Noel Nunes. Agravado: Banco Santander (brasil) S/a.. Advogado: Ana Caroline Dias Libânio da Silva. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

_____ 11ª Câmara Cível _____

169º Processo 0720833-9 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00063161620078160017 Cobrança. Apelante: W & Dena Corretora e Assessoria. Advogado: Ademir Penha. Apelado: Juarez Artur Arantes. Advogado: Marcione Pereira dos Santos, Sandro Schleiss. Interessado: Uiramutã - Adiministraçao e Participaçao Sc Ltda. Advogado: Herick Mardegan. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Revisor: Des. Ruy Muggiati

170º Processo 0766197-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00038722420088160001 Cautelar. Apelante: Intelig Telecomunicações Ltda. Advogado: Daniel Hajjar Sagboni Montanha Teixeira, Alessandro Elísio Chalita de Souza. Apelado: Celso Cravelin Jurasczek. Advogado: Adelcio Martins dos Santos. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Revisor: Des. Ruy Muggiati

171º Processo 0821200-6 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00217159420078160014 Cobrança. Apelante (1): Ronaldo Gomes Neves. Advogado: Ronaldo Gomes Neves. Apelante (2): Auber Silva Pereira, Daise Malaguido Ponich Silva Pereira. Advogado: Daise Malaguido Ponich Silva Pereira. Apelado (1): Auber Silva Pereira, Daise Malaguido Ponich Silva Pereira. Advogado: Daise Malaguido Ponich Silva Pereira. Apelado (2): Ronaldo Gomes Neves. Advogado: Ronaldo Gomes Neves. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

172º Processo 0826108-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Guaratuba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00012968320118160088 Medida Cautelar. Agravante: Takako Arai Kurtz. Advogado: Carla Maria Lewek de Queiros, Marcia Regina Arai Tavares, Lilian Fernandes. Agravado: Estado do Paraná, Município de Guaratuba. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

173º Processo 0820138-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00030134220078160001 Ação Monitória. Apelante: Vida Emergências Médicas Ltda. Advogado: Luciano Hinz Maran, Alceu Rodrigues Chaves. Apelado: Ticket Serviços Sa. Advogado: Rogério José Hernandes Bonazzi. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior. Revisor: Des. Fernando Wolff Bodziak

174º Processo 0620262-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000075 Reparação de Danos. Apelante: Claro Sa. Advogado: Alessandro Dias Prestes, Júlio Cesar Goulart Lanes, João Paulo Dapper. Rec.Adesivo: Marco Aurelio Jonson. Advogado: Joãozinho Santana, Camila Ferrari Santana. Apelado (1): Marco Aurelio Jonson. Advogado: Joãozinho Santana, Camila Ferrari Santana. Apelado (2): Claro Sa. Advogado: Alessandro Dias Prestes, Júlio Cesar Goulart Lanes, João Paulo Dapper. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati. Revisor: Des. Gamaliel Seme Scaff

175º Processo 0824478-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00054701220118160129 Declaratória. Agravante: José Valdecir Brum Alves - Hg Transporte. Advogado: Fabiano Antônio Fernandes Meira. Agravado: Centro Sul Serviços Marítimos Ltda. Advogado: Eduardo Desidério, Fabio Luis Antonio. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

176º Processo 0715511-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00006591520058160001 Indenização. Apelante (1): Farmácia Danafarma Ltda. Advogado: Juarez Bortoli. Apelante (2): Embratel Empresa Brasileira de Telecomunicações SA. Advogado: Idemilson de Oliveira, Reinaldo Mirico Aronis. Apelante (3): Brasil Telecom Sa. Advogado: Sandra Regina Rodrigues. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

177º Processo 0820151-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Cerro Azul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201000000198 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Agravante: Berneck Sa Painéis e Serrados. Advogado: Eduardo Ventura Medeiros, José Antônio Gomes de Araújo, Ricardo Alexandre da Silva. Agravado: M. M. Carvalho, Miguel Moreira de Carvalho. Advogado: Wellington de Lima Andraus. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

178º Processo 0824669-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00387587820108160001 Cobrança. Agravante: Dm Construtora de Obras Ltda.. Advogado: Patrícia Munhoz e Silva. Agravado: Moraister Guindastes Ltda.. Advogado: Hélcio Geraldo de Oliveira Correa, Igor Anício de Godoy Mendes Correa, Victor Anício de Godoy Mendes Correa. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

_____ 12ª Câmara Cível _____

179º Processo 0787495-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00048529720108160001 Embargos a Execução. Apelante: Hardware Solution Hs Locadora de Equipamentos de Informática Ltda. Advogado: Marcelo Oliva Murara, Priscilla Ramalho Perseke. Apelado: Lovato do Brasil Ltda. Advogado: Paulo Manuel de Sousa Baptista Valério. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Revisor: Des. Clayton Camargo

180º Processo 0827678-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00523017520118160014 Investigação de Paternidade/Maternidade c/c Alimentos. Agravante: P. M. R. S. (Representado(a)). Advogado: Celina Kazuko Fujioka Mologni, Agenor Domingos Lovato Cogo Júnior, José Roberto Reale. Agravado: R. C. O. , R. C. O., C. C. O.. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

181º Processo 0784483-3 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00034513520088160033 Embargos a Execução. Apelante: Farmacia Flora Pinhais Ltda, Teolinda Silva Maschio. Advogado: Marcos Vinícius Rodrigues de Almeida, Joacir José Favero. Apelado: Companhia de Saneamento do Paraná Sanepar. Advogado: Andrei de Oliveira Rech, Marcus Venicio Cavassin. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari. Revisor: Des. Costa Barros

182º Processo 0811273-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Joaquim Távora. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201100000175 Ação de Despejo. Agravante: Waldomiro Bukalowski. Advogado: Moacir Alves de Almeida, Mharsel Viniccius de Almeida e Silva. Agravado: Espólio de Assad Toufic El Mir. Advogado: Paulo de Oliveira. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari

183º Processo 0737200-1 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00188841020068160014 Cobrança. Apelante: Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio Libanês. Advogado: Ivan Cesar Azevedo Borges de Liz, Dario Borges de Liz Neto, Elias Farah Junior. Apelado: Ludovico Pieri Neto, Flávia Meneguetti Pieri. Advogado: Henrique Afonso Pipolo. Interessado: Unimed do Estado do Paraná - Federação Estadual das Cooperativas Médicas. Advogado: Maurício Kavinski, Robinson Leon de Aguero, Mauro Cezar Abati, Daniel Antonio Costa Santos, Luiz Gustavo Pires de Camargo. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. José Cichocki Neto

184º Processo 0782784-7 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00076306020088160017 Declaratória. Apelante: Expresso Rodoviário Tamoyo Ltda. Advogado: Christiane Paula de Oliveira Mantovani, Paula Leandro Gonçalves. Apelado: Tim Celular Sa. Advogado: Fabiula Schmidt, Danusa Feliz de Luca. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. José Cichocki Neto

185º Processo 0825064-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00022229320098160004 Declaratória. Apelante: Grezegorz Stanislaw Drozdz (maior de 60 anos). Advogado: Françóis Youssef Daou, Gisela Pinheiro de Souza Daou, Rodrigo dos Passos Viviani. Apelado: Copel Distribuição Sa. Advogado: Ira Neves Jardim, Damasceno Maurício da Rocha Junior, Alessandro Renato de Oliveira. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. José Cichocki Neto

_____ 13ª Câmara Cível _____

186º Processo 0816355-3 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00339919420108160001 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Reinaldo Emilio Amadeu Hachem, Daniel Hachem. Apelado: Leandro Elias Baran. Advogado: Rafael de Lima Felcar, Júlio Cezar Engel dos Santos. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

187º Processo 0820251-9 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00088401520098160017 Embargos a Execução. Apelante: Alexandre Pelissari Cidade. Advogado: Alexandre Pelissari Cidade. Apelado: Fundação Médica Assistencial do Município de Indianópolis. Advogado: José Airton Gonçalves. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo

188º Processo 0827563-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006825220108160108 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Fernanda Michel Andreani. Agravado: Adelino Antunes Sola, Romaldo Romeu Schweig, Sigvard Frost, Valter Marcolino. Advogado: Fábio Stecca Cione, Leandro Depieri. Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

189º Processo 0339551-3/01 Embargos de Declaração Cível

Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 3395513 Apelação Civel. Apelante: Júlio César Novais e Cia Ltda, Parpinelli e Parpinelli Ltda, Cloves Parpinelli, Emília Passos Parpinelli, Júlio César Novais, Alvim Novais, Pedra Parpinelli Novais. Advogado: Antonio Farias Ferreira Netto, Sebastião da Silva Ferreira. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos, Evandro Lúcio Pereira de Souza, Márcio Antônio Sasso, Werner Aumann. Embargante: Júlio César Novais e Cia Ltda e outros. Advogado: Sebastião da Silva Ferreira. Distribuição por Sucessão em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega

190º Processo 0826835-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00007958020038160001 Embargos a Execução. Apelante (1): Espólio de Adilson Garcia. Advogado: Francisco Cunha Souza Filho. Apelante (2): Francisco Cunha Souza Filho. Advogado: Eros Belin de Moura

Cordeiro. Apelado: Sueli de Paula Ataíde. Advogado: Tânia Mara Mandarino, Humberto Ribeiro de Queiroz. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama

191º Processo 0760922-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Medianeira. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00043388720108160117 Execução para Entrega de Coisa Incerta. Agravante: Luciano Martin Welter. Advogado: Amauri Garcia Miranda. Agravado: Odacir Dalpiaz. Advogado: Emerson Arthur Estevam. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

192º Processo 0819193-5 Apelação Cível
Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00017146420078160119 Embargos de Terceiro. Apelante: Maria Aparecida Assi Reche. Advogado: Marcelo Barros Mendes. Apelado: João Carlos Prezzotto. Advogado: Messias Queiroz Uchôa. Redistribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

_____ 14ª Câmara Cível _____

193º Processo 0809673-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00120330420108160017 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Michelle Braga Vidal. Agravado: João Sanches Cara. Advogado: Fábio Júnior de Oliveira Martins, Edivar Mingoti Júnior. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa

194º Processo 0811693-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00017414720068160001 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Leonel Trevisan Júnior. Rec.Adesivo: Fabiana Farhat Corat, Pedro Luis Sanson Corat. Advogado: Claudia Renata Sanson Corat Ribeiro. Apelado (1): Fabiana Farhat Corat, Pedro Luis Sanson Corat. Advogado: Claudia Renata Sanson Corat Ribeiro. Apelado (2): Banco Itaú SA. Advogado: Leonel Trevisan Júnior. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa

195º Processo 0807820-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 200400026998 Ação Monitória. Agravante: Essene Comercio Internacional Ltda, Patrizia Nicolau Senna, Alessandra Senna Scheidemantel. Advogado: Eros Belin de Moura Cordeiro, Thaila Andressa Nakadomari, Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro. Agravado: Fortel Servicos e Comercio de Materiais Eletricos Ltda Me. Advogado: Manoel Rodrigues de Matos Neto, Eurolino Sechinel dos Reis. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

196º Processo 0764701-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00019091520078160001 Revisão de Contrato. Apelante (1): Osmar Gomes de Mello. Advogado: Mariano Antônio Cabello Cipolla. Apelante (2): Itaú Unibanco S/a. Advogado: Alexandre de Almeida, Alexandra Valenza Rocha. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Redistribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

_____ 15ª Câmara Cível _____

197º Processo 0765414-6 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00173645920098160030 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Rural SA. Advogado: Marcos José Chechelaky, Caprice Andretta Chechelaky. Apelado: Roberto Duarte da Silva. Advogado: Aracely de Souza. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

198º Processo 0801206-2 Apelação Cível
Comarca: Barracão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00013226320098160052 Cumprimento de Sentença. Apelante: Banco Itaú S/a.. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Elisângela de Almeida Kavata, Michelle Braga Vidal. Apelado: Jorgelina Cabral Adorno (maior de 60 anos). Advogado: Alexandre Augusto Zabot de Mello, José Rodrigo de Andrade Machado. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

199º Processo 0818871-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00026690920098160028 Embargos de Terceiro. Apelante: Nilceia Albano. Advogado: Aguinaldo Batista da Silva. Apelado: Açokraft Comércio de Aços Ltda. Advogado: Sadi Bonatto, Fernando José Bonatto. Interessado: Palenske e Cia Ltda. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

200º Processo 0826903-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00161361420118160019 Tutela Inibitória. Agravante: Banco Santander (brasil) S/a. Advogado: Gilberto Stinglin Loth. Agravado: Marcia Simone Caetano da Cruz. Advogado: Jorge Luiz Martins. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

201º Processo 0629607-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000447 Ordinária. Apelante: Salva Vida S. O. S. Emergências Médicas S/c Ltda. Advogado: Denison Henrique Leandro. Apelado: Serasa Centralizacao de Serviços dos Bancos SA. Advogado: Esmeralda Vieira dos Santos, Ivo Pegoretti Rosa. Redistribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

202º Processo 0779291-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Imbituva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000597 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Banco Cnh Capital S.a.. Advogado: Adriano Muniz Rebello, Sadi Bonatto, Fernando José Bonatto. Agravado: João Juares de Andrade, Edvalter Deschk, Erzi Teresinha Borgo Deschk. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

203º Processo 0812796-8 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00124179120068160021 Nulidade. Apelante: Agrale Sa. Advogado: Alexandre de Aguiar Mariotto. Apelado: Carlos Adolfo Gonçalves. Advogado: Sérgio Vulpini, Kelly Regina Pavani Vulpini. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

204º Processo 0825548-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200700003310 Execução de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Espólio de Tereza Matsumoto, Espólio de Laertes José Gasparin, Espólio de Orlando Antônio Gantzel, Noelson Schinkein, Irene Opolski, Eloina da Silva Dalprá, Pedro Carmito Dalprá, Giovani Linhares Mariano, Zerontina Linhares Mariano, Fabiano Linhares Mariano, Rosa Akiko Matsumoto, Emerson Gasparin. Advogado: Ana Paula Martin Alves da Silva. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

205º Processo 0819179-5 Apelação Cível
Comarca: Realeza. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003395420108160141 Repetição de Indébito. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Karine de Paula Pedlowski, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado: Jaime Munaro, Adirlei Terezinha Munaro. Advogado: Olide João de Ganzer, Agildo Vinícius da Rocha Dreyer. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo

206º Processo 0822165-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00206280620118160001 Rescisão de Contrato. Agravante: Edson Antonio Lazaroto. Advogado: Valéria Aparecida Ferreira dos Santos, Danielle Thaís Figueredo. Agravado: Banco Bv Financeira, Marinhos Comércio de Automóveis e Motos Ltda Me, Tr Franquiados. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo

207º Processo 0822436-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00237806220118160001 Embargos a Execução. Agravante: Dal Pai S/a Indústria e Comércio. Advogado: Emanuel Fernando Castelli Ribas, Samir Braz Abdalla. Agravado: Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul. Advogado: Djalma Goss Sobrinho. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo

208º Processo 0823579-4 Apelação Cível
Comarca: Carlópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002134920078160063 Embargos a Execução. Apelante: João Marques da Silva (maior de 60 anos), Lourdes Queiroz da Silva. Advogado: Romeu Gonçalves Neto. Apelado: Marino Train Filho. Advogado: Danilo Moura Seraphim. Redistribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo

_____ 16ª Câmara Cível _____

209º Processo 0816432-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000130 Ação Monitória. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Marcos Vinicius Dacol Boschirolli. Agravado: Livrobel Materiais Didáticos Ltda. Epp, Gilberto Smaniotto, Cirlei Teresinha Smaniotto. Advogado: Antonio Carlos Marteli. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

210º Processo 0821275-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 201100007906 Consignação em Pagamento. Agravante: Banco Itaúcard S/a(autal Denominação de Luiza Cred Ltda). Advogado: Heitor Alcântara da Silva, Paulo José Cravo Soster, Alexandre Guterres Dalmoro. Agravado: Izabel Marcowicz. Advogado: Mário Cesar Dos Santos. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

211º Processo 0823126-3 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00002761120108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Thiago Rufino de Oliveira Gomes, Mirella Parra Fulop. Rec.Adesivo: Lourival Zanatta. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Lourival Zanatta. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Thiago Rufino de Oliveira Gomes, Mirella Parra Fulop. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

212º Processo 0824080-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000245 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Bruno Costa Chicon. Advogado: Edgar Lenzi, Hamilton Maia da Silva Filho. Agravado: Caixa Seguradora S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich, Gustavo de Camargo Hermann. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

213º Processo 0620165-4 Apelação Cível

Comarca: Morretes. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200300000194 Declaratória. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carla Simone Silva, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier. Apelado: Antonio de Oliveira e Silva, Maria Cleuza Modesto da Silva, Antonio de Oliveira e Silva e Companhia Ltda Me. Advogado: Roberto de Oliveira Guimarães, Vanessa Janke de Castro. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

214º Processo 0810861-2 Apelação Cível

Comarca: Nova Fátima. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002442420098160120 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Guilherme Tolentino Ribeiro da Silva, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado: José Francelino Filho. Advogado: Luís Gustavo Ferreira Ribeiro Lopes, José Olegário Ribeiro Lopes, Noracil Aparecido Silva Junior. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

215º Processo 0812838-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00054433020088160001 Embargos a Execução. Apelante: Localite Adminstradora de Imoveis Ltda. Advogado: Wilson Mafra Meiler Filho. Apelado: Buy Cash Fomento Mercantil Sa. Advogado: Cristiana Lacerda de Oliveira Franco. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

216º Processo 0766456-8 Apelação Cível

Comarca: Mandaguari. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003684520068160109 Embargos de Terceiro. Apelante: Ingá Veículos Ltda. Advogado: Marlisa Dias Pinto. Apelado: Jose Maria Ferreira de Castro. Advogado: Carlos Massaiti Higuti. Redistribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

217º Processo 0816631-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00034068220108160058 Revisão de Contrato. Agravante: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri Sicredi Piquiri. Advogado: Carlos Araúz Filho, Evilásio de Carvalho Junior, Edgar Kindermann Speck. Agravado: Mulian Givar Muraro, Indiara Braz Muraro. Advogado: Juliano Luís Zanelato, João Augusto de Almeida, Raphael Duarte da Silva. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

218º Processo 0820410-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00122752020118160019 Revisional. Agravante: José Renato Ferreira. Advogado: Caroline Leal Nogueira, Gustavo Rodrigues Martins. Agravado: Bv Financeira S/a - Crédito, Financiamento e Investimento. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

219º Processo 0821691-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000136 Cobrança. Agravante: Itaú Unibanco Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Fabrício Coimbra Chesco. Agravado: Julia Ina Paim Santiago. Advogado: Alexandre César da Silva. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

220º Processo 0826076-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201000000046 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado S/a, Banco Itaú S/a. Advogado: Simone Daiane Rosa, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Eugênio Szeremeta, Gilvâ Justus, Lauro Alves Carneiro, Lucia Dierka, Ricardo Szeremeta. Advogado: Charles Zauza. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

221º Processo 0808147-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00054944120088160001 Revisão de Contrato. Apelante: Moacir Barwick. Advogado: Ariane Fernandes de Oliveira. Apelado: Banco Votorantim - Bv Financeira. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Ana Lúcia Mateus, Luciana de Andrade Amoroso Remer. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

222º Processo 0811226-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 199800001050 Exibição de Documentos. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniel Hachem. Agravado: Vanduir Beca Pedro. Advogado: José Antônio de Andrade Alcântara, Bárbara Letícia de Souza Spagnolo, Karinne Romani. Redistribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

223º Processo 0816334-4 Agravo de Instrumento

Comarca: São Miguel do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000609 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Bruschi Materiais de Construção Ltda - Epp. Advogado: Ijair Vamerlatti. Agravado: José Valmor Schaefer. Advogado: Zeninho Goldoni. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

224º Processo 0821196-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00291132920108160001 Revisional. Apelante: Banco Cruzeiro do Sul Sa. Advogado: Guilherme Assad de Lara. Apelado: Maria Lucia Schabatura. Advogado: Paula Gisele Puquevis de Moraes, Regina de Melo Silva. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

225º Processo 0823041-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 201100001315 Ação Penal. Agravante: Vera Conceição Ortega de Godoy, Adair Bueno de Godoy. Advogado: Ramez Amim, Marcus Vinicius Ali Amin, Caio Augustus Ali Amin. Agravado: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Sonny Brasil de Campos Guimarães. Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

226º Processo 0823417-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00121943520118160031 Revisão de Contrato. Agravante: Valdiclei Morais de Lima. Advogado: Thaisa Pereira Mello, Camille Baggio Scheidt Brunsfeld. Agravado: Bv Financeira S/a. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

227º Processo 0827584-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00136471920118160014 Cautelar Inominada. Agravante: Sirlene Batista dos Reis Trigolo. Advogado: Danilo Men de Oliveira. Agravado: Banco Bmc SA. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

_____ 17ª Câmara Cível _____

228º Processo 0804965-8 Apelação Cível

Comarca: São Miguel do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000523720108160159 Medida Cautelar. Apelante: Alcides Ropelatto, Diva Aguiar da Silva Ropelatto. Advogado: Paulo José Prestes. Apelado: Huller Huller e Cia Ltda. Advogado: Sílvia Antriane Capelletti Nogiri. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

229º Processo 0805399-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00053601420088160001 Reivindicatória. Apelante: Espólio de Cesare Trentini. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin. Apelado: Jose Lins da Silva, Angela Maria Crevelaro Lins da Silva. Advogado: Simone Bueno de Miranda Lagana, Alexandre Lagana. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

230º Processo 0815880-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Guarapuava. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 201100000646 Revisão de Contrato. Agravante: Silmara Aparecida Fagundes Schier. Advogado: Camille Baggio Scheidt Brunsfeld, Thaisa Pereira Mello. Agravado: Banco Itaú SA. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

231º Processo 0818266-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001967 Revisão de Contrato. Agravante: Luiz Valdemar Salvi da Luz. Advogado: Michelle Schuster Neumann, Fernando Valente Costacurta, Ana Paula Scheller de Moura. Agravado: Banco Abn Amro Real SA. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

232º Processo 0824243-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00062958620118160021 Revisão de Contrato. Agravante: Brde Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Advogado: Silvio Cesar de Bettio, Edegard Augusto Cruzzara Lessnau, Janice Keller. Agravado: Genuino Folador, Adelia Lucieta Folador, David Folador, Fabio Luiz Folador, Luiz Carlos Folador. Advogado: Isaias Grasel Rosman. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

233º Processo 0772753-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00154859420118160014 Reintegração de Posse. Agravante: Luiz Alberto Pozza - Me. Advogado: André Augusto Gonçalves Vianna, Silvana Aparecida Pedroso, Sara Mendes Pierotti. Agravado: Cohab - Companhia de Habitação de Londrina. Advogado: Ludmeire Camacho Martins, Denise Teixeira Rebello Maia, Edson Evangelista da Silva, Rômulo Henrique Perim Alvarenga. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

234º Processo 0791688-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Reserva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200500000217 Execução de Título Judicial. Agravante: Espólio de Roque de Cunto. Advogado: Clovis Roberto de Paula, Eduardo Rocha Virmond, Eduardo Alberto Marques Virmond. Agravado: G Lunardelli Sa Agricultura, Comércio e Exportação. Advogado: José Carlos de Mello Dias, Edna de Falco, Lélia Cristina Rapassi Dias de Salles Freire. Redistribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

235º Processo 0817132-4 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00123702020068160021 Revisional. Apelante (1): Ass Comercio de Rações Ltda. Advogado: Jean Carlos Confortin, Rafael Cristiano Brugnerotto. Apelante (2): Banco Santander (brasil) Sa. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

236º Processo 0817135-5 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00123710520068160021 Busca e Apreensão. Apelante: Ass Comércio de Rações Ltda. Advogado: Jean Carlos Confortin, Rafael Cristiano Brugnerotto. Apelado: Banco Abn Amro Real SA. Advogado: Leandro de Quadros, Juliano Ricardo Tolentino. Redistribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

237º Processo 0825680-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00362537520108160014 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Itaucard S.a. Advogado: Pio Carlos Freiria Junior. Agravado: Dirceu Carlos Sota. Advogado: Pedro Henrique Machado Martins. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

238º Processo 0823973-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00159951020118160014 Revisão de Contrato. Agravante: Camila Gomes Correia. Advogado: Rodrigo Schmidt Surjus. Agravado: Banco Finasa Sa. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

239º Processo 0824563-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000379 Cobrança. Agravante: João Prigol. Advogado: Emerson Alfredo Fogaca de Aguiar, Cintia Regina Brito Aguiar. Agravado: Banco Santander do Brasil S/a. Advogado: Blas Gomm Filho, Pedro Antonio Coelho de Souza Furlan, Luiz Fernando Fortes de Camargo. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

_____ 18ª Câmara Cível _____

240º Processo 0419219-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200100000343 Reivindicatória. Apelante: Município de Curitiba. Advogado: Djalma Antônio Müller Garcia. Apelado: Sofia Dias Rodrigues. Advogado: Cristiane Fernandes, Silvia Cristina Barbosa Xavier. Distribuição por Sucessão em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

241º Processo 0823021-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00251559820118160001 Revisão de Contrato. Agravante: José Domingos Linares. Advogado: Carlos Roberto Steuck, Priscila Luciene Santos de Lima. Agravado: Banco Itaú SA. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

242º Processo 0825267-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 201100001103 Nulidade. Agravante: Rosalina Alves Ferreira. Advogado: Juliane Toledo dos Santos Rossa. Agravado: Banco Itaúcard S/a. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

243º Processo 0793563-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001669020118160142 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: João Roberto Chociai. Agravado: G.s. Ribeiro Transportes Ltda., Irmãos Ribeiro Transpostes Ltda.. Advogado: Claudinei Savicki. Redistribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

244º Processo 0819453-6 Apelação Cível

Comarca: Cantagalo. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004867120068160060 Declaratória. Apelante (1): Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Tatiana Valesca Vroblewski, Marina Blaskovski, Sérgio Schulze. Apelante (2): Claudio Rodrigues. Advogado: Élcio Marcelo Bom. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

245º Processo 0822550-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00635941820108160001 Reintegração de Posse. Agravante: Fernanda Vedor Godoi Ramos, Muriel Erich Ramos. Advogado: Alexandre Christoph Lobo Pacheco. Agravado: Alexandre Cesar de Oliveira. Advogado: Marcy Helen Vidolin. Redistribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

246º Processo 0765529-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00043690420098160001 Adjudicação Compulsória. Apelante: Construtora San Roman Sa. Advogado: Joseval Jorge Pedroso de Moraes. Apelado: Maria de Jesus Rodrigues do Pillar. Advogado: Mara Regina Macente. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

247º Processo 0781147-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00014651620068160001 Embargos a Execução. Apelante: José Faustino da Costa, Alcides Faustino da Costa. Advogado: Neudi Fernandes. Apelado: Banco Bradesco SA. Advogado: Murilo Celso Ferri, Emanuel Vitor Canedo da Silva. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

248º Processo 0825586-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001836 Cobrança. Agravante: Domeni Giordanni Alberti Dangui. Advogado: Danielle Aparecida Sukow Ulrich. Agravado (1): Condominio Residencial Recanto das Andorinhas. Advogado: Luiz Fernando de Queiroz, Ingrid Kuntze. Agravado (2): Monte Blanc Empreendimentos Imobiliarios Ltda. Advogado: Laury Lucir Geremia, Telma Rosana de Lima. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

249º Processo 0821095-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00071552120098160001 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Finasa Sa. Advogado: Elizeu Luiz Toporoski, Mariane Cardoso Mascarevich, Rosângela da Rosa Corrêa. Apelado: João Carlos da Silva. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

250º Processo 0784156-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00001415520018160004 Oposição. Apelante: Regina Carmona. Advogado: André Peixoto de Souza. Apelado (1): Massa Falida de Hermes Macedo SA. Advogado: Marcelo Zanon Simão Síndico da Massa Falida, Sidney Marcos Miranda, Denise Lubaszewski Miranda. Apelado (2): Espólio de Rogerio Duval. Advogado: André Peixoto de Souza. Apelado (3): Alfa - Serviços de Crédito e Informática Sc Ltda. Advogado: Eduardo Pereira de Oliveira Mello, Cristiana Lacerda de Oliveira Franco, André Peixoto de Souza. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

251º Processo 0814012-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00019003420108160038 Busca e Apreensão. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Gorgon Nóbrega, Marcos Roberto Hasse, Silvana Aparecida Cezar Ponte. Apelado: Revcolor Express Comércio de Material Fotográfico. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

252º Processo 0815342-2 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00258650720108160017 Exibição de Documentos. Apelante: João Soares (maior de 60 anos). Advogado: Adriane Cristina Stefanichen, Pedro Stefanichen. Apelado: Bfb Leasing Sa Arrendamento Mercantil. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

253º Processo 0827039-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Ortigueira. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000040 Busca e Apreensão. Agravante: Banco Finasa S/a. Advogado: Silvana Tormem, Norberto Targino da Silva. Agravado: Rogério José dos Santos. Advogado: Antonio Marcos Pedroso Júnior. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

_____ 2ª Câmara Cível em Composição Integral _____

254º Processo 0802408-0 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Impetrante: Acir Viana de Campos, Carlos Roberto Catagalli, Luciano Cardoso Batista, Jucimara Tiomofeiczyk, Juceli Timofeiczyk, Romualdo Camargo, Mari do Rocio Fiorese, Luiz Pellegrin Neto, Renato Stadler, Leomir Murbach. Advogado: José Roberto Martins, Charles Michel Lima Dias. Impetrado: Secretário de Estado da Administração e Previdência do Paraná. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

_____ 4ª Câmara Cível em Composição Integral _____

255º Processo 0804421-1 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 200600006103 Decreto. Impetrante: Ocimar Pedro da Silva, Juçara do Rosário Modesto Silva. Advogado: Danielle Christianne da Rocha, Reinaldo Bonato Neto. Impetrado: Secretário de Estado da Administração e Previdência - Seap, Presidente do Conselho Diretor do Fundo de Atendimento da Policia Militar ( Fas/pm). Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima

_____ 5ª Câmara Cível em Composição Integral _____

256º Processo 0802781-4 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 200600006103 Decreto. Impetrante: Paulo Cesar Fernandes, Nairim Mahara Silvestre dos Santos. Advogado: Danielle Christianne da Rocha, Reinaldo Bonato Neto. Impetrado: Secretário de Estado da Administração e Previdência do Paraná, Presidente do Conselho Diretor (comandante da Policia Militar). Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas

_____ 7ª Câmara Cível em Composição Integral _____

257º Processo 0650467-2 Ação Rescisória (Gr/C.Int)

Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 3499787 Apelação Civel. Autor: Silvio Quandt, Leonilda Batista Quandt. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Réu: Az Imóveis Ltda. Advogado: Silvio André Brambila Rodrigues, Rafael Marques Gandolfi. Distribuição por Sucessão em 20/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Revisor: Des. Antenor Demeterco Junior

258º Processo 0339971-5/05 Cumprimento de Acórdão (CInt)

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 3399715 Mandado de Segurança. Requerente: Maria de Fátima Lange. Advogado: Leontamar Valverde Pereira. Requerido: Secretário de Estado da Administração e da Previdência, Diretor Presidente da Paranaprevidência - Serviço Social Autônomo. Litis: Estado do Paraná. Advogado: Gabriela de Paula Soares, Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Litis: Paranaprevidencia Serviço Social Autônomo. Advogado: Mauro Ribeiro Borges, Venina Sabino da Silva e Damasceno, Vívian Piovezan Scholz Tohmé. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt

259º Processo 0054370-8/25 Execução (Gr/CInt)

Comarca: Curitiba. Ação Originária: 543708 Mandado de Segurança. Exequente: Adelia Cubo Fagundes, Akemi Ono, Alberto Bartolomeu Tenorio Cavalcante, Alcides Augusto de Matos, Apparecida Fecchio Martins, Darly Raquel Tavares Goya, Deris Souza de Matos, Divanir Moreira Cyrino, Dulce Sturm Finkler, Elli Arndt Weirich, Eunice Mariani Gregorio Lopes, Filomena Luiza Guilherme de Almeida, Francisco Marques Vaz, Helena Izaura Ferreira, Iderle Monteiro de Araujo, Inadina Ribeiro de Andrade, Ionice de oliveira Pardal, Lilia Maria Matos Viana Liz, Lourdes Zawadzki,

Luzia Ribeiro dos Santos, Marcos dos Santos Fagundes, Maria Angelica Marochi, Maria Elena da Silva, Maria Nilce Missel, Marian Holzmann Ribas, Marise Alves Caron, Matilde Devecchi Vianna, Neli de Oliveira Melo Sicuro, Odete Pereira, Odete Vulcanis Zawadzki, Otalina Ribeiro dos Santos Milan, Raquel Conceição Villela de Biassio, Regina Josefina Marochi, Terezinha de Lima, Vilma Teixeira de Assis, Vitorino dela Bruna. Advogado: Jorge Derbli, Edwil Caliani, Wolney Luiz Baggio. Executado: Estado do Paraná. Advogado: Marcia Dieguez Leuzinger, Cesar Augusto Binder. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry

_____ 10ª Câmara Cível em Composição Integral _____

260º Processo 0662970-5/02 Embargos Infringentes Cível (Gr/CInt.)

Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0662970 Agravo de Instrumento. Embargante: Elizabeth Margarida Novak, Emilene da Conceição Novak, Elton Luiz Novak, Emirieli Louise Novak. Advogado: Pedro Barausse Neto, Diego Paolo Barausse. Embargado: Espólio de Jean Vardara Matos. Advogado: Rafael Dutra Corrêa da Silva, Cláudio Leite Pimentel, Marcelo Saldanha Rohenkohl, Antônio Augusto Della Corte da Rosa. Interessado: Transportadora de Cargas Mercosul Ltda. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor: Des. Luiz Lopes

261º Processo 0749983-6/01 Embargos Infringentes Cível (Gr/CInt.)

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 7499836 Apelação Civel. Embargante: Roseli Aparecida Bueno. Advogado: Filipe Alves da Mota, Marcos Cesar Vinhoti, Breno Merlin. Embargado: Companhia de Seguros Aliança do Brasil. Advogado: Aurélio Cância Peluso, Marcelo Rayes, Alexandre Millen Zappa. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas

_____ 13ª Câmara Cível em Composição Integral _____

262º Processo 0741103-6/01 Embargos Infringentes Cível (Gr/CInt.)

Comarca: Faxinal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7411036 Apelação Civel. Embargante: Admilson Grossi Tavares. Advogado: Mauro Anici, Grasiela Macias Nogueira. Embargado: Taqueshi Hosoya. Advogado: André Luís Dantas Hec, Nikolaus Hec. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

_____ 16ª Câmara Cível em Composição Integral _____

263º Processo 0797205-4 Ação Rescisória (Gr/C.Int)

Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 6629318 Apelação Civel. Autor: Verônica Schneider Volpato. Advogado: Leandro Souza Rosa, Virgínia Maria Dalla Flora. Réu: Luiz Carlos Schneider. Advogado: Gilson Roberto Cecatto Santos. Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

_____ 18ª Câmara Cível em Composição Integral _____

264º Processo 0488938-3/03 Embargos Infringentes Cível (Gr/CInt.)

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 4889383 Apelação Civel. Embargante: Condomínio Catuaí Shopping Center Londrina. Advogado: Adyr Sebastião Ferreira, Irineu Codato, André Luiz Polimeni Massi. Embargado: Europart Administração Empreendimentos e Participações Ltda. Advogado: Ronaldo Albizu Drummond de Carvalho, Paula Greca Drummond de Carvalho, Vandocir José dos Santos. Interessado: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. Advogado: Roberto Trigueiro Fontes, Luiz Ricardo Giffoni, Victoria Espinheira Fainstein. Redistribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

_____ 3ª Câmara Criminal _____

265º Processo 0812895-6 Apelação Crime

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00057023520088160030 Ação Penal. Apelante (1): Johnny Taborda da Silva (Réu Preso). Advogado: Daniel Fernandes Apolinario. Apelante (2): Rogélio Ramos Rosa (Réu Preso). Advogado: Fernando César Resta Antunes. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia. Revisor: Des. Leonardo Lustosa

266º Processo 0783447-3 Apelação Crime

Comarca: Apucarana. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00050131220098160044 Ação Penal. Apelante: Adenilson Marcos Leal (Réu Preso). Def.Dativo: Terence Cesar Penharbel. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama. Revisor: Des. Edvino Bochnia

267º Processo 0821181-6 Apelação Crime

Comarca: São João do Ivaí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001567220098160156 Ação Penal. Apelante: Marcos Aparecido dos Santos (Réu Preso), Marlon Sérgio Richiter. Advogado: Joceyr de Carvalho Guilherme. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro. Revisor: Des. Rogério Kanayama

268º Processo 0825209-5 Recurso em Sentido Estrito

Comarca: Arapongas. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00007722620088160045 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: John Jarry Borrego Pinto. Advogado: Fernando Augusto Sartori. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro

_____ 4ª Câmara Criminal _____

269º Processo 0808300-3 Recurso de Agravo

Comarca: Santa Izabel do Ivaí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004800920118160151 Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Flávio da Silva Ferreira (Réu Preso). Advogado: Edmar José Chagas. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo

270º Processo 0807334-5 Habeas Corpus Crime

Comarca: Wenceslau Braz. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00009948120118160176 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Marcos José Mesquita (advogado). Paciente: Israel de Souza Junior (Réu Preso). Redistribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho

271º Processo 0827452-4 Habeas Corpus Crime

Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00008863420068160174 Ação Penal. Impetrante: Zani Dalton Farah (advogado), Luciano Linhares (advogado). Paciente: Dirceu Alves de Morais (Réu Preso). Redistribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho

_____ 5ª Câmara Criminal _____

272º Processo 0685335-4 Apelação Crime

Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00020229620098160130 Ação Penal. Apelante: J. A. C. . Advogado: Luciano Pereira Ricato, Paulo Manoel de Lima, Carlos Henrique Rossato Gomes. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes

273º Processo 0813022-7 Habeas Corpus Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Inquéritos Policiais. Ação Originária: 00099413120118160013 Pedido de Revogação de Prisão Preventiva. Impetrante: Sérgio Zippin Filho (advogado). Paciente: Marco Antonio Mauloni. Redistribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

_____ 1ª Câmara Criminal em Composição Integral _____

274º Processo 0808491-9 Revisão Criminal de Sentença (CInt)

Comarca: Santo Antônio da Platina. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 2004000001945 Ação Penal. Requerente: Ricardo da Silva Alves. Advogado: Fabiane Aparecida de Carvalho. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce. Revisor: Des. Telmo Cherem. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

_____ 2ª Câmara Criminal em Composição Integral _____

275º Processo 0114185-9 Ação Penal (C.Int-Cr))

Comarca: São Miguel do Iguaçu. Ação Originária: 200000001142 Procedimento Administrativo. Autor: Ministério Público do Estado do Paraná. Réu: Armando Luiz Polita. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz. Redistribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

276º Processo 0755219-8 Denúncia Crime (C.Int-Cr)

Comarca: Faxinal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 3549502 Pedido de Providências. Denunciante: Ministério Público do Estado do Paraná. Denunciado: Osvaldo Campos de Almeida. Advogado: Pedro de Jesus Ruy. Distribuição por Sucessão em 19/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

277º Processo 0808491-9 Revisão Criminal de Sentença (CInt)

Comarca: Santo Antônio da Platina. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 2004000001945 Ação Penal. Requerente: Ricardo da Silva Alves. Advogado: Fabiane Aparecida de Carvalho. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição Automática em 19/09/2011. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce. Revisor: Des. Telmo Cherem. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

278º Processo 0696631-8/01 Embargos de Declaração Crime

Comarca: Guarapuava. Ação Originária: 696631800 Denuncia Crime. Embargante: Ministério Público do Estado do Paraná. Embargado: Luiz Fernando Ribas Carli. Advogado: René Ariel Dotti, Alexandre Knopfholz, Luis Otávio Sales da Silva Junior, Rafael Fabrício de Melo, Zamir Alberto Lacerda Martini. Distribuição por Sucessão em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

_____ 3ª Câmara Criminal em Composição Integral _____

279º Processo 0826489-7 Revisão Criminal de Acórdão (CInt)

Comarca: Guaíra. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 2008000005379 Ação Penal. Requerente: Ariangelo de Almeida Tavares (Réu Preso). Advogado: Christian Augusto Costa Beppler, Anne Elize Puppi Stanislawczuk. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia. Revisor: Des. Leonardo Lustosa

_____ 5ª Câmara Criminal em Composição Integral _____

280º Processo 0826478-4 Revisão Criminal de Acórdão (CInt)

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 2005000126852 Ação Penal. Requerente: Debora de Lima de Jesus Brasil do Nascimento (Réu Preso). Advogado: Jucelino dos Santos Machado. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Redistribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

Curitiba, .

---

**Divisão de Registros e Informações**
**Seção de Distribuição**
**Relação No. 2011.10041 de Publicação da Distribuição**

---

**Resenha de distribuição, automatizada por processamento eletrônico, dos processos do Tribunal de Justiça (1ª a 18ª Câmaras Cíveis isoladas e em**

**Composição Integral, 1ª a 5ª Câmaras Criminais isoladas e em Composição Integral, Seção Cível, Seção Criminal e Órgão Especial), efetuada no período compreendido entre 19 de Setembro de 2011 a 23 de Setembro de 2011.**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Abilio Vieira Neto | 1014 | 0829019-7 |
| Abner Pereira da Silva | 0307 | 0823236-4 |
| | 0308 | 0824132-5 |
| | 0323 | 0823945-8 |
| | 0342 | 0824898-8 |
| | 0354 | 0824504-1 |
| | 0363 | 0823099-1 |
| | 0412 | 0822811-3 |
| | 0450 | 0823070-6 |
| | 0451 | 0823749-6 |
| Acácio Corrêa Filho | 1834 | 0827549-2 |
| | 1911 | 0829329-8 |
| Acácio Perin | 1286 | 0820059-5 |
| Acidy Martins de Castro Júnior | 0184 | 0823277-5 |
| Acir Filipake | 1332 | 0822997-8 |
| Adailton Alves Maciel Júnior | 1354 | 0831255-4 |
| Adair José Altíssimo | 1617 | 0829801-5 |
| Adalberto Cordeiro Rocha | 0353 | 0824269-7 |
| Adalgir Carlos Comunello | 0598 | 0825100-7 |
| Adam Prudenciano de Souza | 0607 | 0831136-4 |
| Adão Fernandes da Silva | 0522 | 0826023-9 |
| | 2729 | 0828922-5 |
| Adão Natalino da Silva Júnior | 2038 | 0825722-3 |
| Adauto de Almeida Tomaszewski | 1285 | 0819976-4 |
| Adba Cristina Hannuch Toaldo | 1460 | 0830474-5 |
| Adeirço Rodrigues de Assis | 1931 | 0824886-8 |
| Adelcio Ceruti | 2644 | 0829783-2 |
| Adelcio Martins dos Santos | 1427 | 0823694-6 |
| Adelina Dias de Araujo Avi | 1988 | 0830313-7 |
| Adelino Marcon | 1709 | 0831084-5 |
| Adelson Antonio Pinheiro | 0852 | 0825430-0 |
| Ademar Kenhiti Issi | 0390 | 0828820-6 |
| Ademar Martins Montoro | 0630 | 0823379-4 |
| | 1444 | 0830465-6 |
| Ademar Martins Montoro Filho | 0630 | 0823379-4 |
| | 1444 | 0830465-6 |
| Ademar Massakatsu Fuzita | 1094 | 0829817-3 |
| Ademar Nitschke Junior | 0906 | 0828483-3 |
| Ademar Uliana Neto | 2040 | 0827268-2 |
| Ademar Volanski | 2300 | 0824665-9 |
| Ademir Antonio de Lima | 1965 | 0824329-8 |
| | 2253 | 0824670-0 |
| Adilson Clayton de Souza | 0058 | 0829515-4 |
| Adilson de Castro Junior | 0173 | 0826494-8 |
| | 0929 | 0824480-6 |
| | 1289 | 0823953-0 |
| | 1823 | 0824180-1 |
| Adilson José da Rocha | 0654 | 0829791-4 |
| | 2572 | 0829211-1 |
| Adilson Vieira de Araújo | 0496 | 0824729-8 |
| | 1327 | 0830179-5 |
| Adimara Maria Bueno | 2709 | 0823178-7 |
| Adjaime Marcelo Alves de Carvalho | 0410 | 0831415-0 |
| Adolfo Luis de Souza Góis | 0625 | 0831212-9 |
| Adriana Aparecida da Silva | 2799 | 0821642-4 |
| Adriana Aparecida Martinez | 1082 | 0825073-5 |
| Adriana Bomfim Silva Ribeiro | 2910 | 0831448-9 |
| Adriana Champion | 0879 | 0828994-1 |
| Adriana D'Avila Oliveira | 1064 | 0829216-6 |
| Adriana de França | 2305 | 0825792-5 |
| Adriana Eliza Federiche | 1845 | 0829969-2 |
| | 2642 | 0697801-4/01 |
| Adriana Espíndola Corrêa | 0058 | 0829515-4 |
| Adriana Francisca Souza Pena | 1431 | 0824950-3 |
| Adriana Glück Camargo | 2293 | 0823353-0 |
| Adriana Margaret Slonski | 2391 | 0828705-4 |
| Adriana Mikrut Ribeiro de Godoy | 0143 | 0830172-6 |
| | 0144 | 0830231-0 |
| Adriana Padua de Mattos | 1950 | 0829383-2 |
| Adriana Pedrosa Lopes | 2213 | 0825893-7 |
| | 2283 | 0821773-4 |
| | 2302 | 0824966-1 |
| | 2315 | 0829676-2 |
| | 2433 | 0826202-0 |
| | 2614 | 0829001-5 |
| Adriana Stormoski Lara | 2718 | 0829646-4 |
| Adriana Vieira Bernardino | 0546 | 0826106-3 |
| | 2201 | 0823455-9 |
| | 2215 | 0827459-3 |
| | 2290 | 0823069-3 |
| Adriane Cristina Stefanichen | 2030 | 0823658-0 |
| | 2247 | 0824024-8 |
| | 2333 | 0823534-5 |
| | 2418 | 0823176-3 |
| Adriane Nogueira Fauth | 1709 | 0831084-5 |
| Adriane Pegoraro | 1939 | 0827658-6 |
| Adriano Alves Klein | 1294 | 0825883-1 |
| Adriano Andres Rossato | 1490 | 0823103-0 |
| Adriano Branco de Oliveira | 0425 | 0828587-6 |
| Adriano Carlos Souza Vale | 0880 | 0829171-2 |
| Adriano Cesar Felisberto | 1123 | 0830140-4 |
| Adriano Kazuo Goto | 1242 | 0824068-0 |
| Adriano Luis Sandri | 1118 | 0829462-8 |
| Adriano Marcos Marcon | 0235 | 0825815-3 |
| | 1426 | 0823574-9 |
| Adriano Martins Rodrigues | 2852 | 0821298-6 |
| Adriano Mattos da Costa Ranciaro | 0033 | 0825919-6 |
| Adriano Minor Uema | 2825 | 0829219-7 |
| Adriano Muniz Rebello | 2207 | 0824261-1 |
| | 2212 | 0825500-7 |
| | 2328 | 0822894-2 |
| | 2372 | 0824298-8 |
| | 2383 | 0825938-1 |
| | 2418 | 0823176-3 |
| | 2446 | 0829335-6 |
| | 2462 | 0823705-4 |
| | 2550 | 0823142-7 |
| Adriano Scolari de Araujo | 1668 | 0822410-6 |
| Adriano Thomé | 1666 | 0820380-5 |
| Afonso Celso Nunes | 0289 | 0824920-5 |
| | 1478 | 0829203-9 |
| | 2287 | 0822620-2 |
| Afonso Proenço Branco Filho | 0570 | 0824968-5 |
| | 1086 | 0827966-3 |
| Agildo Vinícius da Rocha Dreyer | 1749 | 0823883-3 |
| | 2006 | 0828110-5 |
| | 2182 | 0828615-5 |
| Agnaldo Hudson Ferradoza da Silva | 0729 | 0829689-9 |
| | 2760 | 0829347-6 |
| Agnaldo Murilo Albanezi Bezerra | 1171 | 0827642-8 |
| Airton Martins Molina | 1423 | 0831109-7 |
| Airton Vida | 0655 | 0830041-6 |
| Alamir dos Santos Winckler Junior | 2499 | 0831077-0 |
| Alan Miranda | 0306 | 0822935-8 |
| Alan Muxfeldt da Silva | 1441 | 0829738-7 |
| Alan Rogério Mincache | 1651 | 0828850-4 |
| | 1845 | 0829969-2 |
| | 2642 | 0697801-4/01 |
| Alan Rubens Silton Savi | 1291 | 0824439-9 |
| Albadilo Silva Carvalho | 1685 | 0825818-4 |
| | 1826 | 0825204-0 |
| | 2183 | 0828755-4 |
| Alber James Moreno Salzedas | 0259 | 0829363-0 |

| | | |
|---|---|---|
| Albert Knolseisen | 1362 | 0823803-5 |
| | 1885 | 0823067-9 |
| | 1998 | 0823938-3 |
| Alberto Cordeiro | 2053 | 0830040-9 |
| Alberto José Zerbato | 1497 | 0824341-4 |
| Alberto Rodrigues Alves | 1225 | 0824876-2 |
| | 1422 | 0830984-6 |
| | 1432 | 0825077-3 |
| Alcemir da Silva Moraes | 2653 | 0829833-7 |
| Alcenir Antonio Barretta | 2764 | 0830376-4 |
| | 2844 | 0830257-4 |
| Alceu Maciel D'Ávila | 1340 | 0825225-9 |
| Alceu Okagawa Falleiros | 1377 | 0830463-2 |
| Alceu Rodrigues Chaves | 1007 | 0826004-4 |
| | 2045 | 0828723-2 |
| Alceu Schwegler | 0163 | 0830152-4 |
| | 0224 | 0830248-5 |
| Alcides dos Santos | 0995 | 0798595-7 |
| | 1124 | 0830776-4 |
| Alcindo de Souza Franco | 1299 | 0827486-0 |
| | 1721 | 0825442-0 |
| Alcio Manoel de Sousa Figueiredo | 1964 | 0824122-9 |
| Alcione Luiz Parzianello | 1499 | 0824385-6 |
| Alcirene A. d. S. C. d. Santos | 2518 | 0824882-0 |
| Aldebaran Luiz Von Holleben | 2834 | 0823431-9 |
| Aldebaran Rocha Faria Neto | 1242 | 0824068-0 |
| | 1292 | 0824965-4 |
| | 1297 | 0827327-6 |
| | 1363 | 0824674-8 |
| | 1390 | 0827394-7 |
| | 1405 | 0824099-5 |
| | 1420 | 0829839-9 |
| | 1450 | 0824471-7 |
| | 1468 | 0824788-7 |
| Alderico Barboza dos Santos | 1299 | 0827486-0 |
| Aldina Pagani | 1193 | 0824171-2 |
| Aldo de Mattos Sabino Junior | 0450 | 0823070-6 |
| | 2062 | 0817274-7 |
| Aldo Galicioli Júnior | 1315 | 0824199-0 |
| | 1384 | 0824211-1 |
| | 1408 | 0824846-4 |
| | 2261 | 0828016-2 |
| Aldo José de Paula | 1044 | 0831282-1 |
| Aldo Massaharu Makita | 0080 | 0830053-6 |
| | 0097 | 0828554-7 |
| | 0118 | 0827889-1 |
| | 0158 | 0827617-5 |
| | 0297 | 0828936-9 |
| Aldrin Sene Amaral | 1004 | 0824969-2 |
| Alécio Aparecido Frasson | 0393 | 0645621-3 |
| Aleixo Mendes Neto | 2388 | 0828034-0 |
| Alessandra Aparecida Lavorente | 0390 | 0828820-6 |
| Alessandra Cristina Coelho | 1744 | 0831316-2 |
| Alessandra de Azevedo Domingues | 1549 | 0829381-8 |
| Alessandra Gaspar Berger | 0468 | 0823991-0 |
| | 0561 | 0822710-1 |
| | 0783 | 0817299-4 |
| Alessandra Helena Barbosa Marfil | 1113 | 0826787-8 |
| Alessandra Michalski Velloso | 2342 | 0824900-3 |
| Alessandra M. F. R. d. Fonseca | 1469 | 0824992-1 |
| Alessandro Alcino da Silva | 1717 | 0824404-6 |
| | 2346 | 0825636-2 |
| | 2378 | 0824929-8 |
| Alessandro Dias Prestes | 0867 | 0823702-3 |
| | 1055 | 0825451-9 |
| | 1241 | 0823958-5 |
| | 2035 | 0824799-0 |
| Alessandro Dorigon | 0614 | 0823845-3 |
| | 1965 | 0824329-8 |
| | 2770 | 0823378-7 |
| Alessandro Duleba | 0044 | 0831057-8 |
| Alessandro Edison M. Migliozzi | 1684 | 0825721-6 |
| Alessandro Henrique Bana Pailo | 2236 | 0822394-7 |
| | 2318 | 0830325-7 |
| | 2522 | 0826169-0 |
| Alessandro Marcelo Moro Réboli | 0826 | 0823114-3 |
| Alessandro Moreira do Sacramento | 2252 | 0824515-4 |
| Alessandro Ravazzani | 0536 | 0823261-7 |
| Alessandro Renato de Oliveira | 1319 | 0825292-0 |
| Alex Adamczik | 1127 | 0780845-7/01 |
| Alex Clemente Botelho | 1253 | 0828353-0 |
| | 2641 | 0831970-6 |
| Alex de Siqueira Butzke | 0877 | 0826182-3 |
| Alex Francisco Pilatti | 1326 | 0829693-3 |
| Alex Reberte | 1091 | 0829379-8 |
| Alex Sander Gallio | 1223 | 0824607-7 |
| Alexander Silva Santana | 1432 | 0825077-3 |
| | 1476 | 0828750-9 |
| Alexander Vieira | 1284 | 0817516-0 |
| Alexandra Barp | 0004 | 0823135-2 |
| Alexandra Carvalho | 2517 | 0824825-5 |
| Alexandra Danieli A. d. Santos | 1300 | 0827779-0 |
| Alexandra Fistarol | 0808 | 0822689-1 |
| Alexandra Greice Blanco Dissero | 1850 | 0820273-5 |
| Alexandra Regina de Souza | 1519 | 0830332-2 |
| | 1545 | 0828839-5 |
| | 1662 | 0830739-1 |
| | 1693 | 0828954-7 |
| | 1738 | 0830105-5 |
| | 1769 | 0828938-3 |
| | 1771 | 0829984-9 |
| | 1833 | 0827274-0 |
| | 1907 | 0828637-1 |
| | 1916 | 0830744-2 |
| | 1954 | 0830123-3 |
| | 2114 | 0828669-3 |
| | 2116 | 0828838-8 |
| | 2161 | 0829937-0 |
| Alexandra Valenza Rocha | 1989 | 0830685-8 |
| Alexandre Arseno | 1318 | 0824955-8 |
| Alexandre Augusto Devicchi | 0362 | 0822865-1 |
| | 1103 | 0823904-7 |
| Alexandre Augusto Zabot de Mello | 0464 | 0822981-0 |
| Alexandre Barbosa da Silva | 0018 | 0830349-7 |
| | 0096 | 0828281-9 |
| | 0119 | 0828326-3 |
| | 0183 | 0831123-7 |
| | 0201 | 0830632-7 |
| | 0216 | 0828285-7 |
| Alexandre Bilieri | 0900 | 0825868-4 |
| Alexandre Cadete Martini | 1334 | 0823158-5 |
| Alexandre Christoph Lobo Pacheco | 0961 | 0828322-5 |
| Alexandre Coelho Vieira | 1136 | 0677501-3/02 |
| Alexandre Correa Nasser de Melo | 2101 | 0823690-8 |
| Alexandre Dantas Fronzaglia | 0022 | 0822640-4 |
| Alexandre de Almeida | 1519 | 0830332-2 |
| | 1545 | 0828839-5 |
| | 1662 | 0830739-1 |
| | 1693 | 0828954-7 |
| | 1724 | 0826905-6 |
| | 1738 | 0830105-5 |
| | 1739 | 0830199-7 |
| | 1769 | 0828938-3 |
| | 1771 | 0829984-9 |
| | 1833 | 0827274-0 |
| | 1907 | 0828637-1 |
| | 1916 | 0830744-2 |
| | 1919 | 0831191-5 |
| | 1954 | 0830123-3 |
| | 1989 | 0830685-8 |
| | 2114 | 0828669-3 |

| | | |
|---|---|---|
| | 2116 | 0828838-8 |
| | 2144 | 0824289-9 |
| | 2157 | 0829154-1 |
| | 2161 | 0829937-0 |
| Alexandre de Salles Gonçalves | 1846 | 0830314-4 |
| Alexandre Frederico B. Schwartz | 0475 | 0826249-3 |
| Alexandre Gaiofato de Souza | 2250 | 0824455-3 |
| Alexandre Hauly Camargo | 0377 | 0829862-8 |
| | 0404 | 0824753-4 |
| Alexandre José Garcia de Souza | 0521 | 0825966-5 |
| | 0545 | 0825692-0 |
| | 0564 | 0823136-9 |
| | 0836 | 0827969-4 |
| Alexandre Knopfholz | 2891 | 0831027-0 |
| Alexandre Lagana | 0758 | 0830433-4 |
| Alexandre Lúcio Pedrezini | 0274 | 0826141-2 |
| Alexandre Martins | 1530 | 0824396-9 |
| Alexandre Nelson Ferraz | 0900 | 0825868-4 |
| | 1503 | 0825763-4 |
| | 1562 | 0822941-6 |
| | 1616 | 0829715-4 |
| | 1708 | 0830859-8 |
| | 1722 | 0825794-9 |
| | 1772 | 0830083-4 |
| | 1796 | 0827806-2 |
| | 1896 | 0824637-5 |
| | 2018 | 0829749-0 |
| | 2206 | 0824053-9 |
| | 2248 | 0824219-7 |
| | 2337 | 0824052-2 |
| | 2424 | 0824445-7 |
| | 2431 | 0825766-5 |
| | 2455 | 0831352-8 |
| | 2463 | 0823724-9 |
| | 2482 | 0828268-6 |
| | 2570 | 0828897-7 |
| | 2600 | 0824767-8 |
| | 2603 | 0825851-9 |
| Alexandre Pigozzi Bravo | 0864 | 0816297-6 |
| | 0884 | 0829725-0 |
| | 0889 | 0817887-4 |
| | 0995 | 0798595-7 |
| | 1011 | 0828528-7 |
| | 1016 | 0829865-9 |
| | 1042 | 0829805-3 |
| | 1067 | 0829975-0 |
| | 1156 | 0829206-0 |
| | 1184 | 0830265-6 |
| | 1216 | 0821492-4 |
| | 1231 | 0829334-9 |
| | 1256 | 0829008-4 |
| | 1257 | 0829360-9 |
| Alexandre Postiglione Bührer | 1331 | 0831223-2 |
| Alexandre Rech | 0428 | 0830862-5 |
| Alexandre Ribeiro Bley Bonfim | 1158 | 0829775-0 |
| Alexandre Rodrigo Fernandes | 2427 | 0824828-6 |
| Alexandre Rodrigo Mazzetto | 0657 | 0830350-0 |
| Alexandre Rogerio Ficcio | 1402 | 0821528-9 |
| Alexandre Romani Patussi | 2197 | 0822884-6 |
| Alexandre Rumiatto | 1274 | 0829034-4 |
| Alexandre Santos de Oliveira | 1476 | 0828750-9 |
| Alexandre Sarge Figueiredo | 1360 | 0823393-4 |
| Alexandre Teixeira | 1379 | 0830891-6 |
| Alexandre Tomaschitz | 0682 | 0822912-5 |
| Alexandre Zanetti Fonseca | 0395 | 0820749-4 |
| Alexandro Dalla Costa | 1554 | 0830079-0 |
| | 2023 | 0830784-6 |
| | 2130 | 0817444-9 |
| Alexsandro Sprengovski dos Santos | 0864 | 0816297-6 |
| Alfeu Alves Pinto | 1630 | 0822719-4 |
| Alfeu Cicarelli de Melo | 0582 | 0829262-8 |
| | 2121 | 0829816-6 |
| Alfredo Ambrosio Junior | 2397 | 0829576-7 |
| Alfredo de Assis Gonçalves Neto | 0780 | 0830642-3 |
| Ali Chaim Filho | 1356 | 0831546-0 |
| | 1373 | 0829492-6 |
| Ali Feres Messmar Filho | 2189 | 0830264-9 |
| Ali Mustapha Ataya | 2402 | 0830455-0 |
| Aline Amaral Uchoa | 1098 | 0822607-9 |
| Aline Braga | 0267 | 0823970-1 |
| Aline Cristina Bond Reis | 0734 | 0822480-8 |
| | 2787 | 0823813-1 |
| Aline de Paula Assis | 0489 | 0822971-4 |
| Aline Fernanda Faglioni | 0018 | 0830349-7 |
| | 0319 | 0830536-0 |
| Aline Fernanda Maia | 2046 | 0828790-3 |
| Aline Mara Lustoza Fedato | 0390 | 0828820-6 |
| Aline Passos de Azevedo Nunes | 1586 | 0830097-8 |
| | 2357 | 0829296-4 |
| Aline Pereira dos Santos Martins | 0876 | 0825607-1 |
| | 1504 | 0825897-5 |
| | 1893 | 0824255-3 |
| | 2172 | 0824641-9 |
| Aline Waldhelm | 2336 | 0823993-4 |
| | 2391 | 0828705-4 |
| Alinor Elias Neto | 0796 | 0825255-7 |
| Alisneia Kern Túlio | 0064 | 0822414-4 |
| Alisson do Nascimento Adão | 0029 | 0824292-6 |
| Alisson Roberto Reis Martins | 2795 | 0829150-3 |
| Allan Amin Propst | 2065 | 0822698-0 |
| Almir Machado de Oliveira | 1779 | 0819889-6 |
| | 2703 | 0829626-2 |
| Alsidinei de Oliveira | 2275 | 0830187-7 |
| Altair Cesar Ramos dos Santos | 0862 | 0831499-6 |
| Altair Roberto Ruschel | 1225 | 0824876-2 |
| | 2513 | 0824460-4 |
| | 2621 | 0830075-2 |
| Altevir Comar | 1699 | 0829561-6 |
| Altevir Lucas Hartin Junior | 1084 | 0826318-3 |
| Altimar Pasin de Godoy | 1312 | 0822805-5 |
| Altivo Augusto Alves Meyer | 0035 | 0828523-2 |
| | 0074 | 0826137-8 |
| | 0096 | 0828281-9 |
| | 0099 | 0828941-0 |
| | 0105 | 0830052-9 |
| | 0107 | 0830895-4 |
| | 0119 | 0828326-3 |
| | 0139 | 0828658-0 |
| | 0218 | 0828718-1 |
| | 0226 | 0815132-6 |
| | 0245 | 0830956-2 |
| | 0256 | 0828788-3 |
| Aluísio Pires de Oliveira | 1403 | 0822781-0 |
| Alvaro Manoel Furlan | 2093 | 0830158-6 |
| Álvaro Pedro Junior | 1136 | 0677501-3/02 |
| Álvaro Schenatto | 0971 | 0822581-0 |
| | 1799 | 0828320-1 |
| Álvaro Sedlacek | 0955 | 0830048-5 |
| Alvino Aparecido Filho | 0555 | 0830184-6 |
| | 1064 | 0829216-6 |
| Alvino Gabriel Novaes Mendes | 2236 | 0822394-7 |
| | 2318 | 0830325-7 |
| Alysson Burko Chicalski | 0029 | 0824292-6 |
| | 2659 | 0822623-3 |
| Alysson Sanches | 0082 | 0822670-2 |
| Amadeu Marques Junior | 2721 | 0831188-8 |
| Amanda Aparecida Alves Marcos | 1489 | 0823084-0 |
| Amanda Coutinho Rabello | 0496 | 0824729-8 |
| Amanda dos Santos Domareski | 0461 | 0830363-7 |
| Amanda Goda Gimenes | 2623 | 0830164-4 |
| Amanda Graziela de Azevedo | 1304 | 0829662-8 |

| | | |
|---|---|---|
| Amanda Louise Ramajo C. Barreto | 0459 | 0829280-6 |
| Amanda Reis | 2076 | 0824648-8 |
| Amandio Sbrussi | 0404 | 0824753-4 |
| Amarildo Miguel Leal | 0090 | 0825080-0 |
| | 1133 | 0737800-1/01 |
| Amauri Antônio Perussi | 1085 | 0826615-7 |
| | 1484 | 0830612-5 |
| Amauri Carlos Erzinger | 2830 | 0830269-4 |
| Amauri dos Santos Sampaio | 0375 | 0828588-3 |
| | 1794 | 0827680-8 |
| Amauri Silva Torres | 0219 | 0829112-3 |
| Amazonas Francisco do Amaral | 1909 | 0828919-8 |
| Amélio Scaravonatti | 1120 | 0829674-8 |
| Amir Krachinski | 2828 | 0829871-7 |
| Ana Amélia Caldas S. d. Oliveira | 2291 | 0823150-9 |
| Ana Beatriz Balan Villela | 0025 | 0823197-2 |
| | 0153 | 0824499-5 |
| Ana Carolina Almeida Ribeiro | 0780 | 0830642-3 |
| Ana Carolina Busatto Macedo | 1261 | 0831371-3 |
| Ana Carolina Coelho Barroso | 1079 | 0824544-5 |
| Ana Carolina de Melo Mano | 1510 | 0828364-3 |
| Ana Carolina Gouvea Gabardo | 0863 | 0816284-9 |
| Ana Carolina Hass de M. Castro | 2887 | 0831248-9 |
| Ana Carolina Marziona Rodrigues | 0842 | 0831000-9 |
| Ana Carolina Mion Pilati do Vale | 1950 | 0829383-2 |
| Ana Carolina Moreira Pino | 0267 | 0823970-1 |
| Ana Carolina Turquino Turatto | 1782 | 0823055-9 |
| | 1897 | 0824831-3 |
| | 2026 | 0823141-0 |
| | 2028 | 0823295-3 |
| Ana Caroline Dias L. d. Silva | 1520 | 0830412-5 |
| | 1892 | 0824146-9 |
| | 1997 | 0823759-2 |
| | 2167 | 0823211-7 |
| | 2168 | 0823839-5 |
| Ana Cecília dos Santos Simões | 0458 | 0828283-3 |
| Ana Cláudia Bento Graf | 0321 | 0823019-3 |
| Ana Cláudia Finger | 2445 | 0829193-8 |
| | 2587 | 0822680-8 |
| Ana Claudia Neves Rennó | 0368 | 0824392-1 |
| Ana Cristina Dantas Prado | 1753 | 0824424-8 |
| Ana Eliete Becker M. Koehler | 2014 | 0829033-7 |
| Ana Elisa Del Padre da Silva | 1322 | 0828242-2 |
| Ana Elisa Perez Souza | 0241 | 0829563-0 |
| | 0755 | 0831261-2 |
| Ana Jaqueline Rodrigues da Silva | 1282 | 0830661-8 |
| Ana Laura González Poittevin | 0509 | 0831716-2 |
| Ana Letícia Dias Rosa | 1485 | 0831329-9 |
| Ana Lidia Godoy Dalacqua | 1482 | 0830258-1 |
| Ana Lúcia Bohmann | 0165 | 0830988-4 |
| | 0225 | 0830672-1 |
| Ana Lúcia Boneto C. Laffranchi | 1593 | 0822661-3 |
| Ana Lúcia Costa | 0015 | 0828925-6 |
| | 0017 | 0830275-2 |
| | 0019 | 0830904-8 |
| | 0036 | 0828749-6 |
| | 0039 | 0829766-1 |
| | 0077 | 0829503-4 |
| | 0081 | 0831164-8 |
| | 0108 | 0830985-3 |
| | 0120 | 0828845-3 |
| | 0136 | 0827789-6 |
| | 0159 | 0827780-3 |
| | 0162 | 0830073-8 |
| | 0192 | 0828414-8 |
| | 0215 | 0828147-2 |
| | 0246 | 0831129-9 |
| | 0264 | 0831423-2 |
| | 0293 | 0826970-3 |
| | 0294 | 0827768-7 |
| | 0299 | 0829316-1 |
| Ana Lúcia de Oliveira Belo | 1534 | 0825091-3 |
| Ana Lucia França | 1505 | 0825902-1 |
| | 1539 | 0826974-1 |
| | 1634 | 0823971-8 |
| | 1793 | 0827530-3 |
| | 1878 | 0830380-8 |
| | 1886 | 0823340-3 |
| | 1987 | 0830311-3 |
| | 2074 | 0824416-6 |
| | 2076 | 0824648-8 |
| | 2136 | 0822906-7 |
| | 2505 | 0822441-1 |
| Ana Lucia Rodrigues Lima | 1354 | 0831255-4 |
| Ana Marcia Soares Martins | 1345 | 0828555-4 |
| Ana Maria Annibelli Fernandes | 0620 | 0829127-4 |
| Ana Maria Maximiliano | 2631 | 0831085-2 |
| Ana Maria Remowicz de Oliveira | 0175 | 0828849-1 |
| Ana Maria Silvério Lima | 1604 | 0825885-5 |
| Ana Paula Barrios de Carvalho | 1359 | 0822993-0 |
| Ana Paula Cecy Turra | 2735 | 0829920-5 |
| Ana Paula Conti Bastos | 0184 | 0823277-5 |
| Ana Paula de Oliveira Baroni | 1793 | 0827530-3 |
| Ana Paula Delgado de S. Barroso | 2257 | 0825836-2 |
| Ana Paula Domingues dos Santos | 0944 | 0828647-7 |
| Ana Paula Finger Mascarello | 1938 | 0826939-2 |
| | 1970 | 0825933-6 |
| | 2118 | 0829224-8 |
| | 2587 | 0822680-8 |
| Ana Paula Góes Nicoladeli Schick | 2120 | 0829498-8 |
| Ana Paula Iankilevich | 0354 | 0824504-1 |
| Ana Paula Magalhães | 1823 | 0824180-1 |
| Ana Paula Martin Alves da Silva | 1753 | 0824424-8 |
| Ana Paula Michels Ostrovski | 0004 | 0823135-2 |
| Ana Paula Muggiati dos Santos | 1500 | 0824735-6 |
| Ana Paula Parra Leite | 1296 | 0826960-7 |
| Ana Paula Pavelski | 0178 | 0829877-9 |
| | 0198 | 0830138-4 |
| Ana Paula Ribas Vieira | 1356 | 0831546-0 |
| Ana Paula Scheller de Moura | 2267 | 0829024-8 |
| | 2481 | 0828253-5 |
| | 2515 | 0824802-2 |
| | 2541 | 0830175-7 |
| Ana Paula Verona | 0592 | 0823000-4 |
| Ana Raquel dos Santos | 1140 | 0822869-9 |
| | 1638 | 0824801-5 |
| Ana Rosa de Lima Lopes Bernardes | 2547 | 0822789-6 |
| | 2551 | 0823145-8 |
| | 2602 | 0825468-4 |
| Ana Silvia de Moura Torres | 0468 | 0823991-0 |
| Ana Tereza Palhares Basílio | 0484 | 0830145-9 |
| | 0525 | 0828116-7 |
| | 0535 | 0823228-2 |
| | 0549 | 0827786-5 |
| Analúcia Veloso Nantes | 2769 | 0822974-5 |
| Anamaria Batista | 0459 | 0829280-6 |
| | 1339 | 0825138-1 |
| Anamaria Bueno Ribeiro Guimarães | 0335 | 0741205-5 |
| Ananias Cézar Teixeira | 0865 | 0822060-6 |
| | 0870 | 0824642-6 |
| | 0871 | 0824662-8 |
| | 0873 | 0824868-0 |
| | 0890 | 0822069-9 |
| | 0894 | 0824671-7 |
| | 0895 | 0824675-5 |
| | 0897 | 0824856-0 |

| | | |
|---|---|---|
| | 0898 | 0824893-3 |
| | 0905 | 0828471-3 |
| | 0914 | 0821947-4 |
| | 0915 | 0822355-0 |
| | 0931 | 0824688-2 |
| | 0950 | 0829286-8 |
| | 0952 | 0829867-3 |
| | 0954 | 0830014-9 |
| | 0970 | 0822339-6 |
| | 0975 | 0824793-8 |
| | 0985 | 0828722-5 |
| | 0988 | 0829182-5 |
| | 0992 | 0830809-8 |
| | 0996 | 0822536-5 |
| | 1001 | 0824715-4 |
| | 1018 | 0830192-8 |
| | 1021 | 0822044-2 |
| | 1029 | 0824632-0 |
| | 1031 | 0824690-2 |
| | 1038 | 0828982-1 |
| | 1040 | 0829602-2 |
| | 1060 | 0828641-5 |
| | 1075 | 0823140-3 |
| | 1080 | 0824646-4 |
| | 1081 | 0824770-5 |
| | 1095 | 0830227-6 |
| | 1102 | 0823660-0 |
| | 1106 | 0824744-5 |
| | 1141 | 0823087-1 |
| | 1146 | 0824826-2 |
| | 1157 | 0829751-0 |
| | 1164 | 0824196-9 |
| | 1165 | 0824752-7 |
| | 1167 | 0824871-7 |
| | 1172 | 0828350-9 |
| | 1176 | 0828864-8 |
| | 1180 | 0829478-6 |
| | 1182 | 0829686-8 |
| | 1183 | 0830062-5 |
| | 1185 | 0830485-8 |
| | 1187 | 0830806-7 |
| | 1188 | 0830882-7 |
| | 1189 | 0830901-7 |
| | 1198 | 0824778-1 |
| | 1207 | 0828684-0 |
| | 1208 | 0828823-7 |
| | 1210 | 0829120-5 |
| | 1211 | 0829130-1 |
| | 1213 | 0830142-8 |
| | 1217 | 0822326-9 |
| | 1221 | 0824065-9 |
| | 1224 | 0824656-0 |
| | 1230 | 0828834-0 |
| | 1233 | 0830604-3 |
| | 1237 | 0822034-6 |
| | 1238 | 0822784-1 |
| | 1244 | 0824653-9 |
| | 1245 | 0824847-1 |
| | 1254 | 0828737-6 |
| Anders Frank Schattenberg | 0213 | 0827455-5 |
| | 0760 | 0820072-8 |
| Anderson Adalton da Silva | 0631 | 0823876-8 |
| Anderson Aparecido Cruz | 0361 | 0829721-2 |
| Anderson Cleber Okumura Yuge | 1513 | 0828763-6 |
| | 1875 | 0829691-9 |
| | 2099 | 0822509-8 |
| | 2244 | 0823818-6 |
| Anderson Crozariolli Tavares | 1004 | 0824969-2 |
| Anderson de João Alvim | 1375 | 0829948-3 |
| Anderson de Oliveira Miskalo | 2581 | 0830516-8 |
| Anderson Fernandes de Souza | 0741 | 0829876-2 |
| | 1298 | 0827445-9 |
| Anderson Hataqueiama | 0904 | 0828399-6 |
| | 1252 | 0828153-0 |
| Anderson Leonel Prado Henrard | 2404 | 0830831-0 |
| Anderson Mangini Armani | 0643 | 0830026-9 |
| Anderson Marcelo de M. Oliveira | 2022 | 0830240-9 |
| Anderson Massashi Hashimoto | 0100 | 0829183-2 |
| Anderson Pinheiro Gomes | 0638 | 0829309-6 |
| | 0730 | 0829707-2 |
| Anderson Ramos Vieira | 2842 | 0829567-8 |
| Anderson Soares de Cerqueira | 1349 | 0829092-6 |
| André Agostinho Hamera | 2252 | 0824515-4 |
| | 2256 | 0825789-8 |
| | 2302 | 0824966-1 |
| | 2340 | 0824470-0 |
| | 2430 | 0825624-2 |
| | 2595 | 0824006-0 |
| André Alves Wlodarczyk | 1537 | 0826010-2 |
| André Batista Luiz | 1064 | 0829216-6 |
| Andre Dalanhol | 1808 | 0829890-2 |
| André Diniz Affonso da Costa | 0912 | 0830917-5 |
| | 0936 | 0825280-0 |
| André Eduardo Queiroz | 2424 | 0824445-7 |
| André Elias Brianese Porto | 0045 | 0816645-2 |
| André Fatuch Neto | 1708 | 0830859-8 |
| André Gustavo Meyer Tolentino | 0720 | 0832056-5 |
| André Gustavo Vallim Sartorelli | 0048 | 0823684-0 |
| | 0067 | 0822746-1 |
| | 0070 | 0824517-8 |
| | 0152 | 0824484-4 |
| | 0287 | 0824389-4 |
| | 0406 | 0825352-1 |
| | 0783 | 0817299-4 |
| | 2408 | 0816865-4 |
| André Luis Agner Machado Martins | 1103 | 0823904-7 |
| André Luis Begotto | 2633 | 0826111-4 |
| André Luis D'alcantara Schmitt | 0054 | 0826574-1 |
| André Luis Magagnin | 0793 | 0823905-4 |
| André Luis Romero de Souza | 2699 | 0826776-5 |
| André Luís Tisi Ribeiro | 1035 | 0827764-9 |
| André Luiz Amancio Pinto | 1669 | 0822560-1 |
| | 1904 | 0828188-3 |
| André Luiz Cordeiro Zanetti | 2204 | 0823809-7 |
| | 2256 | 0825789-8 |
| | 2295 | 0823834-0 |
| | 2364 | 0822984-1 |
| | 2365 | 0823035-7 |
| | 2430 | 0825624-2 |
| | 2602 | 0825468-4 |
| André Luiz Donega Verri | 1668 | 0822410-6 |
| André Luiz Francisco San Juan | 1806 | 0829162-3 |
| André Luiz Giudicissi Cunha | 0819 | 0829526-7 |
| | 1276 | 0829269-7 |
| André Luiz Pires Curuca | 2836 | 0824476-2 |
| André Luiz Schmitz | 2158 | 0829521-2 |
| André Luiz Souza Vale | 0880 | 0829171-2 |
| ANDRÉ MAURÍCIO R. PFAFFENZELLER | 2094 | 0830278-3 |
| André Miranda de Carvalho | 1301 | 0827781-0 |
| André Renato Miranda Andrade | 0144 | 0830231-0 |
| André Ribeiro Giamberardino | 0709 | 0822702-9 |
| André Ricardo Brusamolin | 1817 | 0823026-8 |
| André Ricardo Forcelli | 1698 | 0829542-1 |
| André Zacarias T. d. Queiroz | 2008 | 0828433-3 |
| André Zonaro Giacchetta | 1030 | 0824683-7 |
| Andréa Bahr Gomes | 1447 | 0822233-9 |
| Andrea Caroline Marconatto Cury | 0421 | 0825953-8 |
| | 0565 | 0823383-8 |
| | 1719 | 0825117-2 |
| | 2104 | 0824009-1 |
| Andréa Cristiane Grabovski | 1782 | 0823055-9 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1905 | 0828337-6 |
| | 2028 | 0823295-3 |
| | 2439 | 0828667-9 |
| | 2608 | 0828339-0 |
| Andréa Cristine Arcego | 0468 | 0823991-0 |
| | 0561 | 0822710-1 |
| | 0783 | 0817299-4 |
| Andrea Cristine Bandeira | 1546 | 0829045-7 |
| | 2010 | 0828455-9 |
| Andréa de Oliveira Lima | 1762 | 0828514-3 |
| Andréa Giosa Manfrim | 0002 | 0822756-7 |
| | 0020 | 0830991-1 |
| | 0032 | 0825863-9 |
| | 0075 | 0828145-8 |
| | 0085 | 0822826-4 |
| | 0100 | 0829183-2 |
| | 0112 | 0824546-9 |
| | 0116 | 0826954-9 |
| | 0121 | 0829550-3 |
| | 0171 | 0825345-6 |
| | 0200 | 0830440-9 |
| | 0262 | 0830110-6 |
| | 0310 | 0824551-0 |
| | 0423 | 0827500-5 |
| | 1449 | 0824444-0 |
| Andréa Hertel Malucelli | 2260 | 0827865-1 |
| | 2298 | 0824454-6 |
| | 2522 | 0826169-0 |
| | 2545 | 0822642-8 |
| Andrea Izabel Krasinski | 0138 | 0828245-3 |
| Andréa Margarethe Rogoski Andrade | 0307 | 0823236-4 |
| | 0363 | 0823099-1 |
| | 0414 | 0822913-2 |
| | 0416 | 0823424-4 |
| | 0432 | 0824402-2 |
| | 0440 | 0828015-5 |
| Andréa Pereira Rosa da Silva | 2763 | 0830331-5 |
| | 2847 | 0831602-3 |
| Andréa Rodrigues Soares Leibante | 1249 | 0825930-5 |
| Andrea Sartori | 1753 | 0824424-8 |
| | 1825 | 0825150-7 |
| | 1928 | 0824398-3 |
| | 2170 | 0824241-9 |
| Andrei Amaral Camaroski | 1760 | 0828259-7 |
| Andrei de Oliveira Rech | 0172 | 0825849-9 |
| Andréia Aparecida de Souza | 0093 | 0826020-8 |
| | 0149 | 0822755-0 |
| | 0157 | 0825913-4 |
| Andréia Ayumi Nitahara | 1350 | 0829337-0 |
| Andreia Carla M. d. O. Nascimento | 2350 | 0827822-6 |
| Andreia Cristine Parsianello | 0784 | 0819297-8 |
| Andreia Damasceno | 2315 | 0829676-2 |
| | 2610 | 0828650-4 |
| Andreia de Araújo Leidens | 0018 | 0830349-7 |
| Andréia Indalêncio Rochi | 0227 | 0822747-8 |
| Andréia Stall | 0117 | 0827801-7 |
| Andréia Strassburger | 2429 | 0825075-9 |
| Andressa Dal Bello | 1221 | 0824065-9 |
| Andressa Jarletti G. d. Oliveira | 0779 | 0830469-4 |
| | 1750 | 0824000-8 |
| | 2305 | 0825792-5 |
| Andressa Maronezi | 1437 | 0828100-9 |
| Andressa Rosa | 0586 | 0830758-6 |
| Andrey Herget | 0971 | 0822581-0 |
| | 1499 | 0824385-6 |
| | 1799 | 0828320-1 |
| Andrey Luiz Geller | 1622 | 0830319-9 |
| Andreza Cristina Chropacz | 0457 | 0826049-3 |
| Andreza Cristina Mantovani | 1461 | 0830844-7 |
| Andreza Rodrigues C. d. Gouvea | 2391 | 0828705-4 |
| Ane Gonçalves de Resende | 1772 | 0830083-4 |
| Anelice de Sampaio | 2786 | 0823111-2 |
| Angela Anastázia Cazeloto | 1637 | 0824554-1 |
| | 1960 | 0822818-2 |
| | 1999 | 0824342-1 |
| Angela Conceição Oliveira Pompeu | 0453 | 0824432-0 |
| Angela Erbes | 0268 | 0824164-7 |
| | 0284 | 0823723-2 |
| Angela Esser Pulzato de Paula | 2208 | 0824430-6 |
| | 2467 | 0824264-2 |
| Angela Fabiana Bueno de S. Pinto | 1401 | 0667717-8 |
| | 1426 | 0823574-9 |
| Angela Maria Stepaniv | 1163 | 0823081-9 |
| | 1267 | 0824621-7 |
| | 1357 | 0822879-5 |
| | 1403 | 0822781-0 |
| | 1432 | 0825077-3 |
| Angela Mussiau Yamasaki de Rossi | 0275 | 0827955-0 |
| Ângela Patrícia Nesi Alberguini | 1884 | 0822878-8 |
| | 2194 | 0822751-2 |
| | 2195 | 0822782-7 |
| | 2412 | 0822885-3 |
| | 2413 | 0822892-8 |
| | 2505 | 0822441-1 |
| | 2547 | 0822789-6 |
| | 2586 | 0822444-2 |
| Angela Regina Ferreira Aparício | 0069 | 0824141-4 |
| Ângela Sampaio Chicolet Moreira | 1597 | 0823687-1 |
| | 1635 | 0824273-1 |
| | 2008 | 0828433-3 |
| Angeliane Maria da Câmara Falcão | 1730 | 0828294-6 |
| Angélica Bezerra M. Guimarães | 1423 | 0831109-7 |
| Angélica de Carvalho Cioni | 2694 | 0822368-7 |
| Angélica Fabiula M. d. Camargo | 0977 | 0824919-2 |
| | 1300 | 0827779-0 |
| Angélica Koyama Tanaka | 0917 | 0823171-8 |
| | 0918 | 0823180-7 |
| | 0919 | 0823184-5 |
| Angélica Socca César Recuero | 0150 | 0822947-8 |
| Angélica Viviane Ribeiro | 1723 | 0826032-8 |
| | 2108 | 0825232-4 |
| Angelino Luiz Ramalho Tagliari | 0904 | 0828399-6 |
| | 0923 | 0823605-9 |
| | 1033 | 0825743-2 |
| | 1072 | 0822797-8 |
| | 1140 | 0822869-9 |
| | 1148 | 0825120-9 |
| | 1252 | 0828153-0 |
| | 1521 | 0830538-4 |
| | 1700 | 0829616-6 |
| | 1890 | 0823804-2 |
| | 2090 | 0829592-1 |
| Angelize Severo Freire | 2145 | 0824935-6 |
| Angelo Geraldo Bochenek | 0490 | 0823411-7 |
| Angelo Itamar de Souza | 2187 | 0829964-7 |
| Angelo Ozias Torres | 0593 | 0823086-4 |
| Angelo Paulo Fadoni | 1898 | 0825119-6 |
| Angelo Pilatti Neto | 0406 | 0825352-1 |
| Anisio dos Santos | 0550 | 0828496-0 |
| Anita Caruso Puchta | 0055 | 0828229-9 |
| | 0417 | 0824258-4 |
| Anizio Jorge da Silva Moura | 0868 | 0823956-1 |
| | 1401 | 0667717-8 |
| Anna Carolina Araldi Zacarchuca | 1793 | 0827530-3 |
| Anna Christina Castelo B. Pereira | 1462 | 0809147-0 |
| | 1474 | 0828675-1 |
| Anne Caroline Cassou | 0325 | 0824651-5 |
| | 0345 | 0828703-0 |
| | 0752 | 0825009-5 |

| | | |
|---|---|---|
| | 0753 | 0825021-1 |
| Anne Patrícia Martini Ferro | 0270 | 0824842-6 |
| Annelyse Balaroti Gôngora | 2321 | 0830627-6 |
| Annete Cristina de Andrade Gaio | 0201 | 0830632-7 |
| | 0468 | 0823991-0 |
| | 0482 | 0829223-1 |
| | 0527 | 0829311-6 |
| Antônio Augusto Della C. D. Rosa | 0044 | 0831057-8 |
| Antônio Augusto Grellert | 0417 | 0824258-4 |
| | 0440 | 0828015-5 |
| | 2125 | 0830259-8 |
| Antonio Camargo Junior | 1515 | 0829669-7 |
| | 1640 | 0825498-2 |
| | 1728 | 0827949-2 |
| | 1879 | 0830802-9 |
| | 2086 | 0828840-8 |
| Antonio Carlos Batistella | 1874 | 0829655-3 |
| Antônio Carlos Bonet | 0933 | 0825063-9 |
| | 0978 | 0825173-0 |
| Antônio Carlos Cabral de Queiroz | 0309 | 0824254-6 |
| | 0311 | 0824819-7 |
| | 0381 | 0822956-7 |
| | 0452 | 0824185-6 |
| Antônio Carlos Cantoni | 1099 | 0822778-3 |
| Antônio Carlos Cordeiro | 1143 | 0824109-6 |
| Antonio Carlos de O. D. Filho | 1846 | 0830314-4 |
| Antonio Carlos Koppe | 0508 | 0830261-8 |
| Antônio Carlos Menegassi | 1815 | 0820460-8 |
| Antonio Carlos Moreira | 2176 | 0825729-2 |
| Antonio Carlos Silva Kuhn | 0520 | 0825914-1 |
| Antônio Celso C. d. Albuquerque | 1086 | 0827966-3 |
| Antônio de Oliveira Tavares | 1361 | 0823531-4 |
| Antônio Dilson Pereira | 1356 | 0831546-0 |
| | 1373 | 0829492-6 |
| Antonio Eduardo G. d. Rueda | 0864 | 0816297-6 |
| | 0889 | 0817887-4 |
| | 0986 | 0828970-1 |
| | 0995 | 0798595-7 |
| | 1011 | 0828528-7 |
| | 1016 | 0829865-9 |
| | 1042 | 0829805-3 |
| | 1067 | 0829975-0 |
| | 1112 | 0826441-7 |
| | 1156 | 0829206-0 |
| | 1216 | 0821492-4 |
| | 1231 | 0829334-9 |
| | 1256 | 0829008-4 |
| | 1257 | 0829360-9 |
| Antonio Elóy Bernardin | 1604 | 0825885-5 |
| Antonio Emerson Martins | 1101 | 0823489-5 |
| Antonio Ferreira França | 0338 | 0823902-3 |
| | 1342 | 0827189-6 |
| Antônio Fonseca Hortmann | 2563 | 0825452-6 |
| Antônio Francisco Corrêa Athayde | 0476 | 0826343-6 |
| Antonio Glaucione de A. Arrais | 2691 | 0821225-3 |
| Antonio G. F. M. d. Albuquerque | 1281 | 0830646-1 |
| Antônio Gustavo Scherner Franco | 1365 | 0825330-5 |
| Antonio Henrique Marsaro Júnior | 1617 | 0829801-5 |
| Antonio Justino Forcelli | 1698 | 0829542-1 |
| Antonio Leal de Azevedo Junior | 0945 | 0828663-1 |
| Antonio Linares Filho | 2433 | 0826202-0 |
| Antônio Lorengoni Neto | 1461 | 0830844-7 |
| Antonio Luiz Alves Leandro | 2869 | 0830534-6 |
| Antonio Mansano Neto | 0390 | 0828820-6 |
| Antonio Marcos de Oliveira | 1654 | 0829672-4 |
| Antonio Marcos Pedroso | 0325 | 0824651-5 |
| | 1467 | 0823985-2 |
| Antônio Minoru Ashakura | 0059 | 0829679-3 |
| | 1570 | 0824550-3 |
| Antônio Moris Cury | 0429 | 0822921-4 |
| Antonio Neiva de Macedo Filho | 0619 | 0828297-7 |
| | 0719 | 0831586-4 |
| Antonio Nunes Neto | 1193 | 0824171-2 |
| Antonio Paulo Tiradentes | 2393 | 0828968-1 |
| Antônio Pellizzetti | 0705 | 0830344-2 |
| | 2735 | 0829920-5 |
| Antônio Roberto M. d. Oliveira | 0463 | 0822752-9 |
| | 0468 | 0823991-0 |
| | 0534 | 0823052-8 |
| | 0774 | 0828024-4 |
| Antonio Roberto Orsi | 2004 | 0826251-3 |
| Antônio Rodrigues Simões | 1474 | 0828675-1 |
| Antonio Saonetti | 1739 | 0830199-7 |
| | 1839 | 0828691-5 |
| | 2120 | 0829498-8 |
| Antonio Vanderli Moreira | 1438 | 0828250-4 |
| Aparecido Albino Dechiche | 1578 | 0829177-4 |
| | 1597 | 0823687-1 |
| Aparecido Domingos Errerias Lopes | 1122 | 0829888-2 |
| Aparecido Donizetti Andreotti | 1122 | 0829888-2 |
| Aparecido José da Silva | 1219 | 0823296-0 |
| | 2170 | 0824241-9 |
| Aparecido Martins Patussi | 2197 | 0822884-6 |
| Aparecido Soares Andrade | 1047 | 0823936-9 |
| Aquile Anderle | 2634 | 0831451-6 |
| Araripe Serpa Gomes Pereira | 0762 | 0823196-5 |
| Ardêmio Dorival Mücke | 1019 | 0830839-6 |
| | 2109 | 0825633-1 |
| Argemiro Garcia Júnior | 1303 | 0829627-9 |
| Argos Fayad | 1480 | 0829744-5 |
| Ari Bernardi | 1339 | 0825138-1 |
| | 2723 | 0818662-1 |
| Ari Carlos Cantele | 0163 | 0830152-4 |
| Ari de Souza Freire | 1721 | 0825442-0 |
| | 1864 | 0825942-5 |
| Ariana Vieira de Lima | 0226 | 0815132-6 |
| | 1463 | 0809278-0 |
| Ariane Bini de Oliveira | 0337 | 0823066-2 |
| | 0342 | 0824898-8 |
| | 0354 | 0824504-1 |
| | 0356 | 0825788-1 |
| | 0418 | 0824427-9 |
| Ariane Fernandes de Oliveira | 2213 | 0825893-7 |
| Arildo Antonio de Campos | 0031 | 0825844-4 |
| | 0186 | 0823559-2 |
| | 0212 | 0827428-8 |
| Arinaldo Bittencourt | 1222 | 0824496-4 |
| | 1706 | 0830299-2 |
| | 1711 | 0818133-5 |
| Arine Mary dos Reis | 0976 | 0824795-2 |
| Aristóteles Rondon Gomes Pereira | 0656 | 0830284-1 |
| Arlei de Mello | 2425 | 0824479-3 |
| Arli Pinto da Silva | 0298 | 0829253-9 |
| Arlindo Rialto Junior | 2459 | 0822982-7 |
| Armando C. D. S. e. Guadanhini | 2470 | 0824545-2 |
| Armando Garcia Garcia | 1119 | 0829591-4 |
| Armando Mauri Spiacci | 1489 | 0823084-0 |
| Armando Ricardo de Souza | 0365 | 0823327-0 |
| | 2725 | 0823637-1 |
| Arnaldo Alves de Camargo Neto | 0092 | 0825879-7 |
| | 0289 | 0824920-5 |
| Arnaldo Aparecido Coração | 1787 | 0824630-6 |
| Arnaldo Augusto do Amaral Junior | 1896 | 0824637-5 |
| Arnaldo de Oliveira Junior | 1874 | 0829655-3 |
| Arnaldo Ferreira | 1333 | 0823076-8 |
| Arnaldo Ferreira Müller | 1888 | 0823761-2 |
| Arni Deonildo Hall | 0825 | 0822779-0 |
| Arnoldo Afonso de Oliveira Pinto | 1417 | 0829317-8 |
| | 1453 | 0827052-4 |

| | | |
|---|---|---|
| Aroldo Baran dos Santos | 2899 | 0829011-1 |
| Arthur Daniel Calasans Kesikowski | 1072 | 0822797-8 |
| Arthur Henrique Kampmann | 2324 | 0830838-9 |
| Arthur Martins Carneiro Costa | 1143 | 0824109-6 |
| Arthur Sabino Damasceno | 0892 | 0823885-7 |
| | 0896 | 0824695-7 |
| | 0899 | 0825447-5 |
| | 0925 | 0823853-5 |
| | 0932 | 0824872-4 |
| | 0978 | 0825173-0 |
| | 1076 | 0823706-1 |
| | 1078 | 0824238-2 |
| | 1139 | 0822820-2 |
| | 1147 | 0824827-9 |
| | 1196 | 0824620-0 |
| Arthur Virmond de Lacerda Neto | 0813 | 0825139-8 |
| Ary Bracarense Costa Junior | 2292 | 0823175-6 |
| | 2564 | 0826097-9 |
| Ary Cezario Junior | 1227 | 0825486-2 |
| Ary Lucio Fontes | 1477 | 0828828-2 |
| Ary Marcondes Araujo Neto | 2692 | 0821309-4 |
| Ary Pascoal de Oliveira Junior | 0812 | 0824353-4 |
| Asdrubal Franco Nascimbeni | 1549 | 0829381-8 |
| Atila Duderstadt | 1226 | 0825379-2 |
| Augusto Jondral Filho | 0343 | 0825279-7 |
| Augusto José Bittencourt | 0974 | 0824745-2 |
| | 1745 | 0831768-6 |
| Aulo Augusto Prato | 1591 | 0830916-8 |
| | 2084 | 0828476-8 |
| Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro | 0444 | 0831269-8 |
| Aureliano Pernetta Caron | 1239 | 0823635-7 |
| Áureo Francisco Lantmann Junior | 1746 | 0823127-0 |
| Aureo Lincoln Crovador da Silva | 2624 | 0830347-3 |
| Aurimar José Turra | 1262 | 0820263-9 |
| | 1337 | 0824660-4 |
| | 2273 | 0830000-5 |
| Aurino Muniz de Souza | 0525 | 0828116-7 |
| | 0535 | 0823228-2 |
| | 0544 | 0825481-7 |
| | 0549 | 0827786-5 |
| | 0767 | 0824634-4 |
| | 0833 | 0825800-2 |
| | 1126 | 0792450-9/01 |
| | 1563 | 0823764-3 |
| | 1747 | 0823134-5 |
| | 1783 | 0824175-0 |
| | 1891 | 0823820-6 |
| | 1994 | 0823012-4 |
| | 2134 | 0822571-4 |
| Auro Almeida Garcia | 0602 | 0829886-8 |
| Avanilson Alves Araújo | 0409 | 0830405-0 |
| Averaldo Francisco P. d. Souza | 2118 | 0829224-8 |
| Aysla Lovisi Oliveira | 0853 | 0825647-5 |
| Barbara Gonzales Lucas | 1313 | 0823118-1 |
| Bárbara Letícia de Souza Spagnolo | 0973 | 0824074-8 |
| | 0983 | 0827333-4 |
| | 1215 | 0830342-8 |
| Barbara Tomborelli de Oliveira | 1358 | 0822959-8 |
| Beatriz Besel | 0164 | 0830233-4 |
| Beatriz Regina da Silva | 1291 | 0824439-9 |
| Beatriz Schiebler | 0827 | 0823149-6 |
| Beatriz Seidel Casagrande | 0550 | 0828496-0 |
| | 0945 | 0828663-1 |
| Beatriz Terezinha da Silveira | 1690 | 0828567-4 |
| | 1699 | 0829561-6 |
| Belmiro Cesar Fernandes T. Telles | 1084 | 0826318-3 |
| Benedicto Carlos de Siqueira | 0179 | 0829996-9 |
| Benedicto Celso Benício Junior | 1525 | 0823307-8 |
| Benedicto Luiz de Mello | 0426 | 0830670-7 |
| Benedito Celso Benécio | 1525 | 0823307-8 |
| Benedito Felipe de Souza | 0408 | 0829352-7 |
| Benício Silveira | 2431 | 0825766-5 |
| Benjamim de Bastiani | 2810 | 0830147-3 |
| Beno Fraga Brandão | 2891 | 0831027-0 |
| Benoît Scandelari Bussmann | 0507 | 0830063-2 |
| Bernadete Gomes de Souza | 0745 | 0822946-1 |
| | 0746 | 0822946-1/01 |
| Bernardo Augusto Bassi | 2250 | 0824455-3 |
| Bernardo Guedes Ramina | 0510 | 0822539-6 |
| | 0525 | 0828116-7 |
| | 0529 | 0830109-3 |
| | 0535 | 0823228-2 |
| | 0544 | 0825481-7 |
| | 0549 | 0827786-5 |
| | 0554 | 0830056-7 |
| | 0578 | 0828426-8 |
| | 0767 | 0824634-4 |
| | 0816 | 0827995-4 |
| | 0822 | 0830589-1 |
| | 0833 | 0825800-2 |
| | 0835 | 0827922-1 |
| | 0838 | 0829810-4 |
| | 0856 | 0827771-4 |
| | 1443 | 0830210-1 |
| Bernardo Malik Khelili Haiduk | 1485 | 0831329-9 |
| Betina Treiger Grupenmacher | 0337 | 0823066-2 |
| | 0342 | 0824898-8 |
| | 0354 | 0824504-1 |
| | 0356 | 0825788-1 |
| | 0418 | 0824427-9 |
| Blas Gomm Filho | 1539 | 0826974-1 |
| | 1634 | 0823971-8 |
| | 1869 | 0828602-8 |
| | 1878 | 0830380-8 |
| | 1886 | 0823340-3 |
| | 1987 | 0830311-3 |
| | 2074 | 0824416-6 |
| | 2076 | 0824648-8 |
| Brasílio Vicente de Castro Neto | 1079 | 0824544-5 |
| | 2249 | 0824443-3 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 0093 | 0826020-8 |
| | 0149 | 0822755-0 |
| | 0157 | 0825913-4 |
| | 0360 | 0829221-7 |
| | 0460 | 0829597-6 |
| | 1504 | 0825897-5 |
| | 1511 | 0828515-0 |
| | 1526 | 0823363-6 |
| | 1551 | 0829644-0 |
| | 1554 | 0830079-0 |
| | 1559 | 0830798-0 |
| | 1560 | 0821569-0 |
| | 1563 | 0823764-3 |
| | 1567 | 0824233-7 |
| | 1581 | 0829680-6 |
| | 1585 | 0830092-3 |
| | 1613 | 0829158-9 |
| | 1622 | 0830319-9 |
| | 1628 | 0822365-6 |
| | 1629 | 0822583-4 |
| | 1637 | 0824554-1 |
| | 1648 | 0828512-9 |
| | 1651 | 0828850-4 |
| | 1665 | 0820044-4 |
| | 1666 | 0820380-5 |
| | 1667 | 0821562-1 |
| | 1672 | 0822867-5 |
| | 1683 | 0825018-4 |
| | 1694 | 0829145-2 |
| | 1701 | 0829702-7 |
| | 1710 | 0831346-0 |
| | 1712 | 0818677-2 |

| | |
|---|---|
| 1715 | 0823790-3 |
| 1718 | 0824512-3 |
| 1727 | 0827943-0 |
| 1728 | 0827949-2 |
| 1731 | 0828781-4 |
| 1734 | 0829528-1 |
| 1742 | 0830594-2 |
| 1747 | 0823134-5 |
| 1752 | 0824182-5 |
| 1756 | 0825057-1 |
| 1767 | 0828891-5 |
| 1774 | 0830497-8 |
| 1778 | 0831184-0 |
| 1783 | 0824175-0 |
| 1786 | 0824419-7 |
| 1800 | 0828386-9 |
| 1802 | 0828490-8 |
| 1821 | 0824018-0 |
| 1841 | 0829401-5 |
| 1842 | 0829556-5 |
| 1848 | 0819475-2 |
| 1851 | 0820376-1 |
| 1858 | 0824262-8 |
| 1865 | 0826044-8 |
| 1868 | 0828366-7 |
| 1882 | 0820463-9 |
| 1883 | 0822375-2 |
| 1887 | 0823466-2 |
| 1893 | 0824255-3 |
| 1900 | 0826458-2 |
| 1901 | 0827218-2 |
| 1902 | 0827283-9 |
| 1906 | 0828436-4 |
| 1910 | 0829101-0 |
| 1920 | 0831361-7 |
| 1921 | 0831534-0 |
| 1941 | 0828103-0 |
| 1944 | 0828439-5 |
| 1947 | 0828869-3 |
| 1948 | 0829032-0 |
| 1949 | 0829285-1 |
| 1951 | 0829495-7 |
| 1959 | 0818668-3 |
| 1960 | 0822818-2 |
| 1972 | 0826798-1 |
| 1977 | 0828348-9 |
| 1984 | 0829954-1 |
| 1991 | 0830830-3 |
| 1994 | 0823012-4 |
| 1996 | 0823377-0 |
| 1999 | 0824342-1 |
| 2021 | 0830225-2 |
| 2047 | 0828847-7 |
| 2060 | 0831059-2 |
| 2064 | 0819324-0 |
| 2073 | 0824415-9 |
| 2083 | 0828367-4 |
| 2086 | 0828840-8 |
| 2091 | 0829858-4 |
| 2098 | 0818784-2 |
| 2100 | 0823191-0 |
| 2113 | 0828354-7 |
| 2129 | 0808981-8 |
| 2130 | 0817444-9 |
| 2132 | 0819459-8 |
| 2140 | 0823597-2 |
| 2142 | 0824193-8 |
| 2148 | 0826313-8 |
| 2164 | 0820468-4 |
| 2173 | 0824924-3 |
| 2179 | 0827038-4 |
| 2181 | 0828534-5 |
| 2184 | 0829270-0 |
| 2185 | 0829565-4 |
| 2569 | 0828727-0 |
| 0226 | 0815132-6 |

| | |
|---|---|
| Braulio Roberto Schmidt | 1862 0825834-8 |
| Braz Reberte Pedrini | 1091 0829379-8 |
| Bruna Caron Bertagnoli Pisani | 1191 0823861-7 |
| | 1287 0822474-0 |
| Bruna Carvalho dos Santos | 1514 0829274-8 |
| | 1935 0825631-7 |
| Bruna Grasso Ferreira | 1522 0830540-4 |
| Bruna Mischiatti Pagotto | 1997 0823759-2 |
| | 2473 0824824-8 |
| | 2595 0824006-0 |
| Bruno André Souza Colodel | 1595 0823093-9 |
| Bruno Assoni | 0275 0827955-0 |
| | 0348 0822345-4 |
| | 0393 0645621-3 |
| Bruno Augusto Sampaio Fuga | 1159 0830286-5 |
| | 1321 0827230-8 |
| Bruno Campos Faria | 2055 0830277-6 |
| Bruno Dal Bello de Souza | 2390 0828600-4 |
| Bruno Delgado Chiaradia | 2117 0829189-4 |
| Bruno Di Marino | 0525 0828116-7 |
| | 0529 0830109-3 |
| | 0535 0823228-2 |
| | 0546 0826106-3 |
| | 0554 0830056-7 |
| | 0578 0828426-8 |
| | 0816 0827995-4 |
| | 0822 0830589-1 |
| | 0833 0825800-2 |
| | 0835 0827922-1 |
| | 0856 0827771-4 |
| Bruno Domingues Lima da Silva | 1456 0829743-8 |
| | 2445 0829193-8 |
| Bruno Fabrício Lobo Pacheco | 1126 0792450-9/01 |
| | 2374 0824509-6 |
| | 2544 0822427-1 |
| Bruno Fernando Martins Migliozzi | 0324 0824510-9 |
| Bruno Gomara Cavallin | 0025 0823197-2 |
| Bruno Guiss | 2104 0824009-1 |
| Bruno Henrique Ferreira | 2389 0828327-0 |
| | 2536 0829635-1 |
| Bruno Marzullo Zaroni | 0377 0829862-8 |
| Bruno Montenegro Sacani | 0221 0829388-7 |
| | 1503 0825763-4 |
| Bruno Moreira Alves | 1242 0824068-0 |
| Bruno Pedalino | 1372 0829083-7 |
| Bruno Romero Pedrosa Monteiro | 0033 0825919-6 |
| Bruno Santos Rodrigues | 0949 0829267-3 |
| Cácia de Dordi Tres | 1792 0826113-8 |
| Caetano Branco Pimpão de Almeida | 2254 0824724-3 |
| Caio Henrique Lopes Ramiro | 0409 0830405-0 |
| Caio Marcelo Cordeiro Antonietto | 0648 0822610-6 |
| | 0658 0830453-6 |
| | 0719 0831586-4 |
| | 2732 0829582-5 |
| Caio Mário Moreira Junior | 0407 0826643-1 |
| Camila Camargo De Oliveira | 1937 0826889-7 |
| Camila Enrietti Bin | 0986 0828970-1 |
| | 1011 0828528-7 |
| | 1216 0821492-4 |
| Camila Gabriela Nodari | 1921 0831534-0 |
| CAMILA OLIVEIRA DA LUZ | 2295 0823834-0 |
| Camila Schiarolli | 2666 0829704-1 |
| Camila Simões Martins | 0061 0830340-4 |
| Camila Valereto Romano | 1501 0824959-6 |
| | 1608 0828504-7 |
| | 1713 0822954-3 |
| | 1895 0824521-2 |
| | 2023 0830784-6 |
| | 2078 0825418-4 |
| | 2143 0824203-9 |
| Camila Viale | 0795 0824948-3 |

| | | |
|---|---|---|
| Camila Zem | 0204 | 0823316-7 |
| Camilla Ribeiro Caramujo Moraes | 0280 | 0829718-5 |
| | 0958 | 0811625-0 |
| Camilla Silva Lima | 2623 | 0830164-4 |
| Camille Baggio Scheidt Brunsfeld | 2323 | 0830781-5 |
| | 2573 | 0829227-9 |
| | 2615 | 0829239-9 |
| Camilo de Toni | 0089 | 0824974-3 |
| | 0394 | 0817393-7 |
| | 1338 | 0825068-4 |
| | 1961 | 0823434-0 |
| Cândido Mendes Neto | 2072 | 0824323-6 |
| Caprice Andretta Chechelaky | 1594 | 0823077-5 |
| Carina Marini | 1082 | 0825073-5 |
| Carine de Medeiros Martins | 2422 | 0824151-0 |
| Carla Andrea Morselli de Almeida | 2265 | 0828742-7 |
| Carla Angélica Heroso Gomes | 1185 | 0830485-8 |
| | 1206 | 0828531-4 |
| Carla Canto Quintas | 0292 | 0826567-6 |
| Carla Fabiana Hermann Zagotto | 1971 | 0826033-5 |
| Carla Fernandes Ribeiro B. Sutil | 1282 | 0830661-8 |
| Carla Geane Antunes Bilhão | 1473 | 0828079-9 |
| Carla Heliana Vieira M. Tantin | 2211 | 0825183-6 |
| | 2218 | 0828711-2 |
| | 2240 | 0822985-8 |
| | 2259 | 0826628-4 |
| | 2289 | 0822917-0 |
| | 2313 | 0828939-0 |
| | 2321 | 0830627-6 |
| | 2349 | 0826457-5 |
| | 2355 | 0828963-6 |
| | 2380 | 0825685-5 |
| | 2400 | 0830216-3 |
| | 2448 | 0829349-0 |
| | 2471 | 0824709-6 |
| | 2487 | 0829091-9 |
| | 2509 | 0823833-3 |
| | 2523 | 0826208-2 |
| | 2556 | 0824177-4 |
| | 2557 | 0824188-7 |
| | 2626 | 0831324-4 |
| Carla Lecink Bernardi | 0801 | 0829628-6 |
| Carla Linhares Meyer | 1625 | 0830811-8 |
| Carla Luiza Mannrich | 0955 | 0830048-5 |
| Carla Maria Köhler | 2208 | 0824430-6 |
| | 2467 | 0824264-2 |
| Carla Passos Melhado | 2539 | 0829848-8 |
| Carla Roberta Dos Santos Belém | 2510 | 0824274-8 |
| Carla Siquerolo | 0409 | 0830405-0 |
| Carla Tereza dos Santos Diel | 2142 | 0824193-8 |
| Carledes Elias do Carmo | 1367 | 0828058-0 |
| Carlito Raimundo Souza | 2821 | 0825078-0 |
| Carlos Alberto Alves Peixoto | 0817 | 0828311-2 |
| Carlos Alberto B. Caggiano | 2325 | 0831155-9 |
| Carlos Alberto de O. Casagrande | 1136 | 0677501-3/02 |
| | 2790 | 0824809-1 |
| Carlos Alberto de Souza | 0191 | 0826087-3 |
| Carlos Alberto Farracha de Castro | 1259 | 0830020-7 |
| | 1447 | 0822233-9 |
| Carlos Alberto Francovig Filho | 0255 | 0828044-6 |
| | 1201 | 0825529-2 |
| Carlos Alberto Frank | 2604 | 0826159-4 |
| Carlos Alberto Grolli | 2453 | 0830432-7 |
| Carlos Alberto Hauer de Oliveira | 1030 | 0824683-7 |
| | 1335 | 0824089-9 |
| Carlos Alberto Mendes Marques | 1371 | 0829057-7 |
| Carlos Alberto Nepomuceno Filho | 1557 | 0830755-5 |
| | 1558 | 0830787-7 |
| | 1768 | 0828923-2 |
| | 1775 | 0830518-2 |
| | 1803 | 0828575-6 |
| | 1812 | 0830381-5 |
| | 1835 | 0828321-8 |
| | 1840 | 0829294-0 |
| | 1846 | 0830314-4 |
| | 1874 | 0829655-3 |
| | 1914 | 0830016-3 |
| | 1939 | 0827658-6 |
| | 2048 | 0829036-8 |
| | 2056 | 0830374-0 |
| Carlos Alberto Nicioli | 1650 | 0828800-4 |
| Carlos Alberto Rhoden | 0191 | 0826087-3 |
| | 0312 | 0825106-9 |
| | 0387 | 0825362-7 |
| Carlos Alberto Siliprandi | 0201 | 0830632-7 |
| Carlos Alberto Vargas Batista | 2024 | 0831397-7 |
| Carlos Alberto Zanchet Viana | 1741 | 0830304-8 |
| Carlos Albirone Toazza | 1101 | 0823489-5 |
| Carlos Alcides Alberti Bürger | 2550 | 0823142-7 |
| Carlos Alexandre Lima de Souza | 0149 | 0822755-0 |
| Carlos Alexandre Rodrigues | 0754 | 0830970-2 |
| | 1048 | 0823941-0 |
| | 1329 | 0830841-6 |
| Carlos Alexandre Vaine Tavares | 0046 | 0822977-6 |
| | 0128 | 0822920-7 |
| | 2175 | 0825048-2 |
| Carlos Alves | 0864 | 0816297-6 |
| | 0889 | 0817887-4 |
| | 0891 | 0823546-5 |
| | 0920 | 0823201-1 |
| | 0941 | 0827425-7 |
| | 1009 | 0827434-6 |
| | 1034 | 0825946-3 |
| | 1058 | 0827940-9 |
| | 1083 | 0825580-5 |
| | 1149 | 0826291-7 |
| | 1204 | 0827399-2 |
| | 1205 | 0827825-7 |
| | 1228 | 0825963-4 |
| Carlos Antonio Mazzin Vantini | 0328 | 0825401-9 |
| Carlos Araúz Filho | 1301 | 0827781-0 |
| | 2508 | 0823826-8 |
| Carlos Augusto Antunes | 0010 | 0825787-4 |
| Carlos Augusto Azevedo Silva | 0464 | 0822981-0 |
| | 1546 | 0829045-7 |
| | 1881 | 0831120-6 |
| | 2010 | 0828455-9 |
| Carlos Augusto Franzo Weinand | 0794 | 0824590-7 |
| Carlos Augusto Garret | 2188 | 0830255-0 |
| Carlos Augusto M. V. d. Costa | 0022 | 0822640-4 |
| | 0115 | 0825444-4 |
| Carlos Eduardo Borges Marin | 2037 | 0825374-7 |
| Carlos Eduardo de Macedo Ramos | 0228 | 0823053-5 |
| Carlos Eduardo D. d. Oliveira | 2282 | 0818806-3 |
| Carlos Eduardo Dipp Schoembakla | 1674 | 0823167-4 |
| Carlos Eduardo Faisca Nahas | 0466 | 0823368-1 |
| | 0568 | 0824322-9 |
| Carlos Eduardo Madi | 0407 | 0826643-1 |
| Carlos Eduardo Manfredini Hapner | 1098 | 0822607-9 |
| | 1500 | 0824735-6 |
| | 2643 | 0824232-0 |
| Carlos Eduardo Martins Biazetto | 1596 | 0823350-9 |

| | | |
|---|---|---|
| Carlos Eduardo Nerez Lourenço | 1109 | 0825316-5 |
| Carlos Eduardo Netto Alves | 1417 | 0829317-8 |
| | 1453 | 0827052-4 |
| Carlos Eduardo Ortega | 0241 | 0829563-0 |
| | 0405 | 0825017-7 |
| Carlos Eduardo Parucker e Silva | 1670 | 0822671-9 |
| Carlos Eduardo Pinto | 2040 | 0827268-2 |
| Carlos Eduardo Quadros Domingos | 1645 | 0827564-9 |
| Carlos Eduardo Rangel Xavier | 0040 | 0829940-7 |
| | 0107 | 0830895-4 |
| | 0226 | 0815132-6 |
| | 0406 | 0825352-1 |
| Carlos Eduardo Scardua | 2452 | 0830369-9 |
| | 2560 | 0824888-2 |
| Carlos Eduardo Vila Real | 0009 | 0825218-4 |
| Carlos Ermínio Allievi | 2111 | 0826982-3 |
| Carlos Fernando Bomfim | 0874 | 0825065-3 |
| | 1383 | 0823286-4 |
| Carlos Fernando Correa de Castro | 1064 | 0829216-6 |
| Carlos Frederico M. d. S. Filho | 0110 | 0822819-9 |
| | 0130 | 0824495-7 |
| | 0774 | 0828024-4 |
| Carlos Frederico Stadler | 2388 | 0828034-0 |
| Carlos Frederico Viana Reis | 0291 | 0826470-8 |
| | 0441 | 0828236-4 |
| | 1132 | 0809536-7/01 |
| Carlos Gomes de Brito | 0964 | 0829474-8 |
| | 2498 | 0830765-1 |
| Carlos G. C. d. Albuquerque | 0748 | 0831603-0 |
| Carlos Gustavo Horst | 2033 | 0824465-9 |
| Carlos Henrique Rocha | 1345 | 0828555-4 |
| Carlos Henrique Schiefer | 0781 | 0830902-4 |
| Carlos Henrique Zanetti | 2433 | 0826202-0 |
| Carlos Henrique Zaros Verri | 1121 | 0829717-8 |
| Carlos Hugo Maravalhas | 2621 | 0830075-2 |
| Carlos José Dal Piva | 0170 | 0825203-3 |
| Carlos José Sebrenski | 2683 | 0826507-0 |
| Carlos Juarez Weber | 1411 | 0826300-1 |
| | 1478 | 0829203-9 |
| | 2891 | 0831027-0 |
| Carlos Maximiano Mafra de Laet | 1168 | 0825397-0 |
| Carlos Oscar Krueger | 1252 | 0828153-0 |
| Carlos Oswaldo Morais Andrade | 0444 | 0831269-8 |
| | 1020 | 0831367-9 |
| Carlos Pinto Paixão | 2543 | 0831472-5 |
| Carlos Pzebeowski | 1235 | 0831340-8 |
| | 2338 | 0824230-6 |
| Carlos Renato Cunha | 2165 | 0822617-5 |
| Carlos Roberto Fabro Filho | 1463 | 0809278-0 |
| Carlos Roberto Ferrarezi | 1120 | 0829674-8 |
| Carlos Roberto Ferreira | 0737 | 0823536-9 |
| | 1388 | 0825177-8 |
| Carlos Roberto Fornes Mateucci | 1590 | 0830855-0 |
| Carlos Roberto Ghirelli Pires | 1386 | 0824493-3 |
| Carlos Roberto Gomes Salgado | 2164 | 0820468-4 |
| Carlos Roberto Gonçalves Ekermann | 2788 | 0823828-2 |
| Carlos Roberto Miranda | 2819 | 0823921-8 |
| Carlos Roberto Tavarnaro | 0580 | 0828642-2 |
| Carlos Teodoro Soster | 0445 | 0820366-5 |
| Carlos Victor Brune | 2299 | 0824657-7 |
| Carlos Walter Moreira | 0852 | 0825430-0 |
| Carlyle Popp | 1287 | 0822474-0 |
| Carmen das Graças Silva Marins | 2689 | 0831320-6 |
| Carmen Glória Arriagada Andrioli | 0847 | 0823147-2 |
| | 1436 | 0826942-9 |
| Carolina Barreira Lins | 0771 | 0825609-5 |
| Carolina Campello Scotti | 0367 | 0824129-8 |
| Carolina Gabriele Pinto | 1669 | 0822560-1 |
| Carolina Heinz Haack | 2342 | 0824900-3 |
| Carolina Kuwer Bündchen | 0464 | 0822981-0 |
| | 1546 | 0829045-7 |
| | 1881 | 0831120-6 |
| | 2010 | 0828455-9 |
| Carolina Marcela F. Bittencourt | 0521 | 0825966-5 |
| Carolina Nedel da Motta Massetti | 2035 | 0824799-0 |
| Carolina Villena Gini | 0183 | 0831123-7 |
| | 0216 | 0828285-7 |
| | 0463 | 0822752-9 |
| | 0477 | 0826510-7 |
| | 0482 | 0829223-1 |
| | 0527 | 0829311-6 |
| Caroline Amadori Cavet | 2228 | 0830018-7 |
| | 2272 | 0829742-1 |
| | 2308 | 0828148-9 |
| | 2314 | 0829068-0 |
| | 2356 | 0829016-6 |
| | 2606 | 0826909-4 |
| Caroline A. M. d. S. Zanlorenci | 0981 | 0826002-0 |
| Caroline Cavagnari Tramujas | 0815 | 0827306-7 |
| Caroline de Queiroz Teles Brandão | 0184 | 0823277-5 |
| Caroline Ivanky Martins | 1494 | 0824056-0 |
| Caroline Lopes dos Santos Coen | 2890 | 0829121-2 |
| | 2901 | 0831677-0 |
| | 2903 | 0831547-7 |
| | 2904 | 0831650-9 |
| Caroline Muniz de Souza | 0525 | 0828116-7 |
| | 0535 | 0823228-2 |
| | 0549 | 0827786-5 |
| | 0833 | 0825800-2 |
| Caroline Pagamunici | 0348 | 0822345-4 |
| | 2286 | 0822404-8 |
| Caroline Regina Gurski | 0990 | 0830166-8 |
| Caroline Said Dias | 1096 | 0830897-8 |
| Cary Cesar Mondini | 2362 | 0830634-1 |
| Cascia Lane Antunes Bilhao | 1473 | 0828079-9 |
| Casemiro Laporte Ambrozewicz | 1269 | 0825544-9 |
| Cássia Cristina Evangelista | 1466 | 0822979-0 |
| Cássia de Paula C. P. Vieira | 2352 | 0828620-6 |
| | 2446 | 0829335-6 |
| Cássia Monteiro de Barros e Couto | 2092 | 0829941-4 |
| Cássia Rocha Machado | 0795 | 0824948-3 |
| Cassiano André Kaminski | 0308 | 0824132-5 |
| | 0405 | 0825017-7 |
| Cassiano Cesar dos Santos | 2687 | 0830710-6 |
| Cassiano Eskildssen | 1553 | 0829947-6 |
| Cassiano Garcia da Silva | 2417 | 0823133-8 |
| Cassiano Luiz Iurk | 0783 | 0817299-4 |
| Cássio Djalma Silva Chiappin | 0145 | 0830638-9 |
| Cassio Nagasawa Tanaka | 0494 | 0824525-0 |
| | 1387 | 0825008-8 |
| Catanduva Serpa Sá | 2350 | 0827822-6 |
| Cecília Inácio Alves | 1025 | 0823091-5 |
| | 2487 | 0829091-9 |
| Cecília Laura Galera Abdalla | 0447 | 0822829-5 |
| Cecília Maria Vaccaro Brambilla | 1778 | 0831184-0 |
| | 1805 | 0828900-9 |
| | 2089 | 0829380-1 |
| Cecílio Maioli Filho | 2163 | 0831144-6 |
| Celia Mazzagardi | 0731 | 0829919-2 |
| Célia Regina Santos | 1457 | 0829853-9 |
| Celina Galeb Nitschke | 0906 | 0828483-3 |
| Celina Kazuko Fujioka Mologni | 1476 | 0828750-9 |
| Célio Armando Janczeski | 2113 | 0828354-7 |
| Celito Argenta | 0284 | 0823723-2 |
| Celso Andrey Abreu | 2068 | 0823770-1 |

| | | |
|---|---|---|
| Celso Borba Bittencourt | 1775 | 0830518-2 |
| Celso Colturato | 1564 | 0823835-7 |
| Celso Cordeiro | 2215 | 0827459-3 |
| | 2290 | 0823069-3 |
| Celso Hideo Makita | 0012 | 0828234-0 |
| | 0014 | 0828809-7 |
| | 0056 | 0829002-2 |
| | 0080 | 0830053-6 |
| | 0097 | 0828554-7 |
| | 0098 | 0828857-3 |
| | 0101 | 0829473-1 |
| | 0102 | 0829610-4 |
| | 0118 | 0827889-1 |
| | 0124 | 0830117-5 |
| | 0135 | 0827556-7 |
| | 0137 | 0827896-6 |
| | 0158 | 0827617-5 |
| | 0169 | 0824604-6 |
| | 0176 | 0828856-6 |
| | 0194 | 0828787-6 |
| | 0195 | 0828909-2 |
| | 0214 | 0827589-6 |
| | 0220 | 0829143-8 |
| | 0236 | 0827580-3 |
| | 0244 | 0830520-2 |
| | 0257 | 0828879-9 |
| | 0258 | 0828961-2 |
| | 0276 | 0828219-3 |
| | 0295 | 0828275-1 |
| | 0297 | 0828936-9 |
| Celso José da Silva | 2752 | 0822637-7 |
| Celso Lucinda | 0370 | 0825094-4 |
| Celso Ricardo Schluga | 1589 | 0830353-1 |
| Celso Zamoner | 0246 | 0831129-9 |
| Cenilto Carlos da Silva | 2395 | 0829201-5 |
| Cerino Lorenzetti | 0133 | 0825737-4 |
| | 0147 | 0830858-1 |
| | 0290 | 0825485-5 |
| | 0323 | 0823945-8 |
| | 0369 | 0824407-7 |
| | 0382 | 0823131-4 |
| | 0383 | 0823448-4 |
| | 0386 | 0824963-0 |
| | 0398 | 0823268-6 |
| | 0419 | 0824582-5 |
| | 0433 | 0824490-2 |
| | 0451 | 0823749-6 |
| | 0455 | 0825079-7 |
| César Ananias Bim | 2214 | 0827238-4 |
| César Antonio Aguilar Rios | 0627 | 0822433-9 |
| César Aparecido de Carvalho | 0939 | 0825823-5 |
| | 1110 | 0825811-5 |
| César Augusto Coradini Martins | 0131 | 0824585-6 |
| César Augusto de França | 0886 | 0830045-4 |
| | 0891 | 0823546-5 |
| | 0902 | 0826264-0 |
| | 0920 | 0823201-1 |
| | 0937 | 0825380-5 |
| | 0941 | 0827425-7 |
| | 0943 | 0828457-3 |
| | 0959 | 0816692-1 |
| | 0984 | 0828560-5 |
| | 0986 | 0828970-1 |
| | 0994 | 0831446-5 |
| | 1008 | 0826118-3 |
| | 1009 | 0827434-6 |
| | 1034 | 0825946-3 |
| | 1041 | 0829733-2 |
| | 1058 | 0827940-9 |
| | 1083 | 0825580-5 |
| | 1094 | 0829817-3 |
| | 1112 | 0826441-7 |
| | 1117 | 0829029-3 |
| | 1149 | 0826291-7 |
| | 1151 | 0826803-7 |
| | 1179 | 0829377-4 |
| | 1181 | 0829648-8 |
| | 1204 | 0827399-2 |
| | 1205 | 0827825-7 |
| | 1228 | 0825963-4 |
| | 1234 | 0831068-1 |
| | 1260 | 0830813-2 |
| Cesar Augusto Rossato Gomes | 0663 | 0822447-3 |
| | 2754 | 0822999-2 |
| Cesar Augusto Schommer | 0942 | 0828312-9 |
| César Augusto Terra | 1027 | 0824148-3 |
| | 1047 | 0823936-9 |
| | 1129 | 0754519-9/01 |
| | 1227 | 0825486-2 |
| | 1832 | 0827232-2 |
| | 2061 | 0831554-2 |
| | 2115 | 0828690-8 |
| | 2370 | 0824025-5 |
| | 2371 | 0824125-0 |
| | 2581 | 0830516-8 |
| | 2591 | 0823482-6 |
| César Eduardo Botelho Palma | 1533 | 0824776-7 |
| | 2069 | 0823868-6 |
| | 2489 | 0829486-8 |
| Cesar Eduardo Misael de Andrade | 1461 | 0830844-7 |
| César Lourenço Soares Neto | 0720 | 0832056-5 |
| Cesar Marinoski | 2831 | 0830362-0 |
| | 2885 | 0830370-2 |
| Cesar Zerbini de Araújo | 2784 | 0822505-0 |
| Cézar Denilson Machado de Souza | 0805 | 0832050-3 |
| Cezar Eduardo Ziliotto | 1168 | 0825397-0 |
| | 1958 | 0831065-0 |
| | 2152 | 0828735-2 |
| | 2261 | 0828016-2 |
| Cezar Fernando Pilatti | 0848 | 0823892-2 |
| cézar orlando gaglionone filho | 1174 | 0828485-7 |
| Charles Daniel Duvoisin | 2117 | 0829189-4 |
| Charles Michel Lima Dias | 0765 | 0824040-2 |
| Charles Miguel dos Santos Tavares | 0808 | 0822689-1 |
| Charles Parchen | 2078 | 0825418-4 |
| | 2549 | 0822860-6 |
| Charles Zauza | 1052 | 0824435-1 |
| | 2021 | 0830225-2 |
| | 2047 | 0828847-7 |
| | 2496 | 0830654-3 |
| Charline Lara Aires | 1505 | 0825902-1 |
| | 1869 | 0828602-8 |
| Chehade Kuhnen Kchacham Neto | 1925 | 0822726-9 |
| Christian Guenther | 0320 | 0822558-1 |
| Christian Marcello Mañas | 2042 | 0828461-7 |
| Christian Robert Thiel Gura | 2846 | 0831257-8 |
| Christiana Tosin Mercer | 1281 | 0830646-1 |
| | 1363 | 0824674-8 |
| Christiane Massaro Lohmann | 1629 | 0822583-4 |
| Christianne Regina L. Posfaldo | 0144 | 0830231-0 |
| Christiano de Lara Pamplona | 2034 | 0824650-8 |
| Cibele Kumagai | 1291 | 0824439-9 |
| Cibelle de Azevedo | 0263 | 0830846-1 |
| Cibelle Diana Mapelli Corral Bóia | 0745 | 0822946-1 |
| | 0746 | 0822946-1/01 |
| Cícero Belin de Moura Cordeiro | 1093 | 0829709-6 |
| Cidnei Mendes Karpinski | 2878 | 0824033-7 |
| Cilmar Francisco Pastorello | 0867 | 0823702-3 |
| | 1192 | 0823926-3 |
| Cintya Buch Melfi | 0472 | 0824877-9 |
| | 0488 | 0822838-4 |
| | 0518 | 0824797-6 |
| | 0764 | 0823795-8 |
| | 0773 | 0826262-6 |
| | 0792 | 0823798-9 |

| | | |
|---|---|---|
| | 0857 | 0827877-1 |
| Ciro Alberto Piasecki | 0129 | 0823829-9 |
| Ciro Bruning | 0520 | 0825914-1 |
| | 1194 | 0824191-4 |
| Ciro de Alencar Amorim | 1852 | 0822098-0 |
| Ciro Torres Freitas | 1030 | 0824683-7 |
| Claiton Luis Bork | 0818 | 0829340-7 |
| Clauber Júlio de Oliveira | 0122 | 0829847-1 |
| | 1428 | 0824215-9 |
| | 1983 | 0829730-1 |
| Claudemir Capocci | 0251 | 0825005-7 |
| Claudemir Molina | 1796 | 0827806-2 |
| | 1871 | 0828652-8 |
| | 1915 | 0830188-4 |
| Cláudia Akemi Mito Furtado | 1055 | 0825451-9 |
| Cláudia Alessandra S. Pereira | 0972 | 0823887-1 |
| Cláudia Andréia Tortola | 0567 | 0824173-6 |
| Claudia Blumle Silva | 2569 | 0828727-0 |
| Claudia Canzi | 0270 | 0824842-6 |
| | 0430 | 0823483-3 |
| Cláudia Cardoso | 1107 | 0824818-0 |
| Cláudia de Souza Haus | 0196 | 0829044-0 |
| Cláudia Fabiana Giacomazzi | 0321 | 0823019-3 |
| Claudia Francini Decol Hauari | 2138 | 0823488-8 |
| Claudia Giovanna Presentato | 1670 | 0822671-9 |
| Cláudia Gramowski | 1532 | 0824414-2 |
| | 1726 | 0827795-4 |
| Claudia Isabella Biazze | 1274 | 0829034-4 |
| Claudia Lopes Borio | 0475 | 0826249-3 |
| Claudia Marcia Sasso | 0859 | 0828359-2 |
| Claudia Montardo Rigoni | 1013 | 0829000-8 |
| | 1089 | 0828622-0 |
| Claudia Picolo | 0756 | 0831401-6 |
| Cláudia Vanessa Cardoso Camacho | 0046 | 0822977-6 |
| | 0128 | 0822920-7 |
| Claudiana Maria Cantú Daleffe | 0055 | 0828229-9 |
| Claudimar Barbosa da Silva | 2380 | 0825685-5 |
| Claudimara Calore de Souza | 2036 | 0825242-0 |
| | 2326 | 0819777-1 |
| Claudine Aparecido Terra | 0191 | 0826087-3 |
| | 1553 | 0829947-6 |
| Claudine Camargo Bettes | 0022 | 0822640-4 |
| | 0025 | 0823197-2 |
| | 0044 | 0831057-8 |
| | 0068 | 0824064-2 |
| | 0115 | 0825444-4 |
| | 0153 | 0824499-5 |
| | 0229 | 0823437-1 |
| | 0288 | 0824889-9 |
| | 0305 | 0822564-9 |
| | 0389 | 0828410-0 |
| | 0434 | 0824682-0 |
| Claudinei Bakaus de Azevedo | 1366 | 0827788-9 |
| Claudinei Laguna Martins | 0095 | 0828273-7 |
| | 0104 | 0830038-9 |
| | 0183 | 0831123-7 |
| | 0216 | 0828285-7 |
| | 0222 | 0829887-5 |
| | 0223 | 0830002-9 |
| | 0239 | 0829260-4 |
| Claudinei Szymczak | 2565 | 0826200-6 |
| | 2566 | 0826213-3 |
| Claudineia Veloso | 1452 | 0825755-2 |
| Claudineo Pedro de Mello | 0807 | 0822548-5 |
| Cláudio Antonio de Paiva Simon | 0796 | 0825255-7 |
| Cláudio Aparecido Ferreira | 1335 | 0824089-9 |
| | 2715 | 0827982-7 |
| | 2778 | 0827962-5 |
| Claudio Biazetto Prehs | 2413 | 0822892-8 |
| CLAUDIO CESAR CARVALHO | 2462 | 0823705-4 |
| Cláudio de Lara Júnior | 0991 | 0830273-8 |
| Cláudio Leite Pimentel | 0044 | 0831057-8 |
| Cláudio Luiz Furtado C. Francisco | 1148 | 0825120-9 |
| Cláudio Marcelo Rodrigues Iarema | 0261 | 0829875-5 |
| Cláudio Nunes do Nascimento | 0364 | 0823144-1 |
| Cláudio Roberto Magalhães Batista | 1148 | 0825120-9 |
| Cláudio Roberto Nunes Golgo | 0261 | 0829875-5 |
| Cláudio Rodrigues Oliveira | 2768 | 0821890-0 |
| Cláudio Rogério T. d. Oliveira | 0885 | 0829756-5 |
| Cláudio Soccoloski | 0238 | 0828477-5 |
| Claudiomiro Prior | 1440 | 0829737-0 |
| Claudir Dalla Costa | 0604 | 0830459-8 |
| | 2649 | 0824572-9 |
| Claudir José Schwarz | 1557 | 0830755-5 |
| | 1835 | 0828321-8 |
| Cléa Mara Luvizotto | 1748 | 0823700-9 |
| Cleber Batista | 1003 | 0824960-9 |
| Cleber Bornancin Costa | 0752 | 0825009-5 |
| Cleber da Silva Barbosa | 2239 | 0822891-1 |
| Cleber Eduardo Albanez | 1647 | 0828142-7 |
| Cleber Haefliger | 0843 | 0822242-8 |
| | 1648 | 0828512-9 |
| Cleber Rotta | 0969 | 0818829-6 |
| Clecio Braga Junqueira | 2159 | 0829641-9 |
| Clecius Alexandre Duran | 0255 | 0828044-6 |
| Cleide Rosecler Kazmierski | 0175 | 0828849-1 |
| | 0201 | 0830632-7 |
| Cleide Santos Chaves | 0706 | 0831557-3 |
| Cleiton Dahmer | 1979 | 0828609-7 |
| Cleomeri de Andrade | 2466 | 0824216-6 |
| Clerson André Rossato | 1884 | 0822878-8 |
| Cleston Jimenes Cardoso | 2505 | 0822441-1 |
| Cleusa Braga Franquini | 1346 | 0828648-4 |
| Cleuza Keiko Higachi Reginato | 0999 | 0823955-4 |
| Clever Schossler | 2634 | 0831451-6 |
| Cleverson Marcel Colombo | 2392 | 0828822-0 |
| Cleverson Marcel Sponchiado | 2271 | 0829739-4 |
| | 2366 | 0823399-6 |
| | 2502 | 0820796-3 |
| | 2612 | 0828902-3 |
| | 2625 | 0830611-8 |
| Cleverson Marinho Teixeira | 0425 | 0828587-6 |
| | 0459 | 0829280-6 |
| | 0903 | 0828397-2 |
| | 1219 | 0823296-0 |
| | 1777 | 0830833-4 |
| Cleverson Tomazoni Michel | 1358 | 0822959-8 |
| Clínio Leandro Lino Lyra | 2724 | 0821802-0 |
| Clodoaldo Mazurana | 1290 | 0824413-5 |
| Clóris de Fátima Campestrini | 2543 | 0831472-5 |
| Clovis Airton de Quadros | 0392 | 0829248-8 |
| Clovis Aparecido Martins | 1043 | 0830244-7 |
| Clóvis Cardoso | 1268 | 0825050-2 |
| | 1433 | 0825247-5 |
| Clóvis Mottin | 1811 | 0830364-4 |
| Clóvis Pedrini | 0874 | 0825065-3 |
| Clovis Soares da Silva | 1702 | 0830022-1 |
| Clóvis Suplicy Wiedmer Filho | 1301 | 0827781-0 |
| Consuelo Taques F. Salamacha | 1056 | 0826194-3 |
| Crestiane Andréia Zanrosso | 0437 | 0826091-7 |
| | 1877 | 0830367-5 |
| | 2061 | 0831554-2 |
| Crhystianne de F. A. Ferreira | 1582 | 0829799-0 |
| Crisaine Miranda Grespan | 0484 | 0830145-9 |
| | 0554 | 0830056-7 |
| | 1266 | 0824538-7 |
| | 1292 | 0824965-4 |
| | 1297 | 0827327-6 |
| | 1363 | 0824674-8 |
| | 1390 | 0827394-7 |
| | 1405 | 0824099-5 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1450 | 0824471-7 |
| | 1468 | 0824788-7 |
| | 1483 | 0830554-8 |
| | 1752 | 0824182-5 |
| | 1858 | 0824262-8 |
| | 1870 | 0828632-6 |
| Cristhian Denardi de Britto | 0065 | 0822632-2 |
| | 1681 | 0824678-6 |
| Cristian André Sulzbacher Kasper | 1032 | 0824794-5 |
| Cristian Luiz Moraes | 0353 | 0824269-7 |
| Cristiana Lacerda de O. Franco | 1283 | 0830808-1 |
| Cristiana Napoli M. d. Silveira | 2008 | 0828433-3 |
| Cristiane Agatti Stanoga | 0309 | 0824254-6 |
| | 0311 | 0824819-7 |
| | 0452 | 0824185-6 |
| Cristiane Alquimim Cordeiro | 2640 | 0829048-8 |
| Cristiane Belinati Garcia Lopes | 1579 | 0829284-4 |
| | 2210 | 0825043-7 |
| | 2211 | 0825183-6 |
| | 2222 | 0829054-6 |
| | 2240 | 0822985-8 |
| | 2289 | 0822917-0 |
| | 2296 | 0823846-0 |
| | 2346 | 0825636-2 |
| | 2373 | 0824391-4 |
| | 2380 | 0825685-5 |
| | 2400 | 0830216-3 |
| | 2426 | 0824626-2 |
| | 2428 | 0824896-4 |
| | 2456 | 0816776-2 |
| | 2471 | 0824709-6 |
| | 2472 | 0824792-1 |
| | 2506 | 0823058-0 |
| | 2509 | 0823833-3 |
| | 2514 | 0824692-6 |
| | 2523 | 0826208-2 |
| | 2524 | 0826225-3 |
| | 2532 | 0829153-4 |
| Cristiane de Oliveira A. Nogueira | 0537 | 0823881-9 |
| Cristiane Fabiana de L. Rodrigues | 2554 | 0823714-3 |
| Cristiane Fernandes | 2604 | 0826159-4 |
| Cristiane Ferreira Ramos | 2208 | 0824430-6 |
| | 2467 | 0824264-2 |
| Cristiane Maria Agnoletto | 0501 | 0828988-3 |
| Cristiane Maria Haggi Favero | 0036 | 0828749-6 |
| | 0159 | 0827780-3 |
| | 0193 | 0828757-8 |
| | 0221 | 0829388-7 |
| Cristiane Maria Silva | 2884 | 0829760-9 |
| Cristiane Menon | 2125 | 0830259-8 |
| Cristiane Oliveira F. Cieslak | 1531 | 0824409-1 |
| | 1713 | 0822954-3 |
| Cristiane R. d. M. V. d. Silva | 2817 | 0823562-9 |
| Cristiane Uliana | 0905 | 0828471-3 |
| | 0915 | 0822355-0 |
| | 0985 | 0828722-5 |
| | 0992 | 0830809-8 |
| | 1018 | 0830192-8 |
| | 1075 | 0823140-3 |
| | 1095 | 0830227-6 |
| | 1157 | 0829751-0 |
| | 1167 | 0824871-7 |
| | 1172 | 0828350-9 |
| | 1185 | 0830485-8 |
| | 1187 | 0830806-7 |
| | 1189 | 0830901-7 |
| | 1206 | 0828531-4 |
| | 1207 | 0828684-0 |
| | 1208 | 0828823-7 |
| | 1210 | 0829120-5 |
| | 1211 | 0829130-1 |
| | 1213 | 0830142-8 |
| | 1230 | 0828834-0 |
| | 1233 | 0830604-3 |
| | 1237 | 0822034-6 |
| | 1238 | 0822784-1 |
| | 1254 | 0828737-6 |
| Cristiano Santiago Utrabo | 1437 | 0828100-9 |
| Cristina Abgail Ivankiw | 0010 | 0825787-4 |
| | 0241 | 0829563-0 |
| | 0405 | 0825017-7 |
| Cristina Borges Ribas Maksym | 1221 | 0824065-9 |
| Cristina de Mattos Barros | 1455 | 0828793-4 |
| Cristina Leitão T. d. Freitas | 0125 | 0831539-5 |
| Cristina Mara Gudin d. S. Tassini | 0470 | 0824242-6 |
| | 0523 | 0827423-3 |
| | 0547 | 0827439-1 |
| | 0548 | 0827473-3 |
| | 0560 | 0822453-1 |
| | 0571 | 0825071-1 |
| | 0830 | 0825060-8 |
| | 0832 | 0825112-7 |
| Cristina Smolareck | 2232 | 0830619-4 |
| Cristofer Majolo Simon | 1750 | 0824000-8 |
| Cristovão Soares Cavalcante Neto | 1283 | 0830808-1 |
| Crivani da Silva Souza | 2369 | 0823933-8 |
| Crystiane Linhares | 1966 | 0824537-0 |
| | 2309 | 0828395-8 |
| | 2382 | 0825920-9 |
| Cynthia de Fátima A. Santana | 2070 | 0824096-4 |
| Cynthia Helena Delapria Tsuda | 1776 | 0830578-8 |
| | 1806 | 0829162-3 |
| | 1931 | 0824886-8 |
| | 1974 | 0827517-0 |
| | 2012 | 0828960-5 |
| | 2084 | 0828476-8 |
| | 2153 | 0828821-3 |
| | 2154 | 0828830-2 |
| | 2155 | 0829055-3 |
| Cyntia Samyra Eugênio Fontanella | 1488 | 0820784-3 |
| Daiane Maria Bissani | 0794 | 0824590-7 |
| Daiane Toshie Gotz Saito | 1588 | 0830281-0 |
| | 2122 | 0829869-7 |
| Daiani Regina Pereira | 2003 | 0825990-1 |
| Dainê Eunice Rocha Sarkis | 0122 | 0829847-1 |
| Daisy Rosa Malacário | 1414 | 0828207-3 |
| Dalila Cristina Marcon | 2097 | 0817371-1 |
| Dalila Maria Cristina de S. Paz | 0774 | 0828024-4 |
| Dalton Luis Scremin | 2355 | 0828963-6 |
| Dalva Marvulle de Castilho | 0350 | 0823216-2 |
| | 0414 | 0822913-2 |
| Dâmares Ferreira | 2036 | 0825242-0 |
| Damasceno Maurício da R. Junior | 1426 | 0823574-9 |
| Dani Leonardo Giacomini | 1293 | 0825597-0 |
| | 1380 | 0822222-6 |
| | 1406 | 0824291-9 |
| Daniel Andrade do Vale | 0467 | 0823987-6 |
| | 0544 | 0825481-7 |
| Daniel Antonio Costa Santos | 1782 | 0823055-9 |
| Daniel Augusto Cerizza Pinheiro | 0016 | 0829615-9 |
| | 0088 | 0824894-0 |
| | 0154 | 0824700-3 |
| | 0249 | 0824552-7 |
| Daniel Dammski Hackbart | 2860 | 0824400-8 |
| Daniel de Oliveira Godoy Junior | 0308 | 0824132-5 |
| | 0412 | 0822811-3 |
| Daniel Fernando Pastre | 1062 | 0828858-0 |
| Daniel Ferreira | 0751 | 0830155-5 |
| Daniel Hachem | 1500 | 0824735-6 |
| | 1548 | 0829370-5 |
| | 1566 | 0824036-8 |
| | 1571 | 0825908-3 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1828 | 0825394-9 |
| | 1831 | 0826502-5 |
| | 1867 | 0827970-7 |
| | 1932 | 0824904-1 |
| | 1940 | 0827831-5 |
| | 2071 | 0824294-0 |
| Daniel Hajjar Sagboni M. Teixeira | 0956 | 0830306-2 |
| Daniel Homero Basso | 1309 | 0817483-6 |
| Daniel Miranda Gomes | 1616 | 0829715-4 |
| Daniel Pangracio Nerone | 2458 | 0822804-8 |
| Daniel Quaesner Toledo | 2554 | 0823714-3 |
| Daniel Romaniuk Pinheiro Lima | 0002 | 0822756-7 |
| Daniel Toledo de Sousa | 0965 | 0829685-1 |
| | 1161 | 0831130-2 |
| Daniela Alves Chossani | 1389 | 0825249-9 |
| Daniela D'amico Moraes | 2198 | 0823129-4 |
| Daniela de Angelis | 0852 | 0825430-0 |
| Daniela de Carvalho Silva | 2246 | 0823856-6 |
| | 2553 | 0823565-0 |
| Daniela de Souza Gonçalves | 0436 | 0825313-4 |
| Daniela Ester Passos | 2014 | 0829033-7 |
| Daniela Forin Rodrigues Linhares | 0164 | 0830233-4 |
| Daniela Galvão da S. R. Abduche | 0510 | 0822539-6 |
| | 0525 | 0828116-7 |
| | 0546 | 0826106-3 |
| | 0554 | 0830056-7 |
| | 0578 | 0828426-8 |
| | 0767 | 0824634-4 |
| | 0822 | 0830589-1 |
| | 0835 | 0827922-1 |
| Daniela Luiz | 0308 | 0824132-5 |
| Daniela Melz Nardes | 1325 | 0829166-1 |
| Daniela Teixeira Sinhorini | 2440 | 0828688-8 |
| Daniele Beatriz Marconato | 0018 | 0830349-7 |
| | 0216 | 0828285-7 |
| | 0224 | 0830248-5 |
| | 0271 | 0825909-0 |
| | 0272 | 0825934-3 |
| | 0273 | 0825943-2 |
| Daniele Blanco Gonçalves | 1047 | 0823936-9 |
| Daniele Cristina U. Bittencourt | 0075 | 0828145-8 |
| Daniele de Bona | 0145 | 0830638-9 |
| | 2189 | 0830264-9 |
| Daniele Dias dos Reis | 1097 | 0831004-7 |
| Daniele Lie Watarai | 1995 | 0823060-0 |
| | 2165 | 0822617-5 |
| Daniele Ribeiro Costa | 1369 | 0828686-4 |
| Danieli Cristina Marcon | 0512 | 0822924-5 |
| | 1338 | 0825068-4 |
| Danieli Gargioni | 2743 | 0824437-5 |
| Danieli Michelon do Valle | 1046 | 0823334-5 |
| Daniella de Souza | 2336 | 0823993-4 |
| Daniella Leticia Broering | 0173 | 0826494-8 |
| | 0929 | 0824480-6 |
| | 1289 | 0823953-0 |
| Daniella Silvane Sereni | 0670 | 0823822-0 |
| Danielle Anne Pamplona | 1608 | 0828504-7 |
| Danielle Cristhina Deda | 0923 | 0823605-9 |
| Danielle Cristine de C. Carvalho | 1797 | 0828078-2 |
| | 1818 | 0823408-0 |
| Danielle Madeira | 2219 | 0828730-7 |
| | 2266 | 0828827-5 |
| | 2289 | 0822917-0 |
| | 2322 | 0830635-8 |
| | 2394 | 0829037-5 |
| | 2435 | 0828550-9 |
| | 2436 | 0828551-6 |
| | 2441 | 0828724-9 |
| | 2484 | 0828594-1 |
| | 2493 | 0829857-7 |
| | 2567 | 0828430-2 |
| | 2609 | 0828603-5 |
| Danielle Ribeiro | 2544 | 0822427-1 |
| Danielle Tedesko | 2452 | 0830369-9 |
| | 2560 | 0824888-2 |
| Danielle Virgolino do Couto | 2780 | 0829727-4 |
| Danilo Andrigo Rocco | 0628 | 0822494-2 |
| | 1349 | 0829092-6 |
| Danilo Lemos Freire | 0665 | 0823046-0 |
| | 1412 | 0828128-7 |
| Danilo Men de Oliveira | 1247 | 0825515-8 |
| Danilo Moura Seraphim | 2796 | 0829354-1 |
| Dante Manoel Proença Júnior | 2473 | 0824824-8 |
| Danusa Feliz de Luca | 1407 | 0824570-5 |
| Darci Cândido de Paula | 0721 | 0822344-7 |
| | 2735 | 0829920-5 |
| | 2814 | 0831582-6 |
| | 2877 | 0823741-0 |
| Dário Almeida Passos de Freitas | 0315 | 0829070-0 |
| Dario Borges de Liz Neto | 1059 | 0828443-9 |
| Dario Genari | 2159 | 0829641-9 |
| Darlan Rodrigues Bittencourt | 0167 | 0823512-9 |
| | 0836 | 0827969-4 |
| Davi Chedlovski Pinheiro | 2234 | 0831058-5 |
| | 2401 | 0830296-1 |
| | 2525 | 0828144-1 |
| | 2611 | 0828832-6 |
| Davi de Paula Quadros | 0723 | 0822949-2 |
| David Camargo | 1929 | 0824667-3 |
| David Rodrigues de Lima | 0908 | 0829333-2 |
| David Wagner | 2423 | 0824333-2 |
| Debora Cristina de Gois Moreira | 0585 | 0830093-0 |
| Débora Maceno | 1528 | 0824112-3 |
| Debora Maria Cesar de Albuquerque | 0697 | 0823203-5 |
| | 2652 | 0829365-4 |
| | 2667 | 0829804-6 |
| | 2827 | 0829374-3 |
| Deborah Francielle M. C. Machado | 1177 | 0828991-0 |
| Deborah Guimarães | 1730 | 0828294-6 |
| | 2051 | 0829513-0 |
| | 2087 | 0829027-9 |
| Deborah Sperotto da Silveira | 1086 | 0827966-3 |
| Decio Franco David | 0668 | 0823254-2 |
| Décio Vanderlei Nogueira | 2735 | 0829920-5 |
| Deisi Martins da Cunha | 1269 | 0825544-9 |
| Dejaime José Turin Filho | 0766 | 0824411-1 |
| Delvair Pavezi | 0806 | 0822271-9 |
| Dely Dias das Neves | 1190 | 0822709-8 |
| Demetrio Maruch Nunes da Silva | 2279 | 0831141-5 |
| Demétrius Coelho Souza | 0462 | 0822380-3 |
| | 0533 | 0822352-9 |
| | 0786 | 0822369-4 |
| Demore Luiz Barão | 1479 | 0829289-9 |
| Denio Leite Novaes Junior | 1839 | 0828691-5 |
| | 1925 | 0822726-9 |
| Denis Norton Raby | 0300 | 0830007-4 |
| | 1953 | 0829735-6 |
| Denis Okamura | 0831 | 0825087-9 |
| | 0951 | 0829305-8 |
| Denise Martins Agostini | 0454 | 0824938-7 |
| Denise Moraes Novicki | 1480 | 0829744-5 |
| Denise Numata Nishiyama Panisio | 2095 | 0830724-0 |
| Denise Paczkoski | 0671 | 0823827-5 |
| Denise Regina Ferrarini | 2304 | 0825359-0 |
| Denise Rocha Preisner Oliva | 1573 | 0827259-3 |
| DENISE VAZQUEZ PIRES | 2363 | 0831014-3 |
| Denison Henrique Leandro | 1288 | 0823917-4 |
| Deoclécio Adão Paz | 0040 | 0829940-7 |
| Deonildo Luiz Borsatti | 2631 | 0831085-2 |
| Dérlio Luiz de Souza | 2034 | 0824650-8 |
| Desirée Tanaka Biazetto Fendt | 2627 | 0831354-2 |
| Dhebora Zandrowski | 1855 | 0823276-8 |

| | | |
|---|---|---|
| Diego Antonio Cardoso de Almeida | 0682 | 0822912-5 |
| Diego Balem | 1385 | 0824256-0 |
| Diego Balieiro Werneck | 2565 | 0826200-6 |
| Diego Bodanese | 0341 | 0824703-4 |
| | 1050 | 0824226-2 |
| Diego Felipe Munoz Donoso | 1431 | 0824950-3 |
| Diego Mantovani | 1453 | 0827052-4 |
| Diego Mialski Fontana | 1319 | 0825292-0 |
| Diego Rubens Gottardi | 2189 | 0830264-9 |
| Dilani Maiorani | 0907 | 0828746-5 |
| Dilvanete Magalhães R. d. Andrade | 2073 | 0824415-9 |
| Dilvo Glustak | 0475 | 0826249-3 |
| Dinor da Silva Lima Júnior | 0568 | 0824322-9 |
| Diogo Alberto Zanatta | 2824 | 0828129-4 |
| | 2853 | 0821318-3 |
| Diogo Augusto Biato Neto | 0683 | 0823329-4 |
| Diogo Benradt Cardoso | 0053 | 0826212-6 |
| | 1781 | 0822648-0 |
| Diogo Bertolini | 1542 | 0828087-1 |
| | 1580 | 0829509-6 |
| | 1649 | 0828662-4 |
| | 1678 | 0824406-0 |
| | 1859 | 0824331-8 |
| | 1950 | 0829383-2 |
| | 1969 | 0825748-7 |
| | 1982 | 0829447-1 |
| Diogo de Araújo Lima | 0537 | 0823881-9 |
| Diogo Guedert | 0568 | 0824322-9 |
| Diogo Hendrigo Neves Gerber | 2546 | 0822734-1 |
| Diogo Lopes Cavalcante | 0248 | 0823915-0 |
| Diogo Matté Amaro | 0053 | 0826212-6 |
| | 1781 | 0822648-0 |
| Diogo Saldanha Macorati | 0211 | 0825939-8 |
| | 0459 | 0829280-6 |
| Diogo Scolari de Araújo | 1668 | 0822410-6 |
| Diogo Thércio de Freitas | 1441 | 0829738-7 |
| Diogo Valerio Felix | 1452 | 0825755-2 |
| Dione Isabel Rocha Stephanes | 0392 | 0829248-8 |
| | 0757 | 0830786-0 |
| Dione Mara Souto da Rosa | 0627 | 0822433-9 |
| Dione Vanderlei Martins | 0481 | 0829147-6 |
| | 0841 | 0830779-5 |
| Dionei Schenfeld | 0903 | 0828397-2 |
| Diony Robert Conceição | 2779 | 0829063-5 |
| Dirceu Aparecido Vieira | 1105 | 0824311-6 |
| Dirceu Galdino Cardin | 1061 | 0828698-4 |
| Dirceu Zanoni | 1092 | 0829455-3 |
| Diully Cristine Oliveira | 1653 | 0829649-5 |
| | 1695 | 0829169-2 |
| Diva Ribeiro Lima | 1435 | 0826138-5 |
| Djalma B dos Santos Júnior | 2093 | 0830158-6 |
| Djenane Fayad | 1480 | 0829744-5 |
| Domingos Bordin | 0309 | 0824254-6 |
| | 0311 | 0824819-7 |
| | 0452 | 0824185-6 |
| Donizeti de Jesus Storti | 1270 | 0826001-3 |
| Donizetti Antonio Zilli | 2806 | 0825521-6 |
| Doralice Fagundes d. S. Marchioro | 1947 | 0828869-3 |
| Dorival Bahls Modolon | 2454 | 0830964-4 |
| Dorlei Augusto Todo Bom | 2085 | 0828549-6 |
| Doroteu Trentini Zimiani | 0071 | 0825306-9 |
| Douglas Alberto Luvison | 1193 | 0824171-2 |
| Douglas Andrade Matos | 1091 | 0829379-8 |
| Douglas dos Santos | 1215 | 0830342-8 |
| | 1826 | 0825204-0 |
| Douglas Godoy | 1066 | 0829723-6 |
| Douglas Katsuyuki Inumaru | 1829 | 0825519-6 |
| Douglas Phillips Freitas | 1341 | 0825824-2 |
| Douglas Pospiesz de Oliveira | 0762 | 0823196-5 |
| Douglas Vinicius dos Santos | 0912 | 0830917-5 |
| Dulce Esther Kairalla | 0094 | 0827762-5 |
| | 0167 | 0823512-9 |
| Dulce Maria Mendes | 1439 | 0829026-2 |
| Durvanir Ortiz Junior | 1134 | 0811669-2/01 |
| Dyego Alves Cardoso | 1166 | 0824863-5 |
| Ed Nogueira de Azevedo Junior | 1000 | 0824599-0 |
| Edemar Antônio Zilio Júnior | 2281 | 0816788-2 |
| | 2408 | 0816865-4 |
| Edemir Bringhentti | 1891 | 0823820-6 |
| Edenan Martinez Bastos | 1448 | 0822859-3 |
| Ederaldo Soares | 1575 | 0828561-2 |
| Ederson Geraldo Camargo | 1314 | 0823249-1 |
| Éderson Lanzarini Maran | 1900 | 0826458-2 |
| Edeval Bueno | 0064 | 0822414-4 |
| Edgar Arantes Vieira | 1593 | 0822661-3 |
| Edgar David Gusso | 0434 | 0824682-0 |
| Edgar Stoski de Albuquerque | 1143 | 0824109-6 |
| Edgard Cavalcanti de A. Neto | 1086 | 0827966-3 |
| Edilberto Spricigo | 0828 | 0823163-6 |
| Edilene Cristina Martins Silva | 1300 | 0827779-0 |
| Edilson Luiz Warmling | 0708 | 0822401-7 |
| Edilson Luiz Warmling Filho | 0708 | 0822401-7 |
| Edilson Magrinelli | 2739 | 0822465-1 |
| Edilson Panicki | 1121 | 0829717-8 |
| Edina Maria de Rezende | 0164 | 0830233-4 |
| Edinaldo Beserra | 2859 | 0824393-8 |
| Edinéia Sicbneihler | 0735 | 0822611-3 |
| Edison Fogaça da Silva | 0517 | 0824777-4 |
| Edison Roberto Massei | 0441 | 0828236-4 |
| Edivaldo Aparecido de Jesus | 0308 | 0824132-5 |
| | 0398 | 0823268-6 |
| | 0405 | 0825017-7 |
| | 0436 | 0825313-4 |
| Edivaldo Mercer Gonçalves | 1353 | 0768232-6/03 |
| Edivaldo Vidotti Viotto | 1628 | 0822365-6 |
| | 1814 | 0830952-4 |
| | 1883 | 0822375-2 |
| | 2127 | 0830668-7 |
| Edivar Mingoti Júnior | 1802 | 0828490-8 |
| | 2179 | 0827038-4 |
| Edlon Soares Silva | 2285 | 0822399-2 |
| Edmar Hispagnol | 2187 | 0829964-7 |
| Edmar José Chagas | 0679 | 0831879-4 |
| | 1991 | 0830830-3 |
| Edmar Winand | 1313 | 0823118-1 |
| Edmara Silvia Romano | 1683 | 0825018-4 |
| | 1718 | 0824512-3 |
| | 1731 | 0828781-4 |
| | 1786 | 0824419-7 |
| | 1841 | 0829401-5 |
| | 1951 | 0829495-7 |
| Edmilson Luiz Sérgio Bonache | 0003 | 0823072-0 |
| | 0027 | 0823516-7 |
| | 0283 | 0823174-9 |
| | 0304 | 0822466-8 |
| | 0666 | 0823159-2 |
| | 0976 | 0824795-2 |
| Edmilson Petroski dos Santos | 0988 | 0829182-5 |
| Edmilson Rodrigues Schiebelbein | 1056 | 0826194-3 |
| Edna Luiza Cordeiro Fabiano | 0191 | 0826087-3 |
| Edna Maria Ardenghi de Carvalho | 0001 | 0820758-3 |
| Edson Adir da Cruz | 0608 | 0831343-9 |
| Edson Alves da Cruz | 2623 | 0830164-4 |
| Edson Antônio Lenzi Filho | 0115 | 0825444-4 |
| Edson Carlos Pereira | 1140 | 0822869-9 |
| Edson Elias de Andrade | 1694 | 0829145-2 |
| | 2073 | 0824415-9 |
| Edson Galdino Vilela de Souza | 0058 | 0829515-4 |
| Edson Gonçalves | 0657 | 0830350-0 |
| | 0686 | 0825163-4 |
| | 2704 | 0829842-6 |
| | 2907 | 0829934-9 |
| Edson Gonsalves Araújo | 0541 | 0824975-0 |
| Edson Hatsbach | 2317 | 0829987-0 |
| Edson Lopes de Deus | 0504 | 0829087-5 |

| | | |
|---|---|---|
| Edson Luiz Amaral | 0311 | 0824819-7 |
| Edson Luiz Dal Bem | 2579 | 0830215-6 |
| Edson Luiz de Freitas | 2118 | 0829224-8 |
| Edson Luiz Martins | 0832 | 0825112-7 |
| Edson Mitsuo Tiujo | 2528 | 0828655-9 |
| Edson Olivatti | 2816 | 0823189-0 |
| Edson Pinheiro Gomes | 0637 | 0828993-4 |
| | 2839 | 0829079-3 |
| Edson Rimet de Almeida | 2253 | 0824670-0 |
| Edson Scardua | 2253 | 0824670-0 |
| Edson Tomé | 1488 | 0820784-3 |
| Edson Zbierski Rocha | 0603 | 0830168-2 |
| Edu Alex Sandro dos Santos Vieira | 1278 | 0829843-3 |
| Eduardo Ayres Diniz de Oliveira | 0078 | 0829785-6 |
| Eduardo Batistel Ramos | 0972 | 0823887-1 |
| Eduardo Bezerra Galvão | 0314 | 0825768-9 |
| Eduardo Chamecki | 2042 | 0828461-7 |
| Eduardo Dallo | 2636 | 0721013-1/01 |
| Eduardo de França Ribeiro | 0781 | 0830902-4 |
| Eduardo Diamante | 2745 | 0826431-1 |
| Eduardo Estanislau Tobera Filho | 0065 | 0822632-2 |
| Eduardo Feliciano dos Reis | 2406 | 0830900-0 |
| Eduardo Fernando Lachimia | 0148 | 0820767-2 |
| | 0329 | 0825906-9 |
| Eduardo Garcia Branco | 0481 | 0829147-6 |
| | 0827 | 0823149-6 |
| | 0841 | 0830779-5 |
| | 1197 | 0824738-7 |
| Eduardo Gross | 0754 | 0830970-2 |
| Eduardo Henrique Veiga | 2722 | 0831885-2 |
| Eduardo José Fumis Faria | 2205 | 0823922-5 |
| | 2260 | 0827865-1 |
| | 2298 | 0824454-6 |
| | 2378 | 0824929-8 |
| | 2545 | 0822642-8 |
| Eduardo José Pereira Neves | 2034 | 0824650-8 |
| Eduardo Kazuaki Kagueyama | 1759 | 0828056-6 |
| Eduardo Kotaka Júnior | 1963 | 0823984-5 |
| Eduardo Lincoln Domingues Caldi | 1285 | 0819976-4 |
| Eduardo Luiz Bussatta | 0319 | 0830536-0 |
| Eduardo Luiz Correia | 2160 | 0829654-6 |
| Eduardo Marcelo Pinotti | 1311 | 0821556-3 |
| Eduardo Motiejaus Juodis Stremel | 0521 | 0825966-5 |
| Eduardo Munaretto | 1487 | 0820083-1 |
| | 2141 | 0823886-4 |
| Eduardo Nogueira de Morais | 2454 | 0830964-4 |
| | 2698 | 0826078-4 |
| Eduardo Oleinik | 1947 | 0828869-3 |
| Eduardo Oliveira Agustinho | 2621 | 0830075-2 |
| Eduardo Pacheco | 1601 | 0824481-3 |
| Eduardo Pena de Moura França | 2513 | 0824460-4 |
| | 2550 | 0823142-7 |
| Eduardo Pereira de Souza | 0184 | 0823277-5 |
| Eduardo Rafael Sabadin | 1527 | 0823940-3 |
| Eduardo Ribeiro Neto | 0868 | 0823956-1 |
| Eduardo Santiago G. d. Silva | 0507 | 0830063-2 |
| | 0803 | 0830082-7 |
| Eduardo Santos Hernandes | 2568 | 0828651-1 |
| Eduardo Savarro | 0644 | 0831460-5 |
| | 2692 | 0821309-4 |
| | 2781 | 0831283-8 |
| | 2811 | 0830631-0 |
| Eduardo Vanzella | 2674 | 0822881-5 |
| Eduardo Varela Garcia | 0054 | 0826574-1 |
| Eduardo Ventura Medeiros | 2453 | 0830432-7 |
| Eduardo Vida Leal Filho | 1360 | 0823393-4 |
| Edvaldo Luiz da Rocha | 1153 | 0828743-4 |
| | 1169 | 0825488-6 |
| Egídio Fernando Argüello Júnior | 1573 | 0827259-3 |
| | 1594 | 0823077-5 |
| | 2327 | 0822220-2 |
| | 2335 | 0823852-8 |
| | 2374 | 0824509-6 |
| | 2420 | 0823814-8 |
| | 2457 | 0822633-9 |
| | 2501 | 0775241-6 |
| | 2514 | 0824692-6 |
| | 2589 | 0823400-4 |
| | 2597 | 0824417-3 |
| | 2619 | 0829774-3 |
| Egídio Munaretto | 1262 | 0820263-9 |
| | 1487 | 0820083-1 |
| | 2141 | 0823886-4 |
| Eladio Prados Junior | 0145 | 0830638-9 |
| Elaine Cristina Bessão Nakamura | 1394 | 0828660-0 |
| Elaine de Fatima Pinto Marconcin | 1958 | 0831065-0 |
| Elaine Mônica Molin | 0902 | 0826264-0 |
| | 0968 | 0831002-3 |
| | 0994 | 0831446-5 |
| | 1008 | 0826118-3 |
| Elaine Noeli Destro | 1348 | 0829049-5 |
| Elaine Novaes Falco | 1953 | 0829735-6 |
| Elaine Ricci | 0313 | 0825297-5 |
| Elaine Samira Pope da Silva | 2670 | 0830775-7 |
| | 2671 | 0830794-2 |
| Elaine Tokarski | 1843 | 0829678-6 |
| Elcilene da Silva Rocha | 0578 | 0828426-8 |
| Elcio José Melhem | 2809 | 0829529-8 |
| Elcio José Melhem Filho | 2809 | 0829529-8 |
| Elda Maria Zampoli Prestes | 0732 | 0830236-5 |
| Elen Fábia Rak Mamus | 0095 | 0828273-7 |
| | 0104 | 0830038-9 |
| | 0183 | 0831123-7 |
| | 0216 | 0828285-7 |
| | 0222 | 0829887-5 |
| | 0223 | 0830002-9 |
| | 0239 | 0829260-4 |
| | 0363 | 0823099-1 |
| Eleni Moraes Barros | 0703 | 0829925-0 |
| Elerson Galiotto | 1448 | 0822859-3 |
| Elezer da Silva Nantes | 2163 | 0831144-6 |
| Eliana Meira Nogueira | 2200 | 0823452-8 |
| Eliane Andréa Chalata | 2685 | 0829233-7 |
| Eliane Bonetti Gomes | 2676 | 0823164-3 |
| Eliane Cristina de O. Carnoski | 2386 | 0827427-1 |
| Eliane Cristina Rossi Chevalier | 0229 | 0823437-1 |
| | 0288 | 0824889-9 |
| Eliane Gimenez Scoparo Pereira | 1464 | 0818840-5 |
| Eliane Marcks Mousquer | 1108 | 0825001-9 |
| Eliane Viana Zaponi | 1090 | 0828738-3 |
| Elias Ed Miskalo | 2581 | 0830516-8 |
| Elias Roberto Schluga | 1589 | 0830353-1 |
| Elichielli Gabrielli Perilis | 2747 | 0830120-2 |
| | 2865 | 0829384-9 |
| Eliete Cristina Massuqueto | 2802 | 0823172-5 |
| Élinton Borges Zansavio da Silva | 2186 | 0829701-0 |
| | 2192 | 0830886-5 |
| Elio Massao Kawamura | 0079 | 0830031-0 |
| | 0123 | 0829972-9 |
| | 0178 | 0829877-9 |
| | 0198 | 0830138-4 |
| | 0242 | 0829988-7 |
| | 2037 | 0825374-7 |
| Elionora Harumi Takeshiro | 1505 | 0825902-1 |
| Elirani de Sousa Chinaglia | 1375 | 0829948-3 |
| | 1394 | 0828660-0 |
| Elisa de Mattos Leão P. Grande | 0584 | 0829336-3 |
| Elisa Gehlen Paula B. d. Carvalho | 1131 | 0795954-4/01 |
| | 1166 | 0824863-5 |
| | 1502 | 0825035-5 |
| | 1532 | 0824414-2 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1674 | 0823167-4 |
| | 1726 | 0827795-4 |
| | 1791 | 0825271-1 |
| | 1908 | 0828640-8 |
| | 2177 | 0825779-2 |
| Elisabete Klajn | 1248 | 0825602-6 |
| Elisabeth Nass Anderle | 1236 | 0831341-5 |
| Elisabeth Regina V. Taniguchi | 1427 | 0823694-6 |
| Elisama Montagnini Capellazzi | 1072 | 0822797-8 |
| | 1140 | 0822869-9 |
| Elisângela Alonço dos Reis | 0559 | 0819644-7 |
| Elisângela de Almeida Kavata | 1551 | 0829644-0 |
| | 1560 | 0821569-0 |
| | 1581 | 0829680-6 |
| | 1665 | 0820044-4 |
| | 1666 | 0820380-5 |
| | 1778 | 0831184-0 |
| | 1900 | 0826458-2 |
| | 1948 | 0829032-0 |
| | 2086 | 0828840-8 |
| | 2113 | 0828354-7 |
| | 2130 | 0817444-9 |
| | 2179 | 0827038-4 |
| Elisângela Guimarães de Andrade | 0846 | 0823008-0 |
| Elise Gasparotto de Lima | 0831 | 0825087-9 |
| Elisete Mary Salles Stefani | 0940 | 0825994-9 |
| Eliseu Alves Fortes | 0112 | 0824546-9 |
| | 0141 | 0829956-5 |
| | 0278 | 0828983-8 |
| Elisio Apolinário Rigonato Chaves | 1262 | 0820263-9 |
| | 1337 | 0824660-4 |
| | 2273 | 0830000-5 |
| Elisio de Oliveira Silva | 0279 | 0829230-6 |
| Elizabete Batista de Moura | 0020 | 0830991-1 |
| Elizabete Bergamo de Godoy | 0591 | 0822656-2 |
| Elizabeth Massumi Toi | 2060 | 0831059-2 |
| Elizabeth Nadalim | 0225 | 0830672-1 |
| Elizandro Marcos Pellin | 0819 | 0829526-7 |
| Elizangela Lazzaretti | 0872 | 0824843-3 |
| Elizete Aparecida Orvath | 1421 | 0830911-3 |
| Elizeu de Carvalho | 0390 | 0828820-6 |
| Elizeu Kocan | 1138 | 0822608-6 |
| Elizeu Luiz Toporoski | 2294 | 0823397-2 |
| | 2427 | 0824828-6 |
| | 2589 | 0823400-4 |
| Elizeu Mendes da Silva | 1643 | 0827358-1 |
| | 1841 | 0829401-5 |
| Ellen Karina Borges Santos | 0987 | 0829107-2 |
| | 1053 | 0824452-2 |
| | 1099 | 0822778-3 |
| Ellen Patricia Chini | 0062 | 0830967-5 |
| | 0140 | 0829321-2 |
| | 0221 | 0829388-7 |
| | 0264 | 0831423-2 |
| | 0745 | 0822946-1 |
| | 0746 | 0822946-1/01 |
| Elói Contini | 1542 | 0828087-1 |
| | 1580 | 0829509-6 |
| | 1640 | 0825498-2 |
| | 1649 | 0828662-4 |
| | 1650 | 0828800-4 |
| | 1678 | 0824406-0 |
| | 1697 | 0829393-8 |
| | 1764 | 0828577-0 |
| | 1820 | 0823980-7 |
| | 1859 | 0824331-8 |
| | 1950 | 0829383-2 |
| | 1969 | 0825748-7 |
| | 1982 | 0829447-1 |
| | 2025 | 0822919-4 |
| Eloisa Fontes Tavares Rivani | 0335 | 0741205-5 |
| Eloy Dirceu Giraldi | 2864 | 0829102-7 |
| Elpídio Rodrigues Garcia Júnior | 0298 | 0829253-9 |
| Elso de Sousa Novais | 2812 | 0830719-9 |
| Elton Luiz Brasil Rutkowski | 0289 | 0824920-5 |
| Elton Scheidt Pupo | 1775 | 0830518-2 |
| | 1985 | 0830033-4 |
| Elvis Bittencourt | 1745 | 0831768-6 |
| | 2830 | 0830269-4 |
| Elvis Gallera Garcia | 0846 | 0823008-0 |
| Emanuel de Andrade Barbosa | 0374 | 0827009-3 |
| Emanuel Vitor Canedo da Silva | 2125 | 0830259-8 |
| Emanuela Aparecida dos S. Orso | 0341 | 0824703-4 |
| Emanuelle Carolina Baggio | 0815 | 0827306-7 |
| Emanuelle S. d. S. Boscardin | 0556 | 0830206-7 |
| Emerson Chibiaqui | 0939 | 0825823-5 |
| | 1110 | 0825811-5 |
| Emerson Corazza da Cruz | 0440 | 0828015-5 |
| | 0539 | 0823918-1 |
| Emerson Dias Levandoski | 2494 | 0829882-0 |
| Emerson Ernani Woyceichoski | 2332 | 0823503-0 |
| Emerson Lautenschlager Santana | 2432 | 0825780-5 |
| | 2523 | 0826208-2 |
| | 2532 | 0829153-4 |
| Emerson Luiz Lima de Andrade | 2751 | 0822605-5 |
| Emerson Miguel Wohlers de Mello | 0811 | 0824156-5 |
| Emerson Nicolau Kulek | 2782 | 0831822-5 |
| Emerson Norihiko Fukushima | 1506 | 0827001-7 |
| | 1524 | 0822940-9 |
| | 1758 | 0825814-6 |
| | 1963 | 0823984-5 |
| | 2018 | 0829749-0 |
| | 2096 | 0830948-0 |
| Emerson Roso Borges | 2648 | 0823772-5 |
| Emília Daniela C. M. d. Oliveira | 2044 | 0828624-4 |
| Emiliano Humberto Della Costa | 2003 | 0825990-1 |
| Emmanoel Aschidamini David | 0117 | 0827801-7 |
| | 0714 | 0827802-4 |
| Emmanuel Casagrande | 0839 | 0829813-5 |
| | 1408 | 0824846-4 |
| Enéias de Oliveira César | 0368 | 0824392-1 |
| Eneida de Cassia Camargo | 2360 | 0830237-2 |
| Eneida Wirgues | 2198 | 0823129-4 |
| | 2199 | 0823419-3 |
| Enelio Baggio | 1900 | 0826458-2 |
| Eni Domingues | 1026 | 0823975-6 |
| Enir Becker | 2884 | 0829760-9 |
| Eraldo Lacerda Junior | 0470 | 0824242-6 |
| | 0472 | 0824877-9 |
| | 0480 | 0827836-0 |
| | 0500 | 0827813-7 |
| | 0516 | 0824635-1 |
| | 0518 | 0824797-6 |
| | 0524 | 0827876-4 |
| | 0542 | 0825069-1 |
| | 0547 | 0827439-1 |
| | 0560 | 0822453-1 |
| | 0562 | 0822991-6 |
| | 0563 | 0823054-2 |
| | 0566 | 0823865-5 |
| | 0571 | 0825071-1 |
| | 0764 | 0823795-8 |
| | 0773 | 0826262-6 |
| | 0789 | 0823001-1 |
| | 0792 | 0823798-9 |
| | 0797 | 0826037-3 |
| | 0798 | 0827609-3 |
| | 0799 | 0828765-0 |
| | 0810 | 0822868-2 |
| | 0829 | 0823583-8 |

| | | |
|---|---|---|
| | 0830 | 0825060-8 |
| | 0844 | 0822795-4 |
| | 0849 | 0824307-2 |
| | 0850 | 0825245-1 |
| | 0857 | 0827877-1 |
| | 1607 | 0827363-2 |
| | 1620 | 0830116-8 |
| | 2144 | 0824289-9 |
| Erasmo José Germani | 1977 | 0828348-9 |
| Erenise do Rocio Bortolini | 2631 | 0831085-2 |
| Érica Hikishima Fraga | 2187 | 0829964-7 |
| | 2341 | 0824883-7 |
| | 2461 | 0823675-1 |
| | 2465 | 0823873-7 |
| | 2558 | 0824386-3 |
| | 2565 | 0826200-6 |
| | 2566 | 0826213-3 |
| Erika Líria Matsugano | 0333 | 0830279-0 |
| Erikson Alexandre Funari | 2838 | 0829004-6 |
| Erisson Felipe Sebrenski Leal | 2683 | 0826507-0 |
| Erlon Antonio Medeiros | 1499 | 0824385-6 |
| | 1799 | 0828320-1 |
| Érlon de Faria Pilati | 1283 | 0830808-1 |
| Erlon Fernando Ceni de Oliveira | 0065 | 0822632-2 |
| | 0769 | 0825262-2 |
| Erlon Roberval Konopacki | 2452 | 0830369-9 |
| Erminio Gianatti Junior | 1524 | 0822940-9 |
| | 1649 | 0828662-4 |
| | 1990 | 0830714-4 |
| Ernani Cezar Werner | 1334 | 0823158-5 |
| Ernani Ernesto Morestoni | 1057 | 0826277-7 |
| | 1115 | 0828819-3 |
| | 1252 | 0828153-0 |
| Ernani Ferreira do Rosário | 0320 | 0822558-1 |
| Ernani José Pera Junior | 1560 | 0821569-0 |
| | 1667 | 0821562-1 |
| | 1984 | 0829954-1 |
| | 2076 | 0824648-8 |
| Ernani Ori Harlos Júnior | 1949 | 0829285-1 |
| Ernesto Hamann | 0289 | 0824920-5 |
| Eros Sowinski | 0173 | 0826494-8 |
| | 0213 | 0827455-5 |
| Eroulths Cortiano Junior | 0008 | 0825061-5 |
| | 0266 | 0823811-7 |
| | 0285 | 0823800-4 |
| | 0384 | 0823913-6 |
| | 0449 | 0822960-1 |
| | 1481 | 0829883-7 |
| Estela Harumi Mizukawa | 1166 | 0824863-5 |
| Estevão Busato | 0156 | 0824913-0 |
| Estevão Gutierrez Brandão Pontes | 1925 | 0822726-9 |
| Estevão Lourenço Corrêa | 1834 | 0827549-2 |
| | 1911 | 0829329-8 |
| Ethelma Pezarini | 0138 | 0828245-3 |
| Etienne Sabino de Andrade | 2065 | 0822698-0 |
| Euclides de Lima Júnior | 1392 | 0828267-9 |
| Euclides Mezzomo | 2306 | 0826991-2 |
| | 2789 | 0824664-2 |
| Euclides Ribeiro S. Júnior | 2622 | 0830134-6 |
| Eugênio Sobradiel Ferreira | 0259 | 0829363-0 |
| Eunice Fumagalli Martins e Scheer | 0250 | 0824785-6 |
| Eurico Ortis de Lara Filho | 2281 | 0816788-2 |
| | 2408 | 0816865-4 |
| Eurolino Sechinel dos Reis | 0332 | 0829202-2 |
| Evandro Alves dos Santos | 0396 | 0822654-8 |
| Evandro Bueno de Oliveira | 0262 | 0830110-6 |
| Evandro Gustavo de Souza | 2348 | 0826421-5 |
| | 2443 | 0828760-5 |
| | 2571 | 0829132-5 |
| Evandro Lucio Pereira de Souza | 1706 | 0830299-2 |
| Evandro Luiz Schöninger | 2639 | 0830058-1 |
| Evandro Mário Lazzari | 0353 | 0824269-7 |
| Evandro Mauro Vieira de Moraes | 1357 | 0822879-5 |
| | 1917 | 0830754-8 |
| Evandro Ricardo de Castro | 0310 | 0824551-0 |
| | 2262 | 0828500-9 |
| Evandro Vicente de Souza | 2622 | 0830134-6 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 0013 | 0828509-2 |
| | 0073 | 0826129-6 |
| | 0182 | 0830810-1 |
| | 0202 | 0830789-1 |
| | 0263 | 0830846-1 |
| | 1166 | 0824863-5 |
| | 1397 | 0829618-0 |
| | 1513 | 0828763-6 |
| | 1515 | 0829669-7 |
| | 1557 | 0830755-5 |
| | 1558 | 0830787-7 |
| | 1568 | 0824485-1 |
| | 1572 | 0825926-1 |
| | 1587 | 0830108-6 |
| | 1589 | 0830353-1 |
| | 1621 | 0830235-8 |
| | 1623 | 0830617-0 |
| | 1626 | 0830879-0 |
| | 1670 | 0822671-9 |
| | 1677 | 0824401-5 |
| | 1696 | 0829302-7 |
| | 1716 | 0824015-9 |
| | 1740 | 0830224-5 |
| | 1753 | 0824424-8 |
| | 1754 | 0824848-8 |
| | 1760 | 0828259-7 |
| | 1768 | 0828923-2 |
| | 1775 | 0830518-2 |
| | 1784 | 0824245-7 |
| | 1795 | 0827796-1 |
| | 1803 | 0828575-6 |
| | 1807 | 0829880-6 |
| | 1812 | 0830381-5 |
| | 1825 | 0825150-7 |
| | 1835 | 0828321-8 |
| | 1840 | 0829294-0 |
| | 1846 | 0830314-4 |
| | 1854 | 0822915-6 |
| | 1874 | 0829655-3 |
| | 1894 | 0824500-3 |
| | 1904 | 0828188-3 |
| | 1914 | 0830016-3 |
| | 1928 | 0824398-3 |
| | 1934 | 0824979-8 |
| | 1939 | 0827658-6 |
| | 1976 | 0827898-0 |
| | 1981 | 0829225-5 |
| | 1983 | 0829730-1 |
| | 1988 | 0830313-7 |
| | 1993 | 0822634-6 |
| | 2016 | 0829584-9 |
| | 2019 | 0829759-6 |
| | 2042 | 0828461-7 |
| | 2048 | 0829036-8 |
| | 2056 | 0830374-0 |
| | 2085 | 0828549-6 |
| | 2099 | 0822509-8 |
| | 2106 | 0824339-4 |
| | 2170 | 0824241-9 |
| | 2475 | 0825587-4 |
| evelise veronese dos santos | 1986 | 0830271-4 |
| Everaldo Bughi | 1933 | 0824926-7 |
| Everaldo Larssen | 1717 | 0824404-6 |
| | 1943 | 0828238-8 |
| | 2378 | 0824929-8 |
| Everson Souza Saura Silva | 0327 | 0825169-6 |
| Éverton Bernardi | 0559 | 0819644-7 |
| | 1305 | 0830312-0 |
| Everton da Silva Rodrigues | 0612 | 0823647-7 |
| Everton Juliano de Silva | 1400 | 0831175-1 |
| Everton Mueller | 0522 | 0826023-9 |
| Evilásio de Carvalho Junior | 2508 | 0823826-8 |

| | | |
|---|---|---|
| Ewelyze Protasiewytch | 0557 | 0830566-8 |
| Ewerton da Silva Mattos | 2331 | 0823497-7 |
| Ewerton Lineu Barreto Ramos | 0004 | 0823135-2 |
| | 0129 | 0823829-9 |
| | 0132 | 0825474-2 |
| | 0168 | 0824569-2 |
| | 0170 | 0825203-3 |
| | 0185 | 0823556-1 |
| | 0207 | 0824200-8 |
| | 0394 | 0817393-7 |
| | 2632 | 0825086-2 |
| Ewerton Soler Consalter | 1971 | 0826033-5 |
| Ezequiel Fernandes | 2342 | 0824900-3 |
| Fábia Cristina Asolini | 1192 | 0823926-3 |
| Fabiana Akiko Omura Viana Pereira | 2017 | 0829653-9 |
| Fabiana Battisti | 1385 | 0824256-0 |
| Fabiana Carla de Souza | 0980 | 0825865-3 |
| | 1096 | 0830897-8 |
| | 1786 | 0824419-7 |
| | 1823 | 0824180-1 |
| Fabiana Christina Ferrari | 0698 | 0825074-2 |
| Fabiana de Almeida Paschotto | 2372 | 0824298-8 |
| | 2383 | 0825938-1 |
| Fabiana dos Reis Vieira Carvalho | 2375 | 0824673-1 |
| Fabiana Eliza Mattos | 1078 | 0824238-2 |
| | 1385 | 0824256-0 |
| Fabiana Estulano Garcia | 2629 | 0831947-7 |
| Fabiana Grasso Ferreira | 1522 | 0830540-4 |
| Fabiana Greghi | 2018 | 0829749-0 |
| Fabiana Kolling | 2717 | 0829084-4 |
| Fabiana Menon | 1502 | 0825035-5 |
| Fabiana Nantes Giacomini | 0424 | 0828448-4 |
| Fabiana Silveira | 2274 | 0830113-7 |
| | 2322 | 0830635-8 |
| | 2339 | 0824421-7 |
| | 2361 | 0830320-2 |
| | 2499 | 0831077-0 |
| | 2512 | 0824436-8 |
| | 2521 | 0825791-8 |
| | 2552 | 0823209-7 |
| | 2559 | 0824694-0 |
| | 2625 | 0830611-8 |
| Fabiana Tereza Cristina Pimentel | 0063 | 0807032-6 |
| | 1940 | 0827831-5 |
| Fabiana Tiemi Hoshino | 1995 | 0823060-0 |
| | 2088 | 0829346-9 |
| | 2165 | 0822617-5 |
| Fabiane Cristina Seniski | 0035 | 0828523-2 |
| | 0084 | 0822790-9 |
| | 0099 | 0828941-0 |
| | 0111 | 0822895-9 |
| | 0139 | 0828658-0 |
| | 0218 | 0828718-1 |
| | 0245 | 0830956-2 |
| | 0256 | 0828788-3 |
| Fabiane Teresinha Savoldi | 0710 | 0823253-5 |
| Fabiano Alves de Melo da Silva | 0413 | 0822843-5 |
| Fabiano Binhara | 0840 | 0829927-4 |
| Fabiano Camillo | 1103 | 0823904-7 |
| Fabiano Colusso Ribeiro | 0076 | 0828969-8 |
| Fabiano da Rosa | 0412 | 0822811-3 |
| Fabiano Gonzaga da Silva | 1374 | 0829767-8 |
| Fabiano Haluch Maoski | 0094 | 0827762-5 |
| Fabiano Jorge Stainzack | 0463 | 0822752-9 |
| Fabiano José Bordignon | 2100 | 0823191-0 |
| Fabiano Kleber Moreno Dalan | 0878 | 0828672-0 |
| | 0909 | 0829581-8 |
| | 0938 | 0825795-6 |
| Fabiano Lopes | 1400 | 0831175-1 |
| Fabiano Luiz Ignacio de Oliveira | 1222 | 0824496-4 |
| Fabiano Miyagima | 0440 | 0828015-5 |
| | 0539 | 0823918-1 |
| Fabiano Muriel Domingues | 2537 | 0829682-0 |
| Fabiano Neves Macieywski | 0865 | 0822060-6 |
| | 0870 | 0824642-6 |
| | 0871 | 0824662-8 |
| | 0873 | 0824868-0 |
| | 0890 | 0822069-9 |
| | 0894 | 0824671-7 |
| | 0895 | 0824675-5 |
| | 0897 | 0824856-0 |
| | 0898 | 0824893-3 |
| | 0914 | 0821947-4 |
| | 0931 | 0824688-2 |
| | 0950 | 0829286-8 |
| | 0952 | 0829867-3 |
| | 0954 | 0830014-9 |
| | 0970 | 0822339-6 |
| | 0975 | 0824793-8 |
| | 0988 | 0829182-5 |
| | 0996 | 0822536-5 |
| | 1001 | 0824715-4 |
| | 1021 | 0822044-2 |
| | 1029 | 0824632-0 |
| | 1031 | 0824690-2 |
| | 1038 | 0828982-1 |
| | 1040 | 0829602-2 |
| | 1060 | 0828641-5 |
| | 1080 | 0824646-4 |
| | 1081 | 0824770-5 |
| | 1102 | 0823660-0 |
| | 1106 | 0824744-5 |
| | 1141 | 0823087-1 |
| | 1146 | 0824826-2 |
| | 1164 | 0824196-9 |
| | 1165 | 0824752-7 |
| | 1176 | 0828864-8 |
| | 1180 | 0829478-6 |
| | 1182 | 0829686-8 |
| | 1183 | 0830062-5 |
| | 1188 | 0830882-7 |
| | 1198 | 0824778-1 |
| | 1217 | 0822326-9 |
| | 1224 | 0824656-0 |
| | 1244 | 0824653-9 |
| | 1245 | 0824847-1 |
| Fabiano Salineiro | 2253 | 0824670-0 |
| Fabielly Laidane F. D'Agostini | 1113 | 0826787-8 |
| Fabiene Cristina Santana | 0584 | 0829336-3 |
| Fábio Alberto de Lorensi | 0394 | 0817393-7 |
| Fábio Amorese Rotunno | 0233 | 0824984-9 |
| Fábio Augusto Zanlorenci | 0981 | 0826002-0 |
| Fábio Bertoli Esmanhotto | 0049 | 0823716-7 |
| | 0125 | 0831539-5 |
| Fabio Bittencourt F. d. Camargo | 0876 | 0825607-1 |
| | 1061 | 0828698-4 |
| Fabio Cesar Luque dos Santos | 0707 | 0821806-8 |
| Fábio César Teixeira | 0078 | 0829785-6 |
| | 0754 | 0830970-2 |
| Fábio Chemin Gadens | 1203 | 0826201-3 |
| Fábio Cordeiro | 1133 | 0737800-1/01 |
| Fabio Cosendei Marins | 2390 | 0828600-4 |
| Fábio de Nadai | 2634 | 0831451-6 |
| Fábio Delmiro dos Santos | 0788 | 0822951-2 |
| Fábio Dias Vieira | 1185 | 0830485-8 |
| | 1206 | 0828531-4 |
| Fábio dos Reis Ruiz | 1559 | 0830798-0 |
| | 1833 | 0827274-0 |
| Fábio Dutra | 0412 | 0822811-3 |
| Fábio Farés Decker | 0989 | 0829500-3 |
| Fábio Gil Anacleto | 1451 | 0824587-0 |
| Fábio Gileno Tkatecenko d. Santos | 2282 | 0818806-3 |
| Fábio Henrique Curan | 2891 | 0831027-0 |

| | | |
|---|---|---|
| Fábio Henrique Garcia de Souza | 0521 | 0825966-5 |
| | 0545 | 0825692-0 |
| | 0564 | 0823136-9 |
| | 0836 | 0827969-4 |
| Fábio Henrique Ribeiro | 0589 | 0822232-2 |
| Fábio José de Farias | 0687 | 0828877-5 |
| Fabio Junior Bussolaro | 1499 | 0824385-6 |
| | 1618 | 0830009-8 |
| | 1656 | 0830036-5 |
| | 1998 | 0823938-3 |
| | 2134 | 0822571-4 |
| Fábio Júnior de Oliveira Martins | 1802 | 0828490-8 |
| | 2179 | 0827038-4 |
| Fábio Kaiut Nunes | 0037 | 0829060-4 |
| Fabio Leandro Tokars | 0780 | 0830642-3 |
| Fábio Lopes Vilela Berbel | 1746 | 0823127-0 |
| Fabio Luis Franco | 1299 | 0827486-0 |
| | 1721 | 0825442-0 |
| Fábio Luiz da Câmara Falcão | 1730 | 0828294-6 |
| Fábio Luiz Santin de Albuquerque | 1077 | 0824085-1 |
| Fabio Maciel Jakymiu | 0447 | 0822829-5 |
| Fábio Martins Pereira | 0878 | 0828672-0 |
| | 0881 | 0829247-1 |
| | 0938 | 0825795-6 |
| | 1002 | 0824750-3 |
| | 1170 | 0825534-3 |
| | 1202 | 0826095-5 |
| | 1212 | 0829762-3 |
| Fábio Maurício P. Ligmanovski | 2160 | 0829654-6 |
| Fábio Michael Moreira | 2226 | 0829830-6 |
| Fábio Murari Vieira | 0667 | 0823173-2 |
| Fábio Palaver | 1648 | 0828512-9 |
| | 1902 | 0827283-9 |
| Fábio Pupo de Moraes | 0572 | 0825343-2 |
| Fábio Ricardo da Silva Bemfica | 2551 | 0823145-8 |
| Fábio Rogério Umaras Echeveria | 0042 | 0830346-6 |
| Fábio Silveira Rocha | 0972 | 0823887-1 |
| Fábio Stecca Cione | 1734 | 0829528-1 |
| Fábio Teixeira | 0589 | 0822232-2 |
| Fábio Viana Barros | 0911 | 0830905-5 |
| | 1065 | 0829350-3 |
| | 1258 | 0829856-0 |
| Fábio Yoshiharu Araki | 2299 | 0824657-7 |
| Fabiola Barroso Mascarenhas | 1793 | 0827530-3 |
| Fabíola Cueto Clementi | 1502 | 0825035-5 |
| | 1532 | 0824414-2 |
| | 1726 | 0827795-4 |
| Fabíola da Motta Figueira | 1072 | 0822797-8 |
| Fabíola de Almeida Z. d. Brito | 0163 | 0830152-4 |
| Fabíola Pavoni José Pedro | 1103 | 0823904-7 |
| | 1166 | 0824863-5 |
| Fabíola Polatti C. Fleischfresser | 1098 | 0822607-9 |
| | 1500 | 0824735-6 |
| Fabíola Rosa Ferstemberg | 0936 | 0825280-0 |
| FABRÍCIA ARFELLI MARTINI | 1469 | 0824992-1 |
| Fabricia Kutne Reder | 1313 | 0823118-1 |
| Fabrício Coimbra Chesco | 1568 | 0824485-1 |
| | 1904 | 0828188-3 |
| | 1934 | 0824979-8 |
| | 2019 | 0829759-6 |
| Fabrício de Souza | 0651 | 0828740-3 |
| | 1250 | 0826013-3 |
| Fabricio Kava | 1983 | 0829730-1 |
| Fabrício Leal Ugolini | 1719 | 0825117-2 |
| Fabrício Luiz Weschenfelder | 0599 | 0828914-3 |
| Fabrício Marcelo Bózio | 2650 | 0824589-4 |
| Fabrício Massi Salla | 0161 | 0829179-8 |
| Fabrício Vasconcelos Pereira | 0181 | 0830029-0 |
| Fabrício Verdolin de Carvalho | 0541 | 0824975-0 |
| Fabrício Zilotti | 1368 | 0828390-3 |
| | 1540 | 0827565-6 |
| | 1611 | 0829108-9 |
| | 1620 | 0830116-8 |
| | 2110 | 0825812-2 |
| Fabrício Zir Bothomé | 0584 | 0829336-3 |
| Fabrizia Angelica Bonatto | 1152 | 0828626-8 |
| Fajardo José Pereira Faria | 1453 | 0827052-4 |
| Fátima de Cássia Biázio | 2334 | 0823781-4 |
| | 2555 | 0823778-7 |
| Fátima Denise Fabrin | 2002 | 0825937-4 |
| Fátima Mirian Bortot | 0041 | 0830322-6 |
| | 0449 | 0822960-1 |
| Fátima Pereira Orfo | 2640 | 0829048-8 |
| Fausto Trentini | 0408 | 0829352-7 |
| Felipe Angelo Bez | 1357 | 0822879-5 |
| Felipe Barreto Frias | 0307 | 0823236-4 |
| | 0401 | 0823992-7 |
| | 0420 | 0824945-2 |
| | 0436 | 0825313-4 |
| | 1339 | 0825138-1 |
| Felipe Claudino Cannarella | 1321 | 0827230-8 |
| Felipe Correa dos Santos Nader | 1515 | 0829669-7 |
| Felipe Guimarães Moura | 2096 | 0830948-0 |
| Felipe Meurer Jorge | 1942 | 0828120-1 |
| Felipe Reddin Werka | 2685 | 0829233-7 |
| Felipe Rosinski Lima Bissani | 2109 | 0825633-1 |
| Felipe Turnes Ferrarini | 2074 | 0824416-6 |
| Felipe Zago | 1357 | 0822879-5 |
| Fellipe Cianca Fortes | 0039 | 0829766-1 |
| Fernanda Bastos Kammradt Guerra | 0047 | 0823472-0 |
| Fernanda Belotti Alice | 1272 | 0828978-7 |
| Fernanda Bernardo Gonçalves | 0526 | 0828543-4 |
| Fernanda Carolina Adam | 1288 | 0823917-4 |
| Fernanda Carvalho de Miéres | 0767 | 0824634-4 |
| Fernanda de Toledo P. Agostinho | 0267 | 0823970-1 |
| Fernanda Lorenzet | 0353 | 0824269-7 |
| Fernanda Michel Andreani | 1585 | 0830092-3 |
| | 1756 | 0825057-1 |
| | 1767 | 0828891-5 |
| | 1774 | 0830497-8 |
| | 1902 | 0827283-9 |
| | 1996 | 0823377-0 |
| | 2047 | 0828847-7 |
| | 2060 | 0831059-2 |
| | 2064 | 0819324-0 |
| | 2083 | 0828367-4 |
| | 2100 | 0823191-0 |
| | 2164 | 0820468-4 |
| Fernanda Nelsen Teodoro Decesaro | 1150 | 0826455-1 |
| Fernanda Nishida Xavier da Silva | 1116 | 0829020-0 |
| Fernanda Ribas Lustosa | 1500 | 0824735-6 |
| Fernanda Ribeirete de Souza | 0520 | 0825914-1 |
| | 1194 | 0824191-4 |
| Fernanda Silveira dos Santos | 0556 | 0830206-7 |
| Fernanda Simões Viotto | 0878 | 0828672-0 |
| | 0938 | 0825795-6 |
| | 1002 | 0824750-3 |
| | 1202 | 0826095-5 |
| | 1593 | 0822661-3 |
| Fernanda Souto Silva Ketzer | 1539 | 0826974-1 |
| Fernanda Strassburger | 2429 | 0825075-9 |
| Fernanda Zacarias | 2087 | 0829027-9 |
| Fernando Alberto Santin Portela | 0892 | 0823885-7 |
| | 0922 | 0823590-3 |
| | 1073 | 0823059-7 |
| | 1155 | 0829124-3 |
| Fernando Almeida de Oliveira | 0213 | 0827455-5 |
| | 0230 | 0823670-6 |
| | 0303 | 0831505-9 |
| Fernando André Silva | 1788 | 0825019-1 |

| | | |
|---|---|---|
| Fernando Anzola Pivaro | 0886 | 0830045-4 |
| | 1066 | 0829723-6 |
| | 1151 | 0826803-7 |
| Fernando Augusto Alves Pinto | 2252 | 0824515-4 |
| Fernando Augusto Dias | 0259 | 0829363-0 |
| Fernando Augusto Montai Y Lopes | 0011 | 0825847-5 |
| | 0074 | 0826137-8 |
| | 0318 | 0830283-4 |
| | 0346 | 0829069-7 |
| | 0351 | 0823299-1 |
| | 0422 | 0826145-0 |
| | 1578 | 0829177-4 |
| Fernando Augusto Ogura | 1514 | 0829274-8 |
| | 1603 | 0825191-8 |
| | 1631 | 0823730-7 |
| | 1935 | 0825631-7 |
| | 2046 | 0828790-3 |
| | 2065 | 0822698-0 |
| | 2335 | 0823852-8 |
| Fernando Augusto Sperb | 0493 | 0824029-3 |
| | 0570 | 0824968-5 |
| Fernando Biava da Silva | 1286 | 0820059-5 |
| Fernando Blaszkowski | 0089 | 0824974-3 |
| Fernando Borges Mânica | 0026 | 0823387-6 |
| | 0051 | 0824348-3 |
| | 0231 | 0823752-3 |
| | 0332 | 0829202-2 |
| Fernando Centeno de Campos | 0647 | 0822460-6 |
| Fernando César Resta Antunes | 1787 | 0824630-6 |
| Fernando Cesar Sprada | 1521 | 0830538-4 |
| Fernando Cézar Ferreira de Souza | 1019 | 0830839-6 |
| Fernando Cezar Vernalha Guimarães | 0073 | 0826129-6 |
| | 0157 | 0825913-4 |
| | 0292 | 0826567-6 |
| Fernando Ciscato Bastos | 0749 | 0701463-5/02 |
| Fernando Grecco Beffa | 0336 | 0819816-3 |
| Fernando Henrique B. Nanuncio | 1382 | 0823028-2 |
| Fernando Henrique Bosquê Ramalho | 1600 | 0824022-4 |
| | 1675 | 0823535-2 |
| | 1927 | 0824325-0 |
| | 1933 | 0824926-7 |
| | 2030 | 0823658-0 |
| | 2052 | 0829599-0 |
| Fernando Henrique Ferreira Silva | 2264 | 0828536-9 |
| Fernando Henrique Z. e. Fedeger | 1166 | 0824863-5 |
| Fernando José Gaspar | 2225 | 0829524-3 |
| | 2344 | 0825229-7 |
| | 2377 | 0824909-6 |
| | 2452 | 0830369-9 |
| | 2526 | 0828151-6 |
| | 2540 | 0829952-7 |
| | 2560 | 0824888-2 |
| | 2576 | 0829536-3 |
| Fernando José Stocco | 1347 | 0828931-4 |
| Fernando Julio Nogueira | 1358 | 0822959-8 |
| Fernando Kaminski de Oliveira | 0565 | 0823383-8 |
| Fernando Kikuchi | 0888 | 0830366-8 |
| | 0910 | 0830129-5 |
| | 0911 | 0830905-5 |
| | 0951 | 0829305-8 |
| | 0967 | 0830359-3 |
| | 1065 | 0829350-3 |
| | 1069 | 0830298-5 |
| | 1091 | 0829379-8 |
| | 1258 | 0829856-0 |
| Fernando Luiz Chiapetti | 0004 | 0823135-2 |
| | 0129 | 0823829-9 |
| | 0132 | 0825474-2 |
| | 0168 | 0824569-2 |
| | 0170 | 0825203-3 |
| | 0185 | 0823556-1 |
| | 0207 | 0824200-8 |
| | 0394 | 0817393-7 |
| Fernando Luiz de Nadai Wrobel | 2634 | 0831451-6 |
| Fernando Luiz Perin | 0969 | 0818829-6 |
| Fernando Luz Pereira | 2460 | 0823137-6 |
| Fernando Madureira | 2779 | 0829063-5 |
| Fernando Martins Gonçalves | 0009 | 0825218-4 |
| Fernando Menegueti Chaparro | 0770 | 0825270-4 |
| Fernando Munhoz Requião | 0837 | 0829640-2 |
| Fernando Oliveira Perna | 1652 | 0829075-5 |
| | 2565 | 0826200-6 |
| | 2566 | 0826213-3 |
| Fernando Parolini de Moraes | 0396 | 0822654-8 |
| Fernando Paulo da Silva M. Filho | 0751 | 0830155-5 |
| Fernando Pelloso | 0077 | 0829503-4 |
| Fernando Ramos Correa | 1454 | 0828646-0 |
| Fernando Ramos Oga | 2137 | 0823339-0 |
| | 2597 | 0824417-3 |
| Fernando Rios | 2281 | 0816788-2 |
| | 2408 | 0816865-4 |
| Fernando Rodrigues | 2726 | 0824403-9 |
| Fernando Rosa Fortes | 1520 | 0830412-5 |
| | 1707 | 0830395-9 |
| Fernando Salvatti Godoi | 2141 | 0823886-4 |
| Fernando Sampaio de Almeida Filho | 0772 | 0826003-7 |
| Fernando Santana de Almeida | 1398 | 0829780-1 |
| Fernando Schumak Melo | 2227 | 0829985-6 |
| Fernando Valente Costacurta | 2267 | 0829024-8 |
| | 2541 | 0830175-7 |
| Fernando Vicentin | 1391 | 0827765-6 |
| Fernando Wilson Rocha Maranhão | 0421 | 0825953-8 |
| | 0565 | 0823383-8 |
| | 1682 | 0824943-8 |
| | 1719 | 0825117-2 |
| | 2104 | 0824009-1 |
| Filipe Alves da Mota | 1199 | 0824921-2 |
| Filipe Augusto Piazza | 0333 | 0830279-0 |
| Firmino de Paula Santos Lima | 0551 | 0828579-4 |
| Flávia Balduíno da Silva | 1073 | 0823059-7 |
| | 1108 | 0825001-9 |
| | 2638 | 0749269-1/01 |
| Flávia Cristiane Machado | 1763 | 0828576-3 |
| | 1781 | 0822648-0 |
| Flávia Dreher Netto | 1884 | 0822878-8 |
| | 2025 | 0822919-4 |
| | 2194 | 0822751-2 |
| | 2195 | 0822782-7 |
| | 2412 | 0822885-3 |
| | 2413 | 0822892-8 |
| | 2505 | 0822441-1 |
| | 2547 | 0822789-6 |
| | 2586 | 0822444-2 |
| Flávia Fernandes Alfaro | 1327 | 0830179-5 |
| Flávia Regina Carluccio | 0360 | 0829221-7 |
| | 0460 | 0829597-6 |
| | 1727 | 0827943-0 |
| | 1842 | 0829556-5 |
| | 1906 | 0828436-4 |
| Flávia Wolff Zwolinski | 1465 | 0822821-9 |
| | 2196 | 0822810-6 |
| Flaviano Belinati Garcia Perez | 2240 | 0822985-8 |
| | 2346 | 0825636-2 |
| | 2355 | 0828963-6 |
| Flávio Adolfo Veiga | 2093 | 0830158-6 |
| Flávio Augusto Dumont Prado | 0505 | 0829139-4 |
| Flavio Augusto Reinert | 1770 | 0829623-1 |

| | | |
|---|---|---|
| Flávio Bandeira Sanches | 1945 | 0828574-9 |
| Flávio Bueno | 1051 | 0824422-4 |
| Flávio Falcone | 0906 | 0828483-3 |
| Flávio Lopes ferraz | 2258 | 0825912-7 |
| | 2347 | 0826135-4 |
| Flávio Luiz Yarshell | 1590 | 0830855-0 |
| Flávio Penteado Geromini | 0896 | 0824695-7 |
| | 0899 | 0825447-5 |
| | 0933 | 0825063-9 |
| | 0973 | 0824074-8 |
| | 0997 | 0822707-4 |
| | 1076 | 0823706-1 |
| | 1078 | 0824238-2 |
| | 1097 | 0831004-7 |
| | 1104 | 0824116-1 |
| | 1142 | 0823966-7 |
| | 1147 | 0824827-9 |
| | 1195 | 0824410-4 |
| | 1903 | 0827653-1 |
| | 2235 | 0822265-1 |
| | 2255 | 0825516-5 |
| | 2300 | 0824665-9 |
| | 2333 | 0823534-5 |
| | 2457 | 0822633-9 |
| | 2504 | 0822400-0 |
| | 2546 | 0822734-1 |
| | 2562 | 0825381-2 |
| | 2596 | 0824247-1 |
| Flavio Pereira Teixeira | 1621 | 0830235-8 |
| | 1768 | 0828923-2 |
| | 1840 | 0829294-0 |
| Flávio Pierro de Paula | 1692 | 0828880-2 |
| Flávio Rodrigo Santos Dutra | 1383 | 0823286-4 |
| Flávio Rosendo dos Santos | 0477 | 0826510-7 |
| Flávio Santanna Valgas | 1579 | 0829284-4 |
| | 2210 | 0825043-7 |
| | 2242 | 0823188-3 |
| | 2259 | 0826628-4 |
| | 2289 | 0822917-0 |
| | 2296 | 0823846-0 |
| | 2301 | 0824887-5 |
| | 2346 | 0825636-2 |
| | 2373 | 0824391-4 |
| | 2380 | 0825685-5 |
| | 2426 | 0824626-2 |
| | 2429 | 0825075-9 |
| | 2432 | 0825780-5 |
| | 2456 | 0816776-2 |
| | 2468 | 0824395-2 |
| | 2469 | 0824522-9 |
| | 2471 | 0824709-6 |
| | 2472 | 0824792-1 |
| | 2506 | 0823058-0 |
| | 2507 | 0823153-0 |
| | 2523 | 0826208-2 |
| | 2524 | 0826225-3 |
| | 2532 | 0829153-4 |
| | 2556 | 0824177-4 |
| | 2557 | 0824188-7 |
| Flávio Steinberg Bexiga | 1567 | 0824233-7 |
| | 1882 | 0820463-9 |
| | 1969 | 0825748-7 |
| Flávio Vieira de Farias | 1320 | 0826105-6 |
| Floriano Terra Filho | 1587 | 0830108-6 |
| | 2152 | 0828735-2 |
| Francelise Camargo de Lima | 0784 | 0819297-8 |
| | 0804 | 0830648-5 |
| Franciele Aparecida da Silva | 1277 | 0829763-0 |
| Franciele Wolf | 0324 | 0824510-9 |
| Francieli Dias | 0201 | 0830632-7 |
| Francielle Negrão Pereira | 2309 | 0828395-8 |
| | 2532 | 0829153-4 |
| Francioli Bagatin | 1134 | 0811669-2/01 |
| Francisco Antônio Fragata Junior | 1131 | 0795954-4/01 |
| | 1166 | 0824863-5 |
| | 1532 | 0824414-2 |
| | 1726 | 0827795-4 |
| | 1908 | 0828640-8 |
| | 2177 | 0825779-2 |
| Francisco Carlos Duarte | 0875 | 0825109-0 |
| | 2200 | 0823452-8 |
| Francisco Carlos Melatti | 2313 | 0828939-0 |
| Francisco Carlos Ribeiro | 0629 | 0822496-6 |
| Francisco Carlos Valotto | 2880 | 0824766-1 |
| Francisco d. A. d. R. M. R. Júnior | 2735 | 0829920-5 |
| Francisco Evandro de Oliveira | 0960 | 0827834-6 |
| | 1036 | 0828304-7 |
| | 1240 | 0823680-2 |
| Francisco Luiz Pereira da Rocha | 0034 | 0827200-0 |
| Francisco Rosito | 1266 | 0824538-7 |
| | 1315 | 0824199-0 |
| | 1384 | 0824211-1 |
| Francisco Spisla | 1066 | 0829723-6 |
| Franck Leonardo Leffler | 0800 | 0828884-0 |
| Franz Hermann Nieuwenhoff Júnior | 0487 | 0822785-8 |
| Frederich Mark Rosa Santos | 1093 | 0829709-6 |
| | 2001 | 0825311-0 |
| Frederico Augusto Teles | 1864 | 0825942-5 |
| Frederico Mercer Guimarães | 1467 | 0823985-2 |
| Frederico Stecca Cioni | 1996 | 0823377-0 |
| Fredi Humphreys | 2891 | 0831027-0 |
| Fuad Salim Naji | 0575 | 0826632-8 |
| | 0775 | 0828656-6 |
| Gabriel Antônio H. N. d. L. Filho | 2229 | 0830242-3 |
| Gabriel Braga Farhat | 1445 | 0830723-3 |
| Gabriel de Araújo Lima | 0058 | 0829515-4 |
| | 2735 | 0829920-5 |
| Gabriel Jock Granado | 0778 | 0830141-1 |
| Gabriel Maccagnani Carazzai | 0439 | 0827361-8 |
| Gabriel Yared Forte | 1229 | 0828363-6 |
| Gabriela Cortes Leão de Oliveira | 2596 | 0824247-1 |
| Gabriela de Paula Soares | 0482 | 0829223-1 |
| Gabriela Nogueira Zani Giuzio | 0252 | 0825757-6 |
| Gabriela Roberta Silva | 0744 | 0830812-5 |
| Gabriela Rubin Toazza | 2711 | 0823273-7 |
| | 2805 | 0824595-2 |
| Gabriella Murara Vieira | 0946 | 0828677-5 |
| | 1169 | 0825488-6 |
| | 1251 | 0826181-6 |
| Gardênia Fernandes Oliveira | 1869 | 0828602-8 |
| Gardênia Mascarelo | 2235 | 0822265-1 |
| | 2465 | 0823873-7 |
| Garleti Pereira | 0580 | 0828642-2 |
| Gastão Fernando Paes de B. Junior | 2079 | 0825793-2 |
| Geandro Luiz Scopel | 1293 | 0825597-0 |
| | 1380 | 0822222-6 |
| | 1406 | 0824291-9 |
| Gelcina Alves Geraldo Amaral | 1328 | 0830424-5 |
| Gelcir Anibio Zmyslony | 0232 | 0824661-1 |
| | 0234 | 0825107-6 |
| Gelindo João Follador | 2628 | 0829639-9 |
| Gelson Arend | 0506 | 0829755-8 |
| Gelson Barbieri | 0125 | 0831539-5 |
| | 1044 | 0831282-1 |
| Gelson João Sarolli | 0578 | 0828426-8 |
| Generoso Horning Martins | 0376 | 0829067-3 |
| | 0515 | 0824190-7 |
| Genésio Felipe de Natividade | 1584 | 0830025-2 |
| | 1979 | 0828609-7 |
| Genésio Sella | 1020 | 0831367-9 |
| Genésio Tavares | 1174 | 0828485-7 |
| Geni Regina da Silva Propst | 1308 | 0831404-7 |
| Geni Romero Jandre Pozzobom | 0878 | 0828672-0 |
| | 1121 | 0829717-8 |
| | 1170 | 0825534-3 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1212 | 0829762-3 |
| Genirio João Favero | 2344 | 0825229-7 |
| Gennaro Cannavacciuolo | 2438 | 0828636-4 |
| Geonir Edvard Fonseca Vincensi | 0825 | 0822779-0 |
| Geovani Ghidolin | 2710 | 0823208-0 |
| Gerald Koppe Júnior | 0377 | 0829862-8 |
| Geraldo Alberti | 0959 | 0816692-1 |
| Geraldo Cordeiro Neto | 0585 | 0830093-0 |
| Geraldo de Oliveira | 0733 | 0822291-1 |
| | 2813 | 0831281-4 |
| | 2856 | 0823210-0 |
| Geraldo Francisco do N. Sobrinho | 0768 | 0824839-9 |
| Geraldo Francisco Pomagerski | 0517 | 0824777-4 |
| | 1354 | 0831255-4 |
| Geraldo Henrique Guariente | 1275 | 0829159-6 |
| Geraldo José da Rosa | 0874 | 0825065-3 |
| Geraldo Manjinski Junior | 0800 | 0828884-0 |
| Geraldo Saviani da Silva | 0886 | 0830045-4 |
| | 1201 | 0825529-2 |
| Gercino Bett Junior | 0240 | 0829355-8 |
| Germano de Sordi Batista | 0989 | 0829500-3 |
| | 2644 | 0829783-2 |
| Germano dos Santos E. Junior | 2513 | 0824460-4 |
| Germano Jorge Rodrigues | 2379 | 0825220-4 |
| | 2585 | 0830889-6 |
| Germano Laertes Neves | 0488 | 0822838-4 |
| | 0913 | 0831322-0 |
| Geronimo Antonio Defaveri | 0971 | 0822581-0 |
| | 1683 | 0825018-4 |
| Gerson Luiz Armiliato | 1523 | 0830944-2 |
| | 1880 | 0830819-4 |
| | 2005 | 0827723-8 |
| | 2027 | 0823293-9 |
| Gerson Luiz Dechandt | 0752 | 0825009-5 |
| | 0753 | 0825021-1 |
| Gerson Massignan Mansani | 2135 | 0822712-5 |
| Gerson Requião | 1196 | 0824620-0 |
| Gerson Timm | 2891 | 0831027-0 |
| Gerson Vanzin Moura da Silva | 0896 | 0824695-7 |
| | 0973 | 0824074-8 |
| | 0997 | 0822707-4 |
| | 1078 | 0824238-2 |
| | 1104 | 0824116-1 |
| | 1142 | 0823966-7 |
| | 1147 | 0824827-9 |
| | 1186 | 0830777-1 |
| | 1195 | 0824410-4 |
| | 1903 | 0827653-1 |
| | 2333 | 0823534-5 |
| | 2496 | 0830654-3 |
| | 2596 | 0824247-1 |
| Gessivaldo Oliveira Maia | 1304 | 0829662-8 |
| Getulio Ladislau Rodrigues | 0269 | 0824573-6 |
| Giane Lopes Tsuruta | 1815 | 0820460-8 |
| Giani Lanzarini da Rosa Lima | 2067 | 0823742-7 |
| | 2139 | 0823571-8 |
| Gianna Bach Malacarne | 0793 | 0823905-4 |
| Gil César Dantas Bruel | 0794 | 0824590-7 |
| | 0927 | 0824055-3 |
| Gilberto Baroni Filho | 0429 | 0822921-4 |
| Gilberto Baumann de Lima | 1788 | 0825019-1 |
| Gilberto Carlos Richthcik | 2775 | 0824813-5 |
| Gilberto Fior | 1523 | 0830944-2 |
| Gilberto Flavio Monarin | 0385 | 0824042-6 |
| Gilberto Gemin da Silva | 0886 | 0830045-4 |
| | 1008 | 0826118-3 |
| Gilberto Julio Sarmento | 0771 | 0825609-5 |
| Gilberto Justino Ferreira | 1522 | 0830540-4 |
| Gilberto Leal Valias Pasquinelli | 1123 | 0830140-4 |
| Gilberto Munhoz Schwartz | 0474 | 0825590-1 |
| Gilberto Nardi Fonseca | 1349 | 0829092-6 |
| Gilberto Pedriali | 0866 | 0822832-2 |
| | 0881 | 0829247-1 |
| | 1022 | 0822934-1 |
| | 1175 | 0828764-3 |
| | 1723 | 0826032-8 |
| Gilberto Rodrigues Baena | 1047 | 0823936-9 |
| | 1129 | 0754519-9/01 |
| | 1832 | 0827232-2 |
| Gilberto Stinglin Loth | 0930 | 0824627-9 |
| | 1227 | 0825486-2 |
| | 1588 | 0830281-0 |
| | 1653 | 0829649-5 |
| | 1695 | 0829169-2 |
| | 2045 | 0828723-2 |
| | 2061 | 0831554-2 |
| | 2109 | 0825633-1 |
| | 2115 | 0828690-8 |
| | 2147 | 0825620-4 |
| | 2171 | 0824388-7 |
| | 2371 | 0824125-0 |
| | 2503 | 0822371-4 |
| | 2581 | 0830516-8 |
| | 2591 | 0823482-6 |
| | 2593 | 0823775-6 |
| Gilberto Tadeu Dombroski | 0373 | 0826595-0 |
| Gilda Nunes de Andrade | 0537 | 0823881-9 |
| Gilda Russomano G. d. Santos | 1480 | 0829744-5 |
| Giles Santiago Junior | 1772 | 0830083-4 |
| Gilian Pacheco | 1838 | 0828511-2 |
| | 2135 | 0822712-5 |
| Gilmar Amilton Macohin | 1921 | 0831534-0 |
| Gilnei Ricardo Eidt | 0552 | 0829359-6 |
| | 2205 | 0823922-5 |
| Gilson Antonio Wanch | 1568 | 0824485-1 |
| Gilson João Goulart Júnior | 1087 | 0828223-7 |
| Gilson José dos Santos | 0483 | 0829955-8 |
| | 0491 | 0823493-9 |
| | 0784 | 0819297-8 |
| | 0790 | 0823518-1 |
| | 0791 | 0823523-2 |
| | 0804 | 0830648-5 |
| Gilson Marega Martins | 0469 | 0824050-8 |
| Gilson Vicente V. d. Andrade | 0955 | 0830048-5 |
| Gilton de Jesus Meireles | 2396 | 0829367-8 |
| Gilvan Antonio Dal Pont | 0530 | 0830671-4 |
| Gilvana Pessi Mayorca Camargo | 0872 | 0824843-3 |
| | 2238 | 0822813-7 |
| Gior Gio Pasini | 0268 | 0824164-7 |
| Giordano Sadday Vilarinho Reinert | 2780 | 0829727-4 |
| Giorgia Enrietti Bin | 0887 | 0830317-5 |
| | 0986 | 0828970-1 |
| | 1011 | 0828528-7 |
| | 1016 | 0829865-9 |
| | 1088 | 0828389-0 |
| | 1112 | 0826441-7 |
| | 1184 | 0830265-6 |
| | 1200 | 0825321-6 |
| | 1216 | 0821492-4 |
| Giorgia Paula Mesquita | 1289 | 0823953-0 |
| Giovana Cezalli Martins | 2027 | 0823293-9 |
| Giovana Picoli | 0437 | 0826091-7 |
| | 1877 | 0830367-5 |
| | 2061 | 0831554-2 |
| Giovani de Oliveira Serafini | 0946 | 0828677-5 |
| | 0977 | 0824919-2 |
| | 1300 | 0827779-0 |
| Giovani Gionédis | 2006 | 0828110-5 |
| Giovani Miguel Lopes | 2063 | 0817285-0 |
| GIOVANI SUCCO | 0551 | 0828579-4 |
| Giovani Zorzi Ribas | 1158 | 0829775-0 |
| Giovanna Lepre Sandri | 1259 | 0830020-7 |
| Giovanna Price de Melo | 1524 | 0822940-9 |
| | 1538 | 0826060-2 |
| | 1584 | 0830025-2 |
| | 1612 | 0829129-8 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1626 | 0830879-0 |
| | 1736 | 0829708-9 |
| | 1936 | 0825684-8 |
| | 1942 | 0828120-1 |
| | 2175 | 0825048-2 |
| Giovanna Sartório L. d. Santos | 1861 | 0824781-8 |
| Giovanny Vitório Baratto Cocicov | 1333 | 0823076-8 |
| Gisele Asturiano | 1201 | 0825529-2 |
| Gisele da Rocha Parente | 0485 | 0830330-8 |
| Gisele Karine Costa | 1103 | 0823904-7 |
| Gisele Lemes da Rosa Ranzan | 2741 | 0822824-0 |
| Gisele Marie Mello Bello Biguette | 2414 | 0822916-3 |
| Gisele Soares | 0334 | 0830290-9 |
| | 0376 | 0829067-3 |
| | 0384 | 0823913-6 |
| Giselle Facchin dos Santos | 0528 | 0829525-0 |
| Giselle Moreno Jardim | 1045 | 0823050-4 |
| Giselly Cristina Kodama Acordi | 2750 | 0831591-5 |
| Gislaine Antunes de Lima | 0926 | 0824043-3 |
| Gislaine do Rocio Rocha | 0469 | 0824050-8 |
| Gissely Carla Biuhna | 1552 | 0829778-1 |
| Giuliano Miranda | 1679 | 0824418-0 |
| Gladimir de Lara Franceschi | 2603 | 0825851-9 |
| Glauce Kelly Gonçalves | 0974 | 0824745-2 |
| Glauce Kossatz de Carvalho | 1215 | 0830342-8 |
| | 1496 | 0824206-0 |
| | 1826 | 0825204-0 |
| | 1985 | 0830033-4 |
| | 2169 | 0823840-8 |
| Glaucea Moretto | 1193 | 0824171-2 |
| Gláucia Lourenço Stencel Bozzi | 2203 | 0823499-1 |
| | 2288 | 0822874-0 |
| | 2291 | 0823150-9 |
| | 2410 | 0822293-5 |
| Glaucio Hashimoto | 2528 | 0828655-9 |
| Gláucio Miaki | 0045 | 0816645-2 |
| Gláucio Ricardo Faust | 1286 | 0820059-5 |
| Glauco Iwersen | 0886 | 0830045-4 |
| | 0976 | 0824795-2 |
| | 1052 | 0824435-1 |
| | 1066 | 0829723-6 |
| | 1171 | 0827642-8 |
| | 1177 | 0828991-0 |
| | 1253 | 0828353-0 |
| Gleidson de Moraes Mücke | 1019 | 0830839-6 |
| | 2109 | 0825633-1 |
| Gorgon Nóbrega | 1527 | 0823940-3 |
| Graciela de Moura | 1248 | 0825602-6 |
| Graciela Iurk Marins | 1773 | 0830422-1 |
| Graciella Baranoski Flório | 1195 | 0824410-4 |
| Gracienne de Fatima Goes | 1909 | 0828919-8 |
| Grasiele Barcelos Amaral | 1508 | 0828102-3 |
| | 1740 | 0830224-5 |
| Grazielly Palinger Androchechen | 2649 | 0824572-9 |
| Guilherme Augusto Marques Lima | 1170 | 0825534-3 |
| Guilherme Berkenbrock Camargo | 0416 | 0823424-4 |
| | 0432 | 0824402-2 |
| Guilherme Borba Vianna | 1909 | 0828919-8 |
| Guilherme Clivati Brandt | 1289 | 0823953-0 |
| Guilherme de Salles Gonçalves | 0379 | 0830628-3 |
| | 1158 | 0829775-0 |
| Guilherme Di Luca | 1307 | 0831345-3 |
| | 1345 | 0828555-4 |
| | 1369 | 0828686-4 |
| | 1410 | 0825193-2 |
| | 1413 | 0828150-9 |
| | 1438 | 0828250-4 |
| | 1469 | 0824992-1 |
| Guilherme Freire de Melo Barros | 0106 | 0830790-4 |
| | 0109 | 0822744-7 |
| Guilherme Grummt Wolf | 0010 | 0825787-4 |
| | 0241 | 0829563-0 |
| | 0405 | 0825017-7 |
| Guilherme Henn | 0021 | 0831803-0 |
| | 0094 | 0827762-5 |
| Guilherme José Carlos da Silva | 1745 | 0831768-6 |
| Guilherme Junho Espiga | 1735 | 0829612-8 |
| Guilherme Kloss Neto | 0565 | 0823383-8 |
| Guilherme Krüger de Lima | 2618 | 0829598-3 |
| Guilherme Luiz Gomes Junior | 0840 | 0829927-4 |
| Guilherme Manna Rocha | 0575 | 0826632-8 |
| Guilherme Martins Hoffmann | 2111 | 0826982-3 |
| Guilherme Mendes de Mattos | 0615 | 0824423-1 |
| | 2669 | 0830218-7 |
| Guilherme Nazareno Lazzari | 1892 | 0824146-9 |
| Guilherme Pontara Palazzio | 1809 | 0829932-5 |
| | 2268 | 0829042-6 |
| | 2316 | 0829713-0 |
| | 2353 | 0828674-4 |
| Guilherme Régio Pegoraro | 0489 | 0822971-4 |
| | 0801 | 0829628-6 |
| Guilherme Scheidt Mader | 2642 | 0697801-4/01 |
| Guilherme Tolentino R. d. Silva | 1707 | 0830395-9 |
| | 1892 | 0824146-9 |
| | 2167 | 0823211-7 |
| | 2182 | 0828615-5 |
| Guilherme Vandresen | 0262 | 0830110-6 |
| | 0532 | 0816310-4 |
| | 2137 | 0823339-0 |
| Guilherme Ziegemann Seidel | 0701 | 0829319-2 |
| | 0702 | 0829332-5 |
| Guilherme Zorato | 0174 | 0828342-7 |
| Guilhermo Paranaguá e Cunha | 0989 | 0829500-3 |
| | 1481 | 0829883-7 |
| Guillermo Felipe Marins Ocampos | 0219 | 0829112-3 |
| Gustavo Cavallin de Araújo | 1051 | 0824422-4 |
| Gustavo de Camargo Hermann | 0945 | 0828663-1 |
| Gustavo de Pauli Athayde | 0476 | 0826343-6 |
| Gustavo de Souza Preussler | 0076 | 0828969-8 |
| Gustavo dos Santos B. Drummond | 0514 | 0823725-6 |
| Gustavo Fasciano Santos | 2097 | 0817371-1 |
| Gustavo Freitas Macedo | 2195 | 0822782-7 |
| | 2466 | 0824216-6 |
| | 2561 | 0825179-2 |
| | 2601 | 0824999-0 |
| Gustavo Gomes Xavier de Oliveira | 1347 | 0828931-4 |
| Gustavo Guevara Malvestiti | 0029 | 0824292-6 |
| Gustavo Henrique Bastista Quintão | 2643 | 0824232-0 |
| Gustavo Henrique dos Santos Viseu | 1166 | 0824863-5 |
| Gustavo Mussi Milani | 2280 | 0831284-5 |
| Gustavo Pelegrini Ranucci | 1493 | 0823847-7 |
| | 1531 | 0824409-1 |
| | 1600 | 0824022-4 |
| | 1636 | 0824491-9 |
| | 1673 | 0823143-4 |
| | 1675 | 0823535-2 |
| | 1713 | 0822954-3 |
| | 1714 | 0823160-5 |
| | 1822 | 0824086-8 |
| | 1859 | 0824331-8 |
| | 1895 | 0824521-2 |
| | 1926 | 0824100-3 |
| | 1927 | 0824325-0 |
| | 1962 | 0823768-1 |
| | 1997 | 0823759-2 |
| | 2102 | 0823879-9 |
| | 2105 | 0824084-4 |

| | | |
|---|---|---|
| | 2143 | 0824203-9 |
| | 2166 | 0822992-3 |
| | 2330 | 0823126-3 |
| Gustavo Reis Marson | 2399 | 0830039-6 |
| Gustavo Rezende da Costa | 1520 | 0830412-5 |
| | 1565 | 0823836-4 |
| | 1598 | 0823863-1 |
| | 1601 | 0824481-3 |
| | 1943 | 0828238-8 |
| | 2168 | 0823839-5 |
| | 2397 | 0829576-7 |
| Gustavo Ribas Daou | 2409 | 0821800-6 |
| Gustavo Rodrigo Góes Nocoladeli | 1817 | 0823026-8 |
| | 1885 | 0823067-9 |
| | 2120 | 0829498-8 |
| Gustavo Saldanha Suchy | 1516 | 0829792-1 |
| | 2241 | 0823165-0 |
| | 2458 | 0822804-8 |
| Gustavo Souza Netto Mandalozzo | 1056 | 0826194-3 |
| Gustavo Swain Kfouri | 0444 | 0831269-8 |
| Gustavo Teixeira Pianaro | 1487 | 0820083-1 |
| Gustavo Viana Camata | 1050 | 0824226-2 |
| | 1201 | 0825529-2 |
| | 1600 | 0824022-4 |
| | 1655 | 0829695-7 |
| | 1675 | 0823535-2 |
| | 1714 | 0823160-5 |
| | 1870 | 0828632-6 |
| | 1927 | 0824325-0 |
| | 1933 | 0824926-7 |
| | 2030 | 0823658-0 |
| | 2108 | 0825232-4 |
| | 2166 | 0822992-3 |
| Gustavo Vissoci Reiche | 1898 | 0825119-6 |
| Hamilton Antonio de Melo | 0233 | 0824984-9 |
| Hamilton Bonatto | 0318 | 0830283-4 |
| | 0346 | 0829069-7 |
| | 1394 | 0828660-0 |
| Hamilton José Oliveira | 1292 | 0824965-4 |
| | 1297 | 0827327-6 |
| | 1363 | 0824674-8 |
| | 1390 | 0827394-7 |
| | 1405 | 0824099-5 |
| | 1420 | 0829839-9 |
| | 1450 | 0824471-7 |
| | 1468 | 0824788-7 |
| Hany Kelly Gusso | 1261 | 0831371-3 |
| Haroldo Alves Ribeiro Junior | 0575 | 0826632-8 |
| | 2203 | 0823499-1 |
| | 2291 | 0823150-9 |
| | 2410 | 0822293-5 |
| Haroldo Rodrigues da Silva | 0410 | 0831415-0 |
| Harri Klais | 0794 | 0824590-7 |
| | 1530 | 0824396-9 |
| | 2200 | 0823452-8 |
| Harysson Roberto Tres | 2535 | 0829366-1 |
| Hassan Sohn | 0827 | 0823149-6 |
| | 1197 | 0824738-7 |
| | 2604 | 0826159-4 |
| Heber Gomes da Silva | 1625 | 0830811-8 |
| Heber Marcelo Gomes da Silva | 1625 | 0830811-8 |
| | 2191 | 0830865-6 |
| Heber Sutili | 0921 | 0823454-2 |
| | 1070 | 0830727-1 |
| Heitor Alcântara da Silva | 1724 | 0826905-6 |
| | 1888 | 0823761-2 |
| Heitor Caetano Bemvenutti Hedeke | 1732 | 0829074-8 |
| Hélcio Kronberg | 2621 | 0830075-2 |
| Helder Martinez Dal Col | 2036 | 0825242-0 |
| Helder Masquete Calixti | 1311 | 0821556-3 |
| Hélder Vinícius Cardoso Costa | 0769 | 0825262-2 |
| Heldo Gugelmin Cunha | 2281 | 0816788-2 |
| | 2408 | 0816865-4 |
| Helen Karine Dreher | 0064 | 0822414-4 |
| Helena Annes | 1340 | 0825225-9 |
| Helena Peliser | 2633 | 0826111-4 |
| Helena Tambosi | 1583 | 0830017-0 |
| Helinton Andreatta Dalprá | 0156 | 0824913-0 |
| Hélio Anjos Ortiz Neto | 0626 | 0831481-4 |
| Helio Bueno de Camargo | 1508 | 0828102-3 |
| Hélio de Macedo Kruljac | 0653 | 0829306-5 |
| Hélio Dutra de Souza | 0340 | 0824577-4 |
| Hélio Eduardo Richter | 2636 | 0721013-1/01 |
| Hélio Francisco Freitas | 2714 | 0827113-2 |
| Helio Kennedy Gonçalves Vargas | 1163 | 0823081-9 |
| Hélio Martinez | 2159 | 0829641-9 |
| Hélio Querino Jost | 0317 | 0829923-6 |
| Hellison Eduardo Alves | 1536 | 0825300-7 |
| | 2107 | 0825081-7 |
| Hellyngton Kenji Sato | 1271 | 0828693-9 |
| Heloisa Belebecha Achôa | 1372 | 0829083-7 |
| Heloísa Bot Borges | 0321 | 0823019-3 |
| Heloisa Gonçalves Rocha | 1759 | 0828056-6 |
| | 1926 | 0824100-3 |
| | 1936 | 0825684-8 |
| Heloisa Ribeiro Lopes | 0457 | 0826049-3 |
| Heloise Maria Hilu Presiazniuk | 0570 | 0824968-5 |
| Helton Nogueira | 0878 | 0828672-0 |
| Hemerson Siqueira e Silva | 0689 | 0829968-5 |
| | 0704 | 0829959-6 |
| Henderson Vilas Boas Baraniuk | 0851 | 0825386-7 |
| Henrique Alberto Faria Motta | 1073 | 0823059-7 |
| | 2638 | 0749269-1/01 |
| Henrique Cavalheiro Ricci | 2416 | 0822930-3 |
| Henrique Fragoso Saonetti | 2371 | 0824125-0 |
| Henrique Gaede | 0505 | 0829139-4 |
| Henrique Henneberg | 1056 | 0826194-3 |
| Henrique Jambiski Pinto d. Santos | 1553 | 0829947-6 |
| | 1706 | 0830299-2 |
| | 1770 | 0829623-1 |
| | 1971 | 0826033-5 |
| Henrique Kurtz | 2883 | 0829315-4 |
| Henrique Zanoni | 2018 | 0829749-0 |
| Hercules Márcio Idalino | 1614 | 0829570-5 |
| Herick Pavin | 1486 | 0832185-1 |
| | 1794 | 0827680-8 |
| | 2000 | 0825223-5 |
| | 2201 | 0823455-9 |
| | 2209 | 0824482-0 |
| | 2215 | 0827459-3 |
| | 2238 | 0822813-7 |
| | 2520 | 0825419-1 |
| Hermes Alencar Daldin Rathier | 1193 | 0824171-2 |
| Heroldes Bahr Neto | 0865 | 0822060-6 |
| | 0870 | 0824642-6 |
| | 0871 | 0824662-8 |
| | 0873 | 0824868-0 |
| | 0890 | 0822069-9 |
| | 0894 | 0824671-7 |
| | 0895 | 0824675-5 |
| | 0897 | 0824856-0 |
| | 0898 | 0824893-3 |
| | 0914 | 0821947-4 |
| | 0931 | 0824688-2 |
| | 0950 | 0829286-8 |
| | 0975 | 0824793-8 |
| | 0996 | 0822536-5 |
| | 1001 | 0824715-4 |
| | 1021 | 0822044-2 |
| | 1029 | 0824632-0 |
| | 1031 | 0824690-2 |
| | 1040 | 0829602-2 |
| | 1080 | 0824646-4 |
| | 1081 | 0824770-5 |
| | 1102 | 0823660-0 |
| | 1106 | 0824744-5 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1141 | 0823087-1 |
| | 1164 | 0824196-9 |
| | 1165 | 0824752-7 |
| | 1176 | 0828864-8 |
| | 1198 | 0824778-1 |
| | 1217 | 0822326-9 |
| | 1221 | 0824065-9 |
| | 1224 | 0824656-0 |
| | 1244 | 0824653-9 |
| Heron Anderson | 2207 | 0824261-1 |
| Herrmann Emmel Schwartz | 1409 | 0825190-1 |
| Herson Ribeiro Nascimento | 0164 | 0830233-4 |
| Hestevard Martin | 1669 | 0822560-1 |
| Higor Oliveira Fagundes | 1712 | 0818677-2 |
| | 1920 | 0831361-7 |
| | 2083 | 0828367-4 |
| | 2473 | 0824824-8 |
| Hildo Alceu de Jesus | 0475 | 0826249-3 |
| Hildo Alceu de Jesus Júnior | 0475 | 0826249-3 |
| Hiran José Denes Vidal | 0478 | 0826949-8 |
| | 1049 | 0824166-1 |
| Hivonete Solano L. d. C. Piccoli | 1395 | 0828754-7 |
| Horácio Toledo Nogueira | 0494 | 0824525-0 |
| | 0581 | 0829178-1 |
| Hugo Fernando Lutke dos Santos | 1235 | 0831340-8 |
| Hugo Francisco Gomes | 0937 | 0825380-5 |
| | 1041 | 0829733-2 |
| | 1137 | 0815799-1 |
| | 1171 | 0827642-8 |
| | 1181 | 0829648-8 |
| Hugo Tetto Junior | 0618 | 0827177-6 |
| Humberto Ribeiro de Queiroz | 1341 | 0825824-2 |
| Humberto Tommasi | 0471 | 0824598-3 |
| | 0832 | 0825112-7 |
| Hypérides Zanello Neto | 0389 | 0828410-0 |
| | 2631 | 0831085-2 |
| Ian Anderson Staffa M. d. Souza | 2786 | 0823111-2 |
| Iasmine Pohren | 0405 | 0825017-7 |
| Idamara Pasqualotto | 0766 | 0824411-1 |
| Idemilson de Oliveira | 1289 | 0823953-0 |
| Ideraldo Ilson Ferreira de Macedo | 2857 | 0823586-9 |
| Ideraldo José Appi | 0964 | 0829474-8 |
| | 1043 | 0830244-7 |
| | 2369 | 0823933-8 |
| | 2498 | 0830765-1 |
| Ideval Inácio de Paula | 1671 | 0822802-4 |
| Ieda Regina Schimalesky Waydzik | 2033 | 0824465-9 |
| Iéri do Amaral Schroeder | 1349 | 0829092-6 |
| Iglenio Luiz Schwerz | 2517 | 0824825-5 |
| Ignis Cardoso dos Santos | 1561 | 0822335-8 |
| Igor Dias Barboza | 2737 | 0822040-4 |
| Igor Fabrício Meneguello | 1668 | 0822410-6 |
| Igor Ferlin | 1758 | 0825814-6 |
| Igor Fernando Ruthes | 2735 | 0829920-5 |
| Igor Filus Ludkevitch | 0940 | 0825994-9 |
| Igor Roberto Mattos dos Anjos | 2438 | 0828636-4 |
| | 2570 | 0828897-7 |
| Iguacimir Gonçalves Franco | 1967 | 0824987-0 |
| | 2051 | 0829513-0 |
| Ilan Goldberg | 1550 | 0829605-3 |
| Ilmo Tristão Barbosa | 1273 | 0829023-1 |
| | 2044 | 0828624-4 |
| Ilza Kayade Okada | 0652 | 0829031-3 |
| Inácio Hideo Sano | 0089 | 0824974-3 |
| Inae Brustolin de Melo | 0156 | 0824913-0 |
| Indianara Maria R. Schuinki | 1458 | 0829970-5 |
| Indianara Pavesi Pini | 1004 | 0824969-2 |
| | 1525 | 0823307-8 |
| Indianara Tamm Dias | 1400 | 0831175-1 |
| Inger Kalben Silva | 0184 | 0823277-5 |
| | 0238 | 0828477-5 |
| | 0456 | 0825801-9 |
| Ingo Hofmann Junior | 1061 | 0828698-4 |
| Ingredy Gonçalves T. d. J. Borges | 2026 | 0823141-0 |
| Ingrid de Mattos | 2243 | 0823352-3 |
| | 2372 | 0824298-8 |
| | 2588 | 0822965-6 |
| | 2599 | 0824751-0 |
| Ingrid Kuntze | 1045 | 0823050-4 |
| Irapuan Zimmermann de Noronha | 0843 | 0822242-8 |
| Irece Nascimento Trein | 2603 | 0825851-9 |
| Irene de Fátima Surek de Souza | 0911 | 0830905-5 |
| | 1065 | 0829350-3 |
| | 1258 | 0829856-0 |
| Iria Emília E. B. Barbieri | 0125 | 0831539-5 |
| Irinéia Alves do Nascimento | 1330 | 0831026-3 |
| Irinéia Aparecida Cerqueira | 0069 | 0824141-4 |
| Irineu Chiqueto Junior | 0724 | 0823507-8 |
| Irineu Codato | 1303 | 0829627-9 |
| Irineu dos Santos Vainer | 0811 | 0824156-5 |
| Irineu Galeski Junior | 0907 | 0828746-5 |
| | 1463 | 0809278-0 |
| Irineu Júnior Bolzan | 1592 | 0815117-9 |
| Irineu Palma Pereira | 0357 | 0825989-8 |
| | 1811 | 0830364-4 |
| Irma Reisdorfer | 1426 | 0823574-9 |
| Irma Sueli Oricolli | 0573 | 0826110-7 |
| Irmeli Melz Nardes | 1325 | 0829166-1 |
| Isaac José Altino | 0782 | 0810701-1 |
| Isabel Cristina Marques | 0219 | 0829112-3 |
| Isabel de Fátima Szary | 1012 | 0828592-7 |
| Isabela Cristine Martins Ramos | 0370 | 0825094-4 |
| | 0435 | 0825276-6 |
| Isabella Santiago de Jesus | 1645 | 0827564-9 |
| Isaias Junior Tristão Barbosa | 1273 | 0829023-1 |
| | 2044 | 0828624-4 |
| Isaias Morelli | 1683 | 0825018-4 |
| Islan Pinto Rodrigues | 2605 | 0826316-9 |
| Islei Cezar Dominguez | 0548 | 0827473-3 |
| Ismail Hassan Omairi | 2223 | 0829261-1 |
| Ismar Antônio Pawelak | 1248 | 0825602-6 |
| Israel Batista de Moura | 0656 | 0830284-1 |
| Italo Tanaka Junior | 0316 | 0829549-0 |
| Itamar Dall'Agnol | 0234 | 0825107-6 |
| Ito Taras | 1899 | 0825367-2 |
| Ivair Junglos | 0545 | 0825692-0 |
| | 1826 | 0825204-0 |
| Ivan Ariovaldo Pegoraro | 0824 | 0822420-2 |
| | 1471 | 0826412-6 |
| Ivan Cesar Azevedo Borges de Liz | 1059 | 0828443-9 |
| Ivan de Azevedo Gubert | 0803 | 0830082-7 |
| | 1267 | 0824621-7 |
| Ivan Lelis Bonilha | 0154 | 0824700-3 |
| | 0349 | 0822909-8 |
| | 0412 | 0822811-3 |
| Ivan Linzmeyer Santos | 2280 | 0831284-5 |
| Ivan Luiz Goulart | 2748 | 0830585-3 |
| Ivan Martins Tristão | 0953 | 0829938-7 |
| Ivan Miguel da Silva Ferraz | 0680 | 0822809-3 |
| Ivan Paim da Silveira | 1316 | 0824618-0 |
| | 1383 | 0823286-4 |
| | 1385 | 0824256-0 |
| Ivan Ribas | 2870 | 0831520-6 |
| Ivan Roberto Bassetti | 0733 | 0822291-1 |
| Ivanês da Glória Mattos | 0778 | 0830141-1 |
| Ivani Floriano Frare Assis | 2728 | 0828717-4 |
| | 2863 | 0828944-1 |
| Iverly Antiqueira Dias Ferreira | 0401 | 0823992-7 |
| Ivo Alves de Andrade | 0504 | 0829087-5 |
| Ivo Ferreira de Oliveira | 0438 | 0826177-2 |
| Ivo Kraeski | 1307 | 0831345-3 |
| | 1345 | 0828555-4 |
| | 1369 | 0828686-4 |
| | 1410 | 0825193-2 |
| | 1413 | 0828150-9 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1469 | 0824992-1 |
| Ivone Struck | 2376 | 0824721-2 |
| Izabela C. R. C. Bertoncello | 1528 | 0824112-3 |
| | 1614 | 0829570-5 |
| | 1681 | 0824678-6 |
| | 1729 | 0828094-6 |
| | 1973 | 0826878-4 |
| | 2032 | 0824133-2 |
| | 2081 | 0827958-1 |
| | 2112 | 0827818-2 |
| | 2175 | 0825048-2 |
| Izabella Crispilio | 1125 | 0777163-5/01 |
| | 1283 | 0830808-1 |
| Izabella Maria M. e. A. Pinto | 0755 | 0831261-2 |
| Izoel Mota Júnior | 1440 | 0829737-0 |
| Jacinto Nelson de M. Coutinho | 0050 | 0823808-0 |
| | 0091 | 0825250-2 |
| | 0114 | 0825049-9 |
| | 0130 | 0824495-7 |
| | 0402 | 0824412-8 |
| | 0453 | 0824432-0 |
| Jacir Domingos Cavassola | 0307 | 0823236-4 |
| Jackson Fernando da S. Carvalho | 2871 | 0831733-3 |
| Jackson Mafessoni | 1570 | 0824550-3 |
| Jackson Romeu Ariukudo | 1306 | 0830356-2 |
| Jacqueline Iwersen de L. e. Silva | 1549 | 0829381-8 |
| Jacqueline Maria Moser | 2480 | 0827828-8 |
| Jacques Nunes Attié | 0937 | 0825380-5 |
| | 1124 | 0830776-4 |
| Jacskon Seiji Mitsue | 1375 | 0829948-3 |
| Jacy Gabardo | 1381 | 0822900-5 |
| Jaime Luiz Schluga | 1589 | 0830353-1 |
| Jaime Oliveira Penteado | 0896 | 0824695-7 |
| | 0899 | 0825447-5 |
| | 0916 | 0823105-4 |
| | 0925 | 0823853-5 |
| | 0933 | 0825063-9 |
| | 0973 | 0824074-8 |
| | 0997 | 0822707-4 |
| | 1078 | 0824238-2 |
| | 1089 | 0828622-0 |
| | 1097 | 0831004-7 |
| | 1104 | 0824116-1 |
| | 1139 | 0822820-2 |
| | 1142 | 0823966-7 |
| | 1144 | 0824304-1 |
| | 1147 | 0824827-9 |
| | 1178 | 0829369-2 |
| | 1186 | 0830777-1 |
| | 1195 | 0824410-4 |
| | 1255 | 0828863-1 |
| | 1903 | 0827653-1 |
| | 1990 | 0830714-4 |
| | 2235 | 0822265-1 |
| | 2255 | 0825516-5 |
| | 2300 | 0824665-9 |
| | 2333 | 0823534-5 |
| | 2477 | 0825839-3 |
| | 2496 | 0830654-3 |
| | 2546 | 0822734-1 |
| | 2586 | 0822444-2 |
| | 2596 | 0824247-1 |
| Jair Antônio Wiebelling | 0934 | 0825072-8 |
| | 1145 | 0824748-3 |
| | 1501 | 0824959-6 |
| | 1507 | 0827850-0 |
| | 1529 | 0824123-6 |
| | 1533 | 0824776-7 |
| | 1561 | 0822335-8 |
| | 1575 | 0828561-2 |
| | 1598 | 0823863-1 |
| | 1603 | 0825191-8 |
| | 1680 | 0824591-4 |
| | 1698 | 0829542-1 |
| | 1715 | 0823790-3 |
| | 1722 | 0825794-9 |
| | 1724 | 0826905-6 |
| | 1789 | 0825020-4 |
| | 1863 | 0825924-7 |
| | 1865 | 0826044-8 |
| | 1886 | 0823340-3 |
| | 1889 | 0823777-0 |
| | 1893 | 0824255-3 |
| | 1938 | 0826939-2 |
| | 1941 | 0828103-0 |
| | 1972 | 0826798-1 |
| | 1975 | 0827792-3 |
| | 1995 | 0823060-0 |
| | 2050 | 0829165-4 |
| | 2069 | 0823868-6 |
| | 2077 | 0824936-3 |
| | 2078 | 0825418-4 |
| | 2139 | 0823571-8 |
| | 2140 | 0823597-2 |
| | 2149 | 0827173-8 |
| | 2167 | 0823211-7 |
| | 2173 | 0824924-3 |
| | 2202 | 0823474-4 |
| | 2416 | 0822930-3 |
| | 2575 | 0829375-0 |
| Jair da Silva | 1335 | 0824089-9 |
| Jair Felipes | 1929 | 0824667-3 |
| Jair Roberto da Silva | 0007 | 0824901-0 |
| | 2281 | 0816788-2 |
| Jair Subtil de Oliveira | 0026 | 0823387-6 |
| | 0028 | 0824124-3 |
| | 0051 | 0824348-3 |
| | 0091 | 0825250-2 |
| | 0130 | 0824495-7 |
| | 0208 | 0824686-8 |
| | 0247 | 0823557-8 |
| | 0250 | 0824785-6 |
| | 0326 | 0824931-8 |
| | 0349 | 0822909-8 |
| | 0352 | 0824197-6 |
| | 1784 | 0824245-7 |
| Jairo Antonio Gonçalves Filho | 2128 | 0830730-8 |
| | 2163 | 0831144-6 |
| | 2543 | 0831472-5 |
| Jairo Basso | 1659 | 0830292-3 |
| Jairo Eleasar Pinto Ribeiro | 2176 | 0825729-2 |
| Jairo Moura | 0578 | 0828426-8 |
| Jairo Tadeo de Morais Filho | 1592 | 0815117-9 |
| James Augusto Ferreira de Loyola | 1552 | 0829778-1 |
| Jamil Ibrahim Tawil Filho | 0144 | 0830231-0 |
| | 2062 | 0817274-7 |
| Jamil Josepetti Junior | 2128 | 0830730-8 |
| | 2163 | 0831144-6 |
| | 2543 | 0831472-5 |
| Janaina Baptista Tente | 1369 | 0828686-4 |
| | 1717 | 0824404-6 |
| | 1943 | 0828238-8 |
| | 2000 | 0825223-5 |
| | 2346 | 0825636-2 |
| | 2378 | 0824929-8 |
| Janaina Giozza Avila | 1516 | 0829792-1 |
| | 2241 | 0823165-0 |
| | 2458 | 0822804-8 |
| Janaína Gonçalves Mota | 1811 | 0830364-4 |
| Janaína Miquelato dos Santos | 0173 | 0826494-8 |
| Janaina Moscatto Orsini | 1567 | 0824233-7 |
| | 1752 | 0824182-5 |
| | 1821 | 0824018-0 |
| | 1858 | 0824262-8 |
| | 1865 | 0826044-8 |
| | 1893 | 0824255-3 |
| | 1944 | 0828439-5 |
| | 2073 | 0824415-9 |

| | | |
|---|---|---|
| | 2140 | 0823597-2 |
| | 2173 | 0824924-3 |
| Janaina Rovaris | 1490 | 0823103-0 |
| | 1507 | 0827850-0 |
| | 1607 | 0827363-2 |
| | 1641 | 0826841-7 |
| | 1685 | 0825818-4 |
| | 1797 | 0828078-2 |
| | 1818 | 0823408-0 |
| | 1838 | 0828511-2 |
| | 2135 | 0822712-5 |
| | 2137 | 0823339-0 |
| | 2183 | 0828755-4 |
| | 2597 | 0824417-3 |
| Janaina Theulen Zagonel | 0660 | 0831298-9 |
| Janaínna de Cássia Esteves | 1289 | 0823953-0 |
| Jane Glaucia Angeli Junqueira | 1701 | 0829702-7 |
| Jane Lúci Gulka | 2019 | 0829759-6 |
| Jane Mara da Silva Pilatti | 1263 | 0822449-7 |
| Jane Maria Voiski Proner | 2460 | 0823137-6 |
| | 2510 | 0824274-8 |
| Jane Mary Silveira | 0993 | 0831038-3 |
| Janis Carolina Reinisch | 1884 | 0822878-8 |
| Janizaro Garcia de Moura | 0695 | 0822597-8 |
| Jansen Daniel de Carvalho | 1332 | 0822997-8 |
| Jaqueline de Fátima dos S. Leal | 1293 | 0825597-0 |
| Jaqueline Esteves Moleirinho | 1706 | 0830299-2 |
| Jaqueline Fátima Roman | 2238 | 0822813-7 |
| Jaqueline Lobo da Rosa | 1630 | 0822719-4 |
| Jaqueline Luciane Sandri Kessler | 0688 | 0829929-8 |
| Jaqueline Meira Lima | 2216 | 0828334-5 |
| Jaqueline Scotá Stein | 0933 | 0825063-9 |
| | 1990 | 0830714-4 |
| | 2300 | 0824665-9 |
| | 2562 | 0825381-2 |
| Jaqueline Terezinha S. Lisotti | 1293 | 0825597-0 |
| Jaqueline Zambon | 1047 | 0823936-9 |
| | 1129 | 0754519-9/01 |
| Jardel Momo | 1487 | 0820083-1 |
| | 2141 | 0823886-4 |
| Javel Jaime Valério | 1325 | 0829166-1 |
| Javert Ribeiro da Fonseca Neto | 1469 | 0824992-1 |
| Jayme Abdanur | 0490 | 0823411-7 |
| Jean Carlos Confortin | 1434 | 0825886-2 |
| | 2479 | 0827335-8 |
| Jean Carlos Machado | 2404 | 0830831-0 |
| Jean Carlos Martins Francisco | 0882 | 0829387-0 |
| | 0886 | 0830045-4 |
| | 0943 | 0828457-3 |
| | 0948 | 0828859-7 |
| | 1041 | 0829733-2 |
| | 1066 | 0829723-6 |
| | 1171 | 0827642-8 |
| | 1177 | 0828991-0 |
| Jean Colbert Dias | 2503 | 0822371-4 |
| Jean Júnior Zanatta | 2882 | 0829022-4 |
| Jean Mauricio de Silva Lobo | 0507 | 0830063-2 |
| | 0803 | 0830082-7 |
| Jean Saulo Ismar | 1203 | 0826201-3 |
| Jeanine Heinzelmann Fortes Buss | 1523 | 0830944-2 |
| Jeferson Luiz Calderelli | 0806 | 0822271-9 |
| Jeferson Luiz de Lima | 0538 | 0823894-6 |
| Jeferson Martins Leite | 2657 | 0831522-0 |
| | 2848 | 0831688-3 |
| | 2849 | 0831720-6 |
| Jeferson Policarpo da Silva | 2645 | 0823306-1 |
| Jefferson Alex Pontes Pereira | 0908 | 0829333-2 |
| Jefferson Augusto de Paula | 0595 | 0824140-7 |
| Jefferson Bueno Machado | 0621 | 0829436-8 |
| Jefferson dos Santos | 0111 | 0822895-9 |
| Jefferson Figueira Cazon | 2480 | 0827828-8 |
| Jefferson Fiuza de Queiroz | 1887 | 0823466-2 |
| Jefferson Gustavo Degraf | 0227 | 0822747-8 |
| Jefferson Kaminski | 0224 | 0830248-5 |
| Jefferson Lima Aguiar | 1701 | 0829702-7 |
| Jefferson Oscar Hecke | 0949 | 0829267-3 |
| Jefferson Renato Rosolem Zaneti | 0907 | 0828746-5 |
| | 0979 | 0825676-6 |
| Jefferson Sakai Pinheiro | 1616 | 0829715-4 |
| Jerônimo Jatahy de Camargo Neto | 0917 | 0823171-8 |
| | 0918 | 0823180-7 |
| | 0919 | 0823184-5 |
| Jervis Puppi Wanderley | 0068 | 0824064-2 |
| | 0389 | 0828410-0 |
| | 2631 | 0831085-2 |
| Jesiel de Oliveira Schemberger | 0177 | 0829372-9 |
| Jéssica Agda da Silva | 1226 | 0825379-2 |
| Jéssica Aparecida Defacci | 1277 | 0829763-0 |
| Jessica Azevedo Trolezi | 2701 | 0829351-0 |
| Jéssica Ghelfi | 2188 | 0830255-0 |
| | 2327 | 0822220-2 |
| | 2548 | 0822846-6 |
| Jéssica Mérie Teixeira | 1664 | 0818516-4 |
| | 1847 | 0819321-9 |
| | 1849 | 0819485-8 |
| | 1923 | 0819331-5 |
| Jesus Alves Soares | 1312 | 0822805-5 |
| | 2250 | 0824455-3 |
| Jhenifer Kranz Pereira | 0923 | 0823605-9 |
| Jhonathas Aparecido G. Sucupira | 2232 | 0830619-4 |
| | 2361 | 0830320-2 |
| Jhonny Rafael Berto | 1504 | 0825897-5 |
| | 1535 | 0825146-3 |
| | 1744 | 0831316-2 |
| | 1787 | 0824630-6 |
| | 1836 | 0828335-2 |
| | 2169 | 0823840-8 |
| | 2172 | 0824641-9 |
| | 2210 | 0825043-7 |
| Joabi Martins | 0504 | 0829087-5 |
| Joair Ribas de Mello | 2090 | 0829592-1 |
| Joana D'Arc Pereira da Silva | 1168 | 0825397-0 |
| | 2275 | 0830187-7 |
| Joandersey Deliberador e Silva | 0279 | 0829230-6 |
| Joanes Everaldo de Sousa | 1440 | 0829737-0 |
| Joanne Annine Venezia Mathias | 0508 | 0830261-8 |
| João Alves Barbosa Filho | 1073 | 0823059-7 |
| | 1108 | 0825001-9 |
| João Alves da Cruz | 0596 | 0824282-0 |
| | 2875 | 0823195-8 |
| João Alves Dias Filho | 1544 | 0828481-9 |
| João Amadeu Stresser da Silva | 1856 | 0823935-2 |
| João Antônio Pimentel | 0392 | 0829248-8 |
| | 0757 | 0830786-0 |
| João Aparecido Michelin | 1140 | 0822869-9 |
| João Augusto Basilio | 0856 | 0827771-4 |
| João Barbosa Alves Filho | 2638 | 0749269-1/01 |
| João Batista de Arruda Junior | 2734 | 0829729-8 |
| João Batista Pio Vieira | 1259 | 0830020-7 |
| João Bruno Dacome Bueno | 2818 | 0823692-2 |
| João Carlos Adalberto Zolandeck | 2066 | 0823162-9 |
| João Carlos Bavia Fernandes | 0727 | 0824720-5 |
| João Carlos de Macedo | 1397 | 0829618-0 |
| João Carlos de Oliveira Júnior | 0824 | 0822420-2 |
| João Carlos Ferreira | 0590 | 0822266-8 |
| João Carlos Flor Júnior | 0933 | 0825063-9 |
| | 0978 | 0825173-0 |
| João Carlos Lima Santini | 1071 | 0830799-7 |
| João Carlos Lozeski Filho | 1679 | 0824418-0 |
| | 2590 | 0823457-3 |
| João Carlos Silveira | 0939 | 0825823-5 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1110 | 0825811-5 |
| | 1987 | 0830311-3 |
| João Casillo | 0461 | 0830363-7 |
| João Cesario Mota | 2716 | 0828868-6 |
| João Claudio Franzo Weinand | 1765 | 0828818-6 |
| João Dácio de Souza Pereira Rolim | 1347 | 0828931-4 |
| João Domingos Tonello | 1830 | 0826299-3 |
| João Eder Cornelian | 0943 | 0828457-3 |
| João Emilio Zola Junior | 0884 | 0829725-0 |
| | 1042 | 0829805-3 |
| João Eugenio F. d. Oliveira | 0717 | 0829855-3 |
| | 1874 | 0829655-3 |
| João Eurico Koerner | 0378 | 0830250-5 |
| João Fábio Hilário | 0012 | 0828234-0 |
| | 0014 | 0828809-7 |
| | 0056 | 0829002-2 |
| | 0080 | 0830053-6 |
| | 0097 | 0828554-7 |
| | 0098 | 0828857-3 |
| | 0101 | 0829473-1 |
| | 0102 | 0829610-4 |
| | 0118 | 0827889-1 |
| | 0124 | 0830117-5 |
| | 0135 | 0827556-7 |
| | 0137 | 0827896-6 |
| | 0158 | 0827617-5 |
| | 0169 | 0824604-6 |
| | 0176 | 0828856-6 |
| | 0194 | 0828787-6 |
| | 0195 | 0828909-2 |
| | 0214 | 0827589-6 |
| | 0217 | 0828391-0 |
| | 0220 | 0829143-8 |
| | 0236 | 0827580-3 |
| | 0244 | 0830520-2 |
| | 0257 | 0828879-9 |
| | 0258 | 0828961-2 |
| | 0276 | 0828219-3 |
| | 0295 | 0828275-1 |
| | 0297 | 0828936-9 |
| João Flavio Madalozo | 1162 | 0822975-2 |
| João Garbelini Neto | 1661 | 0830721-9 |
| João Gonçalves de Oliveira Júnior | 0699 | 0828948-9 |
| João Gustavo Bersch | 0338 | 0823902-3 |
| João Henrique Cruciol | 1288 | 0823917-4 |
| João Hortmann | 1431 | 0824950-3 |
| João José da Fonseca Junior | 1046 | 0823334-5 |
| João Kleber Bombonatto | 2400 | 0830216-3 |
| João Leonel Antocheski | 1114 | 0828417-9 |
| | 1654 | 0829672-4 |
| | 1689 | 0828296-0 |
| | 1875 | 0829691-9 |
| | 1953 | 0829735-6 |
| João Leonelho Gabardo Filho | 1047 | 0823936-9 |
| | 1129 | 0754519-9/01 |
| | 1227 | 0825486-2 |
| | 1832 | 0827232-2 |
| | 2045 | 0828723-2 |
| | 2061 | 0831554-2 |
| | 2115 | 0828690-8 |
| | 2171 | 0824388-7 |
| | 2343 | 0825032-4 |
| | 2370 | 0824025-5 |
| | 2371 | 0824125-0 |
| | 2503 | 0822371-4 |
| | 2581 | 0830516-8 |
| | 2591 | 0823482-6 |
| João Luis Menegatti | 1830 | 0826299-3 |
| João Luiz Agner Regiani | 0030 | 0825341-8 |
| | 0235 | 0825815-3 |
| | 0328 | 0825401-9 |
| João Luiz Campos | 2413 | 0822892-8 |
| João Luiz Scaramella Filho | 0838 | 0829810-4 |
| João Luiz Spancerski | 0821 | 0829555-8 |
| João Manoel Grott | 0947 | 0828784-5 |
| | 1037 | 0828625-1 |
| | 1260 | 0830813-2 |
| | 1309 | 0817483-6 |
| | 2617 | 0829386-3 |
| João Marcelo Pinto | 0754 | 0830970-2 |
| João Marcos Brais | 0270 | 0824842-6 |
| João Nelson Kinal | 2679 | 0823487-1 |
| João Odair Pelisson | 1156 | 0829206-0 |
| | 1231 | 0829334-9 |
| João Paulo Bettega de A. Maranhão | 1367 | 0828058-0 |
| João Paulo Bomfim | 2024 | 0831397-7 |
| João Paulo do Carmo Barbosa Lima | 1109 | 0825316-5 |
| João Paulo Praisner | 2662 | 0825308-3 |
| João Paulo Rodrigues de Lima | 0573 | 0826110-7 |
| João Paulo Shiniti Itimura Yagui | 1963 | 0823984-5 |
| João Rafael de Oliveira | 2735 | 0829920-5 |
| João Raimundo F. M. Pereira | 0936 | 0825280-0 |
| João Renato do Nascimento | 2411 | 0822845-9 |
| João Rodrigues de Oliveira | 1063 | 0829099-5 |
| João Rogério Rosa | 1003 | 0824960-9 |
| João Tavares de Lima Filho | 0161 | 0829179-8 |
| João Thiago de Paula Carneiro | 2388 | 0828034-0 |
| João Tranchesi Junior | 1702 | 0830022-1 |
| Joaquim José de Camargo | 0150 | 0822947-8 |
| Joaquim Mariano Paes de C. Neto | 0223 | 0830002-9 |
| Joaquim Miró | 0484 | 0830145-9 |
| | 0529 | 0830109-3 |
| | 0535 | 0823228-2 |
| | 0838 | 0829810-4 |
| | 0843 | 0822242-8 |
| | 1443 | 0830210-1 |
| Joarez da Natividade | 1524 | 0822940-9 |
| Joarez França Costa Júnior | 2756 | 0824932-5 |
| Jocelani Pinzon | 1569 | 0824488-2 |
| Joceyr de Carvalho Guilherme | 2661 | 0824586-3 |
| Jociane Triches | 0495 | 0824706-5 |
| Joel Antonio Bettega Junior | 1505 | 0825902-1 |
| Joel Dutra | 1467 | 0823985-2 |
| Joel Henrique Melnik | 1007 | 0826004-4 |
| Joel Kravtchenko | 1751 | 0824071-7 |
| Joel Oliveira Santos | 0227 | 0822747-8 |
| Joel Samways Neto | 0417 | 0824258-4 |
| Joel Vidal de Oliveira | 2290 | 0823069-3 |
| Joelma Pultinavicius | 2071 | 0824294-0 |
| Johnny Elizeu Stopa Junior | 0146 | 0830821-4 |
| Joice Keler de Jesus | 0858 | 0828021-3 |
| Jomah Hussein Ali Mohd Rabah | 0649 | 0823231-9 |
| | 1551 | 0829644-0 |
| | 1665 | 0820044-4 |
| | 1666 | 0820380-5 |
| | 1756 | 0825057-1 |
| Jonas Borges | 0561 | 0822710-1 |
| | 0752 | 0825009-5 |
| | 0787 | 0822767-0 |
| | 1834 | 0827549-2 |
| | 2007 | 0828164-3 |
| Jonas Fleituch de Mello | 2090 | 0829592-1 |
| Jonas Roberto Justi Waszak | 1958 | 0831065-0 |
| Jonathas Cesar dos Santos | 1273 | 0829023-1 |
| Jone Eduardo Mufatto | 2001 | 0825311-0 |
| | 2874 | 0822963-2 |
| Jorge Abrão Faiad Neto | 1114 | 0828417-9 |
| Jorge André Ritzmann de Oliveira | 1680 | 0824591-4 |
| JORGE ANTONIO KRIEGER RIBEIRO | 0597 | 0824361-6 |
| Jorge Augusto Martins Szczypior | 1378 | 0830576-4 |
| Jorge Brandalize | 2569 | 0828727-0 |
| Jorge da Silva Giulian | 0270 | 0824842-6 |

| | | |
|---|---|---|
| Jorge Francisco Fagundes D'Avila | 0584 | 0829336-3 |
| Jorge José Gotardi | 0248 | 0823915-0 |
| | 1491 | 0823509-2 |
| | 2097 | 0817371-1 |
| | 2345 | 0825612-2 |
| Jorge Luis Zanon | 1645 | 0827564-9 |
| Jorge Luiz de Melo | 1006 | 0825782-9 |
| | 1491 | 0823509-2 |
| | 1499 | 0824385-6 |
| | 1618 | 0830009-8 |
| | 1656 | 0830036-5 |
| | 1744 | 0831316-2 |
| | 1968 | 0825502-1 |
| | 1998 | 0823938-3 |
| | 2134 | 0822571-4 |
| | 2273 | 0830000-5 |
| | 2381 | 0825873-5 |
| Jorge Luiz Martins | 1605 | 0826363-8 |
| | 1653 | 0829649-5 |
| | 1695 | 0829169-2 |
| | 2115 | 0828690-8 |
| | 2122 | 0829869-7 |
| | 2147 | 0825620-4 |
| | 2171 | 0824388-7 |
| Jorge Luiz Roskosz | 1458 | 0829970-5 |
| Jorge Paulo Melhem Haddad | 0711 | 0823257-3 |
| Jorge Sebastião Filho | 0681 | 0822839-1 |
| Jorge Vicente Sieciechowicz Neto | 0725 | 0823732-1 |
| Jorge Wadih Tahech | 0298 | 0829253-9 |
| Josafá Antonio Lemes | 0199 | 0830357-9 |
| | 1279 | 0830094-7 |
| Josafar Augusto da S. Guimarães | 1542 | 0828087-1 |
| | 1574 | 0827408-6 |
| | 1580 | 0829509-6 |
| | 1646 | 0827735-8 |
| | 1655 | 0829695-7 |
| | 1764 | 0828577-0 |
| | 1844 | 0829798-3 |
| | 1872 | 0828720-1 |
| | 1982 | 0829447-1 |
| | 2119 | 0829411-1 |
| | 2156 | 0829062-8 |
| José Abel do Amaral França | 1960 | 0822818-2 |
| José Adalberto Rocha | 1818 | 0823408-0 |
| José Airton Gonçalves | 2062 | 0817274-7 |
| José Albari Slompo de Lara | 2530 | 0829039-9 |
| José Altevir Mereth B. d. Cunha | 1084 | 0826318-3 |
| | 2530 | 0829039-9 |
| José Américo da Silva Barboza | 1658 | 0830195-9 |
| | 1703 | 0830034-1 |
| | 1852 | 0822098-0 |
| | 1934 | 0824979-8 |
| | 2183 | 0828755-4 |
| José Anacleto Abduch Santos | 0005 | 0823812-4 |
| | 0052 | 0824803-9 |
| | 0188 | 0824821-7 |
| | 0343 | 0825279-7 |
| | 0479 | 0827085-3 |
| | 0775 | 0828656-6 |
| | 0854 | 0825699-9 |
| José Anderson Schlemper | 2425 | 0824479-3 |
| José Antônio Broglio Araldi | 1138 | 0822608-6 |
| | 1759 | 0828056-6 |
| | 1926 | 0824100-3 |
| | 2102 | 0823879-9 |
| | 2105 | 0824084-4 |
| José Antônio de Andrade Alcântara | 0973 | 0824074-8 |
| | 0983 | 0827333-4 |
| | 1215 | 0830342-8 |
| José Antônio Moreira | 1250 | 0826013-3 |
| José Antonio Moreira | 1792 | 0826113-8 |
| José Antonio Trento | 0011 | 0825847-5 |
| José Anunciato Sonni | 1004 | 0824969-2 |
| José Ari Matos | 0473 | 0825039-3 |
| | 0510 | 0822539-6 |
| | 0545 | 0825692-0 |
| | 0564 | 0823136-9 |
| | 0583 | 0829307-2 |
| José Augusto Araújo de Noronha | 1079 | 0824544-5 |
| | 1220 | 0823949-6 |
| | 1676 | 0824101-0 |
| | 1746 | 0823127-0 |
| | 1761 | 0828369-8 |
| | 1937 | 0826889-7 |
| | 2039 | 0825828-0 |
| | 2249 | 0824443-3 |
| José Augusto Pedroso | 0355 | 0824532-5 |
| José Bento Vidal Filho | 0478 | 0826949-8 |
| | 1049 | 0824166-1 |
| José Carlos de Araujo | 2458 | 0822804-8 |
| José Carlos Dias Neto | 1711 | 0818133-5 |
| José Carlos Jorge Stadler | 2388 | 0828034-0 |
| José Carlos Lucca | 1495 | 0824157-2 |
| José Carlos Madalozzo Junior | 1862 | 0825834-8 |
| José Carlos Maia Rocha da Silva | 1145 | 0824748-3 |
| José Carlos Martins Pereira | 1063 | 0829099-5 |
| José Carlos Mendonça M. Junior | 1564 | 0823835-7 |
| José Carlos Pereira | 1386 | 0824493-3 |
| José Carlos Pereira de Godoy | 1386 | 0824493-3 |
| José Carlos Portella Júnior | 2841 | 0829461-1 |
| José Carlos Skrzyszowski Junior | 1966 | 0824537-0 |
| José Carlos Vieira | 0885 | 0829756-5 |
| | 1541 | 0827753-6 |
| José César Valeixo Neto | 0172 | 0825849-9 |
| José Cicero Celestino | 2162 | 0830665-6 |
| José Cláudio Fratoni | 0831 | 0825087-9 |
| José Cláudio Rorato | 1438 | 0828250-4 |
| José Cláudio Rorato Filho | 1438 | 0828250-4 |
| José Clemente Martins | 0118 | 0827889-1 |
| | 0135 | 0827556-7 |
| | 0195 | 0828909-2 |
| | 0214 | 0827589-6 |
| | 0244 | 0830520-2 |
| | 0257 | 0828879-9 |
| José da Silveira | 2906 | 0823788-3 |
| José Daniel Barbosa Basto | 1816 | 0822964-9 |
| José de Almeida Guimarães | 1659 | 0830292-3 |
| José de César Ferreira | 1509 | 0828277-5 |
| | 1512 | 0828582-1 |
| | 1614 | 0829570-5 |
| | 1957 | 0830866-3 |
| | 2009 | 0828434-0 |
| | 2123 | 0829921-2 |
| | 2157 | 0829154-1 |
| | 2190 | 0830329-5 |
| José Devanir Frítola | 0212 | 0827428-8 |
| | 1457 | 0829853-9 |
| José Dias de Souza Júnior | 2233 | 0830915-1 |
| | 2542 | 0830270-7 |
| José Dolmiro de Andrade Alcântara | 1215 | 0830342-8 |
| José Domingues | 0776 | 0829180-1 |
| José Dorival Perez | 1829 | 0825519-6 |
| José dos Santos | 0443 | 0831262-9 |
| | 1273 | 0829023-1 |
| José dos Santos Caetano | 2656 | 0831132-6 |
| José Douglas Pinilha Montoya | 0693 | 0810687-6 |
| José Edervandes Vidal Chagas | 1581 | 0829680-6 |
| José Edgard da Cunha Bueno Filho | 1743 | 0830683-4 |
| | 2483 | 0828516-7 |
| JOSÉ EDILSON GALVÃO | 2815 | 0822677-1 |

| | | |
|---|---|---|
| José Eduardo Grittes Manzochi | 1595 | 0823093-9 |
| José Eli Salamacha | 1056 | 0826194-3 |
| | 1148 | 0825120-9 |
| José Euclair Martins | 0113 | 0824917-8 |
| José Feldhaus | 2856 | 0823210-0 |
| José Fernandes da Silva | 1912 | 0829663-5 |
| José Fernando Marucci | 1046 | 0823334-5 |
| José Fernando Vialle | 0519 | 0825273-5 |
| | 1032 | 0824794-5 |
| | 1316 | 0824618-0 |
| José Francisco Cândido | 0686 | 0825163-4 |
| José Francisco Cunico Bach | 0391 | 0829126-7 |
| | 0903 | 0828397-2 |
| José Francisco Pereira | 0576 | 0828307-8 |
| | 1222 | 0824496-4 |
| | 1526 | 0823363-6 |
| | 1804 | 0828689-5 |
| | 1821 | 0824018-0 |
| José Geronimo Benatti | 0390 | 0828820-6 |
| José Gonzaga Soriani | 1497 | 0824341-4 |
| | 2022 | 0830240-9 |
| José Gustavo de Oliveira Franco | 0315 | 0829070-0 |
| José Henrique da Silva | 0739 | 0828437-1 |
| José Henrique França Sorrilha | 2682 | 0825785-0 |
| José Heriberto Micheleto | 0488 | 0822838-4 |
| | 0913 | 0831322-0 |
| | 1236 | 0831341-5 |
| Jose Hilario Trigo | 2756 | 0824932-5 |
| José Hotz | 1478 | 0829203-9 |
| josé irineu dos santos junior | 0587 | 0831229-4 |
| José Jorge Novaes de Castro | 0421 | 0825953-8 |
| José Lagana | 0758 | 0830433-4 |
| José Luiz Fornagieri | 0360 | 0829221-7 |
| | 0460 | 0829597-6 |
| | 1727 | 0827943-0 |
| | 1842 | 0829556-5 |
| | 1906 | 0828436-4 |
| José Luiz Gurgel | 0728 | 0825984-3 |
| José Luiz Pancotte | 1567 | 0824233-7 |
| | 1882 | 0820463-9 |
| Jose Luiz Ruzzon | 0679 | 0831879-4 |
| José Malikoski | 0089 | 0824974-3 |
| José Marcelino Correa | 1315 | 0824199-0 |
| | 1384 | 0824211-1 |
| | 1408 | 0824846-4 |
| | 2261 | 0828016-2 |
| José Marcelo Lobato Silva Matida | 0115 | 0825444-4 |
| José Marega | 1497 | 0824341-4 |
| | 2022 | 0830240-9 |
| José Maria Lopes de Souza | 2128 | 0830730-8 |
| José Maria Valinas Barreiro | 1084 | 0826318-3 |
| José Melquiades da Rocha | 0949 | 0829267-3 |
| José Melquiades da Rocha Junior | 0145 | 0830638-9 |
| José Miguel Garcia Medina | 1591 | 0830916-8 |
| José Olegário Ribeiro Lopes | 0446 | 0821551-8 |
| José Osnildo Morestoni | 1251 | 0826181-6 |
| José Pastore | 1435 | 0826138-5 |
| Jose Paulo Moutinho Filho | 1702 | 0830022-1 |
| José Paulo Pereira Gomes | 0286 | 0823996-5 |
| José Pedro de Paula Soares | 2110 | 0825812-2 |
| José Reinaldo N. d. O. Júnior | 0252 | 0825757-6 |
| José Renato Bononi | 2133 | 0820455-7 |
| José Ricardo Fiedler Filho | 2096 | 0830948-0 |
| José Roberto Cavalcanti | 1392 | 0828267-9 |
| José Roberto Martins | 0049 | 0823716-7 |
| | 0765 | 0824040-2 |
| José Rodrigo de Andrade Machado | 1921 | 0831534-0 |
| José Rodrigo Sade | 1261 | 0831371-3 |
| José Rodrigues da Silva | 0719 | 0831586-4 |
| José Rodrigues Vieira | 1368 | 0828390-3 |
| | 2572 | 0829211-1 |
| José Romeu do Amaral Filho | 2822 | 0826080-4 |
| José Schell Júnior | 1056 | 0826194-3 |
| José Sebastião de Oliveira | 2528 | 0828655-9 |
| Jose Sermini de Paz | 0013 | 0828509-2 |
| José Silvério Santa Maria | 1630 | 0822719-4 |
| José Subtil de Oliveira | 0006 | 0824446-4 |
| | 0026 | 0823387-6 |
| | 0052 | 0824803-9 |
| | 0072 | 0825422-8 |
| | 0086 | 0824313-0 |
| | 0110 | 0822819-9 |
| | 0209 | 0824947-6 |
| | 0250 | 0824785-6 |
| | 0411 | 0822549-2 |
| | 0448 | 0822856-2 |
| | 0747 | 0826385-4 |
| | 0759 | 0826392-9 |
| | 1716 | 0824015-9 |
| | 1718 | 0824512-3 |
| | 1797 | 0828078-2 |
| | 1867 | 0827970-7 |
| | 1894 | 0824500-3 |
| | 1951 | 0829495-7 |
| | 2150 | 0828347-2 |
| | 2184 | 0829270-0 |
| José Teodoro Alves | 0863 | 0816284-9 |
| | 1220 | 0823949-6 |
| José Valdir Weschenfelder | 2107 | 0825081-7 |
| José Valter Rodrigues | 0944 | 0828647-7 |
| José Vicente Ferreira | 1930 | 0824849-5 |
| José Vicente Filippon Sieczkowski | 0929 | 0824480-6 |
| José Wilmar Zwierzikowski | 1366 | 0827788-9 |
| José Wilson dos Santos | 1323 | 0828752-3 |
| José Wlademir Garbúggio | 0046 | 0822977-6 |
| Joseane Aparecida da Silva | 2649 | 0824572-9 |
| Joseane Catusso Lopes de Oliveira | 0495 | 0824706-5 |
| Joseane Luzia Silva | 1625 | 0830811-8 |
| Joselia Aparecida Kuchler | 1197 | 0824738-7 |
| | 1365 | 0825330-5 |
| | 2008 | 0828433-3 |
| Josemar Caetano | 1423 | 0831109-7 |
| JoséMario Gugisch de Oliveira | 0203 | 0830980-8 |
| Joseph Jamal Abou Chahla | 0928 | 0824154-1 |
| Josiane Becker | 1495 | 0824157-2 |
| Josiane Borges | 0874 | 0825065-3 |
| | 1316 | 0824618-0 |
| | 1383 | 0823286-4 |
| | 1385 | 0824256-0 |
| Josiane Dalla Costa | 2293 | 0823353-0 |
| Josiane Pires Viana | 1041 | 0829733-2 |
| Josiane Stelmaschuk Menarim | 2311 | 0828610-0 |
| Josias Dias de Camargo Filho | 0674 | 0829195-2 |
| Josias Luciano Opuskevich | 1686 | 0825821-1 |
| | 2072 | 0824323-6 |
| Josiele Zampieri da Mata | 1560 | 0821569-0 |
| | 1667 | 0821562-1 |
| Joslaine Montanheiro A. d. Silva | 1680 | 0824591-4 |
| Josmar Cabriana Fajardo | 1917 | 0830754-8 |
| Jossimar Ioris | 0646 | 0821266-4 |
| | 2658 | 0821280-4 |
| Josuel Décio de Santana | 1350 | 0829337-0 |
| | 2174 | 0824990-7 |
| JOSY CRISTIANE LOPES D ELIMA | 0013 | 0828509-2 |
| Jovanka Cordeiro Guerra Mitozo | 1251 | 0826181-6 |
| Juarez Bortoli | 1811 | 0830364-4 |
| Juliana Vieira Csiszer | 0974 | 0824745-2 |
| Juliana Aparecida Cattarin | 0191 | 0826087-3 |
| | 0312 | 0825106-9 |
| Juliana Aparecida Felippi Seben | 1901 | 0827218-2 |
| Juliana Aparecida P. d. Oliveira | 1546 | 0829045-7 |

| | | |
|---|---|---|
| | 2010 | 0828455-9 |
| Juliana Arnhold Lazzarotto | 2342 | 0824900-3 |
| Juliana Barrachi | 0363 | 0823099-1 |
| Juliana Bonfim Carnievale | 1684 | 0825721-6 |
| Juliana da costa Mendes | 1026 | 0823975-6 |
| Juliana Derviche Guelfi | 1287 | 0822474-0 |
| Juliana Fabyula Zanella Claumann | 1737 | 0829997-6 |
| Juliana Haluch de Bastos | 2291 | 0823150-9 |
| Juliana Mara da Silva | 0896 | 0824695-7 |
| | 1903 | 0827653-1 |
| | 2300 | 0824665-9 |
| | 2477 | 0825839-3 |
| | 2504 | 0822400-0 |
| | 2562 | 0825381-2 |
| | 2586 | 0822444-2 |
| Juliana Martins V. Alarcón | 0912 | 0830917-5 |
| Juliana Miguel Rebeis | 1817 | 0823026-8 |
| Juliana Mugnol | 0853 | 0825647-5 |
| Juliana Pegoraro Bazzo | 0824 | 0822420-2 |
| Juliana Renata de O. Gralike | 1170 | 0825534-3 |
| Juliana Ribeiro | 2049 | 0829097-1 |
| | 2613 | 0828975-6 |
| Juliana Ribeiro Gonçalves Bonatto | 1854 | 0822915-6 |
| Juliana Romero Melo de Paula | 1525 | 0823307-8 |
| Juliana Trautwein Chede | 1321 | 0827230-8 |
| Juliana Vicentini | 2121 | 0829816-6 |
| Juliana Werlang | 2025 | 0822919-4 |
| Juliane Feitosa Sanches | 1013 | 0829000-8 |
| | 1036 | 0828304-7 |
| | 1178 | 0829369-2 |
| Juliane Toledo dos Santos Rossa | 2251 | 0824508-9 |
| | 2278 | 0830957-9 |
| | 2319 | 0830385-3 |
| | 2328 | 0822894-2 |
| | 2398 | 0829788-7 |
| | 2437 | 0828585-2 |
| | 2495 | 0830383-9 |
| | 2500 | 0831115-5 |
| Juliane Wolff Di Domenico | 0430 | 0823483-3 |
| Juliane Zancanaro Bertasi | 1226 | 0825379-2 |
| Julianna Wirschum Silva | 0841 | 0830779-5 |
| Juliano Arlindo Clivatti | 1642 | 0827150-5 |
| Juliano Augusto de Souza Nogueira | 0494 | 0824525-0 |
| | 0581 | 0829178-1 |
| Juliano Castelhano Lemos | 2387 | 0827808-6 |
| Juliano César Iba | 1638 | 0824801-5 |
| Juliano França Tetto | 0253 | 0825805-7 |
| | 0254 | 0826164-5 |
| | 0322 | 0823232-6 |
| | 0372 | 0826341-2 |
| | 0400 | 0823972-5 |
| | 0415 | 0823038-8 |
| | 0981 | 0826002-0 |
| | 1035 | 0827764-9 |
| Juliano Franco Dias dos Reis | 1314 | 0823249-1 |
| | 1704 | 0830088-9 |
| Juliano Huck Murbach | 0205 | 0823413-1 |
| Juliano Luís Zanelato | 2489 | 0829486-8 |
| Juliano Marcelo Germano | 1466 | 0822979-0 |
| Juliano Martins | 0998 | 0823128-7 |
| | 2246 | 0823856-6 |
| | 2336 | 0823993-4 |
| | 2415 | 0822926-9 |
| | 2509 | 0823833-3 |
| | 2549 | 0822860-6 |
| | 2598 | 0824461-1 |
| | 2600 | 0824767-8 |
| Juliano Michels Franco | 1967 | 0824987-0 |
| Juliano Miqueletti Soncin | 2205 | 0823922-5 |
| | 2257 | 0825836-2 |
| | 2331 | 0823497-7 |
| | 2378 | 0824929-8 |
| | 2399 | 0830039-6 |
| | 2420 | 0823814-8 |
| | 2476 | 0825833-1 |
| Juliano Ribas Déa | 0023 | 0822754-3 |
| | 0271 | 0825909-0 |
| | 0272 | 0825934-3 |
| | 0273 | 0825943-2 |
| Juliano Ricardo Tolentino | 1938 | 0826939-2 |
| | 1970 | 0825933-6 |
| | 2111 | 0826982-3 |
| | 2118 | 0829224-8 |
| | 2421 | 0823947-2 |
| | 2445 | 0829193-8 |
| | 2587 | 0822680-8 |
| Julio Assis Gehlen | 0213 | 0827455-5 |
| | 0431 | 0824263-5 |
| | 0760 | 0820072-8 |
| Julio Barbosa Lemes Filho | 0501 | 0828988-3 |
| | 2239 | 0822891-1 |
| Julio Cesar Abreu das Neves | 1888 | 0823761-2 |
| Júlio C. A. M. S. e. Guadanhini | 2820 | 0824456-0 |
| Julio Cesar Coelho Pallone | 1804 | 0828689-5 |
| | 2892 | 0823954-7 |
| Julio Cesar da Costa | 2792 | 0827122-1 |
| Júlio Cesar Dalmolin | 0777 | 0829776-7 |
| | 0934 | 0825072-8 |
| | 1145 | 0824748-3 |
| | 1501 | 0824959-6 |
| | 1507 | 0827850-0 |
| | 1529 | 0824123-6 |
| | 1533 | 0824776-7 |
| | 1556 | 0830574-0 |
| | 1561 | 0822335-8 |
| | 1575 | 0828561-2 |
| | 1598 | 0823863-1 |
| | 1603 | 0825191-8 |
| | 1656 | 0830036-5 |
| | 1680 | 0824591-4 |
| | 1698 | 0829542-1 |
| | 1715 | 0823790-3 |
| | 1722 | 0825794-9 |
| | 1724 | 0826905-6 |
| | 1789 | 0825020-4 |
| | 1863 | 0825924-7 |
| | 1865 | 0826044-8 |
| | 1886 | 0823340-3 |
| | 1889 | 0823777-0 |
| | 1893 | 0824255-3 |
| | 1938 | 0826939-2 |
| | 1941 | 0828103-0 |
| | 1972 | 0826798-1 |
| | 1975 | 0827792-3 |
| | 1995 | 0823060-0 |
| | 2050 | 0829165-4 |
| | 2069 | 0823868-6 |
| | 2077 | 0824936-3 |
| | 2078 | 0825418-4 |
| | 2079 | 0825793-2 |
| | 2139 | 0823571-8 |
| | 2140 | 0823597-2 |
| | 2149 | 0827173-8 |
| | 2167 | 0823211-7 |
| | 2173 | 0824924-3 |
| | 2185 | 0829565-4 |
| | 2202 | 0823474-4 |
| | 2248 | 0824219-7 |
| | 2416 | 0822930-3 |
| | 2475 | 0825587-4 |
| | 2497 | 0830678-3 |
| | 2575 | 0829375-0 |
| Júlio Cesar Goulart Lanes | 0867 | 0823702-3 |
| | 1241 | 0823958-5 |
| | 1475 | 0828702-3 |
| Julio Cesar Guilhen Aguilera | 2483 | 0828516-7 |
| Júlio Cesar Henrichs | 0355 | 0824532-5 |
| Júlio Cesar Melo Lopes | 1269 | 0825544-9 |
| Julio César Oliveira | 0340 | 0824577-4 |

| | | |
|---|---|---|
| Julio César Pacheco Franco | 0340 | 0824577-4 |
| Julio César Piuci Castilho | 2258 | 0825912-7 |
| | 2347 | 0826135-4 |
| Júlio Cesar Sprenger Ribas | 1743 | 0830683-4 |
| Júlio César Subtil de Almeida | 0005 | 0823812-4 |
| | 0006 | 0824446-4 |
| | 0008 | 0825061-5 |
| | 0026 | 0823387-6 |
| | 0028 | 0824124-3 |
| | 0050 | 0823808-0 |
| | 0051 | 0824348-3 |
| | 0052 | 0824803-9 |
| | 0072 | 0825422-8 |
| | 0086 | 0824313-0 |
| | 0091 | 0825250-2 |
| | 0110 | 0822819-9 |
| | 0114 | 0825049-9 |
| | 0130 | 0824495-7 |
| | 0134 | 0827037-7 |
| | 0187 | 0824387-0 |
| | 0188 | 0824821-7 |
| | 0206 | 0823978-7 |
| | 0208 | 0824686-8 |
| | 0209 | 0824947-6 |
| | 0247 | 0823557-8 |
| | 0250 | 0824785-6 |
| | 0266 | 0823811-7 |
| | 0285 | 0823800-4 |
| | 0326 | 0824931-8 |
| | 0349 | 0822909-8 |
| | 0352 | 0824197-6 |
| | 0411 | 0822549-2 |
| | 0448 | 0822856-2 |
| | 1716 | 0824015-9 |
| | 1718 | 0824512-3 |
| | 1784 | 0824245-7 |
| | 1797 | 0828078-2 |
| | 1831 | 0826502-5 |
| | 1867 | 0827970-7 |
| | 1894 | 0824500-3 |
| | 1910 | 0829101-0 |
| | 1951 | 0829495-7 |
| | 2150 | 0828347-2 |
| | 2184 | 0829270-0 |
| Julio Cesar Ziroldo | 0456 | 0825801-9 |
| Júlio Cezar Engel dos Santos | 0847 | 0823147-2 |
| | 1005 | 0825211-5 |
| | 1131 | 0795954-4/01 |
| | 1824 | 0825011-5 |
| | 1932 | 0824904-1 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 0005 | 0823812-4 |
| | 0006 | 0824446-4 |
| | 0008 | 0825061-5 |
| | 0010 | 0825787-4 |
| | 0011 | 0825847-5 |
| | 0016 | 0829615-9 |
| | 0021 | 0831803-0 |
| | 0023 | 0822754-3 |
| | 0026 | 0823387-6 |
| | 0028 | 0824124-3 |
| | 0034 | 0827200-0 |
| | 0047 | 0823472-0 |
| | 0049 | 0823716-7 |
| | 0050 | 0823808-0 |
| | 0051 | 0824348-3 |
| | 0052 | 0824803-9 |
| | 0053 | 0826212-6 |
| | 0070 | 0824517-8 |
| | 0071 | 0825306-9 |
| | 0072 | 0825422-8 |
| | 0074 | 0826137-8 |
| | 0082 | 0822670-2 |
| | 0086 | 0824313-0 |
| | 0087 | 0824447-1 |
| | 0088 | 0824894-0 |
| | 0091 | 0825250-2 |
| | 0094 | 0827762-5 |
| | 0109 | 0822744-7 |
| | 0110 | 0822819-9 |
| | 0114 | 0825049-9 |
| | 0125 | 0831539-5 |
| | 0130 | 0824495-7 |
| | 0152 | 0824484-4 |
| | 0154 | 0824700-3 |
| | 0167 | 0823512-9 |
| | 0187 | 0824387-0 |
| | 0188 | 0824821-7 |
| | 0189 | 0825040-6 |
| | 0204 | 0823316-7 |
| | 0206 | 0823978-7 |
| | 0208 | 0824686-8 |
| | 0209 | 0824947-6 |
| | 0211 | 0825939-8 |
| | 0226 | 0815132-6 |
| | 0228 | 0823053-5 |
| | 0231 | 0823752-3 |
| | 0247 | 0823557-8 |
| | 0249 | 0824552-7 |
| | 0252 | 0825757-6 |
| | 0265 | 0823651-1 |
| | 0266 | 0823811-7 |
| | 0269 | 0824573-6 |
| | 0271 | 0825909-0 |
| | 0272 | 0825934-3 |
| | 0273 | 0825943-2 |
| | 0285 | 0823800-4 |
| | 0286 | 0823996-5 |
| | 0290 | 0825485-5 |
| | 0307 | 0823236-4 |
| | 0319 | 0830536-0 |
| | 0321 | 0823019-3 |
| | 0323 | 0823945-8 |
| | 0324 | 0824510-9 |
| | 0325 | 0824651-5 |
| | 0326 | 0824931-8 |
| | 0337 | 0823066-2 |
| | 0342 | 0824898-8 |
| | 0343 | 0825279-7 |
| | 0348 | 0822345-4 |
| | 0349 | 0822909-8 |
| | 0350 | 0823216-2 |
| | 0351 | 0823299-1 |
| | 0352 | 0824197-6 |
| | 0354 | 0824504-1 |
| | 0355 | 0824532-5 |
| | 0356 | 0825788-1 |
| | 0357 | 0825989-8 |
| | 0363 | 0823099-1 |
| | 0364 | 0823144-1 |
| | 0366 | 0823471-3 |
| | 0369 | 0824407-7 |
| | 0370 | 0825094-4 |
| | 0371 | 0826007-5 |
| | 0374 | 0827009-3 |
| | 0382 | 0823131-4 |
| | 0383 | 0823448-4 |
| | 0384 | 0823913-6 |
| | 0386 | 0824963-0 |
| | 0388 | 0826660-2 |
| | 0398 | 0823268-6 |
| | 0399 | 0823909-2 |
| | 0401 | 0823992-7 |
| | 0402 | 0824412-8 |
| | 0403 | 0824536-3 |
| | 0405 | 0825017-7 |
| | 0411 | 0822549-2 |
| | 0412 | 0822811-3 |
| | 0414 | 0822913-2 |
| | 0416 | 0823424-4 |
| | 0417 | 0824258-4 |
| | 0418 | 0824427-9 |
| | 0419 | 0824582-5 |

| | | |
|---|---|---|
| | 0420 | 0824945-2 |
| | 0422 | 0826145-0 |
| | 0431 | 0824263-5 |
| | 0433 | 0824490-2 |
| | 0435 | 0825276-6 |
| | 0440 | 0828015-5 |
| | 0448 | 0822856-2 |
| | 0449 | 0822960-1 |
| | 0450 | 0823070-6 |
| | 0451 | 0823749-6 |
| | 0454 | 0824938-7 |
| | 0455 | 0825079-7 |
| | 0458 | 0828283-3 |
| | 0468 | 0823991-0 |
| | 0479 | 0827085-3 |
| | 0492 | 0823994-1 |
| | 0497 | 0826072-2 |
| | 0534 | 0823052-8 |
| | 0536 | 0823261-7 |
| | 0574 | 0826268-8 |
| | 0575 | 0826632-8 |
| | 0746 | 0822946-1/01 |
| | 0747 | 0826385-4 |
| | 0750 | 0830770-2 |
| | 0751 | 0830155-5 |
| | 0752 | 0825009-5 |
| | 0753 | 0825021-1 |
| | 0755 | 0831261-2 |
| | 0756 | 0831401-6 |
| | 0757 | 0830786-0 |
| | 0758 | 0830433-4 |
| | 0765 | 0824040-2 |
| | 0774 | 0828024-4 |
| | 0775 | 0828656-6 |
| | 0783 | 0817299-4 |
| | 0787 | 0822767-0 |
| | 0794 | 0824590-7 |
| | 0802 | 0829705-8 |
| | 0814 | 0826185-4 |
| | 0815 | 0827306-7 |
| | 0826 | 0823114-3 |
| | 0834 | 0825932-9 |
| | 0845 | 0822806-2 |
| | 0854 | 0825699-9 |
| | 0875 | 0825109-0 |
| | 1051 | 0824422-4 |
| | 1412 | 0828128-7 |
| | 2200 | 0823452-8 |
| | 2281 | 0816788-2 |
| | 2408 | 0816865-4 |
| | 2410 | 0822293-5 |
| | 2628 | 0829639-9 |
| Julio Ricardo A. d. M. Rosa | 1003 | 0824960-9 |
| Julio Rodolfo Roehrig | 1303 | 0829627-9 |
| Jullyane Ingrit Abdala | 2735 | 0829920-5 |
| | 2873 | 0822431-5 |
| Julmara Luiza Hubner | 1801 | 0828472-0 |
| Júnior Carlos Freitas Moreira | 1555 | 0830130-8 |
| | 1663 | 0831393-9 |
| | 1810 | 0830115-1 |
| Juraci Antonelli | 2090 | 0829592-1 |
| Juraci Antonio Bortolotto | 0201 | 0830632-7 |
| Juraci Maria da Luz Batista | 2504 | 0822400-0 |
| Jurandi Felipes | 1929 | 0824667-3 |
| Jurandir Domingos Terra | 1242 | 0824068-0 |
| Juscelino Clayton Castardo | 1062 | 0828858-0 |
| Justo Alfredo Ayala | 0669 | 0823806-6 |
| Juzana Maria Schmid Zequim | 0471 | 0824598-3 |
| | 0832 | 0825112-7 |
| Kaio Murilo Silva Martins | 0488 | 0822838-4 |
| | 0913 | 0831322-0 |
| Kallinca Saballa Machado | 0405 | 0825017-7 |
| | 1431 | 0824950-3 |
| Kamila Karenn Gomes Rodrigues | 1808 | 0829890-2 |
| Kamila Oliveira Parente | 1000 | 0824599-0 |
| Karem Lucia Correa da Silva | 0982 | 0826284-2 |
| Karen Yumi Shigueoka | 1116 | 0829020-0 |
| Karin Bonoto Marcos | 2177 | 0825779-2 |
| Karin Cristina Sganzella Lopes | 1826 | 0825204-0 |
| Karin Hasse | 1682 | 0824943-8 |
| Karin Loize Holler Mussi Bersot | 2005 | 0827723-8 |
| | 2131 | 0818630-9 |
| Karina Ayumi Tanno | 0426 | 0830670-7 |
| | 0573 | 0826110-7 |
| Karina da Silva Beloto | 1250 | 0826013-3 |
| | 1792 | 0826113-8 |
| Karina Hashimoto | 0882 | 0829387-0 |
| | 0943 | 0828457-3 |
| | 0948 | 0828859-7 |
| | 0959 | 0816692-1 |
| | 1037 | 0828625-1 |
| Karina Locks Passos | 0794 | 0824590-7 |
| Karina Rachinski de Almeida | 0252 | 0825757-6 |
| Karina Roberta Bednarchuk | 2325 | 0831155-9 |
| Karine de Paula Pedlowski | 1636 | 0824491-9 |
| | 1822 | 0824086-8 |
| Karine Pereira | 1422 | 0830984-6 |
| Karine Simone Pofahl Weber | 2245 | 0823841-5 |
| | 2274 | 0830113-7 |
| | 2322 | 0830635-8 |
| | 2339 | 0824421-7 |
| | 2474 | 0825101-4 |
| | 2512 | 0824436-8 |
| | 2521 | 0825791-8 |
| | 2527 | 0828260-0 |
| | 2552 | 0823209-7 |
| | 2559 | 0824694-0 |
| | 2590 | 0823457-3 |
| | 2592 | 0823767-4 |
| | 2620 | 0829944-5 |
| | 2625 | 0830611-8 |
| Karinna Seigo Cerqueira | 0944 | 0828647-7 |
| Karla Ferreira de Camargo Fischer | 1027 | 0824148-3 |
| Karla Nemes Yared | 1229 | 0828363-6 |
| Karla Saory Moriya Nidahara | 2313 | 0828939-0 |
| Karlla Maria Martini | 0331 | 0828955-4 |
| Karoline Lorenz | 0442 | 0830043-0 |
| | 0456 | 0825801-9 |
| Katia Andressa Muraro | 2447 | 0829342-1 |
| Katia Lopes | 2070 | 0824096-4 |
| Keila Cristina Lima | 2275 | 0830187-7 |
| Kelen Renata Suchla | 2895 | 0827078-8 |
| Keli Rachel Bergamo | 1201 | 0825529-2 |
| Kellen Cristina B. S. d. Araújo | 1553 | 0829947-6 |
| | 1971 | 0826033-5 |
| Kellen Rezende Bulla | 1249 | 0825930-5 |
| | 1446 | 0821505-6 |
| Kelli Bernadete Matievicz Benites | 1429 | 0824529-8 |
| Kelly Cristina Alvares Bassi | 2285 | 0822399-2 |
| Kelly Cristina Martins | 1077 | 0824085-1 |
| Kelly Cristina Worm C. Canzan | 1583 | 0830017-0 |
| | 1632 | 0823854-2 |
| | 1725 | 0827383-4 |
| | 1748 | 0823700-9 |
| | 2007 | 0828164-3 |
| | 2101 | 0823690-8 |
| | 2121 | 0829816-6 |
| Kelly Marina de Campos | 0552 | 0829359-6 |
| Kely Dall Igna Fogaça | 1523 | 0830944-2 |
| Kenji Della Pria Hatamoto | 0892 | 0823885-7 |
| | 0922 | 0823590-3 |
| | 1073 | 0823059-7 |
| | 1155 | 0829124-3 |
| Kennedy Machado | 0059 | 0829679-3 |
| | 0210 | 0825726-1 |
| Keyla Monquero | 2142 | 0824193-8 |
| Kim Heilmann Galvão do Rio Apa | 1260 | 0830813-2 |
| Klaus Schnitzler | 2594 | 0823824-4 |

| | | |
|---|---|---|
| Klauss Dias Kuhnen | 2249 | 0824443-3 |
| Kleber Augusto Vieira | 0970 | 0822339-6 |
| | 1102 | 0823660-0 |
| | 1146 | 0824826-2 |
| | 1217 | 0822326-9 |
| | 1221 | 0824065-9 |
| | 1245 | 0824847-1 |
| Kleber de Oliveira | 1709 | 0831084-5 |
| Kleber Veltrini Tozzi | 0537 | 0823881-9 |
| Kleberson Pimentel de Oliveira | 0543 | 0825143-2 |
| Klyvellan Michel Abdala | 2873 | 0822431-5 |
| Konstantinos Jean Andreopoulos | 2129 | 0808981-8 |
| Kristian Rodrigo Pscheidt | 0435 | 0825276-6 |
| Kunibert Kolb Neto | 0228 | 0823053-5 |
| Laércio Alcântara dos Santos | 0755 | 0831261-2 |
| | 1278 | 0829843-3 |
| Laércio Antonio Vicari | 0513 | 0822952-9 |
| Laércio dos Santos Luz | 0635 | 0827254-8 |
| Laércio Fondazzi | 0171 | 0825345-6 |
| Laertes José Sant´Ana C. Júnior | 1079 | 0824544-5 |
| Laiana Carla Miranda Martins | 0901 | 0826026-0 |
| Laíse Matros | 1120 | 0829674-8 |
| Lama Ibrahim | 0991 | 0830273-8 |
| Laola Marinho de Oliveira | 1860 | 0824571-2 |
| Lariane Ardenghi de Carvalho | 0001 | 0820758-3 |
| Larissa Elida Sass | 2067 | 0823742-7 |
| | 2139 | 0823571-8 |
| Larissa Grimaldi Rangel Soares | 1919 | 0831191-5 |
| | 2144 | 0824289-9 |
| | 2157 | 0829154-1 |
| Larissa Inácio de Paula Nunes | 1671 | 0822802-4 |
| Larissa Leopoldina Piaceski | 1623 | 0830617-0 |
| | 1854 | 0822915-6 |
| | 1993 | 0822634-6 |
| Larissa Maria de Lara | 2530 | 0829039-9 |
| Laura Rosa da Fonseca Furquim | 0034 | 0827200-0 |
| | 0082 | 0822670-2 |
| | 0143 | 0830172-6 |
| Laura Rossi Leite | 0205 | 0823413-1 |
| Lauren Machado Moreira | 1049 | 0824166-1 |
| Laurentino de Almeida Pereira | 1458 | 0829970-5 |
| Lauri Da Silva | 2830 | 0830269-4 |
| Lauro Carneiro de Siqueira | 2039 | 0825828-0 |
| Lauro Fernando Zanetti | 1509 | 0828277-5 |
| | 1512 | 0828582-1 |
| | 1517 | 0830193-5 |
| | 1544 | 0828481-9 |
| | 1547 | 0829252-2 |
| | 1657 | 0830162-0 |
| | 1664 | 0818516-4 |
| | 1688 | 0827874-0 |
| | 1690 | 0828567-4 |
| | 1691 | 0828712-9 |
| | 1704 | 0830088-9 |
| | 1762 | 0828514-3 |
| | 1766 | 0828848-4 |
| | 1787 | 0824630-6 |
| | 1805 | 0828900-9 |
| | 1806 | 0829162-3 |
| | 1814 | 0830952-4 |
| | 1836 | 0828335-2 |
| | 1837 | 0828375-6 |
| | 1847 | 0819321-9 |
| | 1849 | 0819485-8 |
| | 1871 | 0828652-8 |
| | 1872 | 0828720-1 |
| | 1873 | 0828910-5 |
| | 1913 | 0829722-9 |
| | 1915 | 0830188-4 |
| | 1918 | 0830868-7 |
| | 1923 | 0819331-5 |
| | 1930 | 0824849-5 |
| | 1945 | 0828574-9 |
| | 1952 | 0829699-5 |
| | 1957 | 0830866-3 |
| | 1992 | 0830898-5 |
| | 2009 | 0828434-0 |
| | 2011 | 0828522-5 |
| | 2013 | 0828977-0 |
| | 2015 | 0829081-3 |
| | 2026 | 0823141-0 |
| | 2054 | 0830228-3 |
| | 2058 | 0830745-9 |
| | 2082 | 0828289-5 |
| | 2084 | 0828476-8 |
| | 2088 | 0829346-9 |
| | 2089 | 0829380-1 |
| | 2095 | 0830724-0 |
| | 2123 | 0829921-2 |
| | 2127 | 0830668-7 |
| | 2154 | 0828830-2 |
| | 2165 | 0822617-5 |
| | 2186 | 0829701-0 |
| | 2190 | 0830329-5 |
| | 2192 | 0830886-5 |
| Laynara Mello P. d. C. Marques | 2858 | 0823782-1 |
| Lealis Regina Lobo Iensen | 0047 | 0823472-0 |
| Leandro Cardozo Bittencourt | 2371 | 0824125-0 |
| Leandro de Quadros | 1938 | 0826939-2 |
| | 1970 | 0825933-6 |
| | 2003 | 0825990-1 |
| | 2111 | 0826982-3 |
| | 2118 | 0829224-8 |
| | 2421 | 0823947-2 |
| | 2445 | 0829193-8 |
| | 2587 | 0822680-8 |
| Leandro Depieri | 1734 | 0829528-1 |
| Leandro Hiroiti Takashima | 1023 | 0822972-1 |
| Leandro Isaías Campi de Almeida | 0282 | 0830471-4 |
| | 1547 | 0829252-2 |
| | 1687 | 0826760-7 |
| | 1705 | 0830247-8 |
| | 1930 | 0824849-5 |
| Leandro João Lyra | 1344 | 0828542-7 |
| Leandro Lovatto Carminatti | 0754 | 0830970-2 |
| Leandro Marcondes da Silva | 1342 | 0827189-6 |
| Leandro Negrelli | 2209 | 0824482-0 |
| | 2212 | 0825500-7 |
| | 2258 | 0825912-7 |
| | 2309 | 0828395-8 |
| | 2341 | 0824883-7 |
| | 2343 | 0825032-4 |
| | 2363 | 0831014-3 |
| | 2405 | 0830871-4 |
| | 2434 | 0828453-5 |
| | 2478 | 0827184-1 |
| | 2482 | 0828268-6 |
| | 2526 | 0828151-6 |
| | 2532 | 0829153-4 |
| | 2539 | 0829848-8 |
| | 2557 | 0824188-7 |
| | 2602 | 0825468-4 |
| | 2607 | 0827465-1 |
| | 2620 | 0829944-5 |
| Leandro Pierezan | 0768 | 0824839-9 |
| Leandro Ricardo Zeni | 2621 | 0830075-2 |
| Leandro Rogério Bertosse Olinto | 0148 | 0820767-2 |
| Leandro Souza Rosa | 2094 | 0830278-3 |
| | 2218 | 0828711-2 |
| Leila Aparecida Ferreira Garcia | 0030 | 0825341-8 |
| | 0235 | 0825815-3 |
| Leila Cuéllar | 0335 | 0741205-5 |
| | 0411 | 0822549-2 |

| | | |
|---|---|---|
| Leilane Trevisan Moraes | 0854 | 0825699-9 |
| Leirson de Moraes Mücke | 1019 | 0830839-6 |
| | 2109 | 0825633-1 |
| Leiziane Negrão | 1372 | 0829083-7 |
| Lenice Arbonelli Mendes Troya | 1688 | 0827874-0 |
| Lenice Teresinha Morilha | 2604 | 0826159-4 |
| Lenir Gonçalves da Silva Filho | 1359 | 0822993-0 |
| Lenita Beatriz Simionato | 1572 | 0825926-1 |
| Léo Márcio Bona | 0092 | 0825879-7 |
| Léo Piva | 2835 | 0823819-3 |
| Leocir João Ródio | 1917 | 0830754-8 |
| Leomar Antônio Johann | 2419 | 0823410-0 |
| | 2616 | 0829328-1 |
| Leonardo Camargo Marangoni | 0329 | 0825906-9 |
| Leonardo César Bana | 1630 | 0822719-4 |
| Leonardo Cosme Formaio | 1266 | 0824538-7 |
| | 1483 | 0830554-8 |
| Leonardo da Costa | 2126 | 0830464-9 |
| Leonardo de Almeida Zanetti | 1509 | 0828277-5 |
| | 1512 | 0828582-1 |
| | 1517 | 0830193-5 |
| | 1544 | 0828481-9 |
| | 1547 | 0829252-2 |
| | 1657 | 0830162-0 |
| | 1688 | 0827874-0 |
| | 1690 | 0828567-4 |
| | 1691 | 0828712-9 |
| | 1692 | 0828880-2 |
| | 1704 | 0830088-9 |
| | 1762 | 0828514-3 |
| | 1766 | 0828848-4 |
| | 1776 | 0830578-8 |
| | 1805 | 0828900-9 |
| | 1806 | 0829162-3 |
| | 1837 | 0828375-6 |
| | 1849 | 0819485-8 |
| | 1871 | 0828652-8 |
| | 1873 | 0828910-5 |
| | 1913 | 0829722-9 |
| | 1915 | 0830188-4 |
| | 1918 | 0830868-7 |
| | 1931 | 0824886-8 |
| | 1945 | 0828574-9 |
| | 1952 | 0829699-5 |
| | 1957 | 0830866-3 |
| | 1974 | 0827517-0 |
| | 1975 | 0827792-3 |
| | 1992 | 0830898-5 |
| | 2009 | 0828434-0 |
| | 2011 | 0828522-5 |
| | 2012 | 0828960-5 |
| | 2013 | 0828977-0 |
| | 2015 | 0829081-3 |
| | 2058 | 0830745-9 |
| | 2082 | 0828289-5 |
| | 2084 | 0828476-8 |
| | 2089 | 0829380-1 |
| | 2095 | 0830724-0 |
| | 2123 | 0829921-2 |
| | 2127 | 0830668-7 |
| | 2153 | 0828821-3 |
| | 2154 | 0828830-2 |
| | 2155 | 0829055-3 |
| | 2186 | 0829701-0 |
| | 2190 | 0830329-5 |
| | 2192 | 0830886-5 |
| Leonardo de Camargo Martins | 1442 | 0830069-4 |
| Leonardo de Lima e Silva Bagno | 1124 | 0830776-4 |
| Leonardo Della Costa | 1554 | 0830079-0 |
| | 1661 | 0830721-9 |
| | 2023 | 0830784-6 |
| | 2130 | 0817444-9 |
| Leonardo Guilherme dos S. Lima | 2369 | 0823933-8 |
| Leonardo Lobo de Andrade Vianna | 0600 | 0829185-6 |
| Leonardo Marques Faleiros | 0676 | 0830508-6 |
| Leonardo Mizuno | 0861 | 0829589-4 |
| Leonardo Pimenta de F. Aguiar | 2777 | 0827546-1 |
| Leonardo Rodarte de A. e. Silva | 0821 | 0829555-8 |
| Leonardo Souza | 1087 | 0828223-7 |
| Leondina Alice Mion Pilati | 1950 | 0829383-2 |
| Leonel Eduardo de Araújo | 1668 | 0822410-6 |
| Leonel Trevisan Júnior | 1627 | 0831325-1 |
| | 1857 | 0823960-5 |
| | 2002 | 0825937-4 |
| | 2146 | 0825084-8 |
| | 2384 | 0826127-2 |
| | 2530 | 0829039-9 |
| Leonilda Zanardini Dezevecki | 1552 | 0829778-1 |
| Leopoldo Rocha Soares | 0793 | 0823905-4 |
| Letícia de Mattos Schröder | 1498 | 0824346-9 |
| | 1785 | 0824349-0 |
| | 2103 | 0823968-1 |
| Letícia Ferreira da Silva | 0035 | 0828523-2 |
| | 0105 | 0830052-9 |
| Leticia Lopes Jahn | 2678 | 0823374-9 |
| Letícia Maria Cunha Pereira | 0261 | 0829875-5 |
| Letícia Maria Detoni | 0040 | 0829940-7 |
| | 0057 | 0829358-9 |
| | 0180 | 0830011-8 |
| Letícia Nery Villa Stangler Arend | 0506 | 0829755-8 |
| Letícia Nogueira Gardona | 2826 | 0829364-7 |
| | 2861 | 0827212-0 |
| | 2888 | 0829146-9 |
| Leticia Pellegrino da Rocha | 2002 | 0825937-4 |
| Letícia Severo Soares | 2354 | 0828681-9 |
| Letícia Ventura Soares Zanuto | 1278 | 0829843-3 |
| Leucimar Gandin | 0906 | 0828483-3 |
| Lia Dias Gregório | 1966 | 0824537-0 |
| | 2205 | 0823922-5 |
| | 2378 | 0824929-8 |
| | 2412 | 0822885-3 |
| Liana Sarmento de Mello Quaresma | 0061 | 0830340-4 |
| | 0197 | 0829512-3 |
| | 0255 | 0828044-6 |
| | 0745 | 0822946-1 |
| | 0746 | 0822946-1/01 |
| Libiamar de Souza | 1786 | 0824419-7 |
| | 1823 | 0824180-1 |
| Lidia Bettinardi Zechetto | 0100 | 0829183-2 |
| Lidia Guimarães Cupello | 0525 | 0828116-7 |
| Lidiana Vaz Ribovski | 2221 | 0828949-6 |
| | 2224 | 0829378-1 |
| | 2533 | 0829242-6 |
| Lidiane Gomes Flores | 0063 | 0807032-6 |
| Lídio Dias Delgado | 1098 | 0822607-9 |
| Lidson José Tomass | 0068 | 0824064-2 |
| | 0391 | 0829126-7 |
| | 1911 | 0829329-8 |
| | 2631 | 0831085-2 |
| Ligia Garcia Parra Adriano | 1421 | 0830911-3 |
| Ligia Vosgerau Ferreira Ribas | 1148 | 0825120-9 |
| Liguaru Espírito Santo Neto | 0957 | 0830736-0 |
| Liliam Cristina T. Nascimento | 1479 | 0829289-9 |
| Lilian Acras Fanchin | 0139 | 0828658-0 |
| Lilian Batista de Lima | 0151 | 0823456-6 |
| Lilian Cristina Facchi Oliveira | 0595 | 0824140-7 |
| Lilian Didone Calomeno | 0249 | 0824552-7 |
| Lilian Elizabeth Gruszka | 0191 | 0826087-3 |
| | 0238 | 0828477-5 |
| | 0312 | 0825106-9 |
| | 0387 | 0825362-7 |
| Lilian Tavares da Silva | 0486 | 0729214-0 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1348 | 0829049-5 |
| Liliana Orth Dielh | 1054 | 0825340-1 |
| Liliane Gruhn Pagani | 0129 | 0823829-9 |
| Liliane Kruetzmann Abdo | 1339 | 0825138-1 |
| Linco Kczam | 1517 | 0830193-5 |
| | 1558 | 0830787-7 |
| | 1872 | 0828720-1 |
| | 1903 | 0827653-1 |
| | 2154 | 0828830-2 |
| Lincoln Eduardo A. d. C. Filho | 1310 | 0820743-2 |
| Lincoln Lourenço Macuch | 1623 | 0830617-0 |
| | 2074 | 0824416-6 |
| Lincoln Taylor Ferreira | 1588 | 0830281-0 |
| | 2122 | 0829869-7 |
| Linda Brasão da Fonseca | 0740 | 0829586-3 |
| | 0742 | 0829906-5 |
| Lino Massayuki Ito | 0782 | 0810701-1 |
| | 0823 | 0817474-7 |
| Lisandro Telles de Camargo | 1362 | 0823803-5 |
| Lizete Rodrigues Feitosa | 0506 | 0829755-8 |
| | 0582 | 0829262-8 |
| | 0972 | 0823887-1 |
| Lizeu Adair Berto | 1504 | 0825897-5 |
| | 1535 | 0825146-3 |
| | 1744 | 0831316-2 |
| | 1787 | 0824630-6 |
| | 1836 | 0828335-2 |
| | 2169 | 0823840-8 |
| | 2172 | 0824641-9 |
| | 2210 | 0825043-7 |
| Lizia Cezário de Marchi | 2279 | 0831141-5 |
| Lorena Bianca da Silva | 1331 | 0831223-2 |
| Lorena Marins Schwartz | 0907 | 0828746-5 |
| | 0949 | 0829267-3 |
| Lorene Cristiane Chagas Nicolau | 2360 | 0830237-2 |
| Loriane Guisantes da Rosa | 2037 | 0825374-7 |
| Loriane Leisli Azeredo | 0240 | 0829355-8 |
| Lorraine Milani Lopes | 1687 | 0826760-7 |
| Louise Hage | 1393 | 0828392-7 |
| Louise Juliane Sandri | 2699 | 0826776-5 |
| Louise Marochi Almeida Kozikoski | 1525 | 0823307-8 |
| Louise Rainer Pereira Gionédis | 0485 | 0830330-8 |
| | 0860 | 0829322-9 |
| | 1508 | 0828102-3 |
| | 1599 | 0823937-6 |
| | 1655 | 0829695-7 |
| | 1714 | 0823160-5 |
| | 1933 | 0824926-7 |
| | 2006 | 0828110-5 |
| | 2075 | 0824524-3 |
| | 2166 | 0822992-3 |
| Lourenço Cesca | 0722 | 0822476-4 |
| Louriberto Vieira Gonçalves | 1002 | 0824750-3 |
| | 1175 | 0828764-3 |
| Luana Cervantes Maluf | 0962 | 0828593-4 |
| | 0966 | 0829994-5 |
| | 1039 | 0829137-0 |
| | 1173 | 0828360-5 |
| | 1209 | 0829025-5 |
| | 1214 | 0830335-3 |
| Luana de Sousa Costa Zanatta | 1968 | 0825502-1 |
| Luana Steinkirch de Oliveira | 0106 | 0830790-4 |
| Lucas Alexandre Drosda | 1993 | 0822634-6 |
| Lucas Alexandre Marcondes Amorese | 0489 | 0822971-4 |
| | 0811 | 0824156-5 |
| Lucas Amaral Dassan | 1839 | 0828691-5 |
| | 1925 | 0822726-9 |
| Lucas Azevedo Rios Maldonado | 1094 | 0829817-3 |
| Lucas Bunki Linzmayer Otsuka | 0926 | 0824043-3 |
| Lucas Henrique Zandonadi Gomes | 1033 | 0825743-2 |
| Lucas Schenato | 0142 | 0830104-8 |
| | 1006 | 0825782-9 |
| Lucia Helena Fernandes Stall | 0928 | 0824154-1 |
| | 1537 | 0826010-2 |
| Luciana Carneiro de Lara | 1549 | 0829381-8 |
| Luciana Castaldo Colósio | 0095 | 0828273-7 |
| | 0104 | 0830038-9 |
| | 0183 | 0831123-7 |
| | 0216 | 0828285-7 |
| | 0222 | 0829887-5 |
| | 0223 | 0830002-9 |
| | 0239 | 0829260-4 |
| | 0363 | 0823099-1 |
| Luciana da Fontoura Rodrigues | 0087 | 0824447-1 |
| | 0204 | 0823316-7 |
| Luciana de Lima Torres Cintra | 1929 | 0824667-3 |
| Luciana de Lucas Moreira | 1315 | 0824199-0 |
| | 1384 | 0824211-1 |
| | 1483 | 0830554-8 |
| Luciana do Carmo Neves | 0588 | 0821969-0 |
| Luciana Esteves Marrafão | 1799 | 0828320-1 |
| Luciana Gabriel Chemim | 1364 | 0824796-9 |
| Luciana Martins Zucoli | 1511 | 0828515-0 |
| | 1651 | 0828850-4 |
| | 1887 | 0823466-2 |
| Luciana Paula Mazetto | 0344 | 0825469-1 |
| Luciana Santos Costa | 2651 | 0827376-9 |
| Luciane Alves Padilha | 2244 | 0823818-6 |
| Luciane Camargo Kujo Monteiro | 0199 | 0830357-9 |
| Luciane Kitanishi | 1692 | 0828880-2 |
| Luciane Leiria Taniguchi | 0261 | 0829875-5 |
| Luciane Maria Gervasio | 0259 | 0829363-0 |
| Luciane Maria Marcelino de Melo | 2539 | 0829848-8 |
| Luciane Munhos D'alécio | 1418 | 0829692-6 |
| | 1611 | 0829108-9 |
| Luciane Regina Rossini Farth | 1845 | 0829969-2 |
| Luciane Silva Jardim Cruz | 0058 | 0829515-4 |
| Luciano Alves Batista | 0029 | 0824292-6 |
| | 0157 | 0825913-4 |
| Luciano Antonio da Rosa | 0313 | 0825297-5 |
| Luciano Badia | 1192 | 0823926-3 |
| Luciano Braga Cortes | 1761 | 0828369-8 |
| Luciano Carlos Franzon | 2569 | 0828727-0 |
| Luciano da Silva Busato | 0230 | 0823670-6 |
| | 2681 | 0825052-6 |
| Luciano de Souza Castelani | 1643 | 0827358-1 |
| | 1888 | 0823761-2 |
| Luciano Eurico de S. C. Veras | 1398 | 0829780-1 |
| Luciano Francisco de O. Leandro | 0174 | 0828342-7 |
| | 0577 | 0828308-5 |
| Luciano Gaioski | 0645 | 0820941-8 |
| Luciano Henrique de Souza Garbim | 0579 | 0828538-3 |
| Luciano Hinz Maran | 1007 | 0826004-4 |
| | 2045 | 0828723-2 |
| Luciano Linhares | 2697 | 0824705-8 |
| Luciano Maranhão Ribeiro | 1616 | 0829715-4 |
| Luciano Marcio dos Santos | 1554 | 0830079-0 |
| | 1661 | 0830721-9 |
| | 2023 | 0830784-6 |
| | 2130 | 0817444-9 |
| Luciano Medeiros Pasa | 0700 | 0829144-5 |
| Luciano Ribeiro Gonçalves | 1854 | 0822915-6 |
| Luciano Ribeiro Vitorassi | 0531 | 0830748-0 |
| Luciano Ricardo Hladczuk | 0499 | 0827206-2 |
| | 1828 | 0825394-9 |
| Luciano Schlumberger | 1494 | 0824056-0 |
| Luciano Schwerdtner | 2036 | 0825242-0 |
| Luciano Tadau Yamaguti Sato | 0443 | 0831262-9 |

| | | |
|---|---|---|
| Luciano Tinoco Marchesini | 0092 | 0825879-7 |
| Luciany Michelli P. d. Santos | 1046 | 0823334-5 |
| Luciene da Silva Marques Dobasz | 2254 | 0824724-3 |
| Lucimary Anziliero de Lorensi | 0394 | 0817393-7 |
| Lucio Bagio Zanuto Junior | 0755 | 0831261-2 |
| | 1278 | 0829843-3 |
| Lucius Marcus Oliveira | 0163 | 0830152-4 |
| | 0197 | 0829512-3 |
| | 0224 | 0830248-5 |
| | 0416 | 0823424-4 |
| | 0432 | 0824402-2 |
| | 0436 | 0825313-4 |
| Ludmila Sarita Rodrigues Simões | 1723 | 0826032-8 |
| | 2108 | 0825232-4 |
| Ludovico Albino Savaris | 0809 | 0822696-6 |
| Luís Alberto Bordin | 0309 | 0824254-6 |
| | 0311 | 0824819-7 |
| | 0452 | 0824185-6 |
| Luis Alberto Kubaski | 0392 | 0829248-8 |
| Luís Anselmo Arruda Garcia | 0384 | 0823913-6 |
| | 0479 | 0827085-3 |
| Luis Augusto Pereira | 0024 | 0822831-5 |
| Luis Carlos de Sousa | 0718 | 0829915-4 |
| Luis Carlos Lopes | 1444 | 0830465-6 |
| Luis Carlos Simionato Júnior | 0615 | 0824423-1 |
| | 2669 | 0830218-7 |
| Luis Cezar Trento | 0982 | 0826284-2 |
| Luis Felipe Cunha | 0838 | 0829810-4 |
| Luis Felipe Zafaneli Cubas | 0794 | 0824590-7 |
| Luis Fernando da Silva Tambellini | 0468 | 0823991-0 |
| | 0492 | 0823994-1 |
| | 0527 | 0829311-6 |
| | 0534 | 0823052-8 |
| | 0536 | 0823261-7 |
| | 0787 | 0822767-0 |
| | 0802 | 0829705-8 |
| | 0814 | 0826185-4 |
| | 0826 | 0823114-3 |
| | 0834 | 0825932-9 |
| | 0845 | 0822806-2 |
| Luís Fernando de Camargo Hasegawa | 0839 | 0829813-5 |
| | 1266 | 0824538-7 |
| | 1315 | 0824199-0 |
| | 1384 | 0824211-1 |
| | 1408 | 0824846-4 |
| Luis Fernando Nesso R. d. Silva | 0113 | 0824917-8 |
| Luis Guilherme da Silva Cardoso | 0054 | 0826574-1 |
| Luis Guilherme Vanin Turchiari | 1340 | 0825225-9 |
| Luis Gustavo Barreto Ferraz | 2324 | 0830838-9 |
| Luis Gustavo D'Agostini Bueno | 1368 | 0828390-3 |
| Luís Gustavo Ferreira R. Lopes | 0446 | 0821551-8 |
| | 2582 | 0830563-7 |
| Luís Henrique D. Escarmanhani | 2564 | 0826097-9 |
| Luís Henrique Fernandes Hidalgo | 0329 | 0825906-9 |
| | 0359 | 0829215-9 |
| Luís Henrique Lemes | 1118 | 0829462-8 |
| Luis Miguel Justo da Silva | 2631 | 0831085-2 |
| Luís Oguedes Zamarian | 1413 | 0828150-9 |
| | 2503 | 0822371-4 |
| Luís Oscar Six Botton | 1490 | 0823103-0 |
| | 1507 | 0827850-0 |
| | 1607 | 0827363-2 |
| | 1641 | 0826841-7 |
| | 1685 | 0825818-4 |
| | 1797 | 0828078-2 |
| | 1818 | 0823408-0 |
| | 1826 | 0825204-0 |
| | 1838 | 0828511-2 |
| | 2135 | 0822712-5 |
| | 2137 | 0823339-0 |
| | 2183 | 0828755-4 |
| | 2597 | 0824417-3 |
| Luis Renato Martins de Almeida | 0499 | 0827206-2 |
| Luis Roberto Ahrens | 0776 | 0829180-1 |
| Luís Rogério Garcia Baran | 0694 | 0822131-0 |
| Luis Sérgio Chemin | 0785 | 0821509-4 |
| Luiz Adriano Zaguini | 1072 | 0822797-8 |
| Luiz Alberto Barboza | 0095 | 0828273-7 |
| | 0223 | 0830002-9 |
| | 0239 | 0829260-4 |
| | 0399 | 0823909-2 |
| Luiz Alberto de Oliveira Lima | 1074 | 0823061-7 |
| | 2464 | 0823794-1 |
| Luiz Alberto Gonçalves | 1524 | 0822940-9 |
| | 1584 | 0830025-2 |
| | 1979 | 0828609-7 |
| | 2018 | 0829749-0 |
| | 2096 | 0830948-0 |
| | 2180 | 0828084-0 |
| Luiz Alexandre Liporini Martins | 1166 | 0824863-5 |
| Luiz Alfredo da Cunha Bernardo | 0390 | 0828820-6 |
| Luiz Alfredo Rodrigues F. Junior | 0405 | 0825017-7 |
| Luiz Antonio Bertocco | 0695 | 0822597-8 |
| Luiz Antônio Corona | 0783 | 0817299-4 |
| Luiz Antonio de Araújo Kos | 2338 | 0824230-6 |
| | 2685 | 0829233-7 |
| Luiz Antônio de Souza | 1113 | 0826787-8 |
| Luiz Antônio Gomes Araújo | 1981 | 0829225-5 |
| Luiz Antonio Mariano | 0468 | 0823991-0 |
| Luiz Antonio Martins B. Junior | 2663 | 0826204-4 |
| Luiz Antônio Pereira Rodrigues | 0815 | 0827306-7 |
| Luiz Antonio Pinto Santiago | 0827 | 0823149-6 |
| | 1197 | 0824738-7 |
| | 2604 | 0826159-4 |
| Luiz Arthur Duarte Nunes | 0288 | 0824889-9 |
| Luiz Assi | 0424 | 0828448-4 |
| | 1501 | 0824959-6 |
| | 1615 | 0829667-3 |
| | 1707 | 0830395-9 |
| | 1733 | 0829396-9 |
| | 1891 | 0823820-6 |
| | 2182 | 0828615-5 |
| | 2315 | 0829676-2 |
| | 2549 | 0822860-6 |
| | 2595 | 0824006-0 |
| Luiz Bresolin | 0463 | 0822752-9 |
| Luiz Carlos Angeli | 0937 | 0825380-5 |
| Luiz Carlos Biaggi | 0336 | 0819816-3 |
| Luiz Carlos Bofi | 2762 | 0830285-8 |
| Luiz Carlos D'Agostini | 1113 | 0826787-8 |
| Luiz Carlos D'Agostini Júnior | 1334 | 0823158-5 |
| Luiz Carlos da Rocha | 0779 | 0830469-4 |
| | 2305 | 0825792-5 |
| Luiz Carlos de Carvalho | 2634 | 0831451-6 |
| Luiz Carlos do Nascimento | 1063 | 0829099-5 |
| Luiz Carlos Fernandes Domingues | 0511 | 0822635-3 |
| Luiz Carlos Franco | 1134 | 0811669-2/01 |
| Luiz Carlos Freitas | 1609 | 0828633-3 |
| | 1610 | 0828666-2 |
| | 1876 | 0830157-9 |
| | 1944 | 0828439-5 |
| | 1946 | 0828747-2 |
| | 2088 | 0829346-9 |
| Luiz Carlos Gemin | 0672 | 0824373-6 |
| Luiz Carlos Guieseler Junior | 2020 | 0830222-1 |
| Luiz Carlos Lazarini | 0268 | 0824164-7 |
| Luiz Carlos Manzato | 0002 | 0822756-7 |
| | 0020 | 0830991-1 |
| | 0024 | 0822831-5 |

| | | |
|---|---|---|
| | 0069 | 0824141-4 |
| | 0075 | 0828145-8 |
| | 0083 | 0822774-5 |
| | 0085 | 0822826-4 |
| | 0100 | 0829183-2 |
| | 0116 | 0826954-9 |
| | 0121 | 0829550-3 |
| | 0141 | 0829956-5 |
| | 0171 | 0825345-6 |
| | 0200 | 0830440-9 |
| | 0262 | 0830110-6 |
| | 0267 | 0823970-1 |
| | 0278 | 0828983-8 |
| | 0310 | 0824551-0 |
| | 0367 | 0824129-8 |
| | 0385 | 0824042-6 |
| | 0423 | 0827500-5 |
| | 1449 | 0824444-0 |
| Luiz Carlos Moreira Junior | 1521 | 0830538-4 |
| Luiz Carlos Onofre Esteves | 2733 | 0829657-7 |
| Luiz Carlos Pasqual | 2738 | 0822237-7 |
| Luiz Carlos Pasqualini | 1389 | 0825249-9 |
| | 1401 | 0667717-8 |
| Luiz Carlos Raimundo | 1479 | 0829289-9 |
| Luiz Carlos Rosa | 2702 | 0829590-7 |
| Luiz Carlos Silveira | 2214 | 0827238-4 |
| Luiz Celso Branco | 1302 | 0829106-5 |
| Luiz Celso Branco Filho | 0238 | 0828477-5 |
| Luiz Cezar Viana Pereira | 2017 | 0829653-9 |
| Luiz Claudio Nunes Lourenço | 0743 | 0830583-9 |
| | 1816 | 0822964-9 |
| Luiz Daniel Felippe | 2453 | 0830432-7 |
| Luiz de Oliveira Neto | 0912 | 0830917-5 |
| Luiz Eduardo de Castilho Girotto | 0292 | 0826567-6 |
| Luiz Eduardo Dluhosch | 0471 | 0824598-3 |
| | 0480 | 0827836-0 |
| | 0500 | 0827813-7 |
| | 0516 | 0824635-1 |
| | 0540 | 0824136-3 |
| | 0566 | 0823865-5 |
| | 0789 | 0823001-1 |
| | 0797 | 0826037-3 |
| | 0798 | 0827609-3 |
| | 0799 | 0828765-0 |
| | 0829 | 0823583-8 |
| | 0849 | 0824307-2 |
| | 0850 | 0825245-1 |
| Luiz Eduardo Volpato | 0579 | 0828538-3 |
| Luiz Felipe Apollo | 1519 | 0830332-2 |
| | 1545 | 0828839-5 |
| | 1662 | 0830739-1 |
| | 1693 | 0828954-7 |
| | 1738 | 0830105-5 |
| | 1769 | 0828938-3 |
| | 1771 | 0829984-9 |
| | 1833 | 0827274-0 |
| | 1907 | 0828637-1 |
| | 1916 | 0830744-2 |
| | 1919 | 0831191-5 |
| | 1954 | 0830123-3 |
| | 2114 | 0828669-3 |
| | 2116 | 0828838-8 |
| | 2157 | 0829154-1 |
| | 2161 | 0829937-0 |
| Luiz Felipe Vitorassi Teixeira | 0029 | 0824292-6 |
| | 2659 | 0822623-3 |
| | 2706 | 0830883-4 |
| Luiz Fellipe Preto | 0819 | 0829526-7 |
| Luiz Fernando Baldi | 0152 | 0824484-4 |
| Luiz Fernando Brusamolin | 1138 | 0822608-6 |
| | 1574 | 0827408-6 |
| | 1616 | 0829715-4 |
| | 1759 | 0828056-6 |
| | 1782 | 0823055-9 |
| | 1909 | 0828919-8 |
| | 1926 | 0824100-3 |
| | 1936 | 0825684-8 |
| | 2028 | 0823295-3 |
| | 2102 | 0823879-9 |
| | 2105 | 0824084-4 |
| | 2195 | 0822782-7 |
| | 2232 | 0830619-4 |
| | 2244 | 0823818-6 |
| | 2247 | 0824024-8 |
| | 2305 | 0825792-5 |
| | 2329 | 0822901-2 |
| | 2439 | 0828667-9 |
| | 2466 | 0824216-6 |
| | 2488 | 0829277-9 |
| | 2533 | 0829242-6 |
| | 2561 | 0825179-2 |
| | 2601 | 0824999-0 |
| | 2608 | 0828339-0 |
| Luiz Fernando Cachoeira | 2562 | 0825381-2 |
| Luiz Fernando Casagrande Pereira | 0073 | 0826129-6 |
| | 0157 | 0825913-4 |
| | 0292 | 0826567-6 |
| Luiz Fernando Coelho da Cunha | 2174 | 0824990-7 |
| Luiz Fernando da Rosa Pinto | 1259 | 0830020-7 |
| Luiz Fernando Dietrich | 2238 | 0822813-7 |
| Luiz Fernando Matias | 0757 | 0830786-0 |
| Luiz Fernando Palma | 0151 | 0823456-6 |
| Luiz Fernando Saffraider | 0478 | 0826949-8 |
| Luiz Fernando Zornig Filho | 0079 | 0830031-0 |
| | 0123 | 0829972-9 |
| | 0178 | 0829877-9 |
| | 0242 | 0829988-7 |
| | 0302 | 0830863-2 |
| Luiz Flórido Alcântara | 1360 | 0823393-4 |
| Luiz Francisco Barcellos Bond | 1264 | 0822816-8 |
| Luiz Gastão Lopes Bório | 0475 | 0826249-3 |
| Luiz Gonzaga Guedes Martins | 1218 | 0823139-0 |
| Luiz Guilherme Buss | 1056 | 0826194-3 |
| Luiz Guilherme Carvalho Guimarães | 1891 | 0823820-6 |
| Luiz Guilherme de Souza Lima | 0031 | 0825844-4 |
| | 0186 | 0823559-2 |
| Luiz Guilherme Leite | 1442 | 0830069-4 |
| | 2037 | 0825374-7 |
| Luiz Guilherme Muller Prado | 0172 | 0825849-9 |
| Luiz Gustavo Chiminásio Gurgel | 2485 | 0828831-9 |
| Luiz Gustavo de Andrade | 0079 | 0830031-0 |
| | 0123 | 0829972-9 |
| | 0178 | 0829877-9 |
| | 0198 | 0830138-4 |
| | 0242 | 0829988-7 |
| | 0302 | 0830863-2 |
| Luiz Gustavo do Amaral | 1346 | 0828648-4 |
| Luiz Gustavo Leme | 1966 | 0824537-0 |
| | 2246 | 0823856-6 |
| | 2336 | 0823993-4 |
| | 2415 | 0822926-9 |
| | 2509 | 0823833-3 |
| | 2549 | 0822860-6 |
| | 2553 | 0823565-0 |
| | 2598 | 0824461-1 |
| | 2600 | 0824767-8 |
| Luiz Gustavo Ramalho da Cunha | 2563 | 0825452-6 |
| Luiz Gustavo Salomão Ballan | 1319 | 0825292-0 |
| | 2800 | 0822312-5 |
| Luiz Gustavo Vardânega V. Pinto | 1079 | 0824544-5 |
| | 1220 | 0823949-6 |
| | 1676 | 0824101-0 |
| | 1746 | 0823127-0 |
| | 1937 | 0826889-7 |
| | 2039 | 0825828-0 |

| | | |
|---|---|---|
| | 2249 | 0824443-3 |
| Luiz Henrique B. d. O. Pedrozo | 0426 | 0830670-7 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 0892 | 0823885-7 |
| | 0896 | 0824695-7 |
| | 0916 | 0823105-4 |
| | 0925 | 0823853-5 |
| | 0933 | 0825063-9 |
| | 0973 | 0824074-8 |
| | 0978 | 0825173-0 |
| | 0997 | 0822707-4 |
| | 1013 | 0829000-8 |
| | 1036 | 0828304-7 |
| | 1076 | 0823706-1 |
| | 1078 | 0824238-2 |
| | 1089 | 0828622-0 |
| | 1097 | 0831004-7 |
| | 1104 | 0824116-1 |
| | 1142 | 0823966-7 |
| | 1147 | 0824827-9 |
| | 1178 | 0829369-2 |
| | 1186 | 0830777-1 |
| | 1195 | 0824410-4 |
| | 1196 | 0824620-0 |
| | 1255 | 0828863-1 |
| | 1903 | 0827653-1 |
| | 1990 | 0830714-4 |
| | 2235 | 0822265-1 |
| | 2255 | 0825516-5 |
| | 2333 | 0823534-5 |
| | 2457 | 0822633-9 |
| | 2496 | 0830654-3 |
| | 2504 | 0822400-0 |
| | 2546 | 0822734-1 |
| | 2562 | 0825381-2 |
| | 2586 | 0822444-2 |
| | 2596 | 0824247-1 |
| Luiz Henrique da Freiria Freitas | 1609 | 0828633-3 |
| | 1610 | 0828666-2 |
| | 1876 | 0830157-9 |
| | 1944 | 0828439-5 |
| | 1946 | 0828747-2 |
| | 2088 | 0829346-9 |
| Luiz Henrique de Andrade Nassar | 1549 | 0829381-8 |
| Luiz Henrique de Guimarães | 2711 | 0823273-7 |
| Luiz Henrique Guimarães Hohmann | 1388 | 0825177-8 |
| Luiz Knob | 2891 | 0831027-0 |
| Luiz Lopes Barreto | 1320 | 0826105-6 |
| Luiz Marcelo Szczepanski | 1032 | 0824794-5 |
| Luiz Mazza | 2907 | 0829934-9 |
| Luiz Otávio Góes | 0826 | 0823114-3 |
| Luiz Paulo Cividatti | 2806 | 0825521-6 |
| Luiz Paulo Paciornik Schulman | 1279 | 0830094-7 |
| Luiz Paulo Ribeiro da Costa | 1495 | 0824157-2 |
| Luiz Pedro Succo | 0551 | 0828579-4 |
| Luiz Pereira da Silva | 1755 | 0825014-6 |
| Luiz Rafael | 1922 | 0819020-7 |
| Luiz Remy Merlin Muchinski | 0484 | 0830145-9 |
| | 0535 | 0823228-2 |
| | 0546 | 0826106-3 |
| | 0838 | 0829810-4 |
| | 1443 | 0830210-1 |
| Luiz Renato Costa Amorim | 1415 | 0828394-1 |
| Luiz Renato Manfroi | 1380 | 0822222-6 |
| | 1550 | 0829605-3 |
| Luiz Roberto de Souza | 1303 | 0829627-9 |
| Luiz Roberto Rech | 0229 | 0823437-1 |
| | 1348 | 0829049-5 |
| Luiz Roberto Romano | 2193 | 0778689-8 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 0013 | 0828509-2 |
| | 0182 | 0830810-1 |
| | 0202 | 0830789-1 |
| | 0263 | 0830846-1 |
| | 0818 | 0829340-7 |
| | 1071 | 0830799-7 |
| | 1166 | 0824863-5 |
| | 1397 | 0829618-0 |
| | 1510 | 0828364-3 |
| | 1572 | 0825926-1 |
| | 1589 | 0830353-1 |
| | 1621 | 0830235-8 |
| | 1626 | 0830879-0 |
| | 1677 | 0824401-5 |
| | 1696 | 0829302-7 |
| | 1716 | 0824015-9 |
| | 1740 | 0830224-5 |
| | 1753 | 0824424-8 |
| | 1754 | 0824848-8 |
| | 1755 | 0825014-6 |
| | 1760 | 0828259-7 |
| | 1784 | 0824245-7 |
| | 1807 | 0829880-6 |
| | 1825 | 0825150-7 |
| | 1854 | 0822915-6 |
| | 1894 | 0824500-3 |
| | 1904 | 0828188-3 |
| | 1928 | 0824398-3 |
| | 1976 | 0827898-0 |
| | 1981 | 0829225-5 |
| | 1988 | 0830313-7 |
| | 1993 | 0822634-6 |
| | 2016 | 0829584-9 |
| | 2033 | 0824465-9 |
| | 2042 | 0828461-7 |
| | 2056 | 0830374-0 |
| | 2085 | 0828549-6 |
| | 2099 | 0822509-8 |
| | 2106 | 0824339-4 |
| | 2170 | 0824241-9 |
| | 2475 | 0825587-4 |
| Luiz Rubens dos Reis | 0976 | 0824795-2 |
| Luiz Salvador | 0761 | 0823130-7 |
| | 2035 | 0824799-0 |
| | 2075 | 0824524-3 |
| | 2145 | 0824935-6 |
| | 2177 | 0825779-2 |
| | 2580 | 0830379-5 |
| Luiz Sebastião Favero | 2423 | 0824333-2 |
| Luiz Sganzella Lopes | 1215 | 0830342-8 |
| Luiz Tavanaro Gaya | 0632 | 0824326-7 |
| Luzia Aparecida Favetta | 0540 | 0824136-3 |
| Luzia Margareth V. d. Andrade | 1445 | 0830723-3 |
| Lycia Maria Padilha Amaral | 0528 | 0829525-0 |
| Maçazumi Furtado Niwa | 0252 | 0825757-6 |
| Maciel Tristao Barbosa | 1273 | 0829023-1 |
| | 2044 | 0828624-4 |
| Madelon de Mello Ravazzi | 1514 | 0829274-8 |
| Mafuz Antonio Abrão | 2384 | 0826127-2 |
| Magali Fuerbringer | 2449 | 0829442-6 |
| | 2502 | 0820796-3 |
| | 2576 | 0829536-3 |
| Magali Schemberger Schafranski | 2802 | 0823172-5 |
| Magda Luiza R. E. d. Oliveira | 2304 | 0825359-0 |
| | 2390 | 0828600-4 |
| Magno Alexandre Silveira Batista | 2854 | 0822180-3 |
| Magno Eugênio Marcelo B. d. Silva | 2794 | 0828992-7 |
| Maikel Speranza Gutstein | 0971 | 0822581-0 |
| | 1683 | 0825018-4 |
| Maira Bianca Belem Tomasoni | 1373 | 0829492-6 |
| Maísa Goreti Lopes Sant'ana | 1530 | 0824396-9 |
| | 2200 | 0823452-8 |
| Majoly Aline Araújo dos Anjos | 2631 | 0831085-2 |
| Mamoru Fukuyama | 1721 | 0825442-0 |
| Manoel Alexandre Schernoski Ribas | 1197 | 0824738-7 |
| Manoel Caetano Ferreira Filho | 0072 | 0825422-8 |

| | | |
|---|---|---|
| | 0160 | 0827986-5 |
| | 0247 | 0823557-8 |
| | 0250 | 0824785-6 |
| | 1180 | 0829478-6 |
| Manoel Fagundes de Oliveira | 2480 | 0827828-8 |
| Manoel Henrique Maingué | 0053 | 0826212-6 |
| | 0087 | 0824447-1 |
| | 0204 | 0823316-7 |
| Manoel Messias Meira Pereira | 2744 | 0826427-7 |
| Manoel Monteiro de Andrade | 0519 | 0825273-5 |
| Manoel Pedro Hey Pacheco Filho | 0308 | 0824132-5 |
| | 0323 | 0823945-8 |
| | 0337 | 0823066-2 |
| | 0342 | 0824898-8 |
| | 0350 | 0823216-2 |
| | 0354 | 0824504-1 |
| | 0356 | 0825788-1 |
| | 0369 | 0824407-7 |
| | 0382 | 0823131-4 |
| | 0383 | 0823448-4 |
| | 0386 | 0824963-0 |
| | 0398 | 0823268-6 |
| | 0412 | 0822811-3 |
| | 0418 | 0824427-9 |
| | 0419 | 0824582-5 |
| | 0433 | 0824490-2 |
| | 0450 | 0823070-6 |
| | 0451 | 0823749-6 |
| | 0455 | 0825079-7 |
| Manoel Ronaldo Leite Junior | 1659 | 0830292-3 |
| Manoela Lautert Caron | 0587 | 0831229-4 |
| Manuel Pedro Mengelberg Junior | 1007 | 0826004-4 |
| Mara Angelita Nestor Ferreira | 1281 | 0830646-1 |
| Mara Cláudia Dib de Lima | 0229 | 0823437-1 |
| | 1348 | 0829049-5 |
| Mara Regina Jakobovski | 2628 | 0829639-9 |
| Mara Santana | 1386 | 0824493-3 |
| Mara Sueli Clavisso | 2285 | 0822399-2 |
| Marcel Crippa | 0904 | 0828399-6 |
| Marcel Rodrigo Alexandrino | 1987 | 0830311-3 |
| Marcela Dias Amorim | 2777 | 0827546-1 |
| Marcela Mendes Sticanella | 0045 | 0816645-2 |
| Marcela Pegoraro | 0808 | 0822689-1 |
| Marcela Valério Penatti | 1320 | 0826105-6 |
| Marcelene Carvalho da Silva Ramos | 0117 | 0827801-7 |
| Marcelino Bispo dos Santos | 2740 | 0822552-9 |
| Marcelo Alves da Silva | 0047 | 0823472-0 |
| Marcelo Arthur Gomes Osti | 1351 | 0829821-7 |
| Marcelo Augusto Angioletti | 2045 | 0828723-2 |
| Marcelo Augusto Bertoni | 1595 | 0823093-9 |
| | 1639 | 0824808-4 |
| | 1643 | 0827358-1 |
| | 1720 | 0825310-3 |
| | 1888 | 0823761-2 |
| Marcelo Augusto Sella | 2830 | 0830269-4 |
| Marcelo Barzotto | 1566 | 0824036-8 |
| | 1634 | 0823971-8 |
| | 1644 | 0827443-5 |
| | 1686 | 0825821-1 |
| | 2124 | 0830119-9 |
| | 2351 | 0828324-9 |
| Marcelo Bientinez Miró | 0825 | 0822779-0 |
| Marcelo Cesar Maciel | 0057 | 0829358-9 |
| | 0180 | 0830011-8 |
| Marcelo Couto de Cristo | 0634 | 0824885-1 |
| Marcelo da Costa Gambogi | 1067 | 0829975-0 |
| | 1117 | 0829029-3 |
| Marcelo Dalanhol | 1808 | 0829890-2 |
| Marcelo Dantas Lopes | 1140 | 0822869-9 |
| | 1171 | 0827642-8 |
| | 1638 | 0824801-5 |
| Marcelo de Campos Costa | 0957 | 0830736-0 |
| Marcelo de Souza Teixeira | 0425 | 0828587-6 |
| | 0459 | 0829280-6 |
| | 0903 | 0828397-2 |
| | 1777 | 0830833-4 |
| Marcelo Dominicali Rigoti | 1135 | 0753453-2/01 |
| Marcelo Duarte de Oliveira | 0022 | 0822640-4 |
| Marcelo Gaya de Oliveira | 2730 | 0829058-4 |
| Marcelo Gomes dos Santos | 2456 | 0816776-2 |
| Marcelo Henrique Botelho Palma | 1533 | 0824776-7 |
| Marcelo Henrique F. S. d. Matos | 0291 | 0826470-8 |
| | 2417 | 0823133-8 |
| | 2459 | 0822982-7 |
| Marcelo José Boldori | 2647 | 0823414-8 |
| Marcelo Keiiti Matsuguma | 2060 | 0831059-2 |
| Marcelo Kintzel Graciano | 0616 | 0824519-2 |
| Marcelo Leal de Lima Oliveira | 1454 | 0828646-0 |
| Marcelo Locatelli | 2412 | 0822885-3 |
| Marcelo Luiz Dreher | 1538 | 0826060-2 |
| Marcelo Marco Bertoldi | 0780 | 0830642-3 |
| Marcelo Maschio Cardozo Chaga | 1000 | 0824599-0 |
| Marcelo Menezes F. C. Castagin | 0474 | 0825590-1 |
| Marcelo Miguel Conrado | 0066 | 0822645-9 |
| Marcelo Mucci Loureiro de Melo | 0465 | 0823218-6 |
| Marcelo Oliva Murara | 1134 | 0811669-2/01 |
| Marcelo Osternack Amaral | 0523 | 0827423-3 |
| Marcelo Pacheco Pirolo | 0862 | 0831499-6 |
| Marcelo Paulo Wacheleski | 0859 | 0828359-2 |
| Marcelo Piazzetta Antunes | 1085 | 0826615-7 |
| Marcelo Ramos | 2148 | 0826313-8 |
| Marcelo Ribeiro de Almeida | 0082 | 0822670-2 |
| Marcelo Ricardo de S. Marcelino | 0808 | 0822689-1 |
| Marcelo Sérgio Pereira | 1280 | 0830337-7 |
| Marcelo Tavares | 1637 | 0824554-1 |
| Marcelo Tesheiner Cavassani | 0321 | 0823019-3 |
| | 2252 | 0824515-4 |
| | 2292 | 0823175-6 |
| | 2511 | 0824399-0 |
| | 2607 | 0827465-1 |
| Marcelo Zanon Simão | 2644 | 0829783-2 |
| Marci Aparecida Lemes Metchko | 0358 | 0826103-2 |
| Márcia Aparecida Jarenko | 2125 | 0830259-8 |
| Márcia Cristina da Silva | 1312 | 0822805-5 |
| | 2250 | 0824455-3 |
| Márcia Cristina Jonson | 1098 | 0822607-9 |
| | 2767 | 0831609-2 |
| Márcia Cristina Sigwalt Valeixo | 0524 | 0827876-4 |
| | 0542 | 0825069-1 |
| | 0562 | 0822991-6 |
| | 0563 | 0823054-2 |
| | 0810 | 0822868-2 |
| | 0844 | 0822795-4 |
| | 0855 | 0827195-4 |
| Marcia da Silva Paisana | 0301 | 0830328-8 |
| Márcia Daniela C. Giuliangelli | 0286 | 0823996-5 |
| | 0348 | 0822345-4 |
| Márcia Elizabete de O. Tornesi | 2193 | 0778689-8 |
| Márcia Eneida Bueno | 1524 | 0822940-9 |
| Márcia Ferreira Gomes | 0316 | 0829549-0 |
| Márcia Loreni Gund | 0777 | 0829776-7 |
| | 0934 | 0825072-8 |
| | 1145 | 0824748-3 |
| | 1501 | 0824959-6 |
| | 1507 | 0827850-0 |
| | 1529 | 0824123-6 |
| | 1533 | 0824776-7 |
| | 1561 | 0822335-8 |
| | 1575 | 0828561-2 |
| | 1598 | 0823863-1 |
| | 1603 | 0825191-8 |
| | 1680 | 0824591-4 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1698 | 0829542-1 |
| | 1715 | 0823790-3 |
| | 1722 | 0825794-9 |
| | 1724 | 0826905-6 |
| | 1789 | 0825020-4 |
| | 1863 | 0825924-7 |
| | 1865 | 0826044-8 |
| | 1886 | 0823340-3 |
| | 1889 | 0823777-0 |
| | 1893 | 0824255-3 |
| | 1938 | 0826939-2 |
| | 1941 | 0828103-0 |
| | 1972 | 0826798-1 |
| | 1975 | 0827792-3 |
| | 1995 | 0823060-0 |
| | 2050 | 0829165-4 |
| | 2069 | 0823868-6 |
| | 2077 | 0824936-3 |
| | 2078 | 0825418-4 |
| | 2139 | 0823571-8 |
| | 2140 | 0823597-2 |
| | 2149 | 0827173-8 |
| | 2167 | 0823211-7 |
| | 2173 | 0824924-3 |
| | 2202 | 0823474-4 |
| | 2416 | 0822930-3 |
| | 2575 | 0829375-0 |
| Márcia Morais do Carmo de Paula | 1847 | 0819321-9 |
| | 1849 | 0819485-8 |
| | 1923 | 0819331-5 |
| Márcia Nakagawa Rampazzo | 0282 | 0830471-4 |
| Márcia Paula Bonamigo | 1569 | 0824488-2 |
| Márcia Regina Nunes de S. Valeixo | 0958 | 0811625-0 |
| Márcia Satil Parreira | 0928 | 0824154-1 |
| | 0977 | 0824919-2 |
| | 1070 | 0830727-1 |
| | 1168 | 0825397-0 |
| Márcia Simone Sakagami Spitzner | 0167 | 0823512-9 |
| | 0836 | 0827969-4 |
| Marcia Valente | 2385 | 0826166-9 |
| Marcilei Gorini Pivato | 2847 | 0831602-3 |
| Marciley da Silva Gavioli | 1825 | 0825150-7 |
| Márcio Alexandre Cavenague | 0945 | 0828663-1 |
| | 1023 | 0822972-1 |
| | 1199 | 0824921-2 |
| | 1223 | 0824607-7 |
| | 1248 | 0825602-6 |
| Marcio Andrei Gomes da Silva | 2269 | 0829236-8 |
| Marcio Antonio Batista da Silva | 0301 | 0830328-8 |
| | 0594 | 0823542-7 |
| Márcio Antônio Sasso | 0293 | 0826970-3 |
| | 1222 | 0824496-4 |
| | 1540 | 0827565-6 |
| | 1611 | 0829108-9 |
| | 1736 | 0829708-9 |
| | 1781 | 0822648-0 |
| | 1922 | 0819020-7 |
| | 1929 | 0824667-3 |
| Márcio Ayres de Oliveira | 2260 | 0827865-1 |
| | 2298 | 0824454-6 |
| | 2303 | 0824971-2 |
| | 2320 | 0830483-4 |
| | 2399 | 0830039-6 |
| | 2413 | 0822892-8 |
| | 2545 | 0822642-8 |
| | 2588 | 0822965-6 |
| | 2599 | 0824751-0 |
| Marcio Barbosa da Silva | 1288 | 0823917-4 |
| Márcio César Mattos | 1522 | 0830540-4 |
| Márcio Clementino Soares | 1356 | 0831546-0 |
| | 1373 | 0829492-6 |
| Marcio Domingues Bento | 0132 | 0825474-2 |
| | 0207 | 0824200-8 |
| | 1530 | 0824396-9 |
| Marcio Fernando Candeo dos Santos | 0908 | 0829333-2 |
| | 1396 | 0829003-9 |
| Márcio Gobbo Costa | 0396 | 0822654-8 |
| Márcio Guedes Berti | 0232 | 0824661-1 |
| | 0339 | 0824318-5 |
| Marcio Guterres | 0423 | 0827500-5 |
| Márcio Henrique M. d. Rezende | 0757 | 0830786-0 |
| Márcio Isfer M. d. Albuquerque | 1281 | 0830646-1 |
| Márcio Luís Piratelli | 0876 | 0825607-1 |
| | 1061 | 0828698-4 |
| Márcio Luiz Blazius | 0133 | 0825737-4 |
| | 0147 | 0830858-1 |
| | 0290 | 0825485-5 |
| | 0323 | 0823945-8 |
| | 0369 | 0824407-7 |
| | 0382 | 0823131-4 |
| | 0383 | 0823448-4 |
| | 0386 | 0824963-0 |
| | 0398 | 0823268-6 |
| | 0419 | 0824582-5 |
| | 0433 | 0824490-2 |
| | 0451 | 0823749-6 |
| | 0455 | 0825079-7 |
| Márcio Magnabosco da Silva | 1325 | 0829166-1 |
| Márcio Nicolau Dumas | 1374 | 0829767-8 |
| Márcio Ribeiro Pires | 2034 | 0824650-8 |
| Márcio Ricardo Martins | 0757 | 0830786-0 |
| Márcio Roberto Gasparelo | 2386 | 0827427-1 |
| Márcio Rodrigo Frizzo | 0133 | 0825737-4 |
| | 0147 | 0830858-1 |
| | 0290 | 0825485-5 |
| | 0323 | 0823945-8 |
| | 0369 | 0824407-7 |
| | 0382 | 0823131-4 |
| | 0383 | 0823448-4 |
| | 0386 | 0824963-0 |
| | 0398 | 0823268-6 |
| | 0419 | 0824582-5 |
| | 0433 | 0824490-2 |
| | 0451 | 0823749-6 |
| | 0455 | 0825079-7 |
| Márcio Rogério Banhuk | 0373 | 0826595-0 |
| Márcio Rogério Depolli | 0093 | 0826020-8 |
| | 0149 | 0822755-0 |
| | 0157 | 0825913-4 |
| | 0360 | 0829221-7 |
| | 0460 | 0829597-6 |
| | 1504 | 0825897-5 |
| | 1511 | 0828515-0 |
| | 1526 | 0823363-6 |
| | 1551 | 0829644-0 |
| | 1554 | 0830079-0 |
| | 1559 | 0830798-0 |
| | 1560 | 0821569-0 |
| | 1563 | 0823764-3 |
| | 1567 | 0824233-7 |
| | 1581 | 0829680-6 |
| | 1585 | 0830092-3 |
| | 1613 | 0829158-9 |
| | 1622 | 0830319-9 |
| | 1628 | 0822365-6 |
| | 1629 | 0822583-4 |
| | 1637 | 0824554-1 |
| | 1648 | 0828512-9 |
| | 1651 | 0828850-4 |
| | 1665 | 0820044-4 |
| | 1666 | 0820380-5 |
| | 1667 | 0821562-1 |
| | 1672 | 0822867-5 |
| | 1683 | 0825018-4 |
| | 1701 | 0829702-7 |
| | 1710 | 0831346-0 |
| | 1712 | 0818677-2 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | 1715 | 0823790-3 | |
| | 1718 | 0824512-3 | |
| | 1727 | 0827943-0 | |
| | 1728 | 0827949-2 | |
| | 1731 | 0828781-4 | |
| | 1734 | 0829528-1 | |
| | 1742 | 0830594-2 | |
| | 1747 | 0823134-5 | |
| | 1752 | 0824182-5 | |
| | 1756 | 0825057-1 | |
| | 1767 | 0828891-5 | |
| | 1774 | 0830497-8 | |
| | 1778 | 0831184-0 | |
| | 1783 | 0824175-0 | |
| | 1786 | 0824419-7 | |
| | 1800 | 0828386-9 | |
| | 1802 | 0828490-8 | |
| | 1821 | 0824018-0 | |
| | 1841 | 0829401-5 | |
| | 1842 | 0829556-5 | |
| | 1848 | 0819475-2 | |
| | 1851 | 0820376-1 | |
| | 1858 | 0824262-8 | |
| | 1865 | 0826044-8 | |
| | 1868 | 0828366-7 | |
| | 1882 | 0820463-9 | |
| | 1883 | 0822375-2 | |
| | 1887 | 0823466-2 | |
| | 1893 | 0824255-3 | |
| | 1901 | 0827218-2 | |
| | 1902 | 0827283-9 | |
| | 1906 | 0828436-4 | |
| | 1910 | 0829101-0 | |
| | 1920 | 0831361-7 | |
| | 1921 | 0831534-0 | |
| | 1941 | 0828103-0 | |
| | 1944 | 0828439-5 | |
| | 1947 | 0828869-3 | |
| | 1948 | 0829032-0 | |
| | 1949 | 0829285-1 | |
| | 1951 | 0829495-7 | |
| | 1959 | 0818668-3 | |
| | 1960 | 0822818-2 | |
| | 1972 | 0826798-1 | |
| | 1977 | 0828348-9 | |
| | 1984 | 0829954-1 | |
| | 1991 | 0830830-3 | |
| | 1994 | 0823012-4 | |
| | 1996 | 0823377-0 | |
| | 1999 | 0824342-1 | |
| | 2021 | 0830225-2 | |
| | 2047 | 0828847-7 | |
| | 2060 | 0831059-2 | |
| | 2064 | 0819324-0 | |
| | 2073 | 0824415-9 | |
| | 2083 | 0828367-4 | |
| | 2086 | 0828840-8 | |
| | 2091 | 0829858-4 | |
| | 2098 | 0818784-2 | |
| | 2100 | 0823191-0 | |
| | 2129 | 0808981-8 | |
| | 2130 | 0817444-9 | |
| | 2132 | 0819459-8 | |
| | 2140 | 0823597-2 | |
| | 2142 | 0824193-8 | |
| | 2148 | 0826313-8 | |
| | 2164 | 0820468-4 | |
| | 2172 | 0824641-9 | |
| | 2173 | 0824924-3 | |
| | 2179 | 0827038-4 | |
| | 2181 | 0828534-5 | |
| | 2184 | 0829270-0 | |
| | 2185 | 0829565-4 | |
| | 2569 | 0828727-0 | |
| Márcio Roque da Silva | 1446 | 0821505-6 | |
| Márcio Zanin Giroto | 1638 | 0824801-5 | |
| Marcius Nadal Matos | 0887 | 0830317-5 | |
| | 2332 | 0823503-0 | |
| | 2504 | 0822400-0 | |
| | 2593 | 0823775-6 | |
| Marco Antonio Barbosa | 0809 | 0822696-6 | |
| Marco Antônio Barzotto | 1523 | 0830944-2 | |
| | 1880 | 0830819-4 | |
| Marco Antonio Batistella | 2776 | 0826601-3 | |
| Marco Antônio B. d. Queiroz | 0219 | 0829112-3 | |
| Marco Antônio Bósio | 0020 | 0830991-1 | |
| | 0024 | 0822831-5 | |
| | 0069 | 0824141-4 | |
| | 0083 | 0822774-5 | |
| | 0085 | 0822826-4 | |
| | 0121 | 0829550-3 | |
| | 0141 | 0829956-5 | |
| | 0262 | 0830110-6 | |
| | 0267 | 0823970-1 | |
| | 0278 | 0828983-8 | |
| | 0367 | 0824129-8 | |
| Marco Antonio Brandalize | 1660 | 0830358-6 | |
| | 2569 | 0828727-0 | |
| Marco Antônio Busto de Souza | 0588 | 0821969-0 | |
| | 1974 | 0827517-0 | |
| | 2900 | 0831383-3 | |
| Marco Antônio de Lima | 1779 | 0819889-6 | |
| Marco Antônio Domingues Valadares | 1421 | 0830911-3 | |
| Marco Antônio Fagundes Cunha | 2395 | 0829201-5 | |
| Marco Antonio Farah | 2136 | 0822906-7 | |
| Marco Antônio Gomes de Oliveira | 1348 | 0829049-5 | |
| | 1364 | 0824796-9 | |
| Marco Antônio Grott | 1309 | 0817483-6 | |
| Marco Antonio Kaufmann | 2459 | 0822982-7 | |
| Marco Antônio Lima Berberi | 0048 | 0823684-0 | |
| | 0241 | 0829563-0 | |
| | 0298 | 0829253-9 | |
| | 0335 | 0741205-5 | |
| | 0349 | 0822909-8 | |
| | 0388 | 0826660-2 | |
| | 0413 | 0822843-5 | |
| | 0436 | 0825313-4 | |
| | 0463 | 0822752-9 | |
| | 0477 | 0826510-7 | |
| | 0794 | 0824590-7 | |
| | 1128 | 0785712-3/01 | |
| | 1339 | 0825138-1 | |
| Marco Antônio Pereira Soares | 2730 | 0829058-4 | |
| Marco Antonio Tillvitz | 0555 | 0830184-6 | |
| Marco Aurélio Barato | 0016 | 0829615-9 | |
| | 0071 | 0825306-9 | |
| | 0088 | 0824894-0 | |
| | 1412 | 0828128-7 | |
| Marco Aurélio Ehmke Pizzolatti | 1508 | 0828102-3 | |
| | 1599 | 0823937-6 | |
| Marco Aurélio Gonçalves Nogueira | 2837 | 0824689-9 | |
| Marco Aurélio Grespan | 0555 | 0830184-6 | |
| | 2054 | 0830228-3 | |
| Marco Aurélio Hladczuk | 0499 | 0827206-2 | |
| | 0502 | 0829013-5 | |
| Marco Aurelio Krefeta | 0090 | 0825080-0 | |
| Marco Denilson Meulam | 1340 | 0825225-9 | |
| | 1789 | 0825020-4 | |
| Marcos Adolfo Benevenuto II | 0953 | 0829938-7 | |
| Marcos Alves Veras Nogueira | 0251 | 0825005-7 | |
| Marcos André da Cunha | 0095 | 0828273-7 | |
| | 0104 | 0830038-9 | |
| | 0174 | 0828342-7 | |
| | 0222 | 0829887-5 | |
| | 0223 | 0830002-9 | |
| Marcos Antonio Bandeira Ribeiro | 1398 | 0829780-1 | |

| | | |
|---|---|---|
| Marcos Antônio Barbosa | 1392 | 0828267-9 |
| Marcos Antonio de O. Leandro | 0174 | 0828342-7 |
| | 0577 | 0828308-5 |
| | 2131 | 0818630-9 |
| Marcos Antônio Lucas de Lima | 0893 | 0824246-4 |
| | 1225 | 0824876-2 |
| Marcos Antônio Marques de Góes | 1459 | 0830128-8 |
| Marcos Antônio Nunes da Silva | 1839 | 0828691-5 |
| Marcos Antonio Pagliosa Alves | 0932 | 0824872-4 |
| Marcos Aurélio Alves Teixeira | 1274 | 0829034-4 |
| | 1664 | 0818516-4 |
| Marcos Aurélio Comunello | 0155 | 0824814-2 |
| Marcos Aurélio Dias | 1299 | 0827486-0 |
| | 1317 | 0824934-9 |
| Marcos Aurélio Jesus dos Santos | 0507 | 0830063-2 |
| | 0803 | 0830082-7 |
| Marcos Babinski Marochi | 1677 | 0824401-5 |
| Marcos Cesar Novais de Castro | 0929 | 0824480-6 |
| Marcos C. d. A. Vasconcellos | 0866 | 0822832-2 |
| | 1022 | 0822934-1 |
| | 1175 | 0828764-3 |
| | 1646 | 0827735-8 |
| | 1735 | 0829612-8 |
| | 1898 | 0825119-6 |
| | 2119 | 0829411-1 |
| Marcos de Rezende Andrade Junior | 1358 | 0822959-8 |
| Marcos dos Santos | 1015 | 0829573-6 |
| Marcos dos Santos Marinho | 2238 | 0822813-7 |
| Marcos Dulcir Mozzer Fim | 0341 | 0824703-4 |
| | 1050 | 0824226-2 |
| Marcos Dutra de Almeida | 1844 | 0829798-3 |
| | 1853 | 0822841-1 |
| | 2057 | 0830407-4 |
| | 2068 | 0823770-1 |
| | 2285 | 0822399-2 |
| Marcos Fernando Pedroso | 1635 | 0824273-1 |
| | 2476 | 0825833-1 |
| Marcos Henrique Mendes Vilela | 1003 | 0824960-9 |
| Marcos José Chechelaky | 1594 | 0823077-5 |
| Marcos José de Paula | 0237 | 0827665-1 |
| | 1726 | 0827795-4 |
| Marcos Leandro Dias | 0154 | 0824700-3 |
| Marcos Leate | 0824 | 0822420-2 |
| | 1471 | 0826412-6 |
| Marcos Mattioli | 0528 | 0829525-0 |
| Marcos Odacir Aschidamini | 0537 | 0823881-9 |
| | 1429 | 0824529-8 |
| Marcos Rafael Bristot Faria | 2034 | 0824650-8 |
| Marcos Renan Salvati | 2527 | 0828260-0 |
| Marcos Roberto Hasse | 1527 | 0823940-3 |
| Marcos Rodrigo Susin | 0344 | 0825469-1 |
| Marcos Rodrigues da Mata | 0782 | 0810701-1 |
| | 0823 | 0817474-7 |
| Marcos Viana Costódio | 1850 | 0820273-5 |
| Marcos Vinícius Belasque | 0498 | 0826161-4 |
| Marcos Vinicius Dacol Boschirolli | 1026 | 0823975-6 |
| | 1265 | 0823039-5 |
| | 1529 | 0824123-6 |
| Marcos Vinícius Molina Veroneze | 2297 | 0824290-2 |
| | 2524 | 0826225-3 |
| Marcos Vinícius Moraes Kleinowski | 2144 | 0824289-9 |
| Marcos Vinícius R. d. Almeida | 2276 | 0830246-1 |
| Marcos Wengerkiewicz | 0111 | 0822895-9 |
| | 0243 | 0830249-2 |
| | 1642 | 0827150-5 |
| Marcus Aurélio Liogi | 1602 | 0825025-9 |
| | 1755 | 0825014-6 |
| | 1937 | 0826889-7 |
| Marcus de Oliveira Salles Reis | 0815 | 0827306-7 |
| Marcus Eduardo Peres da Silva | 0885 | 0829756-5 |
| Marcus Ely Soares dos Reis | 2879 | 0824583-2 |
| Marcus Venicio Cavassin | 0172 | 0825849-9 |
| Marcus Vinícius Bossa Grassano | 2622 | 0830134-6 |
| Marcus Vinicius de Andrade | 1493 | 0823847-7 |
| | 1531 | 0824409-1 |
| | 1600 | 0824022-4 |
| | 1636 | 0824491-9 |
| | 1673 | 0823143-4 |
| | 1675 | 0823535-2 |
| | 1713 | 0822954-3 |
| | 1822 | 0824086-8 |
| | 1859 | 0824331-8 |
| | 1895 | 0824521-2 |
| | 1926 | 0824100-3 |
| | 1927 | 0824325-0 |
| | 1962 | 0823768-1 |
| | 2102 | 0823879-9 |
| | 2105 | 0824084-4 |
| | 2143 | 0824203-9 |
| | 2166 | 0822992-3 |
| | 2330 | 0823126-3 |
| Marcus Vinícius Freitas d. Santos | 2328 | 0822894-2 |
| | 2332 | 0823503-0 |
| Marcus Vinícius Sales Pinto | 1147 | 0824827-9 |
| Marcus Vinicius Sales Pinto | 1251 | 0826181-6 |
| Marcus Vinícius Spósito | 0166 | 0823132-1 |
| Marcus Vinicius Tadeu Pereira | 1023 | 0822972-1 |
| Marcus Vinícius Zaros Verri | 1121 | 0829717-8 |
| Margarete Estang Portela | 1757 | 0825621-1 |
| Margareth Liz Cecconello | 0211 | 0825939-8 |
| Margareth Yoko Okagawa Falleiros | 1377 | 0830463-2 |
| Margarida Sathler | 1063 | 0829099-5 |
| | 1121 | 0829717-8 |
| | 1212 | 0829762-3 |
| Maria Adelaide dos Santos Vicente | 2187 | 0829964-7 |
| Maria Alice Negrão de Moura | 1583 | 0830017-0 |
| Maria Alice Ross | 2791 | 0826043-1 |
| Maria Amélia Cassiana M. Vianna | 1125 | 0777163-5/01 |
| | 1475 | 0828702-3 |
| | 1508 | 0828102-3 |
| | 1535 | 0825146-3 |
| | 1599 | 0823937-6 |
| | 1612 | 0829129-8 |
| | 1633 | 0823866-2 |
| | 1661 | 0830721-9 |
| | 1749 | 0823883-3 |
| | 1808 | 0829890-2 |
| | 1813 | 0830877-6 |
| | 1863 | 0825924-7 |
| | 1870 | 0828632-6 |
| | 2217 | 0828384-5 |
| | 2442 | 0828732-1 |
| | 2580 | 0830379-5 |
| Maria Angela Keiko Taira | 1896 | 0824637-5 |
| Maria Antonia Gonçalves | 0225 | 0830672-1 |
| Maria Aparecida Alves da Silva | 2543 | 0831472-5 |
| Maria Aparecida Caldeira | 1395 | 0828754-7 |
| Maria Aparecida da Silva | 1350 | 0829337-0 |
| Maria Augusta Corrêa Lobo | 0034 | 0827200-0 |
| Maria Carolina Brassanini Centa | 0021 | 0831803-0 |
| | 0094 | 0827762-5 |
| | 0435 | 0825276-6 |
| Maria Cecilia Breda C. d. Camargo | 0475 | 0826249-3 |
| Maria Cecília de O. Saldanha | 1459 | 0830128-8 |

| | | |
|---|---|---|
| Maria Christina de Freitas Ramos | 0038 | 0829324-3 |
| | 0039 | 0829766-1 |
| Maria Claudia de Araujo Coimbra | 0632 | 0824326-7 |
| Maria Cláudia Sancho Moreira | 1620 | 0830116-8 |
| Maria Cláudia Stansky | 1513 | 0828763-6 |
| | 1670 | 0822671-9 |
| Maria da Graça da Costa Dias | 2274 | 0830113-7 |
| Maria das Dores V. d. Santos | 0736 | 0823463-1 |
| Maria Elizabeth Jacob | 0866 | 0822832-2 |
| | 1022 | 0822934-1 |
| Maria Emilia Churk Lago | 0003 | 0823072-0 |
| | 0027 | 0823516-7 |
| | 0283 | 0823174-9 |
| | 0304 | 0822466-8 |
| Maria Felícia Chedlovski | 2401 | 0830296-1 |
| | 2525 | 0828144-1 |
| Maria Fernanda Ladeira | 1781 | 0822648-0 |
| Maria Francisca de A. D. Mohr | 0305 | 0822564-9 |
| | 2631 | 0831085-2 |
| Maria Gecilda Ramos | 0202 | 0830789-1 |
| Maria Goretti Basilio | 1300 | 0827779-0 |
| Maria Helena Antunes Bilhão | 1473 | 0828079-9 |
| Maria Inês de Morais Oliveira | 1113 | 0826787-8 |
| Maria Izabel Bruginski | 1689 | 0828296-0 |
| Maria Jussara Fonseca | 2774 | 0824624-8 |
| Maria Letícia Brüsch | 1528 | 0824112-3 |
| | 1681 | 0824678-6 |
| | 1729 | 0828094-6 |
| | 1973 | 0826878-4 |
| | 2032 | 0824133-2 |
| | 2081 | 0827958-1 |
| | 2112 | 0827818-2 |
| | 2175 | 0825048-2 |
| Maria Lorete Biernaski Quezada | 0961 | 0828322-5 |
| Maria Lucia Guidolin | 2304 | 0825359-0 |
| Maria Lúcia Lins C. d. Medeiros | 0073 | 0826129-6 |
| | 2475 | 0825587-4 |
| Maria Lucília Gomes | 2417 | 0823133-8 |
| Maria Luiza Baccaro Gomes | 2462 | 0823705-4 |
| Maria Luíza Loesch | 1406 | 0824291-9 |
| Maria Misue Murata | 0290 | 0825485-5 |
| | 0300 | 0830007-4 |
| Maria Porcel Martins | 0715 | 0828803-5 |
| Maria Rachel Pioli Kremer | 0340 | 0824577-4 |
| Maria Regina Barbosa R. Teixeira | 1985 | 0830033-4 |
| Maria Regina Discini | 0477 | 0826510-7 |
| | 0482 | 0829223-1 |
| | 0497 | 0826072-2 |
| | 0802 | 0829705-8 |
| | 0814 | 0826185-4 |
| | 0834 | 0825932-9 |
| | 0845 | 0822806-2 |
| Maria Regina Vizioli de Melo | 1878 | 0830380-8 |
| Maria Salute Somariva | 0013 | 0828509-2 |
| | 0210 | 0825726-1 |
| Maria Silvia Taddei | 0843 | 0822242-8 |
| Maria Terezinha de Souza N. Filha | 2163 | 0831144-6 |
| Maria Thereza Araújo Cordts | 1346 | 0828648-4 |
| Maria Zelia de O. e. Oliveira | 0164 | 0830233-4 |
| Mariáh Raquel Petrycovski | 0261 | 0829875-5 |
| Mariana Cavalcante Borralho | 1502 | 0825035-5 |
| Mariana Forbeck Cunha | 2643 | 0824232-0 |
| Mariana Garcia de Brito Lima | 2038 | 0825722-3 |
| Mariana Grazziotin Carniel | 0105 | 0830052-9 |
| | 0139 | 0828658-0 |
| | 0218 | 0828718-1 |
| | 0245 | 0830956-2 |
| | 0256 | 0828788-3 |
| Mariana Marçal Araújo Teixeira | 1676 | 0824101-0 |
| | 2039 | 0825828-0 |
| Mariana Paniz | 1424 | 0817870-9 |
| Mariana Paulo Pereira | 2577 | 0829889-9 |
| Mariana Pereira Valério | 0886 | 0830045-4 |
| | 0998 | 0823128-7 |
| | 1052 | 0824435-1 |
| | 1171 | 0827642-8 |
| Mariana Piovezani Moreti | 2054 | 0830228-3 |
| Mariane Cardoso Mascarevich | 2188 | 0830255-0 |
| | 2294 | 0823397-2 |
| | 2327 | 0822220-2 |
| | 2368 | 0823870-6 |
| | 2427 | 0824828-6 |
| | 2548 | 0822846-6 |
| | 2589 | 0823400-4 |
| Mariane Menegazzo | 1369 | 0828686-4 |
| Mariângela Cunha | 0728 | 0825984-3 |
| | 2485 | 0828831-9 |
| Mariano Antônio Cabello Cipolla | 2203 | 0823499-1 |
| | 2288 | 0822874-0 |
| | 2291 | 0823150-9 |
| | 2410 | 0822293-5 |
| Maricy Portugal Werneck | 2563 | 0825452-6 |
| Mariele Zucchello | 2141 | 0823886-4 |
| Marileia Rodrigues Mungo | 1668 | 0822410-6 |
| Marilene Car Feliciano | 1032 | 0824794-5 |
| Marilene Darci Dalmolin Vensão | 0228 | 0823053-5 |
| | 0407 | 0826643-1 |
| | 0420 | 0824945-2 |
| Marili Daluz Ribeiro Taborda | 2304 | 0825359-0 |
| | 2390 | 0828600-4 |
| | 2606 | 0826909-4 |
| Marilia Azambuja de P. Piovesan | 1436 | 0826942-9 |
| Marília Barros Breda | 0462 | 0822380-3 |
| | 0533 | 0822352-9 |
| | 0786 | 0822369-4 |
| Marilza Matioski | 0841 | 0830779-5 |
| | 0961 | 0828322-5 |
| Marina Angélica Assis Z. Furlan | 2093 | 0830158-6 |
| Marina Aparecida Martins | 1243 | 0824464-2 |
| Marina Arouche Pereira Bohn | 1702 | 0830022-1 |
| Marina Blaskovski | 2196 | 0822810-6 |
| | 2202 | 0823474-4 |
| | 2251 | 0824508-9 |
| | 2340 | 0824470-0 |
| | 2425 | 0824479-3 |
| | 2499 | 0831077-0 |
| | 2515 | 0824802-2 |
| Marina Cerqueira Leite de F. Luís | 0107 | 0830895-4 |
| | 0240 | 0829355-8 |
| | 0463 | 0822752-9 |
| Marina Codazzi da Costa | 0206 | 0823978-7 |
| | 0352 | 0824197-6 |
| Marina de Moura Leite | 0490 | 0823411-7 |
| | 0828 | 0823163-6 |
| Marina Freiberger Neiva | 1823 | 0824180-1 |
| Marina Talamini Zilli | 0507 | 0830063-2 |
| | 0813 | 0825139-8 |
| Marinalda Aparecida Schmoller | 1488 | 0820784-3 |
| Mário Augusto Batista de Souza | 0550 | 0828496-0 |
| Mario Baptista de Souza Filho | 1823 | 0824180-1 |
| Mário Campos de Oliveira Junior | 1980 | 0829115-4 |
| Mário Cézar Pianaro Ângelo | 2448 | 0829349-0 |
| | 2626 | 0831324-4 |
| Mário Elias Soltoski Júnior | 0312 | 0825106-9 |
| Mario Espedito Ostrovski | 0004 | 0823135-2 |
| Mario Fernando Mattos Ferreira | 2727 | 0826198-1 |

| | | |
|---|---|---|
| Mario Fernando Silvestre Garcia | 0385 | 0824042-6 |
| Mário Francisco Barbosa | 2313 | 0828939-0 |
| Mario Gabriel Choinski | 0365 | 0823327-0 |
| Mário Geraldo Costa Barrozo | 2015 | 0829081-3 |
| Mário Gregório Barz Junior | 2177 | 0825779-2 |
| Mário Hitoshi Neto Takahashi | 0026 | 0823387-6 |
| | 1784 | 0824245-7 |
| Mário José Machado e Silva | 1436 | 0826942-9 |
| | 2306 | 0826991-2 |
| Mário Júlio Monegatti Junior | 0314 | 0825768-9 |
| Mário Krieger Neto | 0835 | 0827922-1 |
| | 1693 | 0828954-7 |
| | 1732 | 0829074-8 |
| | 2056 | 0830374-0 |
| Mário Lopes da Silva Netto | 2449 | 0829442-6 |
| Mário Marcondes Nascimento | 0882 | 0829387-0 |
| | 0937 | 0825380-5 |
| | 0943 | 0828457-3 |
| | 0948 | 0828859-7 |
| | 0968 | 0831002-3 |
| | 0994 | 0831446-5 |
| | 1008 | 0826118-3 |
| | 1037 | 0828625-1 |
| | 1137 | 0815799-1 |
| | 1151 | 0826803-7 |
| | 1171 | 0827642-8 |
| | 1177 | 0828991-0 |
| | 1181 | 0829648-8 |
| Mário Rocha Filho | 0233 | 0824984-9 |
| Mario Rodrigo Haiduk Azevedo | 1178 | 0829369-2 |
| Mário Ronaldo Camargo | 1388 | 0825177-8 |
| Mario Santos Emerich | 0613 | 0823655-9 |
| Mário Senhorini | 1449 | 0824444-0 |
| Mário Sérgio Rocha | 0642 | 0829933-2 |
| Marisa Ayres de Oliveira | 1964 | 0824122-9 |
| Marisa da Silva Sigulo | 0061 | 0830340-4 |
| | 0745 | 0822946-1 |
| | 0746 | 0822946-1/01 |
| Marisa L. d. M. C. Cordeiro | 0574 | 0826268-8 |
| Marisete Zambiazi | 0867 | 0823702-3 |
| | 1166 | 0824863-5 |
| | 1674 | 0823167-4 |
| | 1791 | 0825271-1 |
| Maristela Busetti | 0190 | 0825458-8 |
| | 0341 | 0824703-4 |
| Maristela Frederico | 0190 | 0825458-8 |
| Maristela Rodrigues | 1370 | 0828926-3 |
| Maristela Schwerz | 1730 | 0828294-6 |
| Mariza de Macedo | 0924 | 0823754-7 |
| Marlene Leithold | 1880 | 0830819-4 |
| Marlene Sestito | 2197 | 0822884-6 |
| Marlene Zannin | 1349 | 0829092-6 |
| Marley Trevisan Sabadin | 1527 | 0823940-3 |
| Marli Aparecida Wasem | 1296 | 0826960-7 |
| Marli Caldas Rolon | 2817 | 0823562-9 |
| Marli Carmen Morestoni | 1251 | 0826181-6 |
| Marli Marlene Horst | 2759 | 0829308-9 |
| Marli Regina Renoste Vieli | 0896 | 0824695-7 |
| | 0987 | 0829107-2 |
| | 1139 | 0822820-2 |
| Marli Rocha de Moura | 1422 | 0830984-6 |
| Marli Salete Pastore | 1435 | 0826138-5 |
| Marli Santos | 0083 | 0822774-5 |
| Marli Terezinha Ferreira D'Avila | 0173 | 0826494-8 |
| Marlon Cordeiro | 2673 | 0821950-1 |
| Marlon de Lima Canteri | 0189 | 0825040-6 |
| Marlon José de Oliveira | 1939 | 0827658-6 |
| Marlos Luiz Bertoni | 0819 | 0829526-7 |
| Marlus Heriberto Arns de Oliveira | 0926 | 0824043-3 |
| | 0955 | 0830048-5 |
| Marlus Raymundo Damázio | 2868 | 0829825-5 |
| Marly Aparecida Borges Kotinda | 1992 | 0830898-5 |
| Marly Borges Domingues | 0776 | 0829180-1 |
| Marta Patricia Bonk | 0553 | 0829484-4 |
| | 1324 | 0829014-2 |
| Martim Francisco Ribas | 0447 | 0822829-5 |
| Martin Roeder Filho | 2395 | 0829201-5 |
| Massaki Fujimura Júnior | 1100 | 0822871-9 |
| Mateus Augusto Debus Nadal | 0371 | 0826007-5 |
| | 2707 | 0832030-1 |
| Mateus Martins Zaniboni | 1446 | 0821505-6 |
| Matheus Capoani Meine | 2094 | 0830278-3 |
| | 2783 | 0820614-6 |
| Matheus Occulati de Castro | 0498 | 0826161-4 |
| Matilde de Miranda | 2676 | 0823164-3 |
| Maureen Daisy Redondo Machado | 2631 | 0831085-2 |
| Mauri Marcelo Bevervanço Junior | 0818 | 0829340-7 |
| | 1071 | 0830799-7 |
| | 1510 | 0828364-3 |
| | 1572 | 0825926-1 |
| | 1677 | 0824401-5 |
| | 1716 | 0824015-9 |
| | 1755 | 0825014-6 |
| | 1784 | 0824245-7 |
| | 1795 | 0827796-1 |
| | 1819 | 0823673-7 |
| | 1894 | 0824500-3 |
| | 2033 | 0824465-9 |
| Maurice Chevalier | 0389 | 0828410-0 |
| Mauricéa de L. P. d. L. Parubocz | 0757 | 0830786-0 |
| Maurício Alcântara da Silva | 2486 | 0828934-5 |
| | 2490 | 0829501-0 |
| Maurício Beleski de Carvalho | 1129 | 0754519-9/01 |
| Maurício Corrêa | 1192 | 0823926-3 |
| Maurício de Oliveira Carneiro | 0693 | 0810687-6 |
| | 0842 | 0831000-9 |
| Maurício Ettori Zaffalão | 1464 | 0818840-5 |
| Maurício Gavanski | 0172 | 0825849-9 |
| | 1030 | 0824683-7 |
| Maurício Gomm Ferreira dos Santos | 0936 | 0825280-0 |
| Maurício Gonçalves Pereira | 0336 | 0819816-3 |
| Maurício José Matras | 1162 | 0822975-2 |
| Maurício José Morato de Toledo | 1071 | 0830799-7 |
| Maurício Kavinski | 1138 | 0822608-6 |
| | 1909 | 0828919-8 |
| | 1936 | 0825684-8 |
| | 2102 | 0823879-9 |
| | 2105 | 0824084-4 |
| | 2305 | 0825792-5 |
| Maurício Luz | 1074 | 0823061-7 |
| Mauricio Machado Fernandes | 0664 | 0822584-1 |
| | 2664 | 0829318-5 |
| Maurício Melo Luize | 0104 | 0830038-9 |
| Mauricio Sagboni M. Teixeira | 0956 | 0830306-2 |
| Mauricio Souza Bochnia | 2411 | 0822845-9 |
| Mauricio Teixeira Mansano Junior | 1017 | 0829928-1 |
| Maurício Vieira | 0166 | 0823132-1 |
| Mauro Alexandre Araújo Kraismann | 0197 | 0829512-3 |
| | 0436 | 0825313-4 |
| Mauro Aparecido | 1156 | 0829206-0 |
| | 1231 | 0829334-9 |
| Mauro Cury Filho | 1356 | 0831546-0 |
| Mauro Eduardo Jaceguay Zamataro | 0840 | 0829927-4 |
| Mauro Lucio Rodrigues | 2282 | 0818806-3 |
| Mauro Luis Siqueira da Silva | 0908 | 0829333-2 |
| | 1452 | 0825755-2 |
| Mauro Luiz Taborda Rocha | 2665 | 0829554-1 |
| | 2785 | 0822791-6 |
| Mauro Raul Pinheiro Machado | 0333 | 0830279-0 |
| Mauro Ribeiro Borges | 0575 | 0826632-8 |
| | 0774 | 0828024-4 |

| | | |
|---|---|---|
| Mauro Sérgio Guedes Nastari | 0476 | 0826343-6 |
| | 0813 | 0825139-8 |
| | 1513 | 0828763-6 |
| | 1532 | 0824414-2 |
| | 1571 | 0825908-3 |
| | 1579 | 0829284-4 |
| | 1754 | 0824848-8 |
| | 1861 | 0824781-8 |
| | 1875 | 0829691-9 |
| | 2099 | 0822509-8 |
| | 2106 | 0824339-4 |
| | 2204 | 0823809-7 |
| | 2244 | 0823818-6 |
| | 2303 | 0824971-2 |
| | 2444 | 0828797-2 |
| | 2477 | 0825839-3 |
| | 2513 | 0824460-4 |
| | 2551 | 0823145-8 |
| | 2558 | 0824386-3 |
| | 2601 | 0824999-0 |
| Mauro Vignotti | 1671 | 0822802-4 |
| Mauro Viotto | 1593 | 0822661-3 |
| Mauro Zarpelão | 1575 | 0828561-2 |
| Max Hercílio Gonçalves | 1812 | 0830381-5 |
| Maximilian Zerek | 1206 | 0828531-4 |
| | 1211 | 0829130-1 |
| Maximiliano Gomes Mens Woellner | 1417 | 0829317-8 |
| Maycon Dôlevan Sabakeviski | 2070 | 0824096-4 |
| Maykon Del Canale Ribeiro | 1635 | 0824273-1 |
| | 2476 | 0825833-1 |
| Maylin Maffini | 2209 | 0824482-0 |
| | 2212 | 0825500-7 |
| | 2258 | 0825912-7 |
| | 2309 | 0828395-8 |
| | 2341 | 0824883-7 |
| | 2343 | 0825032-4 |
| | 2363 | 0831014-3 |
| | 2405 | 0830871-4 |
| | 2434 | 0828453-5 |
| | 2478 | 0827184-1 |
| | 2482 | 0828268-6 |
| | 2526 | 0828151-6 |
| | 2532 | 0829153-4 |
| | 2539 | 0829848-8 |
| | 2557 | 0824188-7 |
| | 2602 | 0825468-4 |
| | 2607 | 0827465-1 |
| | 2620 | 0829944-5 |
| Mayta Lobo dos Santos | 1632 | 0823854-2 |
| Mayumi A. M. A. Matsuoka | 2886 | 0831162-4 |
| Melina Solanho | 1955 | 0830375-7 |
| Melissa Buratto Schaikoski | 0308 | 0824132-5 |
| | 0405 | 0825017-7 |
| Melissa Gonçales dos Santos | 2902 | 0831413-6 |
| Melissa Kirsten Hetka | 0903 | 0828397-2 |
| Melissa Prado do Espírito Santo | 1787 | 0824630-6 |
| Melvis Muchiuti | 2792 | 0827122-1 |
| Menahem David Dansiger de Souza | 0511 | 0822635-3 |
| Mercedes Helena de Souza Oliveira | 1070 | 0830727-1 |
| Mércia Vasconcelos | 0265 | 0823651-1 |
| Messias Queiroz Uchôa | 1694 | 0829145-2 |
| Michael Hiromi Zampronio Miyazaki | 2677 | 0823319-8 |
| | 2876 | 0823407-3 |
| michael vinícius de oliveira | 2262 | 0828500-9 |
| Michel Aron Platchek | 0210 | 0825726-1 |
| Michel Fegury Junior | 0572 | 0825343-2 |
| Michel Laureanti | 0199 | 0830357-9 |
| | 0242 | 0829988-7 |
| | 0302 | 0830863-2 |
| Michel Risso | 1046 | 0823334-5 |
| Michele Andresa de Souza | 2391 | 0828705-4 |
| Michele Barth Rocha | 1242 | 0824068-0 |
| Michele Stankiewicz | 1314 | 0823249-1 |
| Micheli Cristina Saif | 1425 | 0823169-8 |
| Micheli Tonet Popiolek | 1160 | 0831042-7 |
| Michelle Braga Vidal | 0360 | 0829221-7 |
| | 1554 | 0830079-0 |
| | 1628 | 0822365-6 |
| | 1667 | 0821562-1 |
| | 1712 | 0818677-2 |
| | 1727 | 0827943-0 |
| | 1848 | 0819475-2 |
| | 1851 | 0820376-1 |
| | 1882 | 0820463-9 |
| | 1883 | 0822375-2 |
| | 1901 | 0827218-2 |
| | 1906 | 0828436-4 |
| | 1920 | 0831361-7 |
| | 1921 | 0831534-0 |
| | 1947 | 0828869-3 |
| | 1959 | 0818668-3 |
| | 1977 | 0828348-9 |
| | 2098 | 0818784-2 |
| | 2132 | 0819459-8 |
| Michelle Coelho C. Berardi | 1428 | 0824215-9 |
| Michelle Gonçalves Dias | 1634 | 0823971-8 |
| Michelle Pinheiro Gonçalves Silva | 0737 | 0823536-9 |
| Michelle Pinterich | 0507 | 0830063-2 |
| Michelle Schuster Neumann | 2267 | 0829024-8 |
| | 2481 | 0828253-5 |
| | 2515 | 0824802-2 |
| | 2541 | 0830175-7 |
| Michelli Marcante | 0142 | 0830104-8 |
| Michelly Alberti | 0874 | 0825065-3 |
| | 1316 | 0824618-0 |
| | 1383 | 0823286-4 |
| | 1385 | 0824256-0 |
| Mieko Ito | 1582 | 0829799-0 |
| | 2037 | 0825374-7 |
| | 2187 | 0829964-7 |
| | 2341 | 0824883-7 |
| | 2461 | 0823675-1 |
| | 2465 | 0823873-7 |
| | 2565 | 0826200-6 |
| | 2566 | 0826213-3 |
| Miguel Angelo Rasbold | 0924 | 0823754-7 |
| Miguel Elias Makiolka | 0347 | 0830803-6 |
| Miguel Fernando Romio | 2480 | 0827828-8 |
| Miguel Telles de Camargo | 0150 | 0822947-8 |
| Mikaeli Freitas | 1131 | 0795954-4/01 |
| Milena Grossi dos Santos | 2117 | 0829189-4 |
| Milene Ana dos Santos Pozzer | 0768 | 0824839-9 |
| Milene Sayuri Anami | 0085 | 0822826-4 |
| Milken Jacqueline C. Jacomini | 2211 | 0825183-6 |
| | 2259 | 0826628-4 |
| | 2289 | 0822917-0 |
| | 2296 | 0823846-0 |
| | 2311 | 0828610-0 |
| | 2313 | 0828939-0 |
| | 2393 | 0828968-1 |
| | 2396 | 0829367-8 |
| | 2400 | 0830216-3 |
| | 2426 | 0824626-2 |
| | 2428 | 0824896-4 |
| | 2432 | 0825780-5 |
| | 2456 | 0816776-2 |
| | 2472 | 0824792-1 |
| | 2506 | 0823058-0 |
| | 2509 | 0823833-3 |
| | 2523 | 0826208-2 |
| Milton Adriano de Oliveira | 2350 | 0827822-6 |
| Milton César da Rocha | 1373 | 0829492-6 |
| Milton Ferreira | 0148 | 0820767-2 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 0877 | 0826182-3 |
| | 0883 | 0829703-4 |
| | 0886 | 0830045-4 |
| | 0887 | 0830317-5 |

| | | |
|---|---|---|
| | 0888 | 0830366-8 |
| | 0910 | 0830129-5 |
| | 0911 | 0830905-5 |
| | 0922 | 0823590-3 |
| | 0945 | 0828663-1 |
| | 0947 | 0828784-5 |
| | 0951 | 0829305-8 |
| | 0960 | 0827834-6 |
| | 0967 | 0830359-3 |
| | 0976 | 0824795-2 |
| | 0979 | 0825676-6 |
| | 0982 | 0826284-2 |
| | 0983 | 0827333-4 |
| | 0990 | 0830166-8 |
| | 0998 | 0823128-7 |
| | 1010 | 0827946-1 |
| | 1023 | 0822972-1 |
| | 1028 | 0824492-6 |
| | 1052 | 0824435-1 |
| | 1053 | 0824452-2 |
| | 1054 | 0825340-1 |
| | 1065 | 0829350-3 |
| | 1069 | 0830298-5 |
| | 1091 | 0829379-8 |
| | 1099 | 0822778-3 |
| | 1155 | 0829124-3 |
| | 1171 | 0827642-8 |
| | 1177 | 0828991-0 |
| | 1191 | 0823861-7 |
| | 1199 | 0824921-2 |
| | 1200 | 0825321-6 |
| | 1223 | 0824607-7 |
| | 1239 | 0823635-7 |
| | 1240 | 0823680-2 |
| | 1248 | 0825602-6 |
| | 1249 | 0825930-5 |
| | 1253 | 0828353-0 |
| | 1258 | 0829856-0 |
| Milton Miró Vernalha Filho | 0534 | 0823052-8 |
| Milton Olizaroski | 1277 | 0829763-0 |
| Milton Placido de Castro | 1004 | 0824969-2 |
| Milton Teodoro da Silva | 1150 | 0826455-1 |
| Mirella Parra Fulop | 1050 | 0824226-2 |
| | 1493 | 0823847-7 |
| | 1655 | 0829695-7 |
| | 1673 | 0823143-4 |
| | 1675 | 0823535-2 |
| | 2006 | 0828110-5 |
| | 2330 | 0823126-3 |
| Mirella Pieroccini do Amaral | 0822 | 0830589-1 |
| Miria Maria Boll Peres | 0274 | 0826141-2 |
| Miriam Beluco | 0684 | 0824726-7 |
| Miriam Bispo Cardoso Carvalho | 0305 | 0822564-9 |
| Miriam Persia de Souza | 0887 | 0830317-5 |
| Mirian Regina Lopes Carvalho | 2750 | 0831591-5 |
| | 2782 | 0831822-5 |
| Mirian Rita Sponchiado | 1599 | 0823937-6 |
| | 1633 | 0823866-2 |
| | 1672 | 0822867-5 |
| | 1813 | 0830877-6 |
| | 1890 | 0823804-2 |
| Mithiele Tatiana Rodrigues | 1868 | 0828366-7 |
| | 1901 | 0827218-2 |
| | 2100 | 0823191-0 |
| Moacir Antônio Perão | 0397 | 0822683-9 |
| Moacir Borges Junior | 1637 | 0824554-1 |
| Moacir Costa de Oliveira | 0121 | 0829550-3 |
| Moacir de Melo | 1955 | 0830375-7 |
| Moisés Batista de Souza | 2194 | 0822751-2 |
| | 2460 | 0823137-6 |
| | 2560 | 0824888-2 |
| Moisés Moura Saura | 0106 | 0830790-4 |
| Mônica Carraro Bremer | 1875 | 0829691-9 |
| Mônica Dalmolin | 0934 | 0825072-8 |
| | 1529 | 0824123-6 |
| | 1886 | 0823340-3 |
| Mônica Daltoé | 1967 | 0824987-0 |
| Mônica Fernanda Mattes | 1618 | 0830009-8 |
| Mônica Ferreira Mello Biora | 1054 | 0825340-1 |
| | 1191 | 0823861-7 |
| Mônica Franco Bresolin | 1569 | 0824488-2 |
| Mônica Painka Pereira | 0615 | 0824423-1 |
| | 2669 | 0830218-7 |
| Mônica Pimentel de Souza Lobo | 0327 | 0825169-6 |
| | 0396 | 0822654-8 |
| | 0424 | 0828448-4 |
| | 2604 | 0826159-4 |
| Mônica Ribeiro Bonesi | 0737 | 0823536-9 |
| Monicielle Mazzocco Souza | 1076 | 0823706-1 |
| Moreno Cauê Broetto Cruz | 1225 | 0824876-2 |
| Mouzar Martins Barboza | 2371 | 0824125-0 |
| Moyses Grinberg | 1857 | 0823960-5 |
| Munirah Muhieddine | 1010 | 0827946-1 |
| | 1033 | 0825743-2 |
| | 2753 | 0822923-8 |
| Muricy de Almeida Silva | 0631 | 0823876-8 |
| Muriel de Oliveira Pereira | 2310 | 0828599-6 |
| Murillo Espinola de Oliveira Lima | 0865 | 0822060-6 |
| | 0871 | 0824662-8 |
| | 0890 | 0822069-9 |
| | 0895 | 0824675-5 |
| | 0897 | 0824856-0 |
| | 0898 | 0824893-3 |
| | 0988 | 0829182-5 |
| | 0996 | 0822536-5 |
| | 1021 | 0822044-2 |
| | 1029 | 0824632-0 |
| | 1031 | 0824690-2 |
| | 1080 | 0824646-4 |
| | 1081 | 0824770-5 |
| | 1106 | 0824744-5 |
| | 1141 | 0823087-1 |
| | 1165 | 0824752-7 |
| | 1176 | 0828864-8 |
| | 1185 | 0830485-8 |
| | 1198 | 0824778-1 |
| | 1211 | 0829130-1 |
| | 1213 | 0830142-8 |
| | 1217 | 0822326-9 |
| | 1221 | 0824065-9 |
| | 1244 | 0824653-9 |
| Murilo Cleve Machado | 0887 | 0830317-5 |
| | 1054 | 0825340-1 |
| Murilo Francisco do Amaral | 2561 | 0825179-2 |
| Nadia de Souza Ibrahim | 1587 | 0830108-6 |
| Nadia Elisa Bueno | 0930 | 0824627-9 |
| | 1855 | 0823276-8 |
| | 2376 | 0824721-2 |
| Nadya Fernanda Franco Ferreira | 1402 | 0821528-9 |
| nahiane ramalho de mattos | 0062 | 0830967-5 |
| Nanci Terezinha Zimmer | 1116 | 0829020-0 |
| Naoto Yamasaki | 0534 | 0823052-8 |
| Naradiba Silamara Guerra de Souza | 1629 | 0822583-4 |
| Natália da Rocha G. d. Jesus | 2498 | 0830765-1 |
| NATALIA SCHWINGEL DE SOUZA | 1082 | 0825073-5 |
| Natalina Lopes Pinheiro | 2646 | 0823348-9 |
| Natanael Gorte Camargo | 0935 | 0825261-5 |
| | 1388 | 0825177-8 |
| Natasha de Sá Gomes Vilardo | 1671 | 0822802-4 |
| Natássia Emely Pereira Procópio | 0263 | 0830846-1 |
| Nathalia Costa da Fonseca | 0833 | 0825800-2 |
| Nathália Kowalski Fontana | 1125 | 0777163-5/01 |
| | 1475 | 0828702-3 |
| | 1508 | 0828102-3 |
| | 1535 | 0825146-3 |
| | 1599 | 0823937-6 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1612 | 0829129-8 |
| | 1633 | 0823866-2 |
| | 1661 | 0830721-9 |
| | 1749 | 0823883-3 |
| | 1813 | 0830877-6 |
| | 1863 | 0825924-7 |
| | 2075 | 0824524-3 |
| | 2217 | 0828384-5 |
| | 2442 | 0828732-1 |
| Nathalia Lima Barreto | 0379 | 0830628-3 |
| Nathália Suzana Costa S. Tozetto | 1798 | 0828217-9 |
| Nathascha Raphaela Pomagerski | 0517 | 0824777-4 |
| | 1354 | 0831255-4 |
| Nedi Valdi Damiati | 2783 | 0820614-6 |
| Neimar Batista | 2062 | 0817274-7 |
| Neimar José Pompermaier | 1024 | 0823006-6 |
| Neison Monteiro Cruvinel | 2014 | 0829033-7 |
| Neiton Cruvinel Filho | 2014 | 0829033-7 |
| Nelson Alcides de Oliveira | 2462 | 0823705-4 |
| Nelson Antônio Gomes Junior | 1298 | 0827445-9 |
| Nelson Gomes Mattos Júnior | 1260 | 0830813-2 |
| Nelson Gramazio | 1381 | 0822900-5 |
| Nelson João Klas | 1415 | 0828394-1 |
| Nelson João Klas Júnior | 1415 | 0828394-1 |
| | 1455 | 0828793-4 |
| | 1465 | 0822821-9 |
| Nelson João Schaikoski | 0308 | 0824132-5 |
| | 0405 | 0825017-7 |
| Nelson Junki Lee | 1103 | 0823904-7 |
| | 1166 | 0824863-5 |
| Nelson Luiz Nouvel Alessio | 0882 | 0829387-0 |
| | 0943 | 0828457-3 |
| | 0948 | 0828859-7 |
| | 0959 | 0816692-1 |
| Nelson Paschoalotto | 0921 | 0823454-2 |
| | 1573 | 0827259-3 |
| | 2126 | 0830464-9 |
| | 2144 | 0824289-9 |
| | 2279 | 0831141-5 |
| | 2336 | 0823993-4 |
| | 2391 | 0828705-4 |
| | 2414 | 0822916-3 |
| | 2564 | 0826097-9 |
| Nelson Pilla Filho | 1936 | 0825684-8 |
| | 2195 | 0822782-7 |
| | 2247 | 0824024-8 |
| Nelson Ramos Küster | 0940 | 0825994-9 |
| | 1246 | 0825154-5 |
| Nelson Soares da Silva Nero | 1160 | 0831042-7 |
| Nelson Souza Neto | 0084 | 0822790-9 |
| Nemo Francisco Spano Vidal | 2385 | 0826166-9 |
| Nenetti Adelar Orzechowski | 0565 | 0823383-8 |
| Nerei Alberto Bernardi | 1028 | 0824492-6 |
| | 1218 | 0823139-0 |
| | 2386 | 0827427-1 |
| Nereu Carlos Massignan | 1290 | 0824413-5 |
| | 2345 | 0825612-2 |
| Nereu de Oliveira | 0155 | 0824814-2 |
| Neri Luiz Cenzi | 0142 | 0830104-8 |
| Neusa Maria Garanteski | 0068 | 0824064-2 |
| Neuza Tebinka Senhorini | 1449 | 0824444-0 |
| Newton Bueno Lacerda | 2807 | 0827133-4 |
| Newton Dorneles Saratt | 1603 | 0825191-8 |
| | 1631 | 0823730-7 |
| | 1844 | 0829798-3 |
| | 1853 | 0822841-1 |
| | 1935 | 0825631-7 |
| | 2046 | 0828790-3 |
| | 2057 | 0830407-4 |
| | 2065 | 0822698-0 |
| | 2156 | 0829062-8 |
| | 2335 | 0823852-8 |
| Nicole Cristina Abrão Caron | 2384 | 0826127-2 |
| Nikolle Koutsoukos Amadori | 0883 | 0829703-4 |
| Nilberto Rafael Vanzo | 1046 | 0823334-5 |
| Nilcélia Lemes Lustri | 1321 | 0827230-8 |
| Nilso Luiz Fernandes | 1305 | 0830312-0 |
| | 2367 | 0823663-1 |
| Nilson de Melo Júnior | 0231 | 0823752-3 |
| Nilson Roberto Custodio | 1077 | 0824085-1 |
| Nilton Antônio de Almeida Maia | 1075 | 0823140-3 |
| | 1167 | 0824871-7 |
| | 1238 | 0822784-1 |
| Nilza Aparecida S. B. d. Lima | 1788 | 0825019-1 |
| Nilzo Antônio Roda da Silva | 1590 | 0830855-0 |
| Ninanrose Carvalho | 0606 | 0831102-8 |
| Nirlando Jacinto Pacheco | 2306 | 0826991-2 |
| Nivaldo Migliozzi | 0457 | 0826049-3 |
| Nivaldo Possamai | 2528 | 0828655-9 |
| Nixon Alexsandro Fiori | 1440 | 0829737-0 |
| Noe Aparecido da Costa | 1489 | 0823084-0 |
| Noé Galdamez Herrera | 1909 | 0828919-8 |
| Noeli de Souza Machado | 2367 | 0823663-1 |
| | 2729 | 0828922-5 |
| Noeme Francisco Siqueira | 0385 | 0824042-6 |
| Norbert Heidemann | 2407 | 0816762-8 |
| Norberto Targino da Silva | 2269 | 0829236-8 |
| | 2612 | 0828902-3 |
| Norberto Vicente de Castro | 2644 | 0829783-2 |
| NORMASIRES JOANILGO LEITE | 2771 | 0823446-0 |
| Norton Passos Waldraff | 0936 | 0825280-0 |
| Núbia Mendes | 0313 | 0825297-5 |
| Nychellen Cyria Abdala | 2873 | 0822431-5 |
| Nydia Maria Ramos de Almeida | 2550 | 0823142-7 |
| Octavio Campos Fischer | 1027 | 0824148-3 |
| Odair Batista de Oliveira | 0601 | 0829295-7 |
| Odair Martins | 1076 | 0823706-1 |
| Odair Saboia Cordeiro | 2317 | 0829987-0 |
| Odair Vicente Moreschi | 0390 | 0828820-6 |
| | 1391 | 0827765-6 |
| Odenir Borges | 0785 | 0821509-4 |
| Odete de Fátima P. d. Almeida | 2552 | 0823209-7 |
| Odilon Reinhardt | 1495 | 0824157-2 |
| Oksandro Osdival Gonçalves | 0508 | 0830261-8 |
| Olavo Muniz de Carvalho | 2696 | 0824405-3 |
| Oldemar Mariano | 1127 | 0780845-7/01 |
| | 1494 | 0824056-0 |
| | 1605 | 0826363-8 |
| | 1686 | 0825821-1 |
| | 1780 | 0822284-6 |
| | 1889 | 0823777-0 |
| | 2070 | 0824096-4 |
| | 2107 | 0825081-7 |
| | 2169 | 0823840-8 |
| Olga Clea Stankewicz Schmidt | 0434 | 0824682-0 |
| Olide João de Ganzer | 1700 | 0829616-6 |
| | 1749 | 0823883-3 |
| | 1881 | 0831120-6 |
| | 2006 | 0828110-5 |
| | 2182 | 0828615-5 |
| Olinto Roberto Terra | 1587 | 0830108-6 |
| | 2152 | 0828735-2 |
| Olirio Rives dos Santos | 2801 | 0822518-7 |
| Olivarde Francisco da Silva | 0002 | 0822756-7 |
| | 0075 | 0828145-8 |
| | 0116 | 0826954-9 |
| | 0171 | 0825345-6 |
| Olívia Motta Monteiro | 1585 | 0830092-3 |
| Olivio Gamboa Panucci | 1848 | 0819475-2 |
| | 1959 | 0818668-3 |
| | 1978 | 0828607-3 |
| | 2052 | 0829599-0 |
| | 2064 | 0819324-0 |
| | 2098 | 0818784-2 |
| | 2132 | 0819459-8 |
| Olívio Horácio Rodrigues Ferraz | 2055 | 0830277-6 |

| | | |
|---|---|---|
| Omar Campos da Silva Junior | 0726 | 0824337-0 |
| Omero Araujo de Freitas | 1441 | 0829738-7 |
| Omires Pedroso do Nascimento | 0275 | 0827955-0 |
| | 0308 | 0824132-5 |
| | 0342 | 0824898-8 |
| | 0405 | 0825017-7 |
| Orides Negrello Filho | 1988 | 0830313-7 |
| Orildo de Souza | 0559 | 0819644-7 |
| Orival Correa de Siqueira | 0872 | 0824843-3 |
| | 1265 | 0823039-5 |
| Orlando Alexandrino | 1922 | 0819020-7 |
| Orlando Anzoategui Júnior | 2146 | 0825084-8 |
| Orlando Gomes Pedroso | 2700 | 0827761-8 |
| Orlando Moisés Fisher Pessuti | 0443 | 0831262-9 |
| Orlando Ribeiro | 0503 | 0829064-2 |
| | 0661 | 0831381-9 |
| Oscar Estanislau Nasihgil | 1342 | 0827189-6 |
| Oscar Fleischfresser | 0585 | 0830093-0 |
| Oscar Ivan Prux | 1790 | 0825055-7 |
| | 1827 | 0825329-2 |
| | 1847 | 0819321-9 |
| | 1849 | 0819485-8 |
| | 1923 | 0819331-5 |
| Oscar João Mugnol | 0853 | 0825647-5 |
| Oséias Andrade de Braga | 0750 | 0830770-2 |
| Oséias Martins Barboza | 0390 | 0828820-6 |
| Osires Geraldo Kapp | 0757 | 0830786-0 |
| | 1819 | 0823673-7 |
| Osli de Souza Machado | 2077 | 0824936-3 |
| | 2634 | 0831451-6 |
| Osmann de Oliveira | 0779 | 0830469-4 |
| Osmar Araújo Soares | 0381 | 0822956-7 |
| | 0770 | 0825270-4 |
| | 0788 | 0822951-2 |
| | 1000 | 0824599-0 |
| | 1100 | 0822871-9 |
| | 1791 | 0825271-1 |
| Osmar Codolo Franco | 0388 | 0826660-2 |
| Osmar de Andrade Ferreira | 1720 | 0825310-3 |
| Osmar Hélcias Schwartz Júnior | 0877 | 0826182-3 |
| Osmires João Carlos Turra | 1353 | 0768232-6/03 |
| Osni de Jesus Taborda Ribas | 1964 | 0824122-9 |
| Osnildo Pacheco Júnior | 0196 | 0829044-0 |
| | 2135 | 0822712-5 |
| | 2891 | 0831027-0 |
| Osvaldo Calizario | 0434 | 0824682-0 |
| Osvaldo Francisco Júnior | 0469 | 0824050-8 |
| Osvaldo Marques de Souza | 2385 | 0826166-9 |
| Oswaldo Tondo | 1263 | 0822449-7 |
| Otávio Augusto Ferraro | 1748 | 0823700-9 |
| Otávio Augusto Inácio Massignan | 1290 | 0824413-5 |
| | 2345 | 0825612-2 |
| Otávio Augusto Loepper | 2295 | 0823834-0 |
| Otavio Augusto Samuel Patzsch | 0851 | 0825386-7 |
| Otávio Cadenassi Filho | 1025 | 0823091-5 |
| Otavio Ernesto Marchesini | 1417 | 0829317-8 |
| Otávio Guilherme Ely | 1067 | 0829975-0 |
| | 1117 | 0829029-3 |
| OTAVIO GUILHERME ELY | 1179 | 0829377-4 |
| Ovandi Ribeiro | 2660 | 0823843-9 |
| Ozimo Costa Pereira | 0609 | 0822528-3 |
| Pablo Adriano de Paula | 0541 | 0824975-0 |
| Pablo Milanese | 0681 | 0822839-1 |
| Paola de Almeida Petris | 1986 | 0830271-4 |
| Patrícia Mello de Souza Freire | 1721 | 0825442-0 |
| | 1864 | 0825942-5 |
| Patrícia Borba Taras | 1606 | 0827201-7 |
| | 2472 | 0824792-1 |
| | 2843 | 0830197-3 |
| Patrícia Botter Nickel | 1259 | 0830020-7 |
| | 1447 | 0822233-9 |
| Patricia Carla de Deus Lima | 1587 | 0830108-6 |
| | 1760 | 0828259-7 |
| | 2042 | 0828461-7 |
| Patrícia Chemim | 2359 | 0829527-4 |
| Patrícia da Fonseca dos Santos | 1319 | 0825292-0 |
| Patrícia de Andrade Atherino | 0459 | 0829280-6 |
| Patrícia de Andrade Frehse | 1538 | 0826060-2 |
| Patrícia de Barros C. Casillo | 0461 | 0830363-7 |
| Patricia de Limas N. L. Lopes | 1236 | 0831341-5 |
| Patrícia de Oliveira Boaski | 0292 | 0826567-6 |
| Patrícia de Paula Pereira Inês | 2151 | 0828486-4 |
| Patrícia Francisco de Souza | 2830 | 0830269-4 |
| Patricia Luciana Carvalho | 0425 | 0828587-6 |
| Patrícia Marcos de Oliveira | 1203 | 0826201-3 |
| Patrícia Menezes de Oliveira | 2905 | 0828149-6 |
| Patrícia Piekarczyk | 0999 | 0823955-4 |
| Patrícia Piló Bittencourt Redig | 1347 | 0828931-4 |
| Patrícia Pizzano Caggiano | 2325 | 0831155-9 |
| Patricia Pontaroli Jansen | 1579 | 0829284-4 |
| | 2422 | 0824151-0 |
| | 2428 | 0824896-4 |
| | 2514 | 0824692-6 |
| Patrícia Ribeiro Ferreira | 1651 | 0828850-4 |
| Patrícia Tomazeli | 2045 | 0828723-2 |
| Patrícia Trento | 2194 | 0822751-2 |
| | 2855 | 0823029-9 |
| Patrik Odair de Oliveira | 1425 | 0823169-8 |
| Paula Alessandra F. Bustamante | 0374 | 0827009-3 |
| Paula D'Amico Pedriali | 0881 | 0829247-1 |
| | 1175 | 0828764-3 |
| Paula Eloisa de Oliveira | 1370 | 0828926-3 |
| Paula Gisele Puquevis de Moraes | 2260 | 0827865-1 |
| Paula Karena Felice de Sales | 1411 | 0826300-1 |
| Paula Schenfelder Falaschi | 2165 | 0822617-5 |
| Paulo Andre Alves de Rezende | 1302 | 0829106-5 |
| Paulo Antônio Barca | 2187 | 0829964-7 |
| Paulo Arcoverde Nascimento | 2623 | 0830164-4 |
| Paulo Augusto do Nascimento Schön | 0364 | 0823144-1 |
| Paulo Batista Ferreira | 1426 | 0823574-9 |
| Paulo César de Souza | 2851 | 0821244-8 |
| Paulo Cesar Keinert Castor | 0425 | 0828587-6 |
| Paulo César Lago de Almeida | 0340 | 0824577-4 |
| Paulo César Siqueira da Silva | 0908 | 0829333-2 |
| Paulo Cezar Magalhães Penha | 1694 | 0829145-2 |
| | 2073 | 0824415-9 |
| Paulo Cortellini | 0482 | 0829223-1 |
| | 0527 | 0829311-6 |
| Paulo Donato Marinho Gonçalves | 2144 | 0824289-9 |
| Paulo Fernando Paz Alarcon | 0817 | 0828311-2 |
| Paulo Fleury de Souza Lima | 0964 | 0829474-8 |
| Paulo Giovani Fornazari | 1232 | 0830186-0 |
| | 1830 | 0826299-3 |
| Paulo Guilherme de Mendonça Lopes | 2191 | 0830865-6 |
| Paulo Henrique Berehulka | 0417 | 0824258-4 |
| | 0440 | 0828015-5 |
| | 0539 | 0823918-1 |
| Paulo Henrique Camargo Viveiros | 0543 | 0825143-2 |
| | 0848 | 0823892-2 |
| | 1074 | 0823061-7 |
| Paulo Henrique Gardemann | 1048 | 0823941-0 |
| | 2180 | 0828084-0 |
| Paulo José Prestes | 1419 | 0829838-2 |
| Paulo José Zanellato Filho | 0242 | 0829988-7 |
| | 0302 | 0830863-2 |
| Paulo Maurício Branco | 0944 | 0828647-7 |
| Paulo Nobuo Tsuchiya | 0038 | 0829324-3 |

| | | |
|---|---|---|
| | 0140 | 0829321-2 |
| | 0179 | 0829996-9 |
| | 0193 | 0828757-8 |
| | 0237 | 0827665-1 |
| | 0260 | 0829827-9 |
| | 0281 | 0830086-5 |
| | 0291 | 0826470-8 |
| Paulo Renato Lopes Raposo | 1623 | 0830617-0 |
| | 1627 | 0831325-1 |
| | 2074 | 0824416-6 |
| Paulo Roberto Azeredo | 1985 | 0830033-4 |
| | 2152 | 0828735-2 |
| Paulo Roberto Barbieri | 1518 | 0830289-6 |
| | 1857 | 0823960-5 |
| Paulo Roberto Campos Vaz | 1864 | 0825942-5 |
| Paulo Roberto Carneiro Pacenko | 0565 | 0823383-8 |
| Paulo Roberto Castagnoli | 1993 | 0822634-6 |
| Paulo Roberto Dunaiski | 0955 | 0830048-5 |
| Paulo Roberto Fadel | 2023 | 0830784-6 |
| Paulo Roberto Ferreira Pereira | 0434 | 0824682-0 |
| Paulo Roberto Glaser | 0240 | 0829355-8 |
| Paulo Roberto Gomes | 1545 | 0828839-5 |
| | 1662 | 0830739-1 |
| | 1710 | 0831346-0 |
| | 1738 | 0830105-5 |
| | 1742 | 0830594-2 |
| | 1769 | 0828938-3 |
| | 1771 | 0829984-9 |
| | 1914 | 0830016-3 |
| | 1916 | 0830744-2 |
| | 1919 | 0831191-5 |
| | 1954 | 0830123-3 |
| | 1976 | 0827898-0 |
| | 2016 | 0829584-9 |
| | 2065 | 0822698-0 |
| | 2114 | 0828669-3 |
| | 2116 | 0828838-8 |
| | 2129 | 0808981-8 |
| | 2161 | 0829937-0 |
| Paulo Roberto Jensen | 1264 | 0822816-8 |
| Paulo Roberto Kawashima Carvalho | 0665 | 0823046-0 |
| Paulo Roberto Leonel Felipe | 0579 | 0828538-3 |
| Paulo Roberto Merlin Ribas | 1896 | 0824637-5 |
| Paulo Roberto Moreira G. Junior | 0815 | 0827306-7 |
| Paulo Roberto Nakakogue | 2222 | 0829054-6 |
| Paulo Roberto Pegoraro Junior | 1709 | 0831084-5 |
| Paulo Roberto Pires | 0754 | 0830970-2 |
| | 1121 | 0829717-8 |
| Paulo Roberto Ribeiro Nalin | 1287 | 0822474-0 |
| Paulo Rodrigo Ferreira Pinto | 1832 | 0827232-2 |
| Paulo Rossano dos S. G. Junior | 0863 | 0816284-9 |
| Paulo Sérgio Bandeira | 1348 | 0829049-5 |
| Paulo Sérgio de Oliveira Borges | 2338 | 0824230-6 |
| Paulo Sergio Gonçalves | 1317 | 0824934-9 |
| Paulo Sérgio Ivanoski | 1627 | 0831325-1 |
| Paulo Sergio Mecchi | 1404 | 0823068-6 |
| Paulo Sérgio Nied | 0565 | 0823383-8 |
| Paulo Sérgio Sena | 1243 | 0824464-2 |
| Paulo Sérgio S. Cachoeira | 1023 | 0822972-1 |
| Paulo Sérgio Winckler | 2220 | 0828921-8 |
| | 2241 | 0823165-0 |
| | 2491 | 0829630-6 |
| | 2591 | 0823482-6 |
| Paulo Vinicio Fortes Filho | 0213 | 0827455-5 |
| Paulo Vinícius Accioly C. d. Rosa | 1773 | 0830422-1 |
| Pedro Airton Soares de Camargo | 0493 | 0824029-3 |
| Pedro Augusto Cruz Porto | 1607 | 0827363-2 |
| | 1641 | 0826841-7 |
| | 1826 | 0825204-0 |
| Pedro Augusto Vantroba | 1541 | 0827753-6 |
| Pedro Barausse Neto | 0650 | 0823309-2 |
| Pedro Carlos Palma | 1522 | 0830540-4 |
| | 1533 | 0824776-7 |
| | 2069 | 0823868-6 |
| | 2489 | 0829486-8 |
| Pedro de Noronha da Costa Bispo | 0084 | 0822790-9 |
| | 0111 | 0822895-9 |
| | 0143 | 0830172-6 |
| | 0167 | 0823512-9 |
| | 0357 | 0825989-8 |
| Pedro Girolamo Macarini | 2014 | 0829033-7 |
| Pedro Henrique Gobbi Machado | 0439 | 0827361-8 |
| Pedro Henrique Igino Borges | 1351 | 0829821-7 |
| Pedro Henrique Machado Martins | 1952 | 0829699-5 |
| Pedro Henrique Scherner Romanel | 0444 | 0831269-8 |
| Pedro Henrique Tomazini Gomes | 1935 | 0825631-7 |
| Pedro Luiz Petrolini Forte | 2909 | 0831711-7 |
| Pedro Márcio Grabicoski | 0887 | 0830317-5 |
| Pedro Marcos Mantovanello | 1838 | 0828511-2 |
| Pedro Moacir Cardoso Renner | 0512 | 0822924-5 |
| Pedro Nicolaio | 1458 | 0829970-5 |
| Pedro Paulo Pamplona | 1608 | 0828504-7 |
| | 1817 | 0823026-8 |
| Pedro Portes Ribeiro Filho | 2337 | 0824052-2 |
| Pedro Roberto Romão | 2290 | 0823069-3 |
| Pedro Rogério Pinheiro Zunta | 0095 | 0828273-7 |
| | 0774 | 0828024-4 |
| Pedro Sinhori | 0823 | 0817474-7 |
| Pedro Stefanichen | 2030 | 0823658-0 |
| | 2247 | 0824024-8 |
| | 2333 | 0823534-5 |
| | 2418 | 0823176-3 |
| Percy Goralewski | 0741 | 0829876-2 |
| | 1298 | 0827445-9 |
| Péricles Landgraf A. d. Oliveira | 1553 | 0829947-6 |
| | 1706 | 0830299-2 |
| | 1770 | 0829623-1 |
| | 1971 | 0826033-5 |
| | 2312 | 0828687-1 |
| Peter Amaro de Sousa | 2735 | 0829920-5 |
| | 2758 | 0828886-4 |
| Peter Emanuel Pinto | 2403 | 0830762-0 |
| Peterson Martin Dantas | 1798 | 0828217-9 |
| Petrus Tybur Júnior | 1843 | 0829678-6 |
| Phillipe Moreira Baltazar | 0720 | 0832056-5 |
| Pio Carlos Freiria Junior | 2218 | 0828711-2 |
| | 2321 | 0830627-6 |
| | 2355 | 0828963-6 |
| | 2422 | 0824151-0 |
| | 2487 | 0829091-9 |
| | 2514 | 0824692-6 |
| | 2557 | 0824188-7 |
| | 2626 | 0831324-4 |
| Plinio Aloisio Bach | 0066 | 0822645-9 |
| Poliana Cavaglieri S. d. Anjos | 1737 | 0829997-6 |
| | 2077 | 0824936-3 |
| | 2149 | 0827173-8 |
| Polyane de Nobi | 0573 | 0826110-7 |
| Priscila Camargo Pereira da Cunha | 0847 | 0823147-2 |
| | 1364 | 0824796-9 |
| | 1436 | 0826942-9 |
| Priscila Caramori Toledo | 1749 | 0823883-3 |
| Priscila kovalski | 1908 | 0828640-8 |
| Priscila Loureiro Stricagnolo | 2225 | 0829524-3 |
| | 2540 | 0829952-7 |
| Priscila Perelles | 1012 | 0828592-7 |
| | 1163 | 0823081-9 |
| | 1225 | 0824876-2 |
| | 1267 | 0824621-7 |

| | | |
|---|---|---|
| | 1357 | 0822879-5 |
| | 1403 | 0822781-0 |
| | 1432 | 0825077-3 |
| Priscila Wallbach Silva | 0534 | 0823052-8 |
| Pryscilla Antunes da Mota Paes | 1777 | 0830833-4 |
| | 2516 | 0824823-1 |
| Rafael Andrade Angelo | 2409 | 0821800-6 |
| Rafael Antônio Pellizzetti | 0705 | 0830344-2 |
| | 2735 | 0829920-5 |
| Rafael Antônio Rebicki | 1298 | 0827445-9 |
| Rafael Antonio Seben | 1901 | 0827218-2 |
| Rafael Augusto Buch Jacob | 0417 | 0824258-4 |
| Rafael Baggio Berbicz | 0582 | 0829262-8 |
| | 2121 | 0829816-6 |
| Rafael Balarotti | 0077 | 0829503-4 |
| Rafael Baroni | 2178 | 0826059-9 |
| Rafael Bórmio Pacheco de Carvalho | 1862 | 0825834-8 |
| Rafael Cavalcanti de Albuquerque | 0748 | 0831603-0 |
| Rafael Cessetti | 2672 | 0831593-9 |
| Rafael Comar Alencar | 1541 | 0827753-6 |
| Rafael Cotlinski Canzan | 0431 | 0824263-5 |
| Rafael Cristiano Brugnerotto | 2479 | 0827335-8 |
| Rafael da Rocha Guazelli de Jesus | 2498 | 0830765-1 |
| Rafael de Lima Felcar | 0847 | 0823147-2 |
| | 1131 | 0795954-4/01 |
| | 1824 | 0825011-5 |
| | 1932 | 0824904-1 |
| Rafael de Rezende Giraldi | 1576 | 0828905-4 |
| | 1746 | 0823127-0 |
| Rafael Delprá Panichella | 0749 | 0701463-5/02 |
| Rafael Fabrício Mussini | 2091 | 0829858-4 |
| Rafael Fadel Braz | 1608 | 0828504-7 |
| Rafael Furtado Madi | 0989 | 0829500-3 |
| | 1481 | 0829883-7 |
| Rafael Guedes de Castro | 0648 | 0822610-6 |
| | 0658 | 0830453-6 |
| | 0719 | 0831586-4 |
| | 2732 | 0829582-5 |
| Rafael Justus de Brito | 0228 | 0823053-5 |
| Rafael Lucas Garcia | 0967 | 0830359-3 |
| Rafael Macedo Rocha Loures | 1475 | 0828702-3 |
| | 1813 | 0830877-6 |
| | 1863 | 0825924-7 |
| | 2442 | 0828732-1 |
| Rafael Maia Ehmke | 2279 | 0831141-5 |
| Rafael Massena da Silva | 2214 | 0827238-4 |
| Rafael Mazzer de Oliveira Ramos | 1306 | 0830356-2 |
| | 1404 | 0823068-6 |
| Rafael Nogueira da Gama | 1088 | 0828389-0 |
| Rafael Otávio D. d. Nascimento | 2742 | 0823823-7 |
| Rafael Pagliosa Corona | 0783 | 0817299-4 |
| Rafael Rossi Ramos | 1119 | 0829591-4 |
| Rafael Santos Carneiro | 1251 | 0826181-6 |
| | 1826 | 0825204-0 |
| Rafael Schier Guerra | 1486 | 0832185-1 |
| | 1751 | 0824071-7 |
| Rafael Stelle | 2780 | 0829727-4 |
| Rafael Tadeo dos Santos | 0831 | 0825087-9 |
| Rafael Tramontini Marcatto | 1408 | 0824846-4 |
| Rafael Victor Dacome | 0576 | 0828307-8 |
| Rafael Viganó | 1070 | 0830727-1 |
| Rafael Vinícius Massignani | 2178 | 0826059-9 |
| Rafael Viva Gonzalez | 2207 | 0824261-1 |
| Rafael Yonekura | 1497 | 0824341-4 |
| Rafaela Almeida do Amaral | 0209 | 0824947-6 |
| | 0326 | 0824931-8 |
| | 0366 | 0823471-3 |
| Rafaela Denes Vialle | 1032 | 0824794-5 |
| Rafaela Fernanda Espindola | 0464 | 0822981-0 |
| | 1546 | 0829045-7 |
| | 1881 | 0831120-6 |
| | 2010 | 0828455-9 |
| Rafaela Pessali | 2067 | 0823742-7 |
| Rafaela Polydoro Küster | 0877 | 0826182-3 |
| | 0888 | 0830366-8 |
| | 0910 | 0830129-5 |
| | 0911 | 0830905-5 |
| | 0951 | 0829305-8 |
| | 0967 | 0830359-3 |
| | 0987 | 0829107-2 |
| | 0998 | 0823128-7 |
| | 1053 | 0824452-2 |
| | 1065 | 0829350-3 |
| | 1069 | 0830298-5 |
| | 1091 | 0829379-8 |
| | 1099 | 0822778-3 |
| | 1249 | 0825930-5 |
| | 1258 | 0829856-0 |
| Rafaela Stall Leite | 1537 | 0826010-2 |
| Rafaella Gussella de Lima | 1595 | 0823093-9 |
| | 1639 | 0824808-4 |
| | 1643 | 0827358-1 |
| | 1720 | 0825310-3 |
| | 1888 | 0823761-2 |
| Ralph Pereira Macorim | 1850 | 0820273-5 |
| Raphael Conrado de Oliveira | 0337 | 0823066-2 |
| | 0342 | 0824898-8 |
| | 0354 | 0824504-1 |
| | 0356 | 0825788-1 |
| | 0418 | 0824427-9 |
| Raphael de Souza Vieira | 0414 | 0822913-2 |
| Raphael Dias Sampaio | 0611 | 0823490-8 |
| Raphael Farias Martins | 1278 | 0829843-3 |
| Raphael Giuliano L. S. d. Silva | 0883 | 0829703-4 |
| | 1186 | 0830777-1 |
| Raphaela Maia Russi Franco | 0521 | 0825966-5 |
| Raquel Angela Tomei | 1640 | 0825498-2 |
| | 1650 | 0828800-4 |
| | 1697 | 0829393-8 |
| | 1820 | 0823980-7 |
| | 1859 | 0824331-8 |
| | 1962 | 0823768-1 |
| | 2025 | 0822919-4 |
| Raquel Beatriz S. Lavratti | 1107 | 0824818-0 |
| | 1268 | 0825050-2 |
| Raquel Costa de Souza Magrin | 0586 | 0830758-6 |
| Raquel Cristina das Neves Gapski | 1590 | 0830855-0 |
| Raquel de Barros Gaidex | 0044 | 0831057-8 |
| Raquel Gonçalves Nunes | 1107 | 0824818-0 |
| Raquel Maria Trein de Almeida | 0041 | 0830322-6 |
| | 0380 | 0717784-6 |
| Raquel Regina Bento Farah | 0678 | 0831607-8 |
| | 2688 | 0830892-3 |
| Raquel Rezende Pinto | 2375 | 0824673-1 |
| Raquel Soboleski Cavalheiro | 1088 | 0828389-0 |
| Raudinez Andrete | 0425 | 0828587-6 |
| Raul Alberto Dantas Junior | 0028 | 0824124-3 |
| | 0187 | 0824387-0 |
| | 0448 | 0822856-2 |
| | 0765 | 0824040-2 |
| Raul Barbi | 0884 | 0829725-0 |
| | 1042 | 0829805-3 |
| Raul da Gama e Silva Lück | 0425 | 0828587-6 |
| Raul de Oliveira | 0817 | 0828311-2 |
| Raul Galeto Dinies | 1439 | 0829026-2 |
| Raul José Prolo | 0168 | 0824569-2 |
| | 0185 | 0823556-1 |
| Raul Silveira Boeno | 0930 | 0824627-9 |
| Rayanne Hagge | 0481 | 0829147-6 |
| Realina Pereira Chaves Batistel | 0523 | 0827423-3 |
| Rebeca Soares Trindade | 0875 | 0825109-0 |
| Rebecca Isabel Dutra Ribeiro | 0412 | 0822811-3 |
| Regiane Capelezzo | 2058 | 0830745-9 |
| Regiane Cardoso Cantarani | 1708 | 0830859-8 |
| Regiane de Oliveira Andreola | 1776 | 0830578-8 |

| | | |
|---|---|---|
| Regiane Lustosa dos Santos | 1293 | 0825597-0 |
| Regilda Miranda Heil Ferro | 1336 | 0824249-5 |
| Regina Celi de Lima Pereira | 2412 | 0822885-3 |
| Regina de Melo Silva | 2260 | 0827865-1 |
| | 2596 | 0824247-1 |
| Regina Fátima Wolochn | 0757 | 0830786-0 |
| Regina Mitsue Tabushi | 0425 | 0828587-6 |
| Regina Yurico Takahashi | 0465 | 0823218-6 |
| | 1924 | 0822332-7 |
| Reginaldo André Nery | 1678 | 0824406-0 |
| | 1820 | 0823980-7 |
| Reginaldo Antonio Koga | 0366 | 0823471-3 |
| | 0402 | 0824412-8 |
| | 0403 | 0824536-3 |
| Reginaldo Caselato | 1948 | 0829032-0 |
| | 1976 | 0827898-0 |
| | 2129 | 0808981-8 |
| Reginaldo Celso Guidolin | 1318 | 0824955-8 |
| | 2304 | 0825359-0 |
| Reginaldo Monticelli | 1476 | 0828750-9 |
| Reginaldo Reggiani | 1850 | 0820273-5 |
| Régis Alan Bauli | 1922 | 0819020-7 |
| Regis Henrique de Oliveira | 2470 | 0824545-2 |
| Regis Panizzon Alves | 0974 | 0824745-2 |
| | 1745 | 0831768-6 |
| Reinaldo Emilio Amadeu Hachem | 1548 | 0829370-5 |
| | 1571 | 0825908-3 |
| | 1828 | 0825394-9 |
| | 1867 | 0827970-7 |
| | 1932 | 0824904-1 |
| Reinaldo José Andreatta | 0956 | 0830306-2 |
| | 1465 | 0822821-9 |
| | 2196 | 0822810-6 |
| | 2766 | 0830804-3 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 1126 | 0792450-9/01 |
| | 1289 | 0823953-0 |
| | 1501 | 0824959-6 |
| | 1598 | 0823863-1 |
| | 1601 | 0824481-3 |
| | 1608 | 0828504-7 |
| | 1615 | 0829667-3 |
| | 1707 | 0830395-9 |
| | 1713 | 0822954-3 |
| | 1733 | 0829396-9 |
| | 1822 | 0824086-8 |
| | 1891 | 0823820-6 |
| | 1943 | 0828238-8 |
| | 1980 | 0829115-4 |
| | 2023 | 0830784-6 |
| | 2078 | 0825418-4 |
| | 2093 | 0830158-6 |
| | 2167 | 0823211-7 |
| | 2168 | 0823839-5 |
| | 2182 | 0828615-5 |
| | 2213 | 0825893-7 |
| | 2283 | 0821773-4 |
| | 2302 | 0824966-1 |
| | 2315 | 0829676-2 |
| | 2397 | 0829576-7 |
| | 2415 | 0822926-9 |
| | 2433 | 0826202-0 |
| | 2473 | 0824824-8 |
| | 2544 | 0822427-1 |
| | 2549 | 0822860-6 |
| | 2595 | 0824006-0 |
| | 2598 | 0824461-1 |
| | 2614 | 0829001-5 |
| Rejane Macagnan | 1480 | 0829744-5 |
| Rejane Cordeiro | 1250 | 0826013-3 |
| Renan Ferrão Barcellos | 1443 | 0830210-1 |
| Renata Barth Radaelli | 1939 | 0827658-6 |
| Renata Caroline Talevi da Costa | 1687 | 0826760-7 |
| | 1836 | 0828335-2 |
| | 1930 | 0824849-5 |
| | 1975 | 0827792-3 |
| Renata Cristina Costa | 1509 | 0828277-5 |
| | 1512 | 0828582-1 |
| | 1517 | 0830193-5 |
| | 1544 | 0828481-9 |
| | 1657 | 0830162-0 |
| | 1688 | 0827874-0 |
| | 1690 | 0828567-4 |
| | 1691 | 0828712-9 |
| | 1692 | 0828880-2 |
| | 1704 | 0830088-9 |
| | 1762 | 0828514-3 |
| | 1766 | 0828848-4 |
| | 1805 | 0828900-9 |
| | 1837 | 0828375-6 |
| | 1871 | 0828652-8 |
| | 1873 | 0828910-5 |
| | 1913 | 0829722-9 |
| | 1915 | 0830188-4 |
| | 1918 | 0830868-7 |
| | 1952 | 0829699-5 |
| | 1957 | 0830866-3 |
| | 1992 | 0830898-5 |
| | 2009 | 0828434-0 |
| | 2011 | 0828522-5 |
| | 2013 | 0828977-0 |
| | 2015 | 0829081-3 |
| | 2082 | 0828289-5 |
| | 2089 | 0829380-1 |
| | 2095 | 0830724-0 |
| | 2123 | 0829921-2 |
| | 2127 | 0830668-7 |
| | 2186 | 0829701-0 |
| | 2190 | 0830329-5 |
| | 2192 | 0830886-5 |
| Renata de Andrade Santos | 1899 | 0825367-2 |
| Renata Dequech | 1591 | 0830916-8 |
| | 2084 | 0828476-8 |
| Renata Fabrizia de Moura Bouguson | 0656 | 0830284-1 |
| Renata Farah Pereira de Castro | 0087 | 0824447-1 |
| | 0204 | 0823316-7 |
| Renata Ferreira Costa Grego | 2529 | 0828874-4 |
| | 2772 | 0823801-1 |
| Renata Guerreiro B. d. Oliveira | 0463 | 0822752-9 |
| | 0536 | 0823261-7 |
| | 0575 | 0826632-8 |
| Renata Nascimento Schefer | 2177 | 0825779-2 |
| Renata Paccola Mesquita | 2416 | 0822930-3 |
| Renata Pereira Costa de Oliveira | 2365 | 0823035-7 |
| Renata Rodrigues Salles | 1754 | 0824848-8 |
| | 2106 | 0824339-4 |
| Renata Silva Brandão | 0846 | 0823008-0 |
| | 0984 | 0828560-5 |
| Renata Teixeira de Freitas | 1096 | 0830897-8 |
| Renata Vieira Meda | 1145 | 0824748-3 |
| Renato Abujanra Fillis | 1471 | 0826412-6 |
| Renato Alberto Nielsen Kanayama | 2464 | 0823794-1 |
| Renato da Silva Fernandes | 1122 | 0829888-2 |
| Renato da Silva Oliveira | 1956 | 0830772-6 |
| | 2463 | 0823724-9 |
| Renato Fernandes Silva Junior | 1866 | 0827521-4 |
| Renato Fumagalli de Paiva | 1778 | 0831184-0 |
| | 1805 | 0828900-9 |
| | 2089 | 0829380-1 |
| | 2181 | 0828534-5 |
| Renato Goes de Macedo | 1675 | 0823535-2 |
| | 2108 | 0825232-4 |
| | 2166 | 0822992-3 |
| Renato Golba | 0929 | 0824480-6 |
| | 2055 | 0830277-6 |
| Renato João Tauille Filho | 2723 | 0818662-1 |
| | 2858 | 0823782-1 |
| Renato Jorge Demasi | 1295 | 0826279-1 |

| | | |
|---|---|---|
| Renato José Borgert | 1989 | 0830685-8 |
| Renato Kalinke Vicentin | 1625 | 0830811-8 |
| Renato Luiz de Avelar Bandini | 1818 | 0823408-0 |
| Renato Luiz Fernandes Filho | 2516 | 0824823-1 |
| Renato Luiz Ottoni Guedes | 2382 | 0825920-9 |
| | 2383 | 0825938-1 |
| Renato Martins Lopes | 0190 | 0825458-8 |
| Renato Michelon | 1203 | 0826201-3 |
| | 2608 | 0828339-0 |
| Renato Torino | 2147 | 0825620-4 |
| René Ariel Dotti | 2891 | 0831027-0 |
| Rene José Stupak | 0530 | 0830671-4 |
| René Miguel Hinterholz | 1639 | 0824808-4 |
| | 1725 | 0827383-4 |
| | 2168 | 0823839-5 |
| Renê Pelepiu | 0041 | 0830322-6 |
| | 0160 | 0827986-5 |
| | 0384 | 0823913-6 |
| Reymi Savaris Júnior | 0261 | 0829875-5 |
| Reynaldo Esteves | 1856 | 0823935-2 |
| Ricardo Alberto Kanayama | 2464 | 0823794-1 |
| Ricardo Antonio Balestra | 1696 | 0829302-7 |
| Ricardo Augusto Menezes Yoshida | 1949 | 0829285-1 |
| Ricardo Ballarotti | 2485 | 0828831-9 |
| Ricardo da Silveira e Silva | 0032 | 0825863-9 |
| Ricardo David Chammas Cassar | 1860 | 0824571-2 |
| Ricardo Domingues Brito | 0997 | 0822707-4 |
| Ricardo Furlan | 0965 | 0829685-1 |
| | 1161 | 0831130-2 |
| Ricardo Gouveia de Souza | 1311 | 0821556-3 |
| Ricardo Hideyuki Nakanishi | 1396 | 0829003-9 |
| Ricardo Hildebrand Seyboth | 0565 | 0823383-8 |
| | 0780 | 0830642-3 |
| Ricardo Jorge Rocha Pereira | 2018 | 0829749-0 |
| Ricardo José Carnieletto | 2364 | 0822984-1 |
| | 2377 | 0824909-6 |
| Ricardo Kelter Daher | 1329 | 0830841-6 |
| Ricardo Kobi da Silva | 2250 | 0824455-3 |
| Ricardo Laffranchi | 1593 | 0822661-3 |
| Ricardo Lasmar Sodré | 1070 | 0830727-1 |
| Ricardo Marcelo Fonseca | 0454 | 0824938-7 |
| Ricardo Miara Schuarts | 1191 | 0823861-7 |
| Ricardo Pavão Tuma | 1502 | 0825035-5 |
| | 1825 | 0825150-7 |
| Ricardo Pinto Manoera | 1273 | 0829023-1 |
| | 1492 | 0823617-9 |
| Ricardo Rigotti Alice | 1272 | 0828978-7 |
| Ricardo Rosetti Piva | 1925 | 0822726-9 |
| Ricardo Shinhiti Taura | 0466 | 0823368-1 |
| Ricardo Shiroshima | 2872 | 0821951-8 |
| Richardson Carvalho | 0225 | 0830672-1 |
| Richardt André Albrecht | 1125 | 0777163-5/01 |
| | 2075 | 0824524-3 |
| Richart Osni Fronczak | 0526 | 0828543-4 |
| | 0769 | 0825262-2 |
| Rilton Alexandre Guimarães | 0505 | 0829139-4 |
| Rita de Cássia C. d. Vasconcelos | 0818 | 0829340-7 |
| | 1568 | 0824485-1 |
| | 2019 | 0829759-6 |
| | 2099 | 0822509-8 |
| Rita de Cassia Maistro Tenório | 0036 | 0828749-6 |
| | 0165 | 0830988-4 |
| | 0192 | 0828414-8 |
| | 0193 | 0828757-8 |
| | 0215 | 0828147-2 |
| | 0225 | 0830672-1 |
| Roberlei Aldo Queiroz | 1708 | 0830859-8 |
| Roberta Botelho B. T. Ribas | 1989 | 0830685-8 |
| Roberta Carvalho de Rosis | 0473 | 0825039-3 |
| | 0521 | 0825966-5 |
| | 0545 | 0825692-0 |
| | 0564 | 0823136-9 |
| | 0836 | 0827969-4 |
| Roberta Cruciol Avanço | 1025 | 0823091-5 |
| | 2487 | 0829091-9 |
| Roberta Iara Buzzinaro Meier | 1956 | 0830772-6 |
| Roberta Kelli Berlatto Vieira | 2031 | 0823963-6 |
| Roberta Mazzer de H. Medeiros | 0327 | 0825169-6 |
| Roberta Monteiro Pedriali | 1585 | 0830092-3 |
| Roberta Sandoval França | 1485 | 0831329-9 |
| Roberto Alexandre Hayami Miranda | 0104 | 0830038-9 |
| | 0222 | 0829887-5 |
| Roberto Antônio Busato | 1686 | 0825821-1 |
| Roberto Antonio Endres | 2057 | 0830407-4 |
| Roberto Brzezinski Neto | 0691 | 0831053-0 |
| Roberto Carlos Alves de Souza | 0501 | 0828988-3 |
| Roberto Carlos Bueno | 2133 | 0820455-7 |
| Roberto Catalano Botelho Ferraz | 0084 | 0822790-9 |
| Roberto Cavanha Almeida | 0927 | 0824055-3 |
| Roberto César Cabral | 1847 | 0819321-9 |
| | 1849 | 0819485-8 |
| | 1923 | 0819331-5 |
| Roberto Chimanski | 1496 | 0824206-0 |
| | 1851 | 0820376-1 |
| Roberto Chincev Albino | 1565 | 0823836-4 |
| Roberto Cordeiro Justus | 0860 | 0829322-9 |
| Roberto de Mello Severo | 0861 | 0829589-4 |
| Roberto de Oliveira Guimarães | 2001 | 0825311-0 |
| Roberto de Souza Fatuch | 1590 | 0830855-0 |
| Roberto Eduardo Lago | 1117 | 0829029-3 |
| | 1234 | 0831068-1 |
| | 1256 | 0829008-4 |
| ROBERTO GLOSS MALTA | 2445 | 0829193-8 |
| Roberto José Taques de Negreiros | 1014 | 0829019-7 |
| Roberto Machado Filho | 0431 | 0824263-5 |
| Roberto Murawski Rabello | 0496 | 0824729-8 |
| Roberto Nascimento Ribeiro | 2043 | 0828487-1 |
| Roberto Nelson Brasil P. Filho | 0374 | 0827009-3 |
| Roberto Nunes de Lima Filho | 0208 | 0824686-8 |
| | 0364 | 0823144-1 |
| | 0371 | 0826007-5 |
| | 0413 | 0822843-5 |
| | 0454 | 0824938-7 |
| Roberto Pieta | 0397 | 0822683-9 |
| Roberto Ribas Tavarnaro | 2046 | 0828790-3 |
| Roberto Tadeu Furtado | 1055 | 0825451-9 |
| Roberto Wypych Junior | 0780 | 0830642-3 |
| | 2830 | 0830269-4 |
| Robson Fari Nassin | 0347 | 0830803-6 |
| | 1344 | 0828542-7 |
| Robson Fernando Sebold | 2480 | 0827828-8 |
| Robson Jesus Navarro Sanchez | 1553 | 0829947-6 |
| Robson Luiz Giollo | 0969 | 0818829-6 |
| Robson Luiz Romani Bucaneve | 1928 | 0824398-3 |
| Robson Luiz Santiago | 1294 | 0825883-1 |
| Robson Sakai Garcia | 0888 | 0830366-8 |
| | 0910 | 0830129-5 |
| | 0916 | 0823105-4 |
| | 0963 | 0829279-3 |
| | 1069 | 0830298-5 |
| | 1099 | 0822778-3 |
| Robson Zanetti | 2059 | 0830979-5 |
| Rodolfo Fernandes de Souza Salema | 2147 | 0825620-4 |
| | 2171 | 0824388-7 |
| Rodolfo Gardini Fagundes | 2045 | 0828723-2 |
| Rodolfo Herold Martins | 2693 | 0821819-5 |
| Rodolfo Luiz Pereira | 2777 | 0827546-1 |
| Rodolfo Menengoti G. Ribeiro | 0656 | 0830284-1 |
| Rodolfo Pavaneti Bezerra | 0125 | 0831539-5 |
| Rodolpho Benvenutti Lima | 0835 | 0827922-1 |
| | 1693 | 0828954-7 |
| | 1732 | 0829074-8 |

| | | |
|---|---|---|
| Rodolpho Eric Moreno Dalan | 0878 | 0828672-0 |
| | 0909 | 0829581-8 |
| | 0938 | 0825795-6 |
| Rodrigo Afonso Machado | 2053 | 0830040-9 |
| Rodrigo Alves de Oliveira | 2236 | 0822394-7 |
| | 2318 | 0830325-7 |
| Rodrigo Augusto Bego Soares | 1312 | 0822805-5 |
| | 2250 | 0824455-3 |
| Rodrigo Binotto Grevetti | 0438 | 0826177-2 |
| Rodrigo Bueno Ribeiro de Jesus | 2022 | 0830240-9 |
| Rodrigo C Barbato Fabris da Silva | 2803 | 0823402-8 |
| Rodrigo Carlesso Moraes | 1032 | 0824794-5 |
| | 1316 | 0824618-0 |
| Rodrigo Carlos Vallejo Bório | 1017 | 0829928-1 |
| Rodrigo Castor de Mattos | 1625 | 0830811-8 |
| | 2191 | 0830865-6 |
| Rodrigo Cavalcante Jeronimo | 0877 | 0826182-3 |
| Rodrigo Correa do Couto | 1400 | 0831175-1 |
| Rodrigo de Morais Soares | 1803 | 0828575-6 |
| | 1807 | 0829880-6 |
| Rodrigo Di Piero Mendes | 0345 | 0828703-0 |
| Rodrigo Dolfini | 1506 | 0827001-7 |
| Rodrigo Garcia S. Bevilaquia | 0253 | 0825805-7 |
| | 0254 | 0826164-5 |
| | 0322 | 0823232-6 |
| | 0372 | 0826341-2 |
| | 0400 | 0823972-5 |
| | 0415 | 0823038-8 |
| | 0981 | 0826002-0 |
| Rodrigo Gaspar Teixeira | 1353 | 0768232-6/03 |
| Rodrigo Golombieski Siben | 2029 | 0823380-7 |
| Rodrigo José Celeste | 1372 | 0829083-7 |
| | 2015 | 0829081-3 |
| Rodrigo Kubaski | 0392 | 0829248-8 |
| Rodrigo Lanzini Villela | 0298 | 0829253-9 |
| Rodrigo Longo | 2097 | 0817371-1 |
| Rodrigo Macedo dos Santos | 1905 | 0828337-6 |
| Rodrigo Marco Lopes de Sehli | 0772 | 0826003-7 |
| Rodrigo Matos Roriz | 0513 | 0822952-9 |
| | 0825 | 0822779-0 |
| Rodrigo Mendes dos Santos | 0035 | 0828523-2 |
| | 0074 | 0826137-8 |
| | 0096 | 0828281-9 |
| | 0099 | 0828941-0 |
| | 0107 | 0830895-4 |
| | 0119 | 0828326-3 |
| | 0226 | 0815132-6 |
| | 0245 | 0830956-2 |
| Rodrigo Mombach Cremonese | 2574 | 0829264-2 |
| Rodrigo Moreira de A. V. Neto | 2379 | 0825220-4 |
| rodrigo nogueira machado | 0427 | 0830699-2 |
| Rodrigo Pagliarini Santos | 0558 | 0831487-6 |
| Rodrigo Parizotto Bandeira | 1015 | 0829573-6 |
| Rodrigo Parreira | 2355 | 0828963-6 |
| Rodrigo Pelissão de Almeida | 2399 | 0830039-6 |
| Rodrigo Pereira Cortez | 2203 | 0823499-1 |
| Rodrigo Pereira Cuano | 2131 | 0818630-9 |
| Rodrigo Pironti Aguirre de Castro | 0751 | 0830155-5 |
| Rodrigo Rodrigues da Costa | 0368 | 0824392-1 |
| | 1048 | 0823941-0 |
| Rodrigo Ruh | 2307 | 0827488-4 |
| Rodrigo Sautchuk | 2845 | 0830688-9 |
| Rodrigo Silvestri Marcondes | 1248 | 0825602-6 |
| Rodrigo Tosta Giroldo | 1536 | 0825300-7 |
| Rodrigo Vicente Poli | 2687 | 0830710-6 |
| Rodrigo Xavier Leonardo | 1085 | 0826615-7 |
| Rodrinei Cristian Braun | 0004 | 0823135-2 |
| | 0129 | 0823829-9 |
| | 0132 | 0825474-2 |
| | 0168 | 0824569-2 |
| | 0170 | 0825203-3 |
| | 0185 | 0823556-1 |
| | 0207 | 0824200-8 |
| | 0394 | 0817393-7 |
| | 2632 | 0825086-2 |
| Rodrygo Leonardo Maciel | 0528 | 0829525-0 |
| ROGER FONSECA FERREIRA DA LUZ | 1331 | 0831223-2 |
| Roger Oliveira Lopes | 0574 | 0826268-8 |
| Rogério Andreotti Errerias | 1122 | 0829888-2 |
| Rogério Augusto da Silva | 1850 | 0820273-5 |
| | 2365 | 0823035-7 |
| | 2368 | 0823870-6 |
| | 2421 | 0823947-2 |
| | 2520 | 0825419-1 |
| | 2589 | 0823400-4 |
| Rogério Barbeiro Constantino | 1284 | 0817516-0 |
| Rogério Bueno Elias | 0962 | 0828593-4 |
| | 0966 | 0829994-5 |
| | 1039 | 0829137-0 |
| | 1173 | 0828360-5 |
| | 1209 | 0829025-5 |
| | 1214 | 0830335-3 |
| Rogério Carlos Camilo | 2804 | 0823893-9 |
| Rogério Costa | 1359 | 0822993-0 |
| Rogério Danguy Cleto | 0749 | 0701463-5/02 |
| Rogério de Souza | 1701 | 0829702-7 |
| Rogério Distefano | 0403 | 0824536-3 |
| | 1128 | 0785712-3/01 |
| Rogério Dyniewicz | 1596 | 0823350-9 |
| Rogério Ernesto Grenzel | 2808 | 0827375-2 |
| Rogério Galli Berardi | 0167 | 0823512-9 |
| | 1428 | 0824215-9 |
| Rogério Grohmann Sfoggia | 1884 | 0822878-8 |
| Rogério Helias Carboni | 2450 | 0829660-4 |
| Rogério Irineu Ojeda | 0736 | 0823463-1 |
| Rogério Leonardo Trinkel | 1725 | 0827383-4 |
| Rogério Lichacovski | 0189 | 0825040-6 |
| Rogério Lopes Melo | 1134 | 0811669-2/01 |
| Rogério Martins Albieri | 0317 | 0829923-6 |
| Rogerio Pellegrini | 2731 | 0829184-9 |
| Rogério Raízi Belice | 1328 | 0830424-5 |
| Rogério Real | 2579 | 0830215-6 |
| Rogério Resina Molez | 0962 | 0828593-4 |
| | 0966 | 0829994-5 |
| | 1039 | 0829137-0 |
| | 1173 | 0828360-5 |
| | 1209 | 0829025-5 |
| | 1214 | 0830335-3 |
| | 1257 | 0829360-9 |
| Rogério Tetsuya Naruzawa | 1765 | 0828818-6 |
| Róginer Augusto Marin | 0760 | 0820072-8 |
| Rolandi Horacio Dornelles Filho | 0617 | 0825056-4 |
| Romagueira Nunes de Avila Filho | 1294 | 0825883-1 |
| Romara Costa Borges da Silva | 2417 | 0823133-8 |
| Romero Cézar Santos de L. Júnior | 0058 | 0829515-4 |
| Romeu Denardi | 2217 | 0828384-5 |
| Romeu Saccani | 0885 | 0829756-5 |
| | 1541 | 0827753-6 |
| Romilda Ramos Marinelli Martins | 2640 | 0829048-8 |
| Romildo Nunes Ferreira | 0855 | 0827195-4 |
| Romulo Augusto Fernandes Martins | 1361 | 0823531-4 |
| Rômulo Vinícius Finato | 1857 | 0823960-5 |
| Ronald Mayr Veiga Brandalize | 0696 | 0822601-7 |
| Ronaldo Camilo | 0624 | 0830740-4 |
| | 2686 | 0829746-9 |
| | 2713 | 0824372-9 |
| | 2719 | 0829973-6 |
| | 2747 | 0830120-2 |
| | 2804 | 0823893-9 |
| | 2865 | 0829384-9 |
| Ronaldo Guilherme Kummer | 2432 | 0825780-5 |

| | | |
|---|---|---|
| Ronaldo Gusmão | 0103 | 0829873-1 |
| | 0277 | 0828796-5 |
| | 0299 | 0829316-1 |
| | 1132 | 0809536-7/01 |
| Ronaldo José e Silva | 1434 | 0825886-2 |
| Ronaldo Leal Rolanski | 1536 | 0825300-7 |
| Ronan Wielewski Botelho | 1691 | 0828712-9 |
| | 2237 | 0822467-5 |
| Rone Marcos Brandalize | 0696 | 0822601-7 |
| | 1518 | 0830289-6 |
| Ronei Juliano Fogaça Weiss | 1470 | 0825164-1 |
| | 1577 | 0829093-3 |
| Ronici Malu Veiga Brandalize | 1518 | 0830289-6 |
| Ronildo Gonçalves da Silva | 0219 | 0829112-3 |
| Ronisa Biscoli | 0673 | 0825054-0 |
| Rony Marcos de Lima | 0341 | 0824703-4 |
| Roosevelt Arraes | 0738 | 0825456-4 |
| Roque Antonio Carrazza | 0109 | 0822744-7 |
| Roque Sebastião da Cruz | 0762 | 0823196-5 |
| Roque Sutil | 1336 | 0824249-5 |
| Rosa Daum Machado | 0238 | 0828477-5 |
| | 1302 | 0829106-5 |
| Rosa Maria Stradioto | 1386 | 0824493-3 |
| Rosaldo Jorge de Andrade | 0148 | 0820767-2 |
| Rosana Christine Hasse | 1527 | 0823940-3 |
| | 1879 | 0830802-9 |
| Rosana Cláudia Botelho | 1436 | 0826942-9 |
| Rosana de Seabra Graça | 0842 | 0831000-9 |
| Rosana Horne | 1166 | 0824863-5 |
| Rosana Rigonato Junqueira | 0712 | 0823541-0 |
| | 1829 | 0825519-6 |
| | 2675 | 0822904-3 |
| Rosângela Cristina Barboza Sleder | 2531 | 0829059-1 |
| Rosângela da Rosa Corrêa | 2327 | 0822220-2 |
| | 2368 | 0823870-6 |
| | 2589 | 0823400-4 |
| Rosangela Dias Guerreiro | 0891 | 0823546-5 |
| | 0902 | 0826264-0 |
| | 0920 | 0823201-1 |
| | 0941 | 0827425-7 |
| | 0968 | 0831002-3 |
| | 0984 | 0828560-5 |
| | 0994 | 0831446-5 |
| | 1008 | 0826118-3 |
| | 1009 | 0827434-6 |
| | 1034 | 0825946-3 |
| | 1058 | 0827940-9 |
| | 1083 | 0825580-5 |
| | 1137 | 0815799-1 |
| | 1149 | 0826291-7 |
| | 1151 | 0826803-7 |
| | 1204 | 0827399-2 |
| | 1205 | 0827825-7 |
| | 1228 | 0825963-4 |
| | 1260 | 0830813-2 |
| Rosangela Giordano | 0821 | 0829555-8 |
| Rosangela Lelis Deliberador | 1873 | 0828910-5 |
| Rosangela Lie Miya | 0861 | 0829589-4 |
| Rosângela Peres França | 1663 | 0831393-9 |
| Rose Mary Bastos Iacomini | 1811 | 0830364-4 |
| Rose Mary Grahl | 0935 | 0825261-5 |
| Rose Meri Sauf Baggio | 2630 | 0825781-2 |
| Rosemar Angelo Melo | 0843 | 0822242-8 |
| | 2067 | 0823742-7 |
| Rosemar Cristina Lorca M. Valoni | 0511 | 0822635-3 |
| | 0821 | 0829555-8 |
| Rosemary Silgueiro A. P. Gualda | 0279 | 0829230-6 |
| Rosemery Brenner Dessotti | 0876 | 0825607-1 |
| Rosi Mary Martelli | 0574 | 0826268-8 |
| Rosicler Regina Bom dos Santos | 0146 | 0830821-4 |
| Rosilaine Aparecida Balbo Afonso | 0605 | 0831005-4 |
| | 1516 | 0829792-1 |
| Rosilda Tavares de Oliveira Dumas | 0393 | 0645621-3 |
| | 0406 | 0825352-1 |
| Rosney Massarotto de Oliveira | 1770 | 0829623-1 |
| Rossana Maria Vieira Zanella | 0964 | 0829474-8 |
| Rossandra Pavani Nagai | 0892 | 0823885-7 |
| | 0922 | 0823590-3 |
| | 1073 | 0823059-7 |
| | 1155 | 0829124-3 |
| Rossano Egidio Mendes | 1861 | 0824781-8 |
| Roxana Barleta Marchioratto | 0815 | 0827306-7 |
| Rozilei Monteiro | 0175 | 0828849-1 |
| Rubem Lauro de Melo | 0643 | 0830026-9 |
| Ruben Madini | 2255 | 0825516-5 |
| Rubens Bortoli Junior | 2359 | 0829527-4 |
| Rubens Carlos Santana | 2749 | 0831007-8 |
| Rubens Dias | 2608 | 0828339-0 |
| Rubens Henrique de França | 0191 | 0826087-3 |
| | 0312 | 0825106-9 |
| | 0387 | 0825362-7 |
| | 0795 | 0824948-3 |
| Rubens José de Souza Junior | 2725 | 0823637-1 |
| Rubens Mette | 1441 | 0829738-7 |
| Rubens Pereira de Carvalho | 0001 | 0820758-3 |
| Rubens Sanches Hernandes | 0313 | 0825297-5 |
| | 0358 | 0826103-2 |
| Rubens Silva | 2634 | 0831451-6 |
| Rubens Sizenando Lisboa Filho | 1702 | 0830022-1 |
| Rubia Andrade Fagundes | 0937 | 0825380-5 |
| | 1181 | 0829648-8 |
| Rúbia Mara Storti | 0784 | 0819297-8 |
| Rubiélle Giovana B. Magagnin | 1536 | 0825300-7 |
| Rúbio Rogério Madureira de Souza | 0528 | 0829525-0 |
| Ruth Brustolin | 0068 | 0824064-2 |
| Ruth de Godoy Machado Nogara | 0821 | 0829555-8 |
| | 1068 | 0830252-9 |
| Ruth Fernandes de Oliveira | 2696 | 0824405-3 |
| Ruy Fonsatti Júnior | 1808 | 0829890-2 |
| Ruy Soares de Macedo | 0143 | 0830172-6 |
| Sabrina Camargo de Oliveira | 2368 | 0823870-6 |
| Sabrina Ferrari | 2247 | 0824024-8 |
| SABRINA POZZEBON BOSI | 0034 | 0827200-0 |
| Sacha Breckenfeld Reck | 0379 | 0830628-3 |
| Sadi Meine | 2094 | 0830278-3 |
| | 2783 | 0820614-6 |
| Salazar Barreiros Júnior | 0486 | 0729214-0 |
| | 1709 | 0831084-5 |
| | 1855 | 0823276-8 |
| Salete Teresinha de Souza | 0293 | 0826970-3 |
| Salete Zanon Perin | 0852 | 0825430-0 |
| Samantha Albini | 1246 | 0825154-5 |
| Samantha Beatriz F. Damiano | 1573 | 0827259-3 |
| | 1594 | 0823077-5 |
| | 2327 | 0822220-2 |
| | 2335 | 0823852-8 |
| | 2589 | 0823400-4 |
| Samir Naouaf Halabi | 2055 | 0830277-6 |
| Samuel Alves de Carvalho | 1583 | 0830017-0 |
| Samuel Marques | 0820 | 0829531-8 |
| Samuel Torquato | 0815 | 0827306-7 |
| Sandra Calabrese Simão | 1295 | 0826279-1 |
| | 1427 | 0823694-6 |
| Sandra Eliza Guimarães | 1424 | 0817870-9 |
| Sandra Fagundes | 2801 | 0822518-7 |
| Sandra Gomes da Silva | 0801 | 0829628-6 |
| Sandra Kiomi Makita | 0056 | 0829002-2 |
| | 0102 | 0829610-4 |
| | 0118 | 0827889-1 |
| | 0135 | 0827556-7 |
| | 0195 | 0828909-2 |
| | 0214 | 0827589-6 |

| | | |
|---|---|---|
| | 0244 | 0830520-2 |
| | 0257 | 0828879-9 |
| | 0258 | 0828961-2 |
| | 0295 | 0828275-1 |
| Sandra Mara D'agostini | 0200 | 0830440-9 |
| Sandra Mara Pereira | 0145 | 0830638-9 |
| | 0901 | 0826026-0 |
| Sandra Maria Domingues | 1757 | 0825621-1 |
| Sandra Maria Kairuz Yoshiy | 1688 | 0827874-0 |
| Sandra M. T. M. d. M. Passerino | 1378 | 0830576-4 |
| Sandra Regina da Silva Carmo | 0842 | 0831000-9 |
| Sandra Regina Rodrigues | 1092 | 0829455-3 |
| | 1163 | 0823081-9 |
| | 1225 | 0824876-2 |
| | 1267 | 0824621-7 |
| | 1354 | 0831255-4 |
| | 1357 | 0822879-5 |
| | 1403 | 0822781-0 |
| | 1422 | 0830984-6 |
| | 1432 | 0825077-3 |
| Sandra Regina S. Romaniello | 0439 | 0827361-8 |
| | 0444 | 0831269-8 |
| Sandra Sidônia Varela G. Lesak | 0054 | 0826574-1 |
| Sandro Bernardo da Silva | 2755 | 0824408-4 |
| Sandro Marcon | 0942 | 0828312-9 |
| Sandro Mattevi Dal Bosco | 2027 | 0823293-9 |
| Sandro Panisio | 1322 | 0828242-2 |
| Sandro Rafael Bonatto | 0303 | 0831505-9 |
| Sandro Roberto Vieira | 2840 | 0829250-8 |
| Sandro Roque Corona | 0783 | 0817299-4 |
| Sani Cristina Guimarães | 0934 | 0825072-8 |
| Santino Sagais | 0879 | 0828994-1 |
| Sarah Abdul Baki | 1125 | 0777163-5/01 |
| Sarah Pereira Seleme | 0954 | 0830014-9 |
| Saturnino Cavazzani Netto | 1343 | 0827956-7 |
| | 1355 | 0831506-6 |
| Saulo Bonat de Mello | 0865 | 0822060-6 |
| | 0870 | 0824642-6 |
| | 0871 | 0824662-8 |
| | 0873 | 0824868-0 |
| | 0890 | 0822069-9 |
| | 0894 | 0824671-7 |
| | 0895 | 0824675-5 |
| | 0897 | 0824856-0 |
| | 0898 | 0824893-3 |
| | 0914 | 0821947-4 |
| | 0931 | 0824688-2 |
| | 0950 | 0829286-8 |
| | 0952 | 0829867-3 |
| | 0954 | 0830014-9 |
| | 0970 | 0822339-6 |
| | 0975 | 0824793-8 |
| | 0988 | 0829182-5 |
| | 0996 | 0822536-5 |
| | 1001 | 0824715-4 |
| | 1021 | 0822044-2 |
| | 1029 | 0824632-0 |
| | 1031 | 0824690-2 |
| | 1038 | 0828982-1 |
| | 1040 | 0829602-2 |
| | 1080 | 0824646-4 |
| | 1081 | 0824770-5 |
| | 1102 | 0823660-0 |
| | 1106 | 0824744-5 |
| | 1141 | 0823087-1 |
| | 1146 | 0824826-2 |
| | 1164 | 0824196-9 |
| | 1165 | 0824752-7 |
| | 1176 | 0828864-8 |
| | 1198 | 0824778-1 |
| | 1217 | 0822326-9 |
| | 1224 | 0824656-0 |
| | 1244 | 0824653-9 |
| | 1245 | 0824847-1 |
| Saulo de Meira Albach | 0314 | 0825768-9 |
| Saulo Mazzer Bossolan | 1452 | 0825755-2 |
| Savine Mertig Martins Prado | 1307 | 0831345-3 |
| Saymon Frankllin Mazzaro | 0293 | 0826970-3 |
| Scheila Camargo Coelho Tosin | 1730 | 0828294-6 |
| Scheila Priscila Quirolli | 0059 | 0829679-3 |
| Sebastião Carneiro de Souza | 1399 | 0830315-1 |
| Sebastião de Oliveira Cesar | 0588 | 0821969-0 |
| Sebastião Domingues da Luz | 2765 | 0830620-7 |
| Sebastião Mendes da Silva | 1643 | 0827358-1 |
| | 1841 | 0829401-5 |
| Sebastião Seiji Tokunaga | 0865 | 0822060-6 |
| | 0890 | 0822069-9 |
| | 0897 | 0824856-0 |
| | 0898 | 0824893-3 |
| | 0988 | 0829182-5 |
| | 0996 | 0822536-5 |
| | 1021 | 0822044-2 |
| | 1080 | 0824646-4 |
| | 1141 | 0823087-1 |
| | 1176 | 0828864-8 |
| | 1185 | 0830485-8 |
| | 1211 | 0829130-1 |
| | 1213 | 0830142-8 |
| | 1217 | 0822326-9 |
| Selma Cristina Bettão Rocha | 1153 | 0828743-4 |
| Sérgio Antônio Meda | 2199 | 0823419-3 |
| Sergio Antonio Neiva Vieira | 1356 | 0831546-0 |
| Sérgio Aparecido Vicentini | 2537 | 0829682-0 |
| Sérgio Augusto Dutra S. d. Costa | 0675 | 0829265-9 |
| Sergio Bond Reis | 0734 | 0822480-8 |
| Sergio Botto de Lacerda | 0343 | 0825279-7 |
| Sergio dos Santos Silveira | 2773 | 0823927-0 |
| Sérgio Eduardo Canella | 0984 | 0828560-5 |
| Sérgio Eduardo da Silva | 1682 | 0824943-8 |
| Sérgio Fabrízio Sanvido | 1559 | 0830798-0 |
| | 1833 | 0827274-0 |
| Sérgio José Lopes dos S. Filho | 0794 | 0824590-7 |
| | 0927 | 0824055-3 |
| Sergio Leal Martinez | 1293 | 0825597-0 |
| | 1406 | 0824291-9 |
| Sérgio Leal Martinez | 1407 | 0824570-5 |
| Sérgio Luiz Belotto Junior | 1536 | 0825300-7 |
| | 2004 | 0826251-3 |
| | 2107 | 0825081-7 |
| | 2169 | 0823840-8 |
| Sergio Mello Araujo | 1301 | 0827781-0 |
| Sérgio Neves de Oliveira Júnior | 1601 | 0824481-3 |
| Sergio Ney Cuéllar Tramujas | 0854 | 0825699-9 |
| | 1128 | 0785712-3/01 |
| Sergio Paulo da Mota | 2793 | 0828134-5 |
| Sérgio Rezende de Oliveira | 2622 | 0830134-6 |
| Sérgio Ricardo Meller | 0576 | 0828307-8 |
| | 1526 | 0823363-6 |
| Sérgio Roberto R. P. d. Souza | 0610 | 0822580-3 |
| | 2655 | 0830268-7 |
| Sérgio Roberto Vosgerau | 0544 | 0825481-7 |
| | 0838 | 0829810-4 |
| Sérgio Schulze | 2196 | 0822810-6 |
| | 2216 | 0828334-5 |
| | 2251 | 0824508-9 |
| | 2365 | 0823035-7 |
| | 2547 | 0822789-6 |
| | 2552 | 0823209-7 |
| | 2559 | 0824694-0 |
| | 2602 | 0825468-4 |
| Sérgio Simão Dias | 0042 | 0830346-6 |
| | 0057 | 0829358-9 |
| | 0180 | 0830011-8 |
| | 0324 | 0824510-9 |
| Sérgio Sinhori | 0823 | 0817474-7 |
| | 1433 | 0825247-5 |
| Sérgio Tadeu Covre Martinez | 1342 | 0827189-6 |

| | | |
|---|---|---|
| Sergio Ternus | 1964 | 0824122-9 |
| Sergio Testa | 1790 | 0825055-7 |
| Sérgio Vieira Portela | 2832 | 0830602-9 |
| Shaíne Zanella Alonso Küster | 0940 | 0825994-9 |
| Shalom Moreira Baltazar | 0720 | 0832056-5 |
| Shana Carolina Colaço Vaz | 0869 | 0823982-1 |
| Shealtiel Lourenço Pereira Filho | 1547 | 0829252-2 |
| | 1664 | 0818516-4 |
| | 1814 | 0830952-4 |
| | 1847 | 0819321-9 |
| | 1923 | 0819331-5 |
| | 2088 | 0829346-9 |
| Sheila Brusamolin Waintuke | 1746 | 0823127-0 |
| Sheyla Darolt Bolsi dos Santos | 1150 | 0826455-1 |
| Shirlei Dalva Bento | 1118 | 0829462-8 |
| | 2347 | 0826135-4 |
| Shirley Aparecida B. Olivetti | 0893 | 0824246-4 |
| Shirley Nunes | 0296 | 0828673-7 |
| Shiroko Numata | 1657 | 0830162-0 |
| | 1766 | 0828848-4 |
| | 2011 | 0828522-5 |
| | 2032 | 0824133-2 |
| | 2041 | 0827487-7 |
| | 2082 | 0828289-5 |
| | 2095 | 0830724-0 |
| Sibele Sena Campelo | 1205 | 0827825-7 |
| Sidclei José Godois | 2252 | 0824515-4 |
| | 2256 | 0825789-8 |
| | 2302 | 0824966-1 |
| | 2340 | 0824470-0 |
| | 2430 | 0825624-2 |
| | 2595 | 0824006-0 |
| Sidinei Roque Cichocki | 2737 | 0822040-4 |
| Sidnei Aparecido Cardoso | 0762 | 0823196-5 |
| Sidnei Gilson Dockhorn | 0043 | 0830861-8 |
| | 1866 | 0827521-4 |
| Sidnei Machado | 2042 | 0828461-7 |
| Sidney Francisco Martins | 1800 | 0828386-9 |
| | 1868 | 0828366-7 |
| Sidney Kendy Matsuguma | 0812 | 0824353-4 |
| Sidney Samuel Meneguetti | 0092 | 0825879-7 |
| Sigisfredo Hoepers | 2360 | 0830237-2 |
| Silmara Bonatto | 0219 | 0829112-3 |
| Silmara Stroparo | 2358 | 0829523-6 |
| | 2578 | 0829981-8 |
| | 2583 | 0830663-2 |
| Silvana da Silva | 1012 | 0828592-7 |
| Silvana Denise Lobato | 0633 | 0824853-9 |
| | 2690 | 0821204-4 |
| Silvana Tormem | 2269 | 0829236-8 |
| | 2612 | 0828902-3 |
| Silvana Zavodini | 0519 | 0825273-5 |
| Silvaney Isabel Gomes de Oliveira | 2230 | 0830365-1 |
| | 2454 | 0830964-4 |
| | 2492 | 0829712-3 |
| | 2534 | 0829312-3 |
| | 2584 | 0830664-9 |
| Silvano Ferreira da Rocha | 2505 | 0822441-1 |
| Silvano Ghisi | 0129 | 0823829-9 |
| Silvia Arruda Gomm | 1869 | 0828602-8 |
| Sílvia Carina Palácio | 1514 | 0829274-8 |
| Silvia da Graça Yung | 0038 | 0829324-3 |
| | 0140 | 0829321-2 |
| | 0215 | 0828147-2 |
| | 0281 | 0830086-5 |
| Silvia Galesi Campelo | 1314 | 0823249-1 |
| Sílvia Lara Duarte Pagnoncelli | 0269 | 0824573-6 |
| Silvia Maria de Andrade | 1633 | 0823866-2 |
| | 2217 | 0828384-5 |
| Silvia Maria de Melo Rosa | 1003 | 0824960-9 |
| Silvia Regina Gazda | 1416 | 0829231-3 |
| Silvio Alexandre Fazolli | 1461 | 0830844-7 |
| Sílvio Alexandre Marto | 1999 | 0824342-1 |
| Silvio André Brambila Rodrigues | 0808 | 0822689-1 |
| Silvio Benjamin Alvarenga | 1130 | 0830378-8 |
| Silvio Carlos Korobinski | 0487 | 0822785-8 |
| Silvio Cesar Calcinoni | 1418 | 0829692-6 |
| Silvio Cesar de Bettio | 2066 | 0823162-9 |
| Sílvio Hemerson Guerra | 0689 | 0829968-5 |
| | 0704 | 0829959-6 |
| Silvio José Farinholi Arcuri | 1782 | 0823055-9 |
| | 1897 | 0824831-3 |
| | 2026 | 0823141-0 |
| | 2028 | 0823295-3 |
| Silvio Luiz Rossi Kissula | 0514 | 0823725-6 |
| Silvio Marcos de Aquino Antunes | 2324 | 0830838-9 |
| Silvio Martins Vianna | 1352 | 0830297-8 |
| Silvio Otavio dos Santos Bonone | 0805 | 0832050-3 |
| Silvio Seguro | 0515 | 0824190-7 |
| Silvio Takaharu Oyama | 0181 | 0830029-0 |
| Simara Zonta | 1967 | 0824987-0 |
| Simone Aparecida Lima da Cruz | 0380 | 0717784-6 |
| Simone Bueno de Miranda Lagana | 0758 | 0830433-4 |
| Simone Daiane Rosa | 0460 | 0829597-6 |
| | 1526 | 0823363-6 |
| | 1613 | 0829158-9 |
| | 1648 | 0828512-9 |
| | 1710 | 0831346-0 |
| | 1728 | 0827949-2 |
| | 1800 | 0828386-9 |
| | 1900 | 0826458-2 |
| | 2113 | 0828354-7 |
| Simone de F. Camillo | 2735 | 0829920-5 |
| Simone Jamal Gotti | 1537 | 0826010-2 |
| Simone Longo | 1194 | 0824191-4 |
| Simone Maria Monteiro Fleig | 2067 | 0823742-7 |
| Simone Martins Cunha | 0986 | 0828970-1 |
| | 1016 | 0829865-9 |
| | 1112 | 0826441-7 |
| Simone Regina dos Santos | 0974 | 0824745-2 |
| Simone Rinaldi | 0875 | 0825109-0 |
| Simone Zonari Letchacoski | 0461 | 0830363-7 |
| Sinvaldo Moreira de Souza | 1631 | 0823730-7 |
| Siomara Paciornik Schulman | 1279 | 0830094-7 |
| Sirlene Maria Maroneze Capelato | 0367 | 0824129-8 |
| Soerlei Sartori de Moraes | 1322 | 0828242-2 |
| Sofia Carolina Jacob de Paula | 1643 | 0827358-1 |
| Solange Aparecida de Lima | 0525 | 0828116-7 |
| Solange da Silva Machado | 1618 | 0830009-8 |
| Solange Takahashi Matsuka | 1765 | 0828818-6 |
| Solange Thomé | 0580 | 0828642-2 |
| Solange Tissot | 1402 | 0821528-9 |
| Solon Brasil Junior | 0444 | 0831269-8 |
| Sonia Aparecida Yadomi | 0060 | 0829943-8 |
| Sônia Drozda | 2029 | 0823380-7 |
| Sônia Letícia de Mello Cardoso | 0030 | 0825341-8 |
| | 0235 | 0825815-3 |
| Sônia Maria Schroeder Vieira | 2152 | 0828735-2 |
| Sônia Regina Dias B. d. C. Bispo | 0161 | 0829179-8 |
| | 0255 | 0828044-6 |
| | 0745 | 0822946-1 |
| | 0746 | 0822946-1/01 |
| Sonivaltair da Silva Castanha | 1262 | 0820263-9 |
| | 1337 | 0824660-4 |
| Sonny Brasil de Campos Guimarães | 1730 | 0828294-6 |
| | 2051 | 0829513-0 |
| | 2087 | 0829027-9 |
| Soraia Al Farah | 0184 | 0823277-5 |
| Soraya da Costa Lemos | 0463 | 0822752-9 |
| Soraya Saad Lopes | 1291 | 0824439-9 |
| | 1430 | 0824568-5 |
| Stefania Basso | 0133 | 0825737-4 |

| | | |
|---|---|---|
| Stela Marlene Schwerz | 1154 | 0829010-4 |
| Stella Danielides Junqueira | 0917 | 0823171-8 |
| | 0918 | 0823180-7 |
| | 0919 | 0823184-5 |
| Stephanie Zago de Carvalho | 1056 | 0826194-3 |
| | 1193 | 0824171-2 |
| Stephen Wilson | 1391 | 0827765-6 |
| Sueila Lima de Araújo | 1056 | 0826194-3 |
| Suelen Gutierrez | 1152 | 0828626-8 |
| Sueli Antunes Caetano | 0763 | 0823607-3 |
| Sueli Cristina Rohn Bespalhok | 2761 | 0829904-1 |
| Sueli Maria Oltramari | 1456 | 0829743-8 |
| Sueli Maria Zdebski | 0757 | 0830786-0 |
| Susana Tomoe Yuyama | 1350 | 0829337-0 |
| | 2174 | 0824990-7 |
| Susana Valéria Galhera Gonçalves | 0032 | 0825863-9 |
| Swellen Yano da Silva | 2538 | 0829724-3 |
| Sylvio Lourenço da Silveira Filho | 2735 | 0829920-5 |
| Tábata Nóbrega Chagas | 2485 | 0828831-9 |
| | 2616 | 0829328-1 |
| Tácio de Melo do Amaral Camargo | 1456 | 0829743-8 |
| Tadeu Cerbaro | 1542 | 0828087-1 |
| | 1678 | 0824406-0 |
| | 1859 | 0824331-8 |
| | 1969 | 0825748-7 |
| Tadeu Donizeti Barbosa Rzniski | 0148 | 0820767-2 |
| Tadeu Karasek Junior | 0700 | 0829144-5 |
| Tadeu Kurpiel | 1604 | 0825885-5 |
| Tadeu Teixeira Neto | 2850 | 0820664-6 |
| Taís Zanini de Sá Duarte Nunes | 1323 | 0828752-3 |
| Talita Santos Gatti | 1945 | 0828574-9 |
| Talita Silveira Feuser | 2084 | 0828476-8 |
| Talita Soares Karwoski Silva | 1376 | 0830382-2 |
| Tâmilly Rafaela de Oliveira | 1371 | 0829057-7 |
| Tanara Charão de Melo | 0034 | 0827200-0 |
| Tania Christina C. Gonçalves | 0069 | 0824141-4 |
| Tânia Cristina de Paula Somariva | 1160 | 0831042-7 |
| Tânia Mara Mandarino | 1341 | 0825824-2 |
| Tania Mara Podgurski | 1408 | 0824846-4 |
| Tânia Maria Casseri Rindeika | 1814 | 0830952-4 |
| Tania Maria Silvestre | 0874 | 0825065-3 |
| Tania Maristela Munhoz | 0306 | 0822935-8 |
| | 0543 | 0825143-2 |
| Tânia Nunes de Rocco Bastos | 0989 | 0829500-3 |
| Tania Regina Demeterco | 2746 | 0828416-2 |
| Tânia Valéria de Oliveira Oliver | 1320 | 0826105-6 |
| Tanya Kristyane Kozicki | 0751 | 0830155-5 |
| Tarcisio Araújo Kroetz | 1098 | 0822607-9 |
| Tassia Teixeira de F. B. Erbano | 0242 | 0829988-7 |
| Tatiana de Jesus Neves | 2635 | 0830475-2 |
| Tatiana Faria da Silva | 2341 | 0824883-7 |
| | 2465 | 0823873-7 |
| | 2558 | 0824386-3 |
| Tatiana Manna Bellasalma | 0032 | 0825863-9 |
| Tatiana Messias da Silva | 0577 | 0828308-5 |
| | 1971 | 0826033-5 |
| Tatiana Pechmann Scherer | 0813 | 0825139-8 |
| Tatiana Piasecki Kaminski | 1877 | 0830367-5 |
| | 1975 | 0827792-3 |
| | 2131 | 0818630-9 |
| Tatiana Rodrigues | 2329 | 0822901-2 |
| Tatiana Schmidt Manzochi | 1079 | 0824544-5 |
| Tatiana Tavares de Campos | 0864 | 0816297-6 |
| | 0889 | 0817887-4 |
| | 0986 | 0828970-1 |
| | 0995 | 0798595-7 |
| | 1011 | 0828528-7 |
| | 1016 | 0829865-9 |
| | 1112 | 0826441-7 |
| | 1117 | 0829029-3 |
| | 1156 | 0829206-0 |
| | 1216 | 0821492-4 |
| | 1231 | 0829334-9 |
| Tatiana Valesca Vroblewski | 2196 | 0822810-6 |
| | 2202 | 0823474-4 |
| | 2216 | 0828334-5 |
| | 2221 | 0828949-6 |
| | 2251 | 0824508-9 |
| | 2322 | 0830635-8 |
| | 2340 | 0824470-0 |
| | 2361 | 0830320-2 |
| | 2379 | 0825220-4 |
| | 2425 | 0824479-3 |
| | 2434 | 0828453-5 |
| | 2437 | 0828585-2 |
| | 2515 | 0824802-2 |
| | 2547 | 0822789-6 |
| | 2579 | 0830215-6 |
| | 2590 | 0823457-3 |
| | 2625 | 0830611-8 |
| Tatiana Vanessa Romano | 1560 | 0821569-0 |
| | 1667 | 0821562-1 |
| Tatiane Aparecida Lange | 1006 | 0825782-9 |
| | 1491 | 0823509-2 |
| | 1499 | 0824385-6 |
| | 1618 | 0830009-8 |
| | 1656 | 0830036-5 |
| | 1744 | 0831316-2 |
| | 1968 | 0825502-1 |
| | 2273 | 0830000-5 |
| | 2381 | 0825873-5 |
| Tatiane Muncinelli | 0892 | 0823885-7 |
| | 0896 | 0824695-7 |
| | 0916 | 0823105-4 |
| | 0925 | 0823853-5 |
| | 0932 | 0824872-4 |
| | 0978 | 0825173-0 |
| | 1036 | 0828304-7 |
| | 1076 | 0823706-1 |
| | 1078 | 0824238-2 |
| | 1104 | 0824116-1 |
| | 1139 | 0822820-2 |
| | 1144 | 0824304-1 |
| | 1147 | 0824827-9 |
| | 1195 | 0824410-4 |
| | 1196 | 0824620-0 |
| | 1255 | 0828863-1 |
| | 2235 | 0822265-1 |
| | 2300 | 0824665-9 |
| | 2457 | 0822633-9 |
| | 2477 | 0825839-3 |
| | 2596 | 0824247-1 |
| Tatiane Ribeiro Baldoni | 2241 | 0823165-0 |
| Tatiany dos Santos | 0045 | 0816645-2 |
| Tatyane Priscila Portes Stein | 1013 | 0829000-8 |
| | 1104 | 0824116-1 |
| | 1142 | 0823966-7 |
| Teles de Andrade | 0264 | 0831423-2 |
| | 1660 | 0830358-6 |
| Teodoro Metchko Filho | 1280 | 0830337-7 |
| Teresa Celina de A. A. Wambier | 0182 | 0830810-1 |
| | 0202 | 0830789-1 |
| | 1166 | 0824863-5 |
| | 1397 | 0829618-0 |
| | 1515 | 0829669-7 |
| | 1623 | 0830617-0 |
| | 1784 | 0824245-7 |
| | 1795 | 0827796-1 |
| | 1807 | 0829880-6 |
| | 1854 | 0822915-6 |
| | 1894 | 0824500-3 |
| | 1988 | 0830313-7 |
| | 1993 | 0822634-6 |
| | 2016 | 0829584-9 |
| | 2099 | 0822509-8 |

| | | |
|---|---|---|
| | 2106 | 0824339-4 |
| | 2475 | 0825587-4 |
| Teresinha Depubel Dantas | 1407 | 0824570-5 |
| | 2031 | 0823963-6 |
| | 2680 | 0823793-4 |
| Tereza Cristina B. Marinoni | 0393 | 0645621-3 |
| Teruo Taguchi Miyashiro | 2159 | 0829641-9 |
| Thaianna Klaime | 1046 | 0823334-5 |
| Thaís Amoroso Paschoal | 0013 | 0828509-2 |
| Thais Aranda Barrozo | 2623 | 0830164-4 |
| Thais Ferreira Rocha | 1111 | 0825928-5 |
| Thais Malachini | 0883 | 0829703-4 |
| | 0922 | 0823590-3 |
| | 0947 | 0828784-5 |
| | 0960 | 0827834-6 |
| | 0979 | 0825676-6 |
| | 0983 | 0827333-4 |
| | 0990 | 0830166-8 |
| | 1010 | 0827946-1 |
| | 1028 | 0824492-6 |
| | 1155 | 0829124-3 |
| | 1239 | 0823635-7 |
| | 1240 | 0823680-2 |
| Thais Pontes de Oliveira | 1980 | 0829115-4 |
| | 2092 | 0829941-4 |
| Thais Yumi Gohara | 0085 | 0822826-4 |
| Thaísa Comar | 2133 | 0820455-7 |
| Thaisa Cristina Cantoni | 0951 | 0829305-8 |
| | 1099 | 0822778-3 |
| | 1574 | 0827408-6 |
| | 1615 | 0829667-3 |
| | 1641 | 0826841-7 |
| | 1729 | 0828094-6 |
| | 1733 | 0829396-9 |
| | 1795 | 0827796-1 |
| | 1853 | 0822841-1 |
| | 1872 | 0828720-1 |
| | 1973 | 0826878-4 |
| | 1982 | 0829447-1 |
| | 2012 | 0828960-5 |
| | 2081 | 0827958-1 |
| | 2112 | 0827818-2 |
| | 2119 | 0829411-1 |
| | 2153 | 0828821-3 |
| | 2154 | 0828830-2 |
| | 2155 | 0829055-3 |
| Thaisa Pereira Mello | 2323 | 0830781-5 |
| | 2573 | 0829227-9 |
| | 2615 | 0829239-9 |
| Thalyta Emanuelle dos Santos | 2136 | 0822906-7 |
| Thebas Vidal Veiga | 0426 | 0830670-7 |
| Thelma Hayashi Akamine | 0177 | 0829372-9 |
| Thiago Augustus Simoni M. Montoro | 2881 | 0828907-8 |
| Thiago Barboza de Faria Franco | 1664 | 0818516-4 |
| Thiago Caversan Antunes | 1064 | 0829216-6 |
| Thiago Dahlke Machado | 0335 | 0741205-5 |
| Thiago Felipe Ribeiro dos Santos | 2548 | 0822846-6 |
| Thiago Fernando Gregório | 0665 | 0823046-0 |
| | 1412 | 0828128-7 |
| Thiago Ferreira Ternes | 2668 | 0829910-9 |
| Thiago Haviaras da Silva | 0904 | 0828399-6 |
| | 1057 | 0826277-7 |
| | 1115 | 0828819-3 |
| | 1252 | 0828153-0 |
| Thiago Henrique Zanchi de Souza | 1051 | 0824422-4 |
| Thiago Marciano de Andrade | 2895 | 0827078-8 |
| Thiago Nório Zandonai Kussano | 1379 | 0830891-6 |
| Thiago Paese | 2364 | 0822984-1 |
| | 2377 | 0824909-6 |
| Thiago Penazzo Lorenzo | 2178 | 0826059-9 |
| Thiago Ramos Küster | 0940 | 0825994-9 |
| | 1246 | 0825154-5 |
| Thiago Rufino de Oliveira Gomes | 1493 | 0823847-7 |
| | 1673 | 0823143-4 |
| | 1714 | 0823160-5 |
| | 2330 | 0823126-3 |
| Thiago Vinicius P. Bitencourt | 1711 | 0818133-5 |
| Thiara Rando Bezerra Siroti | 1767 | 0828891-5 |
| | 1913 | 0829722-9 |
| | 1918 | 0830868-7 |
| Tiago Bastos Belache | 0371 | 0826007-5 |
| | 2707 | 0832030-1 |
| Tiago Brene Oliveira | 1788 | 0825019-1 |
| Tiago Damiani | 0362 | 0822865-1 |
| Tiago Luiz Weiss Massambani | 1577 | 0829093-3 |
| TIAGO PAVIN | 1486 | 0832185-1 |
| Tiago Schroeder Russi | 0904 | 0828399-6 |
| | 1057 | 0826277-7 |
| | 1115 | 0828819-3 |
| Tiago Spohr Chiesa | 2379 | 0825220-4 |
| | 2602 | 0825468-4 |
| Tiago Stainke | 2039 | 0825828-0 |
| Tibiriça Messias | 1376 | 0830382-2 |
| Ticiane Dalla Vecchia Cecon | 0538 | 0823894-6 |
| Tirone Cardoso de Aguiar | 0467 | 0823987-6 |
| | 0529 | 0830109-3 |
| | 0816 | 0827995-4 |
| | 0856 | 0827771-4 |
| | 0881 | 0829247-1 |
| | 1048 | 0823941-0 |
| | 1063 | 0829099-5 |
| | 1202 | 0826095-5 |
| | 1212 | 0829762-3 |
| | 1676 | 0824101-0 |
| | 1731 | 0828781-4 |
| | 2148 | 0826313-8 |
| Tirsiley Débora Formigani Correia | 1090 | 0828738-3 |
| Tomaz da Conceição | 0851 | 0825386-7 |
| Toni Mendes de Oliveira | 2037 | 0825374-7 |
| Tony Augusto Paraná da S. e. Sene | 1482 | 0830258-1 |
| | 1892 | 0824146-9 |
| Trajano Bastos de O. N. Friedrich | 0883 | 0829703-4 |
| | 0922 | 0823590-3 |
| | 0947 | 0828784-5 |
| | 0982 | 0826284-2 |
| | 0983 | 0827333-4 |
| | 0990 | 0830166-8 |
| | 1010 | 0827946-1 |
| | 1028 | 0824492-6 |
| | 1155 | 0829124-3 |
| | 1239 | 0823635-7 |
| | 1240 | 0823680-2 |
| Tulio Marcelo Denig Bandeira | 1546 | 0829045-7 |
| | 2010 | 0828455-9 |
| Tutomo Tanoue | 0763 | 0823607-3 |
| Ubirajara Ayres Gasparin | 0923 | 0823605-9 |
| Ulisses Cabral Bispo Ferreira | 0506 | 0829755-8 |
| | 0582 | 0829262-8 |
| Umberto Giotto Neto | 2245 | 0823841-5 |
| Úrsula Boeng | 0640 | 0829465-9 |
| Ursula Ernlund S. Guimarães | 1504 | 0825897-5 |
| | 1563 | 0823764-3 |
| | 1672 | 0822867-5 |
| | 1715 | 0823790-3 |
| | 1747 | 0823134-5 |
| | 1783 | 0824175-0 |
| | 1893 | 0824255-3 |
| | 1941 | 0828103-0 |
| | 1972 | 0826798-1 |
| | 1994 | 0823012-4 |
| | 2140 | 0823597-2 |
| | 2172 | 0824641-9 |
| Vadeir José Pereira | 0885 | 0829756-5 |
| Vagner Celso Gomes Pessoa | 2057 | 0830407-4 |
| Valdecir Cardoso de Assis | 2618 | 0829598-3 |

| | | |
|---|---|---|
| Valdecir Pagani | 0071 | 0825306-9 |
| Valdecy Longonio de Oliveira | 1130 | 0830378-8 |
| | 1282 | 0830661-8 |
| Valdelice de Lourdes Palmieri | 0367 | 0824129-8 |
| Valdemar Andreatta | 0956 | 0830306-2 |
| | 1465 | 0822821-9 |
| | 2196 | 0822810-6 |
| Valdemar Bernardo Jorge | 0837 | 0829640-2 |
| | 1832 | 0827232-2 |
| Valdemir Anselmo Pontes | 0626 | 0831481-4 |
| Valdinir Kubaski | 1084 | 0826318-3 |
| Valdir Abibe | 0475 | 0826249-3 |
| Valdir Balan | 2528 | 0828655-9 |
| Valdir Bittencourt | 2867 | 0829820-0 |
| Valdir Judai | 0863 | 0816284-9 |
| | 1220 | 0823949-6 |
| Valdir Julio Ulbrich | 0044 | 0831057-8 |
| Valdir Oliveira | 1800 | 0828386-9 |
| | 1868 | 0828366-7 |
| | 2113 | 0828354-7 |
| Valdir Ramires e Silva | 2772 | 0823801-1 |
| Valdir Rogério Zonta | 0569 | 0824528-1 |
| | 0899 | 0825447-5 |
| | 0925 | 0823853-5 |
| | 1053 | 0824452-2 |
| | 1089 | 0828622-0 |
| | 1168 | 0825397-0 |
| Valdomiro Czaikowski Neto | 1826 | 0825204-0 |
| Valéria Aparecida F. d. Santos | 2043 | 0828487-1 |
| Valéria Basso | 1949 | 0829285-1 |
| Valéria Caramuru Cicarelli | 0900 | 0825868-4 |
| | 1503 | 0825763-4 |
| | 1562 | 0822941-6 |
| | 1616 | 0829715-4 |
| | 1708 | 0830859-8 |
| | 1722 | 0825794-9 |
| | 1796 | 0827806-2 |
| | 1896 | 0824637-5 |
| | 2018 | 0829749-0 |
| | 2206 | 0824053-9 |
| | 2248 | 0824219-7 |
| | 2337 | 0824052-2 |
| | 2424 | 0824445-7 |
| | 2431 | 0825766-5 |
| | 2455 | 0831352-8 |
| | 2463 | 0823724-9 |
| | 2570 | 0828897-7 |
| | 2600 | 0824767-8 |
| | 2603 | 0825851-9 |
| Valéria Cristina dos Santos | 0504 | 0829087-5 |
| Valéria da Silva Sigulo | 1930 | 0824849-5 |
| Valéria dos Santos Tondato | 0010 | 0825787-4 |
| | 0021 | 0831803-0 |
| | 0435 | 0825276-6 |
| Valéria Giessler | 0443 | 0831262-9 |
| Valeria Ramos Dinies | 1439 | 0829026-2 |
| Valeria Silva Galdino | 1061 | 0828698-4 |
| Valeria Suzana Ruiz | 0803 | 0830082-7 |
| | 1267 | 0824621-7 |
| Valério Bonnet | 1988 | 0830313-7 |
| Valiana Wargha Calliari | 0463 | 0822752-9 |
| | 0477 | 0826510-7 |
| | 0497 | 0826072-2 |
| | 0756 | 0831401-6 |
| Valmir Antonio Sgarbi | 1193 | 0824171-2 |
| Valmir Schreiner Maran | 0431 | 0824263-5 |
| | 0760 | 0820072-8 |
| | 2117 | 0829189-4 |
| Valmor Antonio Padilha Filho | 0079 | 0830031-0 |
| | 0123 | 0829972-9 |
| | 0178 | 0829877-9 |
| | 0198 | 0830138-4 |
| | 0302 | 0830863-2 |
| Valquiria Bassetti Prochmann | 0041 | 0830322-6 |
| | 0072 | 0825422-8 |
| | 0117 | 0827801-7 |
| | 0160 | 0827986-5 |
| | 0206 | 0823978-7 |
| | 0247 | 0823557-8 |
| | 0250 | 0824785-6 |
| | 0326 | 0824931-8 |
| | 0332 | 0829202-2 |
| | 0380 | 0717784-6 |
| | 0388 | 0826660-2 |
| | 0411 | 0822549-2 |
| | 0413 | 0822843-5 |
| | 0765 | 0824040-2 |
| | 1128 | 0785712-3/01 |
| Valquiria Gonçalves | 2631 | 0831085-2 |
| Valter Camargo Furquim | 2188 | 0830255-0 |
| Valter Munareto | 1262 | 0820263-9 |
| Vanda Lucia Tavares | 2239 | 0822891-1 |
| Vanderlei José Follador | 2628 | 0829639-9 |
| Vanderlei Lanz | 0061 | 0830340-4 |
| Vanderlei Luis Krombauer Bonatto | 1473 | 0828079-9 |
| Vanderlei Taverna | 2245 | 0823841-5 |
| Vandira Cozer | 2138 | 0823488-8 |
| Vanessa Abu-Jamra F. d. Castro | 1259 | 0830020-7 |
| | 1447 | 0822233-9 |
| Vanessa Aline Scandalo Rocha | 1646 | 0827735-8 |
| | 1735 | 0829612-8 |
| | 2119 | 0829411-1 |
| Vanessa Benato Cardoso | 0553 | 0829484-4 |
| | 1324 | 0829014-2 |
| Vanessa da SIlva Hilário | 2486 | 0828934-5 |
| | 2490 | 0829501-0 |
| Vanessa de Souza Melo | 1322 | 0828242-2 |
| Vanessa Josiane Gruchowski | 0769 | 0825262-2 |
| Vanessa Maria Ribeiro Batalha | 2225 | 0829524-3 |
| | 2526 | 0828151-6 |
| | 2540 | 0829952-7 |
| | 2560 | 0824888-2 |
| | 2576 | 0829536-3 |
| Vanessa Mazorana | 0142 | 0830104-8 |
| Vanessa Ribas Vargas Guimarães | 0757 | 0830786-0 |
| Vânia Aparecida Viotto Fuga | 0085 | 0822826-4 |
| Vania de Arruda Mendonca | 0839 | 0829813-5 |
| Vânia Maria Forlin | 0685 | 0824829-3 |
| | 2833 | 0822213-7 |
| Vânia Regina Mamesso | 0940 | 0825994-9 |
| Vantuil Morra | 1816 | 0822964-9 |
| Vanusa Aparecida Hoffmann | 1105 | 0824311-6 |
| Vanyr Berti | 1977 | 0828348-9 |
| Venina Sabino da S. e. Damasceno | 0492 | 0823994-1 |
| Vera Lucia Mosterio Demario | 0757 | 0830786-0 |
| Vera Lucia Sigwalt Bittencourt | 2631 | 0831085-2 |
| Veridiana Perin | 2107 | 0825081-7 |
| Veridiane Aparecida Thomazinho | 1395 | 0828754-7 |
| Vicente de Paula Marques Filho | 2623 | 0830164-4 |
| Vicente Magalhães | 1860 | 0824571-2 |
| Vicente Paula Santos | 1326 | 0829693-3 |
| Victicia Kinaski Gonçalves | 2228 | 0830018-7 |
| | 2270 | 0829734-9 |
| | 2272 | 0829742-1 |
| | 2308 | 0828148-9 |
| | 2314 | 0829068-0 |
| | 2356 | 0829016-6 |
| | 2606 | 0826909-4 |
| Victor Alberto Azi Bomfim Marins | 1773 | 0830422-1 |
| Victor Daniel Moretti | 1277 | 0829763-0 |
| Victor Eduardo Bertoldi Boff | 0339 | 0824318-5 |
| Victor Geraldo Jorge | 1942 | 0828120-1 |
| Victor Hugo Trennepohl | 1780 | 0822284-6 |
| Victor Matheus Aparecido Lissi | 0555 | 0830184-6 |

| | | |
|---|---|---|
| Victor Nunes Carvalho | 0852 | 0825430-0 |
| Vigando Luiz Valcanaia | 1515 | 0829669-7 |
| Vilma Carla Lima de Souza | 2638 | 0749269-1/01 |
| Vilma de Almeida Bastos | 1333 | 0823076-8 |
| Vilmar Cozer | 2138 | 0823488-8 |
| | 2331 | 0823497-7 |
| Vilson Stall | 1537 | 0826010-2 |
| Vinícius Barneze | 0795 | 0824948-3 |
| Vinicius Bertussi Velozo | 1446 | 0821505-6 |
| Vinícius Carvalho Fernandes | 1071 | 0830799-7 |
| Vinícius da Silva Borba | 0291 | 0826470-8 |
| | 1132 | 0809536-7/01 |
| Vinicius de Andrade Mendes | 2287 | 0822620-2 |
| Vinícius de Castro Penna | 2303 | 0824971-2 |
| Vinícius Eduardo Sávio | 1401 | 0667717-8 |
| Vinícius Ferrari de Andrade | 2254 | 0824724-3 |
| Vinícius Gabriel Z. d. Oliveira | 1274 | 0829034-4 |
| | 1664 | 0818516-4 |
| Vinicius Gonçalves | 2522 | 0826169-0 |
| Vinícius Klein | 0006 | 0824446-4 |
| | 0086 | 0824313-0 |
| | 0110 | 0822819-9 |
| | 0134 | 0827037-7 |
| | 0355 | 0824532-5 |
| | 0575 | 0826632-8 |
| Vinícius Ratti | 2091 | 0829858-4 |
| Vinicius Secafen Mingati | 1591 | 0830916-8 |
| | 2416 | 0822930-3 |
| Vinya Mara Anderes D. Oliveira | 1203 | 0826201-3 |
| Virgilio Cesar de Melo | 1955 | 0830375-7 |
| Vírginia Neusa Costa Mazzucco | 1516 | 0829792-1 |
| | 2241 | 0823165-0 |
| | 2354 | 0828681-9 |
| | 2519 | 0825373-0 |
| Vitor Eidi Sigaki | 0131 | 0824585-6 |
| Vitor Hugo Rankel | 0769 | 0825262-2 |
| Vitor Hugo Scartezini | 1399 | 0830315-1 |
| Vivian Nicole Koehler Pierri | 2101 | 0823690-8 |
| Vívian Piovezan Scholz Tohmé | 0575 | 0826632-8 |
| Vivian Regina Lazzaris | 0716 | 0828981-4 |
| Viviane de Souza Vicentin | 2663 | 0826204-4 |
| | 2712 | 0823756-1 |
| Viviane dos Santos Sanches | 2872 | 0821951-8 |
| Viviane Girardi Prospero | 1270 | 0826001-3 |
| Viviane Karina Teixeira | 2231 | 0830384-6 |
| | 2271 | 0829739-4 |
| | 2277 | 0830893-0 |
| | 2284 | 0821798-1 |
| | 2320 | 0830483-4 |
| | 2329 | 0822901-2 |
| | 2366 | 0823399-6 |
| | 2449 | 0829442-6 |
| | 2488 | 0829277-9 |
| | 2502 | 0820796-3 |
| | 2612 | 0828902-3 |
| | 2625 | 0830611-8 |
| Viviane Pomini | 1119 | 0829591-4 |
| Vladimir Stasiak | 1285 | 0819976-4 |
| Vlamir Emerson Ferreira | 0330 | 0828553-0 |
| Volnei Leandro Kottwitz | 1540 | 0827565-6 |
| | 1611 | 0829108-9 |
| | 1685 | 0825818-4 |
| | 1763 | 0828576-3 |
| | 1835 | 0828321-8 |
| Wadson Nicanor Peres Gualda | 0279 | 0829230-6 |
| Wagner Cardeal Oganauskas | 1190 | 0822709-8 |
| Wagner de Melo Volpato | 1536 | 0825300-7 |
| Wagner de Oliveira Pires | 0597 | 0824361-6 |
| | 2242 | 0823188-3 |
| Wagner Dilay | 0438 | 0826177-2 |
| Wagner Kiyoshi da Silva | 0355 | 0824532-5 |
| Wagner Munareto | 1262 | 0820263-9 |
| Wagner Taporoski Moreli | 1407 | 0824570-5 |
| Waldemar Rodrigues Pereira Filho | 1430 | 0824568-5 |
| Waldir Leske | 1765 | 0828818-6 |
| Waldir Siqueira | 0082 | 0822670-2 |
| Waldomiro Barbieri | 2080 | 0827511-8 |
| Walid Kauss | 1275 | 0829159-6 |
| Wallace Soares Pugliese | 0084 | 0822790-9 |
| | 0111 | 0822895-9 |
| Walmir de Oliveira Lima Teixeira | 0634 | 0824885-1 |
| Walmor Bindi Junior | 2485 | 0828831-9 |
| Walmor Floriano Furtado | 0063 | 0807032-6 |
| Walmor Junior da Silva | 1562 | 0822941-6 |
| Walmor Mergener | 2674 | 0822881-5 |
| Walter Bruno Cunha da Rocha | 1196 | 0824620-0 |
| | 2637 | 0830741-1 |
| Walter Dantas de Melo | 1878 | 0830380-8 |
| Walter de Camargo Bueno | 2740 | 0822552-9 |
| Walter Espiga | 1897 | 0824831-3 |
| Walter Helio de Lima Martins | 1243 | 0824464-2 |
| Walter Ramos Netto | 2395 | 0829201-5 |
| | 2614 | 0829001-5 |
| Walter Ronaldo Basso | 2803 | 0823402-8 |
| Walter Spena de Macedo | 1154 | 0829010-4 |
| Wandenir de Souza | 1770 | 0829623-1 |
| Wanderlei de Paula Barreto | 1046 | 0823334-5 |
| Wanderlei Lukachewski | 2798 | 0831061-2 |
| Wanderlei Lukachewski Junior | 2798 | 0831061-2 |
| Wanderley Antonio de Freitas | 1078 | 0824238-2 |
| | 1385 | 0824256-0 |
| Wanderley Dallo | 2636 | 0721013-1/01 |
| Wanderley do Carmo | 0490 | 0823411-7 |
| Wanderley Santos Brasil | 1615 | 0829667-3 |
| | 1733 | 0829396-9 |
| | 2415 | 0822926-9 |
| | 2598 | 0824461-1 |
| Washington Fragoso Veras | 0724 | 0823507-8 |
| Washington Luiz Stelle Teixeira | 0180 | 0830011-8 |
| | 1389 | 0825249-9 |
| Washington S. M. d. Oliveira | 1111 | 0825928-5 |
| Washington Yamane | 1352 | 0830297-8 |
| | 1534 | 0825091-3 |
| Welington Brasil Felix | 0126 | 0822613-7 |
| | 0127 | 0822622-6 |
| Welington Eduardo Ludke | 2424 | 0824445-7 |
| Wellington Silveira | 0993 | 0831038-3 |
| Welton de Farias Fogaça | 0182 | 0830810-1 |
| | 0330 | 0828553-0 |
| Werner Aumann | 1611 | 0829108-9 |
| | 1706 | 0830299-2 |
| | 1781 | 0822648-0 |
| Weslei Vendruscolo | 0074 | 0826137-8 |
| | 0174 | 0828342-7 |
| | 0318 | 0830283-4 |
| | 0346 | 0829069-7 |
| | 0422 | 0826145-0 |
| Wesley Macedo de Souza | 0033 | 0825919-6 |
| Wesley Toledo Ribeiro | 1498 | 0824346-9 |
| | 1657 | 0830162-0 |
| | 1785 | 0824349-0 |
| | 2011 | 0828522-5 |
| | 2082 | 0828289-5 |
| | 2103 | 0823968-1 |
| Wesley Tomaszewski | 1285 | 0819976-4 |
| Wilian Zendrini Buzingnani | 1619 | 0830015-6 |
| | 2160 | 0829654-6 |
| William Cantuária da Silva | 1697 | 0829393-8 |
| | 1837 | 0828375-6 |
| William Carvalho | 2283 | 0821773-4 |
| William Esperidião David | 0713 | 0824928-1 |
| William Fracalossi | 0567 | 0824173-6 |
| William Maia Rocha da Silva | 1144 | 0824304-1 |
| | 1145 | 0824748-3 |
| William Ozorio | 1077 | 0824085-1 |
| William Ribeiro Silveira | 0196 | 0829044-0 |

| | | |
|---|---|---|
| William Stremel Biscaia da Silva | 0639 | 0829430-6 |
| | 2370 | 0824025-5 |
| Willian Cleber Zolandeck | 2066 | 0823162-9 |
| Willian Train Júnior | 0677 | 0831097-2 |
| | 0938 | 0825795-6 |
| | 1002 | 0824750-3 |
| Wilma do Rocio da S. M. d. Cruz | 0093 | 0826020-8 |
| Wilson Denis Benato Martins | 2393 | 0828968-1 |
| Wilson Leite de Morais | 1762 | 0828514-3 |
| Wilson Luis Iscuissati | 2442 | 0828732-1 |
| Wilson Luiz de Assis T. Júnior | 0912 | 0830917-5 |
| Wilson Ribeiro Júnior | 2708 | 0822322-1 |
| Wilson Scarpelini Kaminski | 0312 | 0825106-9 |
| | 0387 | 0825362-7 |
| Wilton Silva Longo | 0614 | 0823845-3 |
| | 2770 | 0823378-7 |
| Wiviane Cristina Perin | 2248 | 0824219-7 |
| Yara Flores Lopes Stroppa | 2684 | 0826578-9 |
| Yegor Moreira Junior | 1709 | 0831084-5 |
| Yuri John Forselini | 1241 | 0823958-5 |
| Yuri Marcos dos Santos Silva | 0591 | 0822656-2 |
| | 0614 | 0823845-3 |
| | 2770 | 0823378-7 |
| Zaqueu Subtil de Oliveira | 0005 | 0823812-4 |
| | 0006 | 0824446-4 |
| | 0008 | 0825061-5 |
| | 0026 | 0823387-6 |
| | 0028 | 0824124-3 |
| | 0051 | 0824348-3 |
| | 0052 | 0824803-9 |
| | 0072 | 0825422-8 |
| | 0086 | 0824313-0 |
| | 0091 | 0825250-2 |
| | 0110 | 0822819-9 |
| | 0130 | 0824495-7 |
| | 0208 | 0824686-8 |
| | 0209 | 0824947-6 |
| | 0247 | 0823557-8 |
| | 0250 | 0824785-6 |
| | 0266 | 0823811-7 |
| | 0326 | 0824931-8 |
| | 0349 | 0822909-8 |
| | 0352 | 0824197-6 |
| | 0411 | 0822549-2 |
| | 0448 | 0822856-2 |
| | 0747 | 0826385-4 |
| | 0759 | 0826392-9 |
| | 1716 | 0824015-9 |
| | 1718 | 0824512-3 |
| | 1784 | 0824245-7 |
| | 1797 | 0828078-2 |
| | 1831 | 0826502-5 |
| | 1867 | 0827970-7 |
| | 1894 | 0824500-3 |
| | 1951 | 0829495-7 |
| | 2150 | 0828347-2 |
| | 2184 | 0829270-0 |
| Zeila Pacheco de Oliveira Londero | 1295 | 0826279-1 |
| | 1427 | 0823694-6 |
| Zenaide da Silva Ferreira | 0757 | 0830786-0 |
| Zenira Maria de Azevedo d. Santos | 2757 | 0826713-8 |
| Zilandia Pereira | 0406 | 0825352-1 |
| ZUARDO PAES NETO | 1642 | 0827150-5 |
| Zuldemar Souza Q. d. Sant'anna | 2720 | 0830089-6 |

## 1ª Câmara Cível

1º Processo 0820758-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 200400000120 Execução Fiscal. Agravante: David Marcelino Lucas. Advogado: Lariane Ardenghi de Carvalho, Edna Maria Ardenghi de Carvalho, Rubens Pereira de Carvalho. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

2º Processo 0822756-7 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00092888520098160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato, Daniel Romaniuk Pinheiro Lima. Apelado: Airton Borges dos Santos, Alcindo Alves Faria, Aparecida Ildefonso Rodrigues, Celecino Antonio da Silva, Clauderine Gomes Malavazi, Creuza Ribeiro da Silva de Almeida, Floricoxavier Dias, Heleno de Souza, José Stefanini Neto, Leonice Duarte Aparecida, Marcos Mataro, Marilaide da Silva Correa, Marinete Aparecida de Oliveira Paulino, Paulo Lourenço da Silva, Pedro Eugênio da Silva, Raquel de Jesus Inácio. Advogado: Olivarde Francisco da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

3º Processo 0823072-0 Apelação Cível
Comarca: Centenário do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00023127520108160066 Embargos a Execução. Apelante: Fazenda Pública Municipal. Advogado: Maria Emilia Churk Lago. Apelado: Centenário do Sul Cartório do Cível Comércio e Anexos. Advogado: Edmilson Luiz Sérgio Bonache. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

4º Processo 0823135-2 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00059844520078160083 Executivo Fiscal. Apelante: Município de Francisco Beltrão. Advogado: Fernando Luiz Chiapetti, Ewerton Lineu Barreto Ramos, Rodrinei Cristian Braun. Apelado: Luciano Malerba. Advogado: Mario Espedito Ostrovski, Ana Paula Michels Ostrovski, Alexandra Barp. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

5º Processo 0823812-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016539220098160004 Cobrança. Apelante: Agnaldo Sultoski dos Santos. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: José Anacleto Abduch Santos, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Revisor: Desª Dulce Maria Cecconi

6º Processo 0824446-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016590220098160004 Cobrança. Apelante: Ismael Fernando da Silva. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Vinícius Klein. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Revisor: Desª Dulce Maria Cecconi

7º Processo 0824901-0 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00002795820038160131 Execução Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Jair Roberto da Silva. Apelado: Domingos Cattani & Cia Ltda. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

8º Processo 0825061-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016824520098160004 Ordinária de Cobrança. Apelante: Joselino Araujo de Oliveira. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Parana. Advogado: Eroulths Cortiano Junior, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Revisor: Desª Dulce Maria Cecconi

9º Processo 0825218-4 Apelação Cível
Comarca: Goioerê. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00021964920098160084 Cobrança. Apelante: Sidney Bessani. Advogado: Fernando Martins Gonçalves. Apelado: Município de Quarto Centenário. Advogado: Carlos Eduardo Vila Real. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Revisor: Desª Dulce Maria Cecconi

10º Processo 0825787-4 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00012237720088160004 Mandado de Segurança. Remetente: Juiz de Direito. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Carlos Augusto Antunes. Apelado: Empresa de Águas Ouro Fino Ltda. Advogado: Valéria dos Santos Tondato, Guilherme Grummt Wolf, Cristina Abgail Ivankiw. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Revisor: Desª Dulce Maria Cecconi

11º Processo 0825847-5 Apelação Cível
Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00013943820108160077 Embargos a Execução. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Fernando Augusto Montai Y Lopes. Apelado: José Antônio Trento, João Domingos Trento. Advogado: José Antonio Trento. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

12º Processo 0828234-0 Apelação Cível

Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005697320068160097 Declaratória. Apelante (1): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Raul Pontes, Valdelei Carlos de Oliveira, Cleverson Marcelo da Silva, Conceição Maria de Jesus (maior de 60 anos), Valdecir Zanetti dos Santos. Advogado: Celso Hideo Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

13º Processo 0828509-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00150110520118160021 Execução Fiscal. Agravante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Thaís Amoroso Paschoal, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Municipio de Cascavel. Advogado: Jose Sermini de Paz, Maria Salute Somariva, JOSY CRISTIANE LOPES D ELIMA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

14º Processo 0828809-7 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005705820068160097 Declaratória. Apelante: Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelado: Alcides Valoto, Sidinei da Silva, Darci Maria Rodrigues Carvalho (maior de 60 anos), Tereza Dias Sobrinho (maior de 60 anos), Osvaldo Domingues de Oliveira. Advogado: Celso Hideo Makita. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

15º Processo 0828925-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000246 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Edil Manoel. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

16º Processo 0829615-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700002615 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Marco Aurélio Barato, Daniel Augusto Cerizza Pinheiro. Agravado: João André dos Santos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

17º Processo 0830275-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000231 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Fausto Marques Figueiredo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

18º Processo 0830349-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000199 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Aline Fernanda Faglioni, Alexandre Barbosa da Silva, Daniele Beatriz Marconato. Agravado: Sérgio do Amaral. Advogado: Andreia de Araújo Leidens. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

19º Processo 0830904-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000199 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Cristiane Pena Gomes. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

20º Processo 0830991-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001416 Liquidação de Sentença. Agravante: Município de Maringá. Advogado: Luiz Carlos Manzato, Andréa Giosa Manfrim, Marco Antônio Bósio. Agravado: Abm - Indústria e Comércio de Café, Adelcio Zagatto, Antonio Batista de Moura, Antonio Batista de Moura Junior, Avertina Sakuno Haida, Comércio de Café e Cereais Basa Ltda., Fernando Baptista Marques, Luis Baptista Marques, Maria Luisa Barreiros Batista de Moura, Ramiro Batista de Moura, Sacaria Aliança Ltda., Solange Tarosso Batista de Moura, Sonia Lucia Maciel, Sueli Stuani, Elizabete Batista de Moura. Advogado: Elizabete Batista de Moura. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

21º Processo 0831803-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00203981320118160017 Mandado de Segurança. Agravante: Csd Companhia Sulamericana de Distribuição. Advogado: Maria Carolina Brassanini Centa, Guilherme Henn, Valéria dos Santos Tondato. Agravado: Inspetora Geral de Arrecadação do Estado do Paraná. Interessado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni

22º Processo 0822640-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00005777220058160004 Repetição de Indébito. Apelante: Fundação Richard Hugh Fisk. Advogado: Marcelo Duarte de Oliveira, Alexandre Dantas Fronzaglia. Apelado: Município de Curitiba. Advogado: Claudine Camargo Bettes, Carlos Augusto Martinelli Vieira da Costa. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Revisor: Des. Rubens Oliveira Fontoura

23º Processo 0822754-3 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00006740219978160021 Execução Fiscal. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Juliano Ribas Déa. Apelado: Sertala Transportes e Comércio Ltda, Marcelo Frederico P Guedes, Marlene Terezinha P Guedes, Salum Guedes. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

24º Processo 0822831-5 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00282494020108160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Marco Antônio Bósio, Luiz Carlos Manzato. Apelado: Antonio Alves dos Santos, Espólio de Delfino de Andrade, Ernestina Gonçalves Casanova (maior de 60 anos), Marcus Vinicius Pellegrini, Maria Genyr Dainez Sperandio (maior de 60 anos), Mauro Violi, Espólio de João Merlos Martins, João Batista Balani da Silva, João Borges da Silva, Ignes Tramarim Camargo (maior de 60 anos), Sebastião Scoris (maior de 60 anos), Vanderlei Bonfim. Advogado: Luis Augusto Pereira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

25º Processo 0823197-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00001452920008160004 Execução Fiscal. Apelante: Gutierrez Paula Munhoz SA Construção Civil. Advogado: Bruno Gomara Cavallin. Apelado: Município de Curitiba. Advogado: Ana Beatriz Balan Villela, Claudine Camargo Bettes. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

26º Processo 0823387-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016669120098160004 Cobrança. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Fernando Borges Mânica. Apelado: Marcelo de Carvalho Rodrigues. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira, Mário Hitoshi Neto Takahashi. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Revisor: Des. Rubens Oliveira Fontoura

27º Processo 0823516-7 Apelação Cível
Comarca: Centenário do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00023248920108160066 Embargos a Execução. Apelante: Fazenda Pública Municipal de Centenário do Sul. Advogado: Maria Emilia Churk Lago. Apelado: Centenário do Sul Cartório do Cível e Anexos. Advogado: Edmilson Luiz Sérgio Bonache. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Revisor: Des. Rubens Oliveira Fontoura

28º Processo 0824124-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016019620098160004 Cobrança. Apelante: Arion José Monteiro. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Jair Subtil de Oliveira, Zaqueu Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Raul Alberto Dantas Junior. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Revisor: Des. Rubens Oliveira Fontoura

29º Processo 0824292-6 Apelação Cível
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00089800720098160031 Cobrança. Apelante: Município de Guarapuava. Advogado: Luciano Alves Batista, Alisson do Nascimento Adão, Gustavo Guevara Malvestiti. Apelado: Thais Regina Bassani. Advogado: Alysson Burko Chicalski, Luiz Felipe Vitorassi Teixeira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Revisor: Des. Rubens Oliveira Fontoura

30º Processo 0825341-8 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00056057920058160017 Declaratória. Apelante: Universidade Estadual de Maringá. Advogado: Leila Aparecida Ferreira Garcia, Sônia Letícia de Mello Cardoso. Rec.Adesivo: Antônio Ferriani Branco, Carlos Eduardo Fultado, Cleusa Volpato, Dilma Figueiredo Botter, Vera Lúcia Ferreira de Souza. Advogado: João Luiz Agner Regiani. Apelado (1): Antônio Ferriani Branco, Carlos Eduardo Fultado, Cleusa Volpato, Dilma Figueiredo Botter, Vera Lúcia Ferreira de Souza. Advogado: João Luiz Agner Regiani. Apelado (2): Universidade Estadual de Maringá. Advogado: Leila Aparecida Ferreira Garcia, Sônia Letícia de Mello Cardoso. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Revisor: Des. Rubens Oliveira Fontoura

31º Processo 0825844-4 Apelação Cível
Comarca: Iporã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001994020058160094 Embargos a Execução. Apelante: Município de Iporã. Advogado: Arildo Antonio de Campos. Apelado: José Joaquim Alves, Francisco Alves. Advogado: Luiz Guilherme de Souza Lima. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

32º Processo 0825863-9 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00093433620098160017 Embargos a Execução. Apelante: Municipio de Maringa. Advogado: Susana Valéria Galhera Gonçalves, Andréa Giosa Manfrim. Apelado: Mauricio Ferreira Godinho, Sandro de Souza Martins, Luiz Carlos Borsato, Pedro Ramos Ferreira, Virgílio Vitória Bernardino. Advogado: Tatiana Manna Bellasalma, Ricardo da Silveira e Silva. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

33º Processo 0825919-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00015940720098160004 Ordinária. Apelante: E. P. M. S. . Advogado: Bruno Romero Pedrosa Monteiro, Wesley Macedo de Souza. Apelado: C. D. S. . Advogado: Adriano Mattos da Costa Ranciaro. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Revisor: Des. Rubens Oliveira Fontoura

34º Processo 0827200-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00006503420118160004 Execução Fiscal. Agravante: Irapuru Transportes Ltda. Advogado: Francisco Luiz Pereira da Rocha, SABRINA POZZEBON BOSI, Tanara Charão de Melo. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Maria

Augusta Corrêa Lobo, Laura Rosa da Fonseca Furquim, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

35º Processo 0828523-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00008134820108160004 Execução Fiscal. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda.. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Letícia Ferreira da Silva, Fabiane Cristina Seniski. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

36º Processo 0828749-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000215 Execução Fiscal. Agravante: Municipio de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa, Cristiane Maria Haggi Favero, Rita de Cassia Maistro Tenório. Agravado: Aparecido Ribeiro da Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

37º Processo 0829060-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00067971620118160024 Ordinária. Agravante: Eurosport Indústria e Comércio de Brinquedos Ltda- Epp. Advogado: Fábio Kaiut Nunes. Agravado: Município de Almirante Tamandaré. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

38º Processo 0829324-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000438 Execução Fiscal. Agravante: Municipio de Londrina. Advogado: Paulo Nobuo Tsuchiya, Maria Christina de Freitas Ramos, Silvia da Graça Yung. Agravado: Gilberto dos Santos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

39º Processo 0829766-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 200700001270 Execução Fiscal. Agravante: Dalcy Mendes Santos. Advogado: Fellipe Cianca Fortes. Agravado: Municipio de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa, Maria Christina de Freitas Ramos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

40º Processo 0829940-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 199800000332 Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Carlos Eduardo Rangel Xavier, Letícia Maria Detoni. Agravado: Comercial Destro Ltda. Advogado: Deoclécio Adão Paz. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

41º Processo 0830322-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00041227720108160004 Declaratória. Agravante: Salete Maria Cestonaro Comin. Advogado: Renê Pelepiu, Fátima Mirian Bortot. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Raquel Maria Trein de Almeida, Valquiria Bassetti Prochmann. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

42º Processo 0830346-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200100000004 Execução Fiscal. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Sérgio Simão Dias. Agravado (1): Aparecido Barroso de Andrade. Advogado: Fábio Rogério Umaras Echeveria. Agravado (2): Vintage Comércio Importadora e Exportadora Ltda.. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

43º Processo 0830861-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00355998420118160004 Caução. Agravante: Mojave Tecnologia Em Saneamento Ltda.. Advogado: Sidnei Gilson Dockhorn. Agravado: Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

44º Processo 0831057-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00123799120108160004 Embargos a Execução. Agravante: Companhia de Bebidas das Americas - Ambev. Advogado: Antônio Augusto Della Côrte Da Rosa, Cláudio Leite Pimentel, Alessandro Duleba. Agravado: Municipio de Curitiba. Advogado: Valdir Julio Ulbrich, Raquel de Barros Gaidex, Claudine Camargo Bettes. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho

45º Processo 0816645-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 200100000610 Execução Fiscal. Agravante: Espólio de Pedro Pires, Emília Casado Pires. Advogado: Gláucio Miaki, Marcela Mendes Sticanella, André Elias Brianese Porto. Agravado: Fazenda Pública do Município de Cianorte. Advogado: Tatiany dos Santos. Interessado: Nelson Cenzollo. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

46º Processo 0822977-6 Apelação Cível
Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00036341320088160160 Embargos a Execução. Apelante: Município de Sarandi. Advogado: Cláudia Vanessa Cardoso Camacho, José Wlademir Garbúggio. Apelado: Wegg Empreendimentoss Imobiliários Ltda. Advogado: Carlos Alexandre Vaine Tavares. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

47º Processo 0823472-0 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00029801319988160019 Execução Fiscal. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Fernanda Bastos Kammradt Guerra, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Mercado do Cd Comércio de Cds Ltda. Advogado: Lealis Regina Lobo Iensen, Marcelo Alves da Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

48º Processo 0823684-0 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00002778820038160131 Execução Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: André Gustavo Vallim Sartorelli, Marco Antônio Lima Berberi. Apelado: Ademir Francisco Rodrigues & Filho Ltda. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Revisor: Des. Ruy Cunha Sobrinho

49º Processo 0823716-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010923920078160004 Declaratória. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Fábio Bertoli Esmanhotto, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Gilmar José Pires. Advogado: José Roberto Martins. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Revisor: Des. Ruy Cunha Sobrinho

50º Processo 0823808-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016512520098160004 Cobrança. Apelante: Claudonei Santaneli. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Revisor: Des. Ruy Cunha Sobrinho

51º Processo 0824348-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016434820098160004 Cobrança. Apelante: Gilmar da Costa Rosa. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Fernando Borges Mânica. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Revisor: Des. Ruy Cunha Sobrinho

52º Processo 0824803-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016062120098160004 Cobrança. Apelante: Germano Soares Monteiro. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, José Anacleto Abduch Santos. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Revisor: Des. Ruy Cunha Sobrinho

53º Processo 0826212-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00015334920098160004 Mandado de Segurança. Apelante: Marismar Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Cometa Ltda. Advogado: Diogo Benradt Cardoso, Diogo Matté Amaro. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Henrique Maingué, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

54º Processo 0826574-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00061811820058160035 Embargos a Execução. Apelante: Iguaçu Celulose Papel S/ a. Advogado: Eduardo Varela Garcia, Sandra Sidônia Varela Garcia Lesak. Apelado (1): União ( Fazenda Nacional). Advogado: André Luis D'alcantara Schmitt. Apelado (2): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luis Guilherme da Silva Cardoso. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

55º Processo 0828229-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200900059146 Execução Fiscal. Agravante: Calçados Wana Ltda. Advogado: Claudiana Maria Cantú Daleffe. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Anita Caruso Puchta. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

56º Processo 0829002-2 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005532220068160097 Declaratória. Apelante: Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelado: Argemiro Alves, Vera Marçal, Francisco Dias (maior de 60 anos), Geralda Maria Souza Paz (maior de 60 anos), Maria Aparecida da Cruz Mamede. Advogado: Celso Hideo Makita, Sandra Kiomi Makita. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Revisor: Des. Ruy Cunha Sobrinho

57º Processo 0829358-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00026877819968160030 Reparação de Danos. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Marcelo Cesar Maciel, Sérgio Simão Dias, Letícia Maria Detoni. Agravado: Jair Sidney Pacheco Mafalda. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

58º Processo 0829515-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200100001972 Ordinária. Agravante: Município de Pinhais. Advogado: Edson Galdino Vilela de Souza, Luciane Silva Jardim Cruz, Adilson Clayton de Souza. Agravado: Engemin Engenharia e Geologia Ltda. Advogado: Gabriel de Araújo Lima, Adriana Espíndola Corrêa, Romero Cézar Santos de Lima Júnior. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

59º Processo 0829679-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000115 Execução Fiscal. Agravante: Claudio Jose Luchesa. Advogado: Scheila Priscila Quirolli, Antônio Minoru Ashakura. Agravado: Fazenda Pública do Município de Cascavel. Advogado:

Kennedy Machado. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

60º Processo 0829943-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00763943920108160014 Declaratória. Agravante: Ghetter de Oliveira Silva. Advogado: Sonia Aparecida Yadomi. Agravado: Município de Londrina. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

61º Processo 0830340-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000887 Executivo Fiscal. Agravante: Medcom Comercio de Medicamentos Ltda. - Epp.. Advogado: Vanderlei Lanz, Camila Simões Martins. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marisa da Silva Sigulo, Liana Sarmento de Mello Quaresma. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

62º Processo 0830967-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500001417 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ellen Patricia Chini. Agravado: José Varoto. Advogado: nahiane ramalho de mattos. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi

63º Processo 0807032-6 Apelação Cível
Comarca: Rio Negro. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00020692220098160146 Anulatória. Apelante: Município de Rio Negro. Advogado: Fabiana Tereza Cristina Pimentel, Lidiane Gomes Flores. Apelado: Souza Cruz Sa. Advogado: Walmor Floriano Furtado. Atualização de Revisor em 20/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Revisor: Des. Salvatore Antonio Astuti

64º Processo 0822414-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Santa Helena. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00013003120118160150 Anulatória. Agravante: Romeu Wagner. Advogado: Helen Karine Dreher, Edeval Bueno. Agravado: W Ferrari Comercio de Suinos Ltda.. Advogado: Alisneia Kern Túlio. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura

65º Processo 0822632-2 Apelação Cível
Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00010326320088160123 Embargos a Execução. Apelante: Município de Palmas. Advogado: Eduardo Estanislau Tobera Filho. Apelado: Patoagro Produtos Agrícolas Ltda. Advogado: Erlon Fernando Ceni de Oliveira, Cristhian Denardi de Britto. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Revisor: Des. Salvatore Antonio Astuti

66º Processo 0822645-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 00000381520058160002 Guarda e Responsabilidade de Menor. Apelante: J. L. P. . Advogado: Marcelo Miguel Conrado. Apelado: R. K. C. P. . Advogado: Plinio Aloisio Bach. Interessado: D. C. P. (Representado(a)), S. C. P. (Representado(a)). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura

67º Processo 0822746-1 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00001246020008160131 Execução Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: André Gustavo Vallim Sartorelli. Apelado: Olinda Poletto Cottet. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Revisor: Des. Salvatore Antonio Astuti

68º Processo 0824064-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00001464819998160004 Ordinária. Apelante: Município de Curitiba. Advogado: Claudine Camargo Bettes, Lidson José Tomass, Jervis Puppi Wanderley. Apelado: Nelson Fagundes da Silva. Advogado: Neusa Maria Garanteski, Ruth Brustolin. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Revisor: Des. Salvatore Antonio Astuti

69º Processo 0824141-4 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00223497620108160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Marco Antônio Bósio, Luiz Carlos Manzato. Apelado: Antonio Carlos Ferrareze, Elizete de Fátima Ferrareze Alves, Pedro Luiz Limonta. Advogado: Tania Christina Ceccatto Gonçalves, Angela Regina Ferreira Aparício, Irinéia Aparecida Cerqueira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Revisor: Des. Salvatore Antonio Astuti

70º Processo 0824517-8 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00002816220028160131 Execução Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: André Gustavo Vallim Sartorelli, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Marcos Pereira e Cia Ltda. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura

71º Processo 0825306-9 Apelação Cível
Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00023093620038160044 Embargos a Execução. Apelante: Soalgo - Sociedade Algodeira Paranaense Indústria e Comércio Ltda. Advogado: Valdecir Pagani, Doroteu Trentini Zimiani. Apelado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Marco Aurélio Barato. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura

72º Processo 0825422-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016097320098160004 Cobrança. Apelante: Paulo Júnior Godinho dos Santos. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, José Subtil de Oliveira, Zaqueu Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Manoel Caetano Ferreira Filho, Valquiria Bassetti Prochmann. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Revisor: Des. Salvatore Antonio Astuti

73º Processo 0826129-6 Reexame Necessário
Comarca: Medianeira. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00023766820068160117 Condenatória. Remetente: Juiz de Direito. Autor: Hsbc Invest Bank Brasil Sa Banco de Investimento. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Maria Lúcia Lins Conceição de Medeiros. Réu: Municipio de Medianeira. Advogado: Luiz Fernando Casagrande Pereira, Fernando Cezar Vernalha Guimarães. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Revisor: Des. Salvatore Antonio Astuti

74º Processo 0826137-8 Apelação Cível
Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00023623920088160077 Embargos a Execução. Apelante: Laticínios Cruzeiro do Oeste Ltda. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos. Apelado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Fernando Augusto Montai Y Lopes, Julio Cezar Zem Cardozo, Weslei Vendruscolo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura

75º Processo 0828145-8 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00093840320098160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato, Daniele Cristina Ubiali Bittencourt. Apelado: Clarice Polizel Casseti, Eliza Golemba (maior de 60 anos), Francisca Helena Mesquita, Gerson Gomes de Oliveira, Getúlio Manhães, Jair José Barbosa, Josias Domingos da Silva, Márcia Lopes da Silva Concimo, Maria dos Anjos de Souza, Neuza Maria Trentin de Jesus, Osvaldina Mereles de Almeida, Roberto Delivio Faria, Sandra Regina Gregório, Sebastião Delefrati, Sivaldo Guilhen Alberto. Advogado: Olivarde Francisco da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Revisor: Des. Salvatore Antonio Astuti

76º Processo 0828969-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000035 Execução Fiscal. Agravante: Terezinha Léa de Souza Preussler. Advogado: Gustavo de Souza Preussler. Agravado: Fazenda Municipal de Cascavel - Estado do Paraná. Advogado: Fabiano Colusso Ribeiro. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura

77º Processo 0829503-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500000915 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Leonel Julio. Advogado: Fernando Pelloso, Rafael Balarotti. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura

78º Processo 0829785-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00162644920118160014 Declaratória. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Fábio César Teixeira. Agravado: Engetak Construções Ltda. Advogado: Eduardo Ayres Diniz de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura

79º Processo 0830031-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Matinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200600004438 Execução Fiscal. Agravante: Turispraia Incorporações Emprendimentos Imobiliários Ltda.. Advogado: Luiz Fernando Zornig Filho, Luiz Gustavo de Andrade, Valmor Antonio Padilha Filho. Agravado: Município de Matinhos. Advogado: Elio Massao Kawamura. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura

80º Processo 0830053-6 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005749520068160097 Declaratória. Apelante (1): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Izaura Carrilho Duran (maior de 60 anos), Cleuza Galdino da Silva (maior de 60 anos), Irma Paulino Mucio (maior de 60 anos), Jandira Garcia da Silva Bernardino, Maria Bueno de Oliveira (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita, Aldo Massaharu Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura

81º Processo 0831164-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000196 Executivo Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Confecção de Roupas Deanne. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura

82º Processo 0822670-2 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00011998320078160004 Declaratória. Remetente: Juiz de Direito. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Laura Rosa da Fonseca Furquim. Apelado: Sadia Sa. Advogado: Alysson Sanches, Waldir Siqueira, Marcelo Ribeiro de Almeida. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Revisor: Des. Idevan Lopes

83º Processo 0822774-5 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00231716520108160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Marco Antônio Bósio, Luiz Carlos Manzato. Apelado: Evaristo Scalon Nicolau (maior de 60 anos), Edson Nicolau Medeiros (maior de 60 anos), Jandira Correia de Medeiros, João Correa (maior de 60 anos). Advogado: Marli Santos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

84º Processo 0822790-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00050745620108160004 Embargos a Execução. Apelante: Trombini Industrial Sa. Advogado: Nelson Souza Neto, Roberto Catalano Botelho Ferraz. Apelado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Fabiane Cristina Seniski, Wallace Soares Pugliese, Pedro de Noronha da Costa Bispo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Revisor: Des. Idevan Lopes

85º Processo 0822826-4 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00229516720108160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Marco Antônio Bósio, Luiz Carlos Manzato, Andréa Giosa Manfrim. Apelado: Fumiko Yamada (maior de 60 anos), Kazutoshi Nakagawa (maior de 60 anos), Maria Vitoria Correa, Rita Célia de Miranda Von Schiffler. Advogado: Vânia Aparecida Viotto Fuga, Thais Yumi Gohara, Milene Sayuri Anami. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

86º Processo 0824313-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016633920098160004 Cobrança. Apelante: Juliano Pedrini. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Vinícius Klein. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Revisor: Des. Idevan Lopes

87º Processo 0824447-1 Apelação Cível e Reexame Necessário

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00119242920108160004 Mandado de Segurança. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Manoel Henrique Maingué. Apelado: Glaucimar Luiz Veloso. Advogado: Luciana da Fontoura Rodrigues, Renata Farah Pereira de Castro. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Revisor: Des. Idevan Lopes

88º Processo 0824894-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000048 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Daniel Augusto Cerizza Pinheiro e Sua Mulher, Julio Cezar Zem Cardozo, Marco Aurélio Barato. Agravado: N Reginato e Companhia Ltda.. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

89º Processo 0824974-3 Apelação Cível

Comarca: Realeza. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010872320098160141 Reparação de Danos. Apelante: Município de Santa Izabel do Oeste. Advogado: Camilo de Toni. Apelado (1): Nilson Pedro Telles. Advogado: José Malikoski. Apelado (2): Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. Advogado: Fernando Blaszkowski, Inácio Hideo Sano. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Revisor: Des. Idevan Lopes

90º Processo 0825080-0 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00129404120088160019 Declaratória. Apelante: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Advogado: Amarildo Miguel Leal. Apelado: Alvaro Pires de Carvalho. Advogado: Marco Aurelio Krefeta. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Revisor: Des. Idevan Lopes

91º Processo 0825250-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016114320098160004 Cobrança. Apelante: Orlando Cabrini. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Revisor: Des. Idevan Lopes

92º Processo 0825879-7 Apelação Cível

Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00047129820098160130 Embargos a Execução. Apelante: Paulo de Tarso Souza Carneiro. Advogado: Sidney Samuel Meneguetti, Léo Márcio Bona. Apelado: Instituto Ambiental do Paraná Iap. Advogado: Arnaldo Alves de Camargo Neto, Luciano Tinoco Marchesini. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

93º Processo 0826020-8 Apelação Cível

Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00056385620098160170 Embargos a Execução. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Andréia Aparecida de Souza, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado: Fazenda Pública do Município de Toledo. Advogado: Wilma do Rocio da Silva Moreira da Cruz. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

94º Processo 0827762-5 Apelação Cível e Reexame Necessário

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00000383320108160004 Mandado de Segurança. Apelante (1): Inspetor Geral de Arrecadação do Estado do Paraná. Advogado: Dulce Esther Kairalla. Apelante (2): Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Fabiano Haluch Maoski. Apelado: Jadon Export Comércio Importação e Exportação Ltda. Advogado: Maria Carolina Brassanini Centa, Guilherme Henn. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Revisor: Des. Idevan Lopes

95º Processo 0828273-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000637 Execução Fiscal. Agravante: Comércio de Águas e Conservas Vlm Ltda. Advogado: Elen Fábia Rak Mamus, Claudinei Laguna Martins, Luciana Castaldo Colósio. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Pedro Rogério Pinheiro Zunta, Luiz Alberto Barboza, Marcos André da Cunha. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

96º Processo 0828281-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00120840320108160021 Execução Fiscal. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda.. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná.. Advogado: Alexandre Barbosa da Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

97º Processo 0828554-7 Apelação Cível

Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005540720068160097 Declaratória. Apelante: Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelado: Maurino da Silva (maior de 60 anos), Pedro Evaristo da Silva Filho (maior de 60 anos), Francisco Luiz Rodrigues, Rosa de Morais Lira (maior de 60 anos), Romilda Segado Petrassi (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita, Aldo Massaharu Makita. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

98º Processo 0828857-3 Apelação Cível

Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005628120068160097 Declaratória. Apelante (1): Municipio de Ivaipora. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Antonia Maria da Silva (maior de 60 anos), Abdias Pereira Freire (maior de 60 anos), Sebastião Luiz Dutra (maior de 60 anos), Maria Pereira da Silva, Ilenir Simões da Paz Coito. Advogado: Celso Hideo Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

99º Processo 0828941-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 207700131904 Execução Fiscal. Agravante: F. D. N. Ltda. . Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos. Agravado: F. P. E. P. . Advogado: Fabiane Cristina Seniski. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

100º Processo 0829183-2 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00094057620098160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato, Lidia Bettinardi Zechetto. Apelado: Oscar Yoshiriro Hashimoto, Yasushi Shima, José Akio Ono (maior de 60 anos), Akemi Miyashita (maior de 60 anos), Maria Cristina Hashimoto. Advogado: Anderson Massashi Hashimoto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Revisor: Des. Idevan Lopes

101º Processo 0829473-1 Apelação Cível

Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005722820068160097 Declaratória. Apelante (1): Municipio de Ivaipora. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Carlos Eduardo Ferreira, Maria Tereza Zanardo de Santana, Sebastião Bueno Farias (maior de 60 anos), Maria Aparecida de Souza (maior de 60 anos), Maria José Gomes (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

102º Processo 0829610-4 Apelação Cível

Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005766520068160097 Declaratória. Apelante (1): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Mauro Albino (maior de 60 anos), João Caleffi (maior de 60 anos), Marco Antonio Silva Pascoal, Valdivino de Oliveira (maior de 60 anos), Antonio Bonfim (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita, Sandra Kiomi Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

103º Processo 0829873-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000681 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ronaldo Gusmão. Agravado: Vera Lúcia da Costa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

104º Processo 0830038-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000141 Execução Fiscal. Agravante: Drogaria Paravel Ltda.. Advogado: Elen Fábia Rak Mamus, Claudinei Laguna Martins, Luciana Castaldo Colósio. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marcos André da Cunha, Maurício Melo Luize, Roberto Alexandre Hayami Miranda. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

105º Processo 0830052-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200900059478 Executivo Fiscal. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Mariana Grazziotin Carniel. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Letícia Ferreira da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz
106º Processo 0830790-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 201000002224 Executivo Fiscal. Agravante: Statomat Máquinas Especiais Ltda.. Advogado: Luana Steinkirch de Oliveira. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Moisés Moura Saura, Guilherme Freire de Melo Barros. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz
107º Processo 0830895-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200800007161 Execução Fiscal. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda.. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marina Cerqueira Leite de Freitas Luís, Carlos Eduardo Rangel Xavier. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz
108º Processo 0830985-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000311 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Dijalma dos Santos. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz

_____ 2ª Câmara Cível _____

109º Processo 0822744-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033942220058160033 Embargos a Execução. Apelante: Pirih Engenharia Civil Ltda. Advogado: Roque Antonio Carrazza. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Guilherme Freire de Melo Barros. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas
110º Processo 0822819-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00015829020098160004 Ordinária de Cobrança. Apelante: Sivaldo Machado Dias. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Vinícius Klein, Julio Cezar Zem Cardozo, Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas. Revisor: Des. Lauro Laertes de Oliveira
111º Processo 0822895-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00015439320098160004 Embargos a Execução. Apelante: Kusma & Cia Ltda. Advogado: Marcos Wengerkiewicz, Marcos Wengerkiewicz, Jefferson dos Santos. Apelado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Fabiane Cristina Seniski, Wallace Soares Pugliese, Pedro de Noronha da Costa Bispo. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas. Revisor: Des. Lauro Laertes de Oliveira
112º Processo 0824546-9 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00093485820098160017 Embargos a Execução. Apelante: Amauri Zeferino, Edelma Lorençoni, Rosana Aparecida de Oliveira. Advogado: Eliseu Alves Fortes. Rec.Adesivo: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim. Apelado (1): Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim. Apelado (2): Amauri Zeferino, Edelma Lorençoni, Rosana Aparecida de Oliveira. Advogado: Eliseu Alves Fortes. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas. Revisor: Des. Lauro Laertes de Oliveira
113º Processo 0824917-8 Apelação Cível
Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00024320620098160147 Mandado de Segurança. Apelante: Viviane Alessandra Cavalli. Advogado: Luis Fernando Nesso Ramos da Silva. Apelado: Município de Rio Branco do Sul. Advogado: José Euclair Martins. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas. Revisor: Des. Lauro Laertes de Oliveira
114º Processo 0825049-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016495520098160004 Cobrança. Apelante: Dani Facciochi. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas. Revisor: Des. Lauro Laertes de Oliveira
115º Processo 0825444-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010846220078160004 Declaratória. Apelante: Município de Curitiba. Advogado: Carlos Augusto Martinelli Vieira da Costa, Claudine Camargo Bettes. Apelado: Comec - Cooperativa de Serviços Médicos de Curitiba. Advogado: Edson Antônio Lenzi Filho, José Marcelo Lobato Silva Matida. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas. Revisor: Des. Lauro Laertes de Oliveira
116º Processo 0826954-9 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00204166820108160017 Embargos a Execução. Apelante (1): Anna Maria dos Santos, Carlos Manoel dos Santos, Condomínio Edifício Residencial Vital, Ilda Maria Maçal (maior de 60 anos), Espólio de Ismenia Drago de Oliveira, Jair Martins (maior de 60 anos), Espólio de José Domingos da Silva, José Ferreira de Lima, José Florencio Neves, Joselina de Oliveira Crespin, Luiz Carlos Torres, Marleide Aparecida Ruas Pereira, Marta de Jesus da Silva, Mizota Comércio de Portas e Janelas Ltda, Vilma Oliveira da Penha. Advogado: Olivarde Francisco da Silva. Apelante (2): Minicípio de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas. Revisor: Des. Lauro Laertes de Oliveira
117º Processo 0827801-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00111648020108160004 Cobrança. Agravante: João Aparecido da Silva. Advogado: Emmanoel Aschidamini David, Andréia Stall. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Marcelene Carvalho da Silva Ramos, Valquiria Bassetti Prochmann. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas
118º Processo 0827889-1 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005887920068160097 Declaratória. Apelante: Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário, José Clemente Martins. Apelado: Miguel Fontes (maior de 60 anos), João Fogaça dos Santos (maior de 60 anos), Domingos Bello Filho (maior de 60 anos), Alzira Rosa da Silva (maior de 60 anos), Sidnei Aparecido dos Santos. Advogado: Celso Hideo Makita, Sandra Kiomi Makita, Aldo Massaharu Makita. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas
119º Processo 0828326-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000850 Execução Fiscal. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda.. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Alexandre Barbosa da Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas
120º Processo 0828845-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000109 Execução Fiscal. Agravante: Municipio de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Bonifacio Loureiro. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas
121º Processo 0829550-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00234496620108160017 Embargos a Execução. Agravante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato, Marco Antônio Bósio. Agravado: Devanir Calciolari, Aparecida Belli, Maria Luisa Saraiva Arraes, José Manoel Patriarca, Eliezer Carneiro Braz, José Aparecido Silva, Wilson Marques, Jorge Francisco Antunes, Carlos Rodrigues da Cruz, Elpidio Pereira Castro. Advogado: Moacir Costa de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas
122º Processo 0829847-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00040757920118160033 Embargos de Terceiro. Agravante: Humberto Dennis Salles Cassoti, Robercil Mendes, Daniele Felippe Ferreira, Glacil de Fátima Ribeiro, Glória Rodrigues Oliveira, Antonio Ferreira dos Santos, Luciana Orlando dos Santos, Maria Aparecida Machado Santos, Valdemir Correira Mira, Janete da Rosa Branco Mira. Advogado: Clauber Júlio de Oliveira. Agravado: Município de Pinhais. Advogado: Dainê Eunice Rocha Sarkis. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas
123º Processo 0829972-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Matinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200600004460 Execução Fiscal. Agravante: Turispraia Incorporações Empreendimentos Imobiliários Ltda.. Advogado: Luiz Fernando Zornig Filho, Luiz Gustavo de Andrade, Valmor Antonio Padilha Filho. Agravado: Município de Matinhos. Advogado: Elio Massao Kawamura. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas
124º Processo 0830117-5 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005913420068160097 Declaratória. Apelante: Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelado: Antonio Ribeiro Pereira (maior de 60 anos), Analia Maria Borges, Rosalia Suzigan Tavares (maior de 60 anos), Eronildo Lourenço, Goldine Shubert Martim (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas
125º Processo 0831539-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200200000291 Declaratória. Agravante: Cassol Pré- Fabricados Ltda. Advogado: Rodolfo Pavaneti Bezerra, Iria Emília Evangelista Bezerra Barbieri, Gelson Barbieri. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Fábio Bertoli Esmanhotto, Cristina Leitão Teixeira de Freitas. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cunha Ribas
126º Processo 0822613-7 Apelação Cível
Comarca: Barbosa Ferraz. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000014619798160051 Execução Fiscal. Apelante: Município de Barbosa Ferraz. Advogado: Welington Brasil Felix. Apelado: Nestor Rosseto. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson. Revisor: Des. Eugenio Achille Grandinetti
127º Processo 0822622-6 Apelação Cível
Comarca: Barbosa Ferraz. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000018019788160051 Execução Fiscal. Apelante: Município de Barbosa Ferraz.

Advogado: Welington Brasil Felix. Apelado: Nestor Rosseto. Distribuição por Dependência em 20/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson. Revisor: Des. Eugenio Achille Grandinetti

128º Processo 0822920-7 Apelação Cível
Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00036332820088160160 Embargos a Execução. Apelante: Município de Sarandi. Advogado: Cláudia Vanessa Cardoso Camacho. Apelado: Wegg Empreedimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Carlos Alexandre Vaine Tavares. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

129º Processo 0823829-9 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00053586020068160083 Embargos a Execução. Apelante: Município de Francisco Beltrão. Advogado: Rodrinei Cristian Braun, Ewerton Lineu Barreto Ramos, Fernando Luiz Chiapetti. Apelado: Rosângela Albuquerque Eidt. Advogado: Silvano Ghisi, Liliane Gruhn Pagani, Ciro Alberto Piasecki. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

130º Processo 0824495-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016573220098160004 Ordinária de Cobrança. Apelante: Luiz Leite Frava. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Julio Cezar Zem Cardozo, Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson. Revisor: Des. Eugenio Achille Grandinetti

131º Processo 0824585-6 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00066764820078160017 Execução Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Município de Maringá. Advogado: César Augusto Coradini Martins. Apelado: Vilson de Mello. Advogado: Vitor Eidi Sigaki. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

132º Processo 0825474-2 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00025909820058160083 Execução Fiscal. Apelante: Município de Francisco Beltrão. Advogado: Fernando Luiz Chiapetti, Ewerton Lineu Barreto Ramos, Rodrinei Cristian Braun. Apelado: Natalino Trevisan. Advogado: Marcio Domingues Bento. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

133º Processo 0825737-4 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00053550820068160083 Execução Fiscal. Apelante: Marel Indústria e Comércio de Móveis Ltda. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Apelado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Stefania Basso. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

134º Processo 0827037-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00018885920098160004 Cobrança. Apelante: Marzo Ribeiro dos Santos. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Vinícius Klein. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson. Revisor: Des. Eugenio Achille Grandinetti

135º Processo 0827556-7 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005783520068160097 Declaratória. Apelante: Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário, José Clemente Martins. Apelado: Durvalino Borges de Carvalho (maior de 60 anos), Casturina de Lima Santos de Paula, Valdemir Aparecido Domiciano, Oldair Martins de Oliveira, Samuel Massuli da Silva. Advogado: Celso Hideo Makita, Sandra Kiomi Makita. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson. Revisor: Des. Eugenio Achille Grandinetti

136º Processo 0827789-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000268 Execução Fiscal. Agravante: Municipio de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Ednei Ferreira Martins. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

137º Processo 0827896-6 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005904920068160097 Declaratória. Apelante (1): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Sebastião Felicio, José Alves dos Santos (maior de 60 anos), Maria Julia da Costa Ferreira (maior de 60 anos), Irene Maria Sampaio Belizario (maior de 60 anos), Alecio Valotto (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

138º Processo 0828245-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200600002184 Execução Fiscal. Agravante: Eli Pereira, Cleverson Alves de Souza. Advogado: Ethelma Pezarini. Agravado (1): Município de Pinhais. Advogado: Andrea Izabel Krasinski. Agravado (2): Telhapar Indústria e Comércio de Telhas Ltda. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

139º Processo 0828658-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200900143524 Execução Fiscal. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda.. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Mariana Grazziotin Carniel. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Lilian Acras Fanchin, Fabiane Cristina Seniski. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

140º Processo 0829321-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000437 Execução Fiscal. Agravante: Municipio de Londrina. Advogado: Paulo Nobuo Tsuchiya, Ellen Patricia Chini, Silvia da Graça Yung. Agravado: Nivaldo Inácio de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

141º Processo 0829956-5 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00170753420108160017 Embargos a Execução. Apelante (1): Município de Maringá. Advogado: Marco Antônio Bósio, Luiz Carlos Manzato. Apelante (2): Antonio Manoel da Silva, Antonio Rodrigues de Andrade (maior de 60 anos), Leodecio Frais (maior de 60 anos), Marcos Rodrigues, Regiane Rodrigues da Silva, Nilda Rosali Leme da Silva. Advogado: Eliseu Alves Fortes. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson. Revisor: Des. Eugenio Achille Grandinetti

142º Processo 0830104-8 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00038359220088160131 Cobrança. Apelante: Município de Pato Branco. Advogado: Lucas Schenato, Michelli Marcante. Rec.Adesivo: Laurinha Luiza Dall'igna (maior de 60 anos). Advogado: Vanessa Mazorana, Neri Luiz Cenzi. Apelado (1): Laurinha Luiza Dall'igna (maior de 60 anos). Advogado: Vanessa Mazorana, Neri Luiz Cenzi. Apelado (2): Município de Pato Branco. Advogado: Lucas Schenato, Michelli Marcante. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson. Revisor: Des. Eugenio Achille Grandinetti

143º Processo 0830172-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 199100038282 Execução Fiscal. Agravante: Exal Administração de Restaurante Empresariais Ltda.. Advogado: Ruy Soares de Macedo. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Pedro de Noronha da Costa Bispo, Adriana Mikrut Ribeiro de Godoy, Laura Rosa da Fonseca Furquim. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

144º Processo 0830231-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 199800118063 Execução Fiscal. Agravante: Transportes Diamante Ltda. Advogado: Jamil Ibrahim Tawil Filho. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Christianne Regina Leandro Posfaldo, Adriana Mikrut Ribeiro de Godoy, André Renato Miranda Andrade. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

145º Processo 0830638-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 199900034674 Execução Fiscal. Agravante: Conrado Djalma Silva Chiappin. Advogado: Cássio Djalma Silva Chiappin. Agravado: Município de Curitiba. Advogado: Eladio Prados Junior. Interessado: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniele de Bona. Interessado: Condominio Chácara Juvevê. Advogado: Sandra Mara Pereira. Interessado: Paraná Banco SA. Advogado: José Melquiades da Rocha Junior. Interessado: Marcos Antônio de Oliveira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

146º Processo 0830821-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Guaratuba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200400000555 Execução de Sentença. Agravante: Hermínio de Paula Molinari. Advogado: Johnny Elizeu Stopa Junior. Agravado: Município de Guaratuba. Advogado: Rosicler Regina Bom dos Santos. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

147º Processo 0830858-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000314 Execução Fiscal. Agravante: Évora Comercial de Genêros Alimentícios Ltda. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson

148º Processo 0820767-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 200200000699 Embargos a Execução. Agravante: Município de Cambé. Advogado: Eduardo Fernando Lachimia, Leandro Rogério Bertosse Olinto. Agravado: Companhia de Saneamento do Paraná-Sanepar. Advogado: Tadeu Donizeti Barbosa Rzniski, Rosaldo Jorge de Andrade, Milton Ferreira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

149º Processo 0822755-0 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00161227020108160017 Embargos a Execução. Apelante: Fazenda Pública do Município de Maringá. Advogado: Carlos Alexandre Lima de Souza. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Andréia Aparecida de Souza. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

150º Processo 0822947-8 Apelação Cível
Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00003403520068160123 Ordinária. Apelante: Dirceu Camargo Nunes. Advogado: Joaquim José de Camargo, Miguel Telles de Camargo. Apelado: Município de Coronel Domingos Soares. Advogado: Angélica Socca César Recuero. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator

Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira. Revisor: Des. Silvio Dias

151º Processo 0823456-6 Apelação Cível
Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00012623720038160170 Execução Fiscal. Apelante: Município de Toledo. Advogado: Luiz Fernando Palma. Apelado: Banco Bradesco SA. Advogado: Lilian Batista de Lima. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

152º Processo 0824484-4 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00001075819998160131 Execução Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: André Gustavo Vallim Sartorelli, Julio Cezar Zem Cardozo, Luiz Fernando Baldi. Apelado: Gord S Refeições Ltda, Carlos Augusto L da Cruz, Salete Zardo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

153º Processo 0824499-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010915420078160004 Executivo Fiscal. Apelante: Município de Curitiba. Advogado: Ana Beatriz Balan Villela, Claudine Camargo Bettes. Apelado: Levi Lima Lopes Filho. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

154º Processo 0824700-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000043 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Daniel Augusto Cerizza Pinheiro, Ivan Lelis Bonilha. Agravado: Fujiwara Equipamentos de Proteção Individual Ltda. Advogado: Marcos Leandro Dias. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

155º Processo 0824814-2 Apelação Cível
Comarca: Guaratuba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00024016620098160088 Embargos a Execução. Apelante: Município de Guaíra. Advogado: Marcos Aurélio Comunello. Apelado: Rafael Braga da Silva. Advogado: Nereu de Oliveira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira. Revisor: Des. Silvio Dias

156º Processo 0824913-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00020998620108160028 Declaratória. Apelante: Município de Colombo. Advogado: Helinton Andreatta Dalprá, Estevão Busato. Apelado: Ricardo Roger de Moraes, Manoel Rodrigues da Silva, Jose de Oliveira Rodes, Jose dos Santos, João Maria Freitas Duarte, Edilson Pereira Fernandes, Aroldo Benvenuti, Maria Luiza Crestani, Wadislau Faot. Advogado: Inae Brustolin de Melo. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

157º Processo 0825913-4 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00081706620088160031 Embargos a Execução. Apelante: Banco Itauleasing Sa. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Andréia Aparecida de Souza. Apelado: Município de Guarapuava. Advogado: Luciano Alves Batista, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Fernando Cezar Vernalha Guimarães. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira. Revisor: Des. Silvio Dias

158º Processo 0827617-5 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005852720068160097 Declaratória. Apelante (1): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Lidia Maria Landim (maior de 60 anos), Almeda Lopes dos Reis Souza (maior de 60 anos), José Carlos dos Santos, Adozilha Costa Gomes (maior de 60 anos), Maria José Gomes (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita, Aldo Massaharu Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira. Revisor: Des. Silvio Dias

159º Processo 0827780-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000106 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa, Cristiane Maria Haggi Favero. Agravado: Ivan Alves Rosendo. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

160º Processo 0827986-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00333081420118160004 Declaratória. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Caetano Ferreira Filho, Valquiria Bassetti Prochmann. Agravado: Leoni Terezinha Lusitani. Advogado: Renê Pelepiu. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

161º Processo 0829179-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00278248520118160014 Reparação de Danos. Agravante: Estado do Paraná.. Advogado: Sônia Regina Dias Barata da Costa Bispo. Agravado: William França dos Anjos. Advogado: Fabrício Massi Salla, João Tavares de Lima Filho. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

162º Processo 0830073-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000144 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Antonio Carlos de Lima. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

163º Processo 0830152-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000499 Execução Fiscal. Agravante: Supermercado Luedgil Ltda. Advogado: Lucius Marcus Oliveira, Ari Carlos Cantele, Alceu Schwegler. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Fabíola de Almeida Zanetti de Brito. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

164º Processo 0830233-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00112901020108160044 Indenização. Agravante: Roberto Yamamoto. Advogado: Maria Zelia de Oliveira e Oliveira, Daniela Forin Rodrigues Linhares, Herson Ribeiro Nascimento. Agravado: Elizabeth Mendes. Advogado: Edina Maria de Rezende. Interessado: Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana. Advogado: Beatriz Besel. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

165º Processo 0830988-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700001085 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Bohmann, Rita de Cassia Maistro Tenório. Agravado: Carlos Roberto de Oliveira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Pericles Bellusci de Batista Pereira

166º Processo 0823132-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00078365420078160035 Declaratória. Apelante: Município de São José dos Pinhais. Advogado: Marcus Vinícius Spósito. Apelado: Manoel Henrique Matos. Advogado: Maurício Vieira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

167º Processo 0823512-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00012263220088160004 Mandado de Segurança. Apelante: Metalfim Tratamentos de Superficie Ltda. Advogado: Darlan Rodrigues Bittencourt, Rogério Galli Berardi, Márcia Simone Sakagami Spitzner. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Dulce Esther Kairalla, Pedro de Noronha da Costa Bispo. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira. Revisor: Des. Antônio Renato Strapasson

168º Processo 0824569-2 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00015869420038160083 Execução Fiscal. Apelante: Município de Francisco Beltrão. Advogado: Rodrinei Cristian Braun, Ewerton Lineu Barreto Ramos, Fernando Luiz Chiapetti. Apelado: Comércio de Generos Alimentícios Sutil Ltda. Advogado: Raul José Prolo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

169º Processo 0824604-6 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005645120068160097 Declaratória. Apelante (1): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Silvio Couto Sobrinho, Maria Cristina Danta dos Santos, Izaura da Silva, João Batista Pedro, Aristides Pereira Martins (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira. Revisor: Des. Antônio Renato Strapasson

170º Processo 0825203-3 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059689120078160083 Embargos a Execução. Apelante: Geraldo Faust Cia Ltda. Advogado: Carlos José Dal Piva. Apelado: Município de Francisco Beltrão. Advogado: Rodrinei Cristian Braun, Ewerton Lineu Barreto Ramos, Fernando Luiz Chiapetti. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

171º Processo 0825345-6 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00093867020098160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato, Laércio Fondazzi. Apelado: Antonio José dos Santos, Antonio Matias Ferreira (maior de 60 anos), Elias Bolotti, Elisangela Andrea Bueno, Francisco Sales Bueno (maior de 60 anos), Helena Torres dos Santos, João de Souza Andrade, João Luiz dos Santos, Joaquim Mariano Casaroto, José Gonçalves de Almeida, José Pereira de Alencar (maior de 60 anos), Marcelo Alberto Rodrigues Soares, Olidia Neto da Silva Resende (maior de 60 anos), Raimundo Matias de Oliveira, Ricardo Guiselini, Rose Nakau Soares, Terezinha Pires Felício, Vilma Santos Freitas. Advogado: Olivarde Francisco da Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

172º Processo 0825849-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016478520098160004 Indenização. Apelante: Valter Gomes, Adivail Rodolfo, Paulo César Barbosa dos Santos, Maurício Luís Gonçalves, Rosimeiri Martins Souza Rosa, Salete Costa, Rosenilda Correa de Oliveira. Advogado: José César

Valeixo Neto, Maurício Gavanski. Apelado (1): Município de Curitiba. Advogado: Luiz Guilherme Muller Prado. Apelado (2): Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. Advogado: Andrei de Oliveira Rech, Marcus Venicio Cavassin. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira. Revisor: Des. Antônio Renato Strapasson

173º Processo 0826494-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00019639820098160004 Embargos a Execução. Apelante: Helena Mirabile. Advogado: Adilson de Castro Junior, Daniella Leticia Broering, Janaína Miquelato dos Santos. Apelado: Município de Curitiba. Advogado: Marli Terezinha Ferreira D'Avila, Eros Sowinski. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira. Revisor: Des. Antônio Renato Strapasson

174º Processo 0828342-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200100000112 Execução Fiscal. Agravante: José Kozarenko. Advogado: Marcos Antonio de Oliveira Leandro, Luciano Francisco de Oliveira Leandro. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marcos André da Cunha, Weslei Vendruscolo, Guilherme Zorato. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

175º Processo 0828849-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00147863620118160004 Embargos a Execução. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Cleide Rosecler Kazmierski. Agravado: Massa Falida de Belga Indústrias Químicas Ltda, Eduardo Dybax. Advogado: Rozilei Monteiro, Ana Maria Remowicz de Oliveira. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

176º Processo 0828856-6 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005930420068160097 Declaratória. Apelante (1): Municipio de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Donata Martins, Edna Aparecida dos Santos da Silva, Alfredo de França Moraes (maior de 60 anos), Gilda Felix da Silva (maior de 60 anos), Dejanil Felix da Costa. Advogado: Celso Hideo Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

177º Processo 0829372-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000029 Execução Fiscal. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Thelma Hayashi Akamine. Agravado: Transmickael Comércio Importação e Exportação Ltda. Advogado: Jesiel de Oliveira Schemberger. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

178º Processo 0829877-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Matinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200600004439 Execução Fiscal. Agravante: Turispraia Incorporações Empreendimentos Imobiliários Ltda.. Advogado: Luiz Gustavo de Andrade, Luiz Fernando Zornig Filho, Valmor Antonio Padilha Filho, Ana Paula Pavelski. Agravado: Município de Matinhos. Advogado: Elio Massao Kawamura. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

179º Processo 0829996-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700001068 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Paulo Nobuo Tsuchiya. Agravado: Geraldo Batista da Silva, Cleonice Batista. Advogado: Benedicto Carlos de Siqueira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

180º Processo 0830011-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00167427720098160030 Reclamatória Trabalhista. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Sérgio Simão Dias, Marcelo Cesar Maciel, Letícia Maria Detoni. Agravado: Dionisio Velazquez Cueva da Silva. Advogado: Washington Luiz Stelle Teixeira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

181º Processo 0830029-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Iporã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200600000023 Execução Fiscal. Agravante: Antonio de Padua Souza Grandis. Advogado: Silvio Takaharu Oyama. Agravado: União Federal - Fazenda Nacional. Advogado: Fabrício Vasconcelos Pereira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

182º Processo 0830810-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900002075 Embargos a Execução. Agravante: Unicard Banco Múltiplo S/a. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Município de Cascavel. Advogado: Welton de Farias Fogaça. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

183º Processo 0831123-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000002 Execução Fiscal. Agravante: Promissora Distribuidora Ltda.. Advogado: Elen Fábia Rak Mamus, Claudinei Laguna Martins, Luciana Castaldo Colósio. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Alexandre Barbosa da Silva, Carolina Villena Gini. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauro Laertes de Oliveira

184º Processo 0823277-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00062834020058160035 Embargos a Execução. Apelante: Município de São José dos Pinhais. Advogado: Acidy Martins de Castro Júnior, Inger Kalben Silva, Caroline de Queiroz Teles Brandão, Soraia Al Farah. Apelado: J Malucelli Administradora de Bens Ltda. Advogado: Eduardo Pereira de Souza, Ana Paula Conti Bastos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

185º Processo 0823556-1 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00015894920038160083 Execução Fiscal. Apelante: Municipio de Francisco Beltrao. Advogado: Rodrinei Cristian Braun, Ewerton Lineu Barreto Ramos, Fernando Luiz Chiapetti. Rec.Adesivo: Francisco Carlos da Cruz. Advogado: Raul José Prolo. Apelado (1): Francisco Carlos da Cruz. Advogado: Raul José Prolo. Apelado (2): Municipio de Francisco Beltrao. Advogado: Rodrinei Cristian Braun, Ewerton Lineu Barreto Ramos, Fernando Luiz Chiapetti. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

186º Processo 0823559-2 Apelação Cível
Comarca: Iporã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002759320078160094 Embargos a Execução. Apelante: Município de Iporã. Advogado: Arildo Antonio de Campos. Apelado: Juarez Rodrigues dos Santos. Advogado: Luiz Guilherme de Souza Lima. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias. Revisor: Des. Cunha Ribas

187º Processo 0824387-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016365620098160004 Cobrança. Apelante: Marcos Antonio Rodrigues. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Raul Alberto Dantas Junior. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias. Revisor: Des. Cunha Ribas

188º Processo 0824821-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016070620098160004 Cobrança. Apelante: Agnaldo Vieira da Rocha. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: José Anacleto Abduch Santos, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias. Revisor: Des. Cunha Ribas

189º Processo 0825040-6 Apelação Cível
Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000669420028160096 Execução Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Rogério Lichacovski, Julio Cezar Zem Cardozo, Marlon de Lima Canteri. Apelado: Terezinha Eleutério de Lima. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

190º Processo 0825458-8 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00084220420108160030 Embargos a Arrematação. Apelante: Jorge Aguinelli. Advogado: Renato Martins Lopes. Apelado: Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN. Advogado: Maristela Busetti, Maristela Frederico. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

191º Processo 0826087-3 Apelação Cível
Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00068686020088160044 Embargos a Execução. Apelante: Municipio de Apucarana. Advogado: Lilian Elizabeth Gruszka, Rubens Henrique de França, Carlos Alberto Rhoden, Juliana Aparecida Cattarin, Carlos Alberto de Souza, Edna Luiza Cordeiro Fabiano. Apelado: Banco do Brasil Sa. Advogado: Claudine Aparecido Terra. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

192º Processo 0828414-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000149 Execução Fiscal. Agravante: Municipio de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa, Rita de Cassia Maistro Tenório. Agravado: Ary Felisbino Capanema. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

193º Processo 0828757-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700001072 Execução Fiscal. Agravante: Municipio de Londrina. Advogado: Paulo Nobuo Tsuchiya, Cristiane Maria Haggi Favero, Rita de Cassia Maistro Tenório. Agravado: Hafil Empreendimentos Ltda.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

194º Processo 0828787-6 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005948620068160097 Declaratória. Apelante (1): Municipio de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Argenor Martins, Maria Aparecida da Silva Cheque, Oswaltina de Paula (maior de 60 anos), Juvelina Timoteo de Arruda (maior de 60 anos), Terezinha Freire Dultra (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias. Revisor: Des. Cunha Ribas

195º Processo 0828909-2 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005515220068160097 Declaratória. Apelante: Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário, José Clemente Martins. Apelado: Antonio Faria Xavier (maior de 60 anos), Joaquim Albino de Lima (maior de 60 anos), Nair dos Santos Silva, João Batista Rocha, Edicleusa Aparecida Nunes da Silva. Advogado: Celso Hideo Makita, Sandra Kiomi Makita. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

196º Processo 0829044-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 199100037798 Execução Fiscal. Agravante: Ricardo Sais. Advogado: Osnildo Pacheco Júnior, William Ribeiro Silveira. Agravado: Fazenda Pública do Estado

do Paraná. Advogado: Cláudia de Souza Haus. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

197º Processo 0829512-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000498 Execução Fiscal. Agravante: Supermercado Luedgil Ltda. Advogado: Lucius Marcus Oliveira, Mauro Alexandre Araújo Kraismann. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Liana Sarmento de Mello Quaresma. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

198º Processo 0830138-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Matinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200600004462 Execução Fiscal. Agravante: Turispraia Incorporações Empreendimentos Imobiliários. Advogado: Luiz Gustavo de Andrade, Ana Paula Pavelski, Valmor Antonio Padilha Filho. Agravado: Município de Matinhos. Advogado: Elio Massao Kawamura. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

199º Processo 0830357-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 199200010878 Declaratória. Agravante: Condor Super Center Ltda. Advogado: Josafá Antonio Lemes, Michel Laureanti. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Luciane Camargo Kujo Monteiro. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

200º Processo 0830440-9 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00093338920098160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato. Apelado: Cleide Aparecida Alves de Ramos Branco, Espólio de Vitor Pires Branco, Delmar Antonio de Oliveira, Ivone Ramos Pires, Fotomecanica Souza Sc Ltda, Reinaldo Sangermano (maior de 60 anos), Alberto Jose Romualdo Neto, Jose Roberto Amaral. Advogado: Sandra Mara D'agostini. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias. Revisor: Des. Cunha Ribas

201º Processo 0830632-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500000347 Execução Fiscal. Agravante: Espólio de Edi Siliprandi, Olinda Siliprandi. Advogado: Juraci Antonio Bortolotto, Carlos Alberto Siliprandi, Francieli Dias. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Cleide Rosecler Kazmierski, Annete Cristina de Andrade Gaio, Alexandre Barbosa da Silva. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

202º Processo 0830789-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Mandaguari. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00008476220118160109 Execução Fiscal. Agravante: Banco Itauleasing S/a. Advogado: Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Município de Mandaguari. Advogado: Maria Gecilda Ramos. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

203º Processo 0830980-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000139 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: JoséMario Gugisch de Oliveira. Agravado: Antonio Chagas Filho. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Silvio Dias

_____3ª Câmara Cível _____

204º Processo 0823316-7 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00054443520108160004 Mandado de Segurança. Remetente: Juiz de Direito. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Manoel Henrique Maingué. Apelado: Antonio Cesar Machado de Melo. Advogado: Luciana da Fontoura Rodrigues, Camila Zem, Renata Farah Pereira de Castro. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo. Revisor: Des. Paulo Habith

205º Processo 0823413-1 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00169883720088160021 Declaratória. Apelante: Município de Cascavel. Advogado: Laura Rossi Leite. Apelado: Construtora Saraiva de Rezende Ltda. Advogado: Juliano Huck Murbach. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo. Revisor: Des. Paulo Habith

206º Processo 0823978-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00016556220098160004 Ordinária de Cobrança. Apelante: Vinicius de Oliveira Pedroso. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Marina Codazzi da Costa, Valquiria Bassetti Prochmann. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo. Revisor: Des. Paulo Habith

207º Processo 0824200-8 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059500220098160083 Execução Fiscal. Apelante: Município de Francisco Beltrão. Advogado: Fernando Luiz Chiapetti, Ewerton Lineu Barreto Ramos, Rodrinei Cristian Braun. Apelado: Espólio de Ermes da Costa. Advogado: Marcio Domingues Bento. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

208º Processo 0824686-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016357120098160004 Cobrança. Apelante: Carlos Silvano Murilha. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Roberto Nunes de Lima Filho, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo. Revisor: Des. Paulo Habith

209º Processo 0824947-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016608420098160004 Cobrança. Apelante: Dejaime Roberto de Oliveira. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Rafaela Almeida do Amaral. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo. Revisor: Des. Paulo Habith

210º Processo 0825726-1 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00148547120078160021 Embargos a Execução. Apelante: Fazenda Pública do Município de Cascavel. Advogado: Maria Salute Somariva, Kennedy Machado. Apelado: Grava Comércio de Combustíveis Ltda. Advogado: Michel Aron Platchek. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

211º Processo 0825939-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00006062520058160004 Habilitação. Apelante: Tozeto & Cia Ltda. Advogado: Margareth Liz Cecconello. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Diogo Saldanha Macorati. Interessado: Der Departamento de Estradas de Rodagem. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo. Revisor: Des. Paulo Habith

212º Processo 0827428-8 Apelação Cível
Comarca: Iporã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001985520058160094 Embargos a Execução. Apelante: Leonor Fritola - Fi. Advogado: José Devanir Frítola. Apelado: Município de Iporã. Advogado: Arildo Antonio de Campos. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

213º Processo 0827455-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00011994920088160004 Embargos a Execução. Apelante: Município de Curitiba. Advogado: Fernando Almeida de Oliveira, Eros Sowinski, Paulo Vinicio Fortes Filho. Apelado: Luís Renato Krause. Advogado: Julio Assis Gehlen, Anders Frank Schattenberg. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

214º Processo 0827589-6 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005775020068160097 Declaratória. Apelante (1): Munícipio de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário, José Clemente Martins. Apelante (2): Pedro Inacio de Almeida (maior de 60 anos), Antonio Avelino da Silva (maior de 60 anos), Neuza da Silva, Sebastião Francisco de Gois (maior de 60 anos), Sebastião Francisco da Silva (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita, Sandra Kiomi Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

215º Processo 0828147-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000081 Execução Fiscal. Agravante: Municipio de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa, Silvia da Graça Yung, Rita de Cassia Maistro Tenório. Agravado: Antonio Rodrigues Martins. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

216º Processo 0828285-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00161112920108160021 Execução Fiscal. Agravante: Promissora Distribuidora Ltda. Advogado: Elen Fábia Rak Mamus, Claudinei Laguna Martins, Luciana Castaldo Colósio. Agravado: Fazenda Pública. Advogado: Alexandre Barbosa da Silva, Carolina Villena Gini, Daniele Beatriz Marconato. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

217º Processo 0828391-0 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005792020068160097 Declaratória. Apelante (1): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): João Clemente (maior de 60 anos), Maria Ilete Kadem, Isolina Tonini Durante (maior de 60 anos), João Aparecido dos Santos (maior de 60 anos), Massanori Sakamoto (maior de 60 anos). Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

218º Processo 0828718-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200900143631 Execução Fiscal. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Mariana Grazziotin Carniel. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Fabiane Cristina Seniski. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

219º Processo 0829112-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 199700041482 Execução Fiscal. Agravante: Bold Comércio Importação e Exportação de Produtos Manufaturados Ltda., Renato Augusto Carneiro Júnior. Advogado: Amauri Silva Torres, Marco Antônio Bernardes de Queiroz, Guillermo Felipe Marins Ocampos. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Isabel Cristina Marques, Silmara Bonatto, Ronildo Gonçalves da Silva. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

220º Processo 0829143-8 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005584420068160097 Declaratória. Apelante (1): Municipio de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Aparecida Bueno Camargo (maior de 60 anos), João Tavares Braz, Nelson de Souza, Noemia Lemes da Costa (maior de 60 anos), José Aparecido de Abreu (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo

Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

221º Processo 0829388-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000684 Execução Fiscal. Agravante: Construtora Daher Ltda.. Advogado: Bruno Montenegro Sacani. Agravado: Município de Londrina. Advogado: Ellen Patricia Chini, Cristiane Maria Haggi Favero. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

222º Processo 0829887-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000353 Execução Fiscal. Agravante: Maxbelt Indústria e Comércio Ltda.. Advogado: Elen Fábia Rak Mamus, Claudinei Laguna Martins, Luciana Castaldo Colósio. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marcos André da Cunha, Roberto Alexandre Hayami Miranda. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

223º Processo 0830002-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000308 Execução Fiscal. Agravante: Comércio de Águas e Conservas Vlm Ltda. Advogado: Claudinei Laguna Martins, Luciana Castaldo Colósio, Elen Fábia Rak Mamus. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marcos André da Cunha, Joaquim Mariano Paes de Carvalho Neto, Luiz Alberto Barboza. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

224º Processo 0830248-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000205 Execução Fiscal. Agravante: Comercial Destro Ltda.. Advogado: Alceu Schwegler, Jefferson Kaminski, Lucius Marcus Oliveira. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Daniele Beatriz Marconato. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

225º Processo 0830672-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000623 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Bohmann, Rita de Cassia Maistro Tenório. Agravado: Marcelo de Oliveira Porfirio. Advogado: Maria Antonia Gonçalves, Richardson Carvalho, Elizabeth Nadalim. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo

226º Processo 0815132-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Guaratuba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00169747520108160088 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Bráulio Cesco Fleury, Julio Cezar Zem Cardozo, Carlos Eduardo Rangel Xavier. Agravado: Farmacia e Drogaria Nissei. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos, Ariana Vieira de Lima. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

227º Processo 0822747-8 Apelação Cível
Comarca: Laranjeiras do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00003403420028160104 Indenização. Apelante: Itavel Serviços Rodoviários Ltda. Advogado: Joel Oliveira Santos, Jefferson Gustavo Degraf. Apelado: Município de Nova Laranjeiras. Advogado: Andréia Indalêncio Rochi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho. Revisor: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

228º Processo 0823053-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00114552120098160035 Embargos a Execução. Apelante: Magius Metalúrgica Industrial Sa. Advogado: Marilene Darci Dalmolin Vensão, Carlos Eduardo de Macedo Ramos, Rafael Justus de Brito. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Kunibert Kolb Neto. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

229º Processo 0823437-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010577920078160004 Embargos a Execução. Apelante: Município de Curitiba. Advogado: Claudine Camargo Bettes, Eliane Cristina Rossi Chevalier. Apelado: Comunidade Evangélica Luterana - Celc-up. Advogado: Luiz Roberto Rech, Mara Cláudia Dib de Lima. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho. Revisor: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

230º Processo 0823670-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00003822420048160004 Execução Fiscal. Apelante: Município de Curitiba. Advogado: Fernando Almeida de Oliveira. Apelado: F J Construções Civis Ltda. Def.Público: Luciano da Silva Busato (Curador Especial). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

231º Processo 0823752-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00050408120108160004 Cobrança. Apelante: Orimar Denardo. Advogado: Nilson de Melo Júnior. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Fernando Borges Mânica, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

232º Processo 0824661-1 Apelação Cível
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00004575920068160112 Embargos a Execução. Apelante: Município de Marechal Cândido Rondon. Advogado: Gelcir Anibio Zmyslony. Apelado: Joaquim Gomes Barbosa. Advogado: Márcio Guedes Berti. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

233º Processo 0824984-9 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00482999620108160014 Indenização. Apelante: Vinícius Augusto Jans Paiva. Advogado: Fábio Amorese Rotunno, Mário Rocha Filho. Apelado: Universidade Estadual de Londrina. Advogado: Hamilton Antonio de Melo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho. Revisor: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

234º Processo 0825107-6 Apelação Cível
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00000789420018160112 Executivo Fiscal. Apelante: Município de Marechal Cândido Rondon. Advogado: Gelcir Anibio Zmyslony. Apelado: Ferting Comércio de Material Odontológico Ltda - Me, Felisteus Olivio Fava. Advogado: Itamar Dall'Agnol. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

235º Processo 0825815-3 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00060523320068160017 Declaratória. Apelante: Maria de Lourdes Lúcio Ferrareze, Aparecida Maria Dantas Ramos. Advogado: Adriano Marcos Marcon, João Luiz Agner Regiani. Rec.Adesivo: Universidade Estadual de Maringá. Advogado: Leila Aparecida Ferreira Garcia, Sônia Letícia de Mello Cardoso. Apelado (1): Universidade Estadual de Maringá. Advogado: Leila Aparecida Ferreira Garcia, Sônia Letícia de Mello Cardoso. Apelado (2): Maria de Lourdes Lúcio Ferrareze, Aparecida Maria Dantas Ramos. Advogado: Adriano Marcos Marcon, João Luiz Agner Regiani. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho. Revisor: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

236º Processo 0827580-3 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005688820068160097 Declaratória. Apelante: Município de Ivaporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelado: João Aparecido Sales, Maria Aparecida Lima Bartolomeu, Maria Bueno de Oliveira (maior de 60 anos), Sidney Antonio dos Santos, José Colette (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho. Revisor: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

237º Processo 0827665-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500001206 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Paulo Nobuo Tsuchiya. Agravado: Gilmar Paulo Garcia. Advogado: Marcos José de Paula. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

238º Processo 0828477-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000498 Execução Fiscal. Agravante: Luiz Celso Branco. Advogado: Luiz Celso Branco Filho, Rosa Daum Machado. Agravado: Município de São José de Pinhais. Advogado: Inger Kalben Silva, Cláudio Soccoloski, Lilian Elizabeth Gruszka. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

239º Processo 0829260-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000635 Execução Fiscal. Agravante: M. Januário Ltda. Me. Advogado: Claudinei Laguna Martins, Luciana Castaldo Colósio, Elen Fábia Rak Mamus. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Luiz Alberto Barboza. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

240º Processo 0829355-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200800000675 Ordinária. Agravante: Montema Montagem Eletromecânica Ltda - Me. Advogado: Gercino Bett Junior. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marina Cerqueira Leite de Freitas Luís, Loriane Leisli Azeredo, Paulo Roberto Glaser. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

241º Processo 0829563-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200800004602 Ordinária. Agravante: Daiken Indústria Eletrônica S/a. Advogado: Guilherme Grummt Wolf, Carlos Eduardo Ortega, Cristina Abgail Ivankiw. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marco Antônio Lima Berberi, Ana Elisa Perez Souza. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

242º Processo 0829988-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Matinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200600004465 Execução Fiscal. Agravante: Turispraia Incorporações Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Luiz Fernando Zornig Filho, Luiz Gustavo de Andrade, Tassia Teixeira de Freitas Bianco Erbano. Agravado: Município de Matinhos. Advogado: Elio Massao Kawamura, Paulo José Zanellato Filho, Michel Laureanti. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

243º Processo 0830249-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00029050320108160035 Embargos a Execução. Agravante: Estado do Paraná. Agravado: Mercearia São João da Cruz. Advogado: Marcos Wengerkiewicz. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

244º Processo 0830520-2 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005601420068160097 Declaratória. Apelante (1): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário, José Clemente Martins. Apelante (2): José Laerte Nogueira (maior de 60 anos), Lourdes Baptistela, Julio Rodrigues (maior de 60 anos), Genira Cardoso Godoi (maior de 60 anos), Maria Cleusa Fernandes Viana (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita, Sandra Kiomi Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

245º Processo 0830956-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200900143574 Execução Fiscal. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Mariana Grazziotin Carniel, Rodrigo Mendes dos Santos. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Fabiane Cristina Seniski. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

246º Processo 0831129-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500000783 Execução Fiscal. Agravante: Municipio de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa, Celso Zamoner. Agravado: Elias dos Santos Pedro. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rabello Filho

247º Processo 0823557-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016625420098160004 Cobrança. Apelante: Elvis Liegi de Almeida Farias. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Manoel Caetano Ferreira Filho, Valquiria Bassetti Prochmann. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith. Revisor: Des. Ruy Francisco Thomaz

248º Processo 0823915-0 Apelação Cível
Comarca: Salto do Lontra. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002349220068160149 Embargos a Execução. Apelante: União Federal. Advogado: Diogo Lopes Cavalcante. Apelado: Quirino Koerich. Advogado: Jorge José Gotardi. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith. Revisor: Des. Ruy Francisco Thomaz

249º Processo 0824552-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200100000345 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Daniel Augusto Cerizza Pinheiro, Lilian Didone Calomeno. Agravado: Raytron Comercio de Componentes Eletronicos Ltda. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

250º Processo 0824785-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016105820098160004 Cobrança. Apelante: Pedro Giovani Poss. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Jair Subtil de Oliveira, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Caetano Ferreira Filho, Valquiria Bassetti Prochmann, Eunice Fumagalli Martins e Scheer. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith. Revisor: Des. Ruy Francisco Thomaz

251º Processo 0825005-7 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00093944720098160017 Execução Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Município de Maringá. Advogado: Marcos Alves Veras Nogueira, Claudemir Capocci. Apelado: Andreia Fuzineli Fernandes. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

252º Processo 0825757-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010906920078160004 Ordinária. Apelante (1): Província Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo Hospital da Providência de Apucarana. Advogado: Maçazumi Furtado Niwa, José Reinaldo Nogueira de Oliveira Júnior, Gabriela Nogueira Zani Giuzio. Apelante (2): Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Karina Rachinski de Almeida, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

253º Processo 0825805-7 Apelação Cível
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00017287720108160043 Ordinária. Apelante: Selma de Fatima Sant'anna, Sandra Mara Gouvea, Sonia Mara Elias dos Santos, Sandra Mara Gonçalves. Advogado: Rodrigo Garcia Sant'anna Bevilaquia, Juliano França Tetto. Apelado: Município de Antonia. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

254º Processo 0826164-5 Apelação Cível
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00017279220108160043 Ordinária. Apelante: Arailde da Costa Aleutério, Ana Maria dos Santos Meira, Amara Pedroso, Andreia Dal Negro, Adriana Ferreira de Abreu. Advogado: Rodrigo Garcia Sant'anna Bevilaquia, Juliano França Tetto. Apelado: Município de Antonina. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith. Revisor: Des. Ruy Francisco Thomaz

255º Processo 0828044-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200100000584 Execução de Sentença. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Clecius Alexandre Duran, Liana Sarmento de Mello Quaresma, Sônia Regina Dias Barata da Costa Bispo. Agravado: Carlos Fernando Nonino. Advogado: Carlos Alberto Francovig Filho. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

256º Processo 0828788-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200900143291 Execução Fiscal. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Mariana Grazziotin Carniel. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Fabiane Cristina Seniski. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

257º Processo 0828879-9 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005670620068160097 Declaratória. Apelante (1): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário, José Clemente Martins. Apelante (2): Valdir Alves, Aparecida da Silva Santos (maior de 60 anos), Fabio de Oliveira Geraldo (maior de 60 anos), João Ferreia Leite, José Lopes de Oliveira (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita, Sandra Kiomi Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

258º Processo 0828961-2 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005506720068160097 Declaratória. Apelante: Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelado: Jandira Pereira Bahia (maior de 60 anos), José Noronha de Faria, Maria Aparecida de Souza, Fernando Bernacki, Maria Vital Lascoski. Advogado: Celso Hideo Makita, Sandra Kiomi Makita. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith. Revisor: Des. Ruy Francisco Thomaz

259º Processo 0829363-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Iporã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200200000067 Execução Fiscal. Agravante: Maurício Rebussi. Advogado: Eugênio Sobradiel Ferreira, Fernando Augusto Dias. Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Alber James Moreno Salzedas, Luciane Maria Gervasio. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

260º Processo 0829827-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000507 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Paulo Nobuo Tsuchiya. Agravado: José A. Davila Neto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

261º Processo 0829875-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00093005920108160019 Embargos a Execução. Agravante: Banco Volkswagen SA. Advogado: Reymi Savaris Júnior, Mariáh Raquel Petrycovski. Agravado: Município de Ponta Grossa. Advogado: Cláudio Roberto Nunes Golgo, Letícia Maria Cunha Pereira, Luciane Leiria Taniguchi, Cláudio Marcelo Rodrigues Iarema. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

262º Processo 0830110-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001202 Liquidação de Sentença. Agravante: Município de Maringá. Advogado: Marco Antônio Bósio, Luiz Carlos Manzato, Andréa Giosa Manfrim. Agravado: Demétrio Valter Kutschenko, Valdeci Alves Barbosa, Celso Antonio Mantovani, Leandro Willian de Castro, Cremilda Aparecida Silveira, Jamir Cassimiro Barbosa, Norival Dagues, Vania Regina da Silva, Ademir Contessoto, Ednalva Negrete Garcia. Advogado: Evandro Bueno de Oliveira, Guilherme Vandresen. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

263º Processo 0830846-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000411 Execução Fiscal. Agravante: Provar Negócios de Varejo Ltda. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Natássia Emely Pereira Procópio, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Município de Cascavel. Advogado: Cibelle de Azevedo. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

264º Processo 0831423-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000455 Execução Fiscal. Agravante: José Rugila. Advogado: Teles de Andrade, Ana Lúcia Costa, Ellen Patricia Chini. Agravado: Municipio de Londrina. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Habith

265º Processo 0823651-1 Apelação Cível
Comarca: Ribeirão Claro. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000595020058160144 Executivo Fiscal. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Mércia Vasconcelos, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Carlos Adriano Colioni. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos. Revisor: Des. Dimas Ortêncio de Melo

266º Processo 0823811-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016487020098160004 Cobrança. Apelante: Daniel Lourenço. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Eroulths Cortiano Junior, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos. Revisor: Des. Dimas Ortêncio de Melo

267º Processo 0823970-1 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00137903320108160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Luiz Carlos Manzato, Marco Antônio Bósio. Apelado: Dicarflex Indústria e Comércio de Móveis Ltda. Advogado: Aline Braga, Ana Carolina Moreira Pino, Fernanda de Toledo Parra Agostinho. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos. Revisor: Des. Dimas Ortêncio de Melo

268º Processo 0824164-7 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00049112020098160131 Declaratória. Apelante: Município de Pato Branco. Advogado: Angela Erbes. Apelado: Roque José Schertz, Leni Maria Pozenato Schertz. Advogado: Gior Gio Pasini, Luiz Carlos Lazarini. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos. Revisor: Des. Dimas Ortêncio de Melo

269º Processo 0824573-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Salto do Lontra. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200700000025 Execução Fiscal. Agravante: Comércio de Comustíveis Bertóglio Ltda. Advogado: Sílvia Lara Duarte Pagnoncelli, Getulio Ladislau Rodrigues. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

270º Processo 0824842-6 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00169900920108160030 Cobrança. Apelante: José Carlos Lopes Paulino. Advogado: Jorge da Silva Giulian, João Marcos Brais, Anne Patrícia Martini Ferro. Apelado: Município de Foz do Iguaçu - Pr. Advogado: Claudia Canzi. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos. Revisor: Des. Dimas Ortêncio de Melo

271º Processo 0825909-0 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00000938919948160021 Execução Fiscal. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Juliano Ribas Déa, Daniele Beatriz Marconato, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Cecília P Ramos & Cia Ltda. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

272º Processo 0825934-3 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00000932619938160021 Execução Fiscal. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Juliano Ribas Déa, Daniele Beatriz Marconato, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Cecília P Ramos & Cia Ltda. Distribuição por Dependência em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

273º Processo 0825943-2 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00000941119938160021 Execução Fiscal. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Juliano Ribas Déa, Daniele Beatriz Marconato, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Cecília P Ramos & Cia Ltda. Distribuição por Dependência em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

274º Processo 0826141-2 Apelação Cível
Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003871120088160132 Cobrança. Apelante: Dalirio de Oliveira Pereira, Elias Afonso Marques, João Maria Marques, Luiz Aparecido da Silva, Osni Bento de Oliveira. Advogado: Miria Maria Boll Peres. Apelado: Município de Peabiru. Advogado: Alexandre Lúcio Pedrezini. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos. Revisor: Des. Dimas Ortêncio de Melo

275º Processo 0827955-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200800000042 Execução Fiscal. Agravante: Darom Móveis Ltda.. Advogado: Omires Pedroso do Nascimento, Angela Mussiau Yamasaki de Rossi. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Bruno Assoni. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

276º Processo 0828219-3 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005957120068160097 Declaratória. Apelante (1): Municipio de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Antonio Duran (maior de 60 anos), Joaquim Henrique Gonçalves, José Antonio Abrantes, Dorival Talarico, Oliveiro Vitório dos Santos (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

277º Processo 0828796-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500001067 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ronaldo Gusmão. Agravado: Jamildo Assis. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

278º Processo 0828983-8 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00240247420108160017 Embargos a Execução. Apelante (1): Município de Maringá. Advogado: Marco Antônio Bósio, Luiz Carlos Manzato. Apelante (2): Erothildes Salmazo (maior de 60 anos), Leonina Carvalho de Almeida (maior de 60 anos), Luzia Barbosa da Silva (maior de 60 anos), Madalena Castro e Silva, Maria Célia Cardoso dos Santos, Pedro dos Santos. Advogado: Eliseu Alves Fortes, Marco Antônio Bósio. Apelado (1): Município de Maringá. Advogado: Marco Antônio Bósio, Luiz Carlos Manzato. Apelado (2): Erothildes Salmazo (maior de 60 anos), Leonina Carvalho de Almeida (maior de 60 anos), Luzia Barbosa da Silva (maior de 60 anos), Madalena Castro e Silva, Maria Célia Cardoso dos Santos, Pedro dos Santos. Advogado: Eliseu Alves Fortes, Marco Antônio Bósio. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

279º Processo 0829230-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000047 Exceção de Pré-Executividade. Agravante: Gemar Empreendimentos Imobiliários Ltda.. Advogado: Wadson Nicanor Peres Gualda, Rosemary Silgueiro Amado Peres Gualda. Agravado: Fazenda Pública do Município de Paiçandu. Advogado: Joandersey Deliberador e Silva, Elisio de Oliveira Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

280º Processo 0829718-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00444111820118160004 Declaratória. Agravante: Aderlon Esteves Alves Pereira. Advogado: Camilla Ribeiro Caramujo Moraes. Agravado: Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

281º Processo 0830086-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500001110 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Paulo Nobuo Tsuchiya. Agravado: Maria Emilia Barcellos Stadler. Advogado: Silvia da Graça Yung. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

282º Processo 0830471-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200400000645 Execução de Sentença. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Márcia Nakagawa Rampazzo. Agravado: Antônio Henrique. Advogado: Leandro Isaías Campi de Almeida. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos

283º Processo 0823174-9 Apelação Cível
Comarca: Centenário do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00023144520108160066 Embargos a Execução. Apelante: Fazenda Pública Municipal de Centenário do Sul. Advogado: Maria Emilia Churk Lago. Apelado: Centenário do Sul Cartório do Cível Comércio e Anexos. Advogado: Edmilson Luiz Sérgio Bonache. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz. Revisor: Des. Rabello Filho

284º Processo 0823723-2 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00037795920088160131 Declaratória. Apelante: Município de Pato Branco. Advogado: Angela Erbes. Apelado: Sérgio Luiz Scopel, Almir Rodrigo Sauthier, Salete Maria Scopel Sauthier, Ézio Carlito Cervi, Ady Celso Soares. Advogado: Celito Argenta. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz. Revisor: Des. Rabello Filho

285º Processo 0823800-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016616920098160004 Cobrança. Apelante: Orlando dos Santos. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Eroulths Cortiano Junior, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz. Revisor: Des. Rabello Filho

286º Processo 0823996-5 Apelação Cível
Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00047163820098160130 Reparação de Danos. Apelante: Elias Gomes de Souza. Advogado: José Paulo Pereira Gomes. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Márcia Daniela Canassa Giuliangelli. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz. Revisor: Des. Rabello Filho

287º Processo 0824389-4 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00005924820058160131 Execução Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: André Gustavo Vallim Sartorelli. Apelado: Valacir Martins da Silva. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz. Revisor: Des. Rabello Filho

288º Processo 0824889-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010490520078160004 Executivo Fiscal. Apelante: Município de Curitiba. Advogado: Eliane Cristina Rossi Chevalier, Claudine Camargo Bettes. Apelado: Eletrosul - Centrais Elétricas Sa. Advogado: Luiz Arthur Duarte Nunes. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

289º Processo 0824920-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00001447819998160004 Indenização. Apelante (1): João Alberto Greboge. Advogado: Afonso Celso Nunes. Apelante (2): Instituto Ambiental do Paraná Iap. Advogado: Ernesto Hamann, Arnaldo Alves de Camargo Neto, Elton Luiz Brasil Rutkowski. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz. Revisor: Des. Rabello Filho

290º Processo 0825485-5 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00212056720108160017 Embargos a Execução. Apelante: Ariovaldo Costa Paulo e Cia Ltda. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Apelado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Maria Misue Murata, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

291º Processo 0826470-8 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00287044820098160014 Ordinária de Cobrança. Apelante (1): Município de Londrina. Advogado: Paulo Nobuo Tsuchiya. Apelante (2): Durcilene de Souza Caçula, Solange Cardoso Pereira Gregorio, Rosana Aparecida Riuzim, Maria Aparecida Gonçalves da Silva, Andrea Silvia Domingues Santana. Advogado: Carlos Frederico Viana Reis, Vinícius da Silva Borba, Marcelo Henrique Ferreira Siqueira da Matos. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz. Revisor: Des. Rabello Filho

292º Processo 0826567-6 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Goioerê. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00021896220068160084 Anulatória. Apelante (1): Município de Goioerê. Advogado: Luiz Fernando Casagrande Pereira, Fernando Cezar Vernalha Guimarães. Apelante (2): Banco Gmac Sa. Advogado: Luiz Eduardo de Castilho Girotto, Patrícia de Oliveira Boaski, Carla Canto Quintas. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz. Revisor: Des. Rabello Filho

293º Processo 0826970-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00131790220048160014 Embargos a Execução. Apelante: Município de Londrina. Advogado: Salete Teresinha de Souza, Ana Lúcia Costa. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Saymon Frankllin Mazzaro, Márcio Antônio Sasso. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

294º Processo 0827768-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000130 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Antonio Marcos Filatieri. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

295º Processo 0828275-1 Apelação Cível

Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005567420068160097 Declaratória. Apelante (1): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Sandra de Jesus Ferreira, Ana Moreira Geraldo (maior de 60 anos), Carmelita de Jesus e Silva (maior de 60 anos), Casturino Valeriano da Silva (maior de 60 anos), José de Freitas Durante (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita, Sandra Kiomi Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

296º Processo 0828673-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00132365220118160021 Ordinária. Agravante: Solange Maria Becker. Advogado: Shirley Nunes. Agravado: Município de Cascavel. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

297º Processo 0828936-9 Apelação Cível
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005523720068160097 Declaratória. Apelante: Muniípio de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelado: José Américo, Celia Ferreira Galvão, Benedito Bertoja Fortunato, Anna Gomes Strope (maior de 60 anos), José de Oliveira (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita, Aldo Massaharu Makita. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

298º Processo 0829253-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarapuava. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00111334220118160031 Embargos a Execução. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Elpídio Rodrigues Garcia Júnior, Marco Antônio Lima Berberi. Agravado: Comercial de Secos e Molhados Dal Pozzo Ltda.. Advogado: Arli Pinto da Silva, Jorge Wadih Tahech, Rodrigo Lanzini Villela. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

299º Processo 0829316-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200500001510 Execução Fiscal. Agravante: Municipio de Londrina. Advogado: Ronaldo Gusmão, Ana Lúcia Costa. Agravado: Espólio de José Antônio Souza. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

300º Processo 0830007-4 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00001843119938160017 Execução Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Maria Misue Murata. Apelado: Vidraçaria Brasil Maranata Ltda. Advogado: Denis Norton Raby. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

301º Processo 0830328-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200800000054 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Municipio de Cruzeiro do Oeste. Advogado: Marcio Antonio Batista da Silva, Marcia da Silva Paisana. Agravado: Gomez & Bedendo Ltda. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

302º Processo 0830863-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Matinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200600004452 Execução Fiscal. Agravante: Turispraia Incorporações Empreendimentos Imobiliários. Advogado: Luiz Fernando Zornig Filho, Valmor Antonio Padilha Filho, Luiz Gustavo de Andrade. Agravado: Município de Matinhos. Advogado: Paulo José Zanellato Filho, Michel Laureanti. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

303º Processo 0831505-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00009065020068160004 Execução Fiscal. Agravante: M. C. . Advogado: Fernando Almeida de Oliveira. Agravado: C. N. . Advogado: Sandro Rafael Bonatto. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz

_____ 4ª Câmara Cível _____

304º Processo 0822466-8 Apelação Cível
Comarca: Centenário do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00023222220108160066 Embargos a Execução. Apelante: Fazenda Pública Municipal de Centenário do Sul. Advogado: Maria Emilia Churk Lago. Apelado: Centenário do Sul Cartório do Cível. Advogado: Edmilson Luiz Sérgio Bonache. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Revisor: Des. Guido Döbeli

305º Processo 0822564-9 Reexame Necessário
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016304920098160004 Mandado de Segurança. Remetente: Juiz de Direito. Autor: Leila Maria de Oliveira. Advogado: Miriam Bispo Cardoso Carvalho. Réu: Secretário Municipal de Educação do Município de Curitiba, Secretaria Municipal de Educação de Curitiba. Advogado: Maria Francisca de Almeida Doria Mohr. Interessado: Município de Curitiba. Advogado: Maria Francisca de Almeida Doria Mohr, Claudine Camargo Bettes. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Revisor: Des. Guido Döbeli

306º Processo 0822935-8 Apelação Cível
Comarca: Jaguariaíva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00027847120108160100 Embargos a Execução. Apelante: Município de Jaguariaiva. Advogado: Tania Maristela Munhoz. Apelado: Aracêm Construtora Ltda. Advogado: Alan Miranda. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Revisor: Des. Guido Döbeli

307º Processo 0823236-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00008078020068160004 Homologação. Apelante: Exal Administração de Restaurantes Empresariais Ltda. Advogado: Jacir Domingos Cavassola. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Felipe Barreto Frias, Andréa Margarethe Rogoski Andrade. Interessado: Celis Santos de Gois, Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Advogado: Abner Pereira da Silva. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Revisor: Des. Guido Döbeli

308º Processo 0824132-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00012141820088160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Cimhsa Comércio, Importação e Exportaçãode Máquinas Ltda.. Advogado: Nelson João Schaikoski, Omires Pedroso do Nascimento, Melissa Buratto Schaikoski. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Edivaldo Aparecido de Jesus, Cassiano André Kaminski, Daniela Luiz. Interessado: Sindicato do Servidores do Poder Judiciário do Estadodo Paraná. Advogado: Daniel de Oliveira Godoy Junior, Abner Pereira da Silva. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Revisor: Des. Guido Döbeli

309º Processo 0824254-6 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00162184420088160021 Cobrança. Apelante (1): Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER. Advogado: Antônio Carlos Cabral de Queiroz. Apelante (2): Dazinho Alves Martins. Advogado: Cristiane Agatti Stanoga, Domingos Bordin, Luís Alberto Bordin. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Revisor: Des. Guido Döbeli

310º Processo 0824551-0 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00093355920098160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato. Apelado: Aparecida Campanha Ribeiro, Benedita Geralda Balieiro, Ivani da Silva, Magalhaes e Sanches Ltda, Maria de Lourdes Ribeiro, Pedro da Silva Macedo, Tereza Queiroz da Roza, Vilma dos Santos. Advogado: Evandro Ricardo de Castro. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes

311º Processo 0824819-7 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00162297320088160021 Cobrança. Apelante (1): Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN. Advogado: Antônio Carlos Cabral de Queiroz, Edson Luiz Amaral. Apelante (2): Seir Alexandre da Silva. Advogado: Cristiane Agatti Stanoga, Domingos Bordin, Luís Alberto Bordin. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Revisor: Des. Guido Döbeli

312º Processo 0825106-9 Apelação Cível
Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00050357520068160044 Ação Popular. Apelante: José Domingos Scarpelini. Advogado: Wilson Scarpelini Kaminski. Apelado (1): Município de Apucarana. Advogado: Carlos Alberto Rhoden, Rubens Henrique de França, Lilian Elizabeth Gruszka, Juliana Aparecida Cattarin. Apelado (2): Altamir Sanson. Advogado: Mário Elias Soltoski Júnior. Interessado: Valter Aparecido Pegorer. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Revisor: Des. Guido Döbeli

313º Processo 0825297-5 Apelação Cível
Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004803720098160132 Mandado de Segurança. Apelante: Ivone Arruda Simão, Sandra Regina da Silva França, Ivete do Nascimento Marçal, Sandra Aparecida de Oliveira, Dulcinéia Alves dos Santos, Ednéia Martins Ferreira, Rosa Maria Sanches Barbosa, Luzineia de Paula Campos Jiopato, Nivaldo Boiko, Solange Gulanoski Cardoso Caetano. Advogado: Núbia Mendes, Rubens Sanches Hernandes. Apelado: Município de Araruna. Advogado: Elaine Ricci, Luciano Antonio da Rosa. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Revisor: Des. Guido Döbeli

314º Processo 0825768-9 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00012211020088160004 Mandado de Segurança. Apelante: Municipio de Curitiba. Advogado: Saulo de Meira Albach. Apelado: de Lara Limpeza e Destramento de Animais Ltda. Advogado: Mário Júlio Monegatti Junior, Eduardo Bezerra Galvão. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Revisor: Des. Guido Döbeli

315º Processo 0829070-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001265 Ação Civil Pública. Agravante: Jm Tratamento de Resíduos Ltda.. Advogado: Dário Almeida Passos de Freitas, José Gustavo de Oliveira Franco. Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes

316º Processo 0829549-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Matelândia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00026933320108160115 Mandado de Segurança. Agravante: Rui Antoni Spagnol. Advogado: Italo Tanaka Junior. Agravado: Fabio Junior Campetelli. Advogado: Márcia Ferreira Gomes. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes

317º Processo 0829923-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Matelândia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00030091220118160115 Medida Cautelar Incidental. Agravante: Rui Antonio Spagnol. Advogado: Hélio Querino Jost, Rogério Martins Albieri. Agravado: Presidente da Câmara Municipal de Ramilândia. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes

318º Processo 0830283-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00068953920118160173 Ação Civil Pública. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Weslei Vendruscolo, Fernando Augusto Montai Y Lopes, Hamilton Bonatto. Agravado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes

319º Processo 0830536-0 Apelação Cível
Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00054531820098160170 Ação Civil Pública. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Aline Fernanda Faglioni, Julio Cezar Zem Cardozo, Eduardo Luiz Bussatta. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Interessado: Adela Felisardo Cota (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Revisor: Des. Guido Döbeli
320º Processo 0822558-1 Apelação Cível
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00028530420098160112 Mandado de Segurança. Apelante: Rondon Distribuidora de Gás e Água Ltda. Advogado: Ernani Ferreira do Rosário. Apelado: Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon. Advogado: Christian Guenther. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Revisor: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima
321º Processo 0823019-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00008329320068160004 Declaratória. Apelante (1): Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Heloísa Bot Borges, Ana Cláudia Bento Graf. Apelante (2): Banco Volkswagen SA. Advogado: Marcelo Tesheiner Cavassani, Cláudia Fabiana Giacomazzi. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Revisor: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima
322º Processo 0823232-6 Apelação Cível
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00017252520108160043 Cobrança. Apelante: Marilda Derio Nunes, Marilda Rocha Duarte Gonçalves, Marinéia Gonçalves, Maria Alice Barreto da Costa, Marisa Braga. Advogado: Rodrigo Garcia Sant'anna Bevilaquia, Juliano França Tetto. Apelado: Município de Antonina. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Revisor: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima
323º Processo 0823945-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00008155720068160004 Homologação. Apelante: Supermercado Cidade Canção Sa. Advogado: Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti, Márcio Rodrigo Frizzo. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Aristides Brustolin, Sindijus Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário. Advogado: Abner Pereira da Silva. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto
324º Processo 0824510-9 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00178349020098160030 Obrigação de Fazer. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Sérgio Simão Dias. Apelado: Marcelo Leandro Balduíno. Advogado: Bruno Fernando Martins Migliozzi, Franciele Wolf. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Revisor: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima
325º Processo 0824651-5 Apelação Cível
Comarca: Ortigueira. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006106220068160122 Ação Civil Pública. Apelante (1): Estado do Paraná. Advogado: Anne Caroline Cassou, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelante (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Wilson Américo. Advogado: Antonio Marcos Pedroso. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Revisor: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima
326º Processo 0824931-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00017015120098160004 Cobrança. Apelante: Luiz Antonio dos Santos. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Rafaela Almeida do Amaral, Valquiria Bassetti Prochmann. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Revisor: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima
327º Processo 0825169-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00012246220088160004 Mandado de Segurança. Apelante: Sidney Sartori. Advogado: Everson Souza Saura Silva, Roberta Mazzer de Henrique Medeiros. Apelado: Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran/pr. Advogado: Mônica Pimentel de Souza Lobo. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Revisor: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima
328º Processo 0825401-9 Apelação Cível
Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00012198420078160130 Ordinária. Apelante: Marcos Roberto Piratelli. Advogado: João Luiz Agner Regiani. Apelado: Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - Fafipa. Advogado: Carlos Antonio Mazzin Vantini. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Revisor: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima
329º Processo 0825906-9 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00023603520088160056 Declaratória. Apelante: Município de Cambé. Advogado: Eduardo Fernando Lachimia, Leonardo Camargo Marangoni. Apelado: Cassandra Regina Macêdo Cardoso, Izaura Patriarca, Judit Ramos de Miranda. Advogado: Luís Henrique Fernandes Hidalgo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Revisor: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima
330º Processo 0828553-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00328845220108160021 Mandado de Segurança. Agravante: Município de Cascavel. Advogado: Welton de Farias Fogaça. Agravado: Juliano Possamai. Advogado: Vlamir Emerson Ferreira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto
331º Processo 0828955-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2008000000656 Ação Civil Pública. Agravante: Companhia Paranaense de Energia - Copel, Copel Geração e Transmissão S.a.. Advogado: Karlla Maria Martini. Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto
332º Processo 0829202-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00116064620108160004 Ordinária. Agravante: Alexandre Correa das Chagas, Cesar Lourenço de Camargo, Edson Gracio Silva, Ericnilton Portes, Ericson Antonio Victal Silveira, Francisco Orestes Aguiar Rocha, João Carlos das Neves, Julio Cesar Chuz de Ramos, Williams Freire dos Santos. Advogado: Eurolino Sechinel dos Reis. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Fernando Borges Mânica, Valquiria Bassetti Prochmann. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto
333º Processo 0830279-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Lapa. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00024517620118160103 Ação Civil Pública. Agravante: Município da Lapa. Advogado: Mauro Raul Pinheiro Machado, Filipe Augusto Piazza, Erika Líria Matsugano. Agravado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto
334º Processo 0830290-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00368746820118160004 Declaratória. Agravante: Cirlene Ribeiro da Luz Damasceno. Advogado: Gisele Soares. Agravado: Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto
335º Processo 0741205-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00004818620078160004 Revisional. Apelante (1): Luciane Eid Massabki. Advogado: Anamaria Bueno Ribeiro Guimarães, Eloisa Fontes Tavares Rivani, Thiago Dahlke Machado. Apelante (2): Estado do Paraná. Advogado: Leila Cuéllar, Marco Antônio Lima Berberi. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Redistribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes. Revisor: Desª Regina Afonso Portes
336º Processo 0819816-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00048473120118160069 Declaratória. Agravante: Edner Emanuel Zancanella. Advogado: Maurício Gonçalves Pereira, Luiz Carlos Biaggi, Fernando Grecco Beffa. Agravado: Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes
337º Processo 0823066-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00001215420078160004 Homologação. Apelante: Ovd Importadora e Distribuidora Ltda. Advogado: Ariane Bini de Oliveira, Raphael Conrado de Oliveira, Betina Treiger Grupenmacher. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Manoel Pedro Hey Pacheco Filho. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes
338º Processo 0823902-3 Apelação Cível
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00003383520058160112 Rescisão de Contrato. Apelante: Eckert e Filhos Ltda. Advogado: Antonio Ferreira França. Apelado: Fundo Municípal de Desenvolvimento - Fmd, Município de Marechal Cândido Rondon. Advogado: João Gustavo Bersch. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes. Revisor: Desª Regina Afonso Portes
339º Processo 0824318-5 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00064582120108160112 Mandado de Segurança. Remetente: Juiz de Direito. Apelante: Câmara Municipal de Vereadores de Marechal Cândido Rondon. Advogado: Victor Eduardo Bertoldi Boff. Apelado: Guido Herpich, Elmir Port, Sérgio Silva Maciel, Ítalo Fernando Fumagali. Advogado: Márcio Guedes Berti. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes. Revisor: Desª Regina Afonso Portes
340º Processo 0824577-4 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00103269420108160083 Mandado de Segurança. Remetente: Juiz de Direito. Apelante: Palmas Engenharia e Construção Ltda. Advogado: Paulo César Lago de Almeida, Julio César Oliveira, Julio César Pacheco Franco. Apelado: Chefe Regional do Instituto Ambiental do Paraná Iap. Advogado: Hélio Dutra de Souza, Maria Rachel Pioli Kremer. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes. Revisor: Desª Regina Afonso Portes
341º Processo 0824703-4 Apelação Cível e Reexame Necessário

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00049484720098160131 Mandado de Segurança. Remetente: Juiz de Direito. Apelante: Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN. Advogado: Rony Marcos de Lima, Maristela Busetti. Apelado: Leandro Gustavo Lamp. Advogado: Diego Bodanese, Emanuela Aparecida dos Santos Orso, Marcos Dulcir Mozzer Fim. Aut.Coatora: Chefe da 5ª Ciretran. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes. Revisor: Desª Regina Afonso Portes

342º Processo 0824898-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00008103520068160004 Habilitação de Crédito. Apelante: O V D Importadora e Distribuidora Ltda. Advogado: Betina Treiger Grupenmacher, Ariane Bini de Oliveira, Raphael Conrado de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Manoel Pedro Hey Pacheco Filho. Interessado: Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Advogado: Abner Pereira da Silva. Interessado: Apoio Consultoria e Assessoria Sc Ltda. Advogado: Omires Pedroso do Nascimento. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes. Revisor: Desª Regina Afonso Portes

343º Processo 0825279-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00002613020038160004 Declaratória. Apelante: Sindicato dos Policiais Civis de Londrina e Região - Sindipol. Advogado: Augusto Jondral Filho. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: José Anacleto Abduch Santos, Julio Cezar Zem Cardozo, Sergio Botto de Lacerda. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes

344º Processo 0825469-1 Apelação Cível

Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059819020078160083 Ação Civil Pública. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Geraldo Giacomini, Miraci Terezinha Giacomini. Advogado: Luciana Paula Mazetto, Marcos Rodrigo Susin. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes. Revisor: Desª Regina Afonso Portes

345º Processo 0828703-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00085537520118160019 Ordinária. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Anne Caroline Cassou. Agravado: Carlos Alessando Volff Costa. Advogado: Rodrigo Di Piero Mendes. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes

346º Processo 0829069-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00068962420118160173 Ação Civil Pública. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Weslei Vendruscolo, Fernando Augusto Montai Y Lopes, Hamilton Bonatto. Agravado: Ministério Público do Estado do Paraná. Interessado: Talibio Lourenço. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes

347º Processo 0830803-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00006274820118160179 Obrigação de Fazer. Agravante: Jorge Luíz Nemézio. Advogado: Miguel Elias Makiolka, Robson Fari Nassin. Agravado: Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Lélia Samardã Giacomet. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes

348º Processo 0822345-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000437 Mandado de Segurança. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Bruno Assoni, Julio Cezar Zem Cardozo, Márcia Daniela Canassa Giuliangelli. Agravado: Maria Elizabete Marchetto. Advogado: Caroline Pagamunici. Interessado: Núcleo Regional de Educação de Paranavaí. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima

349º Processo 0822909-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016650920098160004 Ordinária de Cobrança. Apelante: Dirceu dos Anjos. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Marco Antônio Lima Berberi, Julio Cezar Zem Cardozo, Ivan Lelis Bonilha. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Revisor: Desª Lélia Samardã Giacomet

350º Processo 0823216-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010482020078160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Moinho Paraná Ltda. Advogado: Dalva Marvulle de Castilho. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Raquel Rodrigues de Moraes Saldanha. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Revisor: Desª Lélia Samardã Giacomet

351º Processo 0823299-1 Apelação Cível e Reexame Necessário

Comarca: Guaíra. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00032288320098160086 Ação Civil Pública. Remetente: J. D. . Apelante: E. P. . Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Fernando Augusto Montai Y Lopes. Apelado: M. P. E. P. . Interessado: D. O. C. (Representado(a)). Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Revisor: Desª Lélia Samardã Giacomet

352º Processo 0824197-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016547720098160004 Cobrança. Apelante: Valter Aparecido Teixeira. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Marina Codazzi da Costa. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Revisor: Desª Lélia Samardã Giacomet

353º Processo 0824269-7 Apelação Cível e Reexame Necessário

Comarca: Matinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00026214820078160116 Revisão de Contrato. Apelante: Município de Pontal do Paraná. Advogado: Evandro Mário Lazzari, Cristian Luiz Moraes, Fernanda Lorenzet. Apelado: Valdemar Rita de Lima. Advogado: Adalberto Cordeiro Rocha. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Revisor: Desª Lélia Samardã Giacomet

354º Processo 0824504-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00009498420068160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Ovd Importadora e Distribuidora Ltda. Advogado: Betina Treiger Grupenmacher, Ariane Bini de Oliveira, Raphael Conrado de Oliveira, Ana Paula Iankilevich. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Manoel Pedro Hey Pacheco Filho. Interessado: Sindijus Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário. Advogado: Abner Pereira da Silva. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Revisor: Desª Lélia Samardã Giacomet

355º Processo 0824532-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00011986420088160004 Declaratória. Apelante: Claudemir Barbieri. Advogado: Júlio Cesar Henrichs, José Augusto Pedroso, Wagner Kiyoshi da Silva. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Vinícius Klein. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Revisor: Desª Lélia Samardã Giacomet

356º Processo 0825788-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010672620078160004 Homologação. Apelante: Ovd Importadora e Distribuidora Ltda. Advogado: Betina Treiger Grupenmacher, Raphael Conrado de Oliveira, Ariane Bini de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Manoel Pedro Hey Pacheco Filho. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima

357º Processo 0825989-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00006131720058160004 Anulatória. Apelante: Brasilsat Harald Sa. Advogado: Irineu Palma Pereira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Pedro de Noronha da Costa Bispo, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Revisor: Desª Lélia Samardã Giacomet

358º Processo 0826103-2 Apelação Cível

Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003000320078160096 Ação Civil Pública. Apelante: Joaquim Rodrigues da Silva. Advogado: Rubens Sanches Hernandes. Apelado (1): Município de Roncador. Advogado: Marci Aparecida Lemes Metchko. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Revisor: Desª Lélia Samardã Giacomet

359º Processo 0829215-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00863091520108160014 Declaratória. Agravante: Elisabet Aparecida Zulian Mastelari. Advogado: Luís Henrique Fernandes Hidalgo. Agravado: Municipio de Londrina. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima

360º Processo 0829221-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000565 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Michelle Braga Vidal. Agravado: Honorio Lanconi, Vera Lucia de Souza Gerez, Verginia Bento Crepaldi, Waldeci Aparecida Campos, Waldo Gonçaves. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima

361º Processo 0829721-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 000062663201 Mandado de Segurança. Agravante: Camila Aniele Pinto. Advogado: Anderson Aparecido Cruz. Agravado: Diretor de Ensino da Polícia Militar do Paraná. Interessado: Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima

362º Processo 0822865-1 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00314572620108160019 Mandado de Segurança. Apelante: Editora Jornal da Manhã de Ponta Grossa Ltda. Advogado: Tiago Damiani, Alexandre Augusto Devicchi. Apelado: Procuradoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator

Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

363º Processo 0823099-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00011848020088160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Pressure Compressores Ltda, Costa e Pugliesi Ltda, Drogaria Ibirama Ltda, Cortez e Massambani Ltda. Advogado: Elen Fábia Rak Mamus, Juliana Barrachi, Luciana Castaldo Colósio. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Andréa Margarethe Rogoski Andrade. Interessado: Surya Dental Comércio de Produtos Odontológicos e Farmacêuticos Ltda. Advogado: Juliana Barrachi, Elen Fábia Rak Mamus, Luciana Castaldo Colósio. Interessado: Sindijus Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário. Advogado: Abner Pereira da Silva. Interessado: Alexander da Silva, Euclides Mazotti, Cleuza Maria Salgueiro Mazotti. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

364º Processo 0823144-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016382620098160004 Declaratória. Apelante: Carlos Antônio do Nascimento Beyersdorff. Advogado: Cláudio Nunes do Nascimento, Paulo Augusto do Nascimento Schön. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Roberto Nunes de Lima Filho. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

365º Processo 0823327-0 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00182265720098160021 Exceção de Suspeição. Apelante: Carlos Alberto Hohmann Choinski. Advogado: Mario Gabriel Choinski. Apelado: Armando Ricardo de Souza. Advogado: Armando Ricardo de Souza. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

366º Processo 0823471-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00128709820108160004 Mandado de Segurança. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Rafaela Almeida do Amaral. Apelado: Vanderlei Vidal. Advogado: Reginaldo Antonio Koga. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

367º Processo 0824129-8 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00252233420108160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Marco Antônio Bósio, Luiz Carlos Manzato, Carolina Campello Scotti. Apelado: Divina da Silva Augusto, Cleusa Frassati Bruschi, Elvira Masini (maior de 60 anos), Eunice da Silva Regaconi, Sebastião Vieira (maior de 60 anos), Wilson Marangoni (maior de 60 anos), Maria Aparecida Rossi (maior de 60 anos), Maria Cristina Pedro Marangoni, Jair Valdovino, Lindamar Cardoso, Narfina de Souza (maior de 60 anos), Neide Maria Pereira da Silva, José Simião Oliveira, Paulo Roberto da Silva. Advogado: Sirlene Maria Maroneze Capelato, Valdelice de Lourdes Palmieri. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho

368º Processo 0824392-1 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Londrina. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00286282420098160014 Mandado de Segurança. Apelante: A. M. S. L. , D. S. A. M. S. L.. Advogado: Ana Claudia Neves Rennó. Apelado: P. V. R. Z. H. M. (Representado(a) por seu pai). Advogado: Enéias de Oliveira César, Rodrigo Rodrigues da Costa. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

369º Processo 0824407-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00115744120108160004 Habilitação. Apelante: Supermercados Cidade Canção Sa. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Maria Vilma Camargo Bastos de Lima. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho

370º Processo 0825094-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00294934320108160004 Declaratória. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Isabela Cristine Martins Ramos, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Pedro Modesto Piccoli. Advogado: Celso Lucinda. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

371º Processo 0826007-5 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00144757920108160004 Mandado de Segurança. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Roberto Nunes de Lima Filho. Apelado: Valfredo Ferreira da Silva. Advogado: Mateus Augusto Debus Nadal, Tiago Bastos Belache. Interessado: Presidente do Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

372º Processo 0826341-2 Apelação Cível
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00017244020108160043 Ordinária. Apelante: Marly Cândido de Castro, Rosenilda Freire Rodrigues, Lúcia Fernandes Neres Vieira, Denise Cristina de Souza Pinheiro, Sueli Santiago Cabral. Advogado: Rodrigo Garcia Sant'anna Bevilaquia, Juliano França Tetto. Apelado: Município de Antonina. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

373º Processo 0826595-0 Reexame Necessário
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00016585520108160174 Mandado de Segurança. Juiz de Direito: Juiz de Direito. Autor: Melissa Banhuk. Advogado: Gilberto Tadeu Dombroski, Márcio Rogério Banhuk. Réu: Coordenador da Diviasão de Recursos Humanos da Prefeitura de União da Vitória. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

374º Processo 0827009-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00019327820098160004 Mandado de Segurança. Apelante: Heraldo Suda. Advogado: Paula Alessandra Fernandez Bustamante, Roberto Nelson Brasil Pompeo Filho. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Emanuel de Andrade Barbosa, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Presidente do Concurso Para Ingresso No Curso de Formação de Oficiais 2009. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Abraham Lincoln Calixto

375º Processo 0828588-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00119252620118160021 Mandado de Segurança. Agravante: Carlos Alves dos Santos. Advogado: Amauri dos Santos Sampaio. Agravado: Prefeitura Municipal de Cascavel - Secretária de Administração - Departamento de Recursos Humanos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho

376º Processo 0829067-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00013683120118160004 Declaratória. Agravante: Marise de Fátima Ramos. Advogado: Generoso Horning Martins, Gisele Soares. Agravado: Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho

377º Processo 0829862-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025363820108160090 Desapropriação. Agravante: Cesbe S/a - Engenharia e Empreendimentos. Advogado: Gerald Koppe Júnior, Bruno Marzullo Zaroni. Agravado: Município de Ibiporã. Advogado: Alexandre Hauly Camargo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho

378º Processo 0830250-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00060713920108160004 Mandado de Segurança. Agravante: Paulo José Moreira dos Santos. Advogado: João Eurico Koerner. Agravado: Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho

379º Processo 0830628-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00222818620118160019 Ação Civil Pública. Agravante: Tecnopark Soluções Ltda. Advogado: Guilherme de Salles Gonçalves, Sacha Breckenfeld Reck, Nathalia Lima Barreto. Agravado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho

_____ 5ª Câmara Cível _____

380º Processo 0717784-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00005358120098160004 Declaratória. Apelante: Luiz Machado dos Santos. Advogado: Simone Aparecida Lima da Cruz. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Raquel Maria Trein de Almeida, Valquiria Bassetti Prochmann. Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Revisor: Des. Paulo Roberto Hapner

381º Processo 0822956-7 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010568520108160167 Mandado de Segurança. Apelante: Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná. Advogado: Antônio Carlos Cabral de Queiroz. Apelado: Pedro Norberto da Silva (maior de 60 anos), Luiz Toshio Ogsuko Chui, José Pinheiro Fidelis (maior de 60 anos). Advogado: Osmar Araújo Soares. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Revisor: Des. Paulo Roberto Hapner

382º Processo 0823131-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016001420098160004 Homologação. Apelante: Marel Indústria de Móveis Sa.

Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Ana Paula do Nascimento Ramella, Sindijus Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Revisor: Des. Paulo Roberto Hapner

383º Processo 0823448-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00170428320108160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Assédio Indústria e Comércio de Confecção Ltda - Me. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Jaqueline Terezinha Mendes Araújo. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Revisor: Des. Paulo Roberto Hapner

384º Processo 0823913-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00015958920098160004 Declaratória. Apelante: Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos. Advogado: Renê Pelepiu, Luís Anselmo Arruda Garcia, Gisele Soares. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Eroulths Cortiano Junior. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas

385º Processo 0824042-6 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00077518820088160017 Reintegração de Posse. Apelante: Aparecido Luiz Felix. Advogado: Gilberto Flavio Monarin, Mario Fernando Silvestre Garcia. Apelado: Município de Maringá. Advogado: Luiz Carlos Manzato, Noeme Francisco Siqueira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Revisor: Des. Paulo Roberto Hapner

386º Processo 0824963-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00170489020108160004 Habilitação. Apelante: Lactojara Indústria e Comércio de Laticínios Ltda. Advogado: Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti, Márcio Rodrigo Frizzo. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Revisor: Des. Paulo Roberto Hapner

387º Processo 0825362-7 Apelação Cível

Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00007398320018160044 Reparação de Danos. Apelante (1): José Domingos Scarpelini. Advogado: Wilson Scarpelini Kaminski. Apelante (2): Município de Apucarana. Advogado: Carlos Alberto Rhoden, Rubens Henrique de França, Lilian Elizabeth Gruszka. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Revisor: Des. Paulo Roberto Hapner

388º Processo 0826660-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00015984420098160004 Nulidade de Ato Jurídico. Apelante: Izolda Fernandes, Paulo Roberto Dreschler. Advogado: Osmar Codolo Franco. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Marco Antônio Lima Berberi, Valquiria Bassetti Prochmann, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Revisor: Des. Paulo Roberto Hapner

389º Processo 0828410-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00003901420118160179 Mandado de Segurança. Agravante: Prefeito Municipal de Curitiba. Advogado: Hypérides Zanello Neto, Jervis Puppi Wanderley, Claudine Camargo Bettes. Agravado: Francielen Soares Máximo Marçal. Advogado: Maurice Chevalier. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas

390º Processo 0828820-6 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00013719320018160017 Ação Civil Pública. Apelante (1): Luis Antonio Paolicchi. Advogado: Oséias Martins Barboza. Apelante (2): Neusa Aparecida Duarte Gianoto. Advogado: Odair Vicente Moreschi, Antonio Mansano Neto. Apelante (3): Jairo Morais Gianoto. Advogado: Odair Vicente Moreschi, Antonio Mansano Neto. Apelante (4): Rosimeire Castelhano Barbosa, Jorge Aparecido Sossai. Advogado: Elizeu de Carvalho. Apelante (5): José Rodrigues Borba. Advogado: José Geronimo Benatti. Apelante (6): Alberto Youssef. Advogado: Aline Mara Lustoza Fedato. Apelante (7): Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado (1): Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado (2): Plinio Cesar Rodrigues. Advogado: Ademar Kenhiti Issi. Apelado (3): Jairo Morais Gianoto. Advogado: Odair Vicente Moreschi. Apelado (4): Jorge Sanches Ouverney, Luiz Alfredo da Cunha Bernardo. Advogado: Luiz Alfredo da Cunha Bernardo, Alessandra Aparecida Lavorente. Rec.Adesivo: Luiz Alfredo da Cunha Bernardo. Advogado: Luiz Alfredo da Cunha Bernardo, Alessandra Aparecida Lavorente. Apelado (5): Ministério Público do Estado do Paraná. Interessado: Waldemir Ronaldo Corrêa, Celso de Souza Campos, Eliane Cristina Corrêa, Flórida Importação e Comércio de Veículos Ltda, Izaias da Silva Leme, Moacir Antonio Dalmolin, Paulo Cesar Stinghen, Sérgio de Souza Campos, Silvana Aparecida de Souza Campos, Valdir Ferreira Leme, Valdenice Ferreira Leme, Hélio Silva. Advogado: José Geronimo Benatti, Odair Vicente Moreschi. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Revisor: Des. Paulo Roberto Hapner

391º Processo 0829126-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200000054738 Embargos do Devedor. Agravante: E. I. M. . Advogado: José Francisco Cunico Bach. Agravado: I. P. P. U. C. I. . Advogado: Lidson José Tomass. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas

392º Processo 0829248-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00046295620118160019 Desapropriação. Agravante: Espólio de Augusto Korziniewski e Ema Flora Korziniewski, Marcela Schneider Korzeniewski. Advogado: Luis Alberto Kubaski, Rodrigo Kubaski. Agravado: Município de Ponta Grossa. Advogado: Clovis Airton de Quadros, Dione Isabel Rocha Stephanes, João Antônio Pimentel. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas

393º Processo 0645621-3 Apelação Cível

Comarca: Alto Paraná. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200700000095 Ordinária de Cobrança. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Bruno Assoni, Tereza Cristina Bittencourt Marinoni, Rosilda Tavares de Oliveira Dumas. Apelado: Alécio Aparecido Frasson. Advogado: Alécio Aparecido Frasson. Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

394º Processo 0817393-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00029589720118160083 Desapropriação. Agravante: Lourenil Vieira. Advogado: Fábio Alberto de Lorensi, Camilo de Toni, Lucimary Anziliero de Lorensi. Agravado: Município de Francisco Beltrão. Advogado: Ewerton Lineu Barreto Ramos, Fernando Luiz Chiapetti, Rodrinei Cristian Braun. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura

395º Processo 0820749-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00055545120108160160 Ordinária. Agravante: Lázara Alves Ramos, Marli Aparecida Rodrigues de Lima, Vilma Aparecida Rodrigues. Advogado: Alexandre Zanetti Fonseca. Agravado: Estado do Paraná. Interessado: Secretaria do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência- Seap. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura

396º Processo 0822654-8 Apelação Cível

Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00035048620098160160 Ordinária. Apelante: Nilson Ferreira Marques. Advogado: Fernando Parolini de Moraes, Evandro Alves dos Santos. Apelado: Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN. Advogado: Márcio Gobbo Costa, Mônica Pimentel de Souza Lobo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

397º Processo 0822683-9 Apelação Cível

Comarca: Salto do Lontra. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001215120008160149 Indenização. Apelante: Osni da Silva Carvalho. Advogado: Moacir Antônio Perão. Apelado: Valdemir Celso Cavinato. Advogado: Roberto Pieta. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

398º Processo 0823268-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00170419820108160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Supermercados Cidade Canção Sa. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Julio Cezar Zem Cardozo, Edivaldo Aparecido de Jesus. Interessado: Aroldo Luders, Miguel Sallum e Filhos Ltda. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

399º Processo 0823909-2 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00066834020078160017 Ação Monitória. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Luiz Alberto Barboza, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado (1): Vicentina de Souza Lang. Cur.Especial: Rosicler Cantarelli Muçouçah (Curador Especial). Apelado (2): Pedreira Mauá Ltda, Espolio de Francisco Arena Ruiz, Leonilda Martin Ruiz, Wihl Lang. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

400º Processo 0823972-5 Apelação Cível

Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00017227020108160043 Ordinária. Apelante: Marizete Rodrigues, Leila Meira, Luci Alves Nascimento, Katia Mara Mendes, Marisete Alves Santos. Advogado: Rodrigo Garcia Sant'anna Bevilaquia, Juliano França Tetto. Apelado: Município de Antonina. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura

401º Processo 0823992-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00011925720088160004 Anulatória. Apelante: Petrobras Distribuidora SA. Advogado: Iverly Antiqueira Dias Ferreira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Felipe Barreto Frias. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

402º Processo 0824412-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00175970320108160004 Mandado de Segurança. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Fabio Anderson de Azevedo. Advogado: Reginaldo Antonio Koga. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

403º Processo 0824536-3 Apelação Cível e Reexame Necessário

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00120083020108160004 Mandado de Segurança. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Rogério Distefano, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Leandro Pinto Portugal. Advogado: Reginaldo Antonio Koga. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

404º Processo 0824753-4 Apelação Cível

Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00002121720068160090 Desapropriação. Apelante (1): Município de Ibiporã. Advogado: Alexandre Hauly Camargo. Apelante (2): Hiroyuki Arabori, Toshico Arabori. Advogado: Amandio Sbrussi. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

405º Processo 0825017-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00008199420068160004 Habilitação de Crédito. Apelante: La Valle do Brasil Sa. Advogado: Carlos Eduardo Ortega, Iasmine Pohren, Cristina Abgail Ivankiw, Guilherme Grummt Wolf. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Edivaldo Aparecido de Jesus, Cassiano André Kaminski, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Intermares Logística Ltda, Intermares Marketing Internacional de Importação e Exportação de Máquinas Ltda, Suzuki Indústria e Comércio de Máquinas Ltda. Advogado: Luiz Alfredo Rodrigues Farias Junior, Kallinca Saballa Machado, Guilherme Grummt Wolf. Interessado: Cimhsa Comércio Importação e Exportação de Máquinas Ltda, Travis Ltda. Advogado: Melissa Buratto Schaikoski, Nelson João Schaikoski, Omires Pedroso do Nascimento. Interessado: Cgw Consultoria e Assessoria Ltda. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

406º Processo 0825352-1 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00010361320078160131 Restituição de Quantia Paga. Apelante: Edson Constantino Leiria de Weitt. Advogado: Angelo Pilatti Neto, Zilandia Pereira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: André Gustavo Vallim Sartorelli, Carlos Eduardo Rangel Xavier, Rosilda Tavares de Oliveira Dumas. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

407º Processo 0826643-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00064377820108160004 Habilitação. Apelante: Icatú Calçados Ltda. Advogado: Marilene Darci Dalmolin Vensão, Carlos Eduardo Madi, Caio Mário Moreira Junior. Apelado: Wep Consultoria e Participações Ltda, Thais Sobocinski. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

408º Processo 0829352-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Loanda. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 199100000024 Embargos de Terceiro. Agravante: Remopar Retifica de Motores Paranavai Ltda.. Advogado: Fausto Trentini. Agravado: Municipio de Santa Cruz de Monte Castelo. Advogado: Benedito Felipe de Souza. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura

409º Processo 0830405-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00310901320118160004 Mandado de Segurança. Agravante: Cléber Machado. Advogado: Avanilson Alves Araújo, Caio Henrique Lopes Ramiro, Carla Siquerolo. Agravado: Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura

410º Processo 0831415-0 Ação Rescisória (Cam)

Comarca: Ubiratã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 199900000071 Ação Civil Pública. Autor: Paulo Pereira Moura. Advogado: Adjaime Marcelo Alves de Carvalho, Haroldo Rodrigues da Silva. Réu: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura. Revisor: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

411º Processo 0822549-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016287920098160004 Cobrança. Apelante: Altair Aparecido Campos Vieira. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Leila Cuéllar, Valquiria Bassetti Prochmann. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima

412º Processo 0822811-3 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010620420078160004 Habilitação. Apelante: Stockfer Comércio e Distribuição de Ferro e Aço Ltda. Advogado: Fabiano da Rosa, Rebecca Isabel Dutra Ribeiro, Fábio Dutra. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Julio Cezar Zem Cardozo, Ivan Lelis Bonilha. Interessado: Sindijus Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário. Advogado: Abner Pereira da Silva, Daniel de Oliveira Godoy Junior. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima. Revisor: Des. José Marcos de Moura

413º Processo 0822843-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00111985520108160004 Mandado de Segurança. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Roberto Nunes de Lima Filho, Valquiria Bassetti Prochmann, Marco Antônio Lima Berberi. Apelado: Augusto Fernando de Araújo Neto. Advogado: Fabiano Alves de Melo da Silva. Aut.Coatora: Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima. Revisor: Des. José Marcos de Moura

414º Processo 0822913-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010525720078160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Agroindustrial Dois Rios Ltda. Advogado: Raphael de Souza Vieira, Dalva Marvulle de Castilho. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Andréa Margarethe Rogoski Andrade. Interessado: José Marcos Penteado de Toledo, Helena Penteado de Toledo, Vera Penteado de Toledo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima. Revisor: Des. José Marcos de Moura

415º Processo 0823038-8 Apelação Cível

Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00017200320108160043 Exibição de Documentos. Apelante: Deiseli Meira Esperança, Deila Regina de Souza Pinheiro, Elisângela Ferreira de Araújo, Fernanda Cristina de Miranda. Advogado: Rodrigo Garcia Sant'anna Bevilaquia, Juliano França Tetto. Apelado: Município de Antonina. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima

416º Processo 0823424-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00015594720098160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Sbde - Sociedade Brasileira de Embalafens e Descartáveis Ltda. Advogado: Lucius Marcus Oliveira, Guilherme Berkenbrock Camargo. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Andréa Margarethe Rogoski Andrade. Interessado: Wep Consultoria e Participações Ltda. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima. Revisor: Des. José Marcos de Moura

417º Processo 0824258-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00012794720078160004 Homologação. Apelante: Multipet Indústria e Comércio de Equipamentos Ltda. Advogado: Rafael Augusto Buch Jacob, Antônio Augusto Grellert, Paulo Henrique Berehulka. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Anita Caruso Puchta, Joel Samways Neto. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima

418º Processo 0824427-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010534220078160004 Homologação. Apelante: O V D Importadora e Distribuidora Ltda. Advogado: Betina Treiger Grupenmacher, Raphael Conrado de Oliveira, Ariane Bini de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Wilson Franco Cordeiro. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima. Revisor: Des. José Marcos de Moura

419º Processo 0824582-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00013573620108160004 Habilitação. Apelante: Camacho Indústria de Bebidas Ltda. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Sindijus Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, Jairo Gabriel Heil. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima

420º Processo 0824945-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00012099320088160004 Homologação. Apelante: Ana Cristina Canet Ozorio de Almeida. Advogado: Marilene Darci Dalmolin Vensão. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Felipe Barreto Frias, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima. Revisor: Des. José Marcos de Moura

421º Processo 0825953-8 Apelação Cível

Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00004984220038160173 Ação Civil Pública. Apelante: Petrobras Distribuidora SA. Advogado: Fernando Wilson Rocha Maranhão, Andrea Caroline Marconatto Cury. Apelado (1): Hatsue Tanaka, Carlos Gilberto Viscardi. Advogado: José Jorge Novaes de Castro. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima. Revisor: Des. José Marcos de Moura

422º Processo 0826145-0 Apelação Cível

Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00056393220098160173 Ação Civil Pública. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Weslei Vendruscolo, Fernando Augusto Montai Y Lopes. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Interessado: Irene Antunes Olgado. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima. Revisor: Des. José Marcos de Moura

423º Processo 0827500-5 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00156576120108160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato. Apelado: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maringá - Apae. Advogado: Marcio Guterres. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima. Revisor: Des. José Marcos de Moura
424º Processo 0828448-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000794 Obrigação de Fazer. Agravante: Geraldo Pereira da Silva Filho. Advogado: Luiz Assi, Fabiana Nantes Giacomini. Agravado: Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN. Advogado: Mônica Pimentel de Souza Lobo. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima
425º Processo 0828587-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200100000254 Execução Provisória. Agravante: Leonel Ricardo Curcio Junior, Espólio de Malvino Marinho e Outros. Advogado: Cleverson Marinho Teixeira, Marcelo de Souza Teixeira, Patricia Luciana Carvalho. Agravado: Município de Paranaguá. Advogado: Raul da Gama e Silva Lück, Regina Mitsue Tabushi, Paulo Cesar Keinert Castor, Raudinez Andrete, Adriano Branco de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima
426º Processo 0830670-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033042720118160090 Mandado de Segurança. Agravante: Município de Ibiporã, José Maria Ferreira. Advogado: Karina Ayumi Tanno, Benedicto Luiz de Mello, Luiz Henrique Batista de Oliveira Pedrozo. Agravado: Rodrigo Borghi da Silva e Cia Ltda. Advogado: Thebas Vidal Veiga. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima
427º Processo 0830699-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00445410820118160004 Mandado de Segurança. Agravante: Expansul Comércio, Importação e Exportação Ltda. Advogado: rodrigo nogueira machado. Agravado: Orlando de Souza, Sanepar Cia de Saneamento do Paraná, Antônio Hallage, Planalto Hidrotecnologia S/a. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima
428º Processo 0830862-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00251689720118160001 Declaratória. Agravante: Alexandre Rech. Advogado: Alexandre Rech. Agravado: Centrais Elétricas Brasileiras S/a - Eletrobrás. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima
429º Processo 0822921-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00008034320068160004 Prestação de Contas. Apelante: Luiz Fernando Severo. Advogado: Gilberto Baroni Filho. Apelado: Fundação Cultural de Curitiba. Advogado: Antônio Moris Cury. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha
430º Processo 0823483-3 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00126017820108160030 Mandado de Segurança. Apelante: Município de Foz do Iguaçú. Advogado: Claudia Canzi. Apelado: Lucas Alves de Oliveira. Advogado: Juliane Wolff Di Domenico. Interessado: Diretora do Departamento de Recursos Humanos do Município de Foz do Iguaçú. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha
431º Processo 0824263-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00011934220088160004 Declaratória. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Roberto Machado Filho. Apelado: Benerti Indústria Mecânica Ltda. Advogado: Valmir Schreiner Maran, Julio Assis Gehlen, Rafael Cotlinski Canzan. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha
432º Processo 0824402-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016028120098160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Leão Diesel Ltda. Advogado: Lucius Marcus Oliveira, Guilherme Berkenbrock Camargo. Apelado: Derpartamento de Estradas e Rodagens do Estado do Parana Der. Advogado: Andréa Margarethe Rogoski Andrade. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha
433º Processo 0824490-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016321920098160004 Habilitação. Apelante: Metropolitana Tratores Ltda. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha
434º Processo 0824682-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00004125920048160004 Ordinária. Apelante: Paulo Rogério de Lima. Advogado: Osvaldo Calizario, Olga Clea Stankewicz Schmidt. Apelado: Município de Curitiba. Advogado: Claudine Camargo Bettes, Paulo Roberto Ferreira Pereira, Edgar David Gusso. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha
435º Processo 0825276-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00022254820098160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Évora Comercial de Gêneros Alimentícios Ltda. Advogado: Maria Carolina Brassanini Centa, Kristian Rodrigo Pscheidt, Valéria dos Santos Tondato. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Isabela Cristine Martins Ramos. Interessado: Sindijus Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, Zulmeia Almeida D'albuquerque, Vera Maria, Flora Maria, Nelson Faria. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner
436º Processo 0825313-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010699320078160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Evolution Participações Mobiliárias Ltda. Advogado: Lucius Marcus Oliveira, Mauro Alexandre Araújo Kraismann. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Felipe Barreto Frias, Daniela de Souza Gonçalves, Edivaldo Aparecido de Jesus, Marco Antônio Lima Berberi. Interessado: José Cid Campelo, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner
437º Processo 0826091-7 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00057764820108160021 Ação Civil Pública. Apelante: Hidraufreios - Comércio de Hidráulicos e Freios Ltda. Advogado: Crestiane Andréia Zanrosso, Giovana Picoli. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha
438º Processo 0826177-2 Reexame Necessário
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00011787320088160004 Mandado de Segurança. Remetente: Juiz de Direito. Autor: Orestes Dilay. Advogado: Wagner Dilay. Réu: Urbs Cia de Urbanizacao de Curitiba. Advogado: Ivo Ferreira de Oliveira, Rodrigo Binotto Grevetti. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha
439º Processo 0827361-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 197800002357 Desapropriação. Agravante: Nercy Schier Beduschi, Amadeu Prada Beduschi. Advogado: Gabriel Maccagnani Carazzai. Agravado: Cic - Cidade Industrial de Curitiba S.A.. Advogado: Sandra Regina Schimitka Romaniello, Pedro Henrique Gobbi Machado. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner
440º Processo 0828015-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016244220098160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Cargesso Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Emerson Corazza da Cruz, Fabiano Miyagima, Antônio Augusto Grellert, Paulo Henrique Berehulka. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER. Advogado: Andréa Margarethe Rogoski Andrade. Interessado: Euclides Victor, José Francisco da Silveira, Jorge Tijolin (maior de 60 anos), Jacy Gabardo, Ildefonso Bernardo Heisler. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha
441º Processo 0828236-4 Apelação Cível
Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00065111720078160044 Pedido/impugnação de Assist. Judiciaria. Apelante: Municipio de Novo Itacolomi. Advogado: Edison Roberto Massei. Apelado: Cleusa Fátima Lourenço dos Santos. Advogado: Carlos Frederico Viana Reis. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha
442º Processo 0830043-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00097311120118160035 Mandado de Segurança. Agravante: Priscila Hitomi Akatsuka. Advogado: Karoline Lorenz. Agravado: Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner
443º Processo 0831262-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Astorga. Vara: Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00029303720118160049 Mandado de Segurança. Agravante: Município de Astorga- Estado do Paraná. Advogado: Valéria Giessler, Luciano Tadau Yamaguti Sato, Orlando Moisés Fisher Pessuti. Agravado: Gislaine Paula Bragantin. Advogado: José dos Santos. Interessado: Prefeito do Município de Astorga. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner
444º Processo 0831269-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 199200008914 Desapropriação. Agravante: Espólio de Benvindo Borges de Souza. Advogado: Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro, Carlos Oswaldo Morais Andrade. Agravado (1): Companhia de Desenvolvimento de Curitiba- Curitiba Sa. Advogado: Sandra Regina Schimitka Romaniello, Gustavo Swain Kfouri. Agravado (2): Urbs Urbanização de Curitiba Sa. Advogado: Solon Brasil Junior, Pedro Henrique

Scherner Romanel. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner

445º Processo 0820366-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00049643320118160130 Ordinária. Agravante: Denise Maria Laurentino Alves. Advogado: Carlos Teodoro Soster. Agravado: Municipio de Paranavai. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

446º Processo 0821551-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Nova Fátima. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005190220118160120 Ação Civil Pública. Agravante: Luiz Celestino de Paula. Advogado: Luís Gustavo Ferreira Ribeiro Lopes, José Olegário Ribeiro Lopes. Agravado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

447º Processo 0822829-5 Apelação Cível
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00048348120068160174 Cobrança. Apelante: Município de União da Vitória. Advogado: Martim Francisco Ribas. Rec.Adesivo: Moecke Engenharia e Construções Ltda. Advogado: Cecília Laura Galera Abdalla, Fabio Maciel Jakymiu. Apelado (1): Moecke Engenharia e Construções Ltda. Advogado: Cecília Laura Galera Abdalla, Fabio Maciel Jakymiu. Apelado (2): Município de União da Vitória. Advogado: Martim Francisco Ribas. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha. Revisor: Des. Luiz Mateus de Lima

448º Processo 0822856-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016581720098160004 Cobrança. Apelante: Reginaldo da Silva. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Raul Alberto Dantas Junior, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha. Revisor: Des. Luiz Mateus de Lima

449º Processo 0822960-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010741320108160004 Declaratória. Apelante: Derci Roberto Cabral Nunes. Advogado: Fátima Mirian Bortot. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Eroulths Cortiano Junior. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

450º Processo 0823070-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010638620078160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Paraná Mineração Ltda. Advogado: Aldo de Mattos Sabino Junior. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Manoel Pedro Hey Pacheco Filho. Interessado: Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Advogado: Abner Pereira da Silva. Interessado: Nivaldo Amorim Gonçalves. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

451º Processo 0823749-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00011821320088160004 Homologação. Apelante: Arim Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Manoel Pedro Hey Pacheco Filho. Interessado: Sindijus Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário. Advogado: Abner Pereira da Silva. Interessado: Nina Kislak. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha. Revisor: Des. Luiz Mateus de Lima

452º Processo 0824185-6 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00165873820088160021 Cobrança. Apelante: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER. Advogado: Antônio Carlos Cabral de Queiroz. Apelado: José Alves de Souza. Advogado: Cristiane Agatti Stanoga, Domingos Bordin, Luís Alberto Bordin. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha. Revisor: Des. Luiz Mateus de Lima

453º Processo 0824432-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016076920108160004 Declaratória. Apelante: Yvonir Leandro de Oliveira. Advogado: Angela Conceição Oliveira Pompeu. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

454º Processo 0824938-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016348620098160004 Cobrança. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Roberto Nunes de Lima Filho. Apelado: Cristiane Tigges Blum. Advogado: Denise Martins Agostini, Ricardo Marcelo Fonseca. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha. Revisor: Des. Luiz Mateus de Lima

455º Processo 0825079-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010716320078160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Ariovaldo Costa Paulo & Cia Ltda. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Manoel Pedro Hey Pacheco Filho. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

456º Processo 0825801-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00183523120108160035 Mandado de Segurança. Apelante: Márcia Andréa Grochoska. Advogado: Karoline Lorenz. Apelado: Município de São José dos Pinhais. Advogado: Julio Cesar Ziroldo, Inger Kalben Silva. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha. Revisor: Des. Luiz Mateus de Lima

457º Processo 0826049-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00113847820108160004 Mandado de Segurança. Apelante: Orestes Dilay. Advogado: Nivaldo Migliozzi. Apelado: Presidente da Urbs - Urbanização de Curitiba Sa. Advogado: Heloisa Ribeiro Lopes, Andreza Cristina Chropacz. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha. Revisor: Des. Luiz Mateus de Lima

458º Processo 0828283-3 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00159150320088160030 Ordinária. Remetente: Juiz de Direito. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Ana Cecília dos Santos Simões. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Interessado: Natália Pasa Ziemann (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha. Revisor: Des. Luiz Mateus de Lima

459º Processo 0829280-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 036925 Habilitação. Agravante: Auto Vidros Cascavel Ltda.. Advogado: Cleverson Marinho Teixeira, Marcelo de Souza Teixeira, Patrícia de Andrade Atherino. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Amanda Louise Ramajo Corvello Barreto, Diogo Saldanha Macorati, Anamaria Batista. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

460º Processo 0829597-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000546 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Agravado: Edson Aparecido Pradella Picon, Amancio da Silva Lima, Antonio Carlos Rodrigues, Antonio Martori Rossato, Anesio Bernuci. Advogado: Flávia Regina Carluccio, José Luiz Fornagieri. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

461º Processo 0830363-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200700001060 Cobrança. Agravante: Cre Participações e Empreendimentos Ltda.. Advogado: João Casillo, Simone Zonari Letchacoski, Patrícia de Barros Correia Casillo. Agravado: Município de Paranaguá. Advogado: Amanda dos Santos Domareski. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

_____ 6ª Câmara Cível _____

462º Processo 0822380-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00044978220118160056 Rescisão de Contrato. Agravante: Ricari Engenharia Ltda. Advogado: Demétrius Coelho Souza, Marília Barros Breda. Agravado: Andrea Rodrigues Pereira, Jorge Silva de Sampaio. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart

463º Processo 0822752-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00001796720018160004 Ordinária. Apelante: Inilda Meirelles da Costa (maior de 60 anos), Adonai Cabral de Castro (maior de 60 anos), Afrailde Rodrigues Gonçalves (maior de 60 anos), Ana de Almeida, Dilma Passerine Ferreira (maior de 60 anos), Hilda Quinello (maior de 60 anos), Maria Simões Miranda (maior de 60 anos), Reni dos Santos Monteiro (maior de 60 anos), Thereza Bisson Putrique (maior de 60 anos), Cleonice Jusek de Jesus, Elvira Jusek (maior de 60 anos), Sonilda Soares dos Santos. Advogado: Luiz Bresolin. Apelado (1): Estado do Paraná. Advogado: Carolina Villena Gini, Marina Cerqueira Leite de Freitas Luís, Marco Antônio Lima Berberi, Valiana Wargha Calliari. Apelado (2): Paranaprevidência. Advogado: Antônio Roberto Monteiro de Oliveira, Fabiano Jorge Stainzack, Renata Guerreiro Bastos de Oliveira, Soraya da Costa Lemos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

464º Processo 0822981-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Barracão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012778820118160052 Obrigação de Fazer. Agravante: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Fronteira do Iguaçu Sicredi Fronteira Prsc. Advogado: Carlos Augusto Azevedo Silva, Carolina Kuwer Bündchen, Rafaela Fernanda Espindola. Agravado: Benini e Companhia Ltda. Advogado: Alexandre Augusto Zabot de Mello. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart

465º Processo 0823218-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00001959819998160001 Ordinária. Apelante: Cnh Latin América Ltda. Advogado: Marcelo Mucci Loureiro de Melo. Apelado: Montreal Poliuretanos Ltda, Mamba Factoring Fomento Mercantil Ltda. Advogado: Regina Yurico Takahashi. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

466º Processo 0823368-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00071430720098160001 Ação Monitória. Apelante: Ligia Hampe Umeda. Advogado: Ricardo Shinhiti Taura. Apelado: Cassol Materiais de Construção Ltda. Advogado: Carlos Eduardo Faisca Nahas. Distribuição

Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

467º Processo 0823987-6 Apelação Cível
Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00010127420088160090 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante: Brasil Telecom S/a. Advogado: Daniel Andrade do Vale. Apelado: Ademir Masson (maior de 60 anos). Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

468º Processo 0823991-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016053620098160004 Previdenciária. Apelante: Nelson Augustinczjtk. Advogado: Ana Silvia de Moura Torres, Luiz Antonio Mariano. Apelado (1): Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Luis Fernando da Silva Tambellini, Annete Cristina de Andrade Gaio. Apelado (2): Paranaprevidência. Advogado: Antônio Roberto Monteiro de Oliveira, Alessandra Gaspar Berger, Andréa Cristine Arcego. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

469º Processo 0824050-8 Apelação Cível
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00072567020068160031 Revisão de Contrato. Apelante: Coralplac Compensados Ltda. Advogado: Gislaine do Rocio Rocha. Apelado: Hexion Química Indústria e Comércio Sa. Advogado: Osvaldo Francisco Júnior, Gilson Marega Martins. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

470º Processo 0824242-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00664419020108160001 Previdenciária. Apelante: Albanir Ferreira Pedroso. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cristina Mara Gudin dos Santos Tassini. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

471º Processo 0824598-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00071950320098160001 Acidente do Trabalho. Apelante: Rezovaldo Tesseroli Iark (maior de 60 anos). Advogado: Humberto Tommasi, Juzana Maria Schmid Zequim. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

472º Processo 0824877-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00620162020108160001 Pensão Previdenciária. Apelante: Francisco Luciano dos Santos. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cintya Buch Melfi. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

473º Processo 0825039-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00032163320098160001 Exibição de Documentos. Apelante: Nadir da Silva. Advogado: José Ari Matos. Apelado: Brasil Telecom Sa. Advogado: Roberta Carvalho de Rosis. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

474º Processo 0825590-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00070807920098160001 Ação Monitória. Apelante: Vilson Fernandes Castagin. Advogado: Marcelo Menezes Fernandes Caires Castagin. Apelado: Gilberto Munhoz Schwartz, Fernando Coelho de Almeida Reis, Ricardo Rosa Reis. Advogado: Gilberto Munhoz Schwartz. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

475º Processo 0826249-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00018860620068160001 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante: Civic Consultores Associados Ltda. Advogado: Hildo Alceu de Jesus Júnior, Hildo Alceu de Jesus, Dilvo Glustak. Apelado: Valter Gonçalves. Advogado: Valdir Abibe, Maria Cecilia Breda Clemencio de Camargo. Interessado: Cm Consultores Associados Ltda. Advogado: Luiz Gastão Lopes Bório, Claudia Lopes Borio, Alexandre Frederico Bordignon Schwartz. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

476º Processo 0826343-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00014759420058160001 Revisão de Contrato. Apelante (1): Darles dos Santos Braga, Madalena Aparecida Ganancio. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelante (2): Construtora Tabajara Ltda. Advogado: Antônio Francisco Corrêa Athayde, Gustavo de Pauli Athayde. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

477º Processo 0826510-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00109603620108160004 Execução de Sentença. Apelante: Marilza Cirino dos Santos (maior de 60 anos). Advogado: Maria Regina Discini. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Valiana Wargha Calliari, Flávio Rosendo dos Santos, Carolina Villena Gini, Marco Antônio Lima Berberi. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

478º Processo 0826949-8 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00145752920058160030 Ação Monitória. Apelante: Elaine Aparecida Bado de Oliveira. Advogado: Hiran José Denes Vidal, José Bento Vidal Filho. Apelado: Rede Farol do Atlântico de Combustível Ltda. Advogado: Luiz Fernando Saffraider. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

479º Processo 0827085-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00001960620018160004 Declaratória. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: José Anacleto Abduch Santos, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: José Rodrigues de Oliveira Junior, Maria José de Souza, Margot Guedes dos Santos, Keuko Numasawa Shikasho, Massahiko Shikasho, Maria da Candelária Vasconcelllos, Maria Aparecida Cocati Pietraroia, Maria Laversy Gomes Soares, Livia Maria Leinig Staude, Marlene Joslin, Marlene Pontes Franco, Maria Darci Stroka, Maria Noely Perin Barddal, Osmir Kmeteuk, Kazuko Kataoka, Roseli Ristow Montes, Beatriz Moreschi Carneiro, Cecília Nepomuceno Turin, Alexandre Przybysz, Glacy de Matos Bettega, Miriam de Antoni, Maria Eli Andrade de Souza, Luiza Helena Rosa Nascimento, Odila Terezinha Domingues Nascimento, Maria Eulina de Oliveira, Neli Ferreira (maior de 60 anos), Nery Koga (maior de 60 anos), Maria Toda Yoshida, Maria Emília Schoenherr, Maria Joana Andrade Gomes. Advogado: Luís Anselmo Arruda Garcia. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

480º Processo 0827836-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00593573820108160001 Previdenciária. Apelante: Joaquim Pereira Santos (maior de 60 anos). Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Marco Antonio de Moraes Leite

481º Processo 0829147-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00321736420118160004 Resolução de Contrato. Agravante: Companhia de Habitação Popular de Curitiba - Cohab-ct. Advogado: Dione Vanderlei Martins, Rayanne Hagge, Eduardo Garcia Branco. Agravado: José Pereira Borges, Derci Barretos Borges, Vanilda da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart

482º Processo 0829223-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 010764 Ordinária. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Annete Cristina de Andrade Gaio, Carolina Villena Gini, Gabriela de Paula Soares. Agravado: Ivany Munareto. Advogado: Paulo Cortellini, Maria Regina Discini. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart

483º Processo 0829955-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Capitão Leônidas Marques. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00007423220118160062 Cominatória. Agravante: Sert Sindicato das Empresas de Radiofusão e Televisão do Estado do Paraná. Advogado: Gilson José dos Santos. Agravado: Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leonidas Marques. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart

484º Processo 0830145-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00006729120118160069 Ordinária. Agravante: Brasil Telecom S/a. Advogado: Joaquim Miró, Luiz Remy Merlin Muchinski, Ana Tereza Palhares Basílio. Agravado: Ari Paula da Silva, Arsino Rodrigues, Adilson José dos Santos, Irvanda Simões Caravechia, Helena Rosário Rodero de Carvalho, Joel Luciano da Silva, José Albertino Irmão, Maurilio Ferreira da Silva, Natalina de Oliveira Gonçalves, Valdeci Pinha. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart

485º Processo 0830330-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 199500033039 Embargos a Execução. Agravante: Carlos Alberto Pereira. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis. Agravado: Instituto de Previdência e Assistência Aos Servidores Públicos do Estado do Paraná - Ipe/pr, Estado do Paraná. Advogado: Gisele da Rocha Parente. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Arenhart

486º Processo 0729214-0 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00120766520068160021 Cautelar. Apelante: Adelir Meier. Advogado: Salazar Barreiros Júnior. Apelado: Lilian Tavares da Silva. Advogado: Lilian Tavares da Silva. Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

487º Processo 0822785-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00250072420108160001 Rescisão de Contrato. Apelante: Luiz Carlos de Souza. Advogado: Franz Hermann Nieuwenhoff Júnior. Apelado: Suzana Emanuela Barreto Araújo, Patricia Costa Mendonça. Advogado:

Silvio Carlos Korobinski. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

488º Processo 0822838-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00396550920108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Adriano Schafhauser. Advogado: Germano Laertes Neves, Kaio Murilo Silva Martins, José Heriberto Micheleto. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cintya Buch Melfi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

489º Processo 0822971-4 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00242722020088160014 Previdenciária. Apelante: M. P. . Advogado: Guilherme Régio Pegoraro, Aline de Paula Assis. Apelado: I. N. S. S. I. . Advogado: Lucas Alexandre Marcondes Amorese. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

490º Processo 0823411-7 Apelação Cível

Comarca: Guarapuava. Vara: Vara da Infância e da Juventude e Anexos. Ação Originária: 00072696920068160031 Declaratória. Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Wanderley do Carmo, Marina de Moura Leite. Apelado: Antonio Matias Loures. Advogado: Angelo Geraldo Bochenek, Jayme Abdanur. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

491º Processo 0823493-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Capanema. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00009623320118160061 Cominatória. Agravante: Sert Sindicato das Empresas de Rádiodifusão e Televisão do Estado do Paraná. Advogado: Gilson José dos Santos. Agravado: Associação Cultural e Ecológica de Planalto. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

492º Processo 0823994-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010400920088160004 Repetição de Indébito. Apelante (1): Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Luis Fernando da Silva Tambellini. Apelante (2): Paranaprevidência. Advogado: Venina Sabino da Silva e Damasceno. Apelado: Ailton Bastos, Alice de Paula Westphalen, Angelo Ramires Galego, Ariel Molinari Rocha, Benemary do Rocio Campos, Cinira de Jesus Freitas, Clair Marlene Rigotto, Clarisse Henrique de Oliveira Furtado, Edila de Almeida Selonk, Erony Zanardini Brustolin, Francisco Boscardim Netto, Geni Wilmer, Herdi Fonseca, Ivode Esperidião Wollmann, Jorge Scaff, Liz Cristina Orreda, Maria da Graça Santos Sydney Fonseca, Maria Zielonka Orreda, Mauro de Moraes, Ormélio Westphalen, Roselvira de Campos Souza, Ruth Storrer Naico, Sofia Jacopette Fonseca, Valmor Machado, Vilson Inácio Dietrich. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

493º Processo 0824029-3 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00056745720088160001 Ação Monitória. Apelante: Cre Participações e Empreendimentos Ltda. Advogado: Fernando Augusto Sperb. Apelado: Alm Montagens Industriais Ltda. Advogado: Pedro Airton Soares de Camargo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

494º Processo 0824525-0 Apelação Cível

Comarca: Jaguapitã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001302220078160099 Embargos a Execução. Apelante: Claudinei Gregório Gomes. Advogado: Cassio Nagasawa Tanaka. Apelado: Rodrigo de Jesus. Advogado: Juliano Augusto de Souza Nogueira, Horácio Toledo Nogueira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

495º Processo 0824706-5 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00020101120118160131 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: José Paulino Carvalho. Advogado: Jociane Triches. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Joseane Catusso Lopes de Oliveira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

496º Processo 0824729-8 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00241370820088160014 Cobrança. Apelante: Laercio Francisco Alves. Advogado: Roberto Murawski Rabello, Amanda Coutinho Rabello. Apelado: Ezequiel Balbino dos Santos, Elcineia Barbosa de Souza dos Santos. Advogado: Adilson Vieira de Araújo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

497º Processo 0826072-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00169207020108160004 Embargos a Execução. Apelante: Dominica Rodrigues de Lima. Advogado: Maria Regina Discini. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Valiana Wargha Calliari, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

498º Processo 0826161-4 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00257419620118160014 Declaratória. Apelante: Unopar - União Norte do Paraná de Ensino Ltda. Advogado: Matheus Occulati de Castro. Apelado: Ana Olivia do Nascimento. Advogado: Marcos Vinícius Belasque. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

499º Processo 0827206-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00016149520098160004 Ordinária. Apelante: José Pedro de Magalhães Pimentel, Benedito Aristides do Valle, Antonio Sergio Mateus, Odirlei Batista dos Anjos, Daniel Caetano da Cruz. Advogado: Luciano Ricardo Hladczuk, Marco Aurélio Hladczuk. Apelado: Copel Distribuição Sa. Advogado: Luis Renato Martins de Almeida. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

500º Processo 0827813-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00629187020108160001 Previdenciária. Apelante: Iadviga Dranka (maior de 60 anos). Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza. Revisor: Des. Sérgio Arenhart

501º Processo 0828988-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00065977820118160001 Ação Monitória. Agravante: Manoel Antônio de Jesus, Elaine Andrade de Jesus. Advogado: Roberto Carlos Alves de Souza. Agravado: Alaíde Rosa Trentini, Augusto Antônio dos Santos. Advogado: Cristiane Maria Agnoletto, Julio Barbosa Lemes Filho. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

502º Processo 0829013-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Mallet. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00007391320098160106 Ordinária. Agravante: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Frontin. Advogado: Marco Aurélio Hladczuk. Agravado: Brasil Telecom Sa. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

503º Processo 0829064-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00103837620118160019 Alvara. Agravante: Adelaide Rodrigues Gastão, Keittiane Alvarina Gastão, Alisson Paulo Gastão. Advogado: Orlando Ribeiro. Agravado: Espólio Paulo Francisco Gastão. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

504º Processo 0829087-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00007258420108160044 Adjudicação Compulsória. Agravante: Adilson Aparecido dos Santos. Advogado: Valéria Cristina dos Santos, Ivo Alves de Andrade. Agravado: Frederico Konrad Filho, Maria Lucia Konrad, Cristiane Elisabete de Medeiros. Advogado: Edson Lopes de Deus, Joabi Martins. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

505º Processo 0829139-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00433737720118160001 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Timbó Empreendimentos Florestais S/a. Advogado: Henrique Gaede, Flávio Augusto Dumont Prado, Rilton Alexandre Guimarães. Agravado: Serflor Serviços Florestais Ltda.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

506º Processo 0829755-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00388554420118160001 Ordinária. Agravante: Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos. Advogado: Ulisses Cabral Bispo Ferreira, Lizete Rodrigues Feitosa. Agravado: Adriane de Assis Fischer Astori. Advogado: Gelson Arend, Letícia Nery Villa Stangler Arend. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

507º Processo 0830063-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00672680420108160001 Cautelar Inominada. Agravante: Adolfo Bertoldi. Advogado: Jean Mauricio de Silva Lobo, Eduardo Santiago Gonçalves da Silva, Marcos Aurélio Jesus dos Santos. Agravado: Monica Teixeira Demeterco, Clube Instituto de Beleza Ltda. Advogado: Benoît Scandelari Bussmann, Marina Talamini Zilli, Michelle Pinterich. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

508º Processo 0830261-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Laranjeiras do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 201000000174 Ação de Sonegados. Agravante: Ellen Cristhie Faé. Advogado: Antonio Carlos Koppe. Agravado: Fernando Rodrigues de Bairros. Advogado: Joanne Annine Venezia Mathias, Oksandro Osdival Gonçalves. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

509º Processo 0831716-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00475810720118160001 Declaratória. Agravante: Comópticos Comércio de Produtos Ópticos Ltda. Advogado: Ana Laura González Poittevin. Agravado: Optotal Hoya Ltda. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

510º Processo 0822539-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00123349620108160001 Cobrança. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Daniela Galvão da Silva Rego Abduche, Bernardo Guedes Ramina. Apelado: Ivone Darute Bora. Advogado: José Ari Matos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço

511º Processo 0822635-3 Apelação Cível

Comarca: Umuarama. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00034678820078160173 Previdenciária. Apelante: Instituto Nacional do

Seguro Social - INSS. Advogado: Menahem David Dansiger de Souza. Apelado (1): Claudinei dos Santos. Advogado: Luiz Carlos Fernandes Domingues, Rosemar Cristina Lorca Marques Valoni. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

512º Processo 0822924-5 Apelação Cível
Comarca: Realeza. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00007953820098160141 Adjudicação Compulsória. Apelante: Geraldo Aloísio Kerber. Advogado: Danieli Cristina Marcon. Apelado: Vivaldino de Almeida Veloso. Advogado: Pedro Moacir Cardoso Renner. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

513º Processo 0822952-9 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00061807820088160083 Previdenciária. Apelante: I. N. S. S. I. . Advogado: Rodrigo Matos Roriz. Apelado: P. K. . Advogado: Laércio Antonio Vicari. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

514º Processo 0823725-6 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00169875220088160021 Manutenção de Posse. Apelante: Mauro Akui. Advogado: Gustavo dos Santos Barddal Drummond. Apelado: Condomínio Residencial Torres de Lyon. Advogado: Silvio Luiz Rossi Kissula. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

515º Processo 0824190-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00018256520098160026 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Instituto de Aposentadoria e Pensões Campo Largo - Fapen. Advogado: Silvio Seguro. Apelado: Diva Travensoli Franco (maior de 60 anos). Advogado: Generoso Horning Martins. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço

516º Processo 0824635-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00593712220108160001 Previdenciária. Apelante: Dionisio Vergilio Ramos. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

517º Processo 0824777-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00060313720088160001 Obrigação de não Fazer. Apelante: Auto Center Morgan Ltda Me. Advogado: Edison Fogaça da Silva. Apelado: Morgan Manutenção de Veículos Ltda. Advogado: Geraldo Francisco Pomagerski, Nathascha Raphaela Pomagerski. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

518º Processo 0824797-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00620327120108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Gidasio Dias da Cruz. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cintya Buch Melfi. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

519º Processo 0825273-5 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00178409720098160030 Indenização. Apelante: Elisangela Pires Paredes. Advogado: Manoel Monteiro de Andrade. Apelado: Bradesco Vida e Previdência Sa. Advogado: Silvana Zavodini, José Fernando Vialle. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço

520º Processo 0825914-1 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00176056020098160021 Cobrança. Apelante: C Motter e Cia Ltda. Advogado: Antonio Carlos Silva Kuhn. Apelado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Advogado: Fernanda Ribeirete de Souza, Ciro Bruning. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço

521º Processo 0825966-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00058884820088160001 Ação de Cumprimento. Apelante: Jandira da Silva. Advogado: Raphaela Maia Russi Franco, Carolina Marcela Franciosi Bittencourt, Eduardo Motiejaus Juodis Stremel. Apelado: Brasil Telecom Sa. Advogado: Alexandre José Garcia de Souza, Fábio Henrique Garcia de Souza, Roberta Carvalho de Rosis. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

522º Processo 0826023-9 Apelação Cível
Comarca: Dois Vizinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00011030320088160079 Ação Monitória. Apelante: Geferson Luiz de Oliveira. Advogado: Adão Fernandes da Silva. Apelado: Insuagro Insumos Agrícolas Ltda. Advogado: Everton Mueller. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

523º Processo 0827423-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00021762120068160001 Previdenciária. Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cristina Mara Gudin dos Santos Tassini. Apelado: Waldir Konofal. Advogado: Marcelo Osternack Amaral, Realina Pereira Chaves Batistel. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

524º Processo 0827876-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00656900620108160001 Previdenciária. Apelante: Juraci Teffeha (maior de 60 anos). Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Márcia Cristina Sigwalt Valeixo. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

525º Processo 0828116-7 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00038003520088160131 Ordinária. Apelante (1): Alvino Gomes, Mariza Fatima Brusamarello, Nelson Jorge Wigert, Pedro de Almeida Lemes. Advogado: Aurino Muniz de Souza, Caroline Muniz de Souza, Solange Aparecida de Lima. Apelante (2): Brasil Telecom Sa. Advogado: Ana Tereza Palhares Basílio, Bruno Di Marino, Daniela Galvão da Silva Rego Abduche, Lidia Guimarães Cupello, Bernardo Guedes Ramina. Apelado (1): Brasil Telecom Sa. Advogado: Ana Tereza Palhares Basílio, Bruno Di Marino, Daniela Galvão da Silva Rego Abduche, Lidia Guimarães Cupello, Bernardo Guedes Ramina. Apelado (2): Alvino Gomes, Mariza Fatima Brusamarello, Nelson Jorge Wigert, Claudio Renato Ohlwiler, Gilza Maria Schmidt de Andrade Kreve, Miguel da Rocha Osorio, Nilson Jose de Marco, Francisco Putton (maior de 60 anos), Francisco Putton Filho, Pedro de Almeida Lemes. Advogado: Aurino Muniz de Souza, Caroline Muniz de Souza, Solange Aparecida de Lima. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

526º Processo 0828543-4 Agravo de Instrumento
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 200900001050 Reintegração de Posse. Agravante: Estado do Paraná.. Advogado: Fernanda Bernardo Gonçalves. Agravado: Alceu Lesnhak. Advogado: Richart Osni Fronczak. Interessado: Bruna Fedechen Gurski. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço

527º Processo 0829311-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200200010825 Execução de Sentença. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Annete Cristina de Andrade Gaio, Luis Fernando da Silva Tambellini, Carolina Villena Gini. Agravado: Juraci Maria da Silva. Advogado: Paulo Cortellini. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço

528º Processo 0829525-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200700001157 Ordinária. Agravante: Rajasthan Participações e Incorporações de Imóveis Ltda. Advogado: Marcos Mattioli, Lycia Maria Padilha Amaral. Agravado: Carmen Luzia Enes, Luiz Enes. Advogado: Giselle Facchin dos Santos, Rúbio Rogério Madureira de Souza, Rodrygo Leonardo Maciel. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço

529º Processo 0830109-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Bela Vista do Paraíso. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000235 Exibição de Documentos. Agravante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Bruno Di Marino, Joaquim Miró. Agravado: Jose Antonio Melhado. Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço

530º Processo 0830671-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00021783019998160035 Cobrança. Apelante: Cooperativa de Laticínios Curitiba Ltda. Advogado: Rene José Stupak. Apelado: Emil Gross, Carlos Elias Breda. Advogado: Gilvan Antonio Dal Pont. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço. Revisor: Des. Prestes Mattar

531º Processo 0830748-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00121051220118160031 Restituição. Agravante: Zuleika Haick Vitorassi. Advogado: Luciano Ribeiro Vitorassi. Agravado: Carteira de Previdência Complementar dos Escrivães Notários e Registradores - Conprevi. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Ana Lúcia Lourenço

532º Processo 0816310-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Goioerê. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00014614520118160084 Rescisão de Contrato. Agravante: Maria Aparecida

Gonçalves da Silva, Francisco Pereira da Silva. Advogado: Guilherme Vandresen. Agravado: Gildo dos Santos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar

533º Processo 0822352-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00044986720118160056 Rescisão de Contrato. Agravante: Ricari Engenharia Ltda.. Advogado: Demétrius Coelho Souza, Marília Barros Breda. Agravado: Ademir Batista dos Santos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar

534º Processo 0823052-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00076857920108160004 Repetição de Indébito. Apelante (1): Estado do Paraná. Advogado: Luis Fernando da Silva Tambellini, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelante (2): Robson Luiz da Silva Porto. Advogado: Milton Miró Vernalha Filho, Priscila Wallbach Silva, Naoto Yamasaki. Apelado (1): Robson Luiz da Silva Porto. Advogado: Milton Miró Vernalha Filho, Priscila Wallbach Silva, Naoto Yamasaki. Apelado (2): Estado do Paraná. Advogado: Luis Fernando da Silva Tambellini, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado (3): Paranaprevidência. Advogado: Antônio Roberto Monteiro de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar

535º Processo 0823228-2 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00048722320098160131 Ordinária. Apelante (1): Antonio Domingos Tramontin, Espólio de Edimo Belmiro Pastro, Jenoefa Irene Pastro (maior de 60 anos), Ézio Carlito Cervi, José Chicoski, Leocir Olivo Bernardi, Márcia Regina Dosciatti, Maria Lúcia Dangui Debastiani, Maria Teresinha Dianna Fachin, Nelson Rufatto Balbinotti, Olir Varnier. Advogado: Aurino Muniz de Souza, Caroline Muniz de Souza. Apelante (2): Brasil Telecom S/a. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Ana Tereza Palhares Basílio, Luiz Remy Merlin Muchinski, Bruno Di Marino, Joaquim Miró. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

536º Processo 0823261-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00011969420088160004 Ordinária. Apelante: Alanna Louise Wolf Wudarski. Advogado: Alessandro Ravazzani. Apelado (1): Estado do Paraná. Advogado: Luis Fernando da Silva Tambellini, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado (2): Paranaprevidência. Advogado: Renata Guerreiro Bastos de Oliveira. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

537º Processo 0823881-9 Apelação Cível
Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00050119720098160058 Ressarcimento. Apelante (1): Lucimery Domingues Lima. Advogado: Gilda Nunes de Andrade. Apelante (2): Iesde Brasil Sa. Advogado: Kleber Veltrini Tozzi, Diogo de Araújo Lima, Cristiane de Oliveira Azim Nogueira. Apelante (3): Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - Vizivali. Advogado: Marcos Odacir Aschidamini. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

538º Processo 0823894-6 Apelação Cível
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00081698120088160031 Indenização. Apelante: Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Advogado: Jeferson Luiz de Lima. Apelado: Idoir Lintovitich, Nivaldo Fonseca de Paula (maior de 60 anos), Leo Sieklickli, Zinaldo Iarenski, José Uchak (maior de 60 anos). Advogado: Ticiane Dalla Vecchia Cecon. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

539º Processo 0823918-1 Apelação Cível
Comarca: Morretes. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006323020098160118 Habilitação de Crédito. Apelante: Obara Miyamoto e Cia Ltda. Advogado: Emerson Corazza da Cruz, Fabiano Miyagima, Paulo Henrique Berehulka. Apelado: Opus Trading America do Sul Ltda. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

540º Processo 0824136-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00031156420078160001 Concessão de Benefício. Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Apelado: Marcos Aurélio Gonçalves da Cruz. Advogado: Luzia Aparecida Favetta. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

541º Processo 0824975-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059699420088160001 Obrigação de Fazer. Apelante: Adilson Cesar Veiga Rosa Segundo. Advogado: Pablo Adriano de Paula. Apelado: Daniela Pinto Fadel. Advogado: Edson Gonsalves Araújo, Fabrício Verdolin de Carvalho. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

542º Processo 0825069-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00593703720108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Eloir Augusto Boschco. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Márcia Cristina Sigwalt Valeixo. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

543º Processo 0825143-2 Apelação Cível
Comarca: Jaguariaíva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002153920068160100 Previdenciária. Apelante: Eunice da Aparecida Martins. Advogado: Paulo Henrique Camargo Viveiros. Apelado (1): Município de Jaguariaíva. Advogado: Tania Maristela Munhoz. Apelado (2): Instituto de Previdência e Assistência Aos Servidores do Município de Jaguariaíva - Ipaspmj. Advogado: Kleberson Pimentel de Oliveira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

544º Processo 0825481-7 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00038038720088160131 Ordinária. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Daniel Andrade do Vale, Sérgio Roberto Vosgerau. Rec.Adesivo: Leocir Ramos Padilha, Natalina Terezinha Basso, Pedro Justino Maciolle, Severgnini e Burtett Ltda. Advogado: Aurino Muniz de Souza. Apelado (1): Leocir Ramos Padilha, Natalina Terezinha Basso, Pedro Justino Maciolle, Severgnini e Burtett Ltda. Advogado: Aurino Muniz de Souza. Apelado (2): Brasil Telecom Sa. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Daniel Andrade do Vale, Sérgio Roberto Vosgerau. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

545º Processo 0825692-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00070712020098160001 Cominatória. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Alexandre José Garcia de Souza, Fábio Henrique Garcia de Souza, Roberta Carvalho de Rosis. Apelado: Romeu Czoupinski. Advogado: José Ari Matos, Ivair Junglos. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

546º Processo 0826106-3 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00175744020098160021 Ordinária. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Luiz Remy Merlin Muchinski, Bruno Di Marino, Daniela Galvão da Silva Rego Abduche. Apelado: Marilei Burtuli da Silva. Advogado: Adriana Vieira Bernardino. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

547º Processo 0827439-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00641311420108160001 Previdenciária. Apelante: João Ribas. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss. Advogado: Cristina Mara Gudin dos Santos Tassini. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

548º Processo 0827473-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00086544020098160001 Acidente do Trabalho. Apelante (1): Osmirto Pereira. Advogado: Islei Cezar Dominguez. Apelante (2): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cristina Mara Gudin dos Santos Tassini. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

549º Processo 0827786-5 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00049147220098160131 Exibição de Documentos. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Ana Tereza Palhares Basílio, Bernardo Guedes Ramina. Apelado: Aurino Muniz de Souza, Gilberto Bonatto (maior de 60 anos), Herondina Barcelos de Araujo (maior de 60 anos), Espólio de Idalvina Cristófoli da Silva, João Maria da Silva (maior de 60 anos), Maria de Lourdes Lusia (maior de 60 anos), Leonorio Pansera (maior de 60 anos), Rodrigo Felipe Simon, Paulo José Bittencourt, Serena Kolling (maior de 60 anos). Advogado: Aurino Muniz de Souza, Caroline Muniz de Souza. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar. Revisor: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

550º Processo 0828496-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00243634720118160001 Medida Cautelar. Agravante: Interforma Construções Ltda.. Advogado: Mário Augusto Batista de Souza. Agravado: Ana Elsie Pellegrini. Advogado: Anisio dos Santos, Beatriz Seidel Casagrande. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar

551º Processo 0828579-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Mallet. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001364220068160106 Execução por Quantia Certa. Agravante: Silvio Estanislau Kozera. Advogado: Firmino de Paula Santos Lima. Agravado: Cereagro Sa. Advogado: Luiz Pedro Succo, GIOVANI SUCCO. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar

552º Processo 0829359-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00156084420118160030 Indenização. Agravante: Sebastião Aparecido da Cruz. Advogado: Gilnei Ricardo Eidt, Kelly Marina de Campos. Agravado: Sonicar Automóveis. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar

553º Processo 0829484-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 00095459020118160001 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Uce - União Catarinense de Educação. Advogado: Marta Patricia Bonk, Vanessa Benato Cardoso. Agravado: Gilson Mitsuru Hara. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar

554º Processo 0830056-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00006746120118160069 Ordinária. Agravante: Brasil Telecom S.a.. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Bruno Di Marino, Daniela Galvão da Silva Rego Abduche. Agravado: Adenilson José de Almeida, Celso Alberto Pinzeta, Edson Bersani, Idemar Greco, Luiz Bonilha,

Marcos Bueno Franco, Margarida Alves Amorim. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar

555º Processo 0830184-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00100576820108160014 Reintegração de Posse C/c Resc. Contrato. Agravante: Artenge Construções Civis Ltda.. Advogado: Marco Aurélio Grespan, Marco Antonio Tillvitz. Agravado: Gislaine Andrade Meneguelli da Silva. Advogado: Alvino Aparecido Filho, Victor Matheus Aparecido Lissi. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar

556º Processo 0830206-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00277887320118160004 Ordinária. Agravante: Adilson Aparecido da Silva, Luiz Henrique Pombo do Nascimento, Eliezer Andressen Ribeiro, Cleverson de Moura, Amauri das Neves, Claudinei Mariano, Adir Antonio Blanc, Rui Barbosa, Julio Cesar de Lara Teixeira, Silvestre da Cruz, Sidnei Machado, Alfredo Raphael Sulek, Aline Aparecida de Lima Ribeiro, Ana Paula de Oliveira, Arnoldo Jose Lauandoski, Eldenicio Boeing de Oliveira, Esther de Oliveira Bardonca Bernegozzi, Jandira Eschionato, Julian Massao Berg, Juliano Alberti, Luis Fernando de Macedo, Nelson Wiemers, Pabliano Jefferson Ribeiro, Rodrigo Rigoni Propst, Tito Rodrigues, Uilton Giovanni Machado, Valmir Uhdre, Wagner Jordan, Willliam Ramos, Willian Carlo de Lara, Claudir Antonio de Souza, Anilton Alves, Jeronimo Nereu Sabino de Ramos, Eduardo de Paula Almeida, Valdevino Carneiro dos Santos, Ingrid Mary Teixeira, Helber Jeisan Matias, Edinaldo Batista da Fonseca, Francisco Otavio Ribaski, Aquiles Siqueira, José Carlos da Silva, Edson Luis Pereira, Pedro Cesar Becker, Osmar Francisco da Silva, José Aparecido Mendes de Oliveira, Luiz Carlos da Silveira, Samuel Cesar da Silva, Carlos José Alves, Julio Cezar Batista Teixeira, Evandro Mendes Trudes, William de Souza Uiliam, Anderson Vitalino da Silva, Carlos Alberto Pinheiro, Moacir Rodrigues, Claudemir Gonçalves, Alan Vassoler Lazaro, Rodrigo Gonçalves, Renata Valeria Fontana, Jaime Mudrei, Aumir Krizanoski, Devair Lavino Cabral, Marcos Adriano Braga, Fernando Balles Czarnesky, Marcos Roberto Derkacz, Marcos Robson da Silveira, Enelson Ramalho Rodrigues, Jeferson Luis S. Mackam, Virgilio João Arraes Júnior, Robson Marcelo Fernandes, Rodrigo Otavio Mena Barreto Pereira, Milton Isack Fadel Neto, James Adriano Lopes dos Santos, Daiane Cristina Batista, Alcino Oliveira Porto, Sady Rosa dos Santos, Jorge Luis de Oliveira Piraí, Michelle Saydelles de Lima, Andreia Luciane Ricardo, Polyana Ternes de Oliveira, Edilene Albers Moreira, Luciano Everton dos Passos, Ricardo Alexandre Siba, Edson José Schneider, Flavio Marcelo Siuta, Cleber de Camargo Azevedo, Moises Ricardo Scamotte, Udo Zacharias Groth, Alex da Silva, Sergio Rei Tacito Guimarães, Alessandro de Mattos, Alexandre Inácio dos Santos, Ademir Roberto Clemen, Diogo Moises Ferreira da Silveira, Jefferson Espirito Santo de Lucena, Osmar José Moreiro Lopes, Aluizio Ramos de Oliveira, Marcio Valerio Coutinho, Renildo Ferreira de Souza, Luciano Carlos Pereira, Francisco Silvio Lopes, Anderson Kologe, Luis Leandro Cruz Dias, Ronei Schiochet Sperfeld, Carlos Alberto Pinto, Davi Martins, Everaldo da Silveira Mariano, Marcos Canderlei Tkacz, Nelson Flauzino, Ailton Cassimiro dos Santos, Gilson Martin Kudlaviecz, Paulo Sérgio Côrrea dos Santos, Josias Bento do Amaral, Roberto Kologe, Anderson da Silveira, Eduardo Ukan, Marcos Taborda Ferreira, Anselmo Gonçalves dos Reis Oliveira, Jesse da Rosa, Marcelino Ricardo Montanari, Cristiano Quevedo, Arthur Waldemiro, Raphael Marcos Martins, Edson Paula Camargo, Jose Edenilson Valentim, Joao Marcelo Augusto Pereira, Marcos de Jesus Silva Rosa, Edmilton Pereira Braga, Edson Adriane Pereira, Francisco Carlos Brasil Soares. Advogado: Fernanda Silveira dos Santos, Emanuelle Silveira dos Santos Boscardin. Agravado: Paraná Previdência, Fazenda Pública do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar

557º Processo 0830566-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00252209320118160001 Ação Monitória. Agravante: Maurício Ferreira Siqueira. Advogado: Ewelyze Protasiewytch. Agravado: Alberto Edmundo Purim. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar

558º Processo 0831487-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00147122820118160021 Reintegração de Posse C/c Perdas e Danos. Agravante: Trans Sartoretto Ltda, Waldir Ricardo Sartoretto, Rafael Sartoretto. Advogado: Rodrigo Pagliarini Santos. Agravado: Traçado Transportes Ltda me. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Prestes Mattar

559º Processo 0819644-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Quedas do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200700000366 Anulação de Ato Jurídico. Agravante: Ricardo Kasanoski. Advogado: Elisângela Alonço dos Reis. Agravado: Vitório Roque Sczepanhak, Josete Sczepanhak. Advogado: Orildo de Souza, Éverton Bernardi. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

560º Processo 0822453-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00641147520108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Jeferson Luiz Trossini. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cristina Mara Gudin dos Santos Tassini. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

561º Processo 0822710-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010473520078160004 Embargos a Execução. Apelante: Paranaprevidência. Advogado: Andréa Cristine Arcego, Alessandra Gaspar Berger, Andréa Cristine Arcego. Apelado: Zaide Antônia Cazetta de Souza. Advogado: Jonas Borges. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

562º Processo 0822991-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00664400820108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Adelmo Maciel dos Santos. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Márcia Cristina Sigwalt Valeixo. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

563º Processo 0823054-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00479711120108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Cicero Lucio da Silva. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Márcia Cristina Sigwalt Valeixo. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

564º Processo 0823136-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00071457420098160001 Obrigação de Fazer. Apelante (1): Brasil Telecom Sa. Advogado: Alexandre José Garcia de Souza, Fábio Henrique Garcia de Souza, Roberta Carvalho de Rosis. Apelante (2): Sebastião Levino. Advogado: José Ari Matos. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

565º Processo 0823383-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00031112720078160001 Ordinária de Cobrança. Apelante (1): Yossan Comércio de Combustíveis Ltda. Advogado: Paulo Sérgio Nied, Guilherme Kloss Neto, Ricardo Hildebrand Seyboth. Apelante (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Fernando Wilson Rocha Maranhão, Andrea Caroline Marconatto Cury. Apelante (3): Luiz Arthur Gapski Pereira, Yossane Maciel Gapski Pereira. Advogado: Paulo Roberto Carneiro Pacenko, Nenetti Adelar Orzechowski. Apelado (1): Yossan Comércio de Combustíveis Ltda. Advogado: Paulo Sérgio Nied, Guilherme Kloss Neto, Ricardo Hildebrand Seyboth. Apelado (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Fernando Wilson Rocha Maranhão, Andrea Caroline Marconatto Cury. Apelado (3): Luiz Arthur Gapski Pereira, Yossane Maciel Gapski Pereira. Advogado: Paulo Roberto Carneiro Pacenko, Nenetti Adelar Orzechowski. Interessado: Luiz Fernando Gapski Pereira, Meris Terezinha Conte Hansen Pereira. Advogado: Fernando Kaminski de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

566º Processo 0823865-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00620170520108160001 Previdenciária. Apelante: Carlos Alberto Soares. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

567º Processo 0824173-6 Apelação Cível

Comarca: Mandaguari. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010027020088160109 Acidente do Trabalho. Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: William Fracalossi. Apelado: Emerson Silva Franco. Advogado: Cláudia Andréia Tortola. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

568º Processo 0824322-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00035018920108160001 Ação Monitória. Apelante: Marcio Leiria dos Reis. Advogado: Dinor da Silva Lima Júnior. Apelado: Cassol Materiais de Construção Ltda. Advogado: Carlos Eduardo Faisca Nahas, Diogo Guedert. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

569º Processo 0824528-1 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00116710220108160017 Cobrança. Apelante: Antonia Eunice Rocco. Advogado: Valdir Rogério Zonta. Apelado: Real Previdência e Seguros Sa. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

570º Processo 0824968-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00000978419978160001 Rescisão de Contrato. Apelante (1): Maria Cristina da Silva. Advogado: Afonso Proenço Branco Filho. Apelante (2): Irineu Antunes Filho, Marizia M de Camargo Antunes. Advogado: Fernando Augusto Sperb, Heloise Maria Hilu Presiazniuk. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

571º Processo 0825071-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00641164520108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Rubem Antonio Bilibio. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cristina Mara Gudin dos Santos Tassini. Apelado

(2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

572º Processo 0825343-2 Apelação Cível
Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00002251620068160090 Previdenciária. Apelante: José Nunes (maior de 60 anos). Advogado: Fábio Pupo de Moraes. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Michel Fegury Junior. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

573º Processo 0826110-7 Apelação Cível
Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00042616220108160090 Embargos a Execução. Apelante: Município de Ibiporã. Advogado: João Paulo Rodrigues de Lima, Karina Ayumi Tanno. Apelado: Espólio de Edivaldo Torres Guimarães. Advogado: Polyane de Nobi, Irma Sueli Oricolli. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

574º Processo 0826268-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00008233420068160004 Declaratória. Apelante (1): Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Marisa Leopoldina de Macedo Cruz Cordeiro. Apelante (2): Ubiraci Anacleto Gaviorno. Advogado: Rosi Mary Martelli. Apelante (3): Paranaprevidência. Advogado: Roger Oliveira Lopes. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

575º Processo 0826632-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00007904420068160004 Indenização. Apelante: Adelino Silvestre (maior de 60 anos), Ademir João Mussi, Airton Antonio de Assis, Alessandra Rodrigues Dias, Ana Cláudia Machado, Ana Paula Dagostin, Angela Maria Faccioli, Antonio Carlos de Aguiar Valente, Celso Ferrari, Daniela Correa Antunes, Geraldino Cláudio Vieira, Itamar Vendramel, Jaime Batista Cordeiro (maior de 60 anos), Jandyra Benedicto, João Batista de Siqueira, João Batista Gonçalves dos Santos (maior de 60 anos), José Valdemiro Cordeiro, Jorge Antonio de Souza, Juraci Dias (maior de 60 anos), Maria Archer Gonçalves (maior de 60 anos), Maria Terezinha Sartori Dalfre (maior de 60 anos), Marilene Ribeiro de Oliveira, Marisa Helena Maibon Moreira, Nair Ferreira, Nilton Valadão Vargas, Priscila Codagnone Ferreira, Regina Rossito de Mello (maior de 60 anos), Roberto Luiz S'antana, Sheila Maria Martins dos Santos, Sylvia Andrzejewski Massuchin, Teodoro Alves, Valdenir Ormeneze Zanini, Zelio Mesquita, Zeneide de Jesus Martins (maior de 60 anos). Advogado: Fuad Salim Naji, Haroldo Alves Ribeiro Junior, Guilherme Manna Rocha. Apelado (1): Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Vinícius Klein. Apelado (2): Paraná Previdencia. Advogado: Renata Guerreiro Bastos de Oliveira, Mauro Ribeiro Borges, Vívian Piovezan Scholz Tohmé. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha. Revisor: Des. Luiz Osorio Moraes Panza

576º Processo 0828307-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001447 Cautelar. Agravante: H. Silva Comércio de Materiais de Construção Ltda.. Advogado: José Francisco Pereira, Sérgio Ricardo Meller, Rafael Victor Dacome. Agravado: Maringá Lixo Zero Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

577º Processo 0828308-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00024628020108160058 Execução para Entrega de Coisa Incerta. Agravante: Luiz Marochio, Lenir Rodrigues Marochio. Advogado: Marcos Antonio de Oliveira Leandro, Luciano Francisco de Oliveira Leandro. Agravado: Coopermibra - Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil. Advogado: Tatiana Messias da Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

578º Processo 0828426-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000239 Ordinária. Agravante: Brasil Telecom S.a.. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Bruno Di Marino, Daniela Galvão da Silva Rego Abduche. Agravado: Anita Bresolin, Antonio Carlos Dellazari, João Eristeu Datsch, Job Belini, Jose Vieira Netto, Maria da Conceição Braco de Oliveira, Margarette Neurnberg, Pedrinha Maria Figueiredo Oliveira, Rosemeri Dotto Sotelo, Sebastião Aparecido de Oliveira. Advogado: Jairo Moura, Elcilene da Silva Rocha, Gelson João Sarolli. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

579º Processo 0828538-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00020690520108160108 Impugnação aos Benefícios de Assistência Judiciária. Agravante: Gilmar Cadamuro. Advogado: Luciano Henrique de Souza Garbim. Agravado: Marcela Cantagali, Neide Cantagali. Advogado: Paulo Roberto Leonel Felipe, Luiz Eduardo Volpato. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

580º Processo 0828642-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00210644220108160019 Impugnação aos Benefícios de Assistência Judiciária. Agravante: Heliana Vieira de Almeida. Advogado: Carlos Roberto Tavarnaro, Solange Thomé. Agravado: Mirian de Fátima Kunan Stremel, Nadir Stremel Junior. Advogado: Garleti Pereira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

581º Processo 0829178-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Santa Fé. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00009098320118160180 Acidente do Trabalho. Agravante: Maria Rosa dos Santos Fabiano. Advogado: Horácio Toledo Nogueira, Juliano Augusto de Souza Nogueira. Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

582º Processo 0829262-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 00239884620118160001 Ordinária. Agravante: Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos. Advogado: Ulisses Cabral Bispo Ferreira, Lizete Rodrigues Feitosa. Agravado: Moises Rafael Dallagnol. Advogado: Rafael Baggio Berbicz, Alfeu Cicarelli de Melo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

583º Processo 0829307-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00526704520108160001 Exibição de Documentos. Agravante: Beatriz Soares dos Santos. Advogado: José Ari Matos. Agravado: Brasil Telecom Sa. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

584º Processo 0829336-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 00493092020108160001 Ordinária. Agravante: Caixa de Previdência dos Funcionarios do Banco do Brasil. Advogado: Jorge Francisco Fagundes D'Avila, Fabrício Zir Bothomé. Agravado: Salomão Vieira Pamplona. Advogado: Elisa de Mattos Leão Prigol Grande, Fabiene Cristina Santana. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

585º Processo 0830093-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010384820108160043 Cobrança. Agravante: Frical Indústria e Comércio de Cal Ltda. Advogado: Debora Cristina de Gois Moreira. Agravado: Andersen Chemin. Advogado: Oscar Fleischfresser, Geraldo Cordeiro Neto. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

586º Processo 0830758-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00436257120118160004 Cobrança. Agravante: Anir José Gertrudes de Alcantara. Advogado: Andressa Rosa, Raquel Costa de Souza Magrin. Agravado: Estado do Paraná, Paraná Previdência. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

587º Processo 0831229-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 200800034235 Ação Monitória. Agravante: Sociedade Expoente de Ensino Superior S/c Ltda. Advogado: Manoela Lautert Caron. Agravado: Regiane Eleuza Barbosa Mayrhofer. Advogado: josé irineu dos santos junior. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

_____ 1ª Câmara Criminal _____

588º Processo 0821969-0 Apelação Crime
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00002111319998160014 Ação Penal. Apelante (1): Gildo de Almeida Cardoso. Def.Dativo: Marco Antônio Busto de Souza. Apelante (2): José Francisco de Souza. Advogado: Sebastião de Oliveira Cesar. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Ass.Acusação: Helena Evangelina Pereira Simão. Def.Dativo: Luciana do Carmo Neves. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce. Revisor: Des. Telmo Cherem

589º Processo 0822232-2 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Privativa do 1ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00033278820038160013 Ação Penal. Apelante: Heverton Rodrigues de Castro. Advogado: Fábio Teixeira, Fábio Henrique Ribeiro. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce. Revisor: Des. Telmo Cherem

590º Processo 0822266-8 Apelação Crime (det)
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00006027320078160050 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Hildebrando Batista Sal. Def.Dativo: João Carlos Ferreira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

591º Processo 0822656-2 Apelação Crime (det)
Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00036595020098160173 Ação Penal. Apelante: Welisson Fernandes da Silva. Advogado: Yuri Marcos dos Santos Silva. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Ass.Acusação: Mariana Sett Bergamo. Advogado: Elizabete Bergamo de Godoy. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

592º Processo 0823000-4 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Barracão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000717820078160052 Ação Penal. Recorrente: Dilson José Langner. Advogado: Ana Paula Verona. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

593º Processo 0823086-4 Apelação Crime
Comarca: Guaíra. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00006911720098160086 Ação Penal. Apelante: Wagner Santos de Lima (Réu

Preso). Advogado: Angelo Ozias Torres. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce. Revisor: Des. Telmo Cherem

594º Processo 0823542-7 Recurso de Agravo
Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00014443020118160077 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Fidelcino Gonçalves (Réu Preso). Advogado: Marcio Antonio Batista da Silva. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

595º Processo 0824140-7 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara da Auditoria da Justiça Militar. Ação Originária: 00165838820098160013 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado (1): Antônio José Machado. Advogado: Lilian Cristina Facchi Oliveira. Apelado (2): Getúlio Mota dos Santos. Advogado: Jefferson Augusto de Paula. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce. Revisor: Des. Telmo Cherem

596º Processo 0824282-0 Apelação Crime
Comarca: Nova Londrina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002134020058160121 Ação Penal. Apelante (1): José Ailton Cândido. Advogado: João Alves da Cruz. Apelante (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce. Revisor: Des. Telmo Cherem

597º Processo 0824361-6 Apelação Crime (det)
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00058051320068160030 Ação Penal. Apelante: Jefferson Gomes Karas. Advogado: Wagner de Oliveira Pires, JORGE ANTONIO KRIEGER RIBEIRO. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

598º Processo 0825100-7 Apelação Crime
Comarca: São Miguel do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000176819968160159 Ação Penal. Apelante: Jacinto Cabrero. Def.Dativo: Adalgir Carlos Comunello. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce. Revisor: Des. Telmo Cherem

599º Processo 0828914-3 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00063162620118160033 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Fabrício Luiz Weschenfelder (advogado). Paciente: Leandro Ribeiro da Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

600º Processo 0829185-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Uraí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00018262020118160175 Pedido de Relaxamento de Prisão. Impetrante: Leonardo Lobo de Andrade Vianna (advogado). Paciente: Eliane Mazzarelo Guarda. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

601º Processo 0829295-7 Recurso de Agravo
Comarca: Ibaiti. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00025854820118160089 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Jair dos Santos da Silva. Advogado: Odair Batista de Oliveira. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

602º Processo 0829886-8 Habeas Corpus Crime
Comarca: Chopinzinho. Vara: Vara Crime, Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00023349320118160068 Pedido de Revogação de Prisão Preventiva. Impetrante: Auro Almeida Garcia (advogado). Paciente: Maicon Weber da Silva (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

603º Processo 0830168-2 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Palmital. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000033520098160125 Ação Penal. Recorrente: Beijamim da Silva, Valmir dos Santos. Advogado: Edson Zbierski Rocha. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

604º Processo 0830459-8 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Crime, Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00007204620118160038 Ação Penal. Recorrente: Aldir Rodrigues das Neves Junior (Réu Preso). Advogado: Claudir Dalla Costa. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

605º Processo 0831005-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00024804420088160035 Ação Penal. Impetrante: Rosilaine Aparecida Balbo Afonso (advogado). Paciente: Antonio Francisco do Nascimento. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

606º Processo 0831102-8 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00133678220118160035 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Ninanrose Carvalho (advogado). Paciente: Flávio Marcos da Silva (Réu Preso), Ronaldo Marcos da Silva (Réu Preso). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

607º Processo 0831136-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00044410920118160037 Pedido de Relaxamento de Prisão. Impetrante: Adam Prudenciano de Souza (advogado). Paciente: Edson Rodrigues Souza (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

608º Processo 0831343-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00009977120118160035 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Edson Adir da Cruz (advogado). Paciente: Marcos Ariel Krama (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce

609º Processo 0822528-3 Apelação Crime (det)
Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00002290820088160147 Ação Penal. Apelante: Antonio Prestes Ribas. Def.Dativo: Ozimo Costa Pereira. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

610º Processo 0822580-3 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Privativa do 2ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00061984720108160013 Ação Penal. Recorrente: Rogerio Isaias de Oliveira. Def.Público: Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

611º Processo 0823490-8 Apelação Crime
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00004460520108160075 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: César dos Santos Silva. Advogado: Raphael Dias Sampaio. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula. Revisor: Des. Jesus Sarrão

612º Processo 0823647-7 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Palmas. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000071119918160123 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Miguel Paes da Silva. Def.Dativo: Everton da Silva Rodrigues. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

613º Processo 0823655-9 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Iporã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000611520018160094 Ação Penal. Recorrente: Vanderlei Marcelino. Def.Dativo: Mario Santos Emerich. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

614º Processo 0823845-3 Apelação Crime
Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000717120058160077 Ação Penal. Apelante (1): Fábio Alves dos Santos (Réu Preso). Advogado: Wilton Silva Longo, Yuri Marcos dos Santos Silva, Alessandro Dorigon. Apelante (2): Ricardo Souza e Silva. Advogado: Wilton Silva Longo. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula. Revisor: Des. Jesus Sarrão

615º Processo 0824423-1 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00000109719998160021 Ação Penal. Recorrente: João Maria de Jesus Pereira. Advogado: Luis Carlos Simionato Júnior, Mônica Painka Pereira, Guilherme Mendes de Mattos. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

616º Processo 0824519-2 Apelação Crime (det)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Privativa do 2ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00001252220068160006 Ação Penal. Apelante: Edivaldo Alves dos Santos. Advogado: Marcelo Kintzel Graciano. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

617º Processo 0825056-4 Apelação Crime (det)
Comarca: Piraí do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002663720098160135 Ação Penal. Apelante: Jaimes Lemes da Silva. Advogado: Rolandi Horacio Dornelles Filho. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

618º Processo 0827177-6 Apelação Crime
Comarca: Sarandi. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000805619978160160 Ação Penal. Apelante: Aderson Gouveia. Def.Dativo: Hugo Tetto Junior. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula. Revisor: Des. Jesus Sarrão

619º Processo 0828297-7 Recurso em Sentido Estrito

Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00031972220098160035 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Guilherme Neves (Réu Preso). Advogado: Antonio Neiva de Macedo Filho. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

620º Processo 0829127-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00000441419958160021 Ação Penal. Impetrante: Ana Maria Annibelli Fernandes (advogado). Paciente: José Gilmar Capelim (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

621º Processo 0829436-8 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Privativa do 1ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00000393719958160006 Ação Penal. Recorrente: Sergio Carlos Giovannoni Slosaski. Def.Dativo: Jefferson Bueno Machado. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

622º Processo 0830046-1 Correição Parcial (Crime)
Comarca: Lapa. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00031359820118160103 Ação Penal. Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná. Requerido: Juiz de Direito da Comarca da Lapa - Vara Criminal. Interessado: Carlos Roberto Domingues. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

623º Processo 0830211-8 Habeas Corpus Crime
Comarca: Guarapuava. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00163454420118160031 Carta de Ordem. Impetrante: Bruno Adriano Ribeiro (em seu favor - réu preso). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

624º Processo 0830740-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00020864020108160173 Ação Penal. Impetrante: Ronaldo Camilo (advogado), Elichielli Gabrielli Perilis. Paciente: Patrick da Cruz Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

625º Processo 0831212-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Criminal. Ação Originária: 00078275320108160014 Ação Penal. Impetrante: Adolfo Luis de Souza Góis (advogado). Paciente: Sandra Regina Tavares de Oliveira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

626º Processo 0831481-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Inquéritos Policiais. Ação Originária: 00181638520118160013 Pedido de Prisão Preventiva. Impetrante: Valdemir Anselmo Pontes (advogado), Hélio Anjos Ortiz Neto (advogado). Paciente: Esmeralda da Luz de Souza (Réu Preso). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula

627º Processo 0822433-9 Apelação Crime (det)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara de Delitos de Trânsito. Ação Originária: 00018332320058160013 Ação Penal. Apelante: Aparecido Donizete Cardoso. Advogado: Dione Mara Souto da Rosa, César Antonio Aguilar Rios. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão

628º Processo 0822494-2 Apelação Crime (det)
Comarca: Colorado. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000634620048160072 Ação Penal. Apelante: Marcos Leandro Sperandio. Advogado: Danilo Andrigo Rocco. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão

629º Processo 0822496-6 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Curiuva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000027020048160078 Ação Penal. Recorrente: Ademir Rodrigues. Advogado: Francisco Carlos Ribeiro. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão

630º Processo 0823379-4 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00170221420108160030 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Thiago da Rosa Silveira de Avila. Advogado: Ademar Martins Montoro, Ademar Martins Montoro Filho. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão

631º Processo 0823876-8 Apelação Crime
Comarca: Siqueira Campos. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004397420098160163 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Cleberton Aparecido Maçaneiro da Silva (Réu Preso). Def.Dativo: Anderson Adalton da Silva, Muricy de Almeida Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão. Revisor: Des. Campos Marques

632º Processo 0824326-7 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00011893820098160014 Ação Penal. Recorrente (1): Dhavid Rodrigues Cardoso. Def.Dativo: Maria Claudia de Araujo Coimbra. Recorrente (2): Willian Jonathas dos Santos. Def.Dativo: Luiz Tavanaro Gaya. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão

633º Processo 0824853-9 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Privativa do 1ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00012853220048160013 Ação Penal. Apelante: José Borges Lisboa. Advogado: Silvana Denise Lobato. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão. Revisor: Des. Campos Marques

634º Processo 0824885-1 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Juizado Especial Cível e Criminal. Ação Originária: 00003118320058160037 Ação Penal. Apelante: André Pereira Lemos. Advogado: Walmir de Oliveira Lima Teixeira. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Ass.Acusação: Santina Peixe. Def.Dativo: Marcelo Couto de Cristo. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão. Revisor: Des. Campos Marques

635º Processo 0827254-8 Apelação Crime
Comarca: Apucarana. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00002839420058160044 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Genezio de Moraes. Advogado: Laércio dos Santos Luz. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão. Revisor: Des. Campos Marques

636º Processo 0827562-5 Desaforamento
Comarca: Tibagi. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004813720118160169 Petição. Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná. Requerido: Juiz de Direito da Comarca de Tibagi. Interessado: Valter Probst. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão

637º Processo 0828993-4 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Bela Vista do Paraíso. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006432620108160053 Ação Penal. Recorrente: Joel Vieira dos Santos, Lucineia Rodrigues da Silva. Advogado: Edson Pinheiro Gomes. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão

638º Processo 0829309-6 Apelação Crime
Comarca: Porecatu. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00001153120108160137 Ação Penal. Apelante: Natal Dionisio de Souza, Henrique Francisco Alves, Washington Pereira Martins. Advogado: Anderson Pinheiro Gomes. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão. Revisor: Des. Campos Marques

639º Processo 0829430-6 Apelação Crime
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00012144620038160019 Ação Penal. Apelante: Jéferson de Carvalho. Advogado: William Stremel Biscaia da Silva. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão. Revisor: Des. Campos Marques

640º Processo 0829465-9 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Privativa do 2ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00097332320068160013 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Jonathan Borges de Spindula (Réu Preso). Def.Dativo: Úrsula Boeng. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão

641º Processo 0829864-2 Habeas Corpus Crime
Comarca: Capitão Leônidas Marques. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000622820038160062 Ação Penal. Impetrante: Luciana Roberta da Silva. Paciente: Ademar Baloneker. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão

642º Processo 0829933-2 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Privativa do 1ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 00201933020108160013 Ação Penal. Recorrente: José Valdir da Silva (Réu Preso). Advogado: Mário Sérgio Rocha. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão

643º Processo 0830026-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Capitão Leônidas Marques. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000622820038160062 Ação Penal. Impetrante: Rubem Lauro de Melo (advogado), Anderson Mangini Armani (advogado). Paciente: Ademar Baloneker (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão

644º Processo 0831460-5 Habeas Corpus Crime
Comarca: Pato Branco. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00003566220068160131 Ação Penal. Impetrante: Eduardo Savarro (advogado). Paciente: José Luiz Ribeiro Antunes (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão

645º Processo 0820941-8 Apelação Crime
Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00051777520098160173 Ação Penal. Apelante: Hemerson da Silva (Réu Preso). Advogado: Luciano Gaioski. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Campos Marques. Revisor: Des. Macedo Pacheco

646º Processo 0821266-4 Recurso de Agravo
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 00156482620118160030 Pedido de Livramento Condicional. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Elisangela Lovera Borges (Réu Preso). Advogado: Jossimar Ioris. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

647º Processo 0822460-6 Apelação Crime (det)
Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00045570520078160021 Ação Penal. Apelante: João da Silva. Advogado: Fernando

Centeno de Campos. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

648º Processo 0822610-6 Apelação Crime (det)
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00010011620088160035 Ação Penal. Apelante: Ezequias Gomes do Nascimento Junior. Advogado: Rafael Guedes de Castro, Caio Marcelo Cordeiro Antonietto. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

649º Processo 0823231-9 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00005772020098160170 Ação Penal. Recorrente: Salvador Inacio de Lima. Advogado: Jomah Hussein Ali Mohd Rabah. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

650º Processo 0823309-2 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000324319998160026 Ação Penal. Recorrente: Divail Jose Batista. Def.Dativo: Pedro Barausse Neto. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

651º Processo 0828740-3 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000511720078160043 Ação Penal. Recorrente: Julio Cesar Carreira. Def.Dativo: Fabrício de Souza. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

652º Processo 0829031-3 Habeas Corpus Crime
Comarca: Engenheiro Beltrão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006189220118160080 Pedido de Revogação de Prisão Preventiva. Impetrante: Ilza Kayade Okada (advogado). Paciente: Alexandro Marques (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

653º Processo 0829306-5 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00057259720098160174 Ação Penal. Recorrente: Luiz Claudio Chastalo. Advogado: Hélio de Macedo Kruljac. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

654º Processo 0829791-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00058269520118160035 Ação Penal. Impetrante: Adilson José da Rocha (advogado). Paciente: Francisco Luiz Maia de Lima (Réu Preso). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

655º Processo 0830041-6 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Palmeira. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000627519998160124 Ação Penal. Recorrente: Jamir Jurchaks. Advogado: Airton Vida. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

656º Processo 0830284-1 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00000676419988160017 Ação Penal. Recorrente: Claudemir Mendes. Advogado: Israel Batista de Moura, Aristóteles Rondon Gomes Pereira, Rodolfo Menengoti Gonçalves Ribeiro, Renata Fabrizia de Moura Bouguson. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

657º Processo 0830350-0 Habeas Corpus Crime
Comarca: Medianeira. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00018944720118160117 Execução de Pena. Impetrante: Edson Gonçalves (advogado), Alexandre Rodrigo Mazzetto (advogado). Paciente: Maria Doralice Stempniak da Silva (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

658º Processo 0830453-6 Apelação Crime
Comarca: Arapoti. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000511720088160161 Ação Penal. Apelante: Ilda Amelia Aparecida Santos de Oliveira (Réu Preso). Def.Dativo: Rafael Guedes de Castro, Caio Marcelo Cordeiro Antonietto. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Campos Marques. Revisor: Des. Macedo Pacheco

659º Processo 0830747-3 Habeas Corpus Crime
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00824768620108160014 Ação Penal. Impetrante: José Carlos da Silva (em seu favor - réu preso). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

660º Processo 0831298-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Inquéritos Policiais. Ação Originária: 00152702420118160013 Pedido de Prisão Temporária. Impetrante: Janaina Theulen Zagonel (advogado). Paciente: Silvio Roberto Rodrigues da Cruz (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

661º Processo 0831381-9 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Reserva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000016519968160143 Ação Penal. Recorrente: Francisco de Souza Martins. Advogado: Orlando Ribeiro. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Campos Marques

662º Processo 0821059-9 Correição Parcial (Crime)
Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00074644920118160170 Ação Penal. Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná. Requerido: Juiz de Direito da Comarca de Toledo 2ª Vara Criminal. Interessado: Lourival Fagundes de Lima, Justiça Pública. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

663º Processo 0822447-3 Apelação Crime (det)
Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00018323620098160130 Ação Penal. Apelante: Adriano da Silva. Def.Público: Cesar Augusto Rossato Gomes. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

664º Processo 0822584-1 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00009169419988160030 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Daniel dos Santos Araujo. Def.Dativo: Mauricio Machado Fernandes. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

665º Processo 0823046-0 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Apucarana. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00023627520078160044 Ação Penal. Recorrente: Jose Ilton de Castro. Advogado: Danilo Lemos Freire, Paulo Roberto Kawashima Carvalho, Thiago Fernando Gregório. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

666º Processo 0823159-2 Apelação Crime (det)
Comarca: Centenário do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000073120048160066 Ação Penal. Apelante: João Jaime Marson. Advogado: Edmilson Luiz Sérgio Bonache. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

667º Processo 0823173-2 Apelação Crime (det)
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00042387220098160019 Ação Penal. Apelante: João Ricardo Copla. Def.Dativo: Fábio Murari Vieira. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

668º Processo 0823254-2 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00000179020028160019 Ação Penal. Recorrente: Ivanerei Dias. Advogado: Decio Franco David. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco. Revisor: Des. Oto Luiz Sponholz

669º Processo 0823806-6 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00031353120088160030 Ação Penal. Recorrente: Elias Nogueira. Advogado: Justo Alfredo Ayala. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

670º Processo 0823822-0 Apelação Crime
Comarca: São Miguel do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006355620098160159 Ação Penal. Apelante: Joelson de Ramos. Def.Dativo: Daniella Silvane Sereni. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco. Revisor: Des. Oto Luiz Sponholz

671º Processo 0823827-5 Recurso de Agravo
Comarca: Guarapuava. Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 00173539020108160031 Execução de Sentença. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: José Jair Maciel (Réu Preso). Advogado: Denise Paczkoski. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

672º Processo 0824373-6 Apelação Crime (det)
Comarca: Lapa. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00022748320098160103 Ação Penal. Apelante: Messias Delfino. Def.Dativo: Luiz Carlos Gemin. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

673º Processo 0825054-0 Apelação Crime (det)
Comarca: Chopinzinho. Vara: Vara Crime, Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00032514920108160068 Ação Penal. Apelante: Leocir da Silva Consorte. Advogado: Ronisa Biscoli. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

674º Processo 0829195-2 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Telêmaco Borba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00014607920098160165 Ação Penal. Recorrente: Dejalma Cristiano dos Santos (Réu Preso). Def.Dativo: Josias Dias de Camargo Filho. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

675º Processo 0829265-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00022071520118160147 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Sérgio Augusto Dutra Silveira da Costa (advogado), Rayana Rodrigues. Paciente: Josué de Godói (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

676º Processo 0830508-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Santa Fé. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00010933920118160180 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Leonardo Marques Faleiros (advogado). Paciente: Fernando da Silva Souza (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

677º Processo 0831097-2 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Cambé. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00028640720098160056 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Renan Rocha Otavio (Réu Preso). Def.Dativo: Willian Train Júnior. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

678º Processo 0831607-8 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Inquéritos Policiais. Ação Originária: 00103691320118160013 Pedido

de Revogação de Prisão Preventiva. Impetrante: Raquel Regina Bento Farah (advogado). Paciente: Felipe de Oliveira Souza. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

679º Processo 0831879-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00229703920118160017 Pedido de Revogação de Prisão Preventiva. Impetrante: Edmar José Chagas (advogado), Jose Luiz Ruzzon (advogado). Paciente: Alessandro Teixeira Caris (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Macedo Pacheco

_____ 2ª Câmara Criminal _____

680º Processo 0822809-3 Apelação Crime
Comarca: Pato Branco. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00000119620068160131 Ação Penal. Apelante: Joel Gonçalves. Def.Dativo: Ivan Miguel da Silva Ferraz. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Desª Lidia Maejima

681º Processo 0822839-1 Apelação Crime
Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000616020048160142 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Paulo Roberto de Almeida, Marcelo Borazo. Advogado: Pablo Milanese, Jorge Sebastião Filho. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Desª Lidia Maejima

682º Processo 0822912-5 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Crime, Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00006333220078160038 Ação Penal. Apelante: José Aparecido da Silva. Advogado: Alexandre Tomaschitz, Diego Antonio Cardoso de Almeida. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Desª Lidia Maejima

683º Processo 0823329-4 Apelação Crime
Comarca: São Miguel do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003081420098160159 Ação Penal. Apelante: Leonardo Cirilo da Silva. Advogado: Diogo Augusto Biato Neto. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Desª Lidia Maejima

684º Processo 0824726-7 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Londrina. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00297048320098160014 Apuração de Ato Infracional. Apelante: C. H. O. C. (Interno). Def.Público: Miriam Beluco. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

685º Processo 0824829-3 Apelação Crime (det)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Criminal. Ação Originária: 00226685620108160013 Ação Penal. Apelante: Pedro Wosniacki Filho. Def.Público: Vânia Maria Forlin. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

686º Processo 0825163-4 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00007026620088160026 Ação Penal. Apelante (1): Delaias da Silva Nogueira. Def.Público: José Francisco Cândido. Apelante (2): Adriano Aparecido dos Santos. Def.Dativo: Edson Gonçalves. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Desª Lidia Maejima

687º Processo 0828877-5 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Castro. Vara: Vara da Infância e Juventude, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial. Ação Originária: 00036941220108160064 Representação. Apelante: D. Q. M. (Adolescente). Advogado: Fábio José de Farias. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

688º Processo 0829929-8 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Pato Branco. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00054987120118160131 Representação. Apelante: R. P. (Interno). Def.Dativo: Jaqueline Luciane Sandri Kessler. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

689º Processo 0829968-5 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Santo Antônio do Sudoeste. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012699620118160154 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Dalton Elias de Souza (Réu Preso). Advogado: Sílvio Hemerson Guerra, Hemerson Siqueira e Silva. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

690º Processo 0830171-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Icaraíma. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200200000032 Ação Penal. Impetrante: Gilmar Rodrigues (em seu favor - réu preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

691º Processo 0831053-0 Habeas Corpus Crime
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 20110000771 Ação Penal. Impetrante: Roberto Brzezinski Neto. Advogado: Roberto Brzezinski Neto. Paciente: Cassio Henrique Stringari. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

692º Processo 0831901-1 Habeas Corpus Crime
Comarca: Sarandi. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00026060520118160160 Termo Circunstanciado. Impetrante: Maicon Donizete Lorenzeti Codonho da Silva (em seu favor - réu preso), Carla Rosana Codonho da Silva (em seu favor - réu preso). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

693º Processo 0810687-6 Apelação Crime
Comarca: Grandes Rios. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000034419988160085 Ação Penal. Apelante (1): Gilberto Antonio Ricieri. Advogado: Maurício de Oliveira Carneiro. Apelante (2): João Batista Ferreira. Advogado: José Douglas Pinilha Montoya. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima. Revisor: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski)

694º Processo 0822131-0 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00014778020058160028 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Jose de Oliveira Walter. Def.Dativo: Luís Rogério Garcia Baran. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima. Revisor: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski)

695º Processo 0822597-8 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000618820028160026 Ação Penal. Apelante: Joaquim Marçal da Silva. Advogado: Luiz Antonio Bertocco, Janizaro Garcia de Moura. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima. Revisor: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski)

696º Processo 0822601-7 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00011464920068160033 Ação Penal. Apelante: Everson Luis Perfete. Advogado: Rone Marcos Brandalize, Ronald Mayr Veiga Brandalize. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima. Revisor: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski)

697º Processo 0823203-5 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00043266520088160013 Ação Penal. Apelante: Paulo Casturino de Carvalho. Advogado: Debora Maria Cesar de Albuquerque. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima. Revisor: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski)

698º Processo 0825074-2 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Jacarezinho. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00003707220118160098 Representação. Apelante: G. Q. S. (Interno). Def.Dativo: Fabiana Christina Ferrari. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima

699º Processo 0828948-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00016349620118160075 Execução de Pena. Impetrante: João Gonçalves de Oliveira Júnior (advogado). Paciente: Edson Melo da Silva. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima

700º Processo 0829144-5 Apelação Crime
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00016437420058160170 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Evalsonir Ruzza. Advogado: Luciano Medeiros Pasa, Tadeu Karasek Junior. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima. Revisor: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski)

701º Processo 0829319-2 Habeas Corpus Crime
Comarca: Cândido de Abreu. Vara: Vara Única. Impetrante: Guilherme Ziegemann Seidel (advogado). Paciente: Clades Martinatto Santos. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima

702º Processo 0829332-5 Habeas Corpus Crime
Comarca: Cândido de Abreu. Vara: Vara Única. Impetrante: Guilherme Ziegemann Seidel (advogado). Paciente: Ademir Muniz da Silveira. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima

703º Processo 0829925-0 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00008521420118160003 Representação. Apelante: R. H. A. R. (Interno). Def.Público: Eleni Moraes Barros. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima

704º Processo 0829959-6 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Santo Antônio do Sudoeste. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012681420118160154 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Edvaldo Mengue. Advogado: Hemerson Siqueira e Silva, Sílvio Hemerson Guerra. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima

705º Processo 0830344-2 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00035518220118160033 Representação. Apelante: C. A. P. (Interno). Advogado: Antônio Pellizzetti, Rafael

Antônio Pellizzetti. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima

706º Processo 0831557-3 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00011233920118160030 Representação. Apelante: C. L. M. (Interno). Def.Dativo: Cleide Santos Chaves. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima

707º Processo 0821806-8 Apelação Crime
Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00006752720088160077 Ação Penal. Apelante: Valdir Cavalcante de Oliveira. Advogado: Fabio Cesar Luque dos Santos. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello. Revisor: Des. José Mauricio Pinto de Almeida

708º Processo 0822401-7 Apelação Crime (det)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara de Delitos de Trânsito. Ação Originária: 00034290320098160013 Ação Penal. Apelante: Matheus Thomas e Brandão. Advogado: Edilson Luiz Warmling Filho, Edilson Luiz Warmling. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello

709º Processo 0822702-9 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00036800220018160013 Ação Penal. Apelante: Izabel Indalêncio Araújo. Def.Dativo: André Ribeiro Giamberardino. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello. Revisor: Des. José Mauricio Pinto de Almeida

710º Processo 0823253-5 Apelação Crime
Comarca: Barracão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001156820058160052 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Warlei José Frizzo, Irceu Picini. Advogado: Fabiane Teresinha Savoldi. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello. Revisor: Des. José Mauricio Pinto de Almeida

711º Processo 0823257-3 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00016132320118160075 Representação. Apelante: H. R. X. (Interno), J. C. S. A. (Interno). Advogado: Jorge Paulo Melhem Haddad. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello

712º Processo 0823541-0 Apelação Crime
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00018261420088160017 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Tânia Favaro da Silva. Advogado: Rosana Rigonato Junqueira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello. Revisor: Des. José Mauricio Pinto de Almeida

713º Processo 0824928-1 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Criminal. Ação Originária: 00050111420048160013 Ação Penal. Apelante: Aristoteles Kochinski Smoralek, Leci Smolarek. Advogado: William Esperidião David. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello. Revisor: Des. José Mauricio Pinto de Almeida

714º Processo 0827802-4 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Criminal. Ação Originária: 00012206620068160013 Ação Penal. Apelante: Raimundo Francisco. Advogado: Emmanoel Aschidamini David. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello. Revisor: Des. José Mauricio Pinto de Almeida

715º Processo 0828803-5 Agravo de Instrumento - ECA
Comarca: Terra Boa. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00014717120108160166 Representação. Agravante: M. P. E. P. . Agravado: V. M. S. (Adolescente). Advogado: Maria Porcel Martins. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello

716º Processo 0828981-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Rio Negro. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00014164920118160146 Pedido de Relaxamento de Prisão. Impetrante: Vivian Regina Lazzaris (advogado). Paciente: Vanderlei Bacelar de Souza (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello

717º Processo 0829855-3 Habeas Corpus - ECA
Comarca: Londrina. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Impetrante: João Eugenio Fernandes de Oliveira (advogado). Paciente: L. F. S. (Interno). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello

718º Processo 0829915-4 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00008099020118160128 Representação. Apelante: E. J. S. (Interno). Advogado: Luis Carlos de Sousa. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello

719º Processo 0831586-4 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00145225720108160035 Ação Penal. Apelante (1): Marciel Angelo de Oliveira. Def.Dativo: José Rodrigues da Silva. Apelante (2): Diego Araujo Rocha (Réu Preso), Luciano dos Santos Bueno (Réu Preso). Advogado: Antonio Neiva de Macedo Filho. Apelante (3): Bruno Marciano de Andrade (Réu Preso). Advogado: Caio Marcelo Cordeiro Antonietto, Rafael Guedes de Castro. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello. Revisor: Des. José Mauricio Pinto de Almeida

720º Processo 0832056-5 Habeas Corpus Crime
Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00035749820088160173 Ação Penal. Impetrante: César Lourenço Soares Neto (advogado), Shalom Moreira Baltazar (advogado), André Gustavo Meyer Tolentino (advogado), Phillipe Moreira Baltazar (advogado). Paciente (1): Sabarálcool S/a, Açucar e Álcool - Pessoa Jurídica de Direito Privado (Representado(a)). Repr Proces: Ricardo Albuquerque Rezende. Paciente (2): Aldo Gobbo Junior, Celso Bertacin Damy. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello

721º Processo 0822344-7 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Criminal. Ação Originária: 00079742420068160013 Ação Penal. Apelante: Luiz Valdoil Silva dos Santos. Advogado: Darci Cândido de Paula. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo. Revisor: Des. Valter Ressel

722º Processo 0822476-4 Apelação Crime
Comarca: Guaíra. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000648120078160086 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Vilson Ornellas. Advogado: Lourenço Cesca. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo. Revisor: Des. Valter Ressel

723º Processo 0822949-2 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00035492820098160019 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Joir Dias de Souza. Advogado: Davi de Paula Quadros. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

724º Processo 0823507-8 Apelação Crime
Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00000125319998160058 Ação Penal. Apelante: Delmar José de Lima. Advogado: Irineu Chiqueto Junior, Washington Fragoso Veras. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo. Revisor: Des. Valter Ressel

725º Processo 0823732-1 Apelação Crime
Comarca: Irati. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001445720038160095 Ação Penal. Apelante: Claudinei Pereira da Silva. Def.Dativo: Jorge Vicente Sieciechowicz Neto. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo. Revisor: Des. Valter Ressel

726º Processo 0824337-0 Apelação Crime (det)
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00028391520088160028 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Mauren Fernanado Ost. Def.Dativo: Omar Campos da Silva Junior. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

727º Processo 0824720-5 Apelação Crime (det)
Comarca: Bela Vista do Paraíso. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000604620078160053 Ação Penal. Apelante: Joao Carlos Bavia Fernandes. Advogado: João Carlos Bavia Fernandes. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

728º Processo 0825984-3 Apelação Crime
Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000208920058160132 Ação Penal. Apelante: Florêncio Rodrigues Nunes. Advogado: Mariângela Cunha, José Luiz Gurgel. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo. Revisor: Des. Valter Ressel

729º Processo 0829689-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00217215320118160017 Ação Penal. Impetrante: Agnaldo Hudson Ferradoza da Silva (advogado). Paciente: Edmar Junior de Almeida (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

730º Processo 0829707-2 Habeas Corpus - ECA
Comarca: Porecatu. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00014660520118160137 Apuração de Ato Infracional. Impetrante: Anderson Pinheiro Gomes (advogado). Paciente: V. B. S. (Interno), G. H. A. S. (Interno). Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

731º Processo 0829919-2 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Crime, Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00000301720118160038 Representação. Apelante: J. R. B. L. (Interno). Advogado: Celia Mazzagardi. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

732º Processo 0830236-5 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00089085820118160028 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Elda Maria Zampoli Prestes (advogado). Paciente: Joaquim Gonçalves de Oliveira (Réu Preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

733º Processo 0822291-1 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 00016173320038160013 Ação Penal. Apelante: Ubirajara Marcos Cavalheiro. Advogado: Geraldo de Oliveira, Ivan Roberto Bassetti. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo
734º Processo 0822480-8 Apelação Crime
Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00036964820098160021 Ação Penal. Apelante: José Ricardo dos Santos, Roberto Silva dos Santos, Rodrigo da Silva Santos. Advogado: Aline Cristina Bond Reis, Sergio Bond Reis. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo
735º Processo 0822611-3 Apelação Crime
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00058281520088160021 Ação Penal. Apelante: Aroldo Simonetto Filho. Advogado: Edinéia Sicbneihler. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo
736º Processo 0823463-1 Apelação Crime
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00026416920088160030 Ação Penal. Apelante (1): Eliseu Augusto Gonçalves. Advogado: Maria das Dores Vilhalva dos Santos. Apelante (2): Jonas de Souza Dias. Def.Dativo: Rogério Irineu Ojeda. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo
737º Processo 0823536-9 Apelação Crime
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00012273220078160075 Ação Penal. Apelante: Florismal dos Santos, Valdinei Reis da Silva. Advogado: Carlos Roberto Ferreira, Mônica Ribeiro Bonesi, Michelle Pinheiro Gonçalves Silva. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo
738º Processo 0825456-4 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00028209320048160013 Ação Penal. Apelante: Rubens de Oliveira Araujo. Def.Dativo: Roosevelt Arraes. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo
739º Processo 0828437-1 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00036956520118160030 Representação. Apelante: E. S. R. (Interno). Advogado: José Henrique da Silva. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero
740º Processo 0829586-3 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00316657420108160030 Representação. Apelante: D. N. S. (Interno). Def.Dativo: Linda Brasão da Fonseca. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero
741º Processo 0829876-2 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Criminal. Ação Originária: 00016755520118160013 Ação Penal. Apelante: Daniel Furtado Squilino (Réu Preso). Advogado: Anderson Fernandes de Souza, Percy Goralewski. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo
742º Processo 0829906-5 Recurso de Apelação - ECA
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00212226420108160030 Representação. Apelante: J. M. W. (Interno). Def.Dativo: Linda Brasão da Fonseca. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero
743º Processo 0830583-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Assis Chateaubriand. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00003293720068160048 Ação Penal. Impetrante: Luiz Claudio Nunes Lourenço (advogado). Paciente: Davi Bezerra da Silva. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

_____ Órgão Especial _____

744º Processo 0830812-5 Queixa Crime (OE)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Querelante: Mauro Viotto. Advogado: Gabriela Roberta Silva. Querelado: Susana Broglia Feitosa de Lacerda. Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Desª Rosana Amara Girardi Fachin
745º Processo 0822946-1 Execução Fiscal (OE)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Exequente: Município de Londrina. Advogado: Ellen Patricia Chini. Executado: Estado do Paraná. Advogado: Marisa da Silva Sigulo, Liana Sarmento de Mello Quaresma, Sônia Regina Dias Barata da Costa Bispo, Bernadete Gomes de Souza, Cibelle Diana Mapelli Corral Bóia. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Des. Carlos Mansur Arida
746º Processo 0822946-1/01 Embargos à Execução (OE)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 8229461 Execução Fiscal. Embargante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Marisa da Silva Sigulo, Liana Sarmento de Mello Quaresma, Sônia Regina Dias Barata da Costa Bispo, Bernadete Gomes de Souza, Cibelle Diana Mapelli Corral Bóia. Embargado: Município de Londrina. Advogado: Ellen Patricia Chini. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Des. Carlos Mansur Arida
747º Processo 0826385-4 Mandado de Injunção (OE)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 199100008213 Lei. Impetrante: Francisco de Assis Bragantine. Advogado: Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Impetrado: Governador do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho
748º Processo 0831603-0 Mandado de Segurança (OE)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 201100000001 Edital. Impetrante: Carlos Guilherme Cavalcanti de Albuquerque. Advogado: Carlos Guilherme Cavalcanti de Albuquerque, Rafael Cavalcanti de Albuquerque. Impetrado: Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho
749º Processo 0701463-5/02 Incidente Decl Inconstitucionalidade(OE)
Comarca: Pitanga. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 7014635 Apelação Civel. Suscitante: 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessado: Município de Pitanga. Advogado: Rafael Delprá Panichella, Fernando Ciscato Bastos. Interessado: Vera Lúcia Cordeiro. Advogado: Rogério Danguy Cleto. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Des. Antônio Martelozzo
750º Processo 0830770-2 Ação Direta de Inconstitucionalidade
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 201000000335 Lei Municipal. Autor: Prefeito do Município de Janiópolis. Advogado: Oséias Andrade de Braga. Interessado: Câmara Municipal de Janiópolis. Curador: PGE Procuradoria Geral do Estado. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
751º Processo 0830155-5 Mandado de Segurança (OE)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 0109255955 Procedimento Administrativo. Impetrante: Orlando Pessuti. Advogado: Daniel Ferreira, Rodrigo Pironti Aguirre de Castro, Tanya Kristyane Kozicki, Fernando Paulo da Silva Maciel Filho. Impetrado: Governador do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite. Relator Convocado: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira
752º Processo 0825009-5 Suspensão de Tutela Antecipada
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00171165820118160019 Obrigação de Fazer. Requerente: Estado do Paraná. Advogado: Anne Caroline Cassou, Gerson Luiz Dechandt, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Fabiane Sant'ana de Oliveira. Advogado: Cleber Bornancin Costa, Jonas Borges. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Miguel Kfouri Neto
753º Processo 0825021-1 Suspensão de Tutela Antecipada
Comarca: Telêmaco Borba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00038582820118160165 Ordinária. Requerente: Estado do Paraná. Advogado: Anne Caroline Cassou, Gerson Luiz Dechandt, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná, Geisa Marjorie Martins. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Miguel Kfouri Neto
754º Processo 0830970-2 Suspensão de Liminar
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00016495420118160014 Mandado de Segurança. Requerente: Sercomtel Sa - Telecomunicações, Sercomtel Celular Sa, Internet By Sercomtel Sa. Advogado: Fábio César Teixeira, Carlos Alexandre Rodrigues, Paulo Roberto Pires. Interessado: Exclam Propaganda Ss. Advogado: Eduardo Gross, João Marcelo Pinto, Leandro Lovatto Carminatti. Interessado: Presidente da Comissão Especial de Licitação - Edital de Concorrência Conjunto 005/2010. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Miguel Kfouri Neto
755º Processo 0831261-2 Suspensão de Liminar
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00064550220118160025 Declaratória. Requerente: Estado do Paraná. Advogado: Ana Elisa Perez Souza, Izabella Maria Medeiros e Araújo Pinto, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Arogás Comércio de Combustíveis Ltda. Advogado: Laércio Alcântara dos Santos, Lucio Bagio Zanuto Junior. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Miguel Kfouri Neto
756º Processo 0831401-6 Suspensão de Tutela Antecipada
Comarca: Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 201000000171 Ação Civil Pública. Requerente: Estado do Paraná. Advogado: Claudia Picolo, Valiana Wargha Calliari, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 22/09/2011. Relator: Des. Miguel Kfouri Neto

757º Processo 0830786-0 Ação Direta de Inconstitucionalidade
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 201100010655 Lei Municipal. Autor: Prefeito do Município de Ponta Grossa. Advogado: Osires Geraldo Kapp, Dione Isabel Rocha Stephanes, Mauricéa de Lourdes Prohmann de Lima Parubocz, João Antônio Pimentel, Márcio Henrique Martins de Rezende, Márcio Ricardo Martins, Luiz Fernando Matias, Regina Fátima Wolochn, Sueli Maria Zdebski, Vanessa Ribas Vargas Guimarães, Vera Lucia Mosterio Demario, Zenaide da Silva Ferreira. Interessado: Câmara Municipal de Ponta Grossa. Curador: PGE Procuradoria Geral do Estado. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner
758º Processo 0830433-4 Mandado de Segurança (OE)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 0110762666 Protocolo. Impetrante: Amai - Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas do Estado do Paraná. Advogado: José Lagana, Alexandre Lagana, Simone Bueno de Miranda Lagana. Impetrado: Governador do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa
759º Processo 0826392-9 Mandado de Injunção (OE)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 199100000024 Lei. Impetrante: José Valdisir Gazzola. Advogado: Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Impetrado: Governador do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Des. José Augusto Gomes Aniceto

_____ 7ª Câmara Cível _____

760º Processo 0820072-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00003887120118160170 Declaratória. Agravante: Suimeat Comercio Atacadista de Carnes Ltda. Advogado: Róginer Augusto Marin. Agravado: Paramount Advisory Services. Advogado: Valmir Schreiner Maran, Anders Frank Schattenberg, Julio Assis Gehlen. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior
761º Processo 0823130-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00591893620108160001 Exibição de Documentos. Apelante: Elizandra Ferreira. Advogado: Luiz Salvador. Apelado: Serasa Centralizacao de Serviços dos Bancos SA. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior
762º Processo 0823196-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00050259220088160001 Ordinária. Apelante (1): Vilma Aparecida Barreto Borcatte. Advogado: Araripe Serpa Gomes Pereira, Roque Sebastião da Cruz. Apelante (2): Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - Fusan. Advogado: Sidnei Aparecido Cardoso, Douglas Pospiesz de Oliveira. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
763º Processo 0823607-3 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00086773520098160017 Cobrança de Honorários. Apelante: Tutomo Tanoue (maior de 60 anos). Advogado: Tutomo Tanoue. Apelado: Alethia Maria Antunes Mariano. Advogado: Sueli Antunes Caetano. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
764º Processo 0823795-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00641250720108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: A. J. A. . Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: I. N. S. S. I. . Advogado: Cintya Buch Melfi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
765º Processo 0824040-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00053638620108160004 Cobrança. Apelante: E. P. . Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Raul Alberto Dantas Junior, Valquiria Bassetti Prochmann. Apelado: S. L. P. . Advogado: José Roberto Martins, Charles Michel Lima Dias. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior
766º Processo 0824411-1 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00061937720088160083 Cobrança. Apelante: Idamara Pellegrini Pasqualotto Cardoso. Advogado: Idamara Pasqualotto. Apelado: Darci Fernandes. Advogado: Dejaime José Turin Filho. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
767º Processo 0824634-4 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00049025820098160131 Revisão de Contrato. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Daniela Galvão da Silva Rego Abduche, Fernanda Carvalho de Miéres. Apelado: Ednei Warmling, Janice Ana Scotton, Osmar Buligon, Sabina Albina Brusamarello (maior de 60 anos), Robilson Warmling, Marcos da Silva, Osmar Kolonetz, Vilmar Boligon (maior de 60 anos). Advogado: Aurino Muniz de Souza. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
768º Processo 0824839-9 Apelação Cível
Comarca: Palotina. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00004871820078160126 Ação Monitória. Apelante: Carlos Alberto Savegnago, Arlindo Savegnago, Paulo Cesar Savegnago. Advogado: Geraldo Francisco do Nascimento Sobrinho. Apelado: Ledo Mattia. Advogado: Leandro Pierezan, Milene Ana dos Santos Pozzer. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
769º Processo 0825262-2 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00038246320088160131 Embargos a Execução. Apelante: Gilberto Pereira. Advogado: Richart Osni Fronczak, Vitor Hugo Rankel, Vanessa Josiane Gruchowski. Apelado: M Guandalin & Cia Ltda. Advogado: Erlon Fernando Ceni de Oliveira, Hélder Vinícius Cardoso Costa. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior
770º Processo 0825270-4 Apelação Cível
Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00008466820098160167 Previdenciária. Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Fernando Menegueti Chaparro. Apelado: Luzia Aparecida Laureano de Araújo. Advogado: Osmar Araújo Soares. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
771º Processo 0825609-5 Apelação Cível
Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00023468520088160077 Ordinária. Apelante (1): Ozeias Pereira Dutra. Advogado: Gilberto Julio Sarmento. Apelante (2): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Carolina Barreira Lins. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
772º Processo 0826003-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00113535820108160004 Execução. Apelante: Maria das Graças Rosa. Advogado: Fernando Sampaio de Almeida Filho. Apelado: Paranaprevidencia Serviço Social Autônomo. Advogado: Rodrigo Marco Lopes de Sehli. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
773º Processo 0826262-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00629221020108160001 Previdenciária. Apelante: Gilson Paulo Correia. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cintya Buch Melfi. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
774º Processo 0828024-4 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00077630520088160017 Declaratória. Apelante (1): Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Pedro Rogério Pinheiro Zunta. Apelante (2): Paranaprevidencia Serviço Social Autônomo. Advogado: Antônio Roberto Monteiro de Oliveira, Mauro Ribeiro Borges. Rec.Adesivo: Ademir Carniel, Alessandro de Lucca e Braccini, Ana Cristina Jaeger Hintz, Ana Lúcia Falavigna, Antonio Agenor Denardi (maior de 60 anos), Antonio Gomes de Assumpção, Antonio Zotarelli, Benicio Alves de Abreu Filho, Cecilia Edna Mareze da Costa, Celso Luiz Cardoso (maior de 60 anos), Celso Vataru Nakamura, Clarice Luzia Salgueiro, Cláudio Stieltjes (maior de 60 anos), Cleber Santiago Alves. Advogado: Dalila Maria Cristina de Souza Paz. Apelado (1): Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Pedro Rogério Pinheiro Zunta. Apelado (2): Paranaprevidencia Serviço Social Autônomo. Advogado: Antônio Roberto Monteiro de Oliveira, Mauro Ribeiro Borges. Apelado (3): Ademir Carniel, Alessandro de Lucca e Braccini, Ana Cristina Jaeger Hintz, Ana Lúcia Falavigna, Antonio Agenor Denardi (maior de 60 anos), Antonio Gomes de Assumpção, Antonio Zotarelli, Benicio Alves de Abreu Filho, Cecilia Edna Mareze da Costa, Celso Luiz Cardoso (maior de 60 anos), Celso Vataru Nakamura, Clarice Luzia Salgueiro, Cláudio Stieltjes (maior de 60 anos), Cleber Santiago Alves. Advogado: Dalila Maria Cristina de Souza Paz. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
775º Processo 0828656-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00021649020098160004 Ordinária. Apelante: Assefacre - Associação dos Servidores da Secretaria da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado do Paraná. Advogado: Fuad Salim Naji. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: José Anacleto Abduch Santos, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior. Revisor: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
776º Processo 0829180-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200900001900 Obrigação de Fazer. Agravante: Fabricio dos Santos Restaurante, Lourival Ferreira Prudêncio. Advogado: Marly Borges Domingues, José Domingues. Agravado: Patrícia Ladiv Oliveira - Hotel e Consórcio Ccpr - Repar. Advogado: Luis Roberto Ahrens. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior
777º Processo 0829776-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00175946020118160021 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Associação Brasileira de Educação e Cultura - Abec (colégio Marista de Maringá). Advogado: Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Agravado: Joivan Alberto Pires, Ivani Aparecida Santos. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior
778º Processo 0830141-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Ortigueira. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000248 Obrigação de não Fazer. Agravante: Odilson Lirio More, Norival Antonio More. Advogado: Gabriel Jock Granado. Agravado: Companhia Paranaense de Energia - COPEL,

Instituto Ambiental do Paraná Iap. Advogado: Ivanês da Glória Mattos. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior

779º Processo 0830469-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 198700000831 Ordinária. Agravante: Antonio Ariél Geronasso, Terezinha do Pilar Rohn da Costa. Advogado: Osmann de Oliveira. Agravado: Paulo Haroldo Briani. Advogado: Luiz Carlos da Rocha, Andressa Jarletti Gonçalves de Oliveira. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior

780º Processo 0830642-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001703 Obrigação de Fazer. Agravante: Rosa Reni Muffato, Ederson Muffato, Everton Muffato, José Eduardo Muffato, Irmãos Muffato e Cia Ltda, Cerro Verde Transportes e Logística Sa, Televisão Londrina Ltda, Rádio e Televisão Tarobá Ltda. Advogado: Marcelo Marco Bertoldi, Ana Carolina Almeida Ribeiro, Fabio Leandro Tokars. Agravado: Hermínio Bento Vieira, Rosa Conceição Muffato Vieira, Muffato Hotel Ltda. Advogado: Alfredo de Assis Gonçalves Neto, Ricardo Hildebrand Seyboth, Roberto Wypych Junior. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior

781º Processo 0830902-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001617 Cumprimento de Sentença. Agravante: Sandra Cristina Ferreira Lopes. Advogado: Carlos Henrique Schiefer. Agravado: Royal Loteadora e Incorporadora S/s Ltda.. Advogado: Eduardo de França Ribeiro. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Antenor Demeterco Junior

782º Processo 0810701-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Rolândia. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025466820118160148 Ação Monitória. Agravante: Faculdade Paranaense Faccar. Advogado: Isaac José Altino, Marcos Rodrigues da Mata, Lino Massayuki Ito. Agravado: Loana Marrafon Rossaneis. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

783º Processo 0817299-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200400000255 Cumprimento de Sentença. Agravante: Acacio de Jesus Afonso Carneiro, Amnéris Prolo Tomazoni, Ana Graczcki Albani, Aniraldo Notte, Divair Terezinha Figueiredo Ribeiro, Elcio Tomazoni, Helio Gomes da Silva, Hilário Rhoden, Ione Burgel Morelatto, Jose Carlos dos Santos, Jose Lopes dos Santos, Leony Ribas Stahlschimidt, Lucia Bazzo, Nilza Cristina Vigano Marin, Pedro Kriger, Roque João Bocchese, Rosa Jarmut, Setembrino Luiz Bocchese, Tereza Pereira de Mello. Advogado: Rafael Pagliosa Corona, Luiz Antônio Corona, Sandro Roque Corona. Agravado (1): Paranaprevidência. Advogado: Andréa Cristine Arcego, Cassiano Luiz Iurk, Alessandra Gaspar Berger. Agravado (2): Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, André Gustavo Vallim Sartorelli. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

784º Processo 0819297-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00037024520118160131 Cominatória. Agravante: Ser Sindicato das Empresas de Radiofusão e Televisão do Estado do Paraná. Advogado: Gilson José dos Santos, Rúbia Mara Storti, Andreia Cristine Parsianello. Agravado: Associação Comunitária Cultural Zona Sul Liberdade Fm. Advogado: Francelise Camargo de Lima. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

785º Processo 0821509-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Mallet. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003591920118160106 Busca e Apreensão. Agravante: Julio Cesar Orchel. Advogado: Luis Sérgio Chemin. Agravado: Gelson Ferreira Soares. Advogado: Odenir Borges. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

786º Processo 0822369-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00044969720118160056 Rescisão de Contrato. Agravante: Ricari Engenharia Ltda.. Advogado: Demétrius Coelho Souza, Marília Barros Breda. Agravado: Gerson Agostinho Lopes. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

787º Processo 0822767-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00011882020088160004 Embargos a Execução. Apelante: Paulo Augusto Filho. Advogado: Jonas Borges. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Luis Fernando da Silva Tambellini. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

788º Processo 0822951-2 Apelação Cível
Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00017782220108160167 Previdenciária. Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Fábio Delmiro dos Santos. Apelado: Elizangela Aparecida Pereira. Advogado: Osmar Araújo Soares. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

789º Processo 0823001-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00629082620108160001 Previdenciária. Apelante: Celso Marcos Mertig. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

790º Processo 0823518-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Capanema. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00009692520118160061 Cominatória. Agravante: Sert Sindicato das Empresas de Rádiodifusão e Televisão do Estado do Paraná. Advogado: Gilson José dos Santos. Agravado: Associação Cultural Raízes. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

791º Processo 0823523-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Capanema. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00009614820118160061 Cominatória. Agravante: Sert Sindicato das Empresas de Rádiodifusão e Televisão do Estado do Paraná. Advogado: Gilson José dos Santos. Agravado: Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola D'oeste. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

792º Processo 0823798-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00656927320108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: José Antonio Moreira. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cintya Buch Melfi. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

793º Processo 0823905-4 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00143021020108160019 Obrigação de Fazer. Apelante: Atri Comercial Ltda. Advogado: André Luis Magagnin, Leopoldo Rocha Soares. Apelado: Grycamp Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Gianna Bach Malacarne. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

794º Processo 0824590-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00002405420038160004 Declaratória. Apelante: Dolores do Rosário França. Advogado: Sérgio José Lopes dos Santos Filho, Gil César Dantas Bruel, Luis Felipe Zafaneli Cubas. Apelado (1): Estado do Paraná. Advogado: Karina Locks Passos, Julio Cezar Zem Cardozo, Marco Antônio Lima Berberi. Apelado (2): Paranaprevidencia Serviço Social Autônomo. Advogado: Carlos Augusto Franzo Weinand, Daiane Maria Bissani. Apelado (3): Mario Ramos de França. Advogado: Harri Klais. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

795º Processo 0824948-3 Apelação Cível
Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00068677520088160044 Rescisão de Contrato. Apelante (1): João Manoel Florentino. Advogado: Camila Viale, Cássia Rocha Machado. Apelante (2): José Patrocínio da Silva. Advogado: Rubens Henrique de França, Vinícius Barneze. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

796º Processo 0825255-7 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00217583120078160014 Rescisão de Contrato. Apelante (1): Aline Alves Junqueira. Advogado: Cláudio Antonio de Paiva Simon. Apelante (2): Indústria e Comércio de Pré-moldados M.m Ltda, Jorge Luiz de Carvalho. Advogado: Alinor Elias Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Interessado: Philos Artefatos de Cimento Ltda - Me. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

797º Processo 0826037-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00620274920108160001 Previdenciária. Apelante: Santina da Silva. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

798º Processo 0827609-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00664383820108160001 Previdenciária. Apelante: Antonio Gomes dos Santos (maior de 60 anos). Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

799º Processo 0828765-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00479989120108160001 Previdenciária. Apelante: Pedro Meira de Souza (maior de 60 anos). Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

800º Processo 0828884-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200300002051 Cobrança. Agravante: Tereza Maria de Lima. Advogado: Franck Leonardo Leffler. Agravado: Nelci Nicolau. Advogado: Geraldo Manjinski Junior. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

801º Processo 0829628-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00154469720118160014 Exceção de Incompetência. Agravante: José Austáquio Elias. Advogado: Guilherme Régio Pegoraro, Carla Lecink Bernardi. Agravado: Ariston Quirino de Moraes. Advogado: Sandra Gomes da Silva. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

802º Processo 0829705-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00115691920108160004 Execução de Sentença. Apelante: Erotides Elza Grande (maior de 60 anos). Advogado: Maria Regina Discini. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Luis Fernando da Silva Tambellini, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

803º Processo 0830082-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 00636106920108160001 Ação Pauliana. Agravante: Jorge Miguel Azuz. Advogado: Jean Mauricio de Silva Lobo, Marcos Aurélio Jesus dos Santos, Eduardo Santiago Gonçalves da Silva. Agravado: Raul Baglioli Fiho, Gilda Barrozo Baglioli, Roberta Barrozo Bagloli, Renata Barrozo Baglioli. Advogado: Ivan de Azevedo Gubert, Valeria Suzana Ruiz. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

804º Processo 0830648-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00037024520118160131 Cominatória. Agravante: Associação Comunitária Cultural Zona Sul Liberdade Fm (Representado(a)). Advogado: Francelise Camargo de Lima. Agravado: O Sert - Sindicato das Empresas de Rádio Difusão e Televisão do Estado do Paraná. Advogado: Gilson José dos Santos. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes

805º Processo 0832050-3 Apelação Cível

Comarca: Guaratuba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00023517420088160088 Declaratória. Apelante: Marcelo Senek. Advogado: Silvio Otavio dos Santos Bonone. Apelado: Suely Maria Cordeiro Falce. Advogado: Cézar Denilson Machado de Souza. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guilherme Luiz Gomes. Revisor: Des. Luiz Antônio Barry

806º Processo 0822271-9 Apelação Cível

Comarca: Jandaia do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005194020038160101 Demarcatória. Apelante: José Francisco da Costa, Ana Maria Celerino da Costa. Advogado: Delvair Pavezi. Apelado: Benedito Sespede Benteo, Olívia de Rezende Sespede. Advogado: Jeferson Luiz Calderelli. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Revisor: Des. Antenor Demeterco Junior

807º Processo 0822548-5 Apelação Cível

Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00007363520108160167 Previdenciária. Apelante: Doralice Barros de Souza, Leonardo Roberto Barros Marçal (Representado(a)). Advogado: Claudineo Pedro de Mello. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Claudineo Pedro de Mello. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Revisor: Des. Antenor Demeterco Junior

808º Processo 0822689-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005286020048160038 Revisão de Contrato. Apelante: Claudete Alexandre. Advogado: Marcelo Ricardo de Souza Marcelino, Charles Miguel dos Santos Tavares, Alexandra Fistarol. Apelado: Empreendimentos Imobiliários Paraíso Ltda. Advogado: Silvio André Brambila Rodrigues, Marcela Pegoraro. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Revisor: Des. Antenor Demeterco Junior

809º Processo 0822696-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00055504020098160001 Ação de Cumprimento. Apelante: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad. Advogado: Ludovico Albino Savaris. Apelado: Acodecron - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Roncador. Advogado: Marco Antonio Barbosa. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Revisor: Des. Antenor Demeterco Junior

810º Processo 0822868-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00629204020108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Jeferson Bueno da Silva. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Márcia Cristina Sigwalt Valeixo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Revisor: Des. Antenor Demeterco Junior

811º Processo 0824156-5 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00242055520088160014 Previdenciária. Apelante: I. N. S. S. I. . Advogado: Lucas Alexandre Marcondes Amorese. Apelado: A. B. N. . Advogado: Emerson Miguel Wohlers de Mello, Irineu dos Santos Vainer. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt

812º Processo 0824353-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00011449720118160132 Ordinária. Agravante: João de Freitas Lima (maior de 60 anos). Advogado: Sidney Kendy Matsuguma, Ary Pascoal de Oliveira Junior. Agravado: Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein

813º Processo 0825139-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00031277820078160001 Revisão de Contrato. Apelante: Claudemir Moreira, Maria Helena Siqueira. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado: Piemonte Construções e Incorporações Ltda. Advogado: Marina Talamini Zilli, Tatiana Pechmann Scherer, Arthur Virmond de Lacerda Neto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Revisor: Des. Antenor Demeterco Junior

814º Processo 0826185-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00173372320108160004 Embargos a Execução. Apelante: Pedra Eni de Vargas. Advogado: Maria Regina Discini. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Luis Fernando da Silva Tambellini. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Revisor: Des. Antenor Demeterco Junior

815º Processo 0827306-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00011893920078160004 Declaratória. Apelante (1): Estado do Paraná. Advogado: Paulo Roberto Moreira Gomes Junior, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelante (2): Paranaprevidencia Serviço Social Autônomo. Advogado: Roxana Barleta Marchioratto, Samuel Torquato. Apelado: Dilma Pires de Oliveira (maior de 60 anos). Advogado: Emanuelle Carolina Baggio, Luiz Antônio Pereira Rodrigues, Caroline Cavagnari Tramujas, Marcus de Oliveira Salles Reis. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Revisor: Des. Antenor Demeterco Junior

816º Processo 0827995-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Bela Vista do Paraíso. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000288 Cautelar. Agravante: Brasil Telecom S/a. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Bruno Di Marino. Agravado: Alex Cesar Medeiros. Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt

817º Processo 0828311-2 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00242176920088160014 Ordinária de Cobrança. Apelante: Maria Hiroko Araki Inoue (maior de 60 anos), Pedro Issamu Aida, Pedro Kenkichi Itakura (maior de 60 anos), Pedro Noboru Bando (maior de 60 anos), Orlando Pinheiro Ferraz (maior de 60 anos), Regina Célia Bacon, Roque Estela (maior de 60 anos), Roselia Balotim de Mesquita Melo, Sonia Tereza Gonçalves Cândido. Advogado: Raul de Oliveira. Apelado: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ. Advogado: Carlos Alberto Alves Peixoto, Paulo Fernando Paz Alarcon. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Revisor: Des. Antenor Demeterco Junior

818º Processo 0829340-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 200600001118 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Agravante: Brasil Telecom S/a. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior, Rita de Cássia Correa de Vasconcelos. Agravado: Luiz Sergio Camargo. Advogado: Claiton Luis Bork. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt

819º Processo 0829526-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00116769620118160014 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Avp - Construtora e Incorporadora Ltda.. Advogado: André Luiz Giudicissi Cunha, Luiz Fellipe Preto, Marlos Luiz Bertoni. Agravado: Elizandro Marcos Pellin. Advogado: Elizandro Marcos Pellin. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt

820º Processo 0829531-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00262514220118160004 Cobrança. Agravante: Valdir de Córdova Bicudo. Advogado: Samuel Marques. Agravado: Estado do Paraná, Paranaprevidencia Serviço Social Autônomo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt

821º Processo 0829555-8 Apelação Cível

Comarca: Goioerê. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00017874420078160084 Previdenciária. Apelante: Fernando Lemes (maior de 60 anos). Advogado: João Luiz Spancerski, Rosemar Cristina Lorca Marques Valoni, Rosangela Giordano. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Ruth de Godoy Machado Nogara, Leonardo Rodarte de Almeida e Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Revisor: Des. Antenor Demeterco Junior

822º Processo 0830589-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00055717920108160001 Ordinária. Agravante: Brasil Telecom S.a.. Advogado: Bruno Di Marino, Daniela Galvão da Silva Rego Abduche, Bernardo Guedes Ramina. Agravado: Ana Lizete Bescorovaine, Antônio Alexandre Bescorovaine, Carlos Henrique Gobbo, Rosenaldo Bescorovaine, Solange Falcão Brandão Cortes Gobbo. Advogado: Mirella Pieroccini do Amaral. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein

823º Processo 0817474-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000054 Ação Monitória. Agravante: Rosmari de Assis. Advogado: Sérgio Sinhori, Pedro Sinhori. Agravado: Universidade Paranaense Unipar. Advogado: Lino Massayuki Ito, Marcos Rodrigues da Mata. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry

824º Processo 0822420-2 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00165780520058160014 Cobrança. Apelante: Abílio Medeiros Imóveis. Advogado: Marcos Leate, Juliana Pegoraro Bazzo, Ivan Ariovaldo Pegoraro. Apelado: Vânia Maria Chaves Gaiotto. Advogado: João Carlos de Oliveira Júnior. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

825º Processo 0822779-0 Apelação Cível

Comarca: Capanema. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00015625920088160061 Ordinária. Apelante: Maria Celene Giroto. Advogado: Geonir Edvard Fonseca Vincensi, Arni Deonildo Hall, Marcelo Bientinez Miró. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Rodrigo Matos Roriz. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

826º Processo 0823114-3 Apelação Cível e Reexame Necessário

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010664120078160004 Declaratória. Remetente: Juiz de Direito. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Luis Fernando da Silva Tambellini, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Mauro Gilberto dos Santos. Advogado: Alessandro Marcelo Moro Réboli, Luiz Otávio Góes. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

827º Processo 0823149-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00294925820108160004 Cobrança. Apelante: Cohab Cia de Habitacao Popular de Curitiba. Advogado: Hassan Sohn, Eduardo Garcia Branco, Luiz Antonio Pinto Santiago. Apelado: Conjunto Moradias Florentina. Advogado: Beatriz Schiebler. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry

828º Processo 0823163-6 Apelação Cível

Comarca: Guarapuava. Vara: Vara da Infância e da Juventude e Anexos. Ação Originária: 00086931520078160031 Acidente do Trabalho. Apelante: José Macena de Almeida (maior de 60 anos). Advogado: Edilberto Spricigo. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Marina de Moura Leite. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

829º Processo 0823583-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00656883620108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Edy Maria Pinto Carneiro Cassiano. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

830º Processo 0825060-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00664436020108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Adão Guimaraes Santos (maior de 60 anos). Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cristina Mara Gudin dos Santos Tassini. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

831º Processo 0825087-9 Apelação Cível

Comarca: Ortigueira. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006114720068160122 Rescisão de Contrato. Apelante: Douglas Santos do Carmo, Luciane Santos do Carmo, Thiago dos Santos do Carmo. Advogado: José Cláudio Fratoni. Apelado: Marcos Antonio, Daniella Krulewski Antonio. Advogado: Elise Gasparotto de Lima, Denis Okamura, Rafael Tadeo dos Santos. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

832º Processo 0825112-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00051372720098160001 Previdenciária. Apelante: Jonas Andre Caetano. Advogado: Humberto Tommasi, Juzana Maria Schmid Zequim. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cristina Mara Gudin dos Santos Tassini, Edson Luiz Martins. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

833º Processo 0825800-2 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00049069520098160131 Ordinária. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Bruno Di Marino, Nathalia Costa da Fonseca. Apelado: Ludovino Fabian Simionato, Noemi Brustolin, Plinio Fernando Ferrari, Antonio Cavali, Anaudi Benin, Dinacir do Rosario Capra (maior de 60 anos), Buzatto & Aquino Ltda, Scala Escritorio de Contabilidade Ltda. Advogado: Aurino Muniz de Souza, Caroline Muniz de Souza. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

834º Processo 0825932-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00001653420118160004 Embargos a Execução. Apelante: Daniele Maria da Rocha, Josiane Regina da Rocha dos Santos, Jocilene Nanci da Rocha, Jucelia Cassia da Rocha, Kelly Cruistina da Rocha, Espólio de Leonil Proma da Rocha. Advogado: Maria Regina Discini. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Luis Fernando da Silva Tambellini, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

835º Processo 0827922-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00324797620108160001 Ordinária. Agravante: Brasil Telecom S/a. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Bruno Di Marino, Daniela Galvão da Silva Rego Abduche. Agravado: Maria Goretti Dias Monserrat, Neurides Picinatto, Roberto Weis, Rudolf Neitzke, Sandro Ivaldo Varela, Sebastião Pereira Nunes, Severino Guarnieri, Silvino Coppini, Valdir Ribeiro de França, Eutimio Seregatti Filho. Advogado: Rodolpho Benvenutti Lima, Mário Krieger Neto. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry

836º Processo 0827969-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00067230220098160001 Exibição de Documentos. Apelante: Alfredo Molenda Filho, Alfredo Mühlstedt Neto (maior de 60 anos), Amf Equipamentos Gráficos Ltda, Andréia Lorena Santos Tavares Molenda, Darci Pedro Rossi Borguezani (maior de 60 anos), Grafitec Gráfica e Editora Ltda - Me, José Lucas Bonato, Marilva Inês Nichele Bonato, Nelson Pessuti, Quimagraf Indústria e Comércio de Material Grafico Ltda. Advogado: Darlan Rodrigues Bittencourt, Márcia Simone Sakagami Spitzner. Apelado: Brasil Telecom Sa. Advogado: Alexandre José Garcia de Souza, Roberta Carvalho de Rosis, Fábio Henrique Garcia de Souza. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

837º Processo 0829640-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00303843920118160001 Medida Cautelar. Agravante: Rodoparaná Implementos Rodoviarios Ltda.. Advogado: Valdemar Bernardo Jorge, Fernando Munhoz Requião. Agravado: Logística Rodomodal Ltda.. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry

838º Processo 0829810-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00718062820108160001 Resolução de Contrato. Agravante: Brasil Telecom S/a. Advogado: Joaquim Miró, Luiz Remy Merlin Muchinski, Bernardo Guedes Ramina. Agravado: Múltiplos Participações e Aquisições Ltda.. Advogado: Sérgio Roberto Vosgerau, Luis Felipe Cunha, João Luiz Scaramella Filho. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry

839º Processo 0829813-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00183716620118160014 Revisional. Agravante: Vva Espaço Construções Civis Ltda.. Advogado: Luís Fernando de Camargo Hasegawa, Emmanuel Casagrande. Agravado: Vanilso Martins. Advogado: Vania de Arruda Mendonca. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry

840º Processo 0829927-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 200000001111 Indenização. Agravante: Fotolaser Fotolitos Gráficos Ltda. Advogado: Mauro Eduardo Jaceguay Zamataro, Guilherme Luiz Gomes Junior. Agravado: What's On Editora Ltda. Advogado: Fabiano Binhara. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry

841º Processo 0830779-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 199700001158 Cobrança. Agravante: Companhia de Habitação Popular de Curitiba - Cohab Ct. Advogado: Eduardo Garcia Branco, Julianna Wirschum Silva, Dione Vanderlei Martins. Agravado: Conjunto Residencial Athenas I - Ii. Advogado: Marilza Matioski. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry

842º Processo 0831000-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001745 Prestação de Contas. Agravante: Intra Sa Corretora de Câmbio e Valores. Advogado: Rosana de Seabra Graça, Sandra Regina da Silva Carmo, Ana Carolina Marziona Rodrigues. Agravado: Leandro Jun Fujii. Advogado: Maurício de Oliveira Carneiro. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry

843º Processo 0822242-8 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00150434920078160021 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Joaquim Miró, Irapuan Zimmermann de Noronha, Maria Silvia Taddei. Apelado: Joel Penteado. Advogado: Cleber Haefliger, Rosemar Angelo Melo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

844º Processo 0822795-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00620291920108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Santo Bassi. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Márcia Cristina Sigwalt Valeixo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

845º Processo 0822806-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00173636820108160004 Embargos a Execução. Apelante: Themis de Araujo Gutierrez. Advogado: Maria Regina Discini. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Luis Fernando da Silva Tambellini, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

846º Processo 0823008-0 Apelação Cível

Comarca: Porecatu. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00014843620058160137 Previdenciária. Apelante: Terezinha Oliveira Vieira. Advogado: Elisângela Guimarães de Andrade, Renata Silva Brandão. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Elvis Gallera Garcia. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

847º Processo 0823147-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00339953420108160001 Exibição de Documentos. Apelante: Vivo Sa. Advogado: Carmen Glória Arriagada Andrioli, Priscila Camargo Pereira da Cunha. Apelado: Fernando da Silva Souza. Advogado: Júlio Cezar Engel dos Santos, Rafael de Lima Felcar. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

848º Processo 0823892-2 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00129257220088160019 Adjudicação Compulsória. Apelante: Adolfo Jose Reinecke. Advogado: Paulo Henrique Camargo Viveiros. Apelado: Cesar Fernando Pilatti, Espolio de Luiz Arnando Pilatti. Advogado: Cezar Fernando Pilatti. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

849º Processo 0824307-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00664375320108160001 Revisão E/ou Rest. de Pensão Previd.. Apelante: Benedito Aparecido Generoso. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

850º Processo 0825245-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00656866620108160001 Previdenciária. Apelante: Miguel Luiz Kosinski Junior. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss. Advogado: Luiz Eduardo Dluhosch. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

851º Processo 0825386-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00010162920048160001 Indenização. Apelante (1): Jones Pereira da Cruz. Advogado: Henderson Vilas Boas Baraniuk, Tomaz da Conceição. Apelante (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Otavio Augusto Samuel Patzsch. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira

852º Processo 0825430-0 Apelação Cível

Comarca: Capitão Leônidas Marques. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00009514020078160062 Previdenciária. Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Daniela de Angelis, Victor Nunes Carvalho, Adelson Antonio Pinheiro. Apelado: João Gatti. Advogado: Salete Zanon Perin, Carlos Walter Moreira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

853º Processo 0825647-5 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00182205020098160021 Imissão de Posse. Apelante: Eliane Marques dos Santos Moresco. Advogado: Oscar João Mugnol, Juliana Mugnol. Apelado: Vera Lúcia dos Santos, Elizana Marques dos Santos, Manoel José Claro. Advogado: Aysla Lovisi Oliveira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

854º Processo 0825699-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00012453820088160004 Ordinária. Apelante: Associação Rodoviária do Paraná - Arp. Advogado: Sergio Ney Cuéllar Tramujas, Leilane Trevisan Moraes. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, José Anacleto Abduch Santos. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

855º Processo 0827195-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00071933320098160001 Acidente do Trabalho. Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Márcia Cristina Sigwalt Valeixo. Apelado: Filomena Taiete. Advogado: Romildo Nunes Ferreira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

856º Processo 0827771-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Bela Vista do Paraíso. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000276 Exibição de Documentos. Agravante: Brasil Telecom S.a.. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Bruno Di Marino, João Augusto Basilio. Agravado: João Angelo Luppi. Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani

857º Processo 0827877-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 00664358320108160001 Previdenciária. Apelante: Cidrak Wlias Carneiro (maior de 60 anos). Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Apelado (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Cintya Buch Melfi. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

858º Processo 0828021-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 000201058050 Ação Penal. Agravante: Valdemir Firmino dos Santos. Advogado: Joice Keler de Jesus. Agravado: Justiça Pública. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani

859º Processo 0828359-2 Apelação Cível

Comarca: Rio Negro. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00017765220098160146 Pensão Previdenciária. Apelante (1): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Claudia Marcia Sasso. Apelante (2): Claudio Tadeu dos Santos Pilar (maior de 60 anos). Advogado: Marcelo Paulo Wacheleski. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Guilherme Luiz Gomes

860º Processo 0829322-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 199200010888 Ordinária. Agravante: Carlos Alberto Pereira. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis, Roberto Cordeiro Justus. Interessado: Leonilda Maestrelli Roda. Agravado: Estado do Paraná. Interessado: Ipe- Instituto de Previdência e Assistência Aos Servidores do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani

861º Processo 0829589-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00387168720108160014 Restituição de Quantia. Agravante: Nk Automóveis Ltda. (daytona Veículos). Advogado: Roberto de Mello Severo, Leonardo Mizuno. Agravado: Antonio Bertanha Filho. Advogado: Rosangela Lie Miya. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani

862º Processo 0831499-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Cambará. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001038919988160055 Ação Monitória. Agravante: Lauder Scopim. Advogado: Marcelo Pacheco Pirolo. Agravado: Marco Antônio de Oliveira. Advogado: Altair Cesar Ramos dos Santos. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani

_____ 8ª Câmara Cível _____

863º Processo 0816284-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00087932320108160044 Indenização. Agravante: Lino Garcia. Advogado: Ana Carolina Gouvea Gabardo, Paulo Rossano dos Santos Gabardo Junior. Agravado: José Maurilho da Silva. Advogado: José Teodoro Alves, Valdir Judai. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

864º Processo 0816297-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Mamborê. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000124 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo, Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda. Agravado: Alberti Wagner Maciel Azevedo, Antonio Brandão, Antonio Carlos de Souza, Antonio Sergio Alves de Lima, Clodoaldo Bagdzinski, Francisca Machado, Gelson Correia, José Batista Guimarães, Jovita de Souza da Silva, Maria do Carmo Pereira Keller, Marta Cristina Mataran Mastracose, Orlando Ortega, Rubens Vieira, Valdir Lino Bispo. Advogado: Alexsandro Sprengovski dos Santos, Carlos Alves. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

865º Processo 0822060-6 Apelação Cível

Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00060652120058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Marilena Ferreira Derio. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Revisor: Des. Jorge de Oliveira Vargas

866º Processo 0822832-2 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00241336820088160014 Declaratória. Apelante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Gilberto Pedriali, Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos. Apelado: José Puzzi. Advogado: Maria Elizabeth Jacob. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Revisor: Des. Jorge de Oliveira Vargas

867º Processo 0823702-3 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00049346320098160131 Declaratória. Apelante: Lojas Renner Sa. Advogado: Alessandro Dias Prestes, Júlio Cesar Goulart Lanes. Apelado: Leandro da Silva. Advogado: Cilmar Francisco Pastorello. Interessado: Banco Ibi Sa - Banco Múltiplo. Advogado: Marisete Zambiazi. Interessado: Banco Fininvest Sa. Distribuição

Automática em 19/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Revisor: Des. Jorge de Oliveira Vargas

868º Processo 0823956-1 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00159332420088160030 Reparação de Danos. Apelante (1): Rafael Nunes Correa. Advogado: Anizio Jorge da Silva Moura. Apelante (2): Claudemir Martinez Borin, Gloria Maria Preto Martinez. Advogado: Eduardo Ribeiro Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

869º Processo 0823982-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00086061720118160129 Obrigação de Fazer. Agravante: Roseli dos Santos Pires. Advogado: Shana Carolina Colaço Vaz. Agravado: Luiz Henrique da Silva Chaves Filho. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

870º Processo 0824642-6 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062549620058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelante (2): Didas de Castro Gouvea. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Revisor: Des. Jorge de Oliveira Vargas

871º Processo 0824662-8 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062782720058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelante (2): Osiel Garcia Batasar. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Revisor: Des. Jorge de Oliveira Vargas

872º Processo 0824843-3 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00145484620058160030 Indenização. Apelante: Claudinei Stoll. Advogado: Gilvana Pessi Mayorca Camargo. Apelado: Tucano Travel Service Ltda Me. Advogado: Orival Correa de Siqueira, Elizangela Lazzaretti. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

873º Processo 0824868-0 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062419720058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelante (2): Jussara de Oliveira Fernandes. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Revisor: Des. Jorge de Oliveira Vargas

874º Processo 0825065-3 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00058705420108160131 Indenização. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Carlos Fernando Bomfim, Josiane Borges, Michelly Alberti. Apelado: Fersul Manufaturados de Ferro Ltda. Advogado: Clóvis Pedrini, Geraldo José da Rosa, Tania Maria Silvestre. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

875º Processo 0825109-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00014924820108160004 Embargos. Apelante: Mitsui Sumitomo Seguros Sa. Advogado: Rebeca Soares Trindade, Simone Rinaldi. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Francisco Carlos Duarte, Julio Cezar Zem Cardozo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Revisor: Des. Jorge de Oliveira Vargas

876º Processo 0825607-1 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00078011720088160017 Declaratória. Apelante: Anna Carolina Ribeiro Correa. Advogado: Rosemery Brenner Dessotti, Aline Pereira dos Santos Martins. Apelado: Unimed Regional Maringá Cooperativa de Trabalho Médico. Advogado: Fabio Bittencourt Ferraz de Camargo, Márcio Luís Piratelli. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Revisor: Des. Jorge de Oliveira Vargas

877º Processo 0826182-3 Apelação Cível
Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033838320098160160 Cobrança. Apelante: Tokio Marine Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Alex de Siqueira Butzke. Apelado: Gessica Valentim Pires Martins. Advogado: Osmar Hélcias Schwartz Júnior, Rodrigo Cavalcante Jeronimo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

878º Processo 0828672-0 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00420113520108160014 Medida Cautelar. Apelante: Maria de Lourdes Francisco (maior de 60 anos). Advogado: Fabiano Kleber Moreno Dalan, Rodolpho Eric Moreno Dalan, Helton Nogueira. Apelado: Sercontel S/a. - Telecomunicações. Advogado: Fábio Martins Pereira, Fernanda Simões Viotto, Geni Romero Jandre Pozzobom. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Revisor: Des. Jorge de Oliveira Vargas

879º Processo 0828994-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00159617420118160001 Cobrança. Agravante: Condomínio Edifício Continente. Advogado: Santino Sagais. Agravado: Maria Idalina Pereira de Azevedo. Advogado: Adriana Champion. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

880º Processo 0829171-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Rio Branco do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 00016563520118160147 Ordinária de Cobrança. Agravante: Antônio José de Paula. Advogado: Adriano Carlos Souza Vale, André Luiz Souza Vale. Agravado: Centauro Vida e Previdência. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

881º Processo 0829247-1 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00285339120098160014 Exibição de Documentos. Apelante: Arcenio Ivanagava (maior de 60 anos). Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar. Apelado: Secomtel Sa - Telecomunicações. Advogado: Gilberto Pedriali, Paula D'Amico Pedriali, Fábio Martins Pereira. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Revisor: Des. Jorge de Oliveira Vargas

882º Processo 0829387-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001073 Ordinária. Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros S/a. Advogado: Nelson Luiz Nouvel Alessio, Karina Hashimoto. Agravado: Ana Maria de Oliveira da Silva, Marlene Gonçalves Soares, Pedro Guedes de Araujo Filho. Advogado: Mário Marcondes Nascimento, Jean Carlos Martins Francisco. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

883º Processo 0829703-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00714018920108160001 Cobrança. Agravante: Centauro Vida e Previdência Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Agravado: Neri Jose de Oliveira, Fernando Gonçalves Pinto, Rodrigo Alex de Oliveira, Jose Valdete Moreira, Eloir Fernandes Rossa, Claudinil Rodrigues de Almeida. Advogado: Raphael Giuliano Larsen Santos da Silva, Nikolle Koutsoukos Amadori. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

884º Processo 0829725-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Porecatu. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200900000106 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Aparecida de Fátima Panussi, Edna Morais, Joaquim Alves do Rosário, Roseli Fontes, Rosemeire Salis. Advogado: João Emilio Zola Junior, Raul Barbi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

885º Processo 0829756-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200500000024 Carta Precatória. Agravante: Agenor Kenhitiro Iwamoto, Mario Shigerou Iwamoto. Advogado: Vadeir José Pereira, Cláudio Rogério Teodoro de Oliveira. Agravado: Espólios de Vinício A. Pimentel e de Cleta Odebrecht Pimentel. Advogado: Romeu Saccani, José Carlos Vieira, Marcus Eduardo Peres da Silva. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

886º Processo 0830045-4 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00193033020068160014 Ordinária. Apelante: Cicero Nascimento, Antonio Jose Alves da Silva, Antonio Marcos Cordoba de Lima, Petronilia Lara (maior de 60 anos), Paulo Siqueira Fernandes, Jose Lopes do Nascimento Filho, Neuza de Fátima Soares da Silva, Horaci Nagai, Moises Fernando dos Santos, Rosa Tavares dos Santos, Tatiana Gomes Corrêa, Isabel Alves de Oliveira, Alice do Carmo e Silva, Irma Cardoso (maior de 60 anos), Anita Elvira de Barros, Paulo Cesar Jorge, Agenor Rodrigues Delgado (maior de 60 anos), Benedita de Fátima Rodrigues dos Santos, Tereza Dionízio Nascimento (maior de 60 anos), Maria Tereza Lemes (maior de 60 anos), Ana Baldini Pereira (maior de 60 anos), Atilio Devanir Tiroli (maior de 60 anos), Benedito Cirilo de Almeida (maior de 60 anos), João Marcos Nunes da Silva, Julieta Joaquina Maria Ferreira (maior de 60 anos), Maria Aparecida Mariano (maior de 60 anos), Maria Campos Bernardo. Advogado: Fernando Anzola Pivaro, Jean Carlos Martins Francisco. Apelado (1): Caixa Econômica Federal. Advogado: Geraldo Saviani da Silva, Gilberto Gemin da Silva. Apelado (2): Caixa Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Mariana Pereira Valério, Glauco Iwersen. Interessado: Liberty Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Revisor: Des. Jorge de Oliveira Vargas

887º Processo 0830317-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00396615920108160019 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: J. V. C. , N. A. C., S. A. S., S. C., M. I. C., A. M., J. P. S.. Advogado: Marcius Nadal Matos, Pedro Márcio Grabicoski, Giorgia Enrietti Bin. Agravado: C. S. S. . Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Murilo Cleve Machado, Miriam Persia de Souza. Distribuição

Automática em 22/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

888º Processo 0830366-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00003919720118160017 Cobrança. Agravante: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: José Basílio Ferreira. Advogado: Robson Sakai Garcia. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira

889º Processo 0817887-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Campina da Lagoa. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000271 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo, Tatiana Tavares de Campos. Agravado: Fernando Fernandes de Lima, Moisés Vergilio de Paula, Antonio Rodrigues de Medeiros, Izauro Marinho do Amaral, David Fernandes, Antonio Marchiniaki, Jair Quaglia. Advogado: Carlos Alves. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

890º Processo 0822069-9 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059734320058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Moacir Martins da Fonseca. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto

891º Processo 0823546-5 Apelação Cível
Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000298620108160096 Ordinária. Apelante: Valdenice Carlos dos Santos Silva, Ricardo Benedet, Elaine Maria de Souza Benedet, Elso Vaz de Oliveira, Floriana Vouloske (maior de 60 anos), José da Luz (maior de 60 anos), Elenita Casturina da Luz (maior de 60 anos). Advogado: Carlos Alves. Apelado: Federal de Seguros S/a. Advogado: César Augusto de França, Rosangela Dias Guerreiro. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto

892º Processo 0823885-7 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00182230520098160021 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat. Advogado: Tatiane Muncinelli, Arthur Sabino Damasceno, Luiz Henrique Bona Turra. Apelado: Pedro Batista. Advogado: Fernando Alberto Santin Portela, Kenji Della Pria Hatamoto, Rossandra Pavani Nagai. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

893º Processo 0824246-4 Apelação Cível
Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00032781120088160130 Ordinária. Apelante (1): Izadora Felipe da Silva. Advogado: Shirley Aparecida Bechere Olivetti. Apelante (2): José Mauro Cripa. Advogado: Marcos Antônio Lucas de Lima. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto

894º Processo 0824671-7 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062401520058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelante (2): Gilberto Cardoso Gouvea. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto

895º Processo 0824675-5 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062323820058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelante (2): Sidnei Martins Mendes. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto

896º Processo 0824695-7 Apelação Cível
Comarca: Terra Boa. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002719720088160166 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat. Advogado: Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini, Arthur Sabino Damasceno. Apelado: Adalberto Batista Lopes (maior de 60 anos), Bertolina David Lopes (maior de 60 anos). Advogado: Marli Regina Renoste Vieli. Interessado: Bradesco Seguros SA. Advogado: Gerson Vanzin Moura da Silva, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini, Tatiane Muncinelli, Juliana Mara da Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

897º Processo 0824856-0 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00060565920058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Jucimara da Silva Barboza. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto

898º Processo 0824893-3 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063172420058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelante (2): Nilo Raimundo Alves (maior de 60 anos). Advogado: Saulo Bonat de Mello, Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto

899º Processo 0825447-5 Apelação Cível
Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033722920098160160 Cobrança. Apelante: Real Previdencia e Seguros Sa. Advogado: Arthur Sabino Damasceno, Jaime Oliveira Penteado, Flávio Penteado Geromini. Apelado: Genival Luiz Tavares Bezerra. Advogado: Valdir Rogério Zonta. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

900º Processo 0825868-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00070877120098160001 Indenização. Apelante: André Nogueira Trabulsi. Advogado: Alexandre Bilieri. Apelado: Banco Gmac Sa. Advogado: Valéria Caramuru Cicarelli, Alexandre Nelson Ferraz. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

901º Processo 0826026-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00018081220068160001 Cobrança. Apelante: Condomio Edifício Parque Residencial Solimões. Advogado: Laiana Carla Miranda Martins. Apelado: Antonio Carlos Guimarães Wiszka, Faride de Jesus Haj Ahmad Guimarães Wiszka. Advogado: Sandra Mara Pereira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

902º Processo 0826264-0 Apelação Cível
Comarca: Congonhinhas. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004164420088160073 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Sul America Companhia Nacional de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França, Rosangela Dias Guerreiro. Apelado: Claudiney Viana de Moraes, Eva Aparecida Rodrigues, Jose Francisco da Silva (maior de 60 anos), Luciana Costa Valverde Afonso, Maria Célia Abilio, Maria Ines, Maycon Santos de Souza, Orlando Schimitti de Andrade, Paulo Sergio Campos, Salvador Volpis (maior de 60 anos). Advogado: Elaine Mônica Molin. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto

903º Processo 0828397-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00416981620108160001 Declaratória. Agravante: Condor Super Center Ltda.. Advogado: Melissa Kirsten Hetka, Cleverson Marinho Teixeira, Marcelo de Souza Teixeira. Agravado: Edson Barbosa Prestes. Advogado: José Francisco Cunico Bach, Dionei Schenfeld. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

904º Processo 0828399-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00043548820108160069 Ação Ordinária de Responsabilidade Civil. Agravante: Bradesco Seguros SA. Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari, Anderson Hataqueiama. Agravado: Adnércio Colauto, Aparecida Augusta Bodani, Aparecida de Lourdes Cavalari, Claudio José Panucci, Delmande José de Lira, Eduardo Francisco Rosa, Janaina Rodrigues, Jorge Aparecido dos Santos, Juliana Garcia, Marcia Brambila da Silva, Maria de Fátima e Silva. Advogado: Marcel Crippa, Tiago Schroeder Russi, Thiago Haviaras da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

905º Processo 0828471-3 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00071109420048160129 Indenização. Apelante: Petróleo Brasileiro Sa - Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado: Willian Lucas Francisco. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto

906º Processo 0828483-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000134 Reparação de Danos. Agravante: Cristiane da Graça Schuh. Advogado: Ademar Nitschke Junior, Celina Galeb Nitschke. Agravado (1): Maria Tânia Ferreira do Prado. Advogado: Leucimar Gandin. Agravado (2): Uniclínicas Planos de Saúde Ltda.. Advogado: Flávio Falcone. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

907º Processo 0828746-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200100000253 Cumprimento de Sentença. Agravante: Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba (seb). Advogado: Jefferson Renato Rosolem Zaneti, Irineu Galeski Junior. Agravado: Cleudir Marcondes de Azevedo. Advogado: Lorena Marins Schwartz, Dilani Maiorani. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

908º Processo 0829333-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000369 Indenização. Agravante: Maria Inês Benhosse. Advogado: Jefferson Alex Pontes Pereira, David Rodrigues de Lima. Agravado: Coop Econ Cred Mútuo Comerciant - Sicoob. Advogado: Paulo César Siqueira da Silva, Marcio Fernando Candeo dos Santos, Mauro Luis Siqueira da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

909º Processo 0829581-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00335495520118160014 Declaratória. Agravante: Cirilo Bezerra da Silva. Advogado: Fabiano Kleber Moreno Dalan, Rodolpho Eric Moreno Dalan. Agravado: Sercomtel SA Telecomunicações. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

910º Processo 0830129-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00019880420118160017 Cobrança. Agravante: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Ailton da Silva Paduan. Advogado: Robson Sakai Garcia. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

911º Processo 0830905-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00052068720108160045 Cobrança. Agravante: Mapfre Vera Cruz Seguradora. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Araci Oliveira Afonso. Advogado: Fábio Viana Barros, Irene de Fátima Surek de Souza. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

912º Processo 0830917-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00050911920118160017 Obrigação de Fazer. Agravante: Itaú Seguros de Auto e Residência S/a - Isar. Advogado: André Diniz Affonso da Costa, Juliana Martins Villalobos Alarcón. Agravado: Gilmara Renata Forlan. Advogado: Wilson Luiz de Assis Teixeira Júnior, Douglas Vinicius dos Santos, Luiz de Oliveira Neto. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

913º Processo 0831322-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00350810620118160001 Obrigação de Fazer. Agravante: Raul Moraes e Silva Neto. Advogado: José Heriberto Micheleto, Germano Laertes Neves, Kaio Murilo Silva Martins. Agravado: Unimed de Curitiba Sociedade Cooperativa de Serviços Hospitalares. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro

914º Processo 0821947-4 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061908620058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelante (2): Vitorio Gonçalves dos Santos Junior. Advogado: Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto, Fabiano Neves Macieywski. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

915º Processo 0822355-0 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00069065020048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado: Eliane do Rocio Silva dos Santos. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

916º Processo 0823105-4 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00283251020098160014 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Tatiane Muncinelli. Apelado: Rita Ranghetti, Jose Leonardo Ranghetti (maior de 60 anos). Advogado: Robson Sakai Garcia. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

917º Processo 0823171-8 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00075811420118160017 Impugnação ao Valor da Causa. Apelante: Jeronymo Jatahy de Camargo Neto. Advogado: Jerônimo Jatahy de Camargo Neto. Apelado: Theresa Tazuko Itami (maior de 60 anos), Telma Regina Tiemi Itami Ozeki, Sandro Akiyoshi Itami, Danilo Mitsuyoshi Itami. Advogado: Angélica Koyama Tanaka, Stella Danielides Junqueira. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

918º Processo 0823180-7 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00075802920118160017 Pedido/impugnação de Assist. Judiciaria. Apelante: Jeronymo Jatahy de Camargo Neto. Advogado: Jerônimo Jatahy de Camargo Neto. Apelado: Theresa Tazuko Itami (maior de 60 anos), Telma Regina Tiemi Itami Ozeki, Sandro Akiyoshi Itami, Danilo Mitsuyoshi Itami. Advogado: Angélica Koyama Tanaka, Stella Danielides Junqueira. Distribuição por Dependência em 22/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

919º Processo 0823184-5 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00093087620098160017 Indenização. Apelante: Jeronymo Jatahy de Camargo Neto. Advogado: Jerônimo Jatahy de Camargo Neto. Apelado: Theresa Tazuko Itami (maior de 60 anos), Telma Regina Tiemi Itami Ozeki, Sandro Akiyoshi Itami, Danilo Mitsuyoshi Itami. Advogado: Angélica Koyama Tanaka, Stella Danielides Junqueira. Distribuição por Dependência em 22/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

920º Processo 0823201-1 Apelação Cível
Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000211220108160096 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Sonia Valeriano da Silva, Ivone Espírito Santo Siqueira, Hipólito Srcreklik, Maria Lúcia Machado. Advogado: Carlos Alves. Apelado: Federal de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França, Rosangela Dias Guerreiro. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

921º Processo 0823454-2 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059909720108160131 Declaratória. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Nelson Paschoalotto. Apelado: Ernani Alecson Busnello. Advogado: Heber Sutili. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

922º Processo 0823590-3 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00175172220098160021 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Apelado: Mateus Schaurem de Matos. Advogado: Kenji Della Pria Hatamoto, Fernando Alberto Santin Portela, Rossandra Pavani Nagai. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

923º Processo 0823605-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00018843620068160001 Embargos a Execução. Apelante: Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada Sa. Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari, Jhenifer Kranz Pereira, Danielle Cristhina Deda. Apelado: Maria Lúcia Brandão Fistarol. Advogado: Ubirajara Ayres Gasparin. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

924º Processo 0823754-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00059724920088160001 Ressarcimento. Apelante: Nelson da Silva. Advogado: Mariza de Macedo. Apelado: Auto Locadora Caravela. Advogado: Miguel Angelo Rasbold. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

925º Processo 0823853-5 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00092740420098160017 Cobrança. Apelante: Real Previdencia e Seguros Sa. Advogado: Arthur Sabino Damasceno, Tatiane Muncinelli, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra. Apelado: Edmara dos Santos Paulino. Advogado: Valdir Rogério Zonta. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

926º Processo 0824043-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00001371220108160001 Reparação de Danos. Apelante: Nkm Adm e Participação de Bens Ltda, Rodrigo Formighieri Mellem. Advogado: Lucas Bunki Linzmayer Otsuka, Marlus Heriberto Arns de Oliveira. Apelado: Rosângela Marconato Bakovicz, Kelly Cristina Marconato Bakovicz. Advogado: Gislaine Antunes de Lima. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

927º Processo 0824055-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 00070608820098160001 Impugnação aos Benefícios de Assistência Judiciária. Apelante: Gil César Dantas Bruel. Advogado: Gil César Dantas Bruel, Sérgio José Lopes dos Santos Filho. Apelado: Hellmuth Kroska. Advogado: Roberto Cavanha Almeida. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

928º Processo 0824154-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00071742720098160001 Cobrança. Apelante: Centauro Seguradora Sa. Advogado: Joseph Jamal Abou Chahla, Márcia Satil Parreira. Apelado: Aristides dos Reis. Advogado: Lucia Helena Fernandes Stall. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

929º Processo 0824480-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00069620620098160001 Indenização. Apelante: Wms Supermercados do Brasil Ltda. Advogado: Adilson de Castro Junior, Daniella Leticia Broering, José Vicente Filippon Sieczkowski. Apelado: Noeli da Silva Lima. Advogado: Renato Golba, Marcos Cesar Novais de Castro. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

930º Processo 0824627-9 Apelação Cível
Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00027883920108160123 Declaratória. Apelante: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Gilberto Stinglin Loth, Nadia Elisa Bueno. Apelado: Dirceu Lopes Vieira. Advogado: Raul Silveira Boeno. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

931º Processo 0824688-2 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062765720058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelante (2): Rosangela do Pilar Cassilha Vieira. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

932º Processo 0824872-4 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00003926520108160131 Cobrança. Apelante: Unibanco Aig Seguros. Advogado: Tatiane Muncinelli, Arthur Sabino Damasceno. Apelado: Patrícia Vargas Andrade, Jaqueline Vargas Andrade, Anderson Vargas Andrade. Advogado: Marcos Antonio Pagliosa Alves. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

933º Processo 0825063-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00133196520108160001 Cobrança. Apelante: Mbm Seguradora S/a. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini, Jaime Oliveira Penteado, Jaqueline Scotá Stein. Apelado: Aguinaldo Dias do Nascimento. Advogado: Antônio Carlos Bonet, João Carlos Flor Júnior. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

934º Processo 0825072-8 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00124369720068160021 Indenização. Apelante: Serasa Sa. Advogado: Sani Cristina Guimarães. Apelado: Walter Correa. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin, Mônica Dalmolin. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

935º Processo 0825261-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00005041720028160001 Indenização. Apelante: Valdimir Baccas da Silva. Advogado: Rose Mary Grahl. Rec.Adesivo: Hulda Latczuk. Advogado: Natanael Gorte Camargo. Apelado (1): Hulda Latczuk. Advogado: Natanael Gorte Camargo. Apelado (2): Valdimir Baccas da Silva. Advogado: Rose Mary Grahl. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

936º Processo 0825280-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00014810420058160001 Reparação de Danos. Apelante (1): Shv Gás Brasil Ltda. Advogado: João Raimundo Formighieri Machado Pereira. Apelante (2): Luiz Antônio de Oliveira. Advogado: Norton Passos Waldraff. Apelado (1): Luiz Antônio de Oliveira. Advogado: Norton Passos Waldraff. Apelado (2): Shv Gás Brasil Ltda. Advogado: João Raimundo Formighieri Machado Pereira. Apelado (3): Bradesco Seguros SA. Advogado: André Diniz Affonso da Costa, Maurício Gomm Ferreira dos Santos, Fabíola Rosa Ferstemberg. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

937º Processo 0825380-5 Apelação Cível

Comarca: Colorado. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00015403120098160072 Ordinária. Apelante: Sul América Companhia Nacional de Seguros. Advogado: Rubia Andrade Fagundes, Jacques Nunes Attié, César Augusto de França. Apelado: Adalgiza de Castro Oliveira (maior de 60 anos), Anadir Aires de Melo, Claudina Alves Ramos, Fernanda Francisco de Souza Lima, Francinaldo Alves de Lucena, Iraci Alves, Isabel Rosa Machioretto, Josenilda Maria de Melo, José Carlos Francisco, José Saturino Meira Neto. Advogado: Luiz Carlos Angeli, Mário Marcondes Nascimento, Hugo Francisco Gomes. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

938º Processo 0825795-6 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00076999620118160014 Declaratória. Apelante: Domingos Lindolfo de Souza. Advogado: Fabiano Kleber Moreno Dalan, Rodolpho Eric Moreno Dalan. Apelado: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Fernanda Simões Viotto, Fábio Martins Pereira, Willian Train Júnior. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

939º Processo 0825823-5 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00178244620098160030 Cobrança. Apelante: Carlos Bastos Pimentel Junior. Advogado: Emerson Chibiaqui. Apelado: Aps Seguradora Sa. Advogado: João Carlos Silveira, César Aparecido de Carvalho. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

940º Processo 0825994-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00034715920078160001 Cobrança. Apelante: Vida Seguradora Sa. Advogado: Igor Filus Ludkevitch, Vânia Regina Mamesso. Apelado: Cleber Luiz Miyakoda Alcântara. Advogado: Thiago Ramos Küster, Shaíne Zanella Alonso Küster, Elisete Mary Salles Stefani, Nelson Ramos Küster. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

941º Processo 0827425-7 Apelação Cível

Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000185720108160096 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Marcos Fernando Loch, Valdomiro Voloski (maior de 60 anos), Ana Renechek Voloski, Nelson Pinheiro dos Santos, Zoracir Leiria da Silva (maior de 60 anos), Izabel Moreira. Advogado: Carlos Alves. Apelado: Federal de Seguros Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro, César Augusto de França. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

942º Processo 0828312-9 Agravo de Instrumento

Comarca: São Miguel do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 199800000155 Execução de Sentença. Agravante: Anacleto Tres. Advogado: Sandro Marcon. Agravado: Maria Claudete Marcelino Bauer. Advogado: Cesar Augusto Schommer. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

943º Processo 0828457-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000951 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros Sa. Advogado: Karina Hashimoto, Nelson Luiz Nouvel Alessio, César Augusto de França. Agravado: Alvino Muniz dos Santos, Djanny Nazario, Dulcinéia Aparecida Zarochinski, Edson Vieira da Silva, Elizeu de Souza Correa, Leonilde de Lemos da Silva, Leonildo Candido dos Santos, Lourdes Marcelino Rocha, Pedro Choptian, Pedro dos Santos, Ronaldo Alves, Simone Aparecida Nazario, Valdenir Vieira de Oliveira. Advogado: João Eder Cornelian, Jean Carlos Martins Francisco, Mário Marcondes Nascimento. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

944º Processo 0828647-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200700001283 Indenização. Agravante: Rebeca Aghion. Advogado: José Valter Rodrigues, Karinna Seigo Cerqueira. Agravado: Brasil Telecom Sa. Advogado: Ana Paula Domingues dos Santos, Paulo Maurício Branco. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

945º Processo 0828663-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00059395920088160001 Indenização. Apelante: Selma Fouani Cardoso. Advogado: Beatriz Seidel Casagrande. Apelado (1): Sul América Cia Nacional de Seguros Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Márcio Alexandre Cavenague, Gustavo de Camargo Hermann. Apelado (2): José Maria de Camargo Teixeira. Advogado: Antonio Leal de Azevedo Junior. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior

946º Processo 0828677-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00029882920078160001 Cobrança. Apelante (1): Josiane Milkewicz Rodrigues, Elza Oliva da Rosa (maior de 60 anos), Judite Teresinha Frey Weirich. Advogado: Giovani de Oliveira Serafini. Apelante (2): Centauro Vida e Previdência. Advogado: Gabriella Murara Vieira. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

947º Processo 0828784-5 Apelação Cível

Comarca: Castro. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00004078020068160064 Cobrança. Apelante: Bradesco Seguros SA. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Apelado: Juradilson de Santos (maior de 60 anos). Advogado: João Manoel Grott. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

948º Processo 0828859-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000195 Ordinária. Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros S/a. Advogado: Nelson Luiz Nouvel Alessio, Karina Hashimoto. Agravado: Adaide Aparecida Pinto Weiller, Adelaide de Campos Gonçalves, Amilton Schamberglain, Francisco Ferreira Alvim, Geraldo Oliveira, Jamil Souza dos Santos, Joaquim dos Santos, José Gomes Bonfim, José Henrique Batista-, Paulo Vicente Ruela. Advogado: Mário Marcondes Nascimento, Jean Carlos Martins Francisco. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

949º Processo 0829267-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00261886020108160001 Cobrança de Condominio. Agravante: Igor Dutra dos Santos. Advogado: Lorena Marins Schwartz, Bruno Santos Rodrigues. Agravado: Condominio do Edificio Maison Blanche. Advogado: Jefferson Oscar Hecke, José Melquiades da Rocha. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

950º Processo 0829286-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00020067820108160043 Indenização. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Jaci Dias Pereira. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

951º Processo 0829305-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200600001116 Cumprimento de Sentença. Agravante: Liberty Paulista Seguros S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Tiago Andrade de Lima (Representado(a)), Edmilson Andrade dos Santos. Advogado: Thaisa Cristina Cantoni, Denis Okamura. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

952º Processo 0829867-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201100001037 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Luiza Mendes do Nascimento. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

953º Processo 0829938-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Rolândia. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00030308320118160148 Indenização. Agravante: Mariana Sant'ana Oliveira Rosa dos Santos, Letícia Sant'ana Lavor Guimarães. Advogado: Ivan Martins Tristão, Marcos Adolfo Benevenuto II. Agravado: Claudenir Frachini, Marlene Garcia Frachini Me. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

954º Processo 0830014-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00020076320108160043 Execução de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Sarah Pereira Seleme. Agravado: Belmiro Barbosa Cordeiro. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

955º Processo 0830048-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 200400001113 Indenização. Agravante: Luiz Antônio Nauiack. Advogado: Marlus Heriberto Arns de Oliveira, Carla Luiza Mannrich. Agravado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Álvaro Sedlacek, Gilson Vicente Venancio de Andrade, Paulo Roberto Dunaiski. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

956º Processo 0830306-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 198700000015 Reparação de Danos. Agravante: Izonete Fátima de Lima. Advogado: Daniel Hajjar Sagboni Montanha Teixeira, Mauricio Sagboni Montanha Teixeira. Agravado: Miyako Kuwaki. Advogado: Valdemar Andreatta, Reinaldo José Andreatta. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

957º Processo 0830736-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 00147110620118160001 Medida Cautelar. Agravante: Marcelo de Campos Costa. Advogado: Marcelo de Campos Costa. Agravado: Condomínio do Edifício Residencial Westphalen. Advogado: Liguaru Espírito Santo Neto. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto

958º Processo 0811625-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 199700000810 Execução de Sentença. Agravante: Neide de Sá da Silva. Advogado: Márcia Regina Nunes de Souza Valeixo, Camilla Ribeiro Caramujo Moraes. Agravado: Free Amazon. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

959º Processo 0816692-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Xambrê. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000296 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França, Nelson Luiz Nouvel Alessio, Karina Hashimoto. Agravado: Maria Terezinha Dalolio, Neuza Cortez Marques, Sonia Dalolio de Almeida, Elias Silveira Faria (maior de 60 anos), Neuza Maria dos Santos, Odete Pereira dos Santos, Vanilde da Silva, Elizeu Floresti. Advogado: Geraldo Alberti. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

960º Processo 0827834-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00283443120108160030 Cobrança. Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini. Agravado: Manoel de Figueiredo. Advogado: Francisco Evandro de Oliveira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

961º Processo 0828322-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 200300000214 Cumprimento de Sentença. Agravante: Laura Shoko Sakai. Advogado: Alexandre Christoph Lobo Pacheco. Agravado: Condominio Edifício Japura. Advogado: Maria Lorete Biernaski Quezada, Marilza Matioski. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

962º Processo 0828593-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00298306520118160014 Cobrança. Agravante: Moema India do Brasil Pereira de Moraes. Advogado: Luana Cervantes Maluf, Rogério Bueno Elias, Rogério Resina Molez. Agravado: Mapfre Seguros S/a. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

963º Processo 0829279-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00014563920118160014 Cobrança. Agravante: Felix José da Silva. Advogado: Robson Sakai Garcia. Agravado: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

964º Processo 0829474-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00134989620108160001 Indenização. Agravante: Obrascon Huarte Lain Brasil S.a. - Ohl Brasil. Advogado: Rossana Maria Vieira Zanella, Paulo Fleury de Souza Lima. Agravado: Paulo Sergio Alinski. Advogado: Ideraldo José Appi, Carlos Gomes de Brito. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

965º Processo 0829685-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00236004120108160014 Declaratória. Agravante: Clarice Aparecida Serkuenke da Fonseca, Maria Aparecida de Souza, Mirian de Souza Lourenço, Odete Borges, Penidio Rodrigues Ladeia, Zulmira Bento. Advogado: Ricardo Furlan, Daniel Toledo de Sousa. Agravado: Sercomtel SA Telecomunicações. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

966º Processo 0829994-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 201100012172 Cobrança. Agravante: Elisafran Carneiro Mororó. Advogado: Luana Cervantes Maluf, Rogério Bueno Elias, Rogério Resina Molez. Agravado: Mapfre Seguros S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

967º Processo 0830359-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000199 Cobrança. Agravante: Itaú Seguros Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Luiz Marques de Almeida, Maria Lourenço de Almeida. Advogado: Rafael Lucas Garcia. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

968º Processo 0831002-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200700001039 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Alécio Antonio da Silva, Anizio Fávaro, Antonio Mussi Filho, Aparecida de Souza, Aparecido de Oliveira, Aparecido Zácari, Bento Caetano de Faria, Conceição de Jesus Rodrigues Oliveira, Dirce Antonin Torres, Djalma Soares Mendes. Advogado: Elaine Mônica Molin, Mário Marcondes Nascimento. Agravado: Sul América Companhia de Seguros Gerais Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior

969º Processo 0818829-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00065931920118160170 Indenização. Agravante: Matriplast Ltda. Advogado: Fernando Luiz Perin, Robson Luiz Giollo, Cleber Rotta. Agravado: Sidnei Custódio Machado - Ink Metalúrgica, Banco Bradesco SA. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

970º Processo 0822339-6 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062246120058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado: Arminda Pereira da Silva. Advogado: Saulo Bonat de Mello, Fabiano Neves Macieywski, Kleber Augusto Vieira. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor: Des. João Domingos Kuster Puppi

971º Processo 0822581-0 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00010388020078160131 Cobrança. Apelante: Valdir Petrycoski. Advogado: Andrey Herget, Álvaro Schenatto. Apelado: Condomínio Edifício Caramuru Center. Advogado: Maikel Speranza Gutstein, Geronimo Antonio Defaveri. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

972º Processo 0823887-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00058928520088160001 Obrigação de Fazer. Apelante: Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos. Advogado: Eduardo Batistel Ramos, Lizete Rodrigues Feitosa, Fábio Silveira Rocha. Apelado: Marcos Cesar de Pauli Cordeiro. Advogado: Cláudia Alessandra Stegues Pereira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor: Des. João Domingos Kuster Puppi

973º Processo 0824074-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059672720088160001 Cobrança. Apelante (1): Real Previdencia e Seguros Sa. Advogado: Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini. Apelante (2): João Miguel Pereira (maior de 60 anos), Nair Gonçalves Pereira (maior de 60 anos). Advogado: Bárbara Letícia de Souza Spagnolo, José Antônio de Andrade Alcântara. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

974º Processo 0824745-2 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00288517420098160014 Indenização. Apelante: Irmãos Muffato & Cia Ltda. Advogado: Glauce Kelly Gonçalves, Augusto José Bittencourt, Regis Panizzon Alves. Apelado: Paulo Takeshi Suzuki. Advogado: Juliana Vieira Csiszer, Simone Regina dos Santos. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor: Des. João Domingos Kuster Puppi

975º Processo 0824793-8 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062340820058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelante (2): Adilson Vieira. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor: Des. João Domingos Kuster Puppi

976º Processo 0824795-2 Apelação Cível
Comarca: Porecatu. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00014860620058160137 Indenização. Apelante: José Carlos da Silva. Advogado: Edmilson Luiz Sérgio Bonache, Arine Mary dos Reis. Apelado (1): Cofercatu - Cooperativa Agroindustrial. Advogado: Luiz Rubens dos Reis. Apelado (2): Sul América Cia Nacional de Seguros Sa. Advogado: Glauco Iwersen, Milton Luiz Cleve Küster. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

977º Processo 0824919-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00059283020088160001 Cobrança. Apelante (1): Eliane Neres. Advogado: Giovani de Oliveira Serafini, Angélica Fabiula Martins de Camargo. Apelante (2): Centauro Vida e Previdência Sa. Advogado: Márcia Satil Parreira. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

978º Processo 0825173-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00070625820098160001 Cobrança. Apelante: Centauro Vida e Previdência. Advogado: Tatiane Muncinelli, Arthur Sabino Damasceno, Luiz Henrique Bona Turra. Apelado: Leonay Andriony Fonseca. Advogado: Antônio Carlos Bonet, João Carlos Flor Júnior. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor: Des. João Domingos Kuster Puppi

979º Processo 0825676-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00018819820098160026 Cobrança. Apelante: Companhia Excelsior de Seguros Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini. Apelado: Valdir Canofer. Advogado: Jefferson Renato Rosolem Zaneti. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

980º Processo 0825865-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 00073547220118160001 Exibição de Documentos. Apelante: Joel de Jesus Figura de Souza. Advogado: Fabiana Carla de Souza. Apelado: Serviço de Proteção Ao Crédito do Brasil Sa. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor: Des. João Domingos Kuster Puppi

981º Processo 0826002-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059681220088160001 Indenização. Apelante (1): Show News Promoção e Organização de Eventos Ltda. Advogado: Juliano França Tetto, Rodrigo Garcia Sant'anna Bevilaquia. Apelante (2): Andrea Maria Ribas Claro. Advogado: Fábio Augusto Zanlorenci, Caroline Augusta Machado de Souza Zanlorenci. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor: Des. João Domingos Kuster Puppi

982º Processo 0826284-2 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00159359120088160030 Ressarcimento. Apelante: Sul América Cia Nacional de Seguros Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich, Karem Lucia Correa da Silva. Apelado: Dinarte Bertoldi, Mariza Togni Bertoldi. Advogado: Luis Cezar Trento. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

983º Processo 0827333-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00060686420088160001 Cobrança. Apelante (1): Mafre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich, Thais Malachini. Apelante (2): Valmir de Cesaro Perito (maior de 60 anos), Maria Ana Serafim (maior de 60 anos). Advogado: José Antônio de Andrade Alcântara, Bárbara Letícia de Souza Spagnolo. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

984º Processo 0828560-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001597 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Benedito Evaristo, Maria de Fétima Romão Cirino, Maria Rodrigues da Silva, Arnaldo Gonçalves de Moraes, Maria de Lourdes Loterio de Oliveira, Maria Oliveira da Silva Dias, Aylton Horomi, Vandercy José de Almeida. Advogado: Renata Silva Brandão, Sérgio Eduardo Canella. Agravado: Liberty Paulista Seguros Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro, César Augusto de França. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

985º Processo 0828722-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063916820118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: José Squenine Castanho. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

986º Processo 0828970-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Guaíra. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00028408320098160086 Ordinária. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, César Augusto de França. Agravado: Cresilda Gaertner Petry, Claudio dos Santos Quintana, Carlos Alberto Salandim, Cleusa Rafacho Rodrigues, Etelvina Francisca da Silva, Elenice Lautert do Amaral, Edilio Antonio Ligoski, José Clariço Salandim, Osvair Augusto Rafacho. Advogado: Giorgia Enrietti Bin, Camila Enrietti Bin, Simone Martins Cunha. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

987º Processo 0829107-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Terra Boa. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200600000514 Cobrança. Agravante: Jose Pedro de Araujo, Maria Aparecida Rocha (Representado(a)). Advogado: Marli Regina Renoste Vieli. Agravado: Itaú Seguros S/a. Advogado: Ellen Karina Borges Santos, Rafaela Polydoro Küster. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

988º Processo 0829182-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00017841320108160043 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Agravado: Edson Rodrigues Garbin. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Edmilson Petroski dos Santos. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

989º Processo 0829500-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarapuava. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00124576720118160031 Exceção de Incompetência. Agravante: Rodrigo Pimentel Bastos. Advogado: Fábio Farés Decker, Tânia Nunes de Rocco Bastos. Agravado: Companhia Brasileira de Cartuchos - Cbc. Advogado: Germano de Sordi Batista, Rafael Furtado Madi, Guilhermo Paranaguá e Cunha. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

990º Processo 0830166-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00062022120108160131 Cobrança. Agravante: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich, Thais Malachini. Agravado: Michelle Andressa Busatta. Advogado: Caroline Regina Gurski. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

991º Processo 0830273-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000906 Execução. Agravante: Tokio Marine Seguradora Sa. Advogado: Lama Ibrahim. Agravado: Euler Amaro da Silva. Advogado: Cláudio de Lara Júnior. Interessado: Santim Transportes Rodoviários Ltda. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

992º Processo 0830809-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00069511020118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Leodir Pires Luiz. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

993º Processo 0831038-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00016029020118160043 Indenização. Agravante: Maria Cândida Felisbino. Advogado: Wellington Silveira, Jane Mary Silveira. Agravado: Viação Garcia Ltda. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

994º Processo 0831446-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00030665820088160075 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Alcides Estevam dos Santos Neto, Antonia Aparecida dos Santos, Antonio Henrique Fernandes Filho, Arnaldo Melchior Viana, Benedito Sergio da Silva, Celso Fratori, Creuza Maria Nuniz dos Santos, Fernandes José Braz. Advogado: Mário Marcondes Nascimento, Elaine Mônica Molin. Agravado: Sul América Cia Nacional de Seguros Gerais Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro, César Augusto de França. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Guimarães da Costa

_____ 9ª Câmara Cível _____

995º Processo 0798595-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 200900000132 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Tatiana Tavares de Campos. Agravado: Creusa das Mensoes Marquese da Silva, Neuza Maria de Barros, Antonio Roberto, Jose Floripes de Oliveira, Luzia da Silva de Oliveira, Geni da Silva, Edi Aparecida de Souza, Israel Ribeiro dos Santos, Aparecida Oliveira do Nascimento, Marcos Antonio da Silva. Advogado: Alcides dos Santos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

996º Processo 0822536-5 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059535220058160129 Indenização. Apelante: Petróleo Brasileiro Sa Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Dirce Tavares dos Santos. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto

997º Processo 0822707-4 Apelação Cível
Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002515020108160162 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat. Advogado: Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini, Jaime Oliveira Penteado, Gerson Vanzin Moura da Silva. Apelado: Marli Damasceno Oliveira. Advogado: Ricardo Domingues Brito. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

998º Processo 0823128-7 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00024376220088160050 Cobrança. Apelante: Dpvat Santander Seguradora Sa. Advogado: Mariana Pereira Valério, Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster. Apelado: Adão Nunes Machado, Maria de Jesus Sales. Advogado: Juliano Martins. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

999º Processo 0823955-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00006018020038160001 Cobrança. Apelante: Paulo Sérgio Farias (Representado(a)). Advogado: Cleuza Keiko Higachi Reginato. Apelado: Condominio Moradias Bracatinga. Advogado: Patrícia Piekarczyk. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1000º Processo 0824599-0 Apelação Cível
Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00017765220108160167 Declaratória. Apelante: Arthur Lundgren Tecidos Sa - Casas Pernambucanas. Advogado: Kamila Oliveira Parente, Ed Nogueira de Azevedo Junior, Marcelo Maschio Cardozo Chaga. Rec.Adesivo: Genilda dos Santos. Advogado: Osmar Araújo Soares. Apelado (1): Genilda dos Santos. Advogado: Osmar Araújo Soares. Apelado (2): Arthur Lundgren Tecidos Sa - Casas Pernambucanas. Advogado: Kamila Oliveira Parente, Ed Nogueira de Azevedo Junior, Marcelo Maschio Cardozo Chaga. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1001º Processo 0824715-4 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062558120058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelante (2): João Carlos Pereira Dias. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s).

Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1002º Processo 0824750-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00288153220098160014 Indenização. Apelante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Fábio Martins Pereira, Willian Train Júnior, Fernanda Simões Viotto. Apelado: Espólio de Angelo Guaracy Rostirolla. Advogado: Louriberto Vieira Gonçalves. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1003º Processo 0824960-9 Apelação Cível
Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001965820078160145 Indenização. Apelante: Dario Martins. Advogado: Marcos Henrique Mendes Vilela, Cleber Batista. Apelado: Eliete Gervasio da Silva. Advogado: Silvia Maria de Melo Rosa, João Rogério Rosa, Julio Ricardo Aparecido de Melo Rosa. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1004º Processo 0824969-2 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00049409720048160017 Cobrança. Apelante (1): Triângulo Administradora de Consórcios Ltda. Advogado: Milton Placido de Castro. Apelante (2): Interbrazil Seguradora Sa. Advogado: Aldrin Sene Amaral. Apelado: Maria do Couto Fiorati. Advogado: José Anunciato Sonni, Anderson Crozariolli Tavares, Indianara Pavesi Pini. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1005º Processo 0825211-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00353499420108160001 Exibição de Documentos. Apelante: Patricia Raimundo Gouveia. Advogado: Júlio Cezar Engel dos Santos. Apelado: Associação Comercial de São Paulo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1006º Processo 0825782-9 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00038099420088160131 Indenização. Apelante: Bruno Gabriel da Silva, Leonardo Schinobli Pereira. Advogado: Lucas Schenato. Apelado: Cintia Maria Zago. Advogado: Jorge Luiz de Melo, Tatiane Aparecida Lange. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1007º Processo 0826004-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00071353020098160001 Cobrança. Apelante: Condomínio Edifício Batel Main Offices Ii. Advogado: Manuel Pedro Mengelberg Junior, Joel Henrique Melnik. Apelado: Mainhouse Construções Civis Ltda. Advogado: Luciano Hinz Maran, Alceu Rodrigues Chaves. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1008º Processo 0826118-3 Apelação Cível
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00032051020088160075 Ordinária. Apelante (1): Caixa Econômica Federal. Advogado: Gilberto Gemin da Silva. Apelante (2): Sul América Companhia Nacional de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França, Rosangela Dias Guerreiro. Rec.Adesivo: Antônio Galvão Massari (maior de 60 anos), Evair Picolotto Giandoso, Joel Alves Faria, Natal da Silva, Teodolino Viana Prado Neto. Advogado: Elaine Mônica Molin, Mário Marcondes Nascimento. Apelado (1): Sul América Companhia Nacional de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França, Rosangela Dias Guerreiro. Apelado (2): Antônio Galvão Massari, Joel Alves Faria, Natal da Silva, Teodolino Viana Prado Neto, Evair Picolotto Giandoso. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1009º Processo 0827434-6 Apelação Cível
Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000246420108160096 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Iracema Cordeiro Iareski, Luiz Carlos Ferreira, Lucinéia Pereira Rocha, Rosa Helman (maior de 60 anos), Noel José de Moraes (maior de 60 anos), Maria de Lourdes Ferreira Moraes, Natanael Moreira da Silva, Noêmia Cardozo da Silva. Advogado: Carlos Alves. Apelado: Federal de Seguros Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro, César Augusto de França. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1010º Processo 0827946-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00226871120108160030 Cobrança. Agravante: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich, Thais Malachini. Agravado: Rita de Cassia Francisco de Carvalho. Advogado: Munirah Muhieddine. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1011º Processo 0828528-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006676620118160167 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Benedita Apareceida Padovan, Elias Apóstolo de Oliveira, Joaquim Bernardo dos Santos, Mateus Messias dos Santos. Advogado: Giorgia Enrietti Bin, Camila Enrietti Bin. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1012º Processo 0828592-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00110822420088160035 Indenização. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Priscila Perelles, Silvana da Silva. Apelado: Amélia Burakowski Sary (maior de 60 anos). Advogado: Isabel de Fátima Szary. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1013º Processo 0829000-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 050263 Cobrança. Agravante: Cia Excelsior de Seguros. Advogado: Luiz Henrique Bona Turra, Claudia Montardo Rigoni, Juliane Feitosa Sanches. Agravado: João Carlos Alves Pires. Advogado: Tatyane Priscila Portes Stein. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1014º Processo 0829019-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012624920118160043 Indenização. Agravante: Viação Graciosa Ltda.. Advogado: Roberto José Taques de Negreiros. Agravado: Leonilda Westphalem Barba. Advogado: Abilio Vieira Neto. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1015º Processo 0829573-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00054246420118160083 Reparação de Danos. Agravante: Ângela Maria Ferreira - Basico da Construção me. Advogado: Marcos dos Santos. Agravado: Rodrigo José Azzolini. Advogado: Rodrigo Parizotto Bandeira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1016º Processo 0829865-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Guaíra. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00027308420098160086 Ordinária. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Valdelina Carraro. Advogado: Giorgia Enrietti Bin, Simone Martins Cunha. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1017º Processo 0829928-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00252616020118160001 Indenização. Agravante: Generson Costa da Silva. Advogado: Rodrigo Carlos Vallejo Bório, Mauricio Teixeira Mansano Junior. Agravado: Edemar Fritz Junior, Aspam Associação Paranaense de Apoio Ao Mutuário. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1018º Processo 0830192-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00066064420118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Antonio Vicente Pereira. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1019º Processo 0830839-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 199700000546 Prestação de Contas. Agravante: Condomínio Centro Habitacional Visconde de Mauá I. Advogado: Ardêmio Dorival Mücke, Leirson de Moraes Mücke, Gleidson de Moraes Mücke. Agravado: Salvador Iran Ferreira. Advogado: Fernando Cézar Ferreira de Souza. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1020º Processo 0831367-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 200100001182 Indenização. Agravante: Espólio de Luiz Aníbal Calderari, Espólio de Hilda dos Santos Calderari, Zilah Calderari da Silva (maior de 60 anos), Carlos Oswaldo Morais Andrade. Advogado: Carlos Oswaldo Morais Andrade. Agravado: Zenith Engenharia Ltda. Advogado: Genésio Sella. Interessado: Carlos Roberto Bellizzi, Marilu Belizzi, João Almir Zablonski, Adriana do Pilar Rubpprecht Zablonskki, Dirceu Trinti. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1021º Processo 0822044-2 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062150220058160129 Indenização. Apelante: Petróleo Brasileiro Sa Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Sebastião Seiji Tokunaga, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelado: Aroldo Aguiar (maior de 60 anos). Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1022º Processo 0822934-1 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00286525220098160014 Declaratória. Apelante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Gilberto Pedriali, Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos. Apelado: Amélia Bernardes (maior de 60 anos). Advogado: Maria Elizabeth Jacob. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1023º Processo 0822972-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00018782920068160001 Declaratória. Apelante (1): Sul América Seguro Saúde Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Márcio Alexandre Cavenague. Apelante (2): Matcon Fomento Comercial Ltda. Advogado: Marcus Vinicius Tadeu Pereira, Leandro Hiroiti Takashima, Paulo Sérgio Stahlschmidt Cachoeira. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1024º Processo 0823006-6 Apelação Cível
Comarca: Realeza. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00007633320098160141 Declaratória. Apelante: Valdecir Borges da Silva. Advogado: Neimar José Pompermaier. Apelado: Lojas Cacique Financeira. Distribuição Automática em

20/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1025º Processo 0823091-5 Apelação Cível

Comarca: Ribeirão Claro. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004624320108160144 Embargos a Execução. Apelante: Triunfante Comércio de Alimentos Ltda. Advogado: Cecília Inácio Alves, Roberta Cruciol Avanço. Apelado: José Henrique Mio. Advogado: Otávio Cadenassi Filho. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1026º Processo 0823975-6 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00147663320078160021 Indenização. Apelante: Espólio de Samuel Antonio da Silva. Advogado: Eni Domingues. Apelado: Lucas Orsini Martins. Advogado: Marcos Vinicius Dacol Boschirolli, Juliana da costa Mendes. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1027º Processo 0824148-3 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00018809620068160001 Cobrança. Apelante: Condomínio do Edifício Curityba Flat Batel. Advogado: César Augusto Terra. Apelado: Isp Consultoria Empresarial Empreedimentos e Participações Ltda. Advogado: Octavio Campos Fischer, Karla Ferreira de Camargo Fischer. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1028º Processo 0824492-6 Apelação Cível

Comarca: Capitão Leônidas Marques. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00008053320068160062 Indenização. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Apelado: Kassio Francisco Walter. Advogado: Nerei Alberto Bernardi. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1029º Processo 0824632-0 Apelação Cível

Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062359020058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelante (2): Izaque Gonçalves da Silva. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1030º Processo 0824683-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00070954820098160001 Indenização. Apelante: Arilete Regina Cytrynski. Advogado: Maurício Gavanski. Apelado: Yahoo! do Brasil Internet Ltda. Advogado: Carlos Alberto Hauer de Oliveira, André Zonaro Giacchetta, Ciro Torres Freitas. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1031º Processo 0824690-2 Apelação Cível

Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063077720058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelante (2): Antônio Valdemar Baran. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1032º Processo 0824794-5 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00158276220088160030 Reparação de Danos. Apelante: Espólio de Roger de Andrade Correa. Advogado: Marilene Car Feliciano. Apelado (1): Maria Nilsa Borges da Silva. Advogado: Cristian André Sulzbacher Kasper, Luiz Marcelo Szczepanski. Apelado (2): Bradesco Auto Re Companhia de Seguros. Advogado: Rodrigo Carlesso Moraes, José Fernando Vialle, Rafaela Denes Vialle. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1033º Processo 0825743-2 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00178192420098160030 Cobrança. Apelante: Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada Sa. Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari, Lucas Henrique Zandonadi Gomes. Apelado: Claudinei de Carvalho. Advogado: Munirah Muhieddine. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1034º Processo 0825946-3 Apelação Cível

Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000229420108160096 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Oldair José Ubessi, Evaldo Vidal de França, Ana Maria de França (maior de 60 anos), Natanael Moreira da Silva, Noêmia Cardozo da Silva, Sonia Maria da Cunha dos Anjos, Verônica Aparecida Cardoso. Advogado: Carlos Alves. Apelado: Federal de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França, Rosangela Dias Guerreiro. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin

1035º Processo 0827764-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00246804520118160001 Declaratória. Agravante: Bevilaqua, Tetto e Advogados Associados. Advogado: Juliano França Tetto, André Luís Tisi Ribeiro. Agravado: Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1036º Processo 0828304-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00266477220108160030 Cobrança. Agravante: Caixa Seguradora Sa. Advogado: Tatiane Muncinelli, Juliane Feitosa Sanches, Luiz Henrique Bona Turra. Agravado: Aroldo Varela. Advogado: Francisco Evandro de Oliveira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1037º Processo 0828625-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00138677020098160019 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Ivanilda Batistelli, Maria Teleginski, Neldi Berger, Reny Batista Ribeiro Bueno. Advogado: João Manoel Grott, Mário Marcondes Nascimento. Agravado: Sul America Companhia Nacional de Seguros Gerais. Advogado: Karina Hashimoto. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1038º Processo 0828982-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00021488220108160043 Execução de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Marinez de Oliveira Cassilha. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1039º Processo 0829137-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00262502720118160014 Cobrança. Agravante: Mirtes Ribeiro Silva. Advogado: Luana Cervantes Maluf, Rogério Bueno Elias, Rogério Resina Molez. Agravado: Mapfre Seguros S.a.. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1040º Processo 0829602-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000551 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Alceu Costa Freire. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1041º Processo 0829733-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Mandaguari. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006784620098160109 Indenização. Agravante: Sul America Companhia Nacional de Seguros. Advogado: César Augusto de França. Agravado: Iracema Munhoz Bazilio. Advogado: Jean Carlos Martins Francisco, Hugo Francisco Gomes, Josiane Pires Viana. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1042º Processo 0829805-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Porecatu. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200900000105 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda. Agravado: Aparecida Ribeiro de Jesus, Gercino Ferreira de Souza, João Pereira Costa, José Dantas da Rocha, Lourival de Souza, Maria Lourdes Campos, Nelson Messias do Nascimento, Odair Inácio Nunes, Onofre Batista da Silva, Vanildo Roque Dias. Advogado: João Emilio Zola Junior, Raul Barbi. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1043º Processo 0830244-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200200000807 Execução Provisória. Agravante: Clóvis Aparecido Martins. Advogado: Clovis Aparecido Martins. Agravado: Associação Residencial Firenze. Advogado: Ideraldo José Appi. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1044º Processo 0831282-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 199300000054 Execução de Sentença. Agravante: Sindicato dos Trabalhadores Nas Indústrias de Ladrilhos Hidráulicos Produtos de Cimento e Artefatos de Cimento Armado de Curitiba. Advogado: Gelson Barbieri. Agravado: Isdralit S/a Indústria e Comércio. Advogado: Aldo José de Paula. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

1045º Processo 0823050-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00056806420088160001 Cobrança. Apelante: Condomínio Residencial Vida Nova. Advogado: Ingrid Kuntze. Apelado: Anderson Rodrigo Soares Mathias, Cristiane Olberts de Souza. Advogado: Giselle Moreno Jardim. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1046º Processo 0823334-5 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00072523420048160021 Indenização. Apelante (1): Itaú Seguros S/a. Advogado: Wanderlei de Paula Barreto, Luciany Michelli Pereira dos Santos, João José da Fonseca Junior. Apelante (2): Ana Maria Bieger Veiga, Nadir Sebastião Veiga. Advogado: Thaianna Klaime, Michel Risso. Apelante (3): Coopavel Cooperativa Agroindustrial. Advogado: Nilberto Rafael Vanzo, José Fernando Marucci, Danieli Michelon do Valle. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1047º Processo 0823936-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00001525519998160004 Reparação de Danos. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Gilberto Rodrigues Baena, Daniele Blanco Gonçalves, César Augusto Terra, João Leonelho Gabardo Filho, Jaqueline Zambon. Apelado: Antonio Enéas de Oliveira. Advogado: Aparecido Soares Andrade. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa

1048º Processo 0823941-0 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00257096220098160014 Exibição de Documentos. Apelante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Rodrigo Rodrigues da Costa, Carlos Alexandre Rodrigues, Paulo Henrique Gardemann. Apelado: Romulo Aparecido Rodrigues Batista. Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa

1049º Processo 0824166-1 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00156142720068160030 Indenização. Apelante (1): Transportadora Binacional Ltda. Advogado: Hiran José Denes Vidal, José Bento Vidal Filho. Apelante (2): Golden Kitchen Distribuidora de Utilidades Domésticas Ltda. Advogado: Lauren Machado Moreira. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa

1050º Processo 0824226-2 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00049207920098160131 Declaratória. Apelante: Antonio Djaime Baldin. Advogado: Diego Bodanese, Marcos Dulcir Mozzer Fim. Apelado: Losango Promoções de Vendas Ltda. Advogado: Mirella Parra Fulop, Gustavo Viana Camata. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa

1051º Processo 0824422-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00008042820068160004 Indenização. Apelante (1): Reinaldo Maciel de Lima, Daiane Andriele de Paulo de Lima. Advogado: Gustavo Cavallin de Araújo, Thiago Henrique Zanchi de Souza. Apelante (2): Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Flávio Bueno. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa

1052º Processo 0824435-1 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00093364420098160017 Cobrança. Apelante: Sul América Companhia Nacional de Seguros Sa. Advogado: Glauco Iwersen, Milton Luiz Cleve Küster, Mariana Pereira Valério. Apelado: Cecília Pino de Jesus. Advogado: Charles Zauza. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa

1053º Processo 0824452-2 Apelação Cível

Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025361420098160077 Cobrança. Apelante: Dpvat - Tokio Marine Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Ellen Karina Borges Santos. Apelado: Wagner da Silva. Advogado: Valdir Rogério Zonta. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1054º Processo 0825340-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059811120088160001 Cobrança. Apelante: Maria Alzira Moreti, José Adail Moretti Albuquerque. Advogado: Liliana Orth Dielh. Apelado: Mongeral Sa Seguros e Previdência. Advogado: Mônica Ferreira Mello Biora, Milton Luiz Cleve Küster, Murilo Cleve Machado. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa

1055º Processo 0825451-9 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00322308620108160014 Cobrança. Apelante: Apoio Garra Serviços de Vigilância e Segunraça Ss Ltda. Advogado: Cláudia Akemi Mito Furtado, Roberto Tadeu Furtado. Apelado: Marítima Seguros Sa. Advogado: Alessandro Dias Prestes. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa

1056º Processo 0826194-3 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00130460320088160019 Indenização. Apelante (1): Abigail Rodrigues de Oliveira. Advogado: Consuelo Taques Ferreira Salamacha, José Eli Salamacha. Apelante (2): Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa. Advogado: Edmilson Rodrigues Schiebelbein, José Schell Júnior, Luiz Guilherme Buss. Apelado (1): Guilherme Kassab Siqueira. Advogado: Henrique Henneberg, Gustavo Souza Netto Mandalozzo. Apelado (2): Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa. Advogado: Edmilson Rodrigues Schiebelbein, José Schell Júnior, Luiz Guilherme Buss. Apelado (3): Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Stephanie Zago de Carvalho, Sueila Lima de Araújo. Apelado (4): Abigail Rodrigues de Oliveira. Advogado: Consuelo Taques Ferreira Salamacha, José Eli Salamacha. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa

1057º Processo 0826277-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Lapa. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00030857220118160103 Ordinária. Agravante: Ana Amado de Carvalho, Adair Vieira de Oliveira, Antônio Maria Sant'ana, Benedita Irene Afonso Coelho, Catarina Rodrigues de Oliveira, Dinair Cristina Gonçalves Machado, Geverson Matielo, Hamilton Rogério Vidal, Ivan Eulálio Rodrigues, José Ari Teixeira, Luciane Mildemberg, Lorival Maidl Goll, Maria Helena Hammerschimidt Taborda, Marisa Vieira de Oliveira, Maria da Luz Delponte, Osvaldo Amarante Padilha, Rogelson da Anunciação. Advogado: Thiago Haviaras da Silva, Tiago Schroeder Russi, Ernani Ernesto Morestoni. Agravado: Bradesco Seguros SA. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1058º Processo 0827940-9 Apelação Cível

Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005324420098160096 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Emílio Stesko (maior de 60 anos), Neuza de Oliveira Stesko, Averaldo de Matos, Valdomiro Alves do Nascimento (maior de 60 anos), Domingos Teodoro do Carmo (maior de 60 anos), Maria Aparecida Rodrigues Farias, Raulino da Luz Farias. Advogado: Carlos Alves. Apelado: Federal de Seguros Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro, César Augusto de França. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa

1059º Processo 0828443-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00345233420118160001 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Joarez Evangelista Franco, Lucia Nemecek, Mauro Duran Barquilha, Marcos Van Ray, Paulo Gilberto Chyczyi, Cleusa Aparecida da Silva, Guetti Otto, Laura Amélia Costa Jordão, Luzia Tortola da Cruz, Nivaldo Manoel Duarte, Renil Aparecida Nazareno, Carmem Balles Rodrigues, Melania Pietrobom, Irene da Luz Silva Machosiki, Vilma de Fátima de Camargo, Cintia Cristina Honji, Alberto Magno Costa Fonseca, Ana Paula Ball, Rosangela Bueno Bettega, Margot Scarant Bissi, Ismael Simoes de Oliveira, Valdeci Pereira Goulart, Nilza Aparecida de Souza, Lilian Regina Mottin, Márcia Yamashiro, Douglas Henrique Aring, Edison Gonçalves de Lima, Idécia de Sousa Coelho, Silvia Margarida Glitz. Advogado: Dario Borges de Liz Neto, Ivan Cesar Azevedo Borges de Liz. Agravado: Bradesco Seguros SA. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1060º Processo 0828641-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010381420118160043 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Leonidas Alves Cordeiro. Advogado: Fabiano Neves Macieywski. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1061º Processo 0828698-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00152181620118160017 Declaratória. Agravante: Unimed Regional Maringá - Cooperativa de Trabalho Médico. Advogado: Fabio Bittencourt Ferraz de Camargo, Márcio Luís Piratelli. Agravado: Olimpio de Almeida, Elci Vieira de Almeida. Advogado: Valeria Silva Galdino, Dirceu Galdino Cardin, Ingo Hofmann Junior. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1062º Processo 0828858-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 052382 Indenização. Agravante: Antônio Augusto Lourenço Vinhas. Advogado: Daniel Fernando Pastre, Juscelino Clayton Castardo. Agravado: Cohab-ct. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1063º Processo 0829099-5 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00119491220108160014 Declaratória. Apelante: Evany Beralde (maior de 60 anos). Advogado: João Rodrigues de Oliveira, Tirone Cardoso de Aguiar. Apelado: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: José Carlos Martins Pereira, Margarida Sathler, Luiz Carlos do Nascimento. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1064º Processo 0829216-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000317 Reparação de Danos. Agravante: Advance Comércio de Peças e Serviços Automotores Ltda.. Advogado: Thiago Caversan Antunes, André Batista Luiz. Agravado (1): Graciela Maria Goes Zamuner. Advogado: Alvino Aparecido Filho. Agravado (2): Renault do Brasil S/a. Advogado: Carlos Fernando Correa de Castro, Adriana D'Avila Oliveira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1065º Processo 0829350-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00059992620108160045 Cobrança. Agravante: Itaú Seguros Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Iara Lima Martim. Advogado: Fábio Viana Barros, Irene de Fátima Surek de Souza. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1066º Processo 0829723-6 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00194332020068160014 Responsabilidade Obrigacional. Apelante (1): Caixa Econômica Federal. Advogado: Francisco Spisla. Apelante (2): Caixa Seguradora Sa. Advogado: Douglas Godoy, Glauco Iwersen. Rec.Adesivo: Antonio Miranda Sobrinho (maior de 60 anos), Augusto Soares dos Reis, Francisco Barreto (maior de 60 anos), Gilberto Bez, Lauri Lino de Souza, Maria de Lourdes Loteiro de Oliveira, Cecília Bernadete, Francisco de Assis Cardoso, Hermínio Coelho, Jamil Funes. Advogado: Fernando Anzola Pivaro, Jean Carlos Martins Francisco. Apelado (1): Antonio Miranda Sobrinho (maior de 60 anos), Augusto Soares dos Reis, Francisco Barreto (maior de 60 anos), Gilberto Bez, Lauri Lino de Souza, Maria de Lourdes Loteiro de Oliveira, Cecília Bernadete, Francisco de Assis Cardoso, Hermínio Coelho, Jamil Funes. Advogado: Fernando Anzola Pivaro, Jean Carlos Martins Francisco. Apelado (2): Caixa Econômica Federal. Advogado: Francisco Spisla. Apelado (3): Caixa Seguradora Sa. Advogado: Douglas Godoy, Glauco Iwersen. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa

1067º Processo 0829975-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Assis Chateaubriand. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200900000496 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda. Agravado: Jose Airton de Oliveira, Nadia Maria Boesing, Alfredo Gomes dos Santos, Anderson Baroni de Carvalho, Eliane Guelfi dos Santos Silva, Eunice Paulino da Silva, Josiane Gonçalves do Nascimento, Juceli Fatima Zangrade dos Santos, Maria Mariza Gomes, Maria Milza Rodrigues Panstein, Ricardo Gaias, Roberto Gonçalves do Nascimento, Tereza da Silva Teixeira. Advogado: Otávio Guilherme Ely, Marcelo da Costa Gambogi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1068º Processo 0830252-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000637 Ordinária. Agravante: Maria Dantas dos Santos, Cláudia Suzana da Mota, Adalgisa Colombo, Maria Rosa Deganuti Catharini, Sebastião Rosseti, Malvino Batista do Amaral Sobrinho, Claudemir Fernandes, Maria Aparecida Checo, Elza Nunes da Silva, Adélcio Moreira. Advogado: Ruth de Godoy Machado Nogara. Agravado: Sul América Companhia Nacional de Seguros. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1069º Processo 0830298-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001103 Cumprimento de Sentença. Agravante: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Pastora de Carvalho Oliveira Gomes. Advogado: Robson Sakai Garcia. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1070º Processo 0830727-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000168 Cobrança. Agravante: Itau Seguros S/a. Advogado: Ricardo Lasmar Sodré, Mercedes Helena de Souza Oliveira, Márcia Satil Parreira. Agravado: Adão de Andrade. Advogado: Heber Sutili, Rafael Viganó. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1071º Processo 0830799-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00093064720118160014 Declaratória. Agravante: Banco Itaú Unibanco S/a. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Agravado: Douglas de Souza Santos. Advogado: Maurício José Morato de Toledo, Vinícius Carvalho Fernandes, João Carlos Lima Santini. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1072º Processo 0822797-8 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00124554020058160021 Reparação de Danos. Apelante: Wilmar Schmidt Schafer, Edemar Ludtke. Advogado: Luiz Adriano Zaguini. Apelado (1): Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari, Arthur Daniel Calasans Kesikowski, Elisama Montagnini Capellazzi. Apelado (2): Tranzal Transportes Zanella Ltda. Advogado: Fabíola da Motta Figueira. Interessado: Gilmar Schmidt Schafer. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1073º Processo 0823059-7 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00176185920098160021 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa. Advogado: Flávia Balduíno da Silva, João Alves Barbosa Filho, Henrique Alberto Faria Motta. Apelado: João André Simioni. Advogado: Rossandra Pavani Nagai, Kenji Della Pria Hatamoto, Fernando Alberto Santin Portela. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1074º Processo 0823061-7 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00124335120068160019 Cobrança. Apelante: Espólio de Elias José Curi, José Samuel Curi, Jime Elias Curi, Rubens Curi, Lidia Scheidt Curi. Advogado: Maurício Luz. Interessado: Sada Rachel Curi de Macedo. Advogado: Luiz Alberto de Oliveira Lima. Apelado: Condomínio e Edifício Nastas. Advogado: Paulo Henrique Camargo Viveiros. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega

1075º Processo 0823140-3 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00064232020048160129 Indenização. Apelante: Ademar Crisanto da Silva. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Nilton Antônio de Almeida Maia. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1076º Processo 0823706-1 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00241345320088160014 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Flávio Penteado Geromini, Luiz Henrique Bona Turra, Tatiane Muncinelli, Arthur Sabino Damasceno, Monicielle Mazzocco Souza. Apelado: Terezinha Carvalho dos Santos. Advogado: Odair Martins. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1077º Processo 0824085-1 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00053569020068160083 Indenização. Apelante: José Carlos Gomes. Advogado: Nilson Roberto Custodio, Kelly Cristina Martins. Apelado: Lourdes Aparecida Gonçalves. Advogado: William Ozorio, Fábio Luiz Santin de Albuquerque. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega

1078º Processo 0824238-2 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00023993020108160131 Cobrança. Apelante: Bradesco Seguros SA. Advogado: Flávio Penteado Geromini, Luiz Henrique Bona Turra, Tatiane Muncinelli, Arthur Sabino Damasceno, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado. Apelado: Gustavo Henrique Eulário dos Santos. Advogado: Wanderley Antonio de Freitas, Fabiana Eliza Mattos. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega

1079º Processo 0824544-5 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00141509320098160019 Indenização. Apelante: Terezinha Carvalho de Souza. Advogado: Laertes José Sant´Ana Costa Júnior. Apelado (1): All - América Latina Logística Malha Sul Ltda. Advogado: José Augusto Araújo de Noronha, Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto, Brasílio Vicente de Castro Neto. Apelado (2): Gersepa Serviços de Segurança e Vigilância Ltda. Advogado: Tatiana Schmidt Manzochi, Ana Carolina Coelho Barroso. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega

1080º Processo 0824646-4 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063120220058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelante (2): Adenilton Alves dos Santos. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega

1081º Processo 0824770-5 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062210920058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelante (2): João Domingues dos Santos (maior de 60 anos). Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega

1082º Processo 0825073-5 Apelação Cível
Comarca: Colorado. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00002330820108160072 Declaratória. Apelante: Banco Panamericano Sa. Advogado: NATALIA SCHWINGEL DE SOUZA. Apelado: Cristina Franco de Oliveira. Advogado: Adriana Aparecida Martinez, Carina Marini. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega

1083º Processo 0825580-5 Apelação Cível
Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000636120108160096 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Orlando da Silva, Edilaine Maria Ferri da Silva, Ademilson Aparecido Ribeiro, Maria Sonia Cavalcante Bezerra Ribeiro, José Galvão, Lourdes dos Santos Galvão. Advogado: Carlos Alves. Apelado: Federal de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França, Rosangela Dias Guerreiro. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega

1084º Processo 0826318-3 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00055127120058160129 Indenização. Apelante: Bunge Alimentos Sa. Advogado: José Altevir Mereth Barbosa da Cunha, Valdinir Kubaski, José Maria Valinas Barreiro. Apelado: Jussara Cunha de Miranda (maior de 60 anos), Daiane Cunha de Miranda, José Miranda Netto (Representado(a)), Natália Cunha de Miranda. Advogado: Altevir Lucas Hartin Junior, Belmiro Cesar Fernandes Trotta Telles. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega

1085º Processo 0826615-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00055178420088160001 Indenização. Apelante: Maykon Fabio Guedes Roquejani. Advogado: Amauri Antônio Perussi. Apelado: Sociedade Rádio Emissora Paranaense Sa. Advogado: Rodrigo Xavier Leonardo, Marcelo Piazzetta Antunes. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega

1086º Processo 0827966-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00024825320078160001 Cumprimento de Sentença. Agravante: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a. Advogado: Deborah Sperotto da Silveira. Agravado: Clinica O. R. L. Dr. Camarco S/c. Advogado: Antônio Celso Cavalcanti de Albuquerque, Edgard Cavalcanti de Albuquerque Neto, Afonso Proenço Branco Filho. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1087º Processo 0828223-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 200200001239 Indenização. Agravante: Juliano Todeschini de Andrade. Advogado: Gilson João Goulart Júnior. Agravado: Jornal do Brasil Sa. Advogado: Leonardo Souza. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1088º Processo 0828389-0 Apelação Cível
Comarca: Colorado. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00016921620088160072 Ordinária. Apelante: Bradesco Seguros SA. Advogado: Raquel Soboleski Cavalheiro, Rafael Nogueira da Gama. Apelado: Atamario Niles da Silva, Clemente de Jesus (maior de 60 anos), Antonio Gonçalves França, Jair Jeronimo, João Marques (maior de 60 anos), João Soares da Cruz (maior de 60 anos). Advogado: Giorgia Enrietti Bin. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega

1089º Processo 0828622-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001115 Cobrança. Agravante: Tokio Marine Seguradora S.a.. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Claudia Montardo Rigoni. Agravado: Jose Carlos Leonardo.

Advogado: Valdir Rogério Zonta. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1090º Processo 0828738-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001129 Indenização. Agravante: Ruy Poli, Cynira Silveira Fernandes. Advogado: Tirsiley Débora Formigani Correia, Eliane Viana Zaponi. Agravado: Ferrari Indústria e Comércio de Caixas D'água Ltda., Sebastião Basílio da Costa. Advogado: Tirsiley Débora Formigani Correia. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1091º Processo 0829379-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00093943020108160173 Cobrança. Agravante: Centauro Vida e Previdencia S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Celoi da Gama Branco, Rosana da Costa, Osmar Brilhante. Advogado: Braz Reberte Pedrini, Alex Reberte, Douglas Andrade Matos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1092º Processo 0829455-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00222961220118160001 Declaratória. Agravante: Brasil Telecom S/a. Advogado: Sandra Regina Rodrigues. Agravado: João Ferraz da Silva. Advogado: Dirceu Zanoni. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1093º Processo 0829709-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 199700001075 Cumprimento de Sentença. Agravante: Capemi Caixa de Pecúlios Pensões e Montepios. Advogado: Cícero Belin de Moura Cordeiro. Agravado: Adalgiza de Mello Queiroz. Advogado: Frederich Mark Rosa Santos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1094º Processo 0829817-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000387 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Dirce de Moura Silva, Terezinha Alves da Silva, Tereza Lucio Vieira, Regina da Silva Freitas, Isabel Machado Moniz. Advogado: Ademar Massakatsu Fuzita. Agravado: Sul America Companhia Nacional de Seguros. Advogado: César Augusto de França, Lucas Azevedo Rios Maldonado. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1095º Processo 0830227-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063969020118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Leonezio Malaquias Pereira. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1096º Processo 0830897-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 200100000084 Cumprimento de Sentença. Agravante: Edson Neres, Elizabete Renato Neres. Advogado: Renata Teixeira de Freitas, Caroline Said Dias. Agravado: Viviane Maria Rega David, Marina Rega David (Representado(a)), Larissa Rega David (Representado(a)). Advogado: Fabiana Carla de Souza. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1097º Processo 0831004-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00679583320108160001 Cobrança. Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Flávio Penteado Geromini, Luiz Henrique Bona Turra. Agravado: Kassio Barbosa Sgoda. Advogado: Daniele Dias dos Reis. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto

1098º Processo 0822607-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00008259219988160033 Reparação de Danos. Apelante: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. Advogado: Carlos Eduardo Manfredini Hapner, Aline Amaral Uchoa, Tarcisio Araújo Kroetz, Fabíola Polatti Cordeiro Fleischfresser. Rec.Adesivo: Élio Oliveira Lopes, Tânia Maria da Silva. Advogado: Márcia Cristina Jonson, Lídio Dias Delgado. Apelado (1): Carrefour Comércio e Indústria Ltda. Advogado: Carlos Eduardo Manfredini Hapner, Aline Amaral Uchoa, Tarcisio Araújo Kroetz, Fabíola Polatti Cordeiro Fleischfresser. Apelado (2): Élio Oliveira Lopes, Tânia Maria da Silva. Advogado: Márcia Cristina Jonson, Lídio Dias Delgado. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega

1099º Processo 0822778-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00241259120088160014 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Ellen Karina Borges Santos. Apelado: Bazilio Egidio Chagas. Advogado: Robson Sakai Garcia, Antônio Carlos Cantoni, Thaisa Cristina Cantoni. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1100º Processo 0822871-9 Apelação Cível
Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00019124920108160167 Declaratória. Apelante: Leonora Simões Vieira. Advogado: Massaki Fujimura Júnior. Apelado: São Crispim Calçados. Advogado: Osmar Araújo Soares. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1101º Processo 0823489-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00059716420088160001 Cobrança. Apelante: Condomínio Conjunto Residencial Ouro Verde 1. Advogado: Antonio Emerson Martins. Apelado: Gilmar Antônio Turok. Advogado: Carlos Albirone Toazza. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega

1102º Processo 0823660-0 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00060115520058160129 Indenização. Apelante: Petróleo Brasileiro Sa - Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado: Lindamil Maria da Silva. Advogado: Saulo Bonat de Mello, Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Kleber Augusto Vieira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1103º Processo 0823904-7 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00141907520098160019 Indenização. Apelante: Dell Computadores do Brasil Ltda. Advogado: Nelson Junki Lee, André Luis Agner Machado Martins, Fabíola Pavoni José Pedro. Apelado: Provence Veículos Ltda. Advogado: Alexandre Augusto Devicchi, Fabiano Camillo, Gisele Karine Costa. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1104º Processo 0824116-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00049187720108160001 Cobrança. Apelante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Flávio Penteado Geromini, Luiz Henrique Bona Turra, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Tatiane Muncinelli. Apelado: Jaqueline da Silva Barros. Advogado: Tatyane Priscila Portes Stein. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega

1105º Processo 0824311-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00097878320108160001 Indenização. Apelante: Danilo Vicente Silva. Advogado: Vanusa Aparecida Hoffmann. Apelado: Balbina de Fatima dos Santos. Advogado: Dirceu Aparecido Vieira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1106º Processo 0824744-5 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063155420058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelante (2): Evaldo Barbosa Oelke. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1107º Processo 0824818-0 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059491720098160083 Indenização. Apelante (1): Meridiano Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Multisegmentos - Não Padronizado. Advogado: Raquel Gonçalves Nunes, Cláudia Cardoso. Apelante (2): Ana Paula da Silva. Advogado: Raquel Beatriz Sangaletti Lavratti. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1108º Processo 0825001-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00071283820098160001 Cobrança. Apelante: Centauro Vida e Previdência Sa. Advogado: João Alves Barbosa Filho, Flávia Balduíno da Silva. Rec.Adesivo: Abrão de Oliveira, Alessandro Gomes Cardoso, Cleverson Modesto dos Santos, Lucas Nascimento Silva, Wanderley Mathias Passos. Advogado: Eliane Marcks Mousquer. Apelado (1): Abrão de Oliveira, Alessandro Gomes Cardoso, Cleverson Modesto dos Santos, Lucas Nascimento Silva, Wanderley Mathias Passos. Advogado: Eliane Marcks Mousquer. Apelado (2): Centauro Vida e Previdência Sa. Advogado: João Alves Barbosa Filho, Flávia Balduíno da Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega

1109º Processo 0825316-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00086186120078160035 Indenização. Apelante: Francye Aparecida de Souza, Carlos Cesar de Souza. Advogado: Carlos Eduardo Nerez Lourenço. Rec.Adesivo: Guia Veículos Ltda. Advogado: João Paulo do Carmo Barbosa Lima. Apelado (1): Francye Aparecida de Souza, Carlos Cesar de Souza. Advogado: Carlos Eduardo Nerez Lourenço. Apelado (2): Guia Veículos Ltda. Advogado: João Paulo do Carmo Barbosa Lima. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega

1110º Processo 0825811-5 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00178253120098160030 Cobrança. Apelante: Adrieli Aparecida Farias. Advogado: Emerson Chibiaqui. Apelado: Aps Seguradora Sa. Advogado: João Carlos Silveira, César Aparecido de Carvalho. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega

1111º Processo 0825928-5 Apelação Cível
Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00000304619978160090 Cobrança. Apelante: Hsbc Seguros (brasil) Sa. Advogado: Washington Schwartz Machado de Oliveira. Rec.Adesivo: Ibitrans Transporte Rodoviário de Cargas Ltda. Advogado: Thais Ferreira Rocha. Apelado (1): Ibitrans Transporte Rodoviário de Cargas Ltda. Advogado: Thais Ferreira Rocha. Apelado (2): Hsbc Seguros (brasil) Sa. Advogado: Washington Schwartz Machado de Oliveira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior

1112º Processo 0826441-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Centenário do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000842 Ação Ordinária de Responsabilidade Civil. Agravante: Antonio Rosa da Silva, Edson Izaulino Rosa da Silva, Expedito José de Oliveira, João Aparecido da Silva, Jeanete Zaqui Ferreira, Leonildo Moretti, Leonice Godoi, Pedro Domingos, Robson Izaulino da Silva. Advogado: Giorgia Enrietti Bin, Simone Martins Cunha. Agravado: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, César Augusto de França, Tatiana Tavares de Campos. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega
1113º Processo 0826787-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200200000102 Indenização. Agravante: Aline Becker Sabadin. Advogado: Luiz Carlos D'Agostini, Fabielly Laidane Fernandes D'Agostini. Agravado: Sandra Mara Dalpra e Outros, Gilmar Dal Pra. Advogado: Maria Inês de Morais Oliveira, Luiz Antônio de Souza, Alessandra Helena Barbosa Marfil. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega
1114º Processo 0828417-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00002877220118160028 Indenização. Agravante: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. Advogado: João Leonel Antocheski. Agravado: Espólio de José Henrique Alves de Bonfim, Auria Maria Braun, Micheli Alves de Bonfim, Bruno Henrique Alves de Bonfim, Bruna Alves de Bonfim, Kauan Alves de Bonfim. Advogado: Jorge Abrão Faiad Neto. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega
1115º Processo 0828819-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00142706820118160019 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Vilma Terezinha Serafim, Auri José Doszanet, Carlos Ribeiro da Costa, Durval Correa Cardoso, Elisabete Grzebelucka, João Miguel Navarro, Luiz Carlos de Lima, Ozeias Nigelski de Moura, Osmar Lacerda da Rocha, Raquel Labres de Oliveira. Advogado: Ernani Ernesto Morestoni, Thiago Haviaras da Silva, Tiago Schroeder Russi. Agravado: Bradesco Seguros SA. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega
1116º Processo 0829020-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00239924420118160014 Ordinária de Cobrança. Agravante: Orivaldo Del Bianco. Advogado: Nanci Terezinha Zimmer, Karen Yumi Shigueoka, Fernanda Nishida Xavier da Silva. Agravado: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega
1117º Processo 0829029-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001123 Cobrança. Agravante: Agostinho Loures, Aguinaldo dos Santos, Alayde Gama da Silva (maior de 60 anos), Alcides Guilherme da Silva, Aldecy Alves da Rocha. Advogado: Roberto Eduardo Lago, Otávio Guilherme Ely, Marcelo da Costa Gambogi. Agravado: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Tatiana Tavares de Campos, César Augusto de França. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega
1118º Processo 0829462-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00181604320108160021 Indenização. Agravante: Marilene da Silva Melo, Jhonatan da Silva Melo, Samara da Silva Melo, Juliana da Silva Melo, Elidiane da Silva Melo Calcinomi. Advogado: Shirlei Dalva Bento. Agravado: Neori Vanin. Advogado: Luís Henrique Lemes, Adriano Luis Sandri. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega
1119º Processo 0829591-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000363 Mandado de Segurança. Agravante: Noel Gomes, Rafael Rossi Ramos. Advogado: Rafael Rossi Ramos, Viviane Pomini. Agravado: Auditor Fiscal da Unimed de Londrina. Advogado: Armando Garcia Garcia. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega
1120º Processo 0829674-8 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00073636520048160021 Execução. Apelante: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil Sa - Cassi. Advogado: Laíse Matros. Rec.Adesivo: Nilton Pereira Domingues, Dione Olynik. Advogado: Carlos Roberto Ferrarezi, Amélio Scaravonatti. Apelado (1): Nilton Pereira Domingues, Dione Olynik. Advogado: Carlos Roberto Ferrarezi, Amélio Scaravonatti. Apelado (2): Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil Sa - Cassi. Advogado: Laíse Matros. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior
1121º Processo 0829717-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 201000014715 Declaratória. Agravante: Maria Galdino Moreno. Advogado: Carlos Henrique Zaros Verri, Marcus Vinícius Zaros Verri, Edilson Panicki. Agravado: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Geni Romero Jandre Pozzobom, Margarida Sathler, Paulo Roberto Pires. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega
1122º Processo 0829888-2 Correição Parcial (Cam-Cv)
Comarca: Goioerê. Ação Originária: 200500000127 Indenização. Requerente: Alberto Gonçalves. Advogado: Aparecido Domingos Errerias Lopes, Aparecido Donizetti Andreotti, Rogério Andreotti Errerias. Requerido: Juiz de Direito da Comarca de Goioerê - Vara Cível. Interessado: Coopermibra - Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil. Advogado: Renato da Silva Fernandes. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega
1123º Processo 0830140-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000882 Liquidação. Agravante: Higashi Yoshii. Advogado: Gilberto Leal Valias Pasquinelli. Agravado: Valéria de Castro Argenton, Adriana de Castro Argeton, Jean Carlos de Castro Santos. Advogado: Adriano Cesar Felisberto. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega
1124º Processo 0830776-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 200900000655 Indenização. Agravante: Sul America Companhia Nacional de Seguros. Advogado: Jacques Nunes Attié, Leonardo de Lima e Silva Bagno. Agravado: Miguel Rodrigues da Costa, Joel Moreira Lima, Marina Aercia Miotto, José Dias. Advogado: Alcides dos Santos. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Renato Braga Bettega

_____ Seção Cível _____

1125º Processo 0777163-5/01 Dúvida de Competência (Seção Cível)
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 7771635 Apelação Civel. Suscitante: Desembargador José Carlos Dalacqua - 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Suscitado: Desembargador Shiroshi Yendo - 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessado: Banco do Brasil SA. Advogado: Nathália Kowalski Fontana, Richardt André Albrecht, Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna. Interessado: Metalúrgica Metal Typo Ltda. Advogado: Sarah Abdul Baki, Izabella Crispilio. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Desª Rosana Amara Girardi Fachin
1126º Processo 0792450-9/01 Dúvida de Competência (Seção Cível)
Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 7924509 Apelação Civel. Suscitante: Juiz Substituto Em 2º Grau Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira - 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Suscitado: Desembargador Lauri Caetano da Silva - 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessado: Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Reinaldo Mirico Aronis, Bruno Fabrício Lobo Pacheco. Interessado: Jose Miguel Del Carpio Peres. Advogado: Aurino Muniz de Souza. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Relator Convocado: Des. Silvio Dias
1127º Processo 0780845-7/01 Dúvida de Competência (Seção Cível)
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 7808457 Apelação Civel. Suscitante: Desembargador Laertes Ferreira Gomes - 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Suscitado: Desembargador Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessado: Eliana Kalau Gonzales. Advogado: Alex Adamczik. Interessado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Oldemar Mariano. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Des. Luiz Carlos Gabardo
1128º Processo 0785712-3/01 Dúvida de Competência (Seção Cível)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7857123 Apelação Civel. Suscitante: Juíza Substituta Em 2º Grau Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes - 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Suscitado: Desembargador Eugenio Achille Grandinetti - 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessado: Estado do Paraná. Advogado: Rogério Distefano, Valquiria Bassetti Prochmann, Marco Antônio Lima Berberi. Interessado: Aramis da Silva Dias. Advogado: Sergio Ney Cuéllar Tramujas. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry
1129º Processo 0754519-9/01 Incidente de Uniformização de Jurisprudência
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 7545199 Apelação Civel. Suscitante: 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessado: Banco Itaú SA. Advogado: Gilberto Rodrigues Baena, Jaqueline Zambon, João Leonelho Gabardo Filho, César Augusto Terra. Interessado: Zeni Antonia Becker. Advogado: Maurício Beleski de Carvalho. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama
1130º Processo 0830378-8 Ação Rescisória (GCCR/SCV)
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 4510216 Ação Rescisória. Autor: Empresa Funerária Nossa Senhora do Rocio Ltda, Harry Daijó. Advogado: Silvio Benjamin Alvarenga, Valdecy Longonio de Oliveira. Réu: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati. Revisor: Des. João Domingos Kuster Puppi
1131º Processo 0795954-4/01 Dúvida de Competência (Seção Cível)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 7959544 Apelação Civel. Suscitante: Desembargador Guilherme Luiz Gomes - 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Suscitado: Desembargador Luiz Lopes - 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessado: Fátima Regina Kotowski. Advogado: Júlio Cezar Engel dos Santos, Rafael de Lima Felcar. Interessado: Banco Ibi Sa - Banco Múltiplo. Advogado: Francisco Antônio Fragata Junior, Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho, Mikaeli Freitas. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima
1132º Processo 0809536-7/01 Dúvida de Competência (Seção Cível)
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 8095367 Apelação Civel. Suscitante: Desembargadora Regina Afonso Portes - 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessado: Mirna Luciana Truffa Papi Germiniano. Advogado: Carlos Frederico Viana Reis, Vinícius da Silva Borba. Interessado: Município de Londrina. Advogado: Ronaldo Gusmão. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima
1133º Processo 0737800-1/01 Dúvida de Competência (Seção Cível)
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 7378001 Apelação Civel. Suscitante: Juíza Substituta Em 2º Grau Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes - 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Suscitado: Desembargadora Dulce Maria Cecconi - 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça

do Estado do Paraná. Interessado: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Advogado: Amarildo Miguel Leal. Interessado: Sindicato dos Trabalhadores Em Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa - Sintespo. Advogado: Fábio Cordeiro. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

1134º Processo 0811669-2/01 Dúvida de Competência (Seção Cível)
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 8116692 Agravo de Instrumento. Suscitante: Desembargador Luiz Antonio Barry - 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Suscitado: Desembargador José Carlos Dalacqua - 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessado: Posto Sudoeste Ltda, Denarci Pinzon, Celair da Silva Pinzon. Advogado: Rogério Lopes Melo, Durvanir Ortiz Junior, Francioli Bagatin. Interessado: Fox Distribuidora de Petroleo Ltda. Advogado: Marcelo Oliva Murara, Luiz Carlos Franco. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Ângela Khury Munhoz da Rocha

1135º Processo 0753453-2/01 Dúvida de Competência (Seção Cível)
Comarca: Altônia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7534532 Apelação Civel. Suscitante: 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Suscitado: Desembargador Leonel Cunha - 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessado: Adílio Benitez, Leonilda Aparecida Cano, Antonio Domingos Cano. Advogado: Marcelo Dominicali Rigoti. Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Relator Convocado: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

_____ Seção Criminal _____

1136º Processo 0677501-3/02 Embargos Infringentes Crime (SCR)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Criminal. Ação Originária: 6775013 Apelação Crime. Embargante: Abelardo João Kluch. Advogado: Carlos Alberto de Oliveira Casagrande. Embargado: Ministério Público do Estado do Paraná. Ass.Acusação: Thereza Schreiber, Heinz Schreiber. Advogado: Álvaro Pedro Junior, Alexandre Coelho Vieira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão. Revisor: Des. Miguel Pessoa

_____ 10ª Câmara Cível _____

1137º Processo 0815799-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00062337120118160045 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Angelina Augusta Clarismundo (maior de 60 anos), Luiz Antonio de Andrade Alves, Osni Felício Marques, Paulo José de Paiva Filho (maior de 60 anos), Pedro Cesar Marcal, Rosiney Aparecida Morotti, Zito Marinho de Souza (maior de 60 anos). Advogado: Hugo Francisco Gomes, Mário Marcondes Nascimento. Agravado: Federal de Seguros Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1138º Processo 0822608-6 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00125019820068160019 Anulação de Ato Jurídico. Apelante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, José Antônio Broglio Araldi, Maurício Kavinski. Apelado: Wilson Rodrigues dos Santos, Lucas Sandrino, Janderson Rodrigues dos Santos. Advogado: Elizeu Kocan. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor: Des. Luiz Lopes

1139º Processo 0822820-2 Apelação Cível
Comarca: Terra Boa. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001458120078160166 Cobrança. Apelante: Denilson Alexandre Haring. Advogado: Marli Regina Renoste Vieli. Apelado: Bradesco Seguros SA. Advogado: Arthur Sabino Damasceno, Tatiane Muncinelli, Jaime Oliveira Penteado. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1140º Processo 0822869-9 Apelação Cível
Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00073532620098160044 Reparação de Danos. Apelante: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari, Elisama Montagnini Capellazzi. Apelado (1): Kreb e Kreb Importação de Frutas Ltda, Frut Norte Importação de Frutas Ltda. Advogado: Edson Carlos Pereira, João Aparecido Michelin. Apelado (2): Tobias Gonçalves Pereira. Advogado: Marcelo Dantas Lopes, Ana Raquel dos Santos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1141º Processo 0823087-1 Apelação Cível
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001858320038160043 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Edson Jorge Pereira dos Santos. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor: Des. Luiz Lopes

1142º Processo 0823966-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00069603620098160001 Cobrança. Apelante: Companhia Excelsior de Seguros Sa. Advogado: Flávio Penteado Geromini, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra. Apelado: Igor dos Santos Stresser. Advogado: Tatyane Priscila Portes Stein. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1143º Processo 0824109-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00010128920048160001 Indenização. Apelante: Fabiano Soares Fragoso, Teresa Batista Fragoso. Advogado: Edgar Stoski de Albuquerque. Rec.Adesivo: Agnaldo Ramos Ferreira. Advogado: Antônio Carlos Cordeiro, Arthur Martins Carneiro Costa. Apelado (1): Teresa Batista Fragoso. Advogado: Edgar Stoski de Albuquerque. Apelado (2): Agnaldo Ramos Ferreira. Advogado: Antônio Carlos Cordeiro, Arthur Martins Carneiro Costa. Apelado (3): Fabiano Soares Fragoso. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1144º Processo 0824304-1 Apelação Cível
Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00019671520108160162 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Tatiane Muncinelli, Jaime Oliveira Penteado. Apelado: Milleny Moraes Rafaeli. Advogado: William Maia Rocha da Silva. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1145º Processo 0824748-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00236945720088160014 Indenização. Apelante: Luzza & Souza. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Apelado: Rápido Lima Transportes Ltda. Advogado: José Carlos Maia Rocha da Silva, William Maia Rocha da Silva, Renata Vieira Meda. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1146º Processo 0824826-2 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062168420058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelante (2): Azuir Freire. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Kleber Augusto Vieira. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor: Des. Luiz Lopes

1147º Processo 0824827-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00018784620098160026 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat. Advogado: Tatiane Muncinelli, Arthur Sabino Damasceno, Jaime Oliveira Penteado, Gerson Vanzin Moura da Silva, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini. Apelado: Dirceu Deodato. Advogado: Marcus Vinícius Sales Pinto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1148º Processo 0825120-9 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00143068120098160019 Indenização. Apelante: Viação Campos Gerais Sa. Advogado: Cláudio Roberto Magalhães Batista, José Eli Salamacha. Apelado (1): Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari. Apelado (2): Márcia Adriana Ferreira. Advogado: Ligia Vosgerau Ferreira Ribas, Cláudio Luiz Furtado Correa Francisco. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor: Des. Luiz Lopes

1149º Processo 0826291-7 Apelação Cível
Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000307120108160096 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Noemia dos Santos, Daniel Joenk, Irene Voloski Joenk, Roseli Novak de Oliveira Santana, Reginaldo José dos Santos, Vanda Cristina Inocêncio dos Santos, Rogério Benedet, Rosilda Sônia Pereira dos Santos Benedet, José Setny (maior de 60 anos), Ailton Inácio dos Santos (maior de 60 anos). Advogado: Carlos Alves. Apelado: Federal de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França, Rosangela Dias Guerreiro. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor: Des. Luiz Lopes

1150º Processo 0826455-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00078429520098160001 Indenização por Perdas e Danos. Apelante: Paulo Correa Manea. Advogado: Sheyla Darolt Bolsi dos Santos. Apelado: Viena Comércio de Veículos Ltda. Advogado: Milton Teodoro da Silva, Fernanda Nelsen Teodoro Decesaro. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1151º Processo 0826803-7 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00217756720078160014 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Sul América Companhia Nacional de Seguros Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro, César Augusto de França. Rec.Adesivo: Carlos Dias da Silva (maior de 60 anos), Gilda Aparecida Guimaraes Gusmão (maior de 60 anos), Jacira Angela da Silva, Jacy Beraldo Junior, Luiz Ferreira de Souza (maior de 60 anos), Maria Antonia Jeffery Furlan, Maria de Lourde Calhardi, Maria de Lourdes Pacheco (maior de 60 anos), Sebastiana Lima Yairo (maior de 60 anos), Sebastião Biazi (maior de 60 anos). Advogado: Mário Marcondes Nascimento, Fernando Anzola Pivaro. Apelado (1): Sul América Companhia Nacional de Seguros Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro, César Augusto de França. Apelado (2): Carlos Dias da Silva (maior de 60 anos), Gilda Aparecida Guimaraes Gusmão (maior de 60 anos), Jacira Angela da Silva, Jacy Beraldo Junior, Luiz Ferreira de Souza (maior de 60 anos), Maria Antonia Jeffery Furlan, Maria de Lourde Calhardi, Maria de Lourdes Pacheco (maior de 60 anos), Sebastiana Lima Yairo (maior de 60 anos), Sebastião Biazi (maior de 60 anos). Advogado: Mário Marcondes Nascimento, Fernando Anzola Pivaro. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor: Des. Luiz Lopes

1152º Processo 0828626-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00169901420118160017 Obrigação de Fazer. Agravante: Airton Carlos Galhardi. Advogado: Fabrizia Angelica Bonatto, Suelen Gutierrez. Agravado: Santa Rita Saúde Ltda.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1153º Processo 0828743-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00115772020118160017 Cobrança. Agravante: Julio de Almeida Carvalho Filho, Marilena D'alessandro de Carvalho. Advogado: Edvaldo Luiz da Rocha, Selma Cristina Bettão Rocha. Agravado: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat. S/a. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1154º Processo 0829010-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00070799420098160001 Indenização. Apelante: Companhia Brasileira de Distribuição. Advogado: Stela Marlene Schwerz. Apelado: Regina Teresa Xavier Assumpção (maior de 60 anos). Advogado: Walter Spena de Macedo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas. Revisor: Des. Luiz Lopes

1155º Processo 0829124-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Assis Chateaubriand. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00032043820108160048 Cobrança. Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa. Advogado: Thais Malachini, Milton Luiz Cleve Küster, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Agravado: Celso Ferreira de Souza. Advogado: Fernando Alberto Santin Portela, Kenji Della Pria Hatamoto, Rossandra Pavani Nagai. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1156º Processo 0829206-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200900001253 Ordinária. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Tatiana Tavares de Campos, Alexandre Pigozzi Bravo, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda. Agravado: Maria Eunice dos Santos, Tereza de Jesus Souza. Advogado: João Odair Pelisson, Mauro Aparecido. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1157º Processo 0829751-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063899820118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Antonio Cesar Onorio Santos. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1158º Processo 0829775-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00114970720118160001 Indenização. Agravante: Viação Tamandaré Ltda. Advogado: Giovani Zorzi Ribas, Alexandre Ribeiro Bley Bonfim, Guilherme de Salles Gonçalves. Agravado: Valdeci dos Santos Pires. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1159º Processo 0830286-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00240894420118160014 Cobrança. Agravante: Rodrigo Crivari Agostinho. Advogado: Bruno Augusto Sampaio Fuga. Agravado: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1160º Processo 0831042-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00329486220108160021 Cobrança. Agravante: Cassemiro Bortolotto. Advogado: Tânia Cristina de Paula Somariva. Agravado: Transportadora Irmãos da Rolt Importação e Exportação Ltda. Advogado: Nelson Soares da Silva Nero, Micheli Tonet Popiolek. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1161º Processo 0831130-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00149760320108160014 Declaratória. Agravante: Candida Lopes Brandeti, Celina Porto de Brito, Dinah Ergas Aguilera, Jefferson Moriconi Cesário, Jonas Alves de Almeida Neto. Advogado: Ricardo Furlan, Daniel Toledo de Sousa. Agravado: Sercomtel S/a Telecomunicações. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Arquelau Araujo Ribas

1162º Processo 0822975-2 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00129265720088160019 Reparação de Danos. Remetente: Juiz de Direito. Apelante (1): Município de Ponta Grossa. Advogado: João Flavio Madalozo. Apelante (2): Dariane T. F. de Almeida. Advogado: Maurício José Matras, João Flavio Madalozo. Apelado (1): Dariane T. F. de Almeida. Advogado: Maurício José Matras, João Flavio Madalozo. Apelado (2): Município de Ponta Grossa. Advogado: João Flavio Madalozo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor: Des. Nilson Mizuta

1163º Processo 0823081-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00070001820098160001 Indenização. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Angela Maria Stepaniv, Priscila Perelles, Sandra Regina Rodrigues. Apelado: Quiteria Livanice Antunes Gomes. Advogado: Helio Kennedy Gonçalves Vargas. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor: Des. Nilson Mizuta

1164º Processo 0824196-9 Apelação Cível
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001875320038160043 Indenização. Apelante: Petróleo Brasileiro Sa - Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado: Neiva Ricardo. Advogado: Saulo Bonat de Mello, Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor: Des. Nilson Mizuta

1165º Processo 0824752-7 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062332320058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelante (2): Ari da Silva. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor: Des. Nilson Mizuta

1166º Processo 0824863-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00239019020118160001 Indenização. Apelante (1): Banco Ibi S/a - Banco Múltiplo. Advogado: Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho, Francisco Antônio Fragata Junior, Marisete Zambiazi, Estela Harumi Mizukawa. Apelante (2): Lojas Riachuelo S/a. Advogado: Gustavo Henrique dos Santos Viseu, Fabíola Pavoni José Pedro, Nelson Junki Lee. Rec.Adesivo: Marlene Castaldelli Verri de Brito. Advogado: Dyego Alves Cardoso, Fernando Henrique Zanoni e Fedeger. Apelado (1): Banco Ibi S/a - Banco Múltiplo. Advogado: Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho, Francisco Antônio Fragata Junior, Marisete Zambiazi, Estela Harumi Mizukawa. Apelado (2): Lojas Riachuelo S/a. Advogado: Gustavo Henrique dos Santos Viseu, Fabíola Pavoni José Pedro, Nelson Junki Lee. Apelado (3): Marlene Castaldelli Verri de Brito. Advogado: Dyego Alves Cardoso, Fernando Henrique Zanoni e Fedeger. Interessado: Lojas Magazine Luiza S/a. Advogado: Rosana Horne, Luiz Alexandre Liporini Martins. Interessado: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Interessado: Companhia Brasileira de Distribuição Central, Banco Fininvest S/a. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor: Des. Nilson Mizuta

1167º Processo 0824871-7 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00069974320048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Nilton Antônio de Almeida Maia. Apelado: João Gonçalves Filho. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor: Des. Nilson Mizuta

1168º Processo 0825397-0 Apelação Cível
Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00015117120108160160 Cobrança. Apelante: Tokio Marine Brasil Seguradora Sa. Advogado: Joana D'Arc Pereira da Silva, Cezar Eduardo Ziliotto, Márcia Satil Parreira, Carlos Maximiano Mafra de Laet. Apelado: Maycon Willian Soares. Advogado: Valdir Rogério Zonta. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes

1169º Processo 0825488-6 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00067016120078160017 Cobrança. Apelante: Sul América Cia Nacional de Seguros Sa. Advogado: Gabriella Murara Vieira. Apelado: Celina Maria Hass. Advogado: Edvaldo Luiz da Rocha. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes

1170º Processo 0825534-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00617829620108160014 Declaratória. Apelante: Sercomtel Sa - Telecomunicações. Advogado: Fábio Martins Pereira, Juliana Renata de Oliveira Gralike, Geni Romero Jandre Pozzobom. Apelado: Maria Aparecida Marques Lima. Advogado: Guilherme Augusto Marques Lima. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor: Des. Nilson Mizuta

1171º Processo 0827642-8 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00068228920078160017 Responsabilidade Obrigacional. Apelante (1): Caixa Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Glauco Iwersen, Mariana Pereira Valério. Apelante (2): Aparecido Donizete Bento, Dorival Augusto Céfalo, Helario Saporetti (maior de 60 anos), João Gonçalves de Almeida (maior de 60 anos), José Maria de Carvalho, Luzia Thomaz Silva, Maria Sobrinho Rodrigues, Olga Giarolo da Fonseca, Osemar José Pereira, Vera Lucia Catieiro Cruz. Advogado: Mário Marcondes Nascimento, Hugo Francisco Gomes, Jean Carlos Martins Francisco. Apelado (1): Aparecido Donizete Bento, Dorival Augusto Céfalo, Helario Saporetti (maior de 60 anos), João Gonçalves de Almeida (maior de 60 anos), José Maria de Carvalho, Luzia Thomaz Silva, Maria Sobrinho Rodrigues, Olga Giarolo da Fonseca, Osemar José Pereira, Vera Lucia Catieiro Cruz. Advogado: Mário Marcondes Nascimento, Hugo Francisco Gomes, Jean Carlos Martins Francisco. Apelado (2): Caixa Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Glauco Iwersen, Mariana Pereira Valério. Interessado: Caixa Econômica Federal. Advogado: Agnaldo Murilo Albanezi Bezerra, Marcelo Dantas Lopes. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor: Des. Nilson Mizuta

1172º Processo 0828350-9 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00071022020048160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado: Welinton José Costa. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor: Des. Nilson Mizuta

1173º Processo 0828360-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00105691720118160014 Cobrança. Agravante: Maria Cecília Fernandes de Sousa. Advogado: Luana Cervantes Maluf, Rogério Bueno Elias, Rogério Resina Molez. Agravado: Mapfre Seguros S/a. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes

1174º Processo 0828485-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00130067020118160001 Obrigação de Fazer. Agravante: Condominio Villagio Natalina. Advogado: cézar orlando gaglionone filho. Agravado: Ludwig Construtora e Incorporadora. Advogado: Genésio Tavares. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes

1175º Processo 0828764-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00466032520108160014 Indenização. Apelante: Paulo Tanaka (maior de 60 anos). Advogado: Louriberto Vieira Gonçalves. Apelado: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Gilberto Pedriali, Paula D'Amico Pedriali, Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes

1176º Processo 0828864-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010425120118160043 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Agravado: Derli Batista da Costa. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes

1177º Processo 0828991-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000502 Ação Ordinária de Responsabilidade Civil. Agravante: Idelbrando Barbosa dos Santos, Maria Aparecida de Barros, Marinalva Rodrigues Gazola, Aparecida Martini, Dirceu Rezende da Silva, Maria de Lourdes Leite Prado, Josefa Maria de Jesus, Lourivaldo Manoel de Oliveira, Adão Jesus de Oliveira, Jazon Beltrão dos Santos. Advogado: Mário Marcondes Nascimento, Jean Carlos Martins Francisco. Agravado: Caixa Seguradora S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Glauco Iwersen, Deborah Francielle Mesquita Cleve Machado. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
1178º Processo 0829369-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000702 Execução de Sentença. Agravante: Seguradora Lider dos Seguros Dpvat. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Juliane Feitosa Sanches. Agravado: Carlos Alexandre Mota da Cruz. Advogado: Mario Rodrigo Haiduk Azevedo. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
1179º Processo 0829377-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001438 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Adriene da Silva Oliveira, Antonia Vicente, Antonio Domingos dos Santos, Antonio Fantin, Antonio Rodrigues Ramos, Arceno Canuto Barbosa, Beatriz Machado Novelli, Belarmina Maria de Souza, Cecília Soares da Rocha, Clarinda Camaroto de Souza, Cleci Cluzeni, Domingos Benka, Eliel Alves de Brito, Emílio Ferreira Rodrigues, Expedita Moreira, Henrique Galassini, Iracema Pereira Domingas, Irene da Silva Rodrigues, Jesus Anuntes Sitko, Julia Gonçalves da Luz, Maria Leonice Barbosa, Maria Petrúcia de Almeida, Neide Freitas Ribeiro, Orides Bachio, Oscar de Oliveira, Paulo José Spagnollo, Romilda Maria Bottin Pontes, Rosária da Aparecida Cordeiro, Ruth Batalha, Simone Marcelino de Jesus, Valdomiro Moreira Pinto. Advogado: OTAVIO GUILHERME ELY. Agravado: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: César Augusto de França. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
1180º Processo 0829478-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010433620118160043 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: ISOLINA MENDES GOULART. Advogado: Manoel Caetano Ferreira Filho, Fabiano Neves Macieywski. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
1181º Processo 0829648-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 200900002115 Ordinária. Agravante: Sul America Companhia Nacional de Seguros. Advogado: Rubia Andrade Fagundes, César Augusto de França. Agravado: Leonardo Benite, Maria de Lourdes Silva, Maria do Carmo Sandaniel, Maria Ferreira da Silva, Maria Luiza Novais Ramos, Nivaldo Romano, Odilon Alves da Silva, Paulo Cezar Sganzerla, Rosa Nabuko Maruta Sugihara. Advogado: Mário Marcondes Nascimento, Hugo Francisco Gomes. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
1182º Processo 0829686-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010450620118160043 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Nilson Jose dos Santos. Advogado: Fabiano Neves Macieywski. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
1183º Processo 0830062-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010416620118160043 Cumprimento de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Fernando Ricardo Pereira. Advogado: Fabiano Neves Macieywski. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
1184º Processo 0830265-6 Apelação Cível
Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00049751020098160170 Ordinária. Apelante: João Candido de Lima (maior de 60 anos), Luiza Maria de Santana (maior de 60 anos), Leandra Aquino dos Santos, Leane Aparecida Vieira. Advogado: Giorgia Enrietti Bin. Apelado: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes. Revisor: Des. Nilson Mizuta
1185º Processo 0830485-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00069632420118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Agravado: Valdir Mendes dos Santos. Advogado: Cristiane Uliana, Fábio Dias Vieira, Carla Angélica Heroso Gomes. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
1186º Processo 0830777-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 200900002009 Cobrança. Agravante: Centauro Vida e Previdência. Advogado: Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra. Agravado: Arilton Clarindo de Paula, Francisco Antonio Santos Ribas, Luciano Carvalho da Silva, Duardo de Souza Alves Júnior, Luan Pires Pereira. Advogado: Raphael Giuliano Larsen Santos da Silva. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
1187º Processo 0830806-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00069640920118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Antonio Lourenço. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
1188º Processo 0830882-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00068082120118160129 Cumprimento de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Amilton de Castro. Advogado: Fabiano Neves Macieywski. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
1189º Processo 0830901-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00069537720118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Pedro Gadonski. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Lopes
1190º Processo 0822709-8 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00129395620088160019 Ressarcimento. Apelante: Atdl - Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Dely Dias das Neves. Apelado: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros Sa. Advogado: Wagner Cardeal Oganauskas. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios. Revisor: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima
1191º Processo 0823861-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00060969520098160001 Indenização. Apelante: Las Vegas Loterias Ltda - Me. Advogado: Bruna Caron Bertagnoli Pisani. Apelado: Unibanco Aig Seguros Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Mônica Ferreira Mello Biora, Ricardo Miara Schuarts. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios
1192º Processo 0823926-3 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00025811620108160131 Indenização. Apelante (1): Pedro Vasconcelos. Advogado: Cilmar Francisco Pastorello, Luciano Badia, Fábia Cristina Asolini. Apelante (2): Gaplan Administradora de Bens Ltda. Advogado: Maurício Corrêa. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios
1193º Processo 0824171-2 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061894020088160083 Cobrança. Apelante: Elaine Siqueira Kunrath. Advogado: Douglas Alberto Luvison, Valmir Antonio Sgarbi, Aldina Pagani, Hermes Alencar Daldin Rathier. Apelado: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Antonio Nunes Neto, Glaucea Moretto, Stephanie Zago de Carvalho. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios. Revisor: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima
1194º Processo 0824191-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00013468920058160001 Embargos a Execução. Apelante: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Advogado: Ciro Bruning, Fernanda Ribeirete de Souza. Apelado: Antônia Piekarski. Advogado: Simone Longo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios
1195º Processo 0824410-4 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00014761620108160030 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat. Advogado: Luiz Henrique Bona Turra, Tatiane Muncinelli, Flávio Penteado Geromini, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado. Apelado: Edson Luiz Kaufmann. Advogado: Graciella Baranoski Flório. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios
1196º Processo 0824620-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00071448920098160001 Cobrança. Apelante: Generali do Brasil Companhia de Seguros. Advogado: Tatiane Muncinelli, Arthur Sabino Damasceno, Luiz Henrique Bona Turra. Rec.Adesivo: jair da luz conque. Advogado: Gerson Requião, Walter Bruno Cunha da Rocha. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios
1197º Processo 0824738-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00012280220088160004 Cobrança. Apelante: Companhia de Habitação Popular de Curitiba - Cohab. Advogado: Luiz Antonio Pinto Santiago, Eduardo Garcia Branco, Hassan Sohn. Apelado: Condominio Conjunto Vila Velha. Advogado: Joselia Aparecida Kuchler, Manoel Alexandre Schernoski Ribas. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios. Revisor: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima
1198º Processo 0824778-1 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062263120058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelante (2): Nelson Rosa da Silva (maior de 60 anos). Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios. Revisor: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima
1199º Processo 0824921-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00018774420068160001 Embargos a Execução. Apelante: Sul América Seguros de Pessoas e Previdência Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Márcio Alexandre Cavenague. Rec.Adesivo: Luiz Cezar Ferreira Rocha. Advogado: Filipe Alves da Mota. Apelado (1): Luiz Cezar Ferreira Rocha.

Advogado: Filipe Alves da Mota. Apelado (2): Sul América Seguros de Pessoas e Previdência Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Márcio Alexandre Cavenague. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios. Revisor: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1200º Processo 0825321-6 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00129508520088160019 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Dalmira Rodrigues Ferreira (maior de 60 anos), Wilson Roth (maior de 60 anos), Vitorio Bach, Vilma Pomblum Somavila (maior de 60 anos), Neusa Regina Coelho, Lucimara de Menezes Koskoski, Sigfredo Carlos Hoffmann (maior de 60 anos). Advogado: Giorgia Enrietti Bin. Apelado: Caixa Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios. Revisor: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1201º Processo 0825529-2 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00165763520058160014 Reparação de Danos. Apelante: Francovig e Cia Ltda. Advogado: Carlos Alberto Francovig Filho, Keli Rachel Bergamo. Apelado: Geny Oliveira Basso (maior de 60 anos), Olegário Basso Neto (maior de 60 anos), Willian Douglas Caçula. Advogado: Geraldo Saviani da Silva, Gisele Asturiano, Gustavo Viana Camata. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios

1202º Processo 0826095-5 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001067 Exibição de Documentos. Apelante: Celso Kazuyoshi Toshimitsu. Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar. Apelado: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Fábio Martins Pereira, Fernanda Simões Viotto. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios. Revisor: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1203º Processo 0826201-3 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00142609220098160019 Ordinária. Apelante (1): Horfran - Comercial Eletro Móveis Ltda., Gestão e Fomento Mercantil S/a.. Advogado: Fábio Chemin Gadens, Patrícia Marcos de Oliveira, Jean Saulo Ismar. Apelante (2): Moisés Morais Ferreira. Advogado: Vinya Mara Anderes Dzievieski Oliveira, Renato Michelon. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios. Revisor: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1204º Processo 0827399-2 Apelação Cível
Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000280420108160096 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: Antonio José Coelho, Emília Morais dos Santos (maior de 60 anos), Aparecida de Azevedo, Lucimar Alves de Arruda, Agenor Ramos Carneiro, Maria da Glória Carneiro (maior de 60 anos). Advogado: Carlos Alves. Apelado: Federal de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França, Rosangela Dias Guerreiro. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios. Revisor: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1205º Processo 0827825-7 Apelação Cível
Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000202720108160096 Ordinária. Apelante: Natalia Malamim da Silva, Joaquim Bachuk (maior de 60 anos), Julia Auguto Bachuk, João Sdrait Junior (maior de 60 anos), Amantina da Silva (maior de 60 anos), Joana Chelni. Advogado: Carlos Alves. Apelado: Federal Seguros Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro, César Augusto de França, Sibele Sena Campelo. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios. Revisor: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1206º Processo 0828531-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00060793920048160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Cristiane Uliana. Agravado: Irineu Teofanes dos Santos. Advogado: Fábio Dias Vieira, Carla Angélica Heroso Gomes, Maximilian Zerek. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios

1207º Processo 0828684-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063864620118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Ramiro da Cunha Marques. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios

1208º Processo 0828823-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00066020720118160129 Execução Provisória. Agravante: Petróleo Brasileiro S.a.. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Pedro Costa Freire. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios

1209º Processo 0829025-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00250802020118160014 Cobrança. Agravante: Antonio Moreira da Silva Junior. Advogado: Luana Cervantes Maluf, Rogério Bueno Elias, Rogério Resina Molez. Agravado: Mapfre Seguros S/a. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios

1210º Processo 0829120-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063847620118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Orlando do Rosário José. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios

1211º Processo 0829130-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061261320048160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Agravado: Nagibe Galdino. Advogado: Cristiane Uliana, Maximilian Zerek. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios

1212º Processo 0829762-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001262 Exibição de Documentos. Agravante: Niuzete Felix Caetano. Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar. Agravado: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Geni Romero Jandre Pozzobom, Margarida Sathler, Fábio Martins Pereira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios

1213º Processo 0830142-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00066038920118160129 Execução de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Agravado: Eduardo da Luz Costa. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios

1214º Processo 0830335-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00298185120118160014 Cobrança. Agravante: Anderson Graziane de Moura Squissato. Advogado: Luana Cervantes Maluf, Rogério Bueno Elias, Rogério Resina Molez. Agravado: Mapfre Seguros S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios

1215º Processo 0830342-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000763 Cobrança. Agravante: Herminio Joaquim Freschi, Genir Barrozo Freschi. Advogado: José Antônio de Andrade Alcântara, Bárbara Letícia de Souza Spagnolo, José Dolmiro de Andrade Alcântara. Agravado: Itau Seguros Sa. Advogado: Douglas dos Santos, Luiz Sganzella Lopes, Glauce Kossatz de Carvalho. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios

1216º Processo 0821492-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006693620118160167 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo, Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda. Agravado: Marly Assis Araújo, Maria Celeste da Silva Araujo Miyagui, Antonia Pereira Gomes, Jose Newton da Silva, Aparecido Zeferino da Silva. Advogado: Giorgia Enrietti Bin, Camila Enrietti Bin. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1217º Processo 0822326-9 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061682820058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelante (2): Marcos Antonio de Oliveira. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello, Kleber Augusto Vieira. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

1218º Processo 0823139-0 Apelação Cível
Comarca: Capitão Leônidas Marques. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001498120038160062 Declaratória. Apelante: Aldair José Marques de Oliveira. Advogado: Luiz Gonzaga Guedes Martins. Apelado: Almiro Knol Fites. Advogado: Nerei Alberto Bernardi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

1219º Processo 0823296-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033994420058160033 Indenização. Apelante: Adria Alimentos do Brasil Ltda. Advogado: Cleverson Marinho Teixeira. Apelado: Ellosul Comercial Distribuidora Ltda. Advogado: Aparecido José da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

1220º Processo 0823949-6 Apelação Cível
Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00041396620058160044 Indenização. Apelante (1): Geni Bueno da Silva, José Inácio da Silva. Advogado: José Teodoro Alves, Valdir Judai. Apelante (2): All-américa Latina Logística Malha Sul Sa. Advogado: José Augusto Araújo de Noronha, Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

1221º Processo 0824065-9 Apelação Cível
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001900820038160043 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Andressa Dal Bello. Apelado: Luciana Efigênio da Costa. Advogado: Kleber Augusto Vieira, Heroldes Bahr Neto, Cristina Borges Ribas Maksym. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

1222º Processo 0824496-4 Apelação Cível
Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002753420088160167 Declaratória. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: José Francisco Pereira, Márcio Antônio Sasso, Arinaldo Bittencourt. Rec.Adesivo: Marta Eliane Souza.

Advogado: Fabiano Luiz Ignacio de Oliveira. Apelado (1): Marta Eliane Souza. Advogado: Fabiano Luiz Ignacio de Oliveira. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: José Francisco Pereira, Márcio Antônio Sasso, Arinaldo Bittencourt. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

1223º Processo 0824607-7 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00124351520068160021 Cobrança. Apelante: Unibanco Aig Seguros Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Márcio Alexandre Cavenague. Rec.Adesivo: Dinâmica Oeste Administradora, Corretora de Seguros Ltda. Advogado: Alex Sander Gallio. Apelado (1): Dinâmica Oeste Administradora, Corretora de Seguros Ltda. Advogado: Alex Sander Gallio. Apelado (2): Unibanco Aig Seguros Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Márcio Alexandre Cavenague. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

1224º Processo 0824656-0 Apelação Cível

Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062566620058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelante (2): Lenilda Ambrosio Ferreira. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

1225º Processo 0824876-2 Apelação Cível

Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00047207520098160130 Indenização. Apelante: Iva Rohling Cardoso. Advogado: Marcos Antônio Lucas de Lima, Altair Roberto Ruschel. Apelado: Brasil Telecom Sa. Advogado: Priscila Perelles, Sandra Regina Rodrigues, Moreno Cauê Broetto Cruz, Alberto Rodrigues Alves. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

1226º Processo 0825379-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00068409020098160001 Indenização. Apelante: Tam - Linhas Aéreas Sa. Advogado: Jéssica Agda da Silva, Juliane Zancanaro Bertasi. Apelado: Emilio Andres Agramunt Bassa. Advogado: Atila Duderstadt. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1227º Processo 0825486-2 Apelação Cível

Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061902520088160083 Indenização. Apelante: Banco Santander Sa. Advogado: João Leonelho Gabardo Filho, César Augusto Terra, Gilberto Stinglin Loth. Apelado: Marilena Vargas. Advogado: Ary Cezario Junior. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

1228º Processo 0825963-4 Apelação Cível

Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005272220098160096 Responsabilidade Obrigacional. Apelante: José Ailton Martins, Marilene Struz Martins, Antonio Theodoro, Ednéia Tavela Theodoro, Casturina Quadros, Fátima Maria da Silva Mafra, Mario Lara dos Santos, Claudinéia Oliveira dos Santos. Advogado: Carlos Alves. Apelado: Federal de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França, Rosangela Dias Guerreiro. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. Revisor: Des. Domingos José Perfetto

1229º Processo 0828363-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00719145720108160001 Cobrança. Agravante: Arnaldo Luiz Reitz. Advogado: Gabriel Yared Forte, Karla Nemes Yared. Agravado: Unibanco Seguros e Previdência S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1230º Processo 0828834-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063856120118160129 Execução Provisória. Agravante: Petróleo Brasileiro S.a. Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Valmir Veiga Garcia. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1231º Processo 0829334-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Guaíra. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200900001255 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Antonio Vilson da Silva, Daniel Coresma da Silva, Fátima Conceição Ferreira, Regina Célia Domingues. Advogado: João Odair Pelisson, Mauro Aparecido. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1232º Processo 0830186-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 00440033620118160001 Obrigação de Fazer. Agravante: Aurora Guarneri Erdmann. Advogado: Paulo Giovani Fornazari. Agravado: Unimed Curitiba- Sociedade Cooperativa de Médicos. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1233º Processo 0830604-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063881620118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Ezequiel Dutra. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1234º Processo 0831068-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00024220720108160056 Indenização. Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros. Advogado: César Augusto de França. Agravado: Edson Ciquenato, Aparecida Pereira, Ademir Francisco, Nair Alves Vila Real, Maria Zélia Severo, Ovídio Rodrigues dos Santos, Antonio Sérgio Marques, Antonio Francisco, Maria Aparecida Ferreira dos Santos Vasques, Leonor Ribeiro da Silva. Advogado: Roberto Eduardo Lago. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1235º Processo 0831340-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00115123920098160035 Ordinária. Agravante: Acivel Multimarcas. Advogado: Carlos Pzebeowski. Agravado: Edvanil Aparecido Bezerra. Advogado: Hugo Fernando Lutke dos Santos. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1236º Processo 0831341-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00295599520118160001 Obrigação de Fazer. Agravante: Daniela Zacharias Cardoso. Advogado: José Heriberto Micheleto, Elisabeth Nass Anderle, Patricia de Limas Nogueira Lemos Lopes. Agravado: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

1237º Processo 0822034-6 Apelação Cível

Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061180220058160129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Rec.Adesivo: Marineia Mendes Filadelfo Sobral. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado (1): Marineia Mendes Filadelfo Sobral. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas

1238º Processo 0822784-1 Apelação Cível

Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00063877520048160129 Indenização. Apelante: Juarez dos Santos Muniz. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Nilton Antônio de Almeida Maia. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas

1239º Processo 0823635-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00058044720088160001 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Apelado: Merle Rosa Schindler Scaramella Scandelai, Mirno Luis Scaramella, Solange de Fátima Scaramella. Advogado: Aureliano Pernetta Caron. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas

1240º Processo 0823680-2 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00177490720098160030 Cobrança. Apelante: Bcs Seguros Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Apelado: Fausto Leonel Borges. Advogado: Francisco Evandro de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas

1241º Processo 0823958-5 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00049250420098160131 Indenização. Apelante: Zélia Aparecida de Oliveira. Advogado: Yuri John Forselini. Apelado: Claro Sa. Advogado: Júlio Cesar Goulart Lanes, Alessandro Dias Prestes. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas

1242º Processo 0824068-0 Apelação Cível

Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00008693320068160130 Reparação de Danos. Apelante (1): Creuza Borges Rezende. Advogado: Bruno Moreira Alves, Jurandir Domingos Terra. Apelante (2): Copel Distribuição Sa. Advogado: Adriano Kazuo Goto, Aldebaran Rocha Faria Neto, Michele Barth Rocha. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas

1243º Processo 0824464-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00013925020038160033 Indenização. Apelante: Zenir Mainardes Desplanches. Advogado: Paulo Sérgio Sena. Apelado: Millenium Disco Clube de Pinhais Ltda, Gilmar Jorge Batista, Eliane Batista dos Santos. Advogado: Marina Aparecida Martins, Walter Helio de Lima Martins. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas

1244º Processo 0824653-9 Apelação Cível

Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00062229120058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Apelante (2): Azito Martns (maior de 60 anos). Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Apelado (1): Azito Martins (maior de 60 anos). Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Apelado (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas

1245º Processo 0824847-1 Apelação Cível

Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00063163920058160129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelante (2): Joelma Batista Alexandre. Advogado: Kleber Augusto Vieira, Saulo Bonat de Mello, Fabiano Neves Macieywski. Apelado(s): o(s) mesmo(s).

Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas

1246º Processo 0825154-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00031441720078160001 Cobrança. Apelante (1): Mares Mapfres Riscos Especiais Seguradora Sa. Advogado: Samantha Albini. Apelante (2): Yara Maria Miranda. Advogado: Thiago Ramos Küster, Nelson Ramos Küster. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1247º Processo 0825515-8 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00064874020118160014 Declaratória. Apelante: Darlene Germano Farias. Advogado: Danilo Men de Oliveira. Apelado: Sercomtel SA Telecomunicações. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas

1248º Processo 0825602-6 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00173726320098160021 Cobrança. Apelante: Espólio de Valdomiro Garcia da Rosa, Júlio Vanderlei da Rosa. Advogado: Elisabete Klajn, Graciela de Moura, Ismar Antônio Pawelak. Apelado: Caixa Seguradora Sa. Advogado: Márcio Alexandre Cavenague, Milton Luiz Cleve Küster, Rodrigo Silvestri Marcondes. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto. Revisor: Des. Arquelau Araujo Ribas

1249º Processo 0825930-5 Apelação Cível

Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025335920098160077 Cobrança. Apelante: Mbm Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster. Apelado: Luiz dos Santos Almeida. Advogado: Andréa Rodrigues Soares Leibante, Kellen Rezende Bulla. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1250º Processo 0826013-3 Apelação Cível

Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025396620098160077 Indenização. Apelante: bunge fertilizantes sa. Advogado: José Antônio Moreira, Karina da Silva Beloto. Apelado: Altair de Oliveira. Advogado: Fabrício de Souza, Rejane Cordeiro. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1251º Processo 0826181-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00018801620098160026 Cobrança. Apelante: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa. Advogado: Gabriella Murara Vieira, Rafael Santos Carneiro, Jovanka Cordeiro Guerra Mitozo. Apelado: Leandro Matozo dos Anjos. Advogado: José Osnildo Morestoni, Marcus Vinicius Sales Pinto, Marli Carmen Morestoni. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1252º Processo 0828153-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00198459120108160019 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Andreia da Silva, Antonio Carlos Andreata, Eni de Oliveira, Eugênio Kovaltchuk, Janete Baltazar, Jolmar Hanise, Maria Madalena Barbosa, Marli de Fatima da Silva, Miguel Pinheiro da Silva, Pedro Soistak, Rodrigo Alves do Prado, Rubens Albari Ramalho, Silvio Lau, Vicente Vnausoski, Zeno Chastay. Advogado: Ernani Ernesto Morestoni, Carlos Oscar Krueger, Thiago Haviaras da Silva. Agravado: Bradesco Seguros SA. Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari, Anderson Hataqueiama. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1253º Processo 0828353-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000501 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Armelina de Fátima Lopes Augusto, Maria Lucia Rodrigues de Oliveira, Nilton José do Amaral, Vicente Rodrigues dos Santos, Antonia Bernardo Ribeiro. Advogado: Alex Clemente Botelho. Agravado: Caixa Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Glauco Iwersen. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1254º Processo 0828737-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00064046720118160129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Manoel Rodrigues. Advogado: Cristiane Uliana. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1255º Processo 0828863-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001316 Declaratória. Agravante: Bv Financeira S.a. Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Tatiane Muncinelli. Agravado: Lauro Guesser, Luiz Nery Camilotti. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1256º Processo 0829008-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001109 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda. Agravado: Onofre Adão Alves da Silva, Paulo dos Santos Ferreira, Paulo Martins da Silva, Paulo Roberto da Silva, Pierina Conte de Souza. Advogado: Roberto Eduardo Lago. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1257º Processo 0829360-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00785708820108160014 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda. Agravado: Aliane Pereira Coelho, Celio de Oliveira, Roseli Roberto, João Leandro Filho. Advogado: Rogério Resina Molez. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1258º Processo 0829856-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00095805220108160044 Cobrança. Agravante: Itaú Seguradora SA. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Daniel Juliano da Silva. Advogado: Fábio Viana Barros, Irene de Fátima Surek de Souza. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1259º Processo 0830020-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00009171520118160001 Reparação de Danos. Agravante: Empresa Cristo Rei Ltda. Advogado: Carlos Alberto Farracha de Castro, Patrícia Botter Nickel, Vanessa Abu-Jamra Farracha de Castro. Agravado: Suelen Cararo. Advogado: João Batista Pio Vieira, Luiz Fernando da Rosa Pinto, Giovanna Lepre Sandri. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1260º Processo 0830813-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00140504120098160019 Ordinária. Agravante: Afonso Costa Fagundes, Estefano Ribeiro, Karen Daiane Vitor de Araujo, Marlene de Fatima Pinheiro, Natalia de Souza Pereira Pinto, Orci Bastos Machado, Osni Padilha, Pedro Pereira, Valdemar Alves de Oliveira, Otany Colman. Advogado: Nelson Gomes Mattos Júnior, Kim Heilmann Galvão do Rio Apa, João Manoel Grott. Agravado: Sul América Companhia Nacional de Seguros. Advogado: César Augusto de França, Rosangela Dias Guerreiro. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

1261º Processo 0831371-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 200200000079 Indenização. Agravante: Marcelo Augusto Caramori. Advogado: José Rodrigo Sade. Agravado: Ildebrando Leal Reinert. Advogado: Hany Kelly Gusso, Ana Carolina Busatto Macedo. Interessado: Bingo Millenium Village. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Domingos José Perfetto

_____ 11ª Câmara Cível _____

1262º Processo 0820263-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Coronel Vivida. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00007953920098160076 Investigação de Paternidade/Maternidade c/c Alimentos. Agravante: R. A. P. . Advogado: Aurimar José Turra, Elisio Apolinário Rigonato Chaves, Sonivaltair da Silva Castanha. Agravado: E. H. C. , E. J. C., S. L. B., E. V. C. P., J. P.. Advogado: Egídio Munaretto, Valter Munareto, Wagner Munareto. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

1263º Processo 0822449-7 Apelação Cível

Comarca: Francisco Beltrão. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00061085720098160083 Separação. Apelante: N. G. (maior de 60 anos). Advogado: Jane Mara da Silva Pilatti. Apelado: R. D. G. (maior de 60 anos). Advogado: Oswaldo Tondo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Revisor: Des. Ruy Muggiati

1264º Processo 0822816-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara de Família. Ação Originária: 00000482020098160002 Conversão de Separação em Divorcio. Apelante: F. H. F. . Advogado: Paulo Roberto Jensen. Apelado: M. P. H. . Advogado: Luiz Francisco Barcellos Bond. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Revisor: Des. Ruy Muggiati

1265º Processo 0823039-5 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00176073020098160021 Embargos a Execução. Apelante (1): D M Z Silvestro e Transportes Ltda, Marcos Vinicius Dacol Boschirolli. Advogado: Marcos Vinicius Dacol Boschirolli. Apelante (2): Mpe - Montagens e Projetos Especiais Sa. Advogado: Orival Correa de Siqueira. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Revisor: Des. Ruy Muggiati

1266º Processo 0824538-7 Apelação Cível

Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00084063020108160069 Declaratória. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Luís Fernando de Camargo Hasegawa, Leonardo Cosme Formaio, Francisco Rosito. Apelado: Almir Grecco, Aparecido Donizete da Silva, Cirlene Souza Alves, Claudemir Aríano Vidotti, Dirce Corretora de Seguros Ltda, Eduardi Cesar Galli, Marcelo Viva Gonzalez, Mario Rissão, Mauricio Liberati, Mello Rocha Ltda, Michel Viva Gonzalez. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Revisor: Des. Ruy Muggiati

1267º Processo 0824621-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059707920088160001 Declaratória. Apelante (1): J Araújo & Cia Tda. Advogado: Ivan de Azevedo Gubert, Valeria Suzana Ruiz. Apelante (2): Brasil Telecom Sa. Advogado: Angela Maria Stepaniv, Priscila Perelles, Sandra Regina Rodrigues. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Revisor: Des. Ruy Muggiati

1268º Processo 0825050-2 Apelação Cível

Comarca: Francisco Beltrão. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00062318920088160083 Investigação de Paternidade/maternidade. Apelante: M. H. R. (Representado(a)). Advogado: Raquel Beatriz Sangaletti Lavratti. Apelado: O. L. . Advogado: Clóvis Cardoso. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Revisor: Des. Ruy Muggiati

1269º Processo 0825544-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 00000713420078160002 Dissolução de Sociedade. Apelante: M. E. R. S. . Advogado: Júlio Cesar Melo Lopes. Rec.Adesivo: C. S. M. . Advogado: Casemiro Laporte Ambrozewicz, Deisi Martins da Cunha. Apelado (1): M. E. R. S. . Advogado: Júlio Cesar Melo Lopes. Apelado (2): C. S. M. . Advogado: Casemiro Laporte Ambrozewicz, Deisi Martins da Cunha. Distribuição

Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Revisor: Des. Ruy Muggiati

1270º Processo 0826001-3 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00151786120078160021 Prestação de Contas. Apelante (1): Espólio de Euclides Eudes Panazzolo. Advogado: Viviane Girardi Prospero. Apelante (2): Márcia Sandra Tumelero. Advogado: Donizeti de Jesus Storti. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Revisor: Des. Ruy Muggiati

1271º Processo 0828693-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00255170320118160001 Ação de Despejo. Agravante: Jairo Gomes de Lima. Advogado: Hellyngton Kenji Sato. Agravado: Agroberko Vendas e Assistência Em Máquinas Agrícolas Ltda.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

1272º Processo 0828978-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara de Família. Ação Originária: 00067207320118160002 Revisional de Alimentos. Agravante: N. R. . Advogado: Ricardo Rigotti Alice, Fernanda Belotti Alice. Agravado: M. B. , P. R., R. B. R., C. R., M. R. (Representado(a)). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

1273º Processo 0829023-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Astorga. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00013766720118160049 Consignação em Pagamento. Agravante: Integrada Cooperativa Agroindustrial. Advogado: Ilmo Tristão Barbosa, Maciel Tristao Barbosa, Isaias Junior Tristão Barbosa. Agravado (1): Gumercindo Herreiro. Advogado: Ricardo Pinto Manoera. Agravado (2): Mariana Gazana Polvani. Advogado: José dos Santos, Jonathas Cesar dos Santos. Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

1274º Processo 0829034-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 000370853201 Ação de Despejo. Agravante: Sueli Aparecida Giocondo Lazaro. Advogado: Alexandre Rumiatto. Agravado: Maria Adami Ribeiro. Advogado: Vinícius Gabriel Zanoni de Oliveira, Marcos Aurélio Alves Teixeira. Interessado: Octavio Giocondo. Advogado: Claudia Isabella Biazze. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

1275º Processo 0829159-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00297760220118160014 Ação de Despejo. Agravante: Durapet - Reciclagem de Plástico Ltda. (Representado(a)). Advogado: Geraldo Henrique Guariente. Agravado: José Carlos Romanelli (Representado(a)), Ilson Romanelli (Representado(a)). Advogado: Walid Kauss. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

1276º Processo 0829269-7 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00152339120118160014 Embargos a Arrematação. Apelante: Avp - Construtora e Incorporadora Ltda, Alessandro Victorelli. Advogado: André Luiz Giudicissi Cunha. Apelado: Elizandro Marcos Pellin, José Eduardo Rocha Cabral. Interessado: Carlos Shigueru Imada. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Revisor: Des. Ruy Muggiati

1277º Processo 0829763-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00192790520118160021 Reintegração de Posse. Agravante: Ivonete Terezinha Ortolan. Advogado: Victor Daniel Moretti, Franciele Aparecida da Silva, Jéssica Aparecida Defacci. Agravado: Itecne Instituto Tecnologico e Educacional de Curitiba Ltda., Faculdade Itecne de Cascavel Ltda.. Advogado: Milton Olizaroski. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

1278º Processo 0829843-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00083009320118160017 Embargos a Execução. Agravante: Maria Elena Riva, Vicente Mignoso, Vania Maria Barilli Mignoso. Advogado: Raphael Farias Martins, Edu Alex Sandro dos Santos Vieira. Agravado: Construtora Del Plata Ltda.. Advogado: Laércio Alcântara dos Santos, Lucio Bagio Zanuto Junior, Letícia Ventura Soares Zanuto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

1279º Processo 0830094-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00542821820108160001 Inventário. Agravante: Maria Leonora Francesca Paola Sampieri Samara, Antônio Vantuil Sampieri Samara. Advogado: Luiz Paulo Paciornik Schulman, Siomara Paciornik Schulman. Agravado: Maria de Nazaré Filgueiras Trindade. Advogado: Josafá Antonio Lemes. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

1280º Processo 0830337-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Mamborê. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000699820118160107 Investigação de Paternidade/maternidade. Agravante: S. A. C. S. . Advogado: Teodoro Metchko Filho. Agravado: I. M. S. , E. E. W. G. A. Z. G.. Advogado: Marcelo Sérgio Pereira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

1281º Processo 0830646-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200900000797 Ordinária de Cobrança. Agravante: Copel Geração Sa.. Advogado: Christiana Tosin Mercer, Mara Angelita Nestor Ferreira. Agravado: Inepar S/ a. Indústria e Construções. Advogado: Antonio Glênio Faria Marcondes de Albuquerque, Márcio Isfer Marcondes de Albuquerque. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

1282º Processo 0830661-8 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00042516720118160030 Alimentos. Apelante: A. G. N. . Advogado: Carla Fernandes Ribeiro Bonfin Sutil, Valdecy Longonio de Oliveira. Apelado: R. A. . Advogado: Ana Jaqueline Rodrigues da Silva. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Revisor: Des. Ruy Muggiati

1283º Processo 0830808-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 201000038529 Ordinária. Agravante: Condomínio Complexo Shopping Curitiba. Advogado: Cristiana Lacerda de Oliveira Franco, Cristovão Soares Cavalcante Neto. Agravado: Gabardo & Azevedo Ltda. Advogado: Érlon de Faria Pilati, Izabella Crispilio. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes

1284º Processo 0817516-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Arapongas. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00034293320118160045 Reconhecimento de Sociedade. Agravante: O. S. C. . Advogado: Rogério Barbeiro Constantino. Agravado: C. S. C. . Advogado: Alexander Vieira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1285º Processo 0819976-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00033020520118160075 Alimentos. Agravante: W. A. M. O. . Advogado: Vladimir Stasiak. Agravado: J. F. R. O. . Advogado: Adauto de Almeida Tomaszewski, Wesley Tomaszewski, Eduardo Lincoln Domingues Caldi. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1286º Processo 0820059-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00097881620108160083 Ação de Despejo. Agravante: Zanoni & Zanoni Ltda. - Panificadora Zanoni. Advogado: Gláucio Ricardo Faust, Fernando Biava da Silva. Agravado: Vinicius Guilherme Danieli Fritsch. Advogado: Acácio Perin. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1287º Processo 0822474-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00019455720078160001 Rescisão de Contrato. Apelante: Jofran Reflorestadora Ltda.. Advogado: Paulo Roberto Ribeiro Nalin, Bruna Caron Bertagnoli Pisani, Carlyle Popp. Apelado: Walter Roberto Mil Homens Satyro, Daniele Muzzolon Silveira, Renato Mil - Homens Satyro. Advogado: Juliana Derviche Guelfi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende

1288º Processo 0823917-4 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00242047020088160014 Revisional de Alimentos. Apelante: V. C. F. N. (Representado(a)). Advogado: João Henrique Cruciol, Fernanda Carolina Adam. Apelado: C. F. N. . Advogado: Denison Henrique Leandro, Marcio Barbosa da Silva. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende

1289º Processo 0823953-0 Apelação Cível
Comarca: Palotina. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00007562320088160126 Indenização por Ato Ilicito. Apelante: Embratel Empresa Brasileira de Telecomunicações SA. Advogado: Janaínna de Cássia Esteves, Idemilson de Oliveira, Giorgia Paula Mesquita, Daniella Leticia Broering, Reinaldo Mirico Aronis, Adilson de Castro Junior. Apelado: Transportes Rodoviários Vale do Piquiri Ltda. Advogado: Guilherme Clivati Brandt. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende

1290º Processo 0824413-5 Apelação Cível
Comarca: Dois Vizinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00014954020088160079 Investigação de Paternidade/Maternidade c/c Alimentos. Apelante: A. A. L. S. P. . Advogado: Otávio Augusto Inácio Massignan, Nereu Carlos Massignan. Apelado: G. J. A. . Advogado: Clodoaldo Mazurana. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1291º Processo 0824439-9 Apelação Cível
Comarca: Jacarezinho. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00043884420088160098 Pensão Alimentícia. Apelante: M. R. G. (maior de 60 anos). Advogado: Beatriz Regina da Silva, Alan Rubens Silton Savi. Apelado: F. T. G. , V. H. T. G., N. T. G.. Advogado: Soraya Saad Lopes, Cibele Kumagai. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1292º Processo 0824965-4 Apelação Cível
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00084963820108160069 Declaratória. Apelante: Copel Distribuição Sa. Advogado: Aldebaran Rocha Faria Neto, Hamilton José Oliveira. Apelado: Ademir Morales, Alcides Gomes Luz e Cia Ltda, Alexandre Felix, Anizia Francisca Brusiguello, Antonio Bento dos Santos (maior de 60 anos), Antonio Leonel Rissão, Arrozeira Risson Ltda - Me, Darci Piron Coelho, Delvo Jacomini (maior de 60 anos). Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende

1293º Processo 0825597-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00066858720098160001 Indenização. Apelante: Tim Celular Sa. Advogado: Sergio Leal Martinez, Geandro Luiz Scopel, Jaqueline de Fátima dos Santos Leal, Dani Leonardo Giacomini. Apelado: Luiz Alzebir Kummer. Advogado: Jaqueline Terezinha Santos Lisotti, Regiane Lustosa dos Santos. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende

1294º Processo 0825883-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00083045220098160001 Revisão de Contrato. Apelante: Ctba Serviços e Manutenção Ltda. Advogado: Adriano Alves Klein, Robson Luiz Santiago. Apelado: Special Service Serviços Ltda. Advogado: Romagueira Nunes de Avila Filho. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende

1295º Processo 0826279-1 Apelação Cível

Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00057236720088160173 Declaratória. Apelante: Global Village Telecom Ltda. Advogado: Zeila Pacheco de Oliveira Londero, Sandra Calabrese Simão. Apelado: Darci de Almeida Machado. Advogado: Renato Jorge Demasi. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende

1296º Processo 0826960-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00142135020118160019 Revisional de Alimentos. Agravante: C. C. S. . Advogado: Marli Aparecida Wasem. Agravado: I. M. B. D. . Advogado: Ana Paula Parra Leite. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1297º Processo 0827327-6 Apelação Cível

Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00084236620108160069 Declaratória. Apelante: Copel Distribuição Sa. Advogado: Hamilton José Oliveira, Aldebaran Rocha Faria Neto. Apelado: João Dirceu de Oliveira (maior de 60 anos), João Lopes Lima (maior de 60 anos), João Martins da Silva Neto (maior de 60 anos), Josefa Cirilo da Silva (maior de 60 anos), José Leandro Volpato, José Ruiz Borbas Filho, Joyce Velha, José Takashi Kubota (maior de 60 anos), José Redondo Garcia, Juliana Garcia Y Cajete. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende

1298º Processo 0827445-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 00014837120058160001 Ação de Despejo. Apelante: Mario Luiz Viezzer. Advogado: Nelson Antônio Gomes Junior. Rec.Adesivo: Fabiano Gomes de Oliveira. Advogado: Rafael Antônio Rebicki. Apelado (1): Fabiano Gomes de Oliveira. Advogado: Rafael Antônio Rebicki. Apelado (2): Mario Luiz Viezzer. Advogado: Nelson Antônio Gomes Junior. Apelado (3): Alexandrede Oliveira Pradera, Lilian de Oliveira Pradera. Advogado: Anderson Fernandes de Souza, Percy Goralewski. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1299º Processo 0827486-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Paranavaí. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00046681120118160130 Revisional de Alimentos. Agravante: L. V. D. C. , L. V. D. C.. Advogado: Alderico Barboza dos Santos, Alcindo de Souza Franco, Fabio Luis Franco. Agravado: C. C. R. C. . Advogado: Marcos Aurélio Dias. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1300º Processo 0827779-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Infância e da Juventude e Adoção. Ação Originária: 00196044820048160013 Destituição de Pátrio Poder c/c Adoção. Apelante: E. V. . Advogado: Giovani de Oliveira Serafini, Alexandra Danieli Alberti dos Santos, Angélica Fabiula Martins de Camargo. Apelado (1): C. R. S. (maior de 60 anos), Z. B. S.. Advogado: Edilene Cristina Martins Silva. Apelado (2): M. P. E. P. . Interessado: P. B. F. . Def.Público: Maria Goretti Basilio. Interessado: D. V. . Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende

1301º Processo 0827781-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001027 Ação de Despejo. Agravante: Claudette Cordeiro da Luz. Advogado: Carlos Araúz Filho, André Miranda de Carvalho, Clóvis Suplicy Wiedmer Filho. Agravado: Maria Izabel de Carvalho. Advogado: Sergio Mello Araujo. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1302º Processo 0829106-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00214450720108160001 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Iara Siviero. Advogado: Paulo Andre Alves de Rezende. Agravado: L. C. Branco Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Luiz Celso Branco, Rosa Daum Machado. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1303º Processo 0829627-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Terra Boa. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000108 Ação de Despejo. Agravante: Camisaria Brasileira Ltda Me. Advogado: Luiz Roberto de Souza. Agravado (1): Massa Falida de Indústria de Roupas Confiança. Advogado: Argemiro Garcia Júnior, Julio Rodolfo Roehrig. Agravado (2): Indusmoda Indústria de Modas Ltda. Advogado: Irineu Codato. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1304º Processo 0829662-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200900002066 Obrigação de Fazer. Agravante: Gessivaldo Oliveira Maia. Advogado: Gessivaldo Oliveira Maia. Agravado: Diane Inácio. Advogado: Amanda Graziela de Azevedo. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1305º Processo 0830312-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Dois Vizinhos. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00010589620088160079 Execução de Sentença. Agravante: L. S. S. . Advogado: Nilso Luiz Fernandes. Agravado: E. A. L. . Advogado: Éverton Bernardi. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1306º Processo 0830356-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00409276220118160014 Embargos de Terceiro. Agravante: Rosália Maria Moraes Rego Garutti. Advogado: Rafael Mazzer de Oliveira Ramos. Agravado: Ester Regina Redilines Gomes. Advogado: Jackson Romeu Ariukudo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1307º Processo 0831345-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000999 Cumprimento de Sentença. Agravante: Sanepar Cia de Saneamento do Paraná. Advogado: Guilherme Di Luca, Ivo Kraeski. Agravado: Eliana Gimenes Parra. Advogado: Savine Mertig Martins Prado. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1308º Processo 0831404-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara de Família. Ação Originária: 00056790820108160002 Guarda e Responsabilidade de Menor. Agravante: A. S. . Advogado: Geni Regina da Silva Propst. Agravado: F. S. S. . Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak

1309º Processo 0817483-6 Agravo de Instrumento

Comarca: São João do Triunfo. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006038620118160157 Retificação de Registro Civil. Agravante: Maria Franco. Advogado: João Manoel Grott, Marco Antônio Grott, Daniel Homero Basso. Agravado: Registro Civil de Pessoas Naturais Titulos e Documentos e Pessoas Jurídicas. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior

1310º Processo 0820743-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Castro. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00016005720118160064 Ordinária. Agravante: Carlos Antônio Madureira Filho. Advogado: Lincoln Eduardo Albuquerque de Camargo Filho. Agravado: Sebastião José Madureira Neto, Carlos Antônio Madureira. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior

1311º Processo 0821556-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00072374620118160045 Dissolução. Agravante: F. S. M. . Advogado: Eduardo Marcelo Pinotti, Helder Masquete Calixti, Ricardo Gouveia de Souza. Agravado: A. L. S. C. S. . Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior

1312º Processo 0822805-5 Apelação Cível

Comarca: Cianorte. Vara: Vara da Infância e da Juventude e Anexos. Ação Originária: 00026017220058160069 Separação. Apelante (1): D. D. . Advogado: Altimar Pasin de Godoy. Apelante (2): V. F. R. D. . Advogado: Rodrigo Augusto Bego Soares, Márcia Cristina da Silva, Jesus Alves Soares. Apelado(s): O. M. . Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior. Revisor: Des. Fernando Wolff Bodziak

1313º Processo 0823118-1 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00064824820078160017 Prestação de Contas. Apelante: Edmar Winand. Advogado: Edmar Winand. Apelado: Comercio de Frutas e Verduras Bento Gonçalves Ltda. Advogado: Fabricia Kutne Reder, Barbara Gonzales Lucas. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior. Revisor: Des. Fernando Wolff Bodziak

1314º Processo 0823249-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00059196820088160001 Ação de Despejo. Apelante: Vera Uchoa Lacerda Motta (maior de 60 anos). Advogado: Juliano Franco Dias dos Reis. Apelado: Célia de Macedo Buhrer, Fábio Augusto Correia Francisco, Gilberto Francisco, Glaucia Taborda Martins Francisco. Advogado: Ederson Geraldo Camargo, Michele Stankiewicz, Silvia Galesi Campelo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior

1315º Processo 0824199-0 Apelação Cível

Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00016134120108160145 Declaratória. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Francisco Rosito, Luciana de Lucas Moreira, Luís Fernando de Camargo Hasegawa. Apelado: Nivaldo de Melo Souza. Advogado: Aldo Galicioli Júnior, José Marcelino Correa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior

1316º Processo 0824618-0 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00169944420088160021 Declaratória. Apelante: B 4 Construções Civis Ltda.. Advogado: Rodrigo Carlesso Moraes, José Fernando Vialle. Apelado: Brasil Telecom Celular S/a.. Advogado: Michelly Alberti, Ivan Paim da Silveira, Josiane Borges. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior. Revisor: Des. Fernando Wolff Bodziak

1317º Processo 0824934-9 Apelação Cível

Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000950220038160132 Embargos a Execução. Apelante: H. M. M. . Advogado: Marcos Aurélio Dias. Apelado: B. F. M. , G. F. M., V. F. M.. Advogado: Paulo Sergio Gonçalves. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior. Revisor: Des. Fernando Wolff Bodziak

1318º Processo 0824955-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00034302420098160001 Cautelar Inominada. Apelante: Saúde da Família Clinica Médica Ltda. Advogado: Reginaldo Celso Guidolin. Apelado: Cintia Natio Paulino. Advogado: Alexandre Arseno. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior. Revisor: Des. Fernando Wolff Bodziak
1319º Processo 0825292-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00145684220108160004 Declaratória. Apelante: Jaime Boniatti, José Leonildes, Luiz Miguel Varistelo, Natalino Lopes dos Santos. Advogado: Diego Mialski Fontana, Patrícia da Fonseca dos Santos, Luiz Gustavo Salomão Ballan. Apelado: Copel Distribuição Sa. Advogado: Alessandro Renato de Oliveira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior. Revisor: Des. Fernando Wolff Bodziak
1320º Processo 0826105-6 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00261689820088160014 Cobrança. Apelante: Condomínio Edifício Telmar. Advogado: Luiz Lopes Barreto, Tânia Valéria de Oliveira Oliver, Marcela Valério Penatti. Apelado: Almir Rodrigues Sudan. Advogado: Flávio Vieira de Farias. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior. Revisor: Des. Fernando Wolff Bodziak
1321º Processo 0827230-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00183814720108160014 Alimentos. Agravante: L. C. D. G. , R. A. G.. Advogado: Nilcélia Lemes Lustri. Agravado: E. G. H. . Advogado: Bruno Augusto Sampaio Fuga, Juliana Trautwein Chede, Felipe Claudino Cannarella. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior
1322º Processo 0828242-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 00049865120118160014 Alimentos. Agravante: G. G. S. . Advogado: Soerlei Sartori de Moraes, Vanessa de Souza Melo. Agravado: B. J. G. S. (Representado(a) por sua mãe). Advogado: Sandro Panisio, Ana Elisa Del Padre da Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior
1323º Processo 0828752-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Pitanga. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00018151120118160136 Ação Alimentar. Agravante: D. Z. S. . Advogado: Taís Zanini de Sá Duarte Nunes. Agravado: K. V. H. S. . Advogado: José Wilson dos Santos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior
1324º Processo 0829014-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 00298899220118160001 Rescisão de Contrato. Agravante: Sicontiba - Sindicado dos Contabilistas de Curitiba. Advogado: Marta Patricia Bonk, Vanessa Benato Cardoso. Agravado: Oi Brasil Telecom S.a.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior
1325º Processo 0829166-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Rio Negro. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00018097120118160146 Alimentos. Agravante: O. S. . Advogado: Márcio Magnabosco da Silva. Agravado: P. H. L. S. , H. L. S.. Advogado: Irmeli Melz Nardes, Daniela Melz Nardes, Javel Jaime Valério. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior
1326º Processo 0829693-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200400000250 Cumprimento de Sentença. Agravante: Wms Supermercados do Brasil S/a. Advogado: Alex Francisco Pilatti. Agravado: Mais Mais Doces e Salgados Ltda.. Advogado: Vicente Paula Santos. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior
1327º Processo 0830179-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00352582820118160014 Separação. Agravante: T. F. M. S. . Advogado: Adilson Vieira de Araújo, Flávia Fernandes Alfaro. Agravado: C. A. S. . Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior
1328º Processo 0830424-5 Apelação Cível
Comarca: Assis Chateaubriand. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00014616120088160048 Interdição. Apelante: B. F. (maior de 60 anos). Advogado: Gelcina Alves Geraldo Amaral. Apelado: J. B. F. . Advogado: Rogério Raízi Belice. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior. Revisor: Des. Fernando Wolff Bodziak
1329º Processo 0830841-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00414293520108160014 Reparação de Danos. Agravante: Gelt Tecnologia e Sistemas Ltda.. Advogado: Carlos Alexandre Rodrigues. Agravado: Dieto A. T. Oliveira Ltda.. Advogado: Ricardo Kelter Daher. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior
1330º Processo 0831026-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara de Família. Ação Originária: 00042324820118160002 Guarda e Responsabilidade de Menor. Agravante: L. S. L. . Advogado: Irinéia Alves do Nascimento. Agravado: C. P. . Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior
1331º Processo 0831223-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 00209498420118160019 Dissolução/reconhecimento de Sociedade. Agravante: S. G. D. , J. P. G. F. (Representado(a)), A. G. F. (Representado(a)). Advogado: Alexandre Postiglione Bührer. Agravado: A. F. J. . Advogado: Lorena Bianca da Silva, ROGER FONSECA FERREIRA DA LUZ. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior
1332º Processo 0822997-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00077485020098160001 Arbitramento de Honorários. Apelante: Theophilo Opalinski. Advogado: Acir Filipake. Rec.Adesivo: Claudinei Belafronte. Advogado: Jansen Daniel de Carvalho. Apelado (1): Theophilo Opalinski. Advogado: Acir Filipake. Apelado (2): Claudinei Belafronte. Advogado: Jansen Daniel de Carvalho. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati. Revisor: Des. Gamaliel Seme Scaff
1333º Processo 0823076-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 00000399720058160002 Dissolução de Sociedade. Apelante: V. L. A. C. . Advogado: Arnaldo Ferreira, Giovanny Vitório Baratto Cocicov. Apelado: V. N. S. . Advogado: Vilma de Almeida Bastos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati. Revisor: Des. Gamaliel Seme Scaff
1334º Processo 0823158-5 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00043094220108160083 Alimentos. Apelante: J. J. C. S. . Advogado: Alexandre Cadete Martini, Ernani Cezar Werner. Apelado: M. C. S. (Representado(a) por sua mãe), J. C. C. S.. Advogado: Luiz Carlos D'Agostini Júnior. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati
1335º Processo 0824089-9 Apelação Cível
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00018933420108160170 Declaratória. Apelante: Cláudio Aparecido Ferreira, Almir Rossi. Advogado: Jair da Silva, Cláudio Aparecido Ferreira. Apelado: Tim Celular Sa. Advogado: Carlos Alberto Hauer de Oliveira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati. Revisor: Des. Gamaliel Seme Scaff
1336º Processo 0824249-5 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00178487420098160030 Ordinária. Apelante: Copel Distribuição Sa. Advogado: Regilda Miranda Heil Ferro. Rec.Adesivo: Ethos Lincon Coelho. Advogado: Roque Sutil. Apelado (1): Ethos Lincon Coelho. Advogado: Roque Sutil. Apelado (2): Copel Distribuição Sa. Advogado: Regilda Miranda Heil Ferro. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati. Revisor: Des. Gamaliel Seme Scaff
1337º Processo 0824660-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Coronel Vivida. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012442620118160076 Negatória de Paternidade/Maternidade. Agravante: A. F. . Advogado: Sonivaltair da Silva Castanha, Aurimar José Turra, Elisio Apolinário Rigonato Chaves. Agravado: J. R. J. F. . Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati
1338º Processo 0825068-4 Apelação Cível
Comarca: Realeza. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010615920088160141 Retificação de Registro. Apelante: Espólio de Estanislau Unidziski. Advogado: Danieli Cristina Marcon. Apelado: Município de Santa Izabel do Oeste. Advogado: Camilo de Toni. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati. Revisor: Des. Gamaliel Seme Scaff
1339º Processo 0825138-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00112825620108160004 Embargos a Execução. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Anamaria Batista, Liliane Kruetzmann Abdo, Felipe Barreto Frias, Marco Antônio Lima Berberi. Apelado: Ari Bernardi. Advogado: Ari Bernardi. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati. Revisor: Des. Gamaliel Seme Scaff
1340º Processo 0825225-9 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00169935920088160021 Cancelamento de Documento. Apelante: Tim Celular Sa. Advogado: Luis Guilherme Vanin Turchiari, Helena Annes, Alceu Maciel D'Ávila. Rec.Adesivo: Kd Reformas de Carretas Ltda. Advogado: Marco Denilson Meulam. Apelado (1): Kd Reformas de Carretas Ltda. Advogado: Marco Denilson Meulam. Apelado (2): Tim Celular Sa. Advogado: Luis Guilherme Vanin Turchiari, Helena Annes, Alceu Maciel D'Ávila. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati. Revisor: Des. Gamaliel Seme Scaff
1341º Processo 0825824-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 00004573020088160002 Arrolamento. Apelante: I. M. C. . Advogado: Tânia Mara Mandarino, Humberto Ribeiro de Queiroz. Apelado: M. C. . Advogado: Douglas Phillips Freitas. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati. Revisor: Des. Gamaliel Seme Scaff
1342º Processo 0827189-6 Apelação Cível
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000392920038160112 Declaratória. Apelante: V. R. . Advogado: Leandro Marcondes da Silva, Sérgio Tadeu Covre Martinez. Apelado: L. M. R. .

Advogado: Oscar Estanislau Nasihgil, Antonio Ferreira França. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati. Revisor: Des. Gamaliel Seme Scaff

1343º Processo 0827956-7 Habeas Corpus Cível
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 200200000510 Alimentos. Impetrante: S. C. N. (em seu favor). Advogado: Saturnino Cavazzani Netto. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1344º Processo 0828542-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00065821720088160001 Ação de Despejo. Apelante: Osório Soares de Oliveira F I. Advogado: Robson Fari Nassin. Apelado: Ferreira Lima Autos Posto Ltda. Advogado: Leandro João Lyra. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1345º Processo 0828555-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00070086820108160030 Cumprimento de Sentença. Agravante: Sanepar Cia de Saneamento do Paraná. Advogado: Guilherme Di Luca, Ivo Kraeski. Agravado: Beatriz Helena Dutra Jacinto de Farias. Advogado: Carlos Henrique Rocha, Ana Marcia Soares Martins. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1346º Processo 0828648-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Umuarama. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00062337520118160173 Divórcio. Agravante: F. F. P. M. . Advogado: Cleusa Braga Franquini, Maria Thereza Araújo Cordts. Agravado: F. A. M. . Advogado: Luiz Gustavo do Amaral. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1347º Processo 0828931-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00624760720108160001 Exceção de Incompetência. Agravante: Fernando José Stocco, Escritório Empresarial Stocco Ltda. Advogado: Fernando José Stocco. Agravado: Fiat Automóveis S/a. Advogado: João Dácio de Souza Pereira Rolim, Patrícia Piló Bittencourt Redig, Gustavo Gomes Xavier de Oliveira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1348º Processo 0829049-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001299 Execução de Sentença. Agravante: Administradora Continental Ltda. - Me.. Advogado: Marco Antônio Gomes de Oliveira, Elaine Noeli Destro, Lilian Tavares da Silva. Agravado: Nadir Silva Ratto. Advogado: Paulo Sérgio Bandeira, Mara Cláudia Dib de Lima, Luiz Roberto Rech. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1349º Processo 0829092-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Colorado. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025966520108160072 Reintegração de Posse. Agravante: José Antônio Geminiano, Cislaine Regina Marini Geminiano. Advogado: Marlene Zannin, Iéri do Amaral Schroeder, Gilberto Nardi Fonseca. Agravado: Welinton Scarpini Aparício. Advogado: Anderson Soares de Cerqueira, Danilo Andrigo Rocco. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1350º Processo 0829337-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 200900002442 Alimentos. Agravante: J. A. L. . Advogado: Maria Aparecida da Silva. Agravado: B. M. L. , J. V. L., R. C. M.. Advogado: Josuel Décio de Santana, Andréia Ayumi Nitahara, Susana Tomoe Yuyama. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1351º Processo 0829821-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001186 Remoção de Inventariante. Agravante: Orlando Henrique Tavares Sprenger Lobo. Advogado: Pedro Henrique Igino Borges. Agravado: Ana Soraya Sprenger Lobo Theobald, Monica Sprenger Lobo Skarbek. Advogado: Marcelo Arthur Gomes Osti. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1352º Processo 0830297-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara de Família. Ação Originária: 00070948920118160002 Dissolução/ reconhecimento de Sociedade. Agravante: C. C. M. A. . Advogado: Silvio Martins Vianna, Washington Yamane. Agravado: D. D. . Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1353º Processo 0768232-6/03 Medida Cautelar Incidental
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 9076823260 Agravo de Instrumento. Requerente: Rosemari Bernardo (maior de 60 anos). Advogado: Rodrigo Gaspar Teixeira. Requerido: João Alberto Rocha Guimarães. Advogado: Osmires João Carlos Turra, Edivaldo Mercer Gonçalves. Encaminhamento ao Exmo. Sr. relator em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1354º Processo 0831255-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00680033720108160001 Repetição de Indébito. Agravante: Mz Comércio de Produtos Ltda. Advogado: Nathascha Raphaela Pomagerski, Geraldo Francisco Pomagerski. Agravado: Oi Telefone Fixo- Brasil Telecom Sa. Advogado: Sandra Regina Rodrigues, Ana Lucia Rodrigues Lima, Adailton Alves Maciel Júnior. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1355º Processo 0831506-6 Habeas Corpus Cível
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 200200000510 Alimentos. Impetrante: S. C. N. (em seu favor). Advogado: Saturnino Cavazzani Netto (advogado). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1356º Processo 0831546-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00183668320118160001 Execução Provisória. Agravante: Aramis Chain. Advogado: Antônio Dilson Pereira, Márcio Clementino Soares, Ali Chaim Filho. Agravado: Ildemar Ivo Alonso. Advogado: Sergio Antonio Neiva Vieira, Ana Paula Ribas Vieira. Interessado: Shirley da Costa Cézar. Advogado: Mauro Cury Filho. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

1357º Processo 0822879-5 Apelação Cível
Comarca: Palotina. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00004880320078160126 Declaratória. Apelante: Felipe Angelo Bez. Advogado: Evandro Mauro Vieira de Moraes, Felipe Angelo Bez, Felipe Zago. Apelado: Brasil Telecom Sa. Advogado: Priscila Perelles, Angela Maria Stepaniv, Sandra Regina Rodrigues. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Augusto Lopes Cortes

1358º Processo 0822959-8 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00077579520088160017 Cobrança. Apelante: Condomínio New Fashion Shopping. Advogado: Fernando Julio Nogueira, Cleverson Tomazoni Michel. Apelado: Global Village Telecom - Gvt. Advogado: Marcos de Rezende Andrade Junior, Barbara Tomborelli de Oliveira. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Augusto Lopes Cortes

1359º Processo 0822993-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 00000073420018160002 Execução de Prestação Alimenticia. Apelante: G. C. I. (Representado(a)). Advogado: Lenir Gonçalves da Silva Filho. Apelado: E. I. . Advogado: Rogério Costa, Ana Paula Barrios de Carvalho. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Augusto Lopes Cortes

1360º Processo 0823393-4 Agravo de Instrumento
Comarca: São João do Ivaí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201100000192 Embargos a Execução. Agravante: Herminio Jose Montanha, Lucilia Pessotti Znidarsic Montanha. Advogado: Luiz Flórido Alcântara. Agravado: Patricia Colepicolo. Advogado: Eduardo Vida Leal Filho, Alexandre Sarge Figueiredo. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1361º Processo 0823531-4 Apelação Cível
Comarca: Paranaguá. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00068559720088160129 Alimentos. Apelante: R. F. S. B. . Advogado: Antônio de Oliveira Tavares. Apelado: S. L. B. . Advogado: Romulo Augusto Fernandes Martins. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Augusto Lopes Cortes

1362º Processo 0823803-5 Apelação Cível
Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00012979420108160123 Cobrança. Apelante: Lt Gasperin & Companhia Limitada. Advogado: Lisandro Telles de Camargo. Apelado: Mecânica Luz Ltda. Advogado: Albert Knolseisen. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1363º Processo 0824674-8 Apelação Cível
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00084123720108160069 Declaratória. Apelante: Copel Distribuição S/a. Advogado: Hamilton José Oliveira, Aldebaran Rocha Faria Neto, Christiana Tosin Mercer. Apelado (1): Adão Adauto Albanez, Antoninho Delboni Torresilha, Nivaldo Henrique Francisco, Osmar Cavalaro (maior de 60 anos), Pedro Alves Pereira, Sebastião Rocco (maior de 60 anos), Severino Antonio de Lima, Viaplast Indústria e Comércio de Plástico Ltda. Repr Proces: Ivo Bernadinelle Ribeiro. Apelado (2): Dalberto e Barreiro Ltda. Repr Proces: Orestes de Paula Dalberto. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Augusto Lopes Cortes

1364º Processo 0824796-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00034406920098160033 Declaratória. Apelante: Vivo Sa. Advogado: Priscila Camargo Pereira da Cunha, Luciana Gabriel Chemim. Apelado: Suguiura Indústria Mecânica Ltda. Advogado: Marco Antônio Gomes de Oliveira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Augusto Lopes Cortes

1365º Processo 0825330-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00023935920098160001 Ação de Despejo. Apelante: Jonas Cesário Pereira. Advogado: Joselia Aparecida Kuchler. Apelado: Marcelo Formighuieri Fontoura, Regina Lucia Formighieri Fontoura, Argeu Fontoura Neto. Advogado: Antônio Gustavo Scherner Franco. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1366º Processo 0827788-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara de Família. Ação Originária: 00043476920118160002 Guarda e

Responsabilidade de Menor. Agravante: E. P. P. . Advogado: Claudinei Bakaus de Azevedo. Agravado: W. M. M. R. . Advogado: José Wilmar Zwierzikowski. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1367º Processo 0828058-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00074895520098160001 Ordinária de Cobrança. Apelante: Saúde Total Ltda. Advogado: Carledes Elias do Carmo. Apelado: Hospital da Nações Ltda. Advogado: João Paulo Bettega de Albuquerque Maranhão. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Augusto Lopes Cortes

1368º Processo 0828390-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00005707420118160035 Indenização. Agravante: Ccd Administração e Participações Ltda, Daniel da Silva. Advogado: José Rodrigues Vieira. Agravado: Carlos Macieri. Advogado: Luis Gustavo D'Agostini Bueno, Fabrício Zilotti. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1369º Processo 0828686-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00158896820098160030 Cumprimento de Sentença. Agravante: Leda Maria Lima da Costa, Luis Roberto Cardoso, Irailson Gorski, Paulo Roberto da Silva, Cladismar Alessio, Darvin Luis dos Santos Andrade, Luis Orlando Figueiredo Aranha, Alessandro da Rocha Mattje, Lucelia Ferreira Pimenta, Marco Aurelio de Matos Alexandre, Beatriz Dolores Taffarel, Valdir Carlos, João Alberto Bruchelaria Godoy, José Adir Taffarel. Advogado: Janaina Baptista Tente, Mariane Menegazzo, Daniele Ribeiro Costa. Agravado: Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. Advogado: Guilherme Di Luca, Ivo Kraeski. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1370º Processo 0828926-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara de Família. Ação Originária: 00053462220118160002 Alimentos. Agravante: J. S. N. . Advogado: Paula Eloisa de Oliveira. Agravado: E. S. S. , T. S. S.. Advogado: Maristela Rodrigues. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1371º Processo 0829057-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 200300000266 Ação de Despejo. Agravante: Continental Empreendimentos Imobiliários e Administração Ltda.. Advogado: Tâmilly Rafaela de Oliveira. Agravado: Delicatessem Panificadora Confeitaria Ltda., Carlos Alberto de Jesus Marques. Advogado: Carlos Alberto Mendes Marques. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1372º Processo 0829083-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00729968420108160014 Consignação em Pagamento. Agravante: Luiz Meneghel Neto, Maria Ligia Setti Meneghel. Advogado: Rodrigo José Celeste. Agravado: Bruno Pedalino. Advogado: Bruno Pedalino, Leiziane Negrão, Heloisa Belebecha Achôa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1373º Processo 0829492-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara de Família. Ação Originária: 00050535220118160002 Ação Alimentar. Advogado: Antônio Dilson Pereira, Márcio Clementino Soares, Ali Chaim Filho. Agravante: F. O. C. . Agravado: T. F. R. C. . Advogado: Milton César da Rocha, Maira Bianca Belem Tomasoni. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1374º Processo 0829767-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara de Família. Ação Originária: 00045936520118160002 Dissolução/ reconhecimento de Sociedade. Agravante: R. A. . Advogado: Márcio Nicolau Dumas, Fabiano Gonzaga da Silva. Agravado: E. G. K. . Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1375º Processo 0829948-3 Apelação Cível
Comarca: Umuarama. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00044508220108160173 Alimentos. Apelante: E. P. S. (Representado(a)). Advogado: Anderson de João Alvim, Jacskon Seiji Mitsue. Apelado: J. B. S. . Advogado: Elirani de Sousa Chinaglia. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Augusto Lopes Cortes

1376º Processo 0830382-2 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 00397005620108160019 Dúvida. Apelante: A. T. M. (maior de 60 anos). Advogado: Talita Soares Karwoski Silva, Tibiriça Messias. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Augusto Lopes Cortes

1377º Processo 0830463-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Faxinal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000304 Alimentos. Agravante: F. V. . Advogado: Alceu Okagawa Falleiros, Margareth Yoko Okagawa Falleiros. Agravado: F. V. J. , E. S. V. (assistido(a)). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1378º Processo 0830576-4 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00083983920118160030 Alimentos. Apelante: A. P. J. C. . Advogado: Jorge Augusto Martins Szczypior. Apelado: A. S. J. C. (Representado(a)). Advogado: Sandra Maria Tabert Marcondes de Moura Passerino. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

1379º Processo 0830891-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00293448020118160014 Divórcio. Agravante: M. D. P. S. . Advogado: Alexandre Teixeira, Thiago Nório Zandonai Kussano. Agravado: O. B. S. . Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler

_____ 12ª Câmara Cível _____

1380º Processo 0822222-6 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00061980220088160083 Declaratória. Apelante: Tim Celular Sa. Advogado: Geandro Luiz Scopel, Dani Leonardo Giacomini. Rec.Adesivo: Aguinaldo Jose Steimbach. Advogado: Luiz Renato Manfroi. Apelado (1): Tim Celular Sa. Advogado: Geandro Luiz Scopel, Dani Leonardo Giacomini. Apelado (2): Aguinaldo Jose Steimbach. Advogado: Luiz Renato Manfroi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Revisor: Des. Clayton Camargo

1381º Processo 0822900-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 00000679420078160002 Alimentos. Apelante: J. T. K. . Advogado: Nelson Gramazio. Apelado: A. R. A. . Advogado: Jacy Gabardo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Revisor: Des. Clayton Camargo

1382º Processo 0823028-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Mandaguari. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00022498120118160109 Alimentos. Agravante: N. F. S. . Advogado: Fernando Henrique Benedetti Nanuncio. Agravado: D. C. S. (Representado(a)), A. H. B. S. (Representado(a)), T. M. B. S.. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

1383º Processo 0823286-4 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00049078020098160131 Declaratória. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Carlos Fernando Bomfim, Ivan Paim da Silveira, Josiane Borges, Michelly Alberti. Apelado: Fabio Borges Pinheiro. Advogado: Flávio Rodrigo Santos Dutra. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Revisor: Des. Clayton Camargo

1384º Processo 0824211-1 Apelação Cível
Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00016142620108160145 Declaratória. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Luís Fernando de Camargo Hasegawa, Luciana de Lucas Moreira, Francisco Rosito. Apelado: Maria Joana da Costa. Advogado: Aldo Galicioli Júnior, José Marcelino Correa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Revisor: Des. Clayton Camargo

1385º Processo 0824256-0 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00038072720088160131 Rescisão de Contrato. Apelante: Allou Representações Ltda. Advogado: Fabiana Eliza Mattos, Diego Balem, Wanderley Antonio de Freitas, Fabiana Battisti. Apelado: Brasil Telecom S/a. Advogado: Josiane Borges, Michelly Alberti, Ivan Paim da Silveira, Josiane Borges. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Revisor: Des. Clayton Camargo

1386º Processo 0824493-3 Apelação Cível
Comarca: Cambará. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001955720048160055 Cobrança. Apelante: Roberto Casali Pavan. Advogado: José Carlos Pereira, Carlos Roberto Ghirelli Pires. Apelado: Cooperativa de Crédito Rural Paranapanema - Sicredi Paranapanema. Advogado: José Carlos Pereira de Godoy, Rosa Maria Stradioto, Mara Santana. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Revisor: Des. Clayton Camargo

1387º Processo 0825008-8 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 00263987220108160014 Alimentos. Apelante: J. L. C. R. (Representado(a)), B. C. R. (Representado(a)). Advogado: Cassio Nagasawa Tanaka. Apelado: A. D. R. . Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Revisor: Des. Clayton Camargo

1388º Processo 0825177-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 00000053519998160002 Separação. Apelante: J. R. C. . Advogado: Mário Ronaldo Camargo, Carlos Roberto Ferreira. Apelado: A. C. F. . Advogado: Natanael Gorte Camargo, Luiz Henrique Guimarães Hohmann. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Revisor: Des. Clayton Camargo

1389º Processo 0825249-9 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00126918620108160030 Declaratória. Apelante: Washington Teixeira e Advogados Associados, Washington Luiz Stelle Teixeira. Advogado: Washington Luiz Stelle Teixeira, Daniela Alves Chossani. Apelado: Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Advogado: Luiz Carlos Pasqualini. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Revisor: Des. Clayton Camargo

1390º Processo 0827394-7 Apelação Cível

Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00084167420108160069 Declaratória. Apelante: Copel Distribuição Sa. Advogado: Hamilton José Oliveira, Aldebaran Rocha Faria Neto. Apelado: Alercio de Souza Santos, Alex Sandro Prizão, Almir Grecco, Antonio Carlos Prizão (maior de 60 anos), Aparecido Donizete Sa Silva, Claudenir Ariano Vidotti, Eduardo Cesar Galli, Ivone Ribeiro (maior de 60 anos), José Antonio da Silva, Magali de Oliveira Carneiro. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Revisor: Des. Clayton Camargo

1391º Processo 0827765-6 Apelação Cível

Comarca: Marialva. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00002623720078160113 Dissolução/reconhecimento de Sociedade. Apelante: R. A. C. . Advogado: Fernando Vicentin. Apelado: R. D. S. . Advogado: Odair Vicente Moreschi, Stephen Wilson. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

1392º Processo 0828267-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 200700001751 Ação de Despejo. Agravante: Darci Borges Saldanha. Advogado: Marcos Antônio Barbosa, José Roberto Cavalcanti. Agravado: Yara Maria de Miranda Bley. Advogado: Euclides de Lima Júnior. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

1393º Processo 0828392-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00024006920118160037 Ação Alimentar. Agravante: M. B. , M. B. P.. Advogado: Louise Hage. Agravado: J. V. F. C. G. S. . Interessado: A. C. P. . Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

1394º Processo 0828660-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Umuarama. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00112737220108160173 Destituição de Pátrio Poder c/c Adoção. Agravante: E. P. . Advogado: Hamilton Bonatto. Agravado: A. C. M. L. . Cur.Especial: L. A. H. . Interessado: L. V. C. , V. C.. Advogado: Elirani de Sousa Chinaglia, Elaine Cristina Bessão Nakamura. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

1395º Processo 0828754-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Cascavel. Vara: Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 00350168220108160021 Alimentos. Agravante: V. P. , J. R. P.. Advogado: Maria Aparecida Caldeira, Veridiane Aparecida Thomazinho. Agravado: P. D. P. , B. P.. Advogado: Hivonete Solano Lima de Carvalho Piccoli. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

1396º Processo 0829003-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00307064520108160017 Divórcio. Agravante: M. O. T. . Advogado: Marcio Fernando Candeo dos Santos. Agravado: E. A. I. T. . Advogado: Ricardo Hideyuki Nakanishi. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

1397º Processo 0829618-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001573 Cobrança. Agravante: Ericsson Pereira Pinto Advogados Associados. Advogado: João Carlos de Macedo. Agravado: Banco Banestado SA. Advogado: Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

1398º Processo 0829780-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 00115847020118160030 Busca e Apreensão de Menor. Agravante: F. A. M. D. A. . Advogado: Fernando Santana de Almeida, Luciano Eurico de Siqueira Cavalcanti Veras, Marcos Antonio Bandeira Ribeiro. Agravado: R. L. P. . Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

1399º Processo 0830315-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara de Família. Ação Originária: 200300000030 Dissolução de Sociedade. Agravante: J. D. A. . Advogado: Sebastião Carneiro de Souza. Agravado: R. C. D. . Advogado: Vitor Hugo Scartezini. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

1400º Processo 0831175-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara de Família. Ação Originária: 00057281520118160002 Sequestro. Agravante: H. P. A. . Advogado: Everton Juliano de Silva, Rodrigo Correa do Couto. Agravado: A. O. G. A. . Advogado: Fabiano Lopes, Indianara Tamm Dias. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

1401º Processo 0667717-8 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: Declaratória. Apelante: Copel Distribuição S/a. Advogado: Angela Fabiana Bueno de Souza Pinto, Luiz Carlos Pasqualini. Apelado: Convenio Operadora de Turismo Ltda. Advogado: Anizio Jorge da Silva Moura, Vinícius Eduardo Sávio. Redistribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa. Revisor: Des. Rafael Augusto Cassetari

1402º Processo 0821528-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 00389365120118160014 Alimentos. Agravante: R. R. M. . Advogado: Alexandre Rogerio Ficcio. Agravado: M. S. M. (Representado(a)). Advogado: Solange Tissot, Nadya Fernanda Franco Ferreira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa

1403º Processo 0822781-0 Apelação Cível

Comarca: Jaguariaíva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006882020098160100 Ordinária. Apelante: Sindicato dos Trabalhadores Nas Indusrias de Papel Papelão e Cortiça de Jaguariaíva. Advogado: Aluísio Pires de Oliveira. Apelado: Brasil Telecom Celular Sa. Advogado: Angela Maria Stepaniv, Priscila Perelles, Sandra Regina Rodrigues. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa. Revisor: Des. Rafael Augusto Cassetari

1404º Processo 0823068-6 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00241648820088160014 Revisional de Alimentos. Apelante: M. F. G. (Representado(a)). Advogado: Rafael Mazzer de Oliveira Ramos. Apelado: S. G. . Advogado: Paulo Sergio Mecchi. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa. Revisor: Des. Rafael Augusto Cassetari

1405º Processo 0824099-5 Apelação Cível

Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00084253620108160069 Declaratória. Apelante: Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Advogado: Hamilton José Oliveira, Aldebaran Rocha Faria Neto. Apelado: Ademir Marques dos Santos, Alcides Bertolazo, Antônio Ávila Barros, C Lavagnoli e Companhia Ltda Epp, Cortez e Pasian Ltda Me, Colauto e Auto Ltda, Jc Cunha e Cunha Ltda, Lc Moraes Bar, Pa Cortez Farmácia, Roberth Tietze & Companhia Ltda Me. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa. Revisor: Des. Rafael Augusto Cassetari

1406º Processo 0824291-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00315747120108160001 Declaratória. Apelante: Tim Celular Sa. Advogado: Geandro Luiz Scopel, Dani Leonardo Giacomini, Sergio Leal Martinez. Apelado: Rodrigo Otavio Camargo Nunes. Advogado: Maria Luíza Loesch. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa. Revisor: Des. Rafael Augusto Cassetari

1407º Processo 0824570-5 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00150478620078160021 Repetição de Indébito. Apelante: Diorgio Depubel Dantas (assistido(a)). Advogado: Teresinha Depubel Dantas. Apelado: Tim Celular Sa. Advogado: Wagner Taporoski Moreli, Sérgio Leal Martinez, Danusa Feliz de Luca. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa. Revisor: Des. Rafael Augusto Cassetari

1408º Processo 0824846-4 Apelação Cível

Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00016151120108160145 Declaratória. Apelante: Alirio Orlandini Andrade Rosa (maior de 60 anos). Advogado: Aldo Galicioli Júnior, José Marcelino Correa. Apelado: Brasil Telecom Sa. Advogado: Rafael Tramontini Marcatto, Tania Mara Podgurski, Emmanuel Casagrande, Luís Fernando de Camargo Hasegawa. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa

1409º Processo 0825190-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 00000041620008160002 Separação Consensual. Apelante: R. A. D. F. , F. R. C.. Advogado: Herrmann Emmel Schwartz. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa. Revisor: Des. Rafael Augusto Cassetari

1410º Processo 0825193-2 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00178504420098160030 Repetição de Indébito. Apelante: Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. Advogado: Guilherme Di Luca, Ivo Kraeski. Apelado: Antonio Boldrini (maior de 60 anos), Empresa Hoteleira Arnavane Ltda, Hassan Mustafa Issa (maior de 60 anos), Jane Maria Bortoli Higashihara, João Becker, Maria Dolores Fernandez Bizerra (maior de 60 anos), Osaldo Kazuo Onishi, Valmir Gomes Soares. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo

1411º Processo 0826300-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00001332919978160001 Declaratória. Apelante: Ocidental Distribuidora de Petróleo Ltda. Advogado: Carlos Juarez Weber. Apelado: Posto Arthur Ltda, Yara de Moura. Advogado: Paula Karena Felice de Sales. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Revisor: Des. Rafael Augusto Cassetari

1412º Processo 0828128-7 Apelação Cível

Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00068703020088160044 Cobrança. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Marco Aurélio Barato. Apelado: Danilo Lemos Freire. Advogado: Danilo Lemos Freire, Thiago Fernando Gregório. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa. Revisor: Des. Rafael Augusto Cassetari

1413º Processo 0828150-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001092 Cumprimento de Sentença. Agravante: Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. Advogado: Guilherme Di Luca, Ivo Kraeski. Agravado: Condomínio Edifício Alto Paraná. Advogado: Luís Oguedes Zamarian. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa

1414º Processo 0828207-3 Habeas Corpus Cível

Comarca: Mandaguari. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006570220118160109 Alimentos. Impetrante: Daisy Rosa Malacário (advogado). Paciente: G. V. S. . Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo

1415º Processo 0828394-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara de Família. Ação Originária: 00049126720108160002 Alimentos. Agravante: S. L. C. D. . Advogado: Luiz Renato Costa Amorim. Agravado: L. P. D. , F. P. D., G. P. D., S. M. P. D.. Advogado: Nelson João Klas, Nelson João Klas Júnior. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa

1416º Processo 0829231-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001656 Habilitação. Agravante: Suelen Quintino da Silva (Representado(a)), Gislaine Quintino Teodoro. Advogado: Silvia Regina Gazda. Agravado: Banco Finasa Bmc S.a.. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa

1417º Processo 0829317-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 201100000448 Inventário. Agravante: Elisabete Antunes Paes. Advogado: Arnoldo Afonso de Oliveira Pinto, Maximiliano Gomes Mens Woellner, Carlos Eduardo Netto Alves. Agravado: Maria Guerreiro. Advogado: Otavio Ernesto Marchesini. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa

1418º Processo 0829692-6 Apelação Cível

Comarca: Campina da Lagoa. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002627420088160057 Destituição de Pátrio Poder c/c Adoção. Apelante: O. R. S. , F. S. S.. Advogado: Silvio Cesar Calcinoni, Luciane Munhos D'alécio. Apelado: S. F. (Representado(a)). Repr Proces: M. P. E. P. . Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa. Revisor: Des. Rafael Augusto Cassetari

1419º Processo 0829838-2 Agravo de Instrumento

Comarca: São Miguel do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002160220108160159 Declaratória. Agravante: Elias Domingos Cavali, Angelica Cristina Bonfim. Advogado: Paulo José Prestes. Agravado: Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa

1420º Processo 0829839-9 Apelação Cível

Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00084219620108160069 Declaratória. Apelante: Copel Distribuição Sa. Advogado: Hamilton José Oliveira, Aldebaran Rocha Faria Neto. Apelado: Marcelo Viva Gonçalez, Maria Aparecida Oliveira Jardim (maior de 60 anos), Mario Risão, Mello e Rocha Ltda, Michel Viva Gonçalez, Rogério Diamante, Prizão Domeneguetti Ltda, Suely Silvana Alves Silva, Valdineia Tenorio da Silva, Walter Garcia (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Revisor: Des. Rafael Augusto Cassetari

1421º Processo 0830911-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00221658620118160017 Dissolução. Agravante: J. F. G. . Advogado: Marco Antônio Domingues Valadares, Elizete Aparecida Orvath, Ligia Garcia Parra Adriano. Agravado: S. G. . Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa

1422º Processo 0830984-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Manoel Ribas. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006457920118160111 Obrigação de Fazer. Agravante: Brasil Telecom S/a. Advogado: Karine Pereira, Alberto Rodrigues Alves, Sandra Regina Rodrigues. Agravado: Janete Meurer. Advogado: Marli Rocha de Moura. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo

1423º Processo 0831109-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00046959820118160160 Tutela Inibitória. Agravante: Katia Hitomi Nakamura. Advogado: Angélica Bezerra Manzano Guimarães. Agravado: Rede de Assistência À Saúde Metropolitana. Advogado: Airton Martins Molina, Josemar Caetano. Interessado: Alessandro de Almeida Alves. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Clayton Camargo

1424º Processo 0817870-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Sengés. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006305720118160161 Manutenção de Posse. Agravante (1): Rubens Thá, Rosi Requião Thá, Simone Requião Thá Berg, Christiane Requião Thá Berg, Ronald Berg, Welington Cavalcanti da Rocha Filho, Rossana Requião Tha Hidalgo, Clécio Hidalgo. Advogado: Sandra Eliza Guimarães. Agravante (2): Ronaldo Berg. Agravado: Iaro Marques Dib, Meire Paniz Dib. Advogado: Mariana Paniz. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari

1425º Processo 0823169-8 Apelação Cível

Comarca: Guarapuava. Vara: Vara da Infância e da Juventude e Anexos. Ação Originária: 00037243020028160031 Investigação de Paternidade/maternidade. Apelante: L. H. N. C. . Advogado: Micheli Cristina Saif. Rec.Adesivo: A. C. L. . Advogado: Patrik Odair de Oliveira. Apelado (1): A. C. L. . Advogado: Patrik Odair de Oliveira. Apelado (2): L. H. N. C. . Advogado: Micheli Cristina Saif. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari. Revisor: Des. Costa Barros

1426º Processo 0823574-9 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00112950420108160021 Repetição de Indébito. Apelante: Empresa Hoteleira Tondo Ltda, Restaurante Santa Maria Ltda, Auto Posto Tondo Ltda. Advogado: Adriano Marcos Marcon, Irma Reisdorfer. Apelado: Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Advogado: Angela Fabiana Bueno de Souza Pinto, Damasceno Maurício da Rocha Junior, Paulo Batista Ferreira. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari. Revisor: Des. Costa Barros

1427º Processo 0823694-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00059040220088160001 Cautelar. Apelante: Gvt - Global Village Telecom Ltda. Advogado: Zeila Pacheco de Oliveira Londero, Sandra Calabrese Simão, Elisabeth Regina Venancio Taniguchi. Apelado: Celso Cravelim Jurasczek. Advogado: Adelcio Martins dos Santos. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari. Revisor: Des. Costa Barros

1428º Processo 0824215-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 00000404320098160002 Alimentos. Apelante: C. J. M. C. S. . Advogado: Michelle Coelho Cherchiglia Berardi, Rogério Galli Berardi. Apelado: H. P. S. S. . Advogado: Clauber Júlio de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari. Revisor: Des. Costa Barros

1429º Processo 0824529-8 Apelação Cível

Comarca: Dois Vizinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005015120048160079 Investigação de Paternidade/Maternidade c/c Alimentos. Apelante: F. N. S. M. . Advogado: Kelli Bernadete Matievicz Benites. Apelado: G. O. (Representado(a)). Advogado: Marcos Odacir Aschidamini. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari

1430º Processo 0824568-5 Apelação Cível

Comarca: Jacarezinho. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00010535620048160098 Alimentos. Apelante: P. N. F. (Representado(a)), P. H. N. P. (Representado(a)), P. H. N. F. (Representado(a)). Advogado: Soraya Saad Lopes. Apelado: H. A. E. F. , H. F.. Advogado: Waldemar Rodrigues Pereira Filho. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari

1431º Processo 0824950-3 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00141838320098160019 Ação Monitória. Apelante: Iq Soluções & Química Sa. Advogado: João Hortmann. Apelado: Itallbras Sa. Advogado: Kallinca Saballa Machado, Adriana Francisca Souza Pena, Diego Felipe Munoz Donoso. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari. Revisor: Des. Costa Barros

1432º Processo 0825077-3 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00025133420118160001 Declaratória. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Sandra Regina Rodrigues, Angela Maria Stepaniv, Priscila Perelles, Alberto Rodrigues Alves. Apelado: Alexander Silva Santana. Advogado: Alexander Silva Santana. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari

1433º Processo 0825247-5 Apelação Cível

Comarca: Francisco Beltrão. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00061094220098160083 Divórcio. Apelante: A. R. S. . Advogado: Clóvis Cardoso. Apelado: C. A. M. M. S. . Advogado: Sérgio Sinhori. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari. Revisor: Des. Costa Barros

1434º Processo 0825886-2 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00169571720088160021 Repetição de Indébito. Apelante: Adão Domingues Nunes, Aldo da Silva, Celso Ribeiro Barbosa, Leopoldo Ribeiro, Manoel Zilmar Tomaz Fernandes (maior de 60 anos), Miguel Gregolon Suzin, Orias Rufino dos Santos, Orlindo Franz, Oscar da Costa (maior de 60 anos), Pedro Alves de Oliveira, Querino de Oliveira, Rudinei Franz, Urbano Budske (maior de 60 anos). Advogado: Jean Carlos Confortin. Apelado: Comcopel Distribuição Sa. Advogado: Ronaldo José e Silva. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari. Revisor: Des. Costa Barros

1435º Processo 0826138-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 00000395820098160002 Revisional de Alimentos. Apelante: M. P. S. F. . Advogado: Marli Salete Pastore, José Pastore. Apelado: G. F. K. F. . Advogado: Diva Ribeiro Lima. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari. Revisor: Des. Costa Barros

1436º Processo 0826942-9 Apelação Cível

Comarca: Laranjeiras do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00027199820098160104 Declaratória. Apelante: Andiju Alimentos Ltda. Advogado: Marilia Azambuja de Paula Piovesan, Rosana Cláudia Botelho. Apelado: Vivo Sa. Advogado: Priscila Camargo Pereira da Cunha, Carmen Glória Arriagada Andrioli, Mário José Machado e Silva. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari. Revisor: Des. Costa Barros

1437º Processo 0828100-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara de Família. Ação Originária: 00086641320118160002 Separação de Corpos. Agravante: W. Y. I. . Advogado: Cristiano Santiago Utrabo. Agravado: M. A. S. O. . Advogado: Andressa Maronezi. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari

1438º Processo 0828250-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000460 Cumprimento de Sentença. Agravante: Condomínio Edifício Tancredo Neves, San Remo Hotel Ltda. Me., Condomínio Edifício Rafael, Condomínio Edifícil Azaleia. Advogado: Antonio Vanderli Moreira, José Cláudio Rorato, José Cláudio Rorato Filho. Agravado: Sanepar. Advogado: Guilherme Di Luca. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari

1439º Processo 0829026-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Castro. Vara: Vara da Infância e Juventude, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial. Ação Originária: 201000000463 Alimentos. Agravante: J. H. N. H. , E. V. N.. Advogado: Raul Galeto Dinies, Valeria Ramos Dinies. Agravado: A. S. S. . Advogado: Dulce Maria Mendes. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari
1440º Processo 0829737-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00196399720118160001 Cautelar Inominada. Agravante: Ckl Administradora de Bens Ltda.. Advogado: Joanes Everaldo de Sousa, Claudiomiro Prior, Izoel Mota Júnior. Agravado: Rafael Eisfeld Santos Me. Advogado: Nixon Alexsandro Fiori. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari
1441º Processo 0829738-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Sarandi. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00046275120118160160 Guarda e Responsabilidade de Menor. Agravante: F. F. R. . Advogado: Diogo Thércio de Freitas, Omero Araujo de Freitas. Agravado: L. K. . Advogado: Alan Muxfeldt da Silva, Rubens Mette. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari
1442º Processo 0830069-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 200800001473 Exoneração de Alimentos. Agravante: B. S. V. O. . Advogado: Leonardo de Camargo Martins. Agravado: L. C. V. . Advogado: Luiz Guilherme Leite. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari
1443º Processo 0830210-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00105366620118160001 Indenização. Agravante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Joaquim Miró, Luiz Remy Merlin Muchinski, Bernardo Guedes Ramina. Agravado: Solario Participações e Aquisições Ltda.. Advogado: Renan Ferrão Barcellos. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari
1444º Processo 0830465-6 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00081394420118160030 Revisional de Alimentos. Apelante: J. L. B. J. . Advogado: Luis Carlos Lopes. Apelado: J. L. B. N. (Representado(a)). Advogado: Ademar Martins Montoro Filho, Ademar Martins Montoro. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari. Revisor: Des. Costa Barros
1445º Processo 0830723-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00373817220108160001 Declaratória. Agravante: Maria Ilma Caruso. Advogado: Luzia Margareth Voltarelli de Andrade. Agravado: Vinicius Fraga. Advogado: Gabriel Braga Farhat. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Rafael Augusto Cassetari
1446º Processo 0821505-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00043848920118160069 Dissolução/reconhecimento de Sociedade. Agravante: M. G. S. (maior de 60 anos). Advogado: Márcio Roque da Silva, Vinicius Bertussi Velozo, Mateus Martins Zaniboni. Agravado: E. J. S. M. , D. M.. Advogado: Kellen Rezende Bulla. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa
1447º Processo 0822233-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 00000450220088160002 Alimentos. Apelante: A. R. N. . Advogado: Andréa Bahr Gomes. Apelado: R. D. N. L. . Advogado: Carlos Alberto Farracha de Castro, Patrícia Botter Nickel, Vanessa Abu-Jamra Farracha de Castro. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. José Cichocki Neto
1448º Processo 0822859-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00000396320068160002 Alimentos. Apelante: S. F. A. . Advogado: Elerson Galiotto. Apelado: G. A. A. (Representado(a)). Advogado: Edenan Martinez Bastos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa
1449º Processo 0824444-0 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00093243020098160017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato. Apelado: Tereza das Graças Pires. Advogado: Mário Senhorini, Neuza Tebinka Senhorini. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. José Cichocki Neto
1450º Processo 0824471-7 Apelação Cível
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00084288820108160069 Declaratória. Apelante: Copel Distribuição Sa. Advogado: Hamilton José Oliveira, Aldebaran Rocha Faria Neto. Apelado: Oliveira e Ganni Ltda, Orlando Bueno da Silveira, Romildo de Oliveira, Rosa Inez Martineli, Solange Ferreira Alves Figueiredo, Wilma Maria Rodrigues da Silva (maior de 60 anos), Zeneide Alves Oliveira, Zilma Sebastiana da Silva, Vera Lucia Strioto da Silveira. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. José Cichocki Neto
1451º Processo 0824587-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara de Família. Ação Originária: 00018049320118160002 Negatória de Paternidade/Maternidade. Apelante: L. S. N. . Advogado: Fábio Gil Anacleto. Apelado: O. N. . Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. José Cichocki Neto
1452º Processo 0825755-2 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00066894720078160017 Arbitramento de Honorários. Apelante: José Lucas da Silva. Advogado: Mauro Luis Siqueira da Silva, Diogo Valerio Felix, Claudineia Veloso. Apelado: José Roberto Graciotto. Advogado: Saulo Mazzer Bossolan. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa
1453º Processo 0827052-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00063458020088160001 Inventário. Apelante: Barigui S/a - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Arnoldo Afonso de Oliveira Pinto, Carlos Eduardo Netto Alves, Diego Mantovani. Apelado: Espólio de Enéas Eugênio Pereira Faria. Advogado: Fajardo José Pereira Faria. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. José Cichocki Neto
1454º Processo 0828646-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 200400000551 Indenização. Agravante: Dijfo Transportes Internacionais Ltda.. Advogado: Fernando Ramos Correa. Agravado: Z-tec Confecções Ltda.. Advogado: Marcelo Leal de Lima Oliveira. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa
1455º Processo 0828793-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara de Família. Ação Originária: 00104044020108160002 Reconhecimento de Sociedade. Agravante: M. P. E. P. . Agravado: R. C. K. . Advogado: Cristina de Mattos Barros. Interessado: M. E. C. L. , E. C. G.. Advogado: Nelson João Klas Júnior. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa
1456º Processo 0829743-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00119937320118160021 Divórcio. Agravante: M. V. M. . Advogado: Bruno Domingues Lima da Silva, Tácio de Melo do Amaral Camargo. Agravado: L. T. V. M. . Advogado: Sueli Maria Oltramari. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa
1457º Processo 0829853-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara de Família. Ação Originária: 00000421820068160002 Revisional de Alimentos. Apelante: P. T. G. F. . Advogado: José Devanir Frítola. Apelado: M. P. R. G. F. Assistindo Seu(s) Filho(s), I. R. G. F. (Representado(a)). Advogado: Célia Regina Santos. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa. Revisor: Des. José Cichocki Neto
1458º Processo 0829970-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 00058541420118160019 Dissolução de Sociedade. Agravante: E. C. N. . Advogado: Jorge Luiz Roskosz, Laurentino de Almeida Pereira. Agravado: L. H. S. . Advogado: Pedro Nicolaio, Indianara Maria Rodrigues Schuinki. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa
1459º Processo 0830128-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarapuava. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00152342520118160031 Despejo Rural. Agravante: Paulo Naiverth, Ruy Jorge Naiverth, Hermes Naiverth, Ana Maria Naiverth de Oliveira. Advogado: Marcos Antônio Marques de Góes, Maria Cecília de Oliveira Saldanha. Agravado: Sandro Luiz de Oliveira, Karl Eduard Milla, Egon Heinrich Milla. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa
1460º Processo 0830474-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara de Família. Ação Originária: 200900001882 Exoneração de Alimentos. Agravante: A. B. F. B. . Advogado: Adba Cristina Hannuch Toaldo. Agravado: G. R. F. B. , L. B. R. F. B., L. H. R. F. B.. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa
1461º Processo 0830844-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00217703120108160017 Alvara/suprimento Judicial. Agravante: Lourdes Bim Areas. Advogado: Cesar Eduardo Misael de Andrade. Agravado: Darcy dos Santos Areas Junior, Gianni Mara Lippi Areas. Advogado: Andreza Cristina Mantovani, Antônio Lorengoni Neto, Silvio Alexandre Fazolli. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Costa Barros. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Benjamin Acacio de M e Costa
1462º Processo 0809147-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Jandaia do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00021313220118160101 Alimentos. Agravante: M. C. F. S. (Representado(a)), T. F.. Advogado: Anna Christina Castelo Branco Pereira. Agravado: G. C. S. , E. M. S.. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto
1463º Processo 0809278-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00062788120098160001 Ação de Despejo. Apelante (1): Gripp Alimentos Ltda, Ivo Mendes Lima, Rosy Terezinha Dietrichs Lima, Carlos Roberto Fabro, Carla Benetti Fabro. Advogado: Carlos Roberto Fabro Filho.

Apelante (2): Horácio Rodrigues Sobrinho, Renato Rodrigues, Antonio Rodrigues Neto. Advogado: Irineu Galeski Junior, Ariana Vieira de Lima. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto. Revisor: Des. Antonio Loyola Vieira

1464º Processo 0818840-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Arapongas. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00068624520118160045 Dissolução/reconhecimento de Sociedade. Agravante: E. S. B. . Advogado: Maurício Ettori Zaffalão, Eliane Gimenez Scoparo Pereira. Agravado: J. C. . Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto

1465º Processo 0822821-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 00000255020048160002 Guarda e Responsabilidade de Menor. Apelante: D. R. B. , A. M.. Advogado: Reinaldo José Andreatta, Flávia Wolff Zwolinski, Valdemar Andreatta. Apelado (1): J. E. C. (Curador Especial). Advogado: Nelson João Klas Júnior (Curador Especial). Apelado (2): A. C. S. F. . Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto. Revisor: Des. Antonio Loyola Vieira

1466º Processo 0822979-0 Apelação Cível
Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010091420108160167 Repetição de Indébito. Apelante (1): Eudes Izidorio da Silva. Advogado: Juliano Marcelo Germano. Apelante (2): Vanessa Paladini Me. Advogado: Cássia Cristina Evangelista. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto. Revisor: Des. Antonio Loyola Vieira

1467º Processo 0823985-2 Apelação Cível
Comarca: Ortigueira. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001106920018160122 Nulidade. Apelante: Maria Piedade Teodoro (maior de 60 anos), Durvalino Antonio Theodoro. Advogado: Antonio Marcos Pedroso. Apelado (1): Sebastião Camargo, Nair Castorina Camargo. Advogado: Frederico Mercer Guimarães. Apelado (2): Melécio Willy Walter Enriquez Macedo, Helena Frizzo Enriquez. Advogado: Joel Dutra. Apelado (3): Ozório de Paula Alves, Ademir de Jesus Alves. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto. Revisor: Des. Antonio Loyola Vieira

1468º Processo 0824788-7 Apelação Cível
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00084444220108160069 Declaratória. Apelante: Copel Distribuição Sa. Advogado: Hamilton José Oliveira, Aldebaran Rocha Faria Neto. Apelado (1): Jair Francisco Cavalheiro, J Liberati Junior e Cia Ltda, Jose Cavalari, Josaine Oliveira Silva, Jose Rodrigues Costa, Lindinalva de Oliveira, M M Som Ltda Me, Maria Magdalena Peres Forti, Maira Jose da Silva, Neuza da Cruz Se Souza. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Apelado (2): Josaine Oliveira Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto. Revisor: Des. Antonio Loyola Vieira

1469º Processo 0824992-1 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00055536820108160030 Declaratória. Apelante: Sanepar Cia de Saneamento do Paraná. Advogado: Guilherme Di Luca, Ivo Kraeski. Apelado: Cataratas Contabilidade Sa Ltda, Sociedade Civil de Educação Três Fronteiras - Unifoz, Restaurante Tempero da Bahia, Ali Sleiman Mehamma, Isara Isabel Bock, Pedro Bueno de Camargo, Casa da Esfiha Istambul Ltda, Mehmet Gazi Ilmaz. Advogado: Javert Ribeiro da Fonseca Neto, FABRÍCIA ARFELLI MARTINI, Alessandra Miriam Francischetti Ribeiro da Fonseca. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto. Revisor: Des. Antonio Loyola Vieira

1470º Processo 0825164-1 Apelação Cível e Reexame Necessário
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00061610220108160019 Mandado de Segurança. Remetente: Juiz de Direito. Apelante: Espólio de Helvecio M Borguignon. Advogado: Ronei Juliano Fogaça Weiss. Apelado: Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto. Revisor: Des. Antonio Loyola Vieira

1471º Processo 0826412-6 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00290101720098160014 Ação de Despejo. Apelante: Domingos Almeida Maraes. Advogado: Ivan Ariovaldo Pegoraro, Marcos Leate, Renato Abujanra Fillis. Apelado: Wzt Transportes de Conveniência Ltda, Walter Zampronha Filho, Maria Neves Vieira Zampronha. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto

1472º Processo 0827188-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: Vara da Infância e da Juventude. Ação Originária: 00088127020118160019 Adoção. Agravante: M. P. E. P. . Interessado: Â. M. O. , J. O.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto

1473º Processo 0828079-9 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00291106920098160014 Ordinária. Apelante: Analia Xavier de Paula (maior de 60 anos). Advogado: Vanderlei Luis Krombauer Bonatto. Apelado: Leony Miranda Bauer, Ione Bauer. Advogado: Cascia Lane Antunes Bilhao, Carla Geane Antunes Bilhão, Maria Helena Antunes Bilhão. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto. Revisor: Des. Antonio Loyola Vieira

1474º Processo 0828675-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Jandaia do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00029665420108160101 Alimentos. Agravante: A. Q. R. . Advogado: Antônio Rodrigues Simões. Agravado: M. E. D. R. (Representado(a)). Advogado: Anna Christina Castelo Branco Pereira. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto

1475º Processo 0828702-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 200800037873 Declaratória. Agravante: Transportadora Fontana Ltda.. Advogado: Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna, Nathália Kowalski Fontana, Rafael Macedo Rocha Loures. Agravado: Telet S/a - Claro. Advogado: Júlio Cesar Goulart Lanes. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto

1476º Processo 0828750-9 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 00192383520068160014 Exoneração de Alimentos. Apelante: F. S. M. . Advogado: Reginaldo Monticelli. Apelado: J. L. M. . Advogado: Alexander Silva Santana, Alexandre Santos de Oliveira. Interessado: T. S. M. . Advogado: Celina Kazuko Fujioka Mologni (Curador Especial). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto. Revisor: Des. Antonio Loyola Vieira

1477º Processo 0828828-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00139667520118160017 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Luzia Magdalena Tribulato Boza, Milton Eidam. Advogado: Ary Lucio Fontes. Agravado: Nilda Granzotte Gulia. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto

1478º Processo 0829203-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200300001338 Ação de Despejo. Agravante: Autoposto Botânico Ltda.. Advogado: Afonso Celso Nunes. Agravado: Domingos Primo Moro, Virginia Prosdócimo Moro. Advogado: José Hotz, Carlos Juarez Weber. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto

1479º Processo 0829289-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200700000244 Interdição. Agravante: E. P. . Advogado: Liliam Cristina Teixeira Nascimento. Agravado (1): G. A. Z. . Advogado: Demore Luiz Barão. Agravado (2): A. S. S. . Advogado: Luiz Carlos Raimundo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto

1480º Processo 0829744-5 Apelação Cível
Comarca: São Mateus do Sul. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00005010320078160158 Declaratória. Apelante: I. M. K. . Advogado: Argos Fayad, Djenane Fayad. Apelado: E. P. B. , M. B., C. B., J. L. B., C. B., P. J. B.. Advogado: Denise Moraes Novicki. Interessado: F. P. S. S. P. . Advogado: Rejane Macagnan, Gilda Russomano Gonçalves dos Santos. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto. Revisor: Des. Antonio Loyola Vieira

1481º Processo 0829883-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00081630620118160019 Anulação de Ato Jurídico. Agravante: Paulo Sergio Miranda Raysel. Advogado: Eroulths Cortiano Junior, Guilhermo Paranaguá e Cunha, Rafael Furtado Madi. Agravado: Laudelino Raysel, João Percy Raysel, Cinéia Arruda do Anjos Raysel, Nilza Raysel Emílio, Ilza Aparecida Raysel Biscaia, João Luiz Rodrigues Biscaia. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto

1482º Processo 0830258-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara de Família. Ação Originária: 00000537620088160002 Revisional de Alimentos. Apelante: J. C. C. . Advogado: Tony Augusto Paraná da Silva e Sene. Apelado: G. S. C. (Representado(a)). Advogado: Ana Lidia Godoy Dalacqua. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto. Revisor: Des. Antonio Loyola Vieira

1483º Processo 0830554-8 Apelação Cível
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00084999020108160069 Declaratória. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Leonardo Cosme Formaio, Luciana de Lucas Moreira. Apelado: Agneide Santos Conceição, Antonio Ferreira Medeiros, Edson Guarnieri (maior de 60 anos), Elias Germani, Espólio Estephanio Klinkowski, Jobernilson Mota de Jesus, Laercio Busch, Maria Canheti Rocha (maior de 60 anos), Maria Leonor Caetano Soares (maior de 60 anos), Osvaldo Alexandrino Ferreira (maior de 60 anos). Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto. Revisor: Des. Antonio Loyola Vieira

1484º Processo 0830612-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200600003676 Alimentos. Agravante: B. P. S. (Representado(a)). Advogado: Amauri Antônio Perussi. Agravado: O. F. S. , F. S.. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto

1485º Processo 0831329-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00024389220118160001 Cumprimento de Sentença. Agravante: Srg Telecomunicações Ltda. Advogado: Roberta Sandoval França. Agravado: Multishopping Empreendimentos Imobiliários Sa. Advogado: Ana Letícia Dias Rosa, Bernardo Malik Khelili Haiduk. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto

1486º Processo 0832185-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara de Família. Ação Originária: 00015399120118160002 Regulamentação de Visitas. Agravante: M. Â. H. . Advogado: Rafael Schier Guerra. Agravado: R. H. , T. B. F. H.. Advogado: TIAGO PAVIN, Herick Pavin. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. José Cichocki Neto

_____ 13ª Câmara Cível _____

1487º Processo 0820083-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Irati. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00001161120118160095 Embargos a Execução. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Egídio Munaretto, Eduardo Munaretto, Jardel Momo. Agravado: Valcidio Osvaldir Hubner, Vera Regina Stadler Hubner. Advogado: Gustavo Teixeira Pianaro.

Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1488º Processo 0820784-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Laranjeiras do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00027825520118160104 Medida Cautelar Incidental. Agravante: Pericles Fontanella- Fi. Advogado: Marinalda Aparecida Schmoller, Cyntia Samyra Eugênio Fontanella. Agravado: Cooperativa de Crédito Rural de Laranjeiras do Sul- Sicredi. Advogado: Edson Tomé. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1489º Processo 0823084-0 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00130907620048160014 Execução de Título Extrajudicial. Apelante: Bento Queiroz Reis. Advogado: Armando Mauri Spiacci, Amanda Aparecida Alves Marcos. Apelado: Artur Guse. Advogado: Noe Aparecido da Costa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1490º Processo 0823103-0 Apelação Cível

Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00023731820098160050 Responsabilidade Civil. Apelante: Banco Itaúcard Sa. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris. Apelado: Reinaldo Aparecido Pereira Batista. Advogado: Adriano Andres Rossato. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1491º Processo 0823509-2 Apelação Cível

Comarca: Salto do Lontra. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000061119928160149 Execução de Título Extrajudicial. Apelante: Cotreval Agrícola Ltda. Advogado: Jorge Luiz de Melo, Tatiane Aparecida Lange. Apelado: Carlos Frozi, Clomar Frozi. Advogado: Jorge José Gotardi. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1492º Processo 0823617-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Astorga. Vara: Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 00026567320118160049 Declaratória. Agravante: Marcos Ruberval Sabec. Advogado: Ricardo Pinto Manoera. Agravado: Banco Bradesco SA. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1493º Processo 0823847-7 Apelação Cível

Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00011829820108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Mirella Parra Fulop, Thiago Rufino de Oliveira Gomes. Rec.Adesivo: Espólio de Osvaldo Ranucci. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Espólio de Osvaldo Ranucci. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Mirella Parra Fulop, Thiago Rufino de Oliveira Gomes. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1494º Processo 0824056-0 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00142010720098160019 Ação Monitória. Apelante: Imperjá Construções e Impermeabilizações Ltda. Advogado: Luciano Schlumberger, Caroline Ivanky Martins. Rec.Adesivo: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Oldemar Mariano. Apelado (1): Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Oldemar Mariano. Apelado (2): Imperjá Construções e Impermeabilizações Ltda. Advogado: Luciano Schlumberger, Caroline Ivanky Martins. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1495º Processo 0824157-2 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00241267620088160014 Embargos de Terceiro. Apelante: Sanepar Cia de Saneamento do Paraná. Advogado: Josiane Becker, Luiz Paulo Ribeiro da Costa, Odilon Reinhardt. Apelado (1): Pavibras Pavimentação e Obras Ltda. Advogado: José Carlos Lucca. Apelado (2): Ab Administração de Serviços Ltda. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1496º Processo 0824206-0 Apelação Cível

Comarca: Campina da Lagoa. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001946120078160057 Ordinária. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Glauce Kossatz de Carvalho. Apelado: Espólio de José Bortolassi. Advogado: Roberto Chimanski. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1497º Processo 0824341-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2008000000079 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Povh e Niehues Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, Rubens Felippe Povh, Mmjj Empreendimentos e Participações Ltda. Advogado: Alberto José Zerbato. Agravado: Banco do Brasil SA. Advogado: José Marega, José Gonzaga Soriani. Interessado: Vilmar Niehues, Maria Chirlei Sá Guimarães Niehues. Advogado: Rafael Yonekura. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1498º Processo 0824346-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Jaguariaíva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00044438120118160100 Cumprimento de Sentença. Agravante: Orlando dos Santos Paes. Advogado: Letícia de Mattos Schröder, Wesley Toledo Ribeiro. Agravado: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1499º Processo 0824385-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000196 Prestação de Contas. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Jorge Luiz de Melo, Fabio Junior Bussolaro, Tatiane Aparecida Lange. Agravado: Nelson Tute Tomasin. Advogado: Andrey Herget, Erlon Antonio Medeiros, Alcione Luiz Parzianello. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1500º Processo 0824735-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 00031303320078160001 Embargos a Execução. Apelante: Esteio Engenharia e Aerolevantamentos Sa. Advogado: Carlos Eduardo Manfredini Hapner, Ana Paula Muggiati dos Santos, Fabíola Polatti Cordeiro Fleischfresser, Fernanda Ribas Lustosa. Rec.Adesivo: Marcello Reus Darin de Araujo. Advogado: Daniel Hachem. Apelado (1): Marcello Reus Darin de Araujo. Advogado: Daniel Hachem. Apelado (2): Esteio Engenharia e Aerolevantamentos Sa. Advogado: Carlos Eduardo Manfredini Hapner, Ana Paula Muggiati dos Santos, Fabíola Polatti Cordeiro Fleischfresser, Fernanda Ribas Lustosa. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1501º Processo 0824959-6 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00095157520098160017 Prestação de Contas. Apelante (1): J. P. Ferreira Equipamentos Eletrônicos Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Apelante (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Camila Valereto Romano, Reinaldo Mirico Aronis, Luiz Assi. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1502º Processo 0825035-5 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00141457120098160019 Indenização. Apelante: Elizabete Kossemba. Advogado: Fabiana Menon, Ricardo Pavão Tuma. Apelado: Banco Itaucard Sa. Advogado: Fabíola Cueto Clementi, Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho, Mariana Cavalcante Borralho. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1503º Processo 0825763-4 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00217132720078160014 Declaratória. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Apelado: Maurício Finardi. Advogado: Bruno Montenegro Sacani. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1504º Processo 0825897-5 Apelação Cível

Comarca: Mangueirinha. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002191220078160110 Prestação de Contas. Apelante (1): Rosemari Lucion Savi. Advogado: Jhonny Rafael Berto, Lizeu Adair Berto. Apelante (2): Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães, Aline Pereira dos Santos Martins. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1505º Processo 0825902-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059595220088160001 Declaratória. Apelante (1): M. M. X. . Advogado: Elionora Harumi Takeshiro. Apelante (2): B. S. S. . Advogado: Ana Lucia França, Charline Lara Aires. Apelante (3): C. F. C. R. M. U. . Advogado: Joel Antonio Bettega Junior. Apelado(s): O. M. . Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1506º Processo 0827001-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 201000023997 Revisão de Contrato. Agravante: Top Business Ltda, Daniel Mandarino, Carlos Eduardo Caetano, Viviane Passafaro de Oliveira. Advogado: Rodrigo Dolfini. Agravado: Banco do Brasil S/a. Advogado: Emerson Norihiko Fukushima. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1507º Processo 0827850-0 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00126959220068160021 Prestação de Contas. Apelante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris. Rec.Adesivo: Edson Cadini. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Apelado (1): Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris. Apelado (2): Edson Cadini. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1508º Processo 0828102-3 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00060582020088160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis, Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna, Nathália Kowalski Fontana, Marco Aurélio Ehmke Pizzolatti. Apelado: Vitória Antunes Volanick (maior de 60 anos). Advogado: Helio Bueno de Camargo, Grasiele Barcelos Amaral. Distribuição Automática em 20/09/2011.

Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1509º Processo 0828277-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00015211220108160162 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Elcio Bena. Advogado: José de César Ferreira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1510º Processo 0828364-3 Agravo de Instrumento
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 200700000973 Declaratória. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Agravado: Ana Maria de Melo Mano. Advogado: Ana Carolina de Melo Mano. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1511º Processo 0828515-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00243469420108160017 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Luciana Martins Zucoli. Agravado: Conti & Fidelis Ltda., Ademir Depieri Conti. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1512º Processo 0828582-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006187420108160162 Execução. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Antonio Roberto Pereira Pimenta, Avedir Verner Baggio, Edna Aparecida Poncione da Silva, George Gebrine Khouri, Sueli Marques de Assunção Bodas. Advogado: José de César Ferreira. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1513º Processo 0828763-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00071076220098160001 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Maria Cláudia Stansky. Apelado: José Pimentel Goslar (maior de 60 anos). Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari, Anderson Cleber Okumura Yuge. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1514º Processo 0829274-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Bela Vista do Paraíso. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004143220118160053 Cobrança. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: Bruna Carvalho dos Santos, Madelon de Mello Ravazzi, Fernando Augusto Ogura. Agravado: Antonio José Fernandes, Alvaro José Fernandes, Arnaldo Andrade Fernandes, Nivaldo José Fernandes, Reinaldo José Fernandes, Vasco José Fernandes. Advogado: Sílvia Carina Palácio. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1515º Processo 0829669-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00156023420118160031 Cumprimento de Sentença. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Felipe Correa dos Santos Nader, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Agravado: Alberto Otavio Bertotto, Darci Carraro, Dionauro Jose de Goes (maior de 60 anos), Erondy Lopes (maior de 60 anos), Irmgard Sophia Fuchs (maior de 60 anos), Luiz Valmor Sanquetta (maior de 60 anos), Tadeu Vosniak. Advogado: Antonio Camargo Junior, Vigando Luiz Valcanaia. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1516º Processo 0829792-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00005510520108160035 Indenização. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Gustavo Saldanha Suchy, Janaina Giozza Avila, Vírginia Neusa Costa Mazzucco. Agravado: Eliane Rodrigues Sabino. Advogado: Rosilaine Aparecida Balbo Afonso. Interessado: Kielder W. L. C. A. Associados. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1517º Processo 0830193-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00586953520108160014 Execução. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Valdecir Moreira dos Santos, Maria Candido Wenceslau, Emilio Santos Sobjeiro, Oliria Freire Mendes, Jurandir Forcatto, Dirceu Orlandi. Advogado: Linco Kczam. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1518º Processo 0830289-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 200400000878 Revisão de Contrato. Agravante: Osvaldo Sydney Fracaro, Silmara Vieira dos Anjos Fracaro. Advogado: Ronici Malu Veiga Brandalize, Rone Marcos Brandalize. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Paulo Roberto Barbieri. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1519º Processo 0830332-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025412720118160025 Exceção de Incompetência. Agravante: Itaú Unibanco S.a.. Advogado: Alexandre de Almeida, Alexandra Regina de Souza, Luiz Felipe Apollo. Agravado: Jose Miguel de Oliveira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1520º Processo 0830412-5 Apelação Cível
Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006901520108160145 Declaratória. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Ana Caroline Dias Libânio da Silva, Gustavo Rezende da Costa. Apelado: Benedito Vaz dos Santos, Adailton Ribeiro da Silva, Mauro Borja Pinto, José Jeoval Pessoa Guimarães (maior de 60 anos), José Irani Gobbo (maior de 60 anos), Ataliba Aparecido da Silva, Armelindo Gobbo (maior de 60 anos), Ivo Gobbo (maior de 60 anos), Luis Barbaresco, Durvalina Maria Anacleto (maior de 60 anos), Adriano Muniz de Carvalho. Advogado: Fernando Rosa Fortes. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho. Revisor: Des. Luís Carlos Xavier

1521º Processo 0830538-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00038501720108160123 Embargos a Execução. Agravante: Serrarias Campos de Palmas Sa. Advogado: Luiz Carlos Moreira Junior, Fernando Cesar Sprada. Agravado: Banco Bradesco SA. Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1522º Processo 0830540-4 Correição Parcial (Cam-Cv)
Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001134 Embargos a Execução. Requerente: Luiz Carlos Soavinski. Advogado: Gilberto Justino Ferreira, Fabiana Grasso Ferreira, Bruna Grasso Ferreira. Requerido: Juiz de Direito da Comarca de Campo Mourão - 2ª Vara Cível. Interessado: ivo kungel, Giane Lucca Kungel, Edson Kungel, Fabíola de Godoy Zarpelon Kungel, Roberto Kungel Junior, Tania Cristina Ribeiro Kungel, ana maria marques kungel. Advogado: Pedro Carlos Palma, Márcio César Mattos. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1523º Processo 0830944-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00070592720108160112 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Jeanine Heinzelmann Fortes Buss, Gilberto Fior, Kely Dall Igna Fogaça. Agravado: Marcos José Weirich. Advogado: Marco Antônio Barzotto, Gerson Luiz Armiliato. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

1524º Processo 0822940-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00058997720088160001 Ordinária de Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Emerson Norihiko Fukushima, Luiz Alberto Gonçalves, Joarez da Natividade, Márcia Eneida Bueno. Apelado: Aparecido Fernando de Lima, Cândido Roberto Benedet Brina, Carmo da Luz Graminho (maior de 60 anos), Elias Bezerra de Araújo (maior de 60 anos), João Saladino de Castro (maior de 60 anos), José Carlos Belini, José Carlos Tessarini (maior de 60 anos), Osvaldo Esequiel da Rocha (maior de 60 anos). Advogado: Giovanna Price de Melo, Erminio Gianatti Junior. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1525º Processo 0823307-8 Apelação Cível
Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00050288320068160044 Declaratória. Apelante: Cless Comercio de Cosméticos Ltda. Advogado: Indianara Pavesi Pini, Benedito Celso Benécio, Benedicto Celso Benício Junior. Rec.Adesivo: Armarinhos Paraná Santa Catarina Ltda. Advogado: Juliana Romero Melo de Paula. Apelado (1): Cless Comercio de Cosméticos Ltda. Advogado: Indianara Pavesi Pini, Benedito Celso Benécio, Louise Marochi Almeida Kozikoski. Apelado (2): Armarinhos Paraná Santa Catarina Ltda. Advogado: Juliana Romero Melo de Paula. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1526º Processo 0823363-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00139878520108160017 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Simone Daiane Rosa, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Raimundo Batista Lima (maior de 60 anos), Mauro Norneato, Olga Gusso de Barros (maior de 60 anos), Luiz Soares da Silva (maior de 60 anos), Ivone Bertonha (maior de 60 anos). Advogado: José Francisco Pereira, Sérgio Ricardo Meller. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier

1527º Processo 0823940-3 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00061954720088160083 Embargos a Execução. Apelante: Reimar Alves Ferreira, Rosimar Renato Alves Ferreira, Sueli Aparecida Andrade Ferreira. Advogado: Eduardo Rafael Sabadin, Marley Trevisan Sabadin. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Gorgon Nóbrega, Rosana Christine Hasse, Marcos Roberto Hasse. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1528º Processo 0824112-3 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00141491120098160019 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Izabela Cristina Rücker Curi Bertoncello, Maria Letícia Brüsch. Apelado: José Hortmann Lemos. Advogado: Débora Maceno. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier

1529º Processo 0824123-6 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00176125220098160021 Indenização. Apelante: Julio Cezar Brunn. Advogado: Márcia Loreni Gund, Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Mônica Dalmolin. Apelado: Banco do

Brasil SA. Advogado: Marcos Vinicius Dacol Boschirolli. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1530º Processo 0824396-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00003835820008160033 Embargos a Execução. Apelante: Zélia de Fatima Ramos. Advogado: Harri Klais, Maísa Goreti Lopes Sant'ana, Marcio Domingues Bento. Apelado: Pedro Buchoski, Marisa da Silva Buchoski. Advogado: Alexandre Martins. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1531º Processo 0824409-1 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00011145120108160050 Cautelar. Apelante: Hélio Antonio Joris. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Cristiane Oliveira Ferrari Cieslak. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1532º Processo 0824414-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00134252720108160001 Reparação de Danos. Apelante: Unicard Banco Multiplo Sa. Advogado: Francisco Antônio Fragata Junior, Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho, Fabíola Cueto Clementi, Cláudia Gramowski. Rec.Adesivo: Maria Doralice da Silva. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado (1): Unicard Banco Multiplo Sa. Advogado: Francisco Antônio Fragata Junior, Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho, Fabíola Cueto Clementi, Cláudia Gramowski. Apelado (2): Maria Doralice da Silva. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1533º Processo 0824776-7 Apelação Cível
Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003889320088160132 Prestação de Contas. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Pedro Carlos Palma, César Eduardo Botelho Palma, Marcelo Henrique Botelho Palma. Apelado: Nivaldo Vasques - Epp (maior de 60 anos). Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1534º Processo 0825091-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00060617220088160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Washington Yamane. Apelado: Espólio de Scheila Greipel. Advogado: Ana Lúcia de Oliveira Belo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1535º Processo 0825146-3 Apelação Cível
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059483220098160083 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna, Nathália Kowalski Fontana. Apelado: Olmir Luiz Detoni. Advogado: Jhonny Rafael Berto, Lizeu Adair Berto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1536º Processo 0825300-7 Apelação Cível
Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00008710320068160130 Revisão de Contrato. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Rubiélle Giovana Bandeira Magagnin, Sérgio Luiz Belotto Junior, Hellison Eduardo Alves. Apelado: Helinton Machado Spigolon. Advogado: Ronaldo Leal Rolanski, Rodrigo Tosta Giroldo, Wagner de Melo Volpato. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1537º Processo 0826010-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00021346920068160001 Revisão de Contrato. Apelante (1): Ivo Marchesi. Advogado: Vilson Stall, Lucia Helena Fernandes Stall, Rafaela Stall Leite. Apelante (2): Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus. Advogado: André Alves Wlodarczyk, Simone Jamal Gotti. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1538º Processo 0826060-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00059473620088160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Marcelo Luiz Dreher, Patrícia de Andrade Frehse. Rec.Adesivo: Acacio Antonio da Silva (maior de 60 anos), Antonio de Matos Sebastião (maior de 60 anos), Carlos Bender (maior de 60 anos), D Lima e Lima Ltda (maior de 60 anos), João Roberto Sartori Adão (maior de 60 anos), Jose Cheremeta, Lauriano Pompeu da Silva, Miro Glass, Nilson Stipp, Valdir Demenigui. Advogado: Giovanna Price de Melo. Apelado (1): Acacio Antonio da Silva, Antonio de Matos Sebastião, Carlos Bender, D Lima e Lima Ltda, João Roberto Sartori Adão, Jose Cheremeta, Lauriano Pompeu da Silva, Miro Glass, Nilson Stipp, Valdir Demenigui. Advogado: Giovanna Price de Melo. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Marcelo Luiz Dreher, Patrícia de Andrade Frehse. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1539º Processo 0826974-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00075467320098160001 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Santander (brasil) Sa. Advogado: Ana Lucia França, Blas Gomm Filho. Apelado: Guilherme Juliano Ketzer. Advogado: Fernanda Souto Silva Ketzer. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1540º Processo 0827565-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00059490620088160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Fabrício Zilotti, Márcio Antônio Sasso. Apelado: Emanoel Messias Monteiro, Geraldo Machado da Trindade (maior de 60 anos), Geroncio Soares da Silva (maior de 60 anos), Gomercindo Bolonha (maior de 60 anos), Ilcelei Antonio Barbieri, Iorides Francisco dos Santos (maior de 60 anos), João Batista Apolinario, Jorge Batista Borges (maior de 60 anos), Jose Bento Lopes, Jose Dias Neto. Advogado: Volnei Leandro Kottwitz. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1541º Processo 0827753-6 Apelação Cível
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00015908720058160075 Embargos a Execução. Apelante: Rubens Pimenta de Pádua. Advogado: Romeu Saccani, José Carlos Vieira, Pedro Augusto Vantroba. Apelado: Cooperativa de Crédito Rural da Região Norte do Paraná - Sicredi Norte do Paraná. Advogado: Rafael Comar Alencar. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1542º Processo 0828087-1 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00166459120108160014 Ordinária de Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Diogo Bertolini, Elói Contini, Tadeu Cerbaro. Apelado: Sadao Shirato (maior de 60 anos), Nelson Rampim (maior de 60 anos), Joana Celim Daroz (maior de 60 anos), Julio Yutaka Fujiwara (maior de 60 anos), Maria Helena Sanches Rupolo (maior de 60 anos), Aristides José Marques (maior de 60 anos), Sirley Aparecida Mazeto Bento, Gylson Lavorato (maior de 60 anos), Maricy Batista de Oliveira (maior de 60 anos), Aparecido Pereira de Moura (maior de 60 anos). Advogado: Josafar Augusto da Silva Guimarães. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier. Revisor: Des. Cláudio de Andrade

1543º Processo 0828449-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 00360502120118160001 Execução de Título Extrajudicial. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier

1544º Processo 0828481-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00165468720118160014 Execução de Sentença. Agravante: Banestado SA - Crédito Imobiliário, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Renata Cristina Costa, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Analia de Souza Lopes. Advogado: João Alves Dias Filho. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier

1545º Processo 0828839-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025439420118160025 Exceção de Incompetência. Agravante: Itaú Unibanco S.a.. Advogado: Alexandre de Almeida, Luiz Felipe Apollo, Alexandra Regina de Souza. Agravado: Marcio Fortunato de Oliveira. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier

1546º Processo 0829045-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Santo Antônio do Sudoeste. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00014110320118160154 Embargos a Execução. Agravante: Gilberto Frighetto. Advogado: Juliana Aparecida Pôncio de Oliveira, Tulio Marcelo Denig Bandeira, Andrea Cristine Bandeira. Agravado: Cooperativa de Crédito e Livre Admissão Frnteira do Iguaçu - Sidicredi Fronteira. Advogado: Carlos Augusto Azevedo Silva, Carolina Kuwer Bündchen, Rafaela Fernanda Espindola. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier

1547º Processo 0829252-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00192463620118160014 Revisão de Contrato. Agravante: José Aparecido Franco, Deneval Boni. Advogado: Leandro Isaías Campi de Almeida. Agravado: Banco Banestado S/a, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Shealtiel Lourenço Pereira Filho, Leonardo de Almeida Zanetti. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier

1548º Processo 0829370-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00287634120108160001 Execução. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniel Hachem, Reinaldo Emilio Amadeu Hachem. Agravado: Tjp Servicos de Logistica e Transportes Ltda Me, Rossella Schwarzbach da Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier

1549º Processo 0829381-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00111939120108160017 Nulidade. Agravante: Crossports Mercantile Inc, Oscar Hunold Lara. Advogado: Asdrubal Franco Nascimbeni, Alessandra de Azevedo Domingues. Agravado: Cocamar Cooperativa Agroindustrial S/a. Advogado: Luciana Carneiro de Lara, Luiz Henrique de Andrade Nassar, Jacqueline Iwersen de Loyola e Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier

1550º Processo 0829605-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000431 Prestação de Contas. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Ilan Goldberg. Agravado: Antoninho Serafin. Advogado: Luiz Renato Manfroi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier

1551º Processo 0829644-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00015746620108160170 Execução de Sentença. Agravante: Alberto Henrique Sell, Angela Maria Triches, Amilton Janning, Cícero Otávio Pimentel, José Renato Janning, José Antônio Lopes Iglezias, Leonida Moro, Luiz Gonzaga dos Santos, Mario Aparecido Alves, Valmir Marcos Montanha. Advogado: Jomah Hussein Ali Mohd Rabah. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Elisângela de Almeida Kavata. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier

1552º Processo 0829778-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001300 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Hamilton Tadeu Machado Borges. Advogado: James Augusto Ferreira de Loyola. Agravado: Ivanilde Rivabem. Advogado: Gissely Carla Biuhna, Leonilda Zanardini Dezevecki. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier
1553º Processo 0829947-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Santa Mariana. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000231 Execução. Agravante: Valdecir Andrade Camolese, José Aparecido Camoleze, Maria de Lourdes Camoleze, Genésio Andrade Camolese, Sônia Aparecida Facina Camolese, Ângelo Andrade Camolezi, Silvana Ineide Bellini Camolezi, Waldomiro Andrade Camolese, Anna Maria Consoni Camolese. Advogado: Péricles Landgraf Araújo de Oliveira, Kellen Cristina Bombonato Santos de Araújo, Henrique Jambiski Pinto dos Santos. Agravado: Banco do Brasil SA. Advogado: Robson Jesus Navarro Sanchez, Cassiano Eskildssen, Claudine Aparecido Terra. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier
1554º Processo 0830079-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Medianeira. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200900000774 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Michelle Braga Vidal. Agravado: Atalibio Silveira Rosaci, Celso Metz, Mirtes Felini Pasquetti Marino, Antenor Lamb, Cleusa Araldi Ribeiro, Tarcila Rech, Jose Clesio Eugenio Ferrari, Sergio Alban, Herdo Magerl, Nelson Blodow. Advogado: Alexandro Dalla Costa, Luciano Marcio dos Santos, Leonardo Della Costa. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier
1555º Processo 0830130-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Santa Izabel do Ivaí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00011801920108160151 Cumprimento de Sentença. Agravante: Joao Batista Monteiro, Espolio de Benedito Tonello, Ione Perondi Barbosa Lima, Espolio de Roseldino Negreiros Pego, Espolio de José Geraldo Figueiredo, Nelo Mazini, Espolio Severino Candido da Silva. Advogado: Júnior Carlos Freitas Moreira. Agravado: Banco do Brasil SA. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier
1556º Processo 0830574-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00295027720118160001 Prestação de Contas. Agravante: Nestor Pontin e Filha Ltda - Me. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin. Agravado: Banco Bradesco SA. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier
1557º Processo 0830755-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00144090220108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú Unibanco S/a. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Arno Theisen, Celso Arenhart, Dirceu da Silva, Francisco da Costa, Francisco Florêncio dos Santos, Hari Rossi & Cia Ltda, Helio Contieri, Humberto Antonio Novello, Ines Chmura Chazovski Kohut, Ivo de Moura, João Mayer, José Ribeiro de Macedo, Luiz Olívio Frasseto, Maria Salete Comachio Zanella, Mario Alexandre Zilli, Olandir Vicente Machado, Roberto Crubelati, Solange Aparecida Crevelaro, Tadeu Szychta, Wilmar Luiz Bruschi. Advogado: Claudir José Schwarz. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier
1558º Processo 0830787-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00060437120108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú Unibanco Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Sandra Maria Moreira Silva Peterlini, Benedito Rossi, Josepha Polido Sartori, Helio Aparecido Oriani, Marina Martins de Souza, Vicente Salomão, Tereza Gonçaves Vicente, Raquel Muller Solci, Florisvaldo Leonardo Nalin, Juraci Margarida Della Flora Nalin, Orlando Aparecido Fracasse. Advogado: Linco Kczam. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier
1559º Processo 0830798-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Santa Izabel do Ivaí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001998720108160151 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Maria de Lourdes Silva, Claudio Valmir da Silva, Edson Adalto Bello, Edvaldo Tomaz Calvi, Claudeci José dos Santos. Advogado: Fábio dos Reis Ruiz, Sérgio Fabrízio Sanvido. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Luís Carlos Xavier
1560º Processo 0821569-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200900002447 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Elisângela de Almeida Kavata, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Maria Ignes do Carmo Tilio, Espólio de Yukio Tsuno, Harumi Tsuno Kussadawa. Advogado: Josiele Zampieri da Mata, Ernani José Pera Junior, Tatiana Vanessa Romano. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama
1561º Processo 0822335-8 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00054341020108160030 Embargos a Execução. Apelante: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Cataratas do Iguaçú - Sicredi Cataratas do Iguaçú. Advogado: Ignis Cardoso dos Santos. Apelado: Auto Posto Portal da Foz Ltda, José Carlos Bonfim, Vanessa Melchior. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo
1562º Processo 0822941-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00055394520088160001 Revisão de Contrato. Apelante: Casa da Cerveja Restaurante e Choparia Ltda. Advogado: Walmor Junior da Silva. Apelado: Banco Safra SA. Advogado: Valéria Caramuru Cicarelli, Alexandre Nelson Ferraz. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo
1563º Processo 0823764-3 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00025543320108160131 Prestação de Contas. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães. Apelado: irno fioravante de mari. Advogado: Aurino Muniz de Souza. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo
1564º Processo 0823835-7 Apelação Cível
Comarca: Sengés. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00011591320108160161 Embargos a Adjudicação. Apelante: Walter Juliano Doria. Advogado: José Carlos Mendonça Martins Junior. Apelado: Transkaron Transportadora Ltda. Advogado: Celso Colturato. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo
1565º Processo 0823836-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00071300820098160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Gustavo Rezende da Costa. Apelado: Johannes Bosch, Nilce José de Souza Lobo, Pieter Voorsluys, Roelina Hesses Pot, Janir Pimentel da Silva, Sebastião Gonçalves Ferreira, João Fernandes da Silva, Eleandro Ricardo Gaioski. Advogado: Roberto Chincev Albino. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo
1566º Processo 0824036-8 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00182161320098160021 Medida Cautelar. Apelante: Banco Itaú S//a.. Advogado: Daniel Hachem. Apelado: Fabrício Marcelo Webber. Advogado: Marcelo Barzotto. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo
1567º Processo 0824233-7 Apelação Cível
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00061666820108160069 Prestação de Contas. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Janaina Moscatto Orsini, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado: Odelário de Oliveira Tecidos Ltda - Me. Advogado: Flávio Steinberg Bexiga, José Luiz Pancotte. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo
1568º Processo 0824485-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025735720108160028 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Fabrício Coimbra Chesco, Rita de Cássia Correa de Vasconcelos. Apelado: Walter Odair Pavin. Advogado: Gilson Antonio Wanch. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo
1569º Processo 0824488-2 Apelação Cível
Comarca: Dois Vizinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00012907420098160079 Cobrança. Apelante: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Francisco Beltrao. Advogado: Mônica Franco Bresolin, Márcia Paula Bonamigo. Apelado: Sadi Detoni. Advogado: Jocelani Pinzon. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo
1570º Processo 0824550-3 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00143904720078160021 Declaratória. Apelante: Nf Fomento Mercantil Ltda. Advogado: Antônio Minoru Ashakura. Apelado: Esplanada Equipamentos Ltda. Advogado: Jackson Mafessoni. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo
1571º Processo 0825908-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00070894120098160001 Prestação de Contas. Apelante (1): Banco Itaú SA. Advogado: Daniel Hachem, Reinaldo Emilio Amadeu Hachem. Apelante (2): Antonio Gomes da Silva Junior. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo
1572º Processo 0825926-1 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00083140820108160019 Cobrança. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Mauri Marcelo Bevervanço Junior, Luiz Rodrigues Wambier. Apelado: João Lourival Krum (maior de 60 anos), Clenice Maria Acordi Ribeiro (maior de 60 anos). Advogado: Lenita Beatriz Simionato. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo
1573º Processo 0827259-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00158905320098160030 Revisional. Agravante: Banco Bradesco Financiamentos Sa. Advogado: Denise Rocha Preisner Oliva, Nelson Paschoalotto. Agravado: Ademilton Gambarte. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior, Samantha Beatriz Fracarolli Damiano. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama
1574º Processo 0827408-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 201000019139 Ordinária de Cobrança. Agravante: Sylvio Rodrigues Alves. Advogado: Josafar Augusto da Silva

Guimarães, Thaisa Cristina Cantoni. Agravado: Banco do Brasil SA. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1575º Processo 0828561-2 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00131651820048160014 Prestação de Contas. Apelante (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Ederaldo Soares, Mauro Zarpelão. Apelante (2): José Fior Neto (maior de 60 anos). Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo

1576º Processo 0828905-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 00832667020108160014 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Agravante: Roselia Maria Soares Loch. Advogado: Rafael de Rezende Giraldi. Agravado: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1577º Processo 0829093-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00142776020118160019 Ordinária. Agravante: Banco Daycoval S/a. Advogado: Tiago Luiz Weiss Massambani. Agravado: Joana Futra. Advogado: Ronei Juliano Fogaça Weiss. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1578º Processo 0829177-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 199800000633 Embargos do Devedor. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Fernando Augusto Montai Y Lopes. Agravado: Aparecido Albino Dechiche. Advogado: Aparecido Albino Dechiche. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1579º Processo 0829284-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00072505120098160001 Prestação de Contas. Apelante: Celso de Oliveira (maior de 60 anos). Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado: Banco Finasa Bmc Sa. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Patricia Pontaroli Jansen. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo

1580º Processo 0829509-6 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00341361420108160014 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Diogo Bertolini, Elói Contini. Apelado: Manoel da Silva Brito (maior de 60 anos). Advogado: Josafar Augusto da Silva Guimarães. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Revisor: Desª Joeci Machado Camargo

1581º Processo 0829680-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 000058871201 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Elisângela de Almeida Kavata, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Pedro Cordeiro. Advogado: José Edervandes Vidal Chagas. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1582º Processo 0829799-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 00079124420118160001 Ação Monitória. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Mieko Ito, Crhystianne de Freitas Alves Ferreira. Agravado: Pleno Juris Livraria e Distribuidora Ltda.. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1583º Processo 0830017-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00073259020098160001 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Kelly Cristina Worm Cotlinski Canzan. Apelado: Antonio Carlos Wanderley Navarro Lins (maior de 60 anos). Advogado: Maria Alice Negrão de Moura, Samuel Alves de Carvalho, Helena Tambosi. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1584º Processo 0830025-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 050725 Execução de Sentença. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Luiz Alberto Gonçalves, Genésio Felipe de Natividade. Agravado: Adelia Zanim Rissi, Adiles da Ros, Alfonso Joao Schneider, Celso Utech, Claudio Arnaldo Tondo, Enio Trentin, Ildo Barili, Jose Fassina, Maria Ezilar do Prado, Paulo Roberto Pagani. Advogado: Giovanna Price de Melo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1585º Processo 0830092-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000200 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado S/a. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Fernanda Michel Andreani. Agravado: Maria Antonieta Ferreira. Advogado: Olívia Motta Monteiro, Roberta Monteiro Pedriali. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1586º Processo 0830097-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00351690520118160014 Revisão de Contrato. Agravante: Antonio Carlos de Amorim. Advogado: Aline Passos de Azevedo Nunes. Agravado: Banco Santander S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1587º Processo 0830108-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200700003594 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú de Investimento SA, Banco Banestado S/a. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima. Agravado: Cleoni Nunes Boeira, Maria Tavares Francisco, Genildo Alves Meira, Lauri Hildo Deggerone, Divair Reblim Ribeiro, Alfredo Fogaça do Prado, Elfrieda Salete Plank Vicensi, Alan Ricardo Parckert Bruch, Amarildo Luiz Schimanko, Edimar Suszek. Advogado: Olinto Roberto Terra, Nadia de Souza Ibrahim, Floriano Terra Filho. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1588º Processo 0830281-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 00223610720118160001 Tutela Inibitória. Agravante: Banco Santander Sa. Advogado: Gilberto Stinglin Loth. Agravado: Maria Lidia Kempa. Advogado: Lincoln Taylor Ferreira, Daiane Toshie Gotz Saito. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1589º Processo 0830353-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200800001796 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Jefferson Rasera, Jesimara Rasera, Glacy Vera Rasera. Advogado: Celso Ricardo Schluga, Elias Roberto Schluga, Jaime Luiz Schluga. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1590º Processo 0830855-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00358008520118160001 Cautelar. Agravante: Ace Fitness Comércio de Equipamentos Para Fisioterapia e Ginástica Ltda. Advogado: Carlos Roberto Fornes Mateucci, Raquel Cristina das Neves Gapski, Flávio Luiz Yarshell. Agravado: Fonte da Vida Comércio e Representações de Equipamentos Esportivos Ltda. Advogado: Roberto de Souza Fatuch, Nilzo Antônio Roda da Silva. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1591º Processo 0830916-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00274324820118160014 Revisional. Agravante: Wfs Ind. e Com. de Confecções Ltda., Fouad Philippe Nabhan, Willian Nabhan. Advogado: Renata Dequech, Aulo Augusto Prato. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Vinicius Secafen Mingati, José Miguel Garcia Medina. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Taro Oyama

1592º Processo 0815117-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00151206120108160083 Execução por Quantia Certa. Agravante: Jocene Nunes de Almeida. Advogado: Jairo Tadeo de Morais Filho. Agravado: Cooperativa de Crédito Rural Com Interação Solidária de Enéas Marques. Advogado: Irineu Júnior Bolzan. Interessado: Cecilia Pires Arnauts, Genesio Arnauts. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1593º Processo 0822661-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00252133320098160014 Execução de Título Extrajudicial. Apelante: Unopar - União Norte do Paraná de Ensino Ltda. Advogado: Ana Lúcia Boneto Ciappina Laffranchi, Ricardo Laffranchi. Apelado: João Sampaio da Silva, Magnólia Paes da Silva. Advogado: Mauro Viotto, Fernanda Simões Viotto. Interessado: Antenor Aparecido Próspero, Paula Zandonai Próspero. Advogado: Edgar Arantes Vieira. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama

1594º Processo 0823077-5 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00064924820108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Adão Moacir Rech. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior, Samantha Beatriz Fracarolli Damiano. Apelado: Banco Rural SA. Advogado: Marcos José Chechelaky, Caprice Andretta Chechelaky. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1595º Processo 0823093-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00153046920108160001 Cobrança. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Rafaella Gussella de Lima, Bruno André Souza Colodel, Marcelo Augusto Bertoni. Apelado: Leomar Barreto Suckow (maior de 60 anos), Noely Jane Reffo Suckow. Advogado: José Eduardo Grittes Manzochi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1596º Processo 0823350-9 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00118339320078160019 Revisional. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Rogério Dyniewicz. Apelado: Alcides Ramos Neto. Advogado: Carlos Eduardo Martins Biazetto. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama

1597º Processo 0823687-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00071015520098160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Ângela Sampaio Chicolet Moreira. Apelado: Lindauro Ferreira da Mota, Espólio de Angelo Bonanni, Aida Fagundes, Osvaldo Dias Figueiredo. Advogado: Aparecido Albino Dechiche. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama

1598º Processo 0823863-1 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00062309120118160021 Prestação de Contas. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Gustavo Rezende da Costa, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado: Osório Dal Poz Filho. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama

1599º Processo 0823937-6 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00002990520108160131 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil Sa. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis, Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna, Nathália Kowalski Fontana, Marco Aurélio Ehmke Pizzolatti. Apelado: Pedro Conte. Advogado: Mirian Rita Sponchiado. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama
1600º Processo 0824022-4 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00008806920108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Fernando Henrique Bosquê Ramalho, Gustavo Viana Camata. Rec.Adesivo: Domingos Bergamini. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Domingos Bergamini. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Fernando Henrique Bosquê Ramalho, Gustavo Viana Camata. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama
1601º Processo 0824481-3 Apelação Cível
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00013253020108160069 Declaratória. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Gustavo Rezende da Costa, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado: João Marcotti, Luiz Carlos Franco, Ramom Hernandes Achetti. Advogado: Sérgio Neves de Oliveira Júnior, Eduardo Pacheco. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama
1602º Processo 0825025-9 Apelação Cível
Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00077886420108160173 Exibição de Documentos. Apelante: Francisco Jander Neto. Advogado: Marcus Aurélio Liogi. Apelado: Banco Banestado SA. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama
1603º Processo 0825191-8 Apelação Cível
Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00054130720078160170 Prestação de Contas. Apelante: Elirio Darli Weisheimer. Advogado: Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin, Jair Antônio Wiebelling. Apelado: Banco Bradesco SA. Advogado: Fernando Augusto Ogura, Newton Dorneles Saratt. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama
1604º Processo 0825885-5 Apelação Cível
Comarca: Lapa. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00028986920088160103 Embargos a Execução. Apelante: Tangriane Jascuf Kurpiel. Advogado: Tadeu Kurpiel. Apelado: Sílvio Staback. Advogado: Antonio Elóy Bernardin, Ana Maria Silvério Lima. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama
1605º Processo 0826363-8 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00080100920108160019 Embargos a Execução. Apelante: Jannie Noordegraf Borg. Advogado: Jorge Luiz Martins. Apelado: Banco Bamerindus do Brasil SA. Advogado: Oldemar Mariano. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama
1606º Processo 0827201-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00084324720118160019 Declaratória. Agravante: Silvio Antonio de Oliveira e Silva. Advogado: Patrícia Borba Taras. Agravado: Militão & Militão Ltda Me, Antonio Carlos Carneiro Neto. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho
1607º Processo 0827363-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059647220088160001 Cobrança. Apelante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/a.. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris, Pedro Augusto Cruz Porto. Apelado: Rosane Aparecida Peres, Ubiratan Peres, Francismar Umlauf, Alzira Krauze Fischer, Gizela Maria Garcia Lopes Canezin Galleto, Paula Beatrice Canezin El Rafihi, Alfredo Luiz Garcia Lopes Canezin, Encarnação Garcia Lopes Canezin, Carlos Irineu Kayser, Vera Kayser. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama
1608º Processo 0828504-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00062931620108160001 Revisão de Contrato. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Camila Valereto Romano, Reinaldo Mirico Aronis. Agravado: Globo Distribuidora de Livros Ltda., Willian Cezar Alge de Siqueira, Natal Panichi de Siqueira, Eleika Hatumura Alge de Siqueira. Advogado: Pedro Paulo Pamplona, Danielle Anne Pamplona, Rafael Fadel Braz. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho
1609º Processo 0828633-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00582736020108160014 Prestação de Contas. Agravante: Maristela Inês Galvino de Andrade. Advogado: Luiz Carlos Freitas, Luiz Henrique da Freiria Freitas. Agravado: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho
1610º Processo 0828666-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 200900002054 Prestação de Contas. Agravante: Espólio de Maria Gasparotto Líbano. Advogado: Luiz Carlos Freitas, Luiz Henrique da Freiria Freitas. Agravado: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho
1611º Processo 0829108-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00060669420088160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Fabrício Zilotti, Márcio Antônio Sasso, Werner Aumann. Apelado: Alcides Riedo, Andre Luiz Valluz, Antonio Rosa de Alencar, Bernardo Beito Arraes (maior de 60 anos), Clemente Ribeiro Batista (maior de 60 anos), Dario Aparecido Ribeiro (maior de 60 anos), Francisco Quirino Albuquerque (maior de 60 anos), Gaspar Eloi do Carmo, Gilvan Aragão dos Santos, João de Oliveira. Advogado: Volnei Leandro Kottwitz, Luciane Munhos D'alécio. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama
1612º Processo 0829129-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 052381 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna, Nathália Kowalski Fontana. Agravado: Aldo Frare, Anesio Ribeiro Leandro, Antonio Jair Beraldo, Claudio Eloir Trzaskos, Dirceu de Dio, Herdeiros e Sucessores de Bertolino Ribeiro do Prado, Lourdes Siqueiri do Prado, Geraldo Ribeiro do Prado, José Veres, Marcos Aurelio de Abreu Rodrigues e Silva, Orlando Alfeu de Andrade, Waldir dos Santos Coqueiro. Advogado: Giovanna Price de Melo. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho
1613º Processo 0829158-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 201000000922 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú S.a., Banco Banestado S.a.. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Agravado: Jackson Bausewein Takahashi, Claudemery Pesseti Ize, Davino Angelo Simon, Guilherme de Oliveira Ferronato. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho
1614º Processo 0829570-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000624 Execução de Sentença. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Izabela Cristina Rücker Curi Bertoncello. Agravado: Maria José dos Santos Zacheo. Advogado: José de César Ferreira, Hercules Márcio Idalino. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho
1615º Processo 0829667-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00344757020108160014 Cobrança. Apelante: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Wanderley Santos Brasil, Reinaldo Mirico Aronis, Luiz Assi. Apelado: Cristin Dunin Zupanski, Alexandre Dias Flores, Adelimar Macedo da Silva (maior de 60 anos), Adroaldo Curtinaz Wittzorecki, Espólio de Violeta Pontremoli Zabluk, Carlos Alberto Chiele (maior de 60 anos), Julieta da Rocha Vieira (maior de 60 anos), Ademar da Silva Borges (maior de 60 anos), Marcos Boroni Neto (maior de 60 anos), Espólio de Sérgio Francisco Jayme. Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Revisor: Des. Luiz Taro Oyama
1616º Processo 0829715-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00037541420098160001 Exibição de Documentos. Agravante: Banco Santander Sa. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli, Luiz Fernando Brusamolin. Agravado: Roberto Kurogi. Advogado: Jefferson Sakai Pinheiro, Daniel Miranda Gomes, Luciano Maranhão Ribeiro. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho
1617º Processo 0829801-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Medianeira. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200900000130 Prestação de Contas. Agravante: Edson Vander Largo - Me. Advogado: Adair José Altíssimo. Agravado: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Cataratas do Iguaçu - Sicredi Cataratas do Iguaçu. Advogado: Antonio Henrique Marsaro Júnior. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho
1618º Processo 0830009-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00181437020118160021 Embargos de Terceiro. Agravante: Luciana Espíndola. Advogado: Mônica Fernanda Mattes, Solange da Silva Machado. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Jorge Luiz de Melo, Fabio Junior Bussolaro, Tatiane Aparecida Lange. Interessado: Adir Alves Tapeçaria, Neusa Schek Alves, Adir Alves. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho
1619º Processo 0830015-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 201000038298 Exibição de Documentos. Agravante: Rodrigo Luis Negrão. Advogado: Wilian Zendrini Buzingnani. Agravado: Itau Card Adm. de Cartões de Crédito Ltda.. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho
1620º Processo 0830116-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 046994 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Fabrício Zilotti, Maria Cláudia Sancho Moreira. Agravado: Alvaro Luiz Padilha, Belmiro Romanzini, Casemiro Cys, Luiza Nair Martins Korquievicz, Maria Ivanir Przybycien, Marli Marta Larski, Moacyr Nunes da Silva, Nelson Cordeiro dos Santos, Rosangela Schmitz Agostini, Vera Lucia Berno. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho
1621º Processo 0830235-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00172722820108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaucard Sa, Banco Itauleasing Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira

dos Santos. Agravado: Leonardo Chechelaky, Maria Eloa Ramos Bassan, Nestor Razente, Jeronimo Lucio de Almeida, Leonel Alves da Silva. Advogado: Flavio Pereira Teixeira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1622º Processo 0830319-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Mangueirinha. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201000000101 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Gelci Zanardi Zanatta. Advogado: Andrey Luiz Geller. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1623º Processo 0830617-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00096874720108160028 Cautelar. Agravante: Banco Itaú S/a. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Larissa Leopoldina Piaceski, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Agravado: Forte Móbile Indústria e Comércio de Móveis Ltda - Epp. Advogado: Paulo Renato Lopes Raposo, Lincoln Lourenço Macuch. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1624º Processo 0830652-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006894420108160108 Cumprimento de Sentença. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1625º Processo 0830811-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 199900000202 Prestação de Contas. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Rodrigo Castor de Mattos, Renato Kalinke Vicentin, Carla Linhares Meyer. Agravado: Marcos Battisti Archer. Advogado: Joseane Luzia Silva, Heber Gomes da Silva, Heber Marcelo Gomes da Silva. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1626º Processo 0830879-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00003795920108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú Unibanco Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Antão Francisco de Melo Filho, Celso Henrique, Cícero Aparecido Santiago, Claudevino Barbosa de Novaes, Deoclides Guirão Alvina, Faustina de Fátima Simonetto Valarini, Idalina Ramos da Silva, Maria Aparecida de Souza, Waldemar Furlan. Advogado: Giovanna Price de Melo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1627º Processo 0831325-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200100001498 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Leonel Trevisan Júnior. Agravado: Paulo Sakai, Wilma Maria Sakai. Advogado: Paulo Sérgio Ivanoski, Paulo Renato Lopes Raposo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1628º Processo 0822365-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006712620118160128 Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Michelle Braga Vidal, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Espolio de Ademar Marocchio, Adenir Aparecida Trombelli Marocchio, Claudemir Trombelli Marocchio, Edna Trombelli Marocchio, Elaine Trombelli Marocchio, João Trombelli Marocchio. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1629º Processo 0822583-4 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00165484120088160021 Indenização. Apelante: Banco Itau Unibanco Sa. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Naradiba Silamara Guerra de Souza. Apelado: Atlanta Administradora e Corretora de Seguros Sc Ltda. Advogado: Christiane Massaro Lohmann. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1630º Processo 0822719-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00085219520098160001 Execução Provisória. Apelante: Zurcher Kantonalbank. Advogado: Jaqueline Lobo da Rosa, Alfeu Alves Pinto. Apelado: Península International Ltda. Advogado: José Silvério Santa Maria, Leonardo César Bana. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1631º Processo 0823730-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059664220088160001 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Newton Dorneles Saratt, Fernando Augusto Ogura. Apelado: José Carlos Braguini. Advogado: Sinvaldo Moreira de Souza. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1632º Processo 0823854-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00160936820108160001 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Kelly Cristina Worm Cotlinski Canzan. Apelado: Antonio Luiz Merlin. Advogado: Mayta Lobo dos Santos. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1633º Processo 0823866-2 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00003025720108160131 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Nathália Kowalski Fontana, Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna, Silvia Maria de Andrade. Apelado: Odete Conte. Advogado: Mirian Rita Sponchiado. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1634º Processo 0823971-8 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00169173520088160021 Prestação de Contas. Apelante: Banco Santander Sa. Advogado: Ana Lucia França, Michelle Gonçalves Dias, Blas Gomm Filho. Apelado: Arlon Moreira Antunes. Advogado: Marcelo Barzotto. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1635º Processo 0824273-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00060608720088160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Ângela Sampaio Chicolet Moreira. Apelado: Ruy Salvadori (maior de 60 anos), Candido Leonel dos Santos (maior de 60 anos), Eduardo Carlos Cordeiro, João Francisco dos Anjos (maior de 60 anos), Luiz Carlos Waszak, Janeis Antonio Guirro, Valdomil da Silva, Antonio Carlos de Souza, Olga Kohut da Silva, Jorge Luiz Scarpin Carrozza. Advogado: Maykon Del Canale Ribeiro, Marcos Fernando Pedroso. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1636º Processo 0824491-9 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00001358920108160050 Cautelar. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Karine de Paula Pedlowski. Rec.Adesivo: Jairo Sodre. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Jairo Sodre. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Karine de Paula Pedlowski. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1637º Processo 0824554-1 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00066678620078160017 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Angela Anastázia Cazeloto. Rec.Adesivo: Bueno e Priuli & Cia Ltda, Rafael Maurinho Priuli, Cleonice Bueno Priuli. Advogado: Moacir Borges Junior, Marcelo Tavares. Apelado (1): Bueno e Priuli & Cia Ltda. Advogado: Moacir Borges Junior, Marcelo Tavares. Apelado (2): Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Angela Anastázia Cazeloto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1638º Processo 0824801-5 Apelação Cível
Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001890820078160132 Prestação de Contas. Apelante: Metalúrgica Metal Bico Ltda. Advogado: Juliano César Iba. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Marcelo Dantas Lopes, Ana Raquel dos Santos, Márcio Zanin Giroto. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1639º Processo 0824808-4 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00159428320088160030 Cobrança. Apelante: Valdir Alves da Silva. Advogado: René Miguel Hinterholz. Apelado: Banco Bradesco SA. Advogado: Rafaella Gussella de Lima, Marcelo Augusto Bertoni. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1640º Processo 0825498-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00059318220088160001 Ordinária de Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Elói Contini, Raquel Angela Tomei. Apelado: Espólio de Adelino Franco Domingos, Espólio de Alvino Stochi, Espólio de Ana Santiago de Souza, Espólio de Antonio Pereira Sapata, Espólio de Almerindo Alves, Espólio de Edna de Andrade, Espólio de Francisco Olintho Corrêa, Espólio de Jeronymo de Paula Faria, Espólio de Manoel Rodrigues Toledo, Espólio de Orismando Ferrari. Advogado: Antonio Camargo Junior. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1641º Processo 0826841-7 Apelação Cível
Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00016403620108160044 Cobrança. Apelante (1): Luiz Fernando Frias, Maria Alice Neves da Silva, Geraldo Steffan Leh, Christine Faerber (maior de 60 anos), Arno Vier, Helvio Luiz Possobon (maior de 60 anos), José Marcos Araldi, tarcisio nardi. Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Apelante (2): Banco Itaú SA. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris, Pedro Augusto Cruz Porto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1642º Processo 0827150-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00309603220118160001 Sustação de Protesto. Agravante: Neusa Waslow Dybax. Advogado: ZUARDO PAES NETO. Agravado: Save Money Factoring Ltda. Advogado: Marcos Wengerkiewicz, Juliano Arlindo Clivatti. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1643º Processo 0827358-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00029220620098160025 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Marcelo Augusto Bertoni, Rafaella Gussella de Lima, Sofia Carolina Jacob de Paula, Luciano de Souza Castelani. Apelado: Antonio Ukan, Clotelvina Ferreira Nascimento Miranda (maior de 60 anos), Afonso Cionek, Lucindo de Oliveira Lima Filho, João Zepechouka (maior de 60 anos), Ana Zepechouka, José Maria de Oliveira, Carlos Venceslau Kerting (maior de 60 anos), Tadeu Krupa, Caetano Gonçalves, Mario Jacob Coradin (maior de 60 anos), Elza de Lourdes Simioni Coradin. Advogado: Elizeu Mendes da Silva,

Sebastião Mendes da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1644º Processo 0827443-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00195813420118160021 Cautelar. Agravante: Reni Mello. Advogado: Marcelo Barzotto. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1645º Processo 0827564-9 Apelação Cível
Comarca: Lapa. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00001786120108160103 Revisão de Contrato. Apelante: Banco John Deere Sa. Advogado: Jorge Luis Zanon. Apelado: Arlete Machado Carvalho. Advogado: Isabella Santiago de Jesus, Carlos Eduardo Quadros Domingos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1646º Processo 0827735-8 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00300483020108160014 Cobrança. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Vanessa Aline Scandalo Rocha, Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos. Apelado: Derbi Medici (maior de 60 anos), Raimundo Nonato Rodrigues Ferro, Espólio de Paulo Motta de Castro, Maria Raimunda Ferreira Rosa (maior de 60 anos), Maria Madalena de Oliveira, Maria Izabel Alves Neta, Espólio de Ednil Corrêa Brandão, Espólio de Roberto Fernando Pinto da Silva, Espólio de Zeferino da Silva Bastos. Advogado: Josafar Augusto da Silva Guimarães. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1647º Processo 0828142-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 00212447820118160001 Cobrança. Agravante: Tecicouros Industria e Comercio de Confecções Ltda Me, Altair Jose Paschoal. Advogado: Cleber Eduardo Albanez. Agravado: Banco Santander S/a. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1648º Processo 0828512-9 Apelação Cível
Comarca: Barracão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001817220108160052 Cumprimento de Sentença. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Apelado: Jandir Verdanega Verona (maior de 60 anos), Osvaldo Antonio Seraglio (maior de 60 anos), Antenor Willms (maior de 60 anos), Neri dos Santos Bolsanel, Ortenila Pagliarini Cucoloto (maior de 60 anos), Cecilia Mahl (maior de 60 anos), Nair Rama Zanus (maior de 60 anos), Helia Federizzi Spenassato (maior de 60 anos), Eduardo Galiotto, Zildo Campra (maior de 60 anos). Advogado: Fábio Palaver, Cleber Haefliger. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1649º Processo 0828662-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 0000046213 Execução por Quantia Certa. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Elói Contini, Diogo Bertolini. Agravado: Herdeiros e Sucessores de Angelo Iacono, Herdeiros e Sucessores de Ermita Trojan Casarotto, Herdeiros e Sucessores de Francelino Gonçalves, Herdeiros e Sucessores de Antonio Canevesse, Herdeiros e Sucessores de José Edson Chiqueto, Herdeiros e Sucessores de Lazaro Rombola, Herdeiros e Sucessores de Ludovico Moreira Barbosa. Advogado: Erminio Gianatti Junior. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1650º Processo 0828800-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00031416220078160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Elói Contini, Raquel Angela Tomei. Apelado: Januario Leonides Pech (maior de 60 anos), Felix Konopka Augustinho (maior de 60 anos), Lázaro Batista Farias. Advogado: Carlos Alberto Nicioli. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1651º Processo 0828850-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Terra Boa. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006263920108160166 Embargos a Execução. Agravante: Agro-industrial Terra Bôa Ltda, Ricardo Mortene Pulido, Maria Lúcia Feitosa. Advogado: Patrícia Ribeiro Ferreira, Alan Rogério Mincache. Agravado: Banco Itaú Unibanco S/a. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Luciana Martins Zucoli. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1652º Processo 0829075-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00264368920118160001 Exibição de Documentos. Agravante: Caminhos da Terra Hospedagem e Turismo Me. Advogado: Fernando Oliveira Perna. Agravado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1653º Processo 0829649-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00161352920118160019 Ordinária. Agravante: Banco Santander (brasil) S/a. Advogado: Gilberto Stinglin Loth, Diully Cristine Oliveira. Agravado: Elaine Aparecida Bendix. Advogado: Jorge Luiz Martins. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1654º Processo 0829672-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00615979720108160001 Indenização. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: João Leonel Antocheski. Agravado: Josiane Lascoski. Advogado: Antonio Marcos de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1655º Processo 0829695-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200900002126 Cobrança. Agravante: Emilia Sakiyama, Irma Fang, Genival de Oliveira, Carlos Vicente Cherite, Nelson de Souza Ramos, Sebastiana Rosa da Silva, Danilo Arlindo Lupalini, Edson Luiz Vehl, Otavio Ladislau Ostrawski, João Ribeiro da Silva. Advogado: Josafar Augusto da Silva Guimarães. Agravado: Banco do Brasil SA. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis, Gustavo Viana Camata, Mirella Parra Fulop. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1656º Processo 0830036-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000513 Prestação de Contas. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Jorge Luiz de Melo, Fabio Junior Bussolaro, Tatiane Aparecida Lange. Agravado: Recapadora de Pneus Zangrande Ltda. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1657º Processo 0830162-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00013508220108160056 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Aparecido Mancan. Advogado: Wesley Toledo Ribeiro, Shiroko Numata. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1658º Processo 0830195-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00201113520108160001 Exibição de Documentos. Agravante: Arcilio Celso Pfeifer. Advogado: José Américo da Silva Barboza. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1659º Processo 0830292-3 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00049391520048160017 Embargos a Execução. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Manoel Ronaldo Leite Junior, Jairo Basso. Apelado: Pedro Pereira da Silva (maior de 60 anos). Advogado: José de Almeida Guimarães. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho

1660º Processo 0830358-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 199600000468 Execução. Agravante: Jubran Reis Daher Junior. Advogado: Marco Antonio Brandalize. Agravado: Nerone do Brasil Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. Advogado: Teles de Andrade. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1661º Processo 0830721-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 200000049219 Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna, Nathália Kowalski Fontana. Agravado: Aguinaldo Henz, Darci Tonetta, Dario Waldir Sbaraini, Erna Berte, Maria Comin Manenti, Nilo Pagnonceli. Advogado: Leonardo Della Costa, Luciano Marcio dos Santos, João Garbelini Neto. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1662º Processo 0830739-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025395720118160025 Exceção de Incompetência. Agravante: Itaú Unibanco S/a. Advogado: Alexandre de Almeida, Alexandra Regina de Souza, Luiz Felipe Apollo. Agravado: Dalva dos Reis. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

1663º Processo 0831393-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00051891220108160058 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Rosângela Peres França. Agravado: Banvindo Barbosa de Souza, Manoel Dias de Aguilar. Advogado: Júnior Carlos Freitas Moreira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cláudio de Andrade

_____ 14ª Câmara Cível _____

1664º Processo 0818516-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00030690420118160044 Embargos a Execução. Agravante: Itaú Unibanco Sa. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Jéssica Mérie Teixeira, Shealtiel Lourenço Pereira Filho. Agravado: Kiko Distribuidora de Produtos Eletrônicos, Ricardo Augusto Gomes Ceranto. Advogado: Marcos Aurélio Alves Teixeira, Vinícius Gabriel Zanoni de Oliveira, Thiago Barboza de Faria Franco. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito

1665º Processo 0820044-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00018587420108160170 Cumprimento de Sentença. Agravante: Almiro Fidler, Anita Albrecht Wagner, Ernesto Werner, Geraldo Zimmermann, Helio Zimmermann, Hari Baumgart, Marcos Martins, Otto Paulo Arndt, Oldemar Johann, Romeu Jorge Wentz. Advogado: Jomah Hussein Ali Mohd Rabah. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Elisângela de Almeida Kavata. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito

1666º Processo 0820380-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00018587420108160170 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Elisângela de Almeida Kavata. Agravado: Almiro Fidler, Anita Albrecht Wagner, Ernesto Werner, Geraldo Zimmermann, Helio Zimmermann, Hari Baumgart, Marcos Martin, Otto Paulo Arndt, Oldemar Johann, Romeu Jorge Wentz. Advogado: Jomah Hussein Ali Mohd Rabah, Adriano Thomé. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito

1667º Processo 0821562-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200900002414 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Michelle Braga Vidal. Agravado: Amelia Rosana Borges Mendes de Catunda Sales e Outros, Espólio de Decio Rufatto, Nair Irene Canola Ruffato (maior de 60 anos), Luis Orlique Silvestre (maior de 60 anos), Mauro de Morais Ribeiro, Maria Josefa Garcia (maior de 60 anos). Advogado: Ernani José Pera Junior, Josiele Zampieri da Mata, Tatiana Vanessa Romano. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito

1668º Processo 0822410-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 208800001466 Declaratória. Agravante: Merci e Almeida Ltda.. Advogado: Adriano Scolari de Araujo, Leonel Eduardo de Araújo, Diogo Scolari de Araújo. Agravado: José Natal Ferrari-Madeiras, Comercial Uniplacas Ltda, Ferragieri Comércio de Madeiras Ltda, Banco Indusval S.a, Banco Abc Brasil S.a, Fieza Fomento Mercantil S.a, Cooperativa de Credito dos Empresarios de Arapongas- Sicoob Arapongas, Banco Safra SA, Trendbank S/a Banco, Banco Intermedium S/a, Cobrafas Companhia Securitizadora. Advogado: Igor Fabrício Meneguello, Marileia Rodrigues Mungo, André Luiz Donega Verri. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito

1669º Processo 0822560-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00056944820088160001 Anulatória. Apelante: Alfredo Bertholdo Klas Filho. Advogado: Hestevard Martin. Apelado: Granjinha Representaçoes Comerciais Ltda. Advogado: André Luiz Amancio Pinto, Carolina Gabriele Pinto. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1670º Processo 0822671-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00003038820038160001 Ação Monitória. Apelante (1): Comércio de Auto Peças Parma Ltda. Advogado: Carlos Eduardo Parucker e Silva, Claudia Giovanna Presentato. Apelante (2): Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Maria Cláudia Stansky. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1671º Processo 0822802-4 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00095624920098160017 Prestação de Contas. Apelante (1): Cooperativa de Economia e Crédito Mútuos dos Pequenos Empresario Micro Empreendedores da Região Metropolitana de Maringa Sicoob Metrpolitano. Advogado: Ideval Inácio de Paula, Larissa Inácio de Paula Nunes. Apelante (2): Greghi & Barbosa Ltda. Advogado: Natasha de Sá Gomes Vilardo, Mauro Vignotti. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1672º Processo 0822867-5 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00043843420108160131 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Ursula Ernlund Salaverry Guimarães, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado: Agro Pecuária Kozelinski Ltda Me. Advogado: Mirian Rita Sponchiado. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1673º Processo 0823143-4 Apelação Cível

Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00002649420108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Thiago Rufino de Oliveira Gomes, Mirella Parra Fulop. Rec.Adesivo: Eduardo Mioto. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Eduardo Mioto. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Thiago Rufino de Oliveira Gomes, Mirella Parra Fulop. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1674º Processo 0823167-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00204603820108160001 Indenização. Apelante: Banco Ibi Sa - Banco Múltiplo. Advogado: Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho, Marisete Zambiazi. Apelado: Neusa Maria de Souza Mena Barreto. Advogado: Carlos Eduardo Dipp Schoembakla. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1675º Processo 0823535-2 Apelação Cível

Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00014193520108160050 Cautelar. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Gustavo Viana Camata, Renato Goes de Macedo, Mirella Parra Fulop, Fernando Henrique Bosquê Ramalho. Rec.Adesivo: Ademir Ariza. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Gustavo Viana Camata, Renato Goes de Macedo, Mirella Parra Fulop, Fernando Henrique Bosquê Ramalho. Apelado (2): Ademir Ariza. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1676º Processo 0824101-0 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00597675720108160014 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: José Augusto Araújo de Noronha, Mariana Marçal Araújo Teixeira, Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto. Apelado: Renato Alves Anselmo. Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1677º Processo 0824401-5 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00104931220108160019 Cobrança. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Mauri Marcelo Bevervanço Junior, Luiz Rodrigues Wambier. Apelado: Edy da Luz Neiverth. Advogado: Marcos Babinski Marochi. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1678º Processo 0824406-0 Apelação Cível

Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00014119820108160069 Declaratória. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Elói Contini, Tadeu Cerbaro, Diogo Bertolini. Apelado: Luiz Sidney Rocco, Maria Conceição dos Santos, Waldemar Pedro Rodrigues. Advogado: Reginaldo André Nery. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1679º Processo 0824418-0 Apelação Cível

Comarca: Sengés. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010742720108160161 Embargos de Terceiro. Apelante: Denise Paula Turek. Advogado: Giuliano Miranda. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: João Carlos Lozeski Filho. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1680º Processo 0824591-4 Apelação Cível

Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004812220098160132 Prestação de Contas. Apelante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Jorge André Ritzmann de Oliveira, Joslaine Montanheiro Alcantara da Silva. Apelado: Proselito Antônio Vieira. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1681º Processo 0824678-6 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00001492420108160131 Repetição de Indébito. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Izabela Cristina Rücker Curi Bertoncello, Maria Letícia Brüsch. Rec.Adesivo: Carmem Aparecida F. Strapasson. Advogado: Cristhian Denardi de Britto. Apelado (1): Carmem Aparecida F. Strapasson. Advogado: Cristhian Denardi de Britto. Apelado (2): Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Izabela Cristina Rücker Curi Bertoncello, Maria Letícia Brüsch. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1682º Processo 0824943-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00687049520108160001 Embargos a Execução. Apelante: Paulo Afonso de Moura. Advogado: Karin Hasse. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Fernando Wilson Rocha Maranhão, Sérgio Eduardo da Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1683º Processo 0825018-4 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00031103520108160131 Exibição de Documentos. Apelante: Sidney Schreiber. Advogado: Isaias Morelli, Geronimo Antonio Defaveri, Maikel Speranza Gutstein. Apelado: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Edmara Silvia Romano. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1684º Processo 0825721-6 Apelação Cível

Comarca: Curiuva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00020681320108160078 Resolução de Contrato. Apelante: Luciano Aparecido Marcoline, Sérgio Aparecido Marcoline. Advogado: Alessandro Edison Martins Migliozzi, Juliana Bonfim Carnievale. Apelado: Valdir Garcia. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito

1685º Processo 0825818-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00071578820098160001 Cobrança. Apelante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris, Albadilo Silva Carvalho. Apelado: Chakib Ali Mehanna (maior de 60 anos), Efigenia Iliote de Almeida, Euri Jordina Tribulato (maior de 60 anos), Gilberto Mayer, Luiz Carlos de Freitas, Maria Jackeline Polonio Cafieiro Toledo (maior de 60 anos), Maria Polonio de Toledo, Rokuro Sato (maior de 60 anos), Romilson José Stadler, Vilma Tereza Gonçalves Antunes (maior de 60 anos). Advogado: Volnei Leandro Kottwitz. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1686º Processo 0825821-1 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00150451920078160021 Pedido de Providências. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Roberto Antônio Busato, Oldemar Mariano, Josias Luciano Opuskevich. Apelado: Luiz Carlos Fernandes. Advogado: Marcelo Barzotto. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1687º Processo 0826760-7 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00217713020078160014 Declaratória. Apelante (1): Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Renata Caroline Talevi da Costa, Lorraine Milani Lopes. Apelante (2): Vitoriano Fernandes. Advogado: Leandro Isaías Campi de Almeida. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

1688º Processo 0827874-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200800000435 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: José Ré Ligeiro, Valdemar Albertin, Nair Furlan Albertin, Mikiko Assakura Nakamura, Sandra Sayuri Nakamura Hissanaga. Advogado: Sandra Maria Kairuz Yoshiy, Lenice Arbonelli Mendes Troya. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito

1689º Processo 0828296-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 200900002399 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: João Leonel Antocheski, Maria Izabel Bruginski. Agravado: Braws Industria e Comercio Ltda., Antonio Weudson da Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1690º Processo 0828567-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00102213320108160014 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado S.a., Banco Itaú S.a.. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Bladina Gomes da Silva. Advogado: Beatriz Terezinha da Silveira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1691º Processo 0828712-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00522994220108160014 Execução de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Milton Barbosa de Oliveira. Advogado: Ronan Wielewski Botelho. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1692º Processo 0828880-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00179874020108160014 Cumprimento de Sentença. Agravante: Reinaldo Jurkevicz, Antonio Zanon, Sumiko Umeyama, Odete Aoki Romero, Regina Célia Sanches da Silva, Oswaldo Yokota, Eloiza Toshiko Ueyama, Nivaldo Aparecido Zanon, Condomínio Edifício Tramandaí, Luiz Antonio Palharini, Oswaldo Calzavara. Advogado: Flávio Pierro de Paula. Agravado: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Luciane Kitanishi, Renata Cristina Costa, Leonardo de Almeida Zanetti. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1693º Processo 0828954-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025387220118160025 Exceção de Incompetência. Agravante: Itaú Unibanco S.a.. Advogado: Alexandre de Almeida, Alexandra Regina de Souza, Luiz Felipe Apollo. Agravado: Marilene Costa. Advogado: Mário Krieger Neto, Rodolpho Benvenutti Lima. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1694º Processo 0829145-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00139121220118160017 Embargos do Devedor. Agravante: Kobayashi & Mianici Ltda.. Advogado: Paulo Cezar Magalhães Penha, Edson Elias de Andrade, Messias Queiroz Uchôa. Agravado: Banco Itaú-unibanco Sa. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1695º Processo 0829169-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00353996620108160019 Tutela Inibitória. Agravante: Banco Santander Brasil S.a.. Interessado: Banco Abn Amro Real S.a.. Advogado: Gilberto Stinglin Loth, Diully Cristine Oliveira. Agravado: Cirene Pires de Almeida. Advogado: Jorge Luiz Martins. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1696º Processo 0829302-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 00184476620108160001 Cautelar. Agravante: David de Carli, Ilurdes Costa de Carli. Advogado: Ricardo Antonio Balestra. Agravado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1697º Processo 0829393-8 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00265529020108160014 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Raquel Angela Tomei, Elói Contini. Apelado: Leonor Pirolo (maior de 60 anos). Advogado: William Cantuária da Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1698º Processo 0829542-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200400000380 Prestação de Contas. Agravante: Banco Industrial e Comercial SA. Advogado: Antonio Justino Forcelli, André Ricardo Forcelli. Agravado: Massa Falida Copacel S/a - Comercial Paranaense de Cereais. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1699º Processo 0829561-6 Apelação Cível
Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00013622320108160145 Ordinária de Cobrança. Apelante: Luzia da Silva Canos (maior de 60 anos), Maria Alzira Moretti, Rosiete Maria da Conceição Netto (maior de 60 anos), Maria Israel de Mello (maior de 60 anos), Aguinaldo Fernandes da Cunha (maior de 60 anos), Pedro Gonçalves de Oliveira (maior de 60 anos), Natalino Sacardo (maior de 60 anos), Jerônimo José Pereira, José Carlos de Carvalho, Nillo de Oliveira Botelho (maior de 60 anos). Advogado: Altevir Comar. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Beatriz Terezinha da Silveira. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes
1700º Processo 0829616-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Barracão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012613720118160052 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari. Agravado: Alcides Roque dos Santos Quevedo. Advogado: Olide João de Ganzer. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1701º Processo 0829702-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000087 Execução de Título Judicial. Agravante: Tigresa Materiais Hidráulicos Ltda. Advogado: Rogério de Souza, Jane Glaucia Angeli Junqueira. Agravado: Banco Banestado, Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Jefferson Lima Aguiar. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1702º Processo 0830022-1 Correição Parcial (Cam-Cv)
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00031003320088160075 Execução. Requerente: Placas do Paraná SA. Advogado: Marina Arouche Pereira Bohn, Jose Paulo Moutinho Filho, João Tranchesi Junior, Rubens Sizenando Lisboa Filho. Interessado: Compmax - Comércio de Compensados e Ferragens Ltda. Advogado: Clovis Soares da Silva. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1703º Processo 0830034-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00194679220108160001 Exibição de Documentos. Agravante: Antonio Zanata. Advogado: José Américo da Silva Barboza. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1704º Processo 0830088-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Santo Antônio da Platina. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00026455720108160153 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Adriano Dias de Oliveria Reis. Advogado: Juliano Franco Dias dos Reis. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1705º Processo 0830247-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00311955720118160014 Declaratória. Agravante: Marcia Sheller dos Santos, José Câmara, Darly Franco Veras Júnior. Advogado: Leandro Isaías Campi de Almeida. Agravado: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1706º Processo 0830299-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001165 Embargos a Execução. Agravante: Odair Scheibel, Luiza Carolina Scheibel, Edimir Scheibel. Advogado: Péricles Landgraf Araújo de Oliveira, Jaqueline Esteves Moleirinho, Henrique Jambiski Pinto dos Santos. Agravado: Banco do Brasil SA. Advogado: Werner Aumann, Arinaldo Bittencourt, Evandro Lucio Pereira de Souza. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1707º Processo 0830395-9 Apelação Cível
Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006928220108160145 Declaratória. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Guilherme Tolentino Ribeiro da Silva, Reinaldo Mirico Aronis, Luiz Assi. Apelado: Carlito Bento da Silva (maior de 60 anos), Maria de Oliveira Pedroso (maior de 60 anos), Aurea Assolari (maior de 60 anos), Regina Maria da Rosa Fortes, José Apolinário (maior de 60 anos), Claudinei Escaraber, Zeni Paes Andrade (maior de 60 anos), Jurandir Yamagami (maior de 60 anos), Josiley Wilton Simoes, Maria de Fátima Jofre. Advogado: Fernando Rosa Fortes. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes
1708º Processo 0830859-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000743 Revisional. Agravante: Itaú Unibanco S/a. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli, Regiane Cardoso Cantarani. Agravado: Marco Antônio Queiroz. Advogado: André Fatuch Neto, Roberlei Aldo Queiroz. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1709º Processo 0831084-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 199600000954 Embargos a Execução. Agravante: Henrique Stringari, Cícero César Stringari. Advogado: Salazar Barreiros Júnior, Adriane Nogueira Fauth, Yegor Moreira Junior. Agravado: José Carlos Salvadori. Advogado: Adelino Marcon, Paulo Roberto Pegoraro Junior, Kleber de Oliveira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1710º Processo 0831346-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00057157820108160025 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Agravado: Benedito de Oliveira Costa. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito
1711º Processo 0818133-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000563 Cobrança. Agravante: Banco do Brasil Sa. Advogado: José Carlos Dias Neto, Thiago Vinicius Pereira Bitencourt, Arinaldo Bittencourt. Agravado: Centro das Malhas Ltda, Maria Rosa Flausina Pereira, Rubens Bernardo da Rocha, Ludeci Camacho da Rocha. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa
1712º Processo 0818677-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00059770620118160021 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Michelle Braga Vidal, Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Jurema Helena de Souza (maior de 60 anos). Advogado: Higor Oliveira Fagundes. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa
1713º Processo 0822954-3 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005109020108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Camila Valereto Romano, Cristiane Oliveira Ferrari Cieslak, Reinaldo Mirico Aronis. Rec.Adesivo: Agropecuária Paraíso São João Ltda. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Agropecuária Paraíso São João Ltda. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de

Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Camila Valereto Romano, Cristiane Oliveira Ferrari Cieslak, Reinaldo Mirico Aronis. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1714º Processo 0823160-5 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00002727120108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis, Gustavo Viana Camata, Thiago Rufino de Oliveira Gomes. Rec.Adesivo: Carlos Braz Pavão. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis, Gustavo Viana Camata, Thiago Rufino de Oliveira Gomes. Apelado (2): Carlos Braz Pavão. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1715º Processo 0823790-3 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00033010320028160021 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães. Rec.Adesivo: Jairo Manfroi. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Apelado (1): Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães. Apelado (2): Jairo Manfroi. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1716º Processo 0824015-9 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00528857920108160014 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior, Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Apelado: Irineu Lucidio da Silva. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1717º Processo 0824404-6 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00274920720108160030 Prestação de Contas. Apelante: Tarini & Cia Ltda. Advogado: Alessandro Alcino da Silva, Everaldo Larssen, Janaina Baptista Tente. Apelado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa

1718º Processo 0824512-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00407417320108160014 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Edmara Silvia Romano, Márcio Rogério Depolli. Apelado: Acyr Plath. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1719º Processo 0825117-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033977420058160033 Embargos de Terceiro. Apelante: Petrobras Distribuidora SA. Advogado: Fernando Wilson Rocha Maranhão, Andrea Caroline Marconatto Cury. Apelado: Valdemir Lopes. Advogado: Fabrício Leal Ugolini. Interessado: Pérgula Engenharia Distribuidora S/a, Sir de Oliveira Evangelista Martins, Ralph André da Costa Santos, Lorivaldo Ferreira Dias. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1720º Processo 0825310-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00142090420108160001 Cobrança. Apelante: Banco Itaú Unibanco Sa. Advogado: Rafaella Gussella de Lima, Marcelo Augusto Bertoni. Apelado: José Ribeiro Neto. Advogado: Osmar de Andrade Ferreira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1721º Processo 0825442-0 Apelação Cível
Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00047216020098160130 Embargos a Execução. Apelante (1): V e V Comércio de Peças Ltda Me, Vilmar Alves dos Santos, Carla Regina Rotondo dos Santos. Advogado: Fabio Luis Franco, Alcindo de Souza Franco, Mamoru Fukuyama. Apelante (2): Banco Bradesco SA. Advogado: Ari de Souza Freire, Patrícia Mello de Souza Freire. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1722º Processo 0825794-9 Apelação Cível
Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004820720098160132 Prestação de Contas. Apelante: Banco Santander (brasil) S/a. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Apelado: Proselito Antonio Vieira. Advogado: Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin, Jair Antônio Wiebelling. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1723º Processo 0826032-8 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00517771520108160014 Embargos a Execução. Apelante: Transgois Comércio de Produtos Alimentícios Ltda, Fernando Gois Rosa. Advogado: Angélica Viviane Ribeiro, Ludmila Sarita Rodrigues Simões. Apelado: Banco Bradesco SA. Advogado: Gilberto Pedriali. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1724º Processo 0826905-6 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00054390620038160021 Prestação de Contas. Apelante (1): Nf Serviços Especiais Ltda. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund, Jair Antônio Wiebelling. Apelante (2): Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Heitor Alcântara da Silva, Alexandre de Almeida. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1725º Processo 0827383-4 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00158310220088160030 Ordinária de Cobrança. Apelante: Miraci Luiz Iora. Advogado: René Miguel Hinterholz, Rogério Leonardo Trinkel. Apelado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Kelly Cristina Worm Cotlinski Canzan. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1726º Processo 0827795-4 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00192270620068160014 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Itaú SA, Banco Itaucard S/a. Advogado: Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho, Francisco Antônio Fragata Junior, Fabíola Cueto Clementi, Cláudia Gramowski. Apelado: Sweet Norte Produtos Alimentícios Ltda, Vanessa Luciana Garcia. Advogado: Marcos José de Paula. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa

1727º Processo 0827943-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000556 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Michelle Braga Vidal. Agravado: Maria das Graças de Souza Basso, Maria Picinin Bernucci, Neide Rodrigues Moreira, Neusa da Silva Ricci, Nivaldo Pereira Rodrigues. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa

1728º Processo 0827949-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 201000001551 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Agravado: Claudio Cesar Camara, Ilson José de Souza, Hemerson Straube Taborda, Hirton de Freitas Diz, Iraci Tutida, Maria Nadir Louis Talarico, Paulo Cesar Medeiros, Paulo Roberto Alves dos Passos, Silvano José Nogueira, Teresa do Carmo Pelegrini. Advogado: Antonio Camargo Junior. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa

1729º Processo 0828094-6 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00240412220108160014 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Izabela Cristina Rücker Curi Bertoncello, Maria Letícia Brüsch. Apelado: José Peccinin (maior de 60 anos), Antonio Farinha (maior de 60 anos), Severino Moreira Gasparotto (maior de 60 anos), Andréia Moreira Gasparotto, Terezinha Hespanhol Pirola (maior de 60 anos), Leonildo Vega (maior de 60 anos), Jaime Vega (maior de 60 anos), Antonio Zampar (maior de 60 anos), Achilles Mazzotti (maior de 60 anos), Pedro Maior (maior de 60 anos). Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1730º Processo 0828294-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Sengés. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00007220620098160161 Execução. Agravante: Linea Paraná Madeiras Ltda, Nelson Caserta Girardi. Advogado: Fábio Luiz da Câmara Falcão, Angeliane Maria da Câmara Falcão, Maristela Schwerz. Agravado: Banco Santander Sa. Advogado: Sonny Brasil de Campos Guimarães, Scheila Camargo Coelho Tosin, Deborah Guimarães. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa

1731º Processo 0828781-4 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00167471620108160014 Medida Cautelar. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Edmara Silvia Romano, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado: Antonio Gomes Pereira Neto (maior de 60 anos). Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1732º Processo 0829074-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00069900320118160001 Execução de Sentença. Agravante: Carlos Sérgio Coutinho Evers. Advogado: Mário Krieger Neto, Rodolpho Benvenutti Lima, Heitor Caetano Bemvenutti Hedeke. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa

1733º Processo 0829396-9 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00344566420108160014 Cobrança. Apelante: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Wanderley Santos Brasil, Reinaldo Mirico Aronis, Luiz Assi. Apelado: Ivanilde Gabriel, Antonio Marques Inocencio Bispo, Edgard Rubens Reike (maior de 60 anos), Marlene Fermann Guimarães (maior de 60 anos), Aguinaldo Chierici da Silva, Maria Piletti Puerari (maior de 60 anos), Evete Izabel Godoy, Maria Nazare Rodrigues Nogueira, Espólio de Gunter Heinz Reschke, Espólio de Germano Gonçalves Abreu, Lucinio Martins Tavares, Espólio Armando Pedro Lambert. Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi

1734º Processo 0829528-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006773020108160108 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Lucio Diana, Francisco Terto Alves, Benedito Inácio Filho, Jeferson Meira, Arlindo Soares Pinheiro. Advogado: Fábio Stecca Cione, Leandro Depieri. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa

1735º Processo 0829612-8 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00177657220108160014 Cobrança. Apelante (1): Banco Bradesco SA. Advogado: Vanessa Aline Scandalo Rocha, Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos. Apelante (2): Abel de Amorim (maior de 60 anos). Advogado: Guilherme Junho Espiga. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Revisor: Des. Celso Jair Mainardi
1736º Processo 0829708-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 049818 Execução por Quantia Certa. Agravante: Adelino Coelho e Outros. Advogado: Giovanna Price de Melo. Agravado: Banco do Brasil S/a. Advogado: Márcio Antônio Sasso. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa
1737º Processo 0829997-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Medianeira. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200700000555 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Irio Cassol, Hilda Valliati Cassol, Idylio Cassol, Ignes Nespolo Cassol, Irio Cassol, Ivo Cassol, Janira Bett Cassol, Joseli Zoz Cassos, Norma Elizabete Bosi Cassol. Advogado: Juliana Fabyula Zanella Claumann. Agravado: Banco do Brasil SA. Advogado: Poliana Cavaglieri Saldanha dos Anjos. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa
1738º Processo 0830105-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025473420118160025 Exceção de Incompetência. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Alexandre de Almeida, Alexandra Regina de Souza, Luiz Felipe Apollo. Agravado: Edilson Fiori. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa
1739º Processo 0830199-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002830620118160167 Execução de Título Judicial. Agravante: Itaú Unibanco S/a. Advogado: Alexandre de Almeida. Agravado: Dario Alves Ribeiro, Adina Knelsen Wall, Bernardo Knelsen Voth, Joana Knelsen, Blondine Knelsen, Hanelore Knelsen, Herta Knelsen Harman, Jaco Diter Knelsen, Regina Knelsen Friesen, Elsi Wiebe, Herbert Knelsen, Klara Knelsen, Marlene Stein. Advogado: Antonio Saonetti. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa
1740º Processo 0830224-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200800001911 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Casemiro Jablowski, Anna Constantina Szymanek. Advogado: Grasiele Barcelos Amaral. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa
1741º Processo 0830304-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00069073220118160083 Ação Pauliana. Agravante: Bedin - Insumos e Armazéns Gerais Ltda. Advogado: Carlos Alberto Zanchet Viana. Agravado: Márcio André Momo, Dário Momo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa
1742º Processo 0830594-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00061999320108160025 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Luiz Carlos de Souza. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa
1743º Processo 0830683-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000558 Liquidação de Sentença. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho. Agravado: João de Azevedo Barbosa Ribas Filho. Advogado: Júlio Cesar Sprenger Ribas. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa
1744º Processo 0831316-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000136 Prestação de Contas. Agravante: Nelson Kalinski. Advogado: Jhonny Rafael Berto, Lizeu Adair Berto. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Jorge Luiz de Melo, Tatiane Aparecida Lange, Alessandra Cristina Coelho. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa
1745º Processo 0831768-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00308847920108160021 Execução por Quantia Certa. Agravante: Clínica Médica Nossa Senhora da Salete Ltda. Advogado: Guilherme José Carlos da Silva. Agravado: Protecno Comércio de Materiais Hospitalares Ltda. Advogado: Augusto José Bittencourt, Elvis Bittencourt, Regis Panizzon Alves. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa
1746º Processo 0823127-0 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00449026820108160001 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: José Augusto Araújo de Noronha, Sheila Brusamolin Waintuke, Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto. Apelado: Antonio Carlos Pereira de Bastos. Advogado: Fábio Lopes Vilela Berbel, Áureo Francisco Lantmann Junior, Rafael de Rezende Giraldi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa
1747º Processo 0823134-5 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00076087720108160131 Prestação de Contas. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães. Apelado: Helio João Arsego. Advogado: Aurino Muniz de Souza. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa
1748º Processo 0823700-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00071249820098160001 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Kelly Cristina Worm Cotlinski Canzan, Otávio Augusto Ferraro. Apelado: Mauri João Gadotti, Miranda Gadotti. Advogado: Cléa Mara Luvizotto. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa
1749º Processo 0823883-3 Apelação Cível
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00008564920108160112 Ordinária. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Priscila Caramori Toledo, Nathália Kowalski Fontana, Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna. Apelado: Hemilio Hachmann, Margrid Hachmann. Advogado: Olide João de Ganzer, Agildo Vinícius da Rocha Dreyer. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa
1750º Processo 0824000-8 Apelação Cível
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00051383320108160112 Revisão de Contrato. Apelante: Angelica Majolo. Advogado: Cristofer Majolo Simon, Andressa Jarletti Gonçalves de Oliveira. Apelado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa
1751º Processo 0824071-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00014793420058160001 Ação Monitória. Apelante (1): José Luciano Firmo Menezes. Advogado: Rafael Schier Guerra. Apelante (2): Rubens Lopes e Cia Ltda. Advogado: Joel Kravtchenko. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa
1752º Processo 0824182-5 Apelação Cível
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00075506620108160069 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Janaina Moscatto Orsini, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado: Montinorte - Mont. Equipamentos Industriais Ltda. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa
1753º Processo 0824424-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00189136020108160001 Cobrança. Apelante (1): Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Andrea Sartori, Luiz Rodrigues Wambier. Apelante (2): Iara Simile de Macedo (maior de 60 anos), José de Almeida Franco (maior de 60 anos), Teruyo Ideriha Franco (maior de 60 anos), Fernanda Grams Rocha, Orlando Carlos Genol da Rocha, Joel Alves da Silva (maior de 60 anos), Maria do Pilar Sotomaior Cardoso (maior de 60 anos), Juliane Rezende Mercer, Lindamira Luz dos Santos Gilinski (maior de 60 anos), Sinibaldo Jaco Gilinski (maior de 60 anos), Osmari Beyeler da Rocha, Lindamir Belão da Rocha, Elton Mendonça, Erek Mendonça, Espólio de Joel Wulhynek, Geni Simone Wulhynek, Jane Catarina Wulhynek Herino, Joel Wulhynek Junior, Jairo César Wulhynek, Luiz Fernando de Moraes, Juracy Maria Ferraz de Moraes (maior de 60 anos), Djair Rosa dos Santos, Maria Cilene Ceronatto Buzato, Maria de Lourdes dos Santos Matoski. Advogado: Ana Paula Martin Alves da Silva, Ana Cristina Dantas Prado. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa
1754º Processo 0824848-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00073215320098160001 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Renata Rodrigues Salles. Rec.Adesivo: Alcides Miguel da Silva. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado (1): Alcides Miguel da Silva. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado (2): Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Renata Rodrigues Salles. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa
1755º Processo 0825014-6 Apelação Cível
Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00044945820108160058 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Apelado: Aparecido Ferreira de Brito. Advogado: Marcus Aurélio Liogi, Luiz Pereira da Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa
1756º Processo 0825057-1 Apelação Cível
Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00032010820108160170 Cobrança. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Fernanda Michel Andreani, Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Rec.Adesivo: Carlos Katsumi Itiyama, Dilso José Colpo, Espólio de Rita Luciane Francescon, Elvira Pagnoncelli Francescon, Erica Fuck, Gertdraut Amalia Langer, Leticia Maria Jung Weber, Nilva Piasson Zucchi. Advogado: Jomah Hussein Ali Mohd Rabah. Apelado (1): Carlos Katsumi Itiyama, Dilso José Colpo, Espólio de Rita Luciane Francescon, Elvira Pagnoncelli Francescon, Erica Fuck, Gertdraut Amalia Langer, Leticia Maria Jung Weber, Nilva Piasson Zucchi. Advogado: Jomah Hussein Ali Mohd Rabah. Apelado

(2): Banco Itaú SA. Advogado: Fernanda Michel Andreani, Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa

1757º Processo 0825621-1 Apelação Cível
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00090078720098160031 Embargos a Execução. Apelante: Indukern do Brasil Indústria Química Ltda. Advogado: Sandra Maria Domingues. Apelado: Água da Serra Comercial Exportadora Ltda. Advogado: Margarete Estang Portela. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa

1758º Processo 0825814-6 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00071255220118160021 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Emerson Norihiko Fukushima. Apelado: Iolane Stresser da Silva Kunz-me. Advogado: Igor Ferlin. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa

1759º Processo 0828056-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00060711920088160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, José Antônio Broglio Araldi, Heloisa Gonçalves Rocha. Apelado: Adelino Bosche, Adolfo Akira Koyama, Antonio Evangelista Neto (maior de 60 anos), Antonio Olímpio de Morais (maior de 60 anos), Aparecido Arenas Minatelli (maior de 60 anos), Arlindo José Turquino (maior de 60 anos), Armando Pauro (maior de 60 anos), Carmen Bragato Rizzi (maior de 60 anos), Devanil Gorla (maior de 60 anos), Geraldo Vignoto (maior de 60 anos). Advogado: Eduardo Kazuaki Kagueyama. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa

1760º Processo 0828259-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200800001486 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Patricia Carla de Deus Lima. Agravado: Espólio de Judith Carvalho. Advogado: Andrei Amaral Camaroski. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1761º Processo 0828369-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200400000365 Execução de Sentença. Agravante: Colhe Oeste Comércio de Máquinas Agricolas Ltda, Fixofort - Indústria e Comércio de Produtos Metalúrgicos Ltda, Idelson Rottava, Marlene Maria Rottava, Marcelo Rottava, Ricardo Evandro Rottava. Advogado: Luciano Braga Cortes. Agravado: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: José Augusto Araújo de Noronha. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1762º Processo 0828514-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00567779320108160014 Execução de Título Judicial. Agravante: Banco Banestado S.a., Banco Itaú S.a.. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Terezinha da Luz Silva. Advogado: Wilson Leite de Morais, Andréa de Oliveira Lima. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1763º Processo 0828576-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00060677920088160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Flávia Cristiane Machado. Apelado: Amauri Antonio de Campos, Amauri Bueno de Godoy, Angelo Negrisoli, Antonio Catusso, Antonio Coutinho dos Santos (maior de 60 anos), Augusto de Mattos (maior de 60 anos), Carlos Pedro Mazzutti, Dino Perico (maior de 60 anos), Edmilson Roberto Busignani, Fiorello Pedro Gasparin (maior de 60 anos). Advogado: Volnei Leandro Kottwitz. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa

1764º Processo 0828577-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 201000028291 Ordinária de Cobrança. Agravante: Vera Lucia Bissi Camassola. Advogado: Josafar Augusto da Silva Guimarães. Agravado: Banco do Brasil S.a.. Advogado: Elói Contini. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1765º Processo 0828818-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 200600000395 Ação Monitória. Agravante: Banco Bmd S/a Em Liquidaçao Extrajudicial. Advogado: Solange Takahashi Matsuka, João Claudio Franzo Weinand, Rogério Tetsuya Naruzawa. Agravado: Jorge Baroni, Oneide Maria Baroni. Advogado: Waldir Leske. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1766º Processo 0828848-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00782763620108160014 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Oeldes Voici. Advogado: Shiroko Numata. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1767º Processo 0828891-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 201000000552 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Fernanda Michel Andreani, Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: José Maria Carvalho Foz. Advogado: Thiara Rando Bezerra Siroti. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1768º Processo 0828923-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00177815620108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaucard S.a., Banco Itauleasing S.a.. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Rachel de Salles Santos, Reny Tadei de Salles Santos, Renato José Salles Santos, Ricardo Luiz Salles Santos, Rubens Marcos Salles Santos, Rosangela Aparecida Santos Foltran. Advogado: Flavio Pereira Teixeira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1769º Processo 0828938-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025517120118160025 Exceção de Incompetência. Agravante: Itaú Unibanco S.a.. Advogado: Alexandre de Almeida, Alexandra Regina de Souza, Luiz Felipe Apollo. Agravado: Paulo Bueno de Godoy. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1770º Processo 0829623-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00024471420108160058 Constitutiva Negativa. Agravante: Gregório Szeremeta Chikoski, Espólio de Tereza Dukevicz Chikoski. Advogado: Péricles Landgraf Araújo de Oliveira, Flavio Augusto Reinert, Henrique Jambiski Pinto dos Santos. Agravado: Coamo Agroindustrial Cooperativa. Advogado: Wandenir de Souza, Rosney Massarotto de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1771º Processo 0829984-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00004939520118160025 Cumprimento de Sentença. Agravante: Itaú Unibanco Sa. Advogado: Alexandre de Almeida, Luiz Felipe Apollo, Alexandra Regina de Souza. Agravado: Elia Mika Kumagi. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1772º Processo 0830083-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00002383020028160001 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Banco Industrial e Comercial SA. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz. Agravado: Sitese Sistemas Técnicos de Segurança S/c Ltda, José de Arimathea Morais. Advogado: Giles Santiago Junior, Ane Gonçalves de Resende. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1773º Processo 0830422-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00458671220118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Magistral Impressora Industrial Ltda. Advogado: Graciela Iurk Marins, Paulo Vinícius Accioly Calderari da Rosa, Victor Alberto Azi Bomfim Marins. Agravado: Banco Safra S/a. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1774º Processo 0830497-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201000000758 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Fernanda Michel Andreani. Agravado: Soylete Fernandes, Regina Cpelia Azzolini, Atílio Gomes Vieira Sobrinho, Luiz Messias Pereira, Arialdo Consani, José Braz da Rosa, Amilton Lopes Bueno. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1775º Processo 0830518-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00000357820108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaucard S.a., Banco Itauleasing S.a.. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: José Carlos Lopes, Cristiane Lopes, Miquilina Rodrigues Lopes, Beatris Joana Pezarico, Maria Zielonka Orreda, Liz Cristina Orreda, Mauricio Orreda, Mônica Maria Lopes Bittencourt Orreda, Espólio de Victorio Torquatto Orreda. Advogado: Elton Scheidt Pupo, Celso Borba Bittencourt. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1776º Processo 0830578-8 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00212931720108160014 Cobrança. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Cynthia Helena Delapria Tsuda. Apelado: Roberto Lopes Dias (maior de 60 anos). Advogado: Regiane de Oliveira Andreola. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa

1777º Processo 0830833-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000196 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Petrobras Distribuidora SA. Advogado: Pryscilla Antunes da Mota Paes, Cleverson Marinho Teixeira, Marcelo de Souza Teixeira. Agravado: Vai-petro Comércio e Revenda. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1778º Processo 0831184-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00001868720108160119 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado S/a. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Elisângela de Almeida Kavata. Agravado: Walter de Jesus Franchetti. Advogado: Cecília Maria Vaccaro Brambilla, Renato Fumagalli de Paiva. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes

1779º Processo 0819889-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Laranjeiras do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00031319220108160104 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Augusto Roberto Bianchini. Advogado: Marco Antônio de Lima. Agravado: Adilso de Mello. Advogado: Almir Machado de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1780º Processo 0822284-6 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00036401020088160131 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Oldemar Mariano. Apelado: Espólio de Carlos Catusso, Ilda Maria Catusso (maior de 60 anos), Espólio de Argemiro Tramontin, Elidia Tramontin, Espólio de Lori Santo Geron, Irineusa Gugelmin Geron (maior de 60 anos), Espólio de Irineu Parzianello, Ibrantina Fonseca Parzianello, Rafael Parzianello, Tatiane Parzianello, Daniele Parzianello, Espólio de Nelson Formiguieri, Evinha Haas Formiguieri (maior de 60 anos), Espólio de Valdemiro Gaúcho Dalpasquale, Romilda Dalpasquale (maior de 60 anos), Espólio de Constantino Bonatto, Espólio de Perina Canterle Bonatto, Carmem Maria Bonatto Redivo (maior de 60 anos), Espólio de Basílio Flyssak, Waldemiro Flyssak (maior de 60 anos), Lourdes Maria Flyssak, Demétrio Flyssak (maior de 60 anos), Catharina Josefa Flyssak, Maria Flyssak Rizelio, Wilson Rizelio, Juraci Rauta (maior de 60 anos), Anizia Rauta, Espólio de Isidoro Marmentini, Lourdes Santina Varaschin (maior de 60 anos), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco - Apae, Arnilda Mocellin Antoniazzi, Eloneida Maria Ferrassa Pickler. Advogado: Victor Hugo Trennepohl. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1781º Processo 0822648-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00015872920068160001 Declaratória. Apelante (1): Vinicius Kurten Baratter. Advogado: Diogo Matté Amaro, Diogo Benradt Cardoso. Apelante (2): Del Monte Factoring Fomento Mercantil Ltda. Advogado: Maria Fernanda Ladeira. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Flávia Cristiane Machado, Márcio Antônio Sasso, Werner Aumann. Apelado (2): Lousano Comércio de Materiais Elétricos Ltda, Del Monte Factoring Fomento Mercantil Ltda. Advogado: Maria Fernanda Ladeira. Apelado (3): Vinicius Kurten Baratter. Advogado: Diogo Benradt Cardoso, Diogo Matté Amaro. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1782º Processo 0823055-9 Apelação Cível

Comarca: Rolândia. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00032025920108160148 Embargos a Execução. Apelante: Marmetal Indústria e Comércio de Alumínios Ltda - Me, Marcelo Manuel Henrique da Silva. Advogado: Ana Carolina Turquino Turatto, Silvio José Farinholi Arcuri. Apelado: Banco Santander Sa. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Andréa Cristiane Grabovski, Daniel Antonio Costa Santos. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1783º Processo 0824175-0 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00026158820108160131 Prestação de Contas. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães, Márcio Rogério Depolli. Apelado: Vadiwil Comercio de Móveis Ltda. Advogado: Aurino Muniz de Souza. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1784º Processo 0824245-7 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00314660320108160014 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Apelado: Erika Goshi Sanches. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Jair Subtil de Oliveira, Mário Hitoshi Neto Takahashi, Zaqueu Subtil de Oliveira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1785º Processo 0824349-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Jaguariaíva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00044455120118160100 Cumprimento de Sentença. Agravante: Joel Pereira. Advogado: Letícia de Mattos Schröder, Wesley Toledo Ribeiro. Agravado: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1786º Processo 0824419-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00501147020108160001 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Itau Unibanco Sa. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Edmara Silvia Romano. Rec.Adesivo: Sidney de Paiva de Souza. Advogado: Fabiana Carla de Souza, Libiamar de Souza. Apelado (1): Banco Itau Unibanco Sa. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Edmara Silvia Romano. Apelado (2): Sidney de Paiva de Souza. Advogado: Fabiana Carla de Souza, Libiamar de Souza. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1787º Processo 0824630-6 Apelação Cível

Comarca: Mangueirinha. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001865620068160110 Prestação de Contas. Apelante: Antonio José Machado. Advogado: Arnaldo Aparecido Coração, Jhonny Rafael Berto, Lizeu Adair Berto. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Fernando César Resta Antunes, Melissa Prado do Espírito Santo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1788º Processo 0825019-1 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00240054820088160014 Embargos a Execução. Apelante: Renato Augusto Cacciacarro Lincoln. Advogado: Gilberto Baumann de Lima, Nilza Aparecida Sacoman Baumann de Lima, Tiago Brene Oliveira. Apelado: Fênix Rio Preto Serviços de Cobrança Ltda. Advogado: Fernando André Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1789º Processo 0825020-4 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00181035920098160021 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Marco Denilson Meulam. Apelado: Guilherme Materiais de Construção Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1790º Processo 0825055-7 Apelação Cível

Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00001316119968160044 Ação Monitória. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Oscar Ivan Prux. Apelado: Alimentos Pamilho Ltda. Advogado: Sergio Testa. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1791º Processo 0825271-1 Apelação Cível

Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00016466220108160167 Declaratória. Apelante: Banco Ibi Sa - Banco Múltiplo. Advogado: Marisete Zambiazi, Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho. Rec.Adesivo: Genilda dos Santos. Advogado: Osmar Araújo Soares. Apelado (1): Genilda dos Santos. Advogado: Osmar Araújo Soares. Apelado (2): Banco Ibi Sa - Banco Múltiplo. Advogado: Marisete Zambiazi, Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1792º Processo 0826113-8 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00049120520098160131 Embargos a Execução. Apelante: Agro Lucini Ltda, Orlando Lucini, Iolanda Lucini, Edenir Luiz Lucini, Martinês Fabiane Lucini. Advogado: Cácia de Dordi Tres. Apelado: Bunge Fertilizantes Sa. Advogado: José Antonio Moreira, Karina da Silva Beloto. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1793º Processo 0827530-3 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00068780520098160001 Obrigação de não Fazer. Apelante: Banco Santander - Brasil - Sa. Advogado: Ana Lucia França, Anna Carolina Araldi Zacarchuca. Apelado: Nelson de Souza (maior de 60 anos). Advogado: Ana Paula de Oliveira Baroni, Fabiola Barroso Mascarenhas. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1794º Processo 0827680-8 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00166852320088160021 Cobrança. Apelante: Banco Santader (brasil). Advogado: Herick Pavin. Apelado: Maria Soeli Iensen Prochmann (maior de 60 anos). Advogado: Amauri dos Santos Sampaio. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1795º Processo 0827796-1 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00266308420108160014 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Apelado: Celso da Silva, Manoel Bono Belascuzas (maior de 60 anos), Maria do Rosário Alves Lopes Tavares (maior de 60 anos), Clemerio Martins (maior de 60 anos), Taluo Nojima (maior de 60 anos), Antônio Ortellado Figueredo (maior de 60 anos), Arceo Jacob Doff Sotta (maior de 60 anos), Zeli Brasil Terencio, Yoko Nagano (maior de 60 anos). Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1796º Processo 0827806-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 199900000220 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Santander S/a (brasil). Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Agravado: Adriano Marques de Oliveira, Emi Nakao. Advogado: Claudemir Molina. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1797º Processo 0828078-2 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00444667020108160014 Exibição de Documentos. Apelante (1): Daniel Augusto Vandresen (maior de 60 anos). Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Apelante (2): Banco Itaú Unibanco Sa. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris, Danielle Cristine de Castro Carvalho. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1798º Processo 0828217-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200700001008 Indenização. Agravante: José Carlos de Mattos, Luiz Cezar Kosteczka, Lourival Severino dos Santos, Josnei Francisco Peruzzo, Maria Eugenia Nabosny, Marcos Czelusniak, Paulina Aparecida Korzeniewski, Luis Alberto Beusso, Maria Ditkun Kruk, Adriane Aparecida da Rocha, Lorene Raquel Dvulatk, Adolpho Garollo, Ary Nora Guimarães Filho, Lauro Pereira, Leonidas Dias dos Santos. Advogado: Nathália Suzana Costa Silva Tozetto, Peterson Martin Dantas. Agravado: Banco Banestado SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1799º Processo 0828320-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00041589220118160131 Embargos a Execução. Agravante: Waldecir Drancka, Eduardo Drancka. Advogado: Luciana Esteves Marrafão. Agravado: Cooperativa de Crédito Livre Admissão São Cristóvão - Sicredi São Cristóvão. Advogado: Andrey Herget, Erlon Antonio Medeiros, Álvaro Schenatto. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1800º Processo 0828386-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00038106220108160017 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério

Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Simone Daiane Rosa. Agravado: Sandro Fontanini. Advogado: Valdir Oliveira, Sidney Francisco Martins. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1801º Processo 0828472-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00152828420118160030 Revisão de Contrato. Agravante: Marlene Teresinha Haslinger. Advogado: Julmara Luiza Hubner. Agravado: Banco Rural SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1802º Processo 0828490-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005941420108160108 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Julio Cezar Baptista. Advogado: Edivar Mingoti Júnior, Fábio Júnior de Oliveira Martins. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1803º Processo 0828575-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00072592220108160019 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú Unibanco S/a. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Jose Estevam Mayer, Nelson Mikami, Arnaldo Piske, Sieglinde Artmann, Carl Heinz Grunhagem, Ernesto Grunhagem, Sadi Ajuz Calil, Vitória Podolan Soczki, Sonia Maria Podolan, Francisco Soczki, Darci Mamente, Francisco Pedro de Oliveira, Manoel da Cruz Loures, Ema Annes de Assis. Advogado: Rodrigo de Morais Soares. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1804º Processo 0828689-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 199100001414 Execução de Sentença. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: José Francisco Pereira. Agravado: Elais Talisin. Advogado: Julio Cesar Coelho Pallone. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1805º Processo 0828900-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00007841420108160128 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Paulo Borgo. Advogado: Cecília Maria Vaccaro Brambilla, Renato Fumagalli de Paiva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1806º Processo 0829162-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00285477520098160014 Medida Cautelar. Apelante: Hilda Emiko Inone (maior de 60 anos). Advogado: André Luiz Francisco San Juan. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Cynthia Helena Delapria Tsuda, Lauro Fernando Zanetti. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito

1807º Processo 0829880-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00090217320108160019 Cumprimento de Sentença. Agravante: Adriane Maria Stocco Lopes Ribeiro, Emilia Haracemiv Golombiesk (maior de 60 anos), Marlene Nadal Corrêa, Dirceu Lopes Silveira (maior de 60 anos), Rita Maria Jacon, Neiva dos Anjos (maior de 60 anos), Edmilson Jonas dos Anjos, Edinéia dos Anjos, Edilson dos Anjos, Edicléia dos Anjos, Espólio de Jacob Pereira dos Anjos, Jovanni Pedro Masini (maior de 60 anos), Ary Sad (maior de 60 anos), Alcy Sad (maior de 60 anos), Gany Sad Sansana (maior de 60 anos), Espólio de Gabriel Sad, Maria Inês Zanni, Anoar Saad (maior de 60 anos), Flavio José Furtado Correa Francisco. Advogado: Rodrigo de Morais Soares. Agravado: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1808º Processo 0829890-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00073911420108160170 Cobrança. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna, Kamila Karenn Gomes Rodrigues. Agravado: Madeireira Wolff Ltda., Antonio Damaso Wolff. Advogado: Ruy Fonsatti Júnior, Andre Dalanhol, Marcelo Dalanhol. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1809º Processo 0829932-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025832320118160075 Exibição de Documentos. Agravante: José Carlos Rett. Advogado: Guilherme Pontara Palazzio. Agravado: Banco Safra SA. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1810º Processo 0830115-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Santa Izabel do Ivaí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00011810420108160151 Cumprimento de Sentença. Agravante: Durval Franco da Silva, Lourival Jardim da Silva, Antonio Ferreira de Morais, Maria Goreti Nazareth, Edson Soares Bandeira, Heitor José das Neves, Eurico Antonio de Oliveira, Aurindo Jorge da Silva, Ermita Alves Barbosa, Adão Pinheiro da Silva. Advogado: Júnior Carlos Freitas Moreira. Agravado: Banco do Brasil SA. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1811º Processo 0830364-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00072914220118160035 Embargos a Execução. Agravante: Ivone Marques dos Santos. Advogado: Rose Mary Bastos Iacomini, Janaína Gonçalves Mota. Agravado: Materiais de Construção Malucelli Ltda.. Advogado: Clóvis Mottin, Irineu Palma Pereira, Juarez Bortoli. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1812º Processo 0830381-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00126267220108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaucard S.a., Banco Itauleasing S.a.. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Valdecir Xavier, Aires Sponchiado, Celso Batistus, Carlos Vendruscolo, Clademir Bechi, Armando Savioli, Liborio Schmitz. Advogado: Max Hercílio Gonçalves. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1813º Processo 0830877-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000964 Prestação de Contas. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Nathália Kowalski Fontana, Rafael Macedo Rocha Loures, Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna. Agravado: Sergio Basso e Cia Ltda. Advogado: Mirian Rita Sponchiado. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1814º Processo 0830952-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001282320118160128 Execução de Sentença. Agravante: Itaú Unibanco S/a, Banco do Estado do Paraná SA. Advogado: Tânia Maria Casseri Rindeika, Lauro Fernando Zanetti, Shealtiel Lourenço Pereira Filho. Agravado: Irene Melin de Oliveira. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edson Vidal Pinto

1815º Processo 0820460-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Colorado. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00002964320048160072 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Carlos Otávio Caíres Pinheiro. Advogado: Antônio Carlos Menegassi. Agravado: Garça Rural Comércio e Representações Agropecuárias Ltda.. Advogado: Giane Lopes Tsuruta. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1816º Processo 0822964-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Guaíra. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00000481619968160086 Execução de Sentença. Agravante: Braz Elias Sanches. Advogado: José Daniel Barbosa Basto. Agravado: Vantuil Morra Me. Advogado: Luiz Claudio Nunes Lourenço, Vantuil Morra. Interessado: Clarice Maria Sosnoski Sanches. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1817º Processo 0823026-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00009886120048160001 Revisão de Contrato. Apelante: Moveis Magno Ltda, Carlos Magno Bueno Franco. Advogado: André Ricardo Brusamolin, Pedro Paulo Pamplona. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Gustavo Rodrigo Góes Nocoladeli, Juliana Miguel Rebeis. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1818º Processo 0823408-0 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00128754620088160019 Declaratória. Apelante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris, Danielle Cristine de Castro Carvalho. Apelado: Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha Sa. Advogado: Renato Luiz de Avelar Bandini, José Adalberto Rocha. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1819º Processo 0823673-7 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00079945520108160019 Cobrança. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Apelado: Associação Missionária de Beneficência. Advogado: Osires Geraldo Kapp. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1820º Processo 0823980-7 Apelação Cível
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00014006920108160069 Declaratória. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Raquel Angela Tomei, Elói Contini. Apelado: Alvaro Marcotti, Antonio Basiuk. Advogado: Reginaldo André Nery. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1821º Processo 0824018-0 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00092411420098160017 Prestação de Contas. Apelante (1): Salvatore Saverio Baldinu & Cia. Advogado: José Francisco Pereira. Apelante (2): Banco Itaú SA. Advogado: Janaina Moscatto Orsini, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1822º Processo 0824086-8 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00008936820108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Reinaldo Mirico Aronis, Karine de Paula Pedlowski. Rec.Adesivo: Livenio Antonio Bernardo. Advogado: Marcus Vinicius de Andrade, Gustavo Pelegrini Ranucci. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Reinaldo Mirico Aronis, Karine de Paula Pedlowski. Apelado (2): Livenio Antonio Bernardo. Advogado: Marcus Vinicius de Andrade, Gustavo Pelegrini Ranucci. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1823º Processo 0824180-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00653298620108160001 Exibição. Apelante: Associação Comercial de São Paulo - Acsp. Advogado: Adilson de Castro Junior, Ana Paula Magalhães, Marina Freiberger Neiva. Rec.Adesivo: Joel de Jesus Figura de Souza. Advogado: Fabiana Carla de Souza, Libiamar de Souza, Mario Baptista de Souza Filho. Apelado (1): Joel de Jesus Figura de Souza. Advogado: Fabiana

Carla de Souza, Libiamar de Souza, Mario Baptista de Souza Filho. Apelado (2): Associação Comercial de São Paulo - Acsp. Advogado: Adilson de Castro Junior, Ana Paula Magalhães, Marina Freiberger Neiva. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1824º Processo 0825011-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00346630520108160001 Exibição de Documentos. Apelante: Patricia Raimundo Gouveia. Advogado: Júlio Cezar Engel dos Santos, Rafael de Lima Felcar. Apelado: Banco Bradesco SA. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1825º Processo 0825150-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00139276320108160001 Cobrança. Apelante: Itau Unibanco Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Andrea Sartori, Luiz Rodrigues Wambier. Apelado: Espólio de Brasil Pinheiro Machado. Advogado: Ricardo Pavão Tuma, Marciley da Silva Gavioli. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1826º Processo 0825204-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00071847120098160001 Cobrança. Apelante (1): Banco Bamerindus do Brasil S/a - Em Liquidação Extrajudicial. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Pedro Augusto Cruz Porto, Albadilo Silva Carvalho. Apelante (2): Banco Hsbc Bamerindus SA. Advogado: Glauce Kossatz de Carvalho, Rafael Santos Carneiro, Douglas dos Santos, Karin Cristina Sganzella Lopes. Rec.Adesivo: Léa Matke (maior de 60 anos), Etelvina Ferreira de Camargo. Advogado: Ivair Junglos, Valdomiro Czaikowski Neto. Apelado (1): Banco Bamerindus do Brasil S/a - Em Liquidação Extrajudicial. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Pedro Augusto Cruz Porto, Albadilo Silva Carvalho. Apelado (2): Banco Hsbc Bamerindus SA. Advogado: Glauce Kossatz de Carvalho, Rafael Santos Carneiro, Douglas dos Santos, Karin Cristina Sganzella Lopes. Apelado (3): Léa Matke (maior de 60 anos), Etelvina Ferreira de Camargo. Advogado: Ivair Junglos, Valdomiro Czaikowski Neto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1827º Processo 0825329-2 Apelação Cível

Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00000929819958160044 Cobrança. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Oscar Ivan Prux. Apelado: Auri Metal Metalurgica e Pintura Ltda. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1828º Processo 0825394-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059941020088160001 Revisão de Contrato. Apelante: Ja Witeki & Cia Ltda. Advogado: Luciano Ricardo Hladczuk. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Daniel Hachem, Reinaldo Emilio Amadeu Hachem. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1829º Processo 0825519-6 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00179240620108160017 Embargos de Terceiro. Apelante: Carlos Takao Kubagawa. Advogado: Rosana Rigonato Junqueira. Apelado: Rio Paraná Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. Advogado: Douglas Katsuyuki Inumaru, José Dorival Perez. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1830º Processo 0826299-3 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00053325920038160021 Revisão de Contrato. Apelante (1): Linha Verde Industria e Comercio de Confecções Ltda, Valdecio Antonio Bombonatto, Almir Jorge Bombonatto, V A Bombonatto Materiais Para Construção Ltda. Advogado: João Domingos Tonello. Apelante (2): Banco Mercantil do Brasil SA. Advogado: João Luis Menegatti, Paulo Giovani Fornazari. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1831º Processo 0826502-5 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00104838020108160014 Medida Cautelar. Apelante: José Nilton Serafim. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira. Rec.Adesivo: Banco Itaú SA. Advogado: Daniel Hachem. Apelado (1): Banco Itaú SA. Advogado: Daniel Hachem. Apelado (2): José Nilton Serafim. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1832º Processo 0827232-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 200500001360 Cumprimento de Sentença. Agravante: Robson Gervásio Soares de Oliveira, Leila Terezinha Mezadri de Oliveira. Advogado: Valdemar Bernardo Jorge, Paulo Rodrigo Ferreira Pinto. Agravado: Banco Itau S.a.. Advogado: Gilberto Rodrigues Baena, João Leonelho Gabardo Filho, César Augusto Terra. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1833º Processo 0827274-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Santa Izabel do Ivaí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00015509520108160151 Cumprimento de Sentença. Agravante: Itaú Unibanco S.a. Advogado: Alexandre de Almeida, Luiz Felipe Apollo, Alexandra Regina de Souza. Agravado: Dirce Landim Fabio, Benjamim Fontana, Emanuel Guerreiro de Paula, Florindo Rodrigues Bueno, Francisco Bezerra da Silva, João Alves de Miranda, Mariano Scherepa, Mario Voroniuk, Vandir Furquim, Vera Lucia Andreolla Bassegio. Advogado: Fábio dos Reis Ruiz, Sérgio Fabrízio Sanvido. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1834º Processo 0827549-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00030783720078160001 Ordinária. Apelante (1): Teresa Pacholek (maior de 60 anos). Advogado: Jonas Borges. Apelante (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Acácio Corrêa Filho, Estevão Lourenço Corrêa. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1835º Processo 0828321-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200900003425 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaucard S.a., Banco Itauleasing S.a.. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Evaldo Gulhak, Genezio Schuroff, João Roberto Bertipaglia, Moises Pierdona, Paulo Manoel da Costa, Pedro Belegante, Pedro Matias, Sirio Visovatti, Teodoro Becker, Valdir Martini. Advogado: Claudir José Schwarz, Volnei Leandro Kottwitz. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1836º Processo 0828335-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Coronel Vivida. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000230 Prestação de Contas. Agravante: Transportadora Zaions Ltda. Advogado: Lizeu Adair Berto, Jhonny Rafael Berto. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Renata Caroline Talevi da Costa. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1837º Processo 0828375-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000143 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Almey Gomes do Prado Rocha. Advogado: William Cantuária da Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1838º Processo 0828511-2 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00126257520068160021 Revisão de Contrato. Apelante (1): Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris, Gilian Pacheco. Apelante (2): Aquiles de Almeida Jóias. Advogado: Pedro Marcos Mantovanello. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1839º Processo 0828691-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000360 Cobrança. Agravante: Adrilton Ferreira, Amelia Ormeleze Gaspar, Antonio Valentin Barreto, Dalva da Silva Boschilia, Edson de Freitas Clemente, Elisabeth Aparecida Moreira, Erica Maria Emma Aufenacker, Espólio de Wilson Agostinho de Oliveira, Flavia Leal de Oliveira Rainato, Wilson Leal de Oliveira Rainato. Advogado: Antonio Saonetti. Agravado: Banco Bradesco SA. Advogado: Denio Leite Novaes Junior, Lucas Amaral Dassan, Marcos Antônio Nunes da Silva. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1840º Processo 0829294-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00123711720108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaucard S.a., Banco Itauleasing S.a.. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Claudio Vioto, Claudia Marcia de Oliveira. Advogado: Flavio Pereira Teixeira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1841º Processo 0829401-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00060348920088160001 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Edmara Silvia Romano, Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Apelado: Noeli Helm Pavloski (maior de 60 anos), Waldemar Hilário, Francisco Lourenço Batista, Aparecida de Lourdes Rodrigues (maior de 60 anos), Milton Paulo Nogueira (maior de 60 anos), Neuza Taborda Ribeiro Nogueira (maior de 60 anos), Iuza Francisca Menezes, Silvio Gomes Pereira, Katina Roudebakis Leite, Bernardete Julia Lavoto D'agostim (maior de 60 anos). Advogado: Elizeu Mendes da Silva, Sebastião Mendes da Silva. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1842º Processo 0829556-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000554 Execução de Sentença. Agravante: Banco Bradesco SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Onofre Antônio de Oliveira, Orlei José do Nascimento, Osvaldo Belezi, Pedro Kumaki, Regina Celi Dal Ponte Stradiotto. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1843º Processo 0829678-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 201000000190 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Henrique Piska Comércio Atacadista de Produtos Agrícolas Ltda - Me. Advogado: Petrus Tybur Júnior. Agravado: Emerson Luiz Staron. Advogado: Elaine Tokarski. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1844º Processo 0829798-3 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00211347420108160014 Ordinária de Cobrança. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Marcos Dutra de Almeida, Newton Dorneles Saratt. Apelado: Toshihiro Takahashi (maior de 60 anos). Advogado: Josafar Augusto da Silva Guimarães. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi. Revisor: Des. Edson Vidal Pinto

1845º Processo 0829969-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00113469020118160017 Embargos a Execução. Agravante: Gonçalves & Tortola Sa. Advogado: Adriana Eliza Federiche, Alan Rogério Mincache. Agravado: Nogueira Distribuidora de Alimentos Sa. Advogado: Luciane Regina Rossini Farth. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

1846º Processo 0830314-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00065997320108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú Unibanco S.a.. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Sabino Picolo. Advogado: Alexandre de Salles Gonçalves, Antonio Carlos de Oliveira Dias Filho. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Celso Jair Mainardi

_____ 15ª Câmara Cível _____

1847º Processo 0819321-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 201000012917 Embargos a Execução. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Jéssica Mérie Teixeira, Shealtiel Lourenço Pereira Filho. Agravado: Barbieri de Confecções Ltda., Amauri José Barbieri. Advogado: Oscar Ivan Prux, Roberto César Cabral, Márcia Morais do Carmo de Paula. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1848º Processo 0819475-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201100000228 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Michelle Braga Vidal. Agravado: Valdir Basseto. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1849º Processo 0819485-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00129183420108160044 Embargos a Execução. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Jéssica Mérie Teixeira. Agravado: Barbieri Indústria de Confecções Ltda, Amauri José Barbieri. Advogado: Roberto César Cabral, Oscar Ivan Prux, Márcia Morais do Carmo de Paula. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1850º Processo 0820273-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00045008320118160170 Prestação de Contas. Agravante: Cooperativa de Credito de Livre Admissao do Oeste - Sicredi Oeste. Advogado: Ralph Pereira Macorim, Alexandra Greice Blanco Dissero, Marcos Viana Costódio. Agravado: Leandro Cesar Kulpa. Advogado: Rogério Augusto da Silva, Reginaldo Reggiani. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1851º Processo 0820376-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Iretama. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200600000226 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Michelle Braga Vidal, Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Joao Bonk, Joel Bonk, Maria Claudete Pereira, Claudineia Aparecida Pereira, João Fedechen, Nelson Theodoro, Jose Sitko, Jose Antonio Ribeiro, Luiz Fontini, Mario Liss, Antonio dos Santos, Antonio Severino de Santana, Jose Cardoso da Silva. Advogado: Roberto Chimanski. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1852º Processo 0822098-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00194228820108160001 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Ciro de Alencar Amorim. Apelado: Alcidia da Rocha Hasselmann. Advogado: José Américo da Silva Barboza. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1853º Processo 0822841-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00022388020108160014 Cobrança. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Marcos Dutra de Almeida, Newton Dorneles Saratt. Apelado: Angela Aveiro Barreto, Vera Lucia Uriarte Scaranto, Josefina de Fátima Ronchi Garcia, Joaquim Vicente Zarpellon (maior de 60 anos), Sigmar Henry Meyer (maior de 60 anos), Raymundo Kurart Gatzke (maior de 60 anos), Creusa Macedo Scaliante (maior de 60 anos), Anadir São João Pereira (maior de 60 anos), Carlos Fino Estruzani (maior de 60 anos). Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1854º Processo 0822915-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00068928620098160001 Revisão de Contrato. Apelante: Hilles de Jesus Bueno (maior de 60 anos). Advogado: Luciano Ribeiro Gonçalves, Juliana Ribeiro Gonçalves Bonatto. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Larissa Leopoldina Piaceski, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1855º Processo 0823276-8 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00182179520098160021 Embargos a Execução. Apelante (1): Beno Welter, Nilvia Engelbrecht Welter. Advogado: Salazar Barreiros Júnior. Apelante (2): Caixa de Previdência dos Funcionarios do Banco do Brasil. Advogado: Dhebora Zandrowski, Nadia Elisa Bueno. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1856º Processo 0823935-2 Apelação Cível

Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00023969520088160147 Embargos do Devedor. Apelante: Rosimar de Lourdes Hilmann. Advogado: João Amadeu Stresser da Silva. Apelado: Romeu Hiromi Kawabata. Advogado: Reynaldo Esteves. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1857º Processo 0823960-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00021121120068160001 Revisão de Contrato. Apelante (1): Neuza Maria Mariano da Silva. Advogado: Moyses Grinberg. Apelante (2): Banco Itaú SA. Advogado: Leonel Trevisan Júnior, Paulo Roberto Barbieri, Rômulo Vinícius Finato. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1858º Processo 0824262-8 Apelação Cível

Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00075515120108160069 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Janaina Moscatto Orsini, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado: Ricardo Aparecido de Oliveira - Tornearia Epp. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1859º Processo 0824331-8 Apelação Cível

Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00011188820108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Elói Contini, Raquel Angela Tomei, Tadeu Cerbaro, Diogo Bertolini. Rec.Adesivo: Arnaldo Coelho Filho. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Arnaldo Coelho Filho. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Elói Contini, Raquel Angela Tomei, Tadeu Cerbaro, Diogo Bertolini. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1860º Processo 0824571-2 Apelação Cível

Comarca: Ribeirão Claro. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003779120098160144 Ação Monitória. Apelante: Amauri de Mello Gomes. Advogado: Vicente Magalhães, Laola Marinho de Oliveira. Apelado: Selma Barbosa Bernini (maior de 60 anos). Advogado: Ricardo David Chammas Cassar. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1861º Processo 0824781-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059802620088160001 Prestação de Contas. Apelante: José Osvaldo dos Santos. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado: Banco Bgn Sa. Advogado: Giovanna Sartório Laureano dos Santos, Rossano Egidio Mendes. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1862º Processo 0825834-8 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00143076620098160019 Embargos a Execução. Apelante (1): Gerdau Comercial de Aços Sa. Advogado: Braulio Roberto Schmidt. Apelante (2): Agroregional Importação, Exportação e Comercio de Cereais Ltda, Cirano Carvalho, Marco Antônio Iglesias de Carvalho. Advogado: José Carlos Madalozzo Junior, Rafael Bórmio Pacheco de Carvalho. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1863º Processo 0825924-7 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00053174620108160021 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Rafael Macedo Rocha Loures, Nathália Kowalski Fontana, Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna. Apelado: Tsl Transporte Rodoviário de Carga e Logística Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1864º Processo 0825942-5 Apelação Cível

Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00001583820008160130 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Ari de Souza Freire, Patrícia Mello de Souza Freire. Apelado: Massa Falida do Curtume Indiano Ltda, Mário Fernandes Freitas, Iracema Segadas Viana Fernandes Freitas. Advogado: Paulo Roberto Campos Vaz, Frederico Augusto Teles. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1865º Processo 0826044-8 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00038258220118160021 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Janaina Moscatto Orsini. Apelado: Uniclass Industria Moveleira Ltda. Advogado: Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin, Jair Antônio Wiebelling. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1866º Processo 0827521-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00027829620118160058 Exceção de Incompetência. Agravante: Cooperativa de Crédito Rural Noroeste do Paraná - Sicoob Credi Noroeste. Advogado: Renato Fernandes Silva Junior. Agravado: Marcos Martini. Advogado: Sidnei Gilson Dockhorn. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1867º Processo 0827970-7 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00306329720108160014 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Daniel

Hachem, Reinaldo Emilio Amadeu Hachem. Apelado: Norival de Lima (maior de 60 anos). Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1868º Processo 0828366-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00109946920108160017 Execução de Título Judicial. Agravante: Elpidio Serra, Deolinda Murakami, Ednaldo Michelon, Fernando Gigliotti Polo, Espólio de Ubirajara Ferreira, Cristhiane M. P. Okawa, Rogério T. B. Okawa, Alexandra T. P. Okawa. Advogado: Valdir Oliveira, Sidney Francisco Martins. Agravado: Banco do Estado do Paraná SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Mithiele Tatiana Rodrigues. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1869º Processo 0828602-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00073122320118160001 Indenização. Agravante: Banco Santander Sa. Advogado: Blas Gomm Filho, Silvia Arruda Gomm, Charline Lara Aires. Agravado: Marcos Lourenço. Advogado: Gardênia Fernandes Oliveira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1870º Processo 0828632-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00076407420108160069 Embargos a Execução. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna, Gustavo Viana Camata. Agravado: Valter Luiz Tunin. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1871º Processo 0828652-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00032633520108160045 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Amélia Gonzaga Abreu, Maria Lucia de Abreu Ferreira. Advogado: Claudemir Molina. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1872º Processo 0828720-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 201000034447 Ordinária de Cobrança. Agravante: Mika Nishimura, Amarilis Rocha, Fatima Marques Barradas, Jair Inácio de Oliveira, Jan Albertus Rabbers, Jair Nunes de Morais, Ginuefa Nizio de Lima, Carmem Tereza de Oliveira, João Batista Bontorim, Neide Bontorim da Silva Mello, Branca Xavier da Silva Fanchin, Eduardo Antonio Fanchin, Mauricio Fanchin, Rozalina Maoshi. Advogado: Thaisa Cristina Cantoni, Linco Kczam, Josafar Augusto da Silva Guimarães. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1873º Processo 0828910-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00782772120108160014 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado S/a, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Sophia Pelisson Botti. Advogado: Rosangela Lelis Deliberador. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1874º Processo 0829655-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00094456320108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaucard S.a., Banco Itauleasing S.a.. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Terezinha Rosa de Souza, Alvaro Odair Cuman, Noemi Cartes, Augusto Reginato Bontorin, Nelice Antunes Rabelo, Amélia Sarquissiano Berbetz, Neuci Assi Niquelli, Terezinha Souza Assunção, Cristina Maria Warnecke, Luiz Tadeu Gonçalves da Silva. Advogado: Arnaldo de Oliveira Junior, João Eugenio Fernandes de Oliveira, Antonio Carlos Batistella. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1875º Processo 0829691-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00051988220098160001 Prestação de Contas. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: João Leonel Antocheski, Mônica Carraro Bremer. Apelado: Maria Elizabete Schoenberger (maior de 60 anos). Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari, Anderson Cleber Okumura Yuge. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1876º Processo 0830157-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00573564120108160014 Prestação de Contas. Agravante: Wilson Aparecido Ramos. Advogado: Luiz Carlos Freitas, Luiz Henrique da Freiria Freitas. Agravado: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1877º Processo 0830367-5 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00124537020058160021 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Tatiana Piasecki Kaminski. Apelado: Nas Telecomunicações e Serviços Sc Ltda. Advogado: Giovana Picoli, Crestiane Andréia Zanrosso. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa. Revisor: Des. Hayton Lee Swain Filho

1878º Processo 0830380-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 200500000514 Revisional. Agravante: Emerson Demari. Advogado: Maria Regina Vizioli de Melo, Walter Dantas de Melo. Agravado: Banco Santander Noroeste S/a. Advogado: Blas Gomm Filho, Ana Lucia França. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1879º Processo 0830802-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 046837 Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Rosana Christine Hasse. Agravado: Maria Sabino Mazotti. Advogado: Antonio Camargo Junior. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1880º Processo 0830819-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00063169620108160021 Revisional. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Marlene Leithold. Agravado: Sarolli S/a - Madeiras Sementes Cereais e Construções. Advogado: Marco Antônio Barzotto, Gerson Luiz Armiliato. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1881º Processo 0831120-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Realeza. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00025315720108160141 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Clovis Gallert. Advogado: Olide João de Ganzer. Agravado: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Fronteira do Iguaçu - Sicredi Fronteira. Advogado: Carlos Augusto Azevedo Silva, Carolina Kuwer Bündchen, Rafaela Fernanda Espindola. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hamilton Mussi Correa

1882º Processo 0820463-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 200700000534 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Michelle Braga Vidal, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Geraldo Roberto Bortolato, Roque Diogo Alvarenga. Advogado: Flávio Steinberg Bexiga, José Luiz Pancotte. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1883º Processo 0822375-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006721120118160128 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Michelle Braga Vidal, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Celio Alves Terra. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1884º Processo 0822878-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00008664920118160083 Revisão de Contrato. Agravante: Eleandro Volnei Pizatto. Advogado: Flávia Dreher Netto, Ângela Patrícia Nesi Alberguini. Agravado: Banco Panamericano Sa. Advogado: Clerson André Rossato, Rogério Grohmann Sfoggia, Janis Carolina Reinisch. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1885º Processo 0823067-9 Apelação Cível
Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00032023720108160123 Reparação de Danos. Apelante (1): João Antonio Teles Tavares. Advogado: Albert Knolseisen. Apelante (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Gustavo Rodrigo Góes Nocoladeli. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1886º Processo 0823340-3 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00182144320098160021 Cautelar. Apelante: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Blas Gomm Filho, Ana Lucia França. Apelado: Irineu Fatimo Strapasson. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund, Mônica Dalmolin. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1887º Processo 0823466-2 Apelação Cível
Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00011587920098160123 Embargos a Execução. Apelante: Serrarias Campos de Palmas Sa. Advogado: Jefferson Fiuza de Queiroz. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Luciana Martins Zucoli, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1888º Processo 0823761-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00014643120068160001 Prestação de Contas. Apelante: D 1000 Telefone, Auto Táxi Ltda. Advogado: Arnaldo Ferreira Müller. Apelado (1): Cláudio Augusto Franco Dias. Advogado: Julio Cesar Abreu das Neves. Apelado (2): Banco Bradesco SA. Advogado: Marcelo Augusto Bertoni, Rafaella Gussella de Lima, Luciano de Souza Castelani, Heitor Alcântara da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1889º Processo 0823777-0 Apelação Cível
Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00046313420068160170 Prestação de Contas. Apelante: Iolanda Marques Mariano. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Apelado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Oldemar Mariano. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1890º Processo 0823804-2 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061433320108160131 Prestação de Contas. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari. Apelado: Madeireira Scopel Ltda. Advogado: Mirian Rita Sponchiado. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1891º Processo 0823820-6 Apelação Cível
Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00011665620098160123 Prestação de Contas. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Luiz Guilherme Carvalho Guimarães, Reinaldo Mirico Aronis, Luiz Assi. Apelado: Edite Bernadete Capeletti Rocha. Advogado: Aurino

Muniz de Souza, Edemir Bringhentti. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1892º Processo 0824146-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00091356620108160001 Ordinária. Apelante: Banco Santander Sa. Advogado: Ana Caroline Dias Libânio da Silva, Guilherme Tolentino Ribeiro da Silva, Guilherme Nazareno Lazzari. Apelado: Adir Domingos de Lima. Advogado: Tony Augusto Paraná da Silva e Sene. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1893º Processo 0824255-3 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00007339620118160021 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães, Janaina Moscatto Orsini, Aline Pereira dos Santos Martins. Apelado: Bella Indústria e Comércio de Confecções Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1894º Processo 0824500-3 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00406889220108160014 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Apelado: Aparecido Alves Terra. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1895º Processo 0824521-2 Apelação Cível

Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00008365020108160050 Cautelar. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Camila Valereto Romano. Rec.Adesivo: Carlos Massan. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Carlos Massan. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Camila Valereto Romano. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1896º Processo 0824637-5 Apelação Cível

Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004149120088160132 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante: Banco Santander Sa. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli, Maria Angela Keiko Taira. Apelado: Miguel Luiz Santana. Advogado: Arnaldo Augusto do Amaral Junior, Paulo Roberto Merlin Ribas. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1897º Processo 0824831-3 Apelação Cível

Comarca: Rolândia. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00020779020098160148 Embargos a Execução. Apelante: Vasto Metal Ltda, Fábio Fernando Trevizan. Advogado: Ana Carolina Turquino Turatto, Silvio José Farinholi Arcuri. Apelado: Banco Abn Amro Real SA. Advogado: Walter Espiga. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1898º Processo 0825119-6 Apelação Cível

Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00005093020108160075 Embargos a Execução. Apelante: Elizangela Palma da Cruz Landgraf, Edson Aparecido Correa Garcia Landgraf. Advogado: Angelo Paulo Fadoni. Apelado: Banco Mercantil de São Paulo SA. Advogado: Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos, Gustavo Vissoci Reiche. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1899º Processo 0825367-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00011900420058160001 Embargos de Terceiro. Apelante: João Amilton Voronovicz. Advogado: Renata de Andrade Santos. Apelado: Acecom - Associação Central de Compras. Advogado: Ito Taras. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1900º Processo 0826458-2 Apelação Cível

Comarca: Realeza. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005993420108160141 Execução de Título Extrajudicial. Apelante: Valdir Luiz Soares. Advogado: Enelio Baggio, Éderson Lanzarini Maran. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Simone Daiane Rosa, Elisângela de Almeida Kavata. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1901º Processo 0827218-2 Apelação Cível

Comarca: Realeza. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004183320108160141 Execução de Título Judicial. Apelante: Lourdes Thereza Bonatto. Advogado: Rafael Antonio Seben, Juliana Aparecida Felippi Seben. Apelado: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Michelle Braga Vidal, Mithiele Tatiana Rodrigues. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1902º Processo 0827283-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 201000001844 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Fernanda Michel Andreani. Agravado: Erno Blodow, Marcia Deliris Gasparin, Maria Aparecida de Araújo Caro, Mauro Alves da Silva, Mihoko Nishimura, Mirna Mahl, Rosete Catarina Molon, Valdir Vicente Missio, Vera Lucia Sidor, Zulmira Molin. Advogado: Fábio Palaver. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1903º Processo 0827653-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00072123920098160001 Cobrança. Apelante: Banco Bradesco S/a.. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Flávio Penteado Geromini, Luiz Henrique Bona Turra, Juliana Mara da Silva, Gerson Vanzin Moura da Silva. Apelado: Augustinho Torres (maior de 60 anos), César Augusto Torres. Advogado: Linco Kczam. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1904º Processo 0828188-3 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00142446120108160001 Cobrança. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Fabrício Coimbra Chesco. Rec.Adesivo: Lucia Brasilia Pires, Lourdes Ana Pires dos Reis, Maria Cristina Pires Fogaça. Advogado: André Luiz Amancio Pinto. Apelado (1): Lucia Brasilia Pires, Lourdes Ana Pires dos Reis, Maria Cristina Pires Fogaça. Advogado: André Luiz Amancio Pinto. Apelado (2): Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Fabrício Coimbra Chesco. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho. Revisor: Des. Jurandyr Souza Junior

1905º Processo 0828337-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00558247120108160001 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Leni Werner de Macedo. Advogado: Rodrigo Macedo dos Santos. Agravado: Banco Santander Sa. Advogado: Andréa Cristiane Grabovski. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1906º Processo 0828436-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000547 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Michelle Braga Vidal. Agravado: Nivaldo Burguetti, Jose Ventaja Calejon, Laurino Gomes, Lucila Maria de Jesus Fernandes, Lucy Aparecida Camilo. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1907º Processo 0828637-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025360520118160025 Exceção de Incompetência. Agravante: Itaú Unibanco S.a. Advogado: Alexandre de Almeida, Luiz Felipe Apollo, Alexandra Regina de Souza. Agravado: Paulo Ernani Ropke. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1908º Processo 0828640-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 201000068502 Revisional. Agravante: Banco Bmg S/a. Advogado: Francisco Antônio Fragata Junior, Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho. Agravado: João Senko Filho. Advogado: Priscila kovalski. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1909º Processo 0828919-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 199900020655 Revisão de Contrato. Agravante: Transportes Lara Ltda. Advogado: Guilherme Borba Vianna, Amazonas Francisco do Amaral, Noé Galdamez Herrera. Agravado: Banco Abn Amro Real SA. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Gracienne de Fatima Goes, Maurício Kavinski. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1910º Processo 0829101-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001581 Exibição de Documentos. Agravante: Amadeu Pereira. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida. Agravado: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1911º Processo 0829329-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00066341320088160001 Ressarcimento. Apelante: Manoel Carlos Brasil (maior de 60 anos), Diógenes Silmar Gusso (maior de 60 anos). Advogado: Lidson José Tomass. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Acácio Corrêa Filho, Estevão Lourenço Corrêa. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1912º Processo 0829663-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Cambará. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000677620008160055 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Jorge Luiz da Cruz. Advogado: José Fernandes da Silva. Agravado: Cooperativa de Crédito Rural Paranapanema. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1913º Processo 0829722-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Palmeira. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00025199420108160124 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Jose Osni Melo Pinto, Ismenia Mari Melo Pinto. Advogado: Thiara Rando Bezerra Siroti. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1914º Processo 0830016-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00015193120108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho.

Agravado: José Juvenal de Almeida. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1915º Processo 0830188-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033144620108160045 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Ilda Verdasca Pereira. Advogado: Claudemir Molina. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1916º Processo 0830744-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025525620118160025 Exceção de Incompetência. Agravante: Itaú Unibanco S/a. Advogado: Alexandre de Almeida, Alexandra Regina de Souza, Luiz Felipe Apollo. Agravado: Flávio Pedroso. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1917º Processo 0830754-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Guaíra. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00012296620078160086 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Temperline Indústria e Comércio de Vidros Ltda.. Advogado: Leocir João Ródio, Evandro Mauro Vieira de Moraes. Agravado: Jormar Cabriana Fajardo Me. Advogado: Josmar Cabriana Fajardo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1918º Processo 0830868-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Palmeira. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00025181220108160124 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Espólio de Elson Ganassoli. Advogado: Thiara Rando Bezerra Siroti. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1919º Processo 0831191-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00031622420118160025 Exceção de Incompetência. Agravante: Itaú Unibanco S.a.. Advogado: Alexandre de Almeida, Luiz Felipe Apollo, Larissa Grimaldi Rangel Soares. Agravado: Angelo Victor Valerio. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1920º Processo 0831361-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00032212420118160021 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Michelle Braga Vidal, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Irio Fermo. Advogado: Higor Oliveira Fagundes. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1921º Processo 0831534-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00022005520108160083 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Michelle Braga Vidal, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Claudimor Santolin, Helena Isabel Brzeziski (maior de 60 anos), Ines Iess, Jaime Antônio Trentin (maior de 60 anos), João Nadir Strach (maior de 60 anos), Vera Dalagnol Gozer, Luiz Iess, Osmar Antônio Tramontina, Sessuaf Mecissuaf Polanski Filho, Tânia Mara Tramontina. Advogado: Gilmar Amilton Macohin, José Rodrigo de Andrade Machado, Camila Gabriela Nodari. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Hayton Lee Swain Filho

1922º Processo 0819020-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00070425320088160017 Cumprimento de Sentença. Agravante: Elizabeth Maria de Aguiar, Dicson Aguiar de Araujo, Mariluz Scopel de Araujo, Magali Scopel de Araujo, Geovana Aguiar de Araújo, Marlon Aguiar de Araujo, Josmary Scopel de Araujo, Solano Scopel de Araujo, Espolio de José Pereira de Araujo, Edna Sassaki Zenke, Edson Hideo Zenke, Donizete Carlos Bruzarosco. Advogado: Luiz Rafael. Agravado: Banco do Brasil SA. Advogado: Orlando Alexandrino, Régis Alan Bauli, Márcio Antônio Sasso. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1923º Processo 0819331-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00004422720118160044 Embargos a Execução. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Jéssica Mérie Teixeira, Shealtiel Lourenço Pereira Filho. Agravado: Cjkm Indústria e Comércio Bolsas Ltda., Elaine Rosa Tiene, Antonio Carlos Tiene. Advogado: Roberto César Cabral, Oscar Ivan Prux, Márcia Morais do Carmo de Paula. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1924º Processo 0822332-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00069127720098160001 Consignação em Pagamento. Apelante: Joel Leite. Advogado: Regina Yurico Takahashi. Apelado: O Bicho Carpinteiro Ltda. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1925º Processo 0822726-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00035520820078160001 Cobrança. Apelante (1): Banco Bradesco SA. Advogado: Lucas Amaral Dassan, Chehade Kuhnen Kchacham Neto, Denio Leite Novaes Junior. Apelante (2): Antônio Carlos Sá Rego Filho. Advogado: Estevão Gutierrez Brandão Pontes, Ricardo Rosetti Piva. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1926º Processo 0824100-3 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00009551120108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, José Antônio Broglio Araldi, Heloisa Gonçalves Rocha. Rec.Adesivo: João Malaghini. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, José Antônio Broglio Araldi, Heloisa Gonçalves Rocha. Apelado (2): João Malaghini. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1927º Processo 0824325-0 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00003575720108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Pedro Maluta. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Gustavo Viana Camata, Fernando Henrique Bosquê Ramalho. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1928º Processo 0824398-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00331258620108160001 Cobrança. Apelante: Banco Itau Unibanco Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Andrea Sartori. Apelado: Antonio Ambrozio Andrade Gracia, Ana Maria de Barros Gracia. Advogado: Robson Luiz Romani Bucaneve. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1929º Processo 0824667-3 Apelação Cível
Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004130920088160132 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Jair Felipes, Jurandi Felipes, Márcio Antônio Sasso. Apelado: Sempratas Comercial Agrícola Ltda. Advogado: Luciana de Lima Torres Cintra, David Camargo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1930º Processo 0824849-5 Apelação Cível
Comarca: Porecatu. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00017378220098160137 Prestação de Contas. Apelante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Renata Caroline Talevi da Costa, Valéria da Silva Sigulo. Apelado: Elizete do Rocio Caldim. Advogado: José Vicente Ferreira, Leandro Isaías Campi de Almeida. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1931º Processo 0824886-8 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00238877220088160014 Cobrança. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Cynthia Helena Delapria Tsuda. Apelado: José Pereira da Silva. Advogado: Adeirço Rodrigues de Assis. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1932º Processo 0824904-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00073223820098160001 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniel Hachem, Reinaldo Emilio Amadeu Hachem. Rec.Adesivo: Rita Ribeiro de Sales. Advogado: Júlio Cezar Engel dos Santos, Rafael de Lima Felcar. Apelado (1): Rita Ribeiro de Sales. Advogado: Júlio Cezar Engel dos Santos, Rafael de Lima Felcar. Apelado (2): Banco Bradesco SA. Advogado: Daniel Hachem, Reinaldo Emilio Amadeu Hachem. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1933º Processo 0824926-7 Apelação Cível
Comarca: Goioerê. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00008693520108160084 Ordinária. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Gustavo Viana Camata, Fernando Henrique Bosquê Ramalho, Louise Rainer Pereira Gionédis. Rec.Adesivo: Espólio de João Barbosa de Gois. Advogado: Everaldo Bughi. Apelado (1): Espólio de João Barbosa de Gois. Advogado: Everaldo Bughi. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Gustavo Viana Camata, Fernando Henrique Bosquê Ramalho, Louise Rainer Pereira Gionédis. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1934º Processo 0824979-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00201434020108160001 Exibição de Documentos. Apelante: Itau-unibanco Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Fabrício Coimbra Chesco. Apelado: Licia Stuermer. Advogado: José Américo da Silva Barboza. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1935º Processo 0825631-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00060590520088160001 Cobrança. Apelante: Banco Bradesco Sa. Advogado: Newton Dorneles Saratt, Bruna Carvalho dos Santos, Fernando Augusto Ogura. Apelado: Antonio Jose Vellozo. Advogado: Pedro Henrique Tomazini Gomes. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1936º Processo 0825684-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00060738620088160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Nelson Pilla Filho, Luiz Fernando Brusamolin, Heloisa Gonçalves Rocha, Maurício Kavinski. Rec.Adesivo: Espólio de Alice Figueredo Krol, Espólio de Caetano dos Santos, Espólio de José Osmari da Rocha, Espólio de Lourenço Pastore, Espólio de Nivaldo Aparecido Damasceno, Espólio de Romeu da Silva, Espólio de Sergio José Graeff. Advogado: Giovanna Price de Melo. Apelado (1): Espólio de Alice Figueredo Krol, Espólio de Caetano dos Santos, Espólio de

José Osmari da Rocha, Espólio de Lourenço Pastore, Espólio de Nivaldo Aparecido Damasceno, Espólio de Romeu da Silva, Espólio de Sergio José Graeff. Advogado: Giovanna Price de Melo. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Nelson Pilla Filho, Luiz Fernando Brusamolin, Heloisa Gonçalves Rocha, Maurício Kavinski. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1937º Processo 0826889-7 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00282373520108160014 Revisão de Contrato. Apelante (1): Luiz Pereira da Silva. Advogado: Marcus Aurélio Liogi. Apelante (2): Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: José Augusto Araújo de Noronha, Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto, Camila Camargo De Oliveira. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1938º Processo 0826939-2 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00160363120088160030 Embargos a Execução. Apelante: Banco Abn Amro Real SA. Advogado: Juliano Ricardo Tolentino, Leandro de Quadros, Ana Paula Finger Mascarello. Apelado: Naipi Operadora de Turismo Ltda, Elizabeth Holler, Marcos Ricardo Benitez dos Santos Junior. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1939º Processo 0827658-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00145468120108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú S/a. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Agostinho Machado dos Santos, Altair Zeniewicz, David Dacas, Elichio Bertoldo Conradi, Franciso Rodrigues dos Santos, Gilmar Antonio Mainardi, Luiz Pessole, Reinaldo Bernart, Roberto Teixeira, Waldemiro Duffeck. Advogado: Renata Barth Radaelli, Marlon José de Oliveira, Adriane Pegoraro. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1940º Processo 0827831-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 199900000971 Declaratória. Agravante: Miguel Zattar Filho, Marcos de Miranda Zattar, Maria Carolina de Miranda Zattar, Indústrias João José Zattar. Advogado: Fabiana Tereza Cristina Pimentel. Agravado: Banco Boa Vista S.a.. Advogado: Daniel Hachem. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1941º Processo 0828103-0 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00028314720038160017 Prestação de Contas. Apelante (1): Morgana Munhoz Reinert. Advogado: Márcia Loreni Gund, Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin. Apelante (2): Banco Itaú SA. Advogado: Ursula Ernlund Salaverry Guimarães, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1942º Processo 0828120-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00074168320098160001 Cobrança. Apelante: Adélio Carlos Wiebbelling, Antônio Roberto Mariano, Celso Utech, Claudinei Geraldo Purozi, Edgar Gielow (maior de 60 anos), Gerdvilm Saatkamp (maior de 60 anos), Gustavo Stuble, Leonésio Zoz, Otto Lewin (maior de 60 anos), Theodoro Hubner. Advogado: Giovanna Price de Melo. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Victor Geraldo Jorge, Felipe Meurer Jorge. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1943º Processo 0828238-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00073403520108160030 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Hsbc Bank Brasil S.a. Banco Múltiplo. Advogado: Gustavo Rezende da Costa, Reinaldo Mirico Aronis. Agravado: Olmir Farinela. Advogado: Everaldo Larssen, Janaina Baptista Tente. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1944º Processo 0828439-5 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00685157820108160014 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Janaina Moscatto Orsini, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado: Dirce Favareto (maior de 60 anos). Advogado: Luiz Carlos Freitas, Luiz Henrique da Freiria Freitas. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1945º Processo 0828574-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00320350420108160014 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Maria de Lourdes Correia de Araujo. Advogado: Flávio Bandeira Sanches, Talita Santos Gatti. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1946º Processo 0828747-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00133651520108160014 Prestação de Contas. Agravante: João Lucio de Souza Lima. Advogado: Luiz Carlos Freitas, Luiz Henrique da Freiria Freitas. Agravado: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1947º Processo 0828869-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 201000000185 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado S/a. Advogado: Michelle Braga Vidal, Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Danilo Domingos Scanagatta, Elsa Mercedes Fiorini, Lucia Erminia Fiorini Frare, Karla Regina Frare, Andre Luiz Frare, Ivo José Sartore, Gema Paese Sartore. Advogado: Doralice Fagundes dos Santos Marchioro, Eduardo Oleinik. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1948º Processo 0829032-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Ubiratã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00011459320108160172 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Elisângela de Almeida Kavata. Agravado: Cristina Lumi Furuta, Rikio Morishita. Advogado: Reginaldo Caselato. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1949º Processo 0829285-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00018357820108160025 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú S/a. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Ricardo Augusto Menezes Yoshida. Agravado: Carlos Gavleta, Espólio de Rozalia Krygoski, Pedro Krygoski, Emilia Krygoski, Maria Novaki (maior de 60 anos), João Krygoski (maior de 60 anos), Zand Galliano (maior de 60 anos), Carlos Antonio Batista Ricciardo, Geni Kovalhuk (maior de 60 anos), Lucimar de Aviz Mainka, Edilson José Vieira, Flavio Levy Nilsen (maior de 60 anos), Bruno Zepechoka (maior de 60 anos), Paulo Cesar Rheinheimer, Sofia Szerzowski, Rumiko Suga (maior de 60 anos), Espólio de Lealdino Jorge de Souza, Maria da Conceição de Souza (maior de 60 anos), Luiz Carlos Purkoot de Souza, Luiz Alberto Purkoot de Souza, Rosemari de Souza, Marizete de Souza Carneiro, Luiz Alberto Purkot de Souza, Zelandia de Souza Cruz, Luiz Fernado Purkot de Souza, Zilda Purkot de Souza, Luiz Rene Purkot de Souza, Luiz Adalberto Purkot de Souza, Alessandra Purkot de Souza, Maria da Conceição de Souza, Winnetou Lissa, Santo Nelson Princival (maior de 60 anos), Osvaldo Bernardes, Marcos Antonio Lise, Silvana dos Santos Pereira, Yole Vera Bot, Andre Bubniacki (maior de 60 anos), Henrique Opalinski. Advogado: Ernani Ori Harlos Júnior, Valéria Basso. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1950º Processo 0829383-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 049629 Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Elói Contini, Diogo Bertolini. Agravado: Akira Yamamotto, Braz D'aquino, Cacilda Rodrigues de Oliveira, Carlos Alberto de Moura Bueno, Decio Melo Costa, Francisco Oliveira de Carvalho, João Cicero Maciel, Leondy Zarpellon, Luiz de Oliveira Neto, Massato Kiemo. Advogado: Ana Carolina Mion Pilati do Vale, Adriana Padua de Mattos, Leondina Alice Mion Pilati. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1951º Processo 0829495-7 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00179865520108160014 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante (1): Maria Aparecida da Cruz Barbosa (maior de 60 anos). Advogado: Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira, Júlio César Subtil de Almeida. Apelante (2): Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Edmara Silvia Romano. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo. Revisor: Des. Hamilton Mussi Correa

1952º Processo 0829699-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00468888120108160014 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Demilson Luiz. Advogado: Pedro Henrique Machado Martins. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1953º Processo 0829735-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200600079489 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Percy Tockus. Advogado: Denis Norton Raby, Elaine Novaes Falco. Agravado: Banco Bradesco SA. Advogado: João Leonel Antocheski. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1954º Processo 0830123-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025421220118160025 Exceção de Incompetência. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Alexandre de Almeida, Alexandra Regina de Souza, Luiz Felipe Apollo. Agravado: Marli Julita da Silva. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1955º Processo 0830375-7 Agravo de Instrumento

Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 200100000189 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Pedro Rahuan Junior. Advogado: Virgilio Cesar de Melo, Melina Solanho, Moacir de Melo. Agravado: Poloportas Industrial Ltda, Helio Nicolau Cheiko. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1956º Processo 0830772-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00044125720118160069 Embargos a Execução. Agravante: Izaias Pereira de Souza. Advogado: Renato da Silva Oliveira. Agravado: Gilberto Cezar dos Santos. Advogado: Roberta Iara Buzzinaro Meier. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1957º Processo 0830866-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012353420108160162 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Maria Aparecida Favaretto Gonçalves. Advogado: José de César Ferreira. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1958º Processo 0831065-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000266 Execução de Sentença. Agravante:

Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Cezar Eduardo Ziliotto, Elaine de Fatima Pinto Marconcin, Jonas Roberto Justi Waszak. Agravado: Paulo Sergio Vigo, Lucia Litza, Fernanda Gaetner, Ernesto Bronqueti, Joaquim Batista Neto, Bronislau Leopoldo Czaplinski, Geraldo Ribeiro Negão, Lucilia de Lima Pereira, José Juventino Hoechele, Antonio Carlos Zanoni. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

1959º Processo 0818668-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201100000237 Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Michelle Braga Vidal, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Roberto Palermo. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1960º Processo 0822818-2 Apelação Cível
Comarca: Iporã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001353520028160094 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Angela Anastázia Cazeloto. Rec.Adesivo: Caporice & Caporice Ltda. Advogado: José Abel do Amaral França. Apelado (1): Caporice & Caporice Ltda. Advogado: José Abel do Amaral França. Apelado (2): Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Angela Anastázia Cazeloto. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1961º Processo 0823434-0 Apelação Cível
Comarca: Salto do Lontra. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000468019988160149 Execução de Título Extrajudicial. Apelante: Rio São Francisco - Companhia Securizadora de Créditos Financeiros. Advogado: Camilo de Toni. Apelado: Indústria de Malhas Rdv Ltda, Júlio Pedro Davidonis. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1962º Processo 0823768-1 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00014306420108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Raquel Angela Tomei. Rec.Adesivo: Espólio de Walter Luiz Amadeu. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Espólio de Walter Luiz Amadeu. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Raquel Angela Tomei. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1963º Processo 0823984-5 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00475152220108160014 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Emerson Norihiko Fukushima. Apelado: Luiz Yoshio Koga. Advogado: Eduardo Kotaka Júnior, João Paulo Shiniti Itimura Yagui. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1964º Processo 0824122-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00010527120048160001 Declaratória. Apelante (1): L.c. Silveira & Cia Ltda. Advogado: Marisa Ayres de Oliveira, Sergio Ternus. Apelante (2): Retífica de Motores Zawadski Ltda. Advogado: Osni de Jesus Taborda Ribas, Alcio Manoel de Sousa Figueiredo. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1965º Processo 0824329-8 Apelação Cível
Comarca: Goioerê. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00017978820078160084 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Ademir Antonio de Lima. Apelado: José Bezerra Cruz (maior de 60 anos). Advogado: Alessandro Dorigon. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1966º Processo 0824537-0 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033524320108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Luiz Fernando de Magalhães. Advogado: Luiz Gustavo Leme. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Crystiane Linhares, José Carlos Skrzyszowski Junior, Lia Dias Gregório. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1967º Processo 0824987-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00031407720078160001 Declaratória. Apelante: Sucesso Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha Ltda. Advogado: Iguacimir Gonçalves Franco, Simara Zonta, Juliano Michels Franco. Apelado: Etik Metais Indústria e Comércio de Artefatos de Metais Ltda. Advogado: Mônica Daltoé. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1968º Processo 0825502-1 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00124508120068160021 Ação Monitória. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Tatiane Aparecida Lange, Jorge Luiz de Melo, Tatiane Aparecida Lange. Apelado: Bertuzzi e Filho Ltda, Adelar Bertuzzi. Advogado: Luana de Sousa Costa Zanatta. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1969º Processo 0825748-7 Apelação Cível
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00017537520118160069 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Elói Contini, Diogo Bertolini, Tadeu Cerbaro. Apelado: Marlene Aparecida Benalia Bataglia. Advogado: Flávio Steinberg Bexiga. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1970º Processo 0825933-6 Apelação Cível
Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00021643420108160173 Execução de Título Extrajudicial. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Juliano Ricardo Tolentino, Leandro de Quadros, Ana Paula Finger Mascarello. Apelado: Serraria Irmãos Mossioli Ltda, Ricardo Junio Mossioli. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1971º Processo 0826033-5 Apelação Cível
Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00017249220108160058 Arresto. Apelante: José Rubens Sambini, Dirce Nardi Sambini, Marlene Terezinha Sambini. Advogado: Péricles Landgraf Araújo de Oliveira, Kellen Cristina Bombonato Santos de Araújo, Henrique Jambiski Pinto dos Santos. Apelado: Coopermibra - Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil. Advogado: Carla Fabiana Hermann Zagotto, Tatiana Messias da Silva, Ewerton Soler Consalter. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1972º Processo 0826798-1 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00054382120038160021 Prestação de Contas. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães. Rec.Adesivo: Transveloz Transporte e Comércio de Auto Peças Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Apelado (1): Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães. Apelado (2): Transveloz Transporte e Comércio de Auto Peças Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1973º Processo 0826878-4 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00343110820108160014 Ordinária de Cobrança. Apelante: João Piraccini, Associação Benedita da Providência - Asilo Santa Isabel, Espólio de Wilmar Adames, Espólio de Virgilio Venancio Martins Filho, Fernando Tansini, Benedito Aparecida Tuponi, Dernival de Jesus Gomes, Leonardo Casagrandi Vernicci, Serafim Rodrigues de Oliveira, Joaquim Batista da Silva, Luis Pereira Felix (maior de 60 anos). Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Apelado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Maria Letícia Brüsch, Izabela Cristina Rücker Curi Bertoncello. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1974º Processo 0827517-0 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00288482220098160014 Locupletamento/enriquecimento Ilicito. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Cynthia Helena Delapria Tsuda, Leonardo de Almeida Zanetti. Apelado: Ailton Brandão de Oliveira (maior de 60 anos), José Carlos Bernardo, Jose de Souza Neves (maior de 60 anos), Wilson Dias, Iremar Cavalcante (maior de 60 anos), Fabio Antunes Martins, Gisele Antunes Martins Gimenes, Rosangela Almeida Caetano Silva, João Bertanha, Raquel Ferreira de Souza. Advogado: Marco Antônio Busto de Souza. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1975º Processo 0827792-3 Apelação Cível
Comarca: São Miguel do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00014266420058160159 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Tatiana Piasecki Kaminski, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Caroline Talevi da Costa. Rec.Adesivo: Eliane Phippsen. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin, Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund. Apelado (1): Eliane Phippsen. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin, Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund. Apelado (2): Banco Itaú SA. Advogado: Tatiana Piasecki Kaminski, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Caroline Talevi da Costa. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1976º Processo 0827898-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200900003221 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú Unibanco Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Pedro Brizola. Advogado: Paulo Roberto Gomes, Reginaldo Caselato. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1977º Processo 0828348-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00273322120108160017 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Michelle Braga Vidal. Agravado: Piedade Vitoria. Advogado: Erasmo José Germani, Vanyr Berti. Distribuição por Prevenção

em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1978º Processo 0828607-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201100000009 Cobrança. Agravante: Adalia Nascimento da Cunha, Aldo Arlindo Chies, Anisio da Silva Sobrinho, Antonio Carlos Dezaneti, Espólio de Afonso Guilherme, Aparecido Bortolato, Espólio de Emma Greatti Fernandes, Getulio José da Silva, Isidora Evangelista Rocha da Silva, João Sardi, João Sérgio da Silva, Lucinda Perdigão Enumo, Maria Aparecida de Lima, Onofre Cassero, Espólio de Otília Feliciano Leita, Palmira Saviero Ferreira, Pedro Pereira de Assis, Salete Regina Benassi Salvador, Terezinha Alves Rodrigues. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Agravado: Banco Banestado SA. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1979º Processo 0828609-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 043785 Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Genésio Felipe de Natividade, Luiz Alberto Gonçalves. Agravado: Maria Lucia Wroblewski Mernick, Floriano Gaioski, Sergio Wengrzen. Advogado: Cleiton Dahmer. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1980º Processo 0829115-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 200000052711 Execução de Sentença. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Reinaldo Mirico Aronis, Thais Pontes de Oliveira. Agravado: Armando Mansano Costa, Francisco Pina, Esmeraldo Broto, Artur Anicleto do Nascimento, Olir Antonio Pauletti, Ivo Colla, Manoel Fernando de Mattos, José de Mattos. Advogado: Mário Campos de Oliveira Junior. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1981º Processo 0829225-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00101661520108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaucard Sa, Banco Itauleasing Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Ricardo Durau, Neide Regloski Durau, Antonio Altamir Almeida Lopes, Maria Helena Kilo, Angelo Arlindo Cequinel, Avelino Gobatto, Cristiane Bulow, Geni Souza Bulow, Aristeu Bulow, Marcia Regina da Silveira Caldart, Antonio Diogo da Silveira, Maria Conceição Severo Zattera, Agidio Zattera, Alvaro Aparecido Francisco, Anadir Padilha Marcondes, Wilton José Pereira, Ivani Emilia Pepler, Carlito Pepler, Natalio Barrichello, Alice Barrichello, Vitoria Karvat. Advogado: Luiz Antônio Gomes Araújo. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1982º Processo 0829447-1 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00297937220108160014 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Elói Contini, Diogo Bertolini. Apelado: Adelmo Cassidori (maior de 60 anos), Jandira Amélia de Melo (maior de 60 anos), Carolina de Miranda Gontijo, Hortência dos Reis Silva (maior de 60 anos), Jair Braga do Couto (maior de 60 anos), Júlio César Pereira, José Rodrigues dos Santos, Mirtes Silva Ferreira, Maria da Piedade Barbosa (maior de 60 anos), Lúcia Canedo Xavier (maior de 60 anos), Magna da Glória Dias Tavares, Maria da Piedade Thomaz (maior de 60 anos). Advogado: Thaisa Cristina Cantoni, Josafar Augusto da Silva Guimarães. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha. Revisor: Des. Luiz Carlos Gabardo

1983º Processo 0829730-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00038516820118160025 Embargos a Execução. Agravante: Rizi Comércio de Artefatos de Papel Ltda - Me, Rizio Teófilo Wojcik. Advogado: Clauber Júlio de Oliveira. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Fabricio Kava. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1984º Processo 0829954-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900002488 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Dirce da Silva Moor, Eliezer Martins, Evaldo de Oliveira Agra, Maria Bregola Noris, Sidnei Dorigon Arrias. Advogado: Ernani José Pera Junior. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1985º Processo 0830033-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00071673520098160001 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Paulo Roberto Azeredo, Glauce Kossatz de Carvalho. Apelado: Ihor Baranhuk (maior de 60 anos), Cassio Litzinger Ritzmann, Boris Percival Ritzmann (maior de 60 anos), Sigrid Ursula Litzinger Ritzmann (maior de 60 anos). Advogado: Maria Regina Barbosa Rodrigues Teixeira, Elton Scheidt Pupo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1986º Processo 0830271-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00053735720118160017 Exibição de Documentos. Agravante: Jurandir Galvão. Advogado: Paola de Almeida Petris, evelise veronese dos santos. Agravado: Banco Banestado SA, Itaú Unibanco Banco Multiplo S/a, Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1987º Processo 0830311-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 198700000690 Execução. Agravante: Banco Santander (brasil) Sa. Advogado: Blas Gomm Filho, Ana Lucia França, Marcel Rodrigo Alexandrino. Agravado: Alessandro José Lieira. Advogado: João Carlos Silveira. Interessado: Escritório Marajó Sc Ltda, Arthur Vieira, Moacir Antonio Bressan Garcia. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1988º Processo 0830313-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200800003310 Execução de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Agravado: Gilberto Haus, Rosi de Souza Haus, Glaci Haus Teixeira. Advogado: Orides Negrello Filho, Adelina Dias de Araujo Avi, Valério Bonnet. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1989º Processo 0830685-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000683 Cobrança. Agravante: I. U. S. . Advogado: Alexandre de Almeida, Alexandra Valenza Rocha. Agravado: I. A. D. , A. M.. Advogado: Renato José Borgert, Roberta Botelho Bittencourt Taborda Ribas. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1990º Processo 0830714-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000525 Cobrança. Agravante: Alamide Colavite, Benedito Luiz Rebello, Benta da Rocha Silva, Eluzia Engracia de Lussena, Herdeiros e Sucessores de Diogo Garcia Martines, Dolores Palhares Martines, Maria Carmen Garcia Palhares, Francisca Garcia Bereta, Eliane Aparecida Carbelin Palhares dos Santos, Cristiane Caberlin Palhares, Marieli Carbelin Palhares, Herdeiros e Sucessores de José Serafim de Lussena, Eluzia Engracia de Lussena, Geralda Rodrigues Lourenço, João Casado Henrique, José Antonio Rodrigues, Júlio Sorte. Advogado: Erminio Gianatti Junior. Agravado: Banco Bradesco SA. Advogado: Luiz Henrique Bona Turra, Jaime Oliveira Penteado, Jaqueline Scotá Stein. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1991º Processo 0830830-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201000000766 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Iraí Rodrigues Rosa Marchi, Elizabete Aita Sakumoto, Marley Chiqueto, Mariano do Amaral Zacardi, Valcir Bocato, Hermenegildo Stecca, Terukio Yamashita Kami. Advogado: Edmar José Chagas. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1992º Processo 0830898-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00782738120108160014 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado S/a, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Ruy Newton de Moraes. Advogado: Marly Aparecida Borges Kotinda. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jurandyr Souza Junior. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth M F Rocha

1993º Processo 0822634-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00029779720078160001 Revisão de Contrato. Apelante: Rogério Munhoz. Advogado: Lucas Alexandre Drosda, Paulo Roberto Castagnoli. Apelado: Banco Itaubank S/a. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Larissa Leopoldina Piaceski, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo

1994º Processo 0823012-4 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00076000320108160131 Prestação de Contas. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Ursula Ernlund Salaverry Guimarães, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado: Alceu Toigo. Advogado: Aurino Muniz de Souza. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo

1995º Processo 0823060-0 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00124767920068160021 Prestação de Contas. Apelante (1): Renz e Cia Ltda. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund, Jair Antônio Wiebelling. Apelante (2): Banco Banestado SA. Advogado: Daniele Lie Watarai, Fabiana Tiemi Hoshino. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo

1996º Processo 0823377-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00105331720108160173 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Fernanda Michel Andreani, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Regina Bonomo Tronco, Natalina Galdino Fernandes, Jorge Yukio Tamura, Cristina de Barros Splendor, Benedito Inácio da Paixão, Alcida Jardinete Cappellaro, Antonio Ribeiro Neto, Rita Maria Dobeli Buhrer, Maria Aparecida Pereira Araújo. Advogado: Frederico Stecca Cioni. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo

1997º Processo 0823759-2 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00002631220108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Ana Caroline Dias Libânio da Silva, Bruna Mischiatti Pagotto. Rec.Adesivo: Acir Guerra. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci. Apelado (1): Acir Guerra. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Ana Caroline Dias Libânio da Silva, Bruna Mischiatti Pagotto. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo
1998º Processo 0823938-3 Apelação Cível
Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00011751820098160123 Reparação de Danos. Apelante: Arly de Fátima Lofagem de Souza. Advogado: Albert Knolseisen. Apelado: Banco Itaucard Sa. Advogado: Jorge Luiz de Melo, Fabio Junior Bussolaro. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo
1999º Processo 0824342-1 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00066747820078160017 Revisão de Contrato. Apelante (1): Nipponflex Indústria e Comércio de Colchões Ltda. Advogado: Sílvio Alexandre Marto. Apelante (2): Banco Itaú SA. Advogado: Angela Anastázia Cazeloto, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo
2000º Processo 0825223-5 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00178383020098160030 Cobrança. Apelante: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Herick Pavin. Apelado: Ruy Kazuo Hisamura, Yori Hisamura. Advogado: Janaina Baptista Tente. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo
2001º Processo 0825311-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00085626220098160001 Embargos a Execução. Apelante: Fausto Tarcízio Alves da Costa. Advogado: Frederich Mark Rosa Santos, Jone Eduardo Mufatto. Apelado: Trilion Comércio e Confecção Ltda. Advogado: Roberto de Oliveira Guimarães. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo
2002º Processo 0825937-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00007895920068160004 Embargos a Execução. Apelante: Daniella Ravaglio Tavarnaro. Advogado: Leticia Pellegrino da Rocha. Apelado: Banco Banestado SA. Advogado: Fátima Denise Fabrin, Leonel Trevisan Júnior. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo
2003º Processo 0825990-1 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00124776420068160021 Prestação de Contas. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Leandro de Quadros. Apelado: Rita de Cassia Bueno Figueiredo Stofella. Advogado: Emiliano Humberto Della Costa, Daiani Regina Pereira. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo
2004º Processo 0826251-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00241804220088160014 Exibição de Documentos. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Sérgio Luiz Belotto Junior. Apelado: Osvaldo Loyola Moura. Advogado: Antonio Roberto Orsi. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo
2005º Processo 0827723-8 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00123632820068160021 Revisional. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Karin Loize Holler Mussi Bersot. Apelado: Gibson Martini Victorino, Victorino & Stoeberl Ltda. Advogado: Gerson Luiz Armiliato. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo
2006º Processo 0828110-5 Apelação Cível
Comarca: Santa Helena. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004302020108160150 Restituição. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis, Giovani Gionédis, Mirella Parra Fulop. Apelado: José Warta (maior de 60 anos), Terezinha Warta (maior de 60 anos). Advogado: Olide João de Ganzer, Agildo Vinícius da Rocha Dreyer. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo
2007º Processo 0828164-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 00030766720078160001 Ordinária. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Kelly Cristina Worm Cotlinski Canzan. Apelado: Constantino Mialik (maior de 60 anos), Lida Wagnitz (maior de 60 anos), Maruchia Mialik (maior de 60 anos), Olga Mialik (maior de 60 anos), Eufemjusz Mialik. Advogado: Jonas Borges. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo
2008º Processo 0828433-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 200600036975 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: André Zacarias Tallarek de Queiroz. Advogado: André Zacarias Tallarek de Queiroz, Joselia Aparecida Kuchler. Agravado: Banco do Brasil SA. Advogado: Cristiana Napoli Madureira da Silveira, Ângela Sampaio Chicolet Moreira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo
2009º Processo 0828434-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004861720108160162 Execução de Sentença. Agravante: Banco Bradesco SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Julia Inacio Vargas, Maria Zuleika Pereira da Costa, Milton Aparecido da Silva, Milton Reijão Lopes Rubio, Valmir Helio Reque. Advogado: José de César Ferreira. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo
2010º Processo 0828455-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Santo Antônio do Sudoeste. Vara: Vara Única. Ação Originária: 20110000267 Embargos a Execução. Agravante: Cleomar Frighetto. Advogado: Tulio Marcelo Denig Bandeira, Juliana Aparecida Pôncio de Oliveira, Andrea Cristine Bandeira. Agravado: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Fronteira do Iguaçu - Sicredi Fronteira. Advogado: Carlos Augusto Azevedo Silva, Carolina Kuwer Bündchen, Rafaela Fernanda Espindola. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo
2011º Processo 0828522-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003736320108160162 Execução de Título Judicial. Agravante: Banco Banestado S.a., Banco Itau S.a.. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Espólio de Francisco Augusto Pereira. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo
2012º Processo 0828960-5 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00346800220108160014 Cobrança. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Cynthia Helena Delapria Tsuda. Apelado: Ana Paula Rodrigues Pinto, Zilda Toffolo (maior de 60 anos), Antonia Cecilia da Silva (maior de 60 anos), Luiz de Veiga (maior de 60 anos), Ana Augusta Vieira (maior de 60 anos), Irineu Abilio Vieira, Gervasio Vieira (maior de 60 anos), Francelino Vieira. Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo
2013º Processo 0828977-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00053957220108160075 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado S.a., Banco Itaú S.a.. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Angelina de Lima Bacelar, Creuza Lacerda Bacelar Ruivo, Atsuko Takemiya, Divaldo de Andrade, Edson Evanagelista de Almeida, Conceição de Lima Almeida, Heraldo Valdomiro Sartori, Elizabeth Zanelli Sartori, Juraci Luiz de Araújo, Mafalda Abucarub Trombini, Mercedes Chilante Silva, Sebastião Barbosa Mendes, Zeneide Reis Machado Gerdulli. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo
2014º Processo 0829033-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 199800001295 Embargos do Devedor. Agravante: Banco Cidade SA. Advogado: Pedro Girolamo Macarini, Ana Eliete Becker Macarini Koehler. Agravado: Comercial Agropecuária Santa Rosa Ltda., Aristeu Bertolin. Advogado: Neiton Cruvinel Filho, Neison Monteiro Cruvinel, Daniela Ester Passos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo
2015º Processo 0829081-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00261259320108160014 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Julio Cezar Zandrini, Lucia Helena de Azevedo Araujo Zandrini. Advogado: Rodrigo José Celeste, Mário Geraldo Costa Barrozo. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo
2016º Processo 0829584-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200900003115 Execução de Sentença. Agravante: Banco Itaú Unibanco S/a. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: João Araújo. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo
2017º Processo 0829653-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00008409820118160132 Sustação de Protesto. Agravante: Rodrigo Mariot. Advogado: Luiz Cezar Viana Pereira, Fabiana Akiko Omura Viana Pereira. Agravado: Aparecido de Oliveira Natal. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo
2018º Processo 0829749-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001264 Declaratória. Agravante: j. Savariego e Gimenes Ltda. Advogado: Henrique Zanoni, Fabiana Greghi. Agravado: Banco do Brasil S/a. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli, Luiz Alberto Gonçalves, Emerson Norihiko Fukushima, Ricardo Jorge Rocha Pereira. Interessado: Frigorífico Rainha da Paz Ltda. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo
2019º Processo 0829759-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00256698520108160001 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank do Brasil Sa - Banco Múltiplo. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Rita de Cássia Correa de Vasconcelos, Fabrício Coimbra Chesco. Rec.Adesivo: Marilene Jorge Valentim (maior de 60 anos), Lucio Alberto Valentim Junior, Thelma Groff Woellner (maior de 60 anos), Thiago Valentim, Vanessa Valentim. Advogado: Jane Lúci Gulka. Apelado (1): Marilene Jorge Valentim, Lucio Alberto Valentim Junior, Thelma Groff Woellner, Thiago Valentim, Vanessa Valentim. Advogado: Jane Lúci Gulka. Apelado (2): Hsbc Bank do Brasil Sa - Banco Múltiplo. Advogado:

Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Rita de Cássia Correa de Vasconcelos, Fabrício Coimbra Chesco. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo. Revisor: Des. Jucimar Novochadlo

2020º Processo 0830222-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00230851120118160001 Medida Cautelar. Agravante: Conceito Fasion Modas Ltda. Epp.. Advogado: Luiz Carlos Guieseler Junior. Agravado: Locamais Serviços de Locações Ltda.. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo

2021º Processo 0830225-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201000000757 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado S/a, Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Claudio Pires de Campos, Alcione Farago Lemes de Sene, Massumi Morikawa Ivano, Ruth Paiva Ribeiro, Aparecida de Fátima Santos, Vania Amara Macedo Grilo, Maria de Lurdes Pendiuk Bueno. Advogado: Charles Zauza. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo

2022º Processo 0830240-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Astorga. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800001527 Execução de Sentença. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: José Gonzaga Soriani, José Marega. Agravado: Adriana Agusto Cavaletti, Agnaldo Miguel Podanoschi, Alziro Romani, Antonio Ademar Beteti, Antonio Irineu Forastiero, Antonio Romani, Calebe Ribeiro dos Santos, Helton Rui Cavaletti, Gilberto Carlos de Lima, José Burgo de Almeida Silva, José Ronaldo Sossai, José Ariguci, José Luiz Coelho Gomes, José Sibaldelli Nieto, João Aparecido Nieto, Leonardo Rui Cavaletti, Nelson Cheron, Orlando Dezembro, Valdomiro Pinheiro de Godoy. Advogado: Anderson Marcelo de Moraes Oliveira, Rodrigo Bueno Ribeiro de Jesus. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo

2023º Processo 0830784-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 050185 Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Reinaldo Mirico Aronis, Camila Valereto Romano, Paulo Roberto Fadel. Agravado: Espólio de Walter Maron, Espólio de Olindo Artmann, Espólio de Edwin Biesdorf, Espólio de Domingos Marcon, Espólio de Aloisio Braun. Advogado: Alexandro Dalla Costa, Luciano Marcio dos Santos, Leonardo Della Costa. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo

2024º Processo 0831397-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00076622720118160028 Ordinária. Agravante: Andrea Mariane Barry dos Santos. Advogado: Carlos Alberto Vargas Batista. Agravado: Euclides Alves Neto Comércio de Automóveis Ltda. Advogado: João Paulo Bomfim. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo

_____ 16ª Câmara Cível _____

2025º Processo 0822919-4 Apelação Cível

Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00059543920098160083 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Raquel Angela Tomei, Juliana Werlang, Elói Contini. Apelado: Construtora Primavera Ltda. Advogado: Flávia Dreher Netto. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2026º Processo 0823141-0 Apelação Cível

Comarca: Rolândia. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00010200320108160148 Embargos a Execução. Apelante: Vasto Metal Ltda, Fabio Fernando Trevizan. Advogado: Ana Carolina Turquino Turatto, Silvio José Farinholi Arcuri. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Ingredy Gonçalves Tridente de Jesus Borges. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2027º Processo 0823293-9 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00124784920068160021 Revisional. Apelante: Banco Mercantil do Brasil SA. Advogado: Sandro Mattevi Dal Bosco, Giovana Cezalli Martins. Apelado: Ijatir Miguel Henz. Advogado: Gerson Luiz Armiliato. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2028º Processo 0823295-3 Apelação Cível

Comarca: Rolândia. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00022022420108160148 Embargos a Execução. Apelante: Marcelo Manuel Henrique da Silva, Mariana Dalla Torre Duarte. Advogado: Ana Carolina Turquino Turatto, Silvio José Farinholi Arcuri. Apelado: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Andréa Cristiane Grabovski. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2029º Processo 0823380-7 Agravo de Instrumento

Comarca: São Mateus do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00023749620118160158 Cautelar Inominada. Agravante: Letícia Indústria e Comércio de Metais Ltda-me. Advogado: Rodrigo Golombieski Siben, Sônia Drozda. Agravado: Cooperativa de Credito de Livre Admissao Planalto das Araucarias-Sicredi Planalto das Araucarias Pr/sc. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2030º Processo 0823658-0 Apelação Cível

Comarca: Marialva. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00006177620098160113 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Gustavo Viana Camata, Fernando Henrique Bosquê Ramalho. Apelado: Patricia Aparecida dos Santos. Advogado: Adriane Cristina Stefanichen, Pedro Stefanichen. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2031º Processo 0823963-6 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00008350720008160021 Anulatória. Apelante: Teresinha Depubel Dantas. Advogado: Teresinha Depubel Dantas. Apelado: Merck Sa Industrias Quimicas, Randoll Buse e Comércio de Fios Wilson Ltda. Advogado: Roberta Kelli Berlatto Vieira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2032º Processo 0824133-2 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00286594420098160014 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Maria Letícia Brüsch, Izabela Cristina Rücker Curi Bertoncello. Apelado: Dalva Ferreira Umezu. Advogado: Shiroko Numata. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2033º Processo 0824465-9 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00125491820108160019 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Mauri Marcelo Bevervanço Junior, Luiz Rodrigues Wambier. Apelado: Ricardo Massakazu Aoki. Advogado: Carlos Gustavo Horst, Ieda Regina Schimalesky Waydzik. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2034º Processo 0824650-8 Apelação Cível

Comarca: Guaratuba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00012559720038160088 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante (1): Edna Maria de Souza. Advogado: Dérlio Luiz de Souza, Marcos Rafael Bristot Faria. Apelante (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Márcio Ribeiro Pires, Eduardo José Pereira Neves, Christiano de Lara Pamplona. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2035º Processo 0824799-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00266329320108160001 Exibição de Documentos. Apelante: Renner Administradora e Cartões de Crédito Ltda. Advogado: Alessandro Dias Prestes, Carolina Nedel da Motta Massetti. Apelado: Jussara Aparecida Pereira. Advogado: Luiz Salvador. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2036º Processo 0825242-0 Apelação Cível

Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004157620088160132 Embargos a Execução. Apelante: Realu Comércio de Combustíveis Ltda. Advogado: Helder Martinez Dal Col, Luciano Schwerdtner, Dâmares Ferreira. Apelado: Márcia Cristina Borgo. Advogado: Claudimara Calore de Souza. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2037º Processo 0825374-7 Apelação Cível

Comarca: Matinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00013997920068160116 Ação Monitória. Apelante (1): Glaci Schmidt. Advogado: Carlos Eduardo Borges Marin. Apelante (2): Rodrigo Romero dos Santos. Advogado: Luiz Guilherme Leite, Elio Massao Kawamura. Apelado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Mieko Ito, Loriane Guisantes da Rosa, Toni Mendes de Oliveira. Interessado: Comércio de Materiais de Construção Gaivotas Ltda. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2038º Processo 0825722-3 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00169892220088160021 Declaratória. Apelante: Transpiso Transportes Rodoviário de Cargas Ltda Me. Advogado: Adão Natalino da Silva Júnior. Apelado: Raffinato Comércio de Materiais de Construção Ltda. Advogado: Mariana Garcia de Brito Lima. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2039º Processo 0825828-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00074765620098160001 Declaratória. Apelante (1): Paulo Cezar Kudlawec. Advogado: Tiago Stainke, Lauro Carneiro de Siqueira. Apelante (2): Banco Fininvest Sa. Advogado: José Augusto Araújo de Noronha, Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto, Mariana Marçal Araújo Teixeira. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2040º Processo 0827268-2 Apelação Cível

Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00042936720098160069 Revisão de Contrato. Apelante (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Carlos Eduardo Pinto. Apelante (2): Conquista - Indústria de Artigos de Metais Para Selaria Ltda. Advogado: Ademar Uliana Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2041º Processo 0827487-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 200900000143 Revisão de Contrato. Agravante: Central Acabamentos Ltda. Advogado: Shiroko Numata. Agravado: Banco Bradesco S.a.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2042º Processo 0828461-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 200700001800 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Patricia Carla de Deus Lima. Agravado: Antonio Joel Brandes, Eremi

Messias Rebonato, Espólio de Osvaldo Rebonato, Ione de Paula Rebonato, Irma Vieira Ferro, Manoel Henrique Karam, Mara Helene Rebonato Carvalho, Marcos Vicente Rebonato. Advogado: Sidnei Machado, Christian Marcello Mañas, Eduardo Chamecki. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2043º Processo 0828487-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00337152920118160001 Exibição de Documentos. Agravante: Ana Paula Kuczynki. Advogado: Valéria Aparecida Ferreira dos Santos, Roberto Nascimento Ribeiro. Agravado: Banco Real SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2044º Processo 0828624-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200900001108 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Integrada Cooperativa Agrondustrial. Advogado: Isaias Junior Tristão Barbosa, Ilmo Tristão Barbosa, Maciel Tristao Barbosa. Agravado: Maurício Rangel. Advogado: Emília Daniela Chuery Martins de Oliveira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2045º Processo 0828723-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00031399220078160001 Obrigação de Fazer. Apelante: Ademir Felix Saviato (maior de 60 anos), Salvelina de Amorim Saviato. Advogado: Marcelo Augusto Angioletti, Rodolfo Gardini Fagundes. Apelado (1): Banco Itaú SA. Advogado: Patrícia Tomazeli, João Leonelho Gabardo Filho, Gilberto Stinglin Loth. Apelado (2): Mainhouse Construções Civis e Consultoria Ltda. Advogado: Luciano Hinz Maran, Alceu Rodrigues Chaves. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2046º Processo 0828790-3 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00083176020108160019 Cobrança. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Newton Dorneles Saratt, Fernando Augusto Ogura. Apelado: Diva Szesz (maior de 60 anos). Advogado: Aline Fernanda Maia, Roberto Ribas Tavarnaro. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2047º Processo 0828847-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 760200000010 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Fernanda Michel Andreani. Agravado: Aparecida Perline, Carmem Lucia Kachoba Francisco, Maria de Lourdes Bueno, José Alves, Alício Ferreira Leal, Osli Geraldo de Moraes, José Donizeti Garanhani. Advogado: Charles Zauza. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2048º Processo 0829036-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00177798620108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú S.a., Banco Banestado S.a.. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Davi Dalvanço, Antonio Granda Gomes, Divaldo Baretello, Lupércio Custódio, Francisco Pinto Lisboa, Gomercindo Otero, Paulo Germano de Azevedo, Deone de Paula Souza, Adisto Servilha, Célia Zomoerline Hilberath, José Justino Paulino, Delaura Maria Ferreira Martins. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2049º Processo 0829097-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 201100000685 Revisão de Contrato. Agravante: Adilson dos Santos Rocier. Advogado: Juliana Ribeiro. Agravado: Itaucard S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2050º Processo 0829165-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00280737520118160001 Prestação de Contas. Agravante: Central de Aparas de Resinas Termoplasticas Ltda Gpp. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Agravado: Banco Santander S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2051º Processo 0829513-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 199900000122 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Libro Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, Guimarães & Advogados Associados. Advogado: Deborah Guimarães, Sonny Brasil de Campos Guimarães. Agravado: Luiz Ari Radunz, Nilda Nair Radunz. Advogado: Iguacimir Gonçalves Franco. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2052º Processo 0829599-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000103220118160133 Cobrança. Agravante: Adalio Nascimento da Cunha, Aparecido Antonio Previato, Claudio Fabrão, Cilinha Clemes Danti, Ernesto Callegario, Esperança Evangelista Bulla, Estefano Destefani, Irodites Rosa da Silva Mazzi, João Aparecido Faquinelli, Leonel Rocha da Silva, Mario Manzotti, Noe Alves, Rodolfo Vitório Fachinelli, Espólio de Sebastião Mariano, Sebastião Valter Bordin, Severino Ferrarezi, Tereza Purcino Zanotto, Waldir Catiano, Aparecido dos Anjos Bertasso. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Agravado: Banco do Brasil SA. Advogado: Fernando Henrique Bosquê Ramalho. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2053º Processo 0830040-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200800000092 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Indústria Gráfica Foroni Ltda.. Advogado: Alberto Cordeiro, Rodrigo Afonso Machado. Agravado: Únnica Papelaria Ltda.. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2054º Processo 0830228-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Bela Vista do Paraíso. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200500000401 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Mariana Piovezani Moreti. Agravado: Carnauba e Cia Ltda.. Advogado: Marco Aurélio Grespan. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2055º Processo 0830277-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 200400001170 Revisão de Contrato. Agravante: Hsbc Bank Brasil S/a - Banco Múltiplo. Advogado: Bruno Campos Faria, Olívio Horácio Rodrigues Ferraz, Samir Naouaf Halabi. Agravado: Compensados Pazello Ltda. Advogado: Renato Golba. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2056º Processo 0830374-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00134859720108160001 Cumprimento de Sentença. Agravante: Elizabete Aparecida Fagnani, Andreia Cristina de Oliveira, Lucia Terezinha Kuchla, Luiz Alberto Baldissera, Zeno Frankowski, Nelson Kovalski, José Vieira, José Gomes Silveira, Ineida Maria Chiaramonte, Neusa Maria Cordova. Advogado: Mário Krieger Neto. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2057º Processo 0830407-4 Apelação Cível
Comarca: Palotina. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00007570820088160126 Cobrança. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Newton Dorneles Saratt, Marcos Dutra de Almeida. Apelado: Ilario Edgar Bomm (maior de 60 anos). Advogado: Vagner Celso Gomes Pessoa, Roberto Antonio Endres. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Revisor: Des. Paulo Cezar Bellio

2058º Processo 0830745-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000327 Prestação de Contas. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Evaldo Manoel de Lima. Advogado: Regiane Capelezzo. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2059º Processo 0830979-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000609 Execução. Agravante: Robson Zanetti. Advogado: Robson Zanetti. Agravado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2060º Processo 0831059-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00017778420108160119 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Fernanda Michel Andreani. Agravado: Angelo Prieto. Advogado: Elizabeth Massumi Toi, Marcelo Keiiti Matsuguma. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2061º Processo 0831554-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00013546820108160170 Revisão de Contrato. Agravante: Irineu Picinini Consultoria Trabalhista, Irineu Picinini, Adriane Lenice Genari Picinini. Advogado: Crestiane Andréia Zanrosso, Giovana Picoli. Agravado: Banco Santander S.a.. Advogado: João Leonelho Gabardo Filho, César Augusto Terra, Gilberto Stinglin Loth. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2062º Processo 0817274-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Nova Londrina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200500000321 Anulatória. Agravante: Agro Industrial Guairaçá de Polvilho Ltda. Advogado: José Airton Gonçalves. Agravado: Incol Indústria e Comércio de Fécula Olinda Ltda. Advogado: Aldo de Mattos Sabino Junior, Neimar Batista, Jamil Ibrahim Tawil Filho. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2063º Processo 0817285-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00032838220118160112 Indenização. Agravante: Marcos Roberto da Silva. Advogado: Giovani Miguel Lopes. Agravado: Banco Panamericano Sa, Panamericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2064º Processo 0819324-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201100000208 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Fernanda Michel Andreani, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Alexandre Mitkowski. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2065º Processo 0822698-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059578020088160001 Cobrança. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Fernando Augusto Ogura, Newton Dorneles Saratt, Etienne Sabino de Andrade. Apelado: Espólio de Santino Giuseppe Bernardo. Advogado: Paulo Roberto Gomes, Allan Amin Propst. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2066º Processo 0823162-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00007852220068160004 Anulatória. Apelante: Lorena Beck da Rosa, Francisco Adelino da Rosa. Advogado: João Carlos Adalberto Zolandeck, Willian Cleber Zolandeck. Apelado: Brde Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Advogado: Silvio Cesar de Bettio. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2067º Processo 0823742-7 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00169918920088160021 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Giani Lanzarini da Rosa Lima, Larissa Elida Sass, Simone Maria Monteiro Fleig. Apelado: Espólio de Arlindo Agostinho da Costa, Bartolo Antonio Peripoli (maior de 60 anos), Edvino Wilot (maior de 60 anos), Elia João Zorzo (maior de 60 anos), Ernesto Pozzer (maior de 60 anos), Valdir Servat, Adão Prates de Andrade, Amarilio Moreira de Moraes (maior de 60 anos), Idalencio Vieira Rodrigues, João Valdevir Deliberali (maior de 60 anos). Advogado: Rafaela Pessali, Rosemar Angelo Melo. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2068º Processo 0823770-1 Apelação Cível

Comarca: Iporã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006835020088160094 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Marcos Dutra de Almeida. Apelado: Rosalvo Domingos de Araujo. Advogado: Celso Andrey Abreu. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2069º Processo 0823868-6 Apelação Cível

Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003923320088160132 Prestação de Contas. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Pedro Carlos Palma, César Eduardo Botelho Palma. Apelado: Vasques e Vasques Ltda - Epp. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2070º Processo 0824096-4 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00129248720088160019 Revisão de Contrato. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Maycon Dôlevan Sabakeviski, Oldemar Mariano. Apelado: Adiléia Ribeiro dos Santos. Advogado: Katia Lopes, Cynthia de Fátima Anunziato Santana. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2071º Processo 0824294-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00163656220108160001 Indenização. Apelante: Banco Bradesco Sa. Advogado: Daniel Hachem. Apelado: Claudete Batistel. Advogado: Joelma Pultinavicius. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2072º Processo 0824323-6 Apelação Cível

Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003931820088160132 Prestação de Contas. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Josias Luciano Opuskevich. Apelado: Samuel Gonçalves. Advogado: Cândido Mendes Neto. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2073º Processo 0824415-9 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00274266620108160017 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Janaina Moscatto Orsini, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado: Jo & Jo Industria e Comercio de Eletro - Eletronicos. Advogado: Paulo Cezar Magalhães Penha, Edson Elias de Andrade, Dilvanete Magalhães Rocha de Andrade. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2074º Processo 0824416-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00071648020098160001 Embargos de Terceiro. Apelante: Mariju Washida Sugisawa. Advogado: Paulo Renato Lopes Raposo, Lincoln Lourenço Macuch. Apelado: Banco Santader Brasil Sa. Advogado: Felipe Turnes Ferrarini, Ana Lucia França, Blas Gomm Filho. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2075º Processo 0824524-3 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00052865220118160001 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante (1): Leonice Ortiz. Advogado: Luiz Salvador. Apelante (2): Losango Promoções de Venda Ltda. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis, Richardt André Albrecht, Nathália Kowalski Fontana. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2076º Processo 0824648-8 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00003434120118160017 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Santander Sa. Advogado: Ana Lucia França, Blas Gomm Filho, Amanda Reis. Apelado: Juraci Gaioto. Advogado: Ernani José Pera Junior. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2077º Processo 0824936-3 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00144965020058160030 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil S/a.. Advogado: Poliana Cavaglieri Saldanha dos Anjos, Osli de Souza Machado. Apelado: Maria Andréia da Silva. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund, Jair Antônio Wiebelling. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2078º Processo 0825418-4 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00181840820098160021 Prestação de Contas. Apelante: Cirlei Teresinha Marodin. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Camila Valereto Romano, Reinaldo Mirico Aronis, Charles Parchen. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2079º Processo 0825793-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00071820420098160001 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú Sa. Advogado: Gastão Fernando Paes de Barros Junior. Apelado: Aviário Zil Ltda. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2080º Processo 0827511-8 Apelação Cível

Comarca: Campina da Lagoa. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001014020038160057 Execução de Título Extrajudicial. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Waldomiro Barbieri. Apelado: Salvador Desplanches, Adivaldo Aparecido Desplanches, Jose Alfeu Desplanches. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2081º Processo 0827958-1 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00334277620108160014 Ordinária de Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Izabela Cristina Rücker Curi Bertoncello, Maria Letícia Brüsch. Apelado: Aparecida Gamaliel dos Santos (maior de 60 anos), Paulo Bernardo da Silva, Pedro Montagna (maior de 60 anos), Dejanir Meneguetti (maior de 60 anos), Maria Jose Travassos, Erica Fleming Laffin (maior de 60 anos), Epaminondas Fernandes Costa (maior de 60 anos), Elias José Zydek (maior de 60 anos), Erondina França Neves, Edes Conceição Bonaci Bueno (maior de 60 anos), Fabio Santos Ambrosio (maior de 60 anos), Expedito José de Brito, Joaquim Martinez Valério, Euclides Rodella (maior de 60 anos), Francisco Beneton (maior de 60 anos). Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2082º Processo 0828289-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00183208920108160014 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado S.a., Banco Itau S.a.. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Belonice Gaiano Marciano. Advogado: Wesley Toledo Ribeiro, Shiroko Numata. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2083º Processo 0828367-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00308951120108160021 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Fernanda Michel Andreani. Agravado: Espolio de Helicio Paulo Lazzarotto. Advogado: Higor Oliveira Fagundes. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2084º Processo 0828476-8 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00165141920108160014 Cobrança. Apelante: Banco Itaú - Unibanco Sa. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Cynthia Helena Delapria Tsuda, Lauro Fernando Zanetti. Apelado: Deonysio Rovina (maior de 60 anos). Advogado: Aulo Augusto Prato, Renata Dequech, Talita Silveira Feuser. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Revisor: Des. Shiroshi Yendo

2085º Processo 0828549-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00109482220108160004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaucard Sa, Banco Itauleasing Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Valmor Leme de Campos, José de Souza Martins, Noir Carneiro, Casimiro Markovicz, Reinaldo de Andrade, Thaisa de Campos Micheten, Eunice Garabeli Rocha, Rosevelt Hartman, José Carlos de Arruda, Ozires Aparecido Betim. Advogado: Dorlei Augusto Todo Bom. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2086º Processo 0828840-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 201000001656 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Elisângela de Almeida Kavata, Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Valdeci Alves, Siegfried Muller, Rosa Kayoko Yamamoto, Olinda Freitas, Neide Aparecida Navarro Ciquerolli, Mario Hauagge dos Santos, Luiza Haruio Yamamoto, Lourdes Maria Santos Lima, Eliete Carvalho, Condominio Edificio Coronado. Advogado: Antonio Camargo Junior. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2087º Processo 0829027-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00442882020118160004 Ação Monitória. Agravante: Banco Santander (brasil) S.a.. Advogado: Sonny Brasil de Campos Guimarães, Deborah Guimarães, Fernanda Zacarias. Agravado: Massa Falida de Indústrais Químicas Melyane S/a.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2088º Processo 0829346-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00451534720108160014 Prestação de Contas. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado:

Fabiana Tiemi Hoshino, Lauro Fernando Zanetti, Shealtiel Lourenço Pereira Filho. Agravado: Osvaldo da Silva Maia. Advogado: Luiz Carlos Freitas, Luiz Henrique da Freiria Freitas. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2089º Processo 0829380-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002454820108160128 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Rosangela Aparecida Lupion. Advogado: Cecília Maria Vaccaro Brambilla, Renato Fumagalli de Paiva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2090º Processo 0829592-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Clevelândia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005073820118160071 Embargos a Execução. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari. Agravado: Clevetel Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda. Advogado: Joair Ribas de Mello, Jonas Fleituch de Mello, Juraci Antonelli. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2091º Processo 0829858-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Barracão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00008831820108160052 Cumprimento de Sentença. Agravante: Vardevi Silva Dainese, Claudemir de Souza, Ermelinda Benites Zarratea, Neide Angelina Spada Benedet, Eldenei Carlos Savian, Sergio Accordi, Valmir de Souza Anacleto, Gomercindo Daniel Momoly, Celzio Fontana, Jaime Fontana. Advogado: Rafael Fabrício Mussini, Vinícius Ratti. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2092º Processo 0829941-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001968 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Thais Pontes de Oliveira. Agravado: Rubens Cerqueira Couto. Advogado: Cássia Monteiro de Barros e Couto. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2093º Processo 0830158-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00315708320108160017 Embargos a Execução. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Reinaldo Mirico Aronis, Djalma B dos Santos Júnior, Flávio Adolfo Veiga. Agravado: Carmem Lucia Messias Parrilha. Advogado: Marina Angélica Assis Zerbetto Furlan, Alvaro Manoel Furlan. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2094º Processo 0830278-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000605 Embargos a Execução. Agravante: Taxi Aereo Hercules Ltda., Deywes de Quadros, Ari Moraes de Quadros. Advogado: Leandro Souza Rosa, ANDRÉ MAURÍCIO RIBEIRO PFAFFENZELLER. Agravado: Meat Center Comércio e Representações Ltda.. Advogado: Sadi Meine, Matheus Capoani Meine. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2095º Processo 0830724-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00282633320108160014 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Valmir Ferreira Lima. Advogado: Shiroko Numata, Denise Numata Nishiyama Panisio. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2096º Processo 0830948-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00361942920108160001 Execução por Quantia Certa. Agravante: Banco do Brasil S/a. Advogado: Luiz Alberto Gonçalves, Emerson Norihiko Fukushima. Agravado: Fernando Silveira Picheth. Advogado: José Ricardo Fiedler Filho, Felipe Guimarães Moura. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2097º Processo 0817371-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00058513220098160083 Carta Precatória. Agravante: Marcelo Gressler Righi. Advogado: Rodrigo Longo, Gustavo Fasciano Santos, Dalila Cristina Marcon. Agravado: Luiz Carlos Langer. Advogado: Jorge José Gotardi. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2098º Processo 0818784-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201100000203 Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Michelle Braga Vidal, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Maria Ilda Bassetto, Adonis Jose Pires, Vanilda Colombo da Silva. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2099º Processo 0822509-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00062297420088160001 Prestação de Contas. Apelante: Ailton Clemente. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari, Anderson Cleber Okumura Yuge. Apelado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Rita de Cássia Correa de Vasconcelos. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2100º Processo 0823191-0 Apelação Cível
Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00013234820108160170 Cobrança. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Fernanda Michel Andreani, Mithiele Tatiana Rodrigues. Apelado: Joni Edson Kromann. Advogado: Fabiano José Bordignon. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2101º Processo 0823690-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00069508920098160001 Exibição de Documentos. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Kelly Cristina Worm Cotlinski Canzan. Apelado: Benedito Valêncio da Silveira, Darcy Nasser de Melo. Advogado: Alexandre Correa Nasser de Melo, Vivian Nicole Koehler Pierri. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2102º Processo 0823879-9 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00014124320108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Maurício Kavinski, Luiz Fernando Brusamolin, José Antônio Broglio Araldi. Rec.Adesivo: Espólio de Gervasio Anisio Palharim. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Espólio de Gervasio Anisio Palharim. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Maurício Kavinski, Luiz Fernando Brusamolin, José Antônio Broglio Araldi. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2103º Processo 0823968-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Jaguariaíva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00044463620118160100 Cumprimento de Sentença. Agravante: Pedro Rodrigues da Luz. Advogado: Letícia de Mattos Schröder, Wesley Toledo Ribeiro. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2104º Processo 0824009-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00006225620038160001 Declaratória. Apelante: Massa Falida de Auto Posto Bm Petro I Ltda, Homero Figueiredo Lima e Marchese Síndico da Massa Falida. Advogado: Bruno Guiss. Apelado: Petrobras Distribuidora SA. Advogado: Fernando Wilson Rocha Maranhão, Andrea Caroline Marconatto Cury. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2105º Processo 0824084-4 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00008312820108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Maurício Kavinski, Luiz Fernando Brusamolin, José Antônio Broglio Araldi. Rec.Adesivo: Odair de Deus. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Maurício Kavinski, Luiz Fernando Brusamolin, José Antônio Broglio Araldi. Apelado (2): Odair de Deus. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2106º Processo 0824339-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00290319520108160001 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Renata Rodrigues Salles, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Apelado: Elias Francisco de Souza. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2107º Processo 0825081-7 Apelação Cível
Comarca: Palotina. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00009551120098160126 Repetição de Indébito. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Oldemar Mariano, Sérgio Luiz Belotto Junior, Hellison Eduardo Alves. Apelado: Jose Roberto Salvadori, Marilda Salete S Salvadori. Advogado: José Valdir Weschenfelder, Veridiana Perin. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2108º Processo 0825232-4 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00265944220108160014 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Gustavo Viana Camata, Renato Goes de Macedo. Apelado: Leal Papelaria e Informática Ltda. Advogado: Ludmila Sarita Rodrigues Simões, Angélica Viviane Ribeiro. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2109º Processo 0825633-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00253424320108160001 Cobrança. Apelante (1): Banco Santander Brasil S/a.. Advogado: Felipe Rosinski Lima Bissani, Gilberto Stinglin Loth. Apelante (2): Nilo Fortes Trevisan, Mercedes Trevisan Marcon. Advogado: Leirson de Moraes Mücke, Ardêmio Dorival Mücke, Gleidson de Moraes Mücke. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2110º Processo 0825812-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00002406820008160001 Declaratória. Apelante (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Fabrício Zilotti. Apelante (2): Hailton Corrêa do Nascimento. Advogado: José Pedro de Paula Soares. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2111º Processo 0826982-3 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00179968520098160030 Embargos a Execução. Apelante: Banco Abn Amro Real SA. Advogado: Leandro de Quadros, Juliano Ricardo Tolentino. Apelado: Odete Ruiz da Silva e Cia Ltda. Advogado: Guilherme Martins Hoffmann, Carlos Ermínio Allievi. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2112º Processo 0827818-2 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00247271420108160014 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Izabela Cristina Rücker Curi Bertoncello, Maria Letícia Brüsch. Apelado: Luiz Carlos Camillo da Silva, Ismael Leopoldo do Vale, Léia Ribeiro de Almeida, Carlos Augusto Aires (maior de 60 anos), João Alves dos Santos (maior de 60 anos), Orlando Ferreira Gonçalves (maior de 60 anos), Raul Alves Bonini (maior de 60 anos), Rubens de Sene, Basilia Ribeiro Ramos (maior de 60 anos), Luiz Carlos Soares. Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2113º Processo 0828354-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00038200920108160017 Execução de Título Judicial. Agravante: Cesar Canesin Colucci. Advogado: Valdir Oliveira, Célio Armando Janczeski. Agravado: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Simone Daiane Rosa, Elisângela de Almeida Kavata. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2114º Processo 0828669-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00024798420118160025 Exceção de Incompetência. Agravante: Itaú Unibanco S.a.. Advogado: Alexandre de Almeida, Luiz Felipe Apollo, Alexandra Regina de Souza. Agravado: José Carlos Siqueira. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2115º Processo 0828690-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00161379620118160019 Tutela Inibitória. Agravante: Banco Santander Sa. Advogado: Gilberto Stinglin Loth, João Leonelho Gabardo Filho, César Augusto Terra. Agravado: Iara Regina Trindade. Advogado: Jorge Luiz Martins. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2116º Processo 0828838-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00028695420118160025 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú Unibanco S.a.. Advogado: Alexandre de Almeida, Luiz Felipe Apollo, Alexandra Regina de Souza. Agravado: Filomena Maria Ribeiro Boica. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2117º Processo 0829189-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00006925120108160123 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Itamarati Indústria de Compensados Ltda., Marcelo Bosquirolli Lazzaretti, Ana Paula Reis Hoinaski Lazaretti, Reinaldo Lazzaretti, Therezinha Adelina B Lazzaretti. Advogado: Valmir Schreiner Maran, Charles Daniel Duvoisin. Agravado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Bruno Delgado Chiaradia, Milena Grossi dos Santos. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2118º Processo 0829224-8 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00166860820088160021 Cobrança. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Leandro de Quadros, Juliano Ricardo Tolentino, Ana Paula Finger Mascarello. Apelado: Maria de Lourdes Siolim (maior de 60 anos), José Gonçalves Fiaux (maior de 60 anos), Espólio de Alberto Dias do Carmo. Advogado: Edson Luiz de Freitas, Averaldo Francisco Pinheiro de Souza. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2119º Processo 0829411-1 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00297729620108160014 Cobrança. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Vanessa Aline Scandalo Rocha, Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos. Apelado: Eleci Maria Ridão, Eliane Regina Arenas, Marly Domingos Lopes, Enio Lima de Cordova, Ademar Fontana, Adelhaid Kindlein (maior de 60 anos), Leonilda Lunkes Rempel (maior de 60 anos), Sebastião Rodrigues Chagas (maior de 60 anos), Antônio Martins (maior de 60 anos), Deolinda Fier Zamprônio (maior de 60 anos). Advogado: Thaisa Cristina Cantoni, Josafar Augusto da Silva Guimarães. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Revisor: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto

2120º Processo 0829498-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00003903420098160001 Cobrança. Agravante: Benedito Salatiel Cunha de Paula, Alvino Palhano de Siqueira, Eurides Klingenfus, Francisco Milhomes da Silva Neto, Jose Nicolau Kutianski, Jose Ricardo Jacomel, Luiz Romulo Cargnin, Roque Martins França. Advogado: Antonio Saonetti. Agravado: Banco do Brasil SA. Advogado: Ana Paula Góes Nicoladeli Schick, Gustavo Rodrigo Góes Nocoladeli. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2121º Processo 0829816-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00140895820108160001 Cobrança. Agravante: Maria Lúcia de Oliveira Chueire. Advogado: Rafael Baggio Berbicz, Alfeu Cicarelli de Melo. Agravado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Kelly Cristina Worm Cotlinski Canzan, Juliana Vicentini. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2122º Processo 0829869-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00308105120118160001 Tutela Inibitória. Agravante: Marilda Bianchi Paez. Advogado: Daiane Toshie Gotz Saito, Lincoln Taylor Ferreira, Jorge Luiz Martins. Agravado: Banco Santander Brasil Sa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2123º Processo 0829921-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002012420108160162 Execução por Quantia Certa. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Acacio Seco, Ademir Pereira de Paulo, Gidalto Lucas Evangelista, Luiz Evangelista (maior de 60 anos), Nivaldo Bianchini (maior de 60 anos). Advogado: José de César Ferreira. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2124º Processo 0830119-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00047407220118160170 Medida Cautelar. Agravante: Wilson Alvarenga. Advogado: Marcelo Barzotto. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2125º Processo 0830259-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00284940220108160001 Embargos a Execução. Agravante: Gisele Cristine Baroni. Advogado: Antônio Augusto Grellert, Márcia Aparecida Jarenko. Agravado: Banco Bradesco SA. Advogado: Cristiane Menon, Emanuel Vitor Canedo da Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2126º Processo 0830464-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001236 Execução. Agravante: Carlos Antonio Ghesti, Helóisa Ghesti. Advogado: Leonardo da Costa. Agravado: Banco Bradesco SA. Advogado: Nelson Paschoalotto. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2127º Processo 0830668-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001326020118160128 Cumprimento de Sentença. Agravante: Itaú Unibanco S/a. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Herdeiros de Sebastião Serrano dos Santos, Geni Domingos Trombelli dos Santos, Geise Serrano dos Santos, Sergen Junior Serrano dos Santos, Segeo Serrano dos Santos. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2128º Processo 0830730-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00029626020108160119 Embargos a Execução. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Jamil Josepetti Junior, Jairo Antonio Gonçalves Filho. Agravado: Agroindustrial Uniflor Ltda., Rodrigo Derenzo de Sá. Advogado: José Maria Lopes de Souza. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio

2129º Processo 0808981-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Ubiratã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00008903820108160172 Cumprimento de Sentença. Agravante: Alberto Toledo Menegati, Marcela Vargas de Franco, Moises Menile, José Carlos Panichi, Deolindo Panichi, Antonio Maria da Rocha, Benedito Azarias, Josiane Aparecida de Abreu, Narciso Neto. Advogado: Paulo Roberto Gomes, Reginaldo Caselato. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Konstantinos Jean Andreopoulos. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2130º Processo 0817444-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00015296220108160170 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Elisângela de Almeida Kavata, Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Idelvair Terezinha Nazari, Juraci João Scortegagna, Leda Luiza Manozzo, Mario José Bracht, Moacir Marcola, Nair Benelli Rossetto, Odila Libera da Silva, Espólio de Jose de Gaspari Sobrinho, Maria Aparecida Nunes de Gaspari, Amarildo de Gaspari, Irani de Gaspari, Ivair de Gaspari, Roberto Carlos de Gaspari, Aparecido Doni de Gaspari, Espólio de Lotario Antonio Bracht, Felicida Maldaner Bracht, Leonardo José Hartmann. Advogado: Alexandro Dalla Costa, Luciano Marcio dos Santos, Leonardo Della Costa. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2131º Processo 0818630-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Palotina. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200000000119 Ação Monitória. Agravante: Banco Banestado Sa. Advogado: Karin Loize Holler Mussi Bersot, Tatiana Piasecki Kaminski, Rodrigo Pereira Cuano. Agravado: Canteiro Comércio de Sementes e Insumos Agropecuários Ltda. Advogado: Marcos Antonio de Oliveira Leandro. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2132º Processo 0819459-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201100000255 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Michelle Braga Vidal. Agravado: Mohamed Abdo Rahimen. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2133º Processo 0820455-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 200800001763 Execução para entrega de Coisa Certa. Agravante: Sérgio Roberto Bononi. Advogado: José Renato Bononi. Agravado: Belagricola- Comércio e Representação de Produtos Agrícolas Ltda.. Advogado: Roberto Carlos Bueno, Thaísa Comar. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2134º Processo 0822571-4 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00010128220078160131 Prestação de Contas. Apelante: Ivanir Luiz Ottoni. Advogado: Aurino Muniz de Souza. Apelado: Banco Banestado SA. Advogado: Jorge Luiz de Melo, Fabio Junior Bussolaro. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2135º Processo 0822712-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00028904420078160001 Revisão de Contrato. Apelante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Gilian Pacheco, Janaina Rovaris. Apelado: Infaxpaper Comércio de Bobinas e Serviços Ltda. Advogado: Gerson Massignan Mansani, Osnildo Pacheco Júnior. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2136º Processo 0822906-7 Apelação Cível

Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00071045620058160031 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Ana Lucia França, Thalyta Emanuelle dos Santos. Rec.Adesivo: Juari de Azevedo Lopes. Advogado: Marco Antonio Farah. Apelado (1): Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Ana Lucia França, Thalyta Emanuelle dos Santos. Apelado (2): Juari de Azevedo Lopes. Advogado: Marco Antonio Farah. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2137º Processo 0823339-0 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00250908920108160017 Exibição de Documentos. Apelante (1): Pedro Cristino de Oliveira. Advogado: Guilherme Vandresen. Apelante (2): Banco Itaú SA. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris, Fernando Ramos Oga. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2138º Processo 0823488-8 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00124525120068160021 Indenização. Apelante: Siveicred - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Comerciantes de Veículos e de Peças e Acessórios Para Veículos de Porto Alegre e Região Metropolitana Ltda. Advogado: Claudia Francini Decol Hauari. Apelado: Jeovane Ouriques Kipper. Advogado: Vandira Cozer, Vilmar Cozer. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2139º Processo 0823571-8 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00182257220098160021 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Giani Lanzarini da Rosa Lima, Larissa Elida Sass. Apelado: Cezar Roberto Czerniej. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund, Jair Antônio Wiebelling. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2140º Processo 0823597-2 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00181052920098160021 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Janaina Moscatto Orsini, Márcio Rogério Depolli, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado: Vicelli Comércio de Veículos Ltda. Advogado: Márcia Loreni Gund, Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2141º Processo 0823886-4 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Ação Originária: 00038202620088160131 Embargos a Execução. Apelante: Zucam Indústria e Comércio de Acumuladores Ltda, Luiz Avelino Zucchello, Rosi Zucchello. Advogado: Fernando Salvatti Godoi, Mariele Zucchello. Apelado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Egídio Munaretto, Eduardo Munaretto, Jardel Momo. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2142º Processo 0824193-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00044879820108160112 Execução de Sentença. Agravante: Inez Justina Becker. Advogado: Carla Tereza dos Santos Diel. Agravado: Banco Itaú SA, Banco do Estado do Paraná SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Keyla Monquero. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2143º Processo 0824203-9 Apelação Cível

Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00002804820108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Camila Valereto Romano. Rec.Adesivo: Jose Rodrigues Gomes. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Camila Valereto Romano. Apelado (2): Jose Rodrigues Gomes. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2144º Processo 0824289-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00010880220078160004 Cobrança. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Alexandre de Almeida, Marcos Vinícius Moraes Kleinowski, Larissa Grimaldi Rangel Soares, Nelson Paschoalotto. Apelado: Josué Moutinho Machado. Advogado: Eraldo Lacerda Junior, Paulo Donato Marinho Gonçalves. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2145º Processo 0824935-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00344777920108160001 Exibição de Documentos. Apelante: Sul Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Angelize Severo Freire. Apelado: Jussara Aparecida Pereira. Advogado: Luiz Salvador. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2146º Processo 0825084-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00001473319998160004 Consignação em Pagamento. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Leonel Trevisan Júnior. Apelado: Viviane Mesquita Gonçalves, Lidia Gonçalves. Advogado: Orlando Anzoategui Júnior. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2147º Processo 0825620-4 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00143110620098160019 Tutela Inibitória. Apelante: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Rodolfo Fernandes de Souza Salema, Gilberto Stinglin Loth, Renato Torino. Apelado: Jose Carlos da Rosa. Advogado: Jorge Luiz Martins. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2148º Processo 0826313-8 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00187738420108160014 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Marcelo Ramos, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado: Gerso Velo. Advogado: Tirone Cardoso de Aguiar. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2149º Processo 0827173-8 Apelação Cível

Comarca: Medianeira. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00003215220038160117 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Poliana Cavaglieri Saldanha dos Anjos. Rec.Adesivo: Guido Fritzen. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Apelado (1): Guido Fritzen. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Poliana Cavaglieri Saldanha dos Anjos. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2150º Processo 0828347-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00133288520108160014 Exibição de Documentos. Agravante: Carlos Flávio Diniz. Advogado: Zaqueu Subtil de Oliveira, Júlio César Subtil de Almeida, José Subtil de Oliveira. Agravado: Banco Banestado SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2151º Processo 0828486-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00103716820118160017 Constitutiva Negativa. Agravante: Pereira e Pradella Ltda - Me. Advogado: Patrícia de Paula Pereira Inês. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2152º Processo 0828735-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00071734220098160001 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Paulo Roberto Azeredo, Sônia Maria Schroeder Vieira, Cezar Eduardo Ziliotto. Apelado: Maria Zenaide Quareli Rubio (maior de 60 anos), Luiz Carlos Czelusniak, Ciro João Milani, Evandro Luiz Machio, Maria Ferreira da Silva, Luciane Aparecida Czelusniak Lovato, Luciano Aurélio Czelusniak, Sibila Lopes Pereira (maior de 60 anos), Ataide Zampieri (maior de 60 anos). Advogado: Olinto Roberto Terra, Floriano Terra Filho. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2153º Processo 0828821-3 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00319181320108160014 Cobrança. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Cynthia Helena Delapria Tsuda. Apelado: Jair Thomazinho (maior de 60 anos), Jorge Candido de Souza (maior de 60 anos), Juliana Takaoka de Souza de Sá Pereira, Iracema Takaoka de Souza (maior de 60 anos), Francisco Alves Correia (maior de 60 anos), Florindo Dalberto (maior de 60 anos), Genésio Roque de Freitas, Josefa Aparecida Dias (maior de 60 anos), Lucília Inague Kurihara (maior de 60 anos), Jair Santana (maior de 60 anos), Maria de Fátima Gomes Bueno (maior de 60 anos), Gisela Naffien (maior de 60 anos). Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2154º Processo 0828830-2 Apelação Cível

Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00330024920108160014 Ordinária de Cobrança. Apelante: Banco Itaú Unibanco Sa. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Cynthia Helena Delapria Tsuda, Lauro Fernando Zanetti. Apelado: Maria Aparecida Lolata, Antônia Bragadini Zanini (maior de 60 anos), Zeni Ferreira Pivovar (maior de 60 anos), Alves Silvestre (maior de 60 anos), José Eugênio Bostolini (maior de 60 anos), Cleonice Maria Capeleto, Geraldo Sperandio (maior de 60 anos), Alípio José da Silva (maior de 60 anos), Antônio Clemente dos Santos (maior de 60 anos), Álvaro Miranda Rizzo (maior de 60 anos), Berenildes de Moraes Bueno (maior de 60 anos), Irineu Bandeira (maior de 60 anos), Maria Stela Mendes

Bandeira, Espólio de Alquimedes Rodrigues Lopes. Advogado: Linco Kczam, Thaisa Cristina Cantoni. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2155º Processo 0829055-3 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00266957920108160014 Cobrança. Apelante (1): Cristiane Angélica Balan, Rui Trindade Pereira do Nascimento, Yoko Jacoco Tomigawa, Thais Favaro Busnardo, Robero de Freitas Turco, Roberto Chocin Jacojaco Tomigawa, Terezinha Gonçalves da Costa, Roger Luiz Joslin Rodrigues, Oscar Buono, Andrino Lopes, Lidio José dos Santos, Ingrid Haydeé Muller Seraphim, Leduina Prestes de Farias, Paulo Seraphim. Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Apelante (2): Banco Itaú Unibanco Sa. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Cynthia Helena Delapria Tsuda. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2156º Processo 0829062-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 201000016472 Cobrança. Agravante: Luiz Freire de Carvalho, José Mariano Nobre, Maria de Lourdes da Silveira Gonçalves, Neuso Regio Nepomuceno, Floriano Rocha, Genival Alves de Sousa, Maria Elisa Marques Costa, Anne Kariany Rebouças Cunha, João Antonio Coutinho da Mota, José Alves Junior. Advogado: Josafar Augusto da Silva Guimarães. Agravado: Banco Bradesco SA. Advogado: Newton Dorneles Saratt. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2157º Processo 0829154-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00024572220108160167 Cumprimento de Sentença. Agravante: Itaú Unibanco S.a.. Advogado: Alexandre de Almeida, Larissa Grimaldi Rangel Soares, Luiz Felipe Apollo. Agravado: Herdeiros e Sucesspres de Ivo Moratelli, Laura Shigueko Misugi, Herdeiros e Sucessores de Antônio Zeffa, Herdeiros e Sucessores de Maria Amaro dos Santos, Herdeiros e Sucessores de Adair Peres Ruiz, Herdeiros e Sucessores de Santo Recco, Herdeiros e Sucessores de Evangelina Rodrigues e Silva. Advogado: José de César Ferreira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2158º Processo 0829521-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200100000183 Declaratória. Agravante: Andre Luiz Schmitz. Advogado: André Luiz Schmitz. Agravado: Dario Genari. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2159º Processo 0829641-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200100000183 Declaratória. Agravante: Egídio Bruno. Advogado: Clecio Braga Junqueira, Hélio Martinez, Teruo Taguchi Miyashiro. Agravado: Dário Genari. Advogado: Dario Genari. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2160º Processo 0829654-6 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00103996020028160014 Prestação de Contas. Apelante: Pc News Informática Ltda. Advogado: Wilian Zendrini Buzingnani. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Eduardo Luiz Correia, Fábio Maurício Pacheco Ligmanovski. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Revisor: Des. Joatan Marcos de Carvalho

2161º Processo 0829937-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025404220118160025 Exceção de Incompetência. Agravante: Itaú Unibanco S.a.. Advogado: Luiz Felipe Apollo, Alexandra Regina de Souza, Alexandre de Almeida. Agravado: Pedro Mazili Neto. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2162º Processo 0830665-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00259653420118160014 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Tork Tratores Ltda. Advogado: José Cicero Celestino. Agravado: Edson Fernandes da Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2163º Processo 0831144-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200800000654 Ação Monitória. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Jamil Josepetti Junior, Jairo Antonio Gonçalves Filho. Agravado: Sergio Suzano da Costa, Rosângela Martins da Costa. Advogado: Elezer da Silva Nantes, Cecílio Maioli Filho, Maria Terezinha de Souza Nantes Filha. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Renato Naves Barcellos

2164º Processo 0820468-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 200700000271 Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Fernanda Michel Andreani. Agravado: Heitor Sigaki. Interessado: José Delmenico, Moacir Antonio de Oliveira, João Batista Martins (maior de 60 anos), Domingos Hipólito Guimarães (maior de 60 anos), José Yoshio Sakomoto (maior de 60 anos), Leandro Pedro Granadier, Guilherme Yoshinobu Akutagawa, Originaldo Mossambani, Rosalia Teriel Navas Balischi, Maria Lessa Gomes, Ciloe Soares de Farias, Sérgio Kazuhiro Toiohara, Atsuko Maeda Toiohara, Espólio de Hiromu Toiohara. Advogado: Carlos Roberto Gomes Salgado. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2165º Processo 0822617-5 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00241240920088160014 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Daniele Lie Watarai, Fabiana Tiemi Hoshino, Lauro Fernando Zanetti. Apelado: Espólio de Oscar Schenfelder. Advogado: Paula Schenfelder Falaschi, Carlos Renato Cunha. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2166º Processo 0822992-3 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00008711020108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Renato Goes de Macedo, Gustavo Viana Camata, Louise Rainer Pereira Gionédis. Rec.Adesivo: Paulo Vengrus. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Renato Goes de Macedo, Gustavo Viana Camata, Louise Rainer Pereira Gionédis. Apelado (2): Paulo Vengrus. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2167º Processo 0823211-7 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00182152820098160021 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Ana Caroline Dias Libânio da Silva, Guilherme Tolentino Ribeiro da Silva, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado: Morgana Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2168º Processo 0823839-5 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00177119220098160030 Cobrança. Apelante: Gislene Jacinta Hinterholz Fortunato. Advogado: René Miguel Hinterholz. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Gustavo Rezende da Costa, Ana Caroline Dias Libânio da Silva, Reinaldo Mirico Aronis. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2169º Processo 0823840-8 Apelação Cível
Comarca: Mangueirinha. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002165720078160110 Prestação de Contas. Apelante (1): Jaime Faust (maior de 60 anos). Advogado: Lizeu Adair Berto, Jhonny Rafael Berto. Apelante (2): Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Oldemar Mariano, Sérgio Luiz Belotto Junior, Glauce Kossatz de Carvalho. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2170º Processo 0824241-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00058321520088160001 Repetição de Indébito. Apelante: Itaú Unibanco Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Andrea Sartori. Apelado: Sonia Mara Gomes de Miranda Ribeiro. Advogado: Aparecido José da Silva. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2171º Processo 0824388-7 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00141872320098160019 Tutela Inibitória. Apelante: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Gilberto Stinglin Loth, Rodolfo Fernandes de Souza Salema, João Leonelho Gabardo Filho. Apelado: Saul Marcos Martins Mesquita. Advogado: Jorge Luiz Martins. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2172º Processo 0824641-9 Apelação Cível
Comarca: Mangueirinha. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002182720078160110 Prestação de Contas. Apelante: Laercio Adriano de Mello. Advogado: Lizeu Adair Berto, Jhonny Rafael Berto. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Ursula Ernlund Salaverry Guimarães, Aline Pereira dos Santos Martins, Márcio Rogério Depolli. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2173º Processo 0824924-3 Apelação Cível
Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003958520088160132 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Janaina Moscatto Orsini. Apelado: Hilerino Alves da Cunha. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2174º Processo 0824990-7 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00201367220118160014 Embargos a Execução. Apelante: João Batista Manzali. Advogado: Susana Tomoe Yuyama, Josuel Décio de Santana. Apelado: Ozéias Oldebrechet. Advogado: Luiz Fernando Coelho da Cunha. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2175º Processo 0825048-2 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00127528320108160017 Cobrança. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Izabela Cristina Rücker Curi Bertoncello, Maria Letícia Brüsch. Apelado: Espólio de Ademar Silvano Cavalaro, Espólio de San Martin Navarro, Espólio de Anibal Macor, Espólio de Avelino Sartori, Espólio de Duvilio Palmieri, Espólio de Faustino Secorun Filho, Espólio de Felipe Barnabé, Espólio de Florindo Pigini, Espólio de Granero de Ruiz, Espólio de Geniro Sossai. Advogado: Giovanna Price de Melo, Carlos Alexandre Vaine Tavares. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2176º Processo 0825729-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00071639520098160001 Embargos a Execução. Apelante: Antonio Carlos Moreira. Advogado: Antonio Carlos Moreira. Apelado: Tereza Godoy. Advogado: Jairo Eleasar Pinto Ribeiro. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2177º Processo 0825779-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00590221920108160001 Exibição de Documentos. Apelante (1): Banco Citicard Sa. Advogado: Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho,

Mário Gregório Barz Junior, Renata Nascimento Schefer, Karin Bonoto Marcos, Francisco Antônio Fragata Junior. Apelante (2): Olivia das Neves Godoio. Advogado: Luiz Salvador. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2178º Processo 0826059-9 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00168827520088160021 Execução de Título Extrajudicial. Apelante: Comercial Destro Ltda. Advogado: Thiago Penazzo Lorenzo, Rafael Vinícius Massignani, Rafael Baroni. Apelado: Lindolfo Romão. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2179º Processo 0827038-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00009224120108160108 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Elisângela de Almeida Kavata. Agravado: Maria das Dores Nunes Souza. Advogado: Fábio Júnior de Oliveira Martins, Edivar Mingoti Júnior. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2180º Processo 0828084-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00060720420088160001 Cobrança. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Luiz Alberto Gonçalves. Apelado: Francisco Contijo (maior de 60 anos), Geraldo Moreira Dias (maior de 60 anos), José Archanjo de Oliveira, José Benedito Contijo, José Evangelista dos Santos, José Ferreira Lima (maior de 60 anos), José Nunes de Moraes, José Pinheiro da Costa (maior de 60 anos), José Soares Nogueira Filho (maior de 60 anos), Jumpei Sato (maior de 60 anos). Advogado: Paulo Henrique Gardemann. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2181º Processo 0828534-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00009377420108160119 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Nair Frediani Gandolfi. Advogado: Renato Fumagalli de Paiva. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2182º Processo 0828615-5 Apelação Cível
Comarca: Santa Helena. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004276520108160150 Revisão de Contrato. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Guilherme Tolentino Ribeiro da Silva, Reinaldo Mirico Aronis, Luiz Assi. Apelado: Vilimar Neiss (maior de 60 anos), Lucila Manthey Neiss. Advogado: Olide João de Ganzer, Agildo Vinícius da Rocha Dreyer. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Revisor: Des. Renato Naves Barcellos

2183º Processo 0828755-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00194583320108160001 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Agravante: Antonio Vilmar Boesing. Advogado: José Américo da Silva Barboza. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris, Albadilo Silva Carvalho. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2184º Processo 0829270-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001584 Exibição de Documentos. Agravante: Célia Regina Simonelli. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Agravado: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2185º Processo 0829565-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 200700001608 Prestação de Contas. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Dueville Trading Ltda.. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2186º Processo 0829701-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Ribeirão Claro. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001636620108160144 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Cleide de Souza Mio. Advogado: Élinton Borges Zansavio da Silva. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2187º Processo 0829964-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200100001076 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Edmar Hispagnol, Maria Adelaide dos Santos Vicente, Paulo Antônio Barca. Agravado: Construtora Mtm Ltda.. Advogado: Érica Hikishima Fraga, Mieko Ito, Angelo Itamar de Souza. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2188º Processo 0830255-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00011054220108160001 Repetição de Indébito. Agravante: Janaina Agostinho Gonçalves. Advogado: Valter Camargo Furquim, Carlos Augusto Garret. Agravado: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Mariane Cardoso Mascarevich, Jéssica Ghelfi. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2189º Processo 0830264-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00019478520118160001 Execução. Agravante: Carlos Eduardo Cassou. Advogado: Ali Feres Messmar Filho. Agravado: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniele de Bona, Diego Rubens Gottardi. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2190º Processo 0830329-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006611120108160162 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Ailton Rizo Borges, Alicio Benedito de Souza, Leando Campos Kogima, Mario Pacagnan, Sebastião Dias de Jesus. Advogado: José de César Ferreira. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2191º Processo 0830865-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 199900000201 Prestação de Contas. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Paulo Guilherme de Mendonça Lopes, Rodrigo Castor de Mattos. Agravado: Marcos Battisti Archer. Advogado: Heber Marcelo Gomes da Silva. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

2192º Processo 0830886-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Ribeirão Claro. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00014630201081600144 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado S/a, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: José Henrique Mio, Cleide de Souza Mio. Advogado: Élinton Borges Zansavio da Silva. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Shiroshi Yendo

_____ 17ª Câmara Cível _____

2193º Processo 0778689-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00035329620088160028 Reintegração de Posse. Apelante (1): Reinaldo Santiago de Araujo. Advogado: Márcia Elizabete de Oliveira Tornesi. Apelante (2): Lkn Engenharia e Construções Ltda. Advogado: Luiz Roberto Romano. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Redistribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2194º Processo 0822751-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00013324320118160083 Revisão de Contrato. Agravante: Anildo Dal Cortivo. Advogado: Flávia Dreher Netto, Ângela Patrícia Nesi Alberguini. Agravado: Banco Finasa Sa. Advogado: Patrícia Trento, Moisés Batista de Souza. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2195º Processo 0822782-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00000904920118160083 Revisão de Contrato. Agravante: Altemir Palavisin (Representado(a)), Keyla da Aparecida de Macedo Palavisin. Advogado: Flávia Dreher Netto, Ângela Patrícia Nesi Alberguini. Agravado: Bv Financeira Sa. Advogado: Nelson Pilla Filho, Luiz Fernando Brusamolin, Gustavo Freitas Macedo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2196º Processo 0822810-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00300539120108160001 Revisão de Contrato. Apelante: Alan Felipe Zonta. Advogado: Valdemar Andreatta, Reinaldo José Andreatta, Flávia Wolff Zwolinski. Apelado: Bv Financeira S/a - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Tatiana Valesca Vroblewski, Marina Blaskovski, Sérgio Schulze. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2197º Processo 0822884-6 Apelação Cível
Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002253720108160167 Busca e Apreensão. Apelante: Nilson José de Souza. Advogado: Marlene Sestito. Apelado: Banco Finasa Sa. Advogado: Alexandre Romani Patussi, Aparecido Martins Patussi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2198º Processo 0823129-4 Apelação Cível
Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00024913420108160090 Busca e Apreensão. Apelante: Jurandir Sena. Advogado: Daniela D'amico Moraes. Apelado: Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Eneida Wirgues. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2199º Processo 0823419-3 Apelação Cível
Comarca: Cambará. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00015416720098160055 Busca e Apreensão. Apelante: Snug Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. Advogado: Sérgio Antônio Meda. Apelado: Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Eneida Wirgues. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2200º Processo 0823452-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00000743219978160004 Busca e Apreensão. Apelante: Tercav Construtora de Obras Ltda. Advogado: Harri Klais, Maísa Goreti Lopes Sant'ana. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Francisco Carlos Duarte, Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Banco Banestado SA. Advogado: Eliana Meira Nogueira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2201º Processo 0823455-9 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00176584120098160021 Revisional. Apelante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Herick Pavin. Apelado: Maria Elizia Pinto de Oliveira. Advogado: Adriana Vieira Bernardino. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2202º Processo 0823474-4 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00182213520098160021 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Marina Blaskovski, Tatiana Valesca Vroblewski. Apelado: Carlosmar Mosa Ribeiro. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2203º Processo 0823499-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00074197220058160035 Usucapião Especial. Apelante: Município de São José dos Pinhais. Advogado: Gláucia Lourenço Stencel Bozzi. Apelado: Lenoir da Silva. Advogado: Mariano Antônio Cabello Cipolla, Rodrigo Pereira Cortez. Interessado: Moveis Ritzmann. Advogado: Haroldo Alves Ribeiro Junior. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2204º Processo 0823809-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00175650720108160001 Prestação de Contas. Apelante: Leodenir Sodré. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: André Luiz Cordeiro Zanetti. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2205º Processo 0823922-5 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00221199220108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Juliano Miqueletti Soncin, Lia Dias Gregório, Eduardo José Fumis Faria. Apelado: Elias Bueno da Silva. Advogado: Gilnei Ricardo Eidt. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2206º Processo 0824053-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00075608620118160001 Busca e Apreensão. Apelante: Companhia de Crédito Financiamento e Investimento Rci do Brasil. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Apelado: Guacira Camargo Assunção Civolani. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2207º Processo 0824261-1 Apelação Cível

Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00017168220108160069 Revisão de Contrato. Apelante: Omni Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriano Muniz Rebello. Rec.Adesivo: Antônio Fernandes de Souza. Advogado: Rafael Viva Gonzalez, Heron Anderson. Apelado (1): Antônio Fernandes de Souza. Advogado: Rafael Viva Gonzalez, Heron Anderson. Apelado (2): Omni Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriano Muniz Rebello. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2208º Processo 0824430-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00079267820108160028 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Carla Maria Köhler, Cristiane Ferreira Ramos, Angela Esser Pulzato de Paula. Apelado: Clenice do Rocio Carvalho. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2209º Processo 0824482-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00059794120088160001 Revisão de Contrato. Apelante (1): Maria Lúcia Pereira de Melo de Souza. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Apelante (2): Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/a. Advogado: Herick Pavin. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2210º Processo 0825043-7 Apelação Cível

Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00059836020078160083 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Flávio Santanna Valgas. Apelado: Laboratório Fotográfico Jrc Ltda. Advogado: Lizeu Adair Berto, Jhonny Rafael Berto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2211º Processo 0825183-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00071855620098160001 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Itaucard Sa. Advogado: Cristiane Belinati Garcia Lopes, Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini. Apelado: Thiago Alves de Macedo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2212º Processo 0825500-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00018705220068160001 Revisão de Contrato. Apelante (1): Rodrigo Santos Elsen. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Apelante (2): Omni Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriano Muniz Rebello. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2213º Processo 0825893-7 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00060028420088160001 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriana Pedrosa Lopes, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado: José Maria Rocha. Advogado: Ariane Fernandes de Oliveira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2214º Processo 0827238-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00169607020118160019 Ordinária. Agravante: Marcos Schimanski. Advogado: Luiz Carlos Silveira, César Ananias Bim, Rafael Massena da Silva. Agravado: Banco Itaucard S/a. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2215º Processo 0827459-3 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00181823820098160021 Revisão de Contrato. Apelante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/a.. Advogado: Herick Pavin. Apelado: Wagner de Souza Pereira. Advogado: Adriana Vieira Bernardino, Celso Cordeiro. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2216º Processo 0828334-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001652 Revisão de Contrato. Agravante: Bv Financeira S/a. - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Sérgio Schulze, Tatiana Valesca Vroblewski. Agravado: Shirlei Georges Barrak de Castro. Advogado: Jaqueline Meira Lima. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2217º Processo 0828384-5 Apelação Cível

Comarca: Santa Helena. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006606220108160150 Ordinária. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Silvia Maria de Andrade, Nathália Kowalski Fontana, Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna. Apelado: Osvaldo Garcia da Rocha (maior de 60 anos). Advogado: Romeu Denardi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge

2218º Processo 0828711-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00202288920118160001 Resolução de Contrato. Agravante: Banco Itau Leasing S.a.. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Pio Carlos Freiria Junior. Agravado: Edgard Jarreta Thomaz. Advogado: Leandro Souza Rosa. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2219º Processo 0828730-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00141441820118160019 Revisão de Contrato. Agravante: Marcos Paulo Prestes de Oliveira. Advogado: Danielle Madeira. Agravado: Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2220º Processo 0828921-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00319849520118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Gentil Simões de Lima. Advogado: Paulo Sérgio Winckler. Agravado: Bv Financeira Sa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2221º Processo 0828949-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 201100000516 Revisão de Contrato. Agravante: Bv Financeira S/a - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Tatiana Valesca Vroblewski. Agravado: Cristian Eleandro Alves de Moura. Advogado: Lidiana Vaz Ribovski. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2222º Processo 0829054-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00053152520108160038 Busca e Apreensão. Agravante: Luana Lourenço de Oliveira Monteiro. Advogado: Paulo Roberto Nakakogue. Agravado: Bv Financeira S/a. Advogado: Cristiane Belinati Garcia Lopes. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2223º Processo 0829261-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00160925920118160030 Repetição de Indébito. Agravante: Leonidas de Aguirre Vargas. Advogado: Ismail Hassan Omairi. Agravado: Banco Finasa S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2224º Processo 0829378-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00274224320118160001 Revisional. Agravante: Edson Luiz Rossi dos Santos. Advogado: Lidiana Vaz Ribovski. Agravado: Banco Aymore C.f.i. S.a.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2225º Processo 0829524-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 201100012672 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/a. Advogado: Vanessa Maria Ribeiro Batalha, Fernando José Gaspar. Agravado: Ivagro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.. Advogado: Priscila Loureiro Stricagnolo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2226º Processo 0829830-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 00193004120118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Margareth de Souza Ferreira Moreira. Advogado: Fábio Michael Moreira. Agravado: Banco Itaú Leasing S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2227º Processo 0829985-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00657654520108160001 Revisão de Contrato. Agravante: Marcel Alexander Wilhelm Erwin Kluber. Advogado: Fernando Schumak Melo. Agravado: Banco Itaucard S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2228º Processo 0830018-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00055462720118160035 Revisão de Contrato. Agravante: Luiz Carlos Wettman. Advogado: Caroline Amadori Cavet, Victicia Kinaski Gonçalves. Agravado: Banco Bv Financeira Sa. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2229º Processo 0830242-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 200400001161 Busca e Apreensão. Agravante: Servopa Administradora de Consórcios SC Ltda. Advogado: Gabriel Antônio Henke Neiva de Lima Filho. Agravado: Walter Almeida Vial. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2230º Processo 0830365-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00145751620118160031 Revisão de Contrato. Agravante: Edimar Gralak. Advogado: Silvaney Isabel Gomes de Oliveira. Agravado: Banco Finasa Sa. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2231º Processo 0830384-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00013280820118160147 Revisão de Contrato. Agravante: Nizael de Paula Trindade. Advogado: Viviane Karina Teixeira. Agravado: Banco Real Leasing S/a. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2232º Processo 0830619-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00105387120108160130 Busca e Apreensão. Agravante: Transzulani Transportes Ltda.. Advogado: Jhonathas Aparecido Guimarães Sucupira, Cristina Smolareck. Agravado: Banco Santander (brasil) S/a. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2233º Processo 0830915-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00264991720118160001 Revisão de Contrato. Agravante: José Luiz Gonçalves Martins. Advogado: José Dias de Souza Júnior. Agravado: Banco Finasa S.a.. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2234º Processo 0831058-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 00223732120118160001 Resolução de Contrato. Agravante: Rodrigo Angelo Schafranski. Advogado: Davi Chedlovski Pinheiro. Agravado: Bfb Leasing S.a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Carlos Dalacqua

2235º Processo 0822265-1 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00140409420098160019 Revisão de Contrato. Apelante: Marcio Jose dos Santos. Advogado: Gardênia Mascarelo. Apelado: Bv Financeira Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Tatiane Muncinelli, Luiz Henrique Bona Turra, Jaime Oliveira Penteado, Flávio Penteado Geromini. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2236º Processo 0822394-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00045547220118160130 Exibição de Documentos. Agravante: Helio Acencio. Advogado: Alvino Gabriel Novaes Mendes, Rodrigo Alves de Oliveira, Alessandro Henrique Bana Pailo. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2237º Processo 0822467-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00032587920118160044 Revisão de Contrato. Agravante: Reginaldo Aparecido Jorge. Advogado: Ronan Wielewski Botelho. Agravado: Banco Panamericano S/a - Banco Multiplo, Panamericana Seguros S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2238º Processo 0822813-7 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00150417920078160021 Revisão de Contrato. Apelante: Anderson Fernando Gasparetto. Advogado: Gilvana Pessi Mayorca Camargo, Jaqueline Fátima Roman. Apelado: Banco Abn Amro Real SA. Advogado: Luiz Fernando Dietrich, Herick Pavin, Marcos dos Santos Marinho. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2239º Processo 0822891-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00001822220018160004 Habilitação de Crédito. Apelante: Banco Abn Amro Real SA. Advogado: Julio Barbosa Lemes Filho, Vanda Lucia Tavares. Rec.Adesivo: Massa Falida de Irmãos Valenza Ltda. Advogado: Cleber da Silva Barbosa. Apelado (1): Massa Falida de Irmãos Valenza Ltda. Advogado: Cleber da Silva Barbosa. Apelado (2): Banco Abn Amro Real SA. Advogado: Julio Barbosa Lemes Filho, Vanda Lucia Tavares. Interessado: Cleber da Silva Barbosa Síndico da Massa Falida. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2240º Processo 0822985-8 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00124078220088160019 Busca e Apreensão. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Flaviano Belinati Garcia Perez. Apelado: Marcos Antonio Ruppel da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2241º Processo 0823165-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00024703920078160001 Revisão de Contrato. Apelante: Paulo Roberto Rosa Sansanovicz. Advogado: Paulo Sérgio Winckler. Apelado: Cia Itauleasing S/a - Arrendamento Mercantil. Advogado: Vírginia Neusa Costa Mazzucco, Tatiane Ribeiro Baldoni, Gustavo Saldanha Suchy, Janaina Giozza Avila. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2242º Processo 0823188-3 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00176798720098160030 Revisão de Contrato. Apelante: Evanir Ferreira Domingues. Advogado: Wagner de Oliveira Pires. Apelado: Banco Finasa Sa. Advogado: Flávio Santanna Valgas. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2243º Processo 0823352-3 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00036966020108160038 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Ingrid de Mattos. Apelado: Daniele dos Santos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2244º Processo 0823818-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00233391820108160001 Prestação de Contas. Apelante: Irineu Correia de Lima. Advogado: Anderson Cleber Okumura Yuge, Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado: Bv Financeira Sa. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Luciane Alves Padilha. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2245º Processo 0823841-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00031026520078160001 Busca e Apreensão. Apelante: Jean Pierre Geremias de Jesus Neto, Orides Antonio Borges. Advogado: Umberto Giotto Neto. Apelado: Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento. Advogado: Vanderlei Taverna, Karine Simone Pofahl Weber. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2246º Processo 0823856-6 Apelação Cível

Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00034148320108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Julio Rodrigues do Amaral. Advogado: Luiz Gustavo Leme, Juliano Martins. Apelado: Banco Bradesco Financiamentos Sa. Advogado: Daniela de Carvalho Silva. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2247º Processo 0824024-8 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00066392120078160017 Revisão de Contrato. Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Nelson Pilla Filho, Sabrina Ferrari. Rec.Adesivo: Adenilson Celini. Advogado: Pedro Stefanichen, Adriane Cristina Stefanichen. Apelado (1): Adenilson Celini. Advogado: Pedro Stefanichen, Adriane Cristina Stefanichen. Apelado (2): Aymoré Crédito Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Nelson Pilla Filho, Sabrina Ferrari. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2248º Processo 0824219-7 Apelação Cível

Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00061885520088160083 Busca e Apreensão. Apelante: Cfk Empreendimentos Ltda, Cleonir Domingos Fraporti. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin. Apelado: Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renaud Sa. Advogado: Wiviane Cristina Perin, Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2249º Processo 0824443-3 Apelação Cível

Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00060055920068160017 Interdito Proibitório. Apelante (1): Francisco Carlos do Nascimento, Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque, José Antonio Borghi, Ricardo Visioli, Valdecir Brambilla, Vanderlei Oliveira Santini, Sérgio Pavezzi. Advogado: Klauss Dias Kuhnen. Apelante (2): All - América Latina Logística Malha Sul Ltda. Advogado: José Augusto Araújo de Noronha, Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto, Brasílio Vicente de Castro Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2250º Processo 0824455-3 Apelação Cível

Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00040229220088160069 Busca e Apreensão. Apelante: Marbor Máquinas Ltda. Advogado: Alexandre Gaiofato de Souza, Ricardo Kobi da Silva, Bernardo Augusto Bassi. Apelado: Point Bordados Ltda. Advogado: Jesus Alves Soares, Márcia Cristina da Silva, Rodrigo Augusto Bego Soares. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2251º Processo 0824508-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00626199320108160001 Nulidade. Apelante (1): Bv Financeira Sa - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Sérgio

Schulze, Tatiana Valesca Vroblewski, Marina Blaskovski. Apelante (2): Antonio Ribeiro. Advogado: Juliane Toledo dos Santos Rossa. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2252º Processo 0824515-4 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00009409020108160131 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Volkswagen SA. Advogado: Marcelo Tesheiner Cavassani, Fernando Augusto Alves Pinto, Alessandro Moreira do Sacramento. Apelado: Beatriz Silveira Ramos. Advogado: Sidclei José Godois, André Agostinho Hamera. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2253º Processo 0824670-0 Apelação Cível
Comarca: Goioerê. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00019976120088160084 Cobrança. Apelante: Wilson Rangel José. Advogado: Edson Scardua, Edson Rimet de Almeida. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Ademir Antonio de Lima. Apelado (2): Cia de Seguros Aliança do Brasil. Advogado: Fabiano Salineiro. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2254º Processo 0824724-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 000603222200880160001 Manutenção de Posse. Apelante: Irene Severo de Oliveira. Advogado: Vinícius Ferrari de Andrade, Luciene da Silva Marques Dobasz. Apelado: Julio Gilberto Cruz Lameira, Regina Estela Miola Lameira. Advogado: Caetano Branco Pimpão de Almeida. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2255º Processo 0825516-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00058279020088160001 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Flávio Penteado Geromini, Luiz Henrique Bona Turra, Jaime Oliveira Penteado. Apelado: Dirsonete Felisbino de Oliveira. Advogado: Ruben Madini. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2256º Processo 0825789-8 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00040344620108160131 Revisão de Contrato. Apelante: José Domingos Schutt. Advogado: André Luiz Cordeiro Zanetti. Apelado: Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: André Agostinho Hamera, Sidclei José Godois. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2257º Processo 0825836-2 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00092446620098160017 Nulidade. Apelante (1): Leila Regina Consolari Batista. Advogado: Ana Paula Delgado de Souza Barroso. Apelante (2): Banco Itaucard Sa. Advogado: Juliano Miqueletti Soncin. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2258º Processo 0825912-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00010007520048160001 Revisão de Contrato. Apelante: Cleiton Cristiano Cordeiro de Sales. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Apelado: Banco Dibens Sa. Advogado: Julio César Piuci Castilho, Flávio Lopes ferraz. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva

2259º Processo 0826628-4 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00017883120108160017 Reintegração de Posse. Apelante: Banco Finasa S/a. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini, Flávio Santanna Valgas. Apelado: Idea Industria e Comércio de Etiquetas Ltda. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2260º Processo 0827865-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00314967720108160001 Busca e Apreensão. Agravante: Ester Soldi Moreira. Advogado: Regina de Melo Silva, Paula Gisele Puquevis de Moraes. Agravado: Banco Bmg S.a. Advogado: Márcio Ayres de Oliveira, Eduardo José Fumis Faria, Andréa Hertel Malucelli. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2261º Processo 0828016-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012043120118160145 Interdito Proibitório. Agravante: Tania Pestrelli. Advogado: Cezar Eduardo Ziliotto. Agravado: Anízio Andrade Rosa. Advogado: José Marcelino Correa, Aldo Galicioli Júnior. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2262º Processo 0828500-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00129196620118160017 Revisão de Contrato. Agravante: Maisa Ferreira. Advogado: michael vinícius de oliveira, Evandro Ricardo de Castro. Agravado: Dibens Leasing S/a - Arrendamento Mercantil. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2263º Processo 0828520-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00197424420118160021 Revisão de Contrato. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2264º Processo 0828536-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00759812620108160014 Revisão de Contrato. Agravante: Sebastião Faria. Advogado: Fernando Henrique Ferreira Silva. Agravado: Banco Panamericano Sa. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2265º Processo 0828742-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00109623020118160017 Revisional. Agravante: Adriano Gibim. Advogado: Carla Andrea Morselli de Almeida. Agravado: Bv Financeira S/a Crédito, Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2266º Processo 0828827-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00166584120118160019 Revisão de Contrato. Agravante: Fabio Junior Mysczak. Advogado: Danielle Madeira. Agravado: Banco Itau Unibanco S.a.. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2267º Processo 0829024-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00030948120108160034 Revisão de Contrato. Agravante: Aparecida Ribeiro dos Anjos Lange. Advogado: Michelle Schuster Neumann, Ana Paula Scheller de Moura, Fernando Valente Costacurta. Agravado: Bfb Leasing S.a.. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2268º Processo 0829042-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00022463420118160075 Revisão de Contrato. Agravante: Maquiel Rodinei Cagol. Advogado: Guilherme Pontara Palazzio. Agravado: Bv Serv Bv Financeira Cfi Sa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2269º Processo 0829236-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00079695720118160035 Busca e Apreensão. Agravante: Bernadete de Lourdes Silva. Advogado: Marcio Andrei Gomes da Silva. Agravado: Bv Financeira S.a - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Silvana Tormem, Norberto Targino da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2270º Processo 0829734-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00230253820118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Clenir Antônio Klein. Advogado: Victicia Kinaski Gonçalves. Agravado: Banco Finasa Bmc Sa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2271º Processo 0829739-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00015957720118160147 Revisão de Contrato. Agravante: Ester Pentecoski. Advogado: Cleverson Marcel Sponchiado, Viviane Karina Teixeira. Agravado: Banco Finasa Bmc S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2272º Processo 0829742-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00328171620118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Cleber José Czupiel. Advogado: Victicia Kinaski Gonçalves, Caroline Amadori Cavet. Agravado: Banco Bfb Leasing Arrendamento Mercantil. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2273º Processo 0830000-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Coronel Vivida. Vara: Vara Única. Ação Originária: 199900000001 Liquidação de Sentença. Agravante: José Avacir Salvador. Advogado: Aurimar José Turra, Elisio Apolinário Rigonato Chaves. Agravado: Banco do Estado do Paraná SA. Advogado: Jorge Luiz de Melo, Tatiane Aparecida Lange. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2274º Processo 0830113-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001232 Busca e Apreensão. Agravante: Banco Finasa S/a. Advogado: Fabiana Silveira, Karine Simone Pofahl Weber. Agravado: Clodoaldo Mello Rosa. Advogado: Maria da Graça da Costa Dias. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2275º Processo 0830187-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00136814320118160030 Revisão de Contrato. Agravante: Anderson Cirilo Ribeiro. Advogado: Alsidinei de Oliveira, Keila Cristina Lima, Joana D'Arc Pereira da Silva. Agravado: Bv Financeira S/a - Crédito, Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2276º Processo 0830246-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00214777520118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Janete Ribeiro. Advogado: Marcos Vinícius Rodrigues de Almeida. Agravado: Banco Safra SA. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2277º Processo 0830893-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00014545820118160147 Revisão de Contrato. Agravante: Gabriel dos Santos Goes. Advogado: Viviane Karina Teixeira. Agravado: Banco Itaú Leasing S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2278º Processo 0830957-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00292160220118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Maria Tereza dos Santos Levandoski. Advogado: Juliane Toledo dos Santos Rossa. Agravado: Bv Financeira S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2279º Processo 0831141-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00569782720108160001 Busca e Apreensão. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Nelson Paschoalotto, Lizia Cezário de Marchi, Rafael Maia Ehmke. Agravado: Simara Regina Damasceno. Advogado: Demetrio Maruch Nunes da Silva. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2280º Processo 0831284-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00184257120118160001 Declaratória. Agravante: Elza Oda Xavier Silva. Advogado: Ivan Linzmeyer Santos. Agravado: Paranamotor Veiculos Ltda. Advogado: Gustavo Mussi Milani. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Mário Helton Jorge

2281º Processo 0816788-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Quedas do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200400000151 Reintegração de Posse. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Heldo Gugelmin Cunha, Julio Cezar Zem Cardozo, Jair Roberto da Silva. Agravado: Darceu Ribeiro de Andrade, Anita Amelia Paggi de Andrade, Marcos Andrigo Paggi de Andrade, Solange Grasiela Mattei Andrade, Adriana Paggi de Andrade. Advogado: Edemar Antônio Zilio Júnior, Eurico Ortis de Lara Filho, Fernando Rios. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2282º Processo 0818806-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Nova Londrina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012300420118160121 Reintegração de Posse. Agravante: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Londrina. Advogado: Mauro Lucio Rodrigues. Agravado: Christian Markus Herold. Advogado: Carlos Eduardo Defáveri de Oliveira, Fábio Gileno Tkatecenko dos Santos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2283º Processo 0821773-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00034363220098160033 Revisão de Contrato. Apelante (1): Laurentina Loch. Advogado: William Carvalho. Apelante (2): Bv Financeira Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Adriana Pedrosa Lopes, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado (1): Bv Financeira Crédito e Financiamento e Investimento. Advogado: Adriana Pedrosa Lopes, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado (2): Laurentina Loch. Advogado: William Carvalho. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2284º Processo 0821798-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00156672920118160031 Revisão de Contrato. Agravante: Robson Francisca. Advogado: Viviane Karina Teixeira. Agravado: Banco Bfb Leasing Sa Arrendamento Mercantil. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2285º Processo 0822399-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000704220108160132 Revisão de Contrato. Agravante: Samuel Maximo Chagas. Advogado: Edlon Soares Silva, Mara Sueli Clavisso. Agravado: Banco Finasa de Investimento SA. Advogado: Marcos Dutra de Almeida, Kelly Cristina Alvares Bassi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2286º Processo 0822404-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00030287020118160130 Exibição de Documentos. Agravante: Jose Nunes. Advogado: Caroline Pagamunici. Agravado: Bv Financeira S.a. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2287º Processo 0822620-2 Apelação Cível

Comarca: Bocaiúva do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00010231720088160054 Reintegração de Posse. Apelante: Marlene Maria da Silva. Advogado: Afonso Celso Nunes. Apelado: Celso Augusto M Ribas e Cia Ltda. Advogado: Vinicius de Andrade Mendes. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2288º Processo 0822874-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00074188720058160035 Usucapião Especial. Apelante: Município de São José dos Pinhais. Advogado: Gláucia Lourenço Stencel Bozzi. Apelado: Márcio Debarba. Advogado: Mariano Antônio Cabello Cipolla. Interessado: Móveis Ritzmann Sa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2289º Processo 0822917-0 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00291743020108160019 Busca e Apreensão. Apelante: Casturina Cunha. Advogado: Danielle Madeira. Apelado: Bv Financeira S/a - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Flávio Santanna Valgas, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini, Cristiane Belinati Garcia Lopes. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2290º Processo 0823069-3 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00176108220098160021 Revisão de Contrato. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Pedro Roberto Romão. Apelado: Celso Quadros da Silva. Advogado: Adriana Vieira Bernardino, Celso Cordeiro, Joel Vidal de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2291º Processo 0823150-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00072257220058160035 Usucapião Especial. Apelante: Município de São José dos Pinhais. Advogado: Gláucia Lourenço Stencel Bozzi, Juliana Haluch de Bastos. Apelado: Antonia Luzia Maino dos Santos, João Maria dos Santos. Advogado: Mariano Antônio Cabello Cipolla, Haroldo Alves Ribeiro Junior. Interessado: Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Advogado: Ana Amélia Caldas Saad de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2292º Processo 0823175-6 Apelação Cível

Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00002152220018160130 Declaratória. Apelante: Consórcio Nacional Ford Ltda. Advogado: Marcelo Tesheiner Cavassani. Apelado: Antonio Vendrame, José Carlos Scarpeta, José dos Santos Ribeiro, Ishamu Shimizu, Valdir Schwerz. Advogado: Ary Bracarense Costa Junior. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2293º Processo 0823353-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00006770720038160001 Usucapião Extraordinário. Apelante: Julio Chipanski. Advogado: Josiane Dalla Costa, Adriana Glück Camargo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2294º Processo 0823397-2 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00142582520098160019 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Bradesco Financiamentos Sa. Advogado: Mariane Cardoso Mascarevich, Elizeu Luiz Toporoski. Apelado: Tatiane Angelita Pczepiurska. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2295º Processo 0823834-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00568596620108160001 Revisão de Contrato. Apelante: Diego Dallagnese. Advogado: CAMILA OLIVEIRA DA LUZ, Otávio Augusto Loepper. Apelado: Banco Finasa de Investimento SA. Advogado: André Luiz Cordeiro Zanetti. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2296º Processo 0823846-0 Apelação Cível

Comarca: Wenceslau Braz. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006896820098160176 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini. Apelado: Eduardo Marcelo Estevão. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2297º Processo 0824290-2 Apelação Cível

Comarca: Cambará. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00013679220088160055 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Finasa Sa. Advogado: Marcos Vinícius Molina Veroneze. Apelado: Rosângela Caetano. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2298º Processo 0824454-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00142356520118160001 Reintegração de Posse. Apelante: Bfb Leasing de Arrendamento Mercantil. Advogado: Eduardo José Fumis Faria, Márcio Ayres de Oliveira, Andréa Hertel Malucelli. Apelado: Alessandra Keli Coelho. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2299º Processo 0824657-7 Apelação Cível

Comarca: Palotina. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00019100820108160126 Busca e Apreensão. Apelante: Rivel Administradora de Consórcios Ltda. Advogado: Fábio Yoshiharu Araki, Carlos Victor Brune. Apelado: William Júnior Fetsch. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2300º Processo 0824665-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 00026305920108160001 Declaratória. Apelante: Banco Bradesco Financiamentos Sa. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Juliana Mara da Silva, Tatiane Muncinelli, Flávio Penteado Geromini, Jaqueline Scotá Stein. Apelado: Glávio Leal Paura. Advogado: Ademar Volanski. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2301º Processo 0824887-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00071777920098160001 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa, Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Flávio Santanna Valgas. Apelado: Cesar Roberto Calado. Distribuição Automática

em 21/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2302º Processo 0824966-1 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00053656320108160131 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriana Pedrosa Lopes, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado: Carla Cristina da Rosa. Advogado: André Agostinho Hamera, Sidclei José Godois. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2303º Processo 0824971-2 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00269386220108160001 Prestação de Contas. Apelante: Erimario de Oliveira. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado: Banco Itauleasing Sa. Advogado: Vinícius de Castro Penna, Márcio Ayres de Oliveira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2304º Processo 0825359-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00071587320098160001 Revisão de Contrato. Apelante (1): Banco Volkswagen SA. Advogado: Denise Regina Ferrarini, Marili Daluz Ribeiro Taborda, Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira. Apelante (2): Leonor Costa de Souza. Advogado: Reginaldo Celso Guidolin, Maria Lucia Guidolin. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2305º Processo 0825792-5 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00014767920058160001 Ordinária. Apelante (1): Banco Psa Finance Brasil Sa. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Maurício Kavinski. Apelante (2): Ronaldo Polessi. Advogado: Andressa Jarletti Gonçalves de Oliveira, Luiz Carlos da Rocha, Adriana de França. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2306º Processo 0826991-2 Apelação Cível

Comarca: Laranjeiras do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00027208320098160104 Reintegração de Posse. Apelante: Ivo Ostroski Taborda, Marizete Coussian Taborda. Advogado: Nirlando Jacinto Pacheco, Euclides Mezzomo. Apelado: Alessandra Pilati Ribeiro. Advogado: Mário José Machado e Silva. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2307º Processo 0827488-4 Apelação Cível

Comarca: Alto Piquiri. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002279620078160042 Busca e Apreensão. Apelante: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Pcg - Brasil Multicarteira. Advogado: Rodrigo Ruh. Apelado: José Antonio Sena. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2308º Processo 0828148-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00038817920118160033 Revisão de Contrato. Agravante: Ana Paula da Silva Pereira. Advogado: Caroline Amadori Cavet, Victicia Kinaski Gonçalves. Agravado: Banco Panamericano. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2309º Processo 0828395-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00034747820088160033 Revisão de Contrato. Apelante: Alair Terezinha dos Santos Rodrigues. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli, Francielle Negrão Pereira. Apelado: Banco Safra SA. Advogado: Crystiane Linhares. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. José Carlos Dalacqua

2310º Processo 0828599-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00153780220118160030 Revisão de Contrato. Agravante: Noemi Ivete Weiss. Advogado: Muriel de Oliveira Pereira. Agravado: Renault Financeira - Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Rci Brasil. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2311º Processo 0828610-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00027969620078160001 Ordinária. Agravante: Banco Finasa de Investimento SA, Banco Bilbao Vizcaya Argentina Brasil Sa. Advogado: Milken Jacqueline Cenerini Jacomini. Agravado: Carlos Aurelio Menarim Lopes. Advogado: Josiane Stelmaschuk Menarim. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2312º Processo 0828687-1 Agravo de Instrumento

Comarca: Marialva. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00016893020118160113 Ação Mandamental. Agravante: Edelcio Casavechia, Aparecida Valentina Carrari Casavechia, José Casavechia, José Casavechia, Marcos Malaquias. Advogado: Péricles Landgraf Araújo de Oliveira. Agravado: Banco do Brasil SA. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2313º Processo 0828939-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00076046620118160014 Indenização. Agravante: Ricardo Silva Martins. Advogado: Mário Francisco Barbosa, Francisco Carlos Melatti. Agravado: Itaucard Financeira Sa, Aurora Takaoda Nampo, Alberto Katsuhiro Nampo, Fabiana Pompermayer. Advogado: Karla Saory Moriya Nidahara, Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2314º Processo 0829068-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00219211120118160001 Reintegração de Posse. Agravante: Vera Lucia Gomes Kamienski Mesadri. Advogado: Caroline Amadori Cavet, Victicia Kinaski Gonçalves. Agravado: Santander Leasing Arrendamento Mercantil S/a. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2315º Processo 0829676-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00102811120118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Bv Leasing Arrendamento Mercantil Sa. Advogado: Adriana Pedrosa Lopes, Reinaldo Mirico Aronis, Luiz Assi. Agravado: Ary Acacio Nicoleli. Advogado: Andreia Damasceno. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2316º Processo 0829713-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 201100000867 Revisão de Contrato. Agravante: Vilson Ribeiro da Silva. Advogado: Guilherme Pontara Palazzio. Agravado: Bv Serv/ Bv Financeira Cfi S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2317º Processo 0829987-0 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001194 Reintegração de Posse. Agravante: Davi Ferraz de Almeida. Advogado: Odair Saboia Cordeiro. Agravado: Marisa Ester Navochale. Advogado: Edson Hatsbach. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2318º Processo 0830325-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00030226320118160130 Exibição de Documentos. Agravante: Lucas Demeciano de Souza Silva. Advogado: Rodrigo Alves de Oliveira, Alessandro Henrique Bana Pailo, Alvino Gabriel Novaes Mendes. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2319º Processo 0830385-3 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00418896120108160001 Revisão de Contrato. Agravante: Juliano José da Silva. Advogado: Juliane Toledo dos Santos Rossa. Agravado: Banco Finasa Bmc S/a. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2320º Processo 0830483-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 201000019900 Busca e Apreensão. Agravante: Adelmo Venturin. Advogado: Viviane Karina Teixeira. Agravado: Banco Bv Financeira S/ a. Advogado: Márcio Ayres de Oliveira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2321º Processo 0830627-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00039663620118160075 Revisão de Contrato. Agravante: Bfb Leasing S/a Arrendamento Mercantil. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Pio Carlos Freiria Junior. Agravado: Greice Regina Gebien. Advogado: Annelyse Balaroti Gôngora. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2322º Processo 0830635-8 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00270491220118160001 Busca e Apreensão. Agravante: Bv Financeira S/a - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Tatiana Valesca Vroblewski, Fabiana Silveira, Karine Simone Pofahl Weber. Agravado: Alexandre Dolenga. Advogado: Danielle Madeira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2323º Processo 0830781-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00129738720118160031 Revisão de Contrato. Agravante: Luiz Karachovski. Advogado: Camille Baggio Scheidt Brunsfeld, Thaisa Pereira Mello. Agravado: Banco Bgn S/a. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2324º Processo 0830838-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00026134420118160112 Declaratória. Agravante: Elemar Aloisio Horn Me. Advogado: Luis Gustavo Barreto Ferraz, Arthur Henrique Kampmann, Silvio Marcos de Aquino Antunes. Agravado: Banco Volkswagen SA. Distribuição Automática em

22/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2325º Processo 0831155-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00009498220118160142 Reintegração de Posse. Agravante: Fernanda Perussolo, Fábio de Mello. Advogado: Carlos Alberto Bittencourt Caggiano, Patrícia Pizzano Caggiano. Agravado: Antonio Marcos Retzlaff, Maria Luiza Andrade Retzlaff. Advogado: Karina Roberta Bednarchuk. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge

2326º Processo 0819777-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Mamborê. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002500220118160107 Revisão de Contrato. Agravante: Ednilson Lima Glovienka. Advogado: Claudimara Calore de Souza. Agravado: Banco J. Safra S/a. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2327º Processo 0822220-2 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00106842420108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Bradesco Financiamentos Sa. Advogado: Mariane Cardoso Mascarevich, Jéssica Ghelfi, Rosângela da Rosa Corrêa. Apelado: Fernandaivete Parotte Ribeiro. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior, Samantha Beatriz Fracarolli Damiano. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2328º Processo 0822894-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00241411620108160001 Revisão de Contrato. Apelante: Silverio da Silva Falarz. Advogado: Juliane Toledo dos Santos Rossa. Apelado: Banco Omni Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Marcus Vinícius Freitas dos Santos, Adriano Muniz Rebello. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2329º Processo 0822901-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00073823520118160035 Busca e Apreensão. Agravante: Fabio Cristiano Alves Bolino. Advogado: Viviane Karina Teixeira. Agravado: Banco Abn Aymoré Sa. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Tatiana Rodrigues. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2330º Processo 0823126-3 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00002761120108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Thiago Rufino de Oliveira Gomes, Mirella Parra Fulop. Rec.Adesivo: Lourival Zanatta. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Lourival Zanatta. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Thiago Rufino de Oliveira Gomes, Mirella Parra Fulop. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2331º Processo 0823497-7 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00165354220088160021 Busca e Apreensão. Apelante: Sandra Pilotti. Advogado: Ewerton da Silva Mattos, Vilmar Cozer. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Juliano Miqueletti Soncin. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2332º Processo 0823503-0 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00141448620098160019 Declaratória. Apelante (1): Joao Maria Burgardt. Advogado: Marcius Nadal Matos. Apelante (2): Omni Sa - Credito, Financeiro e Investimento. Advogado: Marcus Vinícius Freitas dos Santos, Emerson Ernani Woyceichoski. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2333º Processo 0823534-5 Apelação Cível
Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00024505120108160160 Revisional. Apelante: Silvana Mara Afonso. Advogado: Adriane Cristina Stefanichen, Pedro Stefanichen. Apelado: Bv Financeira Sa - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2334º Processo 0823781-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00040385220118160130 Revisão de Contrato. Agravante: Irineu Bersan Gonçalves. Advogado: Fátima de Cássia Biázio. Agravado: Bv Financeira S/a. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2335º Processo 0823852-8 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00076608520108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Friends Agencia de Turismo. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior, Samantha Beatriz Fracarolli Damiano. Apelado: Banco Bradesco Financiamentos Sa. Advogado: Fernando Augusto Ogura, Newton Dorneles Saratt. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2336º Processo 0823993-4 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00034043920108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Manoel Bandeira Costa. Advogado: Luiz Gustavo Leme, Juliano Martins. Apelado: Banco Safra SA. Advogado: Nelson Paschoalotto, Daniella de Souza, Aline Waldhelm. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2337º Processo 0824052-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00160668520108160001 Revisão de Contrato. Apelante: Ki-vale Distribuidora de Carnes Ltda. Advogado: Pedro Portes Ribeiro Filho. Apelado: Safra Leasing SA Arrendamento Mercantil. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2338º Processo 0824230-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00059525820088160001 Indenização por Perdas e Danos. Apelante (1): Claudinei Capeloto. Advogado: Luiz Antonio de Araújo Kos. Apelante (2): Marquinhos Automóveis. Advogado: Carlos Pzebeowski, Paulo Sérgio de Oliveira Borges. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2339º Processo 0824421-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00085469020108160028 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa. Advogado: Fabiana Silveira, Karine Simone Pofahl Weber. Apelado: Apollo Agostinho Torres. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2340º Processo 0824470-0 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00005701420108160131 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Tatiana Valesca Vroblewski, Marina Blaskovski. Apelado: Sidnei Francisco de Godois. Advogado: André Agostinho Hamera, Sidclei José Godois. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2341º Processo 0824883-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00070980320098160001 Revisão de Contrato. Apelante (1): Soeli Alves. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Apelante (2): Banco Bmg Sa. Advogado: Mieko Ito, Érica Hikishima Fraga, Tatiana Faria da Silva. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2342º Processo 0824900-3 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00068336220108160131 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Daycoval Sa. Advogado: Alessandra Michalski Velloso, Carolina Heinz Haack, Juliana Arnhold Lazzarotto. Apelado: Edite Arrisi Rizzo. Advogado: Ezequiel Fernandes. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2343º Processo 0825032-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00024124720108160028 Reintegração de Posse. Apelante: Santander Leasing Sa - Arrendamento Mercantil. Advogado: João Leonelho Gabardo Filho. Apelado: Silvio das Chagas. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2344º Processo 0825229-7 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00010474220078160131 Prestação de Contas. Apelante: Bv Financeira Sa - C.f.i. Advogado: Fernando José Gaspar. Apelado: Olires Adão Padilha. Advogado: Genirio João Favero. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2345º Processo 0825612-2 Apelação Cível
Comarca: Salto do Lontra. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005579220098160149 Embargos a Arrematação. Apelante: Antonio Defendi Cambrunzi, Angela Maria Cambrunzi. Advogado: Nereu Carlos Massignan, Otávio Augusto Inácio Massignan. Apelado: Luiz Benjamim Frizon, Loreni Machado dos Passos Frizon. Advogado: Jorge José Gotardi. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2346º Processo 0825636-2 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00173816120108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Valdenora de Jesus Mendes. Advogado: Alessandro Alcino da Silva, Janaina Baptista Tente. Apelado: Banco Finasa Bmc Sa. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Flaviano Belinati Garcia Perez. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2347º Processo 0826135-4 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00169546220088160021 Cobrança. Apelante: Rodobens Administradora de Consórcio Ltda. Advogado: Julio César Piuci Castilho, Flávio Lopes ferraz. Apelado: Marcia Elaine Bento. Advogado: Shirlei Dalva Bento. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2348º Processo 0826421-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00301849020118160014 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Agravante: Amarildo Francisco de Jesus. Advogado: Evandro Gustavo de Souza. Agravado: Bv Financeira C.f.i. S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2349º Processo 0826457-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00080752420118160001 Busca e Apreensão. Apelante:

Bv Financeira Sa. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin. Apelado: Afonso Carlos Camargo Guimarães. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho

2350º Processo 0827822-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Xambrê. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006466020118160177 Imissão de Posse. Agravante: Virgil Arnett Jorgensen. Advogado: Catanduva Serpa Sá. Agravado: Colaboradores do Brasil. Advogado: Milton Adriano de Oliveira, Andreia Carla Mendes de Oliveira Nascimento. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2351º Processo 0828324-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00195865620118160021 Exibição de Documentos. Agravante: Marcio Meira Pereira. Advogado: Marcelo Barzotto. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2352º Processo 0828620-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00108531620118160017 Revisão de Contrato. Agravante: Juvenal Alves da Silva. Advogado: Cássia de Paula Cavalini Paganini Vieira. Agravado: Bv Financeira S/a Crédito, Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2353º Processo 0828674-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00021667020118160075 Revisão de Contrato. Agravante: Vilson Ribeiro da Silva. Advogado: Guilherme Pontara Palazzio. Agravado: Bv Serv / Bv Financeira C.f.i. S.a.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2354º Processo 0828681-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 200700041999 Consignação em Pagamento. Agravante: Rosilene Facine Poleto. Advogado: Letícia Severo Soares. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Vírginia Neusa Costa Mazzucco. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2355º Processo 0828963-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00089226920118160019 Indenização. Agravante: Bv Financeira S/a. Advogado: Pio Carlos Freiria Junior, Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Flaviano Belinati Garcia Perez. Agravado: Tereza de Oliveira. Advogado: Rodrigo Parreira, Dalton Luis Scremin. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2356º Processo 0829016-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00328223820118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Leandro Alves da Silva. Advogado: Caroline Amadori Cavet, Victicia Kinaski Gonçalves. Agravado: Banco Bv Financeira S.a.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2357º Processo 0829296-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00390777020118160014 Revisão de Contrato. Agravante: Caio Passos de Azevedo. Advogado: Aline Passos de Azevedo Nunes. Agravado: Banco Fiat S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2358º Processo 0829523-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00134050920118160031 Revisão de Contrato. Agravante: Daniel Soares da Silva. Advogado: Silmara Stroparo. Agravado: Bv Financeira Sa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2359º Processo 0829527-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00080076920118160035 Revisão de Contrato. Agravante: Pedro Cícero Gabriel. Advogado: Rubens Bortoli Junior, Patrícia Chemim. Agravado: Banco Bv Financeira S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2360º Processo 0830237-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00317634920108160001 Revisão de Contrato. Agravante: Cia de Crédito, Financiamento e Investimento Rci Brasil. Advogado: Sigisfredo Hoepers, Eneida de Cassia Camargo. Agravado: Daiane Rafaela Chagas Nicolau, Lorene Cristiane Chagas Nicolau. Advogado: Lorene Cristiane Chagas Nicolau. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2361º Processo 0830320-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00022630520108160108 Busca e Apreensão. Agravante: Bv Financeira Sa - Cfi. Advogado: Fabiana Silveira, Tatiana Valesca Vroblewski. Agravado: Acacio Rodrigues Silva. Advogado: Jhonathas Aparecido Guimarães Sucupira. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2362º Processo 0830634-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00256504520118160001 Busca e Apreensão. Agravante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Cary Cesar Mondini. Agravado: Vilmar Vieira da Silva. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2363º Processo 0831014-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00123952020118160001 Busca e Apreensão. Agravante: Maria Helena de Almeida Rodrigues Ripka. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Agravado: Omni Sa. Advogado: DENISE VAZQUEZ PIRES. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2364º Processo 0822984-1 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00033510920108160131 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: André Luiz Cordeiro Zanetti. Apelado: Thiago Paese. Advogado: Thiago Paese, Ricardo José Carnieletto. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2365º Processo 0823035-7 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00175138220098160021 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Finasa Sa. Advogado: André Luiz Cordeiro Zanetti, Renata Pereira Costa de Oliveira, Sérgio Schulze. Apelado: Sebastião Gonçalves da Cunha. Advogado: Rogério Augusto da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2366º Processo 0823399-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00083091020118160129 Revisão de Contrato. Agravante: Andreia Salgueiro Kudrik. Advogado: Viviane Karina Teixeira, Cleverson Marcel Sponchiado. Agravado: Banco Bv Financeira S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2367º Processo 0823663-1 Apelação Cível
Comarca: Dois Vizinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00014555820088160079 Imissão de Posse. Apelante: Antonio Clodoaldo Kreuz, Jorgina de Miranda Kreuz. Advogado: Nilso Luiz Fernandes. Apelado: Libera Rosalia Benetti. Advogado: Noeli de Souza Machado. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2368º Processo 0823870-6 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00008594920118160021 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Bradesco Financiamentos Sa. Advogado: Mariane Cardoso Mascarevich, Rosângela da Rosa Corrêa, Sabrina Camargo de Oliveira. Apelado: Olivino dos Santos Ferreira. Advogado: Rogério Augusto da Silva. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2369º Processo 0823933-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00006140220058160004 Pedido de Falência. Apelante: Usipar Componentes Mecânicos Ltda. Advogado: Leonardo Guilherme dos Santos Lima. Apelado: Novex Ltda. Advogado: Ideraldo José Appi, Crivani da Silva Souza. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2370º Processo 0824025-5 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00008121820108160019 Busca e Apreensão. Apelante (1): Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Sa. Advogado: João Leonelho Gabardo Filho, César Augusto Terra. Apelante (2): José da Silva Malaquias Neto. Advogado: William Stremel Biscaia da Silva. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2371º Processo 0824125-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00298928120108160001 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: João Leonelho Gabardo Filho, César Augusto Terra, Gilberto Stinglin Loth. Apelado: Elias de Oliveira. Advogado: Henrique Fragoso Saonetti, Mouzar Martins Barboza, Leandro Cardozo Bittencourt. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2372º Processo 0824298-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00065428020108160028 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Finasa Sa. Advogado: Ingrid de Mattos, Adriano Muniz Rebello, Fabiana de Almeida Paschotto. Apelado: Dariu Everson de Oliveira Santos. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2373º Processo 0824391-4 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00222518520108160019 Reintegração de Posse. Apelante: Banco Itauleasing Sa. Advogado: Cristiane Belinati Garcia Lopes, Flávio Santanna Valgas. Apelado: Christian Alexandre Marczynski. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2374º Processo 0824509-6 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00030966320108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira - Crédito Financiamento e Ivestimento. Advogado: Bruno Fabrício Lobo Pacheco. Apelado: Antenor José Ferreira. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2375º Processo 0824673-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00028802420118160077 Revisão de Contrato. Agravante: José Rosário Laje. Advogado: Raquel Rezende Pinto, Fabiana dos Reis Vieira Carvalho. Agravado: Banco Fiat Sa. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2376º Processo 0824721-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00287772520108160001 Declaratória. Apelante: Gabriel

Berbes de Farias. Advogado: Ivone Struck. Apelado: Real Leasing Sa Arrendamento Mercantil. Advogado: Nadia Elisa Bueno. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2377º Processo 0824909-6 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00025474120108160131 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa. Advogado: Fernando José Gaspar. Apelado: Luiz Abati. Advogado: Thiago Paese, Ricardo José Carnieletto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2378º Processo 0824929-8 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00074520420108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Luiz Zucco. Advogado: Alessandro Alcino da Silva, Janaina Baptista Tente, Everaldo Larssen. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Lia Dias Gregório, Juliano Miqueletti Soncin, Eduardo José Fumis Faria. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2379º Processo 0825220-4 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00288144720098160014 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Tiago Spohr Chiesa, Tatiana Valesca Vroblewski. Apelado: Clidinei Cristo Saldanha. Advogado: Germano Jorge Rodrigues, Rodrigo Moreira de Almeida Vieira Neto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2380º Processo 0825685-5 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00143059620098160019 Revisão de Contrato. Apelante (1): Espólio de Rosália Polistchuk Horewicz. Advogado: Claudimar Barbosa da Silva. Apelante (2): Banco Itaucard Sa. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2381º Processo 0825873-5 Apelação Cível
Comarca: Dois Vizinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00000299419978160079 Reintegração de Posse. Apelante: Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil - Grupo Itaú. Advogado: Jorge Luiz de Melo, Tatiane Aparecida Lange. Apelado: Tadeu Fogaça & Cia Ltda. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2382º Processo 0825920-9 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00030776520028160021 Busca e Apreensão. Apelante: Espólio de Cleber Alexandre Denobi Machado. Advogado: Renato Luiz Ottoni Guedes. Apelado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Crystiane Linhares. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2383º Processo 0825938-1 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00030785020028160021 Consignação em Pagamento. Apelante: Espólio de Cleber Alexandre Denobi Machado. Advogado: Renato Luiz Ottoni Guedes. Apelado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Fabiana de Almeida Paschotto, Adriano Muniz Rebello. Distribuição por Dependência em 23/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2384º Processo 0826127-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00058859320088160001 Declaratória. Apelante (1): João José Werzbbitzki, Elaine Moro Werzbbitzki. Advogado: Mafuz Antonio Abrão, Nicole Cristina Abrão Caron. Apelante (2): Banco Itaú SA. Advogado: Leonel Trevisan Júnior. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2385º Processo 0826166-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00040536420018160035 Reintegração de Posse. Apelante: Claudio Leite de Oliveira, Ivanir de Fátima Ferreira dos Santos Oliveira. Advogado: Osvaldo Marques de Souza. Apelado: Espólio de Benedito Batista de Lima. Advogado: Nemo Francisco Spano Vidal, Marcia Valente. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2386º Processo 0827427-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Capitão Leônidas Marques. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200100000220 Servidão de Passagem. Agravante: Pedro Ribeiro da Silva (maior de 60 anos). Advogado: Márcio Roberto Gasparelo, Eliane Cristina de Oliveira Carnoski. Agravado: José de Freitas Almeida, Sebastiana Almeida. Advogado: Nerei Alberto Bernardi. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2387º Processo 0827808-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00043979820118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Patricia dos Santos Veloso. Advogado: Juliano Castelhano Lemos. Agravado: Bv Financeira S.a.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2388º Processo 0828034-0 Apelação Cível
Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005237520088160142 Reintegração de Posse. Apelante: Edmundo Buaski, Cecilia Machakoski Buaski, Nivaldo Nowakowski, Leonilda Huk Nowakoski, Jorge Buaski, Arlete Meira dos Santos Buaski. Advogado: José Carlos Jorge Stadler, Carlos Frederico Stadler. Apelado: Otilia Souza Clazer (maior de 60 anos), Ovanil Clazer Kazimirksi, Zeferino Kazimirksi, Ari de Souza Clazer, Marli Gelinski Clazer, Miguel de Souza Clazer, Maria Amélia Costa Clazer, Mario de Souza Clazer, Maria José Clazer. Advogado: Aleixo Mendes Neto, João Thiago de Paula Carneiro. Interessado: Luciano Vilczak. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2389º Processo 0828327-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00275347020118160014 Exibição de Documentos. Agravante: Anderson Cajueiro de Souza. Advogado: Bruno Henrique Ferreira. Agravado: Finasa SA Crédito Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2390º Processo 0828600-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00195507420118160001 Reintegração de Posse. Agravante: Banco Volkswagen SA. Advogado: Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira, Marili Daluz Ribeiro Taborda. Agravado: Regina Celia da Silva. Advogado: Bruno Dal Bello de Souza, Fabio Cosendei Marins. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2391º Processo 0828705-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 201100044233 Busca e Apreensão. Agravante: Perez e Inoue Ltda. (Representado(a)). Advogado: Andreza Rodrigues Cardoso de Gouvea, Michele Andresa de Souza. Agravado: Banco Bradesco SA. Advogado: Nelson Paschoalotto, Adriana Margaret Slonski, Aline Waldhelm. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2392º Processo 0828822-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001462 Recuperação Judicial. Agravante: Ministério Público do Estado do Paraná. Agravado: Dismar Distribuidora Maringá de Eletrodomésticos Ltda, Markoeletro Comércio de Eletrodomésticos Ltda. Advogado: Cleverson Marcel Colombo. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2393º Processo 0828968-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Cerro Azul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005412520118160067 Reintegração de Posse. Agravante: Jonas Bonfim. Advogado: Antonio Paulo Tiradentes, Wilson Denis Benato Martins. Agravado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Milken Jacqueline Cenerini Jacomini. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2394º Processo 0829037-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00166661820118160019 Revisão de Contrato. Agravante: Bernadeth de Fátima de Almeida. Advogado: Danielle Madeira. Agravado: Banco Aymoré de Investimentos S/A. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2395º Processo 0829201-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00007230520108160145 Imissão de Posse. Agravante: Agrícola Monte Verde (Representado(a)). Advogado: Cenilto Carlos da Silva. Agravado: Marcel Adriano de Lima. Advogado: Marco Antônio Fagundes Cunha, Walter Ramos Netto, Martin Roeder Filho. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2396º Processo 0829367-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Marialva. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00006486220108160113 Revisão de Contrato. Agravante: Bv Financeira Sa. Advogado: Milken Jacqueline Cenerini Jacomini. Agravado: Lupercio Correa de Moraes. Advogado: Gilton de Jesus Meireles. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2397º Processo 0829576-7 Apelação Cível
Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000875320108160108 Cobrança. Apelante: Angelino Alves Rodrigues, Jose Crubelatti. Advogado: Alfredo Ambrosio Junior. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Reinaldo Mirico Aronis, Gustavo Rezende da Costa. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli

2398º Processo 0829788-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00269876920118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Cleverson Taborda Costa. Advogado: Juliane Toledo dos Santos Rossa. Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2399º Processo 0830039-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00085919320118160017 Reintegração de Posse. Agravante: Mh de Oliveira Têxtil - Me. Advogado: Rodrigo Pelissão de Almeida, Gustavo Reis Marson. Agravado: Banco Itauleasing Sa. Advogado: Juliano Miqueletti Soncin, Márcio Ayres de Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2400º Processo 0830216-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00008790520118160162 Busca e Apreensão. Agravante: Edson Luiz Ferreira. Advogado: João Kleber Bombonatto. Agravado: Bv Financeira S/a Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Cristiane Belinati Garcia Lopes, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini, Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2401º Processo 0830296-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00303177420118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Isabel Cristina Marques Bitencourt. Advogado: Davi Chedlovski Pinheiro, Maria Felícia Chedlovski. Agravado: Bfb Leasing de Arrendamento Mercantil. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

2402º Processo 0830455-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00159023220118160019 Revisional. Agravante: André Cesar dos Santos. Advogado: Ali Mustapha Ataya. Agravado: Omni Financeira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva
2403º Processo 0830762-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00161457320118160019 Revisão de Contrato. Agravante: Jonas Vedam. Advogado: Peter Emanuel Pinto. Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/a. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva
2404º Processo 0830831-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00085909620118160021 Reivindicatória. Agravante: Willy Zielak. Advogado: Jean Carlos Machado, Anderson Leonel Prado Henrard. Agravado: Nelci Puerari. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva
2405º Processo 0830871-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00016506720118160037 Revisão de Contrato. Agravante: Juarez Soares da Silva. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Agravado: Banco do Brasil SA. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva
2406º Processo 0830900-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00227647320118160001 Rescisão de Contrato. Agravante: Elairton da Conceição. Advogado: Eduardo Feliciano dos Reis. Agravado: Banco Finasa Leasing. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva

_____ 18ª Câmara Cível _____

2407º Processo 0816762-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Reserva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201100000149 Revisão de Contrato. Agravante: José Paulo Laurinho. Advogado: Norbert Heidemann. Agravado: Bv Financeira Sa. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha
2408º Processo 0816865-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Quedas do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200400000153 Reintegração de Posse. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Heldo Gugelmin Cunha, Julio Cezar Zem Cardozo, André Gustavo Vallim Sartorelli. Agravado: Marcelo Santos de Andrade, Sinara Francisca de Melo Andrade, Mariana de Andrade da Rocha, Renato Guimarães da Rocha. Advogado: Edemar Antônio Zilio Júnior, Eurico Ortis de Lara Filho, Fernando Rios. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha
2409º Processo 0821800-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00377312620118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Alexandre de Lima Rodrigues. Advogado: Rafael Andrade Angelo, Gustavo Ribas Daou. Agravado: Banco Volkswagen SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha
2410º Processo 0822293-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00065902820048160035 Usucapião Especial. Apelante: Município de São José dos Pinhais. Advogado: Gláucia Lourenço Stencel Bozzi, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Amilton Koleniak, Luiza Farias de Lima Koleniak. Advogado: Mariano Antônio Cabello Cipolla. Interessado: Móveis Ritzmann Ltda. Advogado: Haroldo Alves Ribeiro Junior. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins
2411º Processo 0822845-9 Apelação Cível
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00086759120078160031 Usucapião. Apelante: Luiz Carlos Nascimento Santos, Sandra Elisabete Carvalho de Lima. Advogado: João Renato do Nascimento. Apelado: Espólio de Idavino Oliveira de Souza, Adahyr Oliveira Souza. Advogado: Mauricio Souza Bochnia. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins
2412º Processo 0822885-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00006119120118160083 Revisão de Contrato. Agravante: Neimar Antonio Migliavacca. Advogado: Flávia Dreher Netto, Ângela Patrícia Nesi Alberguini. Agravado: Banco Itaucard Sa. Advogado: Regina Celi de Lima Pereira, Marcelo Locatelli, Lia Dias Gregório. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha
2413º Processo 0822892-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00002585120118160083 Revisão de Contrato. Agravante: Erineu Schmoller Schlickman (Representado(a)), Francisco Santo Dellani. Advogado: Flávia Dreher Netto, Ângela Patrícia Nesi Alberguini. Agravado: Banco Itaucard Sa. Advogado: Márcio Ayres de Oliveira, Claudio Biazetto Prehs, João Luiz Campos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha
2414º Processo 0822916-3 Apelação Cível
Comarca: Palmeira. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00013819220108160124 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Nelson Paschoalotto, Gisele Marie Mello Bello Biguette. Apelado: Decio Moleski Zwiegicoski. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins
2415º Processo 0822926-9 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033654220108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Wanderley Santos Brasil, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado: Juliana Aparecida da Silva. Advogado: Juliano Martins, Luiz Gustavo Leme. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins
2416º Processo 0822930-3 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00336414620108160021 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Itaucard Sa. Advogado: Vinicius Secafen Mingati, Henrique Cavalheiro Ricci, Renata Paccola Mesquita. Apelado: Transportadora Justen Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins
2417º Processo 0823133-8 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00175094520098160021 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Marcelo Henrique Ferreira Siqueira da Matos, Romara Costa Borges da Silva, Maria Lucília Gomes. Apelado: Elesandra da Silveira. Advogado: Cassiano Garcia da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha
2418º Processo 0823176-3 Apelação Cível
Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025422920108160160 Exibição de Documentos. Apelante: Omni Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriano Muniz Rebello. Apelado: Clovis Ferreira Primo. Advogado: Adriane Cristina Stefanichen, Pedro Stefanichen. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins
2419º Processo 0823410-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Dois Vizinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00039394120118160079 Declaratória. Agravante: Joel Huff Bittencourt, Meggi Ines Gnoatto Bittencourt. Advogado: Leomar Antônio Johann. Agravado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo, Valdemar Kucmanski, Ivonete Kucmanski. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha
2420º Processo 0823814-8 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00171547120108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Rosimar Fornasari Farias. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Juliano Miqueletti Soncin. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins
2421º Processo 0823947-2 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00175146720098160021 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Finasa de Investimento SA. Advogado: Leandro de Quadros, Juliano Ricardo Tolentino. Apelado: Gilberto Blau. Advogado: Rogério Augusto da Silva. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins
2422º Processo 0824151-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00059326720088160001 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Itaucard Sa. Advogado: Patricia Pontaroli Jansen, Pio Carlos Freiria Junior, Carine de Medeiros Martins. Apelado: Jeferson Fernandes Trindade. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins
2423º Processo 0824333-2 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00125053820068160019 Reivindicatória. Apelante: Wilson Diedrichs Júnior, Adolfo Diedrichs e Filhos Ltda. Advogado: David Wagner. Apelado: Carlos Lopatiuk. Advogado: Luiz Sebastião Favero. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins
2424º Processo 0824445-7 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00210502520108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Bruno Amaral. Advogado: Welington Eduardo Ludke, André Eduardo Queiroz. Apelado: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha
2425º Processo 0824479-3 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00165475620088160021 Cobrança. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Tatiana Valesca Vroblewski, Marina Blaskovski. Apelado: Rodovico Transporte Ltda. Advogado: Arlei de Mello, José Anderson Schlemper. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins
2426º Processo 0824626-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00036933820108160028 Reintegração de Posse. Apelante: Banco Itaucard Sa. Advogado: Milken Jacqueline Cenerini Jacomini, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Flávio Santanna Valgas. Apelado: Marcos Neto Krochinski. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins
2427º Processo 0824828-6 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00188106320108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Espólio de Eva dos Santos Brites. Advogado: Alexandre Rodrigo Fernandes. Apelado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Mariane Cardoso Mascarevich, Elizeu Luiz Toporoski. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2428º Processo 0824896-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00076487720108160028 Reintegração de Posse. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Cristiane Belinati Garcia Lopes, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini, Patricia Pontaroli Jansen. Apelado: Ozias Gerimias Barboza. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2429º Processo 0825075-9 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00113494020108160030 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Finasa Bmc Sa. Advogado: Flávio Santanna Valgas. Apelado: Altamiro Borcheid dos Santos. Advogado: Andréia Strassburger, Fernanda Strassburger. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2430º Processo 0825624-2 Apelação Cível
Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00034273320108160131 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: André Luiz Cordeiro Zanetti. Apelado: Daniel Roberto Santos de Mello. Advogado: André Agostinho Hamera, Sidclei José Godois. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2431º Processo 0825766-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00001373219988160001 Busca e Apreensão. Apelante: Compass Investimento e Participações Ltda. Advogado: Valéria Caramuru Cicarelli, Alexandre Nelson Ferraz. Apelado: Sávio Teixeira Pereira. Advogado: Benício Silveira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2432º Processo 0825780-5 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00050478220108160001 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini, Emerson Lautenschlager Santana. Apelado: Vany Heloisa Polentini. Advogado: Ronaldo Guilherme Kummer. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2433º Processo 0826202-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00060123120088160001 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriana Pedrosa Lopes, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado: Marta André Ribeiro. Advogado: Antonio Linares Filho, Carlos Henrique Zanetti. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2434º Processo 0828453-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 00687569120108160001 Revisão de Contrato. Agravante: Bv Financeira Sa - Cfi. Advogado: Tatiana Valesca Vroblewski. Agravado: Anderson Laynes. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2435º Processo 0828550-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 141416320118 Revisão de Contrato. Agravante: Ronaldo Oliveira de Morais. Advogado: Danielle Madeira. Agravado: Banco Bmg S/a. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2436º Processo 0828551-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00137779120118160019 Revisão de Contrato. Agravante: Adilson José da Silva. Advogado: Danielle Madeira. Agravado: Banco Aymoré Financiamentos S.a.. Interessado: Banco Santander S.a.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2437º Processo 0828585-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00139654120118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Bv Financeira S.a. Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Tatiana Valesca Vroblewski. Agravado: Givaldo Valdevino da Silva. Advogado: Juliane Toledo dos Santos Rossa. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2438º Processo 0828636-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 00301920920118160001 Revisional. Agravante: Carmem Cardozo Consorte. Advogado: Igor Roberto Mattos dos Anjos, Gennaro Cannavacciuolo. Agravado: Banco Aymoré de Investimentos S/A. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2439º Processo 0828667-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 200900001346 Busca e Apreensão. Agravante: Banco Santander (brasil) S/a. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Andréa Cristiane Grabovski. Agravado: Alessandra Agostinho Leopoldino, Jonas Prates Sobrinho. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2440º Processo 0828688-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Guaíra. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00029292820108160086 Revisional. Agravante: Giuliano Renato Aldana. Advogado: Daniela Teixeira Sinhorini. Agravado: Banco Finasa de Investimento SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2441º Processo 0828724-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00127385920118160019 Revisão de Contrato. Agravante: Josiane Elaine Carvalho. Advogado: Danielle Madeira. Agravado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2442º Processo 0828732-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00101400220118160030 Anulatória. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Rafael Macedo Rocha Loures, Nathália Kowalski Fontana, Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna. Agravado: Maria Conceição Domingues. Advogado: Wilson Luis Iscuissati. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2443º Processo 0828760-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00250187720118160014 Exibição de Documentos. Agravante: Silvio Alexandre Alves. Advogado: Evandro Gustavo de Souza. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2444º Processo 0828797-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00233626120108160001 Prestação de Contas. Apelante: Sérgio João Montini (maior de 60 anos). Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado: Banco Volkswagen SA. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2445º Processo 0829193-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00062768020118160021 Busca e Apreensão. Agravante: Transportadora Gramado Ltda.. Advogado: ROBERTO GLOSS MALTA, Bruno Domingues Lima da Silva. Agravado: Banco Bradesco SA. Advogado: Juliano Ricardo Tolentino, Leandro de Quadros, Ana Cláudia Finger. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2446º Processo 0829335-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00108523120118160017 Ordinária. Agravante: Omni S/a - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriano Muniz Rebello. Agravado: Beilton dos Santos Gonçalves. Advogado: Cássia de Paula Cavalini Paganini Vieira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2447º Processo 0829342-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00154785420118160030 Revisão de Contrato. Agravante: Ricardo Hiroshi Saito. Advogado: Katia Andressa Muraro. Agravado: Bv Financeira S/a Crédito, Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2448º Processo 0829349-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Irati. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00018283620118160095 Revisional. Agravante: Bfb Leasing S/a. Arrendamento Mercantil. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin. Agravado: Agostinho Gontarz. Advogado: Mário Cézar Pianaro Ângelo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2449º Processo 0829442-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 00003438920118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Fábio Trigo de Farias. Advogado: Viviane Karina Teixeira, Mário Lopes da Silva Netto, Magali Fuerbringer. Agravado: Banco Itaucard S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2450º Processo 0829660-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033761820118160024 Revisão de Contrato. Agravante: Márcio Santana de Lima. Advogado: Rogério Helias Carboni. Agravado: Banco Itaucard Sa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2451º Processo 0829757-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00242748220118160014 Repetição de Indébito. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2452º Processo 0830369-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00271915020108160001 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Bfb Leasing S/a. Advogado: Fernando José Gaspar. Agravado: Valter Santo de Lemos. Advogado: Carlos Eduardo Scardua, Danielle Tedesko, Erlon Roberval Konopacki. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2453º Processo 0830432-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Cerro Azul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200800000262 Atentado. Agravante: Rosélia de Fátima David, Ageu Rosa. Advogado: Carlos Alberto Grolli. Agravado: Florestal Vale do Ribeira Ltda, Berneck Aglomerados S/a. Advogado: Luiz Daniel Felippe, Eduardo Ventura Medeiros. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2454º Processo 0830964-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00145665420118160031 Revisão de Contrato. Agravante: João Luís Trentin. Advogado: Dorival Bahls Modolon, Silvaney Isabel Gomes de Oliveira, Eduardo

Nogueira de Morais. Agravado: Banco Finasa de Investimento SA. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2455º Processo 0831352-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00183896720108160129 Reintegração de Posse. Agravante: Banco Gmac S/a. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Agravado: Izis de Oliveira Mendes. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2456º Processo 0816776-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00057348820108160056 Busca e Apreensão. Agravante: Marcelo Gomes dos Santos. Advogado: Marcelo Gomes dos Santos. Agravado: Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini, Cristiane Belinati Garcia Lopes. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2457º Processo 0822633-9 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00142715420108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Flávio Penteado Geromini, Luiz Henrique Bona Turra, Tatiane Muncinelli. Apelado: Iraci dos Santos Lai. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2458º Processo 0822804-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00574485820108160001 Restituição. Apelante: Thiago dos Santos Almeida. Advogado: Daniel Pangracio Nerone. Apelado: Banco Itauleasing Sa. Advogado: José Carlos de Araujo, Gustavo Saldanha Suchy, Janaina Giozza Avila. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2459º Processo 0822982-7 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00176116720098160021 Declaratória. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Marcelo Henrique Ferreira Siqueira da Matos, Marco Antonio Kaufmann. Apelado: Lee Anderson Rigo. Advogado: Arlindo Rialto Junior. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2460º Processo 0823137-6 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00179108020108160030 Busca e Apreensão. Apelante: B. V. Financeira Sa C F I. Advogado: Jane Maria Voiski Proner, Fernando Luz Pereira, Moisés Batista de Souza. Apelado: Marilaine Machado. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2461º Processo 0823675-1 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00141205820098160019 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Bmg Sa. Advogado: Érica Hikishima Fraga, Mieko Ito. Apelado: Cleovilson Dobosz. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2462º Processo 0823705-4 Apelação Cível
Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00088320420108160017 Busca e Apreensão. Apelante: Omni Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriano Muniz Rebello, Nelson Alcides de Oliveira. Rec.Adesivo: Adauto Carlos de Freitas. Advogado: Maria Luiza Baccaro Gomes, CLAUDIO CESAR CARVALHO. Apelado (1): Adauto Carlos de Freitas. Advogado: Maria Luiza Baccaro Gomes, CLAUDIO CESAR CARVALHO. Apelado (2): Omni Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriano Muniz Rebello, Nelson Alcides de Oliveira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2463º Processo 0823724-9 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00071786420098160001 Revisão de Contrato. Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Valéria Caramuru Cicarelli, Alexandre Nelson Ferraz. Apelado: Denise Aparecida Souza. Advogado: Renato da Silva Oliveira. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2464º Processo 0823794-1 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00141985220098160019 Interdição. Apelante: Marlou Santos Lima Pilatti. Advogado: Luiz Alberto de Oliveira Lima. Apelado: Álvaro de Quadros Neto. Advogado: Renato Alberto Nielsen Kanayama, Ricardo Alberto Kanayama. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2465º Processo 0823873-7 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00141863820098160019 Ordinária. Apelante: Banco Bmg Sa. Advogado: Mieko Ito, Érica Hikishima Fraga, Tatiana Faria da Silva. Apelado: Antonio Kazuo Miagima. Advogado: Gardênia Mascarelo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2466º Processo 0824216-6 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00125483320108160019 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Gustavo Freitas Macedo. Apelado: Elcio Luiz Rogalla. Advogado: Cleomeri de Andrade. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2467º Processo 0824264-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00094995420108160028 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Angela Esser Pulzato de Paula, Carla Maria Köhler, Cristiane Ferreira Ramos. Apelado: Rafael Sandri Neto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2468º Processo 0824395-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00086776520108160028 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento. Advogado: Flávio Santanna Valgas. Apelado: Maiko Neves da Silva. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2469º Processo 0824522-9 Apelação Cível
Comarca: Morretes. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003148120088160118 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa C.f.i. Advogado: Flávio Santanna Valgas. Apelado: Júlio Rodrigues da Fonseca. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2470º Processo 0824545-2 Apelação Cível
Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00007406820018160044 Cumprimento de Sentença. Apelante: Tarraf Administradora de Consórcios Ltda. Advogado: Regis Henrique de Oliveira. Apelado: Domingos Martins. Advogado: Armando Carlos Dagoberto Sampaio e Guadanhini. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2471º Processo 0824709-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00071405220098160001 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Finasa Sa. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Cristiane Belinati Garcia Lopes. Apelado: Dirceu Ricardo Ayres. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2472º Processo 0824792-1 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00129490320088160019 Revisão de Contrato. Apelante: Acir Portela de Almeida Junior. Advogado: Patrícia Borba Taras. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2473º Processo 0824824-8 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00040795520118160021 Revisão de Contrato. Apelante: Valmir Jose Machado. Advogado: Higor Oliveira Fagundes. Apelado: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Reinaldo Mirico Aronis, Bruna Mischiatti Pagotto, Dante Manoel Proença Júnior. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2474º Processo 0825101-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00083529020108160028 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa Cfi. Advogado: Karine Simone Pofahl Weber. Apelado: Ines Mariza da Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2475º Processo 0825587-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00073206820098160001 Cobrança. Apelante: Banco Itauleasing Sa. Advogado: Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier, Maria Lúcia Lins Conceição de Medeiros, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Apelado: Cláudia Cileide Gentil. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2476º Processo 0825833-1 Apelação Cível
Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004786720098160132 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Juliano Miqueletti Soncin. Apelado: Vera Lucia dos Santos Fernandes. Advogado: Maykon Del Canale Ribeiro, Marcos Fernando Pedroso. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2477º Processo 0825839-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00056927820088160001 Prestação de Contas.

Apelante: Banco Bradesco Financiamentos Sa. Advogado: Juliana Mara da Silva, Tatiane Muncinelli, Jaime Oliveira Penteado. Apelado: Nelson Silveira. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2478º Processo 0827184-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00016950720118160026 Revisão de Contrato. Agravante: Paulo Cesar Grochocki. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Agravado: Bv Financeira S.a Credito Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2479º Processo 0827335-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00165007720118160021 Revisão de Contrato. Agravante: Fabio Junior Baretta. Advogado: Rafael Cristiano Brugnerotto, Jean Carlos Confortin. Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S.a.. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2480º Processo 0827828-8 Apelação Cível
Comarca: Cerro Azul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003089620098160067 Manutenção de Posse. Apelante: Município de Doutor Ulysses. Advogado: Robson Fernando Sebold, Jefferson Figueira Cazon. Apelado: Adérito dos Santos Delgado. Advogado: Miguel Fernando Romio. Interessado: Ambiental Paraná Florestas Sa. Advogado: Jacqueline Maria Moser, Manoel Fagundes de Oliveira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha

2481º Processo 0828253-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 00358314220108160001 Revisão de Contrato. Agravante: Diogo Furlan Bueno. Advogado: Michelle Schuster Neumann, Ana Paula Scheller de Moura. Agravado: Real Leasing S.a. Arrendamento Mercantil. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2482º Processo 0828268-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00709627820108160001 Busca e Apreensão. Agravante: Reginaldo Souza Nunes. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Agravado: Aymoré - Crédito, Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2483º Processo 0828516-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00121471520118160014 Revisão de Contrato. Agravante: Eliana das Neves Rodrigues, Resimeire Garcia da Silva. Advogado: Julio Cesar Guilhen Aguilera. Agravado: Banco Schahin Sa. Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2484º Processo 0828594-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00121444520118160019 Revisão de Contrato. Agravante: Adão Moreira Bravos. Advogado: Danielle Madeira. Agravado: Banco Gmac S/a. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2485º Processo 0828831-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00028201120118160058 Revisão de Contrato. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Ricardo Ballarotti, Tábata Nóbrega Chagas. Agravado: Claudinei Del Pintor. Advogado: Walmor Bindi Junior, Luiz Gustavo Chiminásio Gurgel, Mariângela Cunha. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2486º Processo 0828934-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00234341420118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Edgar dos Santos. Advogado: Maurício Alcântara da Silva, Vanessa da SIlva Hilário. Agravado: Banco Finasa Bmc S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2487º Processo 0829091-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00015100520118160014 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Itaucard S/a. Advogado: Cecília Inácio Alves, Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Pio Carlos Freiria Junior. Agravado: Silas Oliveira Celestino Mesquita. Advogado: Cecília Inácio Alves, Roberta Cruciol Avanço. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2488º Processo 0829277-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00022006220118160037 Reintegração de Posse. Agravante: Sezinando Natel dos Santos. Advogado: Viviane Karina Teixeira. Agravado: Banco Santander Leasing S/a Arrendamento Mercantil. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2489º Processo 0829486-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00091202320108160058 Embargos a Execução. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: Pedro Carlos Palma, César Eduardo Botelho Palma. Agravado: San Marino Auto Posto Ltda, Evandro José Tardivo Galace, Mário Sérgio Capriolio. Advogado: Juliano Luís Zanelato. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2490º Processo 0829501-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00043986920118160038 Revisão de Contrato. Agravante: Marcelo Itisu Simão Hukami. Advogado: Maurício Alcântara da Silva, Vanessa da SIlva Hilário. Agravado: Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2491º Processo 0829630-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00032558420118160025 Revisão de Contrato. Agravante: José Carlos Vieira dos Santos. Advogado: Paulo Sérgio Winckler. Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2492º Processo 0829712-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00106406520118160031 Revisão de Contrato. Agravante: Claudete Santos de Paula. Advogado: Silvaney Isabel Gomes de Oliveira. Agravado: Banco Bv Sa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2493º Processo 0829857-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00166653320118160019 Revisional. Agravante: Elza Ferreira. Advogado: Danielle Madeira. Agravado: Bv Financeira S/a Crédito Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2494º Processo 0829882-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 201100008421 Revisão de Contrato. Agravante: Dirceu Jose Orso. Advogado: Emerson Dias Levandoski. Agravado: Bv Financeira Sa. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2495º Processo 0830383-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 00181035120118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Jucimar de Paula. Advogado: Juliane Toledo dos Santos Rossa. Agravado: Banco Panamericano S/a. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2496º Processo 0830654-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00029204120118160130 Indenização. Agravante: Bv Financeira S.a. - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Luiz Henrique Bona Turra, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado. Agravado: Sidnei Santos. Advogado: Charles Zauza. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2497º Processo 0830678-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Cascavel. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00162409720118160021 Revisão de Contrato. Agravante: Marcos Roberto Goulart. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin. Agravado: Banco Finasa S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2498º Processo 0830765-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00035425620108160001 Reintegração de Posse. Agravante: Luiza Pereira de Lara. Advogado: Rafael da Rocha Guazelli de Jesus, Natália da Rocha Guazelli de Jesus. Agravado: Francisco Antônio Dalavechia, Nicolau Dalavechia. Advogado: Ideraldo José Appi, Carlos Gomes de Brito. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2499º Processo 0831077-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00097678720108160035 Busca e Apreensão. Agravante: Bv Financeira Sa- Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Marina Blaskovski, Fabiana Silveira, Alamir dos Santos Winckler Junior. Agravado: Anderson de Meira Maia. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2500º Processo 0831115-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00221783620118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Sebastião da Silva. Advogado: Juliane Toledo dos Santos Rossa. Agravado: Banco Itaucard Sa. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola

2501º Processo 0775241-6 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00017637620108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Roberto Bispo dos Santos. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior. Apelado: Banco Finasa Sa.

Redistribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2502º Processo 0820796-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Irati. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00027819720118160095 Revisão de Contrato. Agravante: Avani Maria Valter dos Santos. Advogado: Viviane Karina Teixeira, Cleverson Marcel Sponchiado, Magali Fuerbringer. Agravado: Banco Finasa Bmc S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2503º Processo 0822371-4 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00057961220108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Jean Colbert Dias, João Leonelho Gabardo Filho, Gilberto Stinglin Loth. Apelado: Gilberto Ambroso de Souza. Advogado: Luís Oguedes Zamarian. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2504º Processo 0822400-0 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00137256620098160019 Declaratória. Apelante: Bv Financeira Crédito Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Juraci Maria da Luz Batista, Luiz Henrique Bona Turra, Juliana Mara da Silva, Flávio Penteado Geromini. Apelado: Luiz Carlos de Lima. Advogado: Marcius Nadal Matos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2505º Processo 0822441-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00018425620118160083 Revisão de Contrato. Agravante: Darbi Risso de Souza. Advogado: Flávia Dreher Netto, Ângela Patrícia Nesi Alberguini. Agravado: Santander Leasing S/a. Advogado: Silvano Ferreira da Rocha, Ana Lucia França, Cleston Jimenes Cardoso. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2506º Processo 0823058-0 Apelação Cível
Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00024506120088160147 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini. Apelado: Everson Luiz dos Santos. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2507º Processo 0823153-0 Apelação Cível
Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00012332320098160090 Reintegração de Posse. Apelante: Banco Finansa Bmc S/a. Advogado: Flávio Santanna Valgas. Apelado: Nelson Moura de Almeida. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2508º Processo 0823826-8 Apelação Cível
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00017831520108160112 Busca e Apreensão. Apelante: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Costa Oeste Sicredi Costa Oeste. Advogado: Evilásio de Carvalho Junior, Carlos Araúz Filho. Apelado: Milton Jaime Reimann. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2509º Processo 0823833-3 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033723420108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini, Cristiane Belinati Garcia Lopes. Apelado: Eduardo Alves. Advogado: Juliano Martins, Luiz Gustavo Leme. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2510º Processo 0824274-8 Apelação Cível
Comarca: Capitão Leônidas Marques. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000463020108160062 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Jane Maria Voiski Proner, Carla Roberta Dos Santos Belém. Apelado: Adriano Rigo Borba. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2511º Processo 0824399-0 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00249865820108160030 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Volkswagen SA. Advogado: Marcelo Tesheiner Cavassani. Apelado: Francisco Antunes de Lima. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2512º Processo 0824436-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00080843620108160028 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Karine Simone Pofahl Weber. Apelado: Anderson Joel de Cristo. Advogado: Fabiana Silveira. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2513º Processo 0824460-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 00059465120088160001 Prestação de Contas. Apelante: Pedro Altair Gonçalves. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari, Altair Roberto Ruschel. Apelado: Omni Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Eduardo Pena de Moura França, Germano dos Santos Evangelista Junior. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2514º Processo 0824692-6 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00052834420108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Paulo Cezar Barbosa de Oliveira. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior. Apelado: Banco Finasa Sa. Advogado: Patricia Pontaroli Jansen, Pio Carlos Freiria Junior, Cristiane Belinati Garcia Lopes. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2515º Processo 0824802-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00026977420098160028 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Tatiana Valesca Vroblewski, Marina Blaskovski. Apelado: Genivaldo Balduino da Silva. Advogado: Michelle Schuster Neumann, Ana Paula Scheller de Moura. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2516º Processo 0824823-1 Apelação Cível
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00142513320098160019 Manutenção de Posse. Apelante: Auto Posto Pitangui Ltda. Advogado: Renato Luiz Fernandes Filho. Apelado: Petrobras Distribuidora SA. Advogado: Pryscilla Antunes da Mota Paes. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2517º Processo 0824825-5 Apelação Cível
Comarca: Realeza. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003340820058160141 Usucapião. Apelante: Maria de Oliveira. Advogado: Iglenio Luiz Schwerz. Apelado: Eudochia Harbar dos Santos. Advogado: Alexandra Carvalho. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2518º Processo 0824882-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Marilândia do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00014338420118160114 Revisão de Contrato. Agravante: José Balbino Barreto. Advogado: Alcirene Adriana da Silva Cordeiro dos Santos. Agravado: Bv Financeria S.a Crédito, Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2519º Processo 0825373-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00636452920108160001 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Itaucard Sa. Advogado: Vírginia Neusa Costa Mazzucco. Apelado: Manoel Lopes Serrano Neto. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2520º Processo 0825419-1 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00003468120118160021 Revisão de Contrato. Apelante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Herick Pavin. Apelado: Valdeir dos Santos Simões. Advogado: Rogério Augusto da Silva. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2521º Processo 0825791-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00090145420108160028 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa. Advogado: Karine Simone Pofahl Weber, Fabiana Silveira. Apelado: Paulo Cesar Pavlak dos Santos. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2522º Processo 0826169-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00036991520108160038 Busca e Apreensão. Apelante: Banco B V Financeira S/a. - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Alessandro Henrique Bana Pailo, Andréa Hertel Malucelli, Vinicius Gonçalves. Apelado: Alexandre Carvalho. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2523º Processo 0826208-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00077154220108160028 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini, Emerson Lautenschlager Santana, Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin. Apelado: Sueli Borges Nhaia. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2524º Processo 0826225-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00071811920098160001 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Finasa Bmc Sa. Advogado: Marcos Vinícius Molina Veroneze, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Flávio Santanna Valgas. Apelado: Vanuza Alves da Luz. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2525º Processo 0828144-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00262004020118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Claudinei da Rosa. Advogado: Davi Chedlovski Pinheiro, Maria Felícia Chedlovski. Agravado: Banco Volkswagen SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2526º Processo 0828151-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00488354920108160001 Revisão de Contrato. Agravante: Bfb Leasing S/a - Arrendamento Mercantil. Advogado: Fernando José Gaspar, Vanessa Maria Ribeiro Batalha. Agravado: Maria José de Souza. Advogado:

Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2527º Processo 0828260-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00183988820118160001 Busca e Apreensão. Agravante: Rodrigo Riedo Garbosa. Advogado: Marcos Renan Salvati. Agravado: Bv Financeira S/a Cfi. Advogado: Karine Simone Pofahl Weber. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2528º Processo 0828655-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 199900000246 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Oswaldo Marcon. Advogado: Edson Mitsuo Tiujo, José Sebastião de Oliveira, Glaucio Hashimoto. Agravado: Antonio Aparecido Faquim. Advogado: Nivaldo Possamai, Valdir Balan. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2529º Processo 0828874-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00141932620118160030 Revisão de Contrato. Agravante: Júlio César Witte. Advogado: Renata Ferreira Costa Grego. Agravado: Banco Finasa Sa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2530º Processo 0829039-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00077612420118160019 Anulatória. Agravante: Itaú Unibanco S/a. Advogado: Leonel Trevisan Júnior. Agravado: Solmar Rodrigues dos Santos, Joeny Silva Prado Santos. Advogado: José Albari Slompo de Lara, José Altevir Mereth Barbosa da Cunha, Larissa Maria de Lara. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2531º Processo 0829059-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Santa Izabel do Ivaí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00002108220118160151 Revisão de Contrato. Agravante: Luiz Antônio Ferreira Ferro. Advogado: Rosângela Cristina Barboza Sleder. Agravado: Omni S/a - Crédito, Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2532º Processo 0829153-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 00051399420098160001 Revisão de Contrato. Apelante (1): João Cordeiro dos Santos (maior de 60 anos). Advogado: Francielle Negrão Pereira, Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Apelante (2): Banco Finasa Sa. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Emerson Lautenschlager Santana. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida

2533º Processo 0829242-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00035018020118160025 Busca e Apreensão. Agravante: Valdivino Pinto Ribeiro. Advogado: Lidiana Vaz Ribovski. Agravado: Aymoré Cfi S/a. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2534º Processo 0829312-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00145673920118160031 Revisão de Contrato. Agravante: Divonei Luiz da Silva. Advogado: Silvaney Isabel Gomes de Oliveira. Agravado: Bv Financeira S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2535º Processo 0829366-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00158243220118160021 Revisão de Contrato. Agravante: Valmor Prass. Advogado: Harysson Roberto Tres. Agravado: Banco Itaucard S/a. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2536º Processo 0829635-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00239941420118160014 Exibição de Documentos. Agravante: Jose Agenor da Silva. Advogado: Bruno Henrique Ferreira. Agravado: Banco Finasa S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2537º Processo 0829682-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00025859020118160075 Reintegração de Posse. Agravante: Márcio Chagas. Advogado: Fabiano Muriel Domingues. Agravado: Avelina Ermelindo Chagas. Advogado: Sérgio Aparecido Vicentini. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2538º Processo 0829724-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00060686020118160033 Revisão de Contrato de Locação. Agravante: Gerson Alves. Advogado: Swellen Yano da Silva. Agravado: bv Financeira S.a. Crédito, Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2539º Processo 0829848-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00037329820118160028 Busca e Apreensão. Agravante: Lorenildo de Jesus de Assunção. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Agravado: Banco Finasa Bmc S/a. Advogado: Carla Passos Melhado, Luciane Maria Marcelino de Melo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2540º Processo 0829952-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00434135420108160014 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Finasa de Investimento SA. Advogado: Vanessa Maria Ribeiro Batalha, Fernando José Gaspar. Agravado: Cleber Prado da Silva. Advogado: Priscila Loureiro Stricagnolo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2541º Processo 0830175-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00717517720108160001 Revisão de Contrato. Agravante: Celso Tadeu da Rocha. Advogado: Michelle Schuster Neumann, Ana Paula Scheller de Moura, Fernando Valente Costacurta. Agravado: Banco Omni S/a Cfi. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2542º Processo 0830270-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00212022920118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Jucelei Ferreira. Advogado: José Dias de Souza Júnior. Agravado: Bv Financeira S/a Crédito, Financiamento e Investimento. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2543º Processo 0831472-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 199100000520 Falência. Agravante: Ministério Público do Estado do Paraná. Agravado: K Yokoyama Distribuidora de Auto Peças Ltda. Advogado: Maria Aparecida Alves da Silva, Carlos Pinto Paixão Síndico da Massa Falida. Interessado: Adbens Administradora e Participações de Bens Ltda. Advogado: Jairo Antonio Gonçalves Filho, Jamil Josepetti Junior. Interessado: Gmc Administração e Participação Ltda, Império Administradora de Bens Ltda, Planos Administradora de Bens Ltda, Dimareri Administradora de Bens e Participações Sociais Ltda, Universal Training Consultoria Ltda, Elizabete Isquierdo Maioline, Sonia Maria de Oliveira Volpato, José Francisco Gomes, Luiza Basso Soler. Advogado: Clóris de Fátima Campestrini. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2544º Processo 0822427-1 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00046693920108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Crédito Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Bruno Fabrício Lobo Pacheco, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado: Maria Selma Ferreira Galvão. Advogado: Danielle Ribeiro. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2545º Processo 0822642-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00645295820108160001 Reintegração de Posse. Apelante: Banco Itaucard Sa. Advogado: Andréa Hertel Malucelli, Eduardo José Fumis Faria, Márcio Ayres de Oliveira. Apelado: José Roberto Viana. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2546º Processo 0822734-1 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00049188020118160021 Exibição de Documentos. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini. Apelado: Lindamar da Silva Viana. Advogado: Diogo Hendrigo Neves Gerber. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2547º Processo 0822789-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00138795220108160083 Revisão de Contrato. Agravante: Ricardo Calgaro (Representado(a)), Edi Maria Lucianer Calgaro. Advogado: Flávia Dreher Netto, Ângela Patrícia Nesi Alberguini. Agravado: Bv Financeira Sa. Advogado: Sérgio Schulze, Tatiana Valesca Vroblewski, Ana Rosa de Lima Lopes Bernardes. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2548º Processo 0822846-6 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00191959820068160014 Depósito. Apelante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Jéssica Ghelfi, Thiago Felipe Ribeiro dos Santos, Mariane Cardoso Mascarevich. Apelado: Cristiano Camargo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2549º Processo 0822860-6 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00033827820108160050 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante: Banco Santander Sa. Advogado: Charles Parchen, Reinaldo Mirico Aronis, Luiz Assi. Apelado: Rita Caetano Pereira (maior de 60 anos). Advogado: Juliano Martins, Luiz Gustavo Leme. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2550º Processo 0823142-7 Apelação Cível
Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00003398420058160123 Busca e Apreensão. Apelante: Omni Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriano Muniz Rebello, Nydia Maria Ramos de Almeida, Eduardo Pena de Moura França. Apelado: Carlos dos Santos Camargo. Advogado: Carlos Alcides Alberti Bürger. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2551º Processo 0823145-8 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00053108520088160001 Prestação de Contas. Apelante: Bv Financeira Sa, Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Ana Rosa de Lima Lopes Bernardes, Fábio Ricardo da Silva Bemfica. Apelado: Surama Miranda Kruger. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2552º Processo 0823209-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00060281420108160001 Busca e Apreensão. Apelante: Aymore Crédito Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Karine Simone Pofahl

Weber, Fabiana Silveira, Sérgio Schulze. Apelado: Cristiane Lissa Lopes. Advogado: Odete de Fátima Padilha de Almeida. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2553º Processo 0823565-0 Apelação Cível
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00027660620108160050 Cautelar. Apelante: Claudinei Chimenez. Advogado: Luiz Gustavo Leme. Apelado: Banco Bradesco Financiamentos Sa. Advogado: Daniela de Carvalho Silva. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2554º Processo 0823714-3 Apelação Cível
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00176064520098160021 Prestação de Contas. Apelante: Primo Rossi Administradora de Consórcios Ltda. Advogado: Cristiane Fabiana de Lima Rodrigues. Apelado: Global Soluções Empresariais Ltda. Advogado: Daniel Quaesner Toledo. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2555º Processo 0823778-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00041891820118160130 Revisão de Contrato. Agravante: Marcio Rogerio Biscola Transportes. Advogado: Fátima de Cássia Biázio. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2556º Processo 0824177-4 Apelação Cível
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00177101020098160030 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Finasa Bmc Sa. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Flávio Santanna Valgas. Apelado: Haidar Hussein Haidar. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2557º Processo 0824188-7 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00328876720108160001 Revisão de Contrato. Apelante (1): Wanderson Barbieri Mosco. Advogado: Leandro Negrelli, Maylin Maffini. Apelante (2): Banco Itaucard Sa. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Pio Carlos Freiria Junior, Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2558º Processo 0824386-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 00071656520098160001 Prestação de Contas. Apelante: Fabio Leandro de Oliveira. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado: Banco Bmg Sa. Advogado: Érica Hikishima Fraga, Tatiana Faria da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2559º Processo 0824694-0 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00090344520108160028 Reintegração de Posse. Apelante: Bv Leasing Arrendamento Mercantil Sa. Advogado: Karine Simone Pofahl Weber, Fabiana Silveira, Sérgio Schulze. Apelado: Alexsandra Ferraz. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2560º Processo 0824888-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00023460420098160028 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Finasa Bmc Sa. Advogado: Fernando José Gaspar, Vanessa Maria Ribeiro Batalha, Moisés Batista de Souza. Apelado: Ailton dos Santos. Advogado: Carlos Eduardo Scardua, Danielle Tedesko. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2561º Processo 0825179-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 00361709820108160001 Revisão de Contrato. Apelante: Bernadete Prestes Portela. Advogado: Murilo Francisco do Amaral. Apelado: Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Gustavo Freitas Macedo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2562º Processo 0825381-2 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00015101520098160001 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Flávio Penteado Geromini, Juliana Mara da Silva, Luiz Henrique Bona Turra, Jaqueline Scotá Stein. Apelado: Devanildo de Oliveira. Advogado: Luiz Fernando Cachoeira. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2563º Processo 0825452-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00014711120078160026 Reintegração de Posse. Apelante: Geraldo Ferreira Lima, Maria Helena Ferreira Lima, José Antochevis, Marta Kudlawiecz Antochevis. Advogado: Maricy Portugal Werneck, Luiz Gustavo Ramalho da Cunha. Apelado: Célia Antochevis de Souza, João Carlos Fernandes de Souza. Advogado: Antônio Fonseca Hortmann. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2564º Processo 0826097-9 Apelação Cível
Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00002487520028160130 Embargos a Execução. Apelante: Consórcio Nacional Ford Ltda. Advogado: Nelson Paschoalotto. Apelado: Edino Nobrega. Advogado: Ary Bracarense Costa Junior, Luís Henrique Delgado Escarmanhani. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2565º Processo 0826200-6 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00066852420088160001 Revisão de Contrato. Apelante: Fernando Olioveira Perna Filho. Advogado: Fernando Oliveira Perna, Claudinei Szymczak. Apelado: Banco Bmg Sa. Advogado: Érica Hikishima Fraga, Mieko Ito, Diego Balieiro Werneck. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2566º Processo 0826213-3 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00066843920088160001 Busca e Apreensão. Apelante (1): Fernando Oliveira Perna Filho. Advogado: Fernando Oliveira Perna, Claudinei Szymczak. Apelante (2): Banco Bmg Sa. Advogado: Érica Hikishima Fraga, Mieko Ito. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Dependência em 23/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2567º Processo 0828430-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00151514520118160019 Revisão de Contrato. Agravante: Wanderlei Souza Martins. Advogado: Danielle Madeira. Agravado: Banco Finasa Bmc S/a (grupo Bradesco S.a.). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2568º Processo 0828651-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00128304320118160017 Revisão de Contrato. Agravante: L. C. V. . Advogado: Eduardo Santos Hernandes. Agravado: B. L. S. A. M. . Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2569º Processo 0828727-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 200800001085 Liquidação de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Claudia Blumle Silva. Agravado: João Francisco da Costa, Nevair Cereda da Costa. Advogado: Jorge Brandalize, Marco Antonio Brandalize, Luciano Carlos Franzon. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2570º Processo 0828897-7 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00230014420108160001 Revisão de Contrato. Agravante: Santander Leasing Sa - Arrendamento Mercantil. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Agravado: Ismael Alves de Queiroz. Advogado: Igor Roberto Mattos dos Anjos. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2571º Processo 0829132-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00268219520118160014 Exibição de Documentos. Agravante: José Manoel Afonso. Advogado: Evandro Gustavo de Souza. Agravado: Aymore Cfi S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2572º Processo 0829211-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00044160220118160035 Reintegração de Posse. Agravante: Clovis Luiz Zeiser. Advogado: Adilson José da Rocha. Agravado: Ccd Administração e Participação Ltda - Me. Advogado: José Rodrigues Vieira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2573º Processo 0829227-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00123935720118160031 Revisão de Contrato. Agravante: João Valdir Sacks. Advogado: Camille Baggio Scheidt Brunsfeld, Thaisa Pereira Mello. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2574º Processo 0829264-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00155971520118160030 Revisão de Contrato. Agravante: Jacir Padilha. Advogado: Rodrigo Mombach Cremonese. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2575º Processo 0829375-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Laranjeiras do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00013110420118160104 Revisão de Contrato. Agravante: Trovão Campo Grande Transportes Ltda.. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Agravado: Bradesco Leasing S/a - Arrendamento Mercantil. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2576º Processo 0829536-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 00260340820118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Vanessa Maria Ribeiro Batalha, Fernando José Gaspar. Agravado: Letícia Cola. Advogado: Magali Fuerbringer. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2577º Processo 0829889-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00367015320118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Rafael Alves de Oliveira. Advogado: Mariana Paulo Pereira. Agravado: Banco Santander Banespa Sa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2578º Processo 0829981-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00133990220118160031 Revisão de Contrato. Agravante: Ednilson Sirino. Advogado: Silmara Stroparo. Agravado: Bv Financeira S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2579º Processo 0830215-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Marialva. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00032823120108160113 Revisão de Contrato. Agravante: Bv Financeira Sa. Advogado: Tatiana Valesca Vroblewski. Agravado: Alessandra Gerotto Manetta. Advogado: Edson Luiz Dal Bem, Rogério Real. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2580º Processo 0830379-5 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 00117725320118160001 Cautelar. Agravante: Losango Promoções de Vendas Ltda. Advogado: Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna. Agravado: Eugenia Fernandes Ferreira dos Santos. Advogado: Luiz Salvador. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2581º Processo 0830516-8 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00007411720038160001 Revisional. Apelante: Banco Bmc Sa. Advogado: João Leonelho Gabardo Filho, César Augusto Terra, Gilberto Stinglin Loth. Apelado: Clemente Hrehorovitch (maior de 60 anos). Advogado: Anderson de Oliveira Miskalo, Elias Ed Miskalo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente

2582º Processo 0830563-7 Agravo de Instrumento

Comarca: Nova Fátima. Vara: Vara Única. Ação Originária: 201100000080 Cautelar. Agravante: Rosi Aparecida Ribeiro Lopes Santos. Advogado: Luís Gustavo Ferreira Ribeiro Lopes. Agravado: Bv Financeira Sa. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2583º Processo 0830663-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00134016920118160031 Revisão de Contrato. Agravante: Laureci Sebastião de Paula. Advogado: Silmara Stroparo. Agravado: Bv Financeira Sa. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2584º Processo 0830664-9 Agravo de Instrumento

Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00145734620118160031 Revisão de Contrato. Agravante: Fernanda Cardoso. Advogado: Silvaney Isabel Gomes de Oliveira. Agravado: Banco Itaucard S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2585º Processo 0830889-6 Agravo de Instrumento

Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 00105268020118160014 Busca e Apreensão. Agravante: Edivaldo da Silva Firmino. Advogado: Germano Jorge Rodrigues. Agravado: Bv Financeira S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Carlos Mansur Arida

2586º Processo 0822444-2 Agravo de Instrumento

Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00002662820118160083 Revisão de Contrato. Agravante: Genaro Bizinella Neto. Advogado: Flávia Dreher Netto, Ângela Patrícia Nesi Alberguini. Agravado: Bv Financeira S/a. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Juliana Mara da Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2587º Processo 0822680-8 Apelação Cível

Comarca: Dois Vizinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00020993020108160079 Homologação. Apelante: Banco Santander Sa, Ademar Zanella, Elizabete Alleins Zanella, Ademir Zanella, Lorenice Garcia de Rezende Zanella, Terezinha Zanella, Itamar Zanella. Advogado: Juliano Ricardo Tolentino, Leandro de Quadros, Ana Paula Finger Mascarello, Ana Cláudia Finger. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2588º Processo 0822965-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00040759820108160038 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Bv Financeira Sa C. F. I.. Advogado: Ingrid de Mattos, Márcio Ayres de Oliveira. Apelado: Emerson Aparecido Gabriel. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2589º Processo 0823400-4 Apelação Cível

Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00175129720098160021 Revisão de Contrato. Apelante: Dibens Leasing Sa - Arrendamento Mercantil. Advogado: Mariane Cardoso Mascarevich, Elizeu Luiz Toporoski, Rosângela da Rosa Corrêa. Apelado: Geraldo Kubaski. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior, Samantha Beatriz Fracarolli Damiano, Rogério Augusto da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2590º Processo 0823457-3 Apelação Cível

Comarca: Jaguariaíva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004523920078160100 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Abn Amro Real SA. Advogado: Tatiana Valesca Vroblewski, Karine Simone Pofahl Weber. Apelado: Mirra Rozana Sieiro. Advogado: João Carlos Lozeski Filho. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2591º Processo 0823482-6 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00059874720108160001 Revisão de Contrato. Apelante (1): Rogério Baade. Advogado: Paulo Sérgio Winckler. Apelante (2): Banco Santander - Brasil - Sa. Advogado: Gilberto Stinglin Loth, João Leonelho Gabardo Filho, César Augusto Terra. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2592º Processo 0823767-4 Apelação Cível

Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00008042020108160123 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Finasa Sa. Advogado: Karine Simone Pofahl Weber. Apelado: Sirlete Terezinha Pedroso Rosa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2593º Processo 0823775-6 Apelação Cível

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00141352720098160019 Declaratória. Apelante: Alexandre Ferreira Neto (maior de 60 anos). Advogado: Marcius Nadal Matos. Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Gilberto Stinglin Loth. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2594º Processo 0823824-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00018748920068160001 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Finasa Sa. Advogado: Klaus Schnitzler. Apelado: Renato Dias da Silva. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2595º Processo 0824006-0 Apelação Cível

Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00040353120108160131 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Bruna Mischiatti Pagotto, Reinaldo Mirico Aronis, Luiz Assi. Apelado: Rozelha Jupira Amaral da Rosa. Advogado: André Agostinho Hamera, Sidclei José Godois. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2596º Processo 0824247-1 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 00060357420088160001 Consignação em Pagamento. Apelante: Adão Josmar da Silva. Advogado: Gabriela Cortes Leão de Oliveira, Regina de Melo Silva. Apelado: Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Flávio Penteado Geromini, Luiz Henrique Bona Turra, Tatiane Muncinelli, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2597º Processo 0824417-3 Apelação Cível

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00078322720108160030 Revisão de Contrato. Apelante: Mirian Severo de Oliveira. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior. Apelado: Itaú Unibanco Sa. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris, Fernando Ramos Oga. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2598º Processo 0824461-1 Apelação Cível

Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00027947120108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Wanderley Santos Brasil, Reinaldo Mirico Aronis. Apelado: Mariana Teixeira. Advogado: Luiz Gustavo Leme, Juliano Martins. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2599º Processo 0824751-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00101188120108160028 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Ingrid de Mattos, Márcio Ayres de Oliveira. Apelado: Marcia Claro da Silva. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2600º Processo 0824767-8 Apelação Cível

Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00035958420108160050 Exibição de Documentos. Apelante: Irivelton Aparecido Principe. Advogado: Luiz Gustavo Leme, Juliano Martins. Apelado: Banco Gmac Sa. Advogado: Valéria Caramuru Cicarelli, Alexandre Nelson Ferraz. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2601º Processo 0824999-0 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 00307943420108160001 Prestação de Contas. Apelante: Aureo Silva (maior de 60 anos). Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Gustavo Freitas Macedo. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2602º Processo 0825468-4 Apelação Cível

Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00034398420098160033 Revisão de Contrato. Apelante (1): Luiz Carlos Porcino. Advogado: Leandro Negrelli, Maylin Maffini, Sérgio Schulze. Apelante (2): Banco Finasa Sa. Advogado: Tiago Spohr Chiesa, André Luiz Cordeiro Zanetti, Ana Rosa de Lima Lopes Bernardes. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2603º Processo 0825851-9 Apelação Cível

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 00002562220008160001 Declaratória. Apelante: Gm Leasing Sa - Arrendamento Mercantil. Advogado: Valéria Caramuru Cicarelli, Alexandre Nelson Ferraz. Apelado: Mário Tadeu da Silva. Advogado: Gladimir de Lara Franceschi, Irece Nascimento Trein. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2604º Processo 0826159-4 Agravo de Instrumento

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00030009220118160004 Reintegração de Posse. Agravante: Sezerda Ribeiro Cordeiro. Def.Público: Carlos Alberto Frank. Advogado: Cristiane Fernandes, Lenice Teresinha Morilha. Agravado: Companhia de Habitação Popular de Curitiba - Cohab/pr. Advogado: Hassan Sohn, Luiz Antonio Pinto Santiago, Mônica Pimentel de Souza Lobo. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2605º Processo 0826316-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00047909820118160170 Revisão de Contrato. Agravante: Edvaldo Pereira da Silva, Adilson Pereira da Silva. Advogado: Islan Pinto Rodrigues. Agravado: Banco Finasa Bmc Sa, Banco Bradesco SA. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein

2606º Processo 0826909-4 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00530827320108160001 Revisão de Contrato. Apelante (1): Graciele Cristine Wos. Advogado: Caroline Amadori Cavet, Victicia Kinaski Gonçalves. Apelante (2): Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Marili Daluz Ribeiro Taborda. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein

2607º Processo 0827465-1 Apelação Cível
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 00004281220108160001 Revisional. Apelante (1): Suaila Padilha de Lima. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Apelante (2): Banco Volkswagen SA. Advogado: Marcelo Tesheiner Cavassani. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2608º Processo 0828339-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 00294592320108160019 Busca e Apreensão. Agravante: Banco Santander (brasil) S/a. Advogado: Andréa Cristiane Grabovski, Luiz Fernando Brusamolin. Agravado: Augusto Rodrigues Galvão. Advogado: Renato Michelon, Rubens Dias. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2609º Processo 0828603-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00141468520118160019 Revisão de Contrato. Agravante: Marcio Almeida da Silva. Advogado: Danielle Madeira. Agravado: Bv Financeira Sa - Cfi. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2610º Processo 0828650-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 00039105920118160024 Revisão de Contrato. Agravante: Ozeias Marinho de Lara. Advogado: Andreia Damasceno. Agravado: Bfb Leasing S/a - Arrendamento Mercantil. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2611º Processo 0828832-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00036654320108160037 Consignação em Pagamento. Agravante: Cristiano Russi. Advogado: Davi Chedlovski Pinheiro. Agravado: Bv Financeira S/a.. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2612º Processo 0828902-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00024527120118160035 Busca e Apreensão. Agravante: Bv Financeira S/a. Advogado: Silvana Tormem, Norberto Targino da Silva. Agravado: Luiz Carlos Holtez da Silva. Advogado: Viviane Karina Teixeira, Cleverson Marcel Sponchiado. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2613º Processo 0828975-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00267989120118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Sandra dos Santos Rodrigues. Advogado: Juliana Ribeiro. Agravado: Banco Finasa Bmc. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2614º Processo 0829001-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00165437420118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Bv Financeira Sa - Cfi. Advogado: Reinaldo Mirico Aronis, Adriana Pedrosa Lopes. Agravado: Josiane do Rocio de Castilho. Advogado: Walter Ramos Netto. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2615º Processo 0829239-9 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00123927220118160031 Revisão de Contrato. Agravante: Sandra Aparecida dos Santos. Advogado: Thaisa Pereira Mello, Camille Baggio Scheidt Brunsfeld. Agravado: Bv Financeira S/a. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2616º Processo 0829328-1 Agravo de Instrumento
Comarca: Barracão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012198520118160052 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Bradesco Leasing S/a Arrendamento Mercantil. Advogado: Tábata Nóbrega Chagas. Agravado: Lenoir Hoehn. Advogado: Leomar Antônio Johann. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2617º Processo 0829386-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00073447120118160019 Indenização. Agravante: Sebastião Fabrício dos Santos. Advogado: João Manoel Grott. Agravado: Banco Bradesco SA. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2618º Processo 0829598-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 00513505720108160001 Imissão de Posse. Agravante: Mauro Antônio Dacól. Advogado: Guilherme Krüger de Lima. Agravado: Valdir Cardoso de Assis. Advogado: Valdecir Cardoso de Assis. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2619º Processo 0829774-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00084547220118160030 Revisão de Contrato. Agravante: Arides Rodrigues da Silva. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior. Agravado: Banco Itaú SA. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2620º Processo 0829944-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 00213677620118160001 Busca e Apreensão. Agravante: Cleverson Luis Rutes. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Agravado: Aymoré - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Karine Simone Pofahl Weber. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2621º Processo 0830075-2 Mandado de Segurança (Cam-Cv)
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 201100001432 Usucapião Constitucional. Impetrante: Zilda Mendonça, Osmar Ayso Tafur, Carlos Custódio Soares. Advogado: Carlos Hugo Maravalhas. Impetrado: Juiz de Direito da Comarca de São José dos Pinhais - 1ª Vara Cível. Interessado: Plano Verde Empreendimentos e Participações S/a. Advogado: Eduardo Oliveira Agustinho, Hélcio Kronberg, Altair Roberto Ruschel, Leandro Ricardo Zeni. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein

2622º Processo 0830134-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 00081658920108160058 Recuperação Judicial. Agravante: Dva Agro do Brasil - Comercio, Importação e Exportação de Insumos Agropecuários Ltda.. Advogado: Sérgio Rezende de Oliveira, Marcus Vinícius Bossa Grassano. Agravado: Fertimourão Agrícola Ltda., Campoceres Agrícola Ltda.. Advogado: Evandro Vicente de Souza, Euclides Ribeiro S. Júnior. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2623º Processo 0830164-4 Apelação Cível
Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 00216994320078160014 Reintegração de Posse. Apelante (1): Hélio Turquino, Rosirene Paiva Turquino. Advogado: Paulo Arcoverde Nascimento, Thais Aranda Barrozo. Apelante (2): Maria Lúcia Dias Jannani, Faiçal Jannani. Advogado: Edson Alves da Cruz, Vicente de Paula Marques Filho, Camilla Silva Lima, Amanda Goda Gimenes. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski

2624º Processo 0830347-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 00143741720118160001 Revisão de Contrato. Agravante: João Luiz dos Santos. Advogado: Aureo Lincoln Crovador da Silva. Agravado: Banco Fiat S/a. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins

2625º Processo 0830611-8 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 00128883120108160001 Busca e Apreensão. Agravante: Nelson Afonso Martinez Junior. Advogado: Viviane Karina Teixeira, Cleverson Marcel Sponchiado. Agravado: Bv Financeira S/a. Advogado: Karine Simone Pofahl Weber, Tatiana Valesca Vroblewski, Fabiana Silveira. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein

2626º Processo 0831324-4 Agravo de Instrumento
Comarca: Irati. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00019634820118160095 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Itauleasing S/a, Banco Itaú SA. Advogado: Pio Carlos Freiria Junior, Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin. Agravado: Antonio Marcos Fink. Advogado: Mário Cézar Pianaro Ângelo. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein

2627º Processo 0831354-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 00236507220118160001 Revisão de Contrato. Agravante: Jair Santana. Advogado: Desirée Tanaka Biazetto Fendt. Agravado: Bv Leasing- Arrendamento Mercantil S/a. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein

_____ 5ª Câmara Cível em Composição Integral _____

2628º Processo 0829639-9 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 000000000000 Mandado de Segurança. Impetrante: Larissa Barbieri Capra (Representado(a)). Advogado: Mara Regina Jakobovski, Gelindo João Follador, Vanderlei José Follador. Impetrado (1): Secretário da Saúde do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar

Zem Cardozo. Impetrado (2): Diretor da 8ª Regional de Saúde de Francisco Beltrão. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura

2629º Processo 0831947-7 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 00054024920118160004 Mandado de Segurança. Impetrante: Isabella Martinez dos Santos (Representado(a)). Advogado: Fabiana Estulano Garcia. Impetrado: Secretário de Estado da Saúde. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Marcos de Moura

2630º Processo 0825781-2 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 000000000000 Mandado de Segurança. Impetrante: Desiree Layza Fabris. Advogado: Rose Meri Sauf Baggio. Impetrado: Secretário de Estado da Saúde do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima

2631º Processo 0831085-2 Ação Civil Originaria (Gr/CInt)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Autor: Município de Curitiba. Advogado: Vera Lucia Sigwalt Bittencourt, Valquiria Gonçalves, Jervis Puppi Wanderley, Hypérides Zanello Neto, Lidson José Tomass, Deonildo Luiz Borsatti, Erenise do Rocio Bortolini, Majoly Aline Araújo dos Anjos, Maureen Daisy Redondo Machado, Maria Francisca de Almeida Doria Mohr, Ana Maria Maximiliano, Luis Miguel Justo da Silva. Réu: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba Sismuc. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima

2632º Processo 0825086-2 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 201100000018 Despacho. Impetrante: Fernando Braz Pauli. Advogado: Rodrinei Cristian Braun, Ewerton Lineu Barreto Ramos. Impetrado: Secretário de Estado da Administração e da Previdência do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

2633º Processo 0826111-4 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 201100000125 Parecer. Impetrante: Greicy Cezar do Amaral. Advogado: André Luis Begotto, Helena Peliser. Impetrado: Secretário da Administração e da Previdência do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

2634º Processo 0831451-6 Ação Civil Originaria (Gr/CInt)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Autor: Sindicato dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu Sismufi. Advogado: Clever Schossler, Aquile Anderle, Fernando Luiz de Nadai Wrobel, Fábio de Nadai, Rubens Silva. Réu: Município de Foz do Iguaçu. Advogado: Luiz Carlos de Carvalho, Osli de Souza Machado. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Leonel Cunha

_____ 7ª Câmara Cível em Composição Integral _____

2635º Processo 0830475-2 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 0110003072 Protocolo. Impetrante: Federação Democrática da Associação de Moradores, Clubes de Mães, Entidades Beneficientes e Sociais de Curitiba - Femotiba. Advogado: Tatiana de Jesus Neves. Impetrado: Secretário de Estado da Administração e da Previdência do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Lenice Bodstein

2636º Processo 0721013-1/01 Embargos Infringentes Cível (Gr/CInt.)
Comarca: Pitanga. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 7210131 Apelação Civel. Embargante: Amadeu Cordeiro de Souza (maior de 60 anos), Lucio Borget (maior de 60 anos), Olívio Vieira Braz, Rosalvo Nazarko. Advogado: Eduardo Dallo, Wanderley Dallo. Embargado: Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Advogado: Hélio Eduardo Richter. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Antônio Barry. Revisor: Desª Lenice Bodstein

_____ 9ª Câmara Cível em Composição Integral _____

2637º Processo 0830741-1 Conflito de Competência Cível (Gr/C.Int.)
Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00672330520108160014 Cobrança. Suscitante: Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Cambé. Suscitado: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Londrina. Interessado: Valdinei Francisco da Silva. Advogado: Walter Bruno Cunha da Rocha. Interessado: Centauro Vida e Previdência. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci

_____ 10ª Câmara Cível em Composição Integral _____

2638º Processo 0749269-1/01 Embargos Infringentes Cível (Gr/CInt.)
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 7492691 Apelação Civel. Embargante: Itaú Seguros Sa. Advogado: João Barbosa Alves Filho, Flávia Balduíno da Silva, Henrique Alberto Faria Motta. Embargado: Josine Lemos da Silva. Advogado: Vilma Carla Lima de Souza. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Nilson Mizuta. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Albino Jacomel Guerios. Revisor: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima

_____ 11ª Câmara Cível em Composição Integral _____

2639º Processo 0830058-1 Conflito de Competência Cível (Gr/C.Int.)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara de Família. Ação Originária: 00048413120118160002 Execução de Sentença. Suscitante: J. D. 6. V. F. F. C. C. R. M. C. . Suscitado: J. D. 2. V. F. C. F. . Interessado: A. Z. N. . Advogado: Evandro Luiz Schöninger. Interessado: E. W. , C. A. W. S. (Representado(a)). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ruy Muggiati

_____ 12ª Câmara Cível em Composição Integral _____

2640º Processo 0829048-8 Conflito de Competência Cível (Gr/C.Int.)
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00034727420098160033 Demarcatória. Suscitante: J. D. V. C. A. F. R. P. C. R. M. C. . Suscitado: J. D. V. C. A. F. R. P. C. R. M. C. . Interessado: I. P. (maior de 60 anos). Advogado: Cristiane Alquimim Cordeiro, Fátima Pereira Orfo. Interessado: A. M. . Advogado: Romilda Ramos Marinelli Martins. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira

_____ 13ª Câmara Cível em Composição Integral _____

2641º Processo 0831970-6 Conflito de Competência Cível (Gr/C.Int.)
Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 00202138120118160014 Revisão de Contrato. Suscitante: Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Cambé. Suscitado: Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Londrina. Interessado: Leandro Ribeiro da Silva. Advogado: Alex Clemente Botelho. Interessado: Banco Panamericano Sa. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Wolff Filho

_____ 14ª Câmara Cível em Composição Integral _____

2642º Processo 0697801-4/01 Embargos Infringentes Cível (Gr/CInt.)
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 6978014 Apelação Civel. Embargante: J C Zanela Comércio de Veículos Ltda - Me. Advogado: Guilherme Scheidt Mader. Embargado: Rogério Wagner Martini Gonçalves. Advogado: Adriana Eliza Federiche, Alan Rogério Mincache. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes

_____ 15ª Câmara Cível em Composição Integral _____

2643º Processo 0824232-0 Exceção de Incompetência Cível (Gr)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 00071526620098160001 Repetição de Indébito. Excipiente: Carrefour Promotora de Vendas e Participações Ltda. Advogado: Carlos Eduardo Manfredini Hapner, Mariana Forbeck Cunha. Rec.Adesivo: Antonio Iracy Xavier Mendes. Advogado: Gustavo Henrique Bastista Quintão. Excepto (1): Antonio Iracy Xavier Mendes. Advogado: Gustavo Henrique Bastista Quintão. Excepto (2): Carrefour Promotora de Vendas e Participações Ltda. Advogado: Carlos Eduardo Manfredini Hapner, Mariana Forbeck Cunha. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

2644º Processo 0829783-2 Conflito de Competência Cível (Gr/C.Int.)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 00182068320108160004 Execução de Título Extrajudicial. Suscitante: Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Suscitado: Juiz de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Interessado: Pilkington Brasil Ltda. Advogado: Germano de Sordi Batista. Interessado: Massa Falida de M H B Indústria e Comércio de Vidros Ltda. Advogado: Marcelo Zanon Simão Síndico da Massa Falida. Interessado: Germano Alice Osternack, Sirlei Bento Osternack, Camila Bento Osternack, Gustavo Bento Osternack. Advogado: Adelcio Ceruti. Interessado: Caixa Econômica Federal. Advogado: Norberto Vicente de Castro. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jucimar Novochadlo

_____ 3ª Câmara Criminal _____

2645º Processo 0823306-1 Apelação Crime
Comarca: Apucarana. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00001230620048160044 Ação Penal. Apelante: Rogerio de Assis Moreira, Heule Franco de Assis. Advogado: Jeferson Policarpo da Silva. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson. Revisor: Des. Marques Cury

2646º Processo 0823348-9 Apelação Crime
Comarca: Assaí. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00003215820098160047 Ação Penal. Apelante: Valdeni Vieira (Réu Preso). Advogado: Natalina Lopes Pinheiro. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson. Revisor: Des. Marques Cury

2647º Processo 0823414-8 Apelação Crime
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00065449720108160174 Ação Penal. Apelante: André Daniel Pileco Hey (Réu Preso). Advogado: Marcelo José Boldori. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson. Revisor: Des. Marques Cury

2648º Processo 0823772-5 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Criminal. Ação Originária: 00215590720108160013 Ação Penal. Apelante: Rafael Soares de Oliveira (Réu Preso). Def.Dativo: Emerson Roso Borges. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson. Revisor: Des. Marques Cury

2649º Processo 0824572-9 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Crime, Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00043167220108160038 Ação Penal. Apelante: Michael Willian Massaneiro. Def.Dativo: Claudir Dalla Costa. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Ass.Acusação: Valdivino Fernandes, Daliane Domingues da Silva. Advogado: Grazielly Palinger Androchechen, Joseane Aparecida da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson. Revisor: Des. Marques Cury

2650º Processo 0824589-4 Apelação Crime

Comarca: Matelândia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00023044820108160115 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Def.Dativo: Fabrício Marcelo Bózio. Apelado: Cleverson Marindo de Souza (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson. Revisor: Des. Marques Cury

2651º Processo 0827376-9 Apelação Crime
Comarca: Matinhos. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00035199020098160116 Ação Penal. Apelante: L. F. B. . Def.Dativo: Luciana Santos Costa. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson. Revisor: Des. Marques Cury

2652º Processo 0829365-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Inquéritos Policiais. Ação Originária: 00178182220118160013 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Debora Maria Cesar de Albuquerque (advogado). Paciente: Lenadro Mariano do Prado (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson

2653º Processo 0829833-7 Habeas Corpus Crime
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00040571520118160112 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Alcemir da Silva Moraes (advogado). Paciente: Juliano Rodrigo Engelmann (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson

2654º Processo 0830189-1 Habeas Corpus Crime
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00322902520118160014 Ação Penal. Impetrante: Eliete Aparecida Sanches da Silva (em seu favor - réu preso), Josiane Machado Nunes (em seu favor - réu preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson

2655º Processo 0830268-7 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Inquéritos Policiais. Ação Originária: 00189874420118160013 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza (advogado). Paciente: André Adriano. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson

2656º Processo 0831132-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00215627120118160030 Pedido de Relaxamento de Prisão. Impetrante: José dos Santos Caetano (advogado). Paciente: Franklyn Audibert (Réu Preso), Luiz Fernando dos Santos (Réu Preso). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson

2657º Processo 0831522-0 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Criminal. Ação Originária: 00173298220118160013 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Jeferson Martins Leite (advogado). Paciente: Areli Gogola da Luz (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson

2658º Processo 0821280-4 Recurso de Agravo
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 00145276020118160030 Pedido de Livramento Condicional. Recorrente: Juana Victoria Castell Medina (Réu Preso). Advogado: Jossimar Ioris. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia

2659º Processo 0822623-3 Apelação Crime
Comarca: Cantagalo. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001561120058160060 Ação Penal. Apelante: L. C. L. . Advogado: Luiz Felipe Vitorassi Teixeira, Alysson Burko Chicalski. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia. Revisor: Des. Leonardo Lustosa

2660º Processo 0823843-9 Apelação Crime
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00012882720048160129 Ação Penal. Apelante: Hamilton Jonathan Garcia de Meira. Advogado: Ovandi Ribeiro. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia. Revisor: Des. Leonardo Lustosa

2661º Processo 0824586-3 Apelação Crime
Comarca: São João do Ivaí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000383320088160156 Ação Penal. Apelante: Ederson Lourenço Fidelis (Réu Preso). Def.Dativo: Joceyr de Carvalho Guilherme. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia. Revisor: Des. Leonardo Lustosa

2662º Processo 0825308-3 Apelação Crime
Comarca: Prudentópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006981020108160139 Ação Penal. Apelante: Ricardo Pereira dos Santos. Advogado: João Paulo Praisner. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia. Revisor: Des. Leonardo Lustosa

2663º Processo 0826204-4 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 00048137420048160013 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado (1): Denilson Perpetuo Bolino. Def.Dativo: Luiz Antonio Martins Barbosa Junior. Apelado (2): Viviane Vaz Storrer. Def.Dativo: Viviane de Souza Vicentin. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia. Revisor: Des. Leonardo Lustosa

2664º Processo 0829318-5 Recurso de Agravo
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 00195439220118160030 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Rodrigo Elias. Advogado: Mauricio Machado Fernandes. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia

2665º Processo 0829554-1 Habeas Corpus Crime
Comarca: Marilândia do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00015507520118160114 Pedido de Relaxamento de Prisão. Impetrante: Mauro Luiz Taborda Rocha (advogado). Paciente: L. D. L. L. (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia

2666º Processo 0829704-1 Apelação Crime
Comarca: Apucarana. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00112035420108160044 Ação Penal. Apelante (1): Janderson Caetano (Réu Preso). Advogado: Camila Schiarolli. Apelante (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado (1): Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado (2): Pamela Elit Schmaiske. Advogado: Camila Schiarolli. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia. Revisor: Des. Leonardo Lustosa

2667º Processo 0829804-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Inquéritos Policiais. Ação Originária: 00182382720118160013 Pedido de Revogação de Prisão Preventiva. Impetrante: Debora Maria Cesar de Albuquerque (advogado). Paciente: Fabricio José Karpinski (Réu Preso). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia

2668º Processo 0829910-9 Recurso de Agravo
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 201100000035 Ação Penal. Recorrente: Luciano Ismar da Silva (Réu Preso). Advogado: Thiago Ferreira Ternes. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia

2669º Processo 0830218-7 Habeas Corpus Crime
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00236614720118160019 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Luis Carlos Simionato Júnior (advogado), Mônica Painka Pereira (advogado), Guilherme Mendes de Mattos (advogado), Gerson Burdak Tymoczuk. Paciente: André Luiz Fernandes Martins Egas (Réu Preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia

2670º Processo 0830775-7 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00053567020118160033 Ação Penal. Impetrante: Elaine Samira Pope da Silva (advogado). Paciente: Maycon Lyon Melanski (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia

2671º Processo 0830794-2 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00057966620118160033 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Elaine Samira Pope da Silva (advogado). Paciente: Willian dos Santos Pacheco (Réu Preso). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia

2672º Processo 0831593-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Inquéritos Policiais. Ação Originária: 00175592720118160013 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Rafael Cessetti (advogado). Paciente: Djonatan Zahdi (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia

2673º Processo 0821950-1 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00002354720098160028 Ação Penal. Apelante (1): Ministério Público do Estado do Paraná. Apelante (2): Amilton Alves da Silva (Réu Preso). Apelado (1): Amilton Alves da Silva (Réu Preso). Advogado: Marlon Cordeiro. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Marques Cury. Revisor: Desª Sonia Regina de Castro

2674º Processo 0822881-5 Apelação Crime
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00003781220088160112 Ação Penal. Apelante: M. P. E. P. . Apelado: P. W. . Advogado: Walmor Mergener, Eduardo Vanzella. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Marques Cury. Revisor: Desª Sonia Regina de Castro

2675º Processo 0822904-3 Apelação Crime
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00276864620108160017 Ação Penal. Apelante: Luiz Borges de Farias (Réu Preso). Def.Dativo: Rosana Rigonato Junqueira. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Marques Cury. Revisor: Desª Sonia Regina de Castro

2676º Processo 0823164-3 Apelação Crime
Comarca: Pato Branco. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00000815520028160131 Ação Penal. Apelante (1): Vilmar Rodrigues do Prado. Def.Dativo: Eliane Bonetti Gomes. Apelante (2): Cleiton Cottet. Def.Dativo: Matilde de Miranda. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Marques Cury. Revisor: Desª Sonia Regina de Castro

2677º Processo 0823319-8 Recurso de Agravo
Comarca: Cascavel. Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 00209012220118160021 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Carlos Roberto Truzzi. Advogado: Michael Hiromi Zampronio Miyazaki. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Marques Cury

2678º Processo 0823374-9 Recurso de Agravo
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 200900003504 Ação Penal. Recorrente: Marcos Alves Ferreira (Réu Preso). Advogado: Leticia Lopes Jahn. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Marques Cury
2679º Processo 0823487-1 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00048757220098160035 Ação Penal. Apelante: M. P. E. P. . Apelado: C. C. R. . Def.Dativo: João Nelson Kinal. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Marques Cury. Revisor: Desª Sonia Regina de Castro
2680º Processo 0823793-4 Recurso de Agravo
Comarca: Cascavel. Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 00236614120118160021 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Fernando Lima. Advogado: Teresinha Depubel Dantas. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Marques Cury
2681º Processo 0825052-6 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00028372720078160013 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Alexandre Roberto Azevedo. Def.Público: Luciano da Silva Busato. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Marques Cury. Revisor: Desª Sonia Regina de Castro
2682º Processo 0825785-0 Habeas Corpus Crime
Comarca: Maringá. Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 201000001236 Pedido de Progressão / Regressão. Impetrante: José Henrique França Sorrilha (advogado). Paciente: Clodoaldo Evangelista. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Marques Cury
2683º Processo 0826507-0 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00027183720058160013 Ação Penal. Apelante: Paulo Glenio Siqueira. Advogado: Carlos José Sebrenski, Erisson Felipe Sebrenski Leal. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Marques Cury. Revisor: Desª Sonia Regina de Castro
2684º Processo 0826578-9 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Criminal. Ação Originária: 00125095420108160013 Ação Penal. Apelante: Diego de Miranda Martins (Réu Preso). Def.Público: Yara Flores Lopes Stroppa. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Marques Cury. Revisor: Desª Sonia Regina de Castro
2685º Processo 0829233-7 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00004905020098160013 Ação Penal. Recorrente: Maria Valmi Ferreira, Hamilton Dias de Azevedo. Advogado: Luiz Antonio de Araújo Kos, Eliane Andréa Chalata. Recorrido: Robinson Scholtz. Advogado: Felipe Reddin Werka. Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Marques Cury
2686º Processo 0829746-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00000732020008160173 Ação Penal. Impetrante: Ronaldo Camilo (advogado), Elichielli Gabrielli Perilis. Paciente: Ademir Valim da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Marques Cury
2687º Processo 0830710-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00055163420118160021 Ação Penal. Impetrante: Cassiano Cesar dos Santos (advogado), Rodrigo Vicente Poli (advogado). Paciente: Paulo Cesar da Silva (Réu Preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Marques Cury
2688º Processo 0830892-3 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Inquéritos Policiais. Ação Originária: 00184002220118160013 Auto de Prisão em Flagrante. Impetrante: Raquel Regina Bento Farah (advogado). Paciente: Alisson Adriano Brito Martins (Réu Preso). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Marques Cury
2689º Processo 0831320-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Criminal. Ação Originária: 00152088120118160013 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Carmen das Graças Silva Marins (advogado). Paciente: Rene Rodrigo Ferreira da Silva (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Marques Cury
2690º Processo 0821204-4 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Criminal. Ação Originária: 00013658820078160013 Ação Penal. Apelante: Jonata Neves dos Santos. Advogado: Silvana Denise Lobato. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama. Revisor: Des. Edvino Bochnia
2691º Processo 0821225-3 Recurso de Agravo
Comarca: Maringá. Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 201100000485 Ação Penal. Recorrente: Tiago Leite Pereira (Réu Preso). Advogado: Antonio Glaucione de Alencar Arrais. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama
2692º Processo 0821309-4 Recurso de Agravo
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 00078955320118160083 Ação Penal. Recorrente: Alexandre Oliveira da Costa (Réu Preso). Advogado: Eduardo Savarro, Ary Marcondes Araujo Neto. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama
2693º Processo 0821819-5 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Criminal. Ação Originária: 00150858820088160013 Ação Penal. Apelante: Jose Valdir da Silva. Def.Dativo: Rodolfo Herold Martins. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama. Revisor: Des. Edvino Bochnia
2694º Processo 0822368-7 Apelação Crime
Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00024265220088160173 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Edilson Garcia Alves. Def.Dativo: Angélica de Carvalho Cioni. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama. Revisor: Des. Edvino Bochnia
2695º Processo 0823799-6 Recurso Crime Ex Officio
Comarca: Assis Chateaubriand. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00009020220118160048 Ação Penal. Remetente: Juiz de Direito. Autor: Ministério Público do Estado do Paraná. Réu: Jonathas José Garcia. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama
2696º Processo 0824405-3 Apelação Crime
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00022890420108160043 Ação Penal. Apelante (1): David Knop de Paula. Def.Dativo: Ruth Fernandes de Oliveira. Apelante (2): Diogo Batista da Silva. Def.Dativo: Olavo Muniz de Carvalho. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama. Revisor: Des. Edvino Bochnia
2697º Processo 0824705-8 Apelação Crime
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00052986620108160174 Ação Penal. Apelante: A. O. (Réu Preso). Advogado: Luciano Linhares. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama. Revisor: Des. Edvino Bochnia
2698º Processo 0826078-4 Apelação Crime
Comarca: Matelândia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00018792120108160115 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Tony Assir Cabalheiro Vaz (Réu Preso). Advogado: Eduardo Nogueira de Morais. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama. Revisor: Des. Edvino Bochnia
2699º Processo 0826776-5 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Criminal. Ação Originária: 00214291720108160013 Ação Penal. Apelante: Cláudio Ricardo Taques (Réu Preso). Advogado: André Luis Romero de Souza, Louise Juliane Sandri. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama. Revisor: Des. Edvino Bochnia
2700º Processo 0827761-8 Habeas Corpus Crime
Comarca: Ipiranga. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004530620118160093 Ação Penal. Impetrante: Orlando Gomes Pedroso (advogado). Paciente: Gelson Luis Duarte (Réu Preso), Luiz Claudinei Chaijah (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama
2701º Processo 0829351-0 Recurso de Agravo
Comarca: Mandaguari. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00004339820108160109 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Robson Monteiro Nogueira. Advogado: Jessica Azevedo Trolezi. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama
2702º Processo 0829590-7 Habeas Corpus Crime
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00059845020108160112 Auto de Prisão em Flagrante. Impetrante: Luiz Carlos Rosa (advogado). Paciente: Marcelo da Silva Rosa (Réu Preso). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama
2703º Processo 0829626-2 Habeas Corpus Crime
Comarca: Quedas do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00014097520118160140 Inquérito Policial. Impetrante: Almir Machado de Oliveira (advogado). Paciente: Joel Teixeira da Rosa (Réu Preso). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama
2704º Processo 0829842-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00059406120118160026 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Edson Gonçalves (advogado). Paciente: Jair de Oliveira (Réu Preso). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama
2705º Processo 0830150-0 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Criminal. Ação Originária: 00079952420118160013 Ação Penal. Impetrante: Rosana Konig (em seu favor - réu preso). Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama
2706º Processo 0830883-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Guarapuava. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00172400520118160031 Ação Penal. Impetrante: Luiz Felipe Vitorassi Teixeira (advogado). Paciente: D. J. B. . Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama
2707º Processo 0832030-1 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Criminal. Ação Originária: 00073389720028160013 Ação Penal. Impetrante: Mateus Augusto Debus Nadal (advogado), Tiago Bastos Belache (advogado).

Paciente: Roger Ocanor Antunes de Souza (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama

2708º Processo 0822322-1 Apelação Crime
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00019107220098160019 Ação Penal. Apelante: L. A. T. (Réu Preso). Advogado: Wilson Ribeiro Júnior. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro. Revisor: Des. Rogério Kanayama

2709º Processo 0823178-7 Apelação Crime
Comarca: Marilândia do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00014809220108160114 Ação Penal. Apelante: N. O. P. (Réu Preso). Advogado: Adimara Maria Bueno. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro. Revisor: Des. Rogério Kanayama

2710º Processo 0823208-0 Apelação Crime
Comarca: Salto do Lontra. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00016687720108160149 Ação Penal. Apelante: Giovani Mores Miola (Réu Preso). Advogado: Geovani Ghidolin. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro. Revisor: Des. Rogério Kanayama

2711º Processo 0823273-7 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Criminal. Ação Originária: 00090828320098160013 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado (1): Fabiano Borges de Oliveira. Def.Dativo: Luiz Henrique de Guimarães. Apelado (2): Edson Sales. Def.Dativo: Gabriela Rubin Toazza. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro. Revisor: Des. Rogério Kanayama

2712º Processo 0823756-1 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00026799820108160034 Ação Penal. Apelante: Rafael da Luz de Camargo. Advogado: Viviane de Souza Vicentin. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro. Revisor: Des. Rogério Kanayama

2713º Processo 0824372-9 Apelação Crime
Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00003188920048160173 Ação Penal. Apelante: Roberson Vasconcelos. Advogado: Ronaldo Camilo. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro. Revisor: Des. Rogério Kanayama

2714º Processo 0827113-2 Apelação Crime
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 00045749120098160014 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: David Delfino Amador, Jeverson Delfino Amador. Advogado: Hélio Francisco Freitas. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro. Revisor: Des. Rogério Kanayama

2715º Processo 0827982-7 Habeas Corpus Crime
Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00073241520118160170 Pedido de Progressão / Regressão. Impetrante: Cláudio Aparecido Ferreira (advogado). Paciente: Vagner Alexandre Knorst (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro

2716º Processo 0828868-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00065077120118160033 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: João Cesario Mota (advogado). Paciente: John Vaz Muller (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro

2717º Processo 0829084-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00043987220118160037 Pedido de Relaxamento de Prisão. Impetrante: Fabiana Kolling (advogado). Paciente: Cicero Severino Pereira. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro

2718º Processo 0829646-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 201100000708 Pedido de Livramento Condicional. Impetrante: Adriana Stormoski Lara (advogado). Paciente: Adão Severino da Silva (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro

2719º Processo 0829973-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Icaraíma. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2009000000620 Ação Penal. Impetrante: Ronaldo Camilo (advogado), Elichielli Gabrielli Perilis. Paciente: Jean Carlo Casarini. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro

2720º Processo 0830089-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Inquéritos Policiais. Ação Originária: 00182608520118160013 Pedido de Revogação de Prisão Preventiva. Impetrante: Zuldemar Souza Quadros de Sant'anna (advogado), Daniel Fernandes dos Reis. Paciente: Alex Alves de Carvalho (Réu Preso). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro

2721º Processo 0831188-8 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 201100012755 Ação Penal. Impetrante: Amadeu Marques Junior (advogado). Paciente: Fabio Schuartz Evaristo (Réu Preso). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro

2722º Processo 0831885-2 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00064530820118160033 Auto de Prisão em Flagrante. Impetrante: Eduardo Henrique Veiga (advogado). Paciente: Junio da Silva Ferreira (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Sonia Regina de Castro

_____ 4ª Câmara Criminal _____

2723º Processo 0818662-1 Apelação Crime
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00127995120108160019 Ação Penal. Apelante (1): Sérgio Adriano Ferreira da Silva (Réu Preso). Advogado: Renato João Tauille Filho. Apelante (2): Luciano Ferreira da Silva (Réu Preso). Def.Dativo: Ari Bernardi. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo. Revisor: Des. Luiz Zarpelon

2724º Processo 0821802-0 Apelação Crime
Comarca: Bocaiúva do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005059020098160054 Ação Penal. Apelante: Lourival Farias dos Santos. Def.Dativo: Clínio Leandro Lino Lyra. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo. Revisor: Des. Luiz Zarpelon

2725º Processo 0823637-1 Apelação Crime
Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00006637920118160021 Ação Penal. Apelante: Johnny Ray Pauletti (Réu Preso). Advogado: Rubens José de Souza Junior, Armando Ricardo de Souza. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo. Revisor: Des. Luiz Zarpelon

2726º Processo 0824403-9 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Criminal. Ação Originária: 00068373120118160013 Restituição de Coisa Apreendida. Apelante: Luis Fernando Laguna. Advogado: Fernando Rodrigues. Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo. Revisor: Des. Luiz Zarpelon

2727º Processo 0826198-1 Habeas Corpus Crime
Comarca: Matelândia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012611320098160115 Execução de Pena. Impetrante: Mario Fernando Mattos Ferreira (advogado). Paciente: Marcos Antonio Pires (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo

2728º Processo 0828717-4 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00105184320108160013 Ação Penal. Apelante: Paulo Rodrigo da Silva (Réu Preso). Advogado: Ivani Floriano Frare Assis. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo. Revisor: Des. Luiz Zarpelon

2729º Processo 0828922-5 Apelação Crime
Comarca: Dois Vizinhos. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000537820048160079 Ação Penal. Apelante (1): Rita de Cássia Fogassa da Silva, Valmor Alves de Moraes. Advogado: Adão Fernandes da Silva. Apelante (2): Jacinto Provin, Orley Bonato. Advogado: Noeli de Souza Machado. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo. Revisor: Des. Luiz Zarpelon

2730º Processo 0829058-4 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00036508020098160014 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Fernanda Priscylla Marques, Bruno Moraes Tosa. Advogado: Marcelo Gaya de Oliveira, Marco Antônio Pereira Soares. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo

2731º Processo 0829184-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Mandaguari. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00024779020108160109 Ação Penal. Impetrante: Rogerio Pellegrini (advogado). Paciente: Guilherme Décio Costa (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo

2732º Processo 0829582-5 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Criminal - Vara de Crimes contra Criança e Adolescente. Ação Originária: 2007000160647 Ação Penal. Impetrante: Caio Marcelo Cordeiro Antonietto (advogado), Rafael Guedes de Castro (advogado). Paciente: J. L. P. (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo

2733º Processo 0829657-7 Habeas Corpus Crime
Comarca: Marialva. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00008301420118160113 Petição. Impetrante: Luiz Carlos Onofre Esteves (advogado). Paciente: Everton Godois Vieira (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo

2734º Processo 0829729-8 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 200800016018 Execução de Pena. Impetrante: João Batista de Arruda Junior (advogado). Paciente: Valdeir Fidelis Pereira (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo

2735º Processo 0829920-5 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Criminal. Ação Originária: 00119240220108160013 Ação Penal. Apelante (1): Eder de Souza Conde (Réu Preso), Adilson Nazareth Conde (Réu Preso). Advogado: Francisco de Assis do Rêgo Monteiro Rocha Júnior, Sylvio Lourenço da Silveira Filho, João Rafael de Oliveira, Gabriel de Araújo Lima. Apelante (2): Lucineia de Souza Conde Nogueira. Advogado: Darci Cândido de Paula. Apelante (3): Suzimara de Lima Steff. Advogado: Jullyane Ingrit Abdala. Apelante (4): José Helio Carvalho Johansson

(Réu Preso). Advogado: Darci Cândido de Paula, Ana Paula Cecy Turra. Apelante (5): Arlindo Fernandes Júnior. Advogado: Igor Fernando Ruthes, Simone de F. Camillo. Apelante (6): Nelson Caju da Silva (Réu Preso). Advogado: Peter Amaro de Sousa. Apelante (7): Luiz da Silva Pinto (Réu Preso). Advogado: Décio Vanderlei Nogueira. Apelante (8): Rodrigo Longuinho (Réu Preso). Advogado: Antônio Pellizzetti, Rafael Antônio Pellizzetti. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo. Revisor: Des. Luiz Zarpelon

2736º Processo 0830577-1 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 200500096830 Ação Penal. Impetrante: Marcio Luiz Fagundes (em seu favor - réu preso). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Antônio Martelozzo

2737º Processo 0822040-4 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Realeza. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00006414920118160141 Pedido de Liberdade Provisória. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Adílio Ghizoni. Advogado: Sidinei Roque Cichocki, Igor Dias Barboza. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon

2738º Processo 0822237-7 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00003756820058160013 Ação Penal. Apelante: Elias Anderson de Oliveira. Advogado: Luiz Carlos Pasqual. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon. Revisor: Des. Miguel Pessoa

2739º Processo 0822465-1 Apelação Crime
Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00041932820088160173 Ação Penal. Apelante: Gilson Aparecido Meira. Advogado: Edilson Magrinelli. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon. Revisor: Des. Miguel Pessoa

2740º Processo 0822552-9 Apelação Crime
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 00001729820088160014 Ação Penal. Apelante: Marcelo de Lima Santos. Advogado: Marcelino Bispo dos Santos, Walter de Camargo Bueno. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon. Revisor: Des. Miguel Pessoa

2741º Processo 0822824-0 Apelação Crime
Comarca: Pato Branco. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00108244620108160131 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Arlei Jose Flaurindo. Def.Dativo: Gisele Lemes da Rosa Ranzan. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon. Revisor: Des. Miguel Pessoa

2742º Processo 0823823-7 Apelação Crime
Comarca: Cambará. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00009235920088160055 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Marcos Luiz Bucci (Réu Preso). Def.Dativo: Rafael Otávio Detone do Nascimento. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon. Revisor: Des. Miguel Pessoa

2743º Processo 0824437-5 Apelação Crime
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00310787920108160021 Ação Penal. Apelante: Edson Bispo Correa (Réu Preso). Def.Dativo: Danieli Gargioni. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon. Revisor: Des. Miguel Pessoa

2744º Processo 0826427-7 Habeas Corpus Crime
Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00012316820118160127 Pedido de Prisão Temporária. Impetrante: Manoel Messias Meira Pereira (advogado). Paciente: Everton Matta Branco (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon

2745º Processo 0826431-1 Habeas Corpus Crime
Comarca: Colorado. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00004078020118160072 Ação Penal. Impetrante: Eduardo Diamante (advogado). Paciente: Renato Decioli de Moura (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon

2746º Processo 0828416-2 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Criminal - Vara de Crimes contra Criança e Adolescente. Ação Originária: 00000400420048160007 Ação Penal. Apelante: S. V. A. . Def.Público: Tania Regina Demeterco. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon. Revisor: Des. Miguel Pessoa

2747º Processo 0830120-2 Habeas Corpus Crime
Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00013580620118160127 Ped.revogação de Prisão Prev./temporária. Impetrante: Ronaldo Camilo (advogado), Elichielli Gabrielli Perilis (advogado). Paciente: Edson Ferreira Dourado (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon

2748º Processo 0830585-3 Habeas Corpus Crime
Comarca: Rolândia. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00043325020118160148 Pedido de Revogação de Prisão Preventiva. Impetrante: Ivan Luiz Goulart (advogado). Paciente: José Henrique da Silva (Réu Preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon

2749º Processo 0831007-8 Habeas Corpus Crime
Comarca: Altônia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00013300820118160040 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Rubens Carlos Santana (advogado). Paciente: J. C. M. (Réu Preso). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon

2750º Processo 0831591-5 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Criminal. Ação Originária: 00170319020118160013 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Mirian Regina Lopes Carvalho (advogado), Giselly Cristina Kodama Acordi (advogado). Paciente: Deyse Fabiana Wozniak (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Luiz Zarpelon

2751º Processo 0822605-5 Apelação Crime
Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00005124620088160142 Ação Penal. Apelante: Jaciel de Oliveira. Def.Dativo: Emerson Luiz Lima de Andrade. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau. Revisor: Des. Antônio Martelozzo

2752º Processo 0822637-7 Apelação Crime
Comarca: Arapoti. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00021435120108160046 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: David Willian Cuartes Garcia da Silva. Def.Dativo: Celso José da Silva. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau. Revisor: Des. Antônio Martelozzo

2753º Processo 0822923-8 Apelação Crime
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00319688820108160030 Ação Penal. Apelante: Uilis Santos de Mello (Réu Preso). Def.Dativo: Munirah Muhieddine. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau. Revisor: Des. Antônio Martelozzo

2754º Processo 0822999-2 Apelação Crime
Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00002535820068160130 Ação Penal. Apelante: Adriano de Moura Rezende. Def.Público: Cesar Augusto Rossato Gomes. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau. Revisor: Des. Antônio Martelozzo

2755º Processo 0824408-4 Apelação Crime
Comarca: Apucarana. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00002919520108160044 Ação Penal. Apelante: D. A. (Réu Preso). Advogado: Sandro Bernardo da Silva. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau. Revisor: Des. Antônio Martelozzo

2756º Processo 0824932-5 Apelação Crime
Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00007493120098160147 Ação Penal. Apelante: M. C. E. S. . Advogado: Joarez França Costa Júnior, Jose Hilario Trigo. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau. Revisor: Des. Antônio Martelozzo

2757º Processo 0826713-8 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00119982220118160013 Ação Penal. Apelante: Johnn Lenon Rodrigues de Freitas. Def.Público: Zenira Maria de Azevedo dos Santos. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau. Revisor: Des. Antônio Martelozzo

2758º Processo 0828886-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Criminal. Ação Originária: 00088292720118160013 Ação Penal. Impetrante: Peter Amaro de Sousa (advogado). Paciente: Hiago Ricardo Braz Correia (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau

2759º Processo 0829308-9 Recurso de Agravo
Comarca: Ponta Grossa. Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 00013307120118160019 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Geraldo Pedro Aparecido Portela. Advogado: Marli Marlene Horst. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau

2760º Processo 0829347-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00167745320118160017 Pedido de Revogação de Prisão Preventiva. Impetrante: Agnaldo Hudson Ferradoza da Silva (advogado). Paciente: Junior Cezar do Nascimento Wnuczak (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau

2761º Processo 0829904-1 Recurso de Agravo
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 201100000008 Ação Penal. Recorrente: Anderson Rodrigues Vieira (Réu Preso). Advogado: Sueli Cristina Rohn Bespalhok. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau

2762º Processo 0830285-8 Habeas Corpus Crime
Comarca: Iporã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000062020088160094 Ação Penal. Impetrante: Luiz Carlos Bofi (advogado). Paciente: J. D. L. . Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau

2763º Processo 0830331-5 Habeas Corpus Crime
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 00534553120118160014 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Andréa

Pereira Rosa da Silva (advogado). Paciente: Alisson de Jesus Costa (Réu Preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau

2764º Processo 0830376-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00211828720118160017 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Alcenir Antonio Barretta (advogado). Paciente: Renato de Souza Prestes (Réu Preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau

2765º Processo 0830620-7 Habeas Corpus Crime
Comarca: Loanda. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000041720088160105 Execução de Pena. Impetrante: Sebastião Domingues da Luz (advogado). Paciente: M. F. (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau

2766º Processo 0830804-3 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 2007000017715 Ação Penal. Impetrante: Reinaldo José Andreatta (advogado). Paciente: Luis Antonio Proc Santos. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau

2767º Processo 0831609-2 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00002938820118160025 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Márcia Cristina Jonson (advogado). Paciente: Luiz Messias Xavier (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau

2768º Processo 0821890-0 Apelação Crime (det)
Comarca: Primeiro de Maio. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003148420098160138 Ação Penal. Apelante: Rogerio da Silva Savariego. Advogado: Cláudio Rodrigues Oliveira. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa

2769º Processo 0822974-5 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00000785620098160034 Ação Penal. Apelante: Emerson Luiz Carneiro Vargas (Réu Preso). Def.Dativo: Analúcia Veloso Nantes. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho

2770º Processo 0823378-7 Apelação Crime
Comarca: Cianorte. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00001994720078160069 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Juliano Branzan. Advogado: Wilton Silva Longo, Yuri Marcos dos Santos Silva, Alessandro Dorigon. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho

2771º Processo 0823446-0 Apelação Crime
Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00057830320098160174 Ação Penal. Apelante: L. J. S. S. (Réu Preso). Advogado: NORMASIRES JOANILGO LEITE. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho

2772º Processo 0823801-1 Recurso de Agravo
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 00123364220118160030 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Vagner Madalena (Réu Preso). Advogado: Renata Ferreira Costa Grego, Valdir Ramires e Silva. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa

2773º Processo 0823927-0 Apelação Crime
Comarca: Formosa do Oeste. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00009404320108160082 Ação Penal. Apelante: Adriano Alves de Almeida (Réu Preso), Claudemir Rosa (Réu Preso), Fátima Alves de Almeida (Réu Preso), Valdir Ribeiro (Réu Preso). Advogado: Sergio dos Santos Silveira. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho

2774º Processo 0824624-8 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Criminal. Ação Originária: 00123998920098160013 Ação Penal. Apelante: Luis Ricardo Vieira (Réu Preso). Def.Público: Maria Jussara Fonseca. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho

2775º Processo 0824813-5 Apelação Crime
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00066495620108160083 Ação Penal. Apelante: Silverio Melnichiki (Réu Preso). Advogado: Gilberto Carlos Richthcik. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho

2776º Processo 0826601-3 Apelação Crime
Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00046933520108160170 Ação Penal. Apelante: Wilson Tadeu de Oliveira. Advogado: Marco Antonio Batistella. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho

2777º Processo 0827546-1 Habeas Corpus Crime
Comarca: Andirá. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00020403120118160039 Ação Penal. Impetrante: Leonardo Pimenta de Freitas Aguiar (advogado), Marcela Dias Amorim (advogado), Rodolfo Luiz Pereira (advogado). Paciente: Rivônio Martins Alves (Réu Preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa

2778º Processo 0827962-5 Habeas Corpus Crime
Comarca: Assis Chateaubriand. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00003839520098160048 Ação Penal. Impetrante: Cláudio Aparecido Ferreira (advogado). Paciente: Vera Lucia Toledo de Carvalho da Silva (Réu Preso), Elaine Andolfatto (Réu Preso), Fernanda Fernandes Martins (Réu Preso), Marlene dos Santos (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa

2779º Processo 0829063-5 Habeas Corpus Crime
Comarca: Piraí do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00009465120118160135 Ação Penal. Impetrante: Fernando Madureira (advogado), Diony Robert Conceição (advogado). Paciente: Neri Marcondes. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa

2780º Processo 0829727-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00090955420118160129 Auto de Prisão em Flagrante. Impetrante: Giordano Sadday Vilarinho Reinert (advogado), Rafael Stelle (advogado), Danielle Virgolino do Couto (advogado). Paciente: Edivaldo da Silva Belo (Réu Preso). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa

2781º Processo 0831283-8 Habeas Corpus Crime
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 201000014667 Execução Penal. Impetrante: Eduardo Savarro (advogado). Paciente: José Noraldo Sielski (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa

2782º Processo 0831822-5 Habeas Corpus Crime
Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00092851720118160129 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Mirian Regina Lopes Carvalho (advogado), Emerson Nicolau Kulek (advogado). Paciente: Felipe Bueno Ferruci. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa

2783º Processo 0820614-6 Apelação Crime
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00013399720118160030 Ação Penal. Apelante (1): Ministério Público do Estado do Paraná. Apelante (2): Jean Carlos Danielli (Réu Preso). Advogado: Nedi Valdi Damiati, Sadi Meine, Matheus Capoani Meine. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor: Des. Ronald Juarez Moro

2784º Processo 0822505-0 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00025632920088160013 Ação Penal. Apelante: Cesar Pacheco Santos Machado. Advogado: Cesar Zerbini de Araújo. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor: Des. Ronald Juarez Moro

2785º Processo 0822791-6 Recurso de Agravo
Comarca: Faxinal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003417320118160081 Ação Penal. Recorrente: Germano Gonçalves Ribeiro (Réu Preso). Advogado: Mauro Luiz Taborda Rocha. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho

2786º Processo 0823111-2 Apelação Crime
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00194551820108160021 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Valmir Alves da Silva (Réu Preso). Advogado: Ian Anderson Staffa Maluf de Souza, Anelice de Sampaio. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor: Des. Ronald Juarez Moro

2787º Processo 0823813-1 Apelação Crime
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00014781820078160021 Ação Penal. Apelante: Marcelo de Oliveira Novossati. Def.Dativo: Aline Cristina Bond Reis. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor: Des. Ronald Juarez Moro

2788º Processo 0823828-2 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Criminal. Ação Originária: 00072106220118160013 Ação Penal. Apelante: Renivaldo Jose Pupo (Réu Preso). Advogado: Carlos Roberto Gonçalves Ekermann. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor: Des. Ronald Juarez Moro

2789º Processo 0824664-2 Apelação Crime
Comarca: Laranjeiras do Sul. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00032765120108160104 Ação Penal. Apelante: L. C. F. (Réu Preso). Advogado: Euclides Mezzomo. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor: Des. Ronald Juarez Moro

2790º Processo 0824809-1 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00021864720078160028 Ação Penal. Apelante: Valdenir Miranda Ferreira. Advogado: Carlos Alberto de Oliveira Casagrande. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor: Des. Ronald Juarez Moro

2791º Processo 0826043-1 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Criminal. Ação Originária: 00035896220088160013 Ação Penal. Apelante: Karine Toldo Soares. Advogado: Maria Alice Ross. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor: Des. Ronald Juarez Moro

2792º Processo 0827122-1 Apelação Crime
Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00006199420098160097 Ação Penal. Apelante: Claudinei de França (Réu Preso). Advogado: Melvis Muchiuti, Julio Cesar da Costa. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor: Des. Ronald Juarez Moro
2793º Processo 0828134-5 Habeas Corpus Crime
Comarca: Bela Vista do Paraíso. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00022097320118160053 Auto de Prisão em Flagrante. Impetrante: Sergio Paulo da Mota (advogado). Paciente: Thiago Antonio Braz Emboaba (Réu Preso). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho
2794º Processo 0828992-7 Habeas Corpus Crime
Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Impetrante: Magno Eugênio Marcelo Benomino da Silva (advogado). Paciente: Ismael Aparecido Naufal (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho
2795º Processo 0829150-3 Habeas Corpus Crime
Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00041421420058160014 Ação Penal. Impetrante: Alisson Roberto Reis Martins (advogado). Paciente: W. F. C. (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho
2796º Processo 0829354-1 Habeas Corpus Crime
Comarca: Carlópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001161520088160063 Ação Penal. Impetrante: Danilo Moura Seraphim (advogado). Paciente: Fabiano Lima (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho
2797º Processo 0830552-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Guaratuba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Impetrante: Dionatan Antonio Testo (Réu Preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho
2798º Processo 0831061-2 Habeas Corpus Crime
Comarca: Mandaguari. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00015811320118160109 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Wanderlei Lukachewski (advogado), Wanderlei Lukachewski Junior (advogado). Paciente: Ricardo Augusto Peixoto (Réu Preso). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho

_____ 5ª Câmara Criminal _____

2799º Processo 0821642-4 Apelação Crime
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00012895220038160030 Ação Penal. Apelante: Fernando Marques de Souza. Advogado: Adriana Aparecida da Silva. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
2800º Processo 0822312-5 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00120741720098160013 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Julio Cezar Henrique. Def.Dativo: Luiz Gustavo Salomão Ballan. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
2801º Processo 0822518-7 Apelação Crime
Comarca: Medianeira. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00001188520068160117 Ação Penal. Apelante: Derli Afonso da Silva. Advogado: Olirio Rives dos Santos, Sandra Fagundes. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
2802º Processo 0823172-5 Apelação Crime
Comarca: Imbituva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000123320088160092 Ação Penal. Apelante: Elineu Eidan. Advogado: Eliete Cristina Massuqueto. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Ass.Acusação: Jose Zdebskyi. Advogado: Magali Schemberger Schafranski. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
2803º Processo 0823402-8 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00018833820048160028 Ação Penal. Apelante (1): Rogerio Alves do Amaral. Def.Dativo: Rodrigo C Barbato Fabris da Silva. Apelante (2): Vanderlei Ferreira da Silva, João Ricardo dos Santos. Advogado: Walter Ronaldo Basso. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
2804º Processo 0823893-9 Apelação Crime
Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00008940620098160077 Ação Penal. Apelante (1): Leidiane Evangelista, Ronaldo Luiz do Prado (Réu Preso). Advogado: Ronaldo Camilo. Apelante (2): Bruno Henrique da Silva. Advogado: Rogério Carlos Camilo. Apelante (3): Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
2805º Processo 0824595-2 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Criminal. Ação Originária: 00076283420108160013 Ação Penal. Apelante: Sidney Barreto. Def.Dativo: Gabriela Rubin Toazza. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
2806º Processo 0825521-6 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00005761820088160090 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido (1): Roney Dantes Vital (Réu Preso). Advogado: Luiz Paulo Cividatti, Donizetti Antonio Zilli. Recorrido (2): Adilson Marques Rodrigues (Réu Preso), Dimas de Souza (Réu Preso), Fernando Pereira (Réu Preso), Fernando Silva dos Santos (Réu Preso), Reginaldo Santos (Réu Preso), Rogerio Ferreira das Neves (Réu Preso), Valdecir Marçal de Carvalho (Réu Preso). Def.Dativo: Donizetti Antonio Zilli. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho
2807º Processo 0827133-4 Apelação Crime
Comarca: Faxinal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000813520078160081 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Luana Mara de Oliveira. Def.Dativo: Newton Bueno Lacerda. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
2808º Processo 0827375-2 Habeas Corpus Crime
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00020219720118160112 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Rogério Ernesto Grenzel (advogado). Paciente: Dirceu Dutra dos Santos (Réu Preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho
2809º Processo 0829529-8 Habeas Corpus Crime
Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 2011000023038 Pedido de Prisão Preventiva. Impetrante: Elcio José Melhem (advogado), Elcio José Melhem Filho (advogado). Paciente: V. J. S. (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho
2810º Processo 0830147-3 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Guaraniaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000964920088160087 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Evali de Fatima Lemos. Def.Dativo: Benjamim de Bastiani. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes
2811º Processo 0830631-0 Habeas Corpus Crime
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00086793020118160083 Ação Penal. Impetrante: Eduardo Savarro (advogado). Paciente: Marcelo Ramos Fonte (Réu Preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho
2812º Processo 0830719-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00022416820088160058 Ação Penal. Impetrante: Elso de Sousa Novais (advogado). Paciente: Jo Rumanski (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho
2813º Processo 0831281-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Inquéritos Policiais. Ação Originária: 00184175820118160013 Auto de Prisão em Flagrante. Impetrante: Geraldo de Oliveira (advogado). Paciente: Ezequias dos Santos (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho
2814º Processo 0831582-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Crime, Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00051460420118160038 Petição. Impetrante: Darci Cândido de Paula (advogado). Paciente: Ronei Dulciano Rodrigues (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho
2815º Processo 0822677-1 Apelação Crime
Comarca: Mamborê. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00017070620108160107 Ação Penal. Apelante: L. V. (Réu Preso). Advogado: JOSÉ EDILSON GALVÃO. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes. Revisor: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa
2816º Processo 0823189-0 Apelação Crime
Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00008461820098160119 Ação Penal. Apelante: Jonathan Carlos Damaceno. Advogado: Edson Olivatti. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes. Revisor: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa
2817º Processo 0823562-9 Apelação Crime
Comarca: Guaíra. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00013473720108160086 Ação Penal. Apelante (1): Reginaldo Cabrera (Réu Preso). Advogado: Marli Caldas Rolon. Apelante (2): Lindomar Rodrigues Borges (Réu Preso). Advogado: Cristiane Rodrigues de Mattos Venancio da Silva. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes. Revisor: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa
2818º Processo 0823692-2 Apelação Crime
Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000047620068160108 Ação Penal. Apelante: Jeferson Alexandre Leal (Réu Preso). Def.Dativo: João Bruno Dacome Bueno. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes. Revisor: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa
2819º Processo 0823921-8 Apelação Crime
Comarca: Sengés. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00016103820108160161 Ação Penal. Apelante: Edney Carlos Correa (Réu Preso). Def.Dativo: Carlos Roberto Miranda. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes. Revisor: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa
2820º Processo 0824456-0 Apelação Crime
Comarca: Apucarana. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00094566920108160044 Ação Penal. Apelante: A. C. (Réu Preso). Advogado: Júlio César Augusto Mesquita Sampaio e Guadanhini. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes. Revisor: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa
2821º Processo 0825078-0 Recurso de Agravo

Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00005254620088160077 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Euler Assis Branco (Réu Preso). Advogado: Carlito Raimundo Souza. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes

2822º Processo 0826080-4 Apelação Crime

Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00066976720068160014 Ação Penal. Apelante: Murilo Henrique Camargo. Advogado: José Romeu do Amaral Filho. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes. Revisor: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa

2823º Processo 0827076-4 Correição Parcial (Crime)

Comarca: Assis Chateaubriand. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00022401120118160048 Auto de Prisão em Flagrante. Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná. Requerido: Juiz de Direito da Comarca de Assis Chateaubriand - Vara Criminal e Anexos. Interessado: Valdeir de Moura. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes

2824º Processo 0828129-4 Habeas Corpus Crime

Comarca: Francisco Beltrão. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00099836420118160083 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Diogo Alberto Zanatta (advogado), Lucio da Rosa da Silva. Paciente: Altair da Rosa (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes

2825º Processo 0829219-7 Habeas Corpus Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00154296420118160013 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Adriano Minor Uema (advogado). Paciente: João Marciano de Almeida (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes

2826º Processo 0829364-7 Habeas Corpus Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 00063904320118160013 Ação Penal. Impetrante: Letícia Nogueira Gardona (advogado). Paciente: Alexandre Faria (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes

2827º Processo 0829374-3 Habeas Corpus Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Inquéritos Policiais. Ação Originária: 00176528720118160013 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Debora Maria Cesar de Albuquerque (advogado). Paciente: Israel Claudino Ferreira (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes

2828º Processo 0829871-7 Habeas Corpus Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Criminal. Ação Originária: 00164767320118160013 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Amir Krachinski (advogado). Paciente: Anderson Ademir Costa. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes

2829º Processo 0830177-1 Habeas Corpus Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Criminal. Ação Originária: 00080316620118160013 Ação Penal. Impetrante: Ailton José de Souza (em seu favor - réu preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes

2830º Processo 0830269-4 Apelação Crime

Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00010305020048160021 Ação Penal. Apelante: Pedro Muffato. Advogado: Marcelo Augusto Sella, Amauri Carlos Erzinger, Roberto Wypych Junior. Apelado: Jezreel Cristalino. Advogado: Lauri Da Silva, Patrícia Francisco de Souza, Elvis Bittencourt. Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes. Revisor: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa

2831º Processo 0830362-0 Habeas Corpus Crime

Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 201100002255 Pedido de Progressão / Regressão. Impetrante: Cesar Marinoski (advogado). Paciente: Alex Sandro Suptil dos Santos (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes

2832º Processo 0830602-9 Habeas Corpus Crime

Comarca: Matinhos. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 2010000017087 Ação Penal. Impetrante: Sérgio Vieira Portela (advogado). Paciente: Alessandro Ramalho Xavier (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Eduardo Fagundes

2833º Processo 0822213-7 Apelação Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Criminal. Ação Originária: 00062301820118160013 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Jefferson Tetzlaff Cordeiro. Def.Público: Vânia Maria Forlin. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal. Revisor: Des. Rogério Coelho

2834º Processo 0823431-9 Recurso de Agravo

Comarca: Ponta Grossa. Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 00156320820118160019 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Helena Carolina Padilha (Réu Preso). Advogado: Aldebaran Luiz Von Holleben. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2835º Processo 0823819-3 Apelação Crime

Comarca: Pato Branco. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 00000820620038160131 Ação Penal. Apelante: Eleandro de Araujo. Advogado: Léo Piva. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal. Revisor: Des. Rogério Coelho

2836º Processo 0824476-2 Apelação Crime (det)

Comarca: Formosa do Oeste. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00001742920068160082 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Fabiano Vieira Amaro (Réu Preso). Def.Dativo: André Luiz Pires Curuca. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2837º Processo 0824689-9 Apelação Crime

Comarca: Ipiranga. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000893920088160093 Ação Penal. Apelante: Reginaldo Lemos (Réu Preso). Advogado: Marco Aurélio Gonçalves Nogueira. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal. Revisor: Des. Rogério Coelho

2838º Processo 0829004-6 Habeas Corpus Crime

Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00053984420118160058 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Erikson Alexandre Funari (advogado). Paciente: Raquel de Souza (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2839º Processo 0829079-3 Apelação Crime

Comarca: Porecatu. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00026494520108160137 Ação Penal. Apelante (1): Ministério Público do Estado do Paraná. Apelante (2): Aparecido da Silva Bersi (Réu Preso), Luiz Adriano de Lima Filho, Rafael da Silva Bersi (Réu Preso). Apelado (1): Luiz Adriano de Lima Filho, Renato da Silva Bersi (Réu Preso). Advogado: Edson Pinheiro Gomes. Apelado (2): Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal. Revisor: Des. Rogério Coelho

2840º Processo 0829250-8 Habeas Corpus Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00180581120118160013 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Sandro Roberto Vieira (advogado). Paciente: Elaine Regina Rodrigues de Lima (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2841º Processo 0829461-1 Apelação Crime

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00124789720118160013 Ação Penal. Apelante: Nitza Ivia Muniz. Advogado: José Carlos Portella Júnior. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal. Revisor: Des. Rogério Coelho

2842º Processo 0829567-8 Habeas Corpus - ECA

Comarca: Porecatu. Vara: Vara Criminal e Anexos. Impetrante: Anderson Ramos Vieira (advogado). Paciente: J. C. S. L. . Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2843º Processo 0830197-3 Recurso em Sentido Estrito

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00089997820118160019 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Andre Ribeiro de Quadros. Def.Dativo: Patrícia Borba Taras. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2844º Processo 0830257-4 Habeas Corpus Crime

Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00225417220118160017 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Alcenir Antonio Barretta (advogado). Paciente: Jean Alves Rodrigues. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2845º Processo 0830688-9 Habeas Corpus Crime

Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00125370420108160019 Ação Penal. Impetrante: Rodrigo Sautchuk (advogado). Paciente: Lauro Weckerlin Junior (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2846º Processo 0831257-8 Habeas Corpus Crime

Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00119352820118160035 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Christian Robert Thiel Gura (advogado). Paciente: Charles Henrique de Lima (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2847º Processo 0831602-3 Habeas Corpus Crime

Comarca: Rolândia. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00040259620118160148 Execução de Pena. Impetrante: Andréa Pereira Rosa da Silva (advogado), Marcilei Gorini Pivato (advogado). Paciente: Bruno Fernando Rodrigues (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2848º Processo 0831688-3 Habeas Corpus Crime

Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00043108020108160033 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Jeferson Martins Leite (advogado). Paciente: Evelin da Silva Ferreira (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011.

Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2849º Processo 0831720-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00043116520108160033 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Jeferson Martins Leite (advogado). Paciente: Juliana Rios de Lima Camargo (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2850º Processo 0820664-6 Apelação Crime
Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00270801820108160017 Ação Penal. Apelante: Fernando Henrique Maximo Antonio (Réu Preso). Def.Dativo: Tadeu Teixeira Neto. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Des. Jorge Wagih Massad

2851º Processo 0821244-8 Recurso de Agravo
Comarca: Ponta Grossa. Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 201000002294 Remição de Pena. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Olivi Angelo Ganasoli (Réu Preso). Advogado: Paulo César de Souza. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2852º Processo 0821298-6 Recurso de Agravo
Comarca: Telêmaco Borba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00054971820108160165 Ação Penal. Recorrente: Guimar Alves de Oliveira (Réu Preso). Advogado: Adriano Martins Rodrigues. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2853º Processo 0821318-3 Recurso de Agravo
Comarca: Francisco Beltrão. Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 00077933120118160083 Ação Penal. Recorrente: Joabe de Souza Silva (Réu Preso). Advogado: Diogo Alberto Zanatta. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2854º Processo 0822180-3 Apelação Crime
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 00016395420048160014 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: Weliton Gonçalves Gil. Def.Dativo: Magno Alexandre Silveira Batista. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Des. Jorge Wagih Massad

2855º Processo 0823029-9 Apelação Crime
Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00028757320118160021 Ação Penal. Apelante: Miguel Ferreira (Réu Preso), Robson Mistria (Réu Preso). Advogado: Patrícia Trento. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 20/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Des. Jorge Wagih Massad

2856º Processo 0823210-0 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Criminal. Ação Originária: 00049164720058160013 Ação Penal. Apelante (1): Magno José da Silva. Advogado: Geraldo de Oliveira. Apelante (2): Lielton Ferreira da Silva, José Aparecido de Almeida Mota. Advogado: José Feldhaus. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Des. Jorge Wagih Massad

2857º Processo 0823586-9 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Criminal - Juizado de Violência Doméstica Contra a Mulher. Ação Originária: 00026883220108160011 Ação Penal. Apelante: A. R. . Advogado: Ideraldo Ilson Ferreira de Macedo. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Des. Jorge Wagih Massad

2858º Processo 0823782-1 Apelação Crime
Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00118485720108160019 Ação Penal. Apelante: Sergio Adriano Ferreira da Silva (Réu Preso). Advogado: Renato João Tauille Filho, Laynara Mello Pessoa da Cruz Marques. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Des. Jorge Wagih Massad

2859º Processo 0824393-8 Apelação Crime
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00042975620118160030 Ação Penal. Apelante: Sandro Luiz Custodio Ramos (Réu Preso). Def.Dativo: Edinaldo Beserra. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Des. Jorge Wagih Massad

2860º Processo 0824400-8 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 00058586920118160013 Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Rodrigo Vieira dos Santos. Def.Público: Daniel Dammski Hackbart. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2861º Processo 0827212-0 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Criminal. Ação Originária: 00210922820108160013 Ação Penal. Apelante: Wagner Fridmann (Réu Preso). Advogado: Letícia Nogueira Gardona. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Des. Jorge Wagih Massad

2862º Processo 0828556-1 Habeas Corpus Crime
Comarca: Matelândia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00030086120108160115 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Jose Fernando Fogasa (em seu favor - réu preso). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2863º Processo 0828944-1 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Crime, Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 00026353320118160038 Ação Penal. Impetrante: Ivani Floriano Frare Assis (advogado). Paciente: Robson Virmeonde dos Santos (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2864º Processo 0829102-7 Habeas Corpus Crime
Comarca: Quedas do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00013707820118160140 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Eloy Dirceu Giraldi (advogado). Paciente: V. W. S. (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2865º Processo 0829384-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00089887220118160173 Pedido de Relaxamento de Prisão. Impetrante: Ronaldo Camilo (advogado), Elichielli Gabrielli Perilis (advogado). Paciente: Valmir Américo da Silva (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2866º Processo 0829647-1 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 201000006259 Pedido de Progressão / Regressão. Impetrante: Valdecir Ferreira da Silva (em seu favor - réu preso). Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2867º Processo 0829820-0 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Cambará. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00003294520088160055 Ação Penal. Recorrente: Adriana Socorro Toregiani. Advogado: Valdir Bittencourt. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2868º Processo 0829825-5 Habeas Corpus Crime
Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00013257420118160043 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Marlus Raymundo Damázio (advogado). Paciente: Rafael da Silva (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 19/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2869º Processo 0830534-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 201100000284 Ação Penal. Impetrante: Antonio Luiz Alves Leandro (advogado). Paciente: Vanessa Granemann (Réu Preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2870º Processo 0831520-6 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Criminal. Ação Originária: 00151369420118160013 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Ivan Ribas (advogado). Paciente: Anderson Aparecido Gonçalves (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2871º Processo 0831733-3 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Criminal. Ação Originária: 00064008720118160013 Ação Penal. Impetrante: Jackson Fernando da Silva Carvalho (advogado). Paciente: Edson Alexandre Kuhn Fernandes (Réu Preso). Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel

2872º Processo 0821951-8 Apelação Crime
Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00085735820108160130 Ação Penal. Apelante: C. S. O. . Advogado: Viviane dos Santos Sanches, Ricardo Shiroshima. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Revisor: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira

2873º Processo 0822431-5 Apelação Crime
Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00019632620098160028 Ação Penal. Apelante: Adenilson Bueno da Silva. Advogado: Klyvellan Michel Abdala, Jullyane Ingrit Abdala, Nychellen Cyria Abdala. Apelado: Ministério Público do Estado

do Paraná. Distribuição por Prevenção em 22/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Revisor: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira
2874º Processo 0822963-2 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00194831020108160013 Ação Penal. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: ANDRE APARECIDO DE SOUZA MELO. Def.Dativo: Jone Eduardo Mufatto. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira
2875º Processo 0823195-8 Apelação Crime
Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00015427820108160132 Ação Penal. Apelante: L. M. (Réu Preso). Advogado: João Alves da Cruz. Apelado: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira
2876º Processo 0823407-3 Recurso de Agravo
Comarca: Cascavel. Vara: Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios. Ação Originária: 00239039720118160021 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Ananias Lourenço dos Santos (Réu Preso). Advogado: Michael Hiromi Zampronio Miyazaki. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel
2877º Processo 0823741-0 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00188128420108160013 Ação Penal. Apelante: Adelmo Martins de Souza (Réu Preso), Claudiomiro Chaves da Silva (Réu Preso). Advogado: Darci Cândido de Paula. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira
2878º Processo 0824033-7 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 00132474220108160013 Ação Penal. Apelante: Aline Patricia Rosa (Réu Preso), Alexsandro Souza dos Santos (Réu Preso), Marli Vieira de Souza (Réu Preso), Luiz Felipe Borges Ribeiro (Réu Preso). Advogado: Cidnei Mendes Karpinski. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 21/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira
2879º Processo 0824583-2 Apelação Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00063379620108160013 Ação Penal. Apelante: Alcides Pimentel Filho (Réu Preso). Advogado: Marcus Ely Soares dos Reis. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira
2880º Processo 0824766-1 Apelação Crime
Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 00692727220108160014 Ação Penal. Apelante: Marcelo Moraes (Réu Preso), Thiago Vitalino (Réu Preso). Advogado: Francisco Carlos Valotto. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel. Revisor: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira
2881º Processo 0828907-8 Habeas Corpus Crime
Comarca: Guaratuba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00028878020118160088 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Thiago Augustus Simoni Macias Montoro (advogado). Paciente: Adriel Gonçalves Rodrigues (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel
2882º Processo 0829022-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Guaraniaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00013981120118160087 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Jean Júnior Zanatta (advogado). Paciente: Luiz Fernando Bertusso (Réu Preso). Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel
2883º Processo 0829315-4 Recurso em Sentido Estrito
Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00003288820058160112 Ação Penal. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: João Francisco Rodrigues. Def.Dativo: Henrique Kurtz. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel
2884º Processo 0829760-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00272045920108160030 Auto de Prisão em Flagrante. Impetrante: Enir Becker (advogado), Cristiane Maria Silva (advogado). Paciente: Milton Dilkin. Distribuição Automática em 20/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel
2885º Processo 0830370-2 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: Vara de Execuções Penais. Ação Originária: 201100003102 Pedido de Progressão / Regressão. Impetrante: Cesar Marinoski (advogado). Paciente: Wagner José de Oliveira (Réu Preso). Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Etzel
2886º Processo 0831162-4 Habeas Corpus Crime
Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 00074508820118160130 Auto de Prisão em Flagrante. Impetrante: Mayumi A. M. A. Matsuoka (advogado). Paciente: Cremildo de Aguiar (Réu Preso). Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa
2887º Processo 0831248-9 Habeas Corpus Crime
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 00169521420118160013 Pedido de Relaxamento de Prisão. Impetrante: Ana Carolina Hass de Miranda Castro (advogado). Paciente: Fernando Rodrigo Pinheiro (Réu Preso). Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa

_____ 1ª Câmara Criminal em Composição Integral _____

2888º Processo 0829146-9 Revisão Criminal de Sentença (CInt)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Criminal. Ação Originária: 2005000115923 Ação Penal. Requerente: Alberto Raimundo (Réu Preso). Advogado: Letícia Nogueira Gardona. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Joscelito Giovani Ce. Revisor: Des. Macedo Pacheco
2889º Processo 0823656-6 Revisão Criminal de Sentença (CInt)
Comarca: Telêmaco Borba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 199100000068 Ação Penal. Requerente: Jose Carlos da Silva (em seu favor - réu preso). Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Telmo Cherem. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Tito Campos de Paula. Revisor: Des. Jesus Sarrão
2890º Processo 0829121-2 Revisão Criminal de Sentença (CInt)
Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 2010000003787 Ação Penal. Requerente: Marcelo Machado dos Santos (Réu Preso). Repre.AssistJud: Caroline Lopes dos Santos Coen. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Jesus Sarrão. Revisor: Des. Campos Marques

_____ 2ª Câmara Criminal em Composição Integral _____

2891º Processo 0831027-0 Ação Penal (C.Int-Cr))
Comarca: Tomazina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000019720048160171 Ação Penal. Autor: Ministério Público do Estado do Paraná. Réu (1): Albanor José Ferreira Gomes, João Lincoln Ferreira Gomes. Advogado: Luiz Knob. Réu (2): Claudio Vilas Boas Furini, Gilberto Akira Cascardo Hito, Osvaldo Ribeiro, Alberto Ganzert Neto, Antonio Roger dos Santos. Def.Dativo: Fábio Henrique Curan. Réu (3): Tadeu Belnoski. Advogado: René Ariel Dotti, Beno Fraga Brandão, Alexandre Knopfholz. Réu (4): Neusa Cantergiani de Oliveira. Advogado: Fredi Humphreys, Gerson Timm, Carlos Juarez Weber. Réu (5): Heitor Edmundo Kasecker. Advogado: Osnildo Pacheco Júnior. Réu (6): Rodrigo Pereira Gomes Júnior. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero
2892º Processo 0823954-7 Pedido de Providências Crime (Cam)
Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 201100004823 Protocolo. Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná. Interessado: Silvio Magalhães Barros II. Advogado: Julio Cesar Coelho Pallone. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima
2893º Processo 0828126-3 Inquérito Policial (C.Int-Cr))
Comarca: Tibagi. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00000934220088160169 Inquérito Policial. Indiciado: Sinval Ferreira da Silva, Christian Marcelo Camargo, Fernanda Haas, Marco Aurelio Nadal, Odair Mehret. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Desª Lidia Maejima
2894º Processo 0824328-1 Denúncia Crime (C.Int-Cr)
Comarca: Guaíra. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 00001156320058160086 Inquérito Policial. Denunciante: Ministério Público do Estado do Paraná. Denunciado: Manoel Kuba. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello
2895º Processo 0827078-8 Revisão Criminal de Acórdão (CInt)
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Privativa do 2ª Tribunal do Júri. Ação Originária: 2009000077592 Ação Penal. Requerente: Ricardo Wagner da Motta (Réu Preso). Advogado: Kelen Renata Suchla, Thiago Marciano de Andrade. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 21/09/2011. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Augusto A de Mello. Revisor: Des. José Mauricio Pinto de Almeida
2896º Processo 0823838-8 Denúncia Crime (C.Int-Cr)
Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 201000019071 Protocolo. Denunciante: Ministério Público do Estado do Paraná. Interessado: Roderjan Luiz Inforzato. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Lidio José Rotoli de Macedo
2897º Processo 0823844-6 Denúncia Crime (C.Int-Cr)
Comarca: Mallet. Vara: Vara Única. Ação Originária: 200900000016 Inquérito Civil Público. Denunciante: Ministério Público do Estado do Paraná. Denunciado: Cesar Loyola Flenik, Fernando Abel Czpak. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero
2898º Processo 0823880-2 Pedido de Providências Crime (Cam)
Comarca: Pinhão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 00023221220108160134 Termo Circunstanciado. Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná. Interessado: Sebastião Almir Caldas de Campos. Distribuição Automática em 22/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero
2899º Processo 0829011-1 Inquérito Policial (C.Int-Cr))

Comarca: Guarapuava. Ação Originária: 00033211120114040000 Inquérito Policial. Indiciado: Valentin Darcin. Advogado: Aroldo Baran dos Santos. Distribuição Automática em 19/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero

2900º Processo 0831383-3 Revisão Criminal de Acórdão (CInt)

Comarca: Assaí. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 2005000000207 Ação Penal. Requerente: Valdecir dos Santos. Advogado: Marco Antônio Busto de Souza. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Cargo Vago (Des. João Kopytowski). Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Lilian Romero. Revisor: Des. Lidio José Rotoli de Macedo

_____ 3ª Câmara Criminal em Composição Integral _____

2901º Processo 0831677-0 Revisão Criminal de Acórdão (CInt)

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 2004000023644 Ação Penal. Requerente: Elison Antonio Pereira (Réu Preso). Repre.AssistJud: Caroline Lopes dos Santos Coen. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Leonardo Lustosa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jefferson Alberto Johnsson. Revisor: Des. Marques Cury

2902º Processo 0831413-6 Revisão Criminal de Acórdão (CInt)

Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 2003000000190 Ação Penal. Requerente: Sidinei da Silva (Réu Preso). Repre.AssistJud: Melissa Gonçales dos Santos. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Edvino Bochnia. Revisor: Des. Leonardo Lustosa

2903º Processo 0831547-7 Revisão Criminal de Acórdão (CInt)

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Criminal. Ação Originária: 2007000109471 Ação Penal. Requerente: Abner Machado Brisola (Réu Preso). Repre.AssistJud: Caroline Lopes dos Santos Coen. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Marques Cury. Revisor: Desª Sonia Regina de Castro

2904º Processo 0831650-9 Revisão Criminal de Acórdão (CInt)

Comarca: Capanema. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 1993000000052 Ação Penal. Requerente: Tadeu Ubirajara Hoffman (Réu Preso). Repre.AssistJud: Caroline Lopes dos Santos Coen. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rogério Kanayama. Revisor: Des. Edvino Bochnia

_____ 4ª Câmara Criminal em Composição Integral _____

2905º Processo 0828149-6 Revisão Criminal de Sentença (CInt)

Comarca: Ortigueira. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2005000000045 Ação Penal. Requerente: Helio Alves de Oliveira (Réu Preso). Advogado: Patrícia Menezes de Oliveira. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau. Revisor: Des. Antônio Martelozzo

2906º Processo 0823788-3 Revisão Criminal de Acórdão (CInt)

Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 2002000000341 Ação Penal. Requerente: F. H. M. (Réu Preso). Advogado: José da Silveira. Requerido: M. P. E. P. . Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Miguel Pessoa. Revisor: Des. Carvilio da Silveira Filho

2907º Processo 0829934-9 Revisão Criminal de Acórdão (CInt)

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Criminal. Ação Originária: 2005000053219 Ação Penal. Requerente: Luciano Maria da Fonseca (Réu Preso). Advogado: Luiz Mazza, Edson Gonçalves. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Carvilio da Silveira Filho. Revisor: Des. Ronald Juarez Moro

_____ 5ª Câmara Criminal em Composição Integral _____

2908º Processo 0823699-1 Revisão Criminal de Sentença (CInt)

Comarca: Ubiratã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2005000000115 Ação Penal. Requerente: Jose Torres Faria Neto (em seu favor - réu preso). Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Rogério Coelho. Revisor: Des. Eduardo Fagundes

2909º Processo 0831711-7 Revisão Criminal de Acórdão (CInt)

Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 2003000000408 Ação Penal. Requerente: Ricardo Urbanski, Octávio Miguel Urbanski. Advogado: Pedro Luiz Petrolini Forte. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição por Prevenção em 23/09/2011. Relator: Des. Jorge Wagih Massad. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Raul Vaz da Silva Portugal

2910º Processo 0831448-9 Revisão Criminal de Acórdão (CInt)

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Criminal. Ação Originária: 2005000047383 Ação Penal. Requerente: Enio Gonçalves da Rocha (Réu Preso). Repre.AssistJud: Adriana Bomfim Silva Ribeiro. Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná. Distribuição Automática em 23/09/2011. Relator: Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Revisor: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira

Curitiba, .

## Seção de Preparo

**Div. Preparo e Inform.**
**Relação No. 2011.10243**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| César Augusto de França | 001 | 2011.00210496 |
| Francisco Leite da Silva | 001 | 2011.00210496 |
| Francisco Spisla | 001 | 2011.00210496 |
| Maurício José Matras | 004 | 0827577-6 |
| Pedro Henrique Igino Borges | 003 | 0827016-8 |
| Ramirez Fernandez Abdala da Silva | 002 | 0825363-4 |
| Silvia Fátima Soares | 001 | 2011.00210496 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Des. 1º Vice-Presidente
0001 . Processo/Prot: 2011.00210496 Protocolo
Protocolo: 2011.00210496. Objeto: Autos de Cobrança nº 637/2009 (1525-64.2009.8.16.0039) da Vara Cível e Anexos de Andirá, em 3 volumes, 454 páginas.. Autor: Aparecido Fidelis, Benedito de Souza, João Aparecido Cassita, José Paulo Trevigno, Mathilde Aparecida da Silva Canova. Advogado: Francisco Leite da Silva. Réu: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: César Augusto de França. Réu: Cohapar Cia de Habitacao do Paraná. Advogado: Silvia Fátima Soares. Interessado: Caixa Econômica Federal. Advogado: Francisco Spisla. Proferido: no protocolado sob nº 2011.00210496
Não sendo possível constatar a razão da remessa dos autos a esta Corte, determino a sua baixa ao juízo de origem. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Des. 1º Vice-Presidente
0002 . Processo/Prot: 0825363-4 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))
. Protocolo: 2011/284139. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 757896-3 Mandado de Segurança. Impetrante: Claudinei José Moreira. Advogado: Ramirez Fernandez Abdala da Silva. Impetrado: Desembargador Relator Luis Carlos Xavier. Despacho: Descrição: Despachos do Vice-presidente.
MANDADO DE SEGURANÇA PROTOCOLO 284139/2011 IMPETRANTE: CLAUDINEI JOSE MOREIRA. IMPETRADO: DESEMBARGADOR LUIS CARLOS XAVIER. 1 Intime-se a parte Impetrante para que efetue o devido preparo, no prazo de cinco dias, sob pena de deserção. 2 Preparado, distribua-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0003 . Processo/Prot: 0827016-8 Mandado de Segurança (Cam-Cv)
. Protocolo: 2011/329133. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 2002.00000472 Ação Monitória. Impetrante: Gustavo Buffara Bueno. Advogado: Pedro Henrique Igino Borges. Impetrado: Juiz de Direito do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - 16ª Vara Cível. Despacho: Descrição: Despachos do Vice-presidente.
MANDADO DE SEGURANÇA Nº 827.016-8 IMPETRANTE: GUSTAVO BUFFARA BUENO. IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 16ª VARA CÍVEL. 1 Intime-se a parte Impetrante para que efetue o devido preparo, no prazo de cinco dias, sob pena de deserção. 2 Preparado, distribua-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0004 . Processo/Prot: 0827577-6 Mandado de Segurança (Cam-Cv)
. Protocolo: 2011/333325. Comarca: Jaguariaíva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2011.00003808 Ação de Despejo. Impetrante: Auto Posto Manassés Ltda. Advogado: Maurício José Matras. Impetrado: Juiz de Direito da Comarca de Jaguariaíva. Despacho:
MANDADO DE SEGURANÇA Nº 827.577-6 IMPETRANTE: AUTO POSTO MANASSÉS LTDA. IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA. 1. De ser indeferida a assistência judiciária, ante a ausência de comprovação da impossibilidade de arcar o Impetrante com os encargos financeiros do processo. Nesse sentido, já decidiram os Tribunais Superiores: "PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS. 1. A pessoa jurídica necessita comprovar a insuficiência de recursos para arcar com as despesas inerentes ao exercício da jurisdição. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido." (STF 2ª Turma - AI 652954 AgR - Relatora Min. Ellen Gracie - DJe-171 Divulg. Em 10.09.2009, Public 10.09.2009) "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. ATIVIDADES FILANTRÓPICAS OU DE CARÁTER BENEFICENTE. COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO DE NECESSIDADE. EXIGÊNCIA. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. EMBARGOS REJEITADOS. TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA 1. O benefício da gratuidade pode ser concedido às pessoas jurídicas apenas se comprovarem que dele necessitam, independentemente de terem ou não fins lucrativos. Precedente da Corte Especial. 2. Embargos de divergência rejeitados." (STJ Corte Especial - EREsp 1015372/SP - Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima - DJe 01/07/2009) 2. Intime-se o Impetrante para efetuar o respectivo preparo no prazo de cinco (05) dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do artigo 511 do Código de Processo Civil. 3. Com o preparo, distribua-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

# Seção de Mandatos e Cartas

## Divisão de Processo Cível

## SEÇÃO DA 3ª CÂMARA CÍVEL

**I Divisão de Processo Cível**
**Seção da 3ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10203**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Ailton Nunes da Silva | 002 | 0783947-8 |
| | 007 | 0803614-2 |
| | 008 | 0803945-2 |
| | 010 | 0808139-4 |
| Alber James Moreno Salzedas | 025 | 0829363-0 |
| Alessandro Marcelo Moro Réboli | 003 | 0797940-8/01 |
| Alexandre Barbosa da Silva | 023 | 0828285-7 |
| Andréa Giosa Manfrim | 018 | 0825956-9 |
| Angela Mussiau Yamasaki de Rossi | 021 | 0827955-0 |
| Antônio Augusto Grellert | 014 | 0816408-9 |
| Ari Carlos Cantele | 006 | 0803341-4/01 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 001 | 0552243-8 |
| Bruno Assoni | 021 | 0827955-0 |
| Bruno Montenegro Sacani | 026 | 0829388-7 |
| Carlos Alberto Francovig Filho | 022 | 0828044-6 |
| Carlos Eduardo Ortega | 013 | 0813939-7 |
| Carolina Villena Gini | 023 | 0828285-7 |
| Caroline Franceschi André | 014 | 0816408-9 |
| Cerino Lorenzetti | 004 | 0799093-2 |
| | 009 | 0807946-5 |
| | 011 | 0810684-5 |
| Claudinei Laguna Martins | 023 | 0828285-7 |
| Clecius Alexandre Duran | 022 | 0828044-6 |
| Clovis Airton de Quadros | 002 | 0783947-8 |
| | 007 | 0803614-2 |
| | 008 | 0803945-2 |
| Cristiane Maria Haggi Favero | 026 | 0829388-7 |
| Cristina Abgail Ivankiw | 013 | 0813939-7 |
| Daniel Augusto Cerizza Pinheiro | 017 | 0824552-7 |
| Daniela de Carvalho Silva | 019 | 0827478-8 |
| Daniele Beatriz Marconato | 023 | 0828285-7 |
| Dione Isabel Rocha Stephanes | 007 | 0803614-2 |
| Eduardo Santos Hernandes | 019 | 0827478-8 |
| Elen Fábia Rak Mamus | 023 | 0828285-7 |
| Ellen Patricia Chini | 026 | 0829388-7 |
| Emanuel de Andrade Barbosa | 015 | 0818342-4 |
| Eros Sowinski | 003 | 0797940-8/01 |
| Eugênio Sobradiel Ferreira | 025 | 0829363-0 |
| Fernanda Bastos Kammradt Guerra | 006 | 0803341-4/01 |
| Fernando Augusto Dias | 025 | 0829363-0 |
| Fernando Cezar Vernalha Guimarães | 001 | 0552243-8 |
| Giles Santiago Junior | 005 | 0802830-2/01 |
| | 012 | 0813835-4/01 |
| Gino Lucas Scherdien | 008 | 0803945-2 |
| Isabella Cabral Kistner | 018 | 0825956-9 |
| Ivan Lelis Bonilha | 004 | 0799093-2 |
| Jair Subtil de Oliveira | 015 | 0818342-4 |
| Joaquim Mariano Paes de C. Neto | 004 | 0799093-2 |
| Jonas Soistak | 008 | 0803945-2 |
| | 010 | 0808139-4 |
| Júlio César Subtil de Almeida | 015 | 0818342-4 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 006 | 0803341-4/01 |
| | 015 | 0818342-4 |
| | 017 | 0824552-7 |
| Liana Sarmento de Mello Quaresma | 022 | 0828044-6 |
| Lilian Didone Calomeno | 017 | 0824552-7 |
| Luciana Castaldo Colósio | 023 | 0828285-7 |
| Luciane Camargo Kujo Monteiro | 014 | 0816408-9 |
| Luciane Maria Gervasio | 025 | 0829363-0 |
| Lucius Marcus Oliveira | 006 | 0803341-4/01 |
| Luiz Carlos Manzato | 018 | 0825956-9 |
| Luiz Fernando Casagrande Pereira | 001 | 0552243-8 |
| Luiz Lopes Barreto | 016 | 0819659-8 |
| Luiz Otávio Góes | 003 | 0797940-8/01 |
| Manoel Henrique Maingué | 013 | 0813939-7 |
| Márcio Luiz Blazius | 004 | 0799093-2 |
| | 009 | 0807946-5 |
| | 011 | 0810684-5 |
| Márcio Rodrigo Frizzo | 004 | 0799093-2 |
| | 009 | 0807946-5 |
| | 011 | 0810684-5 |
| Márcio Rogério Depolli | 001 | 0552243-8 |
| Marco Antônio Bósio | 018 | 0825956-9 |
| Marcos André da Cunha | 004 | 0799093-2 |
| | 011 | 0810684-5 |
| Marcos José de Paula | 020 | 0827665-1 |
| Marcos Massashi Horita | 011 | 0810684-5 |
| Marisa da Silva Sigulo | 009 | 0807946-5 |
| Mauricéa de L. P. d. L. Parubocz | 002 | 0783947-8 |
| | 007 | 0803614-2 |
| Mauro Alexandre Araújo Kraismann | 006 | 0803341-4/01 |
| Omires Pedroso do Nascimento | 021 | 0827955-0 |
| Paulo Henrique Berehulka | 014 | 0816408-9 |
| Paulo Nobuo Tsuchiya | 020 | 0827665-1 |
| | 027 | 0829827-9 |
| Ruy José Miranda Ratton | 006 | 0803341-4/01 |
| Sandro Luiz Kzyzanoski | 005 | 0802830-2/01 |
| Shirley Nunes | 024 | 0828673-7 |
| Sônia Regina Dias B. d. C. Bispo | 022 | 0828044-6 |
| Wallace Soares Pugliese | 014 | 0816408-9 |
| Wilson Martins Matsunaga Junior | 005 | 0802830-2/01 |
| Zaqueu Subtil de Oliveira | 015 | 0818342-4 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Des. Presidente do Órgão Julgador
0001 . Processo/Prot: 0552243-8 Apelação Cível
. Protocolo: 2008/357243. Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2006.00000497 Embargos a Execução. Apelante: Municipio de Paranavaí. Advogado: Luiz Fernando Casagrande Pereira, Fernando Cezar Vernalha Guimarães. Apelado: Banestado Leasing SA Arrendamento Mercantil. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0552243-8 I. Tendo em vista que os presentes autos encontram-se sobrestados, conforme termos do despacho proferido pelo 1º Vice-Presidente Des. Sérgio Arenhart (fls. 1097), no qual mencionou que "embora o Supremo Tribunal Federal tenha julgado o mérito dos Recursos Extraordinários nº 592.905/SC e nº 547.245/SC (...) este último ainda não transitou em julgado" (fls.1097), devem os mesmos assim permanecer até o trânsito em julgado da citada decisão. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de levantamento de depósito judicial (fls. 1102/1104). II. Após, voltem. Curitiba, 22 de setembro de 2011. PAULO HABITH Des. Relator
Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator
0002 . Processo/Prot: 0783947-8 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/27356. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0001422-83.2010.8.16.0019 Repetição de Indébito. Apelante (1): João Maria Ferreira Penteado. Advogado: Ailton Nunes da Silva. Apelante (2): Município de Ponta Grossa. Advogado: Mauricéa de Lourdes Prohmann de Lima Parubocz, Clovis Airton de Quadros. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Rabello Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Ação declaratória cumulada com pedido de repetição de indébito. 1. Reexame necessário Sentença ilíquida Conhecimento de ofício Artigo 475, inciso I, do Código

de Processo Civil. 2. Taxas de conservação de vias e de limpeza pública Instituição e cobrança pelo Município Inconstitucionalidade Matéria pacificada nesta Corte Enunciado n.º 7 das Câmaras de Direito Tributário. 3. Taxa de combate a incêndio Competência tributária do Estado Possibilidade, contudo, da realização de cobrança pelo Município mediante convênio Lei Estadual nº 13.976/2002 Transferência da capacidade tributária ativa (CTN, art. 7.º) Ilegalidade da cobrança que, no presente caso, se funda na ocorrência de instituição do tributo pelo Município (Lei Municipal n.º 6.857/2001) Caracterização de invasão de competência tributária estadual. 3.1. Reconhecimento, pelo Órgão Especial, de inconstitucionalidade de lei municipal que institui taxa de combate a incêndio Controle concentrado de constitucionalidade Efeitos vinculantes Eficácia erga omnes e ex tunc. 4. Honorários advocatícios Majoração Possibilidade Princípio da justa remuneração do trabalho profissional Enunciado n.º 2 das Câmaras de Direito Tributário desta Corte Causa em que a vencida é a Fazenda Pública Emprego de equidade CPC, artigo 20, parágrafo 4.º. 5. Ônus de sucumbência Resultado do julgamento que não enseja sua redistribuição. 6. Recurso da parte autora e da parte ré a que se negam seguimento e sentença reformada em parte em sede de reexame necessário. Vistos estes autos de apelação cível e reexame necessário n.º 783947-8, de Ponta Grossa, 1.ª Vara Cível, em que é apelante 1 João Maria Ferreira Penteado, apelante 2 Município de Ponta Grossa e apelados, os mesmos. Exposição 1. João Maria Ferreira Penteado ajuizou ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária cumulada com pedido de repetição do indébito em face de Município de Ponta Grossa, perante a 1.ª Vara Cível de Ponta Grossa. 1.1. Petição inicial (fs. 2-5) e documentos (fs. 6-17): i) é proprietário de imóvel urbano, localizado em Ponta Grossa, inscrito no Cadastro Municipal n. ° 20777-0 e 20782-0; ii) juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), por vários anos foram cobradas taxas de limpeza pública, conservação de vias e segurança, que são inconstitucionais; iii) a inconstitucionalidade das taxas de limpeza e conservação pública foi reconhecida no enunciado n.º 7 das Câmaras especializadas em direito tributário deste Tribunal de Justiça; iv) as taxas devem remunerar serviço específico e divisível, conforme estabelecem os artigos 77 e 79 do Código Tributário Nacional; v) devem ser restituídos os valores indevidamente pagos nos últimos cinco anos a título das taxas de limpeza, conservação de vias e segurança pública, acrescidos de correção monetária e juros de mora. 1.2. Contestação (fs. 24-29): i) ocorrência de prescrição quinquenal; ii) as taxas que cobrou remuneram serviços públicos específicos e divisíveis; iii) a edição da súmula vinculante n.º 19 do Supremo Tribunal Federal afasta qualquer discussão acerca da divisibilidade e especificidade da taxa de limpeza pública ou coleta de lixo; iv) a taxa de conservação de vias públicas remunera a prestação do serviço de conservação de vias públicas, por meio de varrição e remoção de detritos de vias públicas, o qual é efetivamente utilizado pelo autor; v) a taxa de segurança ou combate a incêndio também se reveste de constitucionalidade; v.i) celebrou convênio com o Estado do Paraná, para efeito de cobrança da taxa de combate a incêndio (segurança), com o que não há falar em ilegalidade; vi) não há falar em repetição do indébito; vii) caso seja condenado, os valores devem ser corrigidos com base em índice oficial de menor atualização do período de cada pagamento, a fim de não onerar demasiadamente o erário. 1.3. Após a réplica (fs. 30-38), foi proferida sentença1 (fs. 49-52-v.), que: i) julgou procedentes os pedidos formulados na petição inicial, para o fim de: i.i) declarar a ilegalidade e a inexigibilidade das taxas de limpeza, conservação e segurança; i.ii) condenar o réu a restituir individualmente os valores pagos indevidamente relativos ao quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda, sobre os quais incidirão correção monetária, calculada pela média aritmética simples do IGP/DI e INPC/IBGE, e juros de mora, calculados à razão de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado; ii) determinou que o valor devido seja apurado em liquidação de sentença, observando-se como limite máximo o valor apontado pela parte autora na petição inicial; iii) condenou a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação. 1.4. Apelação da parte autora (fs. 54-60), visando tão-somente à majoração do valor fixado a título de honorários advocatícios. 1.5. Apelação da parte ré (fs. 61-69): i) a taxa de limpeza pública ou coleta de lixo não viola os artigos 145 da Constituição Federal e 77 do Código Tributário Nacional; ii) as súmulas vinculantes 19 e 29 do Supremo Tribunal Federal afastam qualquer discussão acerca da divisibilidade e especificidade dessa taxa; iii) o serviço público de coleta de lixo foi prestado, de modo que é injusta e imoral a repetição dos valores que serviram para custeá-lo; iv) requer a redistribuição dos ônus sucumbenciais. 1.6. A parte autora apresentou contrarrazões (fs. 70-77), e sem resposta da parte ré (f. 77-v.), subiram os autos a esta egrégia Corte de Justiça, onde foi colhida a opinião ministerial, emitida pelo digno procurador de justiça Roberto Aires Toledo Arruda (fs. 87-91), que veio no sentido de que seja dado parcial provimento ao recurso do Município-réu e negado provimento ao recurso da parte autora. Decisão 2. Os pressupostos de admissibilidade recursal 2.1. Embora o digno juiz da causa não tenha remetido os autos para reexame necessário, o caso amolda-se ao disposto no artigo 475, inciso I, do Código de Processo Civil2, com o que a sentença está submetida a reexame necessário. 2.2. Os recursos merecem conhecimento, na medida em que estão presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, assim os intrínsecos (cabimento, legitimação e interesse em recorrer), como os extrínsecos (tempestividade, regularidade formal, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer e preparo dispensado). 3. Esclareço, outrossim, que a apreciação da sentença em reexame necessário e a análise das apelações serão feitas simultaneamente, tendo em vista a coincidência das matérias, com exceção da alegada ilegalidade das taxas de combate a incêndio e conservação de vias. 4. As taxas de limpeza pública e conservação de vias públicas 4.1. A Constituição Federal autoriza as pessoas políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) a no âmbito de suas respectivas atribuições instituírem taxas em duas hipóteses: "em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição".3 4.2. Interessa aqui, particularmente, esse segundo tipo, a assim comumente chamada taxa de serviço, que tem como hipótese de incidência a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. 4.3. No caso, a limpeza pública e a conservação de vias públicas, por não serem serviços públicos específicos e divisíveis, estão longe de configurarem hipóteses de incidência a permitir seu custeio por meio de taxas. 4.4. Tanto é assim que tais questões já se encontram pacificadas nesta Corte, como bem exemplifica o enunciado n.º 7 das Câmaras especializadas em direito tributário deste Tribunal de Justiça: Enunciado n.º 07. É inconstitucional a cobrança da taxa de limpeza e conservação pública, por se tratar de serviço inespecífico, não mensurável e indivisível, cujo custeio é abrangido pelo produto da arrecadação dos impostos gerais". 4.5. Os julgados desta Corte continuam a manifestar idêntico entendimento, v.g.: AC 538185-9, Bellusci; AC 612121-7, Laertes; AC 550212-5, Rezende; AI 591503-7, Rolanski; AC 600374-7, Bellusci; AC 542884-6, Cecconi; AC 597859-8, Prazeres; AC 556908-0, Dittrich; AC 559100-6, Sobrinho; AI 588127-2, Strapasson; AI 582205-7, Rezende; AC 553208-3, Laertes; AC 554317-1, Dimas; AC 563676-4, Prazeres; AC 563894-2, Strapasson; AC 563236-0, Strapasson; AC 559781-1, Strapasson; AC 557456-5, Sobrinho; AC 549139-4, Laertes; AC 566823-5, Dias; AC 555128-8, Bellusci; AC 534662-5, Habith; AC 504416-4, Rezende. 4.6. Nesse sentido também é o entendimento do Supremo Tribunal Federal: TRIBUTÁRIO. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. DESTINAÇÃO ÀS FINALIDADES ESSENCIAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA 279-STF. TAXA DE LIMPEZA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. LEI MUNICIPAL 5.641/89. INCONSTITUCIONALIDADE. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o acórdão recorrido, seria necessário reexaminar os fatos e provas da causa, procedimento vedado na esfera do recurso extraordinário, de acordo com a Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal. A decisão agravada está em conformidade com o entendimento firmado por ambas as Turmas desta Corte de que a cobrança da Taxa de Limpeza Pública, instituída pela Lei 5.641/89 do Município de Belo Horizonte, é inviável. Agravo regimental a que se nega provimento.4 AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 724 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A análise da controvérsia sobre a destinação da renda dos aluguéis demandaria o reexame de provas (Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal). 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido da inconstitucionalidade da cobrança da Taxa de Limpeza Pública quando vinculada a serviços de caráter universal e indivisível. Precedente do Plenário.5 5. Ademais, cumpre esclarecer que ao contrário do que defende o réu, a taxa de limpeza pública cobrada no Município de Ponta Grossa não remunera, única e exclusivamente, a prestação de serviço de coleta de lixo, quando então seria legal a sua cobrança. Explico. 5.1. Dispõe o artigo 207, parágrafo 2.º, da Lei Municipal n.º 6.857/2001 Código Tributário do Município de Ponta Grossa (f. 46): Art. 207 - As bases de cálculo e as alíquotas da taxa de serviços urbanos serão determinadas em função da previsão anual do custo dos serviços a serem prestados ou postos à disposição do contribuinte, no respectivo logradouro. § 1.º Para os efeitos deste artigo, consideram-se como serviços prestados ou postos à disposição os seguintes: I limpeza pública; II conservação de vias públicas; III segurança e combate contra incêndio. § 2.º A limpeza pública compreende a prestação, efetivamente prestado ou posto à disposição do contribuinte, de todo o serviço de coleta e remoção de lixo e limpeza urbana em geral, e será lançada e cobrada nos termos da Tabela em anexo, reavaliada anualmente por decreto, em especial para hospitais, clínicas hospitalares e veterinárias, farmácias e laboratórios de análises clínicas, observado o disposto no art. 163, parágrafo único. [...]. 5.1.1. Como se vê, a taxa de limpeza pública remunera a prestação de serviço de coleta e remoção de lixo e limpeza urbana em geral. Desse modo, como não é possível dissociar o serviço de limpeza de locais públicos, realizados genericamente em prol da coletividade, e o serviço de coleta de lixo, a cobrança dessa taxa é ilegal. 5.2. Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILIAR E LIMPEZA PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE DOS SERVIÇOS DE CARÁTER UNIVERSAL E INDIVISÍVEL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.6 AGRAVO DE INSTRUMENTO TAXA DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA PÚBLICA INCONSTITUCIONALIDADE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA QUE O PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU NO JULGAMENTO DO RE 576.321-RG-QO/SP REAFIRMAÇÃO, QUANDO DA APRECIAÇÃO DE MENCIONADO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, DA JURISPRUDÊNCIA QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMOU NO EXAME DESSA CONTROVÉRSIA RECURSO IMPROVIDO.7 5.3. Daí porque não comporta reforma a decisão nesse ponto. 6. A taxa de segurança pública 6.1. Inicialmente, é preciso esclarecer que a taxa de segurança pública nada mais é do que taxa de combate a incêndio, conforme se depreende da leitura do disposto no artigo 207, inciso III, e parágrafo 4.º, da Lei n.º 6.857/2001 (Código Tributário Municipal fs. 45-46). 6.2. Pois bem. A taxa de combate a incêndio remunera serviço público específico e divisível, e diante do disposto no artigo 145, inciso II, da Constituição Federal, é possível seu custeio por intermédio de taxa. 6.2.1. Nesse sentido é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v.g: AgRg no AI 551629-SP, Britto; RE 233784-SP, Galvão; RE 206777- SP, Galvão; AgRg no AI 552033, Sepúlveda; AI 712166-SP, Barbosa. 6.3. Cumpre destacar, contudo, que a instituição (= criação) da referida taxa é de competência do Estado, na medida em que o Corpo de Bombeiros é entidade estadual (CF, arts. 42 e 144, § 6.º). 6.4. E como ressabido é, a competência tributária não é passível de delegação, o que indica a existência de óbice para a instituição de taxa de combate a incêndio pelo

Município. 6.5. Vem daí o entendimento consolidado por esta Corte, representado pelo enunciado n.º 6 das Câmaras de Direito Tributário8, no sentido de que não obstante a constitucionalidade da cobrança desse tributo mediante taxa, não compete ao Município criá-la. 6.6. No caso do Estado do Paraná, contudo, consoante se depreende da leitura do artigo 16, inciso II, da Lei Estadual n.º 13.976/20029 que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná -, combinado com o artigo 131 da Constituição Estadual 10, é possível a realização de convênio entre o Estado e seus Municípios para promover tão-somente a arrecadação do tributo em questão. 6.6.1. Nesse aspecto, importante destacar que é plenamente possível a transferência da capacidade tributária ativa para o Município, na medida em que essa (a capacidade tributária ativa), diferentemente da competência tributária, pode ser validamente delegada, para que outrem (Município), que não o Estado-Membro, proceda à arrecadação do tributo (CTN, art. 7.º). 6.7. A constitucionalidade da cobrança da taxa de combate a incêndio, destarte, pelo Município de Ponta Grossa, depende da observância dos seguintes elementos: (i) existência de convênio entre o Estado e o Município; (ii) limitação da atividade municipal à arrecadação do tributo, nos exatos moldes da legislação estadual pertinente. 7. A Lei Municipal n.º 6.857/2001 (Código Tributário Municipal de Ponta Grossa), ao tratar da taxa de combate a incêndio, dispõe sobre a caracterização da hipótese de incidência dessa taxa (art. 207, § 4.º), sua base de cálculo e alíquota (art. 207, §§ 5.º e 6.º). 7.1. Verifica-se, por conseguinte, que o referido tributo foi instituído pela lei municipal, o que é vedado pelo ordenamento jurídico constitucional nacional, na medida em que, conforme antes explicitei, o Estado só pode delegar validamente a capacidade tributária ativa (sujeição ativa), para a arrecadação do referido tributo, sendo, portanto, vedada a transferência de sua competência tributária para o Município. 7.2. Esta Corte tem julgados no sentido em que venho resumindo, inclusive, especificamente, em relação a essa taxa, no âmbito do Município de Ponta Grossa: Apelação cível 1. Reexame necessário conhecido de ofício. Agravo retido. Interposição posterior à sentença, objetivando combater a decisão que declarou deserto o apelo interposto. Impossibilidade. Recurso não conhecido, restando prejudicada a análise da apelação cível. Apelação cível 2. Constitucional e tributário. Município de Ponta Grossa. Taxa de conservação e limpeza. Ausência dos requisitos da especificidade e divisibilidade inerentes à espécie tributária. Inexigibilidade. Enunciado nº 07 das Câmaras especializadas em Direito Tributário deste e. Tribunal de Justiça. Taxa de segurança (combate a incêndio). Instituição. Competência tributária do estado. Impossibilidade de delegação ao município. Enunciado nº 06 das Câmaras de Direito Tributário. Apelo não provido. Sentença mantida em sede de reexame necessário, conhecido de ofício.11 APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS, DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE LIMPEZA PÚBLICA INCONSTITUCIONALIDADE - ENUNCIADO Nº 07 DAS CÂMARAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO - RECURSO 1: DESPROVIDO - RECURSO 2: PROVIDO.12 7.2.1. No mesmo sentido: AC 776024-9, Astuti; AC 735517-3, Astuti; AC 598889-0, Rabello; AC 553406-9, Cecconi; AC 553208-3, Lauro; AC 563676-4, Prazeres; AC 549134-9, Sobrinho; AC 538154-4, Laertes; AI 519640-3, Laertes; AI 528980-1, Strapasson; AI 524648-2, Strapasson; AI 521740-9, Strapasson; AI 520480-4, Josély, AI 496150-4, Prazeres. 8. Outrossim, não há olvido que o Órgão Especial desta Corte, em 20 de junho de 2011, já decidiu pela inconstitucionalidade da lei municipal de Londrina que instituiu taxa de combate a incêndio nos mesmos moldes da ora analisada no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade n.º 740707-0, justamente porque é o Estado (e não o Município) que detém tal competência: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE LONDRINA QUE INSTITUIU A TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 145, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DO ESTADO, QUE É O ENTE RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO. ART. 42 E 144, § 6º DA CF. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 06 DAS CÂMARAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO DO TJ/PR. MATÉRIA JULGADA NO INCIDENTE DECLARATÓRIO DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 588.425-3/01. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSTO NOS ARTIGOS ART. 232, III, 234, 235, I, (SOMENTE NO QUE SE REFEREM À TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO) 244, 245 E TABELA XVII, DA LEI MUNICIPAL Nº 7303, DE 30/12/1997 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA). EFEITOS EX TUNC. "A taxa de prevenção e combate a incêndio é legítima quando atende aos requisitos de especificidade e divisibilidade, correspondendo a serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte. Entretanto, o Município não pode instituí-la, por ser da competência tributária do Estado" (Enunciado nº 6 das Câmaras de Direito Tributário do TJ/PR)13 8.1. E como ressabido é, as decisões declaratórias de inconstitucionalidade têm eficácia erga omnes (=contra todos) e efeito vinculante, na forma estabelecida no artigo 102, parágrafo 2.º, da Constituição Federal. 8.2. Sobre o tema, elucidativa é a lição de José Afonso da Silva14: Qual a eficácia da sentença proferida no processo da ação direta de inconstitucionalidade genérica? Essa indagação foi respondida, nas edições anteriores, do seguinte modo: "Essa ação, como vimos, tem por objeto a própria questão da constitucionalidade. Portanto, qualquer decisão, que decrete a inconstitucionalidade, deverá ter eficácia erga omnes (genérica) e obrigatória. Mas a Constituição não lhe deu esse efeito, explicitamente, como seria desejável" e o texto prosseguia na demonstração daquela afirmação, apesar da indefinição da Constituição, segundo a EC-45/2004, deu solução expressa à questão, acolhendo nossa tese, ao estatuir que as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, produzirão eficácia contra todos (erga omnes) e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual ou municipal. O objeto do julgamento consiste em desfazer os efeitos normativos (efeitos gerais) da lei ou ato a eficácia da sentença tem exatamente esse efeito, e isto tem valor geral, evidentemente, e vincula a todos. Em suma, a sentença, aí, faz coisa julgada, material, que vincula as autoridades aplicadoras da lei, que não mais poderão dar- lhe execução sob pena de arrostar a eficácia da coisa julgada, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade em tese visa precisamente a atingir o efeito imediato de retirar a aplicabilidade da lei. Se não fosse assim, seria praticamente inútil a previsão constitucional de ação direta de inconstitucionalidade genérica. 8.3. Em sintonia com a Constituição Federal, estabelece o artigo 272 do Regimento Interno desta Corte15, que quando a decisão declaratória de inconstitucionalidade se der por maioria absoluta, ela terá aplicação obrigatória nos casos análogos. 8.3.1. Portanto, como a decisão da ação direta de inconstitucionalidade em referência foi proferida por unanimidade de votos, forçoso aplicar aqui a mesma tese de inconstitucionalidade de lei municipal que institui idêntica taxa de combate a incêndio no Município de Ponta Grossa. 9. Vem daí que não comporta reforma a sentença que reconheceu a ilegalidade da cobrança das taxas de conservação de vias, de limpeza pública e de segurança, e determinou a restituição do pagamento indevido. 10. Os honorários advocatícios 10.1. Estima o autor ser ínfima a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, o que representa R$ 35,20. Assiste-lhe razão. 10.2. Com efeito, o estabelecimento de honorários advocatícios, nas demandas em que é vencida a Fazenda Pública, deve observar a regra traçada no artigo 20, parágrafo 4.°, do Código de Processo Civil, não podendo, no entanto, o valor ser exagerado. 10.3. No caso, observando-se o grau de zelo profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, entendo ser suficiente para bem retribuir o trabalho do advogado o valor de R$ 50,00 (cinquenta reais). 10.4. Não se pode perder de vista que a verba honorária não pode ser estabelecida em cifra vultosa, ressabido como também é que não pode ser estabelecida em cifra aviltante, ofensiva à própria dignidade profissional do advogado e ao princípio da justa remuneração do trabalho profissional (STJ: REsp 147346- PR, Asfor; REsp 388542-MS, Direito; REsp 277176-DF, Franciulli; REsp 671777-PR, Uyeda; REsp 552994-PE, Noronha. TJPR: AC 358865-4, Rosana; AC 338604-5, Wilde; AC 318160-2, Hayton; AC 293371-7, Schulman; AC 168534-3, Ribas; AC 287412-6, Jurandyr; AC 404999-6, Rabello). 10.5. De mais a mais, também em relação aos honorários advocatícios foi editado pelas Câmaras de Direito Tributário desta Corte o enunciado n.º 2, com a seguinte orientação: Na fixação dos honorários advocatícios em ações de repetição da taxa de iluminação pública TIP julgadas procedentes, deve ser levado em conta também, e principalmente, o fato de que tais ações vêm repetidas em grande número. É adequado e suficiente o valor de R$ 50,00 para as ações individuais, aumentando-se conforme o número de pessoas integrantes do pólo ativo, até o limite de R$ 700,00, para os casos de 10 (dez) ou mais litisconsortes ativos. 10.6. Portanto, nesse ponto merece reforma a sentença. 11. Os ônus sucumbenciais 11.1. Tendo em vista a manutenção da sentença, com exceção do valor fixado a título de honorários advocatícios, não há falar em redistribuição dos ônus da sucumbência. 12. Por fim, deve ser registrado que em relação às matérias não abordadas acima (atualização monetária e juros de mora), para fim de reexame necessário, não merece reforma a sentença. Conclusão 13. Passando-se as coisas dessa maneira, nego seguimento a ambos os recursos de apelação, uma vez que manifestamente improcedentes e em confronto com jurisprudência dominante deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça (CPC, art. 557, caput), e reformo, em parte, a sentença em sede de reexame necessário, reduzindo o valor fixado a título de honorários advocatícios para R$ 50,00. 14. Intimem-se. 15. Buscando celeridade (CF, art. 5.°, inc. LXXVIII; CPC, art. 125, inc. II), autorizo a Sra. Chefe da Seção a subscrever os atos comunicacionais pertinentes. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Desembargador Rabello Filho RELATOR -- 1 Juiz Luiz Henrique Miranda. -- 2 As sentenças ilíquidas devem ser submetidas ao reexame necessário, não tendo incidência a exceção contida no artigo 475, parágrafo 2.º, do Código de Processo Civil, conforme recente decisão proferida pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Corte Especial, EREsp 701306-RS, unânime, rel. min. Fernando Gonçalves, j. 7/4/2010 in DJe 19/4/2010). -- 3 CF, art. 145, inc. II. -- 4 STF, 2.ª Turma, AgRg no AI 478499-MG, unânime, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 6/4/2010, in DJe 6/5/2010. 5 STF, 1.ª Turma, Ag no AI 529280-MG, unânime, rel. min. Carmen Lúcia, j. 13/10/2009, in DJe 12/11/2009. -- 6 STF, 1.ª Turma, AgRg no AI 811387-SC, unânime, rel. min. Carmen Lúcia, j. 8/2/2011, in DJe 24/3/2011. -- 7 STF, 2.ª Turma, AgRg no AI 486719-MG, unânime, rel. min. Celso de Mello, j. 5/10/2010, in DJe 3/11/2010 os destaques em negrito e sublinhado são do original. -- 8 Enunciado n.º 6. A taxa de prevenção e combate a incêndio é legitima, quando atende aos requisitos de especificidade e divisibilidade, correspondendo a serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte. Entretanto, o Município não pode instituí-la, por ser da competência tributária do Estado. 9 Art. 16. Constituem receitas do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná FUNCB: [...] II - as decorrentes de convênios, acordos, ajustes, subvenções, auxílios e doações de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais. 10 Art. 131. O Estado poderá celebrar convênio com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para dispor sobre matérias tributárias. -- 11 TJPR, 3.ª Câmara Cível, AC 773854-5, de Ponta Grossa, 1.ª Vara Cível, acórdão n.º 37.812, unânime, rel. des. Salvatore Antonio Astuti, j. 28/6/2011. 12 TJPR, 2.ª Câmara Cível, AC 730277-4, de Ponta Grossa, 1.ª Vara Cível, acórdão n.º 37.938, unânime, rel. des. Antônio Renato Strapasson, j. 15/3/2011 os destaques em negrito são do original. -- 13 TJPR, Órgão Especial, ADIn 740707-0, de Curitiba, unânime, rel. des. Carlos Mansur Arida, j. 20/6/2011 os destaques em negrito são do original. -- 14 SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 32. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2009, pp. 54-55 os destaques em itálico são do original. 15 Art. 272. A decisão declaratória ou denegatória da inconstitucionalidade, se proferida por maioria absoluta, constituirá, para o futuro, decisão de aplicação obrigatória em casos análogos, salvo se algum órgão fracionário, por motivo relevante, entender necessário provocar novo pronunciamento do Órgão Especial sobre a matéria.

0003 . Processo/Prot: 0797940-8/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/326755. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 797940-8 Apelação Civel. Embargante: Município de Curitiba. Advogado: Eros Sowinski. Embargado: Ademir Melo Silva. Advogado: Alessandro Marcelo Moro Réboli, Luiz Otávio Góes. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Rabello Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Embargos de declaração Omissão Ausência Pretensão a rejulgamento Inadmissibilidade CPC, art. 535. I Ausente obscuridade, contradição ou omissão nos aclaratórios, sua rejeição é imperativa. Não se prestam os embargos de declaração para obtenção de rejulgamento, que somente para suprimento de obscuridade, contradição ou omissão no caso inexistentes estão eles voltados. Embargos de declaração para fim de prequestionamento Decisão, no entanto, que nos pontos atacados não contém nenhum dos defeitos previstos no art. 535 do CPC. II Conquanto admissível o manejo de embargos declaratórios para fim de prequestionamento, para seu acolhimento é preciso que a decisão embargada contenha, nos pontos explorados com essa finalidade, algum dos defeitos referidos no art. 535 do CPC. III Embargos de declaração rejeitados. Vistos estes autos de embargos de declaração n.º 797940-8/01, opostos na apelação cível n.º 797940-8, de Curitiba, 2.ª Vara da Fazenda Pública, em que é embargante Município de Curitiba. Exposição 1. O apelante Município de Curitiba opõe embargos de declaração (fs. 103-107), a propósito da decisão proferida (fs. 87-97), dizendo em resumo: i) há omissão, porquanto a decisão embargada deixou de aplicar o contido no artigo 1.º-F da Lei n.º 9.494/1997, com redação dada pela Lei n.º 11.960/2009, inexistente quando da interposição do recurso de apelação, porém já em vigor quando de sua apreciação; ii) como a Lei Municipal n.º 12/1995 que previa a utilização da taxa Selic para atualização dos créditos tributários pagos a destempo apenas vigorou de 1995 a 2000, é preciso esclarecer se a partir de 2001 também o indexador nela previsto deve ser observado em casos de repetição do indébito; iii) formula prequestionamento. Decisão 2. Os embargos merecem conhecimento. Rejeição também. 3. Não existe qualquer vício a ser sanado, porquanto a decisão foi clara ao expor que diante da omissão contida no artigo 167, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e à face do princípio da isonomia, firmou-se o entendimento no sentido de que em se tratando de repetição de indébito tributário, deve ser utilizado o mesmo critério para atualização dos créditos tributários pagos a destempo, que no caso dos autos é a taxa Selic, prevista no artigo 3.º da Lei Complementar Municipal n.º 12/1995. 3.1. Note-se que todas as alegações suscitadas no recurso voluntário foram minuciosamente apreciadas, e para a aplicação da legislação ao caso, observou-se o princípio do tempus regit actum, de modo que era totalmente dispensável que nesta ocasião recursal (até mesmo porque o recurso foi interposto em 2006 e somente em 2011 os autos foram remetidos a esta Corte) fosse feito qualquer pronunciamento, de ofício, quanto à incidência, ou não, do artigo 1.º-F da Lei n.º 9.494/1997, com redação dada pela Lei n.º 11.960/2009. 3.2. Outrossim, o acórdão examinou expressa e especificamente a questão relativa à utilização da taxa Selic na atualização dos valores a serem restituídos no caso, ressaltando que "[...] a Lei Complementar Municipal n.º 12/1995 é sim aplicável ao caso, ainda que tenha sido revogada pela Lei Complementar Municipal n.º 31/2000, pois estava vigente à época da ocorrência dos fatos imponíveis que originaram os créditos tributários cuja restituição é aqui perseguida" (f. 92). 3.2.1. E mais adiante registrou: "Assim, como o digno juiz da causa aplicou apenas a taxa Selic, sem cumulação com outros encargos moratórios, não merece reforma a sentença" (f. 96), de modo que restou claro que o índice a ser observado é tão-somente a taxa Selic. 3.2.2. Por aí, evidente que a aplicação da taxa Selic para atualização do valor objeto da condenação, ao contrário do que tenta fazer crer o embargante, apenas enaltece o princípio constitucional da isonomia, já que quando o Município de Curitiba fez a cobrança indevida da taxa de iluminação pública, utilizou a taxa Selic para atualização de tais créditos tributários pagos a destempo. 3.3. De mais a mais, deve ser ressaltado que o órgão julgador não está obrigado a fazer expressa menção aos dispositivos legais e a rebater todas, uma a uma, as questões arguidas pelas partes, quando daquelas já expostas decorrem, à obviedade, outros desdobramentos legais. 3.4. Se o embargante, a seu modo, com isso não se conforma, o de que já então se trata é de manejo recursal adequado, que obscuridade, contradição ou omissão na decisão não há, nem pela porta estreita dos aclaratórios tem passagem a nítida pretensão a rejulgamento da situação, que para tanto eles se não prestam. Esse, a propósito, é entendimento assaz pacífico, notadamente no Superior Tribunal de Justiça, do que ponho um ou outro exemplo, agora ao alcance da mão: EXECUÇÃO FISCAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE COTEJO ANALÍTICO. 1. Os embargos de declaração prestam-se a suprir omissão, contradição ou erro material. Inexistindo qualquer um desses elementos essenciais, serão eles rejeitados. 2. Depreende-se das razões dos embargos que o ponto da controvérsia está na insatisfação com o deslinde da causa. O acórdão embargado encontra-se suficientemente discutido, fundamentado e de acordo com a jurisprudência desta Corte, não ensejando, assim, acolhimento dos presentes embargos. 3. O acórdão foi claro ao afirmar que, apesar da transcrição dos acórdãos paradigmas, a recorrente não realizou o necessário cotejo analítico, isto é, não demonstrou suficientemente as circunstâncias identificadoras da divergência com o caso confrontado, conforme dispõem os artigos 541 do Código de Processo Civil, e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Embargos de declaração rejeitados.1 REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TARIFA TELEFÔNICA. TRANSFERÊNCIA DOS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS. PIS E COFINS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. I - Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento insculpido no art. 535 do CPC, exigindo-se, para seu acolhimento, estejam presentes os pressupostos legais de cabimento. II - O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento, mas não à sua modificação que, só muito excepcionalmente, é admitida. III - Embargos de declaração rejeitados.2 3.5. No mesmo sentido, v.g.: EDecl no AgRg no Ag 678343-SC, Martins; EDecl no AgRg no Ag 696474-SC, Martins; EDecl no RMS 19901-PI, Dipp; EDecl no Ag 1082442, Mathias; EDecl no AgRg no Ag 1010625-MG, Fux; EDecl no REsp 1029194-RS, Gonçalves. 4. Nem mesmo no rumo do afirmado prequestionamento têm melhor sorte os embargos, na medida em que não há, indiscutivelmente, nenhum dos defeitos elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil, pressuposto fundamental para seu manejo com aquele fim, como inclusive o Superior Tribunal de Justiça já assentou: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO AGRAVO INTERNO - PREQUESTIONAMENTO DE ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL - IMPROPRIEDADE - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE EMBARGOS REJEITADOS. I - Quanto ao prequestionamento dos artigos da Constituição Federal para fins de interposição de recurso extraordinário, tem-se que a matéria vai além da previsão legal de embargos de declaração (CPC, art. 535, I e II), sendo remansoso o entendimento neste Sodalício no sentido da impropriedade de tal pretensão em sede de recurso especial. II - Os embargos de declaração são recurso de natureza particular, cujo objetivo é esclarecer o real sentido de decisão eivada de obscuridade, contradição ou omissão. III - Estando o acórdão embargado devidamente fundamentado, inclusive em jurisprudência sedimentada desta Corte, são inadmissíveis os embargos que pretendem o prequestionamento de matéria de índole constitucional. IV - Embargos rejeitados.3 4 Conclusão 5. Passando-se as coisas dessa maneira, rejeito os presentes embargos de declaração. 5.1. Buscando celeridade (CF, art. 5.°, inc. LXXVIII; CPC, art. 125, inc. II), autorizo a Sra. Chefe da Seção a subscrever os atos comunicacionais pertinentes. 5.2. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Desembargador Rabello Filho RELATOR -- 1 STJ, 2.ª Turma, EDecl no AgRg no AI 910886-SP, unânime, rel. min. Humberto Martins, j. 9/12/2008 in DJe 3/2/2009. 2 STJ, 1.ª Turma, EDcl no AgRg no REsp 1073253-RS, unânime, rel. min. Francisco Falcão, j. 16/12/2008 in DJe 19/12/2008. -- 3 STJ, 3.ª Turma, EDecl no AgRg no EDecl no Ag 975950-RS, unânime, rel. min. Sidnei Beneti, j. 19/3/2009, in DJe 3/4/2009. 4 No mesmo sentido, v.g.: EDecl no EDecl no REsp 758332-RS, Benjamin;EDecl no REsp 841911-DF, Arruda; EDecl no REsp 929819-SP, Fux; EDecl no REsp 1038668-AL, Gonçalves; EDecl no AgRg no Ag 1011480-RS, Passarinho.

0004 . Processo/Prot: 0799093-2 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/86012. Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0012451-39.2010.8.16.0017 Embargos a Execução. Apelante: Supermercados Cidade Canção Sa. Advogado: Cerino Lorenzetti, Márcio Luiz Blazius, Márcio Rodrigo Frizzo. Apelado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Joaquim Mariano Paes de Carvalho Neto, Ivan Lelis Bonilha, Marcos André da Cunha. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
TRIBUTÁRIO APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS À EXECUÇÃO ICMS PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - SOLUÇÃO DA DEMANDA QUE NÃO RECLAMA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA SUFICIENTE A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS AO CADERNO PROCESSUAL - PRETENSÃO DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS COM CRÉDITOS PRECATÓRIOS IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO MATÉRIA ALHEIA AO PREVISTO NO ARTIGO 16, § 3º, DA LEI 6.830/80 VIA PROCESSUAL INADEQUADA - CARÊNCIA DE AÇÃO QUANTO A ESTE PONTO MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA REFORMA DA SENTENÇA DE OFÍCIO (ART. 267, VI, E §3º, DO CPC) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO NA SENTENÇA ARTIGO 557, § 1°-A, do CPC - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO E SENTENÇA REFORMADA DE OFÍCIO. I Trata-se de recurso de Apelação Cível interposto contra a sentença de fls. 493/498 que julgou improcedente o pedido formulado nos autos de Embargos à Execução Fiscal n.º 12.451/2010, tendo em vista a impossibilidade de compensação dos valores executados com o precatório apresentado pelo embargante ante a perda da exigibilidade do referido crédito por ocasião das alterações normativas decorrentes da Emenda Constitucional n.º 62/2009. Ainda, condenou o embargante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo. O embargante Supermercados Cidade Canção Ltda. opôs embargos de declaração (fls. 504/513), o qual foi rejeitado às fls. 514/515. Em suas razões (fls. 521/593), o apelante aduz que houve a interposição de agravo de instrumento contra a decisão que concedeu efeito suspensivo aos embargos à execução, o qual foi distribuído à 2ª Câmara Cível sob a relatoria da Juíza Substituta Josély Dittrich Ribas. Assim, requer a distribuição por prevenção na forma do artigo 134, § 4° e artigo 137 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. Preliminarmente, sustenta a nulidade da sentença por violação ao disposto no artigo 93, inciso IX, e artigo 5°, inciso XXXV, ambos da Constituição Federal, bem como artigo 165, 2ª parte, do CPC, ao passo em que o juiz determinou o julgamento antecipado da lide, sem oportunizar às partes a produção de provas, inexistindo fundamento para tanto. No mérito, argumenta que protocolizou pedido administrativo de pagamento do débito objeto da ação executiva com precatórios estaduais vencidos e não pagos, com base no artigo 78, § 2°, do ADCT, norma vigente à época. Explica que a Emenda Constitucional n.º 62/2009, em seu artigo 6°, convalidou todas as compensações de tributos com precatórios efetuadas até a sua promulgação, sem fazer qualquer restrição aos precatórios de natureza alimentar, como é o caso dos autos. Acrescenta que à época do protocolo do pedido administrativo de pagamento, os precatórios ofertados eram oponíveis ao Estado e possuíam poder liberatório para pagamento de tributos, o que deve se entender como forma de extinção do

crédito tributário. Expõe que o artigo 78, § 2°, do ADCT é norma auto-aplicável e de eficácia plena, produzindo efeitos independentemente de complementação por norma infraconstitucional. Está revestida de todos os elementos necessários à sua autoexecutoriedade, tornando possível sua aplicação de maneira direta, imediata e integral, não sendo admitido que o Estado do Paraná através de Decreto Estadual negue vigência a norma constitucional. Defende que as disposições do art. 78, § 2º, do ADCT, e da EC nº 62/09, não caracterizam uma antinomia jurídica, pois foram prolongadas e alteradas as formas de pagamento dos precatórios, mas com relação ao poder liberatório, não houve qualquer menção pela norma constitucional recentemente introduzida no ordenamento jurídico, o que fundamenta, portanto, a perpetuação de seus efeitos, não se aplicando a regra de que a lei posterior derroga a lei anterior. Assevera que o precatório foi contaminado pelo seu poder liberatório, na data do seu vencimento, logo, se posteriormente a norma concedeu moratória para seu pagamento, isso não lhe retira a característica de vencido, não havendo que se falar em não aceitação da compensação, tratando-se de direito adquirido que não pode ser revogado por Emenda à Constituição. Defende a reforma da decisão agravada também em razão da inconstitucionalidade do disposto no art. 97, § 1º, II, incluído pela EC 62/09, que permite que por ato administrativo o Poder Executivo opte em adimplir o crédito por parcelamento em até 15 anos ou por sistema de depósito em conta especial. Esta disposição viola os seguintes dispositivos da Constituição Federal: art. 2º (princípio da separação dos poderes), art. 5º, XXXVI (direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada), art. 5º, XXXV (devido processo legal), bem como, o art. 5º, LXXXVIII (razoável duração do processo) e foi objeto da ADI nº 4357, pendente de julgamento perante a Suprema Corte. Pondera que, mesmo que se entenda pela revogação do art. 78, § 2º, do ADCT, com a EC 62/09, os precatórios ofertados para pagamento dos débitos indicados na inicial estão amparados pela norma constitucional vigente à época do seu vencimento, o que lhes assegura poder liberatório para pagamento de tributos, tratando-se de um ato jurídico perfeito, nos termos do art. 6º § 1º, da LICC. Explica que, com a cessão dos precatórios, esses perderam a natureza alimentar, estando submetidos à regra do art. 78, § 2º, do ADCT, sem perder o poder liberatório. Em relação à ordem cronológica do pagamento dos precatórios requisitórios, alega que o art. 100, da CF, prevê que excluídos os precatórios de natureza alimentícia, os demais devem ser pagos segundo a ordem de apresentação, sendo obrigatória a inclusão no orçamento da verba necessária para quitá-los. Todavia, o disposto nesse artigo não se confunde com o poder liberatório previsto no art. 78, §2º, do ADCT, não havendo confronto entre essas normas. Assevera que estando os procedimentos administrativos em conformidade com a legislação tributária estadual aplicável à matéria e nos mesmos moldes dos procedimentos que foram devidamente compensados, não resta outra conclusão senão a possibilidade de pagamento de tributos com precatórios, na forma do citado artigo do ADCT. Aponta que o não pagamento dos precatórios e a cobrança dos créditos do Estado ferem o princípio da razoabilidade, bem como, resta ferido o princípio da isonomia haja vista a distinção entre procedimentos protocolados nas mesmas condições. O direito à propriedade, constitucionalmente assegurado, também é violado com a negativa de compensação de precatórios com débitos tributários. Refere que os honorários advocatícios foram arbitrados de forma excessiva na sentença recorrida, razão pela qual devem ser reduzidos. Requer, pois, seja conhecido e provido o recurso para reformar a sentença. A Fazenda Pública do Estado do Paraná apresentou contrarrazões (fls. 612/618), pugnando pelo desprovimento do recurso. A douta Procuradoria Geral de Justiça, em parecer de fls. 603/605, manifestou-se pela ausência de interesse em intervir no feito. É o relatório. II - A matéria apresentada nos autos encontra-se pacificada na jurisprudência dos Tribunais Superiores e desta Corte de Justiça, motivo pelo qual comporta julgamento monocrático pelo Relator, na forma do que dispõe o artigo 557, do Código de Processo Civil. Inicialmente, ao contrário do que informa o apelante, o agravo de instrumento que concedeu efeito suspensivo aos embargos à execução em discussão foi julgado monocraticamente por este Relator, conforme se extrai às fls. 603/610, tornando preventa a sua competência para o julgamento do presente recurso, nos termos do artigo 197 do RITJPR. Da nulidade da sentença Sustenta o apelante a nulidade da sentença face o julgamento antecipado da lide sem oportunizar as partes a produção de provas. O julgamento antecipado dos embargos do devedor tem previsão no caput do artigo 740, do CPC, bem como no parágrafo único, do art. 17, da Lei de Execução Fiscal, e serve às hipóteses em que a questão de mérito seja unicamente de direito ou, sendo de direito ou de fato, não haja necessidade de produção de prova em audiência. Nesse sentido, confira-se o que prescrevem os referidos dispositivos legais: "Art. 740. Recebidos os embargos, será o exeqüente ouvido no prazo de quinze (15) dias; a seguir, o juiz julgará imediatamente o pedido (art. 330) ou designará audiência de conciliação, instrução e julgamento, proferindo sentença no prazo de dez (10) dias". "Art. 17. (...). Parágrafo único. Não se realizará audiência, se os embargos versarem sobre matéria de direito ou, sendo de direito e de fato, a prova for exclusivamente documental, caso em que o juiz proferirá a sentença no prazo de 30 (trinta) dias". Além disso, segundo estabelece o art. 130 do Código de Processo Civil o magistrado é o destinatário da prova, sendo vigente em nosso sistema processual civil o princípio do livre convencimento motivado. Assim, impõe-se ao juiz, na direção do processo, indeferir a produção de provas que entender inúteis ou protelatórias. Neste sentido já entendeu o Superior Tribunal de Justiça: "RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL - INDEFERIMENTO - CERCEAMENTO DE DEFESA - INEXISTÊNCIA - ART. 420, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC ... I- Não há qualquer ilegalidade, nem cerceamento de defesa, na hipótese em que o juiz, verificando suficientemente instruído o processo e desnecessária a dilação probatória, indefere o pedido de produção de prova pericial, nos termos do art. 420, parágrafo único, do CPC; ..." (REsp. 276002/SP - 3ª Turma - j. 28.11.2000 - Rel. Min. Nancy Andrighi - DJU 05.02.2001). O Supremo Tribunal Federal, também, firmou o entendimento de que não fere a plenitude da defesa e, consequentemente, não caracteriza cerceamento de defesa, o não deferimento da produção de prova que em nada acrescenta no deslinde do processo, se nos autos já houver elementos suficientes à formação do convencimento do juiz: "... A decisão judicial que considera desnecessária a realização de determinada diligência probatória, desde que apoiada em outras provas e fundada em elementos de convicção resultantes do processo, não ofende a cláusula constitucional que assegura a plenitude de defesa." (Ag. Reg. em Ag. de Inst. ou de Petição 153467/MG, Relator Min. Celso de Mello, DJ:18-05-01, Julg. 27/09/1994 - 1ª Turma). Na hipótese em tela, o MM. Juiz singular julgou antecipadamente o feito porque entendeu que não se mostrava necessária a produção de provas para elucidar os pontos controvertidos da lide. Efetivamente, a questão debatida nos autos é meramente de direito, dispensando dilação probatória, sendo suficiente ao desate da controvérsia a análise dos documentos que instruem o caderno processual. A propósito, já me posicionei em caso semelhante: "APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. 1.JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. 2. PRETENSÃO DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS COM CRÉDITOS PRECATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. MATÉRIA ALHEIA AO PREVISTO NO ARTIGO 16, § 3º, DA LEI 6.830/80. CARÊNCIA DE AÇÃO QUANTO A ESTE PONTO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. REFORMA DA SENTENÇA EX OFFICIO (ART. 267,VI, E §3º, DO CPC). 3. TAXA SELIC. LEGALIDADE, DESDE QUE, DE FORMA ISOLADA (ART. 38, LEI ESTADUAL 11.580/96). CUMULAÇÃO COM FCA. DUPLA INCIDÊNCIA DO FATOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INADMISSIBILIDADE. (...) APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Não implica em cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando a prova requerida mostra-se indiferente para o deslinde do feito. 2. (...)" (AC 698031-6, Rel. Des. Paulo Roberto Vasconcelos, 3ª Câmara Cível, julg. 07/12/2010, DJ 16/02/2011). Portanto, não há que se falar em nulidade da sentença. Do mérito A controvérsia recursal cinge-se a possibilidade de compensação de débitos tributários com créditos de precatórios. Cumpre esclarecer que os embargos à execução não constituem a via processual adequada para deduzir os pedidos de suspensão, extinção e compensação do crédito tributário. O objeto deste meio de defesa se restringe à desconstituição da dívida e do título que embasa o processo de execução, como preconiza o artigo 16, § 3º, da Lei de Execuções Fiscais: "Art. 16 - O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: (...) § 3º - Não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão argüidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos". A jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça respalda esse entendimento: APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL ICMS JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - MATÉRIA EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO DILAÇÃO PROBATÓRIA DISPENSÁVEL - NULIDADE - INEXISTENCIA - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DESNECESSIDADE - TAXA SELIC. LEGALIDADE ICMS - CÁLCULO "POR DENTRO" CONSTITUCIONALIDADE - COMPENSAÇÃO ARGUIDA EM SEDE DE EMBARGOS - IMPOSSIBILIDADE, POR VEDAÇÃO EXPRESSA DO ARTIGO 16, § 3º, DA LEI 6.830/80 - MEIO PROCESSUAL QUE SE DESTINA À DESCONSTITUIÇÃO DA DÍVIDA E DO TÍTULO QUE LASTREIA A EXECUÇÃO - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO ARTIGO 557, CAPUT DO CPC. (TJPR AC n.º 764.388-7 Rel. Des. Dimas Ortencio de Mello 3ª Câmara Cível DJ 16.05.2011). "TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ICMS - GIA DE ABRIL DE 2005. 1. AQUISIÇÃO DE PRECATÓRIO REQUISITÓRIO PEDIDO ADMINISTRATIVO DE COMPENSAÇÃO COM DÉBITO DE ICMS - INEXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO CONFIGURADA - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE. 2. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DE PRECATÓRIO COM DÉBITO DE ICMS NO AMBITO DO PODER JUDICIÁRIO - IMPOSSIBLIDADE - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - VIA INADEQUADA - APLICAÇÃO DO ART. 16, § 3º DA LEI Nº. 6.830/80. 3. TAXA SELIC - LEGALIDADE NA APLICAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO COM FCA. 4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM EXCESSO REDUÇÃO - POSSIBILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO". (2ª Câmara Cível, Apelação Cível 589.795-4, Rel. Des. Lauro Laertes de Oliveira, julgam. 11.08.2009) A propósito, nesse sentido já me posicionei em caso semelhante: "APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRETENSÃO DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS COM CRÉDITOS PRECATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. MATÉRIA ALHEIA AO PREVISTO NO ARTIGO 16, § 3º, DA LEI 6.830/80. CARÊNCIA DE AÇÃO QUANTO A ESTE PONTO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. REFORMA DA SENTENÇA EX OFFICIO (ART. 267, VI, E §3º, DO CPC). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. VALOR FIXADO ATENDENDO AO DISPOSTO NO ART. 20, § 4º, CPC. APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. O pedido de compensação do débito tributário com créditos precatórios, formulado em embargos à execução, não encontra respaldo jurídico (art. 16, § 3º, da LEF), aplicando-se ao caso o disposto no art. 267, VI, do CPC, por se tratar de pedido juridicamente impossível. Quando a fixação de honorários advocatícios ocorreu segundo apreciação equitativa do juiz, atendendo o disposto no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, incabível a redução pleiteada. (TJPR AC n.º 680.193-6 Rel. Des. Paulo Roberto Vasconcelos 3ª Câmara Cível DJ 14.01.2011). Desta feita, o pedido do embargante, ora apelante, em face do suposto direito à compensação não encontra respaldo jurídico, uma vez que, como já esclarecido, o artigo 16, § 3º da Lei nº 6.830/30 veda a possibilidade do pedido de compensação por meio de embargos à execução de forma expressa. Assim, o embargante é carecedor da ação de embargos à execução, na medida em que nela deduziu pedido juridicamente impossível, matéria de ordem pública que pode ser apreciada até mesmo ex officio, em qualquer tempo e grau de jurisdição. Neste aspecto, de ofício, deve ser reformada a sentença proferida pelo juízo a quo,

haja vista que a matéria referente à compensação de débito tributário com precatório requisitório não pode ser analisada na via processual eleita, impondo-se a extinção do feito sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do CPC. Dos honorários advocatícios: Alega o apelante que os honorários advocatícios foram arbitrados de forma excessiva, no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito exequendo (R$ 565.927,09 fls. 89) No caso em comento, o arbitramento da verba honorária, por se tratar de embargos à execução, deve levar em consideração o disposto no artigo 20, § 4°, do Código de Processo Civil, que assim prevê: "§4º. Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo anterior" (destaquei). Outrossim, devem ser fixados os honorários advocatícios, por equidade, em quantia razoável que não penalize severamente o vencido e também não menospreze o trabalho desenvolvido e a relevância da profissão do advogado. A propósito, é de se apreciar o REsp 892828/RJ, relatado pelo Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma do STJ, julgado em 22.05.2007 e publicado em 11.06.2007: "4. Nos casos previstos no art. 20, § 4º, do CPC, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, que levará em conta o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. 5. Nessas hipóteses, não está o juiz adstrito aos limites indicados no § 3º do referido artigo (mínimo de 10% e máximo de 20%), porquanto a alusão feita pelo § 4º do art. 20 do CPC é concernente às alíneas do § 3º, tão- somente, e não ao seu caput". Portanto, revela-se excessiva a fixação dos honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, razão pela qual reduzo os honorários para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), considerando a diligência do advogado, o lugar da prestação de serviço, o trabalho realizado e o tempo decorrido entre o ajuizamento da ação e a entrega da prestação jurisdicional. Ante o exposto, com espeque no artigo 557, §1°-A, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento ao recurso de apelação tão- somente para reduzir os honorários advocatícios para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), reformando, ainda, ex officio, a sentença proferida nos autos de embargos à execução para declarar a impossibilidade jurídica do pedido de compensação de tributos naquela via processual, julgando extinto o feito neste ponto, sem resolução de mérito (art. 267, inc. VI, do CPC). III Publique-se e intime-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. DES. PAULO ROBERTO VASCONCELOS Relator

0005 . Processo/Prot: 0802830-2/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/325741. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 802830-2 Agravo de Instrumento. Embargante: Glb Embalagens Ltda. Advogado: Giles Santiago Junior, Sandro Luiz Kzyzanoski. Embargado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Wilson Martins Matsunaga Junior. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Rabello Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Embargos de declaração Omissão Ausência Pretensão a rejulgamento Inadmissibilidade CPC, art. 535. I Ausente obscuridade, contradição ou omissão nos aclaratórios, sua rejeição é imperativa. Não se prestam os embargos de declaração para obtenção de rejulgamento, que somente para suprimento de obscuridade, contradição ou omissão no caso inexistentes estão eles voltados. II Embargos de declaração rejeitados. Vistos estes autos de embargos de declaração n.º 802830-2/01, opostos no agravo de instrumento n.º 802830-2, de São José dos Pinhais, 2.ª Vara Cível, em que é embargante GLB Embalagens Ltda. Exposição 1. A agravada GLB Embalagens Ltda. opõe embargos de declaração (fs. 88-89), a propósito da decisão proferida (fs. 72-82), dizendo, em resumo, que: i) embora não tenha discorrido acerca dos prejuízos que suportará com o prosseguimento da execução fiscal, é flagrante que a não a atribuição de efeito suspensivo aos embargos que opôs lhe causará grave dano de difícil ou incerta reparação; ii) há omissão, porquanto a decisão não apreciou, minuciosamente, os argumentos que expôs na petição inicial dos embargos á execução fiscal; iii) deve ser atribuído efeito infringente ao recurso. Decisão 2. Os embargos merecem conhecimento. Rejeição também. 3. Não existe omissão a ser suprida, porquanto a matéria arguida pela embargante está claramente decidida e explicitada na decisão, com a interpretação que foi dada aos fatos em discussão. 3.1. Com efeito, foi registrado que para a atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução fiscal devem estar preenchidos, simultaneamente, os três requisitos estabelecidos no artigo 739-A, parágrafo primeiro, do Código de Processo Civil, quais sejam o requerimento do embargante, a fundamentação relevante de que a execução possa causar-lhe grave dano de difícil ou incerta reparação, e a execução esteja suficientemente garantida por penhora, depósito ou caução. 3.2. Foi destacado, inclusive, que "[...] a agravada-embargante sequer traz à baila quais danos viria a suportar em decorrência do prosseguimento da execução fiscal" (f. 78), o que afasta a possibilidade de ocorrência de dano grave a justificar eficácia suspensiva aos embargos opostos à execução fiscal. 3.3. Nesse rumo, não demonstrado pela embargante, no momento em que postula a atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução fiscal, o preenchimento de todos os requisitos estatuídos no artigo 739-A, parágrafo 1.º, do Código de Processo Civil, é evidente a impossibilidade de suspensão do curso da execução fiscal. 3.4. Por outro lado, "[...] a circunstância de que com o prosseguimento da execução possam ser expropriados os bens penhorados, não é suficiente para satisfazer o perigo de ocorrência de dão grave, porquanto isso é consequência automática da execução" (f. 79). 3.5. Se a parte embargante, a seu modo, com isso não se conforma, o de que já então se trata é de manejo recursal adequado, que obscuridade, contradição ou omissão na decisão não há, nem pela porta estreita dos aclaratórios tem passagem a nítida pretensão a rejulgamento da situação, que para tanto eles se não prestam. Esse, a propósito, é entendimento assaz pacífico, notadamente no Superior Tribunal de Justiça, do que ponho um ou outro exemplo, agora ao alcance da mão: EXECUÇÃO FISCAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE COTEJO ANALÍTICO. 1. Os embargos de declaração prestam-se a suprir omissão, contradição ou erro material. Inexistindo qualquer um desses elementos essenciais, serão eles rejeitados. 2. Depreende-se das razões dos embargos que o ponto da controvérsia está na insatisfação com o deslinde da causa. O acórdão embargado encontra-se suficientemente discutido, fundamentado e de acordo com a jurisprudência desta Corte, não ensejando, assim, acolhimento dos presentes embargos. 3. O acórdão foi claro ao afirmar que, apesar da transcrição dos acórdãos paradigmas, a recorrente não realizou o necessário cotejo analítico, isto é, não demonstrou suficientemente as circunstâncias identificadoras da divergência com o caso confrontado, conforme dispõem os artigos 541 do Código de Processo Civil, e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Embargos de declaração rejeitados.1 REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TARIFA TELEFÔNICA. TRANSFERÊNCIA DOS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS. PIS E COFINS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. I - Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento insculpido no art. 535 do CPC, exigindo-se, para seu acolhimento, estejam presentes os pressupostos legais de cabimento. II - O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento, mas não à sua modificação que, só muito excepcionalmente, é admitida. III - Embargos de declaração rejeitados.2 3.6. No mesmo sentido, v.g.: EDecl no AgRg no Ag 678343-SC, Martins; EDecl no AgRg no Ag 696474-SC, Martins; EDecl no RMS 19901-PI, Dipp; EDecl no Ag 1082442, Mathias; EDecl no AgRg no Ag 1010625-MG, Fux; EDecl no REsp 1029194-RS, Gonçalves. Conclusão 4. Passando-se as coisas dessa maneira, rejeito os presentes embargos de declaração. 5. Buscando celeridade (CF, art. 5.°, inc. LXXVIII; CPC, art. 125, inc. II), autorizo a Sra. Chefe da Seção a subscrever os atos comunicacionais pertinentes. 6. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Desembargador Rabello Filho RELATOR -- 1 STJ, 2.ª Turma, EDecl no AgRg no AI 910886-SP, unânime, rel. min. Humberto Martins, j. 9/12/2008 in DJe 3/2/2009. 2 STJ, 1.ª Turma, EDcl no AgRg no REsp 1073253-RS, unânime, rel. min. Francisco Falcão, j. 16/12/2008 in DJe 19/12/2008.

0006 . Processo/Prot: 0803341-4/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/328131. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 803341-4 Apelação Civel. Embargante: v Pilati Empresa de Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Lucius Marcus Oliveira, Ruy José Miranda Ratton. Embargado (1): Velopeças Comércio de Peças Ltda. Advogado: Ari Carlos Cantele, Mauro Alexandre Araújo Kraismann. Embargado (2): Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Fernanda Bastos Kammradt Guerra. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Intime-se Velopeças Comércio de Peças Ltda para que, regularize o nome da embargante, sob pena de não conhecimento dos Embargos de Declaração. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Desembargador Dimas Ortêncio de Melo

0007 . Processo/Prot: 0803614-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/125495. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0004720-83.2010.8.16.0019 Repetição de Indébito. Apelante (1): Edson Luiz de Quadros. Advogado: Ailton Nunes da Silva. Apelante (2): Municipio de Ponta Grossa. Advogado: Dione Isabel Rocha Stephanes, Clovis Airton de Quadros, Mauricéa de Lourdes Prohmann de Lima Parubocz. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Rabello Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Ação declaratória cumulada com pedido de repetição de indébito. 1. Reexame necessário Sentença ilíquida Conhecimento de ofício Artigo 475, inciso I, do Código de Processo Civil. 2. Taxas de conservação de vias e de limpeza pública Instituição e cobrança pelo Município Inconstitucionalidade Matéria pacificada nesta Corte Enunciado n.º 7 das Câmaras de Direito Tributário. 3. Taxa de combate a incêndio Competência tributária do Estado Possibilidade, contudo, da realização de cobrança pelo Município mediante convênio Lei Estadual nº 13.976/2002 Transferência da capacidade tributária ativa (CTN, art. 7.º) Ilegalidade da cobrança que, no presente caso, se funda na ocorrência de instituição do tributo pelo Município (Lei Municipal n.º 6.857/2001) Caracterização de invasão de competência tributária estadual. 3.1. Reconhecimento, pelo Órgão Especial, de inconstitucionalidade de lei municipal que institui taxa de combate a incêndio Controle concentrado de constitucionalidade Efeitos vinculantes Eficácia erga omnes e ex tunc. 4. Honorários advocatícios Pretendida majoração pelo autor Possibilidade Princípio da justa remuneração do trabalho profissional Enunciado n.º 2 das Câmaras de Direito Tributário desta Corte Causa em que a vencida é a Fazenda Pública Emprego de equidade CPC, artigo 20, parágrafo 4.º. 5. Ônus de sucumbência Resultado do julgamento que não enseja sua redistribuição. 6. Recurso da parte autora provido, recurso da parte ré a que se nega seguimento e sentença reformada em parte em sede de reexame necessário. Vistos estes autos de apelação cível e reexame necessário n.º 803614- 2, de Ponta Grossa, 4.ª Vara Cível, em que é apelante 1 Edson Luiz de Quadros, apelante 2 Município de Ponta Grossa e apelados, os mesmos. Exposição 1. Edson Luiz de Quadros ajuizou ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária cumulada com pedido de repetição do indébito em face de Município de Ponta Grossa, perante a 4.ª Vara Cível de Ponta Grossa. 1.1. Petição inicial (fs. 2-5) e documentos (fs. 6-18): i) é proprietário de imóvel urbano, localizado em Ponta Grossa, inscrito no Cadastro Municipal n.° 65013-0; ii) juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), por vários anos foram cobradas taxas de limpeza pública, conservação de vias e segurança, que são inconstitucionais; iii) a inconstitucionalidade das taxas de limpeza e conservação pública foi reconhecida no enunciado n.º 7 das Câmaras especializadas em direito tributário deste Tribunal de Justiça; iv) as taxas devem

remunerar serviço específico e divisível, conforme estabelecem os artigos 77 e 79 do Código Tributário Nacional; v) devem ser restituídos os valores indevidamente pagos nos últimos cinco anos a título das taxas de limpeza, conservação de vias e segurança pública, acrescidos de correção monetária e juros de mora. 1.2. Contestação (fs. 22-28): i) ocorrência de prescrição quinquenal; ii) as taxas que cobrou remuneram serviços públicos específicos e divisíveis; iii) a edição da súmula vinculante n.º 19 do Supremo Tribunal Federal afasta qualquer discussão acerca da divisibilidade e especificidade da taxa de limpeza pública ou coleta de lixo; iv) a taxa de conservação de vias públicas remunera a prestação do serviço de conservação de vias públicas, por meio de varrição e remoção de detritos de vias públicas, o qual é efetivamente utilizado pelo autor; v) a taxa de segurança ou combate a incêndio também se reveste de constitucionalidade; v.i) celebrou convênio com o Estado do Paraná, para efeito de cobrança da taxa de combate a incêndio (segurança), com o que não há falar em ilegalidade; vi) não há falar em repetição do indébito; vii) caso seja condenado, os valores devem ser corrigidos com base em índice oficial de menor atualização do período de cada pagamento, a fim de não onerar demasiadamente o erário. 1.3. Após a réplica (fs. 29-37), foi proferida sentença1 (fs. 53-57), que: i) julgou procedentes os pedidos formulados na petição inicial, para o fim de: i.i) declarar a ilegalidade e a inexigibilidade das taxas de limpeza, conservação e segurança; i.ii) condenar o réu a restituir individualmente os valores pagos indevidamente relativos ao quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda, sobre os quais incidirão correção monetária, calculada pela média aritmética simples do IGP/DI e INPC/IBGE, e juros de mora, calculados à razão de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado; ii) condenou a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação. 1.4. Apelação da parte autora (fs. 58-64), visando tão-somente à majoração do valor fixado a título de honorários advocatícios. 1.5. Apelação da parte ré (fs. 65-73): i) a taxa de limpeza pública ou coleta de lixo não viola os artigos 145 da Constituição Federal e 77 do Código Tributário Nacional; ii) as súmulas vinculantes 19 e 29 do Supremo Tribunal Federal afastam qualquer discussão acerca da divisibilidade e especificidade dessa taxa; iii) o serviço público de coleta de lixo foi prestado, de modo que é injusta e imoral a repetição dos valores que serviram para custeá-lo; iv) requer a redistribuição dos ônus sucumbenciais. 1.6. A parte autora apresentou contrarrazões (fs. 76-83), e sem resposta da parte ré (f. 83-v.), subiram os autos a esta egrégia Corte de Justiça, onde foi colhida a opinião ministerial, emitida pelo digno procurador de justiça Roberto Aires Toledo Arruda (fs. 93-97), que veio no sentido de que seja dado parcial provimento ao recurso do Município-réu e negado provimento ao recurso da parte autora. Decisão 2. Os pressupostos de admissibilidade recursal 2.1. Embora o digno juiz da causa não tenha remetido os autos para reexame necessário, o caso amolda-se ao disposto no artigo 475, inciso I, do Código de Processo Civil2, com o que a sentença está submetida a reexame necessário. 2.2. Os recursos merecem conhecimento, na medida em que estão presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, assim os intrínsecos (cabimento, legitimação e interesse em recorrer), como os extrínsecos (tempestividade, regularidade formal, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer e preparo dispensado). 3. Esclareço, outrossim, que a apreciação da sentença em reexame necessário e a análise das apelações serão feitas simultaneamente, tendo em vista a coincidência das matérias, com exceção da alegada ilegalidade das taxas de combate a incêndio e conservação de vias. 4. As taxas de limpeza pública e conservação de vias públicas 4.1. A Constituição Federal autoriza as pessoas políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) a no âmbito de suas respectivas atribuições instituírem taxas em duas hipóteses: "em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição".3 4.2. Interessa aqui, particularmente, esse segundo tipo, a assim comumente chamada taxa de serviço, que tem como hipótese de incidência a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. 4.3. No caso, a limpeza pública e a conservação de vias públicas, por não serem serviços públicos específicos e divisíveis, estão longe de configurarem hipóteses de incidência a permitir seu custeio por meio de taxas. 4.4. Tanto é assim que tais questões já se encontram pacificadas nesta Corte, como bem exemplifica o enunciado n.º 7 das Câmaras especializadas em direito tributário deste Tribunal de Justiça: Enunciado n.º 07. É inconstitucional a cobrança da taxa de limpeza e conservação pública, por se tratar de serviço inespecífico, não mensurável e indivisível, cujo custeio é abrangido pelo produto da arrecadação dos impostos gerais". 4.5. Os julgados desta Corte continuam a manifestar idêntico entendimento, v.g.: AC 538185-9, Bellusci; AC 612121-7, Laertes; AC 550212- 5, Rezende; AI 591503-7, Rolanski; AC 600374-7, Bellusci; AC 542884-6, Cecconi; AC 597859-8, Prazeres; AC 556908-0, Dittrich; AC 559100-6, Sobrinho; AI 588127-2, Strapasson; AI 582205-7, Rezende; AC 553208-3, Laertes; AC 554317-1, Dimas; AC 563676-4, Prazeres; AC 563894-2, Strapasson; AC 563236-0, Strapasson; AC 559781-1, Strapasson; AC 557456-5, Sobrinho; AC 549139-4, Laertes; AC 566823-5, Dias; AC 555128-8, Bellusci; AC 534662-5, Habith; AC 504416-4, Rezende. 4.6. Nesse sentido também é o entendimento do Supremo Tribunal Federal: TRIBUTÁRIO. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. DESTINAÇÃO ÀS FINALIDADES ESSENCIAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA 279-STF. TAXA DE LIMPEZA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. LEI MUNICIPAL 5.641/89. INCONSTITUCIONALIDADE. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o acórdão recorrido, seria necessário reexaminar os fatos e provas da causa, procedimento vedado na esfera do recurso extraordinário, de acordo com a Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal. A decisão agravada está em conformidade com o entendimento firmado por ambas as Turmas desta Corte de que a cobrança da Taxa de Limpeza Pública, instituída pela Lei 5.641/89 do Município de Belo Horizonte, é inviável. Agravo regimental a que se nega provimento.4 AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 724 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A análise da controvérsia sobre a destinação da renda dos aluguéis demandaria o reexame de provas (Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal). 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido da inconstitucionalidade da cobrança da Taxa de Limpeza Pública quando vinculada a serviços de caráter universal e indivisível. Precedente do Plenário.5 5. Ademais, cumpre esclarecer que ao contrário do que defende o réu, a taxa de limpeza pública cobrada no Município de Ponta Grossa não remunera, única e exclusivamente, a prestação de serviço de coleta de lixo, quando então seria legal a sua cobrança. Explico. 5.1. Dispõe o artigo 207, parágrafo 2.º, da Lei Municipal n.º 6.857/2001 Código Tributário do Município de Ponta Grossa (f. 51): Art. 207 As bases de cálculo e as alíquotas da taxa de serviços urbanos serão determinadas em função da previsão anual do custo dos serviços a serem prestados ou postos à disposição do contribuinte, no respectivo logradouro. § 1.º Para os efeitos deste artigo, consideram-se como serviços prestados ou postos à disposição os seguintes: I limpeza pública; II conservação de vias públicas; III segurança e combate contra incêndio. § 2.º A limpeza pública compreende a prestação, efetivamente prestado ou posto à disposição do contribuinte, de todo o serviço de coleta e remoção de lixo e limpeza urbana em geral, e será lançada e cobrada nos termos da Tabela em anexo, reavaliada anualmente por decreto, em especial para hospitais, clínicas hospitalares e veterinárias, farmácias e laboratórios de análises clínicas, observado o disposto no art. 163, parágrafo único. [...]. 5.1.1. Como se vê, a taxa de limpeza pública remunera a prestação de serviço de coleta e remoção de lixo e limpeza urbana em geral. Desse modo, como não é possível dissociar o serviço de limpeza de locais públicos, realizados genericamente em prol da coletividade, e o serviço de coleta de lixo, a cobrança dessa taxa é ilegal. 5.2. Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILIAR E LIMPEZA PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE DOS SERVIÇOS DE CARÁTER UNIVERSAL E INDIVISÍVEL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.6 AGRAVO DE INSTRUMENTO TAXA DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA PÚBLICA INCONSTITUCIONALIDADE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA QUE O PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU NO JULGAMENTO DO RE 576.321-RG-QO/SP REAFIRMAÇÃO, QUANDO DA APRECIAÇÃO DE MENCIONADO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, DA JURISPRUDÊNCIA QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMOU NO EXAME DESSA CONTROVÉRSIA RECURSO IMPROVIDO.7 5.3. Daí porque não comporta reforma a decisão nesse ponto. 6. A taxa de segurança pública 6.1. Inicialmente, é preciso esclarecer que a taxa de segurança pública nada mais é do que taxa de combate a incêndio, conforme se depreende da leitura do disposto no artigo 207, inciso III, e parágrafo 4.º, da Lei n.º 6.857/2001 (Código Tributário Municipal fs. 50-51). 6.2. Pois bem. A taxa de combate a incêndio remunera serviço público específico e divisível, e diante do disposto no artigo 145, inciso II, da Constituição Federal, é possível seu custeio por intermédio de taxa. 6.2.1. Nesse sentido é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v.g: AgRg no AI 551629-SP, Britto; RE 233784-SP, Galvão; RE 206777-SP, Galvão; AgRg no AI 552033, Sepúlveda; AI 712166-SP, Barbosa. 6.3. Cumpre destacar, contudo, que a instituição (= criação) da referida taxa é de competência do Estado, na medida em que o Corpo de Bombeiros é entidade estadual (CF, arts. 42 e 144, § 6.º). 6.4. E como ressabido é, a competência tributária não é passível de delegação, o que indica a existência de óbice para a instituição de taxa de combate a incêndio pelo Município. 6.5. Vem daí o entendimento consolidado por esta Corte, representado pelo enunciado n.º 6 das Câmaras de Direito Tributário8, no sentido de que não obstante a constitucionalidade da cobrança desse tributo mediante taxa, não compete ao Município criá-la. 6.6. No caso do Estado do Paraná, contudo, consoante se depreende da leitura do artigo 16, inciso II, da Lei Estadual n.º 13.976/20029 que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná -, combinado com o artigo 131 da Constituição Estadual10, é possível a realização de convênio entre o Estado e seus Municípios para promover tão-somente a arrecadação do tributo em questão. 6.6.1. Nesse aspecto, importante destacar que é plenamente possível a transferência da capacidade tributária ativa para o Município, na medida em que essa (a capacidade tributária ativa), diferentemente da competência tributária, pode ser validamente delegada, para que outrem (Município), que não o Estado-Membro, proceda à arrecadação do tributo (CTN, art. 7.º). 6.7. A constitucionalidade da cobrança da taxa de combate a incêndio, destarte, pelo Município de Ponta Grossa, depende da observância dos seguintes elementos: (i) existência de convênio entre o Estado e o Município; (ii) limitação da atividade municipal à arrecadação do tributo, nos exatos moldes da legislação estadual pertinente. 7. A Lei Municipal n.º 6.857/2001 (Código Tributário Municipal de Ponta Grossa), ao tratar da taxa de combate a incêndio, dispõe sobre a caracterização da hipótese de incidência dessa taxa (art. 207, § 4.º), sua base de cálculo e alíquota (art. 207, §§ 5.º e 6.º). 7.1. Verifica-se, por conseguinte, que o referido tributo foi instituído pela lei municipal, o que é vedado pelo ordenamento jurídico constitucional nacional, na medida em que, conforme antes explicitei, o Estado só pode delegar validamente a capacidade tributária ativa (sujeição ativa), para a arrecadação do referido tributo, sendo, portanto, vedada a transferência de sua competência tributária para o Município. 7.2. Esta Corte tem julgados no sentido em que venho resumindo, inclusive, especificamente, em relação a essa taxa, no âmbito do Município de Ponta Grossa: Apelação cível 1. Reexame necessário conhecido de ofício. Agravo retido. Interposição posterior à sentença, objetivando combater a decisão que declarou deserto o apelo interposto. Impossibilidade. Recurso não conhecido, restando prejudicada a análise da apelação cível. Apelação cível 2. Constitucional

e tributário. Município de Ponta Grossa. Taxa de conservação e limpeza. Ausência dos requisitos da especificidade e divisibilidade inerentes à espécie tributária. Inexigibilidade. Enunciado nº 07 das Câmaras especializadas em Direito Tributário deste e. Tribunal de Justiça. Taxa de segurança (combate a incêndio). Instituição. Competência tributária do estado. Impossibilidade de delegação ao município. Enunciado nº 06 das Câmaras de Direito Tributário. Apelo não provido. Sentença mantida em sede de reexame necessário, conhecido de ofício.11 APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS, DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE LIMPEZA PÚBLICA INCONSTITUCIONALIDADE - ENUNCIADO Nº 07 DAS CÂMARAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO - RECURSO 1: DESPROVIDO - RECURSO 2: PROVIDO.12 7.2.1. No mesmo sentido: AC 776024-9, Astuti; AC 735517-3, Astuti; AC 598889-0, Rabello; AC 553406-9, Cecconi; AC 553208-3, Lauro; AC 563676-4, Prazeres; AC 549134-9, Sobrinho; AC 538154-4, Laertes; AI 519640- 3, Laertes; AI 528980-1, Strapasson; AI 524648-2, Strapasson; AI 521740-9, Strapasson; AI 520480-4, Josély, AI 496150-4, Prazeres. 8. Outrossim, não há olvido que o Órgão Especial desta Corte, em 20 de junho de 2011, já decidiu pela inconstitucionalidade da lei municipal de Londrina que instituiu taxa de combate a incêndio nos mesmos moldes da ora analisada no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade n.º 740707-0, justamente porque é o Estado (e não o Município) que detém tal competência: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE LONDRINA QUE INSTITUIU A TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 145, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DO ESTADO, QUE É O ENTE RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO. ART. 42 E 144, § 6º DA CF. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 06 DAS CÂMARAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO DO TJ/PR. MATÉRIA JULGADA NO INCIDENTE DECLARATÓRIO DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 588.425- 3/01. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSTO NOS ARTIGOS ART. 232, III, 234, 235, I, (SOMENTE NO QUE SE REFEREM À TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO) 244, 245 E TABELA XVII, DA LEI MUNICIPAL Nº 7303, DE 30/12/1997 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA). EFEITOS EX TUNC. "A taxa de prevenção e combate a incêndio é legítima quando atende aos requisitos de especificidade e divisibilidade, correspondendo a serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte. Entretanto, o Município não pode instituí-la, por ser da competência tributária do Estado" (Enunciado nº 6 das Câmaras de Direito Tributário do TJ/PR).13 8.1. E como ressabido é, as decisões declaratórias de inconstitucionalidade têm eficácia erga omnes (=contra todos) e efeito vinculante, na forma estabelecida no artigo 102, parágrafo 2.º, da Constituição Federal. 8.2. Sobre o tema, elucidativa é a lição de José Afonso da Silva14: Qual a eficácia da sentença proferida no processo da ação direta de inconstitucionalidade genérica? Essa indagação foi respondida, nas edições anteriores, do seguinte modo: "Essa ação, como vimos, tem por objeto a própria questão da constitucionalidade. Portanto, qualquer decisão, que decrete a inconstitucionalidade, deverá ter eficácia erga omnes (genérica) e obrigatória. Mas a Constituição não lhe deu esse efeito, explicitamente, como seria desejável" e o texto prosseguia na demonstração daquela afirmação, apesar da indefinição da Constituição, segundo a EC-45/2004, deu solução expressa à questão, acolhendo nossa tese, ao estatuir que as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, produzirão eficácia contra todos (erga omnes) e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual ou municipal. O objeto do julgamento consiste em desfazer os efeitos normativos (efeitos gerais) da lei ou ato a eficácia da sentença tem exatamente esse efeito, e isto tem valor geral, evidentemente, e vincula a todos. Em suma, a sentença, aí, faz coisa julgada, material, que vincula as autoridades aplicadoras da lei, que não mais poderão dar-lhe execução sob pena de arrostar a eficácia da coisa julgada, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade em tese visa precisamente a atingir o efeito imediato de retirar a aplicabilidade da lei. Se não fosse assim, seria praticamente inútil a previsão constitucional de ação direta de inconstitucionalidade genérica. 8.3. Em sintonia com a Constituição Federal, estabelece o artigo 272 do Regimento Interno desta Corte15, que quando a decisão declaratória de inconstitucionalidade se der por maioria absoluta, ela terá aplicação obrigatória nos casos análogos. 8.3.1. De tal arte, como a decisão da ação direta de inconstitucionalidade em referência foi proferida por unanimidade de votos, forçoso aplicar aqui a mesma tese de inconstitucionalidade de lei municipal que institui idêntica taxa de combate a incêndio no Município de Ponta Grossa. 9. Vem daí que não comporta reforma a sentença que reconheceu a ilegalidade da cobrança das taxas de conservação de vias, de limpeza pública e de segurança, e determinou a restituição do pagamento indevido. 10. Os honorários advocatícios 10.1. Estima o autor ser ínfima a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, o que representa R$ 49,20. Assiste-lhe razão. 10.2. Com efeito, o estabelecimento de honorários advocatícios, nas demandas em que é vencida a Fazenda Pública, deve observar a regra traçada no artigo 20, parágrafo 4.°, do Código de Processo Civil, não podendo, no entanto, o valor ser exagerado. 10.3. No caso, observando-se o grau de zelo profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, entendo ser suficiente para bem retribuir o trabalho do advogado o valor de R$ 50,00 (cinquenta reais). 10.4. Não se pode perder de vista que a verba honorária não pode ser estabelecida em cifra vultosa, ressabido como também é que não pode ser estabelecida em cifra aviltante, ofensiva à própria dignidade profissional do advogado e ao princípio da justa remuneração do trabalho profissional (STJ: REsp 147346- PR, Asfor; REsp 388542-MS, Direito; REsp 277176-DF, Franciulli; REsp 671777-PR, Uyeda; REsp 552994-PE, Noronha. TJPR: AC 358865-4, Rosana; AC 338604-5, Wilde; AC 318160-2, Hayton; AC 293371-7, Schulman; AC 168534-3, Ribas; AC 287412-6, Jurandyr; AC 404999-6, Rabello). 10.5. De mais a mais, também em relação aos honorários advocatícios foi editado pelas Câmaras de Direito Tributário desta Corte o enunciado n.º 2, com a seguinte orientação: Na fixação dos honorários advocatícios em ações de repetição da taxa de iluminação pública TIP julgadas procedentes, deve ser levado em conta também, e principalmente, o fato de que tais ações vêm repetidas em grande número. É adequado e suficiente o valor de R$ 50,00 para as ações individuais, aumentando-se conforme o número de pessoas integrantes do pólo ativo, até o limite de R$ 700,00, para os casos de 10 (dez) ou mais litisconsortes ativos. 10.6. Portanto, nesse ponto merece reforma a sentença. 11. Os ônus sucumbenciais 11.1. Tendo em vista a manutenção da sentença, com exceção do valor fixado a título de honorários advocatícios, não há falar em redistribuição dos ônus da sucumbência. 12. Por fim, deve ser registrado que em relação às matérias não abordadas acima (atualização monetária e juros de mora), para fim de reexame necessário, não merece reforma a sentença. Conclusão 13. Passando-se as coisas dessa maneira, dou provimento ao recurso da parte autora, para majorar o valor fixado a título de honorários advocatícios para R$ 50,00, e nego seguimento ao recurso da parte ré, reformando em parte a sentença, na extensão do provimento do recurso, em sede de reexame necessário (CPC, art. 557, caput). 14. Intimem-se. 15. Buscando celeridade (CF, art. 5.°, inc. LXXVIII; CPC, art. 125, inc. II), autorizo a Sra. Chefe da Seção a subscrever os atos comunicacionais pertinentes. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Desembargador Rabello Filho RELATOR -- 1 Juiz Fábio Marcondes Leite. -- 2 As sentenças ilíquidas devem ser submetidas ao reexame necessário, não tendo incidência a exceção contida no artigo 475, parágrafo 2.º, do Código de Processo Civil, conforme recente decisão proferida pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Corte Especial, EREsp 701306-RS, unânime, rel. min. Fernando Gonçalves, j. 7/4/2010 in DJe 19/4/2010). 3 CF, art. 145, inc. II. -- 4 STF, 2.ª Turma, AgRg no AI 478499-MG, unânime, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 6/4/2010, in DJe 6/5/2010. 5 STF, Ag no AI 529280-MG, unânime, rel. min. Carmen Lúcia, j. 13/10/2009, in DJe 12/11/2009. -- 6 STF, 1.ª Turma, AgRg no AI 811387-SC, unânime, rel. min. Carmen Lúcia, j. 8/2/2011, in DJe 24/3/2011. 7 STF, 2.ª Turma, AgRg no AI 486719-MG, unânime, rel. min. Celso de Mello, j. 5/10/2010, in DJe 3/11/2010 os destaques em negrito e sublinhado são do original. -- 8 Enunciado n.º 6. A taxa de prevenção e combate a incêndio é legitima, quando atende aos requisitos de especificidade e divisibilidade, correspondendo a serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte. Entretanto, o Município não pode instituí-la, por ser da competência tributária do Estado. -- 9 Art. 16. Constituem receitas do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná FUNCB: [...] II - as decorrentes de convênios, acordos, ajustes, subvenções, auxílios e doações de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais. 10 Art. 131. O Estado poderá celebrar convênio com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para dispor sobre matérias tributárias. -- 11 TJPR, 3.ª Câmara Cível, AC 773854-5, de Ponta Grossa, 1.ª Vara Cível, acórdão n.º 37.812, unânime, rel. des. Salvatore Antonio Astuti, j. 28/6/2011. 12 TJPR, 2.ª Câmara Cível, AC 730277-4, de Ponta Grossa, 1.ª Vara Cível, acórdão n.º 37.938, unânime, rel. des. Antônio Renato Strapasson, j. 15/3/2011 o destaque em negrito é do original. -- 13 TJPR, Órgão Especial, ADIn 740707-0, de Curitiba, unânime, rel. des. Carlos Mansur Arida, j. 20/6/2011 os destaques em negrito são do original. 14 SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 32. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2009, pp. 54-55 os destaques em itálico são do original. -- 15 Art. 272. A decisão declaratória ou denegatória da inconstitucionalidade, se proferida por maioria absoluta, constituirá, para o futuro, decisão de aplicação obrigatória em casos análogos, salvo se algum órgão fracionário, por motivo relevante, entender necessário provocar novo pronunciamento do Órgão Especial sobre a matéria.

0008 . Processo/Prot: 0803945-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/125460. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0004738-07.2010.8.16.0019 Repetição de Indébito. Apelante (1): Marcia Flislizicoski da Silva. Advogado: Ailton Nunes da Silva. Apelante (2): Município de Ponta Grossa. Advogado: Jonas Soistak, Clovis Airton de Quadros, Gino Lucas Scherdien. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Rabello Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Ação declaratória cumulada com pedido de repetição de indébito. 1. Reexame necessário Sentença ilíquida Conhecimento de ofício Artigo 475, inciso I, do Código de Processo Civil. 2. Taxas de conservação de vias e de limpeza pública Instituição e cobrança pelo Município Inconstitucionalidade Matéria pacificada nesta Corte Enunciado n.º 7 das Câmaras de Direito Tributário. 3. Taxa de combate a incêndio Competência tributária do Estado Possibilidade, contudo, da realização de cobrança pelo Município mediante convênio Lei Estadual nº 13.976/2002 Transferência da capacidade tributária ativa (CTN, art. 7.º) Ilegalidade da cobrança que, no presente caso, se funda na ocorrência de instituição do tributo pelo Município (Lei Municipal n.º 6.857/2001) Caracterização de invasão de competência tributária estadual. 3.1. Reconhecimento, pelo Órgão Especial, de inconstitucionalidade de lei municipal que institui taxa de combate a incêndio Controle concentrado de constitucionalidade Efeitos vinculantes Eficácia erga omnes e ex tunc. 4. Honorários advocatícios Majoração Possibilidade Princípio da justa remuneração do trabalho profissional Enunciado n.º 2 das Câmaras de Direito Tributário desta Corte Causa em que a vencida é a Fazenda Pública Emprego de equidade CPC, artigo 20, parágrafo 4.º. 5. Ônus de sucumbência Resultado do julgamento que não enseja sua redistribuição. 6. Recurso da parte autora provido, recurso da parte ré a que se nega seguimento e sentença reformada em parte em sede de reexame necessário. Vistos estes autos de apelação cível e reexame necessário n.º 803945- 2, de Ponta Grossa, 4.ª Vara Cível, em que é apelante 1 Márcia Flislizicoski da Silva, apelante 2 Município de Ponta Grossa e apelados, os mesmos. Exposição 1. Márcia Flislizicoski da Silva ajuizou ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária cumulada com pedido de repetição do indébito em face de Município de Ponta Grossa, perante a

4.ª Vara Cível de Ponta Grossa. 1.1. Petição inicial (fs. 2-5) e documentos (fs. 6-12): i) é proprietária de imóvel urbano, localizado em Ponta Grossa, inscrito no Cadastro Municipal n.° 21013-0; ii) juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), por vários anos foram cobradas taxas de limpeza pública, conservação de vias e segurança, que são inconstitucionais; iii) a inconstitucionalidade das taxas de limpeza e conservação pública foi reconhecida no enunciado n.º 7 das Câmaras especializadas em direito tributário deste Tribunal de Justiça; iv) as taxas devem remunerar serviço específico e divisível, conforme estabelecem os artigos 77 e 79 do Código Tributário Nacional; v) devem ser restituídos os valores indevidamente pagos nos últimos cinco anos a título das taxas de limpeza, conservação de vias e segurança pública, acrescidos de correção monetária e juros de mora. 1.2. Contestação (fs. 16-22): i) ocorrência de prescrição quinquenal; ii) as taxas que cobrou remuneram serviços públicos específicos e divisíveis; iii) a edição da súmula vinculante n.º 19 do Supremo Tribunal Federal afasta qualquer discussão acerca da divisibilidade e especificidade da taxa de limpeza pública ou coleta de lixo; iv) a taxa de conservação de vias públicas remunera a prestação do serviço de conservação de vias públicas, por meio de varrição e remoção de detritos de vias públicas, o qual é efetivamente utilizado pelo autor; v) a taxa de segurança ou combate a incêndio também se reveste de constitucionalidade; v.i) celebrou convênio com o Estado do Paraná, para efeito de cobrança da taxa de combate a incêndio (segurança), com o que não há falar em ilegalidade; vi) não há falar em repetição do indébito; vii) caso seja condenado, os valores devem ser corrigidos com base em índice oficial de menor atualização do período de cada pagamento, a fim de não onerar demasiadamente o erário. 1.3. Após a réplica (fs. 23-31), foi proferida sentença1 (fs. 47-51), que: i) julgou procedentes os pedidos formulados na petição inicial, para o fim de: i.i) declarar a ilegalidade e a inexigibilidade das taxas de limpeza, conservação e segurança; i.ii) condenar o réu a restituir individualmente os valores pagos indevidamente relativos ao quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda, sobre os quais incidirão correção monetária, calculada pela média aritmética simples do IGP/DI e INPC/IBGE, e juros de mora, calculados à razão de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado; ii) condenou a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação. 1.4. Apelação da parte autora (fs. 52-58), visando tão-somente à majoração do valor fixado a título de honorários advocatícios. 1.5. Apelação da parte ré (fs. 59-67): i) a taxa de limpeza pública ou coleta de lixo não viola os artigos 145 da Constituição Federal e 77 do Código Tributário Nacional; ii) as súmulas vinculantes 19 e 29 do Supremo Tribunal Federal afastam qualquer discussão acerca da divisibilidade e especificidade dessa taxa; iii) o serviço público de coleta de lixo foi prestado, de modo que é injusta e imoral a repetição dos valores que serviram para custeá-lo; iv) requer a redistribuição dos ônus sucumbenciais. 1.6. A parte autora apresentou contrarrazões (fs. 70-77), e sem resposta da parte ré (f. 77-v.), subiram os autos a esta egrégia Corte de Justiça, onde foi colhida a opinião ministerial, emitida pelo digno procurador de justiça Roberto Aires Toledo Arruda (fs. 90-94), que veio no sentido de que seja dado parcial provimento ao recurso do Município-réu e negado provimento ao recurso da parte autora. Decisão 2. Os pressupostos de admissibilidade recursal 2.1. Embora o digno juiz da causa não tenha remetido os autos para reexame necessário, o caso amolda-se ao disposto no artigo 475, inciso I, do Código de Processo Civil2, com o que a sentença está submetida a reexame necessário. 2.2. Os recursos merecem conhecimento, na medida em que estão presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, assim os intrínsecos (cabimento, legitimação e interesse em recorrer), como os extrínsecos (tempestividade, regularidade formal, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer e preparo dispensado). 3. Esclareço, outrossim, que a apreciação da sentença em reexame necessário e a análise das apelações serão feitas simultaneamente, tendo em vista a coincidência das matérias, com exceção da alegada ilegalidade das taxas de combate a incêndio e conservação de vias. 4. As taxas de limpeza pública e conservação de vias públicas 4.1. A Constituição Federal autoriza as pessoas políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) a no âmbito de suas respectivas atribuições instituírem taxas em duas hipóteses: "em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição".3 4.2. Interessa aqui, particularmente, esse segundo tipo, a assim comumente chamada taxa de serviço, que tem como hipótese de incidência a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. 4.3. No caso, a limpeza pública e a conservação de vias públicas, por não serem serviços públicos específicos e divisíveis, estão longe de configurarem hipóteses de incidência a permitir seu custeio por meio de taxas. 4.4. Tanto é assim que tais questões já se encontram pacificadas nesta Corte, como bem exemplifica o enunciado n.º 7 das Câmaras especializadas em direito tributário deste Tribunal de Justiça: Enunciado n.º 07. É inconstitucional a cobrança da taxa de limpeza e conservação pública, por se tratar de serviço inespecífico, não mensurável e indivisível, cujo custeio é abrangido pelo produto da arrecadação dos impostos gerais". 4.5. Os julgados desta Corte continuam a manifestar idêntico entendimento, v.g.: AC 538185-9, Bellusci; AC 612121-7, Laertes; AC 550212- 5, Rezende; AI 591503-7, Rolanski; AC 600374-7, Bellusci; AC 542884-6, Cecconi; AC 597859-8, Prazeres; AC 556908-0, Dittrich; AC 559100-6, Sobrinho; AI 588127-2, Strapasson; AI 582205-7, Rezende; AC 553208-3, Laertes; AC 554317-1, Dimas; AC 563676-4, Prazeres; AC 563894-2, Strapasson; AC 563236-0, Strapasson; AC 559781-1, Strapasson; AC 557456-5, Sobrinho; AC 549139-4, Laertes; AC 566823-5, Dias; AC 555128-8, Bellusci; AC 534662-5, Habith; AC 504416-4, Rezende. 4.6. Nesse sentido também é o entendimento do Supremo Tribunal Federal: TRIBUTÁRIO. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. DESTINAÇÃO ÀS FINALIDADES ESSENCIAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA 279-STF. TAXA DE LIMPEZA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. LEI MUNICIPAL 5.641/89. INCONSTITUCIONALIDADE. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o acórdão recorrido, seria necessário reexaminar os fatos e provas da causa, procedimento vedado na esfera do recurso extraordinário, de acordo com a Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal. A decisão agravada está em conformidade com o entendimento firmado por ambas as Turmas desta Corte de que a cobrança da Taxa de Limpeza Pública, instituída pela Lei 5.641/89 do Município de Belo Horizonte, é inviável. Agravo regimental a que se nega provimento.4 AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 724 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A análise da controvérsia sobre a destinação da renda dos aluguéis demandaria o reexame de provas (Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal). 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido da inconstitucionalidade da cobrança da Taxa de Limpeza Pública quando vinculada a serviços de caráter universal e indivisível. Precedente do Plenário.5 5. Ademais, cumpre esclarecer que ao contrário do que defende o réu, a taxa de limpeza pública cobrada no Município de Ponta Grossa não remunera, única e exclusivamente, a prestação de serviço de coleta de lixo, quando então seria legal a sua cobrança. Explico. 5.1. Dispõe o artigo 207, parágrafo 2.º, da Lei Municipal n.º 6.857/2001 Código Tributário do Município de Ponta Grossa (f. 46): Art. 207 - As bases de cálculo e as alíquotas da taxa de serviços urbanos serão determinadas em função da previsão anual do custo dos serviços a serem prestados ou postos à disposição do contribuinte, no respectivo logradouro. § 1.º Para os efeitos deste artigo, consideram-se como serviços prestados ou postos à disposição os seguintes: I limpeza pública; II conservação de vias públicas; III segurança e combate contra incêndio. § 2.º A limpeza pública compreende a prestação, efetivamente prestado ou posto à disposição do contribuinte, de todo o serviço de coleta e remoção de lixo e limpeza urbana em geral, e será lançada e cobrada nos termos da Tabela em anexo, reavaliada anualmente por decreto, em especial para hospitais, clínicas hospitalares e veterinárias, farmácias e laboratórios de análises clínicas, observado o disposto no art. 163, parágrafo único. [...]. 5.1.1. Como se vê, a taxa de limpeza pública remunera a prestação de serviço de coleta e remoção de lixo e limpeza urbana em geral. Desse modo, como não é possível dissociar o serviço de limpeza de locais públicos, realizados genericamente em prol da coletividade, e o serviço de coleta de lixo, a cobrança dessa taxa é ilegal. 5.2. Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILIAR E LIMPEZA PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE DOS SERVIÇOS DE CARÁTER UNIVERSAL E INDIVISÍVEL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.6 AGRAVO DE INSTRUMENTO TAXA DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA PÚBLICA INCONSTITUCIONALIDADE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA QUE O PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU NO JULGAMENTO DO RE 576.321-RG-QO/SP REAFIRMAÇÃO, QUANDO DA APRECIAÇÃO DE MENCIONADO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, DA JURISPRUDÊNCIA QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMOU NO EXAME DESSA CONTROVÉRSIA RECURSO IMPROVIDO.7 5.3. Daí porque não comporta reforma a decisão nesse ponto. 6. A taxa de segurança pública 6.1. Inicialmente, é preciso esclarecer que a taxa de segurança pública nada mais é do que taxa de combate a incêndio, conforme se depreende da leitura do disposto no artigo 207, inciso III, e parágrafo 4.º, da Lei n.º 6.857/2001 (Código Tributário Municipal fs. 45-46). 6.2. Pois bem. A taxa de combate a incêndio remunera serviço público específico e divisível, e diante do disposto no artigo 145, inciso II, da Constituição Federal, é possível seu custeio por intermédio de taxa. 6.2.1. Nesse sentido é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v.g: AgRg no AI 551629-SP, Britto; RE 233784-SP, Galvão; RE 206777-SP, Galvão; AgRg no AI 552033, Sepúlveda; AI 712166-SP, Barbosa. 6.3. Cumpre destacar, contudo, que a instituição (= criação) da referida taxa é de competência do Estado, na medida em que o Corpo de Bombeiros é entidade estadual (CF, arts. 42 e 144, § 6.º). 6.4. E como ressabido é, a competência tributária não é passível de delegação, o que indica a existência de óbice para a instituição de taxa de combate a incêndio pelo Município. 6.5. Vem daí o entendimento consolidado por esta Corte, representado pelo enunciado n.º 6 das Câmaras de Direito Tributário8, no sentido de que não obstante a constitucionalidade da cobrança desse tributo mediante taxa, não compete ao Município criá-la. 6.6. No caso do Estado do Paraná, contudo, consoante se depreende da leitura do artigo 16, inciso II, da Lei Estadual n.º 13.976/20029 que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná -, combinado com o artigo 131 da Constituição Estadual10, é possível a realização de convênio entre o Estado e seus Municípios para promover tão-somente a arrecadação do tributo em questão. 6.6.1. Nesse aspecto, importante destacar que é plenamente possível a transferência da capacidade tributária ativa para o Município, na medida em que essa (a capacidade tributária ativa), diferentemente da competência tributária, pode ser validamente delegada, para que outrem (Município), que não o Estado-Membro, proceda à arrecadação do tributo (CTN, art. 7.º). 6.7. A constitucionalidade da cobrança da taxa de combate a incêndio, destarte, pelo Município de Ponta Grossa, depende da observância dos seguintes elementos: (i) existência de convênio entre o Estado e o Município; (ii) limitação da atividade municipal à arrecadação do tributo, nos exatos moldes da legislação estadual pertinente. 7. A Lei Municipal n.º 6.857/2001 (Código Tributário Municipal de Ponta Grossa), ao tratar da taxa de combate a incêndio, dispõe sobre a caracterização da hipótese de incidência dessa taxa (art. 207, § 4.º), sua base de cálculo e alíquota (art. 207, §§ 5.º e 6.º). 7.1. Verifica-se, por conseguinte, que o referido tributo foi instituído pela lei municipal, o que é vedado pelo ordenamento jurídico constitucional nacional, na medida em que, conforme antes explicitei, o Estado só pode delegar validamente a capacidade tributária ativa (sujeição ativa), para a arrecadação do referido tributo,

sendo, portanto, vedada a transferência de sua competência tributária para o Município. 7.2. Esta Corte tem julgados no sentido em que venho resumindo, inclusive, especificamente, em relação a essa taxa, no âmbito do Município de Ponta Grossa: Apelação cível 1. Reexame necessário conhecido de ofício. Agravo retido. Interposição posterior à sentença, objetivando combater a decisão que declarou deserto o apelo interposto. Impossibilidade. Recurso não conhecido, restando prejudicada a análise da apelação cível. Apelação cível 2. Constitucional e tributário. Município de Ponta Grossa. Taxa de conservação e limpeza. Ausência dos requisitos da especificidade e divisibilidade inerentes à espécie tributária. Inexigibilidade. Enunciado nº 07 das Câmaras especializadas em Direito Tributário deste e. Tribunal de Justiça. Taxa de segurança (combate a incêndio). Instituição. Competência tributária do estado. Impossibilidade de delegação ao município. Enunciado nº 06 das Câmaras de Direito Tributário. Apelo não provido. Sentença mantida em sede de reexame necessário, conhecido de ofício.11 APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS, DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE LIMPEZA PÚBLICA INCONSTITUCIONALIDADE - ENUNCIADO Nº 07 DAS CÂMARAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO - RECURSO 1: DESPROVIDO - RECURSO 2: PROVIDO.12 7.2.1. No mesmo sentido: AC 776024-9, Astuti; AC 735517-3, Astuti; AC 598889-0, Rabello; AC 553406-9, Cecconi; AC 553208-3, Lauro; AC 563676-4, Prazeres; AC 549134-9, Sobrinho; AC 538154-4, Laertes; AI 519640- 3, Laertes; AI 528980-1, Strapasson; AI 524648-2, Strapasson; AI 521740-9, Strapasson; AI 520480-4, Josély, AI 496150-4, Prazeres. 8. Outrossim, não há olvido que o Órgão Especial desta Corte, em 20 de junho de 2011, já decidiu pela inconstitucionalidade da lei municipal de Londrina que instituiu taxa de combate a incêndio nos mesmos moldes da ora analisada no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade n.º 740707-0, justamente porque é o Estado (e não o Município) que detém tal competência: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE LONDRINA QUE INSTITUIU A TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 145, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DO ESTADO, QUE É O ENTE RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO. ART. 42 E 144, § 6º DA CF. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 06 DAS CÂMARAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO DO TJ/PR. MATÉRIA JULGADA NO INCIDENTE DECLARATÓRIO DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 588.425- 3/01. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSTO NOS ARTIGOS ART. 232, III, 234, 235, I, (SOMENTE NO QUE SE REFEREM À TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO) 244, 245 E TABELA XVII, DA LEI MUNICIPAL Nº 7303, DE 30/12/1997 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA). EFEITOS EX TUNC. "A taxa de prevenção e combate a incêndio é legítima quando atende aos requisitos de especificidade e divisibilidade, correspondendo a serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte. Entretanto, o Município não pode instituí-la, por ser da competência tributária do Estado" (Enunciado nº 6 das Câmaras de Direito Tributário do TJ/PR)13 8.1. E como ressabido é, as decisões declaratórias de inconstitucionalidade têm eficácia erga omnes (=contra todos) e efeito vinculante, na forma estabelecida no artigo 102, parágrafo 2.º, da Constituição Federal. 8.2. Sobre o tema, elucidativa é a lição de José Afonso da Silva14: Qual a eficácia da sentença proferida no processo da ação direta de inconstitucionalidade genérica? Essa indagação foi respondida, nas edições anteriores, do seguinte modo: "Essa ação, como vimos, tem por objeto a própria questão da constitucionalidade. Portanto, qualquer decisão, que decrete a inconstitucionalidade, deverá ter eficácia erga omnes (genérica) e obrigatória. Mas a Constituição não lhe deu esse efeito, explicitamente, como seria desejável" e o texto prosseguia na demonstração daquela afirmação, apesar da indefinição da Constituição, segundo a EC-45/2004, deu solução expressa à questão, acolhendo nossa tese, ao estatuir que as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, produzirão eficácia contra todos (erga omnes) e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual ou municipal. O objeto do julgamento consiste em desfazer os efeitos normativos (efeitos gerais) da lei ou ato a eficácia da sentença tem exatamente esse efeito, e isto tem valor geral, evidentemente, e vincula a todos. Em suma, a sentença, aí, faz coisa julgada, material, que vincula as autoridades aplicadoras da lei, que não mais poderão dar-lhe execução sob pena de arrostar a eficácia da coisa julgada, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade em tese visa precisamente a atingir o efeito imediato de retirar a aplicabilidade da lei. Se não fosse assim, seria praticamente inútil a previsão constitucional de ação direta de inconstitucionalidade genérica. 8.3. Em sintonia com a Constituição Federal, estabelece o artigo 272 do Regimento Interno desta Corte15, que quando a decisão declaratória de inconstitucionalidade se der por maioria absoluta, ela terá aplicação obrigatória nos casos análogos. 8.3.1. Portanto, como a decisão da ação direta de inconstitucionalidade em referência foi proferida por unanimidade de votos, forçoso aplicar aqui a mesma tese de inconstitucionalidade de lei municipal que institui idêntica taxa de combate a incêndio no Município de Ponta Grossa. 9. Vem daí que não comporta reforma a sentença que reconheceu a ilegalidade da cobrança das taxas de conservação de vias, de limpeza pública e de segurança, e determinou a restituição do pagamento indevido. 10. Os honorários advocatícios 10.1. Estima o autor ser ínfima a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, o que representa R$ 9,20. Assiste-lhe razão. 10.2. Com efeito, o estabelecimento de honorários advocatícios, nas demandas em que é vencida a Fazenda Pública, deve observar a regra traçada no artigo 20, parágrafo 4.°, do Código de Processo Civil, não podendo, no entanto, o valor ser exagerado. 10.3. No caso, observando-se o grau de zelo profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, entendo ser suficiente para bem retribuir o trabalho do advogado o valor de R$ 50,00 (cinquenta reais). 10.4. Não se pode perder de vista que a verba honorária não pode ser estabelecida em cifra vultosa, ressabido como também é que não pode ser estabelecida em cifra aviltante, ofensiva à própria dignidade profissional do advogado e ao princípio da justa remuneração do trabalho profissional (STJ: REsp 147346- PR, Asfor; REsp 388542-MS, Direito; REsp 277176-DF, Franciulli; REsp 671777-PR, Uyeda; REsp 552994-PE, Noronha. TJPR: AC 358865-4, Rosana; AC 338604-5, Wilde; AC 318160-2, Hayton; AC 293371-7, Schulman; AC 168534-3, Ribas; AC 287412-6, Jurandyr; AC 404999-6, Rabello). 10.5. De mais a mais, também em relação aos honorários advocatícios foi editado pelas Câmaras de Direito Tributário desta Corte o enunciado n.º 2, com a seguinte orientação: Na fixação dos honorários advocatícios em ações de repetição da taxa de iluminação pública TIP julgadas procedentes, deve ser levado em conta também, e principalmente, o fato de que tais ações vêm repetidas em grande número. É adequado e suficiente o valor de R$ 50,00 para as ações individuais, aumentando-se conforme o número de pessoas integrantes do pólo ativo, até o limite de R$ 700,00, para os casos de 10 (dez) ou mais litisconsortes ativos. 10.6. Portanto, nesse ponto merece reforma a sentença. 11. Os ônus sucumbenciais 11.1. Tendo em vista a manutenção da sentença, com exceção do valor fixado a título de honorários advocatícios, não há falar em redistribuição dos ônus da sucumbência. 12. Por fim, deve ser registrado que em relação às matérias não abordadas acima (atualização monetária e juros de mora), para fim de reexame necessário, não merece reforma a sentença. Conclusão 13. Passando-se as coisas dessa maneira, dou provimento ao recurso da parte autora, para majorar o valor fixado a título de honorários advocatícios para R$ 50,00; nego seguimento ao recurso da parte ré, reformando em parte a sentença, na extensão do provimento do recurso, em sede de reexame necessário (CPC, art. 557, caput). 14. Intimem-se. 15. Buscando celeridade (CF, art. 5.°, inc. LXXVIII; CPC, art. 125, inc. II), autorizo a Sra. Chefe da Seção a subscrever os atos comunicacionais pertinentes. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Desembargador Rabello Filho RELATOR -- 1 Juiz Fábio Marcondes Leite. -- 2 As sentenças ilíquidas devem ser submetidas ao reexame necessário, não tendo incidência a exceção contida no artigo 475, parágrafo 2.º, do Código de Processo Civil, conforme recente decisão proferida pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Corte Especial, EREsp 701306-RS, unânime, rel. min. Fernando Gonçalves, j. 7/4/2010 in DJe 19/4/2010). 3 CF, art. 145, inc. II. -- 4 STF, 2.ª Turma, AgRg no AI 478499-MG, unânime, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 6/4/2010, in DJe 6/5/2010. 5 STF, 1.ª Turma, Ag no AI 529280-MG, unânime, rel. min. Carmen Lúcia, j. 13/10/2009, in DJe 12/11/2009. -- 6 STF, 1.ª Turma, AgRg no AI 811387-SC, unânime, rel. min. Carmen Lúcia, j. 8/2/2011, in DJe 24/3/2011. 7 STF, 2.ª Turma, AgRg no AI 486719-MG, unânime, rel. min. Celso de Mello, j. 5/10/2010, in DJe 3/11/2010 os destaques em negrito e sublinhado são do original. -- 8 Enunciado n.º 6. A taxa de prevenção e combate a incêndio é legitima, quando atende aos requisitos de especificidade e divisibilidade, correspondendo a serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte. Entretanto, o Município não pode instituí-la, por ser da competência tributária do Estado. -- 9 Art. 16. Constituem receitas do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná FUNCB: [...] II - as decorrentes de convênios, acordos, ajustes, subvenções, auxílios e doações de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais. 10 Art. 131. O Estado poderá celebrar convênio com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para dispor sobre matérias tributárias. -- 11 TJPR, 3.ª Câmara Cível, AC 773854-5, de Ponta Grossa, 1.ª Vara Cível, acórdão n.º 37.812, unânime, rel. des. Salvatore Antonio Astuti, j. 28/6/2011. 12 TJPR, 2.ª Câmara Cível, AC 730277-4, de Ponta Grossa, 1.ª Vara Cível, acórdão n.º 37.938, unânime, rel. des. Antônio Renato Strapasson, j. 15/3/2011 os destaques em negrito são do original. -- 13 TJPR, Órgão Especial, ADIn 740707-0, de Curitiba, unânime, rel. des. Carlos Mansur Arida, j. 20/6/2011 os destaques em negrito são do original. 14 SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 32. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2009, pp. 54-55 os destaques em itálico são do original. -- 15 Art. 272. A decisão declaratória ou denegatória da inconstitucionalidade, se proferida por maioria absoluta, constituirá, para o futuro, decisão de aplicação obrigatória em casos análogos, salvo se algum órgão fracionário, por motivo relevante, entender necessário provocar novo pronunciamento do Órgão Especial sobre a matéria.

0009 . Processo/Prot: 0807946-5 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/173527. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 2006.00000019 Embargos a Execução. Agravante: Farmacia Vale Verde Ltda.. Advogado: Márcio Luiz Blazius, Márcio Rodrigo Frizzo, Cerino Lorenzetti. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marisa da Silva Sigulo. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Rabello Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Embargos à execução fiscal. 1. Intimação da decisão que recebeu o recurso de apelação cível apenas no efeito devolutivo Carga dos autos pelo procurador da parte adversa, no curso do prazo para a interposição de agravo de instrumento contra essa decisão Pedido de restituição do prazo recursal Indeferimento pelo juiz da causa Impossibilidade Obstáculo à interposição do recurso que constitui justa causa, prevista no artigo 183, parágrafo 1.º, do Código de Processo Civil Restituição do prazo que é cogente. 2. Embargos à execução fiscal Sentença de improcedência Apelação Efeito devolutivo CPC, art. 520, inc. V Excepcional atribuição de efeito suspensivo ao recurso Situação extraordinária que reclama requerimento expresso do recorrente ao relator da apelação, com objetiva demonstração da presença dos dois requisitos estabelecidos no art. 558 do CPC Falta de cumprimento desses pressupostos Impossibilidade de atribuição de efeito suspensivo, pois. 3. Recurso parcialmente provido. Vistos estes autos de agravo de instrumento n.º 807946-5, de Londrina, 9.ª Vara Cível, em que é agravante Farmácia Vale Verde Ltda. e agravada, Fazenda Pública do Estado do Paraná. Exposição 1. Farmácia Vale Verde Ltda. interpõe o presente agravo de instrumento contra respeitáveis decisões interlocutórias (fs. 27 e 28) proferidas pelos dignos juízes de direito1

da 9.ª Vara Cível de Londrina nos embargos à execução fiscal que em face de si move Fazenda Pública do Estado do Paraná, consistentes, ditas decisões, em receber o recurso de apelação interposto contra sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados nos embargos, apenas em seu efeito devolutivo (f. 27), e indeferir o pedido de devolução do prazo para a interposição de recurso contra essa decisão (f. 28). 1.1. Petição recursal, em síntese: i) ante a sentença que julgou improcedentes pedidos formulados nos embargos à execução fiscal que opôs, interpôs apelação cível, que foi recebida apenas em seu efeito devolutivo; ii) tal decisão foi veiculada no Diário da Justiça Eletrônico em 7/4/2011, publicada em 8/4/2011, de modo que seu prazo começou a fluir a partir do dia 11/4/2011; iii) não teve acesso aos autos para a interposição do recurso cabível, porquanto esses estavam em carga com o procurador da parte embargada; iv) antes de findo o prazo recursal, requereu a restituição do prazo, argumentando a impossibilidade de acesso aos autos, o que foi indeferido pelo digno juiz da causa; v) foi cerceada em seu direito de defesa com o indeferimento do pedido de devolução do prazo para a interposição de recurso; vi) o obstáculo criado pela parte embargada, com a retirada dos autos do cartório, é causa de suspensão do curso do prazo recursal, nos termos do artigo 180 do Código de Processo Civil; vii) deve ser reformada a decisão que recebeu a apelação cível apenas em seu efeito devolutivo, para evitar danos irreparáveis ou de difícil reparação, além de ser a medida mais adequada e prudente; viii) os embargos à execução fiscal foram recebidos com efeito suspensivo, de modo que também o recurso de apelação deverá ser recebido no mesmo efeito, conforme estatui o artigo 587 do Código de Processo Civil; ix) estão presentes os requisitos para a concessão de efeito suspensivo à apelação cível interposta; x) o periculum in mora consiste no fato de que com a expropriação dos bens penhorados e o levantamento do montante cobrado, tornar-se-á muito difícil sua restituição, sendo necessária a expedição de precatório para tanto; xi) a relevância da fundamentação está demonstrada na inexigibilidade do título executivo que embasa a execução, em virtude da pendência de pedido administrativo de compensação dos débitos tributários com créditos de precatórios; xii) como a execução está garantida, o recebimento da apelação em ambos os efeitos não causa prejuízo ao agravado; xiii) deve ser atribuído efeito suspensivo ao recurso. 1.2. Sem atribuição de efeito suspensivo ao recurso (fs. 291-293), o digno juiz da causa prestou informações (f. 299) e a agravada apresentou resposta (fs. 302-309). Decisão 2. Os pressupostos de admissibilidade recursal 2.1. O recurso merece conhecimento, na medida em que estão presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, assim os intrínsecos (cabimento, legitimação e interesse em recorrer), como os extrínsecos (tempestividade, regularidade formal, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer e preparo). 3. A restituição do prazo recursal 3.1. Contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados nos embargos à execução fiscal que opôs, a ora agravante interpôs apelação cível, que foi recebida apenas em seu efeito devolutivo. 3.1.1. A decisão de recebimento da apelação cível em seu efeito devolutivo foi veiculada no Diário da Justiça Eletrônico em 7 de abril de 2011, publicada em 8 de abril de 2011, de modo que o prazo para a interposição de recurso começou a fluir a partir do dia 11 de abril de 2011. 3.1.2. Como a agravante não teve acesso aos autos para a interposição do recurso cabível, porquanto esses estavam, mediante carga, com o procurador da parte embargada, em 19 de abril de 2011 requereu a restituição do prazo, o que foi indeferido pelo digno juiz da causa. 3.1.3. Irresignada, insurge-se a agravante contra essa decisão, argumentando que foi cerceada em seu direito de defesa, na medida em que o obstáculo criado pela parte embargada, com a retirada dos autos do cartório, é causa de suspensão do curso do prazo recursal, nos termos do artigo 180 do Código de Processo Civil. 3.2. Pois bem. De acordo com a certidão de f. 281-verso, após a intimação da decisão de recebeu o recurso de apelação somente em seu efeito devolutivo (f. 274), a agravada-embargada retirou os autos mediante carga no dia 4 de abril de 2011, não os devolvendo até o dia 19 de abril de 2011, oportunidade em que foi postulada a restituição do prazo para a interposição do recurso de agravo de instrumento. 3.3. Por aí, é cristalino que a parte embargante não teve acesso aos autos, sendo-lhe obstada a interposição do recurso cabível, mormente por se tratar do recurso de agravo de instrumento, cuja instrução exige cópia da decisão agravada e de documentos que integram os autos principais (CPC, art. 525). 3.4. Uma vez comprovada a existência de obstáculo à parte para a realização de determinado ato, no caso a interposição do recurso de agravo de instrumento, é permitido ao digno juiz da causa restituir o prazo para a prática do ato, nos termos do artigo 183 do Código de Processo Civil, sem que tal devolução importe em ofensa ao artigo 182 do mesmo diploma legal. 3.5. Sobre o tema é a lição de Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero2: Considera-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato por si só ou por mandatário (art. 182, § 1º, CPC). Já se decidiu que configura hipótese de justa causa a doença do advogado da parte, mormente quando único constituído nos autos (STJ, 3ª Turma, AgRg no REsp 533.852/RJ, rel. Min. Nancy Andrighi, j. em 21.06.2005, DJ 05.09.2005, p. 398), a entrega indevida dos autos à parte contrária ou a terceiros quando em curso prazo de uma das partes (STJ, 2ª Turma, REsp 785.266/MG, rel. Min. João Otávio de Noronha, j.11.04.2006, DJ 29.05.2006, p. 217), a greve dos serviços forenses (STJ, 4.ª Turma, REsp 540.383/SP, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. em 09.092003, DJ 28.10.2003, p. 294) e a existência de informação equivocada no sistema de informação oficial mantido na rede mundial de computadores pelo próprio Poder Judiciário (STJ, 1ª Turma, REsp 390.561/PR, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. em 18.06.2002, DJ 26.08.2002, p. 175; contra, STJ, 4ª Turma, AgRg no REsp 776.765/RS, rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, j. em 03.08.2006, DJ 28.08.2006, p. 296). [...] A parte interessada tem o ônus de alegar e provar a justa causa, inclusive já instruindo o seu requerimento com os documentos que eventualmente comprove suas alegações (STJ, 5ª Turma, REsp 725.831/SP, rel. Min. Felix Fischer, j. em 02.08.2005, DJ 26.09.2005, p. 451). Tem de alegá-la durante o curso do prazo ou nos 5 (cinco) dias subsequentes à cessação do evento que determinou o desatendimento ao prazo, sob pena de preclusão (STJ, 1ª Turma, REsp 732.048/AL, rel. Min. Luiz Fux, j. em 17.10.2006, DJ 09.11.2006, p. 256). 3.6. É preciso registrar ainda que a parte embargante postulou a restituição do prazo para a interposição do recurso de agravo de instrumento, comprovando a ocorrência de justa causa para tanto, dentro do prazo legal (10 dias CPC, art. 522) para sua interposição, não havendo falar em preclusão quanto a esse pedido (de restituição). 3.7. O Superior Tribunal de Justiça tem decidido do modo como venho resumindo: PROCESSO CIVIL. AÇÃO COLETIVA. ASSOCIAÇÃO CIVIL. LEGITIMIDADE ATIVA CONFIGURADA. IDENTIFICAÇÃO DOS SUBSTITUÍDOS. DESNECESSIDADE. DEVOLUÇÃO DO PRAZO RECURSAL. JUSTA CAUSA. POSSIBILIDADE. - A ação coletiva é o instrumento adequado para a defesa dos interesses individuais homogêneos dos consumidores. Precedentes. - Independentemente de autorização especial ou da apresentação de relação nominal de associados, as associações civis, constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC, gozam de legitimidade ativa para a propositura de ação coletiva. - É regular a devolução do prazo quando, cessado o impedimento, a parte prejudicada demonstra a existência de justa causa no qüinqüídio e, no prazo legal, interpõe o Recurso. Na ausência de fixação judicial sobre a restituição do prazo, é aplicável o disposto no art. 185 do CPC. - A prerrogativa assegurada ao Ministério Público de ter vista dos autos exige que lhe seja assegurada a possibilidade de compulsar o feito durante o prazo que a lei lhe concede, para que possa, assim, exercer o contraditório, a ampla defesa, seu papel de 'custos legis' e, em última análise, a própria pretensão recursal. A remessa dos autos à primeira instância, durante o prazo assegurado ao MP para a interposição do Especial, frustra tal prerrogativa e, nesse sentido, deve ser considerada justa causa para a devolução do prazo. Recurso Especial Provido.3 PROCESSO CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. OCORRÊNCIA DE JUSTA CAUSA A IMPEDIR A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO NO PRAZO LEGAL. DOENÇA DO ADVOGADO. CARACTERIZAÇÃO COMO JUSTA CAUSA. RESTITUIÇÃO DE PRAZO. ART. 183 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS. QUESTÃO DE DIREITO. VIABILIDADE DA ANÁLISE NO RECURSO ESPECIAL. - O transcurso do prazo para a prática do ato conduz a preclusão do direito, salvo a exceção da ocorrência da justa causa prevista no parágrafo primeiro do artigo 183, do CPC, que exige a coexistência de evento imprevisto, alheio à vontade da parte e que a tenha impedido de praticar o ato por si ou por mandatário. - O art. 183 do CPC refere-se à restituição de prazo e não à suspensão ou à interrupção de prazo. Na ausência de fixação judicial sobre a restituição do prazo, é aplicável o disposto no art. 185 do CPC. - A doença do advogado pode constituir justa causa para os efeitos do art. 183, § 1º do CPC, principalmente quando ele for o único procurador constituído nos autos. - A comprovação da justa causa deve ser realizada durante a vigência do prazo ou até cinco dias após cessado o impedimento, sob pena de preclusão. - A qualificação jurídica dos fatos constitui questão de direito, viabilizadora da análise do recurso especial. O controle de legalidade da qualificação jurídica dos fatos está afeto à competência do STJ, em âmbito de recurso especial. A qualificação jurídica dos fatos feita pelo Tribunal a quo não vincula a qualificação jurídica dos mesmos fatos pelo STJ. Agravo no recurso especial improvido.4 3.8. Outro não é o entendimento desta Corte de Justiça: Apelação Cível. Ação monitória. Embargos à monitória. Recurso de apelação conhecido e parcialmente provido. Análise de tempestividade preclusa. Recurso Especial. Retorno dos autos a este Tribunal de Justiça para atender a determinação exarada no REsp. nº 1.170.881/PR. Tempestividade confirmada. Restituição do prazo, ante a justa causa. Carga dos autos pela parte adversa. Prejuízo configurado. Motivação quanto às demais insurgências analisadas em Acórdão anterior não modificadas. Recurso conhecido e parcialmente provido.5 AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. RESTITUIÇÃO DE PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO APÓS PROLAÇÃO DA SENTENÇA - CABIMENTO - AUTOS QUE ESTAVAM EM CARGA COM O CURADOR ESPECIAL DA PARTE CONTRÁRIA - PRAZO COMUM. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA CONCEDER A 6 RESTITUIÇÃO DO PRAZO. AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRELIMINAR. CONHECIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA DUAS DECISÕES. PRIMEIRA DECISÃO QUE AFASTA A INCIDÊNCIA DA MULTA DE 10%, PREVISTA NO ART. 475-J, DO CPC. SEGUNDA DECISÃO QUE INDEFERE O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DO PRAZO RECURSAL, FORMULADO PELA AGRAVANTE. RESTITUIÇÃO DO PRAZO DEVIDA. JUSTA CAUSA IMPEDITIVA. CARGA DOS AUTOS PELO DEFENSOR DA PARTE ADVERSA. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DO PRAZO FORMULADO DENTRO DO PRAZO RECURSAL. CONHECIMENTO DO RECURSO - FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INCIDÊNCIA DE MULTA DE 10%, SOBRE O MONTANTE DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 475-J, DO CPC. CABIMENTO. AGRAVADA/EXECUTADA QUE NÃO EFETUOU O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO DA DÍVIDA, NO PRAZO DE QUINZE DIAS. ALEGAÇÃO DE ILIQUIDEZ DA SENTENÇA. DECISÃO QUE, EMBORA NÃO FAÇA MENÇÃO AO VALOR ESPECÍFICO DA DÍVIDA, DELIMITA MINUCIOSAMENTE TODOS OS CRITÉRIOS PARA O DEVIDO CÁLCULO. OBTENÇÃO DO MONTANTE DEVIDO MEDIANTE SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DA MULTA DE 10%, EM CASOS TAIS. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RECURSO PROVIDO. "(...) É líquida a sentença que contém em si todos os elementos que permitem definir a quantidade de bens a serem prestados, dependendo apenas de cálculos aritméticos apurados mediante critérios constantes do próprio título ou de fontes oficiais públicas e objetivamente conhecidas. (REsp 937082 / MG. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA. QUARTA TURMA. DJe 13/10/2008)".7 3.9. Nesse rumo, merece provimento o recurso quanto a esse particular, restituindo-se o prazo para a interposição do agravo de instrumento. 4. Provido o recurso quanto à restituição do prazo recursal, passo, então,

à analise da questão meritória aqui reproduzida. 5. O mérito do agravo de instrumento 5.1. A questão incidental é relativa à possibilidade, ou não, de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto pela embargante-agravante contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados nos embargos à execução fiscal que opôs. 5.2. Pois bem. Dispõe o artigo 520, inciso V, do Código de Processo Civil (CPC): Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que: [...] V rejeitar liminarmente os embargos à execução ou julgá-los improcedentes; [...]. 5.3. Bem na linha do que estou refletindo, é o entendimento dominante desta Corte: DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPROCEDENTES. APELAÇÃO. EFEITO DEVOLUTIVO. 1. Diante da expressa disposição legal o recurso de apelação interposto em face de sentença que julga improcedentes os embargos do devedor deve ser recebido apenas no efeito devolutivo. 2. A atribuição de efeito suspensivo à apelação que julgou improcedentes os embargos à execução condiciona-se à configuração dos pressupostos estritos definidos pelo artigo 558, do CPC, aplicado conjuntamente ao artigo 520, V, do mesmo diploma legal. Agravo de Instrumento desprovido. 8 PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE RECEBE APELAÇÃO CÍVEL. EFEITOS. ARTIGO 520 DO CPC. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS A EXECUÇÃO. RECEBIMENTO SOMENTE NO EFEITO DEVOLUTIVO. DECISÃO ACERTADA. APLICABILIDADE DO ART. 557, CAPUT, DO CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. NEGATIVA DE PROVIMENTO. 9 TRIBUTÁRIO. AGRAVO INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CÍVEL. RECEBIMENTO NO DUPLO EFEITO. ART. 520, V, DO CPC. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO DEVOLUTIVO SOMENTE. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO. A teor do previsto no art. 739-A cuja redação se deu pela Lei nº 11.382/2006 os embargos a execução não terão efeito suspensivo, salvo no caso de se verificar que a decisão possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.10 TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL JULGADOS IMPROCEDENTES. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO. APELAÇÃO RECEBIDA APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 520, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.11 AGRAVO DE INSTRUMENTO EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL APELAÇÃO INTERPOSTA E RECEBIDA EM AMBOS OS EFEITOS ART. 520, V DO CPC DECISÃO QUE DEVE SER RECEBIDA SOMENTE EM SEU EFEITO DEVOLUTIVO RECURSO PROVIDO. A teor do previsto no art. 520, V do CPC a apelação interposta de sentença que rejeita os embargos à execução por serem intempestivos deve ser recebida somente em seu efeito devolutivo.12 6. Certo, portanto, que a regra, no caso presente, é de que a apelação tem efeito somente devolutivo. Contudo, excepcionalmente poderá ocorrer, a requerimento do recorrente, de o relator atribuir efeito suspensivo ao recurso, desde que o recorrente demonstre, objetivamente, a presença dos dois requisitos exigidos pelo artigo 558 do CPC: relevância na fundamentação e risco de lesão grave ou de difícil reparação. 6.1. Isso, como tem entendido a jurisprudência, pode ser atribuído pelo juiz de primeiro grau, até que o relator, quando os autos subirem ao tribunal, delibere a respeito, em virtude do tempo que poderá decorrer até que isso ocorra, com objetivo risco de danosidade nesse entretempo. 7. Diante disso, a pergunta que deve ser feita é a seguinte: ¿estão presentes, no caso específico dos autos, todos os requisitos autorizadores de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto pela parte agravante? 7.1. Pois bem. Da análise dos documentos que acompanham o presente recurso, verifica-se que a agravante deixou de demonstrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil e incerta reparação a justificar a excepcional atribuição de eficácia suspensiva ao recurso de apelação que interpôs. 7.1. É que não se pode olvidar que a agravante se limitou a requerer a concessão de efeito suspensivo ao recurso ao argumento de que possibilitar o prosseguimento da execução fiscal culminará com a expropriação dos bens penhorados, comprometendo o regular desenvolvimento de suas atividades empresariais, além da possibilidade de requerimento de substituição dos bens penhorados (f. 268). 7.1.1. Entretanto, tais argumentos não são suficientes para satisfazer o requisito de perigo de ocorrência de dano grave, porquanto a expropriação de bens penhorados é consequência automática de toda e qualquer execução. 7.1.2. Além disso, motivado pedido de substituição da penhora, em tese, é possível ainda que suspenso o curso da execução fiscal, ante a imprescindibilidade da manutenção da garantia do Juízo. 7.2. Não há, portanto, demonstração de que a não atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação causará dano grave de difícil ou incerta reparação à embargante-agravante. 7.3. Ademais, é preciso notar que as novas regras que permeiam o processo de execução aplicável subsidiariamente à execução fiscal e a vontade já antiga do legislador de conferir apenas efeito devolutivo à apelação interposta contra decisão que julga improcedentes os pedidos formulados nos embargos à execução, visam a restringir, ainda mais, a possibilidade de suspensão do curso das demandas executivas, limitando-as a situação excepcionalíssima, que definitivamente não é o caso. 7.4. Daí porque, ausente um dos requisitos do artigo 558 do CPC, não há falar em atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto pela parte agravante. 7.5. Aliás, a jurisprudência desta Corte, em casos análogos ao presente, é no mesmo sentido em que venho resumindo: PROCESSUAL CIVIL AGRAVO INSTRUMENTO TRIBUTÁRIO EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL APELAÇÃO CÍVEL RECEBIMENTO SOMENTE NO EFEITO DEVOLUTIVO ART. 520, V, DO CPC ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO IMPOSSIBILIDADE ART. 558 DO CPC ART. 739- A, §1°, DO CPC INAPLICABILIDADE AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA RECURSO NÃO PROVIDO. A regra geral é de ausência de efeito suspensivo. A exceção trata dos casos em que, requerido pelo embargante, esteja presente a relevância dos fundamentos (fumus boni iuris) e seja constatado risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação (periculum in mora), desde que a execução já esteja garantida por penhora. E, em caso da apelação interposta em face de sentença que julga improcedentes os embargos, a concessão de efeito suspensivo é hipótese ainda mais excepcional, por força do disposto no art. 520, V, do CPC. Desse modo, tendo em vista a regra geral do artigo 520, V, do CPC, no sentido de que o recurso de apelação será recebido apenas no efeito devolutivo, bem como a inexistência de fundamento relevante e a ausência de iminência de lesão grave e de difícil reparação, obstada está a concessão do efeito suspensivo ao recurso de apelação. 13 PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CÍVEL. RECEBIMENTO SOMENTE NO EFEITO DEVOLUTIVO. ART. 520, V, DO CPC. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 558 DO CPC. ART. 739- A, §1°, DO CPC. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. - Para a concessão da tutela antecipada é necessária a presença dos requisitos do fumus boni iuris (aparência/fumaça do bom direito) e periculum in mora (perigo na demora do provimento ou perigo de dano). - Não estando presentes os requisitos do artigo 558 do Código de Processo Civil, não há de se falar em atribuição de efeito suspensivo à Apelação Cível interposta em face da sentença que julga improcedente a pretensão deduzida nos Embargos à Execução, por força do que dispõe o artigo 520, V, desse mesmo código.14 TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL JULGADOS IMPROCEDENTES. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO. APELAÇÃO RECEBIDA APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 520, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE RELEVANTE FUNDAMENTAÇÃO E DE LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DESTE TJPR REMANSOSA SOBRE O TEMA. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.15 PROCESSUAL CIVIL EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL JULGADOS IMPROCEDENTES RECURSO DE APELAÇÃO CONTRA DECISÃO SINGULAR RECEBIDO APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO REGRA GERAL PREVISTA NO ART. 580, V, DO CPC AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA AUSÊNCIA DE RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO INAPLICABILIDADE DO ART. 558, DO CPC RECURSO A QUE, COM FULCRO NO ART. 557, DO CPC, SE NEGA SEGUIMENTO.16 6.1.1. No mesmo sentido: AI 794540-6, Dimas; AI 786730-5, Espedito; AI 796485-8, Zeni; AI 758110-2, Cecconi; AI 753431-6, Dittrich; AI 746934-1, Dias; AI 733384-6, Zeni; AI 721934-5, Cecconi; AI 682584-5, Prazeres. 7. Por fim, nem mesmo pela óptica do artigo 587 do Código de Processo Civil pode ser dado provimento ao recurso, porquanto tal dispositivo legal apenas regula a provisoriedade ou não, da execução, nada disciplinando sobre a possibilidade da atribuição do almejado efeito suspensivo à apelação cível. Conclusão 8. Passando-se as coisas dessa maneira, dou parcial provimento ao recurso, nos termos do artigo 557, parágrafo 1.º-A, do Código de Processo Civil, tão-somente para restituir o prazo para a interposição do agravo de instrumento. 9. Intimem-se. 10. Buscando celeridade (CF, art. 5.°, inc. LXXVIII; CPC, art. 125, inc. II), autorizo a Sra. Chefe da Seção a subscrever os atos comunicacionais pertinentes. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Desembargador Rabello Filho RELATOR -- 1 Juiz Aurênio José Arantes de Moura e Juiz Marcos José Vieira. -- 2 MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Código de processo civil comentado artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, pp. 206-207. -- 3 STJ, 3.ª Turma, REsp 805277-RS, unânime, rel. min. Nancy Andrighi, j. 23/9/2008, in DJe 8/10/2008 o destaque em itálico é do original. -- 4 STJ, 3.ª Turma, AgRg no REsp 533852-RJ, unânime, rel. min. Nancy Andrighi, j. 21/6/2005, in DJU 5/9/2005, p. 398 o destaque em itálico é do original. 5 TJPR, 16.ª Câmara Cível, AC 519372-0, de Curitiba, 17.ª Vara Cível, acórdão n.º 23.477, unânime, rel. juiz Rogério Etzel, j. 10/8/2011 os destaques em negrito e itálico são do original. -- 6 TJPR, 18.ª Câmara Cível, AI 682201-1, de Curitiba, 17.ª Vara Cível, acórdão n.º 18.285, unânime, rel. des. Lenice Bodstein, j. 30/3/2011 o destaque em negrito é do original. -- 7 TJPR, 7.ª Câmara Cível, AI 615628-3, de Curitiba, 20.ª Vara Cível, acórdão n.º 18.448, unânime, rel. juíza Dilmari Helena Kessler, j. 11/5/2010 os destaques em itálico e negrito são do original. -- 8 TJPR, 16.ª Câmara Cível, AI 779059-4, de Santo Antônio do Sudoeste, Vara Única, decisão monocrática, rel. des. Paulo Cezar Bellio, j. 7/6/2011 o destaque em negrito é do original. 9 TJPR, 15.ª Câmara Cível, AI 773125-9, de Santo Antônio do Sudoeste, Vara Única, decisão monocrática, rel. juiz Fábio Haick Dalla Vecchia, j. 2/5/2011 o destaque em itálico é do original. -- 10 TJPR, 3.ª Câmara Cível, AI 697802-1, de Curitiba, 1.ª Vara da Fazenda Pública, decisão monocrática, rel. des. Paulo Habith, j. 17/8/2010. 11 TJPR, 2.ª Câmara Cível, AI 688553-4, de Maringá, 2.ª Vara Cível, decisão monocrática, rel. des. Eugenio Achille Grandinetti, j. 14/7/2010 o destaque em negrito é do original. 12 TJPR, 1.ª Câmara Cível, AI 481973-4, de Maringá, 3.ª Vara Cível, acórdão n.º 30.048, unânime, rel. des. Rubens Oliveira Fontoura, j. 8/7/2008 os destaques em negrito e itálico são do original. -- 13 TJPR, 3.ª Câmara Cível, AI 655223-0, de Dois Vizinhos, Vara Cível e Anexos, acórdão n.º 37.148, unânime, rel. juiz Espedito Reis do Amaral, j. 27/7/2010 os destaques em negrito e itálico são do original. -- 14 TJPR, 3.ª Câmara Cível, AI 654188-2, de Ponta Grossa, 2.ª Vara Cível, acórdão n.º 36.506, unânime, rel. des. Paulo Habith, j. 18/5/2010 os destaques em itálico são do original. 15 TJPR, 2.ª Câmara Cível, AI 777356-0, de Maringá, 2.ª Vara Cível, decisão monocrática, rel. des. Eugenio Achille Grandinetti, j. 20/5/2011 o destaque em negrito é do original. -- 16 TJPR, 3.ª Câmara Cível, AI 694756-2, de Guarapuava, 2.ª Vara Cível, decisão monocrática, rel. des. Paulo Roberto Vasconcelos, j. 3/8/2010 os destaques em negrito são do original.
0010 . Processo/Prot: 0808139-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/124443. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0006009-51.2010.8.16.0019 Repetição de Indébito. Apelante (1): Polan Sikorski. Advogado: Ailton Nunes da Silva. Apelante (2): Município de Ponta Grossa. Advogado: Jonas Soistak. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Rabello Filho. Despacho:

Ação declaratória cumulada com pedido de repetição de indébito. 1. Reexame necessário Sentença ilíquida Conhecimento de ofício Artigo 475, inciso I, do Código de Processo Civil. 2. Taxas de conservação de vias e de limpeza pública Instituição e cobrança pelo Município Inconstitucionalidade Matéria pacificada nesta Corte Enunciado n.º 7 das Câmaras de Direito Tributário. 3. Taxa de combate a incêndio Competência tributária do Estado Possibilidade, contudo, da realização de cobrança pelo Município mediante convênio Lei Estadual nº 13.976/2002 Transferência da capacidade tributária ativa (CTN, art. 7.º) Ilegalidade da cobrança que, no presente caso, se funda na ocorrência de instituição do tributo pelo Município (Lei Municipal n.º 6.857/2001) Caracterização de invasão de competência tributária estadual. 3.1. Reconhecimento, pelo Órgão Especial, de inconstitucionalidade de Lei Municipal que institui taxa de combate a incêndio Controle concentrado de constitucionalidade Efeitos vinculantes Eficácia erga omnes e ex tunc. 4. Honorários advocatícios Pretendida majoração pelo autor Possibilidade Princípio da justa remuneração do trabalho profissional Enunciado n.º 2 das Câmaras de Direito Tributário desta Corte Causa em que a vencida é a Fazenda Pública Emprego de equidade CPC, artigo 20, parágrafo 4.º. 5. Ônus de sucumbência Resultado do julgamento que não enseja sua redistribuição. 6. Recurso da parte autora provido, recurso da parte ré a que se nega seguimento e sentença reformada em parte em sede de reexame necessário. Vistos estes autos de apelação cível e reexame necessário n.º 808139-4, de Ponta Grossa, 4.ª Vara Cível, em que é apelante 1 Polan Sikorski, apelante 2 Município de Ponta Grossa e apelados, os mesmos. Exposição 1. Polan Sikorski ajuizou ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária cumulada com pedido de repetição do indébito em face de Município de Ponta Grossa, perante a 4.ª Vara Cível de Ponta Grossa. 1.1. Petição inicial (fs. 2-5) e documentos (fs. 6-11): i) é proprietário de imóvel urbano, localizado em Ponta Grossa, inscrito no Cadastro Municipal n.° 4682-0; ii) juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), por vários anos foram cobradas taxas de limpeza pública, conservação de vias e segurança, que são inconstitucionais; iii) a inconstitucionalidade das taxas de limpeza e conservação pública foi reconhecida no enunciado n.º 7 das Câmaras especializadas em direito tributário deste Tribunal de Justiça; iv) as taxas devem remunerar serviço específico e divisível, conforme estabelecem os artigos 77 e 79 do Código Tributário Nacional; v) devem ser restituídos os valores indevidamente pagos nos últimos cinco anos a título das taxas de limpeza, conservação de vias e segurança pública, acrescidos de correção monetária e juros de mora. 1.2. Contestação (fs. 15-21): i) ocorrência de prescrição quinquenal; ii) as taxas que cobrou remuneram serviços públicos específicos e divisíveis; iii) a edição da súmula vinculante n.º 19 do Supremo Tribunal Federal afasta qualquer discussão acerca da divisibilidade e especificidade da taxa de limpeza pública ou coleta de lixo; iv) a taxa de conservação de vias públicas remunera a prestação do serviço de conservação de vias públicas, por meio de varrição e remoção de detritos de vias públicas, o qual é efetivamente utilizado pelo autor; v) a taxa de segurança ou combate a incêndio também se reveste de constitucionalidade; v.i) celebrou convênio com o Estado do Paraná, para efeito de cobrança da taxa de combate a incêndio (segurança), com o que não há falar em ilegalidade; vi) não há falar em repetição do indébito; vii) caso seja condenado, os valores devem ser corrigidos com base em índice oficial de menor atualização do período de cada pagamento, a fim de não onerar demasiadamente o erário. 1.3. Após a réplica (fs. 22-30), foi proferida sentença1 (fs. 46-50), que: i) julgou procedentes os pedidos formulados na petição inicial, para o fim de: i.i) declarar a ilegalidade e a inexigibilidade das taxas de limpeza, conservação e segurança; i.ii) condenar o réu a restituir individualmente os valores pagos indevidamente relativos ao quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda, sobre os quais incidirão correção monetária, calculada pela média aritmética simples do IGP/DI e INPC/IBGE, e juros de mora, calculados à razão de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado; ii) condenou a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação. 1.4. Apelação da parte autora (fs. 51-57), visando tão-somente à majoração do valor fixado a título de honorários advocatícios. 1.5. Apelação da parte ré (fs. 58-66): i) a taxa de limpeza pública ou coleta de lixo não viola os artigos 145 da Constituição Federal e 77 do Código Tributário Nacional; ii) as súmulas vinculantes 19 e 29 do Supremo Tribunal Federal afastam qualquer discussão acerca da divisibilidade e especificidade dessa taxa; iii) o serviço público de coleta de lixo foi prestado, de modo que é injusta e imoral a repetição dos valores que serviram para custeá-lo; iv) requer a redistribuição dos ônus sucumbenciais. 1.6. Embora intimadas (fs. 68), apenas a parte autora apresentou resposta (fs. 69-76), após o que subiram os autos a esta egrégia Corte de Justiça, onde foi colhida a opinião ministerial, emitida pelo digno procurador de justiça Roberto Aires Toledo Arruda (f. 86-90), que veio no sentido de que seja dado parcial provimento ao recurso do Município-réu e negado provimento ao recurso da parte autora. Decisão 2. Os pressupostos de admissibilidade recursal 2.1. Embora o digno juiz da causa não tenha remetido os autos para reexame necessário, o caso amolda-se ao disposto no artigo 475, inciso I, do Código de Processo Civil2, com o que a sentença está submetida a reexame necessário. 2.2. Os recursos merecem conhecimento, na medida em que estão presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, assim os intrínsecos (cabimento, legitimação e interesse em recorrer), como os extrínsecos (tempestividade, regularidade formal, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer e preparo dispensado). 3. Esclareço, outrossim, que a apreciação da sentença em reexame necessário e a análise das apelações serão feitas simultaneamente, tendo em vista a coincidência das matérias, com exceção da alegada ilegalidade das taxas de combate a incêndio e conservação de vias. 4. As taxas de limpeza pública e conservação de vias públicas 4.1. A Constituição Federal autoriza as pessoas políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) a no âmbito de suas respectivas atribuições instituírem taxas em duas hipóteses: "em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição".3 4.2. Interessa aqui, particularmente, esse segundo tipo, a assim comumente chamada taxa de serviço, que tem como hipótese de incidência a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. 4.3. No caso, a limpeza pública e a conservação de vias públicas, por não serem serviços públicos específicos e divisíveis, estão longe de configurarem hipóteses de incidência a permitir seu custeio por meio de taxas. 4.4. Tanto é assim que tais questões já se encontram pacificadas nesta Corte, como bem exemplifica o enunciado n.º 7 das Câmaras especializadas em direito tributário deste Tribunal de Justiça: Enunciado n.º 07. É inconstitucional a cobrança da taxa de limpeza e conservação pública, por se tratar de serviço inespecífico, não mensurável e indivisível, cujo custeio é abrangido pelo produto da arrecadação dos impostos gerais". 4.5. Os julgados desta Corte continuam a manifestar idêntico entendimento, v.g.: AC 538185-9, Bellusci; AC 612121-7, Laertes; AC 550212- 5, Rezende; AI 591503-7, Rolanski; AC 600374-7, Bellusci; AC 542884-6, Cecconi; AC 597859-8, Prazeres; AC 556908-0, Dittrich; AC 559100-6, Sobrinho; AI 588127-2, Strapasson; AI 582205-7, Rezende; AC 553208-3, Laertes; AC 554317-1, Dimas; AC 563676-4, Prazeres; AC 563894-2, Strapasson; AC 563236-0, Strapasson; AC 559781-1, Strapasson; AC 557456-5, Sobrinho; AC 549139-4, Laertes; AC 566823-5, Dias; AC 555128-8, Bellusci; AC 534662-5, Habith; AC 504416-4, Rezende. 4.6. Nesse sentido também é o entendimento do Supremo Tribunal Federal: TRIBUTÁRIO. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. DESTINAÇÃO ÀS FINALIDADES ESSENCIAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA 279-STF. TAXA DE LIMPEZA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. LEI MUNICIPAL 5.641/89. INCONSTITUCIONALIDADE. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o acórdão recorrido, seria necessário reexaminar os fatos e provas da causa, procedimento vedado na esfera do recurso extraordinário, de acordo com a Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal. A decisão agravada está em conformidade com o entendimento firmado por ambas as Turmas desta Corte de que a cobrança da Taxa de Limpeza Pública, instituída pela Lei 5.641/89 do Município de Belo Horizonte, é inviável. Agravo regimental a que se nega provimento.4 AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 724 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A análise da controvérsia sobre a destinação da renda dos aluguéis demandaria o reexame de provas (Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal). 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido da inconstitucionalidade da cobrança da Taxa de Limpeza Pública quando vinculada a serviços de caráter universal e indivisível. Precedente do Plenário.5 5. Ademais, cumpre esclarecer que ao contrário do que defende o réu, a taxa de limpeza pública cobrada no Município de Ponta Grossa não remunera, única e exclusivamente, a prestação de serviço de coleta de lixo, quando então seria legal a sua cobrança. Explico. 5.1. Dispõe o artigo 207, parágrafo 2.º, da Lei Municipal n.º 6.857/2001 Código Tributário do Município de Ponta Grossa (f. 51): Art. 207 As bases de cálculo e as alíquotas da taxa de serviços urbanos serão determinadas em função da previsão anual do custo dos serviços a serem prestados ou postos à disposição do contribuinte, no respectivo logradouro. § 1.º Para os efeitos deste artigo, consideram-se como serviços prestados ou postos à disposição os seguintes: I limpeza pública; II conservação de vias públicas; III segurança e combate contra incêndio. §2.º A limpeza pública compreende a prestação, efetivamente prestado ou posto à disposição do contribuinte, de todo o serviço de coleta e remoção de lixo e limpeza urbana em geral, e será lançada e cobrada nos termos da Tabela em anexo, reavaliada anualmente por decreto, em especial para hospitais, clínicas hospitalares e veterinárias, farmácias e laboratórios de análises clínicas, observado o disposto no art. 163, parágrafo único. [...]. 5.1.1. Como se vê, a taxa de limpeza pública remunera a prestação de serviço de coleta e remoção de lixo e limpeza urbana em geral. Desse modo, como não é possível dissociar o serviço de limpeza de locais públicos, realizados genericamente em prol da coletividade, e o serviço de coleta de lixo, a cobrança dessa taxa é ilegal. 5.2. Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILIAR E LIMPEZA PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE DOS SERVIÇOS DE CARÁTER UNIVERSAL E INDIVISÍVEL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.6 AGRAVO DE INSTRUMENTO TAXA DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA PÚBLICA INCONSTITUCIONALIDADE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA QUE O PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU NO JULGAMENTO DO RE 576.321-RG-QO/SP REAFIRMAÇÃO, QUANDO DA APRECIAÇÃO DE MENCIONADO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, DA JURISPRUDÊNCIA QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMOU NO EXAME DESSA CONTROVÉRSIA RECURSO IMPROVIDO.7 5.3. Daí porque não comporta reforma a decisão nesse ponto. 6. A taxa de segurança pública 6.1. Inicialmente, é preciso esclarecer que a taxa de segurança pública nada mais é do que taxa de combate a incêndio, conforme se depreende da leitura do disposto no artigo 207, inciso III, e parágrafo 4.º, da Lei n.º 6.857/2001 (Código Tributário Municipal fs. 50-51). 6.2. Pois bem. A taxa de combate a incêndio remunera serviço público específico e divisível, e diante do disposto no artigo 145, inciso II, da Constituição Federal, é possível seu custeio por intermédio de taxa. 6.2.1. Nesse sentido é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v.g: AgRg no AI 551629-SP, Britto; RE 233784-SP, Galvão; RE 206777-SP, Galvão; AgRg no AI

552033, Sepúlveda; AI 712166-SP, Barbosa. 6.3. Cumpre destacar, contudo, que a instituição (= criação) da referida taxa é de competência do Estado, na medida em que o Corpo de Bombeiros é entidade estadual (CF, arts. 42 e 144, § 6.º). 6.4. E como ressabido é, a competência tributária não é passível de delegação, o que indica a existência de óbice para a instituição de taxa de combate a incêndio pelo Município. 6.5. Vem daí o entendimento consolidado por esta Corte, representado pelo enunciado n.º 6 das Câmaras de Direito Tributário8, no sentido de que não obstante a constitucionalidade da cobrança desse tributo mediante taxa, não compete ao Município criá-la. 6.6. No caso do Estado do Paraná, contudo, consoante se depreende da leitura do artigo 16, inciso II, da Lei Estadual n.º 13.976/20029 que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná -, combinado com o artigo 131 da Constituição Estadual10, é possível a realização de convênio entre o Estado e seus Municípios para promover tão-somente a arrecadação do tributo em questão. 6.6.1. Nesse aspecto, importante destacar que é plenamente possível a transferência da capacidade tributária ativa para o Município, na medida em que essa (a capacidade tributária ativa), diferentemente da competência tributária, pode ser validamente delegada, para que outrem (Município), que não o Estado-Membro, proceda à arrecadação do tributo (CTN, art. 7.º). 6.7. A constitucionalidade da cobrança da taxa de combate a incêndio, destarte, pelo Município de Ponta Grossa, depende da observância dos seguintes elementos: (i) existência de convênio entre o Estado e o Município; (ii) limitação da atividade municipal à arrecadação do tributo, nos exatos moldes da legislação estadual pertinente. 7. A Lei Municipal n.º 6.857/2001 (Código Tributário Municipal de Ponta Grossa), ao tratar da taxa de combate a incêndio, dispõe sobre a caracterização da hipótese de incidência dessa taxa (art. 207, § 4.º), sua base de cálculo e alíquota (art. 207, §§ 5.º e 6.º). 7.1. Verifica-se, por conseguinte, que o referido tributo foi instituído pela Lei Municipal, o que é vedado pelo ordenamento jurídico constitucional nacional, na medida em que, conforme antes explicitei, o Estado só pode delegar validamente a capacidade tributária ativa (sujeição ativa), para a arrecadação do referido tributo, sendo, portanto, vedada a transferência de sua competência tributária para o Município. 7.2. Esta Corte tem julgados no sentido em que venho resumindo, inclusive, especificamente, em relação a essa taxa, no âmbito do Município de Ponta Grossa: Apelação cível 1. Reexame necessário conhecido de ofício. Agravo retido. Interposição posterior à sentença, objetivando combater a decisão que declarou deserto o apelo interposto. Impossibilidade. Recurso não conhecido, restando prejudicada a análise da apelação cível. Apelação cível 2. Constitucional e tributário. Município de Ponta Grossa. Taxa de conservação e limpeza. Ausência dos requisitos da especificidade e divisibilidade inerentes à espécie tributária. Inexigibilidade. Enunciado nº 07 das Câmaras especializadas em Direito Tributário deste e. Tribunal de Justiça. Taxa de segurança (combate a incêndio). Instituição. Competência tributária do estado. Impossibilidade de delegação ao município. Enunciado nº 06 das Câmaras de Direito Tributário. Apelo não provido. Sentença mantida em sede de reexame necessário, conhecido de ofício.11 APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS, DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE LIMPEZA PÚBLICA INCONSTITUCIONALIDADE - ENUNCIADO Nº 07 DAS CÂMARAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO - RECURSO 1: DESPROVIDO - RECURSO 2: PROVIDO.12 7.2.1. No mesmo sentido: AC 776024-9, Astuti; AC 735517-3, Astuti; AC 598889-0, Rabello; AC 553406-9, Cecconi; AC 553208-3, Lauro; AC 563676-4, Prazeres; AC 549134-9, Sobrinho; AC 538154-4, Laertes; AI 519640- 3, Laertes; AI 528980-1, Strapasson; AI 524648-2, Strapasson; AI 521740-9, Strapasson; AI 520480-4, Josély, AI 496150-4, Prazeres. 8. Outrossim, não há olvido que o Órgão Especial desta Corte, em 20 de junho de 2011, já decidiu pela inconstitucionalidade da Lei Municipal de Londrina que instituiu taxa de combate a incêndio nos mesmos moldes da ora analisada no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade n.º 740707-0, justamente porque é o Estado (e não o Município) que detém tal competência: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE LONDRINA QUE INSTITUIU A TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 145, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DO ESTADO, QUE É O ENTE RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO. ART. 42 E 144, § 6º DA CF. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 06 DAS CÂMARAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO DO TJ/PR. MATÉRIA JULGADA NO INCIDENTE DECLARATÓRIO DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 588.425- 3/01. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSTO NOS ARTIGOS ART. 232, III, 234, 235, I, (SOMENTE NO QUE SE REFEREM À TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO) 244, 245 E TABELA XVII, DA LEI MUNICIPAL Nº 7303, DE 30/12/1997 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA). EFEITOS EX TUNC. "A taxa de prevenção e combate a incêndio é legítima quando atende aos requisitos de especificidade e divisibilidade, correspondendo a serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte. Entretanto, o Município não pode instituí-la, por ser da competência tributária do Estado" (Enunciado nº 6 das Câmaras de Direito Tributário do TJ/PR).13 8.1. E como ressabido é, as decisões declaratórias de inconstitucionalidade têm eficácia erga omnes (=contra todos) e efeito vinculante, na forma estabelecida no artigo 102, parágrafo 2.º, da Constituição Federal. 8.2. Sobre o tema, elucidativa é a lição de José Afonso da Silva14: Qual a eficácia da sentença proferida no processo da ação direta de inconstitucionalidade genérica? Essa indagação foi respondida, nas edições anteriores, do seguinte modo: "Essa ação, como vimos, tem por objeto a própria questão da constitucionalidade. Portanto, qualquer decisão, que decrete a inconstitucionalidade, deverá ter eficácia erga omnes (genérica) e obrigatória. Mas a Constituição não lhe deu esse efeito, explicitamente, como seria desejável" e o texto prosseguia na demonstração daquela afirmação, apesar da indefinição da Constituição, segundo a EC-45/2004, deu solução expressa à questão, acolhendo nossa tese, ao estatuir que as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, produzirão eficácia contra todos (erga omnes) e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual ou municipal. O objeto do julgamento consiste em desfazer os efeitos normativos (efeitos gerais) da lei ou ato a eficácia da sentença tem exatamente esse efeito, e isto tem valor geral, evidentemente, e vincula a todos. Em suma, a sentença, aí, faz coisa julgada, material, que vincula as autoridades aplicadoras da lei, que não mais poderão dar-lhe execução sob pena de arrostar a eficácia da coisa julgada, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade em tese visa precisamente a atingir o efeito imediato de retirar a aplicabilidade da lei. Se não fosse assim, seria praticamente inútil a previsão constitucional de ação direta de inconstitucionalidade genérica. 8.3. Em sintonia com a Constituição Federal, estabelece o artigo 272 do Regimento Interno desta Corte15, que quando a decisão declaratória de inconstitucionalidade se der por maioria absoluta, ela terá aplicação obrigatória nos casos análogos. 8.3.1. De tal arte, como a decisão da ação direta de inconstitucionalidade em referência foi proferida por unanimidade de votos, forçoso aplicar aqui a mesma tese de inconstitucionalidade de lei municipal que institui idêntica taxa de combate a incêndio no Município de Ponta Grossa. 9. Vem daí que não comporta reforma a sentença que reconheceu a ilegalidade da cobrança das taxas de conservação de vias, de limpeza pública e de segurança, e determinou a restituição do pagamento indevido. 10. Os honorários advocatícios 10.1. Estima o autor ser ínfima a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, o que representa R$ 32,40. Assiste-lhe razão. 10.2. Com efeito, o estabelecimento de honorários advocatícios, nas demandas em que é vencida a Fazenda Pública, deve observar a regra traçada no artigo 20, parágrafo 4.°, do Código de Processo Civil, não podendo, no entanto, o valor ser exagerado. 10.3. No caso, observando-se o grau de zelo profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, entendo ser suficiente para bem retribuir o trabalho do advogado o valor de R$ 50,00 (cinquenta reais). 10.4. Não se pode perder de vista que a verba honorária não pode ser estabelecida em cifra vultosa, ressabido como também é que não pode ser estabelecida em cifra aviltante, ofensiva à própria dignidade profissional do advogado e ao princípio da justa remuneração do trabalho profissional (STJ: REsp 147346- PR, Asfor; REsp 388542-MS, Direito; REsp 277176-DF, Franciulli; REsp 671777-PR, Uyeda; REsp 552994-PE, Noronha. TJPR: AC 358865-4, Rosana; AC 338604-5, Wilde; AC 318160-2, Hayton; AC 293371-7, Schulman; AC 168534-3, Ribas; AC 287412-6, Jurandyr; AC 404999-6, Rabello). 10.5. De mais a mais, também em relação aos honorários advocatícios foi editado pelas Câmaras de Direito Tributário desta Corte o enunciado n.º 2, com a seguinte orientação: Na fixação dos honorários advocatícios em ações de repetição da taxa de iluminação pública TIP julgadas procedentes, deve ser levado em conta também, e principalmente, o fato de que tais ações vêm repetidas em grande número. É adequado e suficiente o valor de R$ 50,00 para as ações individuais, aumentando-se conforme o número de pessoas integrantes do pólo ativo, até o limite de R$ 700,00, para os casos de 10 (dez) ou mais litisconsortes ativos. 10.6. Portanto, nesse ponto merece reforma a sentença. 11. Os ônus sucumbenciais 11.1. Tendo em vista a manutenção da sentença, com exceção do valor fixado a título de honorários advocatícios, não há falar em redistribuição dos ônus da sucumbência. 12. Por fim, deve ser registrado que em relação às matérias não abordadas acima (atualização monetária e juros de mora), para fim de reexame necessário, não merece reforma a sentença. Conclusão 13. Passando-se as coisas dessa maneira, dou provimento ao recurso da parte autora, para majorar o valor fixado a título de honorários advocatícios para R$ 50,00, e nego seguimento ao recurso da parte ré, reformando em parte a sentença, na extensão do provimento do recurso, em sede de reexame necessário (CPC, art. 557, caput). 14. Intimem-se. 15. Buscando celeridade (CF, art. 5.°, inc. LXXVIII; CPC, art. 125, inc. II), autorizo a Sra. Chefe da Seção a subscrever os atos comunicacionais pertinentes. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Desembargador Rabello Filho RELATOR -- 1 Juiz Fábio Marcondes Leite. -- 2 As sentenças ilíquidas devem ser submetidas ao reexame necessário, não tendo incidência a exceção contida no artigo 475, parágrafo 2.º, do Código de Processo Civil, conforme recente decisão proferida pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Corte Especial, EREsp 701306-RS, unânime, rel. min. Fernando Gonçalves, j. 7/4/2010 in DJe 19/4/2010). 3 CF, art. 145, inc. II. -- 4 STF, 2.ª Turma, AgRg no AI 478499-MG, unânime, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 6/4/2010, in DJe 6/5/2010. 5 STF, Ag no AI 529280-MG, unânime, rel. min. Carmen Lúcia, j. 13/10/2009, in DJe 12/11/2009. -- 6 STF, 1.ª Turma, AgRg no AI 811387-SC, unânime, rel. min. Carmen Lúcia, j. 8/2/2011, in DJe 24/3/2011. 7 STF, 2.ª Turma, AgRg no AI 486719-MG, unânime, rel. min. Celso de Mello, j. 5/10/2010, in DJe 3/11/2010 os destaques em negrito e sublinhado são do original. -- 8 Enunciado n.º 6. A taxa de prevenção e combate a incêndio é legitima, quando atende aos requisitos de especificidade e divisibilidade, correspondendo a serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte. Entretanto, o Município não pode instituí-la, por ser da competência tributária do Estado. -- 9 Art. 16. Constituem receitas do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná FUNCB: [...] II - as decorrentes de convênios, acordos, ajustes, subvenções, auxílios e doações de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais. 10 Art. 131. O Estado poderá celebrar convênio com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para dispor sobre matérias tributárias. -- 11 TJPR, 3.ª Câmara Cível, AC 773854-5, de Ponta Grossa, 1.ª Vara Cível, acórdão n.º 37.812, unânime, rel. des. Salvatore Antonio Astuti, j. 28/6/2011. 12 TJPR, 2.ª Câmara Cível, AC 730277-4, de Ponta Grossa, 1.ª Vara Cível, acórdão n.º 37.938, unânime, rel. des. Antônio Renato Strapasson, j. 15/3/2011 o destaque em negrito é do original. -- 13 TJPR, Órgão Especial, ADIn 740707-0, de Curitiba, unânime, rel. des. Carlos Mansur Arida, j. 20/6/2011 os destaques em negrito são do original. 14 SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 32. ed. rev. atual. São

Paulo: Malheiros, 2009, pp. 54-55 os destaques em itálico são do original. -- 15 Art. 272. A decisão declaratória ou denegatória da inconstitucionalidade, se proferida por maioria absoluta, constituirá, para o futuro, decisão de aplicação obrigatória em casos análogos, salvo se algum órgão fracionário, por motivo relevante, entender necessário provocar novo pronunciamento do Órgão Especial sobre a matéria.

0011 . Processo/Prot: 0810684-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/180636. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0024985-15.2010.8.16.0017 Execução Fiscal. Agravante: Camacho Indústria de Bebidas Ltda. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marcos André da Cunha, Marcos Massashi Horita. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Rabello Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. 1. Trata-se de pedido de reconsideração formulado pela agravante Camacho Indústria de Bebidas Ltda.(fs. 280-289), da decisão que atribuiu parcial efeito suspensivo ao recurso (fs. 231-234). 2. Não obstante as ponderações trazidas pela agravante, não se vê brilhar relevância da fundamentação posta no agravo, em ordem a autorizar a atribuição de efeito suspensivo também quanto à determinação de bloqueio de ativos financeiros em nome da ora agravante, via BacenJud. 2.1. Isso porque, em princípio, com a superveniência da Emenda Constitucional n.º 62/2009, os créditos de precatório ofertados à penhora perderam sua exigibilidade e liquidez, não sendo mais, portanto, suficientes para garantia do Juízo. 2.2. Daí porque indefiro o pedido de reconsideração formulado. 3. Intimem-se. Curitiba, 15 de setembro de 2011. Desembargador Rabello Filho RELATOR

0012 . Processo/Prot: 0813835-4/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/317859. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 813835-4 Agravo de Instrumento. Embargante: Palitex Indústria e Comércio de Artefatos de Madeira Ltda. Advogado: Giles Santiago Junior. Embargado: Fazenda Púbica do Estado do Paraná. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Rabello Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Embargos de declaração Omissão Ausência Pretensão de rejulgamento Inadmissibilidade CPC, art. 535. Embargos de declaração rejeitados. Ausente obscuridade, contradição ou omissão nos aclaratórios, sua rejeição é imperativa. Não se prestam os embargos de declaração para obtenção de rejulgamento, que somente para suprimento de obscuridade, contradição ou omissão no caso inexistentes estão eles voltados. Vistos estes autos de embargos de declaração n.º 813835-4/01, opostos no agravo de instrumento n.º 813835-4, de São José dos Pinhais, 2.ª Vara Cível, em que é embargante Palitex Indústria e Comércio de Artefatos de Madeira Ltda. Exposição 1. A agravante Palitex Indústria e Comércio de Artefatos de Madeira Ltda. opõe embargos de declaração (fs. 165-166), a propósito da decisão proferida (fs. 139-161), dizendo-a contentora de omissão, porquanto deixou de aplicar o princípio da menor onerosidade da execução ao caso, embora tenha sido ele invocado. Decisão 2. Os embargos merecem conhecimento. Rejeição também. 3. Não existe vício a ser sanado, na medida em que a decisão expressamente enfrentou a questão relativa à aplicação do princípio da menor onerosidade da execução, ao expor que (fs. 149-150): [...] 8.1. Não há olvido ao princípio contido no artigo 620 do Código de Processo Civil, de que a execução deve fazer-se da forma menos gravosa para o devedor. O que se dá, no caso presente, é que esse princípio acaba cedendo passo, na medida em que somente é de ser prevalecente quando mais de uma forma de promover-se a execução se fizer simultaneamente presente. 8.2. Aqui, no entanto, não se pode empalidecer aquele que agora é verdadeiro princípio-fim maior do processo de execução, tal seja, o pagamento ao credor do modo mais fácil e célere. Essa, induvidosamente, a tônica da reformadora Lei n.º 11.382, de 2006, também aplicável à execução fiscal. 8.3. A propósito, parenticamente registro que hoje, com o sistema atual, nem mesmo é caso de se querer aplicar a excepcionalidade que outrora existia (a exigir prévio esgotamento, sem êxito, se localização de outros bens para efetuação de penhora, como há pouco referi subitem 5.2). [...]" (f. 150). [...] 4. Outrossim, deve ser ressaltado que o órgão julgador não está obrigado a fazer expressa menção aos dispositivos legais e a rebater todas, uma a uma, as questões arguidas pelas partes, quando daquelas já expostas decorrem, à obviedade, outros desdobramentos legais1. 4.1. De mais a mais, também o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do AI 791292-PE, pacificou a questão, consignando que a Constituição Federal determina que a decisão ou acórdão seja fundamentada (ainda que sucintamente), mas não exige o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas2. 5. Se a embargante, a seu modo, com isso não se conforma, o de que já então se trata é de manejo recursal adequado, que obscuridade, contradição ou omissão na decisão não há, nem pela porta estreita dos aclaratórios tem passagem a nítida pretensão a rejulgamento da situação, que para tanto eles se não prestam. Esse, a propósito, é entendimento assaz pacífico, notadamente no Superior Tribunal de Justiça, do que ponho um ou outro exemplo, agora ao alcance da mão: EXECUÇÃO FISCAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE COTEJO ANALÍTICO. 1. Os embargos de declaração prestam-se a suprir omissão, contradição ou erro material. Inexistindo qualquer um desses elementos essenciais, serão eles rejeitados. 2. Depreende-se das razões dos embargos que o ponto da controvérsia está na insatisfação com o deslinde da causa. O acórdão embargado encontra-se suficientemente discutido, fundamentado e de acordo com a jurisprudência desta Corte, não ensejando, assim, acolhimento dos presentes embargos. 3. O acórdão foi claro ao afirmar que, apesar da transcrição dos acórdãos paradigmas, a recorrente não realizou o necessário cotejo analítico, isto é, não demonstrou suficientemente as circunstâncias identificadoras da divergência com o caso confrontado, conforme dispõem os artigos 541 do Código de Processo Civil, e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Embargos de declaração rejeitados.3 REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TARIFA TELEFÔNICA. TRANSFERÊNCIA DOS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS. PIS E COFINS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. I - Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento insculpido no art. 535 do CPC, exigindo-se, para seu acolhimento, estejam presentes os pressupostos legais de cabimento. II - O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento, mas não à sua modificação que, só muito excepcionalmente, é admitida. III - Embargos de declaração rejeitados.4 5.1. No mesmo sentido, v.g.: EDecl no AgRg no Ag 678343-SC, Martins; EDecl no AgRg no Ag 696474-SC, Martins; EDecl no RMS 19901-PI, Dipp; EDecl no Ag 1082442, Mathias; EDecl no AgRg no Ag 1010625-MG, Fux; EDecl no REsp 1029194-RS, Gonçalves. Conclusão 6. Passando-se as coisas dessa maneira, rejeito os presentes embargos de declaração. 6.1. Buscando celeridade (CF, art. 5.°, inc. LXXVIII; CPC, art. 125, inc. II), autorizo a Sra. Chefe da Seção a subscrever os atos comunicacionais pertinentes. 6.2. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Desembargador Rabello Filho RELATOR -- 1 Nesse sentido: AgRg no REsp 1022615-RS, Benjamin; REsp 927216-RS, Calmon; REsp 855073-SC, Zavascki. 2 Notícia veiculada no site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=154943. Acesso em: 28/6/2010. -- 3 STJ, 2.ª Turma, EDecl no AgRg no AI 910886-SP, unânime, rel. min. Humberto Martins, j. 9/12/2008 in DJe 3/2/2009. 4 STJ, 1.ª Turma, EDcl no AgRg no REsp 1073253-RS, unânime, rel. min. Francisco Falcão, j. 16/12/2008 in DJe 19/12/2008.

0013 . Processo/Prot: 0813939-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/195287. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0026208-08.2011.8.16.0004 Mandado de Segurança. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Henrique Maingué. Agravado: Cia Beal de Alimentos S/a.. Advogado: Cristina Abgail Ivankiw, Carlos Eduardo Ortega. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Habith. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0813939-7, DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITNA DE CURITIBA. AGRAVANTE: ESTADO DO PARANÁ. AGRAVADO: CIA BEAL DE ALIMENTOS S.A. RELATOR: DESEMBARGADOR PAULO HABITH. VISTOS, etc. 1. Entendo ausentes os pressupostos necessários e indispensáveis à concessão do efeito suspensivo pleiteado. 2. Defiro o processamento. 3. Oficie-se ao eminente Juiz de Direito para que preste, em 10 (dez) dias, as informações que entender necessárias. 4. Intime-se a parte agravada para que ofereça, querendo, no prazo legal, suas contra-razões. 5. Autorizo o Sr. Chefe de Seção a subscrever os atos de ofício ao fiel cumprimento deste despacho. 6. Intime-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. PAULO HABITH Desembargador Relator

0014 . Processo/Prot: 0816408-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/203370. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0000.00133453 Execução Fiscal. Agravante: Comercial de Móveis Hunter Ltda. Advogado: Caroline Franceschi André, Antônio Augusto Grellert, Paulo Henrique Berehulka. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Luciane Camargo Kujo Monteiro, Wallace Soares Pugliese. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

I - Junte-se a estes autos a decisão proferida nos autos de Agravo de Instrumento nº 765786-7, obtida no sistema de informática do TJ/PR. II - Decisão em separado. Curitiba, 22 de setembro de 2011. RUY FRANCISCO THOMAZ - DESEMBARGADOR RELATOR

Trata-se de Agravo de Instrumento nº 0816408-9, interposto contra a decisão (fls. 68/69-TJ - fls. 269/270 dos autos de origem), proferida pelo douto Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, nos autos nº 133.453, de Execução Fiscal, ajuizada pela agravada em face da agravante. Citada, a empresa executada/devedora ofereceu créditos de precatórios à penhora. O juízo de origem declarou ineficaz essa nomeação a penhora, afirmando que a mesma "não é suficiente para garantir a execução" e deferiu o pedido de penhora de ativos financeiros existentes em conta pertencente à executada (decisão de fls. 218-TJ e fls. 132 dos autos originais). E, em adendo, o juízo de primeiro grau deferiu a penhora on line pelo sistema Bacen-Jud (fls. 221-TJ e fls. 135 dos autos de origem). Contra essa decisão de 29/06/2010 (fls. 132 dos autos de origem) somente a executada opôs o recurso de Embargos de Declaração (fls. 224/229), os quais foram rejeitados pela decisão do juízo de origem (fls. 234- TJ e fls. 148 dos autos de origem), sendo deferida a penhora on line, em 01/12/2010. Contra mencionadas decisões - fls. 132, 135 e 138 (sic) -, a executada interpôs recurso de Agravo de Instrumento, sob nº 765.786-7 (fls. 295 a 345- TJ fls. 206 a 257 dos autos de origem). O referido Agravo nº 765.786-7 foi conhecido e desprovido por decisão monocrática do Relator designado, Juiz de Direito Substituto em 2º Grau, Dr. Fernando Antônio Prazeres. A executada peticionou nos autos de execução requerendo a conversão da caução (de crédito de precatório), prestada nos autos de Ação Cautelar de Conversão, em penhora (fls. 157 a 163 dos autos de origem e fls. 244 a 250-TJ). Chamada a se manifestar nos autos, a exequente discordou dos pleitos de devedora de indicação de precatórios ofertados a penhora e de conversão de caução (fls. 349/354-TJ e fls. 260 a 265 dos autos de origem). Assim, sobreveio a ora decisão agravada (fls. 08/09-TJ e fls. 269/270 dos autos de origem). Essa decisão ora atacada declarou ineficaz a nomeação feita pela executada, por meio de oferecimento de precatórios, afirmando que "não pode mais ser considerada idônea"; "não há se falar, mais, portanto, na possibilidade da compensação"; "a recusa da exequente é Agravo de Instrumento nº 0816408-9 legítima" e deferiu o pedido de bloqueio on line pelo sistema Bacen-Jud.

Inconformada com essa decisão, a devedora interpôs o presente agravo (fls. 02/63-TJ). Em suas razões recursais, defendeu, em suma, possibilidade de oferecimento de credito de precatório a penhora, consoante julgados que aponta; necessidade de que a execução transcorra da forma menos gravosa ao devedor; a comprovação da titularidade do precatório indicado; convalidação das cessões de crédito com o advento da EC nº 62/09; relativização da ordem legal do art. 11 da Lei de Execução Fiscal; que aos pedidos administrativos de compensação apresentados antes da EC nº 62/09 deve se observar a normativa anterior ao seu advento; a existência de direito adquirido à pretendida compensação; bem como eficácia imediata do art. 78, § 2º, do ADCT. E, argumentando da presença do "fumus boni juris e do periculum in mora", a recorrente requer a atribuição de: "B: (...) EFEITO SUSPENSIVO, determinando por consequência, sejam suspensos os efeitos da decisão de fls. 278, dos autos 133.453/0000 que tramita perante a 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba/Pr, até final julgamento deste Recurso de Agravo, bem como, o desbloqueio dos valores constritos nas contas e aplicações financeiras da Empresa" (fls. 62- TJ). Ao final, em sede de julgamento do recurso, pleiteou pelo seu provimento: "C: (...) para a reforma da respeitável decisão do Juízo a quo de fls. 269, (...), declarando-se, assim, a eficácia do pedido de conversão da caução em penhora" (fls. 62-TJ), e, subsidiariamente, seja: "D: aceite a nomeação à penhora dos créditos de precatório realizada pela Agravante/Executada" (fls. 63-TJ). Sucintamente exposto, decido. Agravo de Instrumento nº 0816408-9 Recebo o recurso em parte, porquanto observados os pressupostos de sua admissibilidade, consoante análise a seguir. 1 - Preambularmente, não é de se conhecer do recurso, com relação aos pedidos constantes da letra B da inicial, pelos seguintes motivos: a) O documento de fls. 278 não existe nos autos, não sendo instruído o feito com referida peça processual. Falta, portanto, peça essencial, obrigatória e necessária para o conhecimento desse pleito, à luz do art. 525, inciso I do Código de Processo Civil; b) O bloqueio dos valores constritos nas contas e aplicações financeiras da empresa foi deferido, respectivamente, nas datas de 29/06/2010, 20/09/2010 e 01/12/2010, consoante despachos de fls. 218/TJ fls. 132 dos autos, fls. 221-TJ fls. 135 dos autos e 234-TJ fls. 148 dos autos, dos quais a ora agravante tomou ciência em data de 31/01/2011 (fls. 294-TJ), quando interpôs o recurso de agravo de instrumento sob nº 765.786-7, já mencionado, ou seja, decorridos mais de 08 (oito) meses. Destarte, o presente recurso de agravo de instrumento, contra a penhora on line, pelo bloqueio de contas da agravante é totalmente intempestivo, nos termos do art. 522 do Código de Processo Civil. No caso, as referidas decisões interlocutórias, que reiteradas vezes deferiu a penhora on line e determinou o bloqueio de contas bancárias da empresa agravante, as quais foram contrárias ao interesse da parte, já foram objeto de recurso cabível na espécie. Logo, não pode mais a parte insurgir-se novamente contra a penhora on line, por meio de novo agravo de instrumento, ante a sua total intempestividade. Agravo de Instrumento nº 0816408-9 Ademais, o fato de o juízo reiterar no ora despacho agravado o deferimento da penhora on line (fls. 68-TJ fls. 269 dos autos de origem), não permite a rediscussão de matéria acobertada pela força preclusiva da coisa julgada. Sobre o conceito de coisa julgada material atente-se ao comentário de Antônio Cláudio da C. Machado, que, aliás, faz uma crítica veemente ao conceito disciplinado no art. 467 do Código de Processo Civil: "Coisa julgada material é a qualidade de imutabilidade que reveste os efeitos naturais da sentença (o conjunto de efeitos que a sentença produz na condição de decisão final do litígio, como qualquer outro ato do Estado). Já coisa julgada formal é a imutabilidade da própria sentença como ato do processo (e não dos seus efeitos) em virtude de não mais caberem quaisquer recursos ou em decorrência da não-utilização dos recursos cabíveis. A distinção de conceitos aqui estabelecida é fruto do gênio e da obra de Enrico Tullio Liebman." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. São Paulo: Manole, 2006. p. 852) Ainda: "A coisa julgada é fenômeno típico e exclusivo da atividade jurisdicional. Somente a função jurisdicional é que pode conduzir a uma declaração que se torne efetivamente imutável, sobrevivendo mesmo à sucessão de leis (art. 5º, XXXXVI, da CF). Através do fenômeno da coisa julgada, torna-se indiscutível seja no mesmo processo, seja Agravo de Instrumento nº 0816408-9 em processos subseqüentes a decisão proferida pelo órgão jurisdicional, que passa a ser, para a situação específica, a `lei no caso concreto'. Com isso, se em ulterior processo alguém pretender voltar a discutir a declaração transitada em julgado, essa rediscussão não poderá ser admitida. A isso é que se denomina efeito negativo da coisa julgada. Impedindo-se que o tema já decidido (que tenha produzido coisa julgada) venha a ser novamente objeto de decisão judicial. Por outro lado, a coisa julgada também operará o chamado efeito positivo, vinculando-se os juízes de causas subseqüentes à declaração proferida (e transitada em julgado) no processe anterior" (MARINONI, Luiz Guilherme. "Manual do Processo de Conhecimento" São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. pg. 618). Nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. DECISÃO NÃO-IMPUGNADA. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO. PRECLUSÃO CONFIGURADA. PRECEDENTES DO STJ. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. 1. É pacífico o entendimento desta Corte Superior de que o pedido de reconsideração não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de agravo, que deve ser contado a partir do ato decisório que provocou o gravame. Inexistindo a interposição do recurso cabível no prazo prescrito em lei, tornou-se preclusa a matéria, extinguindo-se o direito da parte de impugnar o ato decisório. 2. No caso dos autos, o ora recorrido não apresentou recurso Agravo de Instrumento nº 0816408-9 da decisão que determinou a indisponibilidade de seus bens, em sede de ação de improbidade administrativa, mas, apenas, pedido de reconsideração formulado após seis meses da referida decisão. Assim, o agravo de instrumento interposto contra a decisão que deixou de acolher pedido de reconsideração do ora recorrido deve ser considerado intempestivo, em face da ocorrência da preclusão. 3. Recurso especial provido. (REsp 588.681/AC, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12.12.2006, DJ 01.02.2007 p. 394) Para afastar qualquer dúvida, importa transcrever elucidativa decisão proferida pelo eminente Desembargador Jurandyr Souza Junior, o qual, sobre a força preclusiva da coisa julgada comenta: "Embora não se submetam as decisões interlocutórias ao fenômeno da coisa julgada material, ocorre frente a elas a preclusão, de que defluem conseqüências semelhantes às da coisa julgada formal. Mesmo quando o juiz não enfrenta o mérito, e, portanto, sua decisão não pode fazer coisa julgada material, o ato judicial não fica sujeito a ser livremente, desfeito ou ignorado por seu prolator ou por outros juízes. Há em relação a todas as decisões processuais, a chamada preclusão pro judicato, segundo a qual, com ou sem solução do mérito, nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide (art. 471)." (TJPR - 15ª C.Cível - AI 0768495-3 - Santa Izabel do Ivaí - Rel.: Des. Jurandyr Souza Junior - Unânime - J. 01.06.2011) Assim, não conheço dos pedidos constantes da letra B, da inicial deste recurso, de efeito Agravo de Instrumento nº 0816408-9 suspensivo à decisão de fls. 278 e desbloqueio dos valores constritos nas contas e aplicações financeiras da Empresa agravante. 2 - Por outro lado, é de se conhecer deste agravo de instrumento com relação aos pedidos de letras C e D. Ressalte-se, entretanto, que com relação a esses aludidos pleitos, a agravante não apresentou qualquer pedido de recebimento do recurso, com a suspensão da decisão agravada. Dessa feita, defiro o processamento parcial do recurso, consoante exposto, e determino: I - Intime-se a parte agravada, por seus procuradores, em conformidade com o art. 527, inciso V do Código de Processo Civil, com redação modificada pela Lei nº 10.352/01, para que, querendo, ofereça resposta ao agravo de instrumento no prazo legal. II - Oficie-se o Juízo de origem, informando-lhe acerca do teor dessa decisão e requisitando-lhe informações que entender oportunas, bem como a respeito do cumprimento do art. 526 do Código de Processo Civil, pela agravante. Autorizo a Ilustre Sra. Chefe da Seção Cível competente a subscrever o ofício. III - Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. RUY FRANCISCO THOMAZ DESEMBARGADOR RELATOR Agravo de Instrumento nº 0816408-9

0015 . Processo/Prot: 0818342-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/184965. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0001570-76.2009.8.16.0004 Cobrança. Apelante: Antonio Marcos Roda. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Emanuel de Andrade Barbosa, Julio Cezar Zem Cardozo. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo. Revisor: Des. Paulo Habith. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELANTE: ANTONIO MARCOS RODA APELADO: ESTADO DO PARANÁ RELATOR: DES. DIMAS ORTÊNCIO DE MELO APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE HORAS EXTRAS POLICIAL MILITAR - CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRÊNCIA - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO PREVÊ LIMITE DE JORNADA DE TRABALHO E HORA EXTRA PARA OS MILITARES - ART. 142, §3º, VIII, CF - INDENIZAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO DE R$ 100,00 MENSAIS RECEBIMENTO - COMPROVADO APLICAÇÃO DO ART. 557, DO CPC - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIMENTO. Trata-se de Apelação Cível, interposta contra sentença de fls. 94/103, dos autos de Ação Ordinária de Cobrança de Horas Extras, que julgou improcedente o pedido, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fulcro no artigo 269, I, do CPC, condenando o autor no pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R$ 500,00 (quinhentos reais), sendo observado os benefícios da justiça gratuita, devendo ressalvar o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50. Inconformado, Antonio Marcos Roda propõe o presente recurso de apelação (fls. 106/118 - TJ), alegando, em síntese, em preliminar a ocorrência de cerceamento de defesa, uma vez que pleiteou a expedição de ofício ao Batalhão da qual faz parte, para que trouxesse aos autos as escalas de serviço dos últimos cinco anos, indispensáveis para o deslinde do feito, pedido esse que não foi apreciado pelo douto magistrado, merecendo ser decretada a nulidade da sentença. No mérito, enfatiza ser devido o pagamento de horas extras. Devidamente intimado, o Estado do Paraná apresentou sua contrarrazões ao recurso às fls.122/139, pugnando pela manutenção da sentença e condenação em honorários advocatícios. O douto Procurador Geral de Justiça em seu parecer de fls. 146/149 se manifestou pela não intervenção no presente feito por reconhecer ausente interesse público subjacente. É o breve relatório. VOTO E FUNDAMENTAÇÃO: Presentes os requisitos de admissibilidade (adequação, tempestividade e preparo), não há obstáculo ao conhecimento do recurso. O apelante pleiteia a nulidade da sentença por cerceamento de defesa eis que solicitou a expedição de ofício ao Batalhão da qual faz parte, para que trouxesse aos autos as escalas de serviço dos últimos cinco anos, e o douto magistrado não se manifestou a respeito do assunto. No entanto, não lhe assiste razão, uma vez que a matéria discutida nos autos é unicamente de direito, sendo prescindível a dilação probatória, agindo com acerto o magistrado a quo ao julgar antecipadamente a lide, com base no artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. Vem a calhar a jurisprudência exposta a seguir: "Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ - 4ª Turma, REsp 2.832 - RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 14/08/90, DJU 17.09/90, p. 9.513). Ratifica o entendimento o julgado dessa Corte: PROCESSO CIVIL - INDEFERIMENTO DA PROVA PERICIAL - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA. Uma vez presentes os requisitos para o julgamento antecipado do pedido, não há que se falar em violação aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa (artigo 5, incisos LIV e LV, da Constituição Federal), inocorrendo, conseqüentemente, cerceamento de defesa. (TJPR AP. Civ. 437.421-4, rel. Des. Sérgio Rodrigues, julg. 22/04/2008). Tendo em vista estes fundamentos, afasto a preliminar argüida. No mérito, cinge a quaestio

sobre a possibilidade do pagamento de horas extraordinárias ao apelante que é policial militar, com fulcro na Lei 13.280/2001 e 10.296/93, artigo 2º, §1º e 2º. Primeiramente, faz-se necessário salientar que a Constituição Federal dispõe que os servidores públicos civis, podem receber horas extras, conforme o art. 39, § 3º e 7º, XVI, não sendo a eles aplicadas as normas da CLT, caso tenha trabalhado em regime extraordinário, vez que incidirão os dispositivos constitucionais. No entanto, tal disposição serve apenas para os servidores civis e não para os militares que são regidos por capítulo específico da Carta Magna. Em tal capítulo, o art. 42, § 1º, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/98, determina que aplicar-se-á aos militares o disposto no art. 142. Este, por sua vez, em seu parágrafo 3º, inciso VIII, traz a seguinte redação: " aplica-se aos militares o disposto no artigo 7º incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX, XXV, e no artigo 37, incisos XI, XIII, XIV e XV". Note-se que dentre os direitos sociais assegurados aos militares não estão aqueles pretendidos pelo apelante, ou seja, os previstos nos incisos XIII (duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho) e XVI (remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinqüenta por cento à normal). Destarte, a própria Constituição Federal ao dispor sobre o regime dos policiais militares, garante uma série de direitos insculpidos no art. 7º, entretanto, não faz menção àqueles relacionados à jornada de trabalho e horas extraordinárias, justamente pela natureza diferenciada da função e pela importância que se dá à autonomia da administração para gerenciá-la, adequando-a aos critérios de necessidade e interesse público locais. A lacuna constitucional, neste caso, foi uma medida intencional do legislador. Assim, como bem esclareceu o douto magistrado em sua sentença, só é devido ao militar apelante gratificação de R$ 100,00 mensais, todas as vezes que tenha o policial laborado uma ou mais vezes além da jornada máxima estabelecida pela corporação, visto que expressamente consignada na Lei Estadual n.º 6.417/73 (art. 26, parágrafo único alterado pela Lei Estadual n.º 13.280/2001). Tal gratificação já foi devidamente paga ao apelante, como se denota dos documentos entre fls. 31, 32, 34, 36, 37, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 51, e 52. Ratifica esse entendimento a jurisprudência dessa Corte: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. HORA-EXTRAS E ADICIONAL NOTURNO PARA POLICIAL MILITAR. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO DOS ARTIGOS 42, § 1º C/C 142, § 3º, VIII E X, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DE APELAÇÃO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (TJPR AP. CIV. N.º 460.732-3, 4ª CC, Rel. Juiz Conv. Rogério Etzel, julg. 20/01/2009)". "APELAÇÕES CÍVEIS E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO MANDAMENTAL. PROCEDÊNCIA PARCIAL EM 1º GRAU. POLICIAIS MILITARES. JORNADA LABORAL MÁXIMA SEMANAL. PRETENSÃO DE FIXAR JORNADA MÁXIMA DE 40 OU 44 HORAS SEMANAIS. TODAVIA, REGIME JURÍDICO PRÓPRIO. DIREITOS LABORAIS DOS POLICIAIS MILITARES QUE NÃO SÃO DE TODO IDÊNTICOS AOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS (ART. 142, VIII, CF). INEXISTÊNCIA DE LEI ESTADUAL PREVENDO CARGA HORÁRIA MÁXIMA SEMANAL DE TRABALHO. MERAS RECOMENDAÇÕES NESSE SENTIDO EM ATOS REGULAMENTARES. PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE HORAS EXTRAS EM 50% SOBRE A HORA NORMAL. DIREITO INEXISTENTE, SEM AMPARO LEGAL. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUBMETIDA AO 'PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA'. ADICIONAL DE R$ 100,00 MENSAIS, DEVIDO SOMENTE NAS HIPÓTESES OBJETIVAS PREVISTAS NA LEI ESTADUAL Nº 13.280/01, DECRETO E PORTARIA REGULAMENTADORES. IMPOSSIBILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO CRIAR OUTRA HIPÓTESE ALÉM DAQUELAS PREVISTAS EM LEI. DEMANDA IMPROCEDENTE. SENTENÇA REFORMADA. APELO 1 DOS AUTORES DESPROVIDO. APELO 2 DO ESTADO DO PARANÁ PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM REEXAME NECESSÁRIO. 1 - Aos policiais militares não são assegurados os mesmos direitos dos servidores públicos civis; só alguns desses direitos, como se extrai do art. 142, VIII da Constituição Federal; 2 - No Estado do Paraná não há lei estadual prevendo jornada semanal máxima de 44 horas aos policiais militares; só existem recomendações nesse sentido, não vinculantes aos comandantes das unidades policiais; 3- Sem a previsão da jornada máxima alegada pelos autores, cai por terra a pretensão de recebimento de hora extra em 50% a maior do que a hora normal; 4 - O adicional de R$ 100,00 mensais criado pela Lei Estadual 13.280/01 tem critérios objetivos para o pagamento definidos em Decreto e Portaria regulamentadores, não podendo o Poder Judiciário criar nova hipótese de pagamento sem base legal." (TJPR - Acórdão 25237 - ApCvReex 0435641-8 - 5ª Câmara Cível - Rel. Juiz Subst. ROGÉRIO RIBAS - DJ 05/10/2009). E ainda: SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAIS MILITARES. PEDIDO DE FIXAÇÃO DA JORNADA MÁXIMA DE TRABALHO DE 40 OU 44 HORAS SEMANAIS. IMPOSSIBILIDADE. REGIME JURÍDICO PRÓPRIO DOS MILITARES. INOCORRÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO PREVÊ A LIMITAÇÃO DE JORNADA E A HORA EXTRA PARA OS MILITARES. ART. 142, §3º, VIII, CF. AUSÊNCIA DE LEI ESTADUAL EXIGINDO QUE SEJA RESPEITADA A CARGA HORÁRIA MÁXIMA SEMANAL DE TRABALHO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS LEIS CATARINENSE E GAÚCHA AOS POLICIAIS PARANAENSES POR ANALOGIA. INAPLICABILIDADE DO ART. 4º DA LICC. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO OU DE ABUSO DE DIREITO. INDENIZAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO DE R$ 100,00 MENSAIS, DEVIDO SOMENTE NAS HIPÓTESES ESPECÍFICAS PREVISTAS NA LEI. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE UMA DAS HIPÓTESES LEGAIS. HONORÁRIOS FIXADOS CORRETAMENTE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - Apelação Cível N° 613.148-2, 2ª CC, rel. Des. Eugênio Achille Grandinetti, julg. 15/12/2009). DECISÃO: Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso, o que faço com fulcro no caput do art. 557, do Código de Processo Civil, a fim de manter a sentença de primeiro grau. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. DIMAS ORTÊNCIO DE MELO Relator

0016 . Processo/Prot: 0819659-8 Mandado de Segurança (Cam-Cv)

. Protocolo: 2011/303676. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 2011.00014523 Declaratória. Impetrante: Sergio Martins. Advogado: Luiz Lopes Barreto. Impetrado: Juiz de Direito da Comarca de Londrina da Vara da Fazenda Pública. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Habith. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0819659-8, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. IMPETRANTES: SÉRGIO MARTINS. IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE LONDRINA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA. RELATOR: DESEMBARGADOR PAULO HABITH. Vistos estes autos de Mandado de Segurança nº 0819659-8, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figuram como Impetrante: SÉRGIO MARTINS, e como Impetrado: o JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE LONDRINA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA. Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, interposto por Sérgio Martins, visando a revogação do ato coator, determinando a disponibilidade de bens móveis, imóveis e de crédito, inclusive bancários. Aduz o Impetrante que o mesmo não pertence a diretoria da CASA VISCARDI S/A desde o ano de 2006, o que evidencia que não havia motivos para ser declarada a indisponibilidade de seus bens. Sustenta que, "mesmo aos fortes e verídicos argumentos, o D. Juiz não revogou a liminar concedida (...) vem se omitindo desde o mês de abril de 2011 em enfrentar referidas questões, o que vem causando inúmeros prejuízos ao impetrante" (fls. 07). Por fim, alega que erroneamente, o Juiz singular estendeu "a indisponibilidade dos bens na pessoa dos sócios, mesmo o Impetrante não fazendo parte da diretoria desde o ano de 2006 e o Estado do Paraná não ter afirmado em nenhum momento que o Impetrante teria contribuído de alguma forma para retirar o patrimônio da empresa para outras enmpresas" (fls. 09) Ao final, requer a concessão de liminar, a fim de revogar o ato coator e ser determinanda a disponibilidade de bens móveis, imóveis e de crédito, inclusive bancários. É, em resumo, o pedido. Para a concessão de liminar em mandado de segurança, primeiramente há que se observar o cabimento ou não da medida impetrada, qual seja o Mandado de Segurança. E partindo-se desta premissa, entendo pelo indeferimento da liminar pleiteada, pelos seguintes motivos: Primeiro, porque o remédio heróico pressupõe a existência de um ato coator, um direito líquido e certo violado e de prova pré-constituída, podendo ser impetrado de forma preventiva, ou até 120 dias após a ciência do ato atacado. Contudo, o ato impugnado data de 09/03/2011 e o mandamus foi interposto em 22/08/2011, ou seja, foi impetrado após o prazo de 120 (cento e vinte dias), conforme art. 23 da Lei nº 12.016/09: "Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. " Vale ressaltar que o citado artigo só é inaplicável no caso de mandado de segurança preventivo, o que não é o caso. Assim, resta intempestivo o pedido de liminar. Segundo, porque percebe-se ser incorreta a indicação da autoridade Impetrada, pois quem prolatou a decisão coatora, foi o Juiz Titular da 4ª Vara Cível de Londrina (fls. 97/106) e não o Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Londrina, conforme consta como autoridade coatora na petição inicial. Apesar da remessa dos autos 14523/2011 para a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Londrina, por força da Resolução 09/2011, deste Egrégio Tribunal, mesmo assim, a autoridade coatora continua sendo aquela que emitiu o ato coator, qual seja, o Juiz Titular da 4ª Vara Cível de Londrina. Por fim, e em terceiro lugar, constata-se que há diversos feitos em trâmite perante esta Justiça Estadual nos quais a Casa Viscardi S/A consta como parte, tamanha a complexidade da causa, motivo pelo qual a prudência exige, num primeiro momento, a manutenção da indisponibilidade dos bens. Ante o exposto, INDEFIRO A LIMINAR pleiteada até o julgamento final deste Mandado de Segurança. Oficie-se e notifique-se a autoridade apontada como coatora para, querendo, em 10 (dez) dias, prestar as informações que reputar necessárias. Decorrido o prazo legal, encaminhem-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça. Intimem-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. PAULO HABITH Des. Relator

0017 . Processo/Prot: 0824552-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/321442. Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2001.00000345 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Daniel Augusto Cerizza Pinheiro, Lilian Didone Calomeno. Agravado: Raytron Comercio de Componentes Eletronicos Ltda. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Habith. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 829827-9, DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA AGRAVADO: JOSÉ A. DAVILA NETO RELATOR: DESEMBARGADOR PAULO HABITH. VISTOS, etc. 1. Defiro o processamento. 2. Oficie-se ao eminente Juiz de Direito para que preste, em 10 (dez) dias, as informações que entender necessárias. 3. Intime-se a parte agravada para que ofereça, querendo, no prazo legal, suas contra-razões. 4. Autorizo o Sr. Chefe de Seção a subscrever os atos de ofício ao fiel cumprimento deste despacho. 5. Intime-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. PAULO HABITH Desembargador Relator

0018 . Processo/Prot: 0825956-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/269052. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00001651 Cumprimento de Sentença. Agravante: Município de Maringá. Advogado: Luiz Carlos Manzato, Andréa Giosa Manfrim, Marco Antônio Bósio. Agravado: Osvaldo Aparecido Ribeiro, Olivia Alves dos Santos, Espolio de Nacir de Paula Ribeiro, Ubiratan Galiano, Emerson Marcelo Barroquelli, Olmaro Luciano de Siqueira, Lucia Maria Bortoli Ponciano, Milean Representação Comercial Ltda., Osvaldo Aparecido Ribeiro, Milton Lacerda, Sandra Maria Novisk, Zeferino Aparecido

Alves. Advogado: Isabella Cabral Kistner. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Rabello Filho. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Vistos. 1. Município de Maringá. interpõe o presente agravo de instrumento contra respeitável decisão interlocutória (f. 38) proferida pelo digno juiz de direito1 da 4.ª Vara Cível de Maringá na execução de título judicial que em face de si movem Irma dos Santos Benatti, Espólio de Olivia Alves dos Santos, Nacir de Paula Barreto, Ubiratan Galliano, Emerson Marcelo Barroquelli, Olmaro Luciano de Siqueira, Lucia Maria Bortoli Ponciano, Milean Representação Comercial Ltda., Osvaldo Aparecido Ribeiro, Milton Lacerda, Sandra Maria Novisk e Zeferino Aparecido Alves . 1.1. A decisão agravada consistiu, dentre outras coisas, em fixar os honorários advocatícios devidos pelo Município-agravante em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, para o caso de pagamento imediato. 2. Petição recursal, em síntese: i) requerida a liquidação da sentença proferida em ação civil pública, manifestou concordância com os cálculos de liquidação apresentados pelos agravados, impugnando apenas o valor pleiteado a título de honorários advocatícios; ii) o digno juiz da causa fixou os honorários advocatícios, para o caso de pagamento imediato, em 10% sobre o valor total da execução, o que totaliza R$ 1.478,35; iii) a decisão agravada contraria a jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça; iv) os honorários advocatícios devem ser fixados, no máximo, em R$ 700,00; v) deve ser atribuído efeito suspensivo ao recurso. 3. Todavia, da esforçada argumentação desenvolvida pela parte agravante não se vê brilhar, desde logo, a presença de objetivo risco de lesão grave e de difícil reparação que estivesse experimentando, em ordem a autorizar a atribuição de efeito suspensivo, na medida em que, em princípio, a Requisição de Pequeno Valor (RPV) não se encontra na iminência de ser expedida. 3.1. Daí porque ao presente agravo de instrumento deixo de atribuir o efeito suspensivo postulado (CPC, art. 527, inc. III, c/c art. 558). 4. Ao digno juiz da causa, com cópia desta decisão, requisitem-se informações completas, no prazo de até dez dias (CPC, art. 527, inc. IV), que deverão mencionar, inclusive, se houve reforma da respeitável decisão agravada (CPC, art. 529). 5. Os agravados, intimem-se para apresentar resposta, no prazo de até dez dias (CPC, art. 527, inc. V). 5.1. Se com a resposta for apresentado documento novo, intime-se o agravante para manifestar-se, no prazo de cinco dias (CPC, art. 398, c/c art. 162, § 4.º). 6. Cumpridas as etapas acima, abra-se vista dos autos ao Ministério Público, por um de seus dignos representantes em segundo grau. 7. Buscando celeridade (CF, art. 5.°, inc. LXXVIII; CPC, art. 125, inc. II), autorizo a Sra. Chefe da Seção a subscrever os atos comunicacionais pertinentes. 8. Intimem-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Desembargador Rabello Filho RELATOR -- 1 Juiz Alberto Marques dos Santos.
0019 . Processo/Prot: 0827478-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/248032. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00001103 Embargos a Execução. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniela de Carvalho Silva. Agravado: Município de Maringá. Advogado: Eduardo Santos Hernandes. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Rabello Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Embargos à execução fiscal Sentença de improcedência dos embargos Apelação Efeito devolutivo CPC, art. 520, inc. V Excepcional atribuição de efeito suspensivo ao recurso Situação extraordinária que reclama requerimento expresso do recorrente ao relator da apelação, com objetiva demonstração da presença dos dois requisitos estabelecidos no art. 558 do CPC Falta de cumprimento desses pressupostos Impossibilidade de atribuição de efeito suspensivo. Recurso a que se nega seguimento. Vistos estes autos de agravo de instrumento n.º 827478-8, de Maringá, 2.ª Vara Cível, em que é agravante Banco Bradesco S.A. e agravado, Município de Maringá. Exposição 1. Banco Bradesco S.A. interpõe o presente agravo de instrumento contra respeitável decisão interlocutória (f. 182), proferida pelo digno juiz de direito1 da 2.ª Vara Cível de Maringá nos embargos à execução fiscal que em face de si move Município de Maringá, consistente, dita decisão, em receber o recurso de apelação interposto pelo embargante, ora agravante, apenas em seu efeito devolutivo. 1.1. Sustentação do agravante, em síntese (fs. 2-6): i) opôs embargos à execução fiscal que em face de si move o Município de Maringá, cujos pedidos foram julgados improcedentes; ii) contra essa decisão, interpôs apelação cível, que foi recebida somente no efeito devolutivo; iii) caso não seja atribuído efeito suspensivo à apelação, o depósito judicial do montante devido poderá ser levantado a qualquer momento, o que evidencia risco de dano irreparável ou de difícil reparação; iv) o fumus boni iuris decorre do fato de que pretende a reforma da sentença apelada; v) em havendo relevância na fundamentação e risco de dano irreparável ou de difícil reparação, deve ser atribuído efeito suspensivo ao recurso, como faculta o artigo 558, parágrafo único, do Código de Processo Civil; vi) deve ser atribuído efeito suspensivo ao recurso. Decisão 2. O cerne da controvérsia versa sobre a possibilidade, ou não, de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto pela embargante-agravante contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados nos embargos à execução fiscal que opôs. 2.1. Pois bem. Dispõe o artigo 520, inciso V, do Código de Processo Civil (CPC): Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que: 2 [...] V rejeitar liminarmente os embargos à execução ou julgá-los improcedentes; [...]. 2.2. Bem na linha do que estou refletindo, é o entendimento dominante desta Corte: DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPROCEDENTES. APELAÇÃO. EFEITO DEVOLUTIVO. 1. Diante da expressa disposição legal o recurso de apelação interposto em face de sentença que julga improcedentes os embargos do devedor deve ser recebido apenas no efeito devolutivo. 2. A atribuição de efeito suspensivo à apelação que julgou improcedentes os embargos à execução condiciona-se à configuração dos pressupostos estritos definidos pelo artigo 558, do CPC, aplicado conjuntamente ao artigo 520, V, do mesmo diploma legal. Agravo de Instrumento desprovido. 2 PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE RECEBE APELAÇÃO CÍVEL. EFEITOS. ARTIGO 520 DO CPC. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS A EXECUÇÃO. RECEBIMENTO SOMENTE NO EFEITO DEVOLUTIVO. DECISÃO ACERTADA. APLICABILIDADE DO ART. 557, CAPUT, DO CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. NEGATIVA DE PROVIMENTO. 3 2 TJPR, 16.ª Câmara Cível, AI 779059-4, de Santo Antônio do Sudoeste, Vara Única, decisão monocrática, rel. des. Paulo Cezar Bellio, j. 7/6/2011 o destaque em negrito é do original. 3 TJPR, 15.ª Câmara Cível, AI 773125-9, de Santo Antônio do Sudoeste, Vara Única, decisão monocrática, rel. juiz Fábio Haick Dalla Vecchia, j. 2/5/2011 o destaque em itálico é do original. 3 TRIBUTÁRIO. AGRAVO INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CÍVEL. RECEBIMENTO NO DUPLO EFEITO. ART. 520, V, DO CPC. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO DEVOLUTIVO SOMENTE. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO. A teor do previsto no art. 739-A cuja redação se deu pela Lei nº 11.382/2006 os embargos a execução não terão efeito suspensivo, salvo no caso de se verificar que a decisão possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.4 TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL JULGADOS IMPROCEDENTES. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO. APELAÇÃO RECEBIDA APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 520, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.5 AGRAVO DE INSTRUMENTO EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL APELAÇÃO INTERPOSTA E RECEBIDA EM AMBOS OS EFEITOS ART. 520, V DO CPC DECISÃO QUE DEVE SER RECEBIDA SOMENTE EM SEU EFEITO DEVOLUTIVO RECURSO PROVIDO. A teor do previsto no art. 520, V do CPC a apelação interposta de sentença que rejeita os embargos à execução por serem intempestivos deve ser recebida somente em seu efeito devolutivo.6 4 TJPR, 3.ª Câmara Cível, AI 697802-1, de Curitiba, 1.ª Vara da Fazenda Pública, decisão monocrática, rel. des. Paulo Habith, j. 17/8/2010. 5 TJPR, 2.ª Câmara Cível, AI 688553-4, de Maringá, 2.ª Vara Cível, decisão monocrática, rel. des. Eugenio Achille Grandinetti, j. 14/7/2010 o destaque em negrito é do original. 6 TJPR, 1.ª Câmara Cível, AI 481973-4, de Maringá, 3.ª Vara Cível, acórdão n.º 30.048, unânime, rel. des. Rubens Oliveira Fontoura, j. 8/7/2008 os destaques em negrito e itálico são do original. 4 3. Certo, portanto, que a regra, no caso presente, é de que a apelação tem efeito somente devolutivo. Contudo, excepcionalmente poderá ocorrer, a requerimento do recorrente, de o relator atribuir efeito suspensivo ao recurso, desde que o recorrente demonstre, objetivamente, a presença dos dois requisitos exigidos pelo artigo 558 do CPC: relevância na fundamentação e risco de lesão grave ou de difícil reparação. 3.1. Isso, como tem entendido a jurisprudência, pode ser atribuído pelo juiz de primeiro grau, até que o relator, quando os autos subirem ao tribunal, delibere a respeito, em virtude do tempo que poderá decorrer até que isso ocorra, com objetivo risco de danosidade nesse entretempo. 4. Diante disso, a pergunta que deve ser feita é a seguinte: ¿estão presentes, no caso específico dos autos, todos os requisitos autorizadores de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto pela parte agravante? 5. Pois bem. Da análise dos documentos que acompanham o presente recurso, verifica-se que o agravante deixou de demonstrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil e incerta reparação a justificar a excepcional atribuição de eficácia suspensiva ao recurso de apelação que interpôs. 5 5.1. É que não se pode olvidar que a alegação do agravante- embargante de que com o prosseguimento da execução, possa ser realizado o levantamento do depósito judicial do montante devido não é suficiente para satisfazer o requisito de perigo de ocorrência de dano grave, porquanto isso é consequência automática da execução. 5.2. Não há, portanto, demonstração de que a não atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação causará dano grave de difícil ou incerta reparação ao embargante-agravante. 5.3. Além disso, é preciso notar que as novas regras que permeiam o processo de execução aplicável subsidiariamente à execução fiscal e a vontade já antiga do legislador de conferir apenas efeito devolutivo à apelação interposta contra decisão que julga improcedentes os pedidos formulados nos embargos à execução visam a restringir, ainda mais, a possibilidade de suspensão do curso das demandas executivas, limitando-as a situação excepcionalíssima, que definitivamente não é o caso. 6. Daí porque, ausente um dos requisitos do artigo 558 do CPC, não há falar em atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto pela parte agravante. 6.1. Aliás, a jurisprudência desta Corte, em casos análogos ao presente, é no mesmo sentido em que venho resumindo: 6 PROCESSUAL CIVIL AGRAVO INSTRUMENTO TRIBUTÁRIO EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL APELAÇÃO CÍVEL RECEBIMENTO SOMENTE NO EFEITO DEVOLUTIVO ART. 520, V, DO CPC ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO IMPOSSIBILIDADE ART. 558 DO CPC ART. 739- A, §1°, DO CPC INAPLICABILIDADE AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA RECURSO NÃO PROVIDO. A regra geral é de ausência de efeito suspensivo. A exceção trata dos casos em que, requerido pelo embargante, esteja presente a relevância dos fundamentos (fumus boni iuris) e seja constatado risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação (periculum in mora), desde que a execução já esteja garantida por penhora. E, em caso da apelação interposta em face de sentença que julga improcedentes os embargos, a concessão de efeito suspensivo é hipótese ainda mais excepcional, por força do disposto no art. 520, V, do CPC. Desse modo, tendo em vista a regra geral do artigo 520, V, do CPC, no sentido de que o recurso de apelação será recebido apenas no efeito devolutivo, bem como a inexistência de fundamento relevante e a ausência de iminência de lesão grave e de difícil reparação, obstada está a concessão do efeito suspensivo ao recurso de apelação. 7 PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CÍVEL. RECEBIMENTO SOMENTE NO EFEITO DEVOLUTIVO. ART. 520, V, DO CPC. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 558 DO CPC. ART. 739-

A, §1°, DO CPC. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. - Para a concessão da tutela antecipada é necessária a presença dos requisitos do fumus boni iuris (aparência/fumaça do bom direito) e periculum in mora (perigo na demora do provimento ou perigo de dano). 7 TJPR, 3.ª Câmara Cível, AI 655223-0, de Dois Vizinhos, Vara Cível e Anexos, acórdão n.º 37.148, unânime, rel. juiz Espedito Reis do Amaral, j. 27/7/2010 os destaques em negrito e itálico são do original. 7 - Não estando presentes os requisitos do artigo 558 do Código de Processo Civil, não há de se falar em atribuição de efeito suspensivo à Apelação Cível interposta em face da sentença que julga improcedente a pretensão deduzida nos Embargos à Execução, por força do que dispõe o artigo 520, V, desse mesmo código.8 TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL JULGADOS IMPROCEDENTES. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO. APELAÇÃO RECEBIDA APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 520, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE RELEVANTE FUNDAMENTAÇÃO E DE LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DESTE TJPR REMANSOSA SOBRE O TEMA. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.9 PROCESSUAL CIVIL EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL JULGADOS IMPROCEDENTES RECURSO DE APELAÇÃO CONTRA DECISÃO SINGULAR RECEBIDO APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO REGRA GERAL PREVISTA NO ART. 580, V, DO CPC AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA AUSÊNCIA DE RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO INAPLICABILIDADE DO ART. 558, DO CPC RECURSO A QUE, COM FULCRO NO ART. 557, DO CPC, SE NEGA SEGUIMENTO.10 6.1.1. No mesmo sentido: AI 794540-6, Dimas; AI 786730-5, Espedito; AI 796485-8, Zeni; AI 758110-2, Cecconi; AI 753431-6, Dittrich; AI 8 TJPR, 3.ª Câmara Cível, AI 654188-2, de Ponta Grossa, 2.ª Vara Cível, acórdão n.º 36.506, unânime, rel. des. Paulo Habith, j. 18/5/2010 os destaques em itálico são do original. 9 TJPR, 2.ª Câmara Cível, AI 777356-0, de Maringá, 2.ª Vara Cível, decisão monocrática, rel. des. Eugenio Achille Grandinetti, j. 20/5/2011 o destaque em negrito é do original. 10 TJPR, 3.ª Câmara Cível, AI 694756-2, de Guarapuava, 2.ª Vara Cível, decisão monocrática, rel. des. Paulo Roberto Vasconcelos, j. 3/8/2010 os destaques em negrito são do original. 8 746934-1, Dias; AI 733384-6, Zeni; AI 721934-5, Cecconi; AI 682584-5, Prazeres. Conclusão 7. Passando-se as coisas desta maneira, nego seguimento ao recurso, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, por manifestamente improcedente. 8. Comunique-se ao digno juiz da causa, com cópia desta. Buscando celeridade (CF, art. 5.°, inc. LXXVIII; CPC, art. 125, inc. II), autorizo a Sra. Chefe da Seção a subscrever os atos comunicacionais pertinentes. 9. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Desembargador Rabello Filho RELATOR 9 -- 1 Juiz Airton Vargas da Silva.

0020 . Processo/Prot: 0827665-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/267302. Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2005.00001206 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Paulo Nobuo Tsuchiya. Agravado: Gilmar Paulo Garcia. Advogado: Marcos José de Paula. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Rabello Filho. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Vistos. 1. Município de Londrina interpõe o presente agravo de instrumento contra respeitável decisão interlocutória (fs. 35-40), proferida pelo digno juiz de direito1 da 2.ª Vara Cível de Londrina, na execução fiscal que move em face de Gilmar Paulo Garcia, consistente, dita decisão, dentre outras coisas, em reconhecer, de ofício, a ocorrência de prescrição do crédito tributário do exercício financeiro de 2000. 1.1. Sustentação do agravante, em síntese (fs. 2-4): i) ajuizou execução fiscal em face do agravado, buscando o pagamento de créditos tributários de IPTU e taxas, relativos aos exercícios de 2000 e 2001; ii) o digno juiz reconheceu, de ofício, a ocorrência de prescrição do crédito tributário do exercício de 2000; iii) foi equivocado o reconhecimento da prescrição, porque em 7/2/2000 e 2/2/2001 houve parcelamento do débito tributário, ou seja, dentro do prazo quinquenal, computado a partir do vencimento da obrigação; iv) o parcelamento é causa de interrupção da prescrição; v) somente em 27/10/2000 e 5/2/2001, respectivamente, quando do recolhimento da última parcela pelo executado, recomeçou a contagem do prazo prescricional; vi) a execução fiscal foi ajuizada em 24/11/2005, ou seja, antes de escoado o lustro prescricional; vii) não havendo falar em prescrição do crédito tributário, deve ser determinado o prosseguimento da execução fiscal; viii) deve ser atribuído efeito suspensivo ao recurso. 2. Verifico existir relevância na fundamentação posta no agravo, em ordem a autorizar a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, porque em princípio, o parcelamento administrativo do débito tributário, narrado na certidão de f. 6, é causa de interrupção do prazo prescricional. 3. Daí porque, presente como também está o risco de dano, atribuo efeito suspensivo ao recurso (CPC, art. 527, inc. III, c/c art. 558), até decisão definitiva desta Corte. 4. Ao digno juiz da causa, com cópia desta decisão, requisitem-se informações completas, no prazo de até dez dias (CPC, art. 527, inc. IV), que deverão mencionar, inclusive, se houve reforma da respeitável decisão agravada (CPC, art. 529). 5. O agravado, intime-se para apresentar resposta, no prazo de até dez dias (CPC, art. 527, inc. V). 5.1. Se com a resposta for apresentado documento novo, intime-se o agravante para manifestar-se, no prazo de cinco dias (CPC, art. 398, c/c art. 162, § 4.º). 6. Buscando celeridade (CF, art. 5.°, inc. LXXVIII; CPC, art. 125, inc. II), autorizo a Sra. Chefe da Seção a subscrever os atos comunicacionais pertinentes. 7. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Desembargador Rabello Filho RELATOR -- 1 Juiz Luiz Gonzaga Tucunduva de Moura.

0021 . Processo/Prot: 0827955-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/266334. Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 2008.00000042 Execução Fiscal. Agravante: Darom Móveis Ltda.. Advogado: Omires Pedroso do Nascimento, Angela Mussiau Yamasaki de Rossi. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Bruno Assoni. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Vasconcelos. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO GARANTIA DO JUÍZO NA EXECUÇÃO FISCAL OFERECIMENTO DE DIREITO DE CRÉDITO EXPRESSO EM PRECATÓRIO RECUSA DO EXEQUENTE INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 612 E 620, DO CPC EXECUÇÃO QUE DEVE SER REALIZADA NO INTERESSE DO CREDOR PRECEDENTES - DECISÃO SINGULAR MANTIDA ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO DE PLANO I Trata-se de agravo de instrumento interposto por DAROM MÓVEIS LTDA contra a decisão de fls. 249, proferida nos autos de Execução Fiscal n.º 042/2008, que rejeitou a nomeação de precatórios à penhora. Em suas razões (fls. 02/63) a agravante sustenta que ofereceu em garantia do Juízo crédito oriundo de precatório vencido e não pago, com fundamento no artigo 9°, inciso II, da Lei n.º 6.830/1980. Narra que a EC n.º 62/2009, alterou o artigo 100 da CF e o artigo 97 do ADCT, instituindo regime especial de pagamento pelos Estados, Distrito Federal e Município. Aduz que segundo o artigo 6°, da referida Emenda Constitucional, foram convalidadas todas as compensações de precatórios com tributos vencidos até 31 de outubro de 2009 da entidade devedora, efetuada na forma do artigo 78, § 2°, do ADCT. Expõe que a emenda não alterou a natureza jurídica do precatório, sendo, portanto, admitida a nomeação de precatório à penhora, pois constituem créditos líquidos e certos. Defende que a ordem legal de penhora estabelecida no artigo 11 da LEF e no artigo 655 do CPC não tem caráter absoluto, devendo levar em consideração as circunstancias e interesses das partes em cada caso concreto. Ressalta que os Tribunais, em observância ao disposto no artigo 620 do CPC, têm admitido a nomeação à penhora de crédito oriundo de precatório para fins de garantia do Juízo. Requer a concessão de efeito suspensivo ou a antecipação da tutela recursal e, ao final, seja provido o recurso para determinar que a penhora recaia sobre os créditos de precatório. É o relatório. II - O presente agravo de instrumento comporta julgamento de plano pelo Relator, na forma do que dispõe o artigo 557, do Código de Processo Civil, haja vista o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte Estadual acerca da matéria em discussão. A executada ofereceu à penhora crédito oriundo de precatório (fls. 72/79). Por sua vez, a exeqüente discordou da nomeação e requereu a penhora em dinheiro pelo sistema on line (fls. 135/148). Entretanto, não foi possível realizar o bloqueio, pois realizada consulta ao BACEN Jud, esta restou negativa (fls. 214/215). Diante disso, a executada se manifestou ofertando novamente o crédito de precatório à penhora. A exeqüente manifestou sua recusa quanto ao bem ofertado, requerendo a penhora de bens pertencentes à empresa executada, tais como imóveis, veículos, maquinários e bens do seu estoque. O Douto Magistrado singular rejeitou a nomeação de precatórios à penhora, conforme se extrai da decisão agravada acostada às fls. 249. Com efeito, o direito de crédito havido por cessão de créditos precatórios é título passível de penhora, na medida em que nesta seara não se discute a compensação do crédito oriundo de precatório e as matérias correlatas, mas tão somente a possibilidade de admiti-lo como garantia da execução, na qualidade de "direitos e ações". Todavia, seguindo recente orientação do Superior Tribunal de Justiça, altero minha posição para reconhecer a validade da recusa manifesta pelo credor quando da oferta à constrição de precatórios requisitórios, conforme os seguintes julgados da Primeira e da Segunda Turmas daquela Corte Superior: TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA DE PRECATÓRIO JUDICIAL. RECUSA POR PARTE DA FAZENDA. POSSIBILIDADE. RESP 1.090.898/SP. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. 1. A orientação da Primeira Seção do STJ firmou-se no sentido de que a penhora (ou eventual substituição de bens penhorados) deve ser efetuada conforme a ordem legal, prevista no art. 655 do CPC e no art. 11 da Lei 6.830/80. Assim, não obstante o precatório seja um bem penhorável, a Fazenda Pública pode recusar a nomeação de tal bem, quando fundada na inobservância da ordem legal, sem que isso implique ofensa ao art. 620 do CPC (REsp 1.090.898/SP, 1ª Seção, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 31.8.2009 - recurso submetido à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ). (...) (AgRg no AREsp 6.216/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/08/2011, DJe 15/08/2011) "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA PRECATÓRIO. ANUÊNCIA DO CREDOR. NECESSIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o crédito relativo a precatório judicial é penhorável, mesmo que o órgão devedor do precatório não seja o próprio exeqüente. 2. Consolidou-se, por outro lado, a jurisprudência em que o precatório judicial equivale à penhora de crédito prevista nos artigos 11, inciso VIII, da Lei de Execução Fiscal e 655, inciso XI, do Código de Processo Civil e, não, à penhora de dinheiro, razão pela qual é imprescindível a anuência do credor com a penhora do precatório judicial, podendo a recusa ser justificada por qualquer das causas previstas no artigo 656 do Código de Processo Civil. 3. É que a Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal inserta no artigo 11 da Lei de Execução Fiscal, uma vez que, não obstante o princípio da menor onerosidade ao devedor, a execução é feita no interesse do credor, como dispõe o artigo 612 do Código de Processo Civil. 4. Agravo regimental improvido." (AgRe no REsp 1172959/PR, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, 1ª Turma, julg. 20/05/10, DJe 10/06/10 - grifei) "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC EXAME PREJUDICADO EXECUÇÃO FISCAL PRECATÓRIOS JUDICIAIS PENHORA ADMISSIBILIDADE RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA CABIMENTO ORDEM DE PENHORA INEXISTÊNCIA DE EQUIVALÊNCIA COM O DINHEIRO PRECEDENTS. 1. Julga-se prejudicado o exame da alegação de ofensa ao art. 535 do CPC, uma vez que configurado o prequestionamento da matéria, com o explícito pronunciamento do Tribunal a quo a respeito. 2. O STJ entende que créditos decorrentes de precatório judicial são penhoráveis, embora possam ter a nomeação recusada pelo credor pela não observância da ordem

legal de preferência. Precedentes. 3. Oferecido bem à penhora sem observância da ordem prevista no art. 11 da Lei nº 6.830/80, é lícita a não aceitação da nomeação à penhora desses títulos, sem ofensa ao princípio da menor onerosidade, pois a execução é feita no interesse do exeqüente e não do executado. 4. Ausente o intuito procrastinatório, deve ser afastada a multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC (Súmula 98/STJ). 5. Recurso especial parcialmente provido." (REsp. 1190045/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, 2ª Turma, julgado em 08/06/10, DJe 18/06/10 grifei). "TRIBUTÁRIO EXECUÇÃO FISCAL PRECATÓRIOS JUDICIAIS PENHORA ADMISSIBILIDADE RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA ORDEM DE PREFERÊNCIA NÃO OBSERVÂNCIA CABIMENTO PRECEDENTES. 1. O STJ entende que créditos decorrentes de precatório judicial são penhoráveis, embora possa ter a nomeação recusada pelo credor pela não observância da ordem legal de preferência. Precedentes. 2. Oferecido bem à penhora sem observância da ordem prevista no art. 11 da Lei nº 6.830/80, é lícita a não aceitação da nomeação à penhora desses títulos, sem ofensa ao princípio da menor onerosidade, pois a execução é feita no interesse do exeqüente e não do executado. 3. Agravo regimental interposto para atacar o mérito da decisão a que se nega provimento, aplicação de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (Questão de ordem apreciada em 25/03/2009 pela Primeira Seção no REsp 1.025.220/RS). 4. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1172244/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/06/2010, DJe 22/06/2010) Em idêntico sentido, ainda podem ser citados os seguintes julgados do STJ: AgRg no REsp 1175842/PR, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, julg. 08/06/10, DJe 21/06/10; AgRg nos Edcl nos EDcl no REsp 114021//SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, 1ª Turma, julg. 04/05/10, DJe 11/5/10; AgRg no REsp 1180652/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, julg. 13/04/10, DJe 19/05/10; AgRg no Ag 1205407/RS, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, julg. 04/03/10, DJe 22/03/10. Nesta Corte Estadual, de igual sorte, prevalece o recente entendimento no sentido de que a regra do artigo 612, do CPC, que prevê que a execução deve ser feita no interesse do credor é preponderante ao disposto no artigo 620, do mesmo codex, quando exprime o princípio da menor onerosidade ao devedor, como se infere do seguinte julgado: "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO À PENHORA. RECUSA MANIFESTADA PELA FAZENDA PÚBLICA POR INOBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL ESTABELECIDA NOS ARTIGOS 11 DA LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS E 655 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ADMISSIBILIDADE. PENHORA ELETRÔNICA SOBRE DINHEIRO. POSSIBILIDADE. ARTIGOS 655, I E 655-A, DO CPC. REDAÇÃO CONFORME A LEI 11.832/2006. ORIENTAÇÃO DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE. SEGUIMENTO NEGADO. ARTIGO 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL." (TJPR Agravo de Instrumento n.º 687.356-1 Rel. Des. Ruy Cunha Sobrinho 1ª Câmara Cível DJ 09.07.2010) Nesse sentido, já tive a oportunidade de me manifestar: AGRAVO DE INSTRUMENTO GARANTIA DO JUÍZO NA EXECUÇÃO FISCAL OFERECIMENTO DE DIREITO DE CRÉDITO EXPRESSO EM PRECATÓRIO RECUSA DO EXEQUENTE OFENSA À GRADAÇÃO LEGAL DE PENHORA PREVISTA NO ARTIGO 11 DA LEF E NO ARTIGO 655 DO CPC - EXECUÇÃO QUE DEVE SER REALIZADA NO INTERESSE DO CREDOR INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 612 E 620, DO CPC DECISÃO SINGULAR MANTIDA ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (TJPR AI N.º 818.232-3 Rel. Des. Paulo Roberto Vasconcelos 3ª Câmara Cível DJ 12/09/2011). Em face dessas ponderações, entendo que, deve ser respeitada a recusa manifesta pelo credor, na medida em que a execução deve ser realizada em atenção aos seus interesses. Assim, ante a recusa do credor pelo precatório, está correta a decisão singular que rejeitou a nomeação de bens pela executada. Em suma, nego seguimento de plano ao presente Agravo de Instrumento, com espeque no artigo 557, caput, do CPC, por estar em confronto com a jurisprudência dominante desta E. Corte e do Superior Tribunal de Justiça, mantendo a decisão singular. III Publique-se e Intime-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. PAULO ROBERTO VASCONCELOS Relator

0022 . Processo/Prot: 0828044-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/260865. Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 2001.00000584 Execução de Sentença. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Clecius Alexandre Duran, Liana Sarmento de Mello Quaresma, Sônia Regina Dias Barata da Costa Bispo. Agravado: Carlos Fernando Nonino. Advogado: Carlos Alberto Francovig Filho. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Habith. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0828044-6, DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA. AGRAVANTE: ESTADO DO PARANÁ. AGRAVADO: CARLOS FERNANDO NONINHO RELATOR: DESEMBARGADOR PAULO HABITH. VISTOS, etc. 1. Defiro o processamento. 2. Oficie-se ao eminente Juiz de Direito para que preste, em 10 (dez) dias, as informações que entender necessárias. 3. Intime-se a parte agravada para que ofereça, querendo, no prazo legal, suas contra-razões. 4. Autorizo o Sr. Chefe de Seção a subscrever os atos de ofício ao fiel cumprimento deste despacho. 5. Intime-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. PAULO HABITH Desembargador Relator

0023 . Processo/Prot: 0828285-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/233915. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0016111-29.2010.8.16.0021 Execução Fiscal. Agravante: Promissora Distribuidora Ltda. Advogado: Elen Fábia Rak Mamus, Claudinei Laguna Martins, Luciana Castaldo Colósio. Agravado: Fazenda Pública. Advogado: Alexandre Barbosa da Silva, Carolina Villena Gini, Daniele Beatriz Marconato. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

TRIBUTÁRIO EXECUÇÃO FISCAL PENHORA ON LINE - POSSIBILIDADE ORDEM DE PREFERÊNCIA DO ART. 11 DA LEF RECUSA AO OFERECIMENTO DE CRÉDITOS DE PRECATÓRIO - ALTERAÇÃO DO REGIME DE PAGAMENTO PELA EC 62/2009 E PELO DECRETO ESTADUAL 6.335/2010 APLICAÇÃO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO TJ SUMULA 20 APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT DO CPC NEGATIVA DE SEGUIMENTO. I. Trata-se de Agravo de Instrumento, interposto contra a decisão proferida nos autos de Execução Fiscal nº 308/2010, que acatou o pedido da Fazenda Pública para a penhora on line. Inconformada, recorre Promissora Distribuidora Ltda. sustentando que ofereceu créditos de precatório para garantia da execução. Tais créditos foram objeto de recusa pela Fazenda Pública, a qual requereu a penhora por dinheiro, sendo-lhe deferido o pedido. execução deve ocorrer de forma menos gravosa ao devedor está positivado no art. 620 do CPC, sendo a penhora on line garantia excepcional que causa gravame à empresa. É o breve relatório. II . Após a edição da Emenda Constitucional n.º 62/2009, do Decreto Estadual n.º 6335/2010, e das discussões fervorosas sobre o tema, foi consolidado o entendimento de ser possível a penhora on line. O entendimento fulcrou-se nas modificações trazidas pelas legislações supra mencionadas, uma delas é o novo regime de pagamento de precatórios. Destarte, o crédito de precatório adquirido pela agravada deverá se submeter ao novo regime instituído pela EC 62/2009. A questão, inclusive, restou sumulada por este Egrégio Tribunal de Justiça: "Súmula 20 Em face do regime especial de pagamento introduzido pela Emenda Constitucional n.º 62/2009 (art. 97, ADCT), adotando pelo Decreto Estadual n.º 6335/2010, carece de interesse processual o demandante da compensação de débito tributário com crédito representado por precatório; nas ações em andamento fundamentadas no art. 78, do ADCT, extingue-se o processo sem resolução de mérito (art. 267, VI, do CPC)" Portanto os precatórios requisitórios perderam seu poder liberatório, não podendo mais ser objeto de compensação, por serem títulos indesejáveis. decisões das Câmaras Especializadas desta Corte: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. DETERMINAÇÃO DE PENHORA DE ATIVOS FINANCEIROS DA EXECUTADA PELO SISTEMA BACEN- JUD. PEDIDO DE PENHORA DE PRECATÓRIO. INVIABILIDADE. NOVO REGIME DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIO TRAZIDO PELA EC 62/2009. CRÉDITO DE PRECATÓRIO QUE PASSOU A SER INEXIGÍVEL E QUE PERDEU O PODER LIBERATÓRIO. AUSÊNCIA DE ATRATIVO AO FISCO. POSSIBILIDADE DE RECUSA. EXECUÇÃO QUE DEVE DAR EM BENEFÍCIO DO CREDOR. DECISÃO DE REJEIÇÃO DE CRÉDITO DE PRECATÓRIO À PENHORA CORRETAMENTE LANÇADA. PENHORA ON LINE. VIABILIDADE. DESNECESSIDADE DE EXAURIMENTO DA BUSCA DE BENS DO DEVEDOR. INTELIGÊNCIA DO ART. 655 DO CPC, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.382/2006. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJ/PR, 3ª CC, Agravo Instrumento n.º 661.305-4, Rel. Ruy Francisco Thomaz, DOU 09/08/2010) E mais: 1ª Câmara Cível - AI n.º 723.757- 6, Rel. Desª. Dulce Cecconi, AI n.º 696.271-2, Rel. Des. Rubens Fontoura; 2ª Câmara Cível AI 711.526-0, Rel. Des. Lauro Laertes, AI n.º 686.772-1 Rel. Des. Antonio Strapasson, 3ª Câmara Cível - n.º 695.559-7, Rel. Des. Paulo Habith, AI 683.364-7, Rel. Des. Paulo Vasconcelos. Ressalta-se que embora a agravada alegue prejuízo que a penhora de bens preferenciais ocasionará ao desenvolvimento das suas atividades normais, não se pode olvidar que a execução em si é um meio coercitivo de pagamento. é sempre mais agressiva do que aquela que se realiza sobre os demais bens elencados no art. 11 LEF. Mas, não basta que a agravada indique quaisquer bens à penhora, sendo necessário que justifique a preterição dos bens que antecedem a ordem. Oportuno destacar o posicionamento do STJ: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SUMULA 282/STF. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. PRECATÓRIO JUDICIAL. RECUSA LEGITIMIDADE NÃO OBSERVÂNCIA DA ORDEM ESTABELECIDA PELO ART. 11 LEI 6830/80 PRECEDENTES STJ. 1. É inadmissível o recurso especial quanto a questão não decidida pelo Tribunal de origem, por falta de prequestionamento. 2. não tendo a devedora obedecido à ordem prevista no art. 11 da Lei n.º 6.830/80 é lícito ao credor a recusa a ao julgador a não-aceitação da nomeação à penhora dos bens, pois a execução é feita no interesse do exequente e não do executado. 3. não se equiparando o precatório a dinheiro ou fiança bancária, mas a direito de crédito, pode a Fazenda Pública recusar a indicação ou substituição do bem por quaisquer das causas previstas no art. 656 do CPC ou nos art. 11 e 15 da LEF. 4. Recurso especial parcialmente conhecido em nessa parte provido. (Resp 1191360/PR, 2ª T, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 01/07/2010) Ademais, após a Lei n.º 11.382/2006, não se exige o exaurimento da busca de bens do devedor, para legitimar a penhora on line. Ativos financeiros se equiparam a dinheiro em redação dada pela lei supra mencionada. III. Por fim, nego seguimento ao agravo de instrumento a fim de manter a decisão agravada, com fundamento no caput do art. 557 do Código de Processo Civil. Curitiba, 20 de setembro de 2011. DIMAS ORTÊNCIO DE MELO RELATOR

0024 . Processo/Prot: 0828673-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/238290. Comarca: Cascavel. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0013236-52.2011.8.16.0021 Ordinária. Agravante: Solange Maria Becker. Advogado: Shirley Nunes. Agravado: Município de Cascavel. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Francisco Thomaz. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. REMUNERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. NEGADO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. DECISÃO EQUIVOCADA. ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA GARANTIDO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO ARTIGO 5º, INCISO LXXIV. DECLARAÇÃO SUFICIENTE PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 1.060/50. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, NOS TERMOS DO ART. 557, § 1º-A DO CPC. 1. Para a concessão da assistência judiciária gratuita basta a declaração de insuficiência de recursos prestada pela parte interessada, a qual gera presunção da

necessidade. 2. A Lei nº 1.060/50 não exige a comprovação de renda para que a parte necessitada possa gozar da benesse da justiça gratuita. 3. Agravo de instrumento que se dá provimento, em decisão monocrática do Relator, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC. Trata-se de Agravo de Instrumento nº 0828673-7, interposto contra a decisão (fls. 22-TJ), proferida pelo eminente Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Cascavel, nos autos nº 0013236-52.2011.8.16.0021, de Ação Ordinária, ajuizada pela agravante em face do agravado. A decisão recorrida indeferiu os benefícios da assistência judiciária gratuita postulada pela agravante/autora, ao argumento de que esta não demonstrou sua condição de hipossuficiência para arcar com as custas processuais, bem como "em sua última manifestação declarou que possui família para sustentar sem trazer qualquer documento comprobatório, enquanto que na exordial declarou-se solteira, o que, a princípio, indica gastos pessoais menos elevados" (fls. 22-TJ). A autora, então, interpôs agravo de instrumento (fls. 02 a 13-TJ). Em suas razões recursais, defendeu que o fato de receber renda fixa não implica em Agravo de Instrumento nº 0828673-7 possuir condições de arcar com as custas processuais; que a declaração de hipossuficiência financeira possui presunção de necessidade; bem como violação ao princípio de acesso à Justiça. Assim, pediu o recebimento do agravo com a concessão da antecipação dos efeitos da tutela recursal e, ao final, seu provimento, concedendo-se os benefícios da assistência judiciária gratuita negada em primeiro grau. Sucintamente exposto, decido. Impõe-se o conhecimento do presente recurso, porquanto observados os pressupostos para a sua admissibilidade. A nova redação dada ao artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, pela Lei nº 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e a celeridade da prestação jurisdicional, permite que "se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso", dispensando manifestação do órgão colegiado. Aplica-se à questão em comento o dispositivo legal referido. No caso concreto, cinge-se o pleito da agravante na obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita. A declaração da agravante de que não possui condições de pagar custas processuais e honorários Agravo de Instrumento nº 0828673-7 advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio (fls. 21- verso-TJ), é o que basta para a concessão dos benefícios da assistência judiciária aos necessitados, conforme reiteradas jurisprudências do STJ, consoante julgados a seguir transcritos: "RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO. PRESUNÇÃO 'JURIS TANTUM'. 1. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, gera presunção 'juris tantum' de necessidade do benefício." (Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, p. 16/09/2011) "Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento no sentido de que para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita basta a afirmação da parte de que não tem condições de arcar com as custas e demais despesas processuais, até prova em contrário." (STJ AGI Nº 1.193.825 DF Rel. Min. OG FERNANDES, p. 28/06/2010) Ademais, qualquer outra formalidade, como a comprovação de renda e de eventuais bens que o postulante possui, violaria o direito fundamental da parte, de ser assistida gratuitamente pelo Estado quando insuficiente seus recursos financeiros. Por outro lado, pairando dúvida a respeito da veracidade das alegações da pretendente ao benefício, nada obsta a que a parte adversa faça uso do meio judicial adequado (art. 4º, § 2º, da Lei nº 1.060/50). Agravo de Instrumento nº 0828673-7 Ainda, em qualquer fase do processo (art. 7º da referida lei), a parte contrária pode fazer prova da suficiência de recursos da parte beneficiária para arcar com as despesas do processo, com possível constatação da infração ao art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, para a revogação da benesse concedida. Assim, a decisão recorrida não pode subsistir. Diante do exposto, com fulcro no art. 557, § 1º, letra A, do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO ao presente recurso de agravo de instrumento, para reformar a decisão agravada, a fim de conceder à ora agravante os benefícios da assistência judiciária gratuita, para o regular processamento do feito ajuizado. Intimem-se. Dê-se ciência do inteiro teor desta decisão ao MM. Juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Cascavel, através de fax, para o seu cumprimento. Autorizo a Ilustre Sra. Chefe da Seção Cível a subscrever ofício se necessário. Oportunamente, baixem os presentes autos ao juízo que deu origem ao presente recurso. Curitiba, 21 de setembro de 2011. RUY FRANCISCO THOMAZ DESEMBARGADOR RELATOR Agravo de Instrumento nº 0828673-7

0025 . Processo/Prot: 0829363-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/241405. Comarca: Iporã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2002.00000067 Execução Fiscal. Agravante: Maurício Rebussi. Advogado: Eugênio Sobradiel Ferreira, Fernando Augusto Dias. Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Alber James Moreno Salzedas, Luciane Maria Gervasio. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Habith. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0829363-0, DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE IVAIPORÃ. AGRAVANTE: MAURÍCIO REBUSSI AGRAVADO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS RELATOR: DESEMBARGADOR PAULO HABITH. VISTOS, etc. 1. Entendo ausentes os pressupostos necessários e indispensáveis à concessão do efeito suspensivo pleiteado. 2. Defiro o processamento. 3. Oficie-se ao eminente Juiz de Direito para que preste, em 10 (dez) dias, as informações que entender necessárias. 4. Intime-se a parte agravada para que ofereça, querendo, no prazo legal, suas contra-razões. 5. Autorizo o Sr. Chefe de Seção a subscrever os atos de ofício ao fiel cumprimento deste despacho. 6. Intime-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. PAULO HABITH Desembargador Relator

0026 . Processo/Prot: 0829388-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/244952. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00000684 Execução Fiscal. Agravante: Construtora Daher Ltda.. Advogado: Bruno Montenegro Sacani. Agravado: Município de Londrina. Advogado: Ellen Patricia Chini, Cristiane Maria Haggi Favero. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Dimas Ortêncio de Melo. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 829.388-7, DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA AGRAVANTE: CONSTRUTORA DAHER LTDA. AGRAVADO: MUNICÍPIO DE LONDRINA RELATOR: DES. DIMAS ORTÊNCIO DE MELO I. Trata-se de Agravo de Instrumento contra a r. decisão proferida nos autos de Execução Fiscal nº 684/2008, que rejeitou a exceção de pré-executividade interposta por Construtora Daher Ltda., porquanto a matéria necessitaria de dilação probatória, sem condenação da excipiente em verba honorária, mas somente nas custas. Inconformada, recorre Construtora Daher Ltda., sustentando sua ilegitimidade passiva para a execução, haja vista que foi incluída no pólo passivo sem que houvesse ato regular do lançamento, sua notificação, inscrição em dívida ativa e elaboração de nova CDA. Assevera que existem inúmeras decisões nesta Corte e matéria sumulada no STJ. É o relatório. II. Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal, recebo o presente recurso de Agravo de Instrumento, com atribuição de efeito suspensivo. As razões trazidas ao recurso são relevantes, comportando melhor análise. Presente, portanto, em abordagem superficial, a presença do perigo de dano grave e de difícil reparação com a continuidade dos atos processuais antes que se decida a alegada ilegitimidade passiva para a execução. III. Intime-se o agravado para que no prazo legal responda, observando o disposto no artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil. IV. Comprove o agravado, querendo, o cumprimento pelo agravante do disposto no "caput" do artigo 526 do CPC. V - Solicite-se, ao d. Juízo de origem, para que no prazo de 10 (dez) dias, preste informações. VI - Após, vista a douta Procuradoria Geral da Justiça. Curitiba, 20 de setembro de 2011. DIMAS ORTÊNCIO DE MELO RELATOR

0027 . Processo/Prot: 0829827-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/248481. Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2006.00000507 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Paulo Nobuo Tsuchiya. Agravado: José A. Davila Neto. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Habith. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 829827-9, DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA AGRAVADO: JOSÉ A. DAVILA NETO RELATOR: DESEMBARGADOR PAULO HABITH. VISTOS, etc. 1. Entendo ausentes os pressupostos necessários e indispensáveis à concessão do efeito suspensivo pleiteado. 2. Defiro o processamento. 3. Oficie-se ao eminente Juiz de Direito para que preste, em 10 (dez) dias, as informações que entender necessárias. 4. Intime-se a parte agravada para que ofereça, querendo, no prazo legal, suas contra-razões. 5. Autorizo o Sr. Chefe de Seção a subscrever os atos de ofício ao fiel cumprimento deste despacho. 6. Intime-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. PAULO HABITH Desembargador Relator

# SEÇÃO DA 4ª CÂMARA CÍVEL

**I Divisão de Processo Cível**
**Seção da 4ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10269**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Andreia Aparecida Zowtyi | 012 | 0815091-0 |
| Bernardo Strobel Guimarães | 003 | 0805659-9 |
| Carlos Eduardo Vanin Kuklik | 012 | 0815091-0 |
| Célio Lucas Milano | 003 | 0805659-9 |
| Cláudio Antônio Ribeiro | 005 | 0822338-9 |
| Daniela Luiz | 002 | 0801177-6 |
| Darci Bianchini | 012 | 0815091-0 |
| Diego Buligon | 001 | 0799911-5 |
| Egon Bockmann Moreira | 003 | 0805659-9 |
| Eurolino Sechinel dos Reis | 007 | 0829202-2 |
| Fernando Augusto Montai Y Lopes | 010 | 0830283-4 |
| Fernando Borges Mânica | 007 | 0829202-2 |
| Fernando Massardo | 012 | 0815091-0 |
| Gisele Soares | 011 | 0830290-9 |
| Gislaine do Rocio Rocha | 002 | 0801177-6 |
| Guilherme Di Luca | 012 | 0815091-0 |
| Hamilton Bonatto | 010 | 0830283-4 |
| Hamilton José Oliveira | 003 | 0805659-9 |
| Hélio Querino Jost | 008 | 0829923-6 |
| Ivan Lelis Bonilha | 002 | 0801177-6 |
| | 004 | 0821550-1 |
| Jacinto Nelson de M. Coutinho | 005 | 0822338-9 |
| João Eurico Koerner | 009 | 0830250-5 |
| José Antonio Peres Gediel | 002 | 0801177-6 |

| | | |
|---|---|---|
| José Ari Nassif | 001 | 0799911-5 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 004 | 0821550-1 |
| | 005 | 0822338-9 |
| Manoel Pedro Hey Pacheco Filho | 004 | 0821550-1 |
| Márcio Luiz Blazius | 004 | 0821550-1 |
| Márcio Rodrigo Frizzo | 004 | 0821550-1 |
| Patrick Roberto Gasparetto | 001 | 0799911-5 |
| Paulo Cesar Tieni | 006 | 0824722-9 |
| Ricardo Mathias Lamers | 001 | 0799911-5 |
| Roberto Brzezinski Neto | 001 | 0799911-5 |
| Rogério Issao Kodani | 006 | 0824722-9 |
| Rogério Martins Albieri | 008 | 0829923-6 |
| Valquiria Bassetti Prochmann | 007 | 0829202-2 |
| Wagner de Oliveira Barros | 006 | 0824722-9 |
| Wagner Lai | 006 | 0824722-9 |
| Weslei Vendruscolo | 010 | 0830283-4 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator
0001 . Processo/Prot: 0799911-5 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/220257. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0003927-58.2011.8.16.0004 Ação de Improbidade. Agravante: Ministério Público do Estado do Paraná. Agravado (1): Nelson Roberto Plácido Silva Justus. Advogado: Roberto Brzezinski Neto, Ricardo Mathias Lamers. Agravado (2): Alexandre Maranhão Khury, Hermas Eurídes Brandão, Nereu Alves de Moura. Advogado: Diego Buligon, Patrick Roberto Gasparetto. Agravado (3): Abib Miguel, José Ary Nassiff. Advogado: José Ari Nassif. Agravado (4): Cinthia Beatriz Fernandes Luiz Molinari, claudio marques da silva, Daor Afonso Marins de Oliveira. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 799.911-5 Ante o cumprimento do solicitado à fl. 8983, devolvo os autos à 4ª Câmara Cível para fins de promover a regular intimação dos agravados faltantes, para apresentarem resposta, no prazo legal. Após, remetam-se os autos à douta Procuradoria de Justiça. Intimem-se. Curitiba, 29 de setembro de 2011. Des.ª MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA Relatora
0002 . Processo/Prot: 0801177-6 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/121820. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0000711-65.2006.8.16.0004 Habilitação de Crédito. Apelante: Admiral Comércio de Móveis Ltda. Advogado: Gislaine do Rocio Rocha. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Daniela Luiz, Ivan Lelis Bonilha, José Antonio Peres Gediel. Interessado: Indústria Madereira e Colonizadora Rio Paraná Ltda - Maripá. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes. Revisor: Des. Guido Döbeli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
APELAÇÃO CÍVEL Nº 801177-6 Apelante : ADMIRAL COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA Apelado : ESTADO DO PARANÁ APELAÇÃO CÍVEL - PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL (HABILITAÇÃO) DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITOS DECORRENTES DE PRECATÓRIO REQUISITÓRIO - SENTENÇA QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, EM RAZÃO DA PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 62/2009, CONDENANDO-A AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS - PEDIDO DE REFORMA - DESNECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE PEDIDO DE HABILITAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO NA VIA JUDICIAL - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 13 DAS 4ª E 5ª CÂMARAS CÍVEIS DESTA CORTE DE JUSTIÇA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE EXTINGUIU O FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, ANTE A PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL - RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE, A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DESPACHO DECISÓRIO Trata-se de Recurso de Apelação interposto por ADMIRAL COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA., contra os termos da decisão de fls. 16/18, proferida nos autos de Homologação de Cessão de Crédito nº 1680/2006, que julgou extinto o processo sem resolução de mérito com base no artigo 267, inciso VI do CPC, e condenou o autor ao pagamento das custas judiciais. Em suas razões recursais, às fls. 25/26, ADMIRAL COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA., pretende a reforma da decisão, afirmando que conforme o artigo , 5° inciso XXXVI da CF, a lei não pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, onde da mesma forma uma decisão judicial não pode afrontar as mesmas garantias. Postula pelo conhecimento e provimento do recurso, para que seja anulada a sentença, posto que já existe decisão definitiva tratando da mesma matéria conforme consta às fls. 13, ou que seja reformada a sentença para habilitar a cessão de crédito, e ainda argumentou a irretroatividade da EC 62/2009. Requer ainda a exclusão da condenação ao pagamento das custas processuais visto que não ajuizou nenhuma ação e nem deu causa a extinção do feito sem resolução de mérito, eis que os presentes autos foram formados sem ter sido dado ciência as partes. Contrarrazões apresentadas às fls. 39/43. Parecer da Procuradoria Geral de Justiça às fls. 55/57 pelo conhecimento e provimento do recurso. É a breve exposição. II - VOTO E SUA FUNDAMENTAÇÃO: A redação dada ao artigo 557, caput do Código de Processo Civil autoriza o julgamento de recursos pelo Relator, dispensando a manifestação do Órgão Colegiado, quando manifestamente inadmissíveis, improcedentes, Página 2 de 11 prejudicados ou em confronto com Súmula ou com jurisprudência dominante do próprio Tribunal ou Tribunal Superior. Com efeito, tenho que tal situação se evidencia nos autos, tendo em vista que o recurso de apelação cível é manifestamente improcedente, eis que em confronto com jurisprudência uníssona deste Tribunal de Justiça. Com efeito, o advento da Emenda Constitucional n.º 62, de 09 de dezembro de 2009, que alterou o artigo 100 da Constituição Federal, teve o condão de fazer com que o feito perdesse seu objeto. Isso porque, o §14 da EC n.º 62/2009 preceitua que "(...) a cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora", sendo, portanto, desnecessária sua homologação judicial. Tal fato leva a inequívoca conclusão de que durante o deslinde do feito sobreveio a falta de interesse de agir dos ora apelantes, pois a ação de que tem origem o presente recurso perdeu seu objeto, na medida em que visava a homologação e habilitação judicial da cessão de crédito em questão, cujo ato é irrelevante para a validade da cessão havida entre as partes, não se mostrando mais útil o pronunciamento jurisdicional buscado, razão pela qual correta a extinção do feito, sem resolução do mérito, com esteio no artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil. Deve-se registrar que a matéria posta em discussão encontra- se albergada em posicionamentos já consolidados e consagrados no âmbito desta egrégia Corte, não comportando maiores divagações. Nesse passo, confira-se o teor do Enunciado n.º 13 deste Tribunal de Justiça, in verbis: Página 3 de 11 "Com o advento da Emenda Constitucional n.º 62/2009, nas cessões de crédito de precatório requisitório, a habilitação nos autos da execução não cabe ser mais requerida em primeiro grau de jurisdição, pois é mera consequência da aceitação da comunicação, desse ato jurídico, pela Presidência do Tribunal, sendo este o órgão agora competente para avaliar toda a regularidade do procedimento de substituição do credor." grifo nosso. Peço vênia para trazer à colação os seguintes precedentes, na parte que interessam: "DECISÃO MONOCRÁTICA (ART. 557, CPC). PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE CESSÃO DE CRÉDITO DE PRECATÓRIO REQUISITÓRIO, E HABILITAÇÃO (SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL - ART. 567-II, CPC). PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA EM 1º GRAU, POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL DA AUTORA PARA A MEDIDA PRETENDIDA, DIANTE DAS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/09. NOVO REGRAMENTO CONSTITUCIONAL QUE TORNOU DESNECESSÁRIA A HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DA CESSÃO DE CRÉDITO, OU A HABILITAÇÃO DO NOVO CREDOR PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. PROCEDIMENTO QUE AGORA TEM LUGAR APENAS NA PRESIDÊNCIA DA CORTE. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 13 DA 4ª E 5ª CÂMARAS CÍVEIS DESTE TRIBUNAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA NA CORTE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO (...)." (Apelação Cível n.º 729.666-4, 5ª. Câmara Cível, Relator Juiz Convocado ROGÉRIO RIBAS, DJ 15/12/2010). Corroborando, "APELAÇÃO CÍVEL. HOMOLOGAÇÃO DE CESSÃO DE CRÉDITO DERIVADO DE PRECATÓRIO REQUISITÓRIO. PERDA DO OBJETO POR FORÇA DA EMENDA 62/2009 QUE RECONHECE COMO OPONÍVEIS AO DEVEDOR INDEPENDENTE DE ANUÊNCIA E LHES CONFERE VALIDADE GENÉRICA. ENUNCIADO Nº 13 DAS CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO DESSE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. VERIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS DE VALIDADE DO ATO JURÍDICO REALIZADO PELA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DESNECESSIDADE DE PEDIDO DE Página 4 de 11 HOMOLOGAÇÃO E HABILITAÇÃO. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO." (Apelação Cível n.º 731.229-2, 4ª. Câmara Cível, Relator Juiz Convocado FÁBIO ANDRÉ SANTOS MUNIZ, DJ 14/01/2011). Arrematando, "APELAÇÃO CÍVEL. CESSÃO DE CRÉDITO. HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. SENTENÇA QUE JULGOU EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS TERMOS DO ARTIGO 100, §§ 13 E 14, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM REDAÇÃO DADA PELA EC N.º 62/09. RECURSO DE APELAÇÃO AO FUNDAMENTO DE QUE O DECISUM CONTRARIA E NEGA VIGÊNCIA A DIVERSOS DISPOSITIVOS LEGAIS, ESPECIALMENTE O ARTIGO 567, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 62/09 E INTERPRETAÇÃO DO ENUNCIADO N.º 13 DAS 4ª E 5ª CÂMARAS DESTE TRIBUNAL. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL DEVIDAMENTE RECONHECIDA PELO JUIZ A QUO QUE EXTINGUIU O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO. PROVIMENTO NEGADO. (Apelação Cível n.º 727.215-7, 4ª. Câmara Cível, Relatora Desembargadora MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA, DJ 25/03/2011). Ademais, revela-se oportuno esclarecer a apelante quanto ao seu argumento de que as cessões realizadas antes da promulgação da Emenda Constitucional n.º 62/2009 ficam convalidadas, que não se está negando validade às mesmas, apenas afirmando que não há mais necessidade de homologação judicial da cessão de créditos oriundos de precatórios, dado que o artigo 100 da Constituição Federal, com a nova redação que lhe deu a Emenda Constitucional n.º 62/2009, exige apenas que seja feita a comunicação da cessão ao tribunal de origem e ao devedor para ela possa produzir seus efeitos, decorrendo daí a ausência superveniente do interesse de agir do autor em feitos como o da espécie, porquanto ausente o binômio necessidade/ utilidade, isto é, inexiste a necessidade de um pronunciamento jurisdicional para alcançar o resultado pretendido na ação proposta, e este nem se revela útil do ponto de vista prático. Página 5 de 11 Esclareça-se, ainda, à apelante que com relação ao pedido de habilitação nos autos de execução, o que se está querendo dizer é que conforme entendimento firmado no âmbito desta Egrégia Corte tal pleito não deve ser mais requerido em primeiro grau de jurisdição, mas sim ao Tribunal de Justiça que é o órgão competente para avaliar toda a regularidade do procedimento de substituição do credor. Observe-se, inclusive, que em 09/12/2010 foi publicado o Decreto Judiciário n.º 918, de 25 de novembro de 2010, cujo ato regulamenta a cessão de crédito de precatório perante este Tribunal de Justiça. Destarte, mostra-se correta a decisão proferida pelo nobre Magistrado singular, que extinguiu o feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil,

quanto ao pedido de homologação de cessão de crédito, bem como que indeferiu, de plano, o pedido de substituição processual, porquanto tal requerimento deve ser feito diretamente a este Tribunal de Justiça e não ao juiz de primeiro grau. Melhor sorte não merece a recorrente, no que se refere ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. Isso porque, extrai-se dos autos que o Estado do Paraná ofereceu resistência ao deferimento do pedido formulado pelo autor, ora apelante, desde o início do processo (fls. 115/123), situação esta que perdurou até a fase recursal (fls. 241/248). Desta forma, havendo pretensão resistida no curso da lide é cabível a condenação do vencido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, sendo eles atribuídos a quem deu causa ao ajuizamento da ação, por força do princípio da causalidade. Página 6 de 11 Nesse sentido, revela-se oportuno trazer à colação o seguinte precedente citado por NELSON NERY JUNIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY, verbis: "[...] o procedimento de jurisdição voluntária se transmuda em verdadeiro litígio, no caso de algum interessado oferecer resistência à pretensão do requerente, é devida a condenação em honorários de advogado (RT 595/105)." (in: "Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, 7.ª ed., São Paulo: RT, 2003, p. 391). Com base nessas premissas, a luz deste princípio, cumpre analisar quem deu causa à propositura da demanda. No caso em apreço, infere-se da atenta análise do caderno processual que a ação foi proposta em razão do pedido de habilitação e homologação da cessão dos direitos creditórios cedidos Florival Gomes de Oliveira à empresa Supermercados Cidade Canção Ltda. para eventual compensação tributária. Desta forma, é possível perceber que quando a empresa recorrente adquiriu os referidos direitos creditórios com o objetivo de compensá-los com dívidas tributárias ela acabou anuindo com os ônus daí decorrentes, dentre eles, a necessidade de se ingressar com ação judicial visando à homologação/habilitação da cessão havida com o titular do precatório requisitório. A finalidade da homologação/habilitação é a de reconhecer e tornar pública a transferência da titularidade do crédito ao cessionário, sem alterar o seu conteúdo jurídico, possibilitando-lhe o exercício de seus direitos, bem como as obrigações que possam decorrer. Página 7 de 11 Vale dizer, com a homologação/habilitação o cessionário se habilita ao crédito, resguardando a sua preferência e impedindo que possa haver futuras transferências que venham concorrer com o que lhe foi cedido. Assim sendo, forçoso concluir, em respeito ao princípio da causalidade, que é mesmo a apelante quem deve arcar com as custas processuais fixadas na presente demanda, pois ao adquirir, por meio de cessão de direitos, créditos oriundos de precatório requisitório, com o intuito de utilizá-los para futura compensação com débitos tributários, consequentemente, ficou obrigada e vinculada ao ônus daí decorrente - homologação/habilitação -, cuja obrigação, aliás, emanava da própria Lei. A propósito, oportuno citar julgados em casos análogos ao presente, atribuindo ao autor do pedido de homologação judicial o pagamento das verbas de sucumbência, verbis: "APELAÇÃO CÍVEL. HOMOLOGAÇÃO DE CESSÃO DE CRÉDITOS DECORRENTES DE PRECATÓRIO REQUISITÓRIO. SENTENÇA QUE JULGOU EXTINTO O PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DA CESSÃO DE CRÉDITOS DA CESSIONÁRIA. PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 62/2009. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. PEDIDO DE REFORMA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ATO DE AUTUAÇÃO AFASTADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO PELA RECORRENTE DE QUE O PROCEDIMENTO FOI INSTAURADO DE OFÍCIO PELA ESCRIVANIA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL NÃO CONSIDERADA. SENTENÇAS PROFERIDAS EM PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA NÃO IMPORTAM EM COISA JULGADA MATERIAL. ALÉM DISSO, COM A PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 62/2009 TORNOU-SE DESNECESSÁRIO O AJUIZAMENTO DE PROCEDIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO PELA VIA JUDICIAL, BASTANDO A MERA COMUNICAÇÃO DA CESSIONÁRIA, POR MEIO DE PETIÇÃO, AO TRIBUNAL DE ORIGEM (ARTIGO 100, §14, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). CONDENAÇÃO DA APELANTE AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. PRETENSÃO EM REVERTER O ÔNUS SUCUMBENCIAL. Página 8 de 11 IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RECURSO DESPROVIDO." (Apelação Cível n.º 768.537-6, 4ª. Câmara Cível, Relatora Desembargadora MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA, DJ 01/07/2011). Corroborando, "APELAÇÃO CÍVEL - HOMOLOGAÇÃO DE CESSÃO DE CRÉDITO - ATO DESNECESSÁRIO - EXEGESE DO ENUNCIADO N.º 13 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ - EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA MANTIDOS - PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE - RECURSO DESPROVIDO." (Apelação Cível n.º 767.094-2, 4ª. Câmara Cível, Relatora Juíza Substituta ASTRID MARANHÃO DE CARVALHO RUTHES, DJ 15/06/2011). Assim sendo, inarredável que é a apelante quem deve arcar com as custas em respeito ao aludido princípio da causalidade, pois ao adquirir o crédito através de cessão, consequentemente, ficou obrigado e vinculado ao ônus dele decorrente - homologação -, os quais emanam da Lei. A propósito, trago à colação os seguintes precedentes emanados deste Egrégio Tribunal de Justiça: "APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. CONDIÇÕES DA AÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DE CESSÃO DE CRÉDITO ORIUNDO DE PRECATÓRIO. SUPERVENIENTE PERDA DE INTERESSE PROCESSUAL. PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009 QUE, INSERINDO PARÁGRAFOS AO ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECEU APENAS DOIS REQUISITOS PARA A CESSÃO DE CRÉDITO SURTIR EFEITOS (COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E AO ENTE DEVEDOR). DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DA CESSÃO. PROCESSO JULGADO EXTINTO, DE OFÍCIO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. (...) 4. Em atenção ao princípio da causalidade, os ônus da sucumbência deve ser atribuído a quem deu causa ao movimento da máquina judiciária. (...) CONDENAÇÃO DOS APELANTES AO PAGAMENTO Página 9 de 11 DAS CUSTAS PROCESSUAIS." (Apelação Cível n.º 687.472-0, 4ª. Câmara Cível, Relator Juiz Convocado EDUARDO SARRÃO, DJ 16/12/2010). E, mais, "DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CESSÃO DE CRÉDITO. PRECATÓRIO REQUISITÓRIO. PRETENSÃO RESISTIDA. TRÂNSITO EM JULGADO DO INDEFERIMENTO. CARÁTER LITIGIOSO MANIFESTO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. CABIMENTO. ART. 20 DO CPC. PRELIMINAR REJEITADA. SEGUIMENTO NEGADO." (Apelação Cível n.º 678.009-8, 5ª. Câmara Cível, Relator Juiz Convocado FÁBIO ANDRÉ SANTOS MUNIZ, DJ 01/07/2010) No mesmo sentido, "AGRAVO. APELAÇÃO CÍVEL. HOMOLOGAÇÃO DE CESSÃO DE CRÉDITO. PRECATÓRIO REQUISITÓRIO. CESSÃO DE CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR. EMENDA CONSTITUCIONAL N° 62/09 QUE RECON HECEU EXPRESSAMENTE A DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL NA CESSÃO DO CRÉDITO, BASTANDO APENAS PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (ART. 100, § 14, CF). IMPOSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO DO PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. CONSEQUÊNCIA LÓGICA DA HOMOLOGAÇÃO A QUAL NÃO É MAIS NECESSÁRIA. CONDENAÇÃO DA REQUERENTE AO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA CAUSALIDADE E SUCUMBÊNCIA. PRESENÇA DE LITIGIOSIDADE JUSTIFICANTE. RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO. Embora a agravante defenda seus interesses, postulando pelo provimento do agravo para que seja deferida a substituição no pólo ativo pela cessionária, em não havendo mais necessidade de homologação da cessão de crédito em virtude da Emenda Constitucional n° 62/2009, tam pouco há que se falar em substituição processual (art. 567, II, CPC), vez que esta última é conseqüência lógica do deferimento do pleito de homologação, o qual não é mais necessário. Matéria cujo entendimento está pacificado pelo enunciado n ° 13 de Jurisprudência D ominante nas 4ª. e 5ª. Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça. Em respeito aos Princípios da Causalidade e Sucumbência entende-se pela legalidade da decisão que condenou a agravante/requerente ao pagamento Página 10 de 11 de honorários advocatícios, pois embora inicialmente o feito tenha sido tratado como procedimento de jurisdição voluntária, houve resistência à pretensão do requerente, na medida em que o Estado do Paraná apresentou manifestação e o feito foi extinto sem julgamento de mérito." (Agravo n.º 769.930-1/01, 5ª. Câmara Cível, Relator Desembargador LUIZ MATEUS DE LIMA, DJ 26/05/2011). Assim sendo, também não merece guarida o recurso quanto à pretensão de excluída a condenação ao pagamento das custas processuais, devendo ser mantida da sentença objurgada. Pelos fundamentos supramencionados, nego seguimento ao recurso de apelação cível, nos termos do artigo 557, caput do Código de Processo civil, eis que contrário á jurisprudência pacífica desta Egrégia Corte. DECISÃO Desta forma, pelos fundamentos supramencionados nego seguimento ao apelo, nos termos do art. 557, caput, do CPC, uma vez que contrário á jurisprudência pacífica desta Egrégia Corte. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. ASTRID M. DE CARVALHO RUTHES Relatora Página 11 de 11

0003 . Processo/Prot: 0805659-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/252255. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0014654-37.2011.8.16.0017 Mandado de Segurança. Agravante: Rodovias Integradas do Paraná - Viapar, Leandro Gomes Barreto. Advogado: Egon Bockmann Moreira, Bernardo Strobel Guimarães, Célio Lucas Milano. Agravado: Copel Geração e Transmissão S/a, Copel Distribuição S/a. Advogado: Hamilton José Oliveira. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 805659-9 COMARCA DE MARINGÁ 4ª VARA CÍVEL Agravante : Rodovias Integradas do Paraná VIAPAR e Outro Agravado : Copel Geração e Transmissão S/A e Outro Relatora : Des.ª Maria Aparecida Blanco de Lima Vistos e examinados. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a r. decisão reproduzida às fls. 348/349-TJ, proferida nos autos n.º 702/2011 de mandado de segurança impetrado por Copel Geração e Transmissão S/A em face do Gerente Coordenador de Tráfego da empresa concessionária Rodovias Integradas do Paraná S/A VIAPAR, que deferiu a liminar pleiteada para o fim de determinar que a autoridade coatora se abstenha de exigir das impetrantes contra-prestação pelas travessias aéreas e pela ocupação de faixa de domínio nas rodovias de sua responsabilidade e, consequentemente, de qualquer ato impeditivo a prestação de serviço de distribuição e transmissão de energia, bem como para autorizar a realização de obras em andamento mencionadas na inicial. Inconformados, recorrem os Agravantes sustentando que a ação mandamental impetrada pela Agravada busca a isenção de pagamento pela utilização da faixa de domínio. Afirmam que a liminar concedida não pode ser mantida, pois a cobrança pela utilização da faixa de domínio deriva de normas expedidas pelo Poder Concedente e visa a favorecer os usuários do serviço prestado pela primeira agravante, sendo que no caso do contrato de concessão há previsão específica determinando essa cobrança. Por isso, alegam que a concessionária tem o dever de instituir a cobrança e que tal dever não decorre de eventual propriedade dos bens afetos à concessão, pelo que não há ilegalidade na cobrança de valores desta natureza. Ainda, referem-se à ausência de previsão de gratuidade no uso da faixa de domínio em favor da Agravada, destacando que o artigo 11 da Lei 8987/95 (Lei das Concessões) autoriza a cobrança pela utilização da faixa de domínio, estando revogados os Decretos 84398/80 e 89859/82 e o artigo 151 do Código de Águas, que apresentam determinação em sentido contrário. Defendem que mesmo que não houvesse revogação dessas normas, a aplicação pretendida pela Agravada seria inconstitucional, em ofensa ao princípio federativo, sendo que a gratuidade nelas prevista evidencia abuso de autoridade regulamentar. Destaca o posicionamento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal. Apontando a presença dos requisitos legais, pedem a atribuição do efeito suspensivo ao recurso e o seu final provimento. O feito foi inicialmente distribuído para a 11.ª Câmara Cível, em razão de ter sido classificado como "ações relativas à prestação de serviços", como se vê da certidão de fl. 374. Recebendo os autos, a Relatora

Convocada, a Juíza Substituta em 2.º Grau Sandra Bauermann, indeferiu o pedido de efeito suspensivo e determinou o processamento do agravo (fls. 377/381). Intimada, a Agravada apresentou contrarrazões ao recurso às fls. 391/409, requerendo seja negado seguimento ao recurso ou, sucessivamente, o seu desprovimento. Às fls. 413, o Juízo de 1.º grau prestou as informações solicitadas. Recebendo os autos para decisão, o ilustre Relator da 11.ª Câmara Cível, Desembargador Fernando Wolff Bodziak, declinou a competência para o julgamento do recurso a uma das Câmaras elencadas no Inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Tribunal (fls. 415/416), o que motivou nova distribuição do feito agora para esta Magistrada, vindo, então, os autos conclusos. Diante desse breve relatório, vislumbra-se que ainda que distribuído para Câmara que não possui competência para apreciar a matéria, o pedido de efeito suspensivo foi devidamente apreciado, sendo indeferido nos termos da fundamentada decisão de fls. 377/381, a qual deve ser aqui ratificada. E assim se diz, porque a decisão agravada parece, de fato, estar em consonância com o atual entendimento jurisprudencial desta Corte de Justiça, que vem se pronunciando no sentido de ser indevida a cobrança pelo uso de faixa de domínio para instalação de infra-estrutura indispensável à prestação do serviço público de energia elétrica por outra empresa concessionária de serviço público, como ocorre no caso dos autos, o que, desta forma, afasta o relevante fundamento necessário à atribuição do efeito suspensivo pretendido pelos Agravantes. Do mesmo modo, é certo que a decisão recorrida não enseja a assertiva de que possa vir a causar lesão grave e de difícil reparação aos Agravantes, na medida em que a determinação de abstenção de cobrança pela utilização da Rodovia pela Agravada não impede sua atividade e nem lhe causará prejuízo financeiro maior. Desta forma, nos termos da segunda parte do artigo 94 do Regimento Interno desta Corte, resta ratificada a decisão de fls. 377/381 que indeferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso. De outro modo, vislumbra-se que o recurso já foi processado, havendo nos autos informações do juízo de primeiro grau, bem como resposta do Agravado, faltando, apenas, manifestação da douta Procuradoria de Justiça. Sendo assim, abra-se vista à douta Procuradoria de Justiça. Após, voltem conclusos. Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Des.ª MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA Relatora

0004 . Processo/Prot: 0821550-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/190619. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0017044-53.2010.8.16.0004 Habilitação. Apelante: Farmácia Vale Verde Ltda. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Pedro Hey Pacheco Filho, Julio Cezar Zem Cardozo, Ivan Lelis Bonilha. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Revisor: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL. CESSÃO DE CRÉDITO. HOMOLOGAÇÃO. ATO DESNECESSÁRIO. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. HABILITAÇÃO NA EXECUÇÃO. PEDIDO INEXEQUÍVEL EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXEGESE DO ENUNCIADO N.º 13 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE, A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VISTOS ETC; 1. Trata-se de recurso de apelação cível interposto por FARMÁCIA VALE VERDE LTDA., contra a decisão singular (fls.62/65) que nos autos de Habilitação de Crédito sob n.º 17.044/2010 por ela ajuizada, julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil, quanto ao pedido de homologação da cessão de crédito, e indeferiu, de plano, o pedido de habilitação do cessionário, condenou a autora ao pagamento das custas e despesas processuais. 2. Através de suas razões recursais, a apelante pretende a reforma da decisum, afirmando que ingressou com pedido de homologação para fins de substituição processual dos direitos creditórios originalmente pertencentes à Ana Paula Brunkow e Maribel Albini Stanizecoski, no montante de 94% (noventa e quatro por cento) do total do precatório requisitório oriundo da Ação Declaratória n.º 10.878/92. Alega que a Emenda Constitucional n.º 62/2009 menciona que as cessões anteriormente realizadas antes da sua promulgação ficam convalidadas, sem qualquer distinção entre a natureza dos precatórios que poderiam ou não ser cedidos. Sustenta, ainda, que a referida emenda impôs como requisito de validade e eficácia a comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem ou entidade devedora, fato este que não lhe retira seu direito de substituir o cedente no polo ativo da ação executiva. Assevera que, na qualidade de cessionário e nos termos do artigo 567, inciso II do Código de Processo Civil, tem direito a prosseguir na execução, devendo ocorrer a alteração do pólo ativo da ação. Após colacionar precedentes jurisprudenciais encampando suas teses, propugna o provimento do recurso, para que seja reforma da sentença, julgado-se procedente o pedido inicial. 3. O apelado apresentou contrarrazões às fls. 83/89145, defendendo o acerto da decisão objurgado e pugnando pela sua manutenção. 4. Regularmente processados, vieram os autos a esta Corte para julgamento. É o relatório. DECIDO: 1. A redação dada ao artigo 557, caput do Código de Processo Civil autoriza o julgamento de recursos pelo Relator, dispensando a manifestação do Órgão Colegiado, quando manifestamente inadmissíveis, improcedentes, prejudicados ou em confronto com Súmula ou com jurisprudência dominante do próprio Tribunal ou Tribunais Superiores. No caso em apreço, tenho que tal situação se evidencia, tendo em vista que o recurso de apelação cível é manifestamente improcedente, eis que em confronto com jurisprudência uníssona deste Tribunal de Justiça. Senão vejamos. 2. Consoante se infere da análise dos autos, a autora, ora apelante, ingressou em juízo postulando pela habilitação e homologação da cessão dos créditos oriundos da Ação Declaratória n.º 10.878/92, que lhes foram cedidos, cujo feito foi extinto, sem resolução de mérito pelo nobre magistrado singular, ao argumento da perda superveniente do interesse processual. Com efeito, o advento da Emenda Constitucional n.º 62, de 09 de dezembro de 2009, que alterou o artigo 100 da Constituição Federal, teve o condão de fazer com que o feito perdesse seu objeto. Isso porque, o §14 da EC n.º 62/2009 preceitua que "(...) a cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora", sendo, portanto, desnecessária sua homologação judicial. Tal fato leva a inequívoca conclusão de que durante o deslinde do feito sobreveio a falta de interesse de agir da ora apelante, pois a ação de que tem origem o presente recurso perdeu seu objeto, na medida em que visava a homologação e habilitação judicial da cessão de crédito em questão, cujo ato é irrelevante para a validade da cessão havida entre as partes, não se mostrando mais útil o pronunciamento jurisdicional buscado, razão pela qual correta a extinção do feito, sem resolução do mérito, com esteio no artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil. Outrossim, sobreleva registrar que a matéria posta em discussão encontra-se albergada em posicionamentos já consolidados e consagrados no âmbito desta egrégia Corte, não comportando maiores digressões. Nesse passo, confira-se o teor do Enunciado n.º 13 deste Tribunal de Justiça, verbis: "Com o advento da Emenda Constitucional n.º 62/2009, nas cessões de crédito de precatório requisitório, a habilitação nos autos da execução não cabe ser mais requerida em primeiro grau de jurisdição, pois é mera consequência da aceitação da comunicação, desse ato jurídico, pela Presidência do Tribunal, sendo este o órgão agora competente para avaliar toda a regularidade do procedimento de substituição do credor." (grifei) Peço vênia para trazer à colação os seguintes precedentes, na parte que interessam: "DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. HOMOLOGAÇÃO DE CESSÃO DE CRÉDITO. PRECATÓRIO REQUISITÓRIO. CESSÃO DE CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO EM RAZÃO DA ALTERAÇÃO CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL N° 62/09. ALTERAÇÃO À CONSTITUIÇÃO QUE RECONHECE EXPRESSAMENTE A DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL NA CESSÃO DO CRÉDITO, BASTANDO APENAS PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (ART. 100, § 14, CF). IMPOSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO DO PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. CONSEQUÊNCIA LÓGICA DA HOMOLOGAÇÃO A QUAL NÃO É MAIS NECESSÁRIA. ENUNCIADO N° 13 DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DAS 4ª. E 5ª. CÂMARAS DESTE TRIBUNAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE NO PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE CESSÃO DO CRÉDITO. CORRETA A SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (...) Assim, não havendo mais a necessidade de homologação judicial para a cessão de crédito de natureza alimentar, não há mais interesse na ação originária - Homologação de Cessão de Crédito. Desse modo, não há que se falar em ofensa à substituição processual, prevista no artigo 567, inciso II do Código de Processo Civil, vez que esta última é conseqüência lógica do deferimento do pleito de homologação, ora afastada pela legislação atual. Assim sendo, não recente de ilegalidade a sentença que rejeitou de plano o pedido de homologação." (Apelação Cível n.º 820.794-9, 5ª. Câmara Cível, Relator Desembargador LUIZ MATEUS DE LIMA, DJ 20/09/2011) "DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR (ART. 557, CPC). PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO/HABILITAÇÃO DE CESSÃO DE CRÉDITO DE PRECATÓRIO REQUISITÓRIO (SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL - ART. 567-II, CPC). SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO EM 1º GRAU, ANTE O ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 62/09. PERECIMENTO DO INTERESSE DE AGIR DA PARTE AUTORA. NOVO REGRAMENTO CONSTITUCIONAL QUE TORNOU DESNECESSÁRIA A HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DA CESSÃO DE CRÉDITO, OU A HABILITAÇÃO DO NOVO CREDOR PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. PROCEDIMENTO QUE AGORA TEM LUGAR APENAS NA PRESIDÊNCIA DA CORTE, POR MERA COMUNICAÇÃO DO ATO NEGOCIAL DA CESSÃO DO CRÉDITO. ADEMAIS, CESSÕES ANTERIORES À EC 62/09 QUE FORAM POR ELA CONVALIDADAS EXPRESSAMENTE. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 13 DA 4ª E 5ª CÂMARAS CÍVEIS DESTE TRIBUNAL. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO TRIBUNAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. (...)." (Apelação Cível n.º 800.938-5, 5ª. Câmara Cível, Relator Juiz Convocado ROGÉRIO RIBAS, DJ 27/07/2011) Ademais, revela-se oportuno esclarecer a apelante quanto ao seu argumento de que as cessões realizadas antes da promulgação da Emenda Constitucional n.º 62/2009 ficam convalidadas, que não se está negando validade às mesmas, apenas afirmando que não há mais necessidade de homologação judicial da cessão de créditos oriundos de precatórios, dado que o artigo 100 da Constituição Federal, com a nova redação que lhe deu a Emenda Constitucional n.º 62/2009, exige apenas que seja feita a comunicação da cessão ao tribunal de origem e ao devedor para ela possa produzir seus efeitos, decorrendo daí a ausência superveniente do interesse de agir do autor em feitos como o da espécie, porquanto ausente o binômio necessidade/utilidade, isto é, inexiste a necessidade de um pronunciamento jurisdicional para alcançar o resultado pretendido na ação proposta, e este nem se revela útil do ponto de vista prático. Esclareça-se, ainda, à apelante que com relação ao pedido de habilitação nos autos de execução, o que se está querendo dizer é que conforme entendimento firmado no âmbito deste Egrégia Corte tal pleito não deve ser mais requerido em primeiro grau de jurisdição, mas sim ao Tribunal de Justiça que é o órgão competente para avaliar toda a regularidade do procedimento de substituição do credor. Observe-se, inclusive, que em 09/12/2010 foi publicado o Decreto Judiciário n.º 918, de 25 de novembro de 2010, cujo ato regulamenta a cessão de crédito de precatório perante este Tribunal de Justiça. Destarte, mostra-se correta a decisão proferida pelo nobre Magistrado singular, que extinguiu o feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil, quanto ao pedido de homologação de cessão de crédito, bem como que indeferiu, de plano, o pedido de substituição processual, porquanto tal requerimento deve ser feito diretamente a este Tribunal de Justiça e não ao juiz de primeiro grau. Imperioso reconhecer, ainda, a manifesta

improcedência do presente recurso, porque contrário á jurisprudência pacífica desta Egrégia Corte. 4. Forte em tais argumentos, nego seguimento ao recurso de apelação cível, o que faço com esteio nos poderes atribuídos ao Relator pelo artigo 557, caput do Código de Processo Civil, eis que manifestamente improcedente. 5. Publique-se. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. DES. ABRAHAM LINCOLN CALIXTO RELATOR

0005 . Processo/Prot: 0822338-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/190738. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0001535-19.2009.8.16.0004 Nulidade. Apelante: Vera Lúcia Tezza Consentino. Advogado: Cláudio Antônio Ribeiro. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Revisor: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

VISTOS ETC; 1. Trata-se de recurso de apelação cível interposto por VERA LÚCIA TEZZA CONSENTINO contra a sentença que, na ação de nulidade e cobrança ajuizada em face do ESTADO DO PARANÁ, julgou improcedente os pedidos formulados na peça exordial, condenando o autor ao pagamento das custas processuais, bem como dos honorários advocatícios, estes fixados em R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais). 2. Da análise do presente caderno processual, tenho que a competência para conhecer e julgar o presente recurso não está afeta a esta Quarta Câmara Cível, mas sim à Primeira, à Segunda e à Terceira, por força da matéria posta em discussão. 3. Assim é, pois, consoante se infere da análise dos autos, o autor, na qualidade de servidor público, pleiteia na ação de nulidade e cobrança, a condenação do apelado ao pagamento dos 13º. Salários atrasados, férias acrescidas do abono constitucional de 1/3 (um terço), bem como da gratificação de insalubridade, a partir do mês de outubro de 2004, data de sua supressão, por quantia equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento efetivo. Ora, pela causa de pedir e pedido invocados na inicial, resta evidente o equívoco constante no termo de autuação, estudo e distribuição (fls. 130), no qual consta que a ação foi remetida a essa Quarta Câmara em razão do ESTADO DO PARANÁ figurar em um dos pólos da demanda. Isso porque o fato de figurar o Estado do Paraná como apelado na demanda é irrelevante, pois é assente o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça de que a competência define-se em função do pedido, da causa de pedir e da matéria deduzida, não prevalecendo, a qualidade da pessoa envolvida. A fim de corroborar a tese ora esposada, trago à colação o seguinte julgado, transcrevendo na parte que interessa, verbis: "`O que deve se levar em conta para determinar a competência das Câmaras Especializadas é a matéria versada, em razão do pedido e da causa de pedir, e não a qualidade da parte que figure na lide' (Dúvida de Competência nº 325572-3/01-OE, DJ - nº 7209-, de 22.09.06)." (Dúvida de Competência nº. 318.514-0/01, Órgão Especial, Relator Desembargador PAULO ROBERTO HAPNER, DJ 11/01/08). Incide, in casu, a alínea "c" do inciso I do artigo 90 do novo Regimento Interno desta Corte, que atribui expressamente à Primeira, à Segunda e a Terceira Câmara Cível o julgamento das ações relativas exclusivamente a remuneração de servidores públicos em geral, exceto as concernentes a matéria previdenciária. Para reforçar o posicionamento ora exposto, oportuno citar julgados oriundos da Primeira, Segunda e Terceira Câmaras Cíveis, envolvendo a matéria deduzida em juízo: "APELAÇÃO CÍVEL DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL SERVIDOR PÚBLICO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - AGENTE DE VIGILÂNCIA - JORNADA DE TRABALHO DIÁRIA DE 12 HORAS COM DESCANSO DE 36 HORAS IMPOSSIBILIDADE - RESOLUÇÃO Nº 37/1999 INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO ÓRGÃO ESPECIAL (IncDInc Nº 523.802 - 2/02 - OETJPR) - SERVIDOR QUE FAZ JUS AO RECEBIMENTO DE GRATIFICAÇÃO PELO LABOR EM HORÁRIO EXTRAORDINÁRIO - A GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO INCIDE SOBRE O REPOUSO SEMANAL REMUNERADO (ART. 34, VIII, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL; ARTS. 157, 169, II, E 172, DA LEI ESTADUAL 6.174/70); TERÇO DE FÉRIAS (ART. 34, X, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL; ARTS. 128, I; 151; 157; 169, II; 172, II; 181, TODOS DA LEI ESTADUAL 6.174/70) E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. BASE DE CÁLCULO - SOMATÓRIA DO VENCIMENTO MENSAL ACRESCIDO DOS ADICIONAIS. INTERVALO INTRAJORNADA - AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO AO ALEGADO TRABALHO EXERCIDO - ÔNUS DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC). CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DE CADA VENCIMENTO REMUNERATÓRIO QUE DEIXOU DE SER PAGO (INPC-IBGE) - JUROS DE MORA - ART. 1º-F DA LEI 9.494/97, COM REDAÇÃO DA MP 1.570-5 ATÉ 29.06.2009 - APÓS VIGÊNCIA DA LEI 11.960/09, CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA CONSOANTE NOVA REDAÇÃO DADA AO ART. 1°-F, DA LEI 9.494/97. SUCUMBÊNCIA - CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - READEQUAÇÃO NECESSÁRIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO." (Apelação Cível n.º 775.171-9, 2ª. Câmara Cível, Relator Desembargador LAURO LAERTES DE OLIVEIRA, DJ 22/08/11 - grifei) "APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE NULIDADE E COBRANÇA JULGADA IMPROCEDENTE. RECURSO PRELIMINAR NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTAMENTO MÉRITO SUPRESSÃO DO ADICIONAL DE RISCO DE VIDA E DAS GRATIFICAÇÕES DE ZONA E DE INSALUBRIDADE POSSIBILIDADE OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS FORMAIS ALTERAÇÃO INTRODUZIDA POR LEI ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DO DECRETO Nº 2.471/04 NÃO CONSTATAÇÃO RESTABELECIMENTO DAS VANTAGENS ANTERIORES IMPOSSIBILIDADE REGIME JURÍDICO QUE PODE SER ALTERADO ANTE A INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO APLICAÇÃO NO GRAU MÁXIMO DA GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE AUSÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS RECORRENTES INVIABILIDADE INCIDÊNCIA DA REFERIDA GRATIFICAÇÃO DE FORMA FIXA PREVISÃO EM LEI POSSIBILIDADE REGIME DE TRABALHO EM TURNOS LEGALIDADE INEXISTÊNCIA DE HORAS EXTRAS A SEREM INDENIZADAS SENTENÇA MANTIDA. O julgamento antecipado da lide não implica em nulidade se a questão sob análise prescinde de dilação probatória. A relação dos Servidores Públicos perante o Ente Público não possui caráter contratual, mas sim estatutário, com regras próprias que permitem à Administração Pública alterar unilateralmente o regime jurídico de seus servidores, desde que observados os limites constitucionais. É permitido ao Ente Público alterar o regime jurídico, com o remanejamento ou até mesmo a supressão de adicionais e gratificações, desde que respeitados os requisitos formais, bem como, os princípios constitucionais. A Gratificação de Insalubridade pode variar em decorrência da função efetivamente desenvolvida, pois, em cada ambiente de trabalho há maior ou menor exposição a agentes nocivos e, inexistindo especificação do trabalho desenvolvido pelos Apelantes, inviável a sua fixação em grau máximo. O artigo 30 da Lei Estadual 13.666/02, com entrada em vigor em julho de 2002, dispõe que a Gratificação de Insalubridade será concedida de forma fixa e não mais em percentual sobre o salário. O artigo 39, § 3º, c/c o artigo 7º, inciso XIII, ambos da Constituição Federal e o artigo 34, inciso VII da Constituição do Estado do Paraná, prevêem que a regra geral aos ocupantes de cargo público é a jornada de trabalho não superior a oito horas diárias, sendo facultado o regime de compensação, que deve ser previsto em lei, devido ao princípio da legalidade que rege a Administração Pública. A Lei Estadual 13.666/02, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná QPPE, em seu artigo 4º, § 1º, prevê a possibilidade de ato do Chefe do Poder Executivo determinar "(...) jornadas de trabalhos concentradas ou diferenciadas para cargos ou funções, com jornada mínima de 30 horas semanais." Por sua vez, o Decreto Estadual nº 2.471/2004 regulamentou o Regime de Trabalho em Turnos RTT, não havendo, portanto, o direito as horas extras pleiteadas. RECURSO DESPROVIDO." (Apelação Cível n.º 730.960-4, 1ª. Câmara Cível, Relator Desembargador IDEVAN LOPES, DJ 06/09/11 - grifei) "APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA DE VERBAS REMUNERATÓRIAS E INDENIZATÓRIAS PRESCRIÇÃO PRONUNCIADA PELO JUÍZO A QUO COM EXTINÇÃO DO PROCESSO LEI ESTADUAL Nº 13666/2002 QUE TEVE EFEITOS CONCRETOS A PARTIR DA EDIÇÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº 2471/2004 PRESCRIÇÃO AFASTADA PRINCÍPIO DA ACTIO NATA RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO APLICAÇÃO, NO ENTANTO, DO DISPOSTO NO ART. 515, § 3º DO CPC CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO AGRAVO RETIDO INTERPOSTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO QUESTÕES FÁTICAS E JURÍDICAS QUE INDEPENDEM, PARA SUA SOLUÇÃO, DE PRODUÇÃO DE PROVAS EM AUDIÊNCIA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13666/2002 QUE INSTITUIU NOVO REGIME JURÍDICO RELATIVO AO QUADRO DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO SUPRESSÃO DE ADICIONAIS POR NOVA REFERÊNCIA REMUNERATÓRIA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EM UNIDADE PENAL OU CORREICIONAL INTRA MUROS (GADI) QUE INCORPOROU AS ANTIGAS GRATIFICAÇÕES DE ZONA, INSALUBRIDADE E RISCO DE VIDA LEGALIDADE DO DECRETO ESTADUAL Nº 2471/2004 PAGAMENTO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO QUE RESPEITA OS TERMOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/1998 PEDIDO INICIAL IMPROCEDENTE." (Apelação Cível n.º 734.463-6, 3ª. Câmara Cível, Juiz Substituto FERNANDO ANTONIO PRAZERES, DJ 29/03/11 - grifei) 4. Destarte, ante a conclusão de que a matéria posta em discussão não guarda consonância com a competência desta Câmara Cível, entendo por bem em DETERMINAR A REDISTRIBUIÇÃO da Apelação Cível n.º 822.338-9 para à Primeira, Segunda ou Terceira Câmara Cível (artigo 90, inciso I, alínea "c" do Regimento Interno), DECLINANDO assim, da competência. Procedam-se às diligências necessárias. 5. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. DES. ABRAHAM LINCOLN CALIXTO RELATOR

0006 . Processo/Prot: 0824722-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/303898. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0044300-04.2011.8.16.0014 Interdito Proibitório. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Wagner de Oliveira Barros, Paulo Cesar Tieni. Agravado: Associação Portuguesa Londrinense. Advogado: Wagner Lai, Rogério Issao Kodani. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 824722-9 COMARCA DE LONDRINA 1.ª VARA CÍVEL Agravante : Município de Londrina Agravado : Associação Portuguesa Londrinense Relatora : Des.ª Maria Aparecida Blanco de Lima Vistos e examinados. Cuida-se de pedido de reconsideração apresentado pelo Município de Londrina relativamente à decisão de fls. 167/169, proferida pela Juíza Substituta em 2.º Grau Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes, que indeferiu pedido de atribuição de efeito suspensivo ao seu agravo de instrumento interposto contra decisão proferida nos autos de Ação de Interdito Proibitório que deferiu a liminar pretendida pela Agravada, para o fim de determinar ao Agravante que suspendesse a ameaça ou turbação à posse da autora sobre o imóvel descrito na inicial até que seja proferida decisão nos autos de ação de reintegração de posse sob n.º 16020/2011 (autos conexos). Em suas razões de fls. 174/181, sustenta ofensa ao princípio da motivação, pois a decisão que indeferiu o pedido de efeitos suspensivo ao presente Agravo limita-se a apontar a ausência de relevância do ponto de vista jurídico da argumentação tecida, bem como das hipóteses previstas no artigo 527, III e 558 do CPC, sendo, contudo, indispensável a manifestação de forma explícita sobre as razões que o levaram a indeferir o pedido e a fundamentação da decisão. Reitera que a suspensão da ordem liminar foi concedida em descompasso com a legislação processual vigente, seja pela ausência de designação de audiência prévia (artigo 928, parágrafo único, CPC), seja pela ausência de requisito essencial para a concessão de interdito proibitório (artigo 932, CPC), pelo que sustenta que a manutenção da ordem representa afronta à segurança jurídica e aos princípios basilares do processo civil. Na sequência, ratifica as argumentações apresentadas em suas razões de agravo de instrumento,

relativamente à nulidade procedimental da decisão recorrida, pela falta de audiência dos respectivos representantes judiciais; à possibilidade de revogação unilateral da permissão de uso por parte da administração, pois este instituto não gera ao particular direito adquirido ao uso do bem, nem direitos relativos à posse, que se traduz em mera detenção, elementos estes que diz demonstrara o fumus boni iuris autorizador da concessão do efeito suspensivo ao recurso. Ainda, argumenta sobre a presença do periculum in mora, aduzindo que a ocupação irregular do terreno está impedindo o Município de conferir a melhor destinação ao imóvel público, além de discorrer sobre o periculum in mora inverso, com graves prejuízos tanto à pretensão da Municipalidade em dar regular destinação ao espaço público, como à sociedade, que é exposta aos riscos com que a posse é mantida. Pugna, assim, pela reconsideração da decisão que negou o pedido de efeito suspensivo ao seu recurso, para que, em juízo de retratação, suspenda a eficácia da ordem liminar de interdito proibitório, bem como determine a reintegração de posse do bem público. Decido. Os argumentos apresentados pelo Agravante em seu pedido de reconsideração dizem respeito, basicamente, à ausência de fundamentação na decisão inicial que indeferiu o seu pedido de efeito suspensivo ao recurso, além de reiterar as alegações já apresentadas em suas razões recursais. A decisão proferida pela Juíza Substituta em Segundo Grau, Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes, que indeferiu a pretensão do recorrente de suspensão da eficácia da ordem liminar de interdito proibitório concedida em favor do Agravado pelo Juízo de 1.º grau deve ser mantida. E assim se diz, porque o fundamento da decisão agravada para o deferimento da liminar de interdito proibitório em favor da recorrida (fls. 156/157-TJ) foi o fato de que o Agravante tentou buscar alternativas para obter a posse do imóvel (fl. 43-TJ), mesmo após o indeferimento de liminar por ele pleiteada em Ação de Reintegração de Posse (ação conexa), implicando, assim, em ato de constrangimento. Vale dizer, a concessão da liminar ao Agravado tem decorrência lógica do prévio indeferimento da liminar de reintegração de posse antes pleiteada pelo Agravante. Logo, esta argumentação da decisão agravada afasta, ao menos neste juízo preliminar, a alegada fundamentação relevante exigida para a concessão do pretendido efeito suspensivo ao recurso. De outro modo, do cotejo entre os argumentos recursais e os elementos que formam o presente instrumento vislumbra-se, ainda, que a decisão recorrida não enseja a assertiva de que possa vir a causar lesão grave e de difícil reparação ao Município Agravante, porquanto a privação do imóvel objeto da permissão de uso concedida à Agravada não lhe traz imediato e insanável prejuízo, não havendo, ademais, qualquer possibilidade de se tornar inútil a medida acaso concedida após a análise do mérito do presente agravo de instrumento que, como se sabe, tem rápido trâmite. Deste modo, não trouxe o Agravante elementos convincentes que demonstrem a lesão efetiva que poderá vir a sofrer enquanto aguarda o final julgamento desse recurso. Por isso, em juízo de cognição sumária, próprio da análise de concessão do efeito suspensivo ao agravo de instrumento, não se mostram presentes, de fato, os requisitos legais indispensáveis para a concessão do efeito suspensivo ao recurso, pelo que, com os esclarecimentos acima, o pedido de reconsideração deve ser indeferido. Deve a Câmara proceder a intimação da parte agravada, por carta para responder no prazo de 10 (dez) dias, na sequência remeter os autos para a Procuradoria Geral de Justiça, tudo conforme antes determinado em fls. 167/169. Intimem-se. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Des.ª MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA Relatora

0007 . Processo/Prot: 0829202-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/244285. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0011606-46.2010.8.16.0004 Ordinária. Agravante: Alexandre Correa das Chagas, Cesar Lourenço de Camargo, Edson Gracio Silva, Ericnilton Portes, Ericson Antonio Victal Silveira, Francisco Orestes Aguiar Rocha, João Carlos das Neves, Julio Cesar Chuz de Ramos, Williams Freire dos Santos. Advogado: Eurolino Sechinel dos Reis. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Fernando Borges Mânica, Valquiria Bassetti Prochmann. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

VISTOS ETC; 1. Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto por ALEXANDRE CORREA DAS CHAGAS E OUTROS contra decisão interlocutória (fls. 23/25-TJ), que nos autos de Ação Ordinária ajuizada em face do ESTADO DO PARANÁ, indeferiu o pedido de antecipação de tutela, por ausência dos requisitos autorizadores. 2. Através de suas razões recursais, os agravantes pretendem a reforma do decisum, expondo, inicialmente, que ingressaram em juízo visando serem mantidos no concurso para o Curso de Habilitação ao Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná CHQEOPM, eis que outros candidatos, que obtiveram nota inferior, foram mantidos no certame por decisão judicial. Alegam que a Lei Estadual n.º 15.349/06 não foi declarada inconstitucional, e, portanto, ao ser determinada a inclusão de candidatos que não preenchem os requisitos nela previstos viola o princípio da legalidade. Sustentam, ainda, que a Administração Pública não poderia desrespeitar a ordem de classificação, pois assim estariam favorecendo uns em detrimento de outros. Defendem estar presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora para concessão da antecipação dos efeitos da tutela. Por fim, postulam a concessão da liminar, a fim de que sejam mantidos no certame, com a realização das etapas posteriores. No mérito, propugnam o provimento do recurso. É o relatório. DECIDO: 3. Defiro o processamento do recurso, eis que presentes os requisitos para sua admissibilidade. 4. Colhe-se do caderno processual que a insurgência dos recorrentes volta-se contra a decisão monocrática que indeferiu a tutela antecipatória postulada, cujo objeto é a sua permanência no concurso para ingresso no Curso de Habilitação ao Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM), em razão de suposta preterição por candidatos que teriam obtido nota inferior, os quais teriam logrado êxito em prosseguir no certame, por ordem judicial. Com efeito, é entendimento já assente nos pretórios que a norma contida no inciso III, do art.527 do CPC, a qual confere ao Relator a prerrogativa de deferir em antecipação de tutela, total ou parcialmente a pretensão recursal, deve ser conjugada com a regra do artigo 558 do Código de Processo Civil. Segunda perfeita dicção dos termos do referido dispositivo legal, exige-se a comprovação do perigo de dano grave ou de difícil e incerta reparação e a verossimilhança das alegações expendidas pelo recorrente para a concessão da medida, independentemente de maiores digressões e investigações. É o chamado excepcional efeito ativo ao agravo de instrumento. Pois bem. Em um exame perfunctório de avaliação, não vislumbro, nesta fase processual, juízo de verossimilhança nas alegações que compõe a peça recursal, capaz de autorizar este Relator a utilizar as prerrogativas que lhe são conferidas pelo inciso III, do art.527 do CPC, para o fim de deferir a antecipação de tutela, negada inicialmente pelo Juiz singular. Como é sabido, a Lei Estadual nº 15.349/2006 criou o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM), permitindo o acesso de todas as praças com mais de cinco anos de serviço e com Curso Superior, ao concurso para ingresso no Curso de Habilitação ao Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar, cuja constitucionalidade do referido diploma legal encontra-se em debate perante do Supremo Tribunal Federal, através do ajuizamento da ADIN 4221 ainda em trâmite-, por suposta afronta ao §3º do art.41, da Carta Magna. Ocorre que, prima facie, não se revela possível aferir se os candidatos beneficiados por ordem judicial, consoante alegado, possuem a mesma graduação dos recorrentes (Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento), ou se as praças dos referidos concorrentes correspondem à Primeiro-Sargento ou Subtenentes, circunstância que esta que afasta a possibilidade de tomá-los como paradigma. De outro ponto, há que se destacar, ao menos neste momento, os agravantes, não lograram demonstrar o seu direito em permanecer no certame, através de prova inequívoca, na medida em que é imprescindível a comprovação de que na listagem final, os candidatos classificados obtiveram pontuação inferior em comparação com os recorrentes. Por certo, a Administração Pública deve ter veiculado, através de Edital, a relação de policiais militares que se encontram aptos para o curso, devidamente encampada nas notas obtidas pelos candidatos e suas respectivas praças, inclusive com menção da existência de listagem paralela formada em razão de cumprimento de ordem judicial. Nesse passo, a considerar o teor da decisão proferida pelo Juiz singular em confronto com a documentação ora acostada, tenho como precoce alterar-se o seu conteúdo nesta fase processual, circunstância esta que não anuncia pré-julgamento da matéria de fundo ventilada no presente agravo de instrumento. 5. Forte em tais argumentos, INDEFIRO o almejado efeito ativo, permanecendo íntegros os efeitos advindos da decisão objurgada, até ulterior pronunciamento deste Colegiado. 6. Requisitem-se informações ao Juiz singular, que deverá prestá-las no prazo de 10 dias, indagando-lhe, ainda, a respeito do cumprimento do art. 526 do Código de Processo Civil. 7. Intime-se o agravado para responder, querendo, e juntar cópia das peças dos autos que entender convenientes, no prazo de 10 dias, observado o disposto no inciso V, do art. 527 do CPC. 8. Após, abra-se vista a douta Procuradoria Geral de Justiça. 9. Autorizo o Chefe da Seção Cível a subscrever os expedientes necessários ao fiel cumprimento desta decisão. 10. Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. DES. ABRAHAM LINCOLN CALIXTO RELATOR

0008 . Processo/Prot: 0829923-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/338458. Comarca: Matelândia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0003009-12.2011.8.16.0115 Medida Cautelar Incidental. Agravante: Rui Antonio Spagnol. Advogado: Hélio Querino Jost, Rogério Martins Albieri. Agravado: Presidente da Câmara Municipal de Ramilândia. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 829923-6, DE MATELÂNDIA - VARA ÚNICA AGRAVANTE : RUI ANTONIO SPAGNOL AGRAVADO : PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA RELATORA : DESª REGINA AFONSO PORTES DESPACHO Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por RUI ANTONIO SPAGNOL contra os termos da decisão de fls.18, proferida em Medida Cautelar, que deixou de conceder liminar. Sustenta o agravante ser Prefeito de Ramilândia; que ajuizou em 09/09/2010 Ação Declaratória de Nulidade de Atos Administrativos, para ver reconhecidas e afastadas as ilegalidades e irregularidades no Processo de Cassação de seu mandato, instaurado pela Portaria 06/2010. Afirma que a Câmara Municipal, por seu Presidente Sr. Fábio Junior Campetelli convocou Sessão de Julgamento do processo de cassação do Mandato do agravante, para o dia 16 de setembro às 12:00 hrs. Que em razão disso, o agravante ajuizou Ação Cautelar nº 3009/2011, com pedido liminar, o qual foi indeferido através da decisão ora combatida. Pugna a concessão de efeito suspensivo ao recurso, em razão de possível e iminente cassação do mandato do agravante, o que ocasionará grave perturbação da ordem pública e social. É o relatório. DECIDO Primeiramente o recurso é de ser conhecido uma vez que tempestivo e preparado. Da análise dos autos e dos documentos a ele acostados não vislumbro a presença dos requisitos autorizadores para a concessão de efeito suspensivo. Denota-se que a sessão da Câmara Municipal, foi marcada para o dia 16 de setembro, p.p. O agravo de instrumento foi concluso a esta Relatora em data de 22 de setembro de 2011 (certidão de fls. 60). Ou seja, muito tempo depois da Sessão de Julgamento do Processo de Cassação do agravante. Não constam nos autos quaisquer outros documentos que esclareçam se a sessão foi ou não realizada, se houve adiamento, ou se o julgamento foi efetivado. Em sendo assim, resta afastado o periculum in mora. Assim, deixo de conceder efeito ativo ao recurso. Requisite-se informações ao juiz da causa, encaminhando-lhe cópia deste despacho. Intime-se o agravado para querendo oferecer resposta ao recurso. Após, vistas à Procuradoria Geral de Justiça. Cumpridas as diligências voltem conclusos para julgamento de mérito. Autorizo o Chefe da Divisão a assinar ofícios e expedientes. Int. Curitiba, 27 de setembro de 2011. DESª REGINA AFONSO PORTES Relatora

0009 . Processo/Prot: 0830250-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/320012. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0006071-39.2010.8.16.0004 Mandado de

Segurança. Agravante: Paulo José Moreira dos Santos. Advogado: João Eurico Koerner. Agravado: Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Estado do Paraná. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.Despacho em separado.
Despacho 1. Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento interposto por Paulo José Moreira dos Santos, contra decisão que negou liminar em Ação de Mandado de Segurança, nos seguintes termos "(...) Sobre o RELEVANTE FUNDAMENTO, observa-se que, a título de cognição sumária, ele não está presente na causa. É que observando todo o ocorrido em âmbito administrativo, não se tem ilegalidade patente. Denota-se cumprimento aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa (durante todo o transcorrer do Conselho de Disciplina). Aliás, o Comandante da PMPR (como autoridade maior da Corporação Militar no caso) não está adstrito à conclusão firmada pelo Conselho de Disciplina, desde que fundamente a sua decisão. Foi o que ocorreu, de modo que não se nota ofensa ao princípio da legalidade (o havido na hipótese não indica ofensa ao princípio do juiz natural). (...) É o que basta para o indeferimento da medida perseguida em caráter de urgência, ou seja, a ausência do relevante fundamento, lembrando que o mandado de segurança é célere e não admite produção de provas. Ante o exposto indefiro a liminar pleiteada, por enteder que não restou configurado, a contento e "a priori" o relevante fundamento, com atenção ao contido no artigo 7º, inciso III da Lei n.º 12.016/2009)" (fls. 819-821-TJPR) Inconformado com tal decisão, relata o agravante que o Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná determinou a formação de conselho disciplinar, a fim de verificar se ele teria condições de continuar integrando o quadro efetivo da Corporação. Prossegue dizendo que a conclusão do conselho foi que o Agravante detinha condições de continuar integrando o quadro, no entanto o Comandante Geral da Polícia Militar discordou do parecer do Conselho, bem como enquadrou o agravante para Exclusão das fileiras da PMPR, a bem da disciplina e da moralidade da tropa. Em face de tal decisão, interpôs recurso para o Governador do Estado, que teve seu provimento negado. Pontua que em cerca de três décadas de serviços prestados nunca respondeu por qualquer transgressão disciplinar, bem como não poupou esforços para reparação das conseqüências negativas do ocorrido que motivou a abertura de procedimento disciplinar. Assevera então que a punição exarada contra o agravante, viola os Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade, uma vez que desconsidera o retrospecto incontroversamente positivo deste na corporação. Afirma que se todos os membros do Conselho de Disciplina concluíram, por unanimidade, pela não exclusão do agravante, tal conclusão deveria estabelecer algum limite, sendo assim, considerando que o Comandante-Geral da Polícia Militar decidiu pela exclusão, tal decisão esta eivada de arbitrariedade. Alega que "quando o impugnado ato administrativo foi prolatado, sequer o agravante não havia sido formalmente denunciado perante a Justiça Criminal, o que comprovam os anexos documentos, pelo que se conclui que o recorrente não poderia ter sido expulso da corporação com base em alegado homicídio, quando, a época da apresentação da citada decisão, o Poder Judiciário ainda não havia se manifestado sobre a estão de forma definitiva" Argumenta que também restou violado o Princípio de Presunção de Inocência, uma vez que a própria autoridade administrativa reconheceu que o Conselho da Polícia Militar não tem competência para julgar crimes, sendo assim não poderia ter considerado que o agravante ofendeu o pundonor militar em razão da ação que teria causado o óbito de Eloi Silva Cordeiro, uma vez que tal fato ainda não houve pronunciamento do judiciário quanto a ocorrência ou não de crime. Pontua ainda que no caso foi aplicado o Regulamento Disciplinar do Exército, sendo que do art. 14, § 5º do citado regulamento, resta consignado que nos casos de crimes e transgressão disciplinar, a autoridade competente para aplicar a pena deve aguardar o pronunciamento da Justiça, para posterior avaliação das questão no âmbito administrativo. Aponta a existência do fumus boni iuris, bem como do periculum in mora, requerendo então seja concedida antecipação dos efeitos da tutela recursal. Ao final requer o provimento do Agravo para a reforma integral da decisão recorrida, para o fim de que seja deferido os pedidos injustamente negados ao agravante. É o que se faz necessário relatar. 2. Admito o processamento do recurso sob a forma de agravo por instrumento, uma vez que a situação fática se enquadra na exceção prevista pelo art. 522 do Código de Processo Civil, com sua nova redação dada pela Lei nº 11.187/05. 3. Não vislumbro aqui os requisitos necessários para antecipação dos efeitos da tutela, especialmente no que diz respeito ao relevante fundamento. Como bem dito pelo magistrado singular, o ato administrativo impugnado, qual seja, a decisão que aplicou a pena ao agravante de exclusão da corporação, mostra-se devidamente fundamentada, não se verificando, ao menos de plano, qualquer ilegalidade. Doutro norte cumpre destacar que o parecer da comissão processante não vincula sob nenhum aspecto a decisão final do Comandante Geral da Polícia Militar, valendo dizer ainda que houve recurso da decisão ao Governador do Estado, sendo que este restou igualmente indeferido (fls. 827). Considerando tais fatos fica ainda mais difícil considerar que a decisão do Comandante Geral da Polícia Militar tenha caminhado tão distante do conjunto fático-probatório dos autos, mesmo porque a questão passou também pelo crivo do Governador do Estado, que exarou o mesmo entendimento. Isto posto, não se perfila aqui a existência de relevante fundamento capaz de motivar a antecipação dos efeitos da tutela. 4. Oficie-se ao juízo de origem para prestar informações pertinentes no prazo de 10 dias, inclusive se já foi realizada a perícia. 5. Intimem-se o agravado para, querendo, responder ao recurso em igual prazo. 6. Dê-se vista a douta Procuradoria Geral de Justiça. 7. Para maior celeridade do feito, autorizo o Chefe da Divisão Cível a assinar os expedientes necessários ao cumprimento do presente despacho. Curitiba, 27 de setembro de 2011. EDISON MACEDO FILHO Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau
0010 . Processo/Prot: 0830283-4 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/245196. Comarca: Umuarama. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0006895-39.2011.8.16.0173 Ação Civil Pública. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Weslei Vendruscolo, Fernando Augusto Montai Y Lopes, Hamilton Bonatto. Agravado: Ministério Público do Estado do Paraná. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Desª Regina Afonso Portes. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 830283-4, DE UMUARAMA - 2ª VARA CÍVEL AGRAVANTE : ESTADO DO PARANÁ AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ RELATORA : DESª REGINA AFONSO PORTES DESPACHO DECISÓRIO Trata-se de Agravo de Instrumento manejado pelo ESTADO DO PARANÁ, contra os termos do despacho de fls. 60/63 (TJ), proferido nos autos de Ação Civil Pública n.º 6895-39.2011.8.16.0173, que deferiu a liminar pleiteada, determinando que o ora Agravante forneça à representada o medicamento postulado na inicial, conforme requerido pelo médico, no prazo de trinta dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. Sustenta o Agravante, em sede de preliminar de mérito, ser nula a decisão por descumprimento de legislação federal, haja vista que, nos termos do artigo 2º da Lei n.º 8.437/92, a liminar, em Ação Civil Pública, só será concedida, quando cabível, após a audiência de representante judicial da pessoa jurídica de direito público; que inexistiu qualquer intimação da Procuradoria do Estado do Paraná para se manifestar acerca do pedido liminar. No mérito, alega o Recorrente que não estão presentes no caso em comento os requisitos para antecipação de tutela em face do Estado do Paraná; que o medicamento solicitado não faz parte do Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde; que a bula do medicamento adverte para efeitos indesejáveis e não conhecidos, podendo trazer sério risco para a saúde do paciente; que existem regras e procedimentos próprios para fornecimento de medicamento; que o Estado não pode custear tratamentos experimentais, principalmente com custos altíssimos, sob pena de comprometimento de todo o sistema. Requer a concessão do efeito suspensivo, a fim de que a decisão agravada seja reformada, bem como que as publicações sejam realizadas em nome dos Procuradores constantes na Delegação de Poderes. É o relatório. DECIDO O Estado do Paraná interpôs o presente agravo de instrumento visando à reforma da decisão que determinou o fornecimento do medicamento SPIRIVA RESPIMAT (brometo de tiotrópio) à paciente Maria Augusta Amaral. Primeiramente cumpre analisar a preliminar de nulidade na decisão por ausência de intimação do ente público. O artigo 2º da Lei 8437/92 determina que "no mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas". O fato do Estado do Paraná não ter sido intimado antes da concessão de liminar em ação civil pública não acarreta a nulidade da decisão. Em casos excepcionais admite-se o afastamento do referido dispositivo em virtude das conseqüências da demora na concessão do provimento liminar. Neste sentido já decidiu este Tribunal de Justiça: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO GRATUITO A PESSOA PORTADORA DE DOENÇA GRAVE E CARENTE DE RECURSOS ECONÔMICOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA DECISÃO POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO ESTADO PARA A CONCESSÃO DE LIMINAR. EXCEÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI 8437/92. PREVALÊNCIA DO DIREITO A VIDA E A SAÚDE. PRECEDENTES. VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO. RECEITA MÉDICA SUFICIENTE A COMPROVAR A NECESSIDADE DO MEDICAMENTO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA QUE NÃO FOI CONTESTADA PELO ENTE PÚBLICO. OBRIGAÇÃO DA PESSOA DE DIREITO PÚBLICO DE OFERECER E GARANTIR O PLENO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE. APLICAÇÃO DO ART. 196, CF. PRECEDENTES DESSA CORTE E DO STJ. PERIGO DA DEMORA QUE É EVIDENTE. PIORA NA QUALIDADE DE VIDA E RISCO DE VIDA. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (Decisão Monocrática - Agravo de Instrumento nº 738.856-7 - Relator Juiz Fábio André Santos Muniz - Julgado em 15/12/2010) (destacou-se) AGRAVO DE INSTRUMENTO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DEFERIMENTO LIMINAR DO PEDIDO FORMULADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL NA DEFESA DE DIREITO INDIVIDUAL INDISPONÍVEL. PESSOA ACOMETIDA DE "DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA" SEM RECURSOS FINANCEIROS PARA CUSTEAR O TRATAMENTO COM O MEDICAMENTO DENOMINADO SPIRIVA (BROMETO DE TIOTRÓPICO) QUE NÃO SE ENCONTRA INSERIDO NOS PROTOCOLOS CLÍNICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO POR VIOLAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI N.º 8.437/1992 AFASTADA. A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E DESTA CORTE DE JUSTIÇA, EM HIPÓTESES EXCEPCIONAIS, PERMITE O AFASTAMENTO DA DETERMINAÇÃO LEGAL DE OITIVA PRÉVIA DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO NAS SITUAÇÕES EM QUE ESTEJAM PRESENTES OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA LIMINAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA, ESPECIALMENTE QUANDO SE BUSCA A EFETIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E À VIDA, ASSEGURADOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O AGRAVANTE ALEGA QUE A INTERESSADA NÃO PREENCHERIA OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA LIMINAR PORQUE A DOENÇA QUE LHE ACOMETE É DE CARÁTER PROGRESSIVO, CAUSADO PRINCIPALMENTE PELO HÁBITO DE FUMAR. ARGUMENTO IMPROCEDENTE. INEXISTE PREVISÃO CONSTITUCIONAL NO SENTIDO DE QUE AS PESSOAS PORTADORAS DE DOENÇA DECORRENTE DO TABAGISMO NÃO TÊM ASSEGURADO O ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO ÀS AÇÕES E SERVIÇO DE SAÚDE PARA SUA RECUPERAÇÃO. A INEXISTÊNCIA DE PROTOCOLO CLÍNICO PARA O TRATAMENTO DA DOENÇA COM O FÁRMACO PRETENDIDO NÃO AUTORIZA A CONCLUSÃO DE QUE O FÁRMACO PLEITEADO É INEFICAZ UMA VEZ QUE O MEDICAMENTO OBJETIVADO SERÁ USADO EM CONJUNTO COM OS DEMAIS REMÉDIOS FORNECIDOS PELO ESTADO DO PARANÁ COM O OBJETIVO DE CONTENÇÃO DA MOLÉSTIA. AGRAVADO QUE DEMONSTROU A PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA LIMINAR. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO SINGULAR

MANTIDA. (TJPR - 4ª C.Cível - AI 0651096-7 - Umuarama - Rel.: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima - Unânime - J. 29.06.2010) (destacou-se) No caso do fornecimento de medicamentos o atraso poderá ocasionar piora da moléstia ou até morte. Por isso, é entendimento desta Corte que é possível a concessão de medicamentos em caráter liminar sem a necessidade de oitiva da pessoa jurídica de direito público. Vislumbra-se dos autos que Maria Augusta Amaral, sofre de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (CID - J43), e, em decorrência desta enfermidade necessita de tratamento medicamentoso, prescrito devidamente às fls. 52/53 (TJ). Logo, tendo o médico acompanhado a paciente durante o tratamento, cabe a ele determinar qual medicamento deve ser utilizado. Sempre visando à regressão ou estabilização da doença, sendo de reduzida importância o fato do medicamento não pertencer a relação de medicamentos liberados pelo Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde. A Constituição Federal, em seu art. 196, dispõe que: "A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." A saúde da população é dever do estado e garantia do cidadão, devendo esse proporcionar o suficiente para o seu bem estar. Assim, utilizando-se como fundamento o Princípio da Dignidade Humana, nenhum cidadão poderá sofrer qualquer ato que atente contra a sua saúde. Cumpre asseverar que, por mais relevantes que sejam as dificuldades orçamentárias dos órgãos públicos, ou por mais necessária que seja a regulamentação dos procedimentos do Sistema Único de Saúde, não é possível desrespeitar a Constituição Federal, sob pena de afronta à ordem jurídica, privilegiando-se meros regulamentos e, mais grave ainda, dando-se poderes ao administrador para, sob os mais variados pretextos, descumprir a Lei Maior. Assim sendo, não pode o ente federativo utilizar como argumento a reserva do possível quando a questão trata do direito à saúde do cidadão. Tal garantia abrange o direito do cidadão ao recebimento de medicamentos, inclusive de forma gratuita, desde que prescritos por profissional médico, à pessoa portadora de doença grave, desprovida de recursos financeiros para custear o tratamento, sem o comprometimento de seu sustento próprio e de sua família, sob pena de colocar em risco sua própria vida. Acerca do fornecimento do referido medicamento já decidiu essa e. Corte: REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO SPIRIVA 18MG (CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS) INDISPENSÁVEL AO TRATAMENTO MÉDICO DE IDOSO PORTADOR DE ASMA GRAVE. HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO INTERESSADO PARA ADQUIRIR O FÁRMACO. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROPOR A AÇÃO (ARTIGOS 127 E 129, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL), RECONHECIDA. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO EM FACE DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, DIANTE DO RECONHECIMENTO DE SOLIDARIEDADE ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS. DEVER DO ESTADO EM CUSTEAR O TRATAMENTO MÉDICO. PREVALÊNCIA DO DIREITO CONSAGRADO À VIDA E À SAÚDE. GARANTIDA PELOS ARTIGOS 196, 197 E 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E PELA LEI N.º 8.080/1990 (ARTIGOS 2º, § 1º E 6º, INCISO I, ALÍNEA "D"). APLICAÇÃO DO ESTATUTO DO IDOSO, ARTIGOS 1º E 15, § 2º. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL. EVENTUAIS DIFICULDADES DE ORDEM ORÇAMENTÁRIA NÃO DEVEM SERVIR DE IMPEDIMENTO NA OBTENÇÃO DA MEDICAÇÃO NECESSÁRIA AO TRATAMENTO DA DOENÇA DO INTERESSADO. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA EFICÁCIA DO MEDICAMENTO, O QUAL FOI PRESCRITO POR PROFISSIONAL MÉDICO HABILITADO E CHEGOU A SER FORNECIDO PELO MUNICÍPIO POR TEMPO DETERMINADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM FAVOR DO FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, POR FORÇA DA LEI ESTADUAL N.º 12.241/1998. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA EM RAZÃO DA FUNÇÃO INSTITUCIONAL DO RESPECTIVO ÓRGÃO, COM PREVISÃO CONSTITUCIONAL. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 02 DESTA CORTE DE JUSTIÇA. SENTENÇA PARCIALMENTE MODIFICADA EM REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 4ª C.Cível - RN 0729312-1 - Barbosa Ferraz - Rel.: Desª Maria Aparecida Blanco de Lima - Unânime - J. 15.03.2011) (destacou-se) DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEDICAMENTO. SPIRIVA. DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS. VALIDADE DA SENTENÇA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. a) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação ordinária como substituto processual para postular o fornecimento de remédio a paciente idoso e sem condições econômicas para adquiri-lo, ainda que fazendo as vezes da Defensoria Pública, de atuação pouca expressiva na região em que reside o doente. b) É de responsabilidade solidária dos entes federativos (União, Estados ou Municípios), conforme artigo 23, inciso II, da Constituição Federal a promoção de serviços à saúde e a entrega de remédios suficientes para tal fim. Assim, o Estado do Paraná é parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que trata do fornecimento de medicamento, sendo desnecessário, sequer, o chamamento da União. c) É cabível o julgamento do processo na forma do artigo 330, inciso I, do CPC quando for desnecessária a produção de qualquer outra prova, além das já existentes nos autos. 2) MEDICAMENTO. DEVER DO ESTADO. DIREITOS FUNDAMENTAIS À VIDA E À SAÚDE. PRESCRIÇÃO MÉDICA. PROVA DA NECESSIDADE. CUSTAS PROCESSUAIS DEVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA. a) A promoção da saúde pública é direito fundamental do cidadão, de aplicação imediata e eficácia plena, não podendo ser restringido por atos normativos infraconstitucionais. b) O Estado do Paraná não é isento do pagamento das custas processuais, pois se prestam a remunerar os serviços notariais prestados por serventia judicial de natureza privada. 3) APELO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (TJPR - 5ª C.Cível - RN 0673479-0 - Rel.: Des. Leonel Cunha - Unânime - J. 20.07.2010) (destacou-se) Pondero ainda que, geralmente, não se comprova a eficácia de medicamentos, antes que seja feito o tratamento com eles, porque o organismo de cada paciente responde diferentemente a um mesmo medicamento. Cada paciente possui um histórico clínico diferente do outro, conseqüentemente aqueles que não têm respostas positivas ao tratamento pré-fixado pelo Ministério da Saúde, não podem ficar excluídos do acesso ao outro, que pode levar à cura da doença, só porque o paciente não se enquadra à condição clínica que enseja a dispensação de tal medicamento. De fato, não pode o Poder Público privar-lhe do medicamento, sob pena de ferir-se comando da Carta Magna, de que o Estado deve assegurar aos cidadãos o direito à vida e à saúde. O Poder Judiciário ao conceder o medicamento pleiteado a cidadão hipossuficiente está apenas assegurando o direito à vida, seguindo o que dispõe o art. 5º, XXXV da Constituição Federal. DISPOSITIVO Desta forma, por estar manifestamente em confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, com base no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. DES.ª REGINA AFONSO PORTES Relatora

0011 . Processo/Prot: 0830290-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/249639. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0036874-68.2011.8.16.0004 Declaratória. Agravante: Cirlene Ribeiro da Luz Damasceno. Advogado: Gisele Soares. Agravado: Estado do Paraná. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Des. Abraham Lincoln Calixto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

VISTOS ETC; 1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por CIRLENE RIBEIRO DA LUZ DAMASCENO contra a decisão (fls. 89/90-TJ) que, nos autos de Ação Declaratória de Ato Administrativo cumulada com Obrigação de Fazer ajuizada em face do ESTADO DO PARANÁ, indeferiu o pedido de antecipação de tutela, pelo qual a recorrente pretendia suspender o edital que divulgou a lista dos aprovados no processo seletivo simplificado, para a seleção de professores do Quadro Próprio do Magistério, bem como a declaração de nulidade da etapa classificatória denominada Memorial Pedagógico, por possuir caráter subjetivo. 2. Através de suas razões recursais (fls. 04/15), a agravante pretende a reforma do decisum, expondo, inicialmente, que participou do Processo Seletivo Simplificado PSS para seleção de professor no Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar, ficando classificada além das vagas ofertadas. Alega que o Edital n.º 54/2011, o qual divulgou o resultado do processo seletivo, limitou-se, apenas, a publicar a classificação dos candidatos, sem mencionar a pontuação obtida por cada uma. Nesse sentido, aduz que "(...) deixar de divulgar a pontuação dos candidatos, além de afrontar item do edital que regulamenta o certame, portanto afrontar o Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório, contraria o princípio de Legalidade, da Publicidade, da Razoabilidade e, ainda, admite o nefasto sigilo na Administração Pública." (fls. 07). Outrossim, sustenta que os critérios utilizados na etapa denominada Memorial Pedagógico funda-se em caráter subjetivo, bem como afirma que por ser a Comissão Especial composta por representantes das unidades hospitalares, nada afasta a possibilidade de tratamento diferenciado aos candidatos destas unidades. Defende estarem presentes os requisitos autorizadores à concessão da antecipação dos efeitos da tutela. Por fim, propugna o provimento do presente recurso, a fim de que seja determinada a suspensão do Edital n.º 54/2001-GS/SEED e seus Anexos, e que seja publicado nova classificação dos candidatos de acordo com a pontuação obtida. É o relatório. DECIDO: 3. Defiro o processamento do recurso, eis que presentes os requisitos para sua admissibilidade. 4. A concessão de efeito suspensivo ou ativo ao recurso de agravo de instrumento ou dos efeitos da ordem judicial de primeiro grau, como estabelece a regra do artigo 558 do Código de Processo Civil, exige estarem presentes, inequivocamente, os pressupostos legais, ou seja, o perigo de dano grave ou de difícil e incerta reparação e a verossimilhança das alegações expendidas, independentemente de maiores digressões e investigações. No caso, em que pese a argumentação exposta nas razões recursais, não se vislumbra, nesta fase processual, pautada em cognição sumária, a verossimilhança necessária a ensejar a antecipação dos efeitos da tutela recursal. A agravante pretende, por meio da prestação da tutela jurisdicional, suspender o edital n.º 54/2011 que divulgou a lista dos aprovados no processo seletivo simplificado para a seleção de professores do Quadro Próprio do Magistério -, em razão da ausência de divulgação da pontuação obtida pelos candidatos no certame, bem como declarar a nulidade da etapa classificatória denominada Memorial Pedagógico, diante do caráter subjetivo. No que concerne à divulgação da pontuação, confira-se o teor do item 1.7 do edital n.º 03/2011, verbis (fls. 51-TJ): "[...] 1.7 Compete ao GRHS/SEED: a) tornar pública a abertura de inscrições e o resultado da Seleção, por meio de Edital a ser afixado na SEED e nos Núcleos Regionais da Educação NREs e disponibilizado no Portal da Educação, no endereço eletrônico: , via Correio Eletrônico Expresso, aos Grupos de Usuários da SEED e NRE´s" Vê-se, da leitura do excerto acima transcrito, que em nenhum momento o edital dispôs expressamente que haveria a divulgação da pontuação obtida por cada candidato e, sendo assim, não há que se falar em ofensa ao princípio da vinculação ao ato convocatório, nem a outros princípios, como o da publicidade, porquanto a administração não se negou a divulgar a nota da candidata, ora agravante, no recurso administrativo. Sob outro vértice, deve-se registrar que o anexo V do Edital n.º 03/2011 do DG/SEED apresentou os critérios para pontuação da análise do memorial pedagógico, dos quais a agravante não se insurgiu no momento oportuno. Ademais, não cabe ao Poder Judiciário imiscuir-se nos referidos critérios, sob pena de adentrar no exame de mérito do ato administrativo. 5. Forte em tais argumentos, INDEFIRO o almejado efeito suspensivo. Comunique-se ao Juízo de origem. 6. Requisitem-se informações à Juíza singular, que deverá prestá-las no prazo de 10 (dez) dias, indagando-lhe, ainda, a respeito do cumprimento do artigo 526 do Código de Processo Civil, por parte do agravante. 7. Intime-se a agravada para responder e, querendo, juntar cópia das peças dos autos que entender convenientes, no prazo de

10 (dez) dias, observado o disposto no inciso V do artigo 527 do Código de Processo Civil. 8. Após, abra-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça. 9. Por fim, para maior celeridade, autorizo o Chefe da Divisão Cível a subscrever os expedientes necessários ao cumprimento da presente decisão. 10. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. DES. ABRAHAM LINCOLN CALIXTO RELATOR
Vista ao(s) Agravado(s) - para querendo apresentar resposta em 10 (dez) dias ao Agravo de Instrumento
0012 . Processo/Prot: 0815091-0 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/288240. Comarca: Ortigueira. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000887-39.2010.8.16.0122 Ação Civil Pública. Agravante: Ministério Público do Estado do Paraná. Agravado (1): Sanepar Companhia de Saneamento do Paraná. Advogado: Guilherme Di Luca, Andreia Aparecida Zowtyi, Carlos Eduardo Vanin Kuklik, Fernando Massardo. Agravado (2): Município de Ortigueira. Advogado: Darci Bianchini. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Des. Guido Döbeli. Motivo: para querendo apresentar resposta em 10 (dez) dias ao Agravo de Instrumento. Vista Advogado: Darci Bianchini (PR036762)

# SEÇÃO DA 5ª CÂMARA CÍVEL

**I Divisão de Processo Cível**
**Seção da 5ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10255**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Amanda Louise Ramajo C. Barreto | 011 | 0780898-8 |
| Ana Maria Lopes R. d. Santos | 009 | 0768846-0 |
| Andréia Aparecida de Souza | 009 | 0768846-0 |
| Benoît Scandelari Bussmann | 001 | 0749222-8 |
| Camila Ramos Moreira | 001 | 0749222-8 |
| Carlos Teodoro Soster | 005 | 0764806-0 |
| César Dirlei de Almeida | 006 | 0765444-4 |
| Denise Martins Agostini | 011 | 0780898-8 |
| Everton Bogoni | 004 | 0763394-1 |
| Fabiano Colusso Ribeiro | 001 | 0749222-8 |
| Fernanda Ferreira da Rocha Loures | 003 | 0762166-3 |
| Fernando Cezar Vernalha Guimarães | 002 | 0754471-4 |
| Fernando Massardo | 003 | 0762166-3 |
| Fernando Previdi Motta | 001 | 0749222-8 |
| | 008 | 0766944-3 |
| Francisco Zardo | 003 | 0762166-3 |
| Geronimo Antonio Defaveri | 002 | 0754471-4 |
| Guilherme de Salles Gonçalves | 005 | 0764806-0 |
| | 010 | 0777565-9 |
| Henrique Germano Delben | 010 | 0777565-9 |
| Hulianor de Lai | 004 | 0763394-1 |
| Isaias Morelli | 002 | 0754471-4 |
| Ivan Lelis Bonilha | 011 | 0780898-8 |
| | 012 | 0807910-5/01 |
| Ivan Xavier Vianna Filho | 003 | 0762166-3 |
| José Cid Campelo Filho | 003 | 0762166-3 |
| José Manoel dos Santos | 003 | 0762166-3 |
| José Robson da Silva | 006 | 0765444-4 |
| José Rodrigo Sade | 003 | 0762166-3 |
| Josiane Becker | 003 | 0762166-3 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 007 | 0765926-1 |
| Lucia Bordignon | 003 | 0762166-3 |
| Luiz Fernando Casagrande Pereira | 002 | 0754471-4 |
| Luiz Guilherme Covre de Marco | 003 | 0762166-3 |
| Luiz Heitor Dacol Boschirolli | 007 | 0765926-1 |
| Luiz Paulo Ribeiro da Costa | 003 | 0762166-3 |
| Luiz Paulo Wille | 001 | 0749222-8 |
| Maikel Speranza Gutstein | 002 | 0754471-4 |
| Manoel Caetano Ferreira Filho | 012 | 0807910-5/01 |
| Marcelene Carvalho da Silva Ramos | 003 | 0762166-3 |
| Marco Antônio Lima Berberi | 003 | 0762166-3 |
| | 007 | 0765926-1 |
| Marco Antonio Monteiro da Silva | 009 | 0768846-0 |
| Marina Talamini Zilli | 001 | 0749222-8 |
| Michelle Pinterich | 001 | 0749222-8 |
| Milton Alves Cardoso Junior | 001 | 0749222-8 |
| | 008 | 0766944-3 |
| Moacir Antonio Bordignon | 003 | 0762166-3 |
| Nilberto Rafael Vanzo Junior | 008 | 0766944-3 |
| Orwille Robertson da Silva Moribe | 010 | 0777565-9 |
| Othavio Brunno Naico Rosa | 012 | 0807910-5/01 |
| Paulo Augusto Chemin | 008 | 0766944-3 |
| Rosane Marques de Souza | 008 | 0766944-3 |
| Shiguemassa Iamasaki | 009 | 0768846-0 |
| Sylvio Clemente Carloni | 009 | 0768846-0 |
| Valdir Pignata | 010 | 0777565-9 |
| Valquiria Bassetti Prochmann | 007 | 0765926-1 |

Publicação de Acórdão
0001 . Processo/Prot: 0749222-8 Apelação Cível e Reexame Necessário
. Protocolo: 2010/344157. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0016743-89.2009.8.16.0021 Mandado de Segurança. Apelante: Secretário de Saúde do Município de Cascavel. Advogado: Fabiano Colusso Ribeiro, Benoît Scandelari Bussmann, Marina Talamini Zilli, Michelle Pinterich, Camila Ramos Moreira, Fernando Previdi Motta, Milton Alves Cardoso Junior. Apelado: José Claudemir Rhoden. Advogado: Luiz Paulo Wille. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha. Julgado em: 13/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso de Apelação e lhe negar provimento. EMENTA: APELAÇÃO MANDADO DE SEGURANÇA APELADO PORTADOR DE DOENÇA CRÔNICA DE EXTREMA GRAVIDADE ESPONDILITE ANCILOSANTE CID M45.0 PLEITO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO SENTENÇA CONCESSIVA DA SEGURANÇA MULTA FIXAÇÃO NO VALOR DE R$ 1.000,00 (MIL REAIS) AO DIA INSURGÊNCIA DO MUNICÍPIO RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS - FORNECIMENTO DA MEDICAÇÃO - PREVALÊNCIA DO DIREITO À SAÚDE E À VIDA PRINCÍPIO FUNDAMENTAL CONSTITUCIONAL - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
0002 . Processo/Prot: 0754471-4 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/15071. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0004716-35.2009.8.16.0131 Ação Civil Pública. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado: José Carlos Busatto. Advogado: Luiz Fernando Casagrande Pereira, Fernando Cezar Vernalha Guimarães. Interessado: Clovis Santo Padoan. Advogado: Geronimo Antonio Defaveri, Isaias Morelli, Maikel Speranza Gutstein. Interessado: José Carlos Busatto Advogados Associados Sc. Advogado: Luiz Fernando Casagrande Pereira, Fernando Cezar Vernalha Guimarães. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha. Julgado em: 20/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a unanimidade de votos, em não conhecer do recurso. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EXCLUSÃO DE LITISCONSORTE NATUREZA JURÍDICA DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL IMPOSSIBILIDADE ERRO GROSSEIRO RECURSO NÃO CONHECIDO.
0003 . Processo/Prot: 0762166-3 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/48079. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0000567-91.2006.8.16.0004 Ação Popular. Apelante (1): Estado do Paraná. Advogado: Marcelene Carvalho da Silva Ramos, Marco Antônio Lima Berberi. Apelante (2): Stênio Salles Jacob. Advogado: Luiz Guilherme Covre de Marco. Apelante (3): Sanepar Cia de Saneamento do Paraná. Advogado: Fernando Massardo, Josiane Becker, Luiz Paulo Ribeiro da Costa. Apelante (4): Roberto Requião de Mello e Silva. Advogado: Francisco Zardo. Apelante (5): Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Advogado: José Manoel dos Santos. Apelante (6): Rubens Ghilarfi. Advogado: Lucia Bordignon, Moacir Antonio Bordignon. Apelante (7): Eduardo Reguião de Mello e Silva. Advogado: Ivan Xavier Vianna Filho, Fernanda Ferreira da Rocha Loures. Apelado: Carlos Abrão Celli (maior de 60 anos). Advogado: José Cid Campelo Filho, José Rodrigo Sade. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Leonel Cunha. Revisor: Des. Luiz Mateus de Lima. Julgado em: 06/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, por unanimidade de votos, em dar provimento aos Apelos. EMENTA: EMENTA 1) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. MATÉRIA CONSIDERADA OFENSIVA AOS INTERESSES DO ESTADO. RESPOSTA PUBLICADA EM OUTROS TRÊS VEÍCULOS PUBLICITÁRIOS. ALEGADO ABUSO E DANO AO ERÁRIO. LEGITIMIDADE PASSIVA DOS RÉUS. INEXISTÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO ENTRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO CONTRATADOS. a) Os Réus que autorizaram a contratação do espaço publicitário para veicular

resposta contra matéria considerada ofensiva aos interesses do Estado do Paraná e às empresas que representavam, têm legitimidade para compor o polo passivo e responder Ação Popular, em que se alega a ilegalidade da medida. b) Por "beneficiários diretos", para fins de formação do litisconsórcio passivo necessário de que trata o art. 6º da LAP, entenda-se aqueles que, tendo auferido algum proveito com o ato impugnado em Ação Popular, podem vir a ser atingidos com os efeitos de eventual sentença de procedência, hipótese que não ocorre em relação às empresas contratadas pelos Réus- Apelantes. 2) DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. LESIVIDADE. OFENSA A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SENTENÇA EXTRA PETITA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. a) Conforme a hodierna jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "A ação popular é instrumento hábil à defesa da moralidade administrativa, ainda que inexista dano material ao patrimônio público" (REsp 474475/ SP, 1ª Turma). b) A sentença que decide além do pedido (ultra petita), e não pedido diferente daquele formulado (extra petita) não é nula, cabendo ao Tribunal, apenas, afastar a parte excedente do julgado. 3) DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO POPULAR. MATÉRIA VEICULADA EM MEIO DE COMUNICAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE ESPAÇO EM REVISTAS E JORNAIS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL. OPÇÃO PELA VIA MAIS EFICIENTE. DISCRICIONARIEDADE DO GESTOR. AUSÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA, RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE LESIVIDADE. a) Se a matéria veiculada em renomada revista, especializada em assuntos econômicos e financeiros, é capaz de afetar a imagem e credibilidade do Estado do Paraná e das empresas paranaenses citadas, incumbe aos representantes legais destes, no exercício de seu poder-dever, adotar as medidas necessárias para esclarecimento dos fatos e defesa dos seus respectivos interesses. b) A escolha do meio de resposta apropriado se insere no âmbito da discricionariedade do Administrador, não sendo exigível por evidente ineficácia simples manifestação na seção de cartas da respectiva revista, ou pedido de resposta, na forma da então vigente Lei de Imprensa. c) A opção pela publicação da resposta em três meios publicitários revela-se, no caso, proporcional e adequada, pois, a escolha recaiu em veículos de comunicação também voltados para a comunidade de negócios que, entretanto, sozinhos, não têm a tiragem e notoriedade suficientes para a divulgação dos esclarecimentos na escala pretendida, alcançada pela revista que veiculou a matéria ofensiva. 3) APELOS DOS RÉUS AOS QUAIS SE DÁ PROVIMENTO.

0004 . Processo/Prot: 0763394-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/396893. Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0005339-50.2007.8.16.0170 Cobrança. Apelante (1): Construtora Mercosul de Projetos e Obras Ltda. Advogado: Everton Bogoni. Apelante (2): Município de Toledo. Advogado: Hulianor de Lai. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer parcialmente do apelo 1, negando provimento à parte conhecida, e dar provimento parcial ao apelo 2, nos termos do voto do Relator. EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS AÇÃO DE COBRANÇA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE ASSUNÇÃO DO ENTE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE POR CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PERANTE O INSS QUE DEVERIAM TER SIDO PAGAS PELA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS. APELO 1: AUSÊNCIA DE RAZÕES DE FATO E DE DIREITO APTAS A ENFRENTAR O DECISUM - MERA REPRODUÇÃO DE ARGUMENTOS JÁ VENTILADOS POR OCASIÃO DA CONTESTAÇÃO - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO EXTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE APELO NÃO CONHECIDO NESSAS PARTES - VEICULAÇÃO DE APENAS UM ARGUMENTO COMBATIVO IMPROCEDÊNCIA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPROVADAMENTE PAGAS PELO MUNICÍPIO AUTOR DIREITO AO RESSARCIMENTO ACERTADAMENTE RECONHECIDO SENTENÇA CONFIRMADA RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO NA PARTE CONHECIDA. APELO 2: ACERTADO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS ANTERIORES A OUTUBRO DE 1999 INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 173, I E 174 DO CTN ÔNUS SUCUMBENCIAIS SUCUMBÊNCIA MÍNIMA DO AUTOR APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 21 DO CPC CONDENAÇÃO EXCLUSIVA DA RÉ MAJORAÇÃO DA VERBA ADVOCATÍCIA SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.

0005 . Processo/Prot: 0764806-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/401397. Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0004639-29.2009.8.16.0130 Ação Civil Pública. Apelante: Mauro Lemos, Nélia dos Santos Lemos, Josemara dos Santos Smaniotto. Advogado: Carlos Teodoro Soster, Guilherme de Salles Gonçalves. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso em exame. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO CIVIL PÚBLICA NULIDADE DE PORTARIA NOMEAÇÃO DE ESPOSA E SOBRINHA DE PREFEITO MUNICIPAL PARA A OCUPAÇÃO DE CARGOS DE SECRETARIA NEPOTISMO INOCORRÊNCIA CARGOS DE NATUREZA POLÍTICA INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 13 DO STF E DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (L. 8429/92) PRECENTES JURISPRUDENCIAIS DECISÃO REFORMADA RECURSO PROVIDO.

0006 . Processo/Prot: 0765444-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/67378. Comarca: Prudentópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000355-53.2006.8.16.0139 Anulatória. Apelante: Instituto Ambiental do Paraná Iap. Advogado: José Robson da Silva. Apelado: Madeireira Colvan Ltda. Advogado: César Dirlei de Almeida. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade, em conhecer do recurso de Apelação, no entanto, negar-lhe provimento. EMENTA: AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL E AÇÃO CAUTELAR DISCUSSÃO - AUTO DE INFRAÇÃO - MULTA ADMINISTRATIVA INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ INFRAÇÃO AMBIENTAL PONTO CONTROVERTIDO ORIGEM LÍCITA DA MADEIRA - CONCLUSÃO QUANTO À SUA LICITUDE ESTOQUE DE MADEIRA ORIUNDA DE AUTORIZAÇÃO - SENTENÇA FUNDADA NA PROVA PERICIAL INEXISTÊNCIA DE QUALQUER INSURGÊNCIA DO APELANTE QUANTO À PROVA PERICIAL E DE COMPROVAÇÃO DE QUE SE TRATA DE MADEIRA NATIVA PRECLUSÃO PRESUNÇÃO RELATIVA QUE SUCUMBE ANTE A CONCLUSÃO ADVINDA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - SENTENÇA MANUTENÇÃO APELAÇÃO DESPROVIMENTO.

0007 . Processo/Prot: 0765926-1 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))

. Protocolo: 2011/82165. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Impetrante: Margarida Mattos Pedrotti. Advogado: Luiz Heitor Dacol Boschirolli. Impetrado: Secretário de Estado da Educação do Paraná. Litis Passivo: Estado do Paraná. Advogado: Marco Antônio Lima Berberi, Valquiria Bassetti Prochmann, Julio Cezar Zem Cardozo. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível em Composição Integral. Relator: Des. Leonel Cunha. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ em Composição Integral, por maioria de votos, em denegar a Segurança. EMENTA: EMENTA 1) DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE ESPECIAL E PEDAGÓGICA. DIPLOMA EM PEDAGOGIA, COM APROVEITAMENTO DAS DISCIPLINAS MINISTRADAS NO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CURSADO NA VIZIVALI. IMPOSSIBILIDADE. REGRAS QUE IMPÕEM O RECONHECIMENTO E AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CUJAS MATÉRIAS SÃO PASSÍVEIS DE APROVEITAMENTO. NEGATIVA DE POSSE À CANDIDATA. NÃO OCORRÊNCIA DE ILEGALIDADE. a) Não é ilegal ou abusiva a negativa de posse à candidata que, aprovada em concurso público para atuar como professora Pedagoga e na Educação Especial, não comprova, no ato da nomeação, ter a formação necessária para tanto. b) No caso, pretende-se a comprovação de escolaridade mínima com a conclusão do Programa de Capacitação da VIZIVALI. Esse Programa, porém, não confere licenciatura plena ao aluno, tendo em vista que não foi autorizado pela autoridade competente, sendo, destarte, inválido. c) Mesmo que se leve em conta o Diploma de Pedagogia da Universidade Castelo Branco para comprovar a escolaridade mínima para investidura no cargo, a comprovação não ocorreria, pois de igual forma é inválido e ilegal, visto que teve o aproveitamento de todas as matérias cursadas no Programa de Capacitação da VIZIVALI, que representam, aproximadamente, 90% (noventa por cento) do currículo do curso de Pedagogia. 2) SEGURANÇA DENEGADA.

0008 . Processo/Prot: 0766944-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/412392. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0016933-52.2009.8.16.0021 Mandado de Segurança. Apelante (1): Município de Cascavel. Advogado: Rosane Marques de Souza, Fernando Previdi Motta, Milton Alves Cardoso Junior. Apelante (2): Robson dos Santos Oliveira, Cristina Cerutti. Advogado: Paulo Augusto Chemin, Nilberto Rafael Vanzo Junior. Apelado (1): Robson dos Santos Oliveira, Cristina Cerutti. Advogado: Paulo Augusto Chemin, Nilberto Rafael Vanzo Junior. Apelado (2): Município de Cascavel. Advogado: Rosane Marques de Souza. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha. Julgado em: 13/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar a ambos os recursos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA. PROFISSIONAL DA OPTOMETRIA - RECONHECIMENTO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - PRECEDENTE/STJ - LEGITIMIDADE DO ATO. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ - DIREITO GARANTIDO SE PREENCHIDOS OS REQUISITOS SANITÁRIOS ESTIPULADOS NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO E DA LIBERDADE PROFISSIONAL. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - RECURSOS DESROVIDOS. O conteúdo das atividades do optometrista está descrito na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria n. 397, de 09.10.2002). O art. 3º do Decreto nº 20.931, de 11.1.1932, que regula a profissão de optometrista, está em vigor porquanto o ato normativo superveniente que os revogou (art. 4º do Decreto n. 99.678/90) foi suspenso pelo STF na ADIn 533- 2/MC, por vício de inconstitucionalidade formal. Reconhecida a existência da profissão e não havendo dúvida quando à legitimidade do seu exercício (pelo menos em certo campo de atividades), nada impede a existência de um curso próprio de formação profissional de optometrista. (MS 9469/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10.08.2005, DJ 05.09.2005) A competência da vigilância sanitária limita-se apenas à análise acerca da existência de habilitação e/ou capacidade legal do profissional da saúde e do respeito à legislação sanitária, objeto, in casu, de fiscalização estadual e/ou municipal. O optometrista, todavia, não resta habilitado para os misteres médicos, como são as atividades de diagnosticar e tratar doenças relativas ao globo ocular, sob qualquer forma.

0009 . Processo/Prot: 0768846-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/91028. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0007616-76.2008.8.16.0017 Servidão. Apelante: Maria Cléo Danielides. Advogado: Shiguemassa Iamasaki, Ana Maria Lopes Rodrigues dos Santos, Andréia Aparecida

de Souza. Apelado: Ate V Londrina - Transmissora de Energia Sa. Advogado: Sylvio Clemente Carloni, Marco Antonio Monteiro da Silva. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha. Julgado em: 13/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA: AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA NULIDADE DA SENTENÇA INCABIMENTO LAUDO PERICIAL OFICIAL NORMAS DA ABNT VALOR CORRETAMENTE FIXADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO RECURSO DESPROVIDO.
0010 . Processo/Prot: 0777565-9 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/151442. Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0001879-79.2010.8.16.0128 Mandado de Segurança. Apelante: Hélio de Souza Ramalho. Advogado: Guilherme de Salles Gonçalves, Henrique Germano Delben. Apelado: Cláudio Alcântara Mereda, Câmara Municipal de Paranapoema. Advogado: Orwille Robertson da Silva Moribe, Valdir Pignata. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Julgado em: 20/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento à Apelação. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL ADMINISTRATIVO MANDADO DE SEGURANÇA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE E CASSAÇÃO DE PREFEITO DECADÊNCIA - SUPOSTOS VÍCIOS NA DENÚNCIA E NO MODUS OPERANDI DA COMISSÃO PROCESSANTE AFASTAMENTO PROCEDIMENTO ENCERRADO DENTRO DO PRAZO LEGAL DE 90 (NOVENTA) DIAS- DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE PARA COMPROVAR A LEGITIMIDADE DO CIDADÃO/DENUNCIANTE INVERSÃO NA OITIVA DAS TESTEMUNHAS AUSÊNCIA DE PREJUÍZO E DE SUA COMPROVAÇÃO NÃO SUJEIÇÃO DO PROCESSO DE CASSAÇÃO À COMISSÃO DE JUSTIÇA PROCEDIMENTO ESPECIAL, COM RITO PRÓPRIO ESTRITA OBSERVÂNCIA AO PREVISTO NO REGIMENTO INTERNO DA RESPECTIVA CÂMARA MUNICIPAL QUESTÕES ATINENTES AS SUPOSTAS IRREGULARIDADES DA COMISSÃO PROCESSANTE LITISPENDÊNCIA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECURSO DESPROVIMENTO.
0011 . Processo/Prot: 0780898-8 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/50623. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0000730-03.2008.8.16.0004 Cobrança. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Amanda Louise Ramajo Corvello Barreto, Ivan Lelis Bonilha. Apelado: Maria Camila Malon, Marlene Quinteiro dos Santos. Advogado: Denise Martins Agostini. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Revisor: Des. Leonel Cunha. Julgado em: 20/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Componentes da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Agravo Retido e dar provimento parcial à Apelação. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA RITO ORDINÁRIO AGENTE DE SAÚDE E ATENDENTE DE ENFERMAGEM LEI ESTADUAL Nº 10.219/1992 ADVENTO DA LEI Nº 7.498/1986 REGULAMENTAÇÃO DA ÁREA DE ENFERMAGEM EXIGÊNCIA DE CURSO PROFISSIONALIZANTE ADEQUAÇÃO À NOVA LEGISLAÇÃO PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO REJEITADA DESEMPENHO DAS TAREFAS TÍPICAS DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM DESVIO DE FUNÇÃO CARACTERIZADO DIREIO DE DIFERENÇAS DE VENCIMENTOS E DEMAIS VANTAGENS, OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL JUROS MORATÓRIOS LEI 1º-F DA LEI Nº 9.494/97, A PARTIR DA CITAÇÃO VALORES DEVIDOS ATÉ CESSAR O DESVIO PRECEDENTES JURISPRUDENCIAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE - SENTENÇA MANTIDA ADEQUAÇÃO APENAS DO TERMO FINAL DA CONDENAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO RETIDO DESPROVIDO E DE APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.
0012 . Processo/Prot: 0807910-5/01 Agravo Regimental Cível
. Protocolo: 2011/296984. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 807910-5 Mandado de Segurança. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Manoel Caetano Ferreira Filho. Agravado (1): Lena Lai Heng. Advogado: Othavio Brunno Naico Rosa. Agravado (2): Secretário de Estado da Saúde. Advogado: Ivan Lelis Bonilha. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível em Composição Integral. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Julgado em: 20/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em composição integral, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL, nos termos do voto do relator. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO TRIBUNAL. DEFERIMENTO DE LIMINAR PELO RELATOR. MEDICAMENTO PARA PESSOA CARENTE. FORNECIMENTO PELO ESTADO. PACIENTE PORTADORA DE "CÂNCER DE MAMA". SITUAÇÃO DE URGÊNCIA. DOENÇA GRAVE. EXISTÊNCIA DE RELATÓRIO MÉDICO COMPROVANDO A NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DO FÁRMACO "HERCEPTIN (TRASTUZUMABE 440 MG)". DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. PRESUNÇÃO DE IDONEIDADE DO MÉDICO SUBSCRITOR DA RECEITA. ALEGADA LESÃO AOS COFRES PÚBLICOS. NÃO ACOLHIMENTO. DIFICULDADES DE ORDEM FINANCEIRA QUE DEVEM SER SUPERADAS EM PROL DA GARANTIA DOS DIREITOS À VIDA E À SAÚDE. IRRELEVÂNCIA QUANTO AO FATO DE EXISTIREM OS CACON´S DO GOVERNO FEDERAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. DEMAIS ARGUMENTOS DO AGRAVANTE QUE NÃO AFASTAM OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA LIMINAR GUERREADA. DECISÃO LIMINAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA E ESCORADA EM PRECEDENTES DESTA CORTE E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DESPROVIDO.

**I Divisão de Processo Cível**
**Seção da 5ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10254**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Antônio Carlos Neto | 001 | 0792950-4 |
| | 002 | 0792950-4 |
| Benedicto Luiz de Mello | 004 | 0830670-7 |
| Fernando Augusto Montai Y Lopes | 005 | 0832613-0 |
| Gilberto Gomes do Amaral | 001 | 0792950-4 |
| | 002 | 0792950-4 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 003 | 0822395-4 |
| | 005 | 0832613-0 |
| Karina Ayumi Tanno | 004 | 0830670-7 |
| Laercio Ademir dos Santos | 001 | 0792950-4 |
| | 002 | 0792950-4 |
| Luiz Henrique B. d. O. Pedrozo | 004 | 0830670-7 |
| Márcia Daniela C. Giuliangelli | 003 | 0822395-4 |
| Patrícia Aparecida M. Izidoro | 001 | 0792950-4 |
| | 002 | 0792950-4 |
| Thebas Vidal Veiga | 004 | 0830670-7 |
| Weslei Vendruscolo | 005 | 0832613-0 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator
0001 . Processo/Prot: 0792950-4 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/189071. Comarca: Ibaiti. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000139-63.1997.8.16.0089 Ação Civil Pública. Apelante: Marlei Ferreira Siqueira, Espólio de Francisco Pereira Goulart. Advogado: Laercio Ademir dos Santos, Patrícia Aparecida Marceli Izidoro. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Interessado: Ivone Terra de Oliveira. Advogado: Antônio Carlos Neto. Interessado: Dorival Rocha Motinho. Advogado: Gilberto Gomes do Amaral. Interessado: Adão Cecílio, Ademar Lucas da Silva, Alcides Raimundo, Antonio da Cruz, Antonio Domingues Lopes, Aparecida Galdino Gardi, Benedito Caetano, Benedito Vitorio de Paula, Cacilda Gonçalves Lourenço, Cláudio Peixoto, Cleide Maria Franco da Silva, Darci Lopes da Silva, Deneuza Aparecida da Silva, Domingos Ferreira dos Santos, Donizete José da Silva, Edmilson dos Santos, Eliel de Andrade, Elisandra Rosa, Elizangela Cristina Rosa dos Santos, Euzeli dos Santos Fonseca, Francisca Aparecida de Souza Almeida, Francisco Evagelista da Silva, Iraci Maria de Freitas, Ivonete Barreto Sanches, Jane Viega de Melo, Joel Moreira, José Henrique Bayer, José Joaquim Filho, José Maria Tavares, Joviane V. Olszewski, Livercino Alves de Moura, Maria Loução Goulart, Maria de Souza Francisco, Marli Ivani Faria Alvim, Marli Pires de Morais Bernardes, Maurilio Aristides Pedro, Neiva Gonçalves Batista, Neuza dos Santos Trindade, Orzelia Maria Nogueira, Pedro Marques, Pedro Martins de Almeida, Ranolfo Rodis, Ricardo Gonçalves, Rui Marques Bento, Saulo Costa, Valdinéia Gomes Pinheiro, Vanderli Maria Fernandes. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Leonel Cunha. Proferido: no protocolado sob nº 2011.00336135. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.
Indefiro o pedido, visto que o feito encontra-se em pauta para julgamento, podendo o subscritor exercer direito de preferência. Intime-se CTBA, 20/09/2011
0002 . Processo/Prot: 0792950-4 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/189071. Comarca: Ibaiti. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000139-63.1997.8.16.0089 Ação Civil Pública. Apelante: Marlei Ferreira Siqueira, Espólio de Francisco Pereira Goulart. Advogado: Laercio Ademir dos Santos, Patrícia Aparecida Marceli Izidoro. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Interessado: Ivone Terra de Oliveira. Advogado: Antônio Carlos Neto. Interessado: Dorival Rocha Motinho. Advogado: Gilberto Gomes do Amaral. Interessado: Adão Cecílio, Ademar Lucas da Silva, Alcides Raimundo, Antonio da Cruz, Antonio Domingues Lopes, Aparecida Galdino Gardi, Benedito Caetano, Benedito Vitorio de Paula, Cacilda Gonçalves Lourenço, Cláudio Peixoto, Cleide Maria Franco da Silva, Darci Lopes da Silva, Deneuza Aparecida da Silva, Domingos Ferreira dos Santos, Donizete José da Silva, Edmilson dos Santos, Eliel de Andrade, Elisandra Rosa, Elizangela Cristina Rosa dos Santos, Euzeli dos Santos Fonseca, Francisca Aparecida de Souza Almeida, Francisco Evagelista da Silva, Iraci Maria de Freitas, Ivonete Barreto Sanches, Jane Viega de Melo, Joel Moreira, José Henrique Bayer, José Joaquim Filho, José Maria Tavares, Joviane V. Olszewski, Livercino Alves de Moura, Maria Loução Goulart, Maria de Souza Francisco, Marli Ivani Faria Alvim, Marli Pires de Morais Bernardes, Maurilio Aristides Pedro, Neiva Gonçalves Batista, Neuza dos Santos Trindade, Orzelia Maria Nogueira, Pedro Marques, Pedro Martins

de Almeida, Ranolfo Rodis, Ricardo Gonçalves, Rui Marques Bento, Saulo Costa, Valdinéia Gomes Pinheiro, Vanderli Maria Fernandes. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Roberto Hapner. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Edison de Oliveira Macedo Filho. Revisor: Des. Leonel Cunha. Proferido: no protocolado sob nº 2011.00334050. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.
Junte-se. Indefiro o pedido, visto que os autos encontram-se em pauta para julgamento, podendo o advogado exercer direito de preferência. Ctba, 16/09/2011
0003 . Processo/Prot: 0822395-4 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/181928. Comarca: Loanda. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000224-83.2006.8.16.0105 Ordinária. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Márcia Daniela Canassa Giuliangelli. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Interessado: Adail Ribeiro Tadim. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Leonel Cunha. Revisor: Des. Luiz Mateus de Lima. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Vistos, RELATÓRIO 1) O MINISTÉRIO PÚBLICO ajuizou Ação Ordinária em face do ESTADO DO PARANÁ, a fim de que, liminarmente, fosse entregue a ADAIL RIBEIRO TADIM, portador de "Hepatite Viral Crônica C", o medicamento "Interferon Peguilado e Ribavirina". 2) A decisão de fls. 61/68 deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, a fim de determinar "ao Réu, ESTADO DO PARANÁ, por meio do Chefe da 14ª Regional de Saúde (Paranavaí), que forneça ao Sr. Adail Ribeiro Tadim, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, os seguintes medicamentos: Interferon Peguilado e Ribavirina, na quantidade, qualidade, dosagem e pelo período necessário em que previstos em receita médica" (fls. 65/66). 3) O ESTADO DO PARANÁ contestou (fls. 84/96, arguindo, preliminarmente, a incompetência absoluta da Justiça Estadual, por entender que a União, responsável pelo repasse de verbas ao Estado, é parte legítima para figurar no polo passivo da lide. No mérito, sustentou que: a) não ficou comprovada que a situação financeira do paciente o faz beneficiário das políticas públicas gratuitas; b) não há prova contundente a respeito da doença, nem tampouco da necessidade dos medicamentos pelo interessado; c) não possui responsabilidade pela distribuição dos medicamentos solicitados, uma vez que Portaria nº 863/02 veda o fornecimento destes a pacientes que já tenham realizado tratamento prévio com "Interferon Alfa" associado à "Ribavirina"; d) a procedência do pedido inicial acarretaria a supressão de fornecimento dos remédios a outros pacientes que, diante dos critérios técnicos médicos, efetivamente necessitam do "Interferon Peguilado"; e) o custeio de tratamento pelo ente público sem eficácia comprovada acaba por impor gasto excessivo ao erário. 4) A decisão de fl. 113 afastou a preliminar de incompetência absoluta do Juízo. 5) O ESTADO DO PARANÁ informou que o interessado não estaria mais fazendo uso do medicamento, porquanto teve que se submeter a uma cirurgia (fls. 114/116). 6) Determinada a realização de prova pericial (fl. 121), as partes apresentaram quesitos (fl. 123 e fls. 124/125), bem como foi nomeado perito (fl. 126). 7) ADAIL RIBEIRO TADIM prestou declarações (fl. 135), informando que recebeu os medicamentos até novembro de 2008 e que, desde então, não estaria mais fazendo uso destes, tendo sido suspenso o tratamento por cura da moléstia. Requereu o cancelamento da perícia. 8) O Laudo juntado na fl. 139 declarou a desnecessidade da perícia, ante a cura da doença. 9) A sentença (fls. 178/189) julgou procedente o pedido inicial, "para confirmar a liminar concedida, declarando como correta a determinação do Estado em fornecer o medicamento pleiteado na inicial", e condenou o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a serem recolhidos ao Fundo Especial do Ministério Público, sob os seguintes fundamentos: a) os documentos juntados nos autos atestam a doença do interessado, bem como a necessidade dos medicamentos solicitados; b) o paciente foi atendido pelo SUS, o que comprova a sua hipossuficiência para adquirir os remédios postulados; c) a medicação foi devidamente prescrita por médico habilitado e especializado, inscrito perante seu conselho de classe, justamente depois de constatada a não solução com o tratamento anterior; d) a prescrição médica é suficiente para comprovar a indispensabilidade do medicamento, não sendo plausível submeter o paciente a perícia para comprovação da necessidade de utilização do remédio solicitado ou da possibilidade de sua substituição por outro; e) a efetividade do medicamento foi demonstrada pela própria cura do paciente após meses de utilização, bem como pela existência de tratamento anterior que não surtiu efeito; f) a Portaria nº 863/02 não pode prevalecer sobre o direito à saúde consagrado na Constituição Federal. 10) O ESTADO DO PARANÁ apelou (fls. 191/209), arguindo, preliminarmente, a ilegitimidade ativa do Ministério Público para defender direito individual disponível, uma vez que não há prova de que o substituído processual seja pessoa pobre. Sustentou, ainda em preliminar, a impossibilidade jurídica do pedido, por caracterizar a determinação de fornecimento de remédio indevida interferência do Poder Judiciário no Executivo, o que é vedado pelo princípio constitucional da separação dos poderes. No mérito, aduziu, em síntese, que: a) não há nos autos prova da necessidade e imprescindibilidade da medicação postulada, nem tampouco de que a cura do interessado durante a instrução processual se deu em razão do uso dos medicamentos solicitados, porquanto não foi realizada perícia técnica; b) o entendimento adotado na sentença de que há presunção da ausência de condições financeiras do interessado em arcar com o tratamento solicitado não pode prevalecer, sob pena de ofensa ao artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil; c) o paciente não preenchia os requisitos da Portaria nº 863/02 do Ministério da Saúde para o tratamento da Hepatite C com "Interferon Peguilado e Ribavirina"; d) não cabe honorários advocatícios em favor do Ministério Público. Requereu o provimento do recurso. 11) O Ministério Público apresentou contrarrazões nas fls. 214/223. É o relatório. FUNDAMENTAÇÃO O processo merece extinto, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual superveniente. Da análise dos autos, verifica-se que, antes da prolação da sentença, o interessado, ADAIL RIBEIRO TADIM, prestou declarações perante o Ministério Público, dando conta de que "recebeu a medicação necessária para o tratamento da moléstia da qual era portador até o mês de novembro de 2008; que desde novembro de 2008 não mais fez uso dos medicamentos prescritos; que o médico suspendeu o tratamento por motivo de CURA DA MOLÉSTIA HEPATITE VIRAL CRÔNICA C; que assim não necessita mais de receber os medicamentos; que requer seja cancelado a perícia médica agendada para o dia 13 de abril de 2009, às 08h30min, nesta Cidade de Loanda; que não mais interessa ao declarante o prosseguimento do feito, uma vez que alcançou plenamente o seu objetivo" (fl. 135). A corroborar essa declaração, foi juntado o Laudo Pericial de fl. 139, elaborado pelo Dr. Luiz Antônio B. Calasans CRM 5591, o qual atesta que ADAIL RIBEIRO TADIM foi examinado e que "já recebeu alta com cura da doença em questão, tornando-se desnecessária ou prejudicada a realização da perícia médica para a resposta aos quesitos constantes no processo", porquanto "se submeteu ao tratamento requerido pelo médico assistente, possui os resultados dos exames complementares que atestam a cura definitiva da patologia em questão". Assim, considerando que a parte interessada declarou que estava curada, que não necessitava mais da medicação que lhe foi prescrita e que não mais possuía interesse no prosseguimento do feito, bem como que há laudo pericial constatando a cura da doença que acometia o paciente quando da propositura da demanda, é de se reconhecer a falta de interesse processual superveniente ao ajuizamento da ação, devendo, por isso, o processo ser extinto, sem julgamento do mérito, com base no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. ANTE O EXPOSTO, com base no artigo 557 do Código de Processo Civil: a) conheço da presente Apelação; b) casso a sentença; c) julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, por falta de interesse processual superveniente; d) pelo princípio da causalidade e considerando que o Ministério Público não responde pelos honorários de advogado, custas e despesas processuais, salvo comprovada má-fé, condeno o Estado do Paraná apenas no pagamento das custas processuais, já que foi quem deu causa à propositura da demanda ao negar o fornecimento de remédio indispensável ao tratamento do interessado, cujo direito estava amparado pelo artigo 196 da Constituição Federal. Intimem-se. CURITIBA, 26 de setembro de 2011. Desembargador LEONEL CUNHA Relator
0004 . Processo/Prot: 0830670-7 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/344156. Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0003304-27.2011.8.16.0090 Mandado de Segurança. Agravante: Município de Ibiporã, José Maria Ferreira. Advogado: Karina Ayumi Tanno, Benedicto Luiz de Mello, Luiz Henrique Batista de Oliveira Pedrozo. Agravado: Rodrigo Borghi da Silva e Cia Ltda. Advogado: Thebas Vidal Veiga. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Mateus de Lima. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Vistos, O presente agravo de instrumento é tempestivo e preenche os demais requisitos de admissibilidade, de forma que lhe dou seguimento. Município de Ibiporã e outro demonstram irresignação contra a decisão de fls. 93/94 verso TJ-PR, proferida em mandado de segurança (autos nº 3.304/2011), impetrado pela agravada, que concedeu liminar, a fim de que fosse obstada a abertura de novo procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais e equipamentos para a implementação de rede de dados sem fio de sinal e internet. Alegam em suas razões recursais que: (a) a agravada impetrou mandado de segurança ao argumento de que foi declarada vencedora em procedimento licitatório proveniente do processo administrativo nº 14/2011 (Edital nº 14/20411) em razão da desclassificação de sua única concorrente; (b) o administrador público entendeu por bem revogar o procedimento licitatório pelo fato de a Procuradoria Geral do Município ter constatado irregularidades formais e divergências de informações nos documentos disponibilizados em edital, tendo o juízo agravado entendido pela ausência de fundamentação do ato administrativo; (c) o controle exercido pelo Poder Judiciário sobre os atos da Administração Pública limita-se a verificar se estes estão revestidos das mesmas formalidades exigidas por lei; (d) o ato administrativo de revogação do procedimento licitatório restou devidamente fundamentado e motivado, salientando que com a exclusão do único concorrente existente a agravada passou a ser a única fornecedora, havendo violação ao Princípio da Concorrência e impossibilitando a busca pelo menor preço; (e) não há direito líquido e certo invocado pela agravada, pois a empresa considerada vencedora do certame possui mera expectativa de adjudicação do objeto licitado; (f) a Administração Pública pode rever seus próprios atos de acordo com o seu poder de autotutela; (g) há contradição entre as disposições do edital, o qual é instrumento vinculatório, com as disposições constantes da minuta do contrato administrativo a ser firmado. Assim, postula pela concessão de efeito suspensivo, a fim de que seja possível a abertura de novo procedimento licitatório pela Administração Pública. Ao final, pugna pelo provimento do agravo para que seja autorizada a continuidade do procedimento administrativo licitatório para a contratação do mesmo objeto. Entendo que merece deferimento o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso, a fim de que sejam suspensos os efeitos da decisão que concedeu liminar em mandado de segurança, obstando a abertura de novo procedimento licitatório. Primeiramente é preciso considerar que tendo entendido a Administração Pública pela ocorrência de contradição entre as disposições constantes em edital e àquelas constantes do contrato administrativo a ser firmado, o que teria motivado a revogação da licitação, nada mais prudente do que revisar seus próprios atos, tendo e vista o Poder de Autotutela que lhe é conferido. Dessa forma, em juízo de cognição sumária, entendo que diante das possíveis divergências/irregularidades encontradas, as quais poderiam implicar em atraso na execução e fiscalização do contrato, não poderia a administração ter agido de outra forma, senão a fim de proteger o interesse público e garantir a segurança do certame licitatório. Ademais, em juízo preliminar, não se pode deixar de considerar a relevância do objeto licitado, o qual visa garantir à população municipal a possibilidade de inclusão digital através de sinal de internet de forma gratuita. Visa, também, promover a redução de custos com a interligação entre a Prefeitura do Município e as escolas, creches e unidades de saúde Ou seja, trata-se de serviço público que demanda urgência, não podendo ficar a mercê do desfecho

de ações judiciais para que possa ser prestado. Razão pela qual desarrazoado o impedimento da abertura de novo procedimento licitatório. Por fim, há que se dizer que a suspensão dos efeitos da liminar não obstará a empresa agravada de participar de novos procedimentos licitatórios, não acarretando qualquer prejuízo, tendo, inclusive, informado o agravante, a respeito da abertura de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto (Edital nº 004/2011). Assim sendo, é de se conceder o efeito almejado, a fim de suspender a liminar proferida em mandado de segurança, que entendeu por bem obstar a abertura de novo procedimento licitatório. Requisito informações ao juízo a quo, no prazo de 10 (dez) dias, bem como determino que se intime a agravada, para os fins e de acordo com o art. 527, incisos IV e V, do Código de Processo Civil. Comprovem os agravantes, em 3 (três) dias, o cumprimento do disposto no art. 526 do Código de Processo Civil. Após prestadas as informações e a resposta da parte agravada, encaminhem-se os autos a Douta Procuradoria-Geral de Justiça. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. LUIZ MATEUS DE LIMA Desembargador Relator

0005 . Processo/Prot: 0832613-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/330690. Comarca: Xambrê. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000435-24.2011.8.16.0177 Ação Civil Pública. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Fernando Augusto Montai Y Lopes, Weslei Vendruscolo. Agravado: Ministério Público do Estado do Paraná. Interessado: Enedino Manoel. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Relator: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA (CPC, ART. 557): AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONCESSÃO DA LIMINAR EM 1° GRAU, ORDENANDO O FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO "SPIRIVA RESPIMAT 2,0 MG (BROMETO DE TIOTRÓPIO)" A PESSOA CARENTE, PORTADORA DE "DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA - CID J43)" - DECISÃO "A QUO" ACERTADA - PRESENÇA DE VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES A PERMITIR A CONCESSÃO DE LIMINAR - LAUDO MÉDICO QUE COMPROVA A NECESSIDADE URGENTE DE UTILIZAÇÃO DO MEDICAMENTO - VIDA E SAÚDE DIREITOS FUNDAMENTAIS PROTEGIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - DEVER DO ESTADO (COMO GÊNERO) EM PROVER TAIS DIREITOS, CONFORME PRECEITUAM OS ARTS. 6° E 196 DA CF MEDICAMENTO NÃO CONSTANTE DA LISTA DO SUS IRRELEVÂNCIA - PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA A PREVALECER ACIMA DE QUALQUER REGRA BUROCRÁTICA DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO - RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NESTA CORTE E NO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO COM SEGUIMENTO NEGADO PELO RELATOR. Vistos, etc... Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto pelo ESTADO DO PARANÁ, nos autos de AÇÃO CIVIL PÚBLICA n ° 435-24.2011.8.16.0177, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em substituição processual de ENEDINO MANOEL DOS SANTOS, portador de "Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (CID J 43)". Diz o Ministério Público que o substituído está acometido de uma doença associada à deficiência pulmonar, a qual gera obstrução crônica dificultando a respiração. Aduz o "parquet" que o medicamento pleiteado revela-se necessário, pois o paciente já utilizou outros fármacos como o "Foraseq 12/400 e Combivert Spray" sem obter resultados satisfatórios. E de acordo com o médico que assiste o substituído, Dr. Fabrício J. Ziliotto, somente com a utilização do SPIRIVA RESPIMAT associado aos demais medicamentos é que o paciente poderá obter melhoras em seu quadro clínico. Além disso, enfatiza que não existe outro fármaco no mercado com o mesmo princípio ativo, sendo ele o único para o tratamento de portadores de DPOC Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica. O pedido de antecipação da tutela foi concedido às fls. 38/43-TJ, determinando-se que o agravante Estado do Paraná forneça o medicamento SPIRIVA RESPIMAT 2,0 mg (BROMETO DE TIOTRÓPIO) no prazo de 72 horas ao paciente substituído pelo Ministério Público, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais). Dessa decisão agrava o ESTADO DO PARANÁ, aduzindo em suas razões recursais em resumo - que: a) o medicamento pleiteado ainda não é padronizado pelo SUS para a patologia do paciente e por isso a liminar não pode ser concedida; além disso, não há comprovação de eficácia do fármaco, o que pode causar sérios efeitos colaterais, colocando em risco a saúde do paciente; b) o Poder Público não pode ser compelido a fornecer medicamentos que não foram por ele prescritos, sendo necessário seguir as regras dos Protocolos Clínicos para dispensação de medicamentos; c) a manutenção do pedido do autor irá contrariar todo um regime jurídico de direito público e comprometer toda a racionalidade dos programas de distribuição gratuita de medicamentos plasmada na Política Nacional de Medicamentos; d) O Estado deve agir dentro da legalidade mesmo no tocante à saúde pública, de maneira que o fornecimento dos fármacos não pode se dar de forma indiscriminada, sob pena de produzir conseqüências desastrosas para a manutenção do Sistema Único de Saúde. Com tais argumentos, pede o efeito suspensivo recursal e ao final a reforma integral da decisão agravada. É O RELATÓRIO. DECIDO. O presente agravo de instrumento deve ser decidido monocraticamente nos termos do art. 557, caput, do CPC, eis que se afigura manifestamente improcedente e contrário à jurisprudência dominante desta Corte. É que a liminar guerreada está bem fundamentada, merecendo ser mantida desde logo por este relator, sendo desnecessário mandar mais um recurso ao colegiado quando a matéria já foi analisada inúmeras vezes na Câmara. Ademais, as argumentações lançadas no recurso não têm sido acolhidas nesta Corte Estadual e nem no Superior Tribunal de Justiça, na medida em que o caso reflete demanda envolvendo direito fundamental à vida e saúde de cidadão brasileiro, garantido pela Constituição Federal, e que por isso mesmo predomina sobre regras burocráticas inferiores do Ministério da Saúde. Em outras palavras, a saúde é direito fundamental do cidadão e dever do Estado (CF, arts. 6° e 196), de modo que não é possível a prevalência de normas inferiores à Constituição Federal que venham a restringir esse direito. Por isso, o fato de o medicamento não estar padronizado no SUS para a patologia do agravado não é empecilho para o não fornecimento. Não se trata de desprezar as diretrizes administrativas traçadas pelo Executivo Estadual, porém, não se pode olvidar que acima das regras burocráticas elaboradas pelo Poder Executivo há uma Constituição Federal que elevou o direito à saúde e à vida ao patamar de direitos fundamentais indisponíveis. Logo, as normas de dispensação de medicamentos elaboradas pelo ente público não podem obstar a realização desses direitos fundamentais. Inclusive, este relator já analisou caso análogo envolvendo o mesmo medicamento: "AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONCESSÃO DA LIMINAR EM 1° GRAU, ORDENANDO O FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO "SPIRIVA RESPIMAT (BROMETO DE TIOTRÓPIO)" A PESSOA CARENTE, PORTADORA DE "DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA - CID J43)" - DECISÃO A QUO ACERTADA - PRESENÇA DE VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES A PERMITIR A CONCESSÃO DE LIMINAR - LAUDO MÉDICO QUE COMPROVA A NECESSIDADE URGENTE DE UTILIZAÇÃO DO MEDICAMENTO - DIREITOS À VIDA E À SAÚDE PROTEGIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - DEVER DO ESTADO (COMO GÊNERO) EM PROVER TAIS DIREITOS, CONFORME PRECEITUAM OS ARTS. 6° E 196 DA CF PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA A PREVALECER ACIMA DE QUALQUER REGRA BUROCRÁTICA DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NESTA CORTE E NO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO COM SEGUIMENTO NEGADO PELO RELATOR." (TJPR - 5ª C.Cível AI 0791790-4 Umuarama - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas Monocrático - J.20.06.2011). Em verdade, basta que exista a comprovação da impossibilidade financeira para a aquisição do remédio, e que ele tenha sido prescrito justificadamente por um médico habilitado, seja ou não do SUS. Isso porque o direito à saúde advém da própria Constituição Federal, que por sua vez, não restringe o seu acesso somente àqueles que se consultam pela rede pública (que demora meses para atender em muitos casos!!!). Por outro lado, vale ressaltar que o médico que atende o paciente é a pessoa mais indicada a prescrever o tratamento em razão da sua proximidade com o mesmo, não cabendo ao ente público colocar em dúvida a sua escolha só com base em insinuações. Se houver problemas ou efeitos colaterais, é do médico a responsabilidade por conta da escolha do fármaco para o tratamento do paciente. Então, a mera possibilidade de ocorrer efeitos colaterais danosos por conta da utilização do medicamento não serve de escusa para o ente público deixar de fornecê-lo ao paciente, como faz o Estado do Paraná neste caso (fls. 07-TJ). Afinal, é notório que todo e qualquer medicamento possui em sua bula uma lista enorme de efeitos colaterais indesejáveis. Quanto à alegada contrariedade ao sistema jurídico de direito público caso seja mantida a decisão "a quo", não merece acolhida, uma vez que "(...) O Poder Judiciário não pode ficar inerte quando garantias fundamentais não estão sendo cumpridas. A determinação judicial para que o Estado forneça medicamentos à pessoas carentes não caracteriza ingerência nos negócios da Administração Pública e nem violação ao princípio da Separação dos Poderes, eis que o Judiciário está somente garantindo a efetivação de um direito fundamental que está sendo ignorado pelo Estado do Paraná." (TJPR - 5ª C.Cível - ACR 0413946-4 - J. 24.11.2009). No mesmo sentido: "Não podem os direitos sociais ficar condicionados à boa vontade do Administrador, sendo de fundamental importância que o Judiciário atue como órgão controlador da atividade administrativa. Seria uma distorção pensar que o princípio da separação dos poderes, originalmente concebido com o escopo de garantia dos direitos fundamentais, pudesse ser utilizado justamente como óbice à realização dos direitos sociais, igualmente fundamentais. (...)" (STJ, AgRg no REsp 1136549/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/06/2010, DJe 21/06/2010). Frise-se, por fim, que o perigo de demora é evidente neste caso, haja vista que a doença do paciente é crônica e acarreta perda gradual da função pulmonar, cuja conseqüência é a incapacidade física do enfermo, que terá dificuldades de realizar atividades do cotidiano como caminhar, pentear os cabelos e subir escadas (fls. 48-TJ). Ademais, a possibilidade de óbito do paciente caso não faça uso do medicamento também não está descartada, conforme se infere do laudo médico de fls. 74-TJ. Nestas condições, deve ser mantida a decisão "a quo" até o julgamento final da demanda. Diante do exposto, com fulcro no art. 557 do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, por ser de todo improcedente e contrário à jurisprudência dominante nesta Corte e no Superior Tribunal de Justiça. Publique-se. Intimem-se. Oportunamente, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Autorizo a Secretaria da 5ª Câmara Cível a subscrever os expedientes necessários. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Juiz ROGÉRIO RIBAS, Subst. de 2º Grau RELATOR -- 1 Em substituição ao Desembargador XISTO PEREIRA.

## SEÇÃO DA 13ª CÂMARA CÍVEL

**I Divisão de Processo Cível**
**Seção da 13ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10270**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Abel Sguarezi | 006 | 0739631-4/01 |
| Acir Ferreira Junior | 067 | 0808412-8/01 |
| Adriano Marroni | 003 | 0701002-2/01 |
| Alexandre Christoph Lobo Pacheco | 001 | 0262677-1/06 |
| Alexandre Nelson Ferraz | 003 | 0701002-2/01 |
| | 014 | 0793006-5 |
| Altair Roberto Ruschel | 012 | 0791115-1 |
| Ana Eliete Becker M. Koehler | 002 | 0437494-7/01 |
| Ana Maria Silvério Lima | 002 | 0437494-7/01 |
| Ana Paula Martin Alves da Silva | 053 | 0806157-4/01 |
| Andréa Cristiane Grabovski | 007 | 0771676-3 |
| Angelino Luiz Ramalho Tagliari | 061 | 0807459-7/01 |
| Antonio Elóy Bernardin | 002 | 0437494-7/01 |
| Aparecido Soares Andrade | 048 | 0805598-1 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 017 | 0801941-6/01 |
| | 019 | 0802056-6/01 |
| | 020 | 0802105-4 |
| | 024 | 0802998-9 |
| | 044 | 0805255-1/01 |
| | 045 | 0805271-5 |
| | 058 | 0807019-3 |
| | 059 | 0807102-3 |
| | 066 | 0808336-3 |
| | 070 | 0808698-8 |
| Carla Adelita M. D. Valcanaia | 006 | 0739631-4/01 |
| Carlos Alberto Nepomuceno Filho | 040 | 0805052-0/01 |
| | 053 | 0806157-4/01 |
| | 057 | 0806748-5/01 |
| | 065 | 0807850-4/01 |
| Carlos Roberto Gomes Salgado | 052 | 0806139-6 |
| Carolina Gonçalves G. Castellano | 006 | 0739631-4/01 |
| Celito Argenta | 061 | 0807459-7/01 |
| Cláudia Gramowski | 011 | 0790628-9 |
| Claudimara Calore de Souza | 015 | 0799563-9 |
| Claudir José Schwarz | 030 | 0803706-5/01 |
| | 040 | 0805052-0/01 |
| | 043 | 0805193-6/01 |
| | 065 | 0807850-4/01 |
| | 069 | 0808624-8/01 |
| Daniele Gehrmann | 026 | 0803102-7 |
| Denise Numata Nishiyama Panisio | 029 | 0803664-2 |
| Diego Luiz Pasqualli | 016 | 0800361-4 |
| Diogo Bertolini | 023 | 0802958-5 |
| Edivaldo Vidotti Viotto | 025 | 0803079-3 |
| | 031 | 0803851-5 |
| | 032 | 0803861-1 |
| | 033 | 0803954-1 |
| | 036 | 0804654-0 |
| | 037 | 0804808-8 |
| | 042 | 0805081-1 |
| | 047 | 0805468-8 |
| | 068 | 0808548-3 |
| Edivar Mingoti Júnior | 045 | 0805271-5 |
| | 058 | 0807019-3 |
| | 066 | 0808336-3 |
| Eduardo Chalfin | 005 | 0723063-9/01 |
| Eduardo Luiz Correia | 008 | 0772287-0 |
| Egberto Fantin | 016 | 0800361-4 |
| Elisa Gehlen Paula B. d. Carvalho | 011 | 0790628-9 |
| Elizeu Mendes da Silva | 051 | 0806108-1 |
| Elói Contini | 023 | 0802958-5 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 004 | 0718796-0 |
| | 022 | 0802613-1 |
| | 028 | 0803314-7/01 |
| | 030 | 0803706-5/01 |
| | 034 | 0804126-1 |
| | 035 | 0804451-9 |
| | 040 | 0805052-0/01 |
| | 041 | 0805071-5 |
| | 043 | 0805193-6/01 |
| | 048 | 0805598-1 |
| | 049 | 0805671-5/01 |
| | 051 | 0806108-1 |
| | 052 | 0806139-6 |
| | 053 | 0806157-4/01 |
| | 054 | 0806187-2 |
| | 057 | 0806748-5/01 |
| | 064 | 0807714-3 |
| | 065 | 0807850-4/01 |
| | 069 | 0808624-8/01 |
| | 073 | 0809874-2 |
| Eveli Maria Pedrollo | 024 | 0802998-9 |
| Fábio Júnior de Oliveira Martins | 045 | 0805271-5 |
| | 066 | 0808336-3 |
| Fábio Maurício P. Ligmanovski | 008 | 0772287-0 |
| Fabíola Cueto Clementi | 011 | 0790628-9 |
| Fabrício Coimbra Chesco | 051 | 0806108-1 |
| Fernanda Michel Andreani | 017 | 0801941-6/01 |
| Flávia Regina Carluccio | 059 | 0807102-3 |
| | 070 | 0808698-8 |
| Flávio Bandeira Sanches | 027 | 0803240-2 |
| | 039 | 0804831-7/01 |
| Flavio Pereira Teixeira | 028 | 0803314-7/01 |
| Floriano Terra Filho | 050 | 0805935-4 |
| Gabriel Antônio H. N. d. L. Filho | 001 | 0262677-1/06 |
| Geraldine Karin Liechocki | 022 | 0802613-1 |
| Giovana Picoli | 007 | 0771676-3 |
| Giovanna Price de Melo | 013 | 0791975-7 |
| Gisele Agostini Buquéra | 054 | 0806187-2 |
| Guilherme Luiz Sandri | 035 | 0804451-9 |
| Heglisson Tadeu Mocelin Neves | 009 | 0773582-4 |
| Ilan Goldberg | 005 | 0723063-9/01 |
| Irineu Mazzarotto Filho | 011 | 0790628-9 |
| Jaafar Ahmad Barakat | 052 | 0806139-6 |
| Jair Antônio Wiebelling | 005 | 0723063-9/01 |
| Jocelino Alves de Freitas | 049 | 0805671-5/01 |
| Joel Kravtchenko | 012 | 0791115-1 |
| Josafá Antonio Lemes | 034 | 0804126-1 |
| José Alfredo Dalzotto | 064 | 0807714-3 |
| José de César Ferreira | 018 | 0802034-0/01 |
| José Luiz Fornagieri | 059 | 0807102-3 |
| | 070 | 0808698-8 |
| Josias Luciano Opuskevich | 005 | 0723063-9/01 |
| Julio Barbosa Lemes Filho | 010 | 0789227-5 |
| Júlio Cesar Dalmolin | 005 | 0723063-9/01 |
| Karen Reges Sierra | 006 | 0739631-4/01 |
| Lauro Fernando Zanetti | 018 | 0802034-0/01 |
| | 021 | 0802208-0/01 |
| | 025 | 0803079-3 |
| | 026 | 0803102-7 |
| | 027 | 0803240-2 |
| | 029 | 0803664-2 |
| | 031 | 0803851-5 |
| | 032 | 0803861-1 |
| | 033 | 0803954-1 |
| | 036 | 0804654-0 |
| | 037 | 0804808-8 |
| | 038 | 0804814-6 |
| | 039 | 0804831-7/01 |
| | 042 | 0805081-1 |
| | 046 | 0805301-8 |
| | 047 | 0805468-8 |
| | 055 | 0806647-3/01 |
| | 056 | 0806707-4 |
| | 060 | 0807417-9 |
| | 062 | 0807477-5/01 |
| | 063 | 0807541-0/01 |
| | 067 | 0808412-8/01 |
| | 068 | 0808548-3 |
| | 071 | 0809242-0/01 |
| | 072 | 0809280-0/01 |
| Leonardo de Almeida Zanetti | 018 | 0802034-0/01 |

| | | |
|---|---|---|
| | 025 | 0803079-3 |
| | 026 | 0803102-7 |
| | 027 | 0803240-2 |
| | 029 | 0803664-2 |
| | 031 | 0803851-5 |
| | 032 | 0803861-1 |
| | 033 | 0803954-1 |
| | 036 | 0804654-0 |
| | 037 | 0804808-8 |
| | 038 | 0804814-6 |
| | 042 | 0805081-1 |
| | 046 | 0805301-8 |
| | 047 | 0805468-8 |
| | 055 | 0806647-3/01 |
| | 056 | 0806707-4 |
| | 060 | 0807417-9 |
| | 063 | 0807541-0/01 |
| | 068 | 0808548-3 |
| Leonardo Haruo Medeiros Hiroki | 015 | 0799563-9 |
| Leuremar Anderson Talamini | 010 | 0789227-5 |
| Linco Kczam | 026 | 0803102-7 |
| | 057 | 0806748-5/01 |
| Lisimar Valverde Pereira | 010 | 0789227-5 |
| Lothar Katzwinkel Junior | 041 | 0805071-5 |
| Louise Rainer Pereira Gionédis | 009 | 0773582-4 |
| Lucas Fernando de Castro | 006 | 0739631-4/01 |
| Luci Teresinha Schnell | 050 | 0805935-4 |
| Luiz Alberto Gonçalves | 013 | 0791975-7 |
| Luiz Fernando Brusamolin | 007 | 0771676-3 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 004 | 0718796-0 |
| | 022 | 0802613-1 |
| | 028 | 0803314-7/01 |
| | 030 | 0803706-5/01 |
| | 034 | 0804126-1 |
| | 035 | 0804451-9 |
| | 040 | 0805052-0/01 |
| | 041 | 0805071-5 |
| | 043 | 0805193-6/01 |
| | 048 | 0805598-1 |
| | 049 | 0805671-5/01 |
| | 050 | 0805935-4 |
| | 051 | 0806108-1 |
| | 052 | 0806139-6 |
| | 054 | 0806187-2 |
| | 057 | 0806748-5/01 |
| | 069 | 0808624-8/01 |
| | 073 | 0809874-2 |
| Marcela Spinella de Oliveira | 014 | 0793006-5 |
| Marcelo Paulo Wacheleski | 041 | 0805071-5 |
| Márcia Eneida Bueno | 013 | 0791975-7 |
| Márcia Loreni Gund | 005 | 0723063-9/01 |
| Márcio Rogério Depolli | 017 | 0801941-6/01 |
| | 019 | 0802056-6/01 |
| | 020 | 0802105-4 |
| | 024 | 0802998-9 |
| | 044 | 0805255-1/01 |
| | 045 | 0805271-5 |
| | 058 | 0807019-3 |
| | 059 | 0807102-3 |
| | 066 | 0808336-3 |
| | 070 | 0808698-8 |
| Marcos Basso do Nascimento | 049 | 0805671-5/01 |
| Maria Amélia Cassiana M. Vianna | 009 | 0773582-4 |
| Mariana Piovezani Moreti | 063 | 0807541-0/01 |
| Michel Laureanti | 034 | 0804126-1 |
| Nathália Kowalski Fontana | 009 | 0773582-4 |
| Nelson Luiz Filho | 022 | 0802613-1 |
| Nilda Leide Dourador | 008 | 0772287-0 |
| Oldemar Mariano | 005 | 0723063-9/01 |
| Olinto Roberto Terra | 050 | 0805935-4 |
| | 073 | 0809874-2 |
| Olivio Gamboa Panucci | 017 | 0801941-6/01 |
| | 019 | 0802056-6/01 |
| | 020 | 0802105-4 |
| | 044 | 0805255-1/01 |
| Osvaldo Espinola Junior | 008 | 0772287-0 |
| Patricia Carla de Deus Lima | 022 | 0802613-1 |
| | 034 | 0804126-1 |
| | 064 | 0807714-3 |
| Patrícia Mattos Melle Tiburcio | 067 | 0808412-8/01 |
| Paulo Henrique Gaiva Muzzi | 006 | 0739631-4/01 |
| Pedro Girolamo Macarini | 002 | 0437494-7/01 |
| Renata Cristina Costa | 018 | 0802034-0/01 |
| | 025 | 0803079-3 |
| | 026 | 0803102-7 |
| | 029 | 0803664-2 |
| | 031 | 0803851-5 |
| | 032 | 0803861-1 |
| | 033 | 0803954-1 |
| | 036 | 0804654-0 |
| | 037 | 0804808-8 |
| | 042 | 0805081-1 |
| | 046 | 0805301-8 |
| | 047 | 0805468-8 |
| | 055 | 0806647-3/01 |
| | 060 | 0807417-9 |
| | 063 | 0807541-0/01 |
| | 071 | 0809242-0/01 |
| Renato Fumagalli de Paiva | 056 | 0806707-4 |
| | 060 | 0807417-9 |
| Rogério Veras | 001 | 0262677-1/06 |
| Rosana Ramos da Silva Peres | 022 | 0802613-1 |
| Rosemar Angelo Melo | 030 | 0803706-5/01 |
| Samantha de Mascarenhas Sade | 004 | 0718796-0 |
| Sebastião Mendes da Silva | 051 | 0806108-1 |
| Sérgio Augusto Simon | 022 | 0802613-1 |
| Sérgio Luiz Belotto Junior | 005 | 0723063-9/01 |
| Shealtiel Lourenço Pereira Filho | 026 | 0803102-7 |
| Shiroko Numata | 021 | 0802208-0/01 |
| | 029 | 0803664-2 |
| | 038 | 0804814-6 |
| | 046 | 0805301-8 |
| | 055 | 0806647-3/01 |
| | 062 | 0807477-5/01 |
| | 071 | 0809242-0/01 |
| | 072 | 0809280-0/01 |
| Silvana Santos | 054 | 0806187-2 |
| Simone Daiane Rosa | 017 | 0801941-6/01 |
| | 020 | 0802105-4 |
| | 045 | 0805271-5 |
| | 058 | 0807019-3 |
| | 066 | 0808336-3 |
| Talita Santos Gatti | 027 | 0803240-2 |
| | 039 | 0804831-7/01 |
| Teresa Celina de A. A. Wambier | 028 | 0803314-7/01 |
| | 041 | 0805071-5 |
| | 043 | 0805193-6/01 |
| | 050 | 0805935-4 |
| | 051 | 0806108-1 |
| | 052 | 0806139-6 |
| | 053 | 0806157-4/01 |
| | 064 | 0807714-3 |
| | 069 | 0808624-8/01 |
| Thaisa Cristina Cantoni | 026 | 0803102-7 |
| Thiago Brunetti Rodrigues | 063 | 0807541-0/01 |
| Toshiharu Hiroki | 015 | 0799563-9 |
| Valéria Caramuru Cicarelli | 003 | 0701002-2/01 |
| Valeriano Aparecido Medeiros | 014 | 0793006-5 |
| Vanda Lucia Tavares | 010 | 0789227-5 |
| Volnei Leandro Kottwitz | 030 | 0803706-5/01 |
| | 040 | 0805052-0/01 |
| | 043 | 0805193-6/01 |
| | 065 | 0807850-4/01 |
| | 069 | 0808624-8/01 |
| Walber Pydd | 004 | 0718796-0 |
| Waldemar Deccache | 006 | 0739631-4/01 |

| | | |
|---|---|---|
| Wesley Toledo Ribeiro | 021 | 0802208-0/01 |
| | 038 | 0804814-6 |
| | 046 | 0805301-8 |
| | 055 | 0806647-3/01 |
| | 062 | 0807477-5/01 |
| | 071 | 0809242-0/01 |
| | 072 | 0809280-0/01 |
| Wilson Carlos Passos Barboza | 012 | 0791115-1 |
| Wilson Olandoski Barboza | 012 | 0791115-1 |
| Wiviane Cristina Perin | 014 | 0793006-5 |

Publicação de Acórdão

0001 . Processo/Prot: 0262677-1/06 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2010/394985. Comarca: Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 2626771-0/5 Embargos de Declaração, 262677-1 Apelação Cível. Embargante: Servopa Administradora de Consórcios S/c Ltda. Advogado: Gabriel Antônio Henke Neiva de Lima Filho. Embargado: Valdir Fernandes. Advogado: Alexandre Christoph Lobo Pacheco, Rogério Veras. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do relator. EMENTA: Embargante: SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/C LTDA. Embargado: VALDIR FERNANDES Relator: JUIZ SERGIO LUIZ PATITUCCI EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGO DE DECLARAÇÃO DE EMBARGO DE DECLARAÇÃO ALEGAÇÃO DE VÍCIOS DO ARTº. 535 DO CPC OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE INOCORRÊNCIA MERO INCONFORMISMO REITERAÇÃO DE MATÉRIA JÁ EXAMINADA EMBARGOS REJEITADOS.
0002 . Processo/Prot: 0437494-7/01 Agravo Regimental Cível
. Protocolo: 2009/225168. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 437494-7 Apelação Civel. Agravante: Petroxim Distribuidora de Combustíveis Ltda, João Nelson Carvalho, Cleusa Teresinha de Oliveira Carvalho. Advogado: Antonio Elóy Bernardin, Ana Maria Silvério Lima. Agravado: Banco de Crédito Nacional SA. Advogado: Pedro Girolamo Macarini, Ana Eliete Becker Macarini Koehler. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, mantendo-se a decisão monocrática, nos termos do voto do relator. EMENTA: Agravante: PETROXIM DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. Agravado: BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S.A. Relator: JUIZ SERGIO LUIZ PATITUCCI AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS A EXECUÇÃO MULTA COMINATÓRIA EXTINÇÃO DA AÇÃO CAUTELAR COM A EXCLUSÃO DA MULTA TRÂNSITO EM JULGADO DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA RECURSO NEGA PROVIMENTO.
0003 . Processo/Prot: 0701002-2/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/188657. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 701002-2 Apelação Civel. Embargante: S.w. Clicheira e Serigrafia Ltda. Advogado: Adriano Marroni. Embargado: Banco Santander (brasil) Sa. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Julgado em: 22/06/2011
DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, à unanimidade de votos, em rejeitar os embargos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL Nº 701.002-2/01, DE LONDRINA 9ª VARA CÍVEL Embargante : SW Clicheria e Serigrafia Ltda. Embargado : Banco Santander (Brasil) S/A Relatora : Desª Joeci Machado Camargo EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO - PREQUESTINAMENTO DA MATÉRIA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO EMBARGADA - EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO ACOLHIDOS.
0004 . Processo/Prot: 0718796-0 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2010/292812. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00000574 Ação Civil Pública. Agravante: Itau Unibanco Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Instituto Brasileiro de Defesa do Cidadão - Ibdci. Advogado: Samantha de Mascarenhas Sade, Walber Pydd. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 1. LIMINAR. REQUISITOS PREENCHIDOS. ARTIGOS 11 E 12 DA LEI 7347/85. 2. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRECEDENTES. 3. MULTA COMINATÓRIA DIÁRIA. POSSIBILIDADE EM RELAÇÃO À ABSTENÇÃO DE DESTRUIR OS MICROFILMES DOS EXTRATOS BANCÁRIOS. 4. MULTA COMINATÓRIA DIÁRIA. INAPLICABILIDADE EM RELAÇÃO À EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 372 DO STJ. SUBSTITUIÇÃO PELA SANÇÃO DO ART. 359 DO CPC. REFORMA DA SENTENÇA. 5. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO COM O ART. 16 DA LEI Nº 7357/85. 6. PRAZO PARA EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. MANUTENÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
0005 . Processo/Prot: 0723063-9/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/175714. Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 723063-9 Apelação Civel. Embargante: J Carlos Malizam & Cia Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Embargado: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Oldemar Mariano, Josias Luciano Opuskevich, Sérgio Luiz Belotto Junior, Ilan Goldberg, Eduardo Chalfin. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Desª Joeci Machado Camargo. Julgado em: 22/06/2011
DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, à unanimidade de votos, em rejeitar os embargos, nos termos do voto da Relatora. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL Nº 723.063-9/01, DE TOLEDO 1ª VARA CÍVEL EMBARGANTE : J. CARLOS MALIZAM & CIA. LTDA. EMBARGADO : HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO RELATORA : DESa JOECI MACHADO CAMARGO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL - OMISSÃO VÍCIO INEXISTENTE - MATÉRIA DEVIDAMENTE EXPLICITADA NO ARESTO RECORRIDO - EMBARGOS REJEITADOS.
0006 . Processo/Prot: 0739631-4/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/219208. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 739631-4 Agravo de Instrumento. Embargante: Df Deutsche Forfait Ag. Advogado: Carolina Gonçalves Garcez Castellano, Waldemar Deccache, Karen Reges Sierra. Embargado: Valter Luiz da Silva, Sandra Pereira da Silva. Advogado: Abel Sguarezi, Paulo Henrique Gaiva Muzzi, Carla Adelita Molinari Darold Valcanaia, Lucas Fernando de Castro. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, à unanimidade de votos, em conhecer e acolher parcialmente estes embargos de declaração, sem atribuição de efeitos infringentes, nos termos do voto relator. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ORIGINÁRIO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE NA FUNDAMENTAÇÃO. SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO. OBSCURIDADE SANADA. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES NO ACÓRDÃO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. QUESTÕES DEBATIDAS SATISFATORIAMENTE NO ACÓRDÃO. INVIÁVEL A UTILIZAÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO A PRETEXTO DE MODIFICAÇÃO DO TEOR DO JULGADO, SOBRETUDO QUANDO A MATÉRIA QUE SE APRESENTA À DISCUSSÃO RESTOU ANALISADA. PLEITO DECLARATÓRIO QUE NÃO SE PRESTA A SUCEDÂNEO DE RECURSO EVENTUALMENTE CABÍVEL. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE PELA VIA DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES.
0007 . Processo/Prot: 0771676-3 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/14359. Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0005377-91.2009.8.16.0170 Embargos a Execução. Apelante: Eder Bueno de Godoy, Wolmir Tadeu Ficagna. Advogado: Giovana Picoli. Apelado: Banco Santander Brasil Sa. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Andréa Cristiane Grabovski. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes da 13ª Câmara Cível, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. EMENTA: RELATORA : JUÍZA SUBSTITUTA 2º GRAU ANGELA MARIA MACHADO COSTA APELANTES : EDER BUENO DE GODOY E OUTRO APELADO : BANCO SANTANDER BRASIL SA APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS À EXECUÇÃO ALEGAÇÃO DE EXCESSO INEXISTÊNCIA DE VALOR TAMPOUCO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO NÃO CONHECIMENTO DESTE TEMA ART. 739, §5º DO CPC IMPOSSIBILIDADE DE EMENDA À INICIAL NULIDADE NA EXECUÇÃO NÃO VERIFICADO POSSIBILIDADE DA COBRANÇA CUMULADA DE JUROS REMUNERATÓRIOS COM ENCARGOS MORATÓRIOS APELAÇÃO DESPROVIDA.
0008 . Processo/Prot: 0772287-0 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/16376. Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0027617-57.2009.8.16.0014 Revisional. Apelante (1): Luiz Carlos Dias. Advogado: Osvaldo Espinola Junior. Apelante (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Eduardo Luiz Correia, Fábio Maurício Pacheco Ligmanovski. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Eduardo Luiz Correia, Fábio Maurício Pacheco Ligmanovski, Nilda Leide Dourador. Apelado (2): Luiz Carlos Dias. Advogado: Osvaldo Espinola Junior. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa. Revisor: Desª Rosana Andriguetto de Carvalho. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargado res integrantes da 13ª Câmara Cível, por unanimidade, em não prover ambos os recursos, nos termos do voto da Relatora. EMENTA: AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE - CAPITALIZAÇÃO - CAPITAL IZAÇÃO M ENSAL DE J UROS COM BASE NO DO ART. 5° DA MEDIDA PROVISÓRIA N ° 2.170-36 - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS FORMAIS (URGÊNCIA E RELEVÂNCIA) - DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONAL IDADE PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTA CORTE - C O N T R O L E D E CONSTITUCIONAL I DADE - RESERVA DE PL ENÁRIO OBSERVADA - APLICAÇÃO DO ART. 272 DO RITJPR E A R T . 481, PARÁGRAFO ÚNICO, DO

CPC - ÔNUS SUCUMBENCIAL MANTIDO.- Capitalização me nsa l de juros. MP 2.170- 36. Inconstitucionalid ad e. Entend i a esta Corte anteriormente q ue nos contratos firmados após 31 de m a rço d e 20 00, po r m e io da e xp r e ss a p a ct u a ção , a capitalização de juros seria possível em razão do art. 5° da MP 1.963-17/2001 (reeditaria pe la MP 2.170-36). En tre ta n to, por me io do l n cide nte de De cla ra ção de Inconstitucionalidade no 579.047-0/01, julgado pelo e. Órgão Especial desta Corte, tal dispositivo foi declarado inconstitucional, de sorte que com base no art. 272 do R IT JP R e a r t. 4 81 , p a r á gr a f o ú n i co , d o CP C , é e l e in a p l i cá ve l a o p re se n t e c a so . P o r t a n to , a in d a q ue p a ct u a d a c o m b a se n o a r t i g o 5 º d a M P 2 . 1 70 -3 6 , a cap i ta li za ç ão f i ca v e dad a. Po ss ib il id ade a pe na s nas ex ceções le ga i s, a sa b er, d a s céd ul a s d e crédito comercial, industrial, rural e bancária. RECUROS NÃO PROVIDOS.

0009 . Processo/Prot: 0773582-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/123351. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 0009227-10.2011.8.16.0001 Declaratória. Agravante: Maria Lucia Borges Meireles Neves. Advogado: Heglisson Tadeu Mocelin Neves. Agravado: Dranvzuk e Cia Ltda., Crd Assessoria de Crédito e Cobrança Ltda-me, Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis, Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna, Nathália Kowalski Fontana. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. CADASTRO DE INADIMPLENTES. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS PARA A EXCLUSÃO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

0010 . Processo/Prot: 0789227-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/102485. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 2000.00049043 Embargos a Execução. Agravante: Dandolin Representações Comerciais Ltda, Iracléia Dandolin Reginato. Advogado: Lisimar Valverde Pereira, Leuremar Anderson Talamini. Agravado: Banco Mercantil do Brasil SA. Advogado: Julio Barbosa Lemes Filho, Vanda Lucia Tavares. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso e, de ofício, anular parcialmente a decisão, no que se refere ao indeferimento da prova pericial, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. TUTELA ANTECIPADA. EXCLUSÃO DO NOME DAS AGRAVANTES DO CADASTRO DE INADIMPLENTES. REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC E DA ORIENTAÇÃO DO STJ. AUSÊNCIA DE VERROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES E DE CAUÇÃO IDÔNEA. 2. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE. PESSOA JURÍDICA. MICROEMPRESA QUE SE ENQUADRA NO CONCEITO DE CONSUMIDOR. 3. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REQUISITOS DO ARTIGO 6º, VIII, DO CDC PREENCHIDOS. 4. PROVA PERICIAL. PREJUDICADA. ANULAÇÃO PARCIAL DA DECISÃO DE OFÍCIO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

0011 . Processo/Prot: 0790628-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/123386. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000362 Repetição de Indébito. Agravante: Banco Itaucard Sa. Advogado: Fabíola Cueto Clementi, Cláudia Gramowski, Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho. Agravado: Irineu Mazzarotto Filho. Advogado: Irineu Mazzarotto Filho. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer parcialmente e, nesta parte, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. 1. MULTA. PRECLUSÃO. NÃO CONHECIMENTO. 2. REDUÇÃO DA MULTA COMINATÓRIA. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E VEDAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. 3. LIMITAÇÃO DE DIAS DA INCIDÊNCIA DA MULTA. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

0012 . Processo/Prot: 0791115-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/126238. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00052625 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: João Cruz Erbano Filho. Advogado: Wilson Olandoski Barboza, Wilson Carlos Passos Barboza. Agravado: Cavalo Marinho Naútica Ltda.. Advogado: Joel Kravtchenko, Altair Roberto Ruschel. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. ILIQUIDEZ E INEXIGIBILIDADE DO CHEQUE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL ELEITA. RECURSO DESPROVIDO.

0013 . Processo/Prot: 0791975-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/124518. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00045238 Execução por Quantia Certa. Agravante: Antônio Carlos Gracino, Antônio Luiz Cabrera, Antônio Peres Cedran, Domingos Moretto, José Oswaldo Sturion, Mário Rinque, Olede Bergamin, Paulo Pires Francisco, Sérgio Acuto, Valmir José Damiani. Advogado: Giovanna Price de Melo. Agravado: Banco do Brasil SA. Advogado: Márcia Eneida Bueno, Luiz Alberto Gonçalves. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA APADECO). MULTA DO ART. 475-J. CABIMENTO. RECURSO PROVIDO.

0014 . Processo/Prot: 0793006-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/127251. Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0000807-91.2011.8.16.0170 Revisão de Contrato. Agravante: Valcir Slongo. Advogado: Valeriano Aparecido Medeiros. Agravado: Banco Santander ( Brasil ) S.a. Advogado: Marcela Spinella de Oliveira, Wiviane Cristina Perin, Alexandre Nelson Ferraz. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CADASTRO DE INADIMPLENTES. FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA NÃO DEMONSTRADOS. RECURSO DESPROVIDO.

0015 . Processo/Prot: 0799563-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/237742. Comarca: Mamborê. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2008.00000227 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Israel Sanches Mansano. Advogado: Claudimara Calore de Souza. Agravado (1): Alberto Garbelotti Filho, Sandra Mara Savariz Garbelotti. Advogado: Leonardo Haruo Medeiros Hiroki. Agravado (2): Domingos Martins Pereira, Maria José de Abreu Pereira. Advogado: Toshiharu Hiroki. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. DATA DE CONVERSÃO DAS SACAS DE SOJA VINCULADA À COTAÇÃO DO PRODUTO NA DATA DO VENCIMENTO DO TÍTULO. RECURSO DESPROVIDO.

0016 . Processo/Prot: 0800361-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/244647. Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0003983-88.2005.8.16.0170 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Clean Farm do Brasil Ltda. Advogado: Egberto Fantin, Diego Luiz Pasqualli. Agravado: Maria Venilda Araújo Camelo. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. PROVENTOS DE APOSENTADORIA. IMPENHORABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE. RECURSO DESPROVIDO.

0017 . Processo/Prot: 0801941-6/01 Agravo

. Protocolo: 2011/291876. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 801941-6 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa, Fernanda Michel Andreani. Agravado: Nelson Rocha. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

0018 . Processo/Prot: 0802034-0/01 Agravo

. Protocolo: 2011/286262. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 802034-0 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Renata Cristina Costa, Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Sidney Aparecido Pacheco. Advogado: José de César Ferreira. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

0019 . Processo/Prot: 0802056-6/01 Agravo

. Protocolo: 2011/291973. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 802056-6 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Itaú Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Osvaldir Martins Romero. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO

DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

0020 . Processo/Prot: 0802105-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/81913. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000516-42.2010.8.16.0133 Execução. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado Sa. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Agravado: Maria Ilda Basseto. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA APADECO). PENHORA. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. PREFERÊNCIA DA PENHORA DE DINHEIRO. OBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL DISPOSTO NO ARTIGO 655 DO CPC. RECURSO DESPROVIDO.

0021 . Processo/Prot: 0802208-0/01 Agravo

. Protocolo: 2011/286266. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 802208-0 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti. Agravado: Marildo Emidio da Silva. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

0022 . Processo/Prot: 0802613-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/110164. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2007.00002079 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima. Agravado: Schirlei Leite Mendes, Orlando Carlota Fraga, Sebastiao Francisco Pereira, Maria Benedita Bruno, Nicolau Bruno, Eugenia Alves da Silva Pereira. Advogado: Nelson Luiz Filho, Rosana Ramos da Silva Peres, Sérgio Augusto Simon, Geraldine Karin Liechocki. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.

0023 . Processo/Prot: 0802958-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/159249. Comarca: Mamborê. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2010.00000438 Exibição de Documentos. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Elói Contini, Diogo Bertolini. Agravado: Nelson Vanor Rotta, Alcides Gnann Braido, Adilson Luiz Biondo, Wilson Perez Occhi, Manasses Fabricio dos Santos, Francisco Smerecki, Lúcio Daczkowski. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. 1. AUSÊNCIA DIALETICIDADE E SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO SE REFEREM À DECISÃO RECORRIDA. 2. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE MULTA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

0024 . Processo/Prot: 0802998-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/158633. Comarca: Guaíra. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0003086-45.2010.8.16.0086 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Luiz Carlos da Silva, Espólio de Sebastião Camarini, Joana Iglesias Camarini, Amauri Camarini, Lucyneia Cardoso, Ivo Camarini, Marcos Camarini, Catia Camarini de Campos, Jean Ricardo de Campos, Jandira Camarini, Neuzi Antonio da Silva, Bruno Camarini, Cylene Coteco Camarini, Janeta Camarini Azevedo Campos, Vagner Azevedo Campos, Espólio de Hugo Tsukamoto e Satiko Inagaki Tsukamoto, Lígia Lumi Tsukamoto Suga, Diogo Suga, Mary Tsukamoto, Ilson Hidetoshi Sato, Márcia Tiemi Tsukamoto Date, Roberto Makoto Date, Lina Tsukamoto Kanimura, Nelson Rikio Kamimura, Espólio de Katuzo Kihara, Suzue Kihara, Mario Kihara, Celina Rumi Kihara, Mitiko Kihara Murata, Lincoln Massuyoshi, Jorge Kihara, Madalena Pereira Kihara, Rosa Kayoko Kihara Wagatsuma, Vitor Noboru Wagatsuma, Paulo Kihara, Marly Gonçalves da Mota, Julia Tomoko Kihara Hashimoto, Yoshihiro Hashimoto, Teruo Kihara, Margarete Akemi Osugui, Neuza Toshie Ito, Hiroshi Ito, Espólio de Mitsuaki Shiomi, Yurika Shiomi, Margareth Mie Isizaki, Milton Takashi Isizaki, Toshiaki Shiomi, Elena Mieko Shiomi, Luiz Mitsuo Shiomi, Iracema Tieko Shiomi, Milton Hiroshi Shiomi, Helena Harumi Shiomi, Agostinho Luiz Pratti, Rosiléia Navarro, Sandra Aparecida Navarro Bortoloti, Dorci Tamarossi. Advogado: Eveli Maria Pedrollo. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (APADECO). 1. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. PREFERÊNCIA DA PENHORA DE DINHEIRO. OBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL DISPOSTO NO ARTIGO 655 DO CPC. 2. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. CABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

0025 . Processo/Prot: 0803079-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/108909. Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000536-48.2010.8.16.0128 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itaú SA. Advogado: Renata Cristina Costa, Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Geraldo Agostinho da Silva. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. 1. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. 2. EXCESSO DE EXECUÇÃO. APLICABILIDADE IMEDIATA DO ART. 475-J DO CPC. PRINCÍPIO DO ISOLAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. 3. PENHORA DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. IMPOSSILIBILIDADE. PENHORA SOBRE DINHEIRO QUE DEVE PREVALECER. 4. EXECUÇÃO DEFINITIVA. LEVANTAMENTO DOS VALORES INDEPENDENTEMENTE DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO E/OU PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

0026 . Processo/Prot: 0803102-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/108905. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0055244-02.2010.8.16.0014 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Shealtiel Lourenço Pereira Filho, Lauro Fernando Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Maria Lucia de Oliveira Garcia (maior de 60 anos), Pedro Garcia Lopes Filho (maior de 60 anos), Espólio de Mauro Vicente de Lima, Espólio de Celina Seguiz de Lara dos Santos. Advogado: Linco Kczam, Thaisa Cristina Cantoni, Daniele Gehrmann. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (APADECO). 1. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 2. EXCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA. APLICABILIDADE IMEDIATA DO ART. 475-J DO CPC. PRINCÍPIO DO ISOLAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. 3. JUROS REMUNERATÓRIOS. TERMO "A QUO". PAGAMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

0027 . Processo/Prot: 0803240-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/104225. Comarca: Rolândia. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0005404-09.2010.8.16.0148 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Arthur Gentil Maringonda. Advogado: Talita Santos Gatti, Flávio Bandeira Sanches. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer parcialmente e, nesta parte, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. 1. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. 2. EXCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

0028 . Processo/Prot: 0803314-7/01 Agravo

. Protocolo: 2011/292744. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 803314-7 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Itaucard Sa, Banco Itauleasing Sa. Advogado: Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Paulina Sibeliski, Ivone Zeidel, Henrique Seidel, Umberto Jeanfelice, Waldomiro Elvin Schellin. Advogado: Flavio Pereira Teixeira. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

0029 . Processo/Prot: 0803664-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/104495. Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 0027792-17.2010.8.16.0014 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Keiko Maruiti Okada. Advogado: Shiroko Numata, Denise Numata Nishiyama Panisio. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.

0030 . Processo/Prot: 0803706-5/01 Agravo
. Protocolo: 2011/292741. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 803706-5 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Itaucard Sa, Banco Itauleasing Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Ademir dos Prazeres, Alice Mattei, Antenor Barbosa de Freitas, Antonio Damarate, Clairton Jose Schwerz, Cristina Fuchter Merten, Divaldo Spontao, João Jeruzemar Pazolini, Placido Bueno de Campos, Vicente Gusson. Advogado: Rosemar Angelo Melo, Claudir José Schwarz, Volnei Leandro Kottwitz. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0031 . Processo/Prot: 0803851-5 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/111383. Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000533-93.2010.8.16.0128 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Silvia Mara Alves. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer em parte e, na parte conhecida, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. 1. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. 2. ARTIGO 475-J DO CPC. APLICABILIDADE IMEDIATA. PRINCÍPIO DO ISOLAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. 3. EXCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE. MATÉRIA NÃO CONHECIDA. 4. PENHORA DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. IMPOSSILIBILIDADE. PENHORA SOBRE DINHEIRO QUE DEVE PREVALECER. 5. EXECUÇÃO DEFINITIVA. LEVANTAMENTO DOS VALORES INDEPENDENTEMENTE DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO E/OU PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.
0032 . Processo/Prot: 0803861-1 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/111169. Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000500-06.2010.8.16.0128 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Claudio Aparecido Rodrigues da Costa. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA APADECO. 1. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. CABIMENTO. 3. EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO VERIFICADO. ÍNDICES CORRETOS. 4. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL DESCRITA NO ART. 655 DO CPC. 5. LEVANTAMENTO DOS VALORES. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO DEFINITIVA. RECURSO DESPROVIDO.
0033 . Processo/Prot: 0803954-1 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/111328. Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000825-78.2010.8.16.0128 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: José Rosseto. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer parcialmente do recurso e, nesta parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. 1. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. 2. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. APLICABILIDADE. 3. EXCESSO DE EXECUÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DO CÁLCULO DO CONTADOR JUDICIAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. NÃO CONHECIDO. 4. PENHORA. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. PREFERÊNCIA DA PENHORA DE DINHEIRO. OBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL DISPOSTO NO ARTIGO 655 DO CPC. 5. LEVANTAMENTO DOS VALORES INDEPENDENTEMENTE DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO E/OU PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO. AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO À DECISÃO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.
0034 . Processo/Prot: 0804126-1 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/165093. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2009.00000217 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Mustaphá Lemes. Advogado: Josafá Antonio Lemes, Michel Laureanti. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.
0035 . Processo/Prot: 0804451-9 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/165049. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0006067-02.2010.8.16.0004 Execução de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Jose Alvaro Twardowski, Miriam Twardowski, Casimiro Twardowski Junior, Sueli Twardowski Saif, Flávio Fernando Twardowski, Sérgio Renato Twardowski, Romualdo Twardowski, João Alberto Twardowski. Advogado: Guilherme Luiz Sandri. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.
0036 . Processo/Prot: 0804654-0 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/111363. Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000655-09.2010.8.16.0128 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Débora Bernardes da Cunha Oliveira. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA APADECO. 1. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. CABIMENTO. 3. EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO VERIFICADO. ÍNDICES CORRETOS. 4. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL DESCRITA NO ART. 655 DO CPC. 5. LEVANTAMENTO DOS VALORES. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO DEFINITIVA. RECURSO DESPROVIDO.
0037 . Processo/Prot: 0804808-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/110847. Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000563-31.2010.8.16.0128 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itaú Sa. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Mitsue Kameoka. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer parcialmente do recurso e, nesta parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. 1. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. 2. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. APLICABILIDADE. 3. EXCESSO DE EXECUÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DO CÁLCULO DO CONTADOR JUDICIAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. NÃO CONHECIDO. 4. PENHORA. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. PREFERÊNCIA DA PENHORA DE DINHEIRO. OBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL DISPOSTO NO ARTIGO 655 DO CPC. 5. LEVANTAMENTO DOS VALORES INDEPENDENTEMENTE DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO E/OU PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO. AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO À DECISÃO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.
0038 . Processo/Prot: 0804814-6 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/106055. Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 0028694-67.2010.8.16.0014 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Carlos Antonio Alves Pereira, Cloves Pereira dos Santos, Divoncir Garnica, Livaldo Concilheri, Luciana Bernardo da Silva. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. 1. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. 2. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. APLICABILIDADE. 3. JUROS REMUNERATÓRIOS. EXCESSO DE EXECUÇÃO. FORMAÇÃO DE COISA JULGADA. VEDADA REDISCUSSÃO. 4. PENHORA. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. PREFERÊNCIA DA PENHORA DE DINHEIRO. OBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL DISPOSTO NO ARTIGO 655 DO CPC. RECURSO DESPROVIDO.
0039 . Processo/Prot: 0804831-7/01 Agravo
. Protocolo: 2011/286445. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 804831-7 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú

SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti. Agravado: Katia Costa Perusco Oliveira. Advogado: Talita Santos Gatti, Flávio Bandeira Sanches. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0040 . Processo/Prot: 0805052-0/01 Agravo
. Protocolo: 2011/292748. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 805052-0 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Itaú SA e Outro. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado (1): Banco Itaucard Sa, Banco Itauleasing Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado (2): Lindolfo Henrique Buche, Lucia Macedo de Jesus Neves, Luiza Turchiello Dapieve, Manuel Pereira Ramos, Marcos Eugenio Brajak, Margarida Soares de Souza, Maria Celia Alves dos Santos, Marlei de Jesus Dapieve, Marim Lopes de Menezes, Moacir Martins de Abreu. Advogado: Claudir José Schwarz, Volnei Leandro Kottwitz. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0041 . Processo/Prot: 0805071-5 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/165128. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2007.00001337 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Agravado: Mauricio Sabatke, João Carlos Gonçalves, Selvino Lis. Advogado: Marcelo Paulo Wacheleski, Lothar Katzwinkel Junior. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.
0042 . Processo/Prot: 0805081-1 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/109149. Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000524-34.2010.8.16.0128 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Joao Boiago. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA APADECO. 1. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. CABIMENTO. 3. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL DESCRITA NO ART. 655 DO CPC. 5. LEVANTAMENTO DOS VALORES. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO DEFINITIVA. RECURSO DESPROVIDO.
0043 . Processo/Prot: 0805193-6/01 Agravo
. Protocolo: 2011/292746. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 805193-6 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Itaucard Sa, Banco Itauleasing Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Aparecido Moacir Malizan, Arlindo Soares dos Santos, Erondina Carraro Bernartt, José Marcon, Leonice Constantino Fuzer, Marcos Costa Vale, Mauricio Perboni, Nelson Pereira dos Santos, Paulo Cesar Vicentin, Silda Dias Stimamilio. Advogado: Claudir José Schwarz, Volnei Leandro Kottwitz. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0044 . Processo/Prot: 0805255-1/01 Agravo
. Protocolo: 2011/297013. Comarca: Altônia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 805255-1 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itaú Sa. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Maria das Graças Lavagnini. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0045 . Processo/Prot: 0805271-5 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/111564. Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0001156-23.2010.8.16.0108 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Agravado: Benedito Alves de Oliveira. Advogado: Fábio Júnior de Oliveira Martins, Edivar Mingoti Júnior. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.
0046 . Processo/Prot: 0805301-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/159920. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0027800-91.2010.8.16.0014 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itaú SA. Advogado: Renata Cristina Costa, Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Adelia Vacario Massaro, Geir Rodrigues da Silva. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA APADECO. 1. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. CABIMENTO. 3. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL DESCRITA NO ART. 655 DO CPC. RECURSO DESPROVIDO.
0047 . Processo/Prot: 0805468-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/108910. Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000598-88.2010.8.16.0128 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Elio Perez Garcia. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer em parte e, na parte conhecida, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA APADECO. 1. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. CABIMENTO. 3. EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO VERIFICADO. AUSÊNCIA DE INTERESSE. MATÉRIA NÃO CONHECIDA. 4. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL DESCRITA NO ART. 655 DO CPC. 5. LEVANTAMENTO DOS VALORES. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO DEFINITIVA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.
0048 . Processo/Prot: 0805598-1 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/171325. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2006.00002103 Execução por Quantia Certa. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Hilda Eurich Garmatter. Advogado: Aparecido Soares Andrade. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.
0049 . Processo/Prot: 0805671-5/01 Agravo
. Protocolo: 2011/292751. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 805671-5 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Itaucard S/a., Banco Itauleasing S/a.. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Ana Lucia Pereira Marum. Advogado: Marcos Basso do Nascimento, Jocelino Alves de Freitas. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0050 . Processo/Prot: 0805935-4 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/85201. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2007.00000534 Cumprimento de Sentença.

Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Luci Teresinha Schnell, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Agravado: Geraldo Gonçalves da Silva, Rosa Barbosa dos Santos, Joaquim Aparecido dos Santos, Dulcidio Gonçalves, Lucia de Fatima Azevedo, Edmundo Bernet Filho, Fiorello Francisco Giachini, Carmen Rebert, Assis David, Adolfo Natal Ninaus. Advogado: Olinto Roberto Terra, Floriano Terra Filho. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.

0051 . Processo/Prot: 0806108-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/150971. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00000415 Cobrança. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Fabrício Coimbra Chesco, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Ailton José Barbosa, Maria Aparecida Vidal Sene, Joaquim Pinto Ferreira, Joaquim Custódio Filho, José Milton da Paixão, José Sebastião de Oliveira, Euclides Francisquinho, Leo Montanheiro, Luiz Carlos Soares, Vani Giovannetti. Advogado: Elizeu Mendes da Silva, Sebastião Mendes da Silva. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. COBRANÇA. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS PLANOS ECONÔMICOS COLLOR I E II. MATÉRIAS DISCUTIDAS NO RESP NÃO ABRANGIDAS PELA REPERCUSSÃO GERAL. SOBRESTAMENTO NEGADO. RECURSO DESPROVIDO.

0052 . Processo/Prot: 0806139-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/85222. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2009.00001728 Impugnação. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Agravado: Hugo Schulz, Jose Carlos Coelho, Sergio Romeu Muller, Ricardo Antonio Lopes Gasparotto, Antonio Norato Claro, Arlindo Menon, Minako Maki Sekine, Edi Maria Reckziegel Schons, Lucia Lurdes Reckziegel, Quenia Zimmermann Thuns. Advogado: Carlos Roberto Gomes Salgado, Jaafar Ahmad Barakat. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.

0053 . Processo/Prot: 0806157-4/01 Agravo

. Protocolo: 2011/292749. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 806157-4 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Itaucard Sa, Banco Itauleasing Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Agravado: Espólio de Afonso Vansovitz, Espólio de Antonio dos Santos, Espólio de Pedro Osvaldo Broto, Espólio de Olindina Virginia Coelho Benthien, Espólio de Adelson Longo. Advogado: Ana Paula Martin Alves da Silva. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

0054 . Processo/Prot: 0806187-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/139234. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2007.00002987 Execução de Título Judicial. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Espólio de Igor Stopanovski, Gloria Stopanovski. Advogado: Silvana Santos, Gisele Agostini Buquéra. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.

0055 . Processo/Prot: 0806647-3/01 Agravo

. Protocolo: 2011/295524. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 806647-3 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Jose Carlos de Souza. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

0056 . Processo/Prot: 0806707-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/100150. Comarca: Marialva. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000841-77.2010.8.16.0113 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Domingos Torcate Furtuoso. Advogado: Renato Fumagalli de Paiva. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. MULTA DO ART. 475-J. DO CPC. APLICABILIDADE. DESNECESSIDADE DA REMESSA DOS AUTOS AO CONTADOR. RECURSO DESPROVIDO.

0057 . Processo/Prot: 0806748-5/01 Agravo

. Protocolo: 2011/297823. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 806748-5 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Itaucard Sa, Banco Itauleasing Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Osvaldo Antonio Boratim, Iraci Favoreto Boratim, Osmar Grassi, Sonia Maria Carvalho Fraga, Valter Mariucci, Jair Leonel Dias, Sebastião Almeirão Ferrari, Rosangela Maria Pierolli Ferrari, Oreste Carloto, Izabel Gomes de Souza, Amélia de Oliveira Miranda, Neuza Buzzá Secco. Advogado: Linco Kczam. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

0058 . Processo/Prot: 0807019-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/84473. Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2010.00000983 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Agravado: Osnei de Camargo. Advogado: Edivar Mingoti Júnior. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.

0059 . Processo/Prot: 0807102-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/167201. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2009.00000531 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado S/a. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Jose de Marchi, Eurides Ghiraldi, Francisco Escudeiro, Geraldo Souto de Oliveira, Gervasio dos Santos. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.

0060 . Processo/Prot: 0807417-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/98488. Comarca: Marialva. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000846-02.2010.8.16.0113 Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Carlos Alexandre Bonjorno. Advogado: Renato Fumagalli de Paiva. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. MULTA DO ART. 475-J. DO CPC. APLICABILIDADE. DESNECESSIDADE DA REMESSA DOS AUTOS AO CONTADOR. RECURSO DESPROVIDO.

0061 . Processo/Prot: 0807459-7/01 Agravo

. Protocolo: 2011/305040. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 807459-7 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Bradesco S/a. Advogado: Angelino Luiz Ramalho Tagliari. Agravado: Kalil Mohamed Awada.

Advogado: Celito Argenta. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. ÔNUS DO SUCUMENTE NA PRIMEIRA FASE DA DEMANDA. PRECEDENTES. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.
0062 . Processo/Prot: 0807477-5/01 Agravo
. Protocolo: 2011/295530. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 807477-5 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti. Agravado: Dirce Barbosa Caetano. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0063 . Processo/Prot: 0807541-0/01 Agravo
. Protocolo: 2011/299554. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 807541-0 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Julio Cesar Maria. Advogado: Thiago Brunetti Rodrigues, Mariana Piovezani Moreti. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0064 . Processo/Prot: 0807714-3 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/76814. Comarca: Imbituva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000759-12.2010.8.16.0092 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Agravado: José Peplinski. Advogado: José Alfredo Dalzotto. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.
0065 . Processo/Prot: 0807850-4/01 Agravo
. Protocolo: 2011/297810. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 807850-4 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Banestado S/a, Banco Itaú S/a. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Assis Fontanive, Cassilda Haas Hansen, Darlan Nicolau Lazzeris Scheffer, Enio Martinho dos Santos, Gilio Scussel, Helena do Rosario Scherer, Octavio João Niero, Quintino Niero, Remi Nienow, Severino Zanoni. Advogado: Volnei Leandro Kottwitz, Claudir José Schwarz. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0066 . Processo/Prot: 0808336-3 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/72088. Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000384-60.2010.8.16.0108 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Agravado: Dora Deise Degan. Advogado: Fábio Júnior de Oliveira Martins, Edivar Mingoti Júnior. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.
0067 . Processo/Prot: 0808412-8/01 Agravo
. Protocolo: 2011/304877. Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 808412-8 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti. Agravado: Irene de Paula Campos, Ivan Cezar de Campos, Valdirene de Campos, Marcia Cristina de Campos Nakashima. Advogado: Acir Ferreira Junior, Patrícia Mattos Melle Tiburcio. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0068 . Processo/Prot: 0808548-3 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/109123. Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000495-81.2010.8.16.0128 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: José Valdo Bento Goes. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. 1. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. 2. EXCESSO DE EXECUÇÃO. APLICABILIDADE IMEDIATA DO ART. 475-J DO CPC. PRINCÍPIO DO ISOLAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. 3. VARIAÇÃO NEGATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE REPASSE AO POUPADOR. 4. PENHORA. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. PREFERÊNCIA DA PENHORA DE DINHEIRO. OBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL DISPOSTO NO ARTIGO 655 DO CPC. 5. LEVANTAMENTO DOS VALORES. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO DEFINITIVA. RECURSO DESPROVIDO.
0069 . Processo/Prot: 0808624-8/01 Agravo
. Protocolo: 2011/297813. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 808624-8 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Itaucard S/a., Banco Itauleasing S/a.. Advogado: Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Antonio Luiz Burin, Carlos Alberto Miotto, Conceição Aparecida Burim Barbaresco (maior de 60 anos), Donizete Coutinho, Doraci Quinquiolo, Eliza Satie Outa de Lima, Eurides Parmanhani (maior de 60 anos), Ivany Silvestri, Joao Lacanala Sobrinho (maior de 60 anos), Pedro Vicentim (maior de 60 anos). Advogado: Volnei Leandro Kottwitz, Claudir José Schwarz. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0070 . Processo/Prot: 0808698-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/167189. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2009.00000532 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Aurora Garcia Rezende, Jair Jacomacci, João Marcio Souza Vaz, João Roberto Picinin, João Valezi. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.
0071 . Processo/Prot: 0809242-0/01 Agravo
. Protocolo: 2011/306744. Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 809242-0 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Banestado S/A, Banco Itaú S/A. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Aécio Herminio Pinheiro, Jair Ramos Valença, João Batista Manoel, Vitor Valerio de Souza Campos. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0072 . Processo/Prot: 0809280-0/01 Agravo
. Protocolo: 2011/304888. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 809280-0 Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Lauro Fernando Zanetti. Agravado: Rosemary Cristina Crociari Delfino. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO. CUMPRIMENTO SENTENÇA APADECO. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. INOBSERVÂNCIA DA REGRA LEGAL DE ORDEM DA

PENHORA. INSTITUTO QUE NÃO SE CARACTERIZA COMO DINHEIRO, EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO, OU APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0073 . Processo/Prot: 0809874-2 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/142326. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2007.00000286 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Alberto Sikora, Antonio Marcolino da Silva, Cleusa Maria Andretta Baggio, Domingas Rodrigues de Oliveira, Edicléia Veronica Sopa Knaut, Edilson Jesus, Rosemari da Costa, Ilka Demarche Xavier, Rosele Maria Avancini, Genoveva Rozenente. Advogado: Olinto Roberto Terra. Órgão Julgador: 13ª Câmara Cível. Relator: Des. Luiz Taro Oyama. Julgado em: 14/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TESE REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.

# SEÇÃO DA 14ª CÂMARA CÍVEL

**II Divisão de Processo Cível**
**Seção da 14ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10219**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adriane Cristina Stefanichen | 056 | 0802054-2 |
| Agildo Vinícius da Rocha Dreyer | 044 | 0798774-8 |
| Airton José Alberton | 030 | 0768751-6/01 |
| Alex Reberte | 021 | 0760639-3 |
| Alexandre Scabello Milazzo | 058 | 0802247-7 |
| Aline Pereira dos Santos Martins | 046 | 0799840-1 |
| Allan Quartiero | 020 | 0751054-1 |
| Altivo José Seniski | 002 | 0498105-7 |
| André Abreu de Souza | 006 | 0683498-8/01 |
| Andréa Cristiane Grabovski | 060 | 0802794-1 |
| Andrea Cristine Bandeira | 030 | 0768751-6/01 |
| Andrey Luiz Geller | 053 | 0801875-7 |
| Angélica Carnaval Marçola | 001 | 0472057-6 |
| Antônio Augusto Cruz Porto | 006 | 0683498-8/01 |
| Antonio Ribeiro Silva Neto | 007 | 0688123-6/01 |
| Ariberto Walter Lautert | 057 | 0802134-5 |
| Aristides Alberto Tizzot França | 002 | 0498105-7 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 001 | 0472057-6 |
| | 004 | 0566934-3 |
| | 041 | 0795814-5 |
| | 046 | 0799840-1 |
| | 050 | 0801389-6 |
| | 052 | 0801790-9 |
| | 053 | 0801875-7 |
| | 054 | 0801965-6 |
| | 063 | 0806256-2 |
| Bráulio Furlanetto | 041 | 0795814-5 |
| Braz Reberte Pedrini | 021 | 0760639-3 |
| Camila Prado Regadas Treglia | 058 | 0802247-7 |
| Camila Valereto Romano | 057 | 0802134-5 |
| Carlos Fernandes | 057 | 0802134-5 |
| Celina Dittrich Vieira Marques | 016 | 0720384-1 |
| Choi Jong Min | 026 | 0765186-7 |
| Christian da Silva Bortolotto | 061 | 0803691-9 |
| Claudinei Szymczak | 031 | 0773359-5 |
| Claudir José Schwarz | 062 | 0806090-4 |
| Daniel Fernando Pastre | 058 | 0802247-7 |
| Daniel Hachem | 024 | 0764418-0 |
| | 029 | 0766536-1 |
| | 049 | 0800777-2 |
| Daniele Lie Watarai | 042 | 0798169-7 |
| Demétryus Luiz Fracaro Baldissera | 030 | 0768751-6/01 |
| Douglas Andrade Matos | 021 | 0760639-3 |
| Edmara Silvia Romano | 050 | 0801389-6 |
| | 059 | 0802421-3 |
| Edson Carlos Pereira | 019 | 0725848-0 |
| Egydio João Clivati Junior | 008 | 0698012-1 |
| Elis Raquel Marchi Sari Fraga | 039 | 0792641-0 |
| Elisângela de Almeida Kavata | 052 | 0801790-9 |
| Eneida de Cassia Camargo | 043 | 0798691-4 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 013 | 0716956-8 |
| | 016 | 0720384-1 |
| | 021 | 0760639-3 |
| | 031 | 0773359-5 |
| | 033 | 0791761-3/01 |
| | 034 | 0791921-9/01 |
| | 035 | 0791985-3/01 |
| | 036 | 0792037-6/01 |
| | 037 | 0792415-0/01 |
| | 038 | 0792552-8/01 |
| | 062 | 0806090-4 |
| Fábio Palaver | 017 | 0720547-8 |
| Fabrício Zir Bothomé | 043 | 0798691-4 |
| Felipe Corona Menegassi | 032 | 0782550-1 |
| Fernanda Fortunato Mafra | 058 | 0802247-7 |
| Fernanda Michel Andreani | 064 | 0806368-7 |
| Fernando Oliveira Perna | 031 | 0773359-5 |
| Flávia Dreher Netto | 046 | 0799840-1 |
| Flávia Regina Carluccio | 052 | 0801790-9 |
| Guilherme Cordeiro Neto | 061 | 0803691-9 |
| Guilherme Tolentino R. d. Silva | 032 | 0782550-1 |
| Gustavo Pelegrini Ranucci | 040 | 0792935-7 |
| Heloisa Gonçalves Rocha | 044 | 0798774-8 |
| Isione Steenbock Fim | 013 | 0716956-8 |
| Izabela C. R. C. Bertoncello | 025 | 0764549-0 |
| Jair Antônio Wiebelling | 001 | 0472057-6 |
| | 003 | 0562152-5 |
| | 005 | 0581173-6 |
| | 007 | 0688123-6/01 |
| | 022 | 0762794-7 |
| | 023 | 0764217-3 |
| | 042 | 0798169-7 |
| | 047 | 0800115-2 |
| Jair Gavino Filho | 020 | 0751054-1 |
| Janaina Moscatto Orsini | 046 | 0799840-1 |
| Jerdal Aloisio Borges de Carvalho | 055 | 0801995-4/01 |
| Jhonny Rafael Berto | 004 | 0566934-3 |
| João Aparecido Michelin | 019 | 0725848-0 |
| Jorge Francisco Fagundes D'Avila | 043 | 0798691-4 |
| Josafar Augusto da S. Guimarães | 015 | 0718921-3 |
| | 025 | 0764549-0 |
| José Anchieta da Silva | 008 | 0698012-1 |
| José Augusto Araújo de Noronha | 023 | 0764217-3 |
| José de César Ferreira | 010 | 0714256-5 |
| | 011 | 0714739-9 |
| José Luiz Fornagieri | 052 | 0801790-9 |
| Juliana Aparecida Felippi Seben | 054 | 0801965-6 |
| Juliana Aparecida P. d. Oliveira | 030 | 0768751-6/01 |
| Juliana Pianovski Pacheco | 043 | 0798691-4 |
| Júlio Cesar Dalmolin | 001 | 0472057-6 |
| | 003 | 0562152-5 |
| | 005 | 0581173-6 |
| | 007 | 0688123-6/01 |
| | 023 | 0764217-3 |
| | 042 | 0798169-7 |
| | 047 | 0800115-2 |
| Júlio César Gonçalves | 019 | 0725848-0 |
| Júlio César Subtil de Almeida | 024 | 0764418-0 |
| | 029 | 0766536-1 |
| | 059 | 0802421-3 |

| | | |
|---|---|---|
| Júlio Cezar Engel dos Santos | 049 | 0800777-2 |
| Juscelino Clayton Castardo | 058 | 0802247-7 |
| Karin Loize Holler Mussi Bersot | 003 | 0562152-5 |
| | 007 | 0688123-6/01 |
| Kleber de Oliveira | 051 | 0801778-3 |
| Lauro Fernando Zanetti | 007 | 0688123-6/01 |
| | 009 | 0713384-0 |
| | 010 | 0714256-5 |
| | 011 | 0714739-9 |
| | 012 | 0715683-6 |
| | 014 | 0717320-2 |
| | 017 | 0720547-8 |
| | 018 | 0723060-8 |
| | 019 | 0725848-0 |
| | 029 | 0766536-1 |
| | 042 | 0798169-7 |
| | 065 | 0811361-1 |
| | 066 | 0811913-5 |
| | 068 | 0825045-1 |
| Leonardo de Almeida Zanetti | 009 | 0713384-0 |
| | 010 | 0714256-5 |
| | 011 | 0714739-9 |
| | 012 | 0715683-6 |
| | 014 | 0717320-2 |
| | 017 | 0720547-8 |
| | 018 | 0723060-8 |
| | 019 | 0725848-0 |
| | 065 | 0811361-1 |
| | 066 | 0811913-5 |
| | 067 | 0811942-6 |
| | 068 | 0825045-1 |
| Lizeu Adair Berto | 004 | 0566934-3 |
| Lorraine Milani Lopes | 042 | 0798169-7 |
| Louise Rainer Pereira Gionédis | 039 | 0792641-0 |
| | 040 | 0792935-7 |
| Luciane Kitanishi | 029 | 0766536-1 |
| Lucius Marcus Oliveira | 008 | 0698012-1 |
| Luís Oscar Six Botton | 006 | 0683498-8/01 |
| Luiz Alberto Fontana França | 002 | 0498105-7 |
| Luiz Antônio de Souza | 020 | 0751054-1 |
| Luiz Fernando Brusamolin | 044 | 0798774-8 |
| | 060 | 0802794-1 |
| | 061 | 0803691-9 |
| Luiz Gustavo Vardânega V. Pinto | 023 | 0764217-3 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 013 | 0716956-8 |
| | 016 | 0720384-1 |
| | 026 | 0765186-7 |
| | 027 | 0765347-0 |
| | 028 | 0765382-9 |
| | 031 | 0773359-5 |
| | 033 | 0791761-3/01 |
| | 034 | 0791921-9/01 |
| | 035 | 0791985-3/01 |
| | 036 | 0792037-6/01 |
| | 037 | 0792415-0/01 |
| | 038 | 0792552-8/01 |
| | 062 | 0806090-4 |
| Marcelo Varaschin | 030 | 0768751-6/01 |
| Marcelo Vinicius Laurindo | 051 | 0801778-3 |
| Márcia Loreni Gund | 001 | 0472057-6 |
| | 003 | 0562152-5 |
| | 005 | 0581173-6 |
| | 007 | 0688123-6/01 |
| | 022 | 0762794-7 |
| | 023 | 0764217-3 |
| | 042 | 0798169-7 |
| | 047 | 0800115-2 |
| Márcio Antônio Sasso | 055 | 0801995-4/01 |
| Márcio Ribeiro Pires | 008 | 0698012-1 |
| Márcio Rogério Depolli | 001 | 0472057-6 |
| | 004 | 0566934-3 |
| | 041 | 0795814-5 |
| | 050 | 0801389-6 |
| | 052 | 0801790-9 |
| | 053 | 0801875-7 |
| | 054 | 0801965-6 |
| | 059 | 0802421-3 |
| | 063 | 0806256-2 |
| Marcos Daniel Weis | 053 | 0801875-7 |
| Marcos Fernando Pedroso | 063 | 0806256-2 |
| Marcos Vinicius Dacol Boschirolli | 047 | 0800115-2 |
| Marcos Vinícius R. d. Almeida | 045 | 0799836-7/01 |
| Marcus Vinicius de Andrade | 040 | 0792935-7 |
| Maria de Lourdes P. C. Reinhardt | 006 | 0683498-8/01 |
| Maria Elizabeth Jacob | 012 | 0715683-6 |
| Maria Letícia Brüsch | 025 | 0764549-0 |
| Mariana Marçal Araújo Teixeira | 023 | 0764217-3 |
| Mário Campos de Oliveira Junior | 017 | 0720547-8 |
| Marly de Cassia M. F. Regiani | 013 | 0716956-8 |
| Matheus Nunes de Moraes | 014 | 0717320-2 |
| Mauri Marcelo Bevervanço Junior | 021 | 0760639-3 |
| | 026 | 0765186-7 |
| | 027 | 0765347-0 |
| | 028 | 0765382-9 |
| Maurício Kavinski | 044 | 0798774-8 |
| Maykon Del Canale Ribeiro | 063 | 0806256-2 |
| Mirella Parra Fulop | 040 | 0792935-7 |
| Mithiele Tatiana Rodrigues | 064 | 0806368-7 |
| Munir Abagge | 055 | 0801995-4/01 |
| Murilo Enz Faga Pereira | 014 | 0717320-2 |
| Olide João de Ganzer | 044 | 0798774-8 |
| Olivio Gamboa Panucci | 050 | 0801389-6 |
| | 064 | 0806368-7 |
| Osni José Zorzo | 048 | 0800516-9 |
| Paulo Roberto Gomes | 026 | 0765186-7 |
| | 027 | 0765347-0 |
| | 028 | 0765382-9 |
| | 033 | 0791761-3/01 |
| | 034 | 0791921-9/01 |
| | 035 | 0791985-3/01 |
| | 036 | 0792037-6/01 |
| | 037 | 0792415-0/01 |
| | 038 | 0792552-8/01 |
| Pedro Henrique Machado Martins | 018 | 0723060-8 |
| Pedro Henrique Machado Silveira | 008 | 0698012-1 |
| Pedro Stefanichen | 056 | 0802054-2 |
| Pedro Vieira Cesar | 016 | 0720384-1 |
| Rafael Antonio Seben | 054 | 0801965-6 |
| Reginaldo André Nery | 050 | 0801389-6 |
| Reinaldo Emilio Amadeu Hachem | 024 | 0764418-0 |
| | 029 | 0766536-1 |
| | 049 | 0800777-2 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 057 | 0802134-5 |
| Renata Caroline Talevi da Costa | 029 | 0766536-1 |
| Renata Cristina Costa | 065 | 0811361-1 |
| | 066 | 0811913-5 |
| | 067 | 0811942-6 |
| | 068 | 0825045-1 |
| Renato Fumagalli de Paiva | 009 | 0713384-0 |
| Ricardo Lucas Calderón | 006 | 0683498-8/01 |
| Riccardo Bertotti | 061 | 0803691-9 |
| Rodrigo Becker | 020 | 0751054-1 |
| Rodrigo Gaião | 002 | 0498105-7 |
| Rodrigo Tesser | 048 | 0800516-9 |
| Rosemar Angelo Melo | 062 | 0806090-4 |
| Sandro Luiz Werlang | 048 | 0800516-9 |
| Sérgio Roberto Giatti Rodrigues | 017 | 0720547-8 |
| Shiroko Numata | 065 | 0811361-1 |
| | 066 | 0811913-5 |
| | 067 | 0811942-6 |
| | 068 | 0825045-1 |

| | | |
|---|---|---|
| Silmar Ferreira Ditrich | 055 | 0801995-4/01 |
| Simone Daiane Rosa | 041 | 0795814-5 |
| | 053 | 0801875-7 |
| | 054 | 0801965-6 |
| | 063 | 0806256-2 |
| | 064 | 0806368-7 |
| Tatiana Piasecki Kaminski | 003 | 0562152-5 |
| | 007 | 0688123-6/01 |
| Tatiana Villardo Calderón | 006 | 0683498-8/01 |
| Teresa Celina de A. A. Wambier | 036 | 0792037-6/01 |
| | 062 | 0806090-4 |
| Thiago Rufino de Oliveira Gomes | 040 | 0792935-7 |
| Tulio Marcelo Denig Bandeira | 030 | 0768751-6/01 |
| Ursula Ernlund S. Guimarães | 004 | 0566934-3 |
| | 046 | 0799840-1 |
| Volnei Leandro Kottwitz | 062 | 0806090-4 |
| Waldomiro Barbieri | 005 | 0581173-6 |
| Wesley Toledo Ribeiro | 065 | 0811361-1 |
| | 066 | 0811913-5 |
| | 067 | 0811942-6 |
| | 068 | 0825045-1 |
| Zaqueu Subtil de Oliveira | 024 | 0764418-0 |
| | 029 | 0766536-1 |

Publicação de Acórdão

0001 . Processo/Prot: 0472057-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2008/26644. Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 2006.00001177 Prestação de Contas. Apelante (1): Gerson Alexandre Steinwandt. Advogado: Márcia Loreni Gund, Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin. Apelante (2): Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Angélica Carnaval Marçola, Márcio Rogério Depolli. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 31/08/2011

DECISÃO: Acordam os Desembargadores da 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso de apelação; e dar parcial provimento ao recurso adesivo; vencida a Juíza Themis Furquim Cortes, que dava parcial provimento em menor extensão ao recurso adesivo por reconhecer possível, nos termos do STJ, a cobrança anual de juros capitalizados, mesmo não pactuados, com declaração de voto em separado. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE. APELO DO BANCO. REGRA DO ART. 354, CC. INAPLICABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRÉVIA PACTUAÇÃO. AINDA QUE HOUVESSE PREVISÃO, SERIA IRRELEVANTE, PORQUE O PAGAMENTO INCIDE NOS JUROS CONTRATADOS. DECOTAMENTO DO EXCESSO CAPITALIZADO. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. ADMISSIBILIDADE. MATÉRIA SUMULADA. RECURSO ADESIVO DO AUTOR. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ARBITRAMENTO. DESNECESSIDADE. APURAÇÃO MEDIANTE SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO. CAPITALIZAÇÃO ANUAL. AFASTAMENTO PORQUE NÃO PACTUADA. TARIFAS. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. CONTRA-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PREVISTOS E AUTORIZADOS PELO BACEN. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. ADEQUAÇÃO. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. CABIMENTO. APELO E RECURSO ADESIVO PARCIALMENTE PROVIDOS.

0002 . Processo/Prot: 0498105-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2008/136950. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 1994.00031558 Embargos a Execução. Apelante (1): Banco de Desenvolvimento do Paraná Sa - Em Liquidação. Advogado: Luiz Alberto Fontana França, Aristides Alberto Tizzot França. Apelante (2): Faxinal Sa Indústria e Comércio, Indústria Químicas Carbomafra Sa, Luiz Ary Radunz, Nilda Nair Radunz. Advogado: Altivo José Seniski, Rodrigo Gaião. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, e com fulcro no art. 543-C, § 7º, II do CPC, em retratação, modificar pontualmente o Acórdão nº 17.200, para o fim de alterar pontualmente o resultado do julgamento, conhecendo do recurso 1 e dando-lhe parcial provimento, para o fim de determinar a compensação dos honorários advocatícios, mantendo-se no mais o que decidido pelo acórdão anterior, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS DO DEVEDOR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL PELO BADEP DIVERGÊNCIA ENTRE O ACÓRDÃO E A ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO QUE SE REFERE À COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS APLICABILIDADE DO ART. 543-C, § 7º, II, DO CPC REEXAME ACOLHIDO. 1. A atual orientação do Superior Tribunal de Justiça, traduzida pelo verbete nº 306, do STJ, direciona no sentido de que os honorários advocatícios sejam compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurando o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte. 2. Alteração pontual do resultado do julgamento (apelo conhecido e parcialmente provido), apenas para determinar que, no que tange à verba honorária, em se tratando de sucumbência recíproca, possa ser ela compensada.

0003 . Processo/Prot: 0562152-5 Apelação Cível

. Protocolo: 2009/28836. Comarca: Santa Helena. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2005.00000377 Prestação de Contas. Apelante (1): Adill Fochezatto. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Apelante (2): Banco Itaú SA. Advogado: Tatiana Piasecki Kaminski, Karin Loize Holler Mussi Bersot. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo do banco e dar parcial provimento ao recurso de apelação do autor, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL PRESTAÇÃO DE CONTAS PRIMEIRA FASE PROCESSO EXTINTO - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL, PROVIDO RETORNO DOS AUTOS PARA ANÁLISE DAS DEMAIS QUESTÕES. APELAÇÃO DO BANCO INTERESSE DE AGIR JÁ RECONHECIDO PELO EGRÉGIO STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. APELAÇÃO DO AUTOR REDUÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A PRESTAÇÃO DAS CONTAS DESNECESSIDADE PRAZO QUE ATENDE AOS INTERESSES DE AMBAS AS PARTES - PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA ART. 26 E 27 DO CDC INAPLICABILIDADE PRAZO VINTENÁRIO DAS AÇÕES PESSOAIS RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

0004 . Processo/Prot: 0566934-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2009/44840. Comarca: Coronel Vivida. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2008.00000214 Prestação de Contas. Apelante: Mauro Antonio Zaionc. Advogado: Lizeu Adair Berto, Jhonny Rafael Berto. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso de apelação interposto, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL PRESTAÇÃO DE CONTAS PRIMEIRA FASE PROCESSO EXTINTO - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL, PROVIDO RETORNO DOS AUTOS PARA ANÁLISE DAS DEMAIS QUESTÕES CUMULAÇÃO DE AÇÕES INCOMPATÍVEIS INOCORRÊNCIA NÃO HÁ PEDIDO DE REVISÃO DE CONTRATO E A EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS É INERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS - ENVIO MENSAL DE EXTRATO QUE SUPRE A NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INOCORRÊNCIA DEVER DO BANCO DE APRESENTAR OS DOCUMENTOS PEDIDO ADMINISTRATIVO E PAGAMENTO DE CUSTAS DESNECESSIDADE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA ART. 26 E 27 DO CDC INAPLICABILIDADE PRAZO VINTENÁRIO DAS AÇÕES PESSOAIS DEVER DE PRESTAR CONTAS CONFIGURADO CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS E COMISSÃO DE PERMANÊNCIA MATÉRIA A SER TRATADA SOMENTE NA SEGUNDA FASE DA AÇÃO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANUTENÇÃO. REEXAME ACOLHIDO E APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

0005 . Processo/Prot: 0581173-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2009/107693. Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00000558 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Waldomiro Barbieri. Apelado: A.d Zanetti & Vasconcelos Ltda - Me. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL PRESTAÇÃO DE CONTAS PRIMEIRA FASE FEITO ORIGINALMENTE EXTINTO RECURSO ESPECIAL PROVIDO RETORNO DOS AUTOS DO STJ PARA JULGAMENTO DO APELO - DECADÊNCIA DO DIREITO DO AUTOR DE RECLAMAR AS TARIFAS E OUTROS ENCARGOS DEBITADOS ANTES DE 90 DIAS, CONTADOS DO AFORAMENTO DA DEMANDA - ART. 26, II DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE PRAZO PRESCRICIONAL DAS AÇÕES PESSOAIS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO REDUÇÃO IMPOSSIBILIDADE VALOR ADEQUADO AO TRABALHO PRESTADO E DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

0006 . Processo/Prot: 0683498-8/01 Agravo

. Protocolo: 2011/254941. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 683498-8 Agravo de Instrumento. Agravante: Tania Villordo Calderón. Advogado: Ricardo Lucas Calderón, Tatiana Villardo Calderón, Maria de Lourdes Pereira Cardon Reinhardt. Agravado: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Antônio Augusto Cruz Porto, André Abreu de Souza. Interessado: Ricardo Lucas Calderon Ramirez. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 31/08/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: AGRAVO INTERNO DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO RECURSO PROTOCOLIZADO HÁ MAIS DE UM ANO DA DATA DA EFETIVA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO ALEGAÇÃO DE QUE A EXECUTADA NÃO POSSUÍA ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS DESNECESSIDADE OBRIGATORIEDADE DA PARTE, DEVIDAMENTE CITADA, ACOMPANHAR OS ANDAMENTOS PROCESSUAIS OPÇÃO PELA INÉRCIA QUE NÃO PODE BENEFICIAR O DEVEDOR EXECUÇÃO AJUIZADA HÁ MAIS DE 10 ANOS, SEM ÊXITO POSSIBILIDADE DE DECISÃO MONOCRÁTICA AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

0007 . Processo/Prot: 0688123-6/01 Embargos Infringentes Cível (Gr/CInt.)

. Protocolo: 2011/178972. Comarca: Guaraniaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 068812-3 Apelação Cível. Embargante: Lidio Bisinella. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Antonio Ribeiro Silva Neto, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Embargado: Banco Itaú SA. Advogado: Karin Loize Holler Mussi Bersot, Tatiana Piasecki Kaminski, Lauro Fernando Zanetti. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível em Composição Integral. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em Composição Integral, por unanimidade de votos, em rejeitar o recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: EMBARGOS INFRINGENTES AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS SEGUNDA FASE TAXAS E DEMAIS ENCARGOS BANCÁRIOS PROVA CONTRATUAL DESNECESSÁRIA TARIFAS NORMATIZADAS PELO BACEN INEXISTÊNCIA DE QUALQUER COBRANÇA ABUSIVA OU NÃO PREVISTA NAS NORMAS ADMINISTRATIVAS MANUTENÇÃO DO VOTO MAJORITÁRIO RECURSO CONHECIDO E REJEITADO.

0008 . Processo/Prot: 0698012-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/204029. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 0000076-69.2001.8.16.0001 Embargos a Execução. Apelante: Granosul Agroindustrial Ltda, Adolfo Timm, Ari Carlos Cantelle. Advogado: José Anchieta da Silva, Lucius Marcus Oliveira, Pedro Henrique Machado Silveira. Rec.Adesivo: Banco do Brasil SA. Advogado: Márcio Ribeiro Pires, Egydio João Clivati Junior. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Márcio Ribeiro Pires, Egydio João Clivati Junior. Apelado (2): Granosul Agroindustrial Ltda, Adolfo Timm, Ari Carlos Cantelle. Advogado: José Anchieta da Silva, Lucius Marcus Oliveira, Pedro Henrique Machado Silveira. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer do agravo retido e negar provimento, e dar parcial provimento ao recurso de apelação, e negar provimento ao recurso adeviso, nos termos do voto. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS A EXECUÇÃO. PARCIAL PROCEDÊNCIA. CÉDULAS DE CRÉDITO INDUSTRIAL E ADITIVOS. APELO DOS EMBARGANTES. PRELIMINAR. AGRAVO RETIDO. TÍTULOS EXECUTIVOS APTOS A APARELHAR A EXECUÇÃO. VALOR CERTO DA CONTRATAÇÃO E DOS ENCARGOS QUE DEMONSTRAM A LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE DOS DÉBITOS. DESNECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO EM MORA DOS DEVEDORES POR MEIO DE NOTIFICAÇÃO. MORA EX RE QUE SOBREVÉM PELO SIMPLES VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS. ART. 11 DO DEC. LEI 413/69. AGRAVO RETIDO CONHECIDO, PORÉM, DESPROVIDO. MÉRITO DO APELO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO IMPOSTA DA TAXA DE 12% AO ANO QUE SE APLICA ÀS CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL, INDUSTRIAL E COMERCIAL. PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA REFORMADA NESTA PARTE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. ADMISSIBILIDADE. EXPRESSA CONTRATAÇÃO. ART. 14, INC. VI, DO DEC-LEI 413/69. SÚMULA 93 DO STJ. DESEQUILÍBRIO CONTRATUAL INOCORRENTE. NULIDADE DA AVENÇA NÃO CONSTATADA. SUCUMBÊNCIA REDISTRIBUÍDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO ADESIVO DO BANCO EMBARGADO. INCIDÊNCIA DO CDC AOS CONTRATOS BANCÁRIOS. SÚMULA 297 DO STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA. LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE NÃO PERMITE SUA APLICAÇÃO ÀS CÉDULAS DE CRÉDITO INDUSTRIAL. COMISSÃO, ADEMAIS, CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS DE NATUREZA MORATÓRIA E REMUNERATÓRIA. EXCLUSÃO IMPOSITIVA. MULTA CONTRATUAL QUE DEVE INCIDIR NO PERCENTUAL PREVISTO NO CDC TÃO SOMENTE A PARTIR DO ADITIVO REALIZADO. PERÍODO ANTERIOR AO ADITIVO NO QUAL SUBSISTE A PACTUAÇÃO DA MULTA CONTRATUAL PREVISTA NAS CÉDULAS. RECURSO DESPROVIDO. I As cédulas de crédito industrial são títulos executivos aptos a instruir o procedimento executivo quando revestidas de suas formalidades legais e acompanhadas do demonstrativo do débito. II Decorrendo a mora do simples vencimento das obrigações assumidas nas Cédulas de Crédito Industrial (mora ex re, ocorrida em termo certo e determinado), desnecessário se faz a prévia notificação dos executados para instaurar o procedimento expropriatório, em observância ao artigo 11 do Decreto Lei 413/69. III - As taxas de juros remuneratórios em se tratando de cédula de crédito industrial, rural, ou comercial, devem se circunscrever à limitação prevista na Lei de Usura, ou seja, ao patamar de 12% ao ano, em razão de não haver expressa autorização do Conselho Monetário Nacional para fixação de percentual maior, sendo a elas inaplicável, portanto, em razão de estarem regulamentadas por leis especiais, as disposições da Lei n.º 4.595/64 e da Súmula 596 do STF. Sentença reformada nesta parte. IV - "A legislação sobre cédula de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros" (Súmula n.º 93 do STJ). V O simples fato de se tratar de contratação por adesão em nenhum momento enseja desequilíbrio na avença, porque houve a plena e irrestrita aquiescência com os termos do contrato por parte dos aderentes, ou seja, as condições objetivas do contrato estavam todas amplamente informadas e foram anuídas pelos embargantes quando optaram pela contratação (por mais que se aleguem despossuir liberdade contratual, por certo sempre fora resguardado a liberdade de contratar dos aderentes), de modo que, o reconhecimento judicial de eventuais cobranças excessivas, não tem o condão de ensejar desequilíbrio contratual, nem muito menos qualquer nulidade no pacto capaz de subverter a demanda executiva ou os títulos que a aparelham. VI - As disposições da legislação consumerista, como pacífico nesta Corte, aplicam-se às instituições financeiras, não subsistindo razão ao banco ao afirmar que a Cédula de Crédito Industrial tão e simplesmente por ser regida por legislação especial, e por possuir como finalidade a concessão de crédito para o fomento de atividades industriais, não se enquadra nas disposições do CDC, pois a instituição financeira (fornecedora no mercado de consumo), ao conceder o produto (crédito) para o industrial, redunda em operacionalizar uma operação de natureza bancária, independentemente da finalidade com que o destinatário promova o crédito, será sempre para seu próprio benefício, tratando-se o industrial, em outras palavras, de destinatário fático do crédito. De modo que, analisando-se a questão sobre este viés, tratando-se de negócio jurídico bancário, e estando evidenciada a vulnerabilidade técnica e psíquica da pessoa jurídica no caso concreto, inteiramente aplicável ao caso dos autos as disposições do Código de Defesa do Consumidor, a teor do contido na Súmula nº 297, do STJ. VI - A jurisprudência é firme no sentido de não ser possível a cobrança de comissão de permanência quando se tratar de cédula de crédito rural, comercial, ou industrial, ainda que no período de inadimplência, em respeito às expressas disposições da legislação especial, máxime quando se encontra cumulada com outros encargos de natureza moratória e remuneratória. Precedentes do STJ. VII - Apesar de os contratos terem sido celebrados anteriormente ao ano de 1996 (quando entrou em vigor a Lei 9.298/96, que alterou o artigo 52, §1º, do CDC), verifica-se que no ano de 1997 foram realizados aditivos contratuais em relação a ambos os títulos objetos da execução, de modo que, mesmo tendo as partes nos aditivos mantido o percentual de dez por cento para a multa contratual, entende-se que tal ratificação não subsiste perante a legislação cogente de defesa do consumidor, devendo após as datas das ratificações prevalecer o percentual de 2% vigente no artigo 52, §1º, do CDC, a teor da Súmula 285 do STJ.

0009 . Processo/Prot: 0713384-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2010/270912. Comarca: Marialva. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 2009.00000686 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Lauro Fernando Zanetti. Agravado: Espolio de Luciano Muller. Advogado: Renato Fumagalli de Paiva. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA. SENTENÇA CONDENATÓRIA GENÉRICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO TÍTULO JUDICIAL. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA CONFIRMADA EM SEDE RECURSAL. RECONHECIMENTO DE SE TRATAR DE AÇÃO DE DIREITO PESSOAL, COM PRAZO PRESCRICIONAL DE VINTE ANOS, NOS TERMOS DO ART. 177, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. MATÉRIA ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO. ALTERAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA PROMOVER A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DA SENTENÇA COLETIVA EM RAZÃO DO ADVENTO DO NOVO DIPLOMA CIVIL. REDUÇÃO DE VINTE PARA DEZ ANOS, COM FULCRO NO ART. 205 C/ C ART. 2.028, AMBOS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INAPLICABILIDADE DO PRAZO TRIENAL DISPOSTO NO ART. 206, § 3º, INCISO IV, DO NOVO CÓDIGO CIVIL, E DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NA LEI DA AÇÃO POPULAR. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

0010 . Processo/Prot: 0714256-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2010/273564. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0001190-30.2010.8.16.0162 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Aparecida Rodrigues Martins. Advogado: José de César Ferreira. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ORIGINÁRIO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA. PARTE EXECUTADA QUE OFERECE À PENHORA COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. PRETENSÃO INDEFERIDA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. BENS QUE NÃO SE EQUIPARAM AO DINHEIRO EM ESPÉCIE, DEPÓSITO OU APLICAÇÃO EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INOBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL PREVISTA NO ART. 655, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE NÃO CONFIGURADA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. I. O entendimento jurisprudencial majoritário tem sido no sentido de que as cotas de fundo de investimento não se equiparam ao

dinheiro em espécie, depósito ou aplicação em instituição financeira (art. 655, I, do CPC), haja vista terem natureza jurídica diversa, sendo classificadas, para efeito de ordem de gradação legal da penhora, como títulos e valores mobiliários com cotação em mercado (art. 655, X, do CPC), o que inclusive é corroborado pelo teor do art. 2º, inc. V, da Lei nº. 6.385/76, ao prever que as cotas de fundos de investimento são valores mobiliários. II. Se de um lado a execução deve ser feita de maneira menos gravosa para o devedor (art. 620, CPC), de outro deve ser realizada no interesse do credor (art. 612, CPC), o qual pode perfeitamente recusar a nomeação à penhora de cotas de fundo de investimento, a fim de que a constrição judicial venha a recair sobre dinheiro, satisfazendo de forma imediata seu crédito.

0011 . Processo/Prot: 0714739-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2010/273590. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0001272-61.2010.8.16.0162 Execução por Quantia Certa. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Cicero Pinto Cavalcante. Advogado: José de César Ferreira. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ORIGINÁRIO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA. PARTE EXECUTADA QUE OFERECE À PENHORA COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. PRETENSÃO INDEFERIDA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. BENS QUE NÃO SE EQUIPARAM AO DINHEIRO EM ESPÉCIE, DEPÓSITO OU APLICAÇÃO EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INOBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL PREVISTA NO ART. 655, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE NÃO CONFIGURADA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. I. O entendimento jurisprudencial majoritário tem sido no sentido de que as cotas de fundo de investimento não se equiparam ao dinheiro em espécie, depósito ou aplicação em instituição financeira (art. 655, I, do CPC), haja vista terem natureza jurídica diversa, sendo classificadas, para efeito de ordem de gradação legal da penhora, como títulos e valores mobiliários com cotação em mercado (art. 655, X, do CPC), o que inclusive é corroborado pelo teor do art. 2º, inc. V, da Lei nº. 6.385/76, ao prever que as cotas de fundos de investimento são valores mobiliários. II. Se de um lado a execução deve ser feita de maneira menos gravosa para o devedor (art. 620, CPC), de outro deve ser realizada no interesse do credor (art. 612, CPC), o qual pode perfeitamente recusar a nomeação à penhora de cotas de fundo de investimento, a fim de que a constrição judicial venha a recair sobre dinheiro, satisfazendo de forma imediata seu crédito.

0012 . Processo/Prot: 0715683-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2010/277090. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00001942 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Lauro Fernando Zanetti. Agravado: Akira Ogawa. Advogado: Maria Elizabeth Jacob. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA. SENTENÇA CONDENATÓRIA GENÉRICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO TÍTULO JUDICIAL. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA CONFIRMADA EM SEDE RECURSAL. RECONHECIMENTO DE SE TRATAR DE AÇÃO DE DIREITO PESSOAL, COM PRAZO PRESCRICIONAL DE VINTE ANOS, NOS TERMOS DO ART. 177, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. MATÉRIA ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO. ALTERAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA PROMOVER A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DA SENTENÇA COLETIVA EM RAZÃO DO ADVENTO DO NOVO DIPLOMA CIVIL. REDUÇÃO DE VINTE PARA DEZ ANOS, COM FULCRO NO ART. 205 C/ C ART. 2.028, AMBOS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INAPLICABILIDADE DO PRAZO TRIENAL DISPOSTO NO ART. 206, § 3º, INCISO IV, DO NOVO CÓDIGO CIVIL, E DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NA LEI DA AÇÃO POPULAR. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

0013 . Processo/Prot: 0716956-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2010/282986. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2009.00002353 Execução de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Cristina Maria Rigler, José Alois Rigler. Advogado: Marly de Cassia Meneses França Regiani, Isione Steenbock Fim. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA. SENTENÇA CONDENATÓRIA GENÉRICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO TÍTULO JUDICIAL. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA CONFIRMADA EM SEDE RECURSAL. RECONHECIMENTO DE SE TRATAR DE AÇÃO DE DIREITO PESSOAL, COM PRAZO PRESCRICIONAL DE VINTE ANOS, NOS TERMOS DO ART. 177, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. MATÉRIA ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO. ALTERAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA PROMOVER A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DA SENTENÇA COLETIVA EM RAZÃO DO ADVENTO DO NOVO DIPLOMA CIVIL. REDUÇÃO DE VINTE PARA DEZ ANOS, COM FULCRO NO ART. 205 C/ C ART. 2.028, AMBOS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INAPLICABILIDADE DO PRAZO TRIENAL DISPOSTO NO ART. 206, § 3º, INCISO IV, DO NOVO CÓDIGO CIVIL, E DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NA LEI DA AÇÃO POPULAR. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

0014 . Processo/Prot: 0717320-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2010/280262. Comarca: Jacarezinho. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0001934-23.2010.8.16.0098 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Espólio de Manoel Andre Avelino. Advogado: Murilo Enz Faga Pereira, Matheus Nunes de Moraes. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA. SENTENÇA CONDENATÓRIA GENÉRICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO TÍTULO JUDICIAL. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA CONFIRMADA EM SEDE RECURSAL. RECONHECIMENTO DE SE TRATAR DE AÇÃO DE DIREITO PESSOAL, COM PRAZO PRESCRICIONAL DE VINTE ANOS, NOS TERMOS DO ART. 177, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. MATÉRIA ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO. ALTERAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA PROMOVER A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DA SENTENÇA COLETIVA EM RAZÃO DO ADVENTO DO NOVO DIPLOMA CIVIL. REDUÇÃO DE VINTE PARA DEZ ANOS, COM FULCRO NO ART. 205 C/ C ART. 2.028, AMBOS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INAPLICABILIDADE DO PRAZO TRIENAL DISPOSTO NO ART. 206, § 3º, INCISO IV, DO NOVO CÓDIGO CIVIL, E DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NA LEI DA AÇÃO POPULAR. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

0015 . Processo/Prot: 0718921-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2010/289454. Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0033423-39.2010.8.16.0014 Cobrança. Agravante: Yasuo Gohara (maior de 60 anos), Dirceu Guerreiro da Costa (maior de 60 anos), Tereza Aparecida Iria Buranello, Jacinta Sanchez Pelayo, Luiz Antonio Pereira do Nascimento, Roberto Mantoani, Neri Maria Destri, Espólio de Francisco Duilio Cioffi, Espólio de Dionisio Meazza. Advogado: Josafar Augusto da Silva Guimarães. Agravado: Banco Itaú Unibanco Sa. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADVOGADO SUBSCRITOR DA PETIÇÃO RECURSAL QUE NÃO POSSUI PODERES PARA REPRESENTAR OS AGRAVANTES EM JUÍZO, POIS SEU NOME NÃO CONSTA NAS PROCURAÇÕES NEM NOS SUBSTABELECIMENTOS. EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. DEFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO INSTRUMENTAL DEVIDAMENTE CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA PREVISTA NO ARTIGO 525, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ÔNUS QUE COMPETE EXCLUSIVAMENTE À PARTE AGRAVANTE. IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR, EM VIRTUDE DO FENÔMENO DA PRECLUSÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

0016 . Processo/Prot: 0720384-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2010/302374. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2007.00001045 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Genoveva Levandoski (maior de 60 anos). Advogado: Pedro Vieira Cesar, Celina Dittrich Vieira Marques. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA. SENTENÇA CONDENATÓRIA GENÉRICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO TÍTULO JUDICIAL. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA CONFIRMADA EM SEDE RECURSAL. RECONHECIMENTO DE SE TRATAR DE AÇÃO DE DIREITO PESSOAL, COM PRAZO PRESCRICIONAL DE VINTE ANOS, NOS TERMOS DO ART. 177, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. MATÉRIA ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO. ALTERAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA PROMOVER A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DA SENTENÇA COLETIVA EM RAZÃO DO ADVENTO DO NOVO DIPLOMA CIVIL. REDUÇÃO DE VINTE PARA DEZ ANOS, COM FULCRO NO ART. 205 C/ C ART. 2.028, AMBOS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INAPLICABILIDADE DO

PRAZO TRIENAL DISPOSTO NO ART. 206, § 3º, INCISO IV, DO NOVO CÓDIGO CIVIL, E DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NA LEI DA AÇÃO POPULAR. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

0017 . Processo/Prot: 0720547-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2010/300118. Comarca: Andirá. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 2009.00000948 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Hélio Dias Campos, Alcide Borsolano, Fleury Martins, Cacildo Suzzi, Angelo Sibila, Ademir Farinha, Roberto Nunes da Silva, Catharina Jussiani Baldin, Maria Stela Hespanhol Simoni, Divina da Rosa Feriato. Advogado: Mário Campos de Oliveira Junior, Sérgio Roberto Giatti Rodrigues, Fábio Palaver. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA. SENTENÇA CONDENATÓRIA GENÉRICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO TÍTULO JUDICIAL. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA CONFIRMADA EM SEDE RECURSAL. RECONHECIMENTO DE SE TRATAR DE AÇÃO DE DIREITO PESSOAL, COM PRAZO PRESCRICIONAL DE VINTE ANOS, NOS TERMOS DO ART. 177, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. MATÉRIA ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO. ALTERAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA PROMOVER A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DA SENTENÇA COLETIVA EM RAZÃO DO ADVENTO DO NOVO DIPLOMA CIVIL. REDUÇÃO DE VINTE PARA DEZ ANOS, COM FULCRO NO ART. 205 C/C ART. 2.028, AMBOS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INAPLICABILIDADE DO PRAZO TRIENAL DISPOSTO NO ART. 206, § 3º, INCISO IV, DO NOVO CÓDIGO CIVIL, E DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NA LEI DA AÇÃO POPULAR. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

0018 . Processo/Prot: 0723060-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2010/314020. Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 0032002-14.2010.8.16.0014 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Lauro Fernando Zanetti. Agravado: Lidia Cleusa de Castro. Advogado: Pedro Henrique Machado Martins. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA. SENTENÇA CONDENATÓRIA GENÉRICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO TÍTULO JUDICIAL. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA CONFIRMADA EM SEDE RECURSAL. RECONHECIMENTO DE SE TRATAR DE AÇÃO DE DIREITO PESSOAL, COM PRAZO PRESCRICIONAL DE VINTE ANOS, NOS TERMOS DO ART. 177, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. MATÉRIA ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO. ALTERAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA PROMOVER A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DA SENTENÇA COLETIVA EM RAZÃO DO ADVENTO DO NOVO DIPLOMA CIVIL. REDUÇÃO DE VINTE PARA DEZ ANOS, COM FULCRO NO ART. 205 C/C ART. 2.028, AMBOS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INAPLICABILIDADE DO PRAZO TRIENAL DISPOSTO NO ART. 206, § 3º, INCISO IV, DO NOVO CÓDIGO CIVIL, E DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NA LEI DA AÇÃO POPULAR. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

0019 . Processo/Prot: 0725848-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2010/332918. Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0009701-80.2010.8.16.0044 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Neusa Moreira Fedrigo. Advogado: Edson Carlos Pereira, João Aparecido Michelin, Júlio César Gonçalves. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA. SENTENÇA CONDENATÓRIA GENÉRICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO TÍTULO JUDICIAL. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA CONFIRMADA EM SEDE RECURSAL. RECONHECIMENTO DE SE TRATAR DE AÇÃO DE DIREITO PESSOAL, COM PRAZO PRESCRICIONAL DE VINTE ANOS, NOS TERMOS DO ART. 177, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. MATÉRIA ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO. ALTERAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA PROMOVER A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DA SENTENÇA COLETIVA EM RAZÃO DO ADVENTO DO NOVO DIPLOMA CIVIL. REDUÇÃO DE VINTE PARA DEZ ANOS, COM FULCRO NO ART. 205 C/C ART. 2.028, AMBOS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INAPLICABILIDADE DO PRAZO TRIENAL DISPOSTO NO ART. 206, § 3º, INCISO IV, DO NOVO CÓDIGO CIVIL, E DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NA LEI DA AÇÃO POPULAR. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

0020 . Processo/Prot: 0751054-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/388647. Comarca: Laranjeiras do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002635-97.2009.8.16.0104 Embargos a Execução. Apelante: Guarario Materiais de Construção Ltda, Afonso de Oliveira (maior de 60 anos), Fransergio de Oliveira, Ema Elesene de Oliveira. Advogado: Allan Quartiero, Jair Gavino Filho. Apelado: Banco do Brasil SA. Advogado: Luiz Antônio de Souza, Rodrigo Becker. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer em parte e na parte conhecida negar provimento ao apelo, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS À EXECUÇÃO CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA INSURGÊNCIA ALEGADA AUSÊNCIA DE EXECUTIVIDADE, CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DO TÍTULO NÃO VERIFICAÇÃO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL POR FORÇA DE LEI INICIAL QUE APRESENTA O CÁLCULO ATUALIZADO DO DÉBITO - VIA PROCEDIMENTAL ADEQUADA PARA RECEBIMENTO DO CRÉDITO - JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS COBRANÇA ABUSIVA INOVAÇÃO RECURSAL - NÃO CONHECIMENTO RECURSO CONHECIDO EM PARTE E NA PARTE CONHECIDA DESPROVIDO.

0021 . Processo/Prot: 0760639-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/391234. Comarca: Altônia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000427-07.2010.8.16.0040 Cautelar. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Apelado: Marcos Francisco. Advogado: Alex Reberte, Braz Reberte Pedrini, Douglas Andrade Matos. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa. Julgado em: 03/08/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PROCEDENTE. INTENTO DE SE ATRIBUIR EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. MEDIDA RECURSAL RECEBIDA NO EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO. DECISÃO NÃO IMPUGNADA. PRECLUSÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. OCORRÊNCIA DE SUCESSÃO ENTRE BAMERINDUS E HSBC. QUESTÃO JÁ PACIFICADA NESTA CORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. ART. 5º, XXXV, CF. APRESENTAÇÃO DE SEGUNDA VIA DE DOCUMENTOS. PAGAMENTO DE TARIFAS. INEXIGIBILIDADE. OBRIGAÇÃO LEGAL QUE NÃO PODE FICAR ADSTRITA A CONDICIONANTES, SOB PENA DE AFRONTA À ATIVIDADE JURISDICIONAL, E AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. DILAÇÃO DE PRAZO. NÃO CABIMENTO NO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. I Não obstante sustentar a parte a necessidade premente da concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto, verificou-se que no momento oportuno em que houve o recebimento da medida recursal meramente no efeito devolutivo (em observância ao art. 520, IV, CPC), quedou-se a parte absolutamente inerte, deixando, portanto, transcorrer in albis o prazo recursal da decisão que supostamente lhe teria causado gravame, sobrevindo a preclusão da faculdade processual acometida. De modo que, somente em casos excepcionais, se pode mitigar a rigidez do recebimento do apelo pendente de juízo de admissibilidade, com o escopo de evitar teratologia, ou, obstar os efeitos de decisão contrária à jurisprudência pacificada nos Tribunais, hipóteses nas quais reste demonstrado de modo claro e indene de dúvida o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação e a verossimilhança das alegações, o que, contudo, não é o caso dos autos. II O HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo ao suceder o Banco Bamerindus em sua atividade bancária, adquiriu seu ativo e passivo, assumindo, destarte, toda a responsabilidade pelas obrigações bancárias frente aos correntistas deste, incluindo-se entre elas a obrigação de guarda de documentos comuns de relações jurídicas que possuía o sucedido com seus clientes (como a guarda de todos os papéis referentes a transações, lançamentos, ocorridos em cada conta corrente). Precedentes. III O prévio requerimento administrativo não configura condição ou pressuposto para a propositura da ação de exibição de documentos; entendimento contrário redundaria em indubitável afronta ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF). IV A determinação de exibição de documentos comuns às partes decorre de obrigação legal, decorrente de dever anexo/lateral do princípio da boa-fé objetiva, sendo, portanto, de integração compulsória na relação negocial, de modo que não pode ficar adstrito a condicionantes impostas de modo potestativo pelo fornecedor. Precedentes.

0022 . Processo/Prot: 0762794-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/396347. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0014517-82.2007.8.16.0021 Embargos a Execução. Apelante: Mendes e Litron Ltda, Pedro Valdecio Litron. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund. Apelado: Banco Mercantil do Brasil SA. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa. Julgado em: 03/08/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: APELAÇÃO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. IMPROCEDENTES. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ALEGAÇÃO DE ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AFASTAMENTO. EXISTÊNCIA DE EXTRATOS DE CONTA CORRENTE DEMONSTRANDO A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DO DÉBITO.

EXEQÜENTE, ADEMAIS, QUE ANEXOU PLANILHA DEMONSTRATIVA DO VALOR EXECUTADO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 28,§ 2º, INC. I E II, DA LEI 10.931/04. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

0023 . Processo/Prot: 0764217-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/69981. Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 0010157-67.2003.8.16.0014 Prestação de Contas. Apelante: Marcelo Rezende da Paixão. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund, Jair Antônio Wiebelling. Rec.Adesivo: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: José Augusto Araújo de Noronha, Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto, Mariana Marçal Araújo Teixeira. Apelado (1): Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: José Augusto Araújo de Noronha, Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto, Mariana Marçal Araújo Teixeira. Apelado (2): Marcelo Rezende da Paixão. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund, Jair Antônio Wiebelling. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa. Julgado em: 20/07/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, não conhecer dos agravos retidos, dar parcial provimento a apelação, e negar provimento ao recurso adeviso, nos termos do voto. EMENTA: APELAÇÕES. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. PARCIAL PROCEDÊNCIA. CONTRATO DE CONTA CORRENTE. APELOS DA PARTE AUTORA E DO BANCO RÉU. AGRAVOS RETIDOS. NÃO CONHECIMENTO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO DA LEGISLAÇÃO CIVIL QUE NÃO SE ESTENDE ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. AUSÊNCIA DE EXPRESSA PREVISÃO ACERCA DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXAS FLUTUANTES. PERCENTUAIS APLICADOS QUE NÃO PODEM SER SUPERIORES ÀS TAXAS MÉDIAS DE MERCADO DITADAS PELO BACEN. ABUSIVIDADE QUE, SE CONSTATADA, DEVE SER COIBIDA, EM HOMENAGEM ÀS DIRETRIZES PRINCIPIOLÓGICAS DO CDC. PRECEDENTES. SENTENÇA REFORMADA NESTE PONTO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS CONSTATADA. AUSÊNCIA DE EXPRESSA PACTUAÇÃO. EXCLUSÃO QUE SE IMPÕE. SÚMULA 121 DO STF. MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.170-36/01. INAPLICABILIDADE. REGRAS DA IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO QUE NÃO TEM O CONDÃO DE AFASTAR A OCORRÊNCIA DA CAPITALIZAÇÃO. PRECEDENTES. LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA POR ARBITRAMENTO. CABIMENTO. NECESSIDADE DE CONHECIMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO. TARIFAS. CONTRAPRESTAÇÃO PELOS SERVIÇOS BANCÁRIOS EFETIVAMENTE PRESTADOS. COBRANÇA ADMITIDA DAS AUTORIZADAS PELO BACEN. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DAS VERBAS DECORRENTES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPENSAÇÃO (SÚMULA 306, STJ). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I Não se revelam abusivos os juros remuneratórios aplicados em percentuais superiores ao previsto na legislação civil, ainda que não demonstrada a pactuação das taxas efetivamente praticadas, caso em que, os percentuais de juros flutuantes utilizados não podem ser dissonantes da taxa média praticada pelo mercado financeiro em operações da mesma espécie. Sentença Reformada nesta parte. II Ante a ausência de expressa pactuação (em conformidade com arts. 54, §§ 3º e 4º, do CDC), acerca da incidência de juros capitalizados nos contratos de abertura de crédito em conta corrente, e não tendo o consumidor sido informado acerca desta limitação de direito seu, há que ser extirpada esta prática, em homenagem à Súmula 121 do STF, e disposições consumeristas aplicáveis à espécie. III A mera invocação de aplicação ao caso da regra do artigo 354 do Código Civil (imputação do pagamento), não tem o condão de afastar a ocorrência da capitalização mensal de juros nos contratos de abertura de crédito em conta corrente, pois mesmo com a imputação primeira dos juros, ainda assim ocorre o fenômeno, na medida em que os juros debitados na conta corrente fazem com que aumente o saldo devedor ou diminua o saldo credor, incidindo posteriormente novos juros sobre o total do débito, redundando, de qualquer modo, em prejuízo manifesto ao consumidor adotar o raciocínio de que todos os juros incidentes no total do débito, com a realização de novos empréstimos automáticos, seriam convertidos em capital (assim, refinanciando a dívida). Isto, na prática, implicaria em desvantagem exagerada para o consumidor, que teria sérias dificuldades para quitar o total do saldo devido, sendo certo, ademais, que no caso dos autos não se desincumbiu a instituição financeira de provar que houve efetivamente saldos contínuos no longo período de vigência contratual, aptos a inibir a incidência dos malfadados juros sobre juros. IV As tarifas bancárias cobradas dos correntistas representam remuneração pelos serviços efetivamente prestados e, estando devidamente regulamentadas pelo Banco Central do Brasil, podem ser licitamente cobradas, na medida em que representaria afronta à boa-fé contratual o consumidor se furtar ao pagamento de serviços a que evidentemente se beneficiou. V - A restituição dos valores cobrados indevidamente (decorrentes da prática de juros capitalizados e de eventuais taxas de juros flutuantes utilizadas em patamares superiores à média de mercado) deve ocorrer na forma simples, pois não se pode presumir o dolo ou a má-fé da instituição financeira em cobrar encargos indevidos. Precedentes. VI - Há sucumbência recíproca quando cada litigante for em parte vencedor e, em parte, vencido. Infere-se dos autos, nesse espeque, que a parte autora foi sucumbente quanto ao pedido de restituição das tarifas cobradas pelo Banco recorrido, e quanto ao pleito de limitação dos juros no patamar de 1% (um por cento) ao mês, tendo havido, portanto, sucumbência de ambas as partes, circunstância que autoriza a distribuição proporcional e recíproca das despesas e honorários (art. 21, "caput", CPC).

0024 . Processo/Prot: 0764418-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/399164. Comarca: Primeiro de Maio. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000636-07.2009.8.16.0138 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Daniel Hachem, Reinaldo Emilio Amadeu Hachem. Apelado: Airton de Oliveira (maior de 60 anos). Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa. Julgado em: 03/08/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PROCEDENTE. CONTRATO DE CONTA CORRENTE. FORNECIMENTO DE EXTRATOS AO LONGO DA RELAÇÃO CONTRATUAL. IRRELEVÂNCIA. LAPSO PRESCRICIONAL VINTENÁRIO A REGULAR A PRETENSÃO VEICULADA NO CASO CONCRETO. PEDIDO GENÉRICO NÃO VISLUMBRADO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. ART. 5º, XXXV, CF. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS COMUNS ÀS PARTES. DEVER ANEXO/LATERAL DECORRENTE DA BOA-FÉ OBJETIVA. PAGAMENTO DE TARIFAS. INEXIGIBILIDADE. OBRIGAÇÃO LEGAL QUE NÃO PODE FICAR ADSTRITA A CONDICIONANTES, SOB PENA DE AFRONTA AO DEVER DE COOPERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA IMPOSTO AOS CONTRATANTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. I O mero envio de extratos mensais pela instituição financeira não impede a parte de ajuizar medida cautelar para exibição de documentos comuns, a que o banco detenha a guarda em razão do vínculo contratual, sendo impositivo ao fornecedor a observância dos deveres anexos/laterais, decorrente da boa-fé objetiva, de cooperação e transferência nas relações com seus consumidores. II - "O prazo prescricional para propositura da ação de exibição de documentos é de vinte anos ante a regra do art. 177 do código de 1.916, quando, por ocasião da propositura da demanda, já tiver decorrido mais da metade do prazo prescricional, conforme regra do art. 2.028 do CC. (...)" (TJPR, Ap. Cível 773.905-7, Ac. 24385, 14ª Câmara Cível, Des. Edgard Fernando Barbosa, p. 07/06/2011). III - Não são genéricas as alegações do autor que solicita a exibição de documentos comuns ao contrato de conta corrente mantido entre as partes, desde que identifique a conta bancária e a agência, e traga demonstração do vínculo contratual, limitando quais documentos pretenda a exibição (ainda que o faça em relação a todos os documentos inerentes à relação negocial). IV - O prévio requerimento administrativo não configura condição ou pressuposto para a propositura da ação de exibição de documentos; entendimento contrário redundaria em indubitável afronta ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF). V A determinação de exibição de documentos comuns às partes decorre de obrigação legal, decorrente de dever anexo/lateral do princípio da boa-fé objetiva, sendo, portanto, de integração compulsória na relação negocial, de modo que não pode ficar adstrito a condicionantes impostas de modo potestativo pelo fornecedor. Precedentes.

0025 . Processo/Prot: 0764549-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/29873. Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0025502-29.2010.8.16.0014 Cobrança. Agravante: Lilian de Almeida Farinha (maior de 60 anos), Jorge Lopes Martins (maior de 60 anos), Leonildo Girotto (maior de 60 anos), Joel Meneghello, João Pita, Juarez Galleti (maior de 60 anos), Wanderleia Batista Neves Bazzi, Tikashi Nakano (maior de 60 anos), Giomar Meneguello, Maria Odete Cavalari. Advogado: Josafar Augusto da Silva Guimarães. Agravado: Banco Hsbc Bank Brasil Sa. Advogado: Izabela Cristina Rücker Curi Bertoncello, Maria Letícia Brüsch, Izabela Cristina Rucker Curi Bertoncello. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Guido Döbeli. Relator Designado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 10/08/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por maioria de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, vencido o digno Desembargador-relator Guido Döbeli, que lhe negava provimento. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE COBRANÇA COMPETÊNCIA TERRITORIAL CARÁTER RELATIVO RELAÇÃO DE CONSUMO DECLINAÇÃO DE OFÍCIO IMPOSSIBILIDADE AÇÃO PROPOSTA NO FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU - AÇÃO PESSOAL NECESSIDADE DE ARGUIÇÃO DA INCOMPETÊNCIA PELA PARTE CONTRÁRIA SÚMULA 33 DO STJ DECISÃO REFORMADA RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

0026 . Processo/Prot: 0765186-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/81329. Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000772-55.2010.8.16.0142 Cumprimento de Sentença. Apelante: Alcides Gaffuri (maior de 60 anos), Conceição Meloca Bittencourt (maior de 60 anos), Eunice Rodrigues Izelli (maior de 60 anos), Alice Tameza (maior de 60 anos), José Carlos Paraguaio. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior, Choi Jong Min. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa. Julgado em: 03/08/2011

DECISÃO: ACORDAM, os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 38.765/98, AJUIZADA PELA APADECO. COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA. SENTENÇA CONDENATÓRIA GENÉRICA. EXECUÇÃO DO TÍTULO JUDICIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO DE DIREITO PESSOAL, COM PRAZO PRESCRICIONAL DE VINTE ANOS, NOS TERMOS DO ART. 177, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. MATÉRIA ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO. ALTERAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA PROMOVER A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DA SENTENÇA COLETIVA EM RAZÃO DO ADVENTO DO NOVO DIPLOMA CIVIL. REDUÇÃO DE VINTE PARA DEZ ANOS, COM FULCRO NO ART. 205 C/ C ART. 2.028, AMBOS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INAPLICABILIDADE DO PRAZO TRIENAL DISPOSTO NO ART. 206, § 3º, INCISO IV, DO NOVO CÓDIGO CIVIL, E DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NA LEI DA AÇÃO POPULAR.

PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. SENTENÇA REFORMADA NESSA PARTE, PARA QUE SEJA DADO REGULAR PROSSEGUIMENTO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECURSO PROVIDO.

0027 . Processo/Prot: 0765347-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/81208. Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0001008-07.2010.8.16.0142 Cumprimento de Sentença. Apelante: Wanderley Ignácio (maior de 60 anos). Advogado: Paulo Roberto Gomes. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AÇÃO CIVIL PÚBLICA APADECO CADERNETAS DE POUPANÇA CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DIFERENÇAS DAS CADERNETAS DE POUPANÇA PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO POPULAR - INAPLICABILIDADE PRESCRIÇÃO TRIENAL AÇÃO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA IMPROPRIEDADE - AÇÃO DE COBRANÇA, DE NATUREZA PESSOAL RECONHECIMENTO NO JULGAMENTO DA AÇÃO COGNITIVA REDUÇÃO DO PRAZO POR FORÇA LEGAL 10 ANOS ART. 205 C.C. ART. 2028, AMBOS DO CC/16 SENTENÇA REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

0028 . Processo/Prot: 0765382-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/81234. Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0001029-80.2010.8.16.0142 Cumprimento de Sentença. Apelante: Matilde Kurten de Lima. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AÇÃO CIVIL PÚBLICA APADECO CADERNETAS DE POUPANÇA CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DIFERENÇAS DAS CADERNETAS DE POUPANÇA PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO POPULAR - INAPLICABILIDADE PRESCRIÇÃO TRIENAL AÇÃO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA IMPROPRIEDADE - AÇÃO DE COBRANÇA, DE NATUREZA PESSOAL RECONHECIMENTO NO JULGAMENTO DA AÇÃO COGNITIVA REDUÇÃO DO PRAZO POR FORÇA LEGAL 10 ANOS ART. 205 C.C. ART. 2028, AMBOS DO CC/16 SENTENÇA REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

0029 . Processo/Prot: 0766536-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/398937. Comarca: Primeiro de Maio. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000574-64.2009.8.16.0138 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Banestado SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Renata Caroline Talevi da Costa, Luciane Kitanishi, Daniel Hachem, Reinaldo Emilio Amadeu Hachem. Apelado: Aldino Zanoni Berti. Advogado: Zaqueu Subtil de Oliveira, Júlio César Subtil de Almeida. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Revisor: Des. Edgard Fernando Barbosa. Julgado em: 03/08/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PROCEDENTE. CONTRATO DE CONTA CORRENTE. PEDIDO GENÉRICO NÃO VISLUMBRADO. FORNECIMENTO DE EXTRATOS AO LONGO DA RELAÇÃO CONTRATUAL. IRRELEVÂNCIA. LAPSO PRESCRICIONAL VINTENÁRIO A REGULAR A PRETENSÃO VEICULADA NO CASO CONCRETO. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS COMUNS ÀS PARTES. DEVER ANEXO/LATERAL DECORRENTE DA BOA-FÉ OBJETIVA. PAGAMENTO DE TARIFAS. INEXIGIBILIDADE. OBRIGAÇÃO LEGAL QUE NÃO PODE FICAR ADSTRITA A CONDICIONANTES, SOB PENA DE AFRONTA AO DEVER DE COOPERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA IMPOSTO AOS CONTRATANTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. I Não são genéricas as alegações do autor que solicita a exibição de documentos comuns ao contrato de conta corrente mantido entre as partes, desde que identifique a conta bancária e a agência, e traga demonstração do vínculo contratual, limitando quais documentos pretenda a exibição (ainda que o faça em relação a todos os documentos inerentes à relação negocial). II - O mero envio de extratos mensais pela instituição financeira não impede a parte de ajuizar medida cautelar para exibição de documentos comuns, a que o banco detenha a guarda em razão do vínculo contratual, sendo impositivo ao fornecedor a observância dos deveres anexos/laterais decorrente da boa-fé objetiva, consubstanciando a cooperação e a transferência nas relações com seus consumidores. III "O prazo prescricional para propositura da ação de exibição de documentos é de vinte anos ante a regra do art. 177 do código de 1.916, quando, por ocasião da propositura da demanda, já tiver decorrido mais da metade do prazo prescricional, conforme regra do art. 2.028 do CC. (...)" (TJPR, Ap. Cível 773.905-7, Ac. 24385, 14ª Câmara Cível, Des. Edgard Fernando Barbosa, p. 07/06/2011). IV - A determinação de exibição de documentos comuns às partes decorre de obrigação legal, decorrente do princípio da boa-fé objetiva, sendo, portanto, de integração compulsória na relação negocial, de modo que não pode ficar adstrito a condicionantes impostas de modo potestativo pelo fornecedor. Precedentes.

0030 . Processo/Prot: 0768751-6/01 Agravo Regimental Cível

. Protocolo: 2011/295210. Comarca: Santo Antônio do Sudoeste. Vara: Vara Única. Ação Originária: 768751-6 Agravo de Instrumento. Agravante: Tws Supermercado Ltda, Angelin Léu Spader, Thiago Willians Spader. Advogado: Juliana Aparecida Pôncio de Oliveira, Andrea Cristine Bandeira, Tulio Marcelo Denig Bandeira. Agravado: Rju Comércio Beneficiamento de Frutas e Verduras Ltda. Advogado: Marcelo Varaschin, Airton José Alberton, Demétryus Luiz Fracaro Baldissera. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 31/08/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: AGRAVO INTERNO DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS DO DEVEDOR INTELIGÊNCIA DO ART. 739-A, § 1º, CPC, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.382/2006 DETERMINAÇÃO PARA QUE SÓ EM CASOS EXCEPCIONAIS SEJA CONCEDIDO O EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS INOCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO FALTA DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA TANTO POSSIBILIDADE DE DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE AGRAVO INTERNO QUE NÃO SE PRESTA A REVER A MATÉRIA DE MÉRITO - HIPÓTESE PREVISTA NO ARTIGO 557, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

0031 . Processo/Prot: 0773359-5 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/14550. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0010886-20.2009.8.16.0035 Medida Cautelar. Apelante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Apelado: Mf Serviços Em Alimentação. Advogado: Claudinei Szymczak, Fernando Oliveira Perna. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso de apelação, nos termos do voto da relatora. EMENTA: MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS CORRENTISTA EM FACE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA MEDIDA SATISFATIVA DESNECESSIDADE DE PROPOSIÇÃO DE AÇÃO PRINCIPAL NO PRAZO PREVISTO NO ART. 796 DO CPC FALTA DE INTERESSE DE AGIR AFASTAMENTO DIREITO DO CORRENTISTA EM EXIGIR A DEMONSTRAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMUNS QUE ESTÃO EM POSSE DO BANCO - PLEITO DE MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ACATAMENTO, ANTE A POUCA COMPLEXIDADE DA CAUSA CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO REVOGAÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO - PREJUDICADO LITIGÂNCIA DE MÁ- FÉ NÃO CONFIGURADA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 17 E 18 DO CPC MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATICIOS AUSÊNCIA DE RECURSO IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM CONTRARRAZÕES. APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

0032 . Processo/Prot: 0782550-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/42356. Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0001318-46.2010.8.16.0131 Declaratória. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Guilherme Tolentino Ribeiro da Silva. Rec.Adesivo: Vilso Caldato. Advogado: Felipe Corona Menegassi. Apelado (1): Vilso Caldato. Advogado: Felipe Corona Menegassi. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Guilherme Tolentino Ribeiro da Silva. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer em parte e negar provimento ao recurso do banco e conhecer e negar provimento ao recurso adesivo, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO CONFIGURADA DANO MORAL PURO DEVER DE INDENIZAR RECONHECIDO. APELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - DANO MATERIAL AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO FALTA DE INTERESSE RECURSAL NÃO CONHECIMENTO DANO MORAL ALEGADA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - AFASTAMENTO DANO MORAL PURO - CONFIGURAÇÃO DO DANO INDEPENDENTE DE PROVA - QUANTIFICAÇÃO DO PREJUÍZO MORAL PLEITO DE MINORAÇÃO DO MONTANTE FIXADO - IMPOSSIBILIDADE - VALOR ADEQUADAMENTE FIXADO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO ADESIVO: QUANTIFICAÇÃO DO PREJUÍZO MORAL PLEITO DE MAJORAÇÃO DO MONTANTE FIXADO IMPOSSIBILIDADE REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DO TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS MORATÓRIOS DESACOLHIMENTO DATA INICIAL DA CONTAGEM DA CORREÇÃO MONETÁRIA FIXAÇÃO (SENTENÇA) SÚMULA 362 STJ DATA INICIAL DA CONTAGEM DOS JUROS MORATÓRIOS RESPONSABILIDADE CONTRATUAL CITAÇÃO DICÇÃO DO ARTIGO 219 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E 405 DO CÓDIGO CIVIL - PLEITO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DESCABIMENTO HONORÁRIOS FIXADOS ADEQUADAMENTE, ANTE A POUCA COMPLEXIDADE DA CAUSA. RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO. DESPROVIDO E RECURSO ADESIVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

0033 . Processo/Prot: 0791761-3/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/321977. Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 791761-3 Apelação Civel. Embargante: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Embargado: Irene Santolia Borelli. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des.

Laertes Ferreira Gomes. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da relatora. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OBSCURIDADE E OMISSÃO - INOCORRÊNCIA AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - APADECO CADERNETAS DE POUPANÇA - FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO SUFICIENTE PARA RECHAÇAR A TESE DEFENDIDA PELO ORA EMBARGANTE - PRETENSÃO A REJULGAMENTO COM EFICÁCIA INFRINGENTE - INADMISSIBILIDADE - EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO - ACÓRDÃO, NO ENTANTO, QUE NOS PONTOS ATACADOS NÃO CONTÉM NENHUM DOS DEFEITOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC - QUESTÃO, DE TODO MODO, SUSCITADA NOS EMBARGOS - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. A ausência de obscuridade, contradição ou omissão no acórdão, defeitos expressamente referidos pelo artigo 535 do Código de Processo Civil, impede a procedência dos embargos declaratórios que visam, exclusivamente, à modificação da decisão. 2. Conquanto admissível o manejo de embargos declaratórios para fim de prequestionamento, para seu acolhimento é preciso que o acórdão embargado contenha, nos pontos explorados com essa finalidade, algum dos defeitos referidos no art. 535 do CPC. De toda forma, o STF consolidou entendimento no sentido de que o só fato de a questão ter sido suscitada em embargos de declaração, mesmo que estes tenham sido rejeitados, é suficiente para ter-se como atendido o requisito do prequestionamento. 3. "Embora seja necessário apreciar as teses ventiladas pela defesa, torna-se despiciendo a menção expressa a cada uma das alegações se, pela própria decisão, resta claro que o Julgador adotou posicionamento contrário porém suficiente para embasar o julgado." (STJ, 5ª Turma, REsp 906197-SC, rel. min. Laurita Vaz, DJe 27/09/2010) 4. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.
0034 . Processo/Prot: 0791921-9/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/321978. Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 791921-9 Apelação Civel. Embargante: Banco Itaucard Sa, Banco Itauleasing Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Embargado: Cecilia Wasilewski (maior de 60 anos). Advogado: Paulo Roberto Gomes. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da relatora. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OBSCURIDADE E OMISSÃO - INOCORRÊNCIA AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - APADECO CADERNETAS DE POUPANÇA - FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO SUFICIENTE PARA RECHAÇAR A TESE DEFENDIDA PELOS ORA EMBARGANTES - PRETENSÃO A REJULGAMENTO COM EFICÁCIA INFRINGENTE - INADMISSIBILIDADE - EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO - ACÓRDÃO, NO ENTANTO, QUE NOS PONTOS ATACADOS NÃO CONTÉM NENHUM DOS DEFEITOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC - QUESTÃO, DE TODO MODO, SUSCITADA NOS EMBARGOS - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. A ausência de obscuridade, contradição ou omissão no acórdão, defeitos expressamente referidos pelo artigo 535 do Código de Processo Civil, impede a procedência dos embargos declaratórios que visam, exclusivamente, à modificação da decisão. 2. Conquanto admissível o manejo de embargos declaratórios para fim de prequestionamento, para seu acolhimento é preciso que o acórdão embargado contenha, nos pontos explorados com essa finalidade, algum dos defeitos referidos no art. 535 do CPC. De toda forma, o STF consolidou entendimento no sentido de que o só fato de a questão ter sido suscitada em embargos de declaração, mesmo que estes tenham sido rejeitados, é suficiente para ter-se como atendido o requisito do prequestionamento. 3. "Embora seja necessário apreciar as teses ventiladas pela defesa, torna-se despiciendo a menção expressa a cada uma das alegações se, pela própria decisão, resta claro que o Julgador adotou posicionamento contrário porém suficiente para embasar o julgado." (STJ, 5ª Turma, REsp 906197-SC, rel. min. Laurita Vaz, DJe 27/09/2010) 4. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.
0035 . Processo/Prot: 0791985-3/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/321979. Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 791985-3 Apelação Civel. Embargante: Banco Itaucard Sa, Banco Itauleasing Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Embargado: Dirce Gimenez Barela (maior de 60 anos), Otacilio Barela (maior de 60 anos). Advogado: Paulo Roberto Gomes. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da relatora. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OBSCURIDADE E OMISSÃO - INOCORRÊNCIA AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - APADECO CADERNETAS DE POUPANÇA - FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO SUFICIENTE PARA RECHAÇAR A TESE DEFENDIDA PELOS ORA EMBARGANTES - PRETENSÃO A REJULGAMENTO COM EFICÁCIA INFRINGENTE - INADMISSIBILIDADE - EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO - ACÓRDÃO, NO ENTANTO, QUE NOS PONTOS ATACADOS NÃO CONTÉM NENHUM DOS DEFEITOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC - QUESTÃO, DE TODO MODO, SUSCITADA NOS EMBARGOS - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. A ausência de obscuridade, contradição ou omissão no acórdão, defeitos expressamente referidos pelo artigo 535 do Código de Processo Civil, impede a procedência dos embargos declaratórios que visam, exclusivamente, à modificação da decisão. 2. Conquanto admissível o manejo de embargos declaratórios para fim de prequestionamento, para seu acolhimento é preciso que o acórdão embargado contenha, nos pontos explorados com essa finalidade, algum dos defeitos referidos no art. 535 do CPC. De toda forma, o STF consolidou entendimento no sentido de que o só fato de a questão ter sido suscitada em embargos de declaração, mesmo que estes tenham sido rejeitados, é suficiente para ter-se como atendido o requisito do prequestionamento. 3. "Embora seja necessário apreciar as teses ventiladas pela defesa, torna-se despiciendo a menção expressa a cada uma das alegações se, pela própria decisão, resta claro que o Julgador adotou posicionamento contrário porém suficiente para embasar o julgado." (STJ, 5ª Turma, REsp 906197-SC, rel. min. Laurita Vaz, DJe 27/09/2010) 4. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.
0036 . Processo/Prot: 0792037-6/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/321981. Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 792037-6 Apelação Civel. Embargante: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Embargado: Antonio Corçato (maior de 60 anos). Advogado: Paulo Roberto Gomes. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da relatora. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OBSCURIDADE E OMISSÃO - INOCORRÊNCIA AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - APADECO CADERNETAS DE POUPANÇA - FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO SUFICIENTE PARA RECHAÇAR A TESE DEFENDIDA PELO ORA EMBARGANTE - PRETENSÃO A REJULGAMENTO COM EFICÁCIA INFRINGENTE - INADMISSIBILIDADE - EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO - ACÓRDÃO, NO ENTANTO, QUE NOS PONTOS ATACADOS NÃO CONTÉM NENHUM DOS DEFEITOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC - QUESTÃO, DE TODO MODO, SUSCITADA NOS EMBARGOS - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. A ausência de obscuridade, contradição ou omissão no acórdão, defeitos expressamente referidos pelo artigo 535 do Código de Processo Civil, impede a procedência dos embargos declaratórios que visam, exclusivamente, à modificação da decisão. 2. Conquanto admissível o manejo de embargos declaratórios para fim de prequestionamento, para seu acolhimento é preciso que o acórdão embargado contenha, nos pontos explorados com essa finalidade, algum dos defeitos referidos no art. 535 do CPC. De toda forma, o STF consolidou entendimento no sentido de que o só fato de a questão ter sido suscitada em embargos de declaração, mesmo que estes tenham sido rejeitados, é suficiente para ter-se como atendido o requisito do prequestionamento. 3. "Embora seja necessário apreciar as teses ventiladas pela defesa, torna-se despiciendo a menção expressa a cada uma das alegações se, pela própria decisão, resta claro que o Julgador adotou posicionamento contrário porém suficiente para embasar o julgado." (STJ, 5ª Turma, REsp 906197-SC, rel. min. Laurita Vaz, DJe 27/09/2010) 4. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.
0037 . Processo/Prot: 0792415-0/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/321982. Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 792415-0 Apelação Civel. Embargante: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Embargado: Idenor Sereda Vila (maior de 60 anos). Advogado: Paulo Roberto Gomes. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da relatora. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OBSCURIDADE E OMISSÃO - INOCORRÊNCIA AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - APADECO CADERNETAS DE POUPANÇA - FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO SUFICIENTE PARA RECHAÇAR A TESE DEFENDIDA PELO ORA EMBARGANTE - PRETENSÃO A REJULGAMENTO COM EFICÁCIA INFRINGENTE - INADMISSIBILIDADE - EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO - ACÓRDÃO, NO ENTANTO, QUE NOS PONTOS ATACADOS NÃO CONTÉM NENHUM DOS DEFEITOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC - QUESTÃO, DE TODO MODO, SUSCITADA NOS EMBARGOS - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. A ausência de obscuridade, contradição ou omissão no acórdão, defeitos expressamente referidos pelo artigo 535 do Código de Processo Civil, impede a procedência dos embargos declaratórios que visam, exclusivamente, à modificação da decisão. 2. Conquanto admissível o manejo de embargos declaratórios para fim de prequestionamento, para seu acolhimento é preciso que o acórdão embargado contenha, nos pontos explorados com essa finalidade, algum dos defeitos referidos no art. 535 do CPC. De toda forma, o STF consolidou entendimento no sentido de que o só fato de a questão ter sido suscitada em embargos de declaração, mesmo que estes tenham sido rejeitados, é suficiente para ter-se como atendido o requisito do prequestionamento. 3. "Embora seja necessário apreciar as teses ventiladas pela defesa, torna-se despiciendo a menção expressa a cada uma das alegações se, pela própria decisão, resta claro que o Julgador adotou posicionamento contrário porém suficiente para embasar o julgado." (STJ, 5ª Turma, REsp 906197-SC, rel. min. Laurita Vaz, DJe 27/09/2010) 4. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.
0038 . Processo/Prot: 0792552-8/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/321992. Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 792552-8 Apelação Civel. Embargante: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Embargado: Iraci Batistela Boregas (maior de 60 anos), Ricardo Centenário Santaella. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da relatora. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OBSCURIDADE E OMISSÃO - INOCORRÊNCIA AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - APADECO CADERNETAS DE POUPANÇA - FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO SUFICIENTE PARA RECHAÇAR A TESE DEFENDIDA PELO ORA EMBARGANTE - PRETENSÃO A REJULGAMENTO COM EFICÁCIA INFRINGENTE - INADMISSIBILIDADE - EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO - ACÓRDÃO, NO ENTANTO, QUE NOS PONTOS ATACADOS NÃO CONTÉM NENHUM DOS DEFEITOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC - QUESTÃO, DE TODO MODO, SUSCITADA NOS EMBARGOS - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. A ausência de obscuridade, contradição ou omissão no acórdão, defeitos expressamente referidos pelo artigo 535 do Código de Processo Civil, impede a procedência dos embargos declaratórios que visam, exclusivamente, à modificação da decisão. 2. Conquanto admissível o manejo de embargos declaratórios para fim de prequestionamento, para seu acolhimento é preciso que o acórdão embargado contenha, nos pontos explorados com essa finalidade, algum dos defeitos referidos no art. 535 do CPC. De toda forma, o STF consolidou entendimento no sentido de que o só fato de a questão ter sido suscitada em embargos de declaração, mesmo que estes tenham sido rejeitados, é suficiente para ter-se como atendido o requisito do prequestionamento. 3. "Embora seja necessário apreciar as teses ventiladas pela defesa, torna-se despiciendo a menção expressa a cada uma das alegações se, pela própria decisão, resta claro que o Julgador adotou posicionamento contrário porém suficiente para embasar o julgado." (STJ, 5ª Turma, REsp 906197-SC, rel. min. Laurita Vaz, DJe 27/09/2010) 4. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

0039 . Processo/Prot: 0792641-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/91038. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 0005672-53.2009.8.16.0001 Indenização. Apelante (1): Paulo Rubens Brito de Lima. Advogado: Elis Raquel Marchi Sari Fraga. Apelante (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso do banco e dar parcial provimento ao recurso do autor, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE. APROPRIAÇÃO INTEGRAL DO SALÁRIO DO CORRENTISTA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA IMPOSSIBILIDADE DIREITO À SUBSISTÊNCIA AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO AUTORIZANDO QUALQUER DESCONTO EM CONTA CORRENTE DEVOLUÇÃO INTEGRAL DO MONTANTE INDEVIDAMENTE RETIDO QUE SE IMPÕE IMPOSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO DO DESCONTO EM 30% DO SALÁRIO DO CORRENTISTA POR AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL AUTORIZANDO A RETENÇÃO DE QUALQUER MONTANTE DANO MORAL DEVIDO MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO INDENIZATÓRIO POSSIBILIDADE VALOR ARBITRADO QUE NÃO ATENDE A REALIDADE DOS AUTOS INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 54 DO STJ RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. RECURSO DO CORRENTISTA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DO BANCO DESPROVIDO.

0040 . Processo/Prot: 0792935-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/90745. Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000278-78.2010.8.16.0050 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Mirella Parra Fulop, Thiago Rufino de Oliveira Gomes, Louise Rainer Pereira Gionédis. Rec.Adesivo: José Antonio Francisco Oliveira. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): José Antonio Francisco Oliveira. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Mirella Parra Fulop, Thiago Rufino de Oliveira Gomes, Louise Rainer Pereira Gionédis. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso de apelação e negar provimento ao adesivo, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - CORRENTISTA EM FACE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. APELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO AO CORRENTISTA POR OCASIÃO DA CONTRATAÇÃO FATO QUE NÃO AFASTA A OBRIGAÇÃO DE EXIBIR OS DOCUMENTOS OU, AINDA, O INTERESSE DO AUTOR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS REDUÇÃO POSSIBILIDADE PARA ADEQUAÇÃO DO QUANTUM FIXADO POR ESTA CÂMARA CÍVEL - CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO DE APELAÇÃO PLEITO PREJUDICADO RECURSO INADEQUADO RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO ADESIVO DO AUTOR: SANÇÃO APLICADA PELA NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PRETENSÃO DE SE TER COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS IMPOSSIBILIDADE AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE IMPLICA NA SUA BUSCA E APREENSÃO - PLEITO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DESCABIMENTO RECURSO ADESIVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

0041 . Processo/Prot: 0795814-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/222506. Comarca: Santa Helena. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2010.00002590 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Simone Daiane Rosa. Agravado: Olavo Dapper. Advogado: Bráulio Furlanetto. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Relator Designado: Des. Celso Seikiti Saito. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos da fundamentação e voto do Relator Designado. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELA APADECO DIFERENÇAS DE RENDIMENTOS DE POUPANÇA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU NOMEAÇÃO À PENHORA DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO INSURGÊNCIA DESCABIMENTO INEXISTÊNCIA DE EQUIPARAÇÃO À DINHEIRO OU APLICAÇÃO FINANCEIRA. CLASSIFICAÇÃO NA DÉCIMA PREFERÊNCIA DE NOMEAÇÃO ESTABELECIDA NO ARTIGO 655 DO CPC DECISÃO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

0042 . Processo/Prot: 0798169-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/103009. Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0004686-82.2006.8.16.0170 Prestação de Contas. Apelante: Silvino Alvicios Strider. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Daniele Lie Watarai, Lorraine Milani Lopes, Lauro Fernando Zanetti. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Relator Designado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 31/08/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso, acolhendo a nulidade da decisão por ser esta citra petita, e, via de consequência, cassar a sentença lançada, para que outra seja proferida, nos termos do voto da relatora- designada, vencido o relator originário, Desembargador Edson Vidal Pinto, que afastava a nulidade arguida, ao entendimento de que a porção não apreciada em 1º grau poderia ser suprida por este Tribunal de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 515, § 1º, do Código de Processo Civil.. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS SEGUNDA FASE NULIDADE DA SENTENÇA OCORRÊNCIA SENTENÇA CITRA PETITA INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO QUANTO À QUESTÃO RELATIVA À CAPITALIZAÇÃO DE JUROS MATÉRIA PLEITEADA E POSTA À DISCUSSÃO PELO AUTOR DESDE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO NECESSIDADE DA ANÁLISE DE QUESTÕES DE FATO E NÃO APENAS DE DIREITO IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 515, § 1º, DO CPC RECURSO CONHECIDO E PROVIDO SENTENÇA CASSADA.

0043 . Processo/Prot: 0798691-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/105093. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 0039635-18.2010.8.16.0001 Embargos a Execução. Apelante: Caixa de Previdência dos Funcionarios do Banco do Brasil. Advogado: Fabrício Zir Bothomé, Jorge Francisco Fagundes D'Avila, Juliana Pianovski Pacheco. Apelado: Vera Lucia Filus Oleinik, Lauro Oleinik. Advogado: Eneida de Cassia Camargo. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento e, com aplicação do art. 515, §3º do CPC, julgar parcialmente procedentes os embargos, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO PRESCRIÇÃO RECONHECIDA PELA SENTENÇA EXTINÇÃO DOS EMBARGOS E DA EXECUÇÃO. VENCIMENTO ANTECIPADO DO CONTRATO FACULDADE DO CREDOR NÃO DA QUAL NÃO SE VALEU IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO PELO JUÍZO CONTRATO DE PRESTAÇÕES PERIÓDICAS PRAZO PRESCRICIONAL QUE DEVE SER CONTADO DO VENCIMENTO DE CADA PARCELA RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO PARA DETERMINAR A CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO EM RELAÇÃO ÀS PRESTAÇÕES NÃO PRESCRITAS. APLICAÇÃO DO ART. 515, §3º DO CPC ANÁLISE DO MÉRITO DOS EMBARGOS FUNDO DE QUITAÇÃO POR MORTE PREVISÃO CONTRATUAL - AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSIVIDADE CLÁUSULA QUE VISA BENEFÍCIO AO MUTUÁRIO MAUTENÇÃO CAPITALIZAÇÃO DE JUROS AMORTIZAÇÃO NEGATIVA INDICADA PELA PLANILHA DO AGENTE FINANCEIRO AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL AFASTAMENTO QUE SE IMPÕE SUCUMBÊNCIA REDISTRIBUIÇÃO. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. EMBARGOS PARCIALMENTE PROCEDENTES.

0044 . Processo/Prot: 0798774-8 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/77427. Comarca: São Miguel do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000468-05.2010.8.16.0159 Repetição de Indébito. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Maurício Kavinski, Luiz Fernando Brusamolin, Heloisa Gonçalves Rocha. Apelado: Alicio Manoel Rocha. Advogado: Olide João de Ganzer, Agildo Vinícius da Rocha Dreyer. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des.

Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA SUSPENSÃO - AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO AFASTAMENTO REPETIÇÃO DE INDÉBITO NÃO ABARCADA NOS PROCESSOS SUSPENSOS PELO RE 626.307/ SP E NO RE 591.797/SP E AI 754.745/SP EM QUE HOUVE O RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA JUROS MORATÓRIOS PLEITO DE RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO QUINQUENÁRIA - DICÇÃO DO ART. 178, §10º, III, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 - MATÉRIA NÃO ACOLHIDA APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NATUREZA PESSOAL DA RELAÇÃO JURÍDICA CDC - INAPLICABILIDADE INÍCIO E TÉRMINO DA RELAÇÃO CONTRATUAL ANTERIORES À ENTRADA EM VIGOR DO DIPLOMA LEGAL EM QUESTÃO PACTA SUNT SERVANDA - RELATIVIDADE - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL - JUROS REMUNERATÓRIOS SUPERIORES A 12% a.a. IMPOSSIBILIDADE ALÍQUOTA DE JUROS DITADA PELO CMN AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA COBRANÇA EM PERCENTUAL SUPERIOR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PEDIDO DE MINORAÇÃO ACOLHIMENTO NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 20 §3º DO CPC PROCESSO COM DURAÇÃO INFERIOR A 12 MESES E JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

0045 . Processo/Prot: 0799836-7/01 Agravo

. Protocolo: 2011/280143. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 799836-7 Agravo de Instrumento. Agravante: Medimax Produtos Médicos Ltda Me, Lauro Roberto Schmidt Tréglia. Advogado: Marcos Vinícius Rodrigues de Almeida. Agravado: Banco Bradesco SA. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 31/08/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, com aplicação de multa, nos termos do voto da relatora. EMENTA: AGRAVO INTERNO DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO PRETENSÃO À RETIRADA DO NOME DOS DEVEDORES DE CADASTROS DE INADIMPLENTES INEXISTÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE NAS ALEGAÇÕES E DE CAUÇÃO IDÔNEA REQUISITOS IMPRESCINDÍVEIS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA, DE ACORDO COM O POSICIONAMENTO PACÍFICO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POSSIBILIDADE DE DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE AGRAVO INTERNO QUE NÃO SE PRESTA A REVER A MATÉRIA DE MÉRITO - HIPÓTESE PREVISTA NO ARTIGO 557, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AGRAVO INTERNO DESPROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA. "Confirmado que a decisão do relator segue a posição predominante da jurisprudência do Tribunal, nos termos previstos no art. 557 do CPC, nega-se provimento ao agravo inominado, pois que não se destina tal recurso à reapreciação do mérito do julgamento" (TJPR, 2ª CC, ac. 33782, rel. juiz Péricles Batista Pereira; publ. 29/09/09).

0046 . Processo/Prot: 0799840-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/111063. Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0005933-29.2010.8.16.0083 Prestação de Contas. Apelante: Banco Itaú Sa. Advogado: Janaina Moscatto Orsini, Aline Pereira dos Santos Martins, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães, Braulio Belinati Garcia Perez. Apelado: Transportadora Solasol Ltda. Advogado: Flávia Dreher Netto. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso de apelação interposto. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL PRESTAÇÃO DE CONTAS PRIMEIRA FASE CORRENTISTA EM FACE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PRELIMINAR IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE AÇÕES COM NATUREZAS DIVERSAS - CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR EXTRATOS BANCÁRIOS ENVIADOS AO RECORRIDO MEDIDA CABÍVEL NA ESPÉCIE SÚMULA 259 STJ FORNECIMENTO REGULAR DE EXTRATOS IRRELEVÂNCIA PRAZO DECADENCIAL ART. 26 CDC INAPLICABILIDADE PRAZO PRESCRICIONAL DO CÓDIGO CIVIL 20 ANOS INTELIGÊNCIA DO ART. 177 CC/16 E 2.028 DO CC/2002 PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS POSSIBILIDADE DE DILAÇÃO DIANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DOS AUTOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXAÇÃO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS ESTABELECIDOS POR ESTA 14ª CÂMARA CÍVEL RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

0047 . Processo/Prot: 0800115-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/106341. Comarca: Santa Helena. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000165-28.2004.8.16.0150 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Marcos Vinicius Dacol Boschirolli. Rec.Adesivo: Interlagos Materiais de Construção Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Apelado (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Marcos Vinicius Dacol Boschirolli. Apelado (2): Interlagos Materiais de Construção Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os Desembargadores da 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer em parte e negar provimento ao recurso, e dar parcial provimento ao recurso adesivo; vencida a Juíza Themis Furquim Cortes que dava parcial provimento em menor extensão, para reconhecer a possibilidade de cobrança anual de juros capitalizados, com declaração de voto em separado. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. DECISÃO QUE DECLAROU SALDO CREDOR EM FAVOR DO AUTOR. DO APELO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PEDIDO GENÉRICO. ENVIO REGULAR DE EXTRATOS. TEMAS NÃO CONHECIDO. TESES RECHAÇADAS NA PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO. ANATOCISMO. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA PERICIAL NÃO PRODUZIDA. REJEIÇÃO. NA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NÃO COMPORTA DISCUTIR A LEGALIDADE DA COBRANÇA, MAS, TÃO SOMENTE, SE ESTA REFLETE O QUE FOI PACTUADO NO CONTRATO. NÃO EXIBIDO O CONTRATO E DEMONSTRADO MINIMAMENTE A COBRANÇA DOS JUROS CAPITALIZADOS, IMPÕE-SE A DEVOLUÇÃO DO EXCESSO. DECADÊNCIA. PREVISÃO DA LEI CONSUMERISTA. IMPROPRIEDADE. VÍCIOS APARENTES OU DE FÁCIL CONSTATAÇÃO. DISCUSSÃO DESPROPOSITADA. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO DESCABIDA. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. DO ADESIVO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PLEITO DE ARBITRAMENTO. DESACOLHIMENTO. VALOR. AFERIÇÃO POSSÍVEL MEDIANTE SIMPLES CALCULO ARITMÉTICO. CAPITALIZAÇÃO ANUAL. AFASTAMENTO. PACTUAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. TARIFAS. COBRANÇAS. MANUTENÇÃO. CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PREVISTOS E AUTORIZADOS PELO BACEN. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. VALOR ARBITRADO. MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA CAUSALIDADE E DA SUCUMBÊNCIA. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. TEMA SUMULADO. RECURSOS DE APELAÇÃO, CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO; ADESIVO, PARCIALMENTE PROVIDO.

0048 . Processo/Prot: 0800516-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/106964. Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0005559-77.2009.8.16.0170 Declaratória. Apelante: R F Evangelista - Mercearia. Advogado: Osni José Zorzo. Apelado: Diplomata Sa Industrial e Comercial. Advogado: Rodrigo Tesser, Sandro Luiz Werlang. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos da fundamentação. EMENTA: APELAÇÃO AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C.C. INDENIZAÇÃO SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DUPLICATA POR INDICAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS DA NOTA FISCAL DE COMPRA E VENDA E ENTREGA DAS MERCADORIAS, DEVIDAMENTE ASSINADA ÔNUS DO AUTOR DE COMPROVAR QUE AS MERCADORIAS NÃO FORAM ENTREGUES AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE QUALQUER PROVA NESTE SENTIDO PREVALÊNCIA DA PROVA DOCUMENTAL JUNTADA REGULARIDADE DO TÍTULO SACADO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS REDUÇÃO POSSIBILIDADE RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

0049 . Processo/Prot: 0800777-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/121815. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 0006069-15.2009.8.16.0001 Exibição de Documentos. Apelante: Banco Bradesco SA. Advogado: Reinaldo Emilio Amadeu Hachem, Daniel Hachem. Apelado: Maria Antonia dos Santos Chaves. Advogado: Júlio Cezar Engel dos Santos. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO VERIFICAÇÃO DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO DIREITO DO CORRENTISTA EM POSTULAR JUDICIALMENTE A EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS COMUNS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS REDUÇÃO POSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

0050 . Processo/Prot: 0801389-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/119993. Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 0001915-07.2010.8.16.0069 Exibição de Documentos. Apelante: Antônio Carlos Risso, Alberto Cazari, Osvaldo Rocato, Antônio Manieri Carlesso, Herminio Botti Nocchelli, Sebastião Mariano, Elias Bueno, Mario Destefani, Cezar Jundi Nihi. Advogado: Reginaldo André Nery, Olivio Gamboa Panucci. Apelado: Banco Banestado SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Edmara Silvia Romano. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS PEDIDO DE INTEGRAL PROVIMENTO DA AÇÃO IMPOSSIBILIDADE LIMITAÇÃO DO PERÍODO CONTRATUAL PERSEGUIDO NA INICIAL EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO IMPROCEDÊNCIA EM RELAÇÃO AOS AUTORES QUE NÃO POSSUIAM CONTA NO PERÍODO LISTISCONSÓRCIO FACULTATIVO POSSIBILIDADE DE

DECISÕES DIVERSAS PARA OS AUTORES AUSÊNCIA DE DUPLICIDADE DE CONDENAÇÃO SENTENÇA MANTIDA RECURSO DESPROVIDO.

0051 . Processo/Prot: 0801778-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/119802. Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0000195-42.2000.8.16.0170 Execução de Título Extrajudicial. Apelante: Rio São Francisco Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. Advogado: Kleber de Oliveira. Apelado: Espólio de Hamilton Laurindo, Maria Ana Pazzotti Laurindo. Advogado: Marcelo Vinicius Laurindo. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPOSIÇÃO DE DÍVIDA SENTENÇA DE MÉRITO EXTINÇÃO DA LIDE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE INSURGÊNCIA DESACOLHIMENTO MANIFESTA DESÍDIA DO CREDOR AUSÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS PARA A LOCALIZAÇÃO DE BENS EM NOME DOS DEVEDORES PARALISAÇÃO DOS AUTOS POR TEMPO SUPERIOR AO PRAZO PRESCRICIONAL DO TÍTULO EXEQUENDO PRESERVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS VALOR ARBITRADO QUE SE MOSTRA EXCESSIVO PARA O TRABALHO REALIZADO PELO PROFISSIONAL NOS AUTOS NECESSIDADE DE REDUÇÃO RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, UNICAMENTE PARA REDUZIR OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

0052 . Processo/Prot: 0801790-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/249511. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2010.00000393 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Elisângela de Almeida Kavata. Agravado: Aparecida Schiovan Mazini, Hilaria Tomasoni Pereira, Doraci Camarini da Fonseca Medeiros, Cleidson Salustiano da Silva, Claudio Inacio Felipe, Maria Meira Lopes, Manoel Sanches, Idelmo Malvezzi, Erico Tormena, Renato Takahashi Uyeno. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer parcialmente e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AÇÃO CIVIL PÚBLICA APADECO CADERNETAS DE POUPANÇA PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 206, §3º, IV, DO CPC INAPLICABILIDADE EXISTÊNCIA DE CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES AÇÃO DE COBRANÇA, DE NATUREZA PESSOAL RECONHECIMENTO NO JULGAMENTO DA AÇÃO COGNITIVA REDUÇÃO DO PRAZO POR FORÇA LEGAL 10 ANOS ART. 205 C.C. ART. 2028, AMBOS DO CC/16 - PRAZO QUINQUENAL DA AÇÃO POPULAR AFASTAMENTO DIREITO INDIVIDUAL HOMOGÊNEO PRAZO DAS AÇÕES INDIVIDUAIS - ILEGITIMIDADE ATIVA INOCORRÊNCIA - EFICÁCIA DA SENTENÇA QUE ATINGE TODOS OS POUPADORES DO ESTADO DO PARANÁ TITULARES DE CONTA À ÉPOCA JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM A ASSOCIAÇÃO AUTORA DA AÇÃO COLETIVA DESNECESSIDADE - INCIDÊNCIA DO ART. 475-J DO CPC TRÂNSITO EM JULGADO SENTENÇA ANTERIOR À LEI 11.232/2005 POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA MULTA EXECUÇÃO INICIADA APÓS ENTRADA EM VIGOR DA REFERIDA LEI DEPÓSITO COM FINALIDADE DE IMPUGNAÇÃO QUE NÃO AFASTA A MULTA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INCIDÊNCIA REDUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE EXCESSO DE EXECUÇÃO FALTA DE INTERESSE DE AGIR - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

0053 . Processo/Prot: 0801875-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/117905. Comarca: Realeza. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000944-97.2010.8.16.0141 Cumprimento de Sentença. Apelante: Darco Ogliari (maior de 60 anos). Advogado: Marcos Daniel Weis, Andrey Luiz Geller. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AÇÃO CIVIL PÚBLICA APADECO CADERNETAS DE POUPANÇA SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO RECURSO DO POUPADOR - PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 206, §3º, IV, DO CPC INAPLICABILIDADE EXISTÊNCIA DE CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES AÇÃO DE COBRANÇA, DE NATUREZA PESSOAL RECONHECIMENTO NO JULGAMENTO DA AÇÃO COGNITIVA REDUÇÃO DO PRAZO POR FORÇA LEGAL 10 ANOS ART. 205 C.C. ART. 2028, AMBOS DO CC/16 PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO POPULAR - INAPLICABILIDADE AÇÃO DE COBRANÇA, DE NATUREZA PESSOAL SENTENÇA REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

0054 . Processo/Prot: 0801965-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/117950. Comarca: Realeza. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000412-26.2010.8.16.0141 Execução de Título Judicial. Apelante: Nilson de Almeida. Advogado: Rafael Antonio Seben, Juliana Aparecida Felippi Seben. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AÇÃO CIVIL PÚBLICA APADECO CADERNETAS DE POUPANÇA CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DIFERENÇAS DAS CADERNETAS DE POUPANÇA APLICAÇÃO DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO DESTES CONTRATOS POSSIBILIDADE PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 206, §3º, IV, DO CPC INAPLICABILIDADE EXISTÊNCIA DE CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES AÇÃO DE COBRANÇA, DE NATUREZA PESSOAL RECONHECIMENTO NO JULGAMENTO DA AÇÃO COGNITIVA REDUÇÃO DO PRAZO POR FORÇA LEGAL 10 ANOS ART. 205 C.C. ART. 2028, AMBOS DO CC/16 PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO POPULAR - INAPLICABILIDADE AÇÃO DE COBRANÇA, DE NATUREZA PESSOAL SENTENÇA REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

0055 . Processo/Prot: 0801995-4/01 Agravo Regimental Cível

. Protocolo: 2011/288148. Comarca: Irati. Vara: Vara Única. Ação Originária: 801995-4 Agravo de Instrumento. Agravante: Zinder Esculápio, Casemiro Balkota, Luiz Alberto Wasilewski, Espólio de Wilson Trevisan, Artur Wagner. Advogado: Silmar Ferreira Ditrich. Agravado: Banco do Brasil Sa. Advogado: Jerdal Aloisio Borges de Carvalho, Munir Abagge, Márcio Antônio Sasso. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 31/08/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: AGRAVO INTERNO DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO FALTA DE PROCURAÇÃO DE DOIS DOS AGRAVANTES RECURSO INSTRUÍDO DEFICIENTEMENTE POSSIBILIDADE DE DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL AGRAVO INTERNO QUE NÃO SE PRESTA A REVER A MATÉRIA DE MÉRITO - HIPÓTESE PREVISTA NO ARTIGO 557, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

0056 . Processo/Prot: 0802054-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/120478. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0000367-69.2011.8.16.0017 Exibição de Documentos. Apelante: Eder de Freitas Lima. Advogado: Pedro Stefanichen, Adriane Cristina Stefanichen. Apelado: Banco Finasa Sa. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS EXTINÇÃO DO FEITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR IMPROPRIEDADE DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO DIREITO DO CORRENTISTA EM POSTULAR JUDICIALMENTE A EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS COMUNS COMPROVAÇÃO DA RECUSA ADMINISTRATIVA EM EXIBIR OS DOCUMENTOS - LIVRE ACESSO AO JUDICIÁRIO ARTIGO XXXV, DA C.F - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA ANULAR A SENTENÇA E DETERMINAR O PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

0057 . Processo/Prot: 0802134-5 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/117955. Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0005940-55.2009.8.16.0083 Prestação de Contas. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Reinaldo Mirico Aronis, Camila Valereto Romano. Apelado: Domingos Kazanovski. Advogado: Carlos Fernandes, Ariberto Walter Lautert. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto da relatora. EMENTA: AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - PRIMEIRA FASE SENTENÇA PROCEDENTE - FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO VERIFICADO REMESSA DE EXTRATOS QUE NÃO AFASTA O INTERESSE DO CORRENTISTA EM VER PRESTADAS AS CONTAS DEVER DA INSTITUIÇÃO DE PRESTAR CONTAS EM CASO DE DÚVIDA QUANTO AOS LANÇAMENTOS PEDIDO GENÉRICO INOCORRÊNCIA PRIMEIRA FASE QUE TEM COMO FINALIDADE A OBTENÇÃO DOS DOCUMENTOS SEM NECESSIDADE DE APONTAR AS DIVERGÊNCIAS INVERSÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DESCABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

0058 . Processo/Prot: 0802247-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/135309. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 0001394-48.2005.8.16.0001 Revisão de Contrato. Apelante: Paulo Roberto Bruno, Márcia Cristina de Moura. Advogado: Daniel Fernando Pastre, Juscelino Clayton Castardo, Alexandre Scabello Milazzo. Apelado: Banco Itaú SA. Advogado: Fernanda Fortunato Mafra, Camila Prado Regadas Treglia. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Revisor: Des. Celso Seikiti Saito. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: Acordam os Desembargadores da 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer em parte o recurso, e, por maioria de votos em dar parcial provimento ao recurso, vencida a Juíza Themis Furquim Cortes, que negava provimento, com declaração de voto em separado. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL.

FINANCIAMENTO DE IMÓVEL PELO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE. INSURGÊNCIA DOS MUTUÁRIOS. TABELA PRICE. PRATICA QUE IMPLICA EM CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. AFASTAMENTO. PROIBIÇÃO DE INSCRIÇÃO DO NOME DOS AUTORES NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. NÃO CONHECIMENTO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. MORA. DESCARACTERIZAÇÃO. ACATAMENTO. PRETENSÃO ASSENTADA EM ENTENDIMENTO OBJETO DOS DENOMINADOS RECURSOS REPETITIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. VERBA SUCUMBENCIAL. DISTRIBUIÇÃO RECÍPROCA. MANUTENÇÃO. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO SUMULADO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E PARCIALMENTE PROVIDO.

0059 . Processo/Prot: 0802421-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/124352. Comarca: Assaí. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002088-34.2009.8.16.0047 Exibição de Documentos. Apelante: Paulo Roberto Siqueira Drews. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida. Apelado: Banco Banestado SA. Advogado: Edmara Silvia Romano, Márcio Rogério Depolli. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos da fundamentação. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS EXTRATOS, CONTRATOS E AUTORIZAÇÕES DE CADERNETA DE POUPANÇA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORAÇÃO IMPOSSIBILIDADE VALOR ADEQUADO AOS PARÂMETROS DESTE TRIBUNAL E À BAIXA COMPLEXIDADE DA CAUSA SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

0060 . Processo/Prot: 0802794-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/120474. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 0010146-96.2011.8.16.0001 Execução de Título Extrajudicial. Apelante: Banco Santander (brasil) Sa. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Andréa Cristiane Grabovski. Apelado: Haroldo Darwin Caron. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL JUNTADA DE CÓPIA DO CONTRATO AUTENTICADA DIGITALMENTE POSSIBILIDADE CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMPOSSIBILIDADE DE CIRCULAÇÃO VALOR PROBANTE DA CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE IGUAL AO DO ORIGINAL SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

0061 . Processo/Prot: 0803691-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/125748. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0012714-36.2008.8.16.0019 Declaratória. Apelante: Fc Telhas Ltda. Advogado: Guilherme Cordeiro Neto, Riccardo Bertotti. Apelado (1): Bortolotto Distribuidora de Ferro e Aço Ltda. Advogado: Christian da Silva Bortolotto. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Celso Seikiti Saito. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Revisor: Des. Laertes Ferreira Gomes. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DECLARATÓRIA ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO NEGOCIAL INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO DUPLICATA DOCUMENTO DE ENTREGA DA MERCADORIA PRESENTE ASSINATURA NÃO RECONHECIDA PELO SACADO SIMILITUDE COM AS APOSTAS NOS DEMAIS TÍTULOS E DEVIDAMENTE RECONHECIDAS ÔNUS DO AUTOR ART. 333, I DO CPC LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ CONFIGURAÇÃO EM RAZÃO DA ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

0062 . Processo/Prot: 0806090-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/126724. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0007090-80.2010.8.16.0004 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaucard Sa, Banco Itauleasing Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Agravado: Armando Vançan, Eduardo Silva Pinto, Evaldo Defenti, Gemur Izolino Zanquetta, Marcio Handa, Maria Lair Vergilio Faglioni, Nair Mitiko Takahashi, Toshio Niyama, Valci Perdomo da Silva. Advogado: Rosemar Angelo Melo, Claudir José Schwarz, Volnei Leandro Kottwitz. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Relator Designado: Des. Celso Seikiti Saito. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos da fundamentação e voto do Relator Designado. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELA APADECO DIFERENÇAS DE RENDIMENTOS DE POUPANÇA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU NOMEAÇÃO À PENHORA DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO INSURGÊNCIA DESCABIMENTO INEXISTÊNCIA DE EQUIPARAÇÃO À DINHEIRO OU APLICAÇÃO FINANCEIRA. CLASSIFICAÇÃO NA DÉCIMA PREFERÊNCIA DE NOMEAÇÃO ESTABELECIDA NO ARTIGO 655 DO CPC DECISÃO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

0063 . Processo/Prot: 0806256-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/88633. Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0005046-23.2010.8.16.0058 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Agravado: Joao Julio Camara, Joao Henrique Viudes, Ademar dos Santos, Luiz Carlos Papet, Nevilson Ventura, Maria Aparecida do Rego, Isabel Tracz, Luiz Alberto Frare Neto, Suzete Polina Afonso, Pedro Repinacio, Antonio Luiz de Matos, Mario Cesar Jocob de Souza. Advogado: Maykon Del Canale Ribeiro, Marcos Fernando Pedroso. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Relator Designado: Des. Celso Seikiti Saito. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos da fundamentação e voto do Relator Designado. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELA APADECO DIFERENÇAS DE RENDIMENTOS DE POUPANÇA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU NOMEAÇÃO À PENHORA DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO INSURGÊNCIA DESCABIMENTO INEXISTÊNCIA DE EQUIPARAÇÃO À DINHEIRO OU APLICAÇÃO FINANCEIRA. CLASSIFICAÇÃO NA DÉCIMA PREFERÊNCIA DE NOMEAÇÃO ESTABELECIDA NO ARTIGO 655 DO CPC DECISÃO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

0064 . Processo/Prot: 0806368-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/72144. Comarca: Altônia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2010.00001500 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú Sa. Advogado: Simone Daiane Rosa, Mithiele Tatiana Rodrigues, Fernanda Michel Andreani. Agravado: Osvaldo Maziero. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Relator Designado: Des. Celso Seikiti Saito. Julgado em: 14/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos da fundamentação e voto do Relator Designado. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELA APADECO DIFERENÇAS DE RENDIMENTOS DE POUPANÇA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU NOMEAÇÃO À PENHORA DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO INSURGÊNCIA DESCABIMENTO INEXISTÊNCIA DE EQUIPARAÇÃO À DINHEIRO OU APLICAÇÃO FINANCEIRA. CLASSIFICAÇÃO NA DÉCIMA PREFERÊNCIA DE NOMEAÇÃO ESTABELECIDA NO ARTIGO 655 DO CPC DECISÃO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

0065 . Processo/Prot: 0811361-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/188408. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0002379-43.2010.8.16.0162 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Espólio de Mario Zunto, Linda Aparecida Zunto. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Relator Designado: Des. Celso Seikiti Saito. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos da fundamentação e voto do Relator Designado. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELA APADECO DIFERENÇAS DE RENDIMENTOS DE POUPANÇA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU NOMEAÇÃO À PENHORA DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO INSURGÊNCIA DESCABIMENTO INEXISTÊNCIA DE EQUIPARAÇÃO À DINHEIRO OU APLICAÇÃO FINANCEIRA. CLASSIFICAÇÃO NA DÉCIMA PREFERÊNCIA DE NOMEAÇÃO ESTABELECIDA NO ARTIGO 655 DO CPC DECISÃO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

0066 . Processo/Prot: 0811913-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/188383. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0001347-03.2010.8.16.0162 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Rosimar Romero Carriça. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edson Vidal Pinto. Relator Designado: Des. Celso Seikiti Saito. Julgado em: 21/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos da fundamentação e voto do Relator Designado. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELA APADECO DIFERENÇAS DE RENDIMENTOS DE POUPANÇA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU NOMEAÇÃO À PENHORA DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO INSURGÊNCIA DESCABIMENTO INEXISTÊNCIA DE EQUIPARAÇÃO À DINHEIRO OU APLICAÇÃO FINANCEIRA. CLASSIFICAÇÃO NA DÉCIMA PREFERÊNCIA DE NOMEAÇÃO ESTABELECIDA NO ARTIGO 655 DO CPC DECISÃO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

0067 . Processo/Prot: 0811942-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/183865. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Renata Cristina Costa, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Lucia Aparecida Rosato da Silva. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator:

Des. Edson Vidal Pinto. Relator Designado: Des. Celso Seikiti Saito. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos da fundamentação e voto do Relator Designado. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELA APADECO DIFERENÇAS DE RENDIMENTOS DE POUPANÇA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU NOMEAÇÃO À PENHORA DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO INSURGÊNCIA DESCABIMENTO INEXISTÊNCIA DE EQUIPARAÇÃO À DINHEIRO OU APLICAÇÃO FINANCEIRA. CLASSIFICAÇÃO NA DÉCIMA PREFERÊNCIA DE NOMEAÇÃO ESTABELECIDA NO ARTIGO 655 DO CPC DECISÃO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.
0068 . Processo/Prot: 0825045-1 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/241728. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0002625-39.2010.8.16.0162 Execução de Título Judicial. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Elias Mariano. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Órgão Julgador: 14ª Câmara Cível. Relator: Des. Edgard Fernando Barbosa. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Themis Furquim Cortes. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora, vencido Desembargador Edson Vidal Pinto, que dava provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO NOMEAÇÃO A PENHORA DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO DECISÃO QUE REJEITOU TAL NOMEAÇÃO POR INOBSERVÂNCIA AO ART. 655 DO CPC COTAS QUE NÃO SE EQUIPARAM A DINHEIRO NATUREZA DISTINTA DOS BENS NECESSIDADE DE SE RESPEITAR A ORDEM LEGAL ESTABELECIDA IMPOSSIBILIDADE DE NOMEAÇÃO DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO QUANDO A PARTE NOMEANTE POSSUI NUMERÁRIO SUFICIENTE PARA OFERECIMENTO DE DINHEIRO DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

# SEÇÃO DA 16ª CÂMARA CÍVEL

**II Divisão de Processo Cível**
**Seção da 16ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.09979**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Alceu Conceição Machado Neto | 019 | 0814664-9 |
| Alexandre Postiglione Bührer | 018 | 0814309-3 |
| André Luiz Bonat Cordeiro | 019 | 0814664-9 |
| Ângela Patrícia Nesi Alberguini | 013 | 0804047-5 |
| Angelo Itamar de Souza | 040 | 0829964-7 |
| Antonio Camargo Junior | 015 | 0807953-0 |
| | 016 | 0809217-7 |
| | 033 | 0828840-8 |
| Antonio Carlos Marteli | 020 | 0816432-5 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 003 | 0759745-9/01 |
| | 005 | 0760278-0/01 |
| | 009 | 0762692-8/01 |
| | 011 | 0802629-9 |
| | 015 | 0807953-0 |
| | 017 | 0812499-4 |
| | 026 | 0819324-0 |
| | 030 | 0825694-4 |
| | 033 | 0828840-8 |
| | 038 | 0829565-4 |
| Bruno Henrique Ferreira | 001 | 0729904-9 |
| Carla Rodrigues Thome da Cunha | 002 | 0757416-5/01 |
| Carlos Alberto Nepomuceno Filho | 016 | 0809217-7 |
| Carlos Henrique Silvestri Luhm | 022 | 0817078-5 |
| Carmen das Graças Silva Marins | 008 | 0761794-3/01 |
| Cássia Monteiro de Barros e Couto | 039 | 0829941-4 |
| Cecília Maria Vaccaro Brambilla | 036 | 0829380-1 |
| Claudemir Molina | 025 | 0819134-6 |
| Danielle Magnabosco | 011 | 0802629-9 |
| Deborah Guimarães | 037 | 0829513-0 |
| Denise Rocha Preisner Oliva | 018 | 0814309-3 |
| Dirceu Bernardi Junior | 019 | 0814664-9 |
| Edivaldo Vidotti Viotto | 012 | 0803135-6 |
| Edivar Mingoti Júnior | 017 | 0812499-4 |
| | 030 | 0825694-4 |
| Edmar Hispagnol | 040 | 0829964-7 |
| Eduardo Blanco | 004 | 0759748-0/01 |
| Elisa Gehlen Paula B. d. Carvalho | 028 | 0819793-5 |
| Elisângela de Almeida Kavata | 030 | 0825694-4 |
| | 033 | 0828840-8 |
| Emerson Norihiko Fukushima | 013 | 0804047-5 |
| Emília Daniela C. M. d. Oliveira | 032 | 0828624-4 |
| Érica Hikishima Fraga | 040 | 0829964-7 |
| Ernesto Antunes de Carvalho | 010 | 0775183-9/01 |
| Evandro Alves dos Santos | 027 | 0819525-7 |
| Evandro Bueno de Oliveira | 023 | 0817212-7 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 002 | 0757416-5/01 |
| | 004 | 0759748-0/01 |
| | 006 | 0761080-4/01 |
| | 007 | 0761554-9/01 |
| | 008 | 0761794-3/01 |
| | 010 | 0775183-9/01 |
| | 016 | 0809217-7 |
| | 031 | 0827091-1 |
| Fabiana Tiemi Hoshino | 035 | 0829346-9 |
| Fábio Aparecido Franz | 019 | 0814664-9 |
| Fábio dos Reis Ruiz | 009 | 0762692-8/01 |
| Fabíola Cueto Clementi | 028 | 0819793-5 |
| Fernanda Arantes Mansano | 007 | 0761554-9/01 |
| Fernanda Michel Andreani | 026 | 0819324-0 |
| Fernando Parolini de Moraes | 027 | 0819525-7 |
| Flávia Dreher Netto | 013 | 0804047-5 |
| Flávia Regina Carluccio | 003 | 0759745-9/01 |
| | 005 | 0760278-0/01 |
| Floriano Terra Filho | 004 | 0759748-0/01 |
| Francielly Tibola | 018 | 0814309-3 |
| Francisco Antônio Fragata Junior | 028 | 0819793-5 |
| Gabriel Sarmento Marques | 024 | 0817245-6 |
| Genésio Felipe de Natividade | 013 | 0804047-5 |
| Gilberto Pedriali | 029 | 0820844-4 |
| Gisele Marie Mello Bello Biguette | 018 | 0814309-3 |
| Ideraldo José Appi | 028 | 0819793-5 |
| Iguacimir Gonçalves Franco | 037 | 0829513-0 |
| Ilmo Tristão Barbosa | 032 | 0828624-4 |
| Isaias Junior Tristão Barbosa | 032 | 0828624-4 |
| Jair Antônio Wiebelling | 034 | 0829165-4 |
| José Luiz Fornagieri | 003 | 0759745-9/01 |
| | 005 | 0760278-0/01 |
| Júlio Cesar Dalmolin | 034 | 0829165-4 |
| | 038 | 0829565-4 |
| Júlio César Subtil de Almeida | 021 | 0816761-1 |
| Kátia Cristine Pucca Bernardi | 019 | 0814664-9 |
| Lauro Fernando Zanetti | 012 | 0803135-6 |
| | 014 | 0806476-4 |
| | 025 | 0819134-6 |
| | 035 | 0829346-9 |
| | 036 | 0829380-1 |
| Leonardo de Almeida Zanetti | 012 | 0803135-6 |
| | 014 | 0806476-4 |
| | 025 | 0819134-6 |
| | 036 | 0829380-1 |
| Leonardo Marques Faleiros | 024 | 0817245-6 |
| Luana Chagas Bueno | 023 | 0817212-7 |
| Luiz Alberto Gonçalves | 013 | 0804047-5 |
| Luiz Carlos Freitas | 035 | 0829346-9 |
| Luiz Henrique da Freiria Freitas | 035 | 0829346-9 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 002 | 0757416-5/01 |
| | 004 | 0759748-0/01 |
| | 006 | 0761080-4/01 |

| | | |
|---|---|---|
| | 007 | 0761554-9/01 |
| | 008 | 0761794-3/01 |
| | 010 | 0775183-9/01 |
| Maciel Tristao Barbosa | 032 | 0828624-4 |
| Márcia Loreni Gund | 034 | 0829165-4 |
| Márcio Rogério Depolli | 003 | 0759745-9/01 |
| | 005 | 0760278-0/01 |
| | 009 | 0762692-8/01 |
| | 011 | 0802629-9 |
| | 015 | 0807953-0 |
| | 017 | 0812499-4 |
| | 026 | 0819324-0 |
| | 030 | 0825694-4 |
| | 033 | 0828840-8 |
| | 038 | 0829565-4 |
| Marcos C. d. A. Vasconcellos | 029 | 0820844-4 |
| Marcos Vinicius Dacol Boschirolli | 020 | 0816432-5 |
| Maria Adelaide dos Santos Vicente | 040 | 0829964-7 |
| Mariana Cavalcante Borralho | 028 | 0819793-5 |
| Marisa Yassuko Inagaqui | 014 | 0806476-4 |
| Marly Aparecida Pereira Fagundes | 008 | 0761794-3/01 |
| Michelle Braga Vidal | 011 | 0802629-9 |
| | 015 | 0807953-0 |
| | 017 | 0812499-4 |
| Mieko Ito | 040 | 0829964-7 |
| Muriel Antonio Carlos Mira | 010 | 0775183-9/01 |
| Olinto Roberto Terra | 004 | 0759748-0/01 |
| Olivio Gamboa Panucci | 026 | 0819324-0 |
| Osmar Gomes de Brito | 028 | 0819793-5 |
| Patricia Carla de Deus Lima | 031 | 0827091-1 |
| Paulo Antônio Barca | 040 | 0829964-7 |
| Paulo Giacomini Junior | 008 | 0761794-3/01 |
| Renata Cristina Costa | 012 | 0803135-6 |
| | 014 | 0806476-4 |
| | 025 | 0819134-6 |
| | 036 | 0829380-1 |
| Renato Fumagalli de Paiva | 036 | 0829380-1 |
| Ricardo dos Santos Massoqueti | 022 | 0817078-5 |
| Sandra Rosemary Camargo Rodrigues | 023 | 0817212-7 |
| Sebastião Mendes da Silva | 031 | 0827091-1 |
| Sérgio Fabrízio Sanvido | 009 | 0762692-8/01 |
| Shealtiel Lourenço Pereira Filho | 035 | 0829346-9 |
| Simone de Lima Prado | 014 | 0806476-4 |
| Sonny Brasil de Campos Guimarães | 037 | 0829513-0 |
| Stephen Wilson | 023 | 0817212-7 |
| Thais Pontes de Oliveira | 039 | 0829941-4 |
| Thaisa Cristina Cantoni | 029 | 0820844-4 |
| William Cantuária da Silva | 006 | 0761080-4/01 |
| Wilson Leite de Morais | 007 | 0761554-9/01 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator
0001 . Processo/Prot: 0729904-9 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2010/369398. Comarca: Porecatu. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002439-91.2010.8.16.0137 Exibição de Documentos. Agravante: Odair José Ferreira. Advogado: Bruno Henrique Ferreira. Agravado: Banco Abn Amro Real SA. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Tratam os autos de recurso de agravo de instrumento da decisão proferida nos autos nº 2439.91.2010 da Ação de Exibição de Documentos ajuizada pelo Agravante contra o Agravado, pela qual foi indeferido o pedido de justiça gratuita formulado pelo autor (fl. 30-TJ). Muito embora no despacho que determinou o seguimento do agravo de instrumento o MM. Juiz Carlos Henrique Licheski Klein (fls. 38/40) tenha declarado que o recurso "é tempestivo (contagem iniciada em 03/11/10 e interposição em 16/11/10)" (fl. 39), o que se verifica é a intempestividade do presente recurso. Ora, de conformidade com a certidão de fl. 31, a decisão agravada foi "veiculada em 28/10/2010 e publicada no Diário da Justiça eletrônico nº 000500, de 29/10/2010", e "o prazo se iniciará em 03/11/2010". Portanto, contando-se o prazo legal para a interposição do recurso de agravo de instrumento, que é de 10 (dez) dias, a partir de 03.11.2010 (inclusive ver Resolução nº 008/2008, artigo 4º, § 1º, do TJ), verifica-se que se encerrou no dia 12 de novembro de 2010 uma sexta-feira. O presente recurso de agravo só foi apresentado ao Protocolo Judicial Integrado da Comarca de Porecatu no dia 16 de novembro de 2010 (documento de fl. 07), a destempo, portanto. O artigo 557, caput, do Código de Processo Civil determina: "O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior". Como este recurso é extemporâneo, e não pode ser conhecido, em razão da sua inadmissibilidade, não resta outra alternativa a este Relator, senão negar-lhe seguimento, o que faço com fulcro no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Magnus Venicius Rox Juiz Substituto de Segundo Grau Convocado - Relator
0002 . Processo/Prot: 0757416-5/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/188484. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 757416-5 Agravo de Instrumento. Embargante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Embargado: Amélia Maria Carmen Zanchi (maior de 60 anos). Advogado: Carla Rodrigues Thome da Cunha. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. 1. Cabe ao Relator julgar os embargos de declaração interpostos em face de decisão monocrática anteriormente proferida. 2. Inexistindo qualquer obscuridade na decisão monocrática, de rigor a rejeição dos embargos de declaração. Embargos de declaração rejeitados. 1. Trata-se de agravo de instrumento da decisão proferida nos autos nº 3132/07, de Cumprimento de Sentença, que Amélia Maria Carmen Zanqui promoveu contra Banco Banestado S/A. e sua sucessor Banco Itaú S/A., pela qual foi rejeitada a exceção de prescrição ao cumprimento de sentença e indeferido o requerimento de suspensão da execução. (fls. 148/150) Os agravantes, Banco Banestado S/A. e Banco Itaú S/A, manejam o presente agravo visando a reforma da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Fazenda Pública, Falência e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Discorrem, em linhas gerais, que interpuseram exceção de prescrição alegando que a pretensão dos agravados encontra-se prescrita. Aduzem sobre a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Por fim, requerem o efeito suspensivo. Preparo regular. Por decisão monocrática o recurso foi desprovido, conforme se verifica às fls. 156/163, nos termos da ementa abaixo transcrita: "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CC DE 2002. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. Agravo de instrumento desprovido." Daí brotaram estes embargos de declaração, interpostos pelo Banco Itaú S/A e Banco Banestado S/A., acusando parte da decisão monocrática de ser obscura. (fls. 166/168) 2. Primeiramente, ressalto que cabe ao Relator julgar, monocraticamente, os declaratórios interpostos em face de decisão monocrática, anteriormente proferida, que julgou o agravo de instrumento desprovido, nos termos do caput, do artigo 557, do Código de Processo Civil, neste sentido, Theotonio Negrão comenta o artigo 535, na nota 11e, página 596, 35ª edição: "Cabem embargos de declaração contra decisão de relator, que com fundamento no art. 557, julga monocraticamente o recurso (STJ 1ª Turma, Resp 325.672-AL, rel. Min. Garcia Vieira, j. 14.8.01, negaram provimento). Neste caso, os embargos podem ser decididos pelo próprio relator; todavia, se a decisão embargada foi proferida por órgão colegiado, a competência para julgar os embargos é deste, não cabendo ao relator decidi-los singularmente (STJ 2ª Turma, Resp 329.686-AL, rel. Min. Eliana Calmon, j. 6.9.01, deram provimento)." Os presentes Embargos impõem-se rejeitados. Nos termos do artigo 535, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando ocorrer no julgado obscuridade ou contradição ou se for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Tribunal. Nesse sentido, deve-se destacar, inicialmente, que os embargos de declaração somente podem ser manejados pela parte no caso de ocorrência das hipóteses descritas no artigo 535, do Código de Processo Civil. Vale dizer, omissão, contradição ou obscuridade no ato decisório atacado. Portanto, não cabem embargos declaratórios na hipótese da parte não estar satisfeita com a decisão proferida, ou, no caso, de não ter sido decidida a lide na forma esperada. Não possui os embargos, salvo raríssimas exceções, efeito infringente. No caso dos autos, a decisão monocrática foi suficientemente explicitada, enfrentando e decidindo a matéria discutida. Se a decisão não aceitou ou contrariou a argumentação da embargante o problema é outro, não de declaração. Não se vislumbrando, pois, obscuridade, contradição ou omissão, rejeitam-se os embargos de declaração. Int. Curitiba, 05 de setembro de 2.011. Paulo Cezar Bellio, Relator.
0003 . Processo/Prot: 0759745-9/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/201193. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 759745-9 Agravo de Instrumento. Embargante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Embargado: Frankie Robson Cardoso Favaro, Cirlene Ana Rocha Jacintho (maior de 60 anos), Ismeria Pereira Machado (maior de 60 anos), Associação dos Moradores da Praça Sete de Setembro - Amopss, Israel Ferreira de Gois, Helio Scapolan, Elidia Rodrigues de Araujo (maior de 60 anos). Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. OBSCURIDADE. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. 1. Cabe ao Relator julgar, os embargos de declaração interpostos em face de decisão monocrática anteriormente proferida. 2. Inexistindo qualquer omissão ou obscuridade na decisão monocrática, de rigor a rejeição dos embargos de declaração. 3. Os embargos de declaração devem respeitar os limites do art. 535, do Código de Processo Civil, não cabendo revisão de matéria já decidida pelo Tribunal, mesmo que para fins de prequestionamento. Embargos de declaração rejeitados. 1. Trata-se de agravo de instrumento da decisão proferida nos autos nº 607/2010 de Cumprimento de Sentença que Frankie Robson Cardoso Favaro, Cirlene Ana Rocha Jacintho, Ismeria Pereira Machado, Associação dos Moradores da Praça Sete de Setembro representada por Benedito Manoel Pedro, Israel Ferreria de Gois, Helio Scapolan e Elidia Rodrigues de Araujo promovem contra o Banco Banestado S/A. e Banco Itaú S/A., pela qual foi parcialmente rejeitada a impugnação ao cumprimento de sentença. Os agravantes, Banco Banestado S/A. e Banco Itaú S/A., manejam o presente agravo visando a reforma da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da Vara Única da Comarca de Paraíso do Norte. Alegam em suas razões, a ilegitimidade dos autores, em vista do alcance territorial e pessoal do título executivo. Discorrem, em linhas gerais, que interpuseram a impugnação ao cumprimento de sentença alegando que a pretensão dos agravados encontra-se prescrita, da inaplicabilidade de multa prevista no artigo 475 J, CPC. e da não incidência dos honorários advocatícios requerendo a sua extinção, redução ou reconhecimento de sucumbência recíproca. Aduzem sobre a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Por fim, requerem o efeito suspensivo. Preparo regular. Por decisão monocrática o recurso foi desprovido, conforme de verifica às fls. 268/285 -TJ., nos termos da ementa abaixo transcrita: "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APADECO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. ILEGITIMIDADE AFASTADA. CUMPRIMENTO QUE PODE SER AFORADO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. MULTA. ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INCIDÊNCIA DO CDC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO DEVIDA. 1. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. 2. A sentença proferida na ação civil pública nº 38.765/98 proposta pela APADECO constitui um título judicial também em favor de quem não foi parte na demanda, incidindo o Código de Defesa do Consumidor na relação em comento. 3. A multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil, só terá incidência quando transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da intimação do advogado da parte para o pagamento espontâneo, conforme decidiu a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 940.274. 4. Na hipótese de interposição de impugnação ao cumprimento de sentença é cabível a fixação de honorários advocatícios em face da parte sucumbente. Agravo de instrumento desprovido." Daí brotaram estes embargos de declaração, interpostos pelo Banco Itaú S/A e Banco Banestado S/A., acusando parte da decisão monocrática de ser omissa e obscura. Requer, ainda o prequestionamento. 2. Primeiramente, ressalto que cabe ao Relator julgar, monocraticamente, os declaratórios interpostos em face de decisão monocrática, anteriormente proferida, que julgou o agravo de instrumento desprovido, nos termos do caput, do artigo 557, do Código de Processo Civil, neste sentido, Theotonio Negrão comenta o artigo 535, na nota 11e, página 596, 35ª edição: "Cabem embargos de declaração contra decisão de relator, que com fundamento no art. 557, julga monocraticamente o recurso (STJ 1ª Turma, Resp 325.672-AL, rel. Min. Garcia Vieira, j. 14.8.01, negaram provimento). Neste caso, os embargos podem ser decididos pelo próprio relator; todavia, se a decisão embargada foi proferida por órgão colegiado, a competência para julgar os embargos é deste, não cabendo ao relator decidi-los singularmente (STJ 2ª Turma, Resp 329.686-AL, rel. Min. Eliana Calmon, j. 6.9.01, deram provimento)." Os presentes Embargos impõem-se rejeitados. Nos termos do artigo 535, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando ocorrer no julgado obscuridade ou contradição ou se for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Tribunal. Nesse sentido, deve-se destacar, inicialmente, que os embargos de declaração somente podem ser manejados pela parte no caso de ocorrência das hipóteses descritas no artigo 535, do Código de Processo Civil. Vale dizer, omissão, contradição ou obscuridade no ato decisório atacado. Portanto, não cabem embargos declaratórios na hipótese da parte não estar satisfeita com a decisão proferida, ou, no caso, de não ter sido decidida a lide na forma esperada. Não possuindo os embargos, salvo raríssimas exceções, efeito infringente. De outro lado, embora tenham os presentes embargos, tal como interpostos, o propósito de prequestionamento em vista de eventual recurso a ser interposto para a instância superior, devem ser rejeitados. Isto porque, todas as questões submetidas a julgamento foram amplamente apreciadas, não subsistindo qualquer omissão ou obscuridade. Ademais, o requisito do prequestionamento não pode ser entendido de modo a propiciar que os Tribunais sejam convertidos em órgãos de consultas ou de revisão de suas próprias decisões no que toca ao direito aplicado. No caso dos autos, a decisão monocrática foi suficientemente explicitada, enfrentando e decidindo a matéria discutida. Se a decisão não aceitou ou contrariou a argumentação da embargante o problema é outro, não de. Não se vislumbrando, pois, obscuridade, contradição ou omissão, rejeitam-se os embargos de declaração. Int. Curitiba, 16 de setembro de 2.011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0004 . Processo/Prot: 0759748-0/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/197007. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 759748-0 Agravo de Instrumento. Embargante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Embargado: Niceas Trindade da Silva, Maria Conceição de Oliveira Fidelis, Maria José Teixeira, Noel dos Santos, Paulo Cezar Vaz, Antonio Nelson Fernandes, Francisco Assis Carvalho, Dirceu Martins de Araujo, Pedro Lanini Filho, Osvaldo Leonel. Advogado: Olinto Roberto Terra, Floriano Terra Filho, Eduardo Blanco. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. OBSCURIDADE. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. 1. Cabe ao Relator julgar os embargos de declaração interpostos em face de decisão monocrática anteriormente proferida. 2. Inexistindo qualquer obscuridade e/ou omissão na decisão monocrática, de rigor a rejeição dos embargos de declaração. Embargos de declaração rejeitados. 1. Trata-se de agravo de instrumento da decisão proferida nos autos nº 921/08, de Cumprimento de Sentença, que Niceas Trindade da Silva, Maria Conceição de Oliveira Fidelis, Maria José Teixeira, Noel dos Santos, Paulo Cezar Vaz, Antonio Nelson Fernandes, Francisco Assis Carvalho, Dirceu Martins de Araújo, Pedro Lanini Filho e Osvaldo Leonel promoveram contra Banestado S/A. e seu sucessor Banco Itaú S/A., pela qual foi rejeitada a exceção de prescrição ao cumprimento de sentença e indeferido o requerimento de suspensão da execução. (fls. 201/203) Os agravantes, Banco Banestado S/A. e Banco Itaú S/A, manejam o presente agravo visando a reforma da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Fazenda Pública, Falência e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Discorrem, em linhas gerais, que interpuseram exceção de prescrição alegando que a pretensão dos agravados encontra-se prescrita. Aduzem sobre a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Por fim, requerem o efeito suspensivo. Preparo regular. Por decisão monocrática o recurso foi desprovido, conforme se verifica às fls. 215/223, nos termos da ementa abaixo transcrita: "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APADECO. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. Agravo de instrumento desprovido." Daí brotaram estes embargos de declaração, interpostos pelo Banco Itaú S/A e Banco Banestado S/A., acusando parte da decisão monocrática de ser obscura e omissa. (fls. 227/230) 2. Primeiramente, ressalto que cabe ao Relator julgar, monocraticamente, os declaratórios interpostos em face de decisão monocrática, anteriormente proferida, que julgou o agravo de instrumento desprovido, nos termos do caput, do artigo 557, do Código de Processo Civil, neste sentido, Theotonio Negrão comenta o artigo 535, na nota 11e, página 596, 35ª edição: "Cabem embargos de declaração contra decisão de relator, que com fundamento no art. 557, julga monocraticamente o recurso (STJ 1ª Turma, Resp 325.672-AL, rel. Min. Garcia Vieira, j. 14.8.01, negaram provimento). Neste caso, os embargos podem ser decididos pelo próprio relator; todavia, se a decisão embargada foi proferida por órgão colegiado, a competência para julgar os embargos é deste, não cabendo ao relator decidi-los singularmente (STJ 2ª Turma, Resp 329.686-AL, rel. Min. Eliana Calmon, j. 6.9.01, deram provimento)." Os presentes Embargos impõem-se rejeitados. Nos termos do artigo 535, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando ocorrer no julgado obscuridade ou contradição ou se for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Tribunal. Nesse sentido, deve-se destacar, inicialmente, que os embargos de declaração somente podem ser manejados pela parte no caso de ocorrência das hipóteses descritas no artigo 535, do Código de Processo Civil. Vale dizer, omissão, contradição ou obscuridade no ato decisório atacado. Portanto, não cabem embargos declaratórios na hipótese da parte não estar satisfeita com a decisão proferida, ou, no caso, de não ter sido decidida a lide na forma esperada. Não possui os embargos, salvo raríssimas exceções, efeito infringente. No caso dos autos, a decisão monocrática foi suficientemente explicitada, enfrentando e decidindo a matéria discutida. Se a decisão não aceitou ou contrariou a argumentação da embargante o problema é outro, não de declaração. Não se vislumbrando, pois, obscuridade, contradição ou omissão, rejeitam-se os embargos de declaração. Int. Curitiba, 05 de setembro de 2.011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0005 . Processo/Prot: 0760278-0/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/197539. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 760278-0 Agravo de Instrumento. Embargante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Embargado: Angelo Celso Poppi, Artemis da Silva Machado (maior de 60 anos), Amerson Gerdulli, Alexandrina Colonhez Fernandes, Alcir Picoloto, Espólio de Achylles Vendruscolo, Vilda Galante Vendruscolo, César Luiz Vendruscolo, Ernesto Cavichioli (maior de 60 anos). Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

1. Trata-se de agravo de instrumento da decisão proferida nos autos nº 814/2010 de Cumprimento de Sentença que Angelo Celso Poppi, Artermis da Silva Machado, Amerson Gerdulli, Alexandrina Colonhez Fernandes, Alcir Picoloto, Sucessão de Achiylles Vendruscolo e Ernesto Cavichioli promovem contra o Banco Banestado S/A. e Banco Itaú S/A., pela qual foi parcialmente rejeitada a impugnação ao cumprimento de sentença. Os agravantes, Banco Banestado S/A. e Banco Itaú S/A., manejam o presente agravo visando a reforma da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da Vara Única da Comarca de Paraíso do Norte. Alegam em suas razões, a ilegitimidade dos autores, em vista do alcance territorial e pessoal do

título executivo. Discorrem, em linhas gerais, que interpuseram a impugnação ao cumprimento de sentença alegando que a pretensão dos agravados encontra-se prescrita, da inaplicabilidade de multa prevista no artigo 475 J, CPC. e da não incidência dos honorários advocatícios requerendo a sua extinção, redução ou reconhecimento de sucumbência recíproca. Aduzem sobre a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Por fim, requerem o efeito suspensivo. Preparo regular. Por decisão monocrática o recurso foi desprovido, conforme de verifica às fls. 262/279 -TJ., nos termos da ementa abaixo transcrita: "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APADECO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. ILEGITIMIDADE AFASTADA. CUMPRIMENTO QUE PODE SER AFORADO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. MULTA. ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INCIDÊNCIA DO CDC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO DEVIDA. 1. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. 2. A sentença proferida na ação civil pública nº 38.765/98 proposta pela APADECO constitui um título judicial também em favor de quem não foi parte na demanda, incidindo o Código de Defesa do Consumidor na relação em comento. 3. A multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil, só terá incidência quando transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da intimação do advogado da parte para o pagamento espontâneo, conforme decidiu a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 940.274. 4. Na hipótese de interposição de impugnação ao cumprimento de sentença é cabível a fixação de honorários advocatícios em face da parte sucumbente. Agravo de instrumento desprovido." Daí brotaram estes embargos de declaração, interpostos pelo Banco Itaú S/A e Banco Banestado S/A., acusando parte da decisão monocrática de ser omissa e obscura. 2. Primeiramente, ressalto que cabe ao Relator julgar, monocraticamente, os declaratório interpostos em face de decisão monocrática, anteriormente proferida, que julgou o agravo de instrumento desprovido, nos termos do caput, do artigo 557, do Código de Processo Civil, neste sentido, Theotonio Negrão comenta o artigo 535, na nota 11e, página 596, 35ª edição: "Cabem embargos de declaração contra decisão de relator, que com fundamento no art. 557, julga monocraticamente o recurso (STJ 1ª Turma, Resp 325.672-AL, rel. Min. Garcia Vieira, j. 14.8.01, negaram provimento). Neste caso, os embargos podem ser decididos pelo próprio relator; todavia, se a decisão embargada foi proferida por órgão colegiado, a competência para julgar os embargos é deste, não cabendo ao relator decidi-los singularmente (STJ 2ª Turma, Resp 329.686-AL, rel. Min. Eliana Calmon, j. 6.9.01, deram provimento)." Os presentes Embargos impõem-se rejeitados. Nos termos do artigo 535, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando ocorrer no julgado obscuridade ou contradição ou se for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Tribunal. Nesse sentido, deve-se destacar, inicialmente, que os embargos de declaração somente podem ser manejados pela parte no caso de ocorrência das hipóteses descritas no artigo 535, do Código de Processo Civil. Vale dizer, omissão, contradição ou obscuridade no ato decisório atacado. Portanto, não cabem embargos declaratórios na hipótese da parte não estar satisfeita com a decisão proferida, ou, no caso, de não ter sido decidida a lide na forma esperada. Não possuindo os embargos, salvo raríssimas exceções, efeito infringente. No caso dos autos, a decisão monocrática foi suficientemente explicitada, enfrentando e decidindo a matéria discutida. Se a decisão não aceitou ou contrariou a argumentação da embargante o problema é outro, não de declaração. Não se vislumbrando, pois, obscuridade, contradição ou omissão, rejeitam-se os embargos de declaração. Int. Curitiba, 16 de setembro de 2.011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0006 . Processo/Prot: 0761080-4/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/197009. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 761080-4 Agravo de Instrumento. Embargante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Embargado: Maria Margarida da Silva, Domingos da Silva, Laudelina Emília da Silva. Advogado: William Cantuária da Silva. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

1. Trata-se de agravo de instrumento da decisão proferida nos autos nº 1961/07, de Cumprimento de Sentença, que Maria Margarida da Silva, Domingos da Silva e Laudelina Emilia da Silva promoveram contra Banestado S/A. e seu sucessor Banco Itaú S/A., pela qual foi rejeitada a exceção de prescrição ao cumprimento de sentença e indeferido o requerimento de suspensão da execução. (fls. 197/198) Os agravantes, Banco Banestado S/A. e Banco Itaú S/A, manejam o presente agravo visando a reforma da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Fazenda Pública, Falência e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Discorrem, em linhas gerais, que interpuseram exceção de prescrição alegando que a pretensão dos agravados encontra-se prescrita. Aduzem sobre a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Por fim, requerem o efeito suspensivo. Preparo regular. Por decisão monocrática o recurso foi desprovido, conforme se verifica às fls. 205/213, nos termos da ementa abaixo transcrita: "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APADECO. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. Agravo de instrumento desprovido." Daí brotaram estes embargos de declaração, interpostos pelo Banco Itaú S/A e Banco Banestado S/A., acusando parte da decisão monocrática de ser obscura. (fls. 217/219) 02. Primeiramente, ressalto que cabe ao Relator julgar, monocraticamente, os declaratórios interpostos em face de decisão monocrática, anteriormente proferida, que julgou o agravo de instrumento desprovido, nos termos do caput, do artigo 557, do Código de Processo Civil, neste sentido, Theotonio Negrão comenta o artigo 535, na nota 11e, página 596, 35ª edição: "Cabem embargos de declaração contra decisão de relator, que com fundamento no art. 557, julga monocraticamente o recurso (STJ 1ª Turma, Resp 325.672-AL, rel. Min. Garcia Vieira, j. 14.8.01, negaram provimento). Neste caso, os embargos podem ser decididos pelo próprio relator; todavia, se a decisão embargada foi proferida por órgão colegiado, a competência para julgar os embargos é deste, não cabendo ao relator decidi-los singularmente (STJ 2ª Turma, Resp 329.686-AL, rel. Min. Eliana Calmon, j. 6.9.01, deram provimento)." Os presentes Embargos impõem-se rejeitados. Nos termos do artigo 535, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando ocorrer no julgado obscuridade ou contradição ou se for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Tribunal. Nesse sentido, deve-se destacar, inicialmente, que os embargos de declaração somente podem ser manejados pela parte no caso de ocorrência das hipóteses descritas no artigo 535, do Código de Processo Civil. Vale dizer, omissão, contradição ou obscuridade no ato decisório atacado. Portanto, não cabem embargos declaratórios na hipótese da parte não estar satisfeita com a decisão proferida, ou, no caso, de não ter sido decidida a lide na forma esperada. Não possui os embargos, salvo raríssimas exceções, efeito infringente. No caso dos autos, a decisão monocrática foi suficientemente explicitada, enfrentando e decidindo a matéria discutida. Se a decisão não aceitou ou contrariou a argumentação da embargante o problema é outro, não de declaração. Não se vislumbrando, pois, obscuridade, contradição ou omissão, rejeitam-se os embargos de declaração. Int. Curitiba, 05 de setembro de 2.011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0007 . Processo/Prot: 0761554-9/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/197117. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 761554-9 Agravo de Instrumento. Embargante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Embargado: Soichi Tomimatsu, Sueli Zulim Fernandes. Advogado: Wilson Leite de Morais, Fernanda Arantes Mansano. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. 1. Cabe ao Relator julgar os embargos de declaração interpostos em face de decisão monocrática anteriormente proferida. 2. Inexistindo qualquer obscuridade na decisão monocrática, de rigor a rejeição dos embargos de declaração. Embargos de declaração rejeitados. 1. Trata-se de agravo de instrumento da decisão proferida nos autos nº 3106/07, de Cumprimento de Sentença, que Soichi Tomimatsu e Sueli Zulim Fernandes promoveram contra Banco Banestado S/A. e Banco Itaú S/A., pela qual foi rejeitada a exceção de prescrição ao cumprimento de sentença e indeferido o requerimento de suspensão da execução. (fls. 124/126) Os agravantes, Banco Itaú S/A. e Banco Banestado S/A., manejam o presente agravo visando a reforma da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Fazenda Pública, Falência e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Discorrem, em linhas gerais, que interpuseram exceção de prescrição alegando que a pretensão da agravada encontra-se prescrita. Aduzem sobre a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Por fim, requerem o efeito suspensivo. Preparo regular. Por decisão monocrática o recurso foi desprovido, conforme se verifica às fls. 179/187, nos termos da ementa abaixo transcrita: "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APADECO. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. Agravo de instrumento desprovido." Daí brotaram estes embargos de declaração, interpostos pelo Banco Itaú S/A e Banco Banestado S/A., acusando parte da decisão monocrática de ser obscura. (fls. 191/193) 2. Primeiramente, ressalto que cabe ao Relator julgar, monocraticamente, os declaratórios interpostos em face de decisão monocrática, anteriormente proferida, que julgou o agravo de instrumento desprovido, nos termos do caput, do artigo 557, do Código de Processo Civil, neste sentido, Theotonio Negrão comenta o artigo 535, na nota 11e, página 596, 35ª edição: "Cabem embargos de declaração contra decisão de relator, que com fundamento no art. 557, julga monocraticamente o recurso (STJ 1ª Turma, Resp 325.672-AL, rel. Min. Garcia Vieira, j. 14.8.01, negaram provimento). Neste caso, os embargos podem ser decididos pelo próprio relator; todavia, se a decisão embargada foi proferida por órgão colegiado, a competência para julgar os embargos é deste, não cabendo ao relator decidi-los singularmente (STJ 2ª Turma, Resp 329.686-AL, rel. Min. Eliana Calmon, j. 6.9.01, deram provimento)." Os presentes Embargos impõem-se rejeitados. Nos termos do artigo 535, do Código de Processo Civil, cabem embargos

de declaração quando ocorrer no julgado obscuridade ou contradição ou se for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Tribunal. Nesse sentido, deve-se destacar, inicialmente, que os embargos de declaração somente podem ser manejados pela parte no caso de ocorrência das hipóteses descritas no artigo 535, do Código de Processo Civil. Vale dizer, omissão, contradição ou obscuridade no ato decisório atacado. Portanto, não cabem embargos declaratórios na hipótese da parte não estar satisfeita com a decisão proferida, ou, no caso, de não ter sido decidida a lide na forma esperada. Não possui os embargos, salvo raríssimas exceções, efeito infringente. No caso dos autos, a decisão monocrática foi suficientemente explicitada, enfrentando e decidindo a matéria discutida. Se a decisão não aceitou ou contrariou a argumentação da embargante o problema é outro, não de declaração. Não se vislumbrando, pois, obscuridade, contradição ou omissão, rejeitam-se os embargos de declaração. Int. Curitiba, 05 de setembro de 2.011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0008 . Processo/Prot: 0761794-3/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/197011. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 761794-3 Agravo de Instrumento. Embargante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Embargado: Avelino de Souza Barbosa. Advogado: Marly Aparecida Pereira Fagundes, Paulo Giacomini Junior, Carmen das Graças Silva Marins. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. 1. Cabe ao Relator julgar os embargos de declaração interpostos em face de decisão monocrática anteriormente proferida. 2. Inexistindo qualquer obscuridade na decisão monocrática, de rigor a rejeição dos embargos de declaração. Embargos de declaração rejeitados. 1. Trata-se de agravo de instrumento da decisão proferida nos autos nº 537/07, de Cumprimento de Sentença, que Avelino de Souza Barbosa promoveu contra Banco do Estado do Paraná S/A., pela qual foi rejeitada a exceção de prescrição ao cumprimento de sentença e indeferido o requerimento de suspensão da execução. (fls. 146/148) Os agravantes, Banco Itaú S/A. e Banco Banestado S/A., manejam o presente agravo visando a reforma da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Fazenda Pública, Falência e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Discorrem, em linhas gerais, que interpuseram exceção de prescrição alegando que a pretensão do agravado encontra-se prescrita. Aduzem sobre a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Por fim, requerem o efeito suspensivo. Preparo regular. Por decisão monocrática o recurso foi desprovido, conforme se verifica às fls. 194/202, nos termos da ementa abaixo transcrita: "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APADECO. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. Agravo de instrumento desprovido." Daí brotaram estes embargos de declaração, interpostos pelo Banco Itaú S/A e Banco Banestado S/A., acusando parte da decisão monocrática de ser obscura. (fls. 206/208) 2. Primeiramente, ressalto que cabe ao Relator julgar, monocraticamente, os declaratórios interpostos em face de decisão monocrática, anteriormente proferida, que julgou o agravo de instrumento desprovido, nos termos do caput, do artigo 557, do Código de Processo Civil, neste sentido, Theotonio Negrão comenta o artigo 535, na nota 11e, página 596, 35ª edição: "Cabem embargos de declaração contra decisão de relator, que com fundamento no art. 557, julga monocraticamente o recurso (STJ 1ª Turma, Resp 325.672-AL, rel. Min. Garcia Vieira, j. 14.8.01, negaram provimento). Neste caso, os embargos podem ser decididos pelo próprio relator; todavia, se a decisão embargada foi proferida por órgão colegiado, a competência para julgar os embargos é deste, não cabendo ao relator decidi-los singularmente (STJ 2ª Turma, Resp 329.686-AL, rel. Min. Eliana Calmon, j. 6.9.01, deram provimento)." Os presentes Embargos impõem-se rejeitados. Nos termos do artigo 535, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando ocorrer no julgado obscuridade ou contradição ou se for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Tribunal. Nesse sentido, deve-se destacar, inicialmente, que os embargos de declaração somente podem ser manejados pela parte no caso de ocorrência das hipóteses descritas no artigo 535, do Código de Processo Civil. Vale dizer, omissão, contradição ou obscuridade no ato decisório atacado. Portanto, não cabem embargos declaratórios na hipótese da parte não estar satisfeita com a decisão proferida, ou, no caso, de não ter sido decidida a lide na forma esperada. Não possui os embargos, salvo raríssimas exceções, efeito infringente. No caso dos autos, a decisão monocrática foi suficientemente explicitada, enfrentando e decidindo a matéria discutida. Se a decisão não aceitou ou contrariou a argumentação da embargante o problema é outro, não de declaração. Não se vislumbrando, pois, obscuridade, contradição ou omissão, rejeitam-se os embargos de declaração. Int. Curitiba, 05 de setembro de 2.011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0009 . Processo/Prot: 0762692-8/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/197553. Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 762692-8 Agravo de Instrumento. Embargante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Embargado: Antônio Siscate, Célia Maria de Freitas Maratta, Cleci Mara Cassol, Cristiano Martins de Carvalho, Faisal Nagi, José Aparecido do Ângelo, Júlio Nogueira dos Passos, Manoel Antonio de Souza, Maria Eliete Gardinal, Sônia Maria Jorge. Advogado: Fábio dos Reis Ruiz, Sérgio Fabrízio Sanvido. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. OBSCURIDADE. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. 1. Cabe ao Relator julgar, os embargos de declaração interpostos em face de decisão monocrática anteriormente proferida. 2. Inexistindo qualquer omissão ou obscuridade na decisão monocrática, de rigor a rejeição dos embargos de declaração. Embargos de declaração rejeitados. 1. Trata-se de agravo de instrumento da decisão proferida nos autos nº 585/2010 de Cumprimento de Sentença que Mara Cassol, Cristiano Martins de Carvalho, Faisal Nagi, José Aparecido do Angelo, Julio Nogueira dos Passos, Manoel Antonio de Souza, Maria Eliete Gardinal, e Sonia Maria Jorge promovem contra o Banco Banestado S/A. e Banco Itaú S/A., pela qual foi rejeitada a impugnação ao cumprimento de sentença. Os agravantes, Banco Banestado S/A. e Banco Itaú S/A, manejam o presente agravo visando a reforma da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da Vara Única da Comarca de Terra Rica. Discorrem, em linhas gerais, que interpuseram impugnação ao cumprimento de sentença alegando que há excesso de execução, inaplicabilidade de multa prevista no artigo 475 J, CPC., da não incidência dos honorários advocatícios e por fim, que a pretensão dos agravados encontra-se prescrita. Aduzem sobre a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Por fim, requerem o efeito suspensivo. Por decisão monocrática o recurso foi parcialmente provido, conforme de verifica às fls. 285/298 -TJ., nos termos da ementa abaixo transcrita: "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APADECO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. MULTA. ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. VERIFICADO. 01.Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. 02. O depósito judicial para garantir o juízo e possibilitar a impugnação à execução (475-L) não afasta a multa (475-J) se julgada improcedente esta. 03. Na hipótese de interposição de impugnação ao cumprimento de sentença é cabível a fixação de honorários advocatícios em face da parte sucumbente. Agravo de instrumento parcialmente provido." Daí brotaram estes embargos de declaração, interpostos pelo Banco Itaú S/A e Banco Banestado S/A., acusando parte da decisão monocrática de ser omissa e obscura. 2. Primeiramente, ressalto que cabe ao Relator julgar, monocraticamente, os declaratório interpostos em face de decisão monocrática, anteriormente proferida, que julgou o agravo de instrumento desprovido, nos termos do caput, do artigo 557, do Código de Processo Civil, neste sentido, Theotonio Negrão comenta o artigo 535, na nota 11e, página 596, 35ª edição: "Cabem embargos de declaração contra decisão de relator, que com fundamento no art. 557, julga monocraticamente o recurso (STJ 1ª Turma, Resp 325.672-AL, rel. Min. Garcia Vieira, j. 14.8.01, negaram provimento). Neste caso, os embargos podem ser decididos pelo próprio relator; todavia, se a decisão embargada foi proferida por órgão colegiado, a competência para julgar os embargos é deste, não cabendo ao relator decidi-los singularmente (STJ 2ª Turma, Resp 329.686-AL, rel. Min. Eliana Calmon, j. 6.9.01, deram provimento)." Os presentes Embargos impõem-se rejeitados. Nos termos do artigo 535, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando ocorrer no julgado obscuridade ou contradição ou se for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Tribunal. Nesse sentido, deve-se destacar, inicialmente, que os embargos de declaração somente podem ser manejados pela parte no caso de ocorrência das hipóteses descritas no artigo 535, do Código de Processo Civil. Vale dizer, omissão, contradição ou obscuridade no ato decisório atacado. Portanto, não cabem embargos declaratórios na hipótese da parte não estar satisfeita com a decisão proferida, ou, no caso, de não ter sido decidida a lide na forma esperada. Não possuindo os embargos, salvo raríssimas exceções, efeito infringente. No caso dos autos, a decisão monocrática foi suficientemente explicitada, enfrentando e decidindo a matéria discutida. Se a decisão não aceitou ou contrariou a argumentação da embargante o problema é outro, não de declaração. Não se vislumbrando, pois, obscuridade, contradição ou omissão, rejeitam-se os embargos de declaração. Int. Curitiba, 16 de setembro de 2.011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0010 . Processo/Prot: 0775183-9/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/175413. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 775183-9 Agravo de Instrumento. Embargante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Embargado: Edneia Bernardelli. Advogado: Muriel Antonio Carlos Mira, Ernesto Antunes de Carvalho. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. 1. Cabe ao Relator julgar os embargos de declaração interpostos em face de decisão monocrática anteriormente proferida. 2. Inexistindo qualquer obscuridade na decisão monocrática, de rigor a rejeição dos embargos de declaração. Embargos de declaração rejeitados. 1. Trata-se de agravo de instrumento da decisão proferida nos autos nº 1688/07, de Cumprimento de Sentença, que Edneia Bernardelli promoveu contra Banco do Estado do Paraná S/A., pela qual foi rejeitada a exceção de prescrição ao cumprimento de sentença e indeferido o requerimento de suspensão da execução. (fls. 197/198) Os agravantes, Banco Itaú S/A. e Banco Banestado S/

A., manejam o presente agravo visando a reforma da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Fazenda Pública, Falência e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Discorrem, em linhas gerais, que interpuseram exceção de prescrição alegando que a pretensão da agravada encontra-se prescrita. Aduzem sobre a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Por fim, requerem o efeito suspensivo. Preparo regular. Por decisão monocrática o recurso foi desprovido, conforme se verifica às fls. 204/211, nos termos da ementa abaixo transcrita: "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CC DE 2002. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. Agravo de instrumento desprovido." Daí brotaram estes embargos de declaração, interpostos pelo Banco Itaú S/A e Banco Banestado S/A., acusando parte da decisão monocrática de ser obscura. (fls. 215/217) 2. Primeiramente, ressalto que cabe ao Relator julgar, monocraticamente, os declaratórios interpostos em face de decisão monocrática, anteriormente proferida, que julgou o agravo de instrumento desprovido, nos termos do caput, do artigo 557, do Código de Processo Civil, neste sentido, Theotonio Negrão comenta o artigo 535, na nota 11e, página 596, 35ª edição: "Cabem embargos de declaração contra decisão de relator, que com fundamento no art. 557, julga monocraticamente o recurso (STJ 1ª Turma, Resp 325.672-AL, rel. Min. Garcia Vieira, j. 14.8.01, negaram provimento). Neste caso, os embargos podem ser decididos pelo próprio relator; todavia, se a decisão embargada foi proferida por órgão colegiado, a competência para julgar os embargos é deste, não cabendo ao relator decidi-los singularmente (STJ 2ª Turma, Resp 329.686-AL, rel. Min. Eliana Calmon, j. 6.9.01, deram provimento)." Os presentes Embargos impõem-se rejeitados. Nos termos do artigo 535, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando ocorrer no julgado obscuridade ou contradição ou se for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Tribunal. Nesse sentido, deve-se destacar, inicialmente, que os embargos de declaração somente podem ser manejados pela parte no caso de ocorrência das hipóteses descritas no artigo 535, do Código de Processo Civil. Vale dizer, omissão, contradição ou obscuridade no ato decisório atacado. Portanto, não cabem embargos declaratórios na hipótese da parte não estar satisfeita com a decisão proferida, ou, no caso, de não ter sido decidida a lide na forma esperada. Não possui os embargos, salvo raríssimas exceções, efeito infringente. No caso dos autos, a decisão monocrática foi suficientemente explicitada, enfrentando e decidindo a matéria discutida. Se a decisão não aceitou ou contrariou a argumentação da embargante o problema é outro, não de declaração. Não se vislumbrando, pois, obscuridade, contradição ou omissão, rejeitam-se os embargos de declaração. Int. Curitiba, 05 de setembro de 2.011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0011 . Processo/Prot: 0802629-9 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/107809. Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2010.00000935 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Michelle Braga Vidal. Agravado: Espólio de Marisa Salete Donadussi Pusebon, Espólio de Paulino Marques. Advogado: Danielle Magnabosco. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Vistos, I BANCO BANESTADO S/A e BANCO ITAÚ S/A interpuseram Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória (fls. 120/124-TJ), proferida nos autos nº 935/2010 de Cumprimento de Sentença, com base em sentença prolatada em Ação Civil Pública, movida por ESPÓLIO DE MARISA SALETE DONADUSSI PUSEBON e ESPÓLIO DE PAULINO MARQUES em face dos ora agravantes, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel, decisão esta rejeitou a exceção de prescrição, condenando o excipiente responsável pelo pagamento das verba honorária do patrono da parte adversa, fixados em 15% sobre o valor da execução, de acordo com o art. 20, § 3º, observadas as alíneas "a" a "c" do CPC. Em suas razões, os agravantes alegaram: a) que, em 15.04.1998, a Associação Paranaesnse de Defesa do Consumidor Apadeco ajuizou Ação Civil Pública, com vistas às diferenças de correção monetária depositadas nos meses de junho/1987 e janeiro/1989, tendo sido julgado procedente o pedido inicial, com trânsito em julgado da aludida sentença em 03.09.2002; b) que a pretensão dos poupadores consubstancia-se em ressarcimento de valores que geraram o enriquecimento sem causa, de forma que se aplica o prazo específico de três anos, previsto no art. 206, § 3º, incisos V ou IV, do CC/2002, e não o prazo geral do art. 205 do referido Codex; c) que o termo inicial do prazo prescricional de 3 anos ocorreu com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, estando a pretensão dos agravados prescrita desde 11.01.2006; d) em tese sucessiva, que, de acordo com recente posicionamento da 2ª Seção do STJ, a pretensão coletiva tem prazo prescricional de 5 anos, de forma que tal lapso temporal também deve ser considerado como limite para o exercício da pretensão executória, a contar do trânsito em julgado da sentença, em consonância à Súmula 150 do STF; e) que é incabível o arbitramento de honorários advocatícios, por se tratar de mero incidente processual. Ao final, requereram a atribuição do efeito suspensivo ao recurso até o seu julgamento final, nos termos do art. 558 do CPC. Determinada a complementação do preparo (fl. 153-TJ), os agravantes quedaram-se inertes (certidão de fl. 155-TJ). É, em síntese, o relatório. II O presente recurso não comporta seguimento, devendo, pois, ser julgado de plano, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil. É que, o preparo constitui pressuposto de admissibilidade objetivo, cuja matéria é de ordem pública, cognoscível, portanto, inclusive de ofício, pelo Tribunal. De acordo com o art. 511 do Código de Processo Civil, norma editada pela Lei nº. 8.950/94, in verbis: "No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de retorno, sob pena de deserção." Já o § 2º do referido dispositivo legal, autoriza que, em caso de insuficiência do preparo, a parte poderá supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias. Pois bem. In casu, denota-se que os agravantes apenas efetuaram o pagamento do "Ato do Secretário do Tribunal de Justiça" (comprovante de fl. 148-TJ), deixando, entretanto, de recolher o valor referente ao porte de retorno. E, embora concedida oportunidade para a parte recorrente regularizar o recolhimento do preparo, a teor do art. 511, § 2º, do CPC, esta deixou transcorrer o prazo legal, sem manifestação (certidão de fl. 155-TJ). Isso posto, conclui-se que o presente recurso teve seu preparo recolhido de forma insuficiente, de modo que outra sorte não há senão o reconhecimento de sua deserção. Nesse sentido, os autores Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery elucidam: "15. Complementação do preparo. Quando tiver sido feito o preparo regularmente, mas seu valor for inferior ao efetivamente devido, a lei permite que o recorrente seja intimado para complementar o preparo, dentro do prazo de cinco dias, a contar da intimação. Caso o recorrente não complete o valor do preparo, ocorrerá o fenômeno da deserção, que deverá ser decretada pelo juiz. Não é possível haver complementação do preparo quando o recorrente tiver efetuado a destempo ou, ainda, desrespeitando a regra do preparo imediato, instituída pelo `caput' do CPC 511" (p. 846, grifei). Trata-se, portanto, de recurso inadmissível, tendo em vista que os agravantes não cumpriram um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso, conforme previsto no art. 511, do Código de Processo Civil, uma vez que efetuaram o pagamento do preparo de forma insuficiente. A propósito: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. PREPARO INSUFICIENTE. COMPLEMENTAÇÃO. PRAZO. DESERÇÃO. 1. De acordo com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, no caso de recolhimento do preparo de forma insuficiente, à luz do art. 511 do CPC, deve ser oportunizada ao recorrente a complementação. Decorrido o prazo, sem a regularização, tem-se por deserto o recurso. 2. Agravo regimental a que se nega provimento". (STJ, AgRg no Ag 751.477/RJ, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), Terceira Turma, julgado em 19/05/2009, DJe 08/06/2009). "AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO ESPECIAL - PREPARO INSUFICIENTE - INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO - INTEMPESTIVIDADE - DESERÇÃO - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO. I. Tendo sido intimada a recorrente para realizar a complementação do preparo e não recolhido o valor no prazo de cinco dias, impõe-se a aplicação da pena de deserção. Precedentes. II. A agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. III. Agravo improvido". (STJ, AgRg no Ag 1022602/RJ, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 17/02/2009, DJe 06/03/2009). "AGRAVO REGIMENTAL. PREPARO INSUFICIENTE. INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO. NÃO RECOLHIMENTO DO VALOR DEVIDO NO PRAZO ESTIPULADO. DESERÇÃO. DESCRIÇÃO DO VALOR A SER RECOLHIDO. DESNECESSIDADE. 1. Intimado o recorrente para a devida complementação do preparo no prazo de cinco dias e não recolhido o valor devido, medida que se impõe é aplicação da pena de deserção. 2. "Não há ilegalidade na intimação que, determinando a complementação, deixa de informar o valor a ser recolhido, notadamente quando tal decorre de mero cálculo aritmético, informado pela tabela do Tribunal." (AgRg no Ag 738117/SP, DJ 22/10/2007). 3. Agravo regimental desprovido". (STJ, AgRg no Ag 1054057/DF, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 04/11/2008, DJe 17/11/2008). Diante das considerações expendidas, impõe-se a pena de deserção ao presente recurso, considerando que "ao juiz incumbe a fiscalização do preparo do recurso, bem como apreciar e julgar a sua deserção" (RF 255/295). III Ante o exposto, sendo inegável a manifesta inadmissibilidade do recurso, tenho por deserto o recurso, deixando de conhecê-lo, nos termos do art. 557, caput, do CPC. IV Remeta-se cópia da presente decisão ao douto Juiz da causa. V Arquivem-se, oportunamente. VI Autorizo a Chefia de Divisão Cível a firmar os expedientes necessários. VII Intimem-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. SHIROSHI YENDO Relator

0012 . Processo/Prot: 0803135-6 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/108903. Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000595-36.2010.8.16.0128 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Antonio Lopes, Clarice Scarpini Lopes. Advogado: Edivaldo Vidotti Viotto. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APADECO. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. MULTA. ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NOMEAÇÃO INEFICAZ. DIREITO DO CREDOR. EXCESSO DE EXECUÇÃO. INEXISTENTE. IMPUGNAÇÃO À QUAL NÃO SE ATRIBUIU EFEITO SUSPENSIVO. POSSIBILIDADE DO LEVANTAMENTO DOS VALORES DEPOSITADOS. 01. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. 02. A multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil, só terá incidência quando transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da intimação do advogado da parte para o pagamento espontâneo, conforme decidiu a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 940.274. 03. O artigo 655 do Código de Processo Civil é claro ao estabelecer a ordem legal dos bens que serão penhorados, sendo que a mesma deve recair preferencialmente sobre dinheiro, previsto no inciso I. Agravo de instrumento desprovido. 1. Da decisão de fls. 23/31 TJ que julgou parciamente

procedente a impugnação ao cumprimento de sentença e determinou a aplicação da prescrição decenal na ação de Cumprimento de Sentença (autos nº 595-36.2010) que: Antonio Lopes e Clarice Scarpini Lopes promovem contra o Banco Itaú S/A., na qualidade de sucessor do Banco do Estado do Paraná S/A. Interpuseram o Banco Banestado S/A. e o Banco Itaú S/A. o presente agravo de instrumento. Os agravantes manejam o presente agravo visando a reforma da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da Vara Única da Comarca de Paranacity. Discorrem, em linhas gerais, que interpuseram a exceção de prescrição alegando que a pretensão do agravado encontra-se prescrita; e a impugnação ao cumprimento de sentença pleiteando a inaplicabilidade da multa prevista no artigo 475 J do CPC, do excesso de execução. Requerem a reforma da decisão para que a quantia depositada não seja levantada. Aduzem que a indicação das cotas não infringe a gradação legal, pois se encontram no topo da lista de bens que preferencialmente devem ser penhorados, nos termos do artigo 655, I, do CPC, e da necessidade do recebimento do agravo na forma de instrumento. Por fim, requerem o efeito suspensivo. 2. O Código de Processo Civil em seu artigo 557, caput, autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal ou de Tribunal Superior. É o que ocorre neste feito. Neste sentido, colhe-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC RECURSO ESPECIAL AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. 1. O julgamento monocrático pelo relator encontra autorização no art. 557 do CPC, que pode negar seguimento a recurso quando: a) manifestamente inadmissível (exame preliminar de pressupostos objetivos); b) improcedente (exame da tese jurídica discutida nos autos); c) prejudicado (questão meramente processual); e d) em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do STF ou de Tribunal Superior. 2. Legitimidade da decisão que, amparada no art. 557 do CPC, negou seguimento a recurso especial que não preencheu os requisitos de admissibilidade. 3. Agravo regimental improvido." ( STJ., AgRg no Agravo de Instrumento n.º 779.923/BA., Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, data do julgamento 26/10/2006 ). Trata-se de "Cumprimento do Sentença" proposto por Antonio Lopes e Calrice Scarpini Lopes contra o Banco Itaú S/A., referente a sentença proferida na ação civil pública de nº 38.765/98, que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda de Curitiba, promovida pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor APADECO - em face do Banco do Estado do Paraná, a qual foi julgada procedente para o fim de condenar o réu ao pagamento das diferenças das correções aplicadas às cadernetas de poupanças, no mês de junho de 1987, no índice de 26,06% e de janeiro de 1989, no percentual de 42,72%, acrescidos de correção monetária e juros de 0,5% sobre rendimentos não creditados, a partir das épocas devidas até o efetivo pagamento, e acrescidos de juros de mora a partir da citação, incluindo-se aí todas as diferenças não devidamente remuneradas e creditadas. Primeiramente, no tocante a prescrição, pontua-se que o prazo prescricional para o exercício da pretensão executória individual ocorre do trânsito em julgado da sentença coletiva, que, no caso, se deu em 03.09.2002. conforme mencionado no recurso, fl. 40 - TJ. Ressalta-se, também, que a matéria discutida no presente caso trata de direito pessoal, pois tanto a correção monetária quanto os juros remuneratórios consistem em atualização monetária do depósito, pedido principal da demanda coletiva, e não prestações acessórias. Ademais, indevida a aplicação do preceito do artigo 206, §3º, IV, do Código de Processo Civil, por não se tratar a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa. Denota-se que o artigo 886, do Código Civil estabelece que: "não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuizo sofrido. Aludida questão restou bem enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos: "20.- Examinando o Código Civil, na parte relativa à prescrição, destacam-se três situações que parecem se relacionar com a hipótese ora examinada. a) No artigo 206, § 3º, IV, estabeleceu o legislador que a "pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa" prescreve em 3 (três) anos. b) No § 5º, I, estabeleceu que "a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular" está submetida a prazo prescricional de 5 (cinco) anos. c) Finalmente, no artigo 205, registrou que: "A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor". O "enriquecimento sem causa", muitas vezes designado como "enriquecimento ilícito" ou "enriquecimento indevido", embora não sejam expressões sinônimas, lança raízes nas condictiones do Direito Romano. MOREIRA ALVES (in NEWTON DE LUCCA Comentários ao Novo Código Civil, vol. XII: Forense, Rio de Janeiro, 2003, p. 100) esclarece que tais institutos eram baseados na equidade e buscavam corrigir desequilíbrios patrimoniais não tutelados de forma específica pela lei. Entre as principais condictiones podem ser citadas a contitio indebiti , deferida no caso de pagamento por erro, e as condictiones sine causa, deferidas nas hipóteses de pagamento efetuado sem causa. 22.- Trata-se de fonte de obrigação cuja configuração está subordinada a três requisitos: i) aumento do patrimônio de uma parte, ii) empobrecimento suportado pela outra parte, e iii) ausência de justa causa. 23.- VILSON RODRIGUES ALVES (Da Prescrição e da Decadência no Novo Código Civil, 3ª ed.: Servanda, Campinas, 2006, p. 343/344), ao comentar o artigo 206, § 3º, IV, do Código Civil, procura identificar as hipóteses de enriquecimento sem causa, afirmando que: Vê-se, opera-se o enriquecimento injustificado tanto se a) houve vontade do prejudicado, como se b) houve prejudicado não-volente, quanto se no suporte fático c) não houve ato, mas fato jurídico em sentido estrito, ou ato-fato jurídico, em que se abstrai do quid psíquico do agente e se considera o atoobjetivamente, como se fora fato, portanto, ato-fato. Em a), prejudicado volente paga o que não deve, querendo pagar o que erroneamente supôs dever; em b) o prejudicado não-volente perde o crédito, por ter sido eficaz o pagamento feito ao credor putativo (Código Civil, art. 309); em c), os bens, enriquecem-se a expensas dos bens comuns, por exemplo. Pode haver enriquecimento injustificado com a contictio indebiti, se é solvido o que não se deve, com solução por conseguinte indevida (Código Civil, art. 876). Também, com a condictio ob causam finitam, como se, cessada a causa que existia, o que se presta, após a extinção da causa, é o atribuído sem dever do atribuinte, tal o que se presta por erro antes da data da resolução do contrato bilateral pedida com base no Código Civil, art. 475. É o que estatui o Código Civil, art. 885, quando enuncia que 'a restituição é devia, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir'. Ainda com a condictio ou causam non secutam, ou na condictio causa data causa non secuta, em que o ato jurídico teve causa, mas por falta de elemento subjetivo ou objetivo, que torna deficiente o suporte fático, a determinação da causa é atingida, tal a hipóteses da prestação ou do recebimento solvendi causa pelo incapaz (Código Civil, art. 310). Igualmente com a Condictio ob turpem vel iniustam causam. Se 'B' efetua contraprestação para obtenção de fim ilícito, imoral, ou proibido por lei, 'A', que efetuara a prestação, pode repetir com a condictio ob turpem causam, invocando o Código Civil, art. 166, II, 1ª Parte. Por fim, o enriquecimento injustificado pode ocorrer com a condição por disposição sem direito, ou sem poder de dispor. O que dispõe sem direito, ou sem poder de dispor, tem o dever de restituir o que recebeu com a disposição feita sem direito, ou sem poder (cf. Código Civil, art. 986). 24.- TEPEDINO (Código Civil Interpretado conforme a Constituição da República v. 1, 2ª ed.: Renovar, Rio de Janeiro, 2007, p. 206), comentando o artigo 206, § 3º, IV, se ocupa logo em esclarecer que o enriquecimento sem causa é gênero do qual é espécie o pagamento indevido (artigos 876 a 873 do Código Civil). A preocupação atende à constatação prática de que a maioria das hipóteses (ou pelo menos as mais corriqueiras) em que se pode apontar uma pretensão de ressarcimento fundada em enriquecimento sem causa, constituem, na verdade, hipóteses de pagamento indevido. CAIO MÁRIO (in TEPEDINO Ob cit. p. 206) recorda que: "O pagamento indevido, que cria para accipiens um enriquecimento sem causa, e, portanto, gera para o solvens uma ação de repetição - de in rem verso -, resulta desses requisitos extraídos da regra do BGB: 1º) que tenha havido uma prestação; 2º) que esta prestação tenha o caráter de um pagamento; 3º) que não exista dívida. Os mesmos requisitos poderiam ser sintetizados em dois: 1º) uma prestação a título de pagamento; e 2º) que a dívida não exista, pelo menos nas relações entre o solvens e o accipens". 25.- Considerando os contornos elásticos do instituto do enriquecimento sem causa o E. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR (Projeto de Código Civil - As obrigações e os Contratos in Revista dos Tribunais nº 775.:RT, São Paulo, maio/2000, p. 29) chegou a afirmar que ele poderia servir como uma cláusula geral estabelecida pelo Código para remediar situações concretas em que o prejuízo verificado não pudesse ser desfeito por outro meio. Confira- se: " ... veio dispor sobre o enriquecimento sem causa, preenchendo uma lacuna no nosso ordenamento. Trata-se de cláusula geral que terá grande efeito no foro, porque permitirá reparar todas as situações de vantagem indevida. É no entanto, uma ação subsidiária, a ser usada se o lesado não tiver outros meios para se ressarcir do prejuízo" 26.- Apesar das muitas situações em que se possa identificar um enriquecimento sem causa, é preciso lembrar que o artigo 206, § 3º, IV, não impõe prazo prescricional de três anos para todas as situações em que se verificar um enriquecimento descabido. A norma alude à pretensão de "ressarcimento de enriquecimento sem causa". Uma leitura atenta do dispositivo legal revela que o substantivo "ressarcimento" desponta com importância equivalente ao do seu complemento nominal, "enriquecimento sem causa". Dessa maneira, se a pretensão formulada pela parte em juízo não é de ressarcimento, mas de outra natureza, como, por exemplo, de cobrança, de anulação de ato jurídico, de indenização, de constituição de situação jurídica, não será o caso de aplicação de prazo trienal." (STJ, Resp nº 1038104/SP, Rel. Min. Sidnei Beneti, T3, Julg. 09/06/2009). Com efeito, considerando que a demanda ocorreu na vigência do Código Cível de 1916, aplica-se ao caso o prazo prescricional de vinte anos, na forma do artigo 177 do aludido diploma legal, para a pretensão de reaver as diferenças de correção monetária das cadernetas de poupança decorrentes dos Planos econômicos discutidos no presente caso. Desta forma, aplicando o entendimento uniformizado pela súmula 150, do Supremo Tribunal Federal, a qual prevê: "prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação", em um primeiro momento se estaria entendendo pela aplicação do prazo prescricional vintenário do artigo 177 do Código Cível de 1916 também para o cumprimento da sentença. Entretanto, quando da entrada em vigor do atual Código Civil, em 11 de janeiro de 2003, o direito executório do agravado ainda estava dentro do prazo prescricional. Contudo, o novo diploma legal reduziu para dez anos o prazo prescricional para os casos em que a lei não haja fixado prazo menor. A doutrina traz o entendimento de ser possível a aplicação da nova legislação sobre o prazo prescricional enquanto a pretensão executória ainda encontra-se em curso, ante a ausência de direito adquirido nesse momento. Nesse sentido é o entendimento doutrinário: "... na realidade, a prescrição em curso não cria direito adquirido, podendo seu prazo ser reduzido ou ampliado por lei superviniente, ou transformado em prazo de caducidade" (CAHALI, Yussef Said. Prescrição e decadência. 2. ed. São Paulo: editora Malheiros, 2008, p. 178). "não há que se recorrer ao princípio do direito adquirido no que tange aos conflitos de direito intertemporal decorrente de prazos não consumados sob a égide da lei anterior, quando a norma atual tenha tenha acarretado a redução do prazo prescricional. A parte que eventualmente se beneficiará da prescrição conta apenas com um direito expectativo tratado pela lei vigente ao tempo do termo prescricional" (PELUZO, César. (coor.) ET. Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência. 3. Ed. Barueri: Manole, 2009, p. 2212). Na mesma orientação decidiu recentemente a Décima Sexta Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça: "DECISÃO: Acordam os Desembargadores integrantes da Décima Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COM BASE EM DECISÃO PROLATADA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DE CADERNETA DE POUPANÇA. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. AÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. REDUÇÃO

DO PRAZO. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PRESCRIÇÃO DECENAL. AFASTADA APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL REFERENTE A AÇÃO CÍVIL PÚBLICA. 1. Considerando-se que o trânsito em julgado da Ação Civil Pública, que deu origem ao presente cumprimento de sentença, ocorreu em 03/09/2002 e que, quando da entrada em vigor do novo Código, em 11 de janeiro de 2003 segundo aplicação do art. 2044 do referido Codex não havia transcorrido mais da metade do prazo vintenário do Código de 1916, nos moldes da regra de transição disciplinada pelo art. 2.028 do Código Civil de 2002, aplica-se o prazo prescricional de 10 (dez) anos do art. 205 do Novo Código Civil. 2. "A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor " (art. 205 CC 2002). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO." (TJPR. Agravo de Instrumento n. 699394-2, Relator Desembargador Shiroshi Yendo, Décima Sexta Câmara Cível, data do julgamento em 15/12/2010, data da publicação no DJ em 12/01/2011). Ademais, aplicando-se a regra de transição do atual Código Civil, em seu artigo 2.028, tem-se que o prazo prescricional da pretensão executória não havia transcorrido além da metade quando de sua entrada em vigor. Assim, considerando que regra legal do atual Código Cível de 2002 não previu prazo específico para a pretensão das diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança, estabelecendo em seu artigo 205 o prazo geral de dez anos, bem como a regra do artigo 2.028, aplica-se ao caso o prazo prescricional decenal. Quanto à incidência da multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil. Referido dispositivo legal determina a sua incidência quando transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da intimação da parte para o pagamento espontâneo. A multa de 10% (dez por cento) prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil, segundo a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp n. 940.274, ficou consolidado que, só terá incidência quando transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da intimação do advogado da parte para o pagamento espontâneo, conforme ementa abaixo: "PROCESSUAL CIVIL. LEI N. 11.232, DE 23.12.2005. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. JUÍZO COMPETENTE. ART. 475-P, INCISO II, E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. TERMO INICIAL DO PRAZO DE 15 DIAS. INTIMAÇÃO NA PESSOA DO ADVOGADO PELA PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL. ART. 475-J DO CPC. MULTA. JUROS COMPENSATÓRIOS. INEXIGIBILIDADE. 1. O cumprimento da sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De a.cordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada. 2. (...) 3. (...) 4. (...) 5. Recurso especial conhecido e parcialmente provido." (STJ., RESP 940274/MS, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Relator para o A.córdão Ministro João Otávio de Noronha, data do julgamento em 07/04/2010). Dessa forma, para que não incida a multa o devedor deverá cumprir a obrigação a que foi condenado, voluntariamente, não bastando o simples depósito judicial do débito que lhe possibilite impugnar a execução. Este é o entendimento predominante da jurisprudência: "IMUPGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. DEPÓSITO EFETUADO COM O OBJETIVO DE GARANTIR O JUÍZO PARA OFERECIMENTO DE IMPUGNAÇÃO, E NÃO PARA O PRONTO ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO IMPOSTA NO TÍTULO JUDICIAL EXEQUENDO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 475-J DO CPC. PRECEDENTES DA CORTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO EM SEDE DE IMUPGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. PRECEDENTES DO STJ E DA CORTE. PEDIDO DE REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA NÃO MOTIVADO. VIOLAÇÃO À DIALETICIDADE. RECURSO INADMISSÍVEL NESSA PARTE. AGRAVO DE INSTRUMENTO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. I. O mero depósito dos valores, não a título de pagamento, mas para o posterior oferecimento de impugnação, enseja a aplicação da multa do art. 475-J do CPC no caso de improcedência da impugnação. II. Cabível a condenação da parte sucumbente em sede de impugnação ao cumprimento da sentença ao pagamento de honorários advocatícios. III. Não se conhece do recurso na parte em que deixa de declinar as razões para o pedido de reforma da decisão no que tange ao valor da verba honorária, por violação ao princípio da dialeticidade (art. 524, II, do CPC)." ( TJPR., Agravo de Instrumento n. 705506-1, Relator Juiz Fernando Wolff Filho, Décima Terceira Câmara Cível, D.J. 09/09/2010) "AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SERVIÇO DE ESGOTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEPÓSITO DO VALOR EXECUTADO E POSTERIOR PROPOSITURA DE IMPUGNAÇÃO. PAGAMENTO ESPONTÂNEO NÃO CARACTERIZADO. INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ENTENDIMENTO DESTE TRIBUNAL. EXECUÇÃO DE VALORES CUJOS DADOS ENCONTRAM-SE EM PODER DA SANEPAR. NÃO APRESENTAÇÃO DOS HISTÓRICOS DE CONSUMO PELA EXECUTADA. INEXISTÊNCIA DE ILIQUIDEZ OU EXCESSO DE EXECUÇÃO. PREVALÊNCIA DOS CÁLCULOS APRESENTADOS PELOS CREDORES. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 475- B, §1º E 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Este Tribunal firmou entendimento no sentido de que o depósito realizado para fins de interposição de impugnação ao cumprimento de sentença não se caracteriza como pagamento espontâneo, motivo pelo qual não afasta a incidência da multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil. (...)." (TJPR - 5ª C.Cível - A0645771- 8, Desembargador. Luiz Mateus de Lima - Unânime - DJ. 25.05.2010). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - INTEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO (...) - QUESTÃO DA INCIDÊNCIA DE MULTA DE 10% - DECISÃO ANTERIOR - INOCORRÊNCIA - DEPÓSITO PRÉVIO PARA GARANTIA DO JUÍZO - PAGAMENTO ESPONTÂNEO NÃO CARACTERIZADO - INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ART. 475- J DO CPC - DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 2 - O depósito judicial efetuado pelo executado, não no intuito de quitar o débito, mas para garantir o juízo, visando o oferecimento de impugnação ao pedido de cumprimento de sentença, não possui efeito liberatório e, portanto, não elide a incidência da multa do art. 475- J, do CPC " (TJPR - 10ª C.Cível - AI 0530362-4, Desembargador Luiz Lopes, DJ. 22.01.2009). Dessa forma, em caso de ser impugnado o cumprimento de sentença o montante da condenação deverá ser acrescido de multa prevista no artigo 475-J, do CPC., uma vez que o agravado não cumpriu a obrigação, preferindo impugnar o cumprimento sentença. No que refere-se à alegação de que a multa é inexigível, uma vez que a sentença da ação civil pública transitou em julgado em momento anterior à Lei nº11.232/2005, não procede, uma vez que o momento em que se busca o cumprimento da referida sentença é posterior a edição da lei, sendo cabível a aplicação do art. 475-J no presente caso. No que se refere ao requerimento de aceitação das cotas de fundo de investimento oferecidas em garantia da execução, infere-se dos autos que não foi efetuado o pagamento espontâneo do valor executado, diante disso efetuou-se a penhora on-line, conforme se depreende dos documentos de fls. 75/76 TJ. Os agravantes, em momento posteiror à garantia do juízo, requereu a nomeação de cotas à penhora, em quantidade equivalente a 2058,617633 cotas de Fundos de Investimento Referenciado, depositadas ao Fundo Unibanco DJ Títulos Públicos FI referenciado DI. (fls. 78/81) O MM. Juiz a quo na decisão agravada de fls. 23/31 TJ, indeferiu o pedido de nomeação de bens a penhora para substituição do dinheiro penhorado por cotas, fls. 78/81 TJ. Com efeito, o artigo 655 do Código de Processo Civil é claro ao estabelecer a ordem legal dos bens que serão penhorados, sendo que a mesma deve recair preferencialmente sobre dinheiro, previsto no inciso I. Ademais, intimado o exeqüente para se manifestar sobre a indicação de bens à penhora efetuada pelo banco, este rejeitou a refetida indicação, conforme se verifica às fls. 93/95 - TJ. Assevera Araken de Assis in Manual da Execução. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 603 que existem onze classes de bens passiveis de penhora, a começar pelo dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira, de conformidade com o artigo 655, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo que a segunda hipótese (depósito ou aplicação financeira) graças à relativa quebra de sigilo bancário autorizada no artigo 655-A do Código de Processo Civil. Neste sentido entende o Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSO CIVIL - AUSÊNCIA DE OFENSA AOS ARTIGOS 165 E 458 DO CPC PREQUESTIONAMENTO - INOCORRÊNCIA - SÚMULAS 282/STF E 211/STJ - PENHORA - DINHEIRO - SUBSTITUIÇÃO - CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - IMPOSSIBILIDADE - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA - SÚMULA 13. - Não há ofensa aos Arts. 165 e 458 do CPC, se, embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes. - Não é necessário exame de todas as alegações das partes se o órgão julgador já esteja convencido de razão suficiente, por si só, ao desfecho da lide. - Falta prequestionamento quando o dispositivo legal supostamente violado não foi discutido na formação do acórdão recorrido. - Fora do sistema da execução fiscal (LEF, Art. 15), a penhora sobre dinheiro (créditos de conta-corrente) não pode ser substituída por fiança bancária sem a concordância do exequente mesmo em nome do princípio da menor onerosidade da execução (CPC, Art. 620)" (REsp 796.734/RJ, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, 3ª Turma, julgado em 21.11.2006, publicado no DJ de 18.12.2006). Portanto, dinheiro é o bem que melhor atende às exigências do cumprimento de sentença, e o primeiro a ser buscado, segundo previu o legislador (artigo 655 do Código de Processo Civil), não sendo admissível a sua substituição por cotas de aplicação financeira. Ademais, no presente caso, por mais que se considere que a regra prevista no artigo 655-A é flexível, denota- se que os executados não demonstraram que a penhora em dinheiro, determinada pelo juízo de primerio grau, poderia lhes causar algum prejuízo, além de não ferir o princípio da menor onerosidade. Sobre o referido princípio explicam Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart, in Curso de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 270/271, v. 3: "o princípio da menor onerosidade só pode ser interpretado com vinculação ao princípio do meio idôneo". O interesse do executado deve prevalecer se simultaneamente o interesse do credor estiver satisfeito, portanto, quanto à substituição de bens penhorados, os referidos autores dizem, ainda, que "a menor restrição somente importa quando existem dois bens igualmente idôneos à realização do direito do exeqüente" (p. 270). Quanto à alegação de excesso de execução em que discorda da decisão do MM. Juiz a quo que acolheu os cálculos apresentados pelo contador judicial e reconheceu o excesso de execução mas não acatou todas as alegações do exequido. Verifica-se dos autos que os cálculos apresentados pelo contador judicial não apresentam quaisquer vícios, demonstrando os índices de correção e os pencentuais de juros moratórios e remuneratórios aplicados. Ademais, em que pesem as alegações trazidas em sede de recurso quanto ao suposto excesso, não prosperam, uma vez que simplesmente faz menção à planilha de cálculos apresentada em sede de impugnação (fl. 87-TJ), a qual sequer apresenta o percentual para os juros moratórios. Por fim, quanto ao requerimento para detreminar que o levantameno da quantia depositada ocorra sómente ao trânsito em julgado da decisão da impugnação ao cumprimento de sentença, ou a devolução da importância em caso de ter ocorrido o levantamento, não assiste razão o agravante. Pontua-se, primenramente, oferecida a impugnação, conforme preceitua o art. 475-M do CPC, a regra é que ela não seja recebida no efeito suspensivo, podendo o juiz atribuir-lhe tal efeito se preenchidos os seguintes requeisito do mencionado artigo: "Art. 475-M. A impugnação não terá efeito suspensivo, podendo o juiz atribuir-lhe tal efeito desde que relevantes seus fundamentos e o prosseguimento da execução seja manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação. (...)" Ademais, verifica-se do item 3.2. da decisão recorrida que o MM. Juiz aquo decidiu: "3.2. Com o transcurso do prazo recursal sem notícia de interposição de agravo ou de eventual efeito suspensivo deferido por superiror instância após distribuição dos recursos e primeira análise do relator, conte-se, atualizem-se os débitos, expeça-se alvará com validade de 30 dias em prol dos autores." Assim, inexiste qualquer óbice legal em autorizar o agravante a levantar dos valores depositados em juízo para garantia da

execução, visto que não foi deferido efeito suspensivo à impugnação nem concedido no presente recurso. Neste sentido é o entendimento do deste Tribunal de Justiça: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. APADECO. IMPUGNAÇÃO À QUAL NÃO SE ATRIBUIU EFEITO SUSPENSIVO. POSSIBILIDADE DO LEVANTAMENTO DOS VALORES DEPOSITADOS INDEPENDENTEMENTE DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO QUE APRECIOU A IMPUGNAÇÃO. AGRAVO PROVIDO LIMINARMENTE COM ESTEIO NO ARTIGO 557, §1º.-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL." (Agravo de Instrumento nº 0682903-0, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Abraham Lincoln Calixto, Julgamento em: 01/07/2010) Por tais razões, considero o recurso improcedente, devendo-se manter a decisão atacada, porque deu adequada solução à controvérsia posta nos autos. Int. Curitiba, 13 de setembro de 2011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0013 . Processo/Prot: 0804047-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/258122. Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0009400-16.2010.8.16.0083 Prestação de Contas. Agravante: Valmir Kurpel de Andrade. Advogado: Flávia Dreher Netto, Ângela Patrícia Nesi Alberguini. Agravado: Banco do Brasil SA. Advogado: Genésio Felipe de Natividade, Luiz Alberto Gonçalves, Emerson Norihiko Fukushima. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA - AGRAVO DE INSTRUMENTO RECURSO INTERPOSTO APÓS O DECURSO DO PRAZO PREVISTO INTEMPESTIVIDADE INADMISSIBILIDADE DE ACORDO COM O ART. 557, CAPUT, DO CPC. MONOCRATICAMENTE NÃO CONHECIDO. 1) Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, manejado por Valmir Kurpel de Andrade, contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Francisco Beltrão, que, nos autos n. 9400-16.2010.8.16.0083, de "PRESTAÇÃO DE CONTAS", ajuizado pelo agravado, declinou de ofício a sua competência. Requer-se, assim, neste recurso a nulidade da penhora, por se tratar de um bem utilizado como sua moradia e de seus familiares, na conformidade da Lei n. 8009/90, bem como o levantamento da mesma. É o breve relatório. 2) De acordo com o art. 557, caput, do Código de Processo Civil o relator deve negar seguimento ao recurso manifestamente inadmissível. Conforme se observa nos autos o presente recurso de agravo de instrumento é intempestivo. O artigo 522 do CPC estabelece o prazo de 10 (dez) dias para interposição do recurso de agravo. De acordo com a cópia da f. 02 certidão de publicação da decisão agravado (fls. 139 - TJPR), a intimação foi publicada no Diário da Justiça no 08/07/2011 (sexta-feira) e o prazo iniciou-se no dia 11/07/2011 (segunda-feira). Assim, o último prazo para interposição do recurso seria dia 20/07/2011 (quarta-feira), ocorre que o agravante protocolou o recurso dia 21/07/2011 (quinta-feira), conforme fls. 21/22 (TJPR), um dia após o decurso do prazo recursal. Desse modo, faltando um dos pressupostos recursais (extrínsecos), a tempestividade, o recurso não deve ser conhecido. 3) Ante o exposto, nego o conhecimento do presente recurso de agravo de instrumento, em razão da sua intempestividade, com fundamento no art. 557, caput, do CPC. Curitiba, 20 de Agosto de 2011. DENISE HAMMERSCHMIDT JUÍZA RELATORA CONVOCADA

0014 . Processo/Prot: 0806476-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/121127. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00001840 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado S/a, Banco Itaú S/a. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Lorinda Damian Prever, Hildo Varnier, Leonildo Varnier, Zilda Varnier Zanelato, Edilene Varnier Barboza, Osni Augusto Varnier, Francieli Varnier. Advogado: Marisa Yassuko Inagaqui, Simone de Lima Prado. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

1) O nome da primeira agravada está incompleta, ver fl. 15; Retificar. 2) Decisão em separado.

1. Da decisão de fls. 28/31 TJ, que rejeitou a exceção, aplicou a multa de 10% (dez por cento) do artigo 475-J do Código de Processo Civil e arbitrou os honorários advocatícios em 10% (por cento), na ação de Cumprimento de Sentença (autos nº 1840/2008) que: Lorinda Damian Preve Varnier, Hildo Varnier, Leonildo Varnier, Zilda Varnier Zanelato, Edilene Varnier Barboza, Osni Augusto Varnier representado por Clotilde Maria Buratto Varnier e Francieli Varnier representada por Valdeci Varnier promovem contra o Banco do Estado do Paraná S/A. Interpuseram o Banco Itaú S/A. e o Banco Banestado S/A. o presente agravo de instrumento. Os agravantes, Banco Banestado S/A. e Banco Itaú S/A, manejam o presente agravo visando a reforma da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 5ª Vara Cível da Comarca de Londrina. Discorrem, em linhas gerais, que interpuseram exceção de prescrição alegando que a pretensão dos agravados encontra-se prescrita, e a inaplicabilidade de multa prevista no artigo 475 J, Código de Processo Civil. Aduzem sobre a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Por fim, requerem o efeito suspensivo. Preparo regular. 2. O Código de Processo Civil em seu artigo 557, caput, autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal ou de Tribunal Superior. É o que ocorre neste feito. Neste sentido, colhe-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC RECURSO ESPECIAL AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. 1. O julgamento monocrático pelo relator encontra autorização no art. 557 do CPC, que pode negar seguimento a recurso quando: a) manifestamente inadmissível (exame preliminar de pressupostos objetivos); b) improcedente (exame da tese jurídica discutida nos autos); c) prejudicado (questão meramente processual); e d) em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do STF ou de Tribunal Superior. 2. Legitimidade da decisão que, amparada no art. 557 do CPC, negou seguimento a recurso especial que não preencheu os requisitos de admissibilidade. 3. Agravo regimental improvido." ( STJ., AgRg no Agravo de Instrumento n.º 779.923/BA., Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, data do julgamento 26/10/2006 ). Trata-se de "Cumprimento de Sentença" proposta por Lorinda Damian Preve Varnier, Hildo Varnier, Leonildo Varnier, Zilda Varnier Zanelato, Edilene Varnier Barboza, Osni Augusto Varnier representado por Clotilde Maria Buratto Varnier e Francieli Varnier representada por Valdeci Varnier contra o Banco do Estado do Paraná S/A., referente a sentença proferida na ação civil pública de nº 38.765/98, que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda de Curitiba, promovida pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor APADECO - em face do Banco do Estado do Paraná, a qual foi julgada procedente para o fim de condenar o réu ao pagamento das diferenças das correções aplicadas às cadernetas de poupanças, no mês de junho de 1987, no índice de 26,06% e de janeiro de 1989, no percentual de 42,72%, acrescidos de correção monetária e juros de 0,5% sobre rendimentos não creditados, a partir das épocas devidas até o efetivo pagamento, e acrescidos de juros de mora a partir da citação, incluindo-se aí todas as diferenças não devidamente remuneradas e creditadas. Pontua-se, primeiramente, que o prazo prescricional para o exercício da pretensão executória individual ocorre do trânsito em julgado da sentença coletiva, que, no caso, se deu em 03.09.2002. conforme certidão de fl. 53 - TJ. Ressalta-se, também, que a matéria discutida no presente caso trata-se de direito pessoal, pois tanto a correção monetária quanto os juros remuneratórios consistem em atualização monetária do depósito, pedido principal da demanda coletiva, e não prestações acessórias. Ademais, indevida a aplicação do preceito do artigo 206, §3º, IV, do Código de Processo Civil, por não se tratar a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa. Denota-se que o artigo 886, do Código Civil estabelece que: "não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuizo sofrido. Aludida questão restou bem enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos: "20.- Examinando o Código Civil, na parte relativa à prescrição, destacam-se três situações que parecem se relacionar com a hipótese ora examinada. a) No artigo 206, § 3º, IV, estabeleceu o legislador que a "pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa" prescreve em 3 (três) anos. b) No § 5º, I, estabeleceu que "a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular" está submetida a prazo prescricional de 5 (cinco) anos. c) Finalmente, no artigo 205, registrou que: "A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor". O "enriquecimento sem causa", muitas vezes designado como "enriquecimento ilícito" ou "enriquecimento indevido", embora não sejam expressões sinônimas, lança raízes nas condictiones do Direito Romano. MOREIRA ALVES (in NEWTON DE LUCCA Comentários ao Novo Código Civil, vol. XII: Forense, Rio de Janeiro, 2003, p. 100) esclarece que tais institutos eram baseados na equidade e buscavam corrigir desequilíbrios patrimoniais não tutelados de forma específica pela lei. Entre as principais condictiones podem ser citadas a contitio indebiti , deferida no caso de pagamento por erro, e as condictiones sine causa, deferidas nas hipóteses de pagamento efetuado sem causa. 22.- Trata-se de fonte de obrigação cuja configuração está subordinada a três requisitos: i) aumento do patrimônio de uma parte, ii) empobrecimento suportado pela outra parte, e iii) ausência de justa causa. 23.- VILSON RODRIGUES ALVES (Da Prescrição e da Decadência no Novo Código Civil, 3ª ed.: Servanda, Campinas, 2006, p. 343/344), ao comentar o artigo 206, § 3º, IV, do Código Civil, procura identificar as hipóteses de enriquecimento sem causa, afirmando que: Vê-se, opera-se o enriquecimento injustificado tanto se a) houve vontade do prejudicado, como se b) houve prejudicado não-volente, quanto se no suporte fático c) não houve ato, mas fato jurídico em sentido estrito, ou ato-fato jurídico, em que se abstrai do quid psíquico do agente e se considera o atoobjetivamente, como se fora fato, portanto, ato-fato. Em a), prejudicado volente paga o que não deve, querendo pagar o que erroneamente supôs dever; em b) o prejudicado não-volente perde o crédito, por ter sido eficaz o pagamento feito ao credor putativo (Código Civil, art. 309); em c), os bens, enriquecem-se a expensas dos bens comuns, por exemplo. Pode haver enriquecimento injustificado com a contictio indebiti, se é solvido o que não se deve, com solução por conseguinte indevida (Código Civil, art. 876). Também, com a condictio ob causam finitam, como se, cessada a causa que existia, o que se presta, após a extinção da causa, é o atribuído sem dever do atribuinte, tal o que se presta por erro antes da data da resolução do contrato bilateral pedida com base no Código Civil, art. 475. É o que estatui o Código Civil, art. 885, quando enuncia que 'a restituição é devia, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir'. Ainda com a condictio ou causam non secutam, ou na condictio causa data causa non secuta, em que o ato jurídico teve causa, mas por falta de elemento subjetivo ou objetivo, que torna deficiente o suporte fático, a determinação da causa é atingida, tal a hipóteses da prestação ou do recebimento solvendi causa pelo incapaz (Código Civil, art. 310). Igualmente com a Condictio ob turpem vel iniustam causam. Se 'B' efetua contraprestação para obtenção de fim ilícito, imoral, ou proibido por lei, 'A', que efetuara a prestação, pode repetir com a condictio ob turpem causam, invocando o Código Civil, art. 166, II, 1ª Parte. Por fim, o enriquecimento injustificado pode ocorrer com a condição por disposição sem direito, ou sem poder de dispor. O que dispõe sem direito, ou sem poder de dispor, tem o dever de restituir o que recebeu com a disposição feita sem direito, ou sem poder (cf. Código Civil, art. 986). 24.- TEPEDINO (Código Civil Interpretado conforme a Constituição da República v. 1, 2ª ed.: Renovar, Rio de Janeiro, 2007, p. 206), comentando o artigo 206, § 3º, IV, se ocupa logo em esclarecer que o enriquecimento sem causa é gênero do qual é espécie o pagamento indevido (artigos 876 a 873 do Código Civil). A preocupação atende à constatação prática de que a maioria das hipóteses (ou pelo menos as mais corriqueiras) em que se pode apontar uma pretensão de ressarcimento fundada em enriquecimento sem causa, constituem, na verdade, hipóteses de pagamento indevido. CAIO MÁRIO (in TEPEDINO Ob cit. p. 206) recorda que: "O pagamento indevido, que cria para accipiens um enriquecimento sem causa, e, portanto, gera para o solvens uma ação

de repetição - de in rem verso -, resulta desses requisitos extraídos da regra do BGB: 1º) que tenha havido uma prestação; 2º) que esta prestação tenha o caráter de um pagamento; 3º) que não exista dívida. Os mesmos requisitos poderiam ser sintetizados em dois: 1º) uma prestação a título de pagamento; e 2º) que a dívida não exista, pelo menos nas relações entre o solvens e o accipens". 25.- Considerando os contornos elásticos do instituto do enriquecimento sem causa o E. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR (Projeto de Código Civil - As obrigações e os Contratos in Revista dos Tribunais nº 775.:RT, São Paulo, maio/2000, p. 29) chegou a afirmar que ele poderia servir como uma cláusula geral estabelecida pelo Código para remediar situações concretas em que o prejuízo verificado não pudesse ser desfeito por outro meio. Confira-se: " ... veio dispor sobre o enriquecimento sem causa, preenchendo uma lacuna no nosso ordenamento. Trata-se de cláusula geral que terá grande efeito no foro, porque permitirá reparar todas as situações de vantagem indevida. É no entanto, uma ação subsidiária, a ser usada se o lesado não tiver outros meios para se ressarcir do prejuízo" 26.- Apesar das muitas situações em que se possa identificar um enriquecimento sem causa, é preciso lembrar que o artigo 206, § 3º, IV, não impõe prazo prescricional de três anos para todas as situações em que se verificar um enriquecimento descabido. A norma alude à pretensão de "ressarcimento de enriquecimento sem causa"0. Uma leitura atenta do dispositivo legal revela que o substantivo "ressarcimento" desponta com importância equivalente ao do seu complemento nominal, "enriquecimento sem causa". Dessa maneira, se a pretensão formulada pela parte em juízo não é de ressarcimento, mas de outra natureza, como, por exemplo, de cobrança, de anulação de ato jurídico, de indenização, de constituição de situação jurídica, não será o caso de aplicação de prazo trienal." (STJ, Resp nº 1038104/SP, Rel. Min. Sidnei Beneti, T3, Julg. 09/06/2009). Com efeito, considerando que a demanda ocorreu na vigência do Código Cível de 1916, aplica-se ao caso o prazo prescricional de vinte anos, na forma do artigo 177 do aludido diploma legal, para a pretensão de reaver as diferenças de correção monetária das cadernetas de poupança decorrentes dos Planos econômicos discutidos no presente caso. Desta forma, aplicando o entendimento uniformizado pela súmula 150, do Supremo Tribunal Federal, a qual prevê: "prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação", em um primeiro momento se estaria entendendo pela aplicação do prazo prescricional vintenário do artigo 177 do Código Cível de 1916 também para o cumprimento da sentença. Entretanto, quando da entrada em vigor do atual Código Civil, em 11 de janeiro de 2003, o direito executório dos agravados ainda estava dentro do prazo prescricional. Contudo, o novo diploma legal reduziu para dez anos o prazo prescricional para os casos em que a lei não haja fixado prazo menor. A doutrina traz o entendimento de ser possível a aplicação da nova legislação sobre o prazo prescricional enquanto a pretensão executória ainda encontra-se em curso, ante a ausência de direito adquirido nesse momento. Nesse sentido é o entendimento doutrinário: "... na realidade, a prescrição em curso não cria direito adquirido, podendo seu prazo ser reduzido ou ampliado por lei superviniente, ou transformado em prazo de caducidade" (CAHALI, Yussef Said. Prescrição e decadência. 2. ed. São Paulo: editora Malheiros, 2008, p. 178). "não há que se recorrer ao princípio do direito adquirido no que tange aos conflitos de direito intertemporal decorrente de prazos não consumados sob a égide da lei anterior, quando a norma atual tenha tenha acarretado a redução do prazo prescricional. A parte que eventualmente se beneficiará da prescrição conta apenas com um direito expectativo tratado pela lei vigente ao tempo do termo prescricional" (PELUZO, César. (coor.) ET. Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência. 3. Ed. Barueri: Manole, 2009, p. 2212). Na mesma orientação decidiu recentemente a Décima Sexta Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça: DECISÃO: Acordam os Desembargadores integrantes da Décima Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COM BASE EM DECISÃO PROLATADA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DE CADERNETA DE POUPANÇA. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. AÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. REDUÇÃO DO PRAZO. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PRESCRIÇÃO DECENAL. AFASTADA APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL REFERENTE A AÇÃO CÍVIL PÚBLICA. 1. Considerando-se que o trânsito em julgado da Ação Civil Pública, que deu origem ao presente cumprimento de sentença, ocorreu em 03/09/2002 e que, quando da entrada em vigor do novo Código, em 11 de janeiro de 2003 segundo aplicação do art. 2044 do referido Codex não havia transcorrido mais da metade do prazo vintenário do Código de 1916, nos moldes da regra de transição disciplinada pelo art. 2.028 do Código Civil de 2002, aplica-se o prazo prescricional de 10 (dez) anos do art. 205 do Novo Código Civil. 2. "A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor " (art. 205 CC 2002). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ( TJPR. Agravo de Instrumento n. 699394-2, Relator Desembargador Shiroshi Yendo, Décima Sexta Câmara Cível, data do julgamento em 15/12/2010, data da publicação no DJ em 12/01/2011 ). Ademais, aplicando-se a regra de transição do atual Código Civil, em seu artigo 2.028, tem-se que o prazo prescricional da pretensão executória não havia transcorrido além da metade quando de sua entrada em vigor. Assim, considerando que regra legal do atual Código Cível de 2002 não previu prazo específico para a pretensão das diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança, estabelecendo em seu artigo 205 o prazo geral de dez anos, bem como a regra do artigo 2.028, aplica-se ao caso o prazo prescricional decenal. Com referência ao pedido que seja afastada a incidência da multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil. Referido dispositivo legal determina a sua incidência quando transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da intimação da parte para o pagamento espontâneo. A multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 940.274, consolidou o entendimento que a multa de 10% só terá incidência quando transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da intimação do advogado da parte para o pagamento espontâneo, conforme ementa abaixo: "PROCESSUAL CIVIL. LEI N. 11.232, DE 23.12.2005. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. JUÍZO COMPETENTE. ART. 475-P, INCISO II, E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. TERMO INICIAL DO PRAZO DE 15 DIAS. INTIMAÇÃO NA PESSOA DO ADVOGADO PELA PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL. ART. 475-J DO CPC. MULTA. JUROS COMPENSATÓRIOS. INEXIGIBILIDADE. 1. O cumprimento da sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De a.cordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada. 2. (...) 3. (...) 4. (...) 5. Recurso especial conhecido e parcialmente provido." ( STJ., RESP 940274/MS, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Relator para o A.córdão Ministro João Otávio de Noronha, data do julgamento em 07/04/2010 ). Dessa forma, para que não incida a multa o devedor deverá cumprir a obrigação a que foi condenado, voluntariamente, não bastando o simples depósito judicial do débito que lhe possibilite impugnar a execução. Este é o entendimento predominante da jurisprudência: "IMUPGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. DEPÓSITO EFETUADO COM O OBJETIVO DE GARANTIR O JUÍZO PARA OFERECIMENTO DE IMPUGNAÇÃO, E NÃO PARA O PRONTO ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO IMPOSTA NO TÍTULO JUDICIAL EXEQUENDO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 475-J DO CPC. PRECEDENTES DA CORTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO EM SEDE DE IMUPGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. PRECEDENTES DO STJ E DA CORTE. PEDIDO DE REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA NÃO MOTIVADO. VIOLAÇÃO À DIALETICIDADE. RECURSO INADMISSÍVEL NESSA PARTE. AGRAVO DE INSTRUMENTO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. I. O mero depósito dos valores, não a título de pagamento, mas para o posterior oferecimento de impugnação, enseja a aplicação da multa do art. 475-J do CPC no caso de improcedência da impugnação. II. Cabível a condenação da parte sucumbente em sede de impugnação ao cumprimento da sentença ao pagamento de honorários advocatícios. III. Não se conhece do recurso na parte em que deixa de declinar as razões para o pedido de reforma da decisão no que tange ao valor da verba honorária, por violação ao princípio da dialeticidade (art. 524, II, do CPC)." ( TJPR., Agravo de Instrumento n. 705506-1, Relator Juiz Fernando Wolff Filho, Décima Terceira Câmara Cível, D.J. 09/09/2010) "AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SERVIÇO DE ESGOTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEPÓSITO DO VALOR EXECUTADO E POSTERIOR PROPOSITURA DE IMPUGNAÇÃO. PAGAMENTO ESPONTÂNEO NÃO CARACTERIZADO. INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ENTENDIMENTO DESTE TRIBUNAL. EXECUÇÃO DE VALORES CUJOS DADOS ENCONTRAM-SE EM PODER DA SANEPAR. NÃO APRESENTAÇÃO DOS HISTÓRICOS DE CONSUMO PELA EXECUTADA. INEXISTÊNCIA DE ILIQUIDEZ OU EXCESSO DE EXECUÇÃO. PREVALÊNCIA DOS CÁLCULOS APRESENTADOS PELOS CREDORES. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 475- B, §1º E 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Este Tribunal firmou entendimento no sentido de que o depósito realizado para fins de interposição de impugnação ao cumprimento de sentença não se caracteriza como pagamento espontâneo, motivo pelo qual não afasta a incidência da multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil. (...)." (TJPR - 5ª C.Cível - A0645771-8, Desembargador. Luiz Mateus de Lima - Unânime - DJ. 25.05.2010). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - INTEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO (...) - QUESTÃO DA INCIDÊNCIA DE MULTA DE 10% - DECISÃO ANTERIOR - INOCORRÊNCIA - DEPÓSITO PRÉVIO PARA GARANTIA DO JUÍZO - PAGAMENTO ESPONTÂNEO NÃO CARACTERIZADO - INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ART. 475- J DO CPC - DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 2 - O depósito judicial efetuado pelo executado, não no intuito de quitar o débito, mas para garantir o juízo, visando o oferecimento de impugnação ao pedido de cumprimento de sentença, não possui efeito liberatório e, portanto, não elide a incidência da multa do art. 475-J, do CPC " (TJPR - 10ª C.Cível - AI 0530362-4, Desembargador Luiz Lopes, DJ. 22.01.2009). Dessa forma, o montante da condenação deverá ser acrescido de multa prevista no artigo 475-J, do CPC., uma vez que o agravante não cumpriu a obrigação, preferindo impugnar o cumprimento sentença. No que se refere à alegação de que a multa é inexigível, uma vez que a sentença da ação civil pública transitou em julgado em momento anterior à Lei nº11.232/2005, não procede, uma vez que o momento em que se busca o cumprimento da referida sentença é posterior a edição da lei, sendo cabível a aplicação do art. 475-J no presente caso. Por tais razões, considero o recurso improcedente, devendo-se manter a decisão atacada, porque deu adequada solução à controvérsia posta nos autos. Int. Oficie-se. Curitiba, 15 de setembro de 2011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0015 . Processo/Prot: 0807953-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/174015. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00002567 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Michelle Braga Vidal. Agravado: Adalberto Bulla, Amabilia Minetto Selicani (maior de 60 anos), Cenira Garcia Espindola (maior de 60 anos), Cristiane de Vedruna Relch, Jiro Kumasaka, José Eduardo Silva Ramos, Luciano Garcia Rodrigues, Moacir Manetti (maior de 60 anos), Pedro Paulo Riback, Roberto Lucio Stec (maior de 60 anos). Advogado: Antonio Camargo Junior. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO

PARANAENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APADECO. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. ILEGITIMIDADE AFASTADA. INCIDÊNCIA DO CDC. CUMPRIMENTO QUE PODE SER AFORADO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. EXCESSO DE EXECUÇÃO. INEXISTENTE. MULTA. ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO DEVIDA. 1. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. 2. A sentença proferida na ação civil pública nº 38.765/98 proposta pela APADECO constitui um título judicial também em favor de quem não foi parte na demanda, incidindo o Código de Defesa do Consumidor na relação em comento. 3. A multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil, só terá incidência quando transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da intimação do advogado da parte para o pagamento espontâneo, conforme decidiu a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 940.274. 4. Na hipótese de interposição de impugnação ao cumprimento de sentença é cabível a fixação de honorários advocatícios em face da parte sucumbente. Agravo de instrumento desprovido. 1. Da decisão de fls. 292/298 TJ, que rejeitou a argüição de prescrição trazida em exceção de prescrição e a impugnação ao cumprimento de sentença, determinando, ainda, a incidência da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 475-J do CPC, e dos honorários advocatícios, na ação de cumprimento de sentença (autos nº 2567/2009) que Adalberto Bulla. Amabilia Minetto Selicani, Cenira Garcia Espindola, Cristiane de Vedruna Relch, Jiro Kumasaka, José Eduardo Silva Ramos, Luciano Garcia Rodrigues, Moacir Manetti, Pedro Paulo Riback e Roberto Lucio Stec promovem contra o Banco Itaú S/A. Interpôs este o presente agravo de instrumento. O agravante, Banco Itaú S/A., maneja o presente agravo visando a reforma da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Maringá. Discorre, em linhas gerais, que interpôs exceção de prescrição alegando que a pretensão dos agravados encontra-se prescrita. Alega em suas razões, a ilegitimidade dos autores, em vista do alcance territorial e pessoal do título executivo, excesso de execução, inaplicabilidade de multa prevista no artigo 475 J, CPC, e da não incidência dos honorários advocatícios requerendo a sua extinção ou redução. Aduze sobre a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Por fim, requer o efeito suspensivo. Preparo regular. 2. O Código de Processo Civil em seu artigo 557, caput, autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal ou de Tribunal Superior. É o que ocorre neste feito. Neste sentido, colhe-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC RECURSO ESPECIAL AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. 1. O julgamento monocrático pelo relator encontra autorização no art. 557 do CPC, que pode negar seguimento a recurso quando: a) manifestamente inadmissível (exame preliminar de pressupostos objetivos); b) improcedente (exame da tese jurídica discutida nos autos); c) prejudicado (questão meramente processual); e d) em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do STF ou de Tribunal Superior. 2. Legitimidade da decisão que, amparada no art. 557 do CPC, negou seguimento a recurso especial que não preencheu os requisitos de admissibilidade. 3. Agravo regimental improvido." ( STJ., AgRg no Agravo de Instrumento n.º 779.923/BA., Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, data do julgamento 26/10/2006 ). Trata-se de "Cumprimento de Sentença" proposto por Adalberto Bulla. Amabilia Minetto Selicani, Cenira Garcia Espindola, Cristiane de Vedruna Relch, Jiro Kumasaka, José Eduardo Silva Ramos, Luciano Garcia Rodrigues, Moacir Manetti, Pedro Paulo Riback e Roberto Lucio Stec, em face de Banco Itaú S/A, referente a sentença proferida na ação civil pública de nº 38.765/98, que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda de Curitiba, promovida pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor APADECO - em face do Banco do Estado do Paraná, a qual foi julgada procedente para o fim de condenar o réu ao pagamento das diferenças das correções aplicadas às cadernetas de poupanças, no mês de junho de 1987, no índice de 26,06% e de janeiro de 1989, no percentual de 42,72%, acrescidos de correção monetária e juros de 0,5% sobre rendimentos não creditados, a partir das épocas devidas até o efetivo pagamento, e acrescidos de juros de mora a partir da citação, incluindo-se aí todas as diferenças não devidamente remuneradas e creditadas. No tocante a prescrição, pontua-se, primeiramente, que o prazo prescricional para o exercício da pretensão executória individual ocorre do trânsito em julgado da sentença coletiva, que, no caso, se deu em 03.09.2002, conforme menciona o agravante em seu recurso, fls. 165 - TJ. Ressalta-se, também, que a matéria discutida no presente caso trata-se de direito pessoal, pois tanto a correção monetária quanto os juros remuneratórios consistem em atualização monetária do depósito, pedido principal da demanda coletiva, e não prestações acessórias. Ademais, indevida a aplicação do preceito do artigo 206, §3º, IV, do Código de Processo Civil, por não se tratar a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa. Denota-se que o artigo 886, do Código Civil estabelece que: "não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuizo sofrido. Aludida questão restou bem enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos: "20.- Examinando o Código Civil, na parte relativa à prescrição, destacam-se três situações que parecem se relacionar com a hipótese ora examinada. a) No artigo 206, § 3º, IV, estabeleceu o legislador que a "pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa" prescreve em 3 (três) anos. b) No § 5º, I, estabeleceu que "a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular" está submetida a prazo prescricional de 5 (cinco) anos. c) Finalmente, no artigo 205, registrou que: "A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor". O "enriquecimento sem causa", muitas vezes designado como "enriquecimento ilícito" ou "enriquecimento indevido", embora não sejam expressões sinônimas, lança raízes nas condictiones do Direito Romano. MOREIRA ALVES (in NEWTON DE LUCCA Comentários ao Novo Código Civil, vol. XII: Forense, Rio de Janeiro, 2003, p. 100) esclarece que tais institutos eram baseados na equidade e buscavam corrigir desequilíbrios patrimoniais não tutelados de forma específica pela lei. Entre as principais condictiones podem ser citadas a contitio indebiti , deferida no caso de pagamento por erro, e as condictiones sine causa, deferidas nas hipóteses de pagamento efetuado sem causa. 22.- Trata-se de fonte de obrigação cuja configuração está subordinada a três requisitos: i) aumento do patrimônio de uma parte, ii) empobrecimento suportado pela outra parte, e iii) ausência de justa causa. 23.- VILSON RODRIGUES ALVES (Da Prescrição e da Decadência no Novo Código Civil, 3ª ed.: Servanda, Campinas, 2006, p. 343/344), ao comentar o artigo 206, § 3º, IV, do Código Civil, procura identificar as hipóteses de enriquecimento sem causa, afirmando que: Vê-se, opera-se o enriquecimento injustificado tanto se a) houve vontade do prejudicado, como se b) houve prejudicado não-volente, quanto se no suporte fático c) não houve ato, mas fato jurídico em sentido estrito, ou ato-fato jurídico, em que se abstrai do quid psíquico do agente e se considera o atoobjetivamente, como se fora fato, portanto, ato-fato. Em a), prejudicado volente paga o que não deve, querendo pagar o que erroneamente supôs dever; em b) o prejudicado não-volente perde o crédito, por ter sido eficaz o pagamento feito ao credor putativo (Código Civil, art. 309); em c), os bens, enriquecem-se a expensas dos bens comuns, por exemplo. Pode haver enriquecimento injustificado com a contictio indebiti, se é solvido o que não se deve, com solução por conseguinte indevida (Código Civil, art. 876). Também, com a condictio ob causam finitam, como se, cessada a causa que existia, o que se presta, após a extinção da causa, é o atribuído sem dever do atribuinte, tal o que se presta por erro antes da data da resolução do contrato bilateral pedida com base no Código Civil, art. 475. É o que estatui o Código Civil, art. 885, quando enuncia que 'a restituição é devia, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir'. Ainda com a condictio ou causam non secutam, ou na condictio causa data causa non secuta, em que o ato jurídico teve causa, mas por falta de elemento subjetivo ou objetivo, que torna deficiente o suporte fático, a determinação da causa é atingida, tal a hipóteses da prestação ou do recebimento solvendi causa pelo incapaz (Código Civil, art. 310). Igualmente com a Condictio ob turpem vel iniustam causam. Se 'B' efetua contraprestação para obtenção de fim ilícito, imoral, ou proibido por lei, 'A', que efetuara a prestação, pode repetir com a condictio ob turpem causam, invocando o Código Civil, art. 166, II, 1ª Parte. Por fim, o enriquecimento injustificado pode ocorrer com a condição por disposição sem direito, ou sem poder de dispor. O que dispõe sem direito, ou sem poder de dispor, tem o dever de restituir o que recebeu com a disposição feita sem direito, ou sem poder (cf. Código Civil, art. 986). 24.- TEPEDINO (Código Civil Interpretado conforme a Constituição da República v. 1, 2ª ed.: Renovar, Rio de Janeiro, 2007, p. 206), comentando o artigo 206, § 3º, IV, se ocupa logo em esclarecer que o enriquecimento sem causa é gênero do qual é espécie o pagamento indevido (artigos 876 a 873 do Código Civil). A preocupação atende à constatação prática de que a maioria das hipóteses (ou pelo menos as mais corriqueiras) em que se pode apontar uma pretensão de ressarcimento fundada em enriquecimento sem causa, constituem, na verdade, hipóteses de pagamento indevido. CAIO MÁRIO (in TEPEDINO Ob cit. p. 206) recorda que: "O pagamento indevido, que cria para accipiens um enriquecimento sem causa, e, portanto, gera para o solvens uma ação de repetição - de in rem verso -, resulta desses requisitos extraídos da regra do BGB: 1º) que tenha havido uma prestação; 2º) que esta prestação tenha o caráter de um pagamento; 3º) que não exista dívida. Os mesmos requisitos poderiam ser sintetizados em dois: 1º) uma prestação a título de pagamento; e 2º) que a dívida não exista, pelo menos nas relações entre o solvens e o accipens". 25.- Considerando os contornos elásticos do instituto do enriquecimento sem causa o E. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR (Projeto de Código Civil - As obrigações e os Contratos in Revista dos Tribunais nº 775.:RT, São Paulo, maio/2000, p. 29) chegou a afirmar que ele poderia servir como uma cláusula geral estabelecida pelo Código para remediar situações concretas em que o prejuízo verificado não pudesse ser desfeito por outro meio. Confira-se: " ... veio dispor sobre o enriquecimento sem causa, preenchendo uma lacuna no nosso ordenamento. Trata-se de cláusula geral que terá grande efeito no foro, porque permitirá reparar todas as situações de vantagem indevida. É no entanto, uma ação subsidiária, a ser usada se o lesado não tiver outros meios para se ressarcir do prejuízo" 26.- Apesar das muitas situações em que se possa identificar um enriquecimento sem causa, é preciso lembrar que o artigo 206, § 3º, IV, não impõe prazo prescricional de três anos para todas as situações em que se verificar um enriquecimento descabido. A norma alude à pretensão de "ressarcimento de enriquecimento sem causa"0. Uma leitura atenta do dispositivo legal revela que o substantivo "ressarcimento" desponta com importância equivalente ao do seu complemento nominal, "enriquecimento sem causa". Dessa maneira, se a pretensão formulada pela parte em juízo não é de ressarcimento, mas de outra natureza, como, por exemplo, de cobrança, de anulação de ato jurídico, de indenização, de constituição de situação jurídica, não será o caso de aplicação de prazo trienal." (STJ, Resp nº 1038104/SP, Rel. Min. Sidnei Beneti, T3, Julg. 09/06/2009). Com efeito, considerando que a demanda ocorreu na vigência do Código Cível de 1916, aplica-se ao caso o prazo prescricional de vinte anos, na forma do artigo 177 do aludido diploma legal, para a pretensão de reaver as diferenças de correção monetária das cadernetas de poupança decorrentes dos Planos econômicos discutidos no presente caso. Desta forma, aplicando o entendimento uniformizado pela súmula 150, do Supremo Tribunal Federal, a qual prevê: "prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação", em um primeiro momento se estaria entendendo pela aplicação do prazo prescricional vintenário do artigo 177 do Código Cível de 1916 também para o cumprimento da sentença. Entretanto, quando da entrada em vigor do atual Código Civil, em 11 de janeiro de 2003, o direito executório dos

agravados ainda estava dentro do prazo prescricional. Contudo, o novo diploma legal reduziu para dez anos o prazo prescricional para os casos em que a lei não haja fixado prazo menor. A doutrina traz o entendimento de ser possível a aplicação da nova legislação sobre o prazo prescricional enquanto a pretensão executória ainda encontra-se em curso, ante a ausência de direito adquirido nesse momento. Nesse sentido é o entendimento doutrinário: "... na realidade, a prescrição em curso não cria direito adquirido, podendo seu prazo ser reduzido ou ampliado por lei superviniente, ou transformado em prazo de caducidade" (CAHALI, Yussef Said. Prescrição e decadência. 2. ed. São Paulo: editora Malheiros, 2008, p. 178). "não há que se recorrer ao princípio do direito adquirido no que tange aos conflitos de direito intertemporal decorrente de prazos não consumados sob a égide da lei anterior, quando a norma atual tenha acarretado a redução do prazo prescricional. A parte que eventualmente se beneficiará da prescrição conta apenas com um direito expectativo tratado pela lei vigente ao tempo do termo prescricional" (PELUZO, César. (coor.) ET. Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência. 3. Ed. Barueri: Manole, 2009, p. 2212). Na mesma orientação decidiu recentemente a Décima Sexta Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça: "DECISÃO: Acordam os Desembargadores integrantes da Décima Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COM BASE EM DECISÃO PROLATADA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DE CADERNETA DE POUPANÇA. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. AÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. REDUÇÃO DO PRAZO. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PRESCRIÇÃO DECENAL. AFASTADA APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL REFERENTE A AÇÃO CÍVIL PÚBLICA. 1. Considerando-se que o trânsito em julgado da Ação Civil Pública, que deu origem ao presente cumprimento de sentença, ocorreu em 03/09/2002 e que, quando da entrada em vigor do novo Código, em 11 de janeiro de 2003 segundo aplicação do art. 2044 do referido Codex não havia transcorrido mais da metade do prazo vintenário do Código de 1916, nos moldes da regra de transição disciplinada pelo art. 2.028 do Código Civil de 2002, aplica-se o prazo prescricional de 10 (dez) anos do art. 205 do Novo Código Civil. 2. "A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor " (art. 205 CC 2002). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.' ( TJPR. Agravo de Instrumento n. 699394-2, Relator Desembargador Shiroshi Yendo, Décima Sexta Câmara Cível, data do julgamento em 15/12/2010, data da publicação no DJ em 12/01/2011 ). Ademais, aplicando-se a regra de transição do atual Código Civil, em seu artigo 2.028, tem-se que o prazo prescricional da pretensão executória não havia transcorrido além da metade quando de sua entrada em vigor. Assim, considerando que regra legal do atual Código Cível de 2002 não previu prazo específico para a pretensão das diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança, estabelecendo em seu artigo 205 o prazo geral de dez anos, bem como a regra do artigo 2.028, aplica-se ao caso o prazo prescricional decenal. Alega o agravante a ilegitimidade dos exeqüentes, por falta de comprovação que residiam ou possuíam conta-poupança na Comarca de Curitiba, ou de que compunham o quadro associativo da APADECO, por entenderem que a decisão da ação civil pública nº 38.765/98, que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba só alcança os associados à Associação Paranaense de Defesa do Consumidor. O agravante alega ainda que a execução de sentença coletiva deveria ocorrer perante o juízo da liquidação de sentença ou da ação condenatória. A ação civil pública foi aforada na Capital do Estado em atendimento à norma de ordem processual, prevista no artigo 93, II, do Código de Defesa do Consumidor. Sendo a Associação Paranaense de Defesa do Consumidor - APADECO -, uma associação para proteção dos direitos dos consumidores no Estado do Paraná, a ação civil pública proposta visou essa proteção, ou seja, em âmbito regional (Estado do Paraná). A sentença proferida na ação proposta pela APADECO constitui um título judicial também em favor de quem não foi parte na demanda, incidindo o Código de Defesa do Consumidor na relação em comento cuja razão primeira é a proteção dos direito do consumidor, portanto, não tem propósito a pretensão do agravante em deslocar a competência para a Comarca de Curitiba. Ademais, limitar a coisa julgada tão somente aos consumidores filiados à associação importaria em restringir a abrangência pretendida pelo Legislador, quanto à proteção dos interesses e direitos individuais homogêneos, violando, assim, o disposto no inciso III, do artigo 103, do Código de Defesa do Consumidor. Neste sentido: "É pacífico o entendimento de que a ação civil pública pode ser proposta em defesa dos direitos e interesses individuais homogêneos, sendo irrelevante o caráter individual de cada contrato celebrado pelo Banco com os seus clientes, não sendo necessária autorização nominal dos agravados para que a APADECO pudesse ingressar com ação, muito menos a existência de vínculo com esta entidade associativa, posto que, esta age em nome próprio e não representando seus associados."(TJ/PR, Décima Quinta Câmara Cívle., rel. Desembargador Jurandyr Souza Junior, Agravo de Instrumento nº 722.770-0, D.J. 06/05/2011) "APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL ORIUNDO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. 1. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS CONTIDAS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A TEOR DO QUE DISPÕE O ARTIGO 98, § 2º. FACULDADE DO CONSUMIDOR PROMOVER A EXECUÇÃO INDIVIDUALMENTE NO FORO DE SEU DOMICÍLIO. 2. ILEGITIMIDADE ATIVA. INOCORRÊNCIA. BENEFÍCIO QUE SE ESTENDE A TODOS OS POUPADORES DO ESTADO DO PARANÁ INDEPENDENTE DO VÍNCULO COM A APADECO. 3. JUROS MORATÓRIOS DE 0,5% AO MÊS. 1- "A execução de sentença condenatória, na Ação Civil Pública, não segue a regra geral do Código de Processo Civil (art. 575, II), mas sim obedece a disciplina especial inscrita do Código de Defesa do Consumidor, que reconhece ser competente para a execução individual da sentença o juízo da liquidação da sentença ou de ação condenatória (art. 98 § 2º, inc. I, Lei 8078/90)" (AI 138.880-1, Rel. Des. Regina Afonso Portes). 2- "Porquanto a sentença proferida na ação civil pública estendeu os seus efeitos a todos os poupadores do Estado do Paraná que mantiveram contas de caderneta de poupança iniciadas ou renovadas até 15/06/87 e 15/01/89, a eles devem ser estendidos os efeitos da coisa julgada, e não somente aos poupadores vinculados à associação proponente da ação. - Para a comprovação da legitimidade ativa de credor- poupador que propõe a ação de execução com lastro no título executivo judicial exarada na ação civil pública, despicienda se mostra a comprovação de vínculo com a associação proponente da ação ou a apresentação de relação nominal e de endereço dos associados. Recurso Especial não conhecido." (RESP 651.037/PR. Rel. Min. Nancy Andrigui, 05/08/04). APELAÇÃO NÃO PROVIDA" (TJ/PR, 16ª Câmara Cível, Apelação Cível nº 339570-8, Relator Desembargador Shiroshi Yendo, D.J. 02/08/06). Ainda, por se tratar de execução individual, aplicável in casu o inciso I, do § 2°, do artigo 98, combinado com o inciso I, do artigo 101, do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe: "Art. 98 § 2°: ¨´E competente para a execução o juízo: I  Da liquidação da sentença ou da ação condenatória, no caso de execução individual. Art. 101 ¨Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos capítulos I e II deste Título, serão observadas as seguintes normas: - a ação pode ser proposta no domicílio do autor. (...)." Conforme mencionado acima, incide o Código de Defesa do Consumidor na presente demanda, cujo principal atributo é a proteção dos direito do consumidor, sendo portanto inadmissível deslocar a competência para a Comarca de Curitiba. Assim, sob este prisma, os exeqüentes tem legitimidade para a propositura do cumprimento da sentença no Juízo da Comarca de sua residência. É entendimento pacífico deste Tribunal de Justiça que é cabível no caso a aplicação do artigo 98, § 2º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, não sendo aplicável o artigo 575, II, do Código de Processo Civil. "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONDENAÇÃO DO BANCO A PAGAR DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA EM CADERNETAS DE POUPANÇA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. FORO COMPETENTE: JUÍZO DA CONDENAÇÃO OU DO DOMICÍLIO DO EXEQÜENTE. ARTS. 6º E 98, DO CDC. INAPLICABILIDADE DOS ARTS. 575 E 589 DO CPC. RECURSO NÃO PROVIDO." (TJ/PR., Agravo de Instrumento n.º 330853-6, 13ª Câmara Cível, Relator Desembargador Domingos Ramina, data da publicação do DJ. em 12/05/2006, Acórdão n.º 2930 ) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. TÍTULO JUDICIAL ORIUNDO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXECUÇÃO AJUIZADA NO FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR - DECISÃO QUE REJEITA A EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE OBJETIVA A REFORMA DO DECISUM. AGRAVO. FORO COMPETENTE - CONSUMIDOR QUE PODE OPTAR PELO FORO DE SEU DOMICÍLIO, DA CONDENÇÃO OU DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA - ARTIGOS 6º, VIII, E 98, § 2º DO CDC - EXECUÇÃO CONSUMEIRISTA QUE NÃO SE SUBMETE AO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 575 E 589 DO CPC - PRECEDENTES PACÍFICOS NESSE TRIBUNAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO." (TJPR., Agravo de Instrumento 313139-7, 4ª Câmara Cível, Relator Desembargador Marcos de Luca Fanchin, data da publicação no DJ em 17/02/2006, Acórdão n.º25350). A Décima Sexta Câmara Cível também assim tem julgado: "PROCESSO CIVIL. FORO. COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. EXECUÇÃO. JUÍZO COMPETENTE. FORO DO DOMICÍLIO DO EXEQÜENTE. ART. 575, INC. II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INAPLICABILIDADE. ART. 98, § 2º, INC. I, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PREVALÊNCIA. AGRAVO INOMINADO DESPROVIDO". (TJ/PR, 16ª Câmara Cível, Agravo Interno nº 339236-1/01, Relator Juiz Convocado Sérgio Roberto N. Rolanski, j. 04/04/07). "APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL ORIUNDO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA APADECO. 1. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS CONTIDAS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A TEOR DO QUE DISPÕE O ARTIGO 98, § 2º. FACULDADE DO CONSUMIDOR PROMOVER A EXECUÇÃO INDIVIDUALMENTE NO FORO DE SEU DOMICÍLIO. 2. ILEGITIMIDADE ATIVA. INOCORRÊNCIA. BENEFÍCIO QUE SE ESTENDE A TODOS OS POUPADORES DO ESTADO DO PARANÁ INDEPENDENTE DO VÍNCULO COM A APADECO. 3. JUROS MORATÓRIOS DE 0,5% AO MÊS. 1- "A execução de sentença condenatória, na Ação Civil Pública, não segue a regra geral do Código de Processo Civil (art. 575, II), mas sim obedece a disciplina especial inscrita do Código de Defesa do Consumidor, que reconhece ser competente para a execução individual da sentença o juízo da liquidação da sentença ou de ação condenatória (art. 98 § 2º, inc. I, Lei 8078/90)" (AI 138.880-1, Rel. Des. Regina Afonso Portes). 2- "Porquanto a sentença proferida na ação civil pública estendeu os seus efeitos a todos os poupadores do Estado do Paraná que mantiveram contas de caderneta de poupança iniciadas ou renovadas até 15/06/87 e 15/01/89, a eles devem ser estendidos os efeitos da coisa julgada, e não somente aos poupadores vinculados à associação proponente da ação. - Para a comprovação da legitimidade ativa de credor- poupador que propõe a ação de execução com lastro no título executivo judicial exarada na ação civil pública, despicienda se mostra a comprovação de vínculo com a associação proponente da ação ou a apresentação de relação nominal e de endereço dos associados. Recurso Especial não conhecido." (RESP 651.037/PR. Rel. Min. Nancy Andrigui, 05/08/04). APELAÇÃO NÃO PROVIDA" (TJ/PR, 16ª Câmara Cível, Apelação Cível nº 339570-8, Relator Desembargador Shiroshi Yendo, j. 02/08/06). Quanto à alegação de excesso de execução em que o agravante afirma a cobrança dúplice dos juros remuneratórios sob o argumento de que o índice de remuneração da poupança divulgado pelo Banco Central do Brasil inclui o equivalente da correção monetária mensal acrescido dos juros remuneratórios de 0,5% ao mês, não lhe assiste razão. O índice de correção da poupança divulgado pelo Banco Central corresponde apenas à correção monetária. Com referência ao pedido que seja afastada a incidência da multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil. Referido

dispositivo legal determina a sua incidência quando transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da intimação da parte para o pagamento espontâneo. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 940.274, consolidou o entendimento que a multa de 10% do artigo 475-J do CPC, só terá incidência quando transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da intimação do advogado da parte para o pagamento espontâneo, conforme ementa abaixo: "PROCESSUAL CIVIL. LEI N. 11.232, DE 23.12.2005. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. JUÍZO COMPETENTE. ART. 475-P, INCISO II, E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. TERMO INICIAL DO PRAZO DE 15 DIAS. INTIMAÇÃO NA PESSOA DO ADVOGADO PELA PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL. ART. 475-J DO CPC. MULTA. JUROS COMPENSATÓRIOS. INEXIGIBILIDADE. 1. O cumprimento da sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De a.cordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada. 2. (...) 3. (...) 4. (...) 5. Recurso especial conhecido e parcialmente provido." ( STJ., RESP 940274/MS, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Relator para o A.córdão Ministro João Otávio de Noronha, data do julgamento em 07/04/2010). Dessa forma, para que não incida a multa o devedor deverá cumprir a obrigação a que foi condenado, voluntariamente, não bastando o simples depósito judicial do débito que lhe possibilite impugnar a execução. Este é o entendimento predominante da jurisprudência: "IMUPGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. DEPÓSITO EFETUADO COM O OBJETIVO DE GARANTIR O JUÍZO PARA OFERECIMENTO DE IMPUGNAÇÃO, E NÃO PARA O PRONTO ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO IMPOSTA NO TÍTULO JUDICIAL EXEQUENDO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 475-J DO CPC. PRECEDENTES DA CORTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO EM SEDE DE IMUPGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. PRECEDENTES DO STJ E DA CORTE. PEDIDO DE REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA NÃO MOTIVADO. VIOLAÇÃO À DIALETICIDADE. RECURSO INADMISSÍVEL NESSA PARTE. AGRAVO DE INSTRUMENTO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. I. O mero depósito dos valores, não a título de pagamento, mas para o posterior oferecimento de impugnação, enseja a aplicação da multa do art. 475-J do CPC no caso de improcedência da impugnação. II. Cabível a condenação da parte sucumbente em sede de impugnação ao cumprimento da sentença ao pagamento de honorários advocatícios. III. Não se conhece do recurso na parte em que deixa de declinar as razões para o pedido de reforma da decisão no que tange ao valor da verba honorária, por violação ao princípio da dialeticidade (art. 524, II, do CPC)." ( TJPR., Agravo de Instrumento n. 705506-1, Relator Juiz Fernando Wolff Filho, Décima Terceira Câmara Cível, D.J. 09/09/2010) "AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SERVIÇO DE ESGOTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEPÓSITO DO VALOR EXECUTADO E POSTERIOR PROPOSITURA DE IMPUGNAÇÃO. PAGAMENTO ESPONTÂNEO NÃO CARACTERIZADO. INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ENTENDIMENTO DESTE TRIBUNAL. EXECUÇÃO DE VALORES CUJOS DADOS ENCONTRAM-SE EM PODER DA SANEPAR.NÃO APRESENTAÇÃO DOS HISTÓRICOS DE CONSUMO PELA EXECUTADA. INEXISTÊNCIA DE ILIQUIDEZ OU EXCESSO DE EXECUÇÃO. PREVALÊNCIA DOS CÁLCULOS APRESENTADOS PELOS CREDORES.
INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 475- B, §1º E 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Este Tribunal firmou entendimento no sentido de que o depósito realizado para fins de interposição de impugnação ao cumprimento de sentença não se caracteriza como pagamento espontâneo, motivo pelo qual não afasta a incidência da multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil. (...)." (TJPR - 5ª C.Cível - A0645771- 8, Desembargador. Luiz Mateus de Lima - Unânime - DJ. 25.05.2010). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - INTEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO (...) - QUESTÃO DA INCIDÊNCIA DE MULTA DE 10% - DECISÃO ANTERIOR - INOCORRÊNCIA - DEPÓSITO PRÉVIO PARA GARANTIA DO JUÍZO - PAGAMENTO ESPONTÂNEO NÃO CARACTERIZADO - INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ART. 475- J DO CPC - DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 2 - O depósito judicial efetuado pelo executado, não no intuito de quitar o débito, mas para garantir o juízo, visando o oferecimento de impugnação ao pedido de cumprimento de sentença, não possui efeito liberatório e, portanto, não elide a incidência da multa do art. 475- J, do CPC " (TJPR - 10ª C.Cível - AI 0530362-4, Desembargador Luiz Lopes, DJ. 22.01.2009). O MM. Juiz a quo procedeu corretamente ao determinar a prévia intimação do devedor para o cumprimento voluntário da obrigação a que foi condenado, para que, não havendo o cumprimento voluntário, incida a multa prevista no artigo 475 J do CPC. Dessa forma, o montante da condenação deverá ser acrescido de multa prevista no artigo 475-J, do CPC., uma vez que o devedor não efetuou o pagamento no referido prazo legal, porquanto não cumpriu a obrigação, preferindo impugnar o cumprimento sentença. No que refere-se à alegação de que a multa é inexigível, uma vez que a sentença da ação civil pública transitou em julgado em momento anterior à Lei nº11.232/2005, não procede, uma vez que o momento em que se busca o cumprimento da referida sentença é posterior a edição da lei, sendo cabível a aplicação do art. 475-J no presente caso. Por fim, em se tratando de cumprimento de sentença, onde os exeqüentes buscam receber determinada quantia, a instauração deste procedimento induz à prática de novos atos processuais, os quais exigem atuação dos advogados de ambas às partes, ensejando o arbitramento da verba honorária em decorrência deste novo trabalho, quanto mais no caso em tela em que houve impugnação. Não importando se foi procedente, parcialmente procedente ou improcedente. Neste sentido é a jurisprudência deste Tribunal de Justiça: "DECISÃO: A.CORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso de agravo de instrumento; observados os fundamentos do voto do Relator. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. AGRAVO. ESPÉCIE POR INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. PLANOS BRESSER E VERÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. CUMULAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS COM JUROS MORATÓRIOS. POSSIBILIDADE. EXCESSO DE EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. CABIMENTO. Recurso conhecido e desprovido 1. Excesso de execução. Inocorrência. Cumulação de juros remuneratórios com juros moratórios. Não há qualquer ilegalidade na incidência dos juros remuneratórios e moratórios cumulativamente, pois o primeiro visa à remuneração pelo capital que ficou na posse da instituição financeira e o segundo visa à sanção pelo não adimplemento no momento adequado. 2. Honorários advocatícios. Cabimento. Em que pese a omissão da lei acerca do cabimento dos honorários advocatícios em sede de impugnação ao "cumprimento de sentença", a doutrina e jurisprudência dominantes já se pronunciaram pelo seu cabimento." ( TJPR., agravo de instrumento n.º 658853-0, Relator Desembargador Jurandyr Souza Junior, Décima Quinta Cível, Ac n.º 19251, data da publicação no DJ. 25.05.2010). Nessa hipótese há que se levar em conta, no caso em concreto, o trabalho desenvolvido pelos advogados, o tempo despendido desde a distribuição do cumprimento de sentença, bem como a natureza e complexidade da causa. Sendo correto o valor arbitrado pelo MM. Juiz a quo, a título de honorários advocatícios. Por tais razões, considero o recurso improcedente, devendo-se manter a decisão atacada, porque deu adequada solução à controvérsia posta nos autos. Int. Oficie-se. Curitiba, 16 de setembro de 2011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0016 . Processo/Prot: 0809217-7 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/173950. Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0033715-15.2010.8.16.0017 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Unibanco Banco de Investimento do Brasil SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Carlos Alberto Nepomuceno Filho. Agravado: Almerio Votto Pereira, Arleir Tillfrid Ferrari Junior, Dalva Tomoe Miyagui, Darci Rink, Ediuma de Souza, João Renato Custódio, Joaquim Pedro Daquila, Eduardo da Rosa Cabral, Santo da Silva, Valdir Adão Samparo. Advogado: Antonio Camargo Junior. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Vistos e examinados estes autos de Agravo de Instrumento nº 809.217-7, da 7ª Vara Cível da Comarca de Maringá, em que são Agravantes Banco Itaú S/A. e outro e Agravados Almerio Votto Pereira E Outros. Trata-se de Agravo de Instrumento da decisão proferida nos autos nº 0033715-15.2010.8.16.0017 da Ação de Cumprimento de Sentença movida pelos Agravantes contra o Agravado, pela qual foram julgados improcedentes os pedidos formulados na exceção de pré-executividade apresentada pelo banco, deferindo a inclusão da multa de 10% ante o não cumprimento voluntário da sentença, bem como elevando os honorários advocatícios para 15% do valor do débito. Os Agravantes alegam, em síntese, a incompetência funcional do juízo a quo para apreciar o feito; que por se tratar de sentença proferida em ação civil pública, a tramitação coletiva principal e as execuções individuais devem obedecer às normas previstas no Código de Defesa do Consumidor, combinado com o artigo 475-P e 575, inciso II, do Código de Processo Civil; que a decisão agravada confundiu os temas da competência territorial com eficácia erga omnes das sentenças coletivas condenatórias; que a comarca onde reside os credores detém competência para a execução das ações individuais, para facilitar o acesso à justiça dos credores, conforme os princípios da instrumentalidade das formas e do amplo acesso à justiça; que as quotas de fundo de investimento nomeadas correspondem a uma modalidade de aplicação em instituição financeira, com regulamentação do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Imobiliários; que as referidas quotas não descumprem a ordem estabelecida no artigo 655 do Código de Processo Civil; que as quotas são aplicações financeiras comparadas a dinheiro em espécie; que por ser a forma menos gravosa ao devedor, deve-se reconhecer a validade da nomeação à penhora das quotas de fundo de investimento; que a multa de 10% prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil não deve incidir, no caso, porque se trata de execução de sentença que transitou em julgado antes da vigência da Lei 11.232. Por fim, pediram atribuição de efeito suspensivo para afastar a possível lesão ao seu direito, vez que já foi determinada a penhora via BacenJud. É o relatório. Decido. A questão posta em exame comporta análise imediata por parte deste Relator, tornando dispensável o julgamento pelo colegiado, consoante prerrogativa inserta no referido caput do artigo 557 do Código de Processo Civil. 1) Competência funcional Neste tocante, não assiste razão os Agravantes ao sustentarem a incompetência absoluta do juízo da 7ª Vara Cível de Maringá para apreciar a execução individual, tendo em vista que a ação coletiva tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, local também do domicilio dos credores. Aplica-se, à hipótese, o referido artigo 98, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor invocado pelos Agravantes. Porém, verifica-se que para a execução individual da sentença proferida na ação civil pública, tornam competentes o juízo em que ação foi julgada ou o da liquidação da sentença. No caso dos autos, por haver a ação civil pública sido processada e julgada pela 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a competência para o processamento da sua execução estende-se a todo o território do estado do Paraná, integrante da jurisdição deste Tribunal de Justiça. Esta questão, referente à mesma ação civil pública, já foi enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça, que assim a definiu: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO. EFICÁCIA TERRITORIAL DA SENTENÇA. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS DO TÍTULO. JUÍZO COMPETENTE. I - A orientação fixada pela jurisprudência sobranceira desta Corte é no sentido de que a decisão proferida no julgamento de Ação Civil Pública faz coisa julgada nos limites da competência territorial do órgão que a prolatou. II - Dessa forma, se o órgão prolator da decisão

é o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cumpre concluir que o acórdão tem eficácia em toda a extensão territorial daquela unidade da federação. Por outro lado, a eficácia subjetiva do aresto, estendeu-se à todos os poupadores do Estado que mantinham contas de poupança junto ao réu. III - Considerando o princípio da instrumentalidade das formas e do amplo acesso à Justiça, desponta como um consectário natural dessa eficácia territorial a possibilidade de os agravados, consumidores titulares de direitos individuais homogêneos, beneficiários do título executivo havido na Ação Civil Pública, promoverem a liquidação e a execução individual desse título no foro da comarca de seu domicílio. Não há necessidade, pois, que as execuções individuais sejam propostas no Juízo ao qual distribuída a ação coletiva. IV- Agravo Regimental improvido" (AgRg no REsp 755.429/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2009, DJe 18/12/2009). Tal entendimento foi prontamente acompanhado por esta Corte, vejamos: A decisão proferida em ação civil pública produziu eficácia erga omnes, abrangendo todos os poupadores do Estado do Paraná que mantinham caderneta de poupança no Banco Banestado S/A., no período em discussão, conforme art. 16 da Lei nº 7.347/85, sendo, portanto, correta a interposição da presente execução na Comarca de Sertanópolis (Agravo 692.534-8/01, 5ª Câmara Cível, Relator Desembargador Luiz Mateus de Lima, publicado diário da justiça em 19.08.2010). AGRAVO INOMINADO INTERPOSIÇÃO CONTRA DESPACHO QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO 1. ILEGITIMIDADE ATIVA DA EXEQÜENTE AFASTADA - LIMITAÇÃO TERRITORIAL DA DECISÃO NÃO CARACTERIZADA 2. DECISÃO VÁLIDA PARA TODOS OS POUPADORES DO ESTADO DO PARANÁ EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO VERIFICADO - RECURSO DESPROVIDO. 1. O entendimento que se estabeleceu é de que a eficácia erga omnes da sentença na ação civil pública, circunscreve-se aos limites da jurisdição do tribunal competente para julgar o recurso ordinário, ou seja, no caso o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná 2. O próprio acórdão proferido na ação civil pública, reconheceu a legitimidade da APADECO para pleitear em nome de todos os poupadores do Estado do Paraná, e não somente aos poupadores integrantes do quadro associativo da mencionada entidade (Agravo nº 670.312-8/01, 4ª Câmara Cível, Relatora Desembargadora Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes, publicado no diário da justiça em 11.06.2010). Por essa razão, na medida em que os ora Agravados, em sua maioria são residentes e domiciliados na comarca de Maringá (fls. 22/22-TJPR), havendo mantido conta-poupança perante o Itaú Unibanco S/A. (sucessor do banco Banestado S/A. - fls. 24/25 - TJPR), a sentença tem plena eficácia sobre o contrato havido entre as partes, o que justifica a competência territorial da Comarca de Maringá para apreciar a execução. É cediço que a sentença proferida na ação civil pública em comento produziu eficácia erga omnes a todos os poupadores deste Estado que mantiveram suas aplicações financeiras à época dos planos econômicos discutidos na causa. Portanto, a competência para as demandas executivas individuais é de todo o Estado do Paraná. Assim, neste particular, a pretensão recursal é manifestamente improcedente, além de estar em confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça e de Tribunal Superior. 2) Da nomeação de quotas de fundo de investimento O artigo 655, inciso I, do Código de Processo Civil contém a seguinte redação: Art. 655. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira. Alegam os Agravantes que a indicação de quotas de fundo de investimento de instituição financeira observa a ordem legal do Código de Processo Civil, já que tais quotas são equiparáveis ao dinheiro em espécie, devido à facilidade de serem liquidadas. Todavia as quotas depositadas no Fundo Unibanco DJ Títulos Públicos FI referenciado DI (fls. 223 destes autos), diferem substancialmente de dinheiro depositado ou aplicado. O bem indicado pelos agravantes tem natureza jurídica diversa, de título público, e está elencado no inciso X do supracitado artigo, que é a penúltima gradação de bens na ordem legal de preferência. Nesse sentido entende esta Corte, a exemplo dos seguintes precedentes, vejamos: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. ENTENDIMENTO PACÍFICO DA CÂMARA DO TRIBUNAL LOCAL E DOMINANTE NOS TRIBUNAIS SUPERIORES. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS ART. 557 DO CPC. DECISÃO COLEGIADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DO RELATOR. AGRAVO. ESPÉCIE POR INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA. QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. NÃO OBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL. EXEGESE DO ART. 655, INC. I, CPC. Recurso desprovido. (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Agravo nº 0675177-9/01, 15ª Câmara Cível, Relator Desembargador Jurandyr Souza Junior, julgado em 16.06.2010, publicado no DJ em 01.07.2010). AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. PENHORA. COTAS EM FUNDO DE INVESTIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. 1. O artigo 557 do Código de Processo Civil, objetivando encontrar rápida prestação jurisdicional, entre outros poderes, facultou ao juiz, em casos específicos, a colocar, desde logo, o processo em mesa para julgamento pelo Órgão Colegiado, sem necessidade de observar o trâmite legal. (...) 3. Dinheiro aplicado em instituição financeira inciso I nada tem a ver com aplicação em fundo de investimento inciso X, ambos do artigo 655 do CPCivil - motivo pelo qual foi muito bem indeferido o oferecimento de penhora. 4. Agravo de Instrumento desprovido. (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Agravo de Instrumento nº 0684794-9, 5ª Câmara Cível, Relator Desembargador Rosene Arão de Cristo Pereira, julgado em 13.07.2010, publicado no DJ em 30.07.2010). DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR (ART. 557, CPC). AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA (AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 38.765/98 APADECO X BANESTADO). INDICAÇÃO À PENHORA. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTOS. NÃO EQUIVALÊNCIA A DINHEIRO EM ESPÉCIE, NA ORDEM DE PREFERÊNCIA DO ART. 655 DO CPC. COTAS DE INVESTIMENTOS QUE SE RELACIONAM COM `TÍTULOS PÚBLICOS', CUJO VALOR DE MERCADO PODE OSCILAR. PREVALÊNCIA DO DINHEIRO E DA PENHORA PELO SISTEMA "BACEN- JUD" (PENHORA ON LINE). DECISÃO AGRAVADA CORRETA AO REJEITAR TAL INDICAÇÃO À PENHORA. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NESTA CORTE E NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SEGUIMENTO NEGADO. 1 As cotas de fundos de investimentos dizem com títulos públicos, cujo valor de mercado é oscilante. Além disso, o dinheiro em espécie sempre prevalece na preferência para penhora (art. 655, inc. I do CPC); 2 - "O juiz pode recusar a nomeação do bem oferecido, desde que o devedor tenha disponibilidade em dinheiro (JTA 103/171) (...)" (in CPC de Theotonio Negrão, Saraiva, 2010, 41ª Ed., nota 4 ao art. 655, p. 789). 3 Já decidiu o STJ em caso análogo, que: "(...) Na hipótese em exame, os bens apresentados para garantir o juízo foram títulos de Fundo Exclusivo de Investimentos de Renda Fixa, caracterizados por assumido risco de vantagem ou desvantagem para a parte contratante. (...) Assim, não havendo outros bens que possam ser penhorados (...) e diante da duvidosa garantia oferecida, justifica-se a penhora sobre o faturamento da empresa, conforme precedentes desta Corte." (STJ - AgRg no Ag 597300/RJ, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/04/2005, DJ 09/05/2005 p. 300). (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Agravo de Instrumento nº 0689188-1, 5ª Câmara Cível, Relator Juiz Substituto em Segundo Grau Rogério Ribas, julgado em 06.07.2010, publicado no DJ em 12.07.2010). AGRAVO INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE INDICA À PENHORA COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. RECUSA DO CREDOR. OFERECIMENTO INDEFERIDO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. TÍTULOS (ART. 655, X, DO CPC) QUE NÃO SE CONFUNDEM COM DINHEIRO EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO OU APLICAÇÃO EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (ART. 655, I, DO CPC). INJUSTIFICADO DESRESPEITO À ORDEM LEGAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Agravo de Instrumento nº 0556594-6, 16ª Câmara Cível, Relator Juiz Substituto em Segundo Grau Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira, julgado em 03.06.2009, publicado no DJ em 14.07.2009). Além disso, não resta dúvida sobre a importância do princípio da menor onerosidade da execução ao executado, pois ele evita que o devedor sofra atos desnecessariamente onerosos e ingerências indevidas em seu patrimônio. Contudo, esse princípio não pode ser interpretado como um comando absoluto porque, se assim fosse, tornaria a satisfação do crédito do exeqüente - que é o objetivo do processo de execução na maioria das vezes, inviável. Assim, imperioso destacar a lição de Luiz Rodrigues Wambier ao considerar que: "o objetivo da execução civil é a atuação da sanção mediante a satisfação do credor. Não se busca a punição do devedor" (Luiz Rodrigues Wambier et alli. Curso Avançado de Processo Civil. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, v. 2, p. 144). A partir disso, é cediço que se deve primar pela harmonia entre os interesses do credor e da execução e a forma menos onerosa para o devedor. Continuam os referidos autores (Luiz Rodrigues Wambier et alli. Curso Avançado de Processo Civil, obra citada, p. 145): O disposto no artigo 620 não é mais do que o desdobramento do princípio da proporcionalidade, que permeia todo o direito (não só o processual). Pelo princípio da proporcionalidade, sempre que houver a necessidade de sacrifício de um direito em prol de outro, esta oneração há de cingir-se aos limites do estritamente necessário. No mesmo sentido caminha Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart "o princípio da menor onerosidade só pode ser interpretado com vinculação ao princípio do meio idôneo" (Curso de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 270/271, v. 3). O interesse do executado só deve prevalecer se ao mesmo tempo satisfizer o interesse do credor. Por conseguinte, em relação à substituição de bens penhorados, os referidos autores dizem que "a menor restrição somente importa quando existem dois bens igualmente idôneos à realização do direito do exeqüente" (obra já citada, p. 270). O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, em diversas oportunidades vem adotando esse entendimento: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. EXECUÇÃO. PENHORA. NOMEAÇÃO DE BENS. GRADAÇÃO LEGAL. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA DOS ARTS. 620 E 655 DO CPC. REJEIÇÃO DE BENS INDICADOS. VERIFICAÇÃO DOS MOTIVOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. - Embora a execução deva ser realizada pelo modo menos gravoso ao devedor, isso não autoriza a inversão aleatória da ordem do artigo 655 do CPC, conforme a conveniência do executado. O sentido a ser dado à regra do art. 620 do CPC é que a opção pela via menos prejudicial ao devedor só se justifica quando os bens em cotejo se situem no mesmo nível hierárquico, ou seja, havendo outros bens em posição superior na ordem de preferência estabelecida no art. 655, nada impede que o credor recuse aqueles oferecidos pelo devedor. - Tendo a empresa nomeado bens à penhora sem observar a ordem estabelecida no art. 655 do CPC, é admissível a recusa do credor com a conseqüente indicação à penhora de numerário em conta-corrente, sem que isso implique em afronta ao princípio da menor onerosidade da execução previsto no art. 620 do CPC. - A controvérsia sobre a não-aceitação pelo credor dos bens oferecidos à penhora e a observância de que o processo executivo se dê da maneira menos gravosa ao devedor requerem atividade de cognição ampla por parte do julgador, com a apreciação das provas carreadas aos autos, circunstância vedada pela Súmula nº 07 do STJ. Agravo a que se nega provimento (Agravo Regimental na Medida Cautelar nº 14.798/RS, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18.11.2008, publicado no DJe de 28.11.2008). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AFASTAMENTO DO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA (INTEMPESTIVIDADE), PORQUANTO OBSERVADO O PRAZO PREVISTO NO ART. 508 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE PROVA. 1. A matéria suscitada nas razões de recurso especial e não-abordada no acórdão recorrido, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não merece ser conhecida por esta Corte, ante a ausência do indispensável prequestionamento (Súmula 211/STJ). 2. "O princípio da menor onerosidade não é absoluto e deve ser ponderado à luz

dos interesses de cada parte". Por outro lado, "a apreciação na instância especial da aptidão do bem para satisfação do crédito exeqüendo encerra matéria fática, cuja cognição é interditada pela Súmula 07 do E. STJ" (AgRg no REsp 627.541/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 21.3.2005). 3. Agravo regimental provido, tão-somente para reconhecer a tempestividade do recurso especial, mantido, no entanto, o desprovimento do agravo de instrumento (AgRg no Ag 773.796/SP, Relatora Ministra Denise Arruda, 1ª Turma, julgado em 12.12.2006, publicado no DJ de 01.02.2007). Assim, embora talvez desagrade os Agravantes, o mecanismo da penhora on line atende tanto a regra principiológica por eles mencionada, como vai ao encontro do princípio da satisfatividade do processo executivo, bem como da efetividade e da razoável duração do processo. Além do mais, por mais que se considere que a regra prevista no artigo 655 é flexível, denota-se que o executado não demonstrou efetivamente que a penhora on line determinada pelo juízo de Primeiro Grau poderia lhe causar algum prejuízo. Dessa forma, a penhora em dinheiro feita através do sistema BacenJud atende aos interesses do credor, que vê satisfeito o seu direito de forma célere e também ao do devedor, que tem afastado de seu patrimônio apenas a quantia exata para cumprir a sua obrigação. 3) A multa do artigo 475-J do Código de Processo Civil Sustentam os Agravantes, neste particular, que é inaplicável a multa do artigo 475-J do Código de Processo Civil na hipótese dos autos, uma vez que a sentença condenatória que embasa a execução foi proferida antes da entrada em vigor da lei 11.232/2005. Sem razão, no entanto. Não há dúvida alguma de que o Superior Tribunal de Justiça chegou mesmo a decidir que "A multa do art. 475-J do CPC não se aplica às sentenças condenatórias transitadas em julgado antes da vigência da Lei 10.232/2005 por simples falta de previsão legal à época. As leis processuais têm aplicação imediata, mas não incidem retroativamente" (Agravo Regimental no Recurso Especial 1116847/SP, Relator Ministro Sidnei Beneti, 3ª Turma, julgado em 25.05.2010, DJe 21.06.2010; Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 1029978/RS, Relator Ministro Fernando Gonçalves, 4ª Turma, julgado em 13.10.2009, DJe 09.11.2009). Contudo, convém lembrar que tal premissa foi estabelecida porque a Corte Superior entendia que o trânsito em julgado da sentença condenatória era o termo inicial para a contagem do prazo de quinze dias para pagamento voluntário, independentemente da necessidade de qualquer intimação da parte vencida ou de seu advogado. Por isso, fazia todo sentido defender a irretroatividade, se ao tempo do trânsito em julgado não havia lei estabelecendo a multa para a hipótese de não cumprimento espontâneo da sentença. Ocorre, porém que não bastasse a circunstância de o Superior Tribunal de Justiça ter modificado o seu entendimento [agora, "o cumprimento da sentença não se efetiva de forma automática logo após o trânsito em julgado, exige- se requerimento prévio do credor e intimação do devedor na pessoa do seu advogado para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não se o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação a multa de 10% prevista no art. 475-J, do CPC" Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial 940274/MS, 3ª Turma, Relator para o acórdão Ministro João Otávio de Noronha, DJe 31.05.2010], o fato de o trânsito em julgado da sentença condenatória ter ocorrido em 2002, antes mesmo do advento da Lei n° 10.232/2005, é irrelevante na espécie. É que em nenhum momento o trânsito em julgado da sentença foi considerado como termo inicial do prazo para o pagamento espontâneo, o que significa dizer que os precedentes citados não se aplicam à espécie, eis que tanto faz a data em que a sentença tornou-se definitiva e imutável. Basta verificar que logo após o pedido de cumprimento de sentença/execução individual iniciado pelo poupador, o magistrado a quo determinou a citação do banco para o cumprimento voluntário da sentença, no prazo de quinze dias, sob pena de aplicação da multa (fl. 201 destes autos). Vale dizer, quando da deliberação que sinalizou, pela primeira vez, a possibilidade de aplicação da multa, cujo prazo de quinze dias seria contado da intimação do devedor pessoal, seguramente já estava em vigor o artigo 475-J do Código de Processo Civil, em face do disposto no artigo 1.211 do mesmo código. Acrescente-se, por oportuno, que o mandado expedido (fl. 217 destes autos) para citação dos ora Agravantes foi regularmente cumprido (certidão de fl. 218). Assim, tenho para mim que a multa é devida. Outra não tem sido a orientação deste Tribunal de Justiça em casos de perfeita similitude fática: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. AGRAVO. ESPÉCIE POR INSTRUMENTO. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. TRÂNSITO EM JULGADO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI N. 11.232/2005. MULTA. ART. 475-J, CPC. APLICABILIDADE. Recurso provido. Multa do art. 475-J. "Tratando-se de cumprimento de sentença baseado em decisão proferida em ação civil pública, promovida individualmente por um dos titulares do direito individual homogêneo, há solução de continuidade entre o processo de conhecimento e a execução individual do julgado. Havendo esta cisão, os atos processuais são isolados, havendo a incidência da legislação superveniente, inclusive da lei 11.232/05, que instituiu a incidência de multa (art. 475-J do CPC) - (15ª Câmara Cível, Agravo de Instrumento 0717580-8, Relator Desembargador Jurandyr Souza Junior, julgado em 01.12.2010). AGRAVO INTERNO. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRANSITO EM JULGADO ANTERIOR À LEI 11.232/05. IRRELEVÂNCIA. INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ARTIGO 475-J. 1. Tratando-se de cumprimento de sentença baseado em decisão proferida em ação civil pública, promovida individualmente por um dos titulares do direito individual homogêneo, há solução de continuidade entre o processo de conhecimento e a execução individual do julgado. 2. Havendo esta cisão, os atos processuais são isolados, havendo a incidência da legislação superveniente, inclusive da lei 11.232/05, que instituiu a incidência de multa (art. 475-J do CPC). Agravo interno não-provido (15ª Câmara Cível, Agravo Interno 0693040-5/01, Relator Desembargador Jucimar Novochadlo, julgamento em 29.09.2010). Neste ponto, como visto, também não procede a alegação feita pelos Agravantes nas suas razões recursais. Diante do exposto, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente recurso, por estar em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal e de Tribunal Superior. Intimem-se, comunicando-se ao Juízo de Primeiro Grau. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Magnus Venicius Rox Juiz Substituto de Segundo Grau Convocado Relator 0017 . Processo/Prot: 0812499-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/190408. Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2010.00000989 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Michelle Braga Vidal, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Capela Nossa Senhora/paróquia Santo Antônio. Advogado: Edivar Mingoti Júnior. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PRAZO 15 (QUINZE) DIAS TERMO INICIAL INTIMAÇÃO DO TERMO DE PENHORA EXIGÊNCIA DO ART. 475-J, §1º DO CPC DESPROVIMENTO MONOCRÁTICO (ART. 557, CAPUT, CPC). Trata-se de recurso de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por Banco Banestado S.A. em sede de cumprimento de sentença (autos nº. 989-06.2010), ajuizado por Capela Nossa Senhora/Paróquia Santo Antônio em face do ora Agravante, contra decisão (fls. 255) que, reconsiderando decisão de fls. 87 (autos de origem), deixou de conhecer a impugnação ao cumprimento de sentença oposta pelo banco, ora agravante, por reputá-la intempestiva. Inconformado, Banco Banestado S.A. interpôs tempestivo recurso de agravo de agravo de instrumento. Após apresentar breve histórico do processo e justificar a sua tempestividade, sustenta o ora agravante, em síntese, que: a) o prazo de quinze dias para a oferta de impugnação ao cumprimento de sentença conta-se a partir da efetivação da penhora (art. 475-J, §1º, do CPC), o que, no presente caso, não ocorreu no momento do mero bloqueio eletrônico dos valores, pois a sua transferência não se operou; em tais hipóteses, a penhora se efetiva apenas no ato da transferência dos valores bloqueados à conta judicial, o que não se verifica neste caso; assim, merece reforma a decisão no sentido de conceder, ao banco, o prazo de quinze dias para a oferta da impugnação, a contar da efetiva transferência dos valores à conta judicial; b) a intimação do auto de penhora foi dirigida apenas aos seus advogados, não sendo o Banco agravante pessoalmente intimado a seu respeito, ato imprescindível ao início da fluência do prazo para impugnação; c) a parte exequente carece de interesse de agir, na medida em que deixou de instruir a inicial com o extrato da conta poupança objeto de sua pretensão (relativo ao mês de fevereiro de 1989), documento imprescindível para demonstração da certeza, liquidez e exigibilidade dos valores pretendidos; d) o credor não detém legitimidade para ajuizar o cumprimento da sentença, que faz coisa julgada erga omnes apenas nos limites territoriais do órgão prolator (art. 16 da Lei 7.347/1985), que no caso, é a Comarca de Curitiba; contudo, os impugnados residem e mantiveram conta em comarca diversa; e) o exequente não comprova a manutenção de caderneta de poupança na comarca de Curitiba à época do ajuizamento da ação coletiva (requisito previsto pelo art. 2º-A, da Lei 9.949/1997), tampouco demonstrou a manutenção de vínculos associativos com a associação autora da referida demanda, o que também lhe retira a legitimidade para promover o cumprimento da sentença; f) o critério de atualização monetária empregado pela agravada é diverso daquele que efetivamente corrige os saldos dos depósitos em caderneta de poupança; foi adotada, ainda com equívocos, a tabela de correção monetária do TJPR; g) deve ser afastada a incidência da multa prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil, pois não havia previsão legal neste sentido à época do trânsito em julgado da sentença condenatória; h) justifica-se a concessão de efeito suspensivo ao recurso (CPC, art. 527, inc. III e 558); a relevância da fundamentação está mais do que comprovada, pois é evidente a incidência da prescrição; o perigo da demora reside no fato de que a própria decisão autorizou a expedição de alvará para levantamento do valor incontroverso em caso de recurso, "sabendo-se que a tese central gera (sic) exatamente em torno do acolhimento da prescrição, que torna nula toda a pretensão executiva contraditória, levando-se em conta, ainda, a vultuosa importância do numerário em questão" (fls. 25); os danos são irreversíveis, pois não há comprovação de que a parte agravada dispõe de patrimônio suficiente à devolução dos valores que sejam indevidamente liberados em seu favor pelo processamento indevido do cumprimento de sentença; assim, o efeito suspensivo deve ser deferido para que se determine a manutenção dos valores objeto da constrição em conta judicial, impedindo-se qualquer levantamento, até que as matérias (especialmente a prescrição) sejam decididas pelas instâncias superiores; i) subsidiariamente, deve-se impor à agravada a prestação de caução, por aplicação analógica do que dispõe o art. 475-M, §1º, do CPC. É a síntese do essencial. Admito o processamento do Agravo por estarem presentes, prima facie, os pressupostos de admissibilidade, eis que foi tempestivamente interposto, além de conter todos os demais pressupostos processuais. De acordo com o art. 557, caput, do Código de Processo Civil o relator deve negar seguimento ao recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Alega o ora Agravante que não ocorreu o termo de penhora nos autos, apenas o bloqueio de valor via BacenJud, e que não fora intimado pessoalmente o Banco de tal decisão, motivo pelo qual a sua impugnação (fls. 153/167 TJPR) é tempestiva, devendo, assim, ser reformada a decisão do Juízo a quo (fls. 255 TJPR) que julgou intempestiva. Tal decisão não comporta modificação. Vejamos. De acordo com o art. 475-J, §1º do CPC o prazo, de quinze dias, para o oferecimento da impugnação começará a fluir da intimação do executado auto de penhora. De análise dos autos, verifica-se que houve o bloqueio de valores via sistema Bancejud às fls. 110 TJPR-, valore estes que foram substituídos por cotas de fundo de investimento à pedido do Banco, decisão de fls. 120 TJPR. Da penhora das cotas de fundo de investimento foi lavrado o termo de penhora às fls. 121 TJPR -, sendo que o Agravante fora intimado de tal termo no dia 22.11.2010, de acordo com a certidão de fls. 123 TJPR. Assim, ao contrário do que alega o Agravante, o seu pedido de substituição dos valores por cotas em fundo de investimento foi

analisado pelo Juízo a quo e inclusive com deferimento do seu pedido. E mais, houve a correta intimação do termo de penhora, não necessitando a intimação pessoal como faz crer o Agravante, bastando a intimação via Dário Eletrônico do Tribunal de Justiça, conforme preceitua o art. 475-J, §1º c/c arts. 236 e 237, todos do CPC. Conforme entendimento desta Corte, o prazo para a impugnação começar a decorrer a partir da intimação da penhora, vejamos: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRAZO. 15 DIAS. EXEGESE DO ART. 475-J, §1.º, DO CPC. TERMO INICIAL. INTIMAÇÃO DA PENHORA. REABERTURA DO PRAZO. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO TEMPORAL. RECURSO NÃO PROVIDO (TJPR AI n. 805308-7 15ª C.C Dec. Monocrática Rel. Fábio Haick Dalla Vecchia 05/08/2011) Tendo a intimação do termo da penhora ocorrido dia 22.11.2010 (fls. 123 TJPR), iniciando o prazo dia 23.11.2010, conclui-se que último prazo para apresentação da impugnação seria dia 07.12.2010, entretanto o Agravante ofereceu dia 01.02.2011 (fls. 153 TJPR), muito aquém do prazo limite. Desta forma, encontra-se correto o entendimento de primeiro grau, entendendo precluso o direito processual do Agravante pela intempestividade da impugnação à liquidação e cumprimento da sentença. Diante do exposto, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego provimento ao presente recurso, por manifesta improcedência de suas razões, bem como por estar em confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal. Intimem-se, comunicando-se ao Juízo de Primeiro Grau. Curitiba, 05 de setembro de 2011. DENISE HAMMERSCHMIDT Relatora Convocada

0018 . Processo/Prot: 0814309-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/200453. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0023805-55.2010.8.16.0019 Obrigação de Fazer. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: Denise Rocha Preisner Oliva, Francielly Tibola, Gisele Marie Mello Bello Biguette. Agravado: Instaladora Intelemic Ltda. Advogado: Alexandre Postiglione Bührer. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO. AUSÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. A Falta das cópias da procuração outorgada ao procurador da parte leva ao não conhecimento do recurso, pois são peças obrigatórias, nos termos do artigo 525, inciso I, do CPC. Agravo de Instrumento não conhecido. 1. Da decisão de fls. 86 TJ., na ação de obrigação de fazer cumulada com compensação por danos morais ( autos n.º 23805/2010 ) que Instaladora Intelemic Ltda. promove contra o Banco Bradesco S/A, interpôs o primeiro o presente recurso de agravo de instrumento. 2. O Código de Processo Civil em seu artigo 557, caput, autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal ou de Tribunal Superior. É o que ocorre neste feito. Neste sentido, colhe-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC RECURSO ESPECIAL AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. 1. O julgamento monocrático pelo relator encontra autorização no art. 557 do CPC, que pode negar seguimento a recurso quando: a) manifestamente inadmissível (exame preliminar de pressupostos objetivos); b) improcedente (exame da tese jurídica discutida nos autos); c) prejudicado (questão meramente processual); e d) em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do STF ou de Tribunal Superior. 2. Legitimidade da decisão que, amparada no art. 557 do CPC, negou seguimento a recurso especial que não preencheu os requisitos de admissibilidade. 3. Agravo regimental improvido." ( STJ., AgRg no Agravo de Instrumento n.º 779.923/BA., Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, data do julgamento 26/10/2006 ). O agravo de instrumento é manifestamente inadmissível. Analisando-se as peças que acompanharam o agravo de instrumento, verifica-se que não foi instruído com cópia do instrumento de mandato do agravante, Banco Bradesco S/A, outorgando poderes a subscritora do agravo de instrumento, Dra. Denise Rocha Preisner Oliva. De outro lado, observo dos autos, que não há notícias da procuração original ao advogado Dr. Nelson Paschoalotto, para que esta pudesse substabelecer aos advogados relacionados no substabelecimento de fls. 95 TJ.. Assim sendo, inquestionável, pois, a ausência de poderes da subscritora do agravo de instrumento, pois não pode prevalecer o substabelecimento, quando não há nos autos procuração do advogado substabelecente. Sendo, portanto, deficitária a formação do agravo de instrumento já que o agravante não juntou cópia da procuração, uma das peças indispensáveis a instrução do recurso, conforme dispõe o inciso I, do artigo 525, do Código de Processo Civil. Assim sendo, inquestionável a ausência de poderes ao subscritor do agravo de instrumento. Trilhando esse norte é a jurisprudência deste Tribunal de Justiça: "DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCURAÇÃO - AUSÊNCIA - A FALTA DE CÓPIAS DAS PROCURAÇÕES DOS AGRAVADOS LEVA AO SEU NÃO CONHECIMENTO - PROCURAÇÕES DOS AGRAVADOS SÃO PEÇAS OBRIGATÓRIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 525, INCISO I, DO CPC - RECURSO NÃO CONHECIDO." ( TJPR., Agravo de Instrumento n.º 671999-9, Relatora Desembargadora Maria Mercis Gomes Aniceto, Décima Sexta Câmara Cível, AC. 18074, data da publicação no DJ 29/07/2010 ) Outro não é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. ROL DO § 1º. FALTA DE TRASLADO DE PEÇA OBRIGATÓRIA. PROCURAÇÃO DA AGRAVANTE. INSUBSISTÊNCIA DO SUBSTABELECIMENTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA LEGÍTIMA OUTORGA DE PODERES. 1. A procuração da agravante é peça essencial à formação do instrumento de agravo, de modo a viabilizar a sua formação. 2. O traslado do substabelecimento não subsiste por si só, por isso que, é indispensável apresentar a procuração outorgada ao advogado substabelecente, para comprovar a legítima outorga de poderes. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ., AgRg no AG 584694/MG., Primeira Turma, Relator Ministro Luiz Fuz, data do julgamento 03/02/2005, data da publicação no DJ 28/02/2005, página 203 ). Assim sendo, a falta de peça obrigatória autoriza o relator a obstar o andamento do agravo de instrumento, negando-lhe seguimento, já que o artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil é claro ao dispor acerca da necessidade da juntada da procuração outorgada pelo agravante. Intime-se. Curitiba, 12 de setembro de 2.011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0019 . Processo/Prot: 0814664-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/196579. Comarca: Ibiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 2010.00001112 Execução por Quantia Certa. Agravante: Alberto Silveira Borges - Me. Advogado: Fábio Aparecido Franz, Kátia Cristine Pucca Bernardi, Dirceu Bernardi Junior. Agravado: Sicredi Uniao - Pr. Advogado: André Luiz Bonat Cordeiro, Alceu Conceição Machado Neto. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONEXÃO COM AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO POSSIBILIDADE EXISTÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE ENTRE AS AÇÕES PROVIMENTO MONOCRÁTICO (ART. 557, §1º DO CPC). 1) Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, manejado por Alberto Silveira Borges - ME, contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara Cível e Anexos de Ibiporã, que, nos autos n. 1.112/2010, de "AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL", ajuizado pela Agravada, rejeitou a exceção de pré-executividade, declarando não restar caracterizada a conexão entre a ação de execução e a ação revisional, esta proposta pelo agravante. Em suas razões recursais o Agravante afirmou que há conexão entre as ações, uma vez que coincidem a causa de pedir (legalidade do contrato A8173030-4) e os pedidos (exigibilidade da obrigação contida nele), devendo por razões de segurança jurídica, evitar decisões conflitantes entre si. Diante disto, pugna o agravante pelo recebimento do recurso no seu duplo efeito e no mérito pela revogação da decisão proferida pelo Juízo a quo, acolhendo a objeção de preexecutividade, para o fim de f. 02 reconhecer a conexão entre as ações de revisão de contrato (autos nº 786/2009) e de execução (autos nº 11.120/2010). É o breve relatório. 2) Admito o processamento do Agravo por estarem presentes, prima facie, os pressupostos de admissibilidade, eis que foi tempestivamente interposto, além de conter todos os demais pressupostos processuais. Entendo que o presente recurso comporta julgamento imediato, nos termos do § 1º-A do art. 557 do CPC, eis que manifestamente consoante com a jurisprudência. Vejamos. De análise dos autos, conclui-se que mesmo que não se justifique a conexão, propriamente dita, é incontestável a existência, de prejudicialidade entre as ações e a necessidade de reunião dos processos. Esta prejudicialidade se deve ao fato de que os atos na ação executiva podem vir a contrariar a decisão da ação revisional. Caso haja a procedência do pedido da ação de conhecimento, o valor do título executado sofrerá mudanças, e, dependendo do momento do processo executivo em que isso se concretizar, poderá haver danos sérios à parte executada. Não por menos, os doutrinadores e os julgadores vêm formando uma convicção que compartilha desse entendimento, posto que há nítida relação de prejudicialidade entre uma demanda ordinária revisional e a outra que implique na execução do mesmo contrato. A ação de revisão contratual é de natureza constitutiva e, quando diga respeito à parcela do contrato que disponha sobre as qualidades de certeza, liquidez ou exigibilidade da execução, fica ainda mais evidente a possibilidade de influência desta perante a execução. f. 03 É de se perceber, inclusive, que a discussão travada nessas ações pode implicar uma prejudicialidade total ou parcial, pois se pode extirpar por completo a cláusula objeto da ação e, por conseqüência, impedir ou extinguir a execução; ou, apenas, adequar a cláusula a uma nova realidade, limitando a atividade executiva. Assim, sempre que for previsível o desenvolvimento de um processo de execução em desconformidade com o direito material das partes, deve ser feita a reunião dos feitos conexos ou, pelo menos, permanecer suspensa a demanda executiva enquanto pender de julgamento a respectiva ação de conhecimento prejudicial. Essa medida se faz necessária, inclusive, para privilegiar o princípio da economia processual, uma vez que se evitam atos inúteis ou passíveis de anulação, o que também condiz com o princípio da efetividade do processo. Não há dúvidas de que o presente caso se enquadra nessa hipótese, pois não se dá a melhor solução a uma lide mandando executar um contrato e, paralelamente, em um outro processo, determinando a revisão da situação jurídica das partes com base num único negócio jurídico. Assim, segundo as informações dos autos, tanto a demanda revisional quanto a executiva tramitam no mesmo juízo. Portanto, não há empecilho para que elas sejam reunidas a fim de que tenham uma tramitação simultânea e com decisões compatíveis. Assim é o entendimento desta Corte: DECISÃO MONOCRÁTICA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO, EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL E EMBARGOS DO DEVEDOR - CONEXÃO - EXISTÊNCIA - PRECEDENTES DESTA CORTE E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RECURSO PROVIDO - ART. 557, DO f. 04 CPC. (TJPR 17ª C.C AI nº 803065-9 Dec. Monocrática Rel. José Carlos Dalacqua j. 22/07/2011) (grifei) AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EVIDENTE VINCULAÇÃO COM AÇÃO REVISIONAL AJUIZADA ANTERIORMENTE. DECISÃO QUE DETERMINA A REUNIÃO DOS FEITOS. CABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 105 DO CPC. PRECEDENTES DO STJ. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. "Consoante precedentes deste Superior Tribunal de Justiça, pode haver conexão entre a execução e a ação de revisão do contrato, sendo que razões de ordem prática recomendam a reunião dos feitos." (TJPR, Agravo de Instrumento nº 695.379-9, Rel. Des. Guido Döbeli, publicado em 27/10/2010). (grifei) Neste mesmo sentido entende o Superior Tribunal de Justiça: Ação de revisão de cláusulas. Execução. Conexão. 1. Como está em precedente da Corte, possível a reunião do processo de conhecimento e da execução posteriormente ajuizada, por razões de ordem prática, e, se garantido o Juízo, dá-se à ação de revisão o tratamento de embargos com as conseqüências

daí decorrentes. 2. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 800.880/PE, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/10/2006, DJe 05/03/2009) (grifei) Assim sendo, a melhor solução, no caso, é dar provimento de plano ao recurso, a fim de reformar a decisão agravada e determinar a reunião dos processos para que tenham tramitação simultânea, de modo a evitar decisões discrepantes. f. 05 3) Diante do exposto, nos termos do artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, conheço do recurso e dou provimento, por manifesto consonância com a jurisprudência dominante deste Tribunal. Intimem-se, comunicando-se ao Juízo de Primeiro Grau. Curitiba, 21 de Setembro de 2011. DENISE HAMMERSCHMIDT JUÍZA RELATORA CONVOCADA

0020 . Processo/Prot: 0816432-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/196200. Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000130 Ação Monitória. Agravante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Marcos Vinicius Dacol Boschirolli. Agravado: Livrobel Materiais Didáticos Ltda. Epp, Gilberto Smaniotto, Cirlei Teresinha Smaniotto. Advogado: Antonio Carlos Marteli. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVANTE: HSBS BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO. AGRAVADOS: LIVROBEL MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA. EPP E OUTROS RELATORA: DESª. MARIA MERCIS GOMES ANICETO. Vistos, etc. Trata-se de agravo de instrumento interposto por HSBS BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO contra a decisão que, nos autos da ação de monitória, reconheceu a conexão com a ação de cobrança, entre as mesmas partes; declinou a competência e determinou a remessa dos autos à 3ª Vara Cível da mesma Comarca de Cascavel, por decisão proferida nestes termos: "Cuida-se de ação monitória ajuizada por HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo,. Em face de Livrobel Materiais Didáticos Ltda, alegando a requerida haver conexão com a ação de cobrança que tratmita perante a Terceira Vara Cível desta Comarca, autos nº 130/09. No caso em exame as ações têm por objeto o contrato existente entre as partes, sendo inegável a possibilidade de decisões conflitantes, pois eventual acolhimento da pretensão do requerido, com a modificação das cláusulas entabuladas, terá reflexos na ação conexa. Thoeotônio Negrão, in Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 35ª edição, p. 209, colaciona: "Art. 103:7. Quando duas ações têm fundamento num mesmo contrato, há identidade de causas e, pois, conexão (RP 3/330, em. 51). ... (RT 718/163)". Entendimento corrente é de que a reunião de processos deve ocorrer não somente no caso de conexão ou continência, mas sempre que haja clara possibilidade de decisões contraditórias (RSTJ 112/169 colacionada por Theotônio Negrão, in Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 35ª edição, nota 1ª. Ao art. 104, p. 210). A propósito: "(...) Reconhece-se a conexão entre a execução e a ação declaratória de nulidade de cláusulas, pos consistir esta resistência antecipada do devedor, em ordem a operar como verdadeiros embargos. Precedentes. Recurso Especial conhecido, em parte e provido" (STJ, REsp 294.562/RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 24.05.2001, DJ 20.08.2001, p. 460). 2 Verifico, outrossim, que a ação de cobrança foi despachada em primeiro lugar no dia 27.01.2009 e aqui, um dia depois, em 28 de janeiro de 2009. Assim sendo, havendo a possibilidade de decisões contraditórias, declino a competência para o julgamento desta ação monitória para o juízo da Terceira Vara Cível desta Comarca, para onde deverá ser remetida" (fls. 149). Sustenta, no sentido de sua reforma, em suma: que não há razão para conexão, pois não há similaridade de pedidos entre a ação de cobrança e a monitória; que a ação de cobrança depende de um tipo de prova específico e pode ser fundada em qualquer tipo de prova (documental, testemunhal e pericial); já a ação monitória é baseada exclusivamente em prova escrita, como um instrumento particular, porém sem eficácia de título executivo, como dispõe o art. 1.102-A do CPC; que a ação de cobrança comparada à monitória é bem mais demorada, considerada sua fase instrutória e a distinção clara entre ambas mostra que não há como haver conflito entre as decisões, como pode ocorrer entre as ações executivas e as revisionais. Conclui pleiteando efeito suspensivo e, por fim, o provimento do recurso, com a reforma da decisão hostilizada. É o relatório. Decido: 3 2. O presente recurso comporta análise imediata por parte desta Relatora, pois diante da singeleza da matéria em exame - que prescinde das informações do Juízo a quo e da resposta do agravado, consoante prerrogativa inserta no art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil. Trata-se de insurgência quanto ao reconhecimento de conexão entre a ação monitória e ação de cobrança ajuizadas entre as mesmas partes. Sem razão o Agravante. Com efeito, verifica-se dos autos que ao propor a ação de cobrança, o ora Agravante consignou na exordial o que segue: "DOS FATOS A Ré na data de 18 de setembro de 1998 firmou com o autor uma PROPOSTA DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE E TERMO DE OPÇÃO PESSOA JURÍDICA onde aderiu aos termos e condições do Contrato Global de Relacionamento Comercial e Financeiro para Pessoa Jurídica, que está registrado no 2º Registro de Títulos e Documentos de Curitiba, microfilme nº 890.854 (cópia dos instrumentos em anexo). Os demais contratos dispunham sobre a concessão de crédito em na forma de Giro Fácil, de Giro Fácil Global e Contrato de Limite Rotativo para Desconto de Títulos de 4 Crédito e Mútuo, além, é claro, do Contrato de Abertura de Limite de Crédito em Conta Corrente. Desde então o Réu passou a utilizar o crédito sempre que julgou necessário, entretanto nos últimos meses não conseguiu mais manter suas obrigações em dia (...)".(fls.153/154-TJ). E na ação monitória, pelo mesmo ora Agravante proposta conta os mesmos ora Agravados, assim consignou: "DOS FATOS A Ré na data de 18 de setembro de 1998 firmou com o autor uma PROPOSTA DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE E TERMO DE OPÇÃO PESSOA JURÍDICA onde aderiu aos termos e condições do Contrato Global de Relacionamento Comercial e Financeiro para Pessoa Jurídica, que está registrado no 2º Registro de Títulos e Documentos de Curitiba, microfilme nº 890.854 (cópia dos instrumentos em anexo). Os demais contratos dispunham sobre a concessão de crédito em na forma de Giro Fácil, de Giro Fácil Global e Contrato de Limite Rotativo para Desconto de Títulos de Crédito e Mútuo, além, é claro, do Contrato de Abertura de Limite de Crédito em Conta Corrente. Desde então o Réu 5 passou a utilizar o crédito sempre que julgou necessário, entretanto nos últimos meses não conseguiu mais manter suas obrigações em dia (...)".(fls.09/10-TJ). Ou seja, inequivocamente as duas ações cuidam de transações efetuadas no mesmo contrato firmado entre as mesmas, decorrente da mesma relação jurídica, mostrando-se, com isso, inegável a conexão existente entre elas, conforme reconhecido pelo MM. Juiz da causa, que nem poderia deixar de acolher requerimento nesse sentido da parte ré, que tem na ação de cobrança, como pelo próprio Agravante afirmado, maior oportunidade de ampla defesa de seus direitos. Nesse sentido; "AÇÕES REIVINDICATÓRIA E DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS. CONEXÃO. PRETENSÃO DE JULGAMENTO CONJUNTO DESCONSIDERADA. PREJUÍZO À PARTE. JULGAMENTO ANULADO. -- Tratando-se de ações conexas e tendo uma das partes requerido, oportuna e fundamentadamente, o julgamento conjunto, a desconsideração do pleito pelo órgão julgador conduz à nulidade da decisão proferida. Prejuízo advindo a uma das partes em face do julgamento realizado separadamente. Recurso especial conhecido e provido". (STJ, REsp 131862/RJ, T4 Quarta Turma, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, DJ 19/12/2003 p. 465). 6 Esta Corte já decidiu ação monitória conexa com ação de cobrança: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS. APELAÇÃO. CONTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. CONEXÃO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. CARTÃO DE CRÉDITO. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS. APELAÇÃO 2. INOVAÇÃO RECURSAL. LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS. TAXA SELIC. MATÉRIA NÃO SUBMETIDA AO CRIVO DO CONTRADITÓRIO E AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU. NÃO CONHECIMENTO. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO POR PARCELAS FIXAS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IRRELEVÂNCIA. CÁLCULO DOS JUROS. FASE PRÉ- CONTRATUAL. PREÇO CERTO E DETERMINADO. LEGALIDADE. "VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM". BOA-FÉ CONTRATUAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LEGALIDADE. LIMITAÇÃO À TAXA DO CONTRATO. SÚMULA Nº 294 DO STJ. ENCARGOS. MULTA E JUROS MORATÓRIOS E REMUNERATÓRIOS. CUMULAÇÃO COIBIDA. SÚMULAS Nº 30 E 296 DO STJ. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. IMPOSSIBILIDADE. VALORES COBRADOS A MAIOR. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. FORMA SIMPLES. APELAÇÃO 1. CARTÃO DE CRÉDITO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 354, DO CÓDIGO CIVIL. APLICABILIDADE. PAGAMENTO MÍNIMO DA FATURA. QUITAÇÃO MENSAL DOS JUROS. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. ILEGALIDADE. PERIODICIDADE ANUAL. POSSIBILIDADE. EXEGESE DO ART. 591 DO CÓDIGO CIVIL. CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. INSCRIÇÃO. ABSTENÇÃO. PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA. VERBA ARBITRADA. MANUTENÇÃO. (...) 7 (TJPR, 15ª CCiv., AC 613609-0, Rel. Des. Jurandyr Souza Júnior, DJ 16/12/2009). De forma que, decidiu com acerto o MM. Juiz da causa, devendo ser mantida a decisão agravada, como lançada. Nessas condições, conheço do recurso e, considerando que nesta parte está em confronto com o entendimento deste Tribunal e da jurisprudência dominante das Cortes Superiores, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso. É como decido. 3. Dê-se baixa nos registros de pendência do presente agravo. Publique-se e Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. MARIA MERCIS GOMES ANICETO RELATORA 8

0021 . Processo/Prot: 0816761-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/192382. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0011269-90.2011.8.16.0014 Exibição de Documentos. Agravante: José Baltazar de Lima. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida. Agravado: Banco Banestado SA. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Benesse que se concede mediante simples afirmação. Presunção juris tantum. Benefício concedido. VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 816761-1, de Londrina - 1ª Vara Cível, em que é agravante JOSÉ BALTAZAR DE LIMA e agravado BANCO BANESTADO SA. 1. Relatório Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão (fls. 26-TJ) que indeferiu o benefício da assistência judiciária gratuita. A recorrente alegou que basta a simples declaração de necessitado para receber o benefício da assistência judiciária gratuita, bem como não tem condições financeiras para suportar as custas e despesas processuais. Em síntese, é o relatório. 2. Fundamentação: O presente agravo de instrumento foi regularmente instruído, conforme disposto no artigo 525 do Código de Processo Civil. Insurge-se a agravante contra a decisão que indeferiu o benefício de assistência judiciária gratuita. Inicialmente, necessário tecer alguns comentários sobre o mencionado benefício. A assistência judiciária gratuita encontra amparo legal na Lei n 1.060/50, quando o recorrente não for possuidor de condições suficientes para responder pelas custas processuais e advocatícias. O benefício da assistência judiciária gratuita é concedido à parte que, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, declarar que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, presumindo-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição, nos termos da Lei 1.060/50. No caso dos autos, verifica-se que tal procedimento foi cumprido pelo ora agravante, vez que na própria inicial (fls. 39-TJ) declarou que está impossibilitada de realizar o pagamento do preparo, sobretudo porque a sua atual condição financeira não lhe permite. Outrossim, nada existe nos autos documentando que o agravante financeiramente possui condições de arcar com as custas da demanda. A afirmação de incapacidade financeira é juris tantum, cabendo à parte adversa, o ônus de provar que a condição de pobreza não vai de encontro com a realidade do beneficiado. Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL.

SERVIDOR PÚBLICO. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Esta Superior Corte de Justiça possui entendimento jurisprudencial de que a simples declaração de miserabilidade feita pela parte é suficiente para deferimento do benefício da justiça gratuita. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido". (STJ, AgRg no Ag 1005888/PR, Rel. Ministro OG Fernandes, 6ª Turma, j.20.08.2008). "PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. (...) 2. Para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita é suficiente a simples afirmação do interessado de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo de sua manutenção ou de sua família. 3. A declaração prestada na forma da lei firma em favor do requerente a presunção juris tantum de necessidade que somente será elidida diante de prova em contrário. 4. Recurso especial improvido." (REsp 379549/PR, Segunda Turma, Ministro Castro Meira, j. 18/10/2005). Neste sentido, este Tribunal de Justiça decidiu: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CONSTITUTIVA NEGATIVA DE NULIDADE C/C AÇÃO CONDENATÓRIA DE RESTITUIÇÃO DE VALORES E DECLARATÓRIA - INDEFERIMENTO DO PLEITO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - ALEGAÇÃO DE CONDIÇÃO FINANCEIRA - ÔNUS DA PROVA DO RÉU / AGRAVADO - AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA EM CONTRÁRIO DA CAPACIDADE ECONÔMICA DO AUTOR - PROPRIETÁRIO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS - IRRELEVÂNCIA - CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO QUE NÃO SE TRADUZ EM ÓBICE PARA O DEFERIMENTO DO PLEITO - BENEFÍCIO QUE DEVE SER CONCEDIDO ANTE SIMPLES DECLARAÇÃO DA PARTE - INTELIGÊNCIA DO INCISO LXXIV, DO ARTIGO 5° DA CF/88 E DO ARTIGO 4° DA LEI N° 1.060/50 _ SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. 1. O deferimento da gratuidade judiciária, não implica em exigir o estado de penúria ou miséria absoluta da requerente, basta o prejuízo do sustento próprio ou da família. A existência de mínima condição econômica não afasta o direito ao benefício. 2. Não existindo fundamentação adequada no despacho agravado, em tal sentido, o benefício deve ser concedido, mesmo porque o simples fato de o agravante ser produtor agrícola não demonstra capacidade econômica de suportar as despesas do processo."(AI n° 317.829-2, 7ª C.C., Rel. Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira, j. 06/06/2006). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO RECORRIDA QUE INDEFERIU OS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA AO AGRAVANTE - SIMPLES AFIRMAÇÃO DA NECESSIDADE DA SUA CONCESSÃO - DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO - POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO - ART. 4º, DA LEI Nº 1.060/50 - PRECEDENTES - RECURSO PROVIDO". (AI n° 322.360-1, Rel. Maria Mercis Gomes Aniceto, 16ª C.C., pub. 19.05.06) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. NÃO COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS - DESNECESSIDADE. DECLARAÇÃO DE POBREZA SUFICIENTE PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1- A simples afirmação da necessidade da justiça gratuita é suficiente para o deferimento do benefício, haja vista o art. 4º, da Lei nº 1.060/50 ter sido recepcionado pela atual Constituição Federal. Precedentes da Corte. 2- Ainda que assim não o fosse, é dever do Estado prestar assistência judiciária integral e gratuita, razão pela qual, nos termos da jurisprudência do STJ, permite-se a sua concessão ex officio (...)". (STJ, RESP 320019/RS, Sexta Turma, Relator Ministro Fernando Gonçalves, publicação 15.04.2002). 3 - Poderá contudo, ser revogado o benefício se comprovado que não está a merecê-lo. RECURSO PROVIDO". (AI n° 313.089-2, 16ª C.C., Rel. Des. Shiroshi Yendo, j. 18/01/2006, unânime, DJPR. 03/02/2006). Ante o exposto, é de ser concedido ao agravante o benefício da assistência judiciária gratuita, ressalvando-se, no entanto, que a benesse poderá ser extinta se inequivocamente demonstrada a sua desnecessidade. 3. DECISÃO: Diante do exposto, o presente agravo de instrumento deve ser provido, amparado pelo disposto no art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil. Intime-se e remeta-se cópia da presente decisão ao douto Juiz da causa. Arquivem-se, oportunamente. Curitiba, 19 de agosto de 2011.B JOATAN MARCOS DE CARVALHO Relator

0022 . Processo/Prot: 0817078-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/192358. Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0011035-57.2011.8.16.0031 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Escola Assunção de Nossa Senhora Educação Infantil e Ensino Fundamental. Advogado: Ricardo dos Santos Massoqueti, Carlos Henrique Silvestri Luhm. Agravado: Eloi Betanin, Enedina Foppa Betanin. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

1. Das decisões de fls. 57 TJ., na execução contra Devedor Solvente ( autos n.º 736/2011 ) que Escola Assunção de Nossa Senhora Educação Infantil e Ensino Fundamental promove contra Eloi Betanin e Enedina Foppa Betanin. A agravante maneja o presente recurso visando a reforma da decisão proferida pelo MM. Juiz da1ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava. Assevera, em linhas gerais, que não reúne condições para arcar com as custas e despesas processuais. Aponta, ainda, que promove várias execuções, tendo em vista a grande inadimplência. Ressalta que, conforme atesta a documentação contábil, acumulou receita anual de apenas R$ 1.288,28, ou seja, de R$ 107,35 ao mês. Aduz sobre a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Requer, por fim, a concessão do efeito ativo. Os autos foram conclusos ao ilustre Desembargador Prestes Mattar que declinou da competência. 2. O Código de Processo Civil em seu artigo 557, caput, autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal ou de Tribunal Superior. Neste sentido, colhe-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC RECURSO ESPECIAL AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. 1. O julgamento monocrático pelo relator encontra autorização no art. 557 do CPC, que pode negar seguimento a recurso quando: a) manifestamente inadmissível (exame preliminar de pressupostos objetivos; b) improcedente (exame da tese jurídica discutida nos autos); c) prejudicado (questão meramente processual); e d) em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do STF ou de Tribunal Superior. 2. Legitimidade da decisão que, amparada no art. 557 do CPC, negou seguimento a recurso especial que não preencheu os requisitos de admissibilidade. 3. Agravo regimental improvido." ( STJ., AgRg no Agravo de Instrumento n.º 779.923/BA., Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, data do julgamento 26/10/2006 ). O agravo de instrumento é manifestamente inadmissível. Analisando-se as peças que acompanharam o agravo de instrumento, verifica-se que a agravante não carreou aos autos a certidão ou a cópia da intimação da decisão que promove o seu inconformismo, conforme determina o disposto no artigo 525, do Código de Processo Civil: "A petição do agravo de instrumento será instruída: I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e o agravado; II - ..." Colhe-se dos ensinamentos de Sérgio Bermudes: "É o próprio agravante quem instruirá a petição de agravo, não havendo a indicação de peças para traslado, prevista no ab rogado art. 523, III: ... Acompanham a petição do agravo, obrigatoriamente, sob pena de não ser ele conhecido (ou melhor, de não ser ele admitido), cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação (ou certidão de que ela ainda não ocorreu) e das procurações do agravante e do agravado." (A Reforma do Código de Processo Civil, 2ª edição, Saraiva, página 88 e 89). Cabe dessa forma, ressaltar, que é ônus da agravante, ao interpor o recurso de agravo de instrumento, efetivar a correta formação do instrumento, sendo que, diante da não apresentação da certidão expedida pelo cartório ou mesmo a cópia da intimação, o recurso não poderá ser admitido. Neste sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. "Agravo no agravo de instrumento. Traslado de peças. Procuração. Falta do acórdão recorrido e da respectiva certidão de intimação. Peça essencial. Impossibilidade de aferir a tempestividade do recurso especial. Fundamentação deficiente. - É indispensável o traslado de todas as peças essenciais à formação do agravo de instrumento. - É inviável o agravo que deixa de atacar, especificamente, fundamentos da decisão agravada suficientes para manter a sua conclusão. - Não se conhece do recurso deficientemente fundamentado. Agravo não conhecido." ( STJ., Ag Rg no AG 603384/GO, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, data do Julgamento 28/10/2004, data da publicação DJ em 29/11/2004, página 332 ). Trilhando este norte é a jurisprudência deste Tribunal de Justiça: "DECISÃO: A.CORDAM os Desembargadores integrantes da 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça' do Estado do Paraná, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL - DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO DEFICITARIAMENTE INSTRUÍDO - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA - VÍCIO QUE IMPEDE A AFERIÇÃO DE TEMPESTIVIDADE RECURSAL - DECISÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO. " ( TJPR., Agravo nº 372567-5/01, Décima Sétima Câmara Cível, Relator Desembargador Paulo Roberto Hapner, data da publicação 20/10/2006, Acórdão n.º 4720 ). "DECISÃO: A.CORDAM os Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO - ART. 557, § 1º, CPC - DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE DOCUMENTO HÁBIL A AFERIR A TEMPESTIVIDADE - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 525, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1. Em conformidade com o disposto no artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil, a certidão de intimação é peça obrigatória à instrução do agravo de instrumento. Estando ausente e não sendo possível aferir-se a tempestividade, não se conhece do recurso. 2. Agravo desprovido. ( TJPR., Agravo nº 371266-9/01, Sétima Câmara Cível, Relator Desembargador Guilherme Luiz Gomes, data da publicação 20/10/2006, Acórdão n.º 6424 ). De outro lado, não se cuida de hipótese de tempestividade evidente do recurso, o que dispensaria a certidão. Como se vê dos autos a decisão foi proferida em 19 de maio de 2011 e o presente agravo de instrumento foi protocolado no dia 02 de junho de 2011 ( fls. 03 TJ. ). Não caracterizando evidente tempestividade, pois decorridos mais de 15 (quinze) dias. Diante do acima colocado, a falta de peça obrigatória autoriza o relator a obstar o andamento do agravo de instrumento, negando-lhe seguimento, já que o artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil, é claro ao dispor acerca da necessidade da juntada da certidão ou cópia da intimação da decisão agravada. Int. Curitiba, 12 setembro de 2011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0023 . Processo/Prot: 0817212-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/196745. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00001899 Ação Monitória. Agravante: Maria de Fátima Gerin Duran. Advogado: Evandro Bueno de Oliveira. Agravado: Finin Cred Factoring Ltda.. Advogado: Stephen Wilson, Luana Chagas Bueno, Sandra Rosemary Camargo Rodrigues. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. Havendo necessidade de dilação probatória, a exceção de pré-executividade não será possível, devendo a parte interessada valer-se dos embargos à execução. Agravo de Instrumento desprovido. 1. Maria Fátima Gerin Duran interpõe agravo de instrumento contra a decisão de fls. 78 e 83 - TJ., que rejeitou a exceção de pré-executividade, na ação monitória (autos nº 1.899/2009) que lhe promove Finn Cred Factoring Ltda. A agravante maneja o presente agravo visando a reforma da decisão proferida pelo MM. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Maringá. Alega, em suas razões, que apresentou exceção de pré-executividade visando o decote de encargos indevidos, como: capitalização, incidência indevida de juros

moratórios e de multa do artigo 475 J, do CPC. Ressalta a necessidade de recebimento do agravo na forma de instrumento. Requer, por fim, a concessão do efeito suspensivo. 2. O Código de Processo Civil em seu artigo 557, caput, autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal ou de Tribunal Superior. É o que ocorre neste feito. Neste sentido, colhe-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC RECURSO ESPECIAL AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. 1. O julgamento monocrático pelo relator encontra autorização no art. 557 do CPC, que pode negar seguimento a recurso quando: a) manifestamente inadmissível (exame preliminar de pressupostos objetivos); b) improcedente (exame da tese jurídica discutida nos autos); c) prejudicado (questão meramente processual); e d) em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do STF ou de Tribunal Superior. 2. Legitimidade da decisão que, amparada no art. 557 do CPC, negou seguimento a recurso especial que não preencheu os requisitos de admissibilidade. 3. Agravo regimental improvido." ( STJ., AgRg no Agravo de Instrumento n.º 779.923/BA., Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, data do julgamento 26/10/2006 ). Com efeito, a exceção de pré-executividade, como medida excepcional que é, vem sendo aceita, pela doutrina e pela jurisprudência, somente nos casos de flagrante vício do título que se quer executar, isto com a finalidade única de abreviar o procedimento, evitando-se a prolongada discussão ordinária que se trava nos embargos à execução. Dessa forma, não é o meio processual para se extinguir qualquer tipo de ação, ao revés, somente deverá ser utilizada diante de prova inequívoca produzida pelo réu que comprove a inviabilidade do prosseguimento do processo por vício formal, detectável até mesmo de ofício pelo Juiz. Assim, a exceção de executividade é meio de controle dos pressupostos processuais, condições da ação sem a complexidade do vínculo com o mérito e de alta indagação. Isto é, só questões que não dependam de dilação probatória é que autorizam decisão em sede de exceção de executividade. 2 Cabe aqui salientar, que o ponto central da discussão judicial é o excesso de cobrança, conforme se vê às fls. 70 a 75 TJ. Assim, tenho que a matéria no caso exige dilação probatória, devendo a parte interessada valer-se dos embargos monitórios, seara pertinente para análise e verificação de cálculos e documentos, onde as partes podem se valer de perito judicial. Neste sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. REJEIÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. "A exceção de pré-executividade pressupõe os seguintes requisitos: (a) a matéria invocada deve ser suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é necessário que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. Verificando-se que as questões postas pela parte são controvertidas e necessitam de prova para perfeita elucidação, deve ser suscitada em sede de embargos de devedor." (AgRg no Ag 1176665/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Quarta Turma, unânime, DJe 19/05/2011) 2. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental não provido." ( STJ., EDcl no Ag 1067944/RS., Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, data do julgamento 02/08/2011, data da publicação DJ 12/08/2011 ) Este também o entendimento deste Tribunal de Justiça: "DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA: EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO ANTE A AUSÊNCIA DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO CONSTATÁVEL 3 DE PLANO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CITAÇÃO VÁLIDA. PRINCÍPIO DA FINALIDADE DO ATO PROCESSUAL. A utilização da exceção de pré-executividade é restrita às matérias de ordem pública e aos casos em que o reconhecimento da nulidade do título puder ser verificado de plano, sem necessidade de contraditório e dilação probatória. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO." ( TJPR., Agravo de Instrumento n.º 750265-4, Relator Desembargador Paulo Habith, Terceira Câmara Cível, data do julgamento 14/09/2011, Acórdão n.º 40911 ). "DECISÃO: Acordam os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. NÃO CABIMENTO DA EXCEÇÃO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO." ( TJPR., Agravo de Instrumento n.º 802070-6, Relator Desembargador Luiz Taro Oyama, Décima Terceira Câmara Cível, data da publicação 23/08/2011, Acórdão 23507 ). Por tais razões, considero o recurso improcedente, devendo-se manter a decisão atacada, porque deu adequada solução à controvérsia posta nos autos. Int. Curitiba, 12 de setembro de 2.011. Paulo Cezar Bellio, Relator. 4

0024 . Processo/Prot: 0817245-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/211837. Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002746-39.2011.8.16.0160 Revisão de Contrato. Agravante: Rodrigo Marcondes de Oliveira. Advogado: Gabriel Sarmento Marques, Leonardo Marques Faleiros. Agravado: Banco Itaú SA. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Benesse que se concede mediante simples afirmação. Presunção juris tantum. Benefício concedido. VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 817245-6, de Sarandi - Vara Cível e Anexos, em que é agravante RODRIGO MARCONDES DE OLIVEIRA e agravado BANCO ITAÚ SA. 1. Relatório Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão (fls. 50-TJ) que indeferiu o benefício da assistência judiciária gratuita. O recorrente alegou que basta a simples declaração de necessitado para receber o benefício da assistência judiciária gratuita, bem como não tem condições financeiras para suportar as custas e despesas processuais. Em síntese, é o relatório. 2. Fundamentação: O presente agravo de instrumento foi regularmente instruído, conforme disposto no artigo 525 do Código de Processo Civil. Insurge-se o agravante contra a decisão que indeferiu o benefício de assistência judiciária gratuita. Inicialmente, necessário tecer alguns comentários sobre o mencionado benefício. A assistência judiciária gratuita encontra amparo legal na Lei n 1.060/50, quando o recorrente não for possuidor de condições suficientes para responder pelas custas processuais e advocatícias. O benefício da assistência judiciária gratuita é concedido à parte que, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, declarar que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, presumindo-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição, nos termos da Lei 1.060/50. No caso dos autos, verifica-se que tal procedimento foi cumprido pelo ora agravante, vez que na própria inicial (fls. 25-TJ) declarou que está impossibilitada de realizar o pagamento do preparo, sobretudo porque a sua atual condição financeira não lhe permite. Outrossim, nada existe nos autos documentando que o agravante financeiramente possui condições de arcar com as custas da demanda. A afirmação de incapacidade financeira é juris tantum, cabendo à parte adversa, o ônus de provar que a condição de pobreza não vai de encontro com a realidade do beneficiado. Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Esta Superior Corte de Justiça possui entendimento jurisprudencial de que a simples declaração de miserabilidade feita pela parte é suficiente para deferimento do benefício da justiça gratuita. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido". (STJ, AgRg no Ag 1005888/PR, Rel. Ministro OG Fernandes, 6ª Turma, j.20.08.2008). "PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. (...) 2. Para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita é suficiente a simples afirmação do interessado de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo de sua manutenção ou de sua família. 3. A declaração prestada na forma da lei firma em favor do requerente a presunção juris tantum de necessidade que somente será elidida diante de prova em contrário. 4. Recurso especial improvido." (REsp 379549/PR, Segunda Turma, Ministro Castro Meira, j. 18/10/2005). Neste sentido, este Tribunal de Justiça decidiu: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CONSTITUTIVA NEGATIVA DE NULIDADE C/C AÇÃO CONDENATÓRIA DE RESTITUIÇÃO DE VALORES E DECLARATÓRIA - INDEFERIMENTO DO PLEITO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - ALEGAÇÃO DE CONDIÇÃO FINANCEIRA - ÔNUS DA PROVA DO RÉU / AGRAVADO - AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA EM CONTRÁRIO DA CAPACIDADE ECONÔMICA DO AUTOR - PROPRIETÁRIO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS - IRRELEVÂNCIA - CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO QUE NÃO SE TRADUZ EM ÓBICE PARA O DEFERIMENTO DO PLEITO - BENEFÍCIO QUE DEVE SER CONCEDIDO ANTE SIMPLES DECLARAÇÃO DA PARTE - INTELIGÊNCIA DO INCISO LXXIV, DO ARTIGO 5° DA CF/88 E DO ARTIGO 4° DA LEI N° 1.060/50 _ SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. 1. O deferimento da gratuidade judiciária, não implica em exigir o estado de penúria ou miséria absoluta da requerente, basta o prejuízo do sustento próprio ou da família. A existência de mínima condição econômica não afasta o direito ao benefício. 2. Não existindo fundamentação adequada no despacho agravado, em tal sentido, o benefício deve ser concedido, mesmo porque o simples fato de o agravante ser produtor agrícola não demonstra capacidade econômica de suportar as despesas do processo."(AI n° 317.829-2, 7ª C.C., Rel. Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira, j. 06/06/2006). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO RECORRIDA QUE INDEFERIU OS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA AO AGRAVANTE - SIMPLES AFIRMAÇÃO DA NECESSIDADE DA SUA CONCESSÃO - DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO - POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO - ART. 4º, DA LEI Nº 1.060/50 - PRECEDENTES - RECURSO PROVIDO". (AI n° 322.360-1, Rel. Maria Mercis Gomes Aniceto, 16ª C.C., pub. 19.05.06) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. NÃO COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS - DESNECESSIDADE. DECLARAÇÃO DE POBREZA SUFICIENTE PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1- A simples afirmação da necessidade da justiça gratuita é suficiente para o deferimento do benefício, haja vista o art. 4º, da Lei nº 1.060/50 ter sido recepcionado pela atual Constituição Federal. Precedentes da Corte. 2- Ainda que assim não o fosse, é dever do Estado prestar assistência judiciária integral e gratuita, razão pela qual, nos termos da jurisprudência do STJ, permite-se a sua concessão ex officio (...)". (STJ, RESP 320019/RS, Sexta Turma, Relator Ministro Fernando Gonçalves, publicação 15.04.2002). 3 - Poderá contudo, ser revogado o benefício se comprovado que não está a merecê-lo. RECURSO PROVIDO". (AI n° 313.089-2, 16ª C.C., Rel. Des. Shiroshi Yendo, j. 18/01/2006, unânime, DJPR. 03/02/2006). Ante o exposto, é de ser concedido ao agravante o benefício da assistência judiciária gratuita, ressalvando-se, no entanto, que a benesse poderá ser extinta se inequivocamente demonstrada a sua desnecessidade. 3. DECISÃO: Diante do exposto, o presente agravo de instrumento deve ser provido, amparado pelo disposto no art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil. Intime-se e remeta-se cópia da presente decisão ao douto Juiz da causa. Arquivem-se, oportunamente. Curitiba, 22 de agosto de 2011.B JOATAN MARCOS DE CARVALHO Relator

0025 . Processo/Prot: 0819134-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/218431. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0025699-81.2010.8.16.0014 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina

Costa, Lauro Fernando Zanetti. Agravado: Rubens Ferro. Advogado: Claudemir Molina. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Magnus Venicius Rox. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos e examinados estes autos de Agravo de Instrumento nº 819.134-6, da 1ª Vara Cível da Comarca de Londrina, em que são Agravantes Banco Banestado S/A. e outro e Agravado Rubens Ferro. Trata-se de Agravo de Instrumento da decisão proferida nos autos nº 25699/2010 do Cumprimento de Sentença movido pelo Agravado contra os Agravantes, pela qual foram julgados improcedentes os pedidos formulados na impugnação e na exceção de pré-executividade apresentados pelo Banco Banestado S/A, deferindo a inclusão da multa de 10% ante o não cumprimento voluntário da sentença, bem como das custas processuais e de honorários advocatícios na conta geral do débito. Os Agravantes alegam que, em 15.04.1998, a Associação Paranaense de Defesa do Consumidor - APADECO ajuizou ação civil pública em que pediu a incidência de índices maiores do que aqueles efetivamente adotados para correção de valores aplicados em cadernetas de poupança, nos meses de junho de 1987 (Plano Bresser) e janeiro de 1989 (Plano Verão); que foi proferida a sentença condenatória, a qual transitou em julgado em 03.09.2002; que milhares de poupadores "ingressaram com liquidações e execuções individuais, visando à satisfação do direito à devolução dos valores que foram objeto de apropriação indevida"; que, no presente caso, o ajuizamento ocorreu após 12.01.2006 e, portanto, em data na qual já havia se encerrado o prazo prescricional de 3 (três) anos para o exercício da pretensão executiva, conforme se extrai das regras dos artigos 206, § 3º, incisos IV e V e 2028 do Código Civil; que à luz do artigo 219, § 5º, do Código de Processo Civil, a prescrição é matéria de ordem pública, sujeitando-se à apreciação em qualquer tempo e grau de jurisdição; que incidiu sobre a ação civil pública a regra contida no artigo 172 do Código Civil de 1916 (correspondente ao artigo 202 parágrafo único do atual Código) , pois efetivada a citação do Agravante o prazo prescricional foi interrompido; que, o trânsito em julgado da sentença condenatória é o último ato do processo, e por isso deflagrou novo prazo prescricional para a pretensão da execução do direito de ressarcimento civil; que deve ser observado que a sentença transitou em julgado durante o período de transição entre o Código Civil de 1916 e o de 2002, e que, assim, a pretensão para executar a sentença coletiva já se extingüiu, porque o prazo para exercitá-la era de três anos; que não há falar na aplicação do prazo geral de prescrição previsto no artigo 205 do Código Civil de 2002; que a pretensão é de buscar o ressarcimento pelo enriquecimento sem causa da instituição financeira, a qual teria embolsado as diferenças de correção monetária não creditadas por ocasião dos planos econômicos; que a sentença proferida na ação coletiva entendeu que deveria ser observado o prazo do artigo 205, do Código Civil de 2002; que os novos prazo prescricionais estabelecidos no Código Civil de 2002 devem ter sua contagem iniciada a partir da entrada em vigor desse diploma, isto é, a partir de 11 de janeiro de 2003, portanto, o prazo prescricional de 3 anos aplicável à hipótese como a presente teve sua contagem iniciada em 11.01.2003 e se encerrou em 11.01.2006; que a pretensão de executar a sentença proferida na ação civil pública em questão, diferentemente do que se entendeu o juiz na decisão agravada, está prescrita desde 12 de janeiro de 2006; que de acordo com o recente posicionamento da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, a pretensão de executar sentença em pretensão coletiva é de 05 (cinco) anos; que o conteúdo da decisão versou sobe a fixação do prazo prescricional qüinqüenal para a ação civil pública, aplicando o entendimento em harmonia com a Súmula do Supremo Tribunal Federal; que o prazo prescricional para a execução de sentença coletiva não pode ser superior a 5 (cinco) anos  período de tempo idêntico ao franqueado aos interessados para postularem a execução dessa mesma sentença, motivo pelo qual deve ser extinta a execução, nos termos dos artigos 741, inciso IV e 269, inciso IV do Código de Processo Civil; que a multa de 10% prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil não deve incidir, no caso, porque se trata de execução de sentença que transitou antes da vigência da Lei 11.232; que os honorários advocatícios fixados na decisão recorrida são elevados, isso porque "não houve necessidade de instrução probatória, tampouco complexidade que importa em consideráveis horas de estudo profissional", devendo, portanto, serem minorados; que deve ser atribuído efeito suspensivo ao recurso pois, no caso de não ser concedida a pretendida suspensão, poderão ser praticados atos de efetiva satisfação da dívida afirmada pelos Agravados, do que podem resultar conseqüências inevitavelmente danosas para os Agravantes; que os danos mencionados dificilmente serão reversíveis, pois não existe comprovação de que os Agravados dispõem de patrimônio suficiente para proceder a devolução de valores que incorretamente sejam liberados em seu favor, por conta do processamento indevido do cumprimento de sentença. É o relatório. Decido. O artigo 557, caput, do Código de Processo Civil ordena: "O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior". Neste caso, é de se aplicar o referido dispositivo legal. 1) O prazo prescricional e o início de sua contagem Os Agravantes alegam que o prazo prescricional de 20 (vinte anos) não se aplica porque, quando da entrada em vigor do Novo Código Civil, o lapso prescricional vintenário não havia ultrapassado o seu termo médio, tendo em vista que a contagem foi interrompida com o ajuizamento da ação civil pública e foi reiniciada somente após o trânsito em julgado da sentença exeqüenda. Tendo em vista a regra de transição contida no artigo 2.028 do Código Civil atual, o prazo prescricional que incide, no caso, é o de dez anos, previsto no seu artigo 205, contado, no entanto, do início de vigência desse novo código, uma vez que, entre a data do trânsito em julgado da ação civil pública (03.09.2002) e a entrada em vigor do Código Civil de 2002 (11.01.2003), não transcorreu mais da metade do prazo (vintenário) do artigo 177 do Código Civil de 1916. A assertiva dos Agravantes de que, interrompida a contagem do prazo prescricional com o ajuizamento da ação civil pública, o novo prazo prescricional para exercício da pretensão executiva teve sua contagem iniciada após o trânsito em julgado da sentença condenatória nela proferida está correta e se acha abalisada no entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que "o termo inicial do recomeço da fluência de prazo prescricional interrompido em razão de citação feita ao credor, excluída a hipótese de prescrição intercorrente, é o trânsito em julgado da decisão que extinguiu o processo" (Recurso Especial 503776/RN, 3ª Turma, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJU 29.11.2004). Reiniciando-se, portanto, o prazo (de vinte anos) em 03.09.2002 (data do trânsito em julgado da sentença condenatória), até a entrada em vigor do Código Civil de 2002, em 11.01.2003, transcorreram apenas pouco mais de quatro meses. Somente prevaleceria o prazo do diploma legal revogado se, em 11.01.2003, já tivesse transcorrido metade do tempo estabelecido na lei revogada, ou seja, se já tivesse transcorrido pelo menos 10 (dez) anos, o que não se observa no presente caso. De acordo com o enunciado nº 150 da Súmula do Supremo Tribunal Federal: "Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação". Como, no presente caso, já restou, por decisão transitada em julgado, definido que o prazo prescricional é o ordinário, e tendo em vista a regra de transição prevista no Código Civil de 2002 (artigo 2.028), aliada ao entendimento da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal, conclui-se que o prazo a ser aqui observado é o de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 205 do Código Civil de 2002, cujo termo inicial é o da entrada em vigor da nova lei, que o reduziu. É que a legislação, a toda evidência, não pode prejudicar o jurisdicionado que ainda não havia exercitado o seu direito de ação quando entrou em vigência o novo estatuto civil, desde que não transcorrido o prazo de prescrição anterior (vintenário), sob pena de se conferir, na prática, efeito retroativo à norma que reduziu o prazo prescricional, o que encontra óbice tanto na Constituição Federal (artigo 5º, inciso XXXVI) como na Lei de Introdução ao Código Civil (artigo 6º). Neste diapasão, é o seguinte julgado desta Corte (Agravo de Instrumento nº 655938-6, 5ª Câmara Cível, Relator Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, decidido em 27.04.2010, DJ 13.05.2010): AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA COLETIVA. RENDIMENTOS DE CADERNETAS DE POUPANÇA. CONDENAÇÃO GENÉRICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. AÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. ALEGAÇÃO DE QUE NÃO SÃO DEVIDAS AS CUSTAS PROCESSUAIS E OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. QUESTÃO NÃO DECIDIDA EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. (1) "O artigo 557 do Código de Processo Civil, objetivando encontrar rápida prestação jurisdicional, entre outros poderes, facultou ao juiz, em casos específicos, a colocar, desde logo, o processo em mesa para julgamento pelo Órgão Colegiado, sem necessidade de observar o trâmite legal" (TJPR, 5.ª CCv, AI n.º 601.818- 8, Rel. Des. Rosene Arão de Cristo Pereira, j. em 29.07.2009). (2) É pacífico o entendimento deste Tribunal de Justiça no sentido de que é de direito pessoal a ação por meio da qual se pleiteia a diferença de rendimentos de caderneta de poupança (15.ª CCv., ACv. n.º 346.743-2, Rel. Des. Hayton Lee Swain Filho, j. em 26.07.2006; 13.ª CCv., ACv. n.º 332.428-1, Rel. Des. Domingos Ramina, j. em 31.05.2006; 16.ª CCv., ACv. n.º 312.866-5, Rel. Des. Shiroshi Yendo, j. em 25.01.2006 e 5.ª CCv., ACv. n.º 150.589-3, Rel. Juiz Eduardo Sarrão, j. em 05.10.2004). (3) "À luz do novo Código Civil o prazo prescricional das ações pessoais foi reduzido de 20 (vinte) para 10 (dez) anos. Já o art. 2.028 assenta que serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada'. Infere-se, portanto, que tão-somente os prazos em curso que ainda não tenham atingido a metade do prazo da lei anterior (menos de dez anos) estão submetidos ao regime do Código vigente. Entretanto, consoante nossa melhor doutrina, atenta aos princípios da segurança jurídica, do direito adquirido e da irretroatividade legal, os novos prazos devem ser contados a partir da vigência do novo Código, ou seja, 11 de janeiro de 2003, e não da data da constituição da dívida" (STJ, 4.ª Turma, REsp. n.º 848.161/MT, Rel. Min. Jorge Scartezzini, j. em 05/02/2007). (...). Portanto, tendo o prazo prescricional de 10 (dez) anos se iniciado em 11.01.2003, e como o cumprimento de sentença em comento foi proposto em 29.03.2010, de maneira alguma se achava extinta a pretensão executória do Agravado pela prescrição. 2) A natureza jurídica da pretensão do Agravado Os Agravantes alegam que o ajuizamento da demanda executiva ocorreu após 03.09.2007, e, portanto, em data na qual já havia se encerrado o prazo prescricional de 3 (três) anos, previsto no artigo 206, § 3º, inciso IV, do Código Civil. Para isso, sustentam que a pretensão de postular diferenças de correção monetária não creditadas em aplicação financeira é de ressarcimento por enriquecimento sem causa. Ocorre que o artigo 206 do Código Civil prevê a prescrição, em três anos, da pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa, e não de ressarcimento de prejuízo decorrente de locupletamento por causa ilícita, como no presente caso. O enriquecimento sem causa está previsto nos artigos 884 a 886 do Código Civil como uma das fontes das obrigações. Segundo Sílvio de Salvo Venosa (O enriquecimento sem causa no novo Código Civil. http://www.jusbrasil.com.br/noticias, acesso em 18.02.2010, às 17:50 horas), "Existe enriquecimento sem causa - enriquecimento injusto, enriquecimento ilícito ou locupletamento indevido - sempre que houver uma vantagem de cunho econômico, sem justa causa, em detrimento de outrem". Segundo o referido autor (Sílvio de Salvo Venosa (O enriquecimento sem causa no novo Código Civil. http://www.jusbrasil.com.br/noticias, acesso em 18.02.2010, às 17:50 horas): A ação de enriquecimento sem causa ("in rem verso") tem por objeto tão-só reequilibrar dois patrimônios, desequilibrados sem fundamento jurídico. Não se confunde com uma ação por perdas e danos ou derivada de um contrato. Deve ser entendido como sem causa o ato ou negócio jurídico desprovido de razão albergada pela ordem jurídica. A causa poderá existir, mas sendo injusta, estará configurado o locupletamento. Em matéria cambial, existe referência expressa no direito positivo à essa ação, no artigo 48 da Lei nº 2.044, de 1908. Por esse dispositivo permite-se uma ação de rito ordinário contra o sacador ou aceitante de um título de crédito que se tenha enriquecido indevidamente. Trata-se de uma ação subsidiária

e tem como requisitos a existência prévia de um título de crédito (nota promissória, cheque etc.), a desoneração da responsabilidade cambial por qualquer razão (falta de protesto, de aceite ou prescrição, por exemplo) e que o prejuízo sofrido pelo portador do título corresponda a um efetivo enriquecimento por parte do aceitante ou sacador. Trata-se de uma situação típica de enriquecimento sem causa, a qual, como se vê, abrange também a prescrição do título. É importante salientar que a ação de enriquecimento sem causa será sempre subsidiária, tanto nessa ação derivada de títulos de créditos, como nos casos de enriquecimento em geral, tal como está no artigo 886 do Código Civil, que estabelece que "não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo". Desse modo, não caberá ação de locupletamento se for possível mover de cobrança baseada em contrato ou indenizatória por responsabilidade civil em geral. Torna-se possível com a prescrição dessas respectivas ações. A "actio in rem verso" não é uma ação de cobrança ou de indenização. A aplicação da teoria do enriquecimento injustificado pertence à teoria geral do direito. A restituição que se almeja nessa ação deve ficar entre dois parâmetros: de um lado não pode ultrapassar o enriquecimento efetivo recebido pelo agente em detrimento do devedor; de outro, não pode ultrapassar o empobrecimento do outro agente, isto é, o montante em que o patrimônio sofreu diminuição. Não se trata, portanto de efeitos que se assemelhem a uma ação de nulidade ou de resolução de negócio jurídico. Não se cuida de estabelecer uma indenização, mas de uma reparação na medida do enriquecimento, na medida do pagamento, por exemplo, que deveria ter sido efetuado e não o foi. Desse modo, é possível, em princípio, promover uma ação de enriquecimento sem causa em todas as situações nas quais não é mais possível promover a ação específica, por ter decorrido o prazo prescricional (grifei). Como enfatizado, a ação de locupletamento indevido é subsidiária, isto é, a última de que pode se valer o credor perante a inexistência de qualquer outro meio jurídico. Os efeitos da ação de enriquecimento serão sempre menores do que os da ação derivada de um contrato ou da responsabilidade aquiliana. Na primeira, apenas a efetiva perda ou empobrecimento poderá ser concedido; nas outras, pode-se falar em indenização equivalente a prestações não cumpridas, cláusula penal e perdas e danos. Não pode, é evidente, a ação de enriquecimento converter-se em uma panacéia jurídica. Contudo, trata-se de um instrumento importante para a recuperação de créditos que já se julgam perdidos por força de uma prescrição. Note que, a exemplo da ação de enriquecimento relacionada com os títulos de crédito, o prazo prescricional para a ação de enriquecimento sem causa é de três anos, conforme prevê o artigo 206 , parágrafo 3º , inciso IV do novo Código Civil. Esse prazo, seguindo o princípio da "actio nata", começa a fluir a partir do momento em que as outras ações não podem mais ser propostas, como examinamos - a partir, portanto, do escoamento do prazo prescricional da ação derivada do contrato ou de outro ato ou negócio jurídico. Para colocar em operação uma ação "in rem verso", olvidada pela doutrina e jurisprudência, é fundamental que nossos operadores do direito voltem seus estudos para ela, um instituto tão rico, profícuo, útil e tradicional da teoria geral do direito e que pode recuperar créditos que já se tinham como perdidos. Como visto, por não se tratar a presente de ação de quem tinha um título executivo extrajudicial e o deixou de ter, como "a última de que pode se valer o credor perante a inexistência de qualquer outro meio jurídico", não se lhe aplica o prazo prescricional do artigo 206, § 3º, inciso IV, do Código Civil. No respeitante à natureza da relação jurídica das partes ser de reparação civil, como mencionada no inciso V do § 3º do artigo 206 do Código Civil, tem-se a dizer que, como já reconhecido na sentença exeqüenda (transitada em julgado e, portanto, fazendo coisa julgada), trata-se, na verdade, de relação jurídica de direito pessoal (de origem contratual, envolvendo a necessidade de cumprimento do próprio contrato e não de reflexos decorrentes do seu não cumprimento que pudessem se caracterizar como de reparação de dano). Afastada, como se viu, está a prescrição, argüida pelos Agravantes, com base no artigo 206, § 3º, incisos IV e V do Código Civil. 3) O prazo de 5 (cinco) anos para a prescrição da ação civil pública Os Agravantes alegam que o ajuizamento da demanda executiva ocorreu após 03.09.2007, e, portanto, em data na qual já havia se encerrado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos, aplicável em situações como a dos autos, baseando-se para tanto, em decisão proferida pela 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. Ora, como não havia regra geral (lei) na época da referida decisão, e não há ainda em nossos dias, dizendo a prescrição para a propositura da ação civil pública é de 5 (cinco) anos, o entendimento do Tribunal, agora transitado em julgado e, portanto, sendo o que deve prevalecer, é o de que não se aplicava nenhuma regra especial de prescrição, mas sim a regra geral, prevendo a prescrição, na época, de 20 (vinte) anos, por se tratar de relação de consumo e, portanto, de natureza pessoal. Não adianta os Agravantes dizerem que "mesmo que se afaste o prazo prescricional de 3 anos para o exercício da pretensão de executar sentença que condena ao ressarcimento pelo enriquecimento sem causa, ainda assim o prazo limite para exercitar-se essa pretensão não é o geral" (fl. 11 TJPR verso), porque, no presente caso, já se definiu, por decisão transitada em julgado, que se aplica o prazo ordinário, que era de 20 anos e, agora, passou a ser de 10. Pode ser que, no futuro, em outras decisões, prevaleça o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que a prescrição da pretensão na ação civil pública ocorre no mesmo prazo da prescrição da pretensão da ação popular, devendo ser esse mesmo prazo, em razão do enunciado nº 150 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, a ser adotado para o exercício da respectiva pretensão executória. Neste caso, no entanto, a situação já está definida e, assim, por força da mesma Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal, o prazo a ser considerado como de prescrição da pretensão executiva do Agravado é o ordinário, previsto no Código Civil, qual seja, de 10 (dez) anos. Neste particular, é pacífica a jurisprudência deste Tribunal: AGRAVO DO ARTIGO 557, §1.º, CPC CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGA SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, POR MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA E CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA, REFERENTE A DIFERENÇAS DE RENDIMENTO EM CADERNETA DE POUPANÇA. ARGÜIÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. INOCORRÊNCIA. PRAZO VINTENÁRIO EXPRESSAMENTE RECONHECIDO NA SENTENÇA E NO ACÓRDÃO PROFERIDOS NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. QUESTÃO ACOBERTADA PELA COISA JULGADA. MESMO PRAZO APLICÁVEL ÀS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS DA SENTENÇA COLETIVA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 150 DO STF E DOS ARTIGOS 498, 471 E 474 DO CPC. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 206, § 3.º, IV DO CÓDIGO CIVIL, POIS ALÉM DA QUESTÃO DA PRESCRIÇÃO JÁ ESTAR ATINGIDA PELA COISA JULGADA, O CASO NÃO TRATA DE RESSARCIMENTO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS PARA CONFIGURAR A HIPÓTESE. IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DO NOVO ENTENDIMENTO DO STJ, QUE APLICA O PRAZO QUINQUENAL ÀS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS. SITUAÇÃO DOS AUTOS ALCANÇADA PELA COISA JULGADA. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E DE ORIENTAÇÃO CONSAGRADA PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DESTA CORTE QUE AUTORIZA A DELIBERAÇÃO DO RELATOR DO RECURSO COM FULCRO NO ARTIGO 557, CAPUT, CPC, COMO SE DEU NA DECISÃO AQUI AGRAVADA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO (Agravo nº 0691125-5/01, 4ª Câmara Cível, Relatora Desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima, julgado em 05.10.2010, publicado no DJ de 19.10.2010). AGRAVO INTERNO (ART. 557, §1º, CPC). DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR NEGANDO SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO, POR IMPROCEDÊNCIA MANIFESTA E CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DA CORTE. IRRESIGNAÇÃO DO BANCO AGRAVANTE. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA (AUTOS N. 38.765/98 DA 1ª VFP DE CURITIBA - APADECO X BANESTADO RENDIMENTOS DA CADERNETA DE POUPANÇA). PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRAZO VINTENÁRIO APLICÁVEL TAMBÉM PARA AS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS DA SENTENÇA COLETIVA. MATÉRIA ACOBERTADA PELA "COISA JULGADA", VISTO QUE FOI DECIDIDA EXPRESSAMENTE NO ACÓRDÃO DA APELAÇÃO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTELIGÊNCIA, AINDA, DA SÚMULA 150-STF. INAPLICABILIDADE DA EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 469, INC. III, CPC, POIS A QUESTÃO NÃO FOI "DECIDIDA INCIDENTEMENTE" NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. MATÉRIA DE PRESCRIÇÃO QUE ATINE AO PRÓPRIO "MÉRITUM CAUSAE". NOVO ENTENDIMENTO DO STJ APLICANDO PRAZO QUINQUENAL QUE NÃO PREVALECE DIANTE DA COISA JULGADA, O MESMO OCORRENDO COM AS NOVAS NORMAS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 (ART. 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). PRAZO VINTENÁRIO NÃO DECORRIDO. PRESCRIÇÃO AFASTADA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1 No julgamento da Apelação n. 91.830-9, esta Corte confirmou a sentença proferida nos autos n. 38.765/98 de ação civil pública da 1ª VFP da capital, e fixou que o prazo prescricional é de 20 anos na espécie, incidindo a "coisa julgada" no que tange a tal matéria. 2 Esse prazo de 20 anos também se aplica à execução individual da sentença coletiva, pois, nos termos da Súmula 150 do STF, "prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação". 3 Não é aplicável novo prazo prescricional (menor) trazido pelo CC de 2002, posto que a Constituição Federal é taxativa ao dispor no art. 5º, inciso XXXVI, que "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada". 4 Também não tem lugar na espécie a exceção prevista no art. 469, III do CPC, visto que a matéria de prescrição não foi "decidida incidentemente" no curso da ação civil pública; do contrário, trata-se de matéria atinente ao próprio "meritum cause" (Agravo nº 0690143- 9/01, 5ª Câmara Cível, Relator Juiz Substituto em Segundo Grau Rogério Ribas, julgado em 05.10.2010, publicado no DJ de 20.10.2010). Ressalte-se que são inúmeras as decisões proferidas por este Tribunal a respeito de tal assunto, a título de exemplo, cito as recentes decisões monocráticas dos julgadores da 16ª Câmara Cível nos autos nºs 710.903-3, 711. 414-5, 699.032-7, 704.627-1, 707.670-4, 716.924-6, todas afastando a ocorrência da prescrição nos moldes pretendidos pelos ora Agravantes, dentre elas destaca-se: AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA APADECO EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DE CADERNETA DE POUPANÇA PRESCRIÇÃO AÇÃO DE NATUREZA PESSOAL INCIDÊNCIA DO ARTIGO 2.028 DO NOVO CÓDIGO CIVIL PRAZO PRESCRICIONAL DE DEZ ANOS APLICAÇÃO DA SÚMULA 150 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PRETENSÃO EXECUTÓRIA QUE PRESCREVE NO MESMO PRAZO DA AÇÃO DE CONHECIMENTO INAPLICABILIDADE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS TRIENAL E QUINQUENAL AO PRESENTE CASO DECISÃO ESCORREITA RECURSO CONHECIDO EM PARTE, E NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. (Agravo nº 0775164-4/01, 16ª Câmara Cível, Desembargadora Maria Mercis Gomes Aniceto, julgado em 06.07.2011, publicado no DJ de 21.07.2011) 4) A multa do artigo 475-J do Código de Processo Civil Sustentam os Agravantes, neste particular, que é inaplicável a multa do artigo 475-J do Código de Processo Civil na hipótese dos autos, uma vez que a sentença condenatória que embasa a execução foi proferida antes da entrada em vigor da lei 11.232/2005, e que tal situação geraria um excesso de execução. Sem razão, no entanto. Não há dúvida alguma de que o Superior Tribunal de Justiça chegou mesmo a decidir que "A multa do art. 475-J do CPC não se aplica às sentenças condenatórias transitadas em julgado antes da vigência da Lei 10.232/2005 por simples falta de previsão legal à época. As leis processuais têm aplicação imediata, mas não incidem retroativamente" (Agravo Regimental no Recurso Especial 1116847/SP, Relator Ministro Sidnei Beneti, 3ª Turma, julgado em 25.05.2010, DJe 21.06.2010; Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 1029978/RS, Relator Ministro Fernando Gonçalves, 4ª Turma, julgado em 13.10.2009, DJe 09.11.2009). Contudo, convém lembrar que tal premissa foi estabelecida porque a Corte Superior entendia que o trânsito em julgado da sentença condenatória era o termo inicial para a contagem do prazo de quinze dias para pagamento voluntário, independentemente

da necessidade de qualquer intimação da parte vencida ou de seu advogado. Por isso, fazia todo sentido defender a irretroatividade, se ao tempo do trânsito em julgado não havia lei estabelecendo a multa para a hipótese de não cumprimento espontâneo da sentença. Ocorre, todavia que não bastasse a circunstância de o Superior Tribunal de Justiça ter modificado o seu entendimento [agora, "o cumprimento da sentença não se efetiva de forma automática logo após o trânsito em julgado, exige-se requerimento prévio do credor e intimação do devedor na pessoa do seu advogado para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não se o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação a multa de 10% prevista no art. 475-J, do CPC" Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial 940274/MS, 3ª Turma, Relator para o acórdão Ministro João Otávio de Noronha, DJe 31.05.2010], o fato de o trânsito em julgado da sentença condenatória ter ocorrido em 2002, antes mesmo do advento da Lei n° 10.232/2005, é irrelevante na espécie. É que em nenhum momento o trânsito em julgado da sentença foi considerado como termo inicial do prazo para o pagamento espontâneo, o que significa dizer que os precedentes citados não se aplicam à espécie, eis que tanto faz a data em que a sentença tornou-se definitiva e imutável. Basta verificar que logo após o pedido de cumprimento de sentença/execução individual iniciado pelo poupador, o magistrado a quo determinou a citação do banco para o cumprimento voluntário da sentença, no prazo de quinze dias, sob pena de aplicação da multa (fl. 68 destes autos). Vale dizer, quando da deliberação que sinalizou, pela primeira vez, a possibilidade de aplicação da multa, cujo prazo de quinze dias seria contado da intimação do devedor pessoal, seguramente já estava em vigor o artigo 475-J do Código de Processo Civil, em face do disposto no artigo 1.211 do mesmo código. Acrescente-se, por oportuno, que o mandado expedido (fl. 70 destes autos) para citação dos ora Agravantes foi regularmente cumprido (certidão de fl. 74). Assim, tenho para mim que a multa é devida. Outra não tem sido a orientação deste Tribunal de Justiça em casos de perfeita similitude fática: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. AGRAVO. ESPÉCIE POR INSTRUMENTO. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. TRÂNSITO EM JULGADO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI N. 11.232/2005. MULTA. ART. 475-J, CPC. APLICABILIDADE. Recurso provido. Multa do art. 475-J. "Tratando-se de cumprimento de sentença baseado em decisão proferida em ação civil pública, promovida individualmente por um dos titulares do direito individual homogêneo, há solução de continuidade entre o processo de conhecimento e a execução individual do julgado. Havendo esta cisão, os atos processuais são isolados, havendo a incidência da legislação superveniente, inclusive da lei 11.232/05, que instituiu a incidência de multa (art. 475-J do CPC) - (15ª Câmara Cível, Agravo de Instrumento 0717580-8, Relator Desembargador Jurandyr Souza Junior, julgado em 01.12.2010). AGRAVO INTERNO. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRANSITO EM JULGADO ANTERIOR À LEI 11.232/05. IRRELEVÂNCIA. INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ARTIGO 475-J. 1. Tratando-se de cumprimento de sentença baseado em decisão proferida em ação civil pública, promovida individualmente por um dos titulares do direito individual homogêneo, há solução de continuidade entre o processo de conhecimento e a execução individual do julgado. 2. Havendo esta cisão, os atos processuais são isolados, havendo a incidência da legislação superveniente, inclusive da lei 11.232/05, que instituiu a incidência de multa (art. 475-J do CPC). Agravo interno não-provido (15ª Câmara Cível, Agravo Interno 0693040-5/01, Relator Desembargador Jucimar Novochadlo, julgamento em 29.09.2010). Neste ponto, como visto, também não procede à alegação feita pelos Agravantes nas suas razões recursais. 5) Honorários advocatícios

Os Agravantes dizem que os honorários advocatícios fixados na decisão recorrida são elevados, porque não houve complexidade na demanda para justificar a fixação superior a 10% do valor da causa. Não lhes assiste, mais uma vez, razão. Ressalte-se, por ser relevante, o entendimento firmado tanto por este Tribunal quanto pelo Superior Tribunal de Justiça sobre a possibilidade da fixação de honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, o que afasta por completo a argüição do ora Agravante em sentido contrário, como pode ser observado a partir da jurisprudência abaixo colacionada: PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NOVA SISTEMÁTICA IMPOSTA PELA LEI Nº 11.232/05. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. - A alteração da natureza da execução de sentença, que deixou de ser tratada como processo autônomo e passou a ser mera fase complementar do mesmo processo em que o provimento é assegurado, não traz nenhuma modificação no que tange aos honorários advocatícios. - A própria interpretação literal do art. 20, § 4º, do CPC não deixa margem para dúvidas. Consoante expressa dicção do referido dispositivo legal, os honorários são devidos "nas execuções, embargadas ou não". - O art. 475-I, do CPC, é expresso em afirmar que o cumprimento da sentença, nos casos de obrigação pecuniária, se faz por execução. Ora, se nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, a execução comporta o arbitramento de honorários e se, de acordo com o art. 475, I, do CPC, o cumprimento da sentença é realizado via execução, decorre logicamente destes dois postulados que deverá haver a fixação de verba honorária na fase de cumprimento da sentença. - Ademais, a verba honorária fixada na fase de cognição leva em consideração apenas o trabalho realizado pelo advogado até então. - Por derradeiro, também na fase de cumprimento de sentença, há de se considerar o próprio espírito condutor das alterações pretendidas com a Lei nº 11.232/05, em especial a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. Seria inútil a instituição da multa do art. 475-J do CPC se, em contrapartida, fosse abolida a condenação em honorários, arbitrada no percentual de 10% a 20% sobre o valor da condenação. Recurso especial conhecido e provido (Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial nº 1028855/SC, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 27.11.2008, publicado no DJe em 05/03/2009). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO PROCEDENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 1. A partir do julgamento do REsp 1.028.855/SC, pela Corte Especial, o STJ firmou o entendimento de que é cabível a condenação em honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, a fim de remunerar os advogados pela prática de atos processuais necessários à promoção ou à impugnação da pretensão executiva nela deduzida. 2. Agravo regimental não provido (Superior Tribunal de Justiça, Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1128124/SC, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 28.09.2010, publicado no DJe em 07.10.2010). PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COBRANÇA EM FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SISTEMÁTICA IMPOSTA PELA LEI Nº 11.232/05. POSSIBILIDADE. 1. Na nova sistemática processual civil instituída pela Lei n. 11.232/05, é cabível a condenação a honorários advocatícios no estágio da execução denominado "cumprimento de sentença". Precedentes. 2. Recurso especial provido (Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial nº 1099852/RS, Relator Ministro João Otávio De Noronha, Quarta Turma, julgado em 17.08.2010, publicado no DJe em 25.08.2010). 1) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CABIMENTO. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INTERPRETAÇÃO. a) Conforme conclusão da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, como o cumprimento de sentença visando o pagamento de quantia certa se faz por "execução", os honorários advocatícios devem ser fixados com base no art. 20, § 4º do Código de Processo Civil. Portanto, mantém-se a mesma sistemática anterior que, como é sabido, impunha a fixação da verba honorária tanto na execução como nos respectivos embargos, hoje transmudados, no caso, para a "impugnação", e que, tal como os embargos à execução, também podem gerar sucumbência para o impugnante ou impugnado. b) Portanto, mantém-se, também, o mesmo entendimento já pacificado no Superior Tribunal de Justiça acerca da possibilidade da dupla fixação de honorários advocatícios, respeitando-se, porém, o limite de 20%, tal como ocorreu. c) "A alteração da natureza da execução de sentença, que deixou de ser tratada como processo autônomo e passou a ser mera fase complementar do mesmo processo em que o provimento é assegurado, não traz nenhuma modificação no que tange aos honorários advocatícios." (AgRg no Ag 1229681/RS, 4ª Turma, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 20/08/2010). 2) AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Agravo nº 0684922-3/02, 5ª Câmara Cível, Desembargador Leonel Cunha, julgado em 21.09.2010, publicado no DJ em 06.10.2010). Ademais, não deve ser reduzido o valor 15% sobre o valor atualizado do débito arbitrado a título de honorários advocatícios na decisão agravada, observando-se, in casu, que o valor fixado revela-se condizente com a norma do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, aplicável à espécie, não merecendo, por isso, qualquer alteração. Diante do exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento ao presente recurso de agravo de instrumento, a fim de reformar a decisão agravada, no sentido de considerar, como prazo prescricional da pretensão executiva dos Agravados o de 10 (dez) anos, previsto no artigo 205 do Código Civil, e, na parte restante, negar seguimento ao recurso, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, por estar em confronto com jurisprudência dominante deste Tribunal. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Magnus Venicius Rox Juiz Substituto de Segundo Grau Convocado - Relator

0026 . Processo/Prot: 0819324-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/303056. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2011.00000208 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Fernanda Michel Andreani, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Alexandre Mitkowski. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, 1. Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra a decisão proferida ás fls. 174/184, nos autos da Execução de Sentença coletiva nº 208/2011, oriundos do Juízo da Vara Única da Comarca de Pérola, que acolheu parcialmente a impugnação apresentada pelo Banco ora Agravante (fl. 65/82 TJ). Sustentam os agravantes, inicialmente, a ocorrência de prescrição trienal da pretensão executória da sentença coletiva (art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002), pois a parte agravada buscaria o ressarcimento pelo enriquecimento sem causa da instituição financeira. Ressaltam, ainda, em tese sucessiva, que o E. Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial nº 1.070.896/SC, reconheceu que o prazo prescricional para o ajuizamento da Ação Civil Pública é de 5 (cinco) anos. Logo, tendo em vista o disposto na Súmula nº 150, do STF, a pretensão executiva teria se encerrado em 3 de setembro de 2007. Sustentam, a inaplicabilidade da multa do artigo 475-J do CPC, ante a falta de previsão legal à época do trânsito em julgado, por ser ato pessoal da parte. Aduzem suas razões, também no sentido de que seja reconhecida a ilegitimidade ativa da parte exequente, pois ao contrário do entendimento da decisão agravada, pois deve ser observado o que dispõe o art. 16 da Lei 7.347/85, que prevê que a sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, ..."; e que a sentença foi prolatada por Juízo localizado em Curitiba e a parte exequente reside e possuía conta poupança em Comarca diversa, é ilegítima para pedir cumprimento de sentença em Comarca diversa, e também porque competia à mesma comprovar a condição de associados para ser beneficiária da demanda coletiva e fazer jus aos valores pleiteados em grau de execução individual. Alegam excesso de execução, vez que os juros de mora estão sendo computados de forma indevida, sendo que o correto é utilizar o critério para 365 dias, a partir da citação; e contrariamente o agravado considera o mês cheio para apurar os juros moratórios. Por fim, entendendo configurados os requisitos para a atribuição de efeito suspensivo, pugnam pela sua concessão e, ao final, o provimento do recurso. É o relatório. Decido. 2. Em que pesem as alegações feitas pelo agravante, entende-se que o presente recurso não comporta seguimento, nos termos do que dispõe o art. 557, caput, do Código de Processo Civil. DA PRESCRIÇÃO Os

agravantes defendem a ocorrência da prescrição, seja ela trienal, com base no Código Civil de 2002 (art. 206, § 3º, IV), seja ela quinquenal, com fundamento no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp. nº 1.070.896/SC. Entretanto, há que se ter em vista que a pretensão esposada na ação civil pública visava ao recebimento dos juros, não como meros acessórios dos valores depositados nas cadernetas de poupança, mas sim do próprio principal, por decorrer da própria natureza do contrato. Veja-se o entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça: "CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. MUDANÇA DE CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AÇÃO PESSOAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. FEVEREIRO 1986. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RECURSO NÃO CONHECIDO. PRECEDENTES. - A legitimidade passiva para responder por eventuais prejuízos é da instituição financeira com quem se firmou o contrato de depósito. - A ação de cobrança de diferença de correção monetária de saldo de caderneta de poupança prescreve em vinte anos. - Alteração de critério de atualização de rendimento de caderneta de poupança não atingem situações em que já iniciado o período aquisitivo. Devida a correção com base no índice já fixado. Precedentes" (REsp. nº 153.016/AL, 3ª Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 06.05.2004). Do inteiro teor, colhe-se o seguinte excerto: "No tocante à prescrição, o STJ já decidiu que nas ações de cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, o pedido de incidência de determinado índice de correção monetária constitui-se no próprio crédito, e não em acessório, sendo, descabida, assim, a incidência do prazo qüinqüenal do artigo 178, § 10, III, do Código Civil. Na espécie, tratando-se de ação pessoal, o prazo prescricional é o vintenário. Neste sentido: REsp 149255/César Rocha; REsp 86.471/Rui Rosado; e, REsp 97.858/Sálvio de Figueiredo." Assim, não há como afastar que o prazo prescricional a ser aplicado no presente caso é o geral, para as ações de direito pessoal. Ressalte-se que o prazo trienal previsto no art. 206, IV, do Código Civil não se aplica ao presente caso, uma vez que a ação de enriquecimento ilícito tem caráter residual, na esteira do que dispõe o art. 886, do Código Civil: "Não caberá restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido". Nesse sentido o voto proferido pelo Il. Juiz Substituto em 2º Grau Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira no julgamento do Agravo de Instrumento nº 705.225-1: "Neste ponto é preciso aferir-se que o prazo a ser observado é efetivamente o geral, e não aquele estabelecido para as ações de ressarcimento por enriquecimento indevido. Isso porque embora o novo Código tenha inovado, estabelecendo em seu art. 206, IV, prazo prescricional de três anos para as pretensões de ressarcimento amparadas na ocorrência de enriquecimento sem causa (hipótese que não era expressamente tratada no Código Civil revogado), mencionado prazo, não obstante a regra do art. 2.028 do Código Civil, não se aplica ao caso dos autos. E não se aplica porque o enriquecimento sem causa não é o único argumento jurídico possível de ser invocado para a solução da presente demanda: com efeito, a ação fundada no enriquecimento sem causa só pode ser manejada em caráter residual ou subsidiário, é dizer, apenas quando a lei não conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.(...) (...) Portanto, considerando-se que a ação in rem verso só pode ser manejada em caráter subsidiário, quando não haja outro fundamento que não o enriquecimento ilícito para a postulação do prejuízo alegado, tem-se que, no presente caso, há contrato de poupança firmado entre as partes, que constitui ato jurídico perfeito, do qual decorre o direito adquirido do poupador de ver os seus créditos corrigidos nos termos contratados, o que, em razão da utilização de índice de correção diverso pela instituição financeira, autoriza o poupador a postular a condenação da instituição financeira ao pagamento das diferenças decorrentes da aplicação equivocada dos índices de correção monetária. Havendo, portanto, amparo contratual e constitucional (art. 5º, XXXVI da Constituição da República) conferindo o direito postulado na presente demanda, deve-se observar no caso a proibição imposta pelo art. 886 do Código Civil. E se o presente caso não era efetivamente da ação in rem verso (já que invocados outros fundamentos jurídicos a sustentar a procedência da demanda coletiva, não circunscritos apenas ao princípio do enriquecimento sem causa) inviável a adoção da nova regra de prescrição prevista no art. 206, IV do Código Civil, somente aplicável, a rigor, às ações que tenham por fundamento único possível o enriquecimento sem causa. Sendo assim, mesmo se observada a entrada em vigor do novo Código Civil e aplicada, consequentemente, a regra de transição prevista em seu art. 2.028 (já que não há direito adquirido ao prazo prescricional em curso, quando reduzido por lei nova), o prazo prescricional efetivamente aplicável ao caso em apreço deve obedecer aos ditames do art. 205 do CC, que reduziu o prazo estabelecido no art. 177 do Código Civil de 1916, de vinte para dez anos, e não aos do art. 206, IV, do CC." (Agravo de Instrumento nº 705.225-1, 16ª Câmara Cível, Rel. Juiz Substituto em 2º Grau Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira, julg. em 1º de dezembro de 2010) Inaplicável ao presente caso, do mesmo modo, o entendimento adotado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. nº 1.170.896/SC, uma vez que se trata de processo com sentença já transitada em julgado. Em casos como tais, a prescrição, interrompida com a propositura da ação, volta a correr com o trânsito em julgado da sentença, uma vez que não se trata de prazos prescricionais distintos. Cumpre citar um excerto do parecer elaborado pelo Prof. Luiz Guilherme Marinoni, in verbis: "Mas, como igualmente advertiu o precedente que deu origem à Súmula 150, a prescrição volta a correr em face da execução, vale dizer: como a sentença constitui fase da relação processual ou do processo não colocando-lhes fim -, e, assim, o exercício da pretensão de direito material inicia-se com a propositura da ação e termina com a execução, a prescrição volta a correr em fase de execução. Frise-se o ponto: se a prescrição volta a correr diante da execução, não há como ter prazos prescricionais distintos para a ação de conhecimento e para a execução. Isto pela razão de que o prazo prescricional diz respeito ao exercício da pretensão material, que pode ser satisfeita mediante ação condenatória (em caso de adimplemento voluntário) ou por meio de execução (em caso de inadimplemento). Se a pretensão de direito material foi exercida com a propositura da ação, a inércia do vencedor não prosseguindo no exercício da mesma pretensão via execução, retira-lhe, em virtude da prescrição, o poder de exigir a pretensão material. Mas se esta prescrição interrompida pelo processo de conhecimento volta a correr, o seu prazo, obviamente, não pode ser outro.Lembre-se como sublinhado acima, que o precedente que originou a Súmula 150 declarou expressamente que `a execução prescreve no mesmo prazo em que prescreve a ação'. De modo que o precedente fundante na Súmula 150, ao invocar o art. 196 do CPC de 1939e a idéia de que a `instância não termina com a sentença, mas com a execução, quis evidenciar que a pretensão material ressarcitória ou de crédito depende de ação de conhecimento e da execução e que o prazo prescricional, por dizer respeito a uma única pretensão de direito material, embora volta a correr em fase de execução, é, evidentemente o mesmo não podendo ser diferente. Ora, caso o prazo não fosse o mesmo, o precedente não teria expressamente falado em interrupção do curso da prescrição, que volta a correr." Dessa maneira, a toda evidência, trata-se de ação de direito pessoal, cujo prazo prescricional era vintenário, sob a égide do Código Civil de 1916, e passou a ser decenal, após o advento do novo Código Civil. Por outro lado, tendo em vista o disposto na Súmula nº 150, do E. Supremo Tribunal Federal ("Prescreve a execução no mesmo prazo da prescrição da ação"), inevitável concluir que o prazo prescricional para o cumprimento de sentença seja o mesmo prazo de direito pessoal previsto para a ação de conhecimento. Desta Corte, colhem-se os seguintes precedentes no mesmo sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO. EXECUÇÃO DO JULGADO. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO TRIENAL E QUINQUENAL. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA JÁ RECONHECIDA EM DECISÃO SOBRE A QUAL SE OPEROU O TRÂNSITO EM JULGADO. PRETENSÃO RECURSAL QUE OFENDE À COISA JULGADA. (...) AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, LIMINARMENTE, EIS QUE MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. EXEGESE DO ARTIGO 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL" (Agravo de Instrumento nº 688.388-7, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Abraham Lincoln Calixto, DJe de 15.07.2010). "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANOS BRESSER E VERÃO. COBRANÇA DE DIFERENÇA DE RENDIMENTO EM CADERNETA DE POUPANÇA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO PRESCREVE NO MESMO PRAZO QUE AÇÃO. SÚMULA 150 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O Superior Tribunal de Justiça fixou entendimento no sentido de que as ações para cobrança das diferenças não creditadas em cadernetas em poupança submetem-se à prescrição vintenária, eis que se referem a direito pessoal do poupador. Súmula 150 STF: `Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação.' (Agravo de Instrumento nº 686.594-7, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Mateus de Lima, DJ de 07.07.2010). "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA COLETIVA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA (AUTOS N. 38.765/98 DA 1ª VFP DE CURITIBA - APADECO x BANESTADO). EXECUÇÃO INDIVIDUAL. RENDIMENTOS DA CADERNETA DE POUPANÇA. EXCEÇÃO DE PRESCRIÇÃO ARGUIDA PELO BANCO EXECUTADO. IMPROCEDÊNCIA. QUESTÃO JÁ ANALISADA NO JULGAMENTO DA AÇÃO COLETIVA, ONDE SE FIRMOU ENTENDIMENTO DE QUE O PRAZO PRESCRICIONAL É VINTENÁRIO, REGIDO À ÉPOCA PELO ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 (DIREITO PESSOAL). MATÉRIA PROTEGIDA PELO INSTITUTO DA `COISA JULGADA'. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NESTA CORTE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO PELO RELATOR. 1 No julgamento da Apelação n. 91.830-9, a 5ª Câmara Cível desta Corte (acórdão n. 6545) confirmou a sentença proferida nos autos n. 38.765/98 de ação civil pública da 1ª VFP da capital, e fixou que o prazo prescricional é de 20 anos na espécie, incidindo a `coisa julgada' no que tange a tal matéria. 2 Esse prazo de 20 anos também se aplica à execução da sentença coletiva, pois, nos termos da Súmula 150 do STF, `prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação'." (Agravo de Instrumento nº 684.797-0, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Rogério Ribas, DJ de 01.07.2010). No presente caso, como a sentença da ação civil pública transitou em julgado em 3 de setembro de 2002, e considerando que se trata de direito pessoal, há que se ter em conta que, à época da entrada em vigor do Novo Código Civil ainda não havia transcorrido mais da metade do prazo prescricional, de maneira que, à luz do art. 2.028 do referido Códex, referido prazo, passa a ser regulado pela nova legislação, passando a ser de 10 (dez) anos, contado a partir do trânsito em julgado da sentença cujo cumprimento se pretende. Também nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APADECO. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. Agravo de instrumento desprovido." (TJPR Agravo de Instrumento n.º 725.689-1 16ª Câmara Cível Rel. Des. Paulo Cezar Bellio DJ 08/07/2011). Destarte, o prazo prescricional ainda não se escoou, não cabendo razão à insurgência do Agravante. DA ILEGITIMIDADE ATIVA DOS ORA AGRAVADOS Não assiste aos agravantes no que tange à alegação de ilegitimidade ativa dos exequentes. Ocorre que a ação coletiva sobre cuja sentença se baseia o cumprimento impugnado teve por objeto direitos individuais homogêneos, que não exigem, para a sua configuração, um vínculo jurídico específico (vinculo associativo). De fato, terão direito às diferenças de remuneração todos aqueles que se encontrarem em situação fática semelhante (ser poupador por ocasião dos referidos planos econômicos). Nessa esteira já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "(...) para a comprovação da legitimidade ativa

do credor poupador que propõe ação de execução com lastro em título executivo judicial exarado na ação civil pública, despicienda se mostra a comprovação de vínculo com a associação proponente da ação ou a apresentação de relação nominal e de endereço dos associados" (STJ - REsp 651037/PR, 3ªT, Min. Nancy Andrighi, DJ 13.09.04, p. 241). De fato, em se tratando de direito individual homogêneo, descabe a aplicação do dispositivo invocado pelo agravante (art. 16, lei 7.347/85). Igualmente irrelevantes, e pelas mesmas razões, as alegações de ausência de comprovação da residência ou manutenção de conta poupança nesta Capital. Por fim, no tocante à alegação de que a sentença somente produz efeitos no território jungido à jurisdição do juízo prolator, vale esclarecer que esta interpretação revela-se completamente equivocada. As sentenças proferidas na ação civil pública, cujos efeitos são, em regra, erga omnes se estendem a todo território sobre o qual exerça jurisdição o Tribunal local a que esteja vinculado o juízo prolator. Assim, no caso dos autos, a sentença proferida na ação civil pública terá efeitos sobre todo o Estado do Paraná. Nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DE COMBUSTÍVEIS (DL 2.288/86). EXECUÇÃO DE SENTENÇA. EFICÁCIA DA SENTENÇA DELIMITADA AO ESTADO DO PARANÁ. VIOLAÇÃO DO ART. 2º-A DA LEI Nº 9.494/97. ILEGITIMIDADE DAS PARTES EXEQÜENTES. 1. Impossibilidade de ajuizamento de ação de execução em outros estados da Federação com base na sentença prolatada pelo Juízo Federal do Paraná nos autos da Ação Civil Pública nº 93.0013933-9 pleiteando a restituição de valores recolhidos a título de empréstimo compulsório cobrado sobre a aquisição de álcool e gasolina no período de jul/87 a out/88, em razão de que em seu dispositivo se encontra expressa a delimitação territorial adrede mencionada. 2. A abrangência da ação de execução se restringe a pessoas domiciliadas no Estado do Paraná, caso contrário geraria violação ao art. 2º-A da Lei nº 9.494/97, litteris: "A sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade, associativa, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados, abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator". 3. Recurso especial parcialmente conhecido, e nesse ponto, desprovido" (grifei). (STJ, REsp 665947/SC, 1ª. T, Rel. Min. José Delgado, DJ:12/12/05). Portanto, nesse aspecto o recurso não comporta provimento. DO EXCESSO DE EXECUÇÃO Com relação ao excesso de execução decorrente da aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC, restou suficientemente fundamentada na decisão objurgada, a qual resta mantida por seus próprios fundamentos embasados em jurisprudência desta Corte, e da mesma forma quanto à questão dos juros de mora, a irresignação não merece acolhida. Isto porque já se encontra pacificado na jurisprudência o entendimento de que os juros moratórios a serem aplicados são de 0,5% (meio por cento) ao mês a partir da citação até o advento do Código Civil de 2002 e, após, de 1% (um por cento) ao mês. Sobre o tema, veja-se os seguintes julgados desta Corte: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO. EXECUÇÃO DO JULGADO. APLICAÇÃO DO CDC. OPÇÃO DO CREDOR OPTAR ENTRE O FORO DA AÇÃO CONDENATÓRIA OU DO SEU PRÓPRIO DOMICÍLIO. COISA JULGADA EM AÇÕES COLETIVAS NÃO SE CONFUNDE COM NORMAS SOBRE COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO NA APLICAÇÃO DA TAXA DE JUROS MORATÓRIOS. EXEGESE DO ARTIGO 5º. DO DECRETO N.º 22.626/33. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. DEPÓSITO DO MONTANTE INTEGRAL DO DÉBITO QUE NÃO AFASTA A INCIDÊNCIA DA MULTA DE DEZ POR CENTO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 475-J, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, LIMINARMENTE, POR MANIFESTO CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. EXEGESE DO ARTIGO 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL." (Agravo de Instrumento nº 655.535-5, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Abraham Lincoln Calixto, DJ de 04.03.2010) "DECISÃO MONOCRÁTICA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA RECONHECENDO DIFERENÇAS DE RENDIMENTO EM CADERNETA DE POUPANÇA, DECORRENTES DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS PELA EDIÇÃO DE PLANOS ECONÔMICOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA COMARCA DE MARIALVA PARA PROCESSAR A EXECUÇÃO DE SENTENÇA. POSSIBILIDADE. FACULDADE DO CONSUMIDOR. EFICÁCIA ERGA OMNES ABRANGE A JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL QUE DECIDIU O RECURSO ORDINÁRIO. ARTIGO 98, § 2º, INCISO II, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ILEGITIMIDADE ATIVA NÃO RECONHECIDA. DESNECESSIDADE DE VINCULAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO AUTORA DA AÇÃO COLETIVA. ART. 16, DA LEI Nº 7.347/85. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. PRETENSÃO DE QUE OS JUROS DE MORA SEJAM FIXADOS EM 1% (UM POR CENTO) AO ANO. INEXISTÊNCIA DE BASE LEGAL. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR, COM A CITAÇÃO INICIAL NA AÇÃO COLETIVA. ARTIGO 405, CÓDIGO CIVIL, COMBINADO COM ARTIGO 219, CPC. PRETENSÃO DESPROVIDA NESSAPARTE.DECISÃO MANTIDA. ARTIGO 557, CAPUT, DO CÓGIDO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO CONHECIDO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO." (Agravo de Instrumento nº 651.546-2, 5ª Câmara Cível, Rel.ª Desª Maria Aparecida Blanco de Lima, DJ de 04.03.2010) Assim, não há que se falar em excesso de execução. Daí não merecer reparo na decisão agravada também nesse ponto. Honorários Advocatícios Afirma o apelante o descabimento da condenação ao pagamento dos honorários advocatícios em sede de execução de sentença. Entretanto, não assiste razão ao agravante. Tal condenação encontra respaldo em precedentes desta corte: "AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. EXECUÇÃO DEFINITIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS PROCESSUAIS EM SEDE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E IMPUGNAÇÃO. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO. (...) São devidos honorários advocatícios tanto em sede de cumprimento de sentença quanto em impugnação, conforme precedentes desta Corte. Tanto o cumprimento de sentença, quanto a impugnação comportam pagamento de custas, de acordo com o artigo 20, § 1º, do Código de Processo Civil, bem como com a Tabela IX do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, nos termos da Instrução Normativa n° 05/2008 da Corregedoria-Geral da Justiça deste Tribunal." (TJPR - 5ª C.Cível - A 0630877-2/01 - Foz do Iguaçu - Rel.: Des. Luiz Mateus de Lima - Unânime - J. 09.03.2010) "'AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELA APADECO EM FACE DO BANCO DO BRASIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. (...) PEDIDO DE REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ARBITRADO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA NÃO ACOLHIDO. VALOR ARBITRADO DE ACORDO COM O MÍNIMO LEGAL. PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS EM SEDE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NECESSIDADE. ARTIGO 20, § 1º, C/C ARTIGO 19, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2008 DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DESTE TRIBUNAL. EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. (...) 5. São devidos honorários de sucumbência em sede de cumprimento de sentença, ainda que na nova sistemática processual a execução da sentença não mais requeira o ajuizamento de ação autônoma. (...) RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO." (TJPR - 16ª C.Cível - AI 0719258-9 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira - Unânime - J. 19.01.2011) "DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RENDIMENTOS DE CONTA POUPANÇA. (...) CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. (...) c) É devida a verba honorária na fase de cumprimento de sentença, pois "o fato de se ter alterado a natureza da execução de sentença, que deixou de ser tratada como processo autônomo e passou a ser mera fase complementar do mesmo processo em que o provimento é assegurado, não traz nenhuma modificação no que tange aos honorários advocatícios" (REsp 978.545/MG, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ. 11/03/2008). 2) AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO (art. 557, CPC)." (TJPR - 5ª C.Cível - AI 0634287-4 - Foz do Iguaçu - Rel.: Des. Leonel Cunha - Unânime - J. 01.12.2009) Neste mesmo sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COBRANÇA EM FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SISTEMÁTICA IMPOSTA PELA LEI Nº 11.232/05. POSSIBILIDADE.1. Na nova sistemática processual civil instituída pela Lei n. 11.232/05, é cabível a condenação a honorários advocatícios no estágio da execução denominado "cumprimento de sentença". Precedentes.2. Recurso especial provido" (REsp. nº 1.099.852/RS, 4ª Turma, Min. João Otávio de Noronha, DJe de 25.08.2010). "AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - NOVA SISTEMÁTICA IMPOSTA PELA LEI Nº 11.232/05- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CONDENAÇÃO - POSSIBILIDADE - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO. I. Quanto ao arbitramento dos honorários advocatícios na impugnação ao pedido de cumprimento de sentença, a Terceira Turma desta Corte, em 11.3.08, no julgamento do REsp 978.545/MG, sob a relatoria da eminente Ministra NANCY ANDRIGHI, posicionou-se no sentido de que, conquanto a nova sistemática imposta pela Lei nº 11.232/05 tenha alterado a natureza da execução de sentença que passou a ser mera fase complementar do processo de cognição deixando de ser tratada como processo autônomo, não trouxe nenhuma modificação no que tange aos honorários advocatícios. II. O agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão alvitrada, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. Agravo Regimental improvido" (AgRg no Ag nº 1.236.619/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe de 03.02.2010). Ademais, com relação à minoração dos honorários advocatícios, observa-se que os mesmos foram fixados em 10% sobre o valor da condenação, ou seja, no mínimo legal. Constata-se, portanto, que a decisão recorrida está de acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, o que impõe que seja negado seguimento ao agravo de instrumento. 3. Diante do exposto, conheço do recurso e nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, caput, do CPC. 4 Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES.ª MARIA MERCIS GOMES ANICETO RELATORA

0027 . Processo/Prot: 0819525-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/218433. Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002928-25.2011.8.16.0160 Exibição de Documentos. Agravante: Antonio Carlos Raphael. Advogado: Evandro Alves dos Santos, Fernando Parolini de Moraes. Agravado: Banco Itaú SA. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Benesse que se concede mediante simples afirmação. Presunção juris tantum. Benefício concedido. VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 819525-7, de Sarandi - Vara Cível e Anexos, em que é agravante ANTONIO CARLOS RAPHAEL e agravado BANCO ITAÚ SA. 1. Relatório Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão (fls. 38-TJ) que indeferiu o benefício da assistência judiciária gratuita. O recorrente alegou que basta a simples declaração de necessitado para receber o benefício da assistência judiciária gratuita, bem como não tem condições financeiras para suportar as custas e despesas processuais. Em síntese, é o relatório. 2. Fundamentação: O presente agravo de instrumento foi regularmente instruído, conforme disposto no artigo 525 do Código de Processo Civil. Insurge-se o agravante contra a decisão que indeferiu o benefício de assistência judiciária gratuita. Inicialmente, necessário tecer alguns comentários sobre o mencionado benefício. A assistência judiciária gratuita encontra amparo legal na Lei n 1.060/50, quando o recorrente não for possuidor de condições suficientes para responder pelas custas

processuais e advocatícias. O benefício da assistência judiciária gratuita é concedido à parte que, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, declarar que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, presumindo-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição, nos termos da Lei 1.060/50. No caso dos autos, verifica-se que tal procedimento foi cumprido pelo ora agravante, vez que na própria inicial (fls. 36-TJ) declarou que está impossibilitada de realizar o pagamento do preparo, sobretudo porque a sua atual condição financeira não lhe permite. Outrossim, nada existe nos autos documentando que o agravante financeiramente possui condições de arcar com as custas da demanda. A afirmação de incapacidade financeira é juris tantum, cabendo à parte adversa, o ônus de provar que a condição de pobreza não vai de encontro com a realidade do beneficiado. Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Esta Superior Corte de Justiça possui entendimento jurisprudencial de que a simples declaração de miserabilidade feita pela parte é suficiente para deferimento do benefício da justiça gratuita. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido". (STJ, AgRg no Ag 1005888/PR, Rel. Ministro OG Fernandes, 6ª Turma, j.20.08.2008). "PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. (...) 2. Para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita é suficiente a simples afirmação do interessado de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo de sua manutenção ou de sua família. 3. A declaração prestada na forma da lei firma em favor do requerente a presunção juris tantum de necessidade que somente será elidida diante de prova em contrário. 4. Recurso especial improvido." (REsp 379549/PR, Segunda Turma, Ministro Castro Meira, j. 18/10/2005). Neste sentido, este Tribunal de Justiça decidiu: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CONSTITUTIVA NEGATIVA DE NULIDADE C/C AÇÃO CONDENATÓRIA DE RESTITUIÇÃO DE VALORES E DECLARATÓRIA - INDEFERIMENTO DO PLEITO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - ALEGAÇÃO DE CONDIÇÃO FINANCEIRA - ÔNUS DA PROVA DO RÉU / AGRAVADO - AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA EM CONTRÁRIO DA CAPACIDADE ECONÔMICA DO AUTOR - PROPRIETÁRIO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS - IRRELEVÂNCIA - CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO QUE NÃO SE TRADUZ EM ÓBICE PARA O DEFERIMENTO DO PLEITO - BENEFÍCIO QUE DEVE SER CONCEDIDO ANTE SIMPLES DECLARAÇÃO DA PARTE - INTELIGÊNCIA DO INCISO LXXIV, DO ARTIGO 5° DA CF/88 E DO ARTIGO 4° DA LEI N° 1.060/50 _ SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. 1. O deferimento da gratuidade judiciária, não implica em exigir o estado de penúria ou miséria absoluta da requerente, basta o prejuízo do sustento próprio ou da família. A existência de mínima condição econômica não afasta o direito ao benefício. 2. Não existindo fundamentação adequada no despacho agravado, em tal sentido, o benefício deve ser concedido, mesmo porque o simples fato de o agravante ser produtor agrícola não demonstra capacidade econômica de suportar as despesas do processo."(AI n° 317.829-2, 7ª C.C., Rel. Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira, j. 06/06/2006). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO RECORRIDA QUE INDEFERIU OS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA AO AGRAVANTE - SIMPLES AFIRMAÇÃO DA NECESSIDADE DA SUA CONCESSÃO - DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO - POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO - ART. 4º, DA LEI Nº 1.060/50 - PRECEDENTES - RECURSO PROVIDO". (AI n° 322.360-1, Rel. Maria Mercis Gomes Aniceto, 16ª C.C., pub. 19.05.06) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. NÃO COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS - DESNECESSIDADE. DECLARAÇÃO DE POBREZA SUFICIENTE PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1- A simples afirmação da necessidade da justiça gratuita é suficiente para o deferimento do benefício, haja vista o art. 4º, da Lei nº 1.060/50 ter sido recepcionado pela atual Constituição Federal. Precedentes da Corte. 2- Ainda que assim não o fosse, é dever do Estado prestar assistência judiciária integral e gratuita, razão pela qual, nos termos da jurisprudência do STJ, permite-se a sua concessão ex officio (...)". (STJ, RESP 320019/RS, Sexta Turma, Relator Ministro Fernando Gonçalves, publicação 15.04.2002). 3 - Poderá contudo, ser revogado o benefício se comprovado que não está a merecê-lo. RECURSO PROVIDO". (AI n° 313.089-2, 16ª C.C., Rel. Des. Shiroshi Yendo, j. 18/01/2006, unânime, DJPR. 03/02/2006). Ante o exposto, é de ser concedido ao agravante o benefício da assistência judiciária gratuita, ressalvando-se, no entanto, que a benesse poderá ser extinta se inequivocamente demonstrada a sua desnecessidade. 3. DECISÃO: Diante do exposto, o presente agravo de instrumento deve ser provido, amparado pelo disposto no art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil. Intime-se e remeta-se cópia da presente decisão ao douto Juiz da causa. Arquivem-se, oportunamente. Curitiba, 25 de agosto de 2011.B JOATAN MARCOS DE CARVALHO Relator

0028 . Processo/Prot: 0819793-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/220706. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 0007950-56.2011.8.16.0001 Reparação de Danos. Agravante: Hipercard Banco Múltiplo S/a. Advogado: Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho, Fabíola Cueto Clementi, Mariana Cavalcante Borralho, Francisco Antônio Fragata Junior. Agravado: Leandro Bueno. Advogado: Ideraldo José Appi, Osmar Gomes de Brito. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

I - Trata-se de agravo de instrumento, interposto contra decisão proferida pelo juízo da 9ª Vara Cível de Curitiba (autos sob nº 7950- 56.2011). II O presente agravo de instrumento não enseja admissibilidade em virtude deficiência na formação do recurso. Compulsando os presentes autos, constata-se a ausência de procuração outorgada pelo agravante, requisito obrigatório de instrução do agravo de instrumento, de acordo com o artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil. Consta dos autos apenas substabelecimento (fls. 104-TJ), contudo desacompanhado da procuração originária. Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça e este Tribunal decidiram AGRAVO REGIMENTAL. TRASLADO DE PEÇAS INCOMPLETO. COMPROVAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DA PEÇA FALTANTE. SUBSTABELECIMENTO INSUFICIENTE. 1. A efetiva inexistência das peças relacionadas no artigo 544, §1º, do Código de Processo Civil deve ser comprovada durante a formação do agravo de instrumento, sob pena de não-conhecimento do agravo. 2. A juntada do substabelecimento não satisfaz a exigência legal, fazendo-se necessário o traslado da procuração outorgada ao advogado substabelecente. 3. Agravo regimental desprovido". (AgRg no Ag 791470, T3, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 12/03/2007) "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. ROL DO §1.º FALTA DE TRASLADO DE PEÇA OBRIGATÓRIA. PROCURAÇÃO DA AGRAVANTE. INSUBSISTÊNCIA DO SUBSTABELECIMENTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA LEGÍTIMA OUTORGA DE PODERES. 1. A procuração da agravante é peça essencial à formação do instrumento de agravo, de modo a viabilizar a sua formação. 2. O traslado do substabelecimento não subsiste por si só, por isso que, é indispensável apresentar a procuração outorgada ao advogado substabelecente, para comprovar a legítima outorga de poderes. 3. Agravo regimental desprovido" (STJ, AgRg no AG 584694/MG, 1.ª Turma, Rel. Min. LUIZ FUX, j. 03.02.2005, DJ 28.02.2005). "AGRAVO INOMINADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA CORTE DE ALÇADA DO PARANÁ, RECENTEMENTE UNIFICADA AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO DO AGRAVADO. PEÇA OBRIGATÓRIA. JUNTADA APENAS DO SUBSTABELECIMENTO. INSUFICIÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO A JUNTADA DAS PROCURAÇÕES OUTORGADAS AOS ADVOGADOS DE AMBAS AS PARTES É IMPRESCINDÍVEL, SOB PENA DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO, SENDO QUE QUANDO SE TRATAR DE ADVOGADO SUBSTABELECIDO HÁ NECESSIDADE IMPOSTERGÁVEL DA JUNTADA DA PROCURAÇÃO E DO RESPECTIVO SUBSTABELECIMENTO". (Ac. 2149, 16ªCC, Rel. Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima, DJ 10/02/2006) III Por tais razões, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, por ser manifestamente inadmissível, ante a ausência de peças obrigatórias, previstas no inciso I, artigo 525, do Código de Processo Civil. IV - Intime-se e remeta-se cópia da presente decisão ao douto Juiz da causa. V - Arquivem-se, oportunamente. Curitiba, 26 de agosto de 2011.B JOATAN MARCOS DE CARVALHO Relator

0029 . Processo/Prot: 0820844-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/227045. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0031541-42.2010.8.16.0014 Ordinária de Cobrança. Agravante: Maria Naoka Kamogawa, Conceição de Maria Penha, Carlos Elber Sucupira de Albuquerque, Aloisio Dualibe Brito Passos Pinheiros, Raimundo Nonato Pinheiro Costa, Maria Aracy Costa Ferreira Haickel, Raimundo Alexandre Almeida, Maria Jose Ferreira Sousa, Jose Loredo de Souza, Jose Maria Gomes, Maria da Graça Abreu Santos. Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Agravado: Banco Bradesco SA. Advogado: Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos, Gilberto Pedriali. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE INSTRUTÓRIA EXPURGOS INFLACIONÁRIOS SOBRESTAMENTO DO FEITO ANTE O RECONHECIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 591.797 IMPOSSIBILIDADE NA ATUAL FASE DECISÃO REFORMADA PROVIMENTO MONOCRÁTICO (ART. 557, §1ª-A, DO CPC). 1) Trata-se de Agravo de Instrumento manejado por Maria Naoka Kamogawa e outros em face da decisão proferida nos autos de Ação de Cobrança nº 31541-42.2010, oriundos do Juízo da 7ª Vara Cível da Comarca de Londrina, que, com base na determinação do STF foram sobrestados os feitos até seu julgamento pela Suprema Corte, ante a repercussão geral reconhecida. Sustentam os agravantes que não se trata de hipótese de suspensão, uma vez que o processo se encontra em fase instrutória, e a decisão do STF (RE nº 591.797) determinou a suspensão apenas dos processos que se encontram em fase recursal, excluindo os que estejam em sede de execução ou em fase instrutória. f. 02 Assim, pugnaram os agravantes pelo provimento do agravo, para o fim de modificar a decisão a quo, determinando o prosseguimento do feito. É o breve relatório. 2) Admito o processamento do Agravo por estarem presentes, prima facie, os pressupostos de admissibilidade, eis que foi tempestivamente interposto, além de conter todos os demais pressupostos processuais. De acordo com o art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil o relator deve dar provimento ao recurso que estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. O Supremo Tribunal Federal, em virtude do julgamento do Recurso Extraordinário 591.797/SP (Plano Collor I), AI 754.745/SP (Plano Collor II) e RE 626.307/SP (Planos Verão e Bresser), entendeu haver repercussão geral da matéria referente aos expurgos inflacionários, determinando o sobrestamento de todos os recursos que se refiram ao objeto da repercussão geral, excetuadas as ações em fase executiva/cumprimento de sentença transitada em julgado e os feitos em fase instrutória. Assim foi a referida decisão no RE nº 591.797: "Assim sendo, é necessária a adoção das seguintes providências: (...) b) O sobrestamento de todos os recursos que se refiram ao objeto desta repercussão geral, excluindo-se, conforme delineado pelo Ministério Público, as ações em sede executiva (decorrente de sentença trânsita em julgado) e as que se encontrem em fase instrutória.". Não há óbice ao julgamento da ação em primeiro grau de jurisdição, devendo haver o sobrestamento somente

após a sentença e com no caso da interposição de recurso, evitando a remessa das apelações f. 03 para este Tribunal. Desta feita, considerando que a presente Ação de Cobrança encontra-se em fase instrutória (conforme item II da decisão agravada de fls. 46 - TJPR), não poderia o Juízo a quo ter determinado a suspensão do feito. Assim é o entendimento deste Tribunal: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SUSPENSÃO DO PROCESSO ATÉ JULGAMENTO DEFINITIVO PELO STF DA REPERCUSSÃO GERAL INSTAURADA SOBRE OS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SUSPENSÃO INOPORTUNA. SOBRESTAMENTO QUE ATINGE AÇÕES DE COBRANÇA EM GRAU DE RECURSO. DECISÃO REFORMADA. AGRAVO PROVIDO. (TJPR 15ª C.C - AI 0798945-7 - Londrina - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Marco Antonio Antoniassi Unânime - J. 24.08.2011) Neste mesmo sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SOBRESTAMENTO QUE AÇÕES QUE VERSAM SOBRE CORREÇÃO MONETÁRIA DE DEPÓSITOS DE CADERNETAS DE POUPANÇA. EXCLUSÃO PROCESSOS QUE SE ENCONTREM NA FASE INSTRUTÓRIA. AGRAVO QUE DEIXA DE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO STJ. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 557, § 2º DO CPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO. 1. Os processos versando sobre pagamento de correção monetária dos depósitos de cadernetas de poupança em virtude de planos econômicos que se encontrem na fase instrutória estão excluídos do sobrestamento determinado pelo Supremo f. 04 Tribunal Federal nos autos do RE 626.307/SP, RE 591.797/SP e AI 754.745/SP. É o caso dos presentes autos. 2. Inexistindo impugnação específica, como seria de rigor, a todos os fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida. Incide, na espécie, a Súmula nº 182/STJ.3. Agravo regimental não conhecido, com aplicação de multa.(AgRg no Ag 1370131/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/2011, DJe 07/06/2011) (grifei) Assim, enquanto não encerrada por completo a fase instrutória não é possível se falar em sobrestamento do feito, devendo ser reformada a decisão agravada, a fim de determinar o regular processamento do feito. 3) Diante do exposto, nos termos do artigo 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao presente recurso, por estar de acordo com a jurisprudência dominante deste Tribunal, para fim de reformar a decisão do Juízo a quo e determinar o prosseguimento do feito. Intimem-se, comunicando-se ao Juízo de Primeiro Grau. Curitiba, 20 de Setembro de 2011 DENISE HAMMERSCHMIDT JUÍZA RELATORA CONVOCADA

0030 . Processo/Prot: 0825694-4 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/265870. Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000996-95.2010.8.16.0108 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Elisângela de Almeida Kavata. Agravado: João Batista Santana. Advogado: Edivar Mingoti Júnior. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Tratam os autos de recurso de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por BANCO BANESTADO S/A em face da decisão (fls. 210 TJ/PR) que, nos autos n° 996-95.2010, deixou de receber impugnação ao cumprimento de sentença, por considerá-la intempestiva, e, por consequência, considerou preclusa a oportunidade para o seu oferecimento, reconsiderando decisões anteriores contrárias a tal entendimento. Depois de discorrer sobre a tempestividade do recurso, sustenta o agravante, em resumo, que: a) o ora agravado requereu o cumprimento de sentença com base na ação civil pública ajuizada pela APADECO contra o ora agravante; b) recebido o pedido, o ora agravante apresentou "exceção de prescrição", ocasião em que a julgadora singular entendeu que a exceção teria caráter de impugnação ao cumprimento de sentença; c) assim, como não ainda não havia garantia do juízo, foi determinada a penhora de valores via sistema BACENJUD, com inclusão da multa de 10%; c) os valores foram bloqueados, mas não houve a transferência de valores, sendo certo, por conseguinte, que a penhora não foi formalizada; c) em decorrência da oposição de embargos de declaração, a magistrada esclareceu que após o julgamento da exceção de prescrição concederia o prazo de quinze dias para o banco impugnar o cumprimento de sentença; além disso, na mesma decisão, deferiu a substituição da penhora via sistema BACENJUD por cotas de fundos de investimentos, determinando a lavratura do respectivo termo de penhora; d) desta decisão, o ora agravado não teria interposto qualquer recurso, permanecendo inerte; e) posteriormente, a arguição de prescrição foi rejeitada, quando, então, fluiria o prazo de quinze dias outrora estabelecido para a impugnação, que já havia sido apresentada em 09/02/2011; f) a decisão que não recebeu a impugnação está equivocada, já que a decisão anteriormente prolatada estabelecera que, caso não acolhida a prescrição, conceder-se-ia o prazo de quinze dias para a impugnação, o que significa dizer que tal decisão teria sido clara ao ordenar a suspensão do processo, com atribuição de efeito suspensivo à exceção de prescrição; g) ao modificar a decisão anterior, a nova decisão causou surpresa ao ora agravante e cerceamento ao seu direito de defesa; g) o prazo para o oferecimento da impugnação ao cumprimento da sentença é de quinze dias após a efetiva garantia do juízo e intimação do executado (cita o art. 475-J, § 1°, do CPC e julgados); h) como não houve a transferência dos valores objeto da ordem judicial, a penhora não se realizou; portanto, o prazo ainda não foi deflagrado em razão da ausência de efetiva garantia do juízo; i) não se pode confundir o depósito judicial com simples bloqueio de valores, pois só a partir da transferência interbancária de valores é que se considerará garantido o juízo; j) o termo de penhora é irregular, porquanto não cumprido o requisito estabelecido no art. 665, inciso, IV, do Código de Processo Civil (nomeação de depositário); tal irregularidade obsta a fluência do prazo para a impugnação, que só se inicia partir da formalização regular do Auto de Penhora. Pelo que, depois de justificar a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao recurso, requer o provimento do agravo de instrumento. É o relatório. O art. 557, § 1°- A, do Código de Processo Civil, autoriza o relator a dar provimento de plano ao recurso, "se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior". Pois bem. Tendo em linha de conta o dispositivo legal supratranscrito e depois da detida análise das razões expendidas no recurso, tenho para mim que o ora agravante está coberto de razão. A impugnação não é intempestiva, sublinhe-se. Com efeito. Partindo-se da premissa adotada pela magistrada de primeiro grau, de que penhora é pressuposto e requisito para o oferecimento da impugnação ao cumprimento da sentença, como se depreende da decisão agravada, não há como considerar a impugnação intempestiva, como equivocadamente decidiu a julgadora singular. É que a penhora só se aperfeiçoa com a efetiva apreensão e depósito dos bens (CPC, art. 664). Não é por outra razão que o art. 665, do Código de Processo Civil, estabelece os requisitos do auto de penhora, entre eles: (I) a indicação do dia, mês, ano e lugar em que foi feita; (II) os nomes do credor e devedor; (III) a descrição dos bens penhorados, com os seus característicos e (IV) a nomeação do depositário dos bens. Pois bem. Basta a leitura do termo de penhora (fls. 48 dos autos de origem, fls. 78 TJ/PR) para constatar que efetivamente não consta a nomeação do depositário do bem penhorado (neste caso, dinheiro). Aliás, no termo de penhora subsequente dos bens nomeados pelo devedor, cuja substituição foi deferida (cf. termo de penhora, fls. 59 dos autos de origem, fls. 91 TJ/PR) também não há depositário nomeado. Em ambos os termos de penhora há apenas a assinatura do Escrevente, o que, por óbvio, não é suficiente para a satisfação do requisito legal de regularidade e validade da penhora. Registre-se, por decisivo, que o Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que sem a nomeação do depositário dos bens e respectiva assinatura no auto de penhora, esta não se reputa perfeita. A propósito: "PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA NÃO APERFEIÇOADA. NÃO RECEBIMENTO DE EMBARGOS DO DEVEDOR. AGRAVO REGIMENTAL. DESACORDO COM A SÚMULA 319/STJ NÃO CONFIGURADO. 1. É cediço que o aperfeiçoamento formal da penhora depende da efetivação de depósito, de sorte que sem a nomeação de depositário e sua assinatura no auto, a penhora não resta formalizada à luz do art. 665 do CPC. 2. Os embargos do devedor pressupõem penhora regular, que só se dispensa em sede de exceção de pré-executividade, limitada a questões relativas aos pressupostos processuais e às condições da ação. 3. "In casu", o executado indicou imóvel à penhora, mas se recusou a assumir a condição de depositário, por não ser possuidor do bem "há mais de 23 anos". 4. Asseverou-se, na decisão agravada, ser o depósito condição para o aperfeiçoamento da penhora, independentemente de a condição de depositário restar atribuída à própria parte executada ou a outrem, "ex vi" dos artigos 664 e 665 do Código de Processo Civil. 5. Desacordo com a Súmula 319/STJ ("o encargo de depositário de bens penhorados pode ser expressamente recusado") não configurado. 6. Agravo regimental desprovido" (AgRg no REsp 1189997/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/08/2010, DJe 17/08/2010) (destaquei) "PENHORA. Depositário. Auto de penhora. Assinatura. A penhora se perfectibiliza com a lavratura do auto e a assinatura do depositário. Se o devedor se recusa a assiná-lo, cumpre completar o ato com a nomeação e o compromisso de terceiro, o que não foi feito. Art. 665, IV, do CPC. Precedente. Recurso conhecido e provido" (REsp 488.220/RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2003, DJ 25/08/2003, p. 320) (destaquei) "PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. TERMO DE PENHORA. ASSINATURA. REQUISITO INDISPENSÁVEL. PENHORA DE BENS INCORPÓREOS. IRRELEVÂNCIA. ART. 665, CPC. RECURSO DESACOLHIDO. I - Nos termos do art. 665-IV, CPC, é requisito indispensável do auto de penhora a nomeação do depositário do bem, assim como a assinatura no termo, independentemente da natureza do bem penhorado. II - A regular penhora antecede à intimação para apresentação dos embargos. III - Segundo antigo brocardo latino, ubi lex non distinguit nec interpres distinguere debet"(REsp 420.303/SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2002, DJ 12/08/2002, p. 223) (destaquei) Ora, se não há assinatura do depositário no auto, não há que se falar em penhora, vale dizer, na espécie dos autos a penhora não se perfectibilizou; por conseguinte, também não teve início o prazo de quinze dias para a apresentação da impugnação ao cumprimento da sentença (CPC, art. 475-J, § 1°). Por derradeiro, apenas para que não pareça que passou despercebido, registre-se que matérias já decididas não podem ser novamente apreciadas no curso do processo, a exemplo do que aconteceu com a "penhora". Num primeiro momento, foi determinada a efetivação da penhora on line, via sistema BACENJUD. No passo seguinte, foi deferido pedido de substituição do dinheiro bloqueado por cotas de fundos de investimentos. Por fim, percebe-se que o "termo de penhora", objeto do bloqueio judicial via sistema BACENJUD, foi considerado como marco inicial da contagem do prazo para o oferecimento da impugnação, vale dizer, retrocedendo-se na marcha processual. Ora, ninguém desconhece (ao menos não deveria) que "... O processo é um caminhar para frente, daí existindo o sistema da preclusão (lógica, consumativa e temporal), às vezes até mesmo dirigida ao magistrado (pro judicato), a fim de que a marcha processual não reste tumultuada..." (RESP 802416/SP, 2ª Turma, relator Ministro HUMBERTO MARTINS, DJ 12/03/2007, pág. 211) (destaquei). Diante de todas as considerações acima expostas, dou provimento de plano ao recurso para o efeito de cassar a decisão agravada (fls. 210 TJ/PR). Por consequência, o juízo a quo deverá determinar as diligências necessárias à regularização da penhora (da penhora cuja substituição foi deferida) com observância dos requisitos do art. 665, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. RENATO NAVES BARCELLOS Desembargador Relator

0031 . Processo/Prot: 0827091-1 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/241794. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e

Recuperação Judicial. Ação Originária: 2009.00002779 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima. Agravado: Terezinha Magali Bonancin de Souza, Maria Aparecida Bonancin Messi, Clarice Martins, D'artaganan Mussi Filho, Roque Ximenes, Inival Obladen, Hilda Vieira de Oliveira, Adriano Admir da Cruz, Hermantina Zafanelli Bonancin. Advogado: Sebastião Mendes da Silva. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, ... 1. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a decisão proferida nos autos de Cumprimento de sentença coletiva nº 2.799/2009, oriundos do Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, que rejeitou a exceção de prescrição oposta e indeferiu o pedido de suspensão da execução (fls. 171/173). Em suas razões, os Agravantes alegam: a) equívoco cometido pelo D. Juízo a quo, na interpretação da regra de transição estabelecida no art. 2.028, do Código Civil de 2002; b) prescrição trienal da pretensão de executar a sentença coletiva (art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002), pois a parte agravada busca o ressarcimento pelo enriquecimento sem causa da instituição financeira, logo, o prazo prescricional teria tido sua contagem iniciada em 11/01/2003 e encerrada em 11/01/2006; c) em tese sucessiva, o E. Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial nº 1.070.896/SC, reconheceu que o prazo prescricional para o ajuizamento da Ação Civil Pública é de 5 (cinco) anos, assim, tendo em vista o disposto na Súmula nº 150/STF, a pretensão executiva teria se encerrado em 2 de setembro de 2007; d) a ocorrência da coisa julgada não impede o reconhecimento da prescrição da pretensão executiva e que a análise da prescrição na fase cognitiva do processo não vincula a análise da prescrição da pretensão executória, cujo prazo é determinado pela lei vigente ao tempo da execução; e) a prescrição é questão prejudicial de mérito, cuja apreciação ocorre incidentalmente no processo, não envolvendo análise de mérito, e assim sendo, não transitaria em julgado, característica esta que se limita somente aos pedidos, e não, às questões incidentais. Por fim, entendendo configurados os requisitos para a atribuição de efeito suspensivo, pugnam pela sua concessão. É o relatório. Decido. 2. Insurgem-se os Agravantes contra a decisão proferida nos autos de Cumprimento de sentença Coletiva nº 2.779/2009, oriundos do Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, que rejeitou a exceção de prescrição interposta (fls. 171/173), alegando a ocorrência da prescrição, seja ela trienal, com base no Código Civil de 2002 (art. 206, § 3º, IV), seja ela quinquenal, com fundamento no novo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp. nº 1.070.896/SC. Há que se ter em vista que a pretensão esposada na ação civil pública visava ao recebimento dos juros, não como meros acessórios dos valores depositados nas cadernetas de poupança, mas sim, do próprio principal, por decorrer da própria natureza do contrato. A respeito é o entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça: "CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. MUDANÇA DE CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AÇÃO PESSOAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. FEVEREIRO 1986. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RECURSO NÃO CONHECIDO. PRECEDENTES. - A legitimidade passiva para responder por eventuais prejuízos é da instituição financeira com quem se firmou o contrato de depósito. - A ação de cobrança de diferença de correção monetária de saldo de caderneta de poupança prescreve em vinte anos. - Alteração de critério de atualização de rendimento de caderneta de poupança não atingem situações em que já iniciado o período aquisitivo. Devida a correção com base no índice já fixado. Precedentes" (REsp. nº 153.016/AL, 3ª Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 06.05.2004). Do inteiro teor, colhe-se o seguinte excerto: "No tocante à prescrição, o STJ já decidiu que nas ações de cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, o pedido de incidência de determinado índice de correção monetária constitui-se no próprio crédito, e não em acessório, sendo, descabida, assim, a incidência do prazo qüinqüenal do artigo 178, § 10, III, do Código Civil. Na espécie, tratando-se de ação pessoal, o prazo prescricional é o vintenário. Neste sentido: REsp 149255/César Rocha; REsp 86.471/Rui Rosado; e, REsp 97.858/Sálvio de Figueiredo." Dessa maneira, a toda evidência, trata-se de ação de direito pessoal, cujo prazo prescricional era vintenário, sob a égide do Código Civil de 1916, e passou a ser decenal, após o advento do novo Código Civil. Por outro lado, tendo em vista o disposto na Súmula nº 150, do E. Supremo Tribunal Federal ("Prescreve a execução no mesmo prazo da prescrição da ação"), inevitável concluir que o prazo prescricional para o cumprimento de sentença não seja o mesmo prazo de direito pessoal previsto para a ação de conhecimento. Nesse mesmo sentido, colhem-se os seguintes precedentes desta Corte: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO. EXECUÇÃO DO JULGADO. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO TRIENAL E QUINQUENAL. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA JÁ RECONHECIDA EM DECISÃO SOBRE A QUAL SE OPEROU O TRÂNSITO EM JULGADO. PRETENSÃO RECURSAL QUE OFENDE À COISA JULGADA. (...) AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, LIMINARMENTE, EIS QUE MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. EXEGESE DO ARTIGO 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL" (Agravo de Instrumento nº 688.388-7, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Abraham Lincoln Calixto, DJe de 15.07.2010). "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANOS BRESSER E VERÃO. COBRANÇA DE DIFERENÇA DE RENDIMENTO EM CADERNETA DE POUPANÇA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO PRESCREVE NO MESMO PRAZO QUE AÇÃO. SÚMULA 150 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O Superior Tribunal de Justiça fixou entendimento no sentido de que as ações para cobrança das diferenças não creditadas em cadernetas em poupança submetem-se à prescrição vintenária, eis que se referem a direito pessoal do poupador. Súmula 150 STF: `Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação.' (Agravo de Instrumento nº 686.594-7, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Mateus de Lima, DJ de 07.07.2010). "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA COLETIVA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA (AUTOS N. 38.765/98 DA 1ª VFP DE CURITIBA - APADECO x BANESTADO). EXECUÇÃO INDIVIDUAL. RENDIMENTOS DA CADERNETA DE POUPANÇA. EXCEÇÃO DE PRESCRIÇÃO ARGUIDA PELO BANCO EXECUTADO. IMPROCEDÊNCIA. QUESTÃO JÁ ANALISADA NO JULGAMENTO DA AÇÃO COLETIVA, ONDE SE FIRMOU ENTENDIMENTO DE QUE O PRAZO PRESCRICIONAL É VINTENÁRIO, REGIDO À ÉPOCA PELO ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 (DIREITO PESSOAL). MATÉRIA PROTEGIDA PELO INSTITUTO DA `COISA JULGADA'. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NESTA CORTE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO PELO RELATOR. 1 No julgamento da Apelação n. 91.830-9, a 5ª Câmara Cível desta Corte (acórdão n. 6545) confirmou a sentença proferida nos autos n. 38.765/98 de ação civil pública da 1ª VFP da capital, e fixou que o prazo prescricional é de 20 anos na espécie, incidindo a `coisa julgada' no que tange a tal matéria. 2 Esse prazo de 20 anos também se aplica à execução da sentença coletiva, pois, nos termos da Súmula 150 do STF, `prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação'." (Agravo de Instrumento nº 684.797-0, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Rogério Ribas, DJ de 01.07.2010). No presente caso, como a sentença da ação civil pública transitou em julgado em 03 de setembro de 2002, e considerando que se trata de direito pessoal, há que se ter em conta que à época da entrada em vigor do Novo Código Civil ainda não havia transcorrido mais da metade do prazo prescricional, de maneira que, à luz do art. 2.028 do referido Códex, o prazo prescricional passa a ser regulado pela novel legislação, passando a ser de 10 (dez) anos, contado a partir do trânsito em julgado da sentença cujo cumprimento se pretende. De consequência, evidente que o prazo prescricional decenal não se escoou. Ressalte-se, por oportuno, que esta 16ª Câmara Cível pacificou o entendimento de que o prazo trienal previsto no art. 206, IV, do Código Civil não se aplica a casos como tais, uma vez que a ação de enriquecimento ilícito tem caráter residual, na esteira do que dispõe o art. 886, do Código Civil: "Não caberá restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido". Nesse sentido o voto proferido pelo Il. Juiz Substituto em 2º Grau Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira no julgamento do Agravo de Instrumento nº 705.225-1: "Neste ponto é preciso aferir-se que o prazo a ser observado é efetivamente o geral, e não aquele estabelecido para as ações de ressarcimento por enriquecimento indevido. Isso porque embora o novo Código tenha inovado, estabelecendo em seu art. 206, IV, prazo prescricional de três anos para as pretensões de ressarcimento amparadas na ocorrência de enriquecimento sem causa (hipótese que não era expressamente tratada no Código Civil revogado), mencionado prazo, não obstante a regra do art. 2.028 do Código Civil, não se aplica ao caso dos autos. E não se aplica porque o enriquecimento sem causa não é o único argumento jurídico possível de ser invocado para a solução da presente demanda: com efeito, a ação fundada no enriquecimento sem causa só pode ser manejada em caráter residual ou subsidiário, é dizer, apenas quando a lei não conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.(...) (...) Portanto, considerando-se que a ação in rem verso só pode ser manejada em caráter subsidiário, quando não haja outro fundamento que não o enriquecimento ilícito para a postulação do prejuízo alegado, tem-se que, no presente caso, há contrato de poupança firmado entre as partes, que constitui ato jurídico perfeito, do qual decorre o direito adquirido do poupador de ver os seus créditos corrigidos nos termos contratados, o que, em razão da utilização de índice de correção diverso pela instituição financeira, autoriza o poupador a postular a condenação da instituição financeira ao pagamento das diferenças decorrentes da aplicação equivocada dos índices de correção monetária. Havendo, portanto, amparo contratual e constitucional (art. 5º, XXXVI da Constituição da República) conferindo o direito postulado na presente demanda, deve-se observar no caso a proibição imposta pelo art. 886 do Código Civil. E se o presente caso não era efetivamente da ação in rem verso (já que invocados outros fundamentos jurídicos a sustentar a procedência da demanda coletiva, não circunscritos apenas ao princípio do enriquecimento sem causa) inviável a adoção da nova regra de prescrição prevista no art. 206, IV do Código Civil, somente aplicável, a rigor, às ações que tenham por fundamento único possível o enriquecimento sem causa. Sendo assim, mesmo se observada a entrada em vigor do novo Código Civil e aplicada, consequentemente, a regra de transição prevista em seu art. 2.028 (já que não há direito adquirido ao prazo prescricional em curso, quando reduzido por lei nova), o prazo prescricional efetivamente aplicável ao caso em apreço deve obedecer aos ditames do art. 205 do CC, que reduziu o prazo estabelecido no art. 177 do Código Civil de 1916, de vinte para dez anos, e não aos do art. 206, IV, do CC." (Agravo de Instrumento nº 705.225-1, 16ª Câmara Cível, Rel. Juiz Substituto em 2º Grau Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira, julg. em 1º de dezembro de 2010) Por fim, a alegação de que a prescrição é questão prejudicial de mérito, cuja apreciação ocorre incidentalmente no processo, o que impediria o trânsito em julgado a seu respeito, não foi examinada pelo juízo a quo, o que inviabiliza completamente sua análise por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. 3. Por tais fundamentos, conheço em parte e, na parte conhecida, nego seguimento ao recurso, com fulcro art. 557, caput, do Código de Processo Civil, por estar em manifesto confronto com a jurisprudência dominante desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça. 4. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. DES.ª MARIA MERCIS GOMES ANICETO RELATORA

0032 . Processo/Prot: 0828624-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/248718. Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 2009.00001108 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Integrada Cooperativa Agrondustrial. Advogado: Isaias Junior Tristão Barbosa, Ilmo Tristão Barbosa, Maciel Tristao Barbosa. Agravado: Maurício Rangel. Advogado: Emília Daniela Chuery Martins de Oliveira. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Agravo de instrumento. Execução de Título Extrajudicial. Embargos à execução sem atribuição de efeito suspensivo. Levantamento dos valores depositados. Possibilidade. Precedentes desta Corte e do STJ. Aplicação artigo 557, §1º-A, CPC. Decisão Monocrática. Recurso provido. VISTOS, estes autos de Agravo de Instrumento nº 828624- 4, de Bandeirantes - Vara Cível e Anexos, em que é agravante INTEGRADA COOPERATIVA AGRONDUSTRIAL e agravado MAURÍCIO RANGEL. I - Relatório Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu o levantamento da importância penhorada, devendo o agravante, aguardar a decisão nos embargos para a eventual liberação dos valores em questão. Sustentou o agravante que, visto não ter sido atribuído efeito suspensivo nos embargos do devedor, não haveria qualquer motivo e embasamento legal para a paralisação da execução. Por fim, requereu a reforma da decisão agravada. Em síntese, é o relatório. 2. Fundamentação O presente agravo de instrumento foi regularmente instruído, conforme disposto no artigo 525 do Código de Processo Civil. Com efeito, não é necessário condicionar a efetivação dos atos da execução ao trânsito em julgado da decisão dos embargos do devedor. Isso porque se trata de execução definitiva que se funda em título extrajudicial. Vale lembrar que nas execuções definitivas não é necessária a prestação de caução para levantamento do valor depositado em juízo. Neste sentido, é o entendimento deste E. Tribunal de Justiça: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - ACENO DE RELEVAÇÃO DA MULTA - AUSÊNCIA DE CARÁTER DECISÓRIO - NÃO CONHECIMENTO - NATUREZA DEFINITIVA DA EXECUÇÃO - LEVANTAMENTO DO NUMERÁRIO PENHORADO - DENEGAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS - DEFERIMENTO DO LEVANTAMENTO - AGRAVO CONHECIDO PARCIALMENTE E, NA PARTE CONHECIDA, PROVIDO EM PARTE. Não se reveste do caráter decisório manifestação judicial que simplesmente acena com a possibilidade de relevar a multa aplicada, se cumpridas algumas condições. Execução fundada em título extrajudicial é definitiva (art. 487 do CPC) e, portanto, dispensada, inclusive, a prestação de caução para se proceder ao levantamento do numerário levado à penhora. Indevida é a pretensão de elevação do percentual da multa aplicada nos termos do art. 601 do CPC (em até 20%), para o patamar assemelhado aos honorários advocatícios (entre 10% a 20%) de demanda condenatória, pois diferentes as naturezas e finalidades da imposição desses ônus processuais. (Apelação Cível n° 749.980-5 TJPR, 12ª Câmara Cível, rel. Des. José Chichocki Neto, DJe 05.09.2011). AGRAVO INOMINADO. DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM PARTE POR INADMISSIBILIDADE E NA PARTE RESTANTE POR MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ARTIGO 557, CAPUT). EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA ON LINE. VALORES DEPOSITADOS EM CONTA CORRENTE DA PESSOA JURÍDICA EXECUTADA. ALEGAÇÃO DE QUE OS REFERIDOS VALORES SERIAM UTILIZADOS PARA PAGAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS. PRECLUSÃO. RECURSO QUE DEVERIA TER SIDO INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO QUE DETERMINOU A PENHORA, E NÃO DA QUE INDEFERIU O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. ARGUIÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DOS VALORES DESTINADOS AO PAGAMENTO DE SALÁRIOS. NÃO CONFIGURAÇÃO. PROTEÇÃO LEGAL QUE SE REFERE AOS VALORES RECEBIDOS PELO TRABALHADOR E NÃO AOS QUE LHE SERIAM PAGOS PELA EMPRESA EXECUTADA. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES. DESNECESSIDADE. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL QUE É DEFINITIVA, INDEPENDENTEMENTE DA PENDÊNCIA DE DISCUSSÃO DA DÍVIDA EM EMBARGOS DO DEVEDOR RECEBIDOS SEM EFEITO SUSPENSIVO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO (AGRAVO INOMINADO) NÃO PROVIDO. (Apelação Cível n° 727.508-9/01, TJPR, 16ª Câmara Cível, rel. Des. Magnus Venicius Rox, DJe 14.04.2011). No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL E EXECUÇÃO FISCAL. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. NATUREZA DEFINITIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSSIBILIDADE DE LEVANTAMENTO DE QUANTIA DEPOSITADA, MESMO SEM O TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES EMBARGOS À EXECUÇÃO. SÚMULA 317/STJ. NA HIPÓTESE JÁ OCORREU O TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO PRINCIPAL. AGRAVO REGIMENTAL MANIFESTAMENTE INFUNDADO. MULTA. ART. 557, § 2º DO CPC. 1. É definitiva a execução quando pendente recurso interposto contra sentença de improcedência dos embargos à execução opostos pelo executado. Súmula 317/STJ. (Precedentes: EREsp 243.245/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/08/2008, DJe 13/10/2008; AgRg no Ag 1042640/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2008, DJe 13/10/2008; REsp 794.959/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/2006, DJ 08/06/2006; AGRESP 182.986/SP, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ: 18/03/2002; RESP 178.412/RS, Rel. Min. MILTON LUIZ PEREIRA, DJ: 04/03/2002) (...) (AgRg no REsp 803.682/MT, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2009, DJe 04/02/2010) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO. BRASIL TELECOM S/A. COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES S/A (CRT). CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. DIFERENÇA. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. LEVANTAMENTO DE QUANTIA DEPOSITADA PARA GARANTIA DO JUÍZO. NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO SUFICIENTE E IDÔNEA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7, 83 E 182 DO STJ. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 557, § 2º, DO CPC. (...) IV. "A execução fundada em título judicial com trânsito em julgado se reveste de definitividade, mesmo quando pendente de julgamento apelação interposta contra sentença de improcedência dos embargos do devedor." "Tratando-se de execução definitiva, não é necessária a prestação de caução para levantamento da quantia depositada em juízo pelo executado." (4ª Turma, REsp n. 739.947/SP, rel. Min. Fernando Gonçalves, unânime, DJ 22/10/2007). (...) (AgRg no AREsp .630/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 25/03/2011) Ademais, o sobrestamento da execução só é possível se os embargos do executado forem recebidos no efeito suspensivo, como dispõe o artigo 739-A § 1°, do CPC, o que não ocorreu no caso concreto. Tendo em vista que não foi concedido efeito suspensivo aos embargos do devedor, e que o próximo passo processual é justamente repassar os valores devidos aos credores, nada obsta a expedição de alvará para levantamento da quantia correspondente ao crédito. Assim, inexiste qualquer óbice legal em autorizar o agravante a levantar os valores depositados em juízo para garantia da execução. 3. DECISÃO: Diante do exposto, dou provimento ao presente agravo de instrumento, amparado pelo disposto no art. 557, §1º- A do Código de Processo Civil, eis que a decisão recorrida está em manifesto confronto com jurisprudência dominante desta Corte. Intime-se e remeta-se cópia da presente decisão ao douto Juiz da causa. Arquivem-se, oportunamente. Curitiba, 21 de setembro de 2011. E/B JOATAN MARCOS DE CARVALHO Relator 0033 . Processo/Prot: 0828840-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/243140. Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 2010.00001656 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Elisângela de Almeida Kavata, Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Valdeci Alves, Siegfried Muller, Rosa Kayoko Yamamoto, Olinda Freitas, Neide Aparecida Navarro Ciquerolli, Mario Hauagge dos Santos, Luiza Haruio Yamamoto, Lourdes Maria Santos Lima, Eliete Carvalho, Condominio Edificio Coronado. Advogado: Antonio Camargo Junior. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
AGRAVANTE: BANCO ITAÚ S/A AGRAVADO: VALDECI ALVES E OUTROS RELATORA: DESª. MARIA MERCIS GOMES ANICETO. Vistos, ... 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo BANCO ITAÚ S/A contra a decisão (fl. 198-TJ) proferida nos autos de Ação de Execução de Título Judicial no 1.656/2010, que rejeitou a indicação à penhora de cotas de investimento pelos Agravantes, e determinou a aplicação da multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC, sob o fundamento de que o prazo para cumprimento espontâneo flui automaticamente do trânsito em julgado. O agravante sustenta que: a) fundos de investimento representam aplicação em dinheiro em instituição financeira; b) a garantia oferecida se encontra no topo da lista dos bens que preferencialmente devem ser penhorados (art. 655, I/CPC); c) que a aceitação das cotas de fundo está em perfeita harmonia com o princípio da menor onerosidade do devedor previsto no art. 620/CPC; c) inaplicabilidade da multa do artigo 475-J. É o relatório. Decido. 2. O presente recurso merece ser julgado de plano. Ataca o Agravante, no presente recurso, a decisão proferida em sede de cumprimento de sentença pela qual o magistrado a quo indeferiu as cotas de fundos de investimento oferecidos à penhora, ..."uma vez que, de acordo com o art. 475-J, parágrafo 3º do CPC, é o Exequente, e não o Executado, quem tem o direito de indicar bens á penhora". Embora intuitivamente possa parecer que se trata de "aplicação em instituição financeira", bem previsto no art. 655, inciso I, do CPC, para dirimir a controvérsia, a questão deve ser analisada à luz do disposto no art. 2º, da Lei nº 6.385/76, in verbis: "Art. 2º São valores mobiliários sujeitos ao regime desta Lei: I as ações, debêntures e bônus de subscrição; II os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II; III os certificados de depósito de valores mobiliários; IV as cédulas de debêntures; V as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quais ativos; VI - as notas comerciais; VII - os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários; VIII - outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes; e IX - quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros" (grifei). Desse modo, forçoso concluir que as cotas de fundo de investimento inserem-se no inciso X do art. 655 do CPC ("títulos e valores mobiliários com cotação no mercado") e não nas aplicações financeiras previstas no inciso I do mesmo dispositivo, tais como cadernetas de poupança ou certificados de depósito bancário (CDB). Até porque, tais bens estão sujeitos às oscilações do mercado financeiro, tornando-os uma garantia bem menos segura do que aquelas previstas no inciso I do art. 655 do CPC ("dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira"). Sobre o tema, podem-se citar os seguintes precedentes desta Corte: "AGRAVO INTERNO. ART.557, § 1º, CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DÁ PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO COM BASE NO ART.557, § 1º-A, CPC, AFASTANDO A NOMEAÇÃO DE PENHORA DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO SOB O FUNDAMENTO DE OFENSA À ORDEM LEGAL ESTABELECIDA NO ART. 655 DO CPC, POR NÃO SE CONFUNDIR COM DINHEIRO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NESTE TRIBUNAL, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO DO STJ. INEXIGÊNCIA DE UNANIMIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO" (Agravo Interno nº 741.954-3/01, 15ª Câmara Cível, Rel. Juíza Subst. em 2º Grau Sandra Bauermann, DJ de 14.03.2011). "EXECUÇÃO DE SENTENÇA. NOMEAÇÃO DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO À PENHORA. NATUREZA JURÍDICA DE VALORES MOBILIÁRIOS COM COTAÇÃO EM MERCADO (ART. 655, X, DO CPC) E NÃO DE APLICAÇÃO EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (ART. 655, I, DO CPC). EXEGESE DO DISPOSTO NO ART. 2º DA LEI Nº 6.385/76. BENS QUE, POR ESTAREM SUJEITOS ÀS VARIAÇÕES DO HUMOR DO MERCADO, NÃO REPRESENTAM A MESMA SEGURANÇA DA PENHORA DE DINHEIRO OU DE APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A RELATIVIZAÇÃO DA ORDEM DE PREFERÊNCIA DO ART. 655 DO CPC. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU CORRETA. RECURSO DESPROVIDO. I. A teor do disposto no art. 2º, V, da Lei nº 6.385/76, as cotas de fundos de investimento

consistem em valores mobiliários e, dessa forma, enquadram-se, dentro da ordem de preferência de penhora, no tipo legal previsto no art. 655, X, do CPC. II. Os títulos da dívida pública e os valores mobiliários com cotação em mercado não se confundem com as aplicações financeiras previstas na legislação processual (art. 655, I, do CPC), em razão de estarem sujeitos às variações do humor do mercado financeiro, o que torna a garantia menos segura do que o dinheiro em espécie, o dinheiro depositado em conta bancária ou o representado por aplicações financeiras não vinculadas à cotações de mercado, como, por exemplo, a caderneta de poupança, os certificados de depósito bancário (CDB) e os títulos de capitalização. III. De resto, o agravante não se desincumbiu de seu ônus de demonstrar que a penhora de dinheiro ser-lhe-á demasiada e desnecessariamente gravosa (arts. 620 e 668 do CPC), até porque se trata de instituição financeira que pode perfeitamente ter bloqueada a quantia sob execução sem maiores prejuízos" (Agravo de Instrumento nº 741.302-9, 13ª Câmara Cível, Rel. Des. Fernando Wolff Filho, DJ de 15.03.2011). "AGRAVO INTERNO ¬ DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO MANEJADO CONTRA O INDEFERIMENTO DA PENHORA SOBRE DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO ¬ BEM QUE NÃO SE CONFUNDE COM DINHEIRO ¬ INOBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL ¬ EXEGESE DO ART. 655 DO CPC ¬ NÃO INFRINGÊNCIA AO CAPUT DO ART. 557 DO CPC. Agravo interno desprovido" (Agravo nº 735.948-8/01, 15ª Câmara Cível, Rel. Des. Elizabeth M. F. Rocha, DJ de 01.03.2011). "CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NOMEAÇÃO DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO À PENHORA. NATUREZA JURÍDICA DE VALORES MOBILIÁRIOS COM COTAÇÃO EM MERCADO (ART. 655, X, DO CPC) E NÃO DE APLICAÇÃO EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (ART. 655, I, DO CPC). EXEGESE DO DISPOSTO NO ART. 2º DA LEI Nº 6.385/76. BENS QUE, POR ESTAREM SUJEITOS ÀS VARIAÇÕES DO HUMOR DO MERCADO, NÃO REPRESENTAM A MESMA SEGURANÇA DA PENHORA DE DINHEIRO OU DE APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A RELATIVIZAÇÃO DA ORDEM DE PREFERÊNCIA DO ART. 655 DO CPC. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU REFORMADA. RECURSO PROVIDO. I. A teor do disposto no art. 2º, V, da Lei nº 6.385/76, as cotas de fundos de investimento consistem em valores mobiliários e, dessa forma, enquadram-se, dentro da ordem de preferência de penhora, no tipo legal previsto no art. 655, X, do CPC. II. Os títulos da dívida pública e os valores mobiliários com cotação em mercado não se confundem com as aplicações financeiras previstas na legislação processual (art. 655, I, do CPC), em razão de estarem sujeitos às variações do humor do mercado financeiro, o que torna a garantia menos segura do que o dinheiro em espécie, o dinheiro depositado em conta bancária ou o representado por aplicações financeiras não vinculadas à cotações de mercado, como, por exemplo, a caderneta de poupança, os certificados de depósito bancário (CDB) e os títulos de capitalização" (Agravo de Instrumento nº 722.954-1, 13ª Câmara Cível, Rel. Juiz Fernando Wolff Filho, DJ de 07.02.2011). "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA COLETIVA (AUTOS N. 38.765/98 DA 1ª VFP DE CURITIBA - APADECO x BANESTADO). EXECUÇÃO INDIVIDUAL. RENDIMENTOS DA CADERNETA DE POUPANÇA. 1) EXCEÇÃO DE PRESCRIÇÃO ARGUIDA PELO BANCO EXECUTADO. IMPROCEDÊNCIA. QUESTÃO JÁ ANALISADA NO JULGAMENTO DA AÇÃO COLETIVA, ONDE SE FIRMOU ENTENDIMENTO DE QUE O PRAZO PRESCRICIONAL É VINTENÁRIO (ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 - DIREITO PESSOAL). MATÉRIA PROTEGIDA PELO INSTITUTO DA `COISA JULGADA'. EXECUÇÃO REGIDA PELA SÚMULA 150 DO STF QUANTO AO PRAZO PRESCRICIONAL. a) No julgamento da Apelação n. 91.830-9, a 5ª Câmara Cível desta Corte (acórdão n. 6545) confirmou a sentença proferida nos autos n. 38.765/98 de ação civil pública da 1ª VFP da capital, e fixou que o prazo prescricional é de 20 anos na espécie, incidindo a `coisa julgada' no que tange a tal matéria. b) Esse prazo de 20 anos também se aplica à execução da sentença coletiva, pois, nos termos da Súmula 150 do STF, "prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação". 2) PENHORA. COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTOS. NÃO EQUIVALÊNCIA A DINHEIRO EM ESPÉCIE, NA ORDEM DE PREFERÊNCIA DO ART. 655 DO CPC. COTAS DE INVESTIMENTOS QUE SE RELACIONAM COM `TÍTULOS PÚBLICOS', CUJO VALOR DE MERCADO PODE OSCILAR. PREVALÊNCIA DO DINHEIRO E DA PENHORA PELO SISTEMA "BACEN-JUD" (PENHORA ON LINE). a) As cotas de fundos de investimentos dizem com títulos públicos, cujo valor de mercado é oscilante. Além disso, o dinheiro em espécie sempre prevalece na preferência para penhora (art. 655, inc. I do CPC). b) "O juiz pode recusar a nomeação do bem oferecido, desde que o devedor tenha disponibilidade em dinheiro (JTA 103/171) (...)" (in CPC de Theotonio Negrão, Saraiva, 2010, 41ª Ed., nota 4 ao art. 655, p. 789). c) Já decidiu o STJ em caso análogo, que: "(...) Na hipótese em exame, os bens apresentados para garantir o juízo foram títulos de Fundo Exclusivo de Investimentos de Renda Fixa, caracterizados por assumido risco de vantagem ou desvantagem para a parte contratante. (...) Assim, não havendo outros bens que possam ser penhorados (...) e diante da duvidosa garantia oferecida, justifica-se a penhora sobre o faturamento da empresa, conforme precedentes desta Corte." (STJ - AgRg no Ag 597300/RJ, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/04/2005, DJ 09/05/2005 p. 300). RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NESTA CORTE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO PELO RELATOR." (Agravo de Instrumento nº 690.642-7, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Rogério Ribas, DJ de 20.07.2010). "AGRAVO INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE INDICA À PENHORA COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. RECUSA DO CREDOR. OFERECIMENTO INDEFERIDO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. TÍTULOS (ART. 655, X, DO CPC) QUE NÃO SE CONFUNDEM COM DINHEIRO EM ESPÉCIE OU EM DEPÓSITO OU APLICAÇÃO EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (ART. 655, I, DO CPC). INJUSTIFICADO DESRESPEITO À ORDEM LEGAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO" (Agravo de Instrumento nº 556.594-6, 16ª Câmara Cível, Rel. Juiz Subst. em 2º Grau Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira, DJ de 14.07.2009). Do cabimento da multa do artigo 475-J O Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que o devedor será intimado a proceder o adimplemento voluntário e que a multa prevista no art. 475-J do CPC incidirá apenas quando decorrido o prazo concedido, sem o adimplemento voluntário do valor da execução. Nesse sentido o atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO AGRAVADA. ARTIGO 475-J, CPC. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. MULTA. TERMO INICIAL. INTIMAÇÃO DO ADVOGADO. EFEITOS INFRINGENTES. ACOLHIMENTO. 1. De fato, compulsando os autos, verifica-se que as alegações do ora Embargante são plausíveis, pois no que tange à alegada ofensa ao art. 475-J do Código de Processo Civil, esta Corte possui entendimento firmado no sentido de que concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exequendo, o não pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência de multa no percentual de dez por cento sobre o montante da condenação (art. 475-J do CPC), compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil seguinte à data da publicação de intimação do devedor na pessoa de seu advogado, na Imprensa Oficial (REsp 940.274/MS DJe 31.05.2010, Rel. para Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA). 2- Embargos de Declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para dar provimento ao Agravo Regimental".(grifei);(STJ, Terceira Turma, EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 1234996/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, J. 28.06.2011, DJ 01/07/2011). Trata-se de questão exaustivamente apreciada por esta Corte a se ver dos seguintes julgados: "CADERNETAS DE POUPANÇA. PLANOS ECONÔMICOS. TÍTULO JUDICIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. NORMA DE CARÁTER PROCESSUAL. APLICABILIDADE IMEDIATA AOS PROCESSOS EXECUTIVOS PENDENTES. INCIDÊNCIA ANTE A INEXISTÊNCIA DE PAGAMENTO VOLUNTÁRIO DO VALOR EXECUTADO. PROVIMENTO IMEDIATO AO RECURSO. "Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário, o não pagamento em quinze dias contados da intimação do devedor na pessoa do advogado implica incidência da referida sanção processual." (Ag 1405789 - Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - Dje 08/08/2011)". (TJPR, 14ª CCiv., AI 808587-0, Rel. Des. Edgard Fernando Barbosa, j. 17/08/2011). "AGRAVO DE INSTRUMENTO DECISÃO QUE REJEITA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PRAZO PRESCRICIONAL AÇÃO DE NATUREZA PESSOAL INCIDÊNCIA DO ARTIGO 2.028 DO NOVO CÓDIGO CIVIL PRAZO PRESCRICIONAL DE DEZ ANOS APLICAÇÃO DA SÚMULA 150 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PRETENSÃO EXECUTÓRIA QUE PRESCREVE NO MESMO PRAZO DA AÇÃO DE CONHECIMENTO INAPLICABILIDADE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS TRIENAL E QUINQUENAL AO PRESENTE CASO MULTA DO ART. 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL CABIMENTO CONTAGEM DO PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE SE INICIA A PARTIR DA INTIMAÇÃO DA SENTENÇA CUJO CUMPRIMENTO SE PRETENDE INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONDENAÇÃO NA FASE DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CABIMENTO PRECEDENTES DO STJ RECURSO DESPROVIDO" (TJPR, 16ª CCiv., Ai 709498-0, do qual fui Relatora, DJ 10/03/2011). 3. Ante o exposto, com base no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente recurso, por estar em confronto com a jurisprudência desta Corte. 4. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. MARIA MERCIS GOMES ANICETO RELATORA

0034 . Processo/Prot: 0829165-4 Agravo de Instrumento . Protocolo: 2011/264788. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 0028073-75.2011.8.16.0001 Prestação de Contas. Agravante: Central de Aparas de Resinas Termoplasticas Ltda Gpp. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Agravado: Banco Santander S/a. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Agravo de instrumento. Ação de prestação de contas. Competência relativa. Declaração de ofício. Possibilidade. Negado seguimento. VISTOS, estes autos de Agravo de Instrumento nº 829.165- 4, de Curitiba - 6ª Vara Cível, em que é Agravante Central de Aparas de Resinas Termoplásticas Ltda. GPP e agravado Banco Santander S/A. 1. RELATÓRIO: Trata-se de agravo instrumento interposto por Central de Aparas de Resinas Termoplásticas Ltda. GPP contra a decisão (fls. 20-TJ) que reconheceu a incompetência ex officio da Comarca de Curitiba, tendo em vista que a autora tem sede em Cachoeirinha/RS. Sustentou o agravante que a incompetência relativa não pode ser declarada ex officio, razão pela qual defendeu a manutenção da competência e processamento do feito junto ao foro da Comarca de Curitiba. Por fim, pugnou pela atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso e, ao final, a reforma da decisão. Em síntese, é o relatório. 2. Fundamentação O presente agravo de instrumento foi regularmente instruído, conforme disposto no artigo 525 do Código de Processo Civil. Cinge-se a controvérsia na possibilidade ou não do juiz declinar, de oficio, a sua competência para processamento e julgamento da ação de prestação de contas proposta pela agravante. Pois bem. Primeiramente resta saber nestes autos se a competência do juízo demandado é absoluta ou relativa. A regra de competência do domicílio do consumidor é norma de ordem pública, podendo ser conhecida de ofício, em que pese se tratar de competência territorial. Trata-se, pois, de competência absoluta: "CONTRATO BANCÁRIO. CRÉDITO. CLÁUSULAS. DISCUSSÃO. COMPETÊNCIA. FORO. ESCOLHA. ASSOCIAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1 - Segundo entendimento desta Corte, tratando-se de relação de consumo, a competência é absoluta, podendo ser declinada de ofício. Afastamento da súmula 33/STJ. 2 - O intento protetivo da lei, no sentido de possibilitar a escolha do foro, do domicílio do autor ou do réu, dirige-se ao consumidor, propriamente dito, aquela pessoa física ou jurídica

destinatária final do bem ou serviço. Impossibilidade de associação de defesa, Página 2 de 6 como representante de consumidores individuais (no caso concreto dois), ajuizar a ação no foro do seu domicílio que não é nem o dos representados e nem o do réu. 3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de São Caetano do Sul - SP, suscitante. (CC 106.136/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/10/2009, DJe 05/11/2009). "DIREITO CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE ADESÃO. ARTIGO 535, II, CPC. VIOLAÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. MULTA. EMBARGOS NÃO PROTELATÓRIOS. AFASTADA. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL ABSOLUTA. POSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRINCÍPIO DA FACILITAÇÃO DA DEFESA DOS DIREITOS. COMPETÊNCIA. FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. (...) 4. O magistrado pode, de ofício, declinar de sua competência para o juízo do domicílio do consumidor, porquanto a Jurisprudência do STJ reconheceu que o critério determinativo da competência nas ações derivadas de relações de consumo é de ordem pública, caracterizando-se como regra de competência absoluta. 5. O microssistema jurídico criado pela legislação consumerista busca dotar o consumidor de instrumentos que permitam um real exercício dos direitos a ele assegurados e, entre os direitos básicos do consumidor, previstos no art. 6º, VIII, está a facilitação da defesa dos direitos privados. 6. A possibilidade da propositura de demanda no foro do domicílio do consumidor decorre de sua condição pessoal de hipossuficiência e vulnerabilidade. 7. Não há respaldo legal para deslocar a competência de foro em Página 3 de 6 favor de interesse de representante do consumidor sediado em local diverso ao do domicílio do autor. 8. Recurso especial parcialmente conhecido e provido." (REsp 1032876/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2008, DJe 09/02/2009). "PROCESSO CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO PELO JUÍZO DEPRECADO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMPETÊNCIA DO DOMICÍLIO DO RÉU. LIMITAÇÕES A ATUAÇÃO DE OFÍCIO DO JUIZ. IMPOSSIBILIDADE DE SE INVESTIGAR QUAL O VERDADEIRO E ATUAL DOMICÍLIO DO RÉU PARA SE INFIRMAR OS FATOS INDICADOS NA INICIAL. - A competência do juízo em que reside o consumidor é absoluta, devendo ser declarada de ofício pelo juízo. - Entre as faculdades concedidas ao juiz, em sua atuação de ofício, não se inclui a de infirmar as afirmações de fato feitas pelo autor em sua inicial. Assim, se o autor indica aquele que acredita ser o domicílio do réu, este local deve ser levado em consideração para fins de fixação da competência. Resguardam-se, assim, os princípios de imparcialidade e inércia processual. - Se, em momento posterior, for demonstrado que o réu reside em outra comarca, aí surge novo problema de competência a ser solucionado pelos meios processuais adequados. Conflito de Competência conhecido, para o fim de se estabelecer a competência do Juízo de Direito da 5a Vara Cível da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, ora suscitado, para o julgamento da causa, devendo o Juízo de Direito da 1a Vara Cível da Comarca de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, determinar as providências necessárias para o cumprimento da carta precatória em questão." (CC 82.493/PR - Relatora Ministra Nancy Andrighi - 2ª. Seção - Julgamento: 08/08/2007 - Publicação: DJ 16/08/2007). Página 4 de 6 Ainda no mesmo sentido, a jurisprudência deste Tribunal de Justiça: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.POSSIBILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ART. 113, § 2º, DO CPC. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO COMPETENTE PARA ANÁLISE DO PEDIDO. RECURSO PREJUDICADO." (Apelação Cível nº 770.419-4, Relator Des. Sérgio Roberto N. Rolanski, publicado em 18/08/2011). "AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO. DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA EX OFFCIO PELO JUIZ. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. FACILITAÇÃO DA DEFESA. RECURSO NÃO PROVIDO" (Agravo nº 653.409-2/01, Relatora Juíza Lenice Bodstein, publicado em 28/04/2010). Assim, por se tratar de competência absoluta, já que o juiz abordou a questão como regulada pela Lei 8078/90, pode o magistrado, apriorísticamente, e, de oficio, declinar de sua competência para o juízo do domicilio do consumidor, vez que o critério determinativo da competência no caso destas demandas é de ordem pública. Logo, uma vez que a agravante-consumidora não propôs a demanda no juízo de seu domicílio/sede (art. 101, I, do CDC), e não havendo amparo legal para que a ação tenha seu trâmite na Comarca de Curitiba, mostra- se ilegítima a pretensão da recorrente, vez que são aplicáveis as regras previstas no Código de Processo Civil (art. 100, IV, "b"). Página 5 de 6 Por tais motivos, nego provimento ao presente recurso, mantendo-se a decisão agravada nos seus exatos termos. 3. DECISÃO: Diante do exposto, nego provimento ao presente agravo de instrumento, amparado pelo disposto no art. 557 do Código de Processo Civil. Intime-se e remeta-se cópia da presente decisão ao douto Juiz da causa. Arquivem-se, oportunamente. Curitiba, 16 de agosto de 2011.M JOATAN MARCOS DE CARVALHO Relator Página 6 de 6

0035 . Processo/Prot: 0829346-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/243721. Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 0045153-47.2010.8.16.0014 Prestação de Contas. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Fabiana Tiemi Hoshino, Lauro Fernando Zanetti, Shealtiel Lourenço Pereira Filho. Agravado: Osvaldo da Silva Maia. Advogado: Luiz Carlos Freitas, Luiz Henrique da Freiria Freitas. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, ... 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra a decisão de fls. 19/21, exarada (nos autos de Ação de Prestação de Contas nº 45.153/2010, oriundos do Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca da de Londrina), que deferiu o pedido do Autor Agravado, de inversão do ônus da prova, determinando a instituição do sistema híbrido: "- como regra de procedimento e inversão do ônus de custeio, a ser eventual e futuramente imposto, QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE PROVA POR EXPERT, visto que é judicial, sendo a questão, pois afeta à hipossuficiência técnica que se indicia nos autos, sendo, ainda, necessária a ambas as partes tal prova, (...), sob pena de consideração de inversão na sentença, em prejuízo seu, e; - como regra de julgamento, conforme entendimento de parte da doutrina, quanto às demais questões de prova que não demandem atuação de expert sem que se furtem as partes ao art. 333 do CPC" (fl. 20). Em suas razões, o Banco Agravante alega que: a) trata-se de primeira fase de ação de prestação de contas, portanto incompatível a produção de prova pericial, logo, da inversão do ônus, neste momento; b) a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e, até mesmo, a inversão do ônus da prova, não implicam em determinar que o Agravante deva comprovar os fatos constitutivos do direito do Agravado, tampouco significa a inversão do custeio financeiro quanto à realização da prova pericial; c) a hipossuficiência "diz respeito tão somente à dificuldade técnica e financeira em obter documentos que comprovem a sua tese mas, não lhe retira o ônus da prova das alegações" (fl. 06); d) a verossimilhança não restou demonstrada, pois o Agravado não apresentou qualquer indício de prova; e) o Agravado pleiteia a nulidade de cláusulas contratuais. É o relatório. Decido. 2. Presentes os pressupostos de admissibilidade o recurso deve ser conhecido e analisado de plano, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil, já que a decisão agravada está em conformidade com jurisprudência dominante desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça. A decisão agravada (fls. 19/21) inverteu o ônus da prova, concluindo que "a inversão não é, em verdade, quando se trata de prova técnica, de ônus de prova em si, após trazida dos documentos indispensáveis à propositura da ação pelos consumidores e, sim, de custeio de prova técnica a ser realizada por perito do juízo" (fl. 19), determinando a instituição do sistema híbrido ("- como regra de procedimento e inversão do ônus de custeio, a ser eventual e futuramente imposto, QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE PROVA POR EXPERT, visto que é judicial, sendo a questão, pois afeta à hipossuficiência técnica que se indicia nos autos, sendo, ainda, necessária a ambas as partes tal prova,..., sob pena de consideração de inversão na sentença, em prejuízo seu, e; - como regra de julgamento, conforme entendimento de parte da doutrina, quanto às demais questões de prova que não demandem atuação de expert sem que se furtem as partes ao art. 333 do CPC" fl. 20). O Banco alega que a inversão é incompatível com essa fase processual e que o Agravado deve comprovar suas alegações. De início, devo asseverar que a inversão do ônus da prova não depende da necessidade ou não da produção de alguma prova específica, mas sim da presença dos requisitos autorizadores para tanto, quais sejam, a verossimilhança das alegações da parte e a hipossuficiência desta. Diante disso, independente se a inversão do ônus será efetivada nesta fase da ação de prestação de contas é possível que seja deferida. Nesse contexto, cumpre esclarecer que, para o seu deferimento em favor dos consumidores, basta a presença de um dos pressupostos previstos no art. 6º, inciso VIII, do Código de Processo Civil (verossimilhança das alegações ou a hipossuficiência do consumidor). Cabe, ainda, frisar que, é o desequilíbrio constante nos polos litigantes, como no caso concreto, que permite ao juiz da causa averiguar se presente os requisitos autorizadores da inversão do ônus probatório. Afinal, a hipossuficiência de que trata o Código de Processo Civil não se assenta no grau de escolaridade da parte desfavorecida ou de seu aparente conhecimento acerca das operações realizadas com o fornecedor, tampouco em sua condição econômica, mas sim à vulnerabilidade técnica, jurídica ou fática, uma evidente supremacia técnico-econômica de uma parte em detrimento da outra. Com efeito, no caso em tela, pode-se dizer que a hipossuficiência do consumidor decorre do aparente monopólio que o fornecedor detém acerca dos elementos técnicos, científicos ou contábeis para produção da prova. Vale dizer que, não será difícil para a Instituiçao Financeira, por meio da apresentação dos documentos necessários e que foram por ela própria produzidos, bem como da produção pericial que julgar conveniente, demonstrar serem as alegações do Agravado infundadas e, assim, elidir a presunção que milita em favor do consumidor. Portanto, diante da existência de apenas um dos requisitos do art. 6º, inciso VIII, da Lei de Consumo, perfeitamente possível inverter-se o ônus da prova, eis que na própria letra da lei constata-se a presença da conjunção alternativa "ou" entre os requisitos da verossimilhança e da hipossuficiência, o que por si só afasta a necessidade da presença concomitante dos referidos requisitos para aperfeiçoar-se a inversão do ônus probandi, senão vejamos: "Art. 6º (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;" (Lei nº 8.078/1990) A respeito do tema, este Tribunal já se pronunciou, tendo decidido pela inversão do ônus da prova quando presente somente o requisito da hipossuficiência. Neste sentido: "AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO - NÃO INCLUSÃO DO NOME DA AUTORA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES, ENQUANTO ESTIVER SENDO DISCUTIDO O DÉBITO - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - CABIMENTO - DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. Como já decidiu o STJ: "estando o montante da dívida sendo objeto de discussão em juízo, pode o Magistrado conceder a antecipação da tutela para obstar o registro do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito" (Resp 396894/RS, rel. Min. Barros Monteiro, 4ª Turma). 2. A inversão do ônus da prova se dá em duas hipóteses: 1ª) se for verossímil a alegação, e 2ª) quando o consumidor for hipossuficiente. "Basta que esteja presente qualquer um destes dois requisitos para que seja lícita a inversão" (Arruda Alvim - citado no Ac. 6846 da 6ª Câm. Cív. - Rel. Des. Cordeiro Cleve). Ou seja, ou um (hipossuficiência, que pode ser apenas cultural, ou técnica - não necessariamente material), ou outro, isto é, inversão somente porque verossímil a alegação. 3. Presentes os requisitos legais a tanto exigidos, e aplicável, em casos tais, o CDC, correta a decisão do Juiz que defere a inversão do ônus da prova, mormente quando, aqui, desarrazoado não se mostra o entendimento acerca da vulnerabilidade técnica da agravada." (TAPR AI 0245634-2 (3917) Curitiba 9ª

C. Cív. Rel. Juiz Antonio Renato Strapasson j. em 02.12.2003 DJPR nº 6518) (grifei). No caso, é visível a hipossuficiência do consumidor (Agravado) em relação ao fornecedor (Agravante), como salientei. E a verossimilhança das alegações está presente na medida em que o Agravado comprovou a relação estabelecida com o Banco Agravante (contrato de abertura de conta corrente fl. 31). Destarte, a inversão do ônus da prova não tem o condão de obrigar o fornecedor a arcar com as custas da prova requerida; todavia, consoante orientação do colendo Superior Tribunal de Justiça: "AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PAGAMENTO DAS DESPESAS PELA PRODUÇÃO DA PROVA. PRECEDENTES DA TERCEIRA TURMA. 1. Ficou assentado na Terceira Turma que a "inversão do ônus da prova não tem o efeito de obrigar a parte contrária a arcar com as custas da prova requerida pelo consumidor. No entanto, sofre as conseqüências processuais advindas de sua não produção" (REsp n° 443.208/RJ, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJ de 17/3/03; no mesmo sentido: AgRgREsp n ° 542.241/RJ, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJ de 19/4/04; REsp n° 435.155/ MG, de minha relatoria, DJ de 11/5/03; REsp n° 466.604/RJ, Relator o Ministro Ari Pargendler, DJ de 2/6/03). 2. Recurso especial conhecido e provido, em parte".(STJ 3ª Turma REsp. 615.684/SP Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito j. 28/06/2005 unânime DJ. 10.10.2005). Contudo, como no caso sob análise foi deferida a benesse da assistência judiciária gratuita ao Autor Agravado, resta justificada a inversão, também, quanto ao custeio da perícia. Por fim, cabe ressaltar que o juízo a quo fez ressalvas quanto à inversão ("..., sob pena de consideração de inversão na sentença, em prejuízo seu, e; ... quanto às demais questões de prova que não demandem atuação de expert sem que se furtem as partes ao art. 333 do CPC" fl. 20), o que torna menos convincente, ainda, a irresignação do Banco Agravante. 3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso de Agravo de Instrumento, com fulcro art. 557, caput, do Código de Processo Civil, por estar em manifesto confronto com a jurisprudência dominante desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça. 4. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. DES.ª MARIA MERCIS GOMES ANICETO RELATORA

0036 . Processo/Prot: 0829380-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/262182. Comarca: Paranacity. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000245-48.2010.8.16.0128 Execução de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Rosangela Aparecida Lupion. Advogado: Cecília Maria Vaccaro Brambilla, Renato Fumagalli de Paiva. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVANTE: BANCO BANESTADO S/A E OUTRO AGRAVADA: ROSANGELA APARECIDA LUPION RELATORA: DES.ª MARIA MERCIS GOMES ANICETO Vistos, 1. Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo, interposto por BANCO BANESTADO S/A e outro, contra a decisão (fls. 22-TJ) que nos autos da ação de execução de sentença coletiva, registrada sob o nº 245/2010, originária da Vara Única da Comarca de Paranacity, rejeitou a Exceção de Prescrição levantada nos autos da impugnação de fls. 63/71, por aplicar-se ao caso concreto, o prazo prescricional vintenário.. Pretende o agravante, o acolhimento da prescrição trienal da pretensão de executar a sentença coletiva (art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002), pois a Agravada busca o ressarcimento pelo enriquecimento sem causa da instituição financeira. Sucessivamente, ressalta que o E. Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial nº 1.070.896/SC, reconheceu que o prazo prescricional para o ajuizamento da Ação Civil Pública é de 5 (cinco) anos, logo, tendo em vista o disposto na Súmula nº 150, do STF, a pretensão executiva teria se encerrado em 3 de setembro de 2007. Por fim, entendendo configurados os requisitos para a atribuição de efeito suspensivo, pugna pela sua concessão e, ao final, pelo provimento do recurso. É o relatório. Decido. 2. Em que pesem as alegações feitas pelo agravante, entende-se que o presente recurso não comporta seguimento, nos termos do que dispõe o art. 557, caput, do Código de Processo Civil. Da prescrição Os agravantes defendem a ocorrência da prescrição, seja ela trienal, com base no Código Civil de 2002 (art. 206, § 3º, IV), seja ela quinquenal, com fundamento no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp. nº 1.070.896/ SC. Entretanto, há que se ter em vista que a pretensão esposada na ação civil pública visava ao recebimento dos juros, não como meros acessórios dos valores depositados nas cadernetas de poupança, mas sim do próprio principal, por decorrer da própria natureza do contrato. Veja-se o entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça: "CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. MUDANÇA DE CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AÇÃO PESSOAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. FEVEREIRO 1986. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RECURSO NÃO CONHECIDO. PRECEDENTES. - A legitimidade passiva para responder por eventuais prejuízos é da instituição financeira com quem se firmou o contrato de depósito. - A ação de cobrança de diferença de correção monetária de saldo de caderneta de poupança prescreve em vinte anos. - Alteração de critério de atualização de rendimento de caderneta de poupança não atingem situações em que já iniciado o período aquisitivo. Devida a correção com base no índice já fixado. Precedentes" (REsp. nº 153.016/AL, 3ª Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 06.05.2004). Do inteiro teor, colhe-se o seguinte excerto: "No tocante à prescrição, o STJ já decidiu que nas ações de cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, o pedido de incidência de determinado índice de correção monetária constitui-se no próprio crédito, e não em acessório, sendo, descabida, assim, a incidência do prazo qüinqüenal do artigo 178, § 10, III, do Código Civil. Na espécie, tratando-se de ação pessoal, o prazo prescricional é o vintenário. Neste sentido: REsp 149255/César Rocha; REsp 86.471/Rui Rosado; e, REsp 97.858/Sálvio de Figueiredo." Assim, não há como afastar que o prazo prescricional a ser aplicado no presente caso é o geral, para as ações de direito pessoal. Ressalte-se que o prazo trienal previsto no art. 206, IV, do Código Civil não se aplica ao presente caso, uma vez que a ação de enriquecimento ilícito tem caráter residual, na esteira do que dispõe o art. 886, do Código Civil: "Não caberá restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido". Nesse sentido o voto proferido pelo Il. Juiz Substituto em 2º Grau Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira no julgamento do Agravo de Instrumento nº 705.225-1: "Neste ponto é preciso aferir-se que o prazo a ser observado é efetivamente o geral, e não aquele estabelecido para as ações de ressarcimento por enriquecimento indevido. Isso porque embora o novo Código tenha inovado, estabelecendo em seu art. 206, IV, prazo prescricional de três anos para as pretensões de ressarcimento amparadas na ocorrência de enriquecimento sem causa (hipótese que não era expressamente tratada no Código Civil revogado), mencionado prazo, não obstante a regra do art. 2.028 do Código Civil, não se aplica ao caso dos autos. E não se aplica porque o enriquecimento sem causa não é o único argumento jurídico possível de ser invocado para a solução da presente demanda: com efeito, a ação fundada no enriquecimento sem causa só pode ser manejada em caráter residual ou subsidiário, é dizer, apenas quando a lei não conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.(...) (...) Portanto, considerando-se que a ação in rem verso só pode ser manejada em caráter subsidiário, quando não haja outro fundamento que não o enriquecimento ilícito para a postulação do prejuízo alegado, tem-se que, no presente caso, há contrato de poupança firmado entre as partes, que constitui ato jurídico perfeito, do qual decorre o direito adquirido do poupador de ver os seus créditos corrigidos nos termos contratados, o que, em razão da utilização de índice de correção diverso pela instituição financeira, autoriza o poupador a postular a condenação da instituição financeira ao pagamento das diferenças decorrentes da aplicação equivocada dos índices de correção monetária. Havendo, portanto, amparo contratual e constitucional (art. 5º, XXXVI da Constituição da República) conferindo o direito postulado na presente demanda, deve-se observar no caso a proibição imposta pelo art. 886 do Código Civil. E se o presente caso não era efetivamente da ação in rem verso (já que invocados outros fundamentos jurídicos a sustentar a procedência da demanda coletiva, não circunscritos apenas ao princípio do enriquecimento sem causa) inviável a adoção da nova regra de prescrição prevista no art. 206, IV do Código Civil, somente aplicável, a rigor, às ações que tenham por fundamento único possível o enriquecimento sem causa. Sendo assim, mesmo se observada a entrada em vigor do novo Código Civil e aplicada, consequentemente, a regra de transição prevista em seu art. 2.028 (já que não há direito adquirido ao prazo prescricional em curso, quando reduzido por lei nova), o prazo prescricional efetivamente aplicável ao caso em apreço deve obedecer aos ditames do art. 205 do CC, que reduziu o prazo estabelecido no art. 177 do Código Civil de 1916, de vinte para dez anos, e não aos do art. 206, IV, do CC." (Agravo de Instrumento nº 705.225-1, 16ª Câmara Cível, Rel. Juiz Substituto em 2º Grau Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira, julg. em 1º de dezembro de 2010) Inaplicável ao presente caso, do mesmo modo, o entendimento adotado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. nº 1.170.896/SC, uma vez que se trata de processo com sentença já transitada em julgado. Em casos como tais, a prescrição, interrompida com a propositura da ação, volta a correr com o trânsito em julgado da sentença, uma vez que não se trata de prazos prescricionais distintos. Cumpre citar um excerto do parecer elaborado pelo Prof. Luiz Guilherme Marinoni, in verbis: "Mas, como igualmente advertiu o precedente que deu origem à Súmula 150, a prescrição volta a correr em face da execução, vale dizer: como a sentença constitui fase da relação processual ou do processo não colocando-lhes fim -, e, assim, o exercício da pretensão de direito material inicia-se com a propositura da ação e termina com a execução, a prescrição volta a correr em fase de execução. Frise-se o ponto: se a prescrição volta a correr diante da execução, não há como ter prazos prescricionais distintos para a ação de conhecimento e para a execução. Isto pela razão de que o prazo prescricional diz respeito ao exercício da pretensão material, que pode ser satisfeita mediante ação condenatória (em caso de adimplemento voluntário) ou por meio de execução (em caso de inadimplemento). Se a pretensão de direito material foi exercida com a propositura da ação, a inércia do vencedor não prosseguindo no exercício da mesma pretensão via execução, retira-lhe, em virtude da prescrição, o poder de exigir a pretensão material. Mas se esta prescrição interrompida pelo processo de conhecimento volta a correr, o seu prazo, obviamente, não pode ser outro. Lembre-se como sublinhado acima, que o precedente que originou a Súmula 150 declarou expressamente que `a execução prescreve no mesmo prazo em que prescreve a ação'. De modo que o precedente fundante na Súmula 150, ao invocar o art. 196 do CPC de 1939e a idéia de que a `instância não termina com a sentença, mas com a execução, quis evidenciar que a pretensão material ressarcitória ou de crédito depende de ação de conhecimento e da execução e que o prazo prescricional, por dizer respeito a uma única pretensão de direito material, embora volta a correr em fase de execução, é, evidentemente o mesmo não podendo ser diferente. Ora, caso o prazo não fosse o mesmo, o precedente não teria expressamente falado em interrupção do curso da prescrição, que volta a correr." Dessa maneira, a toda evidência, trata-se de ação de direito pessoal, cujo prazo prescricional era vintenário, sob a égide do Código Civil de 1916, e passou a ser decenal, após o advento do novo Código Civil. Por outro lado, tendo em vista o disposto na Súmula nº 150, do E. Supremo Tribunal Federal ("Prescreve a execução no mesmo prazo da prescrição da ação"), inevitável concluir que o prazo prescricional para o cumprimento de sentença seja o mesmo prazo de direito pessoal previsto para a ação de conhecimento. Desta Corte, colhem-se os seguintes precedentes no mesmo sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO. EXECUÇÃO DO JULGADO. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO TRIENAL E QUINQUENAL. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA JÁ RECONHECIDA EM DECISÃO SOBRE A QUAL SE OPEROU O TRÂNSITO EM JULGADO. PRETENSÃO RECURSAL QUE OFENDE À COISA JULGADA. (...) AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, LIMINARMENTE, EIS QUE MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. EXEGESE DO ARTIGO 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL" (Agravo de Instrumento nº 688.388-7, 4ª Câmara Cível, Rel.

Des. Abraham Lincoln Calixto, DJe de 15.07.2010). "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANOS BRESSER E VERÃO. COBRANÇA DE DIFERENÇA DE RENDIMENTO EM CADERNETA DE POUPANÇA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO PRESCREVE NO MESMO PRAZO QUE AÇÃO. SÚMULA 150 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O Superior Tribunal de Justiça fixou entendimento no sentido de que as ações para cobrança das diferenças não creditadas em cadernetas em poupança submetem-se à prescrição vintenária, eis que se referem a direito pessoal do poupador. Súmula 150 STF: `Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação.' (Agravo de Instrumento nº 686.594-7, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Mateus de Lima, DJ de 07.07.2010). "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA COLETIVA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA (AUTOS N. 38.765/98 DA 1ª VFP DE CURITIBA - APADECO x BANESTADO). EXECUÇÃO INDIVIDUAL. RENDIMENTOS DA CADERNETA DE POUPANÇA. EXCEÇÃO DE PRESCRIÇÃO ARGUIDA PELO BANCO EXECUTADO. IMPROCEDÊNCIA. QUESTÃO JÁ ANALISADA NO JULGAMENTO DA AÇÃO COLETIVA, ONDE SE FIRMOU ENTENDIMENTO DE QUE O PRAZO PRESCRICIONAL É VINTENÁRIO, REGIDO À ÉPOCA PELO ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 (DIREITO PESSOAL). MATÉRIA PROTEGIDA PELO INSTITUTO DA `COISA JULGADA'. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NESTA CORTE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO PELO RELATOR. 1 No julgamento da Apelação n. 91.830-9, a 5ª Câmara Cível desta Corte (acórdão n. 6545) confirmou a sentença proferida nos autos n. 38.765/98 de ação civil pública da 1ª VFP da capital, e fixou que o prazo prescricional é de 20 anos na espécie, incidindo a `coisa julgada' no que tange a tal matéria. 2 Esse prazo de 20 anos também se aplica à execução da sentença coletiva, pois, nos termos da Súmula 150 do STF, `prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação'." (Agravo de Instrumento nº 684.797-0, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Rogério Ribas, DJ de 01.07.2010). No presente caso, como a sentença da ação civil pública transitou em julgado em 3 de setembro de 2002, e considerando que se trata de direito pessoal, há que se ter em conta que, à época da entrada em vigor do Novo Código Civil ainda não havia transcorrido mais da metade do prazo prescricional, de maneira que, à luz do art. 2.028 do referido Códex, referido prazo, passa a ser regulado pela nova legislação, passando a ser de 10 (dez) anos, contado a partir do trânsito em julgado da sentença cujo cumprimento se pretende. Também nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APADECO. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. Agravo de instrumento (TJPR Agravo de desprovido." Instrumento n.º 725.689-1 16ª Câmara Cível Rel. Des. Paulo Cezar Bellio DJ 08/07/2011). Destarte, o prazo prescricional ainda não se escoou. Constata-se, portanto, que a decisão recorrida está de acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, o que impõe que seja negado seguimento ao agravo de instrumento. 3. Diante do exposto, conheço do recurso e nego seguimento ao mesmo, nos termos do art. 557, caput, do CPC. 4 Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. DES.ª MARIA MERCIS GOMES ANICETO RELATORA

0037 . Processo/Prot: 0829513-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/331737. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 1999.00000122 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Libro Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, Guimarães & Advogados Associados. Advogado: Deborah Guimarães, Sonny Brasil de Campos Guimarães. Agravado: Luiz Ari Radunz, Nilda Nair Radunz. Advogado: Iguacimir Gonçalves Franco. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Agravo de instrumento. Execução de título extrajudicial. Honorários advocatícios. Aplicação à espécie do artigo 20, §4º, do CPC. Necessidade de majoração. Decisão reformada. Recurso provido. VISTOS, estes autos de Agravo de Instrumento nº 829.513-0, de Curitiba - 20ª Vara Cível, em que é agravante Libro Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e Outro e agravados Luiz Ari Radunz e Outro. 1. Relatório: Inconformados com o r. despacho (fls. 57-TJ), Libro Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e outro interpuseram agravo de instrumento contra decisão que, nos autos n° 125/1999, arbitrou os honorários advocatícios em menos de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da dívida. Sustentaram os recorrentes que o valor dos honorários advocatícios fixados em razão da sucumbência deve guardar correspondência com a importância econômica pretendida pelos litigantes, levando-se em conta as regras do artigo 20, §§ 3º e 4º, do CPC, arbitrados em no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 20% (vinte por cento) sobre o valor da dívida. Afirmaram que quando da propositura da execução os honorários foram arbitrados em 10% (dez por cento) para a hipótese de pronto pagamento, sendo injustificável a sua redução para um percentual muito menor e depois de mais de 10 (dez) anos de tramitação do processo. Requereram os agravantes seja conhecido e provido o presente recurso, a fim de que a verba honorária seja majorada. Em síntese, é o relatório. 2. Fundamentação: O presente agravo de instrumento foi regularmente instruído, conforme disposto no artigo 525 do Código de Processo Civil. Alegam os agravantes que o valor atribuído a título de honorários advocatícios não atendeu aos preceitos legais, sendo portanto irrisórios, devendo ser majorado. Com razão os recorrentes. De fato, a verba honorária fixada na decisão agravada menor que 1,5% (um e meio por cento) do valor da execução - apresenta-se irrisória e não remunera de forma justa o trabalho profissional, devendo, pois, ser modificada. No exame das razões elencadas pelos agravantes, enfatize-se que, consoante a redação do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, em se tratando de execução são devidos os honorários advocatícios, os quais são fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas "a", "b" e "c" do § 3º, do aludido art. 20, do Código de Processo Civil. Neste sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NOVA SISTEMÁTICA IMPOSTA PELA LEI Nº 11.232/05. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. - O fato de se ter alterado a natureza da execução de sentença, que deixou de ser tratada como processo autônomo e passou a ser mera fase complementar do mesmo processo em que o provimento é assegurado, não traz nenhuma modificação no que tange aos honorários advocatícios. - A própria interpretação literal do art. 20, § 4º, do CPC não deixa margem para dúvidas. Consoante expressa dicção do referido dispositivo legal, os honorários são devidos "nas execuções, embargadas ou não". - O art. 475-I, do CPC, é expresso em afirmar que o cumprimento da sentença, nos casos de obrigação pecuniária, se faz por execução. Ora, se haverá arbitramento de honorários na execução (art. 20, § 4º, do CPC) e se o cumprimento da sentença se faz por execução (art. 475, I, do CPC), outra conclusão não é possível, senão a de que haverá a fixação de verba honorária na fase de cumprimento da sentença. - Ademais, a verba honorária fixada na fase de cognição leva em consideração apenas o trabalho realizado pelo advogado até então. - Por derradeiro, também na fase de cumprimento de sentença, há de se considerar o próprio espírito condutor das alterações pretendidas com a Lei nº 11.232/05, em especial a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. De nada adiantaria a criação de uma multa de 10% sobre o valor da condenação para o devedor que não cumpre voluntariamente a sentença se, de outro lado, fosse eliminada a fixação de verba honorária, arbitrada no percentual de 10% a 20, também sobre o valor da condenação. Recurso especial conhecido e provido." (STJ, 3ª Turma, REsp 978545/MG, relatora Ministra Nancy Andrighi, j. 11.03.2008, DJ 01.04.2008, p. 1)(grifou-se) Em situação semelhante assim já decidiu este Tribunal de Justiça: "Ação de prestação de contas - Honorários advocatícios - Fixação - Causa em que não há condenação - Emprego de eqüidade - Valor que não pode ser irrisório - CPC, artigo 20, § 4.º - Princípio da justa remuneração do trabalho profissional. Recurso provido." (AC 0527117-4, 13ª Câmara Cível, rel. Rabello Filho, j. 29/10/2008). "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO CUMULADA COM PERDAS E DANOS. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. VALOR IRRISÓRIO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 20, § 4º, DO CPC. PEDIDO DE LEVANTAMENTO DO VALOR DEPOSITADO. INDEFERIMENTO. IMPUGNAÇÃO RECEBIDA NO EFEITO SUSPENSIVO. NECESSIDADE DE AGUARDAR-SE O TRÂNSITO EM JULGADO. DECISÃO QUE JULGOU IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO MANTIDA EM GRAU DE RECURSO. VALOR DA EXECUÇÃO INCONTROVERSO. LEVANTAMENTO DA SUSPENSIVIDADE DEFERIDO. 1. Ainda que possível, na execução de título judicial, a fixação abaixo dos limites entre 10% e 20%, a verba honorária deve ser fixada consoante apreciação eqüitativa do Juiz (art. 20, § 4°, do CPC), necessitando guardar uma íntima correspondência com o benefício patrimonial discutido, não se consignando um valor exorbitante, de modo a não penalizar injustamente o vencido, como também não sendo aviltante ao trabalho desenvolvido pelo advogado. 2. Julgada improcedente a impugnação e não havendo, nela, argüição quanto ao valor executado, que resta, assim, incontroverso, e ainda mantida em grau de recurso, a decisão que julgou improcedente a impugnação ao cumprimento de sentença, não há razão para manter-se a suspensividade deferida. RECURSO PROVIDO." (TJ/PR - 6ª CC. - AGI nº 0495161-3 - Des. Rel. Sérgio Arenhart - DJ: 7602 de 15.08.2008) Outrossim, há que se observar que equivocou-se a magistrada em fixar os honorários em valor determinado, na forma do artigo 20, §3º, do CPC, vez que em execução, regularmente, os mesmos são arbitrados nos limites de 10% e 20%. Por tais razões, dou provimento ao presente agravo de instrumento, a fim de majorar os honorários advocatícios para 10% (dez por cento) sobre o valor exequendo. 3. Decisão: Diante do exposto, dou provimento ao presente agravo de instrumento, amparado pelo disposto no art. 557, § 1º-A do Código de Processo Civil. Intime-se e remeta-se cópia da presente decisão ao douto Juiz da causa. Arquivem-se, oportunamente. Curitiba, 21 de setembro de 2011.M JOATAN MARCOS DE CARVALHO Relator

0038 . Processo/Prot: 0829565-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/250725. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00001608 Prestação de Contas. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Agravado: Dueville Trading Ltda.. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. I Trata-se de Agravo de Instrumento manejado pelo réu BANCO ITAÚ S/A contra decisão interlocutória (fl. 138-TJ), proferida na Ação de Prestação de Contas, em segunda fase (Autos de nº 1608/2007), movida por DUEVILLE TRADING LTDA., na qual o MM. Juiz Sigular determinou a intimação do réu, para cumprir a ordem de pagamento dos honorários periciais, contida na decisão de fl. 459 (autos originais). Em suas razões, o agravante alegou, resumidamente: a) ser desnecessária a prova pericial, tendo em vista que as contas prestadas estão claras e comprovam todos os lançamentos feitos na conta corrente utilizada pela autora; b) que o ônus da produção da prova pericial deve ser de quem a requereu, ou seja, da autora, nos termos do art. 33 do CPC, ainda que o juízo tenha deferido, de ofício, a sua produção; c) que não é lícito obrigar a parte contra quem o ônus de prova foi invertido a custear o pagamento da perícia; d) que a inversão do ônus de prova não obriga o agravante ao pagamento da prova pericial. Requereu, assim, a concessão de efeito suspensivo ao recurso, pois "(...) terá que efetuar o cumprimento da determinação judicial com

relação ao pagamento da prova pericial (...)" (fl. 17- TJ). Preparo à fl. 140-TJ. É, em síntese, o relatório. II O presente recurso não comporta seguimento, devendo, pois, ser denegado de plano. A princípio, observa-se que o Código de Processo Civil Brasileiro, em seu artigo 557, caput, permite que os recursos manifestamente inadmissíveis, improcedentes, prejudicados ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante no próprio Tribunal, ou de Tribunais Superiores, sejam julgados pelo Relator, dispensando a manifestação do Órgão Colegiado. Em uma análise mais acurada dos autos e dos documentos a ele juntados, entendo que o recurso não merece seguimento, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil. Isto porque a decisão, ora hostilizada, constitui, na verdade, indeferimento de pedido de reconsideração da decisão que ordenou a intimação do agravante, para que efetuasse o pagamento dos honorários advocatícios, no prazo de 10 dias (fl. 108-TJ). Como se vê, já na decisão de fl. 108-TJ, foi determinado o pagamento dos ônus da prova pericial pelo réu. Tal decisão, inclusive, foi objeto de agravo retido interposto pelo réu (fls. 111/119-TJ), no qual este, assim como nas razões do presente recurso, defendeu ser da autora a responsabilidade pela produção da prova pericial. Posteriormente, em juízo de retratação, o MM. Juiz Singular manteve a decisão agravada, determinando, novamente, a intimação do réu, a promover o depósito dos honorários periciais (fl. 127-TJ). Assim, em seguida, o réu peticiou às fls. 130/136-TJ, sustentando ser desnecessária a prova pericial. Sobreveio, então, a decisão agravada, em que constou, in verbis: "(...) I. Intime-se o banco Réu para que cumpra o despacho de fls. 459, item II, no prazo de 10 (dez) dias" (fl. 138-TJ). Pois bem. Diante deste breve retrospecto, restou demontrado que a decisão objurgada, na realidade, apenas reitera a decisão que ordenou ao réu o pagamento dos honorários periciais à fl. 108-TJ, decisão esta que já foi alvo de agravo retido (fls. 111/119-TJ). Ocorre que tal irresignação se revela inoportuna, uma vez que o recurso deveria ter sido manejado tempestivamente contra a decisão de fl. 108-TJ, e não contra a decisão que apenas reiterou o seu cumprimento. Ressalte-se que o pedido de reconsideração de decisão agravável, sendo esta mantida, não tem o condão de suspender ou interromper o prazo recursal, em face da ausência de lesividade, configurando despacho de mero expediente. Veja-se, a propósito do tema, as seguintes orientações de NELSON NERY JUNIOR1: " Evidentemente, a prática forense tem demonstrado ser o pedido de reconsideração expediente utilizado pelas partes para atender-lhes a comodidade, pois a interposição dessa medida dispensa prazo, preparo, dedução de razões de inconformismo e formação de instrumento, significando economia de tempo e dinheiro. Ocorre que as regras do processo não foram feitas para, somente, comodidade das partes, em detrimento dos princípios de ordem pública que as norteiam. É preciso que as regras cogentes sejam observadas por todos aqueles que atuem no processo, ou seja, pelas partes e seus advogados, intervenientes, Ministério Público, juiz e auxiliares. E a mais importante das regras cogentes, que funciona como uma espécie de freio contra abusos que o pedido de reconsideração possa gerar, é o prazo para a interposição de recurso. Não só a doutrina como também a jurisprudência têm-se orientado no sentido de que o pedido de reconsideração, por ser medida sem forma nem figura de juízo, não interrompe nem suspende o prazo para recorrer. Assim, se pedida a reconsideração de uma decisão interlocutória agravável, o dies a quo do prazo para o agravo será o da intimação da decisão impugnada e não o da decisão que a confirme, indeferindo pedido de reconsideração. (grifo nosso). Nem seria razoável se entendesse diferentemente, pois se assim não se procedesse, o "interessado utilizaria o pedido de reconsideração como expediente para dilatar o prazo de recurso", que é peremptório e não admite ampliação nem convenção das partes a respeito." THEOTONIO NEGRÃO 2, por sua vez, esclarece: " Art. 508: 9. O pedido de reconsideração não interrompe nem suspende o prazo para a interposição do recurso cabível (RSTJ 95/271, RTFR 134/13, RT 595/201, 808/348, JTA 97/251, RTJE 156/244), inclusive o agravo regimental (RTJ 123/470)". Nesse sentido: "AGRAVO REGIMENTAL - CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO SUSPENSÃO DO PRAZO RECURSAL IMPOSSIBILIDADE PRECEDENTES MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA - AGRAVO IMPROVIDO". (STJ, AgRg no Ag 1064710/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/02/2009, DJe 19/02/2009). Nota-se, portanto, que o prazo para a interposição de recurso de agravo de instrumento deve ser contado a partir da intimação da primeira decisão interlocutória que contém caráter de lesividade, e não despacho que a manteve (fl. 138-TJ). Acresça-se, ainda, os seguintes precedentes: "1. Pedido de reconsideração de decisão agravável, sendo esta mantida, não tem o condão de suspender ou tampouco interromper o prazo recursal, ante a ausência de lesividade, não passando de mero despacho de expediente. Por conseguinte, conta-se o prazo para a interposição do recurso de agravo de instrumento a partir da intimação da decisão interlocutória que proporcionou lesividade à parte, e não daquela que tomou ciência do inacolhimento do pleito de reconsideração. (...) 4. A falta de interesse recursal também eclode do feito, quando ausente a lesividade da decisão agravada. Exige-se a presença do binômio necessidade e utilidade do recurso. 5. Recurso não conhecido." (TAPR- extinto, Quinta Câmara Cível, Agravo de Instrumento nº 0115243-0, Rel. Juiz TUFI MARON FILHO, j. em 14/10/1998) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C REVISÃO CONTRATUAL COM PEDIDO DE LIMINAR. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AUSÊNCIA DE DECISÃO PASSÍVEL DE RECURSO. DESPACHO NÃO RESOLVEU QUESTÃO INCIDENTE, MAS CONSTATOU DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO ANTERIOR. INSURGÊNCIA RECURSAL DIRIGIDA CONTRA INTERLOCUTÓRIO ANTERIOR, PORÉM, QUE LANÇOU MÃOS DO PRAZO RECURSAL BASEADO NO ÚLTIMO DESPACHO. INADMISSIBILIDADE. PRECLUSÃO DO DIREITO PLEITEADO. RECURSO QUE TEVE SEGUIMENTO NEGADO". (TJ/PR, 14ª Câmara Cível, Agravo de Instrumento nº 0339754-4, Rel. Des. Edson Vidal Pinto, j. 11/04/2006)". E do corpo do referido acórdão, vale ressaltar: "Da análise mais apurada dos autos, percebe-se que não assiste razão ao Agravante ao insurgir-se contra o despacho do juiz, pois este se manifestou exclusivamente no sentido de cumprir a decisão anteriormente proferida. Trata-se de despacho que tão somente constatou a inobservância de anterior decisão judicial. Esta sim de cunho decisivo, passível de recurso. Vale dizer, se houve eventual gravame à situação do Recorrente, é certo que não foi causado pelo último despacho de fls. 88/89 TJ, que nada de novo acrescentou a sua situação, porque transparece que a irresignação recursal se dirige totalmente contra conteúdo do interlocutório de fl. 77 TJ." Conforme ensinamento do Prof. EGAZ MONIZ DE ARAGÃO 3: "Todos os despachos que visem unicamente à realização do impulso processual, sem causar qualquer lesão ao direito das partes, serão de mero expediente ". NELSON NERY JUNIOR e ROSA MARIA ANDRADE NERY, também, em seu Código de Processo Civil Comentado (São Paulo; Ed. Revista dos Tribunais, 2006, p. 725), comentam: "Impulso ordinário. O despacho que mantém decisão interlocutória anterior, acobertada pela preclusão, é de mero expediente e irrecorrível, a teor do CPC 504 (2º TACivSP, 10ª Câm., Ag 709552-0/02, rel. Juiz Irineu Pedrotti, v.u., j. 12.9.2001)". In casu, há de se ressaltar, ainda, que a decisão que seria agravável (fl. 108-TJ) já foi objeto de agravo retido, não podendo o réu interpor novo recurso para reformá-la, ante o princípio da unirrecorribilidade e a ocorrência da preclusão consumativa, nos termos do art. 473 do Código de Processo Civil. Quando do estudo das espécies de preclusão, Luiz Rodrigues Wambier, Flávio Renato Correia de Almeida e Eduardo Talamini lecionam: "São três as espécies de preclusão: temporal, consumativa e lógica. A preclusão consumativa ocorre quando o ato que se deveria praticar o é, dentro do prazo legal, não podendo ser, portanto, repetido. (...) na verdade, consumado o ato para o qual havia prazo, a conseqüência prática da ocorrência da preclusão é que o prazo restante deixa de existir, não mais podendo a parte realizar novamente o mesmo ato processual". 4 III Diante do exposto, e sendo inegável que o pronunciamento objurgado pelo presente agravo somente reafirmou decisão anterior, sendo, portanto, de mero expediente e conseqüentemente, irrecorrível, de conformidade com os artigos 162, § 3º e 504 do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, do mesmo diploma legal, por ser manifestamente inadmissível. IV Remeta-se cópia da presente decisão ao douto Juiz da causa. V Arquivem-se, oportunamente. VII Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. SHIROSHI YENDO Relator -- 1 Teoria Geral dos Recursos, 6ª edição, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, p. 91/92. 2 Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, 39ª edição, 2007, São Paulo, Ed. Saraiva, p. 650 -- -- 3 Comentários ao Código de Processo Civil, Ed. Forense, 2000, 9ª edição, p. 43 -- -- 4 Curso Avançado de Processo Civil. 2ª ed. v. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 192. --

0039 . Processo/Prot: 0829941-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/249316. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00001968 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Thais Pontes de Oliveira. Agravado: Rubens Cerqueira Couto. Advogado: Cássia Monteiro de Barros e Couto. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, ... 1. Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra a decisão (fls. 63 e 63-verso) proferida nos autos de Cumprimento de Sentença nº 51.823/0000, oriundos do Juízo da 13ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, que julgou improcedente a impugnação apresentada pelo Banco. Sustenta o Agravante, em síntese: a) a ausência de demonstração, por parte dos Agravados, da existência de vínculos com a APADECO; b) "prescrição da ação", pelo disposto no art. 21 da Lei 4.717/65 conciliada à orientação dada pela súmula 150/STF, e porque o STJ (REsp 1070896-SC) entende que "a prescrição para execução das sentenças proferidas em ações coletivas é de 05 anos" (fl. 04-verso); c) ocorrência de prescrição quinquenal ou trienal da pretensão de executar a sentença coletiva (art. 177/ CC de 1916 ou art. 206, § 3º, IV/CC de 2002 c/c art. 58/CC-16 ou 92/CC-02), pois tem como objeto acessórios; d) prescrição vintenária quanto ao Plano Bresser (1987), pois a ação foi ajuizada em 28/09/2009. Por fim, entendendo configurados os requisitos para a atribuição de efeito suspensivo, pugna pela sua concessão e provimento do recurso. É o relatório. Decido. 2. Em que pesem as alegações feitas pelo Agravante, entende-se que o presente recurso não comporta seguimento, nos termos do que dispõe o art. 557, caput, do Código de Processo Civil. Legitimação Ativa O Agravante alega a ilegitimidade ativa do Exequente-Agravado, porque não comprovou condição de associado com a APADECO associação proponente da ação coletiva executada. Não tem razão. É que a ação coletiva sobre cuja sentença se baseia o cumprimento impugnado teve por objeto direito individual homogêneo, o qual não exige para sua configuração um vínculo jurídico específico (vínculo associativo). Com efeito, terão direito às diferenças de remuneração todo aquele que se encontre em situação fática semelhante (ser poupador por ocasião dos referidos planos econômicos). Nessa esteira já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "(...) para a comprovação da legitimidade ativa do credor poupador que propõe ação de execução com lastro em título executivo judicial exarado na ação civil pública, despicienda se mostra a comprovação de vínculo com a associação proponente da ação ou a apresentação de relação nominal e de endereço dos associados" (STJ - REsp 651037/PR, 3ªT, Min. Nancy Andrighi, DJ 13.09.04, p. 241). A questão específica da necessidade de vinculação à APADECO, também já foi analisada pelo Superior Tribunal de Justiça, que assim se manifestou: "Processo civil. Agravo no recurso especial. Recurso especial. Prequestionamento. Ausência. Sentença proferida em ação civil pública contra empresa pública, favoravelmente aos poupadores do Estado. Extensão da coisa julgada. Súmula 83/ STJ. - O prequestionamento do dispositivo legal tido como violado constitui requisito de admissibilidade do recurso especial. - Porquanto a sentença proferida na ação civil pública estendeu os seus efeitos a todos os poupadores do Estado do Paraná que mantiveram contas de caderneta de poupança iniciadas ou renovadas até 15/6/87

e 15/1/89, a eles devem ser estendidos os efeitos da coisa julgada, e não somente aos poupadores vinculados à associação proponente da ação. - Para a comprovação da legitimidade ativa de credor- poupador que propõe ação de execução com lastro no título executivo judicial exarado na ação civil pública, despicienda se mostra a comprovação de vínculo com a associação proponente da ação ou a apresentação de relação nominal e de endereço dos associados. Precedentes. - Não se conhece de recurso especial interposto contra acórdão que se afina à jurisprudência assente no STJ. Agravo no recurso especial não provido" (AgRg no REsp. nº 651.118/PR, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 29.11.2004). Desta Corte, colhem-se os seguintes precedentes: "AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANOS BRESSER E VERÃO. COBRANÇA DE DIFERENÇA DE RENDIMENTO EM CADERNETA DE POUPANÇA. CARACTERIZAÇÃO DE RELAÇÃO DE CONSUMO. ILEGITIMIDADE ATIVA. INOCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO TERRITORIAL DA DECISÃO À COMARCA DE CURITIBA. DESNECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS ASSOCIADOS. INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS EXISTENTES. EXCESSO DE EXECUÇÃO (JUROS DE MORA DE 1% AO ANO) NÃO CONFIGURADO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA A PARTIR DA CITAÇÃO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O caso em tela enquadra-se no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, uma vez que a matéria sub judice é manifestamente improcedente (...)" (Agravo Interno nº 685.420-8/01/5,5ª Câmara Cível, Rel. Des.. Luiz Mateus de Lima, DJ de 30.07.2010) "AGRAVO INTERPOSTO CONTRA A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU PARCIALMENTE DO RECURSO E, NA PARTE CONHECIDA, NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ART. 557, CAPUT, DO CPC). ALCANCE TERRITORIAL DO TÍTULO EXECUTIVO. LIMITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DA COMARCA DE ASSAÍ PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EFICÁCIA ERGA OMNES DA SENTENÇA PROFERIDA NA AÇÃO COLETIVA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA AFASTADA. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇAO DE VÍNCULO ASSOCIATIVO COM A APADECO OU DE QUE A AGRAVADA RESIDIA NA COMARCA DE CURITIBA NA ÉPOCA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO COLETIVA. INTERPRETAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 16, DA LEI Nº 7.347/85. (...)" (Agravo Interno nº 675.041-4/01, 4ª Câmara Cível, Rel. Des.ª Maria Aparecida Blanco de Lima, DJ de 17.06.2010) Desse modo, resta afastada a arguição de ilegitimidade ativa do Exequente-Agravado. Da prescrição O Agravante defende a ocorrência da prescrição, do direito de executar a sentença coletiva (REsp 1070896 pelo STJ e art. 21, Lei 4717/65 c/c súmula 150/STF), bem como prescrição trienal, com base no Código Civil de 2002 (art. 206, § 3º, III), seja esta quinquenal, com fundamento no art. 178 do Código Civil de 1916. De início, há que se ter em vista que a pretensão esposada na ação civil pública visava ao recebimento dos juros, não como meros acessórios dos valores depositados nas cadernetas de poupança, mas sim do próprio principal, por decorrer da própria natureza do contrato. Pelo que se afasta a incidência dos artigos 206, § 3º, III do Código Civil de 2002 (prescrição trienal) e 178 do Código Civil de 1916 (prescrição quinquenal) A respeito é o entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça: "CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. MUDANÇA DE CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AÇÃO PESSOAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. FEVEREIRO 1986. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RECURSO NÃO CONHECIDO. PRECEDENTES. - A legitimidade passiva para responder por eventuais prejuízos é da instituição financeira com quem se firmou o contrato de depósito. - A ação de cobrança de diferença de correção monetária de saldo de caderneta de poupança prescreve em vinte anos. - Alteração de critério de atualização de rendimento de caderneta de poupança não atingem situações em que já iniciado o período aquisitivo. Devida a correção com base no índice já fixado. Precedentes (...) No tocante à prescrição, o STJ já decidiu que nas ações de cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, o pedido de incidência de determinado índice de correção monetária constitui-se no próprio crédito, e não em acessório, sendo, descabida, assim, a incidência do prazo qüinqüenal do artigo 178, § 10, III, do Código Civil. Na espécie, tratando-se de ação pessoal, o prazo prescricional é o vintenário. Neste sentido: REsp 149255/César Rocha; REsp 86.471/Rui Rosado; e, REsp 97.858/Sálvio de Figueiredo.(...)" (REsp. nº 153.016/AL, 3ª Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 06.05.2004). Assim, não há como considerar que o prazo prescricional a ser aplicado no presente caso não é o geral, isto é, aquele incidente para as ações de direito pessoal. Ressalte-se que o prazo trienal previsto no art. 206, IV, do Código Civil também não se aplica ao presente caso, uma vez que a ação de enriquecimento ilícito tem caráter residual, na esteira do que dispõe o art. 886, do Código Civil: "Não caberá restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido". Sobre o tema, reporto-me ao voto proferido pelo Il. Juiz Substituto em 2º Grau Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira no julgamento do Agravo de Instrumento nº 705.225-1, que o tratou categoricamente: "Neste ponto é preciso aferir-se que o prazo a ser observado é efetivamente o geral, e não aquele estabelecido para as ações de ressarcimento por enriquecimento indevido. Isso porque embora o novo Código tenha inovado, estabelecendo em seu art. 206, IV, prazo prescricional de três anos para as pretensões de ressarcimento amparadas na ocorrência de enriquecimento sem causa (hipótese que não era expressamente tratada no Código Civil revogado), mencionado prazo, não obstante a regra do art. 2.028 do Código Civil, não se aplica ao caso dos autos. E não se aplica porque o enriquecimento sem causa não é o único argumento jurídico possível de ser invocado para a solução da presente demanda: com efeito, a ação fundada no enriquecimento sem causa só pode ser manejada em caráter residual ou subsidiário, é dizer, apenas quando a lei não conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.(...) Portanto, considerando-se que a ação in rem verso só pode ser manejada em caráter subsidiário, quando não haja outro fundamento que não o enriquecimento ilícito para a postulação do prejuízo alegado, tem-se que, no presente caso, há contrato de poupança firmado entre as partes, que constitui ato jurídico perfeito, do qual decorre o direito adquirido do poupador de ver os seus créditos corrigidos nos termos contratados, o que, em razão da utilização de índice de correção diverso pela instituição financeira, autoriza o poupador a postular a condenação da instituição financeira ao pagamento das diferenças decorrentes da aplicação equivocada dos índices de correção monetária. Havendo, portanto, amparo contratual e constitucional (art. 5º, XXXVI da Constituição da República) conferindo o direito postulado na presente demanda, deve-se observar no caso a proibição imposta pelo art. 886 do Código Civil. E se o presente caso não era efetivamente da ação in rem verso (já que invocados outros fundamentos jurídicos a sustentar a procedência da demanda coletiva, não circunscritos apenas ao princípio do enriquecimento sem causa) inviável a adoção da nova regra de prescrição prevista no art. 206, IV do Código Civil, somente aplicável, a rigor, às ações que tenham por fundamento único possível o enriquecimento sem causa. Sendo assim, mesmo se observada a entrada em vigor do novo Código Civil e aplicada, consequentemente, a regra de transição prevista em seu art. 2.028 (já que não há direito adquirido ao prazo prescricional em curso, quando reduzido por lei nova), o prazo prescricional efetivamente aplicável ao caso em apreço deve obedecer aos ditames do art. 205 do CC, que reduziu o prazo estabelecido no art. 177 do Código Civil de 1916, de vinte para dez anos, e não aos do art. 206, IV, do CC." (Agravo de Instrumento nº 705.225-1, 16ª Câmara Cível, Rel. Juiz Substituto em 2º Grau Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira, julg. em 1º de dezembro de 2010) Inaplicável ao presente caso, de mesmo modo, o entendimento adotado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. nº 1.170.896-SC, uma vez que se trata de processo com sentença já transitada em julgado. Em casos como tais, a prescrição, interrompida com a propositura da ação, volta a correr com o trânsito em julgado da sentença, uma vez que não se trata de prazos prescricionais distintos. Cumpre citar um excerto do parecer elaborado pelo Prof. Luiz Guilherme Marinoni, in verbis: "Mas, como igualmente advertiu o precedente que deu origem à Súmula 150, a prescrição volta a correr em face da execução, vale dizer: como a sentença constitui fase da relação processual ou do processo não colocando-lhes fim -, e, assim, o exercício da pretensão de direito material inicia-se com a propositura da ação e termina com a execução, a prescrição volta a correr em fase de execução. Frise-se o ponto: se a prescrição volta a correr diante da execução, não há como ter prazos prescricionais distintos para a ação de conhecimento e para a execução. Isto pela razão de que o prazo prescricional diz respeito ao exercício da pretensão material, que pode ser satisfeita mediante ação condenatória (em caso de adimplemento voluntário) ou por meio de execução (em caso de inadimplemento). Se a pretensão de direito material foi exercida com a propositura da ação, a inércia do vencedor não prosseguindo no exercício da mesma pretensão via execução, retira-lhe, em virtude da prescrição, o poder de exigir a pretensão material. Mas se esta prescrição interrompida pelo processo de conhecimento volta a correr, o seu prazo, obviamente, não pode ser outro.Lembre-se como sublinhado acima, que o precedente que originou a Súmula 150 declarou expressamente que `a execução prescreve no mesmo prazo em que prescreve a ação'. De modo que o precedente fundante na Súmula 150, ao invocar o art. 196 do CPC de 1939e a idéia de que a `instância não termina com a sentença, mas com a execução, quis evidenciar que a pretensão material ressarcitória ou de crédito depende de ação de conhecimento e da execução e que o prazo prescricional, por dizer respeito a uma única pretensão de direito material, embora volta a correr em fase de execução, é, evidentemente o mesmo não podendo ser diferente. Ora, caso o prazo não fosse o mesmo, o precedente não teria expressamente falado em interrupção do curso da prescrição, que volta a correr." Dessa maneira, a toda evidência, trata-se de ação de direito pessoal, cujo prazo prescricional era vintenário, sob a égide do Código Civil de 1916, e passou a ser decenal, após o advento do novo Código Civil. Por outro lado, tendo em vista o disposto na Súmula nº 150, do E. Supremo Tribunal Federal ("Prescreve a execução no mesmo prazo da prescrição da ação"), inevitável concluir que o prazo prescricional para o cumprimento de sentença seja o mesmo prazo de direito pessoal previsto para a ação de conhecimento. É o que entende esta Corte: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO. EXECUÇÃO DO JULGADO. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO TRIENAL E QUINQUENAL. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA JÁ RECONHECIDA EM DECISÃO SOBRE A QUAL SE OPEROU O TRÂNSITO EM JULGADO. PRETENSÃO RECURSAL QUE OFENDE À COISA JULGADA. (...) AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, LIMINARMENTE, EIS QUE MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. EXEGESE DO ARTIGO 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL" (Agravo de Instrumento nº 688.388-7, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Abraham Lincoln Calixto, DJe de 15.07.2010). "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANOS BRESSER E VERÃO. COBRANÇA DE DIFERENÇA DE RENDIMENTO EM CADERNETA DE POUPANÇA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO PRESCREVE NO MESMO PRAZO QUE AÇÃO. SÚMULA 150 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O Superior Tribunal de Justiça fixou entendimento no sentido de que as ações para cobrança das diferenças não creditadas em cadernetas em poupança submetem-se à prescrição vintenária, eis que se referem a direito pessoal do poupador. Súmula 150 STF: `Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação.' (Agravo de Instrumento nº 686.594-7, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Mateus de Lima, DJ de 07.07.2010). "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA COLETIVA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA (AUTOS N. 38.765/98 DA 1ª VFP DE CURITIBA - APADECO x BANESTADO). EXECUÇÃO INDIVIDUAL. RENDIMENTOS DA CADERNETA DE POUPANÇA. EXCEÇÃO DE PRESCRIÇÃO ARGUIDA PELO BANCO EXECUTADO. IMPROCEDÊNCIA. QUESTÃO JÁ ANALISADA NO JULGAMENTO DA AÇÃO COLETIVA, ONDE SE FIRMOU ENTENDIMENTO DE QUE O PRAZO PRESCRICIONAL É

VINTENÁRIO, REGIDO À ÉPOCA PELO ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 (DIREITO PESSOAL). MATÉRIA PROTEGIDA PELO INSTITUTO DA `COISA JULGADA'. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NESTA CORTE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO PELO RELATOR. 1 No julgamento da Apelação n. 91.830-9, a 5ª Câmara Cível desta Corte (acórdão n. 6545) confirmou a sentença proferida nos autos n. 38.765/98 de ação civil pública da 1ª VFP da capital, e fixou que o prazo prescricional é de 20 anos na espécie, incidindo a `coisa julgada' no que tange a tal matéria. 2 Esse prazo de 20 anos também se aplica à execução da sentença coletiva, pois, nos termos da Súmula 150 do STF, `prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação'." (Agravo de Instrumento nº 684.797-0, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Rogério Ribas, DJ de 01.07.2010). No presente caso, como a sentença da ação civil pública transitou em julgado em 03 de setembro de 2002, e considerando que se trata de direito pessoal, há que se ter em conta que à época da entrada em vigor do Novo Código Civil ainda não havia transcorrido mais da metade do prazo prescricional, de maneira que, à luz do art. 2.028 do referido Códex, tal prazo passa a ser regulado pela novel legislação, passando a ser de 10 (dez) anos, contado a partir do trânsito em julgado da sentença cujo cumprimento se pretende. Nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APADECO. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. Tendo o trânsito em julgado da ação coletiva ocorrido em 03.09.2002, sob a égide do Código Civil de 1916, o qual previa o prazo prescricional vintenário para ações pessoais, bem como que ainda dentro do prazo prescricional executório o atual Código Civil, em seu artigo 205, previu sua redução para 10 (dez) anos, é este que se aplica, seguindo a regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil. Agravo de instrumento desprovido." (TJPR Agravo de Instrumento n.º 725.689-1 16ª Câmara Cível Rel. Des. Paulo Cezar Bellio DJ 08/07/2011). De consequência, evidente que o prazo prescricional ainda não se escoou. 3. Ante todo o exposto, nego seguimento ao recurso, na forma do art. 557, caput, do Código de Processo Civil, considerando-se que a decisão agravada está de acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, nos termos da fundamentação. 4. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. DES.ª MARIA MERCIS GOMES ANICETO RELATORA

0040 . Processo/Prot: 0829964-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/248596. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 2001.00001076 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Edmar Hispagnol, Maria Adelaide dos Santos Vicente, Paulo Antônio Barca. Agravado: Construtora Mtm Ltda.. Advogado: Érica Hikishima Fraga, Mieko Ito, Angelo Itamar de Souza. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. I O presente recurso deriva dos autos de nº 1076/2001 de Ação de Revisão de Contrato movida pela ora agravada CONSTRUTORA MTM, bem como pela empresa ZENITH ENGENHARIA LTDA. em face do ora agravante BANCO BANESTADO S/A, em trâmite perante a 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. O agravante se insurgiu contra as decisões do Juízo a quo (fls. 27 e 32-TJ), sendo que a primeira decisão entendeu que, em consonância com o decidido por esta Corte, deve ser aguardado o desfecho dos Embargos à Execução, sendo que a segunda decisão rejeitou os embargos de declaração opostos pelo ora agravante. Sustenta o agravante que a construtora agravada objetiva a tutela jurisdicional buscando revisar diversos contratos de mútuo firmados com a instituição financeira; que, após a instrução do feito, a ação foi julgada parcialmente procedente, sendo que a preliminar de ilegitimidade ativa da empresa Zenith Engenharia Ltda. foi acolhida para o fim de excluí-la da lide; que as partes recorreram da sentença, sendo que ambas as apelações foram parcialmente providas para determinar que: a)" há possibilidade de capitalização anual de juros; b) deverá ocorrer a repetição de indébito de forma simples; c) não o que se falar em extinção da Execução de Título Extrajudicial nº 248/02 e dos Embargos do Devedor de nº 1054/02 ante a procedência parcial da Ação Revisional de Contrato, determinando o prosseguimento da execução; d) seja determinado como fator de atualização da correção monetária o índice INPC do IBGE; e) seja reduzida a multa moratória para o patamar de 2% (dois por cento) e redistribuição da sucumbência."; que os embargos de declaração opostos pelo agravante foram rejeitados, sendo ainda interposto Recurso Especial, ao qual foi negado seguimento, sem interposição de agravo junto ao STJ; que houve o trânsito em julgado em 05.06.2008; que a agravada requereu a remessa dos autos ao Contador Judicial a fim de dar cumprimento ao julgado; que referido pedido foi indeferido, sendo que o agravante apresentou os cálculos de liquidação, demonstrando que a empresa agravada permanecia na condição de devedora do Banco pela quantia de R$ 3.223.758,13 (02/2010) e devia honorários advocatícios ao procurador do agravado no montante de R$ 594.440,27; que o agravado optou, através de petição extemporânea, postular pelo desentranhamento do recálculo, requerendo que o Banco aguardasse o julgamento dos Embargos à Execução para, posteriormente, promover a liquidação de seus créditos; que o agravante refutou o pedido do agravado e requereu que os cálculos de fls. 1032/1067 fossem reconhecidos como corretos; que os embargos já foram decididos, não havendo necessidade de novo julgamento, restando apenas ao Banco cumprir sua obrigação de fazer e buscar a recuperação de seu crédito recalculado na ação executiva; que o agravado pretende, na verdade, opor resistência injustificada ao regular andamento do feito, vez que perdeu o prazo para impugnar o recálculo. Por fim, requer o agravante a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, e ao final, o provimento do mesmo. Relatei. II O presente recurso não comporta seguimento, posto que não está corretamente formalizado, devendo, pois, ser julgado de plano. O agravante deixou de instruir o recurso com a procuração outorgada ao patrono da agravada CONSTRUTORA MTM LTDA. apta a cumprir os ditames legais, tendo em vista que juntou substabelecimento dos Drs. GENÉSIO SELLA OAB/PR nº 13.511 e FABRÍCIO COSTA SELLA OAB/PR nº 31.825 (fls. 26-TJ) a outro advogado, contudo, não juntou a procuração em que a CONSTRUTORA MTM LTDA., através dos procuradores outorgados de fls. 22-TJ, outorgaram poderes aos Drs. Genésio Sella e Fabrício Costa Sella, o que inviabiliza a comprovação da regular representação processual da parte. É certo que sem a procuração outorgada ao advogado da agravada, não há como comprovar se os advogados mencionados às fls. 16-TJ do presente recurso efetivamente têm poderes para representá-la, assim como a capacidade postulatória dos referidos advogados. Ademais, note-se que não é suficiente a apresentação apenas de substabelecimento (fls. 26-TJ) do Dr. Genésio Sella e Fabrício Costa Sella ao Dr. Luis Felipe Costa Sella, sem a juntada da procuração que deu origem ao referido substabelecimento. Da mesma forma, a juntada do substabelecimento de fls. 24-TJ não esclarece a questão, tendo em vista que os procuradores constantes em tal documento substabeleceram sem reserva de poderes e não foram indicados pelo agravante como sendo advogados da agravada. Nesse sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça colacionada da obra Código de Processo Civil e legislação processual em vigor1 : "Art. 525: 3b. " O substabelecimento sem a correspondente procuração ainda que lavrado por instrumento público, não satisfaz a exigência do art. 525, I, do CPC; teria esse efeito se na escritura pública de substabelecimento o tabelião tivesse registrado os poderes que o outorgante da procuração originária conferiu ao substabelecente" (STJ-3ª T., AI 719.868-AgRg-Edcl, Min Ari Pargendler, j. 21.11.06, DJU 19.3.07). (...) Também nesse sentido é a jurisprudência desta Corte: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 524, III, E 525, I, DO CPC. REQUISITOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. INOBSERVÂNCIA. NÃO-CONHECIMENTO. 1. Tanto a indicação do nome e do endereço completo dos advogados que atuam no feito, na petição ou em qualquer outra peça recursal, quanto a juntada da cópia da procuração outorgada ao advogado da parte, são requisitos extrínsecos de admissibilidade do Agravo de Instrumento, cuja ausência inviabiliza o seu conhecimento. 2. Deixando a agravante, ao interpor o presente recurso, de observar aos requisitos que a lei considera indispensáveis ao seu processamento e julgamento, mais precisamente àqueles descritos nos artigos 524, III, e 525, I, do Código de Processo Civil, a medida que se impõe é o seu não-conhecimento. Agravo de Instrumento não-conhecido." (TJPR, 15ª Câmara Cível, AI 0441040-8, Rel. Jucimar Novochadlo, DJ 07.12.2007). Desta forma, não cumpriu um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos, conforme previsto no art. 525, inciso I, do CPC. Assim, deve ser negado seguimento ao recurso de agravo de instrumento porquanto não atende um dos pressupostos de admissibilidade do recurso, os quais devem ser analisados de ofício pelo relator quando de seu conhecimento. Sobre o assunto, a doutrina de NELSON NERY JÚNIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY, em seu Código de Processo Civil Comentado (São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2004, p. 995), esclarecem que: " Se do instrumento faltar peça essencial, o tribunal não poderá mais converter o julgamento em diligência para completá-lo. Na hipótese de não se poder extrair perfeita compreensão do caso concreto, pela falha na documentação constante do instrumento , o tribunal deverá decidir em desfavor do agravante. As peças obrigatórias devem ser juntadas com a petição e as razões do recurso, ou seja, no momento da interposição do recurso (...).A juntada posterior, ainda que dentro do prazo de interposição (dez dias), não é admissível por haver-se operado a preclusão consumativa." (grifou-se) Nesse sentido é a jurisprudência do STJ: "A falta ou insuficiência de peças no agravo autoriza o não conhecimento do recurso, porquanto não mais se permite a conversão do julgamento em diligência para a juntada de peças faltantes." (STJ; 5ª Turma; Resp nº 114531-SP; Rel. Ministro Gilson Dipp; j. 19.10.1999; DJU 08.11.99; p.85) Desta forma, ausente uma das peças obrigatórias para admissibilidade do recurso, deve o relator negar seguimento ao agravo. Veja-se, a propósito do tema, as seguintes orientações de THEOTONIO NEGRÃO, contidas em seu Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor (São Paulo, Ed. Saraiva, 2007, p. 686 e 2002, p. 583 e 641): "O agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas. A falta de qualquer delas autoriza o relator a negar seguimento ao agravo ou à turma julgadora o não conhecimento dele (IX ETAB, 3ª conclusão; maioria)". "O Tribunal, de ofício, pode não conhecer do recurso se não forem observados os pressupostos de sua admissibilidade (RTJ 172/639)". "É legítima, sob o ponto de vista constitucional, a atribuição conferida ao relator para arquivar ou negar seguimento a pedido ou recurso intempestivo, incabível ou improcedente e, ainda, quando contrariar jurisprudência predominante do tribunal ou for evidente a sua incompetência (RSTF, art. 21, § 1º; Lei n. 8.038/90, art. 38), desde que, mediante recurso agravo regimental possam as decisões ser submetidas ao controle do colegiado (STF-Pleno: RTJ 139/53)". Do exposto, dessume-se que o presente recurso não comporta seguimento, por ser manifestamente inadmissível, precisamente como ressaltado por NELSON NERY JÚNIOR e ROSA MARIA ANDRADE NERY, em seu Código de Processo Civil Comentado (São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2004, p. 995): "I: 2. Peças obrigatórias. É obrigatória a juntada, com a petição de interposição do agravo e com as razões de inconformismo e o pedido de nova decisão (CPC 524), das seguintes peças: a) decisão agravada, para que tribunal saiba o teor do ato judicial impugnado, para poder julgar o recurso; b) certidão da intimação da decisão agravada, para que o tribunal possa analisar a tempestividade do agravo; c) procuração outorgada aos advogados do agravante e do agravado, para que se comprove ter o subscritor da petição de recurso poderes para representar o agravante e, ao mesmo tempo, capacidade postulatória; d) guia de recolhimento das custas de preparo do recurso, quando devido, e do porte de retorno (CPC 511 e 525 § 1º). (...)". "Formação deficiente. Falta de peças. É dever do agravante trazer ao instrumento todos os elementos que permitam à turma julgadora o perfeito conhecimento da questão discutida, a fim de possibilitar uma correta decisão. (...)". "2. Juízo de admissibilidade. Ao relator, na função de juiz preparador de todo e qualquer recurso do sistema processual civil brasileiro, compete

o exame do juízo de admissibilidade desse mesmo recurso. Deve verificar se estão presentes os pressupostos de admissibilidade (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal, tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer). Trata-se de matéria de ordem pública, cabendo ao relator examiná-la de ofício. (...)". III Diante do exposto, em se verificando defeito na formação do instrumento e operada a preclusão consumativa, com fundamento no artigo 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, por ser manifestamente inadmissível. IV Remeta-se cópia da presente decisão ao douto Juiz da causa. V - Arquivem-se, oportunamente. VI - Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. SHIROSHI YENDO Relator -- 1 Theotônio Negrão e José Roberto Ferreira Gouveia, 41ª ed; São Paulo; Saraiva; 2009; p. 725 --

**II Divisão de Processo Cível**
**Seção da 16ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10009**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Aldo de Mattos Sabino Junior | 006 | 0817274-7 |
| Alexandra Greice Blanco Dissero | 010 | 0820872-8 |
| Alexandre Nelson Ferraz | 010 | 0820872-8 |
| André Gustavo Vallim Sartorelli | 004 | 0808403-9 |
| Andrea Caroline Marconatto Cury | 013 | 0825494-4 |
| Antônio Canan | 004 | 0808403-9 |
| Antonio Carlos Scholtz Veiga | 003 | 0805323-4 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 005 | 0815109-7 |
| | 015 | 0826851-3 |
| | 016 | 0828534-5 |
| Cézar Denilson Machado de Souza | 008 | 0819626-9 |
| Daiane Toshie Gotz Saito | 014 | 0826009-9 |
| Diully Cristine Oliveira | 011 | 0824044-0 |
| Eduardo Munaretto | 004 | 0808403-9 |
| Egídio Munaretto | 004 | 0808403-9 |
| Fernando Wilson Rocha Maranhão | 013 | 0825494-4 |
| Flávia Regina Carluccio | 015 | 0826851-3 |
| Gilberto Stinglin Loth | 011 | 0824044-0 |
| Jamil Ibrahim Tawil Filho | 006 | 0817274-7 |
| Jorge Luiz Martins | 011 | 0824044-0 |
| José Airton Gonçalves | 006 | 0817274-7 |
| José de César Ferreira | 009 | 0819956-2 |
| José Luiz Fornagieri | 015 | 0826851-3 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 004 | 0808403-9 |
| Lauro Fernando Zanetti | 001 | 0802226-8/01 |
| | 007 | 0819085-8 |
| | 009 | 0819956-2 |
| | 012 | 0824579-8 |
| Leonardo de Almeida Zanetti | 001 | 0802226-8/01 |
| | 007 | 0819085-8 |
| | 009 | 0819956-2 |
| | 012 | 0824579-8 |
| Linco Kczam | 001 | 0802226-8/01 |
| Lincoln Taylor Ferreira | 014 | 0826009-9 |
| Lucila Maria Fialla | 003 | 0805323-4 |
| Luiz Fernando Baldi | 004 | 0808403-9 |
| Marcio José Faria Palla | 005 | 0815109-7 |
| Márcio Rogério Depolli | 005 | 0815109-7 |
| | 015 | 0826851-3 |
| | 016 | 0828534-5 |
| Neimar Batista | 006 | 0817274-7 |
| Peterson Martin Dantas | 012 | 0824579-8 |
| Rafael Loiola Cardoso | 002 | 0805272-2 |
| Rafhael Pimentel Daniel | 008 | 0819626-9 |
| Renata Cristina Costa | 007 | 0819085-8 |
| | 012 | 0824579-8 |
| Renato Fumagalli de Paiva | 016 | 0828534-5 |
| Shealtiel Lourenço Pereira Filho | 001 | 0802226-8/01 |
| Shiroko Numata | 007 | 0819085-8 |
| Simone Daiane Rosa | 015 | 0826851-3 |
| Sydnei Martins Lecheta | 013 | 0825494-4 |
| Thaisa Cristina Cantoni | 001 | 0802226-8/01 |
| Valéria Caramuru Cicarelli | 010 | 0820872-8 |
| Vanderlei Taverna | 003 | 0805323-4 |
| Wesley Toledo Ribeiro | 007 | 0819085-8 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator

0001 . Processo/Prot: 0802226-8/01 Agravo Regimental Cível
. Protocolo: 2011/296944. Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 802226-8 Agravo de Instrumento. Agravante: Eva Cardoso Pizzi, Benedito Martins de Carvalho, Maria José Gusmão de Oliveira, Edna Maria da Silva, André Marcos de Oliveira, Alice Aparecida de Aquino, Yoshiko Shindo Fujita, Ivone Baggio de Oliveira Geraldo. Advogado: Linco Kczam, Thaisa Cristina Cantoni. Agravado: Banco Itaú Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Shealtiel Lourenço Pereira Filho. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Vistos. I - Tendo em conta a faculdade conferida pelo art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil, os agravantes EVA CARDOSO PIZZI E OUTROS interpõem o presente Agravo visando modificar decisão monocrática que negou provimento ao Agravo de Instrumento nº 0802226-8, em virtude do despacho recorrido ser manifestamente improcedente. Alegam os agravantes que a decisão merece ser reformada (fls. 202/220-TJ), pois a proposição da ação na Comarca de Londrina não violou o princípio do juiz natural, nos termos do art. 5º, LIII, da CF e artigo 86 do CPC. Aduziram, ainda, que em se tratando de competência relativa, não pode o magistrado se pronunciar de ofício, dependendo de alegação da parte contrária, nos termos do artigo 112 do CPC, bem como da Súmula de nº 33 do STJ. Diante disso, pugnam pelo provimento do recurso. Relatei. atacada sofrer o juízo de retratação deste relator, previsto no Código de Processo Civil Brasileiro, em seu artigo 557, § 1º. Em uma primeira análise, decidiu-se por negar provimento ao agravo de instrumento nº 0802226-8, por considerá-lo manifestamente improcedente. Porém, em uma análise mais acurada dos autos e tendo em conta a alteração de entendimento deste Relator, concluí que outra deve ser a interpretação dada ao caso. Desta forma, entendo relevante que se dê o normal processamento ao agravo. III Do exposto, e tendo em mira a admissibilidade do juízo de retratação, revogo a decisão de fls. 188/198-TJ, para dar o normal processamento ao Agravo de Instrumento, com fundamento no art. 557, § 1º, do CPC. IV - Passando à apreciação do postulado pedido de concessão de efeito suspensivo, tem-se que o recurso merece processamento, e deve ser-lhe atribuído o efeito suspensivo, posto que, demonstra-se plausível tal pretensão recursal, revelando-se claro que a não atribuição do almejado efeito suspensivo poderá acarretar aos agravantes, até final decisão do recurso pela Câmara, lesão de difícil reparação, como reclamado no art. 5581, caput, do Código de Processo Civil. Conforme o entendimento de EDUARDO TALAMINI, em Tutela Relativa aos Deveres de Fazer e de Não Fazer, Ed. Revista dos Tribunais, pág. 353: " O requisito de plausibilidade do direito está em necessária correlação com o risco de ineficácia do provimento final e ambos se colocam em uma menor o grau de probabilidade do direito invocado será necessário para a concessão da medida, e vice-versa. E a aferição do perigo na demora não tem como ser feita em uma perspectiva unilateral. Não se ponderam apenas os riscos da demora que o beneficiário da medida corre, caso ela não seja concedida, mas também os riscos de igual espécie que o adversário sofrerá, se a providência for deferida (considerando, para ambos os lados, o perigo da irreversibilidade e a relevância dos bens jurídicos envolvidos). Aliás, a duplicidade de perspectiva põe-se igualmente no exame da probabilidade do direito: pondera-se a plausibilidade das alegações de ambas as partes. Todos esses fatores serão conjuntamente balanceados. O grau de plausibilidade concretamente exigido para a concessão da medida de urgência, portanto, é variável " grifou-se. V Assim, presentes os pressupostos de admissibilidade, admito, pois, o processamento do recurso, e por medida de cautela, vislumbrando, no momento, os requisitos fundamentais à concessão do efeito requerido pelos agravantes, vale dizer, fumus boni iuris e periculum in mora, concedo efeito suspensivo ao recurso de agravo até o julgamento final do presente recurso. VI À Assessora de Desembargador para que, mediante ofício a ser enviado via fax, comunique o teor do presente despacho ao Ilustre Juiz de primeiro grau, encaminhando-lhe cópia do mesmo, para que tome ciência da concessão do efeito suspensivo, requisitando-lhe informações, a serem prestadas em dez (10) dias, bem como se houve cumprimento por parte dos agravantes do disposto no art. 526 do CPC. VII Intime-se a parte agravada para responder ao presente recurso no prazo de dez (10) dias. VIII Autorizo o Chefe da Divisão Judiciária a subscrever os ofícios que se fizerem necessários para o cumprimento desta deliberação. IX Oportunamente, retornem os autos à conclusão. alf-gab 3 Curitiba, 22 de setembro de 2.011. SHIROSHI YENDO Relator alf-gab 4 -- 1 Art. 558 CPC. O relator poderá a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara. -- alf-gab 2

0002 . Processo/Prot: 0805272-2 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/170647. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 2010.00002232 Revisão de Contrato. Agravante: Hermes da Silva Jardim. Advogado: Rafael Loiola Cardoso. Agravado: Bv Financeira Sa. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio. Despacho: Devolvo os Autos Para os Devidos Fins.
V I S T O S. 1. Hermes da Silva Jardim demonstra irresignação contra a decisão interlocutória proferida às fls. 12 TJ., que indeferiu o pedido de assistência judiciária

gratuita, na ação revisional de contrato ( autos n.º 348/2011 ) que promove contra o BV Financeira S/A. 2. Primeiramente, deverá o agravante, no prazo de 5 ( cinco ) dias, juntar cópia da inicial da ação, para que se possa verificar questão relativa à competência interna deste Tribunal de Justiça. 3. Após, retornem os autos. Intimem-se. Curitiba, 02 de agosto de 2.011. Paulo Cezar Bellio, Relator.

0003 . Processo/Prot: 0805323-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/171496. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 0020926-95.2011.8.16.0001 Revisional. Agravante: Reynaldo Carlos Dhein. Advogado: Antonio Carlos Scholtz Veiga, Lucila Maria Fialla, Vanderlei Taverna. Agravado: Banco Matone Sa. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Vistos I - Trata-se de recurso contra decisão proferida pelo Juízo da 14ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, nos autos de Ação Ordinária Revisional, cumulada com Repetição de Indébito e Pedido de Antecipação de Tutela nº 20926-95.2011.8.16.0001, opostos pelo ora agravante REYNALDO CARLOS DHEIN em face do ora agravado BANCO MATONE S/A. O Juízo recorrido (fls. 133-TJ) indeferiu o pedido de antecipação de tutela do autor que pretendia a redução dos valores descontados no seu contra-cheque, ao patamar de 30% do soldo recebido mensalmente, com a consequente expedição de ofício à entidade pagadora, bem como impedir e/ou cancelar o lançamento do nome do autor nos cadastros restritivos de crédito. Aduz o agravante que a decisão recorrida merece ser reformada, pelos seguintes motivos: a) é militar ativo da Força Aéreo Brasileira, sendo que se viu obrigado a contratar com diversas instituições financeiras na modalidade de crédito consignado; b) a instituição financeira agravada adquiriu a maioria dos contratos que haviam sido firmados com outras instituições; c) recebe atualmente o soldo bruto de R$ 2.748,00, sendo que vem sendo descontado no seu contracheque o valor de R$ 1.711,69; d) o autor também mantém relação negocial de crédito consignado com mais duas instituições financeiras, totalizando o montante total descontado de seu salário em torno de R$ 1.821,58, o que equivale a 66,28% do seu soldo bruto, o que viola o disposto no art. 6º, § 5º da Lei nº 10.320/03; e) está caracterizado o super-endividamento do autor; f) em perícia realizada nos contratos firmados pelo autor, verificou-se a existência de capitalização de juros, bem como aplicação de taxas e encargos ilegais e abusivos; g) o autor ajuizou ação com pedido de tutela antecipada, objetivando revisar os contratos firmados com o réu, sendo que o MM. Juiz a quo indeferiu tal pedido; h) estão presentes no caso a verossimilhança das alegações, vez que o desconto em folha de pagamento ultrapassa o máximo legal permitido pela Lei 10.320/2003, bem como a reversibilidade do provimento, tendo em vista que o agravado não ficará sem receber; i) a decisão recorrida não apreciou o pedido relativo à inversão do ônus da prova, sendo que é notória a capacidade financeira do agravado. Por fim, requer o agravante a antecipação da pretensão recursal, e, ao final, o provimento do recurso. Relatei. 2 II O presente agravo é recurso adequado, tempestivo, está preparado, devendo, pois, ser conhecido. A concessão da antecipação da tutela jurisdicional exige firme convicção do juiz, formada aprioristicamente mediante exame de prova inequívoca posta desde logo nos autos, como também a demonstração de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, além da inexistência de perigo de irreversibilidade do provimento antecipado (art. 273, parágrafo 2º). Agora, no exame da matéria, em segundo grau de jurisdição, cumpre ao Julgador, dentro do poder discricionário que lhe é facultado por lei, e no exercício da liberdade de investigação crítica, convencer-se, à luz dos fatos e dos elementos probatórios dos autos, sobre a manutenção ou não da decisão recorrida. NELSON NERY JÚNIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY, na obra Código de Processo Civil Comentado e legislação processual civil em vigor 1 , esclarecem a função da tutela antecipada dentro do processo de conhecimento. Senão vejamos: "2.Conceito e natureza jurídica. Tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito é providência que tem natureza jurídica mandamental, que se efetiva mediante execução "lato sensu", com o objetivo de entregar ao autor, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos. É tutela 1 São Paulo; Ed. Revista dos Tribunais, 4ª ed.; 2004, p.748. 3 satisfativa no plano dos fatos, já que realiza o direito, dando ao requerente o bem da vida por ele pretendido com a ação de conhecimento.(...) 14.Ações que admitem a tutela antecipada. Em toda ação de conhecimento, em tese, é admissível a antecipação da tutela, seja a ação declaratória, constitutiva (positiva ou negativa), condenatória, mandamental, etc. A providência tem cabimento quer a ação de conhecimento seja processada pelo rito comum (ordinário ou sumário) ou especial, desde que verificados os pressupostos da norma sob comentário (...) Antecipação da tutela recursal. O relator, investido dos poderes de juiz preparador do recurso, pode, igualmente, antecipar a tutela pretendida como objeto do recurso. É o que correntemente se denomina efeito ativo do recurso. Isso poderá ocorrer quando a matéria for urgente, o que se verifica, por exemplo, quando a decisão impugnada for de caráter negativo: o juiz nega a liminar e a parte agrava de instrumento; ao despachar o agravo o relator pode conceder a liminar, que produzirá efeitos desde logo (...). Como o relator, na condição de juiz preparador do recurso, tem amplos poderes, a ele se estende igualmente o poder de antecipar a tutela recursal.(...)" Conforme o entendimento de EDUARDO TALAMINI, em Tutela Relativa aos Deveres de Fazer e de Não Fazer, Ed. Revista dos Tribunais, pág. 353: " O requisito de plausibilidade do direito está em necessária correlação com o risco de ineficácia do provimento final e ambos se colocam em uma razão inversamente proporcional: 4 quanto maior o periculum in mora, menor o grau de probabilidade do direito invocado será necessário para a concessão da medida, e vice-versa. E a aferição do perigo na demora não tem como ser feita em uma perspectiva unilateral. Não se ponderam apenas os riscos da demora que o beneficiário da medida corre, caso ela não seja concedida, mas também os riscos de igual espécie que o adversário sofrerá, se a providência for deferida (considerando, para ambos os lados, o perigo da irreversibilidade e a relevância dos bens jurídicos envolvidos). Aliás, a duplicidade de perspectiva põe-se igualmente no exame da probabilidade do direito: pondera-se a plausibilidade das alegações de ambas as partes. Todos esses fatores serão conjuntamente balanceados. O grau de plausibilidade concretamente exigido para a concessão da medida de urgência, portanto, é variável " grifou- se. Da análise dos autos e dos documentos a ele acostados verifica-se a presença dos requisitos autorizadores da concessão parcial do efeito ativo, tão-somente para determinar que as consignações decorrentes dos contratos revisandos não exceda, mensalmente, a 30% do valor líquido dos proventos do agravante, bem como para determinar que o réu deixe de incluir ou exclúa, se já tiver incluído, o nome do agravante dos cadastros restritivos de crédito, tudo diante da argumentação trazida pelo recorrente. Isto porque se vislumbra a verossimilhança das alegações do agravante, bem como a prova inequívoca aptos a conceder a tutela vindicada, levando-se em conta, principalmente, as circunstâncias que 5 comprometem a subsistência do autor, bem como para evitar prejuízo irreversível ao mesmo. Presentes os pressupostos de admissibilidade, admito, pois, o processamento do recurso, e por medida de cautela, vislumbrando, no momento, os requisitos fundamentais à concessão parcial do efeito requerido pelo agravante, vale dizer, fumus boni iuris e periculum in mora, concedo efeito ativo parcial ao recurso de agravo, para o fim de que a instituição financeira se abstenha de incluir ou exclúa o nome do agravante dos cadastros restritivos de crédito, bem como para impedir que o réu desconte, mensalmente, mais que 30% dos proventos do agravante, a título de consignações decorrentes dos contratos revisandos, até o final julgamento do presente recurso. III Intime-se a parte agravada, pessoalmente, para responder ao presente recurso, por advogado, no prazo de dez (10) dias. IV À Assessora de Desembargador para que, mediante ofício a ser enviado via fax, comunique o teor do presente despacho ao Ilustre Juiz de primeiro grau, encaminhando-lhe cópia do mesmo, para que tenha ciência da concessão parcial do efeito ativo e tome as providências necessárias, requisitando-lhe informações, a serem prestadas em dez (10) dias, bem como se houve cumprimento por parte do agravante do disposto no art. 526 do CPC. V Autorizo o Chefe da Divisão Judiciária a subscrever os ofícios que se fizerem necessários para o cumprimento desta deliberação. 6 VI Oportunamente, retornem os autos à conclusão. Curitiba, 29 de julho de 2011. SHIROSHI YENDO Relator 7

0004 . Processo/Prot: 0808403-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/270260. Comarca: Chopinzinho. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 1995.00000748 Cumprimento de Sentença. Agravante: Transcanan Transportes Rodoviários Canan Ltda, Nelson Canan. Advogado: Antônio Canan. Agravado (1): Egídio Munaretto. Advogado: Egídio Munaretto, Eduardo Munaretto. Agravado (2): Banco Banestado SA. Advogado: Egídio Munaretto. Interessado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Luiz Fernando Baldi, André Gustavo Vallim Sartorelli. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

I. Transcanan Transportes Rodoviários Canan Ltda, representada neste ato pelo seu sócio gerente Nelson Canan interpõe o presente Agravo de Instrumento, com pedido de tutela antecipada, contra a decisão de fls. 276/284 (TJ), proferida pelo Juízo da Vara Cível e Anexos da Comarca de Chopinzinho que, nos autos de Cumprimento de Sentença, indeferiu o pedido Objeção de Pré-executividade, o qual pugnou pela ilegitimidade ativa "ad causam" do exeqüente (advogado) que persegue honorários advocatícios, bem como que há excesso de execução. A decisão a quo indeferiu o pedido por entender que o exequente é parte legítima para o cumprimento de sentença em curso (cobrança de honorários), pois este atuou como Procurador Judicial do Banco do Estado do Paraná até o ingresso do Estado do Paraná no pólo ativo e este reconheceu que o exequente merece a verba honorária devida. O Juízo a quo entendeu ainda que não há excesso de execução, pois o valor dos honorários foi encontrado pelo próprio Estado do Paraná e devidamente atualizado pela Contadoria Judicial e condenou o ora agravante em litigância de má-fé, em 10% do valor da petição inicial. O Agravante apresentou o presente Recurso pugnando pela reforma da r. decisão, alegando que: a) o Banco do Estado do Paraná, o FLS. 2 qual ajuizou ação de busca e apreensão em face do Agravante, foi substituído em seu pólo ativo pelo Estado do Paraná, bem como o Procurador/Agravado 1 pelo Procurador do Estado do Paraná, conforme cessão de crédito (fls. 156/159 TJ); b) referida cessão esclareceu que eventuais honorários e custas seriam de responsabilidade do Estado do Paraná; c) a decisão a quo se baseou apenas em juízo de valores, sem fundamentar, apenas imbuído em seu pensar, o que é inadmissível no direito; d) de acordo com o art. 93, inciso IX da CF, decisão não fundamentada é nula de pleno direito; e) a exceção somente foi ajuizada quando o agravante foi intimado para pagar honorários e custas, mais de 10 anos após a cessão, não havendo outra medida judicial cabível para esclarecer os fatos, motivo pelo qual não é protelatória; f) há um excesso na execução, uma vez que o agravante foi intimado para pagar o valor de R$ 5.628,73 (cinco mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta e três centavos), sendo que o pedido feito pelo Agravado 1 foi no valor de R$ 10.497,86 (dez mil, quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos). Pugna o Agravante pela reforma da decisão a quo, extinguindo o processo de execução e declarando o Agravado 1 como parte ilegítima para executar honorários e custas. Sendo mantida a decisão ora agravada, requereu a procedência da exceção ajuizada, desconsiderando a multa imposta, por não ter sido protelatória. II. Admito o processamento do Agravo por estarem, prima facie, presentes os pressupostos de admissibilidade, eis que foi tempestivamente interposto, além de conter todos os demais pressupostos processuais. A concessão de efeito suspensivo a Agravo de Instrumento constitui exceção e somente deve ser deferida quando presentes, de forma induvidosa, os pressupostos que a autorizam, o que inocorre no caso em exame. FLS. 3 Apesar dos fundamentos apontados pelos ora Agravante, a lesão grave e difícil reparação não restou demonstrada, assim como seu direito afirmado. Segundo o Agravante o periculum in mora está caracterizado, uma vez que além de comprometer a estruturação da empresa, poderá ter que pagar

novamente ao Estado do Paraná. As alegações restam infundadas, uma vez que, da análise dos autos, não restou comprovado existência do pagamento das verbas honorárias pleiteadas, assim como, serem de responsabilidade do Estado do Paraná as ditas verbas honorárias, como faz crer o Agravante. Ainda, afirma o Agravante que houve acordo extrajudicial e que as partes estão renegociando a dívida (fummus boni iuris). Ocorre que, o acordo noticiado às fls. 218/219 TJPR não fora juntado aos autos, motivo pelo qual não é possível saber se o Agravado 1 concorda as condições estabelecidas no acordo. Ademais, é pertinente oferecer a possibilidade dos Agravados oferecerem contra-minuta, em observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório. III. Diante do exposto, ante a inobservância dos requisitos necessários à concessão da tutela antecipada, INDEFIRO o pedido formulado pelo Agravante. IV. Notifique-se o Juiz da causa acerca da decisão, por intermédio do mensageiro, para prestar informações no prazo legal. V. Intimem-se os Agravados/ Interessado para, querendo, responder no prazo de 10 (dez) dias, facultando-lhe a juntada de peças que entender conveniente (acordo extrajudicial), observado o disposto no inciso V do artigo 527 do Código de Processo Civil. VI. Intimem-se FLS. 4 Curitiba, 06 de setembro de 2011. DENISE HAMMERSCHMIDT Juíza Relatora Convocada

0005 . Processo/Prot: 0815109-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/191297. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 0085889-10.2010.8.16.0014 Revisão de Contrato. Agravante: Angelo Spada. Advogado: Marcio José Faria Palla. Agravado: Itau Unibanco Sa, Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Hammerschmidt. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

I.Ângelo Spada interpõe o presente Agravo de Instrumento, com pedido de tutela antecipada, contra a decisão de fls. 154/157 e 168 (TJ), proferidas nos autos nº 85889/2010 de Ação Revisional de Contrato com Pedido de Danos Morais e Restituição de Valores, pelo Juízo da 9ª Vara Cível da Comarca de Londrina que saneou o feito; rejeitou as preliminares levantadas; afastou a prejudicial de decadência;determinou a aplicação de prazo prescricional decenal; deferiu o pedido de produção de prova pericial contábil, nomeando perito; e determinou a inversão do ônus da prova, autorizando às partes a indicação de assistentes técnicos, assim como a formulação de quesitos. O Agravante apresentou o presente Recurso pugnando pela reforma da r. decisão, alegando que, em relação à prescrição, não deve ser aplicado o prazo decenal, mas sim, o vintenário, uma vez que o contrato fora firmado em 1990, de tal forma que já havia transcorrido mais de 13 anos quando o Código Civil vigente entrou em vigor. II. Admito o processamento do Agravo por estarem, prima facie, presentes os pressupostos de admissibilidade, eis que foi tempestivamente interposto, além de conter todos os demais pressupostos processuais. FLS. 2 A concessão de efeito suspensivo a Agravo de Instrumento constitui exceção e somente deve ser deferida quando presentes, de forma induvidosa, os pressupostos que a autorizam. No presente caso denota-se que o Agravante comprovou que o contrato referente à conta corrente nº 705-6 estava em vigor em 1990, de tal forma que em janeiro de 2003 já havia transcorrido mais da metade do prazo prescricional aplicável ao caso, qual seja, o previsto no art. 177, do CC/16. Desta forma, considerando a regra de transição prevista no art. 2028 do CC/02, o prazo a ser aplicado em relação ao referido contrato é o vintenário, e não o decenal. Contudo, observa-se que não há elementos que demonstrem a data em que fora firmado o contrato referente a conta corrente 3138-0. Assim, não há como concluir qual o prazo prescricional aplicável ao caso, sendo tal fato possível somente após a exibição de documentos pela parte Agravada. Tendo em vista a impossibilidade de se estabelecer qual o prazo prescricional adequado ao referido contrato, é pertinente suspender a decisão do juízo `a quo'. Aliados a tais fundamentos, deve-se ressaltar que há perigo de ocorrer dano de difícil reparação caso sejam produzidas provas insuficientes para o julgamento dos autos, e ainda, caso o banco agravado se desfaça de documentos relevantes para o deslinde da causa, em razão da ocorrência da prescrição. III. Diante do exposto, DEFIRO o pedido de efeito suspensivo pleiteado, determinando-se a suspensão da decisão agravada, unicamente em relação à prescrição até julgamento final do presente recurso. FLS. 3 IV.Notifique-se o Juiz da causa para prestar informações no prazo legal. V. Intime-se o Agravado para, querendo, responder no prazo de 10 (dez) dias, facultando-lhe a juntada de peças que entender conveniente, observado o disposto no inciso V do artigo 527 do Código de Processo Civil. VI. Intimem-se Curitiba, 23 de setembro de 2011. DENISE HAMMERSCHMIDT Juíza Relatora Convocada

0006 . Processo/Prot: 0817274-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/297258. Comarca: Nova Londrina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2005.00000321 Anulatória. Agravante: Agro Industrial Guairaçá de Polvilho Ltda. Advogado: José Airton Gonçalves. Agravado: Incol Indústria e Comércio de Fécula Olinda Ltda. Advogado: Aldo de Mattos Sabino Junior, Neimar Batista, Jamil Ibrahim Tawil Filho. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

AGRAVANTE: AGRO INDUSTRIAL GUAIRAÇÁ DE POLVILHO LTDA AGRAVADO: INCOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FÉCULA OLINDA LTDA RELATORA: DES.ª MARIA MERCIS GOMES ANICETO Vistos, 1. Requisitem-se informações ao MM. Juiz da causa, no prazo de dez dias; 2. Intimem-se os agravados para apresentarem contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias. 3. Deixo de conceder o efeito suspensivo pleiteado neste agravo de instrumento, uma vez que, ao menos em cognição sumária, não se evidencia a presença dos requisitos necessários para tanto. Ressalte-se que à luz do art. 558, caput, c/c 527, III, ambos do Código de Processo Civil, para que o relator possa atribuir efeito suspensivo ao recurso, ou deferir, em antecipação de tutela, parcial ou totalmente, a pretensão recursal, deve a parte recorrente demonstrar, sendo relevante a fundamentação, a possibilidade de resultar lesão grave ou de difícil reparação. No presente caso, em que pese a presença da relevância da fundamentação, o agravante requereu, a concessão do efeito pretendido, sem, no entanto, demonstrar efetivamente a presença do risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Assim, a decisão merece ser mantida até o julgamento em definitivo do presente agravo de instrumento. 4. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. DESª. MARIA MERCIS GOMES ANICETO RELATORA

0007 . Processo/Prot: 0819085-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/215215. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2010.00028268 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Renata Cristina Costa, Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Rodolfo Bianco. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

I - Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da decisão que julgou improcedente a impugnação ao cumprimento de sentença interposto pelos agravantes, a fim de: a) afastar a alegada prescrição; b) reconhecer a aplicabilidade da multa de 10% prevista no art. 475 J do CPC; c) condenar os agravantes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 15% (quinze por cento). II - Os agravantes pleitearam seja reconhecida a prescrição da pretensão dos ora agravados. Sustentaram a inaplicabilidade da multa prevista no art. 475 J do CPC, bem como que há a cobrança de juros em duplicidade. Outrossim, requereram que os honorários advocatícios fixados pelo juízo a quo sejam minorados. Por fim, pleitearam o efeito suspensivo, bem como a reforma da decisão agravada. III - Regularmente instruído, conforme disposto no artigo 525 do Código de Processo Civil, assim como verificada a tempestividade, merece ser recebido o recurso. IV Não concedo o efeito suspensivo pretendido pelos agravantes, eis que num primeiro momento, através de uma cognição sumária, vislumbro ausentes os requisitos ensejadores do almejado efeito ao recurso, especialmente, a verossimilhança das alegações. V Oficie-se ao juízo de origem, para conhecimento. Dispensáveis as informações meramente formais, especialmente as de manutenção da decisão; entretanto, deverão ser necessariamente prestadas em caso de retratação ou de fato extraordinário. VI - Intime-se a parte agravada para, no prazo de dez dias, querendo, oferecer resposta, a teor do inciso III do artigo 527 do Código de Processo Civil. VII - Para maior celeridade, autorizo a Chefe da Divisão Cível a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão. VIII - Após manifestação da agravada, voltem imediatamente conclusos, independentemente da juntada das informações do Juízo de origem. Curitiba, 25 de agosto de 2011. E/B JOATAN MARCOS DE CARVALHO Relator

0008 . Processo/Prot: 0819626-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/255944. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 0029887-25.2011.8.16.0001 Declaratória. Agravante: Woge Comércio de Calçados Ltda. Advogado: Rafhael Pimentel Daniel, Cézar Denilson Machado de Souza. Agravado: Claudina Indústria de Calçados Ltda. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

I - Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de tutela antecipada, interposto em face da decisão que optou deferiu o pedido de sustação dos efeitos do protesto n.... 3280, junto ao 1º Tabelionato de Protesto de Curitiba, desde que a requerente prestasse caução em dinheiro. II Os agravantes sustentaram que, por haver previsão legal, ter sido ofertado caução idônea e não haver qualquer indício de risco de prejuízo para a agravada, não há a necessidade de que seja prestada caução em dinheiro. Por fim, pleitearam seja concedido a antecipação dos efeitos da tutela recursal, reconhecendo a idoneidade da caução dos bens ofertados na nota fiscal n° 000.173.267 e, consequentemente, seja reformada a decisão agravada. III - Regularmente instruído, conforme disposto no artigo 525 do Código de Processo Civil, assim como verificada a tempestividade, merece ser recebido o recurso. IV Não concedo o efeito suspensivo pretendido pelo agravante, eis que num primeiro momento, através de uma cognição sumária, não vislumbro os requisitos ensejadores do almejado efeito ao recurso, especialmente, a aparência do bom direito, vez que não é possível verificar se os bens ofertados são de propriedade do ora agravante, pois a parte autora não comprovou o pagamento da nota fiscal de fls. 40, bem como o recebimento de tais mercadorias. V Oficie-se ao juízo de origem, para conhecimento. Dispensáveis as informações meramente formais, especialmente as de manutenção da decisão; entretanto, deverão ser necessariamente prestadas em caso de retratação ou de fato extraordinário. VI - Intime-se a parte agravada, através de seu representante legal, ou, se não constituído, pessoalmente, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, oferecer resposta, a teor do artigo 527, inciso V do Código de Processo Civil. VII Para maior celeridade, autorizo a Chefe da Divisão Cível a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão. VIII - Após as manifestações, voltem imediatamente conclusos, independentemente da juntada das informações do Juízo de origem. Curitiba, 25 de agosto de 2011. E/B JOATAN MARCOS DE CARVALHO Relator

0009 . Processo/Prot: 0819956-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/211410. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0001184-23.2010.8.16.0162 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti. Agravado: Pedro Nildon Tercioti. Advogado: José de César Ferreira. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

I - Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da decisão que rejeitou a nomeação de cotas feita pelos ora agravantes. II - Nas razões recursais, alegam os agravantes, em síntese, que as cotas de fundo de investimento ofertadas são dotadas de liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer momento. Por fim, pleitearam o efeito suspensivo, bem como a reforma

da decisão agravada. III - Regularmente instruído, conforme disposto no artigo 525 do Código de Processo Civil, assim como verificada a tempestividade, merece ser recebido o recurso. IV Do exame dos elementos constantes nestes autos, em cognição sumária, não vislumbro a plausibilidade e relevância dos fundamentos esposados pelos agravantes. Ainda que eu entenda que as cotas de fundos de investimento nomeadas à penhora equivalem à aplicação em instituição financeira e, por isso, equiparam-se ao dinheiro, ainda que de forma mediata, no caso dos autos, inexiste prova de que a conta e o fundo indicados sejam de titularidade do Banco Itaú S/A. Com efeito, indefiro o pedido de efeito suspensivo pretendido pelos agravantes. V Oficie-se ao juízo de origem, para conhecimento. Dispensáveis as informações meramente formais, especialmente as de manutenção da decisão; entretanto, deverão ser necessariamente prestadas em caso de retratação ou de fato extraordinário. VI - Intime-se a parte agravada para, no prazo de dez dias, querendo, oferecer resposta, a teor do inciso III do artigo 527 do Código de Processo Civil. VII - Para maior celeridade, autorizo a Chefe da Divisão Cível a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão. VIII - Após manifestação da agravada, voltem imediatamente conclusos, independentemente da juntada das informações do Juízo de origem. Curitiba, 26 de agosto de 2011.B JOATAN MARCOS DE CARVALHO Relator

0010 . Processo/Prot: 0820872-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/278324. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 1998.00000284 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Banco Santander Brasil S/a. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Agravado: Cariza Mercantil de Tecidos Ltda, Márcio Augusto Cesar Furlaneto, César Eduardo César Furlaneto. Advogado: Alexandra Greice Blanco Dissero. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Joatan Marcos de Carvalho. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

I - Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão (fls. 90/93) que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença e majorou os honorários advocatícios pra 15% sobre o valor atualizado do débito. II O agravante defendeu a impossibilidade de majoração dos honorários advocatícios, vez que não se trata de causa complexa, bem como envolver tese reiteradamente submetida ao Judiciário. Requereu seja concedido efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento até o julgamento final deste recurso. III - Regularmente instruído, conforme disposto no artigo 525 do Código de Processo Civil, assim como verificada a tempestividade, merece ser recebido o recurso. IV Não concedo o efeito suspensivo pretendido pelo agravante, eis que num primeiro momento, através de uma cognição sumária, não vislumbro os requisitos ensejadores do almejado efeito ao recurso, especialmente, o perigo de lesão grave ou de difícil reparação. Vale registrar, que o ora agravante sequer afirma qual o prejuízo que a manutenção da decisão poderá lhe acarretar. V Oficie-se ao juízo de origem, para conhecimento. Dispensáveis as informações meramente formais, especialmente as de manutenção da decisão; entretanto, deverão ser necessariamente prestadas em caso de retratação ou de fato extraordinário. VI - Intime-se a parte agravada, através de seu representante legal, ou, se não constituído, pessoalmente, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, oferecer resposta, a teor do artigo 527, inciso V do Código de Processo Civil. VII Para maior celeridade, autorizo a Chefe da Divisão Cível a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão. VIII - Após as manifestações, voltem imediatamente conclusos, independentemente da juntada das informações do Juízo de origem. Curitiba, 30 de agosto de 2011.B JOATAN MARCOS DE CARVALHO Relator

0011 . Processo/Prot: 0824044-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/239542. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0001533-33.2011.8.16.0019 Ordinária. Agravante: Banco Santander (brasil) S/a. Advogado: Gilberto Stinglin Loth, Diully Cristine Oliveira. Agravado: Adriana Aparecida Ferreira. Advogado: Jorge Luiz Martins. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.Em anexo a resposta do juízo a quo, impressa, via sistema eletrônico.

1. Apesar de existir rápida referência a pedido de efeito suspensivo (fls. 02 e 13), bem é de ver que não foram declinados quaisquer fundamentos para a sua concessão ou mesmo de antecipação de tutela recursal (CPC, artigos 527, inc. II, e 558). Deixo de conhecer, pois, do pedido de efeito suspensivo. 2. Intime-se a ora agravada, por seu procurador, para responder, querendo, no prazo de dez dias (CPC, art. 527, V). 3. Solicitem-se informações circunstanciadas ao juiz da causa, a serem prestadas no prazo máximo de dez dias (CPC, art. 527, IV). 4. Intimem-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. RENATO NAVES BARCELLOS Desembargador Relator

0012 . Processo/Prot: 0824579-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/236120. Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000027 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Leonardo de Almeida Zanetti, Renata Cristina Costa. Agravado: Orlando Aparecido Tavares Vieira, José Raimundo Barbosa, Vanessa Rodrigues de Oliveira, Roberto da Costa Eduardo, Sebastião Duran, Espólio de Dejanira Rosa Nakasato, Nilton Norio Nakasato, Noely Norika Nakasato, Neide Norie Nakasato Wilezelek. Advogado: Peterson Martin Dantas. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Tratam os autos de recurso de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo BANCO BANESTADO S/A e pelo BANCO ITAÚ S/A contra decisão (fls. 41/46 TJ/PR) que rejeitou "exceção de prescrição" e impugnação ao cumprimento de sentença opostas pelo ora agravante (Banestado) nos autos de cumprimento de sentença (autos n° 27/2009) promovido pelos ora agravados. Depois de discorrerem sobre a tempestividade e o cabimento do agravo de instrumento, sustentam os ora agravantes, em resumo, que: a) em 15/04/1998, o primeiro agravante foi demandado pela APADECO em ação civil pública, reclamando diferenças de índices aplicados para a correção dos depósitos de cadernetas de poupança nos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989; b) a sentença de procedência do pedido na ação coletiva transitou em julgado em data de 03/09/2002; c) invocando a Súmula 150, do STF, afirma que a pretensão executória está prescrita, quer pelo disposto no art. 206, § 3°, incisos IV e V, c/c o art. 2028, do Código Civil de 2002 (prescrição de três anos), quer pela nova orientação sedimentada pelo Superior Tribunal de Justiça (RESP 1070896/SC), que estabelece que o prazo prescricional da ação civil pública é de cinco anos; d) o ora agravado não tem legitimidade ativa para ajuizar execução fora dos limites da competência territorial do órgão prolator da sentença lançada nos autos da ação civil pública ajuizada pela APADECO; para respaldar tal assertiva indica os artigos 2º, § 2º, e artigo 16, ambos da Lei 7.347/85; a sentença da ação civil pública foi proferida por juízo localizado na Comarca de Curitiba, sendo certo que "... o Agravados [sic] não residiam ou tinham conta poupança nessa Comarca, mas sim em outras Comarcas, não tendo legitimidade para o ajuizamento da execução..." (fl. 12-TJPR); por expressa disposição legal, a eficácia da decisão proferida na ação civil pública deve ficar restrita aos limites da competência territorial do órgão prolator, vale dizer, aos limites da competência do juízo de primeiro grau; também têm aplicação à espécie os artigos 575 e 589, ambos do Código de Processo Civil; por conseguinte, deve ser extinta a execução, com base nos arts. 741, III, c/c 267, VI e 598, todos do diploma processual civil; e) os ora agravados também não comprovaram a manutenção de contas poupança na Comarca de Curitiba à época do ajuizamento da ação coletiva, o que viola o disposto no art. 2º-A, da Lei 9.494/97; f) a sentença da ação coletiva atinge apenas os interesses dos associados da APADECO, sendo certo que os ora agravados não comprovaram a existência de quaisquer vínculos associativos com a referida entidade, o que também revela ilegitimidade ativa, ensejando a extinção do processo executivo; g) há excesso de execução, pois, diante da ausência de especificação do percentual de juros moratórios, pela sentença, deveriam incidir juros de apenas 1% (um por cento) ao ano (art. 5º, do Decreto 22.626/33), notadamente porque no contrato de poupança os juros remuneratórios (principais) já foram pactuados em 0,5% (meio por cento ao mês); "os únicos credores sob [sic] os quais não incide a regra são as instituições financeiras. Contudo, na presente execução, o banco figura como devedor, "NÃO SENDO POSSÍVEL CONCEDER AOS EXEQUENTES, PESSOAS FÍSICAS, JUROS MORATÓRIOS MAIORES QUE OS EM LEI DEFINIDOS" (destaques do original fl. 17-TJPR); ao caso em exame, não incide a regra do art. 1062, do Código Civil de 1916; h) o termo inicial dos juros de mora deve ser a data de citação na presente demanda, ocasião em que tomou ciência das diferenças de correção monetária ora reclamadas; i) é inaplicável a multa prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil, dado que a sentença que sustenta a execução transitou em julgado antes da entrada em vigor da Lei nº 11.232/0005; j) não houve litigância de má-fé, devendo ser afastada a multa aplicada pelo juízo a quo; k) não pode ser deferido o levantamento de valores antes da decisão definitiva da impugnação e da exceção de prescrição. Ao final, com respaldo em tais argumentos, requerem a atribuição de efeito suspensivo ao recurso e, ao depois, o seu provimento, para que seja reconhecida a aventada prescrição com a consequente extinção da execução. É a síntese do essencial. Estipula o artigo 558, caput, do Código de Processo Civil que: "O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, a adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara" (destaquei). Tendo em linha de conta que o fundamento invocado pelos ora agravantes para a concessão do efeito suspensivo é o de que "O entendimento privilegiado na r. decisão agravada está em situação de evidente colisão com o que estabelecem a Súmula 150, do Supremo Tribunal Federal, e as regras dos arts. 205 e 206, parágrafo 3º ,inciso IV, do Código Civil em vigor", bem como que esta tese não vem prevalecendo nos julgados deste Tribunal de Justiça, não há como emprestar relevância aos argumentos expendidos para determinar a suspensão do cumprimento da decisão agravada. Deixo, pois, de deferir o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso. Comunique-se ao juiz da causa, solicitando informações circunstanciadas, a serem prestadas no prazo máximo de dez dias (CPC, art. 527, IV). Intimem-se os agravados, por seu procurador, para responderem, querendo, no prazo legal (CPC, art. 527, V). Intimem-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. RENATO NAVES BARCELLOS Desembargador Relator

0013 . Processo/Prot: 0825494-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/285217. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00001542 Execução. Agravante: Petrobras Distribuidora SA. Advogado: Fernando Wilson Rocha Maranhão, Andrea Caroline Marconatto Cury. Agravado: Jgg Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. Advogado: Sydnei Martins Lecheta. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Tratam os autos de recurso de agravo de instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto por PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. em face de decisão (fls. 169-170 / TJPR) que, em sede de execução de título extrajudicial (autos nº. 1542/2009) ajuizada pela ora agravante em face de JGG COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., indeferiu pedido de desconsideração da personalidade jurídica da executada. Após discorrer sobre a tempestividade e cabimento do recurso na forma de agravo de instrumento, bem como apresentar breve histórico do processo, sustenta a ora agravante, em síntese, que: a) não foram localizados bens passíveis de penhora em nome da ora agravada, que ignorou intimação para assinatura de auto de penhora sobre bem de propriedade de seu sócio, o que comprova sua má-fé; b) é evidente a confusão patrimonial, na medida em que, apesar de ativa, a pessoa jurídica executada não dispõe de qualquer bem, tampouco movimenta qualquer valor em conta bancária; c) a decisão não analisou

todos os fundamentos invocados para justificar a desconsideração da personalidade jurídica, os quais consistem em confusão patrimonial, intuito protelatório e má-fé da executada; ademais, a executada alterou sua razão social em mais de uma oportunidade, sem qualquer motivo aparente; tal circunstância gera confusão entre seus credores e evidencia a alegada má-fé; todavia, tais fatos não foram levados em consideração pela decisão agravada; d) a confusão patrimonial está evidenciada pelo fato de que o sócio da executada possui vários veículos e bens imóveis, o que demonstra a ocultação patrimonial da pessoa jurídica; e) justifica-se a concessão de efeito suspensivo (ativo), por estarem presentes os requisitos legais; a inexistência de garantias para a dívida poderá acarretar prejuízo irreparável às partes e ao próprio Juízo caso seja negado o efeito suspensivo e, após, dado provimento ao recurso. Postula, por fim, a concessão de liminar e, ao depois, o conhecimento e provimento do recurso para que seja reformada a decisão agravada, deferindo-se a desconsideração da personalidade jurídica da executada. É o relatório. Ensina o mestre ROBERTO ARMELIN, sob o título "NOTAS SOBRE A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO" que "... a antecipação da tutela veiculada no agravo somente poderá ser concedida se presentes os requisitos e ausentes as vedações estabelecidas pelo art. 273 do CPC." (in Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997, pág. 450) (destaquei). O ilustre processualista HUMBERTO THEODORO JUNIOR, por sua vez, destaca que "... cabe ao relator, dentro do poderes de antecipação de tutela, que se exercitam em qualquer fase do processo e em qualquer grau de jurisdição, tomar, provisoriamente, a decisão que for compatível com a solução final do agravo. Desde, é lógico, que este esteja apoiado em relevante fundamentação e ocorra o efetivo perigo de dano grave e de difícil reparação, caso tenha que se aguardar o julgamento do recurso, como exige o art. 273 do CPC." (destaquei) (in O PROCESSO CIVIL BRASILEIRO NO LIMIAR DO NOVO SÉCULO. Rio de Janeiro: Forense, 1999, pág. 190). Tendo em linha de conta tais ensinamentos, e a despeito da existência de certa verossimilhança em suas alegações, tenho para mim que a companhia recorrente não se desincumbiu do ônus de demonstrar que a manutenção da decisão agravada até o julgamento definitivo do recurso, pelo Colegiado, poderá lhe acarretar lesão grave ou de difícil reparação. Para tanto, não basta a genérica alegação de que "... se negado o efeito o ativo pleiteado liminarmente, e no mérito, provido o agravo, poderá ter perpetrado irreparável prejuízo às partes e ao próprio Juízo, em razão da inexistência de garantias para a dívida em comento." (fls. 12). Ausente, portanto, o periculum in mora, não há como se deferir a pretendida liminar recursal. Em face do exposto, por entender ausente um dos requisitos legais, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela recursal (CPC, art. 527, inc. III). Comunique-se ao juiz da causa, solicitando-lhe informações circunstanciadas, a serem prestadas no prazo máximo de dez dias (CPC, art. 527, IV). Intime-se a agravada, por seu procurador, para responder, querendo, no prazo legal (CPC, art. 527, V). Diligências necessárias. Curitiba, 20 de setembro de 2011. RENATO NAVES BARCELLOS Desembargador Relator

0014 . Processo/Prot: 0826009-9 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/265129. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 0028768-29.2011.8.16.0001 Tutela Inibitória. Agravante: Simone Rodrigues da Silva. Advogado: Lincoln Taylor Ferreira, Daiane Toshie Gotz Saito. Agravado: Banco Santander Brasil S/a. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Naves Barcellos. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.Segue a resposta do juízo a quo para juntada.

Tratam os autos de recurso de agravo de instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto por SIMONE RODRIGUES DA SILVA em face de decisão que, em sede de ação de tutela inibitória (autos nº 28768-29.2011.8.16.0001) ajuizada pela ora agravante em face do BANCO SANTANDER BRASIL S/A, indeferiu pedido formulado pela autora de antecipação dos efeitos da tutela para sustação do desconto de quaisquer valores na conta corrente de sua titularidade. Após discorrer sobre a tempestividade e cabimento do recurso, sustenta a ora agravante, em síntese, que: a) é funcionária pública municipal, recebendo seus vencimentos através de depósitos em conta corrente mantida pelo banco requerido; b) o agravado vem se apropriando de seu salário ao debitar em conta corrente valores referentes a juros, tarifas e prestações de empréstimo bancário; c) ajuizou demanda com pedido de tutela inibitória contra o réu para que este se abstenha de se apropriar de seu salário, tendo sido indeferida a antecipação de tutela pleiteada; d) embora seja possível o desconto de empréstimo em folha de pagamento, não é admissível a apropriação de salário líquido depositado em conta corrente; e) já há descontos de empréstimos em sua folha de pagamento, em percentual acima da margem consignável, razão pela qual nenhum desconto mais seria possível; f) jamais autorizou que parte de seus vencimentos fosse utilizada para quitação de empréstimo na conta corrente ou para pagamento de seguros; g) ainda que houvesse aludida autorização, "... a propositura da ação revela a inequívoca intenção da agravante de não mais permitir que seus salários sejam utilizados pelo agravado para quitação de débitos lançados na conta corrente bancária" (fl. 16-TJPR); h) encontram-se presentes os requisitos autorizadores para a antecipação da tutela pleiteada. Postula, por fim, a antecipação de tutela recursal (CPC, art. 527, inciso III) para "... determinar que o banco agravado se abstenha de reter o salário da agravante para cobrir saldo devedor da conta corrente ou quitar qualquer financiamento, empréstimo bancário e seguros, até o final julgamento do presente recurso, fixando-se penalidade pecuniária diária em caso de descumprimento da ordem judicial" (fl. 20- TJPR) e, ao depois, o provimento definitivo do recurso, reformando-se a decisão agravada. É o relatório. Ensina o mestre ROBERTO ARMELIN, sob o título "NOTAS SOBRE A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO" que "... a antecipação da tutela veiculada no agravo somente poderá ser concedida se presentes os requisitos e ausentes as vedações estabelecidas pelo art. 273 do CPC." (in Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997, pág. 450) (destaquei). O ilustre processualista HUMBERTO THEODORO JUNIOR, por sua vez, destaca que "... cabe ao relator, dentro do poderes de antecipação de tutela, que se exercitam em qualquer fase do processo e em qualquer grau de jurisdição, tomar, provisoriamente, a decisão que for compatível com a solução final do agravo. Desde, é lógico, que este esteja apoiado em relevante fundamentação e ocorra o efetivo perigo de dano grave e de difícil reparação, caso tenha que se aguardar o julgamento do recurso, como exige o art. 273 do CPC." (destaquei) (in O PROCESSO CIVIL BRASILEIRO NO LIMIAR DO NOVO SÉCULO. Rio de Janeiro: Forense, 1999, pág. 190). Pois bem. Diante de tais ensinamentos e depois de detida análise dos autos do processo, tenho para mim que as alegações expendidas pela ora agravante revelam suficiente verossimilhança, restando, ainda, demonstrado o risco da ocorrência de lesão grave e de difícil reparação. Com efeito. Da leitura do contracheque salarial da ora recorrente, acostado aos autos (fl. 39-TJPR), observa-se que, do valor bruto de seu vencimento (R$ 3.597,97), já está sendo descontada considerável parcela referente a empréstimos consignados (R$ 462,09 referente a empréstimo contraído perante o Banco Alfa S/A, e R$ 523,58 referente a empréstimo contraído com o Banco Santander S/A, ora agravado), além de despesas diversas de caráter pessoal. Aplicando-se o disposto no artigo 2º, §2º, inciso I, da Lei nº 10.820/2003, verifica-se que, deduzidas as contribuições compulsórias, as parcelas de empréstimos já descontadas em folha de pagamento (R$ 985,67) compreendem 35,18% de sua remuneração disponível (R$ 2.801,52). Ocorre que, além dos valores já descontados na folha de pagamento, o banco requerido vem descontando, dos valores depositados na conta corrente (da agravante) a título de salário, outros valores sob as rubricas de "recuperação crédito em atraso", "juros contratuais sobre limite", "juros s/ excesso de limite período" e "juros de mora sobre inadimplência", como se vê do extrato de fl. 40-TJPR. Tal situação tem elevado potencial para gerar "superendividamento" da ora agravante que, após ter descontadas, em folha de pagamento, prestações que ultrapassam o limite estipulado como razoável à manutenção da sua subsistência (30%, conforme Lei 10.820/2003), tem novamente debitados agora em conta corrente valores que, somados, consomem parte expressiva de seu rendimento líquido. Registre-se, por relevante, que a análise dos extratos de fls. 40/41- TJPR revela que, embora se trate de conta corrente, os únicos créditos realizados em favor da autora foram feitos pela Prefeitura Municipal, e referem-se aos seus vencimentos de servidora pública, o que autoriza a conclusão de que efetivamente os descontos levados a efeito pelo banco agravado estão incidindo sobre verba de natureza alimentar, o que deveria ter sido observado pelo julgador singular. É evidente que a manutenção de tal situação apenas agravará a situação da autora, ora agravante, que provavelmente terá de celebrar novos contratos de crédito para garantir o sustento familiar. Neste particular, reside o periculum in mora necessário ao implemento da liminar. Com respaldo na proteção constitucional do salário (artigo 7º, inciso X, da Constituição Federal), bem como para se resguardar o mínimo necessário à garantia da subsistência digna da ora agravante (artigo 1º, inciso III, da CF), impõe-se a limitação do desconto do total das parcelas de empréstimo ao patamar de trinta por cento do valor líquido de seu salário (deduzidas apenas as contribuições previdenciárias e tributárias), inclusive como forma de se evitar a celebração de novos empréstimos e se garantir a satisfação dos credores da ora recorrente. Este limite há de compreender a totalidade dos descontos aqui incluídos aqueles já realizados de modo direto (em folha de pagamento), além dos debitados em conta corrente pois de nada adiantaria restringir a limitação apenas aos empréstimos consignados (com base no que dispõe a Lei nº 10.820/2003), permitindo-se que as instituições financeiras comprometessem todo o restante do salário do contratante para o pagamento de outros encargos com o débito direto em conta corrente. Neste sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA INIBITÓRIA. DESCONTOS EM CONTA CORRENTE UTILIZADA EXCLUSIVAMENTE PARA RECEBIMENTO DE SALÁRIO. EMPRÉSTIMOS. PRETENSÃO DO CORRENTISTA. LIMITAÇÃO A 30% (TRINTA POR CENTO) DO SALÁRIO. POSSIBILIDADE. DESCONTOS ALEATÓRIOS. FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO. CONTAS DE ENERGIA, ÁGUA E TELEFONE. DÉBITO AUTOMÁTICO. INCLUSÃO FACULTATIVA PELO CORRENTISTA. LIMITAÇÃO DO DESCONTO EM CONTA CORRENTE A 30% (TRINTA POR CENTO) DO SALÁRIO. DEVER LEGAL. INEXISTÊNCIA. 1. De acordo com o entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, são vedados os descontos de empréstimo em conta corrente utilizada apenas para recebimento de salário. 2. Embora sejam vedados os descontos para pagamento de empréstimo em conta corrente utilizada apenas para recebimento de salário, caso seja requerido pelo correntista, tais descontos podem ser limitados a 30% (trinta por cento) da remuneração percebida, desde que estejam incluídos, nesse percentual, os valores referentes a eventuais empréstimos consignados em folha de pagamento. 3. A limitação de descontos em conta corrente não se estende a valores aleatoriamente selecionados pelo correntista para débito automático em conta corrente, tais como fatura de cartão de crédito, conta de energia, água e telefone. 4. Agravo conhecido e parcialmente provido" (destaquei) (TJPR, acórdão nº 17974, 15ª Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Carlos Gabardo. Julg.: 13/01/2010). A metodologia do cálculo da composição do referido limite, pelo cômputo das duas formas de desconto, foi assim determinada pelo douto Relator do acórdão supra referido: "No caso dos autos, em cognição preliminar, verifica-se que além do valor decorrente de empréstimo com desconto em conta corrente, no importe de R$ 403,29 (quatrocentos e três reais e vinte e nove centavos), o salário do agravante faz frente a 03 (três) empréstimos consignados em folha de pagamento, que juntos somam o valor de R$ 513,29 (quinhentos e treze reais e vinte e nove centavos) (f. 26-TJ), contraídos perante o próprio agravado. Nesses termos, e atento ao fato de que o salário líquido do agravante (deduzidos os descontos obrigatórios Fundo Previdenciário e Imposto de Renda retido na fonte) é de R$ 2.176,76 (dois mil cento e setenta e seis reais e setenta e seis centavos), conforme se vislumbra da f. 26-TJ, os descontos

de empréstimo em conta corrente e consignados em folha de pagamento, neste momento, juntos, não podem ultrapassar R$ 653,01 (seiscentos e cinqüenta e três reais e um centavo), que equivale a 30% (trinta por cento) do salário líquido percebido pelo agravante. Assim, considerando que já são descontados R$ 513,29 (quinhentos e treze reais e vinte e nove centavos) dos empréstimos consignados em folha, pode ser descontado a título de empréstimo em conta corrente apenas o valor de R$ 139,72 (cento e trinta e nove reais e setenta e dois centavos). Frise-se bem, os descontos de empréstimos devem ser limitados a 30% (trinta por cento). Incluir descontos a título, por exemplo, de cartão de crédito, para débito automático em conta corrente, constitui faculdade do consumidor e, portanto, esses débitos não sofrem a limitação acima mencionada. Em conclusão, o recurso merece ser parcialmente acolhido, para que sejam limitados os descontos das parcelas do empréstimo na conta corrente do agravante ao valor de R$ 139,72 (cento e trinta e nove reais e setenta e dois centavos), além do valor já descontado diretamente na folha de pagamento" (destaquei) No mesmo sentido: "3. Cabível, em princípio, a cláusula em contrato de empréstimo feito perante instituição financeira que permita o débito das prestações do referido empréstimo em conta corrente de devedor, ainda que nessa seja depositado os proventos de aposentadoria. 4. Contudo, em face do princípio da dignidade da pessoa humana e a fim de se assegurar que o devedor possa prover a si e a sua família, os descontos devem ser limitados a 30% dos salários depositados em conta corrente". (TJPR, acórdão nº 6735, 16ª Câmara Cível, Rel. Des. Shiroshi Yendo, j. 22/08/2007). "1. É válido o desconto em conta corrente para o pagamento de empréstimo bancário livremente pactuado entre as partes. 2. Deve ser preservado o interesse de ambas as partes, devendo ser limitado os descontos efetuados na conta corrente da devedora a um determinado percentual, dessa forma, a devedora terá uma sobrevivência digna, bem como permitirá, mesmo que a longo prazo, o recebimento da dívida pelo credor." (TJPR, acórdão nº 8038, 16ª Câmara Cível, Rel. Des. Paulo Cezar Bellio, j. 16/01/2008). Portanto, apenas se admite o débito de tarifas e de parcelas de empréstimos em conta corrente quando, somados aos valores já descontados diretamente em folha de pagamento a título de empréstimos, não se extrapole o limite de 30% (trinta por cento) do salário líquido percebido pela correntista, o que não ocorre na hipótese em análise, em que os descontos em folha de pagamento já superam o patamar de 35%. Em face do exposto, nos termos do que dispõe o artigo 527, inciso III, do Código de Processo Civil, defiro a antecipação de tutela recursal, determinando que o banco agravado se abstenha de descontar, da conta corrente da autora, quaisquer valores enquanto esteja sendo descontado, em folha de pagamento, importe igual ou superior a 30% (trinta por cento) para o pagamento de empréstimos bancários. Para a hipótese de descumprimento desta ordem, fixo multa no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil Reais). Oficie-se, com urgência, ao juiz da causa, informando a concessão da liminar e solicitando informações circunstanciadas, que deverão ser prestadas no prazo máximo de dez dias. Defiro, por ora, os benefícios da assistência judiciária gratuita (em sede recursal). Intime-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. RENATO NAVES BARCELLOS Desembargador Relator

0015 . Processo/Prot: 0826851-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/263518. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2009.00000582 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Agravado: Laiz Teixeira da Silva Marangoni, Leonildo Praxedes de Almeida, Luiz Amaro de Oliveira, Manoel Luiz de Souza, Mauro Nazario. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho. Arquive-se.

Vistos. 1. Da análise dos autos e documentos juntados, verifica- se que os agravantes não instruíram o agravo de instrumento com o comprovante do pagamento integral das respectivas custas, haja vista que, às fls. 34-TJ, consta apenas o preparo alusivo à interposição do recurso de agravo de instrumento no valor de R$ 45,12 (Código 99), deixando de juntar o comprovante do porte de retorno, posto que se trata de processo que tramita na Comarca de Paraíso do Norte. 2. Desta forma, intime-se a parte agravante para que regularize o preparo, promovendo o recolhimento do porte de retorno, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de deserção. 3. Oportunamente, retornem os autos à conclusão, para apreciação de liminar. Curitiba, 16 de setembro de 2011. SHIROSHI YENDO Relator (paoe)

0016 . Processo/Prot: 0828534-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/228269. Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000937-74.2010.8.16.0119 Cumprimento de Sentença. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Agravado: Nair Frediani Gandolfi. Advogado: Renato Fumagalli de Paiva. Órgão Julgador: 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Shiroshi Yendo. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Vistos. 1. Primeiramente, vislumbra-se da peça de fls. 02-TJ, de autoria do Protocolo Judicial Integrado da Comarca de Marialva, que ao recurso foi juntado guia de recolhimento de taxas no valor de R$ 35,00, a qual, contudo, não se encontra neste caderno processual. 2. Ainda, a análise dos autos e documentos juntados, verifica-se que o agravante também não instruiu o agravo de instrumento com o comprovante do pagamento integral das respectivas custas, haja vista que o valor indicado às fls. 02-TJ (R$ 35,00), meramente pelo valor indicado, é alusivo a somente um código, o qual não se pode precisar qual seja. Contudo, por se tratar de processo que tramita na Comarca de Nova Esperança, faz-se necessário o recolhimento também de porte de retorno. 3. Assim, intime-se o agravante, para que junte aos autos a referida guia, comprovando a regularidade formal do recurso (inclusive a tempestividade do recolhimento), bem como regularize o preparo, promovendo o recolhimento do porte de retorno, no prazo improrrogável no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de deserção. 4. Oportunamente, retornem os autos à conclusão. Curitiba, 21 de setembro de 2011. SHIROSHI YENDO Relator 2

# SEÇÃO DA 17ª CÂMARA CÍVEL

**II Divisão de Processo Cível**
**Seção da 17ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10124**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adriana Margaret Slonski | 021 | 0828705-4 |
| Alessandra Michalski Velloso | 015 | 0824900-3 |
| Alessandro Henrique Bana Pailo | 027 | 0830325-7 |
| Alexandre Nelson Ferraz | 013 | 0824219-7 |
| Aline Waldhelm | 021 | 0828705-4 |
| Alvino Gabriel Novaes Mendes | 027 | 0830325-7 |
| Ana Cristina Coleto | 017 | 0826230-4 |
| Ana Lúcia Pereira | 010 | 0823740-3 |
| Ana Paula Scheller de Moura | 006 | 0818266-9 |
| Anderson Cleber Okumura Yuge | 011 | 0823818-6 |
| Andreza Rodrigues C. d. Gouvea | 021 | 0828705-4 |
| Bruno Pulpor Carvalho Pereira | 004 | 0812350-2 |
| Camille Baggio Scheidt Brunsfeld | 030 | 0830781-5 |
| Carla Heliana Vieira M. Tantin | 009 | 0822985-8 |
| | 018 | 0826457-5 |
| Carolina Heinz Haack | 015 | 0824900-3 |
| Caroline Amadori Cavet | 022 | 0829068-0 |
| | 024 | 0830018-7 |
| Cary Cesar Mondini | 029 | 0830634-1 |
| Cíntia Regina Dornelas | 019 | 0826659-9 |
| Cristiane Belinati Garcia Lopes | 009 | 0822985-8 |
| Cristina Smolareck | 028 | 0830619-4 |
| Davi Chedlovski Pinheiro | 033 | 0831058-5 |
| DENISE VAZQUEZ PIRES | 032 | 0831014-3 |
| Edegard Augusto Cruzzara Lessnau | 014 | 0824243-3 |
| Edlon Soares Silva | 008 | 0822399-2 |
| Eneida Wirgues | 003 | 0808752-7 |
| Ezequiel Fernandes | 015 | 0824900-3 |
| Fabiana Silveira | 002 | 0804035-5 |
| Fernando José Gaspar | 016 | 0825229-7 |
| Fernando Valente Costacurta | 006 | 0818266-9 |
| Flaviano Belinati Garcia Perez | 009 | 0822985-8 |
| Gabriel Antônio H. N. d. L. Filho | 025 | 0830242-3 |
| Genirio João Favero | 016 | 0825229-7 |
| Gerson Vanzin Moura da Silva | 005 | 0816386-8 |
| Gilberto Stinglin Loth | 004 | 0812350-2 |
| Gustavo Pelegrini Ranucci | 007 | 0819838-9 |
| Isaias Grasel Rosman | 014 | 0824243-3 |
| Janice Keller | 014 | 0824243-3 |
| Jefferson Fiuza de Queiroz | 019 | 0826659-9 |
| Jhonathas Aparecido G. Sucupira | 028 | 0830619-4 |
| Juliana Arnhold Lazzarotto | 015 | 0824900-3 |
| Júlio Cesar Dalmolin | 013 | 0824219-7 |
| Karine Simone Pofahl Weber | 002 | 0804035-5 |
| | 012 | 0823841-5 |
| Kelly Cristina Alvares Bassi | 008 | 0822399-2 |
| Leandro Negrelli | 032 | 0831014-3 |
| Ligia Maria da Costa | 019 | 0826659-9 |
| Louise Rainer Pereira Gionédis | 007 | 0819838-9 |
| Luciane Alves Padilha | 011 | 0823818-6 |
| Luiz Carlos Moreira Junior | 019 | 0826659-9 |
| Luiz Fernando Brusamolin | 011 | 0823818-6 |

| | | |
|---|---|---|
| | 028 | 0830619-4 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 005 | 0816386-8 |
| Magali Fuerbringer | 005 | 0816386-8 |
| Mara Sueli Clavisso | 008 | 0822399-2 |
| Marcelo de Rocamora | 019 | 0826659-9 |
| Marcos Dutra de Almeida | 008 | 0822399-2 |
| Marcos Vinícius R. d. Almeida | 026 | 0830246-1 |
| Marcus Vinicius de Andrade | 007 | 0819838-9 |
| Mário Lopes da Silva Netto | 005 | 0816386-8 |
| Maurício José Lopes | 001 | 0795838-5 |
| Mauro Sérgio Guedes Nastari | 011 | 0823818-6 |
| Maylin Maffini | 032 | 0831014-3 |
| Michele Andresa de Souza | 021 | 0828705-4 |
| Michelle Schuster Neumann | 006 | 0818266-9 |
| Mirella Parra Fulop | 007 | 0819838-9 |
| Moises Valério Ghinelli | 010 | 0823740-3 |
| Naiara Poliseli Ramos | 003 | 0808752-7 |
| Nelson Paschoalotto | 010 | 0823740-3 |
| | 021 | 0828705-4 |
| Rafaella Ribeiro Dias | 001 | 0795838-5 |
| Robson Adriano de Oliveira | 019 | 0826659-9 |
| Rodrigo Alexandre Ferreira Chaves | 004 | 0812350-2 |
| Rodrigo Alves de Oliveira | 027 | 0830325-7 |
| Silvio Cesar de Bettio | 014 | 0824243-3 |
| Thaisa Pereira Mello | 030 | 0830781-5 |
| Thiago Rufino de Oliveira Gomes | 007 | 0819838-9 |
| Umberto Giotto Neto | 012 | 0823841-5 |
| Valéria Caramuru Cicarelli | 013 | 0824219-7 |
| Vanderlei Taverna | 012 | 0823841-5 |
| Victicia Kinaski Gonçalves | 022 | 0829068-0 |
| | 023 | 0829734-9 |
| | 024 | 0830018-7 |
| Viviane Karina Teixeira | 005 | 0816386-8 |
| | 031 | 0830893-0 |
| Wiviane Cristina Perin | 013 | 0824219-7 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator

0001 . Processo/Prot: 0795838-5 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/89480. Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002239-93.2006.8.16.0147 Manutenção de Posse. Apelante: Amar - Associação de Mulheres Ativas de Rio Branco do Sul. Advogado: Maurício José Lopes. Apelado: Assema - Associação dos Servidores Municipais de Rio Branco do Sul. Advogado: Rafaella Ribeiro Dias. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA - APELAÇÃO CÍVEL AÇÕES DE MANUTENÇÃO DE POSSE E REINTEGRAÇÃO DE POSSE JULGAMENTO SIMULTÂNEO - CONDENAÇÃO DA PARTE APELANTE AO PAGAMENTO DOS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA REQUERIMENTO FEITO NA INICIAL - JUÍZO MONOCRÁTICO QUE APRECIA O PEDIDO SOMENTE NA SENTENÇA PARTE INERTE DURANTE O ANDAMENTO DO FEITO - AUSÊNCIA DE INSURGÊNCIA EM MOMENTO OPORTUNO REITERAÇÃO DO PEDIDO SOMENTE APÓS A CONDENAÇÃO, EM SEDE RECURSAL POSTULAÇÃO TARDIA NÍTIDO INTUITO DE SE ESQUIVAR DA SUCUMBÊNCIA DESERÇÃO CONFIGURADA PRECEDENTES DO STJ - NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO POSSIBILIDADE - MANIFESTA INADMISSIBILIDADE - ART. 557, DO CPC. VISTOS e examinados estes autos de Apelação Cível nº 795.838-5, de Rio Branco do Sul - Vara Cível e Anexos, em que é Apelante AMAR - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ATIVAS DE RIO BRANCO DO SUL e Apelado ASSEMA - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO BRANCO DO SUL. I Trata-se de Apelação interposta contra sentença de fls. 308/318, mediante a qual o juízo da Vara Cível e Anexos de Rio Branco do Sul, julgou simultaneamente as ações de manutenção e reintegração de posse nos seguintes termos: "a) Improcedente a ação de manutenção de posse aforada pela AMAR Associação das Mulheres Ativas de Rio Branco do Sul em face da ASEM Associação de Servidores Municipais de Rio Branco Do Sul (Autos nr. 619/06) e b) Procedente a ação de reintegração de posse intentada pela ASEM Associação dos Servidores Municipais de Rio Branco do Sul em face da AMAR Associação das Mulheres Ativas de Rio Branco do Sul e Rosimar de Lourdes Hillmann (Autos nr. 264/09), pelo que torno definitiva, em consequência, a liminar de reintegração de posse que concedi em favor da ASEM, além do que comino às co-demandadas AMAR e Rosimar de Lourdes Hillmann, para o caso de virem estas a incorrer em nova turbação ou esbulho, multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), devidos à ASEM por cada dia em que subsisitir o ato turbativo ou espoliativo". (sic - fl. 317). Inconformadas, AMAR Associação de Mulheres Ativas de Rio Branco do Sul e Rosimar de Lourdes Hilmann, interpuseram o presente recurso de Apelação alegando, em síntese, que: a) não possuem condições financeiras para arcar com os ônus de sucumbência; b) ilegitimidade ativa da ASEM na ação de reintegração de posse, eis que a apelada já não era proprietária do imóvel quando o litígio se instaurou; c) a apelada abandonou o bem, devendo ser observado o princípio da função social da propriedade. Ao final, pugna pelo conhecimento e provimento do recurso a fim de conceder a reintegração de posse em favor das apelantes, bem como para que lhes seja deferido o pedido de assistência judiciária gratuita (fls. 326/345). É a breve exposição. Decido. II A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá negar seguimento ao mesmo, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput do CPC). É o que ocorre nos presentes autos já que o presente recurso é manifestamente inadmissível, em razão da ausência do preparo recursal. Alegam as apelantes que o juízo a quo indeferiu o pedido de justiça gratuita "em dois momentos distintos: Na inicial da ação de manutenção e na contestação na ação de reintegração de posse" (sic - fl.332). Da análise dos autos extrai-se que as apelantes requereram a concessão do benefício na inicial da ação de manutenção de posse (fl. 02 apenso 1, volume 1 de 2), bem como na contestação da ação de reintegração (fl. 427 apenso 1 de 1, volume 3 de 3), contudo o MM. Juiz deixou de apreciar o reiterado pedido, vindo a fazê-lo somente na sentença. Ora, se o juiz deixou de se manifestar acerca do pedido, deveria a parte ter se insurgido em momento oportuno através do recurso cabível à espécie, o que efetivamente não o fez. Nesse sentido: "(...). INEXISTÊNCIA DE PREPARO - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA INDEFERIDO EM PRIMEIRO GRAU - PEDIDO DE REVISÃO DO BENEFÍCIO DESACOMPANHADO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS SOBRE A ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA - IMPOSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO - RECURSO NÃO CONHECIDO, EM VIRTUDE DA DESERÇÃO. 1. Quando a parte não ingressa com o recurso adequado, no momento em que foi intimada da decisão que indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita; quedando-se silente, configura-se a preclusão (artigo 300, do Código de Processo Civil). 2. A revisão do pedido seria admissível somente diante da existência de provas suficientes a demonstrar a alteração da capacidade econômica. O pedido deve ser instruído, de plano, com tais provas, sob pena de não conhecimento". (TJPR Apelação Cível nº 683.174-3 9ª Câmara Cível Relator: Francisco Luiz Macedo Júnior Publicação: 13/10/2010). Ora, se a parte pretendia desde o início da demanda a concessão da assistência judiciária gratuita, deveria ao menos ter embargado a decisão que deixou de apreciar o requerimento do benefício, demonstrando eficazmente ao juízo que a sua situação econômica não lhe permitia arcar com eventual sucumbência. Com efeito, somente após a prolação da sentença, que lhes condenou ao pagamento dos ônus de sucumbência é que as apelantes atentaram para o fato de que o juízo monocrático não havia apreciado o requerimento inicialmente formulado. Portanto, o pleito tardio formulado simultaneamente com o recurso, mostra-se inadequado, porque revela a nítida intenção das apelantes em se esquivar do pagamento dos ônus sucumbenciais, o que não pode ser admitido. Nesse sentido, os precedentes desta Corte: "AÇÃO DE COBRANÇA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA POSTULAÇÃO TARDIA, FEITA SIMULTANEAMENTE COM O RECURSO DE APELAÇÃO PROPÓSITO NÍTIDO DE SE ESCUSAR DA SUCUMBÊNCIA IMPOSSIBILIDADE DE ABERTURA DE PRAZO PARA PREPARO INCIDÊNCIA DA REGRA DO ART. 511 DO CPC PRECEDENTES DO STJ DESERÇÃO CONFIGURADA JUÍZO NEGATIVO DE ADMISSIBILIDADE RECURSO NÃO CONHECIDO". (TJPR - Apelação Cível nº 649.787-2 - Relatora Maria Mercis Gomes Aniceto Publicação: 02/07/2010). "DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PAGAS. IMPOSSIBILIDADE. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. POSTULAÇÃO TARDIA, CONCOMITANTEMENTE COM O RECURSO. NÍTIDA INTENÇÃO DE SE ESQUIVAR DA SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE POBREZA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO ADESIVO. PROVIMENTO DO RECURSO DA AUTORA". (TJPR - Apelação Cível nº 649.787-2 - Relatora Maria Mercis Gomes Aniceto Publicação: 02/07/2010). "AGRAVO REGIMENTAL DECISÃO DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA REQUERIMENTO APÓS A CONDENAÇÃO ÚNICO INTUITO DE EVADIR-SE DO PAGAMENTO DA SUCUMBÊNCIA - FUNDANDA RAZÃO PARA O INDEFERIMENTO DO PEDIDO RECURSO DESPROVIDO." (Acórdão nº 6.707 - Relator Cláudio de Andrade Julgamento: 24/08/2007). Cite-se, por oportuno, trecho do voto proferido pelo Ministro Aldir Passarinho Júnior, do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 539.832/RS, Quarta Turma, j. 28.10.03): "É que, segundo se vê dos fundamentos da decisão, agiu a parte sem qualquer cautela e, na verdade, com a deliberada intenção de se esquivar dos ônus sucumbenciais, porquanto em momento algum anteriormente, ao longo da lide, postulou o benefício, só o fazendo à undécima hora, concomitantemente com a interposição da apelação, e considerando como certo o acolhimento do pedido de gratuidade." Ademais, ressalte-se que o pedido de gratuidade da justiça veio desacompanhado de qualquer prova suficiente a demonstrar a alteração da capacidade econômica das partes, o que dificulta a apreciação do pedido de revisão da decisão a fim de reformar a r. sentença. Assim, como a parte apelante deixou de comprovar o preparo do recurso quando de sua interposição, incorre na pena de deserção, não comportando conhecimento o seu apelo por essa razão. III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente recurso, pois manifestamente inadmissível, em razão da ausência de preparo recursal. IV Intimem-se. IV - Oportunamente, baixem. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Des. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0002 . Processo/Prot: 0804035-5 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/131250. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 0001065-26.2011.8.16.0001 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Karine Simone Pofahl Weber,

Fabiana Silveira. Apelado: Fátima Inocencio da Silva. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO I. CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE JOAQUIM GOMES (AL) COMPROVAÇÃO DE RECEBIMENTO POR AR VALIDADE PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE RELATIVIZAÇÃO - INAPLICABILIDADE PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS SENTENÇA CASSADA II. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU CONTRÁRIA A JURISPRUDÊNCIA DA CÂMARA E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA RECURSO CONHECIDO E PROVIDO DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR (ART. 557, §1º-A, DO CPC). VISTOS... 1. Trata-se de recurso de apelação, interposto contra a sentença (fls. 35/36) proferida nos autos de ação de busca e apreensão, sob nº 1065/2011, que indeferiu a petição inicial por ausência de interesse processual, nos termos do artigo 267, I, do CPC, julgando extinto o feito sem resolução de mérito, por entender inválida a constituição em mora do devedor realizada por notificação extrajudicial emitida por Cartório de Registro de Títulos e Documentos de comarca diversa do domicílio do contratante. Ainda, condenou a autora/apelante ao pagamento das custas processuais. Inconformado, recorre BV FINANCEIRA S.A., CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (fls. 39/65), afirmando, em síntese, que é inadmissível interpretações no sentido de exigir condições não contidas na legislação; a mora se caracteriza pelo inadimplemento e poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, nos termos do Decreto-Lei 911/69; não há necessidade que o cartório seja do domicílio do devedor. Não houve apresentação de contrarrazões, pois a formação do processo não se perfectibilizou. É o breve relatório. DECIDO. 2. De plano, dou provimento ao recurso, na forma do art. 557, § 1º-A, do Código Instrumental Civil, vez que a decisão adversada está manifestamente em confronto com a jurisprudência dominante nesta Corte, bem como no Superior Tribunal de Justiça. Cinge-se da análise dos autos, que o apelante pleiteia a reforma da sentença proferida pelo Juízo "a quo", que indeferiu a petição inicial, tendo em vista a invalidade da constituição em mora. Trata-se de saber da validade da carta notificatória, expedida e enviada pelo cartório extrajudicial de Joaquim Gomes/AL, e recebida no endereço do contrato, conforme cópia do aviso de recebimento às fls. 22. A questão discutida junto ao CNJ e objeto do MS nº 28772 perante o STF é meramente administrativa, quanto à atribuição dos Cartórios, nada tendo a ver com a validade ou não das notificações para fins da constituição em mora. Para se aferir essa validade, a competência para dar interpretação da legislação federal é o Superior Tribunal de Justiça (art. 105, III, "c", CF). Observa-se, que este E. Tribunal de Justiça já aplicou o princípio da territorialidade, de modo a caracterizar a constituição em mora inválida. Neste sentido, é o julgado do eminente Des. PAULO ROBERTO HAPNER: "AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CARTÓRIO DISTINTO DA COMARCA DO DEVEDOR NOTIFICAÇÃO INVÁLIDA AUSÊNCIA DE VÁLIDA CONSTITUIÇÃO EM MORA, QUE É PRESSUPOSTO PROCESSUAL EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO QUE SE IMPÕE RECURSO PROVIDO. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0693000-1 - Lapa - Rel.: Des. Paulo Roberto Hapner - Unânime - J. 20.10.2010). Todavia, conforme novo entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, da 4ª Turma, REsp 123.769-9/SC, julgado em 23/03/2011, a notificação extrajudicial para constituição de mora pode ser emitida por Cartório de Títulos e Documentos de Comarca que não seja a de domicílio do devedor, desde que entregue a ele por via postal com aviso de recebimento ("AR"). É que a notificação, nos moldes supra, cumpre os requisitos necessários para possibilitar a propositura de ação de busca e apreensão, na medida em que cientifica o devedor sobre o inadimplemento e, por isto, o constitui em mora. Igualmente, não se reconhece a nulidade do ato por eventual irregularidade do procedimento, considerando que alcançou a finalidade pretendida e não causou prejuízo a ninguém. Na hipótese, aplica-se por analogia o Princípio da Instrumentalidade das Formas dos Atos Processuais. Destaca-se, ademais, que não há qualquer deslocamento do oficial do cartório à outra comarca, de modo que inexiste violação ao princípio da territorialidade. Ainda, o princípio da territorialidade, previsto no artigo 130 da Lei n. 6.015/1973, não alcança os atos de notificação extrajudicial. A propósito: "PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. CONSTITUIÇÃO EM MORA. NOTIFICAÇÃO ENCAMINHADA POR OFICIAL DE COMARCA DIVERSA DA DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. RECEBIMENTO NO ENDEREÇO INDICADO NO CONTRATO, CONFORME "AR" JUNTADO. DECISÃO DO CNJ A RESPEITO DO PRINCÍPIO DA "TERRITORIALIDADE" SUSPENSA VIA MANDADO DE SEGURANÇA (STF). REGULARIDADE DA CONSTITUIÇÃO EM MORA. SENTENÇA CASSADA A FIM DE QUE O FEITO TENHA PROSSEGUIMENTO. RECURSO PROVIDO." (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0744619-1 - Foro Regional de Colombo da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Mário Helton Jorge - Unânime - J. 23.03.2011) E ainda: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO. LIMINAR DEFERIDA. RECURSO DO DEVEDOR. CARTA REGISTRADA ENCAMINHADA POR CARTÓRIO DE MACEIÓ. PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE. INAPLICAÇÃO. CONSTITUIÇÃO EM MORA VÁLIDA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO." (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0745943-6 - Foro Regional de São José dos Pinhais da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Vicente Del Prete Misurelli - Unânime - J. 23.03.2011) Portanto, por ser válida a notificação extrajudicial realizada por Cartório diverso do domicílio do devedor, quando preenchidos os requisitos legais, resta presente o pressuposto necessário à busca e apreensão, de válida constituição em mora (Súmula 72, STJ). Assim, merece reforma a sentença ora guerreada, devendo os autos retornarem ao juízo originário para regular prosseguimento do feito. 3. Nestas condições, consubstanciado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso, posto que a decisão vergastada está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante nesta Corte, bem como no Superior Tribunal de Justiça. 4. Publique-se e Intime-se. 5. Transcorrendo o prazo recursal, in albis, remetam-se os autos a vara de origem. Curitiba, 16 de setembro de 2011. FABIAN SCHWEITZER Relator

0003 . Processo/Prot: 0808752-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/146929. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0028120-78.2009.8.16.0014 Busca e Apreensão. Apelante: Lourival Reus Fernandes. Advogado: Naiara Poliseli Ramos. Apelado: Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Eneida Wirgues. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO COM PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO. PEDIDO JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE, A FIM DE CONSOLIDAR A POSSE E PROPRIEDADE DO BEM NAS MÃOS DO AUTOR. CONTESTAÇÃO PLEITEANDO A REVISÃO DAS CLÁUSULAS FINANCEIRAS DO CONTRATO. RECURSO DO RÉU. CLÁUSULA DE CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS AFASTADA POR FALTA DE PACTUAÇÃO EXPRESSA (DECISÃO COM BASE EM PRECEDENTES DO STJ AgRg no REsp 1019369/MS; AgRg no REsp 1239878/RS; EDcl no Ag 1082229/RS). TARIFAS DE ANÁLISE DE CRÉDITO E DE EMISSÃO DE CARNÊ. COBRANÇA AFASTADA (POSICIONAMENTO MAJORITÁRIO DO STJ AgRg NO REsp 109.291- 7/RN, 3ª TURMA. DJe 26.04.2011). REPETIÇÃO DO INDÉBITO DE FORMA SIMPLES (AgRg no Ag 1345010. 4ª TURMA. DJe 07.04.2011 AgRg no REsp 942883/RS. 4ª TURMA AgRg no REsp 844405. 3ª TURMA). PEDIDO DE ABSTENÇÃO DE INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO E MANUTENÇÃO DE POSSE NEGADO. INEXISTÊNCIA DE DEPÓSITO DO VALOR INCONTROVERSO. MORA CONTRATUAL CARACTERIZADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de recurso de apelação interposto por Lourival Réus Fernandes, contra sentença proferida pelo MM. Dr. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Londrina em sede de ação com pedido de busca e apreensão ajuizada pela BV Financeira S/A, pela qual julgou procedentes os pedidos formulados na inicial, a fim de: (i) consolidar a posse e propriedade do bem nas mãos da instituição financeira credora, confirmando a liminar concedida; (ii) afastar a cobrança da comissão de permanência, determinando que, para o período de inadimplência, incida, apenas, a correção monetária pelo INPC; e, (iii) condenar o réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em R$1.000,00, ressalvando que o mesmo é beneficiário da assistência judiciária gratuita (f. 102/109). 2. Lourival Réus Fernandes interpôs recurso de apelação (f. 119), em cujas razões (f. 121/134) pleiteia a reforma da sentença, aduzindo que: a) é vedada a cobrança da capitalização mensal de juros; b) é abusiva a cobrança das tarifas administrativas (TAC e TEC); c) a cobrança de encargos abusivos, durante o período de normalidade contratual, afasta a mora, razão pela qual deve ser mantido na posse do bem e seu nome retirado dos cadastros de proteção ao crédito. Pois bem. 3. Convém esclarecer que não há dúvidas acerca da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao contrato em questão, haja vista o teor da Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras". 4. Quanto a capitalização mensal de juros, vislumbro que sua prática restou demonstrada na espécie pela divergência entre a taxa efetiva mensal (2,31%) e anual (31,58%) consignadas no contrato (f.10/11). Do contrário, caso a cobrança se desse na forma simples, a taxa efetiva anual seria o produto da taxa mensal pelo número de meses no ano (27,72%). Portanto, resta-nos perquirir acerca de sua validade. Em um primeiro plano, salutar esclarecer que estamos diante de uma cédula de crédito bancário (f.10/11). Sendo assim, a lei de regência é a Lei nº 10.931/2004, que estabelece, em seu artigo 28, §1º, inciso I1, a possibilidade de capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Neste sentido, já se manifestou o STJ no REsp 979.224/RS2. Frise-se que, havendo lei específica regendo a cédula de crédito bancário, não há lugar para aplicação da súmula 121 do STF. In casu, não há cláusula contratual que informe ao consumidor a incidência de capitalização de juros no ajuste, tampouco a sua forma, razão pela qual deve ser afastada essa prática em face da inexistência de expressa pactuação a respeito, devendo a sentença ser reformada neste particular. 5. Quanto à Tarifa de Análise de Crédito (TAC) e Tarifa de Emissão de Carnê (TEC), a abusividade perpetrada pela instituição financeira na sua cobrança é manifesta, porquanto, apesar de expressamente pactuada, é evidente o seu caráter potestativo. Ora, os custos administrativos da operação creditícia, tais quais a análise de crédito e tarifa para emissão de boleto bancário, não podem ser transferidos à parte contratante, já que são inerentes à própria atividade da instituição financeira. O valor atribuído a tais títulos corresponde ao custo da operação de financiamento, o qual, todavia, é coberto mediante o pagamento da contraprestação. Neste sentido: indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2o. § 1º Na Cédula de Crédito Bancário poderão ser pactuados: I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação;" 2 "A capitalização dos juros é admissível quando pactuada e desde que haja legislação específica que a autorize". AGRAVO REGIMENTAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - VIABILIDADE - PRECEDENTES - JUROS REMUNERATÓRIOS - LIMITAÇÃO EM 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO - INADMISSIBILIDADE, NA ESPÉCIE - COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS - ILEGALIDADE - RECONHECIMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 5 DESTA CORTE - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 282/STF

- RECURSO IMPROVIDO. (STJ, AgRg no REsp 1092917/RN, Min. MASSAMI UYEDA, Terceira Turma, DJe 26/04/2011) A descaracterização da mora ocorre pela cobrança de encargos indevidos, como, no caso concreto, as tarifas de emissão de carnê, de abertura de crédito e a 'bancária', entendimento amparado na jurisprudência pacificada na 2ª Seção do STJ, nos termos do EREsp n. 163.884/RS, Rel. p/ acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, e REsp n. 713.329/RS, Rel. p/ acórdão Min. Carlos Alberto Menezes Direito. (STJ, AgRg no REsp nº 899.287/RS, Quarta Turma, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, j. 01.03.07). APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO SUMÁRIA (REVISÃO DE CONTRATO) REPETIÇÃO DE INDÉBITO MATÉRIA NÃO TRATADA NO PROCESSO NÃO CONHECIMENTO APLICAÇÃO DO CDC - PACTA SUNT SERVANDA RELATIVIZADA, SUBSTITUIDA PELA BOA-FÉ OBJETIVA ABUSIVIDADES EVIDENTES CORRETAMENTE EXPURGADAS IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM OUTROS ENCARGOS DA MORA PRECEDENTES TAC, TEC E SERVIÇOS DE TERCEIROS CUSTOS QUE DEVEM SER SUPORTADOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, POIS DECORRENTES DE SUAS PRÓPRIAS ATIVIDADES HONORÁRIOS EXTRAJUDICIAIS VEDAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 51, INCISO XII, DO CDC SUCUMBÊNCIA CORRETAMENTE APLICADA SENTENÇA MANTIDA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO, E DESPROVIDO. (TJPR, 18ª CC, AC 741909-8, Rel. Des. Roberto De Vicente, Unânime, J. 18.05.2011) A abusividade da cláusula contratual que estabelece a cobrança de tarifas bancárias não é afastada pelo simples regulamento editado pelo Banco Central. Se a abusividade tem como vetor disposição normativa de lei complementar Código de Defesa do Consumidor nos parece que a orientação não pode ser modificada por regulamento administrativo do órgão fiscalizador das instituições financeiras. Assim, configura-se como iníquo o regulamento negocial que impõe ao contratante a obrigação de ressarcir as despesas feitas pelo contratado com o objetivo de diminuir os riscos de sua atividade profissional, pelo que, comprovando-se o pagamento de tais tarifas, tais valores devem ser de fato restituídos ao consumidor e compensados com o saldo devedor em aberto. 6. Sendo reconhecida a existência de abusividades no contrato entabulado entre as partes, é imperativo que haja a repetição dos valores pagos indevidamente. Tal se dá na forma simples e independe da prova do erro. 7. No que tange a possibilidade de inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.061.530-RS, fixou orientação no seguinte sentido: ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. No particular, acusou o réu, em sua contestação, a existência de ilegalidades no contrato de cédula de crédito bancário com garantia fiduciária celebrado entre as partes, especialmente a cobrança de juros capitalizados, tarifas administrativas e comissão de permanência cumulada com outros encargos moratórios. No contrato (f. 10/11) foi previsto o pagamento de 36 prestações mensais no valor de R$433,32. O devedor quitou 22 das 36 parcelas pactuadas, conforme demonstrativo de débito de f. 05. Entretanto, não se dispôs a depositar a parte incontroversa da prestação, não cumprindo, portanto, o requisito "depósito da parcela incontroversa", de acordo com a jurisprudência dos Tribunais, razão pela qual sua mora contratual não pode ser afastada. Dessa forma, ausente um dos requisitos, não há como conceder a ordem de abstenção/retirada do nome do devedor dos cadastros de inadimplentes, mantendo-se a sentença neste aspecto. 8. Nos termos do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, o ponto central a ser analisado para apreciação do pleito de manutenção do devedor na posse do bem, nos contratos de arrendamento mercantil e nos contratos garantidos por alienação fiduciária, é perquirir se está configurada a mora contratual do devedor. Isso porque, uma vez caracterizada a mora contratual, descabe a manutenção na posse do bem. Por outro lado, caso a mora não esteja caracterizada, é possível a concessão da medida de manutenção de posse. Inclusive, tal entendimento foi confirmado também no julgamento do REsp 1.061.530-RS (Sistema de Julgamento de Casos Repetitivos). Confira-se: "8. Manutenção na posse A questão relativa a manutenção na posse relaciona-se diretamente com aquilo que restou decidido quanto à configuração da mora. Como consolidado na Súmula 72/STJ, "a comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente". Confira-se, ainda, nesse sentido: AgRg no REsp 400.227/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 28/02/2005; AgRg no REsp 1.005.202/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti DJe 07/05/2008. Logo, afastada a mora da recorrida, não há como ser acolhido o pleito da instituição financeira de afastar a recorrida da posse do bem alienado fiduciariamente." Destarte, conforme já elucidado, a mora contratual do devedor não restou afastada, ante a ausência "depósito da parcela incontroversa". Dessa forma, não há plausibilidade a ensejar o deferimento da manutenção do apelante na posse do bem, razão pela qual se mantém a decisão também neste ponto. 9. Considerando que o devedor/apelante foi quem deu causa a propositura da presente ação de busca e apreensão inadimplemento das parcelas -, bem como levando-se em consideração que os pedidos revisionais apenas influenciarão no saldo devedor em aberto, mantenho a distribuição da sucumbência fixada pelo magistrado de 1º grau, observando que o réu é beneficiário da assistência judiciária gratuita. 10. Ante o exposto, considerando que a insurgência recursal é manifestamente improcedente, quanto aos pedidos de abstenção de inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito e manutenção de posse do bem, estando em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nego seguimento ao recurso. Outrossim, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, dou parcial provimento ao recurso, para (i) afastar a capitalização mensal de juros, ante a ausência de pactuação expressa; e, (ii) reconhecer a abusividade da cobrança das tarifas administrativas. 11. Dê-se baixa nos registros de pendência do julgamento do presente recurso. 12. Intime-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. DES. LAURI CAETANO DA SILVA Relator -- 1 "Art. 28: A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela --

0004 . Processo/Prot: 0812350-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/153647. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 0040813-60.2010.8.16.0014 Revisional. Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Gilberto Stinglin Loth, Rodrigo Alexandre Ferreira Chaves. Apelado: Rubia de Camargo. Advogado: Bruno Pulpor Carvalho Pereira. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PEDIDO JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE, SEM QUE HAJA CÓPIA DO CONTRATO NOS AUTOS. PEDIDO DE EXIBIÇÃO INCIDENTAL NÃO ANALISADO PELO JUÍZO. DOCUMENTO ESSENCIAL. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO. Em se tratando de pedido revisional de cláusulas contratuais, impõe-se a análise do pedido incidental de exibição do contrato firmado entre as partes, eis que aludido documento é essencial à analise do pedido. VISTOS e examinados estes autos de Apelação Cível nº 812350-2, de Londrina - 9ª Vara Cível, em que é Apelante AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA e Apelado RUBIA DE CAMARGO. I Trata-se de recurso de apelação interposto em face de sentença proferida nos autos de Ação Revisional de Contrato, nº 40813/2010 (fls. 85-98), mediante a qual o magistrado de primeiro que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, para determinar ao réu que proceda ao recálculo do saldo devedor, afastando a incidência da capitalização de juros, a cumulação da comissão de permanência, restando autorizada a sua incidência, limitando os juros remuneratórios, que deverão ser aplicados pela média apurada no mercado financeiro, reconhecendo a abusividade da cobrança da TAC e TEC, e autorizando a compensação ou eventual repetição dos valores pagos a maior pelo autor. Face à sucumbência recíproca, distribuiu as custas e despesas processuais em 20% para a autora, e 80% para o réu. Arbitrou os honorários em R $ 1.000,00 (um mil reais), devendo também ser distribuídos e compensados entre as partes. Inconformada, a ré interpôs recurso de apelação às folhas 101, em cujas razões alega, em síntese, que: a)é inegável a ocorrência de decadência do direito da autora no que concerne à cobrança das tarifas TAC e TEC, não obstante seja perfeitamente legal sua cobrança; b) a capitalização mensal de juros não é ilegal, sendo permitida pela MP 1963-17, reeditada sob o nº 3170/36; c) inexistência de abusividade na cobrança dos juros remuneratórios. Às folhas 118 o recurso foi recebido em ambos os efeitos. As contrarrazões foram apresentadas às folhas 120. É o relatório. Decido. II- A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá dar provimento a recurso quando a decisão estiver em confronto com a jurisprudência de Tribunal Superior, ou mesmo negar seguimento ao recurso, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, e § 1º-A do CPC). É o que se verifica no presente caso. Conforme se verá adiante, o recurso restará prejudicado, em razão da ausência de documento essencial à análise do pedido revisional formulado pela parte requerente, ora apelada. Com efeito, muito embora a petição inicial não esteja acompanhada do contrato firmado entre as partes, verifica-se que a parte requerente formulou pedido expresso de exibição incidental, a fim de que a parte requerida fosse citada não apenas para contestar o pedido, mas também para apresentar o contrato firmado entre as partes. Observa-se, ademais, às folhas 79, que o magistrado se manifestou no sentido de determinar ao banco/réu que apresentasse a cópia do contrato, sem contudo lograr êxito. Assim sendo, não há que se analisar o mérito do presente recurso, já que a jurisprudência é muito clara: AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO POR DEFICIÊNCIA NA SUA INSTRUÇÃO. FALTA DE TRASLADO DO CONTRATO. DOCUMENTO ESSENCIAL À RESOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO QUE AUTORIZE A REFORMA DA DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DESPROVIDO. É juridicamente inaceitável a petição de ação de revisão de contrato bancário sem a juntada do respectivo instrumento contratual, refletindo repetição de teses jurídicas, sem um mínimo de substrato probatório. (TJPR - 17ª C.Cível - A 0735337-5/01 - Cascavel - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 09.02.2011.) Bem como: PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PEDIDOS JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES PARA AFASTAR A CAPITALIZAÇÃO DE JUROS, A COBRANÇA DAS TAXAS ADMINISTRATIVAS E LIMITAR OS JUROS MORATÓRIOS. INSTRUMENTO CONTRATUAL NÃO JUNTADO AOS AUTOS. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DOS FATOS NARRADOS NA INICIAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. PROCESSO EXTINTO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, I DO CPC. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA REDISCIPLINADO. RECURSO PREJUDICADO. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato bancário, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando, pois deve o autor apontar quais as cláusulas que entende abusivas. (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0726920-1 - Londrina - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 19.01.2011). E ainda: PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PEDIDOS JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES PARA AFASTAR A CAPITALIZAÇÃO DE JUROS EM QUALQUER PERIODICIDADE E DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS.

INSTRUMENTO CONTRATUAL NÃO JUNTADO AOS AUTOS. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DOS FATOS NARRADOS NA INICIAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. PROCESSO EXTINTO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, I DO CPC. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA REDISCIPLINADO. RECURSO PREJUDICADO. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato bancário, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando, pois deve o autor apontar quais as cláusulas que entende abusivas. (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0727897-1 - Londrina - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 15.12.2010). Portanto, a revisão genérica de um suposto contrato, tal como realizada pelo MM. Juiz, não pode prevalecer. Com efeito, não se sabe se o contrato é de mútuo, cédula de crédito bancário com garantia em alienação fiduciária ou mesmo de arrendamento mercantil, não se sabendo, de corolário, qual a legislação aplicável ao caso, especialmente no que concerne à capitalização de juros. Portanto, não agiu acertadamente o MM. Juiz quando julgou antecipadamente o feito, sem que houvesse cópia do contrato firmado entre as partes nos autos, eis que se trata de documento essencial à resolução da questão. Nesse sentido: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. JUROS CAPITALIZADOS. CONTRATO NÃO JUNTADO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DE CLÁUSULAS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO, A FIM DE QUE SE DETERMINE A JUNTADA DO CONTRATO. RECURSO DE APELAÇÃO PREJUDICADO. (Apelação Cível nº 765.103-8, Rel. Des. Mário Helton Jorge, publicado em 05/05/2011). AÇÃO ORDINÁRIA NECESSIDADE DE ANÁLISE DO CONTRATO FIRMADO ENTRE OS AUTORES E A RÉ JUNTADA IMPRESCINDÍVEL PARA O LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR DETERMINAÇÃO DE OFÍCIO POSSIBILIDADE CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA APELAÇÃO CÍVEL, POR ORA, PREJUDICADA. (Apelação Cível nº 710.281-2, Rel. Des. Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira, publicado em 11/02/2011). Por isso, a sentença foi proferida com base em fato inexistente, havendo, pois, error in procedendo. Corroborando esse entendimento, apresenta-se a doutrina de Manoel Antônio Teixeira Filho, na obra Ação Rescisória no Processo do Trabalho, que, ao citar Liebman, assevera: "o erro de atividade não é um erro de julgamento e sim de percepção do juiz, consistente em uma falha que lhe escapou à vista, no momento de compulsar os autos do processo; falha essa relativa a um ponto decisivo da controvérsia." Acrescenta, ainda: "... essa espécie de erro advém de falta ou excesso de visão do magistrado: no primeiro caso, ele não vê um fato efetivamente ocorrido (e alegado nos autos); no segundo, ele vê um ato que verdadeiramente não existiu. Tanto lá como aqui, entretanto, a sentença estará comprometida por essa eiva, por essa falha de percepção visual e renderá ensejo ao exercício de uma pretensão rescisória." (ob. Cit.). Assim, presente está o vício de atividade (error in procedendo), consoante os ensinamento de Nelson Nery Júnior, na obra Teoria Geral dos Recursos (São Paulo: 6ª ed., Editora Revista dos Tribunais, 2004, (Recursos no processo civil, pág. 248/249): "O vício de atividade ocorre quando o juiz desrespeita norma de procedimento provocando gravame à parte. Esta norma de procedimento é aquela determinada pelo ordenamento jurídico como um todo. Não é preciso viole o juiz texto expresso de lei para caracterizar-se o erro no procedimento; basta que descumpra a regra jurídica aplicável ao caso concreto. O vício é de natureza formal, invalidando o ato judicial, não dizendo respeito ao conteúdo desse mesmo ato. (...). O erro do juiz deve ser tal que comprometa a forma ou o conteúdo dos atos do processo, interferindo na higidez da relação jurídica processual, vale dizer, acarretando normalmente a nulidade do processo." Sobre a hipótese de se anular a sentença por error in procedendo, pertinente trazer a doutrina de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery, na obra Código de Processo Civil Comentado e legislação processual civil em vigor (São Paulo; Ed. RT; 8ª ed.; 2004; p. 664/665), senão vejamos: "Nulidades de fundo: Utilizamos o critério proposto por Alvim Wambier, Nulidades, p. 159/160. Podem ser de forma ou de fundo. A) Nulidades de forma: são relativas (não previstas em lei como sendo absolutas) ou absolutas (prevista na lei como absoluta). B) Nulidades de Fundo: são absolutas (pressupostos processuais e condições da ação). As nulidades de fundo são sempre absolutas, podendo ser decretadas de ofício ou a requerimento da parte ou interessado, não estão sujeitas à preclusão, podendo ser alegadas e reconhecidas a qualquer tempo e grau de jurisdição ordinária (exceto no RE e Resp, se não tiver sido prequestionada a questão)." Desta forma, a sentença proferida é nula, pois baseada em documento inexistente nos autos, razão pela qual deve ser anulada de ofício, restando prejudicado o recurso. III- Diante do exposto, anulo de ofício a sentença proferida, pois baseada em documento inexistente nos autos. Mérito recursal prejudicado. Curitiba, 26 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0005 . Processo/Prot: 0816386-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/198604. Comarca: Medianeira. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000644-76.2011.8.16.0117 Revisional. Agravante: Bv Financeira Sa Credito Financiameno e Investimento. Advogado: Gerson Vanzin Moura da Silva, Luiz Henrique Bona Turra. Agravado: Romildo Minuzzo. Advogado: Mário Lopes da Silva Netto, Magali Fuerbringer, Viviane Karina Teixeira. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 816.386-8 Agravante : BV Financeira S/A. Agravado : Romilda Minuzzo. Vistos e examinados. 1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que, em autos de ação revisional de contrato de alienação fiduciária nº 644-76.2011.8.16.0117, da Vara Cível de Medianeira, autorizou o depósito judicial das parcelas incontroversas, mantendo-se a devedora, assim, na posse do bem. Além disso, determinou a exclusão do seu nome dos cadastros de inadimplentes, aplicando multa diária, em caso de descumprimento, no valor de R$ 100,00. (fls. 107/113-TJ). Alega o banco recorrente, em síntese, que não há verossimilhança nas alegações da agravada e, por isso, deve ser revogada a liminar concedida. Ademais, com relação à multa arbitrada, em se entendendo pela manutenção da decisão, mesmo assim, esta deve ser afastada. O recurso foi recebido (fls. 127-TJ), o juiz da causa prestou as informações necessárias (fls. 131) e o recorrido deixou de apresentar contrarrazões (fls. 133TJ). 2. Nos termos do art. 557, §1º-A do Código de Processo Civil, o recurso deve ser provido, por estar à decisão recorrida em manifesto confronto com o entendimento dominante da jurisprudência. Verifica-se dos autos que a agravada realizou financiamento no total de 48 prestações de R$ 334,38 das quais pagou 14 (fls. 48-TJ), e agora pretende a revisão do contrato e afastamento das abusividades, ofertando como incontroverso o valor de R$ 192,84 (fls. 95-TJ). Como se sabe, o egrégio Superior Tribunal de Justiça elenca três requisitos para a concessão da tutela antecipada, incluindo aí o afastamento da inscrição do nome do devedor em cadastros negativos de crédito, a saber: "`a) que haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado' (...)" (STJ REsp. 656558/SP - Rel.: Carlos Alberto Menezes de Direito terceira turma J. 16.03.2006). No caso dos autos, embora haja ação proposta, o pedido do depósito do valor incontroverso não se mostra plausível, assim como, não há efetiva demonstração de que a contestação se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada de Tribunais Superiores. Veja-se que, primeiramente, o autor se insurge contra inúmeras cláusulas contratuais, mas não junta cópia do contrato, sendo impossível, sem tal documento, verificar a plausibilidade de suas alegações. Ademais, quando apresenta o valor tido como correto, realiza compensação de valores supostamente pagos a maior, o que não pode ser validado (fls. 95-TJ). É que, a restituição antecipada não pode ser admitida ante a falta de liquidez e exigibilidade ao suposto crédito do recorrido, que somente ocorrerá com final decisão nos autos. Ademais, a compensação exige dívidas líquidas e vencidas, nos termos do artigo 369 do Código Civil, e, assim, sua realização automática pelo consumidor afasta a credibilidade do depósito ofertado. Sobre o tema, confira-se: "O cálculo do valor tido como incontroverso, para efeitos de preenchimento dos requisitos exigidos pelo STJ, não admite a compensação, isto porque esta somente pode ser verificada ao final da ação revisional" (TJPR 18ª C. Cível - AI 0444859-9 - Rel.: Des. Ruy Muggiati J. 21.11.2007). 2 Dessa maneira, ausente credibilidade do depósito, e, portanto, sendo impossível reconhecer a desconfiguração da mora, impossível também falar- se em afastamento do nome da consumidora dos cadastros restritivos de crédito. Ainda, quanto ao pedido de manutenção de posse do bem, observa- se que não há prova inequívoca de que o veículo seja imprescindível para o desempenho da atividade profissional da agravada, sendo que esta é a exceção admitida para o acolhimento da pretensão. Veja-se: "(...) ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. MANUTENÇÃO NA POSSE EM FAVOR DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE. DEMONSTRAÇÃO DA VEROSSIMILHANÇA DA CONCESSÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 (...). II - Admite-se a manutenção dos bens garantidores da alienação fiduciária na posse do devedor se demonstrada a indispensabilidade de tais bens conforme a situação concreta. Incidência da Súmula 83/STJ". (STJ AgRg no Ag 840112/RS Rel.: Min. Sidnei Beneti Terceira turma DJ 11.02.2009). Desse modo, o afastamento da mora e os demais pedidos, como se viu, não podem ser mantidos, em sede de antecipação de tutela, em face da ausência de prova inequívoca que convença o julgador da verossimilhança das alegações. Diante do exposto, dou provimento ao recurso, nos termos do art. 557, § 1º-A do CPC, para revogar a liminar concedida, visto que a decisão se encontra em manifesto confronto com o entendimento dominante da jurisprudência. 3. Comunique-se o juiz da causa (via sistema mensageiro). 4. Publique-se. 5. Diligências de estilo. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator 3

0006 . Processo/Prot: 0818266-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/215178. Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00001967 Revisão de Contrato. Agravante: Luiz Valdemar Salvi da Luz. Advogado: Michelle Schuster Neumann, Fernando Valente Costacurta, Ana Paula Scheller de Moura. Agravado: Banco Abn Amro Real SA. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Segue decisão. Em 26.09.2011.

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. PRETENSÃO DO RECORRENTE ACOLHIDA NA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL, A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. Vistos, etc. I O autor, LUIZ VALDEMAR SALVI DA LUZ, interpôs AGRAVO DE INSTRUMENTO (fls. 02/06-TJ) contra decisão interlocutória (fls. 173-TJ), proferida nos autos nº 1967/2009, da Ação Revisional de Contrato, que dispôs: ante a comprovação de que está em dia com o pagamento das parcelas pactuadas, fica claro o que dispõe na decisão de fl. 131/134, quanto à manutenção de posse do bem e a inscrição do nome da requerente nos cadastros de inadimplentes. Irresignado, o agravante afirmou que, diante da decisão que deferiu parcialmente a tutela antecipada, reiterou o pedido ao Juiz a quo, informando a intenção de depositar os valores contratados. Aduziu que, com o novo pedido, houve inovação fática, já que antes intencionava depositar, apenas, os valores incontroversos. Disse que, diante do depósito dos valores contratados, a mora deve ser elidida, razão pela qual o seu nome não pode ser inscrito nos cadastros de proteção ao crédito, além de ter o direito à manutenção de posse. Ao final, pediu a tutela antecipada recursal e o provimento do recurso, para que seja mantido na posse do veículo, o seu nome não seja inscrito nos cadastros

de proteção ao crédito e seja afastada a mora. É o relatório. II - Prevê o art. 557, caput, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. A decisão precedente (fls. 142/145-TJ), a que se refere o pronunciamento judicial ora impugnado, deferiu, em parte, a tutela antecipada, para autorizar o depósito do valor incontroverso, sem afastamento da mora, além de condicionar a ordem de não inscrição do nome do recorrente nos cadastros de proteção ao crédito ao depósito das parcelas no valor contratado. Diante do pedido de "reconsideração" formulado pelo autor, o Juiz a quo determinou a juntada dos documentos que comprovem que está em dia com as parcelas contratadas (fl. 148-TJ), bem assim, o retorno posterior dos autos para a análise dos demais pedidos liminares. O agravante juntou, então, os comprovantes de pagamento/carnês das prestações (fls. 152/171-TJ), sobrevindo a decisão agravada. Ora, embora a redação da decisão impugnada não seja totalmente clara, é possível constatar que o Juiz a quo acabou por deferir os pedidos de manutenção de posse e proibição de inscrição do nome do agravante nos cadastros de proteção ao crédito, exatamente conforme postulou o recorrente. Logo, o recurso é manifestamente inadmissível, eis que não há interesse recursal. A propósito: "é necessário que o interessado possa vislumbrar alguma utilidade na veiculação do recurso, utilidade esta que somente pode ser obtida através da via recursal (necessidade). A fim de preencher o requisito "utilidade", será necessário que a parte (ou o terceiro) interessada em recorrer, tenha sofrido algum prejuízo jurídico em decorrência da decisão judicial, ou ao menos que esta não tenha satisfeito plenamente a pretensão exposta" (Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart, in Manual do Processo de Conhecimento.4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 515). III - ANTE O EXPOSTO, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso, por ser manifestamente inadmissível, tendo em vista a falta de interesse recursal, recomendando, porque oportuno, que o agravante adote cautelas necessárias, no exame das decisões que tenha interesse de recorrer, para evitar recursos desnecessários, que somente concorrem para retardar a prestação em outros processos, ou se tiver dificuldade de entender o conteúdo da decisão, que maneje os embargos de declaração. IV - Intimem-se. Curitiba (PR), 26 de setembro de 2.011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0007 . Processo/Prot: 0819838-9 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/184425. Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000266-64.2010.8.16.0050 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante: Banco do Brasil SA. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis, Mirella Parra Fulop, Thiago Rufino de Oliveira Gomes. Rec.Adesivo: Antonio Zanatta. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (1): Antonio Zanatta. Advogado: Gustavo Pelegrini Ranucci, Marcus Vinicius de Andrade. Apelado (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis, Mirella Parra Fulop, Thiago Rufino de Oliveira Gomes. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. DEVER DE INFORMAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM RELAÇÃO A SEUS CLIENTES. INTERESSE DE AGIR PRESENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO NA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE INSURGÊNCIA NO MOMENTO OPORTUNO, ATRAVÉS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECLUSÃO. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. DESCUMPRIMENTO. VIA CORRETA. BUSCA E APREENSÃO. RECURSO CONHECIDO. SEGUIMENTO NEGADO A AMBOS OS RECURSOS. VISTOS e examinados estes autos de Apelação Cível nº 819.838-9, de Bandeirantes - Vara Cível e Anexos, em que são Apelantes BANCO DO BRASIL S.A. e ANTONIO ZANATTA, e Apelados OS MESMOS, RESPECTIVAMENTE. I - Trata-se de Apelação Cível interposta contra a r. sentença proferida nos autos nº 0000266-64.2010.8.16.0050, de Ação Cautelar de Exibição de Documentos movida por Antônio Zanatta contra o Banco do Brasil S.A., por meio da qual foram julgados procedentes os pedidos formulados na inicial, para: a) determinar a exibição de documentos consistentes em cédulas e notas de crédito rural, com os respectivos aditivos, entre os anos de 1987 a 1992, e também os demonstrativos de contas vinculadas às operações de financiamentos concedidos por meio das cédulas e notas de crédito, com a discriminação dos parâmetros utilizados para a apuração dos valores, entre os anos de 1987 e 1992, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de busca e apreensão; b) condenar o requerido no pagamento das custas, despesas e honorários advocatícios, fixados em R$ 600,00 , (seiscentos reais), atendidos o disposto no art. 20, §4° do CPC (fls. 61/69). Inconformado, o Réu interpôs o presente recurso de apelação alegando, em síntese, que: a) os documentos já foram entregues ao apelado, no momento da contratação dos serviços, e também foram encaminhados ao autor periodicamente; b) não merece prosperar o valor fixado acerca dos honorários advocatícios, já que incoerente o mesmo, tendo em vista que o trabalho realizado foi simples, devendo ser minorado; c) necessidade da concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, sob pena desta apelação perder seu objeto, uma vez demonstrada a ocorrência de lesão grave e de difícil reparação (fls. 71/79). O recurso foi recebido em seu efeito devolutivo. (fl. 85) Intimada, a Autora apresentou recurso adesivo (fls. 92/102) e as contrarrazões (fls. 86/91). Igualmente inconformada, a autora quando da interposição do recurso adesivo, alegou, em síntese, que: a) é admissível o recurso adesivo para tratar de majoração de honorários; b) que a sanção de busca e apreensão contida na sentença não deve prosperar, tendo em vista que corre-se o risco de ser infrutífera, podendo a instituição financeira dificultar sua exibição; c) a apreciação equitativa dos critérios para fixação dos honorários pelo juiz de primeiro grau não foi das melhores, não concorrendo com as circunstâncias do processo, devendo ser majorados os honorários para R $ 1.000,00 (hum mil reais) (fls.92/102). O recurso foi recebido no efeito devolutivo. (fl. 105). Intimado, o Réu apresentou as contrarrazões (fls. 107/110). É o relatório. Decido. II A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá negar seguimento ao recurso, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, e § 1º-A do CPC). É o que ocorre no caso dos autos. RECURSO DO RÉU Ausência de justa razão para apresentação dos documentos Alega a parte ré que efetuou a entrega dos documentos requeridos pela parte autora, sendo estes encaminhados periodicamente ao apelado, onde inclusive possuíam a descrição de todos os encargos que poderiam ser cobrados e toda a movimentação financeira relativa ao financiamento concedido. Ainda que efetivamente entregues referidos documentos no momento da contratação, não deve a instituição financeira negar, por sua mera liberalidade, informações aos seus clientes, ainda mais se tratando de documento comum às partes, como do caso em questão. O artigo 358, inciso III, do Código de Processo Civil é muito claro ao dispor que o juiz não admitirá recusa se o documento, por seu conteúdo, for comum entre as partes. E nesta condição, não havendo prova de que tenham sido entregues no momento da contratação ao autor, está presente o interesse de agir do mesmo nesta demanda. A exibição dos documentos pleiteados, portanto, se faz dever legal da parte. Corroborando esse entendimento, colaciono os recentes precedentes deste Tribunal: MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA. DEVER LEGAL DE INFORMAÇÃO E DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO COMUM ÀS PARTES INDEPENDENTEMENTE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. SUCUMBÊNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR, Apelação Cível 0794774-2, Des. Rel. Edgard Fernando Barbosa, j. em 10/08/2011) MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. DEVER LEGAL DE INFORMAÇÃO E DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO COMUM ÀS PARTES. DILAÇÃO DO PRAZO PARA EXIBIÇÃO DO CONTRATO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR, Apelação Cível 0787758-7, Des. Rel. Edgard Fernando Barbosa, j. em 10/08/2011) EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. DEVER LEGAL DE INFORMAÇÃO E DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO COMUM ÀS PARTES, INDEPENDENTEMENTE DA RECUSA OU NÃO NA VIA ADMINISTRATIVA. INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO. (TJPR, Apelação Cível 0737369-5, Des. Rel. Carlos Henrique Licheski Klein, j. em 03/08/2011) APELAÇÃO CÍVEL. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR PRESENTE. EXTRATOS DE CONTA-CORRENTE. DEVER DE EXIBIR OS DOCUMENTOS QUANDO SOLICITADOS. 01. Verifica-se o interesse de agir no ajuizamento de medida cautelar de exibição de documentos quando a autora afirma ser correntista da instituição financeira e pretende ter acesso a documentos comuns às partes. 02. Detendo o banco documentos de interesse comum às partes, caracterizada está a obrigação em apresentá-los, mesmo na hipótese de os extratos já terem sido encaminhados extrajudicialmente. Apelação cível desprovida. (TJPR, Apelação Cível 0785400-8, Des. Rel. Paulo Cezar Bellio, j. em 03/08/2011) APELAÇÃO CÍVEL. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATO BANCÁRIO E EXTRATOS. INTERESSE DE AGIR. PRESENTE. DEVER DE EXIBIR OS DOCUMENTOS QUANDO SOLICITADOS. IMPOSIÇÃO DE TAXAS PELA REPRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. MULTA DIÁRIA PELO DESCUMPRIMENTO AFASTADA. CONDENAÇÃO DO RÉU NO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. 1. O exaurimento da via administrativa não é condição para ajuizamento da ação de exibição de documentos. 2. Detendo o banco documentos de interesse comum às partes, caracterizada está a obrigação em apresentá- los, mesmo na hipótese de os extratos já terem sido encaminhados extrajudicialmente. 3. A obrigação do Banco não pode sofrer qualquer condicionante em decorrência do princípio da boa-fé objetiva. 4. Nos termos da Súmula 372 do STJ, "na ação de exibição de documentos, não cabe a aplicação de multa cominatória." 5. Ante o caráter contencioso da ação, e o reconhecimento da obrigação do banco em exibir os documentos, resta caracterizada sua sucumbência, cabendo-lhe responder pelo pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. Apelação cível parcialmente provida. (TJPR, Apelação Cível 0757062-7, Des. Rel. Paulo Cezar Bellio, j. em 03/08/2011) MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. (...) INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA. DEVER LEGAL DE INFORMAÇÃO E DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO COMUM ÀS PARTES INDEPENDENTEMENTE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. SUCUMBÊNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR, Apelação Cível 0785605-3, Des. Rel. Edgard Fernando Barbosa, j. em 13/07/2011) DIREITO CIVIL. CONSUMIDOR. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. MÚTUO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. IMPOSSIBILIDADE. COMISSÃO DE PREMANÊNCIA. LEGALIDADE. LIMITAÇÃO. TAC E TEC. ILEGALIDADE. EXIBIÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS DOS VALORES SOLVIDOS. CABIMENTO. MULTA NO CASO DE DESCUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REDISTRIBUIÇÃO DAS VERBAS SUCUMBENCIAIS. APELAÇÕES ACOLHIDAS. 1. A previsão de taxa mensal de juros cujo duodécuplo, por ser inferior, não coincide com a taxa efetiva anual, configura por si só a indevida capitalização, como reiteradamente reconhece a jurisprudência desta Corte de Justiça. 2. Ainda que possível a capitalização dos juros nos contratos firmados posteriormente à edição da Medida Provisória n. 2170-36/2000, é de ser afastada tal prática quando inexiste expressa pactuação no pacto celebrado entre as partes. 3. No exame do REsp 1.058.114/RS, submetido ao rito do art. 543-C, do Código de Processo Civil, julgado em 12/08/2009 (DJe de 16/11/2010), a Segunda Seção do STJ, definiu que a comissão de permanência quanto pactuada, deve ser mantida no contrato, excluindo-se apenas eventuais excessos verificados por conta de cumulações indevidas, primando-se pelo aproveitamento da estipulação das partes, ficando assim, limitada pela somatória: 1) da taxa dos juros remuneratórios pactuados, para o período

de normalidade, quando não, calculados pela taxa média de mercado, inclusive quando aqueles se mostrarem abusivos; 2) com juros moratórios, no limite legal; e 3) multa moratória, incidente sobre o capital (prestação) (REsp 1.058.114/RS). 4. O direito do mutuário à exibição de documentos comuns, encontra-se assente na lei, nos termos dos artigos 844, inciso II, e 845, em decorrência do que, ante ao princípio da boa-fé objetiva que norteia as relações jurídicas contratuais, de onde decorre o dever lateral de informação, a instituição financeira tem o dever de apresentar, independentemente da prova da negativa de entrega dos documentos na via administrativa (art. 5º. XXXV, da CF), não só os instrumentos do contrato firmado entre as partes, como também demonstrativo da conta gráfica (planilha) dos valores exigidos com todos os encargos e respectivos pagamentos efetuados pelo mutuário(...) (TJPR, Apelação Cível 731.069-6, Des. Rel. Francisco Jorge, j. em 20/07/2011) Diante do exposto, não há que se falar em reforma da sentença, já que em conformidade com a jurisprudência desta Corte. Valor dos honorários advocatícios A parte ré se insurge contra a sentença de primeiro grau que fixou os honorários em R$ 600,00 (seiscentos reais), pugnando pela sua reforma, alegando que o trabalho realizado pelo advogado do autor limitou-se à solicitação de documentos referentes às contas correntes e poupanças mantidas pelo apelado, sem que ao menos houvesse instrução probatória que demandasse maiores esforços. Diante disso, requer a redução dos honorários, tendo em vista a incoerência do valor arbitrado pelo juízo a quo em detrimento do trabalho realizado. Contudo, não lhe assiste razão. Em que pese a causa ser de baixa complexidade, o valor fixado pelo juízo monocrático mostra-se satisfatório considerando o grau de zelo do profissional, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para seu serviço, nos termos do artigo 20 do Código de Processo Civil, não havendo motivos que justifiquem sua minoração. Neste sentido, vejamos os seguintes precedentes desta Corte: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. DECADÊNCIA. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 26, INCISO II, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRESCRIÇÃO. PRAZO VINTENÁRIO, VISTO QUE A RELAÇÃO JURÍDICA EM DISCUSSÃO INICIOU NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. OBRIGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE GUARDAR OS DOCUMENTOS COMUNS ÀS PARTES E DE OS EXIBIR JUDICIALMENTE DECORRENTE DO DEVER DE INFORMAÇÃO, AINDA QUE OS TENHA FORNECIDO ANTERIORMENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CORRETAMENTE FIXADOS, DE ACORDO COM O PREVISTO NO ARTIGO 20, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO (TJPR, Apelação Cível 0752490-1, Des. Rel. Magnus Venicius Rox, j. em 27/07/2011) APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - DOCUMENTO JUNTADO AOS AUTOS QUE SE ENCONTRA ILEGÍVEL, IMPOSSIBILITANDO A COMPREENSÃO DE SEU CONTEÚDO - NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL OU CÓPIA LEGÍVEL. - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - IMPOSSIBILIDADE DE MINORAÇÃO - HONORÁRIOS FIXADOS CORRETAMENTE PELO JUÍZO A QUO. RECURSO DE APELAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (TJPR, Apelação Cível 0768539-0, Des. Rel. Denise Kruger Pereira, j. em 02/06/2011) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTIGO 20, § 4º, CPC. VALOR FIXADO. COMPATIBILIDADE. MANUTENÇÃO. 1. Os honorários advocatícios em ação de exibição de documentos devem ser fixados com observância dos critérios estabelecidos pelo art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil. 2. Mantêm-se os honorários advocatícios fixados com observância ao grau de zelo profissional, lugar da prestação do serviço, natureza e importância da causa, trabalho realizado pelo advogado, tempo exigido para o seu serviço e demais circunstâncias do caso concreto. 3. Apelação cível conhecida e não provida. (TJPR, Apelação Cível 0795843-6, Des. Rel. Luiz Carlos Gabardo, j. em 17/08/2011) APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM QUANTIA CERTA E COMPATÍVEL COM O TRABALHO REALIZADO NA CAUSA (ART. 20, § 4º, CPC) - PLEITO DE MINORAÇÃO DA VERBA - INCONGRUÊNCIA - VALOR MANTIDO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR, Apelação Cível 0777555-3, Des. Rel. Fabian Schweitzer, j. em 25/05/2011) Assim sendo, não há que se falar em minoração dos honorários advocatícios fixados, permanecendo incólume a sentença. Necessidade de concessão de efeito suspensivo ao Recurso Requer a instituição financeira que o recurso de apelação interposto seja recebido no efeito suspensivo, tendo em vista que, do contrário, lhe causará grande prejuízo, ante a possibilidade da incidência de multa no caso de descumprimento da sentença. Em que pesem suas fundadas razões, não lhe assiste razão. Percebe-se que em nenhum momento a instituição financeira agravou de instrumento a decisão de primeiro grau, razão pela qual se encontra preclusa a oportunidade para tal fim. Neste compasso, esta Tribunal de Justiça já decidiu: APELAÇÃO CÍVEL. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. 1. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MOMENTO OPORTUNO. PRECLUSÃO. NÃO CONHECIMENTO. 2. SENTENÇA EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. 3. ILEGITIMIDADE PASSIVA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ENTENDIMENTO PACÍFICO DE QUE O BANCO UNIBANCO SUCEDEU O BANCO NACIONAL. 4. NULIDADE DA CITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. VALIDADE DA CITAÇÃO ENDEREÇADA À AGÊNCIA BANCÁRIA E RECEBIDA POR FUNCIONÁRIO DO BANCO (TEORIA DA APARÊNCIA). 5. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. A) INADEQUAÇÃO DO PEDIDO. NÃO CONFIGURAÇÃO. B) AUSÊNCIA DE RECUSA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. 6. A) AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. A PETIÇÃO INICIAL DA MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS NÃO PRECISA SER INSTRUÍDA COM COMPROVAÇÃO DE REQUERIMENTO EXTRAJUDICIAL DA EXIBIÇÃO PRETENDIDA. B) PEDIDO GENÉRICO. INOCORRÊNCIA. 7. DEVER DE GUARDA DOS DOCUMENTOS PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS. ALEGAÇÃO NÃO ACOLHIDA. SUJEIÇÃO AO PRAZO PRESCRICIONAL DE 20 ANOS PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO, PORÉM DESPROVIDO. (TJPR, Apelação Cível 0512731-1, Des. Rel. Lídia Maejima, j. em 03/09/2008) APELAÇÃO CÍVEL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. I - PRELIMINAR RECURSAL. APLICAÇÃO DO ART. 557, "CAPUT", DO CPC. AFASTADA. II - CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A APELAÇÃO. PRECLUSÃO. III - PROVA DA RECUSA DO BANCO. DESNECESSIDADE. INTERESSE DE AGIR VERIFICADO. IV - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTA CORRENTE INDIVIDUALIZADA. INDÍCIO DE VÍNCULO. V - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. CONDENAÇÃO DEVIDA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. MANUTENÇÃO. (TJPR, Apelação Cível 0792559-7, Des. Rel. Shiroshi Yendo, j. em 31/08/2011) Assim sendo, por não haver se manifestado no momento oportuno, resta preclusa a matéria quanto ao recebimento da apelação no efeito suspensivo, não havendo razão para se decidir ao contrário. RECURSO DO AUTOR (RECURSO ADESIVO) Sanção processual pelo descumprimento da ordem de exibição A parte autora alega em seu recurso de apelação adesivo que a sentença deve ser reformada para que seja aplicada a sanção do art. 359, I, do Código de Processo Civil, qual seja, a presunção de veracidade, em caso de descumprimento da ordem de exibição pela instituição financeira. Contudo, não lhe assiste razão. É pacífico na jurisprudência deste Tribunal de Justiça que, no descumprimento da exibição pretendida, a busca e apreensão é o proceder correto, não cabendo multa ou presunção de veracidade. Neste sentido: MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - APELAÇÃO CÍVEL 1 (CLIENTE) - PRESCRIÇÃO - PRAZO VINTENÁRIO RELATIVO ÀS AÇÕES DE CUNHO PESSOAL - DESCABIMENTO DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL COM BASE NO ART. 359, CPC (A MEDIDA ADEQUADA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL É A BUSCA E APREENSÃO DO ART. 362, CPC) - APELAÇÃO 2 (BANCO) - INTERESSE DE AGIR - PRESENÇA DO BINÔMIO NECESSIDADE-UTILIDADE - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - MANUTENÇÃO. I - "O prazo prescricional para o correntista propor ação de exibição de documentos contra o banco é de vinte anos ante a regra do art. 177 do Código Civil de 1916, quando, por ocasião da propositura da demanda, já tiver decorrido mais da metade do prazo prescricional (art. 2.028 do Código Civil vigente), ou a regra do artigo 205 do Código Civil (c/c artigo 2.028 do CC), que tratam do prazo prescricional das ações pessoais. (...)" (TJPR - 13ª C.Cível - AC 0457248-1 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Conv. Luis Carlos Xavier - Unânime - J. 13.02.2008). II - "No processo cautelar de exibição de documentos não há a presunção de veracidade do Art. 359 do CPC. - Em havendo resistência do réu na apresentação dos documentos, cabe ao juiz determinar a busca e apreensão (Art. 362 do CPC) - não lhe é permitido impor multa ou presumir confissão." (TJPR, Apelação Cível 0745984-7, Des. Rel. Gamaliel Seme Scaff, j. em 06/07/2011) APELAÇÃO CÍVEL. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO CONFIGURAÇÃO NA ESPÉCIE. FORNECIMENTO ANTERIOR DE EXTRATOS E OUTROS DOCUMENTOS. IRRELEVÂNCIA. EXIGÊNCIA DE PAGAMENTO PRÉVIO DE TARIFAS PARA A EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS. INADMISSIBILIDADE. DEVER DE INFORMAÇÃO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE (ARTIGO 359, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). EFEITO NÃO INCLUÍDO NA PRETENSÃO INICIAL. INAPLICABILIDADE À ESPÉCIE. MEDIDA CAUTELAR DE ÍNDOLE SATISFATIVA. SUBSTITUIÇÃO POR BUSCA E APREENSÃO. (TJPR, Apelação Cível 0724055-1, Rel. Magnus Venicius Rox, j. em 13/04/2011) APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. SENTENÇA PROCEDENTE. DO APELO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ARGÜIÇÃO DO APELADO. REJEIÇÃO. REPETIÇÃO SUFICIENTE PARA AFRONTAR OS TERMOS DA DECISÃO. INTERESSE DE AGIR. CARACTERIZAÇÃO. ENVIO REGULAR DE EXTRATOS. IRRELEVÂNCIA. PRESENÇA DO BINÔMIO NECESSIDADE-UTILIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE PELAS OBRIGAÇÕES ORIGINALMENTE CONTRAÍDAS PELA INSTITUIÇÃO SUCEDIDA (BANESTADO). IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEIÇÃO. NA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS BASTA QUE O AUTOR COMPROVE A RELAÇÃO JURÍDICA EXISTENTE ENTRE AS PARTES, SENDO DESNECESSÁRIA A JUNTADA DE OUTROS DOCUMENTOS, ATÉ PORQUE, ESTES SÃO OBJETOS DO PEDIDO INICIAL. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE. AÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. PRESCRIÇÃO DECENAL CONTADA, RETROATIVAMENTE, DO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. EXIBIÇÃO CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE TAXAS. IMPOSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE COMANDO JUDICIAL. VERBA HONORÁRIA. CABIMENTO NAS CAUTELARES. DO RECURSO ADESIVO. OPOSIÇÃO À EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS. CABIMENTO DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DITADA NO ART 359, I DO CPC. PRETENSÃO DESCABIDA. REGRA NÃO INCIDENTE EM MEDIDA CAUTELAR DE NATUREZA SATISFATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE FATOS A SEREM APURADOS. BUSCA E APREENSÃO. CONSEQÜÊNCIA ÚNICA COMO REPRESÁLIA A EVENTUAL DESATENDIMENTO DO COMANDO JUDICIAL. HONORÁRIO ADVOCATÍCIO. MAJORAÇÃO. DESACOLHIMENTO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. NÃO CONHECIMENTO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSOS DE APELAÇÃO, CONHECIDO E DESPROVIDO; ADESIVO, PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR, Apelação Cível 0723326-1, Des. Rel. Edson Vidal Pinto, j. em 26/01/2011) Diante do exposto, impõe-se a manutenção da sentença. Majoração dos honorários A parte autora requer a majoração dos honorários fixados em sentença, pedindo, para tanto, que sejam fixados no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais). Para tanto, sustenta que o trabalho desenvolvido merece melhor remuneração, pois foi zeloso e cuidadoso durante o processo, bem como necessitou realizar novas peças em virtude do recurso interposto. Em que

pesem suas razões argumentativas, não lhe assiste razão. Apesar de todo o exposto no recurso adesivo, temos que deve ser mantida a decisão de primeiro grau, pois cumpridora dos requisitos , legais, previstos no art. 20, §4° do Código de Pro cesso Civil, situação onde foi devidamente analisada e sopesada e, conforme bem disposto em sentença, observou "o grau de zelo do profissional, a natureza e a importância da causa, como também a facilidade do lugar da prestação do serviço, o curto espaço de tempo exigido para o serviço e a desnecessidade de audiências". Neste sentido é a jurisprudência desta Corte: APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. SUCUMBÊNCIA DA APELANTE. ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS EM R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS). VALOR INSUFICENTE, AINDA QUE CONSIDERADA A SINGELEZA DA DEMANDA. MAJORAÇÃO PARA R$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS). O arbitramento de honorários em ação cautelar de natureza satisfativa deve ser feito por equidade, de acordo com os , critérios do art. 20, § 4.° do CPC, evitando-se a fixação em montante não condizente com a valorização do trabalho profissional, não obstante a ausência de complexidade da causa. (TJPR, Apelação Cível 0640812-4, Des. Rel. Osvaldo Nallim Duarte, j. em 03/08/2011) APELAÇÃO CÍVEL. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. APELAÇÃO 1 - 1. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE RECUSA EM FORNECER OS DOCUMENTOS. DESNECESSIDADE. 2. DEVER DE EXIBIR OS DOCUMENTOS ENQUANTO PERDURAR O PRAZO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO. DEVER DE GUARDA MANTIDO. 3. FIXAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. RECURSO ADESIVO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU ABAIXO DO VALOR QUE A CÂMARA TEM ADOTADO PARA ESTA ESPÉCIE DE AÇÃO. MAJORAÇÃO DEVIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACORDAM os Desembargadores integrantes da 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade, em conhecer parcialmente da Apelação e, na parte conhecida, negar-lhe provimento, bem como, em conhecer do Recurso Adesivo, e, no mérito, dar-lhe provimento, para majorar os honorários advocatícios para R$ 600,00 (seiscentos reais), nos termos do voto do relator. (TJPR, Apelação Cível 0669550-1, Des. Rel. Lídia Maejima, j. em 19/05/2010) Assim sendo, não há que se falar em majoração dos honorários fixados, devendo a sentença ser mantida em sua integralidade. III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento a ambos os recursos, tendo em vista que as pretensões dos recorrentes estão em manifesto confronto com a jurisprudência desta Corte. IV Intime-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0008 . Processo/Prot: 0822399-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/312271. Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000070-42.2010.8.16.0132 Revisão de Contrato. Agravante: Samuel Maximo Chagas. Advogado: Edlon Soares Silva, Mara Sueli Clavisso. Agravado: Banco Finasa de Investimento SA. Advogado: Marcos Dutra de Almeida, Kelly Cristina Alvares Bassi. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INOCORRÊNCIA DE RISCO DE LESÃO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. CONVERSÃO EM AGRAVO RETIDO POR IMPERATIVO LEGAL. FACULDADE DO RELATOR. ART. 527, INC. II/CPC. 1. Insurgindo-se o agravante em face de decisão que denegou a inversão do ônus da prova, verifica-se a inexistência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação, que justifique a apreciação do agravo por instrumento, tornando-se imperiosa a retenção recurso, consoante faculdade concedida ao relator pela norma contida no art. 527, inc. II do Código de Processo Civil. 2. Agravo de instrumento convertido em retido. I. Relatório Insurge-se o agravante, autor, contra decisão proferida pelo d. juízo da Vara única da Comarca de Peabiru, em ação revisional de contrato (autos nº 70/2010), que lhe indeferiu o pedido de inversão do ônus da prova. (fls. 90-95; orig.). Sustenta restar equivocada esta decisão, sob a alegação de que teria, sim, preenchido os requisitos necessários para o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova, uma vez que teria demonstrado nos autos tanto a verossimilhança das suas alegações e a sua hipossuficiência técnica e econômica (fls. 02-13/TJ). Eis, em síntese o relatório. II. Fundamentos Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu a inversão do ônus da prova em sede de ação revisional de contrato de mutuo bancário garantido por alienação fiduciária. No que diz respeito ao juízo de admissibilidade do recurso, verifica-se a presença dos pressupostos extrínsecos -- tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo --, todavia, no que diz respeito aos intrínsecos, fazem-se presentes tanto a legitimidade quanto o interesse em recorrer, mas de uma análise mais apurada do presente caso concreto, denota-se ausente o cabimento do recurso pela forma escolhida pelo banco agravante. O artigo 522 do Código de Processo Civil, com redação atribuída pela Lei nº 11.187/2005, dispõe que "Das decisões interlocutórias caberá agravo no prazo de 10 (dez) dias na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento" (sem os destaques no original). Como se vê, referida lei modificou consideravelmente o regime do agravo no direito processual pátrio, de modo que a partir de então, a regra para a interposição do referido recurso é a de que deve se dar na forma retida. Assim, em não se tratando o recurso de matéria de urgência e não sendo a decisão recorrida capaz de causar perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao agravante, a insurgência deste deve se dar, necessariamente, pela via do agravo retido, através de petição dirigida ao próprio juiz da causa e reiterando o pedido por ocasião de eventual recurso de apelação quando, então, o Tribunal dele conhecerá. Além disso, dispõe o artigo 527, inciso II/CPC, com nova redação dada pela Lei nº. 11.187/2005, que: Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído "incontinenti", o relator: (...) II - converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa (sem os destaques no original). Pois bem! Ao que se extrai dos autos, não se vislumbra perigo de dano irreparável, porque a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e o indeferimento da inversão do ônus da prova, por si só, não têm o condão de causar qualquer gravame à parte. Inexistindo, assim, qualquer resquício de risco de dano irreparável ou de difícil reparação, não se justifica o processamento da impugnação pela via eleita. Diante destas considerações, nada obsta que a presente discussão seja postergada para o momento da interposição de eventual recurso de apelação contra a sentença que vier a compor a lide, pelo que se conclui que o recurso de agravo em sua forma retida é meio hábil a satisfazer os interesses do agravante. III. Decisão ANTE AO EXPOSTO, ausentes os requisitos autorizadores do processamento por via instrumental, com fulcro na regra disposta no artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, converto o presente recurso em agravo retido, devendo, após o trânsito em julgado desta decisão, serem procedidas as devidas anotações nos registros, e remetidos os autos ao juízo de origem, onde deverão permanecer apensados aos autos da Ação Revisional de Contrato (nº 73/2010) para os fins previstos na lei. Proceda-se a retificação perante a autuação do juízo de origem. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Juiz Francisco Jorge Relator Convocado FCJ/jzf -- 1 Subst. Des. Stewalt Camargo Filho

0009 . Processo/Prot: 0822985-8 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/191191. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0012407-82.2008.8.16.0019 Busca e Apreensão. Apelante: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Cristiane Belinati Garcia Lopes, Flaviano Belinati Garcia Perez. Apelado: Marcos Antonio Ruppel da Silva. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Segue decisão. Em 26.09.2011.

DECISÃO MONOCRÁTICA. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, POR ABANDONO. ART. 267, III, CPC. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE E DE SEU ADVOGADO, VIA DIÁRIO DE JUSTIÇA. INOCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. Vistos, etc. I O autor, HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO, interpôs recurso de apelação contra sentença (fl. 73), que julgou extinta a Ação de Busca e Apreensão, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, III, do CPC, ante a inércia da parte autora em promover o regular andamento do feito. Em suas razões recursais (fls. 75/85), sustentou que não houve observância do § 1º do art. 267, do CPC, alegando que a jurisprudência exige "que a intimação tenha sido realizada tanto através do Diário de Justiça quanto pessoalmente". Mencionou julgados deste Tribunal e, ao final, pediu provimento ao recurso "para determinar a reforma da r. sentença apelada a fim de afastar a extinção do processo com fulcro no artigo 267, III do Código de Processo Civil". É o relatório. II Prevê o art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o Relator dar provimento a recurso, se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. O apelante ajuizou a demanda visando à retomada do bem dado em garantia fiduciária no Contrato de Financiamento, firmado com o apelado, o qual se encontrava inadimplente, desde a parcela com vencimento em 22.01.2008. Foi deferida a medida liminar de busca e apreensão do bem (fl. 22) e determinada a citação da parte ré. Após diversas tentativas de localização do veículo e do réu, o apelante postulou o arquivamento provisório do processo (fl. 70). O pedido foi indeferido pelo Juiz a quo, que concedeu "o prazo máximo de 90 dias para a parte autora promover a citação da parte ré, nos termos do art. 219, § 3º do Código de Processo Civil". Dessa decisão, o procurador do apelante foi intimado em 24.11.2010 (fl. 72), e, em seguida, na data de 05.04.2011, sobreveio a sentença de extinção do processo por abandono. Entretanto, para que pudesse ter havido a extinção do processo com fundamento no art. 267, III, do CPC, deveria o Juiz a quo ter procedido à intimação pessoal da parte autora para que impulsionasse o feito, com a advertência de extinção do processo, caso se mantivesse inerte. Nesse sentido, é o disposto no art. 267, § 1º, do CPC: "O juiz ordenará, nos casos dos ns. II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente não suprir a falta em 48 (quarenta e oito) horas". Persistindo a inércia do apelante, aí sim, seria o caso de extinguir a ação por abandono, conforme o art. 267, III, do CPC. Em casos semelhantes, já decidiu este Tribunal: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE DEPÓSITO - EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO DA CAUSA - INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE E INTIMAÇÃO DO ADVOGADO VIA DIÁRIO DE JUSTIÇA - SENTENÇA MANTIDA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. A extinção do processo ante a inércia do autor, com fulcro no art. 267, III do Código de Processo Civil, pressupõe a intimação pessoal da parte e a intimação de seu patrono." (Apelação Cível nº 761.609-9, 18ª CC, Rel. Desª Ivanise Tratz Martins, julgado em 14.09.2011). "AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 267, III, DO CPC. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA PARA DAR REGULAR ANDAMENTO AO PROCESSO. INÉRCIA. ABANDONO DA CAUSA CONFIGURADO. RECURSO DESPROVIDO. Caracterizado o abandono da causa, ante a omissão da parte em promover os atos necessários ao regular andamento do processo, uma vez que observado estritamente os termos da lei, com a prévia intimação pessoal da parte autora, por via postal, além da intimação de seu patrono, via Diário da Justiça, a extinção do processo é de rigor." (Apelação Cível nº 799.432-9, 17ª CC, Rel. Des. Lauri Caetano da Silva, julgado em 31.08.2011). E, além da determinação

de intimação pessoal da parte autora, necessária, também, seria a intimação de seu patrono, mediante publicação no Diário da Justiça. Essa providência deve ser observada, em face da indispensável intimação do advogado para todos os atos do processo, pois é quem tem capacidade postulatória e está habilitado para promover o regular andamento do processo, ex vi do disposto nos artigos 36 e 236, do Código de Processo Civil. Nesse sentido: "A falta de intimação pessoal e, no caso, até mesmo de intimação do advogado da parte, frustra a possibilidade de extinção do processo, sem julgamento de mérito, com base no art. 267, II, § 1º, do Código de Processo Civil." (REsp nº 494.013/DF, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, 3ª Turma, j. 12.08.03). "APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA SEM A PRÉVIA INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE - EXTINÇÃO POR ABANDONO - IMPOSSIBILIDADE. Apelo provido. A extinção do processo com base no inciso III, artigo 267 do Código de Processo Civil exige, além da intimação pessoal do autor, também a de seu advogado". (TJPR - Apelação Cível nº. 358.487-0. 12ª Câmara Cível. Rel. Des. Ivan Bortoleto. Jul.: 04/04/2007) "(...) Intimação do procurador. Para que o abandono da causa possa resultar em extinção do processo, deve o advogado do autor ser intimado para dar andamento ao feito, sob pena de sua extinção, uma vez que a ele incumbe o `jus postulandi'" (TJPR Apelação Cível nº 0699705-5 15ª Câmara Cível, Rel. Des. Jurandyr Souza Junior, j. em 01.09.2010). Assim, tendo em vista que nenhuma das intimações (tanto da parte quanto a de seu advogado) ocorreu nos autos, é de se dar provimento ao recurso para anular a sentença, devendo o feito seguir seu curso, até se encontrar apto para julgamento. III - Em face do exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, considerando que a decisão recorrida está em manifesto confronto com jurisprudência dominante deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, dou provimento ao recurso para anular a sentença, devendo o feito seguir seu curso, à luz da legislação processual e material de regência. IV Intime-se. Curitiba (PR), 26 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0010 . Processo/Prot: 0823740-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/234690. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0001729-55.2011.8.16.0131 Busca e Apreensão. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: Nelson Paschoalotto, Ana Lúcia Pereira, Moises Valério Ghinelli. Agravado: Wagner Eduardo Drancka. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Segue decisão. Em 27.09.2011.

DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ACORDO. AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DE ADVOGADO. IMPOSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. Vistos, etc. I - O réu, BANCO BRADESCO S/A, interpôs recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão (fl. 31 TJ), que deixou de homologar acordo, "tendo em vista que a parte não está devidamente representada pelo procurador.", nos autos n. 1729-55/2011 da Ação de Busca e Apreensão. Em suas razões (fls. 04/11 - TJ), afirmou que o acordo celebrado entre as partes foi protocolado, em 19.04.2011, e a publicação da decisão agravada ocorreu, em 06.06.2011; portanto, em momento posterior. Aduziu que a ausência de advogado não gera a nulidade do acordo, que versou sobre "direito disponível, sendo pessoa capaz e tendo externado livre e conscientemente sua vontade." (fl. 05-TJ). Alegou que não há exigência, no art. 842, do Código Civil, de intervenção dos procuradores das partes e que, se a agravada afirmar que não assinou mediante espontânea vontade, poderá se valer de ação anulatória cabível. Ao final, pleiteou a reforma da decisão agravada. Relatei, em síntese. II Prevê o art. 557, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Pretende o agravante reformar a decisão que deferiu indeferiu o pedido de homologação do acordo, uma vez que a parte não está representada por advogado. Na hipótese, as partes celebraram Contrato de Financiamento e, em virtude do não cumprimento da obrigação pelo Agravado, o Agravante ajuizou Ação de Busca e Apreensão (fls. 13/15 TJ). Em momento posterior, as partes informaram que haviam celebrado transação e requereram a extinção do processo (fls. 25/26 TJ). O juiz a quo indeferiu o pedido, pela ausência de representação do réu/agravado. A propósito, conforme disposto no art. 36, do CPC, a parte será representada em juízo, por procurador legalmente constituído. Na hipótese, ainda que seja válido o acordo celebrado entre as partes, extrajudicialmente, o fato é que, ao ingressar em juízo, para requerer a extinção do processo, com base na transação, as partes devem estar representadas por advogado, o que não ocorreu. Sobre a matéria, ensinam Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery (Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 11. ed. Revista dos Tribunais. p. 255). Vejamos: "A lei exige que a parte esteja representada em juízo por quem tenha capacidade postulatória. Trata-se de representação técnica, que não se confunde com aquela do CPC 12. Por capacidade postulatória entende-se a aptidão para promover ações judiciais e elaborar defesa em juízo. (...)" Igualmente, são as seguintes decisões: CIVIL E PROCESSUAL - ACORDO CELEBRADO (TRANSAÇÃO) ENTRE RÉ E AUTOR, SEM PROCURADOR DESTE, MAS COM PARTICIPAÇÃO DO ADVOGADO DO RÉU. I - Não é válida a homologação de transação celebrada para desistência da ação, sem a participação do procurador de uma das partes. Inteligência do Art. 36 do CPC. II - Recurso conhecido e provido. (REsp 150.435/SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/2000, DJ 28/08/2000, p. 73) PROCESSUAL CIVIL. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACORDO EXTRAJUDICIAL. TERMO DE ADESÃO. AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DO ADVOGADO. CONVERGÊNCIA DE VONTADES. INEXISTÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Acordo extrajudicial firmado sem a presença de advogado regularmente constituído nos autos não comporta homologação, ante a manifesta descaracterização da convergência de vontades. 2. Agravo de instrumento provido. (65615 MG 2005.01.00.065615-7, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO, Data de Julgamento: 26/02/2007, SEXTA TURMA, Data de Publicação: 16/04/2007 DJ p.95, undefined) Desta forma, para que o acordo seja homologado, faz-se necessária a representação por advogado, de ambas as partes, devendo ser mantida a decisão agravada. III - Em face do exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso, por ser manifestamente improcedente. Intime-se Curitiba (PR), 27 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0011 . Processo/Prot: 0823818-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/191602. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0023339-18.2010.8.16.0001 Prestação de Contas. Apelante: Irineu Correia de Lima. Advogado: Anderson Cleber Okumura Yuge, Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado: Bv Financeira Sa. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Luciane Alves Padilha. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Segue decisão. Em 26.09.2011.

DECISÃO MONOCRÁTICA. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. INTERESSE DE AGIR. CONFIGURAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE CONTAS NO CURSO DA DEMANDA. PROSSEGUIMENTO NOS TERMOS DO ART. 915, § 1º DO CPC. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO PARA ANULAR A SENTENÇA. 1. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é possível o ajuizamento de ação de prestação de contas pelo devedor para obtenção de esclarecimentos quanto à evolução do débito e incidência dos encargos nos contratos de financiamento. 2. Havendo apresentação das contas antes da prolação da sentença que reconhecesse esse dever, ultrapassada está a primeira fase da ação, devendo a demanda prosseguir nos termos do art. 915, § 1º do CPC. Vistos, etc. I - O autor, IRINEU CORREIA DE LIMA, interpôs recurso de apelação contra a sentença (fls. 69/73), que, nos autos de Ação de Prestação de Contas, julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, por ausência de interesse de agir, com fundamento no art. 267, inciso VI, do CPC. Condenou-o ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em R$ 800,00, com fundamento no art. 20, § 4º, do CPC. Em suas razões recursais (fls. 75/80), sustentou que a instituição financeira deve prestar informações acerca dos contratos realizados, a fim de esclarecer "as cobranças consumadas". Disse que o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras, por conta da Súmula nº 297 do Superior Tribunal de Justiça. Sustentou que a jurisprudência deste Tribunal se posiciona favoravelmente à incumbência das instituições financeiras em prestar contas dos contratos de financiamentos. Pediu o deferimento da assistência judiciária gratuita em instância recursal e, ao final, o provimento do recurso. A apelada deixou de apresentar contrarrazões (fl. 82-v). Relatei, em síntese. II - Inicialmente, registra-se que, no tocante à assistência judiciária gratuita, não se verifica o interesse recursal do apelante, pois o benefício, anteriormente deferido (fl. 21), continua a produzir efeitos em segunda instância (art. 9º da Lei 1.060/50), razão pela qual nego seguimento a essa insurgência recursal. Quanto ao mérito, o recurso deve ser provido, uma vez que, existindo dúvidas acerca da aplicação de determinados encargos nos contratos de financiamento, possível é o ajuizamento da Ação de Prestação de Contas, configurando-se o interesse processual na obtenção clara e detalhada dessas informações, sendo essa a ação adequada a esse fim (arts. 914 a 919, CPC). Sobre o assunto, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTRATO DE MÚTUO OU FINANCIAMENTO. POSSIBILIDADE. PEDIDO GENÉRICO. INEXISTÊNCIA. - Nos contratos de mútuo ou financiamento, é lícito ao devedor pedir contas, para obter esclarecimentos a respeito da evolução do débito. - Não há se falar em pedido genérico de prestação de contas, quando o autor aponta o vínculo jurídico existente com o réu e especifica o período digno de esclarecimentos.- Agravo não provido" (AgRg no REsp 1.185.278/PR, 3 Turma, Rel. Ministra Nancy Andrighi, julgado em 17.02.2011). "PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INTERESSE PROCESSUAL. - Nos contratos de mútuo ou financiamento, é lícito ao devedor pedir contas, para obter esclarecimentos a respeito da evolução do débito. - O ajuizamento de ação de busca e apreensão e a inadimplência contratual do devedor, não retira o interesse processual de o devedor pedir contas. -Tal interesse independe da existência de débito. Reclama apenas um vínculo jurídico capaz de obrigar uma das partes a prestar contas à outra." (REsp 828350/RS, 3 Turma, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, julgado em 03.04.2007). Deste último aresto, destaca-se a seguinte passagem: "Assim como na conta corrente, nos contratos de mútuo ou financiamento, o interesse jurídico do devedor em exigir a prestação de contas é evidente. Decorre, como nos autos, da necessidade de (a) esclarecimentos a respeito da evolução do débito, (b) da certificação quanto à correção dos valores lançados e (c) da apuração de eventual crédito a seu favor". A pretensão, ademais, encontra amparo no art. 6º do CDC, cujo inciso III dispõe ser direito básico do consumidor a obtenção de "informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços". Sendo o referido dispositivo legal aplicável às relações pactuadas com bancos e instituições financeiras, conclui-se ser dever do banco prestar contas, de maneira detalhada, quando demandado, independentemente do envio prévio de contrato e demonstrativos de pagamentos. Não obstante, no caso dos autos, essas questões não encontram maior relevo, tendo em vista a apresentação das contas no curso da ação (fl. 55). A propósito, a Ação de Prestação de Contas é composta por duas fases: a primeira, que se refere à exigência de prestação de contas e análise se o réu é, ou não, obrigado a prestá-las; e a segunda, relaciona-se ao modo como deverão ser prestadas e à forma mercantil (art. 917, do

CPC). Na hipótese, a primeira fase restou ultrapassada, pois, antes que houvesse prolação da sentença definindo o dever de prestar contas, a apelada reconheceu a procedência do pedido, visto que apresentou contas detalhadas referentes ao contrato firmado entre as partes. Logo, deve a demanda prosseguir nos termos do art. 915, § 1º do CPC, considerando que o apelante discordou das contas apresentadas (fl. 59/61): "Art. 915, § 1º: Prestadas as contas, terá o autor 5 (cinco) dias para dizer sobre elas; havendo necessidade de produzir provas, o juiz designará audiência de instrução e julgamento; caso contrário, proferirá desde logo a sentença" Nesse sentido: "ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. SENTENÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PEDIDO GENÉRICO. INEXISTÊNCIA. LANÇAMENTOS EM CONTACORRENTE. INDICAÇÃO DE TODO PERÍODO NEGOCIAL. DECISÃO REFORMADA. SUPRESSÃO DE GRAU DE JURISDIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 515, § 3º DO CPC. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRIMEIRA FASE. PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANTERIOR À SENTENÇA. INTIMAÇÃO DO AUTOR. MANIFESTAÇÃO. EXEGESE DO ARTIGO 915, §1° DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA. APRECIAÇÃO EQUITATIVA. INVERSÃO DA VERBA ARBITRADA. (...) 3. Da apresentação das contas. No caso de, na primeira fase da ação de prestação de contas, o réu apresentar as contas requeridas antes da sentença, deve o julgador adotar o procedimento previsto no artigo 915, §1° do CPC. (...) Recurso de apelação provido. Supressão de grau de jurisdição. Julgamento de procedência." (Apelação Cível nº 730.176-2, 15ª CC, Rel. Des. Jurandyr Souza Júnior, julgado em 15.12.2010). Do teor do julgado, destaca-se a seguinte passagem: "Da ação de prestação de contas 5. Trata-se de primeira fase de ação de prestação de contas, na qual se discute o dever da instituição financeira prestar contas, relativas ao contrato de abertura de conta corrente sob o n° 09621-46, agência 0048. A instituição financeira prestou contas, conforme fls. 94/419. 6. No caso dos autos, deve ser seguido o procedimento disposto no artigo 915, §1°, do Código de Processo Civil. Art. 915. Aquele que pretender a prestação de contas requererá a citação do réu para, no prazo de cinco (5) dias, as apresentar ou contestar a ação. § 1º Prestadas as contas, terá o autor cinco (5) dias para dizer sobre elas; havendo necessidade de produzir provas, o juiz designará audiência de instrução e julgamento; em caso contrário, proferirá desde logo a sentença. 6.1. Nesse sentido é a doutrina de Adroaldo Furtado Fabrício : "Atitudes do réu: apresentação de contas e contestação Eis uma hipótese de que não cuidou a lei, mas perfeitamente plausível. (...) Em tal emergência que o legislador não previu e menos regulou não há como fugir a uma fusão dos dois estágios procedimentais. Ter-se-á de prosseguir na forma do § 1º, embora este só tenha contemplado a hipótese de não haver contestação, e o julgamento final definirá a correta composição das contas". 6.2. E ainda, dissertam Luiz Rodrigues Wambier, Flávio Renato Correia de Almeida e Eduardo Talamini4: "Pode o réu, concomitantemente à apresentação das contas, contestar, para controverter não a obrigação de prestá-las, mas qualquer outra alegação constante da petição inicial (...). Nessa hipótese, ultrapassada que resta a primeira fase, pois não há discussão acerca da obrigação de prestar as contas, pode o réu postular a aprovação das contas, independentemente de reconvenção, dado o caráter dúplice da ação. O procedimento, neste caso, será o do art. 915, § 1º.". 7. Como a instituição financeira, ora apelada já apresentou as contas solicitadas pelo autor, ora apelante, deve-se prosseguir o feito nos termos do art. 915, §1°, do CPC, com a intimação do autor para se manifestar acerca das contas apresentadas. 8. Em conclusão, voto pelo provimento do recurso de apelação, para reformar a sentença que extinguiu a ação, e, com base no art.515 do CPC, julgar procedente o pedido da primeira fase de prestação de contas; determinando a intimação do autor para se manifestar acerca das contas apresentadas pelo banco.". Conclui-se, pois, pelo parcial provimento do recurso, para anular a sentença, devendo os autos retornar à origem, a fim de que a demanda prossiga nos termos do art. 915, § 1º do CPC. III Em face do exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, considerando que a sentença está em manifesto confronto com jurisprudência dominante deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, dou parcial provimento ao recurso para anular a sentença, a fim de que a demanda prossiga nos termos do art. 915, § 1º, do CPC. IV Intime-se. Curitiba (PR), 26 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0012 . Processo/Prot: 0823841-5 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/191005. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0003102-65.2007.8.16.0001 Busca e Apreensão. Apelante: Jean Pierre Geremias de Jesus Neto, Orides Antonio Borges. Advogado: Umberto Giotto Neto. Apelado: Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento. Advogado: Vanderlei Taverna, Karine Simone Pofahl Weber. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Segue decisão. Em 26.09.2011.

DECISÃO MONOCRÁTICA. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. INTEMPESTIVIDADE. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO PREENCHIDO. RECURSO À QUE SE NEGA SEGUIMENTO. Vistos, etc. I Os réus, JEAN PIERRE GEREMIAS DE JESUS NETO E ORIDES ANTONIO BORGES, interpuseram recurso de apelação contra a sentença (191/197) que "julgou procedente o pedido de busca e apreensão para o fim de consolidar a posse e propriedade do bem descrito na inicial em favor da autora carga caminhão, Imp/MBens 310 D SPRINTERC DIESEL, ano 1998/1998, chassi 8AC690311WA518213, cor branca, placa CMT-4688". Por fim, condenou-os ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em R$ 2.000,00. Os réus opuseram embargos de declaração (fls. 199/202), os quais foram rejeitados (fls. 216). Em suas razões recursais (fls. 218/234), sustentaram que a sentença infringiu os arts. 128, 264 e 460 do CPC, proferindo julgamento "extra e ultra petita", tendo em vista que a causa de pedir da ação sempre foi a "mera inadimplência contratual ... jamais a quebra do dever de permanecer na posse do bem alienado fiduciariamente". Alegaram, também, a negativa de vigência dos arts. 388, inciso I, e 389, inciso II do CC, tendo em vista que não ficou devidamente comprovada a constituição em mora dos apelantes, "pois a assinatura aposta no comprovante de recebimento de fls. 21 não era do segundo apelante". Aduziram que a apelada agiu com má-fé contratual, afirmando que o "banco não poderia exigir o pagamento, quando ficava patente que abusou do contrato e onerou 2 e não apenas um veículo", asseverando pela incidência da exceptio non adimplenti contractus. Disseram que, apenas, três parcelas do contrato foram pagas com atraso, mediante depósito judicial, o qual não foi impugnado oportunamente pela apelada. Por fim, argumentaram pela necessidade preservação do contrato firmado, devendo a demanda ser julgada improcedente, por não estar configurada a mora. A apelada apresentou contrarrazões (fls. 238/255). Relatei, em síntese. II Prevê o art. 557, do CPC, a possibilidade de o Relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Analisando-se os pressupostos de admissibilidade, constata-se que a presente Apelação Cível carece da tempestividade. Consoante dispõe o art. 508, do CPC, "na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias". Da certidão de publicação e prazo (fl. 217) verifica-se que a decisão, que rejeitou os embargos declaratórios opostos em face da sentença, foi veiculada no Diário de Justiça eletrônico no dia 28.03.2011, publicada no dia 29.03.2011, com o prazo para recursos iniciando-se em 30.03.2011. Dessa forma, contando-se 15 dias a partir do dia 30.03.2011 (inclusive), conclui-se que a data final (termo ad quem) para a interposição da Apelação Cível foi dia 13.04.2011. Os recorrentes, entretanto, protocolaram-na somente no dia 14.04.2011 (fl. 218), ou seja, após o decurso do prazo legal. Registre-se, enfim, não ser o caso de aplicação do art. 191, do CPC, pois os apelantes estão sendo representados pelo mesmo procurador (fls. 40 e 129). Conclui-se, enfim, pela ausência de pressuposto de admissibilidade, consubstanciado na tempestividade recursal, o que conduz à negativa de seguimento ao recurso. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - INTERPOSIÇÃO DO RECURSO APÓS O PRAZO FINAL - INTEMPESTIVIDADE - APELO NÃO CONHECIDO" (Apelação Cível nº 820.288-6, 2ª CC, Rel. Des. Antonio Renato Strapasson, julgado em 15.09.2011). "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INTEMPESTIVIDADE - AUSÊNCIA DE REQUISITO EXTRÍNSECO AO RECURSO - NEGATIVA DE ADMISSIBILIDADE - NÃO CONHECIMENTO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO POR DECISÃO UNIPESSOAL DO RELATOR (ART. 557, CPC)" (Apelação Cível nº 779.648-1, 11ª CC, Rel. Des. Gamaliel Seme Scaff, julgado em 14.09.2011). DECISÃO MONOCRÁTICA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO INTERPOSTO APÓS O DECURSO DO PRAZO RECURSAL - INTEMPESTIVIDADE - NEGATIVA DE SEGUIMENTO - POSSIBILIDADE - MANIFESTA INADMISSIBILIDADE - ARTIGO 557, DO CPC. (TJPR, 17º C.Cível, AI nº 819973-3, Rel. Des. José Carlos Dalacqua, DJ.: 06.09.2011). III ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 557, caput do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso, haja vista ser manifestamente inadmissível. Curitiba (PR), 26 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0013 . Processo/Prot: 0824219-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/198252. Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0006188-55.2008.8.16.0083 Busca e Apreensão. Apelante: Cfk Empreendimentos Ltda, Cleonir Domingos Fraporti. Advogado: Júlio Cesar Dalmolin. Apelado: Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renaud Sa. Advogado: Wiviane Cristina Perin, Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios Segue decisão. Em 26.09.2011.

DECISÃO MONOCRÁTICA. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS EVIDENCIADA. DIFERENÇA ENTRE A TAXA MENSAL E A TAXA ANUAL DE JUROS. EXISTÊNCIA DE PACTUAÇÃO EXPRESSA. LEGALIDADE CARACTERIZADA. MORA NÃO DESCARACTERIZADA. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. Vistos, etc. I Os réus, CFK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA E CLEONIR DOMINGOS FRAPORTI, interpuseram recurso de apelação cível contra a sentença (fls. 98/112), que julgou procedente o pedido formulado nos autos de Busca e Apreensão convertida em Depósito, para determinar que "se expeça mandado de intimação da parte requerida para a entrega da coisa em vinte e quatro (24) horas, ou do equivalente em dinheiro, na forma da fundamentação". Por fim, condenou-os ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, com fundamento no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC. Em suas razões recursais (fls. 114/120), alegaram não estar comprovada a mora, em decorrência da cobrança de juros capitalizados no Contrato de Financiamento, uma vez que não ocorreu "pactuação desta forma de cobrança, sendo que o fato de constar taxas de juros mensais e anuais, não quer dizer que houve pactuação". Alegam que a disparidade entre a taxa de juros mensal e anual incidente apenas demonstra a ocorrência de capitalização, mas não implica a sua pactuação expressa. Disseram não ser o caso de aplicação da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, por ausência de previsão contratual acerca da capitalização. Por fim, alegaram que, com o reconhecimento da existência de juros capitalizados, "não há que se falar em constituição em mora do devedor", pedindo, portanto, a reforma da sentença. A apelada apresentou contrarrazões (fls. 137/151). Relatei, em síntese. II Prevê o art. 557, do CPC, a possibilidade de o Relator negar seguimento a

recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Os apelantes buscam desconstituir a mora, na presente Ação de Busca e Apreensão convertida em Depósito, mediante alegação de capitalização indevida, por ausência de expressa pactuação. De fato, conforme afirmaram, analisando-se o preâmbulo do contrato percebe-se facilmente a existência de capitalização em função da disparidade das taxas de juros mensal e anual. No Contrato de Financiamento, em discussão, a taxa de juros mensal é de 2,34%, a qual, multiplicada por 12 (um ano), deveria corresponder a 28,08%. No entanto, segundo o próprio contrato, a taxa anual é de 32,04% (fl. 14). Sobre o tema, já decidiu este Tribunal: "(...) A diferença entre a taxa anual e o produto da taxa mensal, para o mesmo período caracteriza que os juros mensais foram computados de forma capitalizada (...)" (TJPR Apelação Cível nº 0642950-7 17ª Câmara Cível, Rel. Des. Lauri Caetano da Silva, j. em 10.03.2010). "(...) CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS EVIDENTE PELA SIMPLES DIFERENÇA ENTRE A TAXA DE JUROS MENSAIS MULTIPLICADA POR DOZE (36%) E A TAXA ANUAL (42,58%) - EXPURGO CORRETAMENTE DETERMINADO - (...)" (TJPR Apelação Cível nº 0599976-2 18ª Câmara Cível, Rel. Des. Roberto De Vicente, j. em 04.11.2009). Frise-se que a consideração aos índices, um (mensal) em cotejo com outro (anual), serve, como registrado, para evidenciar a capitalização, e não para torná-la lícita; isto é, impô-la ao devedor, a quem todas as cláusulas contratuais devem restar claras, sob pena de não obrigá-lo, nos termos do art. 46 do CDC. Para que possa incidir, mister que haja previsão expressa e clara no contrato. Quer dizer, desde que pactuada, a incidência de juros capitalizados nos valores cobrados é legal, sendo que, na hipótese, houve previsão expressa da incidência. É o que se verifica do item nº 02 do tópico "VII Condições Gerais", o qual consignou que "o Valor do Principal acrescido dos valores da TAC e do IOF fica sujeito aos encargos financeiros pré-fixados calculados à taxa de juros fixada no quadro IV, capitalizados mensalmente (...)" (fl. 14-v). Confira-se o posicionamento desta Corte: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - I. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DO CÁLCULO DO VALOR INCONTROVERSO A SER DEPOSITADO JUDICIALMENTE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - POSSIBILIDADE - PACTUAÇÃO EXPRESSA EM CONTRATO APLICAÇÃO DA LEI 10.931/2004 - EFEITOS DA MORA NÃO DESCARACTERIZADOS - INADIMPLEMENTO CONFIGURADO (...)" (Agravo de Instrumento nº 31.08.2011, 17ª CC, Rel. Juiz Fabian Schweitzer, julgado em 31.08.2011). "CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - POSSIBILIDADE - PACTUAÇÃO EXPRESSA EM CONTRATO - APLICAÇÃO DA MP 2.170-36/2001 - NEGÓCIO JURÍDICO FIRMADO APÓS 2001 - III. SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO." (Apelação Cível nº 764.631-3, 17ª CC, Rel. Juiz Fabian Schweitzer, julgado em 24.08.2011). A possibilidade de capitalização mensal de juros passou a ser admitida aos contratos firmados após a entrada em vigor da Medida Provisória nº 2.170-36/2001 (31.03.2000), desde que sua incidência seja expressamente pactuada, conforme ocorreu no presente caso. Sobre o tema, deve-se destacar julgados do Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. CONTRATO POSTERIOR À EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.963-17/2000, REEDITADA SOB O Nº 2.170-36/2001. CAPITALIZAÇÃO PACTUADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A jurisprudência desta Eg. Corte pacificou-se no sentido de que a cobrança da capitalização dos juros é admitida nos contratos bancários celebrados a partir da edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001, qual seja, 31/3/2000, desde que expressamente pactuada. 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AG 1043882/MG, 4ª Turma, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 26.10.2010). "AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. CONTRATO POSTERIOR À MP Nº 1.963-17/2000. POSSIBILIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LEGALIDADE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS."(...) 2. É cabível a capitalização dos juros em periodicidade mensal para os contratos celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da primitiva publicação da MP 2.170-36/2001, desde que pactuada, como ocorre no caso do contrato de financiamento, não se aplicando o artigo 591 do Código Civil (REsp 602.068/RS e Resp 890.460/RS)." (AgRg no REsp 1064157/MS, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, julgado em 09.02.2010). Logo, sendo lícita a cobrança de juros capitalizados, no presente caso, não há que se falar em descaracterização da mora, o que somente ocorreria com o reconhecimento de abusividades contratuais no período da normalidade contratual. Nesse sentido, decidiu a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça: "ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; Ademais, mesmo que se verificasse a cobrança de encargos abusivos a mora não seria descaracterizada sem o depósito judicial das parcelas incontroversas, conforme já definiu este Tribunal: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA PARA REVISAR O CONTRATO E DESCARACTERIZAR A MORA. PARCELAS EM ABERTO. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO DOS VALORES TIDOS COMO CORRETOS. IMPOSSIBILIDADE DE DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO." (Embargos Infringentes nº 714.674-3/01, 17ª CC, Rel. Des. Mário Helton Jorge, julgado em 20.07.2011). Ainda, registre-se que o contrato está vencido desde 20.12.2009, ficando sem pagamento 25 prestações, caracterizando inadimplemento absoluto. Diante do exposto, deve ser negado seguimento ao recurso. III - Em face do exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso por estar em confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça. IV Intime-se. Curitiba (PR), 26 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0014 . Processo/Prot: 0824243-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/239206. Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0006295-86.2011.8.16.0021 Revisão de Contrato. Agravante: Brde Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Advogado: Silvio Cesar de Bettio, Edegard Augusto Cruzzara Lessnau, Janice Keller. Agravado: Genuino Folador, Adelia Lucieta Folador, David Folador, Fabio Luiz Folador, Luiz Carlos Folador. Advogado: Isaias Grasel Rosman. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. FINANCIMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. DEFERIMENTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INOCORRÊNCIA DE RISCO DE LESÃO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. CONVERSÃO EM AGRAVO RETIDO POR IMPERATIVO LEGAL. FACULDADE DO RELATOR. ART. 527, INC. II/CPC. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES E DE DEPÓSITO SUFICIENTE. ORIENTAÇÕES DO STJ. DÁ PROVIMENTO (ART. 557, § 1º-A, DO CPC). 1. Insurgindo-se o agravante em face de decisão que determinou a inversão do ônus da prova, verifica-se a inexistência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação, que justifique a apreciação do agravo por instrumento, tornando-se imperiosa a retenção recurso, consoante faculdade concedida ao relator pela norma contida no art. 527, inc. II do Código de Processo Civil. 2. Tratando-se de alegações demasiadamente genéricas, decorrente da ausência de correlação entre as abusividades apontadas com o contrato revisando, torna-se inviável concluir-se pela verossimilhança das alegações da parte, a ponto de lhe autorizar a antecipação dos efeitos da tutela pretendida. 3. Tendo a parte pleiteado o depósito do valor incontroverso, mas não apresentado a quantia que entende como tal, segundo a jurisprudência do STJ, para efeito de caucionar o débito do contrato de alienação fiduciária discutido em ação revisional, não se pode considerar como descaracterizada a mora e, de consequência, não se pode assegurar-lhe a abstenção de inscrição dos seus dados nos cadastros de proteção ao crédito (REsp 1.061.530-RS). 4. Agravo de instrumento parte convertido em retido e, na parte conhecida, dado provimento de forma monocrática (art. 557, § 1º-A, do CPC). I. Relatório Insurge-se instituição financeira agravante, ré, contra decisão proferida nos autos de ação revisional de contrato, autuada sob o nº 347/2011, perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel, que determinou a abstenção/exclusão dos dados dos agravados dos cadastros de proteção ao crédito, aceitando a caução oferecida, assim como manteve o agravado na posse do bem alienado e determinou a inversão do ônus da prova (fls. 20/TJ; 77 na origem). Sustenta que teria firmado com os agravados uma cédula de crédito bancário no valor de R$ 361.800,00 para que pudessem adquirir uma Colheitadeira New Holland TC 59, cujo valor total seria de R$ 452.250,00, com custo fixo da operação em 12,75% ao ano, a ser amortizado em seis parcelas anuais e os encargos saldados em parcelas semestrais, alternadas entre parcelas únicas de encargos e outras contendo encargos e amortização, dando-se o bem acima descrito como garantia fiduciária da operação. Em caso de inadimplemento, diz que teriam sido estipulados juros de mora no importe de 1% ao mês e atualização da dívida pelo IGMP_FG, além de multa de 2% incidente sobre o valor em atraso. Menciona, ainda, que o débito referente à determinada parcela de encargos (a vencida em 15/10/2005) foi alongada (Resolução nº 3.269/2005 do BACEN), diluindo-se essa quantia nas parcelas seguintes. Contudo, diz que os agravados apenas teriam pago a quantia de R$ 93.434,86, sub-rogando-se no crédito respectivo, além de um pagamento por terceiro, da quantia de R$ 386.444,94, restando então um saldo devedor vencido de R$ 201.680,85. Tal sub-rogação teria se dado porque a operação fora firmada no âmbito de convênio operacional envolvendo o Banco CNH (que se sub-rogou no crédito) e o agravante (BRDE), que então formalizou a operação perante o FINAME. Defende então que presente demanda não teria qualquer fundamento jurídico válido. Primeiro porque a inicial seria genérica, não se aplicando ao caso concreto, inclusive chamando-a de petição de adesão, voltada a contrato de conta corrente comum, que não seria o caso. E, visando demonstrar isso, acaba comparando trechos da inicial com o que chama de realizada fática, concluindo inexistir qualquer abusividade no contrato em questão. Além disso, menciona também que muito embora tivesse sido determinando que a mora somente seria afastada no caso de depósito integral do valor incontroverso, este não teria sido realizado, justificando-se então a inscrição dos dados dos agravados nos cadastros de proteção ao crédito. Por fim, refere que o Código de Defesa do Consumidor não seria aplicável a espécie, pois os agravados teriam grandes fazendas e diversos imóveis urbanos, além de uma receita anual líquida média de R$ 200.000,00 e o crédito obtido tratar-se de insumo para a aquisição de equipamento de grande porte destinado a atividade produtiva. E, como consequência, seria incabível a inversão do ônus da prova determinada na decisão agravada. Pugna, assim, com a concessão de efeito suspensivo, pela revogação da liminar concedida, para fins autorizá-lo a incluir os dados dos devedores nos cadastros de proteção ao crédito, além de ser afastada a incidência do CDC no presente caso, então não se operando a inversão probatória determina (fls.02-18/TJ). Eis, em síntese, o relatório. II. Fundamentos Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão que deferiu pedidos de antecipação de tutela em ação revisional de contrato garantido por alienação fiduciária, no sentido de que, autorizado a depositar a quantia que entende por incontroversa, a instituição financeira agravante se abstivesse de inscrever os dados do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, além de inverter-se o ônus da prova e manter os devedores na posse do bem dado em garantia da operação. No que diz respeito ao juízo de admissibilidade do recurso, verifica-se a presença dos pressupostos extrínsecos -- tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo --, todavia, no que diz

respeito aos intrínsecos, fazem-se presentes tanto a legitimidade quanto o interesse em recorrer, mas de uma análise mais apurada do presente caso concreto, com relação ao pedido de afastamento da inversão do ônus da prova, denota-se ausente o cabimento do recurso pela forma escolhida pelo agravante. O artigo 522 do Código de Processo Civil, com redação atribuída pela Lei nº 11.187/2005, dispõe que Das decisões interlocutórias caberá agravo no prazo de 10 (dez) dias na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento (sem os destaques no original). Como se vê, referida lei modificou consideravelmente o regime do agravo no direito processual pátrio, de modo que a partir de então, a regra para a interposição do referido recurso é a de que deve se dar na forma retida. Assim, em não se tratando o recurso de matéria de urgência e não sendo a decisão recorrida capaz de causar perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao agravante, a insurgência deste deve se dar, necessariamente, pela via do agravo retido, através de petição dirigida ao próprio juiz da causa e reiterando o pedido por ocasião de eventual recurso de apelação quando, então, o Tribunal dele conhecerá. Além disso, dispõe o artigo 527, inciso II/CPC, com nova redação dada pela Lei nº. 11.187/2005, que: Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído "incontinenti", o relator: (...) II - converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa (sem os destaques no original). Pois bem! Ao que se extrai dos autos, não se vislumbra perigo de dano irreparável, porque a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e o indeferimento da inversão do ônus da prova, por si só, não têm o condão de causar qualquer gravame à parte, de modo que, inexistindo, assim, qualquer resquício de risco de dano irreparável ou de difícil reparação, não se justifica o processamento da impugnação, neste tema, pela via eleita. Outrossim, da análise dos termos da decisão agravada não se verifica qualquer determinação no sentido de que o agravante arque com honorários periciais para produção de prova que não tenha requerido. Diante destas considerações, nada obsta que a presente discussão seja postergada para o momento da interposição de eventual recurso de apelação contra a sentença que vier a compor a lide, pelo que se conclui que o recurso de agravo em sua forma retida é meio hábil a satisfazer os interesses do agravante. No restante, presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade -- tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo --, e intrínsecos -- legitimidade, interesse e cabimento --, merece ser conhecido o presente recurso. Cumpre-se ponderar que no início do ajuizamento das ações revisionais o entendimento era restrito e se considerava que a discussão judicial do débito era suficiente para impedir a inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplência. Contudo, após amplo debate pela jurisprudência pátria, chegou-se ao consenso de que não basta a discussão judicial da dívida, impondo-se também o preenchimento de certos requisitos, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça. Desta maneira, é notória a necessidade de preenchimento dos requisitos exigidos pelo Superior Tribunal de Justiça para que o nome do devedor não seja inscrito junto aos cadastros de inadimplência. No que se refere ao tema relativo à exclusão dos cadastros restritivos, é de se considerar que visando unificar o entendimento da matéria e orientar a solução dos recursos de natureza repetitiva, na forma do art. 543-C/CPC, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, julgando o REsp 1.061.530-RS, tomado como representativo das questões bancárias, firmou entendimento de que é possível o deferimento desta pretensão, em sede de liminar/antecipação de tutela, em ação revisional de contrato, desde que não esteja caracterizada a mora contratual do devedor. Confira-se: ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. Sendo assim, a partir do julgamento do REsp 1.061.530-RS, ficou consolidado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA o entendimento de que para a apreciação do pleito de abstenção de inscrição dos dados nos cadastros restritivos, em virtude de contratos garantidos por alienação fiduciária ou nos de leasing, é necessário perquirir se está configurada a mora contratual do devedor. Uma vez caracterizada a mora contratual, descabe abstenção. Por outro lado, caso a mora não esteja caracterizada, é possível a concessão da medida. E com relação à mora contratual, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA fixou orientação, também no julgamento do REsp 1.061.530-RS, no seguinte sentido: ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. Verifica-se, então, que a descaracterização da mora contratual se afigura possível quando da comprovação inequívoca da cobrança de encargos abusivos e ilegais no período da normalidade contratual (em momento anterior ao inadimplemento, que não é o caso da comissão de permanência) e em se depositando judicialmente as parcelas sem os aludidos encargos inequivocamente abusivos. Ou seja, em síntese, significa dizer que a única hipótese hábil a afastar a mora contratual do devedor, com o afastamento dos efeitos daí decorrentes (exclusão do nome de cadastros negativos, por exemplo), além da demonstração da abusividade da instituição financeira, seria por meio de depósito judicial das parcelas no valor incontroverso, demonstrado inequivocamente, à luz do entendimento do STJ ou do STF, expurgados exclusivamente os valores exigidos em virtude de tais ilegalidades inequívocas. Isso se explica porque, se o devedor depositar a parcela em valor parcial, sem demonstrar a abusividade em relação à totalidade dos valores não depositados, certamente haverão valores devidos em aberto, culminando na existência de mora contratual no tocante aos valores correspondentes a parte da parcela não depositada. No entanto, como bem aponta o agravante, é de se ver que a petição inicial não confronta especificamente o caso dos autos, que se trata de uma cédula de crédito bancário, com as circunstâncias do caso concreto. A exemplo, em determinada passagem o agravado inclusive aponta que [...] com o intuito de revisar o contrato de conta corrente, [...] o autor recorre ao judiciário (fls. 35/TJ; 06 na origem cf. § 6º); adiante, fala na impossibilidade da capitalização dos juros, olvidando-se de tratar de cédula de crédito bancário, regida por lei específica que expressamente prevê essa hipótese (Lei 10.931/2004). Ademais, no caso em específico, é de se ver que os juros foram estipulados a taxa de 12,75% ao ano, e aqui vale o destaque de inexistir qualquer limitação a esse percentual, desde que não se configure abusivo, do contrário ao que ocorre com a Cédula de Crédito Comercial, por exemplo. Além disso, ainda que constadas todas as ilegalidades apontadas pelos agravados, ou seja, conclua-se pela verossimilhança de suas alegações, o que não é o caso, verifica-se que o devedor não especifica qual seria o valor ofertado para depósito, apenas faz menção que a parte autora pretende efetuar depósito judicial do valor que entende justo in casu" (fls. 19), muito embora na decisão impugnada tenha-se determinado o depósito no valor integral do débito. Então, de duas uma. Ou o agravante irá continuar regularmente pagando extrajudicialmente os valores referentes às prestações, quando então a instituição financeira, por óbvio, não terá interesse em inscrever seus dados nos cadastros de inadimplência. E aí a parte não tem nenhum interesse jurídico na medida pretendida. Ou quer o devedor se abster de realizar qualquer pagamento, quando, no entanto, assim haveria prestações em aberto, pelo que a mora, consoante jurisprudência assente no STJ, não se consideraria afastada e, por consequência, não faria jus a medida pretendida. Desse modo, a decisão impugnada, no que toca à determinação de abstenção da inscrição dos dados do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, encontra-se em confronto com as orientações do Superior Tribunal de Justiça, impondo-se então o imediato provimento ao presente recurso (art. 557, § 1º-A, do CPC). Por fim, importante destacar que não há qualquer insurgência do agravante com relação à manutenção de posse, pelo que, não tendo sida a matéria devolvida, não há que ser examinada. III. Decisão ANTE AO EXPOSTO, com fulcro na regra disposta no artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, converto parte do presente recurso em agravo retido, devendo, após o trânsito em julgado desta decisão, serem procedidas as devidas anotações nos registros, e remetidos os autos ao juízo de origem, onde deverão permanecer apensados aos autos da ação revisional para os fins previstos na lei, assim como, na forma do disposto no art. 557, § 1º- A, do Código de Processo Civil, na parte conhecida, dou provimento ao agravo de instrumento, para revogar a decisão que proibiu a instituição financeira agravante de inscrever os dados dos agravados em cadastros restritivos de crédito. Intime-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Juiz Francisco Jorge Relator - Convocado FCJ/rbl -- 1 Subst. Des. José Carlos Dalacqua

0015 . Processo/Prot: 0824900-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/204865. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0006833-62.2010.8.16.0131 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Daycoval Sa. Advogado: Alessandra Michalski Velloso, Carolina Heinz Haack, Juliana Arnhold Lazzarotto. Apelado: Edite Arrisi Rizzo. Advogado: Ezequiel Fernandes. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL Nº 824.900-3 Apelante : Banco Daycoval S/A. Apelado : Edite Arrisi Rizzo. Vistos e examinados. 1. De plano, nos termos do art. 557, caput do Código de Processo Civil, o recurso deve ter seguimento negado por manifesta inadmissibilidade, visto sua intempestividade. Pela análise dos autos observa-se que, o prazo recursal iniciou no dia 18/02/2011 (fls. 46/49), ante a intimação da sentença proferida em audiência e, teve seu término no dia 04/03/2011. Assim, a interposição do recurso somente no dia 10/03/2011 (fls. 70), se mostra flagrantemente extemporânea, impedindo o seu conhecimento. Diante do exposto, nego seguimento ao apelo. 2. Intimem-se. 3. Diligências de estilo. Curitiba, 23 de setembro de 2011 DES. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator

0016 . Processo/Prot: 0825229-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/198205. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0001047-42.2007.8.16.0131 Prestação de Contas. Apelante: Bv Financeira Sa - C.f.i. Advogado: Fernando José Gaspar. Apelado: Olires Adão Padilha. Advogado: Genirio João Favero. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos e examinados. 1. Trata-se de apelação cível nos autos de prestação de contas nº 507/2007 em face de sentença que julgou boas as contas apresentadas e extinguiu o processo com resolução de mérito (fls. 155/162). Em embargos declaratórios, rejeitou-se o pedido de exclusão do nome do apelado dos cadastros restritivos de crédito, vez que manifestado em via inapropriada (fls. 186/187). Apela a instituição financeira (fls. 175/181) invocando o princípio da intangibilidade dos contratos para pleitear que seja inalterado. Diz, ainda, que o contrato é válido, porque firmando com forma livre e consciente, sem vícios de vontade. Diz que a obrigação se torna impossível, porque contestou a pretensão do apelado, sob fundamento de que as contas seriam prestadas no curso do processo. Afirma que a sentença atribuiu como boas as contas apresentadas pelo apelado, mas tal argumento merece reparos, pois a defesa revela que o contrato deve ser mantido em sua integralidade. 2. De plano

o recurso deve ter seguimento negado, nos termos do artigo 557, caput do CPC, uma vez que manifestamente inadmissível pela violação do princípio da dialeticidade. O contrato não foi revisto ou alterado para que a invocação de princípios de sua imutabilidade tenha qualquer repercussão. A suposta impossibilidade da obrigação não pode ser conhecida porque transitada em julgado a sentença da primeira fase da prestação de contas. A invocação de que incorreta a sentença por ter julgado boas as contas apresentadas pelo apelado não condiz com a realidade dos autos, em que a apelante é quem apresentou contas. Ademais, não há interesse recursal algum, porque ausente sucumbência com o julgamento de que foi cumprida a obrigação de prestar contas. 3. Diante do exposto, nego seguimento ao apelo, com fulcro no artigo 557, caput do CPC, uma vez que manifestamente inadmissível pela falta de interesse recursal e ofensa ao princípio da dialeticidade. 4. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator

0017 . Processo/Prot: 0826230-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/268597. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0026900-16.2011.8.16.0001 Revisão de Contrato. Agravante: Eli Maria Lange da Silva. Advogado: Ana Cristina Coleto. Agravado: Bv Financeira S.a Crédito, Financiamento e Investimento. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Segue decisão. Em 27.09.2011

Vistos etc, A autora, ELI MARIA LANGE DA SILVA, interpôs recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão (fls. 170/171 TJ), que deferiu, parcialmente, a antecipação dos efeitos da tutela, para autorizar o depósito do valor incontroverso, sem afastar a mora, indeferindo os pedidos de determinação para abstenção/retirada do seu nome dos cadastros restritivos de crédito e de manutenção na posse do bem, nos autos n.º 26900/2011 da Ação Revisional de Contrato de Financiamento com Alienação Fiduciária em Garantia. Em suas razões (fls. 03/22 TJ), afirmou que deve ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor à relação jurídica contratual e ser afastada a aplicação da Medida Provisória n.º 2170-36/2001, da Lei 10.931/2004, a cobrança de juros capitalizados e do Custo Efetivo Total. Aduziu que deve ser afastada a cobrança da TAC, no valor de R$ 450,00; de Tributos, na quantia de R$ 1.092,58 e da comissão de permanência, em 12%, superior à taxa de juros mensal fixado, e ser determinada a abstenção/retirada do seu nome dos cadastros restritivos de crédito e mantida na posse do bem, tendo em vista que efetuou o pagamento substancial de 73%, equivalente a 35 das 48 parcelas avençadas. Ao final, pleiteou a concessão da antecipação dos efeitos da tutela recursal, para que seja (a) autorizado efetuar o depósito do valor incontroverso, em R$ 863,83; (b) determinada a abstenção/retirada do seu nome dos cadastros restritivos de crédito e (c) mantido na posse do bem. Relatei, em síntese. II Prevê o caput do art. 557, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, dispositivo este que é aplicável, na hipótese. É certo que, atualmente, a simples discussão judicial da dívida não é suficiente para obstar a exclusão do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, sendo necessário o preenchimento, concomitante, de outros dois requisitos: a) demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ e b) depósito do valor incontroverso ou prestação de caução idônea. Aliás, em recente decisão, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o REsp nº 1.061.530/RS, afeto a seu julgamento, em virtude da multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, na forma do que prevê o art. 543-C do CPC, assim decidiu, acerca dos cadastros de inadimplência: "A proibição da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) houver ação fundada na existência integral ou parcial do débito; ii) ficar demonstrado que a alegação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) for depositada a parcela incontroversa ou prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz". (Relatora Ministra Nancy Andrighi, j. 22.10.08). No caso em tela, faz-se presente o primeiro requisito, porquanto propôs a Agravante Ação Revisional de Contrato de Financiamento com Alienação Fiduciária em Garantia (fls. 55/98 TJ), questionando a ilegalidade de encargos contratados e cobrados pela instituição financeira, basicamente: juros capitalizados; comissão de permanência acima da taxa de juros contratada; serviços de terceiros e pagamentos autorizados (fl. 96 TJ). A propósito, a simples análise da cédula (fl. 102/103 - TJ) é suficiente para verificar a ocorrência da capitalização mensal de juros, independente de perícia, porquanto a multiplicação da taxa mensal por 12 meses (1,37% x 12 = 16,44%) oferece um resultado inferior à taxa anual contratada, de 17,73%. Sob o mesmo aspecto, constata-se que se trata de Contrato de Cédula de Crédito Bancário e, portanto, torna-se importante mencionar o que estabelece o art. 28, §1º, inciso I, da Lei 10.931/2004, vejamos: Art. 28. A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2o. § 1o Na Cédula de Crédito Bancário poderão ser pactuados: I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação; Quer dizer, desde que pactuada, a incidência de juros capitalizados nos valores cobrados é legal, sendo que, na hipótese, houve previsão expressa da respectiva incidência, no item 14 (fl. 49 TJ). No que se refere à cobrança da comissão de permanência, conforme o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça é permitida, desde que limitada à soma dos encargos remuneratórios e dos encargos moratórios, previstos no contrato, ou seja, (a) juros remuneratórios, de acordo com a taxa contratada (1,69%, fl. 18); (b) juros moratórios limitados a 12% ao ano (não pactuados, na hipótese) e (c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, de acordo com o disposto no art. 52, § 1º, do CDC. Assim, a incidência da comissão de permanência, no período de inadimplemento, é permitida, desde que respeitados os limites definidos pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a fim de se aproveitar o que foi livremente estipulado pelas partes, "devendo ser excluído apenas eventuais excessos" (AC 728.945-6, 17ª Câmara Cível, rel. Juiz Convocado Francisco Jorge, j. 10 de junho de 2011). Nesse sentido: DIREITO COMERCIAL E BANCÁRIO. CONTRATOS BANCÁRIOS SUJEITOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. VALIDADE DA CLÁUSULA. VERBAS INTEGRANTES. DECOTE DOS EXCESSOS. PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. ARTIGOS 139 E 140 DO CÓDIGO CIVIL ALEMÃO. ARTIGO 170 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. 1. O princípio da boa-fé objetiva se aplica a todos os partícipes da relação obrigacional, inclusive daquela originada de relação de consumo. No que diz respeito ao devedor, a expectativa é a de que cumpra, no vencimento, a sua prestação. 2. Nos contratos bancários sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, é válida a cláusula que institui comissão de permanência para viger após o vencimento da dívida. 3. A importância cobrada a título de comissão de permanência não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano; e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC. 4. Constatada abusividade dos encargos pactuados na cláusula de comissão de permanência, deverá o juiz decotá-los, preservando, tanto quanto possível, a vontade das partes manifestada na celebração do contrato, em homenagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos consagrado nos arts. 139 e 140 do Código Civil alemão e reproduzido no art. 170 do Código Civil brasileiro. 5. A decretação de nulidade de cláusula contratual é medida excepcional, somente adotada se impossível o seu aproveitamento. 6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 1058114/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/08/2009, DJe 16/11/2010) Com efeito, esse entendimento leva em consideração, precipuamente, a finalidade da Comissão de Permanência, na medida em que, no período de inadimplemento, é devida não somente a remuneração, mas também os juros de mora e a multa contratual, desde que pactuados. Logo, na hipótese, a cláusula n. 17 (fl. 103 TJ) deve ser aproveitada em relação à comissão de permanência, a fim de que incida a menor taxa (ou a de mercado, ou a contratada na Cédula de Crédito Bancário). Por outro lado, quanto à cobrança da Tarifa de Abertura de Crédito (R$ 450,00) e à cobrança de "Tributos" (R$ 1.092,59) são ilegais, na medida em que transferem à parte hipossuficiente, na relação contratual, despesas administrativas que, na realidade, são inerentes à própria atividade da instituição financeira. Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou: A descaracterização da mora ocorre pela cobrança de encargos indevidos, como, no caso concreto, as tarifas de emissão de carnê, de abertura de crédito e a `bancária', entendimento amparado na jurisprudência pacificada na 2ª Seção do STJ, nos termos do EREsp n. 163.884/RS, Rel. p/ acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, e REsp n. 713.329/RS, Rel. p/ acórdão Min. Carlos Alberto Menezes Direito. (AgRg no REsp nº 899.287/RS, Quarta Turma, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, j. 01.03.07) Todavia, há significativa diferença entre o valor que se pretende depositar (R$ 868,83), e o valor contratado (R$1.037,83), a qual não representa o expurgo das cobranças ilegais. Assim sendo, ausente o segundo requisito, motivo pelo qual a inscrição do seu nome nos cadastros restritivos de crédito, neste momento processual, é legítima. De qualquer maneira, cumpre esclarecer que o depósito no montante que entender correto configura ato de mera conveniência, na medida em que não tem o condão de elidir a mora, servindo, apenas, para indicar a sua boa intenção em cumprir as obrigações contratualmente assumidas, não gerando, por outro lado, prejuízo ao agravante, já que garante, ao menos, o recebimento de parte do seu eventual crédito, conforme vem decidindo esta Câmara: "É que, conforme posicionamento adotado por esta Corte, apenas o depósito integral dos valores previstos no contrato é capaz de afastar os efeitos da mora. Assim, o depósito dos valores que o devedor entende devidos, se inferiores ao pactuado, não tem o condão de elidir a mora, tratando-se ato de mera conveniência do devedor, servindo apenas para indicar um mínimo de boa-fé, não trazendo, outrossim, qualquer prejuízo ao credor, já ao menos parte do débito estará assegurado". (AI nº 530.589- 5, Decisão Monocrática, Relator Juiz Luis Espíndola, j. 09.10.08) Desse modo, possível a realização dos depósitos em Juízo, mas com afastamento da mora, tão-somente até o valor efetivamente depositado. Contudo, no que se refere ao pedido de manutenção do Agravante na posse do bem, há falta de interesse, pois, apesar do entendimento jurisprudencial de que inexiste qualquer impedimento, ainda que em sede de ação revisional, nenhuma utilidade há em obter um provimento, cujo resultado decorre do simples adimplemento da parte incontroversa do débito e das demais parcelas e, conseqüentemente, do afastamento da mora. Como bom observam Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart (Manual do Processo de Conhecimento, 4 ed., São Paulo: RT, 2.005, p. 515): "À semelhança do que acontece com o interesse de agir (condição da ação), que engloba a adequação da via eleita (traduzida, em termos de recursos, pela noção de cabimento, como visto), é necessário que o interessado possa vislumbrar alguma utilidade na veiculação do recurso, utilidade esta que somente possa ser obtida através da via recursal (necessidade). A fim de preencher o requisito `utilidade', será necessário que a parte, (ou o terceiro) interessada em recorrer, tenha sofrido algum prejuízo jurídico em decorrência da decisão judicial, ou ao menos que esta não tenha satisfeito plenamente a pretensão exposta - (uma vez que, sendo vencidos autor e réu, ambos terão interesse de recorrer). Em relação à `necessidade', esta estará presente se, por outro modo, não for possível resolver a questão, alterando-se ou suplantando-se o prejuízo

verificado." Deveras, do contrário (mora), estará o credor legitimado a tomar a medida que achar cabível, no sentido de buscar a retomada do veículo. Em outras palavras, basta que o devedor cumpra a obrigação contratual assumida para que permaneça na posse do bem, independentemente de intervenção judicial, sobretudo quando ausente qualquer ameaça concreta à posse pelo credor. III - Em face do exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso, por ser inadmissível, tendo em vista a falta de interesse de agir, quanto à postulação da manutenção da Agravante na posse do bem, e por estar em confronto com jurisprudência dominante deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça. IV - Intimem-se. Curitiba (PR), 27 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0018 . Processo/Prot: 0826457-5 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/273671. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 0008075-24.2011.8.16.0001 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin. Apelado: Afonso Carlos Camargo Guimarães. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos e examinados. 1. Trata-se de apelação cível nos autos de busca e apreensão nº 8075/2011 em face de sentença que extinguiu o feito sem resolução de mérito pela falta de constituição válida da mora, pela invalidade da notificação provinda de domicílio distinto daquele em que residente o devedor (fls. 25/26). Apela a instituição financeira (fls. 34/41) argumentando que o devedor está em mora, que decorre do inadimplemento. Diz que a mora foi comprovada por notificação, enviada ao endereço do contrato. 2. De plano, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, o recurso merece acolhimento monocrático para que se anule a sentença, visto que o entendimento nela exarado não mais se alinha à jurisprudência dominante. Irrelevante a invocação de mora decorrente do inadimplemento, ante a previsão da súmula 72 do STJ de imprescindibilidade de sua comprovação. Todavia, entende este Tribunal que o ato notificatório alcança sua finalidade com o devido recebimento no endereço fornecido pelo devedor, de modo que o princípio da territorialidade em relação ao cartório que o expede é irrelevante para validá-lo. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO I. CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MACEIÓ COMPROVAÇÃO DE RECEBIMENTO POR AR VALIDADE PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE RELATIVIZAÇÃO - INAPLICABILIDADE PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS SENTENÇA CASSADA II. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0775043-0 - Ponta Grossa - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer - Unânime - J. 18.05.2011) Ainda: "RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA POR CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS LOCALIZADO EM COMARCA DIVERSA DA DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada e entregue no endereço do devedor, por via postal e com aviso de recebimento, é válida quando realizada por Cartório de Títulos e Documentos de outra Comarca, mesmo que não seja aquele do domicílio do devedor. 2. De fato, inexiste norma no âmbito federal relativa ao limite territorial para a prática de atos registrais, especialmente no tocante aos Ofícios de Títulos e Documentos, razão pela qual é possível a realização de notificações, como a efetivada no caso em apreço, mediante o requerimento do apresentante do título, a quem é dada liberdade de escolha nesses casos. 3. A notificação extrajudicial, seja porque não está incluída nos atos enumerados no art. 129, seja porque não se trata de ato tendente a dar conhecimento a terceiros acerca de sua existência, não está submetido ao disposto no art. 130 da Lei 6.015/73" (STJ REsp 1237699 / SC Rel. Min. Luis Felipe Salomão 4ª Turma DJe 18.05.2011). Pela leitura dos autos às fls. 11, constata-se que o Aviso de Recebimento foi recebido no endereço do devedor, restando comprovada a sua mora. Por outro lado, deve-se acrescentar a inadmissibilidade da extinção do processo sem oportunização de emenda à inicial, como no caso. 3. Diante do exposto, dou provimento ao recurso para anular a sentença, determinando o prosseguimento do feito e o exame dos demais requisitos para concessão da liminar. 4. Intime-se e diligências. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator

0019 . Processo/Prot: 0826659-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/268735. Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0007336-86.2010.8.16.0033 Busca e Apreensão. Agravante: Dyhermes Newton Costa. Advogado: Robson Adriano de Oliveira, Jefferson Fiuza de Queiroz, Luiz Carlos Moreira Junior. Agravado: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Cíntia Regina Dornelas, Ligia Maria da Costa, Marcelo de Rocamora. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos e etc... 1. Trata-se de Agravo de Instrumento - com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal - interposto por Dyhermes Newton Costa em virtude da decisão proferida pelo MM. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível e Anexos do Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, às f. 86/87 dos autos nº 7336-86.2010.8.16.0033 de ação com pedido de busca e apreensão, fundada no Decreto Lei nº 911/69, movida por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A, que deixou de acolher o pedido de levantamento do valor depositado a título de purgação da mora. Consta assim na decisão agravada: "1. No curso da presente ação houve autorização judicial para purgação da mora referente ao pagamento das parcelas vencidas, com estipulação de condições (f. 55), elaborado cálculo da dívida pelo Contador Judicial a Devedora promoveu seu depósito (f. 61, determinou-se a restituição do bem (f.65), a qual não foi efetuada pois o bem fora vendido (f. 69 e f.79). A parte ré pugnou pela devolução do bem, sob pena de multa (f. 72), pedido indeferido (f. 73 e f.77) e também pelo levantamento da quantia depositada (f. 81). De seu turno, a Autora sustentou não ter sido intimada quanto a determinação de restituição do veículo, por isso efetuou a venda do bem (f. 83/85). 2. O pedido de levantamento do valor depositado a título de purgação da mora não comporta acolhimento nesta oportunidade considerando-se que visava a regularização da situação de inadimplemento contratual, perante o credor e não lhe obrigar a arcar de uma só vez com a integralidade do contrato. 3. Inicialmente, assinala-se que a alienação do automóvel ocorreu em 11/12/2010, ao passo que a purgação da mora foi autorizada em 16/12/2010 (f. 55) e finalizada em 27/12/2010 (f. 61). Assim, forçoso concluir que pela autora não houve descumprimento de ordem judicial. Além disso, considerando que o veiculo não se encontra mais em poder da Ré, eis que alienado a terceiro de boa fé, resta demonstrada a impossibilidade de restituição do mesmo, o que inviabiliza a posterior ordem de restituição bem como eventual aplicação de multa diária. (...)" 2. Inconformado, aduz o agravante, em síntese, que: a) realizou depósito para purgar a mora, dentro do prazo estabelecido em lei; b) o veículo foi vendido em leilão extrajudicial; c) conforme previsto no Decreto Lei nº 911/69, com a purgação da mora no prazo de cinco dias da execução da liminar, o veículo deve ser restituído livre de ônus; d) a instituição financeira agiu de má-fé e deve ser condenada na forma do artigo 17 do Código Civil. Destarte, pugna pela reforma da decisão, com a autorização para levantamento do valor depositado a título de purgação da mora. 3. Presentes os requisitos previstos em lei, admito o recurso interposto. 4. Da análise dos documentos transladados aos autos tem-se, em síntese, que: (i) Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A ingressou, em outubro de 2010, com ação de busca e apreensão, fundada no Decreto Lei nº 911/69, em razão do inadimplemento de contrato de financiamento com garantia fiduciária; (ii) para comprovação da regular constituição em mora, juntou aos autos cópia da notificação extrajudicial encaminhada ao endereço do devedor, acompanhada da respectiva certidão de entrega (f. 39/40-TJ); (iii) a liminar foi deferida pelo magistrado a quo (f. 54-TJ) e devidamente cumprida em 30.11.2010 (f. 58/40-TJ); (iv) no dia 01.12.2010, o réu compareceu aos autos pugnando pela remessa dos autos ao contador judicial, a fim de realizar o cálculo para purgação da mora (f. 62/66-TJ); (v) o pedido de purgação da mora foi deferido pelo magistrado a quo (f. 74-TJ); Página 2 de 6 (vi) segundo cálculo do Sr. Contador, a valor a ser depositado para purgar a mora seria de R$ 3.768,07; (vii) a quantia foi depositada pelo réu em 27.12.2010, conforme documento de f. 80-TJ;(viii) foi determinada a restituição do veículo ao devedor em 11.01.2011 (f. 86- TJ); (ix) o mandado de restituição deixou de ser cumprido (f. 89/90- TJ) pois o veículo foi vendido em leilão extrajudicial no dia 11.12.2010 (f. 100-TJ); (x) diante disso, o réu, ora agravante, pugnou pelo levantamento do valor depositado a título de purgação da mora (f. 102-TJ); (xi) o pedido foi indeferido pelo magistrado a quo (f. 108/109-TJ), sendo desta decisão que se insurge o agravante. Pois bem. 5. Primeiramente, parece oportuno lembrar que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segue no sentido de que a partir da edição da Lei nº 10.931/04, não se fala mais em purgação da mora, uma vez que, sob o novo regime, cinco dias após a execução da liminar, a propriedade do bem fica consolidada com o credor fiduciário, devendo o devedor pagar a integralidade do débito remanescente para que o bem lhe seja restituído livre do ônus. Neste sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA. CONTRATO GARANTIDO COM CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PURGAÇÃO DA MORA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 10.931/04. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA. SÚMULA 83 DO STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Com a nova redação do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 911/69, dada pela Lei 10.931/04, não há mais se falar em purgação da mora nas ações de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, devendo o devedor pagar a integralidade da dívida, no Página 3 de 6 prazo de 5 dias após a execução da liminar, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus. 3. A perfeita harmonia entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante desta Corte Superior impõe a aplicação, à hipótese dos autos, do enunciado Nº 83 da Súmula do STJ. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1183477/DF, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 03/05/2011, DJe 10/05/2011) RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ART. 3º, § § 1º E 2º, DO DL 911/69, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 10.931/2004 - PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS PARA PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA PELO DEVEDOR - TERMO INICIAL - DATA DA EXECUÇÃO DA LIMINAR - CONSTITUCIONALIDADE DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL - PRECEDENTES - QUITAÇÃO DO DÉBITO INTEMPESTIVA - CONSOLIDAÇÃO DA POSSE E DA PROPRIEDADE EM NOME DO CREDOR - OCORRÊNCIA - PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - APLICAÇÃO DO DIREITO À ESPÉCIE - RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS PELA DEVEDORA A TÍTULO DE PURGAÇÃO DA MORA, RESSALVADA A EXISTÊNCIA DE EVENTUAL SALDO CREDOR EM FAVOR DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, QUE DEVERÁ SER ABATIDO DO MONTANTE A SER RESTITUÍDO - NECESSIDADE - RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I - O comando expresso do art. 3º do DL 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo STF e pelo STJ, determina que o prazo para o pagamento integral da dívida pelo devedor, a elidir a consolidação da posse em favor do credor, inicia-se a partir da efetivação da decisão liminar na ação de busca e apreensão; II - In casu, o pedido de purgação integral da mora pela devedora foi feito de forma intempestiva, quando já consolidada a posse e a propriedade do veículo em favor do credor fiduciário, devendo, pois, ser julgada procedente a ação de busca e apreensão, com restituição do montante pago pela devedora a título de purgação da mora, ressalvada a existência de saldo credor em favor da instituição financeira, que deverá ser abatido do montante a ser restituído; III - Recurso especial provido. (REsp 986.517/RS, Rel. Ministro MASSAMI

UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/05/2010, DJe 20/05/2010) Ação de busca e apreensão. Decreto-Lei nº 911/69 com a redação dada pela Lei nº 10.931/04. 1. Com a nova redação do art. 3º do Decreto-Lei nº 911/69 pela Lei n° 10.931/04, não há mais falar em purgação da mora, podendo o credor, nos termos do respectivo § 2º, "pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus". 2. Recurso especial conhecido e Página 4 de 6 provido, em parte. (REsp 767.227/ SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2005, DJ 13/02/2006, p. 800) 6. Em que pese tal entendimento, no presente caso o MM. Dr. Juiz a quo deferiu o pedido de purgação da mora, de forma que o réu efetuou o depósito do valor das parcelas vencidas, acrescidas de custas processuais e honorários advocatícios, na forma do cálculo apresentado pelo Sr. Contador Judicial (f. 77/78-TJ). Ante a realização do depósito, o magistrado de primeiro grau determinou a restituição do veículo ao requerido, o que não foi efetivado tendo em vista que o bem já havia sido alienado em leilão extrajudicial realizado em 11.12.2010 (f. 100-TJ). Assim, pugnou o requerido pelo levantamento da quantia depositada, o que foi indeferido em primeiro grau. 7. Neste contexto, entendo que a irresignação do agravante, de fato, não merece prosperar. Isto porque, conforme bem salientado pelo MM. Dr. Juiz a quo, o depósito judicial foi realizado com a finalidade de quitar as parcelas vencidas e regularizar a situação de inadimplemento contratual. Em outras palavras, o depósito do valor das prestações vencidas é realizado com o escopo de pagamento, não sendo plausível o levantamento do valor na forma pleiteada pelo agravante. Neste mesmo sentido já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso semelhante: Página 5 de 6 PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO. PURGAÇÃO DA MORA. RESTITUIÇÃO DO VEÍCULO. VENDA DO BEM EM HASTA PÚBLICA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO. IMPOSSIBILIDADE. (...). (TJMG, 17ª Câmara Cível, AI 60352- 38.2010.8.13.0000, Rel. Des. Irmar Ferreira Campos, j. 15.04.2010) 8. Ante o exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente recurso. 9. Dê-se baixa nos registros de pendências do julgamento do presente feito. 10. Intime-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Des. LAURI CAETANO DA SILVA Relator Página 6 de 6

0020 . Processo/Prot: 0828520-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/328814. Comarca: Cascavel. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0019742-44.2011.8.16.0021 Revisão de Contrato. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios Segue decisão. Em 26.09.2011.

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. MANUTENÇÃO DE POSSE. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. DEPÓSITO DO VALOR INCONTROVERSO SEM AFASTAMENTO DA MORA. POSSIBILIDADE DE INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES NÃO DEMONSTRADAS. RECURSO PROVIDO. Vistos, etc. I A ré, SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, interpôs AGRAVO DE INSTRUMENTO (fls. 02/11-TJ) contra decisão interlocutória (fls. 166/167-TJ), proferida nos autos nº 0019742-44.2011.8.16.0021, da Ação Revisional de Contrato, que deferiu a tutela antecipada, para impedir a inscrição do nome da autora dos cadastros de proteção ao crédito, mantê-la na posse do bem, até a devolução do VRG, e autorizar o depósito mensal das prestações, no valor de R$ 8.339,61, respeitadas as datas dos vencimentos, sendo que como condição para a tutela antecipada, todas as parcelas vencidas deverão ser depositadas, corrigidas monetariamente e com juros legais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de não afastamento da mora e demais consectários (fl. 167-TJ). Irresignada, a agravante afirmou que a agravada age de má-fé, pois tenta desconstituir o que foi livremente pactuado. Aduziu que o VRG é uma garantia para que, ao final do contrato, possa receber uma quantia mínima, caso a arrendatária não opte pela compra do bem ou renovação do arrendamento, de forma que recupere o seu capital. Alegou que a propositura da ação revisional não afasta a mora da agravada, tampouco o depósito do valor incontroverso, sendo impossível a manutenção de posse. Afirmou que a agravada não demonstrou a recusa do recebimento das prestações, sendo despropositado o intento de consignar as parcelas. Asseverou que tem o direito de cobrar o crédito judicialmente, inclusive de ajuizar Ação de Reintegração de Posse. Sustentou que não foram preenchidos os requisitos exigidos para a não inscrição/ exclusão do nome da agravada dos cadastros de inadimplentes, especialmente, a verossimilhança das alegações. Ao final, pediu a atribuição de efeito suspensivo e o provimento do recurso, para revogar a tutela antecipada deferida. É o relatório. II - Prevê o art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o relator dar provimento ao recurso, nos casos em que a decisão impugnada se encontra em manifesto confronto com Súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça. Inicialmente, cumpre esclarecer que a autora pretende obter a rescisão do contrato, não a mera revisão contratual. Atualmente, a simples discussão judicial da dívida não é suficiente para obstar a exclusão do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, sendo necessário o preenchimento, concomitante, de outros dois requisitos: a) demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ e b) depósito do valor incontroverso ou prestação de caução idônea. Aliás, em recente decisão, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o REsp nº 1.061.530/RS, afeto a seu julgamento, em virtude da multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, na forma do que prevê o art. 543-C do CPC, assim decidiu, acerca dos cadastros de inadimplência: "A proibição da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) houver ação fundada na existência integral ou parcial do débito; ii) ficar demonstrado que a alegação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) for depositada a parcela incontroversa ou prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz". (Relatora Ministra Nancy Andrighi, j. 22.10.08). Na hipótese, faz-se presente o primeiro requisito, porquanto propôs o agravante a Ação Revisional de Contrato de Arrendamento Mercantil, questionando parte do débito, em face da descaracterização do contrato por suposta ilegalidade do VRG (Valor Residual Garantido) cobrado antecipadamente. Não obstante, não estão reunidos todos os requisitos para o deferimento da tutela antecipada. A alegação de que a antecipação do VRG, ou o seu pagamento, concomitantemente com as prestações do arrendamento, descaracteriza o leasing, contraria o que entende o STJ, em tema já sumulado, in verbis: "A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil" (Súmula 293, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/05/2004, DJ 13/05/2004 p. 183) Diante disso, também, o valor incontroverso, ao menos por ora, deve corresponder ao valor da parcela contratada. Qualquer depósito em montante diverso configurará ato de mera conveniência, na medida em que não tem o condão de elidir a mora, servindo, apenas, para indicar a boa intenção em cumprir as obrigações contratualmente assumidas, não gerando, por outro lado, prejuízo ao agravado, já que garante, ao menos, o recebimento de parte do seu eventual crédito, conforme vem decidindo este Tribunal: "É que, conforme posicionamento adotado por esta Corte, apenas o depósito integral dos valores previstos no contrato é capaz de afastar os efeitos da mora. Assim, o depósito dos valores que o devedor entende devidos, se inferiores ao pactuado, não tem o condão de elidir a mora, tratando-se ato de mera conveniência do devedor, servindo apenas para indicar um mínimo de boa-fé, não trazendo, outrossim, qualquer prejuízo ao credor, já ao menos parte do débito estará assegurado". (AI nº 530.589-5 - 18ª Câmara Cível, Decisão Monocrática, Relator Juiz Luis Espíndola, j. 09.10.08). "(...) Não demonstrando que o valor incontroverso representa a simples diferença entre o valor contratado e os valores cobrados abusivamente, os depósitos judiciais não terão o condão de afastar a mora contratual do devedor, não sendo cabível, por conseguinte, o deferimento da manutenção na posse e abstenção de inscrição do nome nos cadastros de inadimplentes (...)" (AI nº 608.538-3 - 17ª Câmara Cível, Rel. Des. Lauri Caetano da Silva, j. em 18.11.2009). Desse modo, possível a realização dos depósitos em juízo, mas com afastamento da mora, tão-somente, até o valor efetivamente depositado. Ainda, no que se refere ao pedido de manutenção do agravante, na posse do bem, há falta de interesse, pois, apesar do entendimento jurisprudencial de que inexiste qualquer impedimento, ainda que em sede de ação revisional, nenhuma utilidade há em obter um provimento, cujo resultado decorre do simples adimplemento da parte incontroversa do débito e das demais parcelas e, consequentemente, do afastamento da mora. Como bem observam Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart (Manual do Processo de Conhecimento, 4ª ed., São Paulo: RT, 2.005, p. 515): "À semelhança do que acontece com o interesse de agir (condição da ação), que engloba a adequação da via eleita (traduzida, em termos de recursos, pela noção de cabimento, como visto), é necessário que o interessado possa vislumbrar alguma utilidade na veiculação do recurso, utilidade esta que somente possa ser obtida através da via recursal (necessidade). A fim de preencher o requisito 'utilidade', será necessário que a parte, (ou o terceiro) interessada em recorrer, tenha sofrido algum prejuízo jurídico em decorrência da decisão judicial, ou ao menos que esta não tenha satisfeito plenamente a pretensão exposta - (uma vez que, sendo vencidos autor e réu, ambos terão interesse de recorrer). Em relação à 'necessidade', esta estará presente se, por outro modo, não for possível resolver a questão, alterando-se ou suplantando-se o prejuízo verificado." Deveras, do contrário (mora), estará o credor legitimado a tomar a medida que achar cabível, no sentido de buscar a retomada do veículo arrendado. Em outras palavras, basta que o devedor cumpra a obrigação contratual assumida para que permaneça na posse do bem, independentemente de intervenção judicial, sobretudo quando ausente qualquer ameaça concreta à posse pelo credor. III ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso, por estar a decisão agravada em confronto com jurisprudência deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, para revogar a tutela antecipada. IV Intimem-se. Curitiba (PR), 26 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0021 . Processo/Prot: 0828705-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/262060. Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 2011.00044233 Busca e Apreensão. Agravante: Perez e Inoue Ltda. (Representado(a)). Advogado: Andreza Rodrigues Cardoso de Gouvea, Michele Andresa de Souza. Agravado: Banco Bradesco SA. Advogado: Nelson Paschoalotto, Adriana Margaret Slonski, Aline Waldhelm. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios Vistos, etc... 1. Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo - interposto por Perez e Inoue Ltda, representada pelo sócio Paulo Sergio Navarro Perez em virtude da decisão proferida pelo MM. Dr. Juiz da 3ª Vara Cível da Comarca de Londrina, à f. 23 dos autos nº 0044233- 39.2011.8.16.0014 de ação de busca e apreensão, fundada no Decreto Lei nº 911/69, ajuizada por Banco Bradesco S/A, que deferiu a liminar de busca e apreensão. 2. Inconformado, aduz a agravante, em síntese, que: a) a notificação extrajudicial é inexistente, o que ocasiona a ausência de pressuposto de desenvolvimento válido do processo; b) a ausência do comprovante do Aviso de Recebimento da notificação extrajudicial descaracteriza a validade da mora; c) seja revogada a liminar e restituída a posse do bem apreendido; d) há necessidade de extinção do processo, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressuposto de constituição válida e regular da ação de busca e apreensão. Destarte, pugna pela reforma da decisão agravada, para que seja cassada a decisão que deferiu a liminar de busca e apreensão, extinguindo o processo sem julgamento de mérito. 3. Da leitura das peças trasladadas, depreende-se como relevante que: (i) Banco Bradesco S/A ingressou com ação de busca e apreensão, com fundamento no Decreto Lei nº 911/69 em face de Perez e Inoue Ltda, denunciando o inadimplemento de contrato de financiamento com garantia fiduciária, firmado entre as partes (f.

41/44-TJ); (ii) para comprovar a constituição em mora do devedor fiduciante, juntou aos autos notificação extrajudicial expedida pelo 2º Ofício de Registro de Título e Documentos de Londrina, a qual foi entregue à uma das sócias da devedora, Nair de Fátima Ramos Inoue, conforme certidão de f.v 45-TJ; (iii) o MM. Dr. Juiz a quo deferiu a liminar de busca e apreensão (f. 29-TJ), sendo desta decisão que se insurge o agravante; (iv) o mandado de citação e busca e apreensão foi devidamente cumprido em 14.07.2011 (f. 30-TJ). 4. No primeiro plano anoto que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o oficial do cartório goza de fé pública. A jurisprudência já pacificou esse entendimento, senão vejamos: "ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO. ENDEREÇO DO DEVEDOR. EFICÁCIA. É válida, para efeito de constituição em mora do devedor, a entrega da notificação em seu endereço, efetivada por meio de Cartório de Títulos e Documentos, que possui fé pública. Precedentes do STJ (REsp n. 470.968-RS, relator Ministro Aldir Passarinho Junior)". (STJ REsp nº 525.458/MG 4ª Turma, Rel. Min. Barros Monteiro, j. 21.06.2005, DJ 29.08.2005, p. 350). Pois bem. 5. No presente caso, cinge-se a controvérsia recursal em saber se houve ou não a constituição em mora do devedor. Conforme certidão do Oficial do 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, a notificação foi entregue no endereço residencial da representante legal do devedor no dia 30 de junho de 2011, às 15:50 minutos (f. 45v- TJ). O oficial do Cartório possui fé pública, pois o que afirma constitui verdade, isto significa que na sua certidão consta o que efetivamente aconteceu. Em caso de controvérsia, é ônus da ré provar que o cartorário está faltando com a verdade. Neste sentido, em que pese a agravante alegar que a notificação extrajudicial fora encaminhada a endereço desconhecido da sócia, como prova, acostou aos autos comprovante de endereço cobrança da COPEL (f. 52/54-TJ), o que por si só não é suficiente para desconstituir a certidão do Oficial do Cartório. Verifico, pois, a insuficiência de provas para descaracterização da fé-pública do cartorário. Ademais, nota-se que a ré firmou contrato de financiamento para aquisição de bem em 05.05.2010, obrigando-se a pagar o valor devido em 48 prestações, com a 1ª parcela a vencer em 05.07.2010 (f. 41-TJ), sendo que deixou de realizar os devidos pagamentos desde 04.09.2010, ou seja, pagou apenas duas parcelas e se encontra em situação de inadimplência há um ano, de forma que, a princípio, o devedor estava ciente de sua mora, o que da fundados indícios de má- fé, ainda mais por se tratar de Pessoa Jurídica que conhece de suas responsabilidades. 6. Em outro plano, quando o Oficial do Cartório realiza a entrega ao portador, é evidente que torna- se desnecessária a apresentação do aviso de recebimento, cujo documento é exigido quando o encaminhamento se faz via Correios. Neste particular devemos esclarecer que a intimação ideal é aquela feita ao portador pelo próprio tabelião. A entrega via Correios é uma alternativa autorizada pela Lei. A respeito do tema vale registrar o que dispõe a Lei nº 9.492/1997, no seu artigo 14 e seu parágrafo 1º: Art. 14. Protocolizado o título ou documento de dívida, o Tabelião de Protesto expedirá a intimação ao devedor, no endereço fornecido pelo apresentante do título ou documento, considerando-se cumprida quando comprovada a sua entrega no mesmo endereço. § 1º A remessa da intimação poderá ser feita por portador do próprio tabelião, ou por qualquer outro meio, desde que o recebimento fique assegurado e comprovado através de protocolo, aviso de recepção (AR) ou documento equivalente. Esta Corte assim decidiu em caso semelhante: AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LIMINAR DEFERIDA. CONSTITUIÇÃO EM MORA. NOTIFICAÇÃO ENTREGUE POR PORTADOR DO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA, NO ENDEREÇO DA DEVEDORA ARRENDATÁRIA. FÉ PÚBLICA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Na ação de reintegração de posse decorrente de arrendamento mercantil, o devedor arrendatário deve ser constituído em mora através de notificação expedida através do Cartório de Títulos e Documentos, cuja entrega no seu endereço pode ser realizada ao portador ou através dos Correios com o correspondente aviso de recebimento. 2. Quando a intimação ou entrega da notificação é feita ao portador, através de funcionário do próprio Cartório de Títulos e Documentos, é desnecessário a apresentação do aviso de recebimento. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0742684-0 São José dos Pinhais - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva) A jurisprudência solidificou entendimento no sentido de que é válida a notificação entregue no endereço no devedor e dispensa o recebimento pessoal. Neste sentido: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. NOTIFICAÇÃO. ENTREGA NO ENDEREÇO INDICADO PELO DEVEDOR NO CONTRATO. CERTIDÃO DO OFICIAL DO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. VALIDADE. FÉ-PÚBLICA. COMPROVAÇÃO DA MORA. RECURSO PROVIDO. Reputa-se comprovada a mora mediante a entrega de notificação, no endereço indicado pelo devedor no contrato, conforme certidão de funcionário do Cartório de Títulos e Documentos, o qual possui fé-pública. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0697722-8 - Mandaguari - Rel.: Des. Mário Helton Jorge - Unânime - J. 06.10.2010) Direito civil e processual civil. Recurso especial. Busca e apreensão. Alienação fiduciária. Caracterização da mora. Precedentes. Comprovação da Mora. Validade da notificação. Requisito para concessão de liminar. (...) - Na alienação fiduciária, comprova-se a mora do devedor pelo protesto do titulo, se houver, ou pela notificação extrajudicial feita por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos, que é considerada válida se entregue no endereço do domicílio do devedor, ainda que não seja entregue pessoalmente a ele. - A busca e apreensão deve ser concedida liminarmente se comprovada a mora do devedor fiduciante. Recurso especial provido. (STJ - REsp 810717/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2006, DJ 04/09/2006, p. 270) RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - MORA - CONSTITUIÇÃO - INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO - COMPROVAÇÃO - ENTREGA DA NOTIFICAÇÃO NO ENDEREÇO DO DEVEDOR - VALIDADE - PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - NECESSIDADE - RECURSO ESPECIAL PROVIDO, PARA ESTE FIM. I - Na ação de busca e apreensão, cujo objeto é contrato de financiamento com garantia fiduciária, a mora do devedor constitui-se quando este não paga a prestação no vencimento; II - Para a comprovação da mora, é suficiente a entrega da notificação no domicílio do devedor, não se exigindo, por conseguinte, que ela seja feita pessoalmente; III - Recurso especial provido. (STJ - REsp 1051406/RS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2008, DJe 05/08/2008) 7. Por oportuno, lembro que o Decreto Lei nº 911/69, que regulamenta o processo sobre alienação fiduciária, estabelece que a propriedade do bem se consolida no patrimônio do credor fiduciário cinco dias após a sua apreensão. In verbis: Art. 3º O Proprietário Fiduciário ou credor, poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciàriamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor. § 1º Cinco dias após executada a liminar mencionada no caput, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. § 2º No prazo do § 1º, o devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. Sendo assim, depois de executada a liminar de busca e apreensão, sem que o devedor tenha exercido o direito previsto no § 2º do artigo supramencionado, opera-se a plena consolidação da propriedade e posse do bem alienado fiduciariamente, podendo o credor inclusive vendê-lo a terceiros (Decreto-lei nº 911/1969, art. 2º, caput, e 3º, § 1º), a fim de recuperar o valor correspondente ao seu crédito. Vale destacar que a ação de busca e apreensão é, por sua natureza, ação de execução indireta. Na hipótese de indeferimento ou revogação da liminar o processo deve ser extinto. Subsistem somente duas hipóteses para tal desiderato: falta de notificação prévia do devedor e purgação da mora. Não ocorrendo qualquer dessas hipóteses o objeto da ação esgota-se com a apreensão do bem alienado fiduciariamente. 8. Por derradeiro, verifica-se que houve a regular constituição em mora, com base nos argumentos supramencionados, bem como, diante a busca e apreensão realizada no dia 14 de julho do corrente (f. 30-TJ), não consta nos autos qualquer indício de que, a princípio, a parte devedora tenha "purgado a mora", de forma que, a posse consolidou-se com o credor fiduciário, não havendo que se falar em restituição do bem ao agravado. Assim, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente recurso. 9. Dê-se baixa nos registros de pendência de julgamento do presente recurso. 10. Intime-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Des. LAURI CAETANO DA SILVA Relator

0022 . Processo/Prot: 0829068-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/246105. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 0021921-11.2011.8.16.0001 Reintegração de Posse. Agravante: Vera Lucia Gomes Kamienski Mesadri. Advogado: Caroline Amadori Cavet, Victicia Kinaski Gonçalves. Agravado: Santander Leasing Arrendamento Mercantil S/a. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ARRENDAMENTO MERCANTIL. CONSTITUIÇÃO EM MORA. PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE. DEMONSTRATIVO DO DÉBITO. CONTRATO ANALÍTICO EM CARTÓRIO. MANUTENÇÃO DE POSSE. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO. IMPROPRIEDADE. MORA NÃO AFASTADA. DECISÃO MANTIDA. SEGUIMENTO NEGADO. 1. O princípio da territorialidade não se aplica em se tratando de notificação extrajudicial para fins da comprovação da mora do devedor, pois a lei regedora dos protestos de título (Lei 9.492/1997) não pode ser interpretada de forma extensiva a ponto de alcançá-la. 2. Não se configura inepta a petição inicial de ação de reintegração de posse quando acompanhada de demonstrativo de débito capaz de responder, ainda que indiretamente, aos questionamentos feitos pelo consumidor dos encargos incidentes na evolução contratual. 3. O simples fato de existir um contrato analítico arquivado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos correspondente a operação realizada, da qual apresentou-se apenas um instrumento sintético quando da contratação, por si só não o torna nulo, sendo necessária a demonstração de eventual prática abusiva por utilização de cláusula desconhecida do consumidor, quando então poderá haver pontual repreensão. 4. Não ofertando a parte qualquer valor a título de depósito do valor efetivamente incontroverso, segundo a jurisprudência do STJ, para efeito de caucionar o débito do contrato de arrendamento discutido em ação de reintegração de posse ajuizada pela instituição financeira, não se pode considerar como descaracterizada a mora e, de consequência, não se pode assegurar-lhe a manutenção na posse do bem (REsp 1.061.530-RS). 5. Agravo de instrumento a que se nega seguimento (caput do art. 557/CPC). I. Relatório Insurge-se a agravante, ré, contra decisão proferida nos autos de ação de reintegração de posse, nº 0021921- 11.2011.8.16.0001, que lhe move a instituição financeira agravada perante o juízo da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da RMC, que deferiu liminar de reintegração de posse de bem objeto da prestação de contrato de arrendamento mercantil firmado entre as partes (fls. 47-49/TJ; 27-29 na origem). Após um breve relato dos fatos, sustenta restar equivocada a decisão agravada, primeiro porque a sua mora não estaria devidamente comprovada, ante o envio de notificação extrajudicial por meio de Cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado em comarca diversa da de seu domicílio, ante a ofensa ao princípio da territorialidade, o que inclusive ensejaria a extinção do feito sem resolução do mérito pela carência da ação e, segundo, por ser inepta a inicial, em razão de não ter sido acostado o demonstrativo do débito, o que também ensejaria a extinção da presente demanda sem a resolução do seu mérito. Ainda, refere ter havido cobrança de encargos ilegais no período de normalidade (cobrança de juros capitalizados, acima do limite legal e a exigência de tarifas administrativas) e que estando parte do contrato depositada em Cartório

de Registro de Títulos e Documentos não teria tido amplo acesso a seus dados, o que afastaria sua mora (fls. 04-19/TJ). Finaliza então pugnando, com a concessão de efeito suspensivo, pelo conhecimento e provimento do presente recurso, para extinguir-se o feito ou senão revogar a liminar concedida. Eis, em síntese, o relatório. II. Fundamentos Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em ação de reintegração de posse, onde restou deferida a liminar formulada pela instituição financeira arrendante de bem cedido em arrendamento mercantil, ora agravada. Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade -- tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo --, e intrínsecos -- legitimidade, interesse e cabimento --, merece ser conhecido o presente recurso. Das razões apresentadas pelo recorrente, extrai-se a sua pretensão de ver revogada a liminar de reintegração de posse que recai sobre bem arrendado, além de extinção da demanda, pela carência de ação. O primeiro motivo que aduz para tanto é a notificação judicial expedida para fins de comprovação da sua mora teria sido encaminhada por Oficial de Cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado em comarca distinta da de seu domicílio. Contudo, é de se ver que embora antes houvesse divergência quanto ao tema, recentemente definiu-se no âmbito no STJ que o princípio da territorialidade não se aplica à espécie, vez que a lei regedora dos protestos de títulos (Lei 9.492, de 10 de setembro de 1997) não pode ser interpretada de forma extensiva a ponto de alcançar as notificações extrajudiciais. Nesse sentido, o REsp 1.237.699, de 24 de março de 2011, relatado pelo ilustre Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, assim ementado: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA POR CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS LOCALIZADO EM COMARCA DIVERSA DA DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada e entregue no endereço do devedor, por via postal e com aviso de recebimento, é válida quando realizada por Cartório de Títulos e Documentos de outra Comarca, mesmo que não seja aquele do domicílio do devedor. 2. De fato, inexiste norma no âmbito federal relativa ao limite territorial para a prática de atos registrais, especialmente no tocante aos Ofícios de Títulos e Documentos, razão pela qual é possível a realização de notificações, como a efetivada no caso em apreço, mediante o requerimento do apresentante do título, a quem é dada liberdade de escolha nesses casos. 3. A notificação extrajudicial, seja porque não está incluída nos atos enumerados no art. 129, seja porque não se trata de ato tendente a dar conhecimento a terceiros acerca de sua existência, não está submetido ao disposto no art. 130 da Lei 6.015/73. 4. Recurso especial conhecido em parte e, nesta parte, provido. (REsp 1237699/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 18/05/2011) Ademais, não nega o agravante que a notificação expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos à que refere o Aviso de Recebimento constante dos autos, lhe foi enviada e efetivamente recepcionado no destino, sendo assim suficiente para comprovar a mora. Assim, no caso concreto resta suficientemente comprovada a entrega da notificação expedida no endereço fornecido pelo devedor quando da celebração do contrato, não se podendo então ter outra conclusão senão a de que a mora do devedor encontra-se devidamente comprovada nos autos. E, por tratar-se de contrato de arrendamento mercantil, opera-se o esbulho com a não entrega do bem pelo arrendatário, após ter sido devidamente constituído em mora por meio de notificação extrajudicial, em decorrência do entendimento consolidado no enunciado da súmula 369/STJ, pelo qual: "No contrato de arrendamento mercantil (leasing), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora". Assim, a alegação não é suficiente a afastar a legalidade do deferimento da medida liminar de proteção possessória ora impugnada, muito menos para levar a extinção do feito. Já com relação à necessidade do demonstrativo do débito, sob pena de inépcia da petição inicial, verifica-se que, sem entrar no mérito dessa exigência, constata-se que com a inicial foi apresentada uma planilha contendo a evolução do débito, com referência expressa a taxa de juros de mora aplicada, a multa contratual, o prazo e a correção monetária (fls. 36/TJ; 16 na origem), havendo aí suficientes elementos para a ciência do consumidor dos encargos incidentes na operação. Aliás, também com relação à cópia do contrato arquivado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, que ao ver da agravante implicaria na extinção do feito sem a resolução do mérito por prejuízo à ciência inequívoca do consumidor quanto ao seu inteiro teor, tem-se que é de conhecimento notório, que a proposta de arrendamento, tal como a apresentada pela instituição financeira (fls. 30-31/TJ; 10-11 na origem), onde sinteticamente são apresentados os dados do arrendamento e suas cláusulas, é suficiente para o entendimento do teor do contrato pelo consumidor, uma vez que constam ali claramente seus direitos e deveres. Por isso, o fato de um contrato analítico referente à operação encontrar-se arquivado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, não vicia, por si só, todo o negócio jurídico celebrado. O que eventualmente poderá acontecer é a impugnação de eventual exigência que a instituição financeira possa ter feito com base nessas cláusulas ocultas no contrato analítico arquivado. Todavia, aí então essa prática deverá ser demonstrada pelo consumidor, quando deverá ser pontualmente reprimida, mas que, mesmo assim, não implicará na nulidade da relação jurídica firmada entre as partes. Desse modo, também não prospera a pretensão da parte agravante, no sentido da revogação da e liminar ou da extinção do feito. E quanto à presença de ilegalidades no contrato, a implicar no afastamento de sua mora como refere a agravante, é de se considerar que visando unificar o entendimento da matéria e orientar a solução dos recursos de natureza repetitiva, na forma do art. 543-C/CPC, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, julgando o REsp 1.061.530- RS, tomado como representativo das questões bancárias, realmente firmou entendimento de que é possível o deferimento da manutenção na posse do bem arrendado, desde que não esteja caracterizada a mora contratual do devedor. Confira-se: 8. MANUTENÇÃO NA POSSE: A questão relativa a manutenção na posse relaciona-se diretamente com aquilo que restou decidido quanto à configuração da mora. Como consolidado na Súmula 72/STJ, "a comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente". Confira-se, ainda, nesse sentido: AgRg no REsp 400.227/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 28/02/2005; AgRg no REsp 1.005.202/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti DJe 07/05/2008. Logo, afastada a mora da recorrida, não há como ser acolhido o pleito da instituição financeira de afastar a recorrida da posse do bem alienado fiduciariamente. Sendo assim, a partir do julgamento do REsp 1.061.530-RS, ficou consolidado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA o entendimento de que para a apreciação do pleito de manutenção do devedor na posse do bem, nos contratos garantidos por alienação fiduciária ou de arrendamento mercantil, é necessário perquirir se está configurada a mora contratual do devedor. Uma vez caracterizada a mora contratual, descabe a manutenção na posse do bem. Por outro lado, caso a mora não esteja caracterizada, é possível a concessão da medida de manutenção de posse. E no que respeita à exclusão dos cadastros restritivos, que complementa o entendimento relativo à manutenção de posse, já está também firmado entendimento pela Segunda Seção de nossa Corte Superior, quando da apreciação do mesmo recurso representativo das questões de repetitivas, segundo a ORIENTAÇÃO N. 4, assim posta: ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. Outrossim, com relação à mora contratual, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA fixou orientação, também no julgamento do REsp 1.061.530-RS, no seguinte sentido: ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. Verifica-se, assim, que a descaracterização da mora contratual se afigura possível quando da comprovação inequívoca da cobrança de encargos abusivos e ilegais no período da normalidade contratual (em momento anterior ao inadimplemento) e em se depositando judicialmente as parcelas sem os aludidos encargos inequivocamente abusivos. Ou seja, em síntese, significa dizer que a única hipótese hábil a afastar a mora contratual do devedor, com o afastamento dos efeitos daí decorrentes (manutenção na posse de veículo alienado, ou mesmo arrendado), além da demonstração da abusividade da instituição financeira na exigência indevida de juros ou mesmo de sua capitalização, seria por meio de depósito judicial das parcelas no valor incontroverso, demonstrado inequivocamente, à luz do entendimento do STJ ou do STF, expurgados exclusivamente os valores exigidos em virtude de tais ilegalidades inequívocas. Isso se explica porque, se o devedor depositar a parcela em valor parcial, sem demonstrar a abusividade em relação à totalidade dos valores não depositados, certamente haverão valores devidos em aberto, culminando na existência de mora contratual no tocante aos valores correspondentes a parte da parcela não depositada. Ocorre que no presente caso, ainda que constatadas todas as ilegalidades apontadas pelo agravante, ou seja, conclua-se pela verossimilhança de suas alegações, verifica-se que não se propôs o devedor a realizar nenhum depósito, nem mesmo quanto a parte incontroversa do débito. Então, de duas uma. Ou o agravante irá continuar regularmente pagando extrajudicialmente os valores referentes às prestações, quando então a instituição financeira, por óbvio, não terá interesse em prosseguir com a reintegração. E aí a parte não tem nenhum interesse jurídico na medida pretendida. Ou quer o devedor se abster de realizar qualquer pagamento, quando, no entanto, assim haveria prestações em aberto, pelo que a mora, consoante jurisprudência assente no STJ, não se consideraria afastada e, por consequência, não faria jus a medida pretendida. Desse modo, por todos esses motivos, a decisão impugnada merece ser mantida, ainda que por fundamento diverso, por estar em consonância com as orientações da E. Corte Especial e desta Câmara Cível. III. Decisão ANTE AO EXPOSTO, com fulcro nas disposições do art. 527, I c/c 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo de instrumento. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Juiz Francisco Jorge Relator Convocado FCJ/rbl -- 1 Subst. Des. José Carlos Dalacqua

0023 . Processo/Prot: 0829734-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/337760. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 0023025-38.2011.8.16.0001 Revisão de Contrato. Agravante: Clenir Antônio Klein. Advogado: Victicia Kinaski Gonçalves. Agravado: Banco Finasa Bmc Sa. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Segue decisão. Em 26.09.2011.

Vistos etc, O autor, CLENIR ANTÔNIO KLEIN, interpôs recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão (fls. 69/70 TJ), que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, através do qual pretendia a autorização para efetuar o depósito do valor incontroverso, a determinação para abstenção/retirada do seu nome dos cadastros restritivos de crédito, a manutenção na posse do bem e a determinação para vedação da circulação "ou protesto de título vinculado ao objeto desta demanda." (fl. 38 TJ), nos autos n.º 1396/2011, da Ação Revisional de Contrato de Financiamento de Veículo. Em suas razões (fls. 06/16 TJ), afirmou que deve ser autorizado o depósito do valor incontroverso, uma vez que há cobrança abusiva de juros capitalizados e deve ser determinada a abstenção/retirada do seu nome dos

cadastros restritivos de crédito, eis que foram preenchidos os requisitos exigidos pela jurisprudência do STJ. Aduziu que deve ser deferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, porquanto foram preenchidos os requisitos exigidos no art. 273, do CPC. Alegou que há discussão judicial da dívida e que, em virtude da cobrança abusiva, inexiste a mora, devendo ser mantido na posse do bem. Asseverou que deve o agravado ser impedido de protestar eventual título de crédito vinculado ao contrato, tendo em vista que atingido "por todas as vicissitudes do pacto principal." (fl. 14 TJ). Ao final, pleiteou a concessão da antecipação dos efeitos da tutela recursal, para (a) autorizar o depósito do valor incontroverso, e, subsidiariamente, o depósito integral da parcela em juízo; (b) determinar a abstenção/retirada do seu nome dos cadastros restritivos de crédito; (c) "impedir a instituição de protestar nora promissória, se assim o contrato prever" (fl. 16 TJ) e (d) mantê-lo na posse do bem. Relatei, em síntese. II Prevê o art. 557, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. É certo que, atualmente, a simples discussão judicial da dívida não é suficiente para obstar a inclusão/manutenção do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, sendo necessário o preenchimento, concomitante, de outros dois requisitos: a) demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; e b) depósito do valor incontroverso ou prestação de caução idônea. Aliás, em recente decisão, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o REsp nº 1.061.530/RS, afeto a seu julgamento, em virtude da multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, na forma do que prevê o art. 543-C do CPC, assim decidiu, acerca dos cadastros de inadimplência: "A proibição da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) houver ação fundada na existência integral ou parcial do débito; ii) ficar demonstrado que a alegação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) for depositada a parcela incontroversa ou prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz". (Relatora Ministra Nancy Andrighi, j. 22.10.08). Constata-se que se faz presente o primeiro requisito, porquanto propôs o Agravante a Ação Revisional de Contrato c/c Repetição de Indébito (fls. 19/40 TJ), questionando parte do débito, em face da ilegalidade de encargos contratados e cobrados pela instituição financeira, basicamente: juros remuneratórios excessivos; juros capitalizados; taxa de abertura de crédito; taxa de cadastro e taxa de emissão de boleto. De outro lado, observa-se que o Agravante não juntou a cópia do contrato, que pretende revisar, por conseguinte, não há como se saber se a capitalização mensal de juros, admitida nos contratos bancários, celebrados a partir da Medida Provisória nº 1.963-17/2.000, restou pactuada, consoante jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça; tampouco a cobrança das taxas administrativas. "Por força do art. 5.º da MP 2.170-36, é possível a capitalização mensal dos juros nas operações realizadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que pactuada nos contratos bancários celebrados após 31 de março de 2000, data da publicação da primeira medida provisória com previsão dessa cláusula (art. 5.º da MP 1.963/2000). Precedentes. É admitida a incidência da comissão de permanência, após o vencimento do débito, desde que pactuada e não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros moratórios, e/ou multa contratual. Precedentes". (AgRg no REsp nº 907.214/MS, Terceira Turma, Relatora Ministra Nancy Andrighi, j. 14.10.08) Igualmente, quanto à cobrança de taxa de abertura de crédito; taxa de cadastro; taxa de emissão de boleto, não é possível o exame da verossimilhança das alegações, pela ausência do contrato. Destarte, não ficando demonstrado que a contestação da cobrança indevida de juros se funda na aparência do bom direito, mostra-se ausente o segundo requisito, pelo que o valor incontroverso, ao menos por ora, deve corresponder ao valor da parcela contratada. De qualquer forma, cumpre esclarecer que o depósito no montante que a Agravante entende correto, configura ato de mera conveniência, na medida em que não tem o condão de elidir a mora, servindo, apenas, para indicar a sua boa intenção em cumprir as obrigações, contratualmente assumidas, não gerando, por outro lado, prejuízo ao Agravado, já que garante, ao menos, o recebimento de parte do seu eventual crédito, conforme vem decidindo esta Câmara: "É que, conforme posicionamento adotado por esta Corte, apenas o depósito integral dos valores previstos no contrato é capaz de afastar os efeitos da mora. Assim, o depósito dos valores que o devedor entende devidos, se inferiores ao pactuado, não tem o condão de elidir a mora, tratando-se ato de mera conveniência do devedor, servindo apenas para indicar um mínimo de boa-fé, não trazendo, outrossim, qualquer prejuízo ao credor, já ao menos parte do débito estará assegurado". (AI nº 530.589-5, Decisão Monocrática, Relator Juiz Luis Espíndola, j. 09.10.08) Desse modo, possível a realização dos depósitos em juízo, mas com afastamento da mora, tão-somente até o valor efetivamente depositado. Ainda, no que se refere ao pedido de manutenção da Agravante, na posse do bem, há falta de interesse, pois, apesar do entendimento jurisprudencial de que inexiste qualquer impedimento, ainda que em sede de ação revisional, nenhuma utilidade há em obter um provimento, cujo resultado decorre do simples adimplemento da parte incontroversa do débito e das demais parcelas e, consequentemente, do afastamento da mora. Como bem observam Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart (Manual do Processo de Conhecimento, 4 ed., São Paulo: RT, 2.005, p. 515): "À semelhança do que acontece com o interesse de agir (condição da ação), que engloba a adequação da via eleita (traduzida, em termos de recursos, pela noção de cabimento, como visto), é necessário que o interessado possa vislumbrar alguma utilidade na veiculação do recurso, utilidade esta que somente possa ser obtida através da via recursal (necessidade). A fim de preencher o requisito `utilidade', será necessário que a parte, (ou o terceiro) interessada em recorrer, tenha sofrido algum prejuízo jurídico em decorrência da decisão judicial, ou ao menos que esta não tenha satisfeito plenamente a pretensão exposta - (uma vez que, sendo vencidos autor e réu, ambos terão interesse de recorrer). Em relação à `necessidade', esta estará presente se, por outro modo, não for possível resolver a questão, alterando-se ou suplantando-se o prejuízo verificado." Deveras, do contrário (mora), estará o credor legitimado a tomar a medida que achar cabível, no sentido de buscar a retomada do veículo. Em outras palavras, basta que o devedor cumpra a obrigação contratual assumida para que permaneça na posse do bem, independentemente de intervenção judicial, sobretudo quando ausente qualquer ameaça à posse pelo credor. Por fim, no que tange ao pedido de vedação do protesto de título de crédito, denota-se que a matéria não foi objeto da decisão, de modo que a sua análise, certamente, importaria em supressão de instância, motivo pelo qual não se conhece deste pedido. Em face do exposto, com fundamento no artigo 557, §1º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso, para autorizar o depósito do valor incontroverso, sem descaracterizar a mora e, nos termos do art. 557, caput, do CPC nego seguimento ao recurso, por ser inadmissível, tendo em vista a falta de interesse recursal, quanto à postulação da manutenção do Agravante na posse do bem, e, as demais matérias, por estar em confronto com jurisprudência deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça. Intime-se Curitiba (PR), 26 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0024 . Processo/Prot: 0830018-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/248937. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0005546-27.2011.8.16.0035 Revisão de Contrato. Agravante: Luiz Carlos Wettman. Advogado: Caroline Amadori Cavet, Victicia Kinaski Gonçalves. Agravado: Banco Bv Financeira Sa. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE ABSTENÇÃO DE INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. REQUISITOS DO STJ CUMPRIDOS. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO EXPRESSA DE COBRANÇA DE JUROS CAPITALIZADOS. VEROSSIMILHANÇA COMPROVADA. RECURSO AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO NESTA PARTE, FICANDO A EXCLUSÃO DO NOME DO AGRAVANTE DOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO CONDICIONADO À REALIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS DOS VALORES INCONTROVERSOS. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 557, § 1º - A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANUTENÇÃO DO BEM. IMPRESCINDIBILIDADE PARA ATIVIDADE LABORAL NÃO DEMONSTRADA. AFASTAMENTO DA MORA SOMENTE ATÉ O VALOR DEPOSITADO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VISTOS e examinados estes autos de Agravo de Instrumento nº 830.018-7, de Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - 1ª Vara Cível, em que é Agravante LUIZ CARLOS WETTMAN e Agravado BANCO BV FINANCEIRA SA. I Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão de fls. 70/71 - TJ, que deferiu parcialmente o pedido de tutela antecipada da parte requerente somente para permitir o depósito dos valores incontroversos. Em suas razões, a parte agravante requer a reforma da decisão impugnada para que seja mantido na posse do bem objeto do contrato, bem como seja vedada a inscrição de seu nome dos cadastros de restrição ao crédito e afastada a mora (fls. 02/13). É a breve exposição. Decido. II A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá dar provimento a recurso quando a decisão estiver em confronto com a jurisprudência de Tribunal Superior, ou mesmo negar seguimento ao mesmo, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, e § 1º-A do CPC). É o que ocorre nestes autos. - Da inscrição nos cadastros de inadimplentes No caso, em cognição sumária, se vislumbra a presença de todos os elementos de prova que conduzem ao convencimento da plausibilidade das alegações expostas pela parte agravante. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n° 527.618/RS, manif estou entendimento segundo o qual, para levantamento ou impedimento do registro, é necessário o preenchimento de três requisitos: a) existência de ação judicial questionando o valor cobrado, b) que ela esteja fundamentada em base sólida, com amparo em jurisprudência do STJ ou do STF, e c) que seja efetuado o pagamento ou o depósito da parte incontroversa da dívida ou preste caução. Confira-se: "(...) 6 - Conforme orientação da Segunda Seção desta Corte, a inclusão do nome de devedores em cadastro de proteção ao crédito, somente fica impedida se implementadas, concomitantemente, as seguintes condições: 1) o ajuizamento de ação, pelo devedor, contestando a existência parcial ou integral do débito; 2) efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou do STJ; e 3) que, sendo a contestação apenas parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado. In casu, estas condições restaram comprovadas, razão pela qual, afastada a mora, foi vedada a inserção do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, bem como admitida a manutenção da posse do bem em nome do autor." (AgRg no REsp 817.530/RS, Rel. Ministro Jorge Scartezzini, Quarta Turma, julgado em 06.04.2006, DJ: 08.05.2006, p. 237). Com efeito, assiste razão o agravante quando defende a ilegalidade da cobrança de juros capitalizados, da tarifa de abertura de crédito e da tarifa de emissão de carnê. Isto porque, apesar de o contrato em tela tratar-se de cédula de crédito bancário, não se verifica nos autos a pactuação expressa da cobrança capitalizada de juros, nos termos da Lei nº 10.931/2004, que autoriza expressamente a prática de juros capitalizados nesse tipo de negócio. Confira- se: Art. 28. A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2o. § 1o Na Cédula de Crédito

Bancário poderão ser pactuados: I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação; Assim, diante da ausência de expressa previsão contratual nesse sentido, há que se reformar a decisão agravada neste tópico. Ademais, a pactuação das tarifas de abertura de crédito e de emissão de Carnê não lhes retira seu caráter potestativo, uma vez que o custo administrativo da referida operação não pode ser transferido à parte hipossuficiente na relação contratual, por ser inerente à própria atividade da instituição financeira, e não se relacionar com a concessão do crédito. Ao revés, corresponde à despesa administrativa da instituição financeira para a concessão do financiamento, devendo desta forma ficar ao seu encargo. Com efeito, é patente a vedação expressa no artigo 51, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, em razão de sua incompatibilidade com os princípios da boa-fé e da equidade, os quais devem nortear os contratos. Nesse sentido, a jurisprudência: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA DE TARIFAS DE ABERTURA DE CRÉDITO, DE EMISSÃO DE CARNÊ E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO. ILEGALIDADE. (1) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EXTRAJUDICIAIS. DESCABIMENTO. (2) RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (3) DESPROVIMENTO. 1. Afigura-se abusiva a cobrança de tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê ou de boleto bancário (TEC), na medida em que transfere à parte hipossuficiente, na relação contratual, despesas administrativas que, na realidade, são inerentes à própria atividade da instituição financeira, bem como a cobrança de tarifa de liquidação antecipada do contrato, especialmente porque o consumidor não pode ser onerado pelo exercício de um direito que lhe é garantido, consoante o disposto no art. 52, § 2º, sem contar que se trata de prática vedada, nos termos da Resolução nº 3.516, de 06 de dezembro de 2.007, do Banco Central. 2. É nula a cláusula que prevê o pagamento de honorários advocatícios por cobrança extrajudicial, uma vez que advém da lei (CPC, art. 20), a responsabilidade pelos ônus da sucumbência. 3. Impõe-se a aplicação de multa ao agravante que, utilizando de recurso manifestamente infundado, limita-se a reiterar os argumentos expostos por ocasião da apelação, não demonstrando, em contrapartida, que o caso não admitia decisão singular (CPC, art. 557, § 2º). (TJPR - 18ª C.Cível - A 0662261-1/01 - Ponta Grossa - Rel.: Des. Mário Helton Jorge - Unânime - J. 05.05.2010) Ocorre que, muito embora no presente caso exista uma ação discutindo o contrato e, também a intenção do devedor em depositar em juízo a importância que entende devida, a contestação do valor contratado seja fundada em jurisprudência consolidada do STJ, o depósito em juízo dos valores incontroversos ainda não foi efetuado. Assim, o pedido de exclusão do nome do agravante dos órgãos de restrição ao crédito fica condicionado à realização dos depósitos dos valores incontroversos. Em continuidade insta lembrar que a realização dos depósitos é questão de juízo de conveniência da parte interessada, que o faz por sua conta e risco, assumindo as conseqüências jurídicas desse ato, eis que o efeito liberatório se dá apenas quanto à parte incontroversa. - Da manutenção de posse Pugna também a parte recorrente para que seja mantida na posse do bem objeto do contrato. Porém, seria necessário que a parte agravante demonstrasse cabalmente que eventual apreensão do bem causaria o perecimento de sua atividade laboral. Contudo, a parte agravante não trouxe aos autos qualquer elemento capaz de demonstrar a essencialidade do bem para a atividade laborativa ou a subsistência de sua família. Com efeito, as meras alegações realizadas tanto na inicial, quanto no recurso, não são suficientes para formar o convencimento necessário a ponto de se deferir tal medida. Seria temeroso, sem um conjunto probatório concreto, determinar a manutenção de posse do devedor, visto que se trata de medida excepcional, sendo necessário que o pedido venha lastreado em evidências sólidas da veracidade das alegações apresentadas. Nesse sentido a jurisprudência mais recente: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - LIMINAR PARA AUTORIZAR O DEPÓSITO DAS PRESTAÇÕES RECALCULADAS E IMPEDIR O APONTAMENTO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTROS DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO - REQUISITOS AUTORIZADORES INDEMONSTRADOS - DECISÃO REFORMADA - RECURSO PROVIDO. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0483612-4 - Foro Regional de São José dos Pinhais da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Antonio Loyola Vieira - Unanime - J. 13.08.2008). AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISIONAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AFASTAMENTO DO NOME DOS CADASTROS RESTRITIVOS. CONTESTAÇÃO APOIADA EM JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. AUSÊNCIA. PLANILHA DE CÁLCULOS. INVEROSSÍMIL. PAGAMENTO APENAS DA PRIMEIRA PARCELA. MANUTENÇÃO DE POSSE. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INDISPENSABILIDADE DO BEM. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR, AgInst 637.354-2,17ª CC, Rl. Des. Vicente Del Prete Misurelli., DJ em 20/01/2010.) EMENTA: AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANUTENÇÃO DO BEM EM MÃOS DO DEVEDOR. NECESSÁRIA DEMONSTRAÇAO DE INDISPENSABILIDADE DO BEM À ATIVIDADE DO DEVEDOR. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE NÃO PREENCHIDOS. NEGADO PROVIMENTO. 1. Ainda que possível a concessão de liminar de manutenção de posse em sede de sede de revisional de contrato, é da jurisprudência o entendimento de que para tanto, é necessário o depósito do valor incontroverso, e principalmente a comprovação da necessidade da utilização do bem alienado, situação que não se verifica no caso concreto. (TJPR, Ag Interno nº 616.974-4/01, 17ª CC, Rel. Des. Francisco Jorge, DJ27/10/2009). EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REVISIONAL DE - I. INCLUSÃO DO NOME DO AGRAVANTE NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO - PERTINÊNCIA - AUSÊNCIA DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE JUROS MENSAIS E ANUAIS INCOMPATÍVEIS - II. PURGAÇÃO DA MORA - NÃO OCORRÊNCIA - DEPÓSITO DE VALORES DIVERSOS DOS PACTUADOS - INADIMPLEMENTO CONFIGURADO - III. DESCABIMENTO DA MANUTENÇÃO DO BEM NA POSSE DO DEVEDOR - IMPERTINÊNCIA EM SEDE REVISIONAL, SOB PENA DE OBSTAR O DIREITO DE AÇÃO DO CREDOR (ART. 5º, XXXV, CF) - NÃO COMPROVAÇÃO DA INDISPENSABILIDADE DO BEM PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (ART. 333, I, CPC) - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DOMINANTE DESTE TRIBUNAL E DO STJ - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO (TJPR, Ag.Inst, 17ªCC, Rel. Des. Fabian Schweitzer, DJ em 08/02/2010). Também no mesmo sentido, colaciono as seguintes decisões do Colendo Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL. EM VIRTUDE DA FALTA DE ARGUMENTOS NOVOS, MANTIDA A DECISÃO ANTERIOR. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. MANUTENÇÃO NA POSSE EM FAVOR DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE. DEMONSTRAÇÃO DA VEROSSIMILHANÇA DA CONCESSÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83. I - Não tendo a parte apresentado argumentos novos capazes de alterar o julgamento anterior, deve-se manter a decisão recorrida. II - Admite-se a manutenção dos bens garantidores da alienação fiduciária na posse do devedor se demonstrada a indispensabilidade de tais bens conforme a situação concreta. Incidência da Súmula 83/STJ. (grifei). (STJ, AgRg no Ag 840112/RS, Terceira Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti, j. 16/12/08). "(...) ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. MANUTENÇÃO NA POSSE EM FAVOR DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE. DEMONSTRAÇÃO DA VEROSSIMILHANÇA DA CONCESSÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 (...). II - Admite-se a manutenção dos bens garantidores da alienação fiduciária na posse do devedor se demonstrada a indispensabilidade de tais bens conforme a situação concreta. Incidência da Súmula 83/STJ". (STJ - AgRg no Ag 840112/RS - Rel.: Min. Sidnei Beneti - Terceira turma - DJ 11.02.2009). "(...) Admite-se a manutenção dos bens garantidores da alienação fiduciária na posse do devedor se demonstrada a indispensabilidade de tais bens para o exercício da empresa, desde que perfeitamente evidenciado que a postulação esteja envolta na verossimilhança do direito de que se considera detentor. Recurso especial parcialmente conhecido mas não provido." (REsp 607.961/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, publicado em 01.08.2005). Portanto, quanto à manutenção de posse do bem objeto do contrato, não há como se dar guarida a insurgência recursal, sendo que nada impede que a parte agravante venha a demonstrar ulteriormente tal essencialidade ao juízo de primeiro grau. -A III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, caput, e §1° do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso a fim de reformar a decisão recorrida no tocante ao pedido de exclusão do nome do agravante dos órgãos de restrição ao crédito, ficando este condicionado à realização dos depósitos dos valores incontroversos; e com fulcro no art. 557, caput do Código de Processo Civil, nego seguimento no tocante aos pedidos de elisão da mora e de manutenção de posse do bem. IV Intime-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 23 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0025 . Processo/Prot: 0830242-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/239053. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 2004.00001161 Busca e Apreensão. Agravante: Servopa Administradora de Consórcios SC Ltda. Advogado: Gabriel Antônio Henke Neiva de Lima Filho. Agravado: Walter Almeida Vial. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA- AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO- BEM QUE FOI APREENDIDO EM 2008- RÉU QUE NÃO FOI ENCONTRADO PARA SER CITADO - NECESSIDADE DE ALIENAÇÃO DO VEÍCULO, SOB PENA DE PERECIMENTO DO DIREITO DO AGRAVANTE - AGRAVO PROVIDO. VISTOS e examinados estes autos de Agravo de Instrumento nº 830242-3, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - 14ª Vara Cível, em que é Agravante SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS SC LTDA e Agravado WALTER ALMEIDA VIAL. I Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão proferida nos autos de Ação de Busca e Apreensão, nº 1161/2004 (fl. 14-TJ), mediante a qual a magistrada de primeiro grau indeferiu o pedido de folhas 145- 149, cuja pretensão era a consolidação da posse do bem em mãos da autora , com a determinação de expedição de ofício ao Detran, tendo em vista a não ocorrência, ainda, da citação do réu. Inconformada, a autora interpôs o presente recurso de agravo (fls. 02-12-TJ), em cujas razões alega, em síntese, que a expedição de ofício ao Detran/RJ, informando a consolidação da posse e da propriedade do bem em favor da agravante permitirá o leilão extrajudicial do veículo e, por consequência, a aplicação do produto da venda no adimplemento do saldo devedor do agravado junto ao grupo de consórcio administrado e representado processualmente pela agravante. É o relatório. Decido. II- A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá dar provimento a recurso quando a decisão estiver em confronto com a jurisprudência de Tribunal Superior, ou mesmo negar seguimento ao recurso, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, e § 1º-A do CPC). É o que se verifica no presente caso. Analisando detidamente os autos, infere-se que, de fato, assiste razão ao agravante. Cabe salientar, que quando do deferimento da medida liminar, é facultado ao réu no prazo de cinco dias, contados do cumprimento , da liminar, art. 3° §1° do Decreto-Lei n° 911/69 c om a redação que lhe foi dada pela Lei n° 10.931 de 02/08/2004 a pagar a int egralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. E, em análise ao caderno processual, denota-se que o às folhas 91-TJ está juntado o auto de Busca e Apreensão, de onde se percebe que o veículo foi apreendido em 13 de agosto de 2008. Portanto, há três anos atrás. Neste sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE - APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC - BUSCA E APREENSÃO - PRETENSÃO DE CONSOLIDAÇÃO DA POSSE E PROPRIEDADE DO BEM

OBJETO DA CONSTRIÇÃO JUDICIAL - ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL - PURGAÇÃO DA MORA - ART. 3º, PARÁGRAFO SEGUNDO DO DECRETO LEI 911/69 - DIES A QUO - CONTAGEM - JUNTADA DO MANDADO AOS AUTOS - FIRME ENTENDIMENTO DESTA CORTE DE JUSTIÇA - AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR - ART. 557, "CAPUT", CPC." (Grifei) (Agravo de Instrumento n° 571.522-6. 17ª. Câmara Cí vel. Rel.: Fabian Schweitzer. Publ.: 03.04.09) "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - DECISÃO QUE ENTENDE CABÍVEL A PURGAÇÃO DA MORA PELO DEVEDOR E RECONHECE A CUMULAÇÃO DOS ENCARGOS MORATÓRIOS NO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO - ALEGAÇÃO DE INTEMPESTIVIDADE DA PURGAÇÃO DA MORA E DA CONTESTAÇÃO - DECRETO-LEI 911/69 PRAZO DE 5 DIAS, SOMENTE SE INICIA APÓS A JUNTADA DO MANDADO DE INTIMAÇÃO AOS AUTOS - TEMPESTIVIDADE RECONHECIDA - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM OUTRAS TAXAS - IMPOSSIBILIDADE - APLICAÇÃO DA SÚMULA 296/STJ - DECISÃO MANTIDA. I- A contagem de prazo, conforme disposto no Decreto-Lei nº 911/69, atual redação da lei 10.931/04, inicia-se somente a partir da juntada do mandado de busca, apreensão e citação aos autos. II- Verifica-se pelos documentos colacionados a cumulação de comissão de permanência com outros encargos moratórios, o que também é vedado de acordo com a súmula nº 296 do Superior Tribunal de Justiça. RECURSO IMPROVIDO NA PARTE CONHECIDA." (Grifei) (Agravo de Instrumento n° 464.377-8. 17ª. Câmara Cí vel. Rel.: Gamaliel Seme Scaff.. Publ.: 27.06.08) "(...) É com a citação válida que se completa a relação jurídica processual, razão pela qual, em que pese o entendimento esposado na r. sentença, o prazo de cinco dias para a purgação da mora deve ser contado a partir da data da juntada do mandado citatório devidamente cumprido, em conformidade com o artigo 241, II do Código de Processo Civil.(...)" (Grifei) (Apelação Cível n° 509.914-5. 18ª. Câmara Cível. De cisão Monocrática. Rel.: Lenice Bodstein. Publ.: 29.08.2008) Assim, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não há mais que se falar em purgação da mora, uma vez que, sob a égide da Lei nº 10.931/2004 cinco dias após a execução da liminar, a propriedade do bem fica consolidada com o credor fiduciário, o que lhe dá direito de alienar o bem, senão vejamos: "RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ART. 3º, § § 1º E 2º, DO DL 911/69, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 10.931/2004 - PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS PARA PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA PELO DEVEDOR - TERMO INICIAL - DATA DA EXECUÇÃO DA LIMINAR CONSTITUCIONALIDADE DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL - PRECEDENTES - QUITAÇÃO DO DÉBITO INTEMPESTIVA - CONSOLIDAÇÃO DA POSSE E DA PROPRIEDADE EM NOME DO CREDOR - OCORRÊNCIA - PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - APLICAÇÃO DO DIREITO À ESPÉCIE - RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS PELA DEVEDORA A TÍTULO DE PURGAÇÃO DA MORA, RESSALVADA A EXISTÊNCIA DE EVENTUAL SALDO CREDOR EM FAVOR DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, QUE DEVERÁ SER ABATIDO DO MONTANTE A SER RESTITUÍDO - NECESSIDADE RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I - O comando expresso do art. 3º do DL 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo STF e pelo STJ, determina que o prazo para o pagamento integral da dívida pelo devedor, a elidir a consolidação da posse em favor do credor, inicia-se a partir da efetivação da decisão liminar na ação de busca e apreensão; II - In casu, o pedido de purgação integral da mora pela devedora foi feito de forma intempestiva, quando já consolidada a posse e a propriedade do veículo em favor do credor fiduciário, devendo, pois, ser julgada procedente a ação de busca e apreensão, com restituição do montante pago pela devedora a título de purgação da mora, ressalvada a existência de saldo credor em favor da instituição financeira, que deverá ser abatido do montante a ser restituído; III - Recurso especial provido". (STJ REsp 986.517/RS 3ª Turma Ministro Relator Massami Uyeda Publicação: 20/05/2010). "RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - CONTRATO DE FINANCIAMENTO - PURGAÇÃO DA MORA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI N. 10.931/2004 IMPOSSIBILIDADE I - Na vigência da Lei n.º 10.931/2004, não há mais se falar em purgação da mora, uma vez que, sob o novo regime, cinco dias após a execução da liminar, a propriedade do bem fica consolidada com o credor fiduciário. II - A nova redação da lei autoriza ao devedor que, no prazo de cinco dias, pague a integralidade da dívida, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. III - Recurso provido". (STJ Resp 1.061.388/SP Relator Ministro Massami Uyeda Publicação: 27/06/2008). "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. VERBETE N.º 182 DA SÚMULA DO STJ. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PURGAÇÃO DA MORA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADA. LEI N.º 10.931/2004. INTEGRALIDADE DA DÍVIDA. VERBETE 284 DA SÚMULA DO STJ SUPERADO. AGRAVO NÃO CONHECIDO. 1. "É inviável o agravo do art. 545 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada". Verbete n.º 182, da Súmula/STJ. 2. O dissídio jurisprudencial não restou caracterizado, tendo em vista que o acórdão colacionado como paradigma, publicado em 1975, além de não refletir entendimento atual, não está fundamentado nas mesmas premissas que o aresto recorrido; de fato, o Tribunal a quo decidiu a questão sob a ótica da Lei n.º 10.931, de 02 de agosto de 2004, circunstância ausente no julgado paradigma. 3. Ademais, o entendimento da Corte de origem está em consonância com recente jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual, na vigência da Lei n.º 10.931/2004, a purgação da mora não está mais condicionada ao pagamento de 40% do valor financiado, uma vez que "sob o novo regime, cinco dias após a execução da liminar, a propriedade do bem fica consolidada com o credor fiduciário. Todavia, no § 2º autorizou a nova redação que o devedor naquele prazo de cinco dias pague a integralidade da dívida, o que quer dizer a dívida segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, 'hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus'. Ora, com isso, de fato, fica superada a Súmula n.º 284 da Corte alinhada à redação anterior do § 1º do art. 3º" (Resp 767.227, Terceira Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 13.02.06). 4. Agravo não conhecido". (STJ AgRg no Ag 772.797/DF Relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa Publicação: 06/08/2007). Desse modo, há que se falar em aguardar a citação do agravado, tendo em vista que a administradora de consórcios, como o próprio magistrado esclareceu, já efetuou diversas diligências, sem encontrar o réu, e o processo teve início em 2004. III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, § 1º-A do CPC dou provimento ao presente Agravo de Instrumento, para determinar ao magistrado de primeiro grau que expeça os ofícios que se fizerem necessários, a fim de que cesse o bloqueio existente sobre o bem, para que o mesmo possa ser alienado. IV Comunique-se com a máxima urgência ao Juízo de origem. V- Oportunamente, baixem. Curitiba, 26 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0026 . Processo/Prot: 0830246-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/227876. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0021477-75.2011.8.16.0001 Revisão de Contrato. Agravante: Janete Ribeiro. Advogado: Marcos Vinícius Rodrigues de Almeida. Agravado: Banco Safra SA. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Segue decisão. Em 27.09.2011.

AGRAVADO: BANCO SAFRA S/A RELATOR: Desembargador MÁRIO HELTON JORGE DECISÃO MONOCRATICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AUSÊNCIA DE CONTRATO. ENCARGOS FINANCEIROS ABUSIVOS. AUSÊNCIA DE PROVA DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. RECURSO QUE SE NEGA SEGUIMENTO. Vistos etc, A autora, JANETE RIBEIRO, interpôs Recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão (fl. 63/65 - TJ), que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela, através da qual pretendia impedir que seu nome fosse inscrito nos órgãos de restrição ao crédito, bem como permanecer na posse do bem, nos autos nº 21477/2011 da Ação Revisional de Contrato c/c Repetição de Indébito, ajuízada em face do BANCO J. SAFRA S.A. Em suas razões (fl. 11/60 - TJ), alegou que seu nome não deve ser inscrito nos órgãos restritivos de crédito, uma vez que há uma incerteza sobre os valores cobrados pelo agravado no contrato em discussão (...) existindo valor incontroverso e controverso, além das instituições financeiras utilizarem a prática mais que notória do chamado anatocismo nos contratos feitos. Afirmou que deve ser mantida na posse do bem, enquanto perdurar a discussão apresentada, pois os requisitos estão cabalmente demonstrados. Pleiteou a antecipação da tutela antecipada e, ao final, que seja dado provimento ao recurso. Relatei, em síntese. II - Prevê o art. 557, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. É certo que, atualmente, a simples discussão judicial da dívida não é suficiente para obstar a inclusão/manutenção do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, sendo necessário o preenchimento, concomitante, de outros dois requisitos: a) demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; e b) depósito do valor incontroverso ou prestação de caução idônea. Aliás, em recente decisão, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o REsp nº 1.061.530/RS, afeto a seu julgamento, em virtude da multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, na forma do que prevê o art. 543-C do CPC, assim decidiu, acerca dos cadastros de inadimplência: "A proibição da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) houver ação fundada na existência integral ou parcial do débito; ii) ficar demonstrado que a alegação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) for depositada a parcela incontroversa ou prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz". (Relatora Ministra Nancy Andrighi, j. 22.10.08). Constata-se que se faz presente o primeiro requisito, porquanto propôs a agravante a Ação Revisional de Contrato c/c Repetição de Indébito (fl. 72/142 TJ), questionando parte do débito, em face da ilegalidade de encargos contratados, como juros capitalizados, encargos moratórios e taxas administrativas cobrados pela instituição financeira. De outro lado, observa-se que a agravante não juntou a cópia do contrato (art. 283, CPC), que pretende revisar, por conseguinte, não há como se saber se a capitalização mensal de juros, admitida nos contratos bancários, celebrados a partir da Medida Provisória nº 1.963-17/2.000, restou pactuada, consoante jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça: "Por força do art. 5.º da MP 2.170-36, é possível a capitalização mensal dos juros nas operações realizadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que pactuada nos contratos bancários celebrados após 31 de março de 2000, data da publicação da primeira medida provisória com previsão dessa cláusula (art. 5.º da MP 1.963/2000). Precedentes. É admitida a incidência da comissão de permanência, após o vencimento do débito, desde que pactuada e não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros moratórios, e/ou multa contratual. Precedentes". (AgRg no REsp nº 907.214/MS, Terceira Turma, Relatora Ministra Nancy Andrighi, j. 14.10.08) Destarte, não ficando demonstrado que a contestação da cobrança indevida de juros se funda na aparência do bom direito (art. 273, CPC), mostra-se ausente o segundo requisito, pelo que o valor incontroverso, ao menos por ora, deve corresponder ao valor integral da parcela contratada. Por outro lado, no que se refere ao pedido de manutenção da agravante, na posse do bem, há falta de interesse, pois, apesar do entendimento jurisprudencial de que inexiste qualquer impedimento, ainda que em sede de ação revisional, nenhuma utilidade há em obter um provimento, cujo resultado decorre do simples adimplemento da parte incontroversa do débito e das demais parcelas e, consequentemente, do afastamento da mora. Como bem observam Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart (Manual do Processo de Conhecimento, 4 ed.,

São Paulo: RT, 2.005, p. 515): "À semelhança do que acontece com o interesse de agir (condição da ação), que engloba a adequação da via eleita (traduzida, em termos de recursos, pela noção de cabimento, como visto), é necessário que o interessado possa vislumbrar alguma utilidade na veiculação do recurso, utilidade esta que somente possa ser obtida através da via recursal (necessidade). A fim de preencher o requisito `utilidade', será necessário que a parte, (ou o terceiro) interessada em recorrer, tenha sofrido algum prejuízo jurídico em decorrência da decisão judicial, ou ao menos que esta não tenha satisfeito plenamente a pretensão exposta - (uma vez que, sendo vencidos autor e réu, ambos terão interesse de recorrer). Em relação à `necessidade', esta estará presente se, por outro modo, não for possível resolver a questão, alterando-se ou suplantando-se o prejuízo verificado." Deveras, do contrário (mora), estará o credor legitimado a tomar à medida que achar cabível, no sentido de buscar a retomada do veículo. Em outras palavras, basta que o devedor cumpra a obrigação contratual assumida para que permaneça na posse do bem, independentemente de intervenção judicial, sobretudo, quando ausente qualquer ameaça concreta à posse pelo credor. III - Em face do exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso, por ser inadmissível, tendo em vista a falta de interesse de agir, quanto à postulação da manutenção da agravante na posse do bem, e, na outra matéria, por ser improcedente (art. 273, CPC). IV - Intime-se Curitiba (PR), 27 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0027 . Processo/Prot: 0830325-7 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/267291. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0003022-63.2011.8.16.0130 Exibição de Documentos. Agravante: Lucas Demeciano de Souza Silva. Advogado: Rodrigo Alves de Oliveira, Alessandro Henrique Bana Pailo, Alvino Gabriel Novaes Mendes. Agravado: Banco Itaú SA. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. FUNDADAS RAZÕES EXISTENTES. ARTIGO 5º LEI 1060/50. SEGUIMENTO NEGADO. DECISÃO MONOCRÁTICA 1. Afasta-se a presunção de necessidade gerada pela declaração de carência financeira nos termos do artigo 4º, da Lei nº 1.060/50, quando há nos autos fundadas razões para concluir-se de forma diversa, nos termos do artigo 5º da citada lei, que prevê a possibilidade de indeferimento do benefício. 2. Se o agravante teve condições financeiras de assumir prestação mensal no valor de R$ 536,03, detém condições de pagar as custas processuais. 3. Agravo de instrumento à que se nega seguimento. I. Relatório Insurge-se o agravante em face da decisão que, nos autos da ação de exibição de documentos, nº 435/2011 que move em face do agravado, perante o juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Maringá, indeferiu o pedido de assistência judiciária (fls. 24/TJ). Sustenta o agravante restar equivocada a decisão atacada, vez que a Lei n° 1.060/50 confere ao agravante o direito a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita pela simples declaração informando que não possui condições de arcar com as despesas processuais. Finaliza, então, pugnando pela concessão do efeito ativo, para que seja deferido o benefício da justiça gratuita (fls. 02-06 /TJ). Eis, em síntese, o relatório. II. Fundamentos Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, que denegou pedido de assistência judiciária gratuita, contra a qual se insurge o agravante. Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade -- tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo --, e intrínsecos -- legitimidade, interesse e cabimento --, merece ser conhecido o presente agravo. A nova redação dada ao artigo 557, do Código de Processo Civil brasileiro, pela Lei nº. 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o Relator, como órgão do Tribunal, julgue monocraticamente qualquer espécie de recurso, quando a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do STF ou de Tribunal Superior, sem que se veja aí, qualquer lesão ao princípio do juiz natural, posto que absolutamente incensurável, nesse aspecto, do ponto de vista constitucional, como reconhece a doutrina2. A delegação legal conferida ao Relator tem lugar assim, em caso de: a) manifesto descabimento; b) manifesta improcedência; e c) manifesta procedência. Sabendo-se, entretanto, que a avaliação da competência não pode ficar vinculada à discricionariedade do juiz relator do recurso, ... devendo esse tema ser avaliado objetivamente, e não de maneira subjetiva pelo magistrado, ... impera-se uma análise em conformidade com a jurisprudência predominante dos tribunais superiores, ou seja, conforme entendimento do E. STF, ... aquela presente em número significativo de julgados, de maneira reiterada, como bem aponta Marinoni3. A situação dos autos se amolda justamente à hipótese do caput, do art. 557/CPC, merecendo pronta atuação monocrática deste órgão. Dispõe o artigo 2º, parágrafo único, da Lei de Assistência Judiciária que: ... Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do 2 MARINONI. Luiz Guilherme. Manual do processo de conhecimento. 5ª ed. São Paulo: RT, 2006, p. 584-586. 3 Ob. cit. pág. 589-593. processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, sendo certo, conforme a norma do § 1º, que: "presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, ..." Assim, consoante sustentado pelo agravante, o art. 4º da Lei nº 1.060/50 realmente estabelece a outorga do benefício mediante a simples afirmação da parte quanto à insuficiência de recursos para arcar com as despesas processuais. Logo, conclui-se que para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita é suficiente a simples afirmação do interessado de que não está em condições de pagar as custas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família. Contudo, a declaração prestada na forma da lei firma em favor do requerente a presunção juris tantum, ou relativa, de necessidade que somente será elidida diante de prova em contrário. A propósito, é entendimento do Superior Tribunal de Justiça que ... pelo sistema legal vigente, faz jus a parte aos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (Lei n. 1.060/50, art. 4º), ressalvado ao juiz, no entanto, indeferir a pretensão se tiver fundadas e motivadas razões para isso... (STJ, AgRg no Ag 714359 / SP, 3ª Turma, Min. Aldir Passarinho Junior, j. 06/06/2006, DJ 07.08.2006 p. 231) in: www.stj.gov.br, acesso em 10 de dezembro de 2007. Veja-se, a seguir, outros julgados de nossa Corte Especial, que corroboram o entendimento acima destacado: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. JUSTIÇA GRATUITA. MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. SÚMULA 07/STJ. RECURSO IMPROVIDO. 1. Não se convencendo o magistrado da situação de miserabilidade da parte quando solicitada a sua demonstração, poderão ser indeferidos os benefícios da justiça gratuita, porquanto a declaração de hipossuficiência não ostenta presunção absoluta de veracidade. 2. Rever as conclusões do acórdão acerca do indeferimento de assistência judiciária demandaria incursão indevida no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 07/STJ. 3. Recurso improvido. (EDcl no Ag 1065229/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/12/2008, DJe 02/02/2009) in: www.stj.gov.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. SÚMULA 07/STJ. I - Não há que se falar em omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada tão-só mantém tese diferente da pretendida pela agravante. II - Não se convencendo o magistrado da situação de miserabilidade da parte quando solicitada a sua demonstração, poderão ser indeferidos os benefícios da justiça gratuita, porquanto a declaração de hipossuficiência não ostenta presunção absoluta de veracidade. III - Rever as conclusões do acordão acerca do indeferimento do benefício demandaria incursão indevida no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 07/STJ. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 708.995/GO, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 23/10/2009) in: www.stj.gov.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. A despeito de declaração expressa de pobreza, o juiz pode negar o benefício da assistência judiciária gratuita se, com base nas provas contidas nos autos, houver motivo para o indeferimento. 2. É inviável o conhecimento de recurso especial quando a análise da controvérsia demanda o reexame de elementos fático probatórios, a teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 949.321/MS, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/2009, DJe 01/04/2009) in: www.stj.gov.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. Portanto, denota-se que não obstante a simples juntada de declaração de pobreza pelo agravante seja suficiente para ver-se preenchido o requisito legal imposto, que lhe confere o benefício da gratuidade, ela possui presunção iuris tantum, admitindo-se prova em sentido contrário, de modo que a jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça ressalva ao julgador a possibilidade de indeferir esta pretensão se tiver fundadas e motivadas razões para isto. No caso dos autos, em que pesem as razões da agravante com base na presunção gerada pela declaração de carência financeira nos termos do artigo 4º, da Lei nº 1060/50, essa presunção não vai adiante, não devendo se perder de vista que o artigo 5º da citada lei possibilita, mediante fundadas razões, o indeferimento do benefício. Veja-se que, além de ter contratado serviços advocatícios para patrocínio da causa, já que, à míngua de declaração ou prova em contrário, o mandato outorgado em razão da profissão dos subscritores da inicial, presume-se oneroso (art. 658/CCv), existem outros elementos a afastar a presunção de pobreza. É notório que pobre na acepção jurídica do termo não possui renda, ao menos que lhe permita firmar pacto estabelecendo prestações mensais na faixa de R$ 536,03 (quinhentos e trinta e seis reais e três centavos) (fls. 16/TJ), assim, não é razoável admitir-se, ou presumir-se que o recorrente não tenha condições de arcar com as custas e despesas processuais, pois não é da classe necessitada deste país ser detentora de tantos atributos. A propósito, nesse sentido esta Câmara é pacífica: A propósito, nesse sentido esta Câmara é pacífica: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CONTRATO CUMULADA COM NULIDADE DE CLÁUSULAS, COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PEDIDO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - INDEFERIMENTO PELO MAGISTRADO SINGULAR - POSSIBILIDADE - ELEMENTOS CONSTANTES NOS AUTOS INCOMPATÍVEIS COM O DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO ALMEJADO - EXAME DO CASO CONCRETO - MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. RECURSO DESPROVIDO - POR UNANIMIDADE. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0614761-9 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Fernando Vidal de Oliveira - Unânime - J. 20.01.2010) in: www.tjpr.jus.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INSURGENCIA QUANTO A DETERMINAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTES DE RENDA E BENS. PRESUNÇÃO DE PROBREZA ELIDIDA. FUNDADAS RAZÕES EXISTENTES. INDEFERIMENTO IMPLÍCITO. ARTIGO 5º LEI 1.060/50. AGRAVO NEGADO. 1. Ainda que a declaração firmada pela parte estabeleça presunção de pobreza, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50, pode o juiz determinar a apresentação de comprovantes de renda e de bens, como condicionante para apreciação do pedido da gratuidade, em havendo fundadas razões para o indeferimento, nos moldes em que permite o art. 5º, da mesma lei. 2. A míngua

de declaração, ou prova em contrário, presume-se oneroso o patrocínio da causa por advogado contratado para a propositura de ação, de modo que esse fato, aliado à demonstração da remuneração percebida pela parte e o significativo valor do contrato que se pretende revisar, configuram- se como motivação suficiente para a negativa da concessão do benefício da gratuidade da justiça, ainda que implicitamente. 2. Agravo a que se nega provimento. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0615687-2 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge - Unânime - J. 04.11.2009) in: www.tjpr.jus.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. FUNDADAS RAZÕES QUE AFASTAM A PRESUNÇÃO DE HIPOSSUFISSIÊNCIA ECONÔMICA. BENEFÍCIO INDEFERIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0605789-8 - Londrina - Rel.: Des. Vicente Del Prete Misurelli - Unânime - J. 14.10.2009) in: www.tjpr.jus.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. Desse modo, a presunção de necessidade resta superada pela presença de indícios suficientes de que o recorrente tem condições de arcar com as custas processuais, como visto, justificando-se plenamente o indeferimento, ao menos por ora, dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Outrossim, estando o presente recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do STJ e desta Corte, não merece ter seguimento, devendo, então, por todos esses motivos, ser mantida a decisão atacada. III. Decisão ANTE AO EXPOSTO, com fulcro nas disposições do art. 527, I c/c 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo de instrumento. Intime-se e, oportunamente, restituam-se os autos à origem para arquivamento. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Juiz Francisco Jorge Relator Convocado FCJ/jzf -- 1 Subst. Des. Stewalt Camargo Filho

0028 . Processo/Prot: 0830619-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/233542. Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0010538-71.2010.8.16.0130 Busca e Apreensão. Agravante: Transzulani Transportes Ltda.. Advogado: Jhonathas Aparecido Guimarães Sucupira, Cristina Smolareck. Agravado: Banco Santander (brasil) S/a. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA - AGRAVO DE INSTRUMENTO AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO OUTORGADA PELO AGRAVANTE PEÇA OBRIGATÓRIA ART. 525, I, DO CPC FORMAÇÃO DEFICIENTE - RECURSO INADMISSÍVEL - NEGATIVA DE SEGUIMENTO POSSIBILIDADE - ART. 557, DO CPC. A ausência de peça obrigatória na formação do Agravo de Instrumento, conforme art. 525, inc. I, do CPC, acarreta a negativa de seguimento ao recurso, por ser manifestamente inadmissível, nos termos do art. 557, do CPC. VISTOS e examinados estes autos de Agravo de Instrumento nº 830619-4, de Paranavaí - 2ª Vara Cível, em que é Agravante TRANSZULANI TRANSPORTES LTDA. e Agravado BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. I Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão proferida nos autos de Ação de Busca e Apreensão, nº 1284/2010 (fls. 215-TJ), mediante a qual a magistrada de primeiro grau, considerando a existência entre o presente feito e a ação revisional em trâmite na 1ª Vara Cível de Maringá, declinando a competência. Inconformado, o réu interpôs o presente recurso de agravo (fls. 02-04-TJ), em cujas razões alega, em síntese, a ausência de interesse de agir, tendo em vista que, na revisional, foi deferida a manutenção de posse do veículo objeto da presente demanda. É o relatório. Decido. II A sistemática processual vigente estabelece que pode o Relator negar seguimento ao recurso manifestamente inadmissível, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, do CPC). É o que ocorre no caso dos autos, pois ausente pressuposto formal de admissibilidade. Consoante dispõe o artigo 525, inciso I do Código de Processo Civil, a petição de agravo de instrumento será instruída obrigatoriamente com cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados de ambas as partes. No caso em tela, no entanto, a parte recorrente não juntou cópia da procuração outorgada ao seu procurador, mas tão somente do substabelecimento a outra advogada, sendo esse requisito de admissibilidade, a ausência dessa peça tida por obrigatória acarreta o não seguimento do recurso interposto. Nesse sentido: AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE. REGULARIZAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO. SEGUIMENTO NEGADO. A existência de procuração outorgada aos advogados do agravante deve ser comprovada de plano, por se tratar de peça obrigatória elencada no art. 525, I do CPC, não comportando regularização posterior. (TJPR, Agravo nº 758.288-5/01, Relator Osvaldo N. Duarte, publicado em 22/06/2011). AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS. INEXISTÊNCIA DE PROCURAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE. PEÇA OBRIGATÓRIA (ART. 525, INC. I, DO CPC). ALEGAÇÃO DE EXTRAVIO DECORRENTE DE FALHA INTERNA DO SETOR COMPETENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.ALEGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE DEZENAS DE CÓPIAS SUPOSTAMENTE NÃO ANEXADAS. FALHA NÃO DEMONSTRADA DE FORMA MÍNIMA. QUESTÃO FÁTICA QUE REFOGE AO EXAME DO RECURSO. RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO NA CORRETA FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR, Agravo nº 742.968-1/01, Relator Victor B. Batschke, publicado em 05/04/2011). AGRAVO DE INSTRUMENTO AUSÊNCIA DA CÓPIA DA DECISÃO AGRAVADA, DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO E DAS PROCURAÇÕES OUTORGADAS AOS ADVOGADOS DAS PARTES VIOLAÇÃO AO ART. 525, I DO CPC AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO MANTIDA. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO POR DECISÃO UNIPESSOAL DO RELATOR (ART. 557, CAPUT, CPC). (TJPR, Agravo de Instrumento nº 665.207-9, Relator Des. Gamaliel Seme Scaff, publicado em 27/05/2010). DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO DO AGRAVANTE. PEÇA OBRIGATÓRIA, A TEOR DO ARTIGO 525, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REQUISITO OBJETIVO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, COM FULCRO NO ARTIGO 557, 'CAPUT', DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. (TJPR, Agravo de Instrumento nº 680.468-8, Relator Juiz Luis Espíndola, julgado em 31/05/2010). No mesmo sentido, as decisões do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. AUSÊNCIA DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ÔNUS DO AGRAVANTE INCUMPRIDO. SÚMULA 288 DO STF. AGRAVO NÃO CONHECIDO. 1. A correta formação do agravo de instrumento é ônus do agravante, sob pena de não conhecimento de seu recurso. (...) 3. Não se admite, na instância especial, a juntada tardia de peças obrigatórias para a formação do agravo de instrumento, nem a conversão do julgamento em diligência ou abertura de prazo para sanar eventual irregularidade. 4. Agravo regimental não-conhecido." (AgRg no Ag 860.833/SP, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, Quarta Turma, publicado em 20.08.2007). "AGRAVO INTERNO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. Ausente cópia integral do acórdão recorrido, incluindo a sentença cujo relatório foi por ele expressamente adotado, é inviável agravo de instrumento contra decisão que não admite recurso especial. Agravo a que se nega provimento." (AGA 363.609/SP, 11/11/2002). Agravo improvido." (AgRg no Ag 754.846/DF, Rel. Ministro Castro Filho, Terceira Turma, publicado em 29.06.2007). III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, caput do CPC, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, pois manifestamente inadmissível, em razão da falta de documentos obrigatórios ao julgamento do recurso, qual seja a procuração conferindo poderes ao procurador subscritor do recurso. IV Intime-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 26 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0029 . Processo/Prot: 0830634-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/238474. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0025650-45.2011.8.16.0001 Busca e Apreensão. Agravante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Cary Cesar Mondini. Agravado: Vilmar Vieira da Silva. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos e examinados. 1. Trata-se de agravo de instrumento nos autos de busca e apreensão nº 25650-45.2011 em face de decisão que indeferiu a liminar, pela inexistência de notificação extrajudicial válida (fls. 48-TJ) e rejeitou dois embargos declaratórios (fls. 54/55-TJ e fls. 59-TJ). Agrava a instituição financeira, argumentando, inicialmente que os embargos interrompem o prazo recursal, inexistindo apoio para o entendimento do magistrado de que são incabíveis embargos declaratórios de despacho. Sustenta que a mora está perfeitamente constituída, por carta registrada enviada ao endereço do contrato, sendo que foi devolvida com aviso de mudou-se. Acrescenta que cabia ao requerido informar a mudança de endereço ao Banco. Aduz que a mora decorre do inadimplemento. Argumenta que pretendeu com os embargos de declaração verificar o que significaria esgotar os meios de localização do devedor prévios à notificação editalícia, o que não foi respondido pelo juízo. Pede a reforma do despacho ou o esclarecimento dos pontos obscuros. 2. De ofício, a decisão deve ser anulada, julgando-se prejudicado o recurso, nos termos do artigo 557, caput. Primeiramente, sem qualquer efeito o entendimento do juízo de que incabíveis embargos de declaração de despacho. "(...) 1. É pacífico no âmbito do STJ o entendimento de que os embargos de declaração podem ser opostos contra qualquer decisão judicial, interrompendo o prazo para interposição de outros recursos, salvo se não conhecidos em virtude de intempestividade" (STJ REsp 1017135 / MG Rel. Des. Conv. Carlos Fernando Mathias 2ª Turma DJe 13.05.2008). Assim, houve interrupção do prazo recursal, e cabível o agravo não apenas para discutir a matéria dos embargos, mas a matéria constante na decisão que indeferiu a liminar. Não obstante, o entendimento da decisão de que não há comprovação da constituição em mora está fundamentalmente correto. Veja-se que o simples inadimplemento dá origem aos efeitos materiais da mora, porém o acesso à via especial da busca e apreensão demanda sua comprovação formal, mediante prova cabal de comunicação ao devedor. Exigência já pacificada por meio da súmula 72 do STJ: "A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente". Assim, o retorno da carta registrada com o carimbo `mudou-se' (fls. 33-TJ) torna o ato ineficaz para fins de constituição em mora. Irrelevante, neste aspecto, eventual dever do contraente de manter atualizado seu endereço, circunstância que não tem a repercussão processual de dispensar prévia comunicação válida a respeito da mora. Confira-se: "1. A notificação emitida pela instituição financeira ao devedor por intermédio do cartório de títulos e documentos é válida, mas no entanto, a informação prestada pelo oficial que se encarregou de seu cumprimento, evidencia que o réu mudou do endereço fornecido e, por este motivo, tal notificação jamais chegaria ou chegou em suas mãos, não estando, portanto, constituído em mora, acarretando de conseqüência a extinção da ação de busca e apreensão, por falta de requisito essencial a seu desenvolvimento". (TAPR ApCiv 195.213-6 4ª CCiv Rel. Costa Barros DJ 22.11.2002). Ademais, não cumpre ao poder judiciário, que não é órgão consultivo, responder aos questionamentos do agravante em embargos declaratórios a respeito de que atos serão considerados esgotamento dos meios de localização ou em que local poderá validamente pesquisar o endereço. A propósito: "(...) A MANIFESTAÇÃO DE EMBARGOS DECLARATORIOS NÃO IMPÕE AO JULGADOR RESPONDER QUESTIONARIO FORMULADO PELA EMBARGANTE, COMO SE PRETENDESSE TRANSFORMA-LO EM ORGÃO CONSULTIVO". (STJ Edcl no AgRg no AG 36751 / RS Rel. Min. Demócrito Reinaldo 1ª Turma DJ 29.11.1993). Isto porque faz parte da jurisdição apenas aceitar ou não os

atos eventualmente praticados e demonstrados pelo agravante, concedendo os pertinentes efeitos, mas não legislar, para criar requisitos e disciplinar quais atitudes futuras terão suporte jurídico válido. Dito isto, todavia, verifica-se, de ofício, que a decisão está incorreta ao indeferir a liminar. É que a comprovação da constituição em mora é requisito de constituição válida do processo, razão pela qual, se inexistente, como no caso, não pode haver prosseguimento do feito. Como elemento de constituição processual, pode ser conhecido em qualquer grau de jurisdição pela regra do artigo 267, §3º do CPC. Desta forma, deve-se anular a decisão, de ofício, e determinar-se a emenda da inicial, para que o agravante comprove a regular constituição em mora do devedor, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito. 3. Diante do exposto, nego seguimento ao agravo de instrumento, porque prejudicado, em razão de anular a decisão, de ofício, para oportunizar ao agravante que emende a inicial, comprovando a constituição válida da mora, sob pena de extinção. 4. Intime-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator

0030 . Processo/Prot: 0830781-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/248363. Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0012973-87.2011.8.16.0031 Revisão de Contrato. Agravante: Luiz Karachovski. Advogado: Camille Baggio Scheidt Brunsfeld, Thaisa Pereira Mello. Agravado: Banco Bgn S/a. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. FUNDADAS RAZÕES EXISTENTES. ARTIGO 5º LEI 1060/50. SEGUIMENTO NEGADO. DECISÃO MONOCRÁTICA 1. Afasta-se a presunção de necessidade gerada pela declaração de carência financeira nos termos do artigo 4º, da Lei nº 1.060/50, quando há nos autos fundadas razões para concluir-se de forma diversa, nos termos do artigo 5º da citada lei, que prevê a possibilidade de indeferimento do benefício. 2. Se o agravante teve condições financeiras de assumir prestação mensal no valor de R$ 2.500,35, detém condições de pagar as custas processuais. 3. Agravo de instrumento à que se nega seguimento. I. Relatório Insurge-se o agravante em face da decisão que, nos autos da ação de revisão contratual, nº 000.906/2011 que move em face do agravado, perante o juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava, indeferiu o pedido de assistência judiciária (fls. 39/TJ). Sustenta o agravante restar equivocada a decisão atacada, vez que a Lei n° 1.060/50 confere ao agravante o direito a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita pela simples declaração informando que não possui condições de arcar com as despesas processuais, além disso, afirma que, não há na sociedade nenhum padrão que posso medir o nível de pobreza de um pessoa, conforme julgados que junta. Finaliza, então, pugnando pela reforma da decisão recorrida, para que seja deferido o benefício da justiça gratuita (fls. 02-14/TJ). Eis, em síntese, o relatório. II. Fundamentos Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, que denegou pedido de assistência judiciária gratuita, contra a qual se insurge o agravante. Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade -- tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo --, e intrínsecos -- legitimidade, interesse e cabimento --, merece ser conhecido o presente agravo. A nova redação dada ao artigo 557, do Código de Processo Civil brasileiro, pela Lei nº. 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o Relator, como órgão do Tribunal, julgue monocraticamente qualquer espécie de recurso, quando a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do STF ou de Tribunal Superior, sem que se veja aí, qualquer lesão ao princípio do juiz natural, posto que absolutamente incensurável, nesse aspecto, do ponto de vista constitucional, como reconhece a doutrina2. A delegação legal conferida ao Relator tem lugar assim, em caso de: a) manifesto descabimento; b) manifesta improcedência; e c) manifesta procedência. Sabendo-se, entretanto, que a avaliação da competência não pode ficar vinculada à discricionariedade do juiz relator do recurso, ... devendo esse tema ser avaliado objetivamente, e não de maneira subjetiva pelo magistrado, ... impera-se uma análise em conformidade com a jurisprudência predominante dos tribunais superiores, ou seja, conforme entendimento do E. STF, ... aquela presente em número significativo de julgados, de maneira reiterada, como bem aponta Marinoni3. A situação dos autos se amolda justamente à hipótese do caput, do art. 557/CPC, merecendo pronta atuação monocrática deste órgão. Dispõe o artigo 2º, parágrafo único, da Lei de 2 MARINONI. Luiz Guilherme. Manual do processo de conhecimento. 5ª ed. São Paulo: RT, 2006, p. 584-586. 3 Ob. cit. pág. 589-593. Assistência Judiciária que: ... Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, sendo certo, conforme a norma do § 1º, que: "presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, ..." Assim, consoante sustentado pelo agravante, o art. 4º da Lei nº 1.060/50 realmente estabelece a outorga do benefício mediante a simples afirmação da parte quanto à insuficiência de recursos para arcar com as despesas processuais. Logo, conclui-se que para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita é suficiente a simples afirmação do interessado de que não está em condições de pagar as custas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família. Contudo, a declaração prestada na forma da lei firma em favor do requerente a presunção juris tantum, ou relativa, de necessidade que somente será elidida diante de prova em contrário. A propósito, é entendimento do Superior Tribunal de Justiça que ... pelo sistema legal vigente, faz jus a parte aos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (Lei n. 1.060/50, art. 4º), ressalvado ao juiz, no entanto, indeferir a pretensão se tiver fundadas e motivadas razões para isso... (STJ, AgRg no Ag 714359 / SP, 3ª Turma, Min. Aldir Passarinho Junior, j. 06/06/2006, DJ 07.08.2006 p. 231) in: www.stj.gov.br, acesso em 10 de dezembro de 2007. Veja-se, a seguir, outros julgados de nossa Corte Especial, que corroboram o entendimento acima destacado: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. JUSTIÇA GRATUITA. MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. SÚMULA 07/STJ. RECURSO IMPROVIDO. 1. Não se convencendo o magistrado da situação de miserabilidade da parte quando solicitada a sua demonstração, poderão ser indeferidos os benefícios da justiça gratuita, porquanto a declaração de hipossuficiência não ostenta presunção absoluta de veracidade. 2. Rever as conclusões do acórdão acerca do indeferimento de assistência judiciária demandaria incursão indevida no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 07/STJ. 3. Recurso improvido. (EDcl no Ag 1065229/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/12/2008, DJe 02/02/2009) in: www.stj.gov.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. SÚMULA 07/STJ. I - Não há que se falar em omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada tão-só mantém tese diferente da pretendida pela agravante. II - Não se convencendo o magistrado da situação de miserabilidade da parte quando solicitada a sua demonstração, poderão ser indeferidos os benefícios da justiça gratuita, porquanto a declaração de hipossuficiência não ostenta presunção absoluta de veracidade. III - Rever as conclusões do acordão acerca do indeferimento do benefício demandaria incursão indevida no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 07/STJ. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 708.995/GO, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 23/10/2009) in: www.stj.gov.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. A despeito de declaração expressa de pobreza, o juiz pode negar o benefício da assistência judiciária gratuita se, com base nas provas contidas nos autos, houver motivo para o indeferimento. 2. É inviável o conhecimento de recurso especial quando a análise da controvérsia demanda o reexame de elementos fático probatórios, a teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 949.321/MS, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/2009, DJe 01/04/2009) in: www.stj.gov.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. Portanto, denota-se que não obstante a simples juntada de declaração de pobreza pelo agravante seja suficiente para ver-se preenchido o requisito legal imposto, que lhe confere o benefício da gratuidade, ela possui presunção iuris tantum, admitindo-se prova em sentido contrário, de modo que a jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça ressalva ao julgador a possibilidade de indeferir esta pretensão se tiver fundadas e motivadas razões para isto. No caso dos autos, em que pesem as razões da agravante com base na presunção gerada pela declaração de carência financeira nos termos do artigo 4º, da Lei nº 1060/50, essa presunção não vai adiante, não devendo se perder de vista que o artigo 5º da citada lei possibilita, mediante fundadas razões, o indeferimento do benefício. Veja-se que, além de ter contratado serviços advocatícios para patrocínio da causa, já que, à míngua de declaração ou prova em contrário, o mandato outorgado em razão da profissão dos subscritores da inicial, presume-se oneroso (art. 658/CCv), existem outros elementos a afastar a presunção de pobreza. É notório que pobre na acepção jurídica do termo não possui renda, ao menos que lhe permita firmar pacto estabelecendo prestações mensais na faixa de R$ 2.500,35 (dois mil e quinhentos reais e trinta e cinco centavos), para aquisição de um veículo, conforme afirma a própria agravante em sua inicial (fls. 16/TJ), assim, não é razoável admitir-se, ou presumir-se que o recorrente não tenha condições de arcar com as custas e despesas processuais, pois não é da classe necessitada deste país ser detentora de tantos atributos, que lhe permitam firmar um contrato da ordem de R$ 100.000,00. A propósito, nesse sentido esta Câmara é pacífica: A propósito, nesse sentido esta Câmara é pacífica: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CONTRATO CUMULADA COM NULIDADE DE CLÁUSULAS, COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PEDIDO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - INDEFERIMENTO PELO MAGISTRADO SINGULAR - POSSIBILIDADE - ELEMENTOS CONSTANTES NOS AUTOS INCOMPATÍVEIS COM O DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO ALMEJADO - EXAME DO CASO CONCRETO - MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. RECURSO DESPROVIDO - POR UNANIMIDADE. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0614761-9 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Fernando Vidal de Oliveira - Unânime - J. 20.01.2010) in: www.tjpr.jus.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INSURGENCIA QUANTO A DETERMINAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTES DE RENDA E BENS. PRESUNÇÃO DE PROBREZA ELIDIDA. FUNDADAS RAZÕES EXISTENTES. INDEFERIMENTO IMPLÍCITO. ARTIGO 5º LEI 1.060/50. AGRAVO NEGADO. 1. Ainda que a declaração firmada pela parte estabeleça presunção de pobreza, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50, pode o juiz determinar a apresentação de comprovantes de renda e de bens, como condicionante para apreciação do pedido da gratuidade, em havendo fundadas razões para o indeferimento, nos moldes em que permite o art. 5º, da mesma lei. 2. A míngua de declaração, ou prova em contrário, presume-se oneroso o patrocínio da causa por advogado contratado para a propositura de ação, de modo que esse fato,

aliado à demonstração da remuneração percebida pela parte e o significativo valor do contrato que se pretende revisar, configuram- se como motivação suficiente para a negativa da concessão do benefício da gratuidade da justiça, ainda que implicitamente. 2. Agravo a que se nega provimento. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0615687-2 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge - Unânime - J. 04.11.2009) in: www.tjpr.jus.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. FUNDADAS RAZÕES QUE AFASTAM A PRESUNÇÃO DE HIPOSSUFISSIÊNCIA ECONÔMICA. BENEFÍCIO INDEFERIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0605789-8 - Londrina - Rel.: Des. Vicente Del Prete Misurelli - Unânime - J. 14.10.2009) in: www.tjpr.jus.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. Desse modo, a presunção de necessidade resta superada pela presença de indícios suficientes de que o recorrente tem condições de arcar com as custas processuais, como visto, justificando-se plenamente o indeferimento, ao menos por ora, dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Outrossim, estando o presente recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do STJ e desta Corte, não merece ter seguimento, devendo, então, por todos esses motivos, ser mantida a decisão atacada. III. Decisão ANTE AO EXPOSTO, com fulcro nas disposições do art. 527, I c/c 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo de instrumento. Intime-se e, oportunamente, restituam-se os autos à origem para arquivamento. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Juiz Francisco Jorge Relator Convocado FCJ/jzf -- 1 Subst. Des. Stewalt Camargo Filho

0031 . Processo/Prot: 0830893-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/246250. Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0001454-58.2011.8.16.0147 Revisão de Contrato. Agravante: Gabriel dos Santos Goes. Advogado: Viviane Karina Teixeira. Agravado: Banco Itaú Leasing S/a. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Segue decisão. Em 26.09.2011.

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. FUNDADAS RAZÕES EXISTENTES. ARTIGO 5º DA LEI 1.060/50. NÃO APROVEITADA A OPORTUNIDADE PARA APRESENTAR DOCUMENTOS APTOS A PROVAR A POBREZA DECLARADA. AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. Vistos, etc. I O autor, GABRIEL DOS SANTOS GOES, interpôs AGRAVO DE INSTRUMENTO (fls. 02/08-TJ) contra decisão interlocutória (fls. 40-TJ), proferida nos autos nº 1454-58.2011.8.16.0147, da Ação Revisional de Contrato, que indeferiu o pedido de Justiça Gratuita e concedeu o prazo de 10 dias para recolhimento das custas iniciais e taxa do FUNREJUS, sob pena de cancelamento da distribuição do feito. Irresignado, o agravante disse que é evidente o fato de ser pobre, na acepção jurídica do termo. Aduziu que a Lei nº 1.060/50 exige, para o deferimento da benesse, apenas, a declaração de que não dispõe de condições para arcar com as custas. Ao final, pediu o conhecimento e o provimento do recurso, para que seja deferida a gratuidade. É o relatório. II Prevê o art. 557, caput, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. No que se refere à assistência judiciária gratuita, em que pesem as razões do agravante, com base na presunção gerada pela declaração de carência financeira, nos termos do artigo 4º, da Lei nº 1060/50, não se deve perder de vista que o artigo 5º da citada lei possibilita, mediante fundadas razões, o indeferimento do benefício. Este é o caso dos autos, vez que, como bem examinou o Juiz a quo, o agravante não se manifestou, satisfatoriamente, sobre o despacho (fl. 32-TJ) que havia determinado a apresentação dos documentos comprobatórios da alegada situação de pobreza, incluindo a cópia da sua última declaração de Imposto de Renda. Ocorre que o agravante peticionou se limitando a reiterar o pedido da assistência judiciária, sem apresentar as declarações que o Juiz a quo havia determinado, e juntando em seu lugar apenas cópia da sua Carteira de Trabalho (fls. 34/37-TJ). Ora, o agravante deixou de aproveitar a oportunidade conferida pelo julgador para que comprovasse, efetivamente, sua parca condição financeira. A inércia do recorrente afastou a presunção (relativa) de que é pobre, na acepção jurídica do termo. Nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. FUNDADAS RAZÕES EXISTENTES. ARTIGO 5º LEI 1060/50. SEGUIMENTO NEGADO. DECISÃO MONOCRÁTICA 1. Afasta-se a presunção de necessidade gerada pela declaração de carência financeira nos termos do artigo 4º, da Lei nº 1.060/50, quando há nos autos fundadas razões para concluir-se de forma diversa, nos termos do artigo 5º da citada lei, que prevê a possibilidade de indeferimento do benefício." (TJPR, 17ª Câmara Cível, AI 691.372-4, rel. Francisco Jorge, decisão proferida em 12/07/2010). AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ACORDO HOMOLOGADO. JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. SITUAÇÃO DE MISERABILIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO. (TJPR - 9ª C.Cível - AI 0504518-3 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - Unânime - J. 28.08.2008). Ademais, o agravante evidencia que detém capacidade financeira, na medida em que as despesas relativas à parcela contratada, no valor de R$ 759,33 (fl. 12-TJ), para adquirir um veículo ano 2010/2011, são incompatíveis com os critérios de razoabilidade para definição de necessitado jurídico. Logo, não restam preenchidos, por ora, os requisitos para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. III ANTE O EXPOSTO, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso, por estar em confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal. IV - Intime-se. Curitiba (PR), 26 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0032 . Processo/Prot: 0831014-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/246179. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0012395-20.2011.8.16.0001 Busca e Apreensão. Agravante: Maria Helena de Almeida Rodrigues Ripka. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Agravado: Omni Sa. Advogado: DENISE VAZQUEZ PIRES. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos e examinados 1. Trata-se de agravo de instrumento nos autos de busca e apreensão nº 12395-20.2011.8.16.0001 em face de decisão que deferiu a liminar (fls. 36/37-TJ). Diz a agravante que a liminar não podia ser concedida, na medida em que a notificação extrajudicial é inválida, porque expedida por cartório de comarca distinta daquela em que reside o agravante. Pede efeito suspensivo. 2. De plano o recurso deve ter seguimento negado, nos termos do artigo 557, caput do CPC, uma vez que manifestamente inadmissível. Veja-se que o recurso não é manifestamente tempestivo, e, portanto, imprescindível certidão de intimação da decisão recorrida. A rigor, vez que se trata de liminar inaudita altera pars, cabia à ré a juntada do mandado de citação, momento em que foi intimada da decisão. "(...) 6. No presente caso, a liminar foi concedida initio littis e, de acordo com a jurisprudência desta Corte, em se tratando de decisão que, antes da citação da parte ré, antecipa os efeitos da tutela pretendida na petição inicial, o prazo para a interposição de agravo de instrumento flui a partir da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido ou, se for o caso, a partir da juntada do aviso de recebimento da carta de citação. 7. Nesse contexto, far-se-ia necessária para formação do instrumento a certidão de juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, o que não foi realizado pelo ora recorrente e implica o não conhecimento do agravo disciplinado no art. 522 e seguintes do CPC. Precedentes". (STJ REsp 1250160 / RS Rel. Min. Mauro Campbell Marques 2ª Turma DJe 03.08.2011). No caso, todavia, a ré, antecipando-se até mesmo à expedição do mandado de busca e apreensão e citação (fls. 10-TJ), apresentou o presente agravo, sem nada demonstrar a respeito de seu ingresso nos autos. Aí reside a irregularidade da questão, pois não há como se abrir a fase recursal à parte que sequer integra a lide, e, portanto, fazia-se imprescindível a certificação da data do comparecimento espontâneo nos autos, que serviria como certidão de intimação. Confira-se: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA LIMINAR CONCEDIDA INAUDITA ALTERA PARS. PRAZO RECURSAL. FLUÊNCIA A PARTIR DO COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. DIFERENTES PROCURADORES. CÓD. DE PROC. CIVIL, ART. 191. I O prazo para interposição de agravo de instrumento contra decisão concessiva de liminar inaudita altera parte começa a fluir da data do comparecimento espontâneo da parte aos autos do processo, se ainda não verificada a citação". (STJ REsp 337214 / PR Rel. Min. Castro Filho 3ª Turma DJ 10.03.2003). Inexistindo nenhuma comprovação a respeito da data em que a agravante compareceu aos autos de primeiro grau, inexiste certeza a respeito da data de conhecimento da decisão de primeiro grau, razão que impede a análise da tempestividade. Sendo a juntada de documento comprovante da intimação de ônus da agravante, deve-se negar seguimento ao recurso que não a contenha. Confira- se: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA INDISPENSÁVEL À CORRETA APRECIAÇÃO DA CONTROVÉRSIA. LEI N.º 9.139/95. SÚMULA Nº 168/STJ. I - O agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias à correta apreciação da controvérsia, nos termos do art. 525, II, do CPC. A ausência de qualquer delas obsta o conhecimento do agravo. II - De acordo com o sistema recursal introduzido pela Lei n.º 9.139/95, é dever do agravante zelar pela correta formação do agravo de instrumento, não sendo possível a conversão do julgamento em diligência para complementação do traslado, nem a possibilidade de posterior juntada da peça faltante, em virtude da ocorrência de preclusão consumativa". (STJ EREsp 478155 / PR Rel. Min. Felix Fischer Corte Especial DJ 21.02.2005). Desta forma, carente o atendimento dos requisitos necessários à formação do agravo. 3. Diante do exposto, nego seguimento ao agravo, com apoio no artigo 557, caput do CPC, por falta de peça essencial prevista no artigo 525, inciso I. 4. Intime-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator

0033 . Processo/Prot: 0831058-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/272803. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 0022373-21.2011.8.16.0001 Resolução de Contrato. Agravante: Rodrigo Angelo Schafranski. Advogado: Davi Chedlovski Pinheiro. Agravado: Bfb Leasing S.a. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA - AGRAVO DE INSTRUMENTO AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO OUTORGADA PELO AGRAVANTE PEÇA OBRIGATÓRIA ART. 525, I, DO CPC FORMAÇÃO DEFICIENTE - RECURSO INADMISSÍVEL - NEGATIVA DE SEGUIMENTO POSSIBILIDADE - ART. 557, DO CPC. A ausência de peça obrigatória na formação do Agravo de Instrumento, conforme art. 525, inc. I, do CPC, acarreta a negativa de seguimento ao recurso, por ser manifestamente inadmissível, nos termos do art. 557, do CPC. VISTOS e examinados estes autos de Agravo de Instrumento nº 831.058-5, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - 11ª Vara Cível, em que é Agravante RODRIGO ANGELO SCHAFRANSKI e Agravado BFB LEASING S.A. I Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra a decisão proferida pelo Juízo singular que, nos autos de ação de resolução de contrato por RODRIGO ANGELO SCHAFRANSKI em face de BFB LEASING S.A. inferiu a antecipação dos efeitos da tutela (fl. 15 TJ). Contra essa decisão se insurge a parte ora agravante, alegando, em suma, que os requisitos necessários à antecipação dos efeitos da tutela se fazem presentes nos autos, razão pela qual a decisão deve ser revista (fls. 02/13 TJ). É o breve relatório. Decido. II A sistemática processual

vigente estabelece que pode o Relator negar seguimento ao recurso manifestamente inadmissível, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, do CPC). É o que ocorre no caso dos autos, pois ausente pressuposto formal de admissibilidade. Consoante dispõe o artigo 525, inciso I do Código de Processo Civil, a petição de agravo de instrumento será instruída obrigatoriamente com cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados de ambas as partes. No caso em tela, no entanto, a parte recorrente não juntou cópia da procuração outorgada ao seu procurador e, sendo esse requisito de admissibilidade, a ausência dessa peça tida por obrigatória acarreta o não seguimento do recurso interposto. Nesse sentido: AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE. REGULARIZAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO. SEGUIMENTO NEGADO. A existência de procuração outorgada aos advogados do agravante deve ser comprovada de plano, por se tratar de peça obrigatória elencada no art. 525, I do CPC, não comportando regularização posterior. (TJPR, Agravo nº 758.288-5/01, Relator Osvaldo N. Duarte, publicado em 22/06/2011). AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS. INEXISTÊNCIA DE PROCURAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE. PEÇA OBRIGATÓRIA (ART. 525, INC. I, DO CPC). ALEGAÇÃO DE EXTRAVIO DECORRENTE DE FALHA INTERNA DO SETOR COMPETENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.ALEGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE DEZENAS DE CÓPIAS SUPOSTAMENTE NÃO ANEXADAS. FALHA NÃO DEMONSTRADA DE FORMA MÍNIMA. QUESTÃO FÁTICA QUE REFOGE AO EXAME DO RECURSO. RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO NA CORRETA FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR, Agravo nº 742.968-1/01, Relator Victor B. Batschke, publicado em 05/04/2011). AGRAVO DE INSTRUMENTO AUSÊNCIA DA CÓPIA DA DECISÃO AGRAVADA, DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO E DAS PROCURAÇÕES OUTORGADAS AOS ADVOGADOS DAS PARTES VIOLAÇÃO AO ART. 525, I DO CPC AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO MANTIDA. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO POR DECISÃO UNIPESSOAL DO RELATOR (ART. 557, CAPUT, CPC). (TJPR, Agravo de Instrumento nº 665.207-9, Relator Des. Gamaliel Seme Scaff, publicado em 27/05/2010). DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO DO AGRAVANTE. PEÇA OBRIGATÓRIA, A TEOR DO ARTIGO 525, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REQUISITO OBJETIVO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, COM FULCRO NO ARTIGO 557, 'CAPUT', DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. (TJPR, Agravo de Instrumento nº 680.468-8, Relator Juiz Luis Espíndola, julgado em 31/05/2010). No mesmo sentido, as decisões do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. AUSÊNCIA DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ÔNUS DO AGRAVANTE INCUMPRIDO. SÚMULA 288 DO STF. AGRAVO NÃO CONHECIDO. 1. A correta formação do agravo de instrumento é ônus do agravante, sob pena de não conhecimento de seu recurso. (...) 3. Não se admite, na instância especial, a juntada tardia de peças obrigatórias para a formação do agravo de instrumento, nem a conversão do julgamento em diligência ou abertura de prazo para sanar eventual irregularidade. 4. Agravo regimental não-conhecido." (AgRg no Ag 860.833/SP, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, Quarta Turma, publicado em 20.08.2007). "AGRAVO INTERNO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. Ausente cópia integral do acórdão recorrido, incluindo a sentença cujo relatório foi por ele expressamente adotado, é inviável agravo de instrumento contra decisão que não admite recurso especial. Agravo a que se nega provimento." (AGA 363.609/SP, 11/11/2002). Agravo improvido." (AgRg no Ag 754.846/DF, Rel. Ministro Castro Filho, Terceira Turma, publicado em 29.06.2007). III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, caput do CPC, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, pois manifestamente inadmissível, em razão da falta de documentos obrigatórios ao julgamento do recurso, qual seja a procuração conferindo poderes às procuradoras subscritoras do recurso. IV Intime-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Des. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

---

**II Divisão de Processo Cível**
**Seção da 17ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10183**

---

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adelino Garbuggio | 013 | 0824083-7 |
| Adriana Pedrosa Lopes | 016 | 0829676-2 |
| Alexandre Nelson Ferraz | 007 | 0817701-9 |
| Almeirindo Barreiros Júnior | 015 | 0827108-1 |
| Ana Paula Scheller de Moura | 025 | 0832115-9 |
| André Gustavo Meyer Tolentino | 007 | 0817701-9 |
| André Luiz Cordeiro Zanetti | 012 | 0823809-7 |
| Andreia Damasceno | 016 | 0829676-2 |
| Angela Esser Pulzato de Paula | 014 | 0824430-6 |
| Ângela Patrícia Nesi Alberguini | 008 | 0822751-2 |
| Angélica Tatiana Tonin | 004 | 0811745-7 |
| Annelyse Balaroti Gôngora | 021 | 0830627-6 |
| Carla Heliana Vieira M. Tantin | 021 | 0830627-6 |
| Carla Maria Köhler | 014 | 0824430-6 |
| César Lourenço Soares Neto | 007 | 0817701-9 |
| Cezar Henrique de Lima | 005 | 0813213-8/01 |
| Cleverson Marcel Sponchiado | 010 | 0823405-9 |
| Cristiane Ferreira Ramos | 014 | 0824430-6 |
| Edemar Antônio Zilio Júnior | 006 | 0816788-2 |
| Eneida Wirgues | 011 | 0823419-3 |
| Eurico Ortis de Lara Filho | 006 | 0816788-2 |
| Fábio Michael Moreira | 018 | 0829830-6 |
| Fernando Rios | 006 | 0816788-2 |
| Fernando Schumak Melo | 019 | 0829985-6 |
| Fernando Valente Costacurta | 025 | 0832115-9 |
| Flávia Dreher Netto | 008 | 0822751-2 |
| Flávio Penteado Geromini | 003 | 0810158-0 |
| Flávio Santanna Valgas | 001 | 0766496-2 |
| Gerson Vanzin Moura da Silva | 003 | 0810158-0 |
| Glória Isabel Sandoval Filártiga | 003 | 0810158-0 |
| Guilherme Pontara Palazzio | 017 | 0829713-0 |
| Gustavo Freitas Macedo | 013 | 0824083-7 |
| Heldo Gugelmin Cunha | 006 | 0816788-2 |
| Ingrid de Mattos | 009 | 0823352-3 |
| Jaime Oliveira Penteado | 003 | 0810158-0 |
| Jair Roberto da Silva | 006 | 0816788-2 |
| José Wlademir Garbúggio | 013 | 0824083-7 |
| Juliano Garbuggio | 013 | 0824083-7 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 006 | 0816788-2 |
| Luilson Felipe Gonçalves | 005 | 0813213-8/01 |
| Luiz Assi | 016 | 0829676-2 |
| Luiz Fernando Brusamolin | 005 | 0813213-8/01 |
| | 013 | 0824083-7 |
| Luiz Fernando Cachoeira | 002 | 0801546-1/01 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 003 | 0810158-0 |
| Márcio Ayres de Oliveira | 022 | 0831230-7 |
| Márcio Rubens Passold | 007 | 0817701-9 |
| Marcos Antônio Nunes da Silva | 002 | 0801546-1/01 |
| Marcos Vinícius Molina Veroneze | 015 | 0827108-1 |
| Maurício Kavinski | 005 | 0813213-8/01 |
| | 013 | 0824083-7 |
| Mauro Sérgio Guedes Nastari | 012 | 0823809-7 |
| Michelle Schuster Neumann | 025 | 0832115-9 |
| Moisés Batista de Souza | 008 | 0822751-2 |
| Patrícia Chemim | 024 | 0831433-8 |
| Patrícia Trento | 008 | 0822751-2 |
| Pio Carlos Freiria Junior | 021 | 0830627-6 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 016 | 0829676-2 |
| Roberto Gavião Gonzaga | 004 | 0811745-7 |
| Rogério Augusto da Silva | 023 | 0831400-9 |
| Rubens Bortoli Junior | 024 | 0831433-8 |
| Sérgio Antônio Meda | 011 | 0823419-3 |
| Shalom Moreira Baltazar | 007 | 0817701-9 |
| Silmara Stroparo | 001 | 0766496-2 |
| Silvaney Isabel Gomes de Oliveira | 020 | 0830365-1 |
| Viviane Karina Teixeira | 010 | 0823405-9 |
| | 022 | 0831230-7 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator
0001 . Processo/Prot: 0766496-2 Apelação Cível
. Protocolo: 2010/399082. Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0023713-41.2010.8.16.0031 Revisão de Contrato. Apelante: Banco Itaucard Sa. Advogado: Flávio Santanna Valgas. Apelado: Adão Costa dos Santos. Advogado: Silmara Stroparo. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Revisor: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Tendo-se em vista o acordo entabulado entre as partes, a ser homologado em primeiro grau de jurisdição, conforme informações prestadas na petição retro (fls. 189-196), ocorreu, então, a perda do interesse recursal. ANTE AO EXPOSTO, julgo prejudicado o presente recurso. Intimem-se e arquive-se, oportunamente. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Juiz Francisco Jorge Relator - Convocado

0002 . Processo/Prot: 0801546-1/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/342769. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 801546-1 Apelação Civel. Embargante: Banco Bradesco Financiamentos. Advogado: Marcos Antônio Nunes da Silva. Embargado: Cristiane de Fátima Seer. Advogado: Luiz Fernando Cachoeira. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Segue decisão. Em 27.09.2011.

DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXAME INTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO INTERPOSTO POR PARTE ILEGÍTIMA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO APTO A COMPROVAR EVENTUAL INCORPORAÇÃO DA PARTE RÉ PELO EMBARGANTE. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL, AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. Vistos, etc. I O réu, BANCO BRADESCO S/A, opôs EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (fls. 264/268) contra a decisão monocrática (fls. 256/259), que negou seguimento ao recurso de apelação cível, por ser manifestamente inadmissível. Inconformado, o embargante alegou que a decisão monocrática foi omissa. Ainda, aduziu que, antes de se negar seguimento ao apelo, deveria ter sido dada oportunidade para sanar o defeito relativo à legitimidade recursal. Ao final, pediu o acolhimento dos embargos, para suprir a omissão. É o relatório. II Prevê o art. 557, caput, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o Relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Inicialmente, constata-se que o recurso de embargos de declaração, tal qual o precedente apelo, é manifestamente inadmissível, por conta da ausência de legitimidade recursal. De fato, o embargante, BANCO BRADESCO S/A, não possui legitimidade para recorrer da decisão monocrática, simplesmente por não ser parte, nem terceiro prejudicado, no processo, lembrando que a demanda foi proposta contra BANCO CONTINENTAL / BANCO FINASA S/A (fl. 02), ou seja, outra pessoa jurídica. Ora, o caput do art. 499 do Código de Processo Civil dispõe que "o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público". Ainda que o BANCO FINASA S/A tivesse sido, supostamente, incorporado pelo BANCO BRADESCO S/A, ora embargante, não existem documentos aptos a demonstrar a ocorrência efetiva da incorporação, presumindo-se, por ora, que o recorrente não substituiu a parte que ocupa o pólo passivo. Ainda, de nada adianta ao embargante juntar procuração cujos poderes lhe foram outorgados, pois, antes disso, como visto, não foi preenchido o requisito da legitimidade recursal. O recorrente não está autorizado a postular direito alheio em nome próprio, faltando-lhe, além da legitimidade, o interesse recursal (necessidade + utilidade) (arts. 3º e 6º, do CPC): "Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei." III ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, conclui-se por negar seguimento ao recurso de embargos de declaração, por ser manifestamente inadmissível. IV - Intimem-se. Curitiba (PR), 27 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0003 . Processo/Prot: 0810158-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/149477. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 0008162-48.2009.8.16.0001 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento. Advogado: Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini. Apelado: Geraldo da Silva. Advogado: Glória Isabel Sandoval Filártiga. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DESPACHO I - Trata-se de Ação Revisional de Contrato ajuizada por Geraldo da Silva em face de BV Financeira S/A. Da análise do caderno processual tem-se que a requerida, inconformada com a sentença de fls. 92/107, interpôs presente recurso de Apelação, requerendo a reforma da decisão proferida em primeiro grau (fls. 126/139). Contudo, as partes requerem seja homologado o acordo entre elas entabulado conforme petição datada de 08 de abril de 2010. Nesse sentido: "Homologação de transação efetuada nos autos, na fase recursal. Possibilidade, mesmo após sentença, eis que não transitada em julgado. Extinção do processo na forma do art. 269, III, do CPC". (TJSP - APL 990093274280 SP, Relator: Soares Levada, Data de Julgamento: 05/08/2010, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/08/2010). "1. Pedido de desistência do recurso interposto pelo apelante Banco Bradesco S/A. Aplicação do disposto no artigo 501 do Código de Processo Civil. Homologação da desistência. Recurso não conhecido. 501 Código de Processo Civil2. Homologação de transação efetuada nos autos, na fase recursal, entre apelante Ariovaldo Viana, apelado Condomínio Edifício Blue Star e terceira adquirente do bem. Possibilidade, mesmo após sentença, eis que não transitada em julgado. Extinção do processo na forma do art. 269, III, do CPC". (TJSP - APL 601409320068260000 SP 0060140-93.2006.8.26.0000, Relator: Soares Levada, Data de Julgamento: 09/05/2011, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 13/05/2011) Ocorre que, como o MM. Juízo singular já encerrou sua jurisdição com a prolação da sentença objeto do recurso de apelação, cabe agora a esta Corte, através do seu relator e independente de julgamento pelo Colegiado, a análise acerca de qualquer transação havida entre as partes. Contudo, para melhor decidir sobre o pedido de homologação, houve a intimação das partes para se manifestarem a respeito da petição juntada na vara de origem. Porém, somente a instituição se manifestou, requerendo a desistência do recurso de Apelação e a consequentemente homologação do acordo (petição protocolada sob nº 0315524/2011). (fls.158/159) Aliás, essa é a orientação do artigo 200, inciso XVI, do Regimento Interno desta Corte: "Art. 200. Compete ao Relator: (...) XVI. homologar desistências e transações e decidir, nos casos de impugnação, o valor da causa" II - Assim, considerando que se tratam de direitos disponíveis e que a parte requerente requereu a desistência do recurso de apelação e a homologação do acordo, hei por bem em homologar a transação entabulada entre as partes, julgando o feito extinto, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil, devendo ambas as partes arcarem com o pagamento das custas remanescentes, como restou ajustado no acordo. Com efeito, não obstante a parte requerente tenha sido agraciada anteriormente pelos benefícios da assistência judiciária gratuita, coadunou com inserção de uma cláusula que lhe atribuía a responsabilidade pelo pagamento das custas remanescentes, bem como ao pagamento de honorários ao seu procurador (item 10 do acordo), devendo ser entendido que houve renúncia desse benefício. Nesse sentido: "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO INDÉBITO. AUTORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. ACORDO FIRMADO. CUSTAS PROCESSUAIS A CARGO DA AUTORA. RENÚNCIA TÁCITA AO BENEFÍCIO. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO". (TJPR Agravo de Instruemnto nº 737.030-9 17ª Câmara Cível Relator Mário Helton Jorge Publicação: 17/12/2010). "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ACORDO EXTRAJUDICIAL. PARTE BENEFICIÁRIA DA GRATUIDADE PROCESSUAL QUE SE RESPONSABILIZA PELO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS PENDENTES. JUIZ QUE DETERMINA O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS, COMO CONDIÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO. PARTE QUE ALEGA SER BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA E QUE, POR ISSO, NÃO PODE SER OBRIGADA A RESPONDER PELAS CUSTAS PROCESSUAIS. DECISÃO A QUO ESCORREITA. RENÚNICIA TÁCITA AO BENEFÍCIO. PRINCÍPIO DA BOA- FÉ. RECURSO CONHECIDO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. "A regra que envolve a transação é a de que as próprias partes que transigiram estabeleçam a quem cabe as despesas e os honorários de advogado". (STJ - AgRg no Ag nº 462952/ MG, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 22.04.2003). 2. A isenção decorrente da gratuidade processual anteriormente concedida à parte, não abrange as despesas processuais da qual expressamente se obrigou quando do acordo firmado nos autos, sobretudo em apego ao princípio da boa-fé, que orienta a atuação das partes no processo. 3. Recurso não provido." (Grifei) (TJPR - 9ª C.Cível - AI 0616465-0 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Francisco Luiz Macedo Junior - Unânime - J. 13.04.2010) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRANSAÇÃO HOMOLOGADA PELO MAGISTRADO SINGULAR. ACORDO QUE, EXPRESSAMENTE, PREVÊ QUE O AGRAVANTE, BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, ARQUE COM O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. RENÚNCIA AO BENEFÍCIO. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ. JULGADOR QUE DEVE HOMOLOGAR O ACORDO NOS TERMOS EM QUE FOI FORMULADO. AGRAVO NÃO- PROVIDO."(Grifei) (TJPR - 7ª C.Cível - AI 0404942-7 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. José Mauricio Pinto de Almeida - Unânime - J. 14.08.2007) Ora, a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita é provisória, sendo que a partir do momento que a parte manifesta condições de pagar as despesas processuais, ela renuncia a tal benefício. III Ante ao exposto, homologo a transação entabulada entre as partes, julgando o feito extinto, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil, devendo as partes arcarem com o pagamento das custas remanescentes, bem como com os honorários de seus procuradores. IV - Intime-se. V - Após as necessárias anotações, baixem os autos à Vara de Origem. Curitiba, 26 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0004 . Processo/Prot: 0811745-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/187259. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0009878-52.2011.8.16.0030 Revisão de Contrato. Agravante: Doraci Jara. Advogado: Angélica Tatiana Tonin, Roberto Gavião Gonzaga. Agravado: Banco Fiat Sa. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 811.745-7 Agravante : Doraci Jara. Agravado : Banco Fiat S/A. Vistos e examinados 1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que, em ação de revisão de contrato (autos nº 9878-52.2011 2ª Vara Cível de Foz do Iguaçu), determinou que o autor emendasse à inicial, corrigindo o valor da causa (fls. 19-TJ). 2. Nos termos do art. 557, caput do Código de Processo Civil, o recurso deve ter seu seguimento negado, visto que manifestamente prejudicado. É que, pelas informações prestadas pelo juízo singular (fls. 81-TJ), observa-se que já foi proferida sentença, julgando parcialmente procedente os pedidos iniciais. Assim, o presente agravo de instrumento perdeu o objeto, devendo ser extinto pela ocorrência de fato superveniente que suprime o interesse recursal, restando, portanto, prejudicado. Nesse sentido: (STJ - EDcl no AgRg no REsp 1186146/MS - Rel. Min. Jorge Mussi - quinta turma - DJe 27.06.2011). 3. Diante do exposto, nego seguimento ao recurso, vez que manifestamente prejudicado. 4. Intime-se. 5. Após, diligências de estilo. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator

0005 . Processo/Prot: 0813213-8/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/339614. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 813213-8 Apelação Civel. Embargante: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Cezar Henrique de Lima, Maurício Kavinski. Embargado: Dirceu Komar. Advogado: Luilson Felipe Gonçalves. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC) E TAXA DE EMISSÃO DE BOLETO (TEC). CUSTEIO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS PRÓPRIAS

DO BANCO. INADMISSIBILIDADE. INCONFORMISMO. PREQUESTIONAMENTO. MENÇÃO EXPRESSA DE DISPOSITIVO LEGAL. DESNECESSIDADE. RECURSO PROTELATÓRIO. MULTA. ART. 538, § ÚNICO, DO CPC. IMPOSIÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração possuem contornos rígidos e, nos termos do artigo 535, do CPC, não se prestam a sanar inconformismo da parte. 2. "Para a configuração do questionamento prévio (indispensável para o conhecimento do recurso especial), não é necessário que haja menção expressa do dispositivo infraconstitucional tido como violado". (STJ - AgRgREsp. nº 947.978/RS)." 3. A interposição de embargos de declaração manifestamente protelatório traduz a necessidade da aplicação da multa prevista no parágrafo único do artigo 538, CPC, no patamar de 1% sobre o valor da causa, ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito deste valor. VISTOS e examinados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 813.213-8/01, de Ponta Grossa - 1ª Vara Cível, em que é Embargante BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Embargado DIRCEU KOMAR. I - Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de decisão de fls. 202/210 pela qual este Des. Relator negou seguimento ao recurso de apelação anteriormente interposto pela parte ora embargante, para: a) permitir a cobrança da comissão de permanência, desde que esta fique limitada à somatória dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato; b) permitir a restituição ao consumidor da cobrança das tarifas de emissão de boleto e de abertura de crédito; c) por fim, manter a sucumbência fixada em sentença. Inconformada, a embargante opôs os presentes embargos de declaração, alegando, em suma, que a decisão monocrática é omissa no que diz respeito, unicamente, à cobrança das tarifas TAC e TEC, alegando que foram previamente assumidas pelo autor quando da lavratura do contrato, portanto, de conhecimento do ora embargado, devendo as mesmas se manterem hígidas (fls. 214/215). É a breve exposição. Decido. II - Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos de declaração. Todavia, em que pesem as ponderações apresentadas pela parte recorrente, inexiste qualquer vício na decisão embargada, posto que a mesma abordou devidamente a matéria objeto do recurso interposto, sendo que o entendimento adotado está em consonância com o posicionamento jurisprudencial. O embargante busca nitidamente a alteração da decisão por via inapropriada, a qual não se encaixa nas possibilidades dos Embargos de Declaração. Primeiramente, cumpre esclarecer que os Embargos Declaratórios têm cabimento para eliminar ponto omisso, contraditório ou obscuro na decisão recorrida, o que não ocorre no presente caso. Na verdade, inconformado com os termos da decisão ora guerreada, que foram contrários à sua pretensão, visa o Embargante que este Tribunal enfrente novamente a questão dos autos. A esse fim não se prestam os Embargos de Declaração, devendo buscar a reforma do decisum nos Tribunais Superiores. Nesse sentido, confira-se a seguinte decisão do Superior Tribunal de Justiça: "Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento imerso no art. 535, do CPC, exigindo-se, para seu acolhimento, estejam presentes os pressupostos legais de cabimento. Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real intento é a obtenção de efeitos infringentes". (EEREsp nº 264.277/SC, rel. Min. Francisco Falcão, DJU 12.08.2002, pág. 168). Ademais, ao decidir a lide, não se impõe ao julgador analisar todos os argumentos trazidos pelas partes, mas sim todos aqueles que interessam ao julgamento da lide. Nesse sentido: "Embargos de Declaração. Apelação Cível. Confissão de dívida. Título executivo extrajudicial. Novação. Nota promissória vinculada. Prequestionamento. Embargos Rejeitados. Não são cabíveis embargos de declaração para manifestar inconformismo com a decisão proferida, sem demonstração de qualquer omissão ou obscuridade. O magistrado não é obrigado a analisar todos os pontos levantados pela parte, desde que aprecie de forma clara e fundamentada os pontos necessários à solução da lide. Os embargos de declaração não se prestam ao prequestionamento de matérias a serem eventualmente levantadas na instância superior". (TAPR Embargos de Declaração nº 0.200.977-0/01 8ª. Câmara Cível Relator: Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima Julgamento: 18/03/2003). "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (1). APELAÇÃO CÍVEL. 1. SOB A ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTO, BUSCA A PARTE A REAPRECIAÇÃO DA CAUSA. INADMISSIBILIDADE. 2. PREQUESTIONAMENTO". 1. "Os embargos declaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, por isso que são apelos de integração e não de substituição. A ausência dos pressupostos legais autoriza a rejeição dos embargos, de cunho infringentes" (EDcl no REsp 361020/SC; Min Francisco Peçanha Martins; DJ 3.5.2006; p. 178). 2. Prequestionamento inviável, pois, "Havendo fundamento suficiente para a composição do litígio, dispensa-se a análise de todas as razões adstritas ao mesmo fim, pois a finalidade da jurisdição é compor a lide e não discutir as teses jurídicas nos moldes expostos pelas partes". (REsp 686.724/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJ 03.10.2005 p. 203). "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (2). APELAÇÃO CÍVEL. 1. PRETENSÃO DE REAPRECIAÇÃO DA CAUSA. INADMISSIBILIDADE. 2. PREQUESTIONAMENTO". 1. "(...) A pretensão de reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, à luz de argumentos alegadamente relevantes para a solução da quaestio juris, na busca de decisão infringente, é estranha ao âmbito de cabimento dos embargos declaratórios, definido no artigo 535 do Código de Processo Civil" (EDcl no MS 8954/DF; Min. Hamilton Carvalhido; DJ 10.04.2006; p. 119). 2. "(...) O prequestionamento não pressupõe a citação explícita, pelo Tribunal ordinário, do dispositivo de lei dito violado, bastando, para sua verificação, a abordagem pela instância a quo, da matéria dita controvertida (...)" (AGR no REsp nº 230305/RS; Min. Nancy Andrighi; DJ 26.03.2001; p. 414). EMBARGOS (1) REJEITADOS. EMBARGOS (2) REJEITADOS. (TJPR - Embargos Declaração nº. 414.322-8/01 15ª. Câmara Cível - Relator: Hayton Lee Swain Filho Julgamento: 008/2007). Por fim, cabe salientar que os Embargos de Declaração não podem ser interpostos para fim de prequestionamento se não há obscuridade, omissão ou contradição na decisão embargada. A propósito, confira-se: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. DESCABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE EFEITO MODIFICATIVO AO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.(...)". "Mesmo para fins de prequestionamento, somente são cabíveis os embargos de declaração nas hipóteses restritas do artigo 535, I e II, do Código de Processo Civil". (TJPR Embargos de Declaração nº. 371.301-3/01 5ª. Câmara Cível Relator: Luiz Mateus de Lima Julgamento: 07/08/2007). "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. DESCABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE EFEITO MODIFICATIVO AO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS". "(...) Observa-se nos autos a pretensão de natureza modificativa, o que é incabível em sede de embargos de declaração". "Mesmo para fins de prequestionamento, somente são cabíveis os embargos de declaração nas hipóteses restritas do artigo 535, I e II, do Código de Processo Civil". (TJPR Embargos de Declaração nº. 400.785-6/01 6ª. Câmara Cível Relator: Idevan Lopes Julgamento: 07/08/2007). Saliente-se que a resolução da demanda prescinde de específico pronunciamento sobre dispositivos de lei, ou de comentários sobre todos os argumentos levantados pela parte, conforme jurisprudência sedimentada do Superior Tribunal de Justiça: "É tranqüila a jurisprudência desta Casa no sentido de que o órgão julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos nem a se pronunciar sobre todos os preceitos legais listados pelas partes se já encontrou fundamentação suficiente para embasar a conclusão do julgado." (EDcl no RMS nº 22.067/DF, Relator Ministro José Delgado, 1ª Turma, j. 12.02.08). Desse modo, o questionamento trazido pelo Embargante revela apenas e tão somente seu inconformismo ante a solução conferida à lide, que lhe é desfavorável, pretendendo que se enfrente novamente a questão. Todavia, como já mencionado, a esse fim não se prestam os Embargos de Declaração. Ressalte-se ainda que, o relator não está obrigado a mencionar os artigos de lei suscitados nas razões recursais com vistas ao prequestionamento, pois tal fato não impede a interposição do recurso cabível aos Tribunais Superiores. A propósito, confiram-se os seguintes julgados proferidos pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça: "(...) A Excelsa Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça firmou posicionamento no sentido de que, para fins de prequestionamento, a violação de lei federal não exige, necessariamente, que o dispositivo venha expressamente mencionado no acórdão estadual, bastando, a ensejar a interposição de recurso especial, que a matéria da impugnação tenha sido argüida, debatida e decidida." (STJ, EDcl no REsp 546.762/RS, Rel. Ministro. Hamilton Carvalhido, 6ª Turma, publicado em 09.05.2005) "(...) admite-se a figura do prequestionamento em sua forma "implícita", o que torna desnecessária a expressa menção do dispositivo legal tido por violado. Em contrapartida, torna-se imprescindível que a matéria em comento tenha sido objeto de discussão na instância a quo, configurando-se assim, a existência do prequestionamento implícito." (STJ, REsp 617.221/RJ, Relator Ministro Gilson Dipp, 5ª Turma, publicado em 09.02.2005) "(...) Para se ter como caracterizado o requisito do prequestionamento, é imprescindível que a matéria controvertida tenha merecido, efetivamente, enfrentamento pelo acórdão embargado, não sendo necessário, todavia, que o dispositivo que a contém seja expressamente registrado. 4. Não merecem acolhida os declaratórios quando a pretensão neles veiculada pretende o mero rejulgamento da lide e a menção expressa de dispositivos constitucionais." (STJ, EDcl no RMS 15.771/SP, Relator Ministro José Delgado, 1ª Turma, publicado em 17.11.2003) É requisito para que o recurso seja conhecido e provido que esteja o mesmo em conformidade com a previsão legal que o sustenta, in casu, o art. 535 do Código de Processo Civil. Entendimento recente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná já decidiu: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DA CAUSA. IMPERTINÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535 DO CPC. RECURSO NÃO ACOLHIDO. Não existe omissão quando o acórdão examina devidamente todos os aspectos relevantes da demanda e decide a causa com base em fundamentos próprios. Ainda que opostos com a finalidade de prequestionamento, os embargos de declaração somente podem ser acolhidos se demonstrada a existência de contradição, obscuridade ou omissão na decisão embargada. Inteligência do artigo 535 do CPC. (TJPR, Embargos de Declaração Cível n° 0737128-4/01 , Relator Guimarães da Costa, publicado em 29/08/2011). Dessa maneira, tendo em vista o caráter protelatório dos presentes embargos, que pretendem a rediscussão da matéria, impõe-se a fixação de multa equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil, ficando a interposição de novos recursos condicionada ao recolhimento da multa. III - Pelo exposto, não havendo omissão na decisão combatida, impõe-se a rejeição dos presentes embargos, mantendo-se na íntegra a decisão monocrática, com aplicação de multa ao recorrente equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa. IV Intime-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0006 . Processo/Prot: 0816788-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/295889. Comarca: Quedas do Iguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2004.00000151 Reintegração de Posse. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Heldo Gugelmin Cunha, Julio Cezar Zem Cardozo, Jair Roberto da Silva. Agravado: Darceu Ribeiro de Andrade, Anita Amelia Paggi de Andrade, Marcos Andrigo Paggi de Andrade, Solange Grasiela Mattei Andrade, Adriana Paggi de Andrade. Advogado: Edemar Antônio Zilio Júnior, Eurico Ortis de Lara Filho, Fernando Rios. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL. AUSÊNCIA DE PEÇAS NECESSÁRIAS. ÔNUS DO IMPUGNANTE. SEGUIMENTO NEGADO. 1. O destinatário da norma do art. 525, I e II/CPC é o próprio agravante,

que detém o ônus de instruir a petição de interposição do agravo com as peças necessárias à perfeita compreensão do caso concreto assim como o dever de fiscalizar a regular formação do instrumento. 2. A falha na documentação apresentada, uma vez que não consta sequer a decisão agravada, assim como a decisão liminar ou mesmo a inicial da possessória em questão, além de outros documentos referidos pelo agravantes, não é possível o conhecimento do agravo de instrumento, por ausência do pressuposto de admissibilidade da "regularidade formal", quando não comprovado justo impedimento. 3. Agravo de instrumento a que se nega seguimento (art.527, I/CPC). I. Relatório Insurge-se o agravante, terceiro prejudicado, em fase da decisão que, nos autos da ação de Reintegração de Posse, autos nº 151/2004, que lhe move em face do agravado, perante o juízo da Vara Cível da Comarca de Quedas do Iguaçu, que teria deferido liminar de reintegração de posse, e após desocupações e novas invasões, teria determinado a intimação do Secretário de Estado de Segurança Pública, do Procurador Geral do Estado e do Governador do Estado, para que cumprissem a medida liminar no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa diária no importe de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo de ser criminalizado por desobediência (fls. 08-09/TJ;). Primeiramente, sustenta de que há legitimidade e interesse recursal na condição de terceiro prejudicado pela natureza mandamental dirigida contra agentes públicos estaduais e contra a própria pessoa jurídica de direito publico, inclusive com a aplicação de astreintes. Segue, afirmando que o INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária tem interesse jurídico na relação processual, conforme o ofício PFE/INCRA/PR/N° 024/2011, em razão de tratar-se de imóvel situado no complexo de terras denominado "Fazenda Três Elos", composto pelos imóveis objeto da ação originária, situado em faixa de propriedade da União, e, portanto haveria necessidade de deslocamento do feito ao Juízo Federal de Cascavel, face a incompetência material do Juízo Estadual. Refere ainda, que existe conexão entre os objetos da ação de reintegração de posse, autos nº 151/2004 com a ação anulatória autuada sob o n° 2004.70.05.005184-9, em trâmite na 1ª Vara Federal da Subseção de Cascavel. Além disso, entende ser nula a r. decisão por contrariar frontalmente decisão proferida pelo Juízo Federal, que nos autos da anulatória, concedeu liminar, imitindo o INCRA na posse do imóvel denominado "Rio das Cobras", o qual englobaria o imóvel objeto da ação originária. Também, alega nulidade na r. decisão tendo em vista o pedido de intervenção federal, autuada sob o n° 0155297-28- 2011.300.0000, em andamento no Superior Tribunal de Justiça, motivada pelo descumprimento de ordem judicial de fornecimento de força publica para a desocupação das terras objetos dos autos de origem. Ademais, entende ser inaplicável a multa diária imposta na r. decisão contra terceiro sem que ostentasse a condição jurídica de parte na relação processual, bem como inaplicável esta multa contra pessoa física do agente público. Por fim, diz que o efetivo cumprimento das decisões de reintegração de posse poderá ter consequências desastrosas, bem como o grave risco de lesão à ordem pública, pedindo efeito suspensivo, bem como o conhecimento e provimento do presente recurso de agravo, a fim de que seja cassada a liminar deferida (fls. 06-38/TJ). Eis, em síntese, o relatório. II. Voto Em sede de juízo de admissibilidade do presente recurso, verifica-se a não observância do pressuposto extrínseco da regularidade formal, eis que a instrução do agravo de instrumento é defeituosa. Isso porque em seu corpo por diversas vezes é feito menção à decisão que teria deferido a medida liminar de reintegração de posse, assim como a própria decisão agravada, além de fatos narrados na inicial e outras peças dos autos, cujo conhecimento sem dúvida influiria diretamente na análise deste agravo. Contudo, o agravante não juntou cópia de nenhum destes documentos ao presente recurso, o qual vem instruído apenas com cópias de procurações e certidão dando conta da intimação da parte quanto a decisão de fls. 509/13 (fls. 36), a qual não foi anexada, apesar de constar uma folha de rosto nominada de "anexo IV" "(Decisão Agravada") (fls. 37), acompanhada apenas de um cópia relativa a um protocolo (fls. 38v.). Assim, como o cerne da questão gravita em torno do deferimento da liminar de reintegração de posse, torna-se inviável o processamento e o julgamento do mérito do presente recurso sem a cópia desta decisão ou a devida justificativa de sua ausência. Constitui-se em ônus da parte não só a regular formação do instrumento do agravo, como a fiscalização da regularidade da apresentação dos documentos que deverão instruir os autos do agravo por instrumento, nos termos preconizados no art. 525, I e II, do Código de Processo Civil. A doutrina demonstra que o destinatário dessa norma é o próprio agravante, já que a ele compete instruir a petição de interposição do agravo com as peças obrigatórias e facultativas, de modo que ... faltando uma das peças obrigatórias, o agravo não poderá ser conhecido por não preencher o pressuposto de admissibilidade da "regularidade formal". Considera-se, ainda, que ... Na hipótese de não se poder extrair perfeita compreensão do caso concreto, pela falha na documentação constante do instrumento, o tribunal deverá decidir em desfavor do agravante (NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado. 10ª ed. Revista dos Tribunais. São Paulo : 2007, coment. art. 525, I: 3 e 4, p. 886). Da mesma forma a doutrina reconhece que ... a juntada de peças facultativas também está a cargo da parte, incumbindo-lhe juntar aquelas que entenda importantes para o deslinde da questão objeto do agravo, e, ... caso não seja possível ao tribunal compreender a controvérsia, por ausência de peça de juntada facultativa, o agravo não deverá ser conhecido por irregularidade formal (NERY. Recursos, n. 3.4.1.5, p. 387/390) (In ob. cit, n. II: 5, p. 886). E nesse sentido é a jurisprudência deste Tribunal seguindo orientação da Corte Especial: AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PEDIDO DO JUIZ PARA QUE FOSSE COMPROVADA A RENDA POR MEIO DA JUNTADA DA CÓPIA DO IMPOSTO DE RENDA. I) Pedido de reconsideração da decisão não interrompe ou suspende o prazo para interposição do agravo de instrumento. Recurso intempestivo. II) Falta de documento facultativo essencial para formação do convencimento ad quem. III) A decisão agravada diz respeito a despacho de mero expediente, uma vez que não nega a concessão da justiça gratuíta, apenas pede que seja comprovada a renda do agravante. recurso desprovido. (TJPR - 9ª C.Cível - AR 0431090-5/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - REL.: DES. Eugenio Achille Grandinetti - unanime - J. 13.09.2007) PROCESSUAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO - AUSÊNCIA DE JUNTADA DE PEÇAS NECESSÁRIAS AO JULGAMENTO DO RECURSO. 1. No recurso especial interposto pela alínea 'c' do permissivo constitucional, a configuração do dissídio depende da demonstração da existência de similitude fática entre o aresto recorrido e os paradigmas, o que inocorreu in casu. 2. As peças necessárias ao exato entendimento da controvérsia devem acompanhar a inicial do agravo de instrumento, sob pena do não conhecimento do recurso. 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 753.879/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, j.: 20.06.2006, DJ: 29.06.2006, p. 183). Agravo regimental. Embargos de divergência em recurso especial. Agravo de Instrumento. Formação. Ausência de peças essenciais. Recurso não provido. 1. Não é cabível, nesta fase processual, alargar a discussão 'de modo a se classificar a 'essencialidade' do documento tido como necessário pelo Tribunal a quo'. Quisessem os ora agravantes questionar a essencialidade de outras peças para o deslinde da controvérsia, deveriam tê-lo feito já no seu recurso especial, o que não ocorreu. 2. A Corte Especial, por maioria, em 2/6/04, no julgamento do EREsp nº 449.486/PR, de minha relatoria, DJ de 6/9/04, pacificou o entendimento de que a ausência de peça essencial ou relevante para a compreensão e solução da controvérsia impõe o não- conhecimento do agravo de instrumento. 3. Agravo regimental desprovido." (AgRg nos EREsp 638146/DF, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, CORTE ESPECIAL, j.: 16.3.2005, DJ: 18.4.2005, p. 202). Ante todo o exposto, deixo de exercer a retratação quanto à decisão agravada e VOTO pelo DESPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO. Ac.Unân. Décima Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, Negado Provimento ao recurso. Curitiba, 18 de abril de 2007. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Relator - Juiz Convocado (TJPR - 16ª C.Cível - A 0357808-5/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Conv. Sérgio Roberto N Rolanski - Unanime - J. 18.04.2007) Em tais circunstâncias impera-se que se obste seguimento à presente impugnação. III. Decisão ANTE AO EXPOSTO, com fulcro nas disposições do art. 527, I c/c 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo de instrumento. Intime-se e, oportunamente, arquive-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Juiz Francisco Jorge Relator - Convocado FCJ/lck -- 1 Subst. Des. Stewalt Camargo Filho

0007 . Processo/Prot: 0817701-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/166556. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 0006744-75.2009.8.16.0001 Reintegração de Posse. Apelante: Psa Comércio de Móveis Ltda. Advogado: César Lourenço Soares Neto, Shalom Moreira Baltazar, André Gustavo Meyer Tolentino. Apelado: Cia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Márcio Rubens Passold. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA- AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE- SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA- JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE INSURGÊNCIA ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRÊNCIA- SENTENÇA MANTIDA- NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. VISTOS e examinados estes autos de Apelação Cível nº 817701-9, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - 17ª Vara Cível, em que é Apelante PSA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA e Apelado CIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RENAULT DO BRASIL. I Trata-se de recurso de apelação interposto em face de sentença proferida nos autos de Ação de Reintegração de Posse, nº 1143/2009 (fl. 105), mediante a qual o magistrado de primeiro grau julgou procedente o pedido inicial, confirmando a liminar deferida às folhas 28, determinando a reintegração definitiva da autora na posse do veículo. Inconformada, a ré interpôs recurso de apelação às folhas 114, em cujas razões alega, em síntese: a) da necessidade da perícia requisitada e do cerceamento de defesa gerado pelo seu indeferimento; b) da inexistência de mora frente à pendência de controvérsia quanto ao saldo devedor; c) não ocorreu negativa por parte da apelante em devolver o veículo; d) os honorários advocatícios devem ser minorados, pois foram fixados em patamar muito elevado. Às folhas 127 o recurso foi recebido em ambos os efeitos. Às folhas 129 a apelada apresentou contrarrazões ao apelo. É o relatório. Decido. II- A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá dar provimento a recurso quando a decisão estiver em confronto com a jurisprudência de Tribunal Superior, ou mesmo negar seguimento ao recurso, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, e § 1º-A do CPC). É o que se verifica no presente caso. - do cerceamento de defesa; Dentre as razões recursais, a apelante alega a ocorrência de cerceamento de defesa, em virtude do julgamento antecipado da lide. No entanto, não lhe assiste razão, tendo em vista que o magistrado anunciou que o feito se comportava julgamento antecipado, conforme se verifica às folhas 103, em data de 06 de maio de 2010, despacho este regularmente publicado, e apenas prolatou sentença em 13 de agosto de 2010, oportunizando, portanto, à ré, que apresentasse insurgência, que porventura tivesse. Vejamos: AÇÃO MONITÓRIA - CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO - EMBARGOS MONITÓRIOS - IMPROCEDÊNCIA - INCONFORMISMO - APELAÇÃO CÍVEL - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO - PRESCINDIBILIDADE DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - REGRA DE TRANSIÇÃO (ART. 2028, CÓDIGO CIVIL/2002) - ANISTIA DA LEI ESTADUAL Nº 14936/2006 - INAPLICABILIDADE - VALOR DO DÉBITO SUPERIOR A R$35.000,00 - CORREÇÃO MONETÁRIA - INCIDÊNCIA DESDE O VENCIMENTO DO TÍTULO - JUROS MORATÓRIOS A CONTAR DA CITAÇÃO - SENTENÇA REFORMADA - EMBARGOS MONITÓRIOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS SUCUMBÊNCIA

RECÍPROCA - CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PROPORCIONALMENTE DISTRIBUÍDOS - APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. 1. "O documento escrito apto a instruir a ação monitória é aquele que, embora desprovido de eficácia de título executivo, tem aparência de autenticidade e força de convencimento para revelar a certeza e a liquidez da obrigação, incluindo-se nessa categoria até mesmo os documentos que não contêm a assinatura do devedor" (Ac 14569, Anny Mary Kuss, 12.02.2002). 2. "Os juros moratórios, na ação monitória, contam-se a partir da citação" (STJ, REsp 554694, rel. Min BARROS MONTEIRO). 3. Recurso conhecido e parcialmente provido. Embargos monitórios parcialmente acolhidos. (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0675224-3 - Cascavel - Rel.: Des. Ruy Muggiati - Unânime - J. 03.11.2010). Bem como: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. 1. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. LIVRE APRECIAÇÃO DO JULGADOR ACERCA DAS PROVAS QUE REPUTA NECESSÁRIAS AO DESLINDE DO FEITO. ART. 330, I, C/C 130, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 2. PRÉVIA DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL, POR UTILIDADE PÚBLICA. DECRETO E LEI MUNICIPAIS. INSTITUIÇÃO DE PARQUE MUNICIPAL. LEGITIMIDADE DA POSSE EXERCIDA PELO ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE ESBULHO PROPRIAMENTE DITO. REQUISITO DO ART. 927, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NÃO PREENCHIDO. RECURSO DESPROVIDO. 1. Não há cerceamento de defesa se, a despeito de as partes terem especificado as provas que pretendiam produzir, além da documental, o julgador profere, desde logo, a sentença, quando reputa desnecessária a dilação da instrução, o que, ademais, é seu dever, por ser o destinatário da prova. 2. Uma vez consumada a desapropriação, com a integração do bem particular ao domínio público, mediante a implantação de parque municipal, resta ao antigo proprietário, apenas, a via indenizatória, restando improcedente o pedido de reintegração na posse, e tornando-se inócua a comprovação da posse anterior, cuja perda não ocorreu por esbulho, propriamente dito. (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0683231-3 - Prudentópolis - Rel.: Des. Mário Helton Jorge - Unânime - J. 29.09.2010). Portanto, não há que se falar em cerceamento de defesa, tendo em vista que foi anunciada às partes que o feito comportaria julgamento antecipado, oportunizando eventual insurgência. - descaracterização da mora frente à pendência de controvérsia no tocante ao saldo devedor; Oportuno esclarecer, que, o reconhecimento de encargos excessivos, por si só, não afastam os efeitos da mora. Em relação à matéria, colaciono os seguintes precedentes deste Tribunal: "(...) CAPITALIZAÇÃO DE JUROS PELA TABELA PRICE - EXCLUSÃO - MORA E CLÁUSULAS ABUSIVAS - NÃO AFASTAMENTO (...) 5. A existência de cláusulas abusivas no contrato não implica, necessariamente, a descaracterização da mora do devedor." (TJPR, Apelação Cível nº 380.503-6, Relator Des. Renato Braga Bettega, publicado em 21/09/2007). "A cobrança de encargos excessivos pelo credor, por si só, não descaracteriza a mora do devedor, cabendo a este provar que não está inadimplente com as obrigações." (TJPR, Apelação Cível nº 339.576-0, Relator Des. Celso Sikiti Saito, publicado em 20/10/2006). "Em que pese o fato da Instituição Financeira estar cobrando encargos excessivos, tal não tem o condão de afastar a mora, pois o débito continua a existir, ainda que em menor montante. A mora, no presente caso, poderia ter sido afastada em caso de consignação, por parte do devedor, do valor entendido como devido, para posterior discussão dos valores considerados excessivos, o que não ocorreu." (TJPR, Apelação Cível nº 328.310-5, Relator Des. Hélio Henrique L. Fernandes Lima, publicado em 28/04/2006). Assim sendo, não há que se falar em descaracterização da mora no presente caso. - não ocorrência de negativa em devolver o veículo; Analisando os autos, percebe-se que o réu foi notificado em data de 19 de fevereiro de 2009, e a liminar de reintegração apenas foi deferida em 18 de junho de 2009. Portanto, 4 meses depois. E, como asseverou o magistrado de primeiro grau, não obstante a devida constituição em mora do devedor, mesmo passados tantos meses, o mesmo não efetuou o pagamento do devido, purgando a mora, tampouco restituiu o veículo à autora. Assim sendo, a alegação de que não se recusou a entregar o bem não merece nenhum amparo, tendo em vista encontrar-se ausente de fundamento. - minoração dos honorários; No que concerne ao valor dos honorários de sucumbência, a sentença também não merece qualquer reparo. O artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil prevê que: "Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior". (grifei) Examinando o feito, tenho que se mostra adequada a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que o magistrado singular observou corretamente os parâmetros insertos no artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil. Com efeito, embora a causa seja de simples complexidade, há de observar que dos advogados é exigida uma conduta profissional digna e qualificada, e, sendo assim, há que lhes assegurar também uma remuneração digna e compatível com o trabalho desenvolvido. Nesse sentido: "(...) II. PEDIDO DE MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA OMISSÃO VERIFICADA REDUÇÃO, CONTUDO, DESCABIDA ATUAÇÃO DA DEFESA QUE FOI IMPRESCINDÍVEL À IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL REMUNERAÇÃO ADEQUADA E DIGNA DO TRABALHO EXERCIDO EMBARGOS ACOLHIDOS NESTE PONTO, APENAS PARA SANAR VÍCIO DE OMISSÃO." (TJPR, Embargos de Declaração nº 692.830-5/01, Rel. Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer, publicado em 21/02/2011). "(...) "(...) 4. Os honorários devem representar remuneração digna, pois, a presença de advogado é uma garantia constitucional assegurada. Quando incidir a hipótese do parágrafo único do artigo 21, do Código de Processo Civil, a sucumbência deverá ser suprida integralmente pela Requerida." (TJPR, Apelação Cível nº 700.666-2, Rel. Desembargadora Rosana A. G. Fanchin, publicado em 14/12/2010). "(...) 5) Os honorários advocatícios também devem ser majorados de 10% para 15% sobre o valor da condenação, a fim de que seja conferida uma remuneração digna ao patrono do Requerente, tendo-se em conta os requisitos do §3º do artigo 20 do CPC." (Apelação Cível nº 505.925-2, Relator Expedito Reis do Amaral, publicado em 23/03/2009). Dessa forma, estando a verba honorária em consonância com os ditames do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil e, sobretudo, remunerando dignamente o trabalho desenvolvido pelos patronos da parte apelada, não merece provimento o apelo. III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao presente recurso, por estar em confronto com a Jurisprudência dominante deste Tribunal. IV Intime-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 27 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0008 . Processo/Prot: 0822751-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/314704. Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0001332-43.2011.8.16.0083 Revisão de Contrato. Agravante: Anildo Dal Cortivo. Advogado: Flávia Dreher Netto, Ângela Patrícia Nesi Alberguini. Agravado: Banco Finasa Sa. Advogado: Patrícia Trento, Moisés Batista de Souza. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICAÇÃO DO CDC. AÇÃO AJUIZADA EM COMARCA DIVERSA DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO "EX OFFICIO". PRECEDENTES - RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VISTOS e examinados estes autos de Agravo de Instrumento nº 822.751-2, da Comarca de Francisco Beltrão - 2ª Vara Cível, em que é Agravante ANILDO DAL CORTIVO e Agravado BANCO FINASA S/A. I - Trata-se de Agravo de Instrumento da decisão proferida nos autos de Ação de Revisão de Contrato movida por Anildo Dal Cortivo contra o Banco Finasa S/A, por meio da qual o juízo a quo declinou de ofício da competência, e determinou a sua remessa a Comarca de Salto do Lontra. Inconformado, o Autor interpôs o presente recurso de agravo de instrumento alegando, em síntese, que se trata de competência territorial, somente o réu tem legitimidade para argüição, por meio de exceção declinatória de foro, sendo vedado reconhecê-la de ofício. E por fim requereu o provimento do recurso para que os autos permaneçam na Comarca de Francisco Beltrão. É o relatório. Decido. II A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá negar seguimento ao recurso, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput do Código de Processo Civil). Da competência absoluta Alega o Agravante que competência territorial, somente o réu tem legitimidade para argüição, por meio de exceção declinatória de foro, sendo vedado reconhecê-la de ofício. Contudo, não lhe assiste razão. Conforme entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça em se tratando de relação de consumo, a competência é absoluta, tratando- se de norma de ordem pública, e, portanto, o Magistrado pode, de ofício, declinar a sua competência para o domicílio do consumidor. Neste sentido, precedentes do Superior Tribunal de Justiça: CONTRATO BANCÁRIO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. CLÁUSULAS. DISCUSSÃO. COMPETÊNCIA. FORO. ESCOLHA. ADVOGADO. IMPOSSIBILIDADE. 1 - Segundo entendimento desta Corte, tratando-se de relação de consumo, a competência é absoluta, podendo ser declinada de ofício. Afastamento da súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça. 2 - O intento protetivo da lei, no sentido de possibilitar a escolha do foro, do domicílio do autor ou do réu, dirige-se ao consumidor, propriamente dito, aquela pessoa física ou jurídica destinatária final do bem ou serviço. Impossibilidade de o advogado ajuizar a ação em foro diverso, que não é nem o da autora (consumidora) e nem o do réu (Banco), usando, ao que tudo indica, conforme as instâncias de origem, endereço fictício. (grifo nosso) 3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Aranraguá - SC, suscitante. (CC 106990 / SC - Ministro FERNANDO GONÇALVES - SEGUNDA SEÇÃO julg. 11/11/2009) (...) O magistrado pode, de ofício, declinar de sua competência para o juízo do domicílio do consumidor, porquanto a Jurisprudência do STJ reconheceu que o critério determinativo da competência nas ações derivadas de relações de consumo é de ordem pública, caracterizando-se como regra de competência absoluta. 5. O microssistema jurídico criado pela legislação consumerista busca dotar o consumidor de instrumentos que permitam um real exercício dos direitos a ele assegurados e, entre os direitos básicos do consumidor, previstos no art. 6º, VIII, está a facilitação da defesa dos direitos privados. 6. A possibilidade da propositura de demanda no foro do domicílio do consumidor decorre de sua condição pessoal de hipossuficiência e vulnerabilidade. 7. Não há respaldo legal para deslocar a competência de foro em favor de interesse de representante do consumidor sediado em local diverso ao do domicílio do autor. 8. Recurso especial parcialmente conhecido e provido. (REsp 1032876 / MG - Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - QUARTA TURMA julg. 18/12/2008) (grifo nosso) Também é o entendimento deste Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. ARRENDAMENTO MERCANTIL. DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. CONHECIMENTO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. FORO REGIONAL E FORO CENTRAL. COMPETÊNCIA DISTINTA. AJUIZAMENTO EM COMARCA DIVERSA AO ARGUMENTO DE FACILITAÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR. LOCAL DO ESCRITÓRIO PROFISSIONAL DOS ADVOGADOS. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DO PROCESSO. MEDIDA INADEQUADA. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (AP. 786.696-8 17ª CCv. Relator Vicente Del Prete Misurelli julg. 22.06.2011) (grifo nosso) "(...) A legislação consumerista não autoriza que o consumidor ajuíze a ação na Comarca que lhe aprouver, tampouco que se utilize das prerrogativas conferidas pelo CDC para atender aos interesses de seu procurador. Assim, não há como se admitir que a parte autora escolha o Juízo de forma arbitrária e em dissonância com as regras de competência aplicáveis

à espécie. (...)." (TJPR, Ag Instr 706474-8,18ª Ccv, Rel. Des. Carlos Mansur Arida, j. 09/09/2010). (grifo nosso) AGRAVO DE INSTRUMENTO - I) CONEXÃO ENTRE AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE E REVISIONAL DE CONTRATO - RISCO DE DECISÕES CONTRADITÓRIAS - REUNIÃO DOS PROCESSOS - II) COMPETÊNCIA - RELAÇÃO DE CONSUMO - APLICAÇÃO DO CDC - AÇÃO AJUIZADA EM COMARCA DIVERSA DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR - INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA - POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO "EX OFFICIO" - DESNECESSIDADE DE EXCEÇÃO TÍPICA - III) NULIDADE DE TODOS OS ATOS DECISÓRIOS PRATICADOS PELO JUÍZO INCOMPETENTE - PRECEDENTES - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (AI. 600.136-7 17ª CCv. Relator Fabian Schweitzer julg. 10.10.2009) (grifo nosso) Assim, não há como se admitir que a parte autor escolha o Juízo de forma arbitrária e em dissonância com as regras de competência aplicáveis à espécie, e tampouco que se utilize das prerrogativas conferidas pelo CDC, para atender aos interesses de suas procuradoras, mesmo que "por uma questão de praticidade". Com efeito, o ajuizamento da demanda em Comarca que não é o foro do domicílio do consumidor, mas em outro aleatoriamente escolhido pelo agravante, causa latente prejuízo a sua defesa. Ocorre que, se assim o fosse, o que restaria facilitado seria o trabalho do próprio advogado e não a defesa do consumidor, que teria que se deslocar da Comarca onde reside para atender aos atos processuais praticados na Comarca onde a demanda tramita. No presente caso, resta evidente que a escolha do foro de Francisco Beltrão é a sede profissional das advogadas contratadas pelo agravante, conforme endereço contido no rodapé da inicial, inexistindo respaldo legal para tanto, há ofensa ao princípio do juiz natural. Diante do exposto, mantenho a r. decisão agravada. III - Pelo exposto, com fulcro no art. 557, do Código de Processo Civil nego seguimento ao presente recurso, pois manifestamente improcedente. IV Intime-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 23 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0009 . Processo/Prot: 0823352-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/189429. Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0003696-60.2010.8.16.0038 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Ingrid de Mattos. Apelado: Daniele dos Santos. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Revisor: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Segue decisão. Em 27.09.2011.

DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. INDEFERIMENTO DA INICIAL E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO EM MORA, ANTERIORMENTE AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. EMENDA DA INICIAL OPORTUNIZADA. NOTIFICAÇÕES APRESENTADAS ANTES E DEPOIS DE FACULTADA A EMENDA QUE NÃO SE PRESTAM AOS FINS PREVISTOS NO §2º, DO ART. 2º DO DL 911/69. SENTENÇA MANTIDA, POR FUNDAMENTO DIVERSO. Vistos, etc. I A autora, BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, interpôs recurso de apelação contra a sentença (fl. 25/27), que indeferiu a petição inicial e julgou extinto o processo, nos termos do artigo 267, inciso IV, do CPC, diante da inexistência de comprovação da constituição em mora, anteriormente ao ajuizamento, na Ação de Busca e Apreensão Fiduciária, ajuizada em face de DANIELE DOS SANTOS. Em suas razões recursais (fls. 29/36), alegou ter providenciado a notificação da apelada, através de carta enviada pelo correio, "cuja correspondência não foi recebida", no endereço indicado no contrato, providenciando, assim, o protesto da Cédula de Crédito, em atendimento à determinação de emenda da inicial. Argumentou que as informações constantes do instrumento de protesto são dotadas de fé- pública, comprovando a constituição em mora. Aduziu que o art. 2º, § 2º, do DL 911/69, faculta a notificação ou o protesto, para fins de constituição em mora, não havendo necessidade de intimação pessoal do devedor, salientando que, no caso, a intimação se deu via edital, diante da não localização da apelada, restando esgotadas as tentativas de obtenção de seu atual endereço. Disse que é possível a emenda da inicial, para a comprovação da mora, desde que antes da citação, diante do que dispõe o art. 294, do CPC. Pediu o provimento do recurso, com a reforma da sentença e o deferimento da liminar. O recurso foi recebido (f. 38) e os autos subiram a este Tribunal. Relatei, em síntese. II Prevê o art. 557, caput, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o Relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. A comprovação (e validade) da mora é imprescindível para poder o proprietário fiduciário dar curso à resolução do contrato e requerer a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, sendo que a sua demonstração se faz, em princípio, por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Título e Documentos ou pelo protesto do título (Decreto-Lei nº 911/69, art. 2º, § 2º). Nessa linha, é a redação da Súmula nº 72 do Superior Tribunal de Justiça: "A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente". No caso, a primeira notificação não pode ser considerada válida (fl. 13), porque confeccionada pelo advogado da apelante, e não por oficial, desatendendo o que preconiza o § 2º, do art. 2º do Decreto-Lei nº 911/69, in verbis: "A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor". Nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO. LIMINAR DEFERIDA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ATRAVÉS DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. IRREGULARIDADE. ATO PRIVATIVO. ART. 2º, § 2º DO DEC. LEI 911/69. EMENDA. CITAÇÃO JÁ REALIZADA. PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. AUSÊNCIA. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO" (TJPR Agravo de Instrumento nº 0797082-1 17ª CC, Rel. Des. Vicente Del Prete Misureli, j. em 14.09.2011). Além disso, ainda que fosse válida, constata-se que não há prova de seu envio e, muito menos, do recebimento, no endereço da apelada. Daí a correta determinação de emenda da inicial (f. 21). Ocorre que, sendo imprestável a primeira notificação, não poderia a apelante, desde logo, valer-se do protesto com a intimação por edital da apelada (f. 24), sem a prévia tentativa de intimação pessoal. Não há dúvida de que o credor pode se valer do protesto. O art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, prevê essa alternativa, nos seguintes termos: "A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor". Todavia, para que a intimação do protesto se dê via edital, mister que se esgotem os meios à disposição do credor, com vistas à notificação pessoal. Vale dizer, a intimação via edital é secundária, valendo frisar que, no caso, não há qualquer demonstração de que a apelada não seria localizada no endereço que indicou no contrato. Nesse sentido, dispõem a Lei nº 9.492/97 (art. 15) - que regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida -, bem como o Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná (item 12.5.10), que a intimação será feita por edital, se a pessoa indicada para aceitar ou pagar for desconhecida, sua localização incerta ou ignorada, for residente ou domiciliada fora da competência territorial do Tabelionato, ou, ainda, ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço fornecido pelo apresentante. E isso, no caso, não ocorreu, na medida em que o Oficial do Protesto não fez qualquer menção à intimação pessoal ou, mesmo, à sua tentativa, conforme já frisado. A propósito, o entendimento deste Tribunal: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO MORA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL INFRUTÍFERA - DEVEDOR AUSENTE - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO VIA EDITAL PROTESTO IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE TODOS OS MEIOS NECESSÁRIOS PARA A LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR - ARTIGO 3º E §2º DO ARTIGO 2º DO DECRETO-LEI Nº 911/69 - FALTA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL - REVOGAÇÃO DA LIMINAR - CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO - ARTIGO 267, IV, DO CPC - PRECEDENTES DO STJ (...)" (TJPR Agravo de Instrumento nº 0664096- 2 17ª Câmara Cível, Rel. Juiz Fabian Schweitzer, j. em 04.08.2010). No mesmo sentido, o entendimento do STJ: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - MORA - COMPROVAÇÃO - NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR - PROTESTO DO TÍTULO POR EDITAL - POSSIBILIDADE, APÓS O ESGOTAMENTO DOS MEIOS PARA LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR - NÃO OCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE - RECURSO IMPROVIDO" (AgRg no Ag 1229026/PR, Rel. Ministro Massami Uyeda, 3ª TURMA, j. em 04/02/2010, DJe 12/02/2010). "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO AUTENTICADA AO ADVOGADO SUBSCRITOR DO RECURSO ESPECIAL. DESNECESSIDADE. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. MORA. NÃO COMPROVAÇÃO. EXTINÇÃO DA AÇÃO. (...). 2. Conforme a jurisprudência pacífica desta Corte a mora deverá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor, desde que, neste último caso, reste comprovado que o devedor encontra-se em lugar incerto, o que não ocorreu no presente caso .3. Não comprovada a mora, é imperiosa a extinção da ação de busca e apreensão. 4. (...)" (EDcl no AgRg no Ag 1125417/SC, Rel. Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, 3ª TURMA, j. em 02/09/2010). Em caso semelhante, já decidiu esta Câmara: "APELAÇÃO CIVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - MORA - PROTESTO - PERMISSÃO LEGAL À DISPOSIÇÃO DO CREDOR - INTIMAÇÃO DO DEVEDOR PELA SERVENTIA EXTRAJUDICIAL - COMPROVANTE POSTAL DEVOLVIDO, COM A INFORMAÇÃO DE DESCONHECIDO - AUSÊNCIA DE JUNTADA DO "AR" COMPROBATÓRIO - INEFICÁCIA DO PROTESTO PARA COMPROVAÇÃO DA MORA, CONFORME EXIGÊNCIA DO ART. 2º, § 2º, DO DEC. LEI Nº 911/69 E DA SÚMULA 72 DO STJ - POSTERIOR NOTIFICAÇÃO VIA EDITAL - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE TODOS OS MEIOS NECESSÁRIOS PARA A LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR - INVALIDADE - NOTIFICAÇÃO INEXISTENTE - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - DETERMINAÇÃO DE EMENDA DA INICIAL (ART. 284, CPC) - IRREGULARIDADE NÃO SUPRIDA - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO QUE ERA DE RIGOR - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO" (TJPR AC nº 0775266-3 17ª CC, Rel. Juiz Fabian Schweitzer, j. em 01.06.2011). Diante disso, conclui-se que o protesto, no caso, também é imprestável para fins de constituição do devedor em mora. A ausência de constituição do devedor em mora acarreta a extinção do processo, em virtude da ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido da ação de busca e apreensão. E, no caso, como frisado, foi facultada a emenda da inicial (f. 21), não tendo a apelante se desincumbido do ônus de comprovar a efetiva constituição da apelada em mora. Consequentemente, ainda que a mora possa ser comprovada depois do ajuizamento da ação, contrariamente ao que entendeu a sentença, deve ser mantido o indeferimento da inicial, com a extinção do processo, diante do não atendimento à determinação de emenda, nos termos do parágrafo único do art. 284 c/c o art. 295, inc. IV e art. 267, inc. I, do CPC. Nesse sentido: "(...) Tendo a notificação sido enviada por intermédio do escritório de advocacia que representa o banco e não tendo sido atendida a ordem de emenda à inicial, correta a sentença de extinção do processo, ante a ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda" (TJPR Apelação Cível nº 0736705-7 17ª CC, Rel. Des. Lauri Caetano da Silva, j. em 16.02.2011). "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DA ARRENDATÁRIA

PARA CONSTITUIÇÃO EM MORA. COMPROVANTE DA EBCT DEVOLVIDO POR DESCONHECIDA A DESTINÁTÁRIA. EDITAL PUBLICADO POR ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO VÁLIDA. EMENDA DA INICIAL. NÃO ATENDIMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO" (TJPR Apelação Cível nº 0791317-5 17ª CC. Rel. Des. Stewalt Camargo Filho, j. em 31.08.2011). Conclui-se, portanto, pela manutenção da sentença que indeferiu a inicial e julgou extinto o processo, por fundamento diverso, isto é, pela inexistência de efetivo atendimento à determinação de emenda da inicial, para a comprovação da constituição da apelada em mora. III ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 557, caput, do CPC, NEGO seguimento ao recurso, eis que em confronto com o entendimento deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, mantendo a sentença que indeferiu a inicial e extinguiu o processo por fundamento diverso (CPC, art. 284, parágrafo único c/c art. 295, inc. VI e art. 267, inc. I). IV Intime-se. Curitiba (PR), 27 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0010 . Processo/Prot: 0823405-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/317137. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0007859-67.2011.8.16.0129 Revisão de Contrato. Agravante: Alison da Silva Fagundes. Advogado: Viviane Karina Teixeira, Cleverson Marcel Sponchiado. Agravado: Banco Bv Financeira S/a. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DEPÓSITO DO VALOR INCONTROVERSO EM JUÍZO, VEDAÇÃO DE INSCRIÇÃO DO NOME JUNTO AOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO E MANUTENÇÃO DO BEM NA POSSE PEDIDOS LIMINARES INDEFERIDOS CONTRATO NÃO JUNTADO AOS AUTOS IMPOSSIBILIDADE DE SE AFERIR AS ALEGADAS ABUSIVIDADES, BEM COMO O VALOR DAS PARCELAS CONTRATADAS - FUMUS BONI JURIS INEXISTÊNCIA DECISÃO MONOCRÁTICA - ART. 557, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL POSSIBILIDADE PRECEDENTES CORROBORANDO O ENTENDIMENTO ADOTADO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO. VISTOS e examinados estes autos de Agravo de Instrumento nº 823.405-9, de Paranaguá - 1ª Vara Cível, em que é Agravante ALISON DA SILVA FAGUNDES e Agravado BANCO BV FINANCEIRA S/A. I Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra a decisão proferida pelo Douto Magistrado da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranaguá que, na Ação Revisional de Contrato ajuizada pela parte ora agravante, indeferiu os pedidos liminares de depósito dos valores incontroversos em juízo, vedação de inscrição de seu nome junto aos cadastros restritivos de crédito e manutenção de posse do bem alienado, deferindo, somente o pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita (fl. 47 TJ). Alega a agravante, em síntese, que faz jus à concessão das liminares, posto que a instituição financeira cobrou encargos abusivos como a aplicação de juros acima da contratada. Por fim, pugna pela concessão da "tutela antecipada", a fim de lhe autorizar a depositar o valor incontroverso em juízo, obstando a inscrição de seu nome junto aos cadastros restritivos de crédito e, ainda, a manutenção do bem objeto do contrato em sua posse (fls. 13/23 TJ). É o breve relatório. Decido. II A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá negar seguimento a recurso, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, e § 1º-A do CPC). É o que ocorre no caso dos autos. Há que se analisar se estão presentes a aparência do bom direito (fumus boni iuris) e o perigo na demora (periculum in mora) para a concessão da liminar pleiteada. José Frederico Marques, em sua obra "Manual de direito processual civil", traz importante lição: "(...). O fumus boni iuris é outro pressuposto da tutela cautelar, razão pela qual, quando se pede uma antecipação provisória do resultado final do processo, deve haver uma pretensão provável, como objeto indireto ou mediato do processo cautelar. Há, por isso, na sentença cautelar, um juízo de probabilidade, como lastro da aplicação da providência requerida. Esse juízo consiste, como fala CONIGLIO, no afirmar-se a "existência provável de um direito cujo reconhecimento ficará para uma fase pós-cautelar", isto é, para o processo principal. No art. 798 está implícito esse pressuposto, uma vez que ali se fala em causar lesão ao direito de uma das partes. É evidente que sem a provável existência desse direito não há que falar em lesão que lhe seja causada. Daí aquela instrumentalidade hipotética a que alude CALAMANDREI, para dar um dos traços do processo cautelar: este é meio e modo de garantir um provável direito, o qual, ante essa probabilidade, é considerado como de existência hipotética." (in ob. cit., 1ª ed., atualiz., vol. 4, 1997, p. 392). No caso, em cognição sumária, não se vislumbra a presença de elementos de prova que conduzem ao convencimento da plausibilidade das alegações expostas pela parte agravante. Com efeito, muito embora afirme ter havido abusividade na taxa de juros, a agravante não juntou o contrato firmado com a instituição financeira, não se sabendo, por outro lado, de onde foram retiradas as taxas de juros empregadas, o valor das parcelas contratadas, bem como se houve a cobrança de tarifas como a TAC. Desse modo, faz-se necessária a dilação probatória, com garantia dos princípios da ampla defesa e do contraditório, não se podendo vislumbrar a presença dos princípios informadores das liminares pleiteadas, tornando-se temerária a sua concessão neste momento. Ademais, nada impede que no transcorrer da instrução processual a questão seja revista e, diante de análise mais aprofundada das provas produzidas, o quadro se modifique. Ante ao exposto, não restou demonstrado, inicialmente, o fumus boni iuris, pressuposto necessário à concessão das liminares pleiteadas. III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, pois manifestamente improcedente. IV Intime-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 27 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0011 . Processo/Prot: 0823419-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/193200. Comarca: Cambará. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0001541-67.2009.8.16.0055 Busca e Apreensão. Apelante: Snug Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. Advogado: Sérgio Antônio Meda. Apelado: Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Eneida Wirgues. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. MAGISTRADO DECIDE CAUSA ESTRANHA A LIDE. ERROR IN PROCEDENDO. NULIDADE DA SENTENÇA. PROVIMENTO AO RECURSO. REMESSA DOS AUTOS A COMARCA DE ORIGEM PARA UMA NOVA SENTENÇA. ART. 557, § 1º-A, DO CPC. VISTOS e examinados estes autos de Apelação Cível nº 823.419-3, da Comarca de Cambará - Vara Única, em que é Apelante SNUG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA e Apelado BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. I - Trata-se de Apelação Cível da r. sentença proferida nos autos de Ação de Busca e Apreensão movida por BV Financeira contra Snug Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, por meio da qual foi julgada procedente a pretensão deduzida na presente ação de busca e apreensão, declarando rescindido o contrato pactuado entre as partes e consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plena e exclusiva do bem, sendo facultada a venda pelo requerente, na forma do artigo 3º, § 5º, do Decreto-Lei nº 911/69. Opostos embargos de Declaração pela parte requerida (fls. 67/70), os mesmos foram rejeitados pelo juízo (fls. 73/74). Inconformado, o Réu interpôs o presente recurso de apelação, alegando, em síntese, que a sentença se baseou em fatos estranhos à lide, especialmente em uma suposta ocorrência de revelia, com todos os seus efeitos. A fundamentação não é condizente com o que foi exposto na inicial e na contestação, pois além de apresentar tempestivamente a contestação ficou claro que o bem se encontrava em sua posse, e que necessitava do bem para o exercício regular de sua atividade, tanto assim que requereu a antecipação de tutela para permanecer como fiel depositário do bem. Portanto, deve ser decretada a nulidade da sentença, por violação ao artigo 458, II, do CPC, pois se verifica no exame de sua fundamentação que a sentença decidiu outra ação, diversa da que está sendo discutida. Por fim requereu o provimento do recurso, para o fim de anular a sentença, e para determinar a baixa dos autos para revisão das cláusulas contratuais e, a verificação da existência da mora. O recurso foi recebido em ambos os efeitos. (fl. 89) Intimada, a Instituição financeira apresentou as contrarrazões. (fls. 94/116) É o relatório. Decido. II A sistemática processual vigente estabelece que se a decisão estiver em confronto com a jurisprudência dominante de Tribunal Superior, pode o Relator dar provimento ao recurso, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, § 1º-A, do CPC). Assiste razão à parte recorrente quando afirma que "a sentença não correspondeu com o contido nos autos" (fls. 79/80). Com efeito, como se vê dos autos, a fundamentação não condiz com a situação dos autos, primeiro, porque, se verifica que não houve pedido no sentido de converter a ação de busca e apreensão em ação de depósito, tendo em vista a não localização do bem alienado. Segundo, conforme consta nos autos o mandado de busca e apreensão foi devidamente cumprido, inclusive, com certidão do Sr. Oficial de justiça, designando o Sr. Anderson Aguiar Francisco como fiel depositário do bem (fl. 21). Terceiro, o veículo não foi vendido a terceiros, e sim se encontrava na posse do Réu. E quarto, como matéria de defesa é permitido se insurgir contra os abusos cobrados pela instituição financeira. Ocorre que, "... se o juiz, na sua função de diretor do processo, desviar-se dos meios assinalados pelo direito processual civil para a direção do Juízo, age praticando error in procedendo, o que ocasiona, de regra, nulidade do processo."1 Portanto, a sentença ora combatida foi proferida com error in procedendo, pois, como visto, o magistrado singular equivocadamente decidiu matéria alheia a lide. Corroborando esse entendimento, Manoel Antônio Teixeira Filho, na obra Ação Rescisória no Processo do Trabalho2, que, ao citar Liebman, assevera: "o erro de atividade não é um erro de julgamento e sim de percepção do juiz, consistente em uma falha que lhe escapou à vista, no momento de compulsar os autos do processo; falha essa relativa a um ponto decisivo da controvérsia." Acrescenta, ainda que: "... essa espécie de erro advém de falta ou excesso de visão do magistrado: no primeiro caso, ele não vê um fato efetivamente ocorrido (e alegado nos autos); no segundo, ele vê um ato que verdadeiramente não existiu. Tanto lá como aqui, entretanto, a sentença estará comprometida por essa eiva, por essa falha de percepção visual e renderá ensejo ao exercício de uma pretensão rescisória." Assim, presente está o vício de atividade (error in procedendo), consoante os ensinamentos de Nelson Nery Júnior, na obra Teoria Geral dos Recursos (São Paulo: 6ª ed., Editora Revista dos Tribunais, 2004, (Recursos no processo civil, pág. 248/249): "O vício de atividade ocorre quando o juiz desrespeita norma de procedimento provocando gravame à parte. Esta norma de procedimento é aquela determinada pelo ordenamento jurídico como um todo. Não é preciso viole o juiz texto expresso de lei para caracterizar-se o erro no procedimento; basta que descumpra a regra jurídica aplicável ao caso concreto. O vício é de natureza formal, invalidando o ato judicial, não dizendo respeito ao conteúdo desse mesmo ato. (...). O erro do juiz deve ser tal que comprometa a forma ou o conteúdo dos atos do processo, interferindo na higidez da relação jurídica processual, vale dizer, acarretando normalmente a nulidade do processo." Sobre a hipótese de se anular a sentença por error in procedendo, pertinente trazer a doutrina de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery, na obra Código de Processo Civil Comentado e legislação processual civil em vigor (São Paulo; Ed. RT; 8ª ed.; 2004; p. 664/665), senão vejamos: "Nulidades de fundo: Utilizamos o critério proposto por Alvim Wambier, Nulidades, p. 159/160. Podem ser de forma ou de fundo. A) Nulidades de forma: são relativas (não previstas em lei como sendo absolutas) ou absolutas (prevista na lei como absoluta). B) Nulidades de Fundo: são absolutas (pressupostos processuais e condições da ação). As nulidades de fundo são sempre absolutas, podendo ser decretadas de ofício ou a requerimento da parte ou interessado, não estão sujeitas à preclusão, podendo ser alegadas e reconhecidas a qualquer tempo e grau de jurisdição ordinária (exceto no RE e Resp, se não tiver sido prequestionada a questão)." No mesmo sentido, o entendimento jurisprudencial: EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1. NULIDADE.

ERRO NA INTIMAÇÃO DO ADVOGADO EMBARGANTE. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. CO-MANDATÁRIO DA PARTE CORRETAMENTE INTIMADO. 2. NULIDADE DA SENTENÇA. CONTRADIÇÃO ENTRE A DECISÃO IRRECORRIDA QUE INVERTEU O ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA EMBARGANTE E A SENTENÇA. ERROR IN PROCEDENDO. NULIDADE. 3. JULGAMENTO DO MÉRITO PELO TRIBUNAL. FACULDADE DO MAGISTRADO. REMESSA AO JUÍZO DE ORIGEM PARA NOVA DECISÃO. FULCRO NO PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (AP. 756.592-6 Relator Luiz Taro Oyama julg. 08.06.2011) APELAÇÃO CÍVEL. MEDIDA CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. SENTENÇA QUE EXTINGUE O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, ANTE A NÃO PROPOSITURA DA DEMANDA PRINCIPAL. JUÍZO QUE DEIXA DE ANALISAR PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO, PROTOCOLIZADO ANTERIORMENTE. "ERROR IN PROCEDENDO" CARACTERIZADO. ANULAÇÃO DA DECISÃO. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM. "O vício de atividade ocorre quando o juiz desrespeita norma de procedimento provocando gravame à parte. Esta norma de procedimento é aquela determinada pelo ordenamento jurídico como um todo. Não é preciso viole o juiz texto expresso de lei para caracterizar-se o erro no procedimento; basta que descumpra a regra jurídica aplicável ao caso concreto. O vício é de natureza formal, invalidando o ato judicial, não dizendo respeito ao conteúdo desse mesmo ato"1. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. (AP. 741.689-1 Relator Shiroshi Yendo julg. 20.04.2011) Trata-se de manifesto error in procedendo que acarreta a nulidade da sentença, ora apelada, haja vista que o juízo proferiu sentença, pautando-se em fatos equivocados. III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, § 1º - A do Código de Processo Civil, dou provimento ao presente recurso, para anular a sentença recorrida, uma vez que proferida com error in procedendo, com baixa dos autos à Vara de origem. IV Intimem-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 26 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator -- 1 ROSA, Eliezer. Dicionário de Processo Civil, Rio de Janeiro, 1957, p. 209. 2 São Paulo, LTr, 2ª edição, 1994, p. 292

0012 . Processo/Prot: 0823809-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/191471. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0017565-07.2010.8.16.0001 Prestação de Contas. Apelante: Leodenir Sodré. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: André Luiz Cordeiro Zanetti. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Revisor: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTRATO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR DO REQUERENTE. DEVER DE PRESTAR CONTAS RECONHECIDO. PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA CASSADA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 557, § 1º - A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO PROVIDO. VISTOS e examinados estes autos de Apelação Cível nº 823.809-7, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - 3ª Vara Cível, em que é Apelante LEODENIR SODRÉ e Apelado BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. I - Trata-se de Apelação Cível da r. sentença proferida nos autos de Ação de Prestação de Contas movida por Leodenir Sodré contra a BV Financeira S/A, por meio da qual a Magistrada sentenciante declarou o autor carecedor de ação, pois ausente o interesse de agir, com fundamento legal no disposto no artigo 267, inciso VI, do CPC. ((fls. 72/77) Inconformado, o Autor interpôs o presente recurso de Apelação alegando, em síntese, que sobre o argumento da inexistência de administração de bens ou gestão de interesses alheios, vale frisar que, ao reverso do asseverado pelo juízo a quo, a atividade exercida pela instituição financeira no contrato de financiamento importa sim em atos de administração, conquanto, realizou o cálculo das parcelas, impondo o seu pagamento ao Recorrente. Ademais urge ressaltar que a demanda vertente tem como escopo precípuo concretizar o direito à ampla informação, consagrado no Código de Defesa do Consumidor como um de seus princípios basilares, o qual, no caso sob exame, consubstancia-se em clarificar as cobranças consumadas pelo fornecedor, posição contratual em que a instituição recorrida se encontra correlatas ao contrato de financiamento firmado junto ao consumidor, posição contratual em que figura o Apelante. (fls. 79/88) O recurso foi recebido em ambos os efeitos. (fl. 89) Intimada, a instituição financeira apresentou as contrarrazões. (91/103) É o relatório. Decido. II A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá dar provimento ao recurso mesmo, quando a decisão recorrida estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, § 1º - A do Código de Processo Civil). É o que ocorre nestes autos. O caso em tela trata de uma ação de prestação de contas, mediante a qual a parte requerente, ora apelante, pretendia basicamente verificar a existência ou não de irregularidades no cômputo dos encargos pactuados. Em que pese ter decidido de forma diversa anteriormente, passo a adotar o atual entendimento jurisprudencial. De fato, no caso dos autos, a relação jurídica existente entre as partes teve origem em contrato de cédula de crédito bancário (mútuo), sendo evidente o interesse do devedor em exigir a prestação de contas, pois necessita de informações sobre a evolução do débito a fim de verificar a correção dos valores e o que efetivamente está pagando a cada parcela. Assim, não há que se falar em falta de interesse processual, estando este entendimento em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. INTERESSE DE AGIR. 1. Apesar de no contrato de financiamento já estarem prefixados valores, taxas e demais parâmetros para cobrança de encargos, remanesce o interesse processual do mutuário para o ajuizamento da ação de prestação de contas em havendo dúvida sobre os critérios aplicados na evolução do débito. 2. Uma vez comprovado o vínculo jurídico entre o cliente e a instituição financeira, basta a especificação, na petição inicial, do período que a parte entende necessários os esclarecimentos, dispensada uma pormenorização rigorosa dos pontos que se lhe apresentam duvidosos (cf. REsp 1.105.747/PR, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJe 20.11.2009). 3. Agravo regimental a que se nega provimento". (STJ AgRg no REsp 1193716/RS 3ª Turma Relator Ministro Vasco Della Giustina Publicação: DJe 18/04/2011). "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTRATO DE MÚTUO OU FINANCIAMENTO. POSSIBILIDADE. PEDIDO GENÉRICO. INEXISTÊNCIA. - Nos contratos de mútuo ou financiamento, é lícito ao devedor pedir contas, para obter esclarecimentos a respeito da evolução do débito. - Não há se falar em pedido genérico de prestação de contas, quando o autor aponta o vínculo jurídico existente com o réu e especifica o período digno de esclarecimentos. - Agravo não provido". (STJ AgRg no REsp 1185278/PR 3ª Turma Relatora Ministra Nancy Andrighi Publicação: DJe 23/02/2011). "(...). Consigna-se, inicialmente, que, assim como na conta corrente, nos contratos de mútuo ou financiamento, o interesse jurídico do devedor em exigir a prestação de contas é evidente. Decorre, como nos autos, da necessidade de esclarecimentos a respeito da evolução do débito, da certificação quanto à correção dos valores lançados e da apuração de eventual crédito a seu favor, havendo, portanto, interesse processual na ação de prestação de contas. A propósito, confira-se o seguinte precedente: "PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INTERESSE PROCESSUAL. - Nos contratos de mútuo ou financiamento, é lícito ao devedor pedir contas, para obter esclarecimentos a respeito da evolução do débito. - O ajuizamento de ação de busca e apreensão e a inadimplência contratual do devedor, não retira o interesse processual de o devedor pedir contas. - Tal interesse independe da existência de débito. Reclama apenas um vínculo jurídico capaz de obrigar uma das partes a prestar contas à outra." (Resp 828.350/RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 03.04.2007). E, ainda: REsp 457.055/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 11.12.2006; REsp 706.372/DF, 3ª Turma, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 01.07.2005. Verifica-se, portanto, que o autor da ação de prestação de contas não objetiva revisar o contrato, mas apenas obter esclarecimentos acerca dos encargos cobrados no contrato de mútuo bancário estabelecido entre as partes, indicando, para tanto, a relação jurídica existente entre as partes e o período dos lançamentos que pretende ser esclarecido pela demandada. Assim, amparado no art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se provimento ao recurso especial para afastar a extinção do processo e determinar o retorno dos autos à origem para que proceda ao julgamento da ação de prestação de contas, como entender de direito". (STJ REsp 1249547/RS decisão monocrática - Relator Ministro Massami Uyeda Publicação: DJe 20/05/2011). Neste sentido também já se manifestou esta Câmara: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE GESTÃO DE BENS OU INTERESSES DO AUTOR POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AFASTAMENTO. NECESSIDADE DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS LANÇAMENTOS. INTERESSE DE AGIR. EXISTÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO". (TJPR Apelação Cível nº 734.731-9 17ª Câmara Cível Relator: Stewalt Camargo Filho Julgamento: 04/05/2011). Portanto, existindo dúvida do cliente quanto a evolução do débito no contrato de financiamento, encontra-se presente o interesse de agir, ainda mais quando a relação contratual está sob a égide do Código de Defesa do Consumidor. III - Em face do exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º - A, do Código de Processo Civil, considerando que a decisão recorrida está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, dou provimento ao recurso para cassar a sentença e determinar o prosseguimento do feito. IV - Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2.011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0013 . Processo/Prot: 0824083-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/319980. Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000049-45.2011.8.16.0160 Revisão de Contrato. Agravante: Adriano Ramos de Oliveira. Advogado: Adelino Garbuggio, José Wlademir Garbúggio, Juliano Garbuggio. Agravado: Bv Financeira Sa Crédito Pessoal e Investimento. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Gustavo Freitas Macedo, Maurício Kavinski. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. INOCORRÊNCIA DE RISCO DE LESÃO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. CONVERSÃO EM AGRAVO RETIDO POR IMPERATIVO LEGAL. FACULDADE DO RELATOR. ART. 527, INC. II/CPC. 1. Insurgindo-se o agravante em face de decisão que indeferiu a produção de prova pericial, verifica-se a inexistência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação, que justifique a apreciação do agravo por instrumento, tornando-se imperiosa a retenção recurso, consoante faculdade concedida ao relator pela norma contida no art. 527, inc. II do Código de Processo Civil. 2. Agravo de instrumento convertido em retido. I. Relatório Insurge-se o agravante, autor, em face da decisão proferida que, nos autos de ação revisional de contrato, nº 029/2011, que move em face do agravado, perante o juízo da Vara Cível e Anexos da Comarca de Sarandi, lhe indeferiu a produção de prova pericial (fls. 97/ orig. 105/TJ). Sustenta restar equivocada esta decisão, por violar o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, acarretando efetivo cerceamento de defesa, pedindo a sua reforma (fls. 06-11/TJ). Eis, em síntese o relatório. II. Fundamentos Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu a produção de prova pericial em sede de ação revisional de contrato de mutuo bancário garantido por alienação fiduciária. No que diz respeito ao juízo de admissibilidade do recurso, verifica-se

a presença dos pressupostos extrínsecos -- tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo --, todavia, no que diz respeito aos intrínsecos, fazem-se presentes tanto a legitimidade quanto o interesse em recorrer, mas de uma análise mais apurada do presente caso concreto, denota-se ausente o cabimento do recurso pela forma escolhida pelo agravante. O artigo 522 do Código de Processo Civil, com redação atribuída pela Lei nº 11.187/2005, dispõe que "Das decisões interlocutórias caberá agravo no prazo de 10 (dez) dias na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento" (sem os destaques no original). Como se vê, referida lei modificou consideravelmente o regime do agravo no direito processual pátrio, de modo que a partir de então, a regra para a interposição do referido recurso é a de que deve se dar na forma retida. Assim, em não se tratando o recurso de matéria de urgência e não sendo a decisão recorrida capaz de causar perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao agravante, a insurgência deste deve se dar, necessariamente, pela via do agravo retido, através de petição dirigida ao próprio juiz da causa e reiterando o pedido por ocasião de eventual recurso de apelação quando, então, o Tribunal dele conhecerá. Além disso, dispõe o artigo 527, inciso II/CPC, com nova redação dada pela Lei nº. 11.187/2005, que: Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído "incontinenti", o relator: (...) II - converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa (sem os destaques no original). Pois bem! Ao que se extrai dos autos, não se vislumbra perigo de dano irreparável, porque a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e o indeferimento da produção de prova pericial, por si só, não têm o condão de causar qualquer gravame à parte. Inexistindo, assim, qualquer resquício de risco de dano irreparável ou de difícil reparação, não se justifica o processamento da impugnação pela via eleita. Diante destas considerações, nada obsta que a presente discussão seja postergada para o momento da interposição de eventual recurso de apelação contra a sentença que vier a compor a lide, pelo que se conclui que o recurso de agravo em sua forma retida é meio hábil a satisfazer os interesses do agravante. III. Decisão ANTE AO EXPOSTO, ausentes os requisitos autorizadores do processamento por via instrumental, com fulcro na regra disposta no artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, converto o presente recurso em agravo retido, devendo, após o trânsito em julgado desta decisão, serem procedidas as devidas anotações nos registros, e remetidos os autos ao juízo de origem, onde deverão permanecer apensados aos autos da Ação Revisional de Contrato (nº 73/2010) para os fins previstos na lei. Proceda-se a retificação perante a autuação do juízo de origem. Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Juiz Francisco Jorge Relator Convocado FCJ/lck -- 1 Subst. Des. Stewalt Camargo Filho

0014 . Processo/Prot: 0824430-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/198316. Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0007926-78.2010.8.16.0028 Busca e Apreensão. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Carla Maria Köhler, Cristiane Ferreira Ramos, Angela Esser Pulzato de Paula. Apelado: Clenice do Rocio Carvalho. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. INSURGÊNCIA EM FACE DA DECISÃO QUE CONSIDEROU INVÁLIDAS AS NOTIFICAÇÕES EXTRAJUDICIAIS FEITAS POR CARTÓRIO LOCALIZADO EM COMARCA DIVERSA DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. RECEBIMENTO DO A.R NO ENDEREÇO QUE CONSTA DO CONTRATO JUNTADO AOS AUTOS. VÁLIDA A CONSTITUIÇÃO EM MORA, POIS CUMPRIU COM O SEU OBJETIVO. DECISÃO REFORMADA. RECURSO AO QUAL DÁ PROVIMENTO. ARTIGO 557, § 1º, DO CPC. VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 824.430-6, do Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - 1ª Vara Cível, em que é Apelante BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Apelado CLENICE DO ROCIO CARVALHO. I - Trata-se de Apelação Cível da r. sentença proferida nos autos de Busca e Apreensão movida por BV Financeira S/A contra Clenice do Rocio Carvalho, por meio da qual foi indeferida a petição inicial em razão da ausência regular da constituição em mora, pressuposto de constituição do processo e, por conseqüência, julgou extinto o presente feito sem resolução de mérito nos termos do artigo 267, I, do CPC. Inconformada, a instituição financeira interpôs o presente recurso de apelação, alegando, em síntese, que a notificação extrajudicial juntada nos autos é plenamente válida para constituir a devedora, em mora, pois devidamente recebida no endereço da financiada e assinada por parente da mesma, conforme se constata pelo sobrenome do recebedor, cumprindo a sua finalidade. O Recurso foi recebido em ambos os efeitos. (fls. 42) É o relatório. Decido. II- A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá dar provimento ao recurso quando a decisão estiver em confronto com a jurisprudência de Tribunal Superior, ou mesmo negar seguimento ao recurso, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, e § 1º-A do CPC). É o que ocorre no presente caso. A controvérsia gira em torno de eventual ofensa ao princípio da territorialidade, por terem sido expedidas as notificações extrajudiciais por Cartório diverso ao do domicílio do devedor. Contudo, é certo que a notificação extrajudicial enviada pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos se destina a provar que o notificado recebeu o documento ou carta que lhe foi enviado e tomou ciência de todo o teor. Todavia, não existe dispositivo legal que a validade do ato estaria condicionada à competência territorial do registrador, o que leva a concluir que cada um dos registradores regularmente estabelecidos no país detém competência para promover notificações em todo o território nacional. Ademais, não há no item 13.4.1 do Código de Normas da douta Corregedoria Geral de Justiça qualquer alusão à competência territorial dos registradores, o que leva a concluir pela aparente eficácia do ato praticado pelo agravante. Neste sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONCESSÃO DA LIMINAR. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL EMITIDA POR CARTÓRIO DIVERSO DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. NOTIFICAÇÃO RECEBIDA. RECONHECIMENTO DA VALIDADE DO ATO. INCONFORMISMO. ALEGAÇÃO DE QUE NÃO HOUVE A REGULAR CONSTITUIÇÃO EM MORA, ANTE A EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL EFETUADA POR OFICIAL INCOMPETENTE PARA O ATO. IRRELEVÂNCIA. FINALIDADE CUMPRIDA. ARGUIÇÃO DE INDISPENSABILIDADE DO BEM PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE LABORAL. INEXISTÊNCIA DE DEPÓSITO OU DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE EM PURGAR A MORA. IMPOSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO NA POSSE DO BEM. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO. (AgReg. 697.564-6/01 17ª CCv. Relator Stewalt Camargo Filho, julg. 02.02.2011) "Quando se trata de alienação fiduciária (no caso é reintegração de posse = leasing), a jurisprudência tem entendido que a notificação extrajudicial pode ser realizada por cartório de outra circunscrição que não a da residência do devedor, pois não há delimitação de área de atuação de cartórios de registros de títulos e documentos. Do mesmo modo em se tratando de reintegração de posse, por analogia e por força do enunciado da súmula nº. 369 do STJ, a concessão da medida liminar decorrente do inadimplemento do contrato de leasing está condicionada tão-só à mora do devedor, que deverá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor (art. 2º, § 2º, do Decreto-lei nº. 911/69. Nem a lei e nem a referida súmula exigem que o Cartório de Títulos e Documentos esteja situado no domicílio do devedor" (TJ/PR - Ag. Inst. nº 648.484-2, 17ª C.Cível, Relator Paulo Roberto Hapner) Resta claro, portanto, que a notificação feita por tabelionato de comarca diversa do endereço do destinatário em nada altera a constituição em mora, haja vista ter alcançado seu desiderato, o que se observa pelo recebimento do A.R. juntado as fl. 09, pois foi enviado para o mesmo endereço dos contratos juntados às fls. 06/07, considerar de outra forma seria excesso de formalismo por parte do poder judiciário. III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, § 1º A, dou provimento ao presente recurso, julgando válida a constituição em mora do devedor, determinando o prosseguimento do feito. IV Intime-se. V Comunique-se o juízo a quo desta decisão. VI Oportunamente, baixem. Curitiba, 26 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0015 . Processo/Prot: 0827108-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/272991. Comarca: Cambará. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000486-52.2007.8.16.0055 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Finasa de Investimento SA. Advogado: Marcos Vinícius Molina Veroneze. Apelado: Adilson Porto. Advogado: Almeirindo Barreiros Júnior. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL Nº 827.108-1 Apelante : Banco Finasa de Investimento SA. Apelado : Adilson Porto. Vistos e examinados Trata-se de apelação cível interposta contra sentença que, nos autos de ação de busca e apreensão, convertida em depósito nº 820/2007, o MM Juiz de Direito da Vara Única de Cambará julgou improcedente o pedido inicial, porquanto há sentença transitada em julgada, proferida no juizado especial cível, que declara a inexigibilidade do débito, vez que reconhecida a fraude contratual. Ainda, condenou o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em R$ 1.500,00 (fls. 170/171). Inconformada, recorre a instituição financeira (fls. 175/181) alegando que se houve fraude na celebração do contrato, é tão vítima quanto o apelado, sendo, ainda, quem arcará com o maior prejuízo, pois emprestou dinheiro para compra o veículo objeto da alienação fiduciária. Sustenta que restou comprovada a mora e o inadimplemento, de modo que presentes os pressupostos para a concessão da liminar de busca e apreensão, não poderia ter sido indeferida a inicial. Pleiteia a reforma da decisão. O apelado apresentou contrarrazões (fls. 185/189). 2. De plano nego seguimento ao recurso, posto que manifestamente improcedente e inadmissível, nos termos do artigo 557, caput, do CPC. Esclarece-se, inicialmente, que o recurso interposto ofende, em parte, o princípio da dialeticidade, na medida em que a sentença não se refere aos pressupostos para concessão da liminar de busca e apreensão, tampouco indefere a petição inicial. O princípio da dialeticidade é pressuposto formal de admissibilidade recursal que decorre do art. 524, inc. II, do CPC, segundo o qual o recorrente deve atacar objetivamente os fundamentos da decisão. Neste sentido: "AGRAVO (CPC, Art. 557, §1º). AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. A ausência de impugnação específica aos fundamentos do pronunciamento judicial atacado, com as razões de fato e de direito que embasam o pedido de reforma, implicam em afronta ao princípio da dialeticidade e, especificamente no caso do recurso de agravo de instrumento, implicam afronta à norma prevista no art. 524, II do Código de Processo Civil, inquinando o recurso de irregularidade formal que impede seu conhecimento pelo Tribunal. RECURSO NÃO CONHECIDO." (TJPR - 4ª C.Cível - A 0645218-6/01 - Mandaguaçu - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Eduardo Sarrão - Unânime - J. 02.03.2010) Por outro lado, pela leitura dos autos, verifica-se que em ação própria (fls. 148/161) o apelado obteve êxito em ser declarada a inexistência do débito e ser indenizado por danos morais, na medida em que incumbe à instituição financeira precaver-se contra eventuais fraudadores, não podendo repassar os prejuízos ao consumidor, considerando, ainda, indevida a inscrição do nome nos órgãos restritivos ao crédito. Frisa-se que a referida sentença transitou em julgado e os autos foram baixados após o cumprimento da sentença e consequente levantamento da quantia depositada a título de condenação por danos morais (fls. 153 e 159/161). Logo, tendo sido declarada a inexistência do débito,

inviável pretender a busca e apreensão do bem. É que a ação de busca e apreensão, nos termos do art. 3º do DL 911/69, poderá ser requerida desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor. E, declarada a inexistência do débito, não há que se falar em mora ou em inadimplemento. Diante do exposto, nego seguimento ao recurso, posto que manifestamente improcedente e inadmissível. 3. Intimem-se. 4. Após, diligências de estilo. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator

0016 . Processo/Prot: 0829676-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/244206. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0010281-11.2011.8.16.0001 Revisão de Contrato. Agravante: Bv Leasing Arrendamento Mercantil Sa. Advogado: Adriana Pedrosa Lopes, Reinaldo Mirico Aronis, Luiz Assi. Agravado: Ary Acacio Nicoleli. Advogado: Andreia Damasceno. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. JUROS. CAPITALIZAÇÃO. INSCRIÇÃO DE DADOS NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. REQUISITOS STJ. DEPÓSITO. MÉTODO "GAUSS". IMEDIATA COMPENSAÇÃO. IMPROPRIEDADE. MORA NÃO AFASTADA. DECISÃO REFORMADA. RECURSO ACOLHIDO. 1. Nos valores cobrados no contrato de arrendamento mercantil, ou leasing, encontram-se embutidos juros, ou encargos financeiros, apuráveis mediante perícia (STJ: nº 13.193/SP (2007/0206155-4) Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO). 2. Mostrando-se plausível o questionamento quanto à capitalização mensal de juros, é admissível a consignação dos valores devidos, excluídos da parcela representativa dessa prática, com intuito de descaracterização da mora do devedor (Orientação 2, letra b/STJ/REsp 1.061.530-RS). 3. A metodologia de Gauss não pode ser aplicada como sistema de amortização às operações financeiras, a pretexto de afastar a capitalização, porque promove uma distribuição das médias dos juros ao longo do financiamento, como se eles fossem calculados a partir de dados estatísticos, imprecisos, aplicando ainda um redutor ao valor da prestação, para que os valores médios dos juros e da amortização tenham um comportamento estatístico normal, segundo os estudiosos da matemática financeira, não se revelando, portanto, como método de amortização. 4. Não é admissível a imediata compensação dos valores pagos a maior, por conta de indevida capitalização e outros encargos tidos como abusivos, com a dívida em aberto. 5. Não representando o valor ofertado a título de depósito o débito efetivamente incontroverso, segundo a jurisprudência do STJ, mesmo com a finalidade de caucionar o débito, porque insuficiente, não se pode considerar como descaracterizada a mora, a ponto de justificar o impedimento de inscrição/exclusão do nome do devedor de cadastros restritivos de crédito (Orientação 2, letra b/STJ/REsp 1.061.530-RS). 6. Agravo de instrumento a que se dá provimento (art. 557, §1º-A, do CPC). I. Relatório Insurge-se a instituição financeira agravante, ré, contra decisão proferida nos autos da ação de revisão de contrato, autuada sob nº 10281/2011, movida pelo mutuário agravado perante o d. Juízo da 5ª Vara Cível da do Foro Central da Comarca da RMC, que deferiu o pedido de antecipação de tutela para efeito de: a) autorizar o depósito do valor incontroverso do débito; b) determinar ao banco agravante que se abstenha de inscrever os dados do devedor em cadastros restritivos de crédito, sob pena de multa de R$ 500,00 (fls. 54-57/TJ; 78-84na origem). Sustenta restar equivocada a r. decisão, pois afirma que, esta sendo lesado diante da inadimplência do agravado e, diversamente do que fora na consignado decisão, não há demonstração da inequívoca das ilegalidade alegadas, os depósitos pretendidos -- em valores inferiores ao contratado -- não são suficientes para afastar a mora, ademais, afirma ainda que, a multa de R$ 500,00 imposta em caso de não cumprimento da r. decisão é por demais onerosa, gerando enriquecimento sem causa do agravado, devendo ser reduzida. Pugna, então, pela concessão de efeito suspensivo, bem como pelo conhecimento e provimento do presente agravo, a fim de que, reconhecendo a inviabilidade dos depósitos ofertados, seja reformada a decisão que determinou a exclusão de seu nome dos cadastros de proteção ao crédito (fls. 02-10/TJ). Eis, em síntese, o relatório.II. Fundamentos Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão que deferiu os pedidos de antecipação de tutela em ação revisional de contrato de arrendamento mercantil, no sentido de, autorizar o deposito da quantia que entende por incontroversa, bem como se determinar a instituição financeira agravante que se abstivesse de inscrever os seus dados nos cadastros de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 500,00. Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade -- tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo --, e intrínsecos -- legitimidade, interesse e cabimento --, merece ser conhecido o presente recurso. Cumpre salientar inicialmente, até mesmo para se evitar futuras confusões, que o contrato revisando é de arrendamento mercantil, ou leasing, como é vulgarmente conhecido, e a incidência de juros e sua capitalização nesses contratos é matéria um tanto controvertida na jurisprudência pátria, embora este relator, inclusive em consonância com o entendimento predominante na Corte Superior, venha seguidamente admitido a sua ocorrência. Todavia, para que se possa chegar a esta conclusão, detém a parte interessada o ônus de demonstrar efetivamente a sua prática e, especialmente, sua repercussão financeira no contrato, como vem sendo admitido de forma pacífica perante a Corte superior, inclusive por decisões monocráticas, a exemplo da decisão proferida na Medida Cautelar nº 13.193/SP (2007/0206155-4), onde o saudoso Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Relator, assim considerou: ... De fato, em princípio, o acórdão recorrido esbarra em orientação já adotada nesta Corte no sentido de que, nos valores cobrados nos contratos de arrendamento mercantil, encontram-se embutidos encargos financeiros apuráveis mediante perícia. ... Neste sentido também tem sido o entendimento desta Corte, a exemplo do seguinte julgado: AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL - LEASING - PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL NÃO APRECIADO. ALEGAÇÃO DE ENCARGOS ABUSIVOS (INCIDÊNCIA DE JUROS REMUNERATÓRIOS NÃO PACTUADOS E CAPITALIZAÇÃO DE JUROS). NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROVA TÉCNICA - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO - INTELIGÊNCIA DO ART. 5º, INC. LV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SENTENÇA ANULADA. 1. A parte em uma relação processual tem o direito de produzir as provas necessárias à demonstração cabal da veracidade de suas alegações, sob pena de cerceamento de defesa (art. 5º, inc. LV da CF). 2. Diante da ausência de elementos técnicos quanto à incidência de juros remuneratórios e à prática de capitalização, cabe ao julgador deferir a produção da prova pericial, única capaz de elucidar tais fatos, máxime em se tratando de contrato de arrendamento mercantil. 3. Recurso conhecido e provido. Sentença anulada. (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0545903-8 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Ruy Muggiati - Unanime - J. 20.05.2009) in: www.tjpr.jus.br acesso em 30 de julho de 2009. Na espécie, o recorrente demonstra a efetiva existência de juros na operação e inclusive aponta a taxa praticada, como sendo da ordem de 2,28% ao mês, tal qual menciona na inicial da revisional e vem demonstrado no parecer financeiro que instrui seu pedido (fls. 39-52 /TJ; 48-74, orig.). Então, vencida essa premissa, quanto à efetiva existência de juros no contrato revisando, impera-se a análise do cabimento ou não do deferimento das medidas pleiteadas. Cumpre-se ponderar que no início do ajuizamento das ações revisionais o entendimento era restrito e se considerava que a discussão judicial do débito era suficiente para impedir a inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplência, ou mesmo, somando-se a indispensabilidade do bem ao trabalho, mantê-lo na posse. Contudo, após amplo debate pela jurisprudência pátria, chegou-se ao consenso de que não basta a discussão judicial da dívida, impondo-se também o preenchimento de certos requisitos, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça. E, no que se refere ao tema da exclusão dos cadastros restritivos, é de se considerar que visando unificar o entendimento da matéria e orientar a solução dos recursos de natureza repetitiva, na forma do art. 543-C/CPC, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, julgando o REsp 1.061.530-RS, tomado como representativo das questões bancárias, firmou entendimento de que é possível o deferimento desta pretensão, em sede de liminar/antecipação te tutela, em ação revisional desde que não esteja caracterizada a mora contratual do devedor. Confira-se: ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. Outrossim, com relação à mora contratual, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA fixou orientação, também no julgamento do REsp 1.061.530-RS, no seguinte sentido: ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. Verifica-se, assim, que a descaracterização da mora contratual se afigura possível quando da comprovação inequívoca da cobrança de encargos abusivos e ilegais no período da normalidade contratual (em momento anterior ao inadimplemento), e em se depositando judicialmente as parcelas sem os aludidos encargos inequivocamente abusivos. Ou seja, em síntese, significa dizer que a única hipótese hábil a afastar a mora contratual do devedor, com o afastamento dos efeitos daí decorrentes (exclusão do nome de cadastros negativos, manutenção na posse de veículo alienado, ou mesmo arrendado), além da demonstração da abusividade da instituição financeira na exigência indevida de juros ou mesmo de sua capitalização, seria por meio de depósito judicial das parcelas no valor incontroverso, demonstrado inequivocamente, à luz do entendimento do STJ ou do STF, expurgados exclusivamente os valores exigidos em virtude de tais ilegalidades inequívocas. Isso se explica porque, se o devedor depositar a parcela em valor parcial, sem demonstrar a abusividade em relação à totalidade dos valores não depositados, certamente haverão valores devidos em aberto, culminando na existência de mora contratual no tocante aos valores correspondentes a parte da parcela não depositada. Ocorre que, no caso em analise, ainda que se verifiquem as abusividades apontadas pela parte agravada, autora, desde logo observa-se que o depósito ofertado não é capaz de descaracterizar a mora contratual, por ser insuficiente. Primeiro porque, para se chegar ao valor ofertado o agravante se utiliza do Método Gauss, metodologia já afastada por esse Tribunal. Explicando a metodologia do chamado método Gauss, expõe Marangoni 2: ... 4) MÉTODO DE "GAUSS" Embora os conceitos de Gauss não tenham sido dirigidos à formulação de um Sistema de Amortização, os estudos de KARL FRIEDERICH GAUSS têm sido utilizados por profissionais que alegam ser esta, ao que parece, a perfeita forma de estabelecer um Sistema de Amortização Constante SEM A APLICAÇÃO DE JUROS COMPOSTOS, afirmando por ultimo que essa metodologia proporciona algo como a aplicação linear da taxa de juros sobre o capital inicial, distribuída em uma curva normal. Ousamos traduzir essas aplicações como uma forma de média aritmética, para distribuição ao longo do período, dos juros simples, inicialmente calculados sobre o capital inicial, fazendo uso dos estudos de Gauss sobre a distribuição normal de erros estatísticos, em estudos de probabilidade. PRIMEIRO EQUÍVOCO Parece, a julgar por algumas justificativas que encontramos, que os partidários dessa metodologia partem de um

conceito equivocado A RESPEITO DO JURO. Alguns parecem justificar sua escolha alegando que os juros deveriam incidir sobre o valor da parcela a ser amortizada, ou seja, sobre a parcela vencida do empréstimo, no momento em que esta deve ser restituída. Com o devido respeito aos que assim pensam, parece evidente que, pensando-se no JURO como a remuneração do capital emprestado (aluguel), este DEVE SER CALCULADO SOBRE O CAPITAL EMPRESTADO e nunca sobre o valor a ser restituído. Alias este último, o valor a ser restituído, quando em parcelas, não corresponderia, por óbvio, ao mesmo valor econômico emprestado, uma vez que as parcelas são pagas em momentos históricos distintos. Não parece existir qualquer sentido lógico em aplicar JUROS SOBRE A PRESTAÇÃO A SER PAGA! Estaríamos remunerando o valor que estamos devolvendo? Mas o que dizer do valor do capital que continua em poder do tomador? Afinal, o capital foi fornecido em seu valor TOTAL, EM PARCELA ÚNICA. Ao final do primeiro período, digamos 30 dias, deve o tomador remunerar o dono do capital com base no valor em que este foi privado de utilização e não sobre a parcela que lhe estará sendo devolvida (prestação). SEGUNDO EQUÍVOCO A fórmula de cálculo do valor da prestação, utilizada pelos profissionais que fazem a aplicação do chamado método de Gauss, pode ser assim representada: C.1 i . n Pr estação n 1 . i 1 .n 2 Vejamos então o que isso significa, EM TERMOS PRÁTICOS: Utilizando o nosso exemplo de financiamento aplicado em todos os cálculos anteriores, temos que: C = capital de R$ 10.000,00; i = taxa de juros de 1% ao mês (12%/12); n = prazo de 12 meses. Resolvendo a operação, temos que o NUMERADOR da fórmula é igual a $ 11.200,00, que nada mais é do que o MONTANTE A SER OBTIDO EM UM FINANCIAMENTO A JUROS SIMPLES, COM AMORTIZAÇÃO ÚNICA AO FINAL DO PERÍODO, OU O SISTEMA AMERICANO, como já demonstrado anteriormente. Em nosso exemplo do Sistema Americano, onde o valor a ser pago ao final do período é de $ 11.200,00, já se realizou o pagamento de $ 1.200,00 ao longo dos 12 meses (parcelas de $ 100,00), ficando a AMORTIZAÇÃO ÚNICA de $ 10.000,00 para o final do prazo. Pois bem, substituindo os demais valores na tal fórmula, obtemos desta feita um DENOMINADOR com valor igual a 12,66. Esse valor NADA MAIS É DO QUE O PRAZO DE FINANCIAMENTO, de 12 meses, ACRESCIDO DE UM REDUTOR (para correção de erros estatísticos?), que vai fazer uma DISTRIBUIÇÃO MÉDIA NO VALOR DAS PARCELAS, para perfazer o valor do montante apurado no numerador. Dessa forma, o montante de $ 11.200,00, dividido por 12,66, aponta para uma parcela mensal de $ 884,68 (em lugar da parcela de $ 888,49 da Tabela Price). Assim, o total a pagar pelo tomador do empréstimo ficaria em $ 10.616,16, considerando-se as 12 parcelas contratadas. Mas vejamos então a COMPOSIÇÃO DE CADA PARCELA, já que, como sabemos, em um Sistema de Prestações Constantes, cada parcela é composta de Juros e Amortização: Assim procedem os estudiosos de tal método: PTM . n C Coeficient e n 1.n 2 Calculando-se tal coeficiente obtemos, para nosso exemplo, o número: 7,899487. Esse coeficiente (7,899487) quando multiplicado pelo número de parcelas restantes do financiamento, nos informa o valor do juro contido na prestação em análise, ficando, portanto assim representada a evolução do financiamento em nosso exemplo: Saldo Parcela Prestação Juros Amortização Devedor 0 10.000,00 1 884,68 94,79 789,89 9.210,11 2 884,68 86,89 797,79 8.412,33 3 884,68 78,99 805,69 7.606,64 4 884,68 71,10 813,58 6.793,06 5 884,68 63,20 821,48 5.971,57 6 884,68 55,30 829,38 5.142,19 7 884,68 47,40 837,28 4.304,91 8 884,68 39,50 845,18 3.459,73 9 884,68 31,60 853,08 2.606,64 10 884,68 23,70 860,98 1.745,66 11 884,68 15,80 868,88 876,78 12 884,68 7,90 876,78 0,00 Embora observada a coerência e NORMALIDADE na curva de juros/amortização, se faz necessário o exame da operação À VISTA DAS PREMISSAS FINANCEIRAS ESTABELECIDAS (contratadas) E DA CORRETA E EXPRESSA APLICAÇÃO DOS CONCEITOS BÁSICOS DA MATÉRIA FINANCEIRA (JUROS/CAPITALIZAÇÃO) que vimos anteriormente. Vamos então acrescentar uma coluna ao quadro anterior, buscando apurar corretamente qual a taxa de juros que está sendo paga pelo tomador do empréstimo, já que esta deve incidir sobre o capital que está em seu poder e não sobre médias ou outras medidas de dispersão: Saldo JUROS Parcela Prestação Juros Amortização Devedor SOBRE 0 10.000,00 O CAPITAL 1 884,68 94,79 789,89 9.210,11 0,95% 2 884,68 86,89 797,79 8.412,33 0,94% 3 884,68 78,99 805,69 7.606,64 0,94% 4 884,68 71,10 813,58 6.793,06 0,93% 5 884,68 63,20 821,48 5.971,57 0,93% 6 884,68 55,30 829,38 5.142,19 0,93% 7 884,68 47,40 837,28 4.304,91 0,92% 8 884,68 39,50 845,18 3.459,73 0,92% 9 884,68 31,60 853,08 2.606,64 0,91% 10 884,68 23,70 860,98 1.745,66 0,91% 11 884,68 15,80 868,88 876,78 0,91% 12 884,68 7,90 876,78 0,00 0,90% JUROS TOTAIS NÃO CAPITALIZADOS 11,09% JUROS CONTRATADOS 12,00% Convenhamos, para uma Taxa de Juros estabelecida em 12% ao ano, o juro cobrado no exemplo correspondeu apenas a 11,09% no ano. Fácil perceber então que, na prática, quando utilizamos os "conceitos de Gauss", a taxa de juros que está sendo paga pelo tomador do empréstimo, não corresponde às taxas contratadas, vez que esse conceito introduz um DESÁGIO na taxa de juros cobrada, em benefício do tomador e contrariando as condições financeiras estabelecidas na contratação da operação. Esse deságio foi flagrantemente observado quando, na fórmula de cálculo da prestação, o montante (juros + capital inicial) foi dividido por 12,66, ou seja 0,66 centésimos acima do prazo total de pagamento, que era de 12 meses. Conclui então o economista DERALDO DIAS MARANGONI, no artigo citado: 5 CONCLUSÃO (... ) 5.2 Gauss Importante registrar que KARL FRIEDERICH GAUSS jamais se dedicou ao estudo da Matemática Financeira e muito menos a algum Sistema de Amortização de Empréstimos. Somente estudou a Distribuição Normal e sua Equação (curva), no âmbito da Teoria Estatística, em conexão com os erros de medida e por isso denominada de CURVA NORMAL DE ERROS', que foi deduzida por Abraham de Moivre em 1730 e formalizada por Gauss mais tarde. O resultado de sua aplicação na operação de um Sistema de Amortização de Juros Simples, como vem surgindo, torna evidente que: a) Os conceitos de Gauss visam, exclusiva e diretamente, a correção na DISTRIBUIÇÃO DE ERROS ESTATÍSTICOS, sem a mínima consideração às especificações da Matemática Financeira, esta ultima com condições predeterminadas e EXATAS e não baseadas em medidas de dispersão, médias ou desvios; b) A aplicação da curva de distribuição de Gauss às operações financeiras de um Sistema de Amortização, NÃO ATENDE AS CONDIÇÕES FINANCEIRAS ESTABELECIDAS PARA TAXA DE JUROS, como demonstrado anteriormente; c) Quando aplicados a um sistema de Amortização, tais conceitos promovem uma distribuição das médias dos juros ao longo do financiamento, como se eles fossem calculados a partir de dados estatísticos, imprecisos, aplicando ainda um REDUTOR ao valor da prestação (demonstrado no exemplo), para que os valores médios dos juros e da amortização tenham um comportamento ESTATÍSTICO NORMAL; Portanto, sem prejuízo das virtudes técnicas que apresenta na área para a qual foi concebida (Teoria Estatística), a Curva de Gauss e seus conceitos não atendem, quando aplicados em um sistema de amortização de prestações constantes, às premissas financeiras estabelecidas, o que revela, NA PRÁTICA, SUA ABSOLUTA E TOTAL INADEQUAÇÃO PARA ESSE FIM. Resta flagrante, então, que o valor proposto para ser depositado como sendo incontroverso do débito não representa efetivamente o valor devido segundo a jurisprudência assente no STJ, porque, ainda que mantida a taxa pactuada, o método apresentado não representa o computo integral dos juros simples, mas sim sua aplicação com redutor indevido em decorrência da metodologia adotada para o cálculo, o que afronta a lógica da matemática financeira, uma vez que não remunera o capital emprestado, enquanto em poder do devedor, e, pela taxa de juros contratada. Não é por outra razão que esta Corte já considerou mesmo, que o método Gauss, não é sistema de amortização: REVISIONAL DE CONTRATO SFH CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO APELO DO BANCO APLICABILIDADE DO CDC DE FORMA RETROATIVA Possibilidade, em se tratando de norma de ordem pública e de interesse social, sem infringir os princípio da irretroatividade, da coisa julgada e do direito adquirido. Tabela price - Possibilidade de utilização excluindo-se a capitalização de juros. Imputação do pagamento impossibilidade diante da aplicação do cdc. Método Gauss - Não é sistema de amortização. Restituição - Possibilidade. Inversão da sucumbência. Apelo parcialmente provido. (TJPR AC 0604155-8 (14821) 13ª C.Cív. Rel. Des. Luiz Taro Oyama DJe 17.12.2009 p. 131) Na verdade, se calculados os valores das parcelas por método linear de juros (portanto simples), considerado o prazo médio, segundo posicionamento adotado em vários julgados por este relator e inclusive nesta mesma Câmara, o valor da parcela é evidentemente diverso do valor proposto pelo agravante, e então, se verifica que o demonstrativo de débito apresentado, não merece credibilidade a ponto de justificar a pretensão deduzida, ao menos nesta fase de sumária cognição. Ainda, vale dizer que não é dado ao autor da revisional (ora agravado), promover a pretendida compensação de valores supostamente pagos a maior, com a dívida reconhecidamente em aberto. Esta restituição por compensação antecipada não pode ser admitida, por faltar liquidez e exigibilidade ao crédito, que somente poderá assim ser reconhecido após final decisão, mesmo porque "a compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas ..." tal como prevê o art. 369, do Código Civil vigente, consoante entendimento predomina no âmbito desta Câmara Cível, a exemplo dos julgados que seguem: AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS INDICADOS PELO STJ PARA A EXCLUSÃO DA INSCRIÇÃO EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. COMPENSAÇÃO DE VALORES PAGOS EM EXCESSO. IMPOSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO. RECURSO NEGADO. 1. Segundo posicionamento predominante nesta Câmara, não é dado à parte proceder a imediata compensação de eventuais excessos que entenda ter efetuado no pagamento das contraprestações exigidas pela instituição financeira, para efeito de compensação de valores que reconhece como devidos, posto que somente com o julgamento final da lide é que se poderá operar a compensação que exige créditos de mesma natureza (art. 369/CC/02). 2. A mera discussão da dívida não basta para que os dados do agravante sejam excluídos dos cadastros restritivos de crédito, mesmo porque a tão só demonstração da prática da capitalização de juros no contrato de alienação fiduciária, sem o efetivo depósito do valor integral devido, deduzido apenas da parte correspondente à capitalização indevida, não é suficiente para afastar a mora do devedor, nos moldes da "Orientação 2", letra "b"/STJ (REsp 1.061.530-RS). 3. Consoante entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça, a questão relativa à manutenção do devedor na posse do bem alienado em garantia do débito, relaciona-se diretamente com aquilo que restou decidido quanto à configuração da mora, de maneira que, uma vez não afastada a mora, não faz jus o devedor pretensão possessória. 4. Agravo Interno a que se nega provimento. (TJPR - 17ª C.Cível - AR 0680753-2/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge - Unânime - J. 14.07.2010) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. ALIENAÇAÕ FIDUCIÁRIA. MANUTENÇÃO DO BEM NA POSSE DO DEVEDOR. ORIENTAÇÕES DO STJ. JUROS. CAPITALIZAÇÃO. COMPENSAÇÃO ANTECIPADA. DEPÓSITO INSUFICIENTE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NEGADO. 1. Não estando as instituições financeiras sujeitas à limitação imposta pela Lei de Usura (Decreto 22.626/33 e Súmula 596/STF), a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade, só se admitindo a revisão das taxas em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada (Orientação 1/STJ/REsp 1.061.530-RS). 2. A previsão de taxa mensal de juros cujo duodécuplo é inferior a taxa efetiva anual, configura a indevida capitalização, como reiteradamente reconhece a jurisprudência desta Corte de Justiça. 3. Não se mostrando plausível o questionamento quanto à alteração da taxa de juros remuneratórios, e não representando o valor ofertado a título de depósito o débito efetivamente incontroverso, segundo a jurisprudência do STJ, mesmo com a finalidade de caucionar o débito, porque insuficiente, inclusive porque não é dado à parte proceder a imediata dedução de eventuais excessos que entenda ter efetuado no pagamento das contraprestações exigidas pela instituição

financeira, para efeito de compensação com valores que reconhece como devidos, dada que a compensação exige créditos de mesma natureza (art. 369/CC/02), não se pode considerar como descaracterizada a mora. 4. Não afastada a configuração da mora, ante a ausência de depósito suficiente, não é cabível a manutenção do devedor na posse do bem garantidor da dívida no curso da ação revisional (Orientação 8, STJ/REsp. 1.0161.530-RS). 5. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0623252-4 - Foro Regional de São José dos Pinhais da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge - Unânime - J. 31.03.2010) E então, também porque mesmo que constatada ilegalidade da capitalização dos juros, uma vez que o valor das parcelas remanescentes da dívida (contratadas no valor original de R$ 569,00) é apresentada como sendo de R$ 352,00, tal como proposto pelo agravante, constata-se que o demonstrativo de débito apresentado não merece credibilidade, não se mostrando fidedigno a ponto de justificar a pretensão deduzida, ao menos nesta fase de sumária cognição. Portanto, estando à decisão impugnada em manifesto confronto com jurisprudência dominante do STJ, merece ser desde logo provido o presente recurso. III. Decisão ANTE AO EXPOSTO, com fulcro nas disposições do art. 557, § 1º- A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao presente agravo de instrumento e revogo a decisão que proibiu a instituição financeira agravante de inscrever os dados do agravado em cadastros restritivos de crédito. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Juiz Francisco Jorge Relator - Convocado FCJ/jzf -- 1 Subst. Stewalt Camargo filho -- 2 "O REGIME DE JUROS PRICE E GAUSS". 4) MÉTODO DE "GAUSS" (Economista, Pós Graduado em Análise de Sistemas, Consultor de Empresas e Especializado em Perícias Econômicas, Financeiras e Tributárias) disponível em http://www.sindecon-esp.org.br/template.php?pagina=neodownload/index&category=2&PAGE_ID= 20&CONTENT_ID=27; acesso em 12/07/2010.

0017 . Processo/Prot: 0829713-0 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/248268. Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 2011.00000867 Revisão de Contrato. Agravante: Vilson Ribeiro da Silva. Advogado: Guilherme Pontara Palazzio. Agravado: Bv Serv/ Bv Financeira Cfi S/a. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. FUNDADAS RAZÕES EXISTENTES. ARTIGO 5º LEI 1060/50. SEGUIMENTO NEGADO. DECISÃO MONOCRÁTICA 1. Afasta-se a presunção de necessidade gerada pela declaração de carência financeira nos termos do artigo 4º, da Lei nº 1.060/50, quando há nos autos fundadas razões para concluir-se de forma diversa, nos termos do artigo 5º da citada lei, que prevê a possibilidade de indeferimento do benefício. 2. Se o agravante teve condições financeiras de assumir prestação mensal no valor de R$ 591,41, detém condições de pagar as custas processuais. 3. Agravo de instrumento à que se nega seguimento. I. Relatório Insurge-se o agravante em face da decisão que, nos autos da ação revisional de contrato, nº 867/2011 que move em face do agravado, perante o juízo da Vara Cível E Anexos da Comarca de Cornélio Procópio, indeferiu o pedido de assistência judiciária (fls. 39/TJ; 33 na origem). Sustenta o agravante restar equivocada a decisão atacada, afirmando que, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Paraná, para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita basta a simples declaração da parte de que não pode suportar as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Finaliza, então, pedindo pelo acolhimento do recurso, para que seja deferido o benefício da justiça gratuita (fls. 02-05/TJ). Eis, em síntese, o relatório. II. Fundamentos Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, que denegou pedido de assistência judiciária gratuita, contra a qual se insurge o agravante. Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade -- tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo --, e intrínsecos -- legitimidade, interesse e cabimento --, merece ser conhecido o presente agravo. A nova redação dada ao artigo 557, do Código de Processo Civil brasileiro, pela Lei nº. 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o Relator, como órgão do Tribunal, julgue monocraticamente qualquer espécie de recurso, quando a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do STF ou de Tribunal Superior, sem que se veja aí, qualquer lesão ao princípio do juiz natural, posto que absolutamente incensurável, nesse aspecto, do ponto de vista constitucional, como reconhece a doutrina2. A delegação legal conferida ao Relator tem lugar assim, em caso de: a) manifesto descabimento; b) manifesta improcedência; e c) manifesta procedência. Sabendo-se, entretanto, que a avaliação da competência não pode ficar vinculada à discricionariedade do juiz relator do recurso, devendo esse tema ser avaliado objetivamente, e não de maneira subjetiva pelo magistrado, impera-se uma análise em conformidade com a jurisprudência predominante dos tribunais superiores, ou seja, conforme entendimento do E. STF, aquela presente em número significativo de julgados, de maneira reiterada, como bem aponta Marinoni3. A situação dos autos se amolda justamente à hipótese do caput, do art. 557/CPC, merecendo pronta atuação monocrática deste órgão. Dispõe o artigo 2º, parágrafo único, da Lei de Assistência Judiciária que: ... Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do 2 MARINONI. Luiz Guilherme. Manual do processo de conhecimento. 5ª ed. São Paulo: RT, 2006, p. 584-586. 3 Ob. cit. pág. 589-593. processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, sendo certo, conforme a norma do § 1º, que: "presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, ..." Assim, o artigo 4º da Lei nº 1.060/50 realmente estabelece a outorga do benefício mediante a simples afirmação da parte quanto à insuficiência de recursos para arcar com as despesas processuais. Logo, conclui-se que para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita é suficiente a simples afirmação do interessado de que não está em condições de pagar as custas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família. Contudo, a declaração prestada na forma da lei firma em favor do requerente a presunção juris tantum, ou relativa, de necessidade que somente será elidida diante de prova em contrário. A propósito, é entendimento do Superior Tribunal de Justiça que ... pelo sistema legal vigente, faz jus a parte aos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (Lei n. 1.060/50, art. 4º), ressalvado ao juiz, no entanto, indeferir a pretensão se tiver fundadas e motivadas razões para isso... (STJ, AgRg no Ag 714359 / SP, 3ª Turma, Min. Aldir Passarinho Junior, j. 06/06/2006, DJ 07.08.2006 p. 231) in: www.stj.gov.br, acesso em 10 de dezembro de 2007. Veja-se, a seguir, outros julgados de nossa Corte Especial, que corroboram o entendimento acima destacado: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. JUSTIÇA GRATUITA. MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. SÚMULA 07/STJ. RECURSO IMPROVIDO. 1. Não se convencendo o magistrado da situação de miserabilidade da parte quando solicitada a sua demonstração, poderão ser indeferidos os benefícios da justiça gratuita, porquanto a declaração de hipossuficiência não ostenta presunção absoluta de veracidade. 2. Rever as conclusões do acórdão acerca do indeferimento de assistência judiciária demandaria incursão indevida no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 07/STJ. 3. Recurso improvido. (EDcl no Ag 1065229/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/12/2008, DJe 02/02/2009) in: www.stj.gov.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. SÚMULA 07/STJ. I - Não há que se falar em omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada tão-só mantém tese diferente da pretendida pela agravante. II - Não se convencendo o magistrado da situação de miserabilidade da parte quando solicitada a sua demonstração, poderão ser indeferidos os benefícios da justiça gratuita, porquanto a declaração de hipossuficiência não ostenta presunção absoluta de veracidade. III - Rever as conclusões do acordão acerca do indeferimento do benefício demandaria incursão indevida no acervo fático- probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 07/STJ. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 708.995/GO, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 23/10/2009) in: www.stj.gov.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. A despeito de declaração expressa de pobreza, o juiz pode negar o benefício da assistência judiciária gratuita se, com base nas provas contidas nos autos, houver motivo para o indeferimento. 2. É inviável o conhecimento de recurso especial quando a análise da controvérsia demanda o reexame de elementos fático probatórios, a teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 949.321/MS, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/2009, DJe 01/04/2009) in: www.stj.gov.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. Portanto, denota-se que inobstante a simples juntada de declaração de pobreza pelo agravante seja suficiente para ver-se preenchido o requisito legal imposto, que lhe confere o benefício da gratuidade, ela possui presunção iuris tantum, admitindo prova em sentido contrário, de modo que a jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça ressalva ao julgador a possibilidade de indeferir esta pretensão se tiver fundadas e motivadas razões para isto. No caso dos autos, em que pesem as razões da agravante com base na presunção gerada pela declaração de carência financeira nos termos do artigo 4º, da Lei nº 1060/50, essa presunção não vai adiante, não devendo se perder de vista que o artigo 5º da citada lei possibilita, mediante fundadas razões, o indeferimento do benefício. Veja-se que além de ter contratado serviços advocatícios para patrocínio da causa, já que, à míngua de declaração ou prova em contrário, o mandato outorgado em razão da profissão dos subscritores da inicial, presume-se oneroso (art. 658/CCv), existem outros elementos a afastar a presunção de pobreza. Ora, é notório que pobre na acepção jurídica do termo não possui renda, ao menos que lhe permita firmar pacto estabelecendo prestações mensais na faixa de R$ 591,40, num montante de R $ 17.500,00, segundo contrato (fls. 22/TJ; 15, na origem), assim, não é razoável admitir-se, ou presumir-se que o recorrente não tenha condições de arcar com o pagamento das custas e despesas processuais, pois não é da classe necessitada deste país ser detentora de tantos atributos. A propósito, nesse sentido esta Câmara é pacífica: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CONTRATO CUMULADA COM NULIDADE DE CLÁUSULAS, COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PEDIDO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - INDEFERIMENTO PELO MAGISTRADO SINGULAR - POSSIBILIDADE - ELEMENTOS CONSTANTES NOS AUTOS INCOMPATÍVEIS COM O DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO ALMEJADO - EXAME DO CASO CONCRETO - MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. RECURSO DESPROVIDO - POR UNANIMIDADE. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0614761-9 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Fernando Vidal de Oliveira - Unânime - J. 20.01.2010) in: www.tjpr.jus.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INSURGENCIA QUANTO A DETERMINAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTES DE RENDA E BENS. PRESUNÇÃO DE PROBREZA ELIDIDA. FUNDADAS RAZÕES

EXISTENTES. INDEFERIMENTO IMPLÍCITO. ARTIGO 5º LEI 1.060/50. AGRAVO NEGADO. 1. Ainda que a declaração firmada pela parte estabeleça presunção de pobreza, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50, pode o juiz determinar a apresentação de comprovantes de renda e de bens, como condicionante para apreciação do pedido da gratuidade, em havendo fundadas razões para o indeferimento, nos moldes em que permite o art. 5º, da mesma lei. 2. A míngua de declaração, ou prova em contrário, presume-se oneroso o patrocínio da causa por advogado contratado para a propositura de ação, de modo que esse fato, aliado à demonstração da remuneração percebida pela parte e o significativo valor do contrato que se pretende revisar, configuram- se como motivação suficiente para a negativa da concessão do benefício da gratuidade da justiça, ainda que implicitamente. 2. Agravo a que se nega provimento. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0615687-2 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge - Unânime - J. 04.11.2009) in: www.tjpr.jus.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. FUNDADAS RAZÕES QUE AFASTAM A PRESUNÇÃO DE HIPOSSUFISSIÊNCIA ECONÔMICA. BENEFÍCIO INDEFERIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0605789-8 - Londrina - Rel.: Des. Vicente Del Prete Misurelli - Unânime - J. 14.10.2009) in: www.tjpr.jus.br, acesso em 11 de fevereiro de 2010. Desse modo, a presunção de necessidade resta superada pela presença de indícios suficientes de que o recorrente tem condições de arcar com as custas processuais, como visto, justificando-se plenamente o indeferimento, ao menos por ora, dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Outrossim, estando o presente recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do STJ e desta Corte, não merece ter seguimento, devendo, então, por todos esses motivos, ser mantida a decisão atacada. III. Decisão ANTE AO EXPOSTO, com fulcro nas disposições do art. 527, I c/c 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo de instrumento. Intime-se e, oportunamente, restituam-se os autos à origem para arquivamento. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Juiz Francisco Jorge Relator Convocado FCJ/cspm -- 1 Subst. Des. Stewalt Camargo Filho

0018 . Processo/Prot: 0829830-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/246510. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 0019300-41.2011.8.16.0001 Revisão de Contrato. Agravante: Margareth de Souza Ferreira Moreira. Advogado: Fábio Michael Moreira. Agravado: Banco Itaú Leasing S/a. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. REQUISITOS PRESENTES. RECURSO PROVIDO. ARTIGO 557, § 1º, DO CPC. VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 829.830-6, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - 14ª Vara Cível, em que é Agravante MARGARETH DE SOUZA FERREIRA MOREIRA e Agravado BANCO ITAÚ LEASING S/A. I - Trata-se de Agravo de instrumento da decisão proferida nos autos de Ação de Revisão de contrato movida por Margareth de Souza Ferreira Moreira contra o Banco Itaú Leasing S/A, por meio da qual foi deferido o benefício da justiça gratuita e indeferida a inversão do ônus da prova, em virtude do fato que incumbe à autora juntar o contrato em questão. Inconformada, a Autora interpôs o presente recurso de Agravo de Instrumento alegando, em síntese, que foi requerido expressamente a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, assim como inversão do ônus da prova, compelindo o agravado a trazer aos autos cópia do contrato celebrado entre as partes, e que houve impugnação especifica em relação aos encargos cuja revisão se pretende. Por fim, pugna pelo provimento do agravo, para o fim de reformar a decisão recorrida e de determinar ao agravado junte aos autos a cópia do contrato. É o relatório. Decido. II A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá dar provimento a recurso quando a decisão estiver em confronto com a jurisprudência de Tribunal Superior, ou mesmo negar seguimento ao mesmo, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, e § 1º-A do CPC). É o que ocorre nestes autos. A parte requerente entrou com Ação Sumária de Revisão Contratual com pedido de tutela antecipada, afirmando que realizou, com a instituição financeira requerida, contrato de financiamento com alienação fiduciária para aquisição de veículo. Alega, que o referido contrato contém cláusulas abusivas, que devem ser revistas, como taxas de abertura de crédito, de abertura de cadastro, de emissão de boleto, de vencimento antecipado do contrato. Ainda, comissão de permanência cumulada com outros encargos moratórios. Requereu, para tanto a apresentação do contrato para que seja possível a verificação das referidas cláusulas. Ocorre que no ato de celebração do contrato, a parte apelante não teve acesso à cópia do mesmo sendo este documento essencial para a verificação das abusividades apontadas, como a cobrança de taxas de abertura de crédito, de emissão de carnê e cumulação da comissão de permanência com outros encargos moratórios. Em que pesem os fundamentos da decisão, não há que se cogitar de inépcia da inicial, eis que a parte agravante atendeu a determinação judicial, ao reafirmar qual a espécie de contrato formulado entre as partes. Assim, a parte agravante comprovou a existência do negócio jurídico através do documento de fl. 31 e trouxe indícios da cobrança de pelo menos uma das taxas que considera abusiva, a qual seja a taxa de emissão de carnê (4,50). Não se configura, portanto, a alegada inépcia da inicial, já que como visto a mesma não é genérica, sendo plenamente possível verificar qual a pretensão da parte agravante fundada no direito básico do consumidor de ser informado, de forma clara e adequada sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, nos termos do inciso III do artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor. Da inversão do ônus da prova Por fim, alega à agravante a existência dos pressupostos necessários à inversão do ônus da prova. E, lhe assiste razão. Isso porque, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, basta a presença da verossimilhança ou, alternativamente, portanto, a hipossuficiência da parte que pede a inversão. Confira-se: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; Portanto, tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte requerente, não há que se falar em ausência dos pressupostos necessários à inversão. III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao presente recurso, para inverter o ônus da prova. IV Intime-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 23 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0019 . Processo/Prot: 0829985-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/245974. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 0065765-45.2010.8.16.0001 Revisão de Contrato. Agravante: Marcel Alexander Wilhelm Erwin Kluber. Advogado: Fernando Schumak Melo. Agravado: Banco Itaucard S/a. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. DEPÓSITO DOS VALORES INCONTROVERSOS E MANUTENÇÃO DE POSSE DO BEM. MATÉRIAS NÃO ABORDADAS NA DECISÃO AGRAVADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA OFENSA AO PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. ARTIGO 557 CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VISTOS e examinados estes autos de Agravo de Instrumento nº 829.985-6, de Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - 13ª Vara Cível, em que é Agravante MARCEL ALEXANDER WILHELM ERWIN KLUBER e Agravado BANCO ITAUCARD S/A. I Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão de fls. 77 - TJ, que indeferiu o pedido de tutela antecipada, nos seguintes termos: "Se não há verossimilhança quanto à capitalização, não tem lugar a antecipação de tutela, ora indeferida, podendo a parte autora coibir/cancelar a restrição existente em seu nome, a título de caução, mediante depósito de todos os valores contratuais vencidos, acrescidos dos encargos fixados para a mora" (sic fl. 77 TJ). Em suas razões, a parte agravante alega, em síntese, que: "A decisão que obstou o valor do depósito e a manutenção na posse do bem não pode prosperar eis que a própria decisão admite que o valor que almejava o agravante depositar é justo" (fl. 04 TJ). Por fim, requer a reforma da decisão impugnada para que seja permitida a realização do depósito dos valores incontroversos, bem como para permanecer na posse do bem objeto do contrato (fls. 02/08 - TJ). É a breve exposição. Decido. II A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá negar seguimento ao recurso, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, e § 1º-A do CPC). É o que ocorre nestes autos. Isto porque, nas questões relativas a realização do depósito dos valores incontroversos e da manutenção na posse do bem, tem- se que as mesmas não foram objeto de análise da decisão recorrida, motivo pelo qual, não pode ser apreciada por este E. Tribunal, sob pena de supressão de instância e ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição. Neste sentido é o entendimento deste E. Tribunal de Justiça: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE À PESSOA JURÍDICA. RELATIVIZAÇÃO DA TEORIA FINALISTA SE COMPROVADA, EFETIVAMENTE, A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR. PREMISSA CUMPRIDA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ANÁLISE QUE DEVE SER REALIZADA PELO JUIZO SINGULAR, SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO NA PARTE CONHECIDA". (TJPR Agravo de Instrumento nº 725.471-9 16ª Câmara Cível Relator Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira Publicação: 21/06/2011). "É defeso ao Tribunal apreciar preliminar de incompetência sem o prévio pronunciamento a respeito da tese pelo magistrado a quo, pena de supressão de instância e consequente ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição". (TJPR Agravo de Instrumento nº 759.474-5 11ª Câmara Cível Relatora Vilma Régia Ramos de Rezende Publicação: 06/06/2011). Por este motivo, não conheço do recurso por ser manifestamente inadmissível. III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, caput do CPC, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, pois manifestamente inadmissível. IV Intime-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 27 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0020 . Processo/Prot: 0830365-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/260979. Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0014575-16.2011.8.16.0031 Revisão de Contrato. Agravante: Edimar Gralak. Advogado: Silvaney Isabel Gomes de Oliveira. Agravado: Banco Finasa Sa. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. NECESSIDADE DE EXAME DO CASO CONCRETO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO PAGAMENTO DAS CUSTAS. NECESSIDADE DE AVERIGUAR ATUAL SITUAÇÃO ECONÔMICA DA PARTE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 557, §1º - A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO DO RECURSO. "Prevalece nos Tribunais o entendimento (atual) de que, para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita se faz necessário analisar caso a caso, não bastando a simples declaração de carência econômica trazida pela parte, se outros elementos dos autos apontam

em sentido contrário." (TJPR, Agravo Regimental Cível nº 467.802-8/01). VISTOS e examinados estes autos de Agravo de Instrumento nº 830.365-1, da Comarca de Guarapuava - 1ª Vara Cível, em que é Agravante EDIMAR GRALAK e Agravado BANCO FINASA S/A. I - Trata-se de Agravo de Instrumento da decisão proferida nos autos de Ação de Revisão de Contrato movida por Edimar Gralak contra o Banco Finasa S/A, por meio da qual foi indeferida a justiça gratuita. Inconformado, o Autor interpôs o presente recurso de agravo de instrumento alegando, em síntese, que o juízo a quo indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita provisória, sem ao menos facultar ao autor a possibilidade de comprovar sua condição de miserabilidade. É o relatório. Decido. II A sistemática processual vigente estabelece que se a decisão estiver em confronto com a jurisprudência dominante de Tribunal Superior, pode o Relator dar provimento ao recurso, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, § 1º-A, do CPC). É o que ocorre no caso dos autos. A insurgência recursal se volta contra a decisão que indeferiu o pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária e determinou o pagamento das custas e taxas devidas. Para a concessão da benesse a parte agravante juntou tão somente a declaração de pobreza acostada à fl. 38 - TJ, cujo documento, segundo vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça, possui presunção relativa de veracidade, senão vejamos: "(...) 2. É suficiente a apresentação de requerimento para fins de concessão da assistência judiciária gratuita; contudo, essa presunção é relativa, já que pode o magistrado indeferir o pedido se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1369606/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/2011, DJe 09/06/2011). "(...) 2. A declaração de pobreza, com o intuito de obtenção dos benefícios da justiça gratuita, goza de presunção relativa, admitindo prova em contrário. (AgRg no Ag 1398637/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2011, DJe 13/06/2011). No caso dos autos, entretanto, não há como se averiguar a insuficiência de recursos financeiros alegada pela parte agravante, posto que nenhum documento, além da declaração de pobreza, foi trazido aos autos. Com efeito, a parte agravante não juntou qualquer comprovante de renda, comprovando o alegado estado de necessidade. Portanto, faz-se necessária a juntada de documentos que demonstrem a real situação financeira da parte requerente. Nesse sentido, os precedentes do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PESSOA FÍSICA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA. ACÓRDÃO QUE DECIDIU COM BASE NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ. 1. A declaração de hipossuficiência não ostenta presunção absoluta de veracidade, podendo ser afastada por provas acostada aos autos pela parte adversa ou a pedido do juízo. (...) (AgRg no REsp 1122012/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2009, DJe 18/11/2009). "PROCESSO CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. LEI Nº 1.060/1950. HIPOSSUFICIÊNCIA. AFERIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. Esta Corte firmou compreensão de que é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza para obtenção da assistência judiciária gratuita, podendo ser feita até mesmo na própria petição inicial. 2. Contudo, nada impede que o magistrado, com base nos elementos dos autos, verifique a comprovação da condição de hipossuficiente para concessão do benefício." (AgRg no Ag 1182177/RS, Rel. Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), SEXTA TURMA, julgado em 29/09/2009, DJe 19/10/2009). "DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. INVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE. COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. O pedido de assistência gratuita pode ser feito em qualquer fase do processo, sendo suficiente para a sua obtenção a simples afirmação do estado de pobreza. 2. Por se tratar de presunção juris tantum, pode o Magistrado, em caso de dúvida acerca da veracidade da declaração de pobreza do requerente, ordenar-lhe a comprovação do estado de miserabilidade a fim de subsidiar o deferimento da assistência judiciária gratuita. Precedente do STJ. 3. Agravo improvido." (AgRg no Ag 1138386/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2009, DJe 03/11/2009). No mesmo sentido, os precedentes desta Corte: "ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DÚVIDA DO MAGISTRADO QUANTO À ALEGADA POBREZA. PROVA COMO CONDIÇÃO AO DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. POSSIBILIDADE. PRESUNÇÃO RELATIVA DE POBREZA". (TJPR, Agravo de Instrumento nº 744.333-6, Rel. Des. Edgard Fernando Barbosa, publicado e, 27/05/2011). "(...) I - Havendo correta compreensão da questão controvertida, qual seja, de que a simples declaração de pobreza, para fins da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, não tem caráter absoluto, uma vez que implica presunção juris tantum, suscetível de ser elidida mediante prova em contrário, de modo que pode e deve o Magistrado exercer o controle da avaliação quanto ao merecimento do benefício, oportunizando apresentação de documentos, tal como no caso vertente, não cabe a reconsideração do julgado, mantendo-se, destarte, a decisão monocrática por seus próprios fundamentos." (TJPR, Agravo Regimental nº 604.357-2/01, Rel. Antônio Ivair Reinaldin, publicado em 05/10/2009). "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INOMINADO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGA SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO POR MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU QUE DETERMINOU AOS AUTORES QUE APRESENTEM DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA CARÊNCIA DE RECURSOS A JUSTIFICAR O DEFERIMENTO DA GRATUIDADE PROCESSUAL. PRONUNCIAMENTO SEM CUNHO DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE (ART. 504 DO CPC). ENTENDIMENTO DA JURISPRUDÊNCIA, ADEMAIS, NO SENTIDO DE QUE É LÍCITO AO JUIZ DETERMINAR A COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE MISERABILIDADE ANTES DE DECIDIR SOBRE A CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECISÃO ISOLADA DO RELATOR MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO." (TJPR, Agravo Regimental Cível nº 630.722-2/01, Relator Des. Valter Ressel, publicado em 17/12/2009). "(...) 1. Ainda que a declaração firmada pela parte estabeleça presunção de pobreza, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50, pode o juiz determinar a apresentação de comprovantes de renda e de bens, como condicionante para apreciação do pedido da gratuidade, em havendo fundadas razões para o indeferimento, nos moldes em que permite o art. 5º, da mesma lei." (TJPR, Agravo Regimental Cível nº 615.687-2, Relator Francisco Jorge, publicado em 24/11/2009). Diante do exposto, dou provimento ao recurso para determinar a suspensão de exigibilidade da condenação das custas iniciais, devendo, a parte agravante, por sua vez, juntar comprovante atualizado de renda, cópia da carteira de trabalho, e/ou outro documento que comprove sua renda mensal e, de corolário, da sua condição de hipossuficiente. III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao agravo de instrumento, para, reformando a decisão agravada, suspender a exigibilidade do pagamento das custas iniciais, devendo a parte agravante juntar, na Comarca de origem, comprovante atualizado de renda, cópia da carteira de trabalho, e/ou outro documento que comprove sua renda mensal e, de corolário, sua condição de hipossuficiente, a fim de propiciar ao juízo de primeiro grau averiguar se a suspensão deve ou não permanecer. IV Intime-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 26 de agosto de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0021 . Processo/Prot: 0830627-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/257342. Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0003966-36.2011.8.16.0075 Revisão de Contrato. Agravante: Bfb Leasing S/a Arrendamento Mercantil. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Pio Carlos Freiria Junior. Agravado: Greice Regina Gebien. Advogado: Annelyse Balaroti Gôngora. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. TAXA DE JUROS. INSCRIÇÃO DE DADOS NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. ORIENTAÇÕES STJ. ABUSIVIDADE NÃO DEMONSTRADA. DEPÓSITO INSUFICIENTE. DECISÃO REFORMADA. RECURSO ACOLHIDO. 1. Nos valores cobrados no contrato de arrendamento mercantil, ou leasing, encontram-se embutidos juros, ou encargos financeiros, apuráveis mediante perícia (STJ: nº 13.193/SP (2007/0206155-4) Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO). 2. Não estando as instituições financeiras sujeitas à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33 e Súmula 596/STF), a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade, só se admitindo a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada (Orientação 1/STJ/REsp 1.061.530-RS). 3. Não se mostrando plausível o questionamento quanto a alteração da taxa de juros remuneratórios, e não representando o valor ofertado a título de depósito o débito efetivamente incontroverso, segundo a jurisprudência do STJ, mesmo com a finalidade de caucionar o débito, porque insuficiente, não se pode aceitar o depósito ofertado e muito menos considerar como descaracterizada a mora, a ponto de justificar o impedimento de inscrição/exclusão do nome do devedor de cadastros restritivos de crédito (Orientação 2, letra b/STJ/REsp 1.061.530-RS). 4. A tutela jurisdicional prestada deve corresponder aos limites da lide, não se admitindo como depósito do valor incontroverso do débito, com vistas a obtenção de liminar em ação revisional de contrato de arrendamento mercantil, o valor da parcela com exclusão do VRG, quando inexiste pedido expresso da parte nesse sentido. 5. Agravo de instrumento a que se dá provimento (art. 557, §1º-A, do CPC). I. Relatório Insurge-se a instituição financeira agravante, ré, contra decisão proferida nos autos da ação de revisão de contrato, autuada sob nº 0003966-36.2011.8.16.0075, movida pela mutuária agravada perante o d. Juízo da Vara Cível e Anexos da Comarca de Cornélio Procópio, que deferiu parcialmente o pedido de antecipação de tutela para efeito de autorizar o depósito do valor incontroverso do débito e determinar ao banco agravante que se abstenha de inscrever os dados da devedora em cadastros restritivos de crédito, desde que fosse realizado o depósito no valor das contraprestações conforme fixado no contrato, no valor de R$ 229,56 (fls. 79-86/TJ; 57-64 na origem). Sustenta restar equivocada a r. decisão, pois afirma que, diversamente do que nela fora consignado e levando-se em conta que não há demonstração inequívoca das ilegalidades alegadas, os depósitos pretendidos -- em valores inferiores ao contratado -- não são suficientes para afastar a mora. Além disso, diz também que o valor da multa diária fixada, no valor de R$ 100,00, seria demasiadamente elevado. Pugna, então, pela concessão de efeito suspensivo, bem como pelo conhecimento e provimento do presente agravo, a fim de que, reconhecendo a inviabilidade dos depósitos ofertados, seja reformada a decisão que determinou a exclusão do nome da devedora dos cadastros de proteção ao crédito (fls. 02-08/TJ). Eis, em síntese, o relatório. II. Fundamentos Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão que deferiu parcialmente os pedidos de antecipação de tutela em ação revisional de contrato de arrendamento mercantil, no sentido de que, autorizada a depositar a quantia referente apenas às contraprestações do arrendamento, a instituição financeira agravante se abstivesse de inscrever os dados da devedora nos cadastros de proteção ao crédito. Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade -- tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo --, e intrínsecos -- legitimidade, interesse e cabimento --, merece ser conhecido o presente recurso. Cumpre ponderar-se que no início do ajuizamento das ações revisionais o entendimento era restrito e se considerava que a discussão judicial do débito era suficiente para impedir a inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplência. Contudo, após amplo debate pela jurisprudência pátria, chegou-se ao consenso de que não basta a discussão judicial da dívida, impondo-se também o preenchimento de certos requisitos, conforme

orientação do Superior Tribunal de Justiça. Desta maneira, é notória a necessidade de preenchimento dos requisitos exigidos pelo Superior Tribunal de Justiça para que o nome do devedor não seja inscrito junto aos cadastros de inadimplência. No que se refere ao tema relativo à exclusão dos cadastros restritivos, é de se considerar que visando unificar o entendimento da matéria e orientar a solução dos recursos de natureza repetitiva, na forma do art. 543-C/CPC, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, julgando o REsp 1.061.530-RS, tomado como representativo das questões bancárias, firmou entendimento de que é possível o deferimento desta pretensão, em sede de liminar/antecipação te tutela, em ação revisional de contrato, desde que não esteja caracterizada a mora contratual do devedor. Confira-se: ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. Sendo assim, a partir do julgamento do REsp 1.061.530-RS, ficou consolidado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA o entendimento de que para a apreciação do pleito de abstenção de inscrição dos dados nos cadastros restritivos, em virtude de contratos garantidos por alienação fiduciária ou nos de leasing, é necessário perquirir se está configurada a mora contratual do devedor. Uma vez caracterizada a mora contratual, descabe abstenção. Por outro lado, caso a mora não esteja caracterizada, é possível a concessão da medida. E com relação à mora contratual, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA fixou orientação, também no julgamento do REsp 1.061.530-RS, no seguinte sentido: ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. Verifica-se, então, que a descaracterização da mora contratual se afigura possível quando da comprovação inequívoca da cobrança de encargos abusivos e ilegais no período da normalidade contratual (em momento anterior ao inadimplemento) e em se depositando judicialmente as parcelas sem os aludidos encargos inequivocamente abusivos. Ou seja, em síntese, significa dizer que a única hipótese hábil a afastar a mora contratual do devedor, com o afastamento dos efeitos daí decorrentes (exclusão do nome de cadastros negativos, por exemplo), além da demonstração da abusividade da instituição financeira, seria por meio de depósito judicial das parcelas no valor incontroverso, demonstrado inequivocamente, à luz do entendimento do STJ ou do STF, expurgados exclusivamente os valores exigidos em virtude de tais ilegalidades inequívocas. Isso se explica porque, se o devedor depositar a parcela em valor parcial, sem demonstrar a abusividade em relação à totalidade dos valores não depositados, certamente haverão valores devidos em aberto, culminando na existência de mora contratual no tocante aos valores correspondentes a parte da parcela não depositada. Vejamos, assim, se as abusividades contratuais apontadas pela agravada encontram-se demonstradas nos autos, para que se possa aferir, então, se o depósito é capaz ou não de descaracterizar a mora contratual. Primeiro, insta ressaltar que o contrato revisando é de arrendamento mercantil, ou leasing, como é vulgarmente conhecido, e a incidência de juros e sua capitalização nesses contratos é matéria um tanto controvertida na jurisprudência pátria, embora este relator, inclusive em consonância com o entendimento predominante na Corte Superior, venha seguidamente admitido a sua ocorrência. Todavia, para que se possa chegar a esta conclusão, detém a parte interessada o ônus de demonstrar efetivamente a sua prática e, especialmente, sua repercussão financeira no contrato, como vem sendo admitido de forma pacífica perante a Corte superior, inclusive por decisões monocráticas, a exemplo da decisão proferida na Medida Cautelar nº 13.193/SP (2007/0206155-4), onde o saudoso Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Relator, assim considerou: ... De fato, em princípio, o acórdão recorrido esbarra em orientação já adotada nesta Corte no sentido de que, nos valores cobrados nos contratos de arrendamento mercantil, encontram-se embutidos encargos financeiros apuráveis mediante perícia. ... Neste sentido também tem sido o entendimento desta Corte, a exemplo do seguinte julgado: AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL - LEASING - PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL NÃO APRECIADO. ALEGAÇÃO DE ENCARGOS ABUSIVOS (INCIDÊNCIA DE JUROS REMUNERATÓRIOS NÃO PACTUADOS E CAPITALIZAÇÃO DE JUROS). NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROVA TÉCNICA - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO - VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO - INTELIGÊNCIA DO ART. 5º, INC. LV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SENTENÇA ANULADA. 1. A parte em uma relação processual tem o direito de produzir as provas necessárias à demonstração cabal da veracidade de suas alegações, sob pena de cerceamento de defesa (art. 5º, inc. LV da CF). 2. Diante da ausência de elementos técnicos quanto à incidência de juros remuneratórios e à prática de capitalização, cabe ao julgador deferir a produção da prova pericial, única capaz de elucidar tais fatos, máxime em se tratando de contrato de arrendamento mercantil. 3. Recurso conhecido e provido. Sentença anulada. (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0545903-8 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Ruy Muggiati - Unanime - J. 20.05.2009) in: www.tjpr.jus.br acesso em 30 de julho de 2009. Na espécie, a agravada demonstra a efetiva existência de juros na operação e inclusive aponta a taxa praticada, como sendo da ordem de 2,13% ao mês, tal como consta no contrato (fls. 24/TJ; 24 na origem). Então, vencida essa premissa quanto à efetiva existência de juros no contrato revisando. Pois bem. Com relação às abusividades mencionadas pela agravada, o primeiro ponto da insurgência diz respeito à alteração da taxa de juros pactuada, que implicará, sem dúvida, na alteração dos valores devidos. Veja-se que muito embora na petição inicial a agravada diga que não pretende a limitação da taxa de juros ao percentual de 1%, mas somente à taxa média de mercado observada na época da contratação (fls. 30-31/TJ; 8-9 na origem), tanto em seu parecer financeiro (fls. 51-52/TJ; 73-74 na origem) como ao tratar dos seus pedidos (fls. 36/TJ; 14 na origem), e por consequência, ofertar o valor tido para ela como incontroverso, acaba pedindo a aplicação de uma taxa de juros inferior ao percentual acima citado. No entanto, a SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, julgando o já mencionado REsp 1.061.530-RS, tomado como representativo das questões bancárias, fixou o entendimento, por meio da ORIENTAÇÃO Nº 1, de que a alteração dos juros pactuados só se admite quando se mostrem abusivos, a ponto de colocar o consumidor em desvantagem exagerada no sentido das disposições do art. 51, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, posta nestes termos: ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. E, na espécie, para demonstrar a repercussão financeira desta prática, a agravada apresenta um parecer técnico, onde, como visto, calcula os juros por taxa diversa da pactuada -- 1% ao mês --, sem maior justificativa, limitando-se a argumentar na inicial da revisional que os juros estabelecidos no contrato, no patamar que diz ser de 2,13% ao mês (em verdade este valor refere-se ao Custo Efetivo Total), seriam abusivos (fls. 30-31/TJ; 8-9 na origem). Por isso, ao menos em sede de cognição sumária, na situação dos autos, não há que se falar em abusividade da taxa de juros contratada, só porque fixada ou praticada no patamar indicado de 2,13% ao mês, até porque a agravada não obteve êxito em demonstrar que não estivessem em conformidade com a média praticada para operações idênticas no mercado financeiro na mesma época. Logo, sendo contratada uma parcela de R$ 533,97, acrescida de encargos administrativos (fls. 45/TJ; 24 na origem), não se pode admitir que o valor proposto ou ofertado para depósitos -- de R$ 467,13 (fls. 73/TJ; 51 na origem) --, calculados por taxa diversa da contratada, seja aceito com o intuito de afastar a mora. Ademais, vale ressaltar que ainda que a liminar pretendida pela agravada foi parcialmente deferida ao fundamento de que, depositado o valor integral da parcela, a mora encontrar-se-ia afastada, sendo então cabível a abstenção de inscrição dos seus dados nos cadastros de proteção ao crédito. No entanto, a referência lá feita é à quantia de R $ 229,56, que, em verdade, trata-se unicamente do valor das contraprestações, não estando computados aí o valor referente ao VRG, de R$ 304,41, contra o qual a agravada não se insurge (fls. 45/TJ; 24 na origem). Assim, seja porque a decisão impugnada ultrapassou os limites da lide, ou porque não afastada a mora, ante a ausência de suficiente oferta de depósito do valor efetivamente incontroverso, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não se pode assegurar a abstenção de inscrição dos dados do devedor nos cadastros de proteção ao crédito. Portanto, estando a decisão impugnada em manifesto confronto com jurisprudência dominante do STJ, merece ser desde logo provido o presente recurso. III. Decisão ANTE AO EXPOSTO, com fulcro nas disposições do art. 557, § 1º- A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao presente agravo de instrumento e revogo a decisão que proibiu a instituição financeira agravante de inscrever os dados do agravado em cadastros restritivos de crédito. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Juiz Francisco Jorge Relator - Convocado FCJ/rbl -- 1 Subst. Stewalt Camargo Filho

0022 . Processo/Prot: 0831230-7 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/254985. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 2010.06519814 Ordinária. Agravante: Rafael Mereco Pelissari. Advogado: Viviane Karina Teixeira. Agravado: Bv Financeira Sa. Advogado: Márcio Ayres de Oliveira. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
DECISÃO MONOCRÁTICA - RECURSO MANIFESTAMENTE INTEMPESTIVO - CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA PRESENTE NOS AUTOS - NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. VISTOS e examinados estes autos de Agravo de Instrumento nº 831230-7, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - 11ª Vara Cível, em que é Agravante RAFAEL MERECO PELISSARI e Agravado BV FINANCEIRA SA. I Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão proferida nos autos de ação de Reintegração de Posse, nº 65198/2010 (fl. 49-TJ), mediante a qual a magistrada de primeiro grau deferiu liminarmente a reintegração de posse do bem, determinando a expedição do competente mandado. Inconformado, o autor interpôs o presente recurso (fls. 02-10-TJ), em cujas razões alega, em síntese, que a notificação extrajudicial de folhas 08 não se revestiu das formalidades legais, em razão de estar desacompanhada de AR de entrega assinado, fato este que contraria a previsão legal e que enseja a extinção do processo sem julgamento do mérito. É o relatório. Decido. II- A sistemática processual vigente estabelece que o Relator poderá dar provimento a recurso quando a decisão estiver em confronto com a jurisprudência de Tribunal Superior, ou mesmo negar seguimento ao recurso, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou Jurisprudência dominante de Tribunal Superior, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, e § 1º-A do CPC). É o que ocorre no presente caso, pois o presente Agravo de Instrumento é intempestivo.

De uma análise dos autos, percebe-se que o recurso encontra-se intempestivo. Compulsando os autos, observa-se que, às folhas 51 - TJ há certidão dando conta que a decisão foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico nº 663 de 01/07/2011, tendo o prazo recursal se iniciado em 04/07/2011, inclusive. Desta forma, o prazo para interposição do recurso de agravo expirou em 13/07/2011. Levando-se em consideração, portanto, que o recurso foi protocolado em 20/07/2011, infere-se que o mesmo encontra-se maculado pelo vício da intempestividade, não merecendo conhecimento. Importante destacar que a Resolução 08/2008 do TJ/PR, prevê no seu artigo 4º, parágrafo § 1º, o seguinte: "Art. 4º. Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da veiculação da informação no Diário da Justiça Eletrônico. § 1º. Os prazos processuais, para o Tribunal de Justiça e todas as comarcas, terão início no primeiro dia útil que se seguir ao considerado como data da publicação".(Grifou-se). Ademais, é salutar destacar ainda que a jurisprudência já se manifestou neste sentido, pois: "O termo inicial do prazo para a interposição de recurso recai na data em que publicada a decisão impugnada no Diário da Justiça. Descabe, na hipótese, observar projeção quer decorrente da data em que serviço especial encaminha o recorte pertinente do Diário ao profissional da advocacia, quer da relativa à entrega, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em Estado diverso , do exemplar correspondente à assinatura do Diário" (RTJ 146/316 e Lex-JTA 144/524)". (Grifos originais). III Pelo exposto, nego seguimento ao presente recurso, por intempestivo, com fulcro no art. 557, caput do Código de Processo Civil. Curitiba, 27 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

0023 . Processo/Prot: 0831400-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/260193. Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0019162-21.2010.8.16.0030 Revisão de Contrato. Agravante: Sueli Aparecida de Souza. Advogado: Rogério Augusto da Silva. Agravado: Banco Finasa Sa. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 831.400-9 Agravante : Sueli Aparecida de Souza. Agravado : Banco Finasa Sa. Vistos e examinados. 1. Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão proferida nos autos de revisão contratual nº 611/2011, pelo MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Cascavel que indeferiu a justiça gratuita (fls. 74-TJ). Agrava a autora requerendo a concessão da benesse aduzindo que basta a mera declaração para o deferimento. Alega que não possui as mesmas condições financeiras de quando firmou o contrato, o que impossibilita arcar com as custas processuais. 2. De plano o recurso deve ter seguimento negado, nos termos do artigo 557, caput do CPC, vez que manifestamente improcedente e em confronto com o entendimento jurisprudencial. Não obstante a alegação de que basta a simples declaração de pobreza para que sejam concedidos os benefícios da assistência judiciária gratuita (art. 4º, da Lei nº. 1.060/1950), cada caso deve ser examinado em face de suas particularidades. É que a presunção de pobreza não é absoluta, podendo existir elementos que constituam fundadas razões para se concluir que a parte pode arcar com as despesas, conforme autoriza o artigo 5º da mencionada lei. Por isso é lícito ao magistrado, diante do caso concreto, indeferir o pedido de assistência judiciária gratuita diante da presença de infirmem a declaração de estado de necessidade. No caso dos autos, verifica-se que a agravante assumiu contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária, no valor de R$ 21.176,01, a ser pago em 60 prestações mensais de R$ 552,64 (fls. 50-TJ), demonstrando, com isso, que tem estabilidade econômica para comprometimento a longo prazo e, de consequência, que pode arcar com as custas processuais. Frisa-se, ainda, que pela documentação acostada (fls. 46/58-TJ), verifica-se que o agravante possui renda mensal de R$ 2.000,00 e emprego fixo desde janeiro/2007. Nesse sentido: "No caso em tela, considerando que a agravante é proprietária de veículo automotor, bem como pelo fato de haver se comprometido ao pagamento de parcelas em valores altos, há indícios fortes no sentido de que o pagamento das custas processuais não prejudicará seu sustento e de sua família". (TJPR - 9ª CCv - AI 504.518-3 rel.: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima j:. 28.08.2008). Além disso, é bom ressaltar que o agravante contratou serviços advocatícios para patrocínio da causa, de modo que, à míngua de declaração ou prova em contrário, o mandato outorgado em razão da profissão dos subscritores da inicial é presumidamente oneroso (art. 658, do CCB). Ademais, cumpre mencionar que não há comprovação de outras despesas que demonstrem a impossibilidade de arcar com as custas processuais. Confira-se, por fim, a atual jurisprudência desta Câmara Cível sobre o tema: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. PRESUNÇÃO DE POBREZA RELATIVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A concessão de assistência judiciária gratuita decorre de efetiva demonstração de carência econômica, mesmo momentânea, independentemente da condição de pobreza ou miserabilidade da parte. 2. A presunção de pobreza não é absoluta, podendo existir elementos que constituam fundadas razões para se concluir que a parte pode arcar com as despesas. 3. Não comprovada a existência de despesas, não se justifica a concessão da benesse pleiteada." (TJPR AI 673759-3 17ª Câm.Civ. Acórdão 17048 Rel. Des. Francisco Jorge - DJE 20/07/2010) 3. Diante do exposto, nego seguimento ao agravo, com fulcro no artigo 557, caput do CPC, vez que manifestamente improcedente e em confronto com o entendimento jurisprudencial. 4. Intime-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator

0024 . Processo/Prot: 0831433-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/259935. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0006051-18.2011.8.16.0035 Revisão de Contrato. Agravante: Jonas Purkot Miranda. Advogado: Rubens Bortoli Junior, Patrícia Chemim. Agravado: Banco Panamericano Arrendamento Mercantil Sa. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 831.433-8 Agravante : Jonas Purkot Miranda. Agravado : Banco Panamericano Arrendamento Mercantil Sa. 1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que, em ação de revisão contratual (autos nº 895/2011 1ª Vara Cível de São José dos Pinhais), indeferiu pedido liminar de manutenção de posse do bem mediante pagamento de quantia incontroversa (fls. 23/30-TJ). Sustenta o recorrente, em síntese, que depende exclusivamente do bem como rendimento de trabalho, pois exerce a profissão de caminhoneiro. Diz que pretende depositar a quantia incontroversa e que está demonstrada a abusividade de cláusulas contratuais, estando preenchidos, assim, os requisitos para a concessão da liminar de manutenção de posse. 2. De plano, nos termos do art. 527, I c/c art. 557 do CPC, o recurso deve ter seguimento negado, vez que manifestamente improcedentes as razões recursais. A concessão da liminar, nos termos de reiterada jurisprudência, exige a presença de requisitos, a saber, a discussão judicial da dívida, a plausibilidade de conformação do direito, o depósito da quantia incontroversa e a prestação de caução idônea (STJ - AgRg no Ag 1393201/ RS - Relator(a) Ministro SIDNEI BENETI - T3 - Data do Julgamento 24/05/2011). No caso, verifica-se que carece o recorrente de plausibilidade de suas alegações, na medida em que, primeiro, sustenta a já superada tese de limitação constitucional dos juros remuneratórios a 12% ao ano, e, segundo, não juntou cópia do contrato, impossibilitando assim o conhecimento de sua natureza e de suas cláusulas. Além disso, o depósito da quantia incontroversa para efeitos da concessão da liminar deve ser idôneo, tal qual eventual caução. Ocorre, porém, que o agravante alega que se comprometeu ao pagamento de 60 parcelas mensais de R$ 2.561,79 cada, e pretende agora o depósito da irrisória quantia de R$1.454,45 para o restante das 49 prestações. Referido valor, conforme afirma às fls. 47-TJ, foi encontrado a partir de descontos de pagamentos feitos pelo agravante, que não demonstrou claramente a evolução da dívida. Com efeito, a quantia incontroversa é insuficiente para garantia do juízo, de modo que a liminar não deve ser deferida. Confira: "O cálculo do valor tido como incontroverso, para efeitos de preenchimento dos requisitos exigidos pelo STJ, não admite a compensação, isto porque esta somente pode ser verificada ao final da ação revisional" (TJPR AI 444.859-9, 18ª CC, rel. Des. Ruy Muggiati, j.: 21/11/2007) Assim, a mera existência da ação revisional não é suficiente para a concessão da liminar (Súm. 380, STJ), não bastando a alegação de uso do bem em atividade econômica se ausentes os demais requisitos. Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. 3. Publique-se. 4. Diligências de estilo. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator 2

0025 . Processo/Prot: 0832115-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/256531. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Agravante: Cheila Cristiani de Lazaro. Advogado: Michelle Schuster Neumann, Ana Paula Scheller de Moura, Fernando Valente Costacurta. Agravado: Bv Leasing Arrendamento Mercantil. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 832.115-9 Agravante : Cheila Cristiani de Lazaro. Agravado : BV Leasing Arrendamento Mercantil. Vistos e examinados. 1. Trata-se de agravo de instrumento proferida nos autos de revisão contratual nº 24.011-89.2011, em face de decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada para depósito do incontroverso, abstenção da inscrição do nome em cadastros de inadimplentes e manutenção de posse do bem (fls. 56/65-TJ). Afirma a agravante que a lesão grave ou de difícil reparação resta configurada. Ademais, alega que o único valor que pertence ao banco é o referente à contraprestação, sendo que, com o depósito judicial deste, a mora deve ser afastada. Assim, e por se verificar a presença dos demais requisitos autorizadores, requer a reforma integral da decisão. 2. De plano, o recurso deve ter seguimento negado, nos termos do artigo 557, caput do Código de Processo Civil, vez que em confronto com o entendimento dominante da jurisprudência. Como bem definiu a decisão atacada, não há contestação do débito apoiada em jurisprudência consolidada a fim de permitir o afastamento da mora com os depósitos pretendidos. A respeito, quanto aos requisitos para afastamento do nome dos cadastros restritivos de crédito: "(...) ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção (STJ REsp 1061530 / RS 2ª Seção Rel. Min. Nancy Andrighi DJe 10.03.2009). Falta verossimilhança da contestação do débito, na medida em que a agravante oferta depósito apenas da contraprestação (fls. 34-TJ), sem o Valor Residual Garantido (VRG) antecipadamente pactuado, argumentando abusividade deste. Não obstante, a súmula 293 do Superior Tribunal de Justiça, ao permitir a cobrança antecipada do VRG, sem descaracterização do contrato, nada mais faz do que legitimar sua contratação, razão pela qual não há suporte na contestação da dívida. Ademais, tão só a contestação do débito não tem o condão de afastar a mora, nos termos da súmula 380 do STJ. A verossimilhança dos demais encargos contestados na peça inicial não foi repetida neste recurso, motivo pelo qual não podem ser analisadas. Assim, o recurso é carente de fundamentos para a elisão da mora e afastamento do nome dos cadastros restritivos de crédito. A propósito: "(...) - A descaracterização da mora em face da exigência de encargos abusivos no contrato, conquanto seja pacificamente admitida pela jurisprudência do STJ (EResp nº 163.884/RS, 2ª Seção, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 24.09.2001), deve ser analisada com base nos encargos contratuais do chamado 'período da

normalidade', ou seja, em relação à taxa de juros remuneratórios e à capitalização de juros". (STJ EDcl no AgRg no REsp 842973 / RS - Rel. Min. Nacy Andrighi 3ª Turma DJe 11.09.2008). 2 E, também: "ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual". (STJ REsp 1061530 / RS 2ª Seção Rel. Min. Nancy Andrighi DJe 10.03.2009). Uma vez que a contestação do débito não tem o condão de desestabilizar eventual mora decorrente de inadimplemento, não é possível conceder-se a manutenção na posse, pois a existência de mora autoriza a execução da garantia. "8. MANUTENÇÃO NA POSSE: A questão relativa a manutenção na posse relaciona-se diretamente com aquilo que restou decidido quanto à configuração da mora. Como consolidado na Súmula 72/STJ, "a comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente". Confira-se, ainda, nesse sentido: AgRg no REsp 400.227/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 28/02/2005; AgRg no REsp 1.005.202/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti DJe 07/05/2008. Logo, afastada a mora da recorrida, não há como ser acolhido o pleito da instituição financeira de afastar a recorrida da posse do bem alienado fiduciariamente." (STJ REsp 1061530 / RS 2ª Seção Rel. Min. Nancy Andrighi DJe 10.03.2009). E mais: "(...) 1. Ainda que possível a concessão de liminar de manutenção de posse em sede de sede de revisional de contrato, é da jurisprudência o entendimento de que para tanto, é necessário o depósito do valor incontroverso, e principalmente a comprovação da necessidade da utilização do bem alienado, situação que não se verifica no caso concreto". (TJPR AgReg 578.279-8/01 Ac nº 12687 17ª. CCiv Rel. Francisco Jorge DJ 16.06.2009). 3 Portanto, não há que se falar em concessão das liminares pleiteadas. 3. Diante do exposto, nego seguimento ao agravo de instrumento, com fulcro no artigo 557, caput do CPC, vez que em confronto com o entendimento dominante da jurisprudência. 4. Intime-se Curitiba, 27 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator 4

---

**II Divisão de Processo Cível**
**Seção da 17ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10095**

---

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adalberto Fonsatti | 001 | 0781525-4 |
| Afonso Bueno de Santana | 013 | 0826025-3 |
| | 018 | 0827634-6 |
| Alessandro Henrique Bana Pailo | 007 | 0822394-7 |
| Alexandre Nelson Ferraz | 003 | 0806664-4 |
| Alvino Gabriel Novaes Mendes | 007 | 0822394-7 |
| Ana Paula Scheller de Moura | 017 | 0827392-3 |
| Ana Rosa de Lima Lopes Bernardes | 015 | 0826303-2 |
| André Luiz Cordeiro Zanetti | 015 | 0826303-2 |
| Bruno Pulpor Carvalho Pereira | 003 | 0806664-4 |
| Carla Andrea Morselli de Almeida | 019 | 0828742-7 |
| Cláudio Alexandre Spímpolo | 005 | 0812605-2 |
| Cláudio José Fonsatti | 001 | 0781525-4 |
| Cleverson Marcel Sponchiado | 009 | 0823766-7 |
| Davi Chedlovski Pinheiro | 014 | 0826195-0 |
| Denise Regina Ferrarini | 014 | 0826195-0 |
| Eduardo José Fumis Faria | 009 | 0823766-7 |
| Eneida de Cassia Camargo | 022 | 0830237-2 |
| Evandro Alves dos Santos | 006 | 0820006-4 |
| Fabiana Silveira | 021 | 0830113-7 |
| | 023 | 0830320-2 |
| Fernando Parolini de Moraes | 006 | 0820006-4 |
| GILBERTO BORGES DA SILVA | 002 | 0797339-5/01 |
| Gissiane Cristine Chromiec | 011 | 0825663-9 |
| Gustavo Santos de O. Valdovino | 016 | 0827355-0 |
| Harysson Roberto Tres | 013 | 0826025-3 |
| | 018 | 0827634-6 |
| Igor Roberto Mattos dos Anjos | 015 | 0826303-2 |
| Isaac José Altino | 005 | 0812605-2 |
| Jhonathas Aparecido G. Sucupira | 023 | 0830320-2 |
| João Leonelho Gabardo Filho | 010 | 0825032-4 |
| José Edgard da Cunha Bueno Filho | 005 | 0812605-2 |
| Karine Simone Pofahl Weber | 021 | 0830113-7 |
| Leandro Negrelli | 009 | 0823766-7 |
| | 010 | 0825032-4 |
| Leodir Ceolon Júnior | 013 | 0826025-3 |
| | 018 | 0827634-6 |
| Lorene Cristiane Chagas Nicolau | 022 | 0830237-2 |
| Lucimara Pereira da Silva | 014 | 0826195-0 |
| Luilson Felipe Gonçalves | 012 | 0825706-9 |
| Magali Fuerbringer | 004 | 0812105-7 |
| Magda Luiza R. E. d. Oliveira | 014 | 0826195-0 |
| Marcelo Augusto Bertoni | 005 | 0812605-2 |
| Marcio Andrei Gomes da Silva | 008 | 0823506-1 |
| | 020 | 0829236-8 |
| Márcio Ayres de Oliveira | 009 | 0823766-7 |
| Maria da Graça da Costa Dias | 021 | 0830113-7 |
| Maria Felícia Chedlovski | 014 | 0826195-0 |
| Marili Daluz Ribeiro Taborda | 014 | 0826195-0 |
| Marina Blaskovski | 016 | 0827355-0 |
| Mário Lopes da Silva Netto | 004 | 0812105-7 |
| | 015 | 0826303-2 |
| Maylin Maffini | 009 | 0823766-7 |
| | 010 | 0825032-4 |
| Michelle Schuster Neumann | 017 | 0827392-3 |
| Milken Jacqueline C. Jacomini | 017 | 0827392-3 |
| Norberto Targino da Silva | 020 | 0829236-8 |
| Oduwaldo de Souza Calixto | 001 | 0781525-4 |
| Rodrigo Alves de Oliveira | 007 | 0822394-7 |
| Sérgio Schulze | 015 | 0826303-2 |
| Sigisfredo Hoepers | 022 | 0830237-2 |
| Silvana Tormem | 020 | 0829236-8 |
| Tales André Franzin | 001 | 0781525-4 |
| Tatiana Valesca Vroblewski | 023 | 0830320-2 |
| Valéria Caramuru Cicarelli | 003 | 0806664-4 |
| Verônica Dias | 017 | 0827392-3 |
| Viviane Karina Teixeira | 004 | 0812105-7 |
| | 024 | 0830384-6 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator
0001 . Processo/Prot: 0781525-4 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/163360. Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 1995.00000177 Concordata. Agravante: Indústria e Comércio de Móveis Bortelli Ltda. Advogado: Adalberto Fonsatti, Tales André Franzin, Cláudio José Fonsatti. Interessado: Síndico da Massa Falida Indústria e Comércio de Móveis Bortelli Ltda. Advogado: Oduwaldo de Souza Calixto. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 781.525-4 Agravante : Indústria e Comércio de Móveis Bortelli Ltda. Interessado : Síndico da Massa Falida Indústria e Comércio de Móveis Bortelli Ltda. Vistos e examinados. 1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que nos autos nº 177/1995, de Concordata Preventiva convertida em Falência, o MM Juiz de Direito da Vara Cível e Anexos de Arapongas, determinou o depósito dos valores recebidos a título de locação (fls. 398-TJ). Deferida a formação do recurso, sem deferimento de efeito suspensivo, o juízo originário prestou informações (fls. 423-TJ), e, o síndico da massa falida apresentou resposta (fls. 427/429 e 432/434-TJ). A Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pelo não conhecimento do recurso (fls. 462/464-TJ). 2. De plano, nos termos do artigo 557, caput do Código de Processo Civil, é de se negar seguimento ao recurso, pois manifestamente inadmissível. Compulsando os autos, verifica-se que a decisão agravada (fls. 398- TJ), foi veiculada no Diário da Justiça nº 618 em 26/04/2011, considerando-se como data de publicação, o dia 27/04/2011, de modo que iniciou-se o computo do prazo recursal em 28/04/2011 (fls. 400-TJ). Destaca-se que a publicação (fls. 400-TJ) foi na pessoa de Evio Marcos Cilião, procurador constituído às fls. 28-TJ. Assim, o prazo recursal para interposição do agravo de instrumento (art. 522, caput, do CPC) findou-se em 09/05/2011. Deste modo, a constituição de novo advogado (fls. 403/404-TJ), apenas em 11/05/2011, não pode ser admitida para reabertura do prazo recursal. Ademais, em que pese o óbito da parte seja hipótese de suspensão do prazo (art. 108 e 265, I, ambos do CPC), observa-se que a certidão de óbito data de 18/08/2010, não sendo, portanto, instrumento hábil a suspender o prazo recursal da decisão agravada. Assim, a interposição do agravo de instrumento somente no dia 13/05/2011 se mostra extemporânea. 3. Diante do exposto, nego seguimento ao agravo de instrumento, em vista da sua manifesta inadmissibilidade.

4. Intime-se, e, diligências necessárias. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator

0002 . Processo/Prot: 0797339-5/01 Agravo

. Protocolo: 2011/327056. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 797339-5 Apelação Cível. Agravante: Bv Financeira Sa C. F. I. Advogado: GILBERTO BORGES DA SILVA. Agravado: Vera Cristina dos Santos. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, etc... 1. Trata-se de recurso de agravo interposto pela BV Financeira S/A contra a decisão proferida por este Relator às f.155/161, que negou seguimento ao Recurso de Apelação, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, mantendo a sentença que (i) manteve a cobrança exclusiva da comissão de permanência; e, (ii) reconheceu a abusividade da cobrança das tarifas administrativas. 2. Em suas razões (f.165/177), alegou, em síntese, que: a) não há óbice para a cobrança da comissão de permanência; b) é admissível a cobrança das tarifas administrativas. 3. Procedendo ao exame de admissibilidade, constato que o recurso é intempestivo, faltando-lhe, portanto, pressuposto recursal extrínseco. Verifica-se que a decisão recorrida foi proferida no dia 24.08.2011 (f. 161) e publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 31.08.2011, razão pela qual o prazo recursal iniciou no dia 01.09.2011 (quinta-feira) , findando-se no dia 05.09.2011 (segunda-feira) . Considerando que a peça de agravo somente foi protocolada em 06.09.2011 (terça-feira) , evidente a intempestividade do recurso. 4. A tempestividade está incluída no rol dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade do recurso, também classificada como pressuposto objetivo genérico, sem o qual o recurso não deve ser conhecido pelo Tribunal. O artigo 557 do Código de Processo Civil contém norma que permite ao juiz relator, por decisão monocrática, negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, como nos casos de intempestividade e deserção. Diante do que, nego seguimento ao recurso. 5. Dê-se baixa no registro de pendências do julgamento do presente feito. 6. Intime-se e, oportunamente, baixem. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. LAURI CAETANO DA SILVA Relator

0003 . Processo/Prot: 0806664-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/138674. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 0058999-34.2010.8.16.0014 Revisão de Contrato. Apelante: Aymoré Crédito Financimento e Investimento Sa. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Apelado: Damásio Fernandes Ribas. Advogado: Bruno Pulpor Carvalho Pereira. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Revisor: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO COM PEDIDO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS FINANCEIRAS DO CONTRATO DE MÚTUO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. PEDIDOS JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES. RECURSO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. 1. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS EXPRESSAMENTE PACTUADA. MANUTENÇÃO. (DECISÃO COM BASE EM PRECEDENTES DO STJ AgRg no REsp 1019369/MS; AgRg no REsp 1239878/RS; EDcl no Ag 1082229/RS). 2. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO. MANUTENÇÃO DA CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ A INCIDÊNCIA DE JUROS REMUNERATÓRIOS, JUROS MORATÓRIOS E MULTA DE 2%. ADMISSIBILIDADE DA COBRANÇA DE JUROS REMUNERATÓRIOS DURANTE O PERÍODO DE INADIMPLÊNCIA, DESDE QUE NÃO CUMULADO COM A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 296 DO STJ. REFORMA DA SENTENÇA NESTES ASPECTOS. 3. TARIFAS DE ANÁLISE DE CRÉDITO E DE EMISSÃO DE BOLETO COBRANÇA AFASTADA (POSICIONAMENTO MAJORITÁRIO DO STJ AgRg NO REsp 109.291-7/RN, 3ª TURMA. DJe 26.04.2011). 4. REPETIÇÃO DO INDÉBITO DE FORMA SIMPLES (AgRg no Ag 1345010. 4ª TURMA. DJe 07.04.2011 AgRg no REsp 942883/RS. 4ª TURMA AgRg no REsp 844405. 3ª TURMA). 5. REDISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de recurso de apelação interposto por Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A, contra sentença proferida pelo MM. Dr. Juiz da 9ª Vara Cível da Comarca de Londrina em sede de ação de revisão das cláusulas financeiras do contrato de mútuo com garantia fiduciária (f.150/151), proposta por Damásio Fernandes Ribas, pela qual julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo autor, a fim de: (i) afastar a capitalização de juros em qualquer periodicidade; (ii) afastar a cobrança de comissão de permanência cumulada com correção monetária, juros remuneratórios, juros moratórios ou multa contratual, autorizando sua incidência quando de forma isolada; (iii) determinar a incidência de juros remuneratórios pela média apurada no mercado ao tempo da vigência do contrato, observado o limite contratual; (iv) determinar a aplicação de juros moratórios de 0,5% até 11.01.2003 e 1% ao mês após esta data; (v) determinar a incidência de correção monetária pelo INPC/IBGE; (vi) limitar a multa moratória a 2%; (vii) reconhecer a abusividade da cobrança da taxa por emissão de carnê (TEC), tarifa de abertura de crédito (TAC) e taxa por serviços de terceiros, devendo os valores cobrados serem restituídos ao autor, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação e correção monetária pelo índice INPC/IBGE; (viii) determinar a restituição do IOF cobrado indevidamente sobre os encargos/taxas/tarifas traçados como indevidos (constante nos fundamentos da sentença); (ix) autorizar a compensação ou eventual repetição dos valores pagos a maior, mediante apuração do quantum em sede de liquidação de sentença; (x) ainda, autorizou a consignação em pagamento dos valores incontroversos, devendo eventuais diferenças serem apuradas também em liquidação de sentença. Face a sucumbência recíproca, condenou o autor ao pagamento de 20% e o réu ao pagamento de 80% das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em R$1.000,00 (f.102/115). 2. Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A interpôs recurso de apelação (f.117), em cujas razões (f.118/144) postula a reforma da sentença, para: (i) reconhecer a legalidade das cláusulas contratuais, que foram pactuadas livremente entre as partes; (ii) permitir a capitalização de juros; (iii) permitir a cobrança dos encargos moratórios conforme pactuado no contrato; (iv) reconhecer a legalidade da cobrança das tarifas bancárias; (v) permitir a cobrança do imposto IOF; (vi) afastar a repetição de indébito ou a compensação de valores; (vii) redistribuir os ônus da sucumbência, os quais cabem exclusivamente ao autor. Contrarrazões de apelação f. 153/169. Pois bem! 3. Convém esclarecer que não há dúvidas acerca da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao contrato em questão, haja vista o teor da Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras". Desta feita, considerando ser contrato de consumo, o prévio conhecimento das cláusulas contratuais ou a pretensa "livre pactuação" não são suficientes para tornar incólume a cláusula contratual considerada abusiva. Isso porque, a nova ratio introduzida pela CDC e pelo Código Civil de 2002, confere prevalência a boa-fé objetiva e ao equilíbrio contratual entre as partes, reconhecendo que, quando há uma parte inferior intelectual, econômica ou profissionalmente na relação tal qual o consumidor frente ao fornecedor - deve haver intervenção estatal para garantir que o mais forte não se sobreponha ao mais fraco. Frise-se que a revisão de contrato autorizada pelo CDC independe da ocorrência de fato superveniente, imprevisível e extraordinário, que gere vantagem exagerada para uma parte, em detrimento da outra, como exigido pelo Código Civil (art. 478). Basta a caracterização de abusividade no contrato, para surgir a possibilidade de revisão. Assim, resta evidente a possibilidade de revisão judicial do contrato, em nada sendo prejudicado pela aplicação pura e simples do princípio do "pacta sunt servanda". 4. Da análise da petição inicial, observa-se que o autor em nenhum momento pleiteou o reconhecimento da abusividade da cobrança do imposto IOF sobre os encargos/taxas/tarifas traçados na sentença como indevidos. Entretanto, o magistrado de 1° grau, na fundamentação da sentença, afastou a referida cobrança, o que não se pode admitir. Isto porque, conforme já salientado, inexiste a possibilidade de julgamento de ofício, no primeiro e segundo grau de jurisdição, a respeito da abusividade de cláusulas nos contratos bancários, haja vista o que dispõe a Súmula 381 do Superior Tribunal de Justiça1. 5. Quanto a capitalização mensal de juros, vislumbro que sua prática restou demonstrada na espécie pela divergência entre a taxa efetiva mensal (1,899%) e anual (25,33%) consignadas no contrato (f.150/151). Do contrário, caso a cobrança se desse na forma simples, a taxa efetiva anual seria o produto da taxa mensal pelo número de meses no ano (22,78%). Portanto, resta-nos perquirir acerca de sua validade. Nos termos da iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é admitida a capitalização de juros, inclusive em periodicidade inferior à anual, nos contratos de mútuo bancário, desde que esteja pactuada nos contratos bancários celebrados após 31 de março de 2000, data da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17, revigorada pela Medida Provisória nº 2.170-36/2000. Neste sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. (...) 3. As instâncias ordinárias não se manifestaram acerca da expressa pactuação da capitalização mensal de juros, o que impossibilita a sua cobrança, já que, nesta esfera recursal extraordinária, não é possível a verificação de tal requisito, sob pena de afrontar o disposto nas súmulas nºs 5 e 7/STJ. 4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1019369/MS, Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 19/05/2011) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - CONTRATOS FIRMADOS APÓS A EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17, DE 30 DE MARÇO DE 2000 (reeditada pela MP Nº 2.170-36/2001) - AUSÊNCIA DE PRÉVIA PACTUAÇÃO - COBRANÇA - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO JULGAMENTO RECORRIDO - APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 283 DO STF - AGRAVO IMPROVIDO. (AgRg no REsp 1239878/RS, Min. MASSAMI UYEDA, Terceira Turma, DJe 11/05/2011) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. ART. 5º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.963-17/2000, REEDITADA SOB O Nº 2.170-36/2001. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO EXPRESSA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INOVAÇÃO RECURSAL. (...) 2. Consoante pacífica jurisprudência desta Eg. Corte Superior de Justiça, é possível, nos contratos bancários firmados a partir da vigência da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001, a cobrança de juros capitalizados em periodicidade mensal, desde que expressamente pactuada. (...) 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (EDcl no Ag 1082229/RS, Min. RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, DJe 21/03/2011) No caso em tela, pela leitura do instrumento contratual de f.150/151, depreende-se que aludida capitalização mensal de juros foi expressamente pactuada na cláusula 2, razão pela qual sua cobrança deve ser mantida, devendo a sentença ser reformada nesse particular. 6. Está pacificado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e deste E. Tribunal de Justiça que a cobrança de comissão de permanência é lícita (Súmula 294 do STJ2), quando não cumulada com outros encargos moratórios, tais como juros moratórios, correção monetária e multa contratual. Todavia, da leitura do contrato juntado aos autos (f.150/151), especificamente da cláusula de nº08, observa-se que as partes não contrataram a incidência de comissão de permanência, pelo que não há que se falar na impossibilidade de sua cumulação com outros encargos moratórios. Confira-se: "08. (...) sobre as quantias indevidas incidirão, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento: (...) a) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês ou fração; b) juros remuneratórios cobrados por dias de atraso, calculados de acordo com a taxa de juros para inadimplemento, vigente na data do pagamento, praticada pelo BANCO em suas operações de crédito (...); c) multa moratória de 2% (dois por cento) , sobre o montante apurado (...)." Desse modo, não há nenhuma abusividade a ser afastada. Isto porque, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento, através da Súmula 296, acerca da licitude da cobrança de juros remuneratórios durante o período de inadimplência, desde que não cumulados com comissão de permanência, vejamos: "Súmula 296 Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado".

Dessa forma, conforme se observa da cláusula nº08 do contrato, a cobrança de juros remuneratórios não foi cumulada com a comissão de permanência, uma vez que essa sequer foi prevista no contrato. Logo, a sentença merece reforma também nesse particular. 7. Quanto às Tarifas de Análise de Crédito (TAC) e Emissão de Carnê (TEC) a abusividade perpetrada pela instituição financeira na sua cobrança é manifesta, porquanto, apesar de expressamente pactuada, é evidente o seu caráter potestativo. Ora, os custos administrativos da operação creditícia, tais quais, a análise de crédito e emissão de boleto bancário, não podem ser transferidos à parte contratante, já que são inerentes à própria atividade da instituição financeira. Neste sentido, manifestou-se a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - VIABILIDADE - PRECEDENTES - JUROS REMUNERATÓRIOS - LIMITAÇÃO EM 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO - INADMISSIBILIDADE, NA ESPÉCIE - COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS - ILEGALIDADE - RECONHECIMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 5 DESTA CORTE - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 282/ STF - RECURSO IMPROVIDO. (AgRg no REsp 1092917/RN, Min. MASSAMI UYEDA, Terceira Turma, DJe 26/04/2011) "A descaracterização da mora ocorre pela cobrança de encargos indevidos, como, no caso concreto, as tarifas de emissão de carnê, de abertura de crédito e a 'bancária', entendimento amparado na jurisprudência pacificada na 2ª Seção do STJ, nos termos do EREsp n. 163.884/RS, Rel. p/ acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, e REsp n. 713.329/RS, Rel. p/ acórdão Min. Carlos Alberto Menezes Direito". (AgRg no REsp nº 899.287/RS, Quarta Turma, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, j. 01.03.07). Assim, configura-se como iníquo o regulamento negocial que impõe ao contratante a obrigação de ressarcir as despesas feitas pelo contratado com o objetivo de diminuir os riscos de sua atividade profissional, pelo que, comprovando-se o pagamento de tais tarifas, tais valores devem, de fato, ser restituídos ao consumidor, não havendo que se falar em reforma do decisum neste tocante. 8. Sobre a repetição do indébito, sendo reconhecida a existência de abusividades no contrato entabulado entre as partes, é imperativo que haja a repetição dos valores pagos indevidamente. Tal se dá na forma simples e independe da prova do erro. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. POSSIBILIDADE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. NECESSIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LICITUDE DA COBRANÇA. JUROS MORATÓRIOS. MULTA CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO E COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. (...) 4. Segundo a jurisprudência do STJ, é permitida a compensação de valores e a repetição do indébito sempre que constatada a cobrança indevida do encargo exigido, sem que, para tanto, haja necessidade de ser comprovado erro no pagamento. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1345010 / SC, Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Quarta Turma, DJ 07.04.2011) AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. MANUTENÇÃO DO BEM NA POSSE DO DEVEDOR. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. SÚMULA N. 182/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LICITUDE. REPETIÇÃO E COMPENSAÇÃO DE VALORES. POSSIBILIDADE. (...) 3. A jurisprudência do STJ está consolidada no sentido de permitir a compensação de valores e a repetição do indébito sempre que constatada a cobrança indevida do encargo exigido, sem que, para tanto, haja necessidade de se comprovar erro no pagamento. 4. Agravo regimental parcialmente provido. (STJ - AgRg no REsp 942883 / RS - QUARTA TURMA - Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA J. 0402.2010). 9. Quanto à compensação dos valores, nos termos do artigo 368 do Código Civil, não vejo nada que obste a sua autorização, posto que, como dito, reconhecida a cobrança de encargos abusivos, devem estes serem restituídos ao apelado, a fim de se evitar o enriquecimento ilícito da instituição financeira credora. Este é o posicionamento consolidado do Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. POSSIBILIDADE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. NECESSIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LICITUDE DA COBRANÇA. JUROS MORATÓRIOS. MULTA CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO E COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. (...) 4. Segundo a jurisprudência do STJ, é permitida a compensação de valores e a repetição do indébito sempre que constatada a cobrança indevida do encargo exigido, sem que, para tanto, haja necessidade de ser comprovado erro no pagamento. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1345010 / SC, Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Quarta Turma, DJ 07.04.2011) AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. MANUTENÇÃO DO BEM NA POSSE DO DEVEDOR. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. SÚMULA N. 182/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LICITUDE. REPETIÇÃO E COMPENSAÇÃO DE VALORES. POSSIBILIDADE. (...) 3. A jurisprudência do STJ está consolidada no sentido de permitir a compensação de valores e a repetição do indébito sempre que constatada a cobrança indevida do encargo exigido, sem que, para tanto, haja necessidade de se comprovar erro no pagamento. 4. Agravo regimental parcialmente provido. (STJ - AgRg no REsp 942883 / RS - QUARTA TURMA - Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA J. 0402.2010) Dessa forma, sendo os contratantes credor e devedor um do outro, devem as obrigações serem extintas, até o montante em que se compensarem. Neste aspecto, cumpre mencionar que o cálculo do montante a ser repetido (se houver) e compensado com o saldo devedor existente em favor da instituição financeira fica relegado para a instância inaugural, em sede de liquidação. 10. Analisando o alcance da pretensão de direito material postulado pelo autor da ação com pedido de revisão das cláusulas financeiras do contrato de mútuo com garantia fiduciária, o resultado da sentença e a modificação introduzida pela presente decisão, faz-se necessário disciplinar a distribuição dos ônus da sucumbência. Assim, ante a sucumbência recíproca, condeno autor e réu, na proporção de 50% para cada um, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes arbitrados em R$ 1.000,00. Ressalvo que no caso o autor é beneficiário da justiça gratuita (f. 38). 11. Ante ao exposto, a insurgência recursal é manifestamente improcedente no que tange a legalidade da cobrança de tarifas administrativas (TAC e TEC), sendo imprescindível que os valores cobrados indevidamente sejam restituídos ou compensados com o eventual saldo devedor, estando em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. No que concerne a capitalização mensal de juros e aos encargos moratórios cobrados, o recurso deve ser provido, para (i) manter a capitalização mensal de juros, eis que prevista no contrato (cláusula nº2); (ii) manter incólume a cláusula nº10 do contrato, tendo em vista a ausência de pactuação para cobrança de comissão de permanência, e, ainda, manter a cobrança do IOF incidente sobre os encargos/taxas/ tarifas traçados como indevidos, já que é vedada a revisão de ofício, nos termos da Súmula 381, do STJ. Redistribuídos os ônus sucumbenciais. 12. Dê-se baixa nos registros de pendência do julgamento do presente recurso. 13. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. DES. LAURI CAETANO DA SILVA Relator -- 1 "Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas" -- 2 Súmula 294: "Não é potestativa a cobrança da comissão de permanência no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado".

0004 . Processo/Prot: 0812105-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/205760. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 0063938-96.2010.8.16.0001 Revisão de Contrato. Agravante: Newton Kovaleski. Advogado: Mário Lopes da Silva Netto, Magali Fuerbringer, Viviane Karina Teixeira. Agravado: Banco Bv Financeira Sa. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

ESTADO DO PARANÁ AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 812105-7 DO JUÍZO DA 21ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITBA. Agravante: Newton Kovaleski Agravado: Banco BV Financeira S/A Relator: Juiz de Direito Substituto em 2.° Grau Osvaldo Nallim Duarte (em substituição ao Des. Vicente Del Prete Misurelli) ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DESPACHO QUE DETERMINA COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA. EXIGÊNCIA COERENTE COM O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. INÉRCIA DO AGRAVANTE QUANTO À DEMONSTRAÇÃO DE ISENÇÃO NO IMPOSTO DE RENDA. INDEFERIMENTO CORRETO. PRECEDENTES DO STJ. Entendendo haver necessidade de comprovação da sinceridade do pedido de assistência judiciária gratuita, não é censurável a determinação do magistrado que, no exercício de seus poderes na condução do processo, exige a demonstração da renda da parte. NEGADO SEGUIMENTO POR DECISÃO DO RELATOR. Vistos e examinados. I. Relatório. Insurge-se a agravante contra decisão do Juízo da 21ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, que, antes de apreciar o pedido de assistência judiciária gratuita, determinou à parte autora, ora agravante, a comprovação de seu estado de pobreza, no prazo de dez dias, sob pena de indeferimento do benefício. Salienta que para a obtenção do benefício basta a declaração de que não pode suportar as custas processuais e honorários sem prejuízo do sustento de si e de sua família. Requer ao final o provimento do agravo, mediante a concessão do benefício legal pleiteado. II. Fundamentação. O recurso merece conhecimento, na medida em que estão presentes os pressupostos de admissibilidade recursal. O despacho que determina à parte a comprovação de sua impossibilidade de arcar com as despesas do processo não contém nenhuma lesividade, antes traduz a preocupação do magistrado em que o pedido seja instruído com prova documental para decidir com maior segurança. Para esse propósito determinou, por duas vezes, a efetiva comprovação da miserabilidade, propiciando melhor análise do pedido. Nota-se que não fez exigência ilegal ou de difícil cumprimento, ao determinar a juntada de prova documental da alegação. Como o interessado permaneceu inerte, foi indeferido o benefício. Note-se que poderia ter instruído o recurso com a comprovação correspondente, o que também não fez. O juiz não é mero expectador do processo e não está adstrito à mera declaração de impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo, podendo decidir com base em outros elementos documentais dos autos, no intuito de se convencer sobre a sinceridade da alegação. É como vem decidindo o TJPR: Processo: 0512572-2 DECISÃO MONOCRÁTICA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - JUÍZO "A QUO" QUE DETERMINOU ESCLARECIMENTOS ACERCA DA COMPROVAÇÃO DE RENDIMENTOS - DESPACHO SEM CARÁTER DECISÓRIO - NÃO CABIMENTO DE RECURSO - RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL - NEGATIVA DE SEGUIMENTO. A determinação para que o autor cumpra despacho anterior que apenas determinava à parte fornecer comprovação sobre renda familiar, "com objetivo de ser aferido o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita", não tem conteúdo decisório, e por conseguinte, não é passível de impugnação mediante recurso.Curitiba, 08 de agosto de 2008. ROGÉRIO RIBAS - Relator. Juiz de Direito Substituto de 2° Grau, em substituição ao Desembargador RUY FERNANDO DE OLIVEIRA. No mesmo sentido, o STJ: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 535, Página 3 de 7 DO CPC. NÃO- OCORRÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Não se convencendo o magistrado da situação de miserabilidade da parte quando solicitada a sua demonstração, poderão ser indeferidos os benefícios da justiça gratuita, porquanto a declaração de hipossuficiência não

ostenta presunção absoluta de veracidade. 2. Rever as conclusões do acórdão acerca do indeferimento de assistência judiciária demandaria incursão indevida no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 07/STJ. 3. Agravo improvido." (AgRg no Ag 1062972 / RJ, da 4ª T. do STJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, in DJU de 15/12/2008). "O benefício da gratuidade não é amplo e absoluto. Não é injurídico condicionar o Juiz à concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica alegada, se a atividade exercida pelo litigante faz, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre. Recurso especial não conhecido" (STJ, 4ª Turma, REsp. 604.425/SP, rel. min. Barros Monteiro, j. 07.02.2006, DJU 10.04.2006). III. Decisão. Diante do exposto, nego seguimento ao presente recurso (CPC, art. 557), mantendo o despacho de primeiro grau. Intime-se. Oportunamente, encaminhem-se os autos à Vara de origem a fim de que lá sejam arquivados. Autorizo a chefe da seção a assinar os expedientes necessários. Curitiba, 23 de setembro de 2011. OSVALDO NALLIM DUARTE Juiz de Direito Substituto em 2.º Grau Relator convocado

0005 . Processo/Prot: 0812605-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/192395. Comarca: Rolândia. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0003192-15.2010.8.16.0148 Revisão de Contrato. Agravante: Cifra Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho, Marcelo Augusto Bertoni. Agravado: Edmilson Bispo dos Santos. Advogado: Isaac José Altino, Cláudio Alexandre Spímpolo. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ÔNUS DA PROVA INVERSÃO - HONORÁRIOS PERICIAIS DECISÃO AGRAVADA QUE DETERMINA QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ANTECIPE OS CUSTOS RELATIVOS À PERÍCIA INCONGRUÊNCIA DETERMINAÇÃO DE PRIMEIRO GRAU CONTRÁRIA A JURISPRUDÊNCIA DA CÂMARA E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR (ART. 557, §1-A, DO CPC). VISTOS... 1. Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por CIFRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, contra decisão proferida pelo Juízo da Vara Cível e Anexos da Comarca de Rolândia, à fl. 151-TJ dos autos nº 3192/2010, de Ação Revisional de Contrato, ajuizada por EDMILSON BISPO DOS SANTOS, a qual determinou a intimação da Instituição Financeira para que deposite os honorários do perito, nos autos, em 5 (cinco) dias, tendo em vista que o ônus da prova foi invertido. Irresignada, a parte ré interpõe o presente recurso, arrimado no artigo 522 e seguintes do Código de Processo Civil, postulando, em síntese, que, diferente do que afirma o Magistrado singular, a inversão do ônus da prova não importa na automática inversão dos ônus financeiro. Assevera que a inversão do ônus da prova é uma exceção ao art. 333 do CPC, que trata do ônus subjetivo da prova e não das normas contidas no art. 19 e seguintes, os quais tratam do ônus financeiro da produção de atos processuais. Ao final, requer o conhecimento e provimento do presente recurso. É, em síntese, o relatório. DECIDO. 2. De plano, dou provimento ao recurso, na forma do art. 557, § 1º-A, do Código Instrumental Civil, vez que a decisão adversada está manifestamente em confronto com a jurisprudência dominante nesta Corte, bem como no Superior Tribunal de Justiça. À luz do que estabelece o art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, para a inversão do ônus da prova, basta a configuração de um dos seguintes requisitos: (a) verossimilhança das alegações ou (b) hipossuficiência da parte. Na espécie, a hipossuficiência do recorrido se mostra evidente, pois é o ente financeiro agravante que possui melhores condições de produzir as provas necessárias ao deslinde do feito. No entanto, diferente da conclusão lançada pelo Magistrado singular, o fato de se admitir a inversão do ônus da prova não acarreta, necessariamente, a transferência da obrigação do pagamento dos honorários periciais. Ademais, o Código de Processo Civil estabelece que aquele que pretende a produção de um determinado meio de prova, no caso em apreço, pericial, tem o dever de arcar com as suas expensas, sob pena de preclusão. O autor/agravado assinalou, expressamente, "a produção de todas as provas admissíveis em direito (art. 5º, inc. LIV, da CF)" (fl. 39 - TJPR). Deste modo, como requerente da prova, cabe ao agravado arcar com as suas despesas, suportando, destarte, com os honorários periciais judicialmente arbitrados, nos exatos termos do artigo 33 do Código de Processo Civil, o qual estabelece: Art. 33. Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz. Por outro lado, deve-se alertar ao agravante que, embora a inversão do ônus da prova não implique na transferência da obrigação do pagamento das custas atinentes a perícia, se não houver a produção da mesma, o banco sofrerá as conseqüências processuais advindas de sua não produção, em razão da inversão do ônus probatório. Neste sentido, cito precedente do Superior Tribunal de Justiça, acórdão de relatoria do eminente Ministro FERNANDO GONÇALVES, cuja ementa é a seguinte: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO. HONORÁRIOS PERICIAIS. PRETENSÃO DE ATRIBUIR-SE O ÔNUS DE PAGAMENTO À PARTE CONTRÁRIA. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Com efeito, ainda que deferida, a inversão do ônus probatório não tem o condão de obrigar o fornecedor a custear a prova requerida pelo consumidor, embora gere para aquele a obrigação de arcar com as conseqüências jurídicas pertinentes de sua não produção. Precedentes. 2. Da leitura das razões expendidas na petição de agravo regimental não se extrai argumentação relevante apta a afastar os fundamentos do julgado ora recorrido. Destarte, deve a decisão ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ, Quarta Turma, AgRg no REsp. nº 718.821 SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ. 01.03.2010). (grifei) Repita-se, a inversão do ônus da prova não tem o efeito de obrigar a parte ré a arcar com as custas da prova requerida pelo consumidor, contudo, a instituição financeira sofrerá as conseqüências processuais advindas de sua não produção. Em outras palavras, a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não obriga que a parte efetue o adiantamento das despesas com sua produção, mas, caso não cumprido o ônus, a conseqüência é a presunção relativa de veracidade dos fatos articulados pelo autor (CPC, 331). A decisão agravada encontra-se em dissonância com a jurisprudência desta Corte sobre a matéria, conforme se constata do precedente de relatoria do eminente Desembargador LAURI CAETANO DA SILVA, assim ementado: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ANTECIPE OS CUSTOS RELATIVOS À PERÍCIA. EFEITO SUSPENSIVO CONCEDIDO. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A inversão do ônus da prova prevista no artigo 6º, inciso VIII da legislação consumeirista fica subordinada a verificação de dois pressupostos, a saber: a verossimilhança das alegações do consumidor e sua hipossuficiência frente ao fornecedor ou prestador de serviços. 2. A hipossuficiência vincula-se à impossibilidade ou extrema dificuldade técnica e de conhecimento do consumidor de desincumbir-se da prova necessária para demonstração do fato constitutivo do seu direito. Assim, verificando o Juízo que a prova técnica necessária à elucidação dos fatos não pôde ser realizada pela desídia da instituição financeira em trazer ao feito os elementos e documentos de que dispunha, poderá inverter o ônus da prova, atribuindo-lhe as conseqüências nefastas desse fato. 3. Contudo, a inversão do ônus da prova de que trata a legislação consumeirista não se confunde com o deslocamento do pagamento dos honorários periciais, que continua regrado de acordo com o artigo 33 do Código de Processo Civil. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0429424-0 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 26.09.2007) (grifei) Enfim, a inversão do ônus da prova não tem o efeito de obrigar a parte contrária a arcar com as custas da prova requerida pela parte autora. 5. Nestas condições, consubstanciado no artigo 557, § 1º- A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso, posto que a decisão vergastada está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante nesta Corte, bem como no Superior Tribunal de Justiça. 4. Publique-se e Intime-se. 5. Transcorrendo o prazo recursal, in albis, remetam-se os autos a vara de origem. Curitiba, 16 de setembro de 2011. FABIAN SCHWEITZER Relator

0006 . Processo/Prot: 0820006-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/218424. Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002955-08.2011.8.16.0160 Exibição de Documentos. Agravante: Miguel de Queiroz. Advogado: Evandro Alves dos Santos, Fernando Parolini de Moraes. Agravado: Bv Financeira S/a - Credito, Financiamento e Investimento. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 820.006-4 Agravante : Miguel de Queiroz. Agravado : Bv Financeira S/a - Credito, Financiamento e Investimento. 1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que, em ação de exibição de documentos (autos nº 2955-08/2011 Vara Cível de Sarandi), indeferiu os benefícios da assistência judiciária gratuita, considerando o valor das prestações mensais assumidas pelo requerente (fls. 38-TJ). Sustenta o agravante, em síntese, que não dispõe de condições financeiras para custear o processo, o que se comprova com a declaração firmada nos termos do art. 4º da Lei 1060/50. Diz que a situação anual é diferente da do momento da contratação, requerendo seja revista a decisão para que se conceda os benefícios da gratuidade. Convertido o feito em diligência (fls. 43), o recorrente juntou cópia do comprovante de renda (fls. 47/48). 2. Nos termos do art. 557, §1º-A, do CPC, o recurso merece acolhimento monocrático, visto que manifestamente procedente, não tendo a decisão se alinhado ao entendimento dominante da jurisprudência. Em que pese o valor das prestações assumidas no financiamento ser suficiente para, em determinadas hipóteses, indeferir o benefício nos termos do art. 5º da Lei 1060/50, o exame deve ser feito caso a caso. No presente, constata-se que o requerente exerce profissão humilde (pedreiro), percebendo a quantia mensal líquida de R$ 1.053,14 (fls. 48-TJ), sobre qual se desconta praticamente a metade a título do financiamento. É razoável admitir que, face a essa situação, não disponha de recursos para arcar com o ônus financeiro processual, devendo prevalecer, até prova contundente em contrário, a presunção de miserabilidade gerada pela declaração. A propósito: APELAÇÃO CÍVEL IMPUGNAÇÃO AO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - PRESUNÇÃO IURIS TANTUM - AUSÊNCIA DE PROVAS DE QUE A PARTE REQUERENTE TENHA CONDIÇÕES DE CUSTEAR AS DESPESAS DO PROCESSO BENEFÍCIO DEVIDO - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. - Uma vez que a lei só condicionou o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita à simples alegação da parte, incumbe à parte contrária a contestação da insuficiência. Para tanto, deve trazer, de plano, provas suficientes a demonstrar a capacidade econômica para custear o processo. (TJPR - 9ª C.Cível - AC 0769470-0 - Paranavaí - Rel.: Des. Francisco Luiz Macedo Junior - Unânime - J. 02.06.2011) Diante do exposto, dou provimento ao recurso para conceder os benefícios da justiça gratuita ao recorrente. 3. Publique-se. 4. Diligências de estilo. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator 2

0007 . Processo/Prot: 0822394-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/312285. Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0004554-72.2011.8.16.0130 Exibição de Documentos. Agravante: Helio Acencio. Advogado: Alvino Gabriel Novaes Mendes, Rodrigo Alves de Oliveira, Alessandro Henrique Bana Pailo. Agravado: Banco Itaú SA. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Segue decisão. Em 23.09.2011.

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. DEFERIMENTO RECURSO PROVIDO. Consoante entendimento

jurisprudencial, a simples afirmação da necessidade de justiça gratuita, nos termos do art. 4º, da Lei nº 1060/50, é suficiente para o deferimento do benefício da assistência gratuita. Vistos, etc... I O autor, HELIO ACENCIO, interpôs AGRAVO DE INSTRUMENTO (fls. 06/15 - TJ) contra decisão (fl. 40 - TJ), que indeferiu o pedido da assistência judiciária gratuita, nos autos nº 632/11 de Ação de Exibição de Documentos, ajuizada em face do BANCO ITAÚ S/A. Irresignado, afirmou o Agravante que o pedido de gratuidade se deu em conformidade com o art. 4º da Lei nº 1.060/50, tendo sido devidamente juntada a declaração de pedido da assistência judiciária gratuita, a qual, conforme a jurisprudência, é suficiente para comprovar a falta de condições financeiras para arcar com as despesas processuais. Ao final, pleiteou o provimento do recurso para que seja reformada a decisão agravada, deferindo o beneficio da justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1060/50. É o relatório. II Prevê o art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o relator dar provimento ao recurso, quando a decisão recorrida estiver em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Não existem óbices ao conhecimento do recurso, eis que estão presentes os pressupostos processuais de admissibilidade. Cinge-se a controvérsia à possibilidade de deferimento dos benefícios da justiça gratuita, mediante declaração de insuficiência econômica. De acordo com expressa disposição da Lei nº 1.060/50 (art. 4º), "a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária gratuita, mediante simples afirmação na própria petição, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família". Exige a lei, dessa forma, apenas a declaração da parte, de que não dispõe de recursos para arcar com os custos inerentes ao acesso ao Poder Judiciário. O agravante cumpriu satisfatoriamente o requisito legal, tendo declarado que se encontra impossibilitado de arcar com as despesas do trâmite judicial, por falta de condições financeiras (fl. 23 - TJ). Por certo, em que pese o §1º da supracitada lei estabeleça que "Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta Lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais", trata-se de presunção juris tantum, ou seja, que pode ser elidida mediante prova cabal de que a declaração de falta de condições econômicas não corresponde à realidade fática. Contudo, não se extrai dos autos qualquer elemento, até agora, que indique que o autor-agravante não é carecedor da benesse da Lei da Assistência Judiciária. Assim, inexistindo, até este momento, "fundadas razões" para indeferimento do pleito (art. 5º da Lei nº 1.060/50), deve ser concedido o benefício, nos termos legais. Sobre o tema, oportuno o comentário de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, que mencionam o sólido entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito: "Requisito para a concessão do benefício. Simples declaração do interessado. O recorrente alegara que a CF 5º LXXIV teria revogado a LAJ 4º, sendo necessária agora a comprovação da necessidade e não a simples alegação. O STF entendeu que não houve revogação e que basta a mera alegação do interessado de que necessita do benefício para que ele tenha de ser concedido: "A garantia da CF 5º LXXIV assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos não revogou a de assistência judiciária gratuita da L 1060/50, aos necessitados, certo que, para obtenção desta, basta a declaração, feita pelo próprio interessado, de que a sua situação econômica não permite vir a Juízo sem prejuízo de sua manutenção ou de sua família. Essa norma infraconstitucional põe-se, ademais, dentro do espírito da Constituição, que deseja que seja facilitado o acesso de todos à Justiça (CF 5º XXXV)' (STF, 2ª T., RE 205746-1-RS, rel. Min. Carlos Velloso, v.u., j. 26.11.1996, DJU 28.2.1997). No mesmo sentido: STF, 2ª T., RE 205029-RS, rel. Min. Carlos Velloso; STF, 2ª T., RE 206531-5-RS, rel. Min. Francisco Rezek, j. 16.12.1996" (in Código de Processo Civil e legislação extravagante. 9ª edição, Ed. RT, São Paulo, 2006, p. 1185). O mesmo posicionamento é adotado pelo Superior Tribunal de Justiça: "A Simples declaração juntada aos autos nos termos da Lei nº 1.060/50, basta para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita." (STJ, REsp nº 111.639/RS, Min. Edson Vidigal, in DJ 30.11.98). "PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE INTERDIÇÃO - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1 - O v. acórdão, ao examinar o caso, afastou o benefício da justiça gratuita, essencialmente, sob o argumento de que o artigo 4º, da Lei 1.060/50 não teria sido recepcionado pelo preceito contido no artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal. Entretanto, equivocou-se o decisum hostilizado. Com efeito, o STF já declarou que o referido dispositivo legal foi recepcionado. 2 - Assim sendo, esta Corte já firmou entendimento no sentido de que tem presunção legal de veracidade a declaração firmada pela parte, sob as penalidades da lei, de que o pagamento das custas e despesas processuais ensejará prejuízo do sustento próprio ou da família. 3 - Recurso provido, para, reformando o v. acórdão recorrido, conceder ao recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita." (STJ - 4ª Turma, REsp 710624, Rel. Min. Jorge Scartezzini, in DJ 28.08.2005, p. 362). Ainda, cumpre ressalvar que a jurisprudência desta Corte é semelhante: "... deixo de acolher o argumento do apelante, no que pertine a revogação do benefício assistência judiciária gratuita, visto que o entendimento dos tribunais superiores determina que não há necessidade da parte provar o estado de pobreza, no sentido jurídico do termo, bastando apenas a sua alegação" (TJPR - 2ª C. Cív. Apelação Cível nº 308782-5, Rel. Des. Lauro Laertes, decisão proferida em 19.09.2005) III Pelo exposto, com amparo no artigo 557, § 1º, do CPC, dou provimento ao recurso de agravo de instrumento para conceder os benefícios da assistência judiciária gratuita, com amparo no artigo 4º, da Lei 1060/50. Intimem-se Curitiba (PR), 23 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0008 . Processo/Prot: 0823506-1 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/233447. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 0022148-98.2011.8.16.0001 Busca e Apreensão. Agravante: Tiago Pereira dos Santos. Advogado: Marcio Andrei Gomes da Silva. Agravado: Bv Financeira S.a.. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, etc... 1. Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo - interposto por Tiago Pereira dos Santos em virtude da decisão proferida pelo MM. Dr. Juiz da 15ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, às f. 32/33 dos autos nº 22148- 98.2011.8.16.0001 de ação de busca e apreensão, fundada no Decreto Lei nº 911/69, ajuizada por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A, que deferiu a liminar de busca e apreensão. 2. Inconformado, aduz o agravante, em síntese, que: a) a notificação extrajudicial é inválida, vez que na ocasião de sua expedição não foi observado o princípio da territorialidade; b) a notificação irregular do devedor ocasiona a ausência de pressuposto de desenvolvimento válido do processo; c) a intimação do protesto por edital é exceção. Destarte, pugna pela reforma da decisão, com a revogação da liminar de busca e apreensão. 3. Da leitura das peças trasladadas, depreende-se como relevante que: (i) Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A ingressou com ação de busca e apreensão, com fundamento no Decreto Lei nº 911/69 em face de Tiago Pereira dos Santos, denunciando o inadimplemento de contrato de financiamento com garantia fiduciária, firmado entre as partes (f. 21/24-TJ); (ii) para comprovar a constituição em mora do devedor fiduciante, juntou aos autos notificação extrajudicial expedida pelo 1º Ofício de Registro de Título e Documentos de Maceió (f. 31-TJ), a qual foi entregue no endereço do devedor, conforme certidão de f. 32-TJ; (iii) a notificação extrajudicial foi encaminhada ao endereço constante no contrato firmado entre as partes Rua Antonia Molina Bella, nº 3, Curitiba, PR; (iv) o MM. Dr. Juiz a quo deferiu a liminar de busca e apreensão (f. 44/45-TJ), sendo desta decisão que se insurge o agravante; (v) o mandado de citação e busca e apreensão foi devidamente cumprido em 25.06.2011 (f. 49/50-TJ). 4. No primeiro plano anoto que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que é possível constituir o devedor em mora através de notificação expedida por cartório com sede em Comarca diversa da de domicílio do devedor. Neste sentido: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA POR CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS LOCALIZADO EM COMARCA DIVERSA DA DOMICÍLIO DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada e entregue no endereço do devedor, por via postal e com aviso de recebimento, é válida quando realizada por Cartório de Títulos e Documentos de outra Comarca, mesmo que não seja aquele do domicílio do devedor. 2. De fato, inexiste norma no âmbito federal relativa ao limite territorial para a prática de atos registrais, especialmente no tocante aos Ofícios de Títulos e Documentos, razão pela qual é possível a realização de notificações, como a efetivada no caso em apreço, mediante o requerimento do apresentante do título, a quem é dada liberdade de escolha nesses casos. 3. A notificação extrajudicial, seja porque não está incluída nos atos enumerados no art. 129, seja porque não se trata de ato tendente a dar conhecimento a terceiros acerca de sua existência, não está submetido ao disposto no art. 130 da Lei 6.015/73. 4. Recurso especial conhecido em parte e, nesta parte, provido. (Recurso Especial nº 1.237.699 SC (2011/0027070-9) Relator Ministro Luis Felipe Salomão, j. 22.03.2011) 5. No mais, sustenta o agravante que a intimação via edital é exceção, de forma que deveriam ter sido esgotadas todas as hipóteses de intimação pessoal, para posteriormente intimá-lo via edital, razão pela qual a liminar de busca e apreensão deve ser revogada. Pois bem. 6. Conforme dicção do §2º, artigo 2º, do Decreto Lei nº 911/691, a constituição em mora do devedor pode ser realizada de duas formas: por carta expedida via Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título de crédito representativo do negócio bancário. No presente caso, em que pese o agravante alegar que houve a intimação via edital, da análise dos documentos juntados aos autos, verifico que a instituição financeira optou por constituir o devedor em mora por meio de notificação extrajudicial, encaminhada pelo 1º Ofício de Registro de Título e Documentos de Maceió, a qual foi entregue no endereço do devedor, conforme certidão de f. 32-TJ. Assim, não havendo que se falar em qualquer irregularidade na constituição em mora do devedor, nego seguimento ao presente recurso, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. 7. Dê-se baixa nos registros de pendência de julgamento do presente recurso. 8. Intime-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. LAURI CAETANO DA SILVA Relator -- 1 §2º. A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor.

0009 . Processo/Prot: 0823766-7 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/236776. Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 2010.00006655 Reintegração de Posse. Agravante: Elaine Daiana Ginguleski. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli, Cleverson Marcel Sponchiado. Agravado: Bfb Leasing S/a. Advogado: Márcio Ayres de Oliveira, Eduardo José Fumis Faria. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos e etc. 1. Cuida-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo - interposto por Elaine Daiana Ginguleski em virtude da decisão proferida pelo MM. Dr. Juiz da Vara Cível e Anexos do Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, à f. 58 dos autos nº 6655/2010, de Ação de Reintegração de Posse, ajuizada por BFB Leasing S/A Arrendamento Mercantil, que, considerando devidamente comprovada a mora da devedora, deferiu a liminar de reintegração de posse. 2. Inconformada, aduz a agravante, em síntese, que: a) os pressupostos processuais devem se fazer presentes antes da propositura da demanda; b) no caso, a instituição financeira juntou aos autos o instrumento de protesto, a fim de comprovar a constituição em mora, após o ajuizamento da ação; c) por este motivo, é descabida a liminar de reintegração de posse; d) o processo deve ser extinto na forma do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil; e) a agravada não procedeu todas as diligências possíveis para se desincumbir do ônus de constituir o consumidor em

mora; f) somente nos casos em que não se conhece o paradeiro de devedor é que é possível a intimação por edital; g) a agravada procedeu apenas uma tentativa de notificar extrajudicialmente o devedor. Destarte, pugna pela reforma da decisão agravada, para que seja cassada a decisão que deferiu a liminar de reintegração de posse, extinguindo o processo sem julgamento de mérito. 3. Da leitura das peças trasladadas, extrai-se que: (i) a agravante firmou contrato de arrendamento mercantil com a instituição financeira agravada para aquisição de um veículo modelo Palio Fire, ano 2002 (f. 22/25-TJ), segundo o qual pagaria 60 prestações mensais de R$ 566,24; (ii) ante a inadimplência da devedora a partir da parcela vencida em 08.06.2010, o credor ajuizou ação de reintegração de posse; (iii) para comprovação da mora, juntou aos autos cópia da notificação extrajudicial que teria sido encaminhada à devedora (f. 63-TJ); (iv) juntou ainda cópia do instrumento de protesto do título (f. 66-TJ), do qual a devedora foi devidamente intimada conforme certidão do oficial do cartório de Protestos de Pinhais; (v) a liminar de reintegração de posse foi deferida pelo magistrado a quo (f. 67-TJ), sendo desta decisão que se insurge a agravante; (vi) o mandado de citação e reintegração de posse foi cumprido em 27.06.2011 (f. 70/71- TJ). 4. Primeiramente, lembro que a sistemática processual brasileira permite ao relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, conforme dicção do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. No presente caso, insurge-se a agravante contra decisão que deferiu a liminar de reintegração de posse alegando, em suma, que não é possível a constituição em mora no curso da ação e, sucessivamente, que a intimação por edital, só é cabível nos casos em que o devedor encontra-se em local incerto. Pois bem. 5. O artigo 2º, §2º do Decreto-Lei 1 911/69 orienta no sentido de que a mora debitoris pode ser comprovada através de carta registrada expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor. A dicção do dispositivo legal não indica que para o exercício do direito de ação é necessário notificar previamente o devedor. Essa notificação visa não surpreende-lo com a medida decorrente da própria formula prevista para o processo liminar de apreensão da coisa objeto da garantia fiduciária. Esta orientação foi reafirmada na Súmula 72 do Superior Tribunal de Justiça ao dizer que "A comprovação da mora é imprescindível a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente". Interpretando o dispositivo legal e a Súmula supra referida, a jurisprudência passou a orientar no sentido de que a comprovação da constituição em mora do devedor fiduciante deveria anteceder ao ajuizamento da ação. Inúmeros foram os julgados nesse sentido. Todavia, verificamos que essa interpretação contraria a tradição do sistema brasileiro, voltado para possibilitar a regularização de eventuais falhas formais no curso do processo. Para tanto, basta examinar o disposto nos artigos 39, § único; 244; 249, §2º; 250, § único; 560, § único; todos do Código de Processo Civil. A jurisprudência também segue tal orientação e nesse sentido foi emblemática a Súmula 168 do Supremo Tribunal Federal, ao admitir a inscrição imobiliária do compromisso de compra e venda, no curso da ação. Na moderna forma de examinar as regras do sistema processual, não se pode esquecer da influência da teoria instrumental, que procura afastar todos os entraves puramente formais e que não proporcionam prejuízo, para privilegiar a questão de mérito ou do direito material posto para ser resolvido pelo Judiciário. A constituição em mora do devedor se traduz em questão puramente formal, na medida em que o devedor sabe de antemão da sua inadimplência. Na verdade buscou o legislador estabelecer uma trava de proteção para que o mesmo não seja surpreendido com a medida judicial extrema cumprimento do mandado de reintegração de posse. A lei e a Súmula não estabeleceram que esta "notificação" deve anteceder ao ajuizamento da ação. Por outro lado, tomando por base o objetivo do legislador, pode ser realizada no curso do processo. Diante deste quadro, nos parece oportuno ressaltar que a constituição em mora, sob o enfoque formal, tem um termo final pré-constituído, de modo a alcançar a finalidade proposta, qual seja evitar a surpresa do devedor. Portanto, a constituição em mora deve estar concretizada até a data do cumprimento de eventual liminar deferida em ação de reintegração de posse, não assistindo razão à agravante neste ponto. Neste mesmo sentido: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO. ART. 267, IV DO CPC. , - CONSTITUIÇÃO EM MORA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 2° §2° 2ª PARTE, DO DECRETO-LEI N° 911/69 E DA SÚMULA 72 DO STJ. PROTESTO POSTERIO R AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO. 1. A mora do devedor fiduciante de que trata a Súmula 72 do STJ e a 2ª parte do §2º do artigo 2º do DL 911/69, pode ser constituída no curso da ação de busca e apreensão, desde que antes do cumprimento de eventual ordem liminar de busca e apreensão. 2. É da tradição do sistema processual brasileiro possibilitar a regularização de formalidades no curso do processo. O princípio da instrumentalidade das formas autoriza o aproveitamento dos atos processuais, bem como suprir eventuais falhas formais, de modo a alcançar a sua finalidade, sem proporcionar prejuízo. (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0652600-5 - Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 14.04.2010) 6. No mais, verifico que a agravante foi devidamente intimada do protesto do título, se não vejamos. Conforme supramencionado, a constituição em mora do devedor pode ser realizada tanto por carta expedida via Cartório de Títulos e Documentos quanto pelo protesto do título de crédito representativo do negócio bancário, conforme dicção do §2º, artigo 2º, do Decreto Lei nº 911/69. In casu, a agravante alega que a intimação do protesto se deu via edital e, portanto, seria inválida, vez que a intimação por edital se trata de providência residual. De fato, no caso, a instituição financeira optou por constituir a devedora em mora por meio do protesto do título, encaminhando-o ao Tabelionato de Protestos de Pinhais (f. 66-TJ). No entanto, da análise dos documentos juntados aos autos, verifico que a devedora foi intimada do protesto, em 26.01.2011, via carta registrada, nos termos da certidão expedida pelo Oficial do Cartório de Protesto, o qual detém fé pública. Assim, não há que se falar em qualquer irregularidade na constituição em mora da devedora, nem mesmo nos meios utilizados para sua comprovação. Ante o exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente recurso, mantendo a decisão que deferiu a liminar de reintegração de posse. 7. Dê-se baixa nos registros de pendência de julgamento do presente recurso. 8. Intime-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. LAURI CAETANO DA SILVA Relator -- 1 Aplicado analogicamente no arrendamento mercantil.

0010 . Processo/Prot: 0825032-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/197674. Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0002412-47.2010.8.16.0028 Reintegração de Posse. Apelante: Santander Leasing Sa - Arrendamento Mercantil. Advogado: João Leonelho Gabardo Filho. Apelado: Silvio das Chagas. Advogado: Maylin Maffini, Leandro Negrelli. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Revisor: Des. Stewalt Camargo Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL Nº 825.032-4 Apelante : Santander Leasing Sa - Arrendamento Mercantil. Apelado : Silvio das Chagas. Vistos e examinados. 1. Nos autos de Ação de Reintegração de Posse nº. 2412- 47.2010.8.16.0028, o MM. Juiz de Direito da Vara Cível de Colombo, com fulcro no artigo 267, I e 295, VI, ambos do CPC, julgou extinto o feito sem resolução de mérito, ante o entendimento de que não restou comprovada a entrega da notificação extrajudicial no endereço do devedor, requisito necessário para a comprovação da mora deste (fls.52/53). Insatisfeita, Santander Leasing S.a. apela (fls. 56/61) da decisão aduzindo que a notificação extrajudicial expedida por Cartório de Títulos e Documentos e o edital são suficientes para constituir o apelado em mora e, mais, que a certidão exarada por oficial de justiça, o qual possui fé pública, supre a falta do aviso de recebimento (AR). O réu não apresentou contrarrazões. É o relatório. Decido. 2. De plano nego seguimento ao recurso, posto que manifestamente improcedente, nos termos do artigo 557, caput, do CPC. A notificação extrajudicial prévia é pressuposto da ação de reintegração de posse no arrendamento mercantil (Súmula 369/STJ). "No contrato de arrendamento mercantil (leasing), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora." Ciente de que deve notificar, o apelante promoveu a constituição em mora através de notificação extrajudicial por Cartório de Títulos e Documentos (fls. 11/11-v), sem, todavia, comprovar o recebimento mediante aviso de recebimento, o que é notoriamente irregular por desobediência expressa ao artigo 2º, § 2º do Dec. Lei 911/69 e artigo 17 da Lei 9.492/97. A atual jurisprudência da 17ª Câmara Cível, considerando que o Supremo Tribunal Federal concedeu efeito suspensivo liminar contra a decisão do CNJ que firmou o princípio da territorialidade para a notificação extrajudicial, admite a notificação feita por Comarca diversa, desde que o AR comprovando a efetiva entrega esteja anexado nos autos: "A jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a entrega da correspondência no endereço do devedor deve ser cabalmente demonstrada, pela apresentação de cópia do respectivo aviso de recebimento, não bastando a certidão do Oficial do Cartório baseada em declaração dos Correios." (TJPR AgInst 0722802-2 17ª CCiv. Rel. Des. Lauri Caetano da Silva DJ 16/03/2011). É que a entrega da notificação no endereço do devedor, quando encaminhada por correio, exige a efetiva comprovação nos autos, conforme a inteligência do art. 14, § 1º da Lei 9.492/97. Confira-se: "AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO. COMPROVAÇÃO DA MORA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE AVISO DE RECEBIMENTO - "AR". DECLARAÇÃO DOS CORREIOS. AUSÊNCIA DE FÉ-PÚBLICA. MORA NÃO COMPROVADA. RECURSO NEGADO. A Lei de Protestos (Lei nº 9.492/1997), analogamente aplicada à carta notificatória, por se tratar de hipótese correlata à constituição em mora na alienação fiduciária em garantia de mútuo, prevê em seu artigo 14, § 1º, que, considera-se efetuada a entrega, desde que o recebimento fique assegurado e comprovado através de protocolo, aviso de recepção (AR) ou documento equivalente (art. 14§ 1º), situação que não ocorre quando não há nos autos nenhum "AR" capaz de comprovar a entrega, não se admitindo sua 2 substituição por declaração e/ou correspondência emitida por funcionários dos Correios, uma vez que não gozam de fé pública." (TJPR AgInt 764599-0/01 17ª Câm.Cív. Rel Francisco Jorge DJ 25/05/2011) Não há nos autos qualquer AR ou documento equivalente que faça prova da efetiva entrega no endereço e do fiel cumprimento do citado art. 14, § 1º, da Lei 9.492/97. Destaca-se que o funcionário dos Correios não porta fé pública e, por consequência, a afirmativa feita por ele e acolhida pelo Cartório (fls.11-v) não faz prova plena da entrega: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO. MORA. CONSTITUIÇÃO. COMPROVAÇÃO. CERTIDÃO DO CARTÓRIO DE TITULOS E DOCUMENTOS BASEADA EM INFORMAÇÃO PRESTADA PELOS SERVIÇOS DE CORREIO. FÉ PÚBLICA. AUSÊNCIA POR PARTE DA EMPRESA PÚBLICA. AVISO DE RECEBIMENTO NÃO ANEXADO AOS AUTOS. PROVIMENTO. (...) não tendo o funcionário dos Correios fé pública, a afirmativa feita por ele e acolhida pelo Cartório não tem validade, motivo pelo qual pede o provimento do recurso para que seja modificado o despacho agravado, recolhendo-se o mandado de busca e apreensão expedido." (TJPR AgInst 605341-8 17ª Câm.Cív. Rel. Des. Paulo Roberto Hapner DJ 10/11/2009) Não obstante, o apelante foi intimado (fls. 23) a emendar a inicial para efetuar a regularização da notificação, mas limitou-se a alegar, por meio de embargos declaratórios, a possibilidade de substituir a juntada do AR pela certidão exarada na certidão de fls.11 (fls. 25/29). Indiscutível, assim, a extinção do feito por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 267, IV do CPC. Diante do exposto, nego seguimento ao recurso, posto que manifestamente improcedente e contrário ao entendimento jurisprudencial dominante. 3. Intimem-se. 3 4. Após, diligências de estilo. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator 4

0011 . Processo/Prot: 0825663-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/243488. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária:

0025729-24.2011.8.16.0001 Revisão de Contrato. Agravante: Lucia Alves Ribeiro. Advogado: Gissiane Cristine Chromiec. Agravado: Bv Financeira Sa. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, etc... 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Lucia Alves Ribeiro, em virtude da decisão proferida pelo MM. Dr. Juiz da 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, às f. 53/58 dos autos nº 25729-24.2011.8.16.0001, de Ação Revisional de Contrato, ajuizada em face de BV Financeira S/A - Crédito Financiamento e Investimento, que indeferiu as liminares de (i) depósito judicial das prestações incontroversas; (ii) abstenção de inscrição do nome da devedora nos cadastros de inadimplentes; e (iii) manutenção de posse. 2. Inconformada, aduz a agravante, em síntese, que: a) o contrato prevê a cobrança de encargos abusivos, especialmente a capitalização mensal de juros; b) pugna pelo depósito judicial dos valores contratados; c) com o depósito das prestações em seu valor integral, devem ser deferidas as liminares pleiteadas; d) estão presentes os requisitos para antecipação dos efeitos da tutela na forma pretendida. Destarte, pugna pela reforma da decisão agravada, com a concessão das liminares. 3. No presente caso, a autora da ação revisional pleiteou o deferimento das liminares de abstenção de inscrição de seu nome nos cadastros de inadimplentes e manutenção de posse, mediante o depósito judicial das prestações em seu valor integral. O MM. Dr. Juiz a quo indeferiu os pedidos, sendo desta decisão que se insurge a agravante. 4. Primeiramente, registro que não há qualquer óbice para a análise do pedido formulado pela requerente na ação revisional no que tange à possibilidade de realização dos depósitos judiciais das prestações no valor integral (valor integral constante no contrato, com vistas à abstenção de inscrição da devedora nos cadastros de inadimplentes e sua manutenção na posse do bem. No entanto, não vislumbro razão para o deferimento de tal pretensão. É que em casos tais em que se pretende o depósito integral das prestações não há motivo para fazê-lo em juízo. A uma, porque o banco estará autorizado a levantar os valores na medida em que forem depositados, conforme entendimento jurisprudencial1, de modo que os depósitos terão o mesmo efeito prático do pagamento feito diretamente à instituição financeira, via boleto bancário. A duas, porque o depósito do valor pactuado não enseja recusa do banco credor. Pelo contrário, é de interesse do banco receber o valor contratado, razão pela qual seria desnecessária a realização dos depósitos em juízo. A três, pois o pagamento das prestações via boleto, nos respectivos vencimentos, não enseja mora contratual do devedor e, portanto, torna desnecessário o pedido de abstenção de inscrição nos cadastros de inadimplentes e de manutenção de posse. Diante desses fatos, não se vislumbra que o depósito judicial seja necessário, visto que a consignação judicial, no plano fático, implica nos mesmos efeitos do pagamento realizado diretamente ao banco credor. Sendo assim, não se justifica o deferimento da pretensão consignatória, vez que a medida não se mostra útil e, por conseguinte, não se visualiza que haja interesse no depósito judicial das prestações no valor contratado. 5. Frise-se que a situação é diversa da que ocorre quando se pretende os depósitos em juízo das prestações no valor incontroverso. Nestes casos, se justifica o deferimento dos depósitos judiciais, vez que está presente a recusa dos bancos em receber as prestações em montante parcial, não restando outra alternativa, para fins de afastamento de mora (ao menos parcial), senão o depósito dos valores em juízo. 6. Ainda, oportuno salientar que o pagamento das prestações via boleto bancário não impede a revisão de cláusulas abusivas porventura constantes no contrato. A quitação do contrato não influencia de nenhuma forma o direito de lhe promover a revisão judicial - hipótese em que o reconhecimento de abusividades com reflexos financeiros importará em repetição dos valores pagos indevidamente. A corroborar, anoto: (...) 1. É possível à parte interessada discutir os encargos incidentes, haja vista que não é vedada a revisão de contratos já quitados, pois do contrario se estaria a exigir, como condição da ação de revisão, o inadimplemento contratual por parte do interessado em promover a demanda, o que feriria a lógica do ordenamento jurídico. (...) (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0610476-9 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Hayton Lee Swain Filho - Unânime - J. 23.09.2009) 7. Por fim, registro que o pagamento das prestações contratuais diretamente ao banco credor, nas respectivas datas de vencimento, afasta qualquer possibilidade de configuração de mora contratual do devedor e, por conseqüência, torna descabida a inscrição do seu nome nos cadastros de inadimplentes e a execução da garantia fiduciária. Portanto, efetuando o pagamento das prestações via boleto bancário, não será necessário as medidas de ordem de abstenção de inscrição do seu nome nos cadastros restritivos de crédito ou o deferimento de sua manutenção na posse do bem. Em outras palavras, manifestando o devedor a intenção de continuar adimplindo as prestações no valor contratado, para garantir sua manutenção na posse do bem e a não inclusão do seu nome nos cadastros de inadimplentes, basta que continue efetuando o pagamento diretamente ao banco, via boleto bancário. Ante o exposto, sendo a insurgência recursal manifestamente improcedente, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso. 8. Dê-se baixa nos registros de pendências do julgamento do presente recurso. 9. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. LAURI CAETANO DA SILVA Relator -- 1 "(...) não afastar a mora sobre o montante incontroverso que será depositado é inevitavelmente acarretar o aumento de seu débito em conseqüência dos encargos derivados da mora. Assim tem decidido o STJ, veja- se da decisão recente abaixo colacionada: "(...) a ação consignatória, concomitantemente à permissão de depósito, feito com o intuito de pagamento, do montante tido como devido, impede os efeitos da mora sobre tais valores justamente porque possibilita o seu pronto levantamento pelo credor (...)". (STJ - REsp 762112, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, publicado em 06/08/2009) (TJ/PR AI 0634942-0 - Decisão Monocrática Rel. Des. Cláudio de Andrade 13ª Câmara Cível - J. 19/11/2009)

0012 . Processo/Prot: 0825706-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/269600. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0013624-58.2011.8.16.0019 Revisão de Contrato. Agravante: Walfrido Amancio. Advogado: Luilson Felipe Gonçalves. Agravado: Banco Hsbc Bank Brasil S/a. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, etc.. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Walfrido Amancio, contra a decisão proferida pelo MM. Dr. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa, às f. 64/644 dos autos nº 13624-58.2011.8.16.0019, de Ação Revisional de Contrato, ajuizada em face de Banco HSBC Bank Brasil S/A, que indeferiu os pedidos liminares de (i) depósito judicial dos valores incontroversos; (ii) abstenção de inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes; e (iii) de manutenção de posse; bem como indeferiu o pedido de inversão do ônus da prova. 2. Inconformado, aduz o agravante, em síntese, que: a) inexistem óbices para o deferimento do pedido de depósito judicial; b) demonstrou na inicial da ação revisional as abusividades praticadas pela agravada; c) estão presentes os requisitos para inversão do ônus da prova; d) havendo discussão judicial do débito, é abusiva a inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito; e) considerando a cobrança de encargos ilegais e a realização dos depósitos judiciais nos valores incontroversos, deve ser descaracterizada a mora do devedor; f) assim, deve ser deferida a liminar de manutenção de posse. Destarte, pugna pela reforma da decisão agravada, a fim de que sejam concedidas as liminares almejadas. Pois bem. 3. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.061.530-RS, representativo da controvérsia relativa aos contratos bancários, o qual serve como parâmetro para o deslinde das causas fundadas em idêntica questão de direito, fixou orientação relativa a mora contratual no seguinte sentido: ORIENTAÇÃO 2 -CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. De tal entendimento extrai-se que a única hipótese hábil a afastar a mora contratual do devedor, por meio de depósito judicial das parcelas no valor incontroverso, estando as parcelas vencidas quitadas, ocorre se ele demonstrar inequivocamente, à luz do entendimento do STJ ou do STF, que há cobrança de encargos indevidos no período da normalidade contratual, realizando os depósitos das parcelas em juízo, expurgados exclusivamente os valores pagos em virtude de tais ilegalidades inequívocas. Isso porque, se o devedor depositar a parcela em valor parcial, sem demonstrar a abusividade em relação aos valores não depositados ou sem demonstrar que o valor incontroverso representa a simples diferença entre o valor contratado e os valores cobrados abusivamente, invariavelmente haverão valores devidos em aberto, culminando na existência de mora contratual no tocante aos valores correspondentes a parte da parcela não depositada. Página 2 de 10 Neste contexto, anoto que não se pode, fazendo uma leitura literal da aludida orientação, entender que o simples reconhecimento de encargos abusivos no período na normalidade contratual afasta a mora contratual do devedor. Se assim se fizesse, estaria aberto o caminho para que qualquer pessoa firmasse contrato de financiamento com garantia fiduciária com determinada instituição financeira e, sem adimplir nenhuma parcela contratual, viesse a alegar a existência de ilegalidade no contrato (muitas vezes com reflexos econômicos ínfimos, tais como TAC e TEC) para ter reconhecida a descaracterização de sua mora, justificando a utilização do bem mesmo sem o pagamento de qualquer contraprestação, e obstando a execução da garantia. 4. No caso em liça, acusa o agravante a existência de ilegalidades no contrato de financiamento com garantia fiduciária celebrado entre as partes, tais como, capitalização mensal de juros, cobrança de tarifas administrativas e cumulação de comissão de permanência com outros encargos moratórios. Pugnou pela autorização de realização de depósitos judiciais referentes às prestações restantes no valor de R$ 891,94 (com o abatimento dos valores pagos a maior nas parcelas inadimplidas) ou, sucessivamente, no valor de R$ 1.296,02. No contrato (f. 67/70-TJ), foi pactuado o pagamento de 48 parcelas mensais no valor de R$ 1.494,45. No entanto, não se vislumbra que o valor incontroverso apresentado pelo agravante decorra do simples desconto de encargos inequivocamente abusivos do montante da parcela contratada. É que, em ambos os casos (depósito judicial de R$ 891,94 ou R$ 1.296,02) não se verifica, pelas regras de experiência, que a simples expurgação dos valores considerados Página 3 de 10 abusivos pela parte agravante implicaria em redução tão significativa no valor da prestação contratada. Diante desses motivos, não há como considerar que o depósito pleiteado será suficiente a afastar a mora contratual do agravante. 5. O raciocínio utilizado para verificar se os depósitos teriam o condão de afastar a mora, influencia diretamente na apreciação do pedido de manutenção de posse do bem nas mãos do agravante, durante o trâmite da ação revisional. De fato, conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, o ponto central a ser analisado para apreciação do pleito de manutenção do devedor na posse do bem, nos contratos de arrendamento mercantil e nos contratos garantidos por alienação fiduciária, é perquirir se está configurada a mora contratual do devedor. Isso porque, uma vez caracterizada a mora contratual, descabe a manutenção na posse do bem. Por outro lado, caso a mora não esteja caracterizada, é possível a concessão da medida de manutenção de posse. Inclusive, tal entendimento foi confirmado também no julgamento do REsp 1.061.530-RS (Sistema de Julgamento de Casos Repetitivos). Confira-se: "8. Manutenção na posse A questão relativa a manutenção na posse relaciona-se diretamente com aquilo que restou decidido quanto à configuração da mora. Como consolidado na Súmula 72/STJ, "a comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente". Confira-se, ainda, nesse sentido: AgRg no Página 4 de 10 REsp 400.227/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 28/02/2005; AgRg no REsp 1.005.202/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti DJe 07/05/2008. Logo, afastada a mora da recorrida, não há como ser acolhido o pleito da instituição financeira de afastar a recorrida da posse do bem alienado

fiduciariamente." Destarte, tendo em mira que os depósitos judiciais das parcelas no valor incontroverso não terão o condão de afastar a mora contratual, não há plausibilidade a ensejar o deferimento da manutenção do agravante na posse do bem, pelo que mantenho a decisão agravada, neste ponto. Ainda, com relação ao tema, destaco que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta no sentido de que não é possível deferir liminar incidental para manter o devedor na posse do bem em sede de ação revisional. Em primeiro lugar porque impede o acesso à Justiça por parte do credor fiduciário, na medida em que na ação de busca e apreensão, com fundamento no Decreto-lei 911/69, o deferimento da liminar é obrigatório estando presentes os requisitos do pedido: inadimplemento e constituição em mora. Não é razoável e projeta insegurança jurídica conceder liminar nesse sentido na ação revisional e deferir liminar em ação de busca e apreensão. Por conta desse raciocínio é que a Corte Superior apresenta o seguinte entendimento: " O ajuizamento da ação revisional não impede o ajuizamento da ação de busca e apreensão pelo credor, sendo certo que, por ocasião desta, em que efetivamente haverá risco de perdimento da posse dos bens alienados fiduciariamente, e, portanto, o próprio interesse de agir (no caso, de excepcionar), é que o agravante poderá engendrar a tese de indispensabilidade dos bens para o desenvolvimento de sua atividade. II Recurso improvido" (AgRg no Ag 1110209/PR, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, 3ª Turma, j. 05.05.2009, Dje 19.05.2009). Página 5 de 10 6. Seguindo a linha de raciocínio utilizada na análise da mora contratual, o Superior Tribunal de Justiça, também no julgamento do REsp 1.601.530-RS, fixou orientação no seguinte sentido, a respeito da inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes: ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. No particular, como visto, o requisito "depósito da parcela incontroversa" não foi satisfatoriamente preenchido, pois, como visto, não se vislumbra que o valor incontroverso que o agravante pretende depositar foi obtido expurgando abusividades inequívocas, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais e, portanto, não se presta a afastar sua mora contratual. Dessa forma, ausente um dos requisitos, descabe a concessão da medida de abstenção de inscrição/retirada do nome do agravante dos cadastros de inadimplentes, de forma que a decisão agravada não merece ser reformada também neste ponto. Página 6 de 10 7. Com relação aos depósitos judiciais no valor incontroverso das parcelas, vale dizer que não há óbice para a sua autorização, contudo sem elidir a mora do agravado. Neste sentido: (...) - No tocante à possibilidade de depósito dos valores tidos como incontroversos, não há impedimento para que se autorize a sua realização. (AgRg no REsp 992182 / RS STJ - TERCEIRA TURMA Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI j. 06/05/2008) Vale registrar que não é inócuo o depósito judicial de valores sem o afastamento da mora, vez que se presta a liberar parcialmente o devedor do saldo devedor contratado. (...) IV. Detém o valor depositado em juízo eficácia liberatória parcial, podendo ser futuramente complementado, tão logo realizados os cálculos e apurado o real montante do débito, na esteira da jurisprudência da 4ª Turma, aplicando o disposto no art. 899, do CPC. (AgRg no REsp 1025842 / RS STJ - QUARTA TURMA Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR j. 15/05/2008) (...) 3. Em ação revisional de contrato de financiamento, cabível o deferimento de tutela antecipada para o fim de ser efetuado o pagamento do valor que se entende devido, enquanto se discute judicialmente cláusulas contratuais, contudo, a mora estará elidida apenas até o limite do valor efetivamente depositado e, quanto a eventual saldo remanescente a mora correrá por conta e risco da devedora, no caso, autora da ação revisional.(...) (TJPR - 16ª C.Cível - AI 0378289-0 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Shiroshi Yendo - Unanime - J. 17.01.2007) 8. Por fim, no que tange à inversão do ônus da prova, parte-se da premissa de que o objetivo da inversão do ônus da prova é promover a isonomia processual, no Página 7 de 10 sentido de facilitar a defesa dos direitos do consumidor em Juízo, desde que presente a verossimilhança das suas alegações ou que esteja caracterizada a sua hipossuficiência. Portanto, tal benesse não é destinada aos consumidores em geral, simplesmente porque vulneráveis, mas àquela parcela de consumidores que possuem, segundo as palavras de Antônio Herman de Benjamin e Vasconcelos, uma "vulnerabilidade agravada", a critério do julgador. Neste sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ART. 6º, VIII, DO CDC. REQUISITOS. HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR OU VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A inversão do ônus da prova depende da aferição, pelo julgador, da presença da verossimilhança das alegações ou da hipossuficiência do consumidor, a teor do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. (...) (STJ - AgRg no Ag 1247651 / SP - QUARTA TURMA Rel. Ministro RAUL ARAÚJO - DJe 20/10/2010) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. MÚTUO. APLICAÇÃO DO CDC. SÚMULA 297/STJ. A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA FICA A CRITÉRIO DO JUIZ, CONFORME APRECIAÇÃO DOS ASPECTOS DE VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO DO CONSUMIDOR E DE SUA HIPOSSUFICIÊNCIA, CONCEITOS INTRINSECAMENTE LIGADOS AO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS DELINEADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, (...) (STJ - AgRg no Ag 967393 / DF - QUARTA TURMA Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO - DJe 10/09/2010) A verossimilhança diz respeito a situação em que o magistrado, analisando os elementos constantes nos autos, antes de ampla dilação probatória, tem como provável a tese apresentada pelo autor, ou seja, por meio Página 8 de 10 de um juízo de probabilidade inicial, reputa as alegações coerentes. A hipossuficiência vincula-se à impossibilidade ou extrema dificuldade técnica e de conhecimento do consumidor de desincumbir-se da prova necessária para demonstração do fato constitutivo do seu direito. Não se confunde com a idéia de dificuldade econômica, pois os carentes estão protegidos pelo benefício da justiça gratuita (Lei nº 1060/50). Tem ela aplicabilidade quando a prova perseguida pelo consumidor é extremamente difícil, encontrando-se em poder do fornecedor os elementos técnicos, científicos ou contábeis necessários a viabilizar a sua produção. No caso em exame, independentemente da análise da verossimilhança das alegações, não está caracterizada a hipossuficiência técnica do agravante frente ao banco agravado. É que a aferição das ilegalidades apontadas na peça inaugural depende somente do exame da cláusula financeira do contrato e, eventualmente, de perícia contábil. Nesse caminhar, considerando a natureza e a simplicidade da prova a ser produzida, não há que se falar em dificuldade técnica do consumidor em poder demonstrar os fatos constitutivos do seu direito e, conseqüentemente, não há que se reconhecer a sua hipossuficiência. Portanto, não assiste razão ao agravante, também neste tópico. Página 9 de 10 9. Ante o exposto, aplicando a regra do artigo 557, §1º-A, dou parcial provimento ao recurso, somente para autorizar a realização do depósito judicial das prestações que entende devidas, com eficácia liberatória parcial, ou seja, sem descaracterização da mora, mantendo a decisão no que tange às liminares de abstenção de inscrição nos cadastros de inadimplentes e manutenção de posse. 10. Comunique-se ao Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa. 11. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. DES. LAURI CAETANO DA SILVA Relator Página 10 de 10

0013 . Processo/Prot: 0826025-3 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/263003. Comarca: Toledo. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0004576-10.2011.8.16.0170 Revisional. Agravante: Juarez Pereira da Silva. Advogado: Harysson Roberto Tres, Afonso Bueno de Santana, Leodir Ceolon Júnior. Agravado: Bv Financeira S/a. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Vistos, etc... 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Juarez Pereira da Silva, contra a decisão proferida pelo MM. Dr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Toledo, à f. 37 dos autos nº 0004576-10.2011.8.16.0170 de Ação Ordinária de Revisão Contratual c/c Repetição de Indébito, ajuizada em face de BV Financeira S/A, que indeferiu o pedido de gratuidade judiciária, tomando por base o valor da prestação assumida no contrato e o fato do requerente ter constituído advogado nos autos. 2. Irresignado, aduz o agravante, que nos autos há documentos suficientes que justifiquem a concessão da benesse, bem como, que para o deferimento do benefício da assistência judiciária, basta a declaração de que a parte interessada não possui renda suficiente para arcar com as despesas do processo, sem prejuízo de sustento próprio e de sua família. Destarte, requer a reforma da decisão agravada com a concessão do benefício pleiteado. 3. Presentes os requisitos previstos em lei, admito o recurso interposto. 4. No caso em exame devemos ter em mira que a gratuidade judiciária está calcada na premissa de insuficiência de renda para arcar com as despesas do processo, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família. O benefício da justiça gratuita constitui garantia constitucional prevista no artigo 5º, inciso LXXIV e compreende a assistência jurídica integral e gratuita a todos aqueles que não possuem recursos financeiros. Portanto, nesse mister, a Constituição Federal não só recepcionou, como ampliou as diretrizes contidas na Lei nº 1060, de 05.02.1950. Dispõe o artigo 4º do referido diploma legal que a parte que atestar e comprovar sua pobreza e, de ilação, a impossibilidade de suportar o pagamento das custas processuais e honorários de advogado, está isenta desse desiderato. Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: A garantia da CF 5º LXXIV - assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos - não revogou a de assistência judiciária gratuita da L 1060, de 1950, aos necessitados, certo que, para obtenção desta, basta a declaração, feita pelo próprio interessado, de que a sua situação econômica não permite vir a juízo sem prejuízo de sua manutenção ou de sua família. Essa norma infraconstitucional põe-se ademais, dentro do espírito da Constituição, que deseja que seja facilitado o acesso a todos à justiça (CF 5º XXXV)" - (STF, 2ª Turma, RE 205746-1/RS, Rel. Min. Carlos Velloso, DJU 28.02.1997. De acordo com a redação que o legislador conferiu à Lei 1060/50, fazem jus à assistência judiciária os "necessitados", estando aí compreendidas todas as pessoas desprovidas de recursos financeiros para arcar com as custas da demanda e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família (parágrafo único, art. 2º). Portanto, a concessão ou não do benefício está expressamente relacionada à condição financeira do postulante. Todo aquele que pretende obter o benefício deve apresentar a declaração de pobreza e documentos idôneos para fins de comprovar a renda obtida em período anterior. A jurisprudência orienta nesse sentido: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO CONDICIONADA À DEMONSTRAÇÃO DA PROBEZA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE. I - Nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita pode ser condicionada à previa demonstração de necessidade do autor. II - Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EDcl na MEDIDA CAUTELAR Nº5.942- SP 2002/0175841-7, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, julg. 24.05.2005)". "AGRAVO DE INSTRUMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA DETERMINAÇÃO DO JUÍZO PARA JUNTADA DE DOCUMENTOS INICIATIVA DA PROVA DO JUÍZO ART. 130 DO CPC FACULDADE DE INDEFERIR OU REVOGAR O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE ARTIGOS 5º E 8º DA LEI Nº1.060/50- O juiz tem o direito de requisitar os documentos que entender necessários á análise do cabimento, ou não, do beneficio da Assistência Judiciária Gratuita. Ocorre que ao juiz cabe determinar as provas necessárias à instrução do processo (CPC, art. 130), pois, além de ter iniciativa probatória, o magistrado

induvidosamente é o destinatário da prova. Os artigos 5º e 8º da Lei nº 1.060/50 e a jurisprudência dos Tribunais Superiores possibilitam ao juiz o indeferimento ou a revogação da Assistência Judiciária, se tiver fundadas razões para tanto. Em decisão monocrática, negou-se seguimento ao agravo." (TJRS AGI 70006578967 9ª C.Cív. Rel.Des. Adão Sérgio do Nascimento Cassiano J. 18.06.2003 - JCPC. 130 JLAJ.5 JLAJ.8) 5. No presente caso, o MM. Dr. Juiz a quo indeferiu o benefício de plano tomando por base o valor da prestação estabelecida no contrato e o fato do requerente ter contratado advogado. (a) O valor da obrigação assumida pelo contratante é um dos elementos informativos da concessão do benefício da gratuidade judiciária. Todavia, no presente caso não pode ser tomado como elemento suficiente a amparar a decisão. Isto porque, a gratuidade judiciária está ancorada na falta de recursos financeiros do requerente para arcar com as despesas do processo. Assim, diante da falta de elementos suficientes nos autos para decidir a respeito da concessão ou não da gratuidade judiciária, o magistrado deveria ter determinado a intimação da parte para promover a juntada de documento idôneo a respeito da sua real situação financeira. (b) A eventual contratação de advogado para o ajuizamento da ação não é causa para o indeferimento da gratuidade judiciária. Não podemos esquecer que no estado do Paraná, exsurge uma situação especial, pois a administração pública não disponibiliza para a população o serviço gratuito prestado pela Defensoria Pública. Assim, todos aqueles que não dispõe de renda suficiente para arcar com as despesas do processo são obrigados a se valer do trabalho de profissionais do direito para terem acesso à justiça. Por conta desta deficiência no serviço público, a assistência judiciária somente pode ser examinada sob o enfoque financeiro, ou seja, a renda obtida pelo interessado. Não é razoável que tal benefício fique vinculado a contratação de advogado e a gratuidade desses serviços. Pois bem. 6. Quando houver dúvidas por parte do magistrado quanto ao deferimento da benesse, tem ele que conceder prazo para que a parte tenha a chance de provar documentalmente sua necessidade. Em que pese isso não ter sido observado, a parte agravante juntou cópia do seu holerite e do contrato, em sede de embargos e agravo respectivamente. Assim sendo, (a) a cópia do contrato firmado entre o agravante e seu advogado (f. 71/72-TJ) demonstra um contrato de risco, onde ficou acordado que o advogado receberia seus honorários advocatícios somente ao final da demanda e no valor correspondente a 30% sobre o valor auferido (b) a cópia do Holerite demonstra que o agravante aufere renda líquida de R$ 910,00 (f. 66- TJ). Entendo, pelas circunstâncias acima expostas, principalmente pelo fato do agravante obter renda inferior a dois salários mínimos, que o mesmo está enquadrado dentre os "necessitados" - previstos no artigo 2º, parágrafo único da Lei 1.060/50. Com efeito, pelas regras de experiência, entendo que a renda mensal percebida pelo agravante não é suficiente para abarcar as despesas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família. Diante disso, se mostra pertinente o deferimento da benesse da justiça gratuita. Lembro que o pedido de gratuidade judiciária pode ser revisto a qualquer momento pelo magistrado a quo, em caso de existência de prova que indique que a parte interessada não se enquadra dentre os beneficiários, na forma da lei supramencionada. Ante o exposto, verifica-se que a decisão agravada está manifestamente dissonante da jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, razão pela qual, com fulcro no artigo 557, §1º-A do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso, para conceder o benefício da justiça gratuita ao agravante. 7. Comunique-se ao Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Toledo. 8. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. LAURI CAETANO DA SILVA Relator

0014 . Processo/Prot: 0826195-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/268795. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00001414 Consignação em Pagamento. Agravante: Banco Fidis de Investimentos Sa. Advogado: Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira, Marili Daluz Ribeiro Taborda, Denise Regina Ferrarini. Agravado: Dalbosco Transpesados Ltda. Advogado: Davi Chedlovski Pinheiro, Maria Felícia Chedlovski, Lucimara Pereira da Silva. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, etc... 1. Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo - interposto por Banco Fidis de Investimentos S/A em virtude da decisão proferida pelo MM. Dr. Juiz de Direito da 14ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, às f. 85/86 dos autos nº 1414/2009 de Ação Revisional de Contrato bancário movida por Dalbosco Transpesado Ltda, que deferiu as liminares de (i) depósito judicial das prestações incontroversas; e (ii) abstenção de inscrição do nome do agravante nos cadastros de inadimplentes. 2. Inconformado, aduz o agravante, em síntese, que: a) não foram preenchidos os requisitos elencados pelo Superior Tribunal de Justiça para deferimento da liminar de abstenção de inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes; b) o depósito judicial dos valores incontroversos não tem o condão de descaracterizar a mora, razão pela qual a liminar de manutenção de posse não pode ser deferida; c) os depósitos judiciais não estão sendo realizados pelo agravado. Destarte, pugna pela reforma da decisão agravada, com a cassação das liminares deferidas. 3. No presente caso, em que pese o agravante recorrer de questões referentes à manutenção da posse do bem, da análise da decisão agravada, verifico que o MM. Dr. Juiz a quo apenas autorizou a realização dos depósitos judiciais nos valores incontroversos e deferiu a liminar de abstenção de inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, não se manifestando acerca da manutenção de posse. Neste contexto, não podemos esquecer que o agravo de instrumento deve ser analisado nos limites da decisão agravada. É que no agravo de instrumento a insurgência da parte recorrente há que recair necessariamente sobre o tema ou questão incidente contemplado na decisão. Questões não abordadas pela decisão agravada ou ainda não discutidas em primeiro grau de jurisdição não podem ser apreciadas pelo Tribunal em sede de agravo, sob pena de supressão de instância ou ofensa ao duplo grau de jurisdição. Mutatis mutandis, preceitua Moacyr Amaral Santos: "No sistema brasileiro se devolve ao Juízo do recurso o conhecimento das mesmas questões suscitadas e discutidas no juízo a quo. Haverá no Juízo do recurso, um novo pronunciamento, um novo julgamento com base no mesmo material de que se serviu o juiz de primeiro grau. Os argumentos poderão variar, mas com fundamentos nos mesmos fatos deduzidos e nas mesmas provas produzidas no Juízo inferior. Daí segue-se que as questões de fato não propostas no Juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação. A não ser assim, as novas questões de fato seriam apreciadas e decididas com ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição". (Primeiras Linhas, 15ª Ed., Saraiva, 1995, 3º vol., p.115). O agravo de instrumento é um recurso secundum eventum litis, e deve limitar-se ao exame do acerto ou desacerto do que ficou decidido pelo Juiz monocrático, não podendo extrapolar o seu âmbito para matéria estranha ao ato judicial recorrido. APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL C/C TUTELA ANTECIPATÓRIA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - NÃO CONHECIMENTO - QUESTÃO NÃO DISCUTIDA E ANALISADA EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE Página 2 de 6 JURISDIÇÃO - SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA (...) - DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO - POR UNANIMIDADE. (TJPR 17ª CC AC 472835-0 REL. FERNANDO VIDAL DE OLIVEIRA J. EM 14.05.2008) Agravo de instrumento. Invocação de matéria que não foi objeto de análise da decisão agravada. Supressão de instância. Princípio do duplo grau de jurisdição. Exceção de suspeição e impedimento. Matéria não examinada. Recurso não conhecido. (TJPR 16ª CC AI 320.364-1 Rel. Juiz Joatan Marcos de Carvalho j. em 12.07.2006) (...) No recurso de agravo de instrumento, sob pena de insustentável vulneração ao princípio legal do duplo grau de jurisdição, o Tribunal somente pode conhecer e reexaminar a matéria que foi efetivamente decidida pelo Juízo "a quo" na decisão interlocutória impugnada. Não é possível a reunião de processos, em fase recursal, para que sejam conhecidos conjuntamente pelo Tribunal, tendo em vista a inexistência de conexão entre as causas. O simples fato de já ter existido julgamento em primeira instância, afasta a necessidade da reunião dos processos, que é realizada tão somente com o objetivo de impedir decisões conflitantes." (TJPR 15ª CC AI 287.410-2 Rel. Maria Aparecida Blanco de Lima j. em 26.04.2005) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR DEFERIDA. QUESTIONAMENTO DA PRÉVIA CONSTITUIÇÃO EM MORA. OUTROS QUESTIONAMENTOS: DEVOLUÇÃO DO VRG E COBRANÇA DE ENCARGOS E TARIFAS INDEVIDAS. MATÉRIAS QUE EXTRAPOLAM OS LIMITES DA DECISÃO RECORRIDA. (...) 2. O recurso de agravo de instrumento deve ser julgado nos limites da decisão recorrida. Questões não abordadas ou ainda não discutidas em 1º grau de jurisdição não podem ser apreciadas pelo Tribunal, sob pena de supressão de instância ou ofensa ao duplo grau de jurisdição. (TJPR - 17ª C.Cível - EDC 0633868-5/01 - Foro Regional de Pinhais da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 16.12.2009) Em sendo assim, deixo de analisar o recurso no que se refere à manutenção de posse, sob pena de supressão de instância e ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição. Página 3 de 6 4. No mais, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.601.530/RS, fixou orientação no seguinte sentido, no que diz respeito à inscrição dos devedores nos cadastros de inadimplentes: ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. Na hipótese, faz-se presente o primeiro requisito, porquanto propuseram os agravados a Ação Revisional de Cédula de Crédito Bancário, questionando parte do débito, em face da suposta ilegalidade de encargos contratados e cobrados pela instituição financeira, consistentes basicamente capitalização mensal de juros, cumulação de comissão de permanência com outros encargos moratórios, cobrança de tarifas administrativas, IOF e juros remuneratórios elevados. 5. O segundo requisito também se faz presente. Isto porque as principais abusividades alegadas pelo agravado capitalização mensal de juros, cumulação de comissão de permanência com outros encargos moratórios e cobrança de tarifas administrativas estão fundadas em jurisprudência consolidada nos Tribunais Superiores. Com relação à capitalização mensal de juros, é sabido que, em se tratando de cédula de crédito Página 4 de 6 bancário, ela é admitida, deste que expressamente pactuada1. No caso, da análise do instrumento contratual, verifico que não houve a pactuação da capitalização mensal de juros, razão pela qual a sua expurgação está de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. No que tange à cumulação de comissão de permanência com outros encargos moratórios e a cobrança de tarifas administrativas, o Superior Tribunal de Justiça também já decidiu de forma favorável ao autor, conforme julgamentos do REsp nº 1.058.114-RS e AgRg no REsp nº 899.287/RS. 6. Por fim, parece que o requisito "depósito da parcela incontroverso ou prestação de caução" foi satisfatoriamente preenchido. Em razão da cobrança dos encargos ilegais supramencionados, o autor pugnou pelo depósito judicial das prestações restantes no valor incontroverso de R$ 5.943,36. No contrato (f. 66/71-TJ) foi previsto o pagamento de 60 prestações mensais no valor de R$ 6.096,85. Neste contexto, o valor pretendido para depósito é substancial se comparado com o valor das prestações pactuadas, de modo que parece plausível que tal valor tenha sido obtido mediante o expurgo de encargos considerados ilegais pela jurisprudência. Vale ressaltar que a liminar de abstenção de inscrição nos cadastros de inadimplentes está condicionada ao regular depósito judicial das parcelas vencidas, com as devidas correções, e vincendas, nas respectivas datas de seu vencimento. Se, in casu, o devedor não vem regularmente

depositando os valores incontroversos, conforme alegado na inicial do agravo de instrumento, deve a instituição financeira requerer, perante o juízo de primeiro grau, a revogação da referida liminar. 7. Ante o exposto, deixo de conhecer do recurso no que se refere à liminar de manutenção de posse e, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego-lhe seguimento nos demais aspectos. 8. Dê-se baixa nos registros de pendências do julgamento do presente recurso. 9. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. DES. LAURI CAETANO DA SILVA Relator Página 6 de 6 -- 1 STJ no REsp 979.224/RS

0015 . Processo/Prot: 0826303-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/269233. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2011.00000862 Busca e Apreensão. Agravante: Marciel Aparecido de Oliveira. Advogado: Igor Roberto Mattos dos Anjos, Mário Lopes da Silva Netto. Agravado: Bv Financeira Sa. Advogado: Ana Rosa de Lima Lopes Bernardes, André Luiz Cordeiro Zanetti, Sérgio Schulze. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos e etc... 1. Trata-se de Agravo de Instrumento - com pedido de efeito suspensivo - interposto por Marciel Aparecido de Oliveira em virtude da decisão proferida pelo MM. Dr. Juiz da 1ª Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, às f. 61/64 dos autos nº 0014697-51.2010.8.16.0035 de ação com pedido de busca e apreensão, fundada no Decreto Lei nº 911/69, ajuizada por BV Financeira S/A - Crédito Financiamento e Investimento, que deferiu a liminar de busca e apreensão. 2. Inconformado, aduz o agravante, em síntese, que a instituição financeira não comprovou a regular constituição em mora do devedor, pois deixou de juntar aos autos cópia do aviso de recebimento da notificação extrajudicial, razão pela qual o processo deve ser extinto sem julgamento de mérito. Pois bem. 3. Em consulta processual no site www.assejepar.com.br, verifiquei que no presente caso, o MM. Dr. Juiz a quo proferiu sentença extinguindo o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sendo assim, resta prejudicada a análise do presente recurso, diante da perda superveniente de seu objeto, ensejada pela sentença que extinguiu o processo. A propósito, colaciono: AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA, JULGANDO EXTINTO O FEITO - ESVAZIAMENTO DO CONTEÚDO RECURSAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO PREJUDICADO ANTE A PERDA SUPERVENIENTE DE SEU OBJETO - RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO ARTIGO 557, "CAPUT", CPC. (TJ/PR - AI - 0692344-4 - 18ª Câmara Cível - Decisão Monocrática Rel. Fabian Schweitzer - 24/08/2010) AGRAVO DE INSTRUMENTO. FEITO SENTENCIADO. PERDA DO OBJETO. EXTINÇÃO. RECURSO PREJUDICADO. (TJ/PR AI - 0671864-1 - 6ª Câmara Cível - Decisão Monocrática Rel. Ana Lúcia Lourenço - 23/08/2010) Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso, vez que prejudicado em razão da perda do objeto. 4. Dê-se baixa nos registros de pendência de julgamento do presente recurso. 5. Intime-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. LAURI CAETANO DA SILVA Relator Página 2 de 2

0016 . Processo/Prot: 0827355-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/267953. Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0012648-57.2011.8.16.0017 Revisional. Agravante: Bv Financeira S/a - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Marina Blaskovski. Agravado: Samuel Alexandre Suguiura. Advogado: Gustavo Santos de Oliveira Valdovino. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, etc... 1. Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo - interposto por BV Financeira S/A - Crédito Financiamento e Investimento em virtude da decisão proferida pelo MM. Dr. Juiz da 7ª Vara Cível da Comarca de Maringá, às f. 109/110-TJ dos autos nº 12648-57.2011.8.16.0017 (PROJUDI), de Ação Revisional de Contrato, ajuizada por Samuel Alexandre Suguiura, que deferiu os pedidos liminares de (i) depósito judicial do valor incontroverso; (ii) abstenção de inscrição nos cadastros de inadimplentes, sob pena de multa no valor de R $ 3.000,00, por inscrição indevida; e (iii) manutenção de posse. 2. Inconformado, aduz o agravante, em síntese, que: a) o valor proposto para ser depositado como sendo incontroverso do débito, não representa efetivamente o valor devido; b) é lícita a capitalização de juros na cédula de crédito bancário em questão, vez que expressamente pactuada; c) o agravado não provou a efetiva existência de ilegalidades no contrato, de forma que não está presente a verossimilhança das alegações; d) também não está presente o dano irreparável ou de difícil reparação; e) não se verifica, no caso, o preenchimento dos requisitos elencados pelo Superior Tribunal de Justiça para deferimento da liminar de abstenção de inscrição nos cadastros de inadimplentes; f) o deferimento da liminar de manutenção de posse impede o direito de ação constitucionalmente garantido ao agravante; g) a multa arbitrada é abusiva; h) o depósito das prestações em valor inferior ao pactuado é efetuado por conta e risco do devedor, não elidindo a sua mora. Destarte, pugna pela reforma da decisão agravada, a fim de que sejam cassadas as liminares concedidas pelo magistrado a quo. 3. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.061.530-RS, representativo da controvérsia relativa aos contratos bancários, o qual serve como parâmetro para o deslinde das causas fundadas em idêntica questão de direito, fixou orientação relativa a mora contratual no seguinte sentido: ORIENTAÇÃO 2 -CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. De tal entendimento extrai-se que a única hipótese hábil a afastar a mora contratual do devedor, por meio de depósito judicial das prestações no valor incontroverso, estando as prestações vencidas quitadas, ocorre se ele demonstrar inequivocamente, à luz do entendimento do STJ ou do STF, que há cobrança de encargos indevidos no período da normalidade contratual, realizando os depósitos das prestações em juízo, expurgados exclusivamente os valores pagos em virtude de tais ilegalidades inequívocas. Isso porque, se o devedor depositar a prestação em valor parcial, sem demonstrar a abusividade em relação aos valores não depositados ou sem demonstrar que o valor incontroverso representa a simples diferença entre o valor contratado e os valores cobrados abusivamente, invariavelmente haverão valores devidos em aberto, culminando Página 2 de 8 na existência de mora contratual no tocante aos valores correspondentes a parte da prestação não depositada. Neste contexto, anoto que não se pode, fazendo uma leitura literal da aludida orientação, entender que o simples reconhecimento de encargos abusivos no período na normalidade contratual afasta a mora contratual do devedor. Se assim se fizesse, estaria aberto o caminho para que qualquer pessoa firmasse contrato com garantia fiduciária com determinada instituição financeira e, sem adimplir nenhuma prestação contratual, viesse a alegar a existência de ilegalidade no contrato (muitas vezes com reflexos econômicos ínfimos, tais como TAC e TEC) para ter reconhecida a descaracterização de sua mora, justificando a utilização do bem mesmo sem o pagamento de qualquer prestação, e obstando a retomada do bem. 3.1 No caso em liça, acusa o agravado, na exordial, a existência de ilegalidades no contrato cédula de crédito bancário celebrada entre as partes, especialmente com relação à capitalização mensal de juros, cobrança de tarifas administrativas e cumulação de comissão de permanência com outros encargos moratórios, de modo que pretendeu depositar em juízo as prestações restantes no valor 1 incontroverso de R$ 411,79 . No contrato (f. 42/43-TJ) foi previsto o pagamento de 48 prestações mensais no valor de R$ 488,03. No entanto, da análise dos documentos juntados aos autos, constata-se que o valor pretendido para depósito foi obtido mediante o expurgo da capitalização de juros do valor da prestação ajustada. Contudo, o expurgo da capitalização, neste particular, não está de acordo com o entendimento dominante dos Tribunais Superiores. De fato, não se mostra verossímil a existência de ilegalidade pela capitalização de juros, pois foi prevista na cláusula 14 do instrumento contratual e, tratando-se de cédula de crédito bancário, o entendimento é que a capitalização é permitida, desde que expressamente pactuada2. Destarte, não há como considerar que os depósitos nos valores pretendidos sejam suficientes para afastar a mora contratual. 4. O raciocínio utilizado para verificar se os depósitos teriam o condão de afastar a mora, influencia diretamente na apreciação do pedido de manutenção de posse do bem nas mãos do agravado, durante o trâmite da ação revisional. De fato, conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, o ponto central a ser analisado para apreciação do pleito de manutenção do devedor na posse do bem, nos contratos de arrendamento mercantil e nos contratos garantidos por alienação fiduciária, é perquirir se está configurada a mora contratual do devedor. Isso porque, uma vez caracterizada a mora contratual, descabe a manutenção na posse do bem. Por outro lado, caso a mora não esteja caracterizada, é possível a concessão da medida de manutenção de posse. Inclusive, tal entendimento foi confirmado também no julgamento do REsp 1.061.530-RS (Sistema de Julgamento de Casos Repetitivos). Confira-se: "8. Manutenção na posse A questão relativa a manutenção na posse relaciona-se diretamente com aquilo que restou decidido quanto à configuração da mora. Como consolidado na Súmula 72/STJ, "a comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente". Confira-se, ainda, nesse sentido: AgRg no REsp 400.227/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 28/02/2005; AgRg no REsp 1.005.202/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti DJe 07/05/2008. Logo, afastada a mora da recorrida, não há como ser acolhido o pleito da instituição financeira de afastar a recorrida da posse do bem alienado fiduciariamente." Destarte, tendo em mira que os depósitos judiciais das prestações no valor incontroverso não terão o condão de afastar a mora contratual, não há plausibilidade a ensejar o deferimento da manutenção do agravado na posse do bem, razão pela qual merece guarida a insurgência do banco agravante neste ponto. 5. Por oportuno, com relação ao tema, destaco que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta no sentido de que não é possível deferir liminar incidental para manter o devedor na posse do bem em sede de ação revisional. Em primeiro lugar porque impede o acesso à Justiça por parte do credor fiduciário, na medida em que na ação de busca e apreensão, com fundamento no Decreto-lei 911/69, o deferimento da liminar é obrigatório estando presentes os requisitos do pedido: inadimplemento e constituição em mora. Não é razoável e projeta insegurança jurídica conceder liminar nesse sentido na ação revisional e deferir liminar em ação de busca e apreensão. Por conta desse Página 5 de 8 raciocínio é que a Corte Superior apresenta o seguinte entendimento: " O ajuizamento da ação revisional não impede o ajuizamento da ação de busca e apreensão pelo credor, sendo certo que, por ocasião desta, em que efetivamente haverá risco de perdimento da posse dos bens alienados fiduciariamente, e, portanto, o próprio interesse de agir (no caso, de excepcionar), é que o agravante poderá engendrar a tese de indispensabilidade dos bens para o desenvolvimento de sua atividade. II Recurso improvido" (AgRg no Ag 1110209/PR, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, 3ª Turma, j. 05.05.2009, Dje 19.05.2009). 6. Seguindo a linha de raciocínio utilizada na análise da mora contratual, o Superior Tribunal de Justiça, também no julgamento do REsp 1.061.530-RS, fixou orientação no seguinte sentido, a respeito da inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes: ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo.

Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. No particular, como visto, o requisito "depósito da parcela incontroversa" não foi satisfatoriamente preenchido, pois não se vislumbra que o valor incontroverso Página 6 de 8 que o agravado pretende depositar foi obtido expurgando abusividades inequívocas, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais e, portanto, não se presta a afastar sua mora contratual. Dessa forma, ausente um dos requisitos, descabe a concessão da medida de retirada do nome do agravado dos cadastros de inadimplentes, pelo que também há que se reformar a decisão agravada neste aspecto. 7. Por fim, com relação aos depósitos judiciais no valor incontroverso das prestações, vale dizer que não há óbice para a sua autorização, contudo sem elidir a mora do agravado. Neste sentido: (...) - No tocante à possibilidade de depósito dos valores tidos como incontroversos, não há impedimento para que se autorize a sua realização. (AgRg no REsp 992182 / RS STJ - TERCEIRA TURMA Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI j. 06/05/2008) Vale registrar que não é inócuo o depósito judicial de valores sem o afastamento da mora, vez que se presta a liberar parcialmente o devedor do saldo devedor contratado. (...) IV. Detém o valor depositado em juízo eficácia liberatória parcial, podendo ser futuramente complementado, tão logo realizados os cálculos e apurado o real montante do débito, na esteira da jurisprudência da 4ª Turma, aplicando o disposto no art. 899, do CPC. (AgRg no REsp 1025842 / RS STJ - QUARTA TURMA Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR j. 15/05/2008) Página 7 de 8 (...) 3. Em ação revisional de contrato de financiamento, cabível o deferimento de tutela antecipada para o fim de ser efetuado o pagamento do valor que se entende devido, enquanto se discute judicialmente cláusulas contratuais, contudo, a mora estará elidida apenas até o limite do valor efetivamente depositado e, quanto a eventual saldo remanescente a mora correrá por conta e risco da devedora, no caso, autora da ação revisional.(...) (TJPR - 16ª C.Cível - AI 0378289-0 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Shiroshi Yendo - Unanime - J. 17.01.2007) 8. Tendo em vista a modificação da decisão, a fim de possibilitar o credor a inscrever o nome do devedor nos cadastros restritivos de crédito, tornou-se sem efeito a aplicação da multa, razão pela qual deixo de analisar tal pedido. Diante o exposto, aplicando a regra do artigo 557, §1º-A, dou parcial provimento ao recurso, para cassar as liminares de manutenção de posse e abstenção de inscrição nos cadastros de inadimplentes, mantendo-se a decisão agravada no que tange ao depósito judicial das prestações que entende devidos, com eficácia liberatória parcial, ou seja, sem descaracterização da mora. 9. Comunique-se ao Juízo da 7ª Vara Cível da Comarca de Maringá. 10. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. DES. LAURI CAETANO DA SILVA Relator Página 8 de 8 -- 1 À época do ajuizamento da ação revisional, encontravam-se duas parcelas em atraso, razão pela qual pugnou pelo deferimento do depósito no valor de R$ 823,58. Página 3 de 8 -- 2 TJPR - 17ª C.Cível - AC 0644183-4 - Maringá - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 03.03.2010

0017 . Processo/Prot: 0827392-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/246434. Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0005431-70.2010.8.16.0025 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Itauleasing S.a.. Advogado: Milken Jacqueline Cenerini Jacomini. Agravado: Pedro Vichinesky Santos. Advogado: Michelle Schuster Neumann, Verônica Dias, Ana Paula Scheller de Moura. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Lauri Caetano da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos e etc. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Banco Itauleasing S/A, em virtude da decisão proferida pelo MM. Dr. Juiz da Vara Cível e Anexos do Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, às f. 127/128 dos autos nº 5431-70.2010.8.16.0025, de Ação Revisional de Contrato, ajuizada por Pedro Vichineski Santos, que deferiu, mediante o depósito integral das prestações, o pedido liminar de manutenção de posse. 2. Inconformado, aduz o agravante, em síntese, que, no caso, estão ausentes os requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil para deferimento das liminares pleiteadas, razão pela qual a decisão agravada deve ser reformada a fim de revogar as liminares deferidas. 3. No presente caso há que se destacar que a juntada das peças obrigatórias, como também daquelas úteis à exata cognição da matéria, é atribuição do agravante e deve ser cumprida por ocasião da interposição do recurso. Não se admite a juntada das peças eventualmente faltantes após a sua protocolização, ressalvada unicamente a hipótese de justo impedimento. Como corolário, faltando ao instrumento peça obrigatória ou necessária ao exame da controvérsia, o Tribunal não pode mais converter o julgamento em diligência para que a parte recorrente possa suprir aquela deficiência ou melhor instruir o agravo, como antes previa a redação revogada do artigo 557 do Código de Processo Civil, tornando impossível dar-lhe seguimento. Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: (...) II - "O art. 525, I, e II, do CPC, trata de peças obrigatórias e facultativas, respectivamente, sendo ônus do agravante formar o instrumento com ambos os tipos a fim de oferecer ao julgador a exata dimensão da controvérsia, sob pena de o recurso não ser conhecido por irregularidade formal." (REsp 1107016/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/06/2009). (STJ - REsp 752624 / PR - TERCEIRA TURMA Rel. Ministro SIDNEI BENETI - DJe 23/11/2009) 4. As peças obrigatórias estão elencadas no artigo 525, inciso I do Código de Processo Civil. Dentre elas, está a cópia da certidão de intimação da decisão agravada. Confira-se: Art. 525 A petição de agravo de instrumento será instruída: I obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado; (...) 5. Neste particular, observa-se que o agravante, embora tenha procedido a juntada da certidão de intimação às f. 140-TJ, a data de publicação da decisão, bem como a data de início do prazo recursal, encontram-se ilegíveis, não havendo como se aferir a tempestividade do presente agravo de instrumento requisito indispensável à admissibilidade dos recursos. Página 2 de 5 Assim, considerando que (i) a tempestividade do presente recurso não é evidente (decisão exarada em 29.06.2011 e recurso interposto somente em 13.07.2011); e que (ii) não foi apresentada qualquer documentação idônea que desse conta da "data em que o agravante foi intimado da decisão ora recorrida", resta inviável o seu conhecimento, devendo este Relator, a rigor do artigo 557 do Código de Processo Civil, negar-lhe seguimento. A corroborar o entendimento, anoto: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 525, I, DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. JUNTADA POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. 1. A falta de juntada de cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido - peça indispensável à formação do instrumento constitui vício insanável, apto a ensejar o não conhecimento do recurso. Hipótese em que se apresenta incabível a abertura de prazo à parte agravante para suprir eventual irregularidade. 2. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no Ag 1162662 / DF - SEGUNDA TURMA - Ministro CASTRO MEIRA - DJe 19/11/2009) AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO. TEMPESTIVIDADE AFERIDA POR OUTROS DOCUMENTOS. DECLARAÇÃO DOS CORREIOS. FÉ- PÚBLICA. CONHECIMENTO DE OFÍCIO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL EMITIDA POR CARTÓRIO LOCALIZADO EM COMARCA DIVERSA DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE. AUSÊNCIA DE PRÉVIA CONSTITUIÇÃO EM MORA. RECURSO NEGADO. 1. Incumbe ao agravante instruir o agravo de instrumento, obrigatoriamente, com as peças relacionadas no art. 525, I, CPC. Todavia, em homenagem à instrumentalidade, a certidão de intimação da decisão pode ser dispensada, quando evidenciada, por outros meios, a tempestividade do recurso. (...). (TJPR - 17ª C.Cível - A 0736787-9/01 - Ponta Grossa - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge - Unânime - J. 26.01.2011) Página 3 de 5 Agravo interno. Artigo 557, § 1º, CPC. Decisão monocrática negando seguimento ao agravo de instrumento. Certidão ilegível constando a data em que a intimação ficou aperfeiçoada, a partir da qual passou a correr o prazo para recurso. Admissibilidade. Impossibilidade de suprimento posterior. 1. A falta de certidão ou fotocópia legível que fique demonstrada a tempestividade do recurso, autoriza o relator a negar seguimento ao recurso, ante a carência de pressuposto de admissibilidade formal. 2. É ônus do recorrente a correta instrução da petição do agravo de instrumento, não cabendo oportunizar prazo para, após ajuizado, ser complementado com apresentação de peças obrigatórias (art. 525, I, do CPC). Recurso não provido. (TJPR - 15ª C.Cível - AR 0609191-4/01 - Londrina - Rel.: Des. Hamilton Mussi Correa - Unânime - J. 09.09.2009) AGRAVO - DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, CAPUT, DO CPC - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO - DOCUMENTO ILEGÍVEL - PEÇA INDISPENSÁVEL - DECISÃO CONFIRMADA - INEXISTÊNCIA DE RAZÕES QUE JUSTIFIQUEM A REFORMA DA DECISÃO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Conforme dispõe o artigo 525 do Código de Processo Civil é notório que o agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias ao exato conhecimento das questões. No caso "sub judice" a certidão de intimação da decisão agravada colacionada aos autos encontra-se ilegível, motivo porque acarretou o não conhecimento do recurso, por instrução deficiente. 2. Ao relator não cabe converter o julgamento em diligência para facultar a complementação do instrumento à parte, tendo em vista que é dever dela instruí-lo no momento de sua interposição. 3. Compete de ofício ao relator o exame da admissibilidade recursal (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal, tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) e, por se tratar de matéria de ordem pública pode o mesmo negar seguimento ao recurso. 4. Deve ser mantida, em sede de agravo interno, a r. decisão que negou seguimento ao recurso de agravo de instrumento, deficientemente formado, diante da inobservância dos requisitos formais e impossibilidade de verificação da tempestividade do recurso. (TJPR - 3ª C.Cível - A 0507647-1/01 - União da Vitória - Rel.: Des. Paulo Roberto Vasconcelos - Unânime - J. 29.07.2008) 6. Mesmo que assim não fosse, o contrato firmado entre as partes e juntado aos autos às f. 57/62-TJ, também se encontra ilegível, o que impede o conhecimento do Página 4 de 5 recurso, vez que se trata de peça essencial, nos termos do artigo 525, inciso II, do Código de Processo Civil, conforme entendimento já pacificado nesta 17ª Câmara Cível1. Posto isso, nego seguimento ao recurso. 7. Dê-se baixa nos registros de pendências do julgamento do presente recurso. 8. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. DES. LAURI CAETANO DA SILVA Relator -- 1 Neste sentido: AI nº 772.786-8 e AI nº 774.015-2, Rel. Des. Lauri Caetano da Silva.

0018 . Processo/Prot: 0827634-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/262798. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0019112-85.2011.8.16.0021 Ordinária. Agravante: Olete Nunes Machado. Advogado: Harysson Roberto Tres, Afonso Bueno de Santana, Leodir Ceolon Júnior. Agravado: Bv Financeira S/a. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Stewalt Camargo Filho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL PEDIDO DE BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA REGRA GERAL AFASTADA INDEFERIMENTO PELO MAGISTRADO A QUO EXAME DO CASO CONCRETO MOTORISTA SITUAÇÃO FINANCEIRA NÃO INFORMADA DOCUMENTALMENTE VALOR ELEVADO DA PARCELA PREJUDICADA A VERIFICAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA POSSIBILIDADE DO JUIZ INDEFERIR O PEDIDO COM BASE EM OUTROS ELEMENTOS DOS AUTOS INTELIGÊNCIA RESTRITA DA LEI Nº. 1.060/50 PRECEDENTE DA CÂMARA DECISÃO A QUO MANTIDA RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR (ART. 557, CAPUT, CPC). VISTOS... 1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto por OLETE NUNES MACHADO, em face de decisão interlocutória proferida às fls. 56-TJ, nos autos de Ação de Revisão Contratual, sob nº. 796/2011, que não concedeu os benefícios da assistência judiciária gratuita, determinando o recolhimento das custas iniciais. Inconformado, o autor apresenta

recurso de agravo de instrumento, alegando, em síntese, que para usufruir dos benefícios da justiça gratuita basta a mera afirmação da parte de que não está em condições de pagar as custas do processo e honorários de advogado sem o prejuízo próprio ou de sua família. Ao final, pugna pelo provimento integral do recurso. É, no essencial, o relatório. DECIDO. 2. De plano, nego seguimento ao recurso, na forma do art. 557, caput, do Código de Processo Civil, vez que o inconformismo está manifestamente em confronto com a jurisprudência dominante nesta Corte. A matéria em análise tem sido debatida pelo Tribunal de Justiça do Paraná, bem como nas Cortes Superiores, concluindo-se que o deferimento do pedido de assistência judiciária tem sido examinado, caso a caso, pelos Magistrados e, estes, podem ou não concedê-lo. Nesse sentido, tem entendido a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme trecho do julgado da relatoria do eminente Juiz ROGÉRIO RIBAS: (...) 2. Prevalece nos Tribunais o entendimento (atual) de que, para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita se faz necessário analisar caso a caso, não bastando a simples declaração de carência econômica trazida pela parte, se outros elementos dos autos apontam em sentido contrário. 3. Em vez de reclamar, cabe à parte trazer esclarecimentos objetivos (fazer prova) da sua situação econômica real e atual, para que o Juiz então possa analisar e se for o caso deferir o benefício pretendido.1 No mesmo sentido, é a decisão de lavra do eminente Des. FERNANDO VIDAL DE OLIVEIRA: AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO ORDINÁRIA DE DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS A MAIOR - PEDIDO DE DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA INDEFERIMENTO PELO MAGISTRADO A QUO INSURGÊNCIA DO AGRAVANTE EXAME DO CASO CONCRETO INDEFERIMENTO MANTIDO. RECURSO 2 DESPROVIDO POR UNANIMIDADE. (destaquei) Não destoa a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Merece destaque o aresto do eminente Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. JUSTIÇA GRATUITA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE MISERABILIDADE. (...). RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. (...) 2. Tal direito, todavia, não é absoluto, uma vez que a declaração de pobreza implica simples presunção juris tantum, suscetível de ser elidida pelo magistrado se tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (...). Ademais, ainda que alegue ser o único provedor da família, sequer fez prova das despesas mensais que lhe comprometem o salário, a fim de constatar de fato que as custas processuais estariam a comprometer os subsídios familiares. Não obstante a parte afirmar ter adquirido um financiamento de um veiculo automotor, com parcelas no valor de R$ 939,33 (novecentos e trinta e nove reais e trinta e três centavos). Outrossim, não consta dos documentos carreados a renda auferida mensalmente do agravante. O legislador, ao prever o benefício da gratuidade, teve como destinatário da norma aquele que, baldo de riquezas que o ampare, fica sujeito à proteção do Estado para ter acesso ao devido processo legal. Repisa-se, como aludido acima, que o agravante deixou de comprovar sua situação de dificuldade financeira, portanto, não cabendo a ele ser agasalhado pela assistência judiciária gratuita. Salienta-se que meras alegações, desprovidas de elementos comprobatórios mínimos, não servem para o convencimento do Magistrado e deferimento imediato do pleito, de modo que, no particular, o agravante não pode ser considerado pobre na acepção jurídica do texto legal, como já frisado acima. Ademais, a presunção de pobreza não é absoluta, podendo existir elementos que constituam fundadas razões para se concluir que a parte pode arcar com as despesas, conforme estabelece o artigo 5º da Lei 1.060, in verbis: "Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas". Por derradeiro, caberia a agravante comprovar documentalmente a sua situação financeira. 3. Nestas condições com fulcro no art. 557, caput do CPC, nego seguimento ao recurso interposto, mantendo íntegro o despacho interlocutório atacado. 4. Publique-se e Intime-se. 5. Dê-se ciência ao Juízo a quo. 6. Oportunamente, efetivadas as anotações necessárias, encaminhe-se para arquivamento. Curitiba, 16 de setembro de 2011. FABIAN SCHWEITZER Relator -- 1 TJPR. Ag. Reg. Cível nº 467.802-8/01. Rel. Des. Rogério Ribas, DJ. 07.03.2008. -- 2 TJPR. AI nº 483.000-4. Rel. Des. Fernando Vidal de Oliveira. DJ. 21.11.08.

0019 . Processo/Prot: 0828742-7 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/254955. Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0010962-30.2011.8.16.0017 Revisional. Agravante: Adriano Gibim. Advogado: Carla Andrea Morselli de Almeida. Agravado: Bv Financeira S/a Crédito, Financiamento e Investimento. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Segue decisão. Em 23.09.2011.
DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO CUMULADA COM CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. AUSÊNCIA DA CÓPIA DO CONTRATO. IMPEDIMENTO/EXCLUSÃO DO NOME DOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS NO ARTIGO 273, DO CPC. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. Vistos etc, O autor, ADRIANO GIBIM, interpôs recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão (fls. 58/59 TJ), que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, através do qual pretendia a autorização para efetuar o depósito do valor incontroverso e a determinação para abstenção/retirada do seu nome dos cadastros restritivos de crédito, nos autos da Ação de Revisão de Contrato cumulada com Consignação em Pagamento. Em suas razões (fls. 04/30 TJ), afirmou que seu nome não deve ser inscrito nos cadastros restritivos de crédito, uma vez que forma preenchidos os requisitos exigidos pela jurisprudência do STJ. Aduziu que há cobrança abusiva de juros capitalizados. Ao final, pleiteou a concessão do efeito suspensivo ao recurso, bem como a reforma da decisão agravada. Relatei, em síntese. II Prevê o art. 557, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. É certo que, atualmente, a simples discussão judicial da dívida não é suficiente para obstar a inclusão/manutenção do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, sendo necessário o preenchimento, concomitante, de outros dois requisitos: a) demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; e b) depósito do valor incontroverso ou prestação de caução idônea. Aliás, em recente decisão, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o REsp nº 1.061.530/RS, afeto a seu julgamento, em virtude da multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, na forma do que prevê o art. 543-C do CPC, assim decidiu, acerca dos cadastros de inadimplência: "A proibição da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) houver ação fundada na existência integral ou parcial do débito; ii) ficar demonstrado que a alegação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) for depositada a parcela incontroversa ou prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz". (Relatora Ministra Nancy Andrighi, j. 22.10.08). Constata-se que se faz presente o primeiro requisito, porquanto propôs o Agravante a Ação de Revisão de Contrato cumulada com Consignação em Pagamento (fls. 33/56 TJ), questionando parte do débito, em face da ilegalidade de encargos contratados e cobrados pela instituição financeira, basicamente: juros capitalizados; taxa de abertura de crédito; IOF; taxa de registro de contrato; taxa de avaliação do bem e comissão de permanência cumulada com multa contratual. De outro lado, observa-se que o Agravante não juntou a cópia do contrato, que pretende revisar, por conseguinte, não há como se saber se a capitalização mensal de juros, admitida nos contratos bancários, celebrados a partir da Medida Provisória nº 1.963-17/2.000, restou pactuada, consoante jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça; tampouco a cobrança das taxas administrativas. "Por força do art. 5.º da MP 2.170-36, é possível a capitalização mensal dos juros nas operações realizadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que pactuada nos contratos bancários celebrados após 31 de março de 2000, data da publicação da primeira medida provisória com previsão dessa cláusula (art. 5.º da MP 1.963/2000). Precedentes. É admitida a incidência da comissão de permanência, após o vencimento do débito, desde que pactuada e não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros moratórios, e/ou multa contratual. Precedentes". (AgRg no REsp nº 907.214/MS, Terceira Turma, Relatora Ministra Nancy Andrighi, j. 14.10.08) Destarte, não ficando demonstrado que a contestação da cobrança indevida de juros se funda na aparência do bom direito, mostra-se ausente o segundo requisito, pelo que o valor incontroverso, ao menos por ora, deve corresponder ao valor da parcela contratada. Em face do exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso, por ser manifestamente improcedente. Intime-se Curitiba (PR), 23 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0020 . Processo/Prot: 0829236-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/265124. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0007969-57.2011.8.16.0035 Busca e Apreensão. Agravante: Bernadete de Lourdes Silva. Advogado: Marcio Andrei Gomes da Silva. Agravado: Bv Financeira S.a - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Silvana Tormem, Norberto Targino da Silva. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Segue decisão. Em 23.09.2011.
Vistos etc, A ré, BERNADETE DE LOURDES SILVA, interpôs recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão (fls. 58/59 TJ), que deferiu, liminarmente, o pedido de busca e apreensão, nos autos n.º 1.373/2011, da Ação de Busca e Apreensão. Em suas razões (fls. 03/12 TJ), afirmou que não foi devidamente constituída em mora, uma vez que a notificação foi registrada por cartório do foro extrajudicial do município de Joaquim Gomes, no Estado do Alagoas, ofendendo o princípio da territorialidade. Aduziu que há lesão ao disposto na Súmula 72, do STJ, devendo ser mantida na posse do bem. Asseverou que o veículo é indispensável para desenvolver sua atividade laboral, que consiste em entregas à empresa Balarotti Com. e Material de Construção Ltda. Ao final, pleiteou a concessão do efeito suspensivo ao recurso, bem como a reforma da decisão agravada, concedendo-se a assistência judiciária gratuita recursal. Relatei, em síntese. II - Prevê o art. 557, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. A propósito, o artigo 525 do Código de Processo Civil determina as peças obrigatórias, no inciso I, que deverão instruir o recurso de Agravo de Instrumento: "A petição de agravo de instrumento será instruída: I obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado; (...)" Portanto, são essenciais para o deslinde da demanda, no caso concreto, de modo que, a ausência dessas peças impede a análise do recurso. Acerca da matéria, há decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, in verbis: AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEÇAS OBRIGATÓRIAS E ESSENCIAIS - FALTA DE JUNTADA - ARTIGO 525, INCISOS I E II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - RECURSO NÃO PROVIDO. É cediço que na sistemática atual é dever da parte apresentar as peças obrigatórias bem como as tidas por essenciais a compreensão de toda a matéria objeto de exame no agravo de instrumento, quando de sua formação. (TJPR - 12ª C.Cível - AR 0570204-9/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Marcos S. Galliano Daros - Unanime - J. 22.04.2009) Na hipótese, o Agravante deixou de instruir adequadamente o recurso, tendo em conta que deixou de juntar cópia da certidão de intimação da decisão agravada. Quer dizer, não há informação acerca da data do cumprimento do mandado de busca e apreensão, intimação e citação, motivo

pelo qual não se pode saber o dia do início do prazo para a interposição do recurso de Agravo de Instrumento. Ressalte-se que, diante da ausência da certidão, não há como verificar a tempestividade, ou não, do recurso, diante das peças disponíveis nos autos, sendo certo que o ato ocorreu entre o dia 05.07.2011 (data da retirada do mandado) e o dia 25.07.2011 (data da contestação). Ademais, não é admissível a realização de diligência, a fim de determinar a juntada das peças. Neste sentido, ensina Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery (Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. Revista dos Tribunais. São Paulo, p. 767): "Se o instrumento faltar peça essencial, o tribunal não mais poderá converter o julgamento em diligência para completá-lo. Na hipótese de não se poder extrair perfeita compreensão do caso concreto, pela falha na documentação constante do instrumento, o tribunal deverá incidir em desfavor do agravante (...)." Neste mesmo sentido, há decisão do Superior Tribunal de Justiça, vejamos: "PROCESSUAL CIVIL. APONTADA OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. FORMAÇÃO DEFICIENTE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL, MAS NÃO OBRIGATÓRIA, PARA A SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 525, I E II, DO CPC. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. DESCABIMENTO. (...)" (REsp 1078436/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/2008, DJ2e 23/10/008). Assim, diante da ausência de peças essenciais à análise do recurso, nos termos do artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil, resta inviabilizado o exame do Agravo de Instrumento, de forma que não deve ser conhecido. III - Em face do exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso, por ser inadmissível. Curitiba (PR), 23 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0021 . Processo/Prot: 0830113-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/243912. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00001232 Busca e Apreensão. Agravante: Banco Finasa S/a. Advogado: Fabiana Silveira, Karine Simone Pofahl Weber. Agravado: Clodoaldo Mello Rosa. Advogado: Maria da Graça da Costa Dias. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Mário Helton Jorge. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios Segue decisão. Em 23.09.2011.

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA. COMPETÊNCIA DECLINADA DE OFÍCIO EM FAVOR DO FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR (FLORIANÓPOLIS-SC). IMPOSSIBILIDADE, NO CASO. CONVENIÊNCIA DO RÉU NÃO CONSIDERADA. AUSÊNCIA DE QUALQUER PEDIDO EM CONTESTAÇÃO, OCASIÃO EM QUE SE PEDIU A REUNIÃO DA AÇÃO COM AÇÃO REVISIONAL EM TRÂMITE EM LOCAL DIVERSO (PORTO ALEGRE-RS). HIPÓTESE EM QUE, ADEMAIS, HOUVE ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO NO DECORRER DO CONTRATO, SEM COMUNICAÇÃO AO CREDOR, QUE AJUIZOU A AÇÃO NO FORO INDICADO PELO PRÓPRIO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA, AINDA, DE QUALQUER EVIDÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA. RECURSO PROVIDO (CPC, ART. 557, §1º-A). Vistos etc. I O Autor, BANCO FINASA /SA, interpôs recurso de agravo de instrumento contra a decisão (fl. 13- TJ), que, de ofício, declinou da competência para o processamento da Ação de Busca e Apreensão para o foro do atual domicílio do réu, CLODOALDO MELLO ROSA. Em suas razões (fls. 02/11), afirmou que a ação foi ajuizada na comarca em que o agravado indicou no contrato como sendo a do seu domicílio, não sendo razoável que a competência seja declinada se há mudança no curso da ação, como ocorreu, ainda mais por adiar "o julgamento de um feito que já reúne todos os requisitos necessários para a imediata prolação de sentença". Defendeu a validade das disposições contratuais, salientando que não houve ofensa às disposições do CDC, não se podendo equiparar o agravado ao consumidor vulnerável que a lei visou proteger. Disse que se trata de incompetência relativa, sendo vedado ao juiz pronunciar-se de ofício a respeito. Pediu a concessão de efeito suspensivo, bem como, o provimento do recurso, com a reforma da decisão agravada. Relatei, em síntese. II Prevê o art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, a possibilidade de o relator dar provimento ao recurso, quando a decisão recorrida estiver em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. O parágrafo único, do art. 112, do CPC, preconiza, in verbis: "A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu". Além disso, já se pacificou a jurisprudência no sentido de que, em se tratando de relação de consumo, a competência deixa de ser relativa, devendo ser tratada à luz das regras aplicáveis à absoluta. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRIMEIRA FASE. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. CONSUMIDOR COM DOMICÍLIO FORA DA COMARCA. ENDEREÇO SONEGADO NA PETIÇÃO INICIAL. OFENSA AO ART. 282, II DO CPC. MÁ-FÉ PRESENTE. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. NULIDADE DO PROCESSO. 01. "Tratando-se de relação de consumo, a competência é absoluta, podendo ser declinada de ofício." - Precedente STJ. 02. Deixando a parte de atender o art. 282, II do CPC com o propósito de confundir o juiz, age de modo temerário incorrendo nas penas por litigância de má-fé. Apelação Cível prejudicada. Nulidade processual declarada de ofício. Aplicada multa por litigância de má-fé" (TJPR Apelação Cível nº 0758287-8 16ª CC, Rel. Des. Paulo C. Bellio, j. em 20.07.2011). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - JUIZ "A QUO" QUE DETERMINA, POR PREVENÇÃO, A REMESSA DOS AUTOS À COMARCA DO DOMICÍLIO DO AUTOR - PERTINÊNCIA - RELAÇÃO DE CONSUMO - APLICAÇÃO DO CDC - COMPETÊNCIA ABSOLUTA - REVISIONAL AJUIZADA PELO AGRAVANTE EM FORO ALEATÓRIO, QUE NÃO O DO SEU DOMICÍLIO - DESVIRTUAMENTO DO PRINCÍPIO DA FACILITAÇÃO DA DEFESA - ART. 6º, VIII, DO CDC - MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO" (TJPR Agravo de Instrumento nº 0693938-0 17ª CC, Rel. Juiz Fabian Schweitzer, j. em 27.10.2010). Não se trata, porém, de iniciativa discricionária do juiz, que deve, antes, aferir a efetiva conveniência do deslocamento da competência, à luz dos interesses do consumidor. Essa questão acabou de ser enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça, por meio de sua Segunda Seção: "DIREITO DO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. MODIFICAÇÃO DE OFÍCIO. PRORROGAÇÃO DA COMPETÊNCIA. 1.- O entendimento desta Corte, no sentido de que, tratando-se de relação de consumo, a competência é absoluta e, por isso, pode ser declinada de ofício, com afastamento da súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça, deve ser compreendido à luz do interesse do consumidor. A competência territorial, nesses casos, só pode ser considerada absoluta, para fins de afastamento da Súmula 33/STJ, quando isso se der em benefício do consumidor. 2.- Se às partes em geral é dado escolher, segundo sua conveniência e dentro das limitações impostas pela lei, o local onde pretende litigar, cumprindo ao réu apresentar exceção de incompetência, sob pena de prorrogação da competência, por que razão não se iria reconhecer essa possibilidade justamente ao consumidor. 3.- Assim, ainda que o feito não tenha sido proposto no juízo territorialmente competente, se isso não foi alegado pela ré na primeira oportunidade, mediante exceção de incompetência, não será possível ao juiz, de ofício declinar da sua competência em prejuízo do consumidor (...)" (AgRg nos EDcl no CC 116.009/PB, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2011, DJe 16/09/2011). No caso, em momento algum o réu (agravado), na longa petição em que apresentou a sua defesa (fls. 89/109), afirmou que a competência deveria ser declinada para o juízo da comarca de Florianópolis, onde atualmente reside e tem domicílio, segundo a documentação acostada. Ao contrário, pediu a remessa dos autos (conexão) para a comarca onde havia ajuizado uma ação revisional contra o agravante, fundada no mesmo contrato (Porto Alegre RS), inclusive declinando ser este o foro que melhor atendia os seus interesses: "E, sendo assim, imperiosa se torna a aplicação do artigo 101, inciso I do CDC, onde consta expressamente que nas relações de consumo podem ser propostas ações no domicílio do consumidor ou naquele que este entender mais benéfico a fim de facilitar a defesa de seus direitos (artigo 6º, VII e VII do CDC e art. 73 do CC). Deste modo, a escolha feita pela parte, ora requerido e consumidor, em propor a ação revisional perante o Foro Gaúcho, pressupõe, então, que a defesa dos seus direitos melhor se daria perante aquele juízo. E isto é inconteste, já que elegeu aquele foro dentre das suas prerrogativas legais" (f. 95-TJ). Ademais, certo é que a ação foi ajuizada no foro do domicílio do agravado, indicado no contrato (Foz do Iguaçu), não havendo qualquer demonstração de que o agravante foi comunicado de eventual alteração de endereço ou domicílio, no curso do contrato. A prevalecer a decisão agravada, a cada mudança de domicílio do réu haveria necessidade de deslocamento da competência, o que, além de não ser razoável, afronta o que dispõe o art. 87, do CPC, que preconiza, in verbis: "Art. 87. Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia". Por fim, não é demais ressaltar que o agravado pode se defender amplamente, oferecendo contestação e impugnando inúmeras cláusulas contratuais, não se vislumbrando qualquer resquício de dificuldade na defesa de seus interesses. III Em face do exposto, com fundamento no art. 557, §1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso para cassar a decisão agravada, mantendo a ação no juízo onde foi proposta. IV - Intimem-se. Curitiba (PR), 23 de setembro de 2011. MÁRIO HELTON JORGE Relator

0022 . Processo/Prot: 0830237-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/248331. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0031763-49.2010.8.16.0001 Revisão de Contrato. Agravante: Cia de Crédito, Financiamento e Investimento Rci Brasil. Advogado: Sigisfredo Hoepers, Eneida de Cassia Camargo. Agravado: Daiane Rafaela Chagas Nicolau, Lorene Cristiane Chagas Nicolau. Advogado: Lorene Cristiane Chagas Nicolau. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 830.237-2 Agravante : Cia de Crédito, Financiamento e Investimento Rci Brasil. Agravados : Daiane Rafaela Chagas Nicolau Lorene Cristiane Chagas Nicolau. Vistos e examinados 1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que, em ação de revisão de contrato (autos nº 0031763-49.2010.8.16.0001 5ª Vara Cível de Curitiba), proibiu a inscrição do nome das autoras nos órgãos restritivos ao crédito (fls. 308-TJ). Alega o recorrente que em decisão anterior o Tribunal de Justiça decidiu por revogar a liminar de proibição de inscrição do nome nos cadastros restritivos, por o valor incontroverso não ser verossímil, de modo que o juízo originário não tem força para modificar aquela decisão, pois inexiste fato novo. Requer a reforma da decisão. 2. De plano, nos termos do art. art. 557, caput, do CPC, o recurso deve ter seu seguimento negado, pois encontra-se em manifesto confronto com o entendimento jurisprudencial dominante. Verifica-se dos autos que as agravadas realizaram financiamento no total de 60 prestações, nos valores de R$ 414,91 e R$ 399,95, e, pretendem agora a revisão do contrato e afastamento das abusividades. Segundo entendimento do STJ, a mora não se descaracteriza pelo ajuizamento isolado da ação revisional, devendo, para tanto, o devedor contestar o débito, total ou parcialmente, e efetuar o depósito judicial do valor incontroverso. "ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual." No caso dos autos, o agravante propôs ação contestando parcialmente o débito, juntou parecer técnico (fls. 65/69-TJ) demonstrando os valores incontroversos de R$ 379,02 e R$360,44. Em que pese o valor incontroverso não se mostrar idôneo, conforme decidido no Agravo de Instrumento nº 753.392-4, as agravadas pretendem depositar as parcelas

integrais, para o fim de elidir a mora e ter deferida a liminar pleiteada. Com efeito, o depósito do valor integral das parcelas contratadas elide a mora e autoriza a concessão do pleito liminar para proibir a inscrição de seus nomes nos órgãos restritivos ao crédito. Confira: "AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DEPÓSITO INTEGRAL DOS VALORES PACTUADOS INTENÇÃO QUE REVELA A BOA-FÉ DO DEVEDOR AO MESMO TEMPO EM QUE RESGUARDA O DIREITO DO CREDOR DE RECEBER AS PARCELAS NO VALOR TOTAL ELISÃO DA MORA VERIFICADA REQUISITOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PREENCHIDOS EXCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR DOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO POSSIBILIDADE ENQUANTO HOUVER A CONSIGNAÇÃO DECISÃO A QUO MANTIDA AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO." (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0731720-4 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer - Unânime - J. 16.03.2011) Assim, atendidos os requisitos para a concessão da tutela antecipada, com amparo no entendimento dominante dos Tribunais Superiores, é de se manter a decisão agravada. Por fim, destaco que na hipótese de inadimplência de quaisquer das parcelas vencidas, ao valor deverá ser aplicados os encargos moratórios devidos, nos termos do contrato e, a inadimplência das parcelas vincendas acarretará na revogação da liminar. Diante do exposto, nego seguimento ao recurso, nos termos do art. 557, caput, do CPC. 3. Publique-se. 4. Diligências de estilo. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator

0023 . Processo/Prot: 0830320-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/261084. Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0002263-05.2010.8.16.0108 Busca e Apreensão. Agravante: Bv Financeira Sa - Cfi. Advogado: Fabiana Silveira, Tatiana Valesca Vroblewski. Agravado: Acacio Rodrigues Silva. Advogado: Jhonathas Aparecido Guimarães Sucupira. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos e examinados. 1. Trata-se de agravo de instrumento nos autos de busca e apreensão nº 2263-05.2010 em face de decisão que reconheceu a prejudicialidade desta ação com a revisional, e determinou a reunião dos feitos, com remessa desta busca e apreensão ao juízo de Maringá onde corre a revisional, suspendendo a liminar (fls. 160-TJ). Diz a instituição financeira que o juízo de Maringá é incompetente para a busca e apreensão, pois a parte reside em Mandaguaçu, local em que interposta a ação. Acrescenta que não é possível a eleição aleatória de foro processual, e que tanto a busca e apreensão como a revisional devem seguir em Mandaguaçu. Argumenta que a simples interposição de revisional não afasta a mora, razão pela qual impossível suspender-se a liminar de busca e apreensão. Aduz que o depósito do incontroverso não conduz à manutenção na posse do bem. 2. De plano, o recurso deve ter seguimento negado, uma vez que manifestamente inadmissível. A tentativa da agravante de questionar a competência do juízo em que interposta a ação revisional somente é possível naquela ação, pois o juízo da busca e apreensão nada pode dizer a este respeito. Ademais, veja-se que, ao se afirmar que ambas as ações devem ter por competência o foro de Mandaguaçu destoa-se do fundamento da decisão, que não se reputou incompetente, mas deslocou a competência pelo reconhecimento de prejudicialidade, analogamente ao que ocorre na conexão. A propósito: "(...) A prevenção é critério para exclusão dos demais juízos competentes de um mesmo foro ou tribunal. A prevenção não é fator de determinação de competência. Por força da prevenção permanece apenas a competência de um entre vários juízes competentes, excluindo-se os demais. A prevenção funciona como mecanismo de integração em casos de conexão: é o instrumento para que se saiba em qual juízo serão reunidas as causas conexas." 2. "Ao afirmar a ocorrência de uma hipótese de modificação de competência, parte-se da premissa de que o órgão jurisdicional é competente, mas, em razão da prorrogação da competência, deve a causa ser remetida a outro órgão jurisdicional, o prevento (é nisso que consiste a modificação). Quando se aponta a incompetência relativa, nega-se, de logo, que o magistrado tenha competência para conduzir a causa, pedindo-se a remessa dos autos ao juízo competente" (TJPR AgReg 625.387- 0/01 Rel. Des. Mario Helton Jorge 18ª CCiv DJ 08.01.2010). Portanto, a agravante não atende ao pressuposto de dialeticidade, pois questiona inadequadamente o fundamento da decisão, afirmando competência do juízo, sem trazer nenhum argumento a respeito do reconhecimento da causa modificadora de competência. Igualmente, as invocações de que não houve descaracterização da mora e de que impossível a manutenção na posse em razão de depósito de valores meramente incontroversos, não são argumentos condizentes com os fundamentos da decisão. É que nada se disse a respeito de mora, ou dos requisitos da busca e apreensão ou da manutenção de posse, mas apenas se reconheceu a suspensão da liminar, que é consequência legal da prejudicialidade externa, conforme artigo 265, inciso IV, alínea `a'. Ademais, nada obsta que a suspensão seja revista pelo juiz competente, que é local propício para os atos decisórios. Assim, uma vez que os argumentos do recurso destoam dos fundamentos da decisão, verifica-se a ofensa ao princípio da dialeticidade, devendo-se negar seguimento ao agravo por inadmissibilidade. 3. Diante do exposto, nego seguimento ao agravo, com fulcro no artigo 557, caput do CPC, por manifesta inadmissibilidade. 4. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI Relator

0024 . Processo/Prot: 0830384-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/246247. Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0001328-08.2011.8.16.0147 Revisão de Contrato. Agravante: Nizael de Paula Trindade. Advogado: Viviane Karina Teixeira. Agravado: Banco Real Leasing S/a. Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível. Relator: Des. José Carlos Dalacqua. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO OUTORGADA PELO AGRAVANTE À PROCURADORA SUBSCRITORA DO RECURSO PEÇA OBRIGATÓRIA ART. 525, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL FORMAÇÃO DEFICIENTE - RECURSO INADMISSÍVEL - NEGATIVA DE SEGUIMENTO POSSIBILIDADE - ART. 557, DO CPC. A ausência de peça obrigatória na formação do Agravo de Instrumento, conforme art. 525, inc. I, do CPC, acarreta a negativa de seguimento ao recurso, por ser manifestamente inadmissível, nos termos do art. 557, do CPC. VISTOS e examinados estes autos de Agravo de Instrumento nº 830.384-6, de Rio Branco do Sul Juízo Único, em que é Agravante NIZAEL DE PAULA TRINDADE e Agravado BANCO REAL LEASING S/A. I Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão proferida pelo Digno Magistrado de Rio Branco do Sul Juízo Único que, nos autos de ação de revisão de contrato ajuizada por NIZAEL DE PAULA TRINDADE em face de BANCO REAL LEASING S/A. indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita (fl. 37 TJ). Contra essa decisão se insurge a parte agravante alegando, em síntese, que basta a juntada da declaração do requerente de que não possui recursos para arcar com as custas processuais sem prejuízo próprio e de sua família (fls. 02/08 - TJ). É o breve relatório. Decido. II A sistemática processual vigente estabelece que pode o Relator negar seguimento ao recurso manifestamente inadmissível, independentemente de manifestação de órgão colegiado (art. 557, caput, do CPC). É o que ocorre no caso dos autos, pois ausente pressuposto formal de admissibilidade. Consoante dispõe o artigo 525, inciso I do Código de Processo Civil, a petição de agravo de instrumento será instruída obrigatoriamente com cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados de ambas as partes. No caso em tela, não há qualquer documento que outorgue poderes à procuradora Viviane Karina Teixeira, subscritora do presente recurso. E sendo requisito de admissibilidade, a ausência de peça obrigatória acarreta o não seguimento do recurso. Nesse sentido: AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE. REGULARIZAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO. SEGUIMENTO NEGADO. A existência de procuração outorgada aos advogados do agravante deve ser comprovada de plano, por se tratar de peça obrigatória elencada no art. 525, I do CPC, não comportando regularização posterior. (TJPR, Agravo nº 758.288-5/01, Relator Osvaldo N. Duarte, publicado em 22/06/2011). AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS. INEXISTÊNCIA DE PROCURAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE. PEÇA OBRIGATÓRIA (ART. 525, INC. I, DO CPC). ALEGAÇÃO DE EXTRAVIO DECORRENTE DE FALHA INTERNA DO SETOR COMPETENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.ALEGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE DEZENAS DE CÓPIAS SUPOSTAMENTE NÃO ANEXADAS. FALHA NÃO DEMONSTRADA DE FORMA MÍNIMA. QUESTÃO FÁTICA QUE REFOGE AO EXAME DO RECURSO. RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO NA CORRETA FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR, Agravo nº 742.968-1/01, Relator Victor B. Batschke, publicado em 05/04/2011). AGRAVO DE INSTRUMENTO AUSÊNCIA DA CÓPIA DA DECISÃO AGRAVADA, DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO E DAS PROCURAÇÕES OUTORGADAS AOS ADVOGADOS DAS PARTES VIOLAÇÃO AO ART. 525, I DO CPC AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO MANTIDA. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO POR DECISÃO UNIPESSOAL DO RELATOR (ART. 557, CAPUT, CPC). (TJPR, Agravo de Instrumento nº 665.207-9, Relator Des. Gamaliel Seme Scaff, publicado em 27/05/2010). DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO DO AGRAVANTE. PEÇA OBRIGATÓRIA, A TEOR DO ARTIGO 525, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REQUISITO OBJETIVO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, COM FULCRO NO ARTIGO 557, 'CAPUT', DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. (TJPR, Agravo de Instrumento nº 680.468-8, Relator Juiz Luis Espíndola, julgado em 31/05/2010). No mesmo sentido, as decisões do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. AUSÊNCIA DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ÔNUS DO AGRAVANTE INCUMPRIDO. SÚMULA 288 DO STF. AGRAVO NÃO CONHECIDO. 1. A correta formação do agravo de instrumento é ônus do agravante, sob pena de não conhecimento de seu recurso. (...) 3. Não se admite, na instância especial, a juntada tardia de peças obrigatórias para a formação do agravo de instrumento, nem a conversão do julgamento em diligência ou abertura de prazo para sanar eventual irregularidade. 4. Agravo regimental não-conhecido." (AgRg no Ag 860.833/SP, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, Quarta Turma, publicado em 20.08.2007). "AGRAVO INTERNO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. Ausente cópia integral do acórdão recorrido, incluindo a sentença cujo relatório foi por ele expressamente adotado, é inviável agravo de instrumento contra decisão que não admite recurso especial. Agravo a que se nega provimento." (AGA 363.609/SP, 11/11/2002). Agravo improvido." (AgRg no Ag 754.846/DF, Rel. Ministro Castro Filho, Terceira Turma, publicado em 29.06.2007). III Pelo exposto, com fulcro no art. 557, caput do CPC, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, pois manifestamente inadmissível, em razão da falta de documento obrigatório ao julgamento do recurso, qual seja a procuração conferindo poderes à procuradora subscritora do recurso. IV Intime-se. V Oportunamente, baixem. Curitiba, 23 de setembro de 2011. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator

## SEÇÃO DA 18ª CÂMARA CÍVEL

**II Divisão de Processo Cível**
**Seção da 18ª Câmara Cível**

**Relação No. 2011.10007**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adriane Cristina Stefanichen | 020 | 0814771-9 |
| Adriano Muniz Rebello | 030 | 0823142-7 |
| Alcione Luiz Parzianello | 013 | 0792249-6 |
| Alessandra Labiak | 012 | 0790714-0 |
| Alex Guerra | 015 | 0796078-3 |
| Alexandre Postiglione Bührer | 036 | 0827456-2 |
| Andréa Hertel Malucelli | 014 | 0795871-0 |
| Angela Esser Pulzato de Paula | 008 | 0786107-6 |
| Aureo Stüpp Júnior | 036 | 0827456-2 |
| Bruna Rigobelo Luiz | 025 | 0821077-7 |
| Bruno André Souza Colodel | 002 | 0777131-3 |
| Carla Heliana Vieira M. Tantin | 012 | 0790714-0 |
| | 017 | 0803740-7 |
| | 020 | 0814771-9 |
| Carla Maria Köhler | 008 | 0786107-6 |
| Carlos Alcides Alberti Bürger | 030 | 0823142-7 |
| Carlos Eduardo Cardoso Bandeira | 001 | 0773336-2 |
| Carlos Eduardo Martins Biazetto | 036 | 0827456-2 |
| Caroline Amadori Cavet | 032 | 0827075-7 |
| César Augusto Terra | 004 | 0777326-2 |
| Charles Parchen | 029 | 0822860-6 |
| Charles Zauza | 006 | 0777840-7 |
| Cleverson Leandro Ortega | 015 | 0796078-3 |
| Cleverson Marcel Sponchiado | 023 | 0820796-3 |
| Cristiane Belinati Garcia Lopes | 003 | 0777271-2/01 |
| | 005 | 0777466-1 |
| | 012 | 0790714-0 |
| Cristiane Ferreira Ramos | 008 | 0786107-6 |
| Danielle Felizarda Mendes | 036 | 0827456-2 |
| Danielle Madeira | 001 | 0773336-2 |
| Deivid Alessandro Inácio Duarte | 025 | 0821077-7 |
| Demércio Luiz Gueno | 007 | 0780179-8/01 |
| Diogo Hendrigo Neves Gerber | 027 | 0822734-1 |
| Eduardo Pena de Moura França | 030 | 0823142-7 |
| Eduardo Santos Hernandes | 039 | 0828651-1 |
| Emerson Lautenschlager Santana | 012 | 0790714-0 |
| Evaldo Rezende Fernandes | 007 | 0780179-8/01 |
| Evandro Alves dos Santos | 046 | 0791097-8 |
| Evandro Gustavo de Souza | 038 | 0827996-1 |
| | 041 | 0829132-5 |
| Fabiana Silveira | 015 | 0796078-3 |
| Fabiano Muriel Domingues | 045 | 0829682-0 |
| Fernando José Gaspar | 001 | 0773336-2 |
| | 044 | 0829536-3 |
| Fernando Parolini de Moraes | 046 | 0791097-8 |
| Flávio Penteado Geromini | 027 | 0822734-1 |
| Flávio Santanna Valgas | 012 | 0790714-0 |
| Gilberto Pedriali | 006 | 0777840-7 |
| Gilberto Stinglin Loth | 004 | 0777326-2 |
| Gustavo Vissoci Reiche | 006 | 0777840-7 |
| Harysson Roberto Tres | 043 | 0829366-1 |
| Jaime Oliveira Penteado | 027 | 0822734-1 |
| Jéssica Ghelfi | 009 | 0786261-5 |
| | 028 | 0822846-6 |
| Jhonathas Aparecido G. Sucupira | 003 | 0777271-2/01 |
| João Leonelho Gabardo Filho | 004 | 0777326-2 |
| José Edgard da Cunha Bueno Filho | 002 | 0777131-3 |
| Josimar Diniz | 026 | 0822140-9 |
| Juliana Ribeiro | 033 | 0827225-7 |
| Juliane Toledo dos Santos Rossa | 024 | 0820968-9 |
| | 031 | 0826824-6 |
| Juliano Martins | 029 | 0822860-6 |
| Juliano Miqueletti Soncin | 010 | 0786278-0 |
| | 011 | 0788421-9 |
| | 014 | 0795871-0 |
| Karine Simone Pofahl Weber | 015 | 0796078-3 |
| Lia Dias Gregório | 011 | 0788421-9 |
| Lidiana Vaz Ribovski | 034 | 0827257-9 |
| Luiz Alceu Gomes Bettega | 013 | 0792249-6 |
| Luiz Assi | 029 | 0822860-6 |
| Luiz Eduardo Lima Bassi | 022 | 0819898-5 |
| Luiz Fernando Brusamolin | 026 | 0822140-9 |
| Luiz Filipe Furtado Diniz | 006 | 0777840-7 |
| Luiz Gustavo Leme | 029 | 0822860-6 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 027 | 0822734-1 |
| Magali Fuerbringer | 016 | 0799537-9 |
| | 023 | 0820796-3 |
| | 044 | 0829536-3 |
| Marcelo Augusto Bertoni | 002 | 0777131-3 |
| Marcos C. d. A. Vasconcellos | 006 | 0777840-7 |
| Mariane Cardoso Mascarevich | 009 | 0786261-5 |
| | 028 | 0822846-6 |
| Mário Lopes da Silva Netto | 016 | 0799537-9 |
| Mauro Sérgio Guedes Nastari | 002 | 0777131-3 |
| Meiriele Rezende da Silva | 019 | 0810779-9 |
| Milken Jacqueline C. Jacomini | 003 | 0777271-2/01 |
| | 012 | 0790714-0 |
| | 020 | 0814771-9 |
| Nydia Maria Ramos de Almeida | 030 | 0823142-7 |
| Osvaldo Lopes da Silva | 037 | 0827468-2 |
| Patricia Pontaroli Jansen | 003 | 0777271-2/01 |
| | 005 | 0777466-1 |
| Pedro Stefanichen | 020 | 0814771-9 |
| Pio Carlos Freiria Junior | 005 | 0777466-1 |
| Rafael Tadeu Machado | 004 | 0777326-2 |
| Rafaella Gussella de Lima | 002 | 0777131-3 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 029 | 0822860-6 |
| Renata Ferreira Costa Grego | 040 | 0828874-4 |
| Ricardo Alexandre Viana | 007 | 0780179-8/01 |
| Robilan Sussai | 011 | 0788421-9 |
| Sérgio Aparecido Vicentini | 045 | 0829682-0 |
| Sérgio Barros da Silva | 026 | 0822140-9 |
| Silene Hirata | 007 | 0780179-8/01 |
| Silmara Stroparo | 035 | 0827441-1 |
| Silvaney Isabel Gomes de Oliveira | 042 | 0829312-3 |
| Thiago Felipe Ribeiro dos Santos | 028 | 0822846-6 |
| Thiago Ribczuk | 021 | 0818868-3 |
| Valéria Canalle | 017 | 0803740-7 |
| Vanessa Maria Ribeiro Batalha | 001 | 0773336-2 |
| | 044 | 0829536-3 |
| Vanessa Paludzyszyn | 007 | 0780179-8/01 |
| Victicia Kinaski Gonçalves | 032 | 0827075-7 |
| Viviane Karina Teixeira | 016 | 0799537-9 |
| | 018 | 0806727-6 |
| | 023 | 0820796-3 |
| Walter José de Fontes | 026 | 0822140-9 |


Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator

0001 . Processo/Prot: 0773336-2 Agravo de Instrumento . Protocolo: 2011/50376. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0036242-31.2010.8.16.0019 Revisão de Contrato. Agravante: Eleodoro Alves. Advogado: Danielle Madeira. Agravado: Banco Finasa Bmc S/a. Advogado: Fernando José Gaspar, Carlos Eduardo Cardoso Bandeira, Vanessa Maria Ribeiro Batalha. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO FINANCIAMENTO BANCÁRIO CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS IMPOSSIBILIDADE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DO ART. 5º E § 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001, PROMOVIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM SEDE LIMINAR, NA ADIN 2.316-DF SITUAÇÃO EQUIVALENTE À AUSÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA,

O QUE ATRAI A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 121 DO STF, QUE VEDA A CAPITALIZAÇÃO DE JUROS, LIDA, OBVIAMENTE À LUZ DO CÓDIGO CIVIL DE 2002, POR SER MAIS RECENTE, O QUAL PERMITE APENAS A CAPITALIZAÇÃO ANUAL NO SEU ART. 591 - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA ENTENDIMENTO PACÍFICO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - INADMISSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA CUMULATIVA COM QUAISQUER OUTROS ENCARGOS TÍPICOS DO PERÍODO DE INADIMPLÊNCIA FRAÇÃO REFERENTE À TAXA REMUNERATÓRIA QUE DEVE SE LIMITAR À TAXA MÉDIA DE MERCADO, SALVO SE O DISPOSTO NO CONTRATO A ESSE TÍTULO FOR MENOR INTELIGÊNCIA DAS SÚMULAS 294 E 296 DO STJ IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAR DA PARCELA OS DEMAIS ENCARGOS QUESTIONADOS, PORQUANTO A ARGUIÇÃO DE ABUSIVIDADE QUE OS VERGASTA, APESAR DE COMUMENTE SER ACOLHIDA POR VÁRIOS TRIBUNAIS DO PAÍS, AINDA NÃO ENCONTRA JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES MATÉRIA QUE DEVE SER COTEJADA SOMENTE NO FINAL DA DEMANDA, DE FORMA DEFINITIVA REPETIÇÃO DO INDÉBITO QUE DEVE SER FEITA SOMENTE APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, QUANDO A LIDE ESTIVER DEFINITIVAMENTE SOLUCIONADA, A FIM DE EVITAR O RISCO DE SE PROMOVER A RESTITUIÇÃO DE ALGO QUE NÃO DEVE SER RESTITUÍDO, BEM COMO PARA FACILITAR OS CÁLCULOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS QUE INCIDIRÃO NO RESPECTIVO MONTANTE PECUNIÁRIO. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE, EM SEDE DE DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, COM BASE NO § 1º DO ART. 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1. R E L A T Ó R I O Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto em face da decisão interlocutória proferida pelo d. juiz singular nas fls. 26/27-TJ, dos autos nº 36242/2010 (ação revisional de contrato aforada pelo agravante), por meio da qual fora indeferida a liminar pleiteada, a qual almejava determinar que o banco agravante se abstenha de inscrever o nome dos autores nos cadastros de inadimplentes; a manutenção de posse do bem, bem como autorização judicial para realização dos depósitos, em juízo, do valor incontroverso das parcelas do contrato. O d. juiz singular não vislumbrou os requisitos para conceder a antecipação da tutela, por não estarem presentes os elementos já delineados pelo STJ acerca do tema. Insurge-se o agravante arguindo, em síntese, que estão presentes os requisitos necessários à antecipação da tutela, estabelecidos pelo STJ acerca da matéria em discussão; que restaram demonstradas as abusividades do contrato; que necessita e faz jus também à manutenção de posse do veículo objeto do contrato em discussão. Pugna, pela concessão do efeito ativo, bem como pela reforma definitiva da decisão interlocutória hostilizada, ao final deste procedimento recursal. Determinado às fls. 122/123-TJ a intimação da parte agravada para que junta, houve a efetiva apresentação do documento às fls. 158/161-TJ. Contraminuta às fls. 141/149-TJ. É o relato, em breve síntese, da pretensão recursal. Vieram-me conclusos os autos. 2. F U N D A M E N T A Ç Ã O ADMISSIBILIDADE Presentes os requisitos intrínsecos (cabimento, interesse, legitimidade e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer) e extrínsecos (regularidade formal, tempestividade e preparo) de admissibilidade recursal, conheço-o e passo ao exame do mérito. MÉRITO 2.1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DO TEMA Para enfrentar a matéria debatida neste recurso, impende de plano, destacar o entendimento do Eg. Superior Tribunal de Justiça acerca dos requisitos necessários que os consumidores devem atender para obterem um provimento liminar, em caráter de antecipação de tutela, que os autorize extirpar das prestações mensais, tudo aquilo que se entenda como cobrança abusiva no contrato entabulado entre a instituição financeira e o consumidor. O julgamento do REsp nº 527.618-RS de relatoria do eminente Ministro Cesar Asfor Rocha, estabeleceu tais parâmetros, conforme se denota do excerto a seguir: CIVIL. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. REGISTRO NO ROL DE DEVEDORES. HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO. A recente orientação da Segunda Seção desta Corte acerca dos juros remuneratórios e da comissão de permanência (REsp's ns. 271.214- RS, 407.097-RS, 420.111-RS), e a relativa frequência com que devedores de quantias elevadas buscam, abusivamente, impedir o registro de seus nomes nos cadastros restritivos de crédito só e só por terem ajuizado ação revisional de seus débitos, sem nada pagar ou depositar, recomendam que esse impedimento deva ser aplicado com cautela, segundo o prudente exame do juiz, atendendo-se às peculiaridades de cada caso. Para tanto, deve-se ter, necessária e concomitantemente, a presença desses três elementos: a) que haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado. O Código de Defesa do Consumidor veio amparar o hipossuficiente, em defesa dos seus direitos, não servindo, contudo, de escudo para a perpetuação de dívidas. Recurso conhecido pelo dissídio, mas improvido. (STJ - REsp 527618 / RS - Ministro CESAR ASFOR ROCHA (1098) - S2 - SEGUNDA SEÇÃO - Data de julgamento: 22/10/2003 - Data da Publicação/Fonte: DJ 24/11/2003 p. 214). Verifica-se que a colenda Corte Superior, ao estabelecer tais requisitos, já cuidou de repugnar a conduta daqueles consumidores que ajuizavam ação somente com o fito de impedir, indevidamente e abusivamente, o exercício de direito legítimo dos credores. Tanto é, que o julgado mencionado é um daqueles que serviram de base para a edição da súmula nº 380 daquela mesma Corte Superior, de seguinte teor: "A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor."1 Partindo para a análise dos requisitos cumulativos, mostra- se necessário, antes de qualquer coisa, proceder-se uma releitura do primeiro. Com efeito, não é somente a existência de "ação proposta pelo devedor contestando o débito" que preenche a exigência contida no item "a" 1 Súmula 380 - Órgão Julgador - S2 - SEGUNDA SEÇÃO - Data do Julgamento - 22/04/2009 - Data da Publicação/Fonte - DJe 05/05/2009 - RSTJ vol. 214 p. 536. do julgado acima. Isso porque na contestação em sede de Ação de Busca e Apreensão, também é facultado ao devedor discutir eventuais abusividades que maculam o contrato. Nesse sentido, já decidiu o STJ: RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - RECONHECIMENTO DE CLÁUSULAS ABUSIVAS - POSSIBILIDADE - MORA - DESCARACTERIZAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE ENCARGOS ABUSIVOS NO PERÍODO DA NORMALIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - ILEGALIDADE - INSUFICIÊNCIA, POR SI SÓ, PARA A DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA - RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I - A discussão do valor do débito no bojo da ação de busca e apreensão, seja em sede de contestação, seja na ação de consignação em pagamento, é admitida, desde que haja pedido expresso da parte interessada quanto à verificação de ilegalidades dos encargos cobrados no contrato de alienação fiduciária; (STJ - REsp 1036358 / MG - Relator(a) - Ministro MASSAMI UYEDA (1129) - Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA - Data do Julgamento - 27/05/2008 - Data da Publicação/Fonte - DJe 20/06/2008). PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. RECONVENÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. ADMISSIBILIDADE. ART. 315 DO CPC. - Consolidou-se o entendimento no STJ de que é admitida a ampla defesa do devedor no âmbito da ação de busca e apreensão decorrente de alienação fiduciária, seja pela ampliação do objeto da discussão em contestação, a partir do questionamento a respeito de possível abusividade contratual; seja pela possibilidade de ajuizamento de ação revisional do contrato que deu origem à ação de busca e apreensão, que, por sua vez, deve ser reunida para julgamento conjunto com essa. Nada impede e é até mesmo salutar do ponto de vista processual o cabimento de reconvenção à ação de busca e apreensão decorrente de alienação fiduciária, para pleitear a revisão do contrato, bem como a devolução de quantias pagas a maior. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp 801374 / RJ - Relator(a) - Ministra NANCY ANDRIGHI (1118) - Órgão Julgador - T3 - TERCEIRA TURMA - Data do Julgamento - 06/04/2006 - Data da Publicação/Fonte - DJ 02/05/2006 p. 327). Diante disso é evidente, portanto, que o requisito da letra "a", em verdade, quer dizer existência de intenção manifestada judicialmente, por parte do consumidor (seja qual for o meio adotado), de discutir abusividades do contrato. E não poderia ser outro o entendimento, pois é evidente a conectividade existente entre o que se discute numa Ação Revisional e na de Busca e Apreensão envolvendo as mesmas partes, já que, uma vez constatada eventual abusividade no contrato, resta descaracterizada a mora do devedor, cuja constituição é premissa lógica para falar-se em busca e apreensão do bem que serve de garantia da dívida. Sanada essa imperfeição textual do requisito "a", demonstrado o quadro atual daquilo que se deve analisar para dirimir as lides dessa natureza, importa destacar uma peculiaridade processual, diretamente ligada ao segundo requisito. 2.2 DA NECESSIDADE DE ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES CONVERGÊNCIA COM A POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO DO RECURSO COM BASE NO ART. 557, OU NO SEU § 1-A. O requisito contido na letra "b" compele o consumidor a demonstrar "que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça". Daí se infere uma conclusão importantíssima para justificar a necessidade de julgamento monocrático dos Agravos de Instrumento que cuidam desta matéria. Seja com base na cabeça do art. 557 do Código de Processo Civil para negar seguimento ao recurso, seja com base no seu § 1º-A, para dar provimento ao pleito recursal, é condição comum entre essas duas possibilidades de julgamento conferidas ao relator, que exista, acerca da matéria em debate, entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.2 Ora, o segundo requisito estabelecido pelo Eg. STJ, para que seja possível afastar das parcelas mensais, provisoriamente, os valores abusivos nelas contidos, contempla exatamente a mesma exigência, de modo 2 Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. (Redação dada pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998). § 1o-A Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso. (Incluído pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998). que não há nenhum motivo para que tais recursos sejam levados ao colegiado para apreciação. Vale dizer, em qualquer caso concreto, se estiverem presentes as exigências formuladas pela Corte Superior para deferir o depósito dos valores incontroversos das parcelas do financiamento (expurgando-se as abusividades cujo entendimento é pacífico), com a descaracterização da mora, bem como a manutenção do bem na posse do consumidor e a impossibilidade de a instituição financeira incluir o nome deste nos cadastros de proteção ao crédito, será automaticamente caso para julgamento monocrático pelo relator. Exatamente por essa identificação de condições, importa agora elucidar quais encargos e modalidades de cobrança possuem entendimento pacífico, ou de alguma forma estão impedidos, na leitura dos Tribunais Superiores, de serem aplicados nos contratos como os da espécie. 2.3 DOS ENCARGOS E MODALIDADES DE COBRANÇA DOS JUROS. 2.3.1 Da cobrança capitalizada dos juros remuneratórios. A discussão nevrálgica que permeia as lides envolvendo contratos como o da casuística, atualmente, gira em torno da modalidade de cobrança dos juros remuneratórios. E o que reclama solução jurídica, é se podem ou não as instituições financeiras aplicar os juros de forma capitalizada (juros compostos) e, em caso positivo, qual a periodicidade aceitável a ser adotada para tanto (mensal, semestral, anual, etc.). É cediço e é necessário esclarecer, desde logo, que todas as instituições financeiras intermediadoras de tais relações contratuais, aplicam a capitalização composta3 mensal. Ou seja, a taxa de juros mensais pactuada incide sobre o capital principal e, para o cálculo dos juros incidentes sobre a segunda parcela, a base de cálculo utilizada é o capital principal já acrescido dos 3 O regime de capitalização composta incorpora ao capital não somente os juros referentes a cada período, mas também

os juros sobre os juros acumulados até o momento anterior. É um comportamento equivalente a uma progressão geométrica (PG) na qual os juros incidem sempre sobre o saldo apurado no início do período correspondente (e não unicamente sobre o capital inicial). GONDIM FILHO, Jurandir Gurgel. O anatocismo dos sistemas de amortização. p. 5. Artigo disponível em: . juros da parcela anterior. Evidente, nessa dinâmica, a cobrança de "juros sobre juros", o que projeta uma dívida excrescente se comparada ao montante de crédito concedido. Daí se infere a abusividade, pois o débito gerado mostra-se onerosamente excessivo para o consumidor. A grande mácula dessa modalidade de cobrança, que a condena, notadamente quando é utilizada nas relações consumeristas, é o seu caráter perverso4 que oculta, embutindo nas parcelas fixas, a incidência de juros sobre juros. Abstraído o fato de ser, por si só, abusiva a incidência de juros sobre juros, já que a instituição financeira, nessa dinâmica, ao fim e ao cabo, acaba aplicando a taxa remuneratória sobre um capital que na verdade não desembolsou,5 o fato é que juridicamente se mostra impossível tal modalidade de cobrança. Explica-se. Com efeito, sabe-se que a possibilidade de cobrança de juros capitalizados com periodicidade mensal está suspensa por força da liminar concedida pelo eminente Ministro Sydney Sanches, relator na ADIN 2316, ainda pendente de julgamento, por meio da qual está sendo vergastado o art. 5º e § único da Medida Provisória 2170/36 de agosto de 2001.6 Ademais, o Colendo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro já declarou, na Arguição de Inconstitucionalidade incidenter tantum nº 4 ...é inquestionável o anatocismo do Sistema Francês, bem como a Tabela Price, uma vez que se enquadram no mecanismo de uma Série de Capitais Uniformes ou Prestações Constantes. A literatura em matemática financeira escamoteia a prática de juros sobre juros nos sistemas de amortização com prestações constantes, (...) A capitalização neste sistema ocorre pela aplicação dos juros compostos sobre o valor atual de cada uma das parcelas, valor este que representa o capital. O procedimento de apuração do saldo devedor, da forma em que normalmente encontramos, baseado no qual, alguns afirmam não haver a capitalização, camufla a ocorrência da capitalização dos juros. Ibidem, p. 12. 5 "De se destacar, ainda, que a norma alvejada autoriza o credor a cobrar juros não apenas do valor principal, mas também sobre o que não emprestou, obtendo, portanto, receita sem trabalho, sem contraprestação, agredindo brutalmente o artigo 170 da nossa Lei Magna que assim estabelece: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna conforme os ditames da justiça social observados os seguintes princípios: V. defesa do consumidor." (TJRN - Arguição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível n° 2008.004025-9/0002.00 - Relator: Desembargador Amaury Moura Sobrinho - Julgamento: 08/10/2008). 6 Art. 5o Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano. Parágrafo único. Sempre que necessário ou quando solicitado pelo devedor, a apuração do valor exato da obrigação, ou de seu saldo devedor, será feita pelo credor por meio de planilha de cálculo que evidencie de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais. 2003.017.00010, por unanimidade, a inconstitucionalidade da referida medida provisória, conforme se denota no julgado a seguir: Ação de revisão de cláusula de contrato de alienação fiduciária de veículo, com pedidos cumulados de obrigação de fazer, consignação em pagamento e declaração de nulidade de venda casada e de cláusula que prevê a capitalização de juros. Prática de anatocismo demonstrada no laudo pericial contábil produzido. Embora não se aplique às instituições financeiras a limitação dos juros no patamar de 12% ao ano, conforme entendimento consolidado na jurisprudência pátria, a cobrança de juros capitalizados é vedada nos termos da Súmula nº. 121, do Supremo Tribunal Federal. O verbete nº. 596, da Súmula do STF refere-se, exclusivamente, às taxas de juros e aos encargos cobrados por instituições financeiras, não se estendendo à capitalização de juros, que continua proibida, acorde à orientação da aludida Súmula nº. 121, que não exclui as instituições financeiras de sua incidência. A constitucionalidade da Medida Provisória nº. 2.170-36, de 23/08/01 encontra-se em discussão no STF, através a ADIn nº. 2.316-DF, já havendo sido proferidos dois votos no sentido da suspensão de sua eficácia. Decisão proferida pelo colendo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, na Arguição de Inconstitucionalidade nº. 2003.017.00010, que concluiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade do artigo 5º, da referida Medida Provisória. A cobrança de encargos abusivos no período da normalidade do contrato enseja a descaracterização da mora, impondo a improcedência da ação de busca e apreensão em apenso. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Negativa de seguimento do recurso da ré e provimento do apelo do autor. (TJRJ - APELAÇÃO: APL 200900128719 RJ 2009.001.28719 - Relator(a): DES. DENISE LEVY TREDLER - Julgamento: 31/08/2009 - Órgão Julgador: 19ª CÂMARA CIVEL). Também o TJ do Rio Grande do Norte: INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 5º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.170, DE 23 DE AGOSTO DE 2001. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IMPOSSIBILIDADE. OBRIGATORIEDADE DE LEI COMPLEMENTAR PARA REGULAMENTAR O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. ARTIGOS 192 E 62, § 1º, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO. PROCEDÊNCIA DO INCIDENTE. ...Cabe ressaltar, em princípio, que vem emergindo o entendimento no Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a capitalização mensal dos juros, desde que pactuada, é legal a partir dos contratos de mútuo bancário, celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da primitiva publicação do artigo 5º da medida provisória nº.1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº. 2.170-36/2001. A perenização da sua vigência se deve ao artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 12 de setembro de 2001. No entanto, data maxima venia, não comungo com o posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e por alguns Tribunais pátrios, pelos motivos a seguir expostos. Inicialmente, invoco a Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal, em plena vigência, que assevera: "É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada". Convém explicitar que, em observância ao artigo 192 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional 40/2003, o Sistema Financeiro Nacional deve ser regulado por Lei Complementar, devendo aqui ser destacado que o artigo 62, § 1º, também da Carta Magna, veda a edição de Medidas Provisórias quando destinadas a regular matéria reservada à Lei Complementar, sob pena de restar evidenciada sua flagrante inconstitucionalidade. De se destacar, ainda, que a norma alvejada autoriza o credor a cobrar juros não apenas do valor principal, mas também sobre o que não emprestou, obtendo, portanto, receita sem trabalho, sem contraprestação, agredindo brutalmente o artigo 170 da nossa Lei Magna que assim estabelece: "A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna conforme os ditames da justiça social observados os seguintes princípios: V. defesa do consumidor;". Vale lembrar, por oportuno, que a constitucionalidade desta Medida Provisória que permite a capitalização mensal dos juros, vem sendo discutida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, na ADIN nº 2.316- 1, cuja relatoria coube ao Ministro Sydney Sanches, que suspendeu a eficácia do artigo 5º, caput, e parágrafo único e a decisão final encontra-se pendente de julgamento. Embora não tenha sido concluído o julgamento da liminar da Medida Cautelar, aquele eminente Relator deferiu a suspensão cautelar dos dispositivos impugnados com fundamentos na "aparente falta de urgência", objetivamente considerada, para a edição de medida provisória, e pela ocorrência do "periculum in mora inverso", sobretudo com a vigência indefinida da referida MP desde o advento da EC 32/2001, com a possível demora do julgamento do mérito da ação. Portanto, há de se reconhecer não só a inconstitucionalidade material, mas, também, a formal, na medida em que, segundo o artigo 192 da Constituição da República, a norma combatida está reservada a lei complementar, sendo, por conseguinte, insuscetível de ser disciplinada pela via da medida provisória... (TJRN - Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível n° 2008.004025-9/0002.00 - Relator: Desembargador Amaury Moura Sobrinho - Julgamento: 08/10/2008). Não é outro o entendimento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, demonstrando que a orientação de inconstitucionalidade aqui exposta não é nada isolada: INCIDENTE DE ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE CRÉDITO ROTATIVO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS EM PERIODICIDADE INFERIOR A UM ANO. SUSCITADA A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 5º DA MP Nº 2.170, DE 23/08/2001, PERANTE A CORTE ESPECIAL. 1. Até o advento da indigitada MP nº 1.963-17, publicada em 31/03/2000 (MP nº 2.170, de 23/08/2001 - última edição), a capitalização dos juros mês a mês, nos contratos de abertura de crédito rotativo em conta-corrente - cheque especial - e nos contratos de renegociação, à míngua de legislação especial que a autorizasse, estava expressamente vedada. 2. Estavam excluídos da proibição os contratos previsto no Decreto-lei nº 167, de 14/02/67, no Decreto-lei 413, de 09/01/69 e na Lei 6.840, de 03/11/80, que dispõe sobre títulos de crédito rural, título de crédito industrial e títulos de crédito comercial, respectivamente. 3. O Executivo, extrapolando o permissivo constitucional, tratou de matéria antiga, onde evidentemente não havia pressa alguma, eis que a capitalização de juros é matéria que remonta à época do Decreto nº 22.626/33 (Lei de Usura). A gravidade é ainda maior quando se tem em conta que a capitalização de juros em contratos bancários e financeiros tem implicações numa significativa gama de relações jurídicas. 4. Não verificado o requisito "urgência" no que se refere à regulamentação da capitalização dos juros em período inferior a um ano. Especialmente quando se trata de uma MP que, dispondo sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, dá providências sobre a capitalização de juros para as instituições financeiras. 5. Não se pode reputar urgente uma disposição que trate de matéria há muito discutida, e que, ardilosamente foi enxertada na Medida Provisória, já que trata de tema totalmente diverso do seu conteúdo. Além disto, estatui preceito discriminatório, porque restringe a capitalização de juros questionada unicamente às instituições financeiras. A urgência, portanto, só se verifica para os próprios beneficiados pela regra, já que, para todos os demais, representa verdadeiro descompasso entre a prestação e a contra-prestação, além de onerar um contrato que por natureza desiguala os contratantes (de adesão). (TRF4, Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade 2001.71.00.004856-0, Corte Especial, Relator Luiz Carlos de Castro Lugon, DJ 08/09/2004). Este Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, na mesma senda, assim decidiu recentemente: INCIDENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - MEDIDA PROVISÓRIA - PRESSUPOSTOS FORMAIS - URGÊNCIA E RELEVÂNCIA - VÍCIO MATERIAL - MATÉRIA RESERVADA A LEI COMPLEMENTAR. 1. São pressupostos formais das medidas provisórias a urgência e a relevância da matéria. Há de estar configurada a situação que legitime a edição da medida provisória, em que a demora na produção da norma possa acarretar dano de difícil ou impossível reparação para o interesse público, notadamente o periculum in mora decorrente no atraso na cogitação da prestação legislativa. 2. Os vícios materiais referem-se ao próprio conteúdo do ato, originando-se de um conflito com regras estabelecidas na Constituição, inclusive com a aferição do desvio do poder. 3. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria reservada a lei complementar. 4. A Súmula Vinculante sob nº 07 da Corte Suprema, reproduzindo o teor da Súmula nº 648, proclama que "a norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar". (TJPR - Órgão Especial - IDI 0579047-0/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo - Por maioria - J. 05.02.2010). O Superior Tribunal de Justiça, contudo, manifesta entendimento pela possibilidade da capitalização mensal, ainda que condicionada à expressa previsão contratual, nestes termos: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. ABERTURA DE CRÉDITO FIXO. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. IRREGULARIDADE NÃO CONFIGURADA.

JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. ADMISSIBILIDADE. MP 1.963- 17/2000. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LEGALIDADE. RECURSO DESPROVIDO. (...) 5. Consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, é possível a cobrança da capitalização mensal de juros, desde que pactuada, nos contratos bancários celebrados após a edição da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000 (MP n. 2.170-36/2001). 6. A cláusula contratual que prevê a cobrança da comissão de permanência não é potestativa, devendo ser calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, de acordo com a espécie da operação, limitada à taxa do contrato, sendo admitida, apenas, no período de inadimplência, desde que não cumulada com os encargos da normalidade (juros remuneratórios e correção monetária) e/ou com os encargos moratórios (juros de mora e multa contratual). Inteligência das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. 7. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no REsp 1052866 / MS - Relator(a) Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS) (8155) - Órgão Julgador - T3 - TERCEIRA TURMA - Data do Julgamento: 23/11/2010 - Data da Publicação/Fonte: DJe 03/12/2010). AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. ADMISSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO. I - É admissível a capitalização mensal dos juros nos contratos celebrados a partir da publicação da Medida Provisória n. 1.963- 17/2000, desde que pactuada. II - O agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. III - Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp 1093813 / RS - Relator(a) Ministro SIDNEI BENETI (1137) - Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA - Data do Julgamento: 18/11/2010 - Data da Publicação/Fonte: DJe 26/11/2010). No corpo do julgado, o relator, eminente Min. Sidnei Beneti, bem esclarece, de forma sintética, o entendimento da Corte Superior: ... 4 - A capitalização dos juros é admissível quando pactuada e desde que haja legislação específica que a autorize. Assim, permite-se sua cobrança na periodicidade mensal nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial (Decreto-lei n. 167/67 e Decreto-lei n. 413/69), bem como nas demais operações realizadas pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17 (31.3.00). Nesse sentido, o REsp 602.068/RS, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, DJ 21.3.05, da colenda Segunda Seção. Ressalte-se, ainda, que esta Corte, no julgamento do REsp 890.460/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 18.2.08, pronunciou-se no sentido de que a referida Medida Provisória prevalece frente ao artigo 591 do Código Civil, face à sua especialidade. Assim, admite-se a capitalização mensal dos juros no presente caso. Cumpre consignar, que o Superior Tribunal de Justiça, após período inicial de divergência, adotou entendimento permissivo da capitalização mensal dos juros, mas desde que exista expresso dispositivo de lei que a admita, como por exemplo, para os créditos rurais o art. 5º do Decreto Lei
167/67; para os créditos industriais o art. 5º do Decreto Lei 413/69, e para os créditos comerciais o art. 5º da Lei 6.840/80. No caso em tela, a Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000 (MP n. 2.170-36/2001) não mais sustenta tal possibilidade, razão pela qual há de ser invocada a súmula nº 121 do STF, de aplicação subsidiária em caso de ausência de lei específica, in verbis: "É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada". Por ser muito antiga,7 impõe-se sua leitura conjunta com as disposições legais mais recentes, seguindo o mesmo raciocínio que fez o STJ, compatibilizando-a com o advento das já mencionadas leis específicas. Então, afastada a legislação específica por falecer-lhe eficácia, restam duas hipóteses subsidiárias: a capitalização anual (art. 591 do CC)8 ou a incidência dos juros de forma simples, sem nenhuma capitalização. Será o contrato que definirá. Então, a solução para o caso concreto deve ser da seguinte forma: a) se houver previsão contratual expressa de capitalização, a referida súmula deve ser lida, obviamente, tendo em vista o que o Código Civil de 2002 (que é posterior) prevê como possível, ou seja, deverá ser aplicada a capitalização anual; b) caso não exista nenhuma previsão nesse sentido, impossível cogitar a incidência da anual de forma subsidiária, vez que da interpretação do referido dispositivo do Código Civil extrai-se com clareza que é 7 Data de Aprovação: Sessão Plenária de 13/12/1963 - Fonte de Publicação: Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal Anexo ao Regimento Interno. Edição: Imprensa Nacional, 1964, p. 73 - Referência Legislativa: Decreto-Lei 22626/1933, art. 4º. 8 Art. 591. Destinando-se o mútuo a fins econômicos, presumem-se devidos juros, os quais, sob pena de redução, não poderão exceder a taxa a que se refere o art. 406, permitida a capitalização anual. "permitida a capitalização anual", o que leva à conclusão de que sua aplicabilidade não é cogente, automática, dependendo de pactuação. Em resumo, a conclusão que se extrai de todo o exposto acima é: se o embasamento legal para a capitalização com periodicidade mensal teve sua aplicabilidade suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal, bem como vários tribunais deste país, corroborando com tal decisão provisória da Suprema Corte, julgaram, muitos deles à unanimidade, inconstitucional tal comando normativo, impossível cogitar a possibilidade de manutenção da higidez legal de quaisquer contratos que se sustentem no referido dispositivo. Destarte, com a devida vênia, o entendimento até o momento adotado pelo colendo STJ não pode prevalecer, ao menos até pronunciamento definitivo a ser adotado pelo órgão máximo do Poder Judiciário desse país, na ADIN 2.316-DF. Aliás, ao se afirmar que o único embasamento legal para a cobrança de juros capitalizados está, atualmente, desprovido de eficácia, a presente decisão monocrática, em verdade, está em consonância com o entendimento do STJ de que deve existir autorização legal expressa para tanto. Isso porque, uma hipótese legal suspensa (STF), ainda que temporariamente (por concessão de medida liminar), representa o mesmo que inexistência de lei (argumento do STJ). Destaque-se, aliás, ser até mesmo possível cogitar-se de cabimento de Reclamação dirigida ao STF, caso tal decisão não seja devidamente observada por qualquer julgador, inclusive os ministros do Eg. STJ, diante da conhecida eficácia erga omnes das decisões proferidas em sede de Controle de Constitucionalidade concentrado. Caso contrário não haverá razão nenhuma para que um Ministro do Supremo Tribunal Federal suspenda a aplicabilidade de um determinado dispositivo legal, cuja presunção de constitucionalidade esteja abalada. Parece um paradoxo, mas é exatamente isso. Com efeito, a suspensão promovida pelo STF esvaziou o fundamento principal que orienta o raciocínio do STJ acerca da matéria, já que este último parte do pressuposto de que a MP vergastada ainda tem vigência, considerando válidos os contratos posteriores ao seu advento, que nela se sustentam. Por isso, é por meio de uma interpretação conjunta da jurisprudência da Suprema Corte e do STJ acerca do tema que se chega a uma conclusão acerca da atual leitura jurídica dos contratos como o da casuística. Cumpre ressaltar, por derradeiro, que nos casos de financiamento por Cédula de Crédito Bancário que atenda exatamente todos os requisitos do art. 29 da Lei 10.931/2004,9 o disposto no inciso I, § 1º, do art. 2810 da mesma lei não é suficiente para dizer quais são as periodicidades permitidas para o incidência dos juros, de modo que a solução, relativamente a MP hostilizada, somente será definitiva quando o Supremo Tribunal Federal se posicionar a respeito (ao menos no que tange à sua compatibilidade com a constituição). Necessário, portanto, afastar a capitalização mensal promovida no contrato em tela, observando-se a orientação acima exposta. Adota-se aqui, apenas o raciocínio inverso que adotou o próprio STJ, quando definiu, pelo critério da especialidade, a prevalência da MP 2.170-36/2001 em relação ao Código Civil de 2002, neste julgado: CIVIL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. ANUALIDADE. ART. 591 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. 9 Art. 29. A Cédula de Crédito Bancário deve conter os seguintes requisitos essenciais: I - a denominação "Cédula de Crédito Bancário"; II - a promessa do emitente de pagar a dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível no seu vencimento ou, no caso de dívida oriunda de contrato de abertura de crédito bancário, a promessa do emitente de pagar a dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, correspondente ao crédito utilizado; III - a data e o lugar do pagamento da dívida e, no caso de pagamento parcelado, as datas e os valores de cada prestação, ou os critérios para essa determinação; IV - o nome da instituição credora, podendo conter cláusula à ordem; V - a data e o lugar de sua emissão; e VI - a assinatura do emitente e, se for o caso, do terceiro garantidor da obrigação, ou de seus respectivos mandatários. 10 Art. 28. A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2o. § 1o Na Cédula de Crédito Bancário poderão ser pactuados: I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação; INAPLICABILIDADE. ART. 5º DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.963-17/2000 (2.170-36/2001). LEI ESPECIAL. PREPONDERÂNCIA. I. Não é aplicável aos contratos de mútuo bancário a periodicidade da capitalização prevista no art. 591 do novo Código Civil, prevalecente a regra especial do art. 5º, caput, da Medida Provisória n. 1.963- 17/2000 (2.170-36/2001), que admite a incidência mensal. II. Recurso especial conhecido e provido. ...No que tange à Medida Provisória n. 1.963-17 (2.170-36), evidentemente que o primeiro fundamento não se aplica. Porém, entendo que o segundo sim, por se direcionar às "operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional" , especificidade que a faz prevalente sobre a lei substantiva atual, que não a revogou expressamente e não é com ela incompatível, porque é possível a coexistência por aplicável o novo código substantivo aos contratos civis em geral (art. 2º, parágrafo 2º, da LICC), não tratados na aludida Medida Provisória. (REsp 890460/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2007, DJ 18/02/2008, p. 35). Por óbvio, o raciocínio inverso (ausência de eficácia da Medida Provisória), faz concluir pela aplicabilidade subsidiária do Código Civil (se pactuada a capitalização) já que, como afirmado no julgado, as disposições não são incompatíveis, mas sim coexistentes. 2.3.2 Da comissão de permanência Após muita discussão no tocante à interpretação das súmulas 294 e 296 do Superior Tribunal de Justiça,11 os ministros da Segunda Seção daquela corte, promovendo interpretação autêntica no julgamento do REsp 834.968/RS, em que foi relator o Min. Ari Pargendler, assim definiu a controvérsia: CONSUMIDOR. MÚTUO BANCÁRIO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DAS SÚMULAS Nº 294 E 296 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Vencido o empréstimo bancário, o mutuário permanece vinculado a obrigação de remunerar o capital emprestado mediante os juros contratados, salvo se a respectiva taxa de mercado for menor, respondendo ainda pelos juros de mora e, quando ajustada, pela multa, que não pode exceder de dois por cento se o negócio for posterior ao Código de Defesa do Consumidor; na compreensão do Superior Tribunal de Justiça, a comissão de permanência é formada por três 11 Súmula nº 294 - Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato. Súmula nº 296 - Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado. parcelas, a saber: 1) juros que remuneram o capital emprestado (juros remuneratórios); 2) juros que compensam a demora no pagamento (juros moratórios); e 3) se contratada, a multa (limitada a dois por cento, se ajustada após o advento do Código de Defesa do Consumidor) que constitui a sanção pelo inadimplemento. O tema ativado neste recurso especial foi afetado ao exame da 2ª Seção, menos pelo respectivo mérito do que pela terminologia empregada nas respectivas razões e tem a ver com a imprecisão dos vocábulos utilizados na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, inclusive naquela consolidada em súmulas. A despeito do consenso de que, inadimplido o empréstimo bancário, o mutuário permanece vinculado a obrigação

de remunerar o capital emprestado enquanto ele não for restituído, a manifestação judicial desse entendimento tem sido deficitária ou confusa, fundamentalmente em razão do emprego da expressão "comissão de permanência". "Não é potestativa" lê-se na Súmula nº 294 "a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato". O enunciado teve o propósito de explicitar que o capital emprestado sempre que não for restituído no prazo contratual pode ser remunerado pelos juros de mercado, desde que a respectiva taxa não exceda daquela contratada pelas partes. Todavia, a expressão "comissão de permanência", nele embutida, dificulta essa compreensão. De certo modo, a Súmula nº 296 (embora com um complicador, "não cumuláveis com a comissão de permanência"), ajuda a perceber o sentido da orientação jurisprudencial, a saber: "Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado". Entretanto, a cláusula "não cumuláveis com a comissão de permanência" novamente embaralha a percepção, tolhendo o entendimento que se quis expressar, o de que não se pode remunerar duas vezes o capital emprestado. (REsp 834968/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2007, DJ 07/05/2007, p. 273). As expressões que destaquei, mostram bem que a súmula serviu para definir a controvérsia que havia acerca da possibilidade de incidência de juros remuneratórios no período de inadimplência. Explica-se. Na parcela mensal normal do contrato já está embutida a taxa remuneratória da financeira. Essa taxa, prevista no contrato, foi calculada tendo em vista a expectativa de recebimento até o dia do vencimento. Quando o consumidor não cumpre o contrato (atrasa o pagamento), parece óbvio que é perfeitamente lícito à instituição financeira acrescer na cobrança a remuneração que lhe é devida referente aos dias de atraso por parte do consumidor. Somente assim, o capital emprestado é remunerado adequadamente, até o dia efetivo em que retorna para as mãos do agente financiador (por isso que tal operação deve ser feita com base naquilo que se denomina cálculo pro rata die). E assim esclareceu o STJ. Mas além de definir que é possível a incidência dos juros remuneratórios nesse período, fora definida também outra questão importante: que tais juros cobrados especificamente nesse período de inadimplência, devem ser no máximo equivalentes à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, salvo se a taxa contratada for menor. Numa redação mais clara, com a devida vênia, a questão seria facilmente solucionada. Vejamos: Súmula nº 296/STJ - Redação atual: Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado. Redação sugerida para melhor compreensão: Os juros remuneratórios são devidos no período de inadimplência, sempre limitados à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, salvo quando a taxa contratada for menor. A comissão de permanência não pode ser cumulada com juros remuneratórios. Basta ter em mente a leitura que sempre beneficia o consumidor. A releitura sugerida, então, revela que o limite máximo, na verdade, é a taxa média de mercado. Se o contratado for menor, aplica-se, obviamente, o contrato. Observando-se a comissão de permanência estipulada nos contratos de modo geral, constata-se que, invariavelmente, quando previstas, incluem na sua composição uma taxa remuneratória flagrantemente superior à taxa média de mercado calculada periodicamente pelo Banco Central. Isso porque, extraindo-se do percentual único previsto a título de comissão de permanência a multa, que não pode ultrapassar 2%, conforme dita o § 1º do art. 52 do Código de Defesa do Consumidor,12 bem como 12 Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre: os juros moratórios, que não podem ultrapassar de 1% ao mês a teor do que dispõe a súmula nº 379 do Eg. STJ,13 fica cristalino que o percentual restante (ou seja, os juros remuneratórios que incidirão durante a inadimplência) ultrapassa, em muito, a taxa média calculada pelo BACEN. Por tal motivo, verifica-se que a adoção da comissão de permanência, que concentra, por assim dizer, todos os juros e encargos passíveis de cobrança numa única referência numérica percentual, ainda que seja utilizada para incidir unicamente no período de inadimplência, é prejudicial ao consumidor (i) por lhe falecer transparência e não revelar boa-fé da instituição financeira, eis que tal percentual único concentrado impossibilita o consumidor saber de quais taxas ela é composta e qual a medida de cada uma delas; (ii) porque geralmente comporta (de forma camuflada, o que é grave) uma taxa acima da média de mercado para remunerar o capital no período de atraso. O mais correto e honesto, em verdade, seria a mesma taxa remuneratória para os dois períodos: da normalidade e da inadimplência, assim não haveria controvérsia. No caso em tela, a taxa remuneratória contratada para o período de normalidade é de 1,41%, conforme se denota do contrato, fl. 158-TJ o que projeta 18,34% a.a. (evidente a capitalização mensal). Além disso, observa- se item denominado "CET efetivo total anual" de 22,45%, o qual certamente contempla, de forma embutida, os demais encargos contratuais. Já aquela contratada para incidir em eventual período de inadimplência, adotado o raciocínio retro exposto, resta identificada em patamar mais elevado do que a taxa média de mercado.14 Pela inteligência acima exposta, se a intenção é evitar que o capital seja remunerado duas vezes, a conclusão simplificada é de que: se a comissão de permanência já compõe (i) juros remuneratórios, (ii) juros moratórios e (iii) multa como sanção pelo inadimplemento (o que se percebe facilmente, haja vista seu elevado valor mensal, apesar de, no caso, apenas ocorrer a previsão de cobrança dos encargos específicos, sem contratação de comissão de permanência fls. 160-TJ), a instituição financeira deve escolher entre cobrar somente a comissão de permanência, ou fragmentá-la para cobrar separadamente todos os encargos e juros que a compõe, nunca as duas situações simultaneamente, sob pena de nulidade por manifesto bis in idem. E, se decidir por cobrar a comissão de permanência (taxa única), a fração percentual que a compõe, referente aos juros remuneratórios, deve se limitar à taxa média de mercado, se aquela contratada não for menor, em observância ao que dispõe a já mencionada súmula nº 296/STJ. Ademais, além do conteúdo das cláusulas contratuais que preveem cumulação da comissão de permanência com quaisquer outros encargos ou juros (sejam remuneratórios ou moratórios) ser manifestamente abusivo, eis que gera onerosidade excessiva ao consumidor (e de forma escamoteada, o que agrava a mácula), não raramente a sua forma também é questionável, porquanto desrespeita frontalmente a Lei nº 11.785/2008, que alterou o § 3º do art. 54 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) para definir o tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão.15 Clara, portanto, sob o ponto de vista substancial e formal, a nulidade da previsão contratual relativa a comissão de permanência, quando paralela à outros encargos. A jurisprudência é plena nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO BANCÁRIO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. MORA DESCARACTERIZADA. BUSCA E APREENSÃO. DECISÃO MANTIDA. I - É admitida a cobrança da comissão de permanência no período da inadimplência nos contratos bancários, à taxa de mercado, desde que (i) pactuada, (ii) cobrada de forma exclusiva ou seja, não cumulada com outros encargos moratórios, remuneratórios ou correção monetária e (iii) que não supere a soma dos seguintes encargos: taxa de 15 Artigo 54 § 3º Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. juros remuneratórios pactuada para a vigência do contrato; juros de mora; e multa contratual. II - A cobrança de encargos ilegais no período da normalidade descaracteriza a mora do devedor. III - Descaracterizada a mora do devedor, por ilegalidades no contrato de adesão firmado (onerosidade excessiva), incabível ação de busca e apreensão. IV - O agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. V - Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no Ag 1343166 / RS Relator(a): Ministro SIDNEI BENETI (1137) - Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA - Data do Julgamento: 18/11/2010 - Data da Publicação/Fonte: DJe 26/11/2010). Analisando a casuística, inexiste a cumulação da comissão de permanência com outros encargos de mora, conforme se infere da cláusula 5 do contrato de fl.160-TJ. 2.3.3 Dos demais encargos previstos no contrato Os demais encargos previstos nesses tipos de contrato (verificam-se com frequência, por exemplo, valores a título de Serviços de Terceiros, Taxa de Abertura de Crédito ou TAC, Taxa de emissão de Carnê ou TEC, Registro de Contrato, Avaliação do Bem, IOF, entre outras), em relação aos quais também paira discussão entre as partes relativamente à sua legalidade, não possuem entendimento consolidado no âmbito dos Tribunais Superiores, de modo que não podem ser extirpados das parcelas, em sede de antecipação de tutela. Tal postura se impõe em nome da coerência, já que a presente decisão se baseia nos critérios estabelecidos pelo STJ quando cuidou dessa matéria, não podendo dela destoar, sob pena de evidente contradição. Então, como dito, o tema deverá ser mais bem debatido na instância inferior, sob o crivo do contraditório, para que se defina se há ou não ilegalidade na cobrança de tais encargos. Com isso, somente em grau de apelação esta Corte manifestar-se-á acerca das demais cobranças, então, de forma definitiva, tudo em respeito ao duplo grau de jurisdição, evitando-se, assim, manifesta supressão de instância. 3. REPETIÇÃO DE INDÉBITO Consectário lógico de eventual reconhecimento definitivo de abusividade no contrato será a devolução de valores pagos indevidamente pelo consumidor. Nada recomendável que se antecipe a tutela para determinar a repetição do indébito, vez que a liminar poderá ser alterada pela sentença, a qual também poderá ser modificada eventualmente em grau de apelação, gerando apenas confusão desnecessária no que toca à correção monetária e juros incidentes sobre tais valores. Mais adequado, portanto, aguardar-se a solução definitiva do caso concreto (trânsito em julgado), para que se fale em devolução dos valores, o que será feito de uma só vez, destinando-se o montante correto para as mãos de quem realmente tem o direito de forma definitiva. 4. CONCLUSÕES. Cotejando-se a decisão hostilizada, verifica-se que merece alguns retoques para que se alinhe ao posicionamento mais correto, conforme toda a exposição retro. Em resumo, a decisão é no sentido de afastar somente a capitalização mensal dos juros, mantendo-se subsidiariamente a anual para efeitos do cálculo das parcelas mensais (somente se pactuada a capitalização, caso contrário os juros deverão incidir de forma simples). No caso de cobrança de encargos de inadimplência, caso tenham sido os juros remuneratórios fixados acima dos padrões médios de mercado, deverá ser reduzida exatamente a este índice médio para os cálculos, já que é o limite máximo admissível, nos termos da súmula nº 296/STJ. A fração dos juros de mora, por sua vez, deverá se limitar à apenas 1% ao mês, em respeito ao que dispõe a súmula n° 379/STJ. A multa contratual, a seu turno, limitar-se-á a 2%, nos exatos termos do § 1º do art. 52 do Código de Defesa do Consumidor. Não havendo previsão na forma de comissão de permanência, mas sim de juros remuneratórios, de mora e multa de forma separada, a mesma lógica deverá ser obedecida, salvo pactuação em menores percentuais que beneficiem o consumidor. Por derradeiro, cumpre ressaltar que é absolutamente incompreensível, até mesmo sob o ponto de vista da lógica, do raciocínio silogístico, vislumbrar a possibilidade de deferir o depósito do valor incontroverso, ao mesmo tempo impedir a inserção do nome nos cadastros de proteção ao crédito e, ato contínuo, não deferir o pedido de manutenção do consumidor na posse do veículo. Ora, me parece muito simples a seguinte lógica: a) Se há reconhecida prática de abusividade pela instituição financeira no valor cobrado mensalmente, permitindo-se o depósito daquilo que efetivamente seja adequado a título de contraprestação, o julgador reconhece que há plausibilidade de êxito na argumentação do consumidor. b) Assim sendo, a mora, obviamente, não pode se configurar, já que, até ulterior decisão o valor deferido para depósito é o que se entende, para aquele momento, como realmente devido. c) Ora, se o consumidor então cumpre a obrigação conforme

autorizado pelo juízo (juízo este que enxergou possibilidade de que realmente exista abusividade no contrato), parece-me ilógico dizer que o bem não pode ficar na posse do consumidor. Não procede o raciocínio (também bastante utilizado por alguns magistrados) no sentido de que manter o autor na posse do bem afrontaria o direito de ação da instituição financeira, que estaria então impossibilitada de ajuizar a busca e apreensão. Há uma incompreensão evidente em tal raciocínio. Ora, o banco não ficará impedido de exercer seu direito de ação. Contudo, ao exercê-lo, a demanda terá de ser distribuída por dependência, para tramitar juntamente com a ação revisional, sendo o mesmo juiz o responsável por analisar se é o caso ou não de reverter a liminar deferida na revisional. Tão simples, que parece quase desnecessária tal explicação. Aliás, só o fato de o juiz impedir a inserção do nome do consumidor nos cadastros de inadimplentes, equivale a dizer que ele não se encontra em mora. Ora, se é assim, não estando em mora, não há fundamento para que seja desprovido da posse do seu bem. Impraticáveis, porque contraditórias em si mesmas, as determinações judiciais dessa natureza, o que comumente se observa nas decisões singulares. Um esclarecimento revela-se necessário: relativamente àquilo que for afastado da parcela na antecipação de tutela, se eventualmente for revogado em sede de decisão definitiva, deverá o consumidor pagar os atrasados com correção monetária e juros de mora. Parece óbvio: verificado ao final da demanda que, em relação a determinados encargos questionados o consumidor não logrou êxito na sua tese, mostra-se necessário que realize o adimplemento daquilo que era devido, justamente por ter sido impugnado indevidamente. É o risco que corre o consumidor, ao questionar algo sem estar lastreado em fundamentos convincentes. A verdade é uma só: os requisitos cumulativos estabelecidos pelo STJ, uma vez preenchidos, resultam obrigatoriamente nos três efeitos que são inerentes e inseparáveis: manutenção da posse, permissão para depósito do valor incontroverso (extirpadas as cobranças entendidas, desde logo, como abusivas) e impossibilidade de incluir o nome do consumidor nos cadastros de proteção ao crédito. A necessidade da manutenção de posse como consectário lógico é clara, nestes termos: ...Verificada a cobrança de encargo abusivo no período da normalidade contratual, resta descaracterizada a mora do devedor. Afastada a mora: i) é ilegal o envio de dados do consumidor para quaisquer cadastros de inadimplência; ii) deve o consumidor permanecer na posse do bem alienado fiduciariamente e iii) não se admite o protesto do título representativo da dívida. Não há qualquer vedação legal à efetivação de depósitos parciais, segundo o que a parte entende devido. (REsp 1061530 / RS Relator(a) - Ministra NANCY ANDRIGHI (1118) - Órgão Julgador: S2 - SEGUNDA SEÇÃO - Data do Julgamento: 22/10/2008 - Data da Publicação/Fonte: DJe 10/03/2009). Nessa ótica, observa-se que não é à toa a exigência da Corte Superior, de que seja demonstrado o entendimento pacífico do STJ ou do STF acerca da abusividade dos valores que se pretende afastar da parcela mensal. Assim é, para que não se extirpe das prestações aqueles encargos contratuais em relação aos quais ainda não se debateu o suficiente, sendo vacilantes, portanto, os diversos entendimentos que se verificam na jurisprudência pátria. Daí os exatos termos do item 2.3.3 supra, justamente para diminuir o risco de se verificar a necessidade de revogação de grande parte da liminar, gerando assim, um passivo em atraso para o consumidor de valor muito significativo, que então deverá ser pago com correção e juros moratórios. Destarte, é o que se pode fazer, para o momento, em sede de antecipação de tutela. 5. D E C I S Ã O Diante do exposto, por estarem os tópicos aqui debatidos em perfeita consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (acerca da comissão de permanência), bem como do Supremo Tribunal Federal (relativamente à capitalização mensal de juros, que está suspensa, suspensão que esvazia o fundamento legal da cobrança e deve ser respeitada pelos demais Tribunais do país), DOU PARCIAL PROVIMENTO ao agravo de instrumento interposto, com base no § 1-A do art. 557 do Código de Processo Civil, para os efeitos logo acima transcritos, reformando-se a decisão singular. Isso possibilita que o consumidor deposite em juízo, mensalmente, a nova parcela do financiamento calculada com base nos novos critérios aqui definidos (juros com capitalização anual ou simples, conforme o caso), de modo que, assim procedendo, não restará em mora, podendo manter- se na posse do bem, bem como terá o direito de não ver o seu nome incluso nos cadastros de proteção ao crédito (ou retirado imediatamente, após a purgação de eventual mora, se já incluso). Curitiba, 16 de setembro de 2011. José Sebastião Fagundes Cunha Desembargador Relator

0002 . Processo/Prot: 0777131-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/37072. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0023340-03.2010.8.16.0001 Prestação de Contas. Apelante: José Marcos Carvalho. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Apelado: Banco Bradesco Financiamentos Sa. Advogado: Marcelo Augusto Bertoni, Rafaella Gussella de Lima, Bruno André Souza Colodel, José Edgard da Cunha Bueno Filho. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR CARÊNCIA DE AÇÃO. FINANCIAMENTO BANCÁRIO. CONTRATO COM TAXAS DE JUROS, VALOR E VENCIMENTO DAS PARCELAS. AUSÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS OU NEGÓCIOS POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. NEGADO SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível originários da 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba em que é apelante José Marcos Carvalho e apelado Banco Bradesco Financiamentos S/A. I Relatório. O autor, ora apelante, ingressou com Ação de Prestação de Contas em face da instituição financeira visando à prestação de contas relativa ao contrato de financiamento celebrado entre as partes. Sentenciando, o juiz de primeiro grau julgou o feito extinto sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, inciso VI, do CPC, tendo em vista a ausência de interesse processual da parte autora (fls. 90/100). Irresignado, o apelante, interpõe o presente recurso de apelação e aduz, em síntese, que: os documentos fornecidos pelas instituições financeiras são de difícil compreensão e impossibilitam a constatação da regularidade das operações realizadas; o simples envio de extratos não exime o banco de prestar contas ante as dúvidas do consumidor; em nenhum momento requereu a modificação ou a nulidade de qualquer cláusula contratual, pretende apenas a prestação de contas por iniciativa da instituição financeira recorrida, determinando que seja demonstrado que atuou nos termos do contrato e da legislação competente; os pleitos formulados na peça inaugural se encontram em estrita consonância com os procedimentos previstos na legislação processual; é direito do recorrente a ampla informação; como o apelado calculou as parcelas contratadas, impõe-se a ele o dever de prestar contas. Requer por fim o provimento do recurso de apelação, para o fim de reformar a decisão recorrida. Com as contrarrazões, vieram os autos a esse Egrégio Tribunal de Justiça. É a breve exposição. II Do cabimento da decisão monocrática. O recurso merece conhecimento, na medida em que estão presentes os pressupostos de admissibilidade recursal. Cabe o julgamento do recurso por decisão monocrática do relator, conforme a previsão do art. 557 do CPC. O juiz singular extinguiu o processo sem resolução do mérito, por entender que está ausente o interesse de agir do autor, uma vez que não restou demonstrada a necessidade do ajuizamento da ação de prestação de contas. A presente ação de prestação de contas foi ajuizada com o intuito de se obter informações acerca do contrato de financiamento firmado entre partes, principalmente no que tange às taxas de juros praticadas pela instituição financeira, fórmulas de cálculo, tarifas, etc. Da análise do pedido do apelante infere-se a falta do interesse de agir. Isso porque, por meio do contrato de financiamento é possível ter conhecimento das taxas praticadas pela instituição financeira, bem como dos critérios utilizados para apurar o seu valor, visto que estas informações vêm expressamente consignadas. Desse modo, resta claro que falta ao autor interesse processual, na medida em que ajuizou ação de prestação de contas para obter informações acerca de taxas, tarifas e critérios de cálculo, das quais já tem conhecimento desde o princípio, porque constam no contrato. Ademais, para que exista a obrigação de prestar contas por parte da instituição financeira, é necessário que haja administração de bens ou interesses alheios, o que inexiste nos contratos de financiamento, já que, nessa modalidade contratual, o banco empresta dinheiro ao consumidor que o toma por inteiro. Assim quem administra essa quantia recebida não é a instituição financeira, mas sim o consumidor. No caso concreto há uma relação de direitos e deveres entre as partes, pois houve um empréstimo com aplicação de taxas e encargos previamente acordados e conhecidos pelo apelante. Neste sentido é a jurisprudência dominante desta Corte: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUTOR QUE PLEITEIA ESCLARECIMENTOS DE TAXAS E ENCARGOS QUE JÁ SE ENCONTRAM EXPRESSAMENTE DESCRITOS NO CONTRATO INTERESSE PROCESSUAL INEXISTENTE. ACORDO QUE NÃO ACARRETA ADMINISTRAÇÃO DE BENS OU NEGÓCIOS POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, O QUE AFASTA A INCIDÊNCIA DA VIA ELEITA PELO AUTOR. IMPROPRIEDADE E FALTA DE ADEQUAÇÃO DO MEIO PROCESSUAL À SITUAÇÃO JURÍDICA TRAZIDA AOS AUTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. " (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0727428-6 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Victor Martim Batschke - Unânime - J. 23.03.2011) "PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRIMEIRA FASE. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DIANTE DA FALTA DE ADMINISTRAÇÃO DOS BENS POR PARTE DO BANCO. RECURSO DESPROVIDO." (TJPR - 13ª C.Cível - AC 0724000-6 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Luiz Taro Oyama - Unânime - J. 16.02.2011) Assim, conclui-se que a obrigação de informar, estabelecida no Código de Defesa do Consumidor, não pode ser confundida com o dever de prestar contas, próprio de contratos dos quais derive alguma forma de administração ou gerência de bens alheios, hipótese alheia ao caso discutido nos autos. Desta feita, resta evidente a inexistência de interesse processual para o ajuizamento da presente demanda, até porque a via eleita não é adequada para dar a solução correta à situação jurídica trazida pelo autor. III. Decisão. Diante do exposto, constatado que o recurso se encontra em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal, nego-lhe seguimento, com fundamento no art. 557, caput, do CPC. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. OSVALDO NALLIM DUARTE Juiz de Direito Substituto em 2.º Grau Relator convocado

0003 . Processo/Prot: 0777271-2/01 Embargos Infringentes Cível (Gr/CInt.)

. Protocolo: 2011/258745. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 777271-2 Revisional. Embargante: Banco Finasa S/a. Advogado: Milken Jacqueline Cenerini Jacomini, Patricia Pontaroli Jansen, Cristiane Belinati Garcia Lopes. Embargado: Zappy Transportes de Cargas Ltda. Advogado: Jhonathas Aparecido Guimarães Sucupira. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível em Composição Integral. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

VISTOS O presente recurso é extraído de ação revisional de contrato movida por Zappy Transportes de Cargas Ltda em face de Banco Finasa S/A. O juiz de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos deduzidos na inicial, condenando a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios. Em grau de recurso a sentença foi anulada por maioria de votos, na consideração de que `cabe ao magistrado comunicar a sua intenção de abreviar o procedimento antes de julgar antecipadamente a lide, a fim de não surpreender as partes, impedindo-as de interpor eventual recurso em face dessa decisão" (f. 166). Votou vencido o Des. Mário Helton que entendeu pelo parcial provimento do recurso para que seja declarada nula a cobrança da TAC e TEC e reduzir os honorários. Visando fazer prevalecer o voto vencido, Banco Finasa opôs os presentes embargos infringentes argumentando, em apertada síntese que: (i) a sentença de primeiro grau deve ser mantida, posto que

não há se falar em cerceamento de defesa; (ii) não há qualquer justificar que enseja uma revisão contratual; (iii) o contrato de arrendamento mercantil não permite as análises da taxa de juros; (iv) é possível a capitalização de juros; (v) impossibilidade de devolução dos valores pagos. Admitidos os embargos pelo Relator do acórdão embargado, vieram os autos a este Relator. É o relatório. DECIDO: 1. O recurso não comporta conhecimento. 2. Dispõe o artigo 530 do Código de Processo Civil: "Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgador procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência". Anular e reformar não são institutos processuais que se possam confundir, razão pela qual a conclusão que se chega é a de que o legislador processual não utilizou o termo `reformar' equivocadamente. Na lição de Barbosa Moreira, na Revista de Processo 109, p. 116/117: "Para reformar a sentença quase supérfluo notar que é indispensável que o tribunal haja conhecido da apelação e não tenha encontrado na decisão vício que a invalide. Se não conheceu da apelação, por lhe faltar algum requisito de admissibilidade, o órgão de segundo grau não chegou a apreciar-lhe o mérito, nem, por conseguinte, podia examinar se fora correta ou incorreta a sentença apelada. Se, conhecendo-se da apelação, se apurou que a sentença continha vício invalidante (por exemplo: incompetência absoluta do juízo a quo, julgamento extra petita), a única via aberta ao tribunal seria a de anular a decisão o que de modo nenhum se identifica com reformá-la. Por outro lado, nada importa que no julgamento da apelação se haja rejeitado o pedido que o juiz acolhera, ou acolhido o que ele rejeitara. Caso a sentença haja sido reformada em parte, unicamente em relação a essa parte poderão caber embargos". A anulação de uma sentença de mérito pode determinar que o processo seja devolvido ao juízo de 1º grau em razão do vício nela contido, gerando uma nova decisão de mérito. Entender que são admissíveis embargos infringentes quando o acórdão não unânime anula sentença de mérito levaria a perspectiva de que fossem cabíveis os infringentes duas vezes no mesmo processo. Certamente não é a intenção da lei. A atual redação do art. 530 é voltada à restrição do âmbito de cabimento dos embargos infringentes a fim de conferir maior importância à sentença de mérito. Nelson Nery Junior compartilha do mesmo pensar e esclarece em sua obra Comentários ao Código de Processo Civil , p. 1007: `'Se a apelação for promovida para corrigir o vício de julgamento, haverá reforma da sentença. Se a apelação for promovida para corrigir o vício de procedimento, haverá anulação da sentença. (...) Somente no caso de reforma da sentença, vale dizer, de provimento da apelação para correção do error in iudicando, de questões de fundo, por acórdão não unânime é que são cabíveis os embargos infringentes . O recurso é cabível ainda que a reforma da sentença seja parcial. As decisões não unânimes de natureza processual, bem como as não unânimes que negam provimento à apelação sobre questão de fundo, não são impugnáveis por embargos infringentes". No mesmo sentido é o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. USUCAPIÃO SOBRE ÁREA DE TERRENO DE MARINHA E PARQUE NACIONAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 530 DO CPC. NÃO ADMISSÃO DOS EMBARGOS INFRINGENTES AO FUNDAMENTO DE QUE O ACÓRDÃO DA APELAÇÃO, AO ANULAR A SENTENÇA, NÃO SE MANIFESTARA SOBRE O MÉRITO DA PRETENSÃO. RECONHECIMENTO DE ERROR IN PROCEDENDO . VÍCIO FORMAL. A AUSÊNCIA DE DECISÃO DE MÉRITO NÃO CONDUZ À COISA JULGADA MATERIAL. ENTRELAÇAMENTO ENTRE ERROR IN PROCEDENDO E ERROR IN JUDICANDO . ACÓRDÃO QUE, POR MAIORIA, ANULA SENTENÇA. NÃO CABIMENTO DOS EMBARGOS INFRINGENTES. 1. Hipótese em que se alega violação do artigo 530 do CPC, pois o órgão julgador a quo não teria conhecido dos embargos infringentes ao fundamento de que o acórdão da apelação limitou-se a anular a sentença. 2. Ação de usucapião julgada inicialmente improcedente diante da imprescritibilidade da área do litoral de Paraty/RJ, a qual parte estaria abrangida por terreno de marinha e parte pela criação do Parque Nacional da Bocaina. 3. Em que pese se apresente questões de mérito tanto no voto vencido como no voto vencedor - diz-se dessa forma porque o voto condutor precisou apontar a viabilidade do direito "em tese" ao usucapião para concluir pelo error in procedendo (ausência de citação) e anular a sentença - é indispensável observar-se que, para se aferir o cabimento dos embargos infringentes, deve-se levar em consideração a desigualdade nas conclusões dos votos e não a diferença que possa haver nas fundamentações. Essa é a lição capitaneada por Barbosa Moreira: "Apura-se o desacordo pela conclusão do pronunciamento de cada votante, não pelas razões que invoque para fundamentá-lo" (Comentários ao Código de Processo Civil, vol. V, 14ª ed., Forense, 2008, p. 529). 4. Se o artigo 530 do CPC declara caber embargos infringentes "quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito", deve-se compreender que o legislador não estendeu esse recurso para a hipótese de o acórdão anular a sentença por vício formal. Houve nítida vontade em se restringir o seu cabimento, razão pela qual vale para a hipótese a máxima inclusio unius alterius exclusio . Convicção diversa destoaria do que se entende por juízo de anulação e juízo de reforma. É esta reforma ou substituição, por maioria de votos, que serve de contraponto à sentença e ao voto vencido e enseja a admissão do recurso previsto no artigo 530 do CPC. 5. A manutenção da cadeia recursal ordinária com os embargos infringentes denota maior segurança jurídica no que diz respeito aos julgamentos de mérito e, consequentemente, à coisa julgada material, evitando-se, assim, a repetição de ações já decididas definitivamente. Todavia, o acórdão que decide, por maioria, anular a sentença por vício de forma não traduz coisa julgada material, pois há, de certa feita, renovação da lide na origem. 6. Situações haverá, como a que se apresenta agora, em que poderá ter-se um entrelaçamento entre error in procedendo e error in judicando, de sorte que, reconhecido o primeiro e, anulada a sentença por maioria de votos na apelação, há juízo de anulação, que conduz à inexistência do ato anulado e sua ineficácia, e não juízo de reforma ou substituição, este sim, pressuposto para se abrir a via reservada aos embargos infringentes. 7. Recurso não provido. (Resp, 1091438- RJ, Min, Rel. Benedito Gonçalves, j. 22/06/2010). 3. Sendo assim, nos termos do que dispõe o artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso. Curitiba, 19 de setembro de 2.011. Des. CARLOS MANSUR ARIDA Relator

0004 . Processo/Prot: 0777326-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/66048. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00001205 Busca e Apreensão. Agravante: Aymoré Crédito Financimento e Investimento Sa. Advogado: João Leonelho Gabardo Filho, Gilberto Stinglin Loth, César Augusto Terra. Agravado: Sidney Pereira de Carvalho. Advogado: Rafael Tadeu Machado. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO. BEM ENTREGUE AO CREDOR. PURGAÇÃO DA MORA PELO DEVEDOR. DETERMINAÇÃO PARA RESTITUIÇÃO DO BEM, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA, E INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DE CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. BEM LEILOADO PELO CREDOR. OBRIGAÇÃO IMPOSSÍVEL DE SER CUMPRIDA. RECURSO PROVIDO, COM FULCRO NO ART. 557, §1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Não há que se falar em aplicação de multa diária e/ou sanções congêneres quando não há mais possibilidade de atender à ordem de restituição do bem liminarmente apreendido, notadamente quando arrematado em leilão promovido pelo credor. Vistos. Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento manejado pelo Requerente da ação de Busca e Apreensão, contra a decisão interlocutória de fl. 115-TJ, que reiterou, por entender que houve a purgação da mora tempestivamente, a determinação de restituição do veículo ao Agravado, no prazo de 5 dias, sob pena de multa diária no valor de R $ 5.000, instauração de procedimento para apuração de crime de desobediência e aplicação dos efeitos da litigância de má-fé. Irresignado, insurge-se o Agravante alegando que o bem apreendido em ação de Busca e Apreensão foi leiloado, não podendo mais ser restituído ao Agravado. Sustenta, ainda, que a multa diária aplicada para descumprimento da decisão perdeu o caráter inibitório, notadamente porque o bem já estaria com terceiro arrematante, o que, por conseguinte, impedí-lo-ia de cumprir o mandamento judicial. É, em síntese, o relatório. 2. O feito comporta julgamento nos termos do art. 557, do CPC. Cinge-se o presente recurso à reforma da decisão a quo que determinou a restituição do bem ao Agravado, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00, instauração de procedimento para apuração de crime de desobediência e aplicação dos efeitos da litigância de má-fé. Compulsando os autos, verifico que a decisão agravada é reiteração da decisão de fls. 76-77 (TJ) que, originariamente, determinou a restituição do bem ao Agravado por entender que a purgação da mora ocorreu tempestivamente. Infere-se, ainda, que o Agravante opôs, contra essa decisão, Embargos de Declaração (fls. 78-81-TJ), os quais foram rejeitados (fl. 83-TJ) pelo Juízo a quo, o que o motivou a interpor recurso de Agravo de Instrumento perante este Tribunal, cuja decisão foi acostada às fls. 109/113-TJ. Com efeito, tem-se que a discussão acerca da restituição do bem ao Agravado já foi devidamente analisada por esta Corte (Agravo de Instrumento nº. 670.398-8), tendo sido a tutela jurisdicional devidamente prestada, perfazendo-se, inclusive, os efeitos da preclusão consumativa. Página 2 de 4 Dessa forma, o interesse do Agravante com o presente recurso restringe-se, tão somente, à aplicação da multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), à instauração de procedimento para apuração de crime de desobediência e à aplicação dos efeitos da litigância de má-fé. Ocorre que, embora não caiba, em sede de Agravo de Instrumento, discutir a questão de fundo, é importante sopesar o fato de o Agravante ter levado o bem objeto da lide a leilão e este ter sido arrematado em 22/08/2009, consoante revela a nota de venda de fl. 68-TJ. Isso porque, diante desses fatos, não há mais como o Agravante cumprir o mandamento judicial, descabendo, portanto, a aplicação de multa diária e, por conseguinte, as demais penalidades, notadamente porquanto nem a posse, nem a propriedade do bem apreendido liminarmente estão em suas mãos. Sendo assim, deve ser reformada a decisão a quo para afastar a multa e as demais penalidades aplicadas. Nesse sentido é a jurisprudência desta Corte: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUCA E APREENSÃO BEM ENTREGUE AO CREDOR PURGAÇÃO DA MORA PELO DEVEDOR DETERMINAÇÃO PARA RESTITUIÇÃO DO BEM CREDOR QUE INFORMA QUE VENDEU O VEÍCULO ENTREGA DO BEM SOB PENA DE MULTA DIÁRIA OBRIGAÇÃO IMPOSSÍVEL DE SER CUMPRIDA CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS DEPÓSITO DO EQUIVALENTE EM DINHEIRO À ÉPOCA EM QUE DEVERIA TER DEVOLVIDO O BEM VALOR A SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO RECURSO PROVIDO". (TJPR, Ag Instr 660.529-0, Rel. Juiz Conv. Luiz Osório Moraes Panza. DJ 459 em 26/08/2010). Página 3 de 4 3. Diante do exposto, dou provimento ao recurso, nos termos do art. 557, §1º-A do CPC, para excluir a aplicação da multa e demais penalidades para cumprimento da ordem de entrega da coisa, nos termos da fundamentação. Dil. Int. Curitiba, 12 de setembro de 2011. LUIS ESPÍNDOLA Juiz Relator

0005 . Processo/Prot: 0777466-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/39368. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 0004853-19.2009.8.16.0001 Busca e Apreensão. Apelante: Banco Finasa Bmc Sa. Advogado: Patricia Pontaroli Jansen, Pio Carlos Freiria Junior, Cristiane Belinati Garcia Lopes. Apelado: Eduardo de Oliveira Lara. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO POR ABANDONO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 240/STJ. PARTE RÉ NÃO CITADA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO, COM A ADVERTÊNCIA DO ART. 267, § 1º, DO CPC. FORMALIDADE ESSENCIAL CONHECIDA DE OFÍCIO. SENTENÇA ANULADA. DADO PROVIMENTO. Vistos etc. I. Relatório. Banco Finasa BMC S/A insurge-se em face da sentença proferida nos autos de busca e apreensão,

por intermédio da qual o MM. Juiz extinguiu o feito sem julgamento de mérito com fulcro no artigo 267, inciso III, do CPC. O recorrente sustenta, em síntese, que: em atendimento ao princípio da instrumentalidade do processo, a medida adequada seria o envio dos autos ao arquivo provisório, até a manifestação da parte interessada; a medida de extinção por abandono adotada nos autos não poderia ter sido aplicada de ofício, pois depende de requerimento do réu, conforme entendimento da súmula 240 do STJ; a instituição financeira não pode ser penalizada pela dificuldade na localização do apelado, o que atrapalha o curso regular do processo. Pugnou pelo provimento do recurso. É o relatório. II. Voto. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. Em primeiro plano, cumpre esclarecer que, não tendo sido superada a fase de integração da lide pois o réu não foi citado -, não pode ser exigida manifestação da parte que desconhece o processo, no sentido de requerer a extinção, o que afasta a aplicação a Súmula n° 240, do STJ. É como decide o TJPR: "(...) Ocorre que, no caso dos autos, foram devidamente intimados o procurador do autor às fls. 100 e o próprio autor, pessoalmente, conforme se extrai da carta de intimação e do AR - aviso de recebimento constante às fls. 112. (...) Dessa forma, diante da ausência de manifestação do réu, não obstante as intimações regularmente efetuadas, bem como diante da inaplicabilidade da súmula 240 do STJ ao caso em comento, não merece seguimento o presente recurso. III - Pelo exposto, com fulcro no art. 557, caput do Código de Processo Civil nego seguimento ao presente recurso, para manter a sentença que decretou a extinção do processo com fulcro no inciso III, do artigo 267 do Código de Processo Civil, uma vez que em confronto com jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal. IV - Intime-se. V - Oportunamente, baixem." Curitiba, 09 de dezembro de 2010. JOSÉ CARLOS DALACQUA Relator. Não obstante, analisando os presentes autos, verifico que a sentença terminativa merece reforma. É que a extinção do feito com fulcro na hipótese de abandono não atendeu adequadamente ao procedimento necessário para que tal medida pudesse ser aplicada. 2 Diante de situação concreta como a retratada nos presentes autos, em que a parte autora deixa de realizar determinado ato processual necessário ao prosseguimento do feito, revela-se indispensável a intimação de seu advogado, pelo Diário da Justiça, a fim de que impulsione o processo, com a indicação expressa de que sua omissão poderá acarretar a extinção do feito, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 267 do CPC. Nesse sentido, colaciona-se a seguinte jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. Extinção do processo após a intimação pessoal da parte alegadamente inerte (CPC, art. 267, § 1º); providência que supõe a prévia intimação do procurador. Recurso especial conhecido e provido." (STJ, REsp 209658/CE, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ: 16/12/2002) No entanto, percebe-se que não foi o que ocorreu no caso em tela, uma vez que não houve a intimação do procurador da parte autora do despacho de f. 32, o que implica anulação da sentença. III. Decisão. Diante do exposto, dou provimento ao presente recurso com amparo no art. 557, §1º-A do CPC, para anular a sentença e determinar o prosseguimento do feito em seus ulteriores termos. Publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. OSVALDO NALLIM DUARTE Juiz de Direito Substituto em 2.º Grau Relator convocado

0006 . Processo/Prot: 0777840-7 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/42120. Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0004653-13.2009.8.16.0130 Prestação de Contas. Apelante: Banco Finasa S/a. Advogado: Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos, Luiz Filipe Furtado Diniz, Gilberto Pedriali, Gustavo Vissoci Reiche. Apelado: Carlos Renato Zocante. Advogado: Charles Zauza. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. FINANCIAMENTO BANCÁRIO. VENDA EXTRAJUDICIAL DO BEM REALIZADA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INTERESSE DO MUTUÁRIO QUANTO À PRESTAÇÃO DE CONTAS. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. NEGADO SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível originários da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí em que é apelante Banco Finasa S/A e apelado Carlos Renato Zocante. I Relatório. Trata-se de ação de prestação de contas, proposta pelo autor, Carlos Renato Zocante, em face do réu, Banco Finasa S/A, na qual o autor alega que firmou contrato de mútuo, garantido por alienação fiduciária, para aquisição de veículo. Afirma que após o pagamento da 15ª parcela sofreu perda de sua capacidade econômica, desta forma, optou pela devolução amigável do bem, sendo que a instituição financeira comprometeu-se a depositar o valor do saldo apurado na venda do veículo. Contudo foi surpreendido com o pedido de busca e apreensão. Aduz ainda que muito embora tenha o réu a posse do bem desde 10.09.2007, nada informou a respeito da situação do contrato, venda do bem, saldo devedor ou sobra de valores. Requereu assim, a prestação de contas pelo réu. Citado, o réu apresentou contestação, sustentando que: após a venda extrajudicial do veículo não restou qualquer saldo a favor do autor; inexiste administração de bens; ausente esta o interesse de agir; não houve recusa quanto o fornecimento de informações sobre o contrato. A r. sentença julgou procedente o pedido inicial formulado pelo autor, condenando o réu a prestar as contas requeridas, no prazo de 48 horas, bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em R$ 400,00 (f.48/50). Irresignado, o apelante interpõe o presente recurso de apelação e aduz, em síntese, que: é fato indiscutível que o principal requisito para a ação de prestação de contas é que a parte adversa tenha o munus da administração dos bens e interesses daqueles que a invoca, contudo, o banco não administra, nem administrou qualquer bem pertencente ao apelado, apenas concedeu a ele crédito; caracterizada esta a falta de interesse de agir do apelado; o fornecimento de informações com a prestação de contas da atual situação do financiamento realizado jamais lhe fora recusada. Requer por fim o provimento do recurso de apelação e a extinção do feito por falta de interesse processual, invertendo-se o ônus da sucumbência. Recebido o recurso de apelação em ambos os seus efeitos, não houve resposta pela parte apelada. Os autos subiram a este Tribunal. É a breve exposição. II Fundamentação. O recurso merece conhecimento, na medida em que estão presentes os pressupostos de admissibilidade recursal. Não assiste razão ao apelante quando afirma que falta ao apelado interesse de agir para o ajuizamento da ação de prestação de contas. Pelo que se depreende dos autos, em razão da impossibilidade de adimplir o contrato de mútuo firmado com o réu, o autor restituiu o veículo objeto do contrato ao Banco, que o alienou extrajudicialmente, sem prestar qualquer esclarecimento posterior a respeito da situação do financiamento. Com efeito, realizada a alienação do bem, deve o credor prestar contas ao devedor, tendo em vista que o produto da venda será aplicado na liquidação do crédito, com a obrigação de devolução de eventual valor excedente ao mutuário. Na hipótese de apreensão do veículo e sua alienação extrajudicial, o apelante se encontra na condição de administrador de bens e interesses, razão pela qual há como negar o direito do apelado à ação de prestação de contas. No mesmo sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme precedente a seguir transcrito: "ALIENAÇÃO FIDUCIARIA. EFETUADA A VENDA DO BEM PELO CREDOR, TEM O DEVEDOR O DIREITO A PRESTAÇÃO DE CONTAS". (STJ - REsp 67295 - RO - Rel. Min Eduardo Ribeiro - 3ª. Turma - DJ 07.10.1996). Desta forma, é dever da instituição financeira prestar contas ao devedor, visto que, realizada a venda extrajudicial do bem alienado fiduciariamente, o credor deve entregar ao devedor o saldo, eventualmente apurado, nos termos do artigo 2º, caput, do Decreto-Lei nº 911/69, verbis: "Art. 2º. No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver". Ainda, cumpre esclarecer que o contrato em comento está sob a égide do Código de Defesa do Consumidor, o que evidencia o dever na prestação de contas por parte da instituição financeira, quando assim requisitado pelo consumidor. Neste sentido é a jurisprudência do TJPR: "... não se pode admitir que o credor apure unilateralmente o saldo favorável ou desfavorável a ele próprio, dispensando-o de informar ao devedor as contas conducentes a esse resultado. Em qualquer dos casos, pois, o devedor pode exigir contas, como único meio a seu alcance para verificar a lisura e a seriedade da operação." (TJPR, Apelação Cível nº 477.383-1, 17ªCC, publ.: 29/08/2008, DJ 7689). "PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO COM VENDA DO BEM. (...) (1.2) PRESTAÇÃO DE CONTAS. DILAÇÃO DO PRAZO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA ARTIGO 915, § 2º, CPC. (...)RECURSO (1) NEGADO PROVIMENTO E RECURSO (2) PROVIDO. 1. É dever da instituição financeira prestar contas à apelada, na medida em que a venda extrajudicial do bem alienado fiduciariamente, pelo credor, o sujeita ao dever de entregar ao devedor o saldo, eventualmente, apurado, nos exatos termos do artigo 2º, caput, do Decreto-Lei nº 911/69. 2. O prazo para o Apelante prestar contas é de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as contas que o autor apresentar, conforme o artigo 915, § 2º do Código de Processo Civil, sem possibilidade de sua dilação." (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0661743-4 - Altônia - Rel.: Des. Mário Helton Jorge - Unânime - J. 30.06.2010) "BUSCA E APREENSÃO - CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DETERMINAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS APÓS A VENDA EXTRAJUDICIAL DO BEM - POSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A sentença consolidatória da busca e apreensão fundada em contrato de alienação fiduciária em contrato de alienação fiduciária que determina por parte do proprietário fiduciante, na modalidade de venda que adotará para alienação do objeto de sua garantia e apresentação das respectivas contas não é arbitrária, uma vez que visa atender o espírito do disposto no art. 2º do Decreto-Lei n. 911/69". (Ap. Cível nº 376.989-7, Rel. Des. LAURI CAETANO DA SILVA, julg. 22.11.2006) III. Decisão. Diante do exposto, constatado que o recurso se encontra em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal, nego-lhe seguimento, com fundamento no art. 557, caput, do CPC. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. OSVALDO NALLIM DUARTE Juiz de Direito Substituto em 2.º Grau Relator convocado

0007 . Processo/Prot: 0780179-8/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/234028. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 780179-8 Agravo de Instrumento. Embargante: Banco Volvo Brasil Sa. Advogado: Vanessa Paludzyszyn. Embargado: Transportes Signor Ltda. Advogado: Silene Hirata. Interessado: Transportes Mores Ltda Me. Advogado: Demércio Luiz Gueno, Ricardo Alexandre Viana, Evaldo Rezende Fernandes. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Carlos Henrique Licheski Klein. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Vistos, 1. Embargos de declaração opostos contra a decisão deste Relator, que, monocraticamente, negou seguimento ao recurso interposto pela embargante, por falta de peça essencial, nos termos do art. 525, I, c/c art. 557, caput, ambos do CPC. 2. Aduz o embargante, em síntese, haver declarado "às fls. 03 a ausência da Procuração da Advogada do Agravado e também juntou cópia integral dos autos, para formar o instrumento do Agravo, declarando-a autêntica. Desta forma, existe outra forma hábil à verificação da falta de procuração da Agravada, pois através do simples manuseio dos autos é possível comprovar que a declaração do Agravante é verídica, ou seja a Agravada compareceu espontaneamente nos autos através de petição e não juntou a procuração que lhe foi outorgada, tendo somente o Procurador do terceiro interessado, juntado procuração. Desta forma, há contradição na respeitável decisão, pois apesar de não haver certidão da Escrivania, a ausência de procuração da Agravada está demonstrada pela juntada de cópia integral dos autos, conforme declarou o Agravante. (...)" 3. Ao final, requer

seja sanada a aponta omissão mediante atribuição de efeitos infringentes aos embargos, para que seja julgado o mérito do agravo de instrumento interposto (fls. 162/166). 4. É o relatório. Fundamento e DECIDO. 5. Anoto, de início, que por desafiarem decisão monocrática deste relator, os embargos serão julgados, também, monocraticamente. 6. E, fazendo-o, constato que os embargos são tempestivos, porém não merecem acolhimento. 7. É que, com a devida vênia da agravante, a pretexto de apontar contradição, o que se pretende aqui é reabrir a discussão a respeito da decisão monocrática proferida, pela qual neguei seguimento ao recurso, medida esta incompatível com a via dos aclaratórios. 8. Como se sabe, a contradição que autoriza o manejo dos embargos é aquela que se verifica entre premissas constantes do próprio do julgado ou da decisão, e não a incongruência delas com o entendimento da parte ou a conclusão esposada pelo magistrado a quo. 9. E, contradição nos moldes acima declinados, não há. 10. Registro, apenas para ilustrar, que embora o agravante alegue ter trazido cópia integral dos autos principais, conforme pacífico entendimento dos Tribunais Superiores e desta Corte, cumpre ao agravante, na falta de procuração do agravado nos autos, juntar certidão da escrivania, disto dando conta, senão vejamos: "EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO DO AGRAVADO. PEÇA OBRIGATÓRIA À FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544, § 1º, DO CPC. JUNTADA DE SUBSTABELECIMENTO SEM A PROCURAÇÃO ORIGINAL. INSUFICIÊNCIA. I - Cabe ao agravante fiscalizar a formação do instrumento, instruindo o recurso com as cópias das peças obrigatórias e daquelas porventura indispensáveis ao seu julgamento. II - O instrumento encontra-se incompleto e irregular, uma vez que a cópia da procuração outorgada ao advogado do agravado não foi acostada aos autos, juntado apenas substabelecimentos. III - A alegação de traslado integral do processo ou inexistência da referida peça é insuficiente para justificar a falta de iniciativa para providenciar a expedição da certidão considerada peça essencial. IV - A juntada apenas de substabelecimento não supre a ausência da procuração, visto que aquele somente terá validade quando apresentado juntamente com o respectivo instrumento de mandado no instante de formação do agravo de instrumento. V - Agravo regimental improvido." (STJ, AgRg no Ag 930803, 1ª T., Rel. Min. Francisco Falcão, j. 4/12/2007). 11. Rejeito, pois, os embargos. 12. Publique-se e intimem-se. Curitiba, 12 de setembro de 2011. CARLOS HENRIQUE LICHESKI KLEIN Juiz Substituto em Segundo Grau Relator (gktr)

0008 . Processo/Prot: 0786107-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/65298. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 0052862-75.2010.8.16.0001 Reintegração de Posse. Apelante: Bv Leasing - Arrendamento Mercantil Sa. Advogado: Angela Esser Pulzato de Paula, Carla Maria Köhler, Cristiane Ferreira Ramos. Apelado: Givaldo de Souza Teixeira. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decidi em separado. Em 12/08/2011.

VISTOS e examinados estes autos de Apelação Cível nº. 786107-6 da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que é apelante BV. LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A e apelado GIVALDO DE SOUZA TEIXEIRA. Trata-se de Apelação Cível interposta contra a r. sentença que, em Ação de Reintegração de Posse (Autos 1711/2010) proposta por BV. LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A contra GIVALDO DE SOUZA TEIXEIRA, julgou extinto o processo sem resolução do mérito com base no artigo 267, § 3º do Código de Processo Civil, por carência de ação. Inconformado BV. LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A alega: que "a notificação extrajudicial juntada aos autos impedeu com sua finalidade, posto que constituiu o apelado em mora, o cientificou do seu débito, conseqüentemente, através do referido instrumento restou configurado o esbulho possessório"; que "dispensável a comprovação da mora e do esbulho, posto que, por força de cláusula resolutória expressa, já resolver-se-ia o contrato". É, em síntese, o relatório. DECIDO Ao presente recurso é de se negar seguimento, nos termos do artigo 557 "caput", do CPC, uma vez que em confronto com a jurisprudência dominante neste Tribunal. Vejamos. Com a inicial de busca e apreensão o apelante juntou aos autos os documentos de fls.11/13. Nesses documentos se verifica que a notificação extrajudicial foi enviada ao endereço do apelado por escritório de advocacia, sem a participação de Cartório de Títulos e Documentos.. Além disso se verifica que a comprovação da entrega da notificação tem como base informação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sem a apresentação do respectivo A.R. A notificação não foi feita através de Cartório de Registro de Títulos e Documentos, nem houve a juntada do Aviso de Recebimento, motivo pelo qual entendo correta a sentença quando considerou que não houve a constituição em mora do apelado. A propósito de notificação enviada por escritório de advocacia, veja-se como tem decidido este Tribunal, in verbis: AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. EMENDA DA INICIAL OPORTUNIZADA PARA COMPROVAÇÃO DA REGULAR CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR. VÍCIO NÃO SANADO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENCAMINHADO POR ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. INEFICÁCIA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 2º, §2º, DEC-LEI 911/69. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. Ineficaz a notificação extrajudicial efetivada por escritório de advocacia, por inobservância ao disposto no art. 2º, §2º, Dec-Lei 911/69, e não satisfeita a ordem de emenda da inicial, solução outra não poderia ocorrer senão a de extinção do feito, tendo em vista que "A comprovação da mora é indispensável à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente" (Súmula 72/STJ) (Agr. Int. 743140-7/01 - TJPR 18ª Câm. Cív. Relator Juiz LUIS ESPINDOLA, julg. 25.05.11). "APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MORA DO DEVEDOR. INADMISSIBILIDADE DE NOTIFICAÇÃO POR EDITAL PARTICULAR VIA ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. ATO QUE DEVE SER REALIZADO POR CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. RECURSO NÃO-PROVIDO" (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0496716-2 - Matinhos - Rel.: Des. VICENTE DEL PRETE MISURELLI - Unanime - J. 02.07.2008). Mesmo que se admitisse ser possível que a notificação se fizesse por escritório de advogado, ainda assim, não se poderia aceitar como atendida a exigência legal, pois, as informações prestadas e os documentos emitidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não gozam de fé- pública. É através do Aviso de Recebimento que se pode verificar quem efetivamente assinou o recebimento da notificação, servindo inclusive para dirimir dúvidas nos casos em que não obstante constar o nome do devedor como receptor este afirma que não recebeu a notificação. Nesse sentido são os precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça: AGRAVO INTERNO EM FACE DE DECISÃO SINGULAR QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÕES RECURSAIS INSUBSISTENTES. COMPROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO EM MORA QUE SE DÁ PELA NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. ART. 54, §2º DO CDC. AUSÊNCIA DE PROVA DO RECEBIMENTO NO ENDEREÇO DO DEVEDOR. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO AR DEVIDAMENTE ASSINADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (Ag.Int. 730497-6/01 TJPR 18ª Câm.Cív.Relator Des. CARLOS MANSUR ARIDA, julg. 11.05.11) DIREITO CIVIL. AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CONSTITUIÇÃO DA MORA. NOTIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO AVISO DE RECEBIMENTO (AR) NO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. DECRETO-LEI 911/69. RECURSO DESPROVIDO. (Ag.Int.636031-0/01 TJPR 18ª Câm.Cív., Relator Des. MARIO HELTON JORGE, JULG07.04.10). AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA MORA TELEGRAMA DIGITAL DECLARAÇÃO DE ENTREGA DOS CORREIOS DOCUMENTO QUE NÃO POSSUI FÉ PÚBLICA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MORA SENTENÇA REFORMADA RECURSO PROVIDO. 1. "A concessão de medida liminar em ação de busca e apreensão decorrente do inadimplemento de contrato com garantia de alienação fiduciária está condicionada, tão-só, à mora do devedor, que deverá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor (art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/69)". (TJPR Ap. Cível 706627-9 Relator Des. PAULO ROBERTO HAPNER 17ªCC DJU 14/04/2011) (grifei) APELAÇÃO CIVEL - REINTEGRAÇÃO DE POSSE - LEASING MORA - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA PELO CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE FAZENDO RIO GRANDE/PR - AUSÊNCIA DE JUNTADA DO COMPROVANTE DE ENTREGA COM AR INEXISTÊNCIA DE FÉ PÚBLICA NA CERTIDÃO DO CORREIO - NOTIFICAÇÃO INEXISTENTE - ATO NOTARIAL IRREGULAR POR NÃO ATENDER AO DISPOSTO NO ARTIGO 14 DA LEI Nº 9.492/97 - INEFICÁCIA DA NOTIFICAÇÃO - SÚMULA 369 DO STJ - AUSÊNCIA DE VÁLIDA CONSTITUIÇÃO EM MORA PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - DETERMINAÇÃO DE EMENDA DA INICIAL (ART. 284, CPC) IRREGULARIDADE NÃO SUPRIDA - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO QUE ERA DE RIGOR - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR Ap. Cível 675284-9 Rel. Juiz FABIAN SCHWEITZER 17ªCC DJU 30/08/2010 (grifei) A constituição em mora tem como intuito noticiar ao devedor de que há um montante em aberto e que se, dentro do prazo estabelecido pelo credor, este não for quitado, ou não houver negociação entre as partes, o credor tomará as providências necessárias a fim de recuperar o bem dado em garantia, por isso a necessidade de se comprovar a ciência do devedor. ANTE O EXPOSTO, com fundamento no artigo 557 "caput", do CPC, nego seguimento ao presente recurso, posto que em confronto com a jurisprudência dominante neste Tribunal. Int. Curitiba, 12 de agosto de 2011. DES. ROBERTO DE VICENTE Relator

0009 . Processo/Prot: 0786261-5 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/67060. Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 0000824-23.2007.8.16.0056 Busca e Apreensão. Apelante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Mariane Cardoso Mascarevich, Jéssica Ghelfi. Apelado: Rogério Zandona. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decidi em separado. Em 12/08/2011.

VISTOS e examinados estes autos de Apelação Cível nº. 786261-5 da Vara Cível da Comarca de Cambé, em que apelante UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A e apelado ROGÉRIO ZANDONA. Trata-se de Apelação Cível interposta contra a r. sentença que, em Ação de Busca e Apreensão (Autos 087/2007) proposta por UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A contra ROGÉRIO ZANDONA, julgou extinto o feito sem resolução do mérito com base no artigo 267 inciso III do Código de Processo Civil. Inconformado o apelante UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A alega: que a sentença deve ser cassada; que não teria sido observada a Súmula 240 do STJ; que não teria havido abandono de causa. É, em síntese, o relatório. DECIDO Ao presente recurso é de se negar seguimento monocraticamente, nos termos do artigo 557 `caput, do CPC, uma vez que em confronto com a jurisprudência dominante. Conforme se verifica nos autos, o autor deixou de se pronunciar nos autos desde 29.08.08, quando seus novos procuradores requereram a juntada de procuração (fls.50), em face da renuncia dos advogados anteriormente habilitados nos autos (61) . Em 18.01.10 foi publicada no DJE a intimação do advogado do autor a dar andamento ao feito, sob pena de extinção., sendo certificado pelo Escrivão, em 18.02.10, que o prazo decorreu sem qualquer providência do advogado (fls.70)). Como o advogado do autor não tomou nenhuma providência no sentido de dar andamento ao feito, foi o autor pessoalmente intimado, via carta de intimação com Aviso de Recebimento, para que, em 48 horas, se manifestasse quanto ao interesse no prosseguimento do processo, sob pena de extinção, sendo o A.R. recebido conforme se vê do documento de

fls. 72. Entretanto, em que pese devidamente intimados, tanto o autor quanto seu advogado, transcorreu o prazo estabelecido sem qualquer manifestação. Assim, com a intimação do advogado e pessoal do autor, ora Apelante, cumpriu-se o previsto no § 1º do artigo 267 do CPC, que determina que não poderá ser extinto o processo sem que tenha havido intimação pessoal da parte autora. Este Tribunal firmou o entendimento de que, sendo intimada a parte, na pessoa de seu advogado e pessoalmente, a dar andamento ao feito, sob pena de extinção, e não dando ela prosseguimento ao processo, caracteriza-se o abandono da causa, possibilitando a extinção. Veja-se nesse sentido: CONTRATO DE FINACIAMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (ARTIGO 267, INCISO III, CPC) - PROVIDÊNCIA A CARGO DA PARTE AUTORA NÃO EFETIVADA - ABANDONO DA CAUSA CARACTERIZADO - INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N° 240 DO STJ - AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO RÉU - EXTINÇÃO EX OFFICIO - POSSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO. Encontrando-se nos autos intimação da recorrente através de publicação do Diário de Justiça e através de Carta Precatória devidamente cumprida, e, ainda assim, não dando a mesma prosseguimento ao feito, restou devidamente caracterizado o abandono da causa, não podendo ser aplicada a súmula n° 240 do STJ por não ter sido efetuada a citação da parte ré. (grifei). (Ap. Cível 407722-7, Rel. Jurandyr Reis Junior 18ª CC Public. 01/06/2007). BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - CITAÇÃO DO AUTOR - IMPOSSIBILIDADE - BEM NÃO APREENDIDO - AUSÊNCIA DE CONVERSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO - INTIMAÇÃO PESSOAL PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO - INOCORRÊNCIA - RECURSO PROVIDO. I - Não há se falar em extinção do processo sem resolução de mérito ante ausência de citação da parte contrária na ação da busca e apreensão se o bem sequer foi apreendido ou mesmo havido conversão em ação de depósito. II - A jurisprudência consolidada dos Tribunais é assente no sentido de que a extinção do processo por abandono de causa somente pode ser declarada após a intimação pessoal da parte autora para promover os atos do processo em 48 (quarenta e oito) horas. (grifei). (Ap. Cível 392748-6, Rel. Rubens Oliveira Fontoura - Julg 14/02/2007- Public. 02/03/2007). EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EXTINTA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, ANTE O ABANDONO DA CAUSA PELO AUTOR POR MAIS DE TRINTA (30) DIAS - PRETENSÃO RECURSAL DE CASSAÇÃO DA SENTENÇA, SOB ALEGAÇÃO DE SER INADMISSIVEL A EXTINÇÃO DO PROCESSO, POR ABANDONO DA CAUSA, 'DE OFÍCIO' - DESACOLHIDA - PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL. RECURSO DESPROVIDO. "(...). A extinção do processo em face do abandono do autor, tem cabimento quando a parte, intimada pessoalmente para praticar o ato processual em 48 (quarenta e oito) horas - artigo 267, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil - deixa de atender tal determinação". (grifei). (TJPR, Ap Cível 381478-2, 17ª Ccv, Rel. Des. Lauri Caetano da Silva, j. 04/07/2007). (grifei). (TJPR, Ap Civel 458706-2, 18ª Ccv, Rel. Des. Roberto De Vicente, j. 19/03/08). Finalmente, não é aplicável ao caso a Súmula 240 do Superior Tribunal de Justiça onde se tem que "a extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende do requerimento do réu", pois conforme consta o autos a requerido sequer foi citado, situação que impossibilita qualquer requerimento do mesmo. Nesse sentido é o entendimento tanto do Superior Tribunal de Justiça e deste Ilustre Tribunal: PROCESSO CIVL. RECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO RÉU. EXTINÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. (...)- "Se a relação processual não se instaurou, isto é, se não houve a citação do réu, não há que se falar em divergência com a Súmula 240/STJ, porque impossível presumir eventual interesse do réu na continuidade do processo" (STJ, REsp nº 618655/MG, Terceira Turma, Rel. Ministra Nancy Andrighi, j. 17.03.05). (grifei) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PROCESSO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, POR ABANDONO DA CAUSA. INTELIGÊNCIA DO ART. 267, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÕES, DESPACHOS NÃO PUBLICADOS. NÃO VERIFICADA. MANIFESTAÇÃO DO AUTOR TÃO- SOMENTE APÓS PROLAÇÃO DE SENTENÇA. EXISTÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO. VALIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL REALIZADA POR CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO SUBSCRITA POR FUNCIONÁRIO, SEM PODERES DE REPRESENTAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 240 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RÉU REVEL. INÉRCIA DE AMBAS AS PARTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Escorreita a decisão que extingue o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, III, do Código de processo Civil, quando o Autor, devidamente intimado, queda-se inerte. 2. É válida a intimação subscrita por funcionário da pessoa jurídica e enviada ao endereço indicado pelo próprio Autor na inicial, ainda que sem poderes de representação. 3. Considerando a inércia de ambas as partes, uma vez que o autor intimado não se manifestou e o réu é revel, é inaplicável a Súmula 240 do Superior Tribunal de Justiça, que veda a extinção do feito por abandono da causa "ex officio". (grifei). (TJPR, Ap Civel 415888-5, 18ª Ccv, Rel. Juiz Conv. Luis Espíndola, j. 16/04/08). "AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CITAÇÃO DO RÉU. NÃO OCORRÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR ABANDONO DA CAUSA. POSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 240 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Inaplicável a Súmula de nº 240 do STJ, quando não houve a citação do réu, pois sua aplicação pressupõe a formação da relação processual, e, desta forma, pode o juiz, de ofício, declarar a extinção do processo com base no artigo 267, III, do CPC. 2. Apelação conhecida e não provida." (TJ/PR, Ac. nº 6924, Décima Oitava Câmara Cível, Rel. Des. José Carlos Dalacqua, j. 29.08.07). De conseqüência, tendo sido cumpridos os requisitos exigidos, está escorreita a r. sentença monocrática. ANTE O EXPOSTO, conforme autoriza o Artigo 557, caput do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso de apelação interposto. Intime-se. Curitiba, 12 de agosto de 2011. DES. ROBERTO DE VICENTE RELATOR

0010 . Processo/Prot: 0786278-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/67058. Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 0002295-40.2008.8.16.0056 Reintegração de Posse. Apelante: Companhia Itauleasing de Arrendamento Mercantil S/a. Advogado: Juliano Miqueletti Soncin. Apelado: Ivanildo de Oliveira. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decidi em separado. Em 12/08/2011.

VISTOS e examinados estes autos de Apelação Cível nº. 786278-0 da Vara Cível da Comarca de Cambe, em que é apelante COMPANHIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A e apelado IVANILDO DE OLIVEIRA. Trata-se de Apelação Cível interposta contra a r. sentença que, em Ação de Reintegração de Posse (Autos 857/2008) proposta por COMPANHIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A contra IVANILDO DE OLIVEIRA julgou extinto o processo sem resolução do mérito com base no artigo 267, inciso III, § 1º do Código de Processo Civil. Inconformado o apelante COMPANHIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A alega: que a sentença deve ser cassada; que "o advogado do autor deveria ter sido intimado pessoalmente para providenciar andamento ao feito, antes mesmo da intimação pessoal do demandante". É, em síntese, o relatório. DECIDO Ao presente recurso é de se negar seguimento monocraticamente, nos termos do artigo 557 `caput, do CPC, uma vez que em confronto com a jurisprudência dominante. Conforme se verifica nos autos, o autor deixou de se pronunciar nos autos desde 29/10/2008 (fls.31). Em 23.02.10 foi determinada a intimação, via Diário de Justiça, do advogado do autor a dar andamento ao feito, ou, no caso de inércia do advogado, a intimação pessoal do autor com a mesma finalidade, sob pena de extinção por abandono (fls.39). Referido despacho foi publicado no DJE em 12.03.10, iniciando-se o prazo em 16.03.10 (fls.40). Como o advogado do autor não tomou nenhuma providência no sentido de dar andamento ao feito, foi o autor pessoalmente intimado, via carta de intimação com Aviso de Recebimento, para que, em 48 horas, se manifestasse quanto ao interesse no prosseguimento do processo, sob pena de extinção, sendo o A.R. recebido conforme se vê do documento de fls. 43. Entretanto, em que pese devidamente intimados, tanto o autor quanto seu advogado, transcorreu o prazo estabelecido sem qualquer manifestação. Assim, com a intimação do advogado e pessoal do autor, ora Apelante, cumpriu-se o previsto no § 1º do artigo 267 do CPC, que determina que não poderá ser extinto o processo sem que tenha havido intimação pessoal da parte autora. Este Tribunal firmou o entendimento de que, sendo intimada a parte, na pessoa de seu advogado e pessoalmente, a dar andamento ao feito, sob pena de extinção, e não dando ela prosseguimento ao processo, caracteriza-se o abandono da causa, possibilitando a extinção. Veja-se nesse sentido: CONTRATO DE FINACIAMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (ARTIGO 267, INCISO III, CPC) - PROVIDÊNCIA A CARGO DA PARTE AUTORA NÃO EFETIVADA - ABANDONO DA CAUSA CARACTERIZADO - INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N° 240 DO STJ - AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO RÉU - EXTINÇÃO EX OFFICIO - POSSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO. Encontrando-se nos autos intimação da recorrente através de publicação do Diário de Justiça e através de Carta Precatória devidamente cumprida, e, ainda assim, não dando a mesma prosseguimento ao feito, restou devidamente caracterizado o abandono da causa, não podendo ser aplicada a súmula n° 240 do STJ por não ter sido efetuada a citação da parte ré. (grifei). (Ap. Cível 407722-7, Rel. Jurandyr Reis Junior 18ª CC Public. 01/06/2007). BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - CITAÇÃO DO AUTOR - IMPOSSIBILIDADE - BEM NÃO APREENDIDO - AUSÊNCIA DE CONVERSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO - INTIMAÇÃO PESSOAL PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO - INOCORRÊNCIA - RECURSO PROVIDO. I - Não há se falar em extinção do processo sem resolução de mérito ante ausência de citação da parte contrária na ação da busca e apreensão se o bem sequer foi apreendido ou mesmo havido conversão em ação de depósito. II - A jurisprudência consolidada dos Tribunais é assente no sentido de que a extinção do processo por abandono de causa somente pode ser declarada após a intimação pessoal da parte autora para promover os atos do processo em 48 (quarenta e oito) horas. (grifei). (Ap. Cível 392748-6, Rel. Rubens Oliveira Fontoura - Julg 14/02/2007- Public. 02/03/2007). EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EXTINTA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, ANTE O ABANDONO DA CAUSA PELO AUTOR POR MAIS DE TRINTA (30) DIAS - PRETENSÃO RECURSAL DE CASSAÇÃO DA SENTENÇA, SOB ALEGAÇÃO DE SER INADMISSIVEL A EXTINÇÃO DO PROCESSO, POR ABANDONO DA CAUSA, 'DE OFÍCIO' - DESACOLHIDA - PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL. RECURSO DESPROVIDO. "(...). A extinção do processo em face do abandono do autor, tem cabimento quando a parte, intimada pessoalmente para praticar o ato processual em 48 (quarenta e oito) horas - artigo 267, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil - deixa de atender tal determinação". (grifei). (TJPR, Ap Cível 381478-2, 17ª Ccv, Rel. Des. Lauri Caetano da Silva, j. 04/07/2007). (grifei). (TJPR, Ap Civel 458706-2, 18ª Ccv, Rel. Des. Roberto De Vicente, j. 19/03/08). De conseqüência, tendo sido cumpridos os requisitos exigidos, está escorreita a r. sentença monocrática. ANTE O EXPOSTO, conforme autoriza o Artigo 557, caput do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso de apelação interposto. Intime-se. Curitiba, 12 de agosto de 2011. DES. ROBERTO DE VICENTE RELATOR

0011 . Processo/Prot: 0788421-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/71396. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0016381-26.2010.8.16.0030 Reintegração de Posse. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Juliano Miqueletti Soncin, Lia Dias Gregório. Apelado: Avaldir Brugnera. Advogado: Robilan Sussai. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decidi em separado. Em 12/08/2011.
VISTOS e examinados estes Autos de Apelação Cível nº. 788421-9 da 4ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, em que é apelante BANCO ITAÚ S/A e apelado AVALDIR BRUGNERA. Trata-se de Apelação Cível interposta contra a r. sentença que, em Ação de Reintegração de Posse, (Autos nº.16381- 26.2010.8.16.0030) proposta por BANCO ITAÚ S/A contra AVALDIR BRUGNERA, indeferiu a petição inicial na forma do art.295 e extinguindo o processo sem resolução do mérito com base no artigo 267, VI do CPC. Inconformado BANCO ITAÚ S/A afirma: que a extinção sem ter sido disponibilizado ao autor a emenda esvaziou o sentido da norma do art.294; que reclama-se a possibilidade de emenda a inicial, facultando ao ora recorrente diligenciar no sentido de satisfazer a norma do Decreto Lei nº.911/69; que é unânime o entendimento do STJ quanto a obrigatoriedade da concessão de prazo de 10 dias para que o autor emenda a inicial regularizando o feito; que deve haver o retorno dos autos a origem para nova apreciação destes. É em síntese, o relatório. DECIDO Ao presente recurso é de se negar seguimento, nos termos do artigo 557 "caput", do CPC, posto que em confronto com a jurisprudência dominante. Vejamos. Da análise dos autos resulta evidente que a inicial não preenchia os requisitos legais, uma vez que o autor ingressou com Ação de Reintegração de Posse, apresentou um Contrato de Financiamento Autobank/Empréstimo Pessoal garantido por alienação fiduciária (fls.14/15), e notificação extrajudicial que teria sido efetivada através do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Maceió, constando da Certidão do cartório que o "Telegrama não foi entregue" (fls.19/20). Em razão desses fastos, foi determinado pelo juiz `a quo' que o autor emendasse a inicial (fls.34), sendo o advogado do autor intimado pessoalmente em cartório em 12.08.10, tendo, inclusive, feito carga dos autos (fls.38 verso). Assim, tendo a sentença de extinção do processo sido prolatada, em 29.09.10, fica evidente que o autor teve mais de dois meses para regularizar o feito, emendando a inicial, esclarecendo se se tratava de ação de reintegração de posse ou de ação de busca e apreensão, e ainda providenciasse a comprovação da efetiva constituição em mora do devedor. Como não houve de parte do autor nenhuma dessas providências, e estando mais do que evidente que não houve a regular constituição em mora do devedor, correta a sentença que indeferiu a petição inicial e julgou extinto o processo. Sobre o tema, vejam-se os seguintes precedentes do STJ e deste Tribunal: ALIENAÇÃO FIDUCIARIA EM GARANTIA. BUSCA E APREENSÃO. COMPROVAÇÃO DA MORA. ALIENANTE E MUTUARIO. EXEGESE DOS ARTS. 2., PARAGRAFO 2., E 3.DO DL N. 911/69. I - NO MUTUO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIARIA, O MUTUARIO NEM SEMPRE E O ALIENANTE DEPOSITARIO. EM CASOS TAIS, IMPÕE-SE AO CREDOR, QUE DESEJA AJUIZAR AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, A COMPROVAÇÃO DA MORA TAMBEM EM RELAÇÃO AO GARANTE.II - O VOCABULO "DEVEDOR" EMPREGADO NO DL 911/69 DEVE SER INTERPRETADO EXTENSIVAMENTE NO SENTIDO DE ABRANGER O TERCEIRO QUE SE DISPONHA, ALIENANDO FIDUCIARIAMENTE COISA PROPRIA, A GARANTIR DEBITO DE OUTREM. III - O ESCOPO DA LEI, AO EXIGIR A COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA MORA PARA O AFORAMENTO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, E ESSENCIALMENTE PREVENIR QUE O ALIENANTE VENHA A SER SURPREENDIDO COM A SUBTRAÇÃO REPENTINA DOS BENS DADOS EM GARANTIA SEM, ANTES, INEQUIVOCAMENTE CIENTIFICADO, TER OPORTUNIDADE DE, DESEJANDO, SALDAR A DIVIDA GARANTIDA E, ASSIM, RETOMAR-LHES A PROPRIEDADE PLENA.' (STJ, REsp 16.242/SP, Rel. MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 31/08/1992, DJ 21/09/1992, p. 15695). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO EM MORA - NOTIFICAÇÃO ENCAMINHADA, MAS NÃO RECEBIDA - MEIOS PARA A LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR NÃO REGULARMENTE ESGOTADOS - IMPOSSIBILIDADE DE EMENDA APÓS A CITAÇÃO, SEGUIDA DE CONTESTAÇÃO - SENTENÇA ESCORREITA - RECURSO DESPROVIDO. (Ap. Cív.711814-5, TJPR, 17ª Câm.Cív., Relator DESEMBARGADOR PAULO ROBERTO HAPNER, julg. 16.03.11). APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMPROVAÇÃO DA MORA. AUSÊNCIA. NOTIFICAÇÃO NÃO ENTREGUE AO DEVEDOR. TENTATIVA POSTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. INDAMISSIBILIDADE. NÃO ESGOTAMENTO DOS MEIOS PARA LOCALIZAÇÃO DO REQUERIDO. RECURSO NÃO PROVIDO". (grifei) (Ap. Cív.578344-0, TJPR, 17ª Câm.Cív., Relator DESEMBARGADOR VICENTE DEL PRETE MISURELLI, julg. 03.06.09). `BUSCA E APREENSÃO - CONTRATO GRAVADO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - EXTINÇÃO DO FEITO, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 283, 284 E 295, VI DO CPC ¬ EFETIVA CONSTITUIÇÃO EM MORA NÃO COMPROVADA - ART. 2º, §2º, DO DECRETO-LEI N. 911/69 - OPORTUNIDADE DE EMENDA À INICIAL - INÉRCIA DO AUTOR - INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 284, DO CPC - SENTENÇA CONFIRMADA - RECURSO DESPROVIDO.' (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0693778-4 - Pitanga - Rel.: Des. Paulo Roberto Hapner - Unânime - J. 15.12.2010). `APELAÇÃO CÍVEL - AGRAVO DE INSTRUMENTO ¬ BUSCA E APREENSÃO - MORA - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE TODOS OS MEIOS NECESSÁRIOS PARA A LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR (LEI 9492/97) - AUSÊNCIA DE VÁLIDA CONSTITUIÇÃO EM MORA DO CONSUMIDOR - PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - DETERMINAÇÃO DE EMENDA DA INICIAL (ART. 284, CPC) - IRREGULARIDADE NÃO SUPRIDA - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO QUE ERA DE RIGOR - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.' (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0662170-5 - Maringá - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer - Unânim e - J. 15.12.2010). Cediço que o intuito da notificação para constituição em mora é o de noticiar ao devedor que há um montante em aberto e que se dentro do prazo estabelecido pelo credor este não for quitado, o credor tomará as providências necessárias a fim de recuperar o bem arrendado. O apelante, mesmo intimado a comprovar a efetiva constituição em mora, não a realizou, tendo assim o magistrado indeferido a inicial. De consequência, considerando que conforme demonstrado a constituição em mora do devedor é requisito essencial à propositura da busca e apreensão (Súmula 72-STJ), e considerando que não há nos autos a prova da efetiva constituição em mora do devedor, não tendo sido atendida a determinação de emenda à inicial, correta a sentença que extinguiu o feito. Nesse sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA MORA. PRECEDENTES DA CORTE. - Admite-se que os embargos declaratórios tenham efeitos infringentes quando a correção do julgado importar modificação do decidido no julgamento embargado. Precedentes. - É tempestivo o recurso remetido via fax para o STJ no ultimo dia do prazo e dentro do horário de expediente mas protocolizado no dia posterior. - Não se defere liminar em busca e apreensão sem a prova de que o credor notificou pessoalmente o devedor, constituindo-o em mora. (EDcl no AgRg no REsp 942.997/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 12.02.2008, DJ 03.03.2008 p. 1) PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO EM MORA. NOTIFICAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DA MORA QUE NÃO SE APERFEIÇOOU. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE ENTREGA DO AR NO ENDEREÇO INDICADO. FACULTADA EMENDA DA INICIAL. VÍCIO NÃO SANADO. INÉPCIA RECONHECIDA. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, I E VI, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Determinada a emenda da petição inicial por ter sido protocolada sem documento necessário para comprovar a regular constituição em mora do devedor fiduciante e oportunizado a emenda da inicial, cabe o seu indeferimento. (TJPR Ap. Cível 727708-9 Rel. Lauri Caetano da Silva 17ªCC DJU 08/02/2011) (grifei) Por fim registre-se não haver necessidade de intimação pessoal do autor, uma vez que não se trata de extinção do processo por abandono, mas sim por inépcia da inicial, nos termos do artigo 267, Inciso I, c/c o artigo 295, Inciso IV, ambos do CPC. ANTE O EXPOSTO, conforme autoriza o artigo 557 "caput", do CPC, nego seguimento ao recurso, que está em confronto com a jurisprudência dominante. Int. Curitiba, 12 de agosto de 2011. DES. ROBERTO DE VICENTE Relator

0012 . Processo/Prot: 0790714-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/71343. Comarca: Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0003229-60.2009.8.16.0024 Medida Cautelar. Apelante: Bv Financeira S/a Crédito e Investimento. Advogado: Cristiane Belinati Garcia Lopes, Flávio Santanna Valgas, Milken Jacqueline Cenerini Jacomini, Emerson Lautenschlager Santana, Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Alessandra Labiak. Apelado: Isac Francisco Amorim. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Desª Ivanise Maria Tratz Martins. Revisor: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO DA CAUSA INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE E INTIMAÇÃO DO ADVOGADO VIA DIÁRIO DE JUSTIÇA SENTENÇA MANTIDA DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO NÃO PROVIDO. A extinção do processo ante a inércia da Autora, com fulcro no artigo 267, III do Código de Processo Civil, pressupõe a intimação pessoal da parte e a intimação de seu patrono. VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 790.714-0, da Vara Cível e Anexos do Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que é Apelante BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO E INVESTIMENTO e Apelado ISAC FRANCISCO AMORIM. I - RELATÓRIO Trata-se de Apelação Cível interposta contra sentença proferida nos autos nº 3229.60-2009, de Ação de Busca e Apreensão, que face a ausência de manifestação da Apelante para dar andamento ao feito, mesmo depois de devidamente intimado, julgou extinta a demanda, com base no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Determinou as custas pela Apelante. As partes firmaram um contrato de financiamento (Cédula de Crédito Bancário nº 500299145 de fls. 11-12/TJ) garantido fiduciariamente no valor total do crédito de R$ 11.054,63 (onze mil e cinquenta e quatro reais e vinte e sessenta e três centavos), a ser pago em 36 parcelas mensais. A Apelante ajuizou Ação de Busca e Apreensão do veículo discriminado na inicial, face a ausência de pagamento pelo Apelado das parcelas financiadas. Em despacho de fls. 25/TJ, o magistrado singular deferiu o pedido liminar, determinando a busca e apreensão do veículo objeto do contrato. Em 14 de agosto de 2009, a procuradora do Apelante foi intimada, através do Diário da Justiça, para depósito das custas do Senhor Oficial de Justiça (fls. 26/TJ). O Juiz intimou o Apelante para dar prosseguimento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento, o qual teve publicação em 22 de outubro de 2009 (fls. 28/TJ). Em 4 de março de 2010 foi expedida carta de intimação ao representante legal da BV Financeira S/A Crédito e investimento (fls. 28verso-30/TJ). Tal carta foi enviada pelos Correios com aviso de recebimento, o qual detém carimbo de entrega com a data de 20 de maio de 2010, conforme fls. 30/TJ. Adveio a sentença de fls. 31/TJ, que determinou: "Autos n.º 3229.60-2009 Vistos, etc. Face à ausência de manifestação do requerente para dar andamento ao feito, mesmo depois de devidamente intimado, julgo, por sentença, extinto o presente feito, com base no art. 267, III, CPC, tendo em vista o abandono da causa. Custas pelo requerente. (...)" Irresignada, a Apelante alega que: a) o Juiz poderia ter remetido os autos para o arquivo provisório, até sua ulterior manifestação, em atenção ao princípio da economia processual e bom senso; b) seja modificada a decisão que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, com aplicação da Súmula nº 240 do Superior Tribunal de Justiça; c) não realizou ou deixou de realizar qualquer ato que possa ser considerado como abandono de causa, pois está diligenciando para melhor andamento do feito, tentando localizar o Apelado e o bem; d) seja dado prosseguimento ao feito, em face de seu interesse em receber o crédito, o qual pode ser percebido pela interposição do recurso, já que lhe é facultado o ajuizamento de nova ação; e) conforme a Súmula nº 240 do Superior Tribunal de

Justiça, a extinção por abandono de causa não pode ser de ofício, pois depende de requerimento do Apelado. É o relatório. II - VOTO E SUA FUNDAMENTAÇÃO Presentes os requisitos e pressupostos de admissibilidade, inerentes à espécie, impõe-se conhecer do recurso. Trata-se de recurso de apelação interposto pela instituição financeira Apelante que se insurge contra sentença que extinguiu o feito ante sua inércia em dar prosseguimento ao feito. Alega, precipuamente, que: o Juiz poderia ter remetido os autos para o arquivo provisório, até sua ulterior manifestação, em atenção ao princípio da economia processual e bom senso; seja modificada a decisão que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, com aplicação da Súmula nº 240 do Superior Tribunal de Justiça. Não assiste razão à Apelante. Compulsando-se os autos, é possível perceber a inércia da Apelante em dar prosseguimento ao feito. Observe-se. A Apelante protocolou sua petição inicial em 12 de maio de 2009, pleiteando liminarmente a expedição de mandado de busca e apreensão. Seu pedido liminar foi deferido às fls. 25/TJ. A procuradora do Apelante foi intimada, através do Diário da Justiça, para depósito das custas do Senhor Oficial de Justiça, em 14 de agosto de 2009 (fls. 26/TJ). Na sequência, a Apelante foi intimada para dar prosseguimento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento, o qual teve publicação em 22 de outubro de 2009 (fls. 28/TJ). Em 4 de março de 2010 foi expedida carta de intimação ao representante legal da BV Financeira S/A Crédito e investimento (fls. 28verso-30/TJ). Tal carta foi enviada pelos Correios com aviso de recebimento, o qual detém carimbo de entrega com a data de 20 de maio de 2010, conforme fls. 30/TJ. Assim, considerando que a Apelante não promoveu o andamento do feito, o juiz singular sentenciou (fls. 31/TJ) na data de 28 de junho de 2010, extinguindo o processo sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, III do Código de Processo Civil. E condenando o Apelante ao pagamento das custas processuais remanescentes. Analisando os fatos acima expostos, imperioso concluir que a sentença prolatada pelo magistrado singular foi correta, merecendo ser mantida. Verifica-se claramente que a Autora/Apelante deixou de dar regular andamento ao feito, o que autoriza a sua extinção com espeque no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Cumpre ressaltar que, de acordo com o artigo 238, parágrafo único, do Código de Processo Civil, presume-se válida a intimação realizada no endereço informado na inicial. Ademais, conforme entendimento jurisprudencial, foram promovidas as intimações da advogada e do representante da Apelante, antes de ocorrer a extinção do feito, inexistindo qualquer irregularidade no decisum. É este o entendimento deste E. Tribunal: "APELAÇÃO CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - ARTIGO 267, III, DO CPC - ABANDONO DA CAUSA - PRETENSÃO DE REQUERIMENTO EXPRESSO DA PARTE RÉ PARA A EXTINÇÃO DO FEITO DESNECESSIDADE - INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 240 DO STJ - FALTA DE CITAÇÃO - RELAÇÃO TRIANGULAR NÃO ESTABELECIDA - INTIMAÇÃO PESSOAL EXIGIDA PELO §1º DO ARTIGO 267 - POSSIBILIDADE VIA "AR" - PROVIDÊNCIA QUE ATINGE A SUA FINALIDADE. 1. A aplicabilidade da Súmula nº 240 do Superior Tribunal de Justiça pressupõe a citação do réu. Ausente a citação, não há como se atribuir a prática de um ato a alguém que nem sequer sabe da existência da ação. 2. O Código de Processo Civil não determina expressamente a forma da intimação pessoal prevista no § 1º do artigo 267. Por tal razão, admite-se a intimação via "AR", na pessoa do representante legal da instituição financeira, quando o ato atinge a sua finalidade. Recurso desprovido - por maioria." (TJPR, 17ª CC, AC 440.613-7, Rel. Des. Fernando Vidal de Oliveira, j. 18/01/2008). "Configurada a desídia da parte autora, que não deu regular andamento ao feito no prazo legal, o processo deve ser extinto, sem julgamento do mérito, por abandono da causa, com base no art. 267, inc. III, do Código de Processo Civil" (TJPR, 18ª CC, AC 580078-2, Rel. Des. Ruy Muggiati, j. 10/06/2009). "É causa para extinção do processo, o abandono do feito caracterizado pela ausência de realização dos atos que competiam à parte, após regular intimação para a movimentação processual, conforme dispõe o § 1º do artigo 267 do Código de Processo Civil." (TJPR, 17ª CC, AC 563600-0, Rel. Des. Lauri Caetano da Silva, j. 06/05/2009). Conclui-se, portanto, que para que se proceda a extinção do feito com fundamento no artigo 267, III do Código de Processo Civil, faz-se necessário o cumprimento de dois requisitos: a intimação do patrono da parte Autora e a intimação pessoal da Autora, ambas sob pena de extinção. Cumpre ressaltar, que o advogado não precisa ser intimado pessoalmente, bastando a sua intimação via Diário de Justiça. Nesse sentido, o entendimento deste E. Tribunal de Justiça: "DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO POR ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PRÉVIA DO ADVOGADO ATRAVÉS DE DIARIO DA JUSTIÇA COM ADVERTÊNCIA DA POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DO FEITO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA AUTORA CONFORME INTELIGÊNCIA DO §1º DO ART. 267. INÉRCIA DO AUTOR. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, COM FULCRO NO ARTIGO 557, "CAPUT", DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL". (TJPR, 18ª CC, AC 721.777-0, Rel. Des. Luís Espíndola, j. 24/02/2011). "DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ABANDONO DA CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARTIGO 267, INC. III, DO CPC. INTIMAÇÃO DO PROCURADOR MEDIANTE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA E PESSOAL DO AUTOR. SÚMULA 240 DO STJ. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO RÉU. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO. POSSIBILIDADE. ART. 557, DO CPC". (TJPR, 18ª CC, AC 741.133-4, Rel. Des. José Carlos Dalacqua, j. 25/01/2011). "EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. INÉRCIA DO AUTOR APÓS INTIMAÇÃO PESSOAL. EXCESSO DE FORMALISMO. INOCORRÊNCIA. RÉU NÃO CITADO. SÚMULA 240 DO STJ. INAPLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Intimado o advogado pela publicação no Diário de Justiça e a parte pessoalmente, com envio de carta registrada, sem qualquer manifestação nos autos, estão presentes os requisitos necessários à extinção do feito por abandono da causa. 2. É assente o entendimento de que a Súmula 240, do STJ, não é aplicável quando o réu não foi citado no processo. 3. Recurso não provido". (TJPR, 17ª CC, AC 555.037-2, Rel. Des. Francisco Jorge, j. 15/04/2009). No presente caso, ambas as intimações foram realizadas para a Autora e seu patrono sob pena de extinção do processo e, ainda assim, restaram infrutíferas, sem que fosse dado prosseguimento ao feito pela Autora. Ressalta-se que o processo ficou paralisado por mais de nove meses, sem qualquer manifestação da Apelante, impossibilitando o regular andamento do feito, mesmo tendo sido intimado pessoalmente para tanto, bem como seu procurador. Diante do exposto, o recurso deve ser conhecido, contudo, deve ser negado provimento, conforme fundamentação supra. - Prequestionamento Conforme a fundamentação supra, tem-se por prequestionados os dispositivos legais apontados nos recursos, que tenham expressa ou implicitamente pertinência com as questões examinadas no julgamento. - Conclusão Em conclusão, é de negar-se provimento ao recurso de apelação, mantendo-se a sentença como prolatada. III DECIDO Em face do exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego provimento ao recurso, por ser manifestamente inadmissível por estar em confronto com jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça e neste E. Tribunal. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DESª. IVANISE MARIA TRATZ MARTINS RELATORA

0013 . Processo/Prot: 0792249-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/87422. Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0003691-21.2008.8.16.0131 Cobrança. Apelante: Araucária Administradora de Consórcios Ltda. Advogado: Luiz Alceu Gomes Bettega. Apelado: José Ademir Scholz. Advogado: Alcione Luiz Parzianello. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Revisor: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decidi em separado. Em 12/08/2011.

VISTOS e examinados estes autos de Apelação Cível nº. 792249-6 da 2ª Vara Cível da Comarca de Pato Branco, em que é apelante ARAUCÁRIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. e apelado JOSÉ ADEMIR SCHOLZ. Trata-se de Apelação Cível interposta contra a r. sentença que, em Ação de Cobrança (Autos 831/2008) proposta por JOSÉ ADEMIR SCHOLZ contra ARAUCÁRIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA., julgou procedente o pedido inicial para condenar o réu a restituir ao autor os valores pagos referentes ao grupo de consórcio n. 861, com valores corrigidos monetariamente pela média INPC + IGP-DI, acrescidos de juros de mora de 0,5% ao mês até o advento do Código Civil de 2002 e após a entrada em vigor de 1% ao mês; condenando o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da condenação. Inconformada ARAUCÁRIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. requer que "a correção monetária seja feita a partir do ajuizamento da ação e que os juros incidam a partir da citação". Em contrarrazões JOSÉ ADEMIR SCHOLZ afirma: que a sentença atacada deve ser mantida; que "a jurisprudência em sua esmagadora maioria determina pela devolução das parcelas, corrigidas a partir do pagamento". É, em síntese, o relatório. DECIDO Ao presente recurso é de se negar seguimento, nos termos do artigo 557 "caput", do CPC, uma vez que em confronto com a jurisprudência dominante. Vejamos. A pretensão é de reforma da sentença para o fim de se estabelecer que a correção monetária incida a partir do ajuizamento da cão, e que os juros moratórios incidam a partir da citação. Ao contrário do alegado pelo apelante a jurisprudência é pacífica no sentido de que, em casos como o presente, a correção monetária deve incidir sobre o valor das parcelas a partir dos respectivos desembolsos, e os juros moratórios a partir do 31º dia do encerramento do grupo. Vejam-se a propósito, os seguintes julgados, inclusive do Superior Tribunal de Justiça: Súmula 35 do Superior Tribunal de Justiça: "Incide correção monetária sobre as prestações pagas, quando de sua restituição, em virtude da retirada ou exclusão do participante de plano de consorcio" . "Ao participante de consórcio que dele se afasta é devida, quando do encerramento do plano, a devolução das prestações pagas, com correção monetária. A cláusula do contrato de adesão, que exclui a atualização da quantia a ser restituída, é de ser considerada leonina e sem validade, importando em locupletamento da Administradora, não pode ser tida, outrossim, como cláusula penal, pois esta exige estipulação inequívoca e deve ser proporcional à graveza do inadimplemento contratual. A correção monetária não é um plus que se acrescenta ao crédito, mas um minus que se evita". (STJ REsp 7.326 Rel. Min. Athos Carneiro) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONSÓRCIO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. OFENSA À SÚMULA Nº 163/STF. APRECIAÇÃO. INVIABILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. FUNDAMENTO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 283/STF. CONSTITUIÇÃO EM MORA. AUTOMÁTICA. CITAÇÃO VÁLIDA. DESNECESSIDADE. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. MARCO INICIAL. APÓS O TRIGÉSIMO DIA DO ENCERRAMENTO DO GRUPO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. APRECIAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83/STJ. 1. A agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A ofensa à Súmula não pode ser apreciada, porquanto a hipótese permitida constitucionalmente para interposição de recurso especial, pela alínea "a" do permissivo constitucional, restringe-se à violação de dispositivo de Tratado ou Lei Federal. 3. No que tange à correção monetária, o Tribunal a quo entendeu que descabida a prescrição quinquenal prevista no art. 178, § 10, III, do Código Civil conforme o disposto na Súmula nº 35/STJ, no entanto o referido fundamento apto, por si só, a sustentar o juízo emitido, não foi rebatido nas razões do especial, atraindo o óbice da Súmula 283/STF, aplicável por analogia. 4. Esta Corte tem em entendimento de que constituído, automaticamente, em mora o grupo consorcial que não reembolsar o consorciado até o trigésimo dia após o seu encerramento, incidindo a partir daí juros e correção monetária, não havendo que se falar em necessidade de citação válida. 5. A perfeita harmonia entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante desta Corte Superior impõe a aplicação, à hipótese dos autos, do

enunciado nº 83 da Súmula do STJ, aplicável por ambas as alíneas autorizadoras. 6. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1060761/SP, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2010, DJe 25/08/2010) (grifei) AÇÃO DE COBRANÇA - CONSÓRCIO - DEVOLUÇÃO DE PARCELAS PAGAS PELO CONSORCIADO DESISTENTE - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE - ERROR IN PROCEDENDO - PLEITO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NÃO APRECIADO - REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL - MATÉRIA SUMULADA - INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO - ERROR IN JUDICANDO RECONHECIDO - NEGÓCIO JURÍDICO COMPROVADO - SENTENÇA REFORMADA - INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA - SÚMULA 35 DO STJ - ÍNDICES OFICIAIS - JUROS DE MORA - TERMO INICIAL E PERCENTUAL - TAXA DE ADMINISTRACAO - DESCONTO - PREJUÍZO PELA DESISTÊNCIA DO CONSORCIADO COMPROVADO - INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA. 1. "Incide correção monetária sobre as prestações pagas, quando de sua restituição, em virtude da retirada ou exclusão do participante do plano de consórcio" (Súmula nº 35 do STJ), cujo pagamento se dará após o 30º dia do seu encerramento do grupo. 2. Os juros de mora incidem após o trigésimo dia contado do encerramento do grupo do consórcio e à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês até a entrada em vigor no novo Código Civil (01.01.2003) e, após, no percentual de 1% (um por cento) ao mês. 3. A retenção da taxa de administração é cabível, porque corresponde à remuneração dos serviços prestados pela administradora. 4. "A possibilidade de se descontar dos valores devidos percentual a título de reparação pelos prejuízos causados ao grupo (art. 53, § 2º, do CDC) depende da efetiva prova do prejuízo sofrido, ônus que incumbe à administradora do consórcio" (STJ, REsp nº 87142/SC, Terceira Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti, j. 11.03.08). 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJPR Ap. Cível 635454-9 Rel. Ruy Muggiati 18ªCC DJU 21/05/2010) (grifei) APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS - INOVAÇÃO RECURSAL - PRETENSÕES REFERENTES A PARTES QUE NÃO INTEGRAM A PRESENTE LIDE - PARCIAL CONHECIMENTO DO RECURSO - PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS PREVISTO NO ART. 27, DO CDC - INAPLICABILIDADE - PRAZO VINTENÁRIO DO ART. 177, DO CC/1916 - SÚMULA Nº 35/STJ - JUROS MORATÓRIOS - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - TERMO INICIAL - TRIGÉSIMO DIA APÓS O ENCERRAMENTO DO PLANO DE CONSÓRCIO - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ CONFIGURADA - POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 940, DO CC - PREQUESTIONAMENTO - DESCABIMENTO - MATÉRIAS ENFRENTADAS NA DECISÃO - TAXA DE ADESÃO - IMPOSSIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO - REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO - PRETENSÃO DE DESCONTO DO FUNDO DE RESERVA - DESCABIMENTO - GRUPO CONSORCIAL JÁ ENCERRADO - IMPOSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE VALORES A TÍTULO DE SEGURO - REDISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO - POR UNANIMIDADE. (TJPR Ap. Cível 661165-0 Rel. Fernando Vidal de Oliveira 17ªCC DJU 16/06/2010) (grifei) ANTE O EXPOSTO, com fundamento no artigo 557 "caput", do CPC, nego seguimento ao recurso, que está em confronto com a jurisprudência dominante no STJ e neste tribunal. Int. Curitiba, 12 de agosto de 2011. DES. ROBERTO DE VICENTE Relator

0014 . Processo/Prot: 0795871-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/71368. Comarca: Jacarezinho. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0004378-97.2008.8.16.0098 Reintegração de Posse. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Juliano Miqueletti Soncin, Andréa Hertel Malucelli. Apelado: Fábio Junior Manoel. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. EXTINÇÃO POR ABANDONO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO, COM A ADVERTÊNCIA DO ART. 267, § 1º, DO CPC. FORMALIDADE ESSENCIAL CONHECIDA DE OFÍCIO. SENTENÇA ANULADA. DADO PROVIMENTO. Vistos etc. I. Relatório. Banco Itaú S/A insurge-se em face da sentença proferida nos autos de reintegração de posse, por intermédio da qual o MM. Juiz extinguiu o feito sem julgamento de mérito com fulcro no artigo 267, inciso III, do CPC. O recorrente sustenta, em síntese, que: deve ser cassada a sentença recorrida, tendo em vista a ausência de precaução do juízo, que não intimou, previamente, o advogado por meio de diário da justiça para o devido andamento do feito; para a extinção do processo deve ocorrer a intimação pessoal do advogado, uma vez que é o único legitimado a praticar atos processuais; a intimação pessoal do autor, para providenciar o andamento do feito no prazo de 48 horas, apesar de necessária, deve ser feita em conjunto com a intimação do advogado da parte. Pugnou pelo provimento do recurso. É o relatório. II. Voto. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. Analisando os presentes autos, verifico que a sentença terminativa merece reforma. É que a extinção do feito com fulcro na hipótese de abandono não atendeu adequadamente ao procedimento necessário para que tal medida pudesse ser aplicada. Diante de situação concreta como a retratada nos presentes autos, em que a parte autora deixa de realizar determinado ato processual necessário ao prosseguimento do feito, revela-se indispensável a intimação de seu advogado, pelo Diário da Justiça, a fim de que impulsione o processo, com a indicação expressa de que sua omissão poderá acarretar a extinção do feito, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 267 do CPC. Nesse sentido, colaciona-se a seguinte jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. Extinção do processo após a intimação pessoal da parte alegadamente inerte (CPC, art. 267, § 1º); providência que supõe a prévia intimação do procurador. Recurso especial conhecido e provido." (STJ, REsp 209658/CE, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ: 16/12/2002) No entanto, percebe-se que não foi o que ocorreu no caso em tela, uma vez que não houve a intimação do procurador da parte autora com a devida advertência de extinção do feito, o que implica anulação da sentença. III. Decisão. 2 Diante do exposto, dou provimento ao presente recurso com amparo no art. 557, §1º-A do CPC, para anular a sentença e determinar o prosseguimento do feito em seus ulteriores termos. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. OSVALDO NALLIM DUARTE Juiz de Direito Substituto em 2.º Grau Relator convocado

0015 . Processo/Prot: 0796078-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/175504. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0003116-54.2010.8.16.0030 Revisão de Contrato. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Karine Simone Pofahl Weber, Fabiana Silveira. Apelado: Roseli Teresinha Loch. Advogado: Alex Guerra, Cleverson Leandro Ortega. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte. Revisor: Des. Carlos Mansur Arida. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

O apelante noticia, através da petição de f. 295, que as partes se compuseram em relação ao débito em aberto. Diante do exposto, com fulcro no art. 200, incisos XVI e XXIV, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, homologo a desistência do recurso de Apelação e, por consequência, declaro extinto o procedimento recursal. Publique-se. Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem. Curitiba, 22 de setembro de 2011. OSVALDO NALLIM DUARTE Juiz de Direito Substituto em 2° grau Relator convocado

0016 . Processo/Prot: 0799537-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/237988. Comarca: Rio Branco do Sul. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000338-17.2011.8.16.0147 Revisão de Contrato. Agravante: Alexandrina Aparecida Lourenço. Advogado: Viviane Karina Teixeira, Magali Fuerbringer, Mário Lopes da Silva Netto. Agravado: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DO INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. FUNDADAS RAZÕES NÃO EVIDENCIADAS. DECLARAÇÃO DE INCAPACIDADE FINANCEIRA NÃO IMPUGNADA. BENEFÍCIO CONCEDIDO. INTELIGÊNCIA DO CAPUT DO ART. 4º DA LEI 1.060/1950. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 557, §1º-A, CPC. Muito embora seja possível a realização de controle jurisdicional da concessão da gratuidade judicial por parte do MM. Magistrado a quo, é necessário a existência de provas junto aos autos passíveis de desconstituir as alegações do requerente. Vistos. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela autora Alexandrina Aparecida Lourenço, em face de despacho prolatado nos autos de Ação Revisional de Contrato, autuado sob nº 0000338-17.2011, da Vara Cível e Anexos da Comarca da RMC, que indeferiu a concessão de gratuidade judicial, por entender que a autora-Agravante não acostou documentos que comprovem sua insuficiência financeira. (decisão agravada de fls. 55-TJ) É, em síntese o relatório. 2. O feito comporta julgamento unipessoal pelo Relator, nos termos do art. 557, §1º-A do Código de Processo Civil. O recurso versa exclusivamente sobre a concessão ou não dos benefícios da Justiça Gratuita, tendo o Douto Juízo Singular decidido pelo indeferimento do pedido, por entender que não restou provado o alegado estado de pobreza. Com efeito. Prospera as razões de inconformismo da Agravante, merecendo reforma a decisão de primeiro grau. É cediço que a concessão da assistência judiciária pode e deve ser submetida ao controle jurisdicional, onde a presunção de insuficiência econômica pode ser elidida pelo Juízo, desde que presentes fundadas razões que afastem a condição de miserabilidade do requerente. Contudo, não é o que ocorre no caso em análise, em que a parte juntou, as fls. 44/TJ, conta de luz em que consta ser beneficiária de "luz fraterna". E com base nos documentos juntados, ficou claramente comprovado a insuficiência financeira da autora-Agravante. Ademais, de acordo com expressa disposição da Lei nº 1.060/50 (art. 4º), "a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária gratuita, mediante simples afirmação na própria petição, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família", requisito este cumprido satisfatoriamente pela Autora, ora Agravante (fls. 42 - TJ). E tal alegação constitui presunção juris tantum, ou seja, que pode ser elidida mediante prova cabal de que a declaração de falta de condições econômicas não corresponde à realidade fática, contudo, inexistem nos autos qualquer fator que venha a infirmar os documentos ou alegações de hipossuficiência financeira da devedora, não podendo o juiz `a quo' proferir decisão interlocutória baseada em deduções, sem que haja nos autos provas contundentes que sejam hábeis à derrubar os elementos apresentados pela requerente. Importa dizer ainda que, para o deferimento da assistência judiciária não há necessidade de que a parte seja miserável, o que deve haver é o comprometimento com sustento próprio e o de sua família. Destarte, apesar de possível o controle jurisdicional da concessão do benefício da assistência judiciária, o indeferimento do benefício deve estar calçado em provas robustas constantes nos autos de que o requerente possui condições econômicas a suportar o pagamento das despesas processuais sem prejuízo próprio ou da família, hipótese que, no entanto, não é verificada no caso em apreço. Conclui-se, desta forma, que deve ser concedido o benefício da Justiça Gratuita, ante a presunção que milita em favor da Requerente, nos termos do art. 5º, Lei nº. 1.060/50, sem prejuízo de posterior impugnação pela parte adversa, e a aplicação da penalidade prevista na parte final do §1º, art.4º, Lei nº. 1.060/50. 3. Diante do que se expôs, dou provimento ao recurso para o efeito de reformar a decisão hostilizada, concedendo à Agravante os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50, o que faço com fundamento no art. 557, §1°-A do CPC. Dil. Int. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Juiz Subst. 2º G. LUIS ESPÍNDOLA Relator

0017 . Processo/Prot: 0803740-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/159357. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000131-78.2011.8.16.0127 Busca e Apreensão. Agravante: Bv Financeira Sa. Advogado: Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin. Agravado: Adalberto Pereira da Silva. Advogado: Valéria Canalle. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO. DETERMINAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DO VEÍCULO AO DEVEDOR. DECISÃO CORRETA, ANTE A COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DAS PARCELAS. MULTA DIÁRIA. POSSIBILIDADE DE COMINAÇÃO. MEIO PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. NEGADO SEGUIMENTO POR DECISÃO DO RELATOR. Vistos, etc. I. Relatório. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão do juízo a quo que diante da inércia do agravante em cumprir ordem de restituição do veículo, fixou multa de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por dia de atraso, e ainda determinou novamente a restituição do bem em 24 horas, sob pena de incidência da multa fixada. Inconformado o agravante aduz que o agravado deu ensejo ao vencimento antecipado do contrato sendo agora responsável pelo pagamento integral das parcelas para somente após ser restituído na posse do bem e que, portanto, a purgação da mora, deve se dar pelo montante total devido, acrescidos de custas processuais e honorários advocatícios. Sustenta ainda que em virtude da cláusula resolutória expressa constante no contrato, comprovada a purgação da mora, deve ser deferida a liminar de busca e apreensão do bem e que não tendo o agravado logrado êxito em purgar a mora o agravante dever ter consolidada a posse e propriedade plena do bem. Em relação ao valor da multa fixada, sustenta que as regras de equilíbrio e bom senso não foram observados, pois o valor da multa está muito elevado. Requer que o valor da multa seja retirado, ou, caso não seja esse o entendimento, que seja aplicado uma multa no valor total de ½ salário mínimo, sem a aplicação de multa diária. Requer ao final a suspensão da decisão agravada. É o relatório. II. Fundamentação. Presentes os pressupostos, conheço do recurso, que comporta julgamento por decisão monocrática. Recorre o agravante da decisão interlocutória que determinou a restituição do veículo ao mutuário, sob o fundamento de que ocorreu o vencimento antecipado da dívida e a multa fixada é excessiva. Conforme as peças que instruem o recurso, o agravante ingressou com pedido de busca e apreensão, deferido liminarmente. Cumprida a liminar, o requerido/agravado apresentou contestação aduzindo que não atrasou o pagamento de nenhuma das parcelas do contrato, juntando a comprovação documental correspondente. Intimada, a autora deixou de se manifestar sobre a resposta. Sobreveio o despacho que determinou a devolução do veículo, fundamentado no fato de que, por ocasião da contestação, o requerido juntou aos autos os comprovantes de pagamento dos meses de outubro/2010 a janeiro/2011. Tal despacho, ao que consta, não foi publicado. Na sequência, foi proferido o despacho que desafiou o presente recurso, determinando a restituição em 24 horas, sob pena de incidência da multa de R $ 250,00 por dia de atraso. O fato que motivou a determinação de restituição do veículo foi a comprovação documental de que as parcelas se encontram em dia. Com efeito, o agravado juntou comprovantes de pagamento das parcelas, inclusive a que venceu em 12.10.2010 (paga em 13.10.2010). Apesar de haver pago, o requerido foi notificado em janeiro de 2011, seguindo- se a propositura da busca e apreensão. As parcelas posteriores foram igualmente pagas. 2 Assim, não há fundamento jurídico confiável na alegação de que ocorreu o vencimento antecipado das parcelas do contrato se, pela prova documental, acima de qualquer dúvida razoável, o agravado demonstra que as prestações ajustadas estão em dia. Incensurável, assim, a decisão que revoga a liminar e determina seja o veículo restituído. Também em relação a aplicação de multa diária a irresignação do agravante não merece prosperar. A multa prevista no art. 461, do Código de Processo Civil, nada mais é do que mecanismo processual cuja finalidade é compelir o devedor a cumprir a obrigação, garantindo a efetividade da ordem, além de ser uma faculdade conferida ao juiz, que pode fixá-la mesmo de ofício. A multa diária de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por dia de atraso não é elevada, nem abusiva, além do que apenas incidirá caso o agravante deixe cumprir a ordem judicial. É neste sentido o entendimento desta corte de justiça: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - DETERMINAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DO VEÍCULO, NO PRAZO DE TRES DIAS, SOB PENA DE MULTA - PRAZO RAZOÁVEL, POSTO QUE EM ACRÉSCIMO AO ANTERIORMENTE ESTABELECIDO - MULTA DIÁRIA QUE TEM CUNHO EMINENTEMENTE COERCITIVO -VALOR DA MULTA DIÁRIA, CONTUDO, ARBITRADO EM VALOR MUITO ELEVADO - REDUÇÃO PARA R$ 200,00, COM LIMITE MÁXIMO NO VALOR DO BEM EM DISCUSSÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (AI n.º 740.882-8.. 18.ª CCível. Des. ROBERTO DE VICENTE. DJ. 01/04/2011). APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. MULTA DIÁRIA. POSSIBILIDADE DE COMINAÇÃO. MEIO EXECUTIVO PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. A imposição de multa diária, determinada na sentença de primeiro grau, encontra-se respaldada no artigo 461, do Código de Processo Civil, segundo o qual o juiz pode, ex officio, determinar as providências que entender cabíveis para assegurar o cumprimento da obrigação. (ApCiv n.º 556529-9. 17ª CCível. Rel. Des. Stewalt Camargo Filho - DJ 28/04/2009) 3 III. Decisão. Diante do exposto, nego seguimento ao agravo de instrumento, por manifesta inadmissibilidade, posto que não atacados os fundamentos da decisão que determinou a devolução do veículo. Oportunamente, encaminhem-se os autos para arquivamento na origem. Intimem-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. OSVALDO NALLIM DUARTE Juiz de Direito Substituto em 2.º Grau Relator convocado

0018 . Processo/Prot: 0806727-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/171873. Comarca: Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0001054-25.2011.8.16.0024 Revisão de Contrato. Agravante: Vanilda da Silva Mello. Advogado: Viviane Karina Teixeira. Agravado: Banco Bv Financeira Sa. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. AUSÊNCIA DO CONTRATO. DOCUMENTO NECESSÁRIO E ESSENCIAL PARA O EXAME DA CONTROVÉRSIA. ART. 525, II, DO CPC. ANÁLISE DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES PREJUDICADA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. NEGADO SEGUIMENTO. Vistos etc. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que, em Ação Revisional de Contrato com Pedido de Tutela Antecipada, indeferiu o pedido de tutela antecipada, por não estarem presentes os pressupostos exigidos (f. 62-63 TJ). Inconformado, o agravante aduz, em síntese, que: (a) a atitude da agravada de negar o recebimento e quitação das prestações devidas por ele configura a mora acipiendi, que autoriza o pedido de consignação em pagamento; (b) a inicial está acompanhada de parecer técnico que atesta a abusividade de diversas cláusulas contratuais, sendo, portanto, verossímeis as alegações do autor; (c) estando em discussão judicial cláusulas inseridas no contrato de financiamento, suspensos ficam os efeitos de eventual mora do devedor; (d) ante o afastamento dos efeitos da mora e a inexistência de afronta ao direito de ação do agravado, merece reforma a decisão agravada, a fim de possibilitar à agravante que fique na posse do bem até o deslinde da demanda. Por fim, requer o provimento do presente recurso para o fim de determinar liminarmente a proibição/ exclusão do seu nome dos cadastros de restrição ao crédito, autorizar o depósito dos valores incontroversos, bem como conceder a manutenção na posse do bem. É, em síntese, o relatório. Do não seguimento do recurso. O procedimento recursal deve ser extinto em seu início, pois não se acha nos autos a cópia do contrato firmado entre as partes. O Código de Processo Civil é claro ao preceituar que o agravo de instrumento deve ser instruído, não só com as peças obrigatórias (inciso I, art. 525, do CPC), mas, também, com as consideradas essenciais para o deslinde da controvérsia (art. 525, II,CPC). No caso em tela, a agravante deixou de instruir adequadamente o recurso com a fotocópia do contrato firmado entre as partes, não tendo optado pela propositura de cautelar exibitória. Assim, como o cerne da questão encontra-se nas cláusulas estipuladas no instrumento de contrato, torna-se inviável o processamento e o julgamento do mérito do presente recurso sem a cópia desse documento. Frise-se ainda que a apresentação de parecer técnico- contábil, não é capaz de suprir a falha apontada, na medida em que não demonstra as cláusulas contratadas e em que termos o contrato foi firmado. Dessa forma, não há como verificar se o "fumus boni juris" está presente nas alegações do agravante. Logo, resta evidente que somente após análise, ainda que superficial, do referido documento, seria possível dar credibilidade ou não às alegações feitas. 2 Neste sentido é a jurisprudência: AGRAVO INOMINADO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO RECURSO. FALTA DE CÓPIA DO CONTRATO PACTUADO ENTRE AS PARTES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DO RECORRENTE. ARTS. 525, I E II DO CPC. NEGADO SEGUIMENTO (CAPUT, ART 557 DO CPC). FACULDADE ATRIBUÍDA AO RELATOR. AGRAVO INOMINADO QUE NÃO SE REFERE ESPECIFICAMENTE À INEXISTÊNCIA DO DOCUMENTO. MERO INCONFORMISMO. FALTA DE CONTRAPOSIÇÃO AOS ARGUMENTOS DA DECISÃO MONOCRÁTICA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO. Comarca da Região Metropolitana de Curitiba 19ª Vara Cível (TJPR - 17ª C.Cível - A 0665625-7/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Stewalt Camargo Filho - Unânime - J. 28.04.2010) No mesmo sentido, é o pacífico entendimento do Superior Tribunal De Justiça: CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. BANCÁRIO. REVISÃO DE CONTRATO. ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PRETENSÃO DE INSCRIÇÃO DO NOME DOS AUTORES. NÃO JUNTADA DO CONTRATO FEITO ENTRE AS PARTES. VERIFICAÇÃO DAS TAXAS E LEGALIDADE DOS ENCARGOS. IMPOSSIBILIDADE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA. REEXAME DOS FATOS. SÚMULA N. 7 DO STJ. MULTA IMPOSTA. PRETENSÃO DE RETIRAR. IMPOSSIBLIDADE. VALOR DA MULTA. ERRO MATERIAL. 4 AGRAVO IMPROVIDO. (destaquei) (STJ. AgRg no Ag 818499/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, 4ª Turma, DJ 26.03.2007). Nestas condições, diante da ausência de peça considerada essencial para o exame da questão, caracterizando formação deficiente do agravo de instrumento, nego seguimento ao recurso, com fundamento no artigo 557 do Código de Processo Civil, diante de sua manifesta inadmissibilidade. 3 Decisão. Diante do exposto, nego seguimento ao agravo de instrumento interposto, por ausência de pressuposto de admissibilidade do recurso. Oportunamente, encaminhem-se os autos para arquivamento na origem. Intimem-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. OSVALDO NALLIM DUARTE Juiz de Direito Substituto em 2.º Grau Relator convocado

0019 . Processo/Prot: 0810779-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/186637. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0026938-86.2011.8.16.0014 Revisional. Agravante: Sandra Margarete de Araujo Hutyn. Advogado: Meiriele Rezende da Silva. Agravado: Bv - Financeira Sa - Credito Financiamento e Investimento. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos: Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, contra a decisão proferida em sede de ação revisional, por meio da qual o magistrado da causa indeferiu o pedido liminar de manutenção do bem na posse da autora e exclusão de seu nome no rol dos inadimplentes, mediante o depósito das parcelas no montante incontroverso. Alega a recorrente, em suma, que a jurisprudência admite que o bem fique na posse do devedor; estão presentes os requisitos autorizados para antecipação da tutela, devendo ser mantida na posse do bem. Pugnou pela concessão da antecipação de tutela recursal e pelo provimento final do recurso. A antecipação da tutela recursal foi indeferida (fls. 61). O agravado deixou de apresentar resposta, embora devidamente intimado. O d. Juiz a quo

comunicou (fls. 68/69) que exerceu o juízo de retratação no tocante à exclusão do nome dos registros de órgãos públicos de dados de consumidores. É o relatório. DECISÃO 1. O recurso perdeu objeto no que se refere ao pedido de exclusão, ou abstenção de inclusão, do nome da agravante nos órgãos restritivos de crédito, pois em juízo de retratação, o MM. Juiz de primeiro grau já deferiu-o. Assim, conheço do recurso tão somente no que se refere ao indeferimento do pedido de manutenção na posse do bem. 2. Não assiste razão à recorrente. 2.1. O Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que a manutenção do bem na posse do devedor somente é permitida se implementadas, concomitantemente, as seguintes condições: 1) o ajuizamento de ação, pelo devedor, contestando a existência parcial ou integral do débito; 2) efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou do STJ; 3) que, sendo a contestação apenas parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado. Neste sentido: (REsp 1177644, Rel. Min. Ministro MASSAMI UYEDA, 24/02/2010) No presente caso, verifica-se que a agravante ajuizou ação revisional, na qual pugna pelo depósito em Juízo do valor incontroverso consoante o cálculo demonstrativo juntado, argumentando que o contrato celebrado contém cláusulas abusivas. Contudo, consta-se que os critérios utilizados pela agravante para obtenção do montante incontroverso não se revelam verossímeis. Deve-se observar que a cédula de crédito bancário é regulada pela lei nº 10.931/04, a qual reconhece a possibilidade da capitalização desde que devidamente pactuada. Assim, neste exame de cognição sumária, vislumbra-se que tais requisitos autorizadores da capitalização de juros aparentemente foram observados, conforme se vê da cláusula 13 do contrato (fls. 43/44/TJ). Considerando que o cálculo do montante incontroverso foi realizado mediante a exclusão da capitalização de juros, conclui-se que os depósitos não se revelam aptos a permitir o acolhimento do pedido da contratante. Mostra-se oportuno destacar que a implementação do terceiro requisito somente se materializa quando o depósito é efetuado em valor equivalente ao estipulado no contrato, excluídos unicamente os encargos que sejam reconhecidos como abusivos pelos Tribunais Superiores. Tal entendimento constitui corolário lógico das premissas que motivaram a referida decisão do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Por um lado, pretende-se obstar medidas de cunho protelatório e, por outro, almeja-se proteger o contratante que demonstra a efetiva intenção de adimplir o contrato e mais, que apresenta indícios subsistentes, dotados de um mínimo de plausibilidade, da existência de encargos indevidos no instrumento celebrado. Destarte, não há nenhum motivo que justifique a reforma da decisão proferida pelo Juízo de primeiro grau. Por tais fundamentos e com amparo no art. 557 do CPC e no entendimento jurisprudencial consolidado, nego seguimento ao presente recurso. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. CARLOS MANSUR ARIDA Relator

0020 . Processo/Prot: 0814771-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/172580. Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0004166-16.2010.8.16.0160 Exibição de Documentos. Apelante: Bv Leasing Sa Arrendamento Mercantil. Advogado: Milken Jacqueline Cenerini Jacomini, Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin. Apelado: Valdair Quirino. Advogado: Adriane Cristina Stefanichen, Pedro Stefanichen. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos 1. Junte-se a petição de acordo protocolada pelas partes. 2. Considerando que a celebração de acordo após a interposição de recurso consubstancia desistência tácita, diante da prática de ato incompatível com a vontade de recorrer, julgo extinto o procedimento recursal. Por conseqüência, determino a remessa dos autos ao Juízo de primeiro grau, pois compete a este analisar o pedido de homologação do acordo e suas conseqüências. Intime-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. CARLOS MANSUR ARIDA Relator

0021 . Processo/Prot: 0818868-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/215010. Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000701-49.2011.8.16.0132 Ordinária. Agravante: Salete Aparecida Cardoso. Advogado: Thiago Ribczuk. Agravado: Bv Financeira S.a. Crédito, Financiamento e Investimento - Bv. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DO INDEFERIMENTO DE PEDIDO PARA O PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS AO FINAL DO PROCESSO CUMULADO COM PEDIDO ALTERNATIVO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA CUJA MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO JUÍZO "A QUO". IMPOSSIBILIDADE DE CONHECER DO PEDIDO NESSA PARTE, SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. QUANTO AO PEDIDO DE PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS AO FINAL DA DEMANDA SOB ARGUMENTO DE DIFICULDADE MOMENTANEA. POSSIBILIDADE DA POSTERGAÇÃO TENDO EM VISTA O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DE AMPLO ACESSO A JUSTIÇA. BENEFÍCIO CONCEDIDO, DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NA PARTE CONHECIDA PROVIDO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 557, §1º-A, CPC. Evidenciada a impossibilidade momentânea do custeio das despesas processuais, pode ser deferido o recolhimento das custas ao final do processo..... "Possibilidade de pagamento das custas processuais ao final da ação, no caso concreto, a fim de evitar afronta à garantia constitucional de acesso ao Judiciário, prevista no artigo 5º, LXXIV, da CF/88. Decisão agravada reformada para possibilitar o pagamento das custas ao final da ação. recurso PROVIDO LIMINARMENTE com base no art. 557, §1º-a, do código de processo civil. (TJRS. AI nº 70043393909, 17ª CCv, Rel: Des. Liége Puricelli Pires, Julgado em 24/03/2011) Vistos. 1. Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento interposto pela Autora Salete Aparecida Cardoso, em face de decisão prolatada nos autos de "Ação de Revisão de Contrato", autuado sob nº 0000701-49.2011, da Única Vara Cível e Anexos da Comarca de Peabiru, que indeferiu o benefício da para pagamento de custas ao final do processo, sob fundamento de que pelos documentos acostados nos autos, não se pode considerar a autora pobre na acepção jurídica do termo. É em síntese o relatório. 2. O feito comporta julgamento unipessoal pelo Relator, nos termos do art. 557, §1º-A do Código de Processo Civil. Prefacialmente impõe-se não conhecer ao pedido de isenção de custas e demais benefícios previstos na Lei 1060/50, relativo ao benefício da assistência judiciária gratuita uma vez que a referida questão não foi objeto de pedido em primeiro grau de jurisdição. No mais, cinge-se o presente recurso sobre o deferimento ou não do pagamento de custas processuais ao final do processo, indeferido pelo Douto Juízo Singular, por entender que não restou provada a impossibilidade de o autor- Agravante arcar com as custas processuais. Prospera as razões de inconformismo da Agravante, merecendo reforma a decisão de primeiro grau. Página 2 de 4 Isto porque, muito embora seja regra processual o pagamento antecipado das custas processuais, tal regra, em casos peculiares, admite exceções, tendo em vista princípio maior previsto em nossa Constituição Federal, porquanto o que não se pode é negar o direito de acesso à justiça, garantido a todos os cidadãos, pelo artigo 5º, incisos XXXV e LV da Lei Maior. Logo, evidenciada dificuldade momentânea em efetuar tais despesas, não há como negar, por esse motivo, o constitucional direito ao acesso a justiça. Precedentes nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. pedido de pagamento de custas ao final. POSSIBILIDADE. prova acerca da necessidade. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. Possibilidade de pagamento das custas processuais ao final da ação, no caso concreto, a fim de evitar afronta à garantia constitucional de acesso ao Judiciário, prevista no artigo 5º, LXXIV, da CF/88. Decisão agravada reformada para possibilitar o pagamento das custas ao final da ação. recurso PROVIDO LIMINARMENTE com base no art. 557, §1º-a, do código de processo civil. (TJRS. AI nº 70043393909, 17ª CCv, Rel: Des. Liége Puricelli Pires, Julgado em 24/03/2011) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. ENTIDADE BENEFICENTE. PROVA. REQUISITOS. LEI 1060/50. Tratando-se de pedido de gratuidade deduzido por pessoa jurídica, reconhecida como entidade beneficente, necessária a produção de prova da alegada insuficiência econômica, o que não restou atendido. Contudo, considerando-se as peculiaridades do caso, viabiliza-se o pagamento das custas ao final. Precedentes. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO DE PLANO". (TJRS. AI nº 70041822586, 17ª CCv, Rel: Elaine Harzheim Macedo, Julgado em 24/03/2011) Página 3 de 4 Ademais, tal benefício, não enseja prejuízo para nenhuma das partes, pois não se está isentando o agravante do pagamento das custas processuais, mas tão-somente postergando tal pagamento para o final da ação. 3. Diante do exposto, dou provimento ao recurso para o efeito de reformar a decisão hostilizada, autorizando o pagamento das custas e despesas processuais ao final do processo, o que faço com fundamento no art. 557, §1°-A do CPC. Dil. Int. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Juiz Subst. 2º G. LUIS ESPÍNDOLA Relator

0022 . Processo/Prot: 0819898-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/303668. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0028502-42.2011.8.16.0001 Ordinária. Agravante: Jaciara Padilha. Advogado: Luiz Eduardo Lima Bassi. Agravado: Hsbc Bank Brasil S.a. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita, em ação de indenização por danos morais e materiais cumulada com repetição de indébito. Nas razões recursais, pleiteia a agravante que o presente recurso seja recebido, e no mérito, dado provimento, a fim de reformar a decisão agravada para que lhe sejam garantidos os benefícios da assistência judiciária gratuita. DECIDO. Pois bem, em que pese os argumentos da parte agravante, tenho que o feito não prospera, pois recebido o recurso, o relator poderá negar-lhe seguimento liminarmente nos casos do artigo 557 do Código de Processo Civil. Isto é, quando for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou mesmo em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Neste aspecto, fato é que o recurso é manifestamente inadmissível porque ausente no recurso peça essencial, conforme o constante do inciso I do artigo 525 do mesmo códice, a saber: procuração do advogado da parte agravada ou certidão da escrivania explicando a ausência de referido instrumento procuratório. (grifei). Neste sentido têm se posicionado o Superior Tribunal de Justiça e este egrégio órgão julgador: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DA IRREGULARIDADE NOS RECURSOS DIRIGIDOS À INSTÂNCIA ESPECIAL. 1. É dever do agravante instruir - e conferir - a petição de agravo com as peças obrigatórias e essenciais ao deslinde da controvérsia. A falta ou incompletude de qualquer dessas peças, tal como verificado no presente caso, acarreta o não conhecimento do recurso. 2. O fato do agravo de instrumento manejado perante o Tribunal de origem (artigo 522 do CPC) não ter sido instruído com a peça aqui considerada faltante (procuração outorgada ao advogado subscritor do recurso especial) não afasta a exigência do cumprimento no disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, pois esta Corte já decidiu que "a inexistência, nos autos principais, de documento cuja juntada é obrigatória no instrumento deve ser atestada por meio de certidão emitida pelo órgão competente" (AgRg no Ag nº 1.073.373/MG, Relatora a Ministra ELIANA CALMON, DJe de 27/2/2008). 3. Os recursos dirigidos à instância superior, desacompanhados de procuração, são inexistentes, à luz do disposto na Súmula 115/STJ. 4. Na instância especial é inaplicável o disposto no art. 13 do Código de Processo Civil. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1215835/SP - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2009/0202647-6, Rel. Ministro Raul Araújo, 4ª Turma, Data do Julgamento: 21/10/2010; DJ 08/11/2010).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO OUTORGADA PELA PARTE AGRAVADA. CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS. NECESSIDADE DE CERTIDÃO OFICIAL. 1. É dever do agravante zelar pela formação do agravo de instrumento, juntando ao mesmo todas as peças elencadas no art. 544, §1º do CPC. 2. Na ausência da indigitada peça, é dever da parte agravante providenciar a competente certidão que ateste a inexistência da peça nos autos originais. 3. A mera alegação de que fora trasladada cópia integral dos autos, desacompanhada de qualquer documento oficial que ateste o asseverado, não tem o condão de elidir a necessária juntada da peça tida por faltante ou a referida certidão. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1050958/SP, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias, 4ª Turma, julgado em 02/9/2008, DJ 29/9/2008). AGRAVO DE INSTRUMENTO PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE REGULARIDADE FORMAL AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS PRECEDENTES STJ AUSÊNCIA DO CONTRATO NEGADO SEGUIMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI nº 756664-7, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 04/03/2011). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE - REGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS - PRECEDENTES STJ - NEGADO SEGUIMENTO MONOCRATICAMENTE. (TJPR, AI nº 767533-4, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 13/05/2011). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE. REGULARIDADE FORMAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO DOS AGRAVADOS. PRECEDENTES STJ. NEGADO SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI 751854-1, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Trataz Martins, DJ 29/06/2011). Ex positis, diante de todo o exposto, nego seguimento ao Agravo de Instrumento, com espeque no artigo 557, caput, do CPC, por ser manifestamente inadmissível. Dê-se baixa dos registros do presente Agravo de Instrumento. Intime-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Desembargador Relator

0023 . Processo/Prot: 0820796-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/307433. Comarca: Irati. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002781-97.2011.8.16.0095 Revisão de Contrato. Agravante: Avani Maria Valter dos Santos. Advogado: Viviane Karina Teixeira, Cleverson Marcel Sponchiado, Magali Fuerbringer. Agravado: Banco Finasa Bmc S/a. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deferiu o pedido incidental de exibição em juízo dos documentos concernentes às contratações em discussão; que declarou a inversão do ônus da prova e indeferiu a tutela pretendida, ação ordinária de revisão contratual c/c pedidos liminares. Nas razões recursais, pleiteia a agravante que o presente recurso seja recebido, e no mérito, dado provimento, a fim de reformar a decisão agravada para que: a) seja determinada a proibição e ou cancelamento dos registros no nome da ora agravante, nos cadastros restritivos de crédito; b) seja autorizado o depósito dos valores incontroversos e, c) lhe seja garantida a manutenção da posse do bem. Pugna ao final, pela concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. DECIDO. Pois bem, em que pese os argumentos da parte agravante, tenho que o feito não prospera, pois recebido o recurso, o relator poderá negar-lhe seguimento liminarmente nos casos do artigo 557 do Código de Processo Civil. Isto é, quando for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou mesmo em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Neste aspecto, fato é que o recurso é manifestamente inadmissível porque ausente no recurso peça essencial, conforme o constante do inciso I do artigo 525 do mesmo códice, a saber: procuração do advogado da parte agravada ou certidão da escrivania explicando a ausência de referido instrumento procuratório. (grifei). Neste sentido têm se posicionado o Superior Tribunal de Justiça e este egrégio órgão julgador: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DA IRREGULARIDADE NOS RECURSOS DIRIGIDOS À INSTÂNCIA ESPECIAL. 1. É dever do agravante instruir - e conferir - a petição de agravo com as peças obrigatórias e essenciais ao deslinde da controvérsia. A falta ou incompletude de qualquer dessas peças, tal como verificado no presente caso, acarreta o não conhecimento do recurso. 2. O fato do agravo de instrumento manejado perante o Tribunal de origem (artigo 522 do CPC) não ter sido instruído com a peça aqui considerada faltante (procuração outorgada ao advogado subscritor do recurso especial) não afasta a exigência do cumprimento no disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, pois esta Corte já decidiu que "a inexistência, nos autos principais, de documento cuja juntada é obrigatória no instrumento deve ser atestada por meio de certidão emitida pelo órgão competente" (AgRg no Ag nº 1.073.373/MG, Relatora a Ministra ELIANA CALMON, DJe de 27/2/2008). 3. Os recursos dirigidos à instância superior, desacompanhados de procuração, são inexistentes, à luz do disposto na Súmula 115/STJ. 4. Na instância especial é inaplicável o disposto no art. 13 do Código de Processo Civil. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1215835/SP - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2009/0202647-6, Rel. Ministro Raul Araújo, 4ª Turma, Data do Julgamento: 21/10/2010; DJ 08/11/2010). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO OUTORGADA PELA PARTE AGRAVADA. CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS. NECESSIDADE DE CERTIDÃO OFICIAL. 1. É dever do agravante zelar pela formação do agravo de instrumento, juntando ao mesmo todas as peças elencadas no art. 544, §1º do CPC. 2. Na ausência da indigitada peça, é dever da parte agravante providenciar a competente certidão que ateste a inexistência da peça nos autos originais. 3. A mera alegação de que fora trasladada cópia integral dos autos, desacompanhada de qualquer documento oficial que ateste o asseverado, não tem o condão de elidir a necessária juntada da peça tida por faltante ou a referida certidão. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1050958/SP, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias, 4ª Turma, julgado em 02/9/2008, DJ 29/9/2008). AGRAVO DE INSTRUMENTO PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE REGULARIDADE FORMAL AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS PRECEDENTES STJ AUSÊNCIA DO CONTRATO NEGADO SEGUIMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI nº 756664-7, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 04/03/2011). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE - REGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS - PRECEDENTES STJ - NEGADO SEGUIMENTO MONOCRATICAMENTE. (TJPR, AI nº 767533-4, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 13/05/2011). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE. REGULARIDADE FORMAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO DOS AGRAVADOS. PRECEDENTES STJ. NEGADO SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI 751854-1, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 29/06/2011). Ex positis, diante de todo o exposto, nego seguimento ao Agravo de Instrumento, com espeque no artigo 557, caput, do CPC, por ser manifestamente inadmissível. Dê-se baixa dos registros do presente Agravo de Instrumento. Intime-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Desembargador Relator

0024 . Processo/Prot: 0820968-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/224930. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0022653-89.2011.8.16.0001 Revisão de Contrato. Agravante: Braz José de Morais. Advogado: Juliane Toledo dos Santos Rossa. Agravado: Banco Itaúleasing S.a. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DO INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. FUNDADAS RAZÕES NÃO EVIDENCIADAS. PRESUNÇÃO QUE MILITA EM FAVOR DA PARTE NÃO ELIDIDA. BENEFÍCIO CONCEDIDO. INTELIGÊNCIA DO CAPUT DO ART. 4º DA LEI 1.060/1950. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 557, §1º-A, CPC. Inexistindo nos autos provas capazes de infirmar a alegação de hipossuficiência financeira do requerente, deve-se conceder o benefício da gratuidade judicial. Vistos. 1. Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo autor, Braz José de Morais, em face da r. decisão prolatada nos autos da Ação de Nulidade de Cláusulas Contratuais, nº. 22653-89.2011, da 1ª Vara Cível de Curitiba, que indeferiu o pedido de Assistência Judiciária Gratuita, sob o fundamento de que o Autor não faz jus a concessão dos benefício, por não haver comprovação, de plano, da insuficiência de recursos, além de ter constituído advogado particular, não se socorrendo dos serviços prestados pela Defensoria Pública. (decisão agravada de fls. 45/46-TJ) Em suas razões, o Agravante aduz que para o deferimento do benefício pleiteado basta a simples declaração de que não possui recursos suficientes para arcar com as despesas judiciais no momento do pedido, nos termos do art. 4º, da Lei nº. 1060/50. Além disso, sustenta que comprovou e justificou o pedido, juntando sua Declaração Anual de Isento. E, citando precedentes que entende abonar sua tese, pugna pelo provimento do recurso, concedendo-lhe o benefício da Justiça Gratuita pleiteado. É, em síntese, o relatório. 2. O feito comporta julgamento termos do artigo 557, do CPC. O recurso versa exclusivamente sobre a concessão ou não dos benefícios da Justiça Gratuita, tendo o Douto Juízo Singular decidido pelo indeferimento do pedido, sob fundamento de que não comprovado, de plano, a alegada insuficiência de recursos, além do fato de ter contratado advogado particular, em detrimento dos serviços prestados pela Defensoria Pública. Com efeito. Assiste razão ao Agravante. É que, muito embora a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita possa e deva ser submetida ao controle jurisdicional, para que seja elidida a presunção de insuficiência econômica é necessário a existência de fundadas razões que afastem a condição de hipossuficiência econômica afirmada pelo requerente. Vale dizer, o indeferimento do benefício deve estar calcado em provas robustas constantes nos autos de que o requerente possui condições econômicas a suportar o pagamento das despesas processuais sem prejuízo próprio ou da família, hipótese que, no entanto, não é verificada no caso em apreço. Página 2 de 4 É que, objetivamente, as únicas informações que se tem em mãos é o valor do contrato firmado, e a contratação de advogado particular para o patrocínio da causa. Contudo, tanto o valor do negócio jurídico firmado, representado por prestações assumidas de R$ 835,60 (oitocentos e trinta e cinco reais, e sessenta centavos), como a contratação de advogado particular para patrocinar a causa em deslinde, por si só, são insuficientes para infirmar a presunção que milita em favor do Recorrente, nos termos do art. 5º, Lei nº. 1.060/50, pois inexistem outros elementos nos autos que indiquem que o Agravante possua rendimento suficiente para o pagamento das custas e despesas processuais, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, não constituindo,

pois, óbice ao deferimento dos benefícios pretendidos pelo Agravante. Destarte, a afirmação trazida pela Agravante, embora com presunção "iuris tantum", não foi infirmada. A propósito: "A declaração de miserabilidade constitui presunção, que só pode ser ilidida com prova em contrário (Lei n.º 1.060/50, art. 4º, § 1º), que forneça ao julgador fundadas razões para o indeferimento do pedido. (...)." (TJPR, Ag. Int. nº 365.219-3/01, Relatora Dilmari Helena Kessler, 7ª Câmara Cível, julgamento em 10.10.2006, DJ 7232, publicação em 27.10.2006). "Defensoria Pública. Recurso Especial. Assistência Judiciária. Escolha de profissional não integrante da estrutura estatal. Possibilidade. Manutenção do direito à assistência judiciária. Autorização prevista no art. 5º, §4º, da Lei 1.060/50. Recurso Especial conhecido e desprovido. [...] 3. Ao impugnar provimento jurisdicional que concedeu à parte o benefício da assistência judiciária segundo o disposto na Lei 1.060/50, em razão do só Página 3 de 4 fato desse serviço não ser prestado mediante profissional da Defensoria Pública, labora o Estado recorrente em manifesto equívoco, posto que contribui para o injustificado retardamento da jurisdição buscada. [...]" (STJ, REsp 739.064/MA, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, julgado em 24.05.2005, DJ 27.06.2005, p. 294) Conclui-se, desta forma, que deve ser concedido o benefício da Justiça Gratuita, ante a presunção que milita em favor do Requerente, nos termos do art. 5º, Lei nº. 1.060/50, sem prejuízo de posterior impugnação pela parte adversa, e a aplicação da penalidade prevista na parte final do §1º, art.4º, Lei nº. 1.060/50. 3. Diante do exposto, dou provimento ao recurso conceder à Agravante o benefício da Justiça Gratuita, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50, o que faço com fundamento no art. 557, §1°-A do CPC. Dil. Int. Curitiba, 19 de setembro de 2011. LUIS ESPÍNDOLA Juiz Relator

0025 . Processo/Prot: 0821077-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/224550. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0017184-62.2011.8.16.0001 Revisional. Agravante: Daniela Paula Domingues Tomé. Advogado: Bruna Rigobelo Luiz, Deivid Alessandro Inácio Duarte. Agravado: Banco Volkswagen SA. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DO INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. FUNDADAS RAZÕES NÃO EVIDENCIADAS. PRESUNÇÃO QUE MILITA EM FAVOR DA PARTE NÃO ELIDIDA. BENEFÍCIO CONCEDIDO. INTELIGÊNCIA DO CAPUT DO ART. 4º DA LEI 1.060/1950. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 557, §1º-A, CPC. Inexistindo nos autos provas capazes de infirmar a alegação de hipossuficiência financeira do requerente, deve-se conceder o benefício da gratuidade judicial. Vistos. 1. Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento interposto pela autora, Daniela Paula Domingues Tomé, em face da r. decisão prolatada nos autos de Ação Revisional de Contrato, nº. 17.184/2011, da 7ª Vara Cível de Curitiba, que indeferiu a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, ao fundamento de que ausentes comprovantes que atestem a hipossuficiência alegada, consignando o Douto Juiz Singular que a simples declaração não é hábil, por si só, a comprovar a situação econômica. (decisão agravada de fls. 107-TJ) Em suas razões, a Agravante aduz que para o deferimento do benefício pleiteado basta a simples declaração de que não possui recursos suficientes para arcar com as despesas judiciais no momento do pedido, nos termos do art. 4º, da Lei nº. 1060/50, não importando, no seu entender, se o requerente possui patrimônio, rendimentos, se constituiu advogado ou se está na absoluta miséria. Conclui assim, que a decisão agravada impede o acesso à Justiça, e citando precedente que entende abonar sua tese, pugna pelo provimento do recurso, concedendo-lhe o benefício da Justiça Gratuita pleiteado. É, em síntese, o relatório. 2. O feito comporta julgamento termos do artigo 557, do CPC. O recurso versa exclusivamente sobre a concessão ou não dos benefícios da Justiça Gratuita, tendo o Douto Juízo Singular decidido pelo indeferimento do pedido, sob fundamento de que não foram juntados comprovantes que justificassem a alegada hipossuficiência de recursos. Com efeito. Assiste razão a Agravante. É que, muito embora a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita possa e deva ser submetida ao controle jurisdicional, para que seja elidida a presunção de insuficiência econômica é necessário a existência de fundadas razões que afastem a condição de hipossuficiência econômica afirmada pelo requerente. Vale dizer, o indeferimento do benefício deve estar calcado em provas robustas constantes nos autos de que o requerente possui condições econômicas a suportar o pagamento das despesas processuais sem prejuízo próprio ou da família. Contudo, no caso em julgamento, o indeferimento do benefício se deu única e exclusivamente em razão da Agravante não ter juntado nenhum Página 2 de 3 documento que comprovasse a alegada hipossuficiência, não obstante tenha apresentado declaração de insuficiência de recursos às fls. 98-TJ, conforme determinado no caput do artigo 4º, da lei 1.060/50. Assim, a r. decisão encontra-se baseada em meras suposições, sem que haja nos autos provas contundentes que sejam hábeis a infirmar em contrário a presunção que milita em favor do requerente, até porque, a r. decisão objurgada não apontou nenhum indício que, objetivamente, confrontaria com o benefício pleiteado, inclusive ante o fato de a exigência de documento comprobatório ter sido determinada, genericamente, consoante `item A- 2', da Portaria nº. 01/2011 (conforme indicado na Certidão de Publicação de fls. 101- TJ). A propósito: "A declaração de miserabilidade constitui presunção, que só pode ser ilidida com prova em contrário (Lei nº. 1.060/50, art. 4º, § 1º), que forneça ao julgador fundadas razões para o indeferimento do pedido. (...)." (TJPR- 7a CCV, AgIn no. 365.219-3/01, rel. Dilmari Helena Kessler, j. 10.10.2006, DJ no. 7232, de 27.10.2006). Conclui-se, desta forma, que deve ser concedido o benefício da Justiça Gratuita, ante a presunção que milita em favor do Requerente, nos termos do art. 5º, Lei nº. 1.060/50, sem prejuízo de posterior impugnação pela parte adversa, e a aplicação da penalidade prevista na parte final do §1º, art.4º, Lei nº. 1.060/50. 3. Diante do exposto, dou provimento ao recurso para conceder à Agravante o benefício da Justiça Gratuita, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50, o que faço com fundamento no art. 557, §1°-A do CPC. Dil. Int. Curitiba, 19 de setembro de 2011. LUIS ESPÍNDOLA Juiz Relator

0026 . Processo/Prot: 0822140-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/188878. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0012156-60.2010.8.16.0030 Busca e Apreensão. Apelante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Walter José de Fontes. Apelado: Valdecir Silva de Oliveira. Advogado: Josimar Diniz, Sérgio Barros da Silva. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

VISTOS: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento interpôs o presente recurso de apelação contra a sentença proferida nos autos de busca e apreensão, na qual o Magistrado de primeiro grau julgou procedente o pedido de revisão das cláusulas abusivas, efetuado em sede de contestação, razão pela qual descaracterizou a mora do devedor e extinguiu o feito sem o julgamento de mérito. Por fim, determinou a restituição do bem apreendido, sob a pena estabelecida no art. 3°, § 6°, do Dec.-Lei 911/69. Alega o apelante, em síntese, que a mora do apelado fora devidamente constituída, uma vez que o envio da notificação extrajudicial através de cartório de comarca diversa daquela em que reside o devedor não descaracteriza a mora. Pleiteou a reforma da sentença. O apelado apresentou contrarrazões às fls. 96/98 e requereu a imediata devolução do veículo, tendo em vista que o recurso fora recebido apenas no seu efeito devolutivo. Após, vieram os autos para julgamento. É o relatório. DECIDO: 1. O recurso não comporta conhecimento. 2. Tal como constou do relatório, o Juízo a quo desconsiderou a mora do devedor tendo em vista a presença de abusividades no contrato de financiamento. No entanto, as razões recursais denotam inconformismo do apelante com a descaracterização da mora decorrente da irregularidade da notificação, motivo este que não foi utilizado pelo magistrado ao proferir a sentença. Assim, falta ao presente recurso o requisito da regularidade formal. Para preencher o pressuposto de admissibilidade da regularidade formal, o recorrente deve impugnar especificamente os fundamentos da sentença demonstrando os motivos pelos quais a decisão, segundo o seu entendimento, deve ser reformada. Nesse sentido, o recurso do banco ofende ao princípio da dialeticidade recursal, uma vez que simplesmente não há fundamentos, nas razões de apelação, capazes de eventualmente modificar o julgado, imperioso, portanto, a flagrante violação à regra do art. 514, II, do Código de Processo Civil. É nesse mesmo sentido o entendimento jurisprudencial: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA PLANO BRESSER RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO EXPENDIDA NA SENTENÇA E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DA CAUSA NÃO-PREENCHIMENTO DO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL DA REGULARIDADE FORMAL INTELIGÊNCIA DO ART. 514, II, DO CPC RECURSO NÃO CONHECIDO". (TJPR, 13ª CC, AC 641289-9, Rel. Des. Cláudio de Andrade, j. 04/10/2010). "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. REVISIONAL CONTRATO. CONTRATO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE. RAZÕES DE RECURSO. FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. CORRESPONDÊNCIA. INEXISTÊNCIA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. OFENSA. 1. O recurso de apelação, cujas razões estão dissociadas dos fundamentos trazidos na sentença, afronta o princípio da dialeticidade e, nessa condição, não comporta conhecimento. 2. Apelação cível não conhecida". (TJPR, 15ª CC, AC 674716-2, Rel. Des. Luiz Carlos Gabardo, j. 01/10/2010) 3. Poderia a apelante ter se insurgido quanto à revisão das cláusulas contratuais realizada pelo juiz da causa, pois foi esse o motivo que culminou com a extinção da busca e apreensão. No entanto, apenas tece considerações a respeito da desnecessidade da notificação ser recebida pessoalmente pelo devedor e que a decisão do CNJ sobre o principio da territorialidade está suspensa. 4. Nestes termos, com base no art. 557 do CPC, não conheço do recurso. Curitiba, 20 de setembro de 2.011. DES. CARLOS MANSUR ARIDA Relator

0027 . Processo/Prot: 0822734-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/189160. Comarca: Cascavel. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0004918-80.2011.8.16.0021 Exibição de Documentos. Apelante: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini. Apelado: Lindamar da Silva Viana. Advogado: Diogo Hendrigo Neves Gerber. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, BV Financeira S/A recorre da sentença proferida na ação de exibição de documentos, por meio da qual a magistrada julgou parcialmente procedente o pedido inicial. Inconformado, interpôs o réu o presente recurso, aduzindo em síntese, que: (i) a apelada dispunha de outros meios para obter os documentos que lhe interessavam; (ii) a apelada não ingressou com pedido administrativo antes de ajuizar a demanda, de modo que inexiste interesse de agir; (iii) considerando que o documento solicitado foi juntado quando da contestação, é incabível a condenação em honorários advocatícios. Requer a reforma da sentença. Resposta às fls. 94/98. É o relatório. DECIDO 1. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. 2. Em que pese o inconformismo do apelante, a sentença não está a merecer reparos uma vez que proferida consoante o entendimento da jurisprudência desta Corte. 2.1. Extrai-se da letra do art. 844, inc. II, do Código de Processo Civil, que a exibição de documentos subordina-se ao fato de ser o mesmo próprio ou comum e estar em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor, que o tenha em sua guarda. Cabe frisar que comum é o documento sobre o qual ambas as partes possuem interesse, tendo em vista uma situação jurídica material que as abrange. No caso, o contrato objeto da pretensão exibitória é comum aos litigantes. Assim, corretamente decidiu a magistrada ao mandar que este fosse apresentado. 3. A alegação de que a apelada não ingressou com o pedido administrativo, não há de prosperar. Primeiro, porque no presente caso, o autor juntou o AR que comprova ter o réu recebido o pedido na esfera administrativa (fls.

19). Segundo, porque ainda que assim não fosse, não seria o caso de indeferir a inicial, pois a ação de exibição de documentos não se vincula à necessidade de pedido administrativo, sendo suficiente a existência de relação jurídica entre as partes e o interesse em ver examinado o documento. Nesse sentido, é tranqüila a jurisprudência desta Corte, vejamos: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. 1. INTERESSE DE AGIR. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. 2. JULGAMENTO DA CAUSA CONFORME O ART. 515, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 3. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PEDIDO ADMINISTRATIVO. IRRELEVÂNCIA. 4. DISPONIBILIZAÇÃO PRÉVIA DOS DOCUMENTOS. IRRELEVÂNCIA. DEVER DE EXIBIR. 5. FUMAÇA DO BOM DIREITO E PERIGO NA DEMORA. REQUISITOS VERIFICADOS. 6. DESPESAS COM AS CÓPIAS DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS. ÔNUS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. 7. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. (...) 3. É irrelevante a comprovação da recusa da instituição financeira em atender ao pedido administrativo, uma vez que sua ausência não elide o interesse de agir da parte autora na propositura de ação cautelar de exibição de documentos. 4. Na ação de exibição de documentos, a instituição financeira tem o dever de apresentar os documentos solicitados pelo usuário, por ser uma obrigação inerente à atividade desempenhada por ela. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. AÇÃO CAUTELAR JULGADA PROCEDENTE, COM FUNDAMENTO NO ART. 515, § 3º, DO CPC. (Apelação Cível 495280-3, Rel. Subst. Jurandyr Reis Junior, 15ª CC/TJPR, Julg. 16.07.2008, DJ 7669) AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - INTERESSE PROCESSUAL DO CORRENTISTA DEMONSTRADO, INDEPENDENTE DE ANTERIOR FORNECIMENTO DE VIA DO CONTRATO E EXTRATOS, COMO TAMBÉM DO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA E DO RECOLHIMENTO DE TAXAS - OBRIGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE PRESTAR INFORMAÇÕES E EXIBIR DOCUMENTAÇÃO QUE A CONTENHA - PROVIMENTO PARCIAL DE PLANO PARA AFASTAR A MULTA COMINATÓRIA DIÁRIA, CONFORME SÚMULA 372 DO STJ E REDISTRIBUIR ENTRE AS PARTES AS VERBAS DE SUCUMBÊNCIA, COM O DESPROVIMENTO DAS DEMAIS INSURGÊNCIAS RECURSAIS POR SEREM MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTES - APLICAÇÃO DO CAPUT E DO PAR. 1º-A DO ART. 557 DO CPC. (TJPR, 15ª CC, AC 778243- 2, Relatora Juíza Substituta em 2º grau Elizabeth M F Rocha, j. 17.05.2011) 4. Por tais fundamentos, nos termos do artigo 557, caput do CPC, nego seguimento ao recurso. Curitiba, 21 de setembro de 2011. DES. CARLOS MANSUR ARIDA Relator

0028 . Processo/Prot: 0822846-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/189647. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0019195-98.2006.8.16.0014 Depósito. Apelante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Jéssica Ghelfi, Thiago Felipe Ribeiro dos Santos, Mariane Cardoso Mascarevich. Apelado: Cristiano Camargo. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos Unibanco insurge-se contra a sentença proferida nos autos de busca e apreensão, por intermédio da qual o MM. Juiz extinguiu o feito sem julgamento de mérito com fulcro no artigo 267, III, do CPC. Alega o apelante, em síntese, que não houve intimação prévia do advogado para dar andamento ao feito. Sustenta, ainda, que a extinção por abandono não pode ser decretada de ofício. Pugna, por fim, pelo provimento do recurso. É o relatório. Decido 1. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. 2. Analisando os presentes autos, verifico que a sentença merece reforma. A extinção do feito com fulcro na hipótese de abandono não atendeu corretamente ao procedimento necessário para que tal medida pudesse ser aplicada. Diante de situação concreta como a retratada nos presentes autos, em que a parte autora deixa de realizar determinado ato processual necessário ao prosseguimento do feito, precipuamente, revela-se indispensável a intimação de seu advogado, pelo Diário da Justiça, a fim de que impulsione o processo, com a indicação expressa de que sua omissão poderá acarretar a extinção do feito, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 267 do CPC. Nesse sentido, colaciona-se a seguinte jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. Extinção do processo após a intimação pessoal da parte alegadamente inerte (CPC, art. 267, § 1º); providência que supõe a prévia intimação do procurador. Recurso especial conhecido e provido." (STJ, REsp 209658/CE, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ: 16/12/2002) No entanto, percebe-se que não foi o que ocorreu no caso em tela, uma vez que o MM. Juiz "a quo" não intimou o procurador da parte autora com a devida advertência de pena de extinção do feito (fls. 48). 3. Assim, considerando que no caso em comento inexistiu ordem judicial nos termos acima, a sentença deve ser anulada. 4. Diante do exposto, dou provimento ao presente recurso com amparo no art. 557, §1º-A do CPC, para anular a sentença e determinar o prosseguimento do feito em seus ulteriores termos. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. CARLOS MANSUR ARIDA Relator

0029 . Processo/Prot: 0822860-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/193187. Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0003382-78.2010.8.16.0050 Med. Caut. de Exibição de Doc. Comum. Apelante: Banco Santander Sa. Advogado: Charles Parchen, Reinaldo Mirico Aronis, Luiz Assi. Apelado: Rita Caetano Pereira (maior de 60 anos). Advogado: Juliano Martins, Luiz Gustavo Leme. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, Banco Santander (Brasil) S/A recorre da sentença proferida na ação de exibição de documentos, por meio da qual a magistrada a quo julgou procedente o pedido inicial, condenando o ora recorrente a exibir o contrato firmado entre as partes, no prazo de 30 dias, sob pena de busca e apreensão. Alega o recorrente, em síntese, que falta interesse de agir à demandante, uma vez que não comprovou a realização de requerimento extrajudicial visando à obtenção do contrato firmado entre as partes. Destarte, sustenta que não ficou demonstrada a resistência à pretensão da autora, razão pela qual deve ser extinto o feito sem julgamento de mérito. Pugnou pelo provimento do recurso. Resposta às fls. 62/71. É o relatório. DECIDO 1. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. 2. Em que pese o inconformismo do apelante, a sentença não merece reparos uma vez que proferida consoante o entendimento da jurisprudência desta Corte. 3. Extrai-se da letra do art. 844, inc. II, do Código de Processo Civil, que a exibição de documento subordina-se ao fato deste ser próprio ou comum e estar em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor, que o tenha em sua guarda. Cabe frisar que comum é o documento sobre o qual ambas as partes possuem interesse, tendo em vista uma situação jurídica material que as abrange. No caso, o contrato objeto da pretensão exibitória é comum aos litigantes. 4. Não obstante, deve-se ressaltar que a ação de exibição de documentos não se exige a realização de prévio pedido administrativo, sendo suficiente a existência de relação jurídica entre as partes e o interesse em ver examinado o documento. Nesse sentido, é tranqüila a jurisprudência desta Corte, vejamos: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. 1. INTERESSE DE AGIR. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. 2. JULGAMENTO DA CAUSA CONFORME O ART. 515, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 3. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PEDIDO ADMINISTRATIVO. IRRELEVÂNCIA. 4. DISPONIBILIZAÇÃO PRÉVIA DOS DOCUMENTOS. IRRELEVÂNCIA. DEVER DE EXIBIR. 5. FUMAÇA DO BOM DIREITO E PERIGO NA DEMORA. REQUISITOS VERIFICADOS. 6. DESPESAS COM AS CÓPIAS DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS. ÔNUS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. 7. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. (...) 3. É irrelevante a comprovação da recusa da instituição financeira em atender ao pedido administrativo, uma vez que sua ausência não elide o interesse de agir da parte autora na propositura de ação cautelar de exibição de documentos. 4. Na ação de exibição de documentos, a instituição financeira tem o dever de apresentar os documentos solicitados pelo usuário, por ser uma obrigação inerente à atividade desempenhada por ela. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. AÇÃO CAUTELAR JULGADA PROCEDENTE, COM FUNDAMENTO NO ART. 515, § 3º, DO CPC. (Apelação Cível 495280-3, Rel. Subst. Jurandyr Reis Junior, 15ª CC/TJPR, Julg. 16.07.2008, DJ 7669) AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - INTERESSE PROCESSUAL DO CORRENTISTA DEMONSTRADO, INDEPENDENTE DE ANTERIOR FORNECIMENTO DE VIA DO CONTRATO E EXTRATOS, COMO TAMBÉM DO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA E DO RECOLHIMENTO DE TAXAS - OBRIGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE PRESTAR INFORMAÇÕES E EXIBIR DOCUMENTAÇÃO QUE A CONTENHA PROVIMENTO PARCIAL DE PLANO PARA AFASTAR A MULTA COMINATÓRIA DIÁRIA, CONFORME SÚMULA 372 DO STJ E REDISTRIBUIR ENTRE AS PARTES AS VERBAS DE SUCUMBÊNCIA, COM O DESPROVIMENTO DAS DEMAIS INSURGÊNCIAS RECURSAIS POR SEREM MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTES - APLICAÇÃO DO CAPUT E DO PAR. 1º-A DO ART. 557 DO CPC. (TJPR, 15ª CC, AC 778243-2, Relatora Juíza Substituta em 2º grau Elizabeth M F Rocha, j. 17.05.2011) Ademais, por regra de experiência, observando o que ordinariamente acontece nesse tipo operação, sabe-se que a instituição financeira costumeiramente não fornece o contrato ao consumidor. No caso em apreço, a recorrente não apresenta absolutamente nenhuma prova de que tenha fornecido uma via do contrato à demandante. Destarte, não há nenhum motivo que justifique a reforma de decisão singular. 4. Por tais fundamentos, nos termos do artigo 557, caput do CPC, nego seguimento ao recurso. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. CARLOS MANSUR ARIDA Relator

0030 . Processo/Prot: 0823142-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/190629. Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000339-84.2005.8.16.0123 Busca e Apreensão. Apelante: Omni Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriano Muniz Rebello, Nydia Maria Ramos de Almeida, Eduardo Pena de Moura França. Apelado: Carlos dos Santos Camargo. Advogado: Carlos Alcides Alberti Bürger. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Revisor: Des. Roberto De Vicente. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos: Trata-se de recurso interposto contra sentença que, nos termos do art. 267, III e § 1º, do CPC, julgou o feito extinto em razão do abandono da causa pela parte autora. Inconformada, a instituição financeira interpôs o presente recurso, sustentando em síntese que é imprescindível a intimação pessoal da parte antes da extinção por abandono. Além disso, defende que o magistrado não pode decretar a referida extinção sem o requerimento do réu. Sem resposta, vieram os autos a este E. Tribunal de Justiça. É o relatório. Decido: 1. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. 2. Analisando os presentes autos, verifico que assiste razão ao apelante e, portanto, a sentença merece reforma. A extinção do feito com fulcro na hipótese de abandono não atendeu corretamente ao procedimento necessário para que tal medida pudesse ser aplicada. Antes de ser proferida sentença que extingue o feito, nos termos do art. 267, III CPC, é imprescindível que haja a prévia intimação de seu procurador (via Diário de Justiça) para dar prosseguimento ao feito, com o devido alerta das penas da lei, bem como que, posteriormente, caso tal medida não surta efeito, seja procedida à intimação pessoal do litigante, nos mesmos termos. Nesse sentido, colaciona-se a seguinte jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. Extinção do processo após a intimação pessoal da parte alegadamente inerte (CPC, art. 267, § 1º); providência que supõe a prévia intimação do procurador. Recurso especial conhecido e provido." (STJ, REsp 209658/CE, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ: 16/12/2002) No entanto, dos autos se depreende que não foi o que ocorreu, uma vez que o MM. Juiz "a quo" apenas determinou a intimação do procurador da parte autora, via Diário de Justiça, deixando de intimar pessoalmente o ora apelante. Não obstante o advogado da parte deva ser intimado e alertado da possibilidade de extinção do feito por abandono, é necessário que a parte interessada também o seja, devendo receber a devida intimação pessoalmente, com o intuito

de chamá-la a dar prosseguimento ao feito e alertá- la de uma possível extinção da demanda, caso não haja qualquer manifestação. Logo, a sentença proferida pelo MM. Juiz de primeiro merece ser reformada. 3. Por tais fundamentos e com amparo no art. 557 do CPC, dou provimento ao recurso para o fim de reformar a sentença proferida e determinar o regular prosseguimento da demanda. Curitiba, 20 de setembro de 2011. DES. CARLOS MANSUR ARIDA Relator

0031 . Processo/Prot: 0826824-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/268395. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0052785-66.2010.8.16.0001 Nulidade. Agravante: Emerson Augusto Kaiser. Advogado: Juliane Toledo dos Santos Rossa. Agravado: Banco Itaucard Sa. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Roberto De Vicente. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DO INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. FUNDADAS RAZÕES NÃO EVIDENCIADAS. DECLARAÇÃO DE INCAPACIDADE FINANCEIRA NÃO IMPUGNADA. BENEFÍCIO CONCEDIDO. INTELIGÊNCIA DO CAPUT DO ART. 4º DA LEI 1.060/1950. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 557, §1º- A, CPC. Muito embora seja possível a realização de controle jurisdicional da concessão da gratuidade judicial por parte do MM. Magistrado a quo, é necessário a existência de provas passíveis de desconstituir as alegações do requerente. Vistos. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo autor Emerson Augusto Kaiser, em face de despacho prolatado nos autos de Ação Revisional de Contrato, autuado sob nº 0052785-66.2010, da 1ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Curitiba, que indeferiu a concessão de gratuidade judicial, por entender não restar caracterizada a necessidade do benefício diante do elevado valor das prestações. (decisão agravada de fls. 58-TJ) É, em síntese o relatório. 2. O feito comporta julgamento unipessoal pelo Relator, nos termos do art. 557, §1º-A do Código de Processo Civil. O recurso versa exclusivamente sobre a concessão ou não dos benefícios da Justiça Gratuita, tendo o Douto Juízo Singular decidido pelo indeferimento do pedido, por entender que não restou provado o alegado estado de pobreza. Com efeito. Prospera as razões de inconformismo da Agravante, merecendo reforma a decisão de primeiro grau. É cediço que a concessão da assistência judiciária pode e deve ser submetida ao controle jurisdicional, onde a presunção de insuficiência econômica pode ser elidida pelo Juízo, desde que presentes fundadas razões que afastem a condição de miserabilidade do requerente. Contudo, não é o que ocorre no caso em análise, em que não há nos autos documentos que se contrapõem ao aludido benefício, inclusive encontra- se o demonstrativo de pagamento as fls. 27-TJ. Ademais, de acordo com expressa disposição da Lei nº 1.060/50 (art. 4º), "a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária gratuita, mediante simples afirmação na própria petição, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família", requisito este cumprido satisfatoriamente pelo Autor, ora Agravante (fls. 26 - TJ). E tal alegação constitui presunção juris tantum, ou seja, que pode ser elidida mediante prova cabal de que a declaração de falta de condições econômicas não corresponde à realidade fática, contudo, inexistem nos autos Página 2 de 3 qualquer fator que venha a infirmar os documentos ou alegações de hipossuficiência financeira da devedora, não podendo o juiz `a quo' proferir decisão interlocutória baseada em deduções, sem que haja nos autos provas contundentes que sejam hábeis à derrubar os elementos apresentados pela requerente. Importa dizer ainda que, para o deferimento da assistência judiciária não há necessidade de que a parte seja miserável, o que deve haver é o comprometimento com sustento próprio e o de sua família. Destarte, apesar de possível o controle jurisdicional da concessão do benefício da assistência judiciária, o indeferimento do benefício deve estar calçado em provas robustas constantes nos autos de que o requerente possui condições econômicas a suportar o pagamento das despesas processuais sem prejuízo próprio ou da família, hipótese que, no entanto, não é verificada no caso em apreço. Conclui-se, desta forma, que deve ser concedido o benefício da Justiça Gratuita, ante a presunção que milita em favor da Requerente, nos termos do art. 5º, Lei nº. 1.060/50, sem prejuízo de posterior impugnação pela parte adversa, e a aplicação da penalidade prevista na parte final do §1º, art.4º, Lei nº. 1.060/50. 3. Diante do que se expôs, dou provimento ao recurso para o efeito de reformar a decisão hostilizada, concedendo à Agravante os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50, o que faço com fundamento no art. 557, §1°-A do CPC. Dil. Int. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Juiz Subst. 2º G. LUIS ESPÍNDOLA Relator

0032 . Processo/Prot: 0827075-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/248935. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0019102-04.2011.8.16.0001 Revisão de Contrato. Agravante: Danielly de Souza Sabino. Advogado: Caroline Amadori Cavet, Victicia Kinaski Gonçalves. Agravado: Banco Real Leasing S/a Arrendamento Mercantil. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que indeferiu os benefícios da assistência judiciária gratuita a autora, em ação revisional de contrato de financiamento de veículo com pedido de tutela antecipada. Nas razões recursais, pleiteia a agravante que o presente recurso seja recebido, e no mérito, dado provimento, a fim de reformar a decisão agravada para que lhe sejam garantidos os benefícios da assistência judiciária gratuita. DECIDO. Pois bem, em que pese os argumentos da parte agravante, tenho que o feito não prospera, pois recebido o recurso, o relator poderá negar-lhe seguimento liminarmente nos casos do artigo 557 do Código de Processo Civil. Isto é, quando for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou mesmo em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Neste aspecto, fato é que o recurso é manifestamente inadmissível porque ausente no recurso peça essencial, conforme o constante do inciso I do artigo 525 do mesmo códice, a saber: procuração do advogado da parte agravada ou certidão da escrivania explicando a ausência de referido instrumento procuratório. (grifei). Neste sentido têm se posicionado o Superior Tribunal de Justiça e este egrégio órgão julgador: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DA IRREGULARIDADE NOS RECURSOS DIRIGIDOS À INSTÂNCIA ESPECIAL. 1. É dever do agravante instruir - e conferir - a petição de agravo com as peças obrigatórias e essenciais ao deslinde da controvérsia. A falta ou incompletude de qualquer dessas peças, tal como verificado no presente caso, acarreta o não conhecimento do recurso. 2. O fato do agravo de instrumento manejado perante o Tribunal de origem (artigo 522 do CPC) não ter sido instruído com a peça aqui considerada faltante (procuração outorgada ao advogado subscritor do recurso especial) não afasta a exigência do cumprimento no disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, pois esta Corte já decidiu que "a inexistência, nos autos principais, de documento cuja juntada é obrigatória no instrumento deve ser atestada por meio de certidão emitida pelo órgão competente" (AgRg no Ag nº 1.073.373/MG, Relatora a Ministra ELIANA CALMON, DJe de 27/2/2008). 3. Os recursos dirigidos à instância superior, desacompanhados de procuração, são inexistentes, à luz do disposto na Súmula 115/STJ. 4. Na instância especial é inaplicável o disposto no art. 13 do Código de Processo Civil. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1215835/SP - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2009/0202647-6, Rel. Ministro Raul Araújo, 4ª Turma, Data do Julgamento: 21/10/2010; DJ 08/11/2010). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO OUTORGADA PELA PARTE AGRAVADA. CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS. NECESSIDADE DE CERTIDÃO OFICIAL. 1. É dever do agravante zelar pela formação do agravo de instrumento, juntando ao mesmo todas as peças elencadas no art. 544, §1º do CPC. 2. Na ausência da indigitada peça, é dever da parte agravante providenciar a competente certidão que ateste a inexistência da peça nos autos originais. 3. A mera alegação de que fora trasladada cópia integral dos autos, desacompanhada de qualquer documento oficial que ateste o asseverado, não tem o condão de elidir a necessária juntada da peça tida por faltante ou a referida certidão. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1050958/SP, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias, 4ª Turma, julgado em 02/9/2008, DJ 29/9/2008). AGRAVO DE INSTRUMENTO PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE REGULARIDADE FORMAL AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS PRECEDENTES STJ AUSÊNCIA DO CONTRATO NEGADO SEGUIMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI nº 756664-7, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 04/03/2011). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE - REGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS - PRECEDENTES STJ - NEGADO SEGUIMENTO MONOCRATICAMENTE. (TJPR, AI nº 767533-4, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 13/05/2011). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE. REGULARIDADE FORMAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO DOS AGRAVADOS. PRECEDENTES STJ. NEGADO SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI 751854-1, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Trataz Martins, DJ 29/06/2011). Ex positis, diante de todo o exposto, nego seguimento ao Agravo de Instrumento, com espeque no artigo 557, caput, do CPC, por ser manifestamente inadmissível. Dê-se baixa dos registros do presente Agravo de Instrumento. Intime-se. Curitiba, 16 de setembro de 2011. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Desembargador Relator

0033 . Processo/Prot: 0827225-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/247967. Comarca: Joaquim Távora. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2010.00000724 Revisão de Contrato. Agravante: Nivaldo Bonifácio de Abreu. Advogado: Juliana Ribeiro. Agravado: Banco Volkswagen SA. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela, formulado pelo autor, em ação revisional c/ c repetição de indébito e pedido de tutela antecipada. Nas razões recursais, pleiteia o agravante que o presente recurso seja recebido, e no mérito, dado provimento, a fim de reformar a decisão agravada, e que seja concedida a liminar no tocante a não inclusão do nome do agravante nos órgãos de proteção de crédito, bem como lhe seja deferida a manutenção na posse do bem até decisão final. Pugna ao final, pela concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. DECIDO. Pois bem, em que pese os argumentos da parte agravante, tenho que o feito não prospera, pois recebido o recurso, o relator poderá negar-lhe seguimento liminarmente nos casos do artigo 557 do Código de Processo Civil. Isto é, quando for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou mesmo em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Neste aspecto, fato é que o recurso é manifestamente inadmissível porque ausente no recurso peça essencial, conforme o constante do inciso I do artigo 525 do mesmo códice, a saber: procuração do advogado da parte agravada ou certidão da escrivania explicando a ausência de referido instrumento procuratório. (grifei). Neste sentido

têm se posicionado o Superior Tribunal de Justiça e este egrégio órgão julgador: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DA IRREGULARIDADE NOS RECURSOS DIRIGIDOS À INSTÂNCIA ESPECIAL. 1. É dever do agravante instruir - e conferir - a petição de agravo com as peças obrigatórias e essenciais ao deslinde da controvérsia. A falta ou incompletude de qualquer dessas peças, tal como verificado no presente caso, acarreta o não conhecimento do recurso. 2. O fato do agravo de instrumento manejado perante o Tribunal de origem (artigo 522 do CPC) não ter sido instruído com a peça aqui considerada faltante (procuração outorgada ao advogado subscritor do recurso especial) não afasta a exigência do cumprimento no disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, pois esta Corte já decidiu que "a inexistência, nos autos principais, de documento cuja juntada é obrigatória no instrumento deve ser atestada por meio de certidão emitida pelo órgão competente" (AgRg no Ag nº 1.073.373/MG, Relatora a Ministra ELIANA CALMON, DJe de 27/2/2008). 3. Os recursos dirigidos à instância superior, desacompanhados de procuração, são inexistentes, à luz do disposto na Súmula 115/STJ. 4. Na instância especial é inaplicável o disposto no art. 13 do Código de Processo Civil. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1215835/SP - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2009/0202647-6, Rel. Ministro Raul Araújo, 4ª Turma, Data do Julgamento: 21/10/2010; DJ 08/11/2010). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO OUTORGADA PELA PARTE AGRAVADA. CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS. NECESSIDADE DE CERTIDÃO OFICIAL. 1. É dever do agravante zelar pela formação do agravo de instrumento, juntando ao mesmo todas as peças elencadas no art. 544, §1º do CPC. 2. Na ausência da indigitada peça, é dever da parte agravante providenciar a competente certidão que ateste a inexistência da peça nos autos originais. 3. A mera alegação de que fora trasladada cópia integral dos autos, desacompanhada de qualquer documento oficial que ateste o asseverado, não tem o condão de elidir a necessária juntada da peça tida por faltante ou a referida certidão. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1050958/SP, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias, 4ª Turma, julgado em 02/9/2008, DJ 29/9/2008). AGRAVO DE INSTRUMENTO PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE REGULARIDADE FORMAL AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS PRECEDENTES STJ AUSÊNCIA DO CONTRATO NEGADO SEGUIMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI nº 756664-7, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 04/03/2011). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE - REGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS - PRECEDENTES STJ - NEGADO SEGUIMENTO MONOCRATICAMENTE. (TJPR, AI nº 767533-4, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 13/05/2011). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE. REGULARIDADE FORMAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO DOS AGRAVADOS. PRECEDENTES STJ. NEGADO SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI 751854-1, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Trataz Martins, DJ 29/06/2011). Ex positis, diante de todo o exposto, nego seguimento ao Agravo de Instrumento, com espeque no artigo 557, caput, do CPC, por ser manifestamente inadmissível. Dê-se baixa dos registros do presente Agravo de Instrumento. Intime-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Desembargador Relator

0034 . Processo/Prot: 0827257-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/267834. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0006030-47.2011.8.16.0001 Revisional. Agravante: Lourival Gomes de Alecrim. Advogado: Lidiana Vaz Ribovski. Agravado: Bv Financeira S/a C.f.i.. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deferiu parcialmente a liminar requerida, para que o réu se abstenha de incluir o nome do autor nos cadastros de restrição ao crédito, em ação de revisão de cláusulas contratuais c/c consignação em pagamento com pedido liminar. Nas razões recursais, pleiteia o agravante que o presente recurso seja recebido, e no mérito, dado provimento, a fim de reformar a decisão agravada para que seja autorizado o depósito dos valores considerados incontroversos, afastando os efeitos da mora. Pugna ao final, pela manutenção da posse do bem e a inversão do ônus da prova. DECIDO. Pois bem, em que pese os argumentos da parte agravante, tenho que o feito não prospera, pois recebido o recurso, o relator poderá negar-lhe seguimento liminarmente nos casos do artigo 557 do Código de Processo Civil. Isto é, quando for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou mesmo em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Neste aspecto, fato é que o recurso é manifestamente inadmissível porque ausente no recurso peça essencial, conforme o constante do inciso I do artigo 525 do mesmo códice, a saber: procuração do advogado da parte agravada ou certidão da escrivania explicando a ausência de referido instrumento procuratório. (grifei). Neste sentido têm se posicionado o Superior Tribunal de Justiça e este egrégio órgão julgador: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DA IRREGULARIDADE NOS RECURSOS DIRIGIDOS À INSTÂNCIA ESPECIAL. 1. É dever do agravante instruir - e conferir - a petição de agravo com as peças obrigatórias e essenciais ao deslinde da controvérsia. A falta ou incompletude de qualquer dessas peças, tal como verificado no presente caso, acarreta o não conhecimento do recurso. 2. O fato do agravo de instrumento manejado perante o Tribunal de origem (artigo 522 do CPC) não ter sido instruído com a peça aqui considerada faltante (procuração outorgada ao advogado subscritor do recurso especial) não afasta a exigência do cumprimento no disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, pois esta Corte já decidiu que "a inexistência, nos autos principais, de documento cuja juntada é obrigatória no instrumento deve ser atestada por meio de certidão emitida pelo órgão competente" (AgRg no Ag nº 1.073.373/MG, Relatora a Ministra ELIANA CALMON, DJe de 27/2/2008). 3. Os recursos dirigidos à instância superior, desacompanhados de procuração, são inexistentes, à luz do disposto na Súmula 115/STJ. 4. Na instância especial é inaplicável o disposto no art. 13 do Código de Processo Civil. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1215835/SP - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2009/0202647-6, Rel. Ministro Raul Araújo, 4ª Turma, Data do Julgamento: 21/10/2010; DJ 08/11/2010). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO OUTORGADA PELA PARTE AGRAVADA. CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS. NECESSIDADE DE CERTIDÃO OFICIAL. 1. É dever do agravante zelar pela formação do agravo de instrumento, juntando ao mesmo todas as peças elencadas no art. 544, §1º do CPC. 2. Na ausência da indigitada peça, é dever da parte agravante providenciar a competente certidão que ateste a inexistência da peça nos autos originais. 3. A mera alegação de que fora trasladada cópia integral dos autos, desacompanhada de qualquer documento oficial que ateste o asseverado, não tem o condão de elidir a necessária juntada da peça tida por faltante ou a referida certidão. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1050958/SP, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias, 4ª Turma, julgado em 02/9/2008, DJ 29/9/2008). AGRAVO DE INSTRUMENTO PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE REGULARIDADE FORMAL AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS PRECEDENTES STJ AUSÊNCIA DO CONTRATO NEGADO SEGUIMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI nº 756664-7, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 04/03/2011). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE - REGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS - PRECEDENTES STJ - NEGADO SEGUIMENTO MONOCRATICAMENTE. (TJPR, AI nº 767533-4, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 13/05/2011). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE. REGULARIDADE FORMAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO DOS AGRAVADOS. PRECEDENTES STJ. NEGADO SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI 751854-1, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Trataz Martins, DJ 29/06/2011). Ex positis, diante de todo o exposto, nego seguimento ao Agravo de Instrumento, com espeque no artigo 557, caput, do CPC, por ser manifestamente inadmissível. Dê-se baixa dos registros do presente Agravo de Instrumento. Intime-se. Curitiba, 16 de setembro de 2011. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Desembargador Relator

0035 . Processo/Prot: 0827441-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/262507. Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0013402-54.2011.8.16.0031 Revisão de Contrato. Agravante: Silvio de Paula Ferreira Junior. Advogado: Silmara Stroparo. Agravado: Bv Financeira Sa. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deferiu parcialmente a liminar requerida, a fim de autorizar o depósito do valor incontroverso, sem afastar os efeitos da mora, em ação de revisão de cláusulas contratuais c/c consignação em pagamento com pedido liminar. Nas razões recursais, pleiteia o agravante que o presente recurso seja recebido em seu efeito suspensivo, e no mérito, dado provimento, a fim de reformar a decisão agravada para que lhe sejam garantidos os benefícios da assistência judiciária gratuita. DECIDO. Pois bem, em que pese os argumentos da parte agravante, tenho que o feito não prospera, pois recebido o recurso, o relator poderá negar-lhe seguimento liminarmente nos casos do artigo 557 do Código de Processo Civil. Isto é, quando for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou mesmo em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Neste aspecto, fato é que o recurso é manifestamente inadmissível porque ausente no recurso peça essencial, conforme o constante do inciso I do artigo 525 do mesmo códice, a saber: procuração do advogado da parte agravada ou certidão da escrivania explicando a ausência de referido instrumento procuratório. (grifei). Neste sentido têm se posicionado o Superior Tribunal de Justiça e este egrégio órgão julgador: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DA IRREGULARIDADE NOS RECURSOS DIRIGIDOS À INSTÂNCIA ESPECIAL. 1. É dever do agravante instruir - e conferir - a petição de agravo com as peças obrigatórias e essenciais ao deslinde da controvérsia. A falta ou incompletude de qualquer dessas peças, tal como verificado no presente caso, acarreta o não conhecimento do recurso. 2. O fato do agravo de instrumento manejado perante o Tribunal de origem (artigo 522 do CPC) não ter sido instruído com a peça aqui considerada faltante (procuração

outorgada ao advogado subscritor do recurso especial) não afasta a exigência do cumprimento no disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, pois esta Corte já decidiu que "a inexistência, nos autos principais, de documento cuja juntada é obrigatória no instrumento deve ser atestada por meio de certidão emitida pelo órgão competente" (AgRg no Ag nº 1.073.373/MG, Relatora a Ministra ELIANA CALMON, DJe de 27/2/2008). 3. Os recursos dirigidos à instância superior, desacompanhados de procuração, são inexistentes, à luz do disposto na Súmula 115/STJ. 4. Na instância especial é inaplicável o disposto no art. 13 do Código de Processo Civil. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1215835/SP - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2009/0202647-6, Rel. Ministro Raul Araújo, 4ª Turma, Data do Julgamento: 21/10/2010; DJ 08/11/2010). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO OUTORGADA PELA PARTE AGRAVADA. CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS. NECESSIDADE DE CERTIDÃO OFICIAL. 1. É dever do agravante zelar pela formação do agravo de instrumento, juntando ao mesmo todas as peças elencadas no art. 544, §1º do CPC. 2. Na ausência da indigitada peça, é dever da parte agravante providenciar a competente certidão que ateste a inexistência da peça nos autos originais. 3. A mera alegação de que fora trasladada cópia integral dos autos, desacompanhada de qualquer documento oficial que ateste o asseverado, não tem o condão de elidir a necessária juntada da peça tida por faltante ou a referida certidão. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1050958/SP, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias, 4ª Turma, julgado em 02/9/2008, DJ 29/9/2008). AGRAVO DE INSTRUMENTO PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE REGULARIDADE FORMAL AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS PRECEDENTES STJ AUSÊNCIA DO CONTRATO NEGADO SEGUIMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI nº 756664-7, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 04/03/2011). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE - REGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS - PRECEDENTES STJ - NEGADO SEGUIMENTO MONOCRATICAMENTE. (TJPR, AI nº 767533-4, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 13/05/2011). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE. REGULARIDADE FORMAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO DOS AGRAVADOS. PRECEDENTES STJ. NEGADO SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI 751854-1, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Trataz Martins, DJ 29/06/2011). Ex positis, diante de todo o exposto, nego seguimento ao Agravo de Instrumento, com espeque no artigo 557, caput, do CPC, por ser manifestamente inadmissível. Dê-se baixa dos registros do presente Agravo de Instrumento. Intime-se. Curitiba, 16 de setembro de 2011. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Desembargador Relator

0036 . Processo/Prot: 0827456-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/247626. Comarca: Ipiranga. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000142-15.2011.8.16.0093 Resolução de Contrato. Agravante: Adriano Vanin. Advogado: Alexandre Postiglione Bührer. Agravado: Rodrigo Frank Peroto. Advogado: Carlos Eduardo Martins Biazetto, Danielle Felizarda Mendes, Aureo Stüpp Júnior. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada formulado pelo autor, em ação declaratória de resolução de contrato c/c pedido de busca e apreensão de veículo, c/c reparação de danos materiais e morais c/c pedido de tutela antecipada. Nas razões, pretende o agravante que o presente recurso seja recebido, e no mérito, dado provimento, a fim de reformar a decisão agravada para que seja deferido o pedido de busca e apreensão do veículo. DECIDO. Ausente no recurso, peça obrigatória e essencial, conforme o constante do inciso I do artigo 525 do Código de Processo Civil, a saber, procuração do agravante. Em que pese o agravante tenha juntado no respectivo recurso o instrumento procuratório de fls. 35-TJ, bem como o instrumento de substabelecimento de fls. 73 não há outorga de poderes ao advogado Flávio Luis Simionato - OAB/PR 41.633, subscritor do presente agravo de instrumento. Estando, prejudicado o recurso do ora agravante, em face do mesmo não estar regularmente representado por instrumento particular de procuração, negar seguimento ao referido recurso é medida que se impõe. Observe-se a respeito do tema: É responsabilidade do agravante verificar se a documentação acostada aos autos está completa, cabendo-lhe zelar pela correta formação do agravo, bem como fiscalizar a apresentação das peças obrigatórias e essenciais à instrução do feito ou diligenciar para obter informações necessárias ao exame de sua pretensão, inclusive mediante requerimento de certidões aos cartórios. (STJ, AgRg no Ag nº 1354231/MG, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJe 20/05/2011). "(...) É dever do agravante instruir - e conferir - a petição de agravo com as peças obrigatórias e essenciais ao deslinde da controvérsia. A falta ou incompletude de qualquer dessas peças, tal como verificado no presente caso, acarreta o não conhecimento do recurso." (STJ, AgRg no Ag nº 1215835/SP, Relator Ministro Raul Araújo, DJe 08/11/2010). Ex positis, diante de todo o exposto, nego seguimento ao Agravo de Instrumento, com espeque no artigo 557, caput, do CPC, por ser manifestamente inadmissível. Certifique-se esta douta Câmara da inexistência nos autos de procuração do agravante, em nome do advogado subscritor do agravo de instrumento. Dê-se baixa dos registros do presente Agravo de Instrumento. Intime-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Desembargador Relator

0037 . Processo/Prot: 0827468-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/247432. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0025989-87.2010.8.16.0017 Revisão de Contrato. Agravante: Edgar Posser. Advogado: Osvaldo Lopes da Silva. Agravado: Bv Financeira Sa. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deixou de receber o recurso de apelação em face da sua intempestividade, em ação revisional de contrato com repetição de indébito e pedido de tutela antecipada. O agravante pretende que seja recebido o presente recurso, e no mérito provido, a fim de reformar a decisão agravada para que seja deferida tutela antecipada e determinada a abstenção de seu nome nos órgãos de proteção de crédito. DECIDO. Da análise dos autos, depreende-se que a insurgência do agravante não preenche os requisitos de admissibilidade. Com efeito, cumpre ressaltar que o agravante não contesta, objetivamente, os fundamentos ou os pontos que pretende reformar da decisão de fls. 88-TJ, estando às razões do agravo dissociadas daquilo que estrutura a decisão, pois a decisão agravada trata-se da intempestividade do recurso de apelação e as razões do recurso de agravo limita-se a editar argumentos quanto a concessão da tutela antecipada, bem como questões de mérito. A necessidade de exposição do direito e dos fundamentos do pedido do agravante é pressuposto de admissibilidade do recurso e de viabilidade à nova decisão. A doutrina mantem entendimento que também se inclina neste sentido: "A fundamentação ou motivação do pedido de novo julgamento constitui pressuposto do recurso, requisito imprescindível e condição de sua admissibilidade, não sendo aceitável, à luz do disposto no art. 514, II, do CPC, seja apresentada petição desacompanhada dos fundamentos de fato e de direito." (DE PAULA, ALEXANDRE. Código de Processo Civil Anotado, 5ª ed., vol. II. Revista dos Tribunais: São Paulo, p. 2048) Pelo fato dos argumentos contidos nas razões do agravo interno não possuírem qualquer conexão direta e imediata com a motivação da decisão monocrática que deixou de receber recurso de apelação pela sua intempestividade, resta ausente a fundamentação e a especificidade do agravo instrumento, situação que viola o princípio da dialeticidade. O Superior Tribunal de Justiça não destoa deste entendimento: PROCESSUAL CIVIL. NULIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA. COLEGIADO. SANEAMENTO. 3. O princípio da dialeticidade recursal deve ser compreendido como o ônus atribuído ao recorrente de evidenciar os motivos de fato e de direito para a reforma da decisão recorrida, segundo interpretação conferida ao art. 514, inciso II, do Código de Processo Civil. (...) 4. Recurso especial provido em parte. (REsp 1244485/ES, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/05/2011, DJe 25/05/2011) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS INATACADOS. SÚMULA 182/STJ. 1. Em atendimento ao princípio da dialeticidade, as razões recursais devem impugnar, com transparência e objetividade, os fundamentos suficientes para manter íntegro o decisum recorrido. (...) Precedentes: AgRg no Ag 524.671/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Medina, DJ de 17.11.2003; AgRg no Ag 68.804/PR, 4ª Turma, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 2.10.1995; AgRg no AG 700.722/RS, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 21.11.2005; AgRg no AgRg no Ag 653.900/RS, Rel. Min. Luiz Fux, DJU de 13.02.06.7. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1360405/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 04/04/2011) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL.AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE.SÚMULA 182/STJ. REVISÃO DE 'QUANTUM' INDENIZATÓRIO. INVIABILIDADE DE DISSÍDIO. NECESSÁRIA DIVERSIDADE FÁTICA ENTRE OS ACÓRDÃO QUE SE TEM POR DIVERGENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.I - O agravante deve atacar, de forma específica, os argumentos lançados na decisão combatida, sob pena de vê-la mantida (Súmula 182/STJ). II - Em obediência ao princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar o desacerto da decisão agravada, não se afigurando suficiente a impugnação genérica ao 'decisum' combatido. (...) V - Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1216161/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/06/2011, DJe 28/06/2011) Assim sendo, o recurso não merece conhecimento, consoante os termos da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: SÚMULA 182 - "É INVIAVEL O AGRAVO DO ART. 545 DO CPC QUE DEIXA DE ATACAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA" Ex positis, não conheço do presente Agravo de Instrumento, por não observar o princípio da dialeticidade. Dê-se baixa dos registros do presente Agravo de Instrumento. Intime-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Desembargador Relator

0038 . Processo/Prot: 0827996-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/244085. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0018856-66.2011.8.16.0014 Declaratória. Agravante: Sebastião Marques Serra. Advogado: Evandro Gustavo de Souza. Agravado: Banco Bv Financeira C.f.i S.a.. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão que indeferiu os benefícios da assistência judiciária gratuita ao ora agravante. Sustenta o recorrente, em síntese, que sua renda não permite suportar as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. Além disso, afirma que a declaração de hipossuficiência juntada é suficiente para o deferimento do benefício. Alega, também, que juntou comprovante de renda, de forma a comprovar sua condição. Pugna pelo provimento do recurso, para o fim de ser- lhe concedido o benefício da assistência judiciária gratuita. É o breve relato. Decido A gratuidade da Justiça, sendo um direito subjetivo público, outorgado pela Lei nº 1.060/50 e pela Constituição Federal, deve ser ampla, abrangendo todos aqueles que comprovarem sua insuficiência de recursos. A princípio, a concessão ou denegação da assistência judiciária gratuita pode ser analisada a qualquer tempo e depende do convencimento

do juízo quanto à declaração de impossibilidade de pagamento de custas. No entanto, o art. 4º da Lei 1.060/50 preceitua que o direito deve ser deferido mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que o autor não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios. O § 1º deste artigo dispõe que se presume pobre, até prova em contrário, quem afirmar esta condição na forma da lei. Já o artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal dispõe que: "O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos." O preceito constitucional em questão não pode ser interpretado isoladamente, devendo ser analisado à luz dos princípios constitucionais que formam o alicerce de todo o ordenamento jurídico. Desta forma, não parece razoável admitir que o constituinte pretendesse limitar a extensão dos benefícios da Lei de Assistência Judiciária Gratuita. Pelo contrário, parece-me que, na verdade, a intenção foi de garantir que o direito constitucional de acesso à justiça seja o mais amplo e irrestrito possível, uma vez que o Poder Judiciário, em um Estado de Direito Democrático, não pode ser inacessível justamente para quem dele necessita por não dispor de recursos para arcar com custas e emolumentos. Ratificando esse entendimento, cumpre destacar: "Assistência Judiciária gratuita. Alegação de revogação do artigo 4º, § 1º, da Lei nº 1.060/50 pelo artigo 5º, LXXIV, da Constituição. Improcedência. - A atual Constituição, em seu artigo 5º, LXXIV, inclui, entre os direitos e garantias fundamentais, o da assistência jurídica integral e gratuita pelo Estado aos que comprovarem a insuficiência de recursos. - Portanto, em face desse texto, não pode o Estado eximir-se desse dever desde que o interessado comprove a insuficiência de recursos, mas isso não impede que ele, por lei, e visando a facilitar o amplo acesso ao Poder Judiciário que é também direito fundamental (art. 5º, XXXV, da Carta Magna), conceda assistência judiciária gratuita - que, aliás, é menos ampla do que a assistência jurídica integral - mediante a presunção "iuris tantum" de pobreza decorrente da afirmação da parte de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. - Nesse sentido tem decidido a Segunda Turma (assim, a título exemplificativo, nos RREE 205.029 e 205.746). Recurso extraordinário não conhecido.( STF, RE 204305 / PR -, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES) "Requisito para a concessão do benefício. Simples declaração do interessado. O recorrente alegara que a CF 5º LXXIV teria revogado a LAJ 4º, sendo necessária agora a comprovação da necessidade e não a simples alegação. O STF entendeu que não houve revogação e que basta a mera alegação do interessado de que necessita do benefício para que ele tenha de ser concedido : 'A garantia da CF 5º LXXIV - assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos não revogou a de assistência judiciária gratuita da L 1060, de 1950, aos necessitados, certo que, para obtenção desta, basta a declaração, feita pelo próprio interessado, de que a sua situação econômica não permite vir a juízo sem prejuízo de sua manutenção ou de sua família. Essa norma infraconstitucional põe-se, ademais, dentro do espírito da Constituição, que deseja que seja facilitado o acesso de todos à Justiça (CF 5º XXXV)' (STF,2ª T., RE 205746-1-RS, rel. Min. Carlos Velloso, j. 26.11.1996, v.u., DJU 28.2.1997). No mesmo sentido: STF, 2ª T., RE 205029-RS, rel. Min. Carlos Velloso; STF 2ª T., RE 206531-5-RS, rel. Min. Francisco Rezek, j. 16.12.1996)" ("Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante", 7ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 1460) Assim, o benefício deve ser deferido na forma da lei, podendo ser revogado se o impugnante diligenciar no intuito de demonstrar que a condição declarada pelo beneficiado não corresponde à realidade. Do contrário, é aplicada a regra do parágrafo primeiro do artigo 4º da Lei 1.060/50, ou seja, de que a presunção de pobreza existe a partir da simples afirmação dessa condição pelo interessado. Ainda, nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO LEGAL. ÔNUS DA PROVA. - Para o benefício de assistência judiciária basta requerimento em que a parte afirme a sua pobreza, somente sendo afastada por prova inequívoca em contrário a cargo do impugnante. Precedentes. (AgRg no Ag 509.905/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 29.11.2006, DJ 11.12.2006 p. 352) Cumpre observar que a impossibilidade de pagamento de custas não se confunde com pobreza ou miserabilidade, pois basta que a situação econômica não permita à parte pagar as custas do processo e os honorários de advogado sem prejuízo do sustento próprio ou da sua família. É evidente que em determinados casos específicos a conjunção de elementos fáticos acaba desconstituindo a afirmação daquele que requer a assistência judiciária gratuita. Entretanto, a negativa ao pedido da assistência judiciária constitui medida drástica que pode, inclusive, inviabilizar o acesso do requerente ao Poder Judiciário. Portanto, o indeferimento só é admitido em situações peculiares, quando a somatória de fatores verificados no caso concreto traz a convicção da falsidade da afirmação de insuficiência de recursos, devendo tal decisão ser devidamente fundamentada. Contudo, não é o que se verifica no presente caso. Os elementos constantes dos autos não trazem um grau mínimo de certeza quanto à suficiência de recursos. Muito pelo contrário, observa-se às fls. 38 que o agravante recebe mensalmente R $ 740,00 a título de auxílio doença, situação totalmente compatível com o benefício da assistência judiciária gratuita. Além disso, as próprias condições do contrato corroboram a tese do agravante. Assim, não havendo elementos que coloquem em dúvida a declaração apresentada pelo agravante, deve ser acolhido o presente recurso. Por tais fundamentos e com base no art. 557 do CPC e amparado nos diversos julgados do STJ e STF em igual sentido, dou provimento ao presente agravo, concedendo o benefício da assistência judiciária gratuita ao agravante, advertindo-lhe, no entanto, das conseqüências previstas na própria Lei 1060/50. Curitiba, 21 de setembro de 2011. DES. CARLOS MANSUR ARIDA Relator

0039 . Processo/Prot: 0828651-1 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/238614. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0012830-43.2011.8.16.0017 Revisão de Contrato. Agravante: L. C. V.. Advogado: Eduardo Santos Hernandes. Agravado: B. L. S. A. M.. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Vistos: Analisando os pressupostos de admissibilidade, tenho que o presente recurso não pode ser conhecido um vez que o agravante não apresentou certidão comprobatória da tempestividade do agravo. A ausência da referida certidão poderia ser relevada se, por outro meio, ficasse evidenciado que o recurso é tempestivo, o que não ocorre no presente caso. Desta forma, diante da manifesta inadmissibilidade, nego seguimento ao presente recurso nos termos do artigo 557 do CPC. Curitiba, 21 de setembro de 2.011. DES. CARLOS MANSUR ARIDA Relator

0040 . Processo/Prot: 0828874-4 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/261634. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0014193-26.2011.8.16.0030 Revisão de Contrato. Agravante: Júlio César Witte. Advogado: Renata Ferreira Costa Grego. Agravado: Banco Finasa Sa. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que indeferiu os benefícios da assistência judiciária gratuita ao autor, em ação ordinária de revisão contratual c/c pedido de tutela antecipada. Nas razões, pretende o agravante que o presente recurso seja recebido em seu efeito suspensivo ativo, e no mérito, dado provimento, a fim de reformar a decisão agravada para que lhe sejam concedidos os benefícios da assistência judiciária gratuita. Alternativamente, pugna pelo prequestionamento dos artigos 1º, 2º e 4º da Lei nº 1.060/50 e artigo 5º, caput, e incisos XXV e LXXIV da CF. DECIDO. Preliminarmente, o recurso não tem condição alguma de ser conhecido, em razão da sua manifesta intempestividade. O Código de Processo Civil em seu artigo 557, caput, autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal ou de Tribunal Superior. O prazo para interposição do Agravo de Instrumento, nos termos do artigo 522 do CPC é de 10 (dez) dias. Nota-se que conforme certidão de publicação e prazo de fls. 55-TJ, o prazo recursal começou a fluir em 12/07/2011, terça-feira, inclusive, e terminou em 21/07/2011, quinta-feira, e foi protocolizado o recurso tão somente em 25/07/2011, ou seja, um quatro dias após o término do prazo recursal. Logo, resta prejudicada a análise do recurso, em face de sua intempestividade. Por tais razões, nego seguimento ao Agravo de Instrumento, com espeque no artigo 557, caput, do CPC, por ser manifestamente inadmissível. Dê-se baixa dos registros do presente Agravo de Instrumento. Intime-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Desembargador Relator

0041 . Processo/Prot: 0829132-5 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/248938. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0026821-95.2011.8.16.0014 Exibição de Documentos. Agravante: José Manoel Afonso. Advogado: Evandro Gustavo de Souza. Agravado: Aymore Cfi S/a. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Vistos Insurge-se o recorrente em face da decisão proferida nos autos de ação de exibição de documentos, por meio da qual o Magistrado de primeiro grau declinou de sua competência, determinando a remessa dos autos para a comarca de domicílio do autor. Inconformado, pretende a reforma da decisão, sustentando, em síntese, que: não houve violação ao princípio do Juiz natural, pois o processo foi proposto perante o Poder Judiciário, a um Juiz investido na função jurisdicional, dentro da competência material, funcional e territorial para tanto; é prerrogativa do consumidor a escolha do foro para ajuizamento da demanda, pois a competência territorial é relativa, a qual sequer pode ser conhecida de ofício. Pugna pelo conhecimento e provimento do recurso. É o relatório. Decisão 1. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. 2. Em que pese o inconformismo do agravante, o recurso não comporta seguimento. 2.1. Segundo se infere dos autos, o agravante ajuizou no Foro de Londrina a ação pretendendo obter a exibição do contrato firmado com a agravada. Contudo, o recorrente reside em São Sebastião da Amoreira, município pertencente à Comarca de Assaí. Nota-se que seu patrono possui escritório profissional na Comarca em que ajuizou a ação. No entanto, a legislação consumerista não autoriza que o consumidor promova a ação na comarca que lhe aprouver, tampouco que se utilize das prerrogativas conferidas pelo CDC para atender aos interesses de seu patrono. Assim, não há como se admitir que a parte autora escolha o Juízo de forma arbitrária e em dissonância com as regras de competência aplicáveis à espécie. O que o agravante pretende é desvirtuar o sentido da norma de proteção ao consumidor a fim de atender interesses outros que não aqueles consagrados no CDC. Corroborando esse entendimento, vale citar os seguintes precedentes: Processo civil. Recurso especial. Ação individual proposta por associação, na qualidade de representante de um único consumidor associado, com fundamento no art. 5º, XXI, da CF. Propositura da ação no foro do domicílio da Associação, que é diverso dos domicílios, tanto do autor da ação, como do réu. Declinação da competência promovida de ofício. Manutenção. - O permissivo contido no art. 5º, XXI, da CF, diz respeito apenas às ações coletivas passíveis de serem propostas por associações, em defesa de seus associados. Tal norma não contempla a representação do consumidor em litígios individuais, de modo que deve ser reconhecida a ilegitimidade ativa da associação. - Não obstante a exclusão da associação do pólo ativo da relação processual, a existência de procuração passada diretamente pelo consumidor à mesma advogada da associação autoriza o aproveitamento do processo, mantendo-se, como autor da ação, apenas o consumidor. - A facilitação da defesa dos direitos do consumidor em juízo possibilita que este proponha ação em seu próprio domicílio. Tal princípio não permite, porém, que o consumidor escolha, aleatoriamente, um local diverso de seu domicílio ou do domicílio do réu para o ajuizamento do processo. Correta, portanto, a decisão declinatória de foro. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1084036/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/03/2009, DJe 17/03/2009) CONTRATO BANCÁRIO. ARRENDAMENTO

MERCANTIL. CLÁUSULAS. DISCUSSÃO. COMPETÊNCIA. FORO. ESCOLHA. ADVOGADO. IMPOSSIBILIDADE. 1 - Segundo entendimento desta Corte, tratando-se de relação de consumo, a competência é absoluta, podendo ser declinada de ofício. Afastamento da súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça. 2 - O intento protetivo da lei, no sentido de possibilitar a escolha do foro, do domicílio do autor ou do réu, dirige-se ao consumidor, propriamente dito, aquela pessoa física ou jurídica destinatária final do bem ou serviço. Impossibilidade de o advogado ajuizar a ação em foro diverso, que não é nem o da autora (consumidora) e nem o do réu (Banco), usando, ao que tudo indica, conforme as instâncias de origem, endereço fictício. 3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Aranraguá - SC, suscitante. (CC 106.990/SC, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/11/2009, DJe 23/11/2009) 2.2. Nessas condições, agiu com inquestionável acerto o Juízo a quo, pois não se revela cabível o trâmite da ação revisional perante o Juízo da Comarca de Londrina, quando o consumidor reside em município pertencente à Comarca de Assaí, sendo este o foro competente para a apreciação do feito. Convém ressaltar que o Magistrado de primeira instância ainda pontuou que há procuradores que tem ajuizado centenas de ações similares a que ora se apresenta, perante a Comarca de Londrina, independentemente do foro de domicílio do contratante, ofendendo assim os dispositivos processuais que regem a matéria. Conclui-se assim que a decisão singular não merece nenhum reparo. No mais, conforme precedente supra citado, tratando- se de relação de consumo, a competência pode ser declinada de ofício ao foro do domicílio do consumidor. 3. Por tais fundamentos e com amparo no artigo 557 do CPC, nego seguimento ao presente recurso. Curitiba, 21 de setembro de 2011. DES. CARLOS MANSUR ARIDA Relator

0042 . Processo/Prot: 0829312-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/260977. Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0014567-39.2011.8.16.0031 Revisão de Contrato. Agravante: Divonei Luiz da Silva. Advogado: Silvaney Isabel Gomes de Oliveira. Agravado: Bv Financeira S/a. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que indeferiu os benefícios da assistência judiciária gratuita ao autor, em ação de anulação e de revisão de cláusulas contratuais c/c repetição de indébito. Nas razões recursais, pleiteia o agravante que o presente recurso seja recebido, e no mérito, dado provimento, a fim de reformar a decisão agravada para que lhe sejam garantidos os benefícios da assistência judiciária gratuita. No caso de não ser reformada a decisão agravada, pugna ao final, que o recurso fique detido nos autos a fim de que o Tribunal o conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento do recurso de apelação. DECIDO. Pois bem, em que pese os argumentos da parte agravante, tenho que o feito não prospera, pois recebido o recurso, o relator poderá negar-lhe seguimento liminarmente nos casos do artigo 557 do Código de Processo Civil. Isto é, quando for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou mesmo em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Neste aspecto, fato é que o recurso é manifestamente inadmissível porque ausente no recurso peça essencial, conforme o constante do inciso I do artigo 525 do mesmo códice, a saber: procuração do advogado da parte agravada ou certidão da escrivania explicando a ausência de referido instrumento procuratório. (grifei). Neste sentido têm se posicionado o Superior Tribunal de Justiça e este egrégio órgão julgador: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DA IRREGULARIDADE NOS RECURSOS DIRIGIDOS À INSTÂNCIA ESPECIAL. 1. É dever do agravante instruir - e conferir - a petição de agravo com as peças obrigatórias e essenciais ao deslinde da controvérsia. A falta ou incompletude de qualquer dessas peças, tal como verificado no presente caso, acarreta o não conhecimento do recurso. 2. O fato do agravo de instrumento manejado perante o Tribunal de origem (artigo 522 do CPC) não ter sido instruído com a peça aqui considerada faltante (procuração outorgada ao advogado subscritor do recurso especial) não afasta a exigência do cumprimento no disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, pois esta Corte já decidiu que "a inexistência, nos autos principais, de documento cuja juntada é obrigatória no instrumento deve ser atestada por meio de certidão emitida pelo órgão competente" (AgRg no Ag nº 1.073.373/MG, Relatora a Ministra ELIANA CALMON, DJe de 27/2/2008). 3. Os recursos dirigidos à instância superior, desacompanhados de procuração, são inexistentes, à luz do disposto na Súmula 115/STJ. 4. Na instância especial é inaplicável o disposto no art. 13 do Código de Processo Civil. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1215835/SP - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2009/0202647-6, Rel. Ministro Raul Araújo, 4ª Turma, Data do Julgamento: 21/10/2010; DJ 08/11/2010). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO OUTORGADA PELA PARTE AGRAVADA. CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS. NECESSIDADE DE CERTIDÃO OFICIAL. 1. É dever do agravante zelar pela formação do agravo de instrumento, juntando ao mesmo todas as peças elencadas no art. 544, §1º do CPC. 2. Na ausência da indigitada peça, é dever da parte agravante providenciar a competente certidão que ateste a inexistência da peça nos autos originais. 3. A mera alegação de que fora trasladada cópia integral dos autos, desacompanhada de qualquer documento oficial que ateste o asseverado, não tem o condão de elidir a necessária juntada da peça tida por faltante ou a referida certidão. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1050958/SP, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias, 4ª Turma, julgado em 02/9/2008, DJ 29/9/2008). AGRAVO DE INSTRUMENTO PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE REGULARIDADE FORMAL AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS PRECEDENTES STJ AUSÊNCIA DO CONTRATO NEGADO SEGUIMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI nº 756664-7, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 04/03/2011). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE - REGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS - PRECEDENTES STJ - NEGADO SEGUIMENTO MONOCRATICAMENTE. (TJPR, AI nº 767533-4, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 13/05/2011). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE. REGULARIDADE FORMAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO DOS AGRAVADOS. PRECEDENTES STJ. NEGADO SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI 751854-1, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Trataz Martins, DJ 29/06/2011). Ex positis, diante de todo o exposto, nego seguimento ao Agravo de Instrumento, com espeque no artigo 557, caput, do CPC, por ser manifestamente inadmissível. Dê-se baixa dos registros do presente Agravo de Instrumento. Intime-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Desembargador Relator

0043 . Processo/Prot: 0829366-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/249113. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0015824-32.2011.8.16.0021 Revisão de Contrato. Agravante: Valmor Prass. Advogado: Harysson Roberto Tres. Agravado: Banco Itaucard S/a. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que indeferiu os benefícios da assistência judiciária gratuita ao autor, em ação ordinária de revisão contratual c/c repetição de indébito. Nas razões recursais, pleiteia o agravante que o presente recurso seja recebido em seu efeito suspensivo ativo, e no mérito, dado provimento, a fim de reformar a decisão agravada para que lhe sejam garantidos os benefícios da assistência judiciária gratuita. DECIDO. Pois bem, em que pese os argumentos da parte agravante, tenho que o feito não prospera, pois recebido o recurso, o relator poderá negar-lhe seguimento liminarmente nos casos do artigo 557 do Código de Processo Civil. Isto é, quando for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou mesmo em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Neste aspecto, fato é que o recurso é manifestamente inadmissível porque ausente no recurso peça essencial, conforme o constante do inciso I do artigo 525 do mesmo códice, a saber: procuração do advogado da parte agravada ou certidão da escrivania explicando a ausência de referido instrumento procuratório. (grifei). Neste sentido têm se posicionado o Superior Tribunal de Justiça e este egrégio órgão julgador: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DA IRREGULARIDADE NOS RECURSOS DIRIGIDOS À INSTÂNCIA ESPECIAL. 1. É dever do agravante instruir - e conferir - a petição de agravo com as peças obrigatórias e essenciais ao deslinde da controvérsia. A falta ou incompletude de qualquer dessas peças, tal como verificado no presente caso, acarreta o não conhecimento do recurso. 2. O fato do agravo de instrumento manejado perante o Tribunal de origem (artigo 522 do CPC) não ter sido instruído com a peça aqui considerada faltante (procuração outorgada ao advogado subscritor do recurso especial) não afasta a exigência do cumprimento no disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, pois esta Corte já decidiu que "a inexistência, nos autos principais, de documento cuja juntada é obrigatória no instrumento deve ser atestada por meio de certidão emitida pelo órgão competente" (AgRg no Ag nº 1.073.373/MG, Relatora a Ministra ELIANA CALMON, DJe de 27/2/2008). 3. Os recursos dirigidos à instância superior, desacompanhados de procuração, são inexistentes, à luz do disposto na Súmula 115/STJ. 4. Na instância especial é inaplicável o disposto no art. 13 do Código de Processo Civil. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1215835/SP - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2009/0202647-6, Rel. Ministro Raul Araújo, 4ª Turma, Data do Julgamento: 21/10/2010; DJ 08/11/2010). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO OUTORGADA PELA PARTE AGRAVADA. CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS. NECESSIDADE DE CERTIDÃO OFICIAL. 1. É dever do agravante zelar pela formação do agravo de instrumento, juntando ao mesmo todas as peças elencadas no art. 544, §1º do CPC. 2. Na ausência da indigitada peça, é dever da parte agravante providenciar a competente certidão que ateste a inexistência da peça nos autos originais. 3. A mera alegação de que fora trasladada cópia integral dos autos, desacompanhada de qualquer documento oficial que ateste o asseverado, não tem o condão de elidir a necessária juntada da peça tida por faltante ou a referida certidão. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1050958/SP, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias, 4ª Turma, julgado em 02/9/2008, DJ 29/9/2008). AGRAVO DE INSTRUMENTO PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE REGULARIDADE FORMAL AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS PRECEDENTES STJ AUSÊNCIA DO CONTRATO NEGADO SEGUIMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI nº 756664-7, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 04/03/2011). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE - REGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA

DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS - PRECEDENTES STJ - NEGADO SEGUIMENTO MONOCRATICAMENTE. (TJPR, AI nº 767533-4, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 13/05/2011). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE. REGULARIDADE FORMAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO DOS AGRAVADOS. PRECEDENTES STJ. NEGADO SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI 751854-1, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 29/06/2011). Ex positis, diante de todo o exposto, nego seguimento ao Agravo de Instrumento, com espeque no artigo 557, caput, do CPC, por ser manifestamente inadmissível. Dê-se baixa dos registros do presente Agravo de Instrumento. Intime-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Desembargador Relator

0044 . Processo/Prot: 0829536-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/250794. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0026034-08.2011.8.16.0001 Revisão de Contrato. Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Vanessa Maria Ribeiro Batalha, Fernando José Gaspar. Agravado: Letícia Cola. Advogado: Magali Fuerbringer. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, 1. Insurge-se o recorrente em face da decisão proferida nos autos de ação revisional, ajuizada contra ele por Letícia Cola, ora agravada. A decisão agravada foi proferida em 08/06/2011 e veiculada no Diário de Justiça Eletrônico na data de 30/06/2011, com início do prazo recursal em 04/07/2011. Considerando que o prazo para interpor agravo de instrumento é de 10 dias, o termo final para a interposição do presente recurso era o dia 13/07/2011. Contudo, o presente agravo foi interposto somente em 15/07/2011, portanto, depois do término do prazo recursal. extrínsecos de admissibilidade, o que impede seu prosseguimento. 2. Por tais fundamentos e com fulcro no art. 557 do CPC, nego seguimento ao recurso, diante da sua manifesta inadmissibilidade. Curitiba, 21 de setembro de 2.011. DES. CARLOS MANSUR ARIDA Relator

0045 . Processo/Prot: 0829682-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/264040. Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002585-90.2011.8.16.0075 Reintegração de Posse. Agravante: Márcio Chagas. Advogado: Fabiano Muriel Domingues. Agravado: Avelina Ermelindo Chagas. Advogado: Sérgio Aparecido Vicentini. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deferiu a liminar pretendida para determinar que o requerido Márcio Chagas, desocupe o imóvel, em ação de reintegração de posse com mandado de desocupação imediata cumulada com perdas e danos e cominação de pena em caso de novo esbulho. Nas razões recursais, pleiteia o agravante que o presente recurso seja recebido em seu efeito suspensivo ativo, e no mérito, dado provimento, a fim de reformar a decisão agravada, autorizando o retorno imediato do ora agravante ao imóvel. Pugna ao final, pela concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. DECIDO. Pois bem, em que pese os argumentos da parte agravante, tenho que o feito não prospera, pois recebido o recurso, o relator poderá negar-lhe seguimento liminarmente nos casos do artigo 557 do Código de Processo Civil. Isto é, quando for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou mesmo em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Neste aspecto, fato é que o recurso é manifestamente inadmissível porque ausente no recurso peça essencial, conforme o constante do inciso I do artigo 525 do mesmo códice, a saber: procuração do advogado da parte agravada ou certidão da escrivania explicando a ausência de referido instrumento procuratório. (grifei). Neste sentido têm se posicionado o Superior Tribunal de Justiça e este egrégio órgão julgador: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DA IRREGULARIDADE NOS RECURSOS DIRIGIDOS À INSTÂNCIA ESPECIAL. 1. É dever do agravante instruir - e conferir - a petição de agravo com as peças obrigatórias e essenciais ao deslinde da controvérsia. A falta ou incompletude de qualquer dessas peças, tal como verificado no presente caso, acarreta o não conhecimento do recurso. 2. O fato do agravo de instrumento manejado perante o Tribunal de origem (artigo 522 do CPC) não ter sido instruído com a peça aqui considerada faltante (procuração outorgada ao advogado subscritor do recurso especial) não afasta a exigência do cumprimento no disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, pois esta Corte já decidiu que "a inexistência, nos autos principais, de documento cuja juntada é obrigatória no instrumento deve ser atestada por meio de certidão emitida pelo órgão competente" (AgRg no Ag nº 1.073.373/MG, Relatora a Ministra ELIANA CALMON, DJe de 27/2/2008). 3. Os recursos dirigidos à instância superior, desacompanhados de procuração, são inexistentes, à luz do disposto na Súmula 115/STJ. 4. Na instância especial é inaplicável o disposto no art. 13 do Código de Processo Civil. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1215835/SP - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2009/0202647-6, Rel. Ministro Raul Araújo, 4ª Turma, Data do Julgamento: 21/10/2010; DJ 08/11/2010). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO OUTORGADA PELA PARTE AGRAVADA. CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS. NECESSIDADE DE CERTIDÃO OFICIAL. 1. É dever do agravante zelar pela formação do agravo de instrumento, juntando ao mesmo todas as peças elencadas no art. 544, §1º do CPC. 2. Na ausência da indigitada peça, é dever da parte agravante providenciar a competente certidão que ateste a inexistência da peça nos autos originais. 3. A mera alegação de que fora trasladada cópia integral dos autos, desacompanhada de qualquer documento oficial que ateste o asseverado, não tem o condão de elidir a necessária juntada da peça tida por faltante ou a referida certidão. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1050958/SP, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias, 4ª Turma, julgado em 02/9/2008, DJ 29/9/2008). AGRAVO DE INSTRUMENTO PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE REGULARIDADE FORMAL AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS PRECEDENTES STJ AUSÊNCIA DO CONTRATO NEGADO SEGUIMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI nº 756664-7, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 04/03/2011). PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE - REGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EMITIDA PELA SERVENTIA CÍVEL QUE DEMONSTRE QUE O AGRAVADO NÃO POSSUI ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS - PRECEDENTES STJ - NEGADO SEGUIMENTO MONOCRATICAMENTE. (TJPR, AI nº 767533-4, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 13/05/2011). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE. REGULARIDADE FORMAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO DOS AGRAVADOS. PRECEDENTES STJ. NEGADO SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJPR, AI 751854-1, 18ª Câmara Cível, Rel. Desª. Ivanise Maria Tratz Martins, DJ 29/06/2011). Ex positis, diante de todo o exposto, nego seguimento ao Agravo de Instrumento, com espeque no artigo 557, caput, do CPC, por ser manifestamente inadmissível. Dê-se baixa dos registros do presente Agravo de Instrumento. Intime-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI Desembargador Relator

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Juiz Convocado Relator

0046 . Processo/Prot: 0791097-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/124074. Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0001781-61.2011.8.16.0160 Exibição de Documentos. Agravante: Robson Pereira da Silva. Advogado: Evandro Alves dos Santos, Fernando Parolini de Moraes. Agravado: Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento. Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Roberto N Rolanski. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA ASSINADA PELA PARTE, SEM INDÍCIOS DE INSINCERIDADE. MONTANTE ECONÔMICO DO CONTRATO QUE NÃO AFASTA O DIREITO. PRECEDENTES DO STJ. PROVIMENTO POR DECISÃO DO RELATOR. Vistos etc. I Relatório. Insurge-se o agravante contra decisão do juízo singular que indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita, considerando o valor das parcelas mensais de financiamento assumidas pelo requerente (R$318,71), para aquisição de um bem de consumo. Sustenta, em síntese, que a Constituição Federal garante a prestação de assistência jurídica integral e gratuita e que segundo art. 4.º da Lei 1.060/50 basta a simples afirmação de que não tem condições de arcar com as custas processuais e honorários de advogado, para obter o benefício da assistência judiciária gratuita. Afirma ainda que não é a condição de miserabilidade absoluta que deve ser analisada para fins de concessão do benefício, mas sim, a existência de uma situação fática de indisponibilidade financeira real e efetiva no momento em que se requer o benefício. Requer ao final a reforma da decisão para obtenção dos benefícios da justiça gratuita. É o relatório. II. Fundamentação. O recurso merece conhecimento, na medida em que estão presentes os pressupostos de admissibilidade recursal. O juízo singular indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita, pois entendeu que considerando o valor das parcelas mensais de financiamento assumidas pelo requerente (R$318,71), para aquisição de um bem de consumo, o benefício a ele não se estende. A decisão agravada merece reforma. O fato de ter celebrado um contrato com aqueles valores, para aquisição de um bem de consumo, é argumento insuficiente para se presumir que possua condições de arcar com as despesas processuais, quando afirmada a impossibilidade de suportar as despesas do processo e não houver indícios de insinceridade no pedido. O autor assina declaração de impossibilidade de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios (f. 41-TJ). Nesta ordem, ainda que não seja o benefício da gratuidade amplo e absoluto, e que deva ser aceito incondicionalmente pelo magistrado, não houve exigência de comprovação de renda, mas indeferimento de plano baseado no valor da parcela mensal (R$ 318,71). Assim, não se pode afastar sua concessão, ressalvada a possibilidade de que a parte adversa ofereça oportuna impugnação, caso se evidencie situação diversa da alegada. O indeferimento fundado na presunção de que o vulto do contrato lhe dá condições de arcar com as custas e honorários não leva em conta, também, que a condição econômica da parte pode ser diferente em relação à vigente na data da contratação. É neste sentido a jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA ANTE A CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL, COM A ASSUNÇÃO DE PARCELAS MENSAIS NO VALOR DE R$.488,50 - REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA - CONTRARIEDADE AO ENTENDIMENTO DOMINANTE DA JURISPRUDÊNCIA - PRECEDENTES. Agravo provido de plano. (AI n.º 633583-7. 14.ª CCível. Rel: Elizabeth M. F. Rocha. DJ: 26.11.2009) "(...) O valor do Contrato de Arrendamento Mercantil a ser revisado (fl. 69-TJ) de um Automóvel GM/Celta 2P Life, Ano 2005, Renavam nº 87.290245-5 (fl. 60-TJ), cujo valor total é de R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), por si só, é insuficiente para infirmar a presunção que milita em favor do Agravante, nos termos do art. 5º, Lei nº. 1.060/50, pois nada indica nos autos que o Agravante

possua patrimônio próprio ou que o pagamento das custas e despesas processuais não interfira em seu sustento ou de sua família ..." (TJPR - decisão monocrática, Agr. Instr. nº 616129-9, Re. Luís Espíndola, j. 17/09/2009). E na mesma vertente a jurisprudência dominante do STJ: "Para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita é suficiente a simples afirmação do interessado de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo de sua manutenção ou de sua família. A declaração prestada na forma da lei firma em favor do requerente a presunção juris tantum de necessidade que somente será elidida diante de prova em contrário". (STJ, REsp 379549/PR, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ 07.11.05, p. 178). Assim, a irresignação do agravante merece prosperar, uma vez que a decisão atacada se mostra em confronto com a jurisprudência dominante do STJ e desta corte estadual. III. Decisão. Diante do exposto, dou provimento ao recurso, para conceder a assistência judiciária gratuita ao agravante, com fundamento no art. 557, § 1°-A, do CPC. Comunique-se ao juízo. Encaminhem-se os autos ao juízo de origem, para arquivamento. Autorizo a chefe da seção a assinar os expedientes necessários. Publique-se. Curitiba, 15 de setembro de 2011. OSVALDO NALLIM DUARTE Juiz de Direito Substituto em 2.º Grau Relator convocado

# SEÇÃO DA 8ª CÂMARA CÍVEL

**III Divisão de Processo Cível**
**Seção da 8ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10251**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Acir Oliskowski | 034 | 0822735-8 |
| Adriana Aparecida Martinez | 043 | 0825682-4 |
| Adriana Champion | 054 | 0828994-1 |
| Adriano Carlos Souza Vale | 055 | 0829171-2 |
| Alceu Conceição Machado Neto | 020 | 0801934-1 |
| Alex de Siqueira Butzke | 016 | 0788729-0 |
| Alex Reberte | 040 | 0823952-3 |
| Alexandre Arseno | 077 | 0831836-9 |
| Alexandre Pigozzi Bravo | 025 | 0816297-6 |
| | 037 | 0823330-7 |
| | 048 | 0827450-0 |
| | 062 | 0829725-0 |
| | 073 | 0831010-5 |
| Alexsandro Sprengovski dos Santos | 025 | 0816297-6 |
| Álvaro Schenatto | 033 | 0822581-0 |
| Amaro Heitor Dantas | 027 | 0821108-7 |
| Ana Carolina Gouvea Gabardo | 024 | 0816284-9 |
| Ana Paula Domingues dos Santos | 051 | 0828647-7 |
| Ana Paula Provesi da Silva | 035 | 0822850-0 |
| Ananias Cézar Teixeira | 004 | 0689817-7 |
| | 005 | 0689870-4 |
| | 010 | 0779226-5/03 |
| | 011 | 0779253-2/03 |
| | 014 | 0782717-6/03 |
| | 015 | 0782833-5/03 |
| | 029 | 0821810-2 |
| | 038 | 0823359-2 |
| | 042 | 0824793-8 |
| | 052 | 0828722-5 |
| | 076 | 0831408-5 |
| André Luiz Bonat Cordeiro | 020 | 0801934-1 |
| André Luiz Souza Vale | 055 | 0829171-2 |
| Andrea Sabbaga de Melo | 009 | 0775747-3 |
| Andrey Herget | 033 | 0822581-0 |
| Angela Yukiko Horita | 032 | 0822521-4 |
| Antonio Eduardo G. d. Rueda | 025 | 0816297-6 |
| | 037 | 0823330-7 |
| | 048 | 0827450-0 |
| | 053 | 0828970-1 |
| | 073 | 0831010-5 |
| Antonio José N. d. S. Polak | 008 | 0774720-8 |
| Ariana Vieira de Lima | 003 | 0666353-0 |
| Artur Humberto Piancastelli | 006 | 0703560-7 |
| Bárbara Letícia de Souza Spagnolo | 028 | 0821791-2 |
| | 047 | 0827333-4 |
| Beatriz Schiebler | 008 | 0774720-8 |
| Brasílio Vicente de Castro Neto | 019 | 0797751-1 |
| Braz Reberte Pedrini | 040 | 0823952-3 |
| Bruna Déborah Pereira | 073 | 0831010-5 |
| Bruno Pedalino | 032 | 0822521-4 |
| Bruno Santos Rodrigues | 056 | 0829267-3 |
| Camila Enrietti Bin | 053 | 0828970-1 |
| Camilla Ribeiro Caramujo Moraes | 021 | 0811625-0 |
| Candice Karina Souto M. d. Silva | 077 | 0831836-9 |
| Carina Marini | 043 | 0825682-4 |
| Carlos Alves | 025 | 0816297-6 |
| Carlos Gomes de Brito | 058 | 0829474-8 |
| Carolina Socha de Souza | 034 | 0822735-8 |
| Caroline Regina Gurski | 066 | 0830166-8 |
| Celia do Rocio de Paula | 079 | 0832461-6 |
| César Augusto de França | 013 | 0781356-9 |
| | 050 | 0828560-5 |
| | 053 | 0828970-1 |
| Cesar Ricardo Tuponi | 030 | 0822014-4 |
| Cláudia Alessandra S. Pereira | 039 | 0823887-1 |
| Cláudio de Lara Júnior | 067 | 0830273-8 |
| Cleverson José Gusso | 009 | 0775747-3 |
| Cristiane Bergamin | 032 | 0822521-4 |
| Cristiane Uliana | 038 | 0823359-2 |
| | 052 | 0828722-5 |
| Cristina Polli Bitencourt | 078 | 0832439-4 |
| | 080 | 0832574-8 |
| Daniel Toledo de Sousa | 060 | 0829685-1 |
| Daniela Perin Hartmann | 007 | 0769694-0/01 |
| Denis Norton Raby | 020 | 0801934-1 |
| Douglas Andrade Matos | 040 | 0823952-3 |
| Edson Antônio Lenzi Filho | 007 | 0769694-0/01 |
| Eduardo Batistel Ramos | 039 | 0823887-1 |
| | 077 | 0831836-9 |
| Eduardo Pereira de Oliveira Mello | 002 | 0397386-6 |
| Elaine Mônica Molin | 072 | 0831002-3 |
| Elaine Paffili Izá | 078 | 0832439-4 |
| | 080 | 0832574-8 |
| Ellen Karina Borges Santos | 016 | 0788729-0 |
| | 043 | 0825682-4 |
| Emilson de Oliveira Júnior | 012 | 0781287-9 |
| Eni Domingues | 080 | 0832574-8 |
| Eyder Lucio dos Santos | 049 | 0827967-0 |
| Fabiano Neves Macieywski | 004 | 0689817-7 |
| | 005 | 0689870-4 |
| | 010 | 0779226-5/03 |
| | 011 | 0779253-2/03 |
| | 014 | 0782717-6/03 |
| | 015 | 0782833-5/03 |
| | 029 | 0821810-2 |
| | 042 | 0824793-8 |
| | 076 | 0831408-5 |
| Fabio Bittencourt F. d. Camargo | 012 | 0781287-9 |
| Fábio de Almeida Braga | 081 | 0152886-5 |
| Fábio Farés Decker | 059 | 0829500-3 |
| Fábio Martins Pereira | 006 | 0703560-7 |
| Fábio Silveira Rocha | 039 | 0823887-1 |
| Fábio Viana Barros | 046 | 0827313-2 |
| | 071 | 0830905-5 |
| Fernanda Bernardo Gonçalves | 034 | 0822735-8 |
| Fernanda Ehalt Vann | 049 | 0827967-0 |
| Fernanda Louise Lachowski | 027 | 0821108-7 |
| Fernando Cezar Vernalha Guimarães | 017 | 0792147-7 |
| Fernando Kikuchi | 040 | 0823952-3 |
| | 043 | 0825682-4 |
| | 065 | 0830129-5 |

| | | |
|---|---|---|
| | 069 | 0830359-3 |
| | 070 | 0830366-8 |
| | 071 | 0830905-5 |
| Flávia Reis Pagnozzi | 081 | 0152886-5 |
| Flaviano C. P. d. Nascimento | 008 | 0774720-8 |
| Flávio Penteado Geromini | 046 | 0827313-2 |
| Germano de Sordi Batista | 059 | 0829500-3 |
| Germano Laertes Neves | 075 | 0831322-0 |
| Geroldo Augusto Hauer | 009 | 0775747-3 |
| Geronimo Antonio Defaveri | 033 | 0822581-0 |
| Gilmar Luis Rosa Pinho | 079 | 0832461-6 |
| Giorgia Enrietti Bin | 037 | 0823330-7 |
| | 048 | 0827450-0 |
| | 053 | 0828970-1 |
| | 068 | 0830317-5 |
| Giuseppe de Andrade Cancian | 036 | 0823181-4 |
| Greice Adriana Simões | 043 | 0825682-4 |
| Guilhermo Paranaguá e Cunha | 059 | 0829500-3 |
| Gustavo Saldanha Suchy | 035 | 0822850-0 |
| Helio Gomes Coelho Junior | 009 | 0775747-3 |
| Heloisa Belebecha Achôa | 032 | 0822521-4 |
| Heloísa Camargo de Lacerda | 008 | 0774720-8 |
| Heroldes Bahr Neto | 004 | 0689817-7 |
| | 005 | 0689870-4 |
| | 029 | 0821810-2 |
| | 042 | 0824793-8 |
| | 076 | 0831408-5 |
| Hugo Francisco Gomes | 013 | 0781356-9 |
| Ideraldo José Appi | 058 | 0829474-8 |
| Ilza Regina Defilippi Dias | 001 | 0815718-6 |
| Inajara Messias Veiga | 022 | 0815686-9 |
| Irene de Fátima Surek de Souza | 071 | 0830905-5 |
| Irineu Galeski Junior | 003 | 0666353-0 |
| Italo Tanaka Junior | 002 | 0397386-6 |
| Ivan Martins Tristão | 063 | 0829938-7 |
| Jaime Oliveira Penteado | 046 | 0827313-2 |
| Janaina Giozza Avila | 035 | 0822850-0 |
| Jane Mary Silveira | 074 | 0831038-3 |
| | 079 | 0832461-6 |
| Jean Carlos Martins Francisco | 057 | 0829387-0 |
| Jefferson Oscar Hecke | 056 | 0829267-3 |
| Jefferson Renato Rosolem Zaneti | 003 | 0666353-0 |
| Jimena Cristina Gomes Aranda | 017 | 0792147-7 |
| João de Castro Filho | 018 | 0797415-0 |
| João Emilio Zola Junior | 062 | 0829725-0 |
| Joaquim Roberto Tomaz | 049 | 0827967-0 |
| José Antônio de Andrade Alcântara | 028 | 0821791-2 |
| | 047 | 0827333-4 |
| José Augusto Araújo de Noronha | 019 | 0797751-1 |
| José Heriberto Micheleto | 075 | 0831322-0 |
| José Maurício do Rego Barros | 078 | 0832439-4 |
| José Melquiades da Rocha | 056 | 0829267-3 |
| José Teodoro Alves | 024 | 0816284-9 |
| José Valter Rodrigues | 051 | 0828647-7 |
| Juliana Ferreira Lima Egger | 013 | 0781356-9 |
| Juliana Renata de O. Gralike | 006 | 0703560-7 |
| Juliane Feitosa Sanches | 046 | 0827313-2 |
| Julio Cesar Brotto | 081 | 0152886-5 |
| Julio Cesar Guilhen Aguilera | 026 | 0817676-1 |
| Juscelino Kubitschek de Oliveira | 043 | 0825682-4 |
| Kaio Murilo Silva Martins | 075 | 0831322-0 |
| Karina Hashimoto | 001 | 0815718-6 |
| | 057 | 0829387-0 |
| Karina Osternack Glapinski | 022 | 0815686-9 |
| Karinna Seigo Cerqueira | 051 | 0828647-7 |
| Kely Cristina Dulskis Bueno | 045 | 0826890-0 |
| Kleber Augusto Vieira | 004 | 0689817-7 |
| | 005 | 0689870-4 |
| Lama Ibrahim | 067 | 0830273-8 |
| Larissa Xavier Simões | 007 | 0769694-0/01 |
| Leiziane Negrão | 032 | 0822521-4 |
| Leonardo César de Agostini | 027 | 0821108-7 |
| Leonidas Macedo Loyola | 037 | 0823330-7 |
| Lizete Rodrigues Feitosa | 039 | 0823887-1 |
| | 077 | 0831836-9 |
| Lorena Marins Schwartz | 056 | 0829267-3 |
| Luana Cervantes Maluf | 064 | 0829994-5 |
| Luciano da Silva Busato | 036 | 0823181-4 |
| Luis Roberto Ahrens | 041 | 0824775-0 |
| Luiz Alberto Rego Barros | 078 | 0832439-4 |
| | 080 | 0832574-8 |
| Luiz Fernando Casagrande Pereira | 017 | 0792147-7 |
| Luiz Fernando de Queiroz | 008 | 0774720-8 |
| Luiz Gustavo Fragoso da Silva | 081 | 0152886-5 |
| Luiz Gustavo Vardânega V. Pinto | 019 | 0797751-1 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 046 | 0827313-2 |
| Maikel Speranza Gutstein | 033 | 0822581-0 |
| Manoel Caetano Ferreira Filho | 009 | 0775747-3 |
| Manoel Eugenio Marques Munhoz | 009 | 0775747-3 |
| Marcelo Marques Munhoz | 009 | 0775747-3 |
| Márcia Regina Nunes de S. Valeixo | 021 | 0811625-0 |
| Márcia Satil Parreira | 044 | 0826679-1 |
| Marcius Nadal Matos | 068 | 0830317-5 |
| Marco Antônio Guimarães | 049 | 0827967-0 |
| Marcos Adolfo Benevenuto II | 063 | 0829938-7 |
| Maria Elizabeth Jacob | 006 | 0703560-7 |
| | 018 | 0797415-0 |
| Maria Fernanda M. d. Oliveira | 080 | 0832574-8 |
| Maria Isabel Watanabe | 027 | 0821108-7 |
| Mário Marcondes Nascimento | 001 | 0815718-6 |
| | 013 | 0781356-9 |
| | 057 | 0829387-0 |
| | 072 | 0831002-3 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 016 | 0788729-0 |
| | 028 | 0821791-2 |
| | 031 | 0822321-4 |
| | 040 | 0823952-3 |
| | 043 | 0825682-4 |
| | 047 | 0827333-4 |
| | 061 | 0829703-4 |
| | 065 | 0830129-5 |
| | 066 | 0830166-8 |
| | 068 | 0830317-5 |
| | 069 | 0830359-3 |
| | 070 | 0830366-8 |
| | 071 | 0830905-5 |
| Miriam Persia de Souza | 068 | 0830317-5 |
| Moacyr Corrêa Neto | 027 | 0821108-7 |
| Murillo Espinola de Oliveira Lima | 029 | 0821810-2 |
| Murilo Cleve Machado | 068 | 0830317-5 |
| Murilo Varasquim | 081 | 0152886-5 |
| Nelson Antônio Gomes Junior | 022 | 0815686-9 |
| Nelson Luiz Nouvel Alessio | 001 | 0815718-6 |
| | 057 | 0829387-0 |
| Newton Carlos Moratto | 016 | 0788729-0 |
| Nikolle Koutsoukos Amadori | 061 | 0829703-4 |
| Odorico Tomasoni | 041 | 0824775-0 |
| Oksana Pohlod Maciel | 020 | 0801934-1 |
| Paola de Almeida Petris | 016 | 0788729-0 |
| Patricia Domingues Nymberg | 081 | 0152886-5 |
| Paulo Fleury de Souza Lima | 058 | 0829474-8 |
| Paulo Maurício Branco | 051 | 0828647-7 |
| Paulo Rossano dos S. G. Junior | 024 | 0816284-9 |
| Paulo Vinicius Alves Pereira | 073 | 0831010-5 |
| Pedro Márcio Grabicoski | 068 | 0830317-5 |
| Rafael Furtado Madi | 059 | 0829500-3 |
| Rafael Lucas Garcia | 069 | 0830359-3 |
| Rafael Santos Carneiro | 044 | 0826679-1 |

| | | |
|---|---|---|
| Rafaela Polydoro Küster | 016 | 0788729-0 |
| | 031 | 0822321-4 |
| | 040 | 0823952-3 |
| | 043 | 0825682-4 |
| | 065 | 0830129-5 |
| | 069 | 0830359-3 |
| | 070 | 0830366-8 |
| | 071 | 0830905-5 |
| Raphael Giuliano L. S. d. Silva | 061 | 0829703-4 |
| Raquel Benitez Kruger | 022 | 0815686-9 |
| Raul Barbi | 062 | 0829725-0 |
| Renata Silva Brandão | 050 | 0828560-5 |
| Ricardo Furlan | 060 | 0829685-1 |
| Roberto Ferreira | 081 | 0152886-5 |
| Robson Sakai Garcia | 044 | 0826679-1 |
| | 065 | 0830129-5 |
| | 070 | 0830366-8 |
| Rodrigo da Costa Gomes | 031 | 0822321-4 |
| Rodrigo Pozzobon | 049 | 0827967-0 |
| Rogéria Dotti Dória | 081 | 0152886-5 |
| Rogério Bueno Elias | 064 | 0829994-5 |
| Rogério Resina Molez | 064 | 0829994-5 |
| Rone Marcos Brandalize | 019 | 0797751-1 |
| Rosangela Dias Guerreiro | 013 | 0781356-9 |
| | 050 | 0828560-5 |
| | 072 | 0831002-3 |
| Roseane Riesel | 041 | 0824775-0 |
| Rossana Maria Vieira Zanella | 058 | 0829474-8 |
| Rubens Henrique de França | 078 | 0832439-4 |
| | 080 | 0832574-8 |
| Sandro Marcelo Grabicoski | 023 | 0815902-8 |
| Santino Sagais | 054 | 0828994-1 |
| Saulo Bonat de Mello | 004 | 0689817-7 |
| | 005 | 0689870-4 |
| | 029 | 0821810-2 |
| | 042 | 0824793-8 |
| | 076 | 0831408-5 |
| Sebastião Seiji Tokunaga | 029 | 0821810-2 |
| Sérgio Eduardo Canella | 050 | 0828560-5 |
| Silvio Luiz Januário | 013 | 0781356-9 |
| Simone Martins Cunha | 037 | 0823330-7 |
| | 053 | 0828970-1 |
| Tânia Nunes de Rocco Bastos | 059 | 0829500-3 |
| Tatiana Tavares de Campos | 025 | 0816297-6 |
| | 037 | 0823330-7 |
| | 048 | 0827450-0 |
| | 053 | 0828970-1 |
| Télia Cristiane Oliveira Alves | 003 | 0666353-0 |
| Thais Malachini | 047 | 0827333-4 |
| | 061 | 0829703-4 |
| | 066 | 0830166-8 |
| Trajano Bastos de O. N. Friedrich | 047 | 0827333-4 |
| | 061 | 0829703-4 |
| | 066 | 0830166-8 |
| Valdir Judai | 024 | 0816284-9 |
| Vinícius Barneze | 080 | 0832574-8 |
| Vinícius Daniel Moretti | 007 | 0769694-0/01 |
| Vivalda Sueli Borges Carneiro | 049 | 0827967-0 |
| Walter Bruno Cunha da Rocha | 031 | 0822321-4 |
| Wellington Silveira | 074 | 0831038-3 |
| | 079 | 0832461-6 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator
0001 . Processo/Prot: 0815718-6 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/154708. Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 0030041-38.2010.8.16.0014 Ação Ordinária de Responsabilidade Civil. Agravante: Sul Amércia Companhia Nacional de Seguros. Advogado: Ilza Regina Defilippi Dias, Nelson Luiz Nouvel Alessio, Karina Hashimoto. Agravado: Alice Maria Oliveira, Aparecida Pereira Galdino (maior de 60 anos), Cleuza dos Santos Machado, Elza Gonçalves dos Santos, Emidia Lela de Souza (maior de 60 anos), Idio de Carvalho, João Rodrigues Gimenes. Advogado: Mário Marcondes Nascimento. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Proferido: no protocolado sob nº 2011.00315181
Não merece acolhimento a reivindicação de reconsideração da decisão que não concedeu efeito suspensivo ao recurso, pois estão vigentes as razões que fundamentaram a negativa do pretendido. Junte-se.
0002 . Processo/Prot: 0397386-6 Apelação Cível
. Protocolo: 2007/4505. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 2005.00001119 Indenização. Apelante: Seme Raad. Advogado: Italo Tanaka Junior. Apelado: Rogério Ordine Righi. Advogado: Eduardo Pereira de Oliveira Mello. Rec.Adesivo: Rogério Ordine Righi. Advogado: Eduardo Pereira de Oliveira Mello. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. José Simões Teixeira. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Jorge de Oliveira Vargas. Revisor: Des. Guimarães da Costa. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
APELAÇÃO CÍVEL Nº 397.386-6 Apelante : Seme Raad. Apelado : Rogério Ordine Righi. Rec.Adesivo : Rogério Ordine Righi. Relator : Des. Jorge Vargas. Vistos, etc. Intimem-se as partes para que juntem aos autos cópia da sentença proferida nos autos de ação penal privada, nº. 2005.10709-2, que tramitava no 4º Juizado Especial Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Publique-se. Curitiba, 6 de setembro de 2011. Des. JORGE DE OLIVEIRA VARGAS Relator
0003 . Processo/Prot: 0666353-0 Apelação Cível
. Protocolo: 2010/53806. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 0000827-12.2008.8.16.0001 Indenização. Apelante: Francisco Antonio de Andrade. Advogado: Télia Cristiane Oliveira Alves. Apelado: Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba (seb). Advogado: Irineu Galeski Junior, Jefferson Renato Rosolem Zaneti, Ariana Vieira de Lima. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Trata-se de recurso de embargos infringentes oposto contra o v. acórdão proferido pela 8ª Câmara Cível, o qual, por unanimidade de votos, conheceu e deu provimento parcial ao recurso, acolhendo a argumentação recursal relativa à ocorrência de dano moral e arbitrá-lo no valor de R$ 10.000,00, com a necessária adequação do ônus sucumbencial, inclusive em relação aos honorários advocatícios, havendo discordância da Dra. Denise Kruger Pereira, integrante do quorum, quanto a compensação destes, determinada em virtude da sucumbência recíproca. Em suas razões de inconformismo, pretende o recorrente seja reconhecida a prevalência da fundamentação da Dra. Denise Kruger Pereira, no sentido de que os honorários advocatícios não devem ser compensados. Defende que a compensação de honorários não pode ser aplicada, posto que o embargante decaiu de parte mínima de seus pedidos, requerendo o provimento do recurso para que seja reformado o acórdão proferido pela 8.ª Câmara Cível, a fim de não determinar a compensação dos honorários fixados na sentença em sucumbência recíproca. Contrarrazões às fls. 486/494, nas quais a embargada aduz em preliminar a inviabilidade dos embargos opostos, por falta de pressuposto legal, qual seja a inexistência de reforma da decisão monocrática em detrimento do recorrente, por maioria, e sim houve reforma integral da decisão, por unanimidade, sendo que a compensação dos honorários sequer havia sido tratada na decisão originária, sendo que no mérito, pugnou pela mantença do entendimento questionado relativo a compensação de honorários, que encontra, inclusive, solução sumulada no STJ. Após, vieram os autos para análise de admissibilidade dos embargos infringentes opostos pelo autor/apelante. É o relatório. Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, cuja sentença julgou improcedente o pedido inicial condenando o autor ao pagamento dos ônus sucumbenciais. Em sede de apelação o autor requereu a inversão do ônus da prova; afirmou que houve falta de informação quanto a gravidade de sua lesão e o tratamento adequado, bem como erro de procedimento. Afirmou que a negligência do apelado e o abalo pelo mau atendimento lhe causaram transtornos, havendo, portanto, dano moral a ser indenizado. Diante do julgamento da colenda 8ª Câmara Cível, o recurso foi conhecido por unanimidade e, no mérito, provido parcialmente, também por unanimidade, para determinar a ocorrência de dano moral e fixar a indenização em R$ 10.000,00, bem como para adequar a sucumbência então fixada, tendo-a como recíproca, e assim determinar a compensação da verba honorária, tendo neste último aspecto da questão ocorrido a discordância da eminente Dra. Denise Kruger Pereira, que entendeu não serem compensáveis os honorários, sendo que com base neste entendimento divergente, pretende o recorrente que a discordância seja entendida como voto minoritário, que autoriza a interposição dos infringentes, para que a matéria seja reapreciada por colegiado mais amplo com quorum distinto, contudo, sob este aspecto, não lhe assiste razão. O que ocorreu no caso concreto não autoriza a interposição de embargos infringentes, pois inocorreu o que se pode chamar de "empate" entre os entendimentos formulados acerca da matéria questionada como bem argumentado pela embargada. Os embargos infringentes têm como fundamento teórico a ocorrência de uma igualdade de número de entendimentos contrários acerca de uma certa matéria, pois na situação paradigma, há um entendimento que acolhe ou rejeita a pretensão autoral, no caso a sentença, sendo que em grau recursal, há reforma de tal sentença, por maioria, sendo que um dos integrantes do quorum vota pela sua manutenção. Ou seja, nesta situação ocorre o chamado "empate", pois enquanto dois julgadores, acolheram/rejeitaram a pretensão autora, outros dois adotaram entendimento oposto, o que justifica a oposição dos embargos por aquele que foi prejudicado pela solução adotada pelo colegiado que, por maioria, reformou o entendimento monocrático, buscando a reapreciação da matéria por colegiado mais amplo, dentro do mesmo tribunal. No caso concreto isto não ocorreu, na medida em que no voto minoritário, a Ilustre magistrada apenas discordou dos demais quanto a questão da compensação dos honorários advocatícios, questão que sequer fora tratada na decisão monocrática, justamente porque esta fora no sentido da improcedência do pedido, fato este que impede o seguimento dos

presentes Embargos Infringentes. Ademais, se mostra oportuno trazer à colação seguinte entendimento jurisprudencial citado por Theotônio Negrão em seu Código de Processo Civil, na nota 9.d, ao art. 530 do CPC: "Na sistemática do novo art. 530 do CPC, com a redação dada pela Lei 10.352/01, que adotou o critério da dupla sucumbência, `contra o acórdão proferido em apelação só o apelado poderá ter direito aos embargos infringentes, o apelante jamais, não obstante a divergência de votos' (Cândido Rangel Dinamarco, A Reforma da Reforma, 6ª edição, São Paulo: Malheiros Editores, 2003, p. 197)" (STJ-1.ª T., REsp 869.997, Min. Teori Zavascki, j. 11.11.08, DJ 17.11.08) Aliás, do julgado acima invocado extrai-se o seguinte excerto que esclarece definitivamente a questão relativa à admissibilidade destes embargos infringentes: "[...] Assim me manifestei no voto-condutor do acórdão: `3. Os embargos infringentes foram julgados em 03.06.2004 (fls. 190), época em que já vigia a seguinte redação ao art. 530 do CPC: Art. 530. Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência. Aponta Cândido Rangel Dinamarco duas alterações fundamentais trazidas pela nova disciplina dos embargos infringentes, ambas destinadas a restringir as hipóteses de sua admissibilidade: (a) a exclusão do cabimento do recurso em caso de dupla sucumbência , vedando sua interposição quando a maioria dos votos haja sido contrária ao apelante ou ao autor da ação rescisória; (b) a autorização para o manejo dos embargos apenas em caso de divergência no caso de apelação dirigida contra sentença de mérito (A Reforma da Reforma , 6ª edição, São Paulo: Malheiros Editores, 2003, p. 197). A propósito do primeiro requisito, atinente à necessidade de que haja reforma da sentença pelo acórdão, anotou o autor o seguinte: "O critério da dupla sucumbência , adotado no novo art. 530 do Código de Processo Civil, significa que a parte vencida por um julgamento não-unânime em apelação ou ação rescisória não terá direito aos embargos infringentes se houver sido vencida duas vezes (no julgado posto em reexame perante o tribunal e também no próprio julgamento que o tribunal vier a proferir). Só se admite esse recurso se houver divergência de votos (como sempre foi, no passado) e se, além disso, o voto divergente for ao mesmo sentido do julgado anterior. Se a divergência de votos tiver ocorrido no julgamento de uma apelação, os embargos infringentes serão cabíveis quando a maioria houver dado provimento a ela e o voto vencido, negado; não serão admissíveis na hipótese contrária, ou seja, quando a maioria houver negado provimento e só o voto divergente a houver provido. Na ação rescisória, os embargos infringente são cabíveis quando a maioria a houver julgado procedente e a minoria, improcedente.(...) A síntese dessa disposição é, na prática, que: a) contra acórdão proferido em apelação, só o apelado poderá ter direito aos embargos infringentes e o apelante jamais, não obstante a divergência de votos; b) contra acórdão proferido em ação rescisória, só o réu poderá ter esse direito, e nunca o autor. Com a declarada intenção de reprimir a proliferação dos feitos nos tribunais, o legislador restringiu por esse modo a admissibilidade dos embargos infringentes, lastreado em um critério de probabilidade : se a maioria votante se pôs ao lado do juiz que proferira a sentença apelado ou ao lado do juiz ou dos juízes responsáveis pela sentença ou acórdão sujeito à ação rescisória, isso significa que por duas vezes o Poder Judiciário decidiu no mesmo sentido, sendo menos provável que todos eles hajam errado. "A probabilidade de erro pode ser maior, quando a maioria divergir do prolator ou prolatores da sentença ou acórdão posto em apreciação em sede de apelação ou de ação rescisória." (Op. cit., pp. 197- 199) Também Luiz Rodrigues Wambier e Teresa Arruda Alvim Wambier indicam como pressuposto de cabimento dos embargos infringentes que "tenha havido desacordo entre o juízo a quo e o juízo ad quem" no que diz respeito ao mérito da lide (Breves Comentários à 2ª Fase da Reforma do Código de Processo Civil, 2ª edição, São Paulo: RT, 2002, p. 177). É, ainda, a doutrina de Barbosa Moreira: "Nenhuma relevância tinha, no sistema anterior à Lei nº 10.352, a desconformidade entre o acórdão proferido na apelação e a sentença apelada. O confronto que se havia de fazer era exclusivamente entre os votos emitidos no tribunal. Agora, é preciso que a sentença haja sido reformada: voltou-se a adotar o critério de exclusão dos embargos nos casos de 'dupla conformidade'" (Comentários ao Código de Processo Civil - vol. V, 10ª edição, Rio de Janeiro: Forense, p. 525). Na hipótese dos autos, tanto o voto vencido quanto os votos vencedores reformaram a sentença de improcedência. A reforma foi por unanimidade, havendo divergência apenas quanto ao seu grau. Enquanto os votos vencedores consignaram a aplicabilidade da prescrição qüinqüenal e o direito ao creditamento para apuração contábil ou para compensação com débitos do próprio IPI, o voto vencido julgou pela incidência do prazo prescricional decenal, contado do fato gerador, além de ter deferido a compensação com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. Embora ambos os votos lhes fossem favoráveis, a apelante, ora recorrida, interpôs infringentes para fazer prevalecer o voto vencido, já que ainda mais adequado a sua pretensão. Todavia, consoante explanado acima, contra acórdão proferido em apelação, só a apelada, ora recorrente, poderia ter direito aos embargos infringentes. A apelante, ora recorrida, jamais, não obstante a divergência de votos. "Assim, não eram cabíveis os embargos infringentes." (Destaquei) Em face do exposto, nego seguimento aos embargos infringentes ante a ausência do pressuposto recursal para que sejam estes processados e julgados nesta corte. Decorrido o prazo recursal desta decisão, façam-se conclusos os autos à Vice-Presidência desta Corte para apreciação da admissibilidade do Recurso Especial manejado pela recorrida. Intime-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. MARCO ANTONIO MASSANEIRO Relator

0004 . Processo/Prot: 0689817-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/171376. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0003691-32.2005.8.16.0129 Indenização. Apelante: Petróleo Brasileiro Sa - Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado: Ozires Teixeira de Jesus. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto, Kleber Augusto Vieira. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de Macedo). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Vistos, etc. Manifeste o interessado no prazo de (10) dias, sobre o interesse no feito. Após, voltem conclusos. Curitiba, 05 de setembro de 2011. Des. JOSÉ SEBASTIAO FAGUNDES CUNHA Relator

0005 . Processo/Prot: 0689870-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/171352. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0003708-68.2005.8.16.0129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado: Ederaldo Martins Neves. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto, Kleber Augusto Vieira. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. José Sebastiao Fagundes Cunha. Revisor: Des. Cargo Vago (Des. Celso Rotoli de Macedo). Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Vistos, etc. Manifeste o interessado no prazo de (10) dias, sobre o interesse no feito. Após, voltem conclusos. Curitiba, 05 de setembro de 2011. Des. JOSÉ SEBASTIAO FAGUNDES CUNHA Relator

0006 . Processo/Prot: 0703560-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/213553. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0025742-52.2009.8.16.0014 Declaratória. Apelante: Dieter Ellwein. Advogado: Maria Elizabeth Jacob. Apelado: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Fábio Martins Pereira, Artur Humberto Piancastelli, Juliana Renata de Oliveira Gralike. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL Nº 703.560-7 Apelante: Dieter Ellwein. Apelado: Sercomtel SA Telecomunicações. Vistos, etc... Diante do contido às fls. 139 a 168 e 175 a 198, bem como do silêncio do autor, está caracterizada a litispendência deste feito com aquele autuado sob n. 845/2007 da 4ª Vara Cível da Comarca de Londrina, razão pela julgo-o extinto sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, V do CPC, mantendo o ônus da sucumbência arbitrado em primeiro grau, negando seguimento ao recurso de apelação por estar prejudicado. Publique-se. Curitiba, 06 de setembro de 2011. J. O. Vargas Relator

0007 . Processo/Prot: 0769694-0/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/292753. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 769694-0 Apelação Civel. Embargante: Espólio de Carlos Antonio de Almeida Ferreira, Delise Maria Guarienti de Almeida Ferreira, André Gustavo Guarienti de Almeida Ferreira, Editora Juriti Ltda. Advogado: Vinícius Daniel Moretti, Edson Antônio Lenzi Filho. Embargado: Abrão Miguel Hay Neto, Adelaide Brito Neves (maior de 60 anos), Adriana Martins Santana, Alberto Chagas de Faria, Antonio Jocemar Gross, Arlindo Oldoni, Beatriz Rech, Cecilia Lourdes dos Santos (maior de 60 anos), Celina dos Santos, Claudino Takeshi Kakizaki, Dircéia Borges, Edna Cristina Martins, Eduardo Melo Amorim, Fabio Franzoni, Fernando Comochena Mazzotti, Geraldo Lopes dos Santos, Gilda Aparecida Soares, Herus Pontes Junior, Ivalene Zampiva, Ivete Maria Munslinger F dos Santos, Izeni Vieira, Jakson Jair Pundrich, João Carlos Formighieri, João Dias dos Santos, Joel Pessoa, Josaine Adriana Sbalqueiro, José Ferreira Alves (maior de 60 anos), José Luiz Delfin de Souza, Juceli Consoladora Rossoni, Jucelia de Fátima Marques, Kosmos Panayotis Nicolaou, Lauri Lopes, Lindomar Batista Machado, Luciana Lemos do Prado, Luciane Modtkowski, Luiz Guimorvam de Oliveira, Maria Catarina Goedel, Maria Janete de Jesus, Maria Ines Balbinotti, Maria Ramos Carneiro, Marlei Polo Ferreira Terres, Marlei Salete Martins Bugança, Mauricio Centurion Candia, Nelito Antonio Zanmaria, Neuza Bourscheit, Odete Martins Rozanski, Ofelia Regina Vilalva, Orlando Antonio Lazzaretti, Pedro Rodrigues Antunes, Roberto Antonio Brisola, Roberto Frederico Lulhi Rivas, Sebastiana Salete Fortes Dartora, Sandramar Gross, Saul Luiz Ecker, Setembrino Luiz Bocchese (maior de 60 anos), Schirlei Zanki, Silvana Aparecida dos Santos, Solange Maria Camargo Medeiros, Terezinha A M de Oliveira, Terezinha Martinichen, Terezinha Will, Zelia Marcondes, Waldete Batista Bertelli. Advogado: Daniela Perin Hartmann, Larissa Xavier Simões. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 769694-0/01 DA 1ª VARA CÍVEL E ANEXOS DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL. Apelante: Espólio de Carlos Antonio de Almeida Ferreira e outros. Apelada: Abrão Miguel Hay Neto e outros. Relator: Juiz de Direito Substituto em 2.° Grau Osvaldo Nallim Duarte (em substituição ao Des. Jurandyr Reis Junior). As partes noticiam que compuseram amigavelmente, conforme expressam as fls. 687 e 688. Diante do exposto, com fulcro no art. 200, incisos XVI e XXIV, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, homologo a desistência do recurso de Apelação e, por consequência, declaro extinto o procedimento recursal. Publique-se. Oportunamente, baixem os autos à Vara de origem. Curitiba, 27 de setembro de 2011. OSVALDO NALLIM DUARTE Juiz de Direito Substituto em 2° grau Relator convocado

0008 . Processo/Prot: 0774720-8 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/31536. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 0002206-22.2007.8.16.0001 Cobrança. Apelante: Condomínio Edifício Don José. Advogado: Beatriz Schiebler, Flaviano Christian Pucci do Nascimento, Luiz Fernando de Queiroz. Rec.Adesivo: Ayrton João Cornelsen. Advogado: Antonio José Nascimento de Souza Polak, Heloísa Camargo de Lacerda. Apelado (1): Ayrton João Cornelsen. Advogado: Antonio José Nascimento de Souza Polak, Heloísa Camargo de Lacerda. Apelado (2): Condomínio Edifício Don José. Advogado: Beatriz Schiebler, Flaviano Christian Pucci do Nascimento, Luiz Fernando de Queiroz. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Revisor: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Despacho em separado.
Vistos, Tendo em vista as informações encaminhadas pela secretaria da 4ª Vara Cível, em anexo, manifestem-se as partes, em 10 dias, a respeito da inclusão das taxas condominiais discutidas no presente processo, no acordo entabulado. Dil. Curitiba, 06 de setembro de 2011. João Domingos Küster Puppi. Desembargador Relator AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL N.º 774720-8 8ª CCÍVEL
0009 . Processo/Prot: 0775747-3 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/107120. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0000821-44.2004.8.16.0001 Indenização. Apelante: Fenaseg - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização. Advogado: Geroldo Augusto Hauer, Marcelo Marques Munhoz, Manoel Eugenio Marques Munhoz. Rec.Adesivo: Ely Roberto de Camargo, Alfredo Bufrem. Advogado: Helio Gomes Coelho Junior, Cleverson José Gusso, Manoel Caetano Ferreira Filho, Andrea Sabbaga de Melo. Apelado (1): Ely Roberto de Camargo, Alfredo Bufrem. Advogado: Helio Gomes Coelho Junior, Cleverson José Gusso, Manoel Caetano Ferreira Filho, Andrea Sabbaga de Melo. Apelado (2): Fenaseg - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização. Advogado: Geroldo Augusto Hauer, Marcelo Marques Munhoz, Manoel Eugenio Marques Munhoz. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Apelante : Fenaseg - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização. Recorrente Adesivo : Ely Roberto de Camargo e Alfredo Bufrem. Ante o peticionado que ora se junta, apresentado pela apelante FENASEG - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, e objetivando evitar eventuais argüições posteriores de nulidade em razão de ofensa ao princípio do contraditório, intime-se a parte contrária para, querendo, manifestar-se sobre seu conteúdo, no prazo de 10 dias. Por conseqüência, retiro o feito de pauta, devendo retornar concluso após o transcurso do prazo supracitado. Publique-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora Designada
0010 . Processo/Prot: 0779226-5/03 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/302400. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 779226-5 Agravo de Instrumento. Embargante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Embargado: Josemir Barbosa Gonçalves. Advogado: Fabiano Neves Macieywski. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Despacho em separado.
Vistos, Diante da possibilidade de efeitos infringentes ao recurso, intime-se a embargada para se manifestar em 10 dias. Curitiba, 02 de setembro de 2011 João Domingos Küster Puppi Desembargador Relator AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 779226-5/03 8ª CCÍVEL
0011 . Processo/Prot: 0779253-2/03 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/302412. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 779253-2 Agravo de Instrumento. Embargante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Embargado: Ivo Rodrigues. Advogado: Fabiano Neves Macieywski. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Despacho em separado.
Vistos, Diante da possibilidade de efeitos infringentes ao recurso, intime-se a embargada para se manifestar em 10 dias. Curitiba, 02 de setembro de 2011 João Domingos Küster Puppi Desembargador Relator AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 779253-2/03 8ª CCÍVEL
0012 . Processo/Prot: 0781287-9 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/42203. Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0003195-29.2009.8.16.0075 Indenização. Apelante (1): Marcelo Cipriano da Silva. Advogado: Emilson de Oliveira Júnior. Apelante (2): Unimed Regional Maringá - Cooperativa de Trabalho Médico. Advogado: Fabio Bittencourt Ferraz de Camargo. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Intime-se a ré para, querendo, oferecer contrarrazões a apelação de fls. 216 e seguintes, no prazo legal. Em, 06/09/2011. Com atraso diante o acúmulo de serviço.
0013 . Processo/Prot: 0781356-9 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/143707. Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0006819-19.2008.8.16.0044 Ordinária. Apelante: Pedro Mendes de Almeida, Quiteria Silva dos Santos (maior de 60 anos), Raul Marques de Mendonça (maior de 60 anos), Rita de Cassia Remonte Godoi, Roberto Aparecido da Silva, Sebastiana Iria Lopes (maior de 60 anos), Sebastião Ovídio Costa, Shirley Gardial Vignoto (maior de 60 anos), Telma do Carmo Dante (maior de 60 anos). Advogado: Hugo Francisco Gomes, Silvio Luiz Januário, Mário Marcondes Nascimento. Apelado: Sul América Cia. Nacional de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França, Juliana Ferreira Lima Egger, Rosangela Dias Guerreiro. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
EMENTA: I APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. II - SENTENÇA QUE JULGA IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL ENTENDENDO PELA AUSÊNCIA DE COBERTURA SECURITÁRIA RELATIVAMENTE AOS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. III PRECEDENTES DO STJ EM SENTIDO CONTRÁRIO. IV SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO. APLICAÇÃO DO ART. 557, §1º-A DO CPC. Vistos, etc... Insurgem-se os apelantes/autores frente a r. sentença de fls. 408-416 verso que, julgou improcedente o pedido inicial de indenização de seguro habitacional, por vícios de construção, sob fundamento de cláusula contratual expressa redigida com clareza evidente a afastar a cobertura de vícios de construção. Sustentam, em síntese, que "somente a perícia técnica que se realizaria na fase instrutória, evidenciaria a natureza das patologias existentes nos imóveis dos autores, permitindo-se afirmar que os danos são ou não de responsabilidade da seguradora" (fls. 420); e que é entendimento dominante do STJ e TJ/PR acerca da responsabilização por indenização decorrente de cobertura por danos físicos nos imóveis que sejam ocasionados por vícios/defeitos de construção. Contrarrazões às fls. 433-468, pela manutenção da sentença recorrida. É, em resumo, o relatório. O recurso foi interposto tempestivamente, com dispensa de preparo a teor da parte final do § 1° do art. 511 d o CPC, merecendo prosperar porque é orientação pacífica do Colendo STJ de que a seguradora, em se tratando de seguro habitacional, é responsável quando presentes vícios decorrentes de construção (REsp 813898/SP, RECURSO ESPECIAL 2006/0019208-7 Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito 3ª Turma data do julgamento 15.02.2007 DJ 28/05/2007 p. 331 e REsp 186571/SC RECURSO ESPECIAL 1998/ 0062543-7, Relator Ministro Luis Felipe Salomão. 4ª Turma. Data do julgamento 06/11/2008, DJ 01/12/2008), dentre outros. Por essas razões, com base no artigo 557, §1º-A do CPC, dou provimento ao recurso, anulando a r. sentença recorrida, para o prosseguimento do feito. Publique-se. Curitiba, 6 de setembro de 2011. JORGE DE OLIVEIRA VARGAS Relator
0014 . Processo/Prot: 0782717-6/03 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/300895. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 782717-6 Agravo de Instrumento. Embargante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Embargado: Selma Tomás da Silva. Advogado: Fabiano Neves Macieywski. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Despacho em separado.
Vistos, Diante da possibilidade de efeitos infringentes ao recurso, intime-se a embargada para se manifestar em 10 dias. Curitiba, 02 de setembro de 2011 João Domingos Küster Puppi Desembargador Relator AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 782717-6/03 8ª CCÍVEL
0015 . Processo/Prot: 0782833-5/03 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/302403. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 782833-5 Agravo de Instrumento. Embargante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Embargado: Edson Nascimento Fernandes. Advogado: Fabiano Neves Macieywski. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Despacho em separado.
Vistos, Diante da possibilidade de efeitos infringentes ao recurso, intime-se a embargada para se manifestar em 10 dias. Curitiba, 02 de setembro de 2011 João Domingos Küster Puppi Desembargador Relator AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 782833-5/03 8ª CCÍVEL
0016 . Processo/Prot: 0788729-0 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/69575. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 0037725-14.2010.8.16.0014 Cobrança. Apelante (1): Custódia Merência Porto (maior de 60 anos). Advogado: Newton Carlos Moratto, Paola de Almeida Petris. Apelante (2): Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Alex de Siqueira Butzke, Ellen Karina Borges Santos. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
APELAÇÃO CÍVEL N.º 788.729-0 COMARCA DE LONDRINA - 9ª VARA CÍVEL Vistos. Converto o feito em diligência para que, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, colacione a apelante Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A aos autos cópia da sentença homologatória do acordo celebrado entre as partes nos autos sob n.º 075.08.015319-9, da Comarca de Tubarão/SC, que ampara sua tese de ocorrência de coisa julgada. Após, voltem conclusos. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Guimarães da Costa Desembargador Relator
0017 . Processo/Prot: 0792147-7 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/127701. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00001398 Indenização. Agravante: Ábaco Incorporações Ltda.. Advogado: Fernando Cezar Vernalha Guimarães, Luiz Fernando Casagrande Pereira. Agravado: Gidiel Rufino. Advogado: Jimena Cristina Gomes Aranda. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 792147-7, DE FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 10ª VARA CÍVEL AGRAVANTE : ÁBACO INCORPORAÇÕES LTDA. AGRAVADO : GIDIEL RUFINO RELATOR : DES. JORGE DE OLIVEIRA VARGAS EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS C/C DANOS MORAIS. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO ULTRA PETITA. PRETENSÃO DE VÊ-LA ANULADA PELA VIA INCIDENTAL DA QUERELLA NULLITATIS. INADMISSIBILIDADE. SENTENÇA, AINDA QUE ULTRA PETITA, NÃO É NULA E MUITO MENOS INEXISTENTE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO POR MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. VISTOS, etc.. Insurge-se o agravante frente a r. decisão de fls. 243, que em ação de indenização por perdas e danos c/c danos morais, em fase de cumprimento de sentença, indeferiu o pedido de anulação de sentença (querela nullitatis), nos seguintes termos: 1. Indefiro o pedido de fls. 233/239, eis que o pedido de anulação da sentença deverá ser processado em ação própria dentro do prazo e das possibilidade estabelecidas pela legislação processual civil em vigor. 2. Lavre-se termo de penhora sobre os valores depositados à fls. 241 e intime-se o credor para se manifestar sobre o prosseguimento do feito. Sustenta, em síntese, que a sentença é ultra petita, devendo ser declarada inexistente, ante a presença de vício insanável. É a breve exposição. Conheço do recurso eis que interposto e preparado tempestivamente, porém o mesmo não merece prosperar, pois sentença ultra petita não é sentença inexistente, nem ao menos sentença nula, razão pela qual não pode ser atacada pela via da

querela nullitatis. Além disso a expressão acessão contida na r. sentença de fls. 126 a 135 foi aplicada em substituição a benfeitorias apenas em homenagem a técnica jurídica, mas com idêntico fim econômico. Por essas razões, nos termos da cabeça do art. 557 do CPC, nego seguimento ao recurso, por manifestamente improcedente. Publique-se. Curitiba, 06 de setembro de 2011. Jorge Vargas Relator

0018 . Processo/Prot: 0797415-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/150968. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 0055040-55.2010.8.16.0014 Indenização. Agravante: Bruno Jacob Costa, Wagner Costa. Advogado: Maria Elizabeth Jacob. Agravado: Aline Tatyane do Prado, Luciano Pereira dos Santos. Advogado: João de Castro Filho. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 797.415-0 Agravantes : Bruno Jacob Costa e Outro. Agravados : Aline Tatyane do Prado e Outro. Vistos, etc... Considerando que os efeitos da revelia foram relativizados no despacho saneador de fls. 58-61-TJ; Considerando que o pedido de denunciação da lide da seguradora Liberty ainda não foi apreciado, não podendo o ser diretamente por este Tribunal, sob pena de supressão indevida de Instância; Considerando que as questões são de ordem processual e, portanto, podem ser oportunamente revistas, não estando, portanto, presentes, no caso em mesa, qualquer das hipóteses excepcionadas na cabeça do art. 522 do CPC; Nesse sentido: (...) é inequívoco o intento legal de diminuir quantitativamente os agravos de instrumento, razão pela qual a lesão grave a que se refere a lei é ao direito da parte e não ao processo, única exegese capaz de legar ao passado o atual estado de coisas que se passam na vida judiciária."1 Transformo, nos termos do art. 527, II do CPC, esse recurso em agravo retido, determinando sua remessa ao juiz da causa. Publique-se. Curitiba, 06 de setembro de 2011. J. O. Vargas Relator. 1 Fux, Luiz. A reforma do processo civil: comentários e análise crítica da reforma infraconstitucional do Poder Judiciário e da reforma do CPC; Niterói: Impetus, 2006; p. 5-6.

0019 . Processo/Prot: 0797751-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/95598. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 0004869-07.2008.8.16.0001 Indenização. Apelante (1): All - América Latina Lógistica Malha Sul Sa. Advogado: José Augusto Araújo de Noronha, Luiz Gustavo Vardânega Vidal Pinto, Brasílio Vicente de Castro Neto. Apelante (2): Ana Lúcia Seidel. Advogado: Rone Marcos Brandalize. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 797.751-1 Apelante 1 : All - América Latina Lógistica Malha Sul Sa Apelante 2 : Ana Lúcia Seidel Apelados : Os Mesmos Relator : Jorge de Oliveira Vargas VISTOS etc. Considerando que a d. magistrada de primeiro grau afirmou à fl. 293 que "ficou devidamente demonstrado que a autora sofreu lesão e adquiriu doença em decorrência do acidente na escada em razão das pedras jogadas na via férrea"; Considerando que aparentemente o laudo pericial de fls. 138/139 não é conclusivo a respeito; Hei por bem, com base no art. 130 do CPC, transformar este julgamento em diligência, determinando que se oficie ao perito, Dr. Sérgio Arthur Manfredini Vianna, no endereço indicado à fl. 137, solicitando esclarecimentos a respeito, ou seja, se a autora efetivamente sofreu lesão e adquiriu doença em razão do referido acidente. Ao ofício, junte-se cópia do mencionado laudo, do prontuário médico de fls. 11/13 e da r. sentença de fls. 288 a 295. Publique-se. Curitiba, 6 de setembro de 2011. Jorge Vargas Relator

0020 . Processo/Prot: 0801934-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/181966. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00002381 Execução de Sentença. Agravante: Playarte Pictures Ltda. Advogado: Alceu Conceição Machado Neto, Oksana Pohlod Maciel, André Luiz Bonat Cordeiro. Agravado: Coastal do Brasil Ltda. Advogado: Denis Norton Raby. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Despacho em separado.

I) Vistos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 801934-1 do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba 5ª Vara Cível, em que é agravante Playarte Pictures Ltda., e agravado Coastal Do Brasil Ltda. II) Diante da inexistência de pedido de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento determino seu regular processamento. III) Intimem-se os agravados para apresentarem contraminuta no prazo legal. IV) Requisitem-se as informações junto ao juízo a quo. V) Cumpridas as providências mencionadas, voltem- me conclusos. Curitiba, 19 de julho de 2011. João Domingos Küster Puppi Desembargador AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 801934-1 8ª CCÍVEL

0021 . Processo/Prot: 0811625-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/181950. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 1997.00000810 Execução de Sentença. Agravante: Neide de Sá da Silva. Advogado: Márcia Regina Nunes de Souza Valeixo, Camilla Ribeiro Caramujo Moraes. Agravado: Free Amazon. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA 3ª VARA CÍVEL AGRAVANTE: NEIDE DE SÁ DA SILVA AGRAVADO: FREE AMAZON RELATOR: DES. JURANDYR REIS JÚNIOR Vistos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 811.625-0, oriundos da 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figuram como agravante: NEIDE DE SÁ DA SILVA e agravada: FREE AMAZON, com qualificações nos autos. I - RELATÓRIO Cuida-se de recurso de agravo de instrumento, interposto em face da decisão proferida nos autos de ação de indenização em fase de cumprimento de sentença sob nº 810/97 que arbitrou honorários advocatícios em R$ 600,00 (seiscentos reais), com possibilidade de ulterior revisão no caso de apresentação de impugnação pela parte executada. Sustenta o agravante que referido arbitramento constitui quantia ínfima em comparação ao valor atualizado da condenação, que importa aproximadamente R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais). Alega que os honorários advocatícios arbitrados deveriam se balizar entre 10% e 20%, nos termos do art. 20, § 3º do CPC. Requer, no mais, seja conhecido e provido o agravo de instrumento para que se determine a majoração dos honorários advocatícios fixados para 20% (vinte por cento) do valor executado. É o relatório. II DECISÃO A nova redação dada ao artigo 557, do Código de Processo Civil brasileiro, pela Lei nº 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o Relator negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior e, por outro lado, dê provimento ao recurso se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, dispensando a manifestação do Órgão Colegiado. É o caso dos autos. Insurge-se a agravante contra despacho inicial que fixou em R$ 600,00 (seiscentos reais), passíveis posterior revisão em caso de apresentação de impugnação, os honorários advocatícios devidos em sede de cumprimento de sentença. Não obstante o posicionamento adotado pelo Juízo singular, casos como este, em que os honorários advocatícios são fixados para o caso de pronto pagamento do crédito executado, o arbitramento deve ser efetuado com moderação. Isto significa dizer que não se pode estabelecer honorários em quantia irrisória, sob pena de se premiar o devedor inadimplente, tampouco em quantia excessiva, uma vez que o pagamento imediato do crédito, além de satisfazer o interesse do credor, escopo do processo de execução, abrevia o custo social e econômico do processo. A fixação da verba honorária também obedece ao princípio da proporcionalidade, medida a partir da importância econômica da causa e dos critérios legais contidos no art. 20, § 3º "a", "b" e "c" do Código de Processo Civil. Impõe-se salientar que a pretensão da agravante não merece provimento total, pois embora a decisão recorrida esteja correta no atinente à possibilidade de fixação da verba em valor inferior a 10% (dez por cento) do valor da causa, consoante jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, bem como desta Corte, há que se considerar somente que a quantia de R$ 600,00 (seiscentos reais), para o presente caso, é ínfima se considerada a fixação para o pronto encerramento da execução, com a quitação do débito, máxime a possibilidade de redução à metade. Neste sentido é a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça: "... Nas causas em que não haja condenação, os honorários advocatícios devem ser fixados de forma eqüitativa pelo juiz, nos termos do § 4º do artigo 20, CPC, não ficando adstrito o juiz aos limites percentuais estabelecidos no § 3º. Precedentes. Recursos especiais não conhecidos". (Recurso Especial nº 653720/DF. Rel. Min. Nancy Andrighi. 3ª Turma. DJ 10.10.2005. p. 361). "Processual Civil. Aplicação do art. 557 do CPC. Possibilidade. Honorários Advocatícios. Execução Fiscal. Embargos de Terceiro. Limites Percentuais Estabelecidos pelo § 3º do art. 20 do CPC. Inaplicabilidade. Quando a condenação em honorários ocorra em uma das hipóteses do § 4º do mesmo dispositivo. Agravo Regimental não provido. (...) 3. A orientação prevalente no âmbito da 1ª Seção firmou-se no sentido da desnecessidade de observância dos limites percentuais de 10% e 20% postos no § 3º do art. 20 do CPC, quando a condenação em honorários ocorra em uma das hipóteses do § 4º do mesmo dispositivo, tendo em vista que a remissão aí contida aos parâmetros a serem considerados na "apreciação eqüitativa do juiz" refere-se às alíneas do § 3º, e não ao seu caput. 4. Não é cabível, em recurso especial, examinar a justiça do valor fixado a título de honorários, já que o exame das circunstâncias previstas nas alíneas do art. 20, § 3º, do CPC, impõe, necessariamente, incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. 5. Agravo regimental a que se nega provimento". (Agravo Regimental no Recurso Especial n. 716444/SC. Rel. Min. Teori Albino Zavascki. 1ª Turma. DJ 02.05.2005 p. 237). Da decisão proferida no Recurso Especial nº 750.170/PR, também relatado pelo Min. Teori Albino Zavascki, extrai-se: "(...) Conforme dispõe o art. 20, § 4º, do CPC, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou em que for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, que levará em conta fatores primordialmente factuais, quais sejam, o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. Nessas hipóteses, não está o juiz adstrito aos limites indicados no § 3º do referido artigo (mínimo de 10% e máximo de 20%), porquanto a alusão feita pelo § 4º do art. 20 do CPC é concernente às alíneas do § 3º, tão-somente, e não ao seu caput. Assim, em sua apreciação eqüitativa, nada impede que o juiz imponha honorários em valores inferiores ou superiores aos que resultaria da observância dos limites do § 3º, antes referidos. Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência desta Corte, conforme se vê dos seguintes precedentes: AgRg no RESP 650959/MG, 1ª Turma, Min. Luiz Fux, DJ de 28/03/2005; RESP 602331/GO, 3ª Turma, Min. Pádua Ribeiro, DJ de 21/03/2005; RESP 644426/PE, 2ª Turma, Min. Franciulli Netto, DJ de 01/02/2005; EAg 438177/SC, 1ª Seção, Min. Luiz Fux, DJ de 17/12/2004; ERESP 491055/SC, Corte Especial, Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 06/12/2004 (...)". Sendo assim, impõe-se a reforma da decisão atacada somente para, em conformidade com o § 4º do art. 20 do CPC, arbitrar os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor dado à execução e, em consequência, majorá-lo para R $ 7.250,00 (sete mil, duzentos e cinquenta reais), com possibilidade de posterior alteração no caso de apresentação de impugnação, valor que na espécie, atende aos ditames processuais atinentes ao zelo, trabalho profissional e acompanhamento pelo causídico, além de levar em consideração o valor conferido à causa, que de outro turno é pleito de pouca complexidade. Ressalte-se que se deve atentar, no mais, à regra do art. 652- A, parágrafo único do Código de Processo Civil. III - DISPOSITIVO Assim, diante do exposto, com fundamento no artigo art. 557, § 1º-A,

do Código de Processo Civil e no artigo 200, XXI, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, dou parcial provimento ao agravo de instrumento para, reformando a decisão agravada, majorar os honorários advocatícios para R$ 7.250,00 (sete mil, duzentos e cinquenta reais), com possibilidade de revisão em caso de apresentação de impugnação, e sem prejuízo ao contido no art. 652-A, parágrafo único do Código de Processo Civil. Comunique-se o juízo singular do conteúdo desta decisão, mediante o sistema `mensageiro'. Oportunamente, baixem ao juízo de origem. Intimem-se. Demais diligências necessárias. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. JURANDYR REIS JUNIOR Relator

0022 . Processo/Prot: 0815686-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/170975. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 0005655-51.2008.8.16.0001 Indenização. Apelante (1): Alice Cardozo, Eduardo de Lara. Advogado: Karina Osternack Glapinski, Raquel Benitez Kruger. Apelante (2): Assessoria Imobiliária Conselheiro Laurindo Ltda.. Advogado: Inajara Messias Veiga, Nelson Antônio Gomes Junior. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

APELAÇÃO CÍVEL N.º 815.686-9, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 22ª VARA CÍVEL. Intimem-se os apelantes Alice Cardozo e Eduardo de Lara Cardozo para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a representação processual, considerando a inexistência nos autos de procuração outorgada aos advogados que substabeleceram às fls. 364 (Dr. João Flavio Madalozo OAB/PR 19.738 e Dr. Luciomauro Teixeira Pinto OAB/PR 43.238), sob pena de não conhecimento do recurso. Curitiba, 26 de setembro de 2011 Guimarães da Costa Desembargador Relator

0023 . Processo/Prot: 0815902-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/201276. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2010.00023875 Cobrança. Agravante: Juraci Gonçalves da Silva. Advogado: Sandro Marcelo Grabicoski. Agravado: Hsbc Seguros Brasil S A. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

I Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto por JURACI GONÇALVES DA SILVA contra decisão proferida pelo MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa que, nos autos da ação de cobrança nº 23875/2010, manteve a realização de prova pericial como determinado à fl. 82 (fl. 96 dos autos originários e 34-TJ). Inconformado alega o agravante que a aposentadoria por invalidez concedida pelo INSS faz prova da invalidez para fins securitários, inclusive, sendo, portanto, desnecessária a realização de perícia judicial. Pugna, ao final, pelo provimento do recurso, a fim de que seja reconhecida sua invalidez permanente, sem a necessidade de realização de perícia médica. Ausente pedido de efeito, o i. Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau Marco Antonio Massaneiro, deferiu o processamento do recurso (fl. 40). O d. Juízo de primeiro grau informou à fl. 47, que a decisão agravada foi mantida, bem como que o agravante cumpriu o disposto no artigo 526 do Código de Processo Civil. Nas contrarrazões apresentadas às fls. 49/50, o agravado pugnou pelo desprovimento do recurso e a manutenção da decisão agravada. II Nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. Destarte, no caso dos autos, a despeito de tentar o agravante convencer que o objeto do recurso é a decisão de fl. 96 dos autos originários (fl. 34-TJ), vê-se que na verdade sua insurgência deveria ter sido voltada contra a decisão de fl. 82 daqueles autos, pois o Juízo a quo foi claro ao consignar que: "Tendo em vista que a prova não se resume em atestar a invalidez da autora, mas também a causa e o grau, entendo que a prova emprestada não é própria para o desfecho da presente lide. Intime-se o Sr. Perito, como determinado às fls. 82, para que se manifeste quanto à nomeação, bem como ofereça proposta de honorários, a serem suportados pela parte ré." (grifei) Tanto isso é verdade que o agravante colacionou cópia da petição colacionada às fls. 84/87 dos autos originários, onde pugnou, expressamente, pela reconsideração do despacho de fl. 82 daqueles autos, conforme cópia de fls. 30/33-TJ. De outra banda, deixou o recorrente, inclusive, de instruir sua insurgência recursal com pela essencial para o deslinde da controvérsia, qual seja, cópia da decisão anterior proferida pelo d. Juízo a quo, onde houve o deferimento da prova pericial formulada pela ré, ora agravada. Desta feita, como é cediço em nosso ordenamento processual, o pedido de reconsideração não tem o condão de suspender ou mesmo de interromper o prazo para a interposição de recursos. Nesse sentido, colaciono os recentes precedentes do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. NÃO OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. (...) 2. O Tribunal de origem, ao manter a negativa de seguimento do agravo de instrumento, por considerá- lo intempestivo, não contrariou os dispositivos de lei apontados como violados, tampouco divergiu da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, que se firmou no sentido de que o pedido de reconsideração não interrompe nem suspende o prazo para interposição do agravo de instrumento. (...) 4. Agravo regimental não provido". (AgRg no REsp 1157459/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/05/2010, DJe 20/05/2010). "PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. NÃO INTERRUPÇÃO DO PRAZO. VIOLAÇÃO DO ART. 522 DO CPC. 1. Pedido expresso de reconsideração da decisão judicial não interrompe o fluxo do prazo recursal, considerando-se preclusa a matéria debatida se não interposto o recurso cabível no prazo fixado no art. 522 do CPC. 2. Precedentes: REsp 1.123.740/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 4.2.2010, DJe 22.2.2010; AgRg no Ag 1.173.074/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 27.10.2009, DJe 11.11.2009. Recurso especial provido". (REsp 1184848/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/04/2010, DJe 27/04/2010). "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECEDENTES DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. 1. Conforme consignado pelo aresto recorrido, o agravante interpôs agravo de instrumento contra decisum proferido em âmbito de pedido de reconsideração de decisão interlocutória, a qual deveria ter sido objeto diretamente do referido agravo, ocorrendo a preclusão do seu direito. 2. Dessa forma, o tribunal de origem decidiu em conformidade com o entendimento deste Sodalício, no sentido de que o pedido de reconsideração de decisão não interrompe o prazo para interposição do recurso competente. Incidência do enunciado n. 83/STJ. 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 1054634/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/04/2010, DJe 29/04/2010). "Processual civil. Agravo no agravo de instrumento. Intempestividade. Pedido de reconsideração. Ausência de interrupção do prazo recursal. - O pedido de reconsideração, por não ter natureza recursal, não suspende e nem interrompe o prazo para interposição do recurso cabível. Agravo não conhecido." (AgRg no Ag 1141839/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/03/2010, DJe 06/04/2010). Assim, considerando que a parte agravante teve ciência da decisão de fl. 82 antes de 31/03/2011 (pedido de reconsideração de fls. 84/87 dos autos originários), e que o presente recurso foi protocolado somente em 08/06/2011, conclui-se, pela sua manifesta intempestividade. III Em face do exposto, porque manifestamente inadmissível, nego seguimento ao presente recurso de agravo de instrumento, com fundamento no caput do artigo 557 do Código de Processo Civil. IV Intime-se e, oportunamente, arquive-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO Relator

0024 . Processo/Prot: 0816284-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/293431. Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0008793-23.2010.8.16.0044 Indenização. Agravante: Lino Garcia. Advogado: Ana Carolina Gouvea Gabardo, Paulo Rossano dos Santos Gabardo Junior. Agravado: José Maurilho da Silva. Advogado: José Teodoro Alves, Valdir Judai. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1. Pugnou o agravante pela atribuição de efeito suspensivo ativo ao presente recurso de agravo de instrumento, para a suspensão de audiência de instrução e julgamento designada para a data de 19.09.2011. Todavia, em que pese constar como data de conclusão a esta Relatora o dia 19.09.2011 (certidão de f. 79-TJ), os autos vieram efetivamente conclusos apenas em 20.09.2011, razão pela qual restou prejudicada a análise do pedido liminar., 2. Os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal estão presentes, motivo pelo qual defiro o regular processamento do agravo de instrumento interposto. 3. Determino sejam requisitadas perante o juízo singular as informações que entender necessárias, mediante expedição de ofício. 4. Além disso, determino a intimação da parte contrária para que, querendo, ofereça resposta ao agravo interposto, no prazo legal. 5. Autorizo o Chefe da Seção a subscrever os expedientes necessários. 6. Por fim, retornem os autos conclusos para apreciação e julgamento do mérito recursal. 7. Intime-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora Designada

0025 . Processo/Prot: 0816297-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/293481. Comarca: Mamborê. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2009.00000124 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo, Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda. Agravado: Alberti Wagner Maciel Azevedo, Antonio Brandão, Antonio Carlos de Souza, Antonio Sergio Alves de Lima, Clodoaldo Bagdzinski, Francisca Machado, Gelson Correia, José Batista Guimarães, Jovita de Souza da Silva, Maria do Carmo Pereira Keller, Marta Cristina Mataran Mastracose, Orlando Ortega, Rubens Vieira, Valdir Lino Bispo. Advogado: Alexsandro Sprengovski dos Santos, Carlos Alves. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA SFH SUPERVENIÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/10 QUE NÃO AFASTA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL SOBRE O FEITO DISPOSIÇÕES DE REFERIDA MP QUE, ALÉM DE NÃO GOZAREM DE EFICÁCIA AUTOMÁTICA, DEPENDENDO DE ATOS ADMINISTRATIVOS PARA SEREM CUMPRIDAS, TÊM SUA APLICABILIDADE AFASTADA POR VIOLAÇÃO A ATO JURÍDICO PERFEITO ENTENDIMENTO JÁ PACIFICADO PELO STJ, EM RECURSO REPETITIVO, QUANTO À AUSÊNCIA DE INTERESSE DA CEF E DA UNIÃO NA LIDE DECISÃO AGRAVADA QUE, COM BASE NO CDC, INVERTEU O ÔNUS DA PROVA E DEFERIU A PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL INCIDÊNCIA DO CDC À ESPÉCIE JÁ PACIFICADA NESTA CORTE AUTORES E SEGURADORA RÉ QUE SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE CONSUMIDORES E FORNECEDOR DE SERVIÇOS INVERSÃO PROBATÓRIA QUE DEVE SER DETERMINADA QUANDO DEMONSTRADA A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES OU HIPOSSUFICIÊNCIA DOS CONSUMIDORES (ART. 6º, VIII, DO CDC) AGRAVANTES MUTUÁRIOS DO SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO, EM CIRCUNSTÂNCIA QUE EXPÕE A HIPOSSUFICIÊNCIA DOS REQUERENTES INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA MANTIDA AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, NOS TERMOS DO ART. 557, CAPUT, DO CPC I - Trata-se de agravo de instrumento (fls.21/36) interposto contra decisão do juízo da Vara Cível e Anexos da Comarca de Mamboré que, saneando o feito, relativo à Ação

Ordinária de Responsabilidade Obrigacional Securitária ajuizada por mutuários do Sistema Financeiro Habitacional, rejeitou as preliminares invocadas, fixou pontos controvertidos, inverteu o ônus da prova com base em disposições do CDC e determinou a produção de prova pericial no imóvel dos requerentes. Inconformada, defende a seguradora requerida: (a) a incompetência da Justiça Estadual sobre o feito, ante o interesse da Caixa Econômica Federal e da União, devendo constar como litisconsortes passivos; (b) a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à espécie, haja vista sua ausência de responsabilidade na construção do imóvel, inexistindo cobertura para o vício de construção alegado na inicial; (c) que não pode ser compelida a realizar e arcar com a prova de fato constitutivo do direito dos autores; (d) que estão presentes os requisitos necessários à atribuição de efeito suspensivo ao recurso. É a breve exposição. Decido, monocraticamente. Os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal estão presentes, de modo que o agravo de instrumento deve ser conhecido e regularmente processado. E, por versar sobre tema cuja solução já está pacificada por este Tribunal, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, caput, do CPC. 1. Da Medida Provisória nº 513/10 Aduz a seguradora ser parte ilegítima nos autos ante o contido na Medida Provisória 513/10, que extinguiu o seguro habitacional para mutuários do Sistema Financeiro Habitacional, cuja garantia era dada pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Sem razão Neste sentido, tive a oportunidade de decidir, reiteradas vezes: "A superveniência da MP nº 513/09, que em seu art. 1º, I, dispõe ficar "o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS autorizado, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais CCFCVS, a assumir os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, que contava com garantia de equilíbrio permanente e em nível nacional do Fundo em 31 de dezembro de 2009", em nada altera a discussão entabulada. E assim porque ainda não há notícias de que referida assunção de direitos e obrigações tenha se dado, não se podendo olvidar, ainda, da aparente inconstitucionalidade do ato, que seguindo as bases da enfadonha e inconstitucional Medida Provisória nº 478/09 (sendo diversos os precedentes nesse sentido), parece permitir a alteração da relação jurídica perfeita estabelecida entre seguradora e mutuários, possibilitando que eventuais indenização judiciais fixadas em face da seguradora sejam custeadas, ao final, por dinheiro público. Duas são as razões que justificam manutenção da seguradora requerida. A primeira decorre da própria interpretação do dispositivo supracitado, que para a assunção de direitos e obrigações do SFH, exige o cumprimento da "forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais". Isto é: eventual assunção supracitada não é procedida de forma automática, a partir da publicação da MP; o que a Medida Provisória define é mera autorização para essa medida, a ser realizada na forma disciplinada pelo Conselho Curador. E até o presente momento não há notícias de que tal assunção tenha sido aperfeiçoada ou, mesmo, qual é a forma disciplinada. A segunda razão, que torna prejudicial eventual cumprimento da prerrogativa supracitada, é o desrespeito ao ato jurídico perfeito que eventual exercício da faculdade estabelecida pela MP poderia vir a causar. Afinal, inegável que referida assunção importaria em modificação da relação jurídica perfeita estabelecida entre seguradora e mutuários, celebrada muito tempo antes da superveniência da aludida Medida Provisória ou mesmo da MP 478/09. E a proteção do ato jurídico perfeito, como cediço, é garantia constitucional insculpida pelo art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Não custa lembrar o disciplinado pelo art. 6º da LICC, § 1º, da LICC, segundo o qual "reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou". Ora, é justamente o caso narrado nos autos, em que houve a celebração de negócio jurídico de natureza securitária entre mutuário do sistema financeiro de habitação e a seguradora ora requerida, o qual seguiu as disposições da legislação vigente à época, que ainda não dispunha sobre a assunção de direitos e obrigações do SFH pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais. Naquele período, frise-se, já pacificado o entendimento pelo Superior Tribunal de Justiça, retirado em julgamento repetitivo de recursos (dotado de caráter vinculante, portanto), de que nos feitos como o de apreço, relativos à contrato de seguro adjeto de contrato de mútuo, envolvendo discussão entre seguradora e mutuário, não há comprometimento do FCVS1. Por certo, tal situação somente passará a ocorrer com as modificações promovidas pela MP supracitada, ofendendo-se o ato jurídico perfeito. Em face disso, ante as razões supracitadas, inaplicável ao caso as disposições da Medida Provisória nº 513/10, donde se extrai a legitimidade passiva da seguradora requerida/agravante e a competência da justiça comum. 2. Da inversão do ônus da prova Trata a discussão dos autos de Ação Ordinária de Responsabilidade Obrigacional Securitária ajuizada por mutuários do seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação em face da seguradora agravante, com base no entendimento de que a ré oferece cobertura securitária contra os vícios de construção verificados em seus imóveis. E, por se discutir típico contrato de seguro, inegável o reconhecimento da existência de uma relação de consumo entre requerentes e requerida, sobretudo em se considerando o vínculo adesivo dos contratos firmados, em que não se oportuniza a discussão das cláusulas entre os pactuantes. Ademais, não custa lembrar que tanto autores como a seguradora ré enquadram-se nos conceitos legais de consumidor e de fornecedor, respectivamente: (a) consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final (art. 2º do CDC); e (b) fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que 1 REsp 1091363/SC, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/03/2009, DJe 25/05/2009 desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços, incluindo-se expressamente a atividade securitária na conceituação de serviços (art. 3º, caput e § 2º, do CDC). É o que se tem decidido nos precedentes análogos: Apelação Cível. Ação de responsabilidade securitária. Seguro habitacional. Casas populares. Compromisso de compra e venda firmando com a COHAB, mediante financiamento do SFH. Ilegitimidade passiva. Não ocorrência. Desnecessidade de participação da CEF. Justiça Estadual. Foro competente. Aplicação do CDC. Contrato adesivo. Prescrição ânua. Inocorrência. Danos nos imóveis. Vícios de construção. Cobertura securitária devida. Dever de recuperação dos imóveis e do pagamento das despesas realizadas com reformas pagas pelos mutuários. Multa decendial. Previsão em contrato. Agravo retido e recurso de apelação cível desprovidos. [...] 5. Cuidando-se de típico pacto adesivo, modalidade que furta ao aderente a possibilidade de discutir suas cláusulas, o seguro habitacional é alcançado pelo Código de Defesa Consumidor. [...] (TJPR - 10ª C.Cível - AC 0758701-3 - Londrina - Rel.: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - Unânime - J. 09.06.2011) Desse modo, incidente sobre o caso concreto as disposições do Código de Defesa do Consumidor, que em seu artigo 6º, inciso VIII, autoriza a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências. Da leitura desse dispositivo, percebe-se que a inversão do ônus da prova é direito do consumidor que tem por objetivo facilitar a defesa de seus direitos quando configurado qualquer dos requisitos alternativos apresentados: verossimilhança das alegações ou hipossuficiência do consumidor. No caso em comento, considerando que os agravados são mutuários do sistema nacional de habitação, evidente sejam eles hipossuficientes em face da seguradora agravante, tanto do ponto de vista econômico quanto no aspecto técnico. Assim, a inversão em debate é medida que se impõe, como se pode depreender dos seguintes julgados: AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA SEGURO HABITACIONAL SFH MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2010 - INAPLICÁVEL AO CASO EM TELA IMPOSSIBILIDADE DE VIOLAÇÃO AO ATO JURÍDICO PERFEITO EXAME DO CASO À LUZ DOS PRINCÍPIOS E NORMAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR IMPOSSIBILIDADE DE DENUNCIAÇÃO DA LIDE AO RESSEGURADOR PARTICIPAÇÕES DA CEF E DA UNIÃO MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA À JUSTIÇA ESTADUAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO - INÉPCIA DA INICIAL AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DO SINISTRO ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA CARÊNCIA DE AÇÃO CONTRATOS QUITADOS PRESCRIÇÃO INOCORRÊNCIA CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA POSSIBILIDADE SENTENÇA ESCORREITA. 6. A inversão do ônus da prova é de rigor, devendo a parte ser advertida que se não pagar sofrerá as conseqüências. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR - 9ª C.Cível - AI 0755732-6 - Cascavel - Rel.: Desª Rosana Amara Girardi Fachin - Unânime - J. 19.05.2011) E do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SFH. INDENIZAÇÃO. DEMORA NA LIBERAÇÃO DA HIPOTECA. SÚMULA N. 7/STJ. APLICAÇÃO DO CDC. INTERESSE RECURSAL AUSENTE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. [...] 3. A inversão do ônus da prova pode ser determinada em contratos regidos pelo Sistema Financeiro da Habitação, quando estiverem presentes os pressupostos previstos no Código de Defesa do Consumidor. 4. Recurso especial não-conhecido. (REsp 577.074/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2007, DJ 23/05/2007, p. 252) Daí porque perfeita a decisão recorrida ao estabelecer a inversão do ônus da prova no caso, sendo conseqüência jurídica dessa circunstância o recaimento sobre a requerida do ônus processual de comprovar a ausência de cobertura securitária sobre os eventos narrados na inicial os quais serão analisados na pericial judicial já deferida pelo Juízo Singular. Frise-se que em nenhum momento no caso houve inversão do ônus financeiro sobre a produção probatória determinada pelo Juízo, pelo que não merece guarida a alegação da Agravante. Em vista do exposto, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso, porquanto contrário à jurisprudência pacífica deste Tribunal de Justiça. Publique-se. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora

0026 . Processo/Prot: 0817676-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/207454. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0013701-82.2011.8.16.0014 Indenização. Agravante: Francisco Odoalde Duarte, Marilene Luciano Batista, Osvaldo de Souza, Creuza Cardoso de Oliveira, Arvelina Maria dos Santos, Levovaldo Morais, Paulo Cesar Vieira de Melo, Valdomiro Pedro Damão. Advogado: Julio Cesar Guilhen Aguilera. Agravado: Cohapar Companhia de Habitação do Paraná. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Agravante: Francisco Odoaldo Duarte e outros. Agravada : COHAPAR Companhia de Habitação do Paraná. Relator : Jorge de Oliveira Vargas. EMENTA: I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. II DETERMINADA A REMESSA, DE OFÍCIO, DOS AUTOS À COMARCA DO DOMICÍLIO DOS AUTORES/AGRAVANTES. COMPETÊNCIA RELATIVA. A INCOMPETÊNCIA RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE OFÍCIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 33 DO STJ. III RECURSO PROVIDO. APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. Vistos etc. Insurgem-se os agravantes frente a r. decisão de fls. 15-17/TJ que, em ação de indenização por responsabilidade obrigacional securitária, o MM. Juiz a quo reconhecendo a existência de ofensa aos princípios da legalidade e juiz natural, determinou, de ofício, a remessa dos autos à Comarca do domicílio dos autores/agravantes. 2 Sustentam, em síntese, que por se tratar de direito pessoal aplica- se o disposto no art. 94 parágrafo único do CPC, e por se tratar de competência relativa a mesma não pode ser declarada de ofício, conforme Súmula 33 do STJ. É, em resumo, o relatório. Conheço do recurso, eis que tempestivo, com dispensa do preparo a teor da parte final do § 1º do art. 511 do CPC, o qual merece provimento porque em se tratando de competência territorial, portanto relativa, aplica-se a Súmula n. 33 do Superior Tribunal de Justiça, que diz: "a incompetência relativa não pode ser declarada de

ofício". Por essas razões a teor do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento a este recurso, revogando a r. decisão recorrida. Publique-se. Curitiba, 6 de setembro de 2011. Jorge Vargas Relator

0027 . Processo/Prot: 0821108-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/223661. Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000252 Indenização. Agravante: Transporte Coletivo Cidade Canção. Advogado: Leonardo César de Agostini, Moacyr Corrêa Neto, Fernanda Louise Lachowski. Agravado: Niusa Maria Locatelli Barbato. Advogado: Amaro Heitor Dantas, Maria Isabel Watanabe. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decisão em separado.

Vistos, estes autos de agravo de instrumento sob nº 821108-7 da Comarca de Maringá 3ª Vara Cível, em que é agravante Transporte Coletivo Cidade Canção e, agravado, Niusa Maria Locatelli Barbato. Trata-se de agravo de instrumento interposto por Transporte Coletivo Cidade Canção contra decisão de fls. 171-TJ, que em sede de embargos de declaração manteve a decisão de fls. 160-TJ, que deferiu a inversão total do ônus da prova em favor da requerente. Argumenta o agravante, em síntese, a ausência dos requisitos para a inversão do ônus da prova. Sucessivamente, requer que o ônus da comprovação da existência das lesões e da sua causalidade recaiam sobre a agravada. AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 821108-7 8a Câmara Cível Requereu a atribuição do efeito suspensivo ao recurso e o seu provimento. É o relatório. Estão presentes os pressupostos processuais para o conhecimento do recurso. Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto no curso da ação de indenização por danos materiais e morais ajuizada pela agravada em face da agravante, contra decisão que deferiu a inversão do ônus da prova. Sustenta a recorrente que não restaram preenchidos os requisitos para a inversão do ônus probatório. Sucessivamente, requer que o ônus da comprovação da existência das lesões e da sua causalidade recaiam sobre a agravada. Com efeito, a relação obrigacional existente na presente demanda rege-se pelas disposições do Código de Defesa do Consumidor, e verificando-se a condição de vulnerabilidade da agravada, bem como, a verossimilhança das alegações, o que é perceptível da análise preliminar dos fatos e documentos (mormente pela juntada de boletim de ocorrência noticiando os fatos e dos exames médicos), é perfeitamente possível a inversão do ônus da prova. Diante disso, mostra-se correta a decisão que inverteu o ônus da prova em objetivo à facilitação da defesa dos direitos do consumidor, este notadamente hipossuficiente e detentor do liame mais frágil da relação. Ademais, o Código de Defesa do Consumidor prevê que a inversão do ônus da prova é um direito do consumidor, in verbis: "Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 821108-7 8a Câmara Cível Porém, cumpre observar que a inversão do ônus probatório, não importa conseqüentemente na inversão da responsabilidade pela antecipação dos honorários do perito. Considerando que não se trata de providência requerida pela agravante, a esta não se pode impor a responsabilidade pelos honorários periciais, pois não se pode obrigá-la a produzir prova contra si. Contudo, a sua omissão em adiantar os honorários do perito deve ser interpretada como desinteresse na produção da prova, assumindo o risco e sofrendo as conseqüências de não a produzir. Desta forma a não antecipação da referida verba por parte da seguradora poderá implicar na não realização da perícia e, conseqüentemente, na não comprovação dos argumentos articulados, podendo resultar em julgamento desfavorável a seus interesses. Eis o entendimento do Superior Tribunal de Justiça ao qual me reporto: Esta Corte já decidiu que a regra probatória, quando a demanda versa sobre relação de consumo, é a da inversão do respectivo ônus. Daí não se segue que o réu esteja obrigado a antecipar os honorários do perito; efetivamente não está, mas, se não o fizer, presumir-se- ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor (REsp nº 466.604/RJ, Relator o Ministro Ari Pargendler, DJ de 2/6/03). No mesmo sentido, o REsp nº 443.208/RJ, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJ de 17/3/03, destacou que a inversão do ônus da prova não tem o efeito de obrigar a parte contrária a arcar com as custas da prova requerida pelo consumidor. No entanto, sofre as conseqüências processuais advindas de sua não produção. (REsp 843963/RJ - 1ª Turma - Relator José Delgado - 12/09/2006) grifei RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. 1. A inversão do ônus da prova não tem o efeito de obrigar a parte contrária a arcar com as despesas da prova requerida pelo consumidor. A transferência é apenas da obrigação de provar o seu direito 'para elidir a AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 821108-7 8a Câmara Cível presunção que vige em favor do consumidor. (Resp 435155) 2. Precedentes. 3. Recurso especial não conhecido (REsp 583142/RS - 2ª Seção - Relator Ministro César Asfor Rocha - 09/11/2005) PROCESSO CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. A regra probatória, quando a demanda versa sobre relação de consumo, é a da inversão do respectivo ônus. Daí não se segue que o réu esteja obrigado a antecipar os honorários do perito; efetivamente não está, mas, se não o fizer, presumir-se- ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 466604/RJ - 3ª Turma - Relator Ministro Ari Pargendler) Portanto, embora plenamente aplicável ao caso a inversão do ônus probatório, não há como obrigar a seguradora, ou desonerar os autores, ao custeio da perícia, mas cumpre advertir que na eventualidade da agravente não fazê-lo, arcaria com o ônus da não produção prova. Quanto à possibilidade de decidir monocraticamente o presente recurso, adequada é a lição da professora Maria Berenice Dias acerca do tema: (...) o legislador, além de albergar as hipóteses em que se verificava ausência de pressuposto de admissibilidade ou causas de prejudicialidade, de modo expresso permitiu a rejeição do recurso manifestamente improcedente ou contrário à súmula do respectivo tribunal ou tribunal superior. De maneira mais clara foi assegurada a apreciação singular do mérito do próprio recurso, para julgá-lo improcedente. Somente o acolhimento do recurso persistia como prerrogativa exclusiva do colegiado. (...) Facultado o julgamento monocrático, quando a decisão recorrida se afasta do pensamento uniforme da corte julgadora, não há como reputar infringido qualquer direito da parte. A diretriz política de adotar o sistema colegiado de julgar, quando a lei impõe o singular, não cria exceção ao princípio, dando origem a uma interpretação restritiva de tal faculdade. Ao contrário. Nessa hipótese, o julgamento coletivo não é simples AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 821108-7 8a Câmara Cível abrir mão de uma faculdade legal, mas, sim, o descumprimento de um dever decorrente de lei. O fato de a lei ter adotado uma nova modalidade de julgamento não violenta o princípio do devido processo legal. Vale ainda sublinhar, como bem observa Athos Gusmão Carneiro, que o relator, em casos tais, não estará decidindo por 'delegação' do colegiado a que pertence, mas sim exerce poder jurisdicional que lhe foi outorgado por lei. (DIAS, Maria Berenice. As decisões monocráticas do artigo 557 do Código de Processo Civil. Disponível em: site Mundo Jurídico. URL: (acesso em 18 set. 2008). Diante de tais colocações, com base no artigo 557, caput, do CPC, nego seguimento ao recurso. Curitiba, 30 de agosto de 2011. João Domingos Küster Puppi Desembargador Relator AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 821108-7 8a Câmara Cível

0028 . Processo/Prot: 0821791-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/224255. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 0001018-91.2007.8.16.0001 Cobrança. Agravante: Olívia Erli Pedrozo. Advogado: José Antônio de Andrade Alcântara, Bárbara Letícia de Souza Spagnolo. Agravado: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decisão em separado.

Vistos, estes autos de 821791-2 do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba 18ª Vara Cível, em que é agravante Olívia Erli Pedrozo e, agravado Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A. Insurge-se a agravante, Olívia Erli Pedrozo, contra decisão do d. Juízo da 18ª Vara Cível de Curitiba, nos autos de Ação de Cobrança, (em fase de cumprimento de sentença), na qual, o d. magistrado a quo entendeu inaplicável a multa prevista no art. 475-J do CPC e, condicionou o arbitramento de honorários para o cumprimento de sentença ao não cumprimento voluntário após a intimação (fls. 191/verso-TJ). Pretende a agravante com o presente recurso a reforma da decisão para que o prazo para o pagamento espontâneo seja considerado a partir da data do trânsito em julgado da sentença, para o efeito de determinar a incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC, bem como, a fixação da verba honorária diante do não cumprimento espontâneo da sentença. É o relatório. AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 821791-2 8ª CCÍVEL Estão presentes os pressupostos processuais para o conhecimento do recurso. Da Multa do 475-J. Trata a espécie de matéria relativa à decisão que determinou a intimação da parte vencida para pagamento do valor da condenação, iniciando-se o prazo a partir da intimação. Sustenta o agravante da necessidade da reforma da decisão, posto que o prazo para o pagamento espontâneo inicia-se da data do trânsito em julgado da decisão, sendo desnecessário a intimação da parte vencida. Transcrevo o teor do artigo 475-J: "Art. 475-J. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não efetue no prazo de quinze (15) dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor, observado o disposto no artigo 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação." A decisão agravada está em consonância com a jurisprudência dominante, que entende iniciar-se o prazo para o pagamento espontâneo da data da intimação da parte para o pagamento. O termo inicial de incidência da multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil se trata de matéria já pacificada nos Tribunais, cuja norma não traz, sequer implicitamente, a partir de que momento deve ser contado o prazo para pagamento espontâneo sem aplicação da penalidade de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, todavia, fixou-se entendimento que deve ser intimada a parte para que tal prazo se inicie. Nesse sentido: "Informativo nº 0429 Período: 5 a 9 de abril de 2010. Corte Especial CUMPRIMENTO. SENTENÇA. INTIMAÇÃO. AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 821791-2 8ª CCÍVEL Tratou-se de REsp remetido pela Terceira Turma à Corte Especial, com a finalidade de obter interpretação definitiva a respeito do art. 475-J do CPC, na redação que lhe deu a Lei n. 11.232/2005, quanto à necessidade de intimação pessoal do devedor para o cumprimento de sentença referente à condenação certa ou já fixada em liquidação. Diante disso, a Corte Especial entendeu, por maioria, entre outras questões, que a referida intimação deve ser feita na pessoa do advogado, após o trânsito em julgado, eventual baixa dos autos ao juízo de origem, e a aposição do "cumpra-se"; pois só após se iniciaria o prazo de quinze dias para a imposição da multa em caso de não pagamento espontâneo, tal como previsto no referido dispositivo de lei. Como destacou o Min. João Otávio de Noronha em seu voto vista, a intimação do devedor mediante seu advogado é a solução que melhor atende ao objetivo da reforma processual, visto que não comporta falar em intimação pessoal do devedor, o que implicaria reeditar a citação do processo executivo anterior, justamente o que se tenta evitar com a modificação preconizada pela reforma. Aduziu que a dificuldade de localizar o devedor para aquela segunda citação após o término do processo de conhecimento era um dos grandes entraves do sistema anterior, por isso ela foi eliminada, conforme consta, inclusive, da exposição de motivos da reforma. Por sua vez, o Min. Fernando Gonçalves, ao acompanhar esse entendimento, anotou que, apesar de impor-se ônus ao advogado, ele pode resguardar-se de eventuais acusações de responsabilidade pela incidência da multa ao utilizar o expediente da notificação do cliente acerca da necessidade de efetivar o pagamento, tal qual já se faz em casos de recolhimento de preparo. A hipótese era de execução de sentença proferida em ação civil pública na qual a ré foi condenada ao cumprimento de obrigação de fazer, ao final convertida em perdas e danos (art. 461, § 1º,

do CPC), ingressando a ora recorrida com execução individual ao requerer o pagamento de quantia certa, razão pela qual o juízo determinou a intimação do advogado da executada para o pagamento do valor apresentado em planilha, sob pena de incidência da multa do art. 475-J do CPC. Precedentes citados: REsp 954.859-RS, DJ 27/8/2007; REsp 1.039.232-RS, DJe 22/4/2008; Ag 965.762-RJ, DJe 1º/4/2008; Ag 993.387-DF, DJe 18/3/2008, e Ag 953.570- RJ, DJ 27/11/2007. REsp 940.274-MS, Rel. originário AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 821791-2 8ª CCÍVEL Min. Humberto Gomes de Barros, Rel. para acórdão Min. João Otávio de Noronha, julgado em 7/4/2010." Colaciono recentes decisões do STJ: "Ementa. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. TERMO INICIAL DO PRAZO DE 15 DIAS. INTIMAÇÃO NA PESSOA DO ADVOGADO PELA PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL. ART. 475-J DO CPC. MULTA. INCIDÊNCIA. DEVEDOR QUE INTIMADO NÃO EFETUOU O CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO DO JULGADO. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO COM APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 557, § 2º, DO CPC".(STJ-T4, AgRg no Ag 1236031 / RS 2009/0184846-0, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, Data do Julgamento 15/06/2010, Data da Publicação/Fonte DJe 23/06/2010) "Ementa. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - ARTIGO 475-J DO CPC MULTA DE 10 % - INTIMAÇÃO DA PARTE VENCIDA - NECESSIDADE CONFORME ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL RECURSO PROVIDO.(STJ- T3, AgRg no Ag 1284435 / RS 2010/0038847-4, Relator Ministro Massami Uyeda, Data do Julgamento 15/06/2010, Data da Publicação/ Fonte DJe 29/06/2010) Assim, mostra-se correta a decisão que deixou arbitrar a multa do artigo 475-J, uma vez que, ainda não houve intimação da parte contrária para pagamento. Dos Honorários Advocatícios no Cumprimento de Sentença. No que se refere aos honorários advocatícios, muito embora a Lei nº 11.232/05 tenha alterado o processo de execução, unificando os procedimentos de conhecimento e de cumprimento de sentença, sem prever a incidência de honorários nesta última fase, o princípio da causalidade permite o seu arbitramento, pois o devedor deu causa aos honorários quando deixou de cumprir o disposto na sentença. AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 821791-2 8ª CCÍVEL No entanto, importante ressaltar a existência de dois procedimentos distintos na etapa de cumprimento da sentença, vez que em um primeiro momento é concedido ao devedor a possibilidade de cumprir a obrigação voluntariamente, sendo que apenas em um segundo momento, em não havendo sido cumprida a condenação, é que se dá a execução forçada. Logo, na primeira fase do cumprimento ainda não há execução, sendo que apenas em um segundo momento é que ocorrem os atos executivos. Essa distinção do cumprimento de sentença em dois momentos é de singular importância para se estabelecer o momento adequado ao arbitramento da verba honorária. Isto porque, enquanto não iniciada a fase executiva, ou se cumprida a obrigação voluntariamente, não há que se falar em fixação de uma nova verba honorária, já que a primeira fase da execução é mero reflexo da sentença. Embora exista a possibilidade de o juiz, ao receber o pedido de cumprimento da sentença, fixar provisoriamente o valor dos honorários, nada impede que a sua fixação seja deixada para momento posterior. Ante ao exposto e com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, por se tratar de recurso em confronto com a jurisprudência dominante deste tribunal, nego seguimento ao recurso. Curitiba, 31 de agosto de 2010. João Domingos Küster Puppi Desembargador AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 821791-2 8ª CCÍVEL

0029 . Processo/Prot: 0821810-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/309500. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0006275-72.2005.8.16.0129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Juvelino Manoel Pereira. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Revisor: Des. José Laurindo de Souza Netto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Autos nº 821810-2 Converto o feito em diligência para que determinar a intimação da parte autora para que regularize procuração e declaração de pobreza, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito. Após, voltem os autos conclusos para elaboração de voto. Curitiba, 27 de setembro de 2011.

0030 . Processo/Prot: 0822014-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/224698. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0025598-49.2011.8.16.0001 Anulatória. Agravante: Alessandro José de Melo. Advogado: Cesar Ricardo Tuponi. Agravado: Banco Itaú SA. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decisão em separado.

Vistos, estes autos de agravo de instrumento nº 822014-4 do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba 7ª Vara Cível, no qual é agravante Alessandro José de Melo, e agravado Banco Itaú S.A.. Alessandro José de Melo apresentou agravo de instrumento contra decisão de fls. 39/40 TJ, em ação Anulatória com Pedido Liminar, que deferiu o pedido de antecipação da tutela, condicionando a retirada da inscrição indevida mediante o depósito judicial do valor controvertido. Alega o agravante que é beneficiário de assistência judiciária gratuita, e que não tem condições de efetuar o depósito judicial. Por fim, requer a concessão do efeito suspensivo ao recurso. É o relatório. Atendidos os pressupostos processuais, pois utilizado o recurso cabível, sendo a forma de instrumento adequada, há interesse e legitimidade para recorrer, bem como este é tempestivo e foi devidamente preparado, estando acompanhado da documentação pertinente e inexistindo fato impeditivo do direito recursal noticiado nos autos, conheço do presente. A nova redação dada ao artigo 557, do Código de Processo Civil brasileiro, pela Lei nº 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o Relator, AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822014-4 8ª CCÍVEL como órgão do Tribunal, julgue monocraticamente qualquer espécie de recurso, quando a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de Tribunal Superior, ou seja o recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado, sem que se veja aí, qualquer lesão ao princípio do juiz natural, posto que absolutamente incensurável, nesse aspecto, do ponto de vista constitucional, como reconhece a doutrina. O pedido de assistência judiciária gratuita foi deferido pelo MM Magistrado a quo, a determinação do depósito judicial para que o nome do autor seja excluído dos cadastros de maus pagadores é contraditória com a concessão da assistência judiciária grautita. A jurisprudência desta Corte, em diversos julgados, tem admitido o uso da tutela antecipada tanto para retirar como para obstar, impedir, a inscrição do nome do suposto devedor nos serviços de proteção ao crédito. Igual entendimento tem manifestado esta Corte: "Agravo de Instrumento. Ação declaratória de inexistência de débito c/c danos morais e antecipação de tutela. Cadastros de Proteção ao Crédito. Débito. Discussão judicial. Recurso provido. 1- Revendo posicionamento anterior, é de se adotar aqui a nova orientação do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, para a não inclusão/exclusão do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito, não basta o simples ajuizamento da demanda questionando a existência parcial do débito, sendo imprescindível, em casos tais, o depósito do valor referente à parte tida como incontroversa, ou a prestação de caução idônea. 2- Todavia, como in casu o agravante nega a existência da dívida, a inscrição de seu nome em cadastros de inadimplentes, poderá ser retirada, independentemente do depósito de valor tido como incontroverso, ou da prestação de caução idônea." (Ac. n. 2209 - 16ª CCv. Rel. Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima. DJ 10/02/2006). Grifei. "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TUTELA ANTECIPADA. PEDIDO DE EXCLUSÃO DO NOME DA AUTORA DOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO - SERASA. PRESENTES OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA TUTELA VINDICADA. AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822014-4 8ª CCÍVEL EXCLUSÃO DO REGISTRO. DEFERIMENTO. 1. "Na análise do pedido de exclusão dos nomes dos devedores em bancos particulares de dados dos órgãos de restrição ao crédito, devem estar presentes, concomitantemente: a) ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito;b) a efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado, o valor referente à parte tida como incontroversa." (REsp nº 527.618-RS do STJ). 2. Tendo a parte que pretende a concessão da medida dado cumprimento a todos os requisitos, tem-se como ilegítima a inscrição de seu nome junto aos órgãos de restrição ao crédito. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.(TJPR-16ª Ccv, Acórdão nº 10790, Ag Instr nº 0524878-0, rel. Shiroshi Yendo) E de minha relatoria: "EMENTA: EMENTA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - AUTOR QUE NEGA A EXISTÊNCIA DA DÍVIDA - PRESENÇA DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES - FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA CARACTERIZADOS PROVIMENTO".(TJPR-8ª CCv, Acórdão nº 12306, Ag Instr nº 0519426-3, rel. Des. João Domingos Kuster Puppi, julg 30/10/2008) Destarte, se a própria existência do débito está sendo colocada em dúvida, não é razoável que o Agravante - parte hipossuficiente continue com seu nome incluído nos cadastros que prestam serviços de proteção ao crédito, e, portanto, permaneça na condição de mau pagador perante toda a sociedade comercial, sem ter dado causa à aludida inscrição. O requisito do depósito deve ser fixado com base no caso concreto, como houve o deferimento da assistência judiciária gratuita não há qualquer razão em determinar que a parte proceda o depósito judicial. Com fulcro no artigo 557, § 1º-A do Código de Processo Civil, possível é o provimento recursal nesta fase. Adequada é a lição da professora Maria Berenice Dias acerca do tema: AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822014-4 8ª CCÍVEL "(...) o legislador, além de albergar as hipóteses em que se verificava ausência de pressuposto de admissibilidade ou causas de prejudicialidade, de modo expresso permitiu a rejeição do recurso manifestamente improcedente ou contrário à súmula do respectivo tribunal ou tribunal superior. De maneira mais clara foi assegurada a apreciação singular do mérito do próprio recurso, para julgá-lo improcedente. Somente o acolhimento do recurso persistia como prerrogativa exclusiva do colegiado. (...) Facultado o julgamento monocrático, quando a decisão recorrida se afasta do pensamento uniforme da corte julgadora, não há como reputar infringido qualquer direito da parte. A diretriz política de adotar o sistema colegiado de julgar, quando a lei impõe o singular, não cria exceção ao princípio, dando origem a uma interpretação restritiva de tal faculdade. Ao contrário. Nessa hipótese, o julgamento coletivo não é simples abrir mão de uma faculdade legal, mas, sim, o descumprimento de um dever decorrente de lei. O fato de a lei ter adotado uma nova modalidade de julgamento não violenta o princípio do devido processo legal. Vale ainda sublinhar, como bem observa Athos Gusmão Carneiro, que o relator, em casos tais, não estará decidindo por 'delegação' do colegiado a que pertence, mas sim exerce poder jurisdicional que lhe foi outorgado por lei". (DIAS, Maria Berenice. As decisões monocráticas do artigo 557 do Código de Processo Civil. Disponível em: site Mundo Jurídico. URL: (acesso em 18 fev. 2009) Por tais razões, dou provimento ao recurso, para deferir a antecipação da tutela pleiteada, determinando ao agravado que exclua o nome do agravante dos registros do SCPC e demais órgãos de restrição de crédito, sem a necessidade de depósito judicial. Curitiba, 01 de setembro de 2011. João Domingos Küster Puppi Desembargador Relator AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822014-4 8ª CCÍVEL

0031 . Processo/Prot: 0822321-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/226376. Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00001110 Cobrança. Agravante: Leandro José de Araújo. Advogado: Rodrigo da Costa Gomes, Walter Bruno Cunha da Rocha. Agravado: Centauro Vida e Previdência S.a.. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decisão em separado.

Vistos estes autos de Agravo de Instrumento nº 822321-4 de Londrina 6ª Vara Cível em que é agravante Leandro José de Araújo e, agravada Centauro Vida e Previdência S.A.. Trata-se de agravo de instrumento interposto pela ora agravante contra o r. despacho proferido às fls. 171/175-verso-TJ, em Ação de Cobrança, autuada sob nº 1110/08, em trâmite perante o d. Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Londrina, na qual o MM. Juiz a quo reconheceu, ex officio, a incompetência do juízo para o julgamento do feito, determinando a remessa dos autos para a Comarca de Cascavel-PR, domicílio do autor. Em suas razões, argumenta a agravante, em síntese, que se trata de cobrança de seguro obrigatório, portanto, contratual, motivo que justifica o processamento da demanda perante a sucursal da empresa, conforme previsão do artigo 100, IV, "b" do Código de Processo Civil. Afirma, ainda, que a competência relativa não pode ser reconhecida de ofício pelo Juiz. Requer, ainda, a concessão do benefícios da assistência judiciária gratuita. Ao final, pugna pela concessão do efeito suspensivo ao agravo e, pelo provimento do recurso. É o relatório. O artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, estabelece que se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso. O presente agravo de instrumento se amolda ao enunciado. AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N.° 815896-5 8ª CÂMARA CÍVEL É cediço que a ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT), é ação de natureza pessoal, cuja competência é definida em razão do território, logo, de natureza relativa. Pois bem, o ponto controvertido dos autos é saber em qual foro possui competência para julgar a demanda ajuizada pela agravante. A respeito, dispõe o douto Humberto Theodoro Júnior que é "relativa a competência por distribuição, ou seja, a que se dá entre os vários juízes de igual competência, de uma mesma circunscrição territorial."(Curso de Direito Processual Civil. 43ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. I. p. 204.) O Superior Tribunal de Justiça, por meio da Súmula nº 33 já pacificou entendimento no sentido de que "a incompetência relativa não pode ser declarada de oficio", situação na qual o magistrado de primeiro grau expressamente incorreu. Conforme se depreende dos autos, o juiz prolator da decisão vergastada declinou de ofício de sua competência, esposando a tese de não se tratar de competência relativa, mas sim de absoluta, em razão da violação dos princípios constitucionais da legalidade e do juiz natural. Ocorre que aqui se trata, evidentemente, de hipótese de competência territorial que, nos exatos termos dos artigos 111 e 112 do Código de Processo Civil, é relativa, dependendo de argüição, por meio de exceção de incompetência, para poder ser reconhecida. Nesse sentido: "Agravo de Instrumento. Cobrança. DPVAT. Incompetência relativa. Declaração de ofício pelo Magistrado. Impossibilidade. Decisão recorrida em manifesto confronto com súmula e jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Decisão reformada. I - Em se tratando de ação de cobrança de diferença do seguro obrigatório DPVAT, de competência territorial, porquanto de natureza relativa, não pode o Magistrado declará-la de ofício, sob pena de nulidade, sendo indispensável o oferecimento de exceção declinatória do foro para a modificação da competência, a qual pode ser prorrogada em caso de não oposição, pela parte ré, na forma e modo legais. Inteligência da Súmula 33 do STJ. II - Recurso monocraticamente provido."( Ag Instr 0528779-8, rel. Antonio Ivair Reinaldin) "1. A competência territorial, espécie da competência relativa, não macula o processo se não for levantada, AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N.° 815896-5 8ª CÂMARA CÍVEL em momento oportuno, por meio de exceção de incompetência, no prazo de 15 (quinze) dias, pela parte ré, a qual é prorrogável ao Juízo distribuído, se desta forma houve a conivência ou a aquiescência do réu no referido feito. 2. Por tais regramentos, não pode o Juiz, para o qual foi distribuída a ação, declinar, ex-officio, da sua competência para apreciar o feito posto à sua razão de julgar. 3. Inteligência da Súmula nº 33/STJ: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício". 4. Precedentes Jurisprudenciais de todas as Seções e Turmas desta Corte Superior. 5. Recurso especial provido." (STJ, REsp. n.º 639.565/SC, 1.ª T., Min. José Delgado, j .em 05.08.04) Por fim colaciono recente decisão deste Egrégio Tribunal de Justiça: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - COMPETÊNCIA TERRITORIAL RELATIVA RECONHECIDA EX OFFICIO - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 33, DO STJ - PRECEDENTES DESTA CORTE - DECISÃO REFORMADA - ARTIGO 557, §1º-A, DO CPC - RECURSO PROVIDO.(TJPR-9ª C Cv, Despacho, Ag Instr 0637418-1, rel.Renato Braga Bettega, 08/01/2010) Quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita, este deve ser analisado pelo MM Magistrado a quo, sob pena de supressão de instância. Face a tais colocações, e com base no artigo 557, §1º-A dou provimento parcial ao recurso, para o efeito de cassar a decisão recorrida, a fim de determinar que os autos tenham regular seguimento perante o Juízo da Sexta Vara Cível da Comarca de Londrina. Curitiba, 01 de setembro de 2011 João Domingos Küster Puppi Desembargador Relator AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N.° 815896-5 8ª CÂMARA CÍVEL

0032 . Processo/Prot: 0822521-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/252985. Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 2002.00000333 Indenização. Agravante: Gedson Evaristo de Santi. Advogado: Bruno Pedalino, Leiziane Negrão, Heloisa Belebecha Achôa. Agravado: Cleuza Mendes Bueno, Ademar Bueno. Advogado: Cristiane Bergamin, Angela Yukiko Horita. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Despacho em separado.

I)Vistos estes autos de agravo de instrumento sob nº 782860-2 do Foro Central da Comarca de Londrina 3ª Vara Cível, em que é agravante Gedson Evaristo de Santi e, agravado Cleuza Mendes Bueno e outro. Trata-se de agravo de instrumento interposto por Gedson Evaristo de Santi, contra decisão de fls. 347-TJ, que determinou a dispensa da prova pericial, considerando que o feito encontra-se a mais de sete anos na tentativa da realização da perícia. Argumenta o agravante, em síntese, que se faz necessária a realização da perícia, vez que indispensável à solução da lide. Ao final, pugna pela atribuição de efeito suspensivo ao presente, bem como pelo seu provimento. É o relatório. AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822521-4 8ª CCÍVEL II) A concessão de efeito suspensivo a agravo de instrumento constitui exceção e somente deve ser deferida quando presentes, de forma induvidosa, os pressupostos que a autorizam. Inicialmente, cumpre observar que se trata de recurso de cognição sumária, restrito ao exame da necessidade de realização de perícia. Não vislumbro o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, uma vez que a perícia pode ser realizada a qualquer momento do processo, não havendo prejuízo às partes o prosseguimento do feito. Nesse momento, indefiro o pedido de efeito suspensivo pleiteado. III) Requisitem-se as informações junto ao juízo a quo. V) Cumpridas as providências mencionadas, voltem- me conclusos. Curitiba, 01 de setembro de 2011. João Domingos Küster Puppi Desembargador AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822521-4 8ª CCÍVEL

0033 . Processo/Prot: 0822581-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/188946. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0001038-80.2007.8.16.0131 Cobrança. Apelante: Valdir Petrycoski. Advogado: Andrey Herget, Álvaro Schenatto. Apelado: Condomínio Edifício Caramuru Center. Advogado: Maikel Speranza Gutstein, Geronimo Antonio Defaveri. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

APELAÇÃO CÍVEL N.º 822.581-0, DA COMARCA DE PATO BRANCO - 1ª VARA CÍVEL Compulsando os autos verifica-se que não foi apresentada procuração outorgada por Condomínio Edifício Caramuru Center ao advogado que subscreveu as contra-razões ao recurso de apelação (Maikel Speranza Gutstein OAB/PR 43.539). Logo, Intime-se o apelado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, regularizar a sua representação processual. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Guimarães da Costa Desembargador Relator

0034 . Processo/Prot: 0822735-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/227691. Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 2007.00000533 Indenização. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Fernanda Bernardo Gonçalves. Agravado: Roseli de Fátima Alves. Advogado: Acir Oliskowski. Interessado: Michael Berthier, Edson Afrânio Berthier. Advogado: Carolina Socha de Souza. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Agravante : Estado do Paraná. Agravada : Roseli de Fátima Alves. Interessados: Michael Berthier e outro. Relator : Des. Jorge Vargas EMENTA: I AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUTORA BENEFICIÁRIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. PERITOS NOMEADOS QUE NÃO ACEITAM REALIZAR O LAUDO SEM O DEPÓSITO DOS HONORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE LHES IMPOR TRABALHO GRATUITO. II DECISÃO QUE DETERMINA A INTIMAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ PARA INDICAÇÃO DE PROFISIONAL DE SEUS QUADROS PARA REALIZAR A PERÍCIA OU O DEPÓSITO DO VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS R$ 1.000,00, SOB PENA DE FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. III DECISÃO QUE ENCONTRA AMPARO NO ART. 5 LXXIV DA CF. DIREITO FUNDAMENTAL. NORMA AUTOAPLICÁVEL. OMISSÃO DO ESTADO EM PREVER VERBA ORÇAMENTÁRIA. OMISSÃO QUE NÃO LHE FAVORECE. DEVER QUE NÃO DISTINGUE ENTRE DIREITOS INDISPONÍVEIS E DISPONÍVEIS. INAPLICABILIDADE DO REGIME DO ART. 100 DA CF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO VALOR DA VERBA, NAS RAZÕES RECURSAIS. PRECLUSÃO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS NO SENTIDO DA DECISÃO AGRAVADA. IV RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. APLICAÇÃO DA CABEÇA DO ART. 557 DO CPC. Vistos, etc... Insurge-se o agravante frente a r. decisão de fls. 27-29/TJ que em ação de indenização promovida por pessoa pobre, catadora de papel, beneficiária da assistência judiciária, determinou a intimação do mesmo para que em 10 dias indique (perito oficial) que possa realizar a perícia (de natureza médica) ou, alternativamente, deposite em juízo honorários periciais (R$ 1.000,00) .... sob pena de fixação de multa diária, porque foram nomeados vários peritos, contudo nenhum aceita realizar a prova sem o depósito dos honorários, sendo que não se pode impor que os profissionais trabalhem gratuitamente, destacando-se que essa prova técnica é essencial para o deslinde da causa. Sustenta, em síntese, violação aos princípios da legalidade e da separação dos poderes; ausência de previsão orçamentária; que não faz parte do processo; que deve ser aplicado o art. 33 do CPC e 11 e 12 da Lei 1.060/50; que o art. 5° LXXIV da CF só se aplica em relação a direi tos indisponíveis; que a decisão fere o princípio da legalidade constante no art. 37 da CF e o pagamento solicitado deverá seguir o regime do art. 100 da CF; da ausência de oportunidade à agravante de se manifestar acerca do valor dos honorários periciais. É, em resumo, o relatório. O recurso é tempestivo com dispensa de preparo a teor do § 1º do , art. 511 do CPC, mas não merece prosperar porque: a uma, o contido no art. 5° LXXIV da CF é norma de direito fundamental, auto aplicável, dispensando a intervenção do legislador infraconstitucional, portanto não há que se falar em violação aos princípios da legalidade e separação dos poderes; a duas, a ausência de previsão orçamentária é omissão indevida do agravante, em razão da qual o mesmo não pode se beneficiar; a três, o mencionado dispositivo constitucional não faz qualquer distinção entre direito disponível e indisponível; a quatro, não se aplica, no caso, o regime do art. 100 da CF, por tratar de questão diversa daquela ali disciplinada, mas mesmo que fosse o

caso, aplicar-se-ia o §4º do mencionado dispositivo, por tratar-se de pequeno valor; a cinco, a impugnação do valor da verba Página 2 de 3 honorária pericial poderia ter sido feita nas razões recursais, e não o foi, ficando a questão preclusa; e, a seis, a matéria tem sido assim decidida nos tribunais, em situações semelhantes: "Estando comprovada a insuficiência de recursos para a realização de exame de DNA, o necessitado tem direito à assistência judiciária integral e gratuita, devendo o Estado custear a perícia, por força da , autoaplicabilidade do disposto no art. 5° LXXIV da CF (STF-RT 800/201) O STF julgou que não viola a CF a decisão que dispõe caber ao Estado o custeio de exame pericial de DNA aos beneficiários da justiça gratuita (STF-1ª T. RTJ 183/727 e RF 369/265; STF-2ª T. RE 224.775-6, Min. Néri da Silveira, j. 8.4.02, DJU 24.5.02) Como não se pode exigir do perito que assuma o ônus financeiro para execução desses atos, é evidente que essa obrigação deve ser desincumbida pelo Estado, a quem foi conferido o dever constitucional e legal de prestar assistência judiciária aos necessitados (STJ-4ª T. REsp 131.815, Min. Cesar Rocha, j. 16.6.98, DJU 28.9.98). Ponderando que o perito indicado não é obrigado a aceitar o encargo, pois `não é obrigado a trabalhar de graça ou trabalhar para receber do Estado somente depois': JTJ 173/178. Entendendo que tais despesas não competem ao perito: JTJ 164/213. Afirmando a responsabilidade do Estado nesses casos: JTJ 161/49, 285/307, 299/417, 302/213" (Brasil. Código de processo civil e legislação processual em vigor / Theotonio Negrão, José Roberto F. Gouvêa e Luis Guilherme A. Bondioli; com a colaboração de João Francisco Naves da Fonseca 42. ed. São :8, Paulo: Saraiva, 2010, LAJ, art. 3° p. 1191) Por essas razões, nos termos do art. 557 do CPC nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 6 de setembro de 2011. Jorge Vargas Relator Página 3 de 3

0035 . Processo/Prot: 0822850-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/227695. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00002271 Obrigação de Fazer. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Gustavo Saldanha Suchy, Janaina Giozza Avila. Agravado: Terezinha do Rocio Amaral. Advogado: Ana Paula Provesi da Silva. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Despacho em separado.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822850-0 DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 14ª VARA CÍVEL. AGRAVANTE: BANCO ITAÚ S/A. AGRAVADA: TEREZINHA DO ROCIO AMARAL RELATOR: DESEMBARGADOR JOÃO DOMINGOS KÜSTER PUPPI. Vistos estes autos de agravo de instrumento nº 822850-0, no qual é agravante Banco Itaú S/A. e, agravada, Terezinha do Rocio Amaral. Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão (fls. 64/65-TJ), na qual o juízo a quo deferiu o pleito de antecipação de tutela e determinou que a instituição financeira determine a retirada do nome da autora dos cadastros de inadimplentes no prazo de 48 h, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais). Irresignada, a agravante pretende a reforma da decisão, sob o fundamento de que a discussão judicial não impede a restrição do nome do inadimplente dos cadastros próprios. Demais disso, que a multa AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822850-0 8ª CCÍVEL em questão acarretaria enriquecimento sem causa da parte contrária e que deveria ser fixada com base nos critérios de proporcionalidade e razoabilidade. Ao final, pugnou pela antecipação da tutela recursal e pelo provimento do agravo de instrumento. É o relatório. II. A concessão de efeito suspensivo ao agravo de instrumento constitui exceção e somente deve ser deferida quando presentes, de forma induvidosa, os pressupostos que a autorizam. Deixo de conceder o efeito suspensivo pleiteado, pois comprovado o vínculo jurídico existente entre as partes e a ausência de transferência do veículo, conforme consta de fls. 38 (solicitação de cancelamento do gravame). III. Intime-se a agravada para apresentar contraminuta no prazo legal. IV. Requisitem-se as informações junto ao juízo a quo. Cumpridas as providências mencionadas, voltem- me conclusos. Curitiba, 05 de setembro de 2011. João Domingos Küster Puppi Desembargador AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822850-0 8ª CCÍVEL

0036 . Processo/Prot: 0823181-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/190745. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0002153-75.2006.8.16.0001 Anulação de Ato Jurídico. Apelante: Romy Scalcon & Cia Ltda, A Boutique Infantil. Advogado: Giuseppe de Andrade Cancian. Apelado: Charlston Ferreira Cordeiro. Advogado: Luciano da Silva Busato. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Revisor: Des. Jurandyr Reis Junior. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

I Compulsando-se os autos não foi encontrada procuração ou substabelecimento outorgando poderes ao advogado subscritor das contrarrazões interpostas por Charlston Ferreira Cordeiro, razão pela qual, com fundamento no artigo 13 do Código de Processo Civil, determino a intimação do advogado do autor para que, em cinco dias, regularize sua representação processual, sob pena de não conhecimento do recurso. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO Relator

0037 . Processo/Prot: 0823330-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/232141. Comarca: Cidade Gaúcha. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2008.00000775 Ordinária. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo, Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda. Agravado: Jair Pereira da Silva, Maria Lizegte de Lima Araujo, Maria do Carmo da Silva. Advogado: Leonidas Macedo Loyola, Giorgia Enrietti Bin, Simone Martins Cunha. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decisão em separado.

Vistos, estes autos de agravo de instrumento sob nº 823330-7 de Cidade Gaúcha Vara Única, em que é agravante Companhia Excelsior de Seguros e, agravado Jair Pereira da Silva e outros. Trata-se de agravo de instrumento interposto por Companhia Excelsior de Seguros, contra decisão de fls. 76/81-TJ, que deferiu a produção de prova pericial com a inversão do ônus probatório. Argumenta o agravante, em síntese, a inaplicabilidade do CDC e a impossibilidade de inversão do ônus da prova. Requereu a atribuição do efeito suspensivo ao recurso. É o relatório. Estão presentes os pressupostos processuais para o conhecimento do recurso. Trata-se de ação de responsabilidade obrigacional ajuizada pelos agravantes em face à agravada. Da aplicação do CDC e da Inversão do Ônus da Prova. AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 823330-7 8a Câmara Cível Ocorre, que o contrato de financiamento imobiliário, e o acessório contrato de seguro habitacional regem-se pelas disposições do Código de Defesa do Consumidor, nesse sentido: "Direito civil e processual civil. Recurso especial. Agravo de Instrumento. Revisional. Sistema Financeiro da Habitação. CDC. Tabela Price. Fundamentação deficiente. - Aplica-se o CDC aos contratos de mútuo habitacional pelo SFH. - A existência, ou não, de capitalização de juros no sistema de amortização conhecido como Tabela Price, constitui questão de fato, a ser solucionada a partir da interpretação das cláusulas contratuais e/ou provas documentais e periciais, quando pertinentes ao caso. - Inviável o recurso especial no ponto em que a deficiência da fundamentação não permite a exata compreensão da controvérsia. Agravo no agravo de instrumento não provido." (STJ, AgRg no Ag 822524/DF, Terceira Turma, Rela. Mina. Nancy Andrighi, julgado em 15/03/2007) " 1. Caracterizada como de consumo a relação entre o agente financeiro do SFH, que concede empréstimo oneroso para aquisição de casa própria, e o mutuário, as respectivas avenças estão vinculadas ao Código de Defesa do Consumidor - Lei n. 8.078/90.(...)" (TRF4, AC 2003.71.12.004140-0, Primeira Turma Suplementar, Relator do Acórdão Fernando Quadros da Silva, DJ 05/07/2006) "PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SFH. APLICAÇÃO DO CDC. SEGURO HABITACIONAL CLÁUSULA QUE OBRIGA A CONTRATAÇÃO DA SEGURADORA ESCOLHIDA PELO AGENTE FINANCEIRO. AFASTAMENTO DA IMPOSIÇÃO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. I - Já não se discute a incidência do CDC nos contratos relacionados com o SFH (REsp 493.354/Menezes Direito, REsp 436.815/Nancy Andrighi, Ag 538.990/Sálvio). II - Correta a decisão que não conhece do recurso, na parcela em que não se impugna especificamente o fundamento legal utilizado pelo Tribunal de origem, para AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 823330-7 8a Câmara Cível afastar cláusula contratual que obriga o mutuário do SFH a contratar a seguradora escolhida pelo agente financeiro." (STJ, AgRg no REsp 876837/MG, Terceira Turma, Min. Humberto Gomes de Barros, julgado em 04/12/2007) Portanto, é cabível a aplicação do CDC ao feito. Assim, correta a decisão do Mm Magistrado que inverteu o ônus da prova mas determinou que os honorários periciais sejam pagos no fim da demanda. Conclui-se, portanto, que necessita ser mantida a decisão, mantendo-se a inversão do ônus da prova. Sendo assim, com fulcro no artigo 557, caput do Processo Civil, nego seguimento ao recurso. Nesse sentido, adequada é a lição da professora Maria Berenice Dias acerca do tema: "(...) o legislador, além de albergar as hipóteses em que se verificava ausência de pressuposto de admissibilidade ou causas de prejudicialidade, de modo expresso permitiu a rejeição do recurso manifestamente improcedente ou contrário à súmula do respectivo tribunal ou tribunal superior. De maneira mais clara foi assegurada a apreciação singular do mérito do próprio recurso, para julgá-lo improcedente. Somente o acolhimento do recurso persistia como prerrogativa exclusiva do colegiado. (...) Facultado o julgamento monocrático, quando a decisão recorrida se afasta do pensamento uniforme da corte julgadora, não há como reputar infringido qualquer direito da parte. A diretriz política de adotar o sistema colegiado de julgar, quando a lei impõe o singular, não cria exceção ao princípio, dando origem a uma interpretação restritiva de tal faculdade. Ao contrário. Nessa hipótese, o julgamento coletivo não é simples abrir mão de uma faculdade legal, mas, sim, o descumprimento de um dever decorrente de lei. O fato de a lei ter adotado uma nova modalidade de julgamento não violenta o princípio do devido processo legal. Vale ainda sublinhar, como bem observa Athos Gusmão Carneiro, que o relator, em casos tais, não estará decidindo por 'delegação' do colegiado a que pertence, mas sim exerce poder jurisdicional que lhe foi outorgado por lei". (DIAS, Maria Berenice. As decisões AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 823330-7 8a Câmara Cível monocráticas do artigo 557 do Código de Processo Civil. Disponível em: site Mundo Jurídico. URL: (acesso em 18 set. 2008). Em face a tais colocações, com base no artigo 557, caput, do CPC, nego seguimento ao recurso. Curitiba, 05 de setembro de 2011 João Domingos Küster Puppi Desembargador Relator AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 823330-7 8a Câmara Cível

0038 . Processo/Prot: 0823359-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/231962. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0005983-77.2011.8.16.0129 Execução de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Agenor Gabriel Linhares. Advogado: Cristiane Uliana. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decisão em separado.

Vistos, estes autos de Agravo de Instrumento n.º 823359-2 de Paranaguá 1ª Vara Cível, em que é agravante Petrobrás Petróleo Brasileiro S.A. e, agravado AGENOR GABRIEL LINHARES. Trata-se de agravo de instrumento interposto por Petrobrás Petróleo Brasileiro S.A. contra a r. decisão de fls. 49-TJ, proferida em Execução Provisória de Sentença, sob 5983/2011, na qual o MM. Juiz a quo fixou honorários advocatícios em sede de execução provisória e determinou o pagamento da condenação sob pena de incidência da multa de 10% do artigo 475-J. A Agravante alega, em síntese, não ser pertinente a fixação de honorários advocatícios em fase de execução provisória, diante da completa ausência de previsão legal para tanto, bem como por se tratar de mera faculdade do credor, não tendo havido inércia por parte da executada. Sustenta também, a impossibilidade de incidência da multa do artigo 475-J. AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823359-2 8ª CCÍVEL Nesse sentido, requer a atribuição de efeito suspensivo à decisão agravada e, no mérito, o provimento do agravo, para afastar a incidência dos honorários advocatícios, e da multa. Subsidiariamente, pleiteia a redução do percentual arbitrado. É o

relatório. O artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, estabelece que se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso. O presente agravo de instrumento se amolda ao enunciado. Da Multa do 475-J. Alega a Agravante que a decisão que determinou a incidência da multa contida no art. 475-J do Código de Processo Civil merece reforma, uma vez que tal penalidade não é cabível ou compatível com o caráter provisório da execução. Com a nova disciplina para o cumprimento da sentença ("execução" de título judicial), trazida pela Lei nº 11.232/2005, o adimplemento da obrigação de pagar quantia certa contida no título exequendo deve ser realizado espontaneamente pelo sucumbente no prazo de 15 dias, sob pena da incidência de multa de 10% sobre o montante devido, tudo conforme a dicção do art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil. O tema da possibilidade de incidência da multa antes do trânsito em julgado da decisão, pela inexistência de recurso recebido com efeito suspensivo, é controvertido e foi amplamente debatido na doutrina e na jurisprudência. Contudo, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não admitir a aplicação da multa do art. 475-J do CPC em execução provisória, sob o fundamento de que, ao contrário da execução definitiva, a provisória não tem como objetivo principal o pagamento da dívida, mas, tão somente, a antecipação dos atos executivos, a fim de assegurar o resultado útil da execução. Ainda, definiu que o termo AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823359-2 8ª CCÍVEL "condenado" constante no aludido artigo pressupõe a existência de condenação definitiva. O pagamento de quantia certa objeto do decreto condenatório para ver-se o sucumbente desonerado da multa prevista no art. 475-J do CPC seria logicamente incompatível (preclusão lógica) com o interesse recursal em ver reformada a sentença objurgada. Ademais, o pagamento voluntário da dívida corresponderia ao reconhecimento da obrigação, e, em consequência, à extinção do vínculo obrigacional. Logo, concluindo-se pela inaplicabilidade da multa contida no art. 475-J do CPC quando pendente recurso contra a sentença condenatória, merece guarida, neste ponto, o pedido de reforma da decisão agravada feito pela Executada. Sobre o assunto, colhe-se das decisões do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL - MULTA DO ART. 475-J DO CPC - INCIDÊNCIA NA EXECUÇÃO PROVISÓRIA - IMPOSSIBILIDADE - INCOMPATIBILIDADE LÓGICA - NECESSIDADE DE AFASTAMENTO DA MULTA. 1. O art. 475-J, com redação dada pela Lei n. 11.232/2005, foi instituído com o objetivo de estimular o devedor a realizar o pagamento da dívida objeto de sua condenação, evitando assim a incidência da multa pelo inadimplemento da obrigação constante do título executivo. 2. A execução provisória não tem como escopo primordial o pagamento da dívida, mas sim de antecipar os atos executivos, garantindo o resultado útil da execução. 3. Compelir o litigante a efetuar o pagamento, sob pena de multa, ainda pendente de julgamento o seu recurso, implica obriga-lo a praticar ato incompatível com o seu direito de recorrer (art. 503, parágrafo único do CPC), tornando inadmissível o recurso. 4. Por incompatibilidade lógica, a multa do art. 475-J do CPC não se aplica na execução provisória. Tal entendimento não afronta os princípios que inspiraram o legislador da reforma" (AgRg no Resp. n. 1126748/PR, rel. Min. Humberto Martins, j. 17-3-2011). "PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823359-2 8ª CCÍVEL INCOMPATIBILIDADE LÓGICA. AFASTAMENTO. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, a aplicação da multa do art. 475-J apenas é possível após o trânsito em julgado da sentença. 2. Exigir do litigante o pagamento da dívida sob pena de multa, na fase de execução provisória, implica obrigá-lo a praticar ato incompatível com o seu direito de recorrer, acarretando a inadmissibilidade do recurso, nos termos do art. 503, parágrafo único, do CPC. 3. Recurso especial provido" (REsp. n. 1209422/SP, rel. Min. Castro Meira, j. 2-12- 2010). No mesmo sentido, desta Câmara: "[...] APLICABILIDADE DA MULTA PREVISTA NO ART. 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. IMPOSSIBILIDADE. "A penalidade é incompatível com o instituto da execução provisória. A multa é cabível quando não ocorre o cumprimento voluntário da obrigação, o que somente é exigível com o trânsito em julgado da decisão. Conforme é consabido, a execução provisória ocorre por iniciativa do credor, não havendo, portanto, que se exigir o cumprimento voluntário da obrigação (AI n. 2008.049933-5, Rel. Des. Marcus Tulio Sartorato, DJ de 10-11-2009)" (AI n. 2008.049931-1, da Capital, rel. Des. Carlos Prudêncio, j.21-9-2010). Assim, o agravo merece provimento nesse ponto, para afastar a incidência do artigo 475-J. Dos Honorários Advocatícios. Inconformada, a Agravante pretende reformar a decisão para ver prevalecer a tese de que é indevida a fixação de honorários advocatícios por se tratar de execução provisória, sem o trânsito em julgado da decisão condenatória. Contudo, não assiste razão à Recorrente. A decisão agravada foi proferida nos seguintes termos: AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823359-2 8ª CCÍVEL (...) ficam arbitrados os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da execução, uma vez que o cumprimento imediato da decisão provisória far-se-á do mesmo modo que o cumprimento definitivo. (Art. 475-O, nota "3", do Código de Processo civil comentado artigo por artigo; Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero; Editora Revista dos Tribunais). A execução provisória vem regulada pelo art. 475-O do Código de Processo Civil, o qual determina que esta se processe do mesmo modo que a definitiva. Embora a Lei n° 11.232/2005 tenha extinguido o processo autônomo de execução, não afastou a possibilidade de que se fixem honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença mesmo provisória. Logo, se existe previsão legal no sentido de que a execução provisória tenha a mesma espécie de cumprimento que a definitiva, já que se trata de título judicial exeqüível, há que se reconhecer a possibilidade de o Juiz fixar honorários advocatícios para remunerar o trabalho do causídico. Nesse sentido: "(...) não se trata somente de identidade de procedimentos. A execução provisória traduz-se (...) numa antecipação dos atos executivos inerentes à tutela executiva final, baseada em título provisório (porquanto não há ainda sentença ou acórdão transitado em julgado). Assim, tal como ocorre na execução definitiva, a execução provisória tem por escopo obter a satisfação do credor. A diferença entre ambas reside tão-somente no título que as embasa. Justamente em razão de o título ser provisório é que se impuseram alguns limites próprios dessa particular característica à execução `provisória'. Bem se vê, portanto, que tanto o `processo' como o `procedimento' da execução definitiva e da execução provisória são iguais, ressalvando-se apenas que esta última, por se lastrear em título provisório, está sujeita a algumas regras com a finalidade de minimizar os efeitos de uma eventual reforma do título que a embasa" (Leonardo Ferres da Silva Ribeiro, AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823359-2 8ª CCÍVEL "Execução Provisória no Processo Civil". São Paulo: Método, 2006, p.181-182). Tampouco se pode deixar de levar em consideração que os honorários fixados na sentença ou acórdão são relacionados ao trabalho do advogado até aquela oportunidade, revelando-se adequado que seja remunerado pelo trabalho desenvolvido para o recebimento do crédito no pedido de cumprimento da sentença. Em esclarecedora decisão, a Ministra Nancy Andrighi, assim se posicionou: "PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NOVA SISTEMÁTICA IMPOSTA PELA LEI 11.232/05. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. - A alteração da natureza da execução de sentença que deixou de ser tratada como processo autônomo e passou a ser mera fase complementar do mesmo processo em que o provimento é assegurado, não traz nenhuma modificação no que tange aos honorários advocatícios. A própria interpretação literal do art. 20, §4º, do CPC não deixa margem para dúvidas. Consoante expressa dicção do referido dispositivo legal, os honorários são devidos `nas execuções, embargadas ou não'. - O art. 475-I, do CPC, é expresso em afirmar que o cumprimento da sentença, nos casos de obrigação pecuniária, se faz por execução. Ora, se nos termos do art. 20, §4º, do CPC, a execução comporta o arbitramento de honorários e se, de acordo com o art. 475-I, do CPC, o cumprimento da sentença é realizado via execução, decorre logicamente destes dois postulados que deverá haver a fixação de verba honorária na fase de cumprimento da sentença. - Ademais, a verba honorária fixada na fase de cognição leva em consideração apenas o trabalho realizado pelo advogado até então. - Por derradeiro, também na fase de cumprimento de sentença, há de se considerar o próprio espírito condutor das alterações pretendidas com a Lei 11.232/05, em especial a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. Seria inútil a instituição da multa do art. 475-J do CPC se, em contrapartida, fosse abolida a condenação em honorários, arbitrada no percentual de 10% a 20% sobre o valor da condenação. Recurso especial conhecido e provido." (STJ REsp AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823359-2 8ª CCÍVEL 1.028.855/SC, Corte Especial, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 05.03.2009). No que concerne ao pedido para redução da verba honorária arbitrada, melhor sorte assiste a Agravante. Em casos como o que se apresenta - execução provisória de título judicial - a fixação da verba honorária segue a regra do parágrafo 4º, do art. 20, do CPC. Assim, deverá ser feita equitativamente, considerando o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço e a natureza e importância da causa, o valor do trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. Com relação à discricionariedade do Órgão Julgador, convém destacar que a disposição do artigo 20, § 4º do Código de Processo Civil não impede a fixação da verba honorária com base em percentual sobre o valor da causa, não sendo obrigatório, pois, o arbitramento em valor certo. Estabelecidas estas premissas, cabe ressaltar que a discricionariedade conferida ao Juiz deve ser analisada à luz do princípio da equidade, razão pela qual a fixação dos honorários de sucumbência há de ser realizada em atenção aos princípios da causalidade, razoabilidade e proporcionalidade, além das normas das alíneas do art. 20, § 3º, do CPC, não se admitindo o arbitramento em quantum exagerado ou irrisório. Percebe-se, portanto, que nos processos de execução a sucumbência segue o princípio da causalidade e se mede de forma equitativa pelo Magistrado, levando em conta os critérios objetivos referidos nas alíneas "a", "b", e "c", do § 3º do art. 20 do CPC, e também os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de modo que não pode ser ignorado o montante exeqüendo. Destarte, mostra-se correta a verba honorária estipulada pelo Juiz em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa, já que mantém coerência com os demais processos relativos ao mesmo caso. Em caso análogo, já decidiu este Egrégio Tribunal de Justiça: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO INDENIZATÓRIA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823359-2 8ª CCÍVEL CABIMENTO - ARBITRAMENTO PROVISÓRIO - VERBA MANTIDA - FIXAÇÃO DE ACORDO COM OS DITAMES DO ART. 20, §3º, DO CPC - DECISÃO MONOCRÁTICA - ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC - NEGATIVA DE SEGUIMENTO. (TJPR-9ª C Cv, Despacho, Ag Instr 0643051-3. rel. Renato Braga Bettega). Assim, o percentual de 10% (dez por cento) observa os parâmetros estabelecidos no art. 20, §3º, do CPC. Diante do exposto, dou parcial provimento ao recurso, para o fim de afastar a incidência do artigo 475-J. Curitiba, 06 de setembro de 2011. JOÃO DOMINGOS KÜSTER PUPPI Desembargador Relator AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823359-2 8ª CCÍVEL

0039 . Processo/Prot: 0823887-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/196112. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 0005892-85.2008.8.16.0001 Obrigação de Fazer. Apelante: Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos. Advogado: Eduardo Batistel Ramos, Lizete Rodrigues Feitosa, Fábio Silveira Rocha. Apelado: Marcos Cesar de Pauli Cordeiro. Advogado: Cláudia Alessandra Stegues Pereira. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

APELAÇÃO CÍVEL N.º 823.887-1, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA- 6ª VARA CÍVEL. Intime-se o apelado Marco Cesar de Pauli Cordeiro para, no prazo de 05 (cinco) dias, regularizar a representação processual, considerando a inexistência nos autos de procuração outorgada ao advogado que substabeleceu às fls. 329 (Dra. Fernanda Andrade e

Silva Barion OAB/PR 47.193), sob pena de não conhecimento do recurso. Curitiba, 22 de setembro de 2011 Guimarães da Costa Desembargador Relator

0040 . Processo/Prot: 0823952-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/229919. Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0002332-02.2011.8.16.0173 Cobrança. Agravante: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Claudio Giroto, Rafael da Cruz de Queiroz, Elizeu de Souza, Eliane Aparecida Vieira. Advogado: Braz Reberte Pedrini, Alex Reberte, Douglas Andrade Matos. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios Decisão em separado.

Vistos estes autos de agravo de instrumento nº 823952-3 em que é agravante Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. e, agravado Cláudio Giroto e outros. Trata-se de agravo de instrumento interposto pela ora agravante contra o r. despacho proferido às fls. 66/67-TJ, em demanda de cobrança sob o nº 2332/2011, proposta pelo ora agravado em face da agravante. A decisão agravada deferiu a produção de prova pericial, nomeando perito para tanto, invertendo o ônus probatório. Tempestivamente, a agravante interpôs o presente, pleiteando pela reforma da decisão, para o fim de que laudo deve ser elaborado pelo IML da jurisdição do acidente ou do domicílio do autor. Ao final, pleiteia pelo efeito suspensivo recursal, bem como pelo seu provimento. É o relatório. Inicialmente, cumpre observar que se trata de recurso de cognição sumária, restrito ao exame do custeio da prova pericial, à qual foi determinada como de responsabilidade da seguradora. Há que se reconhecer que o aparato estatal, muitas vezes, não tem condições de atender com celeridade os pedidos realizados, sobretudo em função das condições do local e do reduzido número de funcionários, mas a lamentável situação das instituições estatais não pode ser óbice ao direito do segurado. É necessário ressaltar que após a Medida Provisória 451/2008, o artigo 5º da Lei nº 6.194/74 passou a determinar, no seu § 5º, que: AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823952-3 8ª CCÍVEL Art. 5º. (...) §5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. Portanto, deve o magistrado singular, oficiar àquele instituto, para o fim de designar data para a realização de perícia, no prazo máximo de 90 dias. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - DESPACHO QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR PARA DETERMINAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE EXAME NO IML - APLICAÇÃO DO ART 5º § 4º E 5º DA LEI Nº6194/74 - RECURSO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - ARTº. 557 § 1º 'A' - DO CPC - PROVIMENTO. (TJPR. Despacho em AI nº 0522663-1. 9ª Câmara Cível. Rel. Sérgio Luiz Patitucci. Publicação: 11/09/2008). Lembre-se, ademais, que a realização de perícia pelo IML não traz nenhum prejuízo à agravada, já que tem por objetivo apenas a comprovação da invalidez permanente. Adequada é a lição da professora Maria Berenice Dias acerca do tema: (...) o legislador, além de albergar as hipóteses em que se verificava ausência de pressuposto de admissibilidade ou causas de prejudicialidade, de modo expresso permitiu a rejeição do recurso manifestamente improcedente ou contrário à súmula do respectivo tribunal ou tribunal superior. De maneira mais clara foi assegurada a apreciação singular do mérito do próprio recurso, para julgá-lo improcedente. Somente o acolhimento do recurso persistia como prerrogativa exclusiva do colegiado. (...) Facultado o julgamento monocrático, quando a decisão recorrida se afasta do pensamento uniforme da corte julgadora, não há como reputar infringido qualquer direito da parte. A diretriz política de adotar o sistema AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823952-3 8ª CCÍVEL colegiado de julgar, quando a lei impõe o singular, não cria exceção ao princípio, dando origem a uma interpretação restritiva de tal faculdade. Ao contrário. Nessa hipótese, o julgamento coletivo não é simples abrir mão de uma faculdade legal, mas, sim, o descumprimento de um dever decorrente de lei. O fato de a lei ter adotado uma nova modalidade de julgamento não violenta o princípio do devido processo legal. Vale ainda sublinhar, como bem observa Athos Gusmão Carneiro, que o relator, em casos tais, não estará decidindo por `delegação' do colegiado a que pertence, mas sim exerce poder jurisdicional que lhe foi outorgado por lei. (DIAS, Maria Berenice. As decisões monocráticas do artigo 557 do Código de Processo Civil. Disponível em: site Mundo Jurídico. URL: (acesso em 03 fev. 2009) Em face do exposto, por se tratar de decisão em confronto com a jurisprudência dominante deste tribunal, dou provimento ao agravo de instrumento, para o fim de determinar que a perícia seja realizada pelo IML, sob as penas da lei, o que faço com respaldo no artigo 557, § 1º do Código de Processo Civil. Curitiba, 05 de setembro de 2011. João Domingos Küster Puppi Desembargador Relator AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823952-3 8ª CCÍVEL

0041 . Processo/Prot: 0824775-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/259436. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00000163 Indenização. Agravante: Nutrella Alimentos S/a. Advogado: Odorico Tomasoni, Roseane Riesel. Agravado: Doane Esli Vieira, João Vitor Vieira Bittencourt, João Guilherme Vieira Bittencourt (Representado(a)). Advogado: Luis Roberto Ahrens. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA 11ª VARA CÍVEL AGRAVANTE: NUTRELLA ALIMENTOS S/A AGRAVADOS: DOANE ESLI VIEIRA E OUTROS RELATOR: DES. JURANDYR REIS JÚNIOR Vistos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 824.775-0, oriundos da 11ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figuram como agravante: NUTRELLA ALIMENTOS S/A e agravados: DOANE ESLI VIEIRA, JOÃO VITOR VIEIRA BITTENCOURT, JOÃO GUILHERME VIEIRA BITTENCOURT e DOANE ESLI VIEIRA, qualificados nos autos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra a decisão de fls. 570/573-TJ (fls. 560/563 dos autos originais), que ao sanear o feito, deferiu pedido liminar para fixação de verba alimentar provisória em prol dos agravados em sede da ação de indenização decorrente de acidente automobilístico que teria vitimado Carlos Eduardo Pinho Bittencourt. Sustenta em suas razões recursais (fls. 02/09-TJ) que a decisão singular seria nula por ausência de fundamentação, bem como que inexistem provas suficientes da responsabilidade da agravante quanto ao acidente automobilístico, tampouco do valor recebido pelo de cujus. Argumenta que o quantum arbitrado seria exorbitante, prescindido sua redução a um salário mínimo, sob pena de ensejar-lhe danos de difícil e incerta reparação. Ao final, pugnou pela concessão de efeito suspensivo até ulterior deliberação do órgão colegiado quando pretende que seu recurso seja conhecido e provido. É o relatório. Numa análise sumária das provas encartadas aos presentes autos em cotejo com a decisão agravada, bem como os argumentos da agravante, não é possível se concluir pela concessão do efeito suspensivo pretendido. De fato, na espécie, não obstante o mérito da questão deva ser apreciado em juízo exauriente, num primeiro momento não se constata um dos requisitos necessários à suspensão da decisão recorrida, qual seja, a forte plausibilidade de ser acolhida à tutela recursal pretendida quando do julgamento final do recurso (CPC, art. 527, inc. III c/c o art. 558), pois inicialmente se extrai dos autos que indícios de responsabilidade da agravante pelo evento danoso que vitimou o companheiro e genitor dos agravados a ensejar a possibilidade da manutenção da verba alimentícia arbitrada. Outrossim, extrai-se que, em atenção ao princípio da proporcionalidade, os danos advindos aos agravados seriam superiores ao eventualmente sofrido pela agravante, máxime tratar-se de empresa aparentemente de grande porte com possibilidade de arcar com tal encargo sem dificuldades. Nessas condições, indefiro o efeito suspensivo almejado, com fulcro no artigo 558 do Código de Processo Civil. Intimem-se os agravado para, querendo, apresentarem reposta no prazo legal. À Assessoria deste Gabinete para que comunique o juízo singular o conteúdo desta decisão, bem como requisite informações, nos termos do inciso IV, do artigo 527 do Código de Processo Civil, mediante o Sistema `Mensageiro'. Oportunamente, dê-se vista dos autos à Egrégia Procuradoria- Geral de Justiça. Diligências necessárias. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. JURANDYR REIS JUNIOR Relator

0042 . Processo/Prot: 0824793-8 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/318252. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0006234-08.2005.8.16.0129 Indenização. Apelante (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelante (2): Adilson Vieira. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Revisor: Des. João Domingos Kuster Puppi. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

APELAÇÃO CÍVEL N.º 824.793-8, DA COMARCA DE PARANAGUÁ - 1ª VARA CÍVEL Intime-se o apelante Adilson Vieira para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar a representação processual, substituindo a fotocópia simples da procuração (fls.15) outorgada ao seu causídico (Dr. Fabiano Neves Macieywski - OAB/PR 29.043), pelo respectivo original ou pela fotocópia autenticada, tendo em vista a ineficácia do referido documento, sob pena das sanções legais. Após, à conclusão. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Guimarães da Costa Desembargador Relator

0043 . Processo/Prot: 0825682-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/246878. Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 2005.00000106 Cobrança. Agravante: Liberty Paulista Seguros S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi, Ellen Karina Borges Santos, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Greice Adriana Simões. Agravado: Idalina Ribeiro dos Santos. Advogado: Adriana Aparecida Martinez, Carina Marini. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

COMARCA DE NOVA ESPERANÇA VARA CÍVEL E ANEXOS AGRAVANTE: LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A AGRAVADA: IDALINA RIBEIRO DOS SANTOS RELATOR: DES. JURANDYR REIS JÚNIOR Vistos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 825.682-4, oriundos da Comarca de Nova Esperança Vara Cível e Anexos, em que figura como agravante: LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A e agravada: IDALINA RIBEIRO DOS SANTOS, com qualificações nos autos. Trata-se de Agravo de Instrumento, interposto por LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A, em razão da decisão (fls. 129-TJ) proferida nos autos nº 106/2005 de Ação de Cobrança em fase de cumprimento de sentença, que rejeitou alegação de erro material na sentença, por considerar que está precluso ao devedor a possibilidade de revisão do julgamento, máxime todos os recursos interpostos já terem sido decididos, constituindo-se a coisa julgada. A parte agravante sustenta em suas razões que a execução está embasada em erro material constante no dispositivo da sentença que ao invés de condená-la ao pagamento de 18,5 salários mínimos fez constar erroneamente 21,5 salários mínimos, o que merece modificação, com espeque no art. 463, inciso I do Código de Processo Civil. Salienta, ainda, que efetuou o depósito do valor que entende devido e que o juízo singular não pode determinar o cumprimento de sentença ex officio, de modo que não pode haver a incidência da multa prevista no art. 475-J do Código de Processo Civil. Ao final, pugnou pela suspensão da decisão agravada até ulterior deliberação do órgão colegiado, quando pretende que seu recurso seja conhecido e provido. É o relatório. Numa análise superficial das provas encartadas aos presentes autos em cotejo com os argumentos da parte agravante, é possível se concluir pela concessão do efeito postulado. Na espécie, inobstante o mérito da questão deva ser apreciado em juízo exauriente, neste momento se constata que as alegações e as provas encartadas ao processo expressam de modo inequívoco a verossimilhança das alegações deduzidas pela parte agravante, pois em sede de juízo de cognição sumária, se extrai a possibilidade de que a decisão singular possa ser alterada com o julgamento final deste agravo, máxime o fato de que aparentemente o dispositivo da sentença exeqüenda encontra-se em dissonância dos fundamentos expostos pelo julgador,

o que leva a crer que efetivamente há possibilidade de erro material. Outrossim, a continuidade do cumprimento de sentença poderá ensejar prejuízos à agravante, máxime a incidência da multa prevista no art. 465-J do Código de Processo Civil. Nessas condições, defiro o efeito suspensivo almejado para suspender a decisão atacada quanto a seus itens "2" e "4" (fls. 129-TJ) até ulterior deliberação deste colegiado, com fulcro no artigo 558 do Código de Processo Civil. Consigno, por outro lado, não ser caso de se transformar este agravo de instrumento em retido (CPC, art. 522), considerando que foi manejado em sede de cumprimento de sentença. À parte agravada para, querendo, apresentar resposta no prazo legal. À Assessoria deste Gabinete para que comunique e requisite informações ao eminente juízo a quo, nos termos do inciso IV, do artigo 527 do CPC, através do sistema `mensageiro'. Intimem-se. Demais diligências necessárias. Curitiba, 23 de setembro de 2011. DES. JURANDYR REIS JUNIOR Relator

0044 . Processo/Prot: 0826679-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/273137. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0028844-82.2009.8.16.0014 Cobrança. Apelante: Andre Massaiti Nagata. Advogado: Robson Sakai Garcia. Apelado: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Márcia Satil Parreira, Rafael Santos Carneiro. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Não obstante a seguradora apelada tenha promovido a juntada de instrumento procuratório e de substabelecimentos às fls. 52/57 e 94/99 dos autos, não consta nestes que tenha sido conferido poderes à advogada subscritora do recurso de apelação. Destarte, à Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A para que regularize sua representação processual, em 10 (dez) dias, sob pena de serem considerados inválidos os atos praticados. Diligências necessárias.

0045 . Processo/Prot: 0826890-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/241464. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 1995.00000910 Cobrança. Agravante: Condomínio Conjunto Residencial Ouro Fino. Advogado: Kely Cristina Dulskis Bueno. Agravado: José Diniz Goulart Borges. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Trata-se de Agravo de Instrumento (f. 02/14 - TJ) interposto em face de decisão interlocutória (f. 173) proferida pelo Juízo da 17ª Vara Cível da Comarca de Curitiba que indeferiu o pleito de nulidade do título executivo judicial e de modificação do pólo passivo na demanda. Insatisfeito, o agravante sustenta: (a) que propôs ação de cobrança de taxas condominiais em face do ora agravado em 1995; (b) que o requerido não compareceu à audiência designada e a mesma realizou-se sem sua presença ou de seu procurador, entretanto, o irmão do agravado apresentou-se e comprometeu-se a efetuar o pagamento do débito em 8 parcelas; (c) que este suposto irmão do agravado não fora qualificado no termo de audiência e sequer consta seu nome no documento, logo, o ato é nulo, eis que esta terceira pessoa não é parte na relação processual; (d) que não consta nos autos instrumento procuratório para representar o agravado, assim, não é possível afirmar sua vontade em realizar a transação; (e) que o acordo homologado não foi publicado e não há nos autos certidão de intimação do ato, uma vez que o juízo singular deu as partes por intimadas na audiência; (f) que recebeu uma pequena parcela do débito e o apartamento foi vendido a terceiros, sem ônus, motivo pelo qual não teve seu crédito satisfeito; (g) que provavelmente ocorreu uma fraude, cometido por um terceiro interessado na venda do apartamento que, dotado de má-fé e com a anuência do juízo, conseguiu o objetivo de transferir a titularidade do imóvel e consolidou um título executivo em nome de terceiro que não representava; (h) que a dívida tem natureza propter rem; (i) que uma vez que o primeiro proprietário do bem não compareceu para apresentar defesa, o processo deve correr à revelia e, como no curso do processo houve a transmissão da propriedade, os novos adquirentes devem integrar a lide como partes no polo passivo; (j) que pretende a atribuição de efeito suspensivo ao recurso. É a breve exposição. Decido. Os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal estão presentes, motivo pelo qual o recurso deve ser conhecido. Limito-me nessa oportunidade à apreciação do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Como se sabe, a concessão de efeito suspensivo em agravo de instrumento depende da constatação, em juízo sumário de cognição, de dois requisitos: (a) a plausibilidade do direito invocado, que se consubstancia pela verossimilhança das alegações da parte verificável pela relevância da fundamentação; e (b) a urgência, aferível pela possibilidade de a não concessão vir a causar à parte danos irreparáveis ou de difícil reparação em virtude da demora na apreciação do mérito recursal, conforme estabelece o artigo 558, do Código de Processo Civil. Pois bem. Ponderando-se as razões recursais e levando em consideração as particularidades próprias do caso, reputo presentes os requisitos necessários à antecipação dos efeitos da tutela recursal. Conforme relatado, cinge-se a controvérsia à possibilidade de declaração de nulidade de título executivo extrajudicial e de substituição do polo passivo em demanda de cobrança de taxas condominiais. Assim, deve-se ponderar que o único interessado no prosseguimento da execução é o próprio Condomínio agravante e este pugnou pela suspensão temporária do feito. Diante de tais ponderações, atribuo efeito suspensivo ao presente recurso. Oficie-se o juízo a quo comunicando do teor da decisão e, no prazo de dez dias, preste informações necessárias, inclusive quanto à observância do teor do artigo 526, do Código de Processo Civil. Intime-se a agravada para, querendo, oferecer resposta, no prazo legal. Autorizo o Chefe da Seção a subscrever os ofícios necessários. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora Designada

0046 . Processo/Prot: 0827313-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/247986. Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0008164-46.2010.8.16.0045 Cobrança. Agravante: Itau Seguros S.a.. Advogado: Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Flávio Penteado Geromini, Juliane Feitosa Sanches. Agravado: Edilza de Cassia Nicolau. Advogado: Fábio Viana Barros. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

1 - Trata-se de Agravo de Instrumento, interposto contra a decisão do MM Juiz de Direito da Vara Cível e Anexos da Comar- ca de Arapongas, proferida nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, sob n.º 0008164-46.2010.8.16.0045 que determinou a realização de perícia por expert indicado pelo juízo, bem como que a agravante arque com os respectivos honorários, aduzindo para tanto que a aludida decisão seria ilegal, pois desconsidera a previsão do art. 5.º, § 5.º da Lei 6.194/74, que determina que nos casos de invalidez, para efeitos de indenização pelo seguro DPVAT, a perícia será realizada de forma gratuita pelo IML da jurisdição do acidente, sendo que a determinação de realização de perícia por outro profissional e, ademais, ao encargo da agravante se mostra ilegal e abusiva, posto que a produção de tal prova compete á autora, uma vez que foi por ela requerida na inicial. Com base nestes argumentos, pugna pelo provi- mento do presente recurso de Agravo de Instrumento, sendo reformada a decisão determinando o efeito suspensivo e o afastamento da obrigação por ela tida por ilegal. 2- Da análise da petição inicial, colacionada por cópia às fls. 34-43-TJPR, extrai-se que a suplicante teria ficado inválida permanentemente, em razão de um acidente automobilístico ocorrido em 23/11/2003. A Seguradora, ora agravante, em contestação (fls. 75/104-TJPR), pleiteou a produção de prova pericial para comprovação das lesões. O Juiz de primeiro grau, ao sanear o feito, enten- dendo ser necessária a verificação da invalidez da suplicante, determinou a realização de perícia judicial, consignando que o depósito dos honorários periciais é incumbência da Seguradora, por sofrer o ônus processual pela ausência na produção da prova, a teor do que prevê o artigo 33, do Código de Processo Civil, bem como por entender presentes os requisitos para a inversão do ônus probatório no caso concreto vez que se trata de relação de natureza consumerista (fls. 32-TJPR). Feito este breve escorço fático, passo a análise dos argumentos vertidos. Dispõe o art. 5º, § 5º, da Lei nº 6.194/74 (com re- dação dada pela Lei nº 11.945/2009), in verbis: "O Instituto Médico Legal da jurisdição do aci- dente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais." Portanto, da interpretação deste dispositivo, con- clui-se que tal perícia é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não propriamente da Seguradora), visando atestar e quantifi- car as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos auto- motores de via terrestre, bem ainda, cuida dos casos de perícia para rece- bimento da indenização administrativamente, ou seja, se revela essencial somente para o recebimento da indenização na chamada fase da regulação do sinistro, ainda perante a seguradora. Agora, se a própria beneficiária pretende demons- trar a sua invalidez permanente, por meio de perícia, inclusive com oferta de quesitos (fls. 44-TJPR), produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que se submeta à fila do Instituto Médico Legal, o que poderia compro- meter o andamento da demanda, com a consequente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo à beneficiária. A propósito, seguem os seguintes precedentes desta Corte, acerca da matéria controvertida: "AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL - DECISÃO QUE DÁ PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PROVA PERICIAL - PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE EXAME JUNTO AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - INDEFERIMENTO - HONORÁRIOS PERICIAIS - FIXAÇÃO ADEQUADA - MANU- TENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1 - Considerando que o laudo pericial a ser reali- zado pelo Instituto Médico Legal - IML, previsto no art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de a- cidente causado por veículos automotor de via terrestre, se a própria beneficiária do seguro, pretende demonstrar a sua invalidez permanente, através de perícia judicial, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que a supli- cante se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conseqüente delonga no pagamento de e- ventual indenização, em evidente prejuízo à bene- ficiária. (...).(AI. nº 615.691-6/01, Rel. Des. Luiz Lopes, 10.ª Câmara Cível, julgado em 01/10/2009) AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PROVA PERICIAL - PEDIDO DE REALIZA- ÇÃO DE EXAME JUNTO AO INSTITUTO MÉ- DICO LEGAL - INDEFERIMENTO. RECURSO DESPROVIDO. O laudo pericial a ser realizado pelo Instituto Médico Legal IML, previsto no art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as le- sões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotor de via terrestre. Assim, se a própria beneficiária do seguro, pretende de- monstrar a sua invalidez permanente, através de perícia judicial, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Mé- dico Legal, e produzida sob o crivo do contradi- tório, não há razão para que a suplicante se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conse- qüente delonga no pagamento de eventual indeni- zação, em evidente prejuízo à beneficiária. (AI. nº 633.641-4/01, Rel. Des. Luiz Lopes, 10.ª Câ- mara Cível julgado em 10/12/2009). AGRAVO DE INSTRUMENTO - SEGURO O- BRIGATÓRIO (DPVAT) - POSSIBILIDADE DE NOMEAÇÃO DE PERITO PELO JUÍZO - NÃO VEDAÇÃO PELO ARTIGO 5º, §5º DA LEI 6.194/74, APLICÁVEL NA VIA ADMINISTRATIVA - PRECEDENTES. Seguimento negado.(AI nº 645.506-1, Rel.: Elizabeth M. F. Rocha, 10.ª Câmara Cível, julgado em 30/12/2009). Deste modo, se presente a necessidade da produ- ção da prova pericial, resta agora aferir a responsabilidade pelo pagamento dos honorários do perito corretamente nomeado pelo juízo recorrido. Dispõe o artigo 33, caput, do Código de Processo Civil, que a remuneração do perito "será paga pela parte que

houver re- querido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz." No caso concreto, como já mencionado, verifica-se que ambas as partes requereram a produção da prova pericial, e, deste modo, num primeiro momento, competiria à autora, ora recorrida, a res- ponsabilidade pelo pagamento de tal encargo. Ocorre que a autora ao mesmo tempo em que pleiteou a produção da prova, pugnou pela inversão do ônus probatório por en- tender que se trata de relação de consumo, o que foi acatado pelo juízo re- corrido, a meu ver de modo equivocado, conforme se vislumbra pelo cotejo dos seguintes julgados: "APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA - SEGURO DPVAT - CDC - NÃO APLICABILIDADE - SINISTRO OCORRIDO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº. 11.482/2007 - APLICAÇÃO DA LEI 6.194/74 SEM ALTERA- ÇÕES - INDENIZAÇÃO DEVIDA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO - VALOR INTEGRAL RECEBIDO - COMPLEMENTAÇÃO INDEVIDA - AUSÊN- CIA DE INTERESSE DE AGIR - SENTENÇA CONFIRMADA - I- A relação existente entre as partes, decorrente de acidente automobilístico que enseja a cobrança de seguro obrigatório DPVAT não é de consumo, a determinar a inci- dência do Código de Defesa do Consumidor , já que o seguro obrigatório decorre de lei e não de contrato. II- Como é cediço, as modifica- ções introduzidas pela Lei nº. 11.482/2007 so- mente incidirão sobre os eventos ocorridos após a sua publicação, hipótese que destoa da dos autos. Portanto, o salário mínimo deve ser aquele da da- ta do evento danoso, incidindo sobre esse valor correção monetária desde essa data, a teor do disposto no art. 3º da Lei nº. 6.194/74, sem as al- terações da Lei nº. 11.482/2007, porquanto são as regras legais anteriores às alterações feitas pe- la Lei 11.482 que servem de base para o julga- mento deste caso. III- Observando-se que as par- tes receberam exatamente a indenização a que fa- ziam jus, nada tendo a complementar, deve ser confirmada a sentença que julgou extinto o feito, por carência de ação." (TJMG - AC 1.0145.08.494079-3/001 - 13ª C.Cív. - Rel. Alber- to Henrique - DJe 14.09.2009) "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA DE DPVAT - COMPETÊNCIA - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NÃO APLICAÇÃO - A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício, conforme enun- ciado nº. 33 da súmula da jurisprudência domi- nante do STJ. Ausência de qualquer prejuízo às partes. Não se aplica à espécie o Código de Defesa do Consumidor diante da ine- xistência de relação de consumo, em razão da o- rigem legal do dever jurídico em contento". (TJMG - AI 1.0024.08.182964-0/001 - 15ª C.Cív. - Rel. Antônio Bispo - J. 26.05.2009); "PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO/DPVAT - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INAPLICABILIDADE - COMPETÊNCIA RELATIVA DECLINADA EX OFFICIO - IMPOSSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 33 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO - A relação existente entre as partes, decorrente de acidente automobilístico que enseja a cobrança de seguro obrigató- rio DPVAT não é de consumo, a gerar a incidên- cia do Código de Defesa do Consumidor - A com- petência relativa não pode ser declina- da de ofício, à exceção da relação de consumo, conforme Súmula 33 do Superior Tribu- nal de Justiça . Tratando-se de direito pessoal, como é o caso da cobrança de valor decorren- te de seguro obrigatório DPVAT, a competência para processar e julgar a ação é a do domicílio do réu - Recurso conhecido e provido". (TJMG - AI 1.0024.09.485302-5/001 - 17ª C.Cív. - Relª Márcia de Paoli Balbino - J. 08.05.2009) Deste modo, não pode ser admitida a inversão do ônus probatório adotado pelo juízo recorrido, para atribuir à recorrente o encargo do pagamento dos honorários periciais. Contudo neste caso específico, observa-se que a agravada está amparada pelos benefícios da assistência judiciária gratuita, que compreende a isenção de pagamento de honorários periciais, nos ter- mos do artigo 3º, inciso V, da Lei nº 1.060/50. Acerca de tal aspecto da matéria dispõe o artigo 11, deste diploma legal, que "Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciários serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa". Da leitura deste dispositivo, infere-se que a benes- se da gratuidade processual deve ser informada ao perito, o qual, concor- dando, deverá apresentar o laudo, com o pagamento dos honorários pelo não beneficiário, se vencido, ao final do processo, ou pelo Estado. Oportuno se mostra citar, a respeito, a seguinte li- ção doutrinária: "A parte beneficiária da justiça gratuita está isen- ta de custas e despesas processuais, inclusive as despesas relacionadas à perícia. (...) O Estado, a quem cumpre prestar a assistência jurídica inte- gral, deve criar um fundo destinado ao custeio das despesas advindas de processos em que litigam beneficiários da gratuidade judiciária. Mesmo, porém, que inexista este fundo ou mesmo que não haja previsão orçamentária, deverá o Es- tado arcar com o custo do exame." (DIDIER JUNIOR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael; BRAGA, Paula Sarno. Curso de Direito Processual Civil: direito probatório, decisão judicial, cumprimento e liquidação da sentença e coisa julgada. v. 2. Sal- vador: Podivm, 2007. p. 195.) De qualquer modo, caso ocorra óbice intransponí- vel ao pagamento dos honorários da perícia, ainda existe a alternativa de nomeação de perito oficial, que pode ser, inclusive, do próprio IML. 3. Diante do exposto, dou provimento parcial ao recurso, para determinar que os honorários periciais sejam suportados, ao final do processo, pela parte vencida ou, se sucumbente a autora beneficiá- ria da assistência judiciária gratuita, pelo Estado, devendo ser oportunizada a manifestação do perito nomeado, para dizer se aceita o encargo nessas condições. 4- Publique-se, intimem-se, e oportunamente, bai- xem-se. Curitiba, 16 de setembro de 2.011. MARCO ANTONIO MASSANEIRO Relator

0047 . Processo/Prot: 0827333-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/203834. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 0006068-64.2008.8.16.0001 Cobrança. Apelante (1): Mafre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich, Thais Malachini. Apelante (2): Valmir de Cesaro Perito (maior de 60 anos), Maria Ana Serafim (maior de 60 anos). Advogado: José Antônio de Andrade Alcântara, Bárbara Letícia de Souza Spagnolo. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

APELAÇÃO CÍVEL N.º 827.333-4, FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 13ª VARA CÍVEL Intime-se a apelante Mapfre Vera Cruz Seguradora SA para, no prazo de 05 (cinco) dias, regularizar a representação processual, considerando a inexistência nestes autos de substabelecimento de procuração outorgada à advogada que subscreveu o recurso de apelação (Dra. Thaís Malachini - OAB/PR 49.856) e a ineficácia da assinatura do advogado Dr. Milton Luiz Cleve Küster - OAB/PR 7.919, às fls. 197/201, tendo em vista a ausência de certificação digital;sob pena de não conhecimento do recurso. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Guimarães da Costa Desembargador Relator

0048 . Processo/Prot: 0827450-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/240594. Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 0002351-63.2010.8.16.0069 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Aldemir Veieira da Slva, Edilson Aparecido Macedo. Advogado: Giorgia Enrietti Bin. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA AGRAVO DE INSTRUMENTO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO PRAZO QUE NÃO SE PRORROGA RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL, EIS QUE INTEMPESTIVO DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, COM BASE NO ART. 557, CAPUT, CPC, NEGA PROVIMENTO AO AGRAVO. I Trata-se de agravo de instrumento (f. 03/17) interposto contra decisão do juízo da Vara Cível de Cianorte (f. 82) que indeferiu o pedido de reconsideração (f. 79/81) da agravante, mantendo a decisão de f. 78 que fixou honorários periciais em R$3.000,00 (três mil reais) e determinou a intimação para pagamento no prazo de 20 (vinte) dias. Sustenta a agravante, em síntese: (a) que a manutenção do valor dos honorários pela vistoria é absurdamente alto para se fazer o exame em imóvel popular, mesmo porque, em outras Comarcas são ofertados valores bem inferiores; (b) que é notória a existência de dano grave, já que não haverá outro momento para discussão do valor; (c) que deve ser atribuído efeito suspensivo ao recurso. Por fim, os autos vieram conclusos para apreciação e julgamento do mérito recursal. É o relatório necessário. Decido, monocraticamente. Deixo de conhecer do recurso, pois inequívoca a sua intempestividade. Não consta nos autos a certidão de intimação da decisão que fixou honorários periciais em R $3.000,00 (três mil reais) e determinou a intimação para pagamento no prazo de 20 (vinte) dias (f. 78). Entretanto, pode-se concluir que a agravante deu-se por intimada ao apresentar o petitório de f. 79/81, em 30 de maio de 2011. A alegação de que a decisão que causou lesão à requerida foi a de f. 82 -TJ, publicada em 30.06.2011, não pode ser acolhida, pois esta decisão apenas ratificou a decisão proferida anteriormente. Este Tribunal pacificou o entendimento de que o prazo para interposição do agravo de instrumento inicia-se quando da intimação daquela decisão que haja causado o suposto gravame, e não daquela que desacolhe, posteriormente, dissimulado pedido de reconsideração: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO. LIMINAR. NATUREZA CAUTELAR. PEDIDO DE REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO. INDEFERIMENTO. INSURGÊNCIA. SEGUIMENTO NEGADO. INTEMPESTIVIDADE. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO. NÃO PROVIMENTO. Pedido de modificação ou revogação de liminar de natureza cautelar não tem o condão de suspender ou interromper o prazo para recurso de agravo de instrumento. A parte que se sente lesada com a decisão liminar pode formular pedido para que seja ela alterada, total ou parcialmente, alegando fatos novos. Não deve, no entanto, aguardar o pronunciamento do magistrado sobre esse requerimento para recorrer. Se assim procede corre o risco da preclusão. Ressalte-se que mesmo com a alegação de fato novo não há, interpondo-se o agravo de instrumento contra a decisão originária, supressão de instância. É que o magistrado de primeiro grau deve se manifestar, negativa ou positivamente, sobre as razões de agravo, em juízo de retratação. Modificando seu pronunciamento, o agravo perde objeto. Rejeitada a alegação de fato novo (o que pode ocorrer com simples ratificação da decisão), preservada se encontra a competência dos graus de jurisdição, possibilitando que o Tribunal aprecie o tema, sem que se possa cogitar de supressão de instância. Agravo interno não provido. (TJPR AGRAVO 0553013-4/01 6ª Câmara Cível Relator Juiz de Dto. Subs. em 2º grau Luiz Cezar Nicolau DJ 02.03.2009 grifo nosso) AGRAVO INOMINADO. EMBARGOS DE TERCEIRO. CONTESTAÇÃO QUE PEDE A REVOGAÇÃO DA ORDEM DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE SEM APRESENTAR NADA DE NOVO AO JUIZ. MERO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, O QUAL NÃO INTERROMPE NEM SUSPENDE O PRAZO RECURSAL. RECURSO DESPROVIDO. I. Nada de novo foi apresentado ao Juízo agravado na contestação a exigir dele manifestação acerca da ordem de reintegração de posse. Os fatos nela descritos, na realidade, já eram de pleno conhecimento do Juiz quando do deferimento da liminar nos embargos de terceiro propostos pelo ora agravado, tratando-se, pois, de mera insurgência contra o mérito da decisão. II. Sendo assim, considerando que a decisão que efetivamente teria causado alguma lesão à agravante foi a que determinou a reintegração de posse, e não aquela que manteve a decisão anterior, não há como não se reconhecer a intempestividade do agravo de instrumento. (TJPR AGRAVO 0512194-8/01 13ª Câmara Cível Relator Juiz de Dto. Subst. em 2º Grau Fernando Wolff Filho DJ 19.09.2008 grifo nosso) Posto isso, nego seguimento ao recurso, por ser manifestamente inadmissível, na forma do art. 557, caput, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora Designada

0049 . Processo/Prot: 0827967-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/262264. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00000418 Indenização. Agravante: Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial - Departamento Regional do Paraná. Advogado: Marco Antônio Guimarães, Rodrigo Pozzobon, Fernanda Ehalt Vann. Agravado: César Rogério dos Santos. Advogado: Vivalda Sueli Borges Carneiro, Eyder Lucio dos Santos, Joaquim Roberto Tomaz. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Agravante : Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Paraná. Agravado : César Rogério dos Santos. AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO INDENIZATÓRIA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO AFASTADA EM SENADOR IMPOSSIBILIDADE DE GERAR À AGRAVANTE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO CONVERSÃO EM AGRAVO RETIDO INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 522 E 527, II, DO CPC PODER-DEVER DO RELATOR AGRAVO DE INSTRUMENTO CONVERTIDO EM RETIDO. I Trata-se de Agravo de Instrumento (f. 02/15) interposto em face de decisão interlocutória (f. 17/18) proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Maringá que, em autos de Indenização por Dano Material, Moral e Estético, rejeitou a prejudicial de mérito relativa à prescrição da pretensão aduzida. Em suas razões, alega a parte requerida, ora agravante: (a) que o Juízo Singular entendeu corretamente pela aplicabilidade nos autos das disposições do Código Civil, que estipula em três anos o prazo prescricional para demandas que versem sobre reparação civil; (b) que, todavia, equivocou-se ao estipular que "a transação e os pagamentos das parcelas do acordo, representam atos inequívocos de reconhecimento do direito do autor, razão pela qual interrompem o prazo prescricional" (f. 17-TJ); (c) que mesmo interrompida a prescrição, tal fato se deu com a celebração do termo de transação entre as partes, ocorrida em 12.02.2003, extinguindo-se a exigibilidade da pretensão em fevereiro de 2006; (d) que, ademais, não se pode alegar que o termo aditivo à transação celebrada prorrogou o prazo prescricional, pois nos termos do art. 202 do Código Civil, a interrupção da prescrição se dá uma única vez; (e) que o termo final de tal acordo seu deu em dezembro de 2003, demonstrando que quando do ajuizamento da ação em fevereiro de 2007 já prescrita a pretensão; (f) que estão presentes os requisitos necessários à atribuição de efeito suspensivo ao recurso. É a breve exposição. De início, faz-se mister exercer o juízo de admissibilidade recursal, que só pode ser positivo caso estejam configurados e satisfeitos, cumulativamente, os requisitos intrínsecos e extrínsecos atinentes aos recursos. Nesse particular, observo que o recurso de agravo só poderá ser admitido na forma instrumental caso se verifique que a eficácia da decisão agravada tenha o potencial de causar à parte lesão irreparável ou de difícil reparação. Não é o caso, todavia. Isso porque o mérito recursal se limita à alegação de prescrição matéria cognoscível de ofício pelo juiz, diga-se de passagem -, o que pode, sem qualquer prejuízo à agravante, ser objeto de apreciação preliminar em sede de recurso de apelação, retendo-se o agravo nos autos. Desse modo, por não haver qualquer ato expropriatório ou qualquer ameaça a direito da agravante, que só precisará participar do processo, especialmente de sua fase instrutória, não reputo presente o requisito atinente ao risco de lesão grave ou de difícil reparação, imprescindível para que o processamento do agravo se dê na forma instrumental, de acordo com a legislação processual. Nesse sentido: Página 2 de 3 8. Conversão em agravo retido. Obrigatoriedade. Salvo nos casos de urgência e não sendo caso de a decisão agravada ser, potencialmente, causadora de dano irreparável ou de difícil ou incerta reparação, circunstâncias que exigem que o agravo seja de instrumento, para que o tribunal possa tomar as medidas cabíveis consentâneas com a urgência e o perigo de dano, o relator deverá converter o agravo de instrumento em agravo retido. No sistema anterior, a redação revogada do CPC 527 II dava ao relator a faculdade de converter o agravo de instrumento em retido. No novo regime, entretanto, existe obrigatoriedade de o relator converter, quando presentes os pressupostos legais determinadores dessa conversão". (NERY JUNIOR, Nelson et al. Código de Processo Civil Comentado, p. 891) Assim, com base no art. 522 cumulado com o art. 527, II, ambos do Código de Processo Civil, converto o agravo de instrumento em agravo retido, devendo ser remetido o presente instrumento ao juízo singular, apensando-se aos autos principais. Intime-se. Publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora Designada Página 3 de 3

0050 . Processo/Prot: 0828560-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/261405. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00001597 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Benedito Evaristo, Maria de Fátima Romão Cirino, Maria Rodrigues da Silva, Arnaldo Gonçalves de Moraes, Maria de Lourdes Loterio de Oliveira, Maria Oliveira da Silva Dias, Aylton Horomi, Vandercy José de Almeida. Advogado: Renata Silva Brandão, Sérgio Eduardo Canella. Agravado: Liberty Paulista Seguros Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro, César Augusto de França. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Cognição vestibular. Vistos e examinados. Insurgem-se os agravantes frente à da r. decisão de fls. 11/12-TJ, proferida nos autos n.º 1597/2008, de ação de responsabilidade securitária, que remeteu os autos para Justiça Federal. In verbis: "Do exposto, com fundamento nos artigos 1º e 2º da Lei 1.409/2011, reconheço a incompetência deste Juízo e determino a remessa dos autos à Justiça Federal de Londrina para que lá se dê o devido seguimento ao feito (Súmula nº 150 Superior Tribunal de Justiça)". Inconformados, aduzem os agravantes que ajuizaram a ação de origem objetivando o recebimento de indenização securitária em decorrência de danos ocasionados aos imóveis que adquiriram através do Sistema Financeiro de Habitação, considerando a existência de apólice de seguro. Argumentam que a MP 513/2010 não extingue as responsabilidade das seguradoras pelas operações realizadas até a data de sua edição, assim como não extingue a função do FESA/FCVS de "equalizador da sinistralidade ou garantidor do equilíbrio do seguro obrigacional". Destacam que as seguradoras respondem pelos contratos firmados e pelos direitos adquiridos dos seus segurados, devendo ser respeitado o princípio da conservação do negócio jurídico. Salientam que a MP 513/2010 não atende a pressuposto formal para sua validade e asseveram que o Superior Tribunal de Justiça, utilizando-se da nova sistemática dos recursos repetitivos, manifestou-se pela competência da justiça estadual. Colacionam julgados em abono à sua tese. Repisam que não incide ao caso a Súmula 150 do STJ, diante da jurisprudência pacífica acerca da competência para o julgamento do feito. Almejam, ao final, a suspensão da decisão hostilizada. É o sucinto relatório. Presentes os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, conheço do recurso. É certo que, para conceder o efeito suspensivo pretendido pela agravante, até o pronunciamento definitivo da Câmara, deve-se confirmar a presença dos requisitos constantes do art. 558 do Código de Processo Civil, quais sejam, o perigo de lesão grave e a relevante fundamentação do presente recurso. No exame da matéria, cumpre ao relator, no exercício da liberdade de investigação crítica, convencer-se, à luz dos fatos e dos elementos probatórios constante nos autos sobre a manutenção ou não da decisão recorrida, até o julgamento final do agravo de instrumento. Pois bem. Em sede de juízo provisório, vislumbra-se presente o perigo de lesão grave ou de difícil reparação, diante da iminente possibilidade de remessa dos autos à Justiça Federal, antes do julgamento do presente recurso, o que implicaria na perda de seu objeto. A par disso, mostra-se cabível a atribuição do efeito suspensivo; contudo, meramente para sobrestar o andamento processual do feito. Dê-se ciência desta decisão ao MM. Juiz da causa, solicitando que, no decêndio legal, preste as informações que julgar necessárias e, ao mesmo tempo, exercite o juízo de retratação, entendendo-o conveniente. Autorizo o i. Chefe da Divisão Cível a subscrever o ofício, com a máxima urgência que a medida impõe. Intimem-se a agravada para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente resposta ao recurso, observando o disposto no art. 527, V do Código de Processo Civil. Ultimadas as diligências, voltem-me. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Guimarães da Costa Desembargador Relator

0051 . Processo/Prot: 0828647-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/238612. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00001283 Indenização. Agravante: Rebeca Aghion. Advogado: José Valter Rodrigues, Karinna Seigo Cerqueira. Agravado: Brasil Telecom Sa. Advogado: Ana Paula Domingues dos Santos, Paulo Maurício Branco. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

I Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto por REBECA AGHION, contra a decisão proferida pela MM Juíza Substituta da 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba que, nos autos de ação de indenização por dano moral, em fase de cumprimento de sentença, entendeu que o prazo para cumprimento espontâneo da condenação sem a incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC se inicia somente após o pedido de cumprimento de sentença formulado pelo autor (fl. 165-TJ). Alega a agravante que a petição protocolada em primeiro grau às fls. 228/229 está equivocada e o valor requerido à fl. 230 é incorreto. Defende, contudo, que o valor depositado pelo agravado não é suficiente para pagamento do débito, conforme comprova memória acostada nesta oportunidade, motivo pelo qual deve incidir a multa sobre o saldo remanescente, nos termos do art. 475-J, § 4º do CPC. Aduz, ainda, que o devedor deve pagar o valor da condenação no prazo de 15 dias a contar do trânsito em julgado da decisão que colocou fim a demanda, motivo pelo qual é totalmente desnecessária a intimação do devedor para este fim. Pugna pelo julgamento do recurso de plano, para o fim de determinar a aplicação da multa de 10% determinada pelo art. 475-J do CPC sobre o saldo remanescente. II Recebo o recurso, pois em ato de cognição sumária estão presentes os requisitos para admissibilidade. Nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. É exatamente a situação versada nos autos. Alega o agravante que o devedor deve pagar o valor da condenação no prazo de 15 dias a contar do trânsito em julgado da decisão que colocou fim a demanda, motivo pelo qual é totalmente desnecessária a intimação do devedor para este fim. Destarte, em que pese outrora intensos debates jurídicos tenham se desenvolvido acerca do tema, tal discussão revela-se atualmente superada na medida em que restou pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que o devedor deve ser intimado, por intermédio de advogado, para o cumprimento espontâneo de decisão condenatória ao pagamento de quantia certa, no prazo de 15 dias, a partir do qual incide a multa prevista no art. 475-J do CPC, conforme se depreende das seguintes decisões: "AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. 475-J. INTIMAÇÃO DO ADVOGADO. NECESSIDADE. EVOLUÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. MULTA. NÃO INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ARBITRAMENTO. PAGAMENTO ESPONTÂNEO. AFASTAMENTO. 1. A Corte Especial, por ocasião do julgamento do REsp n. 940.274/MS (Relator p/ acórdão o Ministro João Otávio de Noronha, DJe 31.5.2010), firmou entendimento no sentido de que "a multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 475-J do CPC depende do trânsito em julgado da sentença e da intimação da parte, por seu advogado, após a baixa dos autos à origem e aposição do cumpra-se pelo juízo processante". (...) 3. Agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg no AgRg no REsp 1150342/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/02/2011, DJe 21/02/2011) "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. BRASIL TELECOM. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DO ART. 475- J DO CPC. ACÓRDÃO HOSTILIZADO EM DISSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO PERFILHADO NESTA CORTE SUPERIOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA SÚMULA 7/STJ. 1. O entendimento do acórdão recorrido de que a incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC não depende de nova intimação, pessoal ou no órgão oficial, devendo ser contado o prazo do trânsito em julgado, revela-se dissonante da

posição deste STJ, firmada por sua Corte Especial no julgamento do REsp 940.274/ MS, que estabelece a necessidade de intimação do devedor na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial. (...)" (EDcl no REsp 1196625/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/09/2010, DJe 04/10/2010) No mesmo sentido é o entendimento desta Corte, in verbis: "AGRAVO DE INSTRUMENTO ¬ AÇÃO DE DIVISÃO¬ CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ¬ INCIDÊNCIA AUTOMÁTICA DA MULTA PREVISTA PELO ART. 475-J DO CPC E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCOS ¬ INTIMAÇÃO ¬ DEVEDOR ¬ NECESSIDADE ¬ DE ESGOTAR-SE O PRAZO PARA PRONTO PAGAMENTO ¬ DECISÃO MANTIDA - RECURSO ¬ DESPROVIMENTO". (TJPR, 17ª C. Cível, Agravo de Instrumento 0705753-0, Rel. Des. PAULO ROBERTO HAPNER - DJ 18.03.2011) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. INTERLOCUTÓRIO DETERMINA A INCIDÊNCIA DA MULTA DO ARTIGO 475-J DO CPC SEM PRÉVIA INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO E FIXA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCONFORMISMO FORMALIZADO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO, PESSOAL OU NO ÓRGÃO OFICIAL, DO DEVEDOR PARA A INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. VERBA HONORÁRIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DISCIPLINA-SE NOS MESMOS MOLDES DA EXECUÇÃO DEFINITIVA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 475-O DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO". (TJPR, 8ª C. CÍVEL, Agravo de Instrumento 0711542-4, Rel. Des. GUIMARÃES DA COSTA - DJ 22.02.2011) De outra banda, a pretensão do presente recurso não se coaduna com a esposada pela exequente junto ao Juízo de primeiro grau. Tanto isso é verdade que a recorrente afirma categoricamente em sua peça recursal que a petição protocolada em primeiro grau às fls. 228/229 está equivocada e o valor requerido à fl. 230 é incorreto, pretendendo, assim, que a incidência da multa ocorra sobre o saldo remanescente, nos termos do art. 475-J, § 4º do CPC. Ocorre que a memória de cálculo onde constou uma suposta diferença em relação à quantia depositada pela parte executada, ora agravada, no importe de R $ 744,01, foi realizada somente em sede recursal, bem como o pedido de incidência da multa sobre o saldo remanescente não foi efetuado junto ao MM Juízo de primeiro grau. Ademais, o d. Juízo a quo determinou a intimação da parte exequente exatamente para que ela informasse a eventual existência de diferença de débito a ser buscado na demanda. Portanto, cabe à parte exequente submeter a planilha atualizada de débito para apreciação preliminar do d. Juízo monocrático, bem como o requerimento de incidência da multa sobre o valor remanescente que entende devido, sob pena de supressão de um dos graus de jurisdição e desrespeito ao princípio do contraditório. III - Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao agravo de instrumento, por ser manifestamente improcedente, nos termos da fundamentação. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO Relator

0052 . Processo/Prot: 0828722-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/243768. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0006391-68.2011.8.16.0129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: José Squenine Castanho. Advogado: Cristiane Uliana. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Cognição vestibular. Vistos e examinados. Insurge-se a agravante em face da r. decisão de fls. 62-TJ, proferida nos autos n.º 6391/2011, de execução provisória de sentença, in verbis: "1 Defiro, por hora, os benefícios da assistência judiciária gratuita ao(à) autor(a). 2 À conta. 3 Intime-se a executada, na pessoa de seu procurador, para que proceda o pagamento da importância reclamada, no prazo de 15 dias, salientando-se que se não houver o pagamento será acrescida multa no percentual de dez por cento (10%) sobre o valor da dívida (art. 475-J, do Código de Processo Civil). 4 Ocorrendo o simples depósito em garantia e não pagamento em cumprimento a sentença, ficam arbitrados os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da execução, uma vez que o cumprimento imediato da decisão provisória far-se-á do mesmo modo que o cumprimento definitivo (Art. 475-O, nota `3', do Código de Processo Civil comentado artigo por artigo; Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero; Editora Revista dos Tribunais)" (fls. 62). Inconformada, aduz a agravante, em suas razões recursais de fls. 03/09, a inaplicabilidade da multa prevista no art. 475-J, bem como a inviabilidade da fixação de honorários na presente fase processual, de execução provisória, diante da ausência de trânsito em julgado da decisão. Alterca que o artigo 475-O, incisos I e II do diploma processual civil, deve ser aplicado com temperamento, diante dos princípios da segurança jurídica e da razoabilidade, haja vista que por se tratar de execução provisória o executado não está compelido a cumprir com a obrigação imposta. Segundo alega, por ser mera faculdade do credor, não há razão para o arbitramento de honorários em simples execução provisória, já que o devedor não deu causa à instauração deste incidente. Ao contrário do que ocorre na execução definitiva, que somente se inicia ante a inércia do executado em cumprir voluntariamente a obrigação. Defende, no mesmo cariz, a redução do percentual arbitrado por entendê-lo excessivo. É o relatório. Mostram-se presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, intrínsecos (legitimidade, interesse, cabimento e inexistência de fato impeditivo e extintivo) e extrínsecos (tempestividade e regularidade formal), como condição irretorquível ao conhecimento do recurso. Presentes os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, conheço do recurso. Diante da ausência de pleito de concessão de efeito suspensivo, intime-se a agravada para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente resposta ao recurso, observando o disposto no art. 527, V do Código de Processo Civil. Dê-se ciência desta decisão ao MM. Juiz da causa, solicitando que, no decêndio legal, preste as informações necessárias e ao mesmo tempo exerça, querendo, o juízo de retratação. Autorizo o i. Chefe da Divisão Cível a subscrever o ofício, com a máxima urgência que a medida impõe. Ultimadas as diligências, voltem. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Guimarães da Costa Desembargador Relator

0053 . Processo/Prot: 0828970-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/245682. Comarca: Guaíra. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002840-83.2009.8.16.0086 Ordinária. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, César Augusto de França. Agravado: Cresilda Gaertner Petry, Claudio dos Santos Quintana, Carlos Alberto Salandim, Cleusa Rafacho Rodrigues, Etelvina Francisca da Silva, Elenice Lautert do Amaral, Edilio Antonio Ligoski, José Clariço Salandim, Osvair Augusto Rafacho. Advogado: Giorgia Enrietti Bin, Camila Enrietti Bin, Simone Martins Cunha. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decisão monocrática: negativa de conhecimento ao recurso. Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto em desfavor da decisão proferida nos autos de ação ordinária nº 2840-83.2009.8.16.0086, ajuizada por Companhia Excelsior de Seguros, em desfavor de Cresilda Gaertner Petry e outros, in verbis: "1. Defiro o pleito de fl. 415. Aguarde-se pelo prazo de 15 (quinze) dias. 2. Transcorrido, cumpra-se a Portaria n.º 01/2009. Int. Dls. nec." (fls. 243-TJ). Inconformada, menciona a seguradora que os agravados promoveram ação postulando indenização pelos danos físicos presentes nos imóveis que adquiriram da COHAPAR, através do Sistema Financeiro de Habitação, com a contratação de seguro. Sustenta ter sido intimada para apresentar manifestação frente à proposta de honorários apresentados pelo expert, na cifra de R$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) por cada unidade habitacional, quantia que defende ser exacerbada e passível de desequilibrá-la financeiramente. Acrescenta que os sinistros verificados em cada um dos imóveis têm a mesma origem, de forma que, após a elaboração do primeiro laudo pericial, os demais terão a sua confecção facilitada, sendo os valores, ademais, incompatíveis com o regulamento de honorários do IBAPE-PR, inclusive não se justificando a cobrança do valor integral da perícia para cada um dos imóveis, já que será feita apenas uma complementação do primeiro laudo, considerando a semelhança entre as áreas de cada um deles e entre os problemas técnicos apresentados. Assevera que os valores cobrados em outras comarcas, em casos análogos, são inferiores. Ambiciona, pelas razões expostas, a redução do valor dos honorários, observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Reivindica o recebimento do presente recurso na modalidade de instrumento, com a atribuição dos efeitos devolutivo e suspensivo. É, em síntese, o relatório. O presente recurso não pode ser conhecido. O despacho agravado, por meio do qual o magistrado singular deferiu a concessão de prazo de 15 (quinze) dias para manifestação sobre a petição apresentada pelo perito é de mero expediente (art. 504 do CPC), ou seja, não tem cunho decisório, sendo, portanto, irrecorrível. A decisão prolatada pelo juízo monocrático apenas deu impulso ao processo, sem possuir conteúdo decisório, razão pela qual dela não há interesse para recorrer. Luzes são oferecidas pelas decisão colegiadas: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO MORAL COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - DECISÃO QUE DEIXA PARA APRECIAR O PEDIDO ANTECIPATÓRIO EM MOMENTO OPORTUNO - PRONUNCIAMENTO JUDICIAL SEM CUNHO DECISÓRIO - MERO DESPACHO DE EXPEDIENTE - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 504 DO CPC - NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - AUSÊNCIA DE ATO JURISDICIONAL RECORRÍVEL - RECURSO NÃO CONHECIDO" (TJPR, Agr. Instr. n.º 0592397-3, VIII CCv, Rel. Des. Carvilio da Silveira Filho, publ. DJ em16/11/2009). "Agravo de instrumento - Ato jurisdicional que manteve decisão anterior que indeferiu pedido de exclusão do nome do agravante dos órgãos de restrição ao crédito - Ausência de recurso no momento oportuno - Preclusão temporal. Ocasião em que o juiz da causa também anuncia o julgamento antecipado do mérito, por entender ser desnecessária a produção de provas naquela específica fase processual, para que seja a dilação probatória realizada na fase processual tida como a adequada - Ausência de cunho decisório. Recurso não conhecido. I - Decidida a questão sem que haja interposição de recurso no momento oportuno, opera-se preclusão do direito de recorrer. Posterior provocação da parte, em que o juiz apenas reitera o que decidiu outrora, não tem o condão de reabrir o prazo recursal. II - O ato jurisdicional que anuncia o julgamento antecipado do mérito e diz que aí nessa fase processual não há necessidade de realização de prova pericial, que será realizada no momento procedimental adequado, não possui carga decisória, por isso sendo irrecorrível" (TJPR, Agr. Instr. n.º 0567795-0, XIII Ccv, REl. Des. Rabello Filho. publ. DJ em 06/07/2009). Assim, observa-se que não há decisão na parte do interlocutório recorrido, mas tão-somente despacho de mero expediente. Segundo o artigo 504 do Código de Processo Civil "Dos despachos não cabe recurso", ou seja, apenas quando as manifestações do juiz tiverem cunho decisório são passíveis de recorribilidade, o que, evidentemente, não ocorre no presente caso. Desta maneira, conclui-se pelo não conhecimento do agravo de instrumento interposto. Destarte, com base no artigo 557 do Código de Processo Civil, não conheço do recurso. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Guimarães da Costa Desembargador Relator

0054 . Processo/Prot: 0828994-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/236914. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 0015961-74.2011.8.16.0001 Cobrança. Agravante: Condomínio Edifício Continente. Advogado: Santino Sagais. Agravado: Maria Idalina Pereira de Azevedo. Advogado: Adriana Champion. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

I Trata-se de Agravo de Instrumento (f. 02/04) interposto em face de decisão (f. 71) proferida pelo Juízo da Vara Única da 21ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, que determinou a juntada, pela parte autora, das atas mencionadas pela parte requerida em sede de contestação, bem como eventuais outras que restabeleceram a cobrança de taxas condominiais. Inconformado, aduz o recorrente: (a) que propôs ação de cobrança de taxas condominiais em face da parte agravada;

(b) que as taxas condominiais são devidas a partir de 05/07/2009, quando se tornou incontroverso o débito, por força da deliberação contida na ata juntada às f. 50/51; (c) que a requerida alega que houve expressa isenção do pagamento, porém, não comprovou suas alegações e, mesmo que assim o fosse, a improvável isenção foi anulada com a determinação na ata mencionada; (d) que a requerida notificou o Condomínio agravante, demonstrando seu descontentamento em ter que arcar com as cotas condominiais da garagem extra, o que foi respondido nos termos da correspondência juntada aos autos, à f. 68; (e) que outros moradores também são adquirentes de garagem extra e efetuam o pagamento da quota extra regularmente. Pretende a atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Decido. Os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal estão presentes, motivo pelo qual o recurso deve ser conhecido. Como se sabe, a concessão de efeito suspensivo em agravo de instrumento depende da constatação, em juízo sumário de cognição, de dois requisitos: (a) a plausibilidade do direito invocado, que se consubstancia pela verossimilhança das alegações da parte verificável pela relevância da fundamentação; e (b) a urgência, aferível pela possibilidade de a não concessão vir a causar à parte danos irreparáveis ou de difícil reparação em virtude da demora na apreciação do mérito recursal, conforme estabelece o artigo 558, do Código de Processo Civil. Ponderando-se as razões recursais e levando em consideração as particularidades próprias do caso, reputo ausentes os requisitos necessários à atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Em análise sumária dos autos, sem prejuízo de posterior reforma, verifica-se que não há prova inequívoca apta a convencer o juízo da verossimilhança das alegações. Além disso, o requisito da urgência também não está presente, tanto que o agravante sequer menciona quais seriam os danos irreparáveis ou de difícil reparação experimentados com o cumprimento da decisão agravada. Diante de tais ponderações, indefiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso.. Oficie-se o juízo a quo comunicando do teor da decisão e, no prazo de dez dias, preste informações necessárias, inclusive quanto à observância do teor do artigo 526, do Código de Processo Civil. Intime-se a agravada para, querendo, oferecer resposta, no prazo legal. Autorizo o Chefe da Seção a subscrever os ofícios necessários. Curitiba, 26 de setembro de 2011. DENISE KRÜGER PEREIRA Juíza Substituta em 2º Grau Relatora Designada

0055 . Processo/Prot: 0829171-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/248625. Comarca: Foro Regional de Rio Branco do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 0001656-35.2011.8.16.0147 Ordinária de Cobrança. Agravante: Antônio José de Paula. Advogado: Adriano Carlos Souza Vale, André Luiz Souza Vale. Agravado: Centauro Vida e Previdência. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

DECISÃO MONOCRÁTICA AGRAVO DE INSTRUMENTO PEDIDO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - DECLARAÇÃO DE POBREZA SUFICIÊNCIA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ INTELIGÊNCIA DO ART. 4º DA LEI 1.060/1950 RECURSO PROVIDO, MONOCRATICAMENTE, COM BASE NO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. I Trata-se de Agravo de Instrumento (fls. 02/07) interposto em face da decisão interlocutória proferida pelo Juízo Cível de Rio Branco do Sul, a qual negou a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ante a ausência de cópia de sua última declaração de Imposto de Renda, intimando o autor para que, no prazo de 10 dias, recolha as custas iniciais, bem como a taxa devida ao FUNREJUS, sob pena de cancelamento da distribuição. Irresignado, sustenta o agravante, em síntese: a) que é pessoa simples, não declarando imposto de renda; b) que possui somente a regularização de seu CPF/MF para comprovar que é isento deste tributo; c) o documento apresentado à fl. 44 (Comprovante de Situação Cadastral no CPF) é suficiente para comprovar sua situação de isento; d) conforme a Lei nº 1060/50, basta a afirmação de que não possui condições de arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família para a concessão deste benefício; e) requisitos acompanharam a petição inicial, pelo que deve ser dado provimento ao recurso, reformando a decisão a quo. Por fim, os autos vieram conclusos para apreciação e julgamento do mérito recursal. É o relatório necessário. Decido, monocraticamente. Os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal estão presentes, motivo pelo qual conheço do recurso. Ademais, considerando a pacifica jurisprudência inclusive do Superior Tribunal de Justiça a respeito da questão da justiça gratuita, o mérito recursal pode ser julgado monocraticamente, com base no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil. Pois bem. A regra insculpida no art. 4º da Lei n. 1.060/50 é de fácil interpretação, no sentido de que a assistência judiciária gratuita será concedida, desde que a parte interessada afirme não ter condições para arcar com as despesas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família. Essa é a única condição estabelecida pela legislação aplicável à matéria, diligência que foi devidamente cumprida pelo agravante (declaração de f. 15 -TJ). Deve-se salientar, também, que a Carta Magna recepcionou o dispositivo legal acima destacado (art. 4º da Lei n. 1.060/50), motivo pelo qual, tanto pela ótica constitucional quanto pela ótica legal, deve ser considerada suficiente a declaração de pobreza para que a gratuidade processual seja concedida à parte. Nesse sentido, não faltam precedentes emanados do próprio Superior Tribunal de Justiça a amparar a presente decisão (e, portanto, a autorizar o seu julgamento monocrático): PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. SIMPLES ALEGAÇÃO. PRESUNÇÃO RELATIVA. ÔNUS DA PROVA. PARTE CONTRÁRIA. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL A QUO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE NA SÚMULA N. 7/STJ. 1. Busca a recorrente o reconhecimento, por esta Corte Superior, de que a autora da presente ação não faz jus aos benefício da assistência judiciária gratuita, e afirma haver colacionado provas de que esta possui condições de arcar com os custos do processo, desconsiderada pelo Tribunal de origem. 2. Em se tratando de concessão da assistência judiciária gratuita, a jurisprudência do STJ determina que basta a simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo próprio e/ou de sua família, cabendo à parte contrária, por se tratar de presunção relativa, comprovar a inexistência ou cessação do alegado estado de pobreza. 3. Em havendo o Tribunal de origem, com base na análise do acervo fático-probatório dos autos, entendido que o autor não poderia arcar com as custas processuais sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, mostra-se inviável a sua revisão por esta Corte, pois infirmar tal entendimento ensejaria o reexame de provas, procedimento defeso, em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1345625/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 08/02/2011) PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA NATURAL. DECLARAÇÃO DE MISERABILIDADE. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM OPERANDO EM FAVOR DO REQUERENTE DO BENEFÍCIO. RECURSO PROVIDO. 1. O art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50 traz a presunção juris tantum de que a pessoa natural que pleiteia o benefício de assistência judiciária gratuita não possui condições de arcar com as despesas do processo sem comprometer seu próprio sustento ou de sua família. Por isso, a princípio, basta o simples requerimento, sem qualquer comprovação prévia, para que lhe seja concedida a assistência judiciária gratuita. Embora seja tal presunção relativa, somente pode ser afastada quando a parte contrária demonstrar a inexistência do estado de miserabilidade ou o magistrado encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente. 2. Na hipótese, as instâncias ordinárias, ignorando a boa lógica jurídica e contrariando a norma do art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50, inverteram a presunção legal e, sem fundadas razões ou elementos concretos de convicção, exigiram a cabal comprovação de fato negativo, ou seja, de não ter o requerente condições de arcar com as despesas do processo. 3. Recurso especial provido, para se conceder à recorrente o benefício da assistência judiciária gratuita. (REsp 1178595/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2010, DJe 04/11/2010) O requerente juntou aos autos declaração de pobreza apta e suficiente a preencher o requisito legal (f. 15 TJ). O argumento de que o agravante não se enquadra na categoria de isentos do imposto de renda, eis que não logrou êxito em comprovar sua situação, como sustentado pelo juízo a quo, não encontra respaldo legal, bem como confronta o pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Ainda, o fato do mesmo ter contratado advogado particular para o ajuizamento da demanda, não afasta a presunção iures tantum da condição de insuficiência de rendimentos. Neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS. 1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça. 2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF. 3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família. 4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas. 5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente. 6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias. 7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n. 1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) Posto isso, considerando a suficiência da declaração juntada à petição inicial e a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, dou provimento monocraticamente ao agravo de instrumento interposto, para o fim de conceder ao agravante os benefícios da assistência judiciária gratuita, com base no art. 4º da Lei n. 1.060/50 e no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora Designada

0056 . Processo/Prot: 0829267-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/265436. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0026188-60.2010.8.16.0001 Cobrança de Condominio. Agravante: Igor Dutra dos Santos. Advogado: Lorena Marins Schwartz, Bruno Santos Rodrigues. Agravado: Condominio do Edificio Maison Blanche. Advogado: Jefferson Oscar Hecke, José

Melquiades da Rocha. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

I - Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto por IGOR DUTRA DOS SANTOS, contra a decisão proferida pelo MM Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba que, nos autos de ação de cobrança nº 26.188/2010, entendeu cabível o julgamento do feito no estado em que se encontra (fl. 193- TJ). Alega a agravante, que como não se sabe qual será o entendimento do Juízo sobre a existência ou não de norma jurídica sancionadora da suposta conduta ilícita que teria praticado, uso de vagas de outros condôminos, no caso de entendimento de tipificação da conduta, referido enquadramento pode ser justificado através da oitiva de testemunhas, o que afastaria a penalização que lhe foi imposta. Aduz, ainda, que é seu direito tentar se defender tecnicamente, ou seja, pela inexistência de norma jurídica convencional tipificando sua conduta como violadora de qualquer bem jurídico, bem como da justificativa dessa conduta, caso se entenda pela infração. Ressalta que não é justo que tenha que pagar por multas as quais foram impostas pelo uso de garagens momentaneamente pelos empreiteiros que contratou, para não deixar os entulhos amontoados em local impróprio no condomínio. Entende, assim, que é essencial a comprovação desses fatos através da oitiva de testemunhas, pois caso contrário o direito a justificar sua conduta estará sendo cerceado, o que reflete automaticamente na violação do direito constitucional da ampla defesa. Pugna pela concessão de efeito suspensivo ao recurso, e, ao final, seu provimento para o fim de reformar a decisão interlocutória impugnada determinando-se a realização de audiência de instrução e julgamento. II - Com a reforma processual introduzida pela Lei nº 11.187/2005, o agravo na forma retida passou a ser a regra, somente podendo ser admitido por instrumento, se a decisão for suscetível de causar à parte, lesão grave e de difícil reparação; e nos casos de inadmissão da apelação e com relação aos efeitos em que a mesma é recebida, ex vi dos artigos 522 e 527, II, do Código de Processo Civil. No caso, insurge-se a agravante contra a decisão que entendeu cabível o julgamento do feito no estado em que se encontra. Consoante a processualística civil, o Juiz é o destinatário da prova, de modo que somente ele pode aferir a conveniência, ou não, da produção de determinada prova para a instrução do processo, bem como, a suficiência, ou não, da prova oral para dirimir os pontos controvertidos (artigos 130 e 131, do CPC). A par disso, se orienta o Magistrado na prestação jurisdicional, pelo princípio do livre convencimento, a partir dos fatos e circunstâncias constantes dos autos, de sorte que somente após o julgamento do feito é que se poderá aferir se valorou de forma adequada as provas encartadas no processo, para firmar seu convencimento, e a suficiência destas para a solução do litígio. Aliás, assim vem decidindo este Tribunal de Justiça, in verbis: "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INDEFERIMENTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA E DO DEPOIMENTO PESSOAL DO REPRESENTANTE LEGAL DA REQUERIDA PELO JUÍZO A QUO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA O PROCESSAMENTO NA FORMA DE INSTRUMENTO. CONVERSÃO EM AGRAVO RETIDO. (...) Torna-se oportuno ressaltar que o sistema do livre convencimento motivado é o eleito pelo diploma processual pátrio, tendo o juiz ampla liberdade na apreciação do conjunto probatório, para a formação de seu convencimento. Toda prova é dirigida ao juiz e somente a ele incumbe a sua direção em ordem ao esclarecimento da controvérsia, não se podendo imputar, em face dos aspectos da cognição posta em juízo, que tal prova seja acoimada de desnecessária. Sendo o juiz esse destinatário e "sendo essa aferição ditada por um critério subjetivo, vedado é ao tribunal intrometer-se na consciência do julgador, salvo em caso de flagrante ilegalidade ou arbitrariedade..." (TJPR, Ac. 52 da 7ª CC, j. em 08/04/2002); não podendo, portanto, esta Corte avaliar, nesse momento, se a dispensa de nova prova pericial irá ou não prejudicar a agravante". (TJ/PR Agravo de Instrumento nº 686665-1 9ª Câmara Cível - Rel. Des. D'ARTAGNAN SERPA SÁ - DJ 27/09/2010). "AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DECLARATÓRIA C/C PEDIDO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - INDEFERIMENTO DA PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NÃO- OCORRÊNCIA DE RISCO DE LESÃO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO - INTELIGÊNCIA DA REGRA INSERTA NO ART. 527, INC. II, DO CPC - CONVERSÃO EM AGRAVO RETIDO" (TJ/PR- Agravo de Instrumento nº 507941-4 6ª Câmara Cível - Rel. Juiz de Direito Substituto em 2º Grau SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI DJ 09/02/2009). Por estas razões, impõe-se que o presente agravo fique retido nos autos, devendo as matérias ser submetidas a esta Instância Revisora, oportunamente, em preliminar de eventual recurso de apelação, restando descaracterizada, pelo menos por enquanto, qualquer possibilidade da decisão agravada causar lesão grave ou de difícil reparação à parte autora, ora agravante, tanto que o pedido de efeito suspensivo ao recurso foi realizado de forma totalmente genérica. III Em face do exposto, converto o presente agravo de instrumento em agravo retido, na forma do artigo 527, II do Código de Processo Civil. IV - Intimem-se e, oportunamente, remetam-se os autos à Vara de Origem. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO Relator

0057 . Processo/Prot: 0829387-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/241735. Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00001073 Ordinária. Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros S/a. Advogado: Nelson Luiz Nouvel Alessio, Karina Hashimoto. Agravado: Ana Maria de Oliveira da Silva, Marlene Gonçalves Soares, Pedro Guedes de Araujo Filho. Advogado: Mário Marcondes Nascimento, Jean Carlos Martins Francisco. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA SFH SUPERVENIÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/10 QUE NÃO AFASTA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL SOBRE O FEITO DISPOSIÇÕES DE REFERIDA MP QUE, ALÉM DE NÃO GOZAREM DE EFICÁCIA AUTOMÁTICA, DEPENDENDO DE ATOS ADMINISTRATIVOS PARA SEREM CUMPRIDAS, TÊM SUA APLICABILIDADE AFASTADA POR VIOLAÇÃO A ATO JURÍDICO PERFEITO ENTENDIMENTO JÁ PACIFICADO PELO STJ, EM RECURSO REPETITIVO, QUANTO À AUSÊNCIA DE INTERESSE DA CEF E DA UNIÃO NA LIDE ILEGITIMIDADE PASSIVA NÃO CONFIGURADA INÉPCIA DA INICIAL E QUITAÇÃO QUE NÃO PODEM SER VERIFICADOS SEM A ANÁLISE DE TODOS OS DOCUMENTOS DA LIDE ALEGAÇÕES NÃO CONHECIDAS PRESCRIÇÃO DANOS PROGRESSIVOS NÃO CONFIGURAÇÃO ALEGAÇÃO DA INAPLICABILIDADE DO CDC NÃO CONHECIDA MATÉRIA NÃO DEBATIDA EM 1ª INSTÂNCIA OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO AFASTANDO EVENTUAL SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - AGRAVO A QUE SE CONHECE EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA SE NEGA SEGUIMENTO, NOS TERMOS DO ART. 557, CAPUT, DO CPC I - Trata-se de agravo de instrumento (fls. 02/40) interposto contra decisão do juízo da Vara Cível e Anexos da Comarca de Campo Mourão que, saneando o feito, relativo à Ação Ordinária de Responsabilidade Obrigacional Securitária ajuizada por mutuários do Sistema Financeiro Habitacional, rejeitou as preliminares invocadas, fixou pontos controvertidos e determinou a produção de prova pericial no imóvel dos requerentes. Inconformada, defende a seguradora requerida: (a) a incompetência da Justiça Estadual sobre o feito, ante o interesse da Caixa Econômica Federal e da União, devendo constar como litisconsortes passivos; (b) a ilegitimidade passiva da agravante; (c) a inépcia da inicial, ante a inconsistência das alegações e a falta de documentação essencial à compreensão da causa; (d) inexistência de vínculo contratual com a ré, pelo que ilegítimas as partes passiva e ativa; (e) impossibilidade jurídica ante a carência da ação pela quitação; (f) a prescrição; (g) da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor; (h) que estão presentes os requisitos necessários à atribuição de efeito suspensivo ao recurso. É a breve exposição. Decido, monocraticamente. Os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal estão presentes. Todavia, ante a alegação de matéria não decidida em 1ª instância (inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor), conheço em parte do recurso e, na parte conhecida deve ser regularmente processado. E, por versar sobre tema cuja solução já está pacificada por este Tribunal, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557, caput, do CPC. 1. Da Medida Provisória nº 513/2010 Aduz a seguradora ser parte ilegítima nos autos ante o contido na Medida Provisória 513/10, que extinguiu o seguro habitacional para mutuários do Sistema Financeiro Habitacional, cuja garantia era dada pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Sem razão Neste sentido, tive a oportunidade de decidir, reiteradas vezes: "A superveniência da MP nº 513/09, que em seu art. 1º, I, dispõe ficar "o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS autorizado, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais CCFCVS, a assumir os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, que contava com garantia de equilíbrio permanente e em nível nacional do Fundo em 31 de dezembro de 2009", em nada altera a discussão entabulada. E assim porque ainda não há notícias de que referida assunção de direitos e obrigações tenha se dado, não se podendo olvidar, ainda, da aparente inconstitucionalidade do ato, que seguindo as bases da enfadonha e inconstitucional Medida Provisória nº 478/09 (sendo diversos os precedentes nesse sentido), parece permitir a alteração da relação jurídica perfeita estabelecida entre seguradora e mutuários, possibilitando que eventuais indenização judiciais fixadas em face da seguradora sejam custeadas, ao final, por dinheiro público. Duas são as razões que justificam manutenção da seguradora requerida. A primeira decorre da própria interpretação do dispositivo supracitado, que para a assunção de direitos e obrigações do SFH, exige o cumprimento da "forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais". Isto é: eventual assunção supracitada não é procedida de forma automática, a partir da publicação da MP; o que a Medida Provisória define é mera autorização para essa medida, a ser realizada na forma disciplinada pelo Conselho Curador. E até o presente momento não há notícias de que tal assunção tenha sido aperfeiçoada ou, mesmo, qual é a forma disciplinada. A segunda razão, que torna prejudicial eventual cumprimento da prerrogativa supracitada, é o desrespeito ao ato jurídico perfeito que eventual exercício da faculdade estabelecida pela MP poderia vir a causar. Afinal, inegável que referida assunção importaria em modificação da relação jurídica perfeita estabelecida entre seguradora e mutuários, celebrada muito tempo antes da superveniência da aludida Medida Provisória ou mesmo da MP 478/09. E a proteção do ato jurídico perfeito, como cediço, é garantia constitucional insculpida pelo art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Não custa lembrar o disciplinado pelo art. 6º da LICC, § 1º, da LICC, segundo o qual "reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou". Ora, é justamente o caso narrado nos autos, em que houve a celebração de negócio jurídico de natureza securitária entre mutuário do sistema financeiro de habitação e a seguradora ora requerida, o qual seguiu as disposições da legislação vigente à época, que ainda não dispunha sobre a assunção de direitos e obrigações do SFH pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais. Naquele período, frise-se, já pacificado o entendimento pelo Superior Tribunal de Justiça, retirado em julgamento repetitivo de recursos (dotado de caráter vinculante, portanto), de que nos feitos como o de apreço, relativos à contrato de seguro adjeto de contrato de mútuo, envolvendo discussão entre seguradora e mutuário, não há comprometimento do FCVS1. Por certo, tal situação somente passará a ocorrer com as modificações promovidas pela MP supracitada, ofendendo-se o ato jurídico perfeito. Em face disso, ante as razões supracitadas, inaplicável ao caso as disposições da Medida Provisória nº 513/10, donde se extrai a legitimidade passiva da seguradora requerida/agravante e a competência da justiça comum. 2. Da ilegitimidade passiva Alega a seguradora ser parte passiva ilegítima, vez que a gestão dos contratos teria sido realizada pela seguradora líder. Sem razão. Assim

como já entendeu o juízo a quo, quando houve a celebração do contrato com a COHAPAR os mutuários foram compelidos à adesão ao seguro de danos, não sabendo ao certo quem era a seguradora que estava na administração ao tempo de seu contrato, pelo que são responsáveis todas as seguradoras habilitadas. Assim, não há que se falar em ilegitimidade passiva da seguradora agravante. 3. Da inépcia da inicial 1 REsp 1091363/SC, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/03/2009, DJe 25/05/2009 Alega a agravante que deve ser declarada a inépcia da inicial por inconsistência das alegações e a falta da documentação essencial à compreensão da causa. Tais alegações não podem ser julgadas nesse momento, pois sequer disponho da totalidade dos documentos presentes na lide, apenas dispondo das peças necessárias para a interposição do presente recurso. Assim, não conheço da presente alegação. 4. Da quitação A agravante alega que o contrato acessório de seguro habitacional extingue-se com a quitação do mútuo, o que teria acorrido com os agravados. Mais uma vez, não conheço da alegação por ausência dos documentos que poderiam comprovar a alegação da seguradora. 5. Da prescrição A agravante também argumenta que a pretensão dos autores encontra-se prescrita, haja vista que quando do ajuizamento da ação, já ultrapassado o prazo prescricional ânuo previsto pelo CC desde o surgimento dos danos aos imóveis pleiteados. Nesse ponto tampouco assiste razão a agravante. E assim pela natureza progressiva dos vícios apresentados nos imóveis dos autores, a qual impede o julgador de asseverar com grau de certeza qual o momento exato no qual se manifestaram os danos que fizeram surgir nos autores a pretensão ora discutida. O risco de desmoronamento decorre da progressão dos danos suportados pelos imóveis, os quais, pela própria natureza, se renovam constantemente; forçoso reconhecer que o surgimento de uma primeira ameaça faz com que outra logo apareça, majorando-se e renovando-se a pretensão inicialmente surgida. Daí porque se dizer que, no caso em tela, impossível o reconhecimento de um termo inicial específico para a contagem prescricional, posto que, em última análise, a pretensão se renova a cada momento em que os danos em seus imóveis progridem. Só se tem certeza, em verdade, do alegado risco de desmoronamento que acomete os imóveis dos autores, mas não quando efetivamente configurado no caso em tela. Em demandas análogas, é justamente esse o posicionamento seguido pelo Tribunal: Apelação Cível. Ação ordinária de responsabilidade obrigacional securitária. Seguro habitacional. Casas populares. Compromisso de compra e venda firmado com a COHAB, mediante financiamento do SFH. Agravo retido. Sucessão. Transferência da obrigação para outra seguradora. Impossibilidade. Escolha do consumidor quanto à seguradora em face da qual deverá ajuizar a ação. Carência de ação. Quitação dos contratos. Irrelevância. Inépcia da ação por falta de comunicação do sinistro e tipo de danos ocorridos. Desnecessidade. Competência da Justiça Federal afastada. Código de Defesa do Consumidor. Aplicabilidade. Prescrição ânua. Inocorrência. Recurso desprovido. Apelação Cível. Prescrição. Falta de interesse de agir dos apelantes. Ilegitimidade passiva. Responsabilidade do construtor. Vícios de construção. Ausência de responsabilidade da seguradora. Cobertura securitária devida. Dever de recuperação dos imóveis e do pagamento das despesas realizadas com reformas já pagas pelos mutuários. Aplicação do CDC. Multa decendial. Previsão em contrato. Incidência a partir da recusa formal à cobertura. Prazo inicial para contagem dos juros. Citação. Redução dos honorários advocatícios. Não conhecimento. Agravo retido e recurso de apelação cível desprovidos. [...] 5. Por se tratar de dano contínuo, não é possível determinar, com exatidão, a data de ocorrência do mesmo ou sua percepção, impedindo a definição de um marco para a determinação do termo "a quo" de fluência do prazo prescricional. [...] (TJPR - 9ª C.Cível - AC 0666238-8 - Londrina - Rel.: Des. Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - Unânime - J. 03.02.2011) Não há que se falar, portanto, na prescrição aventada. 6. Da aplicação do CDC e da inversão do ônus da prova Compulsando-se os autos, verifica-se que a decisão agravada não entendeu pela aplicação do Código de Defesa do Consumidor, nem mesmo pela inversão do ônus da prova, não fazendo qualquer menção acerca deste instituto. Assim, em observância ao princípio do duplo grau de jurisdição e a possível supressão de instância, não conheço da alegação, pelo que deixo, por ora, de apreciar este mérito. Em vista do exposto, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil, conheço em parte do recurso, e na parte conhecida, lhe nego seguimento, porquanto contrário à jurisprudência pacífica deste Tribunal de Justiça. Publique-se. Intime-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora

0058 . Processo/Prot: 0829474-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/248253. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0013498-96.2010.8.16.0001 Indenização. Agravante: Obrascon Huarte Lain Brasil S.a. - Ohl Brasil. Advogado: Rossana Maria Vieira Zanella, Paulo Fleury de Souza Lima. Agravado: Paulo Sergio Alinski. Advogado: Ideraldo José Appi, Carlos Gomes de Brito. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA 3ª VARA CÍVEL AGRAVANTE: OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S/A OHL BRASIL AGRAVADO: PAULO SÉRGIO ALINSKI RELATOR: DES. JURANDYR REIS JÚNIOR Vistos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 829.474-8, oriundos da 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figuram como agravante: OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S/A OHL BRASIL e agravado: PAULO SÉRGIO ALINSKI, qualificados nos autos. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra a decisão de fls. 378-TJ (fls. 379 dos autos originais), que acolheu pedido formulado pelo agravante às fls. 70 para nomeação à autoria do Município de Curitiba, com consequente citação para contestar o feito, ao passo que indeferiu pedido formulado pelo autor, ora agravado, com o fito de incluir a Autopista Planalto Sul S/A no pólo passivo da lide. Sustenta em suas razões recursais (fls. 04/11-TJ) que em nenhum momento solicitou às fls. 70 a nomeação à autoria do Município de Curitiba, tampouco concordou com qualquer alteração do pólo passivo da lide, ao passo que trouxe delongada explanação pela qual entende que o feito deveria ser extinto sem resolução do mérito por ilegitimidade passiva. Ao final, pugnou pela concessão de efeito suspensivo até ulterior deliberação do órgão colegiado quando pretende que seu recurso seja conhecido e provido. É o relatório. Numa análise sumária das provas encartadas aos presentes autos em cotejo com a decisão agravada, bem como os argumentos da agravante, é possível se concluir pela concessão do efeito suspensivo pretendido. De fato, na espécie, não obstante o mérito da questão deva ser apreciado em juízo exauriente, num primeiro momento se constata um dos requisitos necessários à suspensão da decisão recorrida, qual seja, a forte plausibilidade de ser acolhida à tutela recursal pretendida quando do julgamento final do recurso (CPC, art. 527, inc. III c/c o art. 558), pois inicialmente não se extrai da cópia dos documentos colacionados aos autos que o agravante tenha requerido a nomeação à autoria do Município de Curitiba em sua contestação. Assim, inicialmente a citação determinada seria medida que poderia ensejar prejuízos à tramitação do feito e à rápida solução da lide, com ofensa ao princípio da razoável duração do processo. Nessas condições, defiro o efeito suspensivo almejado para suspender parcialmente a decisão objurgada somente quanto às determinações atinentes à nomeação a autoria do Município de Curitiba, com fulcro no artigo 558 do Código de Processo Civil. Intime-se o agravado para, querendo, apresentar reposta no prazo legal. À Assessoria deste Gabinete para que comunique o juízo singular o conteúdo desta decisão, bem como requisite informações, nos termos do inciso IV, do artigo 527 do Código de Processo Civil, mediante o Sistema `Mensageiro'. Diligências necessárias. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. JURANDYR REIS JUNIOR Relator

0059 . Processo/Prot: 0829500-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/286904. Comarca: Guarapuava. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0012457-67.2011.8.16.0031 Exceção de Incompetência. Agravante: Rodrigo Pimentel Bastos. Advogado: Fábio Farés Decker, Tânia Nunes de Rocco Bastos. Agravado: Companhia Brasileira de Cartuchos - Cbc. Advogado: Germano de Sordi Batista, Rafael Furtado Madi, Guilhermo Paranaguá e Cunha. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

AGRAVANTE: RODRIGO PIMENTEL BASTOS AGRAVADA: COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC RELATOR: DES. GUIMARÃES DA COSTA Cognição vestibular Vistos e examinados. Interpõe o presente recurso de agravo de instrumento Rodrigo Pimentel Bastos, frente à sentença que, nos autos sob n.º 0012457-67.2011.8.16.0031, de exceção de incompetência, julgou procedente o pedido inicial, declarando competente o Juízo de Ribeirão Pires/SP para processar e julgar a ação de indenização, nº 0003906-98.2011.8.16.0031, in verbis: "Julga-se procedente a exceção de incompetência, pois, de fato, a ação de indenização tem natureza pessoal, incidindo, no caso, o artigo 100, inciso IV, `a' cc. O artigo 94, ambos do CPC. Além disso, há cláusula de eleição de foro regulando a questão, por meio da qual `as partes elegeram o foro da Comarca de Ribeirão Pires São Paulo, para solução de quaisquer dúvidas ou pendências do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja'. Declino, portanto, da competência para processar e julgar a ação de indenização por uso indevido de imagem sob nº 0003906- 98.2011.8.16.0031, determinando a oportuna remessa (CPC, art. 311) dos autos para uma das Varas Cíveis da Comarca de Ribeirão Pires/SP. Como não se trata de sentença, não há condenação do vencido em honorários advocatícios, mas tão somente em custas processuais, nos termos do art. 20, §1º, do Código de Processo Civil". Em suas razões recursais (fls. 04/12), menciona que ajuizou ação ordinária de indenização por uso indevido de imagem, que tramita perante a 2ª Vara Cível de Guarapuava, sendo que, concomitante à apresentação de contestação foi arguida a exceção de incompetência, com o objetivo de que os autos fossem remetidos à Comarca de Ribeirão Pires/SP, sob o argumento de eleição de foro entre as partes. Afirma que o entendimento esposado pelo juiz de primeiro grau mostra-se equivocado, pois não são objeto da ação original as obrigações previstas no contrato ou distrato firmado entre as partes, mas sim a utilização indevida de sua imagem após encerrado o pacto, o que impossibilita a invocação da cláusula de eleição de foro. Alterca a aplicabilidade do parágrafo único do artigo 100 do CPC, sendo pacífica a jurisprudência ao entender que quando se discute a utilização indevida da imagem o foro competente é o do domicílio do autor. Colaciona julgados em abono à sua tese. Pugna pela concessão do efeito suspensivo e que, ao final, o presente recurso seja provido, acolhendo-se a improcedência da exceção de incompetência. É o relatório. Presentes os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, conhece-se do recurso. É certo que, para conceder o efeito suspensivo pretendido, até o pronunciamento definitivo da Câmara, deve o magistrado confirmar a presença dos requisitos autorizadores, constantes do art. 558 do CPC, quais sejam, o perigo de lesão e a relevante fundamentação do recurso. No exame da matéria, cumpre ao relator, no exercício da liberdade de investigação crítica, convencer-se, à luz dos fatos e dos elementos probatórios constante nos autos sobre a manutenção ou não da decisão recorrida, até o julgamento final do agravo de instrumento. Pois bem. Em sede de juízo provisório, sob as luzes da fundamentação apresentada, presente está o perigo de lesão grave ou de difícil reparação, diante da iminência da remessa dos autos à Comarca de Ribeirão Pires/SP, elemento que autoriza à concessão do efeito pretendido. A par disso, mostra-se cabível a atribuição do efeito suspensivo, unicamente, para sobrestar o processamento, no juízo de origem, da ação de indenização, até o julgamento definitivo do mérito do presente recurso pela e. 8ª Câmara Cível. Intime-se a agravada para que, no prazo de dez (10) dias, responda, observando o disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil. Dê-se, pelo modo mais célere, ciência desta decisão ao MM. Juiz da causa, solicitando que, no decêndio legal, preste informações que julgar necessárias e, ao mesmo tempo, exercite, querendo, o juízo de retratação,

entendendo-o conveniente. Autorizo o ilustre Chefe da Divisão Cível a subscrever o ofício, com a máxima urgência que a medida se impõe. Ultimadas as diligências, voltem. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Guimarães da Costa Desembargador Relator.

0060 . Processo/Prot: 0829685-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/232408. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0023600-41.2010.8.16.0014 Declaratória. Agravante: Clarice Aparecida Serkuenke da Fonseca, Maria Aparecida de Souza, Mirian de Souza Lourenço, Odete Borges, Penidio Rodrigues Ladeia, Zulmira Bento. Advogado: Ricardo Furlan, Daniel Toledo de Sousa. Agravado: Sercomtel SA Telecomunicações. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

COMARCA DE LONDRINA 1ª VARA CÍVEL AGRAVANTES: CLARICE APARECIDA SERKUENKE DA FONSECA E OUTROS AGRAVADA: SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES RELATOR: DES. JURANDYR REIS JÚNIOR Vistos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 829.685-1, oriundos da 1ª Vara Cível da Comarca de Londrina, em que figuram como agravantes: CLARICE APARECIDA SERKUENKE DA FONSECA E OUTROS e agravada: SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES, com qualificações nos autos. I RELATÓRIO A decisão agravada (fls. 66-TJ) proferida em ação declaratória de direito acionário, restituição de valores pagos, com preceito cominatório sob nº 23.600/2010, indeferiu os benefícios da assistência judiciária em razão dos agravantes não terem colacionado aos autos documentos comprobatórios de que se enquadram nas condições necessárias ao deferimento da assistência judiciária. Os agravantes se insurgem alegando, em síntese, que o posicionamento adotado pelo Juízo singular colide com a posição já pacificada na jurisprudência. Assim sendo, pretendem o provimento do agravo para reformar a decisão singular, concedendo-se o benefício da assistência judiciária, com fulcro na Lei nº 1.060/50. É o relatório. II - DECISÃO A questão objeto do agravo, diz respeito à possibilidade e necessidade da concessão ou não dos benefícios da justiça gratuita à parte agravante. Como é sabido, o inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal, consagra o benefício da assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, amparado pelo direito de acesso ao judiciário, garantia esta também com foro constitucional e extensiva às pessoas jurídicas. O caput do art. 4º da Lei nº 1.060/50, dispõe expressamente que a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e honorários de advogado, sem prejuízo de sustento próprio ou de sua família, de modo que inicialmente não se impõe o dever de comprovar que é extremamente hipossuficiente economicamente. Acrescente-se, ainda, que da interpretação do § 1º, do mesmo artigo supra, deflui-se que há uma presunção de veracidade de tal declaração, de sorte que o deferimento da gratuidade, por ora, é medida que se impõe, pois se deve levar em consideração todo o amplo aspecto relativo à sua própria manutenção, que não pode ser prejudicada, sendo esta a intenção da Lei nº 1.060/50. Nesse sentido, é a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "Em se tratando de concessão da assistência judiciária gratuita, a jurisprudência do STJ determina que basta a simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo próprio e/ou de sua família, cabendo à parte contrária, por se tratar de presunção relativa, comprovar a inexistência ou cessação do alegado estado de pobreza". (AgRg. no Ag. 1345625/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, julgado em 16/12/2010, DJe 08/02/2011). "AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS CAPAZES DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PROVA DO ESTADO DE POBREZA DESNECESSIDADE. Não merece provimento recurso carente de argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada. A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não se condiciona à prova do estado de pobreza do requerente, mas tão-somente à mera afirmação desse estado, sendo irrelevante o fato de o pedido haver sido formulado na petição inicial ou no curso do processo (AgRg nos EDcl no Ag 728.657/NANCY)". (AgRg. no Ag. 773.951/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, 3ª Turma, julgado em 19.09.2006, DJ 09.10.2006 p. 294). Em que pese o respeitável posicionamento adotado pelo eminente Juiz singular, extrai-se no presente caso que não há fatos que possibilitem afastar a presunção de que não possuam condições de arcar com os ônus sem prejuízo de seu sustento. Destarte, impõe-se a reforma da decisão vergastada, para conceder aos agravantes os benefícios da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50, ressalvando-se a possibilidade da parte adversa impugnar o benefício pela via processual adequada. III - DISPOSITIVO Face ao exposto, desde logo, dou provimento ao agravo de instrumento, para reformar a decisão recorrida, por estar em manifesto confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, para conceder integralmente os benefícios da assistência judiciária à parte agravante. À Assessoria deste Gabinete para que comunique o juízo singular pelo sistema "mensageiro". Intimem-se. Demais diligências necessárias. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. JURANDYR REIS JÚNIOR Relator

0061 . Processo/Prot: 0829703-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/243359. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0071401-89.2010.8.16.0001 Cobrança. Agravante: Centauro Vida e Previdência Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Agravado: Neri Jose de Oliveira, Fernando Gonçalves Pinto, Rodrigo Alex de Oliveira, Jose Valdete Moreira, Eloir Fernandes Rossa, Claudinil Rodrigues de Almeida. Advogado: Raphael Giuliano Larsen Santos da Silva, Nikolle Koutsoukos Amadori. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE COBRANÇA DE DPVAT - DECISÃO AGRAVADA QUE, COM BASE NO CDC, INVERTEU O ÔNUS DA PROVA INCIDÊNCIA DO CDC À ESPÉCIE JÁ PACIFICADA NESTA CORTE AUTORES E SEGURADORA RÉ QUE SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE CONSUMIDORES E FORNECEDOR DE SERVIÇOS INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA MANTIDA DECISÃO AGRAVADA QUE NÃO DETERMINOU A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA, APENAS INTIMOU AS PARTES PARA QUE ESPECIFIQUEM AS PROVAS QUE PRETENDEM PRODUZIR - AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, NOS TERMOS DO ART. 557, CAPUT, DO CPC I Trata-se de Agravo de Instrumento (f. 02/16) interposto em fase de decisão interlocutória (f. 145/148) proferida pelo Juízo da 5ª Vara Cível de Curitiba que, em Ação de Cobrança de Seguro DPVAT determinou a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Insatisfeita, sustenta a agravante: (a) que é o Instituto Médico Legal o órgão legal para atestar a existência ou não de invalidez permanente e o grau em que ela se apresenta; (b) a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à espécie; (c) o ônus da prova como encargo da parte autora; (d) que o pagamento dos honorários periciais deve recair sobre a parte autora; (e) a possibilidade de atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Por fim, os autos vieram conclusos para apreciação e julgamento do mérito recursal. Em síntese, o relatório. Decido, monocraticamente Os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal estão presentes, admitindo-se o conhecimento do recurso. E, no seu mérito, é de rigor seu imediato provimento, nos termos do art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, por estar a decisão recorrida em confronto com a jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça. No que tange ao ônus da prova, sem razão à agravante, pois é cabível a inversão do ônus da prova em ação de cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT, à luz do inciso VIII, do art. 6º, do CDC, uma vez comprovada a hipossuficiência ou verossímil a alegação. Ressalta-se que, quanto ao custeio da prova, tem-se que a inversão não implica na obrigatoriedade de se determinar que a requerida arque com o pagamento dos honorários periciais: "A inversão do ônus probatório não tem o condão de fazer com a parte contrária arque com as custas das provas requeridas pelo consumidor. No entanto, sofre as conseqüências processuais advindas de sua não produção (STJ, Rec. Esp. 443.208-RJ, Rel.: Min. NANCY ANDRIGHI, DJU de 17/03/2003, p. 226-227). No presente caso, como afirma a própria agravante, é possível a realização da perícia pelo Instituto Médico Legal, consoante a jurisprudência dominante neste Tribunal de Justiça: AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 732243-6 DA COMARCA DE MEDIANEIRA VARA ÚNICA CÍVEL. AGRAVANTE: BRADESCO SEGUROS S/A AGRAVADO: FERNANDO ANTONIO PETRY RELATOR: DESEMBARGADOR JOÃO DOMINGOS KÜSTER PUPPI. Vistos estes autos de agravo de instrumento nº 732243-6 em que é agravante Bradesco Seguros S/A. e, agravado, Fernando Antonio Petry. Trata-se de agravo de instrumento interposto pela ora agravante contra o r. despacho, cujo teor encontra-se às fls. 94-TJ, proferido em demanda de cobrança sob o nº 479/2009, proposta pelo ora agravado em face da agravante, em trâmite perante o d. Juízo da Vara única Cível da Comarca de Medianeira. A decisão agravada deferiu a prova pericial, nomeando, para tanto, o perito Sérgio Pinto da Silva e, determinando que o custeio de tal prova seja realizado pela seguradora agravante. Tempestivamente, a agravante interpôs o presente, pleiteando pela reforma da decisão, para o fim de ser reconhecida a responsabilidade da autora na produção da prova, bem como que o laudo deve ser elaborado pelo IML e que não se aplica a inversão do ônus da prova e nem a legislação consumerista. Ao final, pleiteia pelo efeito suspensivo recursal, bem como pelo seu provimento. Ao final, pugnou pela atribuição de efeito suspensivo e pelo provimento do recurso. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 732243-6 8ª CCÍVEL É o relatório. A nova redação dada ao artigo 557, §1-A, do Código de Processo Civil brasileiro, pela Lei nº. 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o Relator, como órgão do Tribunal, julgue monocraticamente qualquer espécie de recurso, quando a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do STF ou de Tribunal Superior, sem que se veja aí, qualquer lesão ao princípio do juiz natural, posto que absolutamente incensurável, nesse aspecto, do ponto de vista constitucional, como reconhece a doutrina. Inicialmente, cumpre observar que se trata de recurso de cognição sumária, restrito ao exame do custeio da prova pericial, à qual foi determinada como de responsabilidade da seguradora. Há que se reconhecer que o aparato estatal, muitas vezes, não tem condições de atender com celeridade os pedidos realizados, sobretudo em função das condições do local e do reduzido número de funcionários, porém adiar a realização do ato poderia prejudicar a parte autora, sobretudo porque acarretaria, inclusive, a demora no recebimento do seguro obrigatório, se efetivamente comprovada que a invalidez é permanente. Embora lamentável a atual situação das instituições estatais existentes ao longo do país, é necessário ressaltar que após a Medida Provisória 451/2008, o artigo 5º da Lei nº 6.194/74 passou a determinar, no seu § 5º, que: Art. 5º. (...) §5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. Portanto, deve o magistrado singular, oficiar àquele instituto, para o fim de designar data para a realização de perícia, no prazo máximo de 90 dias. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 732243-6 8ª CCÍVEL Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - DESPACHO QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR PARA DETERMINAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE EXAME NO IML - APLICAÇÃO DO ART 5º § 4º E 5º DA LEI Nº6194/74 - RECURSO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - ARTº. 557 § 1º 'A' - DO CPC - PROVIMENTO. (TJPR. Despacho em AI nº 0522663-1. 9ª Câmara Cível. Rel. Sérgio Luiz Patitucci. Publicação: 11/09/2008). Lembre- se, ademais, que a realização de perícia pelo IML não traz nenhum prejuízo à agravada, já que tem por objetivo apenas a comprovação da invalidez permanente. Sendo assim, conforme faculta o dispositivo inserido no artigo 557, § 1º-A do Processo Civil, é imperioso

que se reconheça, neste momento, o provimento do recurso. Adequada é a lição da professora Maria Berenice Dias acerca do tema: (...) o legislador, além de albergar as hipóteses em que se verificava ausência de pressuposto de admissibilidade ou causas de prejudicialidade, de modo expresso permitiu a rejeição do recurso manifestamente improcedente ou contrário à súmula do respectivo tribunal ou tribunal superior. De maneira mais clara foi assegurada a apreciação singular do mérito do próprio recurso, para julgá-lo improcedente. Somente o acolhimento do recurso persistia como prerrogativa exclusiva do colegiado. (...) Facultado o julgamento monocrático, quando a decisão recorrida se afasta do pensamento uniforme da corte julgadora, não há como reputar infringido qualquer direito da parte. A diretriz política de adotar o sistema colegiado de julgar, quando a AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 732243-6 8ª CCÍVEL lei impõe o singular, não cria exceção ao princípio, dando origem a uma interpretação restritiva de tal faculdade. Ao contrário. Nessa hipótese, o julgamento coletivo não é simples abrir mão de uma faculdade legal, mas, sim, o descumprimento de um dever decorrente de lei. O fato de a lei ter adotado uma nova modalidade de julgamento não violenta o princípio do devido processo legal. Vale ainda sublinhar, como bem observa Athos Gusmão Carneiro, que o relator, em casos tais, não estará decidindo por `delegação' do colegiado a que pertence, mas sim exerce poder jurisdicional que lhe foi outorgado por lei. (DIAS, Maria Berenice. As decisões monocráticas do artigo 557 do Código de Processo Civil. Disponível em: site Mundo Jurídico. URL: (acesso em 03 fev. 2009) Em face do exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A do Código de Processo Civil, dou parcial provimento ao presente, para o fim de determinar a expedição de ofício ao Instituto Médico Legal para que realize a perícia necessária para a atestar a existência ou não de invalidez permanente. Curitiba, 26 de novembro de 2010. João Domingos Küster Puppi Desembargador Relator AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 732243-6 8ª CCÍVEL. Tendo em vista que a decisão agravada não determinou a realização de perícia, mas apenas inverteu o ônus da prova e intimou as partes para que especifiquem as provas que desejam produzir, justificando sua finalidade e pertinência, entendo por negar provimento ao presente agravo de instrumento, vez que a inversão do ônus da prova foi corretamente aplicada (ressalta-se aqui que isto não implica na obrigatoriedade de se determinar que o requerido arque com o pagamento dos honorários periciais). Em vista do exposto, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso, porquanto contrário à jurisprudência pacífica deste Tribunal de Justiça. Publique-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora Designada

0062 . Processo/Prot: 0829725-0 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/245677. Comarca: Porecatu. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 2009.00000106 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Aparecida de Fátima Panussi, Edna Morais, Joaquim Alves do Rosário, Roseli Fontes, Rosemeire Salis. Advogado: João Emilio Zola Junior, Raul Barbi. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA SFH SUPERVENIÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/10 QUE NÃO AFASTA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL SOBRE O FEITO DISPOSIÇÕES DE REFERIDA MP QUE, ALÉM DE NÃO GOZAREM DE EFICÁCIA AUTOMÁTICA, DEPENDENDO DE ATOS ADMINISTRATIVOS PARA SEREM CUMPRIDAS, TÊM SUA APLICABILIDADE AFASTADA POR VIOLAÇÃO A ATO JURÍDICO PERFEITO ENTENDIMENTO JÁ PACIFICADO PELO STJ, EM RECURSO REPETITIVO, QUANTO À AUSÊNCIA DE INTERESSE DA CEF E DA UNIÃO NA LIDE DECISÃO AGRAVADA QUE, COM BASE NO CDC, INVERTEU O ÔNUS DA PROVA E DEFERIU A PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL INCIDÊNCIA DO CDC À ESPÉCIE JÁ PACIFICADA NESTA CORTE AUTORES E SEGURADORA RÉ QUE SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE CONSUMIDORES E FORNECEDOR DE SERVIÇOS INVERSÃO PROBATÓRIA QUE DEVE SER DETERMINADA QUANDO DEMONSTRADA A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES OU HIPOSSUFICIÊNCIA DOS CONSUMIDORES (ART. 6º, VIII, DO CDC) AGRAVANTES MUTUÁRIOS DO SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO, EM CIRCUNSTÂNCIA QUE EXPÕE A HIPOSSUFICIÊNCIA DOS REQUERENTES INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA MANTIDA DETERMINAÇÃO QUE NÃO IMPLICA, ENTRETANTO, NA INVERSÃO DAS REGRAS QUANTO AO CUSTEIO DA PROVA ARTIGO 33 DO CPC QUE ESTIPULA O PAGAMENTO DA PERÍCIA PELA PARTE QUE A REQUERER OU PELA AUTORA QUANDO AMBAS AS PARTES A PLEITEAREM PROVA PLEITEADA POR AMBAS AS PARTES ÔNUS QUE RECAI SOBRE OS REQUERENTES, PORTANTO CUSTEIO QUE DEVE SER REALIZADO AO FINAL DO PROCESSO, PELO VENCIDO OU PELO ESTADO, POR SER A PARTE AUTORA BENEFICIÁRIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO, NOS TERMOS DO ART. 557, CAPUT E §1º, DO CPC I - Trata-se de agravo de instrumento (fls. 02/20) interposto contra decisão do juízo da Vara Cível e Anexos da Comarca de Porecatu que, saneando o feito, relativo à Ação Ordinária de Responsabilidade Obrigacional Securitária ajuizada por mutuários do Sistema Financeiro Habitacional, rejeitou as preliminares invocadas, fixou pontos controvertidos, inverteu o ônus da prova com base em disposições do CDC e determinou a produção de prova pericial no imóvel dos requerentes. Inconformada, defende a seguradora requerida: (a) a incompetência da Justiça Estadual sobre o feito, ante o interesse da Caixa Econômica Federal e da União, devendo constar como litisconsortes passivos; (b) a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à espécie, haja vista sua ausência de responsabilidade na construção do imóvel, inexistindo cobertura para o vício de construção alegado na inicial; (c) que não pode ser compelida a realizar e arcar com a prova de fato constitutivo do direito dos autores; (d) que estão presentes os requisitos necessários à atribuição de efeito suspensivo ao recurso. É a breve exposição. Decido, monocraticamente. Os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal estão presentes, de modo que o agravo de instrumento deve ser conhecido e regularmente processado. E, por versar sobre tema cuja solução já está pacificada por este Tribunal e pelo Superior Tribunal de Justiça, decido- o monocraticamente, nos termos do art. 557, caput e § 1º-A, do CPC. 1. Da Medida Provisória nº 513/10 Aduz a seguradora ser parte ilegítima nos autos ante o contido na Medida Provisória 513/10, que extinguiu o seguro habitacional para mutuários do Sistema Financeiro Habitacional, cuja garantia era dada pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Sem razão Neste sentido, tive a oportunidade de decidir, reiteradas vezes: "A superveniência da MP nº 513/09, que em seu art. 1º, I, dispõe ficar "o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS autorizado, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais CCFCVS, a assumir os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, que contava com garantia de equilíbrio permanente e em nível nacional do Fundo em 31 de dezembro de 2009", em nada altera a discussão entabulada. E assim porque ainda não há notícias de que referida assunção de direitos e obrigações tenha se dado, não se podendo olvidar, ainda, da aparente inconstitucionalidade do ato, que seguindo as bases da enfadonha e inconstitucional Medida Provisória nº 478/09 (sendo diversos os precedentes nesse sentido), parece permitir a alteração da relação jurídica perfeita estabelecida entre seguradora e mutuários, possibilitando que eventuais indenização judiciais fixadas em face da seguradora sejam custeadas, ao final, por dinheiro público. Duas são as razões que justificam manutenção da seguradora requerida. A primeira decorre da própria interpretação do dispositivo supracitado, que para a assunção de direitos e obrigações do SFH, exige o cumprimento da "forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais". Isto é: eventual assunção supracitada não é procedida de forma automática, a partir da publicação da MP; o que a Medida Provisória define é mera autorização para essa medida, a ser realizada na forma disciplinada pelo Conselho Curador. E até o presente momento não há notícias de que tal assunção tenha sido aperfeiçoada ou, mesmo, qual é a forma disciplinada. A segunda razão, que torna prejudicial eventual cumprimento da prerrogativa supracitada, é o desrespeito ao ato jurídico perfeito que eventual exercício da faculdade estabelecida pela MP poderia vir a causar. Afinal, inegável que referida assunção importaria em modificação da relação jurídica perfeita estabelecida entre seguradora e mutuários, celebrada muito tempo antes da superveniência da aludida Medida Provisória ou mesmo da MP 478/09. E a proteção do ato jurídico perfeito, como cediço, é garantia constitucional insculpida pelo art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Não custa lembrar o disciplinado pelo art. 6º da LICC, § 1º, da LICC, segundo o qual "reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou". Ora, é justamente o caso narrado nos autos, em que houve a celebração de negócio jurídico de natureza securitária entre mutuário do sistema financeiro de habitação e a seguradora ora requerida, o qual seguiu as disposições da legislação vigente à época, que ainda não dispunha sobre a assunção de direitos e obrigações do SFH pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais. Naquele período, frise-se, já pacificado o entendimento pelo Superior Tribunal de Justiça, retirado em julgamento repetitivo de recursos (dotado de caráter vinculante, portanto), de que nos feitos como o de apreço, relativos à contrato de seguro adjeto de contrato de mútuo, envolvendo discussão entre seguradora e mutuário, não há comprometimento do FCVS1. Por certo, tal situação somente passará a ocorrer com as modificações promovidas pela MP supracitada, ofendendo-se o ato jurídico perfeito. Em face disso, ante as razões supracitadas, inaplicável ao caso as disposições da Medida Provisória nº 513/10, donde se extrai a legitimidade passiva da seguradora requerida/agravante e a competência da justiça comum. 2. Da inversão do ônus da prova Trata a discussão dos autos de Ação Ordinária de Responsabilidade Obrigacional Securitária ajuizada por mutuários do seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação em face da seguradora agravante, com base no entendimento de que a ré oferece cobertura securitária contra os vícios de construção verificados em seus imóveis. 1 REsp 1091363/SC, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/03/2009, DJe 25/05/2009 E, por se discutir típico contrato de seguro, inegável o reconhecimento da existência de uma relação de consumo entre requerentes e requerida, sobretudo em se considerando o vínculo adesivo dos contratos firmados, em que não se oportuniza a discussão das cláusulas entre os pactuantes. Ademais, não custa lembrar que tanto autores como a seguradora ré enquadram-se nos conceitos legais de consumidor e de fornecedor, respectivamente: (a) consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final (art. 2º do CDC); e (b) fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços, incluindo-se expressamente a atividade securitária na conceituação de serviços (art. 3º, caput e § 2º, do CDC). É o que se tem decidido nos precedentes análogos: Apelação Cível. Ação de responsabilidade securitária. Seguro habitacional. Casas populares. Compromisso de compra e venda firmando com a COHAB, mediante financiamento do SFH. Ilegitimidade passiva. Não ocorrência. Desnecessidade de participação da CEF. Justiça Estadual. Foro competente. Aplicação do CDC. Contrato adesivo. Prescrição ânua. Inocorrência. Danos nos imóveis. Vícios de construção. Cobertura securitária devida. Dever de recuperação dos imóveis e do pagamento das despesas realizadas com reformas pagas pelos mutuários. Multa decendial. Previsão em contrato. Agravo retido e recurso de apelação cível desprovidos. [...] 5. Cuidando-se de típico pacto adesivo, modalidade que furta ao aderente a possibilidade de discutir suas cláusulas, o seguro habitacional é alcançado pelo Código de Defesa Consumidor. [...] (TJPR - 10ª C.Cível - AC 0758701-3 - Londrina - Rel.: Des. Hélio

Henrique Lopes Fernandes Lima - Unânime - J. 09.06.2011) Desse modo, incidente sobre o caso concreto as disposições do Código de Defesa do Consumidor, que em seu artigo 6º, inciso VIII, autoriza a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências. Da leitura desse dispositivo, percebe-se que a inversão do ônus da prova é direito do consumidor que tem por objetivo facilitar a defesa de seus direitos quando configurado qualquer dos requisitos alternativos apresentados: verossimilhança das alegações ou hipossuficiência do consumidor. No caso em comento, considerando que os agravados são mutuários do sistema nacional de habitação, evidente sejam eles hipossuficientes em face da seguradora agravante, tanto do ponto de vista econômico quanto no aspecto técnico. Assim, a inversão em debate é medida que se impõe, como se pode depreender dos seguintes julgados: AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA SEGURO HABITACIONAL SFH MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2010 - INAPLICÁVEL AO CASO EM TELA IMPOSSIBILIDADE DE VIOLAÇÃO AO ATO JURÍDICO PERFEITO EXAME DO CASO À LUZ DOS PRINCÍPIOS E NORMAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR IMPOSSIBILIDADE DE DENUNCIAÇÃO DA LIDE AO RESSEGURADOR PARTICIPAÇÕES DA CEF E DA UNIÃO MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA À JUSTIÇA ESTADUAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO - INÉPCIA DA INICIAL AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DO SINISTRO ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA CARÊNCIA DE AÇÃO CONTRATOS QUITADOS PRESCRIÇÃO INOCORRÊNCIA CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA POSSIBILIDADE SENTENÇA ESCORREITA. 6. A inversão do ônus da prova é de rigor, devendo a parte ser advertida que se não pagar sofrerá as conseqüências. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR - 9ª C.Cível - AI 0755732-6 - Cascavel - Rel.: Desª Rosana Amara Girardi Fachin - Unânime - J. 19.05.2011) E do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SFH. INDENIZAÇÃO. DEMORA NA LIBERAÇÃO DA HIPOTECA. SÚMULA N. 7/STJ. APLICAÇÃO DO CDC. INTERESSE RECURSAL AUSENTE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. [...] 3. A inversão do ônus da prova pode ser determinada em contratos regidos pelo Sistema Financeiro da Habitação, quando estiverem presentes os pressupostos previstos no Código de Defesa do Consumidor. 4. Recurso especial não-conhecido. (REsp 577.074/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2007, DJ 23/05/2007, p. 252) Daí porque perfeita a decisão recorrida ao estabelecer a inversão do ônus da prova no caso, sendo conseqüência jurídica dessa circunstância o recaimento sobre a requerida do ônus processual de comprovar a ausência de cobertura securitária sobre os eventos narrados na inicial os quais serão analisados na pericial judicial já deferida pelo Juízo Singular. 3. Do custeio da prova Em um segundo momento, sustentou a decisão agravada "que a inversão do ônus da prova não importa, contudo, na inversão da responsabilidade pela antecipação dos honorários periciais". Após, ressaltou que "considerando que não se trata de providência requerida expressamente pela seguradora, a ela não se pode impor a responsabilidade de antecipação dos honorários periciais, pois não se pode obrigá-la a produzir prova contra si mesma. Porém, a recusa desta e, adiantar os honorários periciais será interpretada como desinteresse na produção da prova, assumindo o risco e sofrendo a seguradora as conseqüências de não a produzir". Pois bem. Em que pese tenha partido de premissa adequada, ao aquilatar que a inversão do ônus da prova não faz com que a requerida esteja obrigada a custear a prova pericial deferida pelo Juízo, assumindo o risco processual, todavia, quanto à não produção dessa prova, deixa o Juízo Singular de analisar importante peculiaridade do caso em tela. Refiro-me à previsão do art. 33 do Código de Processo Civil, o qual prevê que a remuneração "do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz". Daí se extrai que para fins de apreciação do dever de pagamento das custas e honorários periciais, indispensável a análise da parte que a pleiteou, pouco importando para essa definição o ônus probatório que recai sobre o tema debatido no exame pericial. O legislador é claro ao disciplinar que é o efetivo pedido de realização probatória pelas partes o que vincula seu pagamento e não eventual ônus probatório sobre o tema. É dizer: (i) decorrendo a prova pericial tida como imprescindível pelo Juízo Singular de pedidos realizados por ambas as partes (f. 27 e 52 TJ) e (ii) prevendo o Código de Processo Civil que a remuneração do (...) do perito será (...) pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, inegável recair sobre a parte requerente eventuais ônus financeiros sobre a perícia a ser realizada nos autos. O STJ já se manifestou sem sentido análogo: RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PERÍCIA REQUERIDA POR AMBAS AS PARTES. ADIANTAMENTO DOS HONORÁRIOS DO PERITO. IMPOSIÇÃO À RÉ. IMPOSSIBILIDADE. 1. O artigo 33 do Código de Processo Civil estabelece que "cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz", não podendo, por isso, ser imposto à ré o adiantamento dos honorários, relativos à perícia também requerida pela autora. 2. Recurso especial provido. (REsp 955.976/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/04/2011, DJe 04/05/2011) Daí porque, em sendo a autora beneficiária da assistência judiciária gratuita e, portanto, isenta dos honorários de advogado e peritos (art. 3ª, V, da Lei nº 1.060/50) -, compete ao Magistrado nomear perito indagando se aceita a nomeação com a condição de receber seus honorários ao final do processo. Nessa oportunidade, o perito nomeado receberá seus honorários, seja pela parte sucumbente, seja pelo Estado, quando, a parte sucumbente for a beneficiada, observada a regra do art. 12 da Lei nº 1.060/50. No mesmo sentido, os seguintes precedentes: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTE BENEFICIÁRIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. PAGAMENTO AO FINAL DO PROCESSO PELA PARTE VENCIDA. RECAINDO- A SOBRE O BENEFICIADO, COM RESSALVA DO ART. 12 DA LEI Nº 1060/50, O ÔNUS É DO ESTADO. RECURSO PROVIDO. (TJPR - 13ª C.Cível - AI 0702061-5 - Maringá - Rel.: Des. Luiz Taro Oyama - Unânime - J. 01.12.2010) ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PARTE QUE LITIGA SOB O PÁLIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. HONORÁRIOS PERICIAIS. PAGAMENTO PELO ENTE ESTATAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. As despesas pessoais e materiais necessárias para a realização da perícia estão protegidas pela isenção legal de que goza o beneficiário da gratuidade de justiça. Assim, como não se pode exigir do perito a realização do serviço gratuitamente, essa obrigação deve ser do sucumbente ou, no caso de ser o beneficiário, pelo Estado, a quem é conferida a obrigação de prestação de assistência judiciária aos necessitados. Precedentes. 2. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no Ag 1223520/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 14/09/2010, DJe 11/10/2010) Ante o exposto, nos termos do art. 557, caput e § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento ao recurso, reformando a decisão agravada no que tange ao custeio da perícia, ante a fundamentação supracitada. Publique-se. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora Designada

0063 . Processo/Prot: 0829938-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/249046. Comarca: Rolândia. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0003030-83.2011.8.16.0148 Indenização. Agravante: Mariana Sant'ana Oliveira Rosa dos Santos, Letícia Sant'ana Lavor Guimarães. Advogado: Ivan Martins Tristão, Marcos Adolfo Benevenuto II. Agravado: Claudenir Frachini, Marlene Garcia Frachini Me. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. José Laurindo de Souza Netto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

I - Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto por Mariana Sant'Ana Oliveira Rosa dos Santos Guimarães e Letícia Sant'Ana Lavor Guimarães, contra a decisão proferida pelo MM Juiz Substituto que, nos autos nº 3030/2011 da ação de indenização de indenização por danos materiais e morais por acidente de trânsito , movida em face de Claudenir Frachini e Marlene Garcia Frachini - ME, deferiu, em parte, o pedido de antecipação de tutela formulado, para o fim de determinar aos réus, solidariamente, e de imediato, que paguem às autoras a importância mensal de R$ 545,00, equivalente a um salário mínimo vigente, o que deverá ser implementado no prazo de 10 dias a contar da intimação, sob pena de multa diária de R$ 100,00, até o limite da importância de R$ 1.800,00 por mês (fls. 198/205-TJ). Alegam as agravantes que o Juízo de primeiro grau reconheceu que a vítima percebia rendimentos da ordem de R$ 1.800,00. Alegam, ainda, que em se tratando de responsabilidade civil, a reparação do dano deve ser plena, tanto que o art. 948, caput, do CC dispõe que em casos de homicídio a indenização abrange as situações previstas nos seus incisos em excluir outras reparações, ou seja, no caso em apreço a pensão deve ser fixada com base na remuneração demonstrada nos autos. Defendem que a doutrina e a jurisprudência já consolidaram o entendimento de que o valor do pensionamento deve ser fixado em 2/3 dos ganhos da vítima, motivo pelo qual pugnam pela reforma da decisão agravada, para o fim de majorar o quantum da pensão, de R$ 545,00 para R$ 1.200,00. Requerem a atribuição de efeito ativo ao recurso, e, no mérito, seu provimento para o fim de majorar o quantum da pensão para R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), mensais. II - Recebo o recurso, pois em ato de cognição sumária estão presentes os requisitos para admissibilidade. A antecipação da tutela recursal legitima-se, nos termos do artigo 527, III do Código de Processo Civil, quando houver a probabilidade mínima de lesão grave e os fundamentos do recurso forem relevantes, sendo certo que nos casos que envolvem situações existenciais, como o presente, a cognição judicial reduz-se a um juízo de probabilidade mínima, a fim de que os interesses relacionados a um direito fundamental não sejam irremediavelmente violados. No caso em tela, vislumbro que ambos os requisitos estão configurados, permitindo-se a antecipação pretendida nesta sede liminar de apreciação. A verossimilhança das alegações manifesta-se em dois planos: tanto quanto à responsabilidade civil do primeiro agravado, condutor do veículo (ante a leitura do Boletim de Ocorrência lavrado em decorrência do acidente noticiado nos autos), bem como relativamente à necessidade de fixação de uma verba alimentícia que supere aquele fixado pelo Juízo Singular. Quanto a este último ponto, ao menos na presente fase de cognição sumária, tenho que a verba de um salário mínimo fixada pela decisão agravada parece não fazer frente às necessidades da família agravante, composta pela viúva do falecido e pela filha do casal que, antes do infeliz acontecimento, parecia auferir renda superior àquela deferida pelo Juízo Singular, conforme declaração acostada às fls. 168 dos autos originários e 177-TJ. De outra banda, o perigo de dano irreparável as agravantes é evidente, haja vista que a pretensão se refere às verbas alimentícias, imprescindíveis à sobrevivência das requerentes. E não me parece que o valor fixado pelo Juízo Singular, na quantia de um salário mínimo, seja o suficiente para fazer frente às despesas mensais das autoras, colocando-os em situação de risco injustificável. Em face disso, sem prejuízo de posterior reforma quando da análise do mérito recursal, entendo por bem em atribuir efeito suspensivo ativo ao recurso, majorando a pensão fixada pela decisão agravada para o patamar de dois salários mínimos vigentes, ou seja, R$ 1.090,00 (mil e noventa reais), verba que aparenta ser, por ora, mais adequada à necessidade das agravantes. III Comunique-se, com urgência, o teor da presente decisão ao Ilustre Magistrado a quo, bem como requisite informações no prazo de dez (10) dias. IV Intimem-se, pessoalmente, os agravados para que, querendo, apresentem contraminuta no prazo de 10 (dez) dias. V Após, dê-se vista dos autos a d. Procuradoria Geral de Justiça. VI - Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO Relator

0064 . Processo/Prot: 0829994-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/248741. Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 2011.00012172 Cobrança. Agravante: Elisafran Carneiro Mororó. Advogado: Luana

Cervantes Maluf, Rogério Bueno Elias, Rogério Resina Molez. Agravado: Mapfre Seguros S/a. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVANTE: ELISAFRAN CARNEIRO MORORÓ AGRAVADA: MAPFRE SEGUROS S/A RELATOR: DES. JURANDYR REIS JUNIOR Vistos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 829.994-5, oriundo da 3ª Vara Cível da Comarca de Londrina, em que figuram com agravante: ELISAFRAN CARNEIRO MORORÓ e agravada: MAPFRE SEGUROS S/A, com qualificações nos autos. I RELATÓRIO ELISAFRAN CARNEIRO MORORÓ interpôs o presente agravo de instrumento contra a decisão proferida nos autos nº 12.172/2011, de ação de cobrança, que declinou de ofício a competência para processamento e julgamento do feito para o Juízo de Direito da Comarca da residência da parte autora. Inconformada, aduz a recorrente, em suas razões recursais, que promoveu a presente ação com o objetivo de receber indenização securitária DPVAT, tendo o magistrado a quo reconhecido de ofício a incompetência do Juízo de Direito da Comarca de Londrina para o processamento e o julgamento do feito. Alega que, de forma diversa ao que constou da decisão, não houve desrespeito ao princípio do juiz natural, ao passo que sustenta pela observância da Súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça, não sendo possível a declinação de ofício de competência relativa. No mais, sustenta pela concessão dos benefícios da assistência judiciária e pugna pelo deferimento de efeito suspensivo à decisão vergastada até ulterior deliberação pelo órgão colegiado, quando pretende que seu agravo de instrumento seja conhecido e provido. É o relatório. II - DECISÃO A nova redação dada ao artigo 557, do Código de Processo Civil brasileiro, pela Lei nº 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o Relator negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior e, por outro lado, dê provimento ao recurso se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, dispensando a manifestação do Órgão Colegiado. É o caso dos autos, pois o agravo de instrumento interposto não comporta conhecimento, visto que ausente o requisito de admissibilidade relativo à tempestividade. Gize-se que os requisitos de admissibilidade do recurso devem ser analisados de ofício pelo relator antes do conhecimento do expediente, no momento em que se faz o juízo de admissibilidade. Esta é a lição de NELSON NERY JÚNIOR e ROSA MARIA ANDRADE NERY, presente em seu Código de Processo Civil Comentado (São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1999, p.1071): "Juízo de admissibilidade. Ao relator, na função de juiz preparador de todo e qualquer recurso do sistema processual civil brasileiro, compete o exame do juízo de admissibilidade desse mesmo recurso. Deve verificar se estão presentes os pressupostos de admissibilidade (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal, tempestividade, preparo, regularidade formal, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer). Trata- se de matéria de ordem pública, cabendo ao relator examiná-la de ofício". O art. 522 do Código de Processo Civil disciplina que o prazo para a interposição de recurso de agravo de instrumento é de 10 (dez) dias contados da intimação da decisão proferida. Na espécie, depreende-se da certidão de fls. 33v-TJ que a parte recorrente foi intimada da decisão objurgada, em 22/03/2011, consoante Diário de Justiça veiculado em 21/03/2011, de modo que o prazo recursal começou a fluir em 22/03/2011, encerrando-se em 31/03/2011 (quinta-feira útil). Aliás, extrai-se de outra certidão às fls. 33v-TJ que o causídico dos agravantes fez carga dos autos no dia 22, dando-se igualmente por intimado da decisão. Entretanto, os agravantes só protocolaram este recurso em 14/07/2011 (chancela mecânica de fls. 02-TJ), pelo que há de ser, por conseguinte, considerado intempestivo. Destarte, incabível é o conhecimento do presente recurso. III DISPOSITIVO Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, do Código de Processo Civil e no artigo 200, XX, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nego seguimento ao agravo de instrumento interposto, eis que em manifestamente intempestivo. À Assessoria deste Gabinete para que comunique o juízo singular, mediante o sistema `mensageiro'. Intimem-se. Demais diligências necessárias. Curitiba, 26 de setembro de 2011. DES. JURANDYR REIS JUNIOR Relator

0065 . Processo/Prot: 0830129-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/250524. Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0001988-04.2011.8.16.0017 Cobrança. Agravante: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Ailton da Silva Paduan. Advogado: Robson Sakai Garcia. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

1 - Trata-se de Agravo de Instrumento, interposto contra a decisão do MM Juiz de Direito da 5.ª Vara Cível da Comarca de Ma- ringá proferida nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, sob n.º 0001988-04.2011.8.16.0017 que determinou a realização de perícia por expert indicado pelo juízo, bem como que a agravante informe se possui interesse em custear a referida prova pericial, aduzindo para tanto que a aludida decisão seria ilegal, pois desconsidera a previsão do art. 5.º, § 5.º da Lei 6.194/74, que determina que nos casos de invalidez, para efeitos de indenização pelo seguro DPVAT, a perícia será realizada de forma gratuita pelo IML da jurisdição do acidente, sendo que a determinação de realização de perícia por outro profis- sional e, ademais, ao encargo da agravante se mostra ilegal e abusiva, posto que a produção de tal prova compete ao autor, uma vez que foi por ele reque- rida na inicial. Com base nestes argumentos, pugna pelo provimento do presente recurso de Agravo de Instrumento, sendo reformada a decisão de- terminando o efeito suspensivo e o afastamento da obrigação por ela tida por ilegal. 2- Da análise da petição inicial, colacionada por có- pia às fls. 11-v/16-TJPR, extrai-se que o suplicante teria ficado inválido per- manentemente, em razão de um acidente automobilístico ocorrido em 30/05/2000. A Seguradora, ora agravante, em contestação (fls. 36/50-v-TJPR), pleiteou a produção de prova pericial para comprovação das lesões, ressaltando desde logo que o exame deveria ser elaborado pelo Institu- to Médico Legal, sem ônus para as partes. O Juiz de primeiro grau, ao sanear o feito, enten- dendo ser necessária a verificação da invalidez do suplicante, determinou a realização de perícia judicial, consignando que após apresentação de propostas de honorários, as partes devem se manifestar sobre a sua aceitação ou não. Transcorrido o prazo sem impugnação, a parte requerida deve ser intimada para se manifestar se possui interesse em custear a prova pericial. (fls. 58/63- TJPR). Feito este breve escorço fático, passo a análise dos argumentos vertidos. Dispõe o art. 5º, § 5º, da Lei nº 6.194/74 (com reda- ção dada pela Lei nº 11.945/2009), in verbis: "O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no pra- zo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais." Portanto, da interpretação deste dispositivo, con- clui-se que tal perícia é colocada à disposição dos beneficiários do seguro o- brigatório (e não propriamente da Seguradora), visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotores de via terrestre, bem ainda, cuida dos casos de perícia para recebimento da inde- nização administrativamente, ou seja, se revela essencial somente para o rece- bimento da indenização na chamada fase da regulação do sinistro, ainda pe- rante a seguradora. Agora, se a próprio beneficiária pretende demons- trar a sua invalidez permanente, por meio de perícia (fls. 15-TJPR), produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que se submeta à fila do Insti- tuto Médico Legal, o que poderia comprometer o andamento da demanda, com a consequente delonga no pagamento de eventual indenização, em evi- dente prejuízo à beneficiária. A propósito, seguem os seguintes precedentes desta Corte, acerca da matéria controvertida: "AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL - DECISÃO QUE DÁ PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PROVA PERICIAL - PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE EXAME JUNTO AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - INDEFERIMENTO - HONORÁRIOS PERICIAIS - FIXAÇÃO ADEQUADA - MANUTENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1 - Considerando que o laudo pericial a ser reali- zado pelo Instituto Médico Legal - IML, previsto no art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, é colocada à disposi- ção dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as le- sões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotor de via terrestre, se a própria beneficiária do seguro, pretende demonstrar a sua invalidez permanente, através de perícia judicial, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produ- zida sob o crivo do contraditório, não há razão para que a suplicante se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conseqüente delonga no paga- mento de eventual indenização, em evidente prejuí- zo à beneficiária. (...).(AI. nº 615.691-6/01, Rel. Des. Luiz Lopes, 10.ª Câmara Cível, julgado em 01/10/2009) AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PROVA PERICIAL - PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE EXAME JUNTO AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - INDEFERIMENTO. RECURSO DESPROVIDO. O laudo pericial a ser realizado pelo Instituto Médico Legal IML, previsto no art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veí- culos automotor de via terrestre. Assim, se a pró- pria beneficiária do seguro, pretende demonstrar a sua invalidez permanente, através de perícia judi- cial, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e pro- duzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que a suplicante se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conseqüente delonga no paga- mento de eventual indenização, em evidente prejuí- zo à beneficiária. (AI. nº 633.641-4/01, Rel. Des. Luiz Lopes, 10.ª Câmara Cível julgado em 10/12/2009). AGRAVO DE INSTRUMENTO - SEGURO OBRI- GATÓRIO (DPVAT) - POSSIBILIDADE DE NO- MEAÇÃO DE PERITO PELO JUÍZO - NÃO VE- DAÇÃO PELO ARTIGO 5º, §5º DA LEI 6.194/74, APLICÁVEL NA VIA ADMINISTRATIVA - PRECEDENTES. Seguimento negado.(AI nº 645.506-1, Rel.: Elizabeth M. F. Rocha, 10.ª Câmara Cível, julgado em 30/12/2009). Deste modo se presente a necessidade da produção da prova pericial, resta agora aferir a responsabilidade pelo pagamento dos honorários do perito. Embora não tenha a parte agravante discorrido a- cerca da inaplicabilidade do CDC no caso concreto, e consequente inviabili- dade da inversão do ônus probatório contemplado na legislação consumerista, é de se ver que a decisão recorrida em momento algum invoca qualquer dispo- sitivo do aludido diploma legal para fundamentar sua determinação de impor o custeio dos honorários periciais à parte ré, sendo que para tanto o D. julga- dor monocrático invocou a assertiva contida na contestação segundo a qual o autor não teria ficado inválido em virtude do acidente ocorrido, atraindo para si o dever de comprovar tal assertiva posto que se trata de fato extintivo do direito pleiteado na inicial. Ou seja, o fundamento da decisão recorrida foi di- verso, contudo ainda assim esta está a merecer reparo posto que ao impor o custeio da perícia à parte ré, equivocou-se ao olvidar que como dito acima a parte autora também requereu a produção de prova pericial, inclusive já ofer- tando rol de quesitos. Dispõe o artigo 33, caput, do Código de Processo Civil, que a remuneração do perito "será paga pela parte que houver requeri- do o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou deter- minado de ofício pelo juiz." No caso concreto, como já mencionado, verifica-se que ambas as partes requereram a produção da prova pericial, e, deste modo, num primeiro momento, competiria à autora, ora recorrida, a responsabilidade pelo pagamento de tal encargo. Contudo neste caso específico, observa-se que o a- gravado está amparado pelos benefícios da assistência judiciária gratuita (fls. 30-v-TJ), que compreende a isenção de pagamento de honorários periciais, nos termos do artigo 3º, inciso V, da Lei nº

1.060/50. Acerca de tal aspecto da matéria dispõe o artigo 11, deste diploma legal, que "Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciários serão pagos pelo vencido, quando o be- neficiário de assistência for vencedor na causa". Da leitura deste dispositivo, infere-se que a benesse da gratuidade processual deve ser informada ao perito, o qual, concordando, deverá apresentar o laudo, com o pagamento dos honorários pelo não benefi- ciário, se vencido, ao final do processo, ou pelo Estado. Oportuno se mostra citar, a respeito, a seguinte lição doutrinária: "A parte beneficiária da justiça gratuita está isenta de custas e despesas processuais, inclusive as des- pesas relacionadas à perícia. (...) O Estado, a quem cumpre prestar a assistência jurídica integral, deve criar um fundo destinado ao custeio das despesas advindas de processos em que litigam beneficiários da gratuidade judiciária. Mesmo, porém, que inexista este fundo ou mesmo que não haja previsão orçamentária, deverá o Es- tado arcar com o custo do exame." (DIDIER JUNIOR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael; BRAGA, Paula Sarno. Curso de Direito Processual Civil: di- reito probatório, decisão judicial, cumprimento e li- quidação da sentença e coisa julgada. v. 2. Salva- dor: Podivm, 2007. p. 195.) De qualquer modo, caso ocorra óbice intransponível ao pagamento dos honorários da perícia, ainda existe a alternativa de nomea- ção de perito oficial, que pode ser, inclusive, do próprio IML, como aliás, re- querido pelas partes. 3. Diante do exposto, dou provimento parcial ao re- curso, tão somente para determinar que os honorários periciais sejam suporta- dos, ao final do processo, pela parte vencida ou, se sucumbente o beneficiário da assistência judiciária gratuita, pelo Estado, devendo ser oportunizada a ma- nifestação do perito nomeado, para dizer se aceita o encargo nessas condições, e, no mais, para negar seguimento ao recurso na parte em que se insurge con- tra o não acolhimento da preliminar de prescrição, posto que a decisão objur- gada nesta parte encontra-se fundamentada em entendimento sumulado peran- te o STJ. 4. Publique-se, intimem-se, e oportunamente, bai- xem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2.011. MARCO ANTONIO MASSANEIRO Relator

0066 . Processo/Prot: 0830166-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/262600. Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0006202-21.2010.8.16.0131 Cobrança. Agravante: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich, Thais Malachini. Agravado: Michelle Andressa Busatta. Advogado: Caroline Regina Gurski. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Cognição vestibular. Vistos e examinados Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto frente à decisão proferida nos autos sob n.º 56202-21.2010.8.16.0131, de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT, que determinou a produção de prova pericial, refutando sua postulação de realização da mesma através do IML, in verbis: "I Nada a despachar em relação à manifestação de fls. 105 a 107. II Caso a parte não concorde com os termos da decisão proferida, então deverá procurar os meios recursais cabíveis para modificá-la. III Cumpra-se integralmente o despacho anteriormente proferido. IV No mais, atente-se a Serventia para os termos da Portaria n.º 01/2008, deste juízo " (fls. 61/62-TJ). Em razões recursais, narra que a agravada propôs ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT, sob a alegação de invalidez permanente, sendo deferida a produção de prova pericial e nomeado perito. Afirma que a perícia deve ser realizada por órgão escolhido pela legislação e não por expert nomeado pelo juiz. Colaciona julgados que entendem pela necessidade de realização de prova pericial pelo IML. Frisa que, em que pese ser ônus da prova do autor, requereu expressamente a produção de laudo pericial a ser emitido pelo Instituto Médico Legal. Almeja a atribuição de efeito suspensivo e, ao final, o provimento do recurso, destituindo a nomeação do perito e, em substituição, oficiar o IML da jurisdição do acidente ou do domicílio da vítima para atestar a suposta invalidez. É o relatório. Recebo o recurso, pois, em ato de cognição sumária, mostram-se presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos para sua admissibilidade. É certo que, para conceder o efeito suspensivo pretendido pelo agravante, até o pronunciamento definitivo da Câmara, deve-se confirmar a presença dos requisitos do art. 558 do CPC, quais sejam, o perigo de lesão e a relevante fundamentação do recurso. No exame da matéria, cumpre ao relator, no exercício da liberdade de investigação crítica, convencer-se, à luz dos fatos e dos elementos probatórios constante nos autos sobre a manutenção ou não da decisão recorrida, até o julgamento final do agravo de instrumento. Indefiro a suspensividade pleiteada, posto que não se pode vislumbrar perigo de lesão grave ou de difícil reparação na realização de prova pericial, que justifique o almejado efeito suspensivo até definitivo pronunciamento da Câmara, consoante norma contida no artigo 558 Código de Processo Civil. Intime-se a agravada para que, no prazo de dez (10) dias, responda, observando o disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil. Dê-se, pelo modo mais célere, ciência desta decisão ao MM. Juiz da causa, solicitando que, no decêndio legal, preste informações que julgar necessárias e, ao mesmo tempo, exercite, querendo, o juízo de retratação, entendendo-o conveniente. Autorizo o ilustre Chefe da Divisão Cível a subscrever o ofício, com a máxima urgência que a medida se impõe. Ultimadas as diligências, voltem. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Guimarães da Costa Desembargador Relator

0067 . Processo/Prot: 0830273-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/265371. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00000906 Execução. Agravante: Tokio Marine Seguradora Sa. Advogado: Lama Ibrahim. Agravado: Euler Amaro da Silva. Advogado: Cláudio de Lara Júnior. Interessado: Santim Transportes Rodoviários Ltda. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Decisão monocrática: negativa de seguimento Vistos e examinados Trata-se de agravo de instrumento, interposto por Tokio Marine Seguradora S/A, em desfavor de decisão interlocutória, nos autos de execução da antecipação de tutela, sob n.º 906/007, que, segundo relata a agravante, determinou: "os executados para o depósito dos valores vencidos, consoante cominação outrora imposta, sob pena de multa cominatória a ensejar o cumprimento compulsório da medida". Narra a agravante que a execução nº 906/2007 decorre da antecipação de tutela concedida nos autos nº 1181/2006, de ação de indenização por acidente de trânsito, movida pelo agravado frente à seguradora e a empresa Santim Transportes Rodoviários Ltda. Segue relatando que na ação indenizatória foi deferida a tutela antecipada, para que o autor recebesse valores referentes a honorários de enfermeiro e despesas médicas, valores que foram devidamente pagos até a data da realização de um acordo em outra demanda, que trata do mesmo sinistro e apólice. Esclarece que, em razão do mesmo sinistro, existia outra demanda que tramitava perante a 3ª Vara Cível de Cascavel, sob nº 1387/2006, cuja autora era Valdirene Scheling, na qual foi realizado acordo e despedida a quantia de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais). Argumenta que, após o pagamento do pactuado, esgotaram as importâncias seguradas para danos corporais e danos morais, ressaltando que já havia pago ao agravado aproximadamente R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). Menciona que foram julgados procedentes os pedidos iniciais formulados pelo agravado, condenando-se, solidariamente, os réus ao pagamento de indenização por danos materiais tratamento presente e futuro do agravado - em valor a ser apurado em liquidação de sentença, com as devidas compensações do que já foi pago, além de pagamento de pensão mensal vitalícia no valor de R$ 2.640,93 (dois mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e três centavos) desde a data do evento danoso (21/06/2006) e danos morais no montante de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Salienta que interpôs recurso de apelação cível, pendente de julgamento, reputando equivocada a sentença quanto à afirmação de que não havia se esgotado a responsabilidade da seguradora; contudo, deparou com o despacho ora atacado, que determina o pagamento, sob pena de aplicação de multa. Enfatiza que nada mais deve ao agravado, sendo que, no caso concreto, os pedidos de pagamento de despesas médicas, hospitalares e de pensão mensal se originaram da perda da capacidade laborativa, ou seja, em razão de danos causados ao corpo humano, sendo, portanto, de ordem extrapatrimonial, não cabendo à cobertura contratada para danos materiais. Tece considerações a cerca do dano corporal e do dano material, frisando que no contrato de seguro em discussão a cobertura contratada para danos materiais não se presta a cobrir o valor da condenação referente à pensão mensal e despesas médico-hospitalares. Defende a inexistência de cobertura securitária para invalidez, pois a importância segurada a esse título cuida de acidentes pessoais de passageiros e não cobertura relativa à responsabilidade civil em face de terceiro. Colaciona julgados em abono à sua tese. Aduz que o agravado, com agente penitenciário do Estado, é beneficiário do SAS Sistema de Assistência à Saúde, podendo fazer uso do mesmo para a realização de tratamentos e exames, tornando desnecessário o custeio das despesas médico-hospitalares. Almeja a concessão do efeito suspensivo e, ao final, o provimento do recurso, para o fim de ser afastada determinação da decisão agravada, de depositar os valores vencidos, e exonerar a obrigação de arcar com qualquer despesa médica e hospitalar, tendo em vista que não há mais cobertura securitária no contrato celebrado com a outra ré do processo principal e que o agravado é beneficiário do SAS. É o breve relatório. Decido Deve ser destacado que o presente recurso se ressente de requisito formal indispensável, cuja ausência propicia que a ele seja desde logo negado seguimento, pela sua notória inadmissibilidade, em conformidade com o disposto no artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil. Com efeito, das peças que integram este agravo de instrumento delas se constata que se faz ausente cópia fiel da decisão agravada. Sabidamente, essa formalidade se traduz em exigência de caráter obrigatório, para os agravantes, tendente a instruir necessariamente dito recurso, e o desatendimento a essa determinação não autoriza a conversão do julgamento em diligência, para supri-la, porquanto sobre ela se opera a preclusão consumativa. Nesse sentido, é da orientação jurisprudencial o entendimento de que: "É ônus do agravante a formação do instrumento. Estando este incompleto, por ausência de alguma das peças obrigatórias, deverá o relator negar-lhe seguimento (art. 557 do CPC), descabida diligência para anexação de alguma de tais peças." (1ª Conclusão do Centro de Estudos do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul - CETARS). Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery também destacam que é indispensável que desse recurso façam parte as peças obrigatórias, além de outras exigências tendentes à sua normalidade, sem o que, " ... Faltando um dos requisitos de ordem formal, o agravo não poderá ser conhecido, por falta do pressuposto recursal da regularidade formal." ("Código de Processo Civil Comentado", 7ª ed., 2.003, RT, pág. 906). O Superior Tribunal de Justiça, sobre esse tema, de há muito sedimentou o entendimento de que: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA INDISPENSÁVEL À CORRETA APRECIAÇÃO DA CONTROVÉRSIA. LEI Nº 9.139/95. SÚMULA Nº 168/STJ. I - O agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias à correta apreciação da controvérsia, nos termos do art. 525, II, do CPC. A ausência de qualquer delas obsta o conhecimento do agravo. II - De acordo com o sistema recursal introduzido pela Lei nº 9.139/95, é dever do agravante zelar pela correta formação do agravo de instrumento, não sendo possível a conversão do julgamento em diligência para complementação do traslado, nem a possibilidade de posterior juntada da peça faltante, em virtude da ocorrência de preclusão consumativa. III - A jurisprudência deste Tribunal encontra-se assente no mesmo sentido da r. decisão embargada, sendo aplicável, in casu, o enunciado da Súmula nº 168/STJ. Embargos de divergência não conhecidos." (Ac. un. da Corte Especial, de 01/12/2.004, no ERESP 478155/PR; Embargos de Divergência no Recurso Especial 2003/0050044-6, rel. Min. Felix Fischer, in DJU de 21/02/2.005, pág. 99). Destarte, descumprida a formalidade já mencionada, que se constitui, repise-se, em pressuposto inafastável tendente a validar a regularidade do recurso em análise, sob pena de sua inadmissibilidade, com esteio nos artigos 527, inciso I, e 557, ambos do Código de Processo Civil, nego-lhe seguimento. Intimem-se e, oportunamente, feitos os necessários registros, sejam estes autos encaminhados ao juízo recorrido. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Guimarães da Costa Desembargador Relator

0068 . Processo/Prot: 0830317-5 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/249905. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0039661-59.2010.8.16.0019 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: J. V. C., N. A. C., S. A. S., S. C., M. I. C., A. M., J. P. S.. Advogado: Marcius Nadal Matos, Pedro Márcio Grabicoski, Giorgia Enrietti Bin. Agravado: C. S. S.. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Murilo Cleve Machado, Miriam Persia de Souza. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA SFH SUPERVENIÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/10 QUE NÃO AFASTA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL SOBRE O FEITO DISPOSIÇÕES DE REFERIDA MP QUE, ALÉM DE NÃO GOZAREM DE EFICÁCIA AUTOMÁTICA, DEPENDENDO DE ATOS ADMINISTRATIVOS PARA SEREM CUMPRIDAS, TÊM SUA APLICABILIDADE AFASTADA POR VIOLAÇÃO A ATO JURÍDICO PERFEITO ENTENDIMENTO JÁ PACIFICADO PELO STJ, EM RECURSO REPETITIVO, QUANTO À AUSÊNCIA DE INTERESSE DA CEF E DA UNIÃO NA LIDE - AGRAVO A QUE SE DÁ PROVIMENTO, MONOCRATICAMENTE, NOS TERMOS DO ART. 557, §1º-A, DO CPC. Trata-se de agravo de instrumento (f. 02/11), interposto contra decisão do juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa, o qual, em decisão interlocutória, relativa à Ação Ordinária de Responsabilidade Obrigacional Securitária ajuizada por mutuários do Sistema Financeiro Habitacional, acolheu a preliminar de interesse da União e da Caixa Econômica Federal, declarando a incompetência absoluta do juízo comum e, remetendo os autos à Justiça Federal. Inconformados, os requerentes sustentam: a) a demanda trata de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, envolvendo discussão entre seguradora e mutuário, não afetando a FCVS; b) a inexistência de interesse da Caixa Econômica Federal e da União, pelo que a formação de litisconsórcio passivo necessário não se justifica; c) a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 513/2010, por controle difuso; d) a competência da justiça estadual; e) que estão presentes os requisitos necessários à atribuição de efeito suspensivo ao recurso; f) por fim, pleiteou o provimento do recurso, com a conseqüente reforma da decisão. É a breve exposição. Decido, monocraticamente. Os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal estão presentes, de modo que o agravo de instrumento deve ser conhecido e regularmente processado. Conforme disposto no artigo 557, §1º-A, do CPC, o Relator poderá dar provimento ao recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal, ou de Tribunal Superior. O presente recurso, pois, admite o julgamento monocrático pelo Relator, na forma estabelecida no art. 557, §1º - A, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria já reiteradamente decidida pelo Superior Tribunal de Justiça. Aduzem os agravantes a inconstitucionalidade da Medida Provisória 513/10, a ausência de interesse da União e da Caixa Econômica Federal e, a conseqüente competência da justiça estadual. Com razão os agravantes. Neste sentido, tive a oportunidade de decidir, reiteradas vezes: "A superveniência da MP nº 513/09, que em seu art. 1º, I, dispõe ficar o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS autorizado, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais CCFCVS, a assumir os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, que contava com garantia de equilíbrio permanente e em nível nacional do Fundo em 31 de dezembro de 2009", em nada altera a discussão entabulada. E assim porque ainda não há notícias de que referida assunção de direitos e obrigações tenha se dado, não se podendo olvidar, ainda, da aparente inconstitucionalidade do ato, que seguindo as bases da enfadonha e inconstitucional Medida Provisória nº 478/09 (sendo diversos os precedentes nesse sentido), parece permitir a alteração da relação jurídica perfeita estabelecida entre seguradora e mutuários, possibilitando que eventuais indenização judiciais fixadas em face da seguradora sejam custeadas, ao final, por dinheiro público." É dizer: em análise, o pronunciamento quanto à ausência de interesse jurídico da União e da CEF no feito partiu de Tribunal Superior, não se admitindo, por evidente excesso injustificado de formalismo, que se vede aos Tribunais Estaduais aplicar desde logo tal posicionamento à espécie, em critério que traria inúmeros prejuízos aos litigantes. Duas são as razões que justificam o afastamento da União e da Caixa Econômica Federal, bem como da competência da Justiça Federal. A primeira decorre da própria interpretação do dispositivo supracitado, que para a assunção de direitos e obrigações do SFH, exige o cumprimento da "forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais". Isto é: eventual assunção supracitada não é procedida de forma automática, a partir da publicação da MP; o que a Medida Provisória define é mera autorização para essa medida, a ser realizada na forma disciplinada pelo Conselho Curador. E até o presente momento não há notícias de que tal assunção tenha sido aperfeiçoada ou, mesmo, qual é a forma disciplinada. A segunda razão, que torna prejudicial eventual cumprimento da prerrogativa supracitada, é o desrespeito ao ato jurídico perfeito que eventual exercício da faculdade estabelecida pela MP ou pela Lei nº 12.409/2011 poderia vir a causar. Afinal, inegável que referida assunção importaria em modificação da relação jurídica perfeita estabelecida entre seguradora e mutuários, celebrada muito tempo antes da superveniência da aludida Medida Provisória ou mesmo da MP 478/09. E a proteção do ato jurídico perfeito, como cediço, é garantia constitucional insculpida pelo art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Não custa lembrar o disciplinado pelo art. 6º da LICC, § 1º, da LICC, segundo o qual "reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou". Ora, é justamente o caso narrado nos autos, em que houve a celebração de negócio jurídico de natureza securitária entre mutuário do sistema financeiro de habitação e a seguradora ora requerida, o qual seguiu as disposições da legislação vigente à época, que ainda não dispunha sobre a assunção de direitos e obrigações do SFH pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais. Naquele período, frise-se, já pacificado o entendimento pelo Superior Tribunal de Justiça, retirado em julgamento repetitivo de recursos (dotado de caráter vinculante, portanto), de que nos feitos como o de apreço, relativos a contrato de seguro adjeto de contrato de mútuo, envolvendo discussão entre seguradora e mutuário, não há comprometimento do FCVS1. Por certo, tal situação somente passará a ocorrer com as modificações promovidas pela MP supracitada, ofendendo-se o ato jurídico perfeito. Referidos posicionamentos não são isolados, sendo já pacificados pelo Superior Tribunal de Justiça e por esta Corte Estadual: AGRAVO INOMINADO RELATOR QUE DÁ PROVIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO COM FULCRO NO ART. 557, § 1º-A DO CPC POR ESTAR O ATO JURISDICIONAL OBJURGADO EM MANIFESTO CONFRONTO COM ENTENDIMENTO JÁ CONSOLIDADO PELO STJ AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONTRATO DE SEGURO ADJETO A CONTRATO DE MÚTUO ENVOLVENDO APENAS A SEGURADORA E O MUTUÁRIO, NÃO HAVENDO, PORTANTO, POSSIBILIDADE DE COMPROMETIMENTO DOS RECURSOS DO SFH E NEM DOS VALORES QUE COMPÕEM O FCVS - AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO, E, EM COSEQUENCIA, DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NAS REFERIDAS AÇÕES - ENTENDIMENTO JÁ CONSOLIDADO PELA REFERIDA CORTE SUPERIOR - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL - DECISÃO MANTIDA RECURSO DESPROVIDO. 1 REsp 1091363/SC, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/03/2009, DJe 25/05/2009 (TJPR - 8ª C.Cível - A 0677136-6/01 - Londrina - Rel.: Des. Carvilio da Silveira Filho - Unânime - J. 07.07.2011) AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA SEGURO HABITACIONAL SFH MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2010 - INAPLICÁVEL AO CASO EM TELA IMPOSSIBILIDADE DE VIOLAÇÃO AO ATO JURÍDICO PERFEITO EXAME DO CASO À LUZ DOS PRINCÍPIOS E NORMAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR IMPOSSIBILIDADE DE DENUNCIAÇÃO DA LIDE AO RESSEGURADOR PARTICIPAÇÕES DA CEF E DA UNIÃO MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA À JUSTIÇA ESTADUAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO - INÉPCIA DA INICIAL AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DO SINISTRO ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA CARÊNCIA DE AÇÃO CONTRATOS QUITADOS PRESCRIÇÃO INOCORRÊNCIA CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA POSSIBILIDADE SENTENÇA ESCORREITA. 1. Sob pena de frontal violação ao ato jurídico perfeito, assegurado constitucionalmente face à irretroatividade das leis, não é possível estender a aplicação dos dispositivos da medida nº. 513/2010 àquelas relações jurídicas já perfectibilizadas e estabilizadas antes da publicação da medida excepcional. 2. Não há como se invocar a necessidade de participação do agente financeiro na presente lide, pois a relação de direito material deflui do seguro mantido diretamente pelos mutuários, mediante pagamento mensal, não havendo qualquer indício de comprometimento de recursos públicos na demanda, donde restar indevida a remessa dos autos à análise da Justiça Federal. [...] RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR - 9ª C.Cível - AI 0755732-6 - Cascavel - Rel.: Desª Rosana Amara Girardi Fachin - Unânime - J. 19.05.2011) SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO AGENTE FINANCEIRO POR VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. PRESCRIÇÃO. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. SÚMULA 7. I - "Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexiste interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento" (REsp 1091363/SC, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (Juiz Federal Convocado do TRF 1ª Região), SEGUNDA SEÇÃO, DJe 25/05/2009). II - O Acórdão recorrido destaca que independentemente do prazo prescricional a ser considerado, não se poderia cogitar da prescrição, porque, pela natureza dos danos, eles só vieram a se exteriorizar ao longo dos anos, não sendo possível precisar com segurança o termo inicial da prescrição. Não tendo o acórdão recorrido fixado um termo inicial para a contagem do prazo prescricional não é possível, em sede de recurso especial, reconhecer o advento da prescrição. Agravo Regimental improvido. (AgRg no Ag 1287521/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 04/05/2011) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SFH. CONTRATO DE SEGURO ADJETO A MÚTUO HIPOTECÁRIO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO COM A CEF. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. 1. "Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexiste interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento" (2ª Seção, REsp n. 1.091.363/SC, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias - Juiz convocado do TRF - 1ª Região, unânime, DJU de 25.05.2009). Incidência da Súmula 83/STJ. 2. À caracterização do dissídio jurisprudencial, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, é necessária a demonstração da similitude de panorama de fato e da divergência na interpretação do direito entre os acórdãos confrontados. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1099753/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/02/2011, DJe 23/02/2011) Em face disso, ante as razões supracitadas, inaplicável ao caso as disposições da Medida Provisória nº 513/10, donde se extrai a ausência de interesse da União e da Caixa Econômica Federal, e, por conseqüência, a competência da Justiça Estadual. Assim, entendo que é de competência da Justiça Estadual o julgamento do feito, reformando, pois, a decisão recorrida. Ante o exposto, por estar a decisão em manifesto confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, dou provimento ao

Agravo de Instrumento, com fulcro no art. 557, §1º-A, do CPC. Publique-se. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora

0069 . Processo/Prot: 0830359-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/237125. Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00000199 Cobrança. Agravante: Itaú Seguros Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Luiz Marques de Almeida, Maria Lourenço de Almeida. Advogado: Rafael Lucas Garcia. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

COMARCA DE LONDRINA 4ª VARA CÍVEL AGRAVANTE: ITAÚ SEGUROS S/A AGRAVADO: LUIZ MARQUES DE ALMEIDA E OUTRO RELATOR: DES. JURANDYR REIS JÚNIOR Vistos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 830.359-3, oriundos da Comarca de Londrina 4ª Vara Cível, em que figuram como agravante: ITAÚ SEGUROS S/A e agravados: LUIZ MARQUES DE ALMEIDA e MARIA LOURENÇO DE ALMEIDA, com qualificações nos autos. Cuida-se de recurso de agravo de instrumento interposto contra a decisão de fls. 90-TJ, que acolheu os cálculos apresentados pela parte exeqüente e entendeu pelo cabimento da multa de 10%. Assevera em suas razões que após transitada em julgado a decisão judicial, cabe aos credores o exercício dos atos executivos subsequentes para o regular cumprimento do decisum, salientando que apenas depois de ser concedida oportunidade para cumprimento voluntário é que pode haver a incidência da multa de 10% prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil Ao final, pugnou pela concessão de efeito suspensivo à decisão objurgada até ulterior deliberação do órgão colegiado, quando pretende que seu agravo de instrumento seja conhecido e provido. É o relatório. Numa análise superficial das provas encartadas aos presentes autos em cotejo com os argumentos da agravante, é possível se concluir pela concessão do efeito postulado. De fato, na espécie, não obstante o mérito da questão deva ser apreciado em juízo exauriente, num primeiro momento se constata que as alegações e as provas encartadas ao processado expressem de modo inequívoco a verossimilhança das alegações deduzidas pela agravante, eis que em sede de juízo de cognição sumária, se extrai a possibilidade de que a decisão singular possa vir a ser alterada com o julgamento final deste recurso, máxime porque aparentemente a recorrente não foi intimada para cumprir espontaneamente o decisum, o que, salvo melhor juízo, possibilitaria a incidência da multa de 10%. Ademais, o prosseguimento do cumprimento de sentença poderá ensejar danos irreparáveis ou de difícil reparação caso o efeito suspensivo não seja concedido, notadamente porque a possibilidade de liberação do valor penhorado dificultaria a parte agravante reaver este montante em caso de eventual provimento deste recurso. Por fim, a questão merece melhor apreciação, inclusive com as informações que serão prestadas pelo juízo singular. Nessas condições, defiro o efeito suspensivo almejado, com fulcro no artigo 558 do Código de Processo Civil, para paralisar o trâmite processual do cumprimento de sentença até ulterior deliberação deste órgão colegiado, oportunidade em que se poderá aferir em definitivo quanto ao direito dos agravados ao recebimento da multa do art. 475-J, do CPC. Consigno, por outro lado, não ser caso de se transformar este agravo de instrumento em retido (CPC, art. 522), considerando que foi manejado em sede de cumprimento de sentença. À parte agravada para, querendo, apresentar resposta no prazo legal. À Assessoria deste Gabinete para que comunique e requisite informações ao eminente Juízo a quo, nos termos do inciso IV, do artigo 527 do CPC, através do sistema `mensageiro'. Intimem-se. Demais diligências necessárias. Curitiba, 27 de setembro de 2011. DES. JURANDYR REIS JUNIOR Relator

0070 . Processo/Prot: 0830366-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/250528. Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0000391-97.2011.8.16.0017 Cobrança. Agravante: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: José Basílio Ferreira. Advogado: Robson Sakai Garcia. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

I Trata-se de Agravo de Instrumento (f. 02/10) interposto em face de decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Maringá que, em Ação de Cobrança de seguro obrigatório DPVAT, afastou as preliminares arguidas pela defesa e determinou a produção de prova pericial na autora, nomeando perito para esse fim. Questionou a requerida se a mesma possui interesse em arcar com o ônus financeiro sobre a prova. Insatisfeita, sustenta a agravante: (a) a necessária produção da prova pelo Instituto Médico Legal; (b) que o pagamento dos honorários periciais deve recair sobre a parte autora, eis que ambas as partes solicitaram a produção de prova pericial; (c) a possibilidade de atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Passo à análise do pedido de atribuição de efeito suspensivo. Presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal, defiro o regular processamento do agravo, limitando- me, nessa oportunidade, à apreciação do pedido liminar. Para tanto, necessário que estejam presentes, cumulativamente, dois requisitos: (a) de um lado, a verossimilhança das alegações da parte agravante (fumus boni iuris); e (b) de outro lado, o perigo de lesão grave ou de difícil reparação (periculum in mora). Pois bem. De acordo com uma apreciação sumária dos autos que integram o instrumento do presente recurso, tenho para mim que os requisitos legais acima mencionados estão configurados. Inegável existir verossimilhança nas alegações da parte agravante, sobretudo em se considerando o contido no art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, que determina que compete ao IML a realização de perícia informando a existência de lesão de natureza permanente na autora. De outro lado, há perigo de lesão grave ou de difícil reparação à autora, já que durante o trâmite deste recurso há risco do agravante se ver obrigado a custear desnecessários honorários periciais se mantida a eficácia da decisão agravada, em hipótese que, além dos prejuízos materiais suportados, tornaria sem objeto o próprio recurso. Desse modo, é imperativo o deferimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Oficie-se o juízo a quo comunicando do teor da decisão e, no prazo de dez dias, preste informações necessárias, inclusive quanto à observância do teor do artigo 526, do Código de Processo Civil. Intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta, no prazo legal. Autorizo o Chefe da Seção a subscrever os ofícios necessários. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora

0071 . Processo/Prot: 0830905-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/245172. Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0005206-87.2010.8.16.0045 Cobrança. Agravante: Mapfre Vera Cruz Seguradora. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Araci Oliveira Afonso. Advogado: Fábio Viana Barros, Irene de Fátima Surek de Souza. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

1 - Trata-se de Agravo de Instrumento, interposto contra a decisão do MM Juiz de Direito da Vara Cível e Anexos da Comar- ca de Arapongas, proferida nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, sob n.º 0005206-87.2010.8.16.0045 que determinou a realização de perícia por expert indicado pelo juízo, bem como que a agravante arque com os respectivos honorários, aduzindo para tanto que a aludida decisão seria ilegal, pois desconsidera a previsão do art. 5.º, § 5.º da Lei 6.194/74, que determina que nos casos de invalidez, para efeitos de indenização pelo seguro DPVAT, a perícia será realizada de forma gratuita pelo IML da ju- risdição do acidente, sendo que a determinação de realização de perícia por outro profissional e, ademais, ao encargo da agravante se mostra ilegal e abusiva, posto que a produção de tal prova compete á autora, uma vez que foi por ela requerida na inicial. Com base nestes argumentos, pugna pelo provi- mento do presente recurso de Agravo de Instrumento, sendo reformada a decisão determinando o efeito suspensivo e o afastamento da obrigação por ela tida por ilegal. 2- Da análise da petição inicial, colacionada por cópia às fls. 17-24-TJPR, extrai-se que a suplicante teria ficado inválida permanente e definitivamente, em razão de um acidente de trânsito ocorrido em 23/03/2009. A Seguradora, ora agravante, em contestação (fls. 41/54-TJPR), pleiteou o acolhimento da preliminar de substituição da parte, com o ingresso da Segurado Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A, bem como a produção de prova pericial para comprovação das lesões e sua extensão. O Juiz de primeiro grau, ao sanear o feito, enten- dendo ser necessária a verificação da invalidez da suplicante, determinou a realização de perícia judicial, consignando que o depósito dos honorários periciais é incumbência da Seguradora, por entender presentes os requisitos para a inversão do ônus probatório no caso concreto (fls. 66-69-TJPR). Feito este breve escorço fático, passo a análise dos argumentos vertidos. Dispõe o art. 5º, § 5º, da Lei nº 6.194/74 (com re- dação dada pela Lei nº 11.945/2009), in verbis: "O Instituto Médico Legal da jurisdição do aci- dente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais." Portanto, da interpretação deste dispositivo, con- clui-se que tal perícia é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não propriamente da Seguradora), visando atestar e quantifi- car as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos auto- motores de via terrestre, bem ainda, cuida dos casos de perícia para rece- bimento da indenização administrativamente, ou seja, se revela essencial somente para o recebimento da indenização na chamada fase da regulação do sinistro, ainda perante a seguradora. Agora, se a própria beneficiária pretende demons- trar a sua invalidez permanente, por meio de perícia, inclusive com oferta de quesitos (fls. 24-verso-TJPR), produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que se submeta à fila do Instituto Médico Legal, o que poderia comprometer o andamento da demanda, com a consequente delon- ga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo à benefici- ária. A propósito, seguem os seguintes precedentes desta Corte, acerca da matéria controvertida: "AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL - DECISÃO QUE DÁ PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PROVA PERICIAL - PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE EXAME JUNTO AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - INDEFERIMENTO - HONORÁRIOS PERICIAIS - FIXAÇÃO ADEQUADA - MANUTENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1 - Considerando que o laudo pericial a ser reali- zado pelo Instituto Médico Legal - IML, previsto no art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, é colocada à dis- posição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotor de via terrestre, se a própria beneficiária do seguro, pretende de- monstrar a sua invalidez permanente, através de perícia judicial, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médi- co Legal, e produzida sob o crivo do contraditó- rio, não há razão para que a suplicante se subme- ta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conseqüente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo à beneficiária. (...).(AI. nº 615.691-6/01, Rel. Des. Luiz Lopes, 10.ª Câmara Cível, julgado em 01/10/2009) AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PROVA PERICIAL - PEDIDO DE REALIZA- ÇÃO DE EXAME JUNTO AO INSTITUTO MÉ- DICO LEGAL - INDEFERIMENTO. RECURSO DESPROVIDO. O laudo pericial a ser realizado pelo Instituto Médico Legal IML, previsto no art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as le- sões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotor de via terrestre. Assim, se a própria beneficiária do seguro, pretende de- monstrar a sua invalidez permanente, através de perícia judicial, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médi- co Legal, e produzida sob o crivo do contraditó- rio, não há razão para que a suplicante se subme-ta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a

conseqüente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo à beneficiária. (AI. nº 633.641-4/01, Rel. Des. Luiz Lopes, 10.ª Câmara Cível julgado em 10/12/2009). AGRAVO DE INSTRUMENTO - SEGURO O- BRIGATÓRIO (DPVAT) - POSSIBILIDADE DE NOMEAÇÃO DE PERITO PELO JUÍZO - NÃO VEDAÇÃO PELO ARTIGO 5º, §5º DA LEI 6.194/74, APLICÁVEL NA VIA ADMINISTRATIVA - PRECEDENTES. Seguimen- to negado.(AI nº 645.506-1, Rel.: Elizabeth M. F. Rocha, 10.ª Câmara Cível, julgado em 30/12/2009). Deste modo, se presente a necessidade da produ- ção da prova pericial, resta agora aferir a responsabilidade pelo pagamento dos honorários do perito corretamente nomeado pelo juízo recorrido. Dispõe o artigo 33, caput, do Código de Processo Civil, que a remuneração do perito "será paga pela parte que houver re- querido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz." No caso concreto, como já mencionado, verifica- se que ambas as partes requereram a produção da prova pericial, e, deste modo, num primeiro momento, competiria à autora, ora recorrida, a res- ponsabilidade pelo pagamento de tal encargo. Ocorre que a autora ao mesmo tempo em que plei- teou a produção da prova, pugnou pela inversão do ônus probatório por en- tender que se trata de relação de consumo, o que foi acatado pelo juízo re- corrido, a meu ver de modo equivocado, conforme se vislumbra pelo cotejo dos seguintes julgados: "APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA - SEGURO DPVAT - CDC - NÃO APLICABILIDADE - SINISTRO OCORRIDO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº. 11.482/2007 - APLICAÇÃO DA LEI 6.194/74 SEM ALTERA- ÇÕES - INDENIZAÇÃO DEVIDA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO - VALOR INTEGRAL RECEBIDO - COMPLEMENTAÇÃO INDEVIDA - AUSÊN- CIA DE INTERESSE DE AGIR - SENTENÇA CONFIRMADA - I- A relação existente entre as partes, decorrente de acidente automobilístico que enseja a cobrança de seguro obrigatório DPVAT não é de consumo, a determinar a inci- dência do Código de Defesa do Consumidor , já que o seguro obrigatório decorre de lei e não de contrato. II- Como é cediço, as modifica- ções introduzidas pela Lei nº. 11.482/2007 so- mente incidirão sobre os eventos ocorridos após a sua publicação, hipótese que destoa da dos autos. Portanto, o salário mínimo deve ser aquele da da- ta do evento danoso, incidindo sobre esse valor correção monetária desde essa data, a teor do disposto no art. 3º da Lei nº. 6.194/74, sem as al- terações da Lei nº. 11.482/2007, porquanto são as regras legais anteriores às alterações feitas pela Lei 11.482 que servem de base para o julga- mento deste caso. III- Observando-se que as par- tes receberam exatamente a indenização a que fa- ziam jus, nada tendo a complementar, deve ser confirmada a sentença que julgou extinto o feito, por carência de ação." (TJMG - AC 1.0145.08.494079-3/001 - 13ª C.Cív. - Rel. Alber- to Henrique - DJe 14.09.2009) "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA DE DPVAT - COMPETÊNCIA - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NÃO APLICAÇÃO - A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício, conforme enun- ciado nº. 33 da súmula da jurisprudência domi- nante do STJ. Ausência de qualquer prejuízo às partes. Não se aplica à espécie o Códi- go de Defesa do Consumidor diante da inexistên- cia de relação de consumo, em razão da origem legal do dever jurídico em contento". (TJMG - AI 1.0024.08.182964-0/001 - 15ª C.Cív. - Rel. Antô- nio Bispo - J. 26.05.2009); "PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO/DPVAT - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INAPLICABILIDADE - COMPETÊNCIA RELATIVA DECLINADA EX OFFICIO - IMPOSSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 33 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO - A relação existente entre as partes, decorrente de acidente automobilístico que enseja a cobrança de seguro obrigató- rio DPVAT não é de consumo, a gerar a incidên- cia do Código de Defesa do Consumidor - A com- petência relativa não pode ser declina- da de ofício, à exceção da relação de consumo, conforme Súmula 33 do Superior Tribu- nal de Justiça . Tratando-se de direito pessoal, como é o caso da cobrança de valor decorren- te de seguro obrigatório DPVAT, a competência para processar e julgar a ação é a do domicílio do réu - Recurso conhecido e provido". (TJMG - AI 1.0024.09.485302-5/001 - 17ª C.Cív. - Relª Márcia de Paoli Balbino - J. 08.05.2009) Deste modo, não pode ser admitida a inversão do ônus probatório adotado pelo juízo recorrido, para atribuir à recorrente o encargo do pagamento dos honorários periciais. Contudo neste caso específico, observa-se que a agravada está amparada pelos benefícios da assistência judiciária gratuita, que compreende a isenção de pagamento de honorários periciais, nos ter- mos do artigo 3º, inciso V, da Lei nº 1.060/50. Acerca de tal aspecto da matéria dispõe o artigo 11, deste diploma legal, que "Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciários serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa". Da leitura deste dispositivo, infere-se que a benes- se da gratuidade processual deve ser informada ao perito, o qual, concor- dando, deverá apresentar o laudo, com o pagamento dos honorários pelo não beneficiário, se vencido, ao final do processo, ou pelo Estado. Oportuno se mostra citar, a respeito, a seguinte li- ção doutrinária: "A parte beneficiária da justiça gratuita está isen- ta de custas e despesas processuais, inclusive as despesas relacionadas à perícia. (...) O Estado, a quem cumpre prestar a assistência jurídica inte- gral, deve criar um fundo destinado ao custeio das despesas advindas de processos em que litigam beneficiários da gratuidade judiciária. Mesmo, porém, que inexista este fundo ou mesmo que não haja previsão orçamentária, deverá o Es- tado arcar com o custo do exame." (DIDIER JUNIOR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael; BRAGA, Paula Sarno. Curso de Direito Processual Civil: direito probatório, decisão judicial, cumprimento e liquidação da sentença e coisa julgada. v. 2. Sal- vador: Podivm, 2007. p. 195.) De qualquer modo, caso ocorra óbice intransponí- vel ao pagamento dos honorários da perícia, ainda existe a alternativa de nomeação de perito oficial, que pode ser, inclusive, do próprio IML. 3. Diante do exposto, dou provimento parcial ao recurso, para determinar que os honorários periciais sejam suportados, ao final do processo, pela parte vencida ou, se sucumbente a autora beneficiá- ria da assistência judiciária gratuita, pelo Estado, devendo ser oportunizada a manifestação do perito nomeado, para dizer se aceita o encargo nessas condições. 4- Publique-se, intimem-se, e oportunamente, bai- xem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2.011. MARCO ANTONIO MASSANEIRO Relator

0072 . Processo/Prot: 0831002-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/255930. Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 2007.00001039 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Alécio Antonio da Silva, Anizio Fávaro, Antonio Mussi Filho, Aparecida de Souza, Aparecido de Oliveira, Aparecido Zácari, Bento Caetano de Faria, Conceição de Jesus Rodrigues Oliveira, Dirce Antonin Torres, Djalma Soares Mendes. Advogado: Elaine Mônica Molin, Mário Marcondes Nascimento. Agravado: Sul América Companhia de Seguros Gerais Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO - VARA CÍVEL E ANEXOS AGRAVANTE: ALÉCIO ANTÔNIO DA SILVA E OUTROS AGRAVADO: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS S.A. RELATOR: DES. JURANDYR REIS JÚNIOR Vistos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 831.002-3, oriundos da Comarca de Cornélio Procópio Vara Cível e Anexos, em que figuram como agravantes: ALÉCIO ANTÔNIO DA SILVA E OUTROS e agravado: SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A., com qualificações nos autos. Cuida-se de recurso de agravo de instrumento contra a decisão proferida às fls. 647 (fls. 122-TJ), pela qual o Juízo singular suspendeu a tramitação do feito até ulterior decisão dos conflitos de competência suscitados pelo Magistrado monocrático quando em exercício jurisdicional na Comarca de Congonhinhas, e, ainda, determinou a comunicação ao Superior Tribunal de Justiça, solicitando aos Ilustres Relatores dos conflitos de competência, a possibilidade de suspenderem a tramitação de todos os processos semelhantes no Brasil. Assevera em suas razões recursais que aguardar a decisão do Superior Tribunal de Justiça nos conflitos de competência referidos pelo Julgador a quo acarretará prejuízos de grande monta na prestação da tutela jurisdicional aos autores, máxime quando já há decisão da Corte Superior no conflito de competência nº 113869, que entende como sendo da Justiça Estadual a competência para o julgamento de feitos em que se discute contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo. Ressalta que já foram julgados outros conflitos de competência suscitados pelo mesmo Magistrado quando lotado na comarca de Congonhinhas, sendo igualmente constatada a ausência de interesse da Caixa Econômica Federal, não havendo que se falar, desta forma, em competência da Justiça Federal. Ao final, pugnou pela concessão de efeito suspensivo à decisão objurgada até ulterior deliberação do órgão colegiado, quando pretende que seu agravo de instrumento seja conhecido e provido. É, em suma, o relatório. Numa análise sumária das provas encartadas aos presentes autos em cotejo com a decisão agravada, bem como os argumentos da agravante, é possível se concluir pela concessão do efeito suspensivo pretendido. De fato, na espécie, não obstante o mérito da questão deva ser apreciado em juízo exauriente, num primeiro momento se constata um dos requisitos necessários à suspensão da decisão recorrida, qual seja, a forte plausibilidade de ser acolhida à tutela recursal pretendida quando do julgamento final do recurso (CPC, art. 527, inc. III c/c o art. 558), máxime porque o Superior Tribunal de Justiça e este Egrégio Tribunal de Justiça já se posicionaram quanto ao Juízo competente para processar e julgar casos como o presente. Nessas condições, defiro o efeito suspensivo almejado para suspender a decisão objurgada, com fulcro no artigo 558 do Código de Processo Civil. Intime-se o agravado para, querendo, apresentar reposta no prazo legal. À Assessoria deste Gabinete para que comunique o juízo singular o conteúdo desta decisão, bem como requisite informações, nos termos do inciso IV, do artigo 527 do Código de Processo Civil, mediante o Sistema `Mensageiro'. Diligências necessárias. Curitiba, 27 de setembro de 2011. DES. JURANDYR REIS JUNIOR Relator

0073 . Processo/Prot: 0831010-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/256244. Comarca: Engenheiro Beltrão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2009.00000181 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Maria Rosa de Amorim, Maria Neuza Antunes, Alionice Lima Martins, Aparecida da Silva Barros, José Henrique da Silva, Luciana Cristina Kestering, Jurandir Cardoso, José Sabino, Maria Aparecida Pereira, Elsa Alwina Berwald. Advogado: Paulo Vinicius Alves Pereira, Bruna Déborah Pereira. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

I- Trata-se de agravo de instrumento com pedido de concessão de efeito suspensivo interposto por COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A em face da decisão nos autos nº 181/2009, em trâmite perante o juízo da Comarca de Engenheiro Beltrão, em que figu- ram autores os agravados MARIA ROSA DE AMORIM E OUTROS e re- querida a ora agravante. A Agravante visa reformar a decisão do juiz de primeiro grau que ao deliberar acerca do valor dos honorários periciais repu- tou adequado aquele proposto pelo perito nomeado, ou seja, R$ 1.300,00 por cada unidade habitacional periciada, aduzindo que tal valor é excessivo e está em descompasso com aqueles fixados em outros feitos semelhantes, e mesmo em descompasso com aqueles sugeridos por entidade classe para os serviços que deverão ser prestados. Requereu a concessão do efeito suspensivo ao pre- sente recurso. II O inciso III do artigo 527 do Código de Pro- cesso Civil dispõe que o relator "poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (artigo 558), ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão". O efeito suspensivo, tendo caráter excepcional somente poderá ser deferido, em caso da inequívo- ca presença da aparência do bom direito e da possibilidade de dano irreversí- vel para a parte. Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart doutrinam: "Presentes esses pressupostos (periculum in mo- ra e fumus boni iuris) o relator, em decisão pro- visória e imediata, já no recebimento do recurso (artigo 527, III, CPC) determinará a suspensão do ato impugnado, até o julgamento do agravo". (In:

Manual do Processo de Conhecimento A tutela jurisdicional através do processo de conhecimento 2a edição revista, atualizada e ampliada, Editora Revista dos Tribunais, pág. 566). Em sede de cognição sumária, tenho que a Agra- vante logrou êxito em demonstrar a presença dos requisitos autorizadores da concessão do efeito suspensivo pretendido, na medida em que o valor pro- posto se mostra um tanto excessivo em comparação com aqueles outros de- clinados nas razões recursais e mesmo aqueles que se tem verificado na aná- lise de outros recursos acerca do tema submetidos a esta câmara. Portanto, verifica-se que a recorrente demonstrou, em princípio a existência do fumus boni juris no caso em análise, na medida em que analisando-se as peças encartadas aos autos até o momento, o valor proposto pode ser tido como fora do padrão usual até hoje aceito, restando presente ainda o periculum in mora, pois, caso seja compelida ao depósito do valor impugnado sendo autorizado o levantamento pela perita nomeada difi- cilmente ocorrerá a restituição do valor pago, justificando-se também aí a concessão do almejado efeito suspensivo. Isto posto, defiro o pedido de efeito suspensivo formulado pela agravante. III Comunique-se o juiz da causa do inteiro teor desta decisão, solicitando que preste as informações de estilo, inclusive quanto ao tempestivo cumprimento, pela Agravante, do contido no art. 526 do CPC. IV Intimem-se os Agravados para, querendo, res- ponder, em 10 (dez) dias, sendo que no mesmo prazo poderá o perito nome- ado, querendo, justificar o valor dos honorários propostos. V- A Secretaria está autorizada desde já a subscre- ver o respectivo ofício. Curitiba, 26 de setembro de 2.011. DR. MARCO ANTONIO MASSANEIRO Relator

0074 . Processo/Prot: 0831038-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/325843. Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0001602-90.2011.8.16.0043 Indenização. Agravante: Maria Cândida Felisbino. Advogado: Wellington Silveira, Jane Mary Silveira. Agravado: Viação Garcia Ltda. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Cognição vestibular Vistos e examinados. MARIA CÂNDIDA FELISBINO interpôs o presente recurso, nos autos sob n.º 1.602/2011, de ação de indenização por danos materiais e morais, irresignada com a r. decisão reproduzida às fls. 31/36-TJ, in verbis: "(...) MARIA CÂNDIDA FELISBINO ingressou com a presente ação de indenização por danos morais e materiais c/c pedido de tutela antecipada em face de VIAÇÃO GARCIA LTDA, aduzindo, em síntese, que no dia 20.08.2009, quando retornava de uma viagem de negócios da cidade de Maringá- PR, em um ônibus pertencente à requerida, `após 05 (cinco) horas de viagem, o ônibus da REQUERIDA, em velocidade média de 90 km/h e sem qualquer frenagem por parte de seu condutor, colidiu com a traseira de um caminhão, que estava em velocidade muito inferior, de 40 a 50 Km/h, fazendo o caminhão sair da pista e tombar'. Em decorrência do acidente sofreu diversos ferimentos, e, foi encaminhada ao Pronto Socorro de Ponta Grossa, porém sequer deu entrada em razão da gravidade de seus ferimentos, tendo sido reencaminhada diretamente ao HOSPITAL VITA na cidade de Curitiba. Assevera que a causa do acidente foi devido à alta velocidade empregada pelo motorista da requerida que, com culpa consciente, colocou em risco a integridade física dos passageiros. Argumenta que do evento resultaram vários danos, inclusive a autora sofreu risco de morte, tendo sido internada na UTI do hospital VITA. Aduz que ainda necessita de cuidados médicos, inclusive na área psicológica, em razão do trauma sofrido. Sobre a recuperação, diz ser lenta, em razão da gravidade do acidente, dizendo passar a maior parte do tempo em repouso, passando a depender totalmente da colaboração de seus familiares e amigos, tanto economicamente como para se locomover. Aduz que já foi submetida a 3 (três) cirurgias e 5 (cinco) procedimentos cirúrgicos, e desde a data do acidente não pode mais trabalhar, e acabou perdendo a locação residencial do imóvel, pelo fato de que não pode mais pagar o aluguel. (...) DIANTE DO EXPOSTO, com fulcro no art. 273 do CPC, com o fim de custear o tratamento e convalescença da autora, defiro o requerimento de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, para o fim de DETERMINAR, até o julgamento final da ação, que a requerida, deposite, mensalmente, em conta judicial a ser aberta em nome da autora, a quantia correspondente a todo e qualquer procedimento médico necessário ao restabelecimento da saúde da requerente, sendo que os valores dos tratamentos e cirurgias, bem como os procedimentos do item a) de fl. 27, não poderão exceder o valor estabelecido na tabela da ABM. DEFIRO AINDA O PAGAMENTO DE PENSÃO PROVISÓRIA no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais , com a primeira parcela a ser depositada no prazo de 3 dias úteis, a contar da intimação (sendo as subsequentes com vencimento no equivalente dia do mês), sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), a ser revertida em favor da autora. Intime-se. Considerando a urgência da medida, e com o fim de evitar dano irreparável, DEFIRO, desde já, tão logo seja efetuado o depósito judicial para custeio das despesas médicas, a expedição do competente alvará para levantamento da quantia, em favor da requerente. Em relação a pensão provisória no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), esta deverá ser depositada em conta bancária a ser fornecida pela requerente". Em suas razões recursais, narra que o acidente de trânsito que deu origem ao litígio ocorreu em data de 21 de agosto de 2009, onde o ônibus, conduzido pelo motorista da agravada, bateu na traseira de um caminhão, causando-lhe danos físicos e psíquicos. Sobreleva que, até a presente data, a recorrida efetuou o custeio de todas as despesas médicas e hospitalares; porém, desde a data de 31.08.2011, está se negando a fazer o pagamento das consultas realizadas junto ao médico ortopedista e psicóloga. Inicialmente, reivindica a inversão do ônus da prova, questão esta não analisada pelo magistrado singular na decisão objurgada. Insurge-se com a parte do decisum que determinou o ressarcimento, em nome da autora, de todo e qualquer procedimento médico necessário ao restabelecimento de sua saúde, aduzindo que os mesmos não poderão exceder o valor estabelecido na tabela da ABM, ao fundamento de estar ultrapassada e em desuso. Destaca que a tabela da Associação Médica Brasileira AMB é a que melhor reflete o custeio mínimo dos procedimentos médicos necessários à saúde da recorrente. Objetiva o provimento do recurso, com a reforma da decisão agravada, garantindo o tratamento médico e hospitalar à agravante, nos termos da inicial, mas sem a limitação de custos com base na Tabela da Associação Médica Brasileira AMB. É o breve relatório. Recebo o recurso, pois, em ato de cognição sumária, mostram-se presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos para sua admissibilidade. Diante da ausência de pleito de suspensividade, intimem-se a agravada para que, no prazo de dez (10) dias, responda, observando o disposto no art. 527, V, do Código de Processo Civil. Dê-se, pelo modo mais célere, ciência desta decisão ao MM. Juiz da causa, solicitando que, no decêndio legal, preste informações que julgar necessárias e, ao mesmo tempo, exercite, querendo, o juízo de retratação, entendendo-o conveniente. Autorizo o ilustre Chefe da Divisão Cível a subscrever o ofício, com a máxima urgência que a medida se impõe. Ultimadas as diligências, voltem. Curitiba, 23 de setembro de 2011. GUIMARÃES DA COSTA DESEMBARGADOR RELATOR

0075 . Processo/Prot: 0831322-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/263304. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0035081-06.2011.8.16.0001 Obrigação de Fazer. Agravante: Raul Moraes e Silva Neto. Advogado: José Heriberto Micheleto, Germano Laertes Neves, Kaio Murilo Silva Martins. Agravado: Unimed de Curitiba Sociedade Cooperativa de Serviços Hospitalares. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Raul Mo- raes e Silva Neto, voltado contra decisão interlocutória proferida pela MM. Juí- za de Direito Substituta da 3.ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Regi- ão Metropolitana de Curitiba, que, em ação de obrigação de fazer c.c antecipa- ção de tutela, ao analisar o pedido liminar deduzido pelo Autor que pugnou pela concessão tutela antecipada naqueles autos, o indeferiu sob o fundamento de que não haveria nos autos demonstração da urgência da intervenção cirúrgica que lhe foi prescrita pelo médico assistente, tudo conforme decisão cuja cópia está acostada às fls. 93/94-TJ. Alega o agravante, em síntese, que ao contrário do enten- dimento adotado pela D. Magistrada, a urgência se encontra demonstrada em conformidade com o documento subscrito pelo médico que o assiste e que foi juntado às razões recursais, e esta se dá em virtude do quadro de hipertensão que o acomete sendo que tal quadro não tem mais respondido ao tratamento medicamentoso sendo imperiosa a realização do procedimento com a maior brevidade possível, sendo que em relação aos demais aspectos da concessão da medida sua presença já fora reconhecida na decisão recorrida, estando presentes, portanto, os requisitos necessários à antecipação da tutela pleiteada. Pugna pela concessão da antecipação de tutela recursal, com determinação para que a agravada expeça a necessária autorização para re- alização da cirurgia prescrita na forma indicada, bem como sua confirmação ao final, com a reforma da decisão monocrática. É o relatório II O inciso III do artigo 527 do Código de Processo Civil dispõe que o relator "poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (artigo 558), ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão". O efeito suspensivo e o deferimento da antecipação de tutela recursal, tendo caráter excepcional somente poderão ser deferidos, em caso da inequívoca presença da aparência do bom direito e da possibilidade de dano irreversível para a parte, no caso do primeiro, sendo que a estes requisitos se somam a prova inequívoca, a verossimilhança das alegações e a reversibilidade da medida pleiteada no caso da antecipação de tutela. É o breve relato. Antecipo que entendo caber razão ao recorrente. Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart doutri- nam: "Presentes esses pressupostos (periculum in mora e fu- mus boni iuris) o relator, em decisão provisória e imedi- ata, já no recebimento do recurso (artigo 527, III, CPC) determinará a suspensão do ato impugnado, até o julga- mento do agravo". (In: Manual do Processo de Conheci- mento A tutela jurisdicional através do processo de co- nhecimento 2 a edição revista, atualizada e ampliada, Edi- tora Revista dos Tribunais, pág. 566). Da análise de tais elementos concluo que o agravante lo- grou êxito em demonstrar a presença dos requisitos autorizadores da concessão da pretendida antecipação de tutela, especialmente a prova inequívoca do desa- tendimento da prescrição médica por parte da requerida, posto que embora tal prescrição tenha sido clara tanto em relação ao diagnóstico do paciente, quanto em relação aos procedimentos necessários ao tratamento prescrito na busca da cura, com a especificação da modalidade da intervenção, devidamente justifica- da, em virtude dos benefícios clínicos para o paciente, se vislumbra que a recu- sa se mostra, em princípio injustificada, especialmente porque tenho o entendimento de que tanto em relação ao tratamento recomendado, quanto em relação ao método a ser empregado para sua aplicação, a responsabilidade é do profissional da medicina que atende o interessado, não cabendo ao plano de saúde opor-se a tal faculdade, que tem pertinência à competência técnica do profissio- nal, sendo que a única condicionante seria a expressa exclusão do procedimen- to, o que ainda não se verificou. Ademais, ainda que o plano contratado pelo autor conti- vesse tal restrição, é entendimento desta Corte de que tal cláusula deve ser tida como abusiva e ter sua incidência afastada, conforme julgado que adiante cola- ciono: EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - LIBERAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA VÍDEOLAPAROSCOPIA - GASTROPLASTIA - NECESSIDADE - CLÁUSULA CONTRATUAL DE RESTRIÇÃO DE COBERTURA - NULIDADE - CDC - PLANO DE SAÚDE - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS - PROVIMENTO COM IN- VERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. (TJPR - 7ª C.Cível - AC 0392542-4 - Londrina - Rel.: Des. João Domingos Kuster Puppi - Unânime - J. 03.07.2007) Isto posto, afigura-se viável a concessão da antecipação da tutela recursal sob o aspecto da verossimilhança do alegado. Já no aspecto da premência da concessão da medida, en- tendo que a prescrição médica dando conta de que a intervenção deva ser pro- cedida com urgência autoriza formação de convicção da necessidade de que a cirurgia se de no prazo mais curto que se mostrar viável, mesmo porque segun- do se vê do diagnóstico acostado aos autos, o

autor demonstra ser portador de doenças relacionadas a obesidade, o que somente poderá ser corrigido com a in- tervenção prescrita, não sendo razoável que pela, em princípio, injusta recusa da prestadora permaneça o autor limitado ou impedido de exercer atividades comuns do dia-a-dia, isto em virtude das intercorrências possíveis da hiperten- são que sofre decorrentes do quadro descrito na prescrição médica. Portanto, entendo demonstrada a premência da intervenção prescrita. Finalmente, no que tange à reversibilidade da medida, esta se concretiza na medida em que, caso ao final da demanda se verifique a ausên- cia dos requisitos do deferimento do pedido, poderá a operadora pleitear o res- sarcimento cabível, posto que inexiste demonstração de insolvência da parte au- tora, não se podendo presumir que não poderá arcar com eventuais custos do procedimento que ora se autoriza. Isto posto, sem prejuízo de um posterior julgamento do mérito, verifica-se que a recorrente demonstrou a presença dos requisitos indis- pensáveis para concessão da pretensa antecipação da tutela recursal. Deste modo, defiro o pedido de antecipação da tutela re- cursal formulado pela agravante para determinar que a parte agravada emita no prazo de 48 horas as necessárias guias, bem como todas as demais providências indispensáveis para que a recorrente seja submetida ao procedimento cirúrgico bariátrico conforme guias cujas cópias se encontram às fls. 42/43-TJ (fls. 30/31, nos autos originais), cominado multa diária de R$ 500,00 (Quinhentos reais), em caso de eventual atraso ou descumprimento. III Comunique-se o juízo da causa do inteiro teor desta decisão, solicitando que preste as informações de estilo, inclusive quanto ao tempestivo cumprimento, pelo Agravante, do contido no art. 526 do CPC, bem como para que proceda a imediata intimação da agravada, via mandado, para que dê cumprimento à presente decisão. IV Intime-se, outrossim, a Agravada para, querendo, res- ponder, em 10 (dez) dias. V- A Secretaria está autorizada desde já a subscrever o respectivo ofício. Curitiba, 23 de setembro de 2.011. Dr. Marco Antonio Massaneiro Relator

0076 . Processo/Prot: 0831408-5 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/260454. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0006805-66.2011.8.16.0129 Execução Provisória. Agravante: Petróleo Brasileiro Sa - Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Albertino Calado da Silva. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Guimarães da Costa. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Cognição vestibular. Vistos e examinados. Insurge-se a agravante em face da r. decisão de fls. 47-TJ, proferida nos autos n.º 6805/2011, de execução provisória de sentença, in verbis: "1 Defiro, por hora, os benefícios da assistência judiciária gratuita ao(à) autor(a). 2 À conta. 3 Intime-se a executada, na pessoa de seu procurador, para que proceda o pagamento da importância reclamada, no prazo de 15 dias, salientando-se que se não houver o pagamento será acrescida multa no percentual de dez por cento (10%) sobre o valor da dívida (art. 475-J, do Código de Processo Civil). 4 Ocorrendo o simples depósito em garantia e não pagamento em cumprimento a sentença, ficam arbitrados os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da execução, uma vez que o cumprimento imediato da decisão provisória far-se-á do mesmo modo que o cumprimento definitivo (Art. 475-O, nota `3', do Código de Processo Civil comentado artigo por artigo; Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero; Editora Revista dos Tribunais)" (fls. 47). Inconformada, aduz a agravante, em suas razões recursais de fls. 03/09, a inaplicabilidade da multa prevista no art. 475-J, bem como a inviabilidade da fixação de honorários na presente fase processual, de execução provisória, diante da ausência de trânsito em julgado da decisão. Alterca que o artigo 475-O, incisos I e II do diploma processual civil, deve ser aplicado com temperamento, diante dos princípios da segurança jurídica e da razoabilidade, haja vista que por se tratar de execução provisória o executado não está compelido a cumprir com a obrigação imposta. Segundo alega, por ser mera faculdade do credor, não há razão para o arbitramento de honorários em simples execução provisória, já que o devedor não deu causa à instauração deste incidente. Ao contrário do que ocorre na execução definitiva, que somente se inicia ante a inércia do executado em cumprir voluntariamente a obrigação. Defende, no mesmo cariz, a redução do percentual arbitrado por entendê-lo excessivo. É o relatório. Mostram-se presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, intrínsecos (legitimidade, interesse, cabimento e inexistência de fato impeditivo e extintivo) e extrínsecos (tempestividade e regularidade formal), como condição irretorquível ao conhecimento do recurso. Presentes os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, conheço do recurso. Diante da ausência de pleito de concessão de efeito suspensivo, intime-se a agravada para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente resposta ao recurso, observando o disposto no art. 527, V do Código de Processo Civil. Dê-se ciência desta decisão ao MM. Juiz da causa, solicitando que, no decêndio legal, preste as informações necessárias e ao mesmo tempo exerça, querendo, o juízo de retratação. Autorizo o i. Chefe da Divisão Cível a subscrever o ofício, com a máxima urgência que a medida impõe. Ultimadas as diligências, voltem. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Guimarães da Costa Desembargador Relator

0077 . Processo/Prot: 0831836-9 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/258126. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 23ª Vara Cível. Ação Originária: 0015559-90.2011.8.16.0001 Obrigação de Fazer. Agravante: Unimed de Curitiba Sociedade Cooperativa de Serviços Hospitalares. Advogado: Candice Karina Souto Maior da Silva, Eduardo Batistel Ramos, Lizete Rodrigues Feitosa. Agravado: Ivan de Moura Ferro Sabóia. Advogado: Alexandre Arseno. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jurandyr Reis Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA 23ª VARA CÍVEL AGRAVANTE: UNIMED DE CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS HOSPITALARES AGRAVADO: IVAN DE MOURA FERRO SABÓIA RELATOR: DES. JURANDYR REIS JÚNIOR Vistos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 831.836-9, oriundos da 23ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figuram como agravante: UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS HOSPITALARES e agravado: IVAN DE MOURA FERRO SABÓIA, com qualificações nos autos. I RELATÓRIO A decisão agravada (fls. 161-TJ) proferida em ação de obrigação de fazer com pedido de liminar sob nº 15.559/2011, acolheu pedido formulado pelo agravado em audiência de tentativa de conciliação (rito sumário) para decretar a revelia da agravante em razão de somente seu advogado estar presente à solenidade, desacompanhado de preposto com poderes para transigir. A agravante se insurge alegando, em síntese, que o posicionamento adotado pelo Juízo singular colide com a posição já pacificada na jurisprudência, máxime a presença do causídico com poderes expressos para transigir ser suficiente para afastar a incidência dos efeitos da revelia. Assim sendo, pretende o provimento do agravo para reformar a decisão singular, cassando-se, por conseguinte a decisão objurgada. É o relatório. II - DECISÃO Prefacialmente necessário elucidar que a Lei nº 11.187/2005, modificou substancialmente o regime dos agravos tal como enunciados em nossa legislação processual civil, erigindo o agravo retido como a regra geral, consoante se percebe pela nova redação do artigo 522 do CPC: "das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento". Em verdade a modificação legislativa representou somente a seqüência intentada pelo legislador no intuito de prover maior celeridade na prestação jurisdicional, tanto que já pela Lei nº 10.351/2001, modificou-se a dicção do artigo 527, inciso II do CPC para possibilitar que o relator pudesse converter os agravos de instrumento em retidos quando não atendessem aos requisitos necessários à sua manutenção como de instrumento. A respeito da possibilidade de conversão do agravo de instrumento em agravo retido, em caso de ausência de urgência ou inexistência de perigo de lesão grave ou de incerta reparação, como no caso em análise, a esclarecedora lição de Nelson Nery Jr. e Rosa Nery: "Conversão em agravo retido. Salvo nos casos de urgência e não sendo caso de a decisão agravada ser, potencialmente, causadora de dano irreparável ou de difícil ou incerta reparação, circunstância que exigem que o agravo seja de instrumento, para que o tribunal possa tomar as medidas cabíveis consentâneas com a urgência e o perigo de dano, o relator poderá converter o agravo de instrumento em agravo retido. Assim fazendo, remeterá o instrumento ao juízo da causa, a fim de que seja apensado aos autos principais e eventualmente reiterado por ocasião da apelação (CPC 523)". Desse modo, frente a todas as modificações que os recursos têm sofrido na reforma processual, é possível extrair-se que os agravos de instrumentos prescindem de dois requisitos básicos à sua manutenção em referida forma, evitando-se que sejam convertidos para retidos, quais sejam: existência de provisão jurisdicional de urgência ou perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação. Na espécie, não se denota a presença de qualquer destes, visto que o caso em tela não permite concluir que a decisão prolatada pelo juízo singular em seu despacho venha a interferir na dinâmica processual ou mesmo causar perigo de lesão, máxime poderem ser reapreciadas em sede de apelação. Aliás, a propositura do agravo no presente caso detém a característica de evitar a ocorrência da preclusão da matéria possibilitando posteriormente sua rediscussão em sede de apelação, podendo para tanto, o agravo consistir em retido, não sendo imprescindível sua interposição na forma de instrumento. Em hipóteses análogas, vem se decidindo: "AGRAVO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE APLICA O DISPOSTO NA LEI 10.352, DE 26/12/2001, EM SEUS ARTIGOS 523, §§ 2º E 4º E 527, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CONVERSÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO RETIDO DIANTE DA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DANO IMEDIATO E LESÃO DE DIFÍCIL E/OU INCERTA REPARAÇÃO - AUSÊNCIA DE PROVISÃO JURISDICIONAL DE URGÊNCIA - DECISÃO ACERTADA - AGRAVO IMPROVIDO. Verificada a ausência de lesividade na decisão monocrática agravada porquanto inexistente a demonstração concreta e eficaz de onde estariam os perigos de dano imediato ou de lesão de difícil ou incerta reparação que poderiam ser ocasionados à agravante, ou mesmo por não se tratar de provisão jurisdicional de urgência, a fim de justificar a concessão ou enfrentamento da questão objeto de indeferimento pelo Juízo a quo naquele momento processual pretendido pela parte, o caso é de efetiva aplicação do disposto na Lei 10.352, de 26/12/2001, mais especificadamente nos artigos 523, §§ 2º e 4º e 527, II, do Código de Processo Civil, autorizando-se a conversão do agravo de instrumento em agravo retido". (Acórdão 1669, Agravo nº 0319726-4/01, órgão julgador: 12ª C. Cível, relator: Desembargador Costa Barros, julgamento: 13/01/2006). "Agravo Regimental - Recebimento como agravo inominado - Conversão de agravo de instrumento em agravo retido - Inteligência do artigo 527, II, do Código de Processo Civil - Preliminar de intempestividade das contestações rejeitada". Recurso desprovido. 'O agravo de instrumento exige, como pressuposto indispensável ao seu cabimento, à possibilidade de lesão grave e de difícil ou incerta reparação'". (Agravo nº 228.761-0/01, Relator então Juiz Lauro Laertes de Oliveira 7ª Câmara Cível - Acórdão nº 16.370 - D.J. 23.05.2003). De tal modo, impõe-se determinar a conversão deste agravo de instrumento em retido. III DISPOSITIVO Face ao exposto, com fundamento no art. 527, inciso II, determino a conversão do presente recurso em agravo retido. Oportunamente, procedidas às devidas anotações nos registros, baixem-se à Vara de origem, onde deverá permanecer apensado aos respectivos autos de ação revisional. Comunique-se o juízo singular pelo sistema `mensageiro'. Intimem-se. Demais diligências necessárias. Curitiba, 28 de setembro de 2011. DES. JURANDYR REIS JÚNIOR Relator

0078 . Processo/Prot: 0832439-4 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/349341. Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0013457-97.2010.8.16.0044 Indenização. Agravante: Komatsu do Brasil Ltda. Advogado: Elaine Paffili Izá. Agravado: Pedreira José Ignácio Netto Ltda. Advogado: Rubens Henrique de França. Interessado: Vianmaq Equipamentos Ltda. Advogado: Luiz Alberto Rego Barros, José Maurício do Rego Barros, Cristina Polli Bitencourt. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator

Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
I Trata-se de dois recursos de Agravo de Instrumento (f. 02/21 dos Autos nº 832.439-4 e f. 02/14 dos Autos de nº 832.574-8) interpostos em face de decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Apucarana que, em autos de Ação de Indenização por Danos Materiais, ao proferir despacho saneador: (i) determinou a incidência do CDC à espécie; (II) entendeu pela legitimidade passiva da requerida KOMATSU DO BRASIL S/A; (iii) fixou pontos controvertidos e (iv) deferiu a produção de prova oral e documental. Inconformada, KOMATSU DO BRASIL S/A interpôs o presente recurso, sustentando: (a) a ilegitimidade passiva da agravante, pois inaplicáveis ao caso as disposições do art. 12 e 18 do CDC; (b) a inexistência de relação de consumo entre as partes, pelo que inviável a incidência do Código de Defesa do Consumidor à espécie; (c) a incorreta inversão do ônus da prova; (d) o cerceamento de defesa provocado pelo Juízo Singular ao impedir que a Agravante produza prova pericial; (e) a necessidade de atribuição de efeitos suspensivo ao recurso. Também insatisfeita, sustenta VIANMAQ EQUIPAMENTOS LTDA: (a) que a decisão agravada é nula, por afrontar o contido no art. 93, IX, da Constituição Federal, que exige fundamentação nas decisões judiciais; (b) a inexistência de relação de consumo entre as partes, por ser a agravada destinatária intermediária da cadeia de produção; (c) a inexistência de pedido de inversão do ônus probatório, sendo ilegítima a decisão que defere esta benesse de ofício; (d) a inexistência de hipossuficiência entre as partes e a impossibilidadede produção de prova negativa pela agravada; (e) a necessidade de atribuição de efeitos suspensivo ao recurso. É a breve exposição. Passo à análise do pedido de atribuição de efeito suspensivo. Presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal, defiro o regular processamento do agravo, limitando- me, nessa oportunidade, à apreciação do pedido liminar. Para tanto, necessário que estejam presentes, cumulativamente, dois requisitos: (a) de um lado, a verossimilhança das alegações da parte agravante (fumus boni iuris); e (b) de outro lado, o perigo de lesão grave ou de difícil reparação (periculum in mora). E, considerando-se as peculiaridades do caso concreto, tenho os requisitos supracitados estão aperfeiçoados nos autos, pelo que imperativo o deferimento do efeito suspensivo ora apresentado. Sem prejuízo de posterior reforma quando da decisão do mérito da discussão, quando se procederá análise específica quanto aos temas cuja discussão foi trazida a este Tribunal, tenho por verossimilhantes as alegações das partes quando defendem o desacerto do Juízo Singular ao deferir a incidência do CDC à espécie para, posteriormente, inverter o ônus da prova entre os litigantes. Ora, nada obstante tenha-se dito na decisão agravada que pacífica a aplicação do CDC na presente relação jurídica, justificando a inversão do ônus da prova ante a hipossuficiência da autora frente às rés, certo é que o Superior Tribunal de Justiça1 já definiu o entendimento de que o Código de Defesa do Consumidor somente é aplicável nas lides envolvendo pessoas jurídicas se (a) destinatárias finais dos bens ou serviços prestados pelo fornecedor ou (b) demonstrada sua vulnerabilidade em face do contratado. E, no caso dos autos, embora se tenha tomado como pacífica tal condição, vê-se que ainda pendente discussão quanto à natureza da requerente relativamente às colheitadeiras adquiridas, bem como quanto à necessidade de inversão do ônus da prova, posto que ausentes maiores especificações na decisão agravada quanto à hipossuficiência da parte autora. Ainda que não seja nula, porque fundamentada a decisão, seu grau de concisão prejudica melhor compreensão das razões que legitimam o posicionamento do julgador singular, dando verossimilhança às pretensões dos agravantes. De outra via, quanto ao risco de lesão grave ou de difícil reparação, tenho por evidente sua ocorrência, já que a definição de eventual inversão do ônus probatório influi diretamente na preparação das partes para a audiência designada. Aqui também destaco, aliás, a arrazoada discussão quanto à legitimidade passiva da primeira agravante, fundada em suposta aplicabilidade do CDC, ora debatida. Desse modo, é imperativo o deferimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Oficie-se o juízo a quo comunicando do teor da decisão e, no prazo de dez dias, para que preste as informações necessárias, inclusive quanto à observância do teor do artigo 526, do Código de Processo Civil. Intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta, no prazo legal. Autorizo o Chefe da Seção a subscrever os ofícios necessários. Ante a identidade das partes e da causa de pedir entre os autos dos Agravos de Instrumento nº 832.439-4 e 832.574-8, determino que o segundo seja apensado ao primeiro, de modo a permitir julgamento conjunto, evitando eventuais contradições no corpo das decisões. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora Designada -- 1 REsp 1.085.080/PR, de Relatoria da Min. Isabel Gallotti. DJ: 13.09.2011.

0079 . Processo/Prot: 0832461-6 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/273562. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 2001.00000679 Execução de Sentença. Agravante: Eromir Guido Stival. Advogado: Wellington Silveira, Jane Mary Silveira. Agravado: Wilsair Amaral Pereira. Advogado: Gilmar Luis Rosa Pinho, Celia do Rocio de Paula. Interessado: Espólio de Ângelo Stival, Espólio de Ângela Grande Túlio, Espólio de Antônio Túlio, Anelita dos Santos Túlio, Anizia Maria da Conceição Machado. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Marco Antônio Massaneiro. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por EROMIR GUIDO STIVAL, voltado contra decisão interlocutória proferida pela MM. Juí- za de Direito da 5.ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metro- politana de Curitiba, que, em ação de indenização intentada contra o Espólio de Ângelo Stival e outros por WILSAIR AMARAL PEREIRA, ora em fase de cumprimento de sentença, ao proceder a análise da exceção de pré- executividade oposta pelo agravante rejeitou-a, por entender ausentes e/ou su- perados os fatos impeditivos e extintivos do direito buscado pela agravada, en- tendimento com o qual não se conforma o agravante por entender que, com ba- se nos elementos carreados aos autos se mostra possível o reconhecimento dos argumentos manejados na exceção, notadamente a prescrição do direito subja- cente à pretensão indenizatória, posto que esta teria sua origem na aquisição do imóvel pela autora/agravada ocorrido em 1.957, bem como na nulidade da cita- ção do espólio/réu efetuada na pessoa do pai do agravante, na condição de in- ventariante, vez que na época da efetivação do ato citatório, este já não desem- penhava tal encargo, em virtude do encerramento do processo de inventário que já se dera no ano de 1.971, afigurando-se, portanto, cabível a exceção oposta, pugnando pela concessão de efeito suspensivo para suspender o curso do feito, com a sua confirmação ao final, com a reforma da decisão monocrática, para que seja acolhida a exceção e extinta a ação. É o relatório II O inciso III do artigo 527 do Código de Processo Civil dispõe que o relator "poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (artigo 558), ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão". O efeito suspensivo e o deferimento da ante- cipação de tutela recursal, tendo caráter excepcional somente poderão ser defe- ridos, em caso da inequívoca presença da aparência do bom direito e da possibi- lidade de dano irreversível para a parte, no caso do primeiro, sendo que a estes requisitos se somam a prova inequívoca, a verossimilhança das alegações e a reversibilidade da medida pleiteada no caso da antecipação de tutela. Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart doutri- nam: "Presentes esses pressupostos (periculum in mora e fu- mus boni iuris) o relator, em decisão provisória e imedi- ata, já no recebimento do recurso (artigo 527, III, CPC) determinará a suspensão do ato impugnado, até o julga- mento do agravo". (In: Manual do Processo de Conheci- mento A tutela jurisdicional através do processo de co- nhecimento 2 a edição revista, atualizada e ampliada, Edi- tora Revista dos Tribunais, pág. 566). Em sede de cognição sumária, tenho que o Agravante não logrou êxito em demonstrar a presença dos requisitos autorizadores da concessão do pretendido efeito suspensivo, especialmente a aparência do bom direito, posto que conforme bem apontado na decisão recorrida, a exceção foi rejeitada por entender a D. Magistrada que a citação era regular porque da própria matrí- cula do imóvel questionado constava como transmitente o espólio de Ângelo Stival, sendo que a ausência de contestação tempestiva informando a extinção do inventário e conseqüente ilegitimidade do espólio não tem o condão de nuli- ficar o ato judicial praticado, sendo que em relação a prescrição ilegitimidade e demais alegações a decisão objurgada entendeu preclusas diante da coisa julga- da, no que, em princípio lhe assiste razão, mesmo porque especificamente no que se refere à prescrição, é de se ver que o fato gerador do dano e, portanto da pretensão da autora não é a aquisição do imóvel ocorrida em 1957 e sim a irre- gular outorga de escritura do imóvel a terceiro, que se deu em 1995, conforme se vê às fls. 45-TJ, e, neste passo, em se tratando de direito pessoal, o prazo prescricional na época da propositura da demanda era de vinte anos, a teor do disposto no art. 177 do CC/16, então em vigor, e, portanto, em princípio inocor- rente a alegada prescrição. Assim sendo, sem prejuízo de um posterior julgamento do mérito, verifica-se que a recorrente não demonstrou a existência do fumus boni juris elemento indispensável para concessão do pretenso efeito suspensivo. Isto posto, indefiro o pedido de suspensão dos efeitos da decisão recorrida formulado pelo agravante. III Comunique-se o juízo da causa do inteiro teor desta decisão, solicitando que preste as informações de estilo, inclusive quanto ao tempestivo cumprimento, pela Agravante, do contido no art. 526 do CPC. IV Intime-se a Agravada para, querendo, responder, em 10 (dez) dias. V- A Secretaria está autorizada desde já a subscrever o respectivo ofício. Curitiba, 27 de setembro de 2.011. Dr. Marco Antonio Massaneiro Relator

0080 . Processo/Prot: 0832574-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/349482. Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0013457-97.2010.8.16.0044 Indenização. Agravante: Vianmaq Equipamentos Ltda. Advogado: Luiz Alberto Rego Barros, Maria Fernanda Menezes de Oliveira, Cristina Polli Bitencourt. Agravado: Pedreira José Ignácio Netto Ltda Epp. Advogado: Rubens Henrique de França, Vinícius Barneze. Interessado: Komatsu do Brasil Sa. Advogado: Eni Domingues, Elaine Paffili Izá. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Relator: Des. João Domingos Kuster Puppi. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Denise Kruger Pereira. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
I Trata-se de dois recursos de Agravo de Instrumento (f. 02/21 dos Autos nº 832.439-4 e f. 02/14 dos Autos de nº 832.574-8) interpostos em face de decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Apucarana que, em autos de Ação de Indenização por Danos Materiais, ao proferir despacho saneador: (i) determinou a incidência do CDC à espécie; (II) entendeu pela legitimidade passiva da requerida KOMATSU DO BRASIL S/A; (iii) fixou pontos controvertidos e (iv) deferiu a produção de prova oral e documental. Inconformada, KOMATSU DO BRASIL S/A interpôs o presente recurso, sustentando: (a) a ilegitimidade passiva da agravante, pois inaplicáveis ao caso as disposições do art. 12 e 18 do CDC; (b) a inexistência de relação de consumo entre as partes, pelo que inviável a incidência do Código de Defesa do Consumidor à espécie; (c) a incorreta inversão do ônus da prova; (d) o cerceamento de defesa provocado pelo Juízo Singular ao impedir que a Agravante produza prova pericial; (e) a necessidade de atribuição de efeitos suspensivo ao recurso. Também insatisfeita, sustenta VIANMAQ EQUIPAMENTOS LTDA: (a) que a decisão agravada é nula, por afrontar o contido no art. 93, IX, da Constituição Federal, que exige fundamentação nas decisões judiciais; (b) a inexistência de relação de consumo entre as partes, por ser a agravada destinatária intermediária da cadeia de produção; (c) a inexistência de pedido de inversão do ônus probatório, sendo ilegítima a decisão que defere esta benesse de ofício; (d) a inexistência de hipossuficiência entre as partes e a impossibilidadede produção de prova negativa pela agravada; (e) a necessidade de atribuição de efeitos suspensivo ao recurso. É a breve exposição. Passo à análise do pedido de atribuição de efeito suspensivo. Presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal, defiro o regular processamento do agravo, limitando- me, nessa oportunidade, à apreciação do pedido liminar. Para tanto, necessário que estejam presentes, cumulativamente, dois requisitos: (a) de um lado, a verossimilhança das alegações da parte agravante (fumus boni iuris);

e (b) de outro lado, o perigo de lesão grave ou de difícil reparação (periculum in mora). E, considerando-se as peculiaridades do caso concreto, tenho os requisitos supracitados estão aperfeiçoados nos autos, pelo que imperativo o deferimento do efeito suspensivo ora apresentado. Sem prejuízo de posterior reforma quando da decisão do mérito da discussão, quando se procederá análise específica quanto aos temas cuja discussão foi trazida a este Tribunal, tenho por verossimilhantes as alegações das partes quando defendem o desacerto do Juízo Singular ao deferir a incidência do CDC à espécie para, posteriormente, inverter o ônus da prova entre os litigantes. Ora, nada obstante tenha-se dito na decisão agravada que pacífica a aplicação do CDC na presente relação jurídica, justificando a inversão do ônus da prova ante a hipossuficiência da autora frente às rés, certo é que o Superior Tribunal de Justiça1 já definiu o entendimento de que o Código de Defesa do Consumidor somente é aplicável nas lides envolvendo pessoas jurídicas se (a) destinatárias finais dos bens ou serviços prestados pelo fornecedor ou (b) demonstrada sua vulnerabilidade em face do contratado. E, no caso dos autos, embora se tenha tomado como pacífica tal condição, vê-se que ainda pendente discussão quanto à natureza da requerente relativamente às colheitadeiras adquiridas, bem como quanto à necessidade de inversão do ônus da prova, posto que ausentes maiores especificações na decisão agravada quanto à hipossuficiência da parte autora. Ainda que não seja nula, porque fundamentada a decisão, seu grau de concisão prejudica melhor compreensão das razões que legitimam o posicionamento do julgador singular, dando verossimilhança às pretensões dos agravantes. De outra via, quanto ao risco de lesão grave ou de difícil reparação, tenho por evidente sua ocorrência, já que a definição de eventual inversão do ônus probatório influi diretamente na preparação das partes para a audiência designada. Aqui também destaco, aliás, a arrazoada discussão quanto à legitimidade passiva da primeira agravante, fundada em suposta aplicabilidade do CDC, ora debatida. Desse modo, é imperativo o deferimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Oficie-se o juízo a quo comunicando do teor da decisão e, no prazo de dez dias, para que preste as informações necessárias, inclusive quanto à observância do teor do artigo 526, do Código de Processo Civil. Intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta, no prazo legal. Autorizo o Chefe da Seção a subscrever os ofícios necessários. Ante a identidade das partes e da causa de pedir entre os autos dos Agravos de Instrumento nº 832.439-4 e 832.574-8, determino que o segundo seja apensado ao primeiro, de modo a permitir julgamento conjunto, evitando eventuais contradições no corpo das decisões. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Juíza Subst. 2º G. DENISE KRÜGER PEREIRA Relatora Designada -- 1 REsp 1.085.080/PR, de Relatoria da Min. Isabel Gallotti. DJ: 13.09.2011.

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator Designado

0081 . Processo/Prot: 0152886-5 Ação Rescisória (Gr/C.Int)

. Protocolo: 2004/8378. Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 112047-6 Apelação Civel. Autor: Cnf - Consórcio Nacional Ltda. Advogado: Rogéria Dotti Dória, Flávia Reis Pagnozzi, Fábio de Almeida Braga, Patricia Domingues Nymberg, Murilo Varasquim, Julio Cesar Brotto. Réu: Cilene Ferreira da Cunha, Sílvio Vanderlei Balbierato. Advogado: Roberto Ferreira, Luiz Gustavo Fragoso da Silva. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível em Composição Integral. Relator: Des. Ivan Bortoleto. Revisor: Des. Celso Rotoli de Macedo. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Antonio Prazeres. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Ação Rescisória nº 1.152.886-5 I - Para evitar futuras alegações de cerceamento de defesa ou Recursos protelatórios, intimem-se os Executados para que, no prazo de dez dias, ofereçam bens à penhora, observada a ordem de preferência do artigo 655, do Código de Processo Civil, nos moldes requeridos pelo Exeqüente às fls. 886-TJ. II- Após, na hipótese de ocorrer manifestação dos Executados, intime-se o Exeqüente para dizer se concorda com o oferecimento dos bens à penhora, no prazo de cinco dias. III- Na sequência, voltem conclusos. Curitiba, 26 de setembro de 2011.

# SEÇÃO DA 9ª CÂMARA CÍVEL

**III Divisão de Processo Cível**
**Seção da 9ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10006**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Abilio Vieira Neto | 027 | 0829019-7 |
| Ademar Massakatsu Fuzita | 032 | 0829817-3 |
| Alcides dos Santos | 003 | 0798595-7 |
| Alexandre Pigozzi Bravo | 003 | 0798595-7 |
| | 022 | 0828528-7 |
| | 031 | 0829805-3 |
| Ananias Cézar Teixeira | 007 | 0822056-2 |
| | 008 | 0822145-4 |
| | 025 | 0828982-1 |
| | 030 | 0829602-2 |
| Anderson Paulo de Lima | 001 | 0707139-8 |
| Antônio Carlos Bonet | 002 | 0785478-6 |
| Antonio Eduardo G. d. Rueda | 003 | 0798595-7 |
| | 013 | 0825860-8 |
| | 015 | 0826441-7 |
| | 022 | 0828528-7 |
| | 031 | 0829805-3 |
| Bruno Augusto Sampaio Fuga | 006 | 0817623-0/01 |
| Bruno Luis Marques Hapner | 012 | 0825318-9 |
| Camila Enrietti Bin | 013 | 0825860-8 |
| | 022 | 0828528-7 |
| Carlos Oscar Krueger | 014 | 0826384-7 |
| César Augusto de França | 005 | 0816703-9 |
| | 009 | 0822251-7 |
| | 013 | 0825860-8 |
| | 015 | 0826441-7 |
| | 032 | 0829817-3 |
| Charles Zauza | 010 | 0824435-1 |
| Claudia Montardo Rigoni | 026 | 0829000-8 |
| Dario Borges de Liz Neto | 021 | 0828443-9 |
| Dirceu Edson Wommer | 009 | 0822251-7 |
| Dirceu Galdino Cardin | 024 | 0828698-4 |
| Dirceu Zanoni | 029 | 0829455-3 |
| Edison Santiago Filho | 017 | 0826899-3 |
| Elisa Gehlen Paula B. d. Carvalho | 017 | 0826899-3 |
| Elso Cardoso Bitencourt | 005 | 0816703-9 |
| Emanuelle Ferreira da Costa | 012 | 0825318-9 |
| Ernani Ernesto Morestoni | 014 | 0826384-7 |
| Fabiano Neves Macieywski | 007 | 0822056-2 |
| | 008 | 0822145-4 |
| | 025 | 0828982-1 |
| | 030 | 0829602-2 |
| Fabio Bittencourt F. d. Camargo | 024 | 0828698-4 |
| Fabíola Cueto Clementi | 017 | 0826899-3 |
| Francisco Evandro de Oliveira | 020 | 0828304-7 |
| Giorgia Enrietti Bin | 013 | 0825860-8 |
| | 015 | 0826441-7 |
| | 022 | 0828528-7 |
| Glauco Iwersen | 010 | 0824435-1 |
| Heber Sutili | 034 | 0830727-1 |
| Helaine Cristina Calzado Goetzke | 004 | 0799426-1 |
| Herick Pavin | 001 | 0707139-8 |
| Heroldes Bahr Neto | 007 | 0822056-2 |
| | 008 | 0822145-4 |
| | 030 | 0829602-2 |
| Ingo Hofmann Junior | 024 | 0828698-4 |
| Ivan Cesar Azevedo Borges de Liz | 021 | 0828443-9 |
| Jean Carlos Martins Francisco | 005 | 0816703-9 |
| | 009 | 0822251-7 |
| João Carlos Flor Júnior | 002 | 0785478-6 |
| João Carlos Lima Santini | 035 | 0830799-7 |
| João Emilio Zola Junior | 031 | 0829805-3 |
| João Evanir Tescaro | 011 | 0824494-0 |
| João Evanir Tescaro Junior | 011 | 0824494-0 |
| João Manoel Grott | 023 | 0828625-1 |
| Juliana Trautwein Chede | 006 | 0817623-0/01 |
| Juliane Feitosa Sanches | 020 | 0828304-7 |
| | 026 | 0829000-8 |
| Karina Hashimoto | 005 | 0816703-9 |
| | 023 | 0828625-1 |
| Leonardo de Lima e Silva Bagno | 011 | 0824494-0 |
| Luana Cervantes Maluf | 028 | 0829137-0 |
| Lucas Azevedo Rios Maldonado | 032 | 0829817-3 |
| Luiz Fernando Cortes F. Potier | 004 | 0799426-1 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 020 | 0828304-7 |
| | 026 | 0829000-8 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 035 | 0830799-7 |
| Marcel Crippa | 018 | 0827385-8 |
| Marcelo Arthur M. Fernandes | 012 | 0825318-9 |
| Márcia Satil Parreira | 034 | 0830727-1 |
| Márcio Luís Piratelli | 024 | 0828698-4 |

| | | |
|---|---|---|
| Margareth Yoko Okagawa Falleiros | 005 | 0816703-9 |
| Mariana Cavalcante Borralho | 017 | 0826899-3 |
| Mariana Pereira Valério | 010 | 0824435-1 |
| Mariana Videira Menezes Tescaro | 011 | 0824494-0 |
| Mariane Melilo Fontan | 004 | 0799426-1 |
| Mário Marcondes Nascimento | 023 | 0828625-1 |
| Mauri Marcelo Bevervanço Junior | 035 | 0830799-7 |
| Maurício José Morato de Toledo | 035 | 0830799-7 |
| Mercedes Helena de Souza Oliveira | 034 | 0830727-1 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 002 | 0785478-6 |
| | 010 | 0824435-1 |
| | 019 | 0827946-1 |
| Munirah Muhieddine | 019 | 0827946-1 |
| Murillo Espinola de Oliveira Lima | 007 | 0822056-2 |
| | 008 | 0822145-4 |
| Nelson Luiz Nouvel Alessio | 005 | 0816703-9 |
| Paula Cassetari Flores | 014 | 0826384-7 |
| Paulo Marcelo Seixas | 004 | 0799426-1 |
| Paulo Roberto Marques Hapner | 012 | 0825318-9 |
| Polyana Rodrigues Pedro | 001 | 0707139-8 |
| Rafael Rossi Ramos | 016 | 0826715-2 |
| Rafael Viganó | 034 | 0830727-1 |
| Raul Barbi | 031 | 0829805-3 |
| Renata Myazi Martins | 016 | 0826715-2 |
| Ricardo Lasmar Sodré | 034 | 0830727-1 |
| Roberto José Taques de Negreiros | 027 | 0829019-7 |
| Rodrigo Hassan Saif | 017 | 0826899-3 |
| Rogério Bueno Elias | 028 | 0829137-0 |
| Rogério Resina Molez | 028 | 0829137-0 |
| Rosangela Dias Guerreiro | 011 | 0824494-0 |
| Rubia Andrade Fagundes | 009 | 0822251-7 |
| Ruth de Godoy Machado Nogara | 033 | 0830252-9 |
| Sadi Nunes da Rosa | 001 | 0707139-8 |
| Sandra Regina Rodrigues | 029 | 0829455-3 |
| Saulo Bonat de Mello | 007 | 0822056-2 |
| | 008 | 0822145-4 |
| | 025 | 0828982-1 |
| | 030 | 0829602-2 |
| Sebastião Seiji Tokunaga | 008 | 0822145-4 |
| Simone Martins Cunha | 015 | 0826441-7 |
| Tatiana Tavares de Campos | 003 | 0798595-7 |
| | 013 | 0825860-8 |
| | 015 | 0826441-7 |
| | 022 | 0828528-7 |
| Tatiane Muncinelli | 020 | 0828304-7 |
| Tatyane Priscila Portes Stein | 026 | 0829000-8 |
| Thais Malachini | 002 | 0785478-6 |
| | 019 | 0827946-1 |
| Thiago Haviaras da Silva | 018 | 0827385-8 |
| Thiago Ruppel Osternack | 001 | 0707139-8 |
| Tiago Schroeder Russi | 018 | 0827385-8 |
| Trajano Bastos de O. N. Friedrich | 002 | 0785478-6 |
| | 019 | 0827946-1 |
| Valeria Silva Galdino | 024 | 0828698-4 |
| Vinícius Carvalho Fernandes | 035 | 0830799-7 |
| Viviane Aparecida Consolin | 001 | 0707139-8 |
| Viviane Pomini | 016 | 0826715-2 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator
0001 . Processo/Prot: 0707139-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2010/262072. Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000617 Declaratória. Agravante: Delcio Grosso. Advogado: Sadi Nunes da Rosa. Agravado (1): Aymoré Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Herick Pavin. Agravado (2): José Carlos Angelo e Companhia Ltda. Advogado: Anderson Paulo de Lima. Agravado (3): Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN. Advogado: Polyana Rodrigues Pedro, Viviane Aparecida Consolin, Thiago Ruppel Osternack. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Ratifico a r. Decisão de fls. 119/121, rejeitando o pedido de reconsideração formulado as fls. 130/137 do caderno recursal; remeta-se à Comarca de origem para finalidade determinada. Curitiba, 02 de setembro de 2.011 SERGIO LUIZ PATITUCCI- Relator
0002 . Processo/Prot: 0785478-6 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/66235. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0016592-52.2010.8.16.0001 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Apelado: Anderson Luis Dias Branco. Advogado: Antônio Carlos Bonet, João Carlos Flor Júnior. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho. Tendo em vista o contido na petição de fls. 99/102, em que as partes informam a realização de acordo e a desistência do recurso de apelação interposto pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, baixem-se os autos à vara de origem para a homologação do acordo noticiado. Intimem-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. DES. RENATO BRAGA BETTEGA RELATOR
0003 . Processo/Prot: 0798595-7 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/230299. Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000132 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Tatiana Tavares de Campos. Agravado: Creusa das Mensoes Marquese da Silva, Neuza Maria de Barros, Antonio Roberto, Jose Floripes de Oliveira, Luzia da Silva de Oliveira, Geni da Silva, Edi Aparecida de Souza, Israel Ribeiro dos Santos, Aparecida Oliveira do Nascimento, Marcos Antonio da Silva. Advogado: Alcides dos Santos. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Vistos. I. Companhia Excelsior de Seguros agrava da decisão proferida na ação ordinária de responsabilidade securitária (autos nº 94/2009), proposta por Creusa das Mensões Marquese da Silva, mediante a qual a Magistrada fixou os honorários periciais em R$ 1.000,00 por casa periciada, nos seguintes termos: "O Sr. Perito é pessoa de confiança do Juízo e tem demonstrado muita responsabilidade e competência em seus laudos, o que traz segurança para esta magistrada concluir a lide. Assim considerando e tendo em vista que apresentou tabela do órgão, fixo os honorários periciais em R$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo R$ 1.000,00 (mil reais) por casa. Intimem-se para o pagamento em vinte dias."1 Irresignada, a Recorrente, em síntese, sustenta que o valor arbitrado aos honorários periciais mostra-se excessivo em relação à natureza dos sinistros, uma vez que as casas a serem periciadas possuem igual padrão, com pouca área construtiva, a mesma idade e localização próxima, o que implica na desnecessidade de grandes deslocamentos e, consequentemente descaracteriza a complexidade da prova. Assevera que o valor pretendido pelo perito a título de honorários advocatícios deve ser minorado a fim de atender à razoabilidade e à proporcionalidade, de acordo com os padrões das demais ações de mesma natureza. De maneira que requer a "revogação" da decisão que homologou o valor de R$ 1.000,00 (mil reais) por unidade habitacional vistoriada, reduzindo-a conforme parâmetros utilizados pelos profissionais de engenharia do Estado do Paraná. II. O presente recurso não merece ser conhecido, pois manifestamente inadmissível. A questão trazida à colação pela Agravante já foi decidida pela MM. Magistrada, sem que dele tenha aforado o recurso adequado, razão pela qual esta matéria encontra-se acobertada pela preclusão. Do exame dos autos depreende-se que, em 17.01.2011, foi exarada decisão que fixou os honorários periciais em R$ 1.000,00 (mil reais) por unidade habitacional a ser periciada, tendo sido tal decisão publicada em data de 04.02.2011 e iniciando- se o prazo para recurso em data de 07.02.20112. Inobstante, do que se depreende dos autos, a decisão foi mantida em 08.06.2011, determinando-se a intimação do Requerido ao pagamento dos honorários3, e desta e, desta decisão, equivocadamente, emerge o presente Agravo de Instrumento. O exame do trâmite processual, a partir das peças que instruem o recurso, leva à irrefutável conclusão de que o arbitramento dos honorários periciais encontra-se acobertado pela preclusão, pois a questão foi decidida pela MM. Magistrada em 17.01.2011, deixando o Requerido de protocolar o recurso cabível. Em outros termos: uma vez cientificado da decisão de fls. 117/118-TJ, o Requerido deveria protocolizar o recurso de agravo, porquanto, é sabido que pedido de reconsideração não interrompe o prazo para a propositura de recurso. Por essa razão, não há como apreciar o recurso, visto que intempestivo. Assim, dessume-se, de forma inequívoca, que transcorreu em branco a oportunidade para pleitear a reforma da decisão, no tempo e na forma legal. Consoante o disposto no art. 473, do CPC, adita Nelson Nery Junior, a respeito da preclusão: "(...) quando a perda da faculdade de praticar ato processual se dá em virtude de haver decorrido o prazo, sem que a parte tivesse praticado o ato, ou o tenha praticado a destempo ou de forma incompleta ou irregular".4 A relação processual se manifesta pelo impulso processual e, na espécie, a Agravante deixou transcorrer o lapso temporal oportuno, fazendo nascer a preclusão, pois, segundo lição de Arruda Alvim: "(...) pela razão de o processo viver no tempo, segue- se a conseqüência necessária da existência da preclusão temporal expressamente prevista no art. 183"5. A conclusão apresentada é corroborada pela jurisprudência: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISIONAL DE CONTRATO C/ C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DECISÃO AGRAVADA. MERA REITERAÇÃO DO ÔNUS DA JUNTADA DE DOCUMENTOS. DETERMINAÇÃO JUDICIAL CONTIDA EM DECISÃO ANTERIOR NÃO- IMPUGNADA. PRECLUSÃO TEMPORAL. NÃO-CONHECIMENTO. (...). 1. Deixando o agravante de manifestar tempestivamente o seu inconformismo quanto ao ônus que lhe fora atribuído, interpondo recurso tão-somente em face de decisão posterior que apenas reiterou tal atribuição, encontra-se configurada a preclusão temporal da matéria relativa ao descabimento da juntada de documentos."6 (grifamos) "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO DE JUIZ SINGULAR DETERMINANDO A PENHORA DOS BENS DOS RECORRIDOS. APRESENTAÇÃO DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INTERRUPÇÃO E/OU SUSPENSÃO DE PRAZO RECURSAL. INOCORRÊNCIA. PRECLUSÃO VERIFICADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO POSTERIORMENTE INTERPOSTO. INTEMPESTIVIDADE CONFIGURADA. I - É cediço em nosso sistema recursal pátrio que o simples pedido de reconsideração não se constitui em recurso propriamente dito nem tem o condão de suspender ou interromper os prazos recursais. II - Diante de decisão do Juiz Singular determinando a penhora dos bens dos recorridos, valeram-se estes de mero pedido de reconsideração, o qual fora indeferido pelo Magistrado, ratificando-se a determinação anterior. III - Nesse panorama, inafastável a conclusão de que a questão enfrentada naquela decisão restou precluса, ante a ausência de interposição de recurso no prazo legal e, de outra parte, intempestivo o agravo de instrumento posteriormente interposto. IV - Precedentes: AgRg no AG nº 444.370/RJ, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ de 10/03/2003; AgRg no REsp nº 436.814/SP, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, DJ de 18/11/2002; e AgRg no AgRg no Ag nº 225.614/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ de 30/08/1999. V - Recurso especial PROVIDO." 7 (g.n.) Ademais, mesmo que não se entendesse pela preclusão, o recurso não seria admitido, pois ausente peça essencial à perfeita compreensão da causa. Isso porque embora a Agravante questione os parâmetros utilizados à fixação dos honorários, em momento algum junta aos autos cópia da proposta do perito e, quiçá, dos quesitos formulados pelas partes. Com efeito, não se depreende a ratio do presente recurso, tampouco a celeuma recursal, haja vista que não há como compreender quais os parâmetros que foram utilizados à fixação dos honorários periciais, cujos fundamentos são atacados pelo presente Agravo de Instrumento. Nesse espeque, portanto, a ausência das peças, correspondentes aos quesitos e à proposta do perito, tornam- se `peças obrigatórias' para o desenlace da controvérsia, além de outras que poderiam dar perfeito entendimento da matéria, fazendo com que o Agravo de Instrumento seja deficiente. Desta forma, irretorquível, a inadmissibilidade do Agravo de Instrumento extemporaneamente manejado, valendo ressaltar, por pertinente, que a efetividade do processo enquanto instrumento de realização da justiça deve, sobretudo, assegurar às partes a garantia do devido processo legal, o que pressupõe o exercício regular e oportuno dos instrumentos processuais colocados à disposição da efetivação de legítimos interesses. III. São as razões pelas quais nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento, com força nos artigos 527, I, e 557, ambos do Código de Processo Civil, haja vista a manifesta inadmissibilidade do recurso. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fl. 117-TJ. -- 2 Fl. 117/118. -- 3 Fls. 120. 4 Código de Processo Civil comentado. 2.ed., São Paulo : RT, 1996, p. 611 nota 2 ao artigo 183. -- 5 Manual de Direito Processual Civil. RT manuais, v. 1, 6a ed. ver. e atual., São Paulo, 1997, p. 462. 6 TJPR 15ªCC, AI 470.130-2, rel. Des. Jucimar Novochado, DJ 18/04/08. -- 7 REsp 704060/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ06/03/2006.

0004 . Processo/Prot: 0799426-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/175741. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 0000095-07.2003.8.16.0001 Indenização. Agravante: Aluizio Kulik Junior. Advogado: Paulo Marcelo Seixas, Helaine Cristina Calzado Goetzke, Mariane Melilo Fontan. Agravado: Maria Marlene Veras Almeida Camacho. Advogado: Luiz Fernando Cortes Ferrarezi Potier. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Trata-se de recurso contra decisão que, em ação de indenização em virtude de acidente de trânsito (autos nº 40/2003), determinou o julgamento antecipado da lide. A agravada ajuizou ação de indenização em face do réu, alegando que, em 19 de março de 1997, quando transitava pela calçada, na rua José Loureiro, teria sido atropelada pelo veículo marca Volkswagen, modelo Fusca, de propriedade e conduzido pelo agravante. Sustentou que em virtude da colisão sofreu seqüelas irreversíveis, que a incapacitaram para atividades habituais. Regularmente citado, o réu ofertou contestação, requerendo a produção de prova pericial. Despacho saneador de fls. 164, deferindo a produção de prova pericial (fls. 164), requerida por ambas as partes. Designada data para a realização da perícia, o procurador da autora informou ao juízo que não teria conseguido localizar sua cliente, para informá-la sobre a perícia. Realizadas diligências no intuito de encontrar o atual endereço da autora, todas restaram infrutíferas. Diante disso, o magistrado determinou a intimação por edital, porém este não foi publicado. Na sequência, o magistrado julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, por abandono da causa (fls. 347/348). Interposto recurso de apelação, este foi julgado procedente, determinando-se que o feito retornasse à origem "para prosseguimento da demanda, em seus ulteriores termos" (fls. 395/401). Constou no corpo do Acórdão que a extinção do processo dependia da prévia intimação da parte autora, por edital. Após o retorno dos autos, o magistrado determinou que a parte autora manifestasse o interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias (fls. 408). Diante deste despacho, a parte ré requereu que fosse determinada a intimação da autora, por edital. Tal pedido foi deferido (fl. 412). O procurador da autora, por sua vez, requereu o julgamento antecipado da lide (fl. 414), pedido este que também foi deferido (fls. 415). Pelos documentos colacionados ao recurso, verifica-se que apesar de ter sido determinada a intimação da autora, por edital, para manifestar seu interesse no prosseguimento do recurso, esta não se concretizou, pois o magistrado preferiu anunciar o julgamento antecipado da lide. Nas razões recursais, alega o agravante que a produção de prova pericial já foi deferida, encontrando-se preclusa tal matéria. Sustenta que, de acordo com o artigo 471, do Código de Processo Civil, "nenhum juiz poderá decidir novamente questões já decididas no processo". Diz que a perícia é imprescindível para o deslinde do feito e que a não realização acarretará cerceamento de defesa. Assevera que o pedido de produção de prova pericial foi formalizado por ambas as partes, de forma que o magistrado deveria ter oportunizado a manifestação da parte contrária, antes de anunciar o julgamento antecipado. Alega que o procurador da autora, em várias oportunidades, se manifestou destacando a imprescindibilidade da perícia e que, somente agora, por não ter logrado êxito ao encontrar sua cliente, requereu o julgamento antecipado. Requereu a concessão de efeito suspensivo, bem como o provimento do recurso, para declarar a nulidade da decisão de primeiro grau e a conseqüente intimação da autora, por edital, para que manifeste seu interesse na continuidade do feito. Despacho inicial deferindo o efeito suspensivo à fl. 422/426, sob o seguinte argumento: "para dar andamento ao processo, faz-se necessário intimar a autora para que manifeste seu interesse na continuidade da lide, ou seja, é necessário verificar se a sua ausência importa no abandono da causa". Contrarrazões às fls. 434/454, pugnando pelo não provimento do recurso da agravante. Informações prestadas pelo MM. Juiz a quo às fls. 461/462. O agravante às fls. 456/459, requereu o julgamento do mérito do recurso, sob a alegação de que a reconsideração da decisão agravada não importaria em perda do objeto. É o relatório, DECIDO: O presente recurso restou prejudicado, por perda superveniente do objeto. O juízo agravado reconsiderou sua decisão, reconhecendo que antes de anunciar o julgamento antecipado da lide deveria oportunizar a manifestação do agravante, conforme se verifica pelas informações prestadas às fls. 461/462. Confira-se: "Informo Vossa Excelência que houve juízo de retratação acerca da decisão agravada, nos seguintes termos: "Retrato-me da decisão agravada, porque antes, cumpria oportunizar ao réu manifestação a respeito da prova pericial, que foi também requerida por ele, conforme cópia anexa". Com efeito, considerando que a decisão ora agravada, foi reconsiderada, para determinar a intimação do réu/agravante, a fim de que se manifeste a respeito do pedido de julgamento antecipado da lide, o pedido objeto do presente recurso perdeu seu objeto. Aqui, necessário abrir um parêntesis para esclarecer que a questão referente à necessidade de intimação da parte autora, por edital, para manifestar seu interesse na continuidade do feito já foi analisada no Acórdão proferido nos autos de Apelação Cível nº 686349-2, de minha relatoria, já existindo, portanto, sobre ela coisa julgada. Além disso, o magistrado a quo, observando o contido no Acórdão, determinou a expedição de edital, que não foi publicado até o presente momento, por motivos não revelados nos autos. Diante disso, caberá ao agravante/réu peticionar, no prazo assinalado no despacho que reconsiderou a decisão agravada, caso queira, reiterando o seu interesse na produção da prova e o pedido de intimação da autora por edital. Por outro lado, como o despacho que determinou a publicação de edital, para intimação da autora, não foi cumprido, pela segunda vez, incumbe ao magistrado averiguar o motivo pelo qual tais decisões não estão sendo cumpridas, tomando as medidas cabíveis e necessárias. Ressalte-se que a intimação pessoal da parte autora (aqui efetuada por edital), quanto ao interesse no prosseguimento do feito, é requisito necessário para o regular prosseguimento do feito, como destacado no despacho inicial deste recurso. Assim, conforme exposto, tem-se que, diante da reconsideração da decisão impugnada, pelo juízo agravado, o recurso perdeu seu objeto em relação ao inconformismo do ora agravante, principalmente se observarmos que a intimação por edital já foi determinada pelo juízo a quo. Posto isso, diante das considerações acima tecidas, JULGO PREJUDICADO o presente recurso, em decorrência da perda superveniente de seu objeto, com fundamento no artigo 557, do Código de Processo Civil, devendo o mesmo ser extinto. Feitas as comunicações e anotações necessárias, arquivem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Francisco Luiz Macedo Junior

0005 . Processo/Prot: 0816703-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/294106. Comarca: São João do Ivaí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2009.00000272 Ordinária. Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França, Karina Hashimoto, Nelson Luiz Nouvel Alessio. Agravado: Angela Aparecida Trevisan, Aparecida de Azevedo Lourenção, Benedito de Oliveira, Clarice Garcia, Claudionor Lourenço Nogueira, Mario Pavaneti Filho, Sandoval de Almeida, Valcira Deniz Martinoli. Advogado: Elso Cardoso Bitencourt, Jean Carlos Martins Francisco, Margareth Yoko Okagawa Falleiros. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. I. Sul América Companhia Nacional de Seguros S/A agrava da decisão proferida na ação ordinária de responsabilidade obrigacional securitária (autos nº 272/2009), proposta por Angela Aparecida Trevisan e Outros, decisão1 mediante a qual o MM. Juiz saneou o processo e: a) afastou as preliminares de ilegitimidade passiva, ilegitimidade ativa, falta de interesse de agir e inépcia da inicial e a necessidade de litisconsórcio com a Caixa Econômica Federal; b) reconheceu a competência da Justiça Estadual para o julgamento do feito; c) rejeitou a arguição de prescrição, d) deferiu a produção de prova pericial e nomeou perito; e) reconheceu a incidência do CDC ao caso e inverteu o ônus da prova em favor dos Autores. Assevera a Agravante, em síntese, que, a decisão agravada deve ser reformada. Aduz: a) que a União e a Caixa Econômica Federal são litisconsortes passivos necessários pela incidência da Medida Provisória nº 513/2010 e pela responsabilidade do FCVS; b) que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente lide, incumbindo à Seguradora Líder responder pela demanda, enquanto agente financeiro junto à COHAPAR, possuindo todas as informações sobre o contrato, sendo que a sua manutenção na presente demanda trará obstáculos instransponíveis à sua defesa, pois não detém os documentos e informações necessárias à correta contestação do feito; c) que a competência para julgamento do presente feito é da Justiça Federal; d) que só a Justiça Federal é que pode dizer se a União, suas autarquias e empresas públicas são ou não interessadas no feito; e) que, caso não seja acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam, se requer a denunciação da lide à União e à Caixa Econômica Federal, deslocando-se a competência para a Justiça Federal; f) que a petição inicial é inepta pela inconsistência das alegações e pela falta de documentação à compreensão da causa; g) que inexiste vínculo contratual entre a Agravante e os Agravados; h) que o contrato acessório de seguro habitacional extingue-se com a quitação do mútuo; i) que se operou a prescrição da pretensão inicial dos Autores; j) que não se aplica o Código de Defesa do Consumidor; k) que é indevida inversão do ônus da prova.

Desse modo, requer a Agravante a concessão de efeito suspensivo e o provimento do presente recurso para o fim de reformar a decisão agravada. Juntou documentos2. É o relatório. II. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço, parcialmente, do agravo interposto. DO CONHECIMENTO PARCIAL Alegada Inépcia da Inicial e Inexistência de Vínculo Contratual O presente recurso não alcança conhecimento no tocante ao pedido de reconhecimento de inépcia da inicial e de inexistência de vínculo contratual, por ausência de peça essencial à perfeita compreensão da causa. Sustenta a Agravante a inépcia da petição inicial por desrespeito ao artigo 282, inciso III, do Código de Processo Civil ante a inconsistência das alegações e a falta de documentação essencial à compreensão da causa. Alega a Agravante que os Agravados não indicam a data do sinistro, não apresentam os títulos de propriedade e as apólices, impossibilitando ou dificultando a sua defesa e prestação jurisdicional. Ainda, a Agravante alega que na documentação inicial inexiste comprovação do vínculo contratual de qualquer um dos Agravados com a Agravante, bem como que os Agravados não possuem vínculo com o SFH, o que seria constatado nos documentos acostados na exordial e no CADMUT juntado com a contestação. Contudo, a Agravante não instruiu o presente agravo com a cópia integral da ação de responsabilidade obrigacional securitária ajuizada pelos Agravados, documento essencial para a compreensão do pedido em análise. Com efeito, alega a Agravante que os Agravados não juntaram documentos a instruir seu pedido. Todavia, somente instruiu o presente agravo com a cópia da petição inicial, sem trazer sequer os documentos anexos à mesma, conforme relacionados à fl. 79-TJ, o que torna impossível o conhecimento do agravo nessa parte. Além das peças reputadas obrigatórias, artigo 525, I do Código de Processo Civil, a Agravante tem o ônus de instruir o recurso de Agravo com os documentos necessários à plena compreensão da matéria em discussão no recurso, sob pena de não conhecimento. Neste sentido é a lição de Nelson Nery Júnior: "Formação deficiente. Peças facultativas. A juntada das peças facultativas também está a cargo da parte, incumbindo-lhe juntar aquelas que entender importante para o deslinde da questão objeto do agravo, ainda que seja documento novo, que não conste dos autos. (Bermudes, Reforma, 89). Caso não seja possível ao tribunal compreender a controvérsia, por ausência de peça de juntada facultativa, o agravo não deverá ser conhecido por irregularidade formal."3 O Superior Tribunal de Justiça tem sedimentado entendimento no sentido de que a falta de peça necessária à perfeita compreensão da controvérsia enseja o não conhecimento do recurso. "(...) 1. É pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias à correta apreciação da controvérsia, nos termos do art. 525, II, do CPC, sendo que a ausência de qualquer delas obsta o seu conhecimento. (...) Recurso especial conhecido e improvido."4 Para que tenha o Tribunal a compreensão perfeita do caso, é dever da Agravante trazer todos os elementos relativos ao desencadeamento do processo decisório contra o qual se insurge. Nelson Nery Júnior, em sua obra Código de Processo Civil Comentado, é de clareza ímpar: "(...) Hoje, entretanto, a norma tem como destinatário o próprio agravante, já que a ele compete instruir a petição de interposição do agravo com as peças obrigatórias e as facultativas. Assim, faltando uma das peças obrigatórias, o agravo não poderá ser conhecido por não preencher o pressuposto de admissibilidade da regularidade formal." 5 Desse modo, como destacado, não houve juntada de todas as peças necessárias à perfeita compreensão do Agravo, fato que compromete o conhecimento da matéria, nesta parte, por irregularidade formal. DA PARTE CONHECIDA Diante da clareza da matéria em exame (a qual prescinde das informações do Juízo monocrático) e da existência de entendimento sedimentado a respeito, aprecio o mérito, de plano, valendo-me da faculdade da norma inscrita no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Trata-se de Agravo de Instrumento em face de despacho saneador proferido em ação ordinária de responsabilidade obrigacional securitária em que os Agravados buscam a condenação da Seguradora ao pagamento do valor necessário para a reparação integral dos danos constatados nos imóveis em que residem. DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DA UNIÃO E ILEGITIMIDADE PASSIVA DA AGRAVANTE Aduz a Agravante que é obrigatória a intervenção da CEF e da União nas ações que envolvem seguro habitacional por ser responsável pela sua gerência. Afirma, ainda, que a União e a Caixa Econômica Federal são litisconsortes passivos necessários pela responsabilidade do FCVS e pela incidência do disposto na Medida Provisória n.º 513/2010. Sustenta, ainda, ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente lide porque incumbe à Seguradora Líder e à Caixa responderem pela demanda, enquanto agentes financeiros junto à COHAPAR. Assevera que somente a Justiça Federal pode decidir se há ou não interesse da União e da Caixa Econômica Federal no presente feito. Subsidiariamente, requer a denunciação à lide da União e da Caixa Econômica Federal, com o consequente deslocamento da competência para a Justiça Federal. Sem razão em sua insurgência. Com efeito, a demanda gira em torno de contrato de seguro adjeto ao contrato de financiamento, no que concerne à cobertura por danos físicos no imóvel, discussão que envolve somente Seguradora e Mutuário, inexistindo discussão do contrato de financiamento em si e sem qualquer afetação ao FCVS. Logo, não há como se invocar a necessidade de participação do agente financeiro na presente lide, uma vez que, ainda que de caráter obrigatório, o seguro é mantido diretamente pelos mutuários, mediante pagamento mensal. Assim, patente a sua legitimidade passiva da Agravante. Nesse sentido, há posicionamento jurisprudencial firme reconhecendo a ausência de interesse da Caixa Econômica Federal, nas demandas sobre seguro habitacional, inclusive, com decisão unânime da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça na qual se entendeu pela competência da Justiça Estadual para o processamento e julgamento das ações que envolvem contratos de seguro habitacional vinculados ao SFH e que não afetam o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). A matéria foi julgada com base na Lei dos Recursos Repetitivos (Lei nº 11.672/2008), que, modificando o art. 543-C do Código de Processo Civil, nega seguimento aos Recursos Especiais contrários ao acórdão representativo da controvérsia, e o entendimento adotado na decisão deve ser aplicado a todos os casos idênticos, como a hipótese em tela. Oportuna a citação da decisão do Colendo Tribunal: "Ademais, verifica-se que o acórdão do Tribunal de origem, objeto do recurso especial, encontra-se em consonância com o entendimento consolidado pela Segunda Seção desta Corte Superior de Justiça no julgamento, em 11/03/2009, do REsp 1.091.363/SC e REsp 1.091.393/SC, afetados à eg. Segunda Seção, com base no Procedimento da Lei n. 11.372/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos). Ressalte-se que consolidou-se o entendimento de que `nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexiste interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento'. Confira-se, a respeito, a ementa do referido julgado: RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO EM QUE SE CONTROVERTE A RESPEITO DO CONTRATO DE SEGURO ADJECTO A MÚTUO HIPOTECÁRIO. LITISCONSÓRCIO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/CEF E CAIXA SEGURADORA S/A. INVIABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. RECURSO ESPECIAL REPETIVIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO. 1. Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexiste interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para seu julgamento. Precedentes. 2. Julgamento afetado à 2ª. Seção com base mo Procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos). 3. Recursos especiais conhecidos em parte e, nessa extensão, não providos. (REsp 1.091.363/SC, rel. Min. Carlos Fernando Mathias, Segunda Seção, julgamento realizado em 11/03/2009)."6 O Fundo de Compensação de Variações Salariais FCVS, por sua vez, destina-se a equilibrar os contratos relativos ao financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação. Não há relação direta com os contratos do seguro obrigatório firmado entre os mutuários e as seguradoras. O FCVS não é o responsável por qualquer espécie de compensação ou de resseguro em relação aos contratos de seguro habitacional, os quais, são exclusivamente arcados pelos segurados e, em caso de desequilíbrio, serão suportados pelo Fundo de Equalização da Apólice de Seguro Habitacional FESA, composto por capital privado. Desse modo, não há comprometimento do FCVS, e conseqüentemente de recursos públicos, nos contratos de seguro dos imóveis financiados, donde não existir interesse da União ou da Caixa Econômica Federal na lide. Ademais, ao contrário do seguro habitacional, na qual há a obrigatoriedade para a realização do financiamento, a contratação do FCVS não é obrigatória para todos os contratos. Logo, a conclusão é no sentido de que, se não há obrigatoriedade na previsão do FCVS nos próprios contratos do SFH, não pode ele ser o responsável pelas indenizações securitárias Por fim, não é cabível a denunciação da lide da CEF, pois não está obrigada, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente, as seguradoras, donde não se enquadrarem na hipótese do artigo 70, inciso III, do Código de Processo Civil. Oportuna a citação de decisão proferida em caso similar, por esta Corte Revisora: "O pedido objeto da ação principal diz respeito, exclusivamente, ao cumprimento de contrato de seguro particular existente entre os autores e a agravante, em razão de contrato de financiamento habitacional, sendo o contrato autônomo em relação ao contrato de financiamento, configurando obrigação própria, pois seu fundo é constituído do pagamento dos prêmios pelos segurados e que, portanto, não compromete, em absoluto, os recursos da Caixa Econômica Federal, pois cuida de relação direta entre os mutuários e a seguradora agravante. 1.2 É da competência da Justiça Estadual processar e julgar ações propostas contra entidade privada de seguro, que versam sobre contrato de seguro habitacional, mesmo que a Caixa Econômica seja a gerenciadora do FCVS, tendo em vista que esse fato não interfere sobre o contrato particular de seguro."7 Neste sentido, também, recentes precedentes do Superior Tribunal de Justiça: "(...) 3. Compete à Justiça estadual julgar os processos em que a discussão é limitada a vícios de construção cobertos por contrato de seguro cuja relação jurídica restringe-se ao mutuário e à seguradora e não haja comprometimento dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação. (...)." 8 "(...) Esta Corte firmou orientação no sentido de que "nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexiste interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento. Precedentes." (REsp 1.091.363/SC, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal Convocado do TRF da 1ª Região, DJe 25/5/2009)." 9 Ressalte-se que é a seguradora em questão quem recebe os pagamentos dos prêmios mensais, nada tendo o agente financeiro a ver com a cobertura do contrato de seguro habitacional. A Caixa Econômica Federal é apenas a credora hipotecária dos imóveis financiados. Ao firmar tal contrato, os mutuários aderem a um seguro obrigatório, o qual, no entanto, tem como proponente um ente privado, não havendo qualquer envolvimento de recursos públicos no referido contrato de seguro. Assim, não se verifica qualquer direito de regresso ou solidariedade passiva, in casu, com relação ao agente financeiro. Aliás, nos termos do artigo 265 do Código Civil, a solidariedade não se presume, devendo decorrer expressamente da lei ou de contrato, verbis: Art. 265. A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes. E, conforme a doutrina: "Sendo a solidariedade exceção, deve ser declarada de modo expresso. Ou seja, inexiste sem imposição da lei ou estipulação do contrato. (...) E exatamente por ser excepcional, como lembra Frederico Pezzella, a solidariedade, ainda em nossos dias, há de ser alvo de interpretação restritiva em qualquer de suas modalidades, seja ativa, passiva ou mista."10 Não havendo nenhum dispositivo

legal a impor a solidariedade passiva na presente hipótese, desnecessária se torna a participação da União ou da Caixa Econômica Federal na lide. Sobretudo porque o Fundo de Equalização da Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional FESA, administrado pela CEF, somente será acionado pela Seguradora em casos excepcionais, para os quais os seus próprios recursos sejam insuficientes, e mesmo esse fundo é composto, exclusivamente, de capital privado, recolhido, mensalmente, pelas Seguradoras participantes. Dessa forma, é de ser mantido o despacho agravado que reconheceu a desnecessidade de integração da lide pela União e Caixa Econômica Federal, mantendo a competência da Justiça Estadual para apreciar e julgar a demanda em evidência. Portanto, na ausência de recursos da União ou da Caixa Econômica Federal envolvidos nos contratos de seguro sob análise, não há que se falar em deslocamento de competência, mantendo-se o feito na Justiça Estadual. DA INAPLICABILIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2010 Breve Intróito Necessário As lides envolvendo a competência acerca do seguro habitacional dos imóveis financiados com recursos provenientes do Sistema Financeiro de Habitação SFH são, há muito, conhecidas e julgadas perante os Tribunais Pátrios, sendo pacífica a posição, antes da edição das Medidas Provisórias nº 478/2009 e nº 513/2010, de que tais demandas deveriam ser processadas perante as Cortes Estaduais, dado o caráter nitidamente privado do seguro habitacional, sem envolver quaisquer recursos públicos em sua configuração. As seguradoras responsáveis pela liquidação dos sinistros intentam transferir a responsabilidade para os cofres públicos, no que são, atualmente, acompanhadas pela própria União Federal e pela Caixa Econômica Federal, sob a alegação de possibilidade de comprometimento do Fundo de Compensação e Variações Salariais FCVS. Vários foram os argumentos lançados nessa empreitada, como acertadamente discorreu o I. Des. desta Corte Revisora, Francisco Luiz Macedo Junior: "As seguradoras responsáveis pela indenização dos sinistros envolvendo os imóveis financiados, sempre defenderam a bandeira de que a competência para apreciar tais ações pertencia à Justiça Federal, uma vez que o agente financeiro, Caixa Econômica Federal, segundo diziam, era solidariamente responsável pela solidez dos imóveis adquiridos pelos mutuários do Sistema, justificando, assim, sua intervenção no feito. O argumento inicialmente invocado não vingou, pois, com propriedade, assentou-se a existência de duas relações distintas, uma entre o agente financeiro e o mutuário, e outra, entre este e a seguradora privada, responsável pela cobertura contratada. Asseverou- se, inclusive, que a cobertura perseguida era alheia ao próprio sistema financeiro, eis que dizia respeito somente aos contratantes do seguro e as próprias seguradoras. Passaram, então, as seguradoras, a defender que o pagamento das indenizações securitárias comprometeria recursos do Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS) e do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguros do FSH (FESA), os quais entendiam elas, eram compostos por capital público, e administrados pela Caixa Econômica Federal. Porém, mais uma vez a tese defendida pelas seguradoras não prevaleceu, restando pacificado que os recursos utilizados no pagamento das obrigações securitárias eram compostos, apenas, por capital privado, e que a simples qualidade de gestora dos fundos FESA e FCVS, não justificava a intervenção da Caixa Econômica Federal em ações desta natureza. Isto porque, conforme solidificado pela jurisprudência pátria, a discussão travada nas ações ordinárias de responsabilidade obrigacional securitária, restringia-se ao contrato de seguro estabelecido entre as seguradoras privadas e os respectivos segurados, de sorte que questões referentes às seguradoras e a Caixa Econômica Federal, ou mesmo o FESA e o FCVS, por se tratarem de questões inter alios acta, em relação aos segurados, não teriam o condão de modificar os direitos e obrigações decorrentes do contrato de seguro, objeto dessas ações. (...) Nessa senda e ainda não conformadas com o posicionamento adotado pela jurisprudência, as seguradoras envolvidas, desta vez capitaneadas pela própria Caixa Econômica Federal, que passou a intervir em diversos feitos (peticionar), asseverando possuir interesse em tais lides, passaram a invocar a aplicação da Súmula 150 do STJ, e a requerer, novamente, o deslocamento da competência para a Justiça federal. A jurisprudência, mais uma vez atenta, não vacilou, reafirmando o posicionamento até então adotado e coroando definitivamente a competência da Justiça Estadual, para apreciar e julgar as ações referentes a cobrança do seguro habitacional. Na ocasião, inclusive, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar dissídio com base na Lei nº 11.672/2008 (lei dos recursos repetitivos), pacificou o entendimento de que: `Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação e Variações Salariais), inexiste interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento' (REsp. nº 1.091.363/SC). (...) Porém, o que parecia não restar dúvidas voltou a ser objeto de novas indagações. Refiro-me ao surgimento da então invocada Medida Provisória nº 478, de 29 de dezembro de 2009, que, estranhamente, foi editada pouco depois do Superior tribunal de Justiça ter assentado a competência da Justiça Estadual, afastando, de uma vez por todas, qualquer ilação sobre o tema (REsp. nº 1.019.11/ SC)."11 Logo, denota-se que o intuito da Medida Provisória nº 478/2009 e atualmente da Medida Provisória nº 513/2010 é o de forçar o ingresso nas lides securitárias dos entes públicos, transferindo a discussão para a Justiça Federal, quando, pelo exposto, verifica-se que não há interesse público capaz de deslocar a competência para a Justiça Federal. Da Irretroatividade da Medida Provisória Violação ao Ato Jurídico Perfeito Com efeito, a medida provisória 513/2010, convertida em Lei 12409/2011 previu a possibilidade do FCVS assumir o fundo de seguro residencial, da forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais CCFCVS. Porém, não há, no caso concreto, possibilidade de incidência da MP 513/2010 em relação aos contratos celebrados antes de 26 de novembro de 2010, sob pena de grave ofensa à proteção constitucional ao ato jurídico perfeito, assegurada pelo art. 5º, XXXVI do texto constitucional. Apesar de a regra ser a irretroatividade das leis, a Constituição põe a salvo, em nome da segurança jurídica, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, a fim de assegurar ao destinatário da norma o prévio conhecimento acerca das circunstâncias nas quais ocorrerá uma relação jurídica entabulada. É como ensina a doutrina pátria: "A temática, aqui, liga-se à sucessão de leis no tempo e à necessidade de assegurar o valor da segurança jurídica, especialmente no que tange à estabilidade dos direitos subjetivos. A `segurança jurídica' consiste no `conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida'. Uma importante condição da segurança jurídica está na relativa certeza que os indivíduos têm de que as relações realizadas sob o império de uma norma devem perdurar ainda quando tal norma seja substituída."12 "A retroatividade das leis desmente a confiança que se teria de depositar no ordenamento jurídico, sendo causadora direta de grave insegurança jurídica. A concessão de status constitucional à diretriz da irretroatividade é relevante na medida em que vincula todos os poderes e, em especial, o legislador. A Constituição, em seu art. 5º, XXXVI, determina que `a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada'. A Constituição, ao proteger essa trilogia, busca assegurar um mínimo de estabilidade das relações jurídicas. Para tanto, proíbe a eficácia retroativa das leis àquelas situações do passado já consolidadas."13 Nesse sentido, o ato jurídico perfeito, delineado pelo art. 6º, §1º da Lei de Introdução ao Código Civil14, refere-se àquelas relações já aperfeiçoadas no tempo pretérito, muito embora seus efeitos ainda não se tenham verificado em sua totalidade. É como leciona André Ramos Tavares: "No conceito apresentado por ELIVAL DA SILVA RAMOS, os atos jurídicos perfeitos `são os negócios jurídicos, vale dizer, atos voluntários, lícitos, que consubstanciam declaração expressa de vontade do agente ou dos agentes, a que o ordenamento atribui os efeitos por meio dela pretendidos, que se aperfeiçoaram, isto é, cuja constituição se completou inteiramente, ao tempo da vigência da lei antiga, substituída por um novo diploma que não os pode, todavia, afetar'. O ato jurídico perfeito é aquela relação reconhecida pelo Direito que já se completou em sua inteireza, ainda que não tenham produzido todos os efeitos previstos no momento de sua finalização."15 Precisamente, é essa a situação que se verifica no caso em tela. Embora a medida provisória tenha pretensão de transferir os contratos de seguro atrelados ao financiamento habitacional, ela não se pode admitir a sua incidência sobre os contratos já firmados, e cujos sinistros se perpetraram antes mesmo da entrada em vigor da referida medida. Logo, a pretensão de transferir todas as apólices de seguro, cujos prêmios foram devidamente pagos às seguradoras privadas, e repassar referida responsabilidade ao Fundo FCVS, diante da assunção, e consequentemente à Caixa Econômica Federal, que passaria a figurar no pólo passivo das demandas, viola uma relação jurídica já consolidada no tempo, abalando a segurança jurídica constitucionalmente garantida. Portanto, é mister assegurar os direitos daqueles que ingressaram com as ações judiciais antes da edição das medidas, mantendo íntegros os seus contratos e toda a situação jurídica que os regia, sob pena de frontal violação do ato jurídico perfeito. É como entende o Supremo Tribunal Federal AgRg no AI 642.251-0/ PR16. Ademais, não houve qualquer manifestação da Caixa Econômica Federal a ensejar a aplicação do enunciado da Súmula 150 do Superior Tribunal de Justiça. Com efeito, prevê a Súmula 150 do STJ, que compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas. Desta feita, diante da ausência de manifestação da Caixa Econômica Federal, não merece acolhida o pedido de declinação de competência à Justiça Federal, seja pela irretroatividade da Lei 12409/2011, seja pela inaplicabilidade da Súmula 150 do STJ. Ademais, referida pretensão ainda fere a estabilidade subjetiva preconizada pelo art. 41 do Código de Processo Civil, restando inviável a modificação de um dos pólos da relação processual estabelecida. O entendimento adotado no presente acórdão é esposado pelos Tribunais Pátrios: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - DESNECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO FEITO - INAPLICABILIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 478/2009 E DA 513/2010 - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL - PRECEDENTES - DECISÃO MANTIDA - ARTIGO 557, §1º-A, DO CPC - RECURSO PROVIDO."17 (grifo nosso)." Desse prisma, depreende-se a inaplicabilidade da Medida Provisória nº 513/2010 pela impossibilidade de violação ao ato jurídico perfeito, e da Súmula nº 150 do STJ, mantendo-se, dessa forma, o entendimento já consolidado nesta Corte Revisora acerca da competência da Justiça Estadual para o processamento e julgamento das ações referentes ao seguro habitacional no âmbito do SFH. DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA AGRAVANTE Sustenta a Agravante, ainda, a ilegitimidade passiva para figurar no polo passivo da presente demanda sob o argumento de que incumbe à seguradora líder todas as informações sobre o contrato, sendo que a sua manutenção na presente demanda trará obstáculos instransponíveis à sua defesa, pois não detém os documentos e informações necessárias à correta contestação do feito. No que tange à presença da Sul América Cia Nacional de Seguros S/A no pólo passivo da demanda, forçoso é ratificar a sua legitimidade ad causam. No momento da aquisição da casa própria junto à promitente-alienante, os mutuários são compelidos a aderir ao Seguro Habitacional, sem qualquer discussão acerca de suas cláusulas, nem mesmo quanto à cobertura securitária. Os promitentes-adquirentes, portanto, pagam mensalmente à Seguradora o prêmio relativo ao seguro de seus imóveis, justamente para resguardar dos defeitos construtivos. São, portanto, contratos de seguro mencionados classificam-se, portanto, como contratos de adesão, e sofrem a incidência das normas consumeiristas, mesmo que tenham sido celebrados anteriormente à vigência do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que são contratos de eficácia continuada e seus efeitos prolongam-se no tempo. Por conseguinte, se obrigatória é a contratação de seguro habitacional pelos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, são assim coligados os contratos de construção e de seguro, tem legitimidade passiva a seguradora para figurar como requerida em demanda na qual é suscitada

responsabilidade civil por defeitos de construção. Para uma melhor compreensão, cite-se o seguinte julgado, deste E. Tribunal de Justiça: "APELAÇÃO CIVIL - RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - SEGURO OBRIGATÓRIO FIRMADO POR FORÇA DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL ENTRE O AGENTE FINANCEIRO E A OPERADORA DE SEGUROS - VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO - LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA - SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO. Constando do contrato previsão de cobertura securitária para todos os danos físicos que possam trazer riscos para o imóvel, abrangendo, ainda, a responsabilidade civil do construtor e, tendo em conta a finalidade social do seguro habitacional, não se pode admitir o vício de construção como excludente da responsabilidade da seguradora, resultando daí que possui
ela legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda."18 Desse modo, é possível reconhecer a seguradora como parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda de ação de responsabilidade securitária, decorrente do contrato de seguro firmado, quando se alega a existência de danos físicos que comprometem a estrutura e a solidez do bem. Inegável que a Agravante reconhece na Contestação que atua no Sistema Financeiro da Habitação, razão pela qual não se sustenta a ausência de informações relativas aos contratos. Ademais, na época da contratação dos seguros obrigatórios, a Agravante era parte integrante do pool de seguradoras e, portanto, é parte legitima para figurar no polo passivo do presente feito. Veja-se: "SEGURO DE VIDA EM GRUPO POOL DE SEGURADORAS RESPONSÁVEIS PELO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO - DESLIGAMENTO DA SEGURADORA EMBARGANTE FALTA DE COMUNICAÇÃO AO CONSUMIDOR -VIOLAÇÃO AO ARTIGO 4º, VI, E ARTIGO 6º, III, AMBOS DO CDC SEGURADORA QUE RESPONDE PELA INDENIZAÇÃO RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA COTAS DE RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO EXPRESSAS NO CONTRATO ART. 46 DO CDC NÃO OBRIGA O CONSUMIDOR O CONTEÚDO CONTRATUAL DE QUAL NÃO TEVE CONHECIMENTO APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 7º, DO CDC MANUTENÇÃO DA DECISÃO A QUO. RECURSO DESPROVIDO." 19 Por conseguinte, afasta-se a preliminar de ilegitimidade passiva. DOS CONTRATOS QUITADOS Melhor sorte não assiste a Agravante em relação à alegada impossibilidade de discutir os contratos já quitados, pois o contrato de seguro é acessório e visa oferecer garantia ao agente financeiro de pagamento integral do valor do financiamento. Em conformidade com o supraexposto, a demanda versa sobre indenização securitária por vícios de construção. Como se sabe, tais defeitos têm natureza congênita, todavia, somente se revelam com o passar do tempo. Desse modo, se a constatação dos vícios construtivos se deu à época em que vigia o contrato de seguro, irrelevante o fato de os contratos de financiamento celebrados através do Sistema Financeiro de Habitação estarem atualmente quitados. Nesse sentido, bem fundamentou o Magistrado a quo: "A alegação de carência de ação em razão da quitação dos contratos, não deve prosperar, uma vez que, como se verá por ocasião do julgamento do mérito, os danos cuja cobertura pretendem os autores aos decorrentes de vícios de construção, ou seja, tiveram início quando ainda vigente o contrato firmado entre as partes e durante sua vigência, bem como são da modalidade de sinistro que protrai no tempo."20 Confirma-se, por conseguinte, a decisão agravada também neste ponto. DA PRESCRIÇÃO Em sede de prejudicial de mérito, não prospera a alegação relativa à prescrição da pretensão deduzida. De acordo com o disposto no art. 206, II, do Código Civil é de um ano o prazo prescricional para as ações desta natureza. Porém, questão relevante para fins de prescrição nos casos de indenização/cobrança securitária é saber em que data o autor teve conhecimento da decisão negativa do pagamento por parte da seguradora. Conforme a Súmula 229 do Superior Tribunal de Justiça, havendo notificação do sinistro, o prazo só volta a correr a partir da data em que o segurado efetivamente toma conhecimento da decisão negativa do pagamento. A decisão agravada asseverou que: "Embora de um ano o prazo prescricional, nos termos do artigo 206, inciso II, do Código Civil, não se iniciou a sua contagem, uma vez que a disposição legal é clara quanto ao início do cômputo da prescrição, qual seja, "da ciência do fato gerador da pretensão". E, compulsando os autos, observo que não há prova de ter a seguradora informado aos autores de que não iria indenizar, ou seja, da data da negativa do pagamento pela seguradora, pelo que não houve início a contagem da prescrição.""21 Entretanto, inexiste nos autos qualquer prova da comunicação da negativa da seguradora em indenizar os mutuários, o que é bastante para impossibilitar a contagem do referido prazo prescricional. DA APLICABILIDADE DO CDC E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA A Seguradora insurge-se, ainda, quanto à aplicação das normas consumeiristas e a consequente inversão do ônus probatório. Conforme disposto no art. 20 do Decreto-lei 73 de 1966, a contratação espécie de seguro é obrigatória aos bens dados em garantia de financiamentos de instituições financeiras públicas. Ou seja, no momento da aquisição da casa própria junto à promitente-alienante COHAPAR, os mutuários precisam aderir ao Seguro Habitacional, sem qualquer discussão acerca de suas cláusulas, nem mesmo quanto à cobertura securitária. Dessarte, os contratos de seguro mencionados classificam-se como contratos de adesão e não se furtam à incidência das normas consumeiristas, mesmo que tenham sido celebrados anteriormente à vigência do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que são contratos de eficácia continuada e seus efeitos se prolongam no tempo. Os efeitos de contratos anteriores à Lei nº 8.078/90 se submetem às regras do Código de Defesa do Consumidor, eis que não se trata de controvérsia sobre a validade do negócio, o que exigiria a aplicação do aforismo tempus regit actum, e sim da execução, ou não, dos deveres contratados, o que se situa no plano dos efeitos totais ou parciais da avença, sobre os quais incide, de acordo com as regras elementares de direito intertemporal, a nova lei. Não é outro o entendimento desta Corte revisora: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. APLICABILIDADE DO CDC A CONTRATOS ANTERIORES. OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO NO JULGADO. QUESTIONAMENTO QUANTO À PROVA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS E FORMA DE AMORTIZAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIAS. INADMISSÍVEL NESTA VIA ELEITA. 1. Admite-se a aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor aos contratos regidos anteriormente a ele, desde que seus efeitos venham a ocorrer na vigência da nova lei, eis que não se pode admitir que determinados contratos venham a produzir efeito infringindo norma de ordem pública, que tem aplicação imediata, ou seja, neste caso, é de se entender que não deverá prevalecer a vontade das partes, mas a vontade da Lei, justamente por esta ter caráter cogente. (...)" 22 Ademais, o próprio art. 20 do Decreto-lei 73/66 ressalva que a obrigatoriedade de tal contratação não tem o condão de prejudicar o disposto em leis especiais, de modo que não prospera o argumento de inaplicabilidade do CDC. Estabelecida a premissa de que incidem, in casu, as regras consumeiristas, dúvida não há acerca da pertinência da norma inscrita no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, a qual, ante a peculiar posição do consumidor, visa à "facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência". Tratando-se de contrato de adesão, sendo evidente a hipossuficiência dos Agravados, é de se inverter o ônus da prova, a fim de buscar o equilíbrio para que as partes se igualem diante do processo, medida necessária para evitar que o consumidor fique entregue à própria sorte. Pertinente é a transcrição das assertivas de PAULO LUIZ NETO LÔBO a indicar que, desde o momento da celebração do contrato, a vulnerabilidade do aderente ao pacto de adesão, tal como o ora em tela, é marcante: "O aderente encontra-se na situação de parte mais fraca por não compartilhar do poder de predispor as condições gerais. A debilidade fática do aderente decorre de fatores adicionais que não podem ser desprezados: normalmente, não se apercebe das condições que lhe são desfavoráveis, por estarem disseminadas no texto extenso ou compacto do contrato ou do documento preliminar; ou por estarem redigidas em termos técnicos; ou por estarem impressas em caracteres minúsculos, induzindo a desnecessidade da leitura; ou por não dispor de tempo para ler e refletir; ou por confiar pura e simplesmente no conteúdo eqüitativo do texto".23 Considerando, pois, a configuração dos pressupostos para a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor e para a inversão do ônus probatório, não prospera a pretensão recursal. Dessa forma, decido de plano, pela negativa de seguimento ao presente Agravo de Instrumento. III. Ante o exposto, com força no disposto no artigo 557, caput, do diploma processual civil, nego seguimento ao presente recurso de Agravo de Instrumento, por manifesta improcedência, para o fim de manter a decisão agravada, por seus fundamentos. Curitiba, 21 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fls. 137/148-TJ. -- 2 Fls. 46/150-TJ. -- 3 NERY Junior, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação extravagante, 9 ed., São Paulo : Revista dos Tribunais, 2006, p.767. -- 4 STJ, REsp 442196/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ 24.04.2003. 5 NERY JUNIOR, Nelson. Código de Processo Civil e legislação extravagante. 9. ed. São Paulo: Revistado dos Tribunais, 2006, p. 767. -- 6 STJ AI 929.746/SC, Decisão Monocrática, Rel. Min. Conv. Carlos Fernando Mathias, Julgamento: 23.03.2009. -- 7 TJPR AI 431.623-4, Décima Câmara Cível, Rel. Des. Marcos de Luca Fanchin, Julgamento: 04.10.2007. 8 AgRg no Ag 1295984/PE, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 10/05/2011, DJe 19/05/2011. 9 AgRg no Ag 1270480/PE, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 08/02/2011, DJe 17/02/2011. -- 10 COSTA, José Maria da. As obrigações solidárias. In: FRANCIULLI; MENDES; MARTINS FILHO. O Novo Código Civil: Homenagem ao Prof. Miguel Reale. 2.ed. São Paulo: LTr, 2005, p. 280-281. -- 11 TJPR AI 658.715-5, 9ª CCível, rel. Des. Francisco Luiz Macedo Junior, Julgamento: 13.05.2010. -- 12 SILVA, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 133. 13 TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 730. 14 §1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou. -- 15 Idem, p. 732. -- 16 STF -, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, Julgamento: 01.04.2008. -- 17 TJPR AI 758669-0, 9ª CCível, Rel. Des. Renato Braga Bettega, Decisão Monocrática. J. em 21.03.2011. No mesmo sentido: TJSP AgRg 0017749-50.2011.8.26.0000 , Oitava Câmara de Direito Privado, Rel. Salles Rossi, Julgamento: 23.03.2011. -- 18 TJPR - 10ª C.Cível - AC 0579951-9 - Maringá - Rel.: Des. Luiz Lopes - Unânime - J. 25.06.2009. -- 19 TJPR - 9ª C.Cível, AC 554977-7, Rel.: Des. Eugenio Achille Grandinetti, Unânime, J. 06.05.2010. -- 20 Fls. 141-TJ. -- 21 Fls. 144-TJ. -- 22 TJPR ED 296.127-1/01, Ac 2421, 14ª Câmara Cível, Rel. Jucimar Novochadlo, Julg. 23.11.2005. -- 23 Condições gerais dos contratos e cláusulas abusivas. São Paulo: Saraiva, 1991, p. 70.

0006 . Processo/Prot: 0817623-0/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/331276. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 817623-0 Agravo de Instrumento. Embargante: Alan Ricardo de Almeida. Advogado: Bruno Augusto Sampaio Fuga, Juliana Trautwein Chede. Embargado: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. I. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Alan Ricardo de Almeida em face da decisão monocrática1 proferida por esta Desembargadora Relatora, no Agravo de instrumento nº 817.623-0, mediante a qual foi negado seguimento ao recurso interposto pelo Embargante. Assevera o Embargante que a decisão embargada apresenta séria contradição com as decisões do TRU/PR, TJ/PR e STJ, pois basta a simples declaração de que não possui condições financeiras para fazer jus aos benefícios da justiça gratuita. Aduz que o Embargante se depara com delicada situação econômica e recebe ajuda de terceiros e parentes, não tendo condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo de seu próprio sustento. Requer a reforma da decisão interlocutória e, no mérito, o reconhecimento da competência da 1ª Vara Cível da Comarca de Londrina para julgar e proferir sentença de mérito. II. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos de declaração. Não há supedâneo para a pretensão do Embargante, pois os embargos declaratórios somente são cabíveis quando preenchidos os requisitos

legais previstos no artigo 535 do CPC, ou seja, desde que existente omissão, obscuridade ou contradição. Em que pese a retórica argumentativa do Embargante, as supostas contradições se evidenciam como mero inconformismo com a decisão proferida. A alegação de que contraria a jurisprudência do TRU/PR, TJ/PR e STJ o indeferimento do pedido de justiça gratuita, configura "contradição externa" que não autoriza a interposição de embargos de declaração, devendo o Embargante manejar o recurso adequado. Necessário se faz distinguir a contradição externa, da interna, visto que somente esta autoriza a interposição de embargos de declaração. A contradição interna é aquela existente na própria decisão, verificada entre a fundamentação e a conclusão/dispositivo, ínsita ao decisium. Já a externa, se apresenta entre a decisão e fatores externos, como a alegada pelo Embargante. A jurisprudência se manifesta neste sentido: "(...) A contradição que autoriza o manejo de embargos de declaração é aquela interna, em que julgado contempla afirmações incongruentes entre si. 3. As alegações inconseqüentes de omissão, sobre aspectos expressamente decididos e consignados na ementa do julgado, revela manifesto intuito protelatório e enseja cominação de multa (art. 538, § único do CPC). Embargos de Declaração conhecidos e não-providos."2 "(...) A contradição que admite o manejo dos embargos de declaração deve ser interna, eventual divergência entre acórdão e orientação jurisprudencial, ou mesmo disposição legal, não desafia a via recursal eleita"3 "(...) A contradição que enseja os embargos de declaração é apenas a interna, aquela que se verifica entre as proposições e conclusões do próprio julgado, não sendo este o instrumento processual adequado para a correção de eventual error in judicando, ainda que admitido em tese, eventual caráter infringente, o que não é o caso dos autos. Embargos de Declaração rejeitados."4 No caso em questão, as referidas alegações se apresentam como contradições externas, pois aponta o Embargante suposta discordância da decisão com os entendimentos jurisprudenciais acerca do tema. Entretanto, não há qualquer divergência, já que inexiste nos autos qualquer declaração do próprio Agravante acerca de sua hipossuficiência, se limitando a simples outorga de poderes na procuração5. Nesse sentido tem se manifestado pacificamente a jurisprudência: AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Esta Superior Corte de Justiça possui entendimento jurisprudencial de que a simples declaração de miserabilidade FEITA PELA PARTE é suficiente para deferimento do benefício da justiça gratuita. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido.6 (G.N.) "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO PREVIDENCIÁRIA - INDEFERIMENTO DO PLEITO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - IMPOSSIBILIDADE - ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA GARANTIDO PELA CONSTITUIÇÃO NO ARTIGO 5º, LXXIV - DECLARAÇÃO DE POBREZA SUFICIENTE PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO - PRESUNÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 4º DA LEI 1.060/50 - PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. RECURSO DE AGRAVO PROVIDO. 1. É suficiente para a concessão da Assistência Judiciária A DECLARAÇÃO DE POBREZA PRESTADA PELO REQUERENTE, a qual gera presunção juris tantum da necessidade e pode ser pleiteada a qualquer tempo. 2. Trata-se de garantia fundamental prevista na Constituição Federal que não exige que o eventual beneficiário seja pessoa miserável na exata acepção do termo. 2. Para fazer jus aos benefícios da justiça gratuita não está a parte obrigada a recorrer aos serviços da Defensoria Pública, podendo nomear advogado particular para representá-la."7 (g.n.) "(...) Não se faz necessário, para obter o benefício, que a parte beire à miserabilidade, basta que atenda ao comando do § único do art. 2.º e do art. 4.º da Lei 1060/50. -"A garantia do art. 5º, LXXIV - assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos - não revogou a de assistência judiciária gratuita da Lei 1.060, de 1950, aos necessitados, certo que, para obtenção desta, BASTA A DECLARAÇÃO, FEITA PELO PRÓPRIO INTERESSADO, de que a sua situação econômica não permite vir a Juízo sem prejuízo da sua manutenção ou de sua família." (Min. Carlos Veloso) - O inciso LXXIV do art. 5.º da Constituição Federal, numa leitura menos detida, pode levar a entender que não fora recepcionado o art. 4.º da lei 1060/50 na parte que dispõe que basta simples afirmação. Entretanto, a interpretação desse dispositivo constitucional deve ser lida à luz de uma interpretação sistemática e, portanto, deve ser conjugado com o Princípio do Acesso a Justiça (CF, 5.º, XXXV), revelando que a prestação jurisdicional deve ser adequada. -"A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não se condiciona à prova do estado de pobreza do requerente, mas tão-somente à mera afirmação desse estado" (Min. Gomes de Barros) - As portas do judiciário devem sempre estar abertas para aqueles que necessitem e não possam arcar com as despesas do processo.Ressalte-se que o fato de existir litisconsórcio ativo não impede a concessão do aludido benefício, desde que, como in casu, nenhuma das partes possa arcar com as custas."8 Cumpre destacar que o próprio Apelante colacionou em suas razões, jurisprudências exigindo a declaração da "parte" acerca de suas condições econômicas, não se contentando com simples requerimento do procurador, ainda que com poderes para tal. Caso o embargado não concorde com o teor da mencionada decisão, deve interpor o recurso próprio, já que os embargos declaratórios não se prestam para o reexame da causa e a modificação do decisum. Nesse liame, o entendimento jurisprudencial: "I - Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento. II - Inexiste na espécie sub judice qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material no acórdão embargado, senão o intuito de rediscutir matéria já decidida, emprestando-lhe o efeito infringente. III - Embargos de declaração rejeitados."9 Assim, inexiste qualquer omissão, contradição ou obscuridade a justificar a interposição do recurso de Embargos de Declaração. III. Ante o exposto, conheço e rejeito os presentes Embargos Declaratórios. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fls. 42/47-TJ. -- 2 TJPR - 15ª C.Cível - EDC 0702584-3/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Jucimar Novochadlo - Unânime - J. 29.09.2010. 3 TJPR - 4ª C.Cível - EDC 0676001-4/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juíza Subst. 2º G. Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes - Unânime - J. 09.11.2010. 4 EDcl no REsp 1114066/BA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 28/09/2010, DJe 13/10/2010. 5 Fls. 18-TJ. -- 6 AgRg no Ag 1005888/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, julgado em 20/11/2008, DJe 09/12/2008. 7 TJPR 7ª CC, AI 315352-8, rel. Luiz Sérgio Neiva de L Vieira, DJ 23.06.06. -- 8 TJPR 10ª CCv, AI 422949-4, rel. Des. Arquelau Araujo Ribas, DJ 7460 de 28/09/2007. -- 9 STJ 1ª Turma, EDcl no AgRg no REsp 1059791/RJ, rel. Min. Francisco Falcão DJU 13.05.2009.

0007 . Processo/Prot: 0822056-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/309601. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0006283-49.2005.8.16.0129 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Murillo Espinola de Oliveira Lima, Ananias Cézar Teixeira. Apelado: Pedrina do Rosário Geraldo Ramos. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Vistos. I. Pedrina do Rosário Geraldo Ramos ajuizou Ação Indenizatória (autos nº 2030/2005) em face de Petrobras Petróleo Brasileiro S/A, a qual foi julgada procedente1. A sentença condenou a Requerida Petrobras no pagamento, ao Autor, a título de danos materiais, no valor de R$ 3.624,00 (três mil, seiscentos e vinte e quatro reais), corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora a partir da data da sentença; ainda, determinou à Requerida o pagamento das custas e despesas do processo, bem como de honorários advocatícios fixados em 15% do valor total da condenação. Inconformada, insurge-se a Petrobrás, manejando Recurso de Apelação2, em síntese, para que: a) seja acatada a preliminar de ilegitimidade ativa e cerceamento de defesa com anulação da sentença, para que seja reconhecida a absoluta ausência de prova da condição de pescador; b) no mérito seja reconhecida a ausência de provas concretas de interdição da pesca, da real condição de pescador do Apelado nos locais porventura interditados, bem como dos alegados danos materiais, não podendo tal verba ser deferida aleatoriamente; c) seja reconhecida a força maior como excludente da responsabilidade da Apelante; d) seja reconhecida a absoluta falta de prova dos danos materiais e subsidiariamente que a indenização se limite ao período de interdição; e) caso seja reconhecido o direito à indenização aos 24 meses, que haja desconto dos valores pagos a título de defeso e, ainda, nos meses subseqüentes a liberação da pesca, haja redução do valor. Com as contra-razões3, vieram os autos à conclusão. II. Dentre as preliminares há circunstância preambular que constitui óbice intransponível à análise de fundo. Trata-se da manifesta discordância da Apelante, que refutou a condição de pescador, pugnando pela anulação da sentença. A insurgência apresentada pela Apelante, em parte, merece ser conhecida, porquanto do conjunto probatório depreende-se que o Autor, fez juntar sua carteira profissional, documento hábil a demonstrar a condição de pescador, contudo, seu registro geral de pescador foi emitido em 14/08/20014, data posterior ao acidente. Com efeito, embora tenha sido reconhecida a legitimidade em outra decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça5, o reconhecimento da legitimidade ocorreu apenas para aqueles autos e naquele período de interdição da pesca. Observe-se que foi considerado como data de emissão da carteira de pesca a data do nascimento do pescador (29/06/1963). De maneira que, torna-se impossível a utilização da prova emprestada De outra parte é pertinente ressaltar que p autor vive em área afetada pelo acidente com a interdição da pesca. Assim, merece reparo a sentença, ao julgar antecipadamente a lide, pois havia pedido de declaração de ilegitimidade ativa contraposto à condição de pescador e, não havendo outros elementos de prova dessa qualidade, a produção da prova deveria ter sido oportunizada. Logo, o julgamento antecipado da lide somente é admissível nos casos em que a questão de mérito não dependa de outras provas a serem realizadas, nos termos do que dispõe o artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. Nesse sentido a lição da doutrina é fundamental para elucidar a questão: "É interessante observar que cabe ao juiz, existindo controvérsia acerca dos fatos, analisar se eles, apesar de relevantes e pertinentes, não estão provados; o julgamento antecipado só não deve ocorrer quando o fato, ainda que controvertido, pertinente e relevante, não se encontra devidamente provado." 6 Aliás é justamente este o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, recomendando que o julgamento antecipado da lide somente deve ser realizado naqueles casos em que não dependa de prova a ser realizada em audiência: "(...) 1. Evidencia-se o cerceamento, autorizador da nulidade do processo, quando proferido julgamento antecipado que despreza a produção de provas relevante a solução do processo. 2. Se o pleito do autor depende da prova, esta não lhe pode ser negada, nem reduzido o âmbito de seu pedido com um julgamento antecipado, sob pena de configurar-se uma situação autêntica de denegação de justiça. 7 3. Agravo regimental não provido." Portanto, a dilação probatória é medida necessária no caso em tela, para a demonstração da qualidade de pescador atingido pelo acidente, cuja comprovação lhe confere a legitimidade ativa, para pleitear a indenização. O direito fundamental à prestação jurisdicional em tempo adequado, a fim de conferir celeridade na tramitação do processo, artigo 5º LXXVIII da Constituição Federal, lanço mão do artigo 130 do CPC, para ser oportunizada a produção probatória apta a demonstrar a condição de pescadora, devendo o juízo monocrático realizar essa prova, razão pela qual, converto o feito em diligência. Princípios como o da instrumentalidade, da efetividade e a busca da verdade real, permitem ao julgador a realização da dilação probatória, sem, contudo, anular o processo. Também sobre essa matéria o Superior Tribunal de Justiça, chancelou a possibilidade de produção probatória em segundo grau, determinando a conversão do feito em diligência, para o fim de ser produzida a prova necessária: "(...) 3. Ambas as Turmas da Primeira Seção, analisando ação de indenização de famílias desapropriadas em razão da construção da Hidrelétrica de Machadinho e interpretando o art. 515, § 3º, do CPC, sedimentaram posicionamento no sentido

de que o Tribunal de origem, ao julgar a apelação, pode determinar a baixa dos autos ao juiz singular ainda que o apelante não tenha feito pedido expresso nesse sentido. Desta forma, amplia-se o efeito devolutivo para se prestigiar a regularidade do procedimento ordinário, o princípio da celeridade e da efetividade da jurisdição. Precedentes: REsp 810.666/RS, Min. Francisco Falcão, 1ª T., DJ 25.05.2006; REsp 657.407/RS, Min. Castro Meira, 2ª T., DJ 05.09.2005; REsp 631.877/RS, Min. Luiz Fux, 1ª T., DJ 28.04.2006; REsp 707.388/RS, Min. João Otávio de Noronha, 2ª T., DJ 28.11.2005; AgRg no REsp 655.719/RS, Min. Francisco Falcão, 1ª T., DJ 19.12.2005; e REsp 655.181/RS, Min. João Otávio de Noronha, 2ª T., DJ 01.02.2006." 8 Em conclusão, o processo deve ser remetido à Comarca de origem para que no prazo de sessenta dias sejam realizadas as provas necessárias para demonstrar que o Autor é pescador, bem como que este foi atingido pelo acidente em discussão. No mais, se dirá por ocasião do julgamento de mérito, vez que o acidente atingiu o litoral do Paraná foi de grandes proporções sendo fato público e notório e incontroverso nos autos. Reafirmo que o prazo para realização da diligência, retornando os autos ao Juízo de Direito de origem, não deve ser superior a 60 (sessenta) dias. III. Ante o exposto, converto o presente feito em diligência para o fim de produzir as provas que reputar necessárias em prazo não superior a 60 (sessenta) dias. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fls. 72/77. 2 Fls. 87/104 -- 3 Fls. 112/118. 4 Fl. 11. -- 5 Fls. 50/64. -- 6 MARINONI, Luiz Guilherme. Manual de Processo Civil, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p.243 7 STJ, AgRg no Ag 888574/PR, 4ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ 29.10.2007. -- 8 STJ, REsp 701569/RS, 1ª. Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 26.03.2007.

0008 . Processo/Prot: 0822145-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/309792. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0006261-88.2005.8.16.0129 Indenização. Apelante: Petróleo Brasileiro Sa Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga. Apelado: Osmar Alves Pinheiro. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Vistos. I. Osmar Alves Pinheiro ajuizou Ação Indenizatória (autos nº 1869/2005) em face de Petrobras Petróleo Brasileiro S/A, a qual foi julgada procedente1. A sentença condenou a Requerida Petrobras no pagamento, ao Autor, a título de danos materiais, no valor de R$ 3.624,00 (três mil, seiscentos e vinte e quatro reais), corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora a partir da data da sentença; ainda, determinou à Requerida o pagamento das custas e despesas do processo, bem como de honorários advocatícios fixados em 15% do valor total da condenação. Inconformada, insurge-se a Petrobrás, manejando Recurso de Apelação2, em síntese, para que: a) seja acatada a preliminar de ilegitimidade ativa e cerceamento de defesa com anulação da sentença, para que seja reconhecida a absoluta ausência de prova da condição de pescador; b) no mérito seja reconhecida a ausência de provas concretas de interdição da pesca, da real condição de pescador do Apelado nos locais porventura interditados, bem como dos alegados danos materiais, não podendo tal verba ser deferida aleatoriamente; c) seja reconhecida a força maior como excludente da responsabilidade da Apelante; d) seja reconhecida a absoluta falta de prova dos danos materiais e subsidiariamente que a indenização se limite ao período de interdição; e) caso seja reconhecido o direito à indenização aos 24 meses, que haja desconto dos valores pagos a título de defeso e, ainda, nos meses subseqüentes a liberação da pesca, haja redução do valor. Com as contra-razões3, vieram os autos à conclusão. II. Dentre as preliminares há circunstância preambular que constitui óbice intransponível à análise de fundo. Trata-se da manifesta discordância da Apelante, que refutou a condição de pescador, pugnando pela anulação da sentença. A insurgência apresentada pela Apelante, em parte, merece ser conhecida, porquanto do conjunto probatório depreende-se que o Autor, não fez juntar sua carteira profissional, documento hábil a demonstrar a condição de pescador. Com efeito, embora tenha sido aceita pela Apelante a condição de pescador em outra decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça, o reconhecimento da legitimidade ocorreu apenas para aqueles autos e naquele período de interdição da pesca4. Observe-se que não foi reconhecida a condição de pescador de acordo com os documentos juntados aos autos, mas sim por aceitação da Requerida, o que se deu somente naquele feito. De maneira que, torna-se impossível a utilização da prova emprestada Ademais o extrato de defeso colacionado aos autos diz respeito ao período posterior ao do acidente5, mostrando-se inaplicável a interpretação sistemática e teleológica do art. 2º da Lei 10779/20036. De outra parte é pertinente ressaltar que p autor vive em área afetada pelo acidente com a interdição da pesca. Assim, merece reparo a sentença, ao julgar antecipadamente a lide, pois havia pedido de declaração de ilegitimidade ativa contraposto à condição de pescador e, não havendo outros elementos de prova dessa qualidade, a produção da prova deveria ter sido oportunizada. Logo, o julgamento antecipado da lide somente é admissível nos casos em que a questão de mérito não dependa de outras provas a serem realizadas, nos termos do que dispõe o artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. Nesse sentido a lição da doutrina é fundamental para elucidar a questão: "É interessante observar que cabe ao juiz, existindo controvérsia acerca dos fatos, analisar se eles, apesar de relevantes e pertinentes, não estão provados; o julgamento antecipado só não deve ocorrer quando o fato, ainda que controvertido, pertinente e relevante, não se encontra devidamente provado." 7 Aliás é justamente este o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, recomendando que o julgamento antecipado da lide somente deve ser realizado naqueles casos em que não dependa de prova a ser realizada em audiência: "(...) 1. Evidencia-se o cerceamento, autorizador da nulidade do processo, quando proferido julgamento antecipado que despreza a produção de provas relevante a solução do processo. 2. Se o pleito do autor depende da prova, esta não lhe pode ser negada, nem reduzido o âmbito de seu pedido com um julgamento antecipado, sob pena de configurar-se uma situação autêntica de denegação de justiça. 8 3. Agravo regimental não provido." Portanto, a dilação probatória é medida necessária no caso em tela, para a demonstração da qualidade de pescador atingido pelo acidente, cuja comprovação lhe confere a legitimidade ativa, para pleitear a indenização. O direito fundamental à prestação jurisdicional em tempo adequado, a fim de conferir celeridade na tramitação do processo, artigo 5º LXXVIII da Constituição Federal, lanço mão do artigo 130 do CPC, para ser oportunizada a produção probatória apta a demonstrar a condição de pescadora, devendo o juízo monocrático realizar essa prova, razão pela qual, converto o feito em diligência. Princípios como o da instrumentalidade, da efetividade e a busca da verdade real, permitem ao julgador a realização da dilação probatória, sem, contudo, anular o processo. Também sobre essa matéria o Superior Tribunal de Justiça, chancelou a possibilidade de produção probatória em segundo grau, determinando a conversão do feito em diligência, para o fim de ser produzida a prova necessária: "(...) 3. Ambas as Turmas da Primeira Seção, analisando ação de indenização de famílias desapropriadas em razão da construção da Hidrelétrica de Machadinho e interpretando o art. 515, § 3º, do CPC, sedimentaram posicionamento no sentido de que o Tribunal de origem, ao julgar a apelação, pode determinar a baixa dos autos ao juiz singular ainda que o apelante não tenha feito pedido expresso nesse sentido. Desta forma, amplia-se o efeito devolutivo para se prestigiar a regularidade do procedimento ordinário, o princípio da celeridade e da efetividade da jurisdição. Precedentes: REsp 810.666/RS, Min. Francisco Falcão, 1ª T., DJ 25.05.2006; REsp 657.407/RS, Min. Castro Meira, 2ª T., DJ 05.09.2005; REsp 631.877/RS, Min. Luiz Fux, 1ª T., DJ 28.04.2006; REsp 707.388/RS, Min. João Otávio de Noronha, 2ª T., DJ 28.11.2005; AgRg no REsp 655.719/RS, Min. Francisco Falcão, 1ª T., DJ 19.12.2005; e REsp 655.181/RS, Min. João Otávio de Noronha, 2ª T., DJ 01.02.2006." 9 Em conclusão, o processo deve ser remetido à Comarca de origem para que no prazo de sessenta dias sejam realizadas as provas necessárias para demonstrar que o Autor é pescador, bem como que este foi atingido pelo acidente em discussão. No mais, se dirá por ocasião do julgamento de mérito, vez que o acidente atingiu o litoral do Paraná foi de grandes proporções sendo fato público e notório e incontroverso nos autos. Reafirmo que o prazo para realização da diligência, retornando os autos ao Juízo de Direito de origem, não deve ser superior a 60 (sessenta) dias. III. Ante o exposto, converto o presente feito em diligência para o fim de produzir as provas que reputar necessárias em prazo não superior a 60 (sessenta) dias. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fls. 64/69. 2 Fls. 79/96 -- 3 Fls. 104/109. -- 4 Fls. 50/55. 5 Fls. 58 6 Art. 2o Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos: I - registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso; II - comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária; III - comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte; e IV - atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, que comprove: a) o exercício da profissão, na forma do art. lo desta Lei; b) que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira. Parágrafo único. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá, quando julgar necessário, exigir outros documentos para a habilitação do benefício -- 7 MARINONI, Luiz Guilherme. Manual de Processo Civil, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p.243 8 STJ, AgRg no Ag 888574/PR, 4ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ 29.10.2007. -- 9 STJ, REsp 701569/RS, 1ª. Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 26.03.2007.

0009 . Processo/Prot: 0822251-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/226871. Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0017350-05.2009.8.16.0021 Ordinária. Agravante: Sul America Companhia Nacional de Seguros. Advogado: Rubia Andrade Fagundes, César Augusto de França. Agravado: Adonias Cristiano da Silva, Aristeu Antonio Ribeiro, Carlos Gonçaves de Oliveira, Cleonice Fiori Muller, Djalma de Jesus Pereira, Fernandes Moreno, Gercinei Lima Tomazine, Iracema Martins Silva, Irineu Povidaiko, Jean Cesar Mores. Advogado: Dirceu Edson Wommer, Jean Carlos Martins Francisco. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO OUTORGADA AO PROCURADOR DA AGRAVANTE REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DOCUMENTO OBRIGATÓRIO ART. 525, INCISO I, DO CPC DEVER DA RECORRENTE JUNTADA POSTERIOR IMPOSSIBILIDADE ENTENDIMENTO DO STJ E DESTA CORTE NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO JULGAMENTO MONOCRÁTICO ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC RECURSO NÃO CONHECIDO. VISTOS, etc. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida pelo MM. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel, nos autos de Ação Ordinária de Responsabilidade Obrigacional Securitária proposta por ADONIAS CRISTINO DA SILVA E OUTROS contra SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A que, ao sanear o feito, a) reconheceu a competência da Justiça Estadual para o julgamento do feito; b) afastou a preliminar de inépcia da inicial invocada pela ré; d) rejeitou a argüição de prescrição, e) reconheceu a incidência do CDC ao caso e inverteu o ônus da prova (fls.117/120 TJ). 2. A nova redação dada ao artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, pela Lei 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e proporcionar a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o recurso que for manifestamente inadmissível tenha o seu seguimento negado pelo relator, dispensando-se a manifestação do órgão colegiado. Em análise dos requisitos de admissibilidade do

recurso, observo a falta de documentos obrigatórios para o seu conhecimento, qual seja, a cópia da procuração outorgada ao advogado da agravante (525, inc. I, do CPC). Sendo assim, a agravante deixou de cumprir o disposto no artigo 525, I, do CPC, que dispõe o seguinte: "Artigo 525, do CPC A petição de agravo de instrumento será instruída: I obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado." Desse modo, estando ausente peça obrigatória ao conhecimento do presente recurso de agravo de instrumento, impõe-se a negativa de seguimento, conforme os seguintes julgados proferidos por este Tribunal e pelo STJ: "Processo Civil. Agravo em agravo de instrumento. Formação do agravo de instrumento. Falta de peça essencial. Procuração outorgada aos advogados do agravado. A cópia da procuração outorgada ao agravado constitui, a teor do disposto no art. 525, I do CPC, peça obrigatória à formação do instrumento do agravo de instrumento, sendo que sua ausência implica no não conhecimento do recurso. Agravo no agravo de instrumento não provido." (grifo nosso) (STJ - AgRg no Ag nº 721418 /SP 3ª Turma - Min. Nancy Andrighi J. 21/02/2006). "AGRAVO INOMINADO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE JUNTADA DE TODAS AS PROCURAÇÕES OUTORGADAS AO ADVOGADO PELOS AGRAVANTES. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO OUTORGADA PELA AGRAVADA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. FUNDAMENTOS INABALADOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A ausência de peça tida por obrigatória, no ato de interposição do agravo, redunda na deficiência da formação do instrumento do recurso e autoriza que o Relator, em decisão monocrática, negue seguimento ao mesmo (art. 557 do CPC), sem que se cogite oferecimento de oportunidade para sanação do defeito ou mesmo aceitação de posterior complementação, porquanto preclusa a prática do aludido ato." (TJPR Ac. nº 3.798 - 10ª C.Cív. Rel. Des. Wilde de Lima Pugliese J. 01/06/2006). Cumpre mencionar que incumbe a recorrente a correta formação do agravo de instrumento no ato de sua interposição. Nesse sentido, é pacífico o entendimento do STJ e desta Corte de que não é possível a juntada posterior de documento obrigatório ante a ocorrência de preclusão consumativa. Veja-se: " (...) 3. É firme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal no sentido de que constitui ônus da parte instruir corretamente o agravo de instrumento, fiscalizando a sua formação e o seu processamento, sendo inviável a juntada posterior de qualquer documento, a posteriori, em face de revogação, pela Lei nº 9.139/95, do texto original do artigo 557 do Código de Processo Civil, que autorizava o Relator a converter em diligência o agravo insuficientemente instruído, regra aplicável tanto nos agravos interpostos nos Tribunais Superiores quanto nos demais Tribunais (inteligência do artigo 527, inciso I, do Código de Processo Civil). 4. Agravo regimental improvido." (grifo nosso) (STJ - AgRg no REsp nº. 508718/ SC - 6ª T. - Rel. Min. Hamilton Carvalhido - DJU 13/03/2006). "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA INDISPENSÁVEL A CORRETA APRECIAÇÃO DA CONTROVÉRSIA. LEI N.º 9.139/95. I - O agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias à correta apreciação da controvérsia, nos termos do art. 525, II, do CPC. A ausência de qualquer delas obsta o conhecimento do agravo. II - De acordo com o sistema recursal introduzido pela Lei n.º 9.139/95, é dever do agravante zelar pela correta formação do agravo de instrumento, não sendo possível a conversão do julgamento em diligência para complementação do traslado, nem a possibilidade de posterior juntada da peça faltante, em virtude da ocorrência de preclusão consumativa. Recurso desprovido." (grifo nosso) (STJ Resp. nº. 490731/PR - Rel. Ministro Felix Fischer - 5ª T. J. 03.04.2003, DJ 28.04.2003, p. 261). "AGRAVO DE INSTRUMENTO. MENÇÃO AO NOME E ENDEREÇO COMPLETO DOS ADVOGADOS CONSTANTES DO PROCESSO E DA CÓPIA DA PROCURAÇÃO/SUBSTABELECIMENTO OUTORGADA AO ADVOGADO DA AGRAVADA OU CERTIDÃO DA ESCRIVANIA ATESTANDO A FALTA DE TAL DOCUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA E ESSENCIAL. ARTIGOS 524, III, E 525, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA. APRESENTAÇÃO. OPORTUNIDADE. SIMULTANEAMENTE COM A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. PRAZO PARA SANAR DEFEITO NA FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO DE AGRAVO. IMPOSSIBILIDADE. APRESENTAÇÃO POSTERIOR, AINDA QUE DENTRO DO PRAZO RECURSAL. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. 1. A ausência de referência ao nome e endereço completo dos advogados que atuam no processo e da cópia da procuração ou do substabelecimento outorgados aos advogados da parte agravada implica no não-conhecimento do agravo de instrumento por se tratar de peça obrigatória à instrução do agravo de instrumento, conforme exigência imperativa dos artigos 524, III e 525, I do Código de Processo Civil. 2. Também não se conhece de agravo de instrumento na hipótese de a parte agravante deixar de anexar certidão que comprove a inexistência de substabelecimento ou procuração outorgada ao advogado da parte agravada, considerada como peça essencial que deve acompanhar o recurso no momento de sua interposição. 3. É impraticável o oferecimento de oportunidade para sanar o defeito, ou mesmo aceitação de posterior complementação, em face da ocorrência da preclusão consumativa. 4. Recurso não-conhecido." (grifo nosso) (TJPR -AI nº 317.145-1 18ª C.Cív. - Rel.: Fernando Wolff Bodziak - J. 02/08/2006). "O art. 525, I do Código de Processo Civil dispõe que o agravo de instrumento deve ser, obrigatoriamente, instruído com `cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado'. No caso, não se pode aplicar o disposto no art. 13 do CPC, porque não é possível, em sede de agravo de instrumento, converter o feito em diligência para a juntada das peças obrigatórias." (TJPR AI nº 0476985-1 - 11ª C.Cív. Rel. Adalberto Jorge Xisto Pereira J. 10/03/2008). Diante dos argumentos aqui expostos, o presente recurso não deve ser conhecido por ter sido deficientemente instruído. 3. Isto posto, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento em razão do não cumprimento do contido no art. 525, inc. I, do CPC. 4. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. DES. RENATO BRAGA BETTEGA RELATOR

0010 . Processo/Prot: 0824435-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/199792. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0009336-44.2009.8.16.0017 Cobrança. Apelante: Sul América Companhia Nacional de Seguros Sa. Advogado: Glauco Iwersen, Milton Luiz Cleve Küster, Mariana Pereira Valério. Apelado: Cecília Pino de Jesus. Advogado: Charles Zauza. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor: Des. D?artagnan Serpa Sa. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

1. Junte-se a petição protocolada sob nº 2011/0329554. 2. Ante a informação ali contida, HOMOLOGO a DESISTÊNCIA do recurso, nos termos do art. 501, do CPC, com remessa do feito à origem, para que o juiz "a quo" aprecie o pedido de homologação da transação, à luz do art. 842 do Cód. Civil de 2002. Diligências necessárias. Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011.

0011 . Processo/Prot: 0824494-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/235338. Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00005689 Ordinária. Agravante: Izaias Alves dos Santos. Advogado: João Evanir Tescaro, João Evanir Tescaro Junior, Mariana Videira Menezes Tescaro. Agravado: Sul América Cia. Nacional de Seguros. Advogado: Leonardo de Lima e Silva Bagno, Rosangela Dias Guerreiro. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA DESNECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO FEITO INAPLICABILIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 478/2009 PERDA DA EFICÁCIA INOBSERVÂNCIA DO CONTIDO NO ARTIGO 62, §3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PRECEDENTES DECISÃO MANTIDA ARTIGO 557, 1º-A, DO CPC RECURSO PROVIDO. VISTOS, etc. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida pelo MM. Juiz da 6ª Vara Cível da Comarca de Londrina, nos Autos de Ação Ordinária proposta por IZAIAS ALVES DOS SANTOS contra SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A, que, com fundamento na Súmula 150 do STJ e na Medida Provisória 478/2009, determinou a remessa dos "autos à Justiça Federal para decisão acerca do interesse da União no feito, ficando, em caso positivo, desde já, declinada a competência em favor daquela instância" (fl. 56 TJ). Da ação principal O agravante ajuizou ação ordinária com o escopo de ser ressarcido pela seguradora dos danos constatados nos imóveis em que residem (fls. 31/49-TJ). A aquisição dos bens ocorreu pelo Sistema Financeiro de Habitação SFH, devidamente assegurado pela Apólice de Seguro Habitacional para a cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente do mutuário e de danos físicos no imóvel. Das razões recursais Em síntese, o recorrente alegou que a Medida Provisória nº 478/2009 perdeu sua eficácia, tendo em vista que não foi apreciada pelo legislativo no prazo de 120 (cento e vinte) dias previsto no artigo 62, §3º, da Constituição Federal. Asseverou que é pacífico o entendimento jurisprudencial acerca da competência da Justiça Estadual para processar e julgar o feito, uma vez afastada a participação da União e da Caixa Econômica Federal como litisconsortes passivas ou assistentes. Colacionou diversos precedentes. Expôs que "a relação havida entre o agravante e a agravada trata-se de uma relação privada em que litigam o mutuário e a seguradora sobre a responsabilidade pelo pagamento de indenização de prejuízos causados por defeito de construção no imóvel, hipótese que não se confunde com as ações que tem por objeto o contrato de mútuo em que existe cláusula de comprometimento do FCVS, não vislumbrando, assim, a necessidade de inclusão da Caixa Econômica Federal e da União Federal no pólo passivo da presente ação" (fl. 12-TJ). Discorreu sobre o Sistema Financeiro de Habitação, frisando que a Medida Provisória 478/2009 não preenche o requisito de urgência exigido pela Constituição Federal, uma vez que disciplina sobre uma situação que se repete a mais de 30 (trinta) anos na política habitacional do país. Pleiteou o provimento do recurso para o fim de reformar a decisão agravada, reconhecendo a competência da Justiça Estadual para processar e julgar o feito. É o relatório. 2. O recurso foi tempestivamente ofertado, preenchendo os demais requisitos de admissibilidade, pelo que deve ser conhecido. A nova redação dada ao artigo 557, §1º - A, do Código de Processo Civil, pela Lei 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e proporcionar a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o recurso que estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunais Superiores, seja julgado monocraticamente pelo relator, dispensando-se a manifestação do órgão colegiado. É justamente esta a hipótese em análise. A demanda em tela diz respeito à indenização por danos ocorridos nos imóveis financiados pelo SFH, que apresentavam diversas avarias, não havendo qualquer discussão acerca do contrato de financiamento dos imóveis. No tocante à alegação de necessidade de participação da Caixa Econômica Federal e da União na lide com a conseqüente transferência da competência para a Justiça Federal, assiste razão ao agravante, pois o pedido de indenização, neste caso, está fundamentado no contrato de seguro que, embora vinculado ao contrato de financiamento, com ele não se confunde. Impende destacar que questões que envolvem a Seguradora e a Caixa Econômica não têm o condão de modificar os direitos e obrigações decorrentes do contrato de seguro. Depreende-se da Portaria nº 243, do Ministério da Fazenda, o mero caráter de gerenciamento desta conta (art. 5º), cujos fundos são recolhidos pelo pagamento dos prêmios pelos mutuários, sem utilização de qualquer recurso público que possa autorizar a intervenção da Caixa Econômica Federal ou da União no feito. Cumpre esclarecer que trata o caso de contrato de seguro conexo a contrato de mútuo e financiamento de casa própria, com o que não se cuida, absolutamente, de comprometimento dos recursos do SFH, desenvolvendo-se a relação jurídica litigiosa entre a seguradora e os mutuários. Nesse sentido é pacífica a jurisprudência desta Egrégia Nona Câmara Cível e do Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO - RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - SEGURO HABITACIONAL - AÇÃO MOVIDA PELOS SEGURADOS - INTERVENÇÃO DA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO FEITO - DESNECESSIDADE - PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL RECURSO DESPROVIDO Sendo a Caixa Econômica Federal mera gerenciadora dos recursos, tanto do FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais - quanto do FESA - Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguros do Sistema Financeiro da Habitação - não se justifica sua intervenção no feito, a autorizar o deslocamento da competência para a Justiça Federal". (TJPR - 9ª C.Cível - A 0546835-9/01 - Ribeirão do Pinhal - Rel.: Des. José Augusto Gomes Aniceto - Unanime - J. 26.03.2009). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - SEGURO HABITACIONAL - PARTICIPAÇÃO DA CEF - DESNECESSIDADE - DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA INDEVIDO - MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA À JUSTIÇA ESTADUAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. 1. Não há como se invocar a necessidade de participação do agente financeiro na presente lide, pois a relação de direito material deflui do seguro mantido diretamente pelos mutuários, mediante pagamento mensal. 2. Descabida a denunciação da lide à Caixa Econômica Federal, vez que a solidariedade resulta de lei ou de convenção (artigo 265 do Código Civil), não havendo solidariedade passiva entre a CEF e a Seguradora, logo é de se manter a competência da Justiça Estadual para processar e julgar a demanda. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ/PR, 9ª C. Civ., Ap. Cív. nº 432.753-1, Rel. Des. Rosana Amara Girardi Fachin, julg: 19/10/2007). "AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA. IMÓVEIS FINANCIADOS PELO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO COM VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. DECISÃO QUE AFASTOU AS PRELIMINARES LEVANTADAS PELO RÉU. CARÊNCIA DE AÇÃO NÃO CARACTERIZADA. DESNECESSIDADE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DOS CHAMADOS "GAVETEIROS", DIANTE DA EXPRESSA PERMISSÃO PELA LEI 8004/1990 DE TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DA CASA PRÓPRIA PELO SFH A TERCEIROS, MESMO SEM A INTERVENÇÃO DO CREDOR HIPOTECÁRIO. ILEGITIMIDADE ATIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA PLEITEAR A INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA, UMA VEZ QUE ELA SE DESTINA A QUEM PAGA MENSALMENTE O PRÊMIO DEVIDO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA, UMA VEZ QUE CABE AO SEGURADO DECIDIR SE PLEITEIA A INDENIZAÇÃO DIRETAMENTE PERANTE A SEGURADORA, COM BASE NO CONTRATO DE SEGURO, OU PERANTE A COHAB, COM BASE NO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. (TJ/PR, 9ª C. Civ., Ap. Cív. 427.460-8, Rel. Des. Eugênio Achille Grandinetti, julg: 28/09/2007). "CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO EM QUE SE CONTROVERTE A RESPEITO DO CONTRATO DE SEGURO ADJETO AO MÚTUO HIPOTECÁRIO. Nas ações em que se discute a respeito do contrato de seguro Adjeto ao Mútuo Hipotecário, a competência para o respectivo processo a julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação". (STJ-1ª Seção, CC 18249, Rel. Min. Ari Pargendler, j.11.12.96, DJ 18.02.1997 p. 2361). "REGIMENTAL. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. SÚMULA 7. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 283 E 284/STF. - Nas ações em que se discute contrato de seguro adjeto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes. (...)". (STJ-3ª -T. , AgRg no REsp 811069/ PR, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 03/12/2007, DJ: 12.12.2007 p. 416). Outrossim, no que diz respeito à aplicação da Medida Provisória nº 478/2009, cumpre colacionar o posicionamento do Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco Luiz Macedo Junior (TJPR, Agravo de Instrumento nº 658715-5, j. 13/05/2010) que adoto: "Não vejo, no entanto, à luz das disposições criadas pelo referido comando legislativo editado pelo Executivo Federal, qualquer insurgência com relação ao caso em questão, assim como outros da mesma natureza até então existentes, onde se questiona o dever das seguradoras privadas de honrar com o seguro vinculado ao mútuo habitacional. É que, a MP nº 478, apenas disciplina o gerenciamento do Fundo de Compensação e Variação Salarial e a cessação do Seguro Habitacional adjeto ao SFH, o qual deixa de existir a partir de 1º, de Janeiro de 2010, não tendo o condão, porém, de interferir na relação inicial dos contratos até então existentes.Veja-se que as disposições referentes à alteração da representação processual das seguradoras, nas ações judiciais em que se questiona a responsabilidade pelo pagamento dos sinistros decorrentes de vícios construtivos, é de duvidosa constitucionalidade, pois, indiscutivelmente, trata de matéria processual, não podendo ser objeto de medida provisória (CF, art. 62, §1º, I, "b"). Se não bastasse isto, os contratos de seguro referentes ao Sistema Financeiro Habitacional submetem-se as normas de proteção ao consumidor, de modo que a extinção dos contratos, então celebrados pelos mutuários/consumidores, constituiria inegável afronta aos direitos, os quais o Estado brasileiro se comprometeu constitucionalmente a proteger (CF, art. 5º, XXXII), o que deve ser vedado a qualquer custo". Ademais, a aludida Medida Provisória, publicada em 29.12.2009 e prorrogada em 03.04.2010 perdeu sua eficácia em 01 de junho do corrente ano, tendo em vista que não foi convertida em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período, nos termos do art. 62, §3º, da Constituição Federal. Nesse sentido, vide o posicionamento deste E. Tribunal: "AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, NA FORMA DO ARTIGO 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA FEDERAL - RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - AÇÃO MOVIDA PELOS SEGURADOS - INTERVENÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO FEITO - DESNECESSIDADE MEDIDA PROVISÓRIA 478/2009 PERDA DE EFICÁCIA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL - DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO. Considerando que a Medida Provisória 478, publicada em 29/12/2009, com prorrogação da vigência em 03/04/2010, não foi convertida em lei no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do disposto no § 3º, do art. 62, da Constituição Federal, perdendo sua eficácia em 01º de junho de 2010, operando-se, a partir daí, a desconstituição, com efeitos retroativos, dos atos produzidos durante a vigência da medida provisória, restaurando-se a eficácia da norma vigente antes da sua edição. Logo, não há mais norma legal que ampare a legitimidade da Caixa Econômica Federal para intervir no feito e, por via oblíqua, não há razão para que seja deslocada a competência para o conhecimento e julgamento da presente demanda à Justiça Federal." (TJPR, 10ª C. Cível, Agravo nº669723-4/01, Rel. Des. Luiz Lopes, j: 10/06/2010) Portanto, estando ausente o interesse da União ou da Caixa Econômica Federal em intervir nos contratos de seguro em análise, não há que se falar em deslocamento de competência, mantendo-se o feito na Justiça Estadual. 3. Isto posto, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao presente Agravo de Instrumento a fim de reformar a decisão recorrida, determinando a manutenção dos autos na Justiça Estadual para regular processamento da ação. 4. Intimem-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. DES. RENATO BRAGA BETTEGA RELATOR

0012 . Processo/Prot: 0825318-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/231864. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2055.00077571 Ordinária. Agravante: Diego Ehlers Fabro. Advogado: Paulo Roberto Marques Hapner, Bruno Luis Marques Hapner. Agravado: Jumapi Administração de Idiomas Ltda. Advogado: Marcelo Arthur Menegassi Fernandes, Emanuelle Ferreira da Costa. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS C/C RETIRADA DE APONTAMENTOS RESTRITIVOS DE CRÉDITO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DESNECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS EXECUÇÃO RECONHECIDA COMO MERA FASE DO PROCESSO DE CONHECIMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA ARTIGO 557, §1º-A, DO CPC RECURSO PROVIDO. Vistos etc. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, nos autos de Ação Ordinária de Indenização por Danos Morais c/c Antecipação de Tutela em fase de cumprimento de sentença proposta por DIEGO EHLERS FABRO contra JUMAPI ADMINISTRAÇÃO DE IDIOMAS LTDA., que determinou a intimação do exeqüente para efetuar o pagamento das custas processuais (fl. 12-TJ). Das razões recursais Em síntese, alegou que a decisão agravada deve ser reformada, tendo em vista que o item I, da Instrução Normativa nº 05/2008, da Corregedoria Geral da Justiça, dispõe que as custas processuais referentes à fase de cumprimento de sentença devem ser pagas ao final pela parte vencida (fls. 02/10-TJ). Expôs que "sendo o agravante vencedor, não deve arcar ainda com mais despesas, sendo desatino condicionar seu direito ao preparo de custas, sobretudo porque o pedido de cumprimento de sentença se realiza nos próprios autos" (fl. 06-TJ). Colacionou precedentes. Acrescentou que após o advento da Lei nº 11.232/2005 a execução passou a integrar o processo de conhecimento, pelo que não há que se falar na cobrança de custas processuais na fase de cumprimento de sentença. Salientou que é pacífico o posicionamento no sentido de que as custas processuais têm natureza tributária e, por este motivo, devem ser observados os princípios constitucionais tributários, em especial os princípios da legalidade e da anterioridade tributária. Requereu o provimento do recurso a reforma do despacho a fim de excluir a condenação ao pagamento das custas processuais na fase de cumprimento de sentença. É o relatório. 2. O presente agravo de instrumento foi tempestivamente ofertado, preenchendo os demais requisitos de admissibilidade, pelo que deve ser conhecido. A nova redação dada ao artigo 557, §1º - A, do Código de Processo Civil, pela Lei 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e proporcionar a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o recurso que estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunais Superiores, seja julgado monocraticamente pelo relator, dispensando-se a manifestação do órgão colegiado. Pleiteia o agravante que seja afastada a cobrança das custas processuais na fase de cumprimento de sentença. A Lei nº 11.232/2005 unificou os procedimentos de conhecimento e de cumprimento de sentença, suprimindo o processo de execução como processo autônomo, transformando a execução em uma fase do processo de conhecimento. Nessa trilha, quanto à cobrança de custas processuais na fase de cumprimento de sentença, é o entendimento desta Egrégia Corte: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - COBRANÇA DE CUSTAS INICIAIS - IMPOSSIBILIDADE - NATUREZA TRIBUTÁRIA - TAXA - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - AUSÊNCIA DE PREVISÃO EXPRESSA EM LEI - PROIBIÇÃO DO USO DE ANALOGIA PARA A EXIGÊNCIA DE TRIBUTO. 1. O cumprimento de sentença é apenas nova fase processual, trazendo nova mentalidade ao processo, visando a dar celeridade e efetividade às sentenças judiciais, logo somente por alteração legislativa será possível a cobrança de novas custas. 2. Consoante o princípio constitucional da legalidade tributária, o Estado somente poderá cobrar custas judiciais quando houver previsão expressa em lei para este fim. Além disso, imperioso observar a proibição do uso da analogia para a exigência de tributo não previsto em lei (art. 108, § 1º, do CTN). RECURSO CONHECIDO E PROVIDO." (TJPR - AI nº 0476896-9 9 ª C.Cív. - Rel. Rosana Amara Girardi Fachin J. 15/05/2008). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - ADAPTAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - LEI Nº 11.232/05 - DESNECESSIDADE DE PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS NO PROCEDIMENTO DE

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DADO PROVIMENTO AO RECURSO. (TJPR AI nº 0510932-0 7ª C.Cív. - Rel.: Des. Antenor Demeterco Junior - J. 31.03.2009). "PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO AGRAVADA QUE EXIGE PREPARO DE CUSTAS. OBJETIVOS DA LEI Nº 11.232/05. EXEGESE DO NOVO SISTEMA PROCESSUAL ESTABELECIDO POR ESSA LEI. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES ESTADUAIS QUE FIXARAM CUSTAS. COMPREENSÃO EQUIVOCADA DA NATUREZA DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. As modificações introduzidas pela Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005, objetivaram, não apenas obtenção de maior efetividade ao sistema processual, como também, maior economia. 2. A Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005, retirou das legislações estaduais a imposição de custas iniciais às hipóteses reservadas ao cumprimento de sentença. 3. Segundo disposto pela Lei Estadual nº 6149/70, com as alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 13.611/02, subsistem as custas processuais iniciais somente nos casos de instauração da relação processual executória, pois eliminado o processo de execução às hipóteses reservadas ao cumprimento de sentença. Não há, portanto, previsão legal à exigência realizada pelo juízo e, ainda que houvesse, discutível sua validade." (TJPR AI nº 0539257-4 12ª C.Cív. - Rel.: Des. José Cichocki Neto - J. 04.02.2009). Ressalte-se que as custas têm natureza tributária de taxas e como tais só podem ser cobradas caso exista previsão em lei. E como não há qualquer menção nas leis estaduais que autorize a cobrança de custas processuais no cumprimento da sentença, elas não são devidas. 3. Diante do exposto, nos termos do artigo 557, §1º-A, do CPC, é de se dar provimento ao recurso a fim de afastar a cobrança das custas processuais. 4. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. DES. RENATO BRAGA BETTEGA Relator

0013 . Processo/Prot: 0825860-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/268429. Comarca: Centenário do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2009.00000645 Ordinária. Agravante: Adelice de Fátima de Souza, Antonio Rodrigues de Souza, Altair Luiz de Oliveira, Edgar Ferreira dos Santos, João Pereira de Lima, Lazaro dos Santos. Advogado: Giorgia Enrietti Bin, Camila Enrietti Bin. Agravado: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, César Augusto de França. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO ORDINÁRIA DESNECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO FEITO INAPLICABILIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2010 COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PRECEDENTES DECISÃO MANTIDA ARTIGO 557, §1º-A, DO CPC RECURSO PROVIDO. VISTOS, etc. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida pelo MM. Juiz da Vara Única da Comarca de Centenário do Sul, nos Autos de Ação Ordinária proposta por ADELICE DE FÁTIMA SOUZA E OUTROS contra COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS que determinou a remessa dos autos à Justiça Federal para processamento e julgamento (fls. 28/34-TJ). Da ação principal Os agravados ajuizaram ação com o escopo de serem ressarcidos pela seguradora dos danos constatados nos imóveis em que residem. A aquisição dos bens ocorreu pelo Sistema Financeiro de Habitação SFH, devidamente assegurado pela Apólice de Seguro Habitacional para a cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente do mutuário e de danos físicos do imóvel. Das razões recursais Em síntese, os recorrentes alegaram que "o que se discute é a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS, inexiste interesse da Caixa Econômica Federal e da União em justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da justiça estadual a competência para seu julgamento" (fl. 05 TJ). Relataram que a Medida Provisória nº 513/2010, é inconstitucional, uma vez que, além de tratar de matéria processual, não observou os requisitos de relevância e urgência estabelecidos no art. 62, da Constituição Federal. Colacionaram precedentes no sentido de que a aplicação da referida medida provisória representa ofensa ao ato jurídico perfeito. Requereram a concessão de efeito suspensivo e, no mérito, o provimento do recurso para o fim de reformar a decisão agravada e determinar o processamento da presente ação perante a Justiça Estadual. É o relatório. 2. O recurso foi tempestivamente ofertado, preenchendo os demais requisitos de admissibilidade, pelo que deve ser conhecido. A nova redação dada ao artigo 557, §1º - A, do Código de Processo Civil, pela Lei 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e proporcionar a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o recurso que estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunais Superiores, seja julgado monocraticamente pelo relator, dispensando-se a manifestação do órgão colegiado. É justamente esta a hipótese em análise. A demanda em tela diz respeito à indenização por danos ocorridos nos imóveis financiados pelo SFH, que apresentavam diversas avarias, não havendo qualquer discussão acerca do contrato de financiamento dos imóveis. No tocante à alegação de necessidade de participação da Caixa Econômica Federal e da União na lide com a conseqüente transferência da competência para a Justiça Federal, assiste razão aos agravantes, pois o pedido de indenização, neste caso, está fundamentado no contrato de seguro que, embora vinculado ao contrato de financiamento, com ele não se confunde. Impende destacar que questões que envolvem a Seguradora e a Caixa Econômica não têm o condão de modificar os direitos e obrigações decorrentes do contrato de seguro. Depreende-se da Portaria nº 243, do Ministério da Fazenda, o mero caráter de gerenciamento desta conta (art. 5º), cujos fundos são recolhidos pelo pagamento dos prêmios pelos mutuários, sem utilização de qualquer recurso público que possa autorizar a intervenção da Caixa Econômica Federal ou da União no feito. Cumpre esclarecer que trata o caso de contrato de seguro conexo a contrato de mútuo e financiamento de casa própria, com o que não se cuida, absolutamente, de comprometimento dos recursos do SFH, desenvolvendo-se a relação jurídica litigiosa entre a seguradora e os mutuários. Nesse sentido é pacífica a jurisprudência desta Egrégia Nona Câmara Cível e do Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO - RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - SEGURO HABITACIONAL - AÇÃO MOVIDA PELOS SEGURADOS - INTERVENÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO FEITO - DESNECESSIDADE - PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL RECURSO DESPROVIDO Sendo a Caixa Econômica Federal mera gerenciadora dos recursos, tanto do FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais - quanto do FESA - Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguros do Sistema Financeiro da Habitação - não se justifica sua intervenção no feito, a autorizar o deslocamento da competência para a Justiça Federal". (TJPR - 9ª C.Cível - A 0546835-9/01 - Ribeirão do Pinhal - Rel.: Des. José Augusto Gomes Aniceto - Unanime - J. 26.03.2009). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - SEGURO HABITACIONAL - PARTICIPAÇÃO DA CEF - DESNECESSIDADE - DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA INDEVIDO - MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA À JUSTIÇA ESTADUAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. 1. Não há como se invocar a necessidade de participação do agente financeiro na presente lide, pois a relação de direito material deflui do seguro mantido diretamente pelos mutuários, mediante pagamento mensal. 2. Descabida a denunciação da lide à Caixa Econômica Federal, vez que a solidariedade resulta de lei ou de convenção (artigo 265 do Código Civil), não havendo solidariedade passiva entre a CEF e a Seguradora, logo é de se manter a competência da Justiça Estadual para processar e julgar a demanda. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ/PR, 9ª C. Civ., Ap. Cív. nº 432.753-1, Rel. Des. Rosana Amara Girardi Fachin, julg: 19/10/2007). "AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA. IMÓVEIS FINANCIADOS PELO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO COM VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. DECISÃO QUE AFASTOU AS PRELIMINARES LEVANTADAS PELO RÉU. CARÊNCIA DE AÇÃO NÃO CARACTERIZADA. DESNECESSIDADE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DOS CHAMADOS "GAVETEIROS", DIANTE DA EXPRESSA PERMISSÃO PELA LEI 8004/1990 DE TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DA CASA PRÓPRIA PELO SFH A TERCEIROS, MESMO SEM A INTERVENÇÃO DO CREDOR HIPOTECÁRIO. ILEGITIMIDADE ATIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA PLEITEAR A INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA, UMA VEZ QUE ELA SE DESTINA A QUEM PAGA MENSALMENTE O PRÊMIO DEVIDO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA, UMA VEZ QUE CABE AO SEGURADO DECIDIR SE PLEITEIA A INDENIZAÇÃO DIRETAMENTE PERANTE A SEGURADORA, COM BASE NO CONTRATO DE SEGURO, OU PERANTE A COHAB, COM BASE NO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. (TJ/PR, 9ª C. Civ., Ap. Cív. 427.460-8, Rel. Des. Eugênio Achille Grandinetti, julg: 28/09/2007). "CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO EM QUE SE CONTROVERTE A RESPEITO DO CONTRATO DE SEGURO ADJETO AO MÚTUO HIPOTECÁRIO. Nas ações em que se discute a respeito do contrato de seguro Adjeto ao Mútuo Hipotecário, a competência para o respectivo processo a julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação". (STJ-1ª Seção, CC 18249, Rel. Min. Ari Pargendler, j.11.12.96, DJ 18.02.1997 p. 2361). "REGIMENTAL. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. SÚMULA 7. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 283 E 284/STF. - Nas ações em que se discute contrato de seguro adjeto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes. (...)". (STJ-3ª -T. , AgRg no REsp 811069/PR, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 03/12/2007, DJ: 12.12.2007 p. 416). Outrossim, no tocante à aplicação da Medida provisória nº 513/2010, cumpre colacionar o posicionamento da Excelentíssima Senhora Denise Krüger Pereira (TJPR, AI nº 733846-1, j. 23/12/2010): "A superveniência da MP nº 513/2010, que em seu art. 1º, I, dispõe ficar o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS autorizado, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais CCFCVS, a assumir os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, que contava com garantia de equilíbrio permanente e em nível nacional do Fundo em 31 de dezembro de 2009, em nada altera a discussão entabulada. E assim porque ainda não há notícias de que referida assunção de direitos e obrigações tenha se dado, não se podendo olvidar, ainda, da aparente inconstitucionalidade do ato, que seguindo as bases da enfadonha e inconstitucional Medida Provisória nº 478/09 (sendo diversos os precedentes nesse sentido), parece permitir a alteração da relação jurídica perfeita estabelecida entre seguradora e mutuários, possibilitando que eventuais indenização judiciais fixadas em face da seguradora sejam custeadas, ao final, por dinheiro público, em opção que claramente afronta o princípio da moralidade." Portanto, estando ausente o interesse da União ou da Caixa Econômica Federal em intervir nos contratos de seguro em análise, não há que se falar em deslocamento de competência, mantendo-se o feito na Justiça Estadual. 3. Isto posto, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, dou provimento ao presente Agravo de Instrumento a fim de reformar a decisão agravada e determinar o prosseguimento da ação securitária na comarca de Centenário do Sul. 4. Intimem-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. DES. RENATO BRAGA BETTEGA RELATOR

0014 . Processo/Prot: 0826384-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/269191. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0019862-30.2010.8.16.0019 Responsabilidade Civil. Agravante: Antonio Fidelis, Carlos Emílio Verwiebe, Edson Francisco Delega, Jorge Trindade dos Passos, Luiz Carlos Cogos, Luiz Carlos Xavier, Márcio José Niebesniak, Teodora Niebesniak. Advogado: Carlos Oscar Krueger, Ernani Ernesto Morestoni. Agravado:

Bradesco Seguros SA. Advogado: Paula Cassetari Flores. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. I. Antonio Fidelis e Outros agravam da decisão proferida na ação ordinária de responsabilidade obrigacional securitária (autos nº 19.862/10), proposta pelos ora Agravantes em face de Bradesco Seguros S/A, decisão1 mediante a qual o Magistrado declinou da competência para julgamento do feito e determinou a remessa dos autos à Justiça Federal, nos seguintes termos: "A MP. 513/2010, convolada na lei 12.409/11, avocou para a Caixa Econômica Federal a qualidade de gestora do Fundo de Compensação de Variações Salariais, atinente às apólices securitárias averbadas nos contratos de SH/SFH (ex vi do artigo 1º, II e § único, II), determinando a responsabilidade de Empresa Pública Federal para adimplemento do pecúlio. Desse modo, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal e súmula 150 STJ, patente o interesse direto da União Federal no desfecho da lide, ainda que venha ela atuar por meio de convênio com empresa pública Caixa Econômica Federal pelo que, a competência absoluta para julgamento da demanda passa mesmo a ser do Poder Judiciário Federal. Nesse sentido: (...) Ademais, inobstante a regular instrução do pleito na justiça estadual, pertinente se asseverar que em função das diretrizes expostas quando da edição da Emenda Constitucional nº 45/04 que, dentre outras medidas, fixou entendimento pela aplicabilidade imediata das regras legislativas materiais ao processos em curso com a remessa dos autos à justiça especializada ficam excluídos, tão somente, aqueles eventualmente já sentenciados pelas justiças comuns, o que não se infere in casu. Por estas razões, declino da competência para julgamento do presente feito. Remetam-se os autos à Justiça Federal, com as devidas baixas e anotações necessárias, inclusive na distribuição. Int. Dil."2 Irresignados, os Recorrentes asseveram, em síntese que: a) a MP 513/2010, convertida na lei 12.409/2011 não possui qualquer aplicabilidade ao caso em tela, assim como não pode retroagir aos contratos em análise; b) a CEF não possui interesse no feito, haja vista tratar-se o processo de relação jurídica privada entre mutuário (segurado) e Seguradora; c) a consolidada jurisprudência enseja pelo afastamento da CEF e pela competência da Justiça Estadual para julgar e processar os feitos desta natureza. Requer a concessão de efeito suspensivo e o provimento do presente Agravo de Instrumento para reformar a decisão agravada. II. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do agravo interposto. Diante da clareza da matéria em exame (a qual prescinde das informações do Juízo monocrático) e da existência de entendimento sedimentado a respeito, aprecio o mérito, de plano, valendo-me da faculdade da norma inscrita no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Trata-se de Agravo de Instrumento em face de decisão interlocutória proferida em ação ordinária de responsabilidade obrigacional securitária em que os Agravantes buscam a condenação da Seguradora ao pagamento do valor necessário à reparação integral dos danos constatados nos imóveis em que residem. DA INAPLICABILIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2010 Breve Intróito Necessário As lides envolvendo a competência acerca do seguro habitacional dos imóveis financiados com recursos provenientes do Sistema Financeiro de Habitação SFH são, há muito, conhecidas e julgadas perante os Tribunais Pátrios, sendo pacífica a posição, antes da edição das Medidas Provisórias nº 478/2009 e nº 513/2010, convertida em Lei nº 12409/2011, de que tais demandas deveriam ser processadas perante as Cortes Estaduais, dado o caráter nitidamente privado do seguro habitacional, sem envolver quaisquer recursos públicos em sua configuração. As seguradoras responsáveis pela liquidação dos sinistros intentam transferir a responsabilidade para os cofres públicos, no que são, atualmente, acompanhadas pela própria União Federal e pela Caixa Econômica Federal, sob a alegação de possibilidade de comprometimento do Fundo de Compensação e Variações Salariais FCVS. Vários foram os argumentos lançados nessa empreitada, porém, com muita propriedade fundamenta o Des. Francisco Luiz Macedo Junior: "As seguradoras responsáveis pela indenização dos sinistros envolvendo os imóveis financiados, sempre defenderam a bandeira de que a competência para apreciar tais ações pertencia à Justiça Federal, uma vez que o agente financeiro, Caixa Econômica Federal, segundo diziam, era solidariamente responsável pela solidez dos imóveis adquiridos pelos mutuários do Sistema, justificando, assim, sua intervenção no feito. O argumento inicialmente invocado não vingou, pois, com propriedade, assentou-se a existência de duas relações distintas, uma entre o agente financeiro e o mutuário, e outra, entre este e a seguradora privada, responsável pela cobertura contratada. Asseverou- se, inclusive, que a cobertura perseguida era alheia ao próprio sistema financeiro, eis que dizia respeito somente aos contratantes do seguro e as próprias seguradoras. Passaram, então, as seguradoras, a defender que o pagamento das indenizações securitárias comprometeria recursos do Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS) e do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguros do FSH (FESA), os quais entendiam elas, eram compostos por capital público, e administrados pela Caixa Econômica Federal. Porém, mais uma vez a tese defendida pelas seguradoras não prevaleceu, restando pacificado que os recursos utilizados no pagamento das obrigações securitárias eram compostos, apenas, por capital privado, e que a simples qualidade de gestora dos fundos FESA e FCVS, não justificava a intervenção da Caixa Econômica Federal em ações desta natureza. Isto porque, conforme solidificado pela jurisprudência pátria, a discussão travada nas ações ordinárias de responsabilidade obrigacional securitária, restringia-se ao contrato de seguro estabelecido entre as seguradoras privadas e os respectivos segurados, de sorte que questões referentes às seguradoras e a Caixa Econômica Federal, ou mesmo o FESA e o FCVS, por se tratarem de questões inter alios acta, em relação aos segurados, não teriam o condão de modificar os direitos e obrigações decorrentes do contrato de seguro, objeto dessas ações. (...) Nessa senda e ainda não conformadas com o posicionamento adotado pela jurisprudência, as seguradoras envolvidas, desta vez capitaneadas pela própria Caixa Econômica Federal, que passou a intervir em diversos feitos (peticionar), asseverando possuir interesse em tais lides, passaram a invocar a aplicação da Súmula 150 do STJ, e a requerer, novamente, o deslocamento da competência para a Justiça federal. A jurisprudência, mais uma vez atenta, não vacilou, reafirmando o posicionamento até então adotado e coroando definitivamente a competência da Justiça Estadual, para apreciar e julgar as ações referentes a cobrança do seguro habitacional. Na ocasião, inclusive, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar dissídio com base na Lei nº 11.672/2008 (lei dos recursos repetitivos), pacificou o entendimento de que: `Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação e Variações Salariais), inexiste interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento' (REsp. nº 1.091.363/SC). (...) Porém, o que parecia não restar dúvidas voltou a ser objeto de novas indagações. Refiro-me ao surgimento da então invocada Medida Provisória nº 478, de 29 de dezembro de 2009, que, estranhamente, foi editada pouco depois do Superior tribunal de Justiça ter assentado a competência da Justiça Estadual, afastando, de uma vez por todas, qualquer ilação sobre o tema (REsp. nº 1.019.11/SC)."3 Logo, denota-se que o intuito da Medidas Provisórias nº 478/2009 e 513/2010 é o de forçar o ingresso nas lides securitárias dos entes públicos, quando por todos os fundamentos, verifica-se que não há interesse público capaz de deslocar a competência para a Justiça Federal. Da Irretroatividade da Medida Provisória Violação ao Ato Jurídico Perfeito Com efeito, a medida provisória 513/2010, convertida em Lei 12409/2011 previu a possibilidade do FCVS assumir o fundo de seguro residencial, da forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais CCFCVS. Porém, não há, no caso concreto, possibilidade de incidência da MP 513/2010 em relação aos contratos celebrados antes de 26 de novembro de 2010, sob pena de grave ofensa à proteção constitucional ao ato jurídico perfeito, assegurada pelo art. 5º, XXXVI do texto constitucional. Apesar de a regra ser a irretroatividade das leis, a Constituição põe a salvo, em nome da segurança jurídica, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, a fim de assegurar ao destinatário da norma o prévio conhecimento acerca das circunstâncias nas quais ocorrerá uma relação jurídica entabulada. É como ensina a doutrina pátria: "A temática, aqui, liga-se à sucessão de leis no tempo e à necessidade de assegurar o valor da segurança jurídica, especialmente no que tange à estabilidade dos direitos subjetivos. A `segurança jurídica' consiste no `conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida'. Uma importante condição da segurança jurídica está na relativa certeza que os indivíduos têm de que as relações realizadas sob o império de uma norma devem perdurar ainda quando tal norma seja substituída."4 "A retroatividade das leis desmente a confiança que se teria de depositar no ordenamento jurídico, sendo causadora direta de grave insegurança jurídica. A concessão de status constitucional à diretriz da irretroatividade é relevante na medida em que vincula todos os poderes e, em especial, o legislador. A Constituição, em seu art. 5º, XXXVI, determina que `a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada'. A Constituição, ao proteger essa trilogia, busca assegurar um mínimo de estabilidade das relações jurídicas. Para tanto, proíbe a eficácia retroativa das leis àquelas situações do passado já consolidadas."5 Nesse sentido, o ato jurídico perfeito, delineado pelo art. 6º, §1º da Lei de Introdução ao Código Civil6, refere-se àquelas relações já aperfeiçoadas no tempo pretérito, muito embora seus efeitos ainda não se tenham verificado em sua totalidade. É como leciona André Ramos Tavares: "No conceito apresentado por ELIVAL DA SILVA RAMOS, os atos jurídicos perfeitos `são os negócios jurídicos, vale dizer, atos voluntários, lícitos, que consubstanciam declaração expressa de vontade do agente ou dos agentes, a que o ordenamento atribui os efeitos por meio dela pretendidos, que se aperfeiçoaram, isto é, cuja constituição se completou inteiramente, ao tempo da vigência da lei antiga, substituída por um novo diploma que não os pode, todavia, afetar'. O ato jurídico perfeito é aquela relação reconhecida pelo Direito que já se completou em sua inteireza, ainda que não tenham produzido todos os efeitos previstos no momento de sua finalização."7 Precisamente, é essa a situação que se verifica no caso em tela. Embora a medida provisória tenha pretensão de transferir os contratos de seguro atrelados ao financiamento habitacional, ela não se pode admitir a sua incidência sobre os contratos já firmados, e cujos sinistros se perpetraram antes mesmo da entrada em vigor da referida medida. Logo, a pretensão de transferir todas as apólices de seguro, cujos prêmios foram devidamente pagos às seguradoras privadas, e repassar referida responsabilidade ao Fundo FCVS, diante da assunção, e consequentemente à Caixa Econômica Federal, que passaria a figurar no pólo passivo das demandas, viola uma relação jurídica já consolidada no tempo, abalando a segurança jurídica constitucionalmente garantida. Portanto, é mister assegurar os direitos daqueles que ingressaram com as ações judiciais antes da edição das medidas provisórias, mantendo íntegros os seus contratos e toda a situação jurídica que os regia, sob pena de frontal violação do ato jurídico perfeito. É como entende o Supremo Tribunal FederalAgRg no AI 642.251-0/PR8. Ademais, não houve qualquer manifestação da Caixa Econômica Federal a ensejar a aplicação do enunciado da Súmula 150 do STJ. Com efeito, prevê a Súmula 150 do Superior Tribunal de Justiça, que compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas. Desta feita, diante da ausência de manifestação da Caixa Econômica Federal, impossível ao magistrado declarar-se de ofício incompetente, seja pela irretroatividade da Lei 12409/2011, seja pela inaplicabilidade da súmula 150 do STJ. Ademais, referida pretensão ainda fere a estabilidade subjetiva preconizada pelo art. 41 do Código de Processo Civil, restando inviável a modificação de um dos pólos da relação processual estabelecida. O entendimento adotado no presente acórdão é esposado pelos Tribunais Pátrios: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - DESNECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO FEITO - INAPLICABILIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 478/2009

E DA 513/2010 - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL - PRECEDENTES - DECISÃO MANTIDA - ARTIGO 557, §1º-A, DO CPC - RECURSO PROVIDO."9 (grifo nosso)." Desse prisma, depreende-se a inaplicabilidade da Medida Provisória nº 513/2010 pela impossibilidade de violação ao ato jurídico perfeito, e da Súmula 150 do STJ, mantendo-se, dessa forma, o entendimento já consolidado nesta Corte Revisora acerca da competência da Justiça Estadual para o processamento e julgamento das ações referentes ao seguro habitacional no âmbito do SFH. DA INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL AUSÊNCIA DE INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DA UNIÃO Aduzem os Agravantes que a CEF e a UNIÃO não possuem interesse no feito, haja vista tratar-se o processo de relação jurídica privada entre mutuário (segurado) e Seguradora, ou seja, de ação pura de seguro, cuja responsabilidade indenizatória é das Seguradoras, não havendo que se falar em pagamento com os recursos do FCVS. Com razão em sua insurgência. Com efeito, a demanda gira em torno de contrato de seguro adjeto ao contrato de financiamento, no que concerne à cobertura por danos físicos no imóvel, discussão que envolve somente Seguradora e Mutuário, inexistindo discussão do contrato de financiamento em si e sem qualquer afetação ao FCVS. Logo, não há como se invocar a necessidade de participação do agente financeiro na presente lide, uma vez que, ainda que de caráter obrigatório, o seguro é mantido diretamente pelos mutuários, mediante pagamento mensal. Assim, patente a legitimidade passiva do Agravado. Nesse sentido, há posicionamento jurisprudencial firme reconhecendo a ausência de interesse da Caixa Econômica Federal, nas demandas sobre seguro habitacional, inclusive, com decisão unânime da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça na qual se entendeu pela competência da Justiça Estadual para o processamento e julgamento das ações que envolvem contratos de seguro habitacional vinculados ao SFH e que não afetam o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). A matéria foi julgada com base na Lei dos Recursos Repetitivos (Lei nº 11.672/2008), que, modificando o art. 543-C do Código de Processo Civil, nega seguimento aos Recursos Especiais contrários ao acórdão representativo da controvérsia, e o entendimento adotado na decisão deve ser aplicado a todos os casos idênticos, como a hipótese em tela. Oportuna a citação da decisão do Colendo Tribunal: "Ademais, verifica-se que o acórdão do Tribunal de origem, objeto do recurso especial, encontra-se em consonância com o entendimento consolidado pela Segunda Seção desta Corte Superior de Justiça no julgamento, em 11/03/2009, do REsp 1.091.363/SC e REsp 1.091.393/SC, afetados à eg. Segunda Seção, com base no Procedimento da Lei n. 11.372/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos). Ressalte-se que consolidou-se o entendimento de que `nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexiste interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento'. Confira-se, a respeito, a ementa do referido julgado: RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO EM QUE SE CONTROVERTE A RESPEITO DO CONTRATO DE SEGURO ADJECTO A MÚTUO HIPOTECÁRIO. LITISCONSÓRCIO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/CEF E CAIXA SEGURADORA S/A. INVIABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. RECURSO ESPECIAL REPETIVIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO. 1. Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexiste interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para seu julgamento. Precedentes. 2. Julgamento afetado à 2ª. Seção com base mo Procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos). 3. Recursos especiais conhecidos em parte e, nessa extensão, não providos. (REsp 1.091.363/SC, rel. Min. Carlos Fernando Mathias, Segunda Seção, julgamento realizado em 11/03/2009)."10 O Fundo de Compensação de Variações Salariais FCVS, por sua vez, destina-se a equilibrar os contratos relativos ao financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação. Não há relação direta com os contratos do seguro obrigatório de danos firmado entre os mutuários e as seguradoras. O FCVS não é o responsável por qualquer espécie de compensação ou de resseguro em relação aos contratos de seguro de danos, os quais, são exclusivamente arcados pelos segurados e, em caso de desequilíbrio, serão suportados pelo Fundo de Equalização da Apólice de Seguro Habitacional FESA, composto por capital privado. Desse modo, não há comprometimento do FCVS, e conseqüentemente de recursos públicos, nos contratos de seguro de danos dos imóveis financiados, donde não existir interesse da União ou da Caixa Econômica Federal na lide. Ademais, ao contrário do seguro habitacional, na qual há a obrigatoriedade para a realização do financiamento, a contratação do FCVS não é obrigatória para todos os contratos. Logo, a conclusão é no sentido de que, se não há obrigatoriedade na previsão do FCVS nos próprios contratos do SFH, não pode ele ser o responsável pelas indenizações securitárias de danos. Oportuna a citação de decisão proferida em caso similar, por esta Corte Revisora: "O pedido objeto da ação principal diz respeito, exclusivamente, ao cumprimento de contrato de seguro particular existente entre os autores e a agravante, em razão de contrato de financiamento habitacional, sendo o contrato autônomo em relação ao contrato de financiamento, configurando obrigação própria, pois seu fundo é constituído do pagamento dos prêmios pelos segurados e que, portanto, não compromete, em absoluto, os recursos da Caixa Econômica Federal, pois cuida de relação direta entre os mutuários e a seguradora agravante. 1.2 É da competência da Justiça Estadual processar e julgar ações propostas contra entidade privada de seguro, que versam sobre contrato de seguro habitacional, mesmo que a Caixa Econômica seja a gerenciadora do FCVS, tendo em vista que esse fato não interfere sobre o contrato particular de seguro."11 Neste sentido, também, recentes precedentes do Superior Tribunal de Justiça: (...) 3. Compete à Justiça estadual julgar os processos em que a discussão é limitada a vícios de construção cobertos por contrato de seguro cuja relação jurídica restringe-se ao mutuário e à seguradora e não haja comprometimento dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação. (...).12 (...) Esta Corte firmou orientação no sentido de que "nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexiste interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento. Precedentes." (REsp 1.091.363/SC, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal Convocado do TRF da 1ª Região, DJe 25/5/2009).13 Ressalte-se que é a seguradora em questão quem recebe os pagamentos dos prêmios mensais, nada tendo o agente financeiro a ver com a cobertura do contrato de seguro habitacional. A Caixa Econômica Federal é gestora e credora hipotecária dos imóveis financiados. Ao firmar tal contrato, os mutuários aderem a um seguro obrigatório de dano, o qual, no entanto, tem como proponente um ente privado, não havendo qualquer envolvimento de recursos públicos no referido contrato de seguro. Ademais, o fato de que, após a vigência da MP n.º 478/2009 não há mais a arrecadação de prêmios nem a regulação e liquidação de sinistros não pode ser acatada para afastar a sua legitimidade passiva, já que, na época dos fatos, era a seguradora responsável. Ainda, tal Medida Provisória perdeu sua vigência por não ter sido convertida em lei no prazo legal. Assim, não se verifica qualquer direito de regresso ou solidariedade passiva, in casu, com relação ao agente financeiro. Aliás, nos termos do artigo 265 do Código Civil, a solidariedade não se presume, devendo decorrer expressamente da lei ou de contrato, verbis: Art. 265. A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes. E, conforme a doutrina: "Sendo a solidariedade exceção, deve ser declarada de modo expresso. Ou seja, inexiste sem imposição da lei ou estipulação do contrato. (...) E exatamente por ser excepcional, como lembra Frederico Pezzella, a solidariedade, ainda em nossos dias, há de ser alvo de interpretação restritiva em qualquer de suas modalidades, seja ativa, passiva ou mista."14 Não havendo nenhum dispositivo legal a impor a solidariedade passiva na presente hipótese, desnecessária se torna a participação da União ou da Caixa Econômica Federal na lide. Sobretudo porque o Fundo de Equalização da Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional FESA, administrado pela CEF, somente será acionado pela Seguradora em casos excepcionais, para os quais os seus próprios recursos sejam insuficientes, e mesmo esse fundo é composto, exclusivamente, de capital privado, recolhido, mensalmente, pelas Seguradoras participantes. Dessa forma, é de ser reformado o despacho agravado que reconheceu o interesse direto da União e da Caixa Econômica Federal, mantendo a competência da Justiça Estadual para apreciar e julgar a demanda em evidência. Portanto, na ausência de recursos da União ou da Caixa Econômica Federal envolvidos nos contratos de seguro sob análise, não há que se falar em deslocamento de competência, mantendo-se o feito na Justiça Estadual, por inaplicabilidade da Lei nº 12409/2011, bem como da Súmula 150 do STJ. III. Ante o exposto, com força no disposto no artigo 557, §1ª - A, do diploma processual civil, dou provimento ao presente recurso de Agravo de Instrumento, para o fim de reformar a decisão agravada, determinando-se a manutenção do feito na Justiça Estadual. Curitiba, 21 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fl. 293/294 - TJ. -- 2 Fls. 293/294 - TJ. -- 3 TJPR AI 658.715-5, 9ª CCível, rel. Des. Francisco Luiz Macedo Junior, Julgamento: 13.05.2010. -- 4 SILVA, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 133. -- 5 TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 730. 6 §1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou. 7 Idem, p. 732. -- 8 STF -, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, Julgamento: 01.04.2008. -- 9 TJPR AI 758669-0, 9ª CCível, Rel. Des. Renato Braga Bettega, Decisão Monocrática. J. em 21.03.2011. No mesmo sentido: TJSP AgRg 0017749-50.2011.8.26.0000 , Oitava Câmara de Direito Privado, Rel. Salles Rossi, Julgamento: 23.03.2011. -- 10 STJ AI 929.746/SC, Decisão Monocrática, Rel. Min. Conv. Carlos Fernando Mathias, Julgamento: 23.03.2009. -- 11 TJPR AI 431.623-4, Décima Câmara Cível, Rel. Des. Marcos de Luca Fanchin, Julgamento: 04.10.2007. 12 AgRg no Ag 1295984/PE, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 10/05/2011, DJe 19/05/2011 13 AgRg no Ag 1270480/PE, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 08/02/2011, DJe 17/02/2011 -- 14 COSTA, José Maria da. As obrigações solidárias. In: FRANCIULLI; MENDES; MARTINS FILHO. O Novo Código Civil: Homenagem ao Prof. Miguel Reale. 2.ed. São Paulo: LTr, 2005, p. 280-281.

0015 . Processo/Prot: 0826441-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/268419. Comarca: Centenário do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2008.00000842 Ação Ordinária de Responsabilidade Civil. Agravante: Antonio Rosa da Silva, Edson Izaulino Rosa da Silva, Expedito José de Oliveira, João Aparecido da Silva, Jeanete Zaqui Ferreira, Leonildo Moretti, Leonice Godoi, Pedro Domingos, Robson Izaulino da Silva. Advogado: Giorgia Enrietti Bin, Simone Martins Cunha. Agravado: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, César Augusto de França, Tatiana Tavares de Campos. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO ORDINÁRIA DESNECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO FEITO INAPLICABILIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2010 COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PRECEDENTES DECISÃO MANTIDA ARTIGO 557, §1º-A, DO CPC RECURSO PROVIDO. VISTOS, etc. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida pelo MM. Juiz da Vara Única da Comarca de Centenário do Sul, nos Autos de Ação Ordinária proposta por ANTONIO ROSA DA SILVA e OUTROS contra COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

que determinou a remessa dos autos à Justiça Federal para processamento e julgamento do feito (fls. 65/76 -TJ). Da ação principal Os agravados ajuizaram ação com o escopo de serem ressarcidos pela seguradora dos danos constatados nos imóveis em que residem. A aquisição dos bens ocorreu pelo Sistema Financeiro de Habitação SFH, devidamente assegurado pela Apólice de Seguro Habitacional para a cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente do mutuário e de danos físicos do imóvel. Das razões recursais Em síntese, os recorrentes alegaram que "o que se discute é a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS, inexiste interesse da Caixa Econômica Federal e da União em justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da justiça estadual a competência para seu julgamento" (fl. 05 TJ). Relataram que a Medida Provisória nº 513/2010, é inconstitucional, uma vez que, além de tratar de matéria processual, não observou os requisitos de relevância e urgência estabelecidos no art. 62, da Constituição Federal. Colacionaram precedentes no sentido de que a aplicação da referida medida provisória representa ofensa ao ato jurídico perfeito. Requereram a concessão de efeito suspensivo e, no mérito, o provimento do recurso para o fim de reformar a decisão agravada e determinar o processamento da presente ação perante a Justiça Estadual. É o relatório. 2. O recurso foi tempestivamente ofertado, preenchendo os demais requisitos de admissibilidade, pelo que deve ser conhecido. A nova redação dada ao artigo 557, §1º - A, do Código de Processo Civil, pela Lei 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e proporcionar a celeridade da prestação jurisdicional, permite que o recurso que estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunais Superiores, seja julgado monocraticamente pelo relator, dispensando-se a manifestação do órgão colegiado. É justamente esta a hipótese em análise. A demanda em tela diz respeito à indenização por danos ocorridos nos imóveis financiados pelo SFH, que apresentavam diversas avarias, não havendo qualquer discussão acerca do contrato de financiamento dos imóveis. No tocante à alegação de necessidade de participação da Caixa Econômica Federal e da União na lide com a conseqüente transferência da competência para a Justiça Federal, assiste razão aos agravantes, pois o pedido de indenização, neste caso, está fundamentado no contrato de seguro que, embora vinculado ao contrato de financiamento, com ele não se confunde. Impende destacar que questões que envolvem a Seguradora e a Caixa Econômica não têm o condão de modificar os direitos e obrigações decorrentes do contrato de seguro. Depreende-se da Portaria nº 243, do Ministério da Fazenda, o mero caráter de gerenciamento desta conta (art. 5º), cujos fundos são recolhidos pelo pagamento dos prêmios pelos mutuários, sem utilização de qualquer recurso público que possa autorizar a intervenção da Caixa Econômica Federal ou da União no feito. Cumpre esclarecer que trata o caso de contrato de seguro conexo a contrato de mútuo e financiamento de casa própria, com o que não se cuida, absolutamente, de comprometimento dos recursos do SFH, desenvolvendo-se a relação jurídica litigiosa entre a seguradora e os mutuários. Nesse sentido é pacífica a jurisprudência desta Egrégia Nona Câmara Cível e do Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO - RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - SEGURO HABITACIONAL - AÇÃO MOVIDA PELOS SEGURADOS - INTERVENÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO FEITO - DESNECESSIDADE - PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL RECURSO DESPROVIDO Sendo a Caixa Econômica Federal mera gerenciadora dos recursos, tanto do FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais - quanto do FESA - Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguros do Sistema Financeiro da Habitação - não se justifica sua intervenção no feito, a autorizar o deslocamento da competência para a Justiça Federal". (TJPR - 9ª C.Cível - A 0546835-9/01 - Ribeirão do Pinhal - Rel.: Des. José Augusto Gomes Aniceto - Unanime - J. 26.03.2009). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - SEGURO HABITACIONAL - PARTICIPAÇÃO DA CEF - DESNECESSIDADE - DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA INDEVIDO - MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA À JUSTIÇA ESTADUAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. 1. Não há como se invocar a necessidade de participação do agente financeiro na presente lide, pois a relação de direito material deflui do seguro mantido diretamente pelos mutuários, mediante pagamento mensal. 2. Descabida a denunciação da lide à Caixa Econômica Federal, vez que a solidariedade resulta de lei ou de convenção (artigo 265 do Código Civil), não havendo solidariedade passiva entre a CEF e a Seguradora, logo é de se manter a competência da Justiça Estadual para processar e julgar a demanda. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ/PR, 9ª C. Civ., Ap. Cív. nº 432.753-1, Rel. Des. Rosana Amara Girardi Fachin, julg: 19/10/2007). "AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA. IMÓVEIS FINANCIADOS PELO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO COM VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. DECISÃO QUE AFASTOU AS PRELIMINARES LEVANTADAS PELO RÉU. CARÊNCIA DE AÇÃO NÃO CARACTERIZADA. DESNECESSIDADE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DOS CHAMADOS "GAVETEIROS", DIANTE DA EXPRESSA PERMISSÃO PELA LEI 8004/1990 DE TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DA CASA PRÓPRIA PELO SFH A TERCEIROS, MESMO SEM A INTERVENÇÃO DO CREDOR HIPOTECÁRIO. ILEGITIMIDADE ATIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA PLEITEAR A INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA, UMA VEZ QUE ELA SE DESTINA A QUEM PAGA MENSALMENTE O PRÊMIO DEVIDO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA, UMA VEZ QUE CABE AO SEGURADO DECIDIR SE PLEITEIA A INDENIZAÇÃO DIRETAMENTE PERANTE A SEGURADORA, COM BASE NO CONTRATO DE SEGURO, OU PERANTE A COHAB, COM BASE NO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. (TJ/PR, 9ª C. Civ., Ap. Cív. 427.460-8, Rel. Des. Eugênio Achille Grandinetti, julg: 28/09/2007). "CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO EM QUE SE CONTROVERTE A RESPEITO DO CONTRATO DE SEGURO ADJETO AO MÚTUO HIPOTECÁRIO. Nas ações em que se discute a respeito do contrato de seguro Adjeto ao Mútuo Hipotecário, a competência para o respectivo processo a julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação". (STJ-1ª Seção, CC 18249, Rel. Min. Ari Pargendler, j.11.12.96, DJ 18.02.1997 p. 2361). "REGIMENTAL. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. SÚMULA 7. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 283 E 284/STF. - Nas ações em que se discute contrato de seguro adjeto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes. (...)". (STJ-3ª -T. , AgRg no REsp 811069/PR, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 03/12/2007, DJ: 12.12.2007 p. 416). Outrossim, no tocante à aplicação da Medida provisória nº 513/2010, cumpre colacionar o posicionamento da Excelentíssima Senhora Denise Krüger Pereira (TJPR, AI nº 733846-1, j. 23/12/2010): "A superveniência da MP nº 513/2010, que em seu art. 1º, I, dispõe ficar o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS autorizado, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais CCFCVS, a assumir os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, que contava com garantia de equilíbrio permanente e em nível nacional do Fundo em 31 de dezembro de 2009, em nada altera a discussão entabulada. E assim porque ainda não há notícias de que referida assunção de direitos e obrigações tenha se dado, não se podendo olvidar, ainda, da aparente inconstitucionalidade do ato, que seguindo as bases da enfadonha e inconstitucional Medida Provisória nº 478/09 (sendo diversos os precedentes nesse sentido), parece permitir a alteração da relação jurídica perfeita estabelecida entre seguradora e mutuários, possibilitando que eventuais indenização judiciais fixadas em face da seguradora sejam custeadas, ao final, por dinheiro público, em opção que claramente afronta o princípio da moralidade." Portanto, estando ausente o interesse da União ou da Caixa Econômica Federal em intervir nos contratos de seguro em análise, não há que se falar em deslocamento de competência, mantendo-se o feito na Justiça Estadual. 3. Isto posto, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, dou provimento ao presente Agravo de Instrumento a fim de reformar a decisão agravada e determinar o prosseguimento da ação securitária na comarca de Centenário do Sul. 4. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. RENATO BRAGA BETTEGA RELATOR

0016 . Processo/Prot: 0826715-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/265434. Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 0030863-90.2011.8.16.0014 Indenização. Agravante: Dulce Maria Felix Cardoso. Advogado: Rafael Rossi Ramos, Viviane Pomini, Renata Myazi Martins. Agravado: Lojas Riachuelo S.a.. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

VISTOS, ETC. 1. Trata a espécie de recurso de agravo de instrumento manejado por DULCE MARIA FELIX CARDOSO, contra a r. decisão proferida em ação de indenização por danos morais, na qual o ilustre magistrado a quo requereu a comprovação fática da hipossuficiência econômica do cônjuge da Agravante, antes de examinar o pedido de assistência judiciária por está requerida (fls. 21 TJ). Como razões de suas irresignações alega a agravante, em síntese, que a decisão agravada ofende preceito legislativo previsto no art. 4º, da Lei 1060/50, o qual condiciona o benefício da justiça gratuita apenas à apresentação da declaração de hipossuficiência, tanto assinada pela própria parte, como afirmada por seu causídico, sendo pacifico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça neste sentido. Deste modo, que apenas a apresentação das declarações de hipossuficiência comprovam que são pessoas humildes de ganhos modestos, tornando-se o pagamento das custas e despesas processuais, mesmo que rateadas, um ônus incompatível com seus ganhos e que colocaram em prejuízo o sustento destes e de suas próprias famílias. Requer, ao final, que seja dado provimento integral ao recurso para o fim de reforma-se a decisão guerreada deferindo- se o benefício da justiça gratuita. 2. Pois bem, presentes os pressupostos de conhecimento do recurso, tenho que assiste razão à agravante. Trata-se de recurso contra a decisão do MM. Juiz de primeiro grau que deixou de examinar o requerimento da Agravante de concessão do beneficio da assistência judiciaria gratuita, determinando primeiramente a comprovação fática da situação de hipossuficiência alegada por esta, apresentando comprovação dos rendimentos do seu cônjuge, justificando que tanto o marido como a mulher são responsáveis pela manutenção da família. Contudo, entendo que a douta decisão monocrática não pode ser mantida, uma vez que contraria expresso texto legal, bem como o entendimento já pacificado junto aos Tribunais superiores e também desta Corte. Neste sentido, cumpre acentuar, à pessoa física basta a afirmação de que não dispõe de recursos para custear o processo, a qual pode inclusive ser firmada pelo próprio causídico constituído nos autos com poderes específicos para tanto (fl. 16-TJ), para que o juiz da causa conceda os benefícios da assistência judiciária gratuita, ao contrário da pessoa jurídica, para quem, consoante o entendimento atual do STJ, ao reverso do que ocorre em relação à pessoa natural, deve comprovar necessariamente o alegado estado de penúria que a impossibilite de arcar com as despesas do processo. Neste diapasão já entendeu o extinto Tribunal de Alçada do Estado do Paraná: "A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família" (Ap. Cív. 87.290-6, 3ª C.Cív., TAPR, Rel. Juiz LÍDIO J. R. DE MACEDO) E da mesma forma continua entendendo está C. Corte: "AÇÃO DECLARATÓRIA C/C COBRANÇA. CONTRATO PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM PROPRIEDADE RURAL. PAGAMENTO DAS INSTALAÇÕES PELO CONSUMIDOR. ILEGALIDADE DA COBRANÇA REALIZADA. TESE AFASTADA. DESCABIDA A DEVOLUÇÃO DOS

VALORES PAGOS PELA EXPANSÃO DA REDE ELÉTRICA. INAPLICABILIDADE DA LEI Nº 10.438/02. PLEITO DE JUSTIÇA GRATUITA EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. POSSIBILIDADE. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA FIRMADA PELA PARTE. AUSÊNCIA. BENESSE INDEFERIDA RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Enunciado nº 65 da Turma Recursal Única do Paraná: "Não cabe a restituição dos valores pagos pelo consumidor pela extensão de sua rede de energia elétrica anteriores à vigência da Lei nº 10.438/02." 2. Os benefícios da justiça gratuita poderão ser requeridos a qualquer tempo, no curso do processo. 3. "PROCESSUAL CIVIL. AJG. DECLARAÇÃO DE POBREZA. RENDIMENTOS. NECESSIDADE. Defere-se a assistência judiciária gratuita, quando há declaração de hipossuficiência financeira firmada pela parte requerente ou procuração outorgada ao advogado com poderes especiais para requerer o benefício. (TRF4, AI nº 2009.04.00.037045-1, 4ª Turma, Rel. Sérgio Tejada Garcia, j. 03/03/2010)." (TJP, Acórdão 32107, AC 0786447-5, 6ª Câmara Cível, Rel. Ângela Khury Munhoz da Rocha, DJ 29/07/2011) (sem grifo no original) Quanto ao contido no despacho do juízo a quo, entendo que contraria a posição do Supremo Tribunal Federal que, a respeito, já firmou entendimento que basta a simples afirmação da parte de seu estado de pobreza, para fazer jus ao benefício da Justiça Gratuita. Tal é o entendimento também firmado pelo e. Superior Tribunal de Justiça, como cita Theotônio Negrão, em nota remissiva ao art. 4º, da Lei 1.060, de 5.2.50, verbis: "O ônus da prova de que o requerente da assistência judiciária está em condições de pagar as despesas do processo é da parte contrária porque seria exigir prova negativa imputá-lo ao requerente do benefício, cumpre ao impugnante provar a existência das condições do requerente. Assim: "Para a pessoa física, basta o requerimento formulado junto à exordial, ocasião em que a negativa do benefício fica condicionada à comprovação de a assertiva não corresponder à verdade, mediante provocação do réu. Nesta hipótese, o ônus é da parte contrária provar que a pessoa física não se encontra em estado de miserabilidade jurídica" (STJ Corte Especial, ED no REsp 388.045, rel. Min. Gilson Dipp, j. 1.8.03, rejeitaram os embs., v.u., DJU 22.9.03, p. 252). (Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, 39ª ed., 2.007, p. 1.294) De se ver, tanto a concessão do benefício, como a sua revogação, não fica ao arbítrio unicamente do juiz da causa, posto já se encontrar firmado o entendimento de nossos pretórios no sentido que cabe a parte contrária trazer prova de que o beneficiário da justiça gratuita deixou de fazer jus a tal concessão. Logo, não é de se admitir que o juiz da causa, ao seu próprio talante, venha a indeferir o benefício, ou determinar a comprovação do estado de miserabilidade da parte, mesmo porque se extrai do caderno processual que o procurador constituído com poderes específicos para tanto, afirma a condição de hipossuficiência da Recorrente, suficiente a concessão do benefício. Em casos similares, já se entendeu pelo provimento do recurso de agravo, v.g., como se observa nos agravos sob nº 235.313-5 de Ponta Grossa, julgamento em 11.11.03 e nº 236.569-1 de Curitiba, julgamento em 09.09.03, ambos da colenda 9ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná e, ainda, o Agr. Instr. nº 242.784-5 de Curitiba, por decisão unipessoal em data de 25/09/03, junto à colenda 6ª Câmara Cível do mesmo areópago. Assim, como se disse, basta a simples afirmação do requerente, de que não dispõe de condições econômicas, sem que lhe cause prejuízos e/ou a sua família, para que seja concedido o benefício. Tal é o entendimento já firmado pela Excelsa Corte: "Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação da pobreza, até prova em contrário" (RSTJ 7/414; neste sentido: STF-RT 755/182, STF-Bol. AASP 2.071/697j, STJ-RF 329/236, STJ-RF 344/322, RT 789/280, Lex-JTA 169/15, RJTJERGS 186/186, JTAERGS 91/194, Bol. AASP 1.622/19). Portanto, cumpre acentuar que se tratando de pessoa física, basta a simples afirmação de que não tem condições de arcar com as despesas do processo, sem comprometer sua condição econômico- familiar, para que seja concedido o benefício da justiça gratuita, cabendo à parte adversa impugnar a concessão do benefício, arcando, contudo, a parte contrária com o ônus de provar a inverdade na afirmação daquele outro. Assim, frise-se que a parte que postula o benefício nada precisa provar, basta afirmar sua insuficiência de recursos. Deste modo, a decisão singular não tem condições de subsistir, posto que contraria tanto a doutrina como o entendimento dos Tribunais Superiores, como demonstrado. Assim sendo, concluo que a decisão questionada está em desacordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, razão pela qual o presente agravo merece pronto provimento. 3. Por tais razões, com fundamento no art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao presente recurso de agravo de instrumento para o fim de deferir o pedido de concessão do benefício da assistência judiciária. Curitiba, 19 de setembro de 2011 DES. JOSÉ ANICETO Relator

0017 . Processo/Prot: 0826899-3 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/267780. Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0000473-80.2011.8.16.0130 Reparação de Danos. Agravante: Hipercard Banco Múltiplo S/a. Advogado: Fabíola Cueto Clementi, Mariana Cavalcante Borralho, Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho. Agravado: José Adriano dos Santos. Advogado: Edison Santiago Filho, Rodrigo Hassan Saif. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 273, DO CPC MULTA COMINATÓRIA INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 461, DO CPC VALOR FIXADO A FIM DE GARANTIR O CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE DECISÃO AGRAVADA MANTIDA ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC NEGATIVA DE SEGUIMENTO. Vistos, etc. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranavaí, nos autos de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica c/c Indenizatória por Danos Morais com Pedido Liminar proposta por JOSÉ ADRIANO DOS SANTOS contra HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S/A, que deferiu a antecipação da tutela pleiteada pelo autor e fixou multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) para o caso de descumprimento da medida (fls. 59 e 61-TJ). Das razões recursais O recorrente pleiteou a concessão de efeito suspensivo e, no mérito, a reforma da decisão para que seja revogada a multa fixada pelo Magistrado Singular (fls. 02/09-TJ). Em síntese, alegou que não há nos autos prova inequívoca do direito do autor, ora recorrido, o que impossibilita a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 273, do Código de Processo Civil. Postulou a exclusão da multa e, sucessivamente, a sua redução para o fim de evitar onerosidade excessiva ao agravante e vantagem indevida ao recorrido, em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Invocou o artigo 84, §3º e §4º, do Código de Defesa do Consumidor, requerendo a concessão do prazo de no mínimo 20 (vinte) dias para o cumprimento da obrigação. Salientou que "a fixação de multa diária mostra-se desnecessária na medida em que poderiam ter sido adotadas outras medidas, igualmente satisfatórias e menos onerosas para as partes, com, por exemplo, a expedição de ofício diretamente aos órgãos restritivos de crédito para estes providenciem a baixa das restrições existentes em nome do autor". (fl. 08-TJ) É o relatório. 2. O recurso foi tempestivamente ofertado, preenchendo os demais requisitos de admissibilidade, pelo que deve ser conhecido. A nova redação dada ao artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, pela Lei 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos Tribunais e proporcionar a celeridade da prestação jurisdicional, permite que ao recurso que for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, seja negado seguimento pelo relator, dispensando-se a manifestação do órgão colegiado. É justamente esta a hipótese em análise. Pleiteia o agravante a reforma da decisão que concedeu tutela antecipada ao autor para o fim de determinar a exclusão de seu nome dos cadastros de proteção ao crédito e de obstar que novas inscrições sejam efetuadas, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) para o caso de descumprimento. Em análise das razões recursais e dos documentos constantes nos autos, a pretensão do agravante não merece acolhimento. É pacífico o entendimento nesta Corte de que a presente relação se submete às normas do CDC, porquanto de um lado se coloca o banco réu e de outro a autor como consumidor final do serviço bancário. Inegável a similitude dessa relação com o enquadramento previsto no artigo 3º, § 2º, do CDC. Para a concessão da tutela antecipada devem ser atendidos os requisitos previstos no artigo 273, do CPC, quais sejam, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e a verossimilhança das alegações, bem como a existência de prova inequívoca que convença da existência do direito alegado pela parte postulante Com relação "à verossimilhança da alegação, como o próprio nome diz, não corresponde à prova pré-constituída e, por isso, a necessidade de comprovação dos fatos através de perícia, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, não afasta a credibilidade que aflora das alegações dos autores/agravados. Aliás, a própria lei remete tal análise a critério do juiz, de modo que ele possa, efetivamente, estar convencido a priori de que a realidade fática descrita pelos agravados é verossímil"(TJPR AI nº 0350822-7 - 7ª C.Cív. Rel. Dilmari Helena Kessler J. 08/08/2006). Dos documentos acostados aos autos, não há dúvida acerca da verossimilhança das alegações do agravado. Isso porque é incontroverso o fato de que seu nome foi inscrito nos cadastros de proteção ao crédito pela instituição financeira, conforme se verifica do documento de fls. 28/30-TJ. Ademais, como bem esclareceu o Magistrado Singular: "o autor nega terminantemente a existência de vínculo contratual com a ré, o que, pelo princípio da boa-fé e lealdade processual, deve ser por ora considerado verdadeiro" (fl. 59-TJ) Observe-se que a discussão acerca da existência de relação jurídica entre as partes e de eventual inadimplemento dizem respeito ao mérito da ação, razão pela qual não se pode negar a antecipação da tutela pretendida sob tal fundamento. Por sua vez, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação decorre do fato de que a inscrição do nome do autor nos cadastros de proteção ao crédito dificulta e muitas vezes impossibilita a realização da atividade comercial, o que justifica a antecipação da tutela pleiteada. Dessa forma, conclui-se que deve ser mantida a decisão agravada, tendo em vista que estão presentes os requisitos autorizadores da concessão da tutela antecipada. Nesse sentido, vide os seguintes precedentes: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. TUTELA ANTECIPADA PARA RETIRADA DO NOME DO ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO. PRESENTES OS REQUISITOS EXIGIDOS PELO CPC. CONCEDIDA. RECURSO PROVIDO." (TJPR, 10ª CC, AI nº 705793-4, Rel. Nilson Mizuta, j:16/12/2010) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL. PEDIDO DE EXCLUSÃO DE INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. LIMINAR INDEFERIDA PELO JUÍZO DE 1º GRAU. JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NESTA CORTE E NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE AUTORIZAM A CONCESSÃO DA MEDIDA. PROVIMENTO IMEDIATO AO RECURSO." (TJPR, AgI 0619221-0, 14ªCC, Rel. Edgard Fernando Barbosa, j: 27/08/2010) "AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDENIZATÓRIA - EXCLUSÃO DE NOME DOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - TUTELA ANTECIPADA - REQUISITOS DO ARTº. 273 CPC - PRESENÇA DE PROVA INEQUÍVOCA E FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DIFÍCIL REPARAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA REFORMADA - APLICAÇÃO DO ARTº. 557 § 1º-A DO CPC - RECURSO - PROVIMENTO." (TJPR, 9ª CC, AI 599449-0, Rel. Sérgio Luiz Patitucci, j: 22/07/2009) Com relação à multa aplicada em caso de descumprimento de ordem judicial, expõe Sérgio Cruz Arenhart: "A multa coercitiva (astreinte) tem a função específica e exclusiva de emprestar força coercitiva à ordem judicial. Não busca ela recompor prejuízo experimentado, mas, ao contrário, estimular o ordenado à prática de certa conduta, ameaçando-o de sofrer agressão em seu patrimônio, caso resolva desobedecer ao comando." (ARENHART, Sérgio Cruz. Perfis da Tutela Inibitória

Coletiva. São Paulo: RT, 2003; p. 353/354). Na mesma esteira, é pacífico o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de possibilitar a cobrança de multa cominatória quando se tratar de ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, nos termos do artigo 461, do CPC. Veja-se: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MULTA DIÁRIA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. ENTENDIMENTO PACÍFICO NESTA CORTE SUPERIOR QUE É POSSÍVEL A APLICAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA DIÁRIA COMO MEIO COERCITIVO PARA O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DETERMINADA PELO JUÍZO, O QUE AFASTA A ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MULTA PARA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO." Grifo nosso. (STJ, 4ª Turma, AgRg no Ag 1219456 / RS, Rel. Min. Luiz Felipe Salomão, 27/04/2010) "Processo civil. Agravo no recurso especial. Embargos de declaração. Não demonstrada hipótese de cabimento. Multa diária. Cancelamento de restrição no Serasa. Possibilidade. Prequestionamento. - Apontada violação ao art. 535 do CPC, é necessário que o recorrente indique, no recurso especial, os pontos omissos, contraditórios ou obscuros do acórdão recorrido. - É viável a fixação de multa diária para o caso de descumprimento pela instituição financeira de determinação judicial de cancelamento de restrição creditícia. Precedentes." Grifo nosso. (STJ, 3ª Turma, AgRg no REsp 686463/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ: 21/06/2005) Para o caso de descumprimento da determinação judicial que determinou a retirada do nome do agravado dos cadastros de proteção ao crédito, o Juízo a quo fixou multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais). No presente caso, verifica-se que o valor não é excessivo e tem o condão de garantir o cumprimento da decisão judicial, conforme prescreve o artigo 461, §4º, do CPC. Nessa trilha, vide o posicionamento desta Egrégia Corte: "AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA. ABSTENÇÃO DE INSCRIÇÃO OU EXCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO DÉBITO - VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DEMONSTRADA - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO STJ. MULTA COMINATÓRIA DIÁRIA PELO DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO - POSSIBILIDADE - VALOR ADEQUADO. DETERMINAÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - INCIDÊNCIA DE MULTA PELO DESCUMPRIMENTO - NÃO CABIMENTO. 1. Segundo entendimento consolidado no e. STJ, "o impedimento à inscrição do nome do devedor em cadastros de inadimplentes pode ser concedido quando satisfeitos os seguintes requisitos: ação revisional proposta pelo devedor; efetiva demonstração da aparência do bom direito; e o depósito do valor incontroverso, ou a prestação de caução idônea" (AgRg no AgRg no Ag 1039401/GO, j. 04.11.08). 2. A cominação de multa diária para o caso de descumprimento de ordem judicial é perfeitamente cabível, nos termos do art. 461, § 4º, do Código de Processo Civil. E deve ser fixada em valor que obrigue o devedor ao cumprimento da decisão judicial, mas que não acarrete o enriquecimento sem causa da outra parte, em atenção aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 3. O juiz admitirá como verdadeiros os fatos que, por meio de documento ou da coisa, a parte pretendia provar, se o requerido não efetuar a exibição no prazo estabelecido (art. 359, do CPC). 4. Recurso conhecido e parcialmente provido. (...)" (TJPR, 18ª C.C., AI nº 576880-3, Rel. Ruy Muggiati, j: 16/09/2009) "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. CONTA CORRENTE. DISTINÇÃO ENTRE CONTA SALÁRIO E CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. DEPÓSITO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. CRÉDITO ROTATIVO. DESCONTO AUTOMÁTICO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE AUTORIZAÇÃO. ÔNUS DA PROVA DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. MULTA COMINATÓRIA. POSSIBILIDADE. VALOR. RAZOABILIDADE E EQUÜIDADE. 1. (...) 3. Admite- se a imposição de multa cominatória na ação que tem por objeto obrigação de não fazer, vez que confere à prestação jurisdicional os atributos da coercibilidade e efetividade, além de servir de desestímulo à instituição bancária na prática ou reiteração da conduta vedada (arts. 461 e 461-A do Código de Processo Civil). 4. Mantém-se a multa cominatória suficiente e compatível com o objeto da coerção, pois fixada com razoabilidade e eqüidade. 5. Apelação conhecida e não provida." (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0424751-2 - Maringá - Rel.: Des. Luiz Carlos Gabardo - Unânime - J. 03.10.2007) Ademais, a multa arbitrada pelo Magistrado Singular está em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, uma vez que o valor é compatível com as circunstâncias do caso concreto e com a capacidade econômica do agravante e do agravado, mostrando-se suficiente para alcançar a finalidade coercitiva da medida. Ademais, como bem salientou o Desembargador João Domingos Kuster Puppi, em caso análogo: a "preocupação da agravante com o pagamento da multa não se sustenta, visto que a incidência da "astreinte" depende exclusivamente da própria instituição financeira, visto que somente incidirá a referida multa se houver o descumprimento da imposição judicial" (TJPR, 8ª Câmara Cível, AI nº 689307-6, Rel., j: 14/07/2010). Por conseguinte, é de se manter incólume a decisão agravada que concedeu a tutela antecipada ao agravado. 3. Isto posto, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento nos termos acima expostos. 4. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. DES. RENATO BRAGA BETTEGA RELATOR

0018 . Processo/Prot: 0827385-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/267589. Comarca: Marialva. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0001369-77.2011.8.16.0113 Ordinária. Agravante: João Chorro Torrente, Maria das Graças Branco, Maria Ines de Oliveira, Nilson José Basseto, Pedro da Silva. Advogado: Thiago Haviaras da Silva, Marcel Crippa, Tiago Schroeder Russi. Agravado: Liberty Seguros S/a. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. I. João Chorro Torrente e Outros agravam da decisão proferida na ação ordinária de responsabilidade obrigacional securitária (autos nº 280/2011) ajuizada em face de Liberty Seguros S/A, decisão1 mediante a qual a MM. Juíza Singular indeferiu a concessão do benefício da Justiça Gratuita, em razão do não cumprimento pelos Agravantes da determinação2 de comprovação da renda familiar mensal e juntando as ultimas duas declarações do Imposto de Renda, nos seguintes termos: "1. Diante do não cumprimento do despacho de fls. 141, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita, mormente porque os argumentos expendidos na petição de fls. 143/47 não mudaram o meu convencimento. 2. Assim, intime-se o Autor para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial. 3. Intimem-se." Asseveram os Agravantes, em síntese, que, a) requereram a concessão dos benefícios da justiça gratuita por não possuir condições de arcar com as custas decorrentes da presente demanda, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família; b) cumpriram com a determinação legal ao colacionarem a declaração de pobreza, e no caso de alguns Agravantes, apresentaram os comprovantes de rendimentos; c) todos os Agravantes estão inseridos na faixa de isenção do Imposto de Renda; d) o ônus de pagar as custas processuais, honorários de sucumbência e honorários periciais causaria impedimento ao acesso à Justiça. Desse modo, os Agravantes requerem a concessão de efeito suspensivo e o provimento do presente agravo para reformar a decisão recorrida e conceder-lhes o benefício da Justiça Gratuita. II. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do agravo interposto. Insurgem-se os Recorrentes em face da decisão mediante a qual o Magistrado indeferiu a concessão do benefício da Assistência Judiciária Gratuita. Diante da clareza da matéria em exame (a qual prescinde das informações do Juízo monocrático) e da existência de entendimento sedimentado a respeito, aprecio o mérito, de plano, valendo-me da faculdade da norma inscrita no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Consoante se depreende da peça recursal e documentos que a acompanham, os Agravantes afirmam, em declaração de próprio punho, não disporem de recursos para fazer frente às despesas do processo sem prejuízo de seu sustento3 e, portanto, cumprem com o requisito legal. Além da declaração firmada, a Agravante Maria das Graças Branco juntou demonstrativo de pagamento de benefício no valor de R$ 800,004 e a Agravante Maria Inês de Oliveira juntou recibo de pagamento de salário no valor de R$ 510,005. Já o Agravante Nilson José Basseto é relojoeiro e juntou declaração contábil demonstrando que sua renda mensal é de R$ 1500,006. Quanto aos Agravantes João Chorro Torrente e Pedro da Silva, ressalte-se que são lavradores. Com efeito, o artigo 4º, da Lei 1.060/507 entende suficiente para a concessão da assistência judiciária gratuita a simples declaração de insuficiência financeira da parte. Documento este que goza de veracidade, até prova em contrário. Ademais, a condição para a obtenção do benefício da gratuidade das custas, não está a exigir a miserabilidade, na exata acepção do termo, das pessoas requerentes, pois, como sabido, as despesas processuais vão além do pagamento das custas processuais iniciais, o que torna inacessível o direito de ação. Logo, embora compreensível a certidão do senhor Escrivão8, o pleito dos Autores diz respeito à indenização de danos físicos nos imóveis financiados pela COHAB, portanto, destinados para uma população de baixa renda, o que por si só, seria suficiente para justificar a gratuidade das custas, revelando-se inoportuna tal informação diante dos documentos trazidos nos autos. Entendimento diverso estaria a afrontar o texto constitucional que, na busca da concretização da garantia do acesso à justiça (artigo 5º, inciso XXXV), determina a prestação de assistência jurídica integral e gratuita àqueles que não dispuserem de recursos para tanto. Desse modo, basta o cumprimento do requisito legal insculpido no artigo 4º da Lei 1.060/50, qual seja, juntar declaração assinada de próprio punho e, nem mesmo as ações compostas de litisconsortes ativos tem o condão de viabilizar o pagamento das referidas despesas. "(...) Não se faz necessário, para obter o benefício, que a parte beire à miserabilidade, basta que atenda ao comando do § único do art. 2.º e do art. 4.º da Lei 1060/50. -"A garantia do art. 5º, LXXIV - assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos - não revogou a de assistência judiciária gratuita da Lei 1.060, de 1950, aos necessitados, certo que, para obtenção desta, basta a declaração, feita pelo próprio interessado, de que a sua situação econômica não permite vir a Juízo sem prejuízo da sua manutenção ou de sua família." (Min. Carlos Veloso) - O inciso LXXIV do art. 5.º da Constituição Federal, numa leitura menos detida, pode levar a entender que não fora recepcionado o art. 4.º da lei 1060/50 na parte que dispõe que basta simples afirmação. Entretanto, a interpretação desse dispositivo constitucional deve ser lida à luz de uma interpretação sistemática e, portanto, deve ser conjugado com o Princípio do Acesso a Justiça (CF, 5.º, XXXV), revelando que a prestação jurisdicional deve ser adequada. -"A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não se condiciona à prova do estado de pobreza do requerente, mas tão-somente à mera afirmação desse estado" (Min. Gomes de Barros) - As portas do judiciário devem sempre estar abertas para aqueles que necessitem e não possam arcar com as despesas do processo.Ressalte-se que o fato de existir litisconsórcio ativo não impede a concessão do aludido benefício, desde que, como in casu, nenhuma das partes possa arcar com as custas."9 Por ora, no entanto, enquanto persistir a presunção de veracidade da declaração (a qual cessa apenas mediante prova suficiente em contrário promovida em procedimento próprio previsto na legislação processual) a não concessão da gratuidade obsta o acesso dos Recorrentes à Justiça, circunstância esta que não pode ser corroborada por esta Corte Revisora. III. Dessarte, as declarações de fls. 46, 55, 63, 71 e 78-TJ preenchem os requisitos legais (consoante determinados pelo artigo 4º, da Lei 1.060/50) para a obtenção do benefício assegurado pela Constituição Federal (artigo 5º, inciso LXXXIV), donde merece provimento o presente recurso de Agravo de Instrumento, para o fim de conceder aos Agravantes a assistência judiciária gratuita pleiteada. Intimem-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fl. 163-TJ. 2 Fl. 155-TJ. -- 3 Fls. 46, 55, 63, 71, 78-TJ. 4 Fl. 57-TJ. 5 Fl. 65-TJ. 6 Fl. 73-TJ. 7 "A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de

advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família". 8 Fls. 154-TJ. -- 9 TJPR 10ª CCv, AI 422949-4, rel. Des. Arquelau Araujo Ribas, DJ 7460 de 28/09/2007.

0019 . Processo/Prot: 0827946-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/262595. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0022687-11.2010.8.16.0030 Cobrança. Agravante: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich, Thais Malachini. Agravado: Rita de Cassia Francisco de Carvalho. Advogado: Munirah Muhieddine. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. I. Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT agrava da decisão proferida na ação de cobrança de indenização securitária de seguro obrigatório DPVAT (autos nº 22.687/2010) ajuizada por Rita de Cássia Francisco de Carvalho, decisão esta mediante a qual o MM. Juiz deferiu a produção da prova pericial para aferir o grau de invalidez da autora, nomeou Perito particular, inverteu o ônus da prova e facultou a Requerida ao pagamento dos honorários periciais, sob a advertência de não o fazendo, sofrer as conseqüências de sua inércia1. Assevera a Agravante, em síntese, que: a) a decisão agravada não obedece a posição majoritária da jurisprudência deste Tribunal de Justiça e as disposições legais ao nomear perito particular para a realização de prova pericial; b) o artigo 5º, §5º, da Lei n.º 6.194/4 determina que o Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou domicílio da vítima é o órgão legal para atestar a existência ou não de invalidez permanente e o grau em que ela se apresenta. Requer a concessão de efeito suspensivo e, ao final, o provimento do presente recurso para reformar a decisão agravada, determinando-se que seja oficiado ao IML da jurisdição do acidente ou do domicílio da autora, intimando a agendar data para a realização de exame médico pericial, desconstituindo, por consequência, a nomeação do Perito pelo Magistrado. II. Presentes os pressupostos de admissibilidade, o recurso deve ser conhecido. Diante da clareza da matéria em exame (a qual prescinde das informações do Juízo monocrático) e da existência de entendimento sedimentado a respeito, aprecio o mérito, de plano, valendo-me da faculdade da norma inscrita no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Na presente lide pretende-se a cobrança de seguro, em decorrência de acidente de trânsito, razão pela qual há a necessidade da prova pericial para aferir o grau de invalidez. Da análise dos autos, resta claro que a Seguradora se insurge contra a determinação do Magistrado de realização de perícia judicial para a averiguação do grau de invalidez da Requerente, afirmando que referida prova deveria ser realizada pelo Instituto Médico Legal. Contudo, razão não lhe assiste em seu inconformismo no caso concreto. Pretende a Seguradora que a perícia seja realizada pelo IML. Primeiramente, deve-se ressaltar que a decisão agravada foi expressa ao afirmar que "O laudo do IML foi apresentado com a petição inicial2". Assim sendo, verifica-se que é clara a intenção do Magistrado em produzir uma "contraprova", ouvindo a opinião de outro perito acerca do caso, inclusive, aferindo-se o grau de invalidez que acomete a parte autora. Tal atitude, inclusive, beneficia a Seguradora/Agravante, visto que haverá a análise de dois profissionais acerca da incapacidade da Agravada, o que possibilita uma maior segurança acerca do seu grau de invalidez. Além disso, é de notório conhecimento a deficiência de pessoal e os problemas de agenda que costumam assolar as instituições públicas, em especial o Instituto Médico Legal. Dessarte, não contribui para o célere andamento do processo submeter a Autora à espera de uma data para a realização da prova pericial, sendo mister ressaltar que a rápida tramitação das demandas judiciais foi elevada à categoria de direito fundamental pela Emenda Constitucional nº 45/2004: Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Posto isso, em se revelando necessária, por disposição legal a averiguação do grau de invalidez da Autora, deve o magistrado, diante da impossibilidade de ser realizada pelo IML, que nomeie expert, razão pela qual correta está a decisão agravada. Nesse sentido, é o entendimento desta Corte revisora: "AGRAVO INTERNO DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO CPC ALEGAÇÃO DE QUE A PERÍCIA DEVE SER REALIZADA PELO IML POSSIBILIDADE DE DETERMINAÇÃO DE PERÍCIA JUDICIAL CUJO ÔNUS DE PAGAMENTO DE HONORÁRIOS RECAIA SOBRE A PARTE VENCIDA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA CORTE DECISÃO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."3 Dessa forma, a determinação da realização de perícia judicial respeita às exigências de celeridade e busca da verdade real, donde não merece reforma o despacho agravado. III. Por tais motivos, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, conheço e nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento, por manifesta improcedência, para o fim de manter a decisão agravada. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fls. 238-TJ. -- 2 Fls. 90-TJ -- 3 TJPR Ag 610243-0/01, Oitava Câmara Cível, Rel. Denise Krueger Pereira, DJ 09.11.2009.

0020 . Processo/Prot: 0828304-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/264223. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0026647-72.2010.8.16.0030 Cobrança. Agravante: Caixa Seguradora Sa. Advogado: Tatiane Muncinelli, Juliane Feitosa Sanches, Luiz Henrique Bona Turra. Agravado: Aroldo Varela. Advogado: Francisco Evandro de Oliveira. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Agravante: CAIXA SEGURADORA S.A. Agravado: AROLDO VARELA Relator: JUIZ SERGIO LUIZ PATITUCCI AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT INVALIDEZ PERMANENTE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA MANUTENÇÃO INSTRUÇÃO PROVA PERICIAL PEDIDO DE PERÍCIA PELO IML DESNECESSIDADE DESPESAS COM PERÍCIA A CARGO DE QUEM A REQUEREU APLICAÇÃO DO ARTº. 557 DO CPC RECURSO PROVIMENTO PARCIAL. Caixa Seguradora S.A. está a interpor o presente recurso de Agravo de Instrumento com fundamento no art. 522 e seguintes, e, artº. 273 inc. I, todos do Código de Processo Civil, irresignada com o r. despacho do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, proferido nos autos de Ação de Cobrança, onde determinou a realização da perícia judicial, que entende prescindível, assim como afirma da necessidade da realização do exame pelo perito do Instituto Médico Legal IML, conforme determina a Lei nº 6.194/74. Pretende a reforma da decisão agravada, primeiramente alegando que não se aplica a legislação consumerista ao caso e consequente inversão do ônus da prova e ainda se houver a realização da perícia judicial, que a mesma seja custeada pelo autor que a requereu (fls. 02/14). É o relatório. Inicialmente alega a agravante da impossibilidade da inversão do ônus da prova, pois em matéria de seguro obrigatório, não se aplicam as disposições do Código de Defesa do Consumidor, sendo aplicável ao caso a legislação específica do DPVAT. Não assiste razão a agravante, pois trata o DPVAT de uma modalidade seguro obrigatório de cunho social, mas em momento algum deixa de se constituir um contrato de seguro privado. Para confirmar tal afirmação, em matéria paga publicada no Jornal "Gazeta do Povo", de hoje, dia 21/09/2011, na página 9, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, esclarece: "COMUNICADO DPVAT: um seguro privado com finalidade social (...) Como qualquer outro seguro, o DPVAT destina-se a cobrir a totalidade da população brasileira contra riscos: no caso, o risco de sofrer dano corporal em acidente de trânsito. Assim, o seguro não se confunde com nenhuma espécie de imposto ou qualquer outro tributo por se tratar de uma garantia contratada junto a seguradoras privadas, e cujo prelo é calculado tecnicamente por atuários." Como se vê, a própria propaganda do seguro obrigatório afirma trata-se de um seguro como qualquer outro, uma garantia contratada junto a seguradoras privadas. A alegação trazida pela agravante não passa de peça de retórica diante da espécie de contrato de seguro firmado, sendo que o próprio consórcio de segurados assim afirma. Assim, submetem-se os contratos de seguro DPVAT aos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor e de conseqüência correto o entendimento do magistrado "a quo" em inverter o ônus da prova. No que pertine a perícia judicial, essa se faz necessário, pois o Laudo do IML não é suficiente para aquilatar o grau da invalidez, sendo apenas utilizado administrativamente, caso a seguradora porventura resolva efetuar o pagamento sem a necessidade de ajuizamento da ação. Assim, em ajuizando a vítima ação de cobrança, torna-se desnecessário a realização de perícia pelo IML, pois a perícia judicial é muito mais abrangente e permite o contraditório, inclusive com a indicação de assistentes pela partes. De outro vértice, assiste razão a agravante no que pertine a determinação contida na decisão atacada para que custeie a realização da perícia técnica deferida pelos Juízo. Todavia, a possível inversão do ônus da prova em favor do agravado/autor não tem o condão de obrigar o fornecedor/seguradora a custear a prova pleiteada por aquele. A inversão do ônus da prova não implica na obrigatoriedade da parte contrária em arcar com os custos da produção de qualquer prova que tenha sido requerida pelo autor. O ônus de arcar com as despesas da prova a ser produzida é de quem a requereu, sendo a inversão do ônus da prova uma regra de julgamento, onde o julgador poderá entender que a sua não produção virá em favor do reconhecimento do direito da parte hipossuficiente. Deste modo, nos termos do artº. 557 § 1º-A do CPC é de se dar parcial provimento ao recurso de agravo de instrumento, apenas no que pertine a obrigação de custear a prova técnica pericial que deve ser feita pelo autor. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2.011. SERGIO LUIZ PATITUCCI Relator

0021 . Processo/Prot: 0828443-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/261728. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 0034523-34.2011.8.16.0001 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Joarez Evangelista Franco, Lucia Nemecek, Mauro Duran Barquilha, Marcos Van Ray, Paulo Gilberto Chyczy, Cleusa Aparecida da Silva, Guetti Otto, Laura Amélia Costa Jordão, Luzia Tortola da Cruz, Nivaldo Manoel Duarte, Renil Aparecida Nazareno, Carmem Balles Rodrigues, Melania Pietrobom, Irene da Luz Silva Machosiki, Vilma de Fátima de Camargo, Cintia Cristina Honji, Alberto Magno Costa Fonseca, Ana Paula Ball, Rosangela Bueno Bettega, Margot Scarant Bissi, Ismael Simoes de Oliveira, Valdeci Pereira Goulart, Nilza Aparecida de Souza, Lilian Regina Mottin, Márcia Yamashiro, Douglas Henrique Aring, Edison Gonçalves de Lima, Idécia de Sousa Coelho, Silvia Margarida Glitz. Advogado: Dario Borges de Liz Neto, Ivan Cesar Azevedo Borges de Liz. Agravado: Bradesco Seguros SA. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Trata-se de recurso contra decisão que, em ação de responsabilidade obrigacional securitária (autos nº 0034523-34- 2011.8.16.0001), indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita, por entender que o valor das custas pode ser rateado entre os autores, e pelo fato de terem os requerentes constituído advogado. Assim decidiu o magistrado: (...) considerando que o somatório das custas perfaz o total de R$ 1.027,52, valor este que rateado entre os 19 autores alcança a cifra de R$ 54,08 para cada qual, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita, máxime estarem os requerentes patrocinados por advogado constituído". (fls. 94-TJ) Alegaram os agravantes que são pessoas humildes e de poucos recursos e, que não possuem condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo próprio ou de seus familiares. Sustentaram que a Lei nº 1060/50, exige, apenas, a simples declaração de insuficiência de recursos, para a concessão da assistência judiciária gratuita. Afirmaram que cumpriram com o disposto na referida norma, firmando declaração de hipossuficiência financeira, militando, assim, presunção juris tantum de necessidade. Relatados, DECIDO: Presentes os requisitos de admissibilidade, intrínsecos e extrínsecos, o presente recurso merece ser conhecido, nos termos do art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, e provido. Cabe ao relator, na função de preparador do recurso, o exame do juízo de admissibilidade recursal.1

Assim, quando se verificar que a decisão atacada confronta-se com "jurisprudência dominante", do STF ou de Tribunal Superior, de acordo com o citado dispositivo, poderá o relator dar provimento ao recurso. Tal situação amolda-se ao caso em apreço. Com efeito, o benefício da assistência judiciária gratuita está previsto na Lei 1060/50 e tem como finalidade tornar efetiva a previsão constitucional do direito de acesso ao poder judiciário. Diante 1 Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery. Código de Processo Civil Comentado. 10ª Ed., p. 960. disso, tal benefício foi também incorporado pela nossa Constituição Federal de 1988, que no seu artigo 5º, inciso LXXIV prevê: "O Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Note-se que a Constituição fala, expressamente, em comprovação da insuficiência de recursos. Ora, a interpretação da lei deve se ater, principalmente, ao conjunto que forma o direito e não, apenas, a um só ângulo de visão. Pois a interpretação literal pode levar a equívocos. Veja-se que a prova da "insuficiência", seja de recursos ou de qualquer outra coisa, é bastante complicada, pois outra não seria, que a prova da ausência, ou seja, uma prova negativa. Através de breve pesquisa jurisprudencial, verifica-se que, atualmente, o entendimento predominante é de que tal comprovação deve ser relativizada, seja em função da clara redação da Lei 1060/50, seja para dar real efetividade ao benefício. Vejamos o que diz a Lei 1060/50 nesse sentido: "Artigo 4º: A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. § 1º: Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais ".(grifo nosso) De pronto já se verifica que a lei 1060/50 facilita, em muito, o requerimento de assistência judiciária gratuita, condicionando o seu deferimento somente a simples alegação da parte, de que não possui meios de arcar com as despesas do processo. De acordo com a legislação citada, até que se prove em contrário, a afirmação da parte sobre ser pobre, na acepção jurídica do termo, deve ser aceita. Pela clara redação da Lei 1060/50, percebe-se que tal afirmação acarreta uma presunção juris tantum, isto é, ela é considerada verdadeira até que se prove em contrário. Nesse rumo também é o entendimento dos nossos Tribunais: CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO JUSTIÇA GRATUITA. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO. I - É pacífico o entendimento da Corte de que para a obtenção de assistência jurídica gratuita, basta a declaração, feita pelo próprio interessado, de que sua situação econômica não lhe permite ir a Juízo sem prejudicar sua manutenção ou de sua família. Precedentes. II - Agravo regimental improvido. (Supremo Tribunal Federal, AI 649283 AgR / SP, Rel. Ricardo Lewandowski, Julg. 02.09.08, Pub. DJe-177, 19-09-2008) PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. ART. 4º, § 1º, DA LEI N. 1.060/50. AFIRMAÇÃO DA PARTE. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. 1. O art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50 determina que a concessão de assistência judiciária gratuita é aferida pela declaração da parte de que não possui condições de arcar com as despesas processuais. 2. Tal afirmativa possui presunção de veracidade, competindo ao réu o ônus de provar que o autor não se encontra em estado de miserabilidade jurídica. 3. Nas instâncias ordinárias ficou estabelecido que a mera alegação de que o autor não está isento do pagamento de imposto de renda não é capaz de desconstituir a presunção legal de veracidade de tal declaração. Incidência da Súmula n. 7/STJ. 4. Agravo regimental improvido. (Superior Tribunal de Justiça, AgRg no Ag 1172972 / RS, Rel. Jorge Mussi, Julg. 20/10/2009, Pub. DJe 07/12/2009) Dessa forma, uma vez que a lei só condicionou o deferimento do benefício em questão à simples alegação da parte, não há que se falar em outras condições diversas desta, ficando a cargo da parte contrária a contestação da insuficiência, com, é claro, o ônus decorrente de tal (e, aqui, a prova é positiva). No caso, o juiz da causa não concedeu o pedido de justiça gratuita, por entender que os agravantes, pelo fato de estarem litigando em número de dez, teriam condições de arcar com as custas processuais, se rateassem as despesas entre eles; e por terem constituído advogado particular. Contudo, deve ser ressaltado que a Lei nº 1060/50 condiciona a concessão de assistência judiciária somente a alegação de não ter condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, não impondo o dever de prova sobre tal afirmação, até porque, como se disse, tal prova orbita na esfera negativa. Nesse sentido, a denegação do benefício implica em limitação do direito constitucional de ação, até porque o fato da parte agravante declarar sua hipossuficiência, trás a presunção de que não possui condições de arcar com as despesas processuais. Também, o fato dos agravantes constituirem advogado particular, também não é suficiente para comprovar que tem condições financeiras de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - PROPRIEDADE DE IMÓVEIS - CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PARTICULAR - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA BENEFICIADA - RECURSO NÃO PROVIDO. 1(...) 2. A propriedade de bens imóveis, bem como a contratação de advogado particular não ilidem a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita. (TJ/PR, Ap 456867-2, Rel. D'artagnan Serpa Sá, Julg. 16.07.08). - grifei Repita-se que, em se tratando do benefício de assistência judiciária gratuita, para o seu deferimento, basta a simples afirmação da parte sobre sua impossibilidade de arcar com as despesas processuais. Esse é o único entendimento cabível da interpretação conjunta do artigo 4º da Lei 1060/50 com o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, que, inclusive, vem sendo reiteradamente proferido pelos nossos Tribunais. Assevere-se, por fim, que a questão aqui analisada, por sua própria natureza, é normalmente mutável. E, por isso os benefícios sempre podem ser revistos, caso haja prova contrária. Assim, em face da dominante jurisprudência a respeito da matéria, com fulcro no artigo 557, § 1º, letra "a" do CPC, DOU PROVIMENTO ao presente recurso para conceder o benefício de assistência judiciária, aos agravantes. Intimem-se. Diligências necessárias. Curitiba, 21 de julho de 2011.

0022 . Processo/Prot: 0828528-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/248849. Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000667-66.2011.8.16.0167 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Tatiana Tavares de Campos, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Alexandre Pigozzi Bravo. Agravado: Benedita Apareceida Padovan, Elias Apóstolo de Oliveira, Joaquim Bernardo dos Santos, Mateus Messias dos Santos. Advogado: Giorgia Enrietti Bin, Camila Enrietti Bin. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. I. Companhia Excelsior de Seguros agrava da decisão proferida na ação ordinária (autos nº 0000667- 66.2011.8.16.0167), proposta por Benedita Aparecida Padovan Silva e Outros, decisão1 mediante a qual o MM. Juiz saneou o processo e: a) afastou as preliminares de ilegitimidade passiva, ilegitimidade ativa, inépcia da petição inicial, falta de interesse processual e de legitimidade; b) não acolheu os pedidos de denunciação da lide, chamamento ao processo e assistência; c) rejeitou a arguição da prescrição; d) reconheceu a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor; e) inverteu o ônus da prova em favor dos Agravados; f) deferiu a produção de prova pericial e nomeou perito. Sustenta a Agravante a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor e da inversão do ônus da prova, não cabendo à Agravante o ônus de suportar os custos para a realização da prova pericial, mas sim aos Agravados, em face da aplicação da regra da distribuição do ônus da prova previsto no art. 333, inciso I do Código de Processo Civil. Desse modo, requer o recebimento do agravo no seu efeito suspensivo, para obstar que a Agravante seja obrigada a realizar o pagamento dos honorários periciais, e o provimento do agravo para modificar a decisão agravada. II. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do agravo interposto. Diante da clareza da matéria em exame (a qual prescinde das informações do Juízo monocrático) e da existência de entendimento sedimentado a respeito, aprecio o mérito, de plano, valendo-me da faculdade da norma inscrita no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Trata-se de Agravo de Instrumento em face de despacho saneador proferido em ação de cobrança em que os Agravados buscam a condenação da Seguradora ao pagamento do valor necessário para a reparação integral dos danos constatados nos imóveis em que residem. DA APLICABILIDADE DO CDC E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA A Agravante se insurge quanto à aplicação das normas consumeiristas e a consequente inversão do ônus probatório. Conforme disposto no art. 20 do Decreto-lei 73 de 1966, a contratação espécie de seguro é obrigatória aos bens dados em garantia de financiamentos de instituições financeiras públicas. Ou seja, no momento da aquisição da casa própria junto à promitente-alienante COHAPAR, os mutuários precisam aderir ao Seguro Habitacional, sem qualquer discussão acerca de suas cláusulas, nem mesmo quanto à cobertura securitária. Dessarte, os contratos de seguro mencionados classificam-se como contratos de adesão e não se furtam à incidência das normas consumeiristas, mesmo que tenham sido celebrados anteriormente à vigência do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que são contratos de eficácia continuada e seus efeitos se prolongam no tempo. Os efeitos de contratos anteriores à Lei nº 8.078/90 se submetem às regras do Código de Defesa do Consumidor, eis que não se trata de controvérsia sobre a validade do negócio, o que exigiria a aplicação do aforismo tempus regit actum, e sim da execução, ou não, dos deveres contratados, o que se situa no plano dos efeitos totais ou parciais da avença, sobre os quais incide, de acordo com as regras elementares de direito intertemporal, a nova lei. Não é outro o entendimento desta Corte revisora: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. APLICABILIDADE DO CDC A CONTRATOS ANTERIORES. OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO NO JULGADO. QUESTIONAMENTO QUANTO À PROVA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS E FORMA DE AMORTIZAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIAS. INADMISSÍVEL NESTA VIA ELEITA. 1. Admite-se a aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor aos contratos regidos anteriormente a ele, desde que seus efeitos venham a ocorrer na vigência da nova lei, eis que não se pode admitir que determinados contratos venham a produzir efeito infringindo norma de ordem pública, que tem aplicação imediata, ou seja, neste caso, é de se entender que não deverá prevalecer a vontade das partes, mas a vontade da Lei, justamente por esta ter caráter cogente. (...)" 2 Ademais, o próprio art. 20 do Decreto-lei 73/66 ressalva que a obrigatoriedade de tal contratação não tem o condão de prejudicar o disposto em leis especiais, de modo que não prospera o argumento de inaplicabilidade do CDC. Estabelecida a premissa de que incidem, in casu, as regras consumeiristas, dúvida não há acerca da pertinência da norma inscrita no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, a qual, ante a peculiar posição do consumidor, visa à "facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência". Tratando-se de contrato de adesão, sendo evidente a hipossuficiência dos Agravados, é de se inverter o ônus da prova, a fim de buscar o equilíbrio para que as partes se igualem diante do processo, medida necessária para evitar que o consumidor fique entregue à própria sorte. Pertinente é a transcrição das assertivas de PAULO LUIZ NETO LÔBO a indicar que, desde o momento da celebração do contrato, a vulnerabilidade do aderente ao pacto de adesão, tal como o ora em tela, é marcante: "O aderente encontra-se na situação de parte mais fraca por não compartilhar do poder de predispor as condições gerais. A debilidade fática do aderente decorre de fatores adicionais que não podem ser desprezados: normalmente, não se apercebe das condições que lhe são desfavoráveis, por estarem disseminadas no texto extenso ou compacto do contrato ou do documento preliminar; ou por estarem redigidas em termos técnicos; ou por estarem impressas em caracteres minúsculos, induzindo a desnecessidade da leitura; ou por não dispor

de tempo para ler e refletir; ou por confiar pura e simplesmente no conteúdo eqüitativo do texto".3 Considerando, pois, a configuração dos pressupostos para a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor e para a inversão do ônus probatório, não prospera a pretensão recursal, razão pela qual a decisão recorrida não merece reparos. DAS CUSTAS DA PROVA PERICIAL É bem verdade que a norma insculpida no caput do artigo 33 do Código de Processo Civil determina o pagamento das custas pela parte autora, no caso de a prova pericial ser requerida por ambas as partes. Entretanto, diante do caso concreto, decidiu acertadamente o juízo monocrático. Trata-se, in casu, de lide de grande complexidade, para cujo deslinde a prova pericial se faz necessária. A responsabilidade imputada à Agravante pela indenização dos vícios apresentados pelos imóveis será comprovada ou infirmada por meio de ampla defesa e contraditório, sendo relevante a realização da perícia. Tendo havido a inversão do ônus da prova, cabe à Agravante a produção de provas a fim de desconstituir as alegações do Agravado. Destaque-se que houve requerimento expresso da Agravante para a produção de prova pericial4. Contudo, a Recorrente não está obrigada ao pagamento dos honorários periciais, mas deve estar ciente de que a não realização das provas, em virtude do não pagamento das custas para tanto necessárias, virá em seu próprio prejuízo, eis que, na ausência de demonstração em contrário, prevalecerão as alegações do Agravado. Por fim, cumpre ratificar que o caso em tela enseja a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, eis que configurada a relação de consumo entre Agravante e Agravados, sendo direito básico do consumidor, a teor do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, a facilitação da defesa de seus direitos. Dessa forma, decido de plano, pela negativa de seguimento ao presente Agravo de Instrumento. III. Por tais motivos, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, conheço e nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento, por manifesta improcedência, para o fim de manter a decisão agravada. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fl. 82/84-TJ. -- 2 TJPR ED 296.127-1/01, Ac 2421, 14ª Câmara Cível, Rel. Jucimar Novochadlo, Julg. 23.11.2005. -- 3 Condições gerais dos contratos e cláusulas abusivas. São Paulo: Saraiva, 1991, p. 70. -- 4 Fls. 70-TJ. 0023 . Processo/Prot: 0828625-1 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/236853. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0013867-70.2009.8.16.0019 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Ivanilda Batistelli, Maria Teleginski, Neldi Berger, Reny Batista Ribeiro Bueno. Advogado: João Manoel Grott, Mário Marcondes Nascimento. Agravado: Sul America Companhia Nacional de Seguros Gerais. Advogado: Karina Hashimoto. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios Agravante: IVANILDA BATISTELLI E OUTROS Agravada: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS Relator: JUIZ SERGIO LUIZ PATITUCCI AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA DANOS EM IMÓVEIS CONTRATO DE SEGURO ADVENTO DA LEI Nº 12409/2011 APLICABILIDADE APENAS AOS CONTRATOS CELEBRADOS APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2010 CONTRATOS ANTERIORES ATO JURÍDICO PERFEITO INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL INOCORRÊNCIA MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE ARTº. 557 § 1º "A" DO CPC RECURSO PROVIMENTO. 1.- Aplicabilidade da Lei nº 12.409/2011 - No caso concreto, não há possibilidade de incidência da MP 513/2010 convertida em Lei nº 12.409/2011 em relação aos contratos celebrados antes de 26 de novembro de 2010, sob pena de grave ofensa à proteção constitucional ao ato jurídico perfeito, assegurada pelo art. 5º, XXXVI do texto constitucional; 2.- Competência Competente é a Justiça Estadual para o conhecimento e julgamento de ação referente a Contrato de Seguro oriundo do Sistema Financeiro de Habitação, constituído por capital privado, sem participação de recursos públicos. Insurgem-se os agravantes Ivanilda Batistelli e outros contra decisão do d. Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa, nos autos nº 13867/2009 de Ação Ordinária de Responsabilidade Obrigacional Securitária, ajuizada em face de Sul América Companhia Nacional de Seguros Gerais, na qual reconheceu a aplicabilidade da Lei nº 12409/2011 ao caso concreto e em decorrência o interesse da Caixa Econômica Federal, o que resulta no deslocamento da competência a seara da Justiça Federal (fls. 86/87-TJ). Pretendem os agravantes com o presente recurso seja reformada a referida decisão, alegando da inaplicabilidade da Medida Provisória convertida em Lei, em que houve um ato jurídico perfeito entre as partes, sendo uma relação onde litigam os mutuários e uma seguradora privada. Afirma inexistir o interesse da Caixa Econômica Federal e da União, com consequente deslocamento da competência para a Justiça Federal. Ao final pugna pelo provimento com a manutenção da competência da Justiça Estadual (fls. 02/20-TJ). É o relatório. O recurso é próprio e tempestivo, encontrando-se o presente agravo devidamente instruído com as peças obrigatórias previstas na legislação processual (artº. 525 CPC), além de preencher os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade. Irresignam-se os agravantes com o r. despacho do juízo singular que deferiu a alegação de ilegitimidade passiva da seguradora agravante e declinou a competência em favor da Justiça Federal para apreciar o feito, tendo em vista haver interesse da União como assistente da Caixa Econômica Federal na lide em decorrência do advento da Lei nº 12.409/2011. Do constante do r. despacho agravado, a matéria merece consideração nesta via recursal, em respeito ao princípio da celeridade processual, pois trata da discutida competência entre a Justiça Estadual e a Federal. Inicialmente alegam os agravantes a legitimidade da seguradora por ter tomado parte na contratação, sendo este um negócio com empresa seguradora privada e que apenas fez parte de um consórcio de seguradoras. Aduz que na contratação ocorreu um ato jurídico perfeito, o qual não pode ser modificado por lei posterior como caso da referida lei. Assiste razão aos agravantes. No caso a agravada fez parte de um consórcio de seguradoras que atuam junto a contratação de seguro habitacional junto ao Sistema Financeiro Nacional, sendo que recebe valores referentes ao referido seguro, não podendo se eximir por fazer parte do referido consórcio, posto que nesta situação incidente o Código de Defesa do Consumidor. Em apertada síntese das exaustivas e bem lançados argumentos sobre a matéria, o custeio do seguro habitacional é constituído por capital evidentemente privado resultante do pagamento de prêmios pelos mutuários do sistema, a seguradoras privadas, como a agravante, sem qualquer participação de recursos públicos, evidenciando a inexigibilidade da aumentada participação como consta da melhor jurisprudência emitida sobre o assunto em disceptação. Vale citar: "CIVIL E PROCESSO CIVIL: CONTRATO DE SEGURO FIRMADO ENTRE MUTUÁRIO DO SISTEMA FINANCEIRO HABITAÇÃO E A SASSE COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS COBERTURA SECURITÁRIA VINCULAÇÃO EXCLUSIVA DAS PARTES CONTRATANTES ILEGITIMIDADE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. Visando a ação o pagamento de prêmio de seguro, somente as partes contratantes estão obrigadas a observar as cláusulas pactuadas mesmo quando em garantia de imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro de Habitação ilegitimidade passiva da Caixa Econômica Federal para o processamento e julgamento do feito em favor da Justiça Estadual, ante a inocorrência, na espécie, de qualquer das hipóteses previstas no artigo 109 da Constituição Federal de 1988". (TRF - 1ª Região 6ª turma Relator: Des. Fed. Moacir Ferreira Ramos 04/02/2002). É entendimento do STJ: REGIMENTAL. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. (...) - Nas ações em que se discute contrato de seguro adjecto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes. (...) (AgRg no REsp 811.069/PR, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, julgado em 03.12.2007, DJ 12.12.2007 p. 416). CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL. SEGURO. É DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÕES PROPOSTAS CONTRA ENTIDADE PRIVADA, VERSANDO SOBRE O CONTRATO DE SEGURO HABITACIONAL. CONFLITO CONHECIDO E DECLARADA A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. (CC 18.198/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Segunda Seção, julgado em 13.08.1997, DJ 29.09.1997 p. 48105). No que concerne a intervenção da União no feito, com supedâneo no art. 5º da Lei 9.469/97, em princípio, nada obstaria que integrasse a lide na condição de assistente. Isto porque, a faculdade conferida pela Lei 9.469/97, em seu art. 5º, sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta, processualmente não é senão uma espécie de assistência, "assistência anômala" na expressão de Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart. (Marinoni, Luiz Guilherme e Arenhart, Sérgio Cruz, "apud" Bueno, Cássio Scarpinella. Partes e Terceiros no Processo Civil Brasileiro, p. 200. Saraiva: São Paulo, 2006.). No entanto, enfatize-se que, na presente hipótese, pretende-se que a Caixa Econômica Federal passe a integrar o pólo passivo da lide, deslocando-se, por conseguinte, a competência para o julgamento do feito para a Justiça Federal. Ressalte-se que, caso fosse admitida a União como assistente nesta sede processual, a conseqüência lógica seria também o deslocamento do feito originário para a Justiça Federal, o que, por sua vez, esvaziaria o seu próprio objeto ou, no mínimo, tornaria inócuo o julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1091363/SC, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias, cujo objetivo mediato é o referido no deslocamento, o que não é possível. Destaque-se aqui, decisão do referido Tribunal: RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO EM QUE SE CONTROVERTE A RESPEITO DO CONTRATO DE SEGURO ADJECTO A MUTUO HIPOTECÁRIO. LITISCONSÓRCIO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/CEF E CAIXA SEGURADORA S.A. INVIABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO. 1. Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais) inexiste interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento. Precedentes. 2. Julgamento afetado à 2a. Seção com base no Procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos). 3. Recursos especiais conhecidos em parte e, nessa extensão, não providos. (REsp 1091363/SC, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal Convocado do TRF 1ª Região), Segunda Seção, julgado em 11/03/2009, DJe 25/05/2009). A Medida Provisória nº 513/2010 convertida em Lei nº 12409/2011é inaplicável aos contratos celebrados antes de 26.11.2010. Como bem delineou a Des. Rosana Amara Girardi Fachin ao decidir o Agravo de Instrumento nº815678-7: "(...) não há, no caso concreto, possibilidade de incidência da MP 513/2010 em relação aos contratos celebrados antes de 26 de novembro de 2010, sob pena de grave ofensa à proteção constitucional ao ato jurídico perfeito, assegurada pelo art. 5º, XXXVI do texto constitucional. Apesar de a regra ser a irretroatividade das leis, a Constituição põe a salvo, em nome da segurança jurídica, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, a fim de assegurar ao destinatário da norma o prévio conhecimento acerca das circunstâncias nas quais ocorrerá uma relação jurídica entabulada. É como ensina a doutrina pátria: "A temática, aqui, liga-se à sucessão de leis no tempo e à necessidade de assegurar o valor da segurança jurídica, especialmente no que tange à estabilidade dos direitos subjetivos. A `segurança jurídica' consiste no conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida'. Uma importante condição da segurança jurídica está na relativa certeza que os indivíduos têm de que as relações realizadas sob o império de uma norma devem perdurar ainda quando tal norma seja substituída." 7 "A retroatividade das leis desmente

a confiança que se teria de depositar no ordenamento jurídico, sendo causadora direta de grave insegurança jurídica. A concessão de status constitucional à diretriz da irretroatividade é relevante na medida em que vincula todos os poderes e, em especial, o legislador. A Constituição, em seu art. 5º, XXXVI, determina que `a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada'. A Constituição, ao proteger essa trilogia, busca assegurar um mínimo de estabilidade das relações jurídicas. Para tanto, proíbe a eficácia retroativa das leis àquelas situações do passado já consolidadas." No caso a Medida Provisória 513/2010 convertida em Lei desrespeita o ato jurídico perfeito, pois modifica a relação jurídica perfeita estabelecida entre a seguradora e mutuários, sendo que quem celebrou o contrato de seguro e recebeu o prêmio foi a seguradora (entidade privada) e quem agora se responsabilizaria pelos danos seria a União através da Caixa Econômica Federal (com dinheiro público). Ou seja, as seguradoras recebem o prêmio do seguro e quem paga a conta é o contribuinte com o dinheiro vindo dos impostos da União. Esta Corte ao apreciar esta matéria já pacificou entendimento sobre a competência para apreciar da matéria da Justiça Estadual, inexistindo interesse da União Federal nestes contratos de seguro que possa deslocar a competência a esfera da Justiça Federal. No caso narrado nos autos, em que houve a celebração de negócio jurídico de natureza securitária entre mutuário do sistema financeiro de habitação e a seguradora ora requerida, o qual seguiu as disposições da legislação vigente à época, que ainda não dispunha sobre a assunção de direitos e obrigações do SFH pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais. É legítimo permitir que obrigações inicialmente assumidas por entes privados sejam, ao final, através de ato legislativo de caráter extraordinário, suportadas por dinheiro público? A resposta é não, pois o prêmio foi recebido pela seguradora privada, que ficou com os lucros, e agora a indenização deve ser pago com dinheiro público, dividindo entre todos os brasileiros o prejuízo. Assim, essa nova regra só é aplicável aos contratos celebrados após 26.11.2010. Diante do exposto e considerando a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça bem como neste Tribunal, na forma facultada pelo artigo 557 § 1º do Código de Processo Civil, é de se dar provimento ao recurso de agravo de instrumento, de Ivanilda Batistelli e outros, reformando a decisão atacada, para reconhecer a inaplicabilidade da Lei nº 12.490/2011 ao caso presente, mantendo a competência da Justiça Estadual. Intime-se. Comunique-se ao d. Juízo "a quo", encaminhando-se-lhe cópia desta decisão. Curitiba, 20 de setembro de 2.011. SERGIO LUIZ PATITUCCI Relator

0024 . Processo/Prot: 0828698-4 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/267100. Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 0015218-16.2011.8.16.0017 Declaratória. Agravante: Unimed Regional Maringá - Cooperativa de Trabalho Médico. Advogado: Fabio Bittencourt Ferraz de Camargo, Márcio Luís Piratelli. Agravado: Olimpio de Almeida, Elci Vieira de Almeida. Advogado: Valeria Silva Galdino, Dirceu Galdino Cardin, Ingo Hofmann Junior. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Trata-se de recurso em ação declaratória de nulidade em cláusula contratual c/ c obrigação de fazer, sob nº 705/2001, proposta pelos agravados em face da agravante, atacando decisão que concedeu a tutela antecipada pleiteada na inicial, determinando que a agravante custeie os exames de ressonância magnética e desintometria óssea para a segunda agravante. Inconformada, a agravante interpôs o presente recurso, afirmando, em síntese, que: · Os exames solicitados estariam expressamente excluídos da cobertura; · A cobertura para ressonância magnética somente está prevista no módulo III, que não equivale ao contratado pelos agravantes; · A decisão agravada, equivocadamente, adentrou no mérito da questão, declarando a nulidade das cláusulas que prevêem a exclusão dos referidos exames; · Não teria sido demonstrada a verossimilhança das alegações, posto que a segunda agravante somente procurou um médico quinze dias após ter ocorrido o entorce no joelho. · Não há requerimento médico solicitando urgência na liberação do exame; Requereu o efeito suspensivo sobre a decisão agravada, para fins de "declarar a ineficácia da medida concedida". É o relatório, DECIDO: O presente recurso deve ser desprovido, de plano, em vista de que o instrumento formalizado não contém todos os elementos de prova, necessários ao conhecimento do assunto. É sabido que o recurso de Agravo de Instrumento, em virtude da previsão do artigo 525, do Código de Processo Civil, deve vir acompanhado de todas as peças obrigatórias, tais como a cópia da decisão agravada, da certidão de intimação e das procurações outorgadas aos advogados das partes; bem como de outras peças que seriam necessárias e úteis ao deslinde da controvérsia. No presente caso, não houve obediência a essa regra por parte da agravante, pois, embora tenha juntado a decisão agravada, esta está incompleta, o que impossibilita verificar o seu inteiro teor. E, não se sabendo o real conteúdo da decisão agravada, impossível se saber, ao certo, qual seria a fundamentação que norteou a referida decisão. Da análise dos autos verifica-se que a agravante juntou cópia incompleta da decisão atacada (fls. 63/64), o que inviabiliza a verificação do que foi realmente decidido. Saliente-se, a propósito, que a cópia de fls. 63, contém o último parágrafo incompleto, que não guarda relação de continuidade com a primeira frase da cópia de fls. 64. Além disso, nas cópias juntadas às fls. 63/64, sequer há assinatura do juiz. Veja-se que sem a cópia integral da decisão, ainda que parte desta tenha sido transcrita nas razões recursais, torna-se impossível o conhecimento da integralidade dos fundamentos da decisão. É dever da agravante instruir o recurso com as peças obrigatórias e as que são necessárias ao entendimento do caso, pois ao não fazê-lo impossibilita o Tribunal de bem analisar a questão, restando temerário reformar aquilo que o juiz da causa, à luz de todo o processo, decidiu. Assim, considerando que a agravante não juntou todos os documentos necessários a um amplo conhecimento da controvérsia, e que a instrução do presente agravo é deveras deficiente, o que impossibilita o exame do agravo ora interposto, este não merece conhecimento. Destaque-se que, neste sentido, reiteradamente têm decidido nossos tribunais: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO ANTE A AUSÊNCIA DE PEÇA NECESSÁRIA AO ESCLARECIMENTO DA CONTROVÉRSIA RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO À UNANIMIDADE I. Ausente peça essencial à compreensão do pedido objeto do Agravo de Instrumento, não há como se dar prosseguimento ao recurso. II. O Agravo de Instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas. A falta de qualquer delas autoriza o relator a negar seguimento ao agravo, ante a sua manifesta inadmissibilidade. Aplicação do disposto no art. 557, caput, do CPC. III. Recurso conhecido e desprovido à unanimidade."1 "AGRAVO DE INSTRUMENTO DEVE SER INSTRUÍDO COM AS PEÇAS OBRIGATÓRIAS E 1 TJDF, AGI 20020020003030 DF, 3ª T. Cív. Rel. Des. Wellington Medeiros, DJU 08.05.2002, p. 29. Grifos inseridos. TAMBÉM COM AS NECESSÁRIAS AO EXATO CONHECIMENTO DAS QUESTÕES DISCUTIDAS A falta de qualquer delas autoriza o relator a negar seguimento ao agravo ou à turma julgadora o não conhecimento dele".2 Pactuam com tal entendimento os seguintes julgados desta Câmara: AI n. 789185-8 (Dec. monocrática, relatora Des. Rosana amara Girardi Fachin); AI n. 787641-7 (Dec. monocrática, relator Des. José Augusto Gomes Aniceto, e; AI n. 778007-6 (Dec. Monocrática, relator Des. Renato Braga Bettega). Posto isto, diante da ausência de documentos essenciais, com fulcro no artigo 557, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso. Feitas as comunicações e anotações necessárias, arquivem-se. Curitiba, 28 de setembro de 2011. 2 TJMG, AG 000.225.035-5/00 4ª C. Cív. Rel. Des. Carreira Machado, J. 13.09.2001. Grifos inseridos.

0025 . Processo/Prot: 0828982-1 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/248204. Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0002148-82.2010.8.16.0043 Execução de Sentença. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Marinez de Oliveira Cassilha. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO PROVISÓRIA ART. 475-O, § 2º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL CRÉDITO ALIMENTAR ESTADO DE NECESSIDADE DO EXEQÜENTE CONFIGURADO DISPENSA DE CAUÇÃO ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES CONSOLIDAÇÃO SUBSTITUIÇÃO POR GARANTIA REAL AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE ARTº 557 § 1º DO CPC RECURSO PROVIMENTO PARCIAL. Insurge-se a agravante Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás contra decisão do d. Juízo da Vara Cível da Comarca de Antonina, nos autos nº 2148/2010 de Execução de Sentença, ajuizada por Marinez de Oliveira Cassilha, na qual deferiu pedido de levantamento de 15% (quinze por cento) do valor depositado, independentemente de caução . Pretende a agravante com o presente recurso a reforma da decisão para que seja determinada a substituição da garantia dada pelo Escrivão de Justiça, que o levantamento seja apenas sobre a indenização pelos danos materiais e limitado ao patamar de 10 (dez) salários mínimos. O recurso é próprio e tempestivo, encontrando-se o presente agravo devidamente instruído com as peças obrigatórias previstas na legislação processual (artº. 525 CPC), além de preencher os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, defiro o seu processamento. Trata a espécie de matéria relativa à decisão interlocutória que deferiu o pedido formulado pelo exeqüente, sob os fundamentos de que a situação de necessidade, requisito da dispensa de caução, restou evidenciada. Sustenta agravante da necessidade da reforma da decisão, que o art. 475-O, § 2º, I, do Código de Processo Civil estabelece três requisitos para que a caução seja dispensada: o primeiro da natureza alimentar do crédito ou a natureza ilícita do ato que gerou o crédito; o segundo, o levantamento sem caução deve ser permitido até o valor máximo de 60 salários mínimos; e o terceiro de que seja demonstrada situação de necessidade do exeqüente. Afirma não estarem presentes todos os requisitos acima referidos, podendo ocorrer a reforma pelos Tribunais Superiores. Aduz ainda que o fato de terem se passado mais de sete anos desde a propositura da ação justifica a presunção de que o autor não se encontra em estado de necessidade, especialmente quando tanto o juízo singular quanto a executada reconhecem, expressamente, que o autor é pessoa simples e humilde, assim como levantamento pretendido pelo exeqüente não pode exceder o limite de 10 (dez) salários mínimos, devendo ser mantido depositado o valor excedente. A controvérsia instaurada no presente incidente recursal se limita à necessidade ou não de prestação de caução em execução provisória de crédito alimentar, e o limite máximo para levantamento, extraída de condenação à indenização por danos decorrentes do vazamento de óleo referido na fase de conhecimento. A decisão agravada está em consonância com a jurisprudência dominante, que entende pela dispensa da caução em execução provisória de crédito alimentar, extraída de condenação à indenização. Nesse particular, há regra expressa no Código de Processo Civil que soluciona a questão: Art. 475-O. A execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas: (...) § 2º A caução a que se refere o inciso III do "caput" deste artigo poderá ser dispensada: I - quando, nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário mínimo, o exeqüente demonstrar situação de necessidade. Como se pode observar, o dispositivo legal acima enunciado estabelece, cumulativamente, três requisitos para que a caução, em execução provisória, seja dispensável: (a) primeiro, o crédito exeqüendo deve se revestir de natureza alimentar ou deve decorrer de condenação por ato ilícito; (b) segundo, do total do crédito exeqüendo, pode ser levantado, no máximo, o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos; e (c) terceiro, o exeqüente deve demonstrar estado de necessidade. Em primeiro lugar, observa-se que, no presente caso, a natureza alimentar do crédito exeqüendo é incontroversa, reconhecida, inclusive, pelo juízo singular na decisão ora agravada, não havendo necessidade de tecer maiores considerações a respeito. Nesse sentido,

basta observar que o autor ficou impedido de exercer sua profissão, o que lhe acarretou danos materiais graves e danos morais insuportáveis. Além disso, como se não bastasse, o crédito exeqüendo se refere à condenação por ato ilícito (ainda que sem dolo) perpetrado pela executada (Petrobrás), diante de sua responsabilidade objetiva. Em segundo lugar, não é razoável supor que a espera do autor, por sete anos, para ver reconhecido seu direito material à indenização, faz desaparecer seu inequívoco (e também reconhecido, ainda que implicitamente, pelo juízo singular) estado de necessidade, por se tratar de pessoa simples, destituída de estabilidade e suficiência econômico-financeira. Aliás, é justamente o contrário: exatamente porque já esperou por mais de sete anos (para o mero reconhecimento judicial de seu direito material), é que o autor deve ser considerado como jurisdicionado em posição vulnerável e, portanto, em estado de necessidade. Em outras palavras: a morosidade processual, além de não poder ser suportada pela parte que obteve êxito na demanda, reforça ainda mais a vulnerabilidade econômica do exeqüente, não podendo servir de argumento para indeferir o pedido de levantamento do depósito realizado pela Petrobrás. Aliás, aparentemente há uma confusão entre estado de necessidade e urgência. Embora haja uma relação lógica entre essas figuras, elas são obviamente distintas do ponto de vista ontológico: embora possa se afirmar (equivocadamente, todavia) que não há mais urgência diante do fato de o autor já ter esperado por mais de sete anos, é absolutamente inadmissível e ilógico afirmar que não há mais necessidade ao recebimento dos valores deferidos em juízo. Assim, como se vê, considerando que o pedido do exeqüente se limita a 60 (sessenta) salários mínimos, todos os requisitos legais para a dispensa do oferecimento de caução estão presentes, não havendo razão alguma, quer jurídica, quer política, para indeferir o pedido de levantamento formulado pelo autor. Isso porque a própria lei já fez a opção de dar preferência à proteção da parte que tem razão, em vista dos princípios da efetividade do processo, da razoável duração do processo e, por extensão, da dignidade da pessoa humana. Assim, não cabe ao juiz inverter uma opção política consagrada definitivamente no âmbito legal. Para justificar o fato de decidir monocraticamente, é de se trazer à citação a orientação jurisprudencial, tanto desta Corte Estadual, quanto do Superior Tribunal de Justiça (art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil): No caso em mesa, a natureza alimentar do crédito é incontroversa, conforme admitiu a própria juíza "a quo" na decisão recorrida, por se tratar de indenização pelos danos materiais e morais suportados pela autora-pescadora, ora agravante, pelo período que ficou impossibilitada de exercer sua profissão. Inconteste, outrossim, o estado de necessidade suportado pela agravante por ocasião do evento danoso, quando ficou privada dos seus meios de sustento, não se podendo concluir que tal situação não mais existe, pelo fato do acidente ter ocorrido há mais de 07 (sete) anos, sob pena de impor a recorrente outro gravame pela demora no andamento do processo. (TJ/PR - 8ª CC - AI 504.742-9 - Rel. Des. Macedo Pacheco). PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR. EXIGÊNCIA DE CAUÇÃO. NÃO-CABIMENTO. PRECEDENTES. SUPERVENIÊNCIA DE FATO NOVO. EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 1.984-15/2000. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido ser incabível a exigência de caução para execução provisória de créditos de natureza alimentar.2. A questão do advento da Medida Provisória 1.984-15/2000, que deu nova redação ao art. 2-B da Lei 9.494/97, para impedir a execução provisória de sentença que determina a inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos, mostra-se estranha ao acórdão recorrido, assim como às razões expostas no recurso especial. Por conseguinte, não há como conhecê-la no presente agravo regimental, sob o argumento de superveniência de fato novo. 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 385.089/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 22.02.2005). Resta analisar, apenas, se é de ser aplicado o salário mínimo nacional ou, ao contrário, o salário mínimo estadual, diante da dedução de pretensão recursal referente à aplicação deste último em detrimento daquela. Nesse ponto, de acordo com orientação jurisprudencial pacífica a respeito, deve ser aplicado o salário mínimo nacional, até porque o Código de Processo Civil é um conjunto de leis federais, devendo haver aplicação uniforme da legislação processual (Federal), o que consiste em decorrência direta do princípio da isonomia. Por outro lado, quanto à substituição da caução prestada pela escrivania, razão assiste à agravante. Neste quesito, releva explicitar o conceito de custas: "O termo despesa constitui o gênero, do qual decorrem 3 (três) espécies: - custas, que se destinam a remunerar a prestação da atividade jurisdicional, desenvolvida pelo Estado-juiz por meio de suas serventias e cartórios; - emolumentos, que se destinam a remunerar os serviços prestados pelos serventuários de cartórios ou serventias não oficializados, remunerados pelo valor dos serviços desenvolvidos e, não pelos cofres públicos." (CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 4.ed. São Paulo: Dialética, 2006, p. 103). Observa-se dos documentos acostados aos autos que a decisão agravada deferiu tão somente o levantamento de valores pela Escrivania da 2ª Vara Cível e pelo Distribuidor, não havendo qualquer menção ao Cartório da 1ª Vara Cível. Em seguida, o escrivão determinou a expedição dos seguintes alvarás judiciais: "01) ao pescador; 02) à 2ª Vara Cível, para o levantamento das custas processuais e taxa judiciária FUNREJUS; 03) à Titular do Ofício Distribuidor, para o levantamento da quantia referente às custas processuais e; 04) à 1ª Vara Cível, para o levantamento das custas processuais e taxa judiciária FUNREJUS." A quantia depositada pela agravada abrangeu as custas do distribuidor e do Cartório da 2ª Vara Cível, bem como a taxa do Funrejus, consoante cálculo apresentado. Contudo, não há razão para o levantamento pela Escrivania da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranaguá do de quantia da conta vinculada à execução em questão. Frise-se que o como o autor é beneficiário da justiça gratuita e obteve decisão favorável, a responsabilidade pelo pagamento das custas processuais é do vencido, ou seja, da Petrobrás. A executada corretamente depositou os valores referentes à indenização e às custas processuais. Todavia, não há norma que autorize escrivania diversa da que tramitou o processo levantar quantias referentes a custas, sob pena de inviabilizar o acesso à justiça e impedir a eficácia da decisão judicial. Cabe salientar que o artigo 5º, LXXIV, da CF/88, prevê a assistência judiciária gratuita como direito fundamental estabelecendo: "O Estado prestará assistência judiciária integral aos que comprovarem insuficiência de recursos". Segundo o contido no parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 1.060/50: "considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família". Prossegue a mesma lei em seu artigo 12, que "A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita." Ressalte-se ainda que eventual modificação do estado de necessidade do agravante deve ser argüido perante o juízo competente, observando as normas inscritas nos artigos 6º e 7º, ambos da Lei nº 1.060/50: "Art. 6º. O pedido, quando formulado no curso da ação, não a suspenderá, podendo o juiz, em face das provas, conceder ou denegar de plano o benefício de assistência. A petição, neste caso, será autuada em separado, apensando-se os respectivos autos aos da causa principal, depois de resolvido o incidente. Art. 7º. A parte contrária poderá, em qualquer fase da lide, requerer a revogação dos benefícios de assistência, desde que prove a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão." No presente caso, contudo, não houve nenhum procedimento instaurado para análise de eventual alteração da condição econômica do agravante. Até que esse estado não esteja modificado, prevalece o entendimento de que há comprometimento da sustentabilidade própria e familiar, não sendo possível lhe exigir custas processuais. Nesse sentido, vide os seguintes entendimentos proferidos pela doutrina e jurisprudência pátrias: "Necessidade de prova para afastar a afirmação contida na LAJ 4º. Como existe presunção juris tantum da necessidade, com a simples alegação da pobreza feita pelo interessado (LAJ 4º - §1º), cabe à parte contrária o ônus de provar que o benefício não mais ostenta a qualidade de necessitado, requerendo a revogação do benefício." (In: JUNIOR, Nelson Ney; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. São Paulo: RT, 2007, p. 1432) "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. IMPUGNAÇÃO À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. PESSOAS FÍSICAS. ALEGAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA PELA PARTE RÉ. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. INVERSÃO DO ÔNUS PROBANDI. ART. 4º, § 1º, DA LEI Nº 1.060/50. INTERPRETAÇÃO. NÃO-CONHECIMENTO DO RECURSO PELA APONTADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. 1. (...) 3. O art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50 é muito claro ao disciplinar que a necessidade do benefício de assistência judiciária gratuita é auferida pela afirmação da própria parte. A negativa do benefício fica condicionada à comprovação da assertiva não corresponder à verdade, mediante provocação do réu. Nesta hipótese, o ônus é deste de provar que o autor não se encontra em estado de miserabilidade jurídica. 4. No presente caso, não tendo sido comprovado pelo réu a boa condição financeira dos autores, nos termos exigidos pelo § 1º do art. 4º da Lei nº 1.060/50, visualiza-se a violação deste preceito legal, merecendo reforma o acórdão recorrido. 5. Recurso especial parcialmente conhecido e provido. (STJ, 1ª Turma, REsp nº 851.087/PR, Rel. Ministro José Delgado, julg: 05/09/2006, DJ 05/10/2006 p. 279) Por fim, no que pertine a substituição da garantia dada pelo Serventuário para o levantamento de custas esta deve ser deferida, tendo em vista que a mesma não atende aos requisitos legais, devendo o mesmo prestar caução real. Diante do exposto e considerando a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça bem como neste Tribunal, na forma facultada pelo artigo 557 § 1º, do Código de Processo Civil, CONHEÇO E DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso de agravo de instrumento, de Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás, para o efeito de manter a decisão atacada, apenas devendo ser substituída a garantia para levantamento das custas. Intime-se. Comunique-se ao d. Juízo "a quo", encaminhando- se-lhe cópia desta decisão. Curitiba, 20 de setembro de 2.011. SERGIO LUIZ PATITUCCI Relator 0026 . Processo/Prot: 0829000-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/249293. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 050263 Cobrança. Agravante: Cia Excelsior de Seguros. Advogado: Luiz Henrique Bona Turra, Claudia Montardo Rigoni, Juliane Feitosa Sanches. Agravado: João Carlos Alves Pires. Advogado: Tatyane Priscila Portes Stein. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Vistos. I. Cia Excelsior de Seguros agrava da decisão interlocutória proferida na ação de cobrança de seguro DPVAT (autos nº 502630000), ajuizada por João Carlos Alves Pires em face da ora Agravante, mediante a qual o MM. Juiz fixou os honorários periciais e determinou à Agravante o ônus de seu pagamento, nos seguintes termos: "(...) 2. De modo a evitar delonga em embates sobre o valor dos honorários periciais, desde já, arbitro-os em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), de modo que o perito e as partes deverão atender ao contido no item VII da decisão de fl. 94 verso. Atente0se que o requerido deverá providenciar o depósito antecipado dos honorários, já que o ônus da prova lhe incumbe (fl. 76), sob pena de preclusão." Inconformada, a Agravante alega, em síntese, que: a) é obrigação da parte autora custear os honorários periciais tendo em vista que a ela compete o ônus da prova do fato constitutivo de seu direito; b) o descabimento da inversão do ônus da prova, pois a responsabilidade é contratual e não extracontratual; c) que a perícia deverá ser realizada pelo IML, de maneira gratuita. Por fim pugnou pela concessão do efeito suspensivo e, consequentemente, o provimento do Recurso. II. O recurso deve ser conhecido parcialmente. Observa-se que ao interpor Agravo de Instrumento, a Agravante apresentou razões e formulou alguns pedidos envolvendo questões que sequer foram tratadas na decisão agravada. A decisão recorrida defere a produção de prova pericial e determina que a Agravante efetue o pagamento dos honorários periciais1. Embora a Agravante apresente os fundamentos para reforma

desta decisão, por entender que os honorários devem ser pagos pelo Agravado, acrescenta em sua petição de recurso questão que não foi objeto da decisão agravada, qual seja, a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova. O artigo 524, incisos I e II, do Código de Processo Civil, ao dispor sobre os requisitos do agravo de instrumento, determina que na petição haja a exposição do fato e do direito e, ainda, as razões do pedido de reforma da decisão. Caso estes requisitos não estejam atendidos, o recurso não deverá ser conhecido por ausência de regularidade formal. A doutrina se posiciona nesse sentido: "(...) A petição de agravo deve identificar as partes, conter a exposição fático-jurídica da controvérsia e as razões do pedido de reforma da decisão e o nome e o endereço completo dos advogados, constantes do processo. A petição de agravo deve atacar efetivamente a decisão que se quer reformada. O agravo de instrumento que não obedece ao art. 524, CPC, não deve ser conhecido por ausência de regularidade formal da peça recursal."2 (Grifo nosso) Deste modo, o presente recurso deve ser conhecido parcialmente tendo em vista que a questão do ônus da prova não foi objeto da decisão recorrida. III. Na parte conhecida, diante da clareza da matéria em exame (a qual prescinde das informações do Juízo monocrático) e da existência de entendimento sedimentado a respeito, aprecio o mérito, de plano, valendo-me da faculdade da norma inscrita no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Na presente lide pretende-se a cobrança da diferença do pagamento de seguro, em decorrência de acidente de trânsito, razão pela qual há a necessidade da prova pericial para aferir o grau de invalidez. Da análise dos autos, resta claro que a Seguradora se insurge contra a determinação do Magistrado para que custeie a realização da perícia para a averiguação do grau de invalidez do Requerente, afirmando que não requereu a sua produção, bem como ser ônus da Agravada a comprovação de suas alegações. Contudo, razão não lhe assiste em seu inconformismo no caso concreto. Não havendo à disposição do Juízo outro meio de prova mais célere e eficiente para se atingir semelhante resultado, ao do IML, é plausível que a realização da perícia médica seja por expert particular. Em primeiro lugar, porque é de notório conhecimento a deficiência de pessoal e estrutural que costumam assolar as instituições públicas, em especial o Instituto Médico Legal da Capital. Dessarte, não contribui para o célere andamento do processo submeter o Autor à espera de uma data para a realização da prova pericial, sendo mister ressaltar que a rápida tramitação das demandas judiciais foi elevada à categoria de direito fundamental pela Emenda Constitucional nº 45/2004: Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Ademais, o interesse na produção da prova pericial é da Seguradora, diante do seu expresso pedido3, bem como de seu ônus de comprovar fato impeditivo, modificativo e extintivo do direito do autor, e, dessa forma, não há porque insurgir-se diante a realização da prova pericial de forma mais célere, assegurando ao juízo, desse modo a aproximação da busca da verdade real cuja análise dependerá da efetiva atuação do expert. Nesse sentido, a Agravante expressamente formulou seu requerimento: "Da necessidade de prova pericial técnica (...) Assim, se faz necessária a comprovação do grau de invalidez alegada pela parte autora através de laudo médico produzido imparcialmente, indicando claramente o membro ou órgão afetado e o respectivo grau de redução da capacidade funcional, diferente do valor apontado pela via administrativa. (...) Requer-se, portanto, seja observada apresentação de documentos essenciais (neste caso, o laudo elaborado imparcialmente), na forma e termos dos art. 283 e 295, VI, do Código de processo Civil, cuja falta é temerário o prosseguimento do feito, impossível a indenização (...)"4 Por oportuno, o ônus da prova incumbe às partes, no tempo e na forma prescrita em lei, e conforme a regra do art. 333, II, do Código de Processo Civil, é do Requerido o ônus da prova de fatos impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Autor. De outra sorte, o Autor é beneficiário da justiça gratuita e colacionou documentos5 médicos junto com a petição inicial para demonstrar sua invalidez. Logo, pretendendo a Agravante discutir o grau de invalidez do Requerente, não lhe cabe uma postura meramente passiva dentro do processo, devendo atuar em benefício do adequado andamento da lide, com fulcro nos princípios da boa-fé e da lealdade processual. Nesse sentido, é o entendimento desta Corte revisora: "AGRAVO INTERNO DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO CPC ALEGAÇÃO DE QUE A PERÍCIA DEVE SER REALIZADA PELO IML POSSIBILIDADE DE DETERMINAÇÃO DE PERÍCIA JUDICIAL CUJO ÔNUS DE PAGAMENTO DE HONORÁRIOS RECAIA SOBRE A PARTE VENCIDA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA CORTE DECISÃO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."6 "AGRAVO DE INSTRUMENTO - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - POSSIBILIDADE DE NOMEAÇÃO DE PERITO PELO JUÍZO - NÃO VEDAÇÃO PELO ARTIGO 5º, §5º DA LEI 6.194/74, APLICÁVEL 7 NA VIA ADMINISTRATIVA. Seguimento negado." Outrossim, no que se refere ao pagamento dos honorários periciais, a Agravante deve estar ciente de que a não realização da prova, em virtude do não pagamento dos valores para tanto necessários, virá em seu próprio prejuízo, eis que, na ausência de demonstração em contrário, prevalecerão as alegações do Agravado. Dessa forma, a determinação da realização de perícia judicial respeita às exigências de celeridade e busca da verdade real, donde não merece reforma o despacho agravado. IV. Por tais motivos, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, conheço parcialmente e, na parte conhecida, nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento, por manifesta improcedência, para o fim de manter a decisão agravada. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fl. 25. -- 2 MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. Código de Processo Civil, comentado artigo por artigo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 537. -- 3 Fls. 104/110 TJ. 4 Fls. 104/110 TJ. -- 5 Fls. 40/46 - TJ. 6 TJPR Ag 610243-0/01, Oitava Câmara Cível, Rel. Denise Krueger Pereira, DJ 09.11.2009. 7 TJPR - Agravo de Instrumento nº 624181-4. Rel. Elizabeth M. F. Rocha. DJ 249. 16/10/2009.

0027 . Processo/Prot: 0829019-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/238921. Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0001262-49.2011.8.16.0043 Indenização. Agravante: Viação Graciosa Ltda.. Advogado: Roberto José Taques de Negreiros. Agravado: Leonilda Westphalem Barba. Advogado: Abilio Vieira Neto. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos. I. Viação Graciosa Ltda agrava de decisão interlocutória proferida na ação de reparação de danos materiais e moral com pedido de tutela antecipada (autos nº 1262/2011), decisão mediante a qual o MM. Juiz deferiu o pedido de tutela antecipada, determinando que a Requerida deposite, mensalmente, até o julgamento final desta ação, em conta judicial a ser aberta em nome da Autora, a quantia de R $ 1.635,00, equivalente ao valor de três salários mínimos sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 1.000,001. Inconformado, o Agravante, alega, em síntese, que a decisão produz efeitos graves e irreversíveis, pois, se a Agravada não pode custear o tratamento, não terá condições de ressarcir a Agravante dos valores pagos em decorrência da antecipação de tutela. Assevera que se trata de ação complexa, que demandará a produção de provas técnicas e sucessivas perícias médicas, bem como que, o tempo que demora esses tipos de ações gerará um prejuízo digno de consideração em razão do acúmulo mensal do valor a ser depositado. Alega, ainda, que, como concessionária de serviço público, não se aplica ao caso a responsabilidade objetiva, devendo se subsumir a responsabilidade subjetiva comum já que não se trata de ato comissivo. Aduz, por fim, a ocorrência de culpa exclusiva da vítima. Pleiteia a concessão de efeito suspensivo/antecipação da tutela recursal para a reforma integral da decisão agravada e, ao final, o provimento do agravo de instrumento. Juntou documentos2. II. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. Diante da clareza da matéria em exame (a qual prescinde das informações do Juízo monocrático) e da existência de entendimento sedimentado a respeito, aprecio o mérito, de plano, valendo-me da faculdade da norma inscrita no artigo 557, §1ºA, do Código de Processo Civil. Insurge-se a Agravante com a decisão aduzindo a possibilidade de ocorrência de dano irreversível, pois, se a Agravada não possui condições de custear o tratamento, não terá como ressarcir a Agravante os valores pagos em decorrência da antecipação de tutela. Primeiramente, em sede desse juízo de conhecimento, cumpre salientar que será examinado tão-só o preenchimento dos requisitos justificadores da antecipação, sob pena de frontal violação ao princípio do duplo grau de jurisdição. Assim, a questão de eventual culpa exclusiva da vítima ou o tipo de responsabilidade da Agravante são matérias que serão apreciadas quando da análise do mérito da causa, e não no presente momento. É com tal ressalva que se fez o exame da pretensão recursal, para o fim de concluir que a decisão que concedeu a antecipação da tutela encontra-se devidamente amparada pelo ordenamento jurídico, demarcando-se, nesse horizonte, os estritos limites deste remédio recursal. Faz-se necessário, então, perquirir acerca da presença dos pressupostos autorizadores da concessão da antecipação de tutela no presente caso, quais sejam, a verossimilhança das alegações e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, nos termos do art. 273 do Código de Processo Civil3. A verossimilhança resta demonstrada pelos documentos colacionados aos autos, os quais evidenciam a ocorrência do acidente dentro do ônibus nº 28033, placas ANU-6887, de propriedade da Requerida e que da queda, a Agravada sofreu várias lesões4. Desse modo, a decisão agravada explana claramente os fatos que levaram ao convencimento de conceder a liminar, os quais são relevantes: "(...) em juízo de cognição sumária, evidencia-se que o motorista agiu com culpa, quando da brusca arrancada do veículo, em ato continuo a entrada da passageira, posto que foi imprudente. Veja-se que, com o fito de tentar esquivar-se de sua responsabilidade, procurou a autoridade policial para noticiar o ocorrido. Pois bem, A medida preventiva foi-lhe prejudicial, uma vez que vai de encontro às declarações da suposta ausência de culpa. Note-se que o motorista confessou, quando da lavratura do Boletim de Ocorrência, que a requerente: "ESTAVA NO CORREDOR "e" ANTES DE SENTAR NA POLTRONA ELA CAIU" (fls. 19/20)'. Ora, pois, se uma senhora idosa, embarca em um ônibus, o mínimo que se espera do motorista é que ele aguarde que ela seja colocada em segurança, ou seja, após sentar-se no banco preferencial, a ela reservado ou outro qualquer; para só então empreender marcha no veículo. Registre-se que a tese apresentada pela requerida, para excusar-se da responsabilidade civil, de que a queda teria sido causada por culpa exclusiva da vítima (por estar trazendo consigo um capacete e uma blusa), não merece acolhida. Soa lógico que o ônibus não estava parado no momento do tombo; caso contrário, não teria causado os graves ferimentos (...)"5 O periculum in mora, por sua vez, fica caracterizado pelas necessidades médicas da Autora, as quais acabaram evidenciadas pelos inúmeros procedimentos terapêuticos já realizados e ainda necessários, os quais acabam sendo agravados pela sua idade (76 anos) e a imprescindibilidade de continuidade do tratamento. Conforme consta da decisão agravada, apenas um dos medicamentos (Aclasta) custa cerca de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)6, não sendo suficiente para o pagamento das despesas o benefício previdenciário percebido. Cumpre ressaltar que a decisão que concede ou denega a tutela antecipatória vincula-se ao princípio do livre convencimento e do prudente arbítrio do órgão julgador, razão pela qual a reforma do decisum ocorre tão-somente, na hipótese de flagrante ilegalidade (a qual não foi demonstrada, in casu, pela Agravante). Nesse sentido já se pronunciou esta Corte Revisora: "AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO SOB O RITO ORDINÁRIO CONCESSÃO DE LIMINAR PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS - REFORMA PELO TRIBUNAL SOMENTE EM CASOS DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU EVIDENTE CONTRARIEDADE AOS AUTOS SÚMULA 58 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 1. Estando presentes os requisitos legais previstos no artigo 273, do Código de Processo Civil, mostra-se correta a concessão da antecipação da tutela. 2. Recurso desprovido."7 Acerca dos pressupostos necessários à antecipação dos efeitos da

tutela, a lição de Cândido Rangel Dinamarco: "Para chegar ao grau de probabilidade necessário à antecipação, o juiz precisa proceder a uma instrução que lhe revele suficientemente a situação de fato. Não é o caso de chegar às profundezas de uma instrução exauriente, pois esta se destina a propiciar graus de certeza necessários para julgamentos definitivos, não provisórios como na antecipação da tutela. Tratar-se-á de uma cognição sumária, dimensionada segundo o binômio representado (a) pelo menor grau de imunidade de que se reveste a medida antecipatória em relação à definitiva e (b) pelas repercussões que ela terá na vida e patrimônio dos litigantes."8 Sobre os parâmetros de análise da verossimilhança a serem levados em conta pelo julgador, destacam- se, ainda, os ensinamentos de Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart: "A verossimilhança a ser exigida pelo juiz, contudo, deve considerar: (i) o valor do bem jurídico ameaçado, (ii) a dificuldade de o autor provar sua alegação, (iii) a credibilidade da alegação, de acordo com as regras de experiência, e (iv) a própria urgência descrita. Quando se fala em antecipação de tutela, pensa-se em uma tutela que deve ser prestada em tempo inferior àquele que será necessário para o término do procedimento."9 A alegada irreversibilidade da medida não se apresenta como empecilho a manutenção da decisão agravada haja vista, como se trata de verba pecuniária, ainda será apreciada em momento oportuno, conquanto, não é possível negar a antecipação da tutela com base em conjecturas futuras, quando o bem maior a ser protegido é a saúde, cujo amparo legal está na Carta Constitucional. Deve, no presente caso, haver uma sopesação de valores, de um lado o direito ao tratamento médico digno e, de outro, bens patrimoniais. Ademais, é da doutrina que se colhe o ensinamento de que o provimento nunca é irreversível. Nesse sentido, os ensinamentos de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery10, vejamos: "O provimento nunca é irreversível, porque provisório e revogável. O que podem ser irreversíveis são as conseqüência de fato ocorridas pela execução da medida, ou seja, os efeitos dela decorrentes de sua execução. De toda sorte, essa irreversibilidade não é óbice intransponível à concessão do adiantamento, pois caso o autor seja vencido na demanda, deve indenizar a parte contrária pelos prejuízos que ela sofreu com a execução da medida." Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero11 ao dispor acerca da irreversibilidade da medida em tutela antecipada asseveram que: "Ao que tudo indica, o legislador disse mais do que deveria, já que há casos, conhecidos por todos, em que, se não for concedida a tutela antecipatória para não se correr o risco de lesar o direito do réu, certamente o direito do autor será lesado. Não admitir a tutela antecipatória apenas porque o direito do réu pode ser lesado é um grande equivoco de lógica, pois aquele que pede a tutela antecipatória fundada no art. 273, I, do CPC, deve demonstrar que o seu direito é provável e que há fundado receio de dano. Desse modo, se a tutela antecipatória não for concedida quando presentes esses dois pressupostos, estará sendo admitido um dano ao direito, que é provável, apenas para que o direito do réu, que é improvável, não seja exposto à irreversibilidade, o que é fora de propósito. (...). Nesse caso, não é razoável aplicar a norma, devendo o interprete ponderar as posições jurídicas em jogo e tutelar a que lhe parece mais verossímil e, pois, digna de proteção." O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou acerca do tema: "(...) I.- É possível a antecipação da tutela, ainda que haja perigo de irreversibilidade do provimento, quando o mal irreversível for maior, como ocorre no caso de não pagamento de pensão mensal destinada a custear tratamento médico da vítima de infecção hospitalar, visto que a falta de imediato atendimento médico causar-lhe-ia danos irreparáveis de maior monta do que o patrimonial."12 "(...) O perigo de irreversibilidade do provimento adiantado, óbice legal à concessão da antecipação de tutela, nos termos do artigo 273, §2º, do CPC, deve ser interpretado cum grano salis sob pena de se inviabilizar o instituto. 2. Irreversibilidade é um conceito relativo, que deve ser apreciado ad hoc e de forma contextual, levando em conta, dentre outros fatores, o valor atribuído pelo ordenamento constitucional e legal aos bens jurídicos em confronto e também o caráter irreversível, já não do que o juiz dá, mas do que deixa de dar, ou seja, a irreversibilidade da ofensa que se pretende evitar ou mesmo da ausência de intervenção judicial de amparo."13 Diante de todo o exposto, fundamentos de fato e de direito indicam que não se verificam vícios acerca da ilegalidade e abuso de poder, válida a decisão ora atacada, a qual se revelou como resultado de prudente e ponderada convicção do Magistrado, que se ateve estritamente aos primados da lei e aos poderes a ele conferidos, devendo, portanto, ser mantida. III. Diante do exposto e com fundamento no artigo 557, caput, do CPC, nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento, por manifestamente improcedente, mantendo integralmente a decisão agravada. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fls. 45/49-TJ. -- 2 Fls. 23/68-TJ. -- 3 Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. 4 Fls. 36 e 39/42. -- 5 Fls. 46-TJ. -- 6 Fls. 48-TJ. Como já dito, não houve a juntada de cópia dos documentos que acompanharam a petição inicial a este Agravo de Instrumento. 7 TJPR - 7ª C.Cível - AI 0757229-2 - Ivaiporã - Rel.: Des. Guilherme Luiz Gomes - Unânime - J. 31.05.2011. -- 8 DINAMARCO, C. R.. A Reforma do Código de Processo Civil. 3ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 1996, p. 146. 9 MARINONI, L. G. e ARENHART, S. C. Manual do Processo de Conhecimento. 5ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. p. 216. -- 10 Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 10ª ed., p. 529, 11 MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. Código de Processo Civil, comentado artigo por artigo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 273. -- 12 REsp 801.600/CE, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 15/12/2009, DJe 18/12/2009. 13 STJ. AgRg no Ag 736.826/RJ, 2ª T. j. 12.12.2006, Rel. Min. Herman Benjamin.

0028 . Processo/Prot: 0829137-0 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/245708. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0026250-27.2011.8.16.0014 Cobrança. Agravante: Mirtes Ribeiro Silva. Advogado: Luana Cervantes Maluf, Rogério Bueno Elias, Rogério Resina Molez. Agravado: Mapfre Seguros S.a.. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
AGRAVO DE INSTRUMENTO COBRANÇA SEGURO DPVAT ACIDENTE DE VEÍCULO FORO COMPETENTE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO RECONHECIDA DE OFÍCIO COMPETÊNCIA RELATIVA SÚMULA 33 DO STJ RECURSO - PROVIMENTO. 1.- Sendo a incompetência relativa, esta não pode ser declinada de ofício, conforme a Súmula 33/STJ; 2.- A agravada poderá se entender for o caso, apresentar exceção de incompetência junto ao juízo de origem. Mirtes Ribeiro Silva, autora na Ação de Cobrança nos autos nº 26250/2011 da 1ª Vara Cível da Comarca de Londrina, que move em face de Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A., inconformada com a decisão de ofício, que reconheceu a incompetência daquele juízo (fls. 37/39-TJ), onde pretende o recebimento de valores referentes ao seguro DPVAT, interpôs o presente recurso de agravo de instrumento alegando, em síntese, que o entendimento do juiz singular é contrário ao disposto no Código de Processo Civil (fls. 02/14-TJ). É o relatório. Trata o presente de recurso de agravo de instrumento contra decisão que reconheceu de ofício a incompetência daquele juízo para a causa, determinando a remessa dos autos à Comarca de Prata/MG, domicílio da autora. Infere-se dos autos que cuida a lide de Ação de Cobrança, referente ao direito de recebimento do seguro DPVAT, decorrente de acidentes automobilísticos, ocorridos em Parat/MG. Inconformado, o agravante assevera, em síntese, que a decisão afrontou o art. 100, IV, "d", do CPC, porque a agravada tem sucursal em Londrina. Sustenta, ainda, que a decisão viola a previsão de facilitação da defesa dos direitos do consumidor em juízo e que não se afigura possível o reconhecimento de incompetência absoluta ex officio, pelo que requer o deferimento de seu pleito por meio de despacho monocrático, ou, em não sendo esse o entendimento, requer a concessão de efeito suspensivo e, ao final, a reforma da decisão agravada. Inobstante a orientação exarada anteriormente em hipóteses análogas, sobreveio orientação da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça - STJ por meio da qual, à unanimidade, no julgamento do conflito de competência 106767-RJ, relator Ministro Fernando Gonçalves, assentou-se a orientação no sentido de tratar-se a hipótese de competência relativa e, portanto, não passível de exame ex officio: "DPVAT. COBRANÇA. COMPETÊNCIA RELATIVA. SÚMULA 33/STJ. 1 - Na ação por danos decorrentes de acidente de trânsito, o autor tem a faculdade de propor a ação no foro do seu próprio domicílio (regra geral do art. 94 do CPC), no foro do local do acidente ou, ainda, no foro do domicílio do réu (art. 100, parágrafo único do CPC). Se pode o autor optar em propor a demanda no foro que lhe é mais conveniente, a competência é relativa, não podendo ser declinada de ofício, conforme a súmula 33/STJ. 2 - (...)." (STJ 2ª Seção, CC 106.676/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, julgado em 14/10/2009, DJe 05/11/2009). Todavia, a agravada poderá se entender for o caso, apresentar exceção de incompetência junto ao juízo de origem. Isso posto, na esteira da orientação do Órgão de Jurisdição máximo da Justiça Comum, aprecio desde logo, monocraticamente, o recurso em pauta para o fim de, conhecendo do agravo, dar-lhe integral provimento, para o fim de reformar a decisão agravada e reconhecer a competência da Comarca na qual a demanda foi originariamente proposta. Diante do exposto e considerando a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça bem como neste Tribunal, na forma facultada pelo artigo 557 do Código de Processo Civil, é de se DAR PROVIMENTO ao recurso de agravo de instrumento, de Mirtes Ribeiro Silva, para o fim de reformar a decisão agravada e reconhecer a competência da Comarca na qual a demanda foi originariamente proposta. Intime-se. Comunique-se ao d. Juízo "a quo", encaminhando- se-lhe cópia desta decisão. Curitiba, 20 de setembro de 2.011. SERGIO LUIZ PATITUCCI Relator

0029 . Processo/Prot: 0829455-3 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/245932. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0022296-12.2011.8.16.0001 Declaratória. Agravante: Brasil Telecom S/a. Advogado: Sandra Regina Rodrigues. Agravado: João Ferraz da Silva. Advogado: Dirceu Zanoni. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 829455-3, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, 5ª VARA CÍVEL AGRAVANTE: BRASIL TELECOM S/A AGRAVADO: JOÃO FERRAZ DA SILVA RELATOR: DES. JOSÉ ANICETO VISTOS, ETC. 1. Trata-se de agravo de instrumento manejado por BRASIL TELECOM S/A contra a decisão proferida nos autos de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais, na qual o MM. Juiz a quo deferiu o pedido de tutela antecipada determinando a exclusão do nome do autor, ora agravado, dos cadastros de restrição ao crédito em relação aos débitos descritos na inicial, no prazo de 48 horas, sob pena de pagamento de multa arbitrada em R$ 15.000,00 (quinze mil reais) (fls. 26/27). Como razões de sua irresignação, sustenta a agravante, em síntese, que quem possui poderes para realizar a baixa é o banco de dados, e não a agravante, assim, a imposição de multa para que seja realizada a baixa do nome do agravado constitui ônus despropositado; que o próprio magistrado pode determinar a expedição de ofício diretamente ao banco de dados; pelo princípio da eventualidade, que a multa fixada é exorbitante; que a lei determina que a fixação da multa seja diária. Pugna pela concessão de efeito suspensivo. Ao final, requer o provimento do presente recurso, afastando-se a multa fixada ou reduzindo-a. 2. Pois bem, presentes os pressupostos de conhecimento do recurso, tenho que não assiste razão à agravante. Trata a espécie de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais proposta pelo agravado em face da agravante, sob o argumento de que não celebrou o contrato junto à ré/agravada que deu origem à inclusão do seu nome em órgãos de restrição ao crédito. Cinge-se o presente, tão somente, acerca da multa fixada por descumprimento do pedido de antecipação de tutela deferido, através do qual se determinou a retirada do nome do agravado dos cadastros de inadimplentes,

pugnando a agravante pelo seu afastamento ou redução. Inicialmente, cumpre consignar que, considerando o caráter provisório que decorre de sua natureza (art. 273, §4º do CPC), poderá a tutela antecipatória vir a ser modificada a qualquer tempo durante o curso do processo. Pois bem, acerca da astreinte, nos termos do §3º do art. 273 e §4º do art. 461 do CPC, é possível a fixação de multa por descumprimento da liminar que determina a retirada e abstenção da inscrição do nome do devedor em órgãos de proteção ao crédito e/ou promover protesto, para que se faça cumprir a liminar concedida. Neste sentido, é pacífico o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de possibilitar a cobrança de multa cominatória quando se tratar de ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, nos termos do artigo 461, do CPC, como a presente. Veja-se: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MULTA DIÁRIA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. ENTENDIMENTO PACÍFICO NESTA CORTE SUPERIOR QUE É POSSÍVEL A APLICAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA DIÁRIA COMO MEIO COERCITIVO PARA O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DETERMINADA PELO JUÍZO, O QUE AFASTA A ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MULTA PARA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO." (STJ, 4ª Turma, AgRg no Ag 1219456 / RS, Rel. Min. Luiz Felipe Salomão, 27/04/2010) "Processo civil. Agravo no recurso especial. Embargos de declaração. Não demonstrada hipótese de cabimento. Multa diária. Cancelamento de restrição no Serasa. Possibilidade. Prequestionamento. - Apontada violação ao art. 535 do CPC, é necessário que o recorrente indique, no recurso especial, os pontos omissos, contraditórios ou obscuros do acórdão recorrido. - É viável a fixação de multa diária para o caso de descumprimento pela instituição financeira de determinação judicial de cancelamento de restrição creditícia. Precedentes." Grifo nosso. (STJ, 3ª Turma, AgRg no REsp 686463/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ: 21/06/2005) E para o caso de descumprimento da determinação judicial acertadamente o Juízo a quo fixou multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Ocorre que, nada impede que o juiz a fixe em valor certo, ou seja, que a multa não seja "diária", à medida que tal valor pode ser revisto a qualquer momento (artigo 461, §6º, do CPC), e mais, a incidência da astreinte depende exclusivamente da própria agravante, visto que somente incidirá a referida multa se houver o descumprimento por ela da imposição judicial. Necessário ainda salientar que a agravante possui sim poderes para realizar a exclusão do nome do agravado dos órgãos de restrição ao crédito, à medida que referida inserção foi feita a pedido seu. Assim, nada impede que o magistrado determine que a agravante proceda a baixa do nome do agravado do banco de dados, eis que se trata de medida que pode, e deve, ser realizada por aquele que a promoveu. Assim, tendo em vista a função da medida coercitiva em questão e para que a tutela concedida não reste inócua, é de se manter a multa diária aplicada pelo Juízo a quo. Assim sendo, concluo que a decisão questionada está em acordo com a mais recente jurisprudência dos Tribunais Superiores, bem como deste Tribunal, razão pela qual deve ser negado seguimento ao presente agravo de instrumento. 3. Por tais razões, e com fundamento no art. 557, "caput", do Código de Processo Civil, nego seguimento ao agravo de instrumento. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011 DES. JOSÉ ANICETO Relator

0030 . Processo/Prot: 0829602-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/248211. Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2008.00000551 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Alceu Costa Freire. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO PROVISÓRIA ART. 475-O, § 2º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL CRÉDITO ALIMENTAR ESTADO DE NECESSIDADE DO EXEQÜENTE CONFIGURADO DISPENSA DE CAUÇÃO ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES CONSOLIDAÇÃO SUBSTITUIÇÃO POR GARANTIA REAL AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE ARTº 557 § 1º DO CPC RECURSO PROVIMENTO PARCIAL. Insurge-se a agravante Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás contra decisão do d. Juízo da Vara Cível da Comarca de Antonina, nos autos nº 551/2008 de Execução de Sentença, ajuizada por Alceu Costa Freire, na qual deferiu pedido de levantamento de 15% (quinze por cento) do valor depositado, independentemente de caução . Pretende a agravante com o presente recurso a reforma da decisão para que seja determinada a substituição da garantia dada pelo Escrivão de Justiça, que o levantamento seja apenas sobre a indenização pelos danos materiais e limitado ao patamar de 10 (dez) salários mínimos. O recurso é próprio e tempestivo, encontrando-se o presente agravo devidamente instruído com as peças obrigatórias previstas na legislação processual (artº. 525 CPC), além de preencher os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, defiro o seu processamento. Trata a espécie de matéria relativa à decisão interlocutória que deferiu o pedido formulado pelo exeqüente, sob os fundamentos de que a situação de necessidade, requisito da dispensa de caução, restou evidenciada. Sustenta agravante da necessidade da reforma da decisão, que o art. 475-O, § 2º, I, do Código de Processo Civil estabelece três requisitos para que a caução seja dispensada: o primeiro da natureza alimentar do crédito ou a natureza ilícita do ato que gerou o crédito; o segundo, o levantamento sem caução deve ser permitido até o valor máximo de 60 salários mínimos; e o terceiro de que seja demonstrada situação de necessidade do exeqüente. Afirma não estarem presentes todos os requisitos acima referidos, podendo ocorrer a reforma pelos Tribunais Superiores. Aduz ainda que o fato de terem se passado mais de sete anos desde a propositura da ação justifica a presunção de que o autor não se encontra em estado de necessidade, especialmente quando tanto o juízo singular quanto a executada reconhecem, expressamente, que o autor é pessoa simples e humilde, assim como levantamento pretendido pelo exeqüente não pode exceder o limite de 10 (dez) salários mínimos, devendo ser mantido depositado o valor excedente. A controvérsia instaurada no presente incidente recursal se limita à necessidade ou não de prestação de caução em execução provisória de crédito alimentar, e o limite máximo para levantamento, extraída de condenação à indenização por danos decorrentes do vazamento de óleo referido na fase de conhecimento. A decisão agravada está em consonância com a jurisprudência dominante, que entende pela dispensa da caução em execução provisória de crédito alimentar, extraída de condenação à indenização. Nesse particular, há regra expressa no Código de Processo Civil que soluciona a questão: Art. 475-O. A execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas: (...) § 2º A caução a que se refere o inciso III do "caput" deste artigo poderá ser dispensada: I - quando, nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário mínimo, o exeqüente demonstrar situação de necessidade. Como se pode observar, o dispositivo legal acima enunciado estabelece, cumulativamente, três requisitos para que a caução, em execução provisória, seja dispensável: (a) primeiro, o crédito exeqüendo deve se revestir de natureza alimentar ou deve decorrer de condenação por ato ilícito; (b) segundo, do total do crédito exeqüendo, pode ser levantado, no máximo, o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos; e (c) terceiro, o exeqüente deve demonstrar estado de necessidade. Em primeiro lugar, observa-se que, no presente caso, a natureza alimentar do crédito exeqüendo é incontroversa, reconhecida, inclusive, pelo juízo singular na decisão ora agravada, não havendo necessidade de tecer maiores considerações a respeito. Nesse sentido, basta observar que o autor ficou impedido de exercer sua profissão, o que lhe acarretou danos materiais graves e danos morais insuportáveis. Além disso, como se não bastasse, o crédito exeqüendo se refere à condenação por ato ilícito (ainda que sem dolo) perpetrado pela executada (Petrobrás), diante de sua responsabilidade objetiva. Em segundo lugar, não é razoável supor que a espera do autor, por sete anos, para ver reconhecido seu direito material à indenização, faz desaparecer seu inequívoco (e também reconhecido, ainda que implicitamente, pelo juízo singular) estado de necessidade, por se tratar de pessoa simples, destituída de estabilidade e suficiência econômico-financeira. Aliás, é justamente o contrário: exatamente porque já esperou por mais de sete anos (para o mero reconhecimento judicial de seu direito material), é que o autor deve ser considerado como jurisdicionado em posição vulnerável e, portanto, em estado de necessidade. Em outras palavras: a morosidade processual, além de não poder ser suportada pela parte que obteve êxito na demanda, reforça ainda mais a vulnerabilidade econômica do exeqüente, não podendo servir de argumento para indeferir o pedido de levantamento do depósito realizado pela Petrobrás. Aliás, aparentemente há uma confusão entre estado de necessidade e urgência. Embora haja uma relação lógica entre essas figuras, elas são obviamente distintas do ponto de vista ontológico: embora possa se afirmar (equivocadamente, todavia) que não há mais urgência diante do fato de o autor já ter esperado por mais de sete anos, é absolutamente inadmissível e ilógico afirmar que não há mais necessidade ao recebimento dos valores deferidos em juízo. Assim, como se vê, considerando que o pedido do exeqüente se limita a 60 (sessenta) salários mínimos, todos os requisitos legais para a dispensa do oferecimento de caução estão presentes, não havendo razão alguma, quer jurídica, quer política, para indeferir o pedido de levantamento formulado pelo autor. Isso porque a própria lei já fez a opção de dar preferência à proteção da parte que tem razão, em vista dos princípios da efetividade do processo, da razoável duração do processo e, por extensão, da dignidade da pessoa humana. Assim, não cabe ao juiz inverter uma opção política consagrada definitivamente no âmbito legal. Para justificar o fato de decidir monocraticamente, é de se trazer à citação a orientação jurisprudencial, tanto desta Corte Estadual, quanto do Superior Tribunal de Justiça (art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil): No caso em mesa, a natureza alimentar do crédito é incontroversa, conforme admitiu a própria juíza "a quo" na decisão recorrida, por se tratar de indenização pelos danos materiais e morais suportados pela autora-pescadora, ora agravante, pelo período que ficou impossibilitada de exercer sua profissão. Inconteste, outrossim, o estado de necessidade suportado pela agravante por ocasião do evento danoso, quando ficou privada dos seus meios de sustento, não se podendo concluir que tal situação não mais existe, pelo fato do acidente ter ocorrido há mais de 07 (sete) anos, sob pena de impor a recorrente outro gravame pela demora no andamento do processo. (TJ/PR - 8ª CC - AI 504.742-9 - Rel. Des. Macedo Pacheco). PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR. EXIGÊNCIA DE CAUÇÃO. NÃO-CABIMENTO. PRECEDENTES. SUPERVENIÊNCIA DE FATO NOVO. EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 1.984-15/2000. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido ser incabível a exigência de caução para execução provisória de créditos de natureza alimentar.2. A questão do advento da Medida Provisória 1.984-15/2000, que deu nova redação ao art. 2-B da Lei 9.494/97, para impedir a execução provisória de sentença que determina a inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos, mostra-se estranha ao acórdão recorrido, assim como às razões expostas no recurso especial. Por conseguinte, não há como conhecê-la no presente agravo regimental, sob o argumento de superveniência de fato novo. 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 385.089/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 22.02.2005). Resta analisar, apenas, se é de ser aplicado o salário mínimo nacional ou, ao contrário, o salário mínimo estadual, diante da dedução de pretensão recursal referente à aplicação deste último em detrimento daquela. Nesse ponto, de acordo com orientação jurisprudencial pacífica a respeito, deve ser aplicado o salário mínimo nacional, até porque o Código de Processo Civil é um conjunto de leis federais, devendo haver aplicação uniforme da legislação processual (Federal), o que consiste em decorrência direta do princípio da isonomia. Por outro lado, quanto à substituição

da caução prestada pela escrivania, razão assiste à agravante. Neste quesito, releva explicitar o conceito de custas: "O termo despesa constitui o gênero, do qual decorrem 3 (três) espécies: - custas, que se destinam a remunerar a prestação da atividade jurisdicional, desenvolvida pelo Estado-juiz por meio de suas serventias e cartórios; - emolumentos, que se destinam a remunerar os serviços prestados pelos serventuários de cartórios ou serventias não oficializados, remunerados pelo valor dos serviços desenvolvidos e, não pelos cofres públicos." (CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 4.ed. São Paulo: Dialética, 2006, p. 103). Observa-se dos documentos acostados aos autos que a decisão agravada deferiu tão somente o levantamento de valores pela Escrivania da 2ª Vara Cível e pelo Distribuidor, não havendo qualquer menção ao Cartório da 1ª Vara Cível. Em seguida, o escrivão determinou a expedição dos seguintes alvarás judiciais: "01) ao pescador; 02) à 2ª Vara Cível, para o levantamento das custas processuais e taxa judiciária FUNREJUS; 03) à Titular do Ofício Distribuidor, para o levantamento da quantia referente às custas processuais e; 04) à 1ª Vara Cível, para o levantamento das custas processuais e taxa judiciária FUNREJUS." A quantia depositada pela agravada abrangeu as custas do distribuidor e do Cartório da 2ª Vara Cível, bem como a taxa do Funrejus, consoante cálculo apresentado. Contudo, não há razão para o levantamento pela Escrivania da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranaguá do de quantia da conta vinculada à execução em questão. Frise-se que o como o autor é beneficiário da justiça gratuita e obteve decisão favorável, a responsabilidade pelo pagamento das custas processuais é do vencido, ou seja, da Petrobrás. A executada corretamente depositou os valores referentes à indenização e às custas processuais. Todavia, não há norma que autorize escrivania diversa da que tramitou o processo levantar quantias referentes a custas, sob pena de inviabilizar o acesso à justiça e impedir a eficácia da decisão judicial. Cabe salientar que o artigo 5º, LXXIV, da CF/88, prevê a assistência judiciária gratuita como direito fundamental estabelecendo: "O Estado prestará assistência judiciária integral aos que comprovarem insuficiência de recursos". Segundo o contido no parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 1.060/50: "considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família". Prossegue a mesma lei em seu artigo 12, que "A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita." Ressalte-se ainda que eventual modificação do estado de necessidade do agravante deve ser argüido perante o juízo competente, observando as normas inscritas nos artigos 6º e 7º, ambos da Lei nº 1.060/50: "Art. 6º. O pedido, quando formulado no curso da ação, não a suspenderá, podendo o juiz, em face das provas, conceder ou denegar de plano o benefício de assistência. A petição, neste caso, será autuada em separado, apensando-se os respectivos autos aos da causa principal, depois de resolvido o incidente. Art. 7º. A parte contrária poderá, em qualquer fase da lide, requerer a revogação dos benefícios de assistência, desde que prove a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão." No presente caso, contudo, não houve nenhum procedimento instaurado para análise de eventual alteração da condição econômica do agravante. Até que esse estado não esteja modificado, prevalece o entendimento de que há comprometimento da sustentabilidade própria e familiar, não sendo possível lhe exigir custas processuais. Nesse sentido, vide os seguintes entendimentos proferidos pela doutrina e jurisprudência pátrias: "Necessidade de prova para afastar a afirmação contida na LAJ 4º. Como existe presunção juris tantum da necessidade, com a simples alegação da pobreza feita pelo interessado (LAJ 4º - §1º), cabe à parte contrária o ônus de provar que o benefício não mais ostenta a qualidade de necessitado, requerendo a revogação do benefício." (In: JUNIOR, Nelson Ney; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. São Paulo: RT, 2007, p. 1432) "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. IMPUGNAÇÃO À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. PESSOAS FÍSICAS. ALEGAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA PELA PARTE RÉ. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. INVERSÃO DO ÔNUS PROBANDI. ART. 4º, § 1º, DA LEI Nº 1.060/50. INTERPRETAÇÃO. NÃO-CONHECIMENTO DO RECURSO PELA APONTADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. 1. (...) 3. O art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50 é muito claro ao disciplinar que a necessidade do benefício de assistência judiciária gratuita é auferida pela afirmação da própria parte. A negativa do benefício fica condicionada à comprovação da assertiva não corresponder à verdade, mediante provocação do réu. Nesta hipótese, o ônus é deste de provar que o autor não se encontra em estado de miserabilidade jurídica. 4. No presente caso, não tendo sido comprovado pelo réu a boa condição financeira dos autores, nos termos exigidos pelo § 1º do art. 4º da Lei nº 1.060/50, visualiza-se a violação deste preceito legal, merecendo reforma o acórdão recorrido. 5. Recurso especial parcialmente conhecido e provido. (STJ, 1ª Turma, REsp nº 851.087/PR, Rel. Ministro José Delgado, julg: 05/09/2006, DJ 05/10/2006 p. 279) Por fim, no que pertine a substituição da garantia dada pelo Serventuário para o levantamento de custas esta deve ser deferida, tendo em vista que a mesma não atende aos requisitos legais, devendo o mesmo prestar caução real. Diante do exposto e considerando a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça bem como neste Tribunal, na forma facultada pelo artigo 557 § 1º, do Código de Processo Civil, CONHEÇO E DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso de agravo de instrumento, de Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás, para o efeito de manter a decisão atacada, apenas devendo ser substituída a garantia para levantamento das custas. Intime-se. Comunique-se ao d. Juízo "a quo", encaminhando- se-lhe cópia desta decisão. Curitiba, 23 de setembro de 2.011. SERGIO LUIZ PATITUCCI Relator 0031 . Processo/Prot: 0829805-3 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/245665. Comarca: Porecatu. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 2009.00000105 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda. Agravado: Aparecida Ribeiro de Jesus, Gercino Ferreira de Souza, João Pereira Costa, José Dantas da Rocha, Lourival de Souza, Maria Lourdes Campos, Nelson Messias do Nascimento, Odair Inácio Nunes, Onofre Batista da Silva, Vanildo Roque Dias. Advogado: João Emilio Zola Junior, Raul Barbi. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Agravante: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS Agravados: APARECIDA RIBEIRO DE JESUS E OUTROS Relator: JUIZ SERGIO LUIZ PATITUCCI AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA DANOS EM IMÓVEIS CONTRATO DE SEGURO ADVENTO DA LEI Nº 12409/2011 APLICABILIDADE APENAS AOS CONTRATOS CELEBRADOS APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 513/2010 CONTRATOS ANTERORES ATO JURÍDICO PERFEITO INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL INOCORRÊNCIA MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL CDC INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA APLICABILIDADE PERÍCIA REQUERIMENTO DE PERÍCIA PELA AUTORA RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DA PRODUÇÃO DA PROVA AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE ARTº. 557 § 1º "A" DO CPC RECURSO PROVIMENTO PARCIAL. 1.- Aplicabilidade da Lei nº 12.409/2011 - No caso concreto, não há possibilidade de incidência da MP 513/2010 convertida em Lei nº 12.409/2011 em relação aos contratos celebrados antes de 26 de novembro de 2010, sob pena de grave ofensa à proteção constitucional ao ato jurídico perfeito, assegurada pelo art. 5º, XXXVI do texto constitucional; 2.- Competência Competente é a Justiça Estadual para o conhecimento e julgamento de ação referente a Contrato de Seguro oriundo do Sistema Financeiro de Habitação, constituído por capital privado, sem participação de recursos públicos. 3.- Consumidor É aplicável o Código de Defesa do Consumidor à espécie, já que caracterizada uma relação de consumo entre as partes envolvidas no litígio no momento em que a seguradora passou a integrá-la como litisconsorte, sendo o autor consumidor dos serviços desta, mesmo que indiretamente; 4.- Produção de Prova Embora se aplique o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de seguro, a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, inciso VIII da Lei 8.078/90 não implica em se atribuir ao fornecedor a obrigação de adiantar os honorários da prova pericial determinada. Insurge-se a agravante Companhia Excelsior de Seguros contra decisão do d. Juízo da Vara Cível da Comarca de Porecatú, nos autos nº 105/2009 de Ação Ordinária de Responsabilidade Obrigacional Securitária, ajuizada por Aparecida Ribeiro de Jesus e outros, na qual reconheceu a competência da Justiça Estadual, deferiu o pedido de inversão do ônus da prova, determinando a requerida, ora agravante, para que efetuasse o pagamento das despesas com a realização da prova pericial, mantendo a competência da Justiça Estadual (fls. 79/86-TJ). Pretende a agravante com o presente recurso seja reformada a referida decisão, alegando da inaplicabilidade da Medida Provisória convertida em Lei, em que houve um ato jurídico perfeito entre as partes, sendo uma relação onde litigam os mutuários e uma seguradora privada. Afirma inexistir o interesse da Caixa Econômica Federal e da União, com consequente deslocamento da competência para a Justiça Federal. Aduz ainda inaplicável a espécie o Código de Defesa do Consumidor CDC e de conseqüência da impossibilidade da inversão dos ônus da prova, bem como o dever da autora agravada em arcar com os ônus da realização da prova técnica pericial (fls. 02/20-TJ). É o relatório. O recurso é próprio e tempestivo, encontrando-se o presente agravo devidamente instruído com as peças obrigatórias previstas na legislação processual (artº. 525 CPC), além de preencher os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade. Irresigna-se a agravante com o r. despacho do juízo singular que reconheceu a possibilidade de aplicação do Código de Defesa do Consumidor e da consequente inversão do ônus da prova e o pagamento das despesas periciais pela parte requerida, bem como manteve a competência da Justiça Estadual. Irresigna-se a agravante com o r. despacho do juízo singular que indeferiu a alegação de ilegitimidade passiva da seguradora agravante e declinou a competência em favor da Justiça Federal para apreciar o feito, tendo em vista haver interesse da União como assistente da Caixa Econômica Federal na lide em decorrência do advento da Lei nº 12.409/2011. Do constante do r. despacho agravado, a matéria merece consideração nesta via recursal, em respeito ao princípio da celeridade processual, pois trata da discutida competência entre a Justiça Estadual e a Federal. o caso a agravada fez parte de um consórcio de seguradoras que atuam junto a contratação de seguro habitacional junto ao Sistema Financeiro Nacional, sendo que recebe valores referentes ao referido seguro, não podendo se eximir por fazer parte do referido consórcio, posto que nesta situação incidente o Código de Defesa do Consumidor. Em apertada síntese das exaustivas e bem lançados argumentos sobre a matéria, o custeio do seguro habitacional é constituído por capital evidentemente privado resultante do pagamento de prêmios pelos mutuários do sistema, a seguradoras privadas, como a agravante, sem qualquer participação de recursos públicos, evidenciando a inexigibilidade da aumentada participação como consta da melhor jurisprudência emitida sobre o assunto em disceptação. Vale citar: "CIVIL E PROCESSO CIVIL: CONTRATO DE SEGURO FIRMADO ENTRE MUTUÁRIO DO SISTEMA FINANCEIRO HABITAÇÃO E A SASSE COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS COBERTURA SECURITÁRIA VINCULAÇÃO EXCLUSIVA DAS PARTES CONTRATANTES ILEGITIMIDADE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. Visando a ação o pagamento de prêmio de seguro, somente as partes contratantes estão obrigadas a observar as cláusulas pactuadas mesmo quando em garantia de imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro de Habitação ilegitimidade passiva da Caixa Econômica Federal para o processamento e julgamento do feito em favor da Justiça Estadual, ante a inocorrência, na espécie, de qualquer das hipóteses previstas no artigo 109 da Constituição Federal de 1988". (TRF - 1ª Região 6ª turma Relator: Des. Fed. Moacir Ferreira Ramos

04/02/2002). É entendimento do STJ: REGIMENTAL. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. (...) - Nas ações em que se discute contrato de seguro adjecto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes. (...) (AgRg no REsp 811.069/PR, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, julgado em 03.12.2007, DJ 12.12.2007 p. 416). CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL. SEGURO. É DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AÇÕES PROPOSTAS CONTRA ENTIDADE PRIVADA, VERSANDO SOBRE O CONTRATO DE SEGURO HABITACIONAL. CONFLITO CONHECIDO E DECLARADA A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. (CC 18.198/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Segunda Seção, julgado em 13.08.1997, DJ 29.09.1997 p. 48105). No que concerne a intervenção da União no feito, com supedâneo no art. 5º da Lei 9.469/97, em princípio, nada obstaria que integrasse a lide na condição de assistente. Isto porque, a faculdade conferida pela Lei 9.469/97, em seu art. 5º, sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta, processualmente não é senão uma espécie de assistência, "assistência anômala" na expressão de Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart. (Marinoni, Luiz Guilherme e Arenhart, Sérgio Cruz, "apud" Bueno, Cássio Scarpinella. Partes e Terceiros no Processo Civil Brasileiro, p. 200. Saraiva: São Paulo, 2006.). No entanto, enfatize-se que, na presente hipótese, pretende-se que a Caixa Econômica Federal passe a integrar o pólo passivo da lide, deslocando-se, por conseguinte, a competência para o julgamento do feito para a Justiça Federal. Ressalte-se que, caso fosse admitida a União como assistente nesta sede processual, a conseqüência lógica seria também o deslocamento do feito originário para a Justiça Federal, o que, por sua vez, esvaziaria o seu próprio objeto ou, no mínimo, tornaria inócuo o julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1091363/SC, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias, cujo objetivo mediato é o referido no deslocamento, o que não é possível. Destaque-se aqui, decisão do referido Tribunal: RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO EM QUE SE CONTROVERTE A RESPEITO DO CONTRATO DE SEGURO ADJECTO A MUTUO HIPOTECÁRIO. LITISCONSÓRCIO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/CEF E CAIXA SEGURADORA S.A. INVIABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO. 1. Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexiste interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento. Precedentes. 2. Julgamento afetado à 2a. Seção com base no Procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos). 3. Recursos especiais conhecidos em parte e, nessa extensão, não providos. (REsp 1091363/SC, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal Convocado do TRF 1ª Região), Segunda Seção, julgado em 11/03/2009, DJe 25/05/2009). A Medida Provisória nº 513/2010 convertida em Lei nº 12409/2011é inaplicável aos contratos celebrados antes de 26.11.2010. Como bem delineou a Des. Rosana Amara Girardi Fachin ao decidir o Agravo de Instrumento nº815678-7: "(...) não há, no caso concreto, possibilidade de incidência da MP 513/2010 em relação aos contratos celebrados antes de 26 de novembro de 2010, sob pena de grave ofensa à proteção constitucional ao ato jurídico perfeito, assegurada pelo art. 5º, XXXVI do texto constitucional. Apesar de a regra ser a irretroatividade das leis, a Constituição põe a salvo, em nome da segurança jurídica, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, a fim de assegurar ao destinatário da norma o prévio conhecimento acerca das circunstâncias nas quais ocorrerá uma relação jurídica entabulada. É como ensina a doutrina pátria: "A temática, aqui, liga-se à sucessão de leis no tempo e à necessidade de assegurar o valor da segurança jurídica, especialmente no que tange à estabilidade dos direitos subjetivos. A `segurança jurídica' consiste no `conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida'. Uma importante condição da segurança jurídica está na relativa certeza que os indivíduos têm de que as relações realizadas sob o império de uma norma devem perdurar ainda quando tal norma seja substituída." 7 "A retroatividade das leis desmente a confiança que se teria de depositar no ordenamento jurídico, sendo causadora direta de grave insegurança jurídica. A concessão de status constitucional à diretriz da irretroatividade é relevante na medida em que vincula todos os poderes e, em especial, o legislador. A Constituição, em seu art. 5º, XXXVI, determina que `a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada'. A Constituição, ao proteger essa trilogia, busca assegurar um mínimo de estabilidade das relações jurídicas. Para tanto, proíbe a eficácia retroativa das leis àquelas situações do passado já consolidadas." No caso a Medida Provisória 513/2010 convertida em Lei desrespeita o ato jurídico perfeito, pois modifica a relação jurídica perfeita estabelecida entre a seguradora e mutuários, sendo que quem celebrou o contrato de seguro e recebeu o prêmio foi a seguradora (entidade privada) e quem agora se responsabilizaria pelos danos seria a União através da Caixa Econômica Federal (com dinheiro público). Ou seja, as seguradoras recebem o prêmio do seguro e quem paga a conta é o contribuinte com o dinheiro vindo dos impostos da União. Esta Corte ao apreciar esta matéria já pacificou entendimento sobre a competência para apreciar da matéria da Justiça Estadual, inexistindo interesse da União Federal nestes contratos de seguro que possa deslocar a competência a esfera da Justiça Federal. No caso narrado nos autos, em que houve a celebração de negócio jurídico de natureza securitária entre mutuário do sistema financeiro de habitação e a seguradora ora requerida, o qual seguiu as disposições da legislação vigente à época, que ainda não dispunha sobre a assunção de direitos e obrigações do SFH pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais. É legítimo permitir que obrigações inicialmente assumidas por entes privados sejam, ao final, através de ato legislativo de caráter extraordinário, suportadas por dinheiro público? A resposta é não, pois o prêmio foi recebido pela seguradora privada, que ficou com os lucros, e agora a indenização deve ser pago com dinheiro público, dividindo entre todos os brasileiros o prejuízo. Assim, essa nova regra só é aplicável aos contratos celebrados após 26.11.2010. No mais, é aplicável o Código de Defesa do Consumidor à espécie, já que caracterizada uma relação de consumo entre as partes envolvidas no litígio no momento em que a seguradora passou a integrá-la como litisconsorte, sendo o autor consumidor dos serviços desta, mesmo que indiretamente. Nesse sentido tem se firmado o entendimento doutrinário: "O artº. 3º do CDC bem especifica os sistema de proteção do consumidor, considera como fornecedores todos os que participam da cadeia de fornecimento de serviços (o organizador da cadeia e os demais participes do fornecimento direto e indireto, mencionados genericamente como "toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada nacional ou estrangeira (...)", não importando a sua relação direta ou indireta, contratual ou extracontratual, com o consumidor. (Benjamin Antonio e outros; "Manual do Direito do Consumidor" 2ª Ed,RT 2009, pg. 84). Assim, no caso o autor é o destinatário indireto da prestação de serviço da empresa seguradora. Desta forma, correta de cisão que reconheceu a relação de consumo e determinou a inversão da prova, eis que identificada verossimilhança nas alegações expostas, em consonância à facilitação da defesa do consumidor, nos termos do art. 6º, do CDC Ademais, é inquestionável a hipossuficiência dos agravados, que além da ausência de condições técnicas para provar a origem dos danos sofridos no acidente de trânsito, são hipossuficientes economicamente, posto serem beneficiários da justiça gratuita. Todavia, o deferimento da inversão do ônus da prova em favor dos agravados/autores não tem o condão de obrigar o fornecedor a custear a prova pleiteada por aquele. A inversão do ônus da prova não implica na obrigatoriedade da parte contrária em arcar com os custos da produção de qualquer prova que tenha sido requerida pelo autor. O ônus de arcar com as despesas da prova a ser produzida é de quem a requereu, sendo a inversão do ônus da prova uma regra de julgamento, onde o julgador poderá entender que a sua não produção virá em favor do reconhecimento do direito da parte hipossuficiente. Este Tribunal, bem como as Cortes Superiores já firmaram entendimento a respeito desta questão de forma reiterada. Em que pese a prova pericial interessar a ambas as partes, foi a mesma postulada pela autora, não podendo a agravante ser compelida ao pagamento dos honorários periciais ou qualquer outra despesa de prova pericial requerida por aquela. A legislação consumerista, quando estabelece a possibilidade de inversão do ônus da prova, nada mencionada acerca da inversão do custo da produção da prova, prevalecendo, portanto, a regra prevista no diploma processual pátrio, art. 19 c/c 33 do CPC. Com efeito, a clara redação do artigo 33 do Código de Processo Civil não comporta interpretação divergente: "Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz." Segundo escólio de Arruda Alvim e outros ("Código de Defesa do Consumidor Comentado" RT, 1991, pág. 32): "Esta inversão significa que caberá ao réu (fornecedor) produzir o conjunto probatório que afaste as alegações do autor (consumidor), mesmo que este não tenha apresentado provas acerca de suas alegações". Isto porque, de acordo com os próprios autores do anteprojeto que resultou no Código de Defesa do Consumidor , Ada Pellegrini Grinover e Kazuo Watanabe, é por ocasião do julgamento da causa que o juiz tem condições de fazer a inversão do ônus da prova. Essa conclusão deriva da noção de que as regras de distribuição do ônus da prova são regras de juízo. José Carlos Barbosa Moreira esclarece que a função dessas regras é instrumentalizar o magistrado com um critério para conduzir o seu julgamento nos casos de ausência de prova suficiente. Ora, se a prova pericial foi pleiteada pela autora, deverá este, portanto, arcar com os ônus de sua realização, inclusive antecipando as custas para e efetivação desse ato, nos termos do artigo 33 do Código de Processo Civil, citado anteriormente. Vale destacar que o princípio da inversão do ônus da prova consagrado pelo art. 6°, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não alterou a obrigação de cada parte em adiantar as despesas, de acordo com o art. 19 do Código de Processo Civil, da prova que requerer. Assim, não é possível compelir a agravante, a antecipar perícia cuja produção não pretendeu. Neste sentido já decidiu o extinto Tribunal de Alçada do Estado do Paraná: PROCESSUAL CIVIL. REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PERÍCIA. Embora se aplique o Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários em geral, a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, inciso VIII da Lei 8.078/90 não implica em se atribuir ao fornecedor a obrigação de adiantar os honorários da prova pericial determinada, porque tal dispositivo constitui regra de julgamento. Recurso provido. (TAPR Ap Civ 168914-1 4ª C. Civ Rel. Juiz Ruy Cunha Sobrinho Ac 13662 Pub: DJ 23/03/01). A antecipação das despesas para a realização da prova é obrigatória e, portanto, incompatível com o conceito de "ônus". O termo "ônus", utilizado em nosso sistema processual civil não se traduz em "obrigação", mas em faculdade que, se não cumprida, trará conseqüências processuais previamente estabelecidas (no caso a presunção de veracidade das alegações da parte contrária). Por isso que, por exemplo, o réu tem o ônus de contestar o pedido inicial em determinado prazo, mas não a obrigação de contestar a pretensão, pois que pode deixar o feito correr a revelia, ou até mesmo concordar com o pedido. Resta consolidado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que quando reconhecida a necessidade de produção da prova pericial, determinando o Magistrado sua realização de ofício; deferindo o pedido de ambas as partes; ou aquele feito exclusivamente pelo autor, é esse quem deve suportar o custo de sua produção. Neste sentido: "Embargos de retenção. Honorários do perito. Ônus. I. Os honorários do perito devem ser pagos pelo autor quando a perícia é solicitada por ele próprio, por ambas as partes ou determinada de ofício

pelo juiz (art. 33 do CPC). II. Recurso especial não conhecido" (REsp nº 45208/SP/ Cláudio Santos) "(...) apenas a título de registro, destaca-se que o posicionamento adotado pelo Tribunal de origem acerca de não se confundir a inversão do ônus da prova com a obrigação de adiantamento dos honorários periciais é harmônico com o entendimento já esposado por esta Corte" (REsp 883.327/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão). "(...) Todavia, a determinação expressa de imediato pagamento dos honorários periciais está em desarmonia com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, já que a inversão do ônus da prova não obriga a parte contrária a arcar com as custas da prova requerida pelo consumidor, acarretando, tão somente, as conseqüências processuais advindas de sua não produção" (REsp 774.564/SP, Rel. Ministro Jorge Scartezzini) . Todavia é de se ressaltar que a inversão do ônus da prova quer significar que a parte ré será obrigada a custear a perícia. Porém, se escolher não custeá-la, sofrerá o ônus decorrente. Pode até ocorrer situação de que a parte contra quem foi emitida a ordem de inversão do ônus da prova, entender que já possui provas suficientes para demonstrar seu direito, sendo desnecessária qualquer outra, motivo pelo qual pode recusar a faculdade lhe oferecida. Nesse sentido o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE PERITO. PRECEDENTES DA CORTE. 1. A matéria já está sedimentada pela Corte no sentido de que a "inversão do ônus da prova não tem o efeito de obrigar a parte contrária a arcar com as custas da prova requerida pelo consumidor. No entanto, sofre as conseqüências processuais advindas de sua não produção" (REsp nº 443.208-RJ, Terceira Turma, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJ de 17/3/03; no mesmo sentido: REsp nº 435.155-MG, Terceira Turma, da minha relatoria, DJ de 10/3/03; REsp nº 466.604-RJ, Terceira Turma, Relator o Ministro Ari Pargendler, DJ de 2/6/03; REsp nº 729.026-SP, Quarta Turma, Relator o Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 26/9/05; REsp nº 510.327-SP, Relator o Ministro Barros Monteiro, DJ de 29/8/05). 2.(...) 3. Recurso especial não conhecido. (REsp 665.699/MG, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, julgado em 16.11.2006, DJ 19.03.2007 p. 322). AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM DESFAVOR DA RÉ. HONORÁRIOS PERICIAIS. - Não é lícito obrigar a parte contra quem o ônus da prova foi invertido a custear os honorários do perito, porque lhe assiste a faculdade de não produzir a prova pericial e arcar com as conseqüências processuais da omissão. (AgRg no Ag 648.625/MG, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, julgado em 26.10.2006, DJ 18.12.2006 p. 366). Assim por se tratar a inversão do ônus da prova critério de julgamento, deve a agravante analisar do interesse ou não de custear as despesas com a realização da perícia. Diante do exposto e considerando a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça bem como neste Tribunal, na forma facultada pelo artigo 557 § 1º do Código de Processo Civil, é de se dar parcial provimento ao recurso de agravo de instrumento, de Companhia Excelsior de Seguros, mantendo a decisão atacada no que pertine a competência da Justiça Estadual, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e a inversão do ônus da prova, reformando-a onde determina que a agravante arque com as despesas da produção de prova, a qual foi requerida pelos autores. Intime-se. Comunique-se ao d. Juízo "a quo", encaminhando-se-lhe cópia desta decisão. Curitiba, 23 de setembro de 2.011. SERGIO LUIZ PATITUCCI Relator

0032 . Processo/Prot: 0829817-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/242885. Comarca: Maringá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000387 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Dirce de Moura Silva, Terezinha Alves da Silva, Tereza Lucio Vieira, Regina da Silva Freitas, Isabel Machado Moniz. Advogado: Ademar Massakatsu Fuzita. Agravado: Sul America Companhia Nacional de Seguros. Advogado: César Augusto de França, Lucas Azevedo Rios Maldonado. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

VISTOS, ETC. 1. Trata a espécie de recurso de agravo de instrumento manejado por DIRCE DE MOURA SILVA E OUTROS, contra decisão proferida em Ação Ordinária de Responsabilidade Obrigacional Securitária, na qual o ilustre magistrado a quo, determinação a manifestação da parte autora acerca da proposta dos honorários periciais, sendo que no caso de aceitação do valor que promova, no prazo legal, o preparo de 50% do montante requerido pelo expert. Como razões de sua irresignação, alegam os Agravantes, em síntese: que são pessoas pobres na concepção jurídica do termo, tratando-se de beneficiários do beneficio da assistência judiciária gratuita, não possuindo condições para promover o recolhimento dos honorários periciais, na forma como determinado pelo Juiz a quo; que se o pagamento do ônus pericial não for incumbido pelo magistrado à parte Agravada não será realizada a prova pericial; que a prova pericial foi requerida por ambas as partes, apontando que neste caso diante da condição econômica da Recorrida e da hipossuficiência dos Recorrentes, a prova pericial deverá ser custeada pela Agravada; que a Lei 1.060/50 prevê aos beneficiários da justiça gratuita a isenção do pagamento, inclusive dos honorários periciais; que há precedentes jurisprudenciais neste sentido. Requerem a concessão liminar do efeito suspensivo, bem como prequestionamento e o integral provimento do presente agravo de instrumento. 2. Pois bem, verifica-se que presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. Trata-se de recurso contra a decisão do nobre julgador de primeiro grau que intimou a parte autora, ora Agravantes, para se manifestarem quanto à proposta dos honorários periciais apresentada pelo expert, no valor de R$ 1.350,00 (hum mil trezentos e cinquenta reais), bem que diante da aceitação destes que promovam o recolhimento de 50% (cinquenta por cento) do valor requerido, no prazo legal (fl. 127-TJ). Entendo, todavia, que a douta decisão monocrática mostra-se escorreita, de modo que deve ser mantida incólume. Isto porque, depreende-se do caderno recursal, como destacado pelos próprios Agravantes no presente recurso, que ambas as partes requereram a produção da prova pericial, como se verifica nas petições da Agravada de fls. 121-TJ, e dos Recorrentes às fls. 122/125-TJ, in verbis: "SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS S/A, já devidamente qualificada nos autos de AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA que lhe é movida por DIRCE DE MOURA SILVA E OUTROS, (...), à presença de V. Exa., em atenção ao r. despacho de fls. , especificar as provas, conforme se segue: - Prova documental, e; - Perícia técnica de engenharia, para que sejam constatados os danos ocorridos nos imóveis. (...)" "DIRCE DE MOURA SILVA E OUTROS, (...) nos autos da AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA, em epígrafe, que movem em face de SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, vêm mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, diante do despacho de fls. Informar e requerer o que segue: ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS Sendo assim, a produção de prova pericial é imprescindível e indispensável, como único meio de prova capaz de elucidar todos os fatos narrados na exordial, e dar garantia de direito dos Requerentes ao reconhecimento das coberturas securitárias por Danos Físicos nos imóveis objetos da presente ação, provando que os danos ocorridos nos imóveis dos Requerentes não decorrem de falta de manutenção ou deterioração. (...)" Logo, tem-se que o magistrado de primeiro grau, escorreitamente, aplicou ao caso a regra do art. 33 do Código de Processo Civil, a qual dispõe exatamente que sendo a prova pericial requerida pela autora, ou por ambas as partes, o ônus deverá ser custeado pelo requerente, in verbis: "Art. 33. Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz. Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente a essa remuneração. O numerário, recolhido em depósito bancário à ordem do juízo e com correção monetária, será entregue ao perito após a apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial, quando necessária." Assim, restando incontroverso que a perícia foi pretendida tanto pelos Agravantes como pela Agravada, não há com o que se insurgirem os ora Recorrentes quanto ao ônus financeiro da prova pericial, uma vez que se deve esclarecer que a inversão do ônus da prova não implica na obrigatoriedade da parte contrária em arcar com as custas da prova, que devem ser suportadas de acordo com o disposto no art. 33, do Código de Processo Civil, restando tal entendimento consolidado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "(...) apenas a título de registro, destaca-se que o posicionamento adotado pelo Tribunal de origem acerca de não se confundir a inversão do ônus da prova com a obrigação de adiantamento dos honorários periciais é harmônico com o entendimento já esposado por esta Corte." (REsp 883.327/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, publicado em 18.12.2006). "(...) Todavia, a determinação expressa de imediato pagamento dos honorários periciais está em desarmonia com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, já que a inversão do ônus da prova não obriga a parte contrária a arcar com as custas da prova requerida pelo consumidor, acarretando, tão somente, as conseqüências processuais advindas de sua não produção." (REsp 774.564/ SP, Rel. Ministro Jorge Scartezzini, publicado em 09.10.2006). "(...) Conforme entendimento da 3.ª Turma, a inversão do ônus da prova não tem o efeito de obrigar a parte contrária a arcar com as custas da prova requerida pelo consumidor. No entanto, sofre as conseqüências processuais advindas de sua não produção. Se a prova pericial foi requerida apenas pelo autor, é apenas ele quem deve adiantar o pagamento dos honorários periciais, conforme determina o art. 33 do CPC, ainda que à demanda seja aplicável o Código de Defesa do Consumidor." (REsp 661.149/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, publicado em 04.09.2006). "(...) A inversão do ônus não acarreta o efeito de obrigar a parte contrária a pagar a produção da prova, embora deva arcar com as conseqüências processuais de sua não-produção, nos termos de diversos precedentes da Corte." (REsp 666.458/SP, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, publicado em 14.08.2006). Todavia, embora não assista razão aos Agravantes no tocante a pretensão de que o encargo probatório seja atribuído à parte Agravada, deve-se ressaltar que o beneficio da assistência judiciaria gratuita deve-se ser resguardado, também, quanto ao recolhimento dos honorários periciais, elucidando-se que, neste caso, atribui-se ao Estado o adiantamento do valor dos honorários do expert judicial ou, diante da aceitação do Perito, o recolhimento pode ser efetuado ao final pela parte vencida, ou pelo próprio Estado no caso destes serem os Agravantes beneficiários, apontando-se que poderá reaver a quantia adiantada nas hipóteses da Lei 1.060/50. Neste sentido é o que tem entendido este Tribunal de Justiça: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - IMÓVEIS FINANCIADOS PELO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO COM VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO (...) - LEGITIMIDADE ATIVA DOS AUTORES, DIANTE DA PROVA DE QUE SÃO MUTUÁRIOS DO SFH - INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO - DESNECESSIDADE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - REQUISITO DA VEROSSIMILHANÇA PRESENTE - ADIANTAMENTO DOS HONORÁRIOS DO PERITO - PROVA REQUERIDA EXCLUSIVAMENTE PELOS AUTORES/ AGRAVADOS - INEXISTÊNCIA DE DEVER POR PARTE DA SEGURADORA AGRAVANTE EM ADIANTAR OS HONORÁRIOS PERICIAIS - CPC, ARTS. 19 E 33, CAPUT - CONSEQÜÊNCIAS DA NÃO PRODUÇÃO DA PROVA PERICIAL, CONTUDO, QUE SERÃO SUPORTADAS PELA FORNECEDORA - PRECEDENTES DO STJ - AUTORES BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - DEVER DO ESTADO DE ADIANTAR OS HONORÁRIOS, RESGUARDADO O SEU DIREITO DE, AO FINAL DO PROCESSO, REAVER TAL QUANTIA DA PARTE VENCIDA, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 12 DA LEI 1.060/1950. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO." (TJPR, Acórdão 7987, AI 0471652-7, 9ª Câmara Cível, Eugenio Achille Grandinetti, DJ 25/04/2008) (grifou-se) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEMANDA REVISIONAL DE CONTRATO. ADESÃO DOS AUTORES AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PROPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PREVISÃO EXPRESSA DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

PELAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS PENDENTES. HONORÁRIOS DO PERITO. RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO BENEFICIÁRIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. SITUAÇÃO QUE NÃO INVERTE A INCUMBÊNCIA DO PAGAMENTO. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DE QUE, EM TAIS CASOS, INCIDE O ART. 12, DA LEI N.º 1.060/50. PERMANECENDO A IMPOSSIBILIDADE DE CUSTEIO, O PAGAMENTO DEVE SER EFETUADO PELO ESTADO. DEVER CONSTITUCIONAL DE GARANTIR O ACESSO À JUSTIÇA. ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS AGRAVANTES. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO. O benefício da assistência judiciária gratuita garante a isenção do depósito antecipado de honorários de perito, devendo, o profissional ser remunerado, ao final, pelo vencido, ou, se este for o beneficiário da Justiça gratuita, pelo Estado, que é o responsável constitucional pela garantia da assistência jurídica e do acesso à Justiça." (TJPR, Acórdão 8979, 0426764-7, 7ª Câmara Cível, Dilmari Helena Kessler, DJ 11/10/2007) (grifou-se) Assim sendo, concluo que a decisão questionada está de acordo com a jurisprudência deste Tribunal de Justiça, razão pela qual o presente agravo merece pronto desprovimento, para o fim de manter a decisão tal qual lançada nos autos, ressalvando-se a possibilidade de recolhimento do encargo financeiro da prova pericial ao final da lide pela parte vencida, havendo concordância do Perito Judicial, ou o adiantamento pelo Estado neste momento processual, observando-se serem os Autores, Agravantes, beneficiários da Justiça Gratuita. 3. Por tais razões, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, ressalvando-se a possibilidade de recolhimento do encargo probatório ao final da lide pela parte vencida, havendo concordância do Perito Judicial, ou o adiantamento pelo Estado neste momento processual, observando-se serem os Autores, Agravantes, beneficiários da Justiça Gratuita. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011 DES. JOSÉ ANICETO Relator

0033 . Processo/Prot: 0830252-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/245192. Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00000637 Ordinária. Agravante: Maria Dantas dos Santos, Cláudia Suzana da Mota, Adalgisa Colombo, Maria Rosa Deganuti Catharini, Sebastião Rosseti, Malvino Batista do Amaral Sobrinho, Claudemir Fernandes, Maria Aparecida Checo, Elza Nunes da Silva, Adélcio Moreira. Advogado: Ruth de Godoy Machado Nogara. Agravado: Sul América Companhia Nacional de Seguros. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Trata-se de recurso contra decisão que, em ação ordinária de responsabilidade obrigacional securitária, acolheu a manifestação da Caixa Econômica Federal e declinou a competência do juízo, para a Justiça Federal. Sustentam os agravantes, que a competência para processar e julgar ações propostas contra entidade privada, versando sobre contrato de seguro habitacional, seria da Justiça Estadual. Requereram o efeito suspensivo sobre a decisão agravada. É o relatório, DECIDO: O presente recurso deve ser desprovido de plano, em vista de que o instrumento formalizado não contém todos os elementos de prova, necessários ao conhecimento do assunto. É sabido que o recurso de Agravo de Instrumento, em virtude da previsão do artigo 525, do Código de Processo Civil, deve vir acompanhado de todas as peças obrigatórias, tais como a cópia da decisão agravada, da certidão de intimação e das procurações outorgadas aos advogados das partes; bem como de outras peças que seriam necessárias e úteis ao deslinde da controvérsia. No presente caso, não houve obediência a essa regra por parte dos agravantes, pois deixaram de anexar a cópia integral da decisão agravada. É dever da parte agravante juntar todas estas peças e documentos, pois ao não fazê-lo impossibilita o Tribunal de bem analisar a questão, restando temerário se reformar aquilo que o juiz da causa, à luz de todo o processo, decidiu. Assim, considerando que o agravante não juntou todos os documentos necessários a um amplo conhecimento da controvérsia, a instrução do presente agravo é deficiente, o que impossibilita o exame do agravo ora interposto. Destaque-se que, neste sentido, reiteradamente têm decidido nossos tribunais: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO ANTE A AUSÊNCIA DE PEÇA NECESSÁRIA AO ESCLARECIMENTO DA CONTROVÉRSIA RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO À UNANIMIDADE I. Ausente peça essencial à compreensão do pedido objeto do Agravo de Instrumento, não há como se dar prosseguimento ao recurso. II. O Agravo de Instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas. A falta de qualquer delas autoriza o relator a negar seguimento ao agravo, ante a sua manifesta inadmissibilidade. Aplicação do disposto no art. 557, caput, do CPC. III. Recurso conhecido e desprovido à unanimidade."1 "AGRAVO DE INSTRUMENTO DEVE SER INSTRUÍDO COM AS PEÇAS OBRIGATÓRIAS E TAMBÉM COM AS NECESSÁRIAS AO EXATO CONHECIMENTO DAS QUESTÕES DISCUTIDAS A falta de qualquer delas autoriza o relator a negar seguimento ao agravo ou à turma julgadora o não conhecimento dele".2 Além disso, cumpre observar que os agravantes não promoveram o devido preparo do recurso, sendo que não há prova de que os recorrentes são beneficiários da justiça gratuita. 1 TJDF, AGI 20020020003030 DF, 3ª T. Cív. Rel. Des. Wellington Medeiros, DJU 08.05.2002, p. 29. Grifos inseridos. 2 TJMG, AG 000.225.035-5/00 4ª C. Cív. Rel. Des. Carreira Machado, J. 13.09.2001. Grifos inseridos. Posto isto, diante da ausência de documentos essenciais, com fulcro no artigo 557, do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO. Feitas as comunicações e anotações necessárias, arquivem-se. Curitiba, 28 de setembro de 2011. FRANCISCO LUIZ MACEDO- Relator

0034 . Processo/Prot: 0830727-1 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/215118. Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00000168 Cobrança. Agravante: Itau Seguros S/a. Advogado: Ricardo Lasmar Sodré, Mercedes Helena de Souza Oliveira, Márcia Satil Parreira. Agravado: Adão de Andrade. Advogado: Heber Sutili, Rafael Viganó. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Trata-se de recurso contra decisão que, em ação de cobrança de seguro DPVAT (autos 168/2007), proposta pelo agravado em face do agravante, determinou a realização da prova pericial, a ser custeada pela agravante. Sustenta que os honorários periciais devem ser suportados pelo autor, que tem o ônus de comprovar suas alegações, nos termos do artigo. 333, I, do Código de Processo Civil. Afirma que como a realização da perícia foi determinada pelo magistrado, sem que houvesse pedido da agravante em tal sentido, incumbe à parte autora arcar com os honorários do perito. Alega que seria incabível a inversão do ônus da prova, isto porque a contratação do DPVAT é imposição legal, portanto, não se configuraria relação de consumo. Por fim, requereu o provimento do recurso. É o Relatório, DECIDO: O presente recurso deve ser desprovido de plano, em vista de que o instrumento formalizado não contém todos os elementos de prova, necessários ao conhecimento do assunto. É sabido que o recurso de Agravo de Instrumento, em virtude da previsão do artigo 525, do Código de Processo Civil, deve vir acompanhado de todas as peças obrigatórias, tais como a cópia da decisão agravada, da certidão de intimação e das procurações outorgadas aos advogados das partes; bem como de outras peças que seriam necessárias e úteis ao deslinde da controvérsia. No presente caso, não houve obediência a essa regra por parte da agravante, pois deixou de anexar a procuração ou substabelecimento conferido à advogada subscritora do recurso (Dra. Márcia Satil Parreira). Ora, sem a demonstração de que a advogada que peticionou possuía necessários poderes para representar a agravante em juízo, não há como analisar a regularidade da representação processual, necessária para o conhecimento do recurso. É dever da agravante juntar todas estas peças e documentos, pois ao não fazê-lo impossibilita ao Tribunal bem analisar a questão, restando temerário se reformar aquilo que o juiz da causa, à luz de todo o processo, decidiu. Assim, considerando que a agravante não juntou todos os documentos necessários a um amplo conhecimento da controvérsia, a instrução do presente agravo é deficiente, o que impossibilita o exame do agravo ora interposto. Destaque-se que, neste sentido, reiteradamente têm decidido nossos tribunais: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 525, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO SUBSTABELECENTE. PEÇA OBRIGATÓRIA. FALTA. 1. Deve o agravante apresentar todas as peças obrigatórias elencadas no art. 525, inciso I, do Código de Processo Civil no momento da interposição do recurso, sob pena de não conhecimento, sendo certo, ainda, que, em caso de substabelecimento, faz-se necessária a juntada da procuração outorgada ao advogado substabelecente, para que se possa aferir a regularidade da representação. 2. "A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a ausência das peças obrigatórias de que trata o art. 525, I, do CPC (dentre as quais se inclui a cópia da cadeia de substabelecimentos) importa em não conhecimento do recurso" (EREsp nº 1.056.295/RJ, Relatora a Ministra Eliana Calmon, DJe de 25.8.2010). 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ - AgRg no Ag 1140117/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/09/2010, DJe 28/09/2010) "PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA - INEXISTÊNCIA DE PROCURAÇÃO DO ADVOGADO DA AGRAVANTE QUE ASSINOU A PETIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO - SÚMULA 115/STJ - PRECEDENTES. 1. A ausência de peça tida por obrigatória, indicada no art. 544, § 1º do CPC, leva ao não conhecimento do agravo. 2. Não trasladada a procuração do advogado da agravante que assinou a petição de agravo de instrumento, considera-se faltante peça obrigatória à formação do recurso. Incide, na espécie, a Súmula 115/STJ. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no Ag 1277861/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/05/2010, DJe 25/05/2010) "DIREITO PROCESSUAL CIVIL AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO ANTE A AUSÊNCIA DE PEÇA NECESSÁRIA AO ESCLARECIMENTO DA CONTROVÉRSIA RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO À UNANIMIDADE I. Ausente peça essencial à compreensão do pedido objeto do Agravo de Instrumento, não há como se dar prosseguimento ao recurso. II. O Agravo de Instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas. A falta de qualquer delas autoriza o relator a negar seguimento ao agravo, ante a sua manifesta inadmissibilidade. Aplicação do disposto no art. 557, caput, do CPC. III. Recurso conhecido e desprovido à unanimidade." (TJDF, AGI 20020020003030 DF, 3ª T. Cív. Rel. Des. Wellington Medeiros, DJU 08.05.2002, p. 29.). "AGRAVO DE INSTRUMENTO DEVE SER INSTRUÍDO COM AS PEÇAS OBRIGATÓRIAS E TAMBÉM COM AS NECESSÁRIAS AO EXATO CONHECIMENTO DAS QUESTÕES DISCUTIDAS A falta de qualquer delas autoriza o relator a negar seguimento ao agravo ou à turma julgadora o não conhecimento dele". (TJMG, AG 000.225.035-5/00 4ª C. Cív. Rel. Des. Carreira Machado, J. 13.09.2001.). Posto isto, diante da ausência de documentos essenciais, com fulcro no artigo 557, do Código de Processo Civil, NÃO CONHEÇO do recurso. Feitas as comunicações e anotações necessárias, arquivem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011.

0035 . Processo/Prot: 0830799-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/250983. Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 0009306-47.2011.8.16.0014 Declaratória. Agravante: Banco Itaú Unibanco S/a. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Mauri Marcelo Bevervanço Junior. Agravado: Douglas de Souza Santos. Advogado: Maurício José Morato de Toledo, Vinícius Carvalho Fernandes, João Carlos Lima Santini. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Trata-se de recurso contra decisão que, em Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais, proposta pelo agravado, em face do agravante, concedeu a tutela antecipada pleiteada na inicial. Entendeu o magistrado

a quo estarem presentes os requisitos para antecipação dos efeitos da tutela, concedendo a tutela antecipada para que a parte ré "se abstenha de inserir o nome do requerente em cadastros e restrição ao crédito e/ou promover-lhe protestos e execuções, excluindo os apontamentos efetuados junto aos órgãos de proteção ao crédito, em relação aos contratos sub judice, até que sobrevenha decisão final do feito, pena de astreintes que fixo, ex officio, em R$ 1.000,00 por dia de descumprimento." (fl. 49) Inconformado, o banco agravante interpôs o presente recurso, afirmando, em síntese, que: a) não estariam presentes os requisitos necessários para a concessão da tutela, quais sejam fumus boni iuris e periculum in mora; b) não agiu de forma indevida ao incluir o nome do agravado em cadastros de inadimplentes, considerando a existência de saldo devedor na conta corrente; c) eventuais descontos efetuados na conta corrente do agravado decorreram de contrato celebrado com terceiro, cujas ações são custodiadas pelo agravante; d) eventual contratação com terceiro, que tenha gerado débitos na conta corrente do agravado, não pode ser de responsabilidade do agravante; e) inexistem provas quanto a eventuais prejuízos suportados pelo agravado, em virtude da inscrição de seu nome nos cadastros restritivos; f) não houve qualquer objeção ao cumprimento da determinação judicial, razão pela qual não se justifica a manutenção de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais). Defende a existência de perigo de dano irreparável, na medida em que não foi estipulado prazo razoável, para cumprimento da determinação judicial. Requereu o efeito suspensivo sobre a decisão agravada e ao final o provimento do recurso para resguardar o seu direito de inscrever o agravado nos cadastros restritivos de crédito, bem como a exclusão da astreinte arbitrada ou, então, a sua redução. É o relatório, DECIDO: Com fulcro no artigo 557, do Código de Processo Civil, de se negar seguimento ao recurso, de plano, porque manifestamente improcedente. O inconformismo manifestado no recurso cinge-se ao fato de ter sido deferida a antecipação da tutela, determinando que a ré, ora agravante, se abstenha de inserir o nome do requerente em órgãos restritivos de crédito e/ou promover protestos e execuções, excluindo os apontamentos já efetuados junto aos cadastros restritivos, em relação aos contratos objeto da ação, sob pena de multa diária, fixada em R$ 1.000,00, por dia de descumprimento. Entendeu o magistrado estarem presentes, inicialmente, os requisitos necessários ao acolhimento do pedido de antecipação da tutela  prova inequívoca e verossimilhança das alegações, além do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e da inexistência de perigo de irreversibilidade do provimento antecipado. Frise-se, primeiramente, que o pedido inicial se refere à inexistência de relação jurídica entre as partes a justificar a inclusão do nome do autor/agravado em cadastros restritivos de crédito, considerando a ausência de contratação de investimentos em Bolsa de Valores. Desta feita, em sede de cognição sumária, o banco agravante não apresentou qualquer argumento e/ou documento que contrarie ou coloque em dúvida a verossimilhança das alegações do autor/agravado. Além disso, a decisão agravada encontra-se suficientemente fundamentada, tendo em vista que possui elementos capazes de sustentar a concessão do provimento antecipatório. Confira-se: "(...) 2- A antecipação dos efeitos executivos de tutela de mérito é dada mediante cognição sumária, devendo o juiz certificar-se apenas da probabilidade da existência do direito firmado em juízo. No caso em questão, diante dos documentos apresentados, entendo que tal probabilidade encontra-se presente e que o pedido de tutela antecipada atende todos os requisitos exigidos pelo artigo 273 do CPC, quais sejam: a) a probabilidade do direito baseia-se na presunção, até prova em contrário, de que houve fraude na contratação junto a ré, e em decorrência há a violação de tais direitos da personalidade, a exemplo do nome e crédito. b) o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação também é inegável, pois caso não seja deferida a tutela, a parte autora será obrigada a suportar a inscrição de seu nome em cadastros de proteção ao crédito, o que acarreta prejuízos de ordem moral de difícil reparação. Sujeitá-la a aguardar o término deste processo é uma atitude totalmente desnecessária e tremendamente onerosa. c) a inexistência de perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, pois o autor deverá indenizar a parte contrária pelos prejuízos que ela sofreu com a execução da medida, caso sejam vencidos na demanda. Despiciendo dizer que o provimento nunca é irreversível, posto que é provisório e revogável. O que pode se irreversível são as conseqüências de fato ocorridas pela execução da medida. Ora tendo em vista a possibilidade de indenização para o réu, a irreversibilidade do provimento é inexistente. Assim sendo, concedo a tutela antecipada para intimar a ré para que se abstenha de inserir o nome do requerente em cadastros de restrição ao crédito e/ou promover-lhe protestos e execuções, excluindo os apontamentos já efetuados junto aos órgãos de proteção ao crédito, em relação aos contratos, sub judice, até que sobrevenha decisão final no feito, pena de astreinte que fixo, ex officio, em R$ 1.000,00 por dia de descumprimento. (fl. 48/49-TJ) Cabe ressaltar, que a tutela antecipada é instituto que foi introduzido no nosso sistema pela Reforma do Código de Processo Civil e que, até hoje, ainda continua a trazer discussões e incertezas aos nossos Tribunais. Nas palavras de Cândido Rangel Dinamarco, as tutelas antecipadas "não se destinam a outorgar ao processo a capacidade de ser justo e útil (o que constitui missão das cautelares), mas a fornecer ao sujeito aquilo mesmo que ele pretende obter ao fim, ou seja, a coisa ou situação da vida pleiteada (...)".1 Em assim sendo, por ser medida de caráter especial, posto que adianta, ao menos em termos, a decisão final do conflito, deve haver obediência às condições estabelecidas na lei, para a sua concessão, sem que com isso sejam causados prejuízos às partes. Tais requisitos ou condições encontram-se elencados no artigo 273 do Código de Processo Civil. Entre eles, a existência de prova inequívoca e o convencimento do juiz acerca da verossimilhança das alegações. Além destes requisitos, presentes ainda, no caput do dispositivo citado, que somente se concederá a tutela antecipada nas situações especiais, previstas pelos incisos do mesmo artigo 273 do Código de Processo Civil, quais sejam, o fundado receio de dano irreparável, ou de difícil reparação ou quando ficar caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu. Sem a presença de tais requisitos, impostos por lei, não há que se falar na concessão de tutela antecipada, sob pena de se ferirem princípios inderrogáveis, como o do contraditório e da ampla defesa. 1 (in: "A Reforma do Código de Processo Civil", Editora Malheiros, 1995). Especificamente quanto ao requisito da prova inequívoca, a interpretação que se tem feito é no sentido de relativizar tal expressão empregada pelo legislador. Neste sentido, para fins de concessão de antecipação de tutela, não se exige que a prova do direito deva ser totalmente inequívoca, a ponto de trazer uma certeza igual a verdade absoluta conceituada por Aristóteles, sob pena de restar inócua esta medida de urgência. No entanto, tem-se que embora não se exija tal prova absoluta, ao menos, a alegação da parte deve ser apta a comprovar certa probabilidade do direito, para que a tutela seja concedida. Essa tendência jurisprudencial é corroborada pela nossa doutrina, como se pode perceber nas palavras abaixo colacionadas. Assim, vejamos novamente o que diz Cândido Rangel Dinamarco sobre o tema: "Exageradamente, o art. 273 do Código de Processo Civil anuncia que a antecipação da tutela dependeria de uma prova inequívoca quanto aos fatos relevantes, mas a doutrina é pacífica em minimizar esse requisito, reduzindo-o às dimensões da mera probabilidade; inequivocidade significa certeza e, obviamente, se as medidas urgentes dependessem de se encontrar a certeza quanto aos fatos, elas não poderiam ser concedidas com a celeridade suficiente para vencer os males do tempo. Elas deixariam de ser urgentes. A lei não estabelece, nem seria possível, o grau de probabilidade suficiente para antecipar a tutela jurisdicional. Como se trata de atuar sobre a esfera jurídica das pessoas, favorecendo uma com sacrifício de outra como sucede em toda tutela jurisdicional, recomenda-se prudência maior do que para a concessão de medidas que atuam simplesmente sobre o processo (cautelares); na prática, deve ser exigido um fumus boni júris qualificado, sem contudo levar a exigência a pontos de exagero, que neutralizassem a intenção do legislador e inviabilizassem a tutela." Assim, considerando essa relativização feita pela doutrina e pelos nossos Tribunais, no sentido de não se exigir uma prova absoluta, restou acertada a decisão do juízo a quo. É que a parte autora, ora agravada, nega a existência de contrato com o banco agravante, para investimento na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Para comprovar suas alegações, o autor/agravado juntou os extratos de sua conta salário, aberta junto ao banco agravante (fl. 43), onde consta um débito, no valor de R$ 1.455,69, de investimento na "Operação Bovespa", a fim de demonstrar a alegada irregularidade da contratação e do débito efetuado. Juntou, ainda, cópias de algumas correspondências enviadas pelo banco réu/agravante (fls. 40/42), com o intuito de comprovar que a contratação foi efetuada com terceiro, bem como a carta de cobrança enviada pelo banco requerido, no valor de R$ 710,00 (fl. 44 -TJ). Com efeito, o juiz entendeu haver verossimilhança nas alegações do autor, consistente na presunção da ocorrência de fraude na contratação junto ao banco réu, bem como a prova inequívoca, representada pela juntada dos extratos bancários, contendo débito de serviços de investimentos na Bolsa de Valores. Diga-se, por oportuno, que o agravante não trouxe qualquer alegação e/ou documento que colocasse em dúvida a verossimilhança das alegações do autor/agravado. O último requisito para antecipação de tutela, qual seja o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, igualmente restou comprovado, ante a possibilidade de manutenção da inscrição do nome do autor no rol de maus pagadores, enquanto este alega e traz provas convincentes de que não contratou qualquer serviço para investimento em operações Bovespa. Nesse passo, correta a decisão que vislumbrou presentes os requisitos para a concessão da tutela antecipatória. Importante ressaltar, aqui, que sendo ato de livre convencimento do juiz, somente diante de manifesta ilegalidade ou abuso do magistrado, é que seria admissível a substituição de sua cognição sumária, por outra, pelo Tribunal. Não se apresentando, no caso, situação peculiar de ilegalidade ou de abuso, na análise da tutela pretendida, não se vislumbra razão para que esta Corte substitua o magistrado de primeiro grau, para determinar o indeferimento da tutela, que o convencimento livre, do juiz natural do caso, deferiu. No mesmo sentido é o entendimento desta Câmara: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - PENSÃO ALIMENTÍCIA - MEDIDA ANTECIPATÓRIA - DECISÃO SUJEITA À LIVRE CONVICÇÃO E PRUDENTE ARBÍTRIO DO JUIZ - INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER MANIFESTOS - AUSÊNCIA DA VEROSSIMILHANÇA DO DIREITO ALEGADO E DO PERICULUM IN MORA - DECISÃO MANTIDA. 1. A concessão ou não de tutela antecipada decorre da livre convicção e prudente arbítrio do Juiz. 2. Indeferida a antecipação pelo Juiz a quo, em virtude da ausência dos requisitos autorizadores de seu deferimento, este ato só pode ser revisto pela Corte, se praticado com abuso de poder, ou com ilegalidade manifesta. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 2 (Grifei) AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - NULIDADE DA DECISÃO AFASTADA - AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO DA PARTE PARA A CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE CAPITAL - ADEQUAÇÃO DA DECISÃO - AFASTAMENTO DA OBRIGAÇÃO DE CONSTITUIR CAPITAL - ADEMAIS, DETERMINAÇÃO QUE PRESSUPÕE SENTENÇA CONDENATÓRIA - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PENSÃO MENSAL DEVIDA AO FILHO MENOR PELA MORTE DO GENITOR - DECISÃO SUJEITA À LIVRE CONVICÇÃO E PRUDENTE ARBÍTRIO DO JUIZ - AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER MANIFESTOS - VALOR DO PENSIONAMENTO MANTIDO - QUANTUM RAZOÁVEL - IRREVERSIBILIDADE DA MEDIDA QUE CEDE EM FACE DA NATUREZA ALIMENTAR DA PENSÃO RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO 1. A concessão ou não de tutela antecipada decorre da livre convicção e prudente arbítrio do Juiz e somente será revista pela Corte se 2 TJ/PR, AI 704672-6, 9ª CCv, Relator Desª Rosana Amara Girardi Fachin, julgado 31/03/2011. praticado com abuso de poder ou com ilegalidade manifesta. 2. (...). 3 (Grifei) Por fim, de se salientar que o banco reclamou da aplicação da multa, bem como do valor fixado, afirmando ser excessivo. Cumpre frisar, por oportuno, que o objetivo da pena pecuniária é compelir o devedor a cumprir com a obrigação imposta. E, como no caso, trata-se de obrigação de fazer, embasada na exclusão do nome do agravado dos cadastros restritivos de

crédito, a fixação da multa visa assegurar o cumprimento da decisão judicial. Confira-se a jurisprudência deste Tribunal: "AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C RESPONSABILIDADE CIVIL E TUTELA ANTECIPADA. TUTELA ANTECIPADA PARA RETIRADA DO NOME DA PARTE DOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO SOB PENA DE COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA. 1. A concessão da antecipação da tutela jurisdicional exige firme convicção do juiz, formada aprioristicamente mediante exame de prova inequívoca posta desde logo nos autos, como também a demonstração de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, além da inexistência de perigo de irreversibilidade do provimento antecipado (art. 273, parágrafo 2º). Assim sendo, estando 3 TJ/PR, AI 602047-3, 9ª CCv, Relator Des. José Augusto Gomes Aniceto, julgado em 29/10/2009. evidenciados referidos requisitos, a decisão de concessão da tutela antecipada deve ser concedida, notadamente pelo fato de que a parte nega o débito, o que, a princípio, e em sede de cognição não exauriente, que deverá ser esgotada pelo Juízo de primeiro grau, gera discussão plausível acerca da exigibilidade da dívida. 2. A multa com caráter inibitório é medida consagrada no direito processual civil, tendo em vista os arts. 461 e 461-A do CPC, e 84 do CDC. Sua finalidade instrumental, de coagir o devedor a cumprir sua obrigação, justifica a possibilidade de sua fixação mesmo de ofício, tanto nos provimentos finais quanto nos antecipatórios. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 4 AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO DEVEDOR NO SERASA. TUTELA ANTECIPADA PARA DETERMINAR A EXCLUSÃO DO NOME DA AUTORA DOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. COMINAÇÃO DE MULTA, DE OFÍCIO, PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. CABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 461, § 4º, DO CPC. VALOR CORRETAMENTE ATRIBUÍDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO- PROVIDO. 5 AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA - PLEITO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA RECURSAL PARA QUE SEJA CESSADA A COBRANÇA INDEVIDA E AUTORIZADO O DEPÓSITO DO VALOR INCONTROVERSO E DETERMINANDO A NÃO INSCRIÇÃO DA CONSUMIDORA EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO - POSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA - APLICAÇÃO 4 TJ/PR, 16ª CCv, AI n. 738960-6, Relator Des. Shiroshi Yendo, julgado em 27/04/2011. 5 TJ/PR, 11ª CCv, AI n. 744654-0, Relator Des. Fernando Wolff Bodziak, julgado em 23/03/2011. DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DAS NORMAS DE DIREITO CIVIL - MULTA FIXADA PARA CASO DE DESCUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA QUE SEJAM MANTIDAS EM ATIVIDADE AS LINHAS TELEFÔNICAS - POSSIBILIDADE - DECISÃO REFORMADA - RECURSO PROVIDO. 6 Corroboram tal entendimento os seguintes arestos do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSO CIVIL. MULTA. EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES. INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO NO STJ. SÚMULA 7. - Nas ações de indenização por dano moral decorrente de inscrição indevida nos cadastros de proteção ao crédito, é cabível multa para o descumprimento de liminar que determina a retirada, ou não-inscrição, do devedor nos cadastros de inadimplentes. - A cominação de multa diária insere-se no poder geral de cautela. - Em recurso especial somente é possível revisar a indenização por danos morais quando o valor fixado nas instâncias locais for exageradamente alto, ou baixo, a ponto de maltratar o Art. 159 do Código Beviláqua. Fora desses casos, incide a Súmula 7, a impedir o conhecimento do recurso. - A indenização deve ter conteúdo didático, de modo a coibir reincidência do causador do dano sem enriquecer injustamente a vítima. 7 CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. REVISIONAL DE 6 TJ/PR, 12ª CCv, AI n. 718747-7, Relator Des. Clayton Camargo, julgado em 09/02/2011. 7 STJ, 3ª Turma, AgRg no Ag 761329/RS, Relator Min. Humberto Gomes de Barros, julgado em 23/08/2007. CONTRATO BANCÁRIO. INFRINGÊNCIA AO ART. 535, II. INOCORRÊNCIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA EXCLUIR NOME DO DEVEDOR DOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. MANUTENÇÃO INDEVIDA DA INSCRIÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. MULTA DIÁRIA. CABIMENTO. SÚMULA O7/STJ. VALOR INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. 1. (...). 2. O Tribunal a quo, com base nos elementos probatórios trazidos aos autos, concluiu que a instituição financeira recebeu, expressamente, ordem judicial no sentido de retirar o nome do autor do cadastro restritivo de crédito (obrigação de fazer), e, como assim não procedeu, restou justificada a aplicação da multa imposta nos termos fixados. Assim, a pretensão de revisão do tema recai no óbice da Súmula 07/STJ. 3. (...) 4. Recurso conhecido parcialmente e, nesta parte, provido.8 Como se disse, a multa por descumprimento é medida coercitiva, cujo objetivo é compelir a parte, a cumprir uma determinação judicial. Logo, o objetivo da instituição da astreinte não é recompor os danos causados pelo descumprimento da obrigação, mas, tão somente, obrigar a parte ao cumprimento da determinação judicial. A multa apresenta-se como uma maneira de causar temor, de forma que a parte adote a conduta esperada pelo poder judiciário, realizando, exatamente, a prestação desejada. 8 STJ, 4ª Turma, REsp 837880/RS, Relator Min. Jorge Scartezzini, julgado em 15/08/2006. Registre-se, por fim, que inexistem motivos para a redução do valor da multa diária fixada, eis que esta não se mostra excessiva, tampouco desproporcional ao objeto em discussão destes autos. Assim sendo, restando presentes os requisitos autorizadores da tutela antecipatória, o presente agravo não merece provimento, porque não se verifica qualquer irregularidade na decisão guerreada. Assim, com fulcro no artigo 557, do CPC, de se NEGAR PROVIMENTO, de plano, ao presente recurso, nos termos acima expostos. Feitas as comunicações e anotações necessárias, arquivem-se. Curitiba, 28 de setembro de 2011.

**III Divisão de Processo Cível**
**Seção da 9ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10005**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adriana D'Avila Oliveira | 028 | 0829216-6 |
| Aldrin Sene Amaral | 024 | 0824969-2 |
| Alex Reberte | 029 | 0829379-8 |
| Alexandre Pigozzi Bravo | 032 | 0829975-0 |
| Alvino Aparecido Filho | 028 | 0829216-6 |
| Ananias Cézar Teixeira | 005 | 0693606-3 |
| | 022 | 0823140-3 |
| | 033 | 0830192-8 |
| | 034 | 0482951-2 |
| | 035 | 0501465-5 |
| Anderson Crozariolli Tavares | 024 | 0824969-2 |
| André Batista Luiz | 028 | 0829216-6 |
| Antonio Eduardo G. d. Rueda | 032 | 0829975-0 |
| Arthur Sabino Damasceno | 014 | 0781979-2 |
| | 023 | 0824238-2 |
| Aureo Vinhoti | 003 | 0750766-2 |
| Braz Reberte Pedrini | 029 | 0829379-8 |
| Caio Marcelo Cordeiro Antonietto | 009 | 0748599-0/01 |
| Camilla Tamyeh Hamamoto | 013 | 0779332-8/01 |
| Carla Angélica Heroso Gomes | 034 | 0482951-2 |
| Carlos Alberto Farracha de Castro | 009 | 0748599-0/01 |
| Carlos Eduardo Lulu | 012 | 0777365-9/01 |
| Carlos Fernando Correa de Castro | 028 | 0829216-6 |
| Cesar Ricardo Tuponi | 010 | 0754676-9 |
| Cícero Belin de Moura Cordeiro | 031 | 0829709-6 |
| Cláudio Manoel Silva Bega | 017 | 0814217-0 |
| Cristiane Uliana | 022 | 0823140-3 |
| | 033 | 0830192-8 |
| | 034 | 0482951-2 |
| | 035 | 0501465-5 |
| Diogo Morador Brasil | 005 | 0693606-3 |
| Dione Vanderlei Martins | 026 | 0828027-5 |
| Douglas Andrade Matos | 029 | 0829379-8 |
| Douglas Bean Bernardo | 014 | 0781979-2 |
| Edgard Grosso | 006 | 0126571-6/12 |
| Edgard Katzwinkel Junior | 015 | 0791199-7 |
| Edson Iuquishigue Kawano | 006 | 0126571-6/12 |
| Eduardo Garcia Branco | 026 | 0828027-5 |
| Elaine Mônica Molin | 007 | 0713239-0 |
| Elizeti Regina Buzzo Petry | 002 | 0734206-1 |
| Ellen Karina Borges Santos | 011 | 0759076-9 |
| Fabiana Eliza Mattos | 023 | 0824238-2 |
| Fabiano Neves Macieywski | 014 | 0781979-2 |
| Fábio Dias Vieira | 034 | 0482951-2 |
| Fábio João da Silva Soito | 004 | 0781012-2 |
| Felipe Barrionuevo Costa | 025 | 0826752-5 |
| Fernanda Pires Alves | 026 | 0828027-5 |
| Fernando Alberto Santin Portela | 020 | 0823059-7 |
| Fernando Kikuchi | 029 | 0829379-8 |
| Fernando Melo Carneiro | 017 | 0814217-0 |
| Fernando Murilo Costa Garcia | 014 | 0781979-2 |
| Filipe Alves da Mota | 003 | 0750766-2 |
| Flávia Balduíno da Silva | 004 | 0781012-2 |
| | 018 | 0821081-1 |
| | 020 | 0823059-7 |
| Flávio Penteado Geromini | 023 | 0824238-2 |
| Fleur Fernanda Lenzi | 001 | 0701527-4/01 |
| Frederich Mark Rosa Santos | 031 | 0829709-6 |
| Gerson Vanzin Moura da Silva | 001 | 0701527-4/01 |
| | 023 | 0824238-2 |
| Gilson João Goulart Júnior | 027 | 0828223-7 |

| | | |
|---|---|---|
| Gladys Lucienne de Souza Cortez | 005 | 0693606-3 |
| Guilherme de Salles Gonçalves | 006 | 0126571-6/12 |
| Gustavo de Camargo Hermann | 003 | 0750766-2 |
| Henrique Alberto Faria Motta | 004 | 0781012-2 |
| | 020 | 0823059-7 |
| Indianara Pavesi Pini | 024 | 0824969-2 |
| Jaime Oliveira Penteado | 001 | 0701527-4/01 |
| | 014 | 0781979-2 |
| | 023 | 0824238-2 |
| Jaqueline Lobo da Rosa | 008 | 0739988-8 |
| Jean Carlos Martins Francisco | 007 | 0713239-0 |
| João Alves Barbosa Filho | 018 | 0821081-1 |
| | 020 | 0823059-7 |
| José Anunciato Sonni | 024 | 0824969-2 |
| José Miguel Garcia Medina | 006 | 0126571-6/12 |
| Juliana Moter Araújo | 025 | 0826752-5 |
| Juliano Martins | 021 | 0823128-7 |
| Kenji Della Pria Hatamoto | 020 | 0823059-7 |
| Kirila Koslosk | 026 | 0828027-5 |
| Lasnine Monte Woslki Scholze | 001 | 0701527-4/01 |
| | 002 | 0734206-1 |
| Leandro Barata Silva Brasil | 005 | 0693606-3 |
| Leonardo da Costa | 015 | 0791199-7 |
| Leonardo de Lima e Silva Bagno | 007 | 0713239-0 |
| Leonardo Souza | 027 | 0828223-7 |
| Loraine Costacurta | 026 | 0828027-5 |
| Luciana Sbrissia e Silva | 017 | 0814217-0 |
| Luiz Fernando de Queiroz | 026 | 0828027-5 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 001 | 0701527-4/01 |
| | 002 | 0734206-1 |
| | 023 | 0824238-2 |
| Mafuz Antonio Abrão | 016 | 0811444-5/01 |
| Marcelo da Costa Gambogi | 032 | 0829975-0 |
| Marcelo Leal de Lima Oliveira | 006 | 0126571-6/12 |
| Marcelo Migliori | 006 | 0126571-6/12 |
| Marcelo Vardânega Ribeiro | 016 | 0811444-5/01 |
| Márcia Rosane Witzke | 018 | 0821081-1 |
| Márcio Alexandre Cavenague | 003 | 0750766-2 |
| Marcos dos Santos | 030 | 0829573-6 |
| Mariana Muniz Casagrande | 003 | 0750766-2 |
| Mariana Pereira Valério | 021 | 0823128-7 |
| Mário Marcondes Nascimento | 007 | 0713239-0 |
| Marlene Zannin | 005 | 0693606-3 |
| Marli Luisa Juarez Y Sales | 005 | 0693606-3 |
| Marta Ribeiro Dala Costa | 001 | 0701527-4/01 |
| Maximilian Zerek | 034 | 0482951-2 |
| Mikael Lekich Migotto | 016 | 0811444-5/01 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 003 | 0750766-2 |
| | 010 | 0754676-9 |
| | 011 | 0759076-9 |
| | 012 | 0777365-9/01 |
| | 013 | 0779332-8/01 |
| | 021 | 0823128-7 |
| | 029 | 0829379-8 |
| Milton Placido de Castro | 024 | 0824969-2 |
| Natan Baril | 025 | 0826752-5 |
| Nilton Antônio de Almeida Maia | 022 | 0823140-3 |
| Otávio Guilherme Ely | 032 | 0829975-0 |
| Patrícia Botter Nickel | 009 | 0748599-0/01 |
| Paulo Roberto Fadel | 009 | 0748599-0/01 |
| Péricles José Menezes Deliberador | 017 | 0814217-0 |
| Philip Fletcher Chagas | 012 | 0777365-9/01 |
| Rafael Guedes de Castro | 009 | 0748599-0/01 |
| Rafaela Polydoro Küster | 011 | 0759076-9 |
| | 021 | 0823128-7 |
| | 029 | 0829379-8 |
| Raquel Cristina Baldo Fagundes | 005 | 0693606-3 |
| Roberto Nelson Brasil Pompeo | 019 | 0821182-3 |
| Roberto Nelson Brasil P. Filho | 019 | 0821182-3 |
| Robson Sakai Garcia | 004 | 0781012-2 |
| | 011 | 0759076-9 |
| Rodrigo Guimarães | 019 | 0821182-3 |
| Rodrigo Parizotto Bandeira | 030 | 0829573-6 |
| Rodrigo Ramatis Lourenço | 008 | 0739988-8 |
| Rosangela Dias Guerreiro | 007 | 0713239-0 |
| Rossandra Pavani Nagai | 020 | 0823059-7 |
| Tatiane Muncinelli | 001 | 0701527-4/01 |
| | 002 | 0734206-1 |
| | 014 | 0781979-2 |
| | 023 | 0824238-2 |
| Tatiane Parzianello | 019 | 0821182-3 |
| Terezinha Magie Popovitz | 002 | 0734206-1 |
| Thais Malachini | 010 | 0754676-9 |
| | 012 | 0777365-9/01 |
| Thiago Caversan Antunes | 028 | 0829216-6 |
| Wanderley Antonio de Freitas | 023 | 0824238-2 |
| Wolmir Cardoso de Aguiar | 008 | 0739988-8 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Des. Presidente do Órgão Julgador
0001 . Processo/Prot: 0701527-4/01 Agravo
. Protocolo: 2010/279781. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 701527-4 Agravo de Instrumento. Agravante: Centauro Vida e Previdência Sa, Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat. Advogado: Lasnine Monte Woslki Scholze, Tatiane Muncinelli, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Gerson Vanzin Moura da Silva. Agravado: Melquides Moreira. Advogado: Marta Ribeiro Dala Costa, Fleur Fernanda Lenzi. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Proferido: no protocolado sob nº 2011.00341095. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Ref.: Petição protocolada sob nº 2011/0341095 1) O presente feito já foi julgado, com baixa dos autos. 2) Assim, o presente pedido deve ser feito no juízo de origem. 3) Intimem-se. Arquivem-se, para oportuna entrega ao subscritor. 4) Diligências necessárias. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Assinado Digitalmente Des. Francisco Luiz Macedo Junior Presidente do Órgão Julgador
0002 . Processo/Prot: 0734206-1 Apelação Cível
. Protocolo: 2010/297633. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0008628-91.2009.8.16.0017 Cobrança. Apelante: Osvaldo Prado. Advogado: Terezinha Magie Popovitz, Elizeti Regina Buzzo Petry. Apelado: Centauro Vida e Previdência. Advogado: Tatiane Muncinelli, Lasnine Monte Woslki Scholze, Luiz Henrique Bona Turra. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Proferido: no protocolado sob nº 2011.00341076. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Ref.: Petição protocolada sob nº 2011/0341076 1) O presente feito já foi julgado, com baixa dos autos. 2) Assim, o presente pedido deve ser feito no juízo de origem. 3) Intimem-se. Arquivem-se, para oportuna entrega ao subscritor. 4) Diligências necessárias. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Assinado Digitalmente Des. Francisco Luiz Macedo Junior Presidente do Órgão Julgador
0003 . Processo/Prot: 0750766-2 Apelação Cível
. Protocolo: 2010/354486. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0001027-87.2006.8.16.0001 Embargos a Execução. Apelante: SUL AMERICA SEGUROS. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Márcio Alexandre Cavenague, Gustavo de Camargo Hermann, Mariana Muniz Casagrande. Apelado: Josias do Rosario Neves. Advogado: Filipe Alves da Mota, Aureo Vinhoti. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Proferido: no protocolado sob nº 2011.00340098. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Ref.: Petição protocolada sob nº 2011/0340098 1) O presente feito já foi julgado, com baixa dos autos. 2) Assim, o presente pedido deve ser feito no juízo de origem. 3) Intimem-se. Arquivem-se, para oportuna entrega ao subscritor. 4) Diligências necessárias. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Assinado Digitalmente Des. Francisco Luiz Macedo Junior Presidente do Órgão Julgador
0004 . Processo/Prot: 0781012-2 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/53519. Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0027536-11.2009.8.16.0014 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Flávia Balduíno da Silva, Henrique Alberto Faria Motta, Fábio João da Silva Soito. Apelado: Maria Nainha de Almeida. Advogado: Robson Sakai Garcia. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Proferido: no protocolado sob nº 2011.00340066. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
Ref.: Petição protocolada sob nº 2011/0340066 1) O presente feito já foi julgado, com baixa dos autos. 2) Assim, o presente pedido deve ser feito no juízo de origem. 3) Intimem-se. Arquivem-se, para oportuna entrega ao subscritor. 4) Diligências necessárias. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Assinado Digitalmente Des. Francisco Luiz Macedo Junior Presidente do Órgão Julgador
0005 . Processo/Prot: 0693606-3 Apelação Cível
. Protocolo: 2010/176649. Comarca: Morretes. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000049-26.2001.8.16.0118 Indenização. Apelante (1): Petróleo Transportes Sa - Transpetro. Advogado: Leandro Barata Silva Brasil, Diogo Morador Brasil,

Gladys Lucienne de Souza Cortez, Raquel Cristina Baldo Fagundes. Apelante (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado: Moacir Lunardon, Meire Silvério Lunardon. Advogado: Marli Luisa Juarez Y Sales, Marlene Zannin. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

O feito já foi julgado, sendo que foi interposto Recurso Especial, que está aguardando análise de admissibilidade. Às fls. 1.461/.1463 a parte alega que estava recebendo 2 salários mínimos mensais, em virtude de antecipação de tutela, que foi atacada por Embargos de Declaração, Agravo de Instrumento, Recurso Especial e Agravo de Instrumento ao STJ, tudo rejeitado, restando a obrigação da ré efetuar o pagamento até "decisão final dos autos". Por outro lado, às fls. 1596/1597 a ré disse que a tutela foi dada até decisão final, que ocorreu com a sentença, e por isso os pagamentos foram suspensos. Em que pese as interpretações contraditórias sobre a extensão do termo, ou da expressão "final dos autos", entendo que não assiste razão aos suplicantes. É que, em princípio, a eficácia das medidas liminares e da tutela antecipatória se encerra com a superveniência da sentença, pois possuem uma natureza temporária, própria de sua função de necessidade em face de determinadas situações. Após a sentença cabe à parte executá-la naquilo que entender necessário ser efetuado provisoriamente, ou requerer as medidas de urgência cabíveis na fase recursal, pois, como se disse, os efeitos da tutela foram substituídos pela sentença em questão. Tal questão é pacífica. Confira-se: "As medidas liminares, editadas em juízo de mera verossimilhança, têm por finalidade ajustar provisoriamente a situação das partes envolvidas na relação jurídica litigiosa e, por isso mesmo, desempenham no processo uma função por natureza temporária. Sua eficácia se encerra com a superveniência da sentença, provimento tomado à base de cognição exauriente, apto a dar tratamento definitivo à controvérsia, atendendo ou não ao pedido ou simplesmente extinguindo o processo. O julgamento da causa esgota, portanto, a finalidade da medida liminar, fazendo cessar sua eficácia. Daí em diante, prevalece o comando da sentença, e eventuais medidas de urgência devem ser postuladas no âmbito do sistema de recursos, seja a título de efeito suspensivo, seja a título de antecipação da tutela recursal, providências cabíveis não apenas em agravo de instrumento (CPC, arts. 527, III, e 558), mas também em apelação (CPC, art. 558, § ún.) e em recursos especiais extraordinários (RISTF, art. 21, IV; RISTJ. art. 34, V). Consequentemente, a superveniência de sentença acarreta a inutilidade da discussão a respeito do cabimento ou não da medida liminar, ficando prejudicado eventual recurso, inclusive o especial relativo à matéria. (...)". 1 1 in Theotonio Negrão, José Roberto F. Gouvêa, e Luis Gulherme A. Bondioli, Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, 42ª edição, p. 382 Assim, indefiro o pedido de fls. 1.461/1463 . Curitiba, 28 de setembro de 2011. Assinado Digitalmente Francisco Luiz Macedo Junior - Presidente da 9ª Câmara Cível -

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator

0006 . Processo/Prot: 0126571-6/12 Cumprimento de Acórdão (CInt)

. Protocolo: 2007/82202. Comarca: Curitiba. Ação Originária: 126571-6 Ação Rescisória. Requerente: Claudino do Carmo, Sebastiana Paula Lopes, Sebastião Dionisio Lopes, Isabel Cristina Lopes, Carlos Roberto Lopes, Terezinha de Fátima Lopes, Aparecida Dionisio Lopes, Ana Flavia Lopes (Representado(a)), Victor Hugo Lopes do Carmo (Representado(a)). Advogado: Marcelo Leal de Lima Oliveira, José Miguel Garcia Medina. Requerido: Tvsbt Canal 4 de São Paulo SA. Advogado: Guilherme de Salles Gonçalves, Marcelo Migliori, Edgard Grosso, Edson Iuquishigue Kawano. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível em Composição Integral. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Vistos. Considerando o julgamento da impugnação ao cumprimento de sentença, transladadas as cópias da referida decisão, conforme determinado nos autos 126.571-6/14, intimem-se as partes para que se manifestem sobre o prosseguimento do feito, no prazo de dez dias. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora

0007 . Processo/Prot: 0713239-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2010/266868. Comarca: Congonhinhas. Vara: Vara Única. Ação Originária: 2008.00000063 Responsabilidade Obrigacional. Agravante: Adildon Maria, Alzira Aparecida Alves de Oliveira, Clodilde Lopes da Silva, Elza de Jesus Gonçalves, Juarez Benedito Costa, Lazaro de Souza, Lazara Inacia Mariano, Maria Aparecida Teluski, Olivina Jeronima Camara. Advogado: Elaine Mônica Molin, Mário Marcondes Nascimento, Jean Carlos Martins Francisco. Agravado: Sul Amércica Companhia Nacional de Seguros Gerais Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro, Leonardo de Lima e Silva Bagno. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Intime-se a agravada da decisão de fls. 247/251. Não havendo manifestação, baixem os autos ao Juizo de origem. Curitiba, 02 de setembro de 2.011 SERGIO LUIZ PATITUCCI - Relator

0008 . Processo/Prot: 0739988-8 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/312825. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 0000547-80.2004.8.16.0001 Declaratória. Apelante (1): Demarco Veículos Ltda, Marcial Albuquerque de Aragão Filho. Advogado: Rodrigo Ramatis Lourenço. Apelante (2): J. Toledo da Amazônia Indústria e Comércio de Veículos. Advogado: Jaqueline Lobo da Rosa. Apelado (1): Demarco Veículos Ltda. Advogado: Wolmir Cardoso de Aguiar. Apelado (2): J. Toledo da Amazônia Indústria e Comércio Ltda. Advogado: Jaqueline Lobo da Rosa. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1. Anote-se fls. 1008. 2. Tendo em vista a informação de fls. 1015, intime-se pessoalmente o Administrador Judicial Dr. Paulo Vinicius de Barros Martins Junior para que se manifeste nos autos. 3. Em seguida, abra-se vista à d. Procuradoria Geral de Justiça. 4. Após, voltem conclusos. 5. Int.-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011 DES. JOSÉ ANICETO RELATOR

0009 . Processo/Prot: 0748599-0/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/329029. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 748599-0 Apelação Civel. Embargante: Empresa Cristo Rei Ltda. Advogado: Carlos Alberto Farracha de Castro, Patrícia Botter Nickel. Embargado (1): Josué de Lima Marinho, Paulo Augusto Celloni Marinho, Sabrina Isabel Marinho. Advogado: Caio Marcelo Cordeiro Antonietto, Rafael Guedes de Castro. Embargado (2): Hdi Seguros Sa. Advogado: Paulo Roberto Fadel. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1 Em vista do pedido de efeito infringente ao acórdão impugnado, intimem-se os embargados para, querendo, manifestarem-se no prazo de 10 (dez) dias. 2 Após, voltem conclusos. 3 Intimem-se. Em, 21/09/2011. Des. José Aniceto Relator

0010 . Processo/Prot: 0754676-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/373983. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 0003562-18.2008.8.16.0001 Cobrança. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini. Apelado: Claudio Cesar Melink. Advogado: Cesar Ricardo Tuponi. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1. Oficie-se à FENASEG para que informe se houve o pagamento de indenização por invalidez permanente ao autor Claudio Cesar Melink (CPF/MF nº 650.214.799-20), no seguinte endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5º andar. Centro CEP 20031-205 Rio de Janeiro RJ. 2. Após, tendo em vista a possibilidade de realização de acordo, remetam-se os autos à Secretaria de Conciliação. 3. Restando infrutífera a conciliação, intimem-se as partes para que, querendo, se manifestem acerca dos documentos de fls. 189/197 no prazo de 05 (cinco) dias. 4. Findas todas as diligências, voltem. 5. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. DES. RENATO BRAGA BETTEGA RELATOR

0011 . Processo/Prot: 0759076-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/382254. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0026965-40.2009.8.16.0014 Cobrança. Apelante: Sebastião Rezende Bueno. Advogado: Robson Sakai Garcia. Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Ellen Karina Borges Santos. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1. Sobre o ofício de fl. 200, faculto a manifestação da parte apelada no prazo de 05 (cinco) dias. 2. No mesmo prazo, manifestem-se as partes acerca da possibilidade de realização de acordo. 3. Após, voltem. 4. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. RENATO BRAGA BETTEGA RELATOR

0012 . Processo/Prot: 0777365-9/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/333500. Comarca: Palotina. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 777365-9 Apelação Civel. Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini, Philip Fletcher Chagas. Embargado: José Bitencourt Filho. Advogado: Carlos Eduardo Lulu. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Vistos. Retifique-se a autuação tendo em vista que a medida recursal apresentada, às fls. 297/316, é um Recurso Especial e não Embargos de Declaração, dando-se, no mais, o seu devido encaminhamento. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora

0013 . Processo/Prot: 0779332-8/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/341251. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 779332-8 Apelação Civel. Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster. Embargado: Hermes Santana Lebkuchen. Advogado: Camilla Tamyeh Hamamoto. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1. Em vista do pedido de efeito infringente ao acórdão impugnado, intime-se o embargado para, querendo, manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias. 2. Após, voltem conclusos. Int.-se. Curitiba, 26/09/2011 DES. JOSÉ ANICETO Relator

0014 . Processo/Prot: 0781979-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/53571. Comarca: Grandes Rios. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000348-87.2010.8.16.0085 Cobrança. Apelante: Bradesco Seguros SA. Advogado: Arthur Sabino Damasceno, Tatiane Muncinelli, Jaime Oliveira Penteado, Fabiano Neves Macieywski, Fernando Murilo Costa Garcia. Apelado: Tereza Pereira Neves de Souza. Advogado: Douglas Bean Bernardo. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Revisor: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Ivair Reinaldin. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1. Sobre o documento de fl. 175, faculto a manifestação da parte apelante no prazo de 05 (cinco) dias. 2. No mesmo prazo, manifestem-se as partes acerca da possibilidade de realização de acordo. 3. Após, voltem. 4. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. RENATO BRAGA BETTEGA RELATOR

0015 . Processo/Prot: 0791199-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/71753. Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000160-42.1994.8.16.0025 Anulatória. Apelante: Marco Nicolino Viggiani. Advogado: Edgard Katzwinkel Junior. Apelado: Labra Indústria Brasileira de Lapis SA. Advogado: Leonardo da Costa. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Revisor: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Vistos, etc. 1) Marco Nicolino Viggiani ajuizou a presente ação anulatória de assembléia geral extraordinária c/c perdas e danos em face de Labra Indústria Brasileira de Lápis S/A, objetivando a anulação das Assembléias Gerais realizadas em 26/03/1990 e 26/06/1990, sendo que em tais oportunidades o capital social da empresa requerida restou majorado, o que resultou em significativo prejuízo em seu patrimônio e em seus investimentos, razão pela qual requer a indenização por perdas e danos. Arguiu que o mencionado aumento desrespeitou o artigo 171 da Lei nº 6.404/76, vez que não atendeu seu direito de preferência, na qualidade de acionista, bem como causou prejuízo à companhia. Afirmou que a majoração também afrontou a Leis das S/A, na medida em que houve exercício abusivo de direito de voto e deliberação contaria aos interesses da companhia. Disse que o preço de emissão de novas ações não respeitou as previsões legais e o bom senso, prejudicando os acionistas preferenciais. Sentenciando, houve por bem em julgar improcedentes as pretensões iniciais, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais). Inconformado com a sentença de fls. 591/599, o autor recorreu às fls. 603/617 arguindo que a não realização de perícia não prejudica a análise do mérito, destacando que a questão envolve apenas questões de direito. Afirma que as atas das assembléias gerais impugnadas revelam que a apelada não cumpriu a lei, não apresentou justificativas sólidas para o aumento do capital proposto e não comprovou que a fixação do preço de emissão das ações tivesse observado os critérios da lei, destacando que para a constatação dessas ilegalidades, os documentos acostados aos autos não deixam dúvidas. Diz que os documentos comprovam que o grande e único beneficiado pelo aumento do capital social da apelada foi o seu controlador porque, alem de adquirir substancial quantidade de ações ordinárias por um preço irrisório, aumentou consideravelmente o seu poder de controle na companhia e conseguiu, por um passe de mágica, transformar cruzados novos por cruzeiros, em razão do confisco do Plano Collor. Assim, requer a reforma da sentença para o fim de julgar procedentes os pedidos iniciais, anulando-se as assembléias gerais extraordinárias de 26/03/90 e 26/06/90 (esta homologatória da primeira), com a condenação da apelada ao pagamento de indenização pelos prejuízos sofridos, a serem apurados em liquidação de sentença. Após a juntada das devidas contrarrazões (fls. 625/627), os autos vieram conclusos. É o relatório. 2) Como visto, trata-se de recurso de apelação que se volta contra a sentença que julgou improcedente a ação anulatória de assembléia geral extraordinária c/c perdas e danos, condenando o autor nos ônus sucumbenciais. Pois bem. Em que pese o presente feito ter sido autuado como "ações relativas à responsabilidade civil, inclusive as decorrentes de acidente de veículo e de acidente de trabalho, excetuada a competência prevista na alínea "b" do inciso I deste artigo" (fl. 629), bem como ter sido distribuído a esta douta 9ª Câmara Cível (fl. 630), é de se verificar a incompetência absoluta desta Câmara para o julgamento do presente recurso, na medida em que a lide instalada diz respeito a matéria alheia à sua especialização, notadamente àquela prevista no artigo 90, IV, "a", devendo o feito ser redistribuído para uma das Câmaras competentes para o julgamento das ações e recursos alheios às áreas de especialização, nos termos do artigo 91 do RITJPR. Do exame da peça exordial, verifica-se que a pretensão refere- se à anulação de assembléias gerais extraordinárias realizadas, as quais, segundo o autor, violentaram seu direito, impedindo-o de participar do aumento do capital social então proposto e aprovado, com evidente violação da Lei nº 6404/76, causando-lhe prejuízos consideráveis, que deveriam ser reparados pela ré. Como no sistema que disciplina a competência das Câmaras Cíveis deste Tribunal, considera-se de forma objetiva, o pedido e a causa de pedir, observe-se o pedido formulado na petição inicial: (...) 42. Nestas condições e pelos fundamentos expostos, espera o autor a procedência do pedido para anular as assembléias gerais extraordinárias de 26/03/90 e 26/06/90, de tal modo que o autor seja indenizado dos prejuízos sofridos com a execução do ato impugnado, mediante a apuração em liquidação de sentença. (fl. 44). Com efeito, a causa de pedir é elemento identificador da ação, mostrando-se como indispensável delimitador da atividade jurisdicional que se seguirá, sendo o pedido o elemento central da petição inicial, pois expressa o provimento jurisdicional que o autor espera obter, ou seja, o pedido é a solução que o autor pretende seja dada à situação reclamada (cf. doutrina de Luiz Rodrigues Wambier, Flávio Renato Correia de Almeida e Eduardo Talamini, in Curso Avançado de Processo Civil, vol. 1, pág. 270). De outro cariz, conforme doutrina de Luiz Fux, a causa petendi pode ser composta de apenas um fato ou de vários fatos; porquanto um só fato pode dar ensejo a vários pedidos e vários fatos podem dar ensejo a uma mesma ação (Curso de Direito Processual Civil, Editora Forense, pág. 178). Assim, a causa de pedir é o fato que dá origem ao ingresso da ação, é a ratio petitum segundo a realidade fática e jurídica, é a motivação baseada em fatos jurídicos que ensejaram a pretensão (artigo 282, inciso III, do Código de Processo Civil). Já o pedido corresponde ao exercício da pretensão subjetiva de direito material em juízo, constituindo a razão do exercício do direito de ação. Na hipótese em comento, consoante alhures delineado, verifica-se que a presente controvérsia cinge-se quanto à sentença que julgou improcedente a ação anulatória de assembléia geral extraordinária c/c perdas e danos, sequer apreciando o pedido indenizatório. Não se trata, portanto, de demanda objetivando indenização relativamente à responsabilidade civil propriamente dita, visto que, o que se pretende primordialmente com a demanda, é a anulação das assembléias gerais extraordinárias realizadas. As eventuais verbas indenizatórias seriam meras conseqüências da anulação buscada, sendo evidente que o pedido de reparação dos alegados prejuízos é secundário e depende da procedência do principal. Logo, considerando-se que, consoante o entendimento reiterado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal de Justiça, para a fixação da competência deve ser levado em conta o pedido principal do feito, não possui esta douta 9ª Câmara competência para o julgamento do presente recurso. A respeito das decisões do Órgão Especial desta Corte sobre as regras de fixação da competência, oportuno destacar os seguintes julgados: "CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. PEDIDO PRINCIPAL DA AÇÃO. ELEMENTO DEFINIDOR DA COMPETÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA. O elemento definidor da competência, em qualquer circunstância, pois suscitante e suscitado integram Câmaras de Direito Privado, é o pedido principal inserido na petição inicial da ação. Isto porque nem o pedido sucessivo, nem o alternativo e nem o complementar atraem a competência, de vez que são considerados acessórios, daí, seguindo a sorte do principal. Por esta razão é que é irrelevante, porque desnecessária, para a afirmação da competência, a indagação acerca do dispositivo legal ou a espécie de contrato violado pelo causador do dano." (TJPR, OE, Dúv.Comp. 317.261-0/01, rel. Des. Ângelo Zattar, DJPR 7132). "DÚVIDA DE COMPETÊNCIA. DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CONTRATO C.C. RESSARCIMENTO POR DANOS MORAIS. COMPETÊNCIA DETERMINADA PELO PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. AUTOR QUE NEGA TER PACTUADO CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM O BANCO. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO COM QUALQUER AÇÃO EXECUTIVA. IRRELEVÂNCIA, OUTROSSIM, DE TRATAR-SE DE CONTRATO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, POSTO NÃO SE DISCUTIR SUAS CLÁUSULAS. COMPETÊNCIA DA 18ª CÂMARA CÍVEL, EMBORA POR OUTROS FUNDAMENTOS (RECURSOS ALHEIOS À ESPECIALIZAÇÃO). INCIDÊNCIA DA NORMA INSERIDA NO ART. 89, DA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 10/2005. IMPROCEDÊNCIA DA DÚVIDA. COMPETÊNCIA DO DESEMBARGADOR SUSCITANTE. 1. O sistema que norteia a competência das Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça deve ser considerado de forma objetiva, em razão da pretensão deduzida na inicial, sintetizada pelo seu pedido. 2. Se a controvérsia da lide cinge-se a pedido declaratório de nulidade de contrato, com conseqüente pedido indenizatório, a competência é reservada à apreciação das Sexta, Sétima, Décima Sétima e Décima Oitava, a teor do art. 89, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, pouco importando a existência de documento que, somente em tese, poderia ser considerado título executivo, ou estar o contrato garantido por alienação fiduciária, cujos termos sequer são discutidos entre os litigantes." (TJPR, OE, Dúv.Com. 421.076-2/01, rel. Des. Airvaldo Stela Alves, julg. 20/07/2007, DJPR 03/08/2007). Acerca da relevância do pedido principal, em detrimento do pedido secundário de indenização, vale citar: (...) No caso vertente, o pedido principal não é o de indenização. Anterior a este, há a pretensão de obter o cancelamento dos efeitos do ato de protesto de título sob o fundamento de estar vencido o cheque, e obtido este, requer seja arbitrada indenização por dano moral. Com efeito, assiste razão ao Des. Suscitado uma vez que o pedido de indenização é secundário, depende da procedência de outro e por isso, este é o principal, qual seja o cancelamento dos efeitos do protesto no caso de ato indevido por abuso de direito do credor. Salienta-se, o recurso de apelação foi manejado em face da sentença que julgou improcedente o pedido de cancelamento do protesto, e sequer foi apreciada a pretensão indenizatória. Nenhuma dúvida de que este último pedido dependia daquele, ou seja, reconhecida a ilegalidade do ato de protesto, passaria à avaliação da pretensão indenizatória daquele decorrente. (...) (TJPR  Órgão Especial - Dúvida de Competência nº 432.677-6/01. Relator Des. Des. Miguel Pessoa). No caso em tela, utilizado-se dos argumentos apresentados no excerto acima transcrito, verifica-se que o pedido de indenização depende da análise da existência ou não das aventadas ilegalidades nas assembléias, bem como das conseqüências jurídicas advindas da anulação destas. Vale dizer, se forem consideradas regulares as assembléias realizadas, sequer será analisado o pedido de ressarcimento dos alegados prejuízos, uma vez que consiste em pedido secundário, subsidiário à anulação pretendida. Destarte, não estando o pedido restrito exclusivamente à responsabilidade civil, conforme já restou consignado acima, e, relacionando-se precípua e prevalentemente à pretensa anulação de assembléias gerais extraordinárias em razão de diversas ilegalidades, verifica-se a incompetência absoluta desta Câmara para o julgamento do feito. Athos Gusmão Carneiro (Jurisdição e Competência, São Paulo: Saraiva, 1995. p. 61-62), ao discorrer sobre a competência absoluta e a relativa, afirma que a primeira (absoluta) está caracterizada quando as regras forem motivadas por considerações ligadas ao interesse público, de uma melhor administração da Justiça, que é indisponível às partes, e impõe-se com força cogente ao juiz. De outro lado, a competência relativa se caracteriza diante das regras que visam o interesse das partes. Isso quer dizer que as normas podem tanto facilitar ao autor o acesso ao Judiciário, como propiciar ao réu melhores oportunidades de defesa. Essa competência pode ser afastada pelos litigantes, por ser disponível. A incompetência absoluta, por ser indisponível, torna nulos os atos decisórios e não só pode como deve ser conhecida de ofício pelo órgão julgador. Imperioso, portanto, seu reconhecimento. Pelo acima exposto, verifica-se que o pedido principal da presente ação não se enquadra dentre as matérias arroladas no inc. IV do art. 90 do RITJPR, razão pela qual se impõe a declaração de incompetência absoluta desta Câmara, não cabendo a este Colegiado julgar o presente recurso, pois a competência interna ratione materiae é de outra Câmara Cível. Em apoio a esse entendimento cita-se recente precedentes da Câmara Residual: RECURSO DE APELAÇÃO PRETENDIDA ANULAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, BEM COMO REPARAÇÃO CIVIL PELOS ATOS DO ADMINISTRADOR SOCIEDADE POR AÇÕES SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO, ANTE A PRESCRIÇÃO PRELIMINAR - IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR CONTRA A DECISÃO QUE JULGOU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU DECLARATÓRIOS QUE BUSCAVAM A MODIFICAÇÃO DO JULGADO SENTENÇA QUE ENTREGOU A DEVIDA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO ACOLHIMENTO MÉRITO - ESCORREITA APLICAÇÃO DO ARTIGO 286, E DO ARTIGO 287, INCISO II, ALÍNEA `B', 2, DA LEI Nº 6.404/76 PRETENSÃO DA AUTORA FULMINADA PELA PRESCRIÇÃO SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR - 6ª C.Cível - AC 0569299-1 - Curitiba - Rel.: Des. Marco Antonio de Moraes Leite - Unânime - J. 17.05.2011) 3) Assim sendo, em atenção ao artigo 91 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, não conheço do presente recurso e determino sua redistribuição a uma das câmaras residuais

competentes. 4) Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. SERGIO LUIZ PATITUCCI Relator

0016 . Processo/Prot: 0811444-5/01 Agravo

. Protocolo: 2011/306576. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 811444-5 Agravo de Instrumento. Agravante: Rodonaves Transportes e Encomendas Ltda. Advogado: Mikael Lekich Migotto. Agravado: Transportes Marili Ltda. Advogado: Mafuz Antonio Abrão, Marcelo Vardânega Ribeiro. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1. Prefacialmente, cumpra-se o despacho proferido à fl. 331. 2 Int.-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011 DES. JOSÉ ANICETO RELATOR

0017 . Processo/Prot: 0814217-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/196567. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0004995-47.2011.8.16.0035 Obrigação de Fazer. Agravante: Tornotécnica Central Sul Comércio Equipamentos Ltda. Advogado: Péricles José Menezes Deliberador. Agravado: Partner Trade Assessoria e Comércio Exterior Ltda. Advogado: Cláudio Manoel Silva Bega, Luciana Sbrissia e Silva, Fernando Melo Carneiro. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Renato Braga Bettega. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

0018 . Processo/Prot: 0821081-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/183084. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0014549-11.2008.8.16.0035 Cobrança. Apelante: Centauro Vida e Previdência Sa. Advogado: João Alves Barbosa Filho, Flávia Balduíno da Silva. Rec.Adesivo: Sebastião Plantes Machado (maior de 60 anos). Advogado: Márcia Rosane Witzke. Apelado (1): Sebastião Plantes Machado (maior de 60 anos). Advogado: Márcia Rosane Witzke. Apelado (2): Centauro Vida e Previdência Sa. Advogado: João Alves Barbosa Filho, Flávia Balduíno da Silva. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Vistos. Diante da inexistência, nos presentes autos, de procuração de Centauro Vida e Previdência S/A, habilitando os advogados que subscrevem o substabelecimento de fls. 130, concedo 05 (cinco) dias para a regularização da capacidade postulatória, sob pena de não conhecimento do recurso interposto às fls. 123/129, nos termos do artigo 13 do Código de Processo Civil. Intime-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora

0019 . Processo/Prot: 0821182-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/282483. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000981 Ordinária. Agravante: Madelink Exportadora de Madeiras Ltda. Advogado: Tatiane Parzianello. Agravado: Global Wood Resources Inc. Advogado: Roberto Nelson Brasil Pompeo Filho, Roberto Nelson Brasil Pompeo, Rodrigo Guimarães. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: A redistribuição.

Vistos. Considerando os termos da decisão de fls. 370/375, o feito deve ser REDISTRIBUÍDO a umas das câmaras cíveis competentes, que não a 8ª, 9ª ou 10ª Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça. Desta feita, atente-se o setor de Distribuição, a fim de que proceda a correta REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO, conforme a determinação, em face do disposto à fl. 367, inobstante ter o feito sido remetido NOVAMENTE a esta Relatora sem a necessária observação, nos termos da fl. 368. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora

0020 . Processo/Prot: 0823059-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/190617. Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0017618-59.2009.8.16.0021 Cobrança. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa. Advogado: Flávia Balduíno da Silva, João Alves Barbosa Filho, Henrique Alberto Faria Motta. Apelado: João André Simioni. Advogado: Rossandra Pavani Nagai, Kenji Della Pria Hatamoto, Fernando Alberto Santin Portela. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1. Nos termos da Resolução nº 10/2008, encaminhem-se os autos à Secretaria de Conciliação. 2. Int.-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011 DES. JOSÉ ANICETO RELATOR

0021 . Processo/Prot: 0823128-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/193201. Comarca: Bandeirantes. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002437-62.2008.8.16.0050 Cobrança. Apelante: Dpvat Santander Seguradora Sa. Advogado: Mariana Pereira Valério, Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster. Apelado: Adão Nunes Machado, Maria de Jesus Sales. Advogado: Juliano Martins. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Vistos. Diante da inexistência, nos presentes autos, de procuração de Santander Seguradora S/A, habilitando os advogados que assinam o Recurso de Apelação de fls. 73/83, haja vista que as procurações de fls. 31, 33 e 37, foram outorgadas por de Azul Companhia de Seguros Gerais, concedo 05 (cinco) dias para a regularização da capacidade postulatória, sob pena de não conhecimento do recurso interposto, nos termos do artigo 13 do Código de Processo Civil. Intime-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora

0022 . Processo/Prot: 0823140-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/193216. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0006423-20.2004.8.16.0129 Indenização. Apelante: Ademar Crisanto da Silva. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Nilton Antônio de Almeida Maia. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1. Versa a presente ação sobre pedido de indenização decorrente de acidente ocorrido com o N/T Norma, de propriedade da Petrobras S/A que, em data de 18 de outubro de 2001, durante a manobra de desatracação do terminal da Transpetro, veio a colidir com a nominada "Pedra da Palangana", encalhando e avariando-se neste ponto. Tal avaria e encalhe resultou no vazamento de nafta petroquímica nas Baías de Paranaguá e Antonina noticiado, havendo, por parte de autoridades ambientais, proibição da pesca nas baías de Antonina e Paranaguá pelo prazo de um mês. O pedido inicial foi julgado parcialmente procedente, para condenar a Requerida Petrobras ao pagamento ao Autor da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de danos morais, e de R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais), a título de danos materiais, ambas corrigidas monetariamente a partir da data da sentença e com juros legais a serem contados da citação, bem como ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Inconformados, a requerida Petrobras interpôs recurso de apelação e o requerente interpôs recurso adesivo, os quais foram regularmente processados. convertido em diligência (fls. 127). Baixados os autos, não foi possível a realização da audiência de instrução e julgamento em razão da reiterada ausência da parte autora aos atos designados, ocasião em que o magistrado a quo proferiu sentença, o que ensejou, igualmente, novo recurso de apelação, o qual foi regularmente processado e, por conseguinte, o qual foi autuado e distribuído a este Relator, inclusive com a numeração diversa dos anteriores. 2. Ocorre que os autos foram encaminhados a Vara de origem em razão da conversão do recurso de apelação em diligência, por determinação deste Relator (fls. 127), para que fosse coletada prova do efetivo exercício da atividade pesqueira profissional na época do acidente pela parte autora. Ocorre que, frustrada a realização da audiência de instrução em julgamento em razão da ausência do autor no ato designado, o Juízo a quo proferiu nova sentença, sem observar que já há nos autos sentença, a qual fora objeto dos recursos de apelação e adesivo que deram ensejo á conversão do julgamento dos mesmos em diligência. Assim, cumpria ao Juízo de primeiro grau, apenas e tão somente, realizar a diligência ordenada por este Relator. CPC, ao magistrado é vedado decidir novamente as questões já decididas: "Art. 471. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, salvo: I - se, tratando-se de relação jurídica continuativa, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito; caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença; II - nos demais casos prescritos em lei." Ora, o fenômeno da preclusão pro judicato se opera e impede que o juiz reaprecie a questão. É o que se extrai da lição de MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO: "(...) a única modalidade de preclusão que pode atingir o juiz é a consumativa: uma vez exercido o poder que manifesta na prática do ato decisório, ocorre a consumação do poder, mesmo ficando o juiz impedido de reapreciar a questão decidida. (...) a preclusão tem por escopo a ordenação coordenada das atividades processuais, simplificando o processo, e, assim, possibilitando-lhe atingir o mais rápido possível, seu ato final, em que se concretiza a certeza ou a satisfação dos direitos. Finalidade da preclusão é, pois, tomar certo e ordenado o caminho do processo, isto é, assegurar-lhe um desenvolvimento outrossim, a certeza das situações jurídicas processuais. (...)" (A preclusão no direito processual civil. Curitiba: Juruá. 1991. p 26/29) Destaco: "Embargos do devedor. Tendo o juiz rejeitado os embargos por intempestivos, não pode posteriormente, constatando o erro em que incidiu, reformar sua sentença e determinar o prosseguimento do feito, proferindo, depois, nova sentença." (RT 597/167) Desta forma, in casu, verifica-se a ocorrência de nulidade processual absoluta por inobservância do art. 471 do CPC, merecendo seja declara a nulidade da segunda sentença (fls. 136/137). Consequentemente, reconhecida a nulidade, os atos posteriores praticados, inclusive o novo recurso de apelação autuado sob o nº 823140-3, são nulos também. 3. Declaro, ex officio, a nulidade do feito a partir da decisão de fls. 136/137, consequentemente, com fulcro no artigo procedimento recursal sob nº 823140-3. 4. Determino a conclusão do procedimento recursal sob nº 475996-0, para análise dos respectivos recursos. 5. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011 DES. JOSÉ ANICETO Relator

0023 . Processo/Prot: 0824238-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/199621. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0002399-30.2010.8.16.0131 Cobrança. Apelante: Bradesco Seguros SA. Advogado: Flávio Penteado Geromini, Luiz Henrique Bona Turra, Tatiane Muncinelli, Arthur Sabino Damasceno, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado. Apelado: Gustavo Henrique Eulário dos Santos. Advogado: Wanderley Antonio de Freitas, Fabiana Eliza Mattos. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Renato Braga Bettega. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1. Nos termos da Resolução nº 10/2008, encaminhem-se os autos à Secretaria de Conciliação. 2. Int.-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011 DES. JOSÉ ANICETO RELATOR

0024 . Processo/Prot: 0824969-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/205045. Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0004940-97.2004.8.16.0017 Cobrança. Apelante (1): Triângulo Administradora de Consórcios Ltda. Advogado: Milton Placido de Castro. Apelante (2): Interbrazil Seguradora Sa. Advogado: Aldrin Sene Amaral. Apelado: Maria do Couto Fiorati. Advogado: José Anunciato Sonni, Anderson Crozariolli Tavares, Indianara Pavesi Pini. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Revisor: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Vistos. Diante da inexistência, nos presentes autos, de procuração habilitando o advogado que subscreve o Recurso de Apelação (2), de fls. 310/321, de Interbrazil Seguradora S/A, concedo 05 (cinco) dias para a regularização da capacidade postulatória, sob pena de não conhecimento do recurso interposto, nos termos do artigo 13 do Código de Processo Civil. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora

0025 . Processo/Prot: 0826752-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/267796. Comarca: Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0003413-06.2011.8.16.0037 Indenização cumulada com perdas e danos. Agravante: Rasterex International do Brasil Informática Ltda.. Advogado: Natan Baril, Felipe Barrionuevo Costa, Juliana Moter Araújo. Agravado: Océ Brasil Comércio e Indústria Ltda. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1) Trata-se de recurso atacando decisão proferida em Ação de Abstenção de Ato c/ c com Pedido de Perdas e Danos (autos n. 3413-06.2011), que indeferiu o pedido de antecipação da tutela. A decisão foi assim fundamentada: "(...) A pretensão de antecipação dos efeitos da tutela não merece acolhida porque não logrou a autora comprovar a existência de requisitos indispensáveis ao pedido, quais sejam, a verossimilhança do alegado e a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação. De fato, quanto a este último não vejo a probabilidade de dano já que conforme relato na inicial, a ré utilizou-se da marca Wiseimage por mais de quatro anos após a rescisão do contrato de parceria comercial sem que a autora tomasse qualquer providência, vindo a fazê-lo apenas seis anos após a rescisão do contrato. A inércia da requerente talvez seja justificada pela ausência de comprovação do registro da patente da marca Wiseimage, que conforme documento de fls. 46 só foi concedida em 17/11/2009. Enquanto isso, as atas notarias juntadas às fls. 83/98 referem-se ao período de 22/11/2006 a 14/08/2009, portanto, são anteriores ao registro da patente. Assim, ausente a verossimilhança do alegado, indefiro o pedido de antecipação da tutela." (fls. 154/155 -TJ) Irresignada, a agravante recorre, sustentando, em síntese, que: - o intuito principal da ação é a defesa dos direitos da propriedade industrial em relação à marca WISEIMAGE, que lhe foi concedida pelo INPI em 17/11/2009; - a lei lhe assegura o uso exclusivo da marca WISEIMAGE em todo território nacional, conforme artigo 129, da Lei 9.279/96; - a agravada continuou utilizando o sinal WISEIMAGE para identificar seus produtos mesmo após a rescisão do contrato; - enviou notificação extrajudicial à agravada, bem como manteve contatos telefônicos, buscando resolver o impasse de forma amigável; - o ajuizamento da ação somente em 05 de julho de 2011, depois de esgotadas as tratativas extrajudiciais, não teria o condão de afastar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou difícil reparação; - o uso prolongado e indevido da marca contrafeita poderá causar prejuízos a agravante; - nas ações envolvendo questões de propriedade industrial, como no caso, a doutrina reconhece que o periculum in mora é presumido, considerando que a existência de contrafação implicaria em diluição da marca violada; - o pedido de tutela específica foi formulado com fundamento no artigo 461, § 3º, do Código de Processo Civil, sendo bastante a presença do fumus boni iuris, não havendo que se falar em periculum in mora; - o certificado de registro da marca WISEIMAGE de titularidade da agravante seria suficiente para comprovar a verossimilhança da alegação e o direito líquido e certo, consistente na legitimidade para impedir quem quer que seja de utilizar a referida marca. Sustenta estar presente a verossimilhança das alegações, para o deferimento da antecipação parcial dos efeitos da tutela. Requereu efeito suspensivo ativo sobre a decisão agravada, para o fim de impor à agravada o dever de se abster do uso da marca WISEIMAGE. 2) Presentes os requisitos de admissibilidade, de se conhecer o recurso, sem conceder o efeito suspensivo requerido, por não se vislumbrar, em princípio, qualquer possibilidade de lesão grave ou de difícil reparação. De se dizer que, numa análise superficial, própria deste juízo preliminar, não se verifica nenhuma ilegalidade ou abuso, na decisão atacada. É certo que não deve o segundo grau, em princípio, modificar a decisão singular, a não ser que haja evidente situação de urgência, fato extraordinário, ilegalidade ou, então, que a decisão seja teratológica. Assim, não se apresentando, em princípio, situação peculiar de ilegalidade ou de abuso, na decisão proferida pelo juiz singular, não se vislumbra razão para que esta Corte substitua o magistrado de primeiro grau, concedendo o efeito suspensivo requerido. Posto isto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo. 3) Oficie-se ao juízo agravado, para que tome ciência desta decisão; e, entendendo seja de extrema relevância ou necessidade, forneça as informações que achar convenientes 4) Intimem-se. O agravado para, querendo, apresentar resposta no prazo legal. 5) Autorizo a chefia da seção a assinar os ofícios necessários. Curitiba, 26 de setembro de 2011.

0026 . Processo/Prot: 0828027-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/239999. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2009.00001451 Embargos de Terceiro. Agravante: Companhia de Habitação Popular de Curitiba - Cohab-ct. Advogado: Dione Vanderlei Martins, Eduardo Garcia Branco, Loraine Costacurta. Agravado: Conjunto Residencial São João Del Rey Iv. Advogado: Luiz Fernando de Queiroz, Fernanda Pires Alves, Kirila Koslosk. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. D?artagnan Serpa Sa. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

Agravante: COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA COHAB-CT Agravado: CONJUNTO RESIDENCIAL SÃO JOÃO DEL REY IV Relator: JUIZ SERGIO LUIZ PATITUCCI 1.- Trata-se de agravo de instrumento contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, nos autos nº 1451/2009 de Embargos de Terceiros, onde recebeu recurso de apelação apenas no efeito devolutivo (fls. 152-TJ). 2.- Em análise preliminar, a priori, recurso é próprio e tempestivo, encontrando-se devidamente instruído com as peças obrigatórias previstas na legislação processual (artº. 525 CPC), além de preencher os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, razão pela qual, neste momento, defiro o seu processamento. 3. - Pretende a agravante a reforma do despacho, alegando que em Embargos de Terceiro, o recurso de apelação deve ser recebido com duplo efeito, sendo que não há previsão legal para o recebimento apenas com efeito devolutivo como ocorreu na decisão atacada (fls. 02/10). 4. - Alega a agravante, estarem presentes os requisitos do fumus boni juris e do periculum in mora autorizadores a concessão do efeito suspensivo, tendo em vista o risco e a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação se for dado seguimento no cumprimento de sentença da Ação de Cobrança, com possível venda do bem em hasta pública. 5. - As razões trazidas pela agravante na peça vestibular recursal e acompanhada de documentos, em cognição primária, apontam para a possibilidade de prejuízo evidente, especificamente na impossibilidade de devolução de valores. Assim, havendo verossimilhança nos fatos trazidos, porém, deixando margem a sugerir necessário aprofundamento na análise da matéria em disceptação, que será definitivamente aclarada a posteriori, na oportunidade do deslinde deste recurso strictu sensu. 6. - Defiro a pretensão esposada no sentido de CONFERIR O EFEITO SUSPENSIVO a r. decisão impugnada, para suspender os efeitos da decisão atacada, para conceder o efeito suspensivo ao recurso de apelação. 7. - Comunique-se o digno Juízo "a quo", encaminhando-lhe cópias da petição vestibular e do presente despacho. Requisitem-se as informações ao Juiz da causa, as quais deverão ser prestadas no prazo de 10 (dez) dias. 8.- Intime-se o agravado Conjunto Residencial São João Del Rey IV, para que cumpra o determinado nesta decisão, bem como, na forma do art. 527, inc. V do Código de Processo Civil, responda no prazo de 10 (dez) dias, facultando-lhe juntar cópias das peças que entender conveniente, e manifestar-se sobre o cumprimento do disposto no art. 526 do mesmo Codex. 9.- Cumpridas as diligências, ou vencidos os prazos, voltem-me. Intimem-se. Curitiba, 20 de setembro de 2.011. SERGIO LUIZ PATITUCCI Relator

0027 . Processo/Prot: 0828223-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/266516. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 2002.00001239 Indenização. Agravante: Juliano Todeschini de Andrade. Advogado: Gilson João Goulart Júnior. Agravado: Jornal do Brasil Sa. Advogado: Leonardo Souza. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

VISTOS, ETC. 1. A petição inicial do presente recurso está devidamente instruída, preenchendo, prima facie, os requisitos dos artigos 524 e 525 do Código de Processo Civil, a ensejar seu processamento. 2. Ausente qualquer pedido liminar, intime-se o agravado na pessoa o seu advogado, para responder, em dez (10) dias, facultando-lhe a juntada de peças que entender pertinentes. 3. Oficie-se ao MM. Juiz da Causa para que apresente as informações que julgar necessárias, no prazo de dez (10) dias. Intimem-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011 DES. JOSÉ ANICETO Relator

0028 . Processo/Prot: 0829216-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/236593. Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00000317 Reparação de Danos. Agravante: Advance Comércio de Peças e Serviços Automotores Ltda.. Advogado: Thiago Caversan Antunes, André Batista Luiz. Agravado (1): Graciela Maria Goes Zamuner. Advogado: Alvino Aparecido Filho. Agravado (2): Renault do Brasil S/a. Advogado: Carlos Fernando Correa de Castro, Adriana D'Avila Oliveira. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1. A parte agravante deverá substituir as fotocópias ilegíveis (apagadas, não inteiramente legíveis) por fotocópias legíveis, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de se considerar a ausência dos documentos em questão, e ser negado seguimento ao recurso, nos termos do artigo 557, do CPC. 2. Intime-se. Diligências necessárias. 3. Autorizo a chefia da seção a assinar os ofícios necessários. Curitiba, 26 de setembro de 2011.

0029 . Processo/Prot: 0829379-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/243142. Comarca: Umuarama. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0009394-30.2010.8.16.0173 Cobrança. Agravante: Centauro Vida e Previdencia S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Fernando Kikuchi. Agravado: Celoi da Gama Branco, Rosana da Costa, Osmar Brilhante. Advogado: Braz Reberte Pedrini, Alex Reberte, Douglas Andrade Matos. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

VISTOS, ETC. 1. A petição inicial do presente recurso, está devidamente instruída, preenchendo, prima facie, os requisitos dos artigos 524 e 525 do Código de Processo Civil, a ensejar seu processamento. 2. Postergando para momento oportuno a análise mais proficiente sobre as razões expendidas no recurso, entendo estarem devidamente configuradas as condições para concessão do almejado efeito suspensivo ao presente agravo. Afinal, num juízo provisório, como só permite o instituto, a continuidade do processo por certo trará danos irreparáveis e de difícil reparação à agravante, caso fique constatado o provimento do recurso, eis que implicará produção da perícia e pagamento dos honorários do expert. Diante do exposto, concedo o efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento. 3. Intime-se o agravado na pessoa o seu advogado, para responder, em dez (10) dias, facultando-lhe a juntada de peças que entender pertinentes. 4. Oficie-se ao MM. Juiz da Causa para que apresente as informações que julgar necessárias, no prazo de dez (10) dias. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. DES. JOSÉ ANICETO Relator

0030 . Processo/Prot: 0829573-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/329977. Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0005424-64.2011.8.16.0083 Reparação de Danos. Agravante: Ângela Maria Ferreira - Basico da Construção me. Advogado: Marcos dos Santos. Agravado: Rodrigo José Azzolini. Advogado: Rodrigo Parizotto Bandeira. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Vistos. I. Ângela Maria Ferreira Básico da Construção ME agrava da decisão proferida na ação de reparação de danos decorrente de acidente automobilístico (autos nº 502/2011), ação ajuizada por Rodrigo José Azzolini em face da Agravante, decisão mediante a qual a MM. Juíza indeferiu os pedidos de conversão para o procedimento ordinário, o chamamento ao processo da União e a realização da prova pericial, nos seguintes termos: "(...) 1. No que se refere ao pedido de chamamento ao

processo da União, bem como de terceira pessoa, tem-se que o pleito não comporta deferimento pois em se tratando de rito sumário somente se admite intervenção de terceiro fundada em contrato de seguro nos termos do art. 280 do CPC, o que não ocorre no caso, assim, indefiro o pleito. 2. No que se refere ao pedido de produção de prova pericial, entendo que a prova é desnecessária à solução da lide, pois os quesitos apresentados referem-se a informações já constantes do BO, como por exemplo se a retroescavadeira estava parada e se havia sinalização de cones na pista e quantos. Tais informações, eventualmente, poder ser esclarecidas mediante a produção de prova testemunhas, mas entende- se que a via pericial é inadequada para tanto. Assim, indefiro a produção de prova pericial. 3. Sai o procurador do autor intimado para se manifestar sobre a contestação e documentos apresentados em dez dias. 4. Em se tratando de rito sumário, desde já designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de abril de 2012, às 13h:30 min horas, para inquirição das testemunhas arroladas as fls. 09 residentes na Comarca, determinando desde já que se expeça carta precatória para inquirição da testemunha do autor residente fora da Comarca. Somente após a inquirição das testemunhas do requerente é que devem ser expedidas as cartas precatórias para a inquirição das testemunhas arroladas pelo réu. 5. Dou os presentes por intimados. Diligências necessárias."1 Assevera a Agravante que: a) é necessária a conversão para o procedimento ordinário diante de uma prova complexa necessária (perícia em acidente de trânsito), em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa; b) há necessidade de realização de perícia complexa para melhor compreensão da dinâmica do acidente de trânsito ocorrido, bem como porque afastar a presunção juris tantum que goza o Boletim de Ocorrência, por meio de sua anulação, tendo em vista que contém omissões e distorções; c) a União Federal deve ser chamada ao processo, com a conseqüente declinação da competência para a Justiça Federal, pois há responsabilidade concorrente da União decorrente da sinalização inadequada do local do acidente pela Polícia Rodoviária Federal. Desse modo, requer a concessão liminar da tutela recursal para determinar a conversão do procedimento sumário em ordinário, a realização da prova pericial, o encaminhamento dos autos à Justiça Federal para o chamamento ao processo e citação da União Federal; e, ao final, o provimento do presente agravo para reformar a decisão agravada e confirmar a liminar. II. Presentes os pressupostos de admissibilidade, o recurso merece ser processado na forma da lei. Sem prejuízo do exame de mérito a ser oportunamente realizado, analisar-se-á o pedido de atribuição de efeito ativo ao recurso. Pretende a Agravante, em sede liminar, a concessão de efeito suspensivo ativo à decisão objurgada que indeferiu a conversão para o procedimento ordinário, o chamamento ao processo da União Federal e a realização da prova pericial, a fim de suspender os efeitos da decisão. Pois bem, consoante os artigos 527, III, c/c 273, ambos do CPC, o Relator poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela recursal pretendida quando presentes os seguintes requisitos: prova inequívoca da verossimilhança das alegações e perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Sobre o tema, pertinente a doutrina: "Como juiz preparador do processo, o relator poderá conceder a antecipação da tutela pretendida no recurso. Já se admitia a concessão de tutela antecipada na esfera recursal por interpretação sistemática do CPC 273, ex-527 II e 558. Contudo, a lei agora deixa explícita essa possibilidade. Pode haver interesse processual na obtenção da tutela na fase recursal, porque a satisfação do credor só ocorre com o encerramento da execução (CPC 475-M §3º e 795). Portanto, enquanto não satisfeita a pretensão do credor, pode ele pleitear a antecipação da tutela de mérito ou de seus efeitos, em qualquer fase do processo, inclusive na recursal."2 "Além disso, o CPC reconhece, em seu art. 527, III, a possibilidade de antecipação dos efeitos da pretensão recursal. (...) Ora, quando a parte tem direito de obter algo imediatamente, não basta recurso que possa impugnar a decisão e permitir a concessão da providência (que foi injustamente negada) após longo tempo. É necessário, como é óbvio, forma recursal que possa dar desde logo à parte a providência que lhe foi injustamente negada pela decisão recorrida. É essa a intenção do art. 527, III."3 Isso posto, da análise dos autos e sem prejuízo do exame de mérito a ser oportunamente realizado, num juízo de cognição sumária não se verifica a presença de um dos referidos requisitos legais, qual seja, o perigo da demora. Há verossimilhança nas alegações da Agravante, pois justifica a conversão para o rito ordinário na necessidade de realização da prova pericial complexa. Por sua vez, justifica a produção desta prova na finalidade de desconstituição do Boletim de Ocorrência, o qual goza de presunção relativa, até prova em contrário. Porém, não se verifica a presença de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação a justificar a antecipação da tutela assecuratória, pois o risco de dano não é atual, já que a realização da audiência de instrução e julgamento está designada para o dia 04.04.2012. Desse modo, existe tempo hábil para se aguardar o julgamento do mérito do presente agravo, sem que com isso se cause um dano irreversível à Agravante. Por conseguinte, ausente o requisito do perigo da demora à pretendida concessão de antecipação dos efeitos da tutela recursal (efeito ativo). Ressalva-se uma análise mais aprofundada da questão após a eventual apresentação de resposta pelo Agravado. Dessarte, indefiro a antecipação da tutela recursal, denominada de "efeito ativo", pleiteada pela Agravante. III. Oficie-se ao MM. Juiz para fornecer informações sobre o feito, no prazo de 10 (dez) dias. IV. Intime-se o Agravado para que, querendo, apresente resposta ao presente recurso, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fl. 29-TJ. -- 2 NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante. 9.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 774. -- 3 MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do Processo de Conhecimento. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 549.

0031 . Processo/Prot: 0829709-6 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/248948. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 1997.00001075 Cumprimento de Sentença. Agravante: Capemi Caixa de Pecúlios Pensões e Montepios. Advogado: Cícero Belin de Moura Cordeiro. Agravado: Adalgiza de Mello Queiroz. Advogado: Frederich Mark Rosa Santos. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

VISTOS, ETC. 1. A petição inicial do presente recurso, está devidamente instruída, preenchendo, prima facie, os requisitos dos artigos 524 e 525 do Código de Processo Civil, a ensejar seu processamento. 2. Todavia, e postergando para momento oportuno a análise mais perficiente sobre as razões expendidas no recurso, entendo estarem devidamente configuradas as condições para concessão do almejado efeito suspensivo ao presente agravo, razão pela qual o defiro. Cumpre ressaltar, que se encontram presentes os requisitos necessários a concessão do efeito suspensivo, mormente pelo perigo de grave lesão à agravante, vez que determinada a expedição de alvará de levantamento de valor depositado. 3. Intime-se a agravada na pessoa do seu advogado, para responder, em dez (10) dias, facultando-lhe a juntada de peças que entender pertinentes. 4. Oficie-se ao MM. Juiz da Causa para que apresente as informações que julgar necessárias, no prazo de dez (10) dias. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011 DES. JOSÉ ANICETO Relator

0032 . Processo/Prot: 0829975-0 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/248846. Comarca: Assis Chateaubriand. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 2009.00000496 Indenização. Agravante: Companhia Excelsior de Seguros. Advogado: Alexandre Pigozzi Bravo, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda. Agravado: Jose Airton de Oliveira, Nadia Maria Boesing, Alfredo Gomes dos Santos, Anderson Baroni de Carvalho, Eliane Guelfi dos Santos Silva, Eunice Paulino da Silva, Josiane Gonçalves do Nascimento, Juceli Fatima Zangrade dos Santos, Maria Mariza Gomes, Maria Milza Rodrigues Panstein, Ricardo Gaias, Roberto Gonçalves do Nascimento, Tereza da Silva Teixeira. Advogado: Otávio Guilherme Ely, Marcelo da Costa Gambogi. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Francisco Luiz Macedo Junior. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

1. Trata-se de recurso contra decisão que, em ação de responsabilidade obrigacional, interposta pelos agravados em face da agravante, indeferiu as preliminares suscitadas na contestação e transferiu à seguradora o encargo de custear a prova pericial deferida. A decisão foi assim fundamentada: "(...) 2.1 Do Litisconsórcio necessário Por se tratar de contrato particular de seguro celebrado entre a seguradora e mutuários, sendo a Caixa Econômica Federal mera gerenciadora do FESA e FCVS, não deve integrar a lide, preservando-se a competência da Justiça Estadual para processamento e julgamento da causa. (...) 2.2 Da inépcia da inicial Ao contrário do que argumenta a requerida, a inicial apresentada não se revela inepta, pois preenche os requisitos do artigo 282 do Código de Processo Civil, além de não estarem presentes nenhuma das hipóteses dispostas de forma expressa e taxativa no artigo 295, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Com efeito, a petição inicial possui pedido, causa de pedir, e de sua narração fática decorre logicamente a pretensão deduzida, a qual, aliás não é juridicamente impossível, não contendo, outrossim, pedidos incompatíveis entre si. A origem dos recursos fornecidos pela COHAPAR para o financiamento celebrado pelos requerentes é desimportante, seja do governo federal ou do governo estadual, o que em nenhuma circunstancia acarreta a caracterização das hipóteses do artigo 295, parágrafo único do CPC, e não impede a conclusão lógica da narrativa fática. O que importa e foi alegado pelos autores é o fato de que a apólice que aderiram de forma compulsória contava com a cobertura da Companhia de Seguros requerida, razão pela qual, analisando as alegações expendidas em sede exordial, não há que se falar em inépcia. 2.3. Da carência de Ação Em relação à suposta ausência de interesse processual, melhor sorte não assiste à ré. Pois bem, considerando-se que os imóveis apresentam danos passíveis de indenização pelo seguro, independentemente da quitação do financiamento, o provimento almejado pelos autores revela-se útil e necessário à obtenção do aventado direito à indenização, que ademais foi deduzida em via processual adequada. Outrossim, a mera cessão de direitos ocorrida não desconstitui o contrato de seguro existente em relação ao imóvel, pois o que se discute é a relação securitária em relação ao imóvel, bastando, portanto, que sejam os mesmos detentores atuais da posse, como comprovaram em sede inicial. Portanto, sob nenhum aspecto se caracteriza a aventada carência de ação. 2.4 Da prescrição Finalmente, no que se refere à prescrição aventada, é entendimento jurisprudencial pacífico que o prazo mencionado de um ano pelo requerido começa a correr apenas da ciência inequívoca do mutuário da negativa de cobertura pela seguradora (...). Não havendo prova nos autos de que a requerida tenha negado o pagamento (art. 333, II, CPC) conta-se tal data como sendo aquela da contestação em que pede o indeferimento da demanda (TJSP, AC, 205.758.4/8-00, Rel. Des. Carvalho Viana, j. 25.09.2007). Por conseguinte e ante todo o expendido, afasto todas as preliminares e prejudicial aventadas, eis que absolutamente improcedentes, e, conseqüentemente, declaro saneado o feito. (...) 4. Foi, ainda, na inicial, formulado pedido de inversão do ônus da prova. Necessário se faz consignar inicialmente que o presente caso rege-se evidentemente pela legislação consumerista (...), em consonância com a jurisprudência do STJ que `é firme no sentido da aplicação do CDC aos contratos de financiamento habitacional, considerando que há relação de consumo entre o agente financeiro do SFH e o mutuário'. (...) Neste contexto e considerando o disposto no artigo 6º, inciso VIII da lei 8.078/90, determino a inversão do ônus da prova. (...) De outro viés, diante da prova documental existente nos autos, a qual considero insuficiente, por ora, pra sustentar tanto o pleito dos requerentes bem como a defesa, revela-se imprescindível para a solução da lide a produção da prova pericial, uma vez que somente através de um trabalho técnico em cada um dos imóveis mencionados na inicial será possível a análise dos questionamentos contidos no item "4" supra. Desta feita, para realização da prova pericial em questão nomeio o engenheiro civil Sr. Bruno Fernando Jantsch Mansur, (...). Com a apresentação da proposta de honorários, intimem-se as partes para que se manifestem em 05 (cinco) dias: a) na hipótese de impugnação, manifeste-se o perito, também, em 05

(cinco) dias; b) na hipótese de aceitação do valor, ainda, que tácita, intime-se a ré para pagamento" (fls. 113/122-TJ). Inconformada, a agravante interpôs o presente recurso, afirmando, em síntese, que: · A recém editada Medida Provisória nº 513, de 26 de novembro de 2010, teria transferido à União, a gerencia e responsabilidade do Seguro Habitacional do SFH; · Por conta disso, a União e a Caixa Econômica Federal tornaram-se partes passivas em todas as ações que tenha por objeto o referido seguro habitacional do SFH; · Em vista da necessidade de participação da CEF e da União, a competência para apreciação do feito seria da Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal; · Não seria aplicável, ao caso, o Código de Defesa do Consumidor e, conseqüentemente, a inversão do ônus da prova; · Não poderia suportar o ônus de arcar com a realização da prova pericial, pelo simples fato de que os autores estão impossibilitados de fazê-lo. Requereu o efeito suspensivo sobre a decisão agravada. 2. Presentes os requisitos de admissibilidade, de se conhecer o recurso, com o devido efeito suspensivo vez que, em um juízo superficial, entendo possível lesão grave ou de difícil reparação, caso a decisão agravada seja mantida, o que justifica, nessa via, o deferimento do efeito suspensivo. De se dizer, que são plausíveis os fundamentos invocados pela agravante, em especial o fato de que a decisão recorrida poderá vir a causar grave lesão ao recorrente, isto porque poderá ser compelida, de logo, a efetuar o pagamento da verba pericial. Assim, por segurança, melhor aguardar até o julgamento do presente agravo, deferindo a suspensividade requerida, inclusive para que seja oportunizado à agravada exercer o contraditório, ofertando suas contra-razões. Posto isto, defiro o efeito suspensivo ao presente agravo. 3. Oficie-se ao juízo agravado noticiando esta decisão e para que forneça as informações que achar convenientes, em 10 (dez) dias, inclusive sobre o disposto no artigo 526 do CPC. 4. Intimem-se os agravados para, querendo, apresentar resposta no prazo legal. 5. Autorizo a chefia da seção a assinar os ofícios necessários. Curitiba, 26 de setembro de 2011.

0033 . Processo/Prot: 0830192-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/243875. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0006606-44.2011.8.16.0129 Execução Provisória. Agravante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Agravado: Antonio Vicente Pereira. Advogado: Cristiane Uliana. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Desª Rosana Amara Girardi Fachin. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Vistos. I. Petróleo Brasileiro S/A Petrobrás agrava da decisão proferida na execução de sentença (autos nº 6606/2011), ajuizada por Antônio Vicente Pereira em face da ora Agravante para dar cumprimento, provisoriamente, à decisão da ação de indenização (autos nº 3886/2005), mediante a qual o MM. Juiz determinou a intimação da devedora para o cumprimento da sentença no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de multa, fixando honorários advocatícios, nos seguintes termos: "(...) Intime-se a executada, na pessoa de seu procurador, para que proceda ao pagamento da importância reclamada, no prazo de 15 dias, salientando-se que se não houver o pagamento será acrescida multa no percentual de dez por cento (10%) sobre o valor da dívida (art. 475-J, do Código de Processo Civil. 4- Ocorrendo o simples depósito em garantia e não pagamentos em cumprimento de sentença ficam arbitrados os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da execução, uma vez que o cumprimento imediato da decisão provisória far-se-á do mesmo modo que o cumprimento definitivo (...)."1 Inconformada, a Agravante alega, em síntese: a) inaplicabilidade da multa prevista no artigo 475-J do CPC na execução provisória sustentando a incompatibilidade com a sua sistemática, já que o principal objetivo desse procedimento é a garantia do juízo e não o pagamento definitivo do débito; b) não é pertinente a fixação de honorários advocatícios em fase de execução provisória, ante da completa ausência de previsão legal, bem como por se tratar de mera faculdade do credor, não tendo havido inércia por parte da executada; c) subsidiariamente, pleiteia a redução do percentual arbitrado. II. Presentes os pressupostos de admissibilidade, o recurso merece ser conhecido. Diante da ausência de efeito suspensivo a ser apreciado e a matéria se revelar de pouca complexidade, havendo dispositivo legal e jurisprudencial regendo a matéria, dispenso as demais formalidades legais e peço dia para julgamento. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN Desembargadora Relatora -- 1 Fls. 51-TJ.

Vista ao(s) Advogado (s) - em cumprimento ao item 3 do r. despacho de fls. 133 - Prazo : 5 dias

0034 . Processo/Prot: 0482951-2 Apelação Cível
. Protocolo: 2008/67866. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2004.00002873 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Rec.Adesivo: Walmira de Souza Duarte. Advogado: Cristiane Uliana, Maximilian Zerek, Carla Angélica Heroso Gomes, Fábio Dias Vieira. Apelado (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Apelado (2): Walmira de Souza Duarte. Advogado: Cristiane Uliana, Maximilian Zerek, Carla Angélica Heroso Gomes, Fábio Dias Vieira. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Motivo: em cumprimento ao item 3 do r. despacho de fls. 133

Vista ao(s) Apelante(s) - em cumprimento ao item 3 do r. despacho de fls 118 - Prazo : 5 dias

0035 . Processo/Prot: 0501465-5 Apelação Cível
. Protocolo: 2008/150532. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2005.00006159 Indenização. Apelante: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Rec.Adesivo: Wilson Santana da Silva. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado (1): Wilson Santana da Silva. Advogado: Cristiane Uliana. Apelado (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Revisor: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Motivo: em cumprimento ao item 3 do r. despacho de fls 118

# SEÇÃO DA 1ª CÂMARA CÍVEL

**IV Divisão de Processo Cível**
**Seção da 1ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10242**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adilson de Castro Junior | 025 | 0770382-2/01 |
| | 039 | 0784158-5 |
| | 082 | 0819296-1 |
| Adilson José Frutuoso | 030 | 0778746-8 |
| Adonias Ribeiro de Carvalho Neto | 060 | 0799501-9 |
| Adriana Bonk | 041 | 0786716-5 |
| Adriana de Paula Baratto | 040 | 0785521-2 |
| Adriana Tonet | 075 | 0813633-0 |
| Ailton Nunes da Silva | 059 | 0798883-2 |
| Alaor Ribeiro dos Reis | 056 | 0798385-1/01 |
| Aldamira Geralda de Almeida | 031 | 0778817-2 |
| Alessandro Ravazzani | 043 | 0787462-6 |
| Alexandre Jankovski B. d. Barros | 009 | 0711859-4/01 |
| Alisson do Nascimento Adão | 021 | 0764122-9/01 |
| Altivo Augusto Alves Meyer | 033 | 0780854-6/01 |
| | 047 | 0791867-0/01 |
| | 052 | 0793954-6/01 |
| | 053 | 0796969-9/01 |
| | 068 | 0807313-6/01 |
| Ana Elisa Perez Souza | 026 | 0770522-6 |
| Ana Luiza de Paula Xavier | 015 | 0742903-0/01 |
| Ana Paula Magalhães | 039 | 0784158-5 |
| Anderson Hataqueiama | 005 | 0658572-0/01 |
| | 006 | 0658572-0/02 |
| André Gustavo Vallim Sartorelli | 027 | 0774745-5/02 |
| | 069 | 0807860-0 |
| | 076 | 0813899-8 |
| | 077 | 0814182-2 |
| Andréa Giosa Manfrim | 073 | 0811231-8 |
| Andréia Aparecida de Souza | 082 | 0819296-1 |
| Andréia Federle | 024 | 0769629-3/01 |
| Andréia Ferraz Martin R. Martelli | 023 | 0765386-7/02 |
| Ariana Vieira de Lima | 033 | 0780854-6/01 |
| Benoît Scandelari Bussmann | 024 | 0769629-3/01 |
| Bento Pereira de Camargo Neto | 002 | 0579895-6/01 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 082 | 0819296-1 |
| Bruno Montenegro Sacani | 062 | 0800447-9 |
| Bruno Sacani Sobrinho | 062 | 0800447-9 |
| Carlos Alberto Farracha de Castro | 019 | 0757467-2/01 |
| Carlos Frederico M. d. S. Filho | 002 | 0579895-6/01 |
| Carlos Freire Faria | 040 | 0785521-2 |
| Carlos José Dal Piva | 060 | 0799501-9 |
| Carlos Roberto Ferreira | 038 | 0783177-6 |
| Carlos Roberto Scalassara | 032 | 0779388-0 |
| Carmen Glória Arriagada Andrioli | 013 | 0734407-8/01 |
| Carolina Rezende Pimenta | 062 | 0800447-9 |
| Carolina Villena Gini | 011 | 0729317-6/01 |
| Celso Hilgert Junior | 035 | 0781813-9/01 |
| Celso Ricardo Schluga | 026 | 0770522-6 |
| Cerino Lorenzetti | 004 | 0654286-3/04 |
| | 027 | 0774745-5/02 |
| | 028 | 0775110-6/02 |
| | 036 | 0782703-2/02 |
| Cibelle de Azevedo | 075 | 0813633-0 |
| Claudia Canzi | 078 | 0814880-3 |
| Claudine Camargo Bettes | 046 | 0791642-3 |
| | 082 | 0819296-1 |

| | | |
|---|---|---|
| Cláudio Marcelo Rodrigues Iarema | 037 | 0782709-4/01 |
| Cláudio Soccoloski | 029 | 0777408-9 |
| Cleide Aparecida Barbosa | 021 | 0764122-9/01 |
| Cynthia Garcez Rabello | 065 | 0803321-2/01 |
| | 071 | 0809565-8/01 |
| Daniel Katsuji Inumaru | 042 | 0787369-0 |
| Daniella Leticia Broering | 039 | 0784158-5 |
| Danielle Bittencourt Liasch | 038 | 0783177-6 |
| Débora Franco de Godoy | 020 | 0762124-5/01 |
| Débora Priscila André | 073 | 0811231-8 |
| Donizetti de Oliveira | 048 | 0792013-6 |
| Edison Santiago Filho | 044 | 0789901-6/01 |
| | 045 | 0789918-1/01 |
| | 054 | 0797064-3/01 |
| | 055 | 0797489-0/01 |
| | 056 | 0798385-1/01 |
| | 058 | 0798761-1/01 |
| | 080 | 0818066-9 |
| Edmilson Nogima | 032 | 0779388-0 |
| Edno Pezzarini Junior | 044 | 0789901-6/01 |
| | 045 | 0789918-1/01 |
| | 054 | 0797064-3/01 |
| | 055 | 0797489-0/01 |
| | 056 | 0798385-1/01 |
| | 058 | 0798761-1/01 |
| Eduardo Fernando Lachimia | 022 | 0764155-8/01 |
| Eduardo Luiz Bussatta | 060 | 0799501-9 |
| Eldo Gevezier | 034 | 0781057-1 |
| Eliane Cristina Rossi Chevalier | 082 | 0819296-1 |
| Ernesto Alessandro Tavares | 028 | 0775110-6/02 |
| Eroulths Cortiano Junior | 051 | 0793473-6 |
| Estevão Busato | 005 | 0658572-0/01 |
| | 006 | 0658572-0/02 |
| Eunice Fumagalli Martins e Scheer | 049 | 0792078-7 |
| Ewelyn Brall | 030 | 0778746-8 |
| Fabiane Cristina Seniski | 030 | 0778746-8 |
| | 043 | 0787462-6 |
| | 047 | 0791867-0/01 |
| Fabiano dos Santos Silva | 050 | 0792723-7 |
| Fabiano Haluch Maoski | 001 | 0796215-6 |
| | 013 | 0734407-8/01 |
| Fábio César Teixeira | 017 | 0747791-0/01 |
| Fabíola Olivo | 069 | 0807860-0 |
| Fabrício Verdolin de Carvalho | 005 | 0658572-0/01 |
| | 006 | 0658572-0/02 |
| Fellipe Cianca Fortes | 081 | 0818858-7/01 |
| Fernando Almeida de Oliveira | 010 | 0728832-4/01 |
| | 046 | 0791642-3 |
| Fernando Previdi Motta | 024 | 0769629-3/01 |
| | 072 | 0809918-9/01 |
| | 075 | 0813633-0 |
| Generoso Horning Martins | 026 | 0770522-6 |
| Genoveva Freire D'Aquino | 049 | 0792078-7 |
| Gercino Bett Junior | 010 | 0728832-4/01 |
| Gilson José dos Santos | 040 | 0785521-2 |
| Gisele da Rocha Parente | 034 | 0781057-1 |
| Guilherme Afonso Laskoski | 046 | 0791642-3 |
| Guilherme Henn | 001 | 0796215-6 |
| Hamilton José Oliveira | 040 | 0785521-2 |
| Heldo Gugelmin Cunha | 041 | 0786716-5 |
| Heloísa Gonçalves da Silva | 006 | 0658572-0/02 |
| Hypérides Zanello Neto | 007 | 0681666-8/01 |
| Isabela Christine Dal Bó Lima | 031 | 0778817-2 |
| Isabela Cristine Martins Ramos | 015 | 0742903-0/01 |
| Ivair Junglos | 008 | 0698635-4/02 |
| Ivan Lelis Bonilha | 019 | 0757467-2/01 |
| | 020 | 0762124-5/01 |
| | 027 | 0774745-5/02 |
| | 028 | 0775110-6/02 |
| | 030 | 0778746-8 |
| | 035 | 0781813-9/01 |
| | 043 | 0787462-6 |
| | 047 | 0791867-0/01 |
| | 051 | 0793473-6 |
| | 060 | 0799501-9 |
| | 074 | 0812626-1/01 |
| Jaime Luiz Schluga | 026 | 0770522-6 |
| Jair Subtil de Oliveira | 064 | 0802559-2/01 |
| | 067 | 0804505-2/01 |
| | 074 | 0812626-1/01 |
| Jean Colbert Dias | 003 | 0587751-4/02 |
| Jefferson Isaac João Scheer | 035 | 0781813-9/01 |
| | 049 | 0792078-7 |
| Jervis Puppi Wanderley | 007 | 0681666-8/01 |
| João Carlos de Oliveira Júnior | 012 | 0731135-5/01 |
| João Marcos Brais | 078 | 0814880-3 |
| João Paulo Straub | 002 | 0579895-6/01 |
| Joaquim Mariano Paes de C. Neto | 004 | 0654286-3/04 |
| Jorge da Silva Giulian | 078 | 0814880-3 |
| Jorge Luiz de Melo | 069 | 0807860-0 |
| Jorge Willians Tauil | 032 | 0779388-0 |
| José Antônio F. d. C. A. Neto | 022 | 0764155-8/01 |
| José Francisco Pereira | 079 | 0817249-4/01 |
| José Henrique Dal Cortivo | 041 | 0786716-5 |
| José Paulo de Castron Emsenhuber | 013 | 0734407-8/01 |
| José Roberto Martins | 051 | 0793473-6 |
| José Subtil de Oliveira | 063 | 0801396-1/01 |
| | 064 | 0802559-2/01 |
| | 067 | 0804505-2/01 |
| Júlio Cesar Ribas Boeng | 033 | 0780854-6/01 |
| Júlio César Subtil de Almeida | 063 | 0801396-1/01 |
| | 064 | 0802559-2/01 |
| | 067 | 0804505-2/01 |
| | 070 | 0809165-8/01 |
| | 074 | 0812626-1/01 |
| Júlio Cezar Engel dos Santos | 020 | 0762124-5/01 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 035 | 0781813-9/01 |
| | 063 | 0801396-1/01 |
| | 064 | 0802559-2/01 |
| | 067 | 0804505-2/01 |
| | 070 | 0809165-8/01 |
| | 071 | 0809565-8/01 |
| | 083 | 0819583-9 |
| Karem Oliveira | 019 | 0757467-2/01 |
| Karina Rachinski de Almeida | 013 | 0734407-8/01 |
| | 066 | 0804195-6 |
| Kennedy Machado | 024 | 0769629-3/01 |
| | 072 | 0809918-9/01 |
| | 075 | 0813633-0 |
| Letícia Maria Detoni | 083 | 0819583-9 |
| Liana Sarmento de Mello Quaresma | 052 | 0793954-6/01 |
| Lidson José Tomass | 007 | 0681666-8/01 |
| Luciane Camargo Kujo Monteiro | 033 | 0780854-6/01 |
| | 053 | 0796969-9/01 |
| | 061 | 0799809-0/01 |
| | 068 | 0807313-6/01 |
| Luciane Leiria Taniguchi | 037 | 0782709-4/01 |
| Lucius Marcus Oliveira | 057 | 0798707-7/01 |
| Luiz Carlos Caldas | 070 | 0809165-8/01 |
| Luiz Carlos Manzato | 073 | 0811231-8 |
| Luiz Carlos R. de Oliveira | 050 | 0792723-7 |
| Luiz Felipe da Rocha | 009 | 0711859-4/01 |
| Luiz Fernando Matias | 059 | 0798883-2 |
| Luiz Guilherme B. Marinoni | 050 | 0792723-7 |
| Luiz Henrique Sormani Barbugiani | 002 | 0579895-6/01 |
| Marcel Queiroz Linhares | 024 | 0769629-3/01 |
| Marcelene Carvalho da Silva Ramos | 035 | 0781813-9/01 |
| Marcelo Cesar Maciel | 016 | 0743963-0/02 |
| Marcelo Mazur | 006 | 0658572-0/02 |
| Márcia Carla Pereira Ribeiro | 049 | 0792078-7 |
| Marcio Alexandre Ribeiro de Lima | 003 | 0587751-4/02 |
| Márcio Luiz Blazius | 004 | 0654286-3/04 |
| | 027 | 0774745-5/02 |

| | | |
|---|---|---|
| | 028 | 0775110-6/02 |
| | 036 | 0782703-2/02 |
| Márcio Rodrigo Frizzo | 004 | 0654286-3/04 |
| | 027 | 0774745-5/02 |
| | 028 | 0775110-6/02 |
| | 036 | 0782703-2/02 |
| Márcio Rogério Depolli | 082 | 0819296-1 |
| Marco Antônio Gonçalves Valle | 014 | 0735171-7/04 |
| Marco Antônio Lima Berberi | 011 | 0729317-6/01 |
| | 015 | 0742903-0/01 |
| | 048 | 0792013-6 |
| Marco Aurélio Barato | 057 | 0798707-7/01 |
| Marcos Alves Veras Nogueira | 039 | 0784158-5 |
| Marcos André da Cunha | 004 | 0654286-3/04 |
| | 036 | 0782703-2/02 |
| | 042 | 0787369-0 |
| Marcos Vinicius Affornalli | 031 | 0778817-2 |
| Marcos Vinicius Dacol Boschirolli | 024 | 0769629-3/01 |
| Marcos Wengerkiewicz | 071 | 0809565-8/01 |
| Marcus Vinícius Spósito | 029 | 0777408-9 |
| Maria Adriana Pereira | 005 | 0658572-0/01 |
| | 006 | 0658572-0/02 |
| Maria Augusta Corrêa Lobo | 061 | 0799809-0/01 |
| Maria Carolina Brassanini Centa | 001 | 0796215-6 |
| Maria Elizabeth Jacob | 023 | 0765386-7/02 |
| Maria Misue Murata | 042 | 0787369-0 |
| Maria Salute Somariva | 072 | 0809918-9/01 |
| Mariana Carvalho Waihrich | 081 | 0818858-7/01 |
| Mariana Grazziotin Carniel | 052 | 0793954-6/01 |
| Marilene Darci Dalmolin Vensão | 016 | 0743963-0/02 |
| Mário Hitoshi Neto Takahashi | 064 | 0802559-2/01 |
| | 067 | 0804505-2/01 |
| Marisa da Silva Sigulo | 052 | 0793954-6/01 |
| Marlon de Lima Canteri | 002 | 0579895-6/01 |
| Marlúcio Ledo Vieira | 037 | 0782709-4/01 |
| Maurício Beleski de Carvalho | 072 | 0809918-9/01 |
| Michelle Pinterich | 075 | 0813633-0 |
| Milton Alves Cardoso Junior | 024 | 0769629-3/01 |
| | 072 | 0809918-9/01 |
| | 075 | 0813633-0 |
| Mônica Ribeiro Bonesi | 038 | 0783177-6 |
| Orley Wilson Pacheco | 003 | 0587751-4/02 |
| Osli de Souza Machado | 031 | 0778817-2 |
| Osmar Cardoso Rolim | 009 | 0711859-4/01 |
| Pablo Rodrigues Alves | 048 | 0792013-6 |
| Patrícia Rohn Ravazzani | 043 | 0787462-6 |
| Paula Schmitz de S. d. Barros | 069 | 0807860-0 |
| Paulo Sergio Mecchi | 022 | 0764155-8/01 |
| Paulo Vani Costa | 002 | 0579895-6/01 |
| Pedro de Noronha da Costa Bispo | 001 | 0796215-6 |
| | 030 | 0778746-8 |
| Priscila Letícia dos Santos | 021 | 0764122-9/01 |
| Rafael Augusto Silva Domingues | 048 | 0792013-6 |
| Rafael de Lima Felcar | 020 | 0762124-5/01 |
| Rafaela Almeida do Amaral | 063 | 0801396-1/01 |
| RAMONN BALDINO GARCIA | 015 | 0742903-0/01 |
| Raul Alberto Dantas Junior | 064 | 0802559-2/01 |
| | 074 | 0812626-1/01 |
| Renato Cardoso de Almeida Andrade | 078 | 0814880-3 |
| Renato Ribeiro Schmidt | 005 | 0658572-0/01 |
| | 006 | 0658572-0/02 |
| Rita de Cassia Maistro Tenório | 014 | 0735171-7/04 |
| Roberto Alexandre Hayami Miranda | 004 | 0654286-3/04 |
| Roberto Machado Filho | 065 | 0803321-2/01 |
| Roberto Mercado Lebrão | 017 | 0747791-0/01 |
| Robson Zanetti | 066 | 0804195-6 |
| Rodrigo Alves Abreu | 018 | 0756950-8/01 |
| Rodrigo Hassan Saif | 054 | 0797064-3/01 |
| | 056 | 0798385-1/01 |
| | 058 | 0798761-1/01 |
| Rodrigo Mendes dos Santos | 033 | 0780854-6/01 |
| | 047 | 0791867-0/01 |
| | 053 | 0796969-9/01 |
| | 061 | 0799809-0/01 |
| | 065 | 0803321-2/01 |
| | 068 | 0807313-6/01 |
| Roger Striker Trigueiros | 022 | 0764155-8/01 |
| Rogério Lichacovski | 002 | 0579895-6/01 |
| Romeu Felipe Bacellar Filho | 078 | 0814880-3 |
| Ruy José Miranda Ratton | 057 | 0798707-7/01 |
| Salete Teresinha de Souza | 012 | 0731135-5/01 |
| | 018 | 0756950-8/01 |
| Sandra Maria Kairuz Yoshiy | 038 | 0783177-6 |
| Sandro Gilbert Martins | 007 | 0681666-8/01 |
| Sérgio Paulo França de Almeida | 005 | 0658572-0/01 |
| | 006 | 0658572-0/02 |
| Silvia da Graça Yung | 018 | 0756950-8/01 |
| Soraia Al Farah | 029 | 0777408-9 |
| Stefania Basso | 027 | 0774745-5/02 |
| Stella Maris Machado Natal | 008 | 0698635-4/02 |
| Tadeu Karasek Junior | 011 | 0729317-6/01 |
| Tiago Marafon Semensato | 079 | 0817249-4/01 |
| Vagner Roberto Mocelin | 080 | 0818066-9 |
| Valéria dos Santos Tondato | 001 | 0796215-6 |
| Valiana Wargha Calliari | 043 | 0787462-6 |
| Valquiria Bassetti Prochmann | 064 | 0802559-2/01 |
| | 067 | 0804505-2/01 |
| | 074 | 0812626-1/01 |
| Valter Francisco da Silva | 002 | 0579895-6/01 |
| Vanessa Abu-Jamra F. d. Castro | 019 | 0757467-2/01 |
| Vinícius Klein | 067 | 0804505-2/01 |
| Wallace Soares Pugliese | 001 | 0796215-6 |
| | 013 | 0734407-8/01 |
| | 020 | 0762124-5/01 |
| Welington Brasil Felix | 025 | 0770382-2/01 |
| Zaqueu Subtil de Oliveira | 063 | 0801396-1/01 |
| | 064 | 0802559-2/01 |
| | 067 | 0804505-2/01 |
| | 070 | 0809165-8/01 |
| | 074 | 0812626-1/01 |
| Zoilo Bolognesi | 037 | 0782709-4/01 |

Republicação de Acórdão

0001 . Processo/Prot: 0796215-6 Agravo de Instrumento . Protocolo: 2011/153914. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0014483-56.2010.8.16.0004 Mandado de Segurança. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Fabiano Haluch Maoski, Wallace Soares Pugliese, Pedro de Noronha da Costa Bispo. Agravado: Rhema Ferramentas de Prescisão Ltda. Advogado: Valéria dos Santos Tondato, Guilherme Henn, Maria Carolina Brassanini Centa. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Julgado em: 30/08/2011

DECISÃO: Acordam os Julgadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por unanimidade de votos, em extinguir o Mandado de Segurança, de ofício, e declarar prejudicado o exame do recurso. EMENTA: Constitucional. Tributário. Agravo de instrumento. Mandado de segurança. Oferecimento de créditos de precatório como caução para expedição de certidão positiva com efeitos de negativa. Impossibilidade. Advento da Emenda Constitucional nº 62/2009. Instituição do regime especial de pagamento de precatórios pelos entes federados. Falta de interesse no prosseguimento do feito. Súmula 20 do Órgão Especial. Extinção de ofício da lide sem julgamento de mérito. Inteligência do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil. Recurso prejudicado.

Publicação de Acórdão

0002 . Processo/Prot: 0579895-6/01 Embargos de Declaração Cível . Protocolo: 2009/301002. Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 579895-6 Agravo de Instrumento. Embargante: Estado do Paraná. Advogado: Luiz Henrique Sormani Barbugiani. Embargado (1): Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marlon de Lima Canteri, Rogério Lichacovski, Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Embargado (2): Laticínios Campo Mourão. Advogado: Bento Pereira de Camargo Neto, João Paulo Straub. Embargado (3): Alberto Kalau Lopes. Advogado: Valter Francisco da Silva, Paulo Vani Costa. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Julgadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento aos embargos de declaração sem efeito infringente. EMENTA:

EMBARGANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ EMBARGADOS: LATICÍNIOS CAMPO MOURÃO E ALBERTO KALAU LOPES RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ALEGADA OMISSÃO EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE EXTINÇÃO PARCIAL DA EXECUÇÃO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CABIMENTO PROPORCIONAIS À PARTE EXCLUÍDA - PRECEDENTES RECENTES DO STJ EMBARGOS ACOLHIDOS PARA SUPRIR A OMISSÃO SEM EFEITO INFRIGENTE. Segundo recente entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a extinção da execução, ainda que parcial, em face do manejo de exceção de pré-executividade, dá ensejo ao cabimento de honorários advocatícios, proporcionais à parte excluída da demanda.

0003 . Processo/Prot: 0587751-4/02 Agravo

. Protocolo: 2011/281424. Comarca: Guaratuba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 587751-4 Apelação Civel. Agravante: Municipio de Guaratuba. Advogado: Jean Colbert Dias, Marcio Alexandre Ribeiro de Lima. Agravado: Maria Tavares Peres. Advogado: Orley Wilson Pacheco, Marcio Alexandre Ribeiro de lima. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em não conhecer do recurso. EMENTA: AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE GUARATUBA RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA AGRAVO DECISÃO PROFERIDA EM ACÓRDÃO, PELO ÓRGÃO COLEGIADO IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO HIPÓTESE QUE NÃO SE ENQUADRA NO DISPOSTO NO ARTIGO 332 DO REGIMENTO INTERNO E NEM NO ARTIGO 557, §1º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL RECURSO NÃO CONHECIDO. Somente de decisões monocráticas proferidas pelo Relator é cabível a interposição de recurso de agravo, seja nos moldes do artigo 332 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, seja conforme disposto no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil.

0004 . Processo/Prot: 0654286-3/04 Agravo

. Protocolo: 2011/328743. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 654286-3 Agravo de Instrumento. Agravante: Papelaria Wespi Ltda. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Cerino Lorenzetti, Márcio Luiz Blazius. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marcos André da Cunha, Joaquim Mariano Paes de Carvalho Neto, Roberto Alexandre Hayami Miranda. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto do relator. EMENTA: Agravante: Papelaria Wespi Ltda. Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni AGRAVO INTERNO. TRIBUTÁRIO. PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DO CRÉDITO DE PRECATÓRIO. ORDEM LEGAL PREVISTA NO ART. 655 DO CPC E ART. 11 DA LEF FOI OBSERVADA. ENTENDIMENTO PACÍFICO NA CÂMARA E NO STJ. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AGRAVO DESPROVIDO.

0005 . Processo/Prot: 0658572-0/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/278369. Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 658572-0 Apelação Civel. Embargante: Clélia Salete Flores dos Santos. Advogado: Sérgio Paulo França de Almeida. Embargado: Município de Colombo. Advogado: Estevão Busato, Maria Adriana Pereira. Interessado: Auto Viação Santo Antonio Ltda. Advogado: Renato Ribeiro Schmidt. Interessado: Hdi Seguros Sa. Advogado: Fabrício Verdolin de Carvalho, Anderson Hataqueiama. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: E mbargante 1 : Clélia Salete F lores dos Santos E mbargante 2: HDI Seguros S/A Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO QUE JUSTIFICA A INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS OPOSTOS PELA EMBARGANTE 1. ATAQUE AO MÉRITO DA DECISÃO. INADMISSIBILIDADE. REDISCUSSÃO. DECISÃO QUE PARTE DE PREMISSA FÁTICA EQUIVOCADA. EMPRESA JÁ EXCLUÍDA DO FEITO (ART. 269, INC. III). EMBARGOS ACOLHIDOS PARA SUBTRAIR TRECHOS DA DECISÃO QUE SE REFEREM A EMPRESA. EMBARGOS 1 DESPROVIDOS. EMBARGOS 2 PROVIDOS. VIST O S , relatados e disc utidos estes au t os de E mbargos de Decl aração n º 6 58 .5 7 2 -0 /0 2 , do Foro Regi on al de Col ombo da Regi ão Met ropol i t an a de Cu ri t i ba V ara Cí vel e A n exos , em qu e são embargan t es Cl él i a S al et e Fl ores dos S an t os e H DI S egu ros S /A . Trat a-se de embargos decl arat óri os opo st os em face do acórdã o d e f . 3 4 1 /3 5 4 , qu e n egou proviment o ao recu rso do Mu ni cí pi o de Col ombo e parci al provi men t o ao recu rso de Cl él i a S al et e Fl ores dos S an t os para o fi m de reconh ecer a respon sabil i dade do Mu n i cí pi o n o aci den t e qu e gerou dan os. Nas razões de Cl él i a S al et e de fl ores (f. 3 5 8 /3 6 4 ) al egou omissão aos art i gos 1 8 6 , 9 4 9 e 95 0 do Códi go Ci vi l , o qu e gerari a n ul i dade do acórdão , por ofen sa ao pri n cí pi o da ampl a defesa e por n egati va de prest ação ju ri sdi ci on al . Nas razões de H DI S egu ros S /A al egou -se con t radi ção en t re a part e con den at óri a do acórdão qu e respon sabi l i zou o Mun i cí pi o de Col ombo, e a part e da fu n damen t ação qu e en gl obou a V i ação S an t o A n t on i o. S al i ent e qu e a au t ora e a empresa S an t o A n ton i o Lt da e a l i ti sdenu n ci ada H DI S egu ros S /A t ermin aram o l i t í gi o en tre si por t ran sação n a au di ên ci a ocorri da em 0 8 /1 0 /20 0 9 , conforme t ermo de t ran sação ju di ci al já devi damen t e h omol ogado, em deci são t ran si t ado em jul gado . É o relatório I n i ci al men t e qu an t o aos embargos opos t os por Cl él i a S al et e Fl ores dos S an t os, n ão h á n en h u m ví ci o qu e ju st ifi cari a a su a i n t erposição, pel o con t rári o, o qu e pret en de a embargant e, é t ão somen t e a al t eração da deci são qu e ju l gou a apel ação. E mbora recl ame a apreci ação do t eor de vári os art i gos, escl areço qu e a qu est ão já foi abordad a n a deci são an t eri or . Mesmo qu e n ão con st e expressamen t e a su a i n di cação, t al fato pode ser ext raí do da con clu são adot ada n aqu el e deci su m. I mport an t e dest acar qu e o magi st rado, ao proferi r u ma deci são , n ão est á vi n cu l ado à an ál i se de t odos os fat os apresen t ados, mas t ão somen t e aqu el es n ecessári os ao desl in de da con t rovérsi a, e i sso foi observado. A ssi m, n ão h á n ecessi dade de ju st ifi cação n a recu sa, como adu z o embargan t e, t ampou co um dos ví ci os apon t ados n o art . 5 3 5 do CPC. No qu e t an ge a os embarg os de H DI S egu ros S /A , com razã o o embargan t e. V eri fica-se qu e est e Ju í zo parti u da premi ssa fát i ca i n corret a ao t rat ar da respon sabil i dade da empresa A ut o V i ação S ant o A nt on i o Lt da, bem como da l i t i sdenu n ci ada H DI S egu ros S /A , h aja vi st a qu e n a au di ên ci a de i n st ru ção e ju l gamen t o foi ju l gado ext i nt o o processo em rel ação a ambas, n os t ermos do art i go 2 6 9 , i n c. II I , do CPC (f . 3 1 9 ). E mbora exi st a respon sabi l i dade sol i dári a da empresa, as part es t ran si gi ram, sen do assi m deve ser excl uí da a part e da fun damen tação qu e t rat a da respon sabi l i dade da empresa e da respon sabi l i dade soli dári a (f. 3 5 1 /3 5 3 ) . O t ext o deve passar a ser o segu in t e: Consta nos autos que no dia 16/06/2002, ao retornar do seu trabalho utilizando transporte coletivo do Município de Colombo, a apelante Clélia Salete Flores dos Santos sofreu uma queda no interior do veículo de propriedade da empresa Auto Viação Santo Antonio Ltda. Segundo a autora, o acidente ocorreu porque havia uma emenda no asfalto, sem a devida sinalização, que fez com que o veículo sofresse um solavanco e alçasse a autora até o teto e a atirasse novamente ao chão. O acidente ocasionou uma fratura do corpo vertebral de L2 e colapso parcial do mesmo (f.51/52/53) O motorista da empresa Auto Viação Santo Antonio Ltda., levou a apelante até o Pronto Socorro do Município de Colombo, onde ela ficou em observação por alguns instantes e foi posteriormente dispensada, com prognóstico médico de que não acontecera nada grave, o que motivou um atestado com dispensa de 05 (cinco) dias, conforme se verifica na f. 33/34 dos autos. Sentindo dores, a apelante dirigiu-se na mesma data ao Hospital Cajurú, onde recebeu 60 (sessenta) dias de dispensa, sendo encaminhada para a realização de exames. (f. 36). Decorrido o prazo do atestado médico, a apelante dirigiu-se até o Posto de Saúde do Município de Colombo, visto que possuía seguro de acidentes perante a Caixa Econômica Federal e caso fosse constatada uma lesão permanente, teria direito ao recebimento do valor segurado. Consta que o médico Carlos Alberto da Costa atestou que a lesão seria totalmente recuperada em, no máximo, seis meses, o que fez com que ela sequer tentasse se habilitar perante a seguradora. Segundo a apelante e os laudos periciais constantes nos autos, essa suposta recuperação nunca ocorreu. Foi declarado por perito incapacidade total em virtude do acidente. Responsabilidade Município: Alega-se responsabilidade do Município por: a) omissão na conservação de vias públicas; b) má prestação do serviço médico no Posto de Saúde. Dano material por omissão na conservação de vias públicas e dano material pela má prestação de serviço: Passo a analisar a responsabilidade por omissão do município juntamente com a má prestação de serviço. O STJ e o STF já firmaram entendimento no sentido de que nesses casos fica afastada a responsabilidade objetiva prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, devendo incidir a responsabilidade subjetiva: (...) "A pacífica jurisprudência do STJ e do STF, bem como a doutrina, compreende que a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é subjetiva, sendo necessário, dessa forma, comprovar a negligência na atuação estatal, ou seja, a omissão do Estado, apesar do dever legalmente imposto de agir, além, obviamente, do dano e do nexo causal entre ambos" (...).(REsp 1023937/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/06/2010, DJe 30/06/2010) A omissão do Município de Colombo está configurada. Não foi exercido o dever de conservação ou da correta sinalização de vias públicas. O Município tem o dever de manter suas ruas em perfeito estado de conservação e ao ser encontrada uma saliência, sem a devido aviso, constata-se a omissão municipal. O próprio motorista da empresa ré, Adilson de Jesus dos Santos, afirma que (f.31): "Trafegando pela Rua Coimbra 24:55 (...) para a Avenida do Porto onde uma saliência na pista e ao passar por ela o carro deu um solavanco fazendo com que a parte caísse do banco". O dano material, segundo a autora, consiste: a) no recebimento de valor a título de auxílio-doença inferior ao valor percebido quando da prática da atividade laboral; b) despesas com o tratamento de saúde; c) expectativa de progressão profissional que a autora construiria ao longo da vida. Em relação ao primeiro, a juíza consignou que "quando do acidente a mesma recebia quantia bruta de R$ 409,36 ao passo que o valor líquido seria de R$ 356,43, conforme documento de fl. 40, ao passo que após o acidente estava recebendo como auxílio doença R$ 328,01 nos meses de março a junho de 2003 e R$ 373,10 no mês de julho de 2003. portanto a título de lucros cessantes a autora terá direito em receber tão somente a diferença entre o que recebia enquanto em atividade e aquilo que recebe junto ao INSS, devendo o montante percebido antes do acidente ser devidamente atualizado pelo INPC para verificar a diferença apontada" (f. 321). Em sede de apelação, Clélia Salete Flores dos Santos sustenta que o seu salário era maior do que aquele referido pela Magistrada, uma vez que não foi considerado o salário mínimo vigente a época e que a autora só trabalhou até o dia 16 (dezesseis) daquele mês em virtude do acidente. A autora não faz prova de que seu salário mensal era maior e que naquele mês a remuneração foi inferior em razão dos poucos dias trabalhados. Deveria ter colacionado aos autos outros holerites, de meses anteriores, que comprovassem o alegado. A autora não se desincumbiu do seu ônus da prova, previsto no art. 333, inciso I, do CPC. Quanto as despesas para tratamento de saúde, foram juntados aos autos os documentos de fls. 85/93, que comprovam as despesas da autora para aquisição de medicamentos e manutenção do tratamento. O lucro cessante é definido como o que a vítima deixou de lucrar e para a sua configuração é necessário que exista uma probabilidade objetiva de consumação. A expectativa de progressão funcional da autora não tem uma probabilidade objetiva de consumação.

0006 . Processo/Prot: 0658572-0/02 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/285019. Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 658572-0 Apelação Civel. Embargante: Hdi Seguros Sa. Advogado: Fabrício Verdolin

de Carvalho, Anderson Hataqueiama, Marcelo Mazur. Embargado (1): Município de Colombo. Advogado: Estevão Busato, Maria Adriana Pereira. Embargado (2): Clélia Salete Flores dos Santos. Advogado: Sérgio Paulo França de Almeida, Heloísa Gonçalves da Silva. Interessado: Auto Viação Santo Antonio Ltda. Advogado: Renato Ribeiro Schmidt. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011 EMENTA: E mbargante 1 : Clélia Salete F lores dos Santos E mbargante 2: HDI Seguros S/A Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO QUE JUSTIFICA A INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS OPOSTOS PELA EMBARGANTE 1. ATAQUE AO MÉRITO DA DECISÃO. INADMISSIBILIDADE. REDISCUSSÃO. DECISÃO QUE PARTE DE PREMISSA FÁTICA EQUIVOCADA. EMPRESA JÁ EXCLUÍDA DO FEITO (ART. 269, INC. III). EMBARGOS ACOLHIDOS PARA SUBTRAIR TRECHOS DA DECISÃO QUE SE REFEREM A EMPRESA. EMBARGOS 1 DESPROVIDOS. EMBARGOS 2 PROVIDOS. VIST O S , relatados e disc utidos estes au t os de E mbargos de Decl aração n º 6 58 .5 7 2 -0 /0 2 , do Foro Regi on al de Col ombo da Regi ão Met ropol i t an a de Cu ri t i ba V ara Cí vel e A n exos , em qu e são embargan t es Cl él i a S al et e Fl ores dos S an t os e H DI S egu ros S /A . Trat a-se de embargos decl arat óri os opo st os em face do acórdã o d e f . 3 4 1 /3 5 4 , qu e n egou proviment o ao recu rso do Mu ni cí pi o de Col ombo e parci al provi men t o ao recu rso de Cl él i a S al et e Fl ores dos S an t os para o fi m de reconh ecer a respon sabil i dade do Mu n i cí pi o n o aci den t e qu e gerou dan os. Nas razões de Cl él i a S al et e de fl ores (f. 3 5 8 /3 6 4 ) al egou omissão aos art i gos 1 8 6 , 9 4 9 e 95 0 do Códi go Ci vi l , o qu e gerari a n ul i dade do acórdão , por ofen sa ao pri n cí pi o da ampl a defesa e por n egati va de prest ação ju ri sdi ci on al . Nas razões de H DI S egu ros S /A al egou -se con t radi ção en t re a part e con den at óri a do acórdão qu e respon sabi l i zou o Mun i cí pi o de Col ombo, e a part e da fu n damen t ação qu e en gl obou a V i ação S an t o A n t on i o. S al i ent e qu e a au t ora e a a empresa S an t o A n ton i o Lt da e a l i ti sdenu n ci ada H DI S egu ros S /A t ermin aram o l i t í gi o en tre si por t ran sação n a au di ên ci a ocorri da em 0 8 /1 0 /20 0 9 , conforme t ermo de t ran sação ju di ci al já devi damen t e h omol ogado, em deci são t ran si t ado em jul gado . É o relatório I n i ci al men t e qu an t o aos embargos opos t os por Cl él i a S al et e Fl ores dos S an t os, n ão h á n en h u m ví ci o qu e ju st ifi cari a a su a i n t erposição, pel o con t rári o, o qu e pret en de a embargant e, é t ão somen t e a al t eração da deci são qu e ju l gou a apel ação. E mbora recl ame a apreci ação do t eor de vári os art i gos, escl areço qu e a qu est ão já foi abordad a n a deci são an t eri or . Mesmo qu e n ão con st e expressamen t e a su a i n di cação, t al fato pode ser ext raí do da con clu são adot ada n aqu el e deci su m. I mport an t e dest acar qu e o magi st rado, ao proferi r u ma deci são , n ão est á vi n cu l ado à an ál i se de t odos os fat os apresen t ados, mas t ão somen t e aqu el es n ecessári os ao desl in de da con t rovérsi a, e i sso foi observado. A ssi m, n ão h á n ecessi dade de ju st ifi cação n a recu sa, como adu z o embargan t e, t ampou co um dos ví ci os apon t ados n o art . 5 3 5 do CPC. No qu e t an ge a os embarg os de H DI S egu ros S /A , com razã o o embargan t e. V eri fica-se qu e est e Ju í zo parti u da premi ssa fát i ca i n corret a ao t rat ar da respon sabil i dade da empresa A ut o V i ação S ant o A nt on i o Lt da, bem como da l i t i sdenu n ci ada H DI S egu ros S /A , h aja vi st a qu e n a au di ên ci a de i n st ru ção e ju l gamen t o foi ju l gado ext i nt o o processo em rel ação a ambas, n os t ermos do art i go 2 6 9 , i n c. II I , do CPC (f . 3 1 9 ). E mbora exi st a respon sabi l i dade sol i dári a da empresa, as part es t ran si gi ram, sen do assi m deve ser excl uí da a part e da fun damen tação qu e t rat a da respon sabi l i dade da empresa e da respon sabi l i dade soli dári a (f. 3 5 1 /3 5 3 ) . O t ext o deve passar a ser o segu in t e: Consta nos autos que no dia 16/06/2002, ao retornar do seu trabalho utilizando transporte coletivo do Município de Colombo, a apelante Clélia Salete Flores dos Santos sofreu uma queda no interior do veículo de propriedade da empresa Auto Viação Santo Antonio Ltda. Segundo a autora, o acidente ocorreu porque havia uma emenda no asfalto, sem a devida sinalização, que fez com que o veículo sofresse um solavanco e alçasse a autora até o teto e a atirasse novamente ao chão. O acidente ocasionou uma fratura do corpo vertebral de L2 e colapso parcial do mesmo (f.51/52/53) O motorista da empresa Auto Viação Santo Antonio Ltda., levou a apelante até o Pronto Socorro do Município de Colombo, onde ela ficou em observação por alguns instantes e foi posteriormente dispensada, com prognóstico médico de que não acontecera nada grave, o que motivou um atestado com dispensa de 05 (cinco) dias, conforme se verifica na f. 33/34 dos autos. Sentindo dores, a apelante dirigiu-se na mesma data ao Hospital Cajurú, onde recebeu 60 (sessenta) dias de dispensa, sendo encaminhada para a realização de exames. (f. 36). Decorrido o prazo do atestado médico, a apelante dirigiu-se até o Posto de Saúde do Município de Colombo, visto que possuía seguro de acidentes perante a Caixa Econômica Federal e caso fosse constatada uma lesão permanente, teria direito ao recebimento do valor segurado. Consta que o médico Carlos Alberto da Costa atestou que a lesão seria totalmente recuperada em, no máximo, seis meses, o que fez com que ela sequer tentasse se habilitar perante a seguradora. Segundo a apelante e os laudos periciais constantes nos autos, essa suposta recuperação nunca ocorreu. Foi declarado por perito incapacidade total em virtude do acidente. Responsabilidade Município: Alega-se responsabilidade do Município por: a) omissão na conservação de vias públicas; b) má prestação do serviço médico no Posto de Saúde. Dano material por omissão na conservação de vias públicas e dano material pela má prestação de serviço: Passo a analisar a responsabilidade por omissão do município juntamente com a má prestação de serviço. O STJ e o STF já firmaram entendimento no sentido de que nesses casos fica afastada a responsabilidade objetiva prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, devendo incidir a responsabilidade subjetiva: (...) "A pacífica jurisprudência do STJ e do STF, bem como a doutrina, compreende que a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é subjetiva, sendo necessário, dessa forma, comprovar a negligência na atuação estatal, ou seja, a omissão do Estado, apesar do dever legalmente imposto de agir, além, obviamente, do dano e do nexo causal entre ambos" (...).(REsp 1023937/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/06/2010, DJe 30/06/2010) A omissão do Município de Colombo está configurada. Não foi exercido o dever de conservação ou da correta sinalização de vias públicas. O Município tem o dever de manter suas ruas em perfeito estado de conservação e ao ser encontrada uma saliência, sem a devido aviso, constata-se a omissão municipal. O próprio motorista da empresa ré, Adilson de Jesus dos Santos, afirma que (f.31): "Trafegando pela Rua Coimbra 24:55 (...) para a Avenida do Porto onde uma saliência na pista e ao passar por ela o carro deu um solavanco fazendo com que a parte caísse do banco". O dano material, segundo a autora, consiste: a) no recebimento de valor a título de auxílio-doença inferior ao valor percebido quando da prática da atividade laboral; b) despesas com o tratamento de saúde; c) expectativa de progressão profissional que a autora construiria ao longo da vida. Em relação ao primeiro, a juíza consignou que "quando do acidente a mesma recebia quantia bruta de R$ 409,36 ao passo que o valor líquido seria de R$ 356,43, conforme documento de fl. 40, ao passo que após o acidente estava recebendo como auxílio doença R$ 328,01 nos meses de março a junho de 2003 e R$ 373,10 no mês de julho de 2003. portanto a título de lucros cessantes a autora terá direito em receber tão somente a diferença entre o que recebia enquanto em atividade e aquilo que recebe junto ao INSS, devendo o montante percebido antes do acidente ser devidamente atualizado pelo INPC para verificar a diferença apontada" (f. 321). Em sede de apelação, Clélia Salete Flores dos Santos sustenta que o seu salário era maior do que aquele referido pela Magistrada, uma vez que não foi considerado o salário mínimo vigente a época e que a autora só trabalhou até o dia 16 (dezesseis) daquele mês em virtude do acidente. A autora não faz prova de que seu salário mensal era maior e que naquele mês a remuneração foi inferior em razão dos poucos dias trabalhados. Deveria ter colacionado aos autos outros holerites, de meses anteriores, que comprovassem o alegado. A autora não se desincumbiu do seu ônus da prova, previsto no art. 333, inciso I, do CPC. Quanto as despesas para tratamento de saúde, foram juntados aos autos os documentos de fls. 85/93, que comprovam as despesas da autora para aquisição de medicamentos e manutenção do tratamento. O lucro cessante é definido como o que a vítima deixou de lucrar e para a sua configuração é necessário que exista uma probabilidade objetiva de consumação. A expectativa de progressão funcional da autora não tem uma probabilidade objetiva de consumação.

0007 . Processo/Prot: 0681666-8/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/263425. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 681666-8 Ação Rescisória. Embargante: Cristiane Hatschbach Glir, Miriam Mattoso, Mariley Pinto Marcondes Ribas. Advogado: Sandro Gilbert Martins. Embargado: Município de Curitiba. Advogado: Lidson José Tomass, Jervis Puppi Wanderley, Hypérides Zanello Neto. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível em Composição Integral. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em sua composição integral, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N. 681.666-8/01 DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS. RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO EMBARGANTES: CRISTIANE HATSCHBACH GLIR, MIRIAM MATTOSO E MARILEY PINTO MARCONDES RIBAS EMBARGADO: MUNICÍPIO DE CURITIBA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO QUE TERIA SIDO SUSCITADA NA FUNDAMENTAÇÃO DO VOTO VENCIDO. DESNECESSIDADE DE CONSTAR DO ACÓRDÃO. QUESTÃO, ALIÁS, SUFICIENTEMENTE ENFRENTADA. Embargos rejeitados.

0008 . Processo/Prot: 0698635-4/02 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/138353. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 698635-4 Apelação Civel. Embargante: Ana Maria de Oliveira Pinto. Advogado: Ivair Junglos. Embargado: Iasp - Instituto de Ação Social do Paraná. Advogado: Stella Maris Machado Natal. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Julgado em: 20/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em prover os embargos declaratórios, na forma do voto relatado. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. VÍCIO SANADO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. JORNADA EM REGIME DE COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. INSTITUIÇÃO POR DECRETO. IMPOSSIBILIDADE. HORAS EXTRAS EXCEDENTES À OITAVA DIÁRIA. PAGAMENTO DEVIDO. EMBARGOS PROVIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.

0009 . Processo/Prot: 0711859-4/01 Agravo
. Protocolo: 2011/327831. Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 711859-4 Apelação Civel. Agravante: Munícipio de Fazenda Rio Grande. Advogado: Alexandre Jankovski Botto de Barros, Luiz Felipe da Rocha. Agravado (1): Arlindo Donato, Telmo Antônio Donato, Sonia Regina Donato, Eugenio Donato, Sirlene de Lourdes Sezotki Donato. Advogado: Osmar Cardoso Rolim. Agravado (2): Fazenda Pública do Munícipio de Fazenda Rio Grande. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011
EMENTA: Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni A GRA VO IN T ERNO . APE LA ÇÃ O CÍVE L . DE CISÃO MO NO CRÁT ICA CA BÍVE L UMA VE Z Q UE E STÁ EM CO N SON ÂN CIA COM A JURISPRUDÊN CIA DOMINA NT E . RE DISCUSSÃ O DA MA TÉ RIA . MA N UT EN ÇÃ O DA DE CISÃ O AN T ERIO RME NT E PRO FERIDA . RE CURSO DESPRO VIDO

0010 . Processo/Prot: 0728832-4/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/215822. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 728832-4 Apelação Cível. Embargante: David Koop Filho. Advogado: Gercino Bett Junior. Embargado: Município de Curitiba. Advogado: Fernando Almeida de Oliveira. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011
EMENTA: Embargante: David Koop Filho Relator: Juiz Subst. em 2º Grau Fernando César Zeni EMBARGOS DE DECLARAÇÃO APELAÇÃO CÍVEL ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO NÃO CONSTATAÇÃO OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE APELO INTERPOSTO DE FORMA GÉNERICA QUE NÃO ATACA A SENTENÇA EMBARGOS QUE VISAM REDISCUTIR A MATÉRIA INADMISSIBILIDADE REJEIÇÃO. Não há que se confundir decisão contraditória com prestação jurisdicional contrária ao interesse da parte e, não ocorrendo o defeito apontado, a rejeição dos Embargos Declaratórios é medida que se impõe. Os Embargos de Declaração servem para suprir os vícios da obscuridade, contradição ou omissão no julgado e não procedem quando deduzidos contra decisões que contêm suficientes esclarecimentos jurídicos, a permitir o pleno conhecimento dos motivos que levaram à sua prolação, não se prestando, portanto, para reapreciar questões de fato e de direito afastadas. Embargos DESPROVIDOS.
0011 . Processo/Prot: 0729317-6/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/270727. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 729317-6 Apelação Cível. Embargante: João Henrique Meneghel. Advogado: Tadeu Karasek Junior. Embargado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Carolina Villena Gini, Marco Antônio Lima Berberi. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011
EMENTA: E mbargante: João Henrique Meneguel Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni E MBARGO S DE DE CL ARA ÇÃO . IN EXIST ÊN CIA DE NE N HUM VÍCIO Q UE JUST IFICA A IN TE RPOSIÇÃ O DO S EMBARGO S. RE DISCUSSÃ O . VIA RE CURSA L IN A DE Q UA DA . RE CURSO DE SPRO VIDO .
0012 . Processo/Prot: 0731135-5/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/231025. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 731135-5 Apelação Cível. Embargante: M P - Centro de Diagnósticos Avançados Ss Ltda. Advogado: João Carlos de Oliveira Júnior. Embargado: Secretário da Fazenda do Município de Londrina, Município de Londrina. Advogado: Salete Teresinha de Souza. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011
EMENTA: E mbargante: M P Centro de Diagnóstic os A vanç ados SS L tda. Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni E MBARGO S DE DE CL ARA ÇÃO . IN EXIST ÊN CIA DE NE N HUM VÍCIO Q UE JUST IFICA A IN TE RPOSIÇÃ O DO S EMBARGO S. A T AQ UE AO MÉRITO DA DE CISÃO . INA DMISSIBIL IDA DE . RE DISCUSSÃ O . RE CURSO NÃ O CO N HECIDO .
0013 . Processo/Prot: 0734407-8/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/260219. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 734407-8 Apelação Cível e Reexame Necessario. Embargante: Lojas Americanas Sa. Advogado: Carmen Glória Arriagada Andrioli, José Paulo de Castron Emsenhuber. Embargado: Estado do Paraná. Advogado: Fabiano Haluch Maoski, Karina Rachinski de Almeida, Wallace Soares Pugliese. Remetente: Juiz de Direito. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. EMENTA: EMBARGANTE: LOJAS AMERICANAS S/A RELATOR : DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OMISSÃO INOCORRÊNCIA APRECIAÇÃO MINUCIOSA E ESCLARECEDORA ACERCA DA MATÉRIA ABORDADA PRETENSÃO DE ALTERAÇÃO DO TEOR DA DECISÃO EFEITO INFRINGENTE ADMISSIBILIDADE RESTRITA A CASOS EXCEPCIONAIS EMBARGOS DESPROVIDO 1 - Os embargos de declaração não constituem meio idôneo para alterar o entendimento ou o fundamento do julgado, e muito menos analisar pedido inadequado. 2 - Não se admite, a princípio, a interposição de embargos de declaração com efeitos infringentes, a não ser em casos excepcionais para correção de determinados erros.
0014 . Processo/Prot: 0735171-7/04 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/274860. Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 7351717-0/3 Agravo, 735171-7 Apelação Cível. Embargante: Betania Pedreira e Britagem Ltda. Advogado: Marco Antônio Gonçalves Valle. Embargado: Município de Londrina. Advogado: Rita de Cassia Maistro Tenório. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011
EMENTA: E mbargante: Betânia Pedreira e Brita gem L tda. Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni E MBARGO S DE DE CL ARA ÇÃO . IN EXIST ÊN CIA DE NE N HUM VÍCIO Q UE JUST IFICA A IN TE RPOSIÇÃ O DO S EMBA RGO S. MA TÉ RIA APRE CIADA NO DE CISUM VE RGA ST A DO SE RE STRIN GIU À MA TÉ RIA OBJE T O DE DE VO L UÇÃO . RE CURSO DE SPRO VIDO .
0015 . Processo/Prot: 0742903-0/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/279181. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 742903-0 Apelação Cível e Reexame Necessario. Embargante: Estado do Paraná. Advogado: Isabela Cristine Martins Ramos, Marco Antônio Lima Berberi, Ana Luiza de Paula Xavier. Remetente: Juiz de Direito. Embargado: Rubens Alves de Chaves. Advogado: RAMONN BALDINO GARCIA. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em julgar pelo acolhimento do recurso. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 742.903-0/01, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS. RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO EMBARGANTE: ESTADO DO PARANÁ EMBARGADO: RUBENS ALVES DE CHAVES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO EXISTENTE. DEFEITO SANADO. Embargos acolhidos.
0016 . Processo/Prot: 0743963-0/02 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/156260. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 7439630-0/1 Agravo Regimental, 743963-0 Agravo de Instrumento. Embargante: Icatu Calçados Ltda. Advogado: Marilene Darci Dalmolin Vensão. Embargado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marcelo Cesar Maciel. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Roberto N Rolanski. Julgado em: 20/09/2011
DECISÃO: ACORDAM, os integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. EXECUÇÃO FISCAL. AUTOS APENSADOS. DESENTRANHAMENTO DE MANDADO DE PENHORA DE FATURAMENTO DE EMPRESA PARA SER APLICADO NO EXECUTIVO FISCAL APENSADO. POSSIBILIDADE. DESPACHO IRRECORRÍVEL. PRECLUSÃO DAS QUESTÕES LEVANTADAS. AUSÊNCIA DO TERMO DE JUNTADA DO MANDADO DE INTIMAÇÃO DEVIDAMENTE CUMPRIDO. ANÁLISE DA TEMPESTIVIDADE RECURSAL PREJUDICADA. INTENÇÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE VIA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
0017 . Processo/Prot: 0747791-0/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/258740. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 747791-0 Apelação Civel e Reexame Necessario. Embargante: Ampro Associação de Marketing Promocional. Advogado: Roberto Mercado Lebrão. Embargado: Município de Londrina. Advogado: Fábio César Teixeira. Remetente: Juiz de Direito. Aut.Coatora: Diretor de Tributos Imobiliários da Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Londrina. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011
DECISÃO: Acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em julgar pelo parcial acolhimento dos embargos de declaração, sem modificação do resultado do julgamento. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 747.791-0/01, DO FORO DA COMARCA DE LONDRINA 5ª VARA CÍVEL. RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO EMBARGANTE: AMPRO ASSOCIAÇÃO DE MARKETING PROMOCIONAL EMBARGADO: MUNICÍPIO DE LONDRINA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. EXISTÊNCIA. DEFEITO SANADO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO DA DECISÃO EMBARGADA. PRETENSÃO INFRINGENTE INADMISSÍVEL NA HIPÓTESE. DESNECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO SOBRE CADA UM DOS DISPOSITIVOS LEGAIS ENUMERADOS PELA RECORRENTE. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem modificação do resultado do julgamento.
0018 . Processo/Prot: 0756950-8/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/250883. Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 756950-8 Agravo de Instrumento. Embargante: Municipio de Londrina. Advogado: Salete Teresinha de Souza, Silvia da Graça Yung. Embargado: Antonio Carlos Montoro Savignon. Advogado: Rodrigo Alves Abreu. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011
DECISÃO: Acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 756.950-8/01, DO FORO DA COMARCA DE LONDRINA 2ª VARA CÍVEL. RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA EMBARGADO: ANTONIO CARLOS MONTORO SAVIGNON EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO DA DECISÃO EMBARGADA. ESCLARECIMENTO SEM MODIFICAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO. PREQUESTIONAMENTO. SUFICIÊNCIA DOS FUNDAMENTOS ASSENTADOS Embargos de Declaração rejeitados.
0019 . Processo/Prot: 0757467-2/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/272550. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 757467-2 Apelação Cível. Embargante: Maggiore Comércio A Varejo de Combustíveis Ltda. Advogado: Carlos Alberto Farracha de Castro, Vanessa Abu-Jamra Farracha de Castro. Embargado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Karem Oliveira, Ivan Lelis Bonilha. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011
EMENTA: E mbargante: Maggiore Comérc io A Varejo de Combustíveis L tda. Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni E MBARGO S DE DE CL ARA ÇÃO . IN EXIST ÊN CIA DE NE N HUM VÍCIO Q UE JUST IFICA A IN TE RPOSIÇÃ O DO S EMBARGO S. A T AQ UE AO MÉRITO DA DE CISÃO . INA DMISSIBIL IDA DE . RE DISCUSSÃ O . VIA RE CURSA L IN A DE Q UA DA . RE CURSO DE SPRO VIDO .
0020 . Processo/Prot: 0762124-5/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/271234. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 762124-5 Agravo de Instrumento. Embargante: Adair da Silva dos Santos (maior de 60 anos). Advogado: Júlio Cezar Engel dos Santos, Rafael de Lima Felcar. Embargado: Fazenda Pública do Estado

do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha, Débora Franco de Godoy, Wallace Soares Pugliese. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 762.124-5/01, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS. RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO EMBARGANTE: ADAIR DA SILVA DOS SANTOS EMBARGADO: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE DA DECISÃO EMBARGADA. ESCLARECIMENTO SEM MODIFICAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO. PREQUESTIONAMENTO. SUFICIÊNCIA DOS FUNDAMENTOS ASSENTADOS Embargos de Declaração rejeitados.

0021 . Processo/Prot: 0764122-9/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/259562. Comarca: Guarapuava. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 764122-9 Apelação Civel. Embargante: Edson Batista. Advogado: Priscila Letícia dos Santos, Cleide Aparecida Barbosa. Embargado: Município de Guarapuava. Advogado: Alisson do Nascimento Adão. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: E MBARGAN T E: E DSON BA TISTA . RE L AT OR : JUIZ SUBST . 2º GRA U FE RN AN DO CÉ SA R ZE N I . E MBARGO S DE DE CL ARA ÇÃO A LE GA ÇÃ O DE CON T RA DIÇÃO E O BSCURIDA DE IN O CORRÊN CIA MERA INT E N ÇÃ O DE PRE Q UE ST IO NA ME NT O - VIA INA DEQ UA DA - RE CURSO DE SPRO VIDO .

0022 . Processo/Prot: 0764155-8/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/302509. Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 764155-8 Apelação Civel. Embargante: Município de Cambé. Advogado: Eduardo Fernando Lachimia, José Antônio Faustino de Carvalho Andrade Neto, Paulo Sergio Mecchi. Embargado: Maria de Lourdes Mariano. Advogado: Roger Striker Trigueiros. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Magistrados Integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em acolher os embargos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO OMISSO NO TOCANTE A RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA. OBRIGAÇÃO QUE INCUMBE AO ENTE FEDERATIVO E AO SERVIDOR. CADA UM DEVE RECOLHER A ALÍQUOTA CORRESPONDENTE. MUNICÍPIO NÃO PODE SER CONDENADO A CUMPRIR OBRIGAÇÃO QUE POR LEI COMPETE AO SERVIDOR. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA SANAR OMISSÃO.

0023 . Processo/Prot: 0765386-7/02 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/310735. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 765386-7 Agravo de Instrumento. Embargante: Municipio de Londrina. Advogado: Andréia Ferraz Martin Robles Martelli. Embargado: Wilson Jose Lops Ortega. Advogado: Maria Elizabeth Jacob. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em acolher os embargos para, no exame do agravo de instrumento, negar-lhe provimento. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITO INFRINGENTES EM AGRAVO INTERNO. INTERPOSTO DA DECISÃO QUE JULGOU MONOCRATICAMENTE AGRAVO DE INSTRUMENTO. RETRATAÇÃO PARA ORDENAR PROCESSAMENTO DO RECURSO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA JULGAR O MÉRITO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REPETIÇAO DE INDEBITO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CUSTAS PROCESSUAIS. PRAZO PRESCRICIONAL DE COBRANÇA DE DÍVIDA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. INOCORRÊNCIA. APLICABILIDADE DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 20.910/32. PREVALÊNCIA DA LEI ESPECIAL SOBRE A GERAL. NÃO SE APLICA DO CC/2003, ART. 206, § 1º, INC. III. DEVEDOR QUE TEM TRATAMENTO DIFERENCIADO EM NORMA ESPECIAL. DECISÃO EM HARMONIA COM POSIÇÃO DO STJ. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA JULGAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO O QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

0024 . Processo/Prot: 0769629-3/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/265174. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 769629-3 Agravo de Instrumento. Embargante: Município de Cascavel. Advogado: Andréia Federle, Kennedy Machado, Benoît Scandelari Bussmann, Fernando Previdi Motta, Milton Alves Cardoso Junior. Embargado: José Henrique Grassi Backes (Representado(a)), Valmor Backes, Denazir Rodrigues Grassi Backes. Advogado: Marcos Vinicius Dacol Boschirolli, Marcel Queiroz Linhares. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: E mbargante: Munic ípio de Casc avel Relator: Juiz Subst. 2º Grau Fernando César Z eni E MBARGO S DE DE CL A RA ÇÃO . CO NT RA DIÇÃ O . IN O CO RRÊN CIA . MA TÉ RIA A PRE CIA DA O BSERVOU A FUN DA ME NT A ÇÃO A P RESEN TA DA NA IN ICIA L DO A GRA VO DE IN STRUMEN TO . RE CO N HE CIDA A O MISSÃO NO JUL GA DO FREN TE AO PE DIDO DE SUBST IT UIÇÃ O DE PE RIT O . VÍCIO SAN ADO . PL E IT O DE SPRO VIDO , PO RQ UA NT O NÃ O PREE N CHIDAS A S HIPÓT E SE S T A XAT IVAS DO ART . 424, IN CS. I E II, DO CPC. RE CURSO PA RCIAL MEN TE PRO VIDO . VIST O S, relatados e disc utidos estes au t os de E mbargos de Decl aração Cí vel nº 7 6 9 .6 2 9 -3 /0 1 , da 1ª V ara Cí vel da C omarca de Cascavel , em qu e é E mbargant e o Mu ni cí pi o de Cascavel . S u st en t a obscu ri dade no ju l gado, ve z qu e t rat ou de qu est ã o rel at i va a "comprovação de n ot ori edad e e especi al i zação do peri t o", fat o n ão su sci t ado n o i n st ru men t o. Defen de, ai n da, omi ssão acerca do pedi do su bsi di ári o formu l ado n a in i ci al , qu al seja, a su bst i tu i ção do peri t o por ou t ro qu e formul e propost a de h on orá ri os di ferent e (f. 73 7 /73 8 ). É o

0025 . Processo/Prot: 0770382-2/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/261652. Comarca: Barbosa Ferraz. Vara: Vara Única. Ação Originária: 770382-2 Apelação Civel. Embargante: Banco Itaú SA. Advogado: Adilson de Castro Junior. Embargado: Município de Barbosa Ferraz. Advogado: Welington Brasil Felix. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. EMENTA: EMBARGANTE: BANCO ITAÚ S/A RELATOR : DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OMISSÃO INOCORRÊNCIA APRECIAÇÃO MINUCIOSA E ESCLARECEDORA ACERCA DA MATÉRIA ABORDADA PRETENSÃO DE ALTERAÇÃO DO TEOR DA DECISÃO EFEITO INFRINGENTE ADMISSIBILIDADE RESTRITA A CASOS EXCEPCIONAIS EMBARGOS DESPROVIDO 1 - Os embargos de declaração não constituem meio idôneo para alterar o entendimento ou o fundamento do julgado, e muito menos analisar pedido inadequado. 2 - Não se admite, a princípio, a interposição de embargos de declaração com efeitos infringentes, a não ser em casos excepcionais para correção de determinados erros.

0026 . Processo/Prot: 0770522-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/422623. Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0003416-90.2008.8.16.0028 Indenização. Apelante: Ignez Pereira Liz. Advogado: Generoso Horning Martins. Apelado (1): Estado do Paraná. Advogado: Ana Elisa Perez Souza. Apelado (2): Leandro Luiz Franceschi. Advogado: Jaime Luiz Schluga, Celso Ricardo Schluga. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Revisor: Desª Dulce Maria Cecconi. Julgado em: 06/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Membros da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANO MATERIAL E MORAL EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 269, INCISO IV DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.RECURSO ALEGAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO REPETIÇÃO DE ARGUMENTO ANTERIORMENTE EXPOSTO OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE NÃO CONHECIMENTO.Para que seja reconhecida a aplicação do princípio da dialeticidade ao recurso, se faz necessário que as suas razões não sejam capazes de alterar a decisão sobre a qual se insurge, por repetição de matérias constantes na impugnação à contestação, sem nada acrescentar, o que se vislumbra no caso em espécie.A necessidade da exposição do direito e das razões do pedido para nova decisão como pressuposto de admissibilidade do recurso é de tranquilo entendimento da jurisprudência. Se assim não procedeu a Recorrente, a insurgência não é passível de conhecimento. RECURSO NÃO CONHECIDO.

0027 . Processo/Prot: 0774745-5/02 Agravo

. Protocolo: 2011/324360. Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 774745-5 Agravo de Instrumento. Agravante: Marel Indústria e Comércio de Móveis Ltda. Advogado: Márcio Luiz Blazius, Márcio Rodrigo Frizzo, Cerino Lorenzetti. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Stefania Basso, André Gustavo Vallim Sartorelli, Ivan Lelis Bonilha. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Magistrados Integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVIMENTO DE PLANO PARA AUTORIZAR PENHORA ON LINE EM SUBSTITUIÇÃO A PRECATÓRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITOS DE PRECATÓRIO PARA GARANTIR DÉBITOS FISCAIS. INADMISSIBILIDADE APÓS O ADVENTO DA EC 62/2009 CONCESSÃO DE MORATÓRIA À FAZENDA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS VENCIDOS. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA PELO STF PARA SUSPENDER EFICÁCIA DO ART. 78 DA ADCT. PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DO DEVEDOR, PRECEITUADO NO ART. 620 DO CPC, TEM DE ESTAR EM EQUILÍBRIO COM A SATISFAÇÃO DO CREDOR - PREVALÊNCIA DO INTERESSE DO CREDOR. DECISÃO QUE CONCEDEU PROVIMENTO DE PLANO PARA PENHORA ON LINE EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA EM CONSONÂNCIA COM POSIÇÃO DOMINANTE DA 1ª CÂMARA CÍVEL DESTE TRIBUNAL E DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

0028 . Processo/Prot: 0775110-6/02 Agravo

. Protocolo: 2011/262006. Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 775110-6 Apelação Civel. Agravante: Évora Comercial de Gêneros Alimentícios Ltda. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha, Ernesto Alessandro Tavares. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVO INOMINADO Nº 775.110-6/02, DO FORO DA COMARCA DE CIANORTE VARA CÍVEL. RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO AGRAVANTE: ÉVORA COMERCIAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA. AGRAVADO: ESTADO DO PARANÁ AGRAVO INOMINADO. RECURSO. PODERES DO RELATOR. PROVIMENTO OU DESPROVIMENTO POR DECISÃO

ISOLADA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 557 E PARÁGRAFOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1. O Relator negará seguimento a recurso que contrarie jurisprudência dominante do respectivo Tribunal ou de Tribunais Superiores e poderá dar provimento a recurso cuja tese se ampare em súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça. 2. Em sede de agravo interno (art. 557, § 1° do CPC), cabe ao agravante tentar demonstrar que o caso concreto não admitia a decisão isolada. Recurso não provido.

0029 . Processo/Prot: 0777408-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/65372. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00001181 Execução Fiscal. Agravante: Município de São José dos Pinhais. Advogado: Marcus Vinícius Spósito, Cláudio Soccoloski, Soraia Al Farah. Agravado: José de Aguiar Pompeo, Maria José dos Santos Pompeo. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, na forma do voto relatado. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO DOS EXECUTADOS VIA POSTAL. AVISO DE RECEBIMENTO ENTREGUE NO ENDEREÇO DOS EXECUTADOS. VALIDADE, AINDA QUE ASSINADO POR TERCEIRO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

0030 . Processo/Prot: 0778746-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/69970. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0000053414 Embargos a Execução. Agravante: Mkj Importação e Comércio Ltda. Advogado: Adilson José Frutuoso, Ewelyn Brall. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha, Fabiane Cristina Seniski, Pedro de Noronha da Costa Bispo. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Julgadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVANTE : MKJ IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA AGRAVADO : FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA AGRAVO DE INSTRUMENTO APELAÇÃO INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA DE EMBARGOS À EXECUÇÃO PARCELAMENTO DESISTÊNCIA OU RENÚNCIA DO DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA A AÇÃO - RECEBIMENTO DO RECURSO EFEITO DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO ART. 520, V DO CPC ROL TAXATIVO RECURSO PROVIDO. I - São taxativas as hipóteses em que o recurso será recebido somente em seu efeito devolutivo, trazido pelo art. 520, do CPC. II - Na apelação em face da extinção dos embargos à execução fiscal ante parcelamento do débito, em que há a desistência ou renúncia do direito sobre o qual se funda a ação, deve ser atribuído o duplo efeito, já que o inciso V, do art. 520, do CPC somente prevê a rejeição liminar dos embargos e seu julgamento de improcedência. III Embora a renúncia do direito sobre o qual se funda a ação se trate de julgamento com resolução de mérito, não há julgamento de improcedência, mas somente sentença homologatória, sem valoração expressa do pedido.

0031 . Processo/Prot: 0778817-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/71872. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000145 Execução Fiscal. Agravante: Luiz Carlos Dalcanale. Advogado: Marcos Vinicius Affornalli, Aldamira Geralda de Almeida. Agravado: Fazenda Pública do Município de Foz do Iguaçu. Advogado: Osli de Souza Machado, Isabela Christine Dal Bó Lima. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em julgar pelo não provimento do recurso. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 778.817-2, DO FORO DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU 3ª VARA CÍVEL. RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO AGRAVANTE: LUIZ CARLOS DALCANALE AGRAVADO: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. ARRESTO. EXECUTADO NÃO CITADO. CABIMENTO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE QUE O ATO FOI DESPROPORCIONAL OU ABUSIVO. Recurso não provido.

0032 . Processo/Prot: 0779388-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/130142. Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0020521-20.2011.8.16.0014 Mandado de Segurança. Agravante: Jair Ramos, Karen Bettina Ikeda Soares. Advogado: Edmilson Nogima, Carlos Roberto Scalassara, Jorge Willians Tauil. Agravado: Prefeito Municipal de Londrina. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 30/08/2011

DECISÃO: ACORDAM os Julgadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto. EMENTA: AGRAVANTE: JAIR RAMOS E OUTRO AGRAVADO: PREFEITO MUNICIPAL DE LONDRINA RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA MANDADO DE SEGURANÇA CONCESSÃO DE LIMINAR COMPROVAÇÃO DO PERICULUM IN MORA E FUMUS BONI IURIS - RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA IMPOSSIBILIDADE - BOA-FÉ DOS SERVIDORES PRECEDENTES DO STJ E DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA RECURSO PROVIDO. I - Possível a concessão de liminar em mandado de segurança quando presentes os requisitos do `periculum in mora' e do `fumus boni iuris'. II Incabível o desconto na folha de pagamento dos servidores a título de restituição de valores pagos indevidamente pela Administração Pública, quando decorrentes de interpretação equívoca ou má aplicação da lei, principalmente configurada a boa-fé daqueles.

0033 . Processo/Prot: 0780854-6/01 Agravo

. Protocolo: 2011/288931. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 780854-6 Agravo de Instrumento. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Rodrigo Mendes dos Santos, Altivo Augusto Alves Meyer, Ariana Vieira de Lima. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Luciane Camargo Kujo Monteiro, Júlio Cesar Ribas Boeng. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A gravante: Farmác ia e Drogaria N issei L tda. Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni A GRA VO IN T ERNO . T RIBUTÁ RIO . PRE CAT Ó RIO . PO SSIBIL IDA DE DE COMPEN SA ÇÃ O DO CRÉDITO DE PRE CAT Ó RIO . O RDEM L E GAL PRE VIST A N O ART . 655 DO CPC E A RT . 11 DA L E F FO I O BSE RVADA . EN T EN DIMEN T O PA CÍFICO N A CÂMA RA E N O ST J. RE DISCUSSÃO DA MAT É RIA . A GRA VO DE SPRO VIDO .

0034 . Processo/Prot: 0781057-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/51245. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0000002-60.1988.8.16.0004 Ordinária. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Gisele da Rocha Parente. Apelado: Alceu Walter Niedzwiedz (maior de 60 anos), Alexandre Radichgwski (maior de 60 anos), Anna Christina Souza (maior de 60 anos), Dirceu Gonçalves Cordeiro (maior de 60 anos), Eldo Gevezier (maior de 60 anos), Francisco de Oliveira Bini (maior de 60 anos), Gilberto Lamparelli Silva (maior de 60 anos), Gioacchino Sugamosto (maior de 60 anos), Haroldo do Nascimento (maior de 60 anos), Helena Regina Stephan Moro (maior de 60 anos), Iglair Smaniotto (maior de 60 anos), Jair Coredeiro Ferreira Alves (maior de 60 anos), Joaquina Lourenço Jose (maior de 60 anos), Joguibe Mansur (maior de 60 anos), Jose Alves Guimaraes (maior de 60 anos), Jose Carlos Pereira Portela (maior de 60 anos), Joubert da Silva Santos (maior de 60 anos), Leonildo Marchioro (maior de 60 anos), Manoel Martins de Castro (maior de 60 anos), Maria Elisa Rebello Borges, Rita Soares Bertoli (maior de 60 anos), Rubens Damas (maior de 60 anos), Siomara Lopes Gomide (maior de 60 anos), Solon Fontoura Rodrigues (maior de 60 anos), Yzolla Glistau Barrichello (maior de 60 anos), Zelma Lopes Woijcik (maior de 60 anos), Zildete Teixeira (maior de 60 anos). Advogado: Eldo Gevezier. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Revisor: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em julgar pelo não provimento do recurso. EMENTA: TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE RETIFICAÇÃO DE CÁLCULOS C/C INDENIZAÇÃO DE PARCELAS ATRASADAS. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. TERMO INICIAL. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS. ART. 25, II, DA LEI N° 8906/1994, E ARTIGO 206, § 5°, II, DO CÓDIGO CIVIL. Recurso não provido.

0035 . Processo/Prot: 0781813-9/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/296763. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 781813-9 Apelação Cível. Embargante: Estado do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha, Marcelene Carvalho da Silva Ramos, Jefferson Isaac João Scheer, Julio Cezar Zem Cardozo. Embargado: Alexandre Pydd, Clecius Alexandre Duran, Elpídio Rodrigues Garcia Júnior, Fabiane Cristina Seniski, Fabíola Almeida Zanetti de Brito, Guilherme Zorato, Heloísa Bot Borges, Karina Rachinski de Almeida, Marina Cerqueira Leite de Freitas Luís, Paula Schimtz de Schimitz, Paulo Roberto Glasser, Roberto Altheim, Roseris Blum. Advogado: Celso Hilgert Junior. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em acolher os embargos para de ofício alterar o acórdão na parte que trata dos juros de mora. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. CONDENAÇÃO DO ESTADO AO PAGAMENTO DE UM VENCIMENTO PARA CADA REMOÇÃO SOFRIDA PELO SERVIDOR. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. JUROS DE MORA FIXADOS EM 6% AO ANO EM CONFORMIDADE COM O ART. 1º-F DA LEI 9494/97 COM REDAÇÃO DADA PELA MP 2.180-35/01. ACÓRDÃO QUE NÃO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A ALTERAÇÃO DE POSICIONAMENTO DO STJ E DO STF. MATÉRIA QUE DEVE SER CONHECIDA DE OFÍCIO. PRECEDENTES. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA ALTERAR OS JUROS DE MORA.

0036 . Processo/Prot: 0782703-2/02 Agravo

. Protocolo: 2011/264508. Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 782703-2 Agravo de Instrumento. Agravante: Companhia Sulamericana de Distribuição. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marcos André da Cunha. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A gravante : Companhia S ulameric ana de Distri bu iç ão L tda. Relator: Juiz Subst. em 2º Grau Fernando César Zeni A GRA VO INT E RN O A RT IGO 557, § 1° DO CÓ DIGO DE PRO CE SSO CIVIL DE CISÃ O Q UE N E GO U S E GUIMEN T O A O A GRA VO DE IN ST RUME NT O , NO S T E RMO S DO A RT IGO 557, DO DIPL OMA PRO CE SSUAL . RE CURSO A LE GA ÇÃ O DE IN A PL ICA BILIDADE DO S DISPOSIT IVO S DO CÓ DIGO DE PRO CE SSO CIVIL NA E XE CUÇÃ O FISCA L RE JE IÇÃ O IN CIDÊN CIA DO CPC Q UAN TO AO RO L

DE BE NS A SERE M N O ME A DO S À PE N HO RA PRE CE DEN TES DO ST J CO NST RIÇÃ O SO BRE PRE CAT Ó RIO S RE CUSA MANIFE ST ADA PE L A FA ZEN DA PÚBL ICA BL O Q UE IO SO BRE VALO RE S DE CO RREN TE S DE CA RT ÃO DE CRÉ DITO CA BIME NT O JURISPRUDÊ N CIA DO CO L E NDO SUPE RIOR T RIBUN AL DE JUST IÇA E DEST E T RIBUNA L DE JUST I ÇA MAN UT E N ÇÃ O DO DE SPA CHO A GRA VA DO . RE CURSO DESPRO VIDO .

0037 . Processo/Prot: 0782709-4/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/263931. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 782709-4 Apelação Civel. Embargante: Banco Finasa Sa. Advogado: Marlúcio Ledo Vieira, Zoilo Bolognesi. Embargado: Município de Ponta Grossa. Advogado: Luciane Leiria Taniguchi, Cláudio Marcelo Rodrigues Iarema. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. MERA PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA. NÃO CABIMENTO. SUSPENSÃO DO FEITO EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE RECURSO REPETITIVO QUE NÃO CABE A ESSE MAGISTRADO. ART. 543-C DO CPC. EMBARGOS REJEITADOS.

0038 . Processo/Prot: 0783177-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/55608. Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002591-73.2006.8.16.0075 Reclamação. Apelante: Antonio Christovam da Silva. Advogado: Carlos Roberto Ferreira, Mônica Ribeiro Bonesi. Apelado: Município de Sertaneja. Advogado: Sandra Maria Kairuz Yoshiy, Danielle Bittencourt Liasch. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Revisor: Desª Dulce Maria Cecconi. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A pelante: A ntonio Christovam da S ilva A pelado: Munic ípio de Sertaneja Relator: Juiz Subst. 2º Grau Fernando César Z eni A PE LA ÇÃO CÍVE L . SE RVIDO R PÚBL ICO . RE CLA MA T ÓRIA T RA BA L HAL IST A . INT EN SO DE BAT E A CERCA DO NÃ O PA GAMEN T O DE DIVERSOS PON T OS RE L AT IVO S À JO RNA DA DE T RA BA L HO . N ÃO REA L IZA ÇÃ O DE PRO VA PERICIA L PA RA VE RIFICA ÇÃ O DAS DIFEREN ÇA S APO NT A DA S NA S RA ZÕE S RE CURSA IS, RE L AT IVAMEN T E AO S CA RT Õ E S -PON T O Q UE FO RA M A PRE SE NT A DO S. IMPO SSIBIL IDA DE DE E N FREN TA ME NT O DO MÉ RIT O . N ECE SSIDADE DE DIL A ÇÃO PRO BA T ÓRIA . AN UL A ÇÃ O DA SEN TE N ÇA , PA RA Q UE SE JA O PO RT UN IZA DA A PRODUÇÃ O DA PRO VA PE RICIA L .

0039 . Processo/Prot: 0784158-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/85154. Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00001010 Embargos a Execução. Agravante: Banco Mercantil de São Paulo S/a. Advogado: Adilson de Castro Junior, Ana Paula Magalhães, Daniella Leticia Broering. Agravado: Município de Maringá. Advogado: Marcos Alves Veras Nogueira. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na forma do voto relatado. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ISS SOBRE OS SERVIÇOS BANCÁRIOS. PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. INDEFERIMENTO QUE NÃO CARACTERIZA CERCEAMENTO DE DEFESA. MATÉRIA ESSENCIALMENTE DE DIREITO. DEVER DO MAGISTRADO JULGAR ANTECIPADAMENTE O FEITO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

0040 . Processo/Prot: 0785521-2 Apelação Cível e Reexame Necessário

. Protocolo: 2011/65182. Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0003239-14.2008.8.16.0130 Embargos a Execução. Remetente: Juiz de Direito. Apelante: Município de Paranavaí. Advogado: Gilson José dos Santos. Apelado: Copel Distribuição Sa. Advogado: Hamilton José Oliveira, Carlos Freire Faria, Adriana de Paula Baratto. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Revisor: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso e reformar parcialmente a sentença em sede de reexame necessário. EMENTA: TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE DEVER INSTRUMENTAL (OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA). LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NACIONAL. TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO. CONSTITUCIONALIDADE E LEGITIMIDADE DA TAXA INSTITUÍDA PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. EXTENSÃO DA REDE. MULTA DE 10%, PREVISTA PELO ART. 54 DA LEI MUNICIPAL N° 2.384/02. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. 1. "Os deveres instrumentais (obrigações acessórias) são autônomos em relação à regra matriz de incidência tributária, aos quais devem se submeter, até mesmo, as pessoas físicas ou jurídicas que gozem de imunidade ou outro benefício fiscal, ex vi dos artigos 175, parágrafo único, e 194, parágrafo único, do CTN."1 2. "A Municipalidade é a entidade legiferante competente para a instituição do tributo em tela (ISSQN), exsurgindo, como consectário, sua competência para, mediante legislação tributária (inclusive atos infralegais), atribuir ao contribuinte deveres instrumentais no afã de facilitar a fiscalização e arrecadação tributárias, minimizando a ocorrência da sonegação fiscal."2 3. No caso em exame, a taxa de fiscalização é constitucional, na medida em que restou evidenciada a competência do ente municipal para instituí-la e foi instituída mediante lei. (IDI 661.260-0/01, OE, Rel. Des. Rabello Filho, j. 15/04/11). 4. A constitucionalidade da exação é reforçada em virtude de que esta não diz respeito ao serviço de energia elétrica, mas sim decorre do poder- dever fiscalizatório do ente municipal, de velar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares para a instalação de equipamentos e edificações. Recurso parcialmente provido; sentença parcialmente reformada em sede de reexame necessário.

0041 . Processo/Prot: 0786716-5 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/67175. Comarca: Barracão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0001304-42.2009.8.16.0052 Embargos a Execução. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Heldo Gugelmin Cunha. Apelado: Mjm & Cia Ltda. Advogado: José Henrique Dal Cortivo, Adriana Bonk. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os julgadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade, julgar pelo não provimento do recurso. EMENTA: TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. INFRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ARTIGO 55, § 1º, INCISO VIII, ALÍNEA `A', DA LEI ESTADUAL 11.580/1996. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA ILIDIDA PELO EMBARGANTE. ARTIGO 204, PARÁGRAFO ÚNICO, CTN. DESCONSTITUIÇÃO DA INFRAÇÃO IMPUTADA. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. INAPLICABILIDADE. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. INEXIGIBILIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ- FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO (ARTIGO 17, INCISOS I A VII, CPC). AUSÊNCIA DE PREJUÍZO DE NATUREZA PROCESSUAL. VERBA HONORÁRIA. ADEQUAÇÃO. VALOR CONDIZENTE COM O LABOR DO PATRONO DA EXECUTADA/EMBARGANTE, FIXADO MEDIANTE APRECIAÇÃO EQUITATIVA (ARTIGO 20, §§ 3º E 4º, CPC). Recurso não provido.

0042 . Processo/Prot: 0787369-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/102634. Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 1997.00000113 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Maria Misue Murata, Marcos André da Cunha. Agravado: Blogoslawski & Machado Ltda, Sérgio Luiz Glogoslawski, Valdevino Machado. Advogado: Daniel Katsuji Inumaru. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Julgadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ AGRAVADOS: BLOGOSLAWSKI & MACHADO LTDA E OUTROS AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL CITAÇÃO DA EMPRESA POR EDITAL - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA OS SÓCIOS DEMORA DA CITAÇÃO - TRANSCURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DESPREZO AOS REQUERIMENTOS REITERADOS DO CREDOR - INEFICIÊNCIA DO MECANISMO JUDICIÁRIO - PRESCRIÇÃO AFASTADA - RECURSO PROVIDO. "Para caracterizar a prescrição intercorrente não basta que tenha transcorrido o quinquídio legal entre a citação da pessoa jurídica e a citação do sócio responsabilizado. Faz-se necessário que o processo executivo tenha ficado paralisado por mais de cinco anos por desídia da exequente." (STJ, AgRg no REsp 996.480/SP, 2.ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 26.11.2008). de Instrumento nº 787369-0, da 5ª Vara Cível da Comarca de Maringá, em que é agravante FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e agravados BLOGOSLAWSKI & MACHADO LTDA. E OUTROS. 1. EXPOSIÇÃO

0043 . Processo/Prot: 0787462-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/69933. Comarca: Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0001151-06.2003.8.16.0024 Reparação de Danos. Apelante: João Batista Ferreira da Silva, Fátima Maria Diniz. Advogado: Alessandro Ravazzani, Patrícia Rohn Ravazzani. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Valiana Wargha Calliari, Ivan Lelis Bonilha, Fabiane Cristina Seniski. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Membros da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS ACIDENTE ENTRE VIATURA POLICIAL E VEÍCULO PARTICULAR PROCEDÊNCIA DA AÇÃO INDENIZATÓRIA E IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO. RECURSO PRELIMINAR PRETENSÃO DE DEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA CONCESSÃO ARGUIÇÃO DE QUE HOUVE CULPA DA VIATURA DA POLÍCIA MILITAR NO ACIDENTE DE TRÂNSITO INOCORRÊNCIA CONFIGURAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DO CONDUTOR DO AUTOMÓVEL PARTICULAR SENTENÇA MANTIDA. Para usufruir da assistência judiciária gratuita basta a afirmação de necessidade, pois, nesta hipótese, existe a presunção até prova em contrário de veracidade, como ocorre na espécie. Em acidente de trânsito, deve-se observar qual a conduta que provocou o sinistro, ou seja, a causa primária do acidente, sendo que se o condutor do veículo não observa o dever de cuidado e dá causa ao acidente de trânsito, resta configurada sua responsabilidade civil. RECURSO DESPROVIDO.

0044 . Processo/Prot: 0789901-6/01 Agravo Regimental Cível

. Protocolo: 2011/323428. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 789901-6 Apelação Civel. Agravante: Eduardo Gonçalves Carvalho. Advogado: Edno Pezzarini Junior. Agravado: Município de Paranaguá. Advogado: Edison Santiago Filho. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A GRA VA NT E :E DUA RDO GON ÇA L VE S CA RVAL HO RE L AT OR: JUIZ SUBST . 2º GRA U FE RN AN DO CÉ SA R ZEN I. A GRA VO A RT . 557, §1° -A DO CÓ DIGO DE PRO CE SSO CIVIL - DE CISÃO Q UE DE U PARCIA L PRO VIME N TO À A PE LA ÇÃ O CÍVE L N O S TE RMO S DO A RT . 557, CA PUT , DO CÓ DIGO DE PRO CESSO CIVIL . RE CURSO PL E IT O DE APL ICA ÇÃ O DOS JURO S DE MO RA DE 1% AO MÊS A CO LHIME NT O PEDIDO DE A

L TE RA ÇÃ O DO VA L OR FIXA DO A T ÍT ULO DE HON ORÁ RIO S A DVO CAT ÍCIO S RE JE IÇÃ O . DE CISÃO PA RCIA LMEN TE MO DIFICA DA . RE CURSO PA RCIAL MENT E PRO VIDO . VIST O S , rel at ados e di scu ti dos est es aut os de A gravo n º 7 8 9 .90 1 - 6 /0 1 , da Comarca de P aran agu á 2 ª V ara Cí vel , em qu e é A gravan t e E DU A RDO G ONÇA LVE S CA RVA LH O . Trat a-se de A gravo i n t erpost o por E DU A RDO G ONÇA LV E S CA RV A LH O i n con formado com o despach o ( f. 5 9 /7 5 ), da l avra do emi n en t e Des.I devan Lopes, proferi do n o recu rso de A pel ação Cí vel nº 7 89 .9 0 1 -6 /0 1 qu e, em ju l gamen t o dat ado de 15 de ju l h o de 2011, deu parci al provi men t o ao apel o para reformar a sen t en ça n o t ocan t e aos ju r os da mora qu e i nci dem n o percent u al de 6 % (sei s por cent o) ao an o, desde o momen t o da ci t ação at é o in í ci o da vi gên ci a da Lei n º 1 1 .96 0 /20 0 9 e, a part i r daí , devem ser apl i cados os ín di ces ofi ci ai s de remu n eração bási ca e ju ros da cadern et a de pou pan ça, b em como, qu an t o ao pagamen t o da verba h on orári a em favor do pat ron o d o A pel ado, fi xado n o val or de R$ 1 0 0 ,0 0 (cem reais). Nas razões recu rsai s ( f. 7 9 /8 7 ), E DUA RDO GON ÇA L VE S CA RVA L HO al ega, em sí nt ese, qu e t rat an do-se de mat éri a t ri bu t ári a os ju ros são de 1 % (u m por cent o). A du z qu e n ão h á razão para qu e sejam redu zi dos os h on orári os por se t rat ar de n ovo processo, sem referênci a aos au t os de Execu ção. Por fi m, assevera qu e " (...) n ão h á como n egar segui men t o a est e agravo, p oi s é i n t ei rament e i n just o dar provi me n t o parci al ao apel o qu an t o n ão é est e o en t en di men t o da 1 ª Câma ra Cí vel dest e t ri bu n al , poi s assi m proceden do est ará sen do apl i cada a n ecessári a e in t egral just i ça! " (f. 8 7 ) É o

0045 . Processo/Prot: 0789918-1/01 Agravo Regimental Cível

. Protocolo: 2011/323525. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 789918-1 Apelação Civel. Agravante: Leudelina Inácio da Silva. Advogado: Edno Pezzarini Junior. Agravado: Município de Paranaguá. Advogado: Edison Santiago Filho. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A GRA VA NT E :L E UDEL INA IN Á CIO DA SIL VA RE L AT OR: JUIZ SUBST . 2º GRA U FE RN AN DO CÉ SA R ZEN I. A GRA VO A RT . 557, §1° - A DO CÓ DIGO DE PRO CE SSO CIVIL - DE CISÃO Q UE DE U PARCIA L PRO VIME N TO À A PE LA ÇÃ O CÍVE L N O S TE RMO S DO A RT . 557, CA PUT , DO CÓ DIGO DE PRO CESSO CIVIL . RE CURSO PL E IT O DE APL ICA ÇÃ O DOS JURO S DE MO RA DE 1% AO MÊS A CO LHIME NT O PEDIDO DE A L TE RA ÇÃ O DO VA L OR FIXA DO A T ÍT ULO DE HON ORÁ RIO S A DVO CAT ÍCIO S RE JE IÇÃ O . DE CISÃO PA RCIA LMEN TE MO DIFICA DA . RE CURSO PA RCIAL MENT E PRO VIDO . VIST O S , rel at ados e di scu ti dos est es aut os de A gravo n º 7 8 9 .91 8 - 1 /0 1 , da Comarca de P aran agu á 2 ª V ara Cí vel , em qu e é A gravan t e LE U DE LI NA I NÁ CI O DA S I LVA . Trat a-se de A gravo i n t erpost o por LEU DE LI NA I NÁ CI O DA SI LV A i n con formado com o despach o ( f. 5 9 /7 5 ), da l avra do emi n en t e Des.I devan Lopes, proferi do n o recu rso de A pel ação Cí vel nº 7 89 .9 1 8 -1 /0 1 qu e, em ju l gamen t o dat ado de 15 de ju l h o de 2011, deu parci al provi men t o ao apel o para reformar a sen t en ça n o t ocan t e aos ju r os da mora qu e i nci dem n o percent u al de 6 % (sei s por cent o) ao an o, desde o momen t o da ci t ação at é o in í ci o da vi gên ci a da Lei n º 1 1 .96 0 /20 0 9 e, a part i r daí , devem ser apl i cados os ín di ces ofi ci ai s de remu n eração bási ca e ju ros da cadern et a de pou pan ça, b em como, qu an t o ao pagamen t o da verba h on orári a em favor do pat ron o d o A pel ado, fi xado n o val or de R$ 1 0 0 ,0 0 (cem reais). Nas razões recu rsai s ( f. 7 9 /87 ), L E UDE L INA INÁ CIO DA SIL VA al ega, em sí n t ese, qu e t rat an do-se de mat éri a t ri bu t ári a os ju ros são d e 1 % (u m por cen t o). A du z qu e n ão h á razão para qu e sejam redu zi dos os h on orári os por se t rat ar de n ovo processo, sem referênci a aos au t os de Execu ção. Por fi m, assevera qu e " (...) n ão h á como n egar segui men t o a est e agravo, p oi s é i n t ei rament e i n just o dar provi me n t o parci al ao apel o qu an t o n ão é est e o en t en di men t o da 1 ª Câma ra Cí vel dest e t ri bu n al , poi s assi m proceden do est ará sen do apl i cada a n ecessári a e in t egral just i ça! " (f. 8 7 ) É o

0046 . Processo/Prot: 0791642-3 Apelação Cível e Reexame Necessário

. Protocolo: 2011/91050. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0006995-50.2010.8.16.0004 Mandado de Segurança. Apelante: Município de Curitiba. Advogado: Claudine Camargo Bettes, Fernando Almeida de Oliveira. Apelado: Paviservice Engenharia e Serviços Ltda. Advogado: Guilherme Afonso Laskoski. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Revisor: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso e declarar prejudicado o reexame necessário, na forma do voto relatado. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ISS. CONSTRUÇÃO CIVIL. DEDUÇÃO DO VALOR PAGO A SUBEMPREITEIROS. IMPOSSIBILIDADE. QUESTÃO PACIFICADA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SEGURANÇA DENEGADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO E REEXAME NECESSÁRIO PREJUDICADO.

0047 . Processo/Prot: 0791867-0/01 Agravo

. Protocolo: 2011/328518. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 791867-0 Agravo de Instrumento. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Rodrigo Mendes dos Santos, Altivo Augusto Alves Meyer. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha, Fabiane Cristina Seniski. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. LAVRATURA DO TERMO DE PENHORA CONDICIONADA A CONCORDÂNCIA DO EXEQUENTE. NOMEAÇÃO À PENHORA DE PRECATÓRIO JUDICIAL. RECUSA POR PARTE DA FAZENDA. POSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL. PRECATÓRIO QUE É O ÚLTIMO DA LISTA DE PREFERÊNCIA. OFERTA INDEVIDA. NÃO OBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

0048 . Processo/Prot: 0792013-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/77611. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0012188-34.2006.8.16.0021 Indenização. Apelante: Geracino Estácio da Silva. Advogado: Donizetti de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Pablo Rodrigues Alves, Rafael Augusto Silva Domingues, Marco Antônio Lima Berberi. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Revisor: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo, na forma do voto relatado. EMENTA: AGRAVO INOMINADO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO À PENHORA. DECISÃO QUE INDEFERE PEDIDO DA DEVEDORA. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. PENHORA ON LINE. MEDIDA QUE ENCONTRA RESPALDO TANTO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE QUANTO NA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES COLACIONADOS QUE NÃO REFLETEM O ATUAL ENTENDIMENTO ADOTADO SOBRE O TEMA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

0049 . Processo/Prot: 0792078-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/131377. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2005.00044360 Execução de Sentença. Agravante: Deisy de Nazareth Montovani Hupalo, Edson Roberto de Quadros, Elizabeth Haydee Age, Elizabeth de Souza Cavalcanti, Elisio Tiepo, José Alves de Holanda Filho, Lilian Lina Marcele Moller Drews, Maria Teresa de Moraes e Silva, Rosa Yoko Ochiai, Vinício Oscar Kirchner. Advogado: Genoveva Freire D'Aquino. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Eunice Fumagalli Martins e Scheer, Jefferson Isaac João Scheer, Márcia Carla Pereira Ribeiro. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em julgar pelo não provimento do recurso. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9494/1997, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11960/2009. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO. Recurso não provido.

0050 . Processo/Prot: 0792723-7 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))

. Protocolo: 2011/203735. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Impetrante: Elizabeth Dorotea Pfeiffer. Advogado: Luiz Carlos R. de Oliveira, Fabiano dos Santos Silva. Impetrado: Secretário de Estado da Administração e Previdência do Paraná. Litis Passivo: Estado do Parana. Advogado: Luiz Guilherme Bittencourt Marinoni. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível em Composição Integral. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conceder a segurança. EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA Nº 792.723-7, DO FORO CENTRAL DA COMERCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO IMPETRANTE: ELIZABETH DOROTEA PFEIFFER IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO PARANÁ MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL CIVIL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO. VENCIMENTOS - NESTES COMPREENDIDOS O VENCIMENTO-BASE E AS VANTAGENS FIXAS (GRATIFICAÇÃO POR REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA TIDE, NO CASO). Concessão da segurança.

0051 . Processo/Prot: 0793473-6 Apelação Cível e Reexame Necessário

. Protocolo: 2011/184854. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0018076-93.2010.8.16.0004 Reclamatória Trabalhista. Remetente: Juiz de Direito. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha, Eroulths Cortiano Junior. Apelado: Afonso José de Oliveira Cruz. Advogado: José Roberto Martins. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Revisor: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Revisor Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar o provimento ao apelo voluntário e, em grau de Reexame Necessário manter a sentença, nos termos do voto do Relator. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO Nº 793.473-6, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS. RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO APELANTE: ESTADO DO PARANÁ APELADO: AFONSO JOSÉ DE OLIVEIRA CRUZ APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL POLICIAL CIVIL. BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO. VENCIMENTO BASE SOMADO A TIDE - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. VANTAGEM PECUNIÁRIA FIXA,

ESTENDIDA PELA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 92/2002 A TODOS OS SERVIDORES POLICIAIS CIVIS, SEM A IMPOSIÇÃO DE CONDIÇÕES OU REQUISITOS. GRATIFICAÇÃO QUE COMPÕE O VENCIMENTO BASE DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS. SITUAÇÃO QUE NÃO CONFIGURA OFENSA AO ARTIGO 37, XIV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AFASTADA ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO. Em razão de haver sido estendida a todos os integrantes das carreiras policiais civis e servidores dos quadros da Polícia Civil pela LC nº 92/2002, a TIDE constitui vantagem pecuniária de caráter geral e específica das funções policiais civis, integrante do vencimento base desses servidores. Daí, sua inclusão na base de cálculo do Adicional de Tempo de Serviço ATS não malferir a regra do artigo 37, XIV da Constituição Federal, que veda cumulação de gratificações pessoais e as de idêntico fundamento. Recurso voluntário não provido; sentença mantida em grau de Reexame Necessário.

0052 . Processo/Prot: 0793954-6/01 Agravo

. Protocolo: 2011/328515. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 793954-6 Agravo de Instrumento. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda.. Advogado: Mariana Grazziotin Carniel, Altivo Augusto Alves Meyer. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marisa da Silva Sigulo, Liana Sarmento de Mello Quaresma. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA NÃO CONFIGURADA FATO SUPERVENIENTE QUE DESCONSTITUIU A PENHORA SOBRE PRECATÓRIO JULGAMENTOS ISOLADOS DO STJ QUE NÃO SÃO APTOS A AFASTAR A APLICAÇÃO DO ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. INTENÇÃO DE PREQUESTIONAMENTO NÃO CABIMENTO- MERA PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DOS TEMAS. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

0053 . Processo/Prot: 0796969-9/01 Agravo

. Protocolo: 2011/288934. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 796969-9 Agravo de Instrumento. Agravante: Farmácia e Drogaria Níssei Ltda. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Luciane Camargo Kujo Monteiro. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A gravante: Farmác ia e Drogaria N issei L tda. Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni A GRA VO IN T ERNO . T RIBUTÁ RIO . PRE CAT Ó RIO . PO SSIBIL IDA DE DE COMPEN SA ÇÃ O DO CRÉDITO DE PRE CAT Ó RIO . O RDEM L E GAL PRE VIST A N O ART . 655 DO CPC E A RT . 11 DA L E F FO I O BSE RVADA . EN T EN DIMEN T O PA CÍFICO N A CÂMA RA E N O ST J. RE DISCUSSÃO DA MAT É RIA . A GRA VO DE SPRO VIDO .

0054 . Processo/Prot: 0797064-3/01 Agravo Regimental Cível

. Protocolo: 2011/323540. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 797064-3 Apelação Cível. Agravante: Antonio Borborema Albuquerque. Advogado: Edno Pezzarini Junior. Agravado: Município de Paranaguá. Advogado: Edison Santiago Filho, Rodrigo Hassan Saif. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A GRA VA NT E :A N TO NIO BO RBO REMA AL BU Q UE RQ UE RE L AT OR: JUIZ SUBST . 2º GRA U FE RN AN DO CÉ SA R ZEN I. A GRA VO A RT . 557, §1° -A DO CÓ DIGO DE PRO CE SSO CIVIL - DE CISÃO Q UE DE U PARCIA L PRO VIME N TO À A PE LA ÇÃ O CÍVE L N O S TE RMO S DO A RT . 557, CA PUT , DO CÓ DIGO DE PRO CESSO CIVIL . RE CURSO PL E IT O DE APL ICA ÇÃ O DOS JURO S DE MO RA DE 1% AO MÊS A CO LHIME NT O PEDIDO DE A L TE RA ÇÃ O DO VA L OR FIXA DO A T ÍT ULO DE HON ORÁ RIO S A DVO CAT ÍCIO S RE JE IÇÃ O . DE CISÃO PA RCIA LMEN TE MO DIFICA DA . RE CURSO PA RCIAL MENT E PRO VIDO . VIST O S , rel at ados e di scu ti dos est es aut os de A gravo n º 7 9 7 .06 4 - 3 /0 1 , da Comarca de P aran agu á 2 ª V ara Cí vel , em qu e é A gravan t e A NTONI O BORBORE MA A LBU QU E RQUE . Trat a-se de A gravo i nt erpost o por A NTONI O BORBORE MA A LBU QU E RQU E in con formado com o d espach o ( f. 5 9 /7 5 ), da l avra do emi n en t e Des. I devan Lopes, proferi do n o recu rso de A pel ação Cí vel n º 7 9 7 .0 64 -3 /01 qu e, em ju l gamen t o dat ado de 1 5 de ju l h o de 2 0 1 1 , deu parci al provi men t o ao apel o para reformar a sen t en ça n o t ocan t e aos ju r os da mora qu e i n ci dem n o percen t u al de 6 % (sei s por cen t o) a o an o , desd e o momen t o da ci t ação at é o i n íci o da vigên ci a da Lei n º 1 1 .9 60 /2 00 9 e, a part i r daí , devem ser apl i cados os ín di ces ofi ci ai s de remu n eração básІ ca e ju ros da cadern et a de pou pan ça, b em como, qu an t o ao pagamen t o da verba h on orári a em favor do pat ron o d o A pel ado, fi xado n o val or de R$ 1 0 0 ,0 0 (cem reais). Nas razões recu rsai s ( f. 79 /8 7 ), A NT ON IO BORBO RE MA A L BUQ UE RQ UE al ega, em sín t ese, qu e t rat an do-se de mat éri a tri but ári a os ju ros são de 1 % (u m por cent o). A du z qu e n ão h á razão para qu e sejam redu zi dos os h on orári os por se t rat ar de n ovo processo, sem referênci a aos au t os de Execu ção. Por fi m, assevera qu e " (...) n ão h á como n egar segui men t o a est e agravo, p oi s é i n t ei rament e i n just o dar provi me n t o parci al ao apel o qu an t o n ão é est e o en t en di men t o da 1 ª Câma ra Cí vel dest e t ri bu n al , poi s assi m proceden do est ará sen do apl i cada a n ecessári a e in t egral just i ça! " (f. 8 7 ) É o

0055 . Processo/Prot: 0797489-0/01 Agravo Regimental Cível

. Protocolo: 2011/323473. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 797489-0 Apelação Cível. Agravante: Dorcas Pereira. Advogado: Edno Pezzarini Junior. Agravado: Município de Paranaguá. Advogado: Edison Santiago Filho. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A GRA VA NT E : DO RCA S PE RE IRA RE L AT OR: JUIZ SUBST . 2º GRA U FE RN AN DO CÉ SA R ZEN I. A GRA VO A RT . 557, §1° -A DO CÓ DIGO DE PRO CE SSO CIVIL - DE CISÃO Q UE DE U PARCIA L PRO VIME N TO À A PE LA ÇÃ O CÍVE L N O S TE RMO S DO A RT . 557, CA PUT , DO CÓ DIGO DE PRO CESSO CIVIL . RE CURSO PL E IT O DE APL ICA ÇÃ O DOS JURO S DE MO RA DE 1% AO MÊS A CO LHIME NT O PEDIDO DE A L TE RA ÇÃ O DO VA L OR FIXA DO A T ÍT ULO DE HON ORÁ RIO S A DVO CAT ÍCIO S RE JE IÇÃ O . DE CISÃO PA RCIA LMEN TE MO DIFICA DA . RE CURSO PA RCIAL MENT E PRO VIDO . VIST O S , rel at ados e di scu ti dos est es aut os de A gravo n º 7 9 7 .06 4 - 3 /0 1 , da Comarca de P aran agu á 2 ª V ara Cí vel , em qu e é A gravan t e G eral do Lu i z S ou za da S i lva . Trat a-se de A gravo i n t erpost o por G eral do Lu i z S ou za da S i l va i n con formado com o despach o ( f. 5 9 /7 5 ), da l avra do emi n en t e Des.I devan Lopes, proferi do n o recu rso de A pel ação Cí vel nº 7 98 .3 8 5 -1 /0 1 qu e, em ju l gamen t o dat ado de 15 de ju l h o de 2011, deu parci al provi men t o ao apel o para reformar a sen t en ça n o t ocan t e aos ju r os da mora qu e i nci dem n o percent u al de 6 % (sei s por cent o) ao an o, desde o momen t o da ci t ação at é o in í ci o da vi gên ci a da Lei n º 1 1 .96 0 /20 0 9 e, a part i r daí , devem ser apl i cados os ín di ces ofi ci ai s de remu n eração básІ ca e ju ros da cadern et a de pou pan ça, b em como, qu an t o ao pagamen t o da verba h on orári a em favor do pat ron o d o A pel ado, fi xado n o val or de R$ 1 0 0 ,0 0 (cem reais). Nas razões recu rsai s (f. 7 9 /8 7 ), Geraldo L uiz Souza da Silvaal ega, em sí n t ese, qu e t rat an do-se de mat éri a t ri bu t ári a os ju ros sã o de 1 % (u m por cen t o). A du z qu e n ão h á razão para qu e sejam redu zi dos os h on orári os por se t rat ar de n ovo processo, sem referênci a aos au t os de Execu ção. Por fi m, assevera qu e " (...) n ão h á como n egar segui men t o a est e agravo, p oi s é i n t ei rament e i n just o dar provi me n t o parci al ao apel o qu an t o n ão é est e o en t en di men t o da 1 ª Câma ra Cí vel dest e t ri bu n al , poi s assi m proceden do est ará sen do apl i cada a n ecessári a e in t egral just i ça! " (f. 8 7 ) É o

0056 . Processo/Prot: 0798385-1/01 Agravo Regimental Cível

. Protocolo: 2011/323474. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 798385-1 Apelação Cível. Agravante: Geraldo Luiz Souza da Silva. Advogado: Edno Pezzarini Junior. Agravado: Município de Paranaguá. Advogado: Edison Santiago Filho, Rodrigo Hassan Saif, Alaor Ribeiro dos Reis. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A GRA VA NT E :GE RA LDO L UIZ SO UZA DA SIL VA RE L AT OR: JUIZ SUBST . 2º GRA U FE RN AN DO CÉ SA R ZEN I. A GRA VO A RT . 557, §1° -A DO CÓ DIGO DE PRO CE SSO CIVIL - DE CISÃO Q UE DE U PARCIA L PRO VIME N TO À A PE LA ÇÃ O CÍVE L N O S TE RMO S DO A RT . 557, CA PUT , DO CÓ DIGO DE PRO CESSO CIVIL . RE CURSO PL E IT O DE APL ICA ÇÃ O DOS JURO S DE MO RA DE 1% AO MÊS A CO LHIME NT O PEDIDO DE A L TE RA ÇÃ O DO VA L OR FIXA DO A T ÍT ULO DE HON ORÁ RIO S A DVO CAT ÍCIO S RE JE IÇÃ O . DE CISÃO PA RCIA LMEN TE MO DIFICA DA . RE CURSO PA RCIAL MENT E PRO VIDO . VIST O S , rel at ados e di scu ti dos est es aut os de A gravo n º 7 9 7 .06 4 - 3 /0 1 , da Comarca de P aran agu á 2 ª V ara Cí vel , em qu e é A gravan t e G eral do Lu i z S ou za da S i lva . Trat a-se de A gravo i n t erpost o por G eral do Lu i z S ou za da S i l va i n con formado com o despach o ( f. 5 9 /7 5 ), da l avra do emi n en t e Des.I devan Lopes, proferi do n o recu rso de A pel ação Cí vel nº 7 98 .3 8 5 -1 /0 1 qu e, em ju l gamen t o dat ado de 15 de ju l h o de 2011, deu parci al provi men t o ao apel o para reformar a sen t en ça n o t ocan t e aos ju r os da mora qu e i nci dem n o percent u al de 6 % (sei s por cent o) ao an o, desde o momen t o da ci t ação at é o in í ci o da vi gên ci a da Lei n º 1 1 .96 0 /20 0 9 e, a part i r daí , devem ser apl i cados os ín di ces ofi ci ai s de remu n eração básІ ca e ju ros da cadern et a de pou pan ça, b em como, qu an t o ao pagamen t o da verba h on orári a em favor do pat ron o d o A pel ado, fi xado n o val or de R$ 1 0 0 ,0 0 (cem reais). Nas razões recu rsai s (f. 7 9 /8 7 ), Geraldo L uiz Souza da Silvaal ega, em sí n t ese, qu e t rat an do-se de mat éri a t ri bu t ári a os ju ros sã o de 1 % (u m por cen t o). A du z qu e n ão h á razão para qu e sejam redu zi dos os h on orári os por se t rat ar de n ovo processo, sem referênci a aos au t os de Execu ção. Por fi m, assevera qu e " (...) n ão h á como n egar segui men t o a est e agravo, p oi s é i n t ei rament e i n just o dar provi me n t o parci al ao apel o qu an t o n ão é est e o en t en di men t o da 1 ª Câma ra Cí vel dest e t ri bu n al , poi s assi m proceden do est ará sen do apl i cada a n ecessári a e in t egral just i ça! " (f. 8 7 ) É o

0057 . Processo/Prot: 0798707-7/01 Agravo

. Protocolo: 2011/328137. Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 798707-7 Agravo de Instrumento. Agravante: Pennacchi & Cia Ltda. Advogado: Lucius Marcus Oliveira, Ruy José Miranda Ratton. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marco Aurélio Barato. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA ON LINE - CONSTRIÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS APLICABILIDADE DO ART. 655 E 655-A DO CPC. - NÃO OBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL. CRÉDITO PRECATÓRIO QUE É O ÚLTIMO NA LINHA DE PREFERÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 11 DA LEI 6830/80. DECISÃO EM HARMONIA COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTE TRIBUNAL, DO STJ E STF. PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DO DEVEDOR, PRECEITUADO NO ART. 620 DO CPC, QUE TEM DE ESTAR EM

EQUILÍBRIO COM A SATISFAÇÃO DO CREDOR. PREVALÊNCIA DO INTERESSE DO CREDOR. MERA PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DOS TEMAS. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. nº 798707-7/01 em que é agravante Pennacchi & Cia Ltda. e agravada Fazenda Pública do Estado do Paraná. I.

0058 . Processo/Prot: 0798761-1/01 Agravo Regimental Cível

. Protocolo: 2011/323480. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 798761-1 Apelação Civel. Agravante: Roberto Peres Quille. Advogado: Edno Pezzarini Junior. Agravado: Município de Paranaguá. Advogado: Edison Santiago Filho, Rodrigo Hassan Saif. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A GRA VA NT E : RO BE RT O PE RE S Q UIL L E . RE L AT OR : JUIZ SUBST . 2º GRA U FE RN AN DO CÉ SA R ZEN I. A GRA VO A RT . 557, §1° - A DO CÓ DIGO DE PRO CE SSO CIVIL - DE CISÃO Q UE DE U PARCIA L PRO VIME N TO À A PE LA ÇÃ O CÍVE L N O S TE RMO S DO A RT . 557, CA PUT , DO CÓ DIGO DE PRO CESSO CIVIL . RE CURSO PL E IT O DE APL ICA ÇÃ O DOS JURO S DE MO RA DE 1% AO MÊS A CO LHIME NT O PEDIDO DE A L TE RA ÇÃ O DO VA L OR FIXA DO A T ÍT ULO DE HON ORÁ RIO S A DVO CAT ÍCIO S RE JE IÇÃ O . DE CISÃO PA RCIA LMEN TE MO DIFICA DA . RE CURSO PA RCIAL MENT E PRO VIDO . VIST O S , rel at ados e di scu ti dos est es aut os de A gravo n º 7 9 7 .06 4 - 3 /0 1 , da Comarca de P aran agu á 2 ª V ara Cí vel , em qu e é A gravan t e Robert o Peres Qu i l l e . Trat a-se de A gravo i nt erpost o por Robert o Peres Qui l l e i n con formado com o despach o (f. 5 9 /7 5 ), da l avra do emi n en t e Des.I devan Lopes , proferi do n o r ecu rso de A pel ação Cí vel nº 7 98 .7 6 1 -1 /0 1 qu e, em ju l gamen t o dat ado de 15 de ju l h o de 2011, deu parci al provi men t o ao apel o para reformar a sen t en ça n o t ocan t e aos ju ros da mora qu e i nci dem n o percent u al de 6 % (sei s por cent o) ao an o, desde o momen t o da ci t ação at é o in í ci o da vi gên ci a da Lei n º 1 1 .96 0 /20 0 9 e, a part i r daí , devem ser apl i cados os ín di ces ofi ci ai s de remu n eração bási ca e ju ros da cadern et a de pou pan ça, bem como, qu an t o ao pagamen t o da verba h on orári a em favor do pat ron o d o A pel ado , fi xado n o val or de R$ 1 0 0 ,0 0 (cem reais) . Nas razões recu rsai s ( f. 79 /8 7 ), Roberto Peres Q uille al ega, em sí n t ese, qu e t rat an do-se de mat éri a t ri bu t ári a os ju ros sã o de 1 % (u m por cen t o). A du z qu e n ão h á razão para qu e sejam redu zi dos os h on orári os por se t rat ar de n ovo processo, sem referênci a aos au t os de Execu ção . Por fi m, assevera qu e " (...) n ão h á como n egar segui men t o a est e agravo, p oi s é i n t ei rament e i n just o dar provi men t o parci al ao apel o qu an t o n ão é est e o en t en di men t o da 1 ª Câma ra Cí vel dest e t ri bu n al , poi s assi m proceden do est ará sen do apl i cada a n ecessári a e in t egral just i ça! " (f. 8 7 ) É o

0059 . Processo/Prot: 0798883-2 Apelação Cível e Reexame Necessário

. Protocolo: 2011/90837. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0013631-21.2009.8.16.0019 Reparação de Danos. Remetente: Juiz de Direito. Apelante (1): Município de Ponta Grossa. Advogado: Luiz Fernando Matias. Apelante (2): Leonir Lacerda da Silva, Rosenilda Aparecida Lacerda da Silva, Zenilda Aparecida Correia da Silva. Advogado: Ailton Nunes da Silva. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Revisor: Desª Dulce Maria Cecconi. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: Apelant e 1 : Municíp io de P onta G ro ssa

0060 . Processo/Prot: 0799501-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/105084. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0016310-22.2008.8.16.0021 Embargos a Execução. Apelante: Auto Vidros Cascavel Ltda. Advogado: Carlos José Dal Piva. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Eduardo Luiz Bussatta, Ivan Lelis Bonilha, Adonias Ribeiro de Carvalho Neto. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso interposto. EMENTA: APELANTE: AUTO VIDROS CASCAVEL LTDA APELADA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA APELAÇÃO CÍVEL - ICMS - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL IMPOSTO DECLARADO EM GIA E NÃO PAGO CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO - DISPENSÁVEL A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO A PARTIR DO ATO DO CONTRIBUINTE SÚMULA 436 DO STJ - NULIDADE DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS RESPEITADO OS REQUISITOS PARA A SUA CONSTITUIÇÃO - TAXA SELIC POSSIBILIDADE PREVISÃO EM LEI ESTADUAL RECURSO IMPROVIDO

0061 . Processo/Prot: 0799809-0/01 Agravo

. Protocolo: 2011/288937. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 799809-0 Agravo de Instrumento. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda.. Advogado: Rodrigo Mendes dos Santos. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Luciane Camargo Kujo Monteiro, Maria Augusta Corrêa Lobo. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A gravante: Farmác ia e Drogaria N issei L tda. Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni A GRA VO IN T ERNO . T RIBUTÁ RIO . PRE CAT Ó RIO . PO SSIBIL IDA DE DE COMPEN SA ÇÃ O DO CRÉDITO DE PRE CAT Ó RIO . O RDEM L E GAL PRE VIST A N O ART . 655 DO CPC E A RT . 11 DA L E F FO I O BSE RVADA . EN T EN DIMEN T O PA CÍFICO N A CÂMA RA E N O ST J. RE DISCUSSÃO DA MAT É RIA . A GRA VO DE SPRO VIDO .

0062 . Processo/Prot: 0800447-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/152454. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00001256 Execução Fiscal. Agravante: Reginaldo Roveri. Advogado: Bruno Sacani Sobrinho, Bruno Montenegro Sacani, Carolina Rezende Pimenta. Agravado: Município de Londrina. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso. EMENTA: Agravante: Reginaldo Roveri Agravado: Município de Londrina Relator: Juiz Subst. 2º Grau Fernando César Zeni AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INVIABILIDADE. SENTENÇA PROFERIDA NA AÇÃO DECLARATÓRIA, A QUAL DECIDIU PELA INEXIGIBILIDADE DA FORMA DA COBRANÇA PROGRESSIVA DO IPTU, QUE NÃO ABRANGEU O EXERCÍCIO DE 2003. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL QUE CONFIRMOU O DECIDIDO. AÇÃO DECLARATÓRIA QUE SE RESTRINGE AO IPTU DOS ANOS DE 1997 A 2001. RECURSO DESPROVIDO

0063 . Processo/Prot: 0801396-1/01 Agravo

. Protocolo: 2011/322723. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 801396-1 Apelação Civel. Agravante: Julio Sena de Souza. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Rafaela Almeida do Amaral, Julio Cezar Zem Cardozo. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na forma do voto relatado. EMENTA: AGRAVO INOMINADO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. REMUNERAÇÃO DISCIPLINADA PELA LEI ESTADUAL Nº 13.280/2001. REGIME DOS ARTIGOS 42 E 142, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INAPLICABILIDADE DOS INCISOS XIII E XIV, DO ARTIGO 7º, DA CF. SUBMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTE TRIBUNAL. RECURSO DESPROVIDO.

0064 . Processo/Prot: 0802559-2/01 Agravo

. Protocolo: 2011/322714. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 802559-2 Apelação Civel. Agravante: Nivaldo Pinheiro. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira, Mário Hitoshi Neto Takahashi. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Raul Alberto Dantas Junior, Julio Cezar Zem Cardozo, Valquiria Bassetti Prochmann. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na forma do voto relatado. EMENTA: AGRAVO INOMINADO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. REMUNERAÇÃO DISCIPLINADA PELA LEI ESTADUAL Nº 13.280/2001. REGIME DOS ARTIGOS 42 E 142, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INAPLICABILIDADE DOS INCISOS XIII E XIV, DO ARTIGO 7º, DA CF. SUBMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTE TRIBUNAL. RECURSO DESPROVIDO.

0065 . Processo/Prot: 0803321-2/01 Agravo

. Protocolo: 2011/328506. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 803321-2 Agravo de Instrumento. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Rodrigo Mendes dos Santos. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Cynthia Garcez Rabello, Roberto Machado Filho. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A gravante: Farmác ia e Drogaria N issei L tda. Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni A GRA VO INT E RN O . T RIBUT Á RIO . N UL IDA DE DA E XE CUÇÃO E M RA ZÃO DA SUSPEN SÃ O DA E XIGIBIL IDADE DO CRÉ DITO T RIBUTÁ RIO , DE CO RRE NT E DO PE DIDO A DMIN IST RA T IVO DE CO MPEN SA ÇÃ O DO PRE CA T ÓRIO . DECISÃ O MO NO CRÁ TICA E M PE RFE IT A CON SON ÂN CIA CO M O A RT . 557, CA PUT , DO CPC. RE DISCUSSÃ O DA MA T ÉRIA . IMPO SSIBILIDADE . A GRA VO DE SPRO VIDO .

0066 . Processo/Prot: 0804195-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/164495. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2002.00132774 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Karina Rachinski de Almeida. Agravado: Madeireira Zanetti Ltda. Advogado: Robson Zanetti. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos em dar parcial provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL. INSURGÊNCIA CONTRA O VALOR DA VERBA HONORÁRIA ESTABELECIDA NA DECISÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. INCLUSÃO DO SÓCIO-ADMINISTRADOR PÓLO PASSIVO DA DEMANDA. HIPÓTESES DE REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. PEDIDO PREMATURO. POSSILIDADE DESDE QUE COMPROVADA QUE A EMPRESA ENCERROU ATIVIDADES COMERCIAIS DE MANEIRA IRREGULAR. CITAÇÃO DA EMPRESA EM ENDEREÇO NÃO ATUALIZADO. NECESSIDADE

DE PROCEDER DILIGÊNCIA PARA TAL FIM EM ENDEREÇO CONSTANTE DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL EXISTENTE NOS AUTOS PARA DEPOIS SE ANALISAR O TEMA DE EVENTUAL REDIRECIONAMENTO EM CASO DE ENCERRAMENTO IRREGULAR DAS ATIVIDADES. RECURSO PROVIDO EM PARTE.

0067 . Processo/Prot: 0804505-2/01 Agravo

. Protocolo: 2011/322700. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 804505-2 Apelação Cível. Agravante: Everton de Souza Batista Ramalho. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira, Mário Hitoshi Neto Takahashi, Jair Subtil de Oliveira. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Vinícius Klein, Valquiria Bassetti Prochmann, Julio Cezar Zem Cardozo. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Desembargadores da 1° Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVANTE: EVERTON DE SOUZA BATISTA RAMALHO AGRAVADO: ESTADO DO PARANÁ RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA AGRAVO ART. 557, §1°, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL APELAÇÃO IMPROVIDA AÇÃO DE COBRANÇA DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS DE POLICIAL MILITAR JORNADA DE TRABALHO DIFERENCIADA art. 142, § 3° CONSTITUIÇÃO FEDERAL DIREITOS APLICÁVEIS AO SERVIDOR MILITAR INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS E DE JORNADA DE TRABALHO DE 8H DIÁRIAS E 44H SEMANAIS LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE ESTABELECE GRATIFICAÇÃO À TITULO DE INDENIZAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO NO VALOR DE R$ 100,00 POR MÊS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ADSTRITA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA CORTE RECURSO IMPROVIDO

0068 . Processo/Prot: 0807313-6/01 Agravo

. Protocolo: 2011/299448. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 807313-6 Agravo de Instrumento. Agravante: Comércio de Medicamentos Maeoka Ltda. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Luciane Camargo Kujo Monteiro. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A gravante: Comérc io de Medic amentos Maeoka L tda. Relator: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni A GRA VO IN T ERNO . T RIBUTÁ RIO . PRE CAT Ó RIO . PO SSIBIL IDA DE DE COMPEN SA ÇÃ O DO CRÉDITO DE PRE CAT Ó RIO . O RDEM L E GAL PRE VIST A N O ART . 655 DO CPC E A RT . 11 DA L E F FO I O BSE RVADA . EN T EN DIMEN T O PA CÍFICO N A CÂMA RA E N O ST J. RE DISCUSSÃO DA MAT É RIA . A GRA VO DE SPRO VIDO .

0069 . Processo/Prot: 0807860-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/129106. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0000010-78.1987.8.16.0131 Execução Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: André Gustavo Vallim Sartorelli, Paula Schmitz de Schmitz de Barros. Apelado: Patometal Indústria Metalúrgica Ltda. Advogado: Jorge Luiz de Melo, Fabíola Olivo. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em suspender o julgamento destes autos, até decisão sobre o incidente de inconstitucionalidade, nos termos do voto. EMENTA: TRIBUTÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - REMISSÃO DE DÍVIDA - EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO - CUSTAS - LEI ESTADUAL QUE IMPUTA AO EXECUTADO A RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DAS CUSTAS (ART. 7º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI ESTADUAL Nº 16.017/2008) - INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE PERANTE O ÓRGÃO ESPECIAL - AUTOS DE Nº 739.477-0/01 - SUSPENSÃO DO JULGAMENTO ATÉ A DECISÃO DO INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE.

0070 . Processo/Prot: 0809165-8/01 Agravo

. Protocolo: 2011/322721. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 809165-8 Apelação Cível. Agravante: Gilberto de Morais. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Luiz Carlos Caldas, Julio Cezar Zem Cardozo. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na forma do voto relatado. EMENTA: AGRAVO INOMINADO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. REMUNERAÇÃO DISCIPLINADA PELA LEI ESTADUAL Nº 13.280/2001. REGIME DOS ARTIGOS 42 E 142, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INAPLICABILIDADE DOS INCISOS XIII E XIV, DO ARTIGO 7º, DA CF. SUBMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTE TRIBUNAL. RECURSO DESPROVIDO.

0071 . Processo/Prot: 0809565-8/01 Agravo

. Protocolo: 2011/321241. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 809565-8 Apelação Cível. Agravante: Joalherias Aristides Ajax Ltda. Advogado: Marcos Wengerkiewicz. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Cynthia Garcez Rabello. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PEDIDO ADMINSTRATIVO DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS DE PRECATÓRIO COM DÉBITOS FISCAIS. INADMISSIBILIDADE APÓS O ADVENTO DA EC 62/2009. CONCESSÃO DE MORATÓRIA À FAZENDA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS VENCIDOS. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA PELO STF PARA SUSPENDER EFICÁCIA DO ART. 78 DA ADCT. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE POSSUI RESPALDO EM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA CORTE E EM PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.

0072 . Processo/Prot: 0809918-9/01 Agravo

. Protocolo: 2011/305147. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 809918-9 Agravo de Instrumento. Agravante: Companhia de Habitacao do Parana Cohapar. Advogado: Maurício Beleski de Carvalho. Agravado: Fazenda Publica do Municipio de Cascavel. Advogado: Fernando Previdi Motta, Milton Alves Cardoso Junior, Maria Salute Somariva, Kennedy Machado. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na forma do voto relatado. EMENTA: AGRAVO INOMINADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO ISOLADA, NOS MOLDES DO ART. 557, CAPUT, DO CPC. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTOS QUE NÃO DEMONSTRAM O NÃO CABIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. MERA PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DO MÉRITO DA CAUSA. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Segundo disposto no art. 557 do Código de Processo Civil, para que o recurso tenha o seu seguimento negado é suficiente que a decisão seja proferida com base no entendimento predominante no Tribunal local, enquanto que para provê-lo mostra-se necessário que a questão também esteja em conformidade com a jurisprudência dos tribunais superiores. 2. O agravo inominado não se presta a rediscutir o acerto da decisão recorrida, mas sim a demonstrar a impossibilidade de o recurso ser julgado monocraticamente.

0073 . Processo/Prot: 0811231-8 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/158700. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0002185-90.2010.8.16.0017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato. Apelado: Claudio Miguel Lacar, Domingas Ditos Lacar (maior de 60 anos), Espólio de João Roberto de Moura, Jose Pinheiro da Silva, Jose Triana Primo, Juvenal Almeida dos Santos, Laudeir Martins, Maria Alves de Oliveira (maior de 60 anos), Nilton Shind Noda, Zenita Lourdes Savaris Franzener (maior de 60 anos). Advogado: Débora Priscila André. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Desembargadores da 1.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso. EMENTA: APELANTE: MUNICÍPIO DE MARINGÁ APELADO: CLAUDIO MIGUEL LACAR E OUTROS RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS A EXECUÇÃO TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INCIDÊNCIA DE JUSTIÇA GRATUITA ARTIGO 21 DO CPC E SÚMULA 306 STJ POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO SENTENÇA REFORMADA APELO PROVIDO.

0074 . Processo/Prot: 0812626-1/01 Agravo

. Protocolo: 2011/322705. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 812626-1 Apelação Cível. Agravante: Juliana Mezzadri Zanello. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha, Raul Alberto Dantas Junior, Valquiria Bassetti Prochmann. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Magistrados Integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO. POLICIAL MILITAR. AÇÃO DE COBRANÇA. HORA EXTRA. DIREITO CONSTITUCIONAL NÃO ESTENDIDO À CATEGORIA. LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE ASSEGURA PAGAMENTO DE VALOR CERTO PELOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. MERA PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DOS TEMAS. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

0075 . Processo/Prot: 0813633-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/166970. Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0012374-57.2006.8.16.0021 Embargos a Execução. Apelante (1): Fazenda Pública do Municipio de Cascavel. Advogado: Cibelle de Azevedo, Kennedy Machado, Michelle Pinterich, Fernando Previdi Motta, Milton Alves Cardoso Junior. Apelante (2): Wilson Maejima. Advogado: Adriana Tonet. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A pelante 1: Fazenda Públic a do Munic ípio de Cas c avel A pelante 2: Wilson Maejima A pelados: ambos Relator: Juiz Subst. 2º Grau Fernando César Z eni A PE LA ÇÃO CÍVE L . T RIBUTÁ RIO . IPT U. E XE CUÇÃO FI CA L . PRE SCRIÇÃO . O CORRÊN CIA . A L E GA ÇÃ O DE N UL IDA DE DA CDA PO R A USÊ N CIA DE NO T IFICA ÇÃO DO CO NT RIBUIN TE . SUFICIÊ N CIA CO M O RE CE BIMEN T O DO CA RNÊ PA RA PA GAMEN T O . EN UN CIA DO N ° 09 DAS CÂ MA RA S DE DIRE IT O T RIBUTÁ RIO . PRESUN ÇÃO DE RE CE BIME NT O N ÃO A FA STA DA . N UL IDA DE DA CDA . A USÊ N CIA DOS RE Q UISIT

OS E XIGIDO S PE L O A RT . 202 DO CTN N ÃO CO N FIGURA DA . CDA Q UE PRE EN CHE T ODO S OS RE Q UISIT OS IMPO STO S PEL O CT N . DE SNE CE SSIDA DE DE IN CL UIR NA CDA A FÓ RMUL A MA TE MÁT ICA PE LA Q UA L SE APURO U O DÉ BITO FISCA L . PRE CE DE NT E S. PUBL ICA ÇÃO DA S T A BEL A S E PL AN TA S DE VA L O RE S. NE CE SSIDA DE . N UL IDADE DA CDA . IN O CO RRÊN CIA . LEI MUN ICIPA L N° 2.252/90 Q UE T RA Z AS PLA NT A S DE VA L O RE S. CO BRAN ÇA DE TA XA DE CO LE TA DE L IXO . IMPO SSIBIL IDA DE . A USÊ N CIA DE PRE VISÃO EM LE I MUN ICIPA L .

0076 . Processo/Prot: 0813899-8 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/171901. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0000122-90.2000.8.16.0131 Execução Fiscal. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: André Gustavo Vallim Sartorelli. Apelado: Metalurgica Pato Branco Ltda. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Julgadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso. EMENTA: APELANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ APELADO: METALURGICA PATO BRANCO LTDA RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA APELAÇÃO CÍVEL EXECUÇÃO FISCAL DECISÃO QUE JULGA EXTINTA A EXECUÇÃO FISCAL CONDENAÇÃO DO EXEQUENTE AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS NÃO CABIMENTO ART. 26 DA LEF EXEQUENTE QUE NÃO DEU CAUSA AO CANCELAMENTO DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA REMISSÃO CONCEDIDA PELO PODER PÚBLICO PRECEDENTES DESSA CÂMARA RECURSO PROVIDO.

0077 . Processo/Prot: 0814182-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/170321. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0000276-40.2002.8.16.0131 Executivo Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: André Gustavo Vallim Sartorelli. Apelado: Elpidio Nunes. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Julgadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. EMENTA: APELANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ APELADO: ELPIDIO NUNES RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA APELAÇÃO CÍVEL EXECUÇÃO FISCAL DECISÃO QUE JULGA EXTINTA A EXECUÇÃO FISCAL CONDENAÇÃO DO EXEQUENTE AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS NÃO CABIMENTO ART. 26 DA LEF EXEQUENTE QUE NÃO DEU CAUSA AO CANCELAMENTO DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA REMISSÃO CONCEDIDA PELO PODER PÚBLICO PRECEDENTES DESSA CÂMARA RECURSO PROVIDO.

0078 . Processo/Prot: 0814880-3 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/172637. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0001321-13.2010.8.16.0030 Cobrança. Apelante: João Erotildes Dorneles. Advogado: Jorge da Silva Giulian, João Marcos Brais, Renato Cardoso de Almeida Andrade, Romeu Felipe Bacellar Filho. Apelado: Município de Foz do Iguaçu. Advogado: Claudia Canzi. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Revisor: Desª Dulce Maria Cecconi. Julgado em: 20/09/2011

EMENTA: A pelante: João E rotildes Dorneles A pelado: Munic ípio de Foz do Iguaç u Relator: Juiz Subst. em 2º Grau Fernando César Zeni A PE LA ÇÃO CÍVE L . SERVIDOR PÚBL ICO MUN ICIPA L . GUARDA MUN ICIPA L . PREL IMIN A R. IN CO MPE T ÊN CIA DA 1ª CÂ MA RA CÍVE L PA RA JUL GA ME NT O DO RE CURSO . N E C ESSIDA DE DE PRÉ VIA DE CLA RA ÇÃ O DO DIRE ITO DE A SCEN SÃ O A O S CA RGOS Q UE RE CE BEM VEN CIMEN TO SUPE RIOR AOS A T UA IS PE RCE BIDO S PE LO S A PE LA NT E S . MA T ÉRIA Q UE NÃ O VE RSA E XCL USIVAMEN T E SO BRE CO BRANÇA DE VE N CIME NT O S. IN CIDÊN CIA DO A RT . 90, IN C. I, A L ÍNE A " C" E IN C. II, A L ÍNE A " K" , DO RE GIMEN TO IN T ERN O . RE MESSA DO S A UT O S PA RA RE DIST RIBUIÇÃ O PA RA A 4ª O U 5ª CÂ MA RAS CÍVE IS. RE CURSO NÃ O CON HE CIDO .

0079 . Processo/Prot: 0817249-4/01 Agravo

. Protocolo: 2011/323508. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 817249-4 Agravo de Instrumento. Advogado: José Francisco Pereira. Agravado (1): Pluriplast Plástico do Brasil Ltda. Advogado: Tiago Marafon Semensato. Agravado (2): Fazenda Pública do Estado do Paraná. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na forma do voto relatado. EMENTA: AGRAVO INOMINADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO ISOLADA, NOS MOLDES DO ART. 557, CAPUT DO CPC. POSSIBILIDADE. RAZÕES INSUBSISTENTES PARA DEMONSTRAR O NÃO CABIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. MERA PRETENSÃO DE REAPRECIAÇÃO DO MÉRITO DA CAUSA. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Segundo disposto no art. 557 do Código de Processo Civil, para que o recurso tenha o seu seguimento negado é suficiente que a decisão seja proferida com base no entendimento dominante no Tribunal local, enquanto que para provê-lo mostra-se necessário que a questão também esteja em conformidade com a jurisprudência dos tribunais superiores. 2. O agravo inominado não se presta a rediscutir o acerto da decisão recorrida, mas sim a demonstrar a impossibilidade de o recurso ser julgado monocraticamente

0080 . Processo/Prot: 0818066-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/180895. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0006869-18.2007.8.16.0129 Embargos a Execução. Apelante: Royalpar Participações Ltda. Advogado: Vagner Roberto Mocelin. Apelado: Município de Paranaguá. Advogado: Edison Santiago Filho. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: ACORDAM os Julgadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento à apelação, nos termos do voto. EMENTA: APELANTE: ROYALPAR PARTICIPAÇÕES LTDA. APELADO : MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ. RELATOR : DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL IPTU CERCEAMENTO DE DEFESA E OFENSA AO PRINCIPIO DO CONTRADITÓRIO INOCORRENTES - PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA AJUIZAMENTO DA AÇÃO DENTRO DO PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS APLICAÇÃO DA SÚMULA 106 DO STJ DEMORA NA CITAÇÃO DECORRENTE DE CULPA DO MECANISMO JUDICIÁRIO CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA PRESENTES TODOS OS REQUISITOS APLICAÇÃO DE MULTA MORATÓRIA POSSIBILIDADE ART. 161 DO CTN - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO I A notificação do pagamento do IPTU pode se dar por edital ou por publicação em jornal de grande circulação conforme dispõe o enunciado nº 09 das Câmaras de Direito Tributário. II Não configuração de prescrição intercorrente face à demora na citação do executado por culpa do mecanismo judiciário, Súmula 106 do STJ III É possível aplicação de multa moratória por não ter o contribuinte pago o tributo até a data do vencimento

0081 . Processo/Prot: 0818858-7/01 Agravo

. Protocolo: 2011/323316. Comarca: Corbélia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 818858-7 Agravo de Instrumento. Agravante: Cezer Augusto Manica & Cia Ltda.. Advogado: Fellipe Cianca Fortes. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Mariana Carvalho Waihrich. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA: AGRAVO INOMINADO Nº 818.858-7/01, DO FORO DA COMARCA DE CORBÉLIA VARA ÚNICA. RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO AGRAVANTE: CEZER AUGUSTO MANICA & CIA LTDA. AGRAVADO: ESTADO DO PARANÁ AGRAVO INOMINADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DEVIDAMENTE ASSINADA. PEÇA OBRIGATÓRIA CUJA AUSÊNCIA LEVA AO NÃO CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE TENTATIVA DE REGULARIZAÇÃO POSTERIOR. A certidão regular da Escrivania comprovando a data em que o advogado foi, efetivamente, intimado da decisão agravada é, hoje, peça obrigatória que deve acompanhar a petição recursal, sob pena de não conhecimento da insurgência, por impossibilidade de verificação de sua tempestividade (art. 525, I do CPC). Parece elementar que uma certidão sem assinatura nenhum valor jurídico possui. Recurso não provido.

0082 . Processo/Prot: 0819296-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/174339. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0001029-14.2007.8.16.0004 Embargos a Execução. Apelante: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Andréia Aparecida de Souza, Adilson de Castro Junior. Apelado: Município de Curitiba. Advogado: Eliane Cristina Rossi Chevalier, Claudine Camargo Bettes. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN) - ATIVIDADES BANCÁRIAS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL IMPROCEDENTES. ALEGAÇÃO DE QUE NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE ISS SOBRE AS ATIVIDADES TRIBUTADAS PELO ENTE PÚBLICO REJEIÇÃO LISTA DE SERVIÇOS ANEXA À LEI COMPLEMENTAR Nº 56/87 INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA E ANALÓGICA POSSIBILIDADE PRECEDENTES DESTA CORTE E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES RECURSO NÃO PROVIDO. Embora taxativa a enumeração apresentada no rol de serviços bancários discriminados na Lei Complementar nº 56/1987, admite-se a interpretação ampla e extensiva para incluir na tributação serviços similares aos expressamente previstos conforme a sua natureza e não segundo o nome dado pela instituição financeira. É passível de incidência do ISS nas atividades referentes rendas de custódia, operações ativas, manutenção de conta corrente/poupança, tarifas interbancárias, pois identificadas como efetiva prestação de serviços através da interpretação ampla e extensiva da lista anexa a Lei Complementar nº 56/87. Os honorários não se mostram excessivos porque a causa tem grande importância e o trabalho técnico é qualificado e em área específica.

0083 . Processo/Prot: 0819583-9 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/186821. Comarca: Santa Helena. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000009-26.1993.8.16.0150 Execução Fiscal. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Letícia Maria Detoni, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Noeli Terezinha Cassini da Silva. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Julgado em: 20/09/2011

DECISÃO: Acordam os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso. Vencida a Desembargadora Dulce Maria Cecconi que entende que delegatário tem direito, porque o art. 26 da Lei de Execução Fiscal só diz respeito às serventias oficializadas. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. DECISÃO QUE JULGA EXTINTA A EXECUÇÃO. CONDENAÇÃO DO EXEQUENTE AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. NÃO CABIMENTO. ARTIGO 26 DA LEF. DISPOSIÇÃO EXISTENTE ANTERIORMENTE À ORDEM CONSTITUCIONAL DE ESTATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIAIS.

SERVENTIA SOB REGIME DE DELEGAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. DISPOSIÇÃO DE LEI FEDERAL QUE NÃO ALBERGA EXCEÇÕES RELATIVAS À ISENÇÃO QUE CONCEDE AOS EXEQUENTE EM CASO DE REMISSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO QUE É GENÉRICA E PREVISTA ANTES DA ORDEM CONSTITUCIONAL DE ESTATIZAÇÃO. ABRANGÊNCIA DAS SERVENTIAS SOB REGIME DE DELEGAÇÃO. ISENÇÃO RECONHECIDA. PRECEDENTES DESSA CÂMARA. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

---

**IV Divisão de Processo Cível**
**Seção da 1ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10237**

---

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Alceu Conceição Machado Neto | 001 | 0754768-2 |
| | 002 | 0754778-8 |
| Carlos Alexandre Lima de Souza | 001 | 0754768-2 |
| Luiz Carlos Manzato | 002 | 0754778-8 |
| Paula Christina Dias Laranjeiro | 002 | 0754778-8 |

Vista ao(s) Advogado (s) - Para Vista dos Autos
0001 . Processo/Prot: 0754768-2 Apelação Cível
. Protocolo: 2010/367400. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0007141-23.2008.8.16.0017 Ordinária. Apelante: Cooperativa de Credito de Livre Admissão Maringá. Advogado: Alceu Conceição Machado Neto. Apelado: Fazenda Publica do Município de Maringá. Advogado: Carlos Alexandre Lima de Souza. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Motivo: Para Vista dos Autos. Vista Advogado: Alceu Conceição Machado Neto (PR032767)
Vista ao(s) Advogado (s) - PARA VISTA DOS AUTOS
0002 . Processo/Prot: 0754778-8 Apelação Cível
. Protocolo: 2010/367402. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0008398-49.2009.8.16.0017 Embargos a Execução. Apelante: Cooperativa de Crédito Livre Admissão Maringá. Advogado: Alceu Conceição Machado Neto. Apelado: Fazenda Pública do Município de Maringá. Advogado: Paula Christina Dias Laranjeiro, Luiz Carlos Manzato. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Motivo: PARA VISTA DOS AUTOS. Vista Advogado: Alceu Conceição Machado Neto (PR032767)

---

**IV Divisão de Processo Cível**
**Seção da 1ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10206**

---

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adriana Mikrut Ribeiro de Godoy | 004 | 0741522-1/01 |
| Adriano Mattos da Costa Ranciaro | 028 | 0819147-3/01 |
| Alceu Schwegler | 013 | 0800422-2 |
| Aldo Massaharu Makita | 047 | 0830221-4 |
| Alessandro Duleba | 051 | 0831057-8 |
| Alexandre Barbosa da Silva | 018 | 0805213-3 |
| | 030 | 0822386-5/01 |
| Altivo Augusto Alves Meyer | 009 | 0793506-0 |
| | 011 | 0796843-0 |
| Ana Elisa Perez Souza | 016 | 0801763-2 |
| Ana Lúcia Costa | 043 | 0828925-6 |
| | 048 | 0830275-2 |
| | 050 | 0830904-8 |
| André Luis D'alcantara Schmitt | 038 | 0826574-1 |
| Andréa Giosa Manfrim | 015 | 0801384-1 |
| | 033 | 0822756-7 |
| | 040 | 0828145-8 |
| | 052 | 0831326-8 |
| Angela Maria de Almeida Sgarbosa | 046 | 0830156-2 |
| Antônio Augusto Della C. D. Rosa | 051 | 0831057-8 |
| Antônio Augusto Grellert | 016 | 0801763-2 |
| Aparecido Albino Dechiche | 029 | 0819419-4/01 |
| Ari Carlos Cantele | 013 | 0800422-2 |
| Camila Simões Martins | 049 | 0830340-4 |
| Cassiano André Kaminski | 010 | 0796002-9 |
| Celso Hideo Makita | 041 | 0828234-0 |
| | 042 | 0828809-7 |
| | 044 | 0829610-4 |
| | 047 | 0830221-4 |
| Cibele Koehler Cabral | 032 | 0822598-5 |
| Claudine Camargo Bettes | 026 | 0818552-0 |
| | 032 | 0822598-5 |
| | 051 | 0831057-8 |
| Cláudio Leite Pimentel | 051 | 0831057-8 |
| Cláudio Soccoloski | 028 | 0819147-3/01 |
| Clovis Airton de Quadros | 021 | 0813142-4 |
| Cynthia Garcez Rabello | 039 | 0826816-4 |
| Daniel Augusto Cerizza Pinheiro | 045 | 0829615-9 |
| Daniel Romaniuk Pinheiro Lima | 033 | 0822756-7 |
| Daniele Beatriz Marconato | 018 | 0805213-3 |
| Daniele Cristina U. Bittencourt | 040 | 0828145-8 |
| Danielle Ribeiro | 017 | 0801867-5 |
| Diogo da Ros Gasparin | 014 | 0800915-2 |
| Dione Isabel Rocha Stephanes | 021 | 0813142-4 |
| Dulce Esther Kairalla | 005 | 0767313-2/02 |
| Edivaldo Aparecido de Jesus | 010 | 0796002-9 |
| Edmilson Luiz Sérgio Bonache | 034 | 0823072-0 |
| Eduardo Luiz Bussatta | 018 | 0805213-3 |
| | 024 | 0816926-2 |
| Eduardo Varela Garcia | 038 | 0826574-1 |
| Elisandra Funghetto | 006 | 0787352-5 |
| Eliúd José Borges Júnior | 010 | 0796002-9 |
| Elpídio Rodrigues Garcia Júnior | 031 | 0822534-1/01 |
| Emir Benedete | 006 | 0787352-5 |
| Fabiane Cristina Seniski | 009 | 0793506-0 |
| Fábio Alexandre Coninck Valverde | 001 | 0629168-1 |
| Fernando Augusto Montai Y Lopes | 029 | 0819419-4/01 |
| | 036 | 0825847-5 |
| Fernando Hideki Kumode | 004 | 0741522-1/01 |
| Gerson Luiz Dechandt | 014 | 0800915-2 |
| Guilherme Henn | 025 | 0817546-8 |
| | 053 | 0831803-0 |
| HELOÍSA FORTES BITTENCOURT | 014 | 0800915-2 |
| Isabella Cabral Kistner | 052 | 0831326-8 |
| Ivan Lelis Bonilha | 010 | 0796002-9 |
| | 011 | 0796843-0 |
| | 013 | 0800422-2 |
| Jair Roberto da Silva | 006 | 0787352-5 |
| | 035 | 0824901-0 |
| João Fábio Hilário | 041 | 0828234-0 |
| | 042 | 0828809-7 |
| | 044 | 0829610-4 |
| | 047 | 0830221-4 |
| Jonas Soistak | 021 | 0813142-4 |
| José Antonio Trento | 036 | 0825847-5 |
| José Subtil de Oliveira | 023 | 0815360-0 |
| | 037 | 0826472-2 |
| Juliane Andréa de Mendes Hey | 003 | 0737812-1 |
| Juliano Ribas Déa | 020 | 0810526-8 |
| Júlio César Subtil de Almeida | 023 | 0815360-0 |
| | 037 | 0826472-2 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 023 | 0815360-0 |
| | 029 | 0819419-4/01 |
| | 036 | 0825847-5 |
| | 037 | 0826472-2 |
| | 039 | 0826816-4 |
| | 045 | 0829615-9 |

| | | |
|---|---|---|
| | 053 | 0831803-0 |
| Karem Oliveira | 008 | 0791599-7 |
| | 011 | 0796843-0 |
| Leane Melissa Olicshevis | 014 | 0800915-2 |
| Leonardo Rodrigues Soares | 016 | 0801763-2 |
| Leontamar Valverde Pereira | 001 | 0629168-1 |
| Letícia Ferreira da Silva | 007 | 0788873-3 |
| Liana Sarmento de Mello Quaresma | 049 | 0830340-4 |
| Lilian Acras Fanchin | 009 | 0793506-0 |
| Luciane Camargo Kujo Monteiro | 011 | 0796843-0 |
| Lucilene Smith | 018 | 0805213-3 |
| Lucius Marcus Oliveira | 013 | 0800422-2 |
| | 030 | 0822386-5/01 |
| Luis Guilherme da Silva Cardoso | 038 | 0826574-1 |
| Luís Henrique Fernandes Hidalgo | 022 | 0813632-3 |
| Luiz Carlos Derbli Bittencourt | 014 | 0800915-2 |
| Luiz Carlos Manzato | 015 | 0801384-1 |
| | 033 | 0822756-7 |
| | 040 | 0828145-8 |
| | 046 | 0830156-2 |
| | 052 | 0831326-8 |
| Luiz Celso Branco | 032 | 0822598-5 |
| Marcelo Constantino Malaguido | 022 | 0813632-3 |
| Marcelo Menezes F. C. Castagin | 004 | 0741522-1/01 |
| Marcio Ari Vendruscolo | 005 | 0767313-2/02 |
| Márcio Luiz Blazius | 019 | 0808940-7 |
| Márcio Rodrigo Frizzo | 019 | 0808940-7 |
| Marco Antônio Lima Berberi | 037 | 0826472-2 |
| Marco Aurélio Barato | 045 | 0829615-9 |
| Marcos André da Cunha | 029 | 0819419-4/01 |
| Marcos Antonio Bettega | 031 | 0822534-1/01 |
| Marcos Sung Il Jo | 031 | 0822534-1/01 |
| Maria Carolina Brassanini Centa | 025 | 0817546-8 |
| | 053 | 0831803-0 |
| Maria Emilia Churk Lago | 034 | 0823072-0 |
| Mariana Grazziotin Carniel | 011 | 0796843-0 |
| Marisa da Silva Sigulo | 049 | 0830340-4 |
| Maurício Holzkamp | 028 | 0819147-3/01 |
| Mauricio Obladen Aguiar | 005 | 0767313-2/02 |
| Miguel Gustavo Lopes Kfouri | 031 | 0822534-1/01 |
| Nelson Souza Neto | 008 | 0791599-7 |
| Olivarde Francisco da Silva | 015 | 0801384-1 |
| | 033 | 0822756-7 |
| | 040 | 0828145-8 |
| Osmar Vieira da Silva | 002 | 0713711-7/02 |
| Pablo José de Barros Lopes | 012 | 0800170-3 |
| Patricia Ferreira Pomoceno | 026 | 0818552-0 |
| Paulo Nobuo Tsuchiya | 022 | 0813632-3 |
| Pedro de Noronha da Costa Bispo | 004 | 0741522-1/01 |
| | 007 | 0788873-3 |
| | 008 | 0791599-7 |
| Rafael Augusto Buch Jacob | 016 | 0801763-2 |
| Rafael Augusto Silva Domingues | 030 | 0822386-5/01 |
| Rafael Soares Leite | 004 | 0741522-1/01 |
| Raquel de Barros Gaidex | 051 | 0831057-8 |
| Raquel Maria Trein de Almeida | 023 | 0815360-0 |
| Roberto Machado Filho | 004 | 0741522-1/01 |
| | 011 | 0796843-0 |
| Rodrigo Mendes dos Santos | 007 | 0788873-3 |
| | 009 | 0793506-0 |
| | 011 | 0796843-0 |
| Rodrigo Shirai | 039 | 0826816-4 |
| Roger Striker Trigueiros | 022 | 0813632-3 |
| Roseli Aparecida Biazibetti | 046 | 0830156-2 |
| Ruy José Miranda Ratton | 030 | 0822386-5/01 |
| Sandra Kiomi Makita | 044 | 0829610-4 |
| Sandra Sidônia Varela G. Lesak | 038 | 0826574-1 |
| Sandro Schauffert P. Gonçalves | 024 | 0816926-2 |
| Susana Valéria Galhera Gonçalves | 046 | 0830156-2 |
| Valdir Julio Ulbrich | 051 | 0831057-8 |
| Valéria dos Santos Tondato | 025 | 0817546-8 |
| | 053 | 0831803-0 |
| Vanderlei Lanz | 049 | 0830340-4 |
| Wallace Soares Pugliese | 007 | 0788873-3 |
| | 009 | 0793506-0 |
| William Robert Nahra Filho | 027 | 0818570-8 |
| Zaqueu Subtil de Oliveira | 023 | 0815360-0 |
| | 037 | 0826472-2 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator

0001 . Processo/Prot: 0629168-1 Mandado de Segurança (Gr/C.Int-Cv))

. Protocolo: 2009/307931. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 0. Mandado de Segurança. Impetrante: Clovis Paulo Wastowski, José Vilmar Sauer. Advogado: Leontamar Valverde Pereira, Fábio Alexandre Coninck Valverde. Impetrado: Secretária da Administração e da Previdência do Estado do Paraná. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível em Composição Integral. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

A execução por quantia certa contra a Fazenda Pública possui o rito do art. 730/ CPC, cuja inicial deve estar adequada a ele e aos termos do art. 282 do CPC. Assim, emende o impetrante a inicial da execução nestes termos em dez dias. Int. Em, 23.09.11

0002 . Processo/Prot: 0713711-7/02 Agravo Regimental Cível

. Protocolo: 2011/199927. Comarca: Uraí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7137117-0/1 Embargos de Declaração, 713711-7 Agravo de Instrumento. Agravante: Thelma Del Cor Domingues de Mello. Advogado: Osmar Vieira da Silva. Agravado: Município de Jataízinho. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

R elat or: J ui z S ub st . 2 º G rau Fe rnando Cé sa r Z eni 1 . Tr at a- s e d e agr avo i n ter n o co n tr a d eci s ão de f . 12 5, qu e n ego u segu i men to ao r ecu r so d e emb a r go s d e d e cl ar aç ão , po r es t ar man i fest am en t e i n ad mi ssí vel , em f a ce a su a i n temp esti vi dad e. N as su as r a zõ e s ( f. 133 /13 8 ), al ego u que est e ju í zo equ i vo co u - se n a co n tag em do p razo , d even d o est e r ecu r so ser p ro vi do p ar a o fi m de r ef o r mar a d eci são , e p o r vi a de co n seq ü ên ci a, d ar p ro vi men to ao s emb arg o s d e d ecl ar a ção an teri o rmen te i n ter po s to . 2 . A n al i san do deti dam en t e o pr es en t e ca so , veri fi co qu e a deci são an t er i or men t e pr o f er i da m er ece s er r efo rm ad a, h aj a vi st a qu e o r ecu r so d e emb ar go s n ão é i n temp esti vo . Q u an to ao mér i to , mai s u ma v ez as si st e ra zão o agr avan te . N a d eci são de f . 11 0, f o i co n si gn ado o s egu i n te: "O pro ces so f oi au tu ado em 09.12.2008 e desp ach ad o so men te e m 12.01.2008 ( f . 28 - TJ ), ou sej a, h o u ve atr a so de 33 ( tri n ta e tr ês) di as qu e po ssi bi l i to u a o co rr ên ci a d a p r es cr i ção ". E qu i vo co u - se esse ju í zo , h aja vi st a qu e o co r r eto seri a: O p roce sso foi a utuado em 1 9 /1 2 /2 0 0 8 e despachado som ente em 0 7 /0 1 /2 0 0 9 (f. 2 8 - T J), ou sej a, houve at ra so de 19 (de zenove) dia s que pos sibi lit ou a oco rrência da p re scrição. 3 . A n te o expo sto , co m b a se n o ar t . 55 7, §1 º, do CP C, e xer ço o juí zo de r etr at ação , p ar a co n h ece r do s emb ar go s, po r qu an to t emp e sti vo s, e no mér i to , par a d ar pr o vi men to ao r ecu rso , co m su p r a. Cu ri ti ba, 23 de set embr o d e 2011 . J ui z Fe rnando Cé sa r Zeni R elat o r Convo cado

0003 . Processo/Prot: 0737812-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2010/309169. Comarca: Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000695-60.2002.8.16.0034 Execução Fiscal. Apelante: Município de Piraquara. Advogado: Juliane Andréa de Mendes Hey. Apelado: Ildebrando Leal Reinert. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Apelante: Município de Piraquara Apelado: Ildebrando Leal Reinert Relator : Des. Rubens Oliveira Fontoura I Trata-se de apelação cível interposta pelo MUNICÍPIO DE PIRAQUARA em face da sentença de fls. 9/11, que determinou a extinção da execução fiscal de IPTU n.º 2681/2002, em virtude da prescrição. Inconformado, sustentou o apelante, às fls. 12/18, que o IPTU é sujeito ao lançamento de ofício e que o prazo para deflagração da execução se conta a partir da notificação do devedor, nos termos do art. 174 do CTN. Assinalou que a ação foi proposta em 2002, dentro do prazo legal, considerando que trata de débitos alusivos aos exercícios financeiros de 1997 a 1999. Afirmou que, entre a juntada do mandado de citação e a intimação do despacho de fls. 7, para que o apelante se manifestasse, transcorreram quase sete anos. Observou que, à vista desses fatos, não ocorreu a prescrição, mormente em face da demora do Poder Judiciário em impulsionar o processo, o que demanda a aplicação da Súmula 106 do STJ. Em conclusão, pugnou pela reforma da sentença, a fim de que seja dado prosseguimento à execução. Recurso recebido às fls. 23/24, em ambos os efeitos. II Considerando que a sentença contrariou, manifestamente, o disposto na Súmula 106 do STJ, a insurgência recursal merece imediato e singular provimento, nos termos da solução preconizada pelo art. 557, §1.º-A do CPC. Observe-se que a ação foi proposta em dezembro de 2002, com relação aos créditos de IPTU constituídos em 1997, 1998 e 1999, dentro do prazo prescricional quinquenal. Entretanto, até a data da prolação da sentença, qual seja, 9 de junho de 2010, ainda não havia se efetivado a citação do devedor. É certo que

a execução foi deflagrada antes da LC 118/05, de modo que o marco interruptivo da prescrição seria a data da citação do devedor e não a data do despacho citatório, nos termos da antiga redação do art. 174 do CTN. Todavia, impõe-se considerar que a demora na realização da citação se deveu à falha do mecanismo judiciário, o que não autoriza o decreto de prescrição lançado pelo julgador, olvidando do disposto no Súmula 106 do STJ, "in verbis": "Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da argüição de prescrição ou decadência". Destaque-se que o mandado de citação com resultado negativo foi juntado aos autos em abril de 2003 (fls. 3v). Página 2 de 3 Apenas em outubro de 2009 foi determinada a intimação do Município, para se manifestar sobre a ocorrência da prescrição, conquanto sequer tivesse sido intimado, até aquela data, da juntada do mandado de citação. Seguiu-se a justificativa do Município, nos mesmos termos da insurgência recursal. Não obstante, desconsiderando tais circunstâncias, o magistrado entendeu pela ocorrência da prescrição. Pelo exposto, dá-se provimento ao apelo, com base no art. 557, §1.º-A do CPC, para reformar a sentença impugnada e determinar o prosseguimento da execução. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA Desembargador Página 3 de 3

0004 . Processo/Prot: 0741522-1/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/258816. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 741522-1 Apelação Civel. Embargante: Estado do Paraná. Advogado: Rafael Soares Leite. Embargado (1): Alr Indústria de Tintas e Sinalização Viária Ltda Me. Advogado: Marcelo Menezes Fernandes Caires Castagin, Fernando Hideki Kumode. Embargado (2): Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Roberto Machado Filho, Pedro de Noronha da Costa Bispo, Adriana Mikrut Ribeiro de Godoy. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Tendo em vista a possibilidade de efeito infringente, intime-se a parte contrária para se manifestar em cinco dias.

0005 . Processo/Prot: 0767313-2/02 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/341885. Comarca: Foro Regional de Bocaiúva do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7673132-0/1 Agravo, 767313-2 Agravo de Instrumento. Embargante: Pinustan Ind. e Com. de Madeiras Ltda. Advogado: Marcio Ari Vendruscolo, Mauricio Obladen Aguiar. Embargado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Dulce Esther Kairalla. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

E mba rgant e: P inustan Indú st ria e Comé r cio de Made ira s L tda. R elat or: J ui z S ub st . 2 º G. Fernando Cé sar Zeni 1 . Tr at a- s e d e emb ar go s d ecl ar ató r i o s o po sto s em f ac e d a d eci são de f. 20 9/2 11 , qu e de p ar ci al pr o vi men to ao r ecu rso de agr avo de i n str u m en to . N as su as r azõ es (f . 218/ 224 ) , su st en t a qu e h á o mi ssão n o a có r d ão pr o f er i do , po rqu an to ter i a dei x ado d e an al i sar o pedi do al tern ati vo do agr avo de i n stru m en to , q u al sej a, que f o ss e f i xado co mo v al o r do pr eca tó ri o a s er l ei l o ado ,o v al o r co n sta n te do pró pr i o p recató r i o (d efi ni do pr ó pri o tí tul o ) . 2. Não há n en h u m ví ci o qu e ju sti fi car i a a i n ter po si ção do s emb ar go s de d e cl ar aç ão , n o t ad a men te po r qu e co n tém f u n d amen to su fi ci en te p ar a es cl ar ec er o po si ci o n amen to ado tado e apr eci o u to da a matéri a q u e ef eti va men t e f o r a o b je to de devo l u ção . I sso po r qu e a emb ar g an t e su st en t a qu e e ss e ju í zo f oi o mi sso po r qu an to n ão t er i a an al i sad o o p edi do al ter n ati vo co n st an t e do agr avo d e i n str u m en to , qu al sej a, qu e f o s se f i xad o co mo val o r do p recató r i o a s er l ei l o ado , o val o r co n stan t e do pr ó pri o prec ató r i o ( defi ni do p ró pri o tí tul o ). O agr avo d e i n str u men to i n terp o sto ti nh a o s segu i n tes p edi do s ( f . 11) : " o pro vi men to do pr es en t e r e cu r so p ar a fi m d e r ef o rm ar a d eci são d e f . 1 31, a fi m de de termi n ar aval i açã o do bem p en h o rado , o u , ai n da, al ter n ati va men t e, sej a f i xad o co mo val o r do b em p en h o rado aqu el e co n st an t e d o pre ató r i o r equ i si tó ri o de p ro p ri edad e d o ex e cu t ado ". A par ti r de u m a si mpl es l ei tu ra n a f u ndam en t aç ão d a d e ci são ( f . 209/ 211) , fi ca cl ar o qu e o en ten di men t o f oi n o sen ti d o de qu e o cr éd i to pr eca tó ri o eq u i val e ao val o r n el e expr e ss ado , o u s ej a, o val o r co n st an t e do pr ec ató r i o . E es se f o i o en ten di men to ado t ado , h aj a vi st a qu e f o i dado par ci al pr o vi men to ao ag r a vo . Co n fi ra-s e tr ech o s d a d eci são qu e evi den ci am t al en ten di men to : Ini cia lment e, sal ient a - se que o p recató rio é rep re sent ado pelo valor nele cont i do, o sej a, o seu tit ular po ssui o direit o ao rece biment o de um va lor f ixo, espe ci fi cado no mes mo. Ass im, o c réd it o oriundo de p reca t ório a se r leva do a leilã o equivale ao mont ant e nele expressa d o, cabendo, t ão somente, a sua atuali za ção monet á ria, ma s nã o a sua av aliação. Dest a forma , não é ca bíve l a av a lia ç ão d o bem penhora do, na med ida em que o p reca tó rio rep re sent a crédit o de finido no próp rio t ítu lo, cabendo somente a co rreção monet ária. 3. P ortant o, do u par cia l p roviment o a o recu r so, com a r rim o no art. 5 5 7 , § 1 º-A , do CP C. P o r este s mo ti vo s, man t en h o a d e ci são an t er i o r men te pr o f er i da n a su a í n tegr a e vo to p el a r ej ei ç ão do r ecu r so . 3 . A s si m, vo to p el o d esp ro vi men to do s e mb argo s d e d ecl ara ção i n ter po s to s, p el o s f u n damen to s aci m a ado tado s. 4 . In t. Cu ri ti ba, 27 d e set embr o d e 201 1. Fe rnando Cé sa r Zen i J uiz S ub st it ut o e m 2º G rau

0006 . Processo/Prot: 0787352-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/186999. Comarca: Francisco Beltrão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00000293 Execução Fiscal. Agravante: Supermercado Indústrial Ltda. Advogado: Emir Benedete, Elisandra Funghetto. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Jair Roberto da Silva. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL PEDIDO ADMINSTRATIVO DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS DE PRECATÓRIO COM DÉBITOS FISCAIS-INADMISSIBILIDADE APÓS O ADVENTO DA EC 62/2009 INAPLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL 8022, DE 16.09.2010 - CONCESSÃO DE MORATÓRIA À FAZENDA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS VENCIDOS. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA PELO STF PARA SUSPENDER EFICÁCIA DO ART. 78 DA ADCT - RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. I. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que declarou ineficaz a nomeação de bens feita pelo executado. Supermercado Industrial Ltda. alega, em síntese, que: a) a decisão agravada feriu o princípio do devido processo legal ao declarar ineficaz a nomeação de bens feita pelo executado; b) o não acolhimento da penhora indicada acarretará grave prejuízo a agravante, pois inviabilizará o exercício da sua atividade econômica; c) a execução deve ser feita do modo menos oneroso ao devedor, nos termos do artigo 620 do CPC; d) a EC 30/2008 conferiu poder liberatório aos precatórios. É o relatório. II. Ao credor é possível recusar a garantia oferecida, requerendo sua substituição, quando: I - não obedecer à ordem legal; II - não incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento; III - havendo bens no foro da execução, outros houverem sido penhorados; IV - havendo bens livres, a penhora houver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame; V - incidir sobre bens de baixa liquidez; VI - fracassar a tentativa de alienação judicial do bem; VII - o devedor não indicar o valor dos bens ou omitir qualquer das indicações a que se referem os incisos I a IV do parágrafo único do art. 668 desta Lei. A penhora pelo Código de Processo Civil (art. 655) deve obedecer a seguinte ordem: I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; II - veículos de via terrestre; III - bens móveis em geral; IV - bens imóveis; V - navios e aeronaves; VI - ações e quotas de sociedades empresárias; VII - percentual do faturamento de empresa devedora; VIII - pedras e metais preciosos; .IX - títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado; X - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; XI - outros direitos. Segundo a Lei de Execuções (artigo 11) a ordem é essa: I - dinheiro; II - título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; III - pedras e metais preciosos; IV - imóveis; V - navios e aeronaves; VI - veículos; VII - móveis ou semoventes; VIII - direitos e ações. Nas duas seqüências, dinheiro prefere direito ou ações. Como a penhora "on line" é dita como dinheiro tem preferência sobre precatório. Havendo desrespeito a ordem legal possível a recusa e o pedido de substituição. Como bem disse o eminente Juiz Fernando Zeni "é possível a penhora sobre precatórios e disto não se dúvida, mas tal somente poderá ocorrer quando não encontrados outros bens que, diante do julgamento do credor, tem maior apelo econômico." Nesse sentido a jurisprudência majoritária dessa Corte: "AGRAVANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ AGRAVADA: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA. RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA AGRAVO DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR ART. 557, §1ºA DO CPC PROVIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO OFERECIMENTO DE PRECATÓRIO À PENHORA RECUSA PELA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DA PENHORA ON LINE - - RECURSO IMPROVIDO. Estando a decisão proferida em primeiro grau em manifesto confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso, motivo pelo qual, não merece ser reformada a decisão ora recorrida. (TJPR - 1ª C.Cível - A 0728687-9/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Rubens Oliveira Fontoura - Unânime - J. 15.03.2011)" AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL DECISÃO QUE DEFERIU O BLOQUEIO DE VALORES NA CONTA BANCÁRIA DA EXECUTADA PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE RECURSAL SUSCITADA NA RESPOSTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO EVIDENCIADA REJEIÇÃO PENHORA DE PRECATÓRIOS - RECUSA DA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE ART. 11 DA LEI Nº 6.830/80 PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTE TRIBUNAL DEFERIMENTO DE PENHORA SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA DEVEDORA PELO SISTEMA BACENJUD - MANUTENÇÃO DO DESPACHO AGRAVADO. Evidenciado que o recurso de Agravo de Instrumento foi manejado dentro do prazo peremptório de 10 (dez) dias, não há que se falar em intempestividade, razão pela qual o recurso deve ser conhecido. É incontroversa a possibilidade de penhora de precatório e também, da Fazenda Pública recusar o bem nomeado pelo Devedor na Execução Fiscal, desde que embasado numa das hipóteses previstas no art. 656 do Código de Processo Civil. O art. 655, inc. I e 655-A do CPC, combinado com o art. 11 da Lei nº 6.830/80, conferiu prioridade da penhora sobre dinheiro, em espécie ou em depósito e, a penhora on line situa-se como atividade-meio que permite a penhora de dinheiro depositado ou aplicado. Quando o pedido de penhora on line é formalizado após o advento da Lei n. 11.382/2006 e, portanto, em consonância com os preceitos estabelecidos pelo artigo 655, inc. I c/c o art. 655-A, ambos do Código de Processo Civil, admite-se a constrição por meio eletrônico. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 1ª C.Cível - AI 0691485-6 - Foz do Iguaçu - Rel.: Des. Idevan Lopes - Unânime - J. 15.03.2011) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO, OBSCURIDADE. PENHORA DE PRECATÓRIO VERSUS PENHORA ON LINE. CONSTRIÇÃO DE DINHEIRO QUE NÃO VIOLA O PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS REJEITADOS (TJPR - 1ª C.Cível - EDC 0713928- 2/01 - Maringá - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni - Unânime - J. 15.02.2011) AGRAVO INTERNO. PENHORA ON-LINE. RECUSA DO CREDOR PARA ACEITAÇÃO DE PRECATÓRIO. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO DESPROVIDO. De acordo com firme orientação do STJ: "Após a entrada em vigor da Lei nº 11.382/2006, não mais se exige do credor a comprovação de esgotamento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. Segundo nova orientação jurisprudencial firmada no âmbito desta Corte, a penhora on line deve ser mantida sempre que necessária à efetividade da execução.2. Agravo interno improvido. (AgRg no Ag 1050772/

RJ, 3ª Turma, Rel. Min. Paulo Furtado, DJ 05/06/09)" (TJPR - 1ª C.Cível - A 0691442-1/01 - Paranavaí - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni - Unânime - J. 10.08.2010) "AGRAVO INOMINADO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO À PENHORA. DECISÃO QUE INDEFERE O BEM OFERECIDO PELA DEVEDORA E DETERMINA A PENHORA ON LINE. MEDIDA QUE ENCONTRA RESPALDO TANTO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE QUANTO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES COLACIONADOS QUE NÃO REFLETEM O ATUAL ENTENDIMENTO ADOTADO SOBRE O TEMA. AGRAVO NÃO PROVIDO. (TJPR Acórdão 35596, 1ª CCv, rel. Des. Dulce Cecconi, j. em 19.10/10)" "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE CRÉDITO DECORRENTE DE PRECATÓRIO. ART. 656 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. 1. O crédito representado por precatório é bem penhorável, mesmo que a entidade dele devedora não seja a própria exeqüente, enquadrando-se na hipótese do inciso XI do art. 655 do CPC, por se constituir em direito de crédito. 2. A "recusa, por parte do exeqüente, da nomeação feita pelo executado, pode ser justificada por qualquer das causas previstas no CPC (art. 656), mas não pela impenhorabilidade do bem oferecido. (STJ - EREsp 870.428/RS, rel. Min. Teori Albino Zavascki)". "A execução deve ser feita no interesse do credor. Havendo recusa deste em proceder à substituição da penhora e achando-se esta fundada na ordem legal prevista no CPC, deve ser acatada. 4. Embargos de divergência não providos. (STJ - EREsp 881.014/RS, rel. Ministro Castro Meira)". "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA ON LINE. ARTS. 655 E 655-A DO CPC. SISTEMA BACEN-JUD. VIGÊNCIA DA LEI N. 11.382, DE 6DE DEZEMBRO DE 2006. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO. 1. Após a entrada em vigor da Lei nº 11.382/2006, não mais se exige do credor a comprovação de esgotamento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. 2. Segundo nova orientação jurisprudencial firmada no âmbito desta Corte, a penhora on line deve ser mantida sempre que necessária à efetividade da execução. 2. Agravo interno improvido. (STJ - AgRg no Ag 1050772/RJ, 3ª T., rel. Min. Paulo Furtado)". "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE BENS DA EXECUTADA. SUBSTITUIÇÃO POR DIREITO DE CRÉDITO DECORRENTE DE PRECATÓRIO. ART. 656 DO CPC. ART. 15, I, DA LEI 8.630/80. IMPOSSIBILIDADE. (...) 2. O crédito representado por precatório é bem penhorável, mesmo que a entidade dele devedora não seja a própria exeqüente. Enquadra-se na hipótese do inciso XI do art. 655 do CPC, por se constituir em direito de crédito. Não se confunde com dinheiro, que poderia substituir o imóvel penhorado independente do consentimento do credor. Precedente: (REsp 893519/RS, DJ 18.09.2007 p. 287) (...) 4. A execução se opera em prol do exeqüente e visa a recolocar o credor no estágio de satisfatividade que se encontrava antes do inadimplemento. Em conseqüência, realiza-se a execução em prol dos interesses do credor (arts. 612 e 646, do CPC). Por conseguinte, o princípio da economicidade não pode superar o da maior utilidade da execução para o credor, propiciando que a execução se realize por meios ineficientes à solução do crédito exeqüendo. 5. "A recusa, por parte do exeqüente, da nomeação à penhora de crédito previsto em precatório devido por terceiro pode ser justificada por qualquer das causas previstas no CPC (art. 656)" (AgRg no REsp 826.260, voto-vencedor, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 07.08.2006). 6. A verificação do princípio da menor onerosidade demanda análise de matéria fático-probatória, insindicável nesta Corte, ante o óbice da Súmula 07/STJ. 7. Recurso especial não conhecido. (STJ - REsp 927.025/SP, 1ª T., rel. Ministro Luiz Fux, j. 18.03.2008, DJ 12.05.2008)". E do Superior Tribunal de Justiça: "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO TRIBUTÁRIO. ICMS. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITO DECORRENTE DE CESSÃO DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. "O reconhecimento da penhorabilidade de precatório não significa reconhecimento da compensabilidade desse crédito, seja com a dívida em execução, seja com qualquer outra. (...) Conforme estabelece o § 1º do art. 673 do CPC, "o credor pode preferir, em vez da sub-rogação, a alienação judicial do direito penhorado, caso em que declarará sua vontade no prazo de dez (10) dias contados da realização da penhora". (EREsp 870.428/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 13.08.2007). 2. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag 856.674/RS, 2ª T., rel. Min. Herman Benjamin, j. 11.09.2007, DJ 24.10.2007)". "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DO SISTEMA BACENJUD. ARTIGOS 655 E 655-A, DO CPC, ALTERADOS PELA LEI N. 11.382/06. 1. A partir da Lei 11.382, de 06.12.2006, os arts. 655 e 655-A, do CPC passaram a estabelecer a inquestionável preferência do dinheiro na ordem de constrição, inclusive por meio da penhora on line de ativos financeiros, confirmando que a execução se dá em favor do exequente, e não do devedor. 2. No caso, existindo numerário depositado em conta bancária, não pode ser recusada a sua penhora ao argumento de que o executado nomeou crédito em precatório, já que a ordem da Lei 6.830/80 deve ser observada, sobretudo após a edição da Lei 11.382/06. 3. Ademais, a Corte Especial, no julgamento do REsp 1.112.943-MA, Rel. Min. Nancy Andrighi, ocorrido em 15/09/2010, pela sistemática do artigo 543-C do CPC, decidiu que, após o advento da Lei nº 11.382/06, o juiz não pode exigir do credor o exaurimento das diligências, na busca de outros bens, para a decretação da penhora on line. 4. Ausência de condenação da agravante por litigância de má-fé, já que o agravo é anterior à manifestação da Corte Especial no julgamento do citado recurso especial repetitivo. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1174751/PR, 2ª Turma, rel. Min. Castro Meira, julgado em 07/10/10)". "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO TRIBUTÁRIO. ICMS. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITO DECORRENTE DE CESSÃO DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. "O reconhecimento da penhorabilidade de precatório não significa reconhecimento da compensabilidade desse crédito, seja com a dívida em execução, seja com qualquer outra. (...) Conforme estabelece o § 1º do art. 673 do CPC, "o credor pode preferir, em vez da sub-rogação, a alienação judicial do direito penhorado, caso em que declarará sua vontade no prazo de dez (10) dias contados da realização da penhora". (EREsp 870.428/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 13.08.2007). 2. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag 856.674/RS, 2ª Turma, rel. Min. Herman Benjamin, j. 11.09.2007, DJ 24.10.2007)". "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DO SISTEMA BACENJUD. ARTIGOS 655 E 655-A, DO CPC, ALTERADOS PELA LEI N. 11.382/06. 1. A partir da Lei 11.382, de 06.12.2006, os arts. 655 e 655-A, do CPC passaram a estabelecer a inquestionável preferência do dinheiro na ordem de constrição, inclusive por meio da penhora on line de ativos financeiros, confirmando que a execução se dá em favor do exequente, e não do devedor. 2. No caso, existindo numerário depositado em conta bancária, não pode ser recusada a sua penhora ao argumento de que o executado nomeou crédito em precatório, já que a ordem da Lei 6.830/80 deve ser observada, sobretudo após a edição da Lei 11.382/06. 3. Ademais, a Corte Especial, no julgamento do REsp 1.112.943-MA, Rel. Min. Nancy Andrighi, ocorrido em 15/09/2010, pela sistemática do artigo 543-C do CPC, decidiu que, após o advento da Lei nº 11.382/06, o juiz não pode exigir do credor o exaurimento das diligências, na busca de outros bens, para a decretação da penhora on line. 4. Ausência de condenação da agravante por litigância de má-fé, já que o agravo é anterior à manifestação da Corte Especial no julgamento do citado recurso especial repetitivo. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1174751/PR, 2ª Turma, rel. Min. Castro Meira, julgado em 07/10/10)". A Súmula 417 do Superior Tribunal de Justiça estabelece que "na execução civil, a penhora de dinheiro na ordem de nomeação de bens não tem caráter absoluto". Portanto, é clara no sentido de que a restrição a ordem vale apenas para a execução civil, que não é o caso dos autos, em que se trata da execução fiscal. Sobre o mesmo prisma, na execução fiscal o princípio maior do processo executivo que é o pagamento do credor de forma célere se sobrepõe ao princípio da menor onerosidade. A propósito o STJ assim se manifestou: TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA DE PRECATÓRIO JUDICIAL. RECUSA POR PARTE DA FAZENDA. POSSIBILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. RESP 1.090.898/SP. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. 1. O crédito representado por precatório judicial é bem penhorável, mesmo que a devedora não seja a mesma exequente. Porém, a Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal insculpida no art. 11 da Lei 6.830/80, pois o princípio da menor onerosidade do devedor, preceituado no art. 620 do CPC, tem de estar em equilíbrio com a satisfação do credor. 2. Orientação reafirmada pela Primeira Seção, no julgamento do REsp. 1.090.898/SP, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, e na edição da Súmula 406/STJ: "Fazenda Pública pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório". 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1232280/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/05/2011, DJe 26/05/2011) Processual civil. Agravo regimental no agravo de instrumento. Execução. Nomeação de bens à penhora. Dissídio jurisprudencial. Ausência de cotejo e de similitude fática. Interpretação do art. 620 em harmonia com o art. 655, ambos do CPC. Súmula 83/STJ. - Necessário que o recorrente promova o confronto analítico e demonstre a similitude fática entre as hipóteses comparadas para o conhecimento do recurso especial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional. - O art. 620 do CPC há de ser interpretado em consonância com o art. 655 do CPC, e não de forma isolada, levando-se em consideração a harmonia entre o objetivo de satisfação do crédito e a forma menos onerosa para o devedor. - A jurisprudência dominante do STJ é no sentido de que, desobedecida pelo devedor a ordem de nomeação de bens à penhora prevista no art. 655 do CPC, pode a constrição recair sobre dinheiro, sem que isso implique em afronta ao princípio da menor onerosidade da execução previsto no art. 620 do Código de Processo Civil. Agravo não provido. (AgRg no Ag 709.575/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2005, DJ 28/11/2005, p. 287 O Órgão Especial deste Tribunal tem entendido que o art. 2º da EC 62/2009, que alterou o art. 97 do ADCT, passou a vigorar com a seguinte redação vedando tais tipos de compensação. "Art. 97. Até que seja editada a lei complementar de que trata o § 15 do art. 100 da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, na data de publicação desta Emenda Constitucional, estejam em mora na quitação de precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo, farão esses pagamentos de acordo com as normas a seguir estabelecidas, sendo inaplicável o disposto no art. 100 desta Constituição Federal, exceto em seus §§ 2º, 3º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14, e sem prejuízo dos acordos de juízos conciliatórios já formalizados na data de promulgação desta Emenda Constitucional. § 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sujeitos ao regime especial de que trata este artigo optarão, por meio de ato do Poder Executivo: I - pelo depósito em conta especial do valor referido pelo § 2º deste artigo; ou II - pela adoção do regime especial pelo prazo de até 15 (quinze) anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial a que se refere o § 2º deste artigo corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento. § 2º Para saldar os precatórios, vencidos e a vencer, pelo regime especial, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devedores depositarão mensalmente, em conta especial criada para tal fim, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, sendo que esse percentual, calculado no momento de opção pelo regime e mantido fixo até o final do prazo a que se refere o § 14 deste artigo, será" A emenda 62/09 traduz moratória no que toca ao pagamento dos precatórios expedidos contra os Estados "inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por

este artigo...", conforme disciplinou o caput do art. 97. A Emenda Constitucional ao conceder a moratório retirou a exigibilidade dos créditos inseridos no seu âmbito, o que impede qualquer tipo de compensação por faltar a equiparação das dívidas para tanto, pois os Estados, Municípios e Distrito Federal, estando em mora na quitação de precatório, e havendo determinação constitucional que tal norma seja obedecida de pronto; isso acaba abrangendo pretensões de pagamento de dívida por meio de compensação, tanto no âmbito administrativo como no judicial, o que por certo, e sem sombra atinge o oferecimento de tal crédito à penhora. Com a moratória aos Estados pelo prazo de 15 (quinze) anos, não mais é possível perquirir sobre a possibilidade de quitação dos precatórios vencidos. O art. 6º da Emenda 62 não altera tal posição ou sugere entendimento diverso, apenas reafirma que as compensações feitas não podem ser revertidas (aquelas concretizadas antes da edição desta Emenda. Tal norma não autoriza a abertura de discussão sobre possibilidade de compensação para casos litigiosos existentes após sua edição. Do órgão Especial: "AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE LIMINAR PARA A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR CONTA DE FUTURA COMPENSAÇÃO COM CRÉDITOS REPRESENTADOS POR PRECATÓRIOS. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/09. MANDADO DE SEGURANÇA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. CAUSA SUPERVENIENTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO ART. 267, VI DO CPC. MATÉRIA SUMULADA PELO ÓRGÃO ESPECIAL. AGRAVO PREJUDICADO. Nas ações com pedido de compensação de débitos tributários com créditos representados por precatórios, na forma prevista pelo art. 78, § 2º do ADCT, constitui fato novo a Emenda Constitucional nº 62/2009 e o Decreto Estadual nº 6335/2010. O novo regime de pagamento introduzido inviabiliza a compensação do débito tributário com créditos representados por precatórios, motivo pelo qual falta interesse de agir ao devedor, ensejando a extinção do processo sem resolução de mérito. (TJPR - Órgão Especial, A 0660034-6/01, Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba, rel. Des. Lauri Caetano da Silva, unânime, j. 17.09.2010)". Súmula 20 do Órgão Especial: "Em face do regime especial de pagamento introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 (art. 97, ADCT), adotado pelo Decreto Estadual nº 6335/2010-PR, carece de interesse processual o demandante da compensação de débito tributário com crédito representado por precatório; nas ações em andamento fundamentadas no art. 78 do ADCT, extingue-se o processo sem resolução de mérito (art. 267, VI do CPC)". Ademais, o direito adquirido só existe se estão presentes todos os pressupostos exigidos pelo ordenamento e se: a) houver lei que reconheça o direito; b) decisão sobre o manto de coisa julgada material ou; c) reconhecimento por parte da Administração Pública. No caso não ocorreram nenhuma das situações. A Administração Pública nunca reconheceu o direito do autor a compensação, pelo contrário sempre se opôs. Não há que se falar em coisa julgada material até o julgamento final do processo administrativo. O reconhecimento de tal direito era dado pelo artigo 78, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (§ 2º as prestações anuais a que se refere o caput deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora), que se encontra suspenso pelo ADIN 2362 do Supremo Tribunal Federal que contém a seguinte ementa: EMENTA: MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000, QUE ACRESCENTOU O ART. 78 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. PARCELAMENTO DA LIQUIDAÇÃO DE PRECATÓRIOS PELA FAZENDA PÚBLICA. 1. O precatório de que trata o artigo 100 da Constituição consiste em prerrogativa processual do Poder Público. Possibilidade de pagar os seus débitos não à vista, mas num prazo que se estende até dezoito meses. Prerrogativa compensada, no entanto, pelo rigor dispensado aos responsáveis pelo cumprimento das ordens judiciais, cujo desrespeito constitui, primeiro, pressuposto de intervenção federal (inciso VI do art. 34 e inciso V do art. 35, da CF) e, segundo, crime de responsabilidade (inciso VII do art. 85 da CF). 2. O sistema de precatórios é garantia constitucional do cumprimento de decisão judicial contra a Fazenda Pública, que se define em regras de natureza processual conducentes à efetividade da sentença condenatória trânsita em julgado por quantia certa contra entidades de direito público. Além de homenagear o direito de propriedade (inciso XXII do art. 5º da CF), prestigia o acesso à jurisdição e a coisa julgada (incisos XXXV e XXXVI do art. 5º da CF). 3. A eficácia das regras jurídicas produzidas pelo poder constituinte (redundantemente chamado de "originário") não está sujeita a nenhuma limitação normativa, seja de ordem material, seja formal, porque provém do exercício de um poder de fato ou suprapositivo. Já as normas produzidas pelo poder reformador, essas têm sua validez e eficácia condicionadas à legitimação que recebam da ordem constitucional. Daí a necessária obediência das emendas constitucionais às chamadas cláusulas pétreas. 4. O art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 30/2000, ao admitir a liquidação "em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos" dos "precatórios pendentes na data de promulgação" da emenda, violou o direito adquirido do beneficiário do precatório, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Atentou ainda contra a independência do Poder Judiciário, cuja autoridade é insuscetível de ser negada, máxime no concernente ao exercício do poder de julgar os litígios que lhe são submetidos e fazer cumpridas as suas decisões, inclusive contra a Fazenda Pública, na forma prevista na Constituição e na lei. Pelo que a alteração constitucional pretendida encontra óbice nos incisos III e IV do § 4º do art. 60 da Constituição, pois afronta "a separação dos Poderes" e "os direitos e garantias individuais". 5. Quanto aos precatórios "que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999", sua liquidação parcelada não se compatibiliza com o caput do art. 5º da Constituição Federal. Não respeita o princípio da igualdade a admissão de que um certo número de precatórios, oriundos de ações ajuizadas até 31.12.1999, fique sujeito ao regime especial do art. 78 do ADCT, com o pagamento a ser efetuado em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, enquanto os demais créditos sejam beneficiados com o tratamento mais favorável do § 1º do art. 100 da Constituição. 6. Medida cautelar deferida para suspender a eficácia do art. 2º da Emenda Constitucional nº 30/2000, que introduziu o art. 78 no ADCT da Constituição de 1988. (ADI 2356 MC, Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 25/11/2010, DJe-094 DIVULG 18- 05-2011 PUBLIC 19-05-2011 EMENT VOL-02525- 01 PP-00054) III. Posto isso, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil, porque o recurso está em confronto com jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal nego seguimento ao agravo de instrumento. Intimem-se. Oportunamente baixem para arquivar. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Fábio André Santos Muniz, Relator. .

0007 . Processo/Prot: 0788873-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/114744. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0000844-68.2010.8.16.0004 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Letícia Ferreira da Silva, Wallace Soares Pugliese, Pedro de Noronha da Costa Bispo. Agravado: Farmacia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Rodrigo Mendes dos Santos. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ AGRAVADO: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA I - Trata-se de agravo de instrumento interposto por FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ contra a decisão do Dr. Juiz de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba Pr., que nos autos nº 844/68, de Execução Fiscal, indeferiu o pedido de suspensão da exigibilidade do crédito tributário e deferiu o pedido de nomeação à penhora de créditos precatórios. Alegou que após o advento da Emenda Constitucional nº 62/09 não seria mais possível a compensação (nem sub-rogação) de créditos de precatório com tributos estaduais, sendo que com isso teria sido concedido novo prazo para pagamento dos precatórios pendentes na data de sua promulgação. Disse que a penhora de precatórios não surtirá a menor efetividade, já que não existia no sistema anterior. Consignou que todos os precatórios, vencidos ou vincendos, alimentares ou comuns, parcelados ou não, por força art. 78, ambos do ADCT. Destacou que em relação aos pedidos pendentes, inclusive os deduzidos em âmbito de processos judiciais, não seria mais possível o seu processamento, uma vez que o ente público somente poderia efetuar pagamento na forma preconizada pela nova Emenda Constitucional, não mais subsistindo qualquer outra hipótese de compensação, seqüestro ou parcelamento, sendo, pois, impossível falar em compensação ou sub-rogação. Pontuou que inúmeros processos da execução fiscal onde houve penhora de créditos de precatório que a Fazenda Pública não consegue mandá-los a leilão ante os inúmeros empecilhos criados pelos devedores, ora questionando o valor dos precatórios, ora argumentando que não poderiam ser enviados a leilão. Destacou a inaplicabilidade do principio da menor onerosidade no caso em questão, salientando que a execução deverá ser feita na satisfação do interesse do credor, devendo, pois, prevalecer o a penhora on line sobre ativos financeiros da executada através do sistema BACEN JUD, que proporcionará mais facilmente a efetiva satisfação do crédito tributário, além de gozar de preferência legal e não ser equiparável a dinheiro. Disse que tanto é assim, que o executado, em qualquer fase do processo poderia ser deferida a substituição da penhora por depósito em dinheiro ou fiança bancária, independentemente de consentimento do credor, nos termos do art. 15, I, da LEF. Porém, no caso da substituição por direito oriundo de precatório, seria imprescindível a concordância expressa do credor, podendo este, inclusive, discordar do pedido. Fez aportes à jurisprudência pátria. Com isso, pediu pelo conhecimento e provimento do recurso, declarando ineficaz a nomeação levada a efeito pela agravada, determinando-se a desconstituição do termo de penhora e determinando o prosseguimento da execução com a realização da penhora on line, via solicitação de consulta pelo sistema Bacen-Jud, nos termos do art. 11, da LEF e art. 655, I e art. 655-A, ambos do CPC. Às fls. 77/78 -TJ deferiu-se o efeito suspensivo. Em suas contrarrazões (fls. 89/101-TJ), pediu pelo improvimento do recurso, mantendo a decisão agravada. 2 deferiu a nomeação de precatórios à penhora. Prefacialmente, destaca-se que não se pode perder de vista que o convênio de Cooperação Técnico Institucional celebrado entre o Superior Tribunal de Justiça, o Banco Central, o Conselho da Justiça Federal, ensejou a adesão deste Egrégio Tribunal de Justiça no ano de 2001. Através desse sistema, denominado penhora on-line (BACEN- JUD), os magistrados podem, por meio de senha eletrônica, oficiar aos bancos e instituições com autorização de funcionamento do BACEN para determinar bloqueio de contas de pessoas físicas ou jurídicas do Sistema Financeiro Nacional, solicitar providências requeridas pelas partes. Ressalta-se que embora anteriormente o entendimento fosse de que a utilização do sistema BACEN-JUD teria caráter discricionário, aplicável diante do juízo de conveniência no caso concreto, hodiernamente a jurisprudência tem se posicionado no sentido de que é um direito subjetivo da parte, abandonando o conceito de medida excepcional. Isso porque a penhora on line tem sido equiparada como penhora em dinheiro, dando assim cumprimento à dicção do art. 655 e art. 655-A, do CPC, estabeleceu a prioridade na nomeação à penhora de dinheiro em espécie ou em depósito, o que, de toda sorte, e aliado ao art. 11, da Lei nº 6.830/80, sinaliza que a penhora on line se estabelece como uma via para que tal desideratum seja alcançado, não se olvidando, todavia, que devem ser evitadas assim que constatado que seu uso poderá acarretar excessos e prejuízos de grande monta. Destaca-se que a penhora on line é reconhecida como espécie de penhora equiparada a dinheiro e não se mostra como medida excepcional, motivo pelo qual 3 bens penhoráveis. No mesmo sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO À PENHORA. EMPRESA DE VULTOSO PATRIMÔNIO. PRETERIÇÃO DE BENS

PREFERENCIAIS. ARTIGO 11, DA LEF. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PELA EXECUTADA. INDEFERIMENTO. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS NA BUSCA DE OUTROS BENS PENHORÁVEIS. DESNECESSIDADE. INDICAÇÃO FEITA SOB A ÉGIDE DAS ALTERAÇÕES DA LEI 11.382/2006. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO PROVIDO. - "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - PENHORA ON LINE - SISTEMA BACEN-JUD - REQUERIMENTO FEITO NO REGIME ANTERIOR AO ART. 655, I, DO CPC (REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.382/2006) - SÚMULA 13/STJ. 2. A jurisprudência desta Corte tem examinado o pedido de penhora on line levando em consideração o momento em que formulado: se antes ou depois do advento da Lei 11.382/2006, que alterou o art. 655, I, do CPC, incluindo os depósitos e as aplicações em instituições financeiras como preferenciais na ordem de penhora, equiparando-os a dinheiro em espécie. 3. Se o pleito é anterior à nova lei, seu deferimento fica condicionado ao esgotamento de todos os meios de localização dos bens do devedor, em atenção ao art. 185-A do CTN. No regime atual, a penhora on line pode ser deferida de plano, afastando-se a exigência. Precedentes desta Corte. 4. Hipótese dos autos cujo pedido foi formulado no regime anterior, tendo o Tribunal de origem afastado a penhora de ativos financeiro porque não demonstrada a impossibilidade de recair a penhora em outros bens. 5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido" (REsp. 910.497/SP, 2ª T., Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 17.02.2009, original sem destaque)." (TJPR, Ac. nº 31911, 1ª C.C., Relª. Desª. Dulce Maria Cecconi, julg. em 07.07.2009). "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE VALORES. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO PELO MODO MENOS GRAVOSO AO DEVEDOR. PREVISÃO QUE DEVE SER APLICADA EM CONJUNTO COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES EXISTENTES EM RELAÇÃO À MATÉRIA. DEVEDORA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE INDICAR BENS PARA PROTEÇÃO DO CRÉDITO EXECUTADO. DECISÃO ATACADA EM DESCONFORMIDADE COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. DECISÃO REFORMADA PARA POSSIBILITAR A PENHORA ON LINE. RECURSO PROVIDO." (TJPR, Ac. nº 31480, 1ª C.C., Rel. Dr. Sérgio Roberto N Rolanski, julg. em 07.04.2009). "AGRAVO INOMINADO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA ON LINE. DECISÃO DE 1º GRAU QUE REJEITOU E PENHORA SOBRE PRECATÓRIO DE NATUREZA ALIMENTAR E DETERMINOU A REALIZAÇÃO DA CONSTRIÇÃO ELETRÔNICA, COM BASE NO ART. 655-A, DO CPC. DECISÃO RECUSA JUSTIFICADA, EM RAZÃO DA VIOLAÇÃO DA GRADAÇÃO LEGAL PREVISTA NO ART. 656, INC. I, DO CPC. AGRAVO REJEITADO." (TJPR, Ac. 30146, 1ª 4 Desta feita, observando-se o previsto no art. 11 da Lei nº 6.830/80, bem como do previsto no art. 655 e 655-A do CPC é que, sendo requerido pela exequente, deve ser deferido o pedido de penhora on line a fim de que execução se realize no interesse do credor. Este é o mais recente entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA ON LINE. ARTS. 655 E 655-A DO CPC. SISTEMA BACEN-JUD. VIGÊNCIA DA LEI N. 11.382, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO. 1. Após a entrada em vigor da Lei nº 11.382/2006, não mais se exige do credor a comprovação de esgotamento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. 2. Segundo nova orientação jurisprudencial firmada no âmbito desta Corte, a penhora on line deve ser mantida sempre que necessária à efetividade da execução. 2. Agravo interno improvido." (STJ, AgRg no Ag 1050772/RJ, Rel. Ministro Paulo Furtado (Desembargador convocado do TJj/BA), 3ª T., julg. em 26/05/2009). "EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. RECUSA DE PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO MENOS GRAVOSA. INTERESSE DO CREDOR. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 620 DO CPC. I - A jurisprudência desta Corte é no sentido de que o credor pode recusar o precatório nomeado à penhora pelo devedor, haja vista que a execução opera-se em seu interesse, havendo outros bens em melhor posição na ordem legal do art. 11 da Lei n. 6.830/80. Precedentes: AGA n. 547.959/SP, Rel. Min. DENISE ARRUDA, DJ de 19/04/2004; EDAG n. 535.806/SP, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 08/03/2004; e AGREsp n. 280.587/SP, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ de 04/02/2002. II - A regra do art. 620 do Código de Processo Civil, segundo a qual a execução deverá ser feita do modo menos gravoso ao devedor, deve ser conciliada com o objetivo da execução, qual seja, a satisfação do credor. III - Agravo regimental improvido." (STJ, AgRg no Ag 1119668/ES, Rel. Ministro Francisco Falcão, 1ª T., julg. em 02/06/2009). "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. DIREITO DE CRÉDITO DECORRENTE DE PRECATÓRIO. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA POR OFENSA À ORDEM LEGAL PREVISTA NO ART. 11 DA LEI 6.830/80. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (STJ, EDcl no Ag 1090766/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, 1ª T., julg., em 23/04/2009). "PROCESSO CIVIL EXECUÇÃO FISCAL PRECATÓRIOS JUDICIAIS PENHORA ADMISSIBILIDADE RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA CABIMENTO. 1. O STJ entende que créditos decorrentes de precatório judicial 5 ainda a recusa de substituição de bem penhorado por tais créditos, nos termos dos arts. 11 e 15 da LEF. Precedentes. 2. No caso em análise houve a recusa da nomeação pelo credor. Decisão que deve ser mantida por seus próprios fundamentos. 3. Agravo regimental não provido." (STJ, AgRg no Ag 1093104/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, 2ª T., julg. em 02/04/2009). "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. DIREITO DE CRÉDITO DECORRENTE DE PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE RECUSA PELA FAZENDA PÚBLICA NAS HIPÓTESES DO ART. 656 DO CPC. MATÉRIA PACIFICADA NO ÂMBITO DA 1ª SEÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 168/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (STJ, AgRg nos EREsp 918.047/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, 1ª seção, julg. em 25/03/2009). Por este motivo, verifica-se que é possível que a Fazenda Pública recuse a nomeação de precatórios a penhora, podendo ser aceito a penhora on line, observando-se assim o teor do previsto no art. 11 da Lei nº 6.830/80 e art. 655 e 655-A do CPC. Igualmente tem razão o agravante quando traz à lume o advento da Emenda Constitucional nº 62/2009. É certo que, em alinhamento com o que vem decidindo este Egrégio Tribunal de Justiça em casos análogos, não se pode confundir penhora de precatório com a possibilidade de sua compensação. Dessa forma, o fato de ter havido alteração no texto constitucional no sentido imprimir novo sentido ao regime para pagamento dos precatórios, não implica afirmar que sua natureza tenha sido convolada, o que sinaliza no sentido de ainda ser entendido como direito de crédito e posterior ao dinheiro na ordem de preferência elencada no art. 11, da Lei 6.830/80. Da mesma maneira já se decidiu recentemente: "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. 1. NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA. PETIÇÃO JUNTADA EM AUTOS DIVERSOS, EM TRÂMITE NO MESMO JUÍZO. ERRO ESCUSÁVEL. AUSÊNCIA DE CONSTATAÇÃO DE 6 PRECATÓRIOS. ADMISSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À ORDEM PREVISTA NO ARTIGO 11, DA LEI Nº 6.830/80. INSTITUTO QUE SE DIFERENCIA DA COMPENSAÇÃO PELA FINALIDADE. IMPUGNAÇÃO DO PRECATÓRIO DA C.R. ALMEIDA. REJEIÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO PROVIDO. Com o advento da Emenda Constitucional nº 62/2009, não se alterou a natureza jurídica dos precatórios, que continuam sendo créditos penhoráveis. Não se podem confundir os institutos da penhora e da compensação, que são diversos." (TJPR, AC. 36072, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Lauro Laertes de Oliveira, DJU 08.07.10) Nesse passo, não tendo sido alterada a natureza dos precatórios com a Emenda Constitucional nº 62/2009, deve persistir o que já havia se sedimentado pela jurisprudência pátria quando à segura possibilidade da Fazenda Pública recusar precatórios como garantia da dívida. Confira-se: "AGRAVO INOMINADO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENO DE PLANO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. NULIDADE DA DECISÃO PROFERIDA EM PRIMEIRO GRAU POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO QUE APENAS SE POSICIONA DE FORMA CONTRÁRIA À PRETENSÃO DA AGRAVANTE, MAS ENCONTRA AMPARO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E NA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL. REFORMA DA DECISÃO QUE DEFERIU A PENHORA DE PRECATÓRIOS. PEDIDO DE PENHORA ON LINE. CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES INVOCADOS PELA AGRAVANTE QUE NÃO REFLETEM O ENTENDIMENTO QUE VEM SENDO ADOTADO MAIS RECENTEMENTE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Proferida decisão fundamentada não só nos fatos evidenciados nos autos como também na lei aplicável ao caso e em precedentes jurisprudenciais, não há que se falar em ofensa ao art. 93, IX, da Constituição Federal. 2. A recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de ser possível a recusa da Fazenda Pública diante do oferecimento de precatório à penhora, sendo plenamente possível que a constrição recaia sobre dinheiro, haja vista a lei estabelecer preferência sobre ele em detrimento dos demais bens." (TJPR, AC. 34610, 1ª Câmara Cível, Rel. Des. Dulce Maria Cecconi, DJU 05.07.10) "FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ AGRAVADO: REGINALDO ANTONIO DE MORAES RAMOS RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA REL. SUBST.: DR. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI 7 PENHORA - RECUSA DA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE - ART. 11 DA LEF PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL - RECURSO PROVIDO. Oferecido o bem à penhora sem observância da ordem prevista no art. 11 da Lei nº 6.830/80, visto que em primeiro lugar está o dinheiro e não os títulos da dívida pública, in casu, precatório, é lícito ao credor e ao julgador a não aceitação da nomeação à penhora desses títulos, pois a execução é feita no interesse do exeqüente e não do executado." (TJPR, AC. 34361, 1ª Câmara Cível, Rel. Juiz Conv. Sérgio Roberto N Rolanski, DJU 01.06.10) Ademais, a jurisprudência desse Tribunal tem se pronunciado de forma reiterada não ser mais possível a compensação de crédito tributário segundo o art. 78, do ADCT, que conferia o poder liberatório ao tributo quando utilizado precatório parcelado e não pago. Com efeito, o Decreto Estadual nº 6.335/2010 direcionou-se no sentido da opção pelo pagamento de precatório na forma do art. 97, §1º, I e §2º, do ADCT, o qual preceitua ficarem incluídos no referido regime, os precatórios pendentes de pagamento e os emitidos durante a sua vigência, o que, obviamente, afasta a possibilidade de compensação segundo as regras do art. 78 do ADCT, inclusive os pedidos feitos em data anterior à nova regra. Dessa ilação, conclui-se que o agravado deverá se submeter ao novo regime trazido pela EC 62/2009, que, prorrogando o prazo de pagamento dos precatórios por 15 (quinze) anos, não há se falar em mora do Estado e, nem tampouco, em subrrogação, pois as dívidas se tornaram inexigíveis. No mesmo diapasão, o julgado de relatoria do Des. Jesus Sarrão, no Mandado de Segurança nº 621.781-2: "MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DE PRECATÓRIOS COM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ. INDEFERIMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. PRETENSÃO DA IMPETRANTE DE EXTINGUIR SEUS DÉBITOS FISCAIS MEDIANTE COMPENSAÇÃO DESTES COM CRÉDITOS DE PRECATÓRIOS 8 ACRESCENTADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30/2000. PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009, QUE ALTEROU O ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ACRESCENTOU O ART. 97 AO ADCT, INSTITUINDO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS PELOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS. EDIÇÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº 6335/2010 DISPONDO SOBRE A INSTITUIÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS A QUE SE REFERE O ART. 97 DO ADCT, ACRESCENTADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009. SUPERVENIENTE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 267, VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.- A promulgação da Emenda Constitucional nº 62/2009 e a edição do Decreto Estadual nº 6335/2010 constituem fatos novos que conduzem à extinção do processo por superveniente falta de interesse processual, uma vez que não é mais admitida a compensação de débitos tributários com créditos de precatórios, na forma anteriormente prevista pelo art. 78, § 2º, do ADCT, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 30/2000, em que se fundamenta o presente pedido." III - Por estes

motivos, que adota-se como razão de decidir, deve ser dado provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, §1º-A, do CPC, a fim de ser declarada ineficaz a penhora de precatórios e determinado o bloqueio da conta corrente do agravado até o limite do débito atualizado na ação exacional, acrescidos de custas processuais e honorários advocatícios. Curitiba, 22 de setembro de 2011. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA Desembargador 9

0008 . Processo/Prot: 0791599-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/125780. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 2008.00056880 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Karem Oliveira, Pedro de Noronha da Costa Bispo. Agravado: Trombini Industrial S/a. Advogado: Nelson Souza Neto. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios Ag ravant e: F azenda P úbli ca do E st a do do P a raná Ag ravado: T rombini Indu st ria l S /A R elat or: J ui z S ub st . 2 º G rau Fe rna ndo Cé sa r Z eni 1. A deso b edi ên ci a d a o r dem l eg al p revi st a n o ar t. 1 1 d a LE F é mo ti vo su fi ci en t e p ar a r ecu sa po r p ar t e d o credo r q u an to à n o mea ção d e ben s p ar a p en h o r a, co n so an t e t em d e ci di do est a C âm ar a , e m si n to ni a co m i n ú mer o s pr eced en t es d o S T J (A g Rg n o A g 13 72520 / RS , 2ª T. , r el . Mi n . Cas tr o Mei r a, j. e m 01.03.11) . Al ém di sso , a ma téri a j á f o i o bjeto de en u n ci ado su mu l ar ( S ú mu l a 406 do S TJ) . O pr eca tó ri o n ão se equ i p ar a a d i nh ei ro (S T J RE sp. 1146057/ RS , 2ª T., r el . Mi n . El i an a C al mo n ) e a pen h o r a so br e di nh ei ro , po r mei o el etr ô n i co , te m p r ef er ên ci a ( ar t. 655 - A d o CP C), cu jo t eo r l eg al te m si do i n ter pr et ado f avo ra vel men t e ao cr ed o r ( S TJ Resp. 1.043.759, 3ª T., rel . Mi n . Nan c y A n dr i ghi ) , sem qu e t al p ro vi dên ci a macu l e o teo r do ar t. 620 do CP C, vi sto q u e a exe cu ç ão , segu n do atu al en t en di men to , se d e sen vo l ve em fa vo r do credo r ( A gRg n o A g 1.327.902/ P R, Rel . Mi ni stro Ben ed i to Go n ç al ves, 1ª T., DJ e 14/ 10/ 2010 ; AgRg n o RE sp 1.182.130/P R, Rel . Mi ni str o Cas tr o Mei r a, 2 ª T., DJ e 0 1/12 /2 0 10; A g Rg n o RE sp 1.124.848/ RJ , Rel . Mi n i str o Hami l ton Car val h i do , 1ª T., DJ e 25/ 05/ 2010; RE sp 1.170.029/RS , Rel . Mi ni str a E l i an a Cal m o n , 2ª T., DJe 1 2/0 8/20 10) . A pen h o ra o n l in e, n o ca so em t el a, n ão f oi o mo do mai s gr avo so par a a d e ved o r a, n ão t en do si do vu l n er ado o art. 620 do CP C. I sto po r qu e a agr av ad a ap en a s s e r estr i n gi u a af i r mar q u e es s a mo d al i dad e d e co n s tri ção pr eju di car i a c o n si der avel men t e a emp r es a, mas n ão s e d esi n cu mbi u do ôn u s de co mpr o var es sa al eg aç ão . O co rr e qu e e st e f ato , p o r si só , n ão é su f i ci en te p ar a r evel ar a despr o po r ção n a me di da ado t ad a e co n seq u en t e vi ol aç ão ao pr i n cí pi o da men o r o n er o si d ad e. Ci to , n es te sen ti do , o s egu i n te pr ec ed en te, qu e d á gu ari da a es t e en t en di men to : "Quando po r vá r ios meio s o cre dor pude r promove r a execução, o J u iz manda rá que se f aça pelo menos g ravo so para o deve do r. E ssa re gra do a rt . 6 2 0 do CP C não es tá a eximi r o de vedor do cump ri ment o das norma s e st abele ci da s na execução e, em part i cula r, a nomeação à penhora. A nomeação de ben s pelo devedor d everá o bede cer a ordem legal esta belec ida no art. 6 5 5 do CP C. T endo bens de uma espé cie s, não p oderá nom ea r out ro s de es pécie incluída na cla s se po st e rio r na o rdem p rev ist a em lei , sob pena de invali dade da nom ea ção. A ssi m, o art . 6 20 nã o con fere a o devedo r di rei to potestat ivo de esco lha dos bens que devam se r ind ica dos à penhora pa ra gar antia da execu ção. (RT 725 /31 7)" P o r fi m, segu n do en ten di men to r ec en t e d est a Co r te : "O nov o re gim e de pagament o int rodu zi do inviabi li za a compen sa ção do débit o t ri but á rio com cr é dito s r epre sent ados po r p re cat órios , mot ivo pelo qual fa lt a inte re sse de agi r ao deved or, ense jando a ext inção do p roce sso se m re solu ção de méri to. ( TJP R - Ó rg ão E sp e ci al - A 0660 034 - 6/01 - Fo ro C en tr al da R egi ão M etro pol i tan a d e Cu ri ti ba - Rel .: De s. L au ri Cae tan o da S i l va - U n ân i me - J . 17 .0 9.2010) " 2. Do u pr o vi men to ao r ecu r so , co m b as e n o ar t. 557, § 1 º - A , do CP C. Página 2 de 3 3. In t. Cu ri ti ba, 19 d e set embr o d e 201 1. Fe rnando Cé sa r Zen i J uiz S ub st it ut o e m 2º G rau Página 3 de 3

0009 . Processo/Prot: 0793506-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/136563. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0007202-49.2010.8.16.0004 Execução Fiscal. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Rodrigo Mendes dos Santos, Altivo Augusto Alves Meyer. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Fabiane Cristina Seniski, Lilian Acras Fanchin, Wallace Soares Pugliese. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL PEDIDO ADMINSTRATIVO DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS DE PRECATÓRIO COM DÉBITOS FISCAIS-INADMISSIBILIDADE APÓS O ADVENTO DA EC 62/2009 INAPLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL 8022, DE 16.09.2010 - CONCESSÃO DE MORATÓRIA À FAZENDA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS VENCIDOS. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA PELO STF PARA SUSPENDER EFICÁCIA DO ART. 78 DA ADCT - RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. I. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que acolheu a recusa do exeqüente quanto a nomeação de bens a penhora. Farmácia Nissei Ltda. alega em síntese: a) há pedido administrativo de compensação ainda não decidido; b) o artigo 620 do CPC materializa o princípio da menor onerosidade da execução e justifica a quebra da ordem do artigo 11 da LEF; c) a penhora online tem caráter excepcional devendo a penhora recair sobre os créditos precatórios, como forma de compatibilizar com o princípio da menor onerosidade do devedor; d) a ordem dos artigos 655 do CPC e 11 da Lei 6830/80 podem ser relativizadas nos termos da Súmula 417 do STJ; e) o fato dos precatórios serem incluídos em novo regime de parcelamento não elide a mora do Estado, o que acontece agora é que o pagamento deve obedecer o novo regramento constitucional; f) o que não se admite mais é, simplesmente, a aplicação do art. 78, § 1º, do ADCT; h) a EC 62/2009 não afastou a possibilidade dos entes federados adotarem outras formas de liquidação de seu passivo, incluindo-se a compensação de tributos. É o relatório. II. No caso dos autos, o pedido administrativo não se presta para suspender a execução. A compensação de crédito de precatório seja na via administrativa ou judicial é inviável juridicamente pelas razões que abaixo seguem. Ao credor é possível recusar a garantia oferecida, requerendo sua substituição, quando: I - não obedecer à ordem legal; II - não incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento; III - havendo bens no foro da execução, outros houverem sido penhorados; IV - havendo bens livres, a penhora houver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame; V - incidir sobre bens de baixa liquidez; VI - fracassar a tentativa de alienação judicial do bem; VII - o devedor não indicar o valor dos bens ou omitir qualquer das indicações a que se referem os incisos I a IV do parágrafo único do art. 668 desta Lei. A penhora pelo Código de Processo Civil (art. 655) deve obedecer a seguinte ordem: I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; II - veículos de via terrestre; III - bens móveis em geral; IV - bens imóveis; V - navios e aeronaves; VI - ações e quotas de sociedades empresárias; VII - percentual do faturamento de empresa devedora; VIII - pedras e metais preciosos; .IX - títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado; X - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; XI - outros direitos. Segundo a Lei de Execuções (artigo 11) a ordem é essa: I - dinheiro; II - título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; III - pedras e metais preciosos; IV - imóveis; V - navios e aeronaves; VI - veículos; VII - móveis ou semoventes; VIII - direitos e ações. Nas duas seqüências, dinheiro prefere direito ou ações. Como a penhora "on line" é dita como dinheiro, sendo assim tem preferência sobre precatório Havendo desrespeito a ordem legal possível a recusa e o pedido de substituição. Como bem disse o eminente Juiz Fernando Zeni "é possível a penhora sobre precatórios e disto não se dúvida, mas tal somente poderá ocorrer quando não encontrados outros bens que, diante do julgamento do credor, tem maior apelo econômico." Nesse sentido a jurisprudência majoritária dessa Corte: "AGRAVANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ AGRAVADA: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA. RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA AGRAVO DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR ART. 557, §1ºA DO CPC PROVIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO OFERECIMENTO DE PRECATÓRIO À PENHORA RECUSA PELA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DA PENHORA ON LINE - - RECURSO IMPROVIDO. Estando a decisão proferida em primeiro grau em manifesto confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso, motivo pelo qual, não merece ser reformada a decisão ora recorrida. (TJPR - 1ª C.Cível - A 0728687-9/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Rubens Oliveira Fontoura - Unânime - J. 15.03.2011)" AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL DECISÃO QUE DEFERIU O BLOQUEIO DE VALORES NA CONTA BANCÁRIA DA EXECUTADA PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE RECURSAL SUSCITADA NA RESPOSTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO EVIDENCIADA REJEIÇÃO PENHORA DE PRECATÓRIOS - RECUSA DA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE ART. 11 DA LEI Nº 6.830/80 PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTE TRIBUNAL DEFERIMENTO DE PENHORA SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA DEVEDORA PELO SISTEMA BACENJUD - MANUTENÇÃO DO DESPACHO AGRAVADO. Evidenciado que o recurso de Agravo de Instrumento foi manejado dentro do prazo peremptório de 10 (dez) dias, não há que se falar em intempestividade, razão pela qual o recurso deve ser conhecido. É incontroversa a possibilidade de penhora de precatório e também, da Fazenda Pública recusar o bem nomeado pelo Devedor na Execução Fiscal, desde que embasado numa das hipóteses previstas no art. 656 do Código de Processo Civil. O art. 655, inc. I e 655-A do CPC, combinado com o art. 11 da Lei nº 6.830/80, conferiu prioridade da penhora sobre dinheiro, em espécie ou em depósito e, a penhora on line situa-se como atividade-meio que permite a penhora de dinheiro depositado ou aplicado. Quando o pedido de penhora on line é formalizado após o advento da Lei n. 11.382/2006 e, portanto, em consonância com os preceitos estabelecidos pelo artigo 655, inc. I c/c o art. 655-A, ambos do Código de Processo Civil, admite-se a constrição por meio eletrônico. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 1ª C.Cível - AI 0691485-6 - Foz do Iguaçu - Rel.: Des. Idevan Lopes - Unânime - J. 15.03.2011) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO, OBSCURIDADE. PENHORA DE PRECATÓRIO VERSUS PENHORA ON LINE. CONSTRIÇÃO DE DINHEIRO QUE NÃO VIOLA O PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS REJEITADOS (TJPR - 1ª C.Cível - EDC 0713928- 2/01 - Maringá - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni - Unânime - J. 15.02.2011) AGRAVO INTERNO. PENHORA ON-LINE. RECUSA DO CREDOR PARA ACEITAÇÃO DE PRECATÓRIO. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO DESPROVIDO. De acordo com firme orientação do STJ: "Após a entrada em vigor da Lei nº 11.382/2006, não mais se exige do credor a comprovação de esgotamento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. Segundo nova orientação jurisprudencial firmada no âmbito desta Corte, a penhora on line deve ser mantida sempre que necessária à efetividade da execução.2. Agravo interno improvido. (AgRg no Ag 1050772/ RJ, 3ª Turma, Rel. Min. Paulo Furtado, DJ 05/06/09)" (TJPR - 1ª C.Cível - A 0691442-1/01 - Paranavaí - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni - Unânime - J. 10.08.2010) "AGRAVO INOMINADO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO À PENHORA. DECISÃO QUE INDEFERE O BEM OFERECIDO PELA DEVEDORA E DETERMINA A PENHORA ON LINE. MEDIDA QUE ENCONTRA RESPALDO TANTO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE QUANTO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES COLACIONADOS QUE NÃO REFLETEM O ATUAL ENTENDIMENTO ADOTADO

SOBRE O TEMA. AGRAVO NÃO PROVIDO. (TJPR Acórdão 35596, 1ª CCv, rel. Des. Dulce Cecconi, j. em 19.10/10)" "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE CRÉDITO DECORRENTE DE PRECATÓRIO. ART. 656 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. 1. O crédito representado por precatório é bem penhorável, mesmo que a entidade dele devedora não seja a própria exeqüente, enquadrando-se na hipótese do inciso XI do art. 655 do CPC, por se constituir em direito de crédito. 2. A "recusa, por parte do exeqüente, da nomeação feita pelo executado, pode ser justificada por qualquer das causas previstas no CPC (art. 656), mas não pela impenhorabilidade do bem oferecido. (STJ - EREsp 870.428/RS, rel. Min. Teori Albino Zavascki)". "A execução deve ser feita no interesse do credor. Havendo recusa deste em proceder à substituição da penhora e achando-se esta fundada na ordem legal prevista no CPC, deve ser acatada. 4. Embargos de divergência não providos. (STJ - EREsp 881.014/RS, rel. Ministro Castro Meira)". "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA ON LINE. ARTS. 655 E 655-A DO CPC. SISTEMA BACEN-JUD. VIGÊNCIA DA LEI N. 11.382, DE 6DE DEZEMBRO DE 2006. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO. 1. Após a entrada em vigor da Lei nº 11.382/2006, não mais se exige do credor a comprovação de esgotamento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. 2. Segundo nova orientação jurisprudencial firmada no âmbito desta Corte, a penhora on line deve ser mantida sempre que necessária à efetividade da execução. 2. Agravo interno improvido. (STJ - AgRg no Ag 1050772/RJ, 3ª T., rel. Min. Paulo Furtado)". "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE BENS DA EXECUTADA. SUBSTITUIÇÃO POR DIREITO DE CRÉDITO DECORRENTE DE PRECATÓRIO. ART. 656 DO CPC. ART. 15, I, DA LEI 8.630/80. IMPOSSIBILIDADE. (...) 2. O crédito representado por precatório é bem penhorável, mesmo que a entidade dele devedora não seja a própria exeqüente. Enquadra-se na hipótese do inciso XI do art. 655 do CPC, por se constituir em direito de crédito. Não se confunde com dinheiro, que poderia substituir o imóvel penhorado independente do consentimento do credor. Precedente: (REsp 893519/RS, DJ 18.09.2007 p. 287) (...) 4. A execução se opera em prol do exeqüente e visa a recolocar o credor no estágio de satisfatividade que se encontrava antes do inadimplemento. Em conseqüência, realiza-se a execução em prol dos interesses do credor (arts. 612 e 646, do CPC). Por conseguinte, o princípio da economicidade não pode superar o da maior utilidade da execução para o credor, propiciando que a execução se realize por meios ineficientes à solução do crédito exeqüendo. 5. "A recusa, por parte do exeqüente, da nomeação à penhora de crédito previsto em precatório devido por terceiro pode ser justificada por qualquer das causas previstas no CPC (art. 656)" (AgRg no REsp 826.260, voto-vencedor, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 07.08.2006). 6. A verificação do princípio da menor onerosidade demanda análise de matéria fático-probatória, insindicável nesta Corte, ante o óbice da Súmula 07/STJ. 7. Recurso especial não conhecido. (STJ - REsp 927.025/SP, 1ª T., rel. Ministro Luiz Fux, j. 18.03.2008, DJ 12.05.2008)". E do Superior Tribunal de Justiça: "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO TRIBUTÁRIO. ICMS. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITO DECORRENTE DE CESSÃO DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. "O reconhecimento da penhorabilidade de precatório não significa reconhecimento da compensabilidade desse crédito, seja com a dívida em execução, seja com qualquer outra. (...) Conforme estabelece o § 1º do art. 673 do CPC, "o credor pode preferir, em vez da sub- rogação, a alienação judicial do direito penhorado, caso em que declarará sua vontade no prazo de dez (10) dias contados da realização da penhora". (EREsp 870.428/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 13.08.2007). 2. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag 856.674/RS, 2ª T., rel. Min. Herman Benjamin, j. 11.09.2007, DJ 24.10.2007)". "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DO SISTEMA BACENJUD. ARTIGOS 655 E 655-A, DO CPC, ALTERADOS PELA LEI N. 11.382/06. 1. A partir da Lei 11.382, de 06.12.2006, os arts. 655 e 655-A, do CPC passaram a estabelecer a inquestionável preferência do dinheiro na ordem de constrição, inclusive por meio da penhora on line de ativos financeiros, confirmando que a execução se dá em favor do exequente, e não do devedor. 2. No caso, existindo numerário depositado em conta bancária, não pode ser recusada a sua penhora ao argumento de que o executado nomeou crédito em precatório, já que a ordem da Lei 6.830/80 deve ser observada, sobretudo após a edição da Lei 11.382/06. 3. Ademais, a Corte Especial, no julgamento do REsp 1.112.943-MA, Rel. Min. Nancy Andrighi, ocorrido em 15/09/2010, pela sistemática do artigo 543-C do CPC, decidiu que, após o advento da Lei nº 11.382/06, o juiz não pode exigir do credor o exaurimento das diligências, na busca de outros bens, para a decretação da penhora on line. 4. Ausência de condenação da agravante por litigância de má-fé, já que o agravo é anterior à manifestação da Corte Especial no julgamento do citado recurso especial repetitivo. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1174751/PR, 2ª Turma, rel. Min. Castro Meira, julgado em 07/10/10)". "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO TRIBUTÁRIO. ICMS. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITO DECORRENTE DE CESSÃO DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. "O reconhecimento da penhorabilidade de precatório não significa reconhecimento da compensabilidade desse crédito, seja com a dívida em execução, seja com qualquer outra. (...) Conforme estabelece o § 1º do art. 673 do CPC, "o credor pode preferir, em vez da sub- rogação, a alienação judicial do direito penhorado, caso em que declarará sua vontade no prazo de dez (10) dias contados da realização da penhora". (EREsp 870.428/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 13.08.2007). 2. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag 856.674/RS, 2ª Turma, rel. Min. Herman Benjamin, j. 11.09.2007, DJ 24.10.2007)". "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DO SISTEMA BACENJUD. ARTIGOS 655 E 655-A, DO CPC, ALTERADOS PELA LEI N. 11.382/06. 1. A partir da Lei 11.382, de 06.12.2006, os arts. 655 e 655-A, do CPC passaram a estabelecer a inquestionável preferência do dinheiro na ordem de constrição, inclusive por meio da penhora on line de ativos financeiros, confirmando que a execução se dá em favor do exequente, e não do devedor. 2. No caso, existindo numerário depositado em conta bancária, não pode ser recusada a sua penhora ao argumento de que o executado nomeou crédito em precatório, já que a ordem da Lei 6.830/80 deve ser observada, sobretudo após a edição da Lei 11.382/06. 3. Ademais, a Corte Especial, no julgamento do REsp 1.112.943-MA, Rel. Min. Nancy Andrighi, ocorrido em 15/09/2010, pela sistemática do artigo 543-C do CPC, decidiu que, após o advento da Lei nº 11.382/06, o juiz não pode exigir do credor o exaurimento das diligências, na busca de outros bens, para a decretação da penhora on line. 4. Ausência de condenação da agravante por litigância de má-fé, já que o agravo é anterior à manifestação da Corte Especial no julgamento do citado recurso especial repetitivo. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1174751/PR, 2ª Turma, rel. Min. Castro Meira, julgado em 07/10/10)". A Súmula 417 do Superior Tribunal de Justiça estabelece que "na execução civil, a penhora de dinheiro na ordem de nomeação de bens não tem caráter absoluto". Portanto, é clara no sentido de que a restrição a ordem vale apenas para a execução civil, que não é o caso dos autos, em que se trata da execução fiscal. Sobre o mesmo prisma, na execução fiscal o princípio maior do processo executivo que é o pagamento do credor de forma célere se sobrepõe ao princípio da menor onerosidade. A propósito o STJ assim se manifestou: TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA DE PRECATÓRIO JUDICIAL. RECUSA POR PARTE DA FAZENDA. POSSIBILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. RESP 1.090.898/SP. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. 1. O crédito representado por precatório judicial é bem penhorável, mesmo que a devedora não seja a mesma exequente. Porém, a Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal insculpida no art. 11 da Lei 6.830/80, pois o princípio da menor onerosidade do devedor, preceituado no art. 620 do CPC, tem de estar em equilíbrio com a satisfação do credor. 2. Orientação reafirmada pela Primeira Seção, no julgamento do REsp. 1.090.898/SP, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, e na edição da Súmula 406/STJ: "Fazenda Pública pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório". 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1232280/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/05/2011, DJe 26/05/2011) Processual civil. Agravo regimental no agravo de instrumento. Execução. Nomeação de bens à penhora. Dissídio jurisprudencial. Ausência de cotejo e de similitude fática. Interpretação do art. 620 em harmonia com o art. 655, ambos do CPC. Súmula 83/STJ. - Necessário que o recorrente promova o confronto analítico e demonstre a similitude fática entre as hipóteses comparadas para o conhecimento do recurso especial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional. - O art. 620 do CPC há de ser interpretado em consonância com o art. 655 do CPC, e não de forma isolada, levando-se em consideração a harmonia entre o objetivo de satisfação do crédito e a forma menos onerosa para o devedor. - A jurisprudência dominante do STJ é no sentido de que, desobedecida pelo devedor a ordem de nomeação de bens à penhora prevista no art. 655 do CPC, pode a constrição recair sobre dinheiro, sem que isso implique em afronta ao princípio da menor onerosidade da execução previsto no art. 620 do Código de Processo Civil. Agravo não provido. (AgRg no Ag 709.575/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2005, DJ 28/11/2005, p. 287 O Órgão Especial deste Tribunal tem entendido que o art. 2º da EC 62/2009, que alterou o art. 97 do ADCT, passou a vigorar com a seguinte redação vedando tais tipos de compensação. "Art. 97. Até que seja editada a lei complementar de que trata o § 15 do art. 100 da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, na data de publicação desta Emenda Constitucional, estejam em mora na quitação de precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo, farão esses pagamentos de acordo com as normas a seguir estabelecidas, sendo inaplicável o disposto no art. 100 desta Constituição Federal, exceto em seus §§ 2º, 3º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14, e sem prejuízo dos acordos de juízos conciliatórios já formalizados na data de promulgação desta Emenda Constitucional. § 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sujeitos ao regime especial de que trata este artigo optarão, por meio de ato do Poder Executivo: I - pelo depósito em conta especial do valor referido pelo § 2º deste artigo; ou II - pela adoção do regime especial pelo prazo de até 15 (quinze) anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial a que se refere o § 2º deste artigo corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento. § 2º Para saldar os precatórios, vencidos e a vencer, pelo regime especial, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devedores depositarão mensalmente, em conta especial criada para tal fim, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, sendo que esse percentual, calculado no momento de opção pelo regime e mantido fixo até o final do prazo a que se refere o § 14 deste artigo, será" A emenda 62/09 traduz moratória no que toca ao pagamento dos precatórios expedidos contra os Estados "inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo...", conforme disciplinou o caput do art. 97. A Emenda Constitucional ao conceder a moratório retirou a exigibilidade dos créditos inseridos no seu âmbito, o que impede qualquer tipo de compensação por faltar a equiparação das dívidas para tanto, pois os Estados, Municípios e Distrito Federal, estando em mora na quitação de precatório, e havendo determinação constitucional que tal norma seja obedecida de pronto; isso acaba abrangendo pretensões de pagamento de dívida por meio de compensação, tanto no âmbito administrativo como no judicial, o que por certo, e sem sombra atinge o oferecimento de tal crédito à penhora. Com a moratória

aos Estados pelo prazo de 15 (quinze) anos, não mais é possível perquirir sobre a possibilidade de quitação dos precatórios vencidos. O art. 6º da Emenda 62 não altera tal posição ou sugere entendimento diverso, apenas reafirma que as compensações feitas não podem ser revertidas (aquelas concretizadas antes da edição desta Emenda. Tal norma não autoriza a abertura de discussão sobre possibilidade de compensação para casos litigiosos existentes após sua edição. Do órgão Especial: "AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE LIMINAR PARA A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR CONTA DE FUTURA COMPENSAÇÃO COM CRÉDITOS REPRESENTADOS POR PRECATÓRIOS. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/09. MANDADO DE SEGURANÇA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. CAUSA SUPERVENIENTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO ART. 267, VI DO CPC. MATÉRIA SUMULADA PELO ÓRGÃO ESPECIAL. AGRAVO PREJUDICADO. Nas ações com pedido de compensação de débitos tributários com créditos representados por precatórios, na forma prevista pelo art. 78, § 2º do ADCT, constitui fato novo a Emenda Constitucional nº 62/2009 e o Decreto Estadual nº 6335/2010. O novo regime de pagamento introduzido inviabiliza a compensação do débito tributário com créditos representados por precatórios, motivo pelo qual falta interesse de agir ao devedor, ensejando a extinção do processo sem resolução de mérito. (TJPR - Órgão Especial, A 0660034-6/01, Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba, rel. Des. Lauri Caetano da Silva, unânime, j. 17.09.2010)". Súmula 20 do Órgão Especial: "Em face do regime especial de pagamento introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 (art. 97, ADCT), adotado pelo Decreto Estadual nº 6335/2010-PR, carece de interesse processual o demandante da compensação de débito tributário com crédito representado por precatório; nas ações em andamento fundamentadas no art. 78 do ADCT, extingue-se o processo sem resolução de mérito (art. 267, VI do CPC)". Ademais, o direito adquirido só existe se estão presentes todos os pressupostos exigidos pelo ordenamento e se: a) houver lei que reconheça o direito; b) decisão sobre o manto de coisa julgada material ou; c) reconhecimento por parte da Administração Pública. No caso não ocorreram nenhuma das situações. A Administração Pública nunca reconheceu o direito do autor a compensação, pelo contrário sempre se opôs. Não há que se falar em coisa julgada material até o julgamento final do processo administrativo. O reconhecimento de tal direito era dado pelo artigo 78, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (§ 2º as prestações anuais a que se refere o caput deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora), que se encontra suspenso pelo ADIN 2362 do Supremo Tribunal Federal que contém a seguinte ementa: EMENTA: MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000, QUE ACRESCENTOU O ART. 78 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. PARCELAMENTO DA LIQUIDAÇÃO DE PRECATÓRIOS PELA FAZENDA PÚBLICA. 1. O precatório de que trata o artigo 100 da Constituição consiste em prerrogativa processual do Poder Público. Possibilidade de pagar os seus débitos não à vista, mas num prazo que se estende até dezoito meses. Prerrogativa compensada, no entanto, pelo rigor dispensado aos responsáveis pelo cumprimento das ordens judiciais, cujo desrespeito constitui, primeiro, pressuposto de intervenção federal (inciso VI do art. 34 e inciso V do art. 35, da CF) e, segundo, crime de responsabilidade (inciso VII do art. 85 da CF). 2. O sistema de precatórios é garantia constitucional do cumprimento de decisão judicial contra a Fazenda Pública, que se define em regras de natureza processual conducentes à efetividade da sentença condenatória trânsita em julgado por quantia certa contra entidades de direito público. Além de homenagear o direito de propriedade (inciso XXII do art. 5º da CF), prestigia o acesso à jurisdição e a coisa julgada (incisos XXXV e XXXVI do art. 5º da CF). 3. A eficácia das regras jurídicas produzidas pelo poder constituinte (redundantemente chamado de "originário") não está sujeita a nenhuma limitação normativa, seja de ordem material, seja formal, porque provém do exercício de um poder de fato ou suprapositivo. Já as normas produzidas pelo poder reformador, essas têm sua validez e eficácia condicionadas à legitimação que recebam da ordem constitucional. Daí a necessária obediência das emendas constitucionais às chamadas cláusulas pétreas. 4. O art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 30/2000, ao admitir a liquidação "em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos" dos "precatórios pendentes na data de promulgação" da emenda, violou o direito adquirido do beneficiário do precatório, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Atentou ainda contra a independência do Poder Judiciário, cuja autoridade é insuscetível de ser negada, máxime no concernente ao exercício do poder de julgar os litígios que lhe são submetidos e fazer cumpridas as suas decisões, inclusive contra a Fazenda Pública, na forma prevista na Constituição e na lei. Pelo que a alteração constitucional pretendida encontra óbice nos incisos III e IV do § 4º do art. 60 da Constituição, pois afronta "a separação dos Poderes" e "os direitos e garantias individuais". 5. Quanto aos precatórios "que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999", sua liquidação parcelada não se compatibiliza com o caput do art. 5º da Constituição Federal. Não respeita o princípio da igualdade a admissão de que um certo número de precatórios, oriundos de ações ajuizadas até 31.12.1999, fique sujeito ao regime especial do art. 78 do ADCT, com o pagamento a ser efetuado em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, enquanto os demais créditos sejam beneficiados com o tratamento mais favorável do § 1º do art. 100 da Constituição. 6. Medida cautelar deferida para suspender a eficácia do art. 2º da Emenda Constitucional nº 30/2000, que introduziu o art. 78 no ADCT da Constituição de 1988. (ADI 2356 MC, Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 25/11/2010, DJe-094 DIVULG 18- 05-2011 PUBLIC 19-05-2011 EMENT VOL-02525- 01 PP-00054) III. Posto isso, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil, porque o recurso está em confronto com jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal nego seguimento ao agravo de instrumento. Intimem-se. Oportunamente baixem para arquivar. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Fábio André Santos Muniz, Relator. .

0010 . Processo/Prot: 0796002-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/184694. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0000.00006407 Retificação. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Cassiano André Kaminski, Ivan Lelis Bonilha, Edivaldo Aparecido de Jesus. Agravado: Sucessores de Darcilio Maia Torrens. Advogado: Eliúd José Borges Júnior. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 796002-9 DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITNA DE CURITIBA. AGRAVANTE: Estado do Paraná. AGRAVADO: Sucessores de Darcilio Maia Torres. RELATOR: Fábio André Santos Muniz em Substituição ao Desembargador Salvatore Antonio Astuti. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE INDEFERE PRETENSÃO DO RECORRENTE SOB O ARGUMENTO DE PRECLUSÃO EM 2007. RECURSO DE AGRAVO QUE SOBREVEIO, APÓS REITERAÇÃO DO PLEITO EM PRIMEIRO GRAU TAMBÉM INDEFERIDA, SOMENTE EM 2011. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO. NEGATIVA SEGUIMENTO. Trata-se de agravo contra decisão que entendeu estar precluso o tema relativo à excesso de depósito em sede de execução de sentença movida contra o Estado do Paraná. Alega o Estado do Paraná que não há preclusão sobre o tema referente a excesso de depósito feito por ele para pagar execução de sentença. Entende ser plenamente possível que se continue, nos próprios autos, o processamento dos pedidos de repetição de pagamento indevido. Informações de que a decisão recorrida foi mantida. É o relatório. É certo neste recurso que: a) o tema da devolução do alegado excesso de pagamento foi decidido contra o Estado conforme decisão de fls. 79-TJ, publicada para o Estado do Paraná em 01.03.2007 (fls. 80-TJ). Depois disso, em 23.10.2009 o Estado pediu vista dos autos (fls. 83, isso lhe foi deferido e através da peça de fls. 87 reiterou o tema do excesso de depósito em 11.09.2009. Em tal oportunidade pediu a intimação dos credores para devolver os valores que entende em excesso, sendo que pela decisão de fls. 89-TJ, tal intimação foi deferida. Instado o ora agravante a se manifestar novamente nos autos apresentou pleito para que o excesso fosse judicialmente reconhecido e para que pudesse reaver o que a mais pagou, o que fez sob o argumento de se tratar de erro de cálculo. Os credores foram intimados para responder a tal pleito e nada pediram ou disseram. O Ministério Público concordou com a manifestação do Estado do Paraná que restou indeferida, pois se reconheceu preclusão do tema, pela decisão de fls. 105-TJ, ora agravada. Poder-se-ia até discutir se a questão em debate é relativa a erro de cálculo ou mesmo de ordem pública. Isso se o recurso estivesse dentro do prazo previsto. Observa-se que a primeira decisão que entendeu incabível a discussão sobre o excesso remonta ao ano de 2007. Depois disso, o que foi deferido somente foi a intimação dos credores que receberam o alegado excesso para que o devolvessem eventualmente. Não houve deliberação sobre existência de excesso ou sobre sua real expressão; nada disso se disse ou se abordou às fls. 89, apenas tal decisão se limitou a deferir intimação para eventual devolução o que não ocorreu. O recurso, portanto, é intempestivo, na medida em que desde 2007, sem posterior alteração com motivação suficiente para tanto, se disse que o tema da preclusão incidia sobre a questão de fundo posta em agravo de instrumento. Em verdade, o que o Estado veio fazendo nos autos, foi proceder a uma reiteração de temas decididos sem que o fizesse por recurso próprio quando da primeira vez, daí não poder fazê-lo mais de três anos depois. Ainda que não houvesse preclusão em primeiro grau para as questões decididas em razão da sua natureza, não poderia se olvidar que os prazos de recurso deveriam ter sido respeitados para discutir o tema de fundo do recurso. Deveria ter recorrida da decisão que o contraria no primeiro momento. Isso não fez, daí sem haver preclusão temporal: (...) 1. O entendimento jurisprudencial desta Corte Superior é no sentido de que a intempestividade recursal possui natureza de ordem pública, razão pelo qual pode ser conhecido de ofício em qualquer grau de jurisdição, porquanto não sujeita à preclusão. Precedentes. 2. A interposição de embargos de declaração, quando intempestiva, não interrompe, nem suspende o prazo para a interposição de outros recursos. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1297346/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2011, DJe 22/08/2011) "(...) I. Como a tempestividade do recurso é matéria de ordem pública, sendo cognoscível de ofício em qualquer tempo ou grau de jurisdição, não se há que falar em preclusão para o exame de sua ocorrência, nem violação à coisa julgada, sendo de rigor o reconhecimento de que os Embargos Declaratórios opostos contra decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento eram intempestivos, pois foram interpostos fora do prazo legal. (...) (EDcl no AgRg nos EDcl no Ag 1205584/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 17/12/2010) "(...) 2. A tempestividade é um dos pressupostos recursais extrínsecos e, tratando-se de matéria de ordem pública, pode ser reconhecida a qualquer tempo pelo órgão julgador. 3. Embargos declaratórios convertidos em agravo regimental, ao qual se nega provimento. (EDcl no AgRg no Ag 1032147/SP, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 26/03/2009) No caso há preclusão do direito de recorrer, arts. 183, 188 e 522, ambos do CPC, daí porque não conheço do agravo de instrumento nos termos do art. 557, caput, do CPC. Intimem-se. Oportunamente, baixem para arquivar. Curitiba, 26 setembro de 2011. Fábio André Santos Muniz Relator.

0011 . Processo/Prot: 0796843-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/160265. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0007376-58.2010.8.16.0004 Execução Fiscal. Agravante: Farmácia e Drogaria Nissei. Advogado: Altivo Augusto Alves

Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos, Mariana Grazziotin Carniel. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Roberto Machado Filho, Luciane Camargo Kujo Monteiro, Ivan Lelis Bonilha, Karem Oliveira. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVANTE: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA AGRAVADA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ RELATOR : DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA I Trata-se de agravo de instrumento interposto por FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA contra decisão proferida pelo Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba Pr., que nos autos nº 7376/2010, deixou de reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito tributário em razão da pendência de análise do pedido de compensação, determinando, por conseguinte, a penhora on line. Pugnou a antecipação dos efeitos da tutela recursal, na forma do art. 527, III, do CPC, determinando a suspensão da execução fiscal em comento até decisão final do recurso. Falou que o débito objeto da execução fiscal referente à GIA de novembro de 2009 foi objeto de pedido de compensação com créditos de precatório, protocolado em 15 de dezembro de 2009. Asseverou que tal situação acarretou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário inserindo-se nas hipóteses do art. 151, III do CTN. Destacou que enquanto pendente de decisão o pedido administrativo de compensação não pode a Fazenda Pública promover a execução fiscal do débito que se pretende compensar, justamente porque não há débito líquido, certo e exigível, devendo a execução ser julgada nula, pois nula é a CDA. Pleiteou pela reforma da decisão agravada para reconhecer a existência de causa suspensiva da exigibilidade dos créditos tributários e a ausência de título executivo hábil ao manejo da execução fiscal, extinguindo o processo originário. Às fls. 93/94 concedeu-se o efeito suspensivo pretendido. Em contrarrazões informou a Fazenda Pública que o pedido administrativo de compensação foi indeferido, não havendo que se falar em suspensão da exigibilidade do crédito tributário. II Com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil nego seguimento ao presente recurso. Verifica-se que a recorrente se insurge unicamente sobre a possibilidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário em razão da existência de pedido administrativo de compensação de débitos, pendente de julgamento. Ainda que se aceite que os pedidos administrativos de compensação possuem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário, nos moldes do artigo 151, III do CTN, no presente feito, denota-se que tal pedido administrativo foi indeferido pelo Governador do Estado em abril de 2011, conforme informado pela recorrida (fls. 114). Desta feita, verifica-se que não mais subsiste o fundamento invocado pela recorrente, razão pela qual, impossível determinar-se a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Além disso, não há que se alegar que o título não seja certo, líquido e exigível, haja vista que não há qualquer causa que tenha suspendido sua exigibilidade. Portanto, na seara administrativa não existe qualquer fundamento que possibilite a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Não bastando isto, é de se ver que judicialmente também não há razão para suspender tal exigibilidade, haja vista que, com o advento da EC nº 62/09 que institui um novo regime de pagamento de precatórios não mais se admite a compensação de débitos com créditos de precatórios, pois deixou de ser aplicado o art. 78, §2° do ADCT, que admitia a compensação de débitos tributários com créditos precatórios. Neste sentido: "Processual civil. Embargos à execução fiscal. Preliminar de carência de ação. Ausência de interesse processual. Não configuração. Informação pela própria fazenda acerca da extinção do débito em relação à CDA em questão. ICMS. Pedido administrativo de compensação de débitos tributários com créditos de precatórios. Impossibilidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Advento da emenda constitucional nº 62/2009. Compensação de precatórios com débitos de ICMS. Inviabilidade. Novo regime de pagamento de precatório trazido pela EC 62/2009. Nova sistemática de pagamento de débitos da fazenda. Taxa SELIC. Legalidade. Impossibilidade de cumulação com qualquer outro índice de correção monetária e juros de mora. Enunciado n° 12 das câmaras especializadas em direito tributário do TJPR. Honorários advocatícios corretamente fixados. Sentença mantida. Recurso não-provido. I. A orientação do C. Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual o pedido administrativo de compensação de débitos tributários com créditos de precatórios importava na suspensão da exigibilidade do crédito tributário não mais se aplica após o advento da Emenda Constitucional nº 62/2009. II. A partir do advento da Emenda Constitucional nº 62/2009 e do Decreto Estadual nº 6.335/2010, não mais se admite a compensação de débitos tributários com créditos de precatórios na forma prevista pelo artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 30/2000. III. "É legítima a utilização da taxa Selic para atualização de créditos tributários, desde que haja previsão específica na legislação tutelar do tributo em cobrança, inadmitida a cumulação com qualquer outro índice de correção monetária ou juros de mora." (Enunciado nº 12 das Câmaras de Direito Tributário do Tribunal de Justiça do Paraná)." (TJPR, Acórdão nº 38488, 1ª C.C., Rel. Des. Salvatore Antonio Astuti, julg. em 30.08.2011). (grifou-se) "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CORREÇÃO DE ERRO. POSSIBILIDADE DE FAZÊ-LO OFÍCIO. PROVIMENTOS EM SEDE MONOCRÁTICA E DE JULGAMENTO DE AGRAVOS INTERNOS QUE DESCONSIDERAM EMENDA 62. EXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE JUDICIAL. JULGAMENTO DO STF QUE RETIRA DO MUNDO JURÍDICO A EFICÁCIA DO DISPOSITIVO INVOCADO NA INICIAL DO RECURSO PARA EMPRESTAR EFEITO SUSPENSIVO À EXIGIBILIDADE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO ENQUANTO PERDURA ANÁLISE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO DE COMPENSAÇÃO DE TAL CRÉDITO COM O DE PRECATÓRIO. CRÉDITO ESTE SEM QUALQUER APTIDÃO PARA COMPENSAÇÃO SEJA NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO OU JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE CAUSA DE SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. PROVIMENTOS JUDICIAIS ANTERIORES CASSADOS À LUZ DO DISPOSTO NO ART. 462 DO CPC. EMENDA 62/2009 E JULGAMENTO DA MC EM ADINº 2356 PELO STF. EMBARGOS PROVIDOS DE OFÍCIO NOS TERMOS DOS ARTS. 463, INC. I E 535, INC. I, DO CPC PARA CORRIGIR ERRO DE PREMISSA DE JULGAMENTO." (TJPR, Acórdão nº 37976, 1ª C.C., Rel. Dr. Fabio Andre Santos Muniz, julg. em 19.07.2011). "AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. DÉBITOS TRIBUTÁRIOS. OFERECIMENTO DE CRÉDITOS DE PRECATÓRIO COMO CAUÇÃO, PARA FINS DE OBTENÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA. LIMINAR DEFERIDA NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. NOVA SISTEMÁTICA DE PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS INSTITUÍDA PELA EC Nº 62/2009, A QUAL ACRESCENTOU O ART. 97 AO ADCT. CRÉDITO DE PRECATÓRIO NÃO MAIS DOTADO DE PODER LIBERATÓRIO DO PAGAMENTO DE TRIBUTOS (ART. 78, § 2º, DO ADCT), PERDENDO SUA EXIGIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DO FUMUS BONI IURIS. APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO DE COMPENSAÇÃO. PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO ADMINISTRATIVO DE COMPENSAÇÃO INCAPAZ DE ENSEJAR A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 151, III, DO CTN AO CASO. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSISTÊNCIA DAS DECISÕES AGRAVADAS. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO." (TJPR, Acórdão nº 40749, 3ª C.C., Rel. Des. Ruy Francisco Thomaz, julg. 16.08.2011). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - CRÉDITO DE PRECATÓRIO NOMEADO À PENHORA - LEGÍTIMA RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA QUE SOLICITA PENHORA DE ATIVOS FINANCEIROS DA EXECUTADA - DEFERIMENTO DA PENHORA ON LINE PELO JUIZ A QUO - DECISÃO JUDICIAL EM CONSONÂNCIA COM OS PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL - PEDIDOS DE COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA INDEFERIDOS ADMINISTRATIVAMENTE - AUSÊNCIA DE CAUSA DE SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - IMPOSSIBILIDADE DE PENHORA DE CRÉDITOS DE PRECATÓRIO APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009, EM RAZÃO DA PERDA DO PODER LIBERATÓRIO PREVISTO NO ART. 78, § 2º, DO ADCT - DECRETO ESTADUAL N. 6.335/2010 QUE DISPÕE SOBRE REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REVOGA A LEGISLAÇÃO ANTERIOR - EXECUÇÃO QUE SE FAZ NO LEGÍTIMO INTERESSE DO CREDOR (ART. 612 CPC) - RESPEITO À ORDEM DE PREFERÊNCIA DE BENS DO ART. 11 DA LEF - POSSIBILIDADE DE PENHORA ON LINE - APLICAÇÃO DO ART. 185-A CTN - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO." (TJPR, Acórdão nº 40621, 3ª C.C., Rel. Dr. Fernando Antonio Prazeres, julg. 02.08.2011). "APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. PEDIDO ADMINISTRATIVO DE COMPENSAÇÃO DE ICMS COM CRÉDITOS DE PRECATÓRIOS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO DÉBITO TRIBUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. NOVO REGIME DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIO TRAZIDO PELA EC Nº 62/2009, QUE IMPÕE NOVA SISTEMÁTICA DE PAGAMENTO DE DÉBITOS DA FAZENDA. PERDA DO PODER LIBERATÓRIO DO PRECATÓRIO. INAPLICABILIDADE DO ART. 151, INCISO III, DO CTN AO CASO. PRECEDENTES. SENTENÇA CORRETAMENTE LANÇADA E MANTIDA. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E NÃO PROVIDA." (TJPR, Acórdão nº 40429, 3ª C.C., Rel. Des. Ruy Francisco Thomaz, julg. em 12.07.2011). Portanto, não há motivos para se modificar a decisão ora agravada. III Com base no exposto, nego seguimento ao presente recurso. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA Relator

0012 . Processo/Prot: 0800170-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/242185. Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0003700-79.2010.8.16.0044 Embargos a Execução. Agravante: Vision Distribuidora Ltda. Advogado: Pablo José de Barros Lopes. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVANTE : VISION DISTRIBUIDORA LTDA. AGRAVADA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA I Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto contra a decisão proferida à fl. 77-TJ, pelo Dr. Juiz de Direito da 1° Vara Cível de Apucarana Pr., nos autos nº 0003700-79.2010.8.16.0044 de Embargos à Execução Fiscal, que recebeu a apelação somente em seu efeito devolutivo. Irresignado, o Agravante, inicialmente, sustentou que em caso semelhante a este Agravo de Instrumento, obteve provimento favorável deste Tribunal, cuja decisão suspendeu a exigibilidade dos créditos tributários com base no art. 151, IV do CTN. Salientou que a suspensão foi deferida por força de liminar em Mandado de Segurança de modo que seus efeitos alcançam os créditos tributários aqui executados. Pontuou que a não observância da suspensão e o prosseguimento da execução fiscal viola gravemente a coisa julgada, desprestigiando as decisões emanadas por este Tribunal. Aduziu que o recurso de apelação interposto contra decisão de Embargos à Execução Fiscal deveria ser recebido em seu efeito suspensivo para paralisar o curso da execução fiscal, eis que o crédito exeqüendo já se encontra com sua exigibilidade suspensa. Pugnou, por fim, pela concessão do efeito suspensivo ativo ao Agravo de Instrumento, argumentando que a dívida fiscal em execução encontra-se com a exigibilidade suspensa, tendo em vista liminar concedida por este Tribunal de Justiça, nos autos de Agravo de Instrumento nº 666.186-9. Às fls. 84/85, este Tribunal deixou de conceder o efeito suspensivo pretendido. É a breve exposição II Presentes os pressupostos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade recursal, conheço o recurso. Da atenta análise dos autos, percebe-se que a questão presente neste Agravo de Instrumento gravita em torno do inconformismo do Agravante no que tange, tão somente, ao efeito atribuído à Apelação pelo Juízo de 1° grau. O art. 520 do Código de Processo Civil é claro ao determinar que o recurso de apelação será recebido em ambos os efeitos, salvo em determinados casos, nos quais será recebido somente no efeito devolutivo. O ora Agravante argumenta que o crédito tributário executado teve sua exigibilidade suspensa pela liminar deferida no Agravo de Instrumento n° 666186-9. Por tais motivos, e, ca so a execução venha a prosseguir, alega ser imprescindível

a atribuição de efeito suspensivo a apelação. No entanto, tal alegação não merece prosperar, haja vista que, conforme se depreende nos autos, o crédito tributário objeto do executivo embargado não se encontra com a exigibilidade suspensa e o agravo de Instrumento ora aludido, nada tem a ver com esta demanda, haja vista que foi interposto contra decisão de Mandado de Segurança n° 3144/2010 da 4° Vara da Fazenda de Curitiba (fls. 7 2/76-TJ). Destarte, a alegação apresentada como forma de justificar a atribuição de efeito suspensivo à Apelação interposta, não faz o menor sentido, considerando que este Agravo de Instrumento foi interposto contra decisão de Embargos a Execução n° 0003700-79.2010.8 .16.0044 da 1° Vara Cível de Apucarana Paraná. Denota-se que o ora Agravante tenta impor a este Agravo de Instrumento, decisão proferida em outros autos. Todavia, impossível seria utilizar-se de tal decisão, haja vista que a mesma foi proferida nos moldes do art. 151, III do CTN, que suspendeu o crédito tributário pelo pedido administrativo de compensação, o que não ocorreu no caso em tela. Ainda que fosse possível utilizar tal argumento, verifica-se que o Agravante não fez prova de que a CDA, que origina a Execução Fiscal da qual decorre os Embargos à Execução n° 0003700-7 9.2010.8.16.0044 (fl. 44-TJ), encontra-se abarcada pela decisão proferida em grau de recurso no Mandado de Segurança (fl. 72/76-TJ). Tem-se que, in casu, os Embargos à Execução opostos pelo Embargante, ora Agravante, foram julgados improcedentes (fls. 50/56-TJ), de modo que ao insurgir-se contra a decisão proferida, o mesmo interpôs recurso de Apelação, o qual foi recebido apenas no efeito devolutivo, nos termos do art. 520, V do CPC. No caso em tela, o D. Juiz de 1° grau baseou-se no art. 520, inciso V, do CPC para conceder efeito devolutivo, apenas, ao recurso de Apelação. Consiste razão o I. Magistrado, eis que o inciso V do art. 520 do CPC, se amolda perfeitamente ao caso sub judice. Isto por que, os Embargos à Execução foram julgados improcedentes ante a extinção do processo com resolução de mérito (art. 269, I do CPC), conforme se vê às fls. 50/56-TJ. Por oportuno transcreve-se o artigo 520 do CPC: "Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que: (...) V - rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los improcedentes;" Possível, desta maneira, valer-se do inciso V do art. 520 do CPC para atribuir à Apelação, efeito meramente devolutivo. Manoel Caetano Ferreira Filho leciona que "Tratando-se de sentença proferida nos Embargos do devedor, somente no caso de procedência é que a apelação terá ambos os efeitos". Ainda, o entendimento de Humberto Theodoro Junior, quando faz referência ao Recurso Especial n° 970275 /SP, em sua obra "Código de Processo Civil Anotado", no seguinte sentido: "As hipóteses em que não há efeito suspensivo para a Apelação estão taxativamente enumeradas no art. 520 do CPC, de modo que, verificada qualquer delas, deve o Juiz, sem qualquer margem de discricionariedade, receber o recurso somente no efeito devolutivo". Extrai-se da lição do Professor Manoel Caetano Ferreira Filho, que tal dispositivo legal encontra-se na presunção de legitimidade conferida aos títulos executivos, de forma que havendo conflito entre segurança jurídica e efetividade, prepondera a efetividade do direito do credor consignado no título executivo. Desta forma, rejeitados os embargos à execução, reforça-se a exigibilidade, liquidez e certeza do título executivo. "As razões que justificam este inciso são as mesmas já expostas em relação à sentença que julga a liquidação (n. 6, supra). A execução supõe sempre a existência do título executivo, judicial ou extrajudicial, que traduz a certeza da existência da obrigação nele representada. Não é por outra razão que no processo executivo não se admite contraditório que tenha por objetivo de bater a existência da obrigação. Esta é uma missão própria para os embargos do devedor; estes sim, têm natureza de ação de conhecimento, cujo processo admite contraditório, limitado no caso de execução de sentença, mas pleno quando de título extrajudicial se tratar. Recebidos os embargos, a execução fica suspensa (art. 739, § 1º). Não obstante a presunção de certeza quanto à existência da obrigação, o credor vê dilatado ainda mais o tempo que o separa da realização concreta do seu direito. Julgados improcedentes os embargos, já não seria mais razoável que o credor continuasse aguardando o tempo necessário ao processamento e julgamento da apelação. Assim, ao que nos parece, há uma razão de urgência na norma que retira o efeito suspensivo da apelação. (...) ." (FERREIRA FILHO, Manoel Caetano. Comentários ao código de processo civil, v.7: do processo de conhecimento, arts. 496 a 565. Coord: Ovídio Araújo Baptista da Silva. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2001, p.182) Entende-se que, com base no art. 520 do CPC, segunda parte, não há como atribuir efeito suspensivo à Apelação diante das situações ali estabelecidas. Esta Corte já decidiu: TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL JULGADOS IMPROCEDENTES. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO RECEBIDO APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO. ARTIGO 520, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA ATRIBUIÇÃO DE SUSPENSIVIDADE AO RECURSO. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO (TJPR 1° CCv Agr. Instrumento 815260-5 Rel:Ruy Cunha Sobrinho Julg.:18/08/2011 Pub.: 25/08/2011 DJ 702)" Há que se ponderar que é possível atribuir efeito suspensivo a Apelação com base no art. 558 do CPC, o qual dispõe: Art. 558. O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara. Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto neste artigo as hipóteses do art. 520 Todavia, considerando o presente caso, não basta o Agravante acenar com a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação ou, mesmo, alegar constrição que possa vir a ocorrer contra o seu patrimônio. Torna-se necessário, além disso, verificar o que ensejou a decisão do Juízo na aplicação de efeito meramente devolutivo à Apelação interposta. Restou claro que o Juízo monocrático aplicou, e bem, o art. 520, V do CPC, por tratar-se de julgamento improcedente em Embargos à execução, o que lhe assegura, por si só, a atribuição deste efeito devolutivo. Ainda, se neste caso fosse possível atribuir duplo efeito ao recurso, não restou demonstrado qualquer dano excepcional ou de difícil reparação, haja vista que o Agravante limitou-se, apenas, em meras alegações e não constou nos autos que estas são revestidas de verdade. III - Não obstante, ponderando que a decisão impugnada está em consonância com a jurisprudência dominante deste Tribunal, nego seguimento ao Agravo de Instrumento e mantenho a decisão a quo em seus exatos termos (fl. 77-TJ), nos moldes do art. 557, caput, do CPC. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA Relator

0013 . Processo/Prot: 0800422-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/162450. Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000194 Execução Fiscal. Agravante: Comercial de Móveis Brasília Ltda. Advogado: Lucius Marcus Oliveira, Ari Carlos Cantele, Alceu Schwegler. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVANTE: COMERCIAL DE MÓVEIS BRASÍLIA LTDA AGRAVADO: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA I - Trata-se de agravo de instrumento interposto por COMERCIAL DE MÓVEIS BRASÍLIA LTDA contra a decisão do Dr. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Londrina Pr., que nos autos nº 194/2009, de Execução Fiscal, determinou a penhora on line. Inconformado, disse que o direito à constrição em dinheiro via Bacen Jud não seria um direito potestativo do credor, mas sim estaria sujeito à ponderação judicial. Alegou que se assim não fosse, sequer haveria razão de existir a nomeação de bens à penhora pelo executado, bastaria ao exequente conduzir a execução como bem lhe aprouvesse. Sustentou que o bloqueio de bens e direitos da agravante mediante ordem judicial eletrônica junto às autoridades supervisoras do mercado bancário (penhora on line), em matéria tributária, estaria disciplinada no art. 185-A, do CTN, sendo que imputação de crédito de precatório, na data do vencimento da obrigação tributária, que, todavia, teria sido indeferido administrativamente. Consignou que a excepcionalidade da medida seria desarrazoada e desnecessária porque teria sido nomeado à penhora crédito de precatório, com efeito liberatório e, portanto, equivalente a dinheiro. Alinhavou que, apesar de ser facilmente localizável, a Fazenda quando teve oportunidade, não promoveu nenhuma diligência visando localizar localizar bens penhoráveis antes de pleitear o deferimento da penhora on line, tanto que nem sequer teria sido verificada a existência de veículos registrados no Detran-Pr, cujo cadastro a Procuradoria Geral de Justiça teria pleno acesso em seus próprios computadores. Pontuou que a jurisprudência acenaria no sentido de ser necessária a comprovação de esgotamento na busca de outros bens pela Fazenda Pública antes do requerimento da medida excepcional da penhora de ativos financeiros, sendo que o esgotamento das diligências possíveis em busca de bens penhoráveis impediria a quebra do sigilo bancário e bloqueio eletrônico instrumentalizado através do sistema Bacen-Jud. Asseverou que o desnecessário bloqueio de valores em conta bancária remeteria ao caos, provocando a prática forçada de diversos ilícitos, causando a temível insegurança nas relações jurídicas. Ressaltou que a indisponibilidade generalizada de bens violaria o princípio da menor onerosidade (art. 620, do CPC), e no âmbito constitucional, ofenderia o princípio da razoabilidade, do devido processo legal e seus corolários ampla defesa e contraditório, do livre exercício de atividade lícita, da individualização da pena, etc. Consignou que sequer haveria prova da inexistência de outros bens passíveis de constrição, razão pelo qual o deferimento da penhora on line de valores existentes nas contas bancárias da agravante apresentar-se-ia precipitada, além do que seria prejudicial à empresa. Também destacou que a penhora on line seria medida excepcional e equiparar-se- ia à penhora de 100% faturamento. Disse da possibilidade da penhora de precatório, sendo que a jurisprudência teria reforçado a relativização da ordem de penhora do dinheiro, conforme a Súmula 417, do STJ. Sustentou que o contribuinte deteria decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (RE 550400), autorizando-lhe imputar seu crédito de precatório para pagamento do tributo, mas diante da falta de julgamento do RE 566349/MG, onde a repercussão geral da matéria seria reconhecida. Aduziu que a ordem 2 danos à atividade comercial, pontuando que a penhora de precatório não ofenderia o disposto no art. 11, da Lei nº 6.830/80, inclusive que a teor do art. 620, do CPC, que preveria que a execução deverá ser feita de modo menos gravoso ao devedor, a gradação legal do referido artigo de lei não seria obrigatória e sim facultativa, não podendo, assim, o Fisco se valer da regra para discordar do oferecimento de parte do precatório à penhora. Disse que o art. 78, do ADCT, alterada pela EC nº 30/2000, garantiria ao contribuinte o pagamento de débitos fiscais com precatório, evitando a perpetuação do calote oficial, conferindo a Constituição, dessa forma, ao precatório poder liberatório para pagamento de tributos e permitindo a cessão desses créditos. Às fls. 111/112 foi indeferido o efeito suspensivo pretendido. Em sua resposta, a Fazenda Pública pugnou, em suma, pelo improvimento do recurso (fls. 118/122-TJ). II - Constata-se que a agravante se insurge contra a decisão determinou a penhora on line. Prefacialmente, destaca-se que não se pode perder de vista que o convênio de Cooperação Técnico Institucional celebrado entre o Superior Tribunal de Justiça, o Banco Central, o Conselho da Justiça Federal, ensejou a adesão deste Egrégio Tribunal de Justiça no ano de 2001. Através desse sistema, denominado penhora on-line (BACEN- JUD), os magistrados podem, por meio de senha eletrônica, oficiar aos bancos e instituições com autorização de funcionamento do BACEN para determinar bloqueio de contas de pessoas físicas ou jurídicas do Sistema Financeiro Nacional, solicitar providências requeridas pelas partes. 3 que a utilização do sistema BACEN-JUD teria caráter discricionário, aplicável diante do juízo de conveniência no caso concreto, hodiernamente a jurisprudência tem se posicionado no sentido de que é um direito subjetivo da parte, abandonando o conceito de medida excepcional. Isso porque a penhora on line tem sido equiparada como penhora em dinheiro, dando assim cumprimento à dicção do art. 655 e art. 655-A, do CPC, estabeleceu a prioridade na nomeação à penhora de dinheiro

em espécie ou em depósito, o que, de toda sorte, e aliado ao art. 11, da Lei nº 6.830/80, sinaliza que a penhora on line se estabelece como uma via para que tal desideratum seja alcançado, não se olvidando, todavia, que devem ser evitadas assim que constatado que seu uso poderá acarretar excessos e prejuízos de grande monta. Destaca-se que a penhora on line é reconhecida como espécie de penhora equiparada a dinheiro e não se mostra como medida excepcional, motivo pelo qual pode ser adotada mesmo que não esgotadas todas as diligências a fim de encontrar outros bens penhoráveis. No mesmo sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO À PENHORA. EMPRESA DE VULTOSO PATRIMÔNIO. PRETERIÇÃO DE BENS PREFERENCIAIS. ARTIGO 11, DA LEF. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PELA EXECUTADA. INDEFERIMENTO. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS NA BUSCA DE OUTROS BENS PENHORÁVEIS. DESNECESSIDADE. INDICAÇÃO FEITA SOB A ÉGIDE DAS ALTERAÇÕES DA LEI 11.382/2006. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO PROVIDO. - "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - PENHORA ON LINE - SISTEMA BACEN-JUD - REQUERIMENTO FEITO NO REGIME ANTERIOR AO ART. 655, I, DO CPC (REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.382/2006) 4 penhora on line levando em consideração o momento em que formulado: se antes ou depois do advento da Lei 11.382/2006, que alterou o art. 655, I, do CPC, incluindo os depósitos e as aplicações em instituições financeiras como preferenciais na ordem de penhora, equiparando-os a dinheiro em espécie. 3. Se o pleito é anterior à nova lei, seu deferimento fica condicionado ao esgotamento de todos os meios de localização dos bens do devedor, em atenção ao art. 185-A do CTN. No regime atual, a penhora on line pode ser deferida de plano, afastando-se a exigência. Precedentes desta Corte. 4. Hipótese dos autos cujo pedido foi formulado no regime anterior, tendo o Tribunal de origem afastado a penhora de ativos financeiro porque não demonstrada a impossibilidade de recair a penhora em outros bens. 5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido" (REsp. 910.497/SP, 2ª T., Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 17.02.2009, original sem destaque)." (TJPR, Ac. nº 31911, 1ª C.C., Relª. Desª. Dulce Maria Cecconi, julg. em 07.07.2009). "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE VALORES. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO PELO MODO MENOS GRAVOSO AO DEVEDOR. PREVISÃO QUE DEVE SER APLICADA EM CONJUNTO COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES EXISTENTES EM RELAÇÃO À MATÉRIA. DEVEDORA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE INDICAR BENS PARA PROTEÇÃO DO CRÉDITO EXECUTADO. DECISÃO ATACADA EM DESCONFORMIDADE COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. DECISÃO REFORMADA PARA POSSIBILITAR A PENHORA ON LINE. RECURSO PROVIDO." (TJPR, Ac. nº 31480, 1ª C.C., Rel. Dr. Sérgio Roberto N Rolanski, julg. em 07.04.2009). "AGRAVO INOMINADO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA ON LINE. DECISÃO DE 1º GRAU QUE REJEITOU E PENHORA SOBRE PRECATÓRIO DE NATUREZA ALIMENTAR E DETERMINOU A REALIZAÇÃO DA CONSTRIÇÃO ELETRÔNICA, COM BASE NO ART. 655-A, DO CPC. DECISÃO RECUSA JUSTIFICADA, EM RAZÃO DA VIOLAÇÃO DA GRADAÇÃO LEGAL PREVISTA NO ART. 656, INC. I, DO CPC. AGRAVO REJEITADO." (TJPR, Ac. 30146, 1ª Câmara Cível, Rel. Juiz Conv. Fernando César Zeni, DJU 15.08.08) 5 6.830/80, bem como do previsto no art. 655 e 655-A do CPC é que, sendo requerido pela exequente, deve ser deferido o pedido de penhora on line a fim de que execução se realize no interesse do credor. Este é o mais recente entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA ON LINE. ARTS. 655 E 655-A DO CPC. SISTEMA BACEN-JUD. VIGÊNCIA DA LEI N. 11.382, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO. 1. Após a entrada em vigor da Lei nº 11.382/2006, não mais se exige do credor a comprovação de esgotamento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. 2. Segundo nova orientação jurisprudencial firmada no âmbito desta Corte, a penhora on line deve ser mantida sempre que necessária à efetividade da execução. 2. Agravo interno improvido." (STJ, AgRg no Ag 1050772/RJ, Rel. Ministro Paulo Furtado (Desembargador convocado do TJj/BA), 3ª T., julg. em 26/05/2009). "EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. RECUSA DE PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO MENOS GRAVOSA. INTERESSE DO CREDOR. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 620 DO CPC. I - A jurisprudência desta Corte é no sentido de que o credor pode recusar o precatório nomeado à penhora pelo devedor, haja vista que a execução opera-se em seu interesse, havendo outros bens em melhor posição na ordem legal do art. 11 da Lei n. 6.830/80. Precedentes: AGA n. 547.959/SP, Rel. Min. DENISE ARRUDA, DJ de 19/04/2004; EDAG n. 535.806/SP, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 08/03/2004; e AGREsp n. 280.587/SP, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ de 04/02/2002. II - A regra do art. 620 do Código de Processo Civil, segundo a qual a execução deverá ser feita do modo menos gravoso ao devedor, deve ser conciliada com o objetivo da execução, qual seja, a satisfação 6 Rel. Ministro Francisco Falcão, 1ª T., julg. em 02/06/2009). "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. DIREITO DE CRÉDITO DECORRENTE DE PRECATÓRIO. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA POR OFENSA À ORDEM LEGAL PREVISTA NO ART. 11 DA LEI 6.830/80. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (STJ, EDcl no Ag 1090766/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, 1ª T., julg., em 23/04/2009). "PROCESSO CIVIL EXECUÇÃO FISCAL PRECATÓRIOS JUDICIAIS PENHORA ADMISSIBILIDADE RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA CABIMENTO. 1. O STJ entende que créditos decorrentes de precatório judicial são penhoráveis, embora possam ter a nomeação recusada pelo credor. Admite ainda a recusa de substituição de bem penhorado por tais créditos, nos termos dos arts. 11 e 15 da LEF. Precedentes. 2. No caso em análise houve a recusa da nomeação pelo credor. Decisão que deve ser mantida por seus próprios fundamentos. 3. Agravo regimental não provido." (STJ, AgRg no Ag 1093104/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, 2ª T., julg. em 02/04/2009). "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. DIREITO DE CRÉDITO DECORRENTE DE PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE RECUSA PELA FAZENDA PÚBLICA NAS HIPÓTESES DO ART. 656 DO CPC. MATÉRIA PACIFICADA NO ÂMBITO DA 1ª SEÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 168/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (STJ, AgRg nos EREsp 918.047/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, 1ª seção, julg. em 25/03/2009). Com base no exposto, verifica-se que é possível que a Fazenda Pública recuse a nomeação de precatórios a penhora, podendo ser aceito a penhora on line, observando-se assim o teor do previsto no art. 11 da Lei nº 6.830/80 e art. 655 e 655-A do CPC. 7 necessariamente, penhora do faturamento da empresa e, no presente feito, os documentos carreados aos autos não indicam a inviabilidade da empresa continuar exercendo suas atividades após o bloqueio dos valores constantes nas contas-correntes da agravante. Neste sentido entendeu o Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. PRETENDIDA SUSPENSÃO DA DECISÃO QUE, EM EXECUÇÃO FISCAL, DETERMINA O BLOQUEIO DE VALORES EM CONTA-CORRENTE ATÉ O LIMITE DA DÍVIDA EXECUTADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA FUMAÇA DO BOM DIREITO. DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL. 1. A propositura de medidas cautelares perante o Superior Tribunal de Justiça tem sido admitida apenas em casos excepcionais, para o fim de assegurar a eficácia da prestação jurisdicional futura, em sede de recurso especial, desde que seja demonstrada a presença conjunta dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, além da viabilidade de admissão daquele recurso. 2. Todavia, na hipótese, não ficou evidenciada a presença do fumus boni iuris, requisito indispensável à concessão da tutela cautelar. A tese recursal relativa à impossibilidade de penhora sobre o faturamento da empresa nem sequer foi enfrentada pelo Tribunal de origem, o que atrai a incidência das Súmulas 282 e 356 do STF. Convém ressaltar que a penhora de dinheiro disponível em conta- corrente não se confunde com a penhora sobre o faturamento. (...) Além disso, este Tribunal Superior tem-se manifestado no sentido de admitir a penhora sobre numerário de conta- corrente, por entender que essa é preferencial na ordem legal de gradação. 3. Agravo regimental desprovido". (STJ, AgRg na MC 13891/ RS, 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, j. 25.3.2008, DJ 30.4.2008) (grifou-se) Assim também é o posicionamento desta 1ª Câmara Cível: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO - ACÓRDÃO MANTENDO A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, NOS TERMOS DO ART. 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO - ARGÜIÇÃO DE OMISSÃO - OCORRÊNCIA - ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE 8 CONSTRIÇÃO QUE NÃO EQUIVALE À PENHORA ONLINE - RECURSO PROVIDO, SEM EFEITO MODIFICATIVO. Reconhecida a ocorrência de omissão no Acórdão embargado, é de se acolher os Embargos para sanar o vício apontado, sem atribuir, no caso em espécie, efeito modificativo ao julgado. O bloqueio online, após o avento da Lei n.º 11.232/06, equivale à constrição de dinheiro (artigo 655, I, do CPC) não se confundindo com a penhora de faturamento, prevista no artigo 655, VII, do Código de Processo Civil. (TJPR, Ac. nº 36281, 1ª C.C., Rel. Dr. Sérgio Roberto N Rolanski, julg. em 18.01.2011). (grifou-se). "EMBARGANTE: LATICÍNIOS SILVESTRE LTDA. EMBARGADA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ RELATOR: DESª. DULCE MARIA CECCONI REL. CONV.: JUIZ SUBST. EM 2° G. DR. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E OBSCURIDIDADE. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. PENHORA ON LINE. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA. ENTENDIMENTO SUPERADO PELA ATUAL JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONSTRIÇÃO QUE NÃO EQUIVALE À PENHORA DE FATURAMENTO. REDISCUSSÃO DO ACERTO DA DECISÃO RECORRIDA. CARÁTER PROTELATÓRIO, RECURSO NÃO PROVIDO." (TJPR, Ac. nº 36197, 1ª C.C., Rel. Dr. Sérgio Roberto N Rolanski, julg. em 14.12.2010). "TRIBUTÁRIO - PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO DE VALORES EM CONTA CORRENTE, VIA BACEN-JUD -POSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE CONCORDÂNCIA IMEDIATA DA FAZENDA PÚBLICA COM A INDICAÇÃO DE CRÉDITOS DE PRECATÓRIO À PENHORA - COMPATIBILIDADE DO ARTIGO 185-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL COM AS NORMAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - GRADAÇÃO LEGAL DE BENS PREVISTA NO ARTIGO 655 DO CPC E ARTIGO 11 DA LEF - RECUSA LEGÍTIMA DO CREDOR QUANDO HOUVER OUTROS BENS PENHORÁVEIS - PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE AO DEVEDOR - EQUILÍBRIO COM O PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO - PENHORA DE CONTA CORRENTE QUE NÃO SE CONFUNDE COM PENHORA SOBRE O FATURAMENTO - ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ARTIGO 78, § 2º DO ADCT - REVOGAÇÃO TÁCITA PELO ARTIGO 97, ACRESCENTADO PELA EMENDA N.º 62/09 - 9 ESPECIAL - DECRETO ESTADUAL N.º 6335/10 - OPÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ PELO PAGAMENTO DE SEUS PRECATÓRIOS NA FORMA DOS PARÁGRAFOS 1º, INCISO I, E 2º DO ARTIGO 97 - RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR, Ac. nº 35638, 1ª C.C., Rel. Des. Salvatore Antonio Astuti, julg. em 26.10.2010). Portanto, no presente caso, não se evidencia que a penhora on line seja equiparável à penhora de faturamento, mormente diante de ausência de comprovação de tal assertiva, o mesmo podendo ser dito em relação a eventual prejuízo de terceiros, com tal ato. Igualmente não tem razão o agravante quando traz à lume o advento da Emenda Constitucional nº 62/2009. É certo que, em alinhamento com o que vem decidindo este Egrégio Tribunal de Justiça em casos análogos, não se pode confundir penhora de precatório com a possibilidade de sua compensação. Dessa forma, o fato de ter havido alteração no texto constitucional no sentido imprimir novo sentido ao regime para pagamento dos precatórios, não implica afirmar que sua natureza tenha sido convolada, o que sinaliza no sentido de ainda ser entendido como direito de crédito e posterior ao dinheiro na ordem de preferência elencada no art. 11, da Lei 6.830/80. Da mesma maneira já se decidiu recentemente: "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. 1. NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA. PETIÇÃO JUNTADA

EM AUTOS DIVERSOS, EM TRÂMITE NO MESMO JUÍZO. ERRO ESCUSÁVEL. AUSÊNCIA DE CONSTATAÇÃO DE MÁ-FÉ. 2. PENHORA. OFERECIMENTO PELA EXECUTADA DE PRECATÓRIOS. ADMISSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À ORDEM PREVISTA NO ARTIGO 11, DA LEI Nº 6.830/80. INSTITUTO QUE SE DIFERENCIA DA COMPENSAÇÃO PELA FINALIDADE. IMPUGNAÇÃO 10 INSTRUMENTO. RECURSO PROVIDO. Com o advento da Emenda Constitucional nº 62/2009, não se alterou a natureza jurídica dos precatórios, que continuam sendo créditos penhoráveis. Não se podem confundir os institutos da penhora e da compensação, que são diversos." (TJPR, AC. 36072, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Lauro Laertes de Oliveira, DJU 08.07.10) Nesse passo, não tendo sido alterada a natureza dos precatórios com a Emenda Constitucional nº 62/2009, deve persistir o que já havia se sedimentado pela jurisprudência pátria quando à segura possibilidade da Fazenda Pública recusar precatórios como garantia da dívida. Confira-se: "AGRAVO INOMINADO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENO DE PLANO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. NULIDADE DA DECISÃO PROFERIDA EM PRIMEIRO GRAU POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO QUE APENAS SE POSICIONA DE FORMA CONTRÁRIA À PRETENSÃO DA AGRAVANTE, MAS ENCONTRA AMPARO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E NA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL. REFORMA DA DECISÃO QUE DEFERIU A PENHORA DE PRECATÓRIOS. PEDIDO DE PENHORA ON LINE. CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES INVOCADOS PELA AGRAVANTE QUE NÃO REFLETEM O ENTENDIMENTO QUE VEM SENDO ADOTADO MAIS RECENTEMENTE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Proferida decisão fundamentada não só nos fatos evidenciados nos autos como também na lei aplicável ao caso e em precedentes jurisprudenciais, não há que se falar em ofensa ao art. 93, IX, da Constituição Federal. 2. A recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de ser possível a recusa da Fazenda Pública diante do oferecimento de precatório à penhora, sendo plenamente possível que a constrição recaia sobre dinheiro, haja vista a lei estabelecer preferência sobre ele em detrimento dos demais bens." (TJPR, AC. 34610, 1ª Câmara Cível, Rel. Des. Dulce Maria Cecconi, DJU 05.07.10) "FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ AGRAVADO: REGINALDO ANTONIO DE MORAES RAMOS RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA REL. SUBST.: DR. SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLANSKI AGRAVO DE INSTRUMENTO - OFERECIMENTO DE PRECATÓRIO À PENHORA - RECUSA DA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE - ART. 11 DA LEF PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL - RECURSO PROVIDO. 11 Lei nº 6.830/80, visto que em primeiro lugar está o dinheiro e não os títulos da dívida pública, in casu, precatório, é lícito ao credor e ao julgador a não aceitação da nomeação à penhora desses títulos, pois a execução é feita no interesse do exeqüente e não do executado." (TJPR, AC. 34361, 1ª Câmara Cível, Rel. Juiz Conv. Sérgio Roberto N Rolanski, DJU 01.06.10) Ademais, a jurisprudência desse Tribunal tem se pronunciado de forma reiterada não ser mais possível a compensação de crédito tributário segundo o art. 78, do ADCT, que conferia o poder liberatório ao tributo quando utilizado precatório parcelado e não pago. Com efeito, o Decreto Estadual nº 6.335/2010 direcionou-se no sentido da opção pelo pagamento de precatório na forma do art. 97, §1º, I e §2º, do ADCT, o qual preceitua ficarem incluídos no referido regime, os precatórios pendentes de pagamento e os emitidos durante a sua vigência, o que, obviamente, afasta a possibilidade de compensação segundo as regras do art. 78 do ADCT, inclusive os pedidos feitos em data anterior à nova regra. Dessa ilação, conclui-se que o agravante deverá se submeter ao novo regime trazido pela EC 62/2009, que, prorrogando o prazo de pagamento dos precatórios por 15 (quinze) anos, não há se falar em mora do Estado e, nem tampouco, em subrrogação, pois as dívidas se tornaram inexigíveis. No mesmo diapasão, o julgado de relatoria do Des. Jesus Sarrão, no Mandado de Segurança nº 621.781-2: "MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DE PRECATÓRIOS COM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ. INDEFERIMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. PRETENSÃO DA IMPETRANTE DE EXTINGUIR SEUS DÉBITOS FISCAIS MEDIANTE COMPENSAÇÃO DESTES COM CRÉDITOS DE PRECATÓRIOS REQUISITÓRIOS, NA FORMA DO ART. 78, § 2º, DO ADCT, ACRESCENTADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30/2000. PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009, QUE 12 O ART. 97 AO ADCT, INSTITUINDO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS PELOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS. EDIÇÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº 6335/2010 DISPONDO SOBRE A INSTITUIÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS A QUE SE REFERE O ART. 97 DO ADCT, ACRESCENTADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009. SUPERVENIENTE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 267, VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.- A promulgação da Emenda Constitucional nº 62/2009 e a edição do Decreto Estadual nº 6335/2010 constituem fatos novos que conduzem à extinção do processo por superveniente falta de interesse processual, uma vez que não é mais admitida a compensação de débitos tributários com créditos de precatórios, na forma anteriormente prevista pelo art. 78, § 2º, do ADCT, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 30/2000, em que se fundamenta o presente pedido." III - Por estes motivos, que adota-se como razão de decidir, nega-se seguimento ao agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, "caput", do CPC. Curitiba, 26 de setembro de 2011. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA Desembargador 13

0014 . Processo/Prot: 0800915-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/165584. Comarca: Imbituva. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000262-61.2011.8.16.0092 Embargos a Execução. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Gerson Luiz Dechandt, Leane Melissa Olicshevis, Diogo da Ros Gasparin. Agravado: Supermercado Canteri Ltda. Advogado: Luiz Carlos Derbli Bittencourt, HELOÍSA FORTES BITTENCOURT. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVANTE : ESTADO DO PARANÁ AGRAVADO: SUPERMERCADO CANTERI LTDA. RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA I Trata-se de agravo de instrumento interposto por ESTADO DO PARANÁ contra decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Imbituva Pr., que nos autos nº 260/2011, recebeu os embargos para discussão e suspendeu o curso da execução. Pugnou pela concessão do efeito suspensivo ao agravo, sob o fundamento de que a relevância da fundamentação teria sido demonstrada pela violação do art. 739-A, caput e §§1º e 2º, do CPC. Disse que o dano grave e de difícil reparação configurar-se- ão caso não se modifique imediatamente a decisão combatida, com repercussões econômicas e sociais graves para o Estado do Paraná e, em consequência, para o cidadão paranaense. Alegou que, como nada foi apresentado pela embargante para que invalidasse a medida fiscal que deu origem à CDA nº 2952066-6, o EF nº 1.585/2010 inevitavelmente prosseguirá até seu termo final, sendo, portanto, injustificável a paralisação do feito executivo para o processamento dos embargos. Às fls. 62/63 deixou-se de conceder o efeito suspensivo pretendido. Prestadas as informações pelo juízo monocrático este noticiou que manteve a decisão agravada, bem como que a agravante deu cumprimento ao artigo 526 do Código de Processo Civil. Opinou a Douta Procuradoria Geral de Justiça pelo provimento do recurso. II Da atenta leitura dos autos denota-se que assiste razão ao agravante. Vislumbra-se dos autos que a questão gravita em torno da possibilidade de os embargos à execução serem recebidos no seu efeito suspensivo. Oportuno registrar que ao presente feito deve ser aplicado o art. 739-A do Código de Processo Civil que prevê que os embargos do executado não terão efeito suspensivo, pois a legislação processual civil se aplica de forma subsidiária à Lei de Execução Fiscal. Assim o é em razão do disposto no art. 1º da Lei de Execução Fiscal que prevê que se aplica subsidiariamente o Código de Processo Civil às execuções fiscais, de modo que a aplicação do art. 739-A do Código de Processo Civil não fere o princípio da especialidade. Destaca-se que a Lei de Execuções Fiscais não aborda inúmeras questões, razão pela qual se exige a aplicação do Código de Processo Civil a fim de detalhar os procedimentos. Nesta mesma linha de entendimento: "Assim é que inúmeras questões da maior relevância encontram regramento no CPC, o que mais se evidencia depois das alterações do processo de execução (...)" (PAULSEN, Leandro e outros. Direito Processual Tributário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 161). "Conquanto seja um subsistema processual à parte, que regula relações processuais específicas em relação ao CPC, a LEF não possui aplicação estanque. Aliás, nenhum subsistema pode ser aplicado de maneira isolada, como se denota de sua própria sujeição a um sistema jurídico genérico (in casu, o sistema processual geral do CPC). Logo, quaisquer situações relativas à execução fiscal, não contempladas pela LEF, devem ser tuteladas, subsidiariamente, pelo diploma processual civil geral, conforme dispõe o art. 1º da lei especial." (COLNAGO, Cláudio de Oliveira Santos. Conceitos Processuais Gerais. In: Execução Fiscal. Coord. Carlos Augusto Jeniêr. Belo Horizonte. Del Rey, 2003, p. 22). Portanto, não tendo a Lei de Execução Fiscal qualquer dispositivo quanto à suspensão da execução com a interposição dos embargos é que se deve aplicar, subsidiariamente, o previsto no art. 739-A do CPC. Assim sendo, denota-se que segundo o disposto no §1º do art. 739-A do Código de Processo Civil o juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes. No entanto, no presente caso não se evidencia a demonstração da presença de grave dano de difícil ou incerta reparação que o prosseguimento da execução possa acarretar ao agravado. Registra-se que cabe ao executado realizar ativos preparativos para evitar a execução, de modo que os atos comuns a qualquer execução não são motivos suficientes para se conceder o efeito suspensivo à execução. Ademais disto, o agravado apenas pleiteou na conclusão dos embargos à execução pelo recebimento de referidos embargos com efeitos suspensivos (fls. 13/24-TJ), todavia, a regra do artigo 739-A do Código de Processo Civil é clara e exige, para que seja concedido o efeito suspensivo à execução quando do recebimento dos embargos, que o executado demonstre, por motivos relevantes, que a execução lhe acarretará grave dano de difícil ou incerta reparação. Ora, é de se ver que o agravado sequer sustentou que poderá sofrer grave dano ou de incerta reparação, apenas pleiteando, na conclusão de sua petição, o recebimento dos embargos à execução com efeitos suspensivos. Sendo assim, denota-se que o agravado não preenche os requisitos exigidos pelo artigo 739-A do CPC. Oportuno destacar o entendimento deste Tribunal de Justiça sobre o assunto: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA A EXECUÇÃO FISCAL DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCESSO CIVIL. LEI 11.382/06. TEORIA DO DIÁLOGO DAS FONTES. RECEBIMENTO DOS EMBARGOS DO DEVEDOR COM SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO CONDICIONADA À OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 739-A, §1º, DO CPC. ENTENDIMENTO LOCAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CASO CONCRETO. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO." (TJPR, Dec. Monocrática, AI nº 0785198-3, 1ª C.C., Rel. Des. Ruy Cunha Sobrinho, julg. em 20.07.2011). "AGRAVO REGIMENTAL RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. EMBARGOS. NOVA REGULAMENTAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. Diante da nova sistemática de defesa do executado, inviável suspender a execução sem que haja a presença necessária e cumulativa de três requisitos: relevância dos fundamentos dos embargos, risco de dano grave ou de difícil reparação e garantia do juízo (§ 1º do artigo 739-A do CPC). O fato do bem penhorado ter elevado valor em relação à dívida não se amolda aos pressupostos previstos no dispositivo acima, sobretudo quando a parte devedora foi intimada para substituição do bem e

nada fez." (TJPR, Ac. nº 37737, 1ª C.C., Rel. Dr. Fernando César Zeni, julg. em 21.06.2011). "AGRAVO INOMINADO. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EFEITO SUSPENSIVO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL. VIOLAÇÃO DO ART. 93, INC, IX, DA CF. DECISÃO EIVADA DE NULIDADE. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INTERPRETAÇÃO DO ART. 151, INC. II e ART. 206. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA COM APLICAÇÃO NA AUSÊNCIA DE PREVISÃO ESPECÍFICA EM LEI ESPECIAL ACERCA DA SUSPENSIVIDADE DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 1º DA LEF. NECESSIDADE DE ANÁLISE DOS REQUISITOS DO ART. 739-A, §1º, DO CPC. RECURSO DESPROVIDO. Como na Lei de Execução Fiscal não há previsão acerca da possibilidade de suspensão da execução (art. 17), determina o art. 1º da LEF, que tem aplicação subsidiária o CPC e não o CTN. Neste, prevê o art. 739-A, § 1º, que é possível a atribuição de efeito suspensivo aos embargos "sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar grave dano de difícil ou incerta reparação". (...) A suspensão da execução, após as alterações da Lei 11.382/06, é medida excepcional, porquanto demanda a comprovação, de plano, sobre a possibilidade de grave dano de difícil ou incerta reparação, daí a necessidade de o juiz utilizar o critério da persuasão racional para deferir ou não o pedido." (TJPR, Ac. nº 29935, 1ª C.C., Rel. Dr. Fernando César Zeni, julg.e m 24.06.2008). "TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - EFEITO SUSPENSIVO À EXECUÇÃO CONCEDIDO DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO DA PARTE PARA ESSE FIM - NÃO DEMONSTRAÇÃO DA RELEVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS DOS EMBARGOS DE MODO A EVIDENCIAR QUE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO MANIFESTAMENTE POSSA CAUSAR DANO GRAVE DE DIFÍCIL OU INCERTA REPARAÇÃO - DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU DESPROVIDA DE MOTIVAÇÃO - PRECEDENTES DESTA CORTE - AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. A regra vigente acerca da oposição de embargos à execução é a não concessão de efeito suspensivo àqueles, inclusive à execução fiscal (LEF, art. 1º c/c art. 739-A, do CPC), ainda mais quando não há requerimento específico da concessão de efeito suspensivo, nem demonstração da necessidade de sua concessão. Ademais, a decisão agravada também não motivou a suspensão da execução, ressaltando-se, por fim, que se trata de questão que pode ser revista a qualquer tempo - CPC, art. 739-A e §§ 1º e 2º." (TJPR, Ac. nº 29623, 1ª C.C., Rel. Des. Salvatore Antonio Astuti, julg. em 19.02.2008). "AGRAVO INOMINADO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE REFORMA DECISÃO QUE ATRIBUIU EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS EM EXECUÇÃO FISCAL. REGRA ATUAL: NÃO SUSPENSÃO (CPC, ART. 739-A, DE APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA À LEF). FUNDAMENTOS DA DECISÃO MONOCRÁTICA NÃO ABALADOS. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO, EM PRIMEIRO GRAU, PARA ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO, ALÉM DA NÃO DEMONSTRAÇÃO DE SER O CASO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE RECEBEU OS EMBARGOS EM TAL EFEITO. QUESTÃO, ADEMAIS, QUE PODE SER REVISTA A QUALQUER TEMPO JUNTO À ORIGEM. RECURSO NÃO PROVIDO." (TJPR, Ac. nº 30209, 2ª C.C., Rel. Des. Valter Ressel, julg. 18.12.2007). Portanto, não há motivo nos autos suficientes a demandar a suspensão da execução. Registre-se, ainda, que esta decisão não se reveste de imutabilidade, sendo certo que, uma vez requerido e demonstrada a relevância dos fundamentos e o receio de dano irreparável ou de difícil reparação, pode o magistrado de primeiro grau, a qualquer tempo, modificar a decisão relativa aos efeitos dos embargos, conforme prevê o art. 739-A, §2º do CPC. Portanto, não restando evidenciada a relevância dos fundamentos e o receio de dano irreparável ou de difícil reparação que possibilitam a atribuição do efeito suspensivo aos embargos à execução é que deve ser modificada a decisão agravada. III Com base no exposto, e nos moldes do art. 557, §1º do Código de Processo Civil, dou provimento ao presente recurso, determinando que os embargos à execução sejam recebidos sem atribuição de efeito suspensivo. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA Relator

0015 . Processo/Prot: 0801384-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/120149. Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0009191-85.2009.8.16.0017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato. Apelado: Antonia Pedroso de Oliveira, Aparecido Santana, Edil Bernardo, Fernando Martins de Santana, Espólio de José Jacintho da Silva, Laudicelia Cepedes Barbosa, Mauricio Roco, Nelson Bonifacio, Pedro Lopes, Valdemir Jolio. Advogado: Olivarde Francisco da Silva. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, 1. Cuida-se de Apelação Cível interposta pelo MUNICÍPIO DE MARINGÁ contra a sentença que julgou improcedente o pedido que formulou nos Embargos à Execução sob nº 11.670/2009, que opôs em face de ANTONIA PEDROSO DE OLIVEIRA E OUTROS. Aduz, em síntese, que: o valor a ser restituído nas ações de repetição de indébito deve ser atualizado mediante a utilização do INPC/IBGE; a minoração dos honorários advocatícios também é devida, pois o valor fixado desatende o disposto no Enunciado 02, da Câmara de Direito Tributário do TJ-PR, que orienta a fixação de honorários com justeza para ações desta natureza. Requer o provimento do recurso. Com a resposta dos apelados, subiram os autos a esta Corte. Chamada a se manifestar, a Procuradoria Geral de Justiça, em parecer da lavra do Doutor Milton Couto Costa, manifestou-se pela desnecessidade de sua intervenção no feito. 2. Cinge-se a controvérsia acerca do índice de correção monetária aplicável nos casos de repetição de indébito, bem como sobre o montante fixado a título de honorários advocatícios. Entende o apelante que o índice de correção monetária a ser aplicado só ser o INPC/IBGE, porém, não procede a insurgência. Isto porque, a Lei é clara ao afirmar que quando o título executivo não estipular o índice para correção do valor devido, enseja a aplicação da média entre o INPC e o IGP-DI, conforme previsto expressamente no art. 1º do Decreto nº 1.544/95, in verbis: "Art. 1º. Na hipótese de não existir previsão de índice de preços substituto, e caso não haja acordo entre as partes, a média de índices de preços de abrangência nacional a ser utilizada nas obrigações e contratos anteriormente estipulados com reajustamentos pelo IPC-r, a partir de 1º de julho de 1995, será a média aritmética simples dos seguintes índices: I - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); II - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV)". Assim, no caso em tela, o douto magistrado disse corretamente que entendeu que "a atualização monetária dar-se-á pelo índice previsto no Decreto nº 1.544/95, ou seja, a média IGP-DI e INPC/IBGE" (fls. 140-verso). A correção monetária de débitos judiciais calculada pela média do INPC/IGP-DI tem sido amplamente utilizada por este Tribunal por melhor refletir a corrosão da moeda em função da inflação. Em casos análogos, todos oriundos do Município de Maringá, assim tem decidido esta Corte: "TRIBUTÁRIO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO NA EXECUÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ÍNDICE INPC PARA A CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRETA APLICAÇÃO DA MÉDIA DOS ÍNDICES INPC/IBGE E IGP-DI. DECRETO 1.544/95. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO". (AC 718.231-4, 1ª C.C., Rel. Des. Ruy Cunha Sobrinho, DJ 16/11/10). "APELAÇÃO CÍVEL LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA EMBARGOS À EXECUÇÃO ALEGANDO EXCESSO ATUALIZAÇÃO DE DÉBITO JUDICIAL INDEXADOR NÃO FIXADO EM SENTENÇA OU ACÓRDÃO INSURGÊNCIA RECURSAL QUANTO AO INDEXADOR UTILIZADO PARA CORREÇÃO MONETÁRIA - APLICABILIDADE DO ART. 1º DO DECRETO 1.544/95 - MÉDIA ENTRE O IGP-DI E O INPC APLICAÇÃO DO INDEXADOR QUE MELHOR REFLETE A VALORIZAÇÃO/DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA, UTILIZADO PARA ATUALIZAÇÃO DE DÉBITOS JUDICIAIS EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO CONFIGURADO - SENTENÇA REFORMADA INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL RECURSO PROVIDO. Após a edição do Plano Real, havia um indexador oficial, o IPC-r, que vigorou até junho de 1995 para o pagamento das obrigações. A partir de então, há a sugestão constante do Decreto nº 1.544/1995 para que se utilize a média entre o INPC e o IGP-DI para atualizar os débitos, o que ora se adota". (AC 662.054-6, 1ª C.C., Rel. Des. Rubens Oliveira Fontoura, DJ 22/10/10). "APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS À EXECUÇÃO EXCESSO DECORRENTE DO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA UTILIZADO PEDIDO JULGADO PROCEDENTE RECURSO ALEGAÇÃO DE NÃO CABIMENTO DA UTILIZAÇÃO DO INPC SENTENÇA QUE NÃO ESTIPULOU O INDEXADOR A SER ADOTADO ACOLHIMENTO APLICAÇÃO DA MÉDIA DO INPC/IBGE E IGP-DI INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1º, DO DECRETO Nº 1.544/95 DECISÃO REFORMADA. A atualização monetária dos débitos judiciais a partir de julho de 1995, na ausência de estipulação a respeito, deve ser feita pela média aritmética simples entre o INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IGP-DI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas), consoante estipula o artigo 1º do Decreto nº 1.544/95. RECURSO PROVIDO". (AP 646.832-0, 1ª C.C., Rel. Des. Idevan Lopes, DJ 06/07/10). "Execução de título judicial Objeção de executividade Ação civil pública Taxa de iluminação pública Condenação do Município de Maringá à repetição de indébito Sentença condenatória que não fixa o indexador a ser utilizado para a correção monetária dos valores a serem restituídos Elaboração de cálculo com utilização da média do INPC/IBGE e IGP-DI/FGV Pretensão de substituição do índice aplicado, para utilização somente do INPC/IBGE Impossibilidade Decreto n.º 1.544/1995 Precedentes desta Corte de Justiça Índice de correção monetária aplicado que deve ser mantido. Recurso a que se nega seguimento". (AI 676.546-9, 3ª C.C., Rel. Des. Rabello Filho, DJ 05/10/10). Como se vê, não há razão para a reforma da sentença neste ponto, eis que proferida em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal e com a legislação aplicável à espécie. No que concerne aos honorários advocatícios, não importa modificação, eis que segundo o disposto no § 4º do art. 20 do CPC, devem ser fixados mediante apreciação equitativa do juiz e observância das normas constantes das alíneas "a", "b", e "c" do parágrafo anterior, e isso foi o que se deu, no curso, em que o douto julgador levou em consideração a atuação do patrono em favor da parte e com respeito a um limite, que é de 20% sobre o valor em execução, observou tal percentual de forma única e global para o processo de execução e o dos embargos, como reiteradamente o STJ define: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO PROVISÓRIA. DESCABIMENTO. 1. Os embargos do devedor constituem verdadeira ação de conhecimento que não se confunde com a de execução, devendo os honorários advocatícios serem fixados de forma autônoma e independente em cada uma das referidas ações. Assim, é descabido o condicionamento da verba honorária na execução à eventual propositura dos embargos à execução. Precedentes. 2. Nos termos da Súmula 345/STF, são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas. 3. Deve ser observado o limite percentual de 20% (art. 20, § 3º, do CPC) na soma das duas verbas. 4. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1242538/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 10/05/2011) "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. CUMULAÇÃO DAS VERBAS ADVOCATÍCIAS. LIMITE. ART. 20, § 3º, DO CPC. FIXAÇÃO PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. 1. Serão devidos os honorários advocatícios, tanto na execução da sentença proferida em sede de ação coletiva, quanto nos embargos à execução, caso opostos. Inteligência da Súmula 345/STJ. 2. A soma das verbas fixadas em ambas as ações não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor da condenação, conforme previsão contida no art. 20, § 3º, do CPC. 3. Embargos de declaração acolhidos, sem

efeitos modificativos, para integração do julgado." (EDcl no REsp 1218689/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES SEGUNDA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 15/04/2011) "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO E EMBARGOS. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. LIMITE. ARTIGO 20, PARÁGRAFO 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OBSERVÂNCIA. 1. É firme o entendimento de que, constituindo os embargos do devedor verdadeira ação de conhecimento, que não se confunde com a ação de execução, os honorários advocatícios devem ser fixados de forma autônoma e independente em cada uma das referidas ações, desde que a cumulação da verba honorária não exceda o limite de 20%, estabelecido no artigo 20, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil. 2. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1227911/PR, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/02/2011, DJe 10/03/2011) Vê-se, portanto, que o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) deve ser mantido, se levado em conta o valor total da execução, que alcança o montante de R$ 9.209,07 (nove mil duzentos e nove reais e sete centavos), analisando-se o tempo despendido e trabalho realizado, o proveito que se obteve da decisão, bem como a premissa de que os honorários não podem ser irrisórios. 3. Do exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso. 4. Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. DULCE MARIA CECCONI - Relatora.

0016 . Processo/Prot: 0801763-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/155546. Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000815-43.2010.8.16.0028 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Ana Elisa Perez Souza. Agravado: Ronconi Indústria e Comércio de Móveis e Colchões Ltda. Advogado: Antônio Augusto Grellert, Rafael Augusto Buch Jacob, Leonardo Rodrigues Soares. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

A gravante: Fazenda Públic a E stadua l A gravado: Ronc oni Indústria e Comérc io de Móveis e Colc hões L tda. Relator: Juiz Subst. 2º G rau Fernando César Z eni 1. A n ul o a deci são de f. 1 9 1 /1 92 , u ma vez qu e foi equ i vocadamen t e ju n t ada aos aut os, port an t o preval ece a deci são de f. 1 2 9 /13 1 . 2. No qu e se refere ao mérit o, assi st e razão o E st ado do Paran á. A desobedi ên ci a da ordem l egal previ st a n o art . 1 1 da LE F é mot i vo su fi ci ent e para recu sa por p art e do credor qu an t o à n omeaçã o de ben s para pen h ora, con soan t e t em deci di do est a Câmara, em si n t on i a com i n úmeros preceden t es do S TJ (A gRg n o A g 1 3 7 25 2 0 / RS , 2 ª T., rel . Mi n . Cast ro Mei ra, j. em 0 1 .0 3 .1 1 ). A l ém di sso, a mat éri a já foi objet o de en u nci ado su mul ar (S úmu l a 4 0 6 do S TJ). O precat óri o n ão se equ i para a di nh ei ro (S TJ RE sp. 11 4 60 5 7 /RS , 2 ª T., rel . Mi n . E l i an a Cal mon ) e a pen h ora sobre di n h ei ro, por mei o el et rôn i co, t em preferên ci a (art . 6 5 5 -A do CPC) , cu jo t eor l egal t em si do i n t erpret ado favoravel ment e ao credor (S TJ Resp. 1 .0 43 .7 5 9 , 3 ª T., rel . Mi n . Nan cy An dri gh i ), sem qu e t al provi dên ci a macu le o t eor do art . 6 20 do CPC, vi st o qu e a execu ção, segu n do at u al en t en di men t o, se desen volve em favor do credor (A gRg n o A g 1 .32 7 .9 0 2 /PR, Rel . Min i st ro Ben edi t o G on çal ves, 1 ª T., DJe 14 /1 0 /20 10 ; AgRg n o RE sp 1 .18 2 .13 0 /PR, Rel . Mi n i st ro Cast ro Mei ra, 2 ª T., DJe 0 1 /1 2 /2 0 1 0 ; A gRg n o RE sp 1 .12 4 .8 48 /RJ, Rel . Mi n i st ro H ami lt on Carval hi do, 1ª T., DJe 2 5 / 0 5 /2 01 0 ; RE sp 1 .1 7 0 .0 29 /RS , Rel . Min i st ra E li an a Cal mon , 2 ª T., DJe 1 2 /0 8 /2 0 10 ). A pen h ora on l in e, n o caso em t el a, n ão foi o modo mai s gravos o para a devedora, n ão t en do si do vu l n erado o art . 6 2 0 do CPC. Ci t o, n est e sen t i do, o segu i n t e preceden t e, qu e dá gu ari da a est e en t en di ment o: " Q uando por vários meios o c redor puder promover a exec uç ão, o Juiz mandará que se f aç a pelo menos gravoso para o devedor. E ssa regra do art. 620 do CPC não está a eximir o devedor do c umprimento d as normas estabelec idas na exec uç ão e, em partic ular, a nomeaç ão à penhora. A nomeaç ão de bens pelo deve dor d everá obedec er a ordem legal estabelec ida no art. 655 do CPC. T endo bens de uma espéc ies, não poderá nomear outros de espéc ie inc luída na c lasse posterior na ordem previst a em le i, sob pena de invali dade da nomeaç ão. A ssim, o art. 620 não c onf ere ao devedor direito potestativo de esc olha dos bens que devam ser indic ados à penhora para garantia da exec uç ão. (RT 725/317)" Por fi m, segu n do en t en di men t o recent e dest a Cort e: "O no vo regime de pagamento introduzido inviabi liza a c ompensaç ão do débito tri butário c om c réditos r epresentados por prec atórios, motivo pelo qual f a lta interesse de agir ao devedor, ensejando a extinç ão do proc esso sem resoluç ão de mérito. (TJPR - Órgã o E spec i al - A 0 6 6 0 03 4 -6 /01 - Foro Cen t ral da R egi ão Met rop ol i t an a de Cu ri t i ba - Rel .: Des. Lau ri Caet an o da S i lva - Un ânı me - J. 1 7 .0 9 .2 01 0 )" 3 . Pel o expost o, dou provi men t o ao recu rso, n os termos do art . 557, §1 ª, do CPC, t en do em vi st a qu e est á em con son ân ci a com ju ri spru dên ci a domi n an t e dest e Tri bu n al e do S TJ. 5. Int. Cu ri t i ba, 20 de ju lh o de 2 01 1 . Fernando César Zen i Juiz Subst ituto em 2º Grau

0017 . Processo/Prot: 0801867-5 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/156430. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2003.00000240 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Município de Foz do Iguaçu. Advogado: Danielle Ribeiro. Agravado: Shirley Duarte Rezende Me, Mini Restaurante Rezende, Shirley Duarte Rezende. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Ag ravant e: F azenda P úbli ca do Mun icípio de Fo z do I guaçu Ag ravado : S hirley Dua rt e Re zende e outro s R elat or: J ui z S ub st . e m 2 º G rau Fernando Cé sar Zeni 1 . Tr at a- s e d e agr avo d e i n str u men to i n ter po s to co n tr a d eci são d e f . 6, qu e i n d ef er i u pedi d o d e f o rn eci men to do en d er eço do ex ecu tado p el o si st ema RE NA JU D, po r en ten d er qu e r ef er i do si st em a n ão po ssi bi l i ta a bu sca d e en d er eço s. Al eg a a A g r a van t e q u e é po ssí vel a l o cal i zaç ão do en d er eço do pr o pri et ár i o de v eí cu l o já r e str i to n o s au to s vi a RE NA J U D, d e aco rdo co m o co n ti do no man u al do si ste ma. 2 . Co m r az ão o agr a van t e. Co n st a do M an u al d o Si stema RE NA J U D qu e, u ma vez p ro c edi d a a r estr i ção ju di ci al do veí cu l o n a Base Ín di ce Na ci o n al ( BIN) do Si stem a RE NA V A M, cu j as i n fo r maçõ es s ão r ep a ss ad as ao s DE T RA N s o n de est ão r egi str ad o s o s veí cul o s, p ar a r eg i str o e m su a s b as es d e d ad o s, é po ssí vel a vi su al i zaç ão do en d er eço do pr o pri etár i o . Co n fi ra-s e: Fig. 5 T ela de In fo rma ções do Veic ulo A t e la de info rma çõe s do veí culo é mo st rada ao se c licar no link P la ca. O obj et iv o desta t ela é fo rne ce r in formaçõe s co mplement a res do ve ículo e do seu p rop riet á r io . Ne sta t ela d esta cam - se os se guintes at ribut os: Da dos do Veí culo In forma çõe s ine rent e s ao veículo como P laca , Cha ssi, Ano Fabrica ção, Mar ca/ Modelo , Ano Modelo. Da dos da Com unica ção de Venda Informa çõe s sob re o co mp rado r, decla ra da s em Comunicação de Venda . S ão elas: Nome, CP F/ CNP J, E ndere ç o, Data da Venda e Da ta da Comunica ção da Venda. OBS : E st e s dado s som ente sã o vi sualizado s ca so haj a comuni ca çã o de venda do veí culo pe lo ant igo p rop riet á rio. Da dos do P rop r ietár io In fo rma ções do prop riet ár io no R E NAV AM. OBS: O endereço do p rop riet á rio somente se rá v isua li zado após s a in se rção da re st ri ção j ud icia l ou se o v eícu lo po ssui r re st ri ção ant erio r. A ssi m, em qu e p es e o si ste ma RE NA J U D n ão ten h a si d o cr i ado par a pesqu i sa d e en d er e ço do s pro pri et ár i o s de veí cu l o s, cer to é qu e f o i cri ado par a po s si bi l i tar a ef eti vaç ão d e o r den s ju di ci ai s de r es tr i ção d e veí cu l o s cad as tr ado s n o Regi s tro Naci o n al de V eí cu l o s A u to mo to r es RE NA V A M em n o me d ess es pr o pr i et ár i o s, po s si b i l itan do a l o cal i zaç ão do s s eu s en d er eço s. Nes se s en ti do já d eci d i u o S TJ : P R OCE S S UAL CIV IL . E XE CUÇÃ O F IS CAL. DE CR E T O DE IND IS P ON IB IL I DA DE DE VE ÍCUL O A U T OMOT OR RE G IS T RAD O E M N OME DO E XE CUT ADO. P OS S IBIL I DA DE .NÃO -L OC ALIZ AÇ Ã O DO VE ÍCUL O P AR A F I NS DE P E NH OR A OU AR R E S T O.IRR E LE VÂNCIA. 1. E m con f orm ida de com o a rt . 1 8 5 - A do Cód igo T ribut á rio Na cional, é pos sível que sej a ordena do ao órgão de t rân si t o com pet ente o bloqueio de aut omóvel de prop riedade do execut a do pa ra p r evenir e ventual f ra ud e à exe cução, me smo que a inda não t en ha havido a forma li za çã o da penhora do veí culo aut omotor. Com efeit o, é po ssíve l o dec ret o d e indi sponi bi lida de de veí c ulo aut om otor reg i st ra do Página 2 de 4 em nome do executado, me sm o que o veículo a inda não te nha sido encontra do e, jus tament e por s ua não -locali za çã o, e st ej a inviab ili za da a penhora ou arre st o. De m odo a viab ili za r fut ura ga rant ia da execução, be m como sua efet iv ida de perant e ter cei ro s, deter mina - se a ind isponib ili dade do veículo j unt o ao DE TR AN. 2 . O S is tema R E NAJU D é uma fe rra menta elet rônica que inte rli ga o P ode r Jud iciá rio e o De pa rt ament o Nacional de T rân sit o - DE NAT RA N, p ossib ili t ando consult a s e o e nv io, em te mpo rea l, de ordens judi ciai s elet rôni cas de re st ri çã o e de reti rada de re st ri ção de veículo s aut omot ores na Ba se Índi ce Nacional (B IN ) do Re gist ro Nacional de Veículo s Aut omot ores - R E NAVA M. O s ist ema RE NAJU D perm it e o envio de ordens j udiciai s eletrônica s de rest riç ão de t ran sfe rência, de l icen ciament o e de circu laçã o, bem com o a averba ção de regi st ro de penhora d e veículo s aut omot ores cada st rado s na Base Índi ce Na ci onal (BIN ) do R egi st ro Nacional de Veí culo s Aut omotore s - RE NAVA M. 3 . No caso concret o, o E stado de Ma t o G rosso do S ul requereu a expe dição de of ício ao Det ran lo cal , requi sit an do o imediat o bloqueio na t rans fe rência do ve ículo regi st ra do em nome da exe cuta da, o ra re corri da. 4 . R ecu r so espe cial p rovi do. ( RE sp 11 51626/ MS , Rel . Mi ni stro MA U RO CA MP BE LL MA RQUE S , SE GU NDA TU RMA , jul gad o em 17/ 02/ 2011 , DJ e 10/ 03/ 2011) No mesmo sen ti d o já se m an i f esto u ess a Co r te: T R IBU T ÁR IO E P R OCE S S UAL CIV IL. AG R AVO DE INS T R U ME NT O. E XE CU Ç ÃO F IS C AL. INS UR G Ê NCIA CONT R A DE C IS ÃO QU E INDE FE R IU O P E D ID O DE I NF OR MAÇ ÕE S R E LAT IVAS AO E N DE RE ÇO DA E X E CUT ADA P OR ME IO DO S IS T E MA DA R E NAJU D. V IS U ALIZ AÇÃ O DO E N DE R E ÇO DE Página 3 de 4 FOR MA F ÁC IL NO MOME NT O DA ORDE M JU D IC IAL DE CONS T RI ÇÃO DE VE ÍCULO. AR T . 6 º, § 2º, DO RE G U LAME NT O DO RE NA JU D . M AIOR E FE T IV IDA DE , CE LE R ID A DE E E CON OM IC ID ADE N A PR E S T AÇÃO J UR IS D IC I ON AL. RE CU R S O P R OVI DO. (TJ P R 2ª CC- A g. In s t r. n° 792.829 - 4, Rel ato r : E u geni o A chi l l e Gr an d i n etti , J . 29/ 06/2 011) . 3 . A n te o ex po sto , co m f u l cr o n o ar t. 55 7, § 1° - A , d o CP C, do u pr o vi men to ao r ecu r so , n o s ter mo s d a f u n damen t ação su p r a. 4 . In ti mem- s e Cu ri ti ba, 26 d e set embr o d e 201 1. Fe rnando Cé sa r Zeni Jui z S ub st itut o em 2 º G rau Página 4 de 4

0018 . Processo/Prot: 0805213-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/165361. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000690 Execução Fiscal. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Alexandre Barbosa da Silva, Daniele Beatriz Marconato, Eduardo Luiz Bussatta. Agravado: Irmãos Muffato & Cia Ltda. Advogado: Lucilene Smith. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS DE PRECATÓRIO COM DÉBITOS FISCAIS. INADMISSIBILIDADE APÓS O ADVENTO DA EC 62/2009. INAPLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL 8022, DE 16.09.2010, CONCESSÃO DE MORATÓRIA À FAZENDA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS VENCIDOS. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA PELO STF PARA SUSPENDER EFICÁCIA DO ART. 78 DA ADCT. . CRÉDITO PRECATÓRIO QUE É O ÚLTIMO NA LINHA DE PREFERÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 11 DA LEI 6830/80. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. I. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que aceitou a penhora sobre precatórios em lugar da constrição pelo sistema BACENJUD. Estado do Paraná alega, em síntese, que: a) a execução deve ser feita sempre no interesse do credor e que o sistema BACENJUD é a forma mais adequada; b) não é necessário exaurir penhoras de outros bens para se proceder ao BACENJUD; c) os precatórios não podem ser compensados em execução fiscal;

d) é possível a Fazenda Pública discordar da penhora de bens quando a mesma não obedece a ordem de gradação legal e quando os bens ou direitos nomeados não atendem ao interesse público; e) a proteção do interesse privado em detrimento do interesse público constitui favorecimento ao mau pagador; f) o argumento de que os precatórios anteriores a EC 62/2009 foram dotados de poder liberatório refere-se apenas as compensações deferidas pela Administração Pública, o que não o caso dos autos. É o relatório. II. Ao credor é possível recusar a garantia oferecida, requerendo sua substituição, quando: I - não obedecer à ordem legal; II - não incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento; III - havendo bens no foro da execução, outros houverem sido penhorados; IV - havendo bens livres, a penhora houver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame; V - incidir sobre bens de baixa liquidez; VI - fracassar a tentativa de alienação judicial do bem; VII - o devedor não indicar o valor dos bens ou omitir qualquer das indicações a que se referem os incisos I a IV do parágrafo único do art. 668 desta Lei. A penhora pelo Código de Processo Civil (art. 655) deve obedecer a seguinte ordem: I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; II - veículos de via terrestre; III - bens móveis em geral; IV - bens imóveis; V - navios e aeronaves; VI - ações e quotas de sociedades empresárias; VII - percentual do faturamento de empresa devedora; VIII - pedras e metais preciosos; .IX - títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado; X - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; XI - outros direitos. Segundo a Lei de Execuções (artigo 11) a ordem é essa: I - dinheiro; II - título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; III - pedras e metais preciosos; IV - imóveis; V - navios e aeronaves; VI - veículos; VII - móveis ou semoventes; VIII - direitos e ações. Nas duas seqüências, dinheiro prefere direito ou ações. Como a penhora "on line" é dita como dinheiro tem preferência sobre precatório. Havendo desrespeito a ordem legal possível a recusa e o pedido de substituição. Como bem disse o eminente Juiz Fernando Zeni "é possível a penhora sobre precatórios e disto não se dúvida, mas tal somente poderá ocorrer quando não encontrados outros bens que, diante do julgamento do credor, tem maior apelo econômico." Nesse sentido a jurisprudência majoritária dessa Corte: "AGRAVANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ AGRAVADA: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA. RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA AGRAVO DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR ART. 557, §1ºA DO CPC PROVIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO OFERECIMENTO DE PRECATÓRIO À PENHORA RECUSA PELA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DA PENHORA ON LINE - - RECURSO IMPROVIDO. Estando a decisão proferida em primeiro grau em manifesto confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso, motivo pelo qual, não merece ser reformada a decisão ora recorrida. (TJPR - 1ª C.Cível - A 0728687-9/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Rubens Oliveira Fontoura - Unânime - J. 15.03.2011)" AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL DECISÃO QUE DEFERIU O BLOQUEIO DE VALORES NA CONTA BANCÁRIA DA EXECUTADA PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE RECURSAL SUSCITADA NA RESPOSTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO EVIDENCIADA REJEIÇÃO PENHORA DE PRECATÓRIOS - RECUSA DA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE ART. 11 DA LEI Nº 6.830/80 PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTE TRIBUNAL DEFERIMENTO DE PENHORA SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA DEVEDORA PELO SISTEMA BACENJUD - MANUTENÇÃO DO DESPACHO AGRAVADO. Evidenciado que o recurso de Agravo de Instrumento foi manejado dentro do prazo peremptório de 10 (dez) dias, não há que se falar em intempestividade, razão pela qual o recurso deve ser conhecido. É incontroversa a possibilidade de penhora de precatório e também, da Fazenda Pública recusar o bem nomeado pelo Devedor na Execução Fiscal, desde que embasado numa das hipóteses previstas no art. 656 do Código de Processo Civil. O art. 655, inc. I e 655-A do CPC, combinado com o art. 11 da Lei nº 6.830/80, conferiu prioridade da penhora sobre dinheiro, em espécie ou em depósito e, a penhora on line situa-se como atividade-meio que permite a penhora de dinheiro depositado ou aplicado. Quando o pedido de penhora on line é formalizado após o advento da Lei n. 11.382/2006 e, portanto, em consonância com os preceitos estabelecidos pelo artigo 655, inc. I c/c o art. 655-A, ambos do Código de Processo Civil, admite-se a constrição por meio eletrônico. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 1ª C.Cível - AI 0691485-6 - Foz do Iguaçu - Rel.: Des. Idevan Lopes - Unânime - J. 15.03.2011) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO, OBSCURIDADE. PENHORA DE PRECATÓRIO VERSUS PENHORA ON LINE. CONSTRIÇÃO DE DINHEIRO QUE NÃO VIOLA O PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS REJEITADOS (TJPR - 1ª C.Cível - EDC 0713928- 2/01 - Maringá - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni - Unânime - J. 15.02.2011) AGRAVO INTERNO. PENHORA ON-LINE. RECUSA DO CREDOR PARA ACEITAÇÃO DE PRECATÓRIO. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO DESPROVIDO. De acordo com firme orientação do STJ: "Após a entrada em vigor da Lei nº 11.382/2006, não mais se exige do credor a comprovação de esgotamento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. Segundo nova orientação jurisprudencial firmada no âmbito desta Corte, a penhora on line deve ser mantida sempre que necessária à efetividade da execução.2. Agravo interno improvido. (AgRg no Ag 1050772/RJ, 3ª Turma, Rel. Min. Paulo Furtado, DJ 05/06/09)" (TJPR - 1ª C.Cível - A 0691442-1/01 - Paranavaí - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni - Unânime - J. 10.08.2010) "AGRAVO INOMINADO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO À PENHORA. DECISÃO QUE INDEFERE O BEM OFERECIDO PELA DEVEDORA E DETERMINA A PENHORA ON LINE. MEDIDA QUE ENCONTRA RESPALDO TANTO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE QUANTO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES COLACIONADOS QUE NÃO REFLETEM O ATUAL ENTENDIMENTO ADOTADO SOBRE O TEMA. AGRAVO NÃO PROVIDO. (TJPR Acórdão 35596, 1ª CCv, rel. Des. Dulce Cecconi, j. em 19.10/10)" "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE CRÉDITO DECORRENTE DE PRECATÓRIO. ART. 656 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. 1. O crédito representado por precatório é bem penhorável, mesmo que a entidade dele devedora não seja a própria exeqüente, enquadrando-se na hipótese do inciso XI do art. 655 do CPC, por se constituir em direito de crédito. 2. A "recusa, por parte do exeqüente, da nomeação feita pelo executado, pode ser justificada por qualquer das causas previstas no CPC (art. 656), mas não pela impenhorabilidade do bem oferecido. (STJ - EREsp 870.428/RS, rel. Min. Teori Albino Zavascki)". "A execução deve ser feita no interesse do credor. Havendo recusa deste em proceder à substituição da penhora e achando-se esta fundada na ordem legal prevista no CPC, deve ser acatada. 4. Embargos de divergência não providos. (STJ - EREsp 881.014/RS, rel. Ministro Castro Meira)". "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA ON LINE. ARTS. 655 E 655-A DO CPC. SISTEMA BACEN-JUD. VIGÊNCIA DA LEI N. 11.382, DE 6DE DEZEMBRO DE 2006. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO. 1. Após a entrada em vigor da Lei nº 11.382/2006, não mais se exige do credor a comprovação de esgotamento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. 2. Segundo nova orientação jurisprudencial firmada no âmbito desta Corte, a penhora on line deve ser mantida sempre que necessária à efetividade da execução. 2. Agravo interno improvido. (STJ - AgRg no Ag 1050772/RJ, 3ª T., rel. Min. Paulo Furtado)". "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE BENS DA EXECUTADA. SUBSTITUIÇÃO POR DIREITO DE CRÉDITO DECORRENTE DE PRECATÓRIO. ART. 656 DO CPC. ART. 15, I, DA LEI 8.630/80. IMPOSSIBILIDADE. (...) 2. O crédito representado por precatório é bem penhorável, mesmo que a entidade dele devedora não seja a própria exeqüente. Enquadra-se na hipótese do inciso XI do art. 655 do CPC, por se constituir em direito de crédito. Não se confunde com dinheiro, que poderia substituir o imóvel penhorado independente do consentimento do credor. Precedente: (REsp 893519/RS, DJ 18.09.2007 p. 287) (...) 4. A execução se opera em prol do exeqüente e visa a recolocar o credor no estágio de satisfatividade que se encontrava antes do inadimplemento. Em conseqüência, realiza-se a execução em prol dos interesses do credor (arts. 612 e 646, do CPC). Por conseguinte, o princípio da economicidade não pode superar o da maior utilidade da execução para o credor, propiciando que a execução se realize por meios ineficientes à solução do crédito exeqüendo. 5. "A recusa, por parte do exeqüente, da nomeação à penhora de crédito previsto em precatório devido por terceiro pode ser justificada por qualquer das causas previstas no CPC (art. 656)" (AgRg no REsp 826.260, voto-vencedor, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 07.08.2006). 6. A verificação do princípio da menor onerosidade demanda análise de matéria fático-probatória, insindicável nesta Corte, ante o óbice da Súmula 07/STJ. 7. Recurso especial não conhecido. (STJ - REsp 927.025/SP, 1ª T., rel. Ministro Luiz Fux, j. 18.03.2008, DJ 12.05.2008)". E do Superior Tribunal de Justiça: "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO TRIBUTÁRIO. ICMS. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITO DECORRENTE DE CESSÃO DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. "O reconhecimento da penhorabilidade de precatório não significa reconhecimento da compensabilidade desse crédito, seja com a dívida em execução, seja com qualquer outra. (...) Conforme estabelece o § 1º do art. 673 do CPC, "o credor pode preferir, em vez da sub-rogação, a alienação judicial do direito penhorado, caso em que declarará sua vontade no prazo de dez (10) dias contados da realização da penhora". (EREsp 870.428/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 13.08.2007). 2. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag 856.674/RS, 2ª T., rel. Min. Herman Benjamin, j. 11.09.2007, DJ 24.10.2007)". "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DO SISTEMA BACENJUD. ARTIGOS 655 E 655-A, DO CPC, ALTERADOS PELA LEI N. 11.382/06. 1. A partir da Lei 11.382, de 06.12.2006, os arts. 655 e 655-A, do CPC passaram a estabelecer a inquestionável preferência do dinheiro na ordem de constrição, inclusive por meio da penhora on line de ativos financeiros, confirmando que a execução se dá em favor do exequente, e não do devedor. 2. No caso, existindo numerário depositado em conta bancária, não pode ser recusada a sua penhora ao argumento de que o executado nomeou crédito em precatório, já que a ordem da Lei 6.830/80 deve ser observada, sobretudo após a edição da Lei 11.382/06. 3. Ademais, a Corte Especial, no julgamento do REsp 1.112.943-MA, Rel. Min. Nancy Andrighi, ocorrido em 15/09/2010, pela sistemática do artigo 543-C do CPC, decidiu que, após o advento da Lei nº 11.382/06, o juiz não pode exigir do credor o exaurimento das diligências, na busca de outros bens, para a decretação da penhora on line. 4. Ausência de condenação da agravante por litigância de má-fé, já que o agravo é anterior à manifestação da Corte Especial no julgamento do citado recurso especial repetitivo. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1174751/PR, 2ª Turma, rel. Min. Castro Meira, julgado em 07/10/10)". "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO TRIBUTÁRIO. ICMS. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITO DECORRENTE DE CESSÃO DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. "O reconhecimento da penhorabilidade de precatório não significa reconhecimento da compensabilidade desse crédito, seja com a dívida em execução, seja com qualquer outra. (...) Conforme estabelece o § 1º do art. 673 do CPC, "o credor pode preferir, em vez da sub-rogação, a alienação judicial do direito penhorado, caso em que declarará sua vontade no prazo de dez (10) dias contados da realização da penhora". (EREsp 870.428/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 13.08.2007). 2. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag 856.674/RS, 2ª Turma, rel. Min. Herman Benjamin, j. 11.09.2007, DJ 24.10.2007)". "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DO SISTEMA BACENJUD. ARTIGOS 655 E 655-A, DO CPC, ALTERADOS PELA LEI N. 11.382/06. 1. A partir da Lei 11.382, de 06.12.2006, os arts. 655 e 655-A, do CPC passaram a estabelecer a inquestionável preferência do dinheiro na ordem de constrição, inclusive por meio da penhora on line de ativos financeiros, confirmando que a execução se dá em favor do

exequente, e não do devedor. 2. No caso, existindo numerário depositado em conta bancária, não pode ser recusada a sua penhora ao argumento de que o executado nomeou crédito em precatório, já que a ordem da Lei 6.830/80 deve ser observada, sobretudo após a edição da Lei 11.382/06. 3. Ademais, a Corte Especial, no julgamento do REsp 1.112.943-MA, Rel. Min. Nancy Andrighi, ocorrido em 15/09/2010, pela sistemática do artigo 543-C do CPC, decidiu que, após o advento da Lei nº 11.382/06, o juiz não pode exigir do credor o exaurimento das diligências, na busca de outros bens, para a decretação da penhora on line. 4. Ausência de condenação da agravante por litigância de má-fé, já que o agravo é anterior à manifestação da Corte Especial no julgamento do citado recurso especial repetitivo. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1174751/PR, 2ª Turma, rel. Min. Castro Meira, julgado em 07/10/10)". A Súmula 417 do Superior Tribunal de Justiça estabelece que "na execução civil, a penhora de dinheiro na ordem de nomeação de bens não tem caráter absoluto". Portanto, é clara no sentido de que a restrição a ordem vale apenas para a execução civil, que não é o caso dos autos, em que se trata da execução fiscal. Sobre o mesmo prisma, na execução fiscal o princípio maior do processo executivo que é o pagamento do credor de forma célere se sobrepõe ao princípio da menor onerosidade. A propósito o STJ assim se manifestou: TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA DE PRECATÓRIO JUDICIAL. RECUSA POR PARTE DA FAZENDA. POSSIBILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. RESP 1.090.898/ SP. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. 1. O crédito representado por precatório judicial é bem penhorável, mesmo que a devedora não seja a mesma exequente. Porém, a Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal insculpida no art. 11 da Lei 6.830/80, pois o princípio da menor onerosidade do devedor, preceituado no art. 620 do CPC, tem de estar em equilíbrio com a satisfação do credor. 2. Orientação reafirmada pela Primeira Seção, no julgamento do REsp. 1.090.898/SP, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, e na edição da Súmula 406/STJ: "Fazenda Pública pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório". 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1232280/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/05/2011, DJe 26/05/2011) Processual civil. Agravo regimental no agravo de instrumento. Execução. Nomeação de bens à penhora. Dissídio jurisprudencial. Ausência de cotejo e de similitude fática. Interpretação do art. 620 em harmonia com o art. 655, ambos do CPC. Súmula 83/STJ. - Necessário que o recorrente promova o confronto analítico e demonstre a similitude fática entre as hipóteses comparadas para o conhecimento do recurso especial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional. - O art. 620 do CPC há de ser interpretado em consonância com o art. 655 do CPC, e não de forma isolada, levando-se em consideração a harmonia entre o objetivo de satisfação do crédito e a forma menos onerosa para o devedor. - A jurisprudência dominante do STJ é no sentido de que, desobedecida pelo devedor a ordem de nomeação de bens à penhora prevista no art. 655 do CPC, pode a constrição recair sobre dinheiro, sem que isso implique em afronta ao princípio da menor onerosidade da execução previsto no art. 620 do Código de Processo Civil. Agravo não provido. (AgRg no Ag 709.575/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2005, DJ 28/11/2005, p. 287 O Órgão Especial deste Tribunal tem entendido que o art. 2º da EC 62/2009, que alterou o art. 97 do ADCT, passou a vigorar com a seguinte redação vedando tais tipos de compensação. "Art. 97. Até que seja editada a lei complementar de que trata o § 15 do art. 100 da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, na data de publicação desta Emenda Constitucional, estejam em mora na quitação de precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo, farão esses pagamentos de acordo com as normas a seguir estabelecidas, sendo inaplicável o disposto no art. 100 desta Constituição Federal, exceto em seus §§ 2º, 3º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14, e sem prejuízo dos acordos de juízos conciliatórios já formalizados na data de promulgação desta Emenda Constitucional. § 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sujeitos ao regime especial de que trata este artigo optarão, por meio de ato do Poder Executivo: I - pelo depósito em conta especial do valor referido pelo § 2º deste artigo; ou II - pela adoção do regime especial pelo prazo de até 15 (quinze) anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial a que se refere o § 2º deste artigo corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento. § 2º Para saldar os precatórios, vencidos e a vencer, pelo regime especial, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devedores depositarão mensalmente, em conta especial criada para tal fim, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, sendo que esse percentual, calculado no momento de opção pelo regime e mantido fixo até o final do prazo a que se refere o § 14 deste artigo, será" A emenda 62/09 traduz moratória no que toca ao pagamento dos precatórios expedidos contra os Estados "inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo...", conforme disciplinou o caput do art. 97. A Emenda Constitucional ao conceder a moratório retirou a exigibilidade dos créditos inseridos no seu âmbito, o que impede qualquer tipo de compensação por faltar a equiparação das dívidas para tanto, pois os Estados, Municípios e Distrito Federal, estando em mora na quitação de precatório, e havendo determinação constitucional que tal norma seja obedecida de pronto; isso acaba abrangendo pretensões de pagamento de dívida por meio de compensação, tanto no âmbito administrativo como no judicial, o que por certo, e sem sombra atinge o oferecimento de tal crédito à penhora. Com a moratória aos Estados pelo prazo de 15 (quinze) anos, não mais é possível perquirir sobre a possibilidade de quitação dos precatórios vencidos. O art. 6º da Emenda 62 não altera tal posição ou sugere entendimento diverso, apenas reafirma que as compensações feitas não podem ser revertidas (aquelas concretizadas antes da edição desta Emenda. Tal norma não autoriza a abertura de discussão sobre possibilidade de compensação para casos litigiosos existentes após sua edição. Do órgão Especial: "AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE LIMINAR PARA A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR CONTA DE FUTURA COMPENSAÇÃO COM CRÉDITOS REPRESENTADOS POR PRECATÓRIOS. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/09. MANDADO DE SEGURANÇA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. CAUSA SUPERVENIENTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO ART. 267, VI DO CPC. MATÉRIA SUMULADA PELO ÓRGÃO ESPECIAL. AGRAVO PREJUDICADO. Nas ações com pedido de compensação de débitos tributários com créditos representados por precatórios, na forma prevista pelo art. 78, § 2º do ADCT, constitui fato novo a Emenda Constitucional nº 62/2009 e o Decreto Estadual nº 6335/2010. O novo regime de pagamento introduzido inviabiliza a compensação do débito tributário com créditos representados por precatórios, motivo pelo qual falta interesse de agir ao devedor, ensejando a extinção do processo sem resolução de mérito. (TJPR - Órgão Especial, A 0660034-6/01, Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba, rel. Des. Lauri Caetano da Silva, unânime, j. 17.09.2010)". Súmula 20 do Órgão Especial: "Em face do regime especial de pagamento introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 (art. 97, ADCT), adotado pelo Decreto Estadual nº 6335/2010-PR, carece de interesse processual o demandante da compensação de débito tributário com crédito representado por precatório; nas ações em andamento fundamentadas no art. 78 do ADCT, extingue-se o processo sem resolução de mérito (art. 267, VI do CPC)". Ademais, o direito adquirido só existe se estão presentes todos os pressupostos exigidos pelo ordenamento e se: a) houver lei que reconheça o direito; b) decisão sobre o manto de coisa julgada material ou; c) reconhecimento por parte da Administração Pública. No caso não ocorreram nenhuma das situações. A Administração Pública nunca reconheceu o direito do autor a compensação, pelo contrário sempre se opôs. Não há que se falar em coisa julgada material até o julgamento final do processo administrativo. O reconhecimento de tal direito era dado pelo artigo 78, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (§ 2º as prestações anuais a que se refere o caput deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora), que se encontra suspenso pelo ADIN 2362 do Supremo Tribunal Federal que contém a seguinte ementa: EMENTA: MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000, QUE ACRESCENTOU O ART. 78 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. PARCELAMENTO DA LIQUIDAÇÃO DE PRECATÓRIOS PELA FAZENDA PÚBLICA. 1. O precatório de que trata o artigo 100 da Constituição consiste em prerrogativa processual do Poder Público. Possibilidade de pagar os seus débitos não à vista, mas num prazo que se estende até dezoito meses. Prerrogativa compensada, no entanto, pelo rigor dispensado aos responsáveis pelo cumprimento das ordens judiciais, cujo desrespeito constitui, primeiro, pressuposto de intervenção federal (inciso VI do art. 34 e inciso V do art. 35, da CF) e, segundo, crime de responsabilidade (inciso VII do art. 85 da CF). 2. O sistema de precatórios é garantia constitucional do cumprimento de decisão judicial contra a Fazenda Pública, que se define em regras de natureza processual conducentes à efetividade da sentença condenatória trânsita em julgado por quantia certa contra entidades de direito público. Além de homenagear o direito de propriedade (inciso XXII do art. 5º da CF), prestigia o acesso à jurisdição e a coisa julgada (incisos XXXV e XXXVI do art. 5º da CF). 3. A eficácia das regras jurídicas produzidas pelo poder constituinte (redundantemente chamado de "originário") não está sujeita a nenhuma limitação normativa, seja de ordem material, seja formal, porque provém do exercício de um poder de fato ou suprapositivo. Já as normas produzidas pelo poder reformador, essas têm sua validez e eficácia condicionadas à legitimação que recebam da ordem constitucional. Daí a necessária obediência das emendas constitucionais às chamadas cláusulas pétreas. 4. O art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 30/2000, ao admitir a liquidação "em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos" dos "precatórios pendentes na data de promulgação" da emenda, violou o direito adquirido do beneficiário do precatório, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Atentou ainda contra a independência do Poder Judiciário, cuja autoridade é insuscetível de ser negada, máxime no concernente ao exercício do poder de julgar os litígios que lhe são submetidos e fazer cumpridas as suas decisões, inclusive contra a Fazenda Pública, na forma prevista na Constituição e na lei. Pelo que a alteração constitucional pretendida encontra óbice nos incisos III e IV do § 4º do art. 60 da Constituição, pois afronta "a separação dos Poderes" e "os direitos e garantias individuais". 5. Quanto aos precatórios "que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999", sua liquidação parcelada não se compatibiliza com o caput do art. 5º da Constituição Federal. Não respeita o princípio da igualdade a admissão de que um certo número de precatórios, oriundos de ações ajuizadas até 31.12.1999, fique sujeito ao regime especial do art. 78 do ADCT, com o pagamento a ser efetuado em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, enquanto os demais créditos sejam beneficiados com o tratamento mais favorável do § 1º do art. 100 da Constituição. 6. Medida cautelar deferida para suspender a eficácia do art. 2º da Emenda Constitucional nº 30/2000, que introduziu o art. 78 no ADCT da Constituição de 1988. (ADI 2356 MC, Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 25/11/2010, DJe-094 DIVULG 18- 05-2011 PUBLIC 19-05-2011 EMENT VOL-02525- 01 PP-00054) III. Posto isso, nos termos do art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, porque a decisão está em confronto com jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de

Justiça e do Supremo Tribunal Federal dou provimento ao agravo de instrumento. Intimem-se. Oportunamente baixem para arquivar. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Fábio André Santos Muniz, Relator. .

0019 . Processo/Prot: 0808940-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/180358. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 2010.00000674 Execução Fiscal. Agravante: Ariosvaldo Costa Paulo e Cia. Ltda.. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius. Agravado: Estado do Paraná. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

A gravante: A riovaldo Costa Paulo e Cia L tda. A gravado: Fazenda públ ic a do E stado do Paraná Relator: Juiz Subst. 2º G rau Fernando César Z eni A desobedi ên ci a da ordem l egal pre vi st a n o art . 1 1 da LE F é mot i vo su fi ci ent e para recu sa por p art e do credor qu an t o à n omeaçã o de ben s para pen h ora, con soan t e t em deci di do est a Câmara, em si n t on i a com i n úmeros preceden t es do S TJ (A gRg n o A g 1 3 7 25 2 0 / RS , 2 ª T., rel . Mi n . Cast ro Mei ra, j. em 0 1 .0 3 .1 1 ). A l ém di sso, a mat éri a já foi objet o de en u nci ado su mul ar (S úmu l a 4 0 6 do S TJ). O precat óri o n ão se equ i para a di nh ei ro (S TJ RE sp. 11 4 60 5 7 /RS , 2 ª T., rel . Mi n . E l i an a Cal mon ) e a pen h ora sobre di n h ei ro, por mei o el et rôn i co, t em preferên ci a (art . 6 5 5 -A do CPC) , cu jo t eor l egal t em si do i n t erpret ado favoravel ment e ao credor (S TJ Resp. 1 .0 43 .7 5 9 , 3 ª T., rel . Mi n . Nan cy An dri gh i ), sem qu e t al provi dên ci a macu le o t eor do art . 6 20 do CPC, vi st o qu e a execu ção, segu n do at u al en t en di men t o, se des en volve em favor do credor (A gRg n o A g 1 .32 7 .9 0 2 /PR, Rel . Min i st ro Ben edi t o G on çal ves, 1 ª T., DJe 14 /1 0 /20 10 ; AgRg n o RE sp 1 .18 2 .13 0 / PR, Rel . Mi n i st ro Cast ro Mei ra, 2 ª T., DJe 0 1 /1 2 /2 0 1 0 ; A gRg n o RE sp 1 .12 4 .8 48 /RJ, Rel . Mi n i st ro H ami lt on Carval hi do, 1ª T., DJe 2 5 /0 5 /2 01 0 ; RE sp 1 .1 7 0 .0 29 /RS , Rel . Min i st ra E li an a Cal mon , 2 ª T., DJe 1 2 /0 8 /2 0 10 ). A pen h ora on l in e, n o caso em t el a, n ão foi o modo mai s gravos o para a devedora, n ão t en do si do vu l n erado o art . 6 2 0 do CPC. Ci t o, n est e sen t i do, o segu i n t e preceden t e , qu e dá gu ari da a est e en t en di ment o: " Q uando por vários meios o c redor puder promover a exec uç ão, o Juiz mandará que se f aç a pelo menos gravoso para o devedor. E ssa regra do art. 620 do CPC não está a eximir o devedor do c umprimento d as normas estabelec i das na exec uç ão e, em partic ular, a nomeaç ão à penhora. A nomeaç ão de bens pelo deve dor d everá obedec er a ordem legal estabelec ida no art. 655 do CPC. T endo bens de uma espéc ies, não poderá nomear outros de espéc ie inc luída na c lasse posterior na ordem pre vist a em le i, sob pena de invali dade da nomeaç ão. A ssim, o art. 620 não c onf ere ao devedor direito potestativo de esc olha dos bens que devam ser indic ados à penhora para garantia da exec uç ão. (RT 725/317)" Por fi m, segu n do en t en di men t o recent e dest a Cort e: "O novo regime de pagamento introduzido inviabi liza a c ompensaç ão do débito tri butário c om c réditos r epresentados por prec atórios, motivo pelo qual f a lta interesse de agir ao devedor, ensejando a extinç ão do proc esso sem resoluç ão de mérito. (TJPR - Órgã o E speci al - A 0 6 6 0 03 4 -6 /01 - Foro Cen t ral da R egi ão Met rop ol i t an a de Cu ri t i ba - Rel .: Des. Lau ri Caet an o da S i lva - Un âni me - J. 1 7 .0 9 .2 01 0 )" 3 . Pel o expost o, n ego segu i ment o ao r ecu rso, n os t ermos do art . 557, capu t , do CPC, t en do em vi st a qu e est á em con front o com a ju ri spru dên ci a domi n an t e dest e Tri bu n al e do S TJ. 5. Int. Cu ri t i ba, 21 de set embro de 2 01 1 . Fernando César Zen i Juiz Subst ituto em 2º Grau

0020 . Processo/Prot: 0810526-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/182871. Comarca: Bocaiúva do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000661-20.2005.8.16.0054 Execução Fiscal. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Juliano Ribas Déa. Agravado: Madeireira Nappo Ltda. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

A gravante: E stado do Paraná A gravada: Madeireira N appo L tda. Relator: Juiz Subst. em 2º Grau Fernando César Zeni 1. Trat a-se de recu rso de agravo em qu e objet i va a agravan t e a reforma da deci são si n gu l ar qu e det ermi n ou a an t eci pação das despesas de correi o para efet i vação da ci t ação por cart a da part e devedora. S u st en t a a recorren t e qu e a ci t ação post al c on st i tu i -se at o processu al , e como t al , est á i n seri do n as cu st as processu ai s qu e, por força do di spost o n o art . 2 7 do CPC, n ão preci sam ser ant eci padas. I n formações do Ju í zo prest adas às f. 1 61 . A s con trarrazões n ão foram apresent adas, em razão da devol u ção da cart a de i nt i mação, com a in formação "mu dou -se" (f. 1 67 ). 2. Ju sti fi co o jul gament o do fei t o sem a i nt i mação do recorri do, vez qu e, embora ci t ado n os aut os de execução fi scal , n ão con sti tu iu defen sor para pat roci n á-l o, con forme cert i dão exarada pel o ju í zo de ori gem ( f. 1 5 - TJ). 3. E m qu e pese a opi n i ão mani fest ada pel o magi st rado qu e proferi u a deci são recorri da, por ocasi ão do ofí cio de f. 1 61 , import an t e escl arecer a t empesti vi dade da in t erposi ção do presen t e i n st ru men t o . O t ermo in i ci al do prazo recu rsal su rgi u com a i nt i mação da deci são i n t erl ocu t óri a qu e i n deferi u o pedi d o de i senção formu l ado pel o E st ado do Paran á (f. 1 2 9 -TJ), e n ão da deci são qu e deferi u a i n cl u são da sóci a geren t e da execu t ada e det ermin ou a sua ci t ação (deci são de f. 1 21 -TJ). A medi da se ju st i fi ca porqu e o mé ri t o do agr avo en vol ve a n ecessi dade de recon h eci men t o da isenç ão do E st ado fren t e à ant eci pação do pagamen t o das cu st as processu ai s, fat o qu e somen t e foi apreci ado pel o Ju í zo qu an do da prol ação da deci são recorri da. Not e-se qu e a i n t erposi ção do agravo de i n st ru ment o depen de de deci são i n t erl ocut ór i a qu e, fri se-se mai s u ma vez , i n exi st i a at é aqu el e momen t o. A ssi m, deve ser afast ada qu al quer afi rmação acerca da i n t empest ivi dade do recu rso. No méri t o, o recu rso ost en t a proviment o. O art . 3 9 da LE F con cede a i sen ção ao pagamen t o das cu st as e emol u men t os à Fazen da Pú bli ca, sen do qu e a prát i ca dos at os ju di ci ai s de seu in t eresse in depen derá de preparo ou de prévi o depósi t o. De ou t ro vért i ce, o art . 2 7 do CPC det ermi n a que, n a hi pót ese da Fazen da Pú bl i ca rest ar venci da ao fin al da deman da, t odos os at os processu ai s serão pagos ao fi n al . Nesse mesmo sen ti do, já se paci fi cou o en t en di ment o n o S TJ de qu e fi cam i sent as as Fazen das Pú bl i cas pel as cu st as decorren t es de expedi ção de ofí ci o por el a requ eri do. Preceden t es: RE sp 1 1 07 5 43 /S P, 1 ª S eção, re l. Min. L uiz Fux , DJ e 2 6 .0 4 .2 01 0 ; A gRg no RE sp 1 0 13 5 86 /S P, 2ª Tu rma, rel. Min. Mauro Campbel l Marques , DJe 0 4 .0 6 .2 0 0 9 ; RE sp 1 11 0 52 9 /S P, 2 ª Tu rma, rel. Min. E liana Ca lmon , DJe 2 1 .0 5 .2 0 09; A gRg n o REsp 1 03 45 6 6 /S P, 1 ª Tu rma, rel. Min. L uiz Fux , DJe 2 6 .0 3 .2 0 0 9 ; RE sp 1 03 6 65 6 /S P, 1 ª S eção, rel. Min. E liana Ca lmon , DJe 0 6 .0 4 .2 0 0 9 ; RE sp 1 01 5 54 1 /S P, 2 ª Tu rma, rel. Min. Castro Meira , DJe 0 8 .0 5 .2 0 0 8, den t re ou t ros. Como bem l an çado na deci são qu e deferi u o efeit o at i vo (f. 1 4 3 /14 7 ), n ão h á n ecessi dade de an t eci pação das despesas p el a Fazen da n o qu e se refere ao envi o da cart a ci t at óri a, vi st o qu e t ais despesas i n t egram as cu st as processu ai s, às qu ai s a Faze n da est á i sen t a de recol h i men t . Tu do i sso em con formi dade com a regra di t ada n os art s. 39 da LE F e art . 2 7 do CPC, bem como n a ju ri spru dên ci a aci ma ci t ada. 3. Di an t e do expost o, com base n o art igo 557 §1º-A do CPC, dou provimento ao presen t e recu rso, n os t ermos da fu n damen t ação su pra . 4. I n ti mem -se Cu ri t i ba, 20 de set embro de 2 01 1 . Fernando César Zeni Juiz Substituto em 2º Grau

0021 . Processo/Prot: 0813142-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/226084. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0000397-35.2010.8.16.0019 Execução Fiscal. Agravante: Municipio de Ponta Grossa. Advogado: Jonas Soistak, Clovis Airton de Quadros, Dione Isabel Rocha Stephanes. Agravado: Dilma Aparecida Leiria. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

I. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Município de Ponta Grossa em face de decisão proferida nos autos de execução fiscal ajuizado contra Dilma Aparecida Leiria, que indeferiu pedido bloqueio de valores pelo sistema BACEN-Jud, com fundamento no artigo 659, § 2º, do Código de Processo Civil. Alega o agravante que deve ser observado o princípio da utilidade, da economicidade e até o da menor onerosidade da execução, porquanto seria mais vantajoso para o executado, em razão do baixo valor, ter constrita a quantia necessária ao cumprimento da obrigação do que ser destacado outro bem do seu patrimônio. Cita precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Requer o provimento do recurso. II. O presente agravo de instrumento merece provimento, haja vista que a decisão agravada está em manifesto descompasso com a jurisprudência dominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça, consoante dispõe o artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil. Inicialmente, esclareça-se que, muito embora o provimento de plano dos recursos não seja visto com bons olhos pelo Superior Tribunal de Justiça, em razão de que a apresentação da resposta é condição de validade da decisão monocrática que vem em prejuízo do agravado (STJ, 1ª Seção, ED no REsp 1038844, Min. Teori Zavascki, j. 8/10/08, DJ 20/10/08), no presente caso não há óbice para sua aplicação, em razão de que o recorrido não tem advogado constituído nos autos. No mérito recursal, assiste razão ao agravante. Quanto ao princípio da utilidade, previsto no artigo 659, § 2º, do Código de Processo Civil, leciona a doutrina pátria : "a execução se dá em busca da satisfação do exeqüente. Se, contudo, for evidente que o bem a ser penhorado não apresenta valor suficiente para cobrir, sequer, as despesas decorrentes do processo executivo evidenciada estará, também, a impossibilidade de trazer satisfação, ainda que mínima, ao exeqüente. Daí por que a lei, nesse caso, em vista da impossibilidade de produzir resultados úteis ao interessado, determina não seja o ato praticado" (José Carlos Puoli, Nota nº 11 ao artigo 659 do Código de Processo Civil, "in" Código de Processo Civil Interpretado , coord. Antonio Carlos Marcato, São Paulo, Atlas, 2004, p. 1914). No entanto, a jurisprudência do STJ entende que referido artigo não se aplica quando o credor exequente for a Fazenda Pública, em razão de que o ente público goza do benefício de isenção das custas, e, portanto, o bloqueio de pequeno valor atenderia ao princípio da utilidade. Nesse sentido: "PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. PENHORA "ON LINE". VALOR IRRISÓRIO. ART. 659, § 2º, DO CPC. INAPLICABILIDADE À FAZENDA PÚBLICA, BENEFICIÁRIA DE ISENÇÃO DE CUSTAS. 1. Afasta-se a alegada violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil, pois o acórdão recorrido está suficientemente fundamentado, muito embora o Tribunal de origem tenha decidido de modo contrário aos interesses da parte embargante. Isso, contudo, não significa omissão, mormente por terem sido abordados todos os pontos necessários para a integral resolução da controvérsia. 2. A Primeira Turma, ao julgar o REsp 1.187.161/MG (Rel. Min. Luiz Fux, DJe 19.8.2010), enfrentou situação semelhante à dos presentes autos, ocasião em que deixou consignado que as regras da penhora são informadas pelo princípio da utilidade, no sentido de que o ato de constrição deve considerar a liquidez dos bens visando a satisfação da entrega de soma ao credor. Outrossim, o princípio da utilidade sobrepõe-se ao princípio da economicidade, analisados ambos à luz da razoabilidade, por isso que se o devedor é titular de vários bens suficientes à satisfação do crédito exequendo, deve-se constringir o de menor valor; reversamente, se o devedor somente possui pequeno numerário que não se enquadra nas hipóteses de impenhorabilidade, deve ser penhorado. Consta do voto proferido pelo Ministro Luiz Fux, no precedente supracitado, que a regra do artigo 659, § 2º, do Código de Processo Civil, segundo a qual "não se levará a efeito a penhora, quando evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução", tem como destinatário o credor exequente, para que não desprenda fundos líquidos mais expressivos do que o crédito que se tem que receber. Ao final, o Ministro Luiz Fux concluiu que a Fazenda Pública é isenta de custas, por isso que a penhora de numerário preferencial não pode ser liberada sem a sua aquiescência, a pretexto da aplicação do artigo 659, § 2º, do Código de Processo Civil. 3. Recurso parcialmente provido, pelas mesmas razões de decidir adotadas pela Primeira Turma, para determinar o bloqueio dos valores encontrados em nome

do executado, permitindo-se a este, se for o caso, comprovar, na primeira instância, que as quantias depositadas em conta corrente referem-se à hipótese do inciso IV do caput do art. 649 do Código de Processo Civil ou que estão revestidas de outra forma de impenhorabilidade". (REsp 1241768 / RS RECURSO ESPECIAL 2011/0047854-2 Relator(a) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 05/04/2011 Data da Publicação/Fonte DJe 13/04/2011) "PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. PENHORA "ON LINE". VALOR IRRISÓRIO. ART. 659, § 2º, DO CPC. INAPLICABILIDADE À FAZENDA PÚBLICA, BENEFICIÁRIA DE ISENÇÃO DE CUSTAS. 1. As regras da penhora são informadas pelo princípio da utilidade no sentido de que o ato de constrição deve considerar a higidez dos bens visando a satisfação da entrega de soma ao credor. 2. O princípio da utilidade sobrepõe-se ao princípio da economicidade, analisados ambos à luz da razoabilidade, por isso que se o devedor é titular de vários bens suficientes à satisfação do crédito exequendo, deve-se constringir o de menor valor; reversamente, se o devedor somente possui pequeno numerário que não se enquadra nas hipóteses de impenhorabilidade previstas no art. 659-A do CPC deve ser penhorado. 3. A regra do art. 659, § 2º, do CPC, que dispõe, "verbis", que "não se levará a efeito a penhora, quando evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução" tem como destinatário o credor exequente, para que não despenda fundos líquidos mais expressivos do que o crédito que se tem que receber. 4. Deveras, a Fazenda Pública é isenta de custas, por isso que a penhora de numerário preferencial não pode ser liberada sem a sua aquiescência, a pretexto da aplicação do art. 659, § 2º, do CPC. 5. Recurso especial provido". (REsp 1187161 / MG RECURSO ESPECIAL 2010/0054281-1 Relator(a) Ministro LUIZ FUX (1122) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 05/08/2010 Data da Publicação/Fonte DJe 19/08/2010) Ademais, não se mostra razoável que, para a finalidade de adimplir crédito de valor aproximado de R$ 300,00, haja constrição de eventual patrimônio do devedor, que certamente superaria a quantia exeqüenda, implicando, ainda, em necessidade de leilão, com perdas para ambas as partes. Logo, considerando que a decisão agravada é manifestamente contrária à jurisprudência dominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça, dou provimento ao presente agravo de instrumento, com base no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, para que seja deferido o pedido de bloqueio pelo Sistema BACEN-Jud. III. Para maior celeridade do feito, autorizo o Chefe da Divisão Cível a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão. IV. Intimem-se. Curitiba, 18 de agosto de 2011. Des. Salvatore Antonio Astuti Relator

0022 . Processo/Prot: 0813632-3 Apelação Cível e Reexame Necessário

. Protocolo: 2011/170802. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0028132-92.2009.8.16.0014 Cobrança. Apelante: Município de Londrina. Advogado: Paulo Nobuo Tsuchiya. Apelado: Cleuza Marilena de Almeida, Dalva Maria Cestari Luna, Eda Mara Sapia Gonçalves, Helena Aparecida Ramos Barreiro, Loaci Vieira de Souza, Rute Andrade de Carvalho, Sandra Margarete da Silva, Solange de Fátima Ruthes. Advogado: Roger Striker Trigueiros, Luís Henrique Fernandes Hidalgo, Marcelo Constantino Malaguido. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Revisor: Desª Dulce Maria Cecconi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

R elat or: J ui z S ub st it ut o em 2 º G rau Fe rna ndo Césa r Zeni 1. T rat a- s e de apel a ção cí vel i n ter po st a co n tr a sen t en ç a de f .479/ 487, qu e jul gou pr o ced en te a pr et en são i ni ci al , co n den an do o r éu a pag ar ao s au to r e s, a p a rti r de 01 de j ul ho de 2004, o ad i ci on al de 50% so bre cad a h o r a extr ao r di n ári a tr ab al h ad a, cu j a b as e d e c ál cu l o dev e co n si der ar o val o r co r r esp o n den te ao ad i ci on al po r ser vi ço s extr ao r di n ári o . Co n den o u , ai n da, ao p ag am en to d o s r e fl exo s n o terço d e f ér i as, d éci mo t er cei r o e l i cen ç a pr emi o . Em su as r azõ es (f . 4 88/ 500) , o apel an t e al ego u : a) n ão se co n fi gu r a h o r a e xtr a po r n ão se tr at ar de co n ti n ui d ade e xcep ci o n al da jo r n ad a d e tr ab al h o , mas si m u m a n o va jo rn ad a d e tr ab al h o ; b) n ão h á i n co n sti tu ci o n al i d ade do art . 21, § 2º, d a L ei Mu ni ci pal n º 39 64/1987; c) o ar t. 23 do P CCS em seu §1º pr e vê qu e at en d en do a si tu ação es pr eexi st en t es à d at a d esta L ei , po derão s er ado t ad a s jo r n ad a s di ver s as d a esta b el eci da á f u n ção , o bserv ad a a pr o po r ci o n al i dade do ven ci men to , medi an t e man i f est aç ão expr es sa do re spe cti vo ser vi do r ; d) a si tu ação do magi st ér i o exi g e o b ser vân ci a as l ei s n º 3964/ 87 e 9337/ 04; e) am pl i ar a jo r n ad a é po s sí vel desd e qu e h aj a a an u ên ci a do s er vi do r e a co rr espo n den t e co n tr apr es ta ção f i n an cei ra n ão r epr e sen tad a p el a h o r a extr a; f) a b as e d e cal cu l o p ar a a h o r a extr a n ão po de ser a r emu n er ação , i sso f er e o ar t. 37 , X IV , C F; g) n ão deve m i n ci di r ref l exo s so br e 13 º sal ár i o , f éri as a cr esci das do t er ço co n sti tu ci o n al , ab o n o s de n a tal e l i cen ça s- pr êmi o ; h ) apl i caç ão do s ju r o s e co r r eção mo n et ár i a n o s mo l des do ar t. 1 º- F d a l ei n º 9494 /97 co m r ed a ção d ad a p el a L ei n º 11.960/ 2009. Fo i apr es en t ad a co n tr ar r a zõ es (f . 502/ 507 ) . 2 . A A p el aç ão Cí vel n ° 78 7.410 - 2, da Co mar ca d e L o n dr i n a, cu jo o r el ato r f o i o Ju i z Su bsti tu to em 2 ° g r au F ábi o A n d re S an to s Mu n i z, tr at a d e ca so i dên ti co ao do pr esen t e r e cu r so , r a z ão p el a qu al tr an scr evo a r ef er i da deci são : É de se conhece r pa rcia lm ente do a pelo do Munic ípio, dando - lhe, na part e conhecida , pa rcial p r ovimento, e mantendo a sentença, no ma is, e m reexame . A sent ença, ao conside ra r a car ga s uple mentar i mping ida aos aut ores como la bor e xt rao rd inár io est á e m con sonância com a j urisp rudên cia des ta Co rte : "AP E L AÇ ÃO C ÍVE L - A ÇÃ O DE C OBR ANÇ A - S E RVI DOR A P Ú BLICA - LE I N. º 3 .9 6 4 /8 7 D O MU NIC ÍPI O DE LO NDR IN A - CAR G A S UP LE ME NT AR QU E CONF IGU R A J OR NAD A E XT R AOR DINÁR IA - ACRÉ S CI MO DE 5 0 % P RE VIS T O NA CF E NA LE I MU N IC IPAL N. º 4 .9 2 8 /9 2 - CÔMP UT O DO AD IC IO NAL P OR T E MP O DE S E R VIÇO NA BAS E DE CÁLCU LO DA H OR A E XT R A (...) - R E CUR S O C ONH E CIDO E P AR C IAL ME NT E P R OVI DO. I A ca rg a sup le menta r do s pro fe sso re s, p rev i st a no art . 21 da Lei n.º 3 .9 6 4 /8 7 do Munici pio de Londrina, confi gura jorna da ext raor diná ria, passí ve l de rem une ra çã o com o a crés cimo de 5 0 % ga rantido p elo art . 3 9 , §3 . º, c/ c 7 .º, XVI, ambo s da CF e pelo a rt . 1 8 8 da Le i Municip al 4 .9 2 8 /9 2 . (... ) " (T JP R Ac. nº. 3 8 7 2 8 , Apel. Cív. nº. 7 1 3 4 8 1 -4 , 0 3 ª. Câm. Cí v., rel. De s. Pa ulo R obert o Vasconce los. D. J. : 0 4 /0 3 /20 1 1 ). "AD MI NIS T R AT IVO - AP E LAÇÃ O C ÍVE L AÇÃO OR DI NÁR IA DE COBR AN ÇA - P R OFE S S OR E S MU NI C IP A IS - HOR A S E XT R AOR DINÁR IAS - CABI ME NT O C AR GA S U P LE ME NT AR QU E Página 2 de 7 E QU IV ALE À H OR A E XT R A - P AG AME NT OCOM A CRÉ S CI MO D E 50% EM R E LAÇÃ O À H ORA NO R MAL DE T R ABALH O - INC IDÊ N C IA DO AR T . 7 º, XV I DA C O NS T IT U IÇ Ã O FE DE R AL E M DE T R IME NT O À NOR MA E S PE CIAL MU NIC IP AL - A D IC ION AL P OR T E MP O DE S E R VIÇ O QUE INT E GR A A R E MUNE R AÇ ÃO D O S E R VIDOR E , P ORT ANT O , A BAS E DE C ÁLCU LO DAS HOR AS E XT R AS (...) - R E CU RS O P AR C IALME Nt e P R OV IDO. A ca rga suple mentar de t raba lho, p rev ista inclu sive em Lei E spec ial dos P rofe ssore s Muni ci pai s de Lon drina, deve se r t rata da como hora extrao rdina ria ment e labo rada, sob pena de desvi o da final idade do concu rso p resta do pelos se rv ido res. (...) O adic io na l por tempo de se rvi ço in t egra a remune ração do se rvi dor e, como t al, deve rá se rvi r de ba se de cá lcu lo pa ra cômputo da s hora s ext ra s labo rad a s. (.... )". (T J P R A c. nº. 3 2 8 2 6 , Apel. Cí v. n º. 5 3 7 1 41 - 3 , 0 2ª. Câm . Cív. , rel. De s . S ilvio Ver icundo F. Dia s. D.J .: 1 5 /0 5 /2 00 9 ). "AP E LAÇ ÃO CÍVE L. AÇ ÃO DE COBR A NÇA. P R OFE S S OR A. LE I MU NIC IP AL N. º 3 .9 6 4 /8 7 . CAR G A S U P LE ME NT AR . C ONF IG U RA ÇÃ O DE HOR A E XT R A. LE I MU NIC IP AL NÃ O R E CE P CION ADA P E LA CONS T IT U IÇ ÃO FE DE R AL. I NC I DÊ NC IA D O T E MP O DE S E R VIÇO NO C ÁLCU LO DAS H OR AS E XT RAS . (. ..). RE CU R S O C ONH E C ID O E P AR CIALME NT E P R OVI DO". (T J P R Ac. n º. 3 2 8 2 4 , Ape l. C ív. nº. 5 2 4 3 3 2 -9 , 0 3 ª. Câm . Cí v., rel. De s. Manasse s de Albuque rque. D. J.: 0 2 /0 3 /2 0 0 9 ). "AD MI NIS T R AT IVO - AÇÃ O DE C OBRANÇ A - S E R VID OR E S P Ú BLICOS MU N IC IP A IS - P ROFE S S ORE S. 1 . S OBR E J OR N ADA D E T R ABALHO CAR G A S UP LE ME NT AR - INC I DÊ NC IA DO AD IC I ON AL DE H OR AS E XT R AS AO P E RCE NT U AL DE 50% (C IN QU E NT A P OR CE NT O ), E M R E LAÇÃO À H OR A N OR M AL DE T R ABALHO. 2 . D IRE IT O G AR ANT IDO P E LO AR T . 7 º, IN CIS O XVI, C/C AR T . 3 9 , § 3 º DA C F E LE I MU NIC IP AL N. º 4 .9 2 8 /9 2 (E S T AT UT O DOS S E R VI DOR E S P ÚBLICOS C IV IS DO MU NIC ÍP I O DE LONDR IN A ) - AD IC ION AL E R E FLE XOS DE VIDOS . 3. Página 3 de 7 S E NT E NÇA CON FIR MA DA E M R E E XAME NE CE S S ÁR IO". (T JP R Ac. nº. 3 1 9 8 3 , Apel. Cí v. nº. 5 2 4 3 18 - 9 , 0 2 ª. Câm. Cí v., rel . Des. Lau ro Laerte s de O li vei ra . D. J.: 1 6 /1 2/ 200 8 ). Quant o à ba se de cál culo, vej a -se exce rt o do voto p ro fer id o pelo De s. Va scon celos na Apela ção Cível n º. 713481-4 (ement a sup ra cit ada ): "...a ba se de cá lculo a se r uti li za da pa ra o cálculo da carga suple mentar, de aco rdo com o § 1º do a rt igo 1 8 8 da L ei 4 .9 2 8 /9 2 , deve se r a remune ração m ensal. Nos ter mos do a rt i go 1 4 1 do E st a t ut o, remune ração mensa l signi fi ca `o vencim ento do ca rgo, acresci do das v anta gens pecuniá ria s, pe rmanent e s ou t empo rá ria s, e st abe leci da s em lei'. Diant e de ssa quad ra de con side ra ç õ es, o adi cional po r temp o de ser vi ço é vanta gem pe cuniária re cebi da pelo se rvi dor , fa zendo pa rt e de sua remunera ção. Conseqüent ement e é de se r inte g rado na ba se de cál culo da s horas ext rao rdiná ria s da Apelada ". Inexi st e ofen sa ao inc. X III do ar t . 3 7 da CF, post o que a sentença não de te rm inou qua lq ue r "v incu lação ou equipa ração de venciment o s", veda dos pela re fer ida no rm a const it ucional. O S T F, a p ropós it o do in c. X IV do a rt . 3 7 , deixou ex pre sso que a vedação al i p revi sta , "aba rca apenas o côm put o e a acumula ção de acré scimo s pecuniá r i os sob o m esmo tít u lo ou idênt i co fundame nto " (AgR no A I. 1 6 5 .8 1 0 /PR . R elat or: Min. More ira Alve s. D.J .: 0 7/0 8 /1 9 9 8 ). Inex iste, poi s, a f ront a a o refe rido in ci so. Página 4 de 7 Quant o aos re flexo s da s hora s ext ra s, o re cur so não pode ser conhecido, ei s que au sent e int e re sse re cursa l, na me dida em que a sentença, ne ste pont o, foi favo rável ao apelant e. Os va lore s deverão se r a pu rados e m liqui dação. "O INP C, po r se r o índice que melhor re flet e a re alida de infla cioná ria , deve se r utili za do par a a at ualiza ção monet ária das pa rcela s paga s e m atra so a servi dore s públ ico s " (S T J . R E sp. 1 .0 9 7.6 7 2 /P R . Relat or: Min. A rnaldo E st eves Li ma. 5 a. T urma. D.J.: 1 5 /0 6 /2 0 0 9 ), t endo com o ter mo ini cia l de inci dência a s dat a s em que cada pa gament o dev eria te r sid o efet uado. A corre ção monet ária pe lo INP C de ve incid i r, porém , apenas at é a cita ção, quando deve t er iní ci o a apli ca ção de j uro s, e x vi do ar t. 4 0 5 do CCB. A par ti r daí , incidi rá, confo rme orie nta çã o do STF (AI 7 6 4 .6 7 6 /RS . R elato ra: Minª. Carme m L úcia. D .J . : 2 1 /1 0 /20 0 9 ), apenas o art. 1 º .- F d a Lei nº. 9 .49 4 /9 7 (com reda ção dada pela Le i n º. 1 1 .9 6 0 /0 9). Os honorá rio s a dvocat ícios, en fim, devem se r fixa dos de acordo com o § 4 º . do a rt. 2 0 do CP C, j á que vencid a a Fa zenda. Conside rando os crit ér ios d os § § 3 º. e 4 º. do ar t. 2 0 do CP C , fixo a ve rb a honorá ria em R $ 5 0 0 ,0 0 , quantia que, in ca su , remunera sat i sfato ria ment e o t ra balho desenvolv ido pel o causíd ico da pa rte aut ora. Ant e o e xpo st o, conhe ço pa rcia lm ente do apelo, dando, à part e conheci da, pa r cia l p rov ime n to (apena s pa ra dete rmina r a apli cação do art . 1 º . -F da Lei n º. 9 .4 9 4 /9 7 , e fixa r o s honorário s com ba se no § 4 º. do a rt . 2 0 do CP C). Mant enho a sentença, no ma is, e m reexame . Página 5 de 7 No mesmo sen ti d o , ci to as rec en t es d eci sõ e s: AP E LAÇÃO C ÍVE L E REE XAME NE CE S S ÁRI O - A ÇÃ O DE COBR AN ÇA S E R VIDOR E S P Ú BL IC OS P ROFE S S OR E S MUN IC IP AIS "CAR G A S U P LE ME NT AR " DE T R ABALH O , P R E VIS T A PE L A LE I MU N IC IP AL Nº. 3 .9 6 4/ 87 DE LONDR IN A , QU E CONF IG U R A LABOR E XT R AOR D IN ÁR IO H ORAS E XT R AS DE VID AS BAS E DE C ÁL CULO QUE , CONS OA NT E LE G IS LAÇ Ã O DE RE G Ê NCIA , DE VE S E R A R E MU NE RAÇÃ O PR E CE DE NT E S DO T R IBU NAL INE XIS T Ê NC IA DE A FR ONT A AOS INCS . X II I E XI V DO AR T . 3 7 DA CF AP LIC AÇ ÃO DO INP C AT É A C IT AÇ Ã O , QU AND O, E NT Ã O, DE VE R Á S E R OBS E RVADO O AR T . 1 º. - F D A LE I 9 .4 9 4 /9 7 , COM R E DA ÇÃO DA D A P E LA LE I 1 1 .9 6

0 /0 9 H ONOR ÁR IOS F IX ADOS C OM BAS E NO § 4 º. D O AR T . 2 0 D O CP C RE CU R S O P ARCI ALME NT E CONH E C IDO E, NA P AR T E CONHE C I DA , P AR C IALME NT E P R OVI DO S E NT E NÇA MANT IDA, NO MA IS , E M R E E XAME . ( TJ P R - 2ª C.Cí vel - A C R 0788479 -5 - L o n dri n a - Rel .: Des. A n tô ni o Ren ato S tr ap asso n - U n âni me - J . 23 .0 8.2011) AÇÃ O DE COBRA NÇ A S E RVIDOR A P Ú BL ICA P R OFE S S OR A MUN IC IP AL ALE G ADA ING E R Ê NC IA DO J U D IC I ÁRI O NA E S FE R A DE CO MP E T Ê NCIA DO E XE CU T IVO - NÃ O CON F IG UR AÇ ÃO "CAR G A S U P LE ME NT AR" DE T R ABALH O , P R E VIS T A PE L A LE I MU N IC IP AL Nº. 3 .9 64 /8 7 DE LONDR IN A , QU E CONF IG U R A LABOR E XT R AOR D IN ÁR IO H ORAS E XT R AS DE VID AS BAS E DE C ÁL CULO QUE , CONS OA NT E LE G IS LAÇÃ O DE RE G Ê NCIA , DE VE S E R A R E MU NE RAÇÃ O PR E CE DE NT E S DO T R IBU NAL ALE G AD A LI MIT AÇÃ O LE G AL DE P R ES T AÇÃO D E T R ABALHO E XT R AOR DIN ÁR I O A DU A S HOR AS D IÁR IAS , QU E , A P AR DE NÃO T E R S ID O C OMP R OVA D A, V IN CU LARI A AP E NAS O AD MINIS T RAD OR, E NÃ O E XCLU IR IA O D IRE IT O À PE RCE P ÇÃ O Página 6 de 7 DO R E S P E CT IVO A DIC IO NAL INE XI ST Ê NCIA DE A FR ONT A A O INC. XI II DO ART . 3 7 D A CF R E FLE XOS D AS HOR AS E XT R AS NAS F É RI AS , 1 3 º. S AL ÁRI O E LICE N ÇAS -P R Ê MI O - AP LICAÇ ÃO DO INP C AT É A C IT AÇ ÃO, QUAN D O, E NT ÃO, DE VE RÁ SER OBS E R VADO O AR T . 1 º. -F DA LE I 9 .4 9 4 /9 7 , COM R E DAÇÃ O DA DA P E LA LE I 1 1 .9 6 0 /09 P E DID O INI C IAL T OT AL ME NT E P R OCE DE NT E , INE XIS T I NDO VE R BAS RE QU E R IDA S P R E S CR IT AS MAJ OR AÇ ÃO DOS HO NOR ÁR IOS A DVO CAT ÍC IOS P AR CIAL P R OVI ME NT O DO AP E LO DO MU N IC ÍP I O RE CU R S O DA S E R VIDORA P R OV IDO . (TJ P R - 2ª C. Cí vel - A C 0779280 -9 - L o n dri n a - Rel .: Des. A n tô ni o Ren ato S tr ap asso n - U n âni me - J . 05 .0 7.2011) 3 . A n te o ex po sto , co m f u l cr o n o ar t. 55 7, § 1° - A , d o CP C, do u par ci al p ro vi men to ao r ecu rso , p ar a o fi m de ref o rm ar a sen t en ça , apl i can d o -s e o s ju r o s d e a co r do co m o ar t. 1 ° F, d a L ei n 9494/ 1997 , man ten do - se a sen t en ça, n o mai s, em r ee xam e. F ernando Césa r Zeni Jui z S ub st it uto em 2 º G rau Página 7 de 7
0023 . Processo/Prot: 0815360-0 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/174477. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0001298-82.2009.8.16.0004 Ordinária de Cobrança. Apelante: Gilmar Bispo de Oliveira. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Raquel Maria Trein de Almeida, Julio Cezar Zem Cardozo. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
APELAÇÃO CIVEL- DECISÃO MONOCRÁTICA- POLICIAL MILITAR - AÇÃO DE COBRANÇA - HORA EXTRA - CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRÊNCIA JULGAMENTO ANTES DA CITAÇÃO POSSIBILIDADE E VALIDADE - PROVA NÃO RELEVANTE - JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO - DIREITO CONSTITUCIONAL NÃO ESTENDIDO À CATEGORIA - LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE ASSEGURA PAGAMENTO DE VALOR CERTO PELOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - RECURSO QUE ESBARRA EM JURISPRUDÊCIA DOMINANTE DESSA CORTE. APELAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. I. Trata-se de apelação cível interposta contra a decisão que julgou improcedente o pedido inicial de cobrança de horas extras. Gilmar Bispo de Oliveira alega preliminarmente cerceamento de defesa, porque não pode produzir prova documental. No mérito afirma: a) que o principio da legalidade não esta sendo observado ante o não pagamento das horas extras; b) a lei estadual nada mais é do que um engodo injusto e desleal, já quer não interessa quantas horas cada policial faz, todos recebem R$ 100,00 (cem reais) por mês, c) que a decisão violou dispositivos da Lei Federal que trata do servidor público, bem como dispositivos de ordem constitucional, principalmente o art. 7º que trata dos direitos sociais do trabalhador. Em contrarrazões, o Estado do Paraná pugna pela manutenção da sentença. Parecer da Procuradoria pela falta de interesse no feito. È o relatório. II. Trata-se de ação de cobrança onde o autor policial militar, pretende seja declarado o direito à percepção de horas extraordinárias, vencidas e vincendas, além de 40 horas semanais, pelos últimos 5 anos, com reflexos nas demais verbas, como férias, 1/3 constitucional, gratificação natalina, descanso semanal remunerado, além do acréscimo de 50% do adicional legal, reconhecendo a inconstitucionalidade do seu não pagamento, E que o Poder Legislativo Estadual legislou acerca da matéria em duas leis distintas a 13.280/2001 que estabelece quais são os trabalhos extraordinários exercidos pelos policiais e bombeiros militares e a 10.296 que em seu art. 2º §§ 1º e 2º que estabelece a remuneração mínima para os ocupantes de cargos de nível operacional. Preliminarmente, argúi o apelante cerceamento de defesa por não ter sido expedido ofício ao Batalhão de Policia para a apresentação das escalas de serviço e assim ser possível aferir as horas extras trabalhadas. Sem razão o recorrente. No caso dos autos, o indeferimento da inicial não culminou em cerceamento de defesa vez que a matéria é eminentemente de direito e não dependia de outras provas, além daquelas que foram anexadas aos autos, sendo desnecessária a prova pleiteada para se concluir pela inviabilidade do pedido. Nesse sentido, oportuno citar a doutrina do professor Luiz Rodrigues Wambier: "(...) deve haver julgamento antecipado se, embora o mérito envolva matéria de fato e de direito, não houver necessidade de produção de provas em audiência. ("Curso Avançado de Processo Civil V. 1" - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. pg. 444) No mérito, melhor sorte não assiste ao recorrente. Com propriedade, bem andou a douta sentença ao invocar o principio da legalidade ao qual a Administração Pública está inexoravelmente atrelada, expresso no art. 37 da CF, isto é, a Administração Pública nada pode além do que a Lei permite. Aos policiais militares aplica-se regime diferenciado, conforme expresso no art. 42 da Constituição Federal. "Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. § 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. § 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal" Esta norma constitucional determina ser a eles aplicável as disposições do art. 142 § §2º e 3º, que por sua vez, ao elencar os direitos dos trabalhadores previstos no art. 7º que são aplicáveis aos militares não contemplou a disposição do inciso XIII, que é exatamente a norma que limita da jornada em 44 horas. Ademais, a jornada dos servidores militares não guarda qualquer relação com a jornada dos trabalhadores da iniciativa privada ou com os demais servidores civis. Do mesmo modo, não procede o pedido do autor para o recebimento das horas-extras excedente à normal, com direito à percepção de adicional de 50% (cinqüenta por cento), porque aqui tem aplicação da Lei Estadual nº 13.280/2001. Se o valor não satisfaz o recorrente não é através de pedido judicial que terá majorado o seu valor. A propósito, diz a Lei: "Art. 1º. Fica alterado o parágrafo único, do art. 26, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, que trata das hipóteses de indenização ao policial militar, para incluir os serviços extraordinários, no valor máximo mensal de R$ 100,00 (cem reais), para cada militar, sendo corrigida sempre que houver reajuste para o funcionalismo estadual." §1º. Os critérios que ensejarão o pagamento da vantagem a que se refere este artigo serão definidos por decreto estadual atendendo a proposição dos Secretários de Estado da Segurança Pública e da Administração e da Previdência." Também o Decreto Estadual 5.061/2001, a que se refere à lei, enumera quais são os serviços considerados extraordinários: "Art. 1º. São considerados como serviços extraordinários na Polícia Militar do Paraná, para efeito de indenização mensal aos Militares Estaduais, conforme prevê a Lei nº 13.280, de 16 de outubro de 2001: I - escalas extras de apoio a atividade operacional, realizada por efetivo administrativo e operacional aplicados na atividade fim da corporação; II - escalas de militares estaduais (Policial Militar/Bombeiro Militar) para emprego em ações e/ou operações especiais ou extraordinária que exijam emprego continuado da tropa no terreno, tais como jogos esportivos, shows, combate a incêndios, buscas; salvamentos, reintegrações de posse, manutenção de posse, patrulhas, ações de defesa civil, bem como outras operações desenvolvidas pelas unidades operacionais da Corporação; III - realização de flagrantes, que exijam a permanência do policial militar em serviço, mesmo após o encerramento do seu turno de serviço; IV - emprego de militares estaduais em atividades de manutenção de ordem pública durante pleitos eleitorais, quando o período de disposição for superior ao seu turno de serviço; V - outras ações e/ou operações que pela sua natureza, amplitude, potencial e repercussão social, exijam a permanência continuada dos militares estaduais em serviço, mesmo após o encerramento do seu turno de serviço; e VI - emprego de militares estaduais em atividades operacionais de qualquer natureza, quando escalados em seu período de descanso e ou instrução para compensar a defasagem de efetivo existente." Assim, somente na ocorrência de quaisquer das atividades acima elencadas é que o policial militar estadual fará jus à indenização estatuída na Lei Estadual 13.280/2001, o que não ocorre no presente caso. Não há que se falar, portanto, em direito ao recebimento da mesma quando as suas jornadas de trabalho forem superiores a legalmente prevista, isto porque, a jornada e as escalas de trabalho dos policiais militares devem se adequar à necessidade e às especificidades concernentes à atividade pública que exercem. Inexistindo lei específica ou norma constitucional instituidora de direito social no âmbito do serviço público militar, tal como a limitação de jornada de trabalho em 40 (quarenta) horas semanais e adicional excedente de 50% (cinqüenta por cento) a jornada normal de trabalho, fica vedado à Administração Pública afastar-se do princípio constitucional da legalidade. Nesse sentido são inúmeros os precedentes: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE HORAS EXTRAS. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA EM PARTE. NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. QUESTÃO DE DIREITO QUE PRESCINDE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA OU APRESENTAÇÃO DE ESCALAS DE TRABALHO PRATICADAS PELO BOMBEIRO MILITAR. LIVRE APRECIAÇÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO PELO MAGISTRADO, QUE É O DESTINATÁRIO DA PROVA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 130 E 330, INCISO I, AMBOS DO CPC. PRELIMINAR AFASTADA. BOMBEIRO MILITAR ESTADUAL. LIMITE LABORAL DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS E RECEBIMENTO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. REGIME JURÍDICO ESPECIAL ASSEGURADO NO ART. 42 E 142, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DA CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS. DIREITO DOS MILITARES REGULAMENTADO PELA LEI ESTADUAL 13.280/2001. LEI ESPECÍFICA QUE INCLUI A CHAMADA INDENIZAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. DECRETO ESTADUAL QUE CLASSIFICA AS ATIVIDADES QUE REMUNERAM OS BOMBEIROS PELO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA LEGAL DE OUTRA HIPÓTESE DISTINTA, A QUAL PERMITA AOS MILITARES O RECEBIMENTO DE HORA EXTRA EXCEDENTE A JORNADA NORMAL DE TRABALHO DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, POR DECISÃO ISOLADA DO RELATOR (ART. 557, CAPUT, CPC). (TJPR - Ap. 699.059-8, 3ª CC, Relator Juiz Convocado FERNANDO ANTONIO PRAZERES, julg 16.11.2010). "DIREITO ADMINISTRATIVO AÇÃO DE COBRANÇA CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRÊNCIA PROVA NÃO RELEVANTE JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO POLICIAL MILITAR HORA EXTRA DIREITO CONSTITUCIONAL NÃO ESTENDIDO À CATEGORIA LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE ASSEGURA PAGAMENTO DE VALOR CERTO PELOS

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS POSSIBILIDADE RECURSO NÃO PROVIDO. Sendo o juiz o destinatário das provas, cumpre- lhe dispensar a dilação probatória meramente protelatória, que não irá contribuir para a solução da lide. Em face das peculiaridades marcantes da carreira militar, a Constituição prevê um regime jurídico diferenciado. Embora estenda algumas garantias a essa categoria, não garantiu o direito à limitação de jornada e, por conseguinte, o de horas extras. (TJPR- 691.697-6, 3ª CC, rel. Juiz Convocado Fernando Antonio Prazeres, jul 09/11/2010)." "APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. POLICIAL MILITAR. PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE REMUNERAÇÃO REFERENTE À JORNADA DE TRABALHO LABORADA ALÉM DAS 40 HORAS SEMANAIS E REFLEXOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESTADUAL QUE DISPONHA SOBRE A CARGA MÁXIMA A SER LABORADA PELOS POLICIAIS. PAGAMENTO DAS HORAS EXTRAS TAL QUAL PLEITEADO PELO APELANTE. IMPOSSIBILIDADE EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL QUE AMPARE SUA PRETENSÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ADSTRITA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU, PROFERIDA EM CONSONÂNCIA COM A PACÍFICA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. VISTOS E EXAMINADOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 748.195-2. (Apelação Cível nº 748195-2 2ª Câmara Cível Rel. Dra. Josely Dittrich Ribas ) AGRAVO - IRRESIGNAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - POLICIAL MILITAR - HORA EXTRA - DIREITO CONSTITUCIONAL NÃO ESTENDIDO À CATEGORIA - LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE ASSEGURA PAGAMENTO DE VALOR CERTO PELOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS - IRRELEVÂNCIA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.(Agravo Regimental nº 725304-3/01 3ª Câmara Cível Rel Des. Dimas Ortêncio de Melo. III. Como a pretensão é manifestamente improcedente e esbarra em jurisprudência dominante desse Tribunal de Justiça nego seguimento, com fulcro no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Intimem-se. Fábio André Santos Muniz - Relator

0024 . Processo/Prot: 0816926-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/207426. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 2006.00000833 Execução Fiscal. Agravante: Ruzza Participações Ltda. Advogado: Sandro Schauffert Portela Gonçalves. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Eduardo Luiz Bussatta. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

A gravado: Fazenda Púb lic a do E stado d o Par aná Relator: Juiz Subst. em 2º Grau Fernand o César Zeni 1. Trat a-se de agravo de i n stru men t o in t erpo st o con t ra a deci são qu e recebeu o recurso de apel ação i n t erpost o somen t e no efeit o devol u t i vo. Nas su as razões, defen de a n ecessi dade do recebi men t o do apel o n o du pl o efei t o, em razão do du pl o grau de ju ri sdi ção e porqu e o ju í zo já est á garan t i do com o be m pen h orado. A du z o dan o di fí cil e de i n cert a reparação n a emin ên ci a de sofrer a expropri ação do bem por u m débit o qu e n ão é de t od o devi do e , a o fi n al , pede l i mi n ar e o provi men t o do recu rso. A s con t rarrazões foram apresent adas. 2. A regra do art . 5 2 0 , i n c. V , do CP C, é i mposi t i va e decorre da su bsi di ari edade dessa n orma fren t e à l ei especi al de execu ção fi scal (art . 1 º, da LE F). A pen as em casos excepci on ai s será con cedi do o efei t o su spen si vo ao apel o, desde qu e comprovadas as h i pót eses do art . 5 5 8 do CPC . O presen t e i nst ru ment o fu n damen t a a gravi dade do dan o excl u si vamen t e n as con sequ ên ci as qu e decorrerá a con t i n ui dade da execu ção, si t u ação qu e n ão procede exat amen t e por se t rat ar de efei t os n ormai s decorrent es do procedi ment o execu t ivo. Para qu e o pl eit o fosse con cedi do, seri a n ecessári a a argu i ção e comprovação da rel evân ci a da fu n damen t ação e do dan o, por ou t ros fat os di versos daqu el e expost o n a i ni ci al (CPC, art . 5 2 5 , in c. I e I l ). Nesse sen t i do ci t o al gu ns preceden t es do S u peri or Tri bu n al de Ju st i ça qu e n ão di verge desse ent en di men t o: " RE CURSO ESPE CIA L . E MBA RGO S À E XE CUÇÃ O . IMPRO CEDÊN CIA PA RCIA L . APE LA ÇÃ O . E FE IT O DE VO L UT IVO A PEN A S. 1. A apelaç ão manejada pelo embargante c ontr a parc ial proc edênc ia de embargos à exec uç ão deve ser rec ebida apenas c om ef eito devoluti vo na par te improc edente, prosseguindo a exec uç ão, nessa f raç ão, c omo def initiva . Prec edentes. 2. Sendo a apelaç ão rec ebida apenas no ef eito devolutivo, a exec uç ão deverá prosseguir em relaç ão ao c apítulo da sentenç a que se tornou def initivo, c abendo ao juízo de 1º grau af erir, no c aso c onc reto, se de f ato sobejou alguma parc ela inc ontroversa do c rédito exequendo, passível de expediç ã o de prec atório ou de requisiç ão de pequeno va lor. 3. Rec urso espec ial provido . (RE sp 1 23 1 81 7 /PR, Rel . Mi ni st ro CAS TRO ME I RA , SE GU NDA TU RMA , ju l gado em 2 2 /02 /2 0 11 , DJe 1 0 /03 /2 01 1)" " A GRA VO RE GIMEN TA L NO A GRAVO DE IN STRUMEN TO . E XE CUÇÃ O FISCAL . E MBA RGO S DO DE VE DO R IMPRO VIDO S. A PE LA ÇÃO RE CE BIDA NO E FE IT O DE VO L UT IVO . N ÃO CO MPRO VA DO O REQ UISITO DA RE L E VÂ N CIA DA FUN DA ME NT A ÇÃO . A RT . 558 DO CPC. A GRA VO RE GIMEN TA L IMPRO VIDO . - A Primeira Seç ão c onsolidou o entendimento de que a apelaç ão interposta c ontra sentenç a que julgou improc edentes os embargos à exec uç ão fundada em título extrajudic ial deve ser rec ebida tão somente em seu efeito devolutivo. - N o c aso em debate, dei xou -se de demonstrar, no rec urso espec ial inadmit ido, a ef etiva relevânc ia de c ada f undamento invoc ado na apelaç ão em c onf ronto com as c irc unstânc ias f átic o -proc essuais espec íf ic as dos autos.A gravo regimental improvido. (A gRg n o A g 1 34 5 76 5 /S P, Rel . Mi n i st ro CE SA R A S FOR ROCH A , SE G U NDA TU RMA ,ju l gado em 1 7 /0 2 /2 0 11 , DJe 1 7 /03 /2 01 1 )" A ssi m como, est e t ambém é o dest e Tri bu n al , u ma vez qu e já paci fi cou seu ent en di ment o acerca da i mpossi bil i dade da con cessão do efei t o su spen si vo ao recu rso de apel ação, qu an do n ão presen t es os requ i sit os previ st os em Lei qu e comprovem t al argü i ção: " T RIBUT Á RIO A GRA VO DE IN ST RUME NT O E MBA RGOS À E XE CUÇÃ O FISCA L RE CURSO DE A PE L A ÇÃO RE CE BIDO SEM A CO N CE SSÃ O DE E FE ITO SUSPENSIVO A US ÊN CIA DO S RE Q UISIT OS PRE VIST O S EM LEI IN E XIST ÊN CIA DE DO CUMEN TO S Q UE CO MPRO VEM O RE L E VA NT E FUN DA MEN TO PA RA A CON CE SSÃ O DO E FE ITO PL E IT EA DO . RE CURSO DE SPRO VIDO . Para que seja possível a aplic aç ão do §1º do artigo 558 do Código de Proc esso Civi l, é prec iso que f ique bem demonstrada a existênc ia do r elevante f undamento que justif ique a c onc essão do ef eito suspensivo ao rec urso de apelaç ão. A mera alegaç ão de que o rec ebimento do rec urso de apelaç ão apenas no ef eito devolutivo pode c ausar grave prejuízo à par te, não enseja a c onc essão do ef eito suspensivo pleiteado. (TJPR - 2 ª C .Cí vel - A I 0 7 7 9 27 6 -5 - Foro Cen t ral da Regi ão Met rop ol i t an a de Cu ri t i ba - Rel .: Des. S i l vi o Di as - U n ân i me - J. 1 9 .0 7 .2 01 1 )" " A GRA VO INT E RN O DE CISÃ O MON O CRÁ T ICA DO RE LA T OR Q UE N E GA SE GUIMEN TO A RE CURSO DE AGRA VO DE IN ST RUME NT O PO R E STA R EM CON FRON T O CO M E NT E NDIMEN TO DO MIN AN TE DE STE T RIBUN AL E MBA RGO S À E XECUÇÃ O FISCA L RE CURSO DE A PE L A ÇÃ O PRE T EN SÃ O DE A T RIBUIÇÃ O DE E FE ITO SUSPEN SIVO CO MPEN SA ÇÃ O DE DÉBIT O S T RIBUTÁ RIO S CO M CRÉ DITO S DE PRE CA TÓ RIO A USÊ N CIA DE RE LE VAN TE FUN DA ME NT A ÇÃO CO N T IN UIDA DE DA E XE CUÇÃO PO R SI SÓ N Ã O CA RA CT E RIZA O RISCO DE DANO DE DIFÍCIL O U IN CE RTA RE PARA ÇÃO . RE CURSO DE SPRO VIDO . (TJPR - 2 ª C.Cí vel - A 0 7 7 73 5 6 -0 /0 1 - Mari n gá - Rel .: Des. Eu gen i o A ch il l e G ra n di n ett i - U n ân ime - J. 21 .0 6 .2 01 1 )" A GRA VO DE IN ST RUME NT O . E MBA RGO S A E XE CUÇÃ O FISCA L . A PE LA ÇÃO IN TE RPO STA CO NT RA SEN TE N ÇA DE IMPRO CEDÊN CIA DE PE DIDO S O FE RT A DO S E M E MBA RGOS À E XE CUÇÃ O FISCA L . RE CE BIMEN T O DO A PEL O SOMEN T E NO E FE IT O DE VO LUT IVO . APL ICA ÇÃO DO A RT . 520, IN CISO V, DO CPC. A USÊ N CIA DE CIRCUN ST ÂN CIA E XCE PCION AL CA PA Z DE E N SE JA R A SUSPEN SÃ O DA E XE CUÇÃ O FISCA L E M T RÂ MIT E . PRE CE DE NT E S DO ST J. DE CISÃ O AGRA VADA CO RRE T AMEN TE L A N ÇA DA . A GRA VO DE IN ST RUMEN T O CON HE CIDO E N ÃO PRO VIDO . 1. A apelaç ão c ível i nterposta c ontra sentenç a improc edênc ia dos pedi dos c ontidos em embargos a exec uç ão f isc al deve ser rec ebida somente no ef eito devolutivo, a teor do disposto no art. 520, inc iso V, do Código de Proc esso Civil. 2. O s atos expropriatórios dec orrentes da exec uç ão f isc al são, por natureza, danosos ao patrimônio do devedor. Dessa f orma, somente em c asos exc epc ionais, poder -se-ia c ogitar a atribuiç ão do ef eito suspensivo ao apelo c ontra sentenç a de improc edênc ia de embargos à exec uç ão. E ntretanto, esse não é o c aso dos autos, mostrando -se c orreta a dec isão hostilizada. 3. A gravo de Instru mento c onhec ido e não provido. (TJ PR - 3 ª C.Cí vel - A I 07 3 592 8 -6 - Marin gá - Rel .: Des. Ru y Fran cisco Th omaz - Un âni me - J. 26.0 4 .2 0 1 1 )" S egu n do o en t en diment o dou t ri n ári o domi n a nt e, para con cessão d o efei t o su spen si vo ao apel o, é n ecessári o o cu mpri ment o de doi s requ i si t os, os qu ai s devem ser rel evant es os fu n damen t os de su as argü i ções, assi m como a p ossi bi l i dade da ocorrên ci a d e dan o i rreparável ou de di fí ci l reparação, o qu e n ão se observa n os au t os. 3. Pel o expost o, nego seguimento ao recu rso, com base n o art. 557, c aput, do CPC, u ma vez qu e est á em con front o com a ju ri spru dên ci a domi n an t e. 4. I n ti mem -se. Cu ri t i ba, 20 de set embro de 2 01 1 . Fernando César Zen i Juiz Subst ituto em 2º Grau

0025 . Processo/Prot: 0817546-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/209460. Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0009773-51.2010.8.16.0017 Execução Fiscal. Agravante: Évora Comercial de Gêneros Alimentícios Ltda.. Advogado: Maria Carolina Brassanini Centa, Valéria dos Santos Tondato, Guilherme Henn. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios Ag ravant e: É v ora Come r cial de G ênе ros A liment í cio s Lt da Ag ravada: F azenda P úbli ca do E st a do do P a raná R elat or: J ui z S ub st . 2 º G rau Fe rna nd o Cé sa r Z eni 1 . T rata- s e d e agr a vo de i n str u men to i n ter po s to co n tr a a d eci são qu e d ef er i u a p en h o r a o n li n e, co n f o r me r equ er i do pel o cr edo r da ex ecu ção fi sc al . N as su as r azõ es, d ef en d e, p r el i mi n ar men t e, a n u l i dade d a d eci são agr av ad a po r au sên ci a de f u n dam en t aç ão . No méri to , adu z: a) po ssi bi l i dade d e p en h o r a so b re o pr ec at ó ri o ; b) r el ati vi za ção d a gr ad a ção l egal do s ben s p a ssí vei s d e p en h o r a; c ) l i qui dez do pr e cató r i o , em r a zão da exi gi bi l i dade co n f er i da pel a E C 62/09 e d ) i n segu r an ç a ju r í di ca e pr eju í zo s a t er cei ro s. A o fi n al , pede l i mi n ar e o pr o vi men to fi n al do r ecu r so . 2. A d eso bedi ên ci a d a o r d em l eg al pr evi st a n o ar t. 1 1 da LE F é mo ti vo su fi ci en t e p ar a r ecu sa po r p ar t e d o credo r q u an to à n o mea ção d e ben s p ar a p en h o r a, co n so an t e t em d e ci di do est a C âm ar a , e m si n to ni a co m i n ú mer o s pr eced en t es d o S T J ( A gRg n o A g 1 372520 / RS , 2ª T. , r el . Mi n . Cas tr o Mei r a, j. e m 01.03.11) . Al ém di sso , a ma téri a j á f o i o bjeto de en u n ci ado su mu l ar ( S ú mu l a 406 do S TJ) . O pr eca tó ri o n ão se equ i p ar a a d i nh ei ro (S T J RE sp. 1146057/ RS , 2ª T., r el . Mi n . El i an a C al mo n ) e a pen h o r a so br e di nh ei ro , po r mei o el etr ô n i co , te m p r ef er ên ci a ( ar t. 655 - A d o CP C), cu jo t eo r l eg al te m si do i n ter pr et ado f avo ra vel men t e ao cr ed o r ( S TJ Resp. 1.043.759, 3ª T., rel . Mi n . Nan c y A n dr i ghi ) , sem qu e t al p ro vi dên ci a macu l e o teo r do ar t. 620 do CP C, vi sto q u e a exe cu ç ão , seg u n do atu al en t en di men to , se d e sen vo l ve em fa vo r do credo r ( A gRg n o A g 1.327.902/P R, Rel . Mi ni stro Ben ed i to Go n ç al ves, 1ª T., DJ e 14/ 10/ 2010 ; AgRg n o RE sp 1.182.130/P R, Rel . Mi ni str o Cas tr o Mei r a, 2 ª T., DJ e 0 1/12 /20 10; A g Rg n o RE sp 1.124.848/ RJ , Rel . Mi n i str o Hami l ton Car val h i do , 1ª T., DJ e 25/ 05/ 2010; RE sp 1.170.029/ RS , Rel . Mi ni str a E l i an a Cal m o n , 2ª T., DJe 1 2/0 8/20 10) . P o r fi m, segu n do en ten di men to r ec en t e d est a Co r te : "O nov o re gim e de pagament o int rodu zi do inviabi li za a compen sa ção do débit o t ri but á rio com cré dito s r epre sent ados po r p re cat ór ios , mot ivo pelo qual fa lt a inte re sse de agi r ao deved or, ense jando a ext inção do p roce sso se m re solu ção de méri to. ( TJP R - Ó rg

ão E sp e ci al - A 0660 034 - 6/01 - Fo ro C en tr al da R egi ão M etro pol i tan a d e Cu ri ti ba - Rel .: De s. L au ri Cae tan o da S i l va - U n ân i me - J . 17 .0 9.2010) " 3 . A ssi m, nego seguiment o ao re cu r so , co m b as e n o art . 557 , capu t , d o CP C. 4 . In ti me- se . Cu ri ti ba, 26 de set embr o d e 201 1. Fe rnando Cé sa r Zen i J uiz S ub st it ut o e m 2º G rau Página 2 de 2

0026 . Processo/Prot: 0818552-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/179669. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0001025-74.2007.8.16.0004 Execução Fiscal. Apelante: Município de Curitiba. Advogado: Claudine Camargo Bettes, Patricia Ferreira Pomoceno. Apelado: Veralba de Lourdes Souza. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Despacho: Denega Seguimento ao Recurso.

Vistos, 1. Cuida-se de Apelação Cível interposta pelo MUNICÍPIO DE CURITIBA, nos autos sob nº 73340/2007, de Execução Fiscal que move em face de VERALBA DE LOURDES SOUZA, contra a r. sentença que extinguiu a ação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Aduz, em síntese que: a Súmula 392/STJ, ao restringir a aplicação do art. 2º, §8º da LEF, retirou a eficácia de dispositivo legal vigente, o que não pode ser admitido; o Superior Tribunal de Justiça, ao editar referida Súmula, usurpou uma função típica do Poder Legislativo, ofendendo assim o princípio da separação dos poderes; ademais, a orientação sufragada pela Súmula viola os princípios da economia processual e da instrumentalidade do processo, além de gerar um benefício ao devedor; é dever do contribuinte manter atualizado seu cadastro junto ao Município; o art. 130 do CTN autoriza o redirecionamento da execução aos adquirentes do imóvel; ao lançar o tributo o Município atendeu ao disposto no art. 78 da Lei Complementar nº 40/2001; a indicação errada do sujeito passivo da obrigação tributária nada mais é do que um erro material. Pugna, ao final, pelo provimento do recurso para que se dê prosseguimento à execução fiscal em relação ao atual proprietário do imóvel objeto da exação tributária. 2. Agiu com acerto o magistrado de primeiro grau ao extinguir o processo por ilegitimidade passiva, com fulcro no art. 267, VI do Código de Processo Civil. Com efeito, verifica-se que a execução fiscal foi ajuizada em face de Veralba de Lourdes Souza, a qual consta como devedora na CDA nº 15.775 que instrui a inicial. Determinada a sua citação (fls. 03/04), tal não se efetivou porque não foi localizada (fl. 08). Após, o apelante juntou aos autos a matrícula do imóvel, na qual consta como proprietário o Senhor Sergio Rodrigues de Oliveira, motivo pelo qual requereu a modificação do pólo passivo da execução (fl. 14). Tal pedido, entretanto, foi acertadamente rejeitado pelo juízo a quo. Com efeito, conforme dispõe expressamente a Súmula nº 392 do Superior Tribunal de Justiça, "A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução". Isso porque, nos termos do artigo 145 do CTN, o lançamento do débito tributário deve ser regularmente notificado ao sujeito passivo, notificação esta que se presume ter sido cumprida na pessoa que figura como devedora na Certidão de Dívida Ativa. Ora, não figurando o Senhor Sergio Rodrigues de Oliveira como devedor na CDA que instruiu a execução, o redirecionamento desta em face dele é medida que fere o princípio do contraditório e da ampla defesa, que devem ser garantidos também na esfera administrativa, quando do lançamento tributário (artigo 5º, inc. LV, da Constituição Federal). Nesse sentido, trago à colação os seguintes precedentes desta Corte: "AGRAVO DE INSTRUMENTO EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE IPTU NULIDADE DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO PROCESSUAL, SOB PENA DE ALTERAR O PRÓPRIO LANÇAMENTO FISCAL APLICAÇÃO DA SÚMULA 392 DO STJ EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL CONDENAÇÃO DA PARTE QUE DEU CAUSA À DEMANDA EM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ART. 20, §4º, DO CPC - RECURSO PROVIDO. Somente é possível o redirecionamento da execução com a substituição da CDA se se tratar de erro meramente formal ou material, conforme súmula 392 do STJ. Havendo a modificação do pólo passivo sem se obedecer o disposto em referida súmula, a execução deve ser extinta sem resolução de mérito, na forma do art. 267, VI, do CPC, sob pena de ser alterado o próprio lançamento fiscal". (AI 693.905-1, 1ª C.C., Rel. Des. Rubens Oliveira Fontoura, DJ 08.02.11, grifei). "APELAÇÃO CÍVEL - TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - IPTU - EMBARGOS À EXECUÇÃO - EXECUÇÃO PROPOSTA CONTRA PESSOA INDICADA NA CDA, NA QUALIDADE DE PROPRIETÁRIO - INCLUSÃO NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO DO ADJUDICANTE DO IMÓVEL, CUJO NOME NÃO CONSTA NA CDA E, PORTANTO, NO LANÇAMENTO - IMPOSSIBILIDADE - SUBSTITUIÇÃO DA CDA QUE NÃO SE MOSTRA CABÍVEL PARA O FIM DE MODIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO COM A INCLUSÃO DE DEVEDOR, SALVO NAS HIPÓTESES DE RESPONSABILIDADE POR SUCESSÃO OU DE TERCEIROS, DESDE QUE O ATO QUE A ENSEJAR SEJA SUPERVENIENTE AO LANÇAMENTO, O QUE NÃO É O CASO DOS AUTOS - ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CRISTALIZADO NA SÚMULA 392 DO STJ - EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AO APELADO, POR FUNDAMENTO DIVERSO DO ADOTADO NA SENTENÇA (ART. 267, VI, DO CPC) - PRESCRIÇÃO NÃO CONSUMADA EM RELAÇÃO AOS CRÉDITOS DOS EXERCÍCIOS DE 2001 A 2004 - PROSSEGUIMENTO DO FEITO EM FACE DA EMPRESA EXECUTADA. (...) 2. Assim, de regra, a Fazenda não pode cobrar na execução fiscal o crédito tributário de pessoa não indicada no termo e na certidão de dívida ativa, salvo quando restar por ela comprovada a ocorrência de uma das hipóteses de responsabilidade tributária, caso em que poderá haver o redirecionamento, desde que o ato que a ensejar seja superveniente ao lançamento. 3. Na espécie, ao tempo da constituição do crédito tributário, o apelado já havia adjudicado o imóvel, o que torna claro que o lançamento, para que se pudesse obrigá-lo ao pagamento, também deveria ter sido feito em seu nome, o que não ocorreu. 4. Inteligência da súmula nº 392 do STJ, segundo a qual "a Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução". EXTINÇÃO, DE OFÍCIO, DA EXECUÇÃO FISCAL EM RELAÇÃO AO APELADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO". (AP 796.298-5, 2ª C.C., Rel. Juíza Josély Dittrich Ribas, DJ 22.09.11 grifei). AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - SUBSTITUIÇÃO DO PÓLO PASSIVO DA EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSSIBILIDADE - EXECUÇÃO AJUIZADA EM FACE DE PESSOA QUE NÃO É MAIS PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL - ALTERAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA - MODIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO E NÃO SIMPLES CORREÇÃO DE ERRO FORMAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 392 DO STJ - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (AI 815.513-1, 3ª C.C., Rel. Des. Dimas Ortêncio de Melo, 31.08.11 grifei). Por fim, para rebater os argumentos do apelante quanto à inaplicabilidade da Súmula 392/STJ, pela propriedade com que tratou da questão, utilizo como razões de decidir os fundamentos expostos pelo e. Des. Rabello Filho em caso similar ao presente: "(...) 3.11. Bem aqui, importante registrar que ao contrário do que tenta fazer crer o apelante, a aludida súmula tem, sim, incidência no caso. 3.11.1. Note-se que o Superior Tribunal de Justiça ao editar a súmula n.º 392 não instituiu regramento novo e contrário às normas então vigentes. Pelo contrário, apenas atribuiu interpretação sistemática às normas que compõem o ordenamento jurídico pátrio: interpretou o artigo 2.º, parágrafo 8.º, da Lei de Execução Fiscal em conformidade com os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. 3.11.2. O ordenamento jurídico deve ser visto como um conjunto sistêmico, não podendo as normas que o integram serem aplicadas isoladamente, de modo que, não há falar em irregularidade da multicitada súmula. 3.12. Nem mesmo sob a óptica dos princípios da economia processual e instrumentalidade das formas, há como ser autorizada a substituição do polo passivo da relação jurídica processual, na medida em que tais princípios apenas podem ser aplicados quando não ensejarem prejuízos a qualquer das partes, o que não é o caso; afinal, aceitar essa substituição aniquilaria o direito de ampla defesa do sujeito passivo. 3.13. Sequer é possível afirmar que a indicação errônea do sujeito passivo da demanda trata-se de erro material, passível de ser corrigido. Isso porque, como já exposto, a pretendida alteração implica necessariamente em novo lançamento e sua respectiva notificação, não podendo ser visto como simples erro material. 3.14. Por fim, cumpre registrar que ainda que o contribuinte tenha o dever de manter seus dados atualizados junto ao cadastro municipal, tal omissão não é capaz de validar o vício ocorrido no lançamento tributário. (...)" (AP 817.587-9, 3ª C.C, DJ 12.09.11i). Nesse contexto, resta evidenciada a ilegitimidade da Senhora Veralba de Lourdes Souza para figurar no pólo passivo da demanda, ante a inexigibilidade do título em relação a ela. Assim, outra não poderia ser a solução para o processo que não a sua extinção, por ilegitimidade passiva. 3. Do exposto, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. DULCE MARIA CECCONI Relatora.

0027 . Processo/Prot: 0818570-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/214594. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000165 Execução Fiscal. Agravante: Ineb - Instituto Norte Paranaense de Bebidas Ltda. Advogado: William Robert Nahra Filho. Agravado: Estado do Paraná. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios Ag ravant e: INE B In st itut o No rte P a ranaense de Bebida s Lt da. Ag ravado: E sta do do P araná R elat or: J ui z S ub st . 2 º G rau Fe rna nd o Cé sa r Z eni 1 . T rata- s e d e agr a vo de i n str u men to i n ter po s to co n tr a a d eci são qu e d ef er i u a p en h o r a o n li n e, co n f o r me r equ er i do pel o cr edo r da ex ecu ção fi sc al . N as su as r azõ es (f . 0 2/29 ), al ego u : a) a i mpo s si bi l i dade de ju l gam en to na f o r ma mo n o cr áti ca, p o r qu an to , n ão há ju r i spr u dên ci a do mi n an t e n o s Tr i bu n ai s S u peri o res; b) p o ssi bi l i dade d e p en h o r a so br e o pr eca tó ri o ; c) rel ati vi za ção da g r ad ação l egal do s b en s p a ssí v ei s de pen h o r a; d) l i qui dez do pr eca tó ri o , em r az ão d a exi gi bi l i dad e co n f er i da pel a E C 62/ 09 e d) i n segu r an ç a ju rí di ca e pr e ju í zo s a t er cei ro s. A o fi n al , ped e l i mi n ar e o p ro vi men to fi n al do r ecu rso . A l i mi n ar f oi i n def eri da às f . 129/ 130 . O E stado do P aran á apr es en to u r espo st a ( f . 137/ 142) . 2. A deso b edi ên ci a d a o r dem l eg al p revi st a n o ar t. 1 1 d a LE F é mo ti vo su fi ci en t e p ar a r ecu sa po r p ar t e d o credo r qu an to à n o mea ção d e ben s p ar a p en h o r a, co n so an t e t em d e ci di do est a C âm ar a , e m si n to ni a co m i n ú mer o s pr eced en t es d o S T J ( A gRg n o A g 1 372520 / RS , 2ª T. , r el . Mi n . Cas tr o Mei r a, j. e m 01.03.11) . Al ém di sso , a ma téri a j á f o i o bjeto de en u n ci ado su mu l ar ( S ú mu l a 406 do S TJ) . O pr eca tó ri o n ão se equ i p ar a a d i nh ei ro (S T J RE sp. 1146057/ RS , 2ª T., r el . Mi n . El i an a C al mo n ) e a pen h o r a so br e di nh ei ro , po r mei o el etr ô n i co , te m p r ef er ên ci a ( ar t. 655 - A d o CP C), cu jo t eo r l eg al te m si do i n ter pr et ado f avo ra vel men t e ao cr ed o r ( S TJ Resp. 1.043.759, 3ª T., rel . Mi n . Nan c y A n dr i ghi ) , sem qu e t al p ro vi dên ci a macu l e o teo r do ar t. 620 do CP C, vi sto q u e a exe cu ç ão , segu n do atu al en t en di men to , se d e sen vo l ve em fa vo r do credo r ( A gRg n o A g 1.327.902/P R, Rel . Mi ni stro Ben ed i to Go n ç al ves, 1ª T., DJ e 14/ 10/ 2010 ; AgRg n o RE sp 1.182.130/P R, Rel . Mi ni str o Cas tr o Mei r a, 2 ª T., DJ e 0 1/12 /20 10; A g Rg n o RE sp 1.124.848/ RJ , Rel . Mi n i str o Hami l ton Car val h i do , 1ª T., DJ e 25/ 05/ 2010; RE sp 1.170.029/RS , Rel . Mi ni str a E l i an a Cal m o n , 2ª T., DJe 1 2/0 8/20 10) . A pen h o ra o n l in e, n o ca so em t el a, n ão f oi o mo do mai s gr avo so par a a d e ved o r a, n ão t en do si do vu l n er ado o art. 620 do CP C. I sto po r qu e a agr a van t e ap en as se res tri n gi u a af i r mar qu e es s a mo d al i dad e d e co n s tri ção pr eju di car i a c o n si der avel men t e a emp r es a, m as n ão s e d esi n cu mbi u do ôn u s de co mpr o var es sa al eg aç ão . O § 2º, do ar t. 5 25 do CP C, é cl ar o ao d et er mi n ar qu e a p eti ç ão do agr avo d e i n str u men to de ve ser i n str u í da co m o s do cu men to s f acu l tati vo

s qu e en ten d er ú tei s. No t e- se qu e n o s au to s co n st a ap en as a có pi a i n teg r al do pr o cesso o ri gi n ári o , sem q u al qu er el emen to c ap az d e i den ti fi car qu e, d e f ato , a d eci são pr o f er i da em p ri mei r o grau d ev er i a ser r ef o r mad a. A r eco rr en te b u sc a i n si sten t emen te o r eco n h eci men to do pr eca tó ri o par a g ar an ti a d o ju í zo de ex ecu ção . O co rr e qu e est e f ato , po r si só , n ão é su fi ci en te p ar a r e vel ar a despro po r ção n a medi da ado t ad a e co n sequ en te vi ol ação ao pr i n cí pi o da m en o r o n er o si dad e . Ci to , n es te sen ti do , o s egu i n te pr ec ed en te, qu e d á gu ari da a es t e en t en di men to e co n tr ar i a a t ese d a p ar t e ag r av an t e: Quando por vá rio s meio s o cre dor pude r p romover a exe cução, o J ui z man dará que se faça pe lo menos gravo so Página 2 de 4 para o dev edor. E ssa reg ra do art . 6 2 0 do CP C não está a eximi r o devedo r do cu mp riment o d as normas e st a belecida s na execução e, em pa rt icu lar , a nomeação à penhora. A nomea ção de ben s pelo deve do r d everá obede ce r a o rde m legal e stab ele cida no art . 6 5 5 do CPC. T e ndo bens de uma espé cie s, não pode rá nomear out ro s de e spé cie in cluí da na cla sse po st e rio r na ordem prev i st a em le i, sob pena de invali dade da nomeação. A ssim , o a rt . 6 2 0 não confe re a o dev edor d ire ito potesta t ivo de esco lha dos ben s que devam se r ind icados à penho ra pa ra ga rant ia da exe cução. (RT 72 5/317). Por fi m, seg u n do en t en d i men to r ece n te d e st a Co r te: "O novo r egi me d e p ag amen to i n tr o du zi do i n vi ab i l i za a co mp en sa ção do d éb i to tri b u tár i o co m cr édi to s r ep r es en t ad o s p o r precató r i o s, mo ti vo pel o qu al f al ta i n ter ess e d e agi r ao devedo r , en se jan do a exti n ção do pr o ce sso se m r eso l u ção d e m ér i to . ( TJ P R - Ó rgão Esp eci al - A 0660034 -6/ 01 - Fo ro Cen tr al da R egi ão Metr o po l i tan a d e Cu r i ti b a - Rel .: Des. L au r i Caet an o da Si l va - U n ân i me - J . 17.09.2010 )" Fi n al men t e, o qu e p erti n e ao ar t. 185 - A do CTN, a ju r i spr u dên ci a j á se co n so l i dou n o sen ti do d e qu e a par ti r d a vi gên ci a d a s al t er ação es pr o mo vi das p el a L ei 11.382/ 06 ao pr o ces so de execu ção , o d ef er i men to d a pen h o r a o n l in e n ão fi ca mai s co n d i ci on ado ao esgo ta men to de to do s o s mei o s de l o cal i zação dos b en s do d evedo r : A gRg no A gRg no Ag 961578/MG, Rel . Mi n . LU IZ FU X , DJ e 17 .1 2.2008; RE sp 1.05 6.246/ RS , Rel . Mi n . Hu mber to Marti n s, DJ U 10.06.08; den tr e o u tr o s: "P ROCE S S U AL CIVIL E T R IBU T ÁR IO - E XE CU ÇÃO F ISCAL - P E NH OR A O N L INE - S IS T E MA BAC E N- JU D - R E QU E RI ME NT O FE IT O NO R E G IME ANT E R IOR AO AR T . 655, I, DO CP C (R E DA ÇÃ O DA DA P E LA LE I 1 1 .3 8 2 /20 0 6 ) - S Ú MU LA 1 3 /S T J. 1 . (... ). 2 . A j u risp rudên cia de sta Cor te t em examinado o p edido de penhora on line lev ando em consi dera ção o moment o em que formula do: se ant es ou depois do advent o da L ei Página 3 de 4 1 1 .3 8 2 /2 00 6 , que alt erou o art . 6 5 5 , I, do CPC, i n clu indo os depósi tos e a s ap li cações em in st i t uições s f inancei ra s com o pre feren cia is na o rdem de penhora, equ ipa rando - os a dinhei ro em espé cie. 3 . S e o pleit o é ant erior à nova lei , se u defe rimento fi ca condi cionado ao e sgotament o de t odo s o s meios de lo cal ização do s bens do devedor, em atenção ao a rt . 1 8 5 - A do CT N. No re gime at ua l, a penhora on line pode se r defe rida de plano, afa st an do -se a exigência. P re ce dentes desta Cort e " ( RE sp 9 10497/ SP , Rel ª. Mi n ª. El i an a Cal mo n , DJ e 17 .0 2.2009) . 2 . A ssi m s en do , n ego segu i men to ao r ecu rso , co m b ase n o ar t. 55 7, caput , do CP C. 3 . In t . Cu ri ti ba, 20 d e set embr o d e 201 1. Fe rnando Cé sa r Zen i Jui z S ub stit uto e m 2 º G rau Página 4 de 4
0028 . Processo/Prot: 0819147-3/01 Agravo
. Protocolo: 2011/337241. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 819147-3 Apelação Civel. Agravante: Município de São José dos Pinhais. Advogado: Cláudio Soccoloski, Maurício Holzkamp. Agravado: Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Advogado: Adriano Mattos da Costa Ranciaro. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Ag ravado: Com panhia P a ranaense de E nerg ia - Copel R elat or: J ui z S ub st . 2 º G rau Fe rnando Cé sa r Z eni 1 . Tr at a- s e d e agr avo i n ter n o co n tr a d eci s ão de f . 12 5, qu e n ego u segu i men to ao r ecu r so d e a p el aç ão , po r e st ar m an i f est amen t e i n admi ssí vel , em f a ce a su a i n temp es ti vi dad e . N as su as r a zõ e s ( f. 131 /13 3), al ego u que est e ju í zo equi vo co u - se n a co n tag em do p razo , d e ven d o est e r ecu r so ser p ro vi do p ar a o fi m de r ef o r mar a d eci são , e p o r vi a de co n seq ü ên ci a, d ar p ro vi men to ao r ecu r so de ap el aç ão an teri o r men t e i nt er po s to . 2 . A n al i san do deti dam en t e o pr es en t e ca so , veri fi co qu e a deci são an t er i or men t e pr o f er i da m er ece s er r efo rm ad a, h aj a vi st a qu e o r ecu r so d e ap el ação n ão é i n temp e sti vo . To davi a , qu an to ao mér i to , n ão mer ec e pr o vi men to a ap el a ção do Mu ni cí pi o . O Mu ni cí pi o apel a a e st a Co r t e su st en t an do , em su m a, q u e n ão é po s sí vel o r eco n h eci m en to da i sen ção tr i bu tári a pr evi st a n o ar t . 2 6, al í n ea " e" d a L ei Mu ni ci pal n º 2 4/7 9; n ão o co r r ên ci a d e i mu n i dad e tri bu tári a, po r qu an to a ap el ad a se tr at a d e so ci ed ad e d e eco n o mi a mi sta expl o rado r a de ati vi dad e eco n ô mi ca; a apl i cabi l i dade do pr evi sto no ar t. 15 0, § 3º da C F; a CO P E L fi g u ra no r egi stro i mo bi l i ári o co mo pr o pri etári a do i mó vel em qu est ão , co n f i gu ran do - se o fato g er ar do tri b u to , bem co mo q u e é p o ssí vel a d et er mi n ação d a bas e d e c ál cu l o do tri bu to . P u gn ou pel o pr o vi men to do ap el o e a i n ver s ão d a su cu mb ên ci a. Có di go de P ro ces so Ci vi l , po r se tr at a r de r ecu r so m an i f es ta men t e i n admi ssí vel . Cui d a- s e d e r ecu r so cu j a pr et en são é a r ef o r ma d a sen ten ç a co m af ast am en to d a e xti n ção d a exe cu ç ão e i n ver são d a su cu mb ên ci a , ei s q u e o tí tul o es tá l astr ead o em o br i gação l í qui da, c er ta e exi gí vel . O Ju i z sen t en ci an t e ju l gou p ro ced e n tes os emb ar go s à exe cu ç ão e d e cl ar o u e xti n ta a exe cu ç ão f i sc al po r f al t a d e tí tu l o l í qui do , c er to e exi gí vel so b o f u n da men to d e qu e a CO P E L est á amp ar ad a p el a i sen ção tr i bu tár i a. S ão di ver sas a s a çõ e s qu e t em b ati do n es ta Co r t e em qu e a s par t es são as me sma s e o s p ed i do s o s mesmo s e, po r i sso , o ju l gam en to po r deci são mo n o cr áti ca. Nes se s en ti do : AP E LAÇÃO C ÍVE L E MBAR G OS À E XE CU ÇÃO F IS C AL J ULG AD OS P R OCE DE NT E S IP T U (IMP OS T O S OBR E A P R OP R IE DA DE P R E DIAL E T E R R IT OR IAL U R B ANA) I MÓVE L DE U T IL IDADE P Ú BLICA NÃO INC IDÊ NC IA . P R E LIMINAR ARG U ID A EM CONT RAR R AZ ÕE S INT E MP E S T IV ID A DE DO R E CUR S O I NT E R P OS T O P E LO MUN IC ÍP IO NÃO C AR ACT E R IZA ÇÃ O NE CE S S ID ADE DE INT IMAÇ ÃO P E S S OAL DO PR OCU R AD OR DA F AZE N D A P Ú BLICA AP LI CA ÇÃO DO ART IG O 2 5 DA LE I N º 6 .8 3 0 /8 0 . R E CU RS OS 0 1 E 02 ALE G AÇÃ O DE QU E I NC I DE O IP T U S OBRE O IMÓVE L DA C OP E L NÃO C ONS T AT A ÇÃ O I MU NI DA DE RE CÍP R OC A AR T IG O 1 5 0 , INC IS O VI, "A ", DA CONS T IT U IÇ ÃO FE DE R AL INC IDÊ NCI A IM ÓVE L DE S AP ROP R IAD O POR U T IL ID ADE P Ú BLICA S E R VIÇO DE E NE R GIA E LÉ T R ICA P RE S T AÇÃO DE SE R VIÇO E S SE NCIAL DE COMP E T Ê NCI A DA U N IÃ O (AR T IG O 2 1 , INC IS O XII, "B " DO T E XT O CO NS T IT U C IO NAL ) BE M PÚ BLICO I NT E G R ANT E AO P AT R I MÔ NIO DO E S T ADO RE MU NE R AÇÃ O P E LOS S E R VIÇOS QU E NÃ O DE S CAR A CT E R IZA A NAT U R E ZA P Ú BLICA DO S E R VIÇ O IS E NÇ Ã O T R IBU T ÁRI A QUE IGU AL ME NT E SE AP LICA A E SP É CIE P R E VIS ÃO E S P E CÍF IC A NO ART IGO 26 , "E ", DA LE I MU N IC IP AL 2 4 /1 9 7 9 QU E INS T IT U IU O CÓ D IG O T RIBUT ÁR IO DO DE CLAR ADO DE U T IL I DADE P Ú BL ICA P AR A F INS DE DE S AP ROP R IAÇÃ O S E NT E NÇA MA NT IDA . Confo rm e di spo si ção exp res sa do a rt igo 2 5 da L ei n º 6 .8 3 0 /8 0 "Na execução fi scal, qualque r intima ç ão ao rep re sent ante j udicial da Fa ze nda P úb lica se rá feita pessoal mente" . E mbora t enha si do publ ica do o de spa cho no D iá rio da J ust iça, det erminando a int imação d o E x equente, tal ato não sup re a ne cess ida de de int imação pessoal do P rocu rad or do Muni cíp io, que so ment e ocorreu, no pre sent e ca so , com a ca rga do s autos. A mat é ria recu rsal j á foi a mpla ment e e bat ida ne st a C ort e, e sp e ci fi cament e ent re o Mun icípio de S ão José dos P i nhais e a Com panhia P aranaense de E nerg ia Copel, sendo ent endiment o pacif ica do a ilega lidade da inc idê ncia de IP T U sob re imóvei s de sa p rop riado s de v ido a decla ra ção d e ut ilidad e públi ca e que, são ut il i zado s pa ra p as sagem de linha s d e alt a t en são (se rv iço de energ ia elét ri ca ). E m que p e se a Companhia Pa ranaense de E nergia Copel ser sociedad e de e conomia m ist a com nat ure za d e pessoa j urí ica de di reito p riva do, ela po ssu i como função p rimo rdial a pre st a ção de se rv iço s es sen cia is de compet ência da U nião, nos t ermos do art igo 2 1 , inci so XI I, "b" da Ca rt a Magna e, não a explora ção de at iv id a de econômi ca , prev i st a no a rt igo 173 da Con st itui çã o Fe de ral. A Companhia P aranaen se de E nerg ia Copel não é prop riet ária do imóvel sob re o qua l re caiu a tr ibuta ção , mas, ape na s o ut ili za pa ra ex ecução de ser vi ços púb li cos , enquadrando - se como bem púb lico inte grant e ao pat rimônio do E st ado . A exi st ência d e rem une ra ção o pelo s se rvi ço s fo rnecidos pe la R eco rr ida não desca ra cter i za a nat ure za do se rv iço, sendo seu obj etivo p rin ci pal o forne cimento de energ ia elét ri ca , at iv idade públi ca essencia l e de compet ência da U nião. No ca so em espé cie, go za de isenção t ribut á ria o imóvel declara do de ut ilida de p úb li ca pe lo De cret o E stad ual nº 4 .0 6 7 /7 3 a f im de viab il i zar a execu ção do s se rvi ço s pú bli co s de ene rgia elét ri ca. R E CU R S OS DE S P ROVIDOS . do s P i n h ai s da R egi ão M etro pol i tan a d e Cu r i ti b a - R el .: D es . Id ev an Lo p es - U n ân i me - J . 01.03.2011) T R IBU T ÁR IO AP E LAÇÃO C ÍVE L E MBAR GOS À E XE CU ÇÃ O FIS C AL IP T U COP E L S OCIE DA DE D E E CONOM IA M IS T A I MÓVE L DE S AP R OP R IA DO P AR A F INS DE UT IL ID A DE P Ú BLICA CAR ACT E R IZAÇ ÃO DE BE M P Ú BLICO DE USO E S P E CIAL. IMU NID ADE RE C ÍP ROC A INAP LI CAB IL ID A DE E NT ID A DE QU E E MBOR A S E JA P R E S T ADOR A DE S E R VIÇO P Ú BLICO E S S E NCIAL COBR A T AR IFA D O U S U ÁR I O NÃ O INC IDÊ N C IA DO AR T . 150, VI, "a " DA CF . IS E NÇÃ O T R IBU T ÁR IA LIT E R ALID ADE DO ART . 26 DA LE I MUN IC IP AL 2 4 /7 9 E XE CU ÇÃO INDE VID A S E NT E NÇA MANT IDA A IN DA QUE P OR FU N DAME NT O D IVE R S O . R E CU RS O DE S P R OVID O. Ainda que a agravant e se confi gure como so cieda de de econ omia mi st a, e sta se apre sent a como p re st ado ra de se rv iço s públi co s, ra zão pela qual não é propr iet á ria do bem que foi desap rop r iado com a f inali dade de utilidade púb li ca. E mbora se t rate de ent ida de prestado ra de se rvi ço públi co e ssen cia l, a ape lada a rreca da t ar i fa do u suár io , ra zão pela qual não incide o art . 150, VI, "a " da Const i t uição Fede ra l, não havendo que se fala r em imunidade re cíp ro ca. A Lei Munic ipa l 2 4 /7 9 expre ssa mente det e rm ina, em seu art . 2 6 , a isenção do pagame nto de impo st o do bem i móvel de cla rado de ut ilida de públ ica pa ra fin s de desa p rop ria ção, ra zão pe l a qual im po ssí vel a t ribut a ção p ret endida. ( TJP R A có r dão nº 3 5081, 2ª C âmar a Cí vel , R el . D es. S i l vi o Di as, j. em 16/ 03/2010 ) AG RAVO . DE C IS Ã O IS OLA DA D O R E LAT OR . NE G AT IVA DE S E G U IME NT O. APE L AÇ ÃO C ÍVE L. R E CONH E C IDA A I MU NI DA DE E IS E NÇÃO T R IBU T ÁR IA. COP E L. IMÓVE L DE S AP ROP R IAD O. JU R IS P R UDÊ NC IA DO MINANT E . Recurso não prov ido ( TJ P R A có r dão n º 3500 6, 2ª C âmar a Cí vel , Rel . 09/ 03/2010 ) E MBAR G OS A E XE CUÇ ÃO F IS CAL - IP T U. - C OP E L. - S OC IE DA DE DE E CON OM IA M IS T A P R E S T ADOR A DE S E R VIÇO PÚ BLIC O. C OBR ANÇ A D OS U S UÁR IOS P E LO FOR NE C I ME NT O DE E NE R G IA E L É T RICA. IMU N ID A DE R E CÍP R OCA RE CONHE C I DA - AR T IG O 150, 3 º, DA CONS T IT U IÇ ÃO FE DE RAL. IS E N ÇÃO T R IBU T ÁR IA . AR T IG O 2 6 , ALINE A "E ", DO C Ó DIG O T R IBU T ÁRI O MUN ICIP AL (LE I N º 2 4 /7 9 ). Não se pode de s cuida r que a COP E L, ape sa r de não se suj eit a r ao regi me jurí di co da s emp re sa s pr ivada s não se benefi cia da imun idade t ribut á ria por cob rar dos seu s usuá rios o fo rneciment o de energ ia elét ri ca. Ve rifi cado que o im óvel foi regula rme nt e desap rop r iado para fin s de utilida d e pública , cump rindo assim o s requi s it o s da Lei Munici pa l que regulament a a possi bilidade de isen ção t ribut ár ia , descabi da a cob ran ça de IP T U sob re be ns de p rop rieda de da COP E L. RE CU R S O CONH E C ID O E DE S P R OVI DO (M AI OR I A) . (TJ P R A có rd ão n º 307 23, Rel . Jui z S u bst. em 2º Gr au S ér gi o Ro ber to N Rol an ski , j. em 28 /10/ 2008) E MBAR G OS À E XE CU ÇÃO F ISC AL - IP T U - COP E L - S OC IE DA DE DE

E CON OM IA M IS T A P R E S T ADOR A DE S E R VIÇO P Ú BLIC O - C OBR A NÇA DOS U S U ÁRI OS P E LO FOR NE C I ME NT O DE E NE R G IA E LÉ TR ICA - IMU N ID A DE R E CÍP R OCA NÃ O R E CONH E C IDA - A RT IGO 1 5 0 , § 3 º, D A CONS T IT U IÇ ÃO FE DE R AL - IS E NÇÃO T R IBU T ÁR IA - AR T IG O 26, AL ÍNE A "E ", DO CÓD IG O T R IBU T ÁR IO MUN IC IP AL (LE I N ° 2 4 /7 9). Não se pode descui da r que a COP E L, apesa r de não se suj eita r a o regime j ur ídico da s empre sa s p ri vada s, não se bene fi cia da im unida de t ri but á ria po r cob ra r do s seus usuá ri os o fo rne ci ment o de energia elét ri ca. Ve rifi cad o q ue o imóvel foi regula rment e de sa p ropr iado para f ins de ut i lidad e públi ca, cump rindo a ssim o s requ isi t os da Lei Munic ipal que regulament a a possi bi lida de d e isençã o t r ibutá ria, da COP E L. RE CU R S O CO NH E C ID O E DE S P R OVI DO . ( TJ P R A có r dão nº 30218, 1ª Câmar a Cí vel , Rel . Des. S ér gi o Ro d ri gu es, j . em 15 /07/ 2008 ) Co n fo rme vi sto , i n ú mer o s ju l gado s t ra tar a m da esp ecí fi ca co n tr o v ér si a es tab el e ci da en tr e o Mu n i cí pi o de S ão J o s é do s Pi n h ai s e a Co p el e n el as s e co n so l i do u o en t en di men to p el a i l egal i dad e d a i n ci d ên ci a do IP T U so br e i mó vei s an teri o rmen t e d e sap ro p ri ado s med i an t e d ecl ar ação d e u ti l i dade pú bl i ca e qu e h o j e ser v em à ap el ad a par a a pr es ta ção do servi ço de en er gi a el étri ca. Co mo f u n d amen to d esse en t en di men t o , b ast a a tr a zer à co l ação o di spo sto n o ar t. 26 , 'e' , d a L ei Mu ni ci p al n º 24/79, segu n do o qu al : Art . 2 6 . Des de q ue cump rida s a s exi gência s da legi slação, fi ca i sent o de impo st o o bem imóv el: (.. .) e) declara do d e ut ilida de púb li ca pa ra fin s de de sap r opria ção, a pa rt ir da par cela co r resp ond ente ao período de arreca dação do impo st o em que ocorre r a imi ssão na posse ou a ocupa ção e feti va do pode r de sap rop riant e. A ssi m, r ess al vado o en t en d i men to des t e rel ato r , es sa h i pó tes e l egal apl i ca- se ao caso em an ál i se, co n so an t e a ju r i spr u dên ci a do mi n an t e d est e Tr i bun al . Res sal te- s e, po r fi m, qu e a d esa pro pri ação po r u ti l i dad e pú bl i ca do i mó vel so br e o qu al recai o i mpo s to é i n co n tro ver sa. 3 . A n te o e xpo s to , co m b a se n o ar t . 55 7, §1 º, d o CP C, e xer ço o juí zo de r etr ata ção , p ar a co n h ec er do recu r so de ap el a ção , e n o mér i to , p ar a n eg ar s egu i men to ao r ecu r so , co m amp aro n o ar t. 557 , capu t , do CP C, po r se en co n tr ar em man i f esto co n f ro n to co m a ju r i spr u dên ci a d o mi n an te d esta C o rt e. Cu ri ti ba, 23 de set embr o d e 2011 . J ui z Fe rnando Cé sa r Zeni R elat o r Convo cado

0029 . Processo/Prot: 0819419-4/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/332979. Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 819419-4 Apelação Civel. Embargante: Transportadora Andreline Ltda, Luiz Fernandes, Hermínia Maria, Agostinho Pereira Baptista, Vera Lúcia Fernandes Baptista. Advogado: Aparecido Albino Dechiche. Embargado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Marcos André da Cunha, Fernando Augusto Montai Y Lopes. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Tendo em vista as alegações retro, manifeste-se a parte contrária em 10 (dez) dias. Int.

0030 . Processo/Prot: 0822386-5/01 Embargos de Declaração Cível

. Protocolo: 2011/333633. Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 822386-5 Agravo de Instrumento. Embargante: V. Pilati Empresa de Transportes Rodoviários Ltda.. Advogado: Lucius Marcus Oliveira, Ruy José Miranda Ratton. Embargado: Estado do Paraná. Advogado: Rafael Augusto Silva Domingues, Alexandre Barbosa da Silva. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

E mba rgant e: V P ilat i E m pre sa de T ransport e s R odoviários L tda. R elat or: J ui z S ub st . 2 º G. Fernando Cé sar Zeni 1 . Tr at a- s e d e emb ar go s d ecl ar ató r i o s o po sto s em f ac e d a d eci são de f . 147/ 150, qu e n ego u p ro vi men to ao agr avo i n ter n o do o r a emb ar g an te N as su as r azõ es (f . 155/ 161) , su st en t a qu e h á o mi ssão n o a có r d ão pr o f er i do , po r qu an to n ão ter i a ju l gado o r ecu r so a l u z do art. 620, ar t . 1 1, § 1°, da LE F e art . 185 - A , d o CTN. 2. Não há n en h u m ví ci o qu e ju sti fi car i a a i n ter po si ção de emb ar go s , p el o co n tr ár i o , o qu e p reten de a emb arg an t e, é t ão so men te a al ter aç ão d a d eci são qu e ju l go u o agr avo d e i n str u men to an t er i or men t e i n ter po s to . E mbo r a r ecl am e a apr eci ação d o teo r d e v ár i o s ar ti go s, e scl ar eço qu e a q u est ão j á f o i abo r dad a n a s d eci sõ es an t er i o r es. M esmo qu e n ão co n st e expr e ss amen te a su a i n di caç ão , tal f ato po de s er extr aí do da co n cl u são ado t ad a n aqu el e d eci su m. Imp o rt an te d es ta car qu e o m agi str ado , ao pr o f er i r u ma d eci são , n ão est á vi n cu l ado à an ál i se d e to do s o s f a to s ap r es en t ad o s, m as t ão so men t e aqu el es n e ces sári o s ao d esl i n de da co n tr o v ér si a, e i sso foi o bser vado . A ssi m, n ão h á n e ces si dad e d e ju sti fi cação n a r ecu sa , co mo adu z o emb ar g an t e, t amp o u co u m do s ví ci o s ap o n tado s n o ar t. 5 35 d o CP C. P o r este s mo ti vo s, man t en h o a d e ci são an t er i o r men te pr o f er i da n a su a í n tegr a e n ão co n h eço d o s emb ar go s . Nes se co n te xto , r evel a- se a cl ar a pr et en s ão do s emb ar g an t es e m i n f ri n gi r o ju l gamen to , p ar a ado ç ão da t ese ven ci da, i n admi ssí vel na esp éci e po r i n exi sti r def ei to a ser s an ad o n a vi a el ei ta. 3 . A ssi m, vo to p el o d esp ro vi men to do s e mb argo s d e d ecl ar a ção i n ter po s to s, p el o s f u n damen to s aci m a ado tado s. 4 . In t . Cu ri ti ba, 20 d e set embr o d e 201 1. Fe rnando Cé sa r Zen i J uiz S ub st it ut o e m 2º G rau

0031 . Processo/Prot: 0822534-1/01 Agravo

. Protocolo: 2011/342247. Comarca: Guarapuava. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 822534-1 Agravo de Instrumento. Agravante: Supermercado Superpão Ltda.. Advogado: Miguel Gustavo Lopes Kfouri, Marcos Antonio Bettega, Marcos Sung Il Jo. Agravado: Estado do Paraná. Advogado: Elpídio Rodrigues Garcia Júnior. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO. PROCURAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS QUE NÃO CONTÉM PODERES ESPECÍFICOS. MERA IRREGULARIDADE FORMAL. PRAZO PARA SANAR IRREGULARIDADE. ART. 13 DO CPC. PRECEDENTES DO STJ. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. CONHECIMENTO DO RECURSO. MÉRITO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PEDIDO ADMINSTRATIVO DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS DE PRECATÓRIO COM DÉBITOS FISCAIS. INADMISSIBILIDADE APÓS O ADVENTO DA EC 62/2009. INAPLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL 8022, DE 16.09.2010 - CONCESSÃO DE MORATÓRIA À FAZENDA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS VENCIDOS. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA PELO STF PARA SUSPENDER EFICÁCIA DO ART. 78 DA ADCT. CRÉDITO PRECATÓRIO E BENS MÓVEIS QUE ESTÃO ENTRE OS ÚLTIMOS NA LINHA DE PREFERÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 11 DA LEI 6830/80. EXECUÇÃO FISCAL QUE SE FAZ NO INTERESSE DO CREDOR. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. I. Trata-se de agravo interno contra decisão do Desembargador Salvatore Antonio Astuti que negou seguimento ao agravo de instrumento por ausência de juntada de documento obrigatório. Supermercado Superpão alega, em síntese, que: a) não é hipótese de falta de documento obrigatório, mas sim mera irregularidade, porque o substabelecimento de fls. 247 foi juntado, mas não continha poderes específicos; b) o artigo 13 do CPC determina que o juiz conceda prazo para sanar a irregularidade; c) inúmeros precedentes amparam a pretensão do agravante. Junta substabelecimento com poderes específicos. É o relatório. II. Retratação O agravo de instrumento foi interposto pelo Doutor Miguel Gustavo Lopes Kfouri. Aos autos foi juntada apenas cópia de substabelecimento que conferia a ele poderes específicos para "tomar ciência de despacho prolatado, dando-se por intimado, bem como protocolar pedido de reconsideração e acompanhá-lo até que seja prolatada decisão em relação ao mencionado petitório" (fls. 247). Com base nisso o Ilustre Desembargador Salvatore Antonio Astuti negou seguimento ao recurso por entender que faltavam documentos essenciais a propositura do recurso. A decisão comporta juízo de retratação. Isso porque, nos termos do artigo 13 do Código de Processo Civil antes de declarar a nulidade do processo é necessário que o Magistrado conceda a parte prazo razoável para sanar a irregularidade. Trata- se de observância ao princípio da economia processual e da celeridade, que também deve ser aplicado no caso dos recursos. Nesse sentido é o entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEFICIÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. REGULARIZAÇÃO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. POSSIBILIDADE. ART. 13 DO CPC. PRECEDENTES. REABERTURA DO PRAZO. EXCEPCIONALIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO. I. "Diante da interpretação conjunta dos arts. 13 e 37 do CPC, conclui-se que a ausência de procuração constitui vício sanável na instância ordinária, e deve o juiz, antes de qualquer providência, consentir à parte suprir a irregularidade da representação, nos termos do art. 13 do CPC. Precedentes" (REsp n. 871.681/ SP, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, unânime, DJU de 19.12.2006). II. Acórdão a quo que, ao apreciar o acervo probatório, entende razoável a reabertura do prazo para a regularização da representação processual. Súmula n. 7/STJ. III. Agravo improvido. (AgRg no Ag 1218325/PR, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 24/11/2010) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO. OPORTUNIDADE DE REGULARIZAÇÃO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. APLICAÇÃO DO ART. 13 DO CPC. 1. Constatada pelas instâncias ordinárias a ausência nos autos de procuração, deve o Juízo ensejar a possibilidade de suprimento da apontada irregularidade de representação postulatória, nos moldes preconizados pelo art. 13 do estatuto processual. Precedentes. 2. A ausência de procuração do advogado subscritor do recurso especial, quando detectada no Tribunal de origem, em princípio, não implica a inadmissão do apelo, haja vista a previsão de concessão de prazo razoável para a regularização da representação processual, a teor do art. 13 do CPC. Superado esse prazo, revela-se, inequívoca a falta do requisito de admissibilidade recursal. 3. Agravo regimental a que se nega o provimento. Decisão agravada mantida, com a determinação do retorno dos autos ao Tribunal a quo para que sua presidência prossiga no processamento do recurso especial. (AgRg no Ag 573.733/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/11/2004, DJ 06/12/2004, p. 204) Assim sendo retrato-me da decisão proferida às fls. 278/283 e conheço do agravo de instrumento. Passo a análise do mérito. Mérito Supermercado Superpão Ltda. alega, em síntese, que: a) a decisão ao deferir a penhora sobre contas da empresa criou situação econômica - financeira insustentável para a empresa; b) a existência de outros meios para garantir a execução foi ignorada pelo Magistrado; c) além do precatório o agravante ofereceu outros bens para garantia do juízo. Ao credor é possível recusar a garantia oferecida, requerendo sua substituição, quando: I - não obedecer à ordem legal; II - não incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento; III - havendo bens no foro da execução, outros houverem sido penhorados; IV - havendo bens livres, a penhora houver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame; V - incidir sobre bens de baixa liquidez; VI - fracassar a tentativa de alienação judicial do bem; VII - o devedor não indicar o valor dos bens ou omitir qualquer das indicações a que se referem os incisos I a IV do parágrafo único do art. 668 desta Lei. A penhora pelo Código de Processo Civil (art. 655) deve obedecer a seguinte ordem: I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; II - veículos de via terrestre; III - bens móveis em geral; IV - bens imóveis; V - navios e aeronaves; VI - ações e quotas de sociedades empresárias; VII - percentual do faturamento de empresa devedora; VIII - pedras e metais preciosos; .IX - títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado; X - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; XI - outros direitos. Segundo a Lei de Execuções (artigo 11) a ordem é essa: I - dinheiro; II - título da dívida pública, bem como título

de crédito, que tenham cotação em bolsa; III - pedras e metais preciosos; IV - imóveis; V - navios e aeronaves; VI - veículos; VII - móveis ou semoventes; VIII - direitos e ações. Nas duas seqüências, dinheiro prefere direito, ações e móveis. Como a penhora "on line" é dita como dinheiro tem preferência sobre precatório. Mesmo que tenham sido oferecidos bens móveis mercadorias - esses também não tem preferência sobre o dinheiro. Havendo desrespeito a ordem legal possível a recusa e o pedido de substituição. Como bem disse o eminente Juiz Fernando Zeni "é possível a penhora sobre precatórios e disto não se dúvida, mas tal somente poderá ocorrer quando não encontrados outros bens que, diante do julgamento do credor, tem maior apelo econômico." Não foi o caso. Nesse sentido a jurisprudência majoritária dessa Corte: "AGRAVANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ AGRAVADA: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA. RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA AGRAVO DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR ART. 557, §1ºA DO CPC PROVIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO OFERECIMENTO DE PRECATÓRIO À PENHORA RECUSA PELA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DA PENHORA ON LINE - - RECURSO IMPROVIDO. Estando a decisão proferida em primeiro grau em manifesto confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso, motivo pelo qual, não merece ser reformada a decisão ora recorrida. (TJPR - 1ª C.Cível - A 0728687-9/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Rubens Oliveira Fontoura - Unânime - J. 15.03.2011)" AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL DECISÃO QUE DEFERIU O BLOQUEIO DE VALORES NA CONTA BANCÁRIA DA EXECUTADA PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE RECURSAL SUSCITADA NA RESPOSTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO EVIDENCIADA REJEIÇÃO PENHORA DE PRECATÓRIOS - RECUSA DA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE ART. 11 DA LEI Nº 6.830/80 PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTE TRIBUNAL DEFERIMENTO DE PENHORA SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA DEVEDORA PELO SISTEMA BACENJUD - MANUTENÇÃO DO DESPACHO AGRAVADO. Evidenciado que o recurso de Agravo de Instrumento foi manejado dentro do prazo peremptório de 10 (dez) dias, não há que se falar em intempestividade, razão pela qual o recurso deve ser conhecido. É incontroversa a possibilidade de penhora de precatório e também, da Fazenda Pública recusar o bem nomeado pelo Devedor na Execução Fiscal, desde que embasado numa das hipóteses previstas no art. 656 do Código de Processo Civil. O art. 655, inc. I e 655-A do CPC, combinado com o art. 11 da Lei nº 6.830/80, conferiu prioridade da penhora sobre dinheiro, em espécie ou em depósito e, a penhora on line situa-se como atividade-meio que permite a penhora de dinheiro depositado ou aplicado. Quando o pedido de penhora on line é formalizado após o advento da Lei n. 11.382/2006 e, portanto, em consonância com os preceitos estabelecidos pelo artigo 655, inc. I c/c o art. 655-A, ambos do Código de Processo Civil, admite-se a constrição por meio eletrônico. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 1ª C.Cível - AI 0691485-6 - Foz do Iguaçu - Rel.: Des. Idevan Lopes - Unânime - J. 15.03.2011) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO, OBSCURIDADE. PENHORA DE PRECATÓRIO VERSUS PENHORA ON LINE. CONSTRIÇÃO DE DINHEIRO QUE NÃO VIOLA O PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS REJEITADOS (TJPR - 1ª C.Cível - EDC 0713928- 2/01 - Maringá - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni - Unânime - J. 15.02.2011) AGRAVO INTERNO. PENHORA ON-LINE. RECUSA DO CREDOR PARA ACEITAÇÃO DE PRECATÓRIO. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO DESPROVIDO. De acordo com firme orientação do STJ: "Após a entrada em vigor da Lei nº 11.382/2006, não mais se exige do credor a comprovação de esgotamento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. Segundo nova orientação jurisprudencial firmada no âmbito desta Corte, a penhora on line deve ser mantida sempre que necessária à efetividade da execução.2. Agravo interno improvido. (AgRg no Ag 1050772/RJ, 3ª Turma, Rel. Min. Paulo Furtado, DJ 05/06/09)" (TJPR - 1ª C.Cível - A 0691442-1/01 - Paranavaí - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni - Unânime - J. 10.08.2010) "AGRAVO INOMINADO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO À PENHORA. DECISÃO QUE INDEFERE O BEM OFERECIDO PELA DEVEDORA E DETERMINA A PENHORA ON LINE. MEDIDA QUE ENCONTRA RESPALDO TANTO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE QUANTO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES COLACIONADOS QUE NÃO REFLETEM O ATUAL ENTENDIMENTO ADOTADO SOBRE O TEMA. AGRAVO NÃO PROVIDO. (TJPR Acórdão 35596, 1ª CCv, rel. Des. Dulce Cecconi, j. em 19.10/10)" "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE CRÉDITO DECORRENTE DE PRECATÓRIO. ART. 656 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. 1. O crédito representado por precatório é bem penhorável, mesmo que a entidade dele devedora não seja a própria exeqüente, enquadrando-se na hipótese do inciso XI do art. 655 do CPC, por se constituir em direito de crédito. 2. A "recusa, por parte do exeqüente, da nomeação feita pelo executado, pode ser justificada por qualquer das causas previstas no CPC (art. 656), mas não pela impenhorabilidade do bem oferecido. (STJ - EREsp 870.428/RS, rel. Min. Teori Albino Zavascki)". "A execução deve ser feita no interesse do credor. Havendo recusa deste em proceder à substituição da penhora e achando-se esta fundada na ordem legal prevista no CPC, deve ser acatada. 4. Embargos de divergência não providos. (STJ - EREsp 881.014/RS, rel. Ministro Castro Meira)". "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA ON LINE. ARTS. 655 E 655-A DO CPC. SISTEMA BACEN-JUD. VIGÊNCIA DA LEI N. 11.382, DE 6DE DEZEMBRO DE 2006. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO. 1. Após a entrada em vigor da Lei nº 11.382/2006, não mais se exige do credor a comprovação de esgotamento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. 2. Segundo nova orientação jurisprudencial firmada no âmbito desta Corte, a penhora on line deve ser mantida sempre que necessária à efetividade da execução. 2. Agravo interno improvido. (STJ - AgRg no Ag 1050772/RJ, 3ª T., rel. Min. Paulo Furtado)". "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE BENS DA EXECUTADA. SUBSTITUIÇÃO POR DIREITO DE CRÉDITO DECORRENTE DE PRECATÓRIO. ART. 656 DO CPC. ART. 15, I, DA LEI 8.630/80. IMPOSSIBILIDADE. (...) 2. O crédito representado por precatório é bem penhorável, mesmo que a entidade dele devedora não seja a própria exeqüente. Enquadra-se na hipótese do inciso XI do art. 655 do CPC, por se constituir em direito de crédito. Não se confunde com dinheiro, que poderia substituir o imóvel penhorado independente do consentimento do credor. Precedente: (REsp 893519/RS, DJ 18.09.2007 p. 287) (...) 4. A execução se opera em prol do exeqüente e visa a recolocar o credor no estágio de satisfatividade que se encontrava antes do inadimplemento. Em conseqüência, realiza-se a execução em prol dos interesses do credor (arts. 612 e 646, do CPC). Por conseguinte, o princípio da economicidade não pode superar o da maior utilidade da execução para o credor, propiciando que a execução se realize por meios ineficientes à solução do crédito exeqüendo. 5. "A recusa, por parte do exeqüente, da nomeação à penhora de crédito previsto em precatório devido por terceiro pode ser justificada por qualquer das causas previstas no CPC (art. 656)" (AgRg no REsp 826.260, voto-vencedor, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 07.08.2006). 6. A verificação do princípio da menor onerosidade demanda análise de matéria fático-probatória, insindicável nesta Corte, ante o óbice da Súmula 07/STJ. 7. Recurso especial não conhecido. (STJ - REsp 927.025/SP, 1ª T., rel. Ministro Luiz Fux, j. 18.03.2008, DJ 12.05.2008)". E do Superior Tribunal de Justiça: "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO TRIBUTÁRIO. ICMS. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITO DECORRENTE DE CESSÃO DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. "O reconhecimento da penhorabilidade de precatório não significa reconhecimento da compensabilidade desse crédito, seja com a dívida em execução, seja com qualquer outra. (...) Conforme estabelece o § 1º do art. 673 do CPC, "o credor pode preferir, em vez da sub-rogação, a alienação judicial do direito penhorado, caso em que declarará sua vontade no prazo de dez (10) dias contados da realização da penhora". (EREsp 870.428/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 13.08.2007). 2. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag 856.674/RS, 2ª T., rel. Min. Herman Benjamin, j. 11.09.2007, DJ 24.10.2007)". "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DO SISTEMA BACENJUD. ARTIGOS 655 E 655-A, DO CPC, ALTERADOS PELA LEI N. 11.382/06. 1. A partir da Lei 11.382, de 06.12.2006, os arts. 655 e 655-A, do CPC passaram a estabelecer a inquestionável preferência do dinheiro na ordem de constrição, inclusive por meio da penhora on line de ativos financeiros, confirmando que a execução se dá em favor do exequente, e não do devedor. 2. No caso, existindo numerário depositado em conta bancária, não pode ser recusada a sua penhora ao argumento de que o executado nomeou crédito em precatório, já que a ordem da Lei 6.830/80 deve ser observada, sobretudo após a edição da Lei 11.382/06. 3. Ademais, a Corte Especial, no julgamento do REsp 1.112.943-MA, Rel. Min. Nancy Andrighi, ocorrido em 15/09/2010, pela sistemática do artigo 543-C do CPC, decidiu que, após o advento da Lei nº 11.382/06, o juiz não pode exigir do credor o exaurimento das diligências, na busca de outros bens, para a decretação da penhora on line. 4. Ausência de condenação da agravante por litigância de má-fé, já que o agravo é anterior à manifestação da Corte Especial no julgamento do citado recurso especial repetitivo. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1174751/PR, 2ª Turma, rel. Min. Castro Meira, julgado em 07/10/10)". "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO TRIBUTÁRIO. ICMS. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITO DECORRENTE DE CESSÃO DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. "O reconhecimento da penhorabilidade de precatório não significa reconhecimento da compensabilidade desse crédito, seja com a dívida em execução, seja com qualquer outra. (...) Conforme estabelece o § 1º do art. 673 do CPC, "o credor pode preferir, em vez da sub-rogação, a alienação judicial do direito penhorado, caso em que declarará sua vontade no prazo de dez (10) dias contados da realização da penhora". (EREsp 870.428/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 13.08.2007). 2. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag 856.674/RS, 2ª Turma, rel. Min. Herman Benjamin, j. 11.09.2007, DJ 24.10.2007)". "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DO SISTEMA BACENJUD. ARTIGOS 655 E 655-A, DO CPC, ALTERADOS PELA LEI N. 11.382/06. 1. A partir da Lei 11.382, de 06.12.2006, os arts. 655 e 655-A, do CPC passaram a estabelecer a inquestionável preferência do dinheiro na ordem de constrição, inclusive por meio da penhora on line de ativos financeiros, confirmando que a execução se dá em favor do exequente, e não do devedor. 2. No caso, existindo numerário depositado em conta bancária, não pode ser recusada a sua penhora ao argumento de que o executado nomeou crédito em precatório, já que a ordem da Lei 6.830/80 deve ser observada, sobretudo após a edição da Lei 11.382/06. 3. Ademais, a Corte Especial, no julgamento do REsp 1.112.943-MA, Rel. Min. Nancy Andrighi, ocorrido em 15/09/2010, pela sistemática do artigo 543-C do CPC, decidiu que, após o advento da Lei nº 11.382/06, o juiz não pode exigir do credor o exaurimento das diligências, na busca de outros bens, para a decretação da penhora on line. 4. Ausência de condenação da agravante por litigância de má-fé, já que o agravo é anterior à manifestação da Corte Especial no julgamento do citado recurso especial repetitivo. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1174751/PR, 2ª Turma, rel. Min. Castro Meira, julgado em 07/10/10)". A Súmula 417 do Superior Tribunal de Justiça estabelece que "na execução civil, a penhora de dinheiro na ordem de nomeação de bens não tem caráter absoluto". Portanto, é clara no sentido de que a restrição a ordem vale apenas para a execução civil, que não é o caso dos autos, em que se trata da execução fiscal. Sobre o mesmo prisma, na execução fiscal o princípio maior do processo executivo que é o pagamento do credor de forma célere se sobrepõe ao princípio da menor onerosidade. A propósito o STJ assim se manifestou: TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA DE PRECATÓRIO JUDICIAL. RECUSA POR PARTE DA FAZENDA. POSSIBILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DA

GRADAÇÃO LEGAL. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. RESP 1.090.898/SP. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. 1. O crédito representado por precatório judicial é bem penhorável, mesmo que a devedora não seja a mesma exequente. Porém, a Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal insculpida no art. 11 da Lei 6.830/80, pois o princípio da menor onerosidade do devedor, preceituado no art. 620 do CPC, tem de estar em equilíbrio com a satisfação do credor. 2. Orientação reafirmada pela Primeira Seção, no julgamento do REsp. 1.090.898/SP, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, e na edição da Súmula 406/STJ: "Fazenda Pública pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório". 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1232280/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/05/2011, DJe 26/05/2011) Processual civil. Agravo regimental no agravo de instrumento. Execução. Nomeação de bens à penhora. Dissídio jurisprudencial. Ausência de cotejo e de similitude fática. Interpretação do art. 620 em harmonia com o art. 655, ambos do CPC. Súmula 83/STJ. - Necessário que o recorrente promova o confronto analítico e demonstre a similitude fática entre as hipóteses comparadas para o conhecimento do recurso especial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional. - O art. 620 do CPC há de ser interpretado em consonância com o art. 655 do CPC, e não de forma isolada, levando-se em consideração a harmonia entre o objetivo de satisfação do crédito e a forma menos onerosa para o devedor. - A jurisprudência dominante do STJ é no sentido de que, desobedecida pelo devedor a ordem de nomeação de bens à penhora prevista no art. 655 do CPC, pode a constrição recair sobre dinheiro, sem que isso implique em afronta ao princípio da menor onerosidade da execução previsto no art. 620 do Código de Processo Civil. Agravo não provido. (AgRg no Ag 709.575/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2005, DJ 28/11/2005, p. 287 O Órgão Especial deste Tribunal tem entendido que o art. 2º da EC 62/2009, que alterou o art. 97 do ADCT, passou a vigorar com a seguinte redação vedando tais tipos de compensação. "Art. 97. Até que seja editada a lei complementar de que trata o § 15 do art. 100 da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, na data de publicação desta Emenda Constitucional, estejam em mora na quitação de precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo, farão esses pagamentos de acordo com as normas a seguir estabelecidas, sendo inaplicável o disposto no art. 100 desta Constituição Federal, exceto em seus §§ 2º, 3º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14, e sem prejuízo dos acordos de juízos conciliatórios já formalizados na data de promulgação desta Emenda Constitucional. § 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sujeitos ao regime especial de que trata este artigo optarão, por meio de ato do Poder Executivo: I - pelo depósito em conta especial do valor referido pelo § 2º deste artigo; ou II - pela adoção do regime especial pelo prazo de até 15 (quinze) anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial a que se refere o § 2º deste artigo corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento. § 2º Para saldar os precatórios, vencidos e a vencer, pelo regime especial, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devedores depositarão mensalmente, em conta especial criada para tal fim, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, sendo que esse percentual, calculado no momento de opção pelo regime e mantido fixo até o final do prazo a que se refere o § 14 deste artigo, será" Especificamente, em relação ao precatório a emenda 62/09 traduz moratória no que toca ao pagamento dos precatórios expedidos contra os Estados "inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo...", conforme disciplinou o caput do art. 97. A Emenda Constitucional ao conceder a moratório retirou a exigibilidade dos créditos inseridos no seu âmbito, o que impede qualquer tipo de compensação por faltar a equiparação das dívidas para tanto, pois os Estados, Municípios e Distrito Federal, estando em mora na quitação de precatório, e havendo determinação constitucional que tal norma seja obedecida de pronto; isso acaba abrangendo pretensões de pagamento de dívida por meio de compensação, tanto no âmbito administrativo como no judicial, o que por certo, e sem sombra atinge o oferecimento de tal crédito à penhora. Com a moratória aos Estados pelo prazo de 15 (quinze) anos, não mais é possível perquirir sobre a possibilidade de quitação dos precatórios vencidos. O art. 6º da Emenda 62 não altera tal posição ou sugere entendimento diverso, apenas reafirma que as compensações feitas não podem ser revertidas (aquelas concretizadas antes da edição desta Emenda. Tal norma não autoriza a abertura de discussão sobre possibilidade de compensação para casos litigiosos existentes após sua edição. Do órgão Especial: "AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE LIMINAR PARA A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR CONTA DE FUTURA COMPENSAÇÃO COM CRÉDITOS REPRESENTADOS POR PRECATÓRIOS. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/09. MANDADO DE SEGURANÇA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. CAUSA SUPERVENIENTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO ART. 267, VI DO CPC. MATÉRIA SUMULADA PELO ÓRGÃO ESPECIAL. AGRAVO PREJUDICADO. Nas ações com pedido de compensação de débitos tributários com créditos representados por precatórios, na forma prevista pelo art. 78, § 2º do ADCT, constitui fato novo a Emenda Constitucional nº 62/2009 e o Decreto Estadual nº 6335/2010. O novo regime de pagamento introduzido inviabiliza a compensação do débito tributário com créditos representados por precatórios, motivo pelo qual falta interesse de agir ao devedor, ensejando a extinção do processo sem resolução de mérito. (TJPR - Órgão Especial, A 0660034-6/01, Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba, rel. Des. Lauri Caetano da Silva, unânime, j. 17.09.2010)". Súmula 20 do Órgão Especial: "Em face do regime especial de pagamento introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 (art. 97, ADCT), adotado pelo Decreto Estadual nº 6335/2010-PR, carece de interesse processual o demandante da compensação de débito tributário com crédito representado por precatório; nas ações em andamento fundamentadas no art. 78 do ADCT, extingue-se o processo sem resolução de mérito (art. 267, VI do CPC)". Ademais, o direito adquirido só existe se estão presentes todos os pressupostos exigidos pelo ordenamento e se: a) houver lei que reconheça o direito; b) decisão sobre o manto de coisa julgada material ou; c) reconhecimento por parte da Administração Pública. No caso não ocorreram nenhuma das situações. A Administração Pública nunca reconheceu o direito do autor a compensação, pelo contrário sempre se opôs. Não há que se falar em coisa julgada material até o julgamento final do processo administrativo. O reconhecimento de tal direito era dado pelo artigo 78, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (§ 2º as prestações anuais a que se refere o caput deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora), que se encontra suspenso pelo ADIN 2362 do Supremo Tribunal Federal que contém a seguinte ementa: EMENTA: MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000, QUE ACRESCENTOU O ART. 78 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. PARCELAMENTO DA LIQUIDAÇÃO DE PRECATÓRIOS PELA FAZENDA PÚBLICA. 1. O precatório de que trata o artigo 100 da Constituição consiste em prerrogativa processual do Poder Público. Possibilidade de pagar os seus débitos não à vista, mas num prazo que se estende até dezoito meses. Prerrogativa compensada, no entanto, pelo rigor dispensado aos responsáveis pelo cumprimento das ordens judiciais, cujo desrespeito constitui, primeiro, pressuposto de intervenção federal (inciso VI do art. 34 e inciso V do art. 35, da CF) e, segundo, crime de responsabilidade (inciso VII do art. 85 da CF). 2. O sistema de precatórios é garantia constitucional do cumprimento de decisão judicial contra a Fazenda Pública, que se define em regras de natureza processual conducentes à efetividade da sentença condenatória trânsita em julgado por quantia certa contra entidades de direito público. Além de homenagear o direito de propriedade (inciso XXII do art. 5º da CF), prestigia o acesso à jurisdição e a coisa julgada (incisos XXXV e XXXVI do art. 5º da CF). 3. A eficácia das regras jurídicas produzidas pelo poder constituinte (redundantemente chamado de "originário") não está sujeita a nenhuma limitação normativa, seja de ordem material, seja formal, porque provém do exercício de um poder de fato ou suprapositivo. Já as normas produzidas pelo poder reformador, essas têm sua validez e eficácia condicionadas à legitimação que recebam da ordem constitucional. Daí a necessária obediência das emendas constitucionais às chamadas cláusulas pétreas. 4. O art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 30/2000, ao admitir a liquidação "em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos" dos "precatórios pendentes na data de promulgação" da emenda, violou o direito adquirido do beneficiário do precatório, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Atentou ainda contra a independência do Poder Judiciário, cuja autoridade é insuscetível de ser negada, máxime no concernente ao exercício do poder de julgar os litígios que lhe são submetidos e fazer cumpridas as suas decisões, inclusive contra a Fazenda Pública, na forma prevista na Constituição e na lei. Pelo que a alteração constitucional pretendida encontra óbice nos incisos III e IV do § 4º do art. 60 da Constituição, pois afronta "a separação dos Poderes" e "os direitos e garantias individuais". 5. Quanto aos precatórios "que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999", sua liquidação parcelada não se compatibiliza com o caput do art. 5º da Constituição Federal. Não respeita o princípio da igualdade a admissão de que um certo número de precatórios, oriundos de ações ajuizadas até 31.12.1999, fique sujeito ao regime especial do art. 78 do ADCT, com o pagamento a ser efetuado em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, enquanto os demais créditos sejam beneficiados com o tratamento mais favorável do § 1º do art. 100 da Constituição. 6. Medida cautelar deferida para suspender a eficácia do art. 2º da Emenda Constitucional nº 30/2000, que introduziu o art. 78 no ADCT da Constituição de 1988. (ADI 2356 MC, Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 25/11/2010, DJe-094 DIVULG 18- 05-2011 PUBLIC 19-05-2011 EMENT VOL-02525- 01 PP-00054) III. Posto isso, exerço o juízo de retratação para conhecer do agravo de instrumento, mas no mérito, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil, porque o recurso está em confronto com jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal negar seguimento. Intimem-se. Oportunamente baixem para arquivar. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Fábio André Santos Muniz, Relator. .

0032 . Processo/Prot: 0822598-5 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/183164. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0001025-40.2008.8.16.0004 Embargos a Execução. Apelante: L.c. Branco Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Luiz Celso Branco. Apelado: Município de Curitiba. Advogado: Cibele Koehler Cabral, Claudine Camargo Bettes. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Revisor: Desª Dulce Maria Cecconi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

A pelante: L .C. Branc o E mpreendimentos Imobil iários L tda. A pelada: Munic ípio de Curiti ba Relator: Juiz Subst. em 2º Grau Fernand o César Zeni 1. Trat a-se de recu rso de apel ação i nt erpost o con t ra a sen t en ça qu e ju l gou parci al ment e proceden t e o pedi do, par a recon h ecer o excess o de execu ção qu ant o à cobran ça de ju ros de mora de h on orári os advocat í ci os, t axa FU NRE JU S , cu st as de ofi ci al de ju sti ça como fei t o pel a embargada e de cu st as at i n ent es à execu ção de sen t en ça. E m razão d a su cumbên ci a, con den ou a embargada ao pagamen

t o de 7 5 % das cu st as e despesas processu ai s, mai s h on orári os advocat í ci os fi xados em R$ 5 00 ,0 0 e a embargan t e ao pag amen t o do rest an t e das cu st as e despesas processu ai s (25 %), mai s verba h on orários fi xada em R$ 2 0 0 ,00 (f. 30 /3 2 ). Nas su as razões , defen de o excessi vo arbi t rament o de h on orári os de su cumbên ci a, in forma qu e a con den ação dessa verba deve ser em percen t u al (1 0 %) e recai r i nt egral men t e sobre o Mu n i cí pi o, assi m como as despesas processu ai s decorren t es da i n t erposi ção dos embargos à execu ção. Qu est i on a, ai n da, a n ão i n ci dên ci a de ju ros morat óri os arbi t rados n a sen t en ça de pri mei ro grau , qu e deverão ser con t a dos a part i r da ci t ação in i ci al (CC, art . 4 05 ). A o fin al , pede o proviment o do recu rso (f. 3 4 /4 0 ). Con t rarrazões às f. 4 3 /4 6 . 2. E m se t rat an do de con den ação da Fa zen da Pú bl i ca ao pagamen t o de h on orári os advocat í ci os de su cu mbênci a, n as cau sas de pequ en o v al or e n as de val or in esti mável , o val or deve ser fi xado segun do os parâmet ros do § 4 º do art . 2 0 do CPC. Não procede a argu i ção do recorren t e acerca da n ecessi dade de con den ação dessa verba em percent u al sobre o val or da con den ação. A col h er a t ese l evan t ad a pel o recorren t e seri a o mesmo qu e remu n erar o t rabalh o real i zado pel os advogados em qu an ti a ín fima, já qu e perceberi am R$ 1 5 ,0 0 e R$ 45 ,0 0 ( con si deran do os percen t u ai s de su cumbên ci a (7 5 % e 2 5 %) e os 10 % sobre o val or da cau sa (R$ 58 5 ,1 0 ) qu e o recorren t e pret en de a apli cação). E mbora afi rme n as su as razões a su peri ori dade dos h on orári o s fren t e ao crédi t o qu e faz ju s, a fi xação dessa verba foi devi damen t e fu n damen t ada pel o ju i z, qu e observou os requ i si t os previ st os n as al í n eas do § 3 º do art . 2 0 do CPC. A mbos os argu men t os (fi xação de h on orári os em percen t u al e exorbi t ân ci a dos h on orári os) são man i fest ament e i mprocedent es, pel o qu e o recu rso ost en t a n egat iva de segu imento n essa part e. Também n ão merece reforma o percen t u al da su cumbên ci a, para qu e recai a excl u si vament e sobre o Mu n i c í pi o, an t e a au sên ci a de fu n damen t ação de fat o a embasar o seu pl ei t o (CPC, art . 5 1 4 , in c. I I ). Not e-se qu e o recu rso se rest ri n gi u em requ erer a con den ação d a apel ada "con forme deci sões an t eri orment e expost as" (f. 3 9 ), sem rech a çar a con cl u são a qu e ch egou a sen t en ça atacada . Port an t o, au sen t e o cu mpri men t o do requ i sit o ext rí n seco de regu l ari dade formal , preju di cado o apel o. Não con h eço a argu i ção acerca do t ermo i ni ci al dos ju ros morat óri os, vi st o qu e essa mat éri a n ão devol vi da à apreci ação por est e Tri bu n al (CPC, art . 5 1 5 , § 1 º) . Os embargos à execu ção versam exclu sivamen t e sobre o excesso de execu ção em razão da in ci dên ci a ou não dos ju ros n o cál cu l o do crédit o exequ en do. Os demai s qu est i on amen tos como, por exempl o, o t ermo i n i ci al dos ju ros de mora, devem observar os parâmet ros l an çados n a sen t en ça e n os recu rsos qu e precedem a i n t erposi ção da cobran ça da dí vi da, e n ão n esse moment o processu al. 3. A ssi m, n ego segui ment o ao recu rso pel a man i fest a i mprocedên ci a (fi xação de h on orá ri os em percent u al e exorbit ân ci a dos h on orári os) e por ser preju di cado (au sên ci a de fun dament ação de fat o CPC, art . 5 1 4 , i n c. I l ), e n ão con h eço da argu i ção do t ermo i n i ci al dos ju ros morat óri os (CPC, art . 5 1 5 , § 1 º). 4. I n t . Cu ri t i ba, 19 de set embro de 2 01 1 . Fernando César Zeni Juiz Substituto em 2º Grau
0033 . Processo/Prot: 0822756-7 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/189663. Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 0009288-85.2009.8.16.0017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato, Daniel Romaniuk Pinheiro Lima. Apelado: Airton Borges dos Santos, Alcindo Alves Faria, Aparecida Ildefonso Rodrigues, Celecino Antonio da Silva, Clauderine Gomes Malavazi, Creuza Ribeiro da Silva de Almeida, Floricoxavier Dias, Heleno de Souza, José Stefanini Neto, Leonice Duarte Aparecida, Marcos Mataro, Marilaide da Silva Correa, Marinete Aparecida de Oliveira Paulino, Paulo Lourenço da Silva, Pedro Eugênio da Silva, Raquel de Jesus Inácio. Advogado: Olivarde Francisco da Silva. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Apelado: Ai rton Bor ges do s S ant o s e out ro s R elat or: J ui z S ub st . 2 º G rau Fe rna nd o Cé sa r Z eni 1 . Tr at a- s e d e ap el ação cí vel i n ter po s t a p el o Mun i cí pi o de Mar i n gá co n tr a a s en t en ç a d e f . 43 /45 , pro f er i da p el o ju í zo da 6ª V ar a Cí vel da Co marc a d e M ar i n gá, em q u e d eci di u pel a apl i ca ção d a co r r eção mo n etári a cal cu l ada p el a médi a en tr e o s í n di ces IG P DI e INP C/IB GE . N as su as r azõ es ( 48/ 53 ), o ap el an t e r eq u er eu o co n h e ci men to e pr o vi men to do r ecu r so , r ef o rman do - se a sen t en ç a, p ar a s er apl i cado o í n di ce d e co r r eção mo n et ár i a b a seado so men t e n o INP C/ IBGE . Re ceb i do o r ecu r so d e ap el ação , f o r am apr e sen ta d as co n tr arr azõ e s ( f. 57/ 62) . 2 . A mat ér i a d evo l vi da a est e Tr i bu n al r ef er e- se so men t e ao í n di ce de co r re ção mo n et ár i a a s er apl i cado n o c aso . O í n di ce d e co r r eção mo n et ár i a f i xado em s en t en ça, q u al s ej a, a médi a en tr e o s í n di ces I GP DI e I NP C/ IBGE , n ão est á em co n so n ân ci a co m o en t en di men to d o S u per i o r Tri bun a l d e Ju sti ça. A o ri en tação des ta C âmar a é n o s en t i do de qu e o í n di ce a s er apl i cado e m ca so s co mo do s au to s é o l NP C, po r ser o qu e mel h o r r efl et e a var i aç ão da mo ed a. Nes se s en ti do : T R IBU T ÁR IO . AP E LAÇÃO. AÇ ÃO DE R E P ET IÇÃ O DE INDÉ BIT O . T AXA DE ILU MI NAÇ ÃO P Ú BLIC A. C OR R E ÇÃO M ONE T ÁR IA E T AXA DE JU R OS. ÍN DICE S C OR R E T OS . HONOR ÁR IOS ADV OC AT ÍC I OS . F IXA ÇÃ O E M P E RCE NT U AL S OBR E O VALOR D A CON DE N AÇÃO. CUS T AS P R OCE S S U A IS . IS E N ÇÃ O. AUS Ê NC IA D E P R E VIS ÃO LE GAL. 1 . Co r ret a a ap li cação da t axa de j uro s em 1 % (um por ce nt o) ao mês a pa r t ir do t râ nsito em j ulgado da deci são, poi s em consonân cia com o Código T r ibut á ri o Nacional, bem como a co r reção m one tária pelo INP C a pa rt ir do pagam ento indevi do, con for me S úmula 1 6 2 do S upe rio r T ribunal de Ju st i ça. 2. Mos tra -se ra zoáve l a fi xação do s honorário s ad voca t ícios em pe r cent ual sob re o va lor da condenação, em at endimento aos § § 3 º e 4 º, do ar t. 2 0 , do Código de P roce sso C ivi l. E xi ge - se confo rmi dade ent re o mont ant e a ser re sti t uído e o valor fixado a t ítulo de honorário s ad vo cat íc ios. 3. Não há pre v isão le ga l pa ra a isen ção da Fa zenda Muni ci pal do pagam ento da s cus tas pro cessuai s. R E CU R S O PAR C IALME NT E P R OVIDO. ( TJP R - 1 ª C.Cí vel - A C 0498799 -9 - Ipi r an ga - R el .: Desª V i l ma Régi a R a mo s de R ezen d e - Un ân i me - J . 2 2.07.2008) (g ri f ei ) AÇÃ O DE CLARAT ÓR IA c/c R E P E T IÇÃO DE IN DÉ BIT O. H IS T ÓR ICO DE VAL OR DE T AXA DE ILU MINA ÇÃ O P ÚBLIC A FOR NE CI DO PE L A CONCE S S ION ÁR I A DE E NE R G IA E L É T RICA - DO CUME NT O H ÁB IL AO AJ U IZA ME NT O DA AÇ ÃO, F ICA ND O P AR A P OS T E R IOR L IQU I DA ÇÃ O (CP C, art. 4 7 5 - B) A AP U RAÇ ÃO DO M ONT A NT E A S E R RE S T IT U ÍD O - E NUNC IA D O N º 1, DE S T E T R IBU NAL. INÉ P CIA DA IN IC IAL AF AS T AD A. MÉ RIT O - R E CU R S O QU E R E P ET E , E M P AR T E , OS ME SM OS ARG U ME NT OS U T IL IZ AD OS NA CO NT E S T AÇÃO SEM C ONT R APOR -S E AOS FU NDA ME NT OS DA S E NT E NÇA . T AXA S E LIC - INAP LIC AB ILID ADE . I NE XIS T Ê NC IA DE P R E VIS ÃO P AR A S U A AP LIC AÇÃ O N O Â MBIT O MUN IC IP AL. IN C IDÊ N C IA DA T AXA D E J UR OS DE UM P OR CE NT O (1 % ) AO MÊ S A P AR T IR DO T R ÂNS IT O E M J U LGA D O DA DE C IS Ã O DE FIN IT IV A (CT N, art . 1 6 1 , § 1 º e 1 67 ), ACR E S CID A DE CO RR E ÇÃO MONE T ÁR IA P E L O Página 2 de 4 INP C A P ART IR D O P AG A ME NT O IN DE VID O (S Ú MU LA n º. 1 6 2 S T J ). R E CU RS O CONH E C ID O EM PAR T E , E NE ST A P AR T E , P AR CIALME NT E P ROVID O. (TJ P R - 1ª C.Cí v el - A C 043052 1 -1 - P ar an avaí - Rel .: J ui z Su bst. 2º G. Lu i s E spí n do l a - U n âni me - J . 22 .0 1.2008) (gri f ei ) N a me sma l i n h a, dest ac am - s e o s se gui n tes p r ec ed en t es d a 2 ª Câmar a Cí vel : AÇÃ O DE R E PE T IÇÃ O DE IN DÉ B IT O. T AXA DE ILU MI NAÇ Ã O P Ú BLICA. LI QU IDAÇ ÃO DE S E NT E NÇA. E XCE ÇÃ O DE PRÉ- E XE CU T IVI DA DE . FIXAÇ ÃO DE OF ÍC I O DE CORR E ÇÃO MONE T ÁR IA E JU R OS MOR AT ÓR IO S . MAT É R IA DE ORDE M P Ú BLICA. INE XIS T Ê NC IA DE NU L IDA DE POR JU LG A ME NT O E XT R A PE T IT A. ADE QU AÇÃO DO ÍND ICE DE CORR E ÇÃO MONE T ÁR IA. AP L ICA ÇÃ O DO INP C/IBG E . AU S Ê NC I A DE INT E R E S S E R E CU RS AL COM R E LAÇ ÃO À QU E S T ÃO R E LAT IVA A O MOME NT O DE INC IDÊ NC I A DA C ORR E ÇÃO MO NE T ÁR IA. - H avendo reconhecimento o por pa rte da agra vada de que a for ma do cál culo da repet i ção de ind ébit o obse rva o que ex ige o devedor - coe fi cie nte uti li zado pa ra a atuali za ção do valo r foi do mê s sub seque nt e ao mês info rmado pela Copel - ca re ce de int ere sse recu r sal o Muni cíp io de Ma ringá . Recu rso nã o prov ido e adequação de ofí cio do indexador da cor re çã o monet ária. (T JP R - 2ª C.Cí vel - A I 07 42999 - 6 - Mar i n gá - Rel .: J ui z S u b st. 2 º G. P eri cl es Bel l u sci de B ati st a P er ei ra - U n ân i me - J . 22 .0 3.2011) AP E LAÇÃO CÍVE L . T R IBU T ÁRI O. E MBARG OS À E XE CUÇÃ O. R E P ET IÇÃ O DE IN DÉ BIT O. T AXA DE ILU MINAÇ ÃO P ÚBLI CA COR RE ÇÃO M ONE T ÁR IA INP C ÍN DI CE QU E ME LHOR R E FLE T E A IN FLAÇ ÃO P RE CE DE NT E S DA 1 ª E 2 ª CÂM ARAS C ÍVE I S DE S T E T RIBUNAL. MÉ DI A E NT R E O INPC/IBGE E O IG P - Página 3 de 4 D I/F GV. AP L IC ÁVE L S OME NT E NA HIP ÓT E S E P R E VIS T A NO DE CR E T O N. º 1 .5 4 4 /1 9 9 5 . T E R MO INIC IAL P AR A O CÔ MP U T O DA COR R RE ÇÃO MONE T ÁR IA. AP U R AÇÃO DO QU ANT U M DE VID O P E LO CO NT RIBU INT E VINCU LA DA AO CONS U M O ME NS AL DE E NE R G IA E LÉ T R ICA. INT E R P RE T AÇÃO D AS LE IS LOCA IS QUE INS T IT U ÍR AM A T AX A R E LAT ÓR IO DA COP E L QU E ALU DE A OS ME S E S DOS RE S P E CT IVOS E XE R CÍCIOS E M QUE A T AXA FOI AP UR A DA, CUJ OS VALO R E S , P ORT ANT O, F ORAM LANÇA DOS N AS F AT U R AS DOS ME S E S S U BS E QÜ E NT E S . E XCE S S O DE E XE CU ÇÃO R E CONH E CIDO. RE CU R S O CO NH E CID O E P R OVIDO. ( TJ P R - 2 ª C .Cí vel - A C 07 28317 - 2 - Mari n gá - Rel .: J uí za S u bs t. 2 º G. J o sél y Di ttri ch Ri b as - U n âni me - J . 15.03.2011) AP E LAÇÃO C ÍVE L. E XE CU ÇÃO J U D ICIAL DE INDÉ BIT O. T IP . COR RE ÇÃO MO NE T ÁR IA. INP C É O ÍND ICE DE CORR E ÇÃO MONE T ÁR IA ACE IT O P AC IF IC AME NT E NA J UR IS P RU DÊ NCI A P ÁT R IA. T R AT A-S E DE INDE XAD OR AP U R ADO P OR ÓRG Ã O P Ú BLICO DO E S T ADO. AP E LO DE S P R OVID O. (T JP R - 2 ª C.Cí vel - A C 06651 97 -8 - Mar i n gá - R el .: D es. Cu n h a Ri bas - Un ân i me - J . 20 .0 7.2010) 3 . Di an te do expo sto , do u pro vi men to ao r ecu r so , co m arr i mo no ar t. 557, § 1° - A , do CP C, par a o fi m de qu e s ej a apl i cado o í n di ce d e co rr eç ão mo n et ár i a b as ead o n o INP C/IBGE . 4 . In ti mem- s e Cu ri ti ba, 21 d e set embr o d e 201 1. F ernando Césa r Zeni Jui z S ubst it uto em 2 º G rau Página 4 de 4
0034 . Processo/Prot: 0823072-0 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/189522. Comarca: Centenário do Sul. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0002312-75.2010.8.16.0066 Embargos a Execução. Apelante: Fazenda Pública Municipal. Advogado: Maria Emilia Churk Lago. Apelado: Centenário do Sul Cartório do Cível Comércio e Anexos. Advogado: Edmilson Luiz Sérgio Bonache. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios A pelante: Fazenda Públic a Munic ipa l A pelado: Centenário do Sul Cartório do Cível Comérc io e A nexos Relator: Juiz Subst. em 2º Grau Fernando César Zeni 1. Trat a-se de recu rso de ape l ação i nt erpost o con t ra a sen t en ça qu e ju l gou i mproceden t e os embargos à execu ção e con den ou o embargan t e/Fazen da Mun i ci pal ao pagamen t o de h on orári os advocat í ci os em R$ 30 0 ,0 0 (f. 1 3 /17 ). Nas su as razões , defen de a di spen sa da Fazen da Pú bl i ca ao pagamen t o das cu st as ju di ci ai s, i ncl usi ve preparo e emol u men t os, n os t ermos do art . 3 9 da LE F. E m vi rt u de disso, pede o provi men t o do recu rso (f. 2 0 /2 2 ). 2. O objet i vo do Mun i cí pi o é o não pagamen t o das cust as processu ai s, ao argu men t o de qu e h á i s en ção n o art . 3 9 da LE F. Mas o qu e se i nfere dos au t os, é qu e a sen t ença qu e se execu t a , tran sit ou em ju l gado, resu l t an do em con den ação da part e apel an t e ao pagament o das cu st as processu ai s e, n est es casos, n ão é possí vel a redi scu ssão da con den ação i mpost a na sen t en ça, vi st o qu e a mat éri a objet o dest es embargos n ão se amol da à regra do art . 7 4 1 e i nci sos do CPC. A i n su rgên ci a qu e serve de argu men t o para est e recu rso deveri a t er si do objet o de apel ação, n a oport u n i dade em qu e lh e foi facu lt ado recorrer da sen t ença, sob pen a de vi ol ação da coi sa ju l gada.

Ci t o preceden t e acerca da mat éri a: " 1. A exec uç ão de título jud ic ial deve ser realizada nos exatos termos da c ondenaç ão exposta na sentenç a transitada em julgado, sendo def eso ao juízo da exec uç ão redisc utir os c ritérios c laramente f ixados do t ítul o exec utivo, sob pena d e violaç ão à garantia da c oisa julgad a. 2. A jurisprudênc ia do ST J somente admite a alteraç ão de título exec utivo judic ia l quando evidenc iada a oc orrência de erro materia l , c onsubstanc iado no equívoc o evident e, o que, c ontudo, não c onf igura a hipótese dos autos. (S TJ - A gRg n o A g 9 6 48 36 /S P, 5 ª TU RMA , Rel . Min i st ro Napol eão Nu n es Mai a Fi l h o)". Di an t e di sso, veri fi ca-se qu e o recu rso in t erpost o é mani fest ament e i n admi ssí vel , pel o qu e deve ter seu segu i men t o n e gado, n os t ermos do art . 5 5 7 , caput , do CPC. 3. Nego segu i ment o ao presen t e recu rso, com base n o art . 5 57 , capu t , do Códi go de Processo Ci vi l . 4. I n t . Cu ri t i ba, 21 de set embro de 2 01 1 . Fernando César Zeni Juiz Substituto em 2º Grau

0035 . Processo/Prot: 0824901-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/198206. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0000279-58.2003.8.16.0131 Execução Fiscal. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Jair Roberto da Silva. Apelado: Domingos Cattani & Cia Ltda. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

A pelante: E stado do Paraná A pelado: Domingos Cattani e CIA L tda. Relator: Juiz Subst. 2° Grau Fernando César Z eni 1. Trat a-se de recu rso de apel ação cí vel i n t erp ost o con t ra sen t ença (f. 9 4 /9 5 ), qu e decl arou ext in t a a execu ção fi scal sem resol u ção do méri t o, e con den ou o exeqü ent e ao pagamen t o das cu st as processu ai s. Nas su as razões (f. 9 7 /10 5 ), o apel an te requ ereu o provi men t o do recu rso, para o fi m de afast ar a con d en ação i mpost a a Fazen d a Pú bl i ca rel at i va às cu st as processu ai s. 2. O cern e do recu rso di z respei t o a con den ação do E st ado d o Paran á ao pagamen t o das cu st as processu ai s em razão da ext i n ção da execu ção fi scal . Compu l san do os au t os, i n fere -se qu e a Fazen da Pú bl i ca requ ereu a ext i nção da execu ção fi scal , t en do em vist a o can cel amen t o da dí vi da at iva por con t a da remi ssão do crédi t o t ri bu tári o con feri da pel o art i go 2 ° da Lei E st adu al n ° 1 6 .01 7 /20 0 8 . E m decorrên ci a di sso, o crédi t o t ri bu t ári o foi can cel ado, sen d o ext i nt a a execu ção f iscal e a part e exequ en t e con den ada ao pagamen t o das cu st as processu ai s. As Câmaras de Di rei t o Tri bu t ári o dest e Tri bun al paci fi caram o en t en di ment o de qu e n os casos de can cel ament o da dí vi da p or di spen sa, an i sti a ou remi ssão do crédi t o t ri bu t ário a Fazen da Pú bl i ca est á i sent a do pagamen t o de cu st as processu ai s, conforme se depreen de do En un ci ado n ° 03: Ao requerer a extinç ão da exec uç ão f isc al em razão de superveniente c anc elamento da dívida at iva por d ispensa , anistia ou remissão do c rédito tributário, au torizada pela le i , a Fazenda Públic a f az jus ao benepl ác ito do art. 26 da L ei nº 6.830/80, que a isenta do pa gament o de c ustas proc essuais. No mesmo sen t i do cit o recent es ju l gados: E XE CUÇÃ O FISCA L . CRÉ DIT O TRIBUT ÁRIO . RE MISSÃ O . CA N CE LA MEN TO DA IN SCRIÇÃ O DA DÍVIDA AT IVA . E XT IN ÇÃ O DO PRO CE SSO . CUST AS PRO CE SSUAIS IN DE VIDA S. RE CURSO PRO VIDO . N ão são devidas c ustas proc essuais, quando dec retada a extinç ão do proc esso de exec uç ão f isc al por ter havido c anc elamento da insc riç ão da d ívi da ati va em dec orrênc ia de remissão da obrigaç ão tributária (L ei nº. 6.830/80, art. 26). ( TJPR A C n .º 75 1 .3 7 9 -3 Rel . Des. Pau l o H abi th 3 ª Câmara Cí vel DJ 26 .0 4 .2 01 1 ). A PE LA ÇÃO CÍVE L - E XE CUÇÃ O FISCA L - CAN CE L AMEN TO DA DÍVIDA - E XT IN ÇÃ O DO PRO CE SSO SE M JUL GAMEN T O DO MÉ RIT O - FA ZE N DA PÚBL ICA - CUST A S PRO CE SSUA IS - CO N DEN A ÇÃ O AO PA GAMEN TO - IMPO SSIBIL IDADE - IN T EL IGÊN CIA DO A RT . 26 DA L E F - RE CURSO CO N HE CIDO E PRO VIDO . Havendo o c anc elamento da d ívi da at iva por dispensa, anist ia ou remissão do c rédito tri butário, a Fazend a Públic a f az jus ao beneplác ito do artigo 26 da Lei 6830/80, que a isenta do pagamento das c ustas proc essuais. (TJPR A C n .º 7 51 .6 5 7 -2 Rel . Des. Di mas Ort en ci o de Mell o 3 ª Câmara Cí vel DJ 1 5 .0 4 .20 1 1 ). Dest a forma, h aja vi st a qu e a in scri ção da dí vi da at i va foi can cel ada em vi rt u de da remi ssão con cedi da, o fei t o execu t i vo deve ser ext i nt o sem qu al qu er ôn u s para as partes, con forme art i go 2 6 da LE F e do E n un ci ado n° 0 3 das Câmaras de Di reit o Tri but ári o dest e Tri bun al . 3. A ssi m, dou provi men t o ao recu rso, com fu lcro n o art . 5 5 7 , § 1 ° - A , do CPC. 4. I n t Cu ri t i ba, 26 de set embro de 2 01 1 . Fernando César Zen i Juiz Substituto e m 2º Grau

0036 . Processo/Prot: 0825847-5 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/195725. Comarca: Cruzeiro do Oeste. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0001394-38.2010.8.16.0077 Embargos a Execução. Apelante: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Fernando Augusto Montai Y Lopes. Apelado: José Antônio Trento, João Domingos Trento. Advogado: José Antonio Trento. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Apelant e: E sta do do P araná Apelado: J osé Ant onio T rent o e out ro s R elat or: J ui z S ub st . 2 ° G rau Fernando Cé sar Z eni 1 . Tr at a- se d e r ecu r so d e ap el aç ão cí vel i n ter p o sto co n tr a sen ten ç a ( f. 182 ) , q u e d ecl ar o u exti n ta a execu ção fi scal s em r eso l u ção d o m ér i to , e co n den o u o exeqü en t e ao pag amen to da s cu st as p ro c es su ai s. N as su a s r a zõ e s (f . 187/ 193 ) , o ap el an t e r equ er eu o pr o vi men to do r ecu r so , p ar a o f i m de af ast ar a co n den a ção i mpo st a a Fa zen d a P ú bl i ca r el ati va à s cu st as p ro c essu ai s. 2 . O cern e do r ecu r so di z re sp ei to à co n den a ção do E st ado do P ar an á ao p ag am en to d a s cu st as pr o ce ssu ai s em r azão d a exti n ção d a exe cu ç ão f i sc al . Co mpu l san do o s au to s, i n f er e- se qu e a F azen d a P ú bl i ca r equ er eu a exti n ç ão da execu ção f i sc al , ten do em vi st a o c an cel amen to d a dí vi da ati va po r co n ta d a r emi ss ão do cr édi to tr i bu tár i o co n f er i da pel o arti go 2 ° da L ei E stadu al n ° 1 6.017/ 2008 . Deco r ren t e di sso , o cr édi to tri bu tár i o f oi can cel ado , sen do ex ti n ta a exe cu ç ão f i sc al e a p ar t e exeq u en t e co n den ad a ao p ag am en to das cu st as pr o ce ssu ai s. A s C â mar as de Di r ei to Tri bu tár i o dest e T ri b un al paci fi car am o en t en di men to d e qu e n o s c aso s d e can c el am en to d a dí vi da po r di sp en sa , an i sti a o u remi ss ão do cr éd i to tr i bu tár i o a Faz en d a P ú b l i ca es t á i sen t a do pag amen to d e cu sta s pr o ce ssu ai s, co n f or me s e d ep r een d e do E n un ci ado n ° 03: Ao re quere r a e xt inção da e xecu ção f isca l em ra zão de supe rvenient e cancela me nto da dí vida a t iva po r d i spen sa , anist ia ou remi ssão do cré dit o t ri but á rio, aut o r i za da pela le i , a Fa zenda P úbli ca fa z j us a o benepl ácit o do a rt . 2 6 da Lei nº 6 .8 3 0 /8 0 , que a isent a do p a gament o de cu sta s p roce ssuai s. No mesmo sen ti d o ci to r ec en t es ju l g ado s: E XE CU ÇÃO F IS CAL. CR É D IT O T R IBU T ÁR IO. R E MIS S Ã O. CAN CE LAME NT O D A INS CR IÇ Ã O DA DÍV ID A AT IV A. E XT I NÇÃ O DO P RO CE S S O. CU S T AS P R OCE S S U AIS I NDE VIDAS . R E CUR S O P R OVI DO. Não são devida s cu st as p roce ssuai s, qua ndo dec ret ada a ext in ção do pro ce sso d e e xecução fis cal por t e r havido cancela mento da inscri çã o da d ívi da at i va em decorrên cia de remi ssão da ob rig ação tr ibut á ria (Lei nº . 6 .8 3 0 /8 0 , art . 2 6 ). (TJ P R A C n .º 751.379 -3 Rel . Des. P au l o H ab i th 3 ª C âmar a Cí vel DJ 26.04.2011) . AP E LAÇÃO C ÍVE L - E XE CU ÇÃO F IS C AL - CANCE L AME NT O DA D ÍV IDA - E XT INÇÃ O DO P R OCE S S O SEM J UL GAME NT O DO MÉ R IT O - F AZE N DA P Ú BLIC A - CU S T AS P R OCE S S U AIS - CON DE N AÇÃO AO P AG AME NT O - IMP OS S IBILID ADE - INT E L IG Ê NC I A D O AR T . 2 6 DA LE F - R E CU R S O CONHE CID O E P R OVI DO. H avendo o can celamen t o da d ívi da at iva por di sp ensa , ani st ia ou remi ssão do cré dito t ri but á rio, a Fa ze n da P ública fa z j us ao beneplácit o d o arti go 2 6 da Le i 6 8 30 /8 0 , que a isent a do pa gament o da s cu st as p roce ssuai s. ( TJ P R A C n .º 751.65 7 -2 Rel . Des. Di m as Or t en ci o de Mel l o 3ª Câmar a Cí vel DJ 15.04 .2011) . Des t a f o r ma, h aj a vi st a qu e a i n scr i ção da dí v i da ati v a f oi can cel ad a em vi r tu d e d a r emi ssão co n cedi da, o f ei to exe cu ti vo d ev e s er exti n to sem qu al qu er ô n u s p ar a as p ar t es, co n f o r me ar ti go 26 da L E F e do E n un ci ad o n ° 03 da s C âm ar as d e Di r ei to Tri bu tári o d est e Tr i bun al . 3 . A ssi m, do u p ro vi men to ao r ecu r so , co m f u l cr o n o ar t. 5 57, § 1° - A , do CP C. 4 . In t Cu ri ti ba, 23 de set embr o d e 201 1. Fe rnando Cé sa r Zen i J ui z Sub stit uto e m 2 º G rau

0037 . Processo/Prot: 0826472-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/276233. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0001851-32.2009.8.16.0004 Cobrança. Apelante: José Edgar de Melo. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Marco Antônio Lima Berberi, Julio Cezar Zem Cardozo. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Revisor: Des. Idevan Lopes. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CIVEL- DECISÃO MONOCRÁTICA- POLICIAL MILITAR - AÇÃO DE COBRANÇA - HORA EXTRA - CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRÊNCIA JULGAMENTO ANTES DA CITAÇÃO POSSIBILIDADE E VALIDADE - PROVA NÃO RELEVANTE - JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO - DIREITO CONSTITUCIONAL NÃO ESTENDIDO À CATEGORIA - LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE ASSEGURA PAGAMENTO DE VALOR CERTO PELOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - RECURSO QUE ESBARRA EM JURISPRUDÊCIA DOMINANTE DESSA CORTE. APELAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. I. Trata-se de apelação cível interposta contra a decisão que julgou improcedente o pedido inicial de cobrança de horas extras. José Edgar de Melo alega preliminarmente cerceamento de defesa, porque não pode produzir prova documental. No mérito afirma: a) que o principio da legalidade não esta sendo observado ante o não pagamento das horas extras; b) a lei estadual nada mais é do que um engodo injusto e desleal, já quer não interessa quantas horas cada policial faz, todos recebem R$ 100,00 (cem reais) por mês, c) que a decisão violou dispositivos da Lei Federal que trata do servidor público, bem como dispositivos de ordem constitucional, principalmente o art. 7º que trata dos direitos sociais do trabalhador. Em contrarrazões, o Estado do Paraná pugna pela manutenção da sentença. È o relatório. II. Trata-se de ação de cobrança onde o autor policial militar, pretende seja declarado o direito à percepção de horas extraordinárias, vencidas e vincendas, além de 40 horas semanais, pelos últimos 5 anos, com reflexos nas demais verbas, como férias, 1/3 constitucional, gratificação natalina, descanso semanal remunerado, além do acréscimo de 50% do adicional legal, reconhecendo a inconstitucionalidade do seu não pagamento, E que o Poder Legislativo Estadual legislou acerca da matéria em duas leis distintas a 13.280/2001 que estabelece quais são os trabalhos extraordinários exercidos pelos policiais e bombeiros militares e a 10.296 que em seu art. 2º §§ 1º e 2º que estabelece a remuneração mínima para os ocupantes de cargos de nível operacional. Preliminarmente, argúi o apelante cerceamento de defesa por não ter sido expedido ofício ao Batalhão de Policia para a apresentação das escalas de serviço e assim ser possível aferir as horas extras trabalhadas. Sem razão o recorrente. No caso dos autos, o indeferimento da inicial não culminou em cerceamento de defesa vez que a matéria é eminentemente de direito e não dependia de outras provas, além daquelas que foram anexadas aos autos, sendo desnecessária a prova pleiteada para se concluir pela inviabilidade do pedido. Nesse sentido, oportuno citar a doutrina do professor Luiz Rodrigues Wambier: "(...) deve haver julgamento antecipado se, embora o mérito envolva matéria de fato e de direito, não houver necessidade de produção de provas em audiência. ("Curso Avançado de Processo Civil V. 1" - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. pg. 444) No mérito, melhor sorte não assiste ao recorrente. Com propriedade, bem andou a douta sentença ao invocar o principio da legalidade ao qual a Administração Pública está inexoravelmente atrelada, expresso no art. 37 da CF, isto é, a Administração Pública nada pode além do que a Lei permite.

Aos policiais militares aplica-se regime diferenciado, conforme expresso no art. 42 da Constituição Federal. "Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. § 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. § 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal" Esta norma constitucional determina ser a eles aplicável as disposições do art. 142 § §2º e 3º, que por sua vez, ao elencar os direitos dos trabalhadores previstos no art. 7º que são aplicáveis aos militares não contemplou a disposição do inciso XIII, que é exatamente a norma que limita da jornada em 44 horas. Ademais, a jornada dos servidores militares não guarda qualquer relação com a jornada dos trabalhadores da iniciativa privada ou com os demais servidores civis. Do mesmo modo, não procede o pedido do autor para o recebimento das horas-extras excedente à normal, com direito à percepção de adicional de 50% (cinqüenta por cento), porque aqui tem aplicação da Lei Estadual nº 13.280/2001. Se o valor não satisfaz o recorrente não é através de pedido judicial que terá majorado o seu valor. A propósito, diz a Lei: "Art. 1º. Fica alterado o parágrafo único, do art. 26, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, que trata das hipóteses de indenização ao policial militar, para incluir os serviços extraordinários, no valor máximo mensal de R$ 100,00 (cem reais), para cada militar, sendo corrigida sempre que houver reajuste para o funcionalismo estadual." §1º. Os critérios que ensejarão o pagamento da vantagem a que se refere este artigo serão definidos por decreto estadual atendendo a proposição dos Secretários de Estado da Segurança Pública e da Administração e da Previdência." Também o Decreto Estadual 5.061/2001, a que se refere à lei, enumera quais são os serviços considerados extraordinários: "Art. 1º. São considerados como serviços extraordinários na Polícia Militar do Paraná, para efeito de indenização mensal aos Militares Estaduais, conforme prevê a Lei nº 13.280, de 16 de outubro de 2001: I - escalas extras de apoio a atividade operacional, realizada por efetivo administrativo e operacional aplicados na atividade fim da corporação; II - escalas de militares estaduais (Policial Militar/Bombeiro Militar) para emprego em ações e/ou operações especiais ou extraordinária que exijam emprego continuado da tropa no terreno, tais como jogos esportivos, shows, combate a incêndios, buscas; salvamentos, reintegrações de posse, manutenção de posse, patrulhas, ações de defesa civil, bem como outras operações desenvolvidas pelas unidades operacionais da Corporação; III - realização de flagrantes, que exijam a permanência do policial militar em serviço, mesmo após o encerramento do seu turno de serviço; IV - emprego de militares estaduais em atividades de manutenção de ordem pública durante pleitos eleitorais, quando o período de disposição for superior ao seu turno de serviço; V - outras ações e/ou operações que pela sua natureza, amplitude, potencial e repercussão social, exijam a permanência continuada dos militares estaduais em serviço, mesmo após o encerramento do seu turno de serviço; e VI - emprego de militares estaduais em atividades operacionais de qualquer natureza, quando escalados em seu período de descanso e ou instrução para compensar a defasagem de efetivo existente." Assim, somente na ocorrência de quaisquer das atividades acima elencadas é que o policial militar estadual fará jus à indenização estatuída na Lei Estadual 13.280/2001, o que não ocorre no presente caso. Não há que se falar, portanto, em direito ao recebimento da mesma quando as suas jornadas de trabalho forem superiores a legalmente prevista, isto porque, a jornada e as escalas de trabalho dos policiais militares devem se adequar à necessidade e às especificidades concernentes à atividade pública que exercem. Inexistindo lei específica ou norma constitucional instituidora de direito social no âmbito do serviço público militar, tal como a limitação de jornada de trabalho em 40 (quarenta) horas semanais e adicional excedente de 50% (cinqüenta por cento) a jornada normal de trabalho, fica vedado à Administração Pública afastar-se do princípio constitucional da legalidade. Nesse sentido são inúmeros os precedentes: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE HORAS EXTRAS. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA EM PARTE. NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. QUESTÃO DE DIREITO QUE PRESCINDE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA OU APRESENTAÇÃO DE ESCALAS DE TRABALHO PRATICADAS PELO BOMBEIRO MILITAR. LIVRE APRECIAÇÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO PELO MAGISTRADO, QUE É O DESTINATÁRIO DA PROVA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 130 E 330, INCISO I, AMBOS DO CPC. PRELIMINAR AFASTADA. BOMBEIRO MILITAR ESTADUAL. LIMITE LABORAL DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS E RECEBIMENTO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. REGIME JURÍDICO ESPECIAL ASSEGURADO NO ART. 42 E 142, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DA CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS. DIREITO DOS MILITARES REGULAMENTADO PELA LEI ESTADUAL 13.280/2001. LEI ESPECÍFICA QUE INCLUI A CHAMADA INDENIZAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. DECRETO ESTADUAL QUE CLASSIFICA AS ATIVIDADES QUE REMUNERAM OS BOMBEIROS PELO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA LEGAL DE OUTRA HIPÓTESE DISTINTA, A QUAL PERMITA AOS MILITARES O RECEBIMENTO DE HORA EXTRA EXCEDENTE A JORNADA NORMAL DE TRABALHO DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, POR DECISÃO ISOLADA DO RELATOR (ART. 557, CAPUT, CPC). (TJPR - Ap. 699.059-8, 3ª CC, Relator Juiz Convocado FERNANDO ANTONIO PRAZERES, julg 16.11.2010). "DIREITO ADMINISTRATIVO AÇÃO DE COBRANÇA CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRÊNCIA PROVA NÃO RELEVANTE JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO POLICIAL MILITAR HORA EXTRA DIREITO CONSTITUCIONAL NÃO ESTENDIDO À CATEGORIA LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE ASSEGURA PAGAMENTO DE VALOR CERTO PELOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS POSSIBILIDADE RECURSO NÃO PROVIDO. Sendo o juiz o destinatário das provas, cumpre- lhe dispensar a dilação probatória meramente protelatória, que não irá contribuir para a solução da lide. Em face das peculiaridades marcantes da carreira militar, a Constituição prevê um regime jurídico diferenciado. Embora estenda algumas garantias a essa categoria, não garantiu o direito à limitação de jornada e, por conseguinte, o de horas extras. (TJPR- 691.697-6, 3ª CC, rel. Juiz Convocado Fernando Antonio Prazeres, jul 09/11/2010)." "APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. POLICIAL MILITAR. PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE REMUNERAÇÃO REFERENTE À JORNADA DE TRABALHO LABORADA ALÉM DAS 40 HORAS SEMANAIS E REFLEXOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESTADUAL QUE DISPONHA SOBRE A CARGA MÁXIMA A SER LABORADA PELOS POLICIAIS. PAGAMENTO DAS HORAS EXTRAS TAL QUAL PLEITEADO PELO APELANTE. IMPOSSIBILIDADE EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL QUE AMPARE SUA PRETENSÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ADSTRITA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU, PROFERIDA EM CONSONÂNCIA COM A PACÍFICA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. VISTOS E EXAMINADOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 748.195-2. (Apelação Cível nº 748195-2 2ª Câmara Cível Rel. Dra. Josely Dittrich Ribas ) AGRAVO - IRRESIGNAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - POLICIAL MILITAR - HORA EXTRA - DIREITO CONSTITUCIONAL NÃO ESTENDIDO À CATEGORIA - LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE ASSEGURA PAGAMENTO DE VALOR CERTO PELOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS - IRRELEVÂNCIA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.(Agravo Regimental nº 725304-3/01 3ª Câmara Cível Rel Des. Dimas Ortêncio de Melo. III. Como a pretensão é manifestamente improcedente e esbarra em jurisprudência dominante desse Tribunal de Justiça nego seguimento, com fulcro no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Intimem-se. Fábio André Santos Muniz - Relator

0038 . Processo/Prot: 0826574-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/190674. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0006181-18.2005.8.16.0035 Embargos a Execução. Apelante: Iguaçu Celulose Papel S/a. Advogado: Eduardo Varela Garcia, Sandra Sidônia Varela Garcia Lesak. Apelado (1): União ( Fazenda Nacional). Advogado: André Luis D'alcantara Schmitt. Apelado (2): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Luis Guilherme da Silva Cardoso. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Despacho: Devolvo os Autos Para os Devidos Fins.

Vistos, Trata-se de Embargos de devedor opostos em face de Execução Fiscal proposta pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, razão pela qual determino a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, competente para apreciar o recurso, nos termos do art. 108, II, da Constituição Federal. Em 27 de setembro de 2011. DULCE MARIA CECCONI - Relatora.

0039 . Processo/Prot: 0826816-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/195919. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0000258-75.2003.8.16.0004 Embargos a Execução. Apelante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Cynthia Garcez Rabello, Julio Cezar Zem Cardozo. Apelado: Massa Falida de Belga Indústrias Químicas Ltda. Advogado: Rodrigo Shirai. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

Defiro reabertura de parzo para contrarrazões. Intime-se. Após, voltem-me. Em 26.09.11

0040 . Processo/Prot: 0828145-8 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/206020. Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 0009384-03.2009.8.16.0017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Andréa Giosa Manfrim, Luiz Carlos Manzato, Daniele Cristina Ubiali Bittencourt. Apelado: Clarice Polizel Casseti, Eliza Golemba (maior de 60 anos), Francisca Helena Mesquita, Gerson Gomes de Oliveira, Getúlio Manhães, Jair José Barbosa, Josias Domingos da Silva, Márcia Lopes da Silva Concimo, Maria dos Anjos de Souza, Neuza Maria Trentin de Jesus, Osvaldina Mereles de Almeida, Roberto Delivio Faria, Sandra Regina Gregório, Sebastião Delefrati, Sivaldo Guilhen Alberto. Advogado: Olivarde Francisco da Silva. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Rubens Oliveira Fontoura. Revisor: Des. Salvatore Antonio Astuti. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELANTE: MUNICÍPIO DE MARINGÁ APELADA: CLARICE POLIZEL CASSETI E OUTROS RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA 01 - Trata-se de apelação Cível interposta pelo Município de Maringá, em face da sentença de fls. 32/34, proferida nos autos nº. 381/2009 de Embargos à Execução, que julgou parcialmente procedente os embargos e reconheceu nos termos do artigo 743, inciso III, do Código de Processo Civil, o excesso de execução relativo ao equívoco no cálculo, aplicou ainda a média dos indexadores INPC/IBGE e IGP-DI/FG, bem como condenou ambas as partes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R$ 400,00 (quatrocentos reais), ressaltou também que as custas deverão ser divididas em 80% para o embargante e 20% para o embargado e os honorários em 20% para o embargante e 80% para o embargado. Inconformado, sustentou o MUNICÍPIO, às fls. 38/43 que, a decisão deve ser reformada para adotar o índice de atualização monetária pelo INPC/IBGE, conforme Decreto 1.544/1995. Requereu ainda que a sucumbência deve ser em 50% para cada parte, tendo me vista que foram discutidos dois pontos e julgado procedente um deles. Por fim, pugnou pelo provimento do recurso, para

o fim de aplicar o IBGE/INPC e condenação dos apelados ao pagamento das custas, despesas e honorários advocatícios. Foram apresentadas contrarrazões pela Apelada (fls. 47/53), pugnando pela manutenção da sentença. É o relatório. 02 - Como o presente caso trata de tema recorrente, amplamente debatido e mais do que sedimentado neste Tribunal, decido monocraticamente com fulcro no art. 557, caput, do CPC, tornando-se dispensável o julgamento pelo Colegiado. Presentes os pressupostos intrínsecos e extrínsecos, conheço do recurso, entretanto no mérito não prospera o inconformismo. Isto porque o valor a ser restituído aos apelados deve ser corrigido monetariamente pela média entre o INPC/IBGE e o IGP-DI/FGV a partir de cada pagamento indevido. Salienta-se que a média entre o INPC/IBGE e o IGP-DI/FGV, é o índice oficial adotado por esta Corte de Justiça. Nesse sentido: "AGRAVO ARTIGO 557, § 1° DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL NOS TERMOS DO ARTIGO 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO CORREÇÃO MONETÁRIA - APLICAÇÃO DO INPC/IBGE NÃO ACOLHIMENTO MÉDIA ENTRE OS INDICADORES INPC/IBGE E IGP- DI/FGV QUE MELHOR REPRESENTA A RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1º, DO DECRETO Nº 1.544/95 ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESNECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, RESTANDO AFASTADA A APLICAÇÃO DO ART. 476, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO CASO SOB APRECIAÇÃO DATA EXTRATOS DA COPEL AUSÊNCIA DE REFUTAÇÃO SUBSTANCIAL DA PARTE DO MUNICÍPIO RECORRENTE - DECISÃO MANTIDA. A atualização monetária dos débitos judiciais a partir de julho de 1995, na ausência de estipulação a respeito, deve ser realizada pela média aritmética simples entre o INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IGP-DI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas), consoante estipula o artigo 1º do Decreto nº 1.544/95. Por se tratar de média efetuada entre dois índices de abrangência nacional, que se revelam completos e adequados à recomposição do capital, aliado ao fato da existência de orientação legal que permite a sua utilização, não se pode falar em incompatibilidade da sua aplicação aos casos de repetição do indébito tributário. Demonstrado o entendimento majoritário deste Tribunal de Justiça, especialmente das Câmaras de Direito Tributário, a respeito da matéria de correção monetária em repetição do indébito tributário, torna-se desnecessário o procedimento de uniformização de jurisprudência previsto no art. 476, do Código de Processo Civil. O cálculo de correção monetária nos casos de repetição do indébito tributário deve respeitar o entendimento da Súmula 162, do Superior Tribunal de Justiça, incidindo a partir do pagamento indevido. RECURSO DESPROVIDO." (TJPR - I CCv - Agr 0779172-2/01 - Rel.: Idevan Lopes - Julg.: 09/08/2011 - Unânime - Pub.: 23/08/2011 - DJ 700) "AGRAVO ARTIGO 557, § 1° DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DECISÃO QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL NOS TERMOS DO ARTIGO 557, § 1º-A, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO CORREÇÃO MONETÁRIA - APLICAÇÃO DO INPC/IBGE NÃO ACOLHIMENTO MÉDIA ENTRE OS INDICADORES INPC/IBGE E IGP- DI/FGV QUE MELHOR REPRESENTA A RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1º, DO DECRETO Nº 1.544/95 ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESNECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, RESTANDO AFASTADA A APLICAÇÃO DO ART. 476, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO CASO SOB APRECIAÇÃO DATA PARA INÍCIO DO CÁLCULO CONFORME PERÍODO APRESENTADO PELOS EXTRATOS DA COPEL AUSÊNCIA DE REFUTAÇÃO SUBSTANCIAL DA PARTE DO MUNICÍPIO RECORRENTE - DECISÃO MANTIDA. A atualização monetária dos débitos judiciais a partir de julho de 1995, na ausência de estipulação a respeito, deve ser realizada pela média aritmética simples entre o INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IGP-DI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas), consoante estipula o artigo 1º do Decreto nº 1.544/95. Por se tratar de média efetuada entre dois índices de abrangência nacional, que se revelam completos e adequados à recomposição do capital, aliado ao fato da existência de orientação legal que permite a sua utilização, não se pode falar em incompatibilidade da sua aplicação aos casos de repetição do indébito tributário. Demonstrado o entendimento majoritário deste Tribunal de Justiça, especialmente das Câmaras de Direito Tributário, a respeito da matéria de correção monetária em repetição do indébito tributário, torna-se desnecessário o procedimento de uniformização de jurisprudência previsto no art. 476, do Código de Processo Civil. O cálculo de correção monetária nos casos de repetição do indébito tributário deve respeitar o entendimento da Súmula 162, do Superior Tribunal de Justiça, incidindo a partir do pagamento indevido. RECURSO DESPROVIDO"(TJPR - I CCv - Agr 28/07/2011 - DJ 682) "APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO COBRANÇA DE TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PEDIDO DE INCIDÊNCIA DO INPC INADMISSIBILIDADE MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES ENTRE O INPC/IBGE E IGP-DI/FGV ÍNDICE QUE MELHOR REFLETE A DESVALORIZAÇÃO INTELIGÊNCIA DO DECRETO 1.544/95 EXCESSO DECORRENTE DA DATA INICIAL DE INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA MÊS DO PAGAMENTO E NÃO DA EMISSÃO DA FATURA INTELIGÊNCIA A SÚMULA 162 DO STJ UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTO QUE NÃO COMPROVA PAGAMENTO DO TRIBUTO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ART. 20 § 4º MINORAÇÃO SUCUMBÊNCIA MANTIDA RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO." (TJPR - III CCv - Ap Cível 0800445-5 - Rel.: Fernando Antonio Prazeres - Julg.: 16/08/2011 - Unânime - Pub.: 31/08/2011 - DJ 706) É de se ponderar ainda que a atualização monetária dos débitos judiciais a partir de julho de 1995, na ausência de estipulação a respeito, confome previsão do artigo 1º do Decreto nº 1.544/95, é a média aritmética simples entre o INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IGP-DI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas). Deste modo o índice de correção monetária que restou fixado na sentença é o que melhor recompõe o capital. Quanto ao pedido de redistribuição dos honorários, a alegação é infundada, tendo em vista que o valor arbitrado é adequado ao trabalho prestado pelo procurador da parte autora. Ademais, observe-se que a distribuição feita pelo juiz é correta, na medida em que o Apelante é vencedor tão somente em relação a parte da alegação de excesso de execução. Sendo assim, não merece provimento a apelação, devendo ser mantida a decisão lançada nos autos. de Processo Civil, nega-se seguimento aos recursos, mantendo a decisão recorrida. Curitiba, 23 de setembro de 2.011 Des. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA Relator

0041 . Processo/Prot: 0828234-0 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/202723. Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000569-73.2006.8.16.0097 Declaratória. Apelante (1): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Raul Pontes, Valdelei Carlos de Oliveira, Cleverson Marcelo da Silva, Conceição Maria de Jesus (maior de 60 anos), Valdecir Zanetti dos Santos. Advogado: Celso Hideo Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Apelant e1 : Municíp io de Iva ipo rã Apelant e 2 : R aul P ont es e out ros Apelado: am bos R elat or: Jui z S ub st . 2 ° G rau Fe rna ndo Césa r Ze ni 1 . Tr at a- se d e r ecu rso d e ap el aç ão i n ter po sto co n tr a a sen ten ça d e fl s. 84/ 954, qu e ju l g ou par ci al men te p ro ced en t e o p edi d o i ni ci al fo rmul ado n o s au to s d e A ção D ecl ar ató r i a de In exi st ên ci a d e O br i gaç ão Tr i bu tár i a c / c Rep e ti ção d e In débi to n .º 238/ 2006 , pr o po sta po r Rau l Po n tes e o u tr o s co n tr a o Mu n i cí pi o de Ivai po r ã, p ar a d e cl ar ar a i n exi stên ci a da o br i gação tri b u tár i a d o au to r r el a ti va à t ax a d e i l u mi n ação pú bl i ca e co n den ar o r éu a r esti tui r o s v al o r es p ago s a tí tu l o da r ef er i da t ax a at é a d at a d a , o bser van d o -s e a p r es cr i ção q üi n qü en al , co n tad a d a d a ta do aju i zamen to , co rr i gi do s mo n et ar i amen te p el o IGP DI a p ar ti r do p ag am en to i n devi do e acr e sci d o s de ju ro s de mo r a de 1% ao mês, a p ar ti r do tr ân si to em ju l gad o . Ai n da, co n den o u o r éu ao p agam en to d as cu s ta s p ro c es su ai s e h o no rári o s ad vo catí ci o s ar bi trado s em R$ 150,00 ( cen to e ci n qü en ta r eai s). N as su as r a zõ e s (f. 96/ 104) , o Mun i cí pi o apel an t e su sten t a , pr el i mi n ar men t e, a au sên ci a d e i n ter ess e pro ces su al do ap el ado , ei s qu e n ão r eq u er eu ad mi ni str ati va men t e a r ep e ti ção d e i n débi to ju n to à CO P E L. Def en d e, ai n da, a i n épci a da i ni ci al , ei s que o ap el ado n ão demo n str o u po r mei o de carn ês o u f atu r as o ef eti vo pag amen to d a t axa d e i l u mi n ação pú bl i ca n o s ú l ti mo s ci n co an o s. No méri to , def en d e a l eg al i dade n a co br an ç a d a t axa d e i l u mi n ação pú bl i ca, s en d o qu e o ap el an t e, ao i n sti tui r a t axa d e i l u mi n ação pú bl i ca atu o u n o âmbi to de su a co mp et ên ci a co n sti tu ci on al , co nf o r me ar t. 14 5, II , da Co n sti tui ção Fed er al . A r gu men t a qu e, no pre sen te ca so , p ar a ser d ecr et ad a a i n co n sti tu ci o n al i d ade, ser i a pr eci so m ani f est ação p er an te o S T F em A ção Di reta de In co n sti tu ci on al i dade. No en t an to , as se ver a n ão exi sti r i n co n sti tu ci o n al i d ade a ser d e cl ar ad a, po r ser a i l u mi n ação pú bl i ca u m ser vi ço pú bl i co esp ecí fi co e di vi sí vel , prest ado ao co n tr i bui n te o u po sto à su a di sp o si ção . E n fati za qu e ta xas são tr i bu to s qu e, di f er en t emen t e do s i mpo sto s en vo l vem em su a s h i pó teses d e i n ci dên c i a u ma a ti vi dade d e A dmi ni stra ção P ú bl i ca, e qu e o en qu adr amen to l eg al di spo sto n o ar t. 79 do CT N, l etr a "b", g er ar i a a p o ssi bi l i dade do mu ni cí pi o d e co br ar a r ef eri d a ta xa. A fi r ma q u e o ap el ado n ão d emo n str o u a pr et en s ão em r ep eti r o qu e fora pago e n ão ju n to u do cu men to s co mpr o b ató ri o s do pag amen to men ci o n ado n a i ni ci al , i n cl u si ve o val o r , co n f o rme d et er mi n a o ar t. 333, I , do CP C. A d u z qu e, t en do o ap el an t e cu mpr i do i nt egr al men t e o s di spo si ti vo s l egai s qu e r eg em a mat ér i a, p ar a a su a r espo n s abi l i zação , n e cessár i o se f az a an ál i se d e d ecl ar aç ão d e i n co n sti tu ci o n al i dad e d e l ei , p ar a f i n s de i n deni zação . E xpõ e qu e o Mu ni cí pi o de I vai po rã apr o vo u a L ei n.º 1196/2002 qu e i n sti tui u a co n tr i bui ção p ar a cu st ei o do ser vi ço de i l u mi n ação pú bl i ca CIP , pr evi sta n o ar t. 149 -A da Co n sti tui ção Fed er al . Requ er s ej a pr o vi do o recu r so p ar a r ef o r mar a s en t en ç a, ju l g an do i mpr o ced en te a pr et en s ão do o r a ap el ad o . P o r fi m i n su r ge- se co n tr a o cri tér i o de co r re ção mo n et ár i a e do s ju r o s apl i cado s em sen ten ça. N as r a zõ es d e R au l Po n tes e o u tr o s ( f . 1 37/ 142) , r equ er eu - se: a) a r ef o r ma d a d eci são p ar a o f i m de d ecl ar ar i n co n sti tu ci o n al a co br an ça d e CO S IP ; b) a r es ti tui ção do s v al o r es pago s a tí tu l o de COS IP ; c) a majo r a ção d o s h o n o r ár i o s. Fo r am apr es en t ad a s co n tr arr azõ es. 2 . Q u an to a al eg ação do ap el an t e d e q u e a n ão u ti l i zação d a vi a ad mi ni str ati va an t es d o p ro c es sam en to per an t e o po der ju di ci ári o ger ari a a exti n ção do pr o c esso se m ju l gamen to do mér i to (ar t. 267, i n c. V I) , est a n ão p ro sper a. Co n fo rme d et er mi n a o ar t . 5°, i n c. X X X V, da Co n sti tui ção Fed er al , a l ei n ão excl ui r á d a a pr eci a ção d o P o der J u di ci ár i o l es ão o u amea ça a di r ei to . No pr es en t e c aso , a u ti l i za ção p révi a d a vi a a dmi ni str ati v a se mo s tr a desn ec ess ár i a an t e a i n co n sti tuci o n al i dade d a co br an ç a r eal i zad a medi an t e ta xa d a i l u mi n aç ão pú bl i ca. N ão é n ece ssá ri o esgo t ar a esf er a ad mi ni str ati va p ar a t er ac esso a vi a ju di ci al . Nes se s en ti do já d eci di u ess a Co r te: AP E LAÇÃO C ÍVE L - A ÇÃO DE COBR ANÇ A - A DIC IO NAL P OR T E MP O DE S E R VIÇ O - 1. D IS P E NS ÁVE L P E DID O AD MINIS T RAT IVO OU E XAU R I ME NT O DA VI A AD MI NS IT R AT IVA - INT E R E S S E DE AG IR CONF IGU R ADO - 2. LE G IS LAÇÃO E S T AT U T ÁR IA AU T O- AP LIC ÁVE L - VE R BA DE VID A E NÃO P AG A P E LO MU NIC ÍP IO - AP E LO P R OVI DO. 1 . Qualque r cidadão que se encont re na im inência de t er lesionado ou ameaçad o di reito seu, t em d ire ito à pre st a ção j uris di cional, independent e do va lor pecuniá r io d o di reito em questão, ou de ingre s so na es fera a dminist rat iv a, pois a Con sti t uição lhe garant e a ce sso à J usti ça e a p re st a ção da t utela est a t al por meio do P oder J ud iciário . 2 . O di sposit ivo do E st at uto dos

S ervido re s de F ax inal, que trat a esp eci fi cament e do a dic ional por te mpo de se rv iço, é auto - apl icável, sendo p re sc indív e l ev entual regula ment ação pa ra sua i ncidên cia i mediata . ( TJP R - 4 ª C.Cí v el - A C 0358879 -8 - F axi n al - R el .: Desª R eg i n a A fo n so P o rtes - U n ân i me - J. 16.01 .2 007) E m rel ação a al eg a ção d e i n épci a d a i n i ci al , mel h o r so r te n ão as si ste o ap el an te. I sso p o rq u e a qu es tão pro b ató r i a teri a, q u an do mu i to , r el aç ão co m a pr o c ed ên ci a o u i mpr o ced ên ci a do pedi do , e n ão co m a ap ti dão d a p e ti ção i ni ci al . Dem ai s a m ai s, a e xi st ên ci a d a co b r an ça est á do cu men tad a n o s au to s e é r e co n h eci d a pel o r éu n a co n te st ação . Rel ati vam en t e ao pe di do de r ep eti ç ão do i n d ébi to pl ei teado n a i ni ci al , v er i fi ca- se qu e exi st em nos au to s pro vas su f i ci en te s p ar a o aco l hi men to da pr et en s ão i ni ci al . P el o do cu men to d e f . 18/ 22, co n st at a- se qu e o ap el ado co mpr o vo u ser co n tr i bui n te d a TIP . E st e Tr i bu n al edi to u E nu n ci ado s co m o i n tui to d e f o r mal i zar a ju r i spr u dên ci a j á p ací fi ca r ef er en t e a vár i o s tó p i co s, e qu an to à r ep eti ção de i n débi to d a T axa d e Il u mi n ação P ú bl i ca f o i pu bl i cado , d en tr e o u tro s , o E n un ci ad o 01, qu e as si m di spõ e: "P or se t rat a r de va lo res pago s j unt a mente com a fat u ra mensal de ener gia e lét rica , pa ra o ajui zamento da a ção de repet i ção da t axa de ilu minação púb lica T IP , ba st a a j unta da de uma fat ura do período da repet i ção (ant e rio r à E C 3 9 , de 1 9 .1 2 .2 0 0 2 ) ou do hi st óri co de pa gament os fo rnec ido pe la Copel, fi cando pa ra po st e rio r l iqui d ação (a rt . 4 7 5 -B, do CP C ) a apura ção do mont ante a se r rest it u ído. (T JP R AP 32 9 .9 6 3 - 8 , 2 .ª C, rel . Lauro L aert e s de Olive ira; AP 3 3 7 .5 3 6 -8 , 2 .ª C, rel . Luiz Ce za r de Oli vei ra; AP 3 3 9.2 6 9 - 0 , 2 .ª C, re l. Pé ri cles B.B. P erei ra; AP 3 4 6 .1 2 7 - 8, 2 .ª C, re l. An t ônio Re na to S t rapas son; AP 3 5 2 .5 6 0 - 0 , 2 ª C, rel . Va lt e r R e sse l; AP 3 5 3 .27 9 - 8 , 2 .ª C , rel. S il vio Dia s; AP 3 0 7 .7 6 1 - 2 , 1 . ª C, rel. S ér gio Ro dri gues; A P 3 1 1 .7 0 4 -6 , 1 .ª C, rel . Du lce Ma ria C ecconi; AG 3 29 .2 1 1 - 1 /0 1 , 1 .ª C, rel. Rubens O live ira Font oura; AG 3 1 0 .5 2 9 -9 /0 1 , 1 .ª C , rel. A lbe rto Jo rge Pere i ra ; AG 3 2 7 .0 2 3 -3 /0 1 , 1 .ª C, re l . U li sses Lope s; AG 3 2 6 .9 6 0 - 7/ 01 , 1 .ª C, rel . Fe rnando Césa r Zeni; AP 3 3 2 .13 5 - 1 , 3 . ª C , rel. P a ulo H abith; AG 3 3 7 .5 1 1 - 1 /0 1 , 3 .ª C, rel . Dima s Ortenc i o de Melo; AG 3 4 6 4 0 4 - 0 /0 1 , 3 .ª C, re l. Mana ssé s de Albuque rque. )" A deci s ão do Resp 9 19.474/ P R, co m r el ato r i a d a Mi ni str a Den i se A r ru d a, def i n e qu e a apr esen ta ção de to do s os do cu men to s é desn ec ess ár i a, vi sto q u e são el es mer amen t e ú tei s p ar a a an ál i se do pr o ce sso e n ão e ss en ci ai s à pr o p o si tu r a da a ção : "P ROCE S S U AL C IV IL E T R IBU T ÁR IO. T AXA DE ILU MI NA ÇÃ O P Ú BLICA. AÇ ÃO DE RE P E T IÇÃ O DE INDÉ B IT O. ALE G AÇÃO DO MUN IC ÍP IO DE QU E O AUT OR NÃ O JU NT OU À P E T IÇ ÃO IN IC IAL T ODOS OS C OMP R OVANT E S DE P A GAME NT O R E LAT IVOS A O P E R ÍOD O P LE IT E ADO . V IOL AÇÃ O D O ART . 2 8 3 D O CÓ D IG O DE P R OCE S S O CIV IL. NÃ O- OCOR R Ê NC I A. 1. "S ão do cum entos indi spen sávei s à p ropositu ra da de manda som ente aquele s sem o s quai s o mér ito da causa não possa se r julga do " ( DI NA M AR CO, Cândi do R angel. " In st it uição s de Direit o P roce ssual Civ il ", Vol. I Il, 5ª ed., S ão P aulo: Malheiro s E dit ore s, 2005, pp. 3 8 1/ 382 ). 2. No caso concreto, os refe rido s comp rova nt e s ap re sent a m - se como docum ento s merament e úte is , po is , confo rme con signado na sentença e no acórdão reco rrid o, o s do cum entos const ant es do s aut o s sã o sufi cient e s pa ra demonst ra r de mod o inequívoco as a legaçõe s do aut or. 3 . R ecu rso especia l de sprov ido" . (S T J- 1 ª T u rma, R E sp 9 1 9 .4 7 4 -P R , rel Min. ª Deni se A rruda, j. 0 4 .6 .0 7 , negaram p rovimento ) O bs er ve- se, ai n da, a d eci são do S u peri o r Tri bu n al de Ju sti ça, qu e co n fi rma a pr edo mi n ân ci a n aqu el a co r te do en ten di men to a ci ma d el i n eado : "T axa de ilumina çã o públ ica . Com prov ante de paga ment o. J untada. Documento e sse ncia l à propo si t ura da a ção. Inoco rrência na hipót e se. I - A P ri meira S eção de sta Co rt e , nos E RE sp n. 9 5 3 .3 6 9 -P R e 9 1 8.6 3 6 -P R , R elatora pa ra acórdão Min i st ra E liana Ca lmon, j ul gados no d ia 1 3 .0 2 .2 0 0 8 , fi rm ou o ent endi ment o no sent ido de que have ria que se conside rar a pecul ia rida de da dem a nda. II - T ra tando - se de ação de repeti ção de indébito de taxa de iluminação pública, não só a dívida é repet i da e de igual cont eúdo, ma s a dem anda possui um a spe cto so cial , manife st ado pela pou ca renda da popu laçã o envolv ida, que não pode se r des conside rado. I II - Ne st e ca so, ba sta ao autor fa ze r prov a da sua condi ção de cont ribuinte para ve r sua p re ten sã o at endida, t endo em cont a o po si cionament o do S up rem o T ribunal F e dera l de in const ituc io na lidad e da exa ção , poste rgando - se para a fa se de l i quida ção de sentença a defin ição do quantum debeat u r. IV - Ag ravo regi ment a l imp rovi do. ( A gRg no RE sp n. 1.035.24 7/P R. Rel ato r Mi ni stro Fr an ci sco Fal cão . P r i mei ra Tu r ma. U n âni me. D at a do ju l gamen to : 22 .0 4.2008 - desta qu ei ) " P o r o u tro l ado , a t axa d e i l u mi n ação pú bl i ca n ão apr es en t a o s r equ i si to s da di vi si bi li dade e d a esp eci fi ci dad e, n a m edi da em qu e a mesma co mpr een d e v ár i o s fato s g er ad o r es . E co n si der an d o qu e t an to as vi as pú bl i cas q u an to o s l o gr ado u r o s são d e u so i n di sti n to e i n di vi sí vel pel a co l eti vi dade, te m- s e qu e a i l u mi n aç ão p ú bl i ca n ão é u m s er vi ço esp ecí fi co n em di vi sí vel , ma s si m u ti u n i ver si . Tr at a- se, po r t an to , d e s er vi ço ger al , q u e a A d mi n i str ação P ú bl i ca pr o po r ci on a o u põ e à di spo si ção do po vo , e, p o r i sso , d eve ser cu s t eado pel o s i mp o sto s já p ago s pel o s ci d ad ão s. No qu e tan g e a co r r eção mo n et ári a, t em r az ão o Mu ni cí pi o de l vai po rã. S egu n do r ec en t e en t en d i men to do S TF, co n tr ar i am en t e ao qu e t em si d o deci di do pel o ST J, é co n sti tu ci o n al a l i mi taç ão d e 6 % ao an o de ju r o s de mo r a d e vi do em d eco rr ên ci a d e co n den ação ju di ci al d a Faz en d a P ú bl i ca par a p ag amen to d e v er b as r emu n er a tó ri as e su a ap l i caç ão é i medi at a ao s pr o ce sso s em cu r so , vi sto qu e segu n do aqu el a Co rt e a n o rma do ar t. 1º - F , da L ei n º 9494/ 1997 , mo di fi cad a p el a M ed i da P r o vi só ri a n º 2.180 - 35/ 2001 é ap l i cáv el a pr o ce sso s em cu r so : "AG R AV O DE INS T R U ME NT O CO NDE N AÇ ÃO J UD IC IAL E XE CU ÇÃO C ONT R A A FAZE ND A P Ú BLICA VE R BAS R E MUNE R AT ÓR IAS DE VID AS A S E RVI DOR E S E E MP R EGADO S P Ú BLICOS LI MIT AÇÃO DOS JU R OS DE MOR A E M 6 % (S E IS P OR CE NT O ) AO A NO VAL IDA DE J U R ÍDI CO-CONS T IT U C IO NAL DO AR T . 1 º- F D A LE I N º 9 .4 9 4 /9 7 , NA R E DAÇÃ O D ADA P E LA MP N º 2 .1 8 0 -3 5 /2 0 0 1 P OSS IBIL I DA DE DE S U A AP LICA ÇÃ O I ME D IAT A AOS PR OCE S S OS EM C U RS O E NT E NDIME NT O P R E VALE CE NT E NO STF P R E CE DE NT E S R E CUR S O DE AG R AVO IMP R OV ID O. (A I 7 91897 A gR, R el ato r ( a) : Mi n . CE L S O DE ME L LO , S egu n da Tu r ma, ju l gad o em 17/ 05/ 2011 , DJe -111 DIV U LG 0 9 -06 -201 1 P UBL IC 10 - 06 - 2011 E ME NT V O L -02541 -02 P P - 00 290) " P o rtan to , al ter o a sen t en ça, p ar a d et er mi n ar qu e a co r reç ão sej a f ei ta n a f o r ma d a L ei n º 94 94/1997 e co mo a sen t en ç a f o i p ro feri a em 2010, data qu e f oi fi xad o o dan o mo ral e d at a a p ar ti r d a qu al deve i n ci di r co rr eç ão mo n e tári a e ju ro s, o bser va - s e qu e a r egr a d o art. 1 º - F, d a L ei aci ma ci t ad a, já p r ev ê a cu mu l aç ão de ju r o s e co rr eç ão , n ão s en do n ec es sár i a a cu mu l ação co m o u tr o í n di ce: "Art . 1 o -F. Na s condena ções im po sta s à F a zenda P úb lica , independent ement e de sua natu re za e para fin s de at uali zação monet ária , re munera ção do cap ital e compen saçã o da mo ra, have rá a in cidê ncia uma ún ica ve z, at é o efet ivo pa gamento, dos índ ice s ofi ciai s de re munera çã o bás ica e j uros apl ica dos à cade rneta de poupança." A ap l i caç ão de st e di spo si ti vo , segu n d o or i en ta ção d a S u pr ema Co r t e ( A I n º 842.063) , q u e t ev e co mo r el ato r o Mi n . Cez ar P el u so , deco r re d a i n ter pr et ação do ar t. 5 º, i n c. X X X V I, d o C F, qu e pr evê a ved a ção à r etro ati vi dad e d e l egi sl aç ão mai s gr a vo s a qu e o f en d e o di rei to adqu i ri do e o ato ju r í di co per f ei to . Co m i sso , p o r mei o do s ju l gamen to s o S u pr emo po ssu i ju ri spru dên ci a f i r me n o s en ti do d e qu e o art . 1º- F, d a L ei n º 9494/97, co m al ter a ção d ad a p el a Med i da P r o vi só ri a n º 2 180 - 35/01, te m apl i cabi l i d ade i medi at a, ai n da e m r el açã o às açõ es aju i zad as an t es d e su a en tr ad a em vi go r . Nes se s en ti do , se en qu adr am os Ais nº 828.77 8, 776.497 e o RE n º 55 9.445. In su rg e- s e o ap el an t e 2 ac er ca d a i n co n sti tu ci o n al i dad e d a L ei Mu ni ci p al n ° 1.196 , qu e tr at a d a i n sti tui ção d a co n tr i bu i ção p ar a cu s te ar o ser vi ço de i l u mi n ação p ú bl i ca. A p eti ção i n i ci al co n si gn ou de man ei ra ca tegó r i ca a c au s a d e p edi r : p ag ame n to i l egal d a ta xa d e i l u mi n ação pú bl i ca. E m n en h u m mo m en to fo i q u es t i o n ada a co n tr i bu i ção p ar a cu st ei o do ser vi ço de i l u mi n aç ão d e qu e tr at a o ar ti g o 149 A da co n sti tui ção d a r epú bl i ca, na med i da em qu e os p edi d o s deve m ser i n ter pre tado s r estr i ti vamen t e e q u e ao jui z é ved ado co n d en ar o r éu em o b j eto d i ver so do qu e f oi deman d ad o . Des t a f o rm a, n ão m er ece r ep ar o a sen te n ça n e ss e po n to . P o r fi m, i n su rge-s e o ap el an te 2 ac er ca do val o r fi xado a tí tul o de ver b a h o n o r ár i a de R$ 1 50,00 ( cen to e c i n qü en ta r e ai s). A co n den a ção e m h o n o r ári o s n ão se mo str a f o i i r ri só ri a, po r qu an to r epr esen t ar i a uma qu an ti a a d equ ad a p ar a expri mi r o gr au de zel o pr o fi ssi on al , o tr ab al h o des en vo l vi do , a n atu r e za e i mpo r tân ci a da cau sa J u sta men t e po r es se mo ti vo , o ar t. 20, § 4°, do CP C, deter mi n a qu e n o s c aso s em qu e a l i d e en vo l va en te pú bl i co , é re co men d áv el a fi xa ção em val o r cer to , at en d i das as d i retr i z es do p ar ágr af o 3°, do me smo di spo si ti vo . A ssi m, m an t en h o o val o r fi xad o a tí tu l o de h o n o r ár i o s. 3 . A ssi m, co m f u l cr o n o art. 557, § 1 A , do CP C, dou par ci al pr o vi men to ao re cu r so do Mu ni cí pi o co m o o b jeti vo de al ter ar a f o r ma d e co rr eç ão e ju r o s , qu e d ever ão o bs er var a re gr a do ar t . 1 º- F, d a L ei 9.494/ 97 e, n eg o segu i men to ao re cu r so de R au l Po n tes e o u tr o s , co m f ul cr o no art. 557, c apu t, do CP C. 4 . In t Cu ri ti ba, 21 d e set embr o d e 201 1. Fe rna ndo Cé sa r Zen i J ui z Sub stit uto e m 2 º G rau

0042 . Processo/Prot: 0828809-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/203748. Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000570-58.2006.8.16.0097 Declaratória. Apelante: Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelado: Alcides Valoto, Sidinei da Silva, Darci Maria Rodrigues Carvalho (maior de 60 anos), Tereza Dias Sobrinho (maior de 60 anos), Osvaldo Domingues de Oliveira. Advogado: Celso Hideo Makita. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Apelado: Al cide s Va lot o e out ros R elat or: Jui z S ub st . 2° Grau Fe rnando Césa r Zeni 1 . Tr at a- se d e r ecu rso d e ap el aç ão i n ter po sto co n tr a a sen ten ça d e fl s. 72/ 83 , qu e ju l go u par ci al men te pr o c ed en te o pedi do i ni ci al fo rmul ado n o s au to s d e A ção D ecl ar ató r i a de In exi st ên ci a d e O br i gaç ão Tr i bu tár i a c / c Rep e ti ção d e In d éb i to n .º 27 2 /2006, p ro po st a po r A l ci d es V al o to e o u tr o s co n tr a o Mu n i cí pi o de Ivai po r ã, p ar a d e cl ar ar a i n exi stên ci a da o br i gação tri b u tár i a d o au to r r el a ti va à t ax a d e i l u mi n ação pú bl i ca e co n den ar o r éu a r esti tui r o s v al o r es p ago s a tí tu l o da r ef er i da t ax a at é a d at a d a , o bser van d o -s e a p r es cr i ção q üi n qü en al , co n tad a d a d a ta do aju i zamen to , co rr i gi do s mo n et ar i amen te p el o IGP DI a p ar ti r do p ag am en to i n devi do e acr e sci d o s de ju ro s de mo r a de 1% ao mês, a p ar ti r do tr ân si to em ju l gad o . Ai n da, co n den o u o r éu ao p agam en to d as cu s ta s p ro c es su ai s e h o no rári o s ad vo catí ci o s ar bi trado s em R $ 150, 00 ( cen to e ci n qü en ta r eai s). N as su as r azõ es (f . 89/ 97 ) , o Mu ni cí pi o ap el an t e su s ten ta , pr el i mi n ar men t e, a au sên ci a d e i n ter ess e pro ces su al do ap el ado , ei s qu e n ão r eq u er eu ad mi ni str ati va men t e a r ep e ti ção d e i n débi to ju n to à COP E L. Def en d e, ai n da, a i n épci a da i ni ci al , ei s que o ap el ado n ão demo n str o u po r mei o de carn ês o u f atu r as o ef eti vo pag amen to d a t axa d e i l u mi n ação pú bl i ca n o s ú l ti mo s ci n co an o s. No méri to , def en d e a l eg al i dade n a co br an ç a d a t axa d e i l u mi n ação pú bl i ca, s en d o qu e o ap el an t e, ao i n st i tui r a t axa d e i l u mi n ação pú bl i ca atu o u n o âmbi to de su a co mp et ên ci a co n sti tu ci on al , co nf o r me ar t. 14 5, II , da Co n sti tui ção Fed er al . A r gu men t a qu e, no pre sen te ca so , p ar a ser d ecr et ad a a i n co n sti tu ci o n al i d ade, ser i a pr eci so m ani f est ação p er an te o S T F em A ção Di reta de In co n sti tu ci on al i dade. No en t an to , as se ver a n ão exi sti r i n co n sti tu ci o n al i d ade a ser d e cl ar ad a, po r ser a i l u mi n ação pú bl i ca u m ser vi ço pú bl i co esp ecí fi co e di vi sí vel , prest ado ao co n tr i bui

n te o u po sto à su a di sp o si ção . E n fati za qu e ta xas são tr i bu to s qu e, di f er en t emen t e do s i mpo sto s en vo l vem em su a s h i pó teses d e i n ci dên c i a u ma a ti vi dade d e A dmi ni stra ção P ú bl i ca, e qu e o en qu adr amen to l eg al di spo sto n o ar t. 79 do CT N, l etr a "b", g er ar i a a p o ssi bi l i dade do mu ni cí pi o de co br ar a r ef eri d a t axa. A fi r ma q u e o ap el ado n ão d emo n str o u a pr et en s ão em r ep eti r o qu e fora pago e n ão ju n to u do cu men to s co mpr o b ató ri o s do pag amen to men ci o n ado n a i ni ci al , i n cl u si ve o val o r , co n f o rme d et er mi n a o ar t. 333, I , do CP C. A d u z qu e, t en do o ap el an t e cu mpr i do i nt egr al men t e o s di spo si ti vo s l egai s qu e r eg em a mat ér i a, p ar a a su a r espo n s abi l i zação , n e cessár i o se f az a an ál i se d e d ecl ar aç ão d e i n co n sti tu ci o n al i dad e d e l ei , p ar a f i n s de i n deni zação . E xpõ e qu e o Mu ni cí pi o de l vai po rã ap ro vo u a L ei n .º 1196/2002 qu e i n sti tui u a co n tr i bui ção p ar a cu st ei o do ser vi ço de i l u mi n ação pú bl i ca CIP , pr evi sta n o ar t. 149 -A da Co n sti tui ção Fed er al . Requ er s ej a pr o vi do o recu r so p ar a r ef o r mar a s en t en ç a, ju l g an do i mpr o ced en te a pr et en s ão do o r a ap el ad o . P o r fi m i n su r ge- se co n tr a o cri tér i o de co r re ção mo n et ár i a e do s ju r o s apl i cado s em sen ten ça. Fo r am apr es en t ad a s co n tr arr azõ es. 2 . Q u an to a al eg ação do ap el an t e d e q u e a n ão u ti l i zação d a vi a ad mi ni str ati va an t es d o p ro c es sam en to per an t e o po der ju di ci ári o ger ari a a exti n ção do pr o c esso se m ju l gamen to do mér i to (ar t. 267, i n c. V I) , est a n ão p ro sper a. Co n fo rme d et er mi n a o ar t . 5°, i n c. X X X V, da Co n sti tui ção Fed er al , a l ei n ão excl ui r á d a a pr eci a ção d o P o der J u di ci ár i o l es ão o u amea ça a di r ei to . No pr es en t e c aso , a u ti l i za ção p révi a d a vi a a dmi ni str ati va se mo s tr a desn ec ess ár i a an t e a i n co n sti tuci o n al i dade d a co br an ç a r eal i zad a medi an t e ta xa d a i l u mi n aç ão pú bl i ca. N ão é n ece ssá ri o esgo t ar a esf er a ad mi ni str ati va p ar a t er ac esso a vi a ju di ci al . Nes se s en ti do já d eci di u ess a Co r te: AP E LAÇÃO C ÍVE L - A ÇÃO DE COBR ANÇ A - A DIC IO NAL P OR T E MP O DE S E R VIÇ O - 1. D IS P E NS ÁVE L P E DID O AD MINIS T RAT IVO OU E XAU R I ME NT O DA VI A AD MI NS IT R AT IVA - INT E R E S S E DE AG IR CONF IGU R ADO - 2. LE G IS LAÇÃO E S T AT U T ÁR IA AU T O-AP LIC ÁVE L - VE R BA DE VID A E NÃO P AG A P E LO MU NIC ÍP IO - AP E LO P R OVI DO. 1 . Qualque r cidadão que se encont re na im inência de t er lesionado ou ameaçad o di reito seu, t em d ire ito à pre st a ção j uris di cional, independent e do va lor pecuniá r io d o di reito em questão, ou de ingre s so na es fera a dminist rat iv a, pois a Con sti t uição lhe garant e a ce sso à J usti ça e a p re st a ção da t utela est a t al por meio do P oder J ud iciário . 2 . O di sposit ivo do E st at uto dos S ervido re s de F ax inal, que trat a esp eci fi cament e do a dic ional por te mpo de se rv iço, é auto - apl icável, sendo p re sc indív e l ev entual regula ment ação pa ra sua i ncidên cia i mediat a . ( TJP R - 4 ª C.Cí v el - A C 0358879 -8 - F axi n al - R el .: Desª R eg i n a A fo n so P o rtes - U n ân i me - J. 16.01 .2 007) E m rel ação a al eg a ção d e i n épci a d a i n i ci al , mel h o r so r te n ão as si ste o ap el an te. I sso p o rq u e a qu es tão pr o b ató r i a t er i a, q u an do mu i to , r el aç ão co m a pr o c ed ên ci a o u i mpr o ced ên ci a do pedi do , e n ão co m a ap ti dão d a p e ti ção i ni ci al . Dem ai s a m ai s, a e xi st ên ci a d a co b r an ça est á do cu men tad a n o s au to s e é r e co n h eci d a pel o r éu n a co n te st ação . Rel ati vam en t e ao pe di do de r ep eti ç ão do i n d ébi to pl ei teado n a i ni ci al , v er i fi ca- se qu e exi st em nos au to s pro vas su f i ci en te s p ar a o aco l hi men to da pr et en s ão i ni ci al . P el o do cu men to d e f . 16/ 20 , co n st at a- se qu e o ap el ado co mpr o vo u ser co n tr i bui n te d a TIP . E st e Tr i bu n al edi to u E nu n ci ado s co m o i n tu i to d e f o rm al i zar a ju r i spr u dên ci a j á p ací fi ca r ef er en t e a vár i o s tó p i co s, e qu an to à r ep eti ção de i n débi to d a T axa d e Il u mi n ação P ú bl i ca f o i pu bl i cado , d en tr e o u tro s , o E n un ci ad o 01, qu e as si m di spõ e: "P or se t rat a r de va lo res pago s j unt amente com a fat u ra mensal de ener gia e lét rica , pa ra o ajui zamento da a ção de repet i ção da t axa de ilu minação púb lica T IP , ba st a a j unta da de uma fat ura do período da repet i ção (ant e rio r à E C 3 9 , de 1 9 .1 2 .2 0 0 2 ) ou do hi st óri co de pa gament os fo rnec ido pe la Copel, fi cando pa ra po st e rio r l iqui d ação (a rt . 4 7 5 -B, do CP C ) a apura ção do mont ante a se r rest it u ído. (T JP R AP 32 9 .9 6 3 - 8 , 2 .ª C, rel . Lauro L aert e s de Olive ira; AP 3 3 7 .5 3 6 -8 , 2 .ª C, rel . Luiz Ce za r de Oli vei ra; AP 3 3 9.2 6 9 - 0 , 2 .ª C, re l. Pé ri cles B.B. P erei ra; AP 3 4 6 .1 2 7 - 8, 2 .ª C, re l. An t ônio Re na to S t rapas son; AP 3 5 2 .5 6 0 - 0 , 2 ª C, rel . Va lt e r R e sse l; AP 3 5 3 .27 9 - 8 , 2 .ª C , rel. S il vio Dia s; AP 3 0 7 .7 6 1 - 2 , 1 . ª C, rel. S ér gio Ro dri gues; A P 3 1 1 .7 0 4 -6 , 1 .ª C, rel . Du lce Ma ria C ecconi; AG 3 29 .2 1 1 - 1 /0 1 , 1 .ª C, rel. Rube ns O live ira Font oura; AG 3 1 0 .5 2 9 -9 /0 1 , 1 .ª C , rel. A lbe rto Jo rge Pere i ra ; AG 3 2 7 .0 2 3 -3 /0 1 , 1 .ª C, re l . U li sses Lope s; AG 3 2 6 .9 6 0 - 7/ 01 , 1 .ª C, rel . Fe rnando Césa r Zeni; AP 3 3 2 .13 5 - 1 , 3 . ª C , rel. P a ulo H abith; AG 3 3 7 .5 1 1 - 1 /0 1 , 3 .ª C, rel . Dima s Ortenc io de Melo; AG 3 4 6 4 0 4 - 0 /0 1 , 3 .ª C, re l. Mana ssé s de Albuque rque. )" A deci s ão do Resp 9 19.474/ P R, co m r el ato r i a d a Mi ni str a Den i se A r ru d a, def i n e qu e a apr esen ta ção de to do s os do cu men to s é desn ec ess ár i a, vi sto q u e são el es mer amen t e ú tei s p ar a a an ál i se do pr o ce sso e n ão e ss en ci ai s à pr o p o si tu r a da a ção : "P ROCE S S U AL C IV IL E T R IBU T ÁR IO. T AXA DE ILU MI NA ÇÃ O P Ú BLICA. AÇ ÃO DE RE P E T IÇÃ O DE INDÉ B IT O. ALE G AÇÃO DO MUN IC ÍP IO DE QU E O AUT OR NÃ O JU NT OU À P E T IÇ ÃO IN IC IAL T ODOS OS C OMP R OVANT E S DE P A GAME NT O R E LAT IVOS A O P E R ÍOD O P LE IT E ADO . V IOL AÇÃ O D O ART . 2 8 3 D O CÓ DIG O DE P R OCE S S O CIV IL. NÃ O- OCOR R Ê NC I A. 1. "S ão do cum entos indi spen sávei s à p ropositu ra da de manda som ente aquele s sem o s quai s o mér ito da causa não possa se r julga do " ( DI NA M AR CO, Cândi do R angel. " In st it uição s de D ireit o P roce ssual Civ il ", Vol. I II, 5ª ed., S ão P aulo: Malheiro s E dit ore s, 2005, pp. 3 8 1/ 382 ). 2. No caso concreto, os refe rido s comp rova nt e s ap re sent a m - se como docum ento s merament e úte is , po is , confo rme con signado na sentença e no acórdão reco rrid o, os do cum entos const ant es do s aut o s sã o sufi cient e s pa ra demonst ra r de mod o inequívoco as a legação s do aut or. 3 . R ecu rso especia l de sprov ido" . (S T J- 1 ª T u rma, R E sp 9 1 9 .4 7 4 -P R , rel Min. ª Deni se A rruda, j. 0 4 .6 .0 7 , negaram p rovimento ) O bs er ve- se, ai n da, a d eci são do S u peri o r Tri bu n al de Ju sti ça, qu e co n fi rma a pr edo mi n ân ci a n aqu el a co r te do en ten di men to a ci ma d el i n eado : "T axa de ilumina çã o públ ica . Com prov ante de paga ment o. J untada. Documento e sse ncia l à propo si t ura da a ção. Inoco rrência na hipót e se. I - A P ri meira S eção de sta Co rt e , nos E RE sp n. 9 5 3 .3 6 9 -P R e 9 1 8.6 3 6 -P R , R elatora pa ra acórdão Min i st ra E liana Ca lmon, j ul gados no d ia 1 3 .0 2 .2 0 0 8 , fi rm ou o ent endi ment o no sent ido de que have ria que se conside rar a pecul ia rida de da dem a nda. II - T ra tando - se de ação de repeti ção de indébito de taxa de ilum ina ção pública, não só a dívida é repet i da e de igual cont eúdo, ma s a dem anda possui um a spe cto so cial , manife st ado pela pou ca renda da popu laçã o envolv ida, que não pode se r des conside rado. I II - Ne st e ca so, ba sta ao autor fa ze r prov a da sua condi ção de cont ribuinte para ve r sua p re ten sã o at endida, t endo em cont a o po si cionament o do S up rem o T ribunal F e dera l de in const ituc io na lidad e da exa ção , poste rgando - se para a fa se de l i quida ção de sent ença a defin ição do quantum debe at u r. IV - Ag ravo regi ment a l imp rovi do. ( A gRg no RE sp n. 1.035.24 7/P R. Rel ato r Mi ni stro Fr an ci sco Fal cão . P r i mei ra Tu r ma. U n âni me. D at a do ju l gamen to : 22 .0 4.2008 - desta qu ei ) " P o r o u tro l ado , a t axa d e i l u mi n ação pú bl i ca n ão apr es en t a o s r equ i si to s da di vi si bi li dade e d a esp eci fi ci dad e, n a medi d a em qu e a mesma co mpr een d e v ár i o s fato s g er ad o r es . E co n si der an d o qu e t an to as vi as pú bl i cas q u an to o s l o gr ado u r o s são d e u so i n di sti n to e i n di vi sí vel pel a co l eti vi dade, te m- s e qu e a i l u mi n aç ão p ú bl i ca n ão é u m s er vi ço esp ecí fi co n em di vi sí vel , ma s si m u ti u n i ver si . Tr at a- se, po r t an to , d e s er vi ço ger al , q u e a A d mi n i str ação P ú bl i ca pr o po r ci on a o u põ e à di spo si ção do po vo , e, p o r i sso , d eve ser cu s t eado pel o s i mp o sto s já p ago s pel o s ci d ad ão s. No qu e tan g e a co r r eção mo n et ári a, t em r az ão o Mu ni cí pi o de l vai po rã. S egu n do r ec en t e en t en d i men to do S TF, co n tr ar i am en t e ao qu e t em si d o deci di do pel o ST J, é co n sti tu ci o n al a l i mi taç ão d e 6 % ao an o de ju r o s de mo r a d e vi do em d eco rr ên ci a d e co n den ação ju di ci al d a Faz en d a P ú bl i ca par a p ag amen to d e verb as r emu n er a tó ri as e su a ap l i caç ão é i medi at a ao s pr o ce sso s em cu r so , vi sto qu e segu n do aqu el a Co rt e a n o rma do ar t. 1º - F , da L ei n º 9494/ 1997 , mo di fi cad a p el a M ed i da P r o vi só ri a n º 2.180 - 35/ 2001 é ap l i cáv el a pr o ce sso s em cu r so : "AG R AV O DE INS T R U ME NT O CO NDE N AÇ ÃO J UD IC IAL E XE CU ÇÃO C ONT R A A FAZE ND A P Ú BLICA VE R BAS R E MUNE R AT ÓR IAS DE VID AS A S E RVI DOR E S E E MP R EGADO S P Ú BLICOS LI MIT AÇÃO DOS JU R OS DE MOR A E M 6 % (S E IS P OR CE NT O ) AO A NO VAL IDA DE J U R ÍDI CO- CONS T IT U C IO NAL DO AR T . 1 º- F D A LE I N º 9 .4 9 4 /9 7 , NA R E DA ÇÃ O D ADA P E LA MP N º 2 .1 8 0 -3 5 /2 0 0 1 P OSS IBIL I DA DE DE S U A AP LICA ÇÃ O I ME D IAT A AOS PR OCE S S OS EM C U RS O E NT E NDIME NT O P R E VALE CE NT E NO STF P R E CE DE NT E S R E CUR S O DE AG R AVO IMP R OV ID O. (A l 7 91897 A gR, R el ato r ( a) : Mi n . CE L S O DE ME L LO , S egu n da Tu r ma, ju l gad o em 17/ 05/ 2011 , DJe -111 DIV U LG 0 9 -06 -201 1 P UBL IC 10 - 06 - 2011 E ME NT V O L -02541 -02 P P - 00 290) " P o rtan to , al ter o a sen t en ça, p ar a d et er mi n ar qu e a co r reç ão sej a f ei ta n a f o r ma d a L ei n º 94 94/1997 e co mo a sen t en ç a f o i p ro feri a em 2010, data a p ar ti r da q u al dev e i nci di r co r reção mo n et ár i a e ju r o s , o bser va- se qu e a reg r a do ar t. 1º- F, da L ei aci ma ci tad a , j á pr e vê a cu mu l aç ão d e ju r o s e co r re ção , n ão s en d o n ec es sár i a a cu mu l aç ão co m o u tr o í n di ce: "Art . 1 o -F. Na s condena ções im po sta s à F a zenda P úb li ca , independent ement e de sua natu re za e para fin s de at uali zação monet ária , re munera ção do cap ital e compen saçã o da mo ra, have rá a in cidê ncia uma ún ica ve z, at é o efet ivo pa gamento, dos índ ice s ofi ciai s de re munera çã o bás ica e j uros apl ica dos à cade rne ta de poupança." A ap l i caç ão de st e di spo si ti vo , segu n d o or i en ta ção d a S u pr ema Co r t e ( A l n º 842.063) , q u e t ev e co mo r el ato r o Mi n . Cez ar P el u so , deco r re d a i n ter pr et ação do ar t. 5 º, i n c. X X X V I, d o C F, qu e pr evê a ved a ção à r etro ati vi dad e d e l egi sl aç ão mai s gr a vo s a qu e o f en d e o di rei to adqu i ri do e o ato ju r í di co per f ei to . Co m i sso , p o r mei o do s ju l gamen to s o S u pr emo po ssu i ju ri spru dên ci a f i r me n o s en ti do d e qu e o art . 1º- F, d a L ei n º 9494/97, co m al ter a ção d ad a p el a Medi da P r o vi só ri a n º 2 180 - 35/01, te m apl i cabi l i d ade i medi at a, ai n da e m r el açã o às açõ es aju i zad a s an t es d e su a en tr ad a em vi go r . Nes se s en ti do , se en qu adr am os Ais nº 828.77 8, 776.497 e o RE n º 55 9.445. 3 . A ssi m, co m f u l cr o n o art. 557, § 1 A , do CP C, dou par ci al pr o vi men to ao re cu r so do Mu ni cí pi o co m o o b jeti vo de al ter ar a f o r ma d e co rr eç ão e ju r o s , qu e d ever ão o bs er var a re gr a do ar t . 1 º- F, d a L ei 9.494/ 97. 4 . In t Cu ri ti ba, 26 de set embr o d e 2011 . Fe rnando Cé sa r Zen i J ui z Sub stit uto e m 2 º G rau 0043 . Processo/Prot: 0828925-6 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/260663. Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00000246 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Edil Manoel. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Ag ravado: E d il Manoel R elat or: J ui z S ub st . 2 º G rau Fe rna nd o Cé sa r Z eni T R IBU T ÁR IO . E XE CU ÇÃ O F IS C AL. IP T U. ALE G A ÇÃO DE P R E S CR IÇÃO. ART . 17 4 DO CT N, P A R ÁG R AFO Ú NICO, I NC. I , DO CT N, C OM R E DAÇ ÃO D ADA PE LA LC Nº 1 1 8 /2 00 5 . DE MAN DA AJ U IZAD A ANT E S DO T R ANS CU RS O DO PRAZO P R E S CR ICION AL. DE MOR A DE TRÊS DIAS DO PODE R J UD IC ÁR IO EM R E ME T E R OS AU T OS CONCLU S OS . NÃ O AP LIC AÇÃ O DA S Ú MULA Nº 10 6 DO S T J, V IS T O QUE O ME CANIS MO J U D ICI ÁRI O I MP U LS ION OU O P R OCE S S O EM T E MP O H ÁBIL. AP LIC AÇ ÃO DO AR T . 5 57 , CAP UT , DO CP C. OCORR Ê NC IA DA P R E S CRIÇÃO. DE C I S ÃO AG RAV ADA MANT ID A. AG R AVO DE S PR OV ID O. 1 .Tr at a- se d e r ecu r so de ag r avo de i n stru men to co n tr a d eci são i n ter l o cu tó ri a d e f . 29/ 30 d a E x ecu ção F i scal n º 246/2007 , qu e d ecr eto u a pr escr i ção n a do

cr édi to tr i bu tári o de f .7 -TJ . E m su a s r azõ es d e f . 0 2/05 TJ, s u st en ta o agr avan te a n ão o co rr ên ci a d a p res cr i ção do déb i to tri bu tár i o de 200 2 , d eco rr en t e d a co br an ça d e IP TU , u m a ve z qu e a ção f oi pro po sta d en tr o do p r a zo d e 5 an o s. A du z , qu e h á i n ci dên ci a da S ú mu l a 106 d o S TJ , u ma vez qu e o pr o ce sso f i co u p ar al i sado 3 di as d a au tu a ção até a co n cl u são . 2. A deci são qu e d ecr eto u a pr escri ção es tá co r r et a, vi sto qu e à épo ca em qu e f oi d esp ach ad a a i ni ci al , dat ad a d e 19/ 03/ 2007 , já e st ava em vi g o r a LC 118 /05, qu e al tero u a r eda ção do ar t. 17 4, i n c. I, do CTN , det er mi n an do qu e o d es p ach o qu e o r den a a ci t ação t em o ef ei to d e su sp en d er o cu r so d a pr escr i ção . A execu ção f i sc al f oi aju i zad a e m 12/ 03/ 2007 , par a co br an ç a d e IP TU rel ati vo ao s exer cí ci o s de 200 2, 2003 e 200 4 . O d esp ach o qu e i n ter r o mp e a p r escri ç ão o co r reu di a 19/ 03/ 2007 , po r tan to , est á pr escri to o exer cí ci o r ef er en te a 2002 . O co rr e q u e o pr o c esso f i co u 3 di as s em mo vi men t ação , n ão h á co mo i mpu tar qu al q u er respo n sab i l i dade ao meca n i smo ju di ci ár i o , vi sto qu e 3 d i as s ão h áb ei s par a d esp ach ar u m pr o ces so . O exeq ü en t e aju i zo u a dem an d a d en tr o d o pr azo , n ão i mpo r tan do se di str i bui u a de man d a 1 mê s d epo i s d a co n sti tui ção do cr édi to o u 4 an o s, 11 mes es e 29 di as depo i s de s eu l an çam en to em CDA , o co rr e qu e o ar t. 174 do CT N, é cl ar o q u e, a i n ter r u pção d a pr es cr i ção d ar - se- á p el o desp ach o qu e o rd en a a ci ta ç ão e, est e s ó o co rr eu 19/03/ 200 7 . O pr azo f i xado pel o art. 174 do CTN, é d e 5 a n o s , s en do as si m, h á co mo decr eta r a pr escr i ção , vi sto qu e o agr avan te d emo r o u par a co br ar o déb i to m ai s d e 5 an o s . Co mo o CTN, q u e t em n atu r ez a d e l ei co mpl emen t ar , se so br epõ e à LE F, d e r i gor n eg ar s egu i men to ao re cu r so , ma s, an t es, p ar a i l u str ar es ta deci são , ci to as s egu i n tes d e ci sõ es: "AG R AV O DE INS T RU ME NT O. E XE CU Ç ÃO F IS C AL. IP T U E T AXAS MUN IC IP AIS DO E XE R CÍC I O F IS CAL DE 2 0 0 5 . ALE G AÇÃ O DE P R E S CR IÇÃO. ART . 1 7 4 DO CT N, P A R ÁGR AFO Ú NIC O, INC IS O I, DO CT N, COM R E DAÇ Ã O DA DA P E LA LC Nº 1 1 8 /2 0 0 5 , AP LIC ÁVE L À E S P É CIE . DE MA N DA AJU IZA D A A NT E S DO T R ANS CUR S O DO P R AZO P RE S CR ICI ON AL. DE MOR A D OS S E R VE NT UÁR IOS DA JU S T IÇA EM R E ME T E R OS AU T OS CON CL US OS P ARA O JU IZ C ON DU T OR DO P R OCE S S O . INC IDÊ N C IA DA S Ú MU LA 1 0 6 D O S T J. NÃO O CORR Ê NC IA D A P R E S CR IÇÃO. C IT A ÇÃ O VÁL IDA QU E INT E R ROMPE A Página 2 de 10 P R E S CR IÇÃO E R E T R OAG E À DAT A DA P R OP OS IT U R A DA AÇ ÃO, NOS T E R MOS DO AR T . 2 1 9 , § 1 º, D O CP C. P R E CE DE NT E S DO STJ. DE C IS Ã O AGR AVA DA C OR R E T A E MA NT I DA. RE CU R S O MAN IFE S T AME NT E IMP R O CE DE NT E E CONT R ÁR IO A J UR IS PR U DÊ NC I A DO T J/P R E DO S T J. AG R AVO DE INS T R U ME NT O C ONH E C IDO E NE GAD O S E G U IME NT O , EM DE C IS ÃO MONOCR ÁT ICA DO R E LAT OR . AR T . 557 DO CP C . T rat a- se de Ag ravo de In st rumento nº 0 7 8 2 5 7 4- 1 , int erpo st o contra decisão (fl s. 1 1 a 1 5 -T J e fl s. 2 8 a 3 2 dos auto s orig inário s) , p rofe ri da pelo em inente Juí zo da 7 ª Va ra Cív e l da Coma rca de L ond rina, n os aut os nº 16316- 8 7 .2 0 1 1 .8 .1 6 .00 0 0 (ant erior nº 8 2 5 2 /1 0 ), de E xecuçã o Fi sca l, aj ui za da pe lo ag ravado em fa ce da ag ravante . A deci são a quo inde fe riu a exce ção de p ré -ex ecut ivida de oposta pe la ag ra vante, po r não e st a r co nsuma da a pre sc ri çã o dos c réd it o s tr ibutá rio s, como p rete nde o execut ado e, via de consequência, o rdenou o pro ssegui ment o do feito execut ivo . O juízo a quo deixou de condenar a agrav ante ao pagament o das verb as de sucu mbência. Inc onforma da, a ex e cuta da int erpô s ag ravo de inst rum ento (f ls. 0 2 a 0 8 - T J). E nvereda sua tese recu r sal a rgumentando a ocor rência da p re s cri ção da pret en são de cob ra nça do c rédit o t ri but ário d e 2 0 0 5 , te ndo em vi sta o decu r so do s cinco an os, de sde a const itui çã o defin itiv a at é a data do de spa cho q ue ordenou a ci t ação da exe cuta da, no s te rmo s do a rt . 1 7 4 , cap ut e pa rá g rafo único , do Código T ribut á rio Na cional. Defen de, no m ais, a Ag ra vo de In st rument o nº 0782574-1 morosidade do ex equente na propo sit u ra da a ção, não sendo o ca so de inci dên cia da S úmula 106 do S uperio r T r ibuna l de Ju st i ça. E n fim , a reco r rent e pugnou seja a t ribuí do efeito suspe ns ivo ao recu r so e, ao final , da r p roviment o a o re cur so, refo rmando - se a dec isão im pugnada, ant e a o co rrência da p re scrição do c rédit o const it uído at é o ano de 2 0 0 5 , com a com inação do s ônus de sucum bência ao exeque nt e. S ucint ament e expo st o Página 3 de 10 deci do. Conhece - se do re cur so , por ob se rvad os os pre ssupo stos int rínse co s e ext rín secos de admi s sibi lida de recu r sal . P rimei rament e, i mpen de esc la rece r que é desnece ssá ria a int ervenção do parquet no s execut ivos fi sca is, consoant e o verbet e sumu lar 1 8 9 do S uperior T ri buna l de Justi ça. A reda ção dada ao arti go 557 do Código de P roce sso Civi l, pela Le i nº 9 .7 5 6 /9 8, obj et ivando de sob st rui r a pauta dos T ri bunai s e a celeri d ade da p rest açã o j urisd icional, pe rmi te que os recur so s mani fe st amente inadmi s sí vei s, im p rocedent e s, p rej udica dos ou em confront o com súmula ou com j u ri sp rudên ci a dominante no próp rio T ribunal, ou de T ri bunais S uperior es, sej am j ul gados pel o R elat or, di sp e nsando a ma ni fe st açã o do órgão colegia do. O di sp ositi vo legal re fer ido apl ica - se a o caso em exame. Ag rav o de Ins tru ment o nº 0 7 8 2 5 7 4 -1 Cinge-se a cont rové rsia a cerca da ocorrên cia da pre s cri ção do cré dit o t ributá r io, re fe rente ao exercí cio do ano de 2005, o bj et o da execução fi sca l propo st a pelo ag rav ado/exequent e, pelo decurso de mai s de cinco anos des de a da t a da con stit u ição de fin it iva do crédit o t ri but á rio. A Fa zenda P úbli ca di spõe de 0 5 (cin co) ano s para aj uiza r a ção de cob ran ça do c réd it o t ribut á rio, no t er mos do art . 1 7 4 , ca put , do Cód igo T r ibutá r io Nacional, cont ados de sua const itui ção de fin itiva , que se dá com o at o de lançamento regu larme nt e comunica d o por meio da notifica çã o ao suj eito pa ssiv o ou, quando não se pude r a fe ri r sua dat a , do dia segu int e ao vencimento do impo st o. Já, o pará g rafo único, inci so I , do a ludi do d ispos iti vo legal p re screve com o causa inte r rupt iva do la pso p rescri ci onal "o de spa cho do jui z que ordenar a ci t ação em execu ção f iscal ", com reda ção da da pela Lei Comp lement ar n º 1 1 8 / 2 0 0 5 , com vi gência a pa rti r d e 0 9 /0 6 /20 0 5 . Infe re - se , po rt ant o, qu e no caso concreto, e sse é o marco int errupt ivo da pre s cri ção quinquenal, conside rando que o aj ui zame nt o da ação oco rreu em 0 2 /0 2 /20 1 0 (fl s. 2 1 - T J ). E , adent ra ndo - se à s pe cu lia ri dade s Página 4 de 10 da ca suísti ca, da Ce rt idão de Dív ida A t iva (C DA) nº 9 7 3 .4 3 2 .0 22 (fl s. 2 3 -T J ) aco st ad a à inicial execut i va , ve ri fica- se que os débit o s de IP T U e t axas ve ncera m e m 1 5 /0 2 /20 0 5 , iniciando - se a cont ag em do lap so t empo ra l no dia seguint e, ou seja, em 1 6 /0 2 /2 0 0 5 . A dem an da fi scal foi aj uiza da em 0 2 /0 2 /2 0 10 (fl s. 2 1 - T J ), po rt ant o, d ent ro do pra zo p resc ri cional . A g ravo de Inst rumento nº 0 7 8 2 5 7 4 - 1 O despa cho do j ui z a quo or d enando a citação da agravant e/execut a da oco rre u na d at a de 2 5 /0 2 /2 0 1 0 (fls . 2 6 - T J). Já, a cit a ção da ag rava nt e ocorreu na da ta de 3 0 /0 8 /20 1 0 , com o seu compa rec im ento espont âneo, qua ndo pet icionou reque rendo a j unta d a de in st rument o de pro cura ção d e seu advogado ( fls. 3 0 -T J ), sup rindo, ent ão, a falt a do at o pro cessual , por fo r ça do art . 21 4 , § 1 º, do Có digo de P roce sso Civi l. A pesa r de ter t ransco r rido o lu st ro pre scr i cional dos déb it o s fis cai s d o ano de 2 00 5 (CDA nº 9 7 3 .4 3 2 .0 22 ), des de a const it ui ção d efinit iva at é a da ta do despa cho que o rdenou a cit a ção da execut ada/ag ravante, o fat o não pode se r im pu tado ao ag ra va do/exequent e, mas sim por de síd ia dos se rv entuá rio s da justi ça. É que os auto s somente fo ram re met ido s à conclus ão para a magi st rada de pr imei ro g rau na dat a de 2 2 /0 2 /20 1 0 , fi ca ndo pa ra li sado s por tem po d ema siado, tran spondo o pra zo de 2 4 (v i nte e quat ro) ho ra s p rev ist o no a rt . 1 9 0 , do Có digo de P roce sso Civi l. T ão logo distr ibuí da, aut uada e regi st rada a ação, os aut os devem se g ui r pa ra o j ui z dent ro de ste p ra zo máximo, o que não aconteceu, na medida em que a ação foi aut uada e regi st ra da na da ta de 0 2 /0 2 /2 0 1 0 , sendo conclu so s ao juí zo a quo na data de 2 2 /0 2 /2 01 0 , para li sação e ssa que contr ibuiu pa ra o a dv ento da p re scr ição. Conclu indo, se nã o fosse a mo ros idade da má quina j ud i ciá ria em enca minha r o s aut os pa ra des pacho de c itação da e xecutada , o ra ag ra vant e, não haveria o t ran scu r so do lap so pre scr i cional. Ag ra vo de In st rument o nº 0 7 8 2 5 7 4 -1 Diant e d is so, no ca so em exa me, Página 5 de 10 out ro cam inho não rest a senão a aplica ção da S úmula 1 0 6 , do S uperio r T ri bunal de J u st i ça, ei s que a dem ora na c itação se deu por des ca so do mecani smo j udiciá rio. Out ro não é o ent endiment o dest a T erce i ra Câm a ra Cível , senão v ejam os: "AP E L AÇ ÃO C ÍVE L E XE CU ÇÃO FIS C A L - E XT INÇÃ O D O FE IT O P R E S CR IÇÃO CR É DIT O T RIBUT ÁR IO CO M CO NS T IT U IÇÃ O DE F INIT IV A E M 0 1 /0 3 /1 9 9 7 PR E S CR IT O INOBS E RVÂNC I A DO P R AZO QU IN QUE NAL P AR A A INT E P OS IÇÃ O DA AÇ ÃO DE COBR AN ÇA DE MA IS CR É DIT OS T R IBU T ÁRIOS INT E R R UP ÇÃ O DA P R E S CRIÇ ÃO N Ã O CARA CT E R IZA DA DE MORA N A C IT AÇ ÃO I MP U T ADA AO AP AR E LH O JU DICÁR I O AP L ICA ÇÃ O DA S Ú MU LA 1 0 6 DO S T J PAR ALIS AÇÃ O INJ UT I F ICA DA QUE INT E R FE R E NO P R AZO P RE S CR ICIONAL - AP E LAÇÃO C ÍVE L CONHE C I DA E P AR CIALME NT E P R OVI DA ." (T J P R - D espa cho - AC. 0 7 2 4 7 3 3 - 0 - 3ª CC. - Rel. De s. Dima s O rt êncio de Melo - Ju lg. 1 4 /0 1 /20 1 1 - DJ :5 5 3 de 2 0 /0 1 /2 0 1 1 - Cíve l) " AP E L AÇÃ O. E MBAR G OS DO E XE CU T AD O. E XE CUÇÃO F IS C AL. IP T U . P R E S CR IÇÃO INT E R COR R E NT E . N ÃO AP E R FE IÇ OA ME NT O. DE MOR A DA C IT AÇ ÃO DE COR R E NT E DA MOR OS ID ADE DO S E R VIÇO JU DIC IAL. AUS Ê NC IA DE DE S ÍD IA DO MUN IC ÍP IO E XE QU E NT E . S ÚMUL A 106 DO S U P E R IOR T R IBU NAL DE J US T IÇA . CE RCE A ME NT O DE DE F E S A. R E CONH E C IME NT O. J UL GAME NT O ANT E C IP A DO DA L I DE IN DE VI DO. VI OLA ÇÃ O AOS P R INC ÍP IOS DO C ONT R A DIT ÓRIO E DA A MP LA DE FE S A (ART . 5º LV, DA A gra vo de In strument o nº 0782574-1 CONS T IT U IÇ ÃO FE DE RAL ). DE MAND A QU E E X IG E DIL AÇ ÃO P R OBAT ÓR IA P AR A OBT E NÇÃO DO J US T O DE S L INDE DA CAU S A. E NT E ND IME NT O J UR IS PR U DE NC I AL P ACIF I CA D O NE S T E T RIBUNAL. R E CU R S O P ARCIA LME NT E P R OVIDO." (T JP R - De spa cho - A C. 0 5 88 3 3 1 - 6 - 3 ª CC. - R el. J ui z S ub st it ut o e m 2 º G rau L uiz Ce za r N ico lau - J ulg. 2 0 /0 7 /20 1 0 - DJ :4 3 6 de 2 6 /0 7 /20 1 0 - Cív el ) R es sa lte - se, ta m bém, que em e xe cut iv o fi sca l, uma ve z ocor rida a cita ção, seus efe itos ret roagem à dat a da p ropos itu ra da demanda , n os te rmo s do a rt. 2 19 , § Página 6 de 10 1 º, do Cód igo de P rocesso Civ il, haj a vi st a se r o exercí cio do di reito de a ção o ma rco int e rru pt ivo da p re scr i ção. Se a pre scr i ção é a pe rda da p ret ensã o em ra zão de seu nã o exe rcíc io em t empo hábi l, a in ici at iva do po stulant e ao aj uiza r a ação demon st ra o fim de sua inér cia . D iant e di sso, uma vez tr iangula ri za da a relação p roce ssual com a ci tação, os efei tos desta devem sim ret roag i r, fi gurando c omo t e rm o int errupt iv o do lap so p resc ri cional a dat a do aj ui zament o do feit o. A liá s, e s se é o entendiment o fi rme es posa do pelo colendo S uperio r T ribunal de Ju st iça , que já assent ou a mat éria pelo rit o do a rt. 5 43 - C, do Código de P roce sso C ivi l , em fa ce da mul t ip licida de de recu rso s co m fundam ento em idênt i ca contrové r sia: "T R IBU T ÁR IO . E XE CU ÇÃO F IS CAL . P R E S CR IÇÃO. INT E R R U P ÇÃO C OM A CIT AÇÃO DO DE VE DOR , QU E R E T R OAGE À DAT A DE AJ U IZA ME NT O. 1 . A P ri mei ra S eçã o do S T J, no j ulgament o do R E sp 1 .1 2 0 .2 9 5 /S P , na siste máti ca do art. 5 4 3 -C do CP C, fi rmou o ent endiment o de que a cit a çã o efet iva da ret ro age à dat a da pro pos it ura da ação pa ra A g rav o de Inst rum ento nº 0 7 8 2 5 7 4 -1 efe it os de int errup ção da pre scr i ção, na for ma do a rt . 2 1 9 , § 1 º, do CP C. 2 . Re cu rso E special não prov ido. " (RE s p 1 2 1 5 8 01 / PR , R el. Minist ro H E R MAN BE NJ AMI N, S E G U ND A T U R MA, j ulgado em 0 2 /1 2 /20 1 0 , DJe 0 4 /02 /2 01 1) "E MBARG OS DE DE CLARAÇ Ã O EM RE CU R S O E S PE CIAL. P RE S E NÇA DE C ONT RA D IÇÃ O. E XE CU ÇÃO F IS CAL. IR P J. T R IBU T O S U J E IT O A LANÇA ME NT O P OR H OM OL OG AÇÃ O. PR E S CR IÇÃO . E MBAR G OS DE DE CLAR AÇÃ O AC OLH IDOS CO M E F E IT OS INFR INGE NT E S . (... ) b) A inter pre ta çã o conj ugada do a rt . 2 1 9 , § 1 º, do CP C com o art . 1 7 4 , I, d o CT N, le va à conclusã o de que a interrupção da pre scr i ção pela cit a ção v álida (red ação ori ginal do CT N) o u pelo despacho que a o rde na ( redaçã o do CT N dad a pe la LC n . 1 1 8 /2 0 05 ) semp re ret roage à dat a da propo situra da ação (aj uizament o - art . 219, § 1 º, CP C), sendo assi

m, se o quinquênio t erm inou depois do a j uizament o e ant es do Página 7 de 10 despa cho q ue ordena a cit a ção ou da próp ria cit a ção váli da , confo rme o ca so, não oco r re u a p re s cri ção. (... ) 4 . E m ba rgos de decla ração a co lhido s com efei t os inf r ingentes pa ra da r par cia l p rovi mento ao re cur so e spe cial . (E Dcl no R E sp 1 1 4 4 6 21 /DF, Rel. Mini st ro M AU R O CA MPBE LL MARQU E S , S E G U NDA T U R MA, jul gado em 2 6 /0 4/2 0 1 1 , DJ e 0 5 /05 /2 0 11 ) E, ret roa gindo a int erru pção da pre scr i ção ao t empo do aj uizam ento da demanda fi sca l (0 2 /0 2 /2 010 - fl. 2 1 -T J ), os c rédit o s fi sca i s venci dos e m 2 0 0 5 , obviament e, não e stã o fulm inados pela p res cri ção. Ag ra vo de Inst rument o nº 0 7 8 2 5 74 - 1 Dest a rt e, mo st ra - se correta a deci são que indefe riu a ex ceção de p ré -ex e cutiv ida de opost a p ela reco r rent e, po r não con suma da a pre scr ição do crédi t o t ri but á rio con st itu ído no exercício f iscal de 2 0 0 5 , impondo - se a manut enção da decisão ag ravad a, de lavra da dil igent e e operosa magi st ra da de p ri mei ro g rau, D rª. T elma R egina Magalhães s Ca rvalho. A NT E O E XP OS T O, com base no art ig o 5 5 7 caput do Cód ig o de P roce sso Civi l, nego segui mento a este ag ravo de inst rument o, ei s que manife st a mente imp rocedent e e cont rár io à j uri sprudên cia dominante no neste E g ré gio T r ibunal de Ju st i ça e no Colendo S uperior T ribunal de J u st iça, con soant e j ulga dos t rans crit o s. Int ime m - se. O port unamente , baixem o s p re sent es aut os ao j uí zo que deu ori gem à deci são reco r rida . Cu ri t iba , 2 5 de ma io de 2 0 1 1 . R U Y FR ANC IS CO T H O MAZ DE S E MBA R GAD OR RE LAT OR Agrav o de In st rumento nº 0 7 8 25 7 4 - 1 )" (TJ PR - A C 782.574 - 1, 7ª V ar a Cí vel da Co mar ca d e L o n dri n a, 3ª C C v, r el . De s. Ru y Fr an ci sco Th o maz, Mo n o cr áti c a, J. 25.05.201 1)" "AP E L AÇ ÃO C ÍVE L E XE CU ÇÃO FIS C A L - E XT INÇÃ O D O FE IT O P R E S CR IÇÃO CR É DIT O T RIBUT ÁR IO CO M CO NS T IT U IÇÃ O DE F INIT IV A E M 0 1 /0 3 /1 9 9 7 PR E S CR IT O INOBS E RVÂNC IA DO P R AZO QU IN QUE NAL P AR A A INT E P OS IÇÃ O DA AÇ ÃO DE COBR AN ÇA DE MA IS CR É DIT OS T R IBU T ÁRIOS INT E R R UP ÇÃ O Página 8 de 10 DA P R E S CRIÇ ÃO N Ã O CAR A CT E R IZA DA DE MORA N A C IT AÇ ÃO I MP U T ADA AO AP AR E LH O JU DICÁR I O AP L ICA ÇÃ O DA S Ú MU LA 1 0 6 DO S T J PAR ALIS AÇÃ O INJ UT I F ICA DA QUE INT E R FE R E NO P R AZO P RE S CR ICIONAL - AP E LAÇÃO C ÍVE L CONHE C I DA E P AR CIALME NT E P ROVIDA. " ( TJ P R - D esp a ch o - A C. 0724733 -0 - 3ª CC. - R el . De s. Di ma s O r t ên ci o de Mel o - J ul g. 14/ 01/ 2011 - DJ :5 53 de 20/ 01/ 2011 - Cí vel ) "AP E L AÇ ÃO. E MBARG OS DO E XE CUT AD O. E XE CU Ç ÃO F IS CAL. IP T U. P R E S CRIÇÃO INT E R CORR E NT E . NÃO AP E R FE IÇ OA ME NT O. DE MOR A DA C IT AÇ ÃO DE COR R E NT E DA MOR OS ID ADE DO S E R VIÇO JU DIC IAL. AUS Ê NC IA DE DE S ÍD IA DO MUN IC ÍP IO E XE QU E NT E . S ÚMUL A 106 DO S U P E R IOR T R IBU NAL DE J US T IÇA . CE RCE A ME NT O DE DE F E S A. R E CONH E C IME NT O. J UL GAME NT O ANT E C IP A DO DA L I DE IN DE VI DO. VI OLA ÇÃ O AOS P R INC ÍP IOS DO C ONT R A DIT ÓRIO E DA A MP LA DE FE S A (ART . 5º LV, DA A gra vo de In strument o nº 0782574-1 CONS T IT U IÇ ÃO FE DE RAL ). DE MAND A QU E E X IG E DIL AÇ ÃO P R OBAT ÓR IA P AR A OBT E NÇÃO DO J US T O DE S L INDE DA CAU S A. E NT E ND IME NT O J UR IS PR U DE NC I AL P ACIF I CA D O NE S T E TR IBU NAL. R E CU RS O P ARC I AL ME NT E PR OVIDO." ( TJ P R - Desp ach o - A C . 058833 1 -6 - 3ª CC. - Rel . Ju i z S u b sti tu to em 2 º Gr au Lu i z Cez ar Ni co l au - Ju l g. 2 0/0 7/2010 - DJ :4 36 de 26/ 07/ 2010 - Cí vel ) P o r fi m, n ão h á co mo apl i car a S ú mu l a n º 10 6 d o S u per i o r Tri bu n al de J u sti ça, vi sto qu e o jui z de sp a ch o u em t empo h ábi l (mesmo d i a) , n ão o bst an t e o pr esen t e f ei to fo i au tu ado e m 16/ 03/ 2007 , f oi par a a co n cl u são em 19/ 03/2 007 e desp ach o u n o mesmo di a, o bs er va- se, po r tan to , u m a demo r a d e 3 di as p ar a i r p ar a co n cl u sã o , o qu e n ão h á i mp u t ar f al h a do P o d er J u di ci ár i o . Des t e mo do o m ec an i smo ju di ci ári o n ão po de s er r espo n s abi l i zado pel a o co r r ên ci a d a pr es cr i ção do débi to tr i bu tári o . Página 9 de 10 E m su m a, r es t a cl ar o n o s au to s a i n ci dên ci a d e pr esc ri ção do exer cí ci o d e 2002 ( f .7 -T J) , co n so an te se i n f er e n o art. 174 do CTN. 3. A n te o e xpo s to , n eg o pr o vi men to ao r ecu rso , co m ar ri mo n o ar t. 557, capu t , do CP C, vi sto qu e está em co n so n ân ci a co m a ju r i spr u dên ci a d o mi n an te. 4. In ti me- s e. Cu ri ti ba, 20 d e set embr o d e 201 1. F e rnando Cé sa r Zen i Jui z S ub st it uto em 2 º G rau Página 10 de 10

0044 . Processo/Prot: 0829610-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/202707. Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000576-65.2006.8.16.0097 Declaratória. Apelante (1): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelante (2): Mauro Albino (maior de 60 anos), João Caleffi (maior de 60 anos), Marco Antonio Silva Pascoal, Valdivino de Oliveira (maior de 60 anos), Antonio Bonfim (maior de 60 anos). Advogado: Celso Hideo Makita, Sandra Kiomi Makita. Apelado(s): o(s) mesmo(s) (maior de 60 anos). Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

São dois apelantes. Retifique-se a autuação. Com decisão.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA COM PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. REVOGAÇÃO DA LEI QUE INSTITUIU A TAXA. ATO COM EFEITOS EX NUNC. QUE NÃO TEM EFEITOS SOBRE SITUAÇÕES JÁ CONSTITUÍDAS. IMPOSSIBILIDADE DE NORMAS TRIBUTÁRIAS PRODUZIREM EFEITOS PARA ALCANÇAR ATOS PASSADOS. SERVIÇO PÚBLICO NÃO DIVISÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE MENSURAR O CONSUMO INDIVIDUAL DE CADA CIDADÃO. ATIVIDADE ESTATAL UTI UNIVERSI DESTINADA A BENEFICIAR A COLETIVIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE DA TAXA, PRECEDENTES E SÚMULA DO STF. DIREITO A RESTITUIÇÃO. JUROS DE MORA. PREVALÊNCIA DO CTN SOBRE LEI FEDERAL ORDINÁRIA. NORMA COMPLEMENTAR QUE AFASTA A LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA FEDERAL. AUSÊNCIA DE PROVA DE LEI MUNICIPAL MAIS VANTAJOSA. PRECEDENTES DESSA CORTE E DO STJ E DO STF. RECURSO DO RÉU A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. ALTERAÇÃO DO TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA DE OFÍCIO PARA O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. ALEGAÇÃO DO AUTOR DE INCONSTITUCIONALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. MATÉRIA NÃO VENTILADA NA INICIAL. ALEGAÇÃO DE DESCONHECIMENTO DA LEI. INADMISSÍBILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS PARA SE ENQUADRAREM NO ENUNCIADO Nº 2 DESSE TJPR. RECURSO DO AUTOR A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO. I. Trata-se de apelação cível contra decisão que julgou parcialmente procedentes os pedidos contidos na inicial para: a) declarar a nulidade e eficácia da taxa de iluminação pública; b) condenar o Município de Ivaiporã a restituir ao autor os valores indevidamente pagos a título de taxa de iluminação pública, que deverão ser calculados em posterior liquidação de sentença, limitados ao período de cinco anos anteriores à propositura da ação, devendo ser atualizada pelo IGP-DI, desde a data de cada pagamento e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês contados a partir da citação; c) condenar o Município de Ivaiporã a pagar integralmente as custas processuais e honorários advocatícios fixados em R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais). O Município de Ivaiporã alega preliminarmente que: a) falta interesse de agir, porque o autor não fez pedido administrativo; b) inépcia da inicial, porque o autor não fez prova constitutiva do seu direito. No mérito sustenta, em síntese, que: c) não há ilegalidade na cobrança de taxa de iluminação pública; d) o dispositivo constitucional é válido até que haja Declaração de Inconstitucionalidade da Lei; e) restituir valores sem prova constitutiva de seu pagamento fere princípios administrativos; f) a Emenda Constitucional nº 33 veio a dirimir qualquer controvérsia ao possibilitar aos Municípios a criação de contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública; g) a Lei 1196/2002 ao instituir a Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública legalizou a cobrança; h) o Magistrado ao condenar o Município a restituir valores atualizados pelo IGP-DI, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês feriu o artigo 1-F da Lei 9494/97. Os autores sustentam, em síntese, que: a) a sentença deixou de analisar os artigos 2º, 3º, 5º e 6º da Lei Municipal nº 1196/2002; b) a contribuição para custeio de iluminação pública instituída pelo Município de Ivaiporã é inconstitucional; c) não há compatibilidade vertical entre a Lei Municipal nº 1169/2002 e a Constituição da República; c) a lei fere o princípio da isonomia ao fixar critérios de cobrança diferenciados entre os usuário; d) a lei é inconstitucional também no ponto que autoriza o chefe do poder executivo a baixar decreto para estabelecer percentuais de descontos sobre base de cálculo, porque é vedado ao Município exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça; e) a Constituição Federal não autoriza a vinculação da base de cálculo de contribuição com quantidade do consumo de energia elétrica; f) os honorários advocatícios devem ser majorados. É o relatório. II. Recurso do Município de Ivaiporã Ausência de pedido administrativo O Município de Ivaiporã alega preliminarmente falta interesse de agir, porque o autor não fez pedido administrativo. Não é necessária a superação da via administrativa para adentrar na via judicial. Isso porque o artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal estabelece que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Nesse sentido é o entendimento dessa Corte: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO ORDINÁRIA - SENTENÇA QUE DETERMINA AO ESTADO DO PARANÁ O FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO "LEPONEX 100 MG" À PESSOA CARENTE PORTADORA DE "PROBLEMA CEREBRAL (CID F 20.4 E F 31.5)" - NECESSIDADE COMPROVADA POR REQUISIÇÃO MÉDICA - APELAÇÃO DO ESTADO - PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR - REJEITADA O FATO DE SE CONSTATAR POSTERIORMENTE QUE O MEDICAMENTO PLEITEADO POSSUI O MESMO PRINCÍPIO ATIVO DE OUTRO FORNECIDO PELO ESTADO, NÃO ACARRETA A PERDA DO OBJETO POR CARÊNCIA DE AÇÃO INTERESSE DE AGIR QUE ESTAVA PRESENTE NO MOMENTO DO AJUIZAMENTO DA DEMANDA DESNECESSIDADE DE SE ESGOTAR A VIA ADMINISTRATIVA PARA ACIONAR O PODER JUDICIÁRIO (...). (TJPR - 5ª C.Cível - AC 0750751-1 - Salto do Lontra - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas - Unânime - J. 28.06.2011) Revogação da legislação Município de Ivaiporã alega que a Lei 1196/2002 ao instituir a Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública legalizou a cobrança ao revogar a legislação anterior. Independentemente do fato da lei ter sido revogada, o contribuinte pagou indevidamente valores relativos a taxa de iluminação pública e em relação a esses tem direito de restituição. A revogação, como é feita por um juízo de conveniência e oportunidade do legislador, só produz efeitos ex nunc, não atingindo fatos pretéritos (não possui o condão de desconstituir efeitos passados). As normas que impõe dever de pagar tributos não gozam efeitos retroativos, porque isso a Constituição veda no seu artigo 150, inciso III, "a". Nesse sentido leciona Celso Antonio Bandeira de Mello: "A revogação suprime um ato ou seus efeitos, mas respeita os efeitos que já transcorreram, portanto, o ato revogador tem sempre eficácia ex nunc, ou seja, desde agora, diversamente da invalidação, que, embora em certas hipóteses também esteja restrita a estes efeitos, nas demais opera ex tunc, isto é, desde então, retroativamente." (MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. 25ª ed., Editora Malheiros: São Paulo, 2008, p. 445). Constitucionalidade do tributo Argumenta-se ainda que a Emenda Constitucional nº 33 veio dirimir qualquer controvérsia sobre a legalidade da taxa de iluminação pública ao possibilitar aos Municípios a criação de contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública. Taxa é tributo diferente de contribuição. O artigo 145, inciso II da Constituição Federal estabelece que: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; Do referido dispositivo extraem-se duas modalidades de taxas, que decorrem: a) do exercício do poder de polícia; c) da prestação de serviço público específico e divisível prestado ou posto a disposição utilizado efetiva ou potencialmente. Nesse momento, o que nós interessa é a segunda modalidade. A prestação de serviço público que permite a instituição de taxas pelo Poder Público deve estar revestida das seguintes

características: a) ser específico; b) ser divisível; c) ter sido prestado ou posto a disposição; d) ter sido utilizado efetiva ou potencialmente. O serviço público de iluminação pública não pode ser considerado divisível. Não é mensurável, não é possível individualizar o consumo ou utilização por parte de cada cidadão, destacá-la em unidades autônomas. Trata-se de atividade estatal uti universi,destinada a beneficiar a coletividade. Assim sendo, o serviço público de iluminação pública não pode ser remunerado mediante o tributo denominado taxa, evidente a ilegalidade da Lei Municipal que instituiu a cobrança da taxa de iluminação pública. Nesse sentido é o entendimento uníssono desse Tribunal de Justiça: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. APELAÇÃO CÍVEL DO RÉU. TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (TIP). INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA. SERVIÇO PÚBLICO NÃO REMUNERADO NA FORMA DE TAXA. ART. 145, II DA CF/88. SÚMULA Nº 670 DO STF. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO CORRETAMENTE LANÇADA. MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. CABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 02 DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS EM DIREITO TRIBUTÁRIO DO TJ/PR. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA NESSE TÓPICO. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. 1. "O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa" (Súmula 670 STF). 2. A redução dos honorários advocatícios tem amparo legal quando vencida a Fazenda Pública e a causa é de pequeno valor, consoante estatui o art. 20, § 4º, do CPC. Ainda, considerando as inúmeras ações tributárias, este Tribunal de Justiça aprovou o Enunciado nº 02 das Câmaras Especializadas em Direito Tributário, fixando-os em R$ 50,00 (cinqüenta reais) a R$ 700,00 (setecentos reais), dependendo do número de requerentes, a remunerar o trabalho do advogado da parte autora. REEXAME NECESSÁRIO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. ALTERAÇÃO. APLICAÇÃO DA MÉDIA ENTRE O INPC E IGP-DI. PRECEDENTE. INCIDÊNCIA, AINDA, DA LEI Nº 11.960/09 AO CASO. REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO E SENTENÇA PARCIALMENTE ALTERADA. A correção monetária deve ser calculada com aplicação da média entre o INPC e o IGP-DI, a partir de cada pagamento indevido, até a publicação da Lei nº 11.960/09, a qual deu nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, ou seja, 30/06/2009, a partir de quando os índices nesta previstos deverão ser observados. No que tange aos juros de mora, estes devem ser igualmente aplicados conforme o novel diploma, contudo, a partir do trânsito em julgado da sentença, em observância a Súmula 188 do Superior Tribunal de Justiça. (TJPR - 3ª C.Cível - ACR 0712601-2 - Foro Regional de Pinhais da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Ruy Francisco Thomaz - Unânime - J. 14.12.2010). O Supremo Tribunal Federal sumulou a matéria: Súmula 670. O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa. Especificamente em relação a ilegalidade da Lei do Município de Ivaiporã os seguintes precedentes: TJPR - 1ª C.Cível AC 777958-4 - Rel.: Des. Dulce Maria Cecconi j. 27/07/2011; TJPR - 1ª C.Cível AC 778557-1 - Rel.: Dr. Fernando Cesar Zeni j. 20/05/2011; TJPR - 1ª C.Cível AC 778065-8 - Rel.: Des. Ruy Fernando de Oliveira j. 16/05/2011; TJPR - 1ª C.Cível AC 673324-0 - Rel.: Des. Rubens Oliveira Fontoura j. 06/05/2010. Controle de constitucionalidade Para que o autor faça jus a repetição de indébito é necessário que seja reconhecida a inconstitucionalidade da cobrança da taxa de iluminação pública, que fique comprovado que o autor tinha vínculo com a Companhia. O controle de constitucionalidade difuso é aquele que se realiza no caso concreto. Trata-se de uma via de exceção, em que a pronúncia do judiciário sobre a inconstitucionalidade é indispensável para o julgamento do mérito. Sobre os efeitos de tal declaração José Afonso da Silva explica "no que tange ao caso concreto, a declaração surte efeitos ex tunc, isto é, fulmina a relação jurídica fundada na lei inconstitucional, desde o seu nascimento. No entanto, a lei continua eficaz e aplicável até que o Senado suspenda sua executoriedade; essa manifestação do Senado, que não revoga nem anula a lei, mas simplesmente lhe retira a eficácia, só tem efeitos, daí por diante, ex nunc". (SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 27ª ed, São Paulo: Malheiros, 200, p. 54). Portanto, em relação as partes envolvidas na relação jurídica em que se declara a inconstitucionalidade o efeito é retroativo, em relação a terceiros a declaração difusa só produzirá efeitos após a declaração do Senado. Então, o que está sendo realizado no caso é um controle de difuso de constitucionalidade, que como já explicado, produz efeitos ex nunc em relação às partes envolvidas. Não havendo que se falar em ilegalidade na declaração de inconstitucionalidade pelo magistrado de primeiro grau. Restituição Para que o autor tenha direito a restituição é necessário que comprove que mantinha vínculo jurídico-tributário com a COPEL durante o período de cobrança indevida. Não é necessária demonstração de empobrecimento ou prova de o serviço não foi utilizado ou não foi prestado adequadamente. Se há a declaração de inconstitucionalidade de que um tributo, em relação às partes, é como se ele nunca tivesse existido. Mesmo que o serviço tenha sido prestado e tenha sido utilizado, se não há lei adequada que institua algum tipo de cobrança, essa não pode ser efetuada. Se houve cobrança há direito a restituição. O artigo 333, incido I, do Código de Processo Civil estabelecer que o ônus da prova é de quem é alega. Como não é razoável exigir que o consumidor guarde comprovantes de pagamento por mais que 5 (cinco) anos o ônus da prova do autor restringe-se a comprovação do vínculo com a Companhia durante a vigência da lei municipal. O valor da restituição deve ser apurado em liquidação com a apresentação dos documentos pela COPEL. Nesse sentido asseverou o eminente Desembargador Antônio Renato Strapasson ao apreciar o recurso de Apelação Cível n. 420.148-9, da Sétima Vara Cível da Comarca de Londrina: "Em terceiro lugar inexiste óbice à apuração do valor a ser repetido em liquidação de sentença. Embora se revele possível a liquidação na forma do art. 604 do CPC, não é razoável exigir-se do consumidor e neste caso contribuinte, que mantenha consigo todas as faturas pagas durante o período de 5 (cinco) anos. Não se pode olvidar que o juiz, ao decidir a lide, deve levar em consideração o que de ordinário acontece na sociedade, bem como quais são os seus costumes." E foi editado o Enunciado nº 01 das Câmaras de Direito Tributário desse Tribunal de Justiça que estabelece que "por se tratar de valores pagos juntamente com a fatura mensal de energia elétrica, para o ajuizamento da ação de repetição da taxa de iluminação pública TIP, basta a juntada de uma fatura do período da repetição (anterior à EC 39, de 19.12.2002) ou do histórico de pagamentos fornecido pela Copel (...)". Os autores comprovaram a existência do vínculo com a empresa com os documentos de fls. 60/64, tendo direito a restituição e não havendo que se falar em inépcia da inicial. Juros de mora e correção monetária Por fim, o Município de Ivaiporã alega que o Magistrado ao condenar o Município a restituir valores atualizados pelo IGP- DI, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês feriu o artigo 1-F da Lei 9494/97. Não tem razão. A lei ordinária indicada no apelo não trata de repetição de indébito tributário, o tema da repetição de indébito é regulado por norma complementar. O artigo 161 do Código Tributário Nacional em relação aos débitos tributários estaduais e municipais estabelece que "Art. 161 - Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês. Parágrafo único - Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês." Mais adiante, em relação a repetição de indébitos, observa a isonomia e reciprocidade no tratamento da mora pelo inadimplemento no que concerne à percentuais e no que diz respeito à ausência de legislação específica para o tema: "Art. 167. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição. Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar." No caso em tela, não se aplica a disposição da Lei 9494/97, porque ela carece de especificidade para os temas de ordem tributária. A taxa de juros de mora na repetição de indébito deve, por analogia e isonomia, ser igual a que incide sobre os débitos tributários estaduais ou municipais pagos em atraso (art. 161). Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE TRIBUTO ESTADUAL. JUROS DE MORA. DEFINIÇÃO DA TAXA APLICÁVEL. (...) 2. Relativamente a tributos estaduais ou municipais, a matéria continua submetida ao princípio geral, adotado pelo STF e pelo STJ, segundo o qual, em face da lacuna do art. 167, § único do CTN, a taxa dos juros de mora na repetição de indébito deve, por analogia e isonomia, ser igual à que incide sobre os correspondentes débitos tributários estaduais ou municipais pagos com atraso; e a taxa de juros incidente sobre esses débitos deve ser de 1% ao mês, a não ser que o legislador, utilizando a reserva de competência prevista no § 1º do art. 161 do CTN, disponha de modo diverso. (...). (RESP 1111189/SP. Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASKI, 1ª Seção, julgado em 13/05/2009, DJe 25/05/2009). O Código Tributário Nacional é norma específica em relação à regra geral prevista no artigo 1º-F da Lei 9494/1997 (alterado pela Lei 11.960/2009), devendo prevalecer no caso. Nesse sentido leciona Carlos Maximiliano: "A disposição especial afeta a geral, apenas com o restringir o campo da sua aplicabilidade; porque introduz uma exceção ao alcance do preceito amplo, exclui da ingerência deste algumas hipóteses. Portanto o derroga só nos pontos em que lhe é contrária. Na verdade, a regra especial posterior só inutilizaria em parte a regra geral anterior, e isto mesmo quando se refere ao seu assunto, implícita ou explicitamente, para alterá- la. Derroga a outra naquele caso particular e naquela matéria especial a que provê ela própria." (MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 295/296) Mesmo que assim não o fosse, o Código Tributário Nacional é lei complementar, enquanto que a Lei 9494/97 é lei ordinária. Prevalecendo a primeira. Como o apelante não demonstra haver na legislação tributária municipal disposição mais benéfica que os termos do art. 167 do CTN para os casos de inadimplemento dos tributos municipais no que concerne a juros de mora, aplica-se a referida norma complementar. O apelante não indica, não demonstra, não menciona, não cita quais são os índices ou percentuais de juros de mora que ele cobra dos contribuintes pelo inadimplemento tributário. Deveria ter feito, não o fez, e diga-se que se o tivesse realizado, deveria ter demonstrado que tais índices ou percentuais seriam melhores que o de 1% cobrado pelo apelado. Em suma, somente se afasta a norma complementar se à luz da legislação municipal tributária e sancionatória da mora, em razão da reciprocidade também determinada na legislação federal complementar, houvesse situação mais benéfica no que toca a juros de 1%. Enfim, se os juros de mora para o inadimplemento tributário municipal fossem melhores que o 1% ao mês fixado na legislação complementar é que poderia se rever a questão para o caso da repetição de indébito. Isso não foi sequer argumentado e muito menos demonstrado em sede de apelo, logo não se pode dar provimento e alterar a sentença para aplicar legislação ordinária federal impertinente. Neste sentido, ao reafirmar a reciprocidade e isonomia é pacífica a jurisprudência do STJ: "(...) 3. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp 1111189/SP, Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 25/05/2009, sob o regime do art. 543-C do CPC, reafirmou o entendimento, que já adotara em outros precedentes sobre o mesmo tema, segundo o qual, relativamente a tributos estaduais ou municipais, em face da lacuna do art. 167, § único do CTN, a taxa dos juros de mora na repetição de indébito deve, por analogia e isonomia, ser igual à que incide sobre os correspondentes débitos tributários estaduais ou municipais pagos com atraso; e a taxa de juros incidente sobre esses débitos deve ser de 1% ao mês, a não ser que o legislador, utilizando a reserva de competência prevista no § 1º do art. 161 do CTN, disponha de modo diverso. 4. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 774.699/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/11/2009, DJe 12/11/2009) (...) 2. "Nos termos do art. 167, parágrafo único do CTN e da Súmula 188/STJ, 'Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença'. Tal regime é aplicável à repetição de indébito de contribuições previdenciárias, que também têm natureza tributária" (REsp 1.086.935/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 24/11/2008, julgado pelo regime disciplinado no 543-C do CPC). 3. Na restituição do indébito tributário, os juros de mora são devidos, à razão de 1% ao mês, conforme estabelecido no artigo 161, § 1º, do CTN, não prevalecendo o disposto no artigo 1º-F da Lei 9.494/97, acrescentado pela MP 2.180-

35/01. (...) (REsp 1111657/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 17/06/2009) "(...) 1. No tocante aos juros moratórios, a jurisprudência consagrada nesta Corte de Justiça delineia que, na restituição tributária, seja por repetição em pecúnia, seja por compensação, são devidos juros de mora. Em se tratando de valores reconhecidos em sentença cujo trânsito em julgado ocorreu em data anterior a 1º de janeiro de 1996, aplicam-se os juros moratórios previstos no Código Tributário Nacional, de um por cento (1%) ao mês, a partir do trânsito em julgado (arts. 161, § 1º, e 167, parágrafo único, do CTN). (...) 2. O art. 1º-F da Lei 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001, refere-se à incidência de juros de mora em relação ao pagamento de verbas remuneratórias, incluindo-se aí os benefícios previdenciários e demais verbas de natureza alimentar. Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, não há falar em sua aplicação, porquanto, nesses casos, são devidos juros moratórios de um por cento (1%) ao mês, nos termos do Código Tributário Nacional.(...) (AgRg nos EDcl no REsp 757.825/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 02/04/2009) TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. NÃO-APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 (MP Nº 2.180-35/01). INCIDÊNCIA DO ART. 161, § 1º, DO CTN. .PRECEDENTES.JULGAMENTO ULTRA PETITA. OCORRÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Não se aplica o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, acrescentado pela MP nº 2.180-35/2001 nas ações que visam a repetição de indébito tributário, consoante a firme orientação jurisprudencial de ambas as Turmas de direito público desta Corte. (q.v., verbi gratia, REsp nº 776811/MG; REsp nº 684216/RS; AgRg no REsp nº 764973/MG; REsp nº 714650/MG; AgRg no REsp nº 782610/MG.). 2. O colendo STF, ao julgar, por maioria, em 28/02/2007, o RE nº 453740/RJ, limitou em 6% ao ano juros de mora pagos pela União referente às dívidas judiciais decorrentes de verbas remuneratórias devidas a servidores ou empregados públicos. Destacou-se exceção a essa regra o indébito tributário, em relação ao qual aplica-se o art. 161, § 1º, do CTN, c/c o art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250/95. Esclareceu-se que a Fazenda Pública, no caso do indébito, remunera de modo mais vantajoso, porque, quando exige o pagamento, também o faz de forma mais elevada, tratando-se, portanto, de reciprocidade que vincula a cobrança à dívida. 3. Pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que os juros de mora, em compensação ou restituição de indébito tributário, contam-se a partir do trânsito em julgado da decisão judicial (art. 167, parágrafo único, do CTN). 4. A questão vertente à retenção do imposto de renda decidida pelo juízo de primeiro grau e mantida no TJRS foi analisada fora dos limites da lide. Ocorrência de julgamento ultra petita. 4. Recurso parcialmente provido. (REsp 936.710/RS, Rel. MIN. CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 26/02/2008, DJe 24/03/2008) No mesmo sentido é o STF: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PERCENTUAL DOS JUROS MORATÓRIOS NA REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TERMO INICIAL. Os juros de mora, na repetição de indébito tributário, são de 1% ao mês. O termo inicial da fluência dá-se na data do trânsito em julgado da decisão [artigo 167, parágrafo único, do CTN. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 715333 AgR, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 12/08/2008, DJe-162 DIVULG 28-08-2008 PUBLIC 29-08-2008 EMENT VOL-02330-16 PP-03290) EMENTA: Tributo. Restituição do indébito. Procedência. Juros de mora. Taxa de 1% ao mês. Cômputo a partir do trânsito em julgado da sentença. Compensação. Competência da autoridade tributária. Teses assentadas pela jurisprudência do STF. Ausência de razões novas. Decisão mantida. Agravo improvido. Os juros de mora, na repetição de indébito tributário, são de 1% ao mês, desde o trânsito em julgado da sentença. (RE 428675 ED-AgR, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Primeira Turma, julgado em 06/12/2005, DJ 03-02-2006 PP-00026 EMENT VOL-02219-08 PP-01641 RT v. 95, n. 848, 2006, p. 156-157) Pelo exposto acima e como os juros de mora constituem matéria de ordem pública, que deve ser analisada de ofício pelo julgador, altero o termo inicial de para o trânsito em julgado da sentença e não a citação. A respeito do conhecimento de ofício os seguintes precedentes: RECURSO ESPECIAL - SEGURO - EMBRIAGUEZ - PROVA - FUNDAMENTO INATACADO - JUROS MORATÓRIOS - TERMO INICIAL - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. (...) 2.- Os juros de mora constituem matéria de ordem pública e a alteração de seu termo inicial, de ofício, não configura reformatio in pejus. (Precedentes: AgRg no Ag 1114664/RJ, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, Quarta Turma, DJe de 15/12/2010; EDcl nos EDcl no REsp 998935/DF, Rel. Ministro Vasco Della Giustina, Terceira Turma, DJe 04/03/2011). 3.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1086197/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/07/2011) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALTERAÇÃO JUROS MORATÓRIOS FIXADOS NA SENTENÇA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. REFORMATIO IN PEJUS. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO NOS MOLDES DO ARTIGO 541 DO CPC. NECESSIDADE. AFRONTA A SÚMULA. CONCEITO DE LEI FEDERAL. INADEQUAÇÃO. 1. Por se tratar de matéria de ordem pública previsto no art. 293 do CPC, pode o Tribunal alterar o percentual de juros moratórios impostos na sentença, ainda que inexista recurso da parte com esse objetivo, sem que se constitua em julgamento extra-petita ou infringência ao princípio do non reformatio in pejus. Precedentes. 2. A alegação de divergência jurisprudencial entre acórdão recorrido e súmula não dispensa as formalidades exigidas pelo art. 541. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1144272/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 30/06/2010). A respeito de o termo inicial ser o trânsito em julgado da decisão já se posicionou o Supremo Tribunal Federal: EMENTA: Tributo. Restituição do indébito. Procedência. Juros de mora. Taxa de 1% ao mês. Cômputo a partir do trânsito em julgado da sentença. Compensação. Competência da autoridade tributária. Teses assentadas pela jurisprudência do STF. Ausência de razões novas. Decisão mantida. Agravo improvido. Os juros de mora, na repetição de indébito tributário, são de 1% ao mês, desde o trânsito em julgado da sentença. (RE 428675 ED-AgR, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Primeira Turma, julgado em 06/12/2005, DJ 03-02-2006 PP-00026 EMENT VOL-02219-08 PP-01641 RT v. 95, n. 848, 2006, p. 156-157) Recurso dos autores Contribuição para custeio de iluminação pública Os autores sustentam a inconstitucionalidade da contribuição para custeio de iluminação pública instituída pela Lei Municipal nº 1196/2002. A fundamentação da ação de repetição de indébito trata apenas da taxa de iluminação pública, não há sequer referência a contribuição para custeio de iluminação pública. Nesse sentido o pedido da ação restringe-se "a declaração da inexistência da obrigação tributária dos autores relativo a Taxa de Iluminação Pública (TIP) cobrada e instituída pelo Município de Ivaiporã (...); a condenação do réu a restituir os valores pagos nós últimos cinco anos, a título de TIP, corrigidos monetariamente (...); a condenação do réu a abster de, a qualquer tempo, cobrar TIP na forma instituída e cobrada (como taxa), sob pena de multa cominatória". A alegação dos autores de que "não se pode delimitar a presente demanda somente em relação a TAXA, pois somente com a apresentação da contestação do município-réu de fls. e com a juntada de Leis Municipais de fls., é que os apelantes, tiveram conhecimento da lei municipal nº 1.196/2002 que instituiu de forma ILEGAL a cobrança da COSIP. Momento este em que impugnaram oportunamente em sede de impugnação à contestação (...)" não merece prosperar. Primeiro, porque ninguém pode alegar o desconhecimento a lei. Segundo, porque se o autor pretende a restituição de valores pagos a título de taxa de iluminação pública deve tomar o cuidado de verificar até que momento houve o pagamento indevido. A alteração da lei não pode nem sequer ser considerada como fato superveniente a propositura da ação, uma vez que essa data de 02 de maio de 2006 e a Lei Municipal nº 1196/2002 é de 2002. Terceiro, o artigo 264 do Código de Processo Civil estabelece que "feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei." Compulsando-se os autos verifica-se que não há qualquer anuência por parte do réu. Portanto, o pedido de repetição dos valores pagos a título de contribuição para custeio de iluminação pública não deve ser conhecido por constituir inovação recursal. Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE. TERMO INICIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. COMPROVAÇÃO. PARTICIPAÇÃO EM PATRULHAMENTO E VIGILÂNCIA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AO ART. 30 DA LEI 4.242/1989. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. (...) 2. Em nenhum momento, nas razões do Recurso Especial, alegou a agravante que o termo inicial para a concessão do benefício deveria ser a data da citação válida, vindo tal argumento a ser veiculado apenas no Agravo Regimental, o que configura inadmissível inovação recursal. (AgRg no Ag 1410237/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2011, DJe 08/09/2011) Honorários advocatícios Quanto ao pedido de majoração dos honorários advocatícios a questão já se encontra pacificada por esse Tribunal de Justiça através do Enunciado nº 2 da Primeira, Segunda e Terceira Câmara Cível, que assim estabelece: Enunciado n.º 02 - Na fixação dos honorários advocatícios em ações de repetição da taxa de iluminação pública TIP julgadas procedentes, deve ser levado em conta também, e principalmente, o fato de que tais ações vêm repetidas em grande número. É adequado e suficiente o valor de R$ 50,00 para as ações individuais, aumentando-se conforme o número de pessoas integrantes do pólo ativo, até o limite de R$ 700,00, para os casos de 10 (dez) ou mais litisconsortes ativos. Como se tratam de 5 (cinco) autores os honorários devem ser majorados para R $ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais). III. Por ser manifestamente improcedente e estar em confronto com jurisprudência dominante nesse Tribunal e nos Tribunais Superiores nego seguimento ao recurso do réu, com fulcro no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil e dou parcial provimento ao recurso dos autores apenas para majorar os honorários advocatícios para R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais) e, de ofício, altero o termo inicial de incidência dos juros de mora para o trânsito em julgado da decisão. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Fábio André Santos Muniz

0045 . Processo/Prot: 0829615-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/298867. Comarca: Apucarana. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00002615 Execução Fiscal. Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Marco Aurélio Barato, Daniel Augusto Cerizza Pinheiro. Agravado: João André dos Santos. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Relator: Juiz Fernando César Zeni  Subst. 2º Grau A gravante: Fazenda Públic a do E stado do Paraná A gravado: João A ndré dos Santos 1. Trat a-se de agravo de i n stru men t o in t erpost o con t ra a deci são qu e dei xou de receber o recu rso de apel ação por se t rat ar de val or ín fi mo e n ão con h eceu por mei o de prin cí pi o da fun gi bil i dade como embargos i n fri n gent es. 2. Di spõe o art . 3 4 da LE F qu e: " A rt. 34. Das sentenç as de primeir a instânc ia prof eridas em exec uç ões de valor igual ou inf erior a c inqüenta O brigaç ões do T esouro N ac ional  O TN , só se admit irão embargos inf ringentes e de dec laraç ão." V eri fica-se qu e o val or da execu ção fi scal qu e ori gi n ou o present e recu rso, referen t e a pen a de mu l t a em decorrên ci a do Pr ocesso Cri me n º 2 0 0 2 .05 3 -8 , por i n fri gên ci a das pen as i n cursas n as san ções previ st as n o art . 1 5 5 , in c. IV , do CPC, a qu al correspon de a i mport ân ci a de R$ 36 9 ,4 0 . Todavi a, em jan ei ro de 2 0 0 1 , 5 0 ORTN 's já corresp on di am a R$ 3 2 8 ,2 7 (t rezent os e vi n t e e oi t o reai s e vi n t e e set e cent avos). Port an t o, o val or en vol vi do n a execu ção agravada é i n feri or a 5 0 ORTNs e, con sequ ent emen t e, n ão é possí vel de se conh ecer do recu rso de apel ação. S obre o t ema, con fi ra-se a ju rispru dência do S TJ: " PRO CESSUAL CIVIL E T RIBUTÁ RIO . A GRA VO RE GIME NT AL E M A GRA VO DE IN ST RUME NT O . E XE CUÇÃ O FISCA L . VA L O R DA E XE CUÇÃ O IN FERIO R A 50 O RT N .

DESCA BIMEN TO DO RE CURSO DE APE LA ÇÃ O . E MBA RGOS IN FRIN GE N TE S . CA BIMEN TO . A RT . 34 DA LE I DE E XE CUÇÃ O FISCA L . 1. O rec ur so de apelaç ão, na exec uç ão f isc al, somente é admissível se o valor da dívida, monetariamente atualiza da, f or s uperior ao teto de 50 (c inqüenta) O RTN 's, f ixado para ef eito de alç ada rec ursal. 2. A s sentenç as de primeiro grau prof eridas em execuç ões de pequeno valor desaf iam os recursos c onsistentes nos embargos inf ringentes e nos embargos de dec laraç ão. Prec edentes: AG 957.728/PR, rel. Min. Denise A rruda, DJ 01.02.2008; A G N º 951.362/PR, relat. Min. E liana Calmon, DJ . 18.12.2007; RE SP 887.272/SP, rel. Min. Humberto Martins, DJ 28.03.2007; RE SP 413667/RS, Rel. Min. José Delgado, DJ 13/05/2002. 3. Inc idênc ia do enunc iado sumular n.º 83 deste Superior T ribunal de Justiç a, verb is: " N ão se conhec e do rec urso espec ial pela divergênc ia, quando a orientaç ão do T ribu nal se f irmou no mesmo sentido da dec isão rec orrida" . 4. O verbete n.º 83 da Súmula desta Corte aplic a -se ao rec urso espec ial arrimado na alíne a 'a' quando o ac órdão rec orrido se af inar à jurisprudênc ia do Superior T ribunal de Justiç a. Prec edentes: A gRg no AG 507707/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhi do, Sexta T urma, DJ de 02.02.2004; A gRg o A G 723758/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, T erc eira T urma, DJ de 02.05.2006) 5. A gravo regimental desprovido. (S TJ, A gRg n o A g 9 2 7 9 6 6 / PR, Pri mei ra Tu rma, Rel . Mi n . Lu i z Fu x, ju l g. 0 3 /0 4 /2 0 08 )." Port an t o, est a equ i vocada a deci são d o ju i z qu e n ão recebeu o recu rso, h aja vi st a qu e seu val or é in feri or a 5 0 OTN's, sen do qu e o recu rso de apel ação n est es casos de val or í n fimo, a luz do princ ípio da f ungibil idade, deverá ser rec ebido c omo embargos inf ringentes no juízo de origem . 3. Di an t e do expost o, com fu n damen t o n o art . 5 5 7 , § 1 º-A , do CPC, dou provimento , para qu e seja rec ebido o rec urso de apelaç ão c omo embargos inf ringentes , apl i can do assi m o pri ncí pi o da fu n gi bi l i dade, o qu al deverá ser apreci ado pel o ju í zo de ori gem. 4. Int. Cu ri t i ba, 21 de set embro de 2 01 1 . Fernando César Zeni Juiz Substituto em 2º Grau

0046 . Processo/Prot: 0830156-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/201726. Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0026012-33.2010.8.16.0017 Embargos a Execução. Apelante: Município de Maringá. Advogado: Luiz Carlos Manzato, Susana Valéria Galhera Gonçalves. Apelado: Valdo Amos da Silva (maior de 60 anos), Carlos Aparecido de Oliveira Rios, Maria Cláudia da Silva Ramos, Maria Cleusa Martins, Luiz dos Reis, Carlos Lazaretti, Iracema Rodrigues Donani, Dalmacio Trintin, José de Almeida (maior de 60 anos). Advogado: Angela Maria de Almeida Sgarbosa, Roseli Aparecida Biazibetti. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Apelado: Valdo A mos da S ilva R elat or: J ui z S ub st . 2 º G rau Fe rna nd o Cé sa r Z eni 1 . Tr at a- s e d e ap el ação cí vel i n ter po s t a p el o Mun i cí pi o de Mar i n gá co n tr a a s en t en ç a d e f . 3 1/33 , pro f er i da p el o ju í zo da 5ª V ar a Cí vel da Co marc a d e Mar i n gá, pro f er i d a n o s au to s de E mb ar go s a E xecu ção n ° 26012/2010. N as su as r azõ es ( f . 35/ 37 ) , o ap el an t e r equ ereu o co n h eci men to e pr o vi men to do recu r so , ref o r man d o -s e a sen t en ça p ar a o fi m de q u e o í n di ce de co rr eç ão mo n et ár i a u ti l i ze o mê s su b seq ü en t e ao i n fo r mado pel a Co pel e n ão do mês d e co mp et ên ci a. Re ceb i do o r ecu r so d e ap el ação , f o r am apr e sen ta d as c o n tr arr azõ e s ( f. 41/ 44 ) . 2 . Ci n ge- s e a co n tro vér si a a cer ca do ter mo i ni ci al da co r re ção mo n et ár i a de val o r es r ef er en tes à r esti tu i ção de t ax a de i l u mi n ação pú bl i ca. Nes se s en ti do ci to o segu i n te ju l gado : P R OCE S S UAL CIV IL - AGR AV O DE IN S T R UME NT O - E XE CU ÇÃ O DE T ÍT UL O J U DI CIAL - R E P E T IÇÃO DE INDÉ B IT O - T AX A D E ILU MINAÇ Ã O P Ú BLICA - H OM OL OG AÇÃO DO C ÁLCULO DO VALOR E XE QUE NDO - C ONT R OVÉ R S IA S OBR E O MAR C O INI CIAL DE INC IDÊ N C IA DA C OR RE ÇÃO M ONE T ÁR IA - U T IL IZ AÇÃ O DE D OCU ME NT O QU E NÃO C OMP ROV A P AG AME NT O D O T R IBU T O - OFE NS A À S ÚMUL A 1 6 2 /S T J - R E CU R S O P R OVIDO DE PL ANO - AR T IGO 5 5 7 , § 1 º , "A ", D O CP C.. S úmula 1 6 2/ ST J : "Na repet i ção de indébito inc ide a corre ção m onetár ia a pa rt i r do pag ament o indevido. ( A gr avo de In str u men to n. 687.689 - 3. 1ª CCv, R el . D es . Ru y Cu n h a S o bri n ho . Deci são 01/ 07/ 2010 .) Des t a f o r ma, en co n tr an d o -s e a sen ten ça em m an i f es to co n fr o n to co m o en u n ci ado da S ú mu l a 162, do S uperi o r Tri bu n al d e Ju sti ça, é d e se dar p ro vi men to ao recu r so , a f i m de d et er mi n ar q u e s e co n si der e co mo t er mo i ni ci al de i n ci dên ci a d a co r r eção mo n et ár i a o mês su bs eqü en t e ao do hi stó ri co apr es en t ado p el a CO P E L . 3 . Di an te do expo sto , do u pro vi men to ao r ecu r so , co m arr i mo no ar t. 557, § 1° - A , do CP C, p ar a o fi m d e qu e o í n di ce d e co r re ção mo n et ár i a i n ci da a p ar ti r do mês su bs eqü en t e ao i n fo r mad o n o s h i stó ri co s da Co p el . 4 . In ti mem- s e Cu ri ti ba, 27 d e set embr o d e 201 1. F ernando Césa r Zeni Jui z S ubst it uto em 2 º G rau Página 2 de 2

0047 . Processo/Prot: 0830221-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/203654. Comarca: Ivaiporã. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0000565-36.2006.8.16.0097 Declaratória. Apelante (1): Maria Raimunda (maior de 60 anos), Tereza de Jesus da Silva (maior de 60 anos), Maria Aparecida Batista Gomes (maior de 60 anos), Maria de Lourdes Moreira (maior de 60 anos), Luiz Paulino Soares. Advogado: Celso Hideo Makita, Aldo Massaharu Makita. Apelante (2): Município de Ivaiporã. Advogado: João Fábio Hilário. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Salvatore Antonio Astuti. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fabio Andre Santos Muniz. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA COM PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. REVOGAÇÃO DA LEI QUE INSTITUIU A TAXA. ATO COM EFEITOS EX NUNC. QUE NÃO TEM EFEITOS SOBRE SITUAÇÕES JÁ CONSTITUÍDAS. IMPOSSIBILIDADE DE NORMAS TRIBUTÁRIAS PRODUZIREM EFEITOS PARA ALCANÇAR ATOS PASSADOS. SERVIÇO PÚBLICO NÃO DIVISÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE MENSURAR O CONSUMO INDIVIDUAL DE CADA CIDADÃO. ATIVIDADE ESTATAL UTI UNIVERSI DESTINADA A BENEFICIAR A COLETIVIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE DA TAXA, PRECEDENTES E SÚMULA DO STF. DIREITO A RESTITUIÇÃO. JUROS DE MORA. PREVALÊNCIA DO CTN SOBRE LEI FEDERAL ORDINÁRIA. NORMA COMPLEMENTAR QUE AFASTA A LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA FEDERAL. AUSÊNCIA DE PROVA DE LEI MUNICIPAL MAIS VANTAJOSA. PRECEDENTES DESSA CORTE E DO STJ E DO STF. RECURSO DO RÉU A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. ALTERAÇÃO DO TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA DE OFÍCIO PARA O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. ALEGAÇÃO DO AUTOR DE INCONSTITUCIONALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. MATÉRIA NÃO VENTILADA NA INICIAL. ALEGAÇÃO DE DESCONHECIMENTO DA LEI. INADMISSÍBILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS PARA SE ENQUADRAREM NO ENUNCIADO Nº 2 DESSE TJPR. RECURSO DO AUTOR A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO. I. Trata-se de apelação cível contra decisão que julgou parcialmente procedentes os pedidos contidos na inicial para: a) declarar a nulidade e eficácia da taxa de iluminação pública; b) condenar o Município de Ivaiporã a restituir ao autor os valores indevidamente pagos a título de taxa de iluminação pública, que deverão ser calculados em posterior liquidação de sentença, limitados ao período de cinco anos anteriores à propositura da ação, devendo ser atualizada pelo IGP-DI, desde a data de cada pagamento e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês contados a partir da citação; c) condenar o Município de Ivaiporã a pagar integralmente as custas processuais e honorários advocatícios fixados em R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais). O Município de Ivaiporã alega preliminarmente que: a) falta interesse de agir, porque o autor não fez pedido administrativo; b) inépcia da inicial, porque o autor não fez prova constitutiva do seu direito. No mérito sustenta, em síntese, que: c) não há ilegalidade na cobrança de taxa de iluminação pública; d) o dispositivo constitucional é válido até que haja Declaração de Inconstitucionalidade da Lei; e) restituir valores sem prova constitutiva de seu pagamento fere princípios administrativos; f) a Emenda Constitucional nº 33 veio a dirimir qualquer controvérsia ao possibilitar aos Municípios a criação de contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública; g) a Lei 1196/2002 ao instituir a Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública legalizou a cobrança; h) o Magistrado ao condenar o Município a restituir valores atualizados pelo IGP-DI, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês feriu o artigo 1-F da Lei 9494/97. Os autores sustentam, em síntese, que: a) a sentença deixou de analisar os artigos 2º, 3º, 5º e 6º da Lei Municipal nº 1196/2002; b) a contribuição para custeio de iluminação pública instituída pelo Município de Ivaiporã é inconstitucional; c) não há compatibilidade vertical entre a Lei Municipal nº 1169/2002 e a Constituição da República; c) a lei fere o princípio da isonomia ao fixar critérios de cobrança diferenciados entre os usuário; d) a lei é inconstitucional também no ponto que autoriza o chefe do poder executivo a baixar decreto para estabelecer percentuais de descontos sobre base de cálculo, porque é vedado ao Município exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça; e) a Constituição Federal não autoriza a vinculação da base de cálculo de contribuição com quantidade do consumo de energia elétrica; f) os honorários advocatícios devem ser majorados. É o relatório. II. Recurso do Município de Ivaiporã Ausência de pedido administrativo O Município de Ivaiporã alega preliminarmente falta interesse de agir, porque o autor não fez pedido administrativo. Não é necessária a superação da via administrativa para adentrar na via judicial. Isso porque o artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal estabelece que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Nesse sentido é o entendimento dessa Corte: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO ORDINÁRIA - SENTENÇA QUE DETERMINA AO ESTADO DO PARANÁ O FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO "LEPONEX 100 MG" À PESSOA CARENTE PORTADORA DE "PROBLEMA CEREBRAL (CID F 20.4 E F 31.5)" - NECESSIDADE COMPROVADA POR REQUISIÇÃO MÉDICA - APELAÇÃO DO ESTADO - PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR - REJEITADA O FATO DE SE CONSTATAR POSTERIORMENTE QUE O MEDICAMENTO PLEITEADO POSSUI O MESMO PRINCÍPIO ATIVO DE OUTRO FORNECIDO PELO ESTADO, NÃO ACARRETA A PERDA DO OBJETO POR CARÊNCIA DE AÇÃO INTERESSE DE AGIR QUE ESTAVA PRESENTE NO MOMENTO DO AJUIZAMENTO DA DEMANDA DESNECESSIDADE DE SE ESGOTAR A VIA ADMINISTRATIVA PARA ACIONAR O PODER JUDICIÁRIO (...). (TJPR - 5ª C.Cível - AC 0750751-1 - Salto do Lontra - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Rogério Ribas - Unânime - J. 28.06.2011) Revogação da legislação Município de Ivaiporã alega que a Lei 1196/2002 ao instituir a Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública legalizou a cobrança ao revogar a legislação anterior. Independentemente do fato da lei ter sido revogada, o contribuinte pagou indevidamente valores relativos a taxa de iluminação pública e em relação a esses tem direito de restituição. A revogação, como é feita por um juízo de conveniência e oportunidade do legislador, só produz efeitos ex nunc, não atingindo fatos pretéritos (não possui o condão de desconstituir efeitos passados). As normas que impõe dever de pagar tributos não gozam efeitos retroativos, porque isso a Constituição veda no seu artigo 150, inciso III, "a". Nesse sentido leciona Celso Antonio Bandeira de Mello: "A revogação suprime um ato ou seus efeitos, mas respeita os efeitos que já transcorreram, portanto, o ato revogador tem sempre eficácia ex nunc, ou seja, desde agora, diversamente da invalidação, que, embora em certas hipóteses também esteja restrita a estes efeitos, nas demais opera ex tunc, isto é, desde então, retroativamente." (MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. 25ª ed., Editora Malheiros: São Paulo, 2008, p. 445). Constitucionalidade do tributo Argumenta-se ainda que a Emenda Constitucional nº 33 veio dirimir qualquer controvérsia sobre a legalidade da taxa de iluminação pública ao possibilitar aos Municípios a criação de contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública. Taxa é tributo diferente de contribuição. O artigo 145, inciso II da Constituição Federal estabelece que: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: II - taxas, em razão do exercício

do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; Do referido dispositivo extraem-se duas modalidades de taxas, que decorrem: a) do exercício do poder de polícia; c) da prestação de serviço público específico e divisível prestado ou posto a disposição utilizado efetiva ou potencialmente. Nesse momento, o que nós interessa é a segunda modalidade. A prestação de serviço público que permite a instituição de taxas pelo Poder Público deve estar revestida das seguintes características: a) ser específico; b) ser divisível; c) ter sido prestado ou posto a disposição; d) ter sido utilizado efetiva ou potencialmente. O serviço público de iluminação pública não pode ser considerado divisível. Não é mensurável, não é possível individualizar o consumo ou utilização por parte de cada cidadão, destacá-la em unidades autônomas. Trata-se de atividade estatal uti universi,destinada a beneficiar a coletividade. Assim sendo, o serviço público de iluminação pública não pode ser remunerado mediante o tributo denominado taxa, evidente a ilegalidade da Lei Municipal que instituiu a cobrança da taxa de iluminação pública. Nesse sentido é o entendimento uníssono desse Tribunal de Justiça: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. APELAÇÃO CÍVEL DO RÉU. TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (TIP). INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA. SERVIÇO PÚBLICO NÃO REMUNERADO NA FORMA DE TAXA. ART. 145, II DA CF/88. SÚMULA Nº 670 DO STF. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO CORRETAMENTE LANÇADA. MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. CABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 02 DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS EM DIREITO TRIBUTÁRIO DO TJ/PR. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA NESSE TÓPICO. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. 1. "O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa" (Súmula 670 STF). 2. A redução dos honorários advocatícios tem amparo legal quando vencida a Fazenda Pública e a causa é de pequeno valor, consoante estatui o art. 20, § 4º, do CPC. Ainda, considerando as inúmeras ações tributárias, este Tribunal de Justiça aprovou o Enunciado nº 02 das Câmaras Especializadas em Direito Tributário, fixando-os em R$ 50,00 (cinqüenta reais) a R$ 700,00 (setecentos reais), dependendo do número de requerentes, a remunerar o trabalho do advogado da parte autora. REEXAME NECESSÁRIO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. ALTERAÇÃO. APLICAÇÃO DA MÉDIA ENTRE O INPC E IGP-DI. PRECEDENTE. INCIDÊNCIA, AINDA, DA LEI Nº 11.960/09 AO CASO. REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO E SENTENÇA PARCIALMENTE ALTERADA. A correção monetária deve ser calculada com aplicação da média entre o INPC e o IGP-DI, a partir de cada pagamento indevido, até a publicação da Lei nº 11.960/09, a qual deu nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, ou seja, 30/06/2009, a partir de quando os índices nesta previstos deverão ser observados. No que tange aos juros de mora, estes devem ser igualmente aplicados conforme o novel diploma, contudo, a partir do trânsito em julgado da sentença, em observância a Súmula 188 do Superior Tribunal de Justiça. (TJPR - 3ª C.Cível - ACR 0712601-2 - Foro Regional de Pinhais da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Ruy Francisco Thomaz - Unânime - J. 14.12.2010). O Supremo Tribunal Federal sumulou a matéria: Súmula 670. O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa. Especificamente em relação a ilegalidade da Lei do Município de Ivaiporã os seguintes precedentes: TJPR - 1ª C.Cível AC 777958-4 - Rel.: Des. Dulce Maria Cecconi j. 27/07/2011; TJPR - 1ª C.Cível AC 778557-1 - Rel.: Dr. Fernando Cesar Zeni j. 20/05/2011; TJPR - 1ª C.Cível AC 778065-8 - Rel.: Des. Ruy Fernando de Oliveira j. 16/05/2011; TJPR - 1ª C.Cível AC 673324-0 - Rel.: Des. Rubens Oliveira Fontoura j. 06/05/2010. Controle de constitucionalidade Para que o autor faça jus a repetição de indébito é necessário que seja reconhecida a inconstitucionalidade da cobrança da taxa de iluminação pública, que fique comprovado que o autor tinha vínculo com a Companhia. O controle de constitucionalidade difuso é aquele que se realiza no caso concreto. Trata-se de uma via de exceção, em que a pronúncia do judiciário sobre a inconstitucionalidade é indispensável para o julgamento do mérito. Sobre os efeitos de tal declaração José Afonso da Silva explica "no que tange ao caso concreto, a declaração surte efeitos ex tunc, isto é, fulmina a relação jurídica fundada na lei inconstitucional, desde o seu nascimento. No entanto, a lei continua eficaz e aplicável até que o Senado suspenda sua executoriedade; essa manifestação do Senado, que não revoga nem anula a lei, mas simplesmente lhe retira a eficácia, só tem efeitos, daí por diante, ex nunc". (SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 27ª ed, São Paulo: Malheiros, 200, p. 54). Portanto, em relação as partes envolvidas na relação jurídica em que se declara a inconstitucionalidade o efeito é retroativo, em relação a terceiros a declaração difusa só produzirá efeitos após a declaração do Senado. Então, o que está sendo realizado no caso é um controle de difuso de constitucionalidade, que como já explicado, produz efeitos ex nunc em relação às partes envolvidas. Não havendo que se falar em ilegalidade na declaração de inconstitucionalidade pelo magistrado de primeiro grau. Restituição Para que o autor tenha direito a restituição é necessário que comprove que mantinha vínculo jurídico-tributário com a COPEL durante o período de cobrança indevida. Não é necessária demonstração de empobrecimento ou prova de o serviço não foi utilizado ou não foi prestado adequadamente. Se há a declaração de inconstitucionalidade de que um tributo, em relação às partes, é como se ele nunca tivesse existido. Mesmo que o serviço tenha sido prestado e tenha sido utilizado, se não há lei adequada que institua algum tipo de cobrança, essa não pode ser efetuada. Se houve cobrança há direito a restituição. O artigo 333, incido I, do Código de Processo Civil estabelecer que o ônus da prova é de quem é alega. Como não é razoável exigir que o consumidor guarde comprovantes de pagamento por mais que 5 (cinco) anos o ônus da prova do autor restringe-se a comprovação do vínculo com a Companhia durante a vigência da lei municipal. O valor da restituição deve ser apurado em liquidação com a apresentação dos documentos pela COPEL. Nesse sentido asseverou o eminente Desembargador Antônio Renato Strapasson ao apreciar o recurso de Apelação Cível n. 420.148-9, da Sétima Vara Cível da Comarca de Londrina: "Em terceiro lugar inexiste óbice à apuração do valor a ser repetido em liquidação de sentença. Embora se revele possível a liquidação na forma do art. 604 do CPC, não é razoável exigir-se do consumidor e neste caso contribuinte, que mantenha consigo todas as faturas pagas durante o período de 5 (cinco) anos. Não se pode olvidar que o juiz, ao decidir a lide, deve levar em consideração o que de ordinário acontece na sociedade, bem como quais são os seus costumes." E foi editado o Enunciado nº 01 das Câmaras de Direito Tributário desse Tribunal de Justiça que estabelece que "por se tratar de valores pagos juntamente com a fatura mensal de energia elétrica, para o ajuizamento da ação de repetição da taxa de iluminação pública TIP, basta a juntada de uma fatura do período da repetição (anterior à EC 39, de 19.12.2002) ou do histórico de pagamentos fornecido pela Copel (...)". Os autores comprovaram a existência do vínculo com a empresa com os documentos de fls. 62/66, tendo direito a restituição e não havendo que se falar em inépcia da inicial. Juros de mora e correção monetária Por fim, o Município de Ivaiporã alega que o Magistrado ao condenar o Município a restituir valores atualizados pelo IGP- DI, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês feriu o artigo 1-F da Lei 9494/97. Não tem razão. A lei ordinária indicada no apelo não trata de repetição de indébito tributário, o tema da repetição de indébito é regulado por norma complementar. O artigo 161 do Código Tributário Nacional em relação aos débitos tributários estaduais e municipais estabelece que "Art. 161 - Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês. Parágrafo único - Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês." Mais adiante, em relação a repetição de indébitos, observa a isonomia e reciprocidade no tratamento da mora pelo inadimplemento no que concerne à percentuais e no que diz respeito à ausência de legislação específica para o tema: "Art. 167. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição. Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar." No caso em tela, não se aplica a disposição da Lei 9494/97, porque ela carece de especificidade para os temas de ordem tributária. A taxa de juros de mora na repetição de indébito deve, por analogia e isonomia, ser igual a que incide sobre os débitos tributários estaduais ou municipais pagos em atraso (art. 161). Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE TRIBUTO ESTADUAL. JUROS DE MORA. DEFINIÇÃO DA TAXA APLICÁVEL. (...) 2. Relativamente a tributos estaduais ou municipais, a matéria continua submetida ao princípio geral, adotado pelo STF e pelo STJ, segundo o qual, em face da lacuna do art. 167, § único do CTN, a taxa dos juros de mora na repetição de indébito deve, por analogia e isonomia, ser igual à que incide sobre os correspondentes débitos tributários estaduais ou municipais pagos com atraso; e a taxa de juros incidente sobre esses débitos deve ser de 1% ao mês, a não ser que o legislador, utilizando a reserva de competência prevista no § 1º do art. 161 do CTN, disponha de modo diverso. (...). (RESP 1111189/SP. Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASKI, 1ª Seção, julgado em 13/05/2009, DJe 25/05/2009). O Código Tributário Nacional é norma específica em relação à regra geral prevista no artigo 1º-F da Lei 9494/1997 (alterado pela Lei 11.960/2009), devendo prevalecer no caso. Nesse sentido leciona Carlos Maximiliano: "A disposição especial afeta a geral, apenas com o restringir o campo da sua aplicabilidade; porque introduz uma exceção ao alcance do preceito amplo, exclui da ingerência deste algumas hipóteses. Portanto o derroga só nos pontos em que lhe é contrária. Na verdade, a regra especial posterior só inutilizaria em parte a regra geral anterior, e isto mesmo quando se refere ao seu assunto, implícita ou explicitamente, para alterá- la. Derroga a outra naquele caso particular e naquela matéria especial a que provê ela própria." (MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 295/296) Mesmo que assim não o fosse, o Código Tributário Nacional é lei complementar, enquanto que a Lei 9494/97 é lei ordinária. Prevalecendo a primeira. Como o apelante não demonstra haver na legislação tributária municipal disposição mais benéfica que os termos do art. 167 do CTN para os casos de inadimplemento dos tributos municipais no que concerne a juros de mora, aplica-se a referida norma complementar. O apelante não indica, não demonstra, não menciona, não cita quais são os índices ou percentuais de juros de mora que ele cobra dos contribuintes pelo inadimplemento tributário. Deveria ter feito, não o fez, e diga-se que se o tivesse realizado, deveria ter demonstrado que tais índices ou percentuais seriam melhores que o de 1% cobrado pelo apelado. Em suma, somente se afasta a norma complementar se à luz da legislação municipal tributária e sancionatória da mora, em razão da reciprocidade também determinada na legislação federal complementar, houvesse situação mais benéfica no que toca a juros de 1%. Enfim, se os juros de mora para o inadimplemento tributário municipal fossem melhores que o 1% ao mês fixado na legislação complementar é que poderia se rever a questão para o caso da repetição de indébito. Isso não foi sequer argumentado e muito menos demonstrado em sede de apelo, logo não se pode dar provimento e alterar a sentença para aplicar legislação ordinária federal impertinente. Neste sentido, ao reafirmar a reciprocidade e isonomia é pacífica a jurisprudência do STJ: "(...) 3. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp 1111189/SP, Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 25/05/2009, sob o regime do art. 543-C do CPC, reafirmou o entendimento, que já adotara em outros precedentes sobre o mesmo tema, segundo o qual, relativamente a tributos estaduais ou municipais, em face da lacuna do art. 167, § único do CTN, a taxa dos juros de mora na repetição de indébito deve, por analogia e isonomia, ser igual à que incide sobre os correspondentes débitos tributários estaduais ou municipais pagos com atraso; e a taxa de juros incidente sobre esses débitos deve ser de 1% ao mês, a não ser que o legislador, utilizando a reserva de competência prevista no § 1º do art. 161 do CTN, disponha de modo diverso. 4. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 774.699/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/11/2009, DJe 12/11/2009) (...) 2. "Nos termos do art. 167, parágrafo único do CTN e da Súmula 188/STJ, 'Os juros moratórios, na repetição

do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença'. Tal regime é aplicável à repetição de indébito de contribuições previdenciárias, que também têm natureza tributária" (REsp 1.086.935/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 24/11/2008, julgado pelo regime disciplinado no 543-C do CPC). 3. Na restituição do indébito tributário, os juros de mora são devidos, à razão de 1% ao mês, conforme estabelecido no artigo 161, § 1º, do CTN, não prevalecendo o disposto no artigo 1º-F da Lei 9.494/97, acrescentado pela MP 2.180-35/01. (...) (REsp 1111657/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 17/06/2009) "(...) 1. No tocante aos juros moratórios, a jurisprudência consagrada nesta Corte de Justiça delineia que, na restituição tributária, seja por repetição em pecúnia, seja por compensação, são devidos juros de mora. Em se tratando de valores reconhecidos em sentença cujo trânsito em julgado ocorreu em data anterior a 1º de janeiro de 1996, aplicam-se os juros moratórios previstos no Código Tributário Nacional, de um por cento (1%) ao mês, a partir do trânsito em julgado (arts. 161, § 1º, e 167, parágrafo único, do CTN). (...) 2. O art. 1º-F da Lei 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001, refere-se à incidência de juros de mora em relação ao pagamento de verbas remuneratórias, incluindo-se aí os benefícios previdenciários e demais verbas de natureza alimentar. Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, não há falar em sua aplicação, porquanto, nesses casos, são devidos juros moratórios de um por cento (1%) ao mês, nos termos do Código Tributário Nacional.(...) (AgRg nos EDcl no REsp 757.825/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 02/04/2009) TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. NÃO-APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 (MP Nº 2.180-35/01). INCIDÊNCIA DO ART. 161, § 1º, DO CTN. .PRECEDENTES.JULGAMENTO ULTRA PETITA. OCORRÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Não se aplica o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, acrescentado pela MP nº 2.180-35/2001 nas ações que visam a repetição de indébito tributário, consoante a firme orientação jurisprudencial de ambas as Turmas de direito público desta Corte. (q.v., verbi gratia, REsp nº 776811/MG; REsp nº 684216/RS; AgRg no REsp nº 764973/MG; REsp nº 714650/MG; AgRg no REsp nº 782610/MG.). 2. O colendo STF, ao julgar, por maioria, em 28/02/2007, o RE nº 453740/RJ, limitou em 6% ao ano juros de mora pagos pela União referente às dívidas judiciais decorrentes de verbas remuneratórias devidas a servidores ou empregados públicos. Destacou-se exceção a essa regra o indébito tributário, em relação ao qual aplica-se o art. 161, § 1º, do CTN, c/c o art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250/95. Esclareceu-se que a Fazenda Pública, no caso do indébito, remunera de modo mais vantajoso, porque, quando exige o pagamento, também o faz de forma mais elevada, tratando-se, portanto, de reciprocidade que vincula a cobrança à dívida. 3. Pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que os juros de mora, em compensação ou restituição de indébito tributário, contam-se a partir do trânsito em julgado da decisão judicial (art. 167, parágrafo único, do CTN). 4. A questão vertente à retenção do imposto de renda decidida pelo juízo de primeiro grau e mantida no TJRS foi analisada fora dos limites da lide. Ocorrência de julgamento ultra petita. 4. Recurso parcialmente provido. (REsp 936.710/RS, Rel. MIN. CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 26/02/2008, DJe 24/03/2008) No mesmo sentido é o STF: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PERCENTUAL DOS JUROS MORATÓRIOS NA REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TERMO INICIAL. Os juros de mora, na repetição de indébito tributário, são de 1% ao mês. O termo inicial da fluência dá-se na data do trânsito em julgado da decisão [artigo 167, parágrafo único, do CTN. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 715333 AgR, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 12/08/2008, DJe-162 DIVULG 28-08-2008 PUBLIC 29-08-2008 EMENT VOL-02330-16 PP-03290) EMENTA: Tributo. Restituição do indébito. Procedência. Juros de mora. Taxa de 1% ao mês. Cômputo a partir do trânsito em julgado da sentença. Compensação. Competência da autoridade tributária. Teses assentadas pela jurisprudência do STF. Ausência de razões novas. Decisão mantida. Agravo improvido. Os juros de mora, na repetição de indébito tributário, são de 1% ao mês, desde o trânsito em julgado da sentença. (RE 428675 ED-AgR, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Primeira Turma, julgado em 06/12/2005, DJ 03-02-2006 PP-00026 EMENT VOL-02219-08 PP-01641 RT v. 95, n. 848, 2006, p. 156-157) Pelo exposto acima e como os juros de mora constituem matéria de ordem pública, que deve ser analisada de ofício pelo julgador, altero o termo inicial de para o trânsito em julgado da sentença e não a citação. A respeito do conhecimento de ofício os seguintes precedentes: RECURSO ESPECIAL - SEGURO - EMBRIAGUEZ - PROVA - FUNDAMENTO INATACADO - JUROS MORATÓRIOS - TERMO INICIAL - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. (...) 2.- Os juros de mora constituem matéria de ordem pública e a alteração de seu termo inicial, de ofício, não configura reformatio in pejus. (Precedentes: AgRg no Ag 1114664/RJ, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, Quarta Turma, DJe de 15/12/2010; EDcl nos EDcl no REsp 998935/DF, Rel. Ministro Vasco Della Giustina, Terceira Turma, DJe 04/03/2011). 3.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1086197/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/07/2011) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALTERAÇÃO JUROS MORATÓRIOS FIXADOS NA SENTENÇA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. REFORMATIO IN PEJUS. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO NOS MOLDES DO ARTIGO 541 DO CPC. NECESSIDADE. AFRONTA A SÚMULA. CONCEITO DE LEI FEDERAL. INADEQUAÇÃO. 1. Por se tratar de matéria de ordem pública previsto no art. 293 do CPC, pode o Tribunal alterar o percentual de juros moratórios impostos na sentença, ainda que inexista recurso da parte com esse objetivo, sem que se constitua em julgamento extra-petita ou infringência ao princípio do non reformatio in pejus. Precedentes. 2. A alegação de divergência jurisprudencial entre acórdão recorrido e súmula não dispensa as formalidades exigidas pelo art. 541. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1144272/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 30/06/2010). A respeito de o termo inicial ser o trânsito em julgado da decisão já se posicionou o Supremo Tribunal Federal: EMENTA: Tributo. Restituição do indébito. Procedência. Juros de mora. Taxa de 1% ao mês. Cômputo a partir do trânsito em julgado da sentença. Compensação. Competência da autoridade tributária. Teses assentadas pela jurisprudência do STF. Ausência de razões novas. Decisão mantida. Agravo improvido. Os juros de mora, na repetição de indébito tributário, são de 1% ao mês, desde o trânsito em julgado da sentença. (RE 428675 ED-AgR, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Primeira Turma, julgado em 06/12/2005, DJ 03-02-2006 PP-00026 EMENT VOL-02219-08 PP-01641 RT v. 95, n. 848, 2006, p. 156-157) Recurso dos autores Contribuição para custeio de iluminação pública Os autores sustentam a inconstitucionalidade da contribuição para custeio de iluminação pública instituída pela Lei Municipal nº 1196/2002. A fundamentação da ação de repetição de indébito trata apenas da taxa de iluminação pública, não há sequer referência a contribuição para custeio de iluminação pública. Nesse sentido o pedido da ação restringe-se "a declaração da inexistência da obrigação tributária dos autores relativo a Taxa de Iluminação Pública (TIP) cobrada e instituída pelo Município de Ivaiporã (...); a condenação do réu a restituir os valores pagos nós últimos cinco anos, a título de TIP, corrigidos monetariamente (...); a condenação do réu a abster de, a qualquer tempo, cobrar TIP na forma instituída e cobrada (como taxa), sob pena de multa cominatória". A alegação dos autores de que "não se pode delimitar a presente demanda somente em relação a TAXA, pois somente com a apresentação da contestação do município-réu de fls. e com a juntada de Leis Municipais de fls., é que os apelantes, tiveram conhecimento da lei municipal nº 1.196/2002 que instituiu de forma ILEGAL a cobrança da COSIP. Momento este em que impugnaram oportunamente em sede de impugnação à contestação (...)" não merece prosperar. Primeiro, porque ninguém pode alegar o desconhecimento a lei. Segundo, porque se o autor pretende a restituição de valores pagos a título de taxa de iluminação pública deve tomar o cuidado de verificar até que momento houve o pagamento indevido. A alteração da lei não pode nem sequer ser considerada como fato superveniente a propositura da ação, uma vez que essa data de 02 de maio de 2006 e a Lei Municipal nº 1196/2002 é de 2002. Terceiro, o artigo 264 do Código de Processo Civil estabelece que "feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei." Compulsando-se os autos verifica-se que não há qualquer anuência por parte do réu. Portanto, o pedido de repetição dos valores pagos a título de contribuição para custeio de iluminação pública não deve ser conhecido por constituir inovação recursal. Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE. TERMO INICIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. COMPROVAÇÃO. PARTICIPAÇÃO EM PATRULHAMENTO E VIGILÂNCIA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AO ART. 30 DA LEI 4.242/1989. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. (...) 2. Em nenhum momento, nas razões do Recurso Especial, alegou a agravante que o termo inicial para a concessão do benefício deveria ser a data da citação válida, vindo tal argumento a ser veiculado apenas no Agravo Regimental, o que configura inadmissível inovação recursal. (AgRg no Ag 1410237/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2011, DJe 08/09/2011) Honorários advocatícios Quanto ao pedido de majoração dos honorários advocatícios a questão já se encontra pacificada por esse Tribunal de Justiça através do Enunciado nº 2 da Primeira, Segunda e Terceira Câmara Cível, que assim estabelece: Enunciado n.º 02 - Na fixação dos honorários advocatícios em ações de repetição da taxa de iluminação pública TIP julgadas procedentes, deve ser levado em conta também, e principalmente, o fato de que tais ações vêm repetidas em grande número. É adequado e suficiente o valor de R$ 50,00 para as ações individuais, aumentando-se conforme o número de pessoas integrantes do pólo ativo, até o limite de R$ 700,00, para os casos de 10 (dez) ou mais litisconsortes ativos. Como se tratam de 5 (cinco) autores os honorários devem ser majorados para R $ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais). III. Por ser manifestamente improcedente e estar em confronto com jurisprudência dominante nesse Tribunal e nos Tribunais Superiores nego seguimento ao recurso do réu, com fulcro no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil e dou parcial provimento ao recurso dos autores apenas para majorar os honorários advocatícios para R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais) e, de ofício, altero o termo inicial de incidência dos juros de mora para o trânsito em julgado da decisão. Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Fábio André Santos Muniz

0048 . Processo/Prot: 0830275-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/260659. Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00000231 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Fausto Marques Figueiredo. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

A gravante: Munic ípio de L ondrina A gravado: Fausto Marques Figueiredo Relator: Juiz Subst. 2º Grau Fernando César Z eni 1. Trat a-se de agravo de i n st ru men t o i nterpos t o con t ra deci são qu e recon h eceu a ocorrên ci a da prescri ção, referen t e a CDA n ° 3 2 7 .19 6 -7 (f.7 -TJ). Em su as razões , su st en t a o agrava n t e a n ão oc orrên ci a da prescri ção do débi t o t ri bu t ári o de 2 00 2, decorren t e da cobran ça de I PTU , u ma vez qu e ação foi propost a den t ro do praz o de 5 a n os. A du z qu e h á i n ci dên ci a da Sú mul a 1 06 do S TJ, pel o qu e deve ser afast ada a prescri ção, a ext i n ção da deman da e a con den ação em pagamen t o proporci on al das cu st as. 2. A deci são que decret ou a prescri ção est á corret a, vist o qu e à época em qu e foi de spach ada a in i ci al , dat ada de 1 9 /0 3 /20 07 , já est ava em vi gor a LC 1 1 8 /05 , qu e alt erou a redação do art . 1 7 4 , i n c. I , do CTN, det ermin an do qu e o despach o qu e or den a a ci t ação t em o efei t o de su spen der o cu

rso da prescri ção. A execu ção f i scal foi aju i zada em 1 2 /0 3 /2 00 7 , para cobran ça d e I PTU rel at i vo aos exercí ci os de 2 0 0 2 , 2 0 0 3 e 2 0 0 4 . O despach o qu e i n t errompe a prescri ção ocorreu di a 1 9 /0 3 /2 00 7 , port an t o, est á prescr i t o o exercí ci o referen t e a 2 00 2 . Ocorre qu e n ão h ouve n en hu ma demora si gn i fi cat iva capaz de i mpu t ar qu al qu er respon sabi li dade ao meca n i smo ju di ci ári o. O exequ en t e ajui zou a deman da dent ro do prazo, n ão i mport an do se di st ri bu i u a deman da 1 mês depoi s da con st i t ui ção do crédi t o ou 4 an os, 1 1 meses e 29 di as depoi s de seu l a n çamen t o em CDA , ocorre qu e o art . 1 7 4 do CTN, é cl aro qu e, a i n t erru pção da prescri ção dar -se-á pel o despach o qu e orden a a cit ação e, est e só ocorreu 1 9 /0 3 /20 0 7 . O prazo fi xado pel o art . 1 74 do CTN, é de 5 an os, sen do assi m, h á como decret ar a prescri ção, vi st o qu e o agravan t e demorou para cobrar o débi t o mai s de 5 an os. Como o CTN , qu e t em n at u reza de l ei compl emen t ar, se sobrepõe à LE F, de ri gor n egar segui ment o ao recurso, mas, an t es, para i lu st rar est a deci são, ci t o as segu in t es deci sões: " A GRA VO DE IN ST RUME NT O . E XE CUÇÃ O FISCAL . IPT U E TA XA S MUN ICIPA IS DO E XE RCÍCIO FISCA L DE 2005. A L E GA ÇÃ O DE PRE SCRIÇÃO . A RT . 174 DO CT N , PARÁ GRA FO ÚN ICO , IN CISO I, DO CT N , CO M RE DA ÇÃ O DA DA PE L A LC Nº 118/2005, A PL ICÁ VE L À E SPÉ CIE . DE MA N DA A JUIZA DA A NT E S DO T RAN SCURSO DO PRA ZO PRE SCRICIO N AL . DE MO RA DOS SE RVEN T UÁ RIO S DA JUST IÇA EM RE MET E R OS A UT OS CO N CL USOS PA RA O JUIZ CO NDUT O R DO PRO CESSO . IN CIDÊN CIA DA SÚMULA 106 DO ST J. N Ã O O CO RRÊ N CIA DA PRE SCRIÇÃO . CITA ÇÃ O VÁ L IDA Q UE INT E RRO MPE A PRE SCRIÇÃO E RE T RO A GE À DA TA DA PRO PO SIT URA DA A ÇÃO , N O S T E RMO S DO A RT . 219, § 1º, DO CPC. PRE CE DEN TE S DO ST J. DE CISÃ O A GRA VA DA CO RRE TA E MA NT IDA . RE CURSO MA N IFE STA MEN TE IMPRO CE DEN TE E CON TRÁ RIO A JURISPRUDÊN CIA DO T J/PR E DO ST J. A GRA VO DE IN STRUMEN TO CO N HE CIDO E N EGA DO SE GUIMEN TO , EM DE CISÃO MO NO CRÁ T ICA DO REL ATO R. A RT . 557 DO CPC. T rata-se de A gravo de Instrumento nº 0782574 -1, interposto c ontra dec isão (f ls. 11 a 15 -T J e f ls. 28 a 32 dos autos originários), prof erida pelo em inente Juízo da 7ª Vara Cí ve l da Comarc a de L ondrina, nos autos nº 16316 - 87.2011.8.16.0000 (anterior nº 8252/10), de E xec uç ão Fisc al, ajuiza da pe lo agravado em f ac e da agravante. A dec isão a quo indef eriu a exc eç ão de pré -exec utivida de oposta pela agravante, por não esta r c onsumada a presc riç ão dos c réditos tributários, c omo pretende o exec utado e, via de c onsequênc ia, ordenou o prosseguimento do f eito exec utivo. O juízo a quo deixou de c ondenar a agravante ao pagamento das verbas de suc umbênc ia. Inc onf ormada, a exec utada interpôs agravo de instrumento (f ls. 02 a 08 -T J). Envereda sua tese rec ursal argumentando a ocorrênc ia da prescriç ão da pretensão de c obranç a do c rédito tributário de 2005, tendo em vista o dec urso dos c inc o anos, desde a c onstituiç ão def initiva até a data do despac ho q ue ordenou a c itaç ão da exec utada, n os termos do art. 174, c aput e parágraf o únic o, do Código T ributário N ac ional. Def ende, no mais, a A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 morosidade do exequente na propositura da aç ão, não sendo o c aso de inc idênc ia da Súmula 106 do Superior T ribunal de Justi ç a. E nf im , a rec orrente pugnou seja atribuído ef eito suspensivo ao rec urso e, ao f inal, dar provimento a o rec urso, ref ormando -se a dec isão im pugnada, ante a oc or rênc ia da presc riç ão do c rédito c onstituído até o ano de 2005, c om a c ominaç ão dos ônus de suc u mbênc ia ao exequente. Suc intamente exposto dec ido. Conhec e -se do recurso, por observados os pressupostos intrínsec os e extrínsec os de admissibilida de rec ursal. Primeiramente, impen de esc larec er que é desnec essária a intervenç ão do parquet nos exec utivos f isc ais, c onsoante o verbete sumular 189 do Superior T ribunal de Justiç a. A redaç ão dada ao artigo 557 do Código de Proc esso Civil, pela L ei nº 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos T ribunais e a celeridade da prestaç ão jurisdic ional, permi te que os rec ursos manif estamente inadmissí veis, im proc edentes, prejudic ados ou em c onf ronto c om súmula ou c om jurisprudênc ia dominante no próprio T ribunal, ou de T ribunais Superiores, sejam julgados pel o Relator, dispensando a manif estaç ão do órgão colegiado. O dispositi vo legal ref erido apl ic a -se ao c aso em exame. A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 Cinge -se a c ontrovérsia ac erc a da oc orrênc ia da presc riç ão do c rédito tributár io, ref erente ao exerc íc io do ano de 2005, objeto da exec uç ão f isc al proposta pelo agravado /exequente, pelo dec urso de mais de c inc o anos desde a data da c onstitu iç ão def initiva do c rédit o tributário. A Fazenda Públic a dispõe de 05 (c inc o) anos para ajuizar aç ão de c obranç a do c rédito tributário, no termos do art. 174, c aput, do Código T ributár i o N ac ional, c ontados de sua c onstituiç ão def initiva , que se dá c om o ato de lanç amento regularmente c omunic ado por meio da notif ic aç ão ao sujeito passivo ou, quando não se puder af erir sua data , do dia seguinte ao venc imento do imposto. Já, o parágraf o únic o, inc iso I, do a ludi do d ispositi vo legal presc reve c omo c ausa interruptiva do la pso presc ric ional " o despac ho do juiz que ordenar a c itaç ão em exec uç ão fisc al" , c om redaç ão dada pela L ei Comp lementar nº 118/2005, c om vigênc ia a partir de 09/06/2005. Inf e re-se, portanto, que no c aso conc reto, esse é o marc o interruptivo da presc riç ão quinquenal, c onsiderando que o ajuizamento da aç ão oc orreu em 02/02/2010 (f ls. 21 -T J). E , adentrando -se às pec uliaridades da c asuístic a, da Certidão de Dívida A tiva (CDA ) nº 973.432.022 (f ls. 23 -T J) ac ostada à inic ial exec utiva, verif ic a-se que os débitos de IPTU e taxas venc eram em 15/02/2005, inic iando -se a c ontagem do lapso tempora l no dia seguinte, ou seja, em 16/02/2005. A demanda f isc al f oi ajuizada em 02/02/2010 (f ls. 21 -T J), portanto, dentro do prazo presc ric ional. A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 O despac ho do juiz a quo ordenando a c itaç ão da agravante/exec utada oc orreu na data de 25/02/2010 (f ls. 26-T J). Já, a c itaç ão da agravan te oc orreu na data de 30/08/2010, c om o seu comparec imento espontâneo, quando petic ionou requerendo a juntada de instrumento de proc uraç ão de seu advogado (f ls. 30 -T J), suprindo, então, a f alta do ato processual, por f orç a do art. 214, § 1º, do Código de Proc esso Civil. A pesar de ter transc orr ido o lustro presc ric ional dos débitos f isc ais do ano de 2005 (CDA nº 973.432.022), desde a constituiç ão def initiva até a data do despac ho que ordenou a c itaç ão da exec utada/agravante, o f ato não pode ser imputado ao agravado/exequente, mas sim por desídia dos serventuários da justiç a. É que os autos somente f oram remetidos à c onc lusão para a magistrada de primeiro grau na data de 22/02/2010, f ic ando paralisado s por tempo demas iado, transpondo o prazo de 24 (v inte e quatro) horas previsto no art. 190, do Có digo de Proc esso Civi l. T ão logo distribuí da, autuada e registrada a aç ão, os autos devem seguir para o ju iz dent ro deste prazo máximo, o que não ac ontec eu, na medida em que a aç ão f oi autuada e registrada na data de 02/02/2010, sendo c onc lusos ao juízo a quo na data de 22/02/2010, paralisaç ão essa que c ontribuiu para o ad vento da presc riç ão. Conc luindo, se nã o f osse a morosidade da má quina jud i c iária em enc aminhar os autos para despac ho de c itaç ão da e xec utada, ora agravante, não haveria o transc urso do la pso presc ric ional. A gravo d e Instrumento nº 0782574 -1 Diante disso, no c aso em exame, outro c aminho não resta senão a aplic aç ão da Súmula 106, do Superior T ribunal de Justiç a, eis que a demora na c itaç ão se deu por desc aso do mec anismo judic iário. O utro nã o é o entendimento desta T erc eira Câmara Cível , senão vejamos: " A PE L A ÇÃO CÍVE L E XE CUÇÃ O FISCAL - E XT IN ÇÃ O DO FE ITO PRE SCRIÇÃO CRÉ DITO T RIBUT Á RIO CO M CO NST IT UIÇÃ O DE FIN IT IVA EM 01/03/1997 PRE SCRIT O IN O BSE RVÂ N CIA DO PRA ZO Q UIN Q UE NA L PA RA A IN TE PO SIÇÃ O DA A ÇÃ O DE CO BRAN ÇA DE MA IS CRÉ DIT OS TRIBUT Á RIO S IN TE RRUPÇÃ O DA PRE SCRIÇÃO N Ã O CA RA CT E RIZADA DE MORA N A CIT A ÇÃO IMPUTA DA A O APA RE L HO JUDICÁ RIO A PL ICA ÇÃ O DA SÚMULA 106 DO ST J PA RAL ISA ÇÃ O IN JUT IFICA DA Q UE IN TE RFE RE N O PRA ZO PRE SCRICION A L - APE LA ÇÃ O CÍVEL CON HE CIDA E PA RCIAL MEN TE PRO VIDA ." (T JPR - Despac ho - A C. 0724733 -0 - 3ª CC. - Rel. Des. Dimas O rt ênc io de Melo - Julg. 14/01/2011 - DJ:553 de 20/01/2011 - Cíve l) " A PE L A ÇÃ O . E MBARGO S DO E XE CUTA DO . E XE CUÇÃ O FISCA L . IPT U. PRE SCRIÇÃO IN TE RCO RREN T E . NÃ O A PE RFE IÇOA MEN TO . DE MORA DA CIT A ÇÃO DE CO RRE NTE DA MO RO SIDADE DO SE RVIÇO JUDICIA L . A USÊ N CIA DE DE SÍDIA DO MUN ICÍPIO E XE Q UE NT E . SÚMULA 106 DO SUPE RIOR T RIBUN AL DE JUST IÇA . CE RCE A ME NT O DE DE FE SA . RE CON HE CIME NT O . JUL GA MEN TO AN TE CIPA DO DA L IDE IN DE VIDO . VIO LA ÇÃ O A O S PRIN CÍPIOS D O CO N TRA DIT ÓRIO E DA A MPL A DE FESA (A RT . 5º L V, DA A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 CO N ST IT UIÇÃO FE DE RA L ). DEMAN DA Q UE E XIGE DIL A ÇÃO PRO BA T ÓRIA PA RA OBT EN ÇÃO DO JUST O DE SL INDE DA CA USA . E NT E NDIME NT O JURISPRUDE N CIAL PA CIFICA DO N E ST E T RIBUN AL . RE CURSO PA RCIAL MEN T E PRO VIDO ." (T JPR - Despac ho - A C. 0588331 -6 - 3ª CC. - Rel. Juiz Subst ituto e m 2º Grau L uiz Cezar N ic olau - Ju lg. 20/07/2010 - DJ:436 de 26/07/2010 - Cível) Ressalte -se, ta mbém, que em exec utivo f isc al, uma vez oc orrida a c itaç ão, seus ef eitos retro agem à data da propositura da demanda , n os termos do art. 219, § 1º, do Cód igo de Proc esso Civil, haj a vista ser o exerc íc io do direito de aç ão o marc o interrupt ivo da presc riç ão. Se a presc riç ão é a perda da pretensão em razão de seu não exerc íc io em tempo hábil, a in ic i ativa do postulante ao ajuizar a aç ão demonstra o f im de sua inérc ia. Diante disso, uma vez triangularizada a relaç ão proc essual c om a c itaç ão, os ef eitos desta devem sim retroagi r, f igurando c omo termo interruptivo do lapso presc ric ional a data do ajuizamento do f eito. A liás, esse é o entendimento f irme esposado pelo c olendo Superior T ribunal de Justiç a, que já assentou a matéria pelo r ito do art. 543 -C, do Código de Proc esso Civi l , em f ac e da multip lic ida de de rec ursos c om f undamento em idêntic a c ontrovérsia: " T RIBUTÁ RIO . E XE CUÇÃ O FISCA L . PRE SCRIÇÃO . IN TE RRUPÇÃ O CO M A CIT A ÇÃ O DO DE VEDO R, Q UE RE T RO A GE À DA T A DE A JUIZA MEN T O . 1. A Primeira Seç ão do ST J, no julgamento do RE sp 1.120.295/SP, na sistemátic a do art. 543 -C do CPC, f irmou o entendime nto de que a c itaç ão ef etivada retroage à data da proposi tura da aç ão para A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 efeitos de interrupç ão da presc riç ão, na f orma do art. 219, § 1º, do CPC. 2. Rec urso E spec ial não provido." (REsp 1215801/PR, Rel. Ministro HE RMAN BEN JAMIN , SE GUNDA T URMA , julgado em 02/12/2010, DJe 04/02/2011) " E MBA RGOS DE DE CL A RA ÇÃ O EM RE CURSO E SPE CIA L . PRE SENÇA DE CO N TRA DIÇÃ O . E XE CUÇÃ O FISCA L . IRPJ. T RIBUT O SUJE IT O A L AN ÇA ME NT O PO R HOMOL O GA ÇÃ O . PRE SCRIÇÃ O . E MBA RGO S DE DE CL A RA ÇÃ O A CO L HIDO S CO M E FE IT O S IN FRINGE NT ES. (...) b) A interpretaç ão c onjugada do art. 219, §1º, do CPC com o art. 174, I, do CTN , leva à conc lusão de que a interrupç ão da presc riç ão pela c itaç ão válida (redaç ão original do CT N ) ou pelo despac ho que a ordena (redaç ão do CT N dada p ela L C n . 118/2005) sempre retroage à data da propositura da aç ão (ajuizamento - art. 219, §1º, CPC), sendo assim, se o quinquênio terminou depois do ajuizamento e antes do despac ho que ordena a c itaç ão ou da própria c itaç ão válida , c onf orme o c aso, não oc orreu a presc riç ão. (...) 4. E mbargos de dec laraç ão ac olhidos c om ef eitos inf ringentes para dar parc ial provi mento ao rec urso espec ial. (E Dc l no RE sp 1144621/DF, Rel. Ministro MA URO CA MPBE L L MA RQ UES, SE GUN DA T URMA , julgado em 26/04/2011, DJe 05/05/2011) E, retroagindo a interrupç ão da presc riç ão ao tempo do ajuizamento da demanda f isc al (02/02/2010 - f l. 21 -T J), os c réditos f isc ais venc idos em 2005, obviamente, não estão f ulminados pela presc riç ão. A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 Destarte, mostra -se c orr eta a dec isão que indef eriu a exc eç ão de pré -exe c utividade oposta pela rec orrente, por não c onsumada a presc riç ão do c rédito tributário c onstituído no exerc íc io fisc al de 2005, impondo - se a manutenç ão da dec isão agravada, de lavra da diligente e operosa magistrada de pri meiro g rau, Drª. T elma Regina Magalhães Carvalho. A NT E O E XPOST O , c om base no artigo 557 c aput do Código de Proc esso Civi l, nego segui mento a este agravo de instrumento, eis que manif estamente improc edente e c ontrário à jurisprudênc ia domin ante no neste E grégio T ribunal de Justiç a e no Colendo Superior T ribunal de Justiç a, c onsoante julgados transc ritos. Intimem - se. O portunamente, baixem os presentes autos ao juízo que deu origem à dec isão rec orrida. Cur i tiba, 25 de ma io de 2011. RUY FRAN CIS CO T HO MA Z DESE MBARGA DOR REL AT O R A gravo de Instrumento nº 0782574 -1)" (TJPR - A C 7 8 2 .5 7 4 -1 , 7 ª V ara Cí vel

da Comarca de Lon dri n a, 3 ª CC v, rel . Des. Ru y Fran ci sco Th omaz, Mon ocrát i ca, J. 2 5 .0 5 .2 01 1 )" " A PE L A ÇÃO CÍVE L E XE CUÇÃ O FISCAL - E XT IN ÇÃ O DO FE ITO PRE SCRIÇÃO CRÉ DITO T RIBUT Á RIO CO M CO NST IT UIÇÃ O DE FIN IT IVA EM 01/03/1997 PRE SCRIT O IN O BSE RVÂ N CIA DO PRA ZO Q UIN Q UE NA L PA RA A IN TE PO SIÇÃ O DA A ÇÃO DE CO BRAN ÇA DE MA IS CRÉ DIT OS TRIBUT Á RIO S IN TE RRUPÇÃ O DA PRE SCRIÇÃO N Ã O CA RA CT E RIZADA DE MORA N A CIT A ÇÃO IMPUTA DA A O APA RE L HO JUDICÁ RIO A PL ICA ÇÃ O DA SÚMULA 106 DO ST J PA RAL ISA ÇÃ O IN JUT IFICA DA Q UE IN TE RFE RE N O PRA ZO PRE SCRICION A L - APE LA ÇÃ O CÍVEL CON HE CIDA E PA RCIAL MEN TE PRO VIDA ." (TJPR - Despach o - A C. 0 7 2 4 7 33 -0 - 3 ª CC. - Rel . Des. Di mas Ort ên ci o de Mel o - Ju l g. 1 4 /0 1 /20 11 - DJ:5 5 3 de 20 /0 1 /20 1 1 - Cí vel ). " A PE L A ÇÃO . E MBA RGOS DO E XE CUTA DO . E XE CUÇÃO FISCA L . IPT U. PRE SCRIÇÃO IN TE RCO RREN T E . NÃ O A PE RFE IÇOA MEN TO . DE MORA DA CIT A ÇÃO DE CO RRE NTE DA MO RO SIDADE DO SE RVIÇO JUDICIA L . A USÊ N CIA DE DE SÍDIA DO MUN ICÍPIO E XE Q UE NT E . SÚMULA 106 DO SUPE RIOR T RIBUN AL DE JUST IÇA . CE RCE A ME NT O DE DE FE SA . RE CON HE CIME NT O . JUL GA MEN TO AN TE CIPA DO DA L IDE IN DE VIDO . VIO LA ÇÃ O A O S PRIN CÍPIOS DO CO N TRA DIT ÓRIO E DA A MPL A DE FESA (A RT . 5º L V, DA A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 CO N ST IT UIÇÃO FE DE RA L ). DEMAN DA QUE E XIGE DIL A ÇÃO PRO BA T ÓRIA PA RA OBT EN ÇÃO DO JUST O DE SL INDE DA CA USA . E NT E NDIME NT O JURISPRUDE N CIAL PA CIFICA DO N E ST E TRIBUNA L . RE CURSO PA RCIALME NT E PRO VIDO ." (TJPR - Despach o - A C . 0 5 8 8 3 3 1 -6 - 3 ª CC. - Rel . Ju i z S u bst it ut o em 2 º G rau Lu i z Cezar Ni col au - Ju l g. 2 0 /0 7 /20 1 0 - DJ:4 3 6 de 2 6 /07 /2 01 0 - Cí vel ). Por fi m, n ão h á como apl i car a S ú mu l a n º 1 06 do S u peri or Tri bu n al de Ju st iça, vi st o qu e o ju i z despach ou em t empo h ábil (mesmo di a ), n ão obst an t e o presen t e feit o foi au t u ado em 1 6 /0 3 /2 0 07 , foi para a con cl u s ão em 1 9 /03 /2 00 7 e despach ou n o mesmo di a, observa -se, port an t o, u ma demora de 3 di as para i r para con cl u são, o qu e n ão h á i mpu t ar fal h a do Poder Ju di ci ári o. Dest e modo o mecan i smo ju di ci ári o n ão pode ser respon sabi l i zado pel a ocorrên ci a da prescri ção do d ébi t o t ri but ári o. E m su ma, rest a cl aro n os au t os a in ci dên ci a de prescri ção do exercí ci o de 20 02 (f.7 -TJ), con soan t e se i n fere n o art . 17 4 do CTN. 3. A n t e o expost o, nego seguimento ao recu rso, com arri mo n o art . 557, caput , do CPC, vi st o qu e est á em con s on ân ci a com a ju ri spru dên ci a domi n an t e. 4. I n ti me-se. Cu ri t i ba, 23 de set embro de 2 01 1 . Fernando César Zen i Juiz Subst ituto em 2º Grau 0049 . Processo/Prot: 0830340-4 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/236511. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00000887 Executivo Fiscal. Agravante: Medcom Comercio de Medicamentos Ltda. - Epp.. Advogado: Vanderlei Lanz, Camila Simões Martins. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marisa da Silva Sigulo, Liana Sarmento de Mello Quaresma. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Vistos, 1. Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por MEDCOM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, nos autos sob nº 887/2008, de Execução Fiscal que lhe move a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, contra a r. decisão que rejeitou a nomeação de precatórios à penhora e deferiu a penhora on line (fls. 35/36-TJ). Aduz, em síntese, que: a decisão que deferiu a penhora on line é extremamente prejudicial à agravante, eis que equivale à penhora sobre o faturamento; nos termos do art. 620 do Código de Processo Civil a execução deve prosseguir pelo meio menos gravoso ao devedor; a gradação legal do art. 11 da Lei nº 6.830/80 é facultativa; o bloqueio de valores é medida excepcional cabível apenas se houvesse o esgotamento dos meios para localização de bens penhoráveis; a Emenda Constitucional nº 62/2009 não pode retroagir e alcançar os fatos já ocorridos antes da sua vigência; o art. 78 do ADCT não foi revogado; é possível a penhora de precatórios por se tratar de equivalente a dinheiro; o valor bloqueado não satisfaz sequer 1% do valor da dívida mas é essencial para o desenvolvimento das atividades da empresa. Requereu a concessão de efeito suspensivo ao recurso para que seja determinado o desbloqueio dos valores. Agravo de Instrumento n 830.340-4 fl. 2 de 9 Ao final, pugnou pelo seu provimento para que se reconheça a possibilidade de a devedora garantir a execução com precatórios. Juntou os documentos de fls. 33/375. 2. A questão posta em debate exige do julgador encontrar o equilíbrio entre o princípio da menor onerosidade ao devedor, normatizado no artigo 620, do Código de Processo Civil, e a necessidade de efetividade da execução, que se realiza "no interesse do credor" (artigo 612, do CPC). Em atenção ao princípio da menor onerosidade, a jurisprudência se firmou no sentido da relativização do rol dos artigos 655, do Código de Processo Civil, e 11, da Lei de Execuções Fiscais; isto, contudo, longe está de tornar dispensável a sua observância. Assim, entendo que a ordem legal de preferência deve ser respeitada, a menos que comprovada pelo executado circunstância de fato que lhe cause um desnecessário e desproporcional prejuízo. Entendimento contrário seria fazer letra morta à gradação estabelecida pelo legislador. A questão, portanto, deve ser analisada casuisticamente, como se infere dos seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça: "TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL EXECUÇÃO FISCAL BEM OFERECIDO À PENHORA ORDEM DE PREFERÊNCIA ART. 655 DO CPC ART. 11 DA LEF FLEXIBILIDADE MENOR ONEROSIDADE ANÁLISE DE MATÉRIAS FÁTICAS IMPOSSIBILIDADE SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência desta Corte reconhece o direito de o exeqüente recusar os bens indicados à penhora pelo executado, desde que devidamente fundamentado. 2. Esta Corte já se manifestou por diversas vezes que a ordem de preferência estabelecida nos arts. 655 do CPC e 11 da LEF não é rígida, com a possibilidade de flexibilização em observância às circunstâncias fáticas de cada caso. (AgRg no AgRg no REsp 1173168 / PR, 2ª T., Rel. Min. Humberto Martins, DJ 03/09/2010 sem destaque no original). "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Não viola o art. 535 do CPC, tampouco nega a prestação jurisdicional, o acórdão que adota fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia. 2. Este Tribunal Superior firmou entendimento no sentido de que a ordem estabelecida nos arts. 11, da Lei 6.830/80, e 656 do CPC não Agravo de Instrumento n 830.340-4 fl. 3 de 9 tem caráter absoluto, devendo-se levar em consideração as circunstâncias e o interesse das partes em cada caso concreto. Dessa forma, observando-se o disposto no art. 620 do CPC, a jurisprudência desta Corte tem admitido a nomeação à penhora de crédito oriundo de precatório, para fins de garantia do juízo. 3. Recurso especial parcialmente provido" (REsp. 992.524/ES, 1ª T., Rel. Min. Denise Arruda, DJ 24/04/08, original sem destaque). Acerca do assunto, assim já me posicionei: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL INTEGRADA POR 137 CDAS. NOMEAÇÃO À PENHORA. REJEIÇÃO. BENS IMÓVEIS SOBRE OS QUAIS FORAM LANÇADOS OS TRIBUTOS. LOTEAMENTO. AGRAVANTE QUE ASSUME A CONDIÇÃO DE PROPRIETÁRIA DOS IMÓVEIS. SÚMULA 84, DO STJ. POSSIBILIDADE DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO QUE PREJUDICARIA O ANDAMENTO DA EXECUÇÃO. ACERTO DA DECISÃO AGRAVADA AO DEFERIR A PENHORA SOBRE NUMERÁRIO EXISTENTE EM CONTA-CORRENTE DA EXECUTADA. OBERVÂNCIA DO ROL PREFERENCIAL DO ARTIGO 655 DO CPC. EXECUTADA QUE NÃO DEMONSTROU O PREJUÍZO QUE TAL MEDIDA PODERIA LHE ACARRETAR. VALOR DA EXECUÇÃO CONSIDERADO IRRISÓRIO FRENTE À CAPACIDADE ECONÔMICA DA AGRAVANTE. RECURSO NÃO PROVIDO. (...) - O julgador, ao apreciar a indicação de bens à penhora pelo executado, deve equacionar o princípio da menor onerosidade ao devedor, insculpido no artigo 620, do CPC, e o rol preferencial estabelecido pelo artigo 655, do mesmo código." (AI 531.942-6, 1ª C.C., DJ 23/03/09, original sem destaque). No caso em apreço, como visto, a agravante indicou à penhora crédito precatório por ela adquirido mediante cessão, mas não demonstrou o prejuízo que a penhora on line, pretendida pela Fazenda Pública, causaria ao desenvolvimento de suas atividades, embora alegue isso. É certo que a penhora de numerário em conta bancária é sempre mais contundente do que aquela que se realiza sobre os demais bens elencados no artigo 11, da Lei de Execuções Fiscais. Mas é exatamente por esse motivo que esse tipo de constrição figura no primeiro lugar do rol preferencial. Assim, o prejuízo que deveria demonstrar é aquele que ultrapassa esse mero descompasso de comodidades entre credor e devedor, providência esta com que não se preocupou. Não basta, portanto, que o devedor indique qualquer bem à penhora. Deve ele justificar a preterição dos bens que antecedem o mencionado rol preferencial, sob pena de ver indeferida a indicação que fizer. Agravo de Instrumento n 830.340-4 fl. 4 de 9 Noutros termos, fundada a recusa da Fazenda Pública na inobservância da ordem legal, tal como preceitua o artigo 656, do Código de Processo Civil, e na ausência de justificativa robusta para tanto, deve ter-se por válida a penhora on line. De se conferir, a respeito, a jurisprudência do STJ: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO FALTA DE PREQUESTIONAMENTO SÚMULA 282/STF EXECUÇÃO FISCAL PENHORA PRECATÓRIO JUDICIAL RECUSA LEGITIMIDADE NÃO OBSERVÂNCIA DA ORDEM ESTABELECIDA PELO ART. 11 DA LEI 6.830/80 PRECEDENTES STJ. 1. É inadmissível o recurso especial quanto a questão não decidida pelo Tribunal de origem, por falta de prequestionamento. 2. Não tendo a devedora obedecido à ordem prevista no art. 11 da Lei nº 6.830/80 é lícito ao credor a recusa e ao julgador a não-aceitação da nomeação à penhora dos bens, pois a execução é feita no interesse do exeqüente e não do executado. 3. Não se equiparando o precatório a dinheiro ou fiança bancária, mas a direito de crédito, pode o Fazenda Pública recusar a indicação ou substituição do bem por quaisquer das causas previstas no art. 656 do CPC ou nos arts. 11 e 15 da LEF. 4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido." (REsp 1191360/PR, 2ª T., Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 01/07/2010). "EXECUÇÃO FISCAL PRECATÓRIOS JUDICIAIS PENHORA ADMISSIBILIDADE RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA POSSIBILIDADE ORDEM DE PENHORA INEXISTÊNCIA DE EQUIVALÊNCIA COM DINHEIRO PRECEDENTES. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite a penhora de crédito relativo a precatório judicial; todavia, não se equiparando o precatório a dinheiro ou a fiança bancária, mas a direito de crédito, a Fazenda Pública pode recusar a indicação ou substituição do bem por quaisquer das causas previstas no art. 656 do CPC ou nos arts. 11 e 15 da LEF. 2. Precedentes: AgRg no Ag 1281957/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 21.5.2010; REsp 1146057/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 8.2.2010; AgRg no REsp 1173176/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30.3.2010. Agravo regimental improvido.." (AgRg no REsp 1172243/PR, 2ª T., Rel. Min. Humberto Martins, DJ 29/06/2010). "PROCESSUAL CIVIL. NOMEAÇÃO À PENHORA DE PRECATÓRIO. DESRESPEITO DA ORDEM LEGAL. RECUSA. CABIMENTO. 1. Conforme iterativos precedentes desta Corte, é admissível a recusa por parte do exeqüente da nomeação à penhora de precatório, desde que justificada por qualquer das causas previstas no art. 656 do CPC no caso vertente, em razão do desrespeito à ordem legal. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1188505/SP, 2ª T., Rel. Min. Castro Meira, DJ 09/06/2010). "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. PRECATÓRIO. ANUÊNCIA DO CREDOR. NECESSIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o crédito relativo a precatório judicial é penhorável, mesmo que o órgão devedor do precatório não seja o próprio exequente. Agravo de Instrumento n 830.340-4 fl. 5 de 9 2. Consolidou-se, por outro lado, a jurisprudência em que o precatório judicial equivale à penhora de crédito prevista nos artigos 11, inciso VIII, da Lei de Execução Fiscal e 655, inciso XI, do Código de Processo Civil e, não, à penhora de dinheiro, razão pela qual é imprescindível a anuência do credor com a penhora do precatório judicial, podendo a recusa ser justificada por qualquer das causas previstas no artigo 656 do Código de Processo Civil. 3. É que a Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal inserta no artigo 11 da Lei

de Execução Fiscal, uma vez que, não obstante o princípio da menor onerosidade ao devedor, a execução é feita no interesse do credor, como dispõe o artigo 612 do Código de Processo Civil. 4. Agravo regimental improvido.." (AgRg no REsp 1172959/PR, 1ª T., Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 10/06/2010). "PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA DE PRECATÓRIO JUDICIAL. RECUSA POR PARTE DA FAZENDA. POSSIBILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL. 1. A jurisprudência do STJ pacificou-se no sentido de que é legítima a recusa, por parte da Fazenda, de bem nomeado à penhora caso não observada a gradação legal, não havendo falar em violação do art. 620 do CPC. 2. Especificamente, com relação a créditos derivados de ações judiciais, representados por precatórios, o STJ, por ocasião do julgamento do REsp n. 1.090.898/SP, assentou que "o crédito representado por precatório é bem penhorável, mesmo que a entidade dele devedora não seja a própria exeqüente, enquadrando-se na hipótese do inciso XI do art. 655 do CPC, por se constituir em direito de crédito"; contudo, destacou que "não se equiparando o precatório a dinheiro ou fiança bancária, mas a direito de crédito, pode a Fazenda Pública recusar a substituição por quaisquer das causas previstas no art. 656 do CPC ou nos arts. 11 e 15 da LEF". 3. Tal orientação é aplicável não apenas aos casos de recusa aos pedidos de substituição da penhora, como também às situações de recusa à primeira nomeação à penhora. Precedentes da Primeira Seção. 4. Agravo regimental não provido." (AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1140218/SP, 1ª T., Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJ 11/05/2010). Desta Corte, registro os seguintes precedentes: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO À PENHORA. RECUSA DO CREDOR. INOBSERVÂNCIA DA GRADAÇÃO LEGAL. PENHORA ON- LINE. POSSIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO." (AI 658.591-5, 1ª C.C., Rel. Des. Salvatore Astuti, DJ 21.06.2010). "AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL DECISÃO QUE DEFERIU O BLOQUEIO DE VALORES NA CONTA BANCÁRIA DA EXECUTADA CONSTRIÇÃO JÁ EXISTENTE TENDO POR OBJETO CRÉDITO DE PRECATÓRIO - RECUSA DA EXEQUENTE POSSIBILIDADE ART. 11 DA LEI Nº 6.830/80 PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTE TRIBUNAL DEFERIMENTO DE PENHORA SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA DEVEDORA PELO SISTEMA BACENJUD POSSIBILIDADE - MANUTENÇÃO DO DESPACHO AGRAVADO. É incontroversa a possibilidade de penhora de precatório e também, da Fazenda Pública recusar o bem nomeado pelo Devedor na Execução Fiscal, desde que embasado numa das hipóteses previstas no art. Agravo de Instrumento n 830.340-4 fl. 6 de 9 656 do Código de Processo Civil. O art. 655, inc. I e 655-A do Código de Processo Civil, combinado com o art. 11 da Lei nº 6.870/80, conferiu prioridade da penhora sobre dinheiro, em espécie ou em depósito e, a aquela realizada "on line" situa-se como atividade-meio que permite a constrição de numerário depositado ou investido. Admite-se a constrição por meio eletrônico quando o pedido é formalizado após o advento da Lei nº 11.382/2006 e, portanto, em consonância com os preceitos estabelecidos pela legislação processual civil atinente á espécie. RECURSO DESPROVIDO." (AI 632.232-1, 1ª C.C., Rel. Des. Idevan Lopes, DJ 21.06.2010). "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DE SEGUNDO GRAU. HIPÓTESE AUTORIZADA. ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC. QUESTÃO CONTROVERTIDA. NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO À PENHORA. PENHORA ELETRÔNICA SOBRE DINHEIRO. ENTENDIMENTO DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CÂMARA. RECURSO NÃO PROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA." (Agravo 672.886-1/01, 1ª C.C., Rel. Juiz Fernando César Zeni, DJ 15.06.2010). "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO À PENHORA. RECUSA MANIFESTADA PELA FAZENDA PÚBLICA POR INOBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL ESTABELECIDA NOS ARTIGOS 11 DA LEF E 655 DO CPC. ADMISSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CÂMARA. A atual orientação do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de respeitar a recusa à nomeação manifestada pelo executado, quando feita com base em qualquer das causas do artigo 656 do Código de Processo Civil. Recurso não provido." (AI 606.894-8, 1ª C.C., Rel. Des. Ruy Cunha Sobrinho, DJ 10.06.2010). "AGRAVO EXECUÇÃO FISCAL DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU QUE DEFERIU O PEDIDO A PENHORA ON LINE POSSIBILIDADE DE RECUSA DOS PRECATÓRIOS PELA FAZENDA PÚBLICA PRECEDENTES DO STJ - RECURSO NÃO PROVIDO. "A jurisprudência desta Corte é no sentido de que o credor pode recusar o precatório nomeado à penhora pelo devedor, haja vista que a execução opera-se em seu interesse, havendo outros bens em melhor posição na ordem legal do art. 11 da Lei n. 6.830/80. (STJ, AgRg no Ag 1119668/ES, Rel. Ministro Francisco Falcão, 1ª T., julg. em 02/06/2009)." (Agravo 573.343-3/01, 1ª C.C., Rel. Juiz Sérgio Roberto N. Rolanski, DJ 01.06.2010). Veja-se, por oportuno, que a comprovação do exaurimento de todas as vias extrajudiciais na procura de outros bens penhoráveis, pelo exeqüente, era medida exigida à luz da antiga redação do artigo 655, do Código de Processo Civil, desnecessária após o advento da Lei 11.382/2006, que alterou sua redação, consoante pacífico posicionamento do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSO CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA. RECURSO REPETITIVO. CABIMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA ON-LINE. BACEN JUD. EXAURIMENTO DAS DILIGÊNCIAS PARA A LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. DESNECESSIDADE. EXECUÇÃO POSTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.382/2006. RECURSO REPETITIVO. PENHORA DE PRECATÓRIO. ANUÊNCIA DO CREDOR. NECESSIDADE. SÚMULA Nº 417/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. Agravo de Instrumento n 830.340-4 fl. 7 de 9 1. O artigo 557, parágrafo 1º-A, do Código de Processo Civil autoriza o Relator a dar provimento ao recurso se a decisão recorrida estiver em confronto com Súmula ou com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, mormente se a matéria foi submetida ao regime do artigo 543-C do Código de Processo Civil (recursos repetitivos). 2. A egrégia Corte Especial, na sessão de 15 de setembro de 2010, julgando o REsp nº 1.112.943/MA, da relatoria da Ministra Nancy Andrighi, sob o rito do artigo 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução/STJ nº 8/2008 (recursos repetitivos), ratificou o posicionamento desta Corte Superior de Justiça no sentido de que, após as modificações introduzidas pela Lei nº 11.382/2006, o bloqueio de ativos financeiros pelo Sistema Bacen Jud prescinde do esgotamento das diligências para a localização de outros bens passíveis de penhora. 3. O Superior Tribunal de Justiça assentou o entendimento de que o crédito relativo a precatório judicial é penhorável, mesmo que o órgão devedor do precatório não seja o próprio exequente. 4. Consolidou-se, por outro lado, a jurisprudência em que o precatório judicial equivale à penhora de crédito prevista nos artigos 11, inciso VIII, da Lei de Execução Fiscal e 655, inciso XI, do Código de Processo Civil e, não, à penhora de dinheiro, razão pela qual é imprescindível a anuência do credor com a penhora do precatório judicial, podendo a recusa ser justificada por qualquer das causas previstas no artigo 656 do Código de Processo Civil. 5. É que a Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal inserta no artigo 11 da Lei de Execução Fiscal, uma vez que, não obstante o princípio da menor onerosidade ao devedor, a execução é feita no interesse do credor, como dispõe o artigo 612 do Código de Processo Civil. 6. "A satisfação do direito de crédito perpassa pela possibilidade de recusa ou substituição do bem dado em penhora; logo, a Súmula 417 do STJ não inviabiliza a possibilidade de recusa do credor, desde que justificada por uma das causas descritas no art. 656 do CPC." (AgRgEDclAg nº 1.282.484/RJ, Relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, in DJe 19/11/2010). 7. Agravo regimental improvido". (AgRg no REsp 1230492/PR, 1ª T., Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 31/03/2011). "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO EXECUÇÃO FISCAL PENHORA ON LINE SISTEMA BACEN-JUD REQUERIMENTO FEITO NO REGIME ANTERIOR AO ART.655, I, DO CPC (REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.382/2006) 1. A jurisprudência atual desta Corte firmou-se no sentido de que, após a vigência da Lei 11.382/2006, o bloqueio de ativos financeiros por meio de penhora on line não requer mais o esgotamento de diligências para localização de outros bens do devedor passíveis de penhora, sendo admitida hoje a constrição por meio eletrônico sem essa providência. 2. Recurso especial provido." (REsp 1194067/PR, 2ª T., Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 01/07/2010). "EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA ON-LINE. CONVÊNIO BACEN JUD. MEDIDA CONSTRITIVA POSTERIOR À LEI Nº 11.382/2006. EXAURIMENTO DAS VIAS EXTRAJUDICIAIS PARA A LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. DESNECESSIDADE. EMBARGOS ACOLHIDOS. 1. Com a entrada em vigor da Lei nº 11.382/2006, que deu nova redação ao artigo 655 do Código de Processo Civil, os depósitos e as aplicações em instituições financeiras foram incluídos como bens preferenciais na ordem de penhora e equiparados a dinheiro em espécie, tornando-se prescindível o Agravo de Instrumento n 830.340-4 fl. 8 de 9 exaurimento das vias extrajudiciais dirigidas à localização de bens do devedor para a constrição de ativos financeiros por meio do sistema Bacen Jud, informando a sua utilização nos processos em curso o tempo da decisão relativa à medida constritiva. 2. Embargos de divergência acolhidos." (EREsp 1052081/RS, 1ª Seção, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 26/05/2010). Como se extrai dos julgados relacionados, as alterações trazidas pela Lei 11.382/06 se aplicam às execuções fiscais, mesmo diante do contido no artigo 185-A, do Código Tributário Nacional. Na verdade, referida norma traz disposição de cunho processual, que não se enquadra dentre aquelas matérias elencadas no artigo 146, da Constituição Federal e, portanto, admite derrogação por lei ordinária. Nem poderia ser diferente, haja vista que a exigência de quórum qualificado próprio de lei complementar para aprovação de norma legal reservada à lei ordinária seria contrariar o regime estabelecido pela própria Constituição Federal quando trata do processo legislativo. Nesse sentido, trago à colação o seguinte ensinamento de Geraldo Ataliba, extraído do acórdão de julgamento do Recurso Extraordinário nº 419.629/DF, da lavra do Ministro Sepúlveda Pertence: "A lei ordinária pode perfeitamente dispor sobre qualquer matéria não reservada à lei complementar, inclusive derrogando a espécie normativa, nesse capo. É que a lei complementar, fora de seu campo específico que é aquele expressamente estabelecido pelo constituinte nada mais é do que lei ordinária. A natureza das normas jurídicas em sistemas positivos como o nosso, objeto de quase exaustivo tratamento constitucional é dada conjuntamente pela forma (no caso, de elaboração) e pelo conteúdo. Este sem aquela não configura a entidade, da mesma maneira que aquela sem este. Só há lei complementar válida e eficaz, quando concorrem os dois elementos citados para configurá-la. Faltando qualquer deles, não se tem a espécie. Na ausência da forma, não há lei complementar, nem nada. É nulo o ato. É nenhum. Na falta de conteúdo, o ato é existente, é válido, é norma mas não tem eficácia própria da espécie: é mera lei ordinária" (...) Efetivamente, se possível fora impedir à lei ordinária a disciplina de certa matéria, porque esta foi objeto de lei complementar, estar-se-ia modificando a Constituição, na parte em que, ao cuidar do processo legislativo, trata do quórum para deliberação. Seria o mesmo que exigir quorum qualificado para aprovação de matéria própria de lei ordinária. Importaria restringir os poderes normais do Congresso, contrariando a Constituição". (Lei Complementar na Constituição, Ed. RT, 1971, p. 36). Agravo de Instrumento n 830.340-4 fl. 9 de 9 Plenamente aplicáveis à espécie, pois, as inovações trazidas pela Lei 11.382/06 e pela própria Lei de Execuções Fiscais, para apreciação e julgamento do tema proposto. Consigno, por fim, que a Súmula 417 do Superior Tribunal de Justiça não se aplica ao caso em tela, visto sua abrangência não alcançar a Lei de Execução Fiscal. Nesse sentido já se posicionou esta Câmara em precedente que teve como relator o eminente Desembargador Ruy Cunha Sobrinho, cuja ementa veio assim redigida: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO À PENHORA. INTEMPESTIVIDADE. LEGITIMIDADE DA RECUSA MANIFESTADA PELA FAZENDA PÚBLICA. PENHORA ELETRÔNICA SOBRE DINHEIRO. POSSIBILIDADE. ARTIGOS 655, I E 655-A, DO CPC. REDAÇÃO

CONFORME A LEI 11.832/2006. ORIENTAÇÃO DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE. SEGUIMENTO NEGADO. ART. 557, CAPUT, DO CPC. (...) II. 2. Passando adiante, no que diz respeito ao deferimento da penhora on line destaco de pronto que a Súmula 417/STJ não é aplicável à espécie, haja vista sua adstrição à execução civil, hipótese diversa da examinada no caso dos autos em que é tratada execução fiscal. (AI 697.552-6, 1ª C.C., DJ 16/08/2010). Assim, deve a decisão agravada ser mantida, pois em consonância com o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça. 3. Do exposto, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso. Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. DULCE MARIA CECCONI Relatora.
0050 . Processo/Prot: 0830904-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/259212. Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2007.00000199 Execução Fiscal. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Ana Lúcia Costa. Agravado: Cristiane Pena Gomes. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
A gravante: Munic ípio de L ondrina A gravada: Cristiane Pena Gomes Relator: Juiz Subst. 2º Grau Fernando César Z eni 1. Trat a-se de agravo de i n st ru men t o i nterpost o co n t ra deci são qu e recon h eceu a ocorrên ci a da prescri ção, referen t e a CDA n ° 3 2 6 .23 9 -9 (f.7 -TJ). Em su as razões , su st en t a o agrava n t e a n ão oc orrên ci a da prescri ção do débi t o t ri bu t ári o de 2 00 2, decorren t e da cobran ça de I PTU , u ma vez qu e ação foi propost a d en t ro do praz o de 5 an os. A du z qu e h á i n ci dên ci a da Sú mul a 1 06 do S TJ, pel o qu e deve ser afast ada a prescri ção, a ext i n ção da deman da e a con den ação em pagamen t o proporci on al das cu st as. 2. A deci são que decret ou a prescri ção est á corret a, vist o qu e à época em qu e foi despach ada a in i ci al , dat ada de 1 9 /0 3 /20 07 , já est ava em vi gor a LC 1 1 8 /05 , qu e alt erou a redação do art . 1 7 4 , i n c. I , do CTN, det ermin an do qu e o despach o qu e or den a a ci t ação t em o efei t o de su spen der o cu rso da prescri ção. A execu ção fi scal foi aju i zada em 0 9 /0 3 /2 00 7 , para cobran ça d e I PTU rel ati vo aos exercí cios de 2 0 02 e 20 0 4 . O despach o qu e in t err ompe a prescri ção ocorreu di a 1 9 /0 3 /20 0 7 , port an t o, est á prescr i t o o exercí ci o referen t e a 2 0 02 . Ocorre qu e n ão h ouve n en hu ma demora si gn i fi cat iva capaz de i mpu t ar qu al qu er respon sabi li dade ao meca n i smo ju di ci ári o. O exequ en t e ajui zou a deman da dent ro do prazo, n ão i mport an do se di st ri bu i u a deman da 1 mês depoi s da con st i t ui ção do crédi t o ou 4 an os, 1 1 meses e 29 di as depoi s de seu l an çamen t o em CDA , ocorre qu e o art . 1 7 4 do CTN, é cl aro qu e, a i n t erru pção da prescri ção dar -se-á pel o despach o qu e orden a a cit aç ão e, est e só ocorreu 1 9 /0 3 /20 0 7 . O prazo fi xado pel o art . 1 74 do CTN, é de 5 an os, sen do assi m, h á como decret ar a prescri ção, vi st o qu e o agravan t e demorou para cobrar o débi t o mai s de 5 an os. Como o CTN , qu e t em n at u reza de l ei compl emen t ar, se sobrepõe à LE F, de ri gor n egar segui ment o ao recurso, mas, an t es, para i lu st rar est a deci são, ci t o as segu in t es deci sões: " A GRA VO DE IN ST RUME NT O . E XE CUÇÃ O FISCAL . IPT U E TA XA S MUN ICIPA IS DO E XE RCÍCIO FISCA L DE 2005. A L E GA ÇÃ O DE PRE SCRIÇÃO . A RT . 174 DO CT N , PARÁ GRA FO ÚN ICO , IN CISO I, DO CT N , CO M RE DA ÇÃ O DA DA PE L A LC Nº 118/2005, A PL ICÁ VE L À E SPÉ CIE . DE MA N DA A JUIZA DA A NT E S DO T RAN SCURSO DO PRA ZO PR E SCRICIO N AL . DE MO RA DOS SE RVEN T UÁ RIO S DA JUST IÇA EM RE MET E R OS A UT OS CO N CL USOS PA RA O JUIZ CO NDUT O R DO PRO CESSO . IN CIDÊN CIA DA SÚMULA 106 DO ST J. N Ã O O CO RRÊ N CIA DA PRE SCRIÇÃO . CITA ÇÃ O VÁ L IDA Q UE INT E RRO MPE A PRE SCRIÇÃO E RE T RO A GE À DA TA DA PRO PO SIT URA DA A ÇÃO , N O S T E RMO S DO A RT . 219, § 1º, DO CPC. PRE CE DEN TE S DO ST J. DE CISÃ O A GRA VA DA CO RRE TA E MA NT IDA . RE CURSO MA N IFE STA MEN TE IMPRO CE DEN TE E CON TRÁ RIO A JURISPRUDÊN CIA DO T J/PR E DO ST J. A GRA VO DE IN STRUMEN TO CO N HE CIDO E N EGA DO SE GUIMEN TO , EM DE CISÃO MO NO CRÁ T I CA DO REL ATO R. A RT . 557 DO CPC. T rata-se de A gravo de Instrumento nº 0782574 -1, interposto c ontra dec isão (f ls. 11 a 15 -T J e f ls. 28 a 32 dos autos originários), prof erida pelo em inente Juízo da 7ª Vara Cí ve l da Comarc a de L ondrina, nos autos nº 16316 - 87.2 011.8.16.0000 (anterior nº 8252/10), de E xec uç ão Fisc al, ajuiza da pe lo agravado em f ac e da agravante. A dec isão a quo indef eriu a exc eç ão de pré -exec utivida de oposta pela agravante, por não esta r c onsumada a presc riç ão dos c réditos tributários, c omo preten de o exec utado e, via de c onsequênc ia, ordenou o prosseguimento do f eito exec utivo. O juízo a quo deixou de c ondenar a agravante ao pagamento das verbas de suc umbênc ia. Inc onf ormada, a exec utada interpôs agravo de instrumento (f ls. 02 a 08 -T J). Envereda sua tese rec ursal argumentando a ocorrênc ia da prescriç ão da pretensão de c obranç a do c rédito tributário de 2005, tendo em vista o dec urso dos c inc o anos, desde a c onstituiç ão def initiva até a data do despac ho q ue ordenou a c itaç ão da exec utada, nos termos do art. 174, c aput e parágraf o únic o, do Código T ributário N ac ional. Def ende, no mais, a A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 morosidade do exequente na propositura da aç ão, não sendo o c aso de inc idênc ia da Súmula 106 do Superior T ribunal de Justiç a. E nf im , a rec orrente pugnou seja atribuído ef eito suspensivo ao rec urso e, ao f inal, dar provimento a o rec urso, ref ormando -se a dec isão im pugnada, ante a oc or rênc ia da presc riç ão do c rédito c onstituído até o ano de 2005, c om a c ominaç ão dos ônus de suc umbênc ia ao exequente. Suc intamente exposto dec ido. Conhec e -se do recurso, por observados os pressupostos intrínsec os e extrínsec os de admissibilida de rec ursal. Primeiramente, impen de esc larec er que é desnec essária a intervenç ão do parquet nos exec utivos f isc ais, c ons oante o verbete sumular 189 do Superior T ribunal de Justiç a. A redaç ão dada ao artigo 557 do Código de Proc esso Civil, pela L ei nº 9.756/98, objetivando desobstruir a pauta dos T ribunais e a celeridade da prestaç ão jurisdic ional, permi te que os rec ursos ma nif estamente inadmissí veis, im proc edentes, prejudic ados ou em c onf ronto c om súmula ou c om jurisprudênc ia dominante no próprio T ribunal, ou de T ribunais Superiores, sejam julgados pel o Relator, dispensando a manif estaç ão do órgão colegiado. O dispositi vo le gal ref erido apl ic a -se ao c aso em exame. A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 Cinge -se a c ontrovérsia ac erc a da oc orrênc ia da presc riç ão do c rédito tributár io, ref erente ao exerc íc io do ano de 2005, objeto da exec uç ão f isc al proposta pelo agravado/exequente, pelo dec urso de mais de c inc o anos desde a data da c onstitu iç ão def initiva do c rédit o tributário. A Fazenda Públic a dispõe de 05 (c inc o) anos para ajuizar aç ão de c obranç a do c rédito tributário, no termos do art. 174, c aput, do Código T ributár io N ac ional, c ontados de sua c onstituiç ão def initiva , que se dá c om o ato de lanç amento regularmente c omunic ado por meio da notif ic aç ão ao sujeito passivo ou, quando não se puder af erir sua data , do dia seguinte ao venc imento do imposto. Já, o parágraf o únic o, inc iso I, do a ludi do d ispositi vo legal presc reve c omo c ausa interruptiva do la pso presc ric ional " o despac ho do juiz que ordenar a c itaç ão em exec uç ão fisc al" , c om redaç ão dada pela L ei Comp lementar nº 118/2005, c om vigênc ia a partir de 09/06/2005. Inf ere -se, portanto, que no c aso conc reto, esse é o marc o interruptivo da presc riç ão quinquenal, c onsiderando que o ajuizamento da aç ão oc orreu em 02/02/2010 (f ls. 21 -T J). E , adentrando -se às pec uliaridades da c asuístic a, da Certidão de Dívida A tiva (CDA ) nº 973.432.022 (f ls. 23 -T J) ac ostada à inic ial exec utiva, verif ic a-se que os débitos de IPTU e taxas venc eram em 15/02/2005, inic iando -se a c ontagem do lapso tempora l no dia seguinte, ou seja, em 16/02/2005. A demanda f isc al f oi ajuizada em 02/02/2010 (f ls. 21 -T J), porta nto, dentro do prazo presc ric ional. A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 O despac ho do juiz a quo ordenando a c itaç ão da agravante/exec utada oc orreu na data de 25/02/2010 (f ls. 26-T J). Já, a c itaç ão da agravan te oc orreu na data de 30/08/2010, c om o seu compa rec imento espontâneo, quando petic ionou requerendo a juntada de instrumento de proc uraç ão de seu advogado (f ls. 30 -T J), suprindo, então, a f alta do ato processual, por f orç a do art. 214, § 1º, do Código de Proc esso Civil. A pesar de ter transc orrido o lustr o presc ric ional dos débitos f isc ais do ano de 2005 (CDA nº 973.432.022), desde a constituiç ão def initiva até a data do despac ho que ordenou a c itaç ão da exec utada/agravante, o f ato não pode ser imputado ao agravado/exequente, mas sim por desídia dos serven tuários da justiç a. É que os autos somente f oram remetidos à c onc lusão para a magistrada de primeiro grau na data de 22/02/2010, f ic ando paralisado s por tempo demas iado, transpondo o prazo de 24 (v inte e quatro) horas previsto no art. 190, do Có digo de Pro c esso Civi l. T ão logo distribuí da, autuada e registrada a aç ão, os autos devem seguir para o ju iz dent ro deste prazo máximo, o que não ac ontec eu, na medida em que a aç ão f oi autuada e registrada na data de 02/02/2010, sendo c onc lusos ao juízo a quo na data de 22/02/2010, paralisaç ão essa que c ontribuiu para o ad vento da presc riç ão. Conc luindo, se nã o f osse a morosidade da má quina jud i c iária em enc aminhar os autos para despac ho de c itaç ão da e xec utada, ora agravante, não haveria o transc urso do lapso presc ri c ional. A gravo d e Instrumento nº 0782574 -1 Diante disso, no c aso em exame, outro c aminho não resta senão a aplic aç ão da Súmula 106, do Superior T ribunal de Justiç a, eis que a demora na c itaç ão se deu por desc aso do mec anismo judic iário. O utro não é o entendimento desta T erc eira Câmara Cível , senão vejamos: " A PE L A ÇÃO CÍVE L E XE CUÇÃ O FISCAL - E XT IN ÇÃ O DO FE ITO PRE SCRIÇÃO CRÉ DITO T RIBUT Á RIO CO M CO NST IT UIÇÃ O DE FIN IT IVA EM 01/03/1997 PRE SCRIT O IN O BSE RVÂ N CIA DO PRA ZO Q UIN Q UE NA L PA RA A IN TE PO SIÇÃ O DA A ÇÃO DE CO BRAN ÇA DE MA IS CRÉ DIT OS TRIBUT Á RIO S IN TE RRUPÇÃ O DA PRE SCRIÇÃO N Ã O CA RA CT E RIZADA DE MORA N A CIT A ÇÃO IMPUTA DA A O APA RE L HO JUDICÁ RIO A PL ICA ÇÃ O DA SÚMULA 106 DO ST J PA RAL ISA ÇÃ O IN JUT IFICA DA Q UE IN TE RFE RE N O PRA ZO PRE SCRICION A L - APE LA ÇÃ O CÍVEL CON HE CIDA E PA RCIAL MEN TE PRO VIDA ." (T JPR - Despac ho - A C. 0724733 -0 - 3ª CC. - Rel. Des. Dimas O rt ênc io de Melo - Julg. 14/01/2011 - DJ:553 de 20/01/2011 - Cíve l) " A PE L A ÇÃ O . E MBARGO S DO E XE CUTA DO . E XE CUÇÃ O FISCA L . IPT U. PRE SCRIÇÃO IN TE RCO RREN T E . NÃ O A PE RFE IÇOA MEN TO . DE MORA DA CIT A ÇÃO DE CO RRE NTE DA MO RO SIDADE DO SE RVIÇO JUDICIA L . A USÊ N CIA DE DE SÍDIA DO MUN ICÍPIO E XE Q UE NT E . SÚMULA 106 DO SUPE RIOR T RIBUN AL DE JUST IÇA . CE RCE A ME NT O DE DE FE SA . RE CON HE CIME NT O . JUL GA MEN TO AN TE CIPA DO DA L IDE IN DE VIDO . VIO LA ÇÃ O A O S PRIN CÍPIOS DO CO N TRA DIT ÓRIO E DA A MPL A DE FESA (A RT . 5º L V, DA A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 CO N ST IT UIÇÃO FE DE RA L ). DEMAN DA Q UE E XIGE DIL A ÇÃO PRO BA T ÓRIA PA RA OBT EN ÇÃO DO JUST O DE SL INDE DA CA USA . E NT E NDIME NT O JURISPRUDE N CIAL PA CIFICA DO N E ST E T RIBUN AL . RE CURSO PA RCIAL MEN T E PRO VIDO ." (T JPR - Despac ho - A C. 0588331 -6 - 3ª CC. - Rel. Juiz Subst ituto e m 2º Grau L uiz Cezar N ic olau - Ju lg. 20/07/2010 - DJ:436 de 26/07/2010 - Cível) Ressalte -se, ta mbém, que em exec utivo f isc al, uma vez oc orrida a c itaç ão, seus ef eitos retroagem à data da propositura da demanda , n os termos do art. 219, § 1º, do Cód igo de Proc esso Civil, haj a vista ser o exerc íc io do direito de aç ão o marc o interrupt ivo da presc riç ão. Se a presc riç ão é a perda da pretensão em razão de seu não exerc íc io em tempo hábil, a in ic i ativa do postulante ao ajuizar a aç ão demonstra o f im de sua inérc ia. Diante disso, uma vez triangularizada a relaç ão proc essual c om a c itaç ão, os ef eitos desta devem sim retroagi r, f igurando c omo termo interruptivo do lapso presc ric ional a data do aj uizamento do f eito. A liás, esse é o entendimento f irme esposado pelo c olendo Superior T ribunal de Justiç a, que já assentou a matéria pelo r ito do art. 543 -C, do Código de Proc esso Civi l , em f ac e da multip lic ida de de rec ursos c om f undamento em idêntic a c ontrovérsia: " T RIBUTÁ RIO . E XE CUÇÃ O FISCA L . PRE SCRIÇÃO . IN TE RRUPÇÃ O CO M A CIT A ÇÃ O DO DE VEDO R, Q UE RE T RO A GE À DA T A DE A JUIZA MEN T O . 1. A Primeira Seç ão do ST J, no julgamento do RE sp 1.120.295/SP, na sistemátic a do art. 543 -C do CPC, f irmou o entendimento de que a c itaç ão ef etivada retroage à data da proposi tura da aç ão para A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 efeitos de interrupç ão da presc riç ão, na f orma do art. 219, § 1º, do CPC. 2. Rec urso E spec ial não provido." (REsp 1215801/PR, Rel. Ministro HE RMAN BEN JAMIN , SE GUNDA T URMA , julgado em 02/12/2010, DJe 04/02/2011) " E MBA RGOS DE DE

CL A RA ÇÃ O EM RE CURSO E SPE CIA L . PRE SENÇA DE CO N TRA DIÇÃ O . E XE CUÇÃ O FISCA L . IRPJ. T RIBUT O SUJE IT O A L AN ÇA ME NT O PO R HOMOL O GA ÇÃ O . PRE SCRIÇÃ O . E MBA RGO S DE DE CL A RA ÇÃ O A CO L HIDO S CO M E FE IT O S IN FRIN GE NT ES. (...) b) A interpretaç ão c onjugada do art. 219, §1º, do CPC com o art. 174, I, do CTN , leva à conc lusão de que a interrupç ão da presc riç ão pela c itaç ão válida (redaç ão original do CT N ) ou pelo despac ho que a ordena (redaç ão do CT N dada pela L C n . 118/2005) sempre retroage à data da propositura da aç ão (ajuizamento - art. 219, §1º, CPC), sendo assim, se o quinquênio terminou depois do ajuizamento e antes do despac ho que ordena a c itaç ão ou da própria c itaç ão válida , c onf orme o c aso, não oc orreu a pre sc riç ão. (...) 4. E mbargos de dec laraç ão ac olhidos c om ef eitos inf ringentes para dar parc ial provi mento ao rec urso espec ial. (E Dc l no RE sp 1144621/DF, Rel. Ministro MA URO CA MPBE L L MA RQ UES, SE GUN DA T URMA , julgado em 26/04/2011, DJe 05/05/2011) E, retroagindo a interrupç ão da presc riç ão ao tempo do ajuizamento da demanda f isc al (02/02/2010 - f l. 21 -T J), os c réditos f isc ais venc idos em 2005, obviamente, não estão f ulminados pela presc riç ão. A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 Destarte, mostra -se c orreta a dec is ão que indef eriu a exc eç ão de pré -exe c utividade oposta pela rec orrente, por não c onsumada a presc riç ão do c rédito tributário c onstituído no exerc íc io fisc al de 2005, impondo - se a manutenç ão da dec isão agravada, de lavra da diligente e operosa magistrada de pri meiro g rau, Drª. T elma Regina Magalhães Carvalho. A NT E O E XPOST O , c om base no artigo 557 c aput do Código de Proc esso Civi l, nego segui mento a este agravo de instrumento, eis que manif estamente improc edente e c ontrário à jurisprudênc ia dominante no neste E grégio T ribunal de Justiç a e no Colendo Superior T ribunal de Justiç a, c onsoante julgados transc ritos. Intimem - se. O portunamente, baixem os presentes autos ao juízo que deu origem à dec isão rec orrida. Cur i tiba, 25 de ma io de 2011. RUY FRAN CISCO T HO MA Z D ESE MBARGA DOR REL AT O R A gravo de Instrumento nº 0782574 -1)" (TJPR - A C 7 8 2 .5 7 4 -1 , 7 ª V ara Cí vel da Comarca de Lon dri n a, 3 ª CC v, rel . Des. Ru y Fran ci sco Th omaz, Mon ocrát i ca, J. 2 5 .0 5 .2 01 1 )" " A PE L A ÇÃO CÍVE L E XE CUÇÃ O FISCAL - E XT IN ÇÃ O DO FE ITO PRE SCRIÇÃO CRÉ DI TO T RIBUT Á RIO CO M CO NST IT UIÇÃ O DE FIN IT IVA EM 01/03/1997 PRE SCRIT O IN O BSE RVÂ N CIA DO PRA ZO Q UIN Q UE NA L PA RA A IN TE PO SIÇÃ O DA A ÇÃO DE CO BRAN ÇA DE MA IS CRÉ DIT OS TRIBUT Á RIO S IN TE RRUPÇÃ O DA PRE SCRIÇÃO N Ã O CA RA CT E RIZADA DE MORA N A CIT A ÇÃO IMPUTA DA A O APA RE L HO JUDICÁ RIO A PL ICA ÇÃ O DA SÚMULA 106 DO ST J PA RAL ISA ÇÃ O IN JUT IFICA DA Q UE IN TE RFE RE N O PRA ZO PRE SCRICION A L - APE LA ÇÃ O CÍVEL CON HE CIDA E PA RCIAL MEN TE PRO VIDA ." (TJPR - Despach o - A C. 0 7 2 4 7 33 -0 - 3 ª CC. - Rel . Des. Di mas Ort ên ci o de Mel o - Ju l g. 1 4 /0 1 /20 11 - DJ:5 5 3 de 20 /0 1 /20 1 1 - Cí vel ). " A PE L A ÇÃO . E MBA RGOS DO E XE CUTA DO . E XE CUÇÃO FISCA L . IPT U. PRE SCRIÇÃO IN TE RCO RREN T E . NÃ O A PE RFE IÇOA MEN TO . DE MORA DA CIT A ÇÃO DE CO RRE NTE DA MO RO SIDADE DO SE RVIÇO JUDICIA L . A USÊ N CIA DE DE SÍDIA DO MUN ICÍPIO E XE Q UE NT E . SÚMULA 106 DO SUPE RIOR T RIBUN AL DE JUST IÇA . CE RCE A ME NT O DE DE FE SA . RE CON HE CIME NT O . JUL GA MEN TO AN TE CIPA DO DA L IDE IN DE VIDO . VIO LA ÇÃ O A O S PRIN CÍPIOS DO CO N TRA DIT ÓRIO E DA A MPL A DE FESA (A RT . 5º L V, DA A gravo de Instrumento nº 0782574 -1 CO N ST IT UIÇÃO FE DE RA L ). DEMAN DA Q UE E XIGE DIL A ÇÃO PRO BA T ÓRIA PA RA OBT EN ÇÃO DO JUST O DE SL INDE DA CA USA . E NT E NDIME NT O JURISPRUDE N CIAL PA CIFICA DO N E ST E TRIBUNA L . RE CURSO PA RCIALME NT E PRO VIDO ." (TJPR - Despach o - A C . 0 5 8 8 3 3 1 -6 - 3 ª CC. - Rel . Ju i z S u bst it ut o em 2 º G rau Lu i z Cezar Ni col au - Ju l g. 2 0 /0 7 /20 1 0 - DJ:4 3 6 de 2 6 /07 /2 01 0 - Cí vel ). Por fi m, n ão h á como apl i car a S ú mu l a n º 1 06 do S u peri or Tri bu n al de Ju st iça, vi st o qu e o ju i z despach ou em t empo h ábil (mesmo di a ), n ão obst an t e o presen t e feit o foi au t u ado em 1 6 /0 3 /2 0 07 , foi para a con cl u são em 1 9 /03 /2 00 7 e despach ou n o mesmo di a, observa -se, port an t o, u ma demora de 3 di as para i r para con cl u são, o qu e n ão h á i mpu t ar fal h a do Poder Ju di ci ári o. Dest e modo o mecan i smo ju di ci ári o n ão pode ser respon sabi l i zado pel a ocorrên ci a da prescri ção do débi t o t ri bu t ári o. E m su ma, rest a cl aro n os au t os a in ci dên ci a de prescri ção do exercí ci o de 20 02 (f.7 -TJ), con soan t e se i n fere n o art . 17 4 do CTN. 3. A n t e o expost o, nego seguimento ao recu rso, com arri mo n o art . 557, caput , do CPC, vi st o qu e est á em con son ân ci a com a ju ri spru dên ci a domi n an t e. 4. I n ti me-se. Cu ri t i ba, 23 de set embro de 2 01 1 . Fernando César Zen i Juiz Subst ituto em 2º Grau 0051 . Processo/Prot: 0831057-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/259649. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0012379-91.2010.8.16.0004 Embargos a Execução. Agravante: Companhia de Bebidas das Americas - Ambev. Advogado: Antônio Augusto Della Côrte Da Rosa, Cláudio Leite Pimentel, Alessandro Duleba. Agravado: Municipio de Curitiba. Advogado: Valdir Julio Ulbrich, Raquel de Barros Gaidex, Claudine Camargo Bettes. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA A EXECUÇÃO FISCAL DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCESSO CIVIL. LEI 11.382/06. TEORIA DO DIÁLOGO DAS FONTES. RECEBIMENTO DOS EMBARGOS DO DEVEDOR COM SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO CONDICIONADA À OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 739-A, §1º, DO CPC. ENTENDIMENTO LOCAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CASO CONCRETO. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. Vistos. Companhia de bebidas das Americas - AMBEV interpôs agravo de instrumento em face da decisão de fls. 75-tj, a qual recebeu os embargos da executada no efeito devolutivo. Entre as razões para a reforma do decidido, a agravante sustenta a existência dos requisitos necessários à concessão do efeito suspensivo, nos termos do artigo 739-A do CPC; que haveria previsão implícita na LEF (artigos 19, 24 e 32) a respeito do caráter suspensivo dos embargos à execução fiscal; e, por fim, requereu a concessão da tutela antecipada. É o relatório. DECIDO. 1. A controvérsia recursal gira em torno da possibilidade do recebimento dos embargos da executada no efeito suspensivo. 2. Inicialmente, registro que a aplicação subsidiária das novas disposições processuais do artigo 739-A do CPC às execuções fiscais é assente neste Tribunal, como decidiu recentemente nossa Primeira Câmara Cível, no julgamento do AG 530.036-9/01, assim ementado: "AGRAVO (ART. 557, §1.º DO CPC) - NEGATIVA DE SEGUIMENTO À APELAÇÃO CUJA TESE ERA MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTE TRIBUNAL - ESCASSOS ARESTOS EM SENTIDO CONTRÁRIO, DESTE TRIBUNAL E DO STF, ORA COLACIONADOS PELO RECORRENTE, QUE NÃO DESQUALIFICAM A DECISÃO MONOCRÁTICA, COMPROVADAMENTE FIEL À ORIENTAÇÃO ITERATIVA DESTA CORTE - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - PREVISÃO EXPRESSA NO ART. 739-A DO CPC - APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL À LEI DE EXECUÇÃO FISCAL - RECURSO IMPROVIDO. A teor do art. 739-A do CPC, com redação dada pela Lei nº 11.382/2006 somente é possível a suspensão da execução com a interposição de embargos à execução quando evidenciada a relevância dos fundamentos e o receio de dano irreparável ou de difícil reparação, requisitos estes inexistentes no caso em análise." (grifo não constante do original) Nesse acórdão, o Des. Rubens de Oliveira Fontoura colige doutrina que evidencia não resultar da aplicação às execuções fiscais da regra do artigo 739-A, do CPC, qualquer ofensa ao princípio da especialidade: "Conquanto seja um subsistema processual à parte, que regula relações processuais específicas em relação ao CPC, a LEF não possui aplicação estanque. Aliás, nenhum subsistema pode ser aplicado de maneira isolada, como se denota de sua própria sujeição a um sistema jurídico genérico (in casu, o sistema processual geral do CPC). Logo, quaisquer situações relativas à execução fiscal, não contempladas pela LEF, devem ser tuteladas, subsidiariamente, pelo diploma processual civil geral, conforme dispõe o art. 1º da lei especial."1 E assim conclui seu voto: "Portanto, não tendo a Lei de Execução Fiscal qualquer dispositivo quanto à suspensão da execução com a interposição dos embargos é que se deve aplicar, subsidiariamente, o previsto no art. 739-A do CPC. Desta feita, a teor do previsto no art. 739-A cuja redação se deu pela Lei nº 11.382/2006 os embargos a execução não terão efeito suspensivo, salvo no caso de se verificar que a decisão possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação. Não é outro o entendimento das demais Câmaras especializadas na matéria tributária, consoante se depreende dos seguintes julgados da 2ª Câmara Cível: AG 455.140-2/01 e AI 439.672-9, Rel. Des. Valter Ressel, j. 18/12/07 e 11/12/07; AI 439.604-1, Rel. Des. Lauro Laertes de Oliveira, j. 30/10/07; AI 429.315-6, Rel. Juiz Péricles Bellusci de Batista Pereira, j. 25/09/07; AI 707.260-8, Rel. Cunha Ribas, j. 03/09/10; AI 704.174-5, Rel. Des. Eugenio Achille Grandinetti, j. 02/09/10. E, também, da 3ª Câmara Cível: AI 474.758-6, Rel. Juiz Fernando Antonio Prazeres, j. 13/11/07; AI 709.121-4, Rel. Des. Ruy Francisco Thomaz, j. 10/09/10; AI 704.036-3, Rel. Des. Rabello Filho, j. 01/09/10 e AI 674.672-5, Rel. Des. Dimas Ortêncio de Mello, j. 25/06/10. E, no mesmo sentido, é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme bem observa a paranaense que integra a corte de legalidade, Min. Denise Arruda, ao registrar orientação de seu colegiado de que a execução fiscal, embora regida por lei especial, em face da aplicação subsidiária do CPC, é cabível a sua subsunção a tal regramento legal nos casos em que a formalidade foi observada (REsp 2 662.385/PB, Rel. Min. José Delgado, DJ de 16.11.2004, p. 214). Ainda do STJ: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO. VALOR INFERIOR AO DE AVALIAÇÃO. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO EXAMINADO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. 1. As regras gerais do CPC aplicam-se subsidiariamente ao processo de execução fiscal relativamente ao ponto em que 3 verificada omissão total ou parcial da Lei 6.830/80." Examinando o pretenso efeito suspensivo `automático' resultante do recebimento dos embargos à execução fiscal, à luz do texto da Lei de Execuções Fiscais, a Segunda Turma do STJ, em julgamento relatado pelo Min. Herman Benjamin (REsp 102.412-8) assentou que as disposições processuais gerais trazidas com a Lei 11.382/2006 devem interagir com os dispositivos especiais que regem a cobrança dos créditos fazendários, por ser possível estabelecer metodologia aplicável exclusivamente a um determinado segmento do processo de execução, o Estado, por exemplo.4 Nesse acórdão, o eminente Relator assinalou que o legislador, na legislação processual esparsa, disciplina diferentes modalidades e ritos para o processo de execução, mas sempre ressalva a utilização subsidiária das regras previstas no CPC, o que constituiria a denominada "Teoria do Diálogo das Fontes", mais desenvolvida no âmbito do Direito do Consumidor, na esteira das lições de Cláudia Lima Marques, autora que cuidou da inter-relação e dos efeitos da vigência do Novo Código Civil sobre o Código de Defesa do Consumidor, estudando as conseqüências que a alteração dos conceitos, princípios e institutos jurídicos de uma norma geral desencadeia sobre normas inseridas em microssistemas jurídicos com aquela relacionados de forma direta ou indireta. O Min. Herman Benjamin prossegue observando ainda que, particularmente em relação às execuções fiscais, o art. 1º da Lei 6.830/1980 dispõs que a cobrança da Dívida Ativa da Fazenda Pública é por ela regida e "subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil" (grifei). Por esse modo, inexistindo regra na LEF a disciplinar determinado assunto específico do processo de execução, e, se a norma do CPC não for incompatível com o rito da LEF, as alterações feitas neste último repercutirão na ação de execução fiscal. Amparado na lição de Manoel Álvares,5 o insigne Ministro acrescenta que, em virtude dessa forma dispositiva, a lei especial restringiu seu universo normativo às regras específicas da cobrança judicial da dívida ativa, filiando-se ao Direito Processual Comum para a regulação do procedimento no que não desfigure a sua singularidade, através de evidente relação de espécie e gênero. Donde, não existindo na LEF dispositivo específico quanto ao efeito suspensivo dos embargos do devedor, a hipótese se resolve por aplicação conjunta da Lei 11.382/2006, e do art. 739-A ao Código

de Processo Civil, interagindo as disposições especiais que regem as execuções fiscais e as disposições processuais gerais. 3. Desse modo, não há que se falar na aplicabilidade dos artigos da LEF citados pelo agravante, tendo em vista que referem-se a atos processuais a serem realizados quando inexistente embargos à execução fiscal ou, quando estes, forem julgados improcedentes. (AI 745.789-2, 1ª CC, Rel. Des. Sérgio Roberto N. Rolanski, j. 12/01/11 e AI 733.066-3 e AI 801.208-6, 2ª CC, Rel. Juíza Conv. Josély Dittrich Ribas, j. 09/03/11 e 18/07/11) 4. Definido que a controvérsia recursal se resolve pela aplicação das disposições processuais de natureza geral, haja vista a inexistência de regramento da hipótese pela Lei 6.830/80, quanto aos requisitos essenciais ao deferimento de efeito suspensivo ao recebimento dos embargos do devedor, passo ao exame do imbróglio, à luz do artigo 739-A, do CPC, acrescido ao código de ritos pela Lei 11.382, de 6.12.06. 5. Sob a égide da nova disciplina estabelecida para o processo de execução pela Lei 11.382/2006, de 06 de dezembro de 2006, a atribuição de suspensividade dos embargos do devedor constitui uma exceção e deve ser concedida somente se observados os requisitos do artigo 739-A do CPC, de acordo com a nova sistemática do processo de execução vigente a partir da Lei 11.382/2006, de 06 de dezembro de 2006. As modificações do processo de execução trazidas pela Lei 11.382/06 acresceram ao CPC, o artigo 739-A, no seguinte teor: "Os embargos do executado não terão efeito suspensivo." Nessa sistemática, o juiz não mais atribui de ofício, efeito suspensivo ao recebimento dos embargos. Depende, para tanto, de requerimento do executado e, de que este demonstre resultar, do prosseguimento da execução, risco de lesão grave ou de difícil reparação e isso se o juízo da execução estiver garantido por penhora, depósito ou caução (§ 1º, do artigo 739-A, do CPC). Conforme ensina Humberto Theodoro Júnior sobre a reforma do processo de execução, a nova lei trouxe total modificação do regime dos efeitos dos embargos, que antes sempre eram recebidos com efeito suspensivo e provocavam a imediata paralisação do processo executivo (art. 739, §1º, em seu texto primitivo). Portanto, com a reforma da Lei nº 11.382/2006, inverteu-se a regra e `os embargos do executado não terão efeito suspensivo' (art.739-A, caput), de modo que os embargos, no novo regime, não afetam a sequência dos atos executivos. Somente "em caráter excepcional, o juiz é autorizado a conferir efeito suspensivo aos embargos do executado. Não se trata, porém, de um poder discricionário. (...) Mesmo que os embargos sejam relevantes e que, no final, o ato executivo seja perigoso para o executado, não haverá efeito suspensivo para sustar o andamento da execução, se o devedor não oferecer garantia ao juízo. Aliás, é razoável que assim seja, visto que, se ainda não houver penhora ou outra forma de agressão concreta ao patrimônio do executado, não sofre ele dano atual, nem risco de dano grave e iminente."6 Os colegiados especializados na matéria tributária desta Corte assimilaram esse entendimento: a partir da vigência da Lei 11382/2006 e do artigo 739-A, do CPC (aplicável às execuções fiscais), a regra é de que os embargos do devedor não suspendem a execução. Confira-se neste sentido: AI 438.486-9 e AI 438.496-5, 2ª CC, ambos Rel. Des. Valter Ressel, j. 23/10/07; AI 426.272-4, 3ª Cível, Rel. Des. Fernando Antonio Prazeres, j. 16/10/07; AI 439.604-1, 2ª CC, Rel. Des. Lauro Laertes de Oliveira, j. 30/10/07; AI 426.307-2, 1ª CC, Rel. Juiz Sérgio Roberto Nóbrega Rolanski, j. 17/06/08; AI 501.998-9, 1ª CC, Rel. Des. Rubens Oliveira Fontoura, j. 28/07/08; AI 543.160-5, 1ª CC, Rel. Des. Dulce Maria Cecconi, j. 20/11/08; AI 531.151-5, 1ª CC, Rel. Des. Vilma Régia Ramos de Rezende, j. 06/11/08; AI 500.526-9, 1ª CC, Rel. Juiz Fernando César Zeni, j. 03/09/08. De minha relatoria, cito os seguintes precedentes: AI 562.422-2, j. 17/02/09; AI 562.640-0, j. 17/02/09; AI 595.460-3, j. 01/07/09; AI 604.363-0, j. 02/02/10 e AI 655.719-1, j. 22/02/10. Portanto, é indispensável para a atribuição do efeito suspensivo ao recebimento dos embargos do devedor (por sua excepcionalidade) se dê mediante fundamentação adequada sobre os requisitos do artigo 739-A, § 1º, do CPC. E, no presente caso, entendo que não há meios de se entender presente a relevância dos fundamentos invocados, bem como não se vislumbra que, do prosseguimento da execução, possa resultar risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Primeiramente, porque, ao contrário do que argumentou o agravante, em princípio, não se verifica a nulidade da CDA, o que não comprova a verossimilhança das alegações. E, em segundo lugar, por ser inerente ao rito executório, o mero ato de penhora e realização de leilão em hasta pública do bem penhorado não caracterizam a existência de dano irreparável ou de difícil reparação. Além disso, simples alegação da agravante de que a continuidade da execução atrapalhará as suas atividades e ocasionará possível redução de mão-de-obra não é hábil a demonstrar o perigo da demora, principalmente porque não demonstrou situações concretas que determinariam a redução de suas atividades, bem como porque ela sequer alegou a impossibilidade de efetuar o pagamento do débito ou, ao menos, depositar a quantia discutida. Desta forma, conclui-se que a executada agravante não demonstrou a relevância da sua fundamentação e, tampouco, a existência do perigo da demora, caso tenha prosseguimento a execução. 6. Em conclusão, diante da fundamentação alinhada, merece ser mantido o édito agravado que recebeu os embargos do devedor opostos pela ora agravante no efeito devolutivo. DECISÃO Diante do exposto, com fulcro no artigo 557 do CPC, nego seguimento ao recurso. Intime-se e, transcorridos os prazos recursais, baixem. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Des. Ruy Cunha Sobrinho Relator -- 1 Colnago, Cláudio de Oliveira Santos. Conceitos Processuais Gerais. Execução Fiscal. Coord. Carlos Augusto Jeniêr. Belo Horizonte. Del Rey, 2003, p. 22. -- -- 2AgRg no REsp 885.565/PB, Primeira Turma, j. 21/10/2008. -- -- 3REsp 1070369/SP, Rel. p/ o acórdão Min. Castro Meira, Segunda Turma, j. 14/10/2008. 4 REsp 1024128/PR, Segunda Turma, j. 13/05/2008. -- -- 5 Execução Fiscal: doutrina e jurisprudência. Manoel Álvares et al. Coordenação de Vladimir Passos de Freitas. São Paulo: Saraiva, 1988. -- -- 6 A reforma da execução do título extrajudicial. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 194-195. --

0052 . Processo/Prot: 0831326-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/259696. Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00000531 Cumprimento de Sentença. Agravante: Município de Maringá. Advogado: Luiz Carlos Manzato, Andréa Giosa Manfrim. Agravado: Espólio de Bruno Benini, João Batista Garcia, José Henrique Ruschi de Camargo, Jonatas da Silva Lima, Natal Lavorente, Euclides Alves, Katsugo Sato, Donizeti Martins Gomes, Pedro Luiz Marega, Osvaldo Alves Rosa Junior, Espólio de Maria Marlene de Oliveira, Panificadora Cristiane Ltda, Master Ink Indústria e Comécio Ltda. Advogado: Isabella Cabral Kistner. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 831.326-8, DO FORO DA COMARCA DE MARINGÁ 3ª VARA CÍVEL. RELATOR: DES. RUY CUNHA SOBRINHO AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE MARINGÁ AGRAVADO: ESPÓLIO DE BRUNO BENINI E OUTROS Vistos. I. O Município de Maringá interpôs agravo de instrumento em face da decisão de fl. 95-tj pela qual o primeiro grau determinou, em execução de título judicial (Autos de n. 531/2009), a citação da executada, fixando a verba honorária em 10% do valor do débito em caso de pronto pagamento do crédito tributário. Para reverter o decidido o executado agravante sustenta, em síntese, a possibilidade de redução dos honorários advocatícios, observado o Enunciado de nº 02 desta Corte, ressalvando-se a sua concordância com os cálculos dos créditos dos exequentes. É o relatório. II. Do efeito suspensivo. Considerando que, nas execuções de título judicial referente à cobrança da taxa de iluminação pública, os honorários advocatícios serão fixados em consonância com o Enunciado de nº 02 editado pelas Câmaras de Direito Tributário deste Tribunal e que, em princípio, os honorários fixados estão muito acima do que vem decidindo esta Corte, entendo que o recurso deva ser recebido no efeito suspensivo, tendo em vista a presença de verossimilhança na alegação da agravante. Além disso, verifica-se que a não concessão do efeito suspensivo, no presente caso, poderá ocasionar prejuízo ao ente público, consistente na discrepância do valor referente aos honorários advocatícios e, também, na possibilidade de futura discussão a respeito da substituição da RPV a ser expedida, inclusive, aos exequentes se necessário for renovar os atos processuais. Desse modo, recebo o recurso no efeito suspensivo. III. Intimem-se a agravada para os fins do artigo 527, V do CPC. IV. Oficie-se ao primeiro grau, com urgência, comunicando o decidido via sistema mensageiro. V. Após, encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Des. Ruy Cunha Sobrinho Relator

0053 . Processo/Prot: 0831803-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/341797. Comarca: Maringá. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0020398-13.2011.8.16.0017 Mandado de Segurança. Agravante: Csd Companhia Sulamericana de Distribuição. Advogado: Maria Carolina Brassanini Centa, Guilherme Henn, Valéria dos Santos Tondato. Agravado: Inspetora Geral de Arrecadação do Estado do Paraná. Interessado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Relator: Des. Idevan Lopes. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando César Zeni. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

A gravante: CSD Companhia Sula meric ana de Dist ribuiç ão A gravado: Inspetoria Geral de A rrec adaç ão do E stado do Paraná Interessado: E stado do Paraná Relator: Juiz Subst. 2º Grau Fernando César Z eni 1. Trat a-se de agravo de i n st rument o in t erpost o con tra a deci são qu e in deferiu o pedi do l imin ar n o man dado de segu ran ça, sob o argu ment o de qu e o precat óri o ofereci do como garan t i a era i ni dôn ea. Nas su as razões defen de, em sí n t ese, a poss i bi l i dade de acei t ação do precat óri o como garan t i a para a expedi ção de cert i dão posi t iva com efei t os n egati vos. Ju sti fi ca su a pret ensão em vári os ju l gados proferi dos pel os Tri bu n ai s Su peri ores e de Ju st iça. Pede a con cessão de t u t el a an t eci pat óri a recu rsal e o provi ment o do recu rso. 2. Qu an t o à possi bi l i dade de cau ção de precat óri o com o an t eci pação de fu tu ra penh ora, a 1 ª Câmara Cí vel , de forma u n ân i me, al t erou seu en t en di men t o an t eri or, n ão mai s acei t an do t al bem com o garan t i a: Constituc ional. A ç ão ordiná ria com pedido de tutela antec ipada. O f erec imento de créditos de prec atório c omo c auç ão para expediç ão de c ertidão positiva c om ef eitos de negativa. Impossi bil idade. Compen saç ão de débitos f isc ais c om prec atórios. Indef erimento. Superveniênc ia da E menda Constituc ional nº 62/2009. Instituiç ão do regime espec ial de pagamento de prec atórios pelos entes f ederados. Falta de interesse no prosseguimento do f eito. Súmula 20 do Ó rgão E spec ial. E xtinç ão de of íc io da lide sem julgamento de mérito. Inteligênc ia do artigo 267, VI, do Código de Proc esso Civil. Rec ursos prejudic ados. (TJPR - A C 077 0 0 73 -8 , 1 ª CCv, r el . Des. S al vat ore An t on i o A stu t i , u n ân i me, j. 2 8.0 6 .2 0 1 1 ). A t u alment e e de forma un í sson a, est a Câmara t em ent en di do qu e a si st emát i ca de pagamen t o de precat ór i os pel os E st ados, Di st rit o Federal e Mu n i cí pi os sofreu si gn i fi cati vas al t erações com o adven t o da E men da Con st i tu ci on al nº 6 2 /2 0 09 , porqu an to al t erou o art . 100 do t ext o perman en t e e acrescent ou o art . 9 7 a o A DCT, a fi m de i n st it u ir regi me especi al de pagamen t o de precat óri os pel os E st ados, Di st ri t o Federal e Mu n i cí pi os . O E st ado do Paran á, en t ão, edi t ou o Decret o n º 6 3 3 5 de 2 3 .0 2 .2 01 0 , o qu al est abel eceu em seu art . 1 º qu e: "Nos t ermos do art i go 97 do Ato das Di sposi ções C on st i tu ci on ai s Tran sit óri as, den t re as modal i dades de Regi me E speci al de pagamen t o n el e previ st as, o E st ado do Paran á opt a pel o pagamen t o de seu s precat óri os ju di ci ári os, da admi n i st ração di ret a e i n di ret a, n a forma do i n ci so I do § 1 º e d o § 2 º d o al u di do art i go 9 7 , fi can do i n cl uí dos em t al regi me os precat óri os qu e ora se en con t ram pen dent es de pagament o, e os qu e vi erem a ser emi ti dos du ran t e a su a vi gên ci a." E sse é o en t en di men t o do S TJ, como se observa n o ju l gado abai x o t ran scrit o: " (...) 7. A ssim, c onsiderando que o art. 97 do A DCT regula, por inteiro, a matéria antes disc ip li nada no art. 78, § 2º, do A DCT , f orç oso rec onhec er que houve revogaç ão tác ita desse último disposit ivo c onstituc ional. Dec reto E stadual n. 6.335, de 23 de f evereiro de 2010, que " d ispõe sobre a instituiç ão do Regime E spec ial de pagamento de prec atórios a que se ref ere o art. 97 do A to das Disposiç ões Constituc ionais T ransitórias da Constituiç ão Federal, introduzido pela E menda Constituc ional nº 62/2009, e dá outras providênc ias" , e manif esta a opç ão do E stado pel o regime de paga mento previsto no inc iso I do § 1º do

art. 97. 9. N esse c ontexto, deve-se rec onhec er que a pretensão perseguida no mandado de seguranç a enc ontras se prejudic ada pela superveniente alteraç ão das disposiç ões constituc ionais que asseguravam o direito da impetrante, bem c omo pela superveniênc ia de nova legislaç ão tributária estadua l. Prec edentes: A gRg no RMS 21.658/RJ, Rel.Ministra Denise A rruda, Primeira T urma, DJe 30/04/2008; RMS 17.360/E S, Rel. Ministro José Delgado, Primeira T urma, DJ 14/06/2 004; RMS 16.271/GO , Rel. Ministro L uiz Fux, Primeira T urma, DJ 28/10/2003. 10. Rec urso ordinário não provido." (RMS 3 1 9 12 /PR, 1 ª Tu rma, r el . Mi n i st ro Ben edit o G on çalves, j. 1 8 .1 1 .2 01 0 , DJe 2 5 .1 1 .2 0 10 ). Nos E mbargos de Decl aração opost os con t ra essa deci são, o S TJ ai n da afi rmou : " (...) Se o próprio texto c onstituc ional é que determina o ingresso do prec atório venc ido e não pago no regime espec ia l de pagamento, não já que se f alar que o ac órdão ora embargado f oi omisso na análise d a existênc ia de eventual direito ad quiri do ou v iolaç ão ao princ íp io da seguranç a jurídic a, pois, não obstante a E menda Constituc ional n. 62/2009 ter sido promulgada posteriormente à inadimplênc ia do E stado, ela traz norma de natureza proc essual que se aplic a imed iatamente aos proc e ssos em c urso, sendo c erto, ainda, que não há que se f alar em direito adquirido à manutenç ão de regime jurídic o.(... )" (E Dcl RMS 3 1 91 2 /PR, 1 ª Tu rma, rel . Mi ni st ro Ben edi t o G on çal ves, j. 1 4 .1 2 .2 0 10 , DJe 1 7 .1 2 .2 01 0 ). I n egável qu e os precat óri os rest aram abra n gi dos por esse n ovo regi me de pagamen t o, n ão sen do mai s admi ti da a compen sação n os mol des em qu e pr evi st a n o art . 78 , § 2 º, do A DCT. A i n da, s egun do ent en diment o recente dest a Cort e: "O novo regime de pagamento introduzido inviabi liza a c ompensaç ão do débito tri butário c om c réditos r epresentados por prec atórios, motivo pelo qual f a lta interesse de agir ao devedor, ensejando a extinç ão do proc esso sem resoluç ão de mérito. (TJPR - Órgã o E speci al - A 0 6 6 0 03 4 -6 /01 - Foro Cen t ral da R egi ão Met rop ol i t an a de Cu ri t i ba - Rel .: Des. Lau ri Caet an o da S i lva - Un ânı me - J. 1 7 .0 9 .2 01 0 )". Not e-se, port an t o, qu e a deci são recorri da est á em con son ân ci a com a ju ri spru dênci a domin an t e dos Tribu n ai s S u peri ores, o qu e i mpõe a n egat i va de segu i men t o do present e recu rso, com ful cro n o art . 55 7 , capu t , do CPC. I mport an t e o dest aqu e acerca da con cessão da l i mi n ar n a A DI 2 .3 6 2 /DF, pu bl i cada n o DJ em 1 9 .0 5 .2 0 1 1 , de rel at ori a do Mi n . A yres Bri tt o, qu e su spen deu a efi cáci a do art . 2 º da E men da Con st i tu ci on al n º 3 0 /2 00 0 , qu e i n t rodu zi u o art . 7 8 n o A DCT da Con st i t ui ção Federal de 1 9 9 8 , t orn an do sem efei t o a n omeação. E m vi rt u de disso t u do, e con si deran do se t rat ar de mat éri a de ordem pú bl i ca, passí vel de con h eci men t o de ofí ci o a qu al qu er t empo e grau de ju ri sdi ção (CPC, art . 4 6 2 ), é de se n egar segui men t o ao recu rso e apl i car o efei t o t ran sl at i vo ao caso em qu est ão. A au sên ci a de i nt eresse n o prossegu imen t o do fei t o acarret a o i n deriment o l i mi n ar da present e ação man damen t al , bem como a ext i nção do processo n a ori gem, sem r esol u ção do méri t o (art . 2 6 7 , i n c. V I e art . 2 9 5 , i n c. II I , ambos do CPC e do art . 1 0 da Lei n º 1 2 .01 6 /20 0 9 ). S em con den ação em h on orári os advoc at í ci os (art . 2 5 da Lei n º 1 2 .0 1 6 /2 0 09 e S úmul a 105 do S TJ). O pagamen t o das despesas processu ai s fica a cargo da i mpet rant e. 3. A ssi m, nego seguimento de p lano ao recu rso, com fu l cro n o art . 5 5 7 , capu t , do CPC e ext i n go a ação man damen t al , sem exame do méri t o, an t e a au sên ci a de i n t eresse n o prossegu i men t o do fei t o. A s despesas processu ai s deverão ser arcadas pel a i mpet ran t e. S em con den ação em h on orári os (art . 2 5 da Lei n º 1 2 .0 16 /2 00 9 e S ú mu l a 1 05 do S TJ), n os t ermos da fun dament ação su pra. 4. I n t . Cu ri t i ba, 27 de set embro de 2 01 1 . Fernando César Zen i Juiz Substituto e m 2º Grau

# SEÇÃO DA 2ª CÂMARA CÍVEL

**IV Divisão de Processo Cível**
**Seção da 2ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10247**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Irineu Galeski Junior | 001 | 0774888-5/01 |
| Ivan Lelis Bonilha | 001 | 0774888-5/01 |

Publicação de Acórdão
0001 . Processo/Prot: 0774888-5/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/248872. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 774888-5 Apelação Civel e Reexame Necessario. Embargante: Dugavazzoni Locaçoes de Canchas Esportivas Ltda. Advogado: Irineu Galeski Junior. Remetente: Juiz de Direito. Embargado: Municipio de Curitiba. Advogado: Ivan Lelis Bonilha. Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson. Julgado em: 20/09/2011
DECISÃO: Acordam os integrantes da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração e dar parcial provimento ao recurso de apelação, nos termos postos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRADIÇÃO E OMISSÃO OCORRÊNCIA AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO ISS LOCAÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA REGIME ESPECIAL POR ESTIMATIVA ART. 13, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LCM N.º 40/2001 E ART. 14 DA LCM N.º 48/2003 POSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS ANTE O RECONHECIMENTO DA INCONSTITUCIONALIDADE DO TRIBUTO INAPLICABILIDADE DO ART. 166, CTN IMPOSTO QUE, NA PRESENTE HIPÓTESE, FUNCIONA COMO DIRETO LANÇAMENTO POR OFÍCIO ATRAVÉS DE ARBITRAMENTO DO VALOR PELO FISCO PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL EFEITOS INFRINGENTES ACOLHIMENTO DOS DECLARATÓRIOS PARA, DE CONSEQUÊNCIA, PROVER PARCIALMENTE A APELAÇÃO.

**IV Divisão de Processo Cível**
**Seção da 2ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10249**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Ivan Lelis Bonilha | 001 | 0789681-9 |
| Jair Lima Gevaerd Filho | 001 | 0789681-9 |
| Rafael Marquardt | 001 | 0789681-9 |

Vista ao(s) Apelante(s) - Vistas ao Estado do Paraná
0001 . Processo/Prot: 0789681-9 Apelação Cível e Reexame Necessário
. Protocolo: 2011/65306. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0000192-95.2003.8.16.0004 Indenização. Apelante (1): Reinaldo Rui Amaral. Advogado: Rafael Marquardt. Apelante (2): Estado do Paraná. Advogado: Jair Lima Gevaerd Filho, Ivan Lelis Bonilha. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível. Relator: Des. Antônio Renato Strapasson. Revisor: Des. Eugenio Achille Grandinetti. Motivo: Vistas ao Estado do Paraná

**IV Divisão de Processo Cível**
**Seção da 2ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10248**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Carlos Eduardo Rangel Xavier | 001 | 0819969-9 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 001 | 0819969-9 |
| Leonardo Sperb de Paola | 001 | 0819969-9 |
| Maria das Graças Anunciação | 001 | 0819969-9 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator
0001 . Processo/Prot: 0819969-9 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/172005. Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0002649-18.2009.8.16.0028 Embargos a Execução. Apelante: Barion Indústria e Comércio de Alimentos Sa. Advogado: Leonardo Sperb de Paola, Maria das Graças Anunciação. Apelado: Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo, Carlos Eduardo Rangel Xavier. Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível. Relator: Des. Silvio Dias. Proferido: no protocolado sob nº 2011.00345972
Já recebi memorial idêntico. Devolva-se à parte. Em 26.09.2011. Des. Silvio Dias. Relator.

# SEÇÃO DA 11ª CÂMARA CÍVEL

**IV Divisão de Processo Cível**
**Seção da 11ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10265**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Carlos Adamczyk | 001 | 0707931-2 |
| Grasielly Raquel A. V. Borstel | 001 | 0707931-2 |

Publicação de Acórdão
0001 . Processo/Prot: 0707931-2 Apelação Cível
. Protocolo: 2010/252974. Comarca: Marechal Cândido Rondon. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 0000166-25.2007.8.16.0112 Alimentos. Apelante: M. P. E. P.. Apelado: G. C. S. B. (Representado(a)). Advogado: Grasielly Raquel Arenhart Von Borstel. Interessado: M. B.. Advogado: Carlos Adamczyk. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Alexandre Barbosa Fabiani. Revisor: Des. Fernando Wolff Bodziak. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes da Décima Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.
0002 . Processo/Prot: 0814702-4 Exceção de Suspeição Cível (Gr/CInt)
. Protocolo: 2011/233278. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Infância e da Juventude e Adoção. Ação Originária: 0011123-52.2011.8.16.0013 Exceção de Suspeição. Excipiente: A. A. R., A. M. R.. Excepto: J. D. 2. V. I. J. A. F. C. C. R. M. C.. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível em Composição Integral. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Fernando Antonio Prazeres. Julgado em: 21/09/2011
DECISÃO: ACORDAM os magistrados integrantes da Décima Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por unanimidade de votos, rejeitar a exceção de suspeição.

**IV Divisão de Processo Cível**
**Seção da 11ª Câmara Cível**
**Relação No. 2011.10215**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adailton Alves Maciel Júnior | 030 | 0831255-4 |
| Alcenir Teixeira | 014 | 0820688-6 |
| Aldebaran Rocha Faria Neto | 018 | 0824458-4 |
| | 020 | 0824965-4 |
| | 021 | 0827327-6 |
| Alexandre Almeida Rocha | 012 | 0817470-9 |
| Alexandre Postiglione Bührer | 029 | 0831223-2 |
| Amanda Graziela de Azevedo | 022 | 0829662-8 |
| Ana Lucia França | 008 | 0810776-8 |
| Ana Lucia Rodrigues Lima | 030 | 0831255-4 |
| Andrea Cristine Bandeira | 016 | 0822753-6 |
| Angélica Viviane Ribeiro | 028 | 0831054-7 |
| Antonio Alves do Prado Filho | 005 | 0777003-4 |
| Antônio Mourão da Silva | 007 | 0793707-7 |
| Bernardo Guedes Ramina | 013 | 0819837-2 |
| Bihl Elerian Zanetti | 034 | 0770545-9 |
| Blas Gomm Filho | 008 | 0810776-8 |
| Bruno Di Marino | 013 | 0819837-2 |
| Carla Fernandes Ribeiro B. Sutil | 033 | 0832532-0 |
| Carlos Alexandre Rodrigues | 026 | 0830841-6 |
| Clauber Júlio de Oliveira | 034 | 0770545-9 |
| Crisaine Miranda Grespan | 017 | 0824061-1 |
| | 018 | 0824458-4 |
| | 020 | 0824965-4 |
| | 021 | 0827327-6 |
| Daise Malaguido Ponich S. Pereira | 015 | 0821200-6 |
| Damasceno Maurício da R. Junior | 011 | 0816724-8 |
| | 018 | 0824458-4 |
| Daniela Galvão da S. R. Abduche | 013 | 0819837-2 |
| Diego Balem | 019 | 0824701-0 |
| Diego Fernandes Alfieri | 002 | 0740029-1/01 |
| Durval Rosa Neto | 012 | 0817470-9 |
| Edni de Andrade Arruda | 001 | 0724331-6 |
| Ernani Moreno Silva | 005 | 0777003-4 |
| Éverton Bernardi | 024 | 0830312-0 |
| Ezaquél Elpídio dos Santos | 010 | 0815624-9 |
| Fabiana Eliza Mattos | 019 | 0824701-0 |
| Fabio Junior Bussolaro | 008 | 0810776-8 |
| Fernanda Carvalho de Miéres | 013 | 0819837-2 |
| Fernando André Silva | 002 | 0740029-1/01 |
| Francisco Rosito | 017 | 0824061-1 |
| Gabriel Marcondes Karan | 006 | 0793664-7 |
| Geni Regina da Silva Propst | 031 | 0831404-7 |
| Geraldo Francisco Pomagerski | 030 | 0831255-4 |
| Gessivaldo Oliveira Maia | 022 | 0829662-8 |
| Gilberto Nalon Gonzaga | 009 | 0815366-2 |
| Guilherme Broto Follador | 003 | 0756305-3/01 |
| Guilherme Régio Pegoraro | 028 | 0831054-7 |
| Hamilton José Oliveira | 011 | 0816724-8 |
| | 018 | 0824458-4 |
| | 020 | 0824965-4 |
| | 021 | 0827327-6 |
| Hivonete Solano L. d. C. Piccoli | 009 | 0815366-2 |
| Hugo Leonardo de Souza Angelo | 002 | 0740029-1/01 |
| Irinéia Alves do Nascimento | 027 | 0831026-3 |
| Ivan Guerios Curi | 007 | 0793707-7 |
| Jackson Romeu Ariukudo | 025 | 0830356-2 |
| Jorge Luiz de Melo | 008 | 0810776-8 |
| Jorge Luiz de Oliveira Lovato | 032 | 0832029-8 |
| José Antonio Cordeiro Calvo | 002 | 0740029-1/01 |
| José Luís Almirão | 006 | 0793664-7 |
| José Valter Rodrigues | 004 | 0756786-8 |
| | 035 | 0601215-7 |
| Karinna Seigo Cerqueira | 035 | 0601215-7 |
| Kellen Vanessa K. R. d. França | 001 | 0724331-6 |
| larissa bisetto breus | 012 | 0817470-9 |
| Leonardo Cosme Formaio | 017 | 0824061-1 |
| Lorena Bianca da Silva | 029 | 0831223-2 |
| Luís Fernando de Camargo Hasegawa | 017 | 0824061-1 |
| Luiz Guilherme Muller Prado | 005 | 0777003-4 |
| Luiz Lopes Barreto | 032 | 0832029-8 |
| Marcelo Arthur Gomes Osti | 023 | 0829821-7 |
| Marcos Lucio Carneiro de Mello | 003 | 0756305-3/01 |
| Marcos Vinicius Ulaf | 007 | 0793707-7 |
| Maria Aparecida Alves da Silva | 010 | 0815624-9 |
| Maria Arlete Bernardi | 032 | 0832029-8 |
| Marion Aranha Pacheco Muggiati | 004 | 0756786-8 |
| Marta Patricia Bonk | 004 | 0756786-8 |
| Michelle Gonçalves Dias | 008 | 0810776-8 |
| Nadia Dorr Estolaski | 019 | 0824701-0 |
| Nathascha Raphaela Pomagerski | 030 | 0831255-4 |
| Nilso Luiz Fernandes | 024 | 0830312-0 |
| Pedro Henrique Igino Borges | 023 | 0829821-7 |
| Rafael Mazzer de Oliveira Ramos | 025 | 0830356-2 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 002 | 0740029-1/01 |
| Ricardo Hildebrand Seyboth | 003 | 0756305-3/01 |
| Ricardo Kelter Daher | 026 | 0830841-6 |
| Rodolfo Luis Guerra | 002 | 0740029-1/01 |
| ROGER FONSECA FERREIRA DA LUZ | 029 | 0831223-2 |
| Romeu Denardi | 013 | 0819837-2 |
| Ronaldo Gomes Neves | 015 | 0821200-6 |
| Rubens Mello David | 011 | 0816724-8 |
| Rubens Terra | 004 | 0756786-8 |
| Sandra Jussara Richter | 013 | 0819837-2 |
| Sandra Regina Rodrigues | 030 | 0831255-4 |
| Saulo Gomes Karvat | 035 | 0601215-7 |
| Sebastião Seiji Tokunaga | 002 | 0740029-1/01 |
| Siderley Brandão Stein | 011 | 0816724-8 |
| Tânia Valéria de Oliveira Oliver | 032 | 0832029-8 |
| Thaysa Prado Ricardo dos Santos | 035 | 0601215-7 |
| Tulio Marcelo Denig Bandeira | 016 | 0822753-6 |
| Udo Hausner | 014 | 0820688-6 |

| | | |
|---|---|---|
| Valdecy Longonio de Oliveira | 033 | 0832532-0 |
| Valterlei Aparecido da Costa | 034 | 0770545-9 |
| Vitorio Karan | 006 | 0793664-7 |
| Viviane Burger Balarotti | 005 | 0777003-4 |
| Wylton Carlos Gaion | 032 | 0832029-8 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator
0001 . Processo/Prot: 0724331-6 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2010/320317. Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0001913-54.2010.8.16.0031 Adjudicação. Agravante: Belatriz Hoffmann Piettá. Advogado: Edni de Andrade Arruda, Kellen Vanessa Kaminski Rodrigues de França. Agravado: Vivhardana Construtora de Obras Ltda. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Osvaldo Nallim Duarte. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 724331-6, DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARAPUAVA. Agravante : Belatriz Hoffmann Piettá. Agravado : Vivhardana Contrutora de Obras Ltda. Relator : Juiz de Direito Substituto em 2.° Grau Osvaldo Nallim Duarte (em substituição ao Des. Sérgio Arenhart). AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPACHO QUE RESERVA A ANÁLISE DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PARA APÓS A INSTAURAÇÃO DO CONTRADITÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. ART. 504 DO CPC. O despacho no qual o juiz deixa para apreciar o pedido de tutela antecipada após a instauração do contraditório não possui cunho decisório e não pode ser objeto de análise pelo tribunal, sob pena de supressão de instância. NEGADO SEGUIMENTO PELO RELATOR. I Relatório. Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto contra despacho do juízo singular, que postergou a análise da liminar para após a instauração do contraditório. Sustenta a agravante, em síntese, que adquiriu o imóvel da agravada, tendo efetuado todos os pagamentos convencionados, contudo, mesmo após 13 anos da conclusão do negócio a agravada não efetuou a transferência do bem para o nome da agravante. Manifesta que a situação financeira da agravada é preocupante, justificando o temor da transferência do imóvel a terceiro, e que foi este o motivo pelo qual requereu, em sede de tutela antecipada, que seu direito fosse liminarmente assegurado, a fim de se reconhecer a ineficácia do gravame no imóvel, em relação à agravante, bem como ordenar o 1º Ofício do Registro de Imóveis de Guarapuava a proceder ao cancelamento da hipoteca incidente sobre o imóvel em questão. Requereu a concessão do efeito suspensivo, e, ao final, o total provimento do recurso. O relator originário, Des. Mendonça de Anunciação, indeferiu o efeito suspensivo almejado (f. 67/69). O juízo a quo prestou as informações pertinentes (f. 98) Vieram os autos conclusos para análise do mérito. É a breve exposição. II Fundamentação. Pela decisão agravada, a magistrada adiou a análise do pedido liminar, preferindo instaurar o contraditório a respeito: "(...) 2. Deixo para analisar o pedido liminar após a instauração do contraditório." Até o presente momento não houve indeferimento do pedido liminar, visto que ele nem ao menos foi analisado. O art. 504 do CPC dispõe que "dos despachos não cabe recurso". Ou seja, apenas quando houver cunho decisório nos despachos haverá a possibilidade de interposição de recurso, o que não ocorre no caso dos autos. Nesse sentido, já decidiu este Egrégio Tribunal de Justiça: MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL DECISÃO QUE CONHECE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO E CONCEDE A TUTELA ANTECIPADA DESPACHO, ENTRETANTO, QUE NÃO ERA PASSÍVEL DE RECURSO AUSÊNCIA DE CUNHO DECISÓRIO - DECISÃO QUE POSTERGA A ANÁLISE DA TUTELA ANTECIPADA PARA MOMENTO SUBSEQUENTE - NÃO CABIMENTO DE RECURSO VIOLAÇÃO AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (...) 2. O agravo de instrumento interposto de decisão que Página 2 de 4 posterga a análise do pedido de tutela antecipada para momento subseqüente não deve ser conhecido por absoluta falta de conteúdo decisório. (Mandado de Segurança n.º 721702-3. Rel. Des. Prestes Mattar. 6.ª CCível. Julgamento em 26/04/2011) AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPACHO QUE POSTERGA A ANÁLISE DE PEDIDOS LIMINARES PARA APÓS A CITAÇÃO DOS RÉUS INEXISTÊNCIA DE CUNHO DECISÓRIO ARTIGO 504 DO CPC IRRECORRIBILIDADE AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL APLICABILIDADE DO ART. 557 DO CPC AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (Agravo de Instrumento n. 726147-2. 7.ª CCível. Rel. Luiz Antonio Barry. DJ. 23.11.2010) AGRAVO (CPC, ART. 557, § 1º) DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - APRECIAÇÃO DE LIMINAR POSTERGA DA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA PARA MOMENTO POSTERIOR AO EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO DESPACHO IRRECORRÍVEL AUSÊNCIA DE LESIVIDADE - DECISÃO CONFIRMADA PELO COLEGIADO. RECURSO DESPROVIDO. O despacho que posterga a análise do pleito liminar para após a apresentação da contestação é irrecorrível, por não possuir conteúdo decisório. (Agravo Interno n.º 708335- 4/01. Rel. Des. Cunha Ribas. 2.ª CCível. Julgado em 19/10/2010) APRECIAÇÃO NESTA SEARA SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA E OFENSA AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO DESPACHO AGRAVADO SEM CUNHO DECISÓRIO INCIDÊNCIA DO ART. 504 DO CPC - AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL IRRECORRIBILIDADE RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR (ART. 557, "CAPUT", CPC). (Agravo de Instrumento n.º 697195-1. 17.ª CCível. Rel: Fabian Schweitzer. DJ. 27.08.2010). Assim, não tendo havido, até o momento da interposição do recurso, qualquer deliberação a respeito do pedido de tutela antecipada, não pode ser ele conhecido em sede de agravo de Página 3 de 4 instrumento, sob pena de ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição. Por outro lado, cabe à agravante diligenciar, no processo de conhecimento, para que haja regular citação de Tecvi Construtora de Obras Ltda. e Banco Itaú S/A e com isso venha a propiciar condições para o exame da tutela de urgência alegada pelo juízo de primeiro grau. III. Decisão: Diante do exposto, nego seguimento ao recurso, por ser este manifestamente inadmissível. Curitiba, 9 de junho de 2011. OSVALDO NALLIM DUARTE Juiz de Direito Substituto em 2.º Grau Relator convocado Página 4 de 4
0002 . Processo/Prot: 0740029-1/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/338165. Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 740029-1 Apelação Civel. Embargante: Net Serviços de Comunicação S/a. Advogado: José Antonio Cordeiro Calvo, Fernando André Silva, Diego Fernandes Alfieri, Hugo Leonardo de Souza Angelo, Rodolfo Luis Guerra. Embargado: Tsukamoto & Tokunaga Advogados Associados. Advogado: Sebastião Seiji Tokunaga. Interessado: Embratel Empresa Brasileira de Telecomunicações SA. Advogado: Reinaldo Mirico Aronis. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Despacho:
Considerando que o embargante pretende atribuir efeito modificativo aos embargos de declaração, intime-se a parte contrária para que se manifeste, em cinco dias.
0003 . Processo/Prot: 0756305-3/01 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/244418. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 756305-3 Apelação Civel. Embargante: O V D Importadora e Distribuidora Ltda. Advogado: Marcos Lucio Carneiro de Mello. Embargado: Gilson Carvalho, Marlene Ribeiro Carvalho. Advogado: Ricardo Hildebrand Seyboth, Guilherme Broto Follador. Interessado: Marco Antonio Franco de Lima, Scheyla Aoto Franco de Lima. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Muggiati. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
APELANTE1: GILSON CARVALHO E OUTRA. APELANTE2: OVD IMPORTADORA LTDA. APELADO: OS MESMOS. Em 22/06/2011, foi proferido o julgamento das apelações cíveis interpostas pelas partes, ao efeito de conhecer e negar provimento ao apelo 02 e conhecer e dar parcial provimento ao apelo 01, nos termos do voto, de fls. 515/528. Em 12/07/2011 (fls. 532/536), foram opostos embargos declaratórios por O. V. D. Importadora e Distribuidora Ltda., diante dos quais foram intimados, os embargados, para se manifestarem, ante a possibilidade de atribuição de efeitos infringentes (fls. 541). Então, às fls. 548/549, as partes protocolaram petição, a fim de informar a celebração de acordo, no qual, para quitar integralmente as obrigações objeto desta ação, Gilson Carvalho pagaria à autora O. V. D. o valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), sendo paga a entrada de R$ 100.000,00 (cem mil reais), na data da assinatura do termo do acordo valor declarado como já recebido, mediante crédito, em conta corrente, via TED (c/c 05657-24, Ag. 007, do banco HSBC S/A) -, ao qual foi dada plena, rasa e incondicionada quitação. R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), seria pago mediante crédito, até o dia 12/09/2011, na conta-corrente nº 05657-24, Ag. 0007, do Banco HSBC S/A, de titularidade de O. V. D. Sendo que a quitação integral da obrigação só se operaria, após a efetiva prova do depósito e sua compensação junto à rede bancária oficial. Em razão do acordo firmado, requereram a suspensão do processo até o pagamento do saldo, o qual confirma o integral e pontual adimplemento das obrigações, restando livres, os réus, de qualquer obrigação, com plena e irrevogável quitação, relativa à presente demanda e/ou ao contrato de locação ao qual a presente ação diz respeito. Aduziram que cada parte deve arcar com os honorários dos respectivos advogados e eventuais custas processuais remanescentes são de responsabilidade do réu Gilson Carvalho. Por fim, restou, ainda, consignado que Gilson Carvalho poderá buscar, junto aos demais réus, seja na via principal ou regressiva, o ressarcimento dos valores pagos, com o que houve expressa concordância. Ao final, pugnaram pela homologação do acordo, quando do seu integral cumprimento, com, consequente, extinção do feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III, do CPC. Em razão desta petição, foi deferida a suspensão do feito até o dia 15/09/2011, quando as partes seriam intimadas, para se manifestarem acerca do cumprimento integral do acordo (fls. 551). Em fls. 555, as partes informaram o pontual e integral cumprimento do acordo, bem como a quitação plena, rasa e irrevogável das obrigações dos réus perante a autora, que deles nada mais tem a reclamar em relação ao contrato objeto desta ação. Esta é a breve síntese dos acontecimentos necessários para a homologação do acordo. entre as partes, homologo-o, para que surta os efeitos jurídicos e legais, com fulcro no art. 200, XVI, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 269, III, do CPC, julgando extinto o processo, com resolução de mérito. Diante disso, resta prejudicada a análise dos embargos declaratórios opostos, às fls. 532/536. Intimem-se. Após, determino a baixa dos autos ao Juízo de origem e arquivamento. Curitiba, 27 de setembro de 2011. DILMARI HELENA KESSLER Juíza Relatora Convocada
0004 . Processo/Prot: 0756786-8 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/8470. Comarca: Matinhos. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 1999.00000861 Alimentos. Agravante: M. S. R. (Representado(a)). Advogado: José Valter Rodrigues, Marion Aranha Pacheco Muggiati, Marta Patricia Bonk. Agravado: J. R.. Advogado: Rubens Terra. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 756.786-8, DA COMARCA DE MATINHOS - VARA CÍVEL E ANEXOS AGRAVANTE: M. S. R. (REPRESENTADO) AGRAVADA : J. R. RELATOR: DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK 1. O presente agravo de instrumento foi devidamente julgado em sessão realizada no dia 24/08/2011 (fls. 90/92), estando, desta feita, encerrada a prestação jurisdicional em segundo grau. 2. Não cabe, portanto, a este Relator, deferir qualquer nova providência. 3. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak Desembargador Relator
0005 . Processo/Prot: 0777003-4 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/128886. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 1984.00017430 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Ana Carolina Schimmelpfeng Marques. Advogado: Ernani Moreno Silva. Agravado: Espólio de Maria Bittencourt Linhares.

Advogado: Luiz Guilherme Muller Prado, Antonio Alves do Prado Filho, Viviane Burger Balarotti. Interessado: Espólio de Edgar Linhares Filho, Doris Bittencourt Linhares, Fundação de Assistência Ao Menor Aprendiz Fama. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Desª Lenice Bodstein. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Angela Maria Machado Costa. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 777.003-4 AGRAVANTE : ANA CAROLINA SCHIMMELPFENG MARQUES AGRAVADO : ESPÓLIO DE MARIA BITTENCOURT LINHARES. Interessados : Espólio de Edgar Linhares Filho e outros. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECISÃO QUE DEFERIU PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA DE ARREMATAÇÃO AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO AUSÊNCIA DE NULIDADE MERO IMPULSO OFICIL DO FEITO ARTIGO 262 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento nº 777.003-4, de Curitiba 8ª Vara Cível, em que é Agravante ANA CAROLINA SCHIMMELPFENG MARQUES e Agravado ESPÓLIO DE MARIA BITTENCOURT LINHARES. A irresignação da agravante se direciona contra a decisão de fls. 22-TJ, proferida nos autos de Execução n. 17.430/1984, especificamente na parte que deferiu o pedido do agravado de expedição da Carta de Arrematação e imissão do recorrido na posse do imóvel arrematado. Assevera a agravante que através do registro R-4/15.636 recebeu por herança o imóvel de matrícula n. 15.636, do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Curitiba, e que referido imóvel havia sido objeto de penhora mediante o registro lavrado sob n. R-2/15.636, por ordem judicial proveniente do juízo da 8ª Vara Cível de Curitiba. Sustenta que o imóvel foi arrematado em hasta pública, em 14 de novembro de 2003, sendo que da arrematação a agravante interpôs recurso de Embargos à arrematação, autuado sob n. 1531/2003. Alega que na decisão que julgou os embargos à arrematação, não foi enfrentada a alegada nulidade de intimação quanto a expedição da carta de arrematação, realizada via edital, a qual, defende se tratar de matéria de ordem pública. Sustenta que a intimação realizada em face da devedora está eivada de diversos vícios, visto que, se tivesse tido ciência sobre o praceamento do bem, teria efetuado o pagamento do débito buscado negociar a dívida. Aduz que o imóvel foi arrematado por preço vil, e que a ausência de correta intimação da agravante nos autos lhe gerou diversos prejuízos. Requereu a concessão de efeito suspensivo, e, no mérito, o provimento do recurso. É o breve relato dos fatos. Página 2 de 7 PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE O recurso é tempestivo. Foram juntadas cópias da decisão agravada, da certidão de intimação e da procuração outorgada pela parte ao seu advogado, bem como dos demais documentos considerados essenciais ao exame da questão, como determina o artigo 525, parágrafos 1º e 2º, do Código de Processo Civil. NO MÉRITO O artigo 557, do Código de Processo Civil, dispõe que "O Relator negará seguimento ao recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior." O dispositivo legal citado aplica-se à hipótese em comento, tendo em vista que o presente recurso é manifestamente improcedente. Analisando-se as cópias dos autos principais de Execução de Título Extrajudicial n.17.430/1984, verifica-se que a agravante de fato não foi intimada da decisão de folhas 101-TJ. Todavia, referida decisão se circunscreve apenas ao deferimento do pedido de expedição de carta de arrematação do imóvel, arrematado no ano de 2003, consoante se extrai do auto de arrematação de folhas 71-TJ, o que, por óbvio não gera qualquer prejuízo à agravante, e não gera a nulidade da arrematação. A pretensão da agravante de declaração de nulidade de todo o procedimento de arrematação do imóvel pela simples ausência de intimação da expedição da carta de arrematação, cujo ato seria consequência lógica do procedimento de praceamento do bem que foi levado a efeito sem qualquer vício, é, no mínimo, desarrazoada. Página 3 de 7 A propósito, a agravante buscou a declaração de nulidade da arrematação através de embargos à arrematação, sob o fundamento de que não havia sido intimada da data do praceamento do bem. Ocorre que referida tese foi afastada pela sentença proferida nos autos de embargos à arrematação, o qual foi rejeitado com a determinação do prosseguimento da execução, cuja decisão foi mantida em grau de recurso. Assim, tendo sido afastada a alegada nulidade da arrematação, através de sentença judicial transitada em julgado, não há que se falar vício da arrematação do imóvel de matrícula n. 15.636 do 3º Ofício Imobiliário desta Capital, muito menos na existência de impedimento para a expedição da carta de arrematação, consequência lógica da arrematação levada á efeito, pelo fato da agravante não ter sido intimada. . Nesse raciocínio, sobreleva anotar que de acordo com o artigo 693, parágrafo único do Código de Processo Civil, a expedição da carta de arrematação ocorre imediatamente após o depósito ou prestadas garantias pelo arrematante. No caso sob análise, verifica-se que no auto de arrematação de folhas 71-TJ expressamente constou que o valor da arrematação, R$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), serviu para abater o valor do crédito do agravado que, no ano de 2003, era de R $ 73.372,62 (setenta e três mil trezentos e setenta e dois mil e sessenta e dois centavos), consoante se extrai do edital de praça de folhas 59-TJ. Desta sorte, inexiste fundamento legal que impeça a expedição da carta de arrematação do bem, em favor do agravado, bem como a imissão deste na posse do imóvel, sendo certo que a ausência de intimação da agravante não é passível de gerar a pretensa declaração de nulidade processual. Nas palavras de Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero1 "Não existe a necessidade da observância de qualquer prazo de espera entre o depósito do preço ou a prestação das garantias e a expedição da carta de arrematação ou a ordem de entrega." Página 4 de 7 Assim, a pretensão de ver declarado nulo todo o procedimento de arrematação do imóvel por ausência de intimação da agravante da decisão que deferiu a expedição de carta de arrematação não merece guarida, sobretudo, porque não gerou qualquer prejuízo à recorrente. Ora, a decisão recorrida se constitui em mero impulso oficial do juízo a quo nos autos de execução, a teor do que dispõe o artigo 262 do Código de Processo Civil. Sobre o tema destaco o julgado abaixo proferido por Esta E. Corte, in verbis: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA ANTERIOR QUE RECONHECEU A PRECLUSÃO CONSUMATIVA. IMPROPRIEDADE. JUÍZO DE RETRATAÇÃO EXERCIDO COM BASE NO ART. 557, § 1º DO CPC, SEM CONTUDO, DEIXAR DE NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO PORQUANTO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL, ART. 557, CABEÇA, DO CPC. NULIDADE DOS DESPACHOS QUE AUTORIZARAM A EXPEDIÇÃO DE CARTA DE ARREMATAÇÃO E A LIBERAÇÃO DA QUANTIA DEPOSITADA EM JUÍZO POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO VERIFICADO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PROVIMENTOS JUDICIAS DE SIMPLES IMPULSO PROCESSUAL INCAPAZES DE CAUSAR PREJUÍZO À DEFESA DA PARTE QUE, A PROPÓSITO, JÁ HAVIA IMPUGNADO AS MEDIDAS EM OPORTUNIDADES ANTERIORES, COM A INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSURGÊNCIA. AGRAVO INTERNO. NÃO PROVIMENTO. Verificado que o direito de defesa da parte não foi sacrificado pela alegada ausência de intimação dos despachos que apenas impulsionaram o feito, considerando que a ordem judicial que deliberou sobre a expedição da carta de arrematação e a liberação da 1 MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. Código de Processo Civil Comentado Artigo Página 5 de 7 quantia depositada em juízo já havia sido impugnada via interposição de agravo de instrumento, não se justifica, pois, a anulação dos atos porquanto a teoria das nulidades baseia-se no princípio do prejuízo, o qual, por sua vez, deve ser efetivamente demonstrado. Precedentes do STJ. Agravo interno não provido com ratificação da decisão monocrática recorrida. (TJPR - 6ª C.Cível - A 0508481-7/03 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Luiz Cezar Nicolau - Unânime - J. 04.11.2008) grifei. Deste modo, não comprovando a agravante o prejuízo sofrido, entendo manifestamente improcedente o presente Agravo de Instrumento, pelo que se impõem a negativa de seguimento ao recurso. DECISÃO Nesse passo, diante das circunstâncias do caso, com fundamento no artigo 557, do Código de Processo Civil, tendo em vista que a pretensão recursal da Agravante é manifestamente improcedente, nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento. Intimem-se e remeta-se cópia da decisão ao digno magistrado. Autorizo o Sr. Chefe da Divisão Cível competente, a subscrever os expedientes necessários. Proceda-se a baixa dos registros. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Ângela Maria Machado Costa. por Artigo. Editora RT. São Paulo. 2008. Pg. 677. Página 6 de 7 Juíza Substituta de 2º. Grau Página 7 de 7

0006 . Processo/Prot: 0793664-7 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/199771. Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 0001847-26.2009.8.16.0026 Indenização. Apelante (1): José Luis Almirão. Advogado: José Luís Almirão. Apelante (2): Espólio de Amir Ribas. Advogado: Gabriel Marcondes Karan, Vitorio Karan. Apelado (1): Espólio de Amir Ribas. Advogado: Gabriel Marcondes Karan, Vitorio Karan. Apelado (2): José Luis Almirão. Advogado: José Luís Almirão. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Augusto Lopes Cortes. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

I - Trata-se de Recursos de Apelação interpostos contra a sentença (fls. 1.028/1.036) proferida nos autos de Ação de Reparação de Danos n.º 662/2009, interposta por ESPÓLIO DE AMIR RIBAS em face de JOSÉ LUIS ALMIRÃO, em trâmite perante a Vara Cível e Anexos do Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba , que julgou procedente o pedido, condenando o réu a pagar indenização no montante de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), diante da perda de uma chance, valor a ser devidamente corrigido e acrescido de juros de mora. Condenou-o, também, ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 15% (quinze por cento) do valor da indenização. JOSÉ LUIS ALMIRÃO pretende a reforma da sentença (fls. 1.044/1.051), sustentando, em síntese, ser indevida a indenização por perda de uma chance, eis que a possibilidade de êxito na demanda estava fulminada, não tendo cometido erro crasso. Por sua vez, ESPÓLIO DE AMIR RIBAS recorreu adesivamente (fls. 1.054/1.068), pugnando pelo reconhecimento dos danos materiais supostamente sofridos, com a fixação da respectiva indenização, bem como a majoração dos honorários de sucumbência. Recursos recebidos em ambos os efeitos (fls. 1.052 e 1.070) e não contra-arrazoados (fls. 1.072). A douta Procuradoria Geral de Justiça opinou pelo não conhecimento dos recursos e, alternativamente, pelo provimento da Apelação, restando prejudicado o recurso adesivo (fls. 178/185). É o relatório. II Os recursos não merecem conhecimento, ante a deserção do principal. Compulsando os autos, verifica-se que o recurso de JOSÉ LUIS ALMIRÃO foi protocolado em 02 de setembro de 2010 (FLS. 1.044/1.051), portanto, dentro do prazo recursal, porém, sem o comprovante de recolhimento das custas de preparo. Com isso, as razões de recurso não merecem conhecimento, pois o preparo deve ser simultâneo à interposição do recurso. Assim prega o art. 511, do Código de Processo Civil: "No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção." Nesse sentido a jurisprudência: "PROCESSO CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. APELAÇÃO. PREPARO EXTEMPORÂNEO. DESERÇÃO. O preparo deve ser comprovado no momento da interposição do recurso. Precedentes. Negado provimento ao agravo no agravo de instrumento." (AgRg nos EDcl no Ag n.º 785.184/RS, da 3ª T. do STJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, in DJU de 20/11/2006) "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA PELO RITO SUMÁRIO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. NÃO COMPROVAÇÃO DE PREPARO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DA APELAÇÃO CÍVEL. RECOLHIMENTO EFETUADO DOIS DIAS APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. DESERÇÃO CARACTERIZADA. INTELIGÊNCIA DO ART. 511 DO CPC. RECURSO DE APELAÇÃO NÃO

CONHECIDO. 1. A apelante/autora não realizou, concomitantemente com a interposição da apelação cível, o respectivo recolhimento do preparo, razão pela qual se impõe seu não conhecimento por deserção, em descumprimento do disposto no art. 511 do CPC. 2. Apelação cível não conhecida." (Ac. un. n.º 15.064, da 7ª CC do TJPR, na Ap. Cív. n.º 579.192-0, de Curitiba, Rel. Des. RUY FRANCISCO THOMAZ, in DJ de 31/08/2009) "AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO. RECOLHIMENTO DE PREPARO DIA APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. JUSTO MOTIVO. INEXISTÊNCIA. DESERÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO EXTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. A realização e a comprovação do preparo devem ocorrer concomitantemente à interposição do recurso, na forma do art. 511, caput, do CPC. A não obediência a essa regra leva à deserção e ao não conhecimento da apelação, autorizando ao relator negar- lhe seguimento (art. 557, caput, CPC). Agravo interno não provido." (Ac. un. n.º 13.686, da 16ª CC do TJPR, na Ap. Cív. n.º 550.309-3/01, de Cascavel, Rel. Des. PAULO CEZAR BELLIO, in DJ de 18/08/2009) Por conseguinte, não sendo conhecido o recurso principal, também assim não o deve ser o recurso adesivo, nos termos do art. 500, III, do Código de Processo Civil. Neste sentido, também concluiu o douto Procurador de Justiça JOÃO CARLOS SILVEIRA: "(...) inexiste comprovação de preparo do recurso principal interposto pelo requerido, conforme, aliás, assinalado na papeleta do respectivo protocolo (fls. 1047). Nesta senda, resta configurada a deserção do recurso de fls. 1044/1051, nos termos do artigo 511 do CPC, inviabilizando o seu conhecimento pela instância recursal e, por força do art. 500, III, do CPC, também o do adesivo." (fls. 1.085) Diante da ausência de comprovação de recolhimento do preparo e não fazendo o Apelante jus à benesse da justiça gratuita, não se conhecem dos recursos interpostos. III Ante o exposto, com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO aos recursos, ante a deserção do principal e consequente impossibilidade de conhecimento do adesivo. IV INTIMEM-SE. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Dilmari Helena Kessler JUÍZA CONVOCADA

0007 . Processo/Prot: 0793707-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/168956. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara de Família. Ação Originária: 0003703-29.2011.8.16.0002 Alimentos. Agravante: S. R. W.. Advogado: Ivan Guerios Curi. Agravado: A. C. Z.. Advogado: Marcos Vinicius Ulaf, Antônio Mourão da Silva. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.De reabertura de prazo

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 793.707-7, DA COMARCA DE CURITIBA - 6ª VARA DE FAMÍLIA AGRAVANTE : S. D. R. W. AGRAVADO : A. C. Z. RELATOR : DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK 1. Pretende a agravante a reabertura do prazo concedido para manifestação acerca dos documentos juntados pela parte agravada, ao argumento de que seu procurador estava em Porto Alegre, impedido, portanto, de preparar a impugnação. A reabertura do prazo em favor da parte prejudicada por evento imprevisto, alheio a sua vontade, é possível, em princípio, por força inclusive da expressa dicção do artigo 180 do Código de Processo Civil. Dispõe o referido artigo: "Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa. §1° Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário." Assim, a justa causa prevista no referido artigo é o impedimento eficaz, por si só, para fazer com que não possa ser praticado o ato processual. Deve ser alheio à vontade da parte e conseqüência de fato ou evento imprevisto. Não é o caso dos autos, evidentemente. O despacho foi regularmente publicado em 12/09/2011, tendo como início do prazo o dia 13/09/2011 (fls. 199). Eventuais compromissos pessoais do procurador da agravante, que absolutamente não se enquadram na categoria de fato ou evento imprevisto, absolutamente não ensejam a reabertura do prazo. 2. Daí porque, indefiro o pedido de fls. 204/205. 3. Intimem-se. 4. Após, dê-se vista dos autos à d. Procuradoria Geral de Justiça. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak Desembargador Relator

0008 . Processo/Prot: 0810776-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/181724. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 0002404-18.2011.8.16.0131 Declaratória. Agravante: Banco Santander ( Brasil) Sa. Advogado: Ana Lucia França, Michelle Gonçalves Dias, Blas Gomm Filho. Agravado: Virt de Lourdes Pissinin. Advogado: Jorge Luiz de Melo, Fabio Junior Bussolaro. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 810.776-8 Agravante : Banco Santander ( Brasil) S/A. Agravado : Virt de Lourdes Pissinin. Vistos etc. I- Trata-se de agravo de instrumento interposto por Banco Santander (Brasil) S/A da decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Pato Branco que, em autos de ação de declaratória de inexistência de relação jurídica, cumulada com reparação de danos, ajuizada por Virt de Lourdes Pissinin, deferiu a antecipação dos efeitos da tutela para que seja retirado do nome da parte autora dos cadastros de restrição ao crédito e suspensos os títulos protestados, sob pena de multa diária de R$ 50,00 (fls. 55/56). Inicialmente, os autos foram distribuídos ao Des. Jurandyr Reis Junior, integrante da 8ª Câmara Cível, como sendo ação relativa a responsabilidade civil. O Des. Rel Jurandyr Reis Junior declinou da competência, por entender que a análise do pedido de condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais depende primeiramente da apreciação do pedido de declaração de inexistência de débito, com a conseqüente exclusão do nome da requerente dos cadastros de restrição ao débito. Assim, entendendo se tratar de ação declaratória de inexigibilidade de débito oriundo de relação jurídica inexistente, cumulada com indenização por danos morais, determinou que os autos fossem redistribuídos a uma das Câmaras competentes para julgar as ações e recursos alheios às áreas de especialização (fls. 66/68). Redistribuído como recurso alheio às áreas de especialização, os autos foram conclusos ao Des. Luiz Antonio Barry, integrante da 7ª Câmara Cível, que declinou da competência, entendendo se tratar de ação relativa à responsabilidade civil, cumulada com prestação de serviços, razão pela qual determinou a redistribuição dos autos a uma das Câmaras especializadas em ações relativas à prestação de serviços (fls. 75/77). Por essa razão, vieram conclusos os autos a minha Relatoria como sendo ação relativa à prestação de serviços. Com efeito, a autora ingressou com "ação declaratória de inexistência de relação jurídica, cumulada com reparação de danos", visando a declaração de inexistência de relação jurídica com as requeridas e, consequentemente, dos débitos, bem como a condenação ao pagamento de indenização pelos danos morais causados pelo protesto e inscrição indevida de seus nomes nos cadastros de restrição ao crédito. A fixação da competência entre as Câmaras especializadas desta Corte se dá de acordo com a natureza jurídica do pedido e da causa de pedir da lide originária, delimitados na petição inicial. No presente caso, a causa de pedir tem como ponto central a responsabilização das requeridas pela falta de cautela ao receber cheque de pessoa diversa da titular da conta bancária. Como pode se observar, não há qualquer discussão relativa a contrato de prestação de serviços ou qualquer outra espécie de contrato, mesmo porque a pretensão de reparação de danos se assenta na inexistência de relação Página 2 de 4 jurídica entre as partes. Embora se fale em declaração de inexistência de relação jurídica, não há nada ser declarado neste aspecto, mas apenas constatado o fato, para atender ou não ao pedido da parte autora, que outro não é, senão, de responsabilização civil das requeridas. Vislumbra-se, assim, que não se está a discutir relação contratual; por óbvio, se restar provada a existência de relação jurídica entre as partes, perecerá a autora da sua pretensão em ser indenizada; ao contrário, comprovada a inexistência de relação jurídica válida entre as partes e, conseqüentemente, a inexistência de débito, surge o dever de indenizar pelos danos causados; em suma a existência ou de relação jurídica é o fato gerador da responsabilidade civil ou não. Como a demanda, in casu, tem escopo de responsabilização civil, a matéria ora tratada inclui-se dentre aquelas de competência das Câmaras especializadas em responsabilidade civil, quais sejam, a 8ª, 9ª e 10ª Câmaras Cíveis, conforme o art. 90, IV, "a" do Regimento Interno deste Tribunal: "Art. 90 Às Câmaras Cíveis serão distribuídos os feitos atinentes à matéria de sua especialização, assim classificada: (...) IV - às Oitava, Nona e Décima Câmaras Cíveis: a) ações relativas a responsabilidade civil, inclusive as decorrentes de acidente de veículo e de acidente de trabalho, excetuada a competência prevista na alínea "b" do inciso I, deste artigo;" Portanto, tendo em vista que o pedido e a causa de pedir da noticiada ação originária não tratam de prestação de serviços, mas sim exclusivamente de responsabilidade civil, ouso discordar do Des. Jurandyr Reis Junior, integrante da 8ª Câmara Cível, por vislumbrar a incompetência desta 11ª Câmara Cível para o conhecimento e julgamento da presente recurso de agravo de instrumento. II- Ante o exposto, não conheço do recurso e suscito dúvida de Página 3 de 4 competência à Seção Cível, nos termos do art. 123 do Código de Processo Civil e dos art. 85, inc. IX, e 197, §10º, ambos do Regimento Interno deste Tribunal. III- Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Des. AUGUSTO LOPES CÔRTES Relator Página 4 de 4

0009 . Processo/Prot: 0815366-2 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/267139. Comarca: Cascavel. Vara: Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 0015103-22.2007.8.16.0021 Modificação de Guarda. Apelante (1): I. P. M., J. C.. Advogado: Gilberto Nalon Gonzaga. Apelante (2): M. L. M. N., R. C. L. N.. Advogado: Hivonete Solano Lima de Carvalho Piccoli. Apelado(s): O. M.. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Revisor: Des. Fernando Wolff Bodziak. Despacho: Baixa em diligência.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 815.366-2, DA COMARCA DE CASCAVEL - VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS. APELANTE (1): I. P. de M. e OUTRO APELANTE (2): M. L. M. do N. e OUTRO APELADOS: OS MESMOS RELATOR: DES. GAMALIEL SEME SCAFF REL. CONV.: JUIZ ANTONIO DOMINGOS RAMINA JUNIOR 1. A douta Procuradoria Geral de Justiça, por meio do parecer de fls. 868/875, manifestou-se pela baixa dos autos em diligência, a fim de que sejam apreciados os Embargos de Declaração de fls. 743/745, bem como para que os Apelantes nº 01 sejam intimados a responder ao apelo da parte adversa e para que se proceda à realização de um novo estudo psicossocial junto aos litigantes. 2. Primeiramente, no que se refere à apreciação dos Declaratórios de fls. 743/745, observo que a medida sugerida pelo parquet revela-se desnecessária, uma vez que, como bem salientado pelo juízo a quo no decisum de fl. 746, os Aclaratórios de fls. 743/745 constituem mera cópia daqueles que haviam sido apresentados às fls. 730/732, os quais já foram julgados por intermédio da decisão de fls. 734/736. No que se refere às demais medidas propostas, entendo ser oportuna a baixa dos autos para efetiva-las. Isso porque tudo indica que efetivamente os Requeridos não foram intimados para responder ao apelo da Requerente, tornando necessário que se proceda à sua intimação para tanto, ou então, caso a intimação para contra-arrazoar já tenha ocorrido, que se certifique o transcurso do prazo sem manifestação. Outrossim, não se olvida que um estudo psicossocial posterior à sentença poderia, por um lado, constituir inovação talvez indevida, pois a sentença cujo acerto será avaliado quando do julgamento dos apelos foi proferida apenas com base no acervo probatório até aqui existente; por outro lado, contudo, a necessidade de se proteger os superiores interesses da criança recomendam a sua realização, mesmo neste momento processual, a fim de que seja analisado o atual convívio dos genitores com a menor. 3. Diante do exposto, determino a conversão do julgamento em diligência, com a baixa dos autos à origem, para que os Requeridos sejam intimados a responder ao apelo da Requerente - ou então, caso já tenha havido tal intimação, para que seja certificado o transcurso do prazo sem manifestação -, e ainda para determinar a realização de novo estudo psicossocial junto às partes, no prazo máximo de 30 dias. Intimem-se. Diligências necessárias. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Juiz ANTONIO DOMINGOS RAMINA JUNIOR Relator Convocado

0010 . Processo/Prot: 0815624-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/205743. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 0000340-23.2010.8.16.0017 Inventário. Agravante: Mineo Suzuki, Olga Schahiko Suzuki, Ernesto Kiychilo Suzuki, Fernando Mamoru Suzuki. Advogado: Maria Aparecida Alves da Silva. Agravado: Gilberto Aparecido Cazon, Veronice Castro Neves Cazon, José Airton Cazon, Maria das Graças Sampaio Cazon. Advogado: Ezaquél Elpídio dos Santos. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.° 815.624-9, DE MARINGÁ - 4ª VARA ÚNICA. AGRAVANTE: MINEO SUZUKI E OUTROS AGRAVADO: GILBERO APARECIDO CAZON E OUTROS RELATOR: DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK Vistos, 1. Considerando que com a resposta foram apresentados documentos novos (fls. 45/151 TJPR), intime-se a parte agravante, por advogado, para que, querendo, manifeste-se a respeito, no prazo de 05 (cinco) dias, com fundamento no art.398, do Código de Processo Civil. 2. Após, voltem os autos conclusos. 3. Intimem-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak, Desembargador Relator.

0011 . Processo/Prot: 0816724-8 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/174141. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 0009134-67.2009.8.16.0017 Mandado de Segurança. Apelante: Juple Alimentos Industrial e Comercial Ltda. Advogado: Siderley Brandão Stein, Rubens Mello David. Apelado: Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Advogado: Damasceno Maurício da Rocha Junior, Hamilton José Oliveira. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL N.º 816.724-8, DA COMARCA DE MARINGÁ - 2ª VARA CÍVEL. APELANTE : JUPLE ALIMENTOS INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA APELADA: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA RELATOR: DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK Vistos e analisados estes autos. 1. Trata-se de recurso de apelação cível interposto em face da respeitável sentença proferida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Maringá, nos autos de mandado de segurança sob n.º 947/2009, que denegou a segurança e revogou a liminar concedida. 2. A despeito da argumentação deduzida pela apelante, denota-se que o recurso não comporta seguimento, senão vejamos: De acordo com o que determinam os artigos 13 e 37 do Código de Processo Civil, foi oportunizada à recorrente a possibilidade de suprir a ausência de juntada do instrumento de mandato ou substabelecimento conferido ao advogado seu subscritor do recurso, conforme se verifica junto ao despacho de fls. 103. Todavia, não obstante a oportunidade de sanear a irregularidade, a apelante manteve-se inerte, deixando de proceder a juntada do instrumento procuratório (certidão de fls. 106). Logo, em face da ausência de um dos pressupostos de regularidade processual, há que se ter como imperativo o não conhecimento do recurso. Nessas condições, nego seguimento ao recurso, por manifestamente inadmissível, nos termos do caput do artigo 557 do Código de Processo Civil. 3. Intimem-se. 4. Dê-se baixa nos registros de pendência do presente feito. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak, Desembargador Relator.

0012 . Processo/Prot: 0817470-9 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/236632. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 0012219-84.2011.8.16.0019 Reconhecimento de Sociedade. Agravante: R. A. P.. Advogado: Alexandre Almeida Rocha. Agravado: L. F. S.. Advogado: Durval Rosa Neto, larissa bisetto breus. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 817.470-9, DA COMARCA DE PONTA GROSSA - 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS. AGRAVANTE: R. A. P. AGRAVADO: L. F. RELATOR : DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK VISTOS e analisados estes autos. 1. Tendo sido comunicada a homologação de acordo e a extinção do processo com fundamento no art. 269, III, do CPC, conforme cópia da ata de audiência anexada aos autos às fls. 133/134, é de se reconhecer a perda de objeto do presente recurso e o conseqüente desaparecimento do interesse recursal do agravante. 2. Diante do exposto, julgo extinto o procedimento recursal sem resolução de mérito, por superveniente falta de interesse, nos termos do art. 200, XXIV, do Regimento Interno desta Corte. 3. Autorizo o Sr. Chefe da Divisão Cível competente a subscrever os expedientes necessários. 4. Dê-se baixa nos registros de pendência do presente feito. 5. Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak, Desembargador Relator

0013 . Processo/Prot: 0819837-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/221020. Comarca: Santa Helena. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000624-20.2010.8.16.0150 Ordinária. Agravante: Brasil Telecom S/a. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Bruno Di Marino, Daniela Galvão da Silva Rego Abduche, Fernanda Carvalho de Miéres. Agravado: Alvaro Osvino Hoffmann. Advogado: Sandra Jussara Richter, Romeu Denardi. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 819.837-2, DA COMARCA DE SANTA HELENA - VARA ÚNICA. AGRAVANTE: BRASIL TELECOM S/A. AGRAVADO: ALVARO OSVINO HOFFMANN. RELATORA: JUÍZA CONV. DILMARI HELENA KESSLER. Pretende, a agravante, a reconsideração da decisão monocrática proferida no vertente recurso de agravo de instrumento, que converteu o recurso em agravo retido, tendo em vista a inexistência de risco de lesão grave ou de difícil reparação decorrente da decisão proferida pelo juízo a quo, o qual determinou, à agravante, a apresentação dos documentos necessários ao exame da controvérsia. A rigor, o pedido não traz aos autos qualquer fato novo ou circunstância superveniente que pudesse ensejar a modificação da decisão inicial. Verifica-se somente a insurgência da agravante em relação ao entendimento adotado, bem como a intenção de reexame da decisão proferida. Diante do exposto, indefiro o pedido de reconsideração. Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. DILMARI HELENA KESSLER Juíza Convocada Relatora

0014 . Processo/Prot: 0820688-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/187916. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara de Família. Ação Originária: 0000041-28.2009.8.16.0002 Divórcio. Apelante: L. S. P.. Advogado: Udo Hausner. Apelado: E. J. B. P.. Advogado: Alcenir Teixeira. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Muggiati. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Gamaliel Seme Scaff. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELANTE: L. S. P. APELADO: E. J. B. P. RELATORA: JUÍZA CONVOCADA DILMARI HELENA KESSLER. 1. Trata-se de Apelação Cível interposta contra sentença proferida em "Ação Ordinária de Divórcio", sob nº 629/2009, proposta por E. J. B. P., em face de L. S. P. Após apresentação de contestação (fls. 26/28), o feito foi julgado antecipadamente, consoante art. 330, do CPC (fls. 36/37), da seguinte forma "nos termos do inciso I do art. 269 do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão da autora para decretar o divórcio de E. J. B. P. e L. DE L. P., devendo ser expedido o competente mandado de averbação ao cartório competente, pelo qual a autora voltará a utilizar o seu nome de solteira L. DE L.. No mais, condeno a requerida ao pagamento das custas processuais, inclusive, referente à intervenção ministerial, bem como aos honorários de advogado, tendo em vista sua condição, com atividade profissional definida, que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), tendo em vista a apreciação equitativa, atendendo o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço e a natureza da causa (CPC, art. 20, § 4º)." Inconformada, a requerida interpôs o vertente recurso de apelação (fls. 40/43), pugnando pela concessão do benefício da justiça gratuita, o qual foi requerido em sede de contestação, com a juntada da respectiva declaração de hipossuficiência. O recurso foi recebido no seu duplo efeito (fls. 45). O apelado apresentou contrarrazões, requerendo pelo desprovimento do apelo (fls. 47/49). É, em síntese, o relatório. 2. O presente recurso de Apelação Cível comporta decisão imediata, prescindindo de apreciação pelo Colegiado, conforme possibilita o art. 557, caput, do Código de Processo Civil. O princípio da assistência judiciária foi amparado expressamente pela Constituição Federal, em seu art. 5º, LXXIV ("o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos"), como decorrência da obediência ao princípio geral do acesso à justiça, inscrito no mesmo dispositivo, inciso XXXV ("a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"). E a Lei n.º 1.060/50 regulamenta esse benefício, estabelecendo, em seu art. 4º, que: "a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família". (sem grifos no original) Da análise dos autos, vislumbra-se que a apelante juntou declaração de pobreza (fls. 30-TJ), da qual consta, expressamente, que não possui condições financeiras de arcar com nenhum tipo de despesa processual, sem prejudicar seu próprio sustento. Contudo, o magistrado a quo não considerou como documento suficiente a declaração de pobreza juntada pela apelante, condenado-a ao pagamento de custas e despesas processuais. Note-se que, conforme o art. 4º, da Lei nº 1.060/50, presume-se como satisfatória a simples afirmação de pobreza da parte. Neste sentido, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - ESTADO DE POBREZA - PROVA - DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE FIRMADA PELO RECORRENTE - PRECEDENTES - RECURSO IMPROVIDO." (STJ - AgRg no REsp 1247095/MS, Min. Rel. Massami Uyeda, j. 28.06.2011) No mesmo sentido, já julgou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DECLARAÇÃO DE POBREZA JUNTADA PELOS AGRAVADOS - IRRESIGNAÇÃO QUE NÃO MERECE GUARIDA - LEI Nº 1.060/50 QUE PERMITE A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA MEDIANTE SIMPLES PEDIDO DA PARTE - DECISÃO MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO" (TJPR - AI 738.817-0, 17ªC.Cível, Rel. Antônio Loyola Vieira, j. 13.07.2011) "AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DECLARAÇÃO DE POBREZA JUNTADA PELOS AGRAVADOS - IRRESIGNAÇÃO QUE NÃO MERECE GUARIDA - LEI Nº 1.060/50 QUE PERMITE A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA MEDIANTE SIMPLES PEDIDO DA PARTE - DECISÃO MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO" (TJPR - AI 766.096-2, 7ªC.Cível, Rel. Antenor Demeterco Junior, j. 05/07/2011) Sendo assim, em face das reiteradas decisões da Corte Superior e deste eg. Tribunal de Justiça, perfilhando o entendimento de que é suficiente a declaração de pobreza, mister se faz reformar a decisão recorrida, ao efeito de conceder o benefício pretendido. 3. Diante do exposto, dou provimento de plano ao recurso de apelação, nos termos do art. 557, §1º-A, do CPC, e do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, art. 200, XXI e XXII. Intimem-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. DILMARI HELENA KESSLER Juíza Relatora Convocada

0015 . Processo/Prot: 0821200-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/183020. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0021715-94.2007.8.16.0014 Cobrança. Apelante (1): Ronaldo Gomes Neves. Advogado: Ronaldo Gomes Neves. Apelante (2): Auber Silva Pereira, Daise Malaguido Ponich Silva Pereira. Advogado: Daise Malaguido Ponich Silva Pereira. Apelado (1): Auber Silva Pereira, Daise Malaguido Ponich Silva Pereira. Advogado: Daise Malaguido Ponich Silva Pereira. Apelado (2): Ronaldo Gomes Neves. Advogado: Ronaldo Gomes Neves. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 821200-6 Apelante : Ronaldo Gomes Neves Apelante : Auber Silva Pereira e outra Vistos etc. I- Converto o julgamento em diligência. II - Trata-se de recurso de apelação interposto por Ronaldo Gomes Neves e Auber Silva Pereira

e Daise Malaguido Ponich Silva Pereira da decisão do Juízo de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Londrina que, em autos de cobrança de honorários, condenou os réus ao pagamento da verba honorária em R$ 2.000,00 (dois mil reais) em favor de Ronaldo (fls. 204/208). III Recebidos os recursos de apelação (fls. 276), não se sabe se ambas as partes foram intimadas deste despacho (fls. 276v), sendo que somente o autos Ronaldo Gomes Neves apresentou contrarrazões (fls. 277/283). IV- Diante dessa circunstância, baixo os autos em diligência para que seja certificada a intimação da parte requerida para apresentar contra-razões e caso não tenha sido efetuada, seja regularizado o processamento dos recursos. V- Intimem-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Des. AUGUSTO LOPES CÔRTES Relator Página 2 de 2

0016 . Processo/Prot: 0822753-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/225630. Comarca: Santo Antônio do Sudoeste. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000817-86.2011.8.16.0154 Alimentos. Agravante: V. A. P. O.. Advogado: Tulio Marcelo Denig Bandeira, Andrea Cristine Bandeira. Agravado: J. F. O.. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822.753-6, DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - VARA ÚNICA. AGRAVANTE: V. A. P. D. O. AGRAVADO: J. F. D. O. RELATOR : DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK VISTOS e analisados estes autos. 1. Tendo sido comunicada a homologação de acordo e a extinção do processo com fundamento no art. 269, III, do CPC, conforme cópia da ata de audiência anexada aos autos às fls. 79-TJPR, é de se reconhecer a perda de objeto do presente recurso e o conseqüente desaparecimento do interesse recursal do agravante. 2. Diante do exposto, julgo extinto o procedimento recursal sem resolução de mérito, por superveniente falta de interesse, nos termos do art. 200, XXIV, do Regimento Interno desta Corte. 3. Autorizo o Sr. Chefe da Divisão Cível competente a subscrever os expedientes necessários. 4. Dê-se baixa nos registros de pendência do presente feito. 5. Intime-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak, Desembargador Relator

0017 . Processo/Prot: 0824061-1 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/200144. Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 0008403-75.2010.8.16.0069 Declaratória. Apelante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Leonardo Cosme Formaio, Luís Fernando de Camargo Hasegawa, Francisco Rosito. Apelado: Antonio Guedes de Souza, Espolio de Carlos Martins dos Santos, Della Aparecida Rocatelli dos Santos (maior de 60 anos), Fernando Augusto Rodrigues Formigoni, Espolio de Geraldo Carvalho, Jose Cavalari, R Z M Confecções Ltda, Valdineia Boniotti Sant'ana, Vera Lucia de Morais Vanderlei, Zilda Garcia Palomares, W A Macedo Cia Ltda. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Muggiati. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Gamaliel Seme Scaff. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELANTE: BRASIL TELECOM. APELADOS: ANTONIO GUEDES DE SOUZA E OUTROS. RELATORA: JUÍZA CONVOCADA DILMARI HELENA KESSLER. 1. Trata-se de Apelação Cível interposta contra sentença proferida em "Ação Ordinária Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica, com Pedido de Repetição de Indébito", sob nº 8403-75.2010, proposta por Antonio Guedes de Souza e Outros, em face de Brasil Telecom. Após apresentação de contestação (fls. 72/95) e impugnação (fls. 101/110), a douta magistrada a quo proferiu a sentença, de fls. 112/122, julgando "procedentes os pedidos contidos na Ação de Inexigibilidade c/c Repetição de Indébito promovida por Alcides Pires de Almeida e outros em face de Brasil Telecom S/A., extinguindo o processo com resolução do mérito, para o fim de declarar a ilegalidade do repasse ao consumidor do PIS e COFINS embutidos nas faturas de telefonia, devendo ser extirpados de tais faturas a partir do trânsito em julgado, e condenar a ré à repetição do indébito dos valores ilegalmente cobrados no período de dez anos contados anteriormente ao ajuizamento da pretensão, de forma dobrada, acrescidos de correção monetária pelo INPC, desde o desembolso (pagamento indevido), juros de mora legais (0,5% até a vigência do Novo Código Civil e após de 1% ao mês) desde o desembolso indevido, o que faço com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, Código de Defesa do Consumidor e Constituição Federal". Inconformada, a requerida interpôs o vertente recurso de apelação (fls. 125/145), pugnando pela falta de interesse processual dos requerentes/apelados; pela aplicação do prazo prescricional trienal; alega que não há nos autos demonstração de forma inconteste da diminuição patrimonial dos requerentes/apelados e que não há ilegalidade na cobrança do PIS e COFINS, pois é permitida pela ANATEL. O recurso foi recebido no seu duplo efeito (fls. 155). O apelado apresentou contrarrazões, requerendo o desprovimento do apelo (fls. 157/171). É, em síntese, o relatório. 2. Em primeiro lugar, deve-se esclarecer que a nova sistemática do Código de Processo Civil, muito especialmente a regra conjugada dos artigos 557, caput e parágrafo 1°-A, estabelece que o Relator poderá dar provimento, de plano, ao recurso, quando a decisão atacada estiver em confronto com a jurisprudência de Tribunal Superior e, também, negar-lhe seguimento, quando for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência predominante de Tribunal Superior, independente de manifestação do Órgão Colegiado. É o caso destes autos. A pretensão recursal deve ser acolhida. Além do mais, o recurso merece conhecimento, porque foi tempestivamente interposto, regularmente preparado e, também, contém os demais pressupostos de admissibilidade. Com efeito, no mérito do presente caso pode-se verificar que a controvérsia sobre a legalidade do repasse aos consumidores dos tributos PIS e COFINS, nas respectivas faturas de telefonia, foi dirimida, através do julgamento, como recurso repetitivo, pela 1ª Seção do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, no REsp de n.° 976.836/RS, tendo como relator, o Senhor Ministro Luiz Fux, o qual foi julgado em 10/11/2010 e publicado no DJe de 26/11/2010, em que se consolidou o entendimento pela legalidade da cobrança. O Acórdão teve a sua ementa assim confeccionada: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA DE MÉRITO (RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE TELEFONIA. DEMANDA ENTRE CONCESSIONÁRIA E USUÁRIO. PIS E COFINS. Repercussão jurídica do ônus financeiro aos usuários. FATURAS TELEFÔNICAS. LEGALIDADE. DISPOSIÇÃO NA LEI 8.987/95. POLÍTICA TARIFÁRIA. LEI 9.472/97. TARIFAS DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. AUSÊNCIA DE OFENSA A NORMAS E PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR). INOBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS DO ART. 535, E INCISOS, DO CPC. 1. O inconformismo, que tem como real escopo a pretensão de reformar o decisum, não há como prosperar, porquanto inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo inviável a revisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do art. 535 do CPC. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedentes da Corte Especial: AgRg nos EDcl nos EREsp 693.711/RS, DJ 06.03.2008; EDcl no AgRg no MS 12.792/DF, DJ 10.03.2008 e EDcl no AgRg nos EREsp 807.970/DF, DJ 25.02.2008. 2. In casu, os fundamentos que respaldaram o entendimento adotado no acórdão recorrido, mormente quanto à diferença entre o repasse feito em relação ao ICMS e em relação ao Pis e Cofins, foram exaustivamente explicitados no acórdão recorrido, constando, inclusive da ementa, verbis: "34. A ANATEL, como amicus curiae, manifestou-se no sentido de que a discriminação na fatura do valor atinente às contribuições para PIS e COFINS foi uma solução encontrada pela ANATEL para fazer face às variações do valor da tarifa variações relacionadas com o regime jurídico do ICMS e essa prática não representa qualquer benefício para o prestador do serviço, nem prejuízo para o usuário, como afirmou a Agência Regularora. 35. A solução prática adotada pela ANATEL não significa uma elevação disfarçada do valor exigido dos usuários pelos serviços telefônicos. A tarifa continuou a abranger como sempre ocorreu a remuneração correspondente aos custos necessários à prestação do serviço. A discriminação de um valor de "tarifa líquida" e de uma "carga tributária" representou apenas uma solução prática para superar a dificuldade de determinar, de modo abrangente, o valor final máximo a ser cobrado dos usuários. Em consequência, restaria afirmar que incidindo PIS e COFINS sobre o faturamento, incabível fixar um valor correspondente a cada operação realizada com os usuários cabendo, assim, ao prestador do serviço o dever de calcular a fração de seu custo tributário em vista de cada usuário com relação ao PIS e a COFINS. 36. A vexata quaestio posta nos autos não envolve controvérsia de direito tributário, tampouco versa sobre tributos diretos e indiretos, sobre a sujeição passiva das contribuições examinadas ou do seu fato gerador. O núcleo da disputa envolve o conceito e a abrangência da tarifa dos serviços públicos delegados ou autorizados. 37. A previsão legal da obrigatoriedade da discriminação do valor devido a título de ICMS não envolve a composição tarifária e não é pro consumidor, mas, antes, se relaciona com a sistemática de não-cumulatividade do referido tributo, razão porque determina-se que o valor correspondente ao referido tributo estadual deve ser "destacado" na documentação fiscal emitida de modo a assegurar a sua utilização para eventual compensação em operações posteriores. 38. Consoante bem destacado nos autos: (a) Se somente pudessem compor a tarifa as despesas cuja obrigatória discriminação tivesse sido prevista em lei, então a tarifa teria de ser composta exclusivamente pelo valor do ICMS. Uma vez realizada a outorga, os prestadores do serviço têm direito a obter precisamente a remuneração que lhes foi assegurada por meio do ato administrativo. A competência jurisdicional, universal para conhecer todos os litígios, não compreende o poder de alterar a planilha tarifária; (b) Sob certo ângulo, essa orientação foi albergada pelo STF, ainda que a propósito de intervenção legislativa, e pelo STJ: "1. A lei estadual afeta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão de obra pública, celebrado pela Administração capixaba, ao conceder descontos e isenções sem qualquer forma de compensação. 2. Afronta evidente ao princípio da harmonia entre os poderes, harmonia e não separação, na medida em que o Poder Legislativo pretende substituir o Executivo na gestão dos contratos administrativos celebrados." (ADI 2733, Pleno, rel. Min. Eros Grau, j. em 26-10-2005, DJ de 3-2-2006) "1. A Lei nº 9.427/96, art. 3º, VI, atribuiu competência à ANEEL para fixar critérios para cálculo do preço de transporte de que trata a Lei nº 9.074/95, art. 15, § 6º. Assim, a questão atinente aos critérios utilizados na composição do preço cobrado pelo serviço de transporte é matéria atinente ao mérito do ato administrativo da ANEEL, não sendo possível ao judiciário nela intervir, a não ser para aferir a legalidade. 2. Ameaçada a ordem pública quando inviabilizado o exercício regular das funções institucionais atribuídas por lei à ANEEL, a quem competia definir quais os encargos que guardam pertinência com as despesas que compõem o 'custo de transporte' de energia elétrica" (AgRg na SS 1.424/RJ, Corte Especial, rel. Min. Edson Vidigal, j. em 1-2-2005, DJ de 6-6-2005 p. 172) 39. O eventual reconhecimento de que as tarifas telefônicas não poderão compreender a compensação pela carga tributária de PIS e COFINS conduz à inevitável conclusão de que se imporá recomposição tarifária. 40. A Agência Nacional e Telecomunicações (ANATEL), na sua função específica e intervindo como amicus curiae, esclareceu que a tarifa líquida de tributos que homologa não impede que nela incluam-se os tributos; salvo os de repasse vedado pela lei, como o Imposto de Renda e seus consectários, porquanto essa metodologia empregada visa a evitar que a Agência Reguladora imiscua-se na aferição da economia interna das empresas concessionárias, sendo certo que, de forma inequívoca, atestou a juridicidade do repasse econômico do PIS e da COFINS sobre as faturas de serviços de telefonia, consoante se colhe do excerto(...)" 3. A questão relativa às atribuições da ANATEL, enquanto Agência Reguladora, foi enfrentada no voto condutor do acórdão embargado, consoante se colhe de excerto da ementa: "40. A Agência Nacional e Telecomunicações (ANATEL), na sua função específica e intervindo como amicus curiae, esclareceu que a tarifa líquida de tributos que homologa não impede que nela incluam-se os tributos; salvo os de repasse vedado pela lei, como o Imposto de Renda e seus consectários, porquanto essa metodologia empregada visa a evitar que a Agência Reguladora imiscua-se na

aferição da economia interna das empresas concessionárias, sendo certo que, de forma inequívoca, atestou a juridicidade do repasse econômico do PIS e da COFINS sobre as faturas de serviços de telefonia, consoante se colhe do excerto, verbis: 'Com os argumentos assim ordenados e apoio na legislação supracitada, inexiste fundamento jurídico para a inconformidade da recorrente, pois cabível a transferência do ônus financeiro do PIS e da COFINS, bem como de tributos diretos, para o preço final da tarifa telefônica cobrada do contribuinte, por integrarem os custos na composição final do preço.'" 4. O acolhimento da manifestação apresentada pela Agência Nacional e Telecomunicações (ANATEL), na sua função específica e intervindo como amicus curiae, por vezes adotada como razões de decidir, quer das razões das partes, não implica falta de motivação do julgamento para fins de cabimento dos embargos de declaração. 5. Ademais, a parte, ora embargante, a pretexto de suprir suposta omissão, pretende, por via oblíqua, o reexame da questão relativa ao repasse econômico do PIS e da COFINS, nos moldes realizados pelas empresas concessionária de serviços de telefonia, o qual, mercê de exaustivamente analisado tanto no voto condutor do acórdão embargado quanto nos votos-vista, revela-se inviável em sede de embargos de declaração em face dos limites do art. 535 do CPC. 6. Embargos de Declaração rejeitados. (STJ - S1 - PRIMEIRA SEÇÃO - EDcl no REsp 976836 / RS Rel.: Ministro LUIZ FUX J. 10/11/2010) (sem grifo no original) Pois bem. Pode-se facilmente verificar que a questão debatida nestes autos já teve o seu entendimento sedimentado, conforme o julgado acima referido, nos moldes do artigo 543-C, do Código de Processo Civil. Posteriormente a este resultado, novamente o Egrégio Superior Tribunal de Justiça manteve o mesmo entendimento, cujo mérito contemplava a mesma natureza deste recurso. Por exemplo, veja-se: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS DISCRIMINADOS NA FATURA TELEFÔNICA. MATÉRIA PACIFICADA EM RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. RESP 976.836/RS. 1. Nos termos do art. 543-C, § 7º, II, do Código de Processo Civil, é admissível a reconsideração do julgado proferido, para adequar ao entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso especial repetitivo, com vistas à segurança jurídica e isonomia das decisões. 2. Neste sentido: "o precedente jurisprudencial submetido ao rito do art. 543-C é dotado de carga valorativa qualificada, autorizando-se, até, a desconstituição do julgado proferido na origem para que a matéria recorrida seja novamente apreciada. Faz-se mister salientar que a Primeira Seção do STJ tem admitido o ajuizamento de ação rescisória por violação literal a dispositivo de lei, nos casos em que o acórdão rescindendo diverge do entendimento jurisprudencial pacificado à época da prolação do decisum que se busca desconstituir (Vide REsp 1001779/DF, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 18/12/2009). Dessarte, mesmo quando não estão presentes as hipóteses previstas no art. 535 do CPC, é possível, excepcionalmente, acolher os embargos de declaratórios com efeitos modificativos, a fim de se adequar o julgamento da matéria ao que restou definido pela Corte no âmbito dos recursos repetitivos. (EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 790.318/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 4.5.2010, DJe 25.5.2010, grifei). 3. Restou pacificado o tema "sub judice" no julgamento do Recurso Especial repetitivo 976.836, da relatoria do Min. Luiz Fux, julgado em 25.8.2010, no sentido de que "o repasse econômico do PIS e da Cofins, nos moldes realizados pela empresa concessionária de serviços de telefonia, revela prática legal e condizente com as regras de economia e de mercado, sob o ângulo do direito do consumidor, com espeque no art. 9º, § 3º, da Lei n. 8.987/1995 e no art. 108, § 4º, da Lei n. 9.472/1997". Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes. (STJ - S1 - PRIMEIRA SEÇÃO - EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 625767 / RJ Rel.: Ministro HUMBERTO MARTINS J. 23/03/2011) (sem grifo no original) No mesmo sentido, já decidiu este Egrégio Tribunal de Justiça: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. NÃO ACOLHIMENTO. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. ART. 5º, INC. XXXV, DA CF. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS INCIDENTAL EXEGESE DO ARTIGO 355 E SS DO CPC. ÔNUS PROBATÓRIO. MATÉRIA DE DIREITO. PRESCRIÇÃO DECENAL (CC/02, ART.205). REPASSE DO PIS E DA COFINS NA FATURA DE TELEFONIA. LEGITIMIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JULGAMENTO UNÂNIME DE RECURSO SUBMETIDO AO REGIME DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RESP 976.836/RS INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO DE FIXAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 20, § 4.º, DO CPC. SENTENÇA REFORMADA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. (TJPR - 11ª C.Cível - AC 0751052-7 - Maringá - Rel.: Juíza Subst. 2º G. Sandra Bauermann - Unânime - J. 04.05.2011) (sem grifo no original) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ALEGAÇÃO DE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. NÃO ACOLHIMENTO. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. ART. 5º, INC. XXXV, DA CF. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS EM SEDE DE AÇÃO ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. ADUÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. ÔNUS PROBATÓRIO QUE DIZ RESPEITO A QUESTÕES DE MÉRITO. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CAUSA DISTINTA DA PREVISTA NO ART. 884 DO CC. PRAZO DE DEZ ANOS DO ART. 205 DO CC. ADUÇÃO DE LEGALIDADE DO REPASSE DO PIS E DA COFINS. ACOLHIMENTO. VALORES QUE COMPÕEM O PREÇO DO SERVIÇO PRESTADO. TRANSFERÊNCIA DOS CUSTOS NECESSÁRIOS PARA O DESEMPENHO DA ATIVIDADE DA CONCESSIONÁRIA. MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO. ART. 9ª, §3º, DA LEI N.º 8.987/95. ART. 108, §4º, DA LEI N.º 9.472/97. INVERSÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. 1. A possibilidade de requisição dos documentos pela via administrativa mediante pagamento de tarifas é irrelevante para a concessão do pleito pela via judicial, posto se tratar de interesse do consumidor, devidamente garantido pelo art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República. 2. Nada obsta que o pleito de exibição de documentos seja apresentado em ação ordinária, a servir como base ao pedido principal de reconhecimento de suposta ilegalidade do repasse de tributos ao consumidor e consequente devolução dos respectivos valores, inexistindo vedação legal para tanto, conforme se depreende dos arts. 355 e seguintes do Código de Processo Civil. 3. Não se tratando a causa da situação prevista no art. 884 do Código Civil (enriquecimento ilícito), mas de reconhecimento da ilegalidade do repasse do PIS e da COFINS pela empresa de telefonia, aplicável o prazo prescricional do art. 205 do citado Codex. 4. O referido repasse é legal, nos termos do art. 9º, § 3º, da Lei n.º 8.987/95, e art. 108, §4º, da Lei n.º 9.472/97, eis que não se caracteriza como transferência, sucessão ou substituição tributária, por não obedecer ao regime tributário, mas ao contrato de concessão, normas específicas do setor e Código de Defesa do Consumidor, estabelecendo, em verdade, como composição da tarifa (do preço pago pelo serviço), a transferência dos custos necessários para o desempenho da atividade, de forma a garantir o equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. RECURSO PROVIDO. (TJPR - 11ª C.Cível - AC 0769676-2 - Ribeirão do Pinhal - Rel.: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende - Unânime - J. 04.05.2011) (sem grifo no original) Deste modo, considerando-se que o pleito de mérito da apelante está em consonância com a jurisprudência consolidada do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e a deste Tribunal, deve o recurso ser provido, para que seja reformada a sentença e julgar, reconhecendo-se a legalidade do repasse de PIS e COFINS nas faturas de telefonia. Uma vez reformada a sentença, devem ser invertidos os ônus sucumbenciais, que, por evidente, deverão ser suportados pelo apelado. E, por se tratar o caso de matéria exclusivamente de direito, são arbitrados os honorários advocatícios no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do artigo 20, § 4°, do Código de Processo Civil. 3. Diante do exposto, dou provimento de plano ao recurso de apelação, com a exigível inversão dos ônus da sucumbência, nos termos do CPC, art. 557, §1º-A, e do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, art. 200, XXI e XXII. Intimem-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. DILMARI HELENA KESSLER Juíza Relatora Convocada

0018 . Processo/Prot: 0824458-4 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/200007. Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 0008414-07.2010.8.16.0069 Declaratória. Apelante: Copel Distribuição Sa. Advogado: Hamilton José Oliveira, Aldebaran Rocha Faria Neto, Damasceno Maurício da Rocha Junior. Apelado: Camilo e Coelho Ltda, Ciamacol Materias Para Construção Ltda, Frigorifico Vale do Ivai Ltda, Milton D Rodrigues e Cia Ltda, Rui Afonso Pereira (maior de 60 anos), Waldemir de Araujo Macedo, Zenaide de Sousa Ribeiro. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Relator Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Revisor: Des. Augusto Lopes Cortes. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELANTE: COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A. APELADOS: CAMILO E COELHO LTDA. E OUTROS. RELATORA: JUÍZA CONVOCADA DILMARI HELENA KESSLER. 1. Trata-se de Apelação Cível, interposta contra sentença proferida em "Ação Ordinária Declaratória de Inexigibilidade, com Repetição de Indébito" autuada sob o n.° 8414-07.2010, proposta por Camilo e Coelho Ltda. e Outros, em face de Copel Distribuição S/A. Após apresentação de contestação, junto com documentos (fls. 72/131), e impugnação (fls. 132/139), a douta Magistrada a quo proferiu a sentença, de fls. 141/151, julgando procedentes os pedidos formulados pelos requerentes, declarando, portanto, a ilegalidade do repasse ao consumidor do PIS e do COFINS embutidos nas faturas de energia elétrica, condenando a requerida ao pagamento em dobro dos valores indevidamente pagos pelos requerentes, contados em 10 (dez) anos anteriormente ao ajuizamento da ação, devendo ser corrigidos estes valores pelo INPC, a partir do desembolso indevido, além da adição de juros de mora. Por último, condenou a requerida ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% sobre o valor da condenação, conforme disposto no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil. Inconformada, a requerida interpôs o presente recurso de apelação (fls. 155/176), pugnando, preliminarmente: a) pela litispendência da demanda; b) pela suspensão do feito em razão da decisão proferida no Resp 1.185.070/RS; c) falta de interesse processual; d) litisconsórcio passivo necessário (ANEEL); e) incompetência absoluta da Justiça Estadual para julgar o feito; f) prescrição da pretensão dos requerentes, com aplicação do prazo trienal; no mérito pleiteia pela: a) legalidade da discriminação do PIS e COFINS na fatura; b) pela improcedência do pedido de restituição em dobro; c) alteração do marco inicial da contagem de juros de mora, devendo ser à partir de citação; d) minoração da verba referente aos honorários advocatícios. O recurso foi recebido no seu duplo efeito (fls. 185). Os apelados apresentaram contrarrazões, requerendo, basicamente, o desprovimento do apelo (fls. 187/208). É, em síntese, o relatório. 2. Em primeiro lugar, deve-se esclarecer que a nova sistemática do Código de Processo Civil, muito especialmente a regra conjugada dos artigos 557, caput e parágrafo 1°-A, estabelece que o Relator poderá dar provimento, de plano, ao recurso, quando a decisão atacada estiver em confronto com a jurisprudência de Tribunal Superior e, também, negar-lhe seguimento, quando for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência predominante de Tribunal Superior, independente de manifestação do Órgão Colegiado. É o caso destes autos. A pretensão recursal deve ser acolhida. Além do mais, o recurso merece conhecimento, porque foi tempestivamente interposto, regularmente preparado e, também, contém os demais pressupostos de admissibilidade. Com efeito, no mérito do presente caso pode-se verificar que a controvérsia sobre a legalidade do repasse aos consumidores dos tributos PIS e COFINS, nas respectivas faturas de energia elétrica, foi dirimida, através do julgamento, como recurso repetitivo, pela 1ª Seção do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, no REsp de n.° 1.185.070/RS, tendo como relator, o Senhor Ministro Teori Albino Zavascki, o qual foi julgado em 22/09/2010 e publicado no DJe de 27/09/2010, em que se consolidou o

entendimento pela legalidade da cobrança. O Acórdão teve a sua ementa assim confeccionada: ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO CONCEDIDO. ENERGIA ELÉTRICA. TARIFA. REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES DO PIS E DA COFINS. LEGITIMIDADE. 1. É legítimo o repasse às tarifas de energia elétrica do valor correspondente ao pagamento da Contribuição de Integração Social - PIS e da Contribuição para financiamento da Seguridade Social - COFINS devido pela concessionária. 2. Recurso Especial improvido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08. (REsp 1185070/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/09/2010, DJe 27/09/2010). (LEX STJ 255/180) Pois bem. Pode-se facilmente verificar que a questão debatida nestes autos já teve o seu entendimento sedimentado, conforme o julgado acima referido, nos moldes do artigo 543-C, do Código de Processo Civil. Posteriormente a este resultado, novamente o Egrégio Superior Tribunal de Justiça negou provimento a recurso especial, cujo mérito contemplava a mesma natureza deste recurso. Por exemplo, veja-se: ADMINISTRATIVO. SERVIÇIO PÚBLICO CONCEDIDO. ENERGIA ELÉTRICA. TARIFA. REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES DO PIS E DA COFINS. LEGITIMIDADE. 1. Não há ilegalidade no repasse às tarifas de energia elétrica do valor correspondente ao PIS e à COFINS (REsp. 1.185.070/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08). 2. Recurso Especial não provido. (REsp. 1195185/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2010, DJe 10/11/2010). No mesmo sentido, já decidiu este Egrégio Tribunal de Justiça: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE. REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES DO PIS E COFINS DEVIDOS PELA CONCESSIONÁRIA, NAS FATURAS DE COBRANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA. RECURSO REPETITIVO DO STJ QUE DECLAROU A POSSIBILIDADE DO REPASSE (ART. 543-C DO CPC). HIPÓTESE EM QUE O PIS E COFINS INTEGRAM OS CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMPRESA REQUERIDA. SENTENÇA REFORMADA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS REDISTRIBUÍDOS. RECURSO PROVIDO. (TJPR - 12ª C. Cível - AC 0747451-1 - Cianorte - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Carlos Mauricio Ferreira - Unânime - J. 02.03.2011). APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA TARIFA REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES DO PIS E DA COFINS AO CONSUMIDOR LEGALIDADE - QUESTÃO PACIFICADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ATRAVÉS DE JULGAMENTO DE RECURSO REPETITIVO (ARTIGO 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL) - REFORMA DA SENTENÇA COMBATIDA INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA - RECURSO PROVIDO - (TJPR - 12ª C. Cível - AC 0749722-3 - Cianorte - Rel.: Des. Clayton Camargo - Unânime - J. 02.03.2011). Em caso idêntico a este, na Apelação Cível de n.° 744.561-0, da Egrégia 11ª C. Cível deste Tribunal de Justiça, em acórdão da lavra do Desembargador Ruy Muggiati, merecendo destaque o seguinte trecho: "(...) No presente caso, verifica-se que a questão controvertida foi alvo de julga- mento, como recurso repetitivo, pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no REsp nº 118507-0, de relatoria do Min. Teori Albino Zavascki, em 27/09/2010, em acórdão assim ementado: ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO CONCEDIDO. ENERGIA ELÉTRICA. TARIFA. REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES DO PIS E DA COFINS. LEGITIMI- DADE. 1. É legítimo o repasse às tarifas de energia elétrica do valor correspondente ao pagamento da Contribuição de Integração Social - PIS e da Contribuição para financiamento da Seguridade Social - COFINS devido pela concessioná- ria. 2. Recurso Especial improvido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08. (...) Conforme se vê, restou decidido que a relação que se estabelece é de consumo de serviço público, cujas fontes normativas são próprias, especiais e distintas da tributária, de modo que o que está em discussão é a legitimidade da cobrança de uma tarifa na qual foi embutida o custo correspondente àqueles tributos devidos pela concessionária. Em seu voto, o Ministro ressaltou o princípio contratual da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, haja vista que os valores relativos ao PIS/PASEP e à COFINS sempre foram cobrados dos consumidores de energia elétrica, e a novel legislação teve por escopo apenas dar maior transparência e, consequentemente, a possibilidade de maior fiscalização pela ANEEL, informando os consumidores acerca dos cus- tos efetivamente incorridos para a prestação do serviço, sem o escopo de retirar aquelas tributos do preço a ser pago pelo usuário. O mesmo entendimento já havia sido firmado, em sede de recurso repetitivo, pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 976836, de relatoria do Min. Luiz Fux, que concluiu que o repasse econômico do PIS e da Cofins nas tarifas telefônicas é legítimo, pois "Todas as despesas correspondentes a tributos incidentes sobre as atividades necessárias à prestação dos serviços de telefonia estão necessariamente abrangidas nas tarifas, na medida em que o valor tarifário deve ser suficiente para assegurar o reembolso de despesas, compensado por meio da receita tarifária.1 Diante dessas considerações, ainda que superada a discussão acerca da comprovação do efetivo repasse dos tributos ao consumidor, a pretensão do consumidor de ver repetidos esses valores encontra óbice em jurisprudência consolidada da Corte Superior." Mas não é só. Deve-se também considerar que o artigo 9°, da Resolução Homologatória de n.° 285/2005, da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, autorizou expressamente a apelante a incluir, no valor total a ser pago pelo consumidor, quando da sua entrada em vigência, as despesas decorrentes do PIS e da COFINS efetivamente incorridas pela concessionária de energia elétrica no exercício de sua atividade. Deste modo, considerando-se que o pleito de mérito da apelante está em consonância com a jurisprudência consolidada do Egrégio 1 HTTP://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto98764. Superior Tribunal de Justiça e a deste Tribunal, deve o recurso ser provido, para que seja reformada a sentença e julgar, por evidente, improcedente o pedido inicial. Uma vez reformada a sentença, devem ser invertidos os ônus sucumbenciais, que, por evidente, deverão ser suportados pelos apelados. E, por se tratar o caso de matéria exclusivamente de direito, são arbitrados os honorários advocatícios no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do artigo 20, parágrafo 4°, do Código de Processo Civil. 3. Diante do exposto, dou provimento de plano ao recurso de apelação, com a exigível inversão dos ônus da sucumbência, nos termos do CPC, art. 557, §1º-A, e do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, art. 200, XXI e XXII. Intimem-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. DILMARI HELENA KESSLER Juíza Relatora Convocada

0019 . Processo/Prot: 0824701-0 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/269872. Comarca: Pato Branco. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 0001694-95.2011.8.16.0131 Guarda e Responsabilidade de Menor. Agravante: J. S.. Advogado: Diego Balem, Fabiana Eliza Mattos. Agravado: L. A. B.. Advogado: Nadia Dorr Estolaski. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.De efeito suspensivo

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 824.701-0, DE PATO BRANCO - VARA DA INFÂNCIA, JUVENTUDE, FAMÍLIA E ANEXOS AGRAVANTE : J. D. S. AGRAVADO : L. A. B. RELATOR : DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK Vistos e examinados estes autos. 1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por J. D. S. em face de decisão proferida nos autos de pedido cautelar de guarda sob nº. 1694-95/2011, que afastou a preliminar de litispendência levantada pela ré, ora agravante. Alega, em síntese, que: a) a manutenção da decisão agravada poderá resultar em decisões conflitantes, bem como movimentará sem necessidade a máquina judiciária; b) ao contrário do que entendeu a julgadora, o procedimento em trâmite sob o n° 10514-40/2010 trata do mesmo pedido, partes e causa de pedir, qual seja, a guarda da menor M. E. devendo, portanto ser reconhecida a litispendência. Por tais razões, requer a concessão de liminar em sede recursal e o provimento do recurso, nos termos de sua fundamentação. 2. O presente recurso foi interposto contra decisão passível (em tese) de causar lesão grave e de difícil reparação, uma vez que se trata de decisão proferida em sede de pedido cautelar de guarda. Por essas razões, não sendo caso de conversão em agravo retido, defiro seu processamento. 3. Segundo disposto no art. 527, III, do Código de Processo Civil, o Relator "poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558), ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão". Para tanto, haja vista a expressa referência à norma do art. 558 do mesmo codex, exige-se a constatação da relevância na fundamentação do recurso e da possibilidade de a manutenção da decisão recorrida resultar lesão grave e de difícil reparação. E, no caso concreto, o pleiteado efeito suspensivo não merece ser deferido. Senão vejamos: Ao contrário do que alega a recorrente, em princípio, agiu com acerto a magistrada, ao entender que nos autos em trâmite sob o n° 10514-40/2010 pretendia-se tão-somente fazer cessar a situação de risco a que a criança estava submetida, sendo que nos presentes autos é que será melhor investigada a situação fática dos envolvidos. Vale ressaltar que deve ser resguardado o melhor interesse da criança, que está acima, inclusive, de normais procedimentais. Por outro lado, não há que se falar em risco de decisões conflitantes, na medida em que ambos os feitos tramitam sob a mesma Vara da Infância, Juventude e Anexos de Pato Branco. Por tais fundamentos, mantenho, por ora, a r. decisão agravada. 3. Intime-se a parte agravada, por advogado, em conformidade com o art. 527, V, do Código de Processo Civil, para que, querendo, ofereça resposta ao agravo de instrumento no prazo legal. 4. Oficie-se ao Juízo de origem informando-lhe acerca do teor desta decisão e requisitando-lhe informações que entender oportunas. 5. Retifique-se a autuação, para que conste o nome correto da agravante. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak Desembargador Relator

0020 . Processo/Prot: 0824965-4 Apelação Cível
. Protocolo: 2011/200039. Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 0008496-38.2010.8.16.0069 Declaratória. Apelante: Copel Distribuição Sa. Advogado: Aldebaran Rocha Faria Neto, Hamilton José Oliveira. Apelado: Ademir Morales, Alcides Gomes Luz e Cia Ltda, Alexandre Felix, Anizia Francisca Brusiguello, Antonio Bento dos Santos (maior de 60 anos), Antonio Leonel Rissão, Arrozeira Risson Ltda - Me, Darci Piron Coelho, Delvo Jacomini (maior de 60 anos). Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

APELAÇÃO CÍVEL Nº 824.965-4, DA COMARCA DE CIANORTE - VARA CÍVEL APELANTE : COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A APELADOS : ADEMIR MORALES E OUTROS RELATOR : DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. REPASSE DE PIS E COFINS NA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. LEGALIDADE DA COBRANÇA. RECURSO REPETITIVO JULGADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. RECURSO PROVIDO DE PLANO. VISTOS e examinados estes autos de Apelação Cível nº 824.965-4, da Vara Cível de Cianorte, em que é apelante Copel Distribuição S/A e apelados Ademir Morales e outros. 1. Trata-se de apelação cível contra sentença proferida na ação de Inexigibilidade c/c Repetição de Indébito nº 8496-38/2010, na qual foram julgados procedentes os pedidos iniciais, em razão da ilegalidade da cobrança do PIS e COFINS nas faturas de energia elétrica. A COPEL interpôs recurso aduzindo, preliminarmente, que a demanda deve ser suspensa em razão de existir ação civil pública com o mesmo pedido e causa de pedir. Alega ainda litisconsórcio necessário da ANEEL e a incompetência absoluta da justiça estadual. Prossegue afirmando que o prazo prescricional aplicável ao caso é o de três anos previsto no artigo 206, §3º do Código Civil para hipótese de enriquecimento sem causa. No mérito, sustenta que o repasse do PIS e COFINS ao consumidor é legal, uma vez que ele ocorre apenas no âmbito econômico, e não no jurídico. Contra-razões pela parte contrária, sustentando o não-provimento do recurso. É o relatório. DECIDO. 2. Discute-se nos presentes autos a legalidade do repasse de PIS e COFINS aos consumidores na fatura de energia elétrica. Inicialmente, deve-se afastar as preliminares argüidas pela apelante. O fato de existir ação civil pública com o

mesmo pedido que foi formulado nesta demanda não retira a legitimidade ou o interesse processual dos consumidores, nem obriga à suspensão da demanda até o julgamento da ação coletiva (STJ: AgRg no REsp 813.282/RS; AgRg no REsp 240.128/PE. TJ/PR: AP 698.233-0; AP 659.848-3; 679.947-9). Também não há interesse da ANEEL no presente caso, pois ela não integra a relação jurídica consumerista existente entre a apelante e os apelados, que é diferente da existente entre a concessionária e a União - representada pela agência reguladora (TJ/PR, 11ª C. Cível, AP 734.190-8, rel. Des. Augusto Lopes Cortes). Não havendo interesse da ANEEL, não há que se falar em incompetência da Justiça Estadual. No mérito, o repasse do PIS e COFINS ao consumidor nas faturas de energia elétrica é legal, em razão do disposto nos artigos 9º, §3º da Lei 8.987/85 e 108, §4º da Lei 9.472/97, conforme jurisprudência fixada no Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.185.070/RS: "ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO CONCEDIDO. ENERGIA ELÉTRICA. TARIFA. REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES DO PIS E DA COFINS. LEGITIMIDADE. 1. É legítimo o repasse às tarifas de energia elétrica do valor correspondente ao pagamento da Contribuição de Integração Social - PIS e da Contribuição para financiamento da Seguridade Social - COFINS devido pela concessionária. 2. Recurso Especial improvido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08"1. Desse modo, a jurisprudência consolidada deste Tribunal e também do Superior Tribunal de Justiça são no sentido de legalidade da cobrança, razão pela qual o recurso merece provimento de plano, pois a sentença atacada está em confronto com este entendimento. Em razão da alteração no resultado da demanda, é necessário readequar a sucumbência para condenar os autores ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono da parte contrária - ora fixados em R$ 400,00, considerada a singeleza da demanda (repetitiva), a rápida tramitação da lide e a simplicidade da matéria discutida. 3. Ante o exposto, com base no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para reformar a sentença, julgando improcedentes os pedidos iniciais e condenando os autores ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, ora fixados em R$ 400,00. 4. Intimem-se. 5. Autorizo o Sr. Chefe da Divisão Cível competente a subscrever os expedientes necessários. 6. Dê-se baixa nos registros de pendência do presente feito. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak Desembargador Relator 1 STJ, REsp 1.185.070/RS, rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 22/09/2010. No mesmo sentido, o AgRg no Ag 1.305.199/RS, rel. Min. Humberto Martins, julgado em 02/09/2010. ?? ?? ?? ??

0021 . Processo/Prot: 0827327-6 Apelação Cível

. Protocolo: 2011/201713. Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 0008423-66.2010.8.16.0069 Declaratória. Apelante: Copel Distribuição Sa. Advogado: Hamilton José Oliveira, Aldebaran Rocha Faria Neto. Apelado: João Dirceu de Oliveira (maior de 60 anos), João Lopes Lima (maior de 60 anos), João Martins da Silva Neto (maior de 60 anos), Josefa Cirilo da Silva (maior de 60 anos), José Leandro Volpato, José Ruiz Borbas Filho, Joyce Velha, José Takashi Kubota (maior de 60 anos), José Redondo Garcia, Juliana Garcia Y Cajete. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Despacho: Descrição: Despachos DecisóriosAo recurso para reformar a sentença

APELAÇÃO CÍVEL Nº 827.327-6, DA COMARCA DE CIANORTE - VARA CÍVEL APELANTE : COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A APELADOS : JOÃO DIRCEU DE OLIVEIRA E OUTROS RELATOR : DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. REPASSE DE PIS E COFINS NA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. LEGALIDADE DA COBRANÇA. RECURSO REPETITIVO JULGADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. RECURSO PROVIDO DE PLANO. VISTOS e examinados estes autos de Apelação Cível nº 827.327-6, da Vara Cível de Cianorte, em que é apelante Copel Distribuição S/A e apelados João Dirceu de Oliveira e outros. 1. Trata-se de apelação cível contra sentença proferida na ação de Inexigibilidade c/c Repetição de Indébito nº 8423-66/2010, na qual foram julgados procedentes os pedidos iniciais, em razão da ilegalidade da cobrança do PIS e COFINS nas faturas de energia elétrica. A COPEL interpôs recurso aduzindo, preliminarmente, que a demanda deve ser suspensa em razão de existir ação civil pública com o mesmo pedido e causa de pedir. Alega ainda litisconsórcio necessário da ANEEL e a incompetência absoluta da justiça estadual. Prossegue afirmando que o prazo prescricional aplicável ao caso é o de três anos previsto no artigo 206, §3º do Código Civil para hipótese de enriquecimento sem causa. No mérito, sustenta que o repasse do PIS e COFINS ao consumidor é legal, uma vez que ele ocorre apenas no âmbito econômico, e não no jurídico. Contra-razões pela parte contrária, sustentando o não-provimento do recurso. É o relatório. DECIDO. 2. Discute-se nos presentes autos a legalidade do repasse de PIS e COFINS aos consumidores na fatura de energia elétrica. Inicialmente, deve-se afastar as preliminares argüidas pela apelante. O fato de existir ação civil pública com o mesmo pedido que foi formulado nesta demanda não retira a legitimidade ou o interesse processual dos consumidores, nem obriga à suspensão da demanda até o julgamento da ação coletiva (STJ: AgRg no REsp 813.282/RS; AgRg no REsp 240.128/PE. TJ/PR: AP 698.233-0; AP 659.848-3; 679.947-9). Também não há interesse da ANEEL no presente caso, pois ela não integra a relação jurídica consumerista existente entre a apelante e os apelados, que é diferente da existente entre a concessionária e a União - representada pela agência reguladora (TJ/PR, 11ª C. Cível, AP 734.190-8, rel. Des. Augusto Lopes Cortes). Não havendo interesse da ANEEL, não há que se falar em incompetência da Justiça Estadual. No mérito, o repasse do PIS e COFINS ao consumidor nas faturas de energia elétrica é legal, em razão do disposto nos artigos 9º, §3º da Lei 8.987/85 e 108, §4º da Lei 9.472/97, conforme jurisprudência fixada no Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.185.070/RS: "ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO CONCEDIDO. ENERGIA ELÉTRICA. TARIFA. REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES DO PIS E DA COFINS. LEGITIMIDADE. 1. É legítimo o repasse às tarifas de energia elétrica do valor correspondente ao pagamento da Contribuição de Integração Social - PIS e da Contribuição para financiamento da Seguridade Social - COFINS devido pela concessionária. 2. Recurso Especial improvido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08"1. Desse modo, a jurisprudência consolidada deste Tribunal e também do Superior Tribunal de Justiça são no sentido de legalidade da cobrança, razão pela qual o recurso merece provimento de plano, pois a sentença atacada está em confronto com este entendimento. Em razão da alteração no resultado da demanda, é necessário readequar a sucumbência para condenar os autores ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono da parte contrária - ora fixados em R$ 400,00, considerada a singeleza da demanda (repetitiva), a rápida tramitação da lide e a simplicidade da matéria discutida. 3. Ante o exposto, com base no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para reformar a sentença, julgando improcedentes os pedidos iniciais e condenando os autores ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, ora fixados em R$ 400,00. 4. Intimem-se. 5. Autorizo o Sr. Chefe da Divisão Cível competente a subscrever os expedientes necessários. 6. Dê-se baixa nos registros de pendência do presente feito. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak Desembargador Relator 1 STJ, REsp 1.185.070/RS, rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 22/09/2010. No mesmo sentido, o AgRg no Ag 1.305.199/RS, rel. Min. Humberto Martins, julgado em 02/09/2010. ---------- ---------- ----------

0022 . Processo/Prot: 0829662-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/330564. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00002066 Obrigação de Fazer. Agravante: Gessivaldo Oliveira Maia. Advogado: Gessivaldo Oliveira Maia. Agravado: Diane Inácio. Advogado: Amanda Graziela de Azevedo. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.de concessão do efeito suspensivo

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 829.662-8, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2ª VARA CÍVEL. AGRAVANTE : GESSIVALDO OLIVEIRA MAIA AGRAVADO : DIANE INÁCIO RELATOR : DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK VISTOS, 1. Pretende o agravante a reforma da decisão proferida nos autos de ação de obrigação de fazer c/c perdas e pedido de liminar n.º 2066/2009, que, levando em consideração o trâmite do feito pelo rito sumário, indeferiu o pedido de arrolamento de testemunhas formulado pelo autor. Para tanto, afirma que: a) arrolou testemunhas na forma permitida pelo art. 407 do CPC; b) no caso concreto o juízo de primeiro grau ao determinar, de ofício, a realização de prova pericial, deveria ter convertido o rito procedimental de sumário para ordinário; c) a oitiva das testemunhas apresentadas pelo autor é indispensável para o deslinde da causa, ressaltando que o prosseguimento do feito sem a realização da prova reclamada configura hipótese de cerceamento de defesa;; d) o feito não pode prosseguir pelo rito sumário, posto que, além de a demanda ser complexa, o recorrente formulou pedido de indenização por danos morais em montante não inferior a 10 salários mínimos; Com base em tais argumentos, requer a concessão de efeito suspensivo e o provimento do recurso. É o relatório. DECIDO. 2. O presente recurso foi interposto contra decisão passível (em tese) de causar lesão grave e de difícil reparação, uma vez que trata de indeferimento de arrolamento de testemunhas, não sendo, assim, caso de conversão em agravo retido, razão pela qual defiro seu processamento. 3. Segundo disposto no art. 527, III, do Código de Processo Civil, o Relator "poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558), ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão". Para tanto, haja vista a expressa referência à norma do art. 558 do mesmo codex, exige-se a constatação da relevância na fundamentação do recurso e da possibilidade de a manutenção da decisão recorrida resultar lesão grave e de difícil reparação. No caso concreto, por sua vez, denota-se que os requisitos exigidos pelo art. 558 do CPC se mostram presentes. Isso porque, em sede de cognição sumária, verifica-se a existência de controvérsia a respeito do procedimento instaurado nos autos, se sumário ou ordinário, questionando-se, ainda, a possibilidade de conversão de um rito para outro, circunstâncias determinantes para o deferimento da oitiva das testemunhas indicadas pelo recorrente. Logo, até que referidas questões sejam dirimidas, tem-se como recomendável a suspensão dos efeitos da decisão que inferiu o pedido de arrolamento de testemunhas formulado pelo autor, sob pena de eventual cerceamento de defesa. Ante o exposto, defiro o pedido de efeito suspensivo. 4. Comunique-se esta decisão ao juízo singular, requisitando-lhe as informações que entender relevantes ao julgamento do recurso. 5. Intimem-se a agravada para responder ao recurso no prazo de dez dias. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak Desembargador Relator

0023 . Processo/Prot: 0829821-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/244068. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 2009.00001186 Remoção de Inventariante. Agravante: Orlando Henrique Tavares Sprenger Lobo. Advogado: Pedro Henrique Igino Borges. Agravado: Ana Soraya Sprenger Lobo Theobald, Monica Sprenger Lobo Skarbek. Advogado: Marcelo Arthur Gomes Osti. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Muggiati. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 829821-7, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 20ª VARA CÍVEL. AGRAVANTE: ORLANDO HENRIQUE TAVARES SPRENGER LOBO AGRAVADO: ANA SORAYA SPRENGER LOBO THEOBALD E OUTRO RELATOR: Desembargador RUY MUGGIATI VISTOS 1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por ORLANDO HENRIQUE TAVARES SPRENGER LOBO., impugnando decisão de fls. 127/135 (TJ), que, em ação de remoção de inventariante, distribuída sob autos nº 1186/2009, ajuizada por ANA SORAYA SPRENGER LOBO THEOBALD E OUTRO., removeu

Orlando Henrique do cargo de inventariante do espólio de Maria José Cavalcanti Sprenger Lobo, conforme disposto no artigo 995, incisos II e V. Sustenta a agravante, em síntese, que: a) juntou aos autos todos os valores recebidos e despesas realizadas na gestão dos bens deixados em garantia; b) é o principal beneficiário do testamento deixado pela "de cujus", de modo que possui interesse mais do que ninguém em dispor de seus bens; c) o pedido de remoção de inventariante se funda em preceito legal diverso do previsto no artigo 995 do CPC; d) a decisão proferida pelo MM. Juiz "a quo" se baseou no artigo 992 do mesmo código; e) não existe fundamento para sua destituição, havendo afronta a ordem prevista no artigo 990 do CPC; f) "Em que pese eventuais valores em aberto relativo ao Imposto Predial de alguns dos bens de espólio ou mesmo a demora na conclusão do inventário, isso por si só NÃO CARACTERIZA má administração dos bens apto a ensejar a remoção da inventariança"; f) muito embora o agravante tenha se estendido no prazo que lhe fora concedido, isso não é razão suficiente para destituí-lo do cargo de inventariante; g) todos os alugueres recebidos pelo espólio restaram demonstrados na prestação de contas de forma mercantil; h) jamais recebeu qualquer importância relativa à pensão ou aposentadoria da "de cujus"; i) A UFPR foi notificada do falecimento da "de cujus"; j) não foi recebido nenhum valor do Ministério da saúde, conforme anexo; j) alguns demonstrativos de débitos de IPTU de alguns dos bens do espólio não são suficientes para comprovar a desídia do agravante; k) o valor de R$ 10.000,00 levantado em juízo foi utilizado para arcar com diversas dívidas, bem como o IPTU e a manutenção dos bens; l) as importâncias sacadas pelo inventariante foram devidamente explicitadas; m) requer a suspensão da r. decisão e, ao final, que seja determinada a recondução do agravante ao encargo de inventariante. O recurso veio acompanhado de documentos de fls. 30/145. 2. Defiro o processamento do recurso. 3. A atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento exige a presença, concomitante, dos requisitos de perigo de dano grave ou de difícil reparação e de relevância da fundamentação, consoante estabelece o art. 558, caput, do Código de Processo Civil. À luz dos argumentos e provas coligidas nos autos, a princípio, o MM. Juiz "a quo" removeu o agravante do cargo de inventariante do espólio de Maria José Cavalcanti Sprenger Lobo, por entender que se encontravam presentes duas hipóteses (incisos II e V) previstas no artigo 995 do Código de Processo Civil. A r. decisão agravadase mostra devidamente fundamentada e se reveste de legalidade, tendo apreciado todas as questões referentes ao incidente de remoção de inventariante, não havendo nesta oportunidade razão suficiente para suspender seus efeitos. Pelo exposto, indefiro o requerido efeito suspensivo. 4. Dê-se ciência deste agravo ao MM. Juiz da causa, solicitando-lhe informações que achar necessárias. 5. Intime-se a parte agravada, em conformidade com o artigo 527, inc. V1, do Código de Processo Civil para, querendo, apresentar resposta no prazo legal. 6. Encaminhe-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça. 7. Autorizo a Chefia da Divisão a assinar os ofícios necessários. Curitiba, 26 de setembro de 2011. RUY MUGGIATI Relator 1 Caso ainda não tenha havido a citação do agravado, intime-se o mesmo via AR, no endereço fornecido pelo agravante. ?? ?? ?? ??

0024 . Processo/Prot: 0830312-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/242674. Comarca: Dois Vizinhos. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 0001058-96.2008.8.16.0079 Execução de Sentença. Agravante: L. S. S.. Advogado: Nilso Luiz Fernandes. Agravado: E. A. L.. Advogado: Éverton Bernardi. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.de concessão de efeito suspensivo

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 830.312-0, DA COMARCA DE DOIS VIZINHOS - VARA CRIMINAL E ANEXOS AGRAVANTE: L. S. S. AGRAVADO: E. A. L. RELATOR: DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK VISTOS e analisados estes autos. 1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por L. S. S. contra decisão proferida nos autos de execução nº 1058-96.2008.16.0079, na qual a magistrada singular reconheceu que são exigíveis custas processuais no cumprimento de sentença: "A questão quanto ao cabimento ou não de custas - e em cabendo, se o exeqüente deve ou não antecipá-las - é bastante divergente, desde o advento da Instrução Normativa nº 05/2008, da Corregedoria-Geral de Justiça. Infelizmente, o Tribunal de Justiça do Estado tem desenvolvido os mais diversos raciocínios a respeito do tema, distribuindo, em casa caso uma justiça diferente da outra em casos análogos - e inúmeras vezes monocraticamente, muito embora a clara divergência do tratamento do tema na Corte. Esta magistrada entende que deve ser aplicado irrestritamente e a todos o dever de antecipação das custas do cumprimento de sentença, com base na Instrução Normativa nº 05/2008 da Corregedoria-Geral da Justiça [...] Entende-se, ainda, que a norma não alterou a sistemática de recolhimento prévio das custas, a exemplo do que ocorria com as execuções de sentença. Não obstante a redação da norma não seja de clareza ímpar, entende-se que a expressão 'acaso não sejam recolhidas antecipadamente' não trouxe ao exeqüente a possibilidade de não adiantar as custas, mas tão-somente elucidou que, nas hipóteses em que, como regra, as custas não são solvidas logo no início da execução (como nos casos em que o exeqüente é beneficiário da assistência judiciária gratuita), as custas deverão ser solvidas ao final pelo vencido" (fls. 50) O agravante alega, em síntese, que as custas processuais não são devidas porque não houve instauração de novo processo, mas mera continuidade da fase anterior, de conhecimento. Por essas razões, requer o recebimento do recurso com atribuição de efeito suspensivo e ao final, seu provimento para reformar a decisão agravada, eximindo-o do pagamento das custas processuais. É o relatório. DECIDO. 2. O recurso deve ser processado na forma instrumental, pois interposto contra decisão proferida em sede de cumprimento de sentença. 3. A atribuição de efeito suspensivo a agravado de instrumento é medida excepcional, possível apenas em casos nos quais haja relevância na fundamentação do recorrente e se constate perigo de lesão grave ou de difícil reparação. No caso, estes requisitos estão presentes. A matéria discutida no recurso conta com diversos precedentes neste Tribunal nos mais variados sentidos: uma parcela entende que são devidas custas processuais no cumprimento de sentença com base na Instrução Normativa nº 05/2008 da Corregedoria-Geral de Justiça; a outra sustenta que como a sentença apenas encerra uma fase processual e o cumprimento de sentença é realizado nos mesmos autos, não seria lícita a cobrança de custas. Desse modo, independentemente de qual das correntes prepondera, mostra-se razoável a suspensão da decisão até que o Colegiado se pronuncie definitivamente sobre o entendimento a ser aplicado ao caso. 4. Diante do exposto, defiro o pedido de efeito suspensivo, suspendendo a execução quanto às custas processuais, até decisão final do Colegiado. 5. Intimem-se: a) o agravante sobre o deferimento de seu pedido de efeito suspensivo; b) o agravado para, querendo, apresentar resposta ao recurso no prazo legal. 6. Oficie-se ao juízo singular comunicando-lhe acerca desta decisão e requisitando informações que entender relevantes ao julgamento do recurso. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak Desembargador Relator

0025 . Processo/Prot: 0830356-2 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/250310. Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 0040927-62.2011.8.16.0014 Embargos de Terceiro. Agravante: Rosália Maria Moraes Rego Garutti. Advogado: Rafael Mazzer de Oliveira Ramos. Agravado: Ester Regina Redilines Gomes. Advogado: Jackson Romeu Ariukudo. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 830. 356-2, DA COMARCA DE LONDRINA - 1Oª VARA CÍVEL AGRAVANTE: ROSÁLIA MARIA MORAES REGO GARUTTI AGRAVADA : ESTER REGINA REDILINES GOMES RELATOR : DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK Vistos e analisados estes autos. 1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por ROSÁLIA MARIA MORAES REGO GARUTTI em face de decisão proferida nos autos de embargos de terceiro sob n.º 40927/2011, que recebeu os embargos e suspendeu os atos expropriatórios, negando, no entanto, o pedido de antecipação de tutela formulado pela embargante. 2. A despeito da argumentação deduzida na petição recursal, constata-se que o recurso não está devidamente instruído, tendo em vista a ausência do comprovante do respectivo preparo, quando da interposição do agravo. Assim, a agravante deixou de cumprir o disposto junto aos artigos 525, § 1º e 511, ambos do Código de Processo Civil. Dispõe o artigo 511 que: "No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de retorno, sob pena de deserção". (grifou-se) E o §1º, do artigo 525, do CPC: "Acompanhará a petição o comprovante do pagamento das respectivas custas e do porte de retorno, quando devidos, conforme tabela que será publicada pelos tribunais." O mencionado artigo 511 (com redação dada pela Lei nº 8.950/94) estabelece que o recorrente comprovará o respectivo preparo no ato de interposição do recurso e, restando desatendida a legislação pertinente, impõe-se o reconhecimento da deserção. Com isso, a lei não estabeleceu prazo para o preparo, mas um momento processual para o recorrente fazê-lo. Assim, se a parte pratica o ato de forma irregular ou não o pratica, impõe-se o reconhecimento da preclusão e, posteriormente, da deserção. A propósito do tema, trazemos novamente as orientações de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery1: "Requisitos de admissibilidade: preparo. Consiste no pagamento prévio, que deve ser feito pelo recorrente, das custas relativas ao processamento do recurso, bem como do porte de remessa e retorno dos autos ao tribunal ad quem (Nery, Recursos, n. 3.4.1.7, pág. 425). A ausência ou irregularidade do preparo ocasiona a preclusão fazendo com que deva ser aplicada ao recorrente a pena de deserção. Verificada esta, o recurso não pode ser conhecido. (...)". Com efeito. No caso, verifica-se que o agravo foi apresentado sem que estivesse acompanhado da respectiva guia de preparo das custas recursais, devendo-se ressaltar que não houve requerimento ou concessão da assistência judiciária em favor da agravante, nem se vislumbram as hipóteses legais de dispensa de preparo. Assim, restou caracterizada a preclusão consumativa, em face da ausência de comprovação, no momento oportuno, do recolhimento das custas, impondo-se nessa circunstância ser declarada a deserção do recurso. Nesse sentido o seguinte julgado da 11ª Câmara Cível de minha relatoria: "AGRAVO REGIMENTAL RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREPARO. REQUISITO EXTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. RECONHECIMENTO DA DESERÇÃO. EXEGESE DO ARTIGO 525 e 511 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1. O recurso de agravo de instrumento submete-se à regra do preparo simultâneo, porquanto não dispensado pelo legislador federal. 2. Recurso conhecido e não-provido."2 Portanto, resta caracterizada a deserção e, assim, não se conhece do recurso. 3. Por essas razões, nego seguimento ao recurso, por ser manifestamente inadmissível, com fundamento no caput do artigo 557 do Código de Processo Civil. 4. Publique-se e intimem-se, com remessa de cópia da presente decisão ao digno magistrado singular. 5. Autorizo o Sr. Chefe da Divisão Cível competente a subscrever os expedientes necessários. 6. Dê-se baixa nos registros de pendência do presente feito. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak Desembargador Relator 1 Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2004, págs.. 935/936, 963, 965 e 996. 2 Agravo Regimental 447.087-5/01 - j. em 28/11/2007. ?? ?? ?? ??

0026 . Processo/Prot: 0830841-6 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/243410. Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 0041429-35.2010.8.16.0014 Reparação de Danos. Agravante: Gelt Tecnologia e Sistemas Ltda.. Advogado: Carlos Alexandre Rodrigues. Agravado: Dieto A. T. Oliveira Ltda.. Advogado: Ricardo Kelter Daher. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVANTE: GELT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. AGRAVADA: DIETO A. T. OLIVEIRA LTDA. RELATOR: DES. GAMALIEL SEME SCAFF REL.CONV.: JUIZ ANTONIO DOMINGOS RAMINA JUNIOR AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO

DE REPARAÇÃO DE DANOS E LUCROS CESSANTES DECISÃO QUE DENTRE OUTRAS COISAS, AFASTOU A PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO SUSCITADA PELA RÉ, DETERMINOU A APLICABILIDADE DO CDC AO CASO CONCRETO, DEFERIU A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA AUTORA E, AINDA, DETERMINOU A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA IRRESIGNAÇÃO DA RÉ ALEGAÇÃO DE QUE A INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO RETROAGE Á DATA EM QUE O DESPACHO QUE DETERMINA A CITAÇÃO FOI PROFERIDO E DE QUE A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE AS LITIGANTES É EMPRESARIAL E NÃO CONSUMERISTA, DEVENDO SER AFASTADA A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - AUSÊNCIA DA NECESSÁRIA E ADEQUADA FUNDAMENTAÇÃO NO DECISUM COM RELAÇÃO À PRESCRIÇÃO, APLICABILIDADE DO CDC AO CASO E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA OFENSA AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AO ART. 165 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NULIDADE DA DECISÃO QUE SE DECLARA, EX OFFICIO, POR DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR RECURSO PREJUDICADO. Decisão. 1. Pretende a Agravante a reforma da decisão proferida nos autos de ação de reparação de danos e lucros cessantes nº 41429/2010, contra ela ajuizada pela Agravada, por meio da qual o juízo a quo, dentre outras coisas, afastou a preliminar de prescrição suscitada pela Agravante, determinou a aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso concreto, deferiu a inversão do ônus da prova em favor da Agravada, e, ainda, determinou a realização de perícia. Argumenta, para tanto, que a controvérsia instaurada no processo não envolve relação de consumo, mas sim empresarial, eis que as litigantes são empresas do mesmo porte, inexistindo qualquer vulnerabilidade, e, além disso, afirma que o contrato por elas celebrado não se configura como de adesão, pois foi objeto de discussão entre as partes. Ainda, assevera que foi contratada para elaborar um software para que Agravada pudesse realizar a oferta e venda dos produtos por ela comercializados via internet (e-commerce), sendo que tal sistema evidentemente serviria de insumo à atividade econômica da Agravada. Neste sentido, segundo alega, o juízo a quo limitou-se a definir a Agravante como fornecedora, sem qualificar a Agravada como consumidora, motivo pelo qual a decisão agravada é incompleta e está em desacordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, que aplica a teoria finalista em casos semelhantes e considera como consumidor o destinatário final dos produtos e serviços. Além disso, sustenta que a preliminar de prescrição não poderia ser afastada porque, segundo o art. 202, I, do Código Civil de 2002, a interrupção do prazo prescricional decorre da citação válida e retroage à data do despacho que determina a citação, afastando a aplicabilidade do Art. 219, § 1º, do Código de Processo Civil. Neste vértice, afirma que entregou o software à Agravada em junho de 2007 e o despacho que determinou a citação foi proferido apenas em agosto de 2010, restando certo que o prazo prescricional trienal da pretensão da Agravada se esgotara. Com base em tais argumentos, requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso e, ao final, seu provimento, com o reconhecimento da prescrição suscitada ou, alternativamente, o afastamento da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso concreto. 2. Estando presentes os pressupostos de admissibilidade recursal intrínsecos e extrínsecos, deve o presente Agravo de Instrumento ser conhecido. No mérito, fica ele prejudicado em face da declaração, ex officio, da nulidade do decisum objurgado. Volta-se o Agravo de Instrumento em epígrafe contra a decisão que, dentre outras coisas, afastou a preliminar de prescrição arguida pela Agravante, determinou a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à controvérsia, deferiu a inversão do ônus da prova em favor da Agravada e, ainda, determinou a realização de perícia. Ocorre que a decisão não foi sequer minimamente fundamentada, sendo que, pelos termos em que foi prolatada, não é possível às partes ter acesso aos motivos que levaram o julgador a afastar a prescrição suscitada pelo Agravante, determinar a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso e, ainda, deferir a inversão do ônus da prova. Neste sentido, revela-se oportuno transcrever neste decisum os trechos da decisão hostilizada que estão sendo ora atacados pelo Agravante: "2. Aplica-se o CDC no caso vertente, eis que os serviços prestados pela ré enquadram-se na definição de fornecedor estabelecida no art. 3º do aludido Código. Sendo assim, cabe à ré o ônus de comprovar que os serviços prestados atenderam à expectativa da autora. (...) "5. Ainda que se admita o início do prazo prescricional de três anos para a pretensão de reparação dos danos em junho/07 (CC, 206, § 3º, V), quando ficou combinado que o serviço seria entregue, não ocorreu a prescrição, eis que a ação foi ajuizada no dia 31.05.2010 e a regra do art. 219, 1º, do CPC, é clara no sentido de que a interrupção da prescrição retroage à data da propositura da ação." (fls. 15/17-TJ). Com efeito, a leitura do supracitado trecho permite aferir que o decisum vergastado padece do vício de falta de fundamentação nos três tópicos objetos da insurgência da Agravante. É bem verdade, por um lado, que no Processo Civil brasileiro vigora o princípio do livre convencimento do Magistrado, consistente na possibilidade que o julgador detém de apreciar livremente as provas produzidas para tomar sua decisão. Por outro lado, contudo, não se pode olvidar que esse livre convencimento deve ser fundamentado, ou seja, deve vir acompanhado da exposição clara das razões do decidir. Na casuística, é possível verificar que a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor não está suficientemente fundamentada, pois o magistrado singular limitou-se a caracterizar a Agravante como fornecedora, sem realizar qualquer argumentação para qualificar a Agravada como consumidora ou mesmo configurar a natureza consumerista da relação jurídica estabelecida entre as partes. Além disso, o único fundamento utilizado pelo insigne julgador para deferir a inversão do ônus da prova foi a própria aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso concreto destacando-se que nem mesmo ela foi adequadamente embasada. Cumpre salientar, entretanto, que os requisitos necessários para a inversão do ônus da prova não se confundem com aqueles estabelecidos para aferir a aplicabilidade das normas consumeristas, assim, o reconhecimento da existência da relação de consumo não implica, por si só, na inversão do ônus da prova em favor do consumidor. Neste sentido, o art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor expressamente estabelece ser um dos direitos básicos do consumidor "a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências" (grifei). No entanto, a decisão vergastada não faz qualquer menção aos requisitos da verossimilhança das alegações ou da hipossuficiência da Agravada cuja presença, ao menos de um deles, seria absolutamente necessária para que o ônus da prova pudesse ser invertido motivo pelo qual a ausência de fundamentação também se revela nesse aspecto. Por fim, com relação à preliminar de prescrição, é possível depreender dos autos que a Agravante suscitou, em sua contestação, a necessidade de utilização do art. 202, I, do Código Civil para analisar o momento da interrupção do prazo prescricional (fls. 142/143-TJ), sendo que tal regra afastaria o disposto no art. 219, § 1º do Código de Processo Civil. Contudo, o i. Magistrado tão somente menciona, no decisum agravado, a regra disposta no art. 219, § 1º do Código de Processo Civil, no sentido de que a interrupção da prescrição retroage à propositura da ação, sem fazer qualquer alusão ao art. 202, I, do Código Civil. Dessa forma, não se revela possível saber sequer se a tese da Agravante foi apreciada pelo juízo a quo, quanto menos as razões pelas quais a aplicabilidade do art. 202, I, do Código Civil à casuística foi rechaçada. Falta, pois, ao decisum a fundamentação necessária a todas as decisões judiciais, sendo forçoso reconhecer a sua nulidade por afronta ao art. 165 do Código de Processo Civil ("...as demais decisões serão fundamentadas, ainda que de modo conciso") e ao art. 93, IX da Constituição Federal ("todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade..."). Sobre a necessidade de fundamentação das decisões judiciais entende o Supremo Tribunal Federal: "(...) A fundamentação constitui pressuposto de legitimidade das decisões judiciais. A fundamentação dos atos decisórios qualifica-se como pressuposto constitucional de validade e eficácia das decisões emanadas do Poder Judiciário. A inobservância do dever imposto pelo art. 93, IX, da Carta Política, precisamente por traduzir grave transgressão de natureza constitucional, afeta a legitimidade jurídica da decisão e gera, de maneira irremissível, a conseqüente nulidade do pronunciamento judicial. Precedentes." (HC 80.892, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 16-10-01, DJ de 23-11-07) No mesmo sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "Direito Processual Civil. Exigência de fundamentação das decisões judiciais. Constituição Federal, art. 93, IX. CPC, arts. 165 e 458. Decisão interlocutória sem fundamentação, que só constou das informações dirigidas diretamente ao órgão julgador do agravo de instrumento. I De acordo com o art. 165 do Código de Processo Civil, que dá efetividade a garantias constitucionais, as decisões judiciais devem ser fundamentadas. A exigência impõe-se também para as decisões interlocutórias, cujos fundamentos não podem ser encaminhados apenas quando do oferecimento das informações ao órgão destinatário do agravo de instrumento. No caso vertente, as razões do agravo apontavam justamente para a ausência de fundamentos da decisão agravada, os quais só foram encaminhados diretamente ao órgão ad quem juntamente com as informações. II Recurso especial conhecido e provido". (REsp 450123 / PR 3ª Turma Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO - DJ 31/03/2003 p. 219) Destarte, não era lícito ao Doutor Juiz registrar simplesmente que se convenceu acerca da aplicabilidade do CDC ao caso concreto, da possibilidade da inversão do ônus da prova e do descabimento da prescrição sem que, para tanto, expusesse justificativas pertinentes e adequadas para a solução da controvérsia instaurada. Por conseguinte, estando a decisão destituída da imprescindível fundamentação o que contraria os dispositivos legais e constitucionais aplicáveis à espécie, bem como o entendimento dominante dos Tribunais Superiores -, imperioso se faz declarar, ex officio, a sua nulidade, a fim de que outra decisão seja proferida, desta vez com a exposição, pelo Doutor Juiz, das razões de seu convencimento, em especial no que diz respeito aos argumentos lançados pela Recorrente. 3. Diante do exposto, reconheço, ex officio, a nulidade da decisão recorrida, restando prejudicado o exame do mérito do presente Agravo de Instrumento. Remeta-se cópia desta decisão ao ilustre Magistrado, com urgência (inclusive por fax). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Juiz ANTONIO DOMINGOS RAMINA JUNIOR Relator Convocado

0027 . Processo/Prot: 0831026-3 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/251246. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara de Família. Ação Originária: 0004232-48.2011.8.16.0002 Guarda e Responsabilidade de Menor. Agravante: L. S. L.. Advogado: Irinéia Alves do Nascimento. Agravado: C. P.. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios AGRAVANTE: L. S. L. AGRAVADA: C. P. RELATOR: DES. GAMALIEL SEME SCAFF REL. CONV.: JUIZ ANTONIO DOMINGOS RAMINA JUNIOR AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE GUARDA C/C REGULAMENTAÇÃO DE VISITA DECISÃO QUE LIMINARMENTE DEFERIU A GUARDA À AUTORA E FIXOU O REGIME DO DIREITO DE VISITAS IRRESIGNAÇÃO DO RÉU - NÃO REPRODUÇÃO, NESTE AGRAVO DE INSTRUMENTO, DA PETIÇÃO INICIAL E DOS DOCUMENTOS QUE A INSTRUÍRAM - DOCUMENTOS QUE, EMBORA FOSSEM DE JUNTADA FACULTATIVA, ERAM ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIOS À PERFEITA COMPREENSÃO, POR ESTE TRIBUNAL, DOS FATOS POSTOS AO EXAME DO JUÍZO SINGULAR - DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DESTE AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPOSSIBILIDADE DE CORREÇÃO POSTERIOR RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO DE PLANO, POR DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. Decisão. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por L. S. L. contra decisão proferida na Ação de Guarda c/c Regulamentação de Visitas (autos nº 0004232-48.2011.8.16.0002) em face dele ajuizada pela Agravada, por meio da qual o juízo a quo liminarmente atribuiu à Recorrida a guarda do menor T. L. P. L., bem como fixou o regime do direito de visitas a ser exercido pelo Recorrente. Inconformado, o Agravante sustenta, em síntese, que a Agravada não comprovou

a existência de todos os defeitos que atribuiu ao Recorrente, e nem que ele possui diversos domicílios; que o relacionamento dos litigantes terminou não por influência da genitora do Agravante, mas sim por incompatibilidade de gênios e de objetivos entre o casal; que o aluguel do imóvel onde a Recorrida reside é superior ao aluguel do imóvel onde mora o Recorrente; que sempre visitou seu filho, mas não na casa da Recorrida, e sim na escolinha em que o infante estuda; que é a Agravada, e não o Agravante, quem possui humor instável; que sua CTPS comprova que sua vida não é instável, pois há muitos anos trabalha com registro, circunstância que, inclusive, o impede de viajar muito, como foi alegado pela Recorrida; que está desempregado desde dezembro/2010 porque recusou oferta de trabalho em estado distante para poder permanecer próximo do seu filho; que não há razões para que as visitas sejam monitoradas; e que não há empecilho para que o Agravante retire a criança na residência materna, ainda que por poucas horas, e o devolva no mesmo dia (fl. 34-TJ). Com base em tais argumentos requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso e, ao final, seu provimento para que seja modificada a decisão hostilizada. 2. Com a devida vênia da ilustre Advogada subscritora da petição de recurso, o presente Agravo de Instrumento não pode ser conhecido porquanto ausente um requisito de admissibilidade, qual seja a regularidade formal. Isso porque, segundo disposto no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, o "Relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior". Por outro lado, o art. 525 do mesmo codex determina que a petição do agravo de instrumento seja instruída: "I- obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado; II facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis". Nesse aspecto, é pacífico o entendimento jurisprudencial de que incumbe à parte recorrente instruir o agravo com as peças obrigatórias e também com as peças necessárias à exata compreensão das questões em discussão, bem como de que a inobservância desse dever legalmente imposto é causa para o não conhecimento do agravo. Não se trata, portanto, de mera faculdade concedida à parte recorrente, mas sim de ônus pela correta instrução do recurso também com as peças necessárias à exata compreensão, pelo Tribunal, da matéria posta à sua apreciação. Vale dizer, a juntada tão-somente dos documentos obrigatórios elencados no referido artigo (nomeadamente as "cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado") não permite, no mais das vezes, uma perfeita compreensão da controvérsia e dos fatos submetidos ao conhecimento do juízo, sobretudo quando são omitidos justamente os documentos aos quais a decisão combatida fez expressa alusão. Eis a razão pela qual o mesmo art. 525, em seu inc. II, faculta ao Agravante instruir o Recurso com outras peças que entender úteis. Assim, situações há em que peças absolutamente relevantes e necessárias deixam de ser apresentadas pela parte Recorrente, seja por deliberada intenção, seja por negligência. Na casuística, insurge-se o Agravante contra a decisão que liminarmente atribuiu à Agravada a guarda do menor, bem como fixou o regime do direito de visitas a ser exercido pelo Recorrente. Para tanto, o Agravante aduz, dentre outros argumentos, que as alegações da Agravada não estão comprovadas. Ocorre que o Agravo de Instrumento em epígrafe não foi instruído com cópia da petição inicial da ação, nem tampouco com cópia dos documentos que a acompanharam, peças essas que certamente foram tidas em conta pelo juízo singular ao proferir a decisão vergastada. A esse respeito, convém destacar que o próprio Magistrado registrou estar "ponderando as alegações da requerente" e que se estaria "diante da existência de fundado receio de dano de difícil reparação, este consistente nos danos a serem causados à criança no caso do afastamento do convívio diário com sua genitora e ainda, considerando ainda (...) o alegado comportamento instável do requerido" (fl. 226-TJ). É justamente nesse aspecto que se verifica a deficiência na instrução deste Agravo de Instrumento, pois não foram coligidos a este recurso todos os documentos necessários a permitir, ao Colegiado, ter acesso aos fatos e questões relevantes para o deslinde da pretensão aqui deduzida. Em outras palavras, se o Doutor Juiz, ao analisar toda a narrativa contida na petição inicial, bem como toda a documentação que a instruiu, convenceu-se da existência de prova inequívoca sobre a relevância da fundamentação e sobre a existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, não é possível a este Tribunal formar um juízo seguro a respeito da questão sem analisar os mesmos documentos. É flagrante, portanto, a deficiência instrutória do Agravo de Instrumento em tela, o que impede, sem qualquer sombra de dúvida, o exato conhecimento dos fatos e questões que envolvem o litígio instaurado para a correta avaliação da pretensão recursal. Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DO FEITO EM DILIGÊNCIA VISANDO À JUNTADA DE NOVOS DOCUMENTOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INCONFORMISMO DO EMBARGANTE. EFEITO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os embargos de declaração somente são cabíveis nos casos de obscuridade, contradição ou omissão nas decisões judiciais. 2. Na hipótese dos autos, os embargos declaratórios não buscam a correção de eventual defeito do acórdão, mas a alteração do resultado do julgamento, providência inviável na via recursal eleita. 3. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que o conhecimento do agravo de instrumento, tanto o previsto no art. 522 como no art. 544 do CPC, pressupõe a juntada das peças essenciais à compreensão da controvérsia, além daquelas de caráter obrigatório, requisitos esses que deverão estar preenchidos no momento da interposição do recurso. Precedentes da Corte Especial. 4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ, EDcl no AgRg no REsp nº 880570 / PE, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, j. 06/02/2007, DJ 26/02/2007). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA NECESSÁRIA À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. ANÁLISE DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 7/STJ. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. 1. Se o tribunal local não declara o acórdão, nos casos em que tal declaração não tem lugar, descabe o recurso especial por violação ao art. 535 do CPC. Incide, na espécie, o enunciado nº 211 da Súmula do STJ. 2. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que o conhecimento do agravo de instrumento, tanto o previsto no art. 522 como no art. 544 do CPC, pressupõe a juntada das peças essenciais à compreensão da controvérsia, além daquelas de caráter obrigatório, requisitos esses que deverão estar preenchidos no momento da interposição do recurso. 3. Cabe ao Tribunal de origem a tarefa de verificar a essencialidade de cada documento, sendo inviável a reapreciação de tal matéria em sede de recurso especial, por demandar o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não- provido. (STJ, AgRg no REsp nº 824734 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 28/10/2008, DJ 25/11/2008). PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS Nº 288 E 639 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. JUNTADA DE PEÇAS NA OCASIÃO DO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Constitui entendimento pacificado nesta Corte e no Supremo Tribunal Federal que cabe à parte instruir corretamente o agravo de instrumento, fiscalizando a sua formação e o seu processamento. 2. O agravo deve ser instruído com as peças ditas obrigatórias, bem como àquelas essenciais à compreensão da controvérsia, consoante se depreende dos enunciados nº 288 e 639 do STF. Assim, o inteiro teor do acórdão recorrido em sede de apelação e em sede de embargos infringentes constituem peças de traslado obrigatório ao conhecimento do Agravo de Instrumento. 3. É inviável a juntada de qualquer documento na oportunidade da interposição do agravo regimental, pois não produz o efeito de suprir a irregularidade decorrente da não-adoção dessa providência em tempo oportuno. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg no Ag nº 974417 / RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 08/05/2008, DJ 02/06/2008.) AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE TRASLADO DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 223/STJ. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. CABIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO. HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. 1. É ônus da parte instruir corretamente o agravo de instrumento, fiscalizando a sua formação e o seu processamento, sendo inviável a juntada posterior de qualquer documento, pois não supre a irregularidade decorrente da não-adoção da providência em tempo apropriado. 2. O agravo deverá ser instruído com todas as peças que dele devem constar obrigatoriamente (artigos 544 do Código de Processo Civil e 28 da Lei nº 8.038/90), além daquelas que sejam essenciais à compreensão da controvérsia (Enunciado nº 288 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), inclusive as necessárias à aferição da tempestividade do recurso interposto, cabendo enfatizar, ainda, que "a composição do traslado deve, sempre, processar-se perante o Tribunal a quo." (RTJ 144/948). (...) (STJ, AgRg no Ag nº 893048, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 30/07/2007, DJ 22/04/2007). Assim, constituindo ônus da parte a correta instrução do procedimento recursal na data de sua interposição, e não sendo mais possível suprir essa deficiência em data posterior - até porque não foi alegado qualquer impedimento para a apresentação tempestiva de tais documentos quando da interposição do recurso, o que era de rigor para a prática desse ato processual - , revela-se a inadmissibilidade manifesta do presente recurso. 3. Pelo exposto, com fundamento nos arts. 525, inc. II, e 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento, em razão de sua instrução deficiente torná-lo manifestamente inadmissível. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Comunique-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Juiz ANTONIO DOMINGOS RAMINA JUNIOR Relator Convocado

0028 . Processo/Prot: 0831054-7 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/260280. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00000027 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Afiplan Assessoria Financeira e Planejamento S/c. Advogado: Angélica Viviane Ribeiro. Agravado: Alberto Bosak Filho. Advogado: Guilherme Régio Pegoraro (Curador Especial). Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

I - Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto contra decisão proferida às fls. 05/06 dos autos de Execução de Título Extrajudicial n.º 27/2008, da Nona Vara Cível da Comarca de Londrina, que negou provimento aos embargos de declaração opostos, por inexistir vícios. AFIPLAN ASSESSORIA FINANCEIRA E PLANEJAMENTO S/C. recorre, sustentando, em suma, que: a) o periculum in mora ficou demonstrado na medida em que os honorários do curador especial foram fixados em patamares elevados; b) o fundado receio de dano irreparável se verifica em razão da necessidade de fixação dos honorários em valor condizente com o trabalho desenvolvido pelo curador; c) o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da execução excede à quantia que vem sido atribuída pelos Tribunais em casos análogos e configura enriquecimento sem causa do curador; d) o prazo de 05 (cinco) dias concedido para proceder o pagamento dos honorários é exíguo, o que configura cerceamento de defesa. Postula a reforma da decisão para o fim de serem os honorários fixados em quantia razoável e, sucessivamente, seja concedido o parcelamento do referido valor. A final, pugna pela antecipação dos efeitos da tutela recursal, bem como seu provimento. É o relatório. II Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, conheço do presente recurso. A agravante pretende a reforma da decisão de fls. 05/06 por entender que os honorários do curador especial foram fixados em quantia superior àquelas que vêm sido atribuídas pelos Tribunais Brasileiros em casos semelhantes. Destaca, ainda, que por o prazo concedido pelo magistrado a quo ser insuficiente para o pagamento da referida importância, há cerceamento de defesa, na medida

em que não poderá dar prosseguimento à execução. Em verdade, o que se vê é que, muito embora a Agravante mencione expressamente o pedido de efeito suspensivo ao recurso, o que pretende realmente é lograr a antecipação dos efeitos da tutela. E como cediço, sua concessão está sujeita ao convencimento inequívoco a respeito do direito alegado, mediante provas robustas suficientes para fazer surgir a verossimilhança das alegações, além da presença de receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu, requisitos constantes no art. 273 do Código de Processo Civil: "Art. 273 - O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: (Alterado pela L-008.952-1994) I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu." Assim, muito embora a Agravante sustente que a fixação dos honorários à razão de 5% (cinco por cento) do valor da causa inviabiliza o prosseguimento da execução, não resta configurada a verossimilhança da alegação. Isso porque o artigo 19, § 2º do Código de Processo Civil é cristalino ao prever que a antecipação das despesas processuais é dever das partes. Vejamos: "Art. 19. Salvo as disposições concernentes à justiça gratuita, cabe às partes prover as despesas dos atos que realizam ou requerem no processo, antecipando-lhes o pagamento desde o início até sentença final; e bem ainda, na execução, até a plena satisfação do direito declarado pela sentença. § 2º. Compete ao autor adiantar as despesas relativas a atos, cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público." Reitera-se, portanto, que da simples leitura do referido dispositivo extrai-se que, por ser a nomeação do curador especial um ato determinado pelo juiz e, sendo obrigação do Autor adiantar o valor das despesas dos atos cuja realização o juiz determinar de ofício, é possível e devida a antecipação do valor referente aos honorários do curador. Consequentemente, a alegada insuficiência do prazo concedido para o pagamento também não é capaz de caracterizar a verossimilhança da alegação. O mesmo se diga em relação ao periculum in mora, que não se mostra presente em razão da determinação do magistrado no sentido de impor à Agravante o adiantamento dos honorários do curador. A propósito, oportuno se faz destacar trecho de julgado desta Corte, em caso semelhante: "Destarte, é curial que os honorários arbitrados, devidos ao Curador Especial, têm natureza de despesa processual, porquanto não se trata de verba para pagamento de serventuário da justiça nem aos cofres públicos. Nesse sentido, é cogente a aplicação do disposto no art. 19, § 2º do Código de Processo Civil, que impõe à parte autora o dever de adiantar as despesas relativas a atos cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, que ao final, caso saia vencedora, será reembolsada. Em suma, deve a agravante adiantar os honorários fixados em favor do Curador Especial, nomeado ao executado citado por edital, como corretamente foi determinado pelo juízo de primeiro grau." (Ac. un. nº. 40.750, da 3ª CC do TJPR, no Ag. de Inst. nº. 777.669-2, de Guarapuava, Rel. Des. RUY FRANCISCO THOMAZ, in DJ de 29/08/2011) Diante das razões apontadas, nego a antecipação dos efeitos da tutela, dada a ausência da verossimilhança das alegações e do receio de dano irreparável ou de difícil reparação. III - Ante o exposto, DEIXO DE CONCEDER A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL, por não estarem presentes os requisitos do art. 273 do Código de Processo Civil. IV - Comunique-se, com urgência, o MM. Juiz de Primeiro Grau e solicitem-se as informações de praxe. V - Intime-se o Agravado para, querendo, responder o recurso no prazo de 10 (dez) dias, facultando-lhe juntar as peças que entender necessárias. VI - INTIMEM-SE. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Vilma Régia Ramos de Rezende DESEMBARGADORA RELATORA fn
0029 . Processo/Prot: 0831223-2 Agravo de Instrumento
. Protocolo: 2011/330204. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 0020949-84.2011.8.16.0019 Dissolução/reconhecimento de Sociedade. Agravante: S. G. D., J. P. G. F. (Representado(a)), A. G. F. (Representado(a)). Advogado: Alexandre Postiglione Bührer. Agravado: A. F. J.. Advogado: Lorena Bianca da Silva, ROGER FONSECA FERREIRA DA LUZ. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Gamaliel Seme Scaff. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º G. Antonio Domingos Ramina Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 831.223-2, DA COMARCA DE PONTA GROSSA - 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS. AGRAVANTE: S. G. D. E OUTROS AGRAVADO: A. DE F. J. RELATOR: DES. GAMALIEL SEME SCAFF REL.CONV.: JUIZ ANTONIO DOMINGOS RAMINA JUNIOR Decisão. 1. Pretendem os Agravantes a reforma da decisão (fls. 17-TJ) proferida nos autos da Ação de Alimentos nº 0020949-84.2011.8.16.0019, por eles ajuizada em face do Agravado, por meio da qual o juízo a quo deferiu parcialmente o pedido de reconsideração da decisão liminar, em que fixara alimentos provisórios em favor dos agravantes no valor de R$ 5.679,00, reduzindo a verba alimentícia para R$ 2.000,00. Para tanto, sustentam os Agravantes que o decisum hostilizado padece de vício de nulidade, em virtude da inadequação do "pedido de reconsideração" para modificação da decisão liminar, da manifesta violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa e, ainda, da ausência da intervenção obrigatória do Ministério Público no feito. Além disso, asseveram que a decisão Agravada deve ser revogada, porquanto o Agravado apenas teria comprovado suas dívidas, sem demonstrar efetivamente a dificuldade financeira da empresa da qual é sócio administrador, e, ainda, teria omitido informações importantes acerca do fundo de comércio e da situação econômica da referida sociedade empresária. Segundo alegam, o patrimônio da sociedade envolve diversos veículos, cujo valor total ultrapassaria R$ 200.000,00, estoque de peças avaliado em R$ 100.000,00, além de créditos vincendos que totalizariam R$ 11.000,00, somente em um mês. Assim, afirmam que a renda mensal percebida pelo Agravado é capaz de suportar a verba alimentícia no quantum inicialmente fixado sem qualquer prejuízo do alimentante, até porque ele jamais teve dificuldades em manter o elevado padrão de vida da família antes da separação e não se verificaram alterações posteriores em sua situação financeira. Neste sentido, afirmam que a Agravante S. G. D. não exercia atividade remunerada, apenas auxiliava no gerenciamento da sociedade empresária, e as despesas da família, cujo valor alcançava em torno de R$ 8.000,00, eram integralmente adimplidas pelo Agravado. Com base em tais argumentos requer a antecipação da tutela recursal e, ao final, o provimento do recurso com a revogação do decisum hostilizado. 2. Com a devida vênia dos ilustres Advogados subscritores da petição de recurso, o presente Agravo de Instrumento não pode ser conhecido porquanto ausente um requisito de admissibilidade, qual seja a regularidade formal. Isso porque, segundo disposto no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, o "Relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior". Por outro lado, o art. 525 do mesmo codex determina que a petição do agravo de instrumento seja instruída: "I- obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado; II - facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis". Nesse aspecto, é pacífico o entendimento jurisprudencial de que incumbe à parte recorrente instruir o agravo com as peças obrigatórias e também com as peças necessárias à exata compreensão das questões em discussão, bem como de que a inobservância desse dever legalmente imposto é causa para o não conhecimento do agravo. Não se trata, portanto, de mera faculdade concedida à parte recorrente, mas sim de ônus pela correta instrução do recurso também com as peças necessárias à exata compreensão, pelo Tribunal, da matéria posta à sua apreciação. Vale dizer, a juntada tão-somente dos documentos obrigatórios elencados no referido artigo (nomeadamente as "cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado") não permite, no mais das vezes, uma perfeita compreensão da controvérsia e dos fatos submetidos ao conhecimento do juízo. Eis a razão pela qual o mesmo art. 525, em seu inc. II, faculta ao Agravante instruir o Recurso com outras peças que entender úteis. Assim, situações há em que peças absolutamente relevantes e necessárias deixam de ser apresentadas pelo Recorrente, seja por deliberada intenção, seja por negligência. Na casuística, insurgem-se os Recorrentes contra a decisão que, nos autos da ação de alimentos em que figuram como autores, deferiu parcialmente o pedido de reconsideração formulado pelo Agravado, para o fim de reduzir a verba alimentícia liminarmente fixada em favor dos Agravantes, para o valor de R$ 2.000,00. Para tanto, aduzem que tal decisum padece do vício de nulidade, em virtude da inadequação do pedido de reconsideração para modificar a decisão interlocutória, da ausência da intervenção do parquet e, ainda, da violação ao contraditório e ampla defesa. Além disso, afirmam que o Agravado não demonstrou satisfatoriamente a dificuldade financeira que alegara estar enfrentando e tampouco comprovou alterações em sua situação econômica que o impedissem de continuar a manter o padrão de vida elevado que a família ostentava antes da separação. Todavia, o que se observa é que este Agravo de Instrumento prescinde de diversas peças necessárias à compreensão do litígio, o que se evidencia pelos próprios termos da decisão vergastada, conforme consignou a i. Magistrada singular: "Tendo em vista os termos da contestação e documentos a ela acostados, dando conta particularmente de que a situação financeira da sociedade empresária limitada B. Transporte e Comércio de Peças, cujo único sócio administrador é o requerido, não é aquela alegada pela autora, (saldo devedor junto ao Banco Itaú - mov. 13.6; também junto ao Banco Santander - mov. 13.7; empréstimo bancário em valor elevado - mov. 13.8/13.9; certidões positivas de protestos - mov. 13.26, 13.32/13.33; pendências com a Receita Federal - mov. 13.27; entre outras) - reconsidero a decisão mov. 5.1 que arbitrou alimentos provisórios e reduzo-os para R$ 2.000,00..." (fl. 17-TJ, grifei). Neste sentido, verifica-se que a i. Magistrada expressamente apontou, na decisão ora agravada, uma série de documentos apresentados pelo Agravado junto à contestação, utilizando-os, evidentemente, para fundamentar a redução do quantum alimentar inicialmente fixado, uma vez que eles teriam demonstrado ser a situação financeira do Agravado diversa do que alegaram os Agravantes. Entretanto, a parte Agravante limitou se a colacionar aos autos do presente recurso, além das peças obrigatórias, cópia da petição inicial e documentos a ela anexados, cópia da decisão liminar, e cópia do pedido de reconsideração formulado pelo Agravado, omitindo, portanto, os documentos que foram acostados a este pedido, a que se referira a i. Magistrada no decisum vergastado. Assim sendo, verifica-se que a ausência dos documentos que levaram ao convencimento do juízo a quo acerca da necessidade de reduzir o encargo alimentar e reconsiderar sua decisão anterior, leva à incerteza acerca da real capacidade financeira do Agravado, pois os únicos documentos que estão presentes no instrumento de Agravo foram unilateralmente apresentados pelos Agravantes com a inicial. Observo, portanto, que a reprodução de apenas parte dos documentos que instruem a ação originária impede que se tenha acesso a todos os documentos que levaram ao entendimento adotado pela i. Magistrada na decisão agravada, impedindo que se constate, principalmente, a possibilidade do alimentante, o que seria imprescindível para se averiguar a adequação e a proporcionalidade do valor fixado a título de alimentos, fatos estes que fornecem forte amparo à pretensão recursal. E é justamente nesses aspectos que se verifica a deficiência na instrução do Agravo de Instrumento epigrafado, pois não foram coligidos a este recurso todos os documentos necessários a permitir, ao Colegiado, ter acesso aos fatos e questões relevantes para o deslinde da pretensão aqui deduzida, não sendo possível a este Tribunal formar um juízo seguro a respeito da adequação e proporcionalidade, ou não, da redução dos alimentos devidos à parte Agravante sem analisar a documentação acima indicada. É flagrante, portanto, a deficiência instrutória do Agravo de Instrumento em tela, o que impede, sem qualquer sombra de dúvida, o exato conhecimento dos fatos e questões que envolvem o litígio instaurado para a correta avaliação da pretensão recursal. Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DO FEITO EM DILIGÊNCIA VISANDO À JUNTADA DE NOVOS DOCUMENTOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INCONFORMISMO DO EMBARGANTE. EFEITO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os embargos de declaração somente são cabíveis nos casos de obscuridade, contradição ou omissão nas decisões judiciais. 2. Na hipótese dos autos, os embargos declaratórios não buscam a correção de eventual defeito do acórdão, mas a alteração do resultado do julgamento, providência inviável na via recursal eleita. 3. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que o conhecimento do agravo de instrumento, tanto o previsto no art. 522 como no art. 544 do CPC, pressupõe a juntada das peças essenciais à compreensão da controvérsia, além daquelas de caráter obrigatório, requisitos esses que deverão estar preenchidos no momento da interposição do recurso. Precedentes da Corte Especial. 4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ, EDcl no AgRg no REsp nº 880570 / PE, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, j. 06/02/2007, DJ 26/02/2007). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA NECESSÁRIA À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. ANÁLISE DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 7/STJ. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. 1. Se o tribunal local não declara o acórdão, nos casos em que tal declaração não tem lugar, descabe o recurso especial por violação ao art. 535 do CPC. Incide, na espécie, o enunciado nº 211 da Súmula do STJ. 2. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que o conhecimento do agravo de instrumento, tanto o previsto no art. 522 como no art. 544 do CPC, pressupõe a juntada das peças essenciais à compreensão da controvérsia, além daquelas de caráter obrigatório, requisitos esses que deverão estar preenchidos no momento da interposição do recurso. 3. Cabe ao Tribunal de origem a tarefa de verificar a essencialidade de cada documento, sendo inviável a reapreciação de tal matéria em sede de recurso especial, por demandar o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não-provido. (STJ, AgRg no REsp nº 824734 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 28/10/2008, DJ 25/11/2008). PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS Nº 288 E 639 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. JUNTADA DE PEÇAS NA OCASIÃO DO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Constitui entendimento pacificado nesta Corte e no Supremo Tribunal Federal que cabe à parte instruir corretamente o agravo de instrumento, fiscalizando a sua formação e o seu processamento. 2. O agravo deve ser instruído com as peças ditas obrigatórias, bem como àquelas essenciais à compreensão da controvérsia, consoante se depreende dos enunciados nº 288 e 639 do STF. Assim, o inteiro teor do acórdão recorrido em sede de apelação e em sede de embargos infringentes constituem peças de traslado obrigatório ao conhecimento do Agravo de Instrumento. 3. É inviável a juntada de qualquer documento na oportunidade da interposição do agravo regimental, pois não produz o efeito de suprir a irregularidade decorrente da não-adoção dessa providência em tempo oportuno. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg no Ag nº 974417 / RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 08/05/2008, DJ 02/06/2008.) AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE TRASLADO DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 223/STJ. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. CABIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO. HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. 1. É ônus da parte instruir corretamente o agravo de instrumento, fiscalizando a sua formação e o seu processamento, sendo inviável a juntada posterior de qualquer documento, pois não supre a irregularidade decorrente da não-adoção da providência em tempo apropriado. 2. O agravo deverá ser instruído com todas as peças que dele devem constar obrigatoriamente (artigos 544 do Código de Processo Civil e 28 da Lei nº 8.038/90), além daquelas que sejam essenciais à compreensão da controvérsia (Enunciado nº 288 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), inclusive as necessárias à aferição da tempestividade do recurso interposto, cabendo enfatizar, ainda, que "a composição do traslado deve, sempre, processar-se perante o Tribunal a quo." (RTJ 144/948). (...) (STJ, AgRg no Ag nº 893048, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 30/07/2007, DJ 22/04/2007). Assim, constituindo ônus da parte a correta instrução do procedimento recursal na data de sua interposição, e não sendo mais possível suprir essa deficiência em data posterior - até porque não foi alegado qualquer impedimento para a apresentação tempestiva de tais documentos quando da interposição do recurso, o que era de rigor para a prática desse ato processual -, revela-se a inadmissibilidade manifesta do presente recurso. 3. Pelo exposto, com fundamento nos arts. 525, inc. II, e 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento, em razão de sua instrução deficiente e sua manifesta inadmissibilidade. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Comunique-se. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Juiz ANTONIO DOMINGOS RAMINA JUNIOR Relator Convocado

0030 . Processo/Prot: 0831255-4 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/255108. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 0068003-37.2010.8.16.0001 Repetição de Indébito. Agravante: Mz Comércio de Produtos Ltda. Advogado: Nathascha Raphaela Pomagerski, Geraldo Francisco Pomagerski. Agravado: Oi Telefone Fixo- Brasil Telecom Sa. Advogado: Sandra Regina Rodrigues, Ana Lucia Rodrigues Lima, Adailton Alves Maciel Júnior. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Ruy Muggiati. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 831.255-4, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 22ª VARA CÍVEL AGRAVANTE: MZ COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA AGRAVADO: OI TELEFONE FIXO - BRASIL TELECOM S/A RELATOR: Desembargador RUY MUGGIATI VISTOS I. Trata-se de agravo de instrumento interposto por MZ COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA, impugnando decisão de fls. 24/25 (TJ) que, em ação de repetição de indébito, autos nº 68003/2010, na qual figura como requerente a própria agravante, rejeitou os embargos de declaração opostos contra a decisão de fls. 172/173 que requereu o suprimento da omissão contida na decisão quanto ao pedido de inversão do ônus da prova. Aduz, em resumo, que: a) o d. Magistrado determinou que as partes apresentassem proposta de acordo, bem como especificassem as provas que pretendiam produzir sem, contudo, apreciar o pedido de inversão do ônus da prova feito na inicial; b) foram opostos embargos de declaração para sanar a omissão, os quais foram rejeitados, sob o fundamento de que a insurgência se refere ao mérito da decisão; c) a decisão sobre a inversão do ônus da prova deve ser prolatada antes ou na decisão que determinou às partes a especificação de provas; d) a decisão agravada merece ser reformada para determinar ao Juízo a quo que aprecie o pedido de inversão do ônus da prova antes ou na decisão que determinar a especificação de provas; e) caso a inversão do ônus probatório se dê apenas na fase do julgamento haverá cerceamento de defesa, o que poderá ser evitado com o julgamento procedente do presente recurso (fls. 02/11). O recurso veio acompanhado dos documentos de fls. 13/253. II. A agravante almeja a reforma da decisão para que o d. Magistrado de primeiro grau seja compelido a apreciar o pedido de inversão do ônus da prova, antes mesmo da determinação às partes para que produzissem as provas pretendidas; ou, ainda, que o próprio Tribunal de Justiça aprecie o mérito da questão. Para justificar a interposição do recurso por instrumento, a agravante argumenta que sua pretensão "sustenta-se no fato de ser evidente que a marcha processual é mais bem ordenada quando as partes, em especial aquela que deverá produzir provas, conhecem os rumos pelos quais deverá trafegar e os ônus com os quais deverão arcar, evitando eventual surpresa ao final da demanda, isto é, na fase decisória. Assim, evidente que o melhor momento processual para decidir acerca da inversão do ônus da prova é o despacho saneador, pois somente nesta fase processual, estar-se-ia garantindo de forma efetiva o contraditório e a ampla defesa" (fls. 07/08). O artigo 522 do Código de Processo Civil prevê: "Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento." A leitura das razões recursais revela que a agravante não logrou êxito em demonstrar a presença dos requisitos ensejadores da interposição do agravo por instrumento, bem como não satisfez o requisito constante da ressalva do artigo 527, II do Código de Processo Civil, de modo a impedir a conversão do agravo em retido. Confira-se: "Art. 527. Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído incontinenti, o relator: I - negar-lhe-á seguimento, liminarmente, nos casos do art. 557; II - converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa; III - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558), ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão; IV - poderá requisitar informações ao juiz da causa, que as prestará no prazo de 10 (dez) dias; V - mandará intimar o agravado, na mesma oportunidade, por ofício dirigido ao seu advogado, sob registro e com aviso de recebimento, para que responda no prazo de 10 (dez) dias (art. 525, § 2o), facultando-lhe juntar a documentação que entender conveniente, sendo que, nas comarcas sede de tribunal e naquelas em que o expediente forense for divulgado no diário oficial, a intimação far-se-á mediante publicação no órgão oficial; VI - ultimadas as providências referidas nos incisos III a V do caput deste artigo, mandará ouvir o Ministério Público, se for o caso, para que se pronuncie no prazo de 10 (dez) dias. Parágrafo único. A decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do caput deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar." Ademais, sendo o Juiz destinatário da prova, cabe-lhe decidir sobre os rumos do processo ante a apreciação dos elementos fático-probatórios juntados aos autos. Inobstante a questão da inversão do ônus da prova não tenha sido apreciada, nada impede que o d. Magistrado a faça em momento posterior, antes da sentença. Nestes termos, não se vislumbra na situação concreta hipótese a justificar o processamento do presente recurso como de instrumento, sendo imperioso convertê-lo em Agravo Retido. III. Diante do exposto, não conheço do presente recurso de Agravo de Instrumento e, com fulcro no artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil converto o Agravo de Instrumento em Agravo Retido, determinando a baixa dos autos ao Juízo de origem. IV. Intimem-se e remeta-se cópia da presente decisão ao MM. Juiz da causa. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Des. RUY MUGGIATI Relator

0031 . Processo/Prot: 0831404-7 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/305520. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara de Família. Ação Originária: 0005679-08.2010.8.16.0002 Guarda e Responsabilidade de Menor. Agravante: A. S.. Advogado: Geni Regina da Silva Propst. Agravado: F. S. S.. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 831.404-7, DE CURITIBA - 3ª VARA DE FAMÍLIA AGRAVANTE : A. S. AGRAVADA : F. S. S. RELATOR : DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK Vistos e examinados estes autos. 1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por A. S., em face de decisão proferida nos autos de ação de regulamentação de guarda sob nº. 5679/2010, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela. 2. A despeito da argumentação deduzida na petição recursal, constata-se que o recurso não está devidamente instruído, tendo em vista a ausência do comprovante do respectivo preparo, quando da interposição do agravo. Assim, o agravante deixou de cumprir o disposto junto aos artigos 525, § 1º e 511, ambos do Código de Processo Civil. Dispõe o artigo 511 que: "No ato de interposição

do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de retorno, sob pena de deserção". (grifou-se) E o §1º, do artigo 525, do CPC: "Acompanhará a petição o comprovante do pagamento das respectivas custas e do porte de retorno, quando devidos, conforme tabela que será publicada pelos tribunais." O mencionado artigo 511 (com redação dada pela Lei nº 8.950/94) estabelece que o recorrente comprovará o respectivo preparo no ato de interposição do recurso e, restando desatendida a legislação pertinente, impõe-se o reconhecimento da deserção. Com isso, a lei não estabeleceu prazo para o preparo, mas um momento processual para o recorrente fazê-lo. Assim, se a parte pratica o ato de forma irregular ou não o pratica, impõe-se o reconhecimento da preclusão e, posteriormente, da deserção. A propósito do tema, trazemos novamente as orientações de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery1: "Requisitos de admissibilidade: preparo. Consiste no pagamento prévio, que deve ser feito pelo recorrente, das custas relativas ao processamento do recurso, bem como do porte de remessa e retorno dos autos ao tribunal ad quem (Nery, Recursos, n. 3.4.1.7, pág. 425). A ausência ou irregularidade do preparo ocasiona a preclusão fazendo com que deva ser aplicada ao recorrente a pena de deserção. Verificada esta, o recurso não pode ser conhecido. (...)". Com efeito. No caso, verifica-se que o agravo foi apresentado sem que estivesse acompanhado da respectiva guia de preparo das custas recursais, devendo-se ressaltar que não houve requerimento ou concessão da assistência judiciária em favor do agravante, nem se vislumbram as hipóteses legais de dispensa de preparo. Assim, restou caracterizada a preclusão consumativa, em face da ausência de comprovação, no momento oportuno, do recolhimento das custas, impondo-se nessa circunstância ser declarada a deserção do recurso. Veja-se a orientação do STJ sobre o tema: "PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS INFRINGENTES. PREPARO. REGIMENTO INTERNO. DESERÇÃO. 1. Segundo o art. 511 do CPC, a comprovação do recolhimento do preparo, quando exigido pela legislação pertinente, dar-se-á na interposição do recurso, sob pena de deserção. 2. Sem a demonstração de justo impedimento, por exemplo, por parte da secretaria do Tribunal de origem, a mera previsão no regimento interno de prazo para a comprovação do recolhimento do preparo não é suficiente para afastar a regra do art. 511 do CPC.3. Recurso especial não-conhecido."2 (grifou-se) "AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO SEM PREPARO. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO E AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE JUSTO IMPEDIMENTO. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 519 DO CPC. DECISÃO MANTIDA. 1. A ofensa a dispositivo constitucional haveria de ser suscitada em sede de recurso extraordinário, nos termos do art. 102, III, da Constituição Federal, e não em especial. 2. A teor do disposto no artigo 511 da Lei Adjetiva Civil, o recorrente deve comprovar o recolhimento do preparo, quando exigido pela legislação pertinente, inclusive o porte de remessa e retorno. O descumprimento da norma implica na pena de deserção, que somente pode ser relevada se o apelante provar justo impedimento (519, CPC). 3. No caso concreto, o Tribunal de origem deixou claro que o recorrente não recolheu a taxa judiciária e, tampouco, sustentou qualquer impedimento, vindo a preparar o recurso somente após provocação judicial, quase seis meses depois. 4. A decisão agravada merece ser mantida, haja vista a inexistência de fundamentos suficientes à infirmá-la. 5. Agravo regimental improvido."3 (grifou-se) No mesmo sentido é a orientação desta Corte: "AGRAVO REGIMENTAL RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREPARO. REQUISITO EXTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. RECONHECIMENTO DA DESERÇÃO. EXEGESE DO ARTIGO 525 e 511 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1. O recurso de agravo de instrumento submete-se à regra do preparo simultâneo, porquanto não dispensado pelo legislador federal. 2. Recurso conhecido e não-provido."4 Portanto, resta caracterizada a deserção e, assim, não se conhece do recurso. 3. Por essas razões, nego seguimento ao recurso, por ser manifestamente inadmissível, com fundamento no caput do artigo 557 do Código de Processo Civil. 4. Publique-se e intimem-se, com remessa de cópia da presente decisão ao digno magistrado singular. 5. Autorizo o Sr. Chefe da Divisão Cível competente a subscrever os expedientes necessários. 6. Dê-se baixa nos registros de pendência do presente feito. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Fernando Wolff Bodziak Desembargador Relator 1 Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2004, págs.. 935/936, 963, 965 e 996. 2 STJ. REsp 799.232/SC, Rel. Mauro Campbell Marques. 2ª Turma, julg. em 26/08/2008, DJe 24/09/2008. No mesmo sentido: STJ RESP 241614 ES 3ª T. Rel. Min. Castro Filho DJU 20.05.2002; STJ.REsp 834.006/RS, Rel. Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, julgado em 02/10/2008, DJe 20/10/2008. 3 STJ. AgRg no Ag 998.345/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª Turma, julgado em 29/05/2008, DJe 04/08/2008. 4 TJPR.11ªCCível. Rel. Fernando Wolff Bodziak. Agravo Regimental 447.087-5/01. Julg. 28.11.2007.

0032 . Processo/Prot: 0832029-8 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/263362. Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 0029557-86.2011.8.16.0014 Exoneração de Alimentos. Agravante: R. P. O.. Advogado: Tânia Valéria de Oliveira Oliver, Wylton Carlos Gaion, Luiz Lopes Barreto. Agravado: I. A. O., T. P. O., D. P. O.. Advogado: Jorge Luiz de Oliveira Lovato, Maria Arlete Bernardi. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 832-029-8, DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E ACIDENTES DO TRABALHO DA COMARCA DE LONDRINA AGRAVANTE: R. P. O. AGRAVADOS: I. A. O. E OUTRAS RELATORA: DES.ª VILMA RÉGIA RAMOS DE REZENDE 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão (fls. 45/46) proferida nos autos de Ação de Exoneração de Alimentos nº 0029557-86.2011.8.16.0014, em trâmite perante a Segunda Vara de Família e Acidentes do Trabalho da Comarca de Londrina, que indeferiu a antecipação de tutela, por não vislumbrar a verossimilhança das alegações. R. P. O. pugna pela reforma da decisão alegando, em suma, que: a) para a concessão da liminar pleiteada basta a averiguação sumária da plausibilidade das alegações; b) as filhas são maiores de idade, possuindo 24 e 21 anos de idade, não estudam, uma exerce atividade remunerada e outra convive em união estável, tendo ambas plenas condições de prover sua própria subsistência; c) a ex-esposa encontra-se residindo e trabalhando no exterior, tendo notícias que, vive, inclusive, em união estável; d) nenhuma das três alimentandas necessita dos alimentos, pois capazes de se manter pelo próprio trabalho; e) o periculum in mora é visualizado na medida em que os alimentos são irrepetíveis, além de causar um enriquecimento ilícito às Agravadas; f) não há perigo de irreversibilidade da decisão. Requer a antecipação dos efeitos da tutela recursal, a fim de cessar o dever de prestar alimentos, e a final, seu provimento. 2. Inicialmente, consigno que o pedido de justiça gratuita já foi deferido pelo juízo a quo. Presentes, assim, os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. Conforme os requisitos previstos no art. 273 do Código de Processo Civil, a concessão da antecipação dos efeitos da tutela está sujeita ao convencimento inequívoco a respeito do direito alegado, mediante provas que amparam a verossimilhança das alegações e a presença de receio de dano irreparável ou de difícil reparação. No caso, não estão presentes os requisitos para a antecipação da tutela recursal e consequente exoneração dos alimentos nos moldes postulados pelo Agravante, visto que o pedido deve ser amparado em provas inequívocas a respeito dos fatos narrados no recurso. Com efeito, ao compulsar os autos, observa-se não haver elementos suficientes a comprovar os argumentos expostos pelo Agravante. Invocar a maioridade das filhas como substrato para a exoneração alimentar não socorre o pleito, pois a simples maioridade não implica na exoneração da responsabilidade por parte dos pais do dever de prestar alimentos, que persiste por força do vínculo de parentesco. Nesse passo, impõe-se averiguar se as necessidades das filhas permanecem, ou se efetivamente convivem em união estável e desenvolvem atividade laborativa, circunstâncias essas que conduzem à exoneração do dever de prestar alimentos. O mesmo raciocínio deve-se ter quando se diz da ex- esposa, pois não há qualquer início de prova de que o encargo alimentar seja dispensável. Portanto, há necessidade da continuidade do encargo alimentar até a instrução probatória. Inexiste, assim relevância da fundamentação, capaz de fazer surgir a verossimilhança das alegações, razão pela qual não é necessário se perquirir a presença dos demais requisitos. 3. Assim, DEIXO DE CONCEDER A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL pleiteada ante o não preenchimento dos requisitos exigidos. 4. Retifique-se a autuação, extraindo os nomes dos patronos das Agravadas, eis que estas sequer foram citadas nos autos de origem e ainda não constituíram advogados. 5. Comunique-se o Juízo pela via mais célere e solicitem-se as informações de praxe. 6. Intimem-se as Agravadas para responderem o recurso no prazo de (10) dez dias, facultando-lhes juntar as peças que entenderem necessárias. 7. Intimem-se. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Vilma Régia Ramos de Rezende DESEMBARGADORA RELATORA ACG

0033 . Processo/Prot: 0832532-0 Agravo de Instrumento

. Protocolo: 2011/308002. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 0021700-38.2011.8.16.0030 Revisional de Alimentos. Agravante: C. M. D. S.. Advogado: Carla Fernandes Ribeiro Bonfin Sutil, Valdecy Longonio de Oliveira. Agravado: C. M. R. D. S.. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Augusto Lopes Cortes. Despacho: Descrição:despachos do Relator e Revisor.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 832.532-0 Agravante : C. M. D. S. Agravado : C. M. R. D. S. Vistos etc. I- Trata-se de agravo de instrumento interposto por C. M. D. S. em face da decisão proferida pelo MM. Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Anexos da Comarca de Foz do Iguaçu que, em autos de ação revisional de alimentos, ajuizada em face de C. M. R. D. S., indeferiu o pedido de antecipação de tutela, formulado no sentido de que fosse reduzido o valor da pensão alimentícia paga em favor do agravado (fls. 44/45). Manifesta seu inconformismo (fls. 02/09) alegando, em síntese, que ao contrário do que entendeu o Juízo a quo, restou demonstrado nos autos que sofreu alteração em sua situação financeira, pois, na época em que os alimentos foram fixados, auferia a importância de R$ 850,00, contudo, hoje aufere somente R $ 545,00. Sustenta que, por conta da redução em suas possibilidades, não possui condições para arcar com o valor de 40% do salário mínimos sem o prejuízo de seu próprio sustento. Por essas razões, propugna pela antecipação de tutela recursal e, ao final, pelo provimento do presente recurso, para o fim de reduzir o valor da pensão alimentícia fixada em favor do agravado de 40% para 10% do salário mínimo. II- O recurso veio acompanhado das peças obrigatórias e necessárias ao deslinde da causa a que se refere o art. 525 do Código de Processo Civil, verificando-se, também, a tempestividade do presente recurso, através da certidão de fls. 11. Quanto a sua admissibilidade sob a forma de instrumento, vislumbra-se que, em se tratando de antecipação dos efeitos da tutela, a decisão é suscetível de causar lesão grave e de difícil reparação à parte se não for examinada de imediato pelo órgão ad quem, posto que, em não sendo apreciada de imediato, nenhuma utilidade terá a análise do eventual gravame causado pela decisão se vier a ser apreciado somente por ocasião de eventual recurso de apelação. Portanto, atendidos aos requisitos legais, recebo o agravo sob a forma de instrumento. III - O agravante pleiteou pela antecipação da tutela recursal, nos termos do art. 527, combinado com o art. 273, ambos do Código de Processo Civil, a fim de que seja reduzido o valor da pensão alimentícia fixada em favor de seu filho, ora agravado, em 40% do salário mínimo para 10% do salário mínimo. Dá análise dos autos, verifica-se que em junho de 2011 o agravante e a sua ex-mulher firmaram acordo com relação à pensão alimentícia do filho do casal, o qual foi homologado na audiência da ação de divórcio consensual, restando estabelecido que o agravante pagaria pensão alimentícia em favor do menor, ora agravado, no valor de R$ 220,00, o equivalente a 40% do salário mínimo (fls. 41). O

agravante ajuizou a presente ação alegando, em síntese, que não possui condições para continuar arcando com o valor dos alimentos, pois não estaria mais auferindo a mesma renda da época em que os alimentos foram fixados, recebendo, somente, um salário mínimo (R$ 545,00). Por essas razões requereu a antecipação de tutela, a fim de que fosse reduzido o valor dos alimentos para 10% do salário mínimo. O Juízo a quo indeferiu o pedido por entender não restar demonstrado a efetiva mudança na capacidade financeira do alimentante (fls. 44/45). É justamente contra esta decisão que se volta o presente recurso. Com efeito, há indícios nos autos de que o alimentante não aufere mais a renda de quando os alimentos foram acordados, embora tenham sido recentemente (junho de 2011), já que restou demonstrado (fls. 33) que o mesmo está estagiando, auferindo por mês um salário mínimo (R$ 545,00). Com isso, observa-se que o valor anteriormente acordado em R$ 220,00, equivalente a 40% do salário mínimo, se mostra elevado em relação à nova renda do alimentante, o qual ainda possui o gasto com a sua faculdade (R$ 357,36). Contudo, não se justifica, neste momento, a redução para 10% do salário mínimo, pois, como se trata de antecipação de tutela e os alimentos foram acordados recentemente pelas partes, se mostra necessário estabelecer o contraditório para, somente então, poder reduzir os alimentos para a quantia pretendida pelo agravante Diante do exposto, havendo indícios nos autos da alteração na capacidade financeira do alimentante, DEFIRO EM PARTE o efeito pretendido, para o fim de reduzir os alimentos para 25% do salário mínimo. IV- Comunique-se ao MM. Juiz da causa, com cópia desta decisão, oportunizando a prestação de informações somente se assim entender necessário. V- Após, vistas à douta Procuradoria Geral de Justiça. VI- Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. DES. AUGUSTO LOPES CÔRTES Relator
Vista ao(s) Advogado (s) - Prazo : 5 dias
0034 . Processo/Prot: 0770545-9 Apelação Cível
. Protocolo: 2010/422620. Comarca: Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0000230-42.2002.8.16.0037 Ação de Despejo. Apelante (1): Auto Posto Zanchettin Ltda. Advogado: Bihl Elerian Zanetti, Clauber Júlio de Oliveira. Apelante (2): Auto Posto Nova Era Ltda. Advogado: Valterlei Aparecido da Costa. Apelado(s): o(s) mesmo(s). Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Fernando Wolff Bodziak. Revisor: Desª Vilma Régia Ramos de Rezende. Revisor Convocado: Juíza Subst. 2º G. Dilmari Helena Kessler. Vista Advogado: Valterlei Aparecido da Costa (PR040057)
Vista ao(s) Apelado(s) - Prazo : 5 dias
0035 . Processo/Prot: 0601215-7 Apelação Cível
. Protocolo: 2009/182530. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 2008.00001519 Embargos a Execução. Apelante: Ivanir Terezinha Moreira, Juvenal Moreira. Advogado: José Valter Rodrigues, Karinna Seigo Cerqueira. Apelado: Marcel Parolin Jackowski, Andréa Parolin Jackowski. Advogado: Saulo Gomes Karvat, Thaysa Prado Ricardo dos Santos. Órgão Julgador: 11ª Câmara Cível. Relator: Des. Sérgio Arenhart. Revisor: Des. Fernando Wolff Bodziak. Vista Advogado: Saulo Gomes Karvat (PR044410), Thaysa Prado Ricardo dos Santos (PR045136)

# Divisão de Processo Crime

# Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.10225**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adyr Raitani Júnior | 031 | 0726318-1/01 |
| Alessandro Moreira do Sacramento | 003 | 0671884-3/03 |
| Alexandre Jankovski B. d. Barros | 031 | 0726318-1/01 |
| Alexandre Nelson Ferraz | 010 | 0696278-1/02 |
| | 030 | 0724728-9/01 |
| Alexandre Sutkus de Oliveira | 017 | 0711820-3/01 |
| Andressa Hilgenberg Hansen | 021 | 0716685-4/02 |
| Angela Anastázia Cazeloto | 017 | 0711820-3/01 |
| Angelo Filho Moro | 015 | 0708710-7/03 |
| | 028 | 0721062-4/04 |
| Antonio de Padua T. d. Oliveira | 017 | 0711820-3/01 |
| Augusto Pastuch de Almeida | 011 | 0705868-6/02 |
| Beatriz Adriana de Almeida | 041 | 0749803-3/01 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 012 | 0707649-9/01 |
| | 017 | 0711820-3/01 |
| Carlos Alberto Nepomuceno Filho | 024 | 0718256-1/02 |
| Carmen Glória Arriagada Andrioli | 008 | 0690242-7/02 |
| Débora Carla de Mello Oliveira | 034 | 0733645-4/02 |
| Diogo Benradt Cardoso | 018 | 0711951-3/02 |
| Diogo Matté Amaro | 018 | 0711951-3/02 |
| Edina Maria dos Santos Machado | 028 | 0721062-4/04 |
| Eduardo Garcia Branco | 020 | 0716502-0/01 |
| Elisângela de Almeida Kavata | 012 | 0707649-9/01 |
| Ernani Ori Harlos Júnior | 007 | 0687588-3/03 |
| | 012 | 0707649-9/01 |
| | 016 | 0710632-9/01 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 004 | 0674734-0/02 |
| | 007 | 0687588-3/03 |
| | 012 | 0707649-9/01 |
| | 014 | 0708589-2/03 |
| | 015 | 0708710-7/03 |
| | 016 | 0710632-9/01 |
| | 019 | 0715639-8/03 |
| | 022 | 0716948-6/02 |
| | 023 | 0716962-6/02 |
| | 024 | 0718256-1/02 |
| | 025 | 0720366-3/02 |
| | 026 | 0720436-0/02 |
| | 027 | 0720882-2/02 |
| | 028 | 0721062-4/04 |
| | 032 | 0729247-9/02 |
| | 033 | 0731765-3/03 |
| | 035 | 0734121-3/02 |
| | 036 | 0734317-9/03 |
| | 037 | 0739845-8/02 |
| | 039 | 0749363-4/03 |
| | 040 | 0749436-2/03 |
| Fabiana Sommer Harlos Maynardes | 007 | 0687588-3/03 |
| Felipe Correa dos Santos Nader | 004 | 0674734-0/02 |
| Fellipe José Gehr | 027 | 0720882-2/02 |
| Fernanda Portugal | 008 | 0690242-7/02 |
| Fernando Almeida de Oliveira | 029 | 0721408-0/01 |
| Fernando Merini | 041 | 0749803-3/01 |
| Genésio Felipe de Natividade | 005 | 0675154-6/03 |
| Gilberto Adriane da Silva | 002 | 0669749-8/02 |
| Gilberto Gomes de Lima | 005 | 0675154-6/03 |
| Gisele Passos Tedeschi | 004 | 0674734-0/02 |
| Guilherme de Salles Gonçalves | 011 | 0705868-6/02 |
| Gustavo de Almeida Flessak | 011 | 0705868-6/02 |
| Hassan Sohn | 020 | 0716502-0/01 |
| Helder Pilati | 032 | 0729247-9/02 |
| Henry Levi Kaminski | 036 | 0734317-9/03 |
| Isaquel Maia | 021 | 0716685-4/02 |
| Jaafar Ahmad Barakat | 033 | 0731765-3/03 |
| | 039 | 0749363-4/03 |
| | 040 | 0749436-2/03 |
| Jane Lúci Gulka | 004 | 0674734-0/02 |
| Jesiel de Oliveira Schemberger | 021 | 0716685-4/02 |
| João Batista dos Anjos | 029 | 0721408-0/01 |
| João Rodrigo Stinghen Alvarenga | 024 | 0718256-1/02 |
| | 026 | 0720436-0/02 |
| | 035 | 0734121-3/02 |
| José Anderson Schlemper | 030 | 0724728-9/01 |
| Kamila Trevisan da Silva | 017 | 0711820-3/01 |
| Ladismara Teixeira | 020 | 0716502-0/01 |
| Leoberto Luís Bazzaneze | 034 | 0733645-4/02 |
| Lincoln Eduardo A. d. C. Filho | 025 | 0720366-3/02 |
| Lizete Rodrigues Feitosa | 013 | 0708004-4/02 |
| Louise Rainer Pereira Gionédis | 008 | 0690242-7/02 |
| Luciane Ferreira Guimarães | 005 | 0675154-6/03 |
| Luciano Marcio dos Santos | 012 | 0707649-9/01 |
| Luís Oscar Six Botton | 002 | 0669749-8/02 |
| Luiz Antonio Pinto Santiago | 020 | 0716502-0/01 |
| Luiz Carlos Sturzenegger | 014 | 0708589-2/03 |
| | 015 | 0708710-7/03 |
| | 025 | 0720366-3/02 |
| Luiz Eduardo Virmond Leone | 024 | 0718256-1/02 |
| | 035 | 0734121-3/02 |
| Luiz Gustavo Fragoso da Silva | 003 | 0671884-3/03 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 012 | 0707649-9/01 |
| | 014 | 0708589-2/03 |
| | 015 | 0708710-7/03 |
| | 016 | 0710632-9/01 |
| | 019 | 0715639-8/03 |
| | 022 | 0716948-6/02 |
| | 023 | 0716962-6/02 |
| | 025 | 0720366-3/02 |
| | 026 | 0720436-0/02 |
| | 027 | 0720882-2/02 |
| | 028 | 0721062-4/04 |
| | 032 | 0729247-9/02 |
| | 033 | 0731765-3/03 |
| | 035 | 0734121-3/02 |
| | 036 | 0734317-9/03 |
| | 037 | 0739845-8/02 |
| | 039 | 0749363-4/03 |
| | 040 | 0749436-2/03 |
| Marcelo Antonio Ohrenn Martins | 031 | 0726318-1/01 |
| Marcelo Tesheiner Cavassani | 003 | 0671884-3/03 |
| Marcia Montalto Rossato | 010 | 0696278-1/02 |
| Marcio Augusto Verboski | 022 | 0716948-6/02 |
| | 023 | 0716962-6/02 |
| | 027 | 0720882-2/02 |
| | 037 | 0739845-8/02 |
| Márcio Rogério Depolli | 012 | 0707649-9/01 |
| | 017 | 0711820-3/01 |
| Marco Antônio Lima Berberi | 006 | 0679375-1/01 |
| Marcos Vinícius Molina Veroneze | 038 | 0741494-2/01 |
| Maria Lúcia Lins C. d. Medeiros | 004 | 0674734-0/02 |
| Maurício José Matras | 018 | 0711951-3/02 |
| Michel Luiz Padilha | 010 | 0696278-1/02 |
| Mônica Akemi I. T. d. Aquino | 001 | 0667904-1/02 |

| | | |
|---|---|---|
| Nelson Knob | 034 | 0733645-4/02 |
| Neudi Fernandes | 009 | 0692716-0/02 |
| Oséas Santos | 021 | 0716685-4/02 |
| Osvaldo José Woytovetch Brasil | 005 | 0675154-6/03 |
| Patricia Carla de Deus Lima | 007 | 0687588-3/03 |
| | 014 | 0708589-2/03 |
| | 016 | 0710632-9/01 |
| | 028 | 0721062-4/04 |
| Patricia Vanessa Maran Vieira | 009 | 0692716-0/02 |
| Paula Nogara Guérios | 013 | 0708004-4/02 |
| Paulo Henrique Berehulka | 006 | 0679375-1/01 |
| Priscila Camargo Pereira da Cunha | 008 | 0690242-7/02 |
| Rafael Baggio Berbicz | 013 | 0708004-4/02 |
| Rayane Hagge | 020 | 0716502-0/01 |
| Ricardo Magno Quadros | 020 | 0716502-0/01 |
| Rita de Cássia C. d. Vasconcelos | 004 | 0674734-0/02 |
| Roberto Ferreira Filho | 003 | 0671884-3/03 |
| Robinson Marçal Kaminski | 038 | 0741494-2/01 |
| Rodrigo de Morais Soares | 014 | 0708589-2/03 |
| | 015 | 0708710-7/03 |
| | 019 | 0715639-8/03 |
| | 028 | 0721062-4/04 |
| Rodrigo Mombach Cremonese | 012 | 0707649-9/01 |
| Rodrigo Silvestri Marcondes | 036 | 0734317-9/03 |
| Samir Alexandre do Prado Gebara | 031 | 0726318-1/01 |
| Teresa Celina de A. A. Wambier | 032 | 0729247-9/02 |
| | 037 | 0739845-8/02 |
| | 040 | 0749436-2/03 |
| Thais Portugal | 008 | 0690242-7/02 |
| Valéria Caramuru Cicarelli | 010 | 0696278-1/02 |
| | 030 | 0724728-9/01 |
| Walter Borges Carneiro | 011 | 0705868-6/02 |

Publicação para devolução de autos

0001 . Processo/Prot: 0667904-1/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/12293, 2011/17799. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 667904-1 Agravo de Instrumento. Interessado: Massa Falida Maxicon Construções Civis Ltda. Recorrente: Síndica da Massa Falida Maxicon Construções Civis Ltda. Advogado: Mônica Akemi Igarashi Thomaz de Aquino. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DRA. MONICA IGARASHI

0002 . Processo/Prot: 0669749-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/347525. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 669749-8 Apelação Civel. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Itaucard Sa. Advogado: Luís Oscar Six Botton. Recorrido: Maria Cristina Caldeira Zen. Advogado: Gilberto Adriane da Silva. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. LUIS OSCAR SIX BOTTON

0003 . Processo/Prot: 0671884-3/03 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/231921. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 6718843-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Consórcio Nacional Ford Ltda. Advogado: Marcelo Tesheiner Cavassani, Alessandro Moreira do Sacramento. Agravado: Liceu Emilio Pauwels, Durval Augusto Leone Machado, Eduardo Sérgio Assumpção Quintanilha Braga, Orides Sperandio, Raimundo Benjamin Cia Ltda, Manoel Francisco Silva Filho, Zebino Diogo de Almeida, Hélio Scarpin, Sigueo Fuzitani. Advogado: Luiz Gustavo Fragoso da Silva, Roberto Ferreira Filho. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. LUIZ GUSTAVO FRAGOSO

0004 . Processo/Prot: 0674734-0/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/382718. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 674734-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Maria Lúcia Lins Conceição de Medeiros, Rita de Cássia Correa de Vasconcelos, Felipe Correa dos Santos Nader, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Associação Paranaense de Defesa do Consumidor - Apadeco. Advogado: Gisele Passos Tedeschi, Jane Lúci Gulka. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. EVARISTO ARAGÃO

0005 . Processo/Prot: 0675154-6/03 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2010/356683, 2010/356684. Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 675154-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Município de Araucária. Advogado: Genésio Felipe de Natividade, Gilberto Gomes de Lima, Osvaldo José Woytovetch Brasil, Luciane Ferreira Guimarães. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. GILBERTO GOMES DE LIMA

0006 . Processo/Prot: 0679375-1/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/350814. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 679375-1 Agravo de Instrumento. Recorrente: J C Calegaro Ltda. Advogado: Paulo Henrique Berehulka. Recorrido: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marco Antônio Lima Berberi. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. EMERSON CORAZZA DA CRUZ

0007 . Processo/Prot: 0687588-3/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/104197. Comarca: Arapongas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 687588-3 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima. Recorrido: Fernando Migliorini Neto, Sadae Kato, Antonia Aparecida Manfrinato Romeiro, Maria Zalete Dornelas de Carvalho, Giiovanna Lacerda Furlan Mariano, Paschoal Gasparoto, Amilton de Souza Reis. Advogado: Fabiana Sommer Harlos Maynardes, Ernani Ori Harlos Júnior. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. ERNANI ORI HARLOS JÚNIOR

0008 . Processo/Prot: 0690242-7/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/293878. Comarca: Lapa. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 690242-7 Apelação Civel. Recorrente: Laminados Vallimplast Fabricação e Comércio de Plásticos Ltda. Advogado: Thais Portugal, Fernanda Portugal. Recorrido: Vivo Sa. Advogado: Priscila Camargo Pereira da Cunha, Carmen Glória Arriagada Andrioli, Louise Rainer Pereira Gionédis. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. CARMEN GLÓRIA ARRIAGADA

0009 . Processo/Prot: 0692716-0/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/158525. Comarca: Lapa. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 692716-0 Apelação Civel. Recorrente: Transportes Pampeiro Ltda. Advogado: Patricia Vanessa Maran Vieira. Recorrido: Amilton Fontana. Advogado: Neudi Fernandes. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. NEUDI FERNANDES

0010 . Processo/Prot: 0696278-1/02 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/239151. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 6962781-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Safra SA. Advogado: Valéria Caramuru Cicarelli, Alexandre Nelson Ferraz. Agravado: Transluc Cargas e Encomendas Ltda. Advogado: Marcia Montalto Rossato, Michel Luiz Padilha. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DRA. MARCIA MONTALTO ROSSATO

0011 . Processo/Prot: 0705868-6/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/68002. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 705868-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Ipiranga Produtos de Petróleo S/a. Advogado: Gustavo de Almeida Flessak. Interessado: Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga. Advogado: Gustavo de Almeida Flessak, Augusto Pastuch de Almeida, Walter Borges Carneiro. Recorrido: Comércio de Combustíveis Atuba Ltda. Advogado: Guilherme de Salles Gonçalves. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. GUSTAVO DE ALMEIDA

0012 . Processo/Prot: 0707649-9/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/143875. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 707649-9 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Fanor José Anacleto da Silva, Salete Pesseti Ize, Jairo Philippi, Roque Trevisan, Augusto Teixeira Dela Vedova, Gema Luza Sundstron, Teresinha Delai da Silva, Haroldo Garcia da Silva, Walmor Dal Pont, Almerindo de Jorgi, Nelson Vitorassi, Telmo Pellenz, Valmir Dinca, Vanio Philippi, Waldomiro Destro. Advogado: Luciano Marcio dos Santos, Ernani Ori Harlos Júnior, Rodrigo Mombach Cremonese. Interessado: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Elisângela de Almeida Kavata. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. ERNANI ORLI HARLOS JÚNIOR

0013 . Processo/Prot: 0708004-4/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/144396. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 708004-4 Apelação Civel. Recorrente: Adriane de Fátima da Cruz. Advogado: Paula Nogara Guérios. Recorrido: Unimed de Curitiba Sociedade Cooperativa de Serviços Hospitalares. Advogado: Rafael Baggio Berbicz, Lizete Rodrigues Feitosa. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. LIZETE RODRIGUES FEITOSA

0014 . Processo/Prot: 0708589-2/03 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/219574. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 7085892-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Celmira Filevski, Luis Alberto Vantroba, Ariete Ferreira Padilha, Espólio de Joaquim Eurides Padilha, Sirley Marina Passos, Alfredo Fontinelli, Neusa Regina Nadal, Fabrício Palermo Pupo, Francisco Pupo Neto, Espólio de Horácio Mendes Sobrinho, Acácio de Moura Prestes. Advogado: Rodrigo de Morais Soares. Interessado: Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. RODRIGO DE MORAIS SOARES

0015 . Processo/Prot: 0708710-7/03 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/188445. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 7087107-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itau Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Dalila Eleutério Dalalibera, Jorge Luis Valgas, Maria de Lourdes Vianna Besbati, Roberto Antunes Pinto, Ivan Kohler, Hilario Devicchi, Leny Gomes Grott, Ana Klepa Araujo e Silva, Aline Martins Ricci Jorge, Altamir Cleber Abdala Farago, Eimar de Freitas Kloster. Advogado: Rodrigo de Morais Soares, Angelo Filho Moro. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. RODRIGO DE MORAIS SOARES

0016 . Processo/Prot: 0710632-9/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/42163. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 710632-9 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itau Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Patricia Carla de Deus Lima, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Luiz Henrique Moro Zimermann, Karina Adriana Moro Zimermann, Edite Maria Gonçalves Cunha, Peter Kruger, Inácio Rompava, Carlos Alberto Rodrigues. Advogado: Ernani Ori Harlos Júnior. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. ERNANI ORI HARLOS JÚNIOR

0017 . Processo/Prot: 0711820-3/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/165724. Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 711820-3 Apelação Cível. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Angela Anastázia Cazeloto, Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez. Recorrido: Kelwyn - Empreendimentos Ltda, Ednaldo de Oliveira, Rosa Maria de Oliveira, Eliane José Pereira. Advogado: Alexandre Sutkus de Oliveira, Antonio de Padua Tadeu de Oliveira, Kamila Trevisan da Silva. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. ALEXANDRE SUTKUS DE OLIVEIRA

0018 . Processo/Prot: 0711951-3/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/38850. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 711951-3 Agravo de Instrumento. Recorrente: José Roberto Pereira. Advogado: Maurício José Matras. Recorrido: Kurten Madeiras e Casas Pré Fabricadas. Advogado: Diogo Matté Amaro, Diogo Benradt Cardoso. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. MAURÍCIO JOSÉ MATRAS

0019 . Processo/Prot: 0715639-8/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/147922. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 715639-8 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Joana Portella, Florilio Machado de Lima, Elizete de Lourdes Weinert, Leda Mara Ramos Del Col, Jane Guerra Pinto, Vera Teresinha Martins de Oliveira, Sandra Cristina Guimarães, Cacilda Deloski, Mabel de Bortoli, Ricardo José Chwist. Advogado: Rodrigo de Morais Soares. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. RODRIGO DE MORAIS SOARES

0020 . Processo/Prot: 0716502-0/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/140606. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 716502-0 Apelação Cível. Recorrente: Cohab Cia de Habitacao Popular de Curitiba. Advogado: Luiz Antonio Pinto Santiago, Hassan Sohn, Ladismara Teixeira, Eduardo Garcia Branco, Rayane Hagge. Recorrido: Condomínio Conjunto Residencial Vila Velha. Advogado: Ricardo Magno Quadros. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. RICARDO MAGNO QUADROS

0021 . Processo/Prot: 0716685-4/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/213882. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 716685-4 Apelação Cível. Recorrente: Luiz Carlos dos Santos Junior. Advogado: Oséas Santos, Andressa Hilgenberg Hansen. Recorrido: Carla Mara Vieira de Almeida. Advogado: Jesiel de Oliveira Schemberger, Isaquel Maia. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. ISAQUEL MAIA

0022 . Processo/Prot: 0716948-6/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/165942. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 716948-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Antonio Silveria Brasil Filho (maior de 60 anos), Aracy Bonatto Lunardon (maior de 60 anos), José Leonel Ciccarelli (maior de 60 anos), Katia Maria Bach (maior de 60 anos), Levino Pinto Brandão Neto, Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro, Marcelo Ribas, Newton Antonio Cavet (maior de 60 anos), Paulo José Machoski, Raymundo Bruno Marussig (maior de 60 anos). Advogado: Marcio Augusto Verboski. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. MARCIO AUGUSTO VERBOSKI

0023 . Processo/Prot: 0716962-6/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/173800. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 716962-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Abdu Dib Abage, Aline Ribeiro Soares da Silva, Antonio Silvio Gonçalves, Carmen Lucia Polidoro do Amaral Catani, Eloi Tambosi, João Antonio Joukoski, Juarez Gabardo, Luis Alberto Menon, Ondina Santana Ferreira, Silvestre Cargnin. Advogado: Marcio Augusto Verboski. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. MARCIO AUGUSTO VERBOSKI

0024 . Processo/Prot: 0718256-1/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/171330. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 718256-1 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado Sa. Advogado: Carlos Alberto Nepomuceno Filho, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Luiz Eduardo Virmond Leone, Simão Osna, Lineu Borges de Macedo, Edison Francisco Gomes, Faisal Iassim, João Fernando Fadel, Espólio de Ayrton Greiffo, Espólio de Marconi Pedroso, Espólio de Gerardo Nogueira Dourado, João Maria Prestes. Advogado: Luiz Eduardo Virmond Leone, João Rodrigo Stinghen Alvarenga. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. LUIZ EDUARDO VIRMOND

0025 . Processo/Prot: 0720366-3/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/223748. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7203663-0/1 Recurso Especial Cível. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Gilberto Ismael Kachinski. Advogado: Lincoln Eduardo Albuquerque de Camargo Filho. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. LINCOLN EDUARDO ALBUQUERQUE

0026 . Processo/Prot: 0720436-0/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/173818. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 720436-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Aldazir Wudarski, Josiel Gonçalves Rolo, Lilian Perseke, Mary de Oliveira Leon Petit, Nelson João Schaikoski, Regina Feres Kowalczuk, Rosangela Terencio de Lara, Salomão Woller, Victorio Channe. Advogado: João Rodrigo Stinghen Alvarenga. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. LUIZ EDUARDO VIRMOND

0027 . Processo/Prot: 0720882-2/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/173828. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 720882-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Afonso Celso Nunes, Antonio de Lucas, Ivany Carlins, Ivete Margarida Gabardo Alves, João Cardozo de Oliveira, José Benedito de Oliveira, Laercio Salgado, Luiz Carlos Barbosa, Maria Ruoso Kozak, Omires Pedroso do Nascimento. Advogado: Marcio Augusto Verboski, Fellipe José Gehr. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. MARCIO AUGUSTO VERBOSKI

0028 . Processo/Prot: 0721062-4/04 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/142599. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 721062-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Patricia Carla de Deus Lima, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Norma Marisa Schafranski (maior de 60 anos), Espólio de José Victo Ceregato, Osvaldo Luis da Silva, Neusa Rocha de Oliveira, Espólio de Ronilse Althaus Bittencourt, Paula Cristhiane Larocca Hauer, Hans Jurgen Zastrutzki, Elisabete Radichesck Furtado, Nelcy Degraf (maior de 60 anos), Indianara Maria Rodrigues Schuinki. Advogado: Rodrigo de Morais Soares, Angelo Filho Moro, Edina Maria dos Santos Machado. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. RODRIGO DE MORAIS SOARES

0029 . Processo/Prot: 0721408-0/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/35650. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 721408-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Camila Fernanda Moreira Antunes. Advogado: João Batista dos Anjos. Recorrido: Município de Curitiba. Advogado: Fernando Almeida de Oliveira. Interessado: Regina H M Garcez O Mello. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. JOÃO BATISTA DOS ANJOS

0030 . Processo/Prot: 0724728-9/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/104503. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 724728-9 Apelação Civel. Recorrente: Banco Sofisa S/a. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Recorrido: Irmãos Bocchi e Companhia Ltda. Advogado: José Anderson Schlemper. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. ALEXANDRE NELSON FERRAZ

0031 . Processo/Prot: 0726318-1/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/183097. Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 726318-1 Apelação Civel. Recorrente: Município de Fazenda Rio Grande. Advogado: Alexandre Jankovski Botto de Barros. Recorrido: Antonio Siderlei Baldan, Marlene Baldan. Advogado: Adyr Raitani Júnior, Marcelo Antonio Ohrenn Martins, Samir Alexandre do Prado Gebara. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. MARCELO ANTONIO OHRENN

0032 . Processo/Prot: 0729247-9/02 Recurso Extraordinário/Especial Cível

. Protocolo: 2011/127076, 2011/127093. Comarca: Guarapuava. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 729247-9 Apelação Civel. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Helder Pilati. Advogado: Helder Pilati. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. HELDER PILATI

0033 . Processo/Prot: 0731765-3/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/136970. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0731765-3/02 Agravo. Recorrente: Banco Itaú S/a, Banco Banestado S/a. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Nadia Yasser Salameh, Carlos Alberto do Carmo, Aparecida Gallo, Marilda Fioravanti Gondim, Abigail Gonçalves Del Padre, Antonio Carvalho Junior, Maria Stela Hespanhol Simoni, José Rodrigues de Moraes, Célia Meira, Genésio Picelli Junior. Advogado: Jaafar Ahmad Barakat. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. JAAFAR AHMAD BARAKAT

0034 . Processo/Prot: 0733645-4/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/178900. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 733645-4 Apelação Civel. Recorrente: Nelson Knob. Advogado: Nelson Knob. Recorrido: João Evaristo Sampaio. Advogado: Leoberto Luís Bazzaneze, Débora Carla de Mello Oliveira. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DRA. DÉBORA CARLA DE MELLO

0035 . Processo/Prot: 0734121-3/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/175486. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 734121-3 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Mauro Hernaski, Jurandir Marcondes Ribas Filho, João Ferreira Olenik, Mario Roberto Rudy, Vera Maria Couto Gusmão, Lauro Guilherme Muller, Vilson Luiz Ferreira Natel, Airton Maria Campos,

José Geraldo Turezo, Crescio Costa. Advogado: João Rodrigo Stinghen Alvarenga, Luiz Eduardo Virmond Leone. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. LUIZ EDUARDO VIRMOND

0036 . Processo/Prot: 0734317-9/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/136986. Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 7343179-0/2 Agravo. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Paulo Roberto Trevisol, Ivo Otto, Victor Otto, Zeno Boyko, Osni Kotecki, João Pelepek, Leonildo Nedochetko, Lucia Nedochetko, Tadeu Freder Filho, Ermindo Greselle. Advogado: Rodrigo Silvestri Marcondes, Henry Levi Kaminski. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. HENRY LEVI KAMINSKI

0037 . Processo/Prot: 0739845-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/188479. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 739845-8 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Recorrido: Joao Carlos Gelasko, Kingo Fukui (maior de 60 anos), Ladislau José Machado, Laurita Costa Rosa, Loibe de Oliveira (maior de 60 anos), Luiz Carlos Ritter (maior de 60 anos), Luiz Flavio Paschoalino, Maria Gouvea de Ramos (maior de 60 anos), Odelipe Xavier Santos, Waldomiro Parfieniuk (maior de 60 anos). Advogado: Marcio Augusto Verboski. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. MARCIO AUGUSTO VERBOSKI

0038 . Processo/Prot: 0741494-2/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/179219. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 741494-2 Apelação Civel. Recorrente: Bv Financeira Sa Cfi. Advogado: Marcos Vinícius Molina Veroneze. Recorrido: Aline Aparecida Trizotto. Advogado: Robinson Marçal Kaminski. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. ROBINSON MARÇAL KAMINSKI

0039 . Processo/Prot: 0749363-4/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/162769. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 749363-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: José Cláudio Rorato, Dolarino Medeiros Mateus, José Romano (maior de 60 anos), Waldemar Francisco de Souza, Maria Aparecida Dias (maior de 60 anos), Rosalino Capellari, Maria Reny Criminacio de Oliveira. Advogado: Jaafar Ahmad Barakat. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. JAAFAR AHMAD BARAKAT

0040 . Processo/Prot: 0749436-2/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/142510. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 749436-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Recorrido: Adilson Sidney Contini, Narciza Lourdes Bazzi Barcarolo (maior de 60 anos), Selida Harmel Zwierewicz (maior de 60 anos), Dari Vargas, Maria Silva Valcarenghi (maior de 60 anos), Rosa Moraes Jacovacs (maior de 60 anos), Henrique Zorzin (maior de 60 anos), Adão Pereira Duarte (maior de 60 anos), Angelin Rissato (maior de 60 anos), Tereza Machado Pretico (maior de 60 anos). Advogado: Jaafar Ahmad Barakat. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. JAAFAR AHMAD BARAKAT

0041 . Processo/Prot: 0749803-3/01 Recurso Extraordinário Cível
. Protocolo: 2011/193436. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 749803-3 Apelação Civel e Reexame Necessario. Recorrente: Estado do Paraná. Advogado: Fernando Merini. Remetente: Juiz de Direito. Recorrido: Wilson Jorge Joly. Advogado: Beatriz Adriana de Almeida. Observação: PRAZO DE 24 HORAS - DR. BEATRIZ ADRIANA DE ALMEIDA

---

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Seção Recursos Criminais**
**Relação No. 2011.10181**

---

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Alessandro Maurici | 011 | 0636325-7/01 |
| Edilson Socorro Cordeiro | 005 | 0560488-2/02 |
| | 007 | 0606146-7/02 |
| | 009 | 0626328-5/02 |
| Jeferson Martins Leite | 012 | 0640397-2/01 |
| José Carlos Portella Júnior | 002 | 0502547-6/02 |
| | 010 | 0631835-8/02 |
| | 014 | 0654136-8/02 |
| José Rodrigues de Freitas | 004 | 0559215-2/02 |
| | 006 | 0563597-8/02 |
| | 008 | 0614690-5/02 |
| Leandro Linhares Kuss | 003 | 0542088-4/02 |
| Marcos José Mesquita | 009 | 0626328-5/02 |
| Maristela Rocio Klumb | 001 | 0477283-6/02 |
| Nádia Regina de Carvalho Mikos | 002 | 0502547-6/02 |
| | 010 | 0631835-8/02 |
| | 014 | 0654136-8/02 |
| Paulo Roberto Padilha | 013 | 0643742-9/02 |
| Reginaldo Lopes de Carvalho | 013 | 0643742-9/02 |
| Roberto Cesar Gouveia Majchszak | 013 | 0643742-9/02 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. 1º Vice-Presidente

0001 . Processo/Prot: 0477283-6/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/416739. Comarca: Lapa. Vara: Vara Única. Ação Originária: 477283-6 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: José Carlos Cordeiro, Walter Vieira Frutuoso (Réu Preso). Def.Dativo: Maristela Rocio Klumb. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0002 . Processo/Prot: 0502547-6/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/27415. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 502547-6 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Eliane Brandt (Réu Preso), Antonio Ferreira (Réu Preso), Claudinei Alves Gonçalves (Réu Preso). Def.Dativo: Nádia Regina de Carvalho Mikos, José Carlos Portella Júnior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 8174/10

0003 . Processo/Prot: 0542088-4/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/416742. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 542088-4 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Sandro Gomes Lacerda (Réu Preso). Def.Dativo: Leandro Linhares Kuss. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso. Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal Superior. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 12441/11

0004 . Processo/Prot: 0559215-2/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/147295. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 559215-2 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Edimar Tomé da Silva (Réu Preso). Def.Dativo: José Rodrigues de Freitas. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0005 . Processo/Prot: 0560488-2/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/3285. Comarca: Cascavel. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 560488-2 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Antonio Carlos Fagundes (Réu Preso). Def.Dativo: Edilson Socorro Cordeiro. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0006 . Processo/Prot: 0563597-8/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/161094. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 563597-8 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Willian Alves da Silva (Réu Preso), Jhony Valdo de Jesus Silva (Réu Preso), Robson Santana de Almeida (Réu Preso), Luiz Wagner de Macedo (Réu Preso). Def.Dativo: José Rodrigues de Freitas. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0007 . Processo/Prot: 0606146-7/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/407826. Comarca: Cianorte. Vara: Vara Criminal. Ação Originária: 606146-7 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Jose Pereira de Souza Junior. Def.Dativo: Edilson Socorro Cordeiro. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0008 . Processo/Prot: 0614690-5/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/261488. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 614690-5 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Paulo Douglas dos Santos Nascimento (Réu Preso). Def.Dativo: José Rodrigues de Freitas. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 14.844/10

0009 . Processo/Prot: 0626328-5/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/226936. Comarca: Wenceslau Braz. Vara: Vara Única. Ação Originária: 626328-5 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido (1): Marciano Ribeiro (Réu Preso). Def.Dativo: Edilson Socorro Cordeiro. Recorrido (2): Rafael Robson Benett (Réu Preso). Advogado: Marcos José Mesquita. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0010 . Processo/Prot: 0631835-8/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/231741. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Criminal. Ação Originária: 631835-8 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Sebastião Wagner Teixeira (Réu Preso). Def.Dativo: Nádia Regina de Carvalho Mikos, José Carlos Portella Júnior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0011 . Processo/Prot: 0636325-7/01 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2011/194512. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 636325-7 Apelação Crime. Recorrente: Carlos Roberto Bortolan. Advogado: Alessandro Maurici. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0012 . Processo/Prot: 0640397-2/01 Recurso Especial/Extraordinário Crime
. Protocolo: 2011/190893, 2011/190894. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Criminal. Ação Originária: 640397-2 Apelação Crime. Advogado: Jeferson Martins Leite. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná (Réu Preso). Recorrente: Rodrigo Chaves dos Santos. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento aos recursos. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0013 . Processo/Prot: 0643742-9/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/416775. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 643742-9 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido (1): Luis Ricardo Lima Cubas (Réu Preso). Advogado: Reginaldo Lopes de Carvalho, Paulo Roberto Padilha. Recorrido (2): Rodinei da Cruz (Réu Preso). Advogado: Roberto Cesar Gouveia Majchszak. Ass.Acusação: Guilhereme Kloss Neto, Maria Alice Ross. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0014 . Processo/Prot: 0654136-8/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/368088. Comarca: Cambé. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 654136-8 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Leonardo Saraiva Mendes (Réu Preso). Def.Dativo: Nádia Regina de Carvalho Mikos, José Carlos Portella Júnior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 1069/11

---

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Seção Recursos Criminais**
**Relação No. 2011.10208**

---

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Alessandro Silverio | 001 | 0335804-3/02 |
| Alinne Kerymi Santos | 006 | 0692535-5/03 |
| Gabriel Zandonai | 004 | 0611943-9/02 |
| Jayme Souza Alves | 004 | 0611943-9/02 |
| Juliana Luiza Muller | 004 | 0611943-9/02 |
| Laercio Ademir dos Santos | 005 | 0622005-1/03 |
| Leticia Lopes Jahn | 007 | 0699773-3/02 |
| Marcelo George Ferrari | 002 | 0486040-0/02 |
| Nádia Regina de Carvalho Mikos | 003 | 0610197-3/02 |
| Patrícia Aparecida M. Izidoro | 005 | 0622005-1/03 |
| Rogério Oscar Botelho | 001 | 0335804-3/02 |
| Ronaldo Antonio Botelho | 001 | 0335804-3/02 |
| Sebastião Domingues da Luz | 008 | 0762013-7/01 |
| Sergio dos Santos Silveira | 008 | 0762013-7/01 |
| Sonia Regina Santos Silveira | 006 | 0692535-5/03 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. 1º Vice-Presidente
0001 . Processo/Prot: 0335804-3/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2011/106798. Comarca: Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 335804-3 Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Jorge Luiz Bianco. Advogado: Rogério Oscar Botelho, Ronaldo Antonio Botelho, Alessandro Silverio. Despacho:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL CRIME Nº 335.804-3/02 EMBARGANTE: JORGE LUIZ BIANCO 1. JORGE LUIZ BIANCO interpôs embargos de declaração em face da decisão de fls. 633/636, que admitiu o recurso especial interposto pelo Ministério Público do Estado do Paraná. Alegou que houve omissão sobre o que foi alegado nas contrarrazões, sobretudo em relação aos óbices sumulares. 2. Os embargos de declaração não comportam acolhimento. A decisão embargada apreciou os pressupostos de admissibilidade do recurso especial em todas as suas nuanças. Na medida em que o recurso foi admitido, é evidente que não foi verificada a presença dos óbices sumulares suscitados pelo embargante nas contrarrazões, sendo desnecessário constar expressamente referência a esse respeito. O Embargante pretende, em verdade, abrir nova discussão sobre os requisitos para a admissão do recurso especial, o que é inviável diante da estrita finalidade dos embargos de declaração, conforme disposto no artigo 619 do Código de Processo Penal. 3. Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração. Publique-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 11.569/11
0002 . Processo/Prot: 0486040-0/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/148908. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 486040-0 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: José Ângelo Aguirre. Advogado: Marcelo George Ferrari. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CRIME Nº 486.040-0/02 RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ RECORRIDO: JOSÉ ÂNGELO AGUIRRE Desentranhem-se a petição protocolada sob nº 294.297/2011 e o documento que a acompanha (fls. 514/517) e juntem-se ao protocolo nº 295.864/2009, que se refere à implantação do convênio firmado pela OAB Paraná, o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado para atendimento jurídico à população carente. Publique-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 1584/10
0003 . Processo/Prot: 0610197-3/02 Recurso Especial/Extraordinário Crime
. Protocolo: 2010/132951, 2010/349694. Comarca: Guaíra. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 610197-3 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: Wanderlei Soares da Silva. Def.Dativo: Nádia Regina de Carvalho Mikos. Despacho:
RECURSO ESPECIAL/EXTRAORDINÁRIO CRIME Nº 610.197-3/02 RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ RECORRIDO: WANDERLEI SOARES DA SILVA 1. Retifique-se o termo de registro de autuação do presente Recurso Especial/Extraordinário Crime, para constar como procurador do recorrido o advogado HAMILTON MARIANO, conforme instrumento de procuração de fls. 309. 2. Intime-se o recorrido, por seu advogado Dr. HAMILTON MARIANO, do Acórdão de fls. 332/335, que julgou os Embargos de Declaração opostos pelo recorrente, para, querendo, reiterar as razões do recurso especial interposto às fls. 291/308. 3. Tornem-se sem efeito as certidões de fls. 370 e 381. 4. Publique-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 4268/11
0004 . Processo/Prot: 0611943-9/02 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/230493. Comarca: Manoel Ribas. Vara: Vara Única. Ação Originária: 611943-9 Apelação Crime. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido (1): Newton Stronczek. Advogado: Juliana Luiza Muller, Gabriel Zandonai. Recorrido (2): Marcos Antonio Dobeck. Advogado: Jayme Souza Alves. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CRIME Nº 611.943-9/02 RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ RECORRIDOS: NEWTON STRONCZEK E MARCOS ANTONIO DOBECK Desentranhe-se a petição protocolada sob nº 294.297/2011 (fls. 546) e junte-se ao protocolo nº 295.864/2009, que se refere à implantação do convênio firmado pela OAB Paraná, o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado para atendimento jurídico à população carente. Publique-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 13480/10
0005 . Processo/Prot: 0622005-1/03 Recurso Especial Crime
. Protocolo: 2010/261433. Comarca: Ibaiti. Vara: Vara Única. Ação Originária: 622005-1 Apelação Crime. Recorrente: Clayton Ferreira (Réu Preso). Advogado: Laercio Ademir dos Santos, Patrícia Aparecida Marceli Izidoro. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Despacho:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL CRIME Nº 622.005-1/03 EMBARGANTE: CLAYTON FERREIRA 1. Trata-se de embargos de declaração (fls. 629/637) opostos por CLAYTON FERREIRA em face do despacho de fls. 595/596, que rejeitou os embargos de declaração anteriormente opostos. Afirmou o Embargante que a mencionada decisão não solucionou a questão referente à intimação, a qual se mostrou contra legem a simplista anotação/publicação da expressão "DIANTE DO EXPOSTO, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO" no veículo de publicação, exigindo-se, assim, a necessária republicação com os elementos indispensáveis ao conhecimento da decisão. 2. Os presentes embargos merecem ser conhecidos, porém, não devem ser acolhidos. Os embargos de declaração são cabíveis quando "houver, na sentença ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão" (artigo 619, do Código de Processo Penal). A pretensão do Embargante demonstra tão somente o inconformismo com a decisão exarada, eis que não estão presentes qualquer dos vícios autorizadores da via almejada. A propósito, destaca-se o trecho da decisão embargada sobre a questão tida como não solucionada: "Não se vislumbra, na hipótese, qualquer nulidade na publicação resumida da decisão que negou seguimento ao recurso especial, e isto com vistas à previsão do artigo 84 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, aplicável subsidiariamente neste Tribunal de Justiça, por força do artigo 467 do Regimento Interno desta Corte. Veja-se, nesse sentido, que "a publicação pela imprensa pode ser resumida (RISTF 84-`caput' e § 1º; LEF 27; NSC, Cap. IV, item 63), `bastando a publicação de suas conclusões, os nomes das partes e de seus advogados, sendo que a

omissão de um destes, quando a parte está representada `in solidum' por dois, não constitui causa de nulidade' (STF-RT 541/281). No mesmo sentido: RTFR 157/23, RT 616/182, RJTAMG 26/319, RP 5/375, em.187" (apud Theotônio Negrão, "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor", Saraiva, 37a edição, 2005, nota 7 ao artigo 236, p. 316). Apenas "a publicação truncada do resumo da sentença" (o que não foi o caso) justificaria a republicação da decisão (REsp 3719-CE, Rel. Min. Dias Trindade, DJU 11.3.91, p. 2392)". 3. Diante do exposto, rejeito os presentes embargos declaratórios. Publique-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 15.320/10

0006 . Processo/Prot: 0692535-5/03 Agravo Crime ao STJ

. Protocolo: 2011/241248. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Criminal. Ação Originária: 6925355-0/2 Recurso Especial Crime. Agravante: Ministério Público do Estado do Paraná. Agravado: Andres Rodrigo Valencio. Advogado: Sonia Regina Santos Silveira, Alinne Kerymi Santos. Despacho:

AGRAVO CRIME AO STJ Nº 692.535-5/03 AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ AGRAVADO: ANDRES RODRIGO VALENCIO 1. Diante do contido na petição de fls. 413, retifique-se o termo de registro de autuação do Recurso Especial encartado às fls. 446, para constar como procurador do agravado, exclusivamente, o advogado ANDRES RODRIGO VALÊNCIO, conforme substabelecimento de fls. 414. 2. Tornem-se sem efeito a certidão de fls. 448 e o despacho de fls. 449. 3. Intime-se o agravado, por seu procurador Dr. ANDRES RODRIGO VALÊNCIO, para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, resposta ao Agravo Crime ao STJ. 4. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0007 . Processo/Prot: 0699773-3/02 Recurso Especial Crime

. Protocolo: 2011/197363. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Criminal. Ação Originária: 699773-3 Apelação Crime. Recorrente: Adriano Alpinhaky da Silva (Réu Preso). Advogado: Leticia Lopes Jahn. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CRIME Nº 699.773-3/02 RECORRENTE: ADRIANO ALPINHAKY DA SILVA RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ 1. Retifique-se o termo de registro do recurso especial, incluindo-se o nome de HELIO MOELLMANN FERREIRA DE BARROS como Assistente de Acusação. 2. Diante do contido na petição de fls. 928/930, em que o Assistente de Acusação afirmou que "não foi ofertado ao peticionário prazo para apresentar suas contrarrazões apesar de ter requerido sua intimação", torno sem efeito a decisão de fls. 923/925. 3. Intime-se o Assistente de Acusação para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, contrarrazões ao recurso. 4. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 14825/11

0008 . Processo/Prot: 0762013-7/01 Recurso Especial Crime

. Protocolo: 2011/202890, 2011/208034. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Criminal. Ação Originária: 762013-7 Apelação Crime. Recorrente (1): Fernando Bueno de Moraes. Advogado: Sebastião Domingues da Luz. Recorrente (2): Paulo Cesar Toriani (Réu Preso). Advogado: Sergio dos Santos Silveira. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Despacho:

ESTADO DO PARANÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA ASSESSORIA DE RECURSOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL CRIME Nº 762.013-7/01 EMBARGANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ 1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ opôs tempestivos embargos de declaração, em face do despacho de fls. 558/561, proferido pela 1ª Vice-Presidência deste Tribunal de Justiça. Taxou de omissa a decisão embargada, sustentando que "o recurso especial interposto por Fernando Bueno de Moraes não foi analisado na decisão por meio da qual se denegou seguimento ao recurso raro intentado por Paulo Cesar Toriani" (fls. 565). 2. Os presentes embargos de declaração merecem ser acolhidos. De fato, a partir de uma simples análise dos autos, constata-se a correção da assertiva trabalhada no arrazoado ministerial, de modo que devem ser acolhidos os presentes aclaratórios para que se complementem os termos do decisum impugnado, suprindo-se a omissão apontada. Via de consequência, passo ao respectivo exame de admissibilidade recursal em separado. Por prudência, apenas, registre-se que a decisão embargada deve ser mantida inalterada quanto ao Recorrente Paulo Cesar Toriani. 3. Diante do exposto, acolho os embargos de declaração. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 13838/11

---

Div. Rec. Tribunais Superiores
Relação No. 2011.10240

---

**ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO**

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Andréa Cordeiro dos Santos | 006 | 0494126-0/02 |
| Carlos Alberto Stoppa | 001 | 0341887-9/02 |
| Carlos Renato Cunha | 008 | 0569261-7/04 |
| Daniel Hachem | 006 | 0494126-0/02 |
| Dario Nogueira de Campos | 003 | 0370456-9/03 |
| Debora Carla Resende Ramos | 001 | 0341887-9/02 |
| Diego Rubens Gottardi | 002 | 0352159-7/02 |
| Douglas dos Santos | 004 | 0371034-7/03 |
| | 005 | 0471637-0/02 |
| Dulcinea de Souza Schmidlin | 002 | 0352159-7/02 |
| Edvaldo Luiz da Rocha | 004 | 0371034-7/03 |
| Eraldo Lacerda Junior | 005 | 0471637-0/02 |
| Fábio César Teixeira | 008 | 0569261-7/04 |
| Fábio Martins Pereira | 007 | 0524232-4/03 |
| Jairo Basso | 001 | 0341887-9/02 |
| José Abel do Amaral França | 001 | 0341887-9/02 |
| José Carlos Martins Pereira | 007 | 0524232-4/03 |
| Juliana Renata de O. Gralike | 007 | 0524232-4/03 |
| Karine Cristina Costa | 002 | 0352159-7/02 |
| Katia Naomi Yamada | 008 | 0569261-7/04 |
| Luiz Carlos do Nascimento | 007 | 0524232-4/03 |
| Marcelo Tesheiner Cavassani | 003 | 0370456-9/03 |
| Marcos Vinicius Dacol Boschirolli | 001 | 0341887-9/02 |
| Maria Elizabeth Jacob | 007 | 0524232-4/03 |
| Ronaldo Gomes Neves | 008 | 0569261-7/04 |
| Vanessa Maria Ribeiro Batalha | 002 | 0352159-7/02 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. 1º Vice-Presidente

0001 . Processo/Prot: 0341887-9/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2008/27690. Comarca: Ubiratã. Vara: Vara Única. Ação Originária: 341887-9 Apelação Civel. Recorrente: Bb - Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento, Banco do Brasil SA. Advogado: Carlos Alberto Stoppa, Marcos Vinicius Dacol Boschirolli, Jairo Basso. Recorrido: Osvaldo Massashi Kimura, Jorge Yoshimi Kimura. Advogado: José Abel do Amaral França, Debora Carla Resende Ramos. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 341.887-9/02 RECORRENTES: BANCO DO BRASIL S.A. E BB - FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RECORRIDOS: OSVALDO MASSASHI KIMURA E JORGE YOSHIMI KIMURA Considerando a retratação noticiada às fls. 408/415, declaro prejudicado o recurso especial. Publique-se e, oportunamente, retornem os autos ao Juízo de origem. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 9.109/08

0002 . Processo/Prot: 0352159-7/02 Recurso Extraordinário Cível

. Protocolo: 2006/167219. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 352159-7 Apelação Civel. Recorrente: B. V. Financeira S/a Cfi. Advogado: Diego Rubens Gottardi, Vanessa Maria Ribeiro Batalha, Karine Cristina Costa. Recorrido: Lindomar Ribeiro Somões. Advogado: Dulcinea de Souza Schmidlin. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

RECURSO EXTRAORDINÁRIO CÍVEL Nº 352.159-7/02 RECORRENTE: B. V. FINANCEIRA S.A. CFI RECORRIDO: LINDOMAR RIBEIRO SOMÕES 1. O Supremo Tribunal Federal, através da decisão fls. 246, determinou a devolução do presente recurso extraordinário a este Tribunal, nos termos dos artigos 543-B do Código de Processo Civil e 328-A do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, considerando o decidido, no Recurso Extraordinário nº 562.051/MT. 2. Ao apreciar o referido leading case em 03.06.2009, publicado no DJe de 15.06.2009, o Supremo Tribunal concluiu "que, no julgamento conjunto dos RE nº 466.343 (Rel. Min. CEZAR PELUSO), RE nº 349.703 (Rel. Min. CARLOS BRITTO), HCs nº 87.585 e nº 92.566 (Rel. Min. MARCO AURÉLIO), em sessão realizada em 03.12.2008, o Plenário assentou que é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito, consoante interpretação do art. 5º, inc. LXVII e §§ 1º, 2º e 3º, da CF, à luz do art. 7º, § 7, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)" . Daí a edição da Súmula Vinculante nº 25, assim redigida: "É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito" 3. Desse modo, aplica-se o artigo 543-B, § 3º, do Código de Processo Civil, segundo o qual "Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se". 4. Diante do exposto, julgo prejudicado o presente recurso extraordinário. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 9787/06

0003 . Processo/Prot: 0370456-9/03 Recurso Extraordinário Cível

. Protocolo: 2007/69801. Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 370456-9 Apelação Civel. Recorrente: Banco General Motors S/a. Advogado: Marcelo Tesheiner Cavassani. Recorrido: Adivaldo Tavares de Souza. Advogado: Dario Nogueira de Campos. Despacho: Descrição: Despachos do Vice-presidente.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO CÍVEL Nº 370.456-9/03 RECORRENTE: BANCO GENERAL MOTORS S.A. RECORRIDO: ADIVALDO TAVARES DE SOUZA 1. O Supremo Tribunal Federal, através do termo de remessa de fls. 240, determinou a devolução do presente recurso extraordinário a este Tribunal, com fundamento na Portaria GP nº 177, de 26.11.2007 (DJe 153/2007) e considerando o decidido no Recurso Extraordinário nº 562.051/MT. 2. Ao apreciar o referido leading case em 03.06.2009, publicado no DJe de 15.06.2009, o Supremo Tribunal concluiu "que, no julgamento conjunto dos RE nº 466.343 (Rel. Min. CEZAR PELUSO), RE nº 349.703 (Rel. Min. CARLOS BRITTO), HCs nº 87.585 e nº 92.566 (Rel. Min. MARCO AURÉLIO), em sessão realizada em 03.12.2008, o Plenário assentou que é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito, consoante interpretação do art. 5º, inc. LXVII e §§ 1º, 2º e 3º, da CF, à luz do art. 7º, § 7, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)". Daí a edição da Súmula Vinculante nº 25, assim redigida: "É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito" 3. Desse modo, aplica-se o artigo 543-B, § 3º, do Código de Processo Civil, segundo o qual "Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se". 4. Diante do exposto, julgo prejudicado o presente recurso extraordinário. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 7250/07

0004 . Processo/Prot: 0371034-7/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2007/209573. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 371034-7 Apelação Civel. Recorrente: Itaú Seguros Sa. Advogado: Douglas dos Santos. Recorrido: Maria de Lourdes Barbosa de Freitas. Advogado: Edvaldo Luiz da Rocha. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 371.034-7/03 RECORRENTE: ITAÚ SEGUROS S.A. RECORRIDA: MARIA DE LOURDES BARBOSA DE FREITAS Considerando a retratação noticiada às fls. 200/202, declaro prejudicado o Recurso Especial e nego-lhe seguimento. Publique-se e, oportunamente, retornem os autos ao Juízo de origem. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 3.908/08

0005 . Processo/Prot: 0471637-0/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2008/164535. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 471637-0 Apelação Civel. Recorrente: Itaú Seguros Sa. Advogado: Douglas dos Santos. Recorrido: Alzira Lazzarotto. Advogado: Eraldo Lacerda Junior. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 471.637-0/02 RECORRENTE: ITAÚ SEGUROS S/A RECORRIDA: ALZIRA LAZZAROTTO Cumpra-se o despacho de fls. 192. Curitiba, 13 de julho de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 9525/08

0006 . Processo/Prot: 0494126-0/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2008/278650. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 494126-0 Apelação Civel. Recorrente: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniel Hachem. Recorrido: Sheila Wanessa Pimpão Borges. Advogado: Andréa Cordeiro dos Santos. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 494.126-0/02 RECORRENTE: BANCO BRADESCO S.A. RECORRIDO: SHEILA WANESSA PIMPÃO BORGES 1. Considerando a retratação de fls. 277/287, declaro prejudicado o Recurso Especial e nego-lhe seguimento. 2. Publique-se e, oportunamente, retornem os autos ao Juízo de origem. Curitiba, 12 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 14171/08

0007 . Processo/Prot: 0524232-4/03 Agravo Cível ao STF

. Protocolo: 2009/329524. Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 0524232-4/02 Recurso Extraordinário Civel. Agravante: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Fábio Martins Pereira, José Carlos Martins Pereira, Luiz Carlos do Nascimento, Juliana Renata de Oliveira Gralike. Agravado: Eunice Domingos Arasaki. Advogado: Maria Elizabeth Jacob. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO CÍVEL AO STF Nº 524.232-4/03 AGRAVANTE: SERCOMTEL S.A. - TELECOMUNICAÇÕES AGRAVADA: EUNICE DOMINGOS ARASAKI 1. SERCOMTEL S.A. - TELECOMUNICAÇÕES interpôs agravo de instrumento ao STF em face da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário interposto nos autos de ação declaratória de direito acionário. 2. O Supremo Tribunal Federal através do termo de remessa de fls. 302-verso devolveu os presentes autos a este Tribunal, com fundamento na Portaria GP 138, de 23.07.2009 (DJe 140/2009), e no decidido no RE nº 567.454/BA. Com efeito, o Tribunal Superior, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 567.454/BA (DJe de 17.06.2009), decidiu, pela inexistência de repercussão geral da questão ora suscitada, por se tratar de matéria infraconstitucional, nos termos do artigo 324, § 2º, do Regimento Interno daquele Tribunal. Desse modo, aplica-se o artigo 543-A, § 5º, do Código de Processo Civil, segundo o qual "Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente". 3. Diante do exposto, julgo prejudicado o presente recurso. Publique-se. Curitiba, 13 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0008 . Processo/Prot: 0569261-7/04 Agravo Cível ao STF

. Protocolo: 2010/320534. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0569261-7/02 Recurso Extraordinário Civel. Agravante: Município de Londrina. Advogado: Fábio César Teixeira, Carlos Renato Cunha. Agravado: Vicente Martins Neto, Maria Lucia Mastrantonio Martins. Advogado: Ronaldo Gomes Neves, Katia Naomi Yamada. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

AGRAVO CÍVEL AO STF Nº 569.261-7/04 AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA AGRAVADOS: VICENTE MARTINS NETO E OUTRA 1. O Supremo Tribunal Federal, através do termo de remessa de fls. 622, determinou a devolução do presente agravo de instrumento a este Tribunal, com fundamento na Portaria GP nº 138, de 23.07.2009 (DJe 140/2009) e considerando o decidido no Agravo de Instrumento nº 712.743/SP, posteriormente convertido no Recurso Extraordinário nº 601.234/SP. 2. Ao apreciar o referido leading case (DJe de 09.09.2009), o Supremo Tribunal reconheceu a existência da repercussão geral da matéria para os efeitos do art. 543-B do Código de Processo Civil, e ratificou o entendimento anteriormente firmado naquela Corte, no sentido da inconstitucionalidade da progressividade do IPTU antes da EC 29/00, conforme sedimentado na Súmula 668- STF. 3. Verifica-se que o acórdão recorrido está de acordo com o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, aplica-se, portanto, o artigo 543- B, § 3º, do Código de Processo Civil, segundo o qual "Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se". 4. Diante do exposto, julgo prejudicado o agravo de instrumento. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

---

Div. Rec. Tribunais Superiores
Relação No. 2011.10234

---

**ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO**

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adriano Muniz Rebello | 009 | 0679992-2/01 |
| Adyr Raitani Júnior | 001 | 0381344-1/02 |
| Alessandro Marcelo Moro Réboli | 003 | 0456051-4/02 |
| Altivo Augusto Alves Meyer | 011 | 0745055-1/03 |
| Angelita Acosta | 001 | 0381344-1/02 |
| Annete Cristina de Andrade Gaio | 003 | 0456051-4/02 |
| Bruno Luis Marques Hapner | 006 | 0508130-5/04 |
| Daiane Maria Bissani | 008 | 0540350-7/01 |
| Eduardo José Pereira Neves | 001 | 0381344-1/02 |
| Fernanda Mockel Roussenq | 006 | 0508130-5/04 |
| Fernando Augusto Ogura | 005 | 0507675-5/03 |
| | 006 | 0508130-5/04 |
| | 007 | 0535256-1/02 |
| Gabriel Bardal | 002 | 0420337-6/02 |
| Gerson Luiz Dechandt | 011 | 0745055-1/03 |
| Giovana Pisani de Oliveira Franco | 002 | 0420337-6/02 |
| Gisele da Rocha Parente | 008 | 0540350-7/01 |
| Herick Pavin | 010 | 0680873-9/01 |
| Joel Samways Neto | 003 | 0456051-4/02 |
| José Edgard da Cunha Bueno Filho | 002 | 0420337-6/02 |
| Jozelia Nogueira Broliani | 004 | 0473842-9/01 |
| Luis Fernando da Silva Tambellini | 004 | 0473842-9/01 |
| Luiz Fernando Dietrich | 010 | 0680873-9/01 |
| Luiz Otávio Góes | 003 | 0456051-4/02 |
| Márcia Regina Oliveira Ambrosio | 001 | 0381344-1/02 |
| Marcos Dutra de Almeida | 005 | 0507675-5/03 |

| | | |
|---|---|---|
| | 007 | 0535256-1/02 |
| Mariana Grazziotin Carniel | 011 | 0745055-1/03 |
| Miriam Renata Silveira | 008 | 0540350-7/01 |
| Newton Dorneles Saratt | 005 | 0507675-5/03 |
| | 006 | 0508130-5/04 |
| | 007 | 0535256-1/02 |
| Octávio Ferreira do Amaral Neto | 004 | 0473842-9/01 |
| Oto Luiz Sponholz Júnior | 006 | 0508130-5/04 |
| Paulo Roberto Gomes | 005 | 0507675-5/03 |
| | 007 | 0535256-1/02 |
| Paulo Roberto Marques Hapner | 006 | 0508130-5/04 |
| Paulo Roberto Moreira G. Junior | 003 | 0456051-4/02 |
| Paulo Sérgio Winckler | 010 | 0680873-9/01 |
| Rafaella Munhoz da Rocha Lacerda | 001 | 0381344-1/02 |
| Ricardo G. d. P. F. d. Amaral | 004 | 0473842-9/01 |
| Rodrigo Marco Lopes de Sehli | 004 | 0473842-9/01 |
| Rodrigo Mendes dos Santos | 011 | 0745055-1/03 |
| Roger Oliveira Lopes | 003 | 0456051-4/02 |
| Sergio Ney Cuéllar Tramujas | 008 | 0540350-7/01 |
| Suzane Marie Zawadzki | 003 | 0456051-4/02 |
| Thelma Hayashi Akamine | 011 | 0745055-1/03 |
| Vicente Higino Neto | 009 | 0679992-2/01 |
| Yeda Vargas Rivabem Bonilha | 003 | 0456051-4/02 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. 1º Vice-Presidente
0001 . Processo/Prot: 0381344-1/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2008/162694. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 381344-1 Apelação Civel. Recorrente: Banco do Brasil Sa. Advogado: Adyr Raitani Júnior, Rafaella Munhoz da Rocha Lacerda, Eduardo José Pereira Neves, Márcia Regina Oliveira Ambrosio. Recorrido: Silas Alberto Ferreira. Advogado: Angelita Acosta. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 381.344-1/02 RECORRENTE: BANCO DO BRASIL S.A. RECORRIDO: SILAS ALBERTO FERREIRA 1. Mantenha-se o sobrestamento determinado às fls. 477, até pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema nele tratado, na forma da Resolução nº 8, de 7 de agosto de 2008, daquele Tribunal e para os efeitos do artigo 543-C do Código de Processo Civil, considerando a multiplicidade de recursos especiais com fundamento em questão de direito idêntica à contida no presente recurso especial relativa à limitação de juros remuneratórios no contrato de cartão de crédito, e tendo em vista que o Recurso Especial Cível nº 388.653-3/01 (REsp nº 1.114.584-STJ), foi admitido e encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça, como representativo da controvérsia, e encontra-se concluso com a Relatora Ministra Nancy Andrighi, desde 29.10.09, conforme informação colhida no site do Tribunal Superior. 2. Publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 10086/08
0002 . Processo/Prot: 0420337-6/02 Recurso Extraordinário/ Especial Cível
. Protocolo: 2008/294315, 2008/294337. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 420337-6 Apelação Civel. Recorrente: Banco Citibank Sa. Advogado: Giovana Pisani de Oliveira Franco, José Edgard da Cunha Bueno Filho. Recorrido: Espólio de Raimunda Nazareth de Alencar Oliveira (Representado(a)). Advogado: Gabriel Bardal. Despacho: Processo Suspenso
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 420.337-6/02 RECORRENTE: BANCO CITIBANK S.A. RECORRIDO: ESPÓLIO DE RAIMUNDA NAZARETH DE ALENCAR OLIVEIRA 1. Conquanto o sobrestamento do recurso especial tenha se fundamentado nos leading cases REsp nº 1.112.879/PR e REsp nº 1.112.880/PR, extrai-se, de uma melhor análise, que o tema abordado no presente caso relativo à limitação de juros remuneratórios no contrato de cartão de crédito, está vinculado ao leading case Recurso Especial Cível nº 388.653-3/01 (REsp nº 1.114.584-STJ), o qual foi admitido e encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça, como representativo da controvérsia, e encontra-se concluso com a Relatora Ministra Nancy Andrighi, desde 29.10.09, conforme informação colhida no site do Tribunal Superior. 2. Deve, portanto, o presente recurso permanecer sobrestado até pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça no referido leading case, na forma da Resolução nº 8, de 7 de agosto de 2008, daquele Tribunal e para os efeitos do artigo 543-C do Código de Processo Civil. 3. Publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 2130/09
0003 . Processo/Prot: 0456051-4/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2008/133001, 2008/155858. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 456051-4 Apelação Civel. Recorrente (1): Paranaprevidencia. Advogado: Roger Oliveira Lopes, Suzane Marie Zawadzki. Recorrente (2): Estado do Paraná. Advogado: Yeda Vargas Rivabem Bonilha, Paulo Roberto Moreira Gomes Junior, Annete Cristina de Andrade Gaio, Joel Samways Neto. Recorrido: Ondolina Camargo Braholka (maior de 60 anos). Advogado: Alessandro Marcelo Moro Réboli, Luiz Otávio Góes. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 456.051-4/02 RECORRENTES: 1. ESTADO DO PARANÁ 2. PARANAPREVIDÊNCIA RECORRIDA: ONDOLINA CAMARGO BRAHOLKA Os recursos especiais interpostos pela PARANAPREVIDÊNCIA e pelo ESTADO DO PARANÁ estão vinculados ao recurso especial representativo da controvérsia n. 1.086.935-SP (DJ do dia 24.11.2008), de acordo com a Lei dos Recursos Repetitivos, contendo a decisão a seguinte ementa: "TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. NATUREZA TRIBUTÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO. 1. Nos termos do art. 167, parágrafo único do CTN e da Súmula 188/ STJ, "Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença". Tal regime é aplicável à repetição de indébito de contribuições previdenciárias, que também têm natureza tributária. 2. Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08". Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, nos termos dos artigos 543, § 3º, e 543-C, § 7º, inciso II, do Código de Processo Civil, e do artigo 109, inciso II do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, para que sejam submetidos ao juízo de retratação, a ser realizado conforme determinado no art. 110 do RITJ. Ressalte-se que o exame de admissibilidade dos recursos será realizado por esta 1ª Vice- Presidência oportunamente, após o juízo de retratação pela Câmara julgadora. Publique-se. Curitiba, 16 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 10.251/08
0004 . Processo/Prot: 0473842-9/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2008/246345, 2008/264076. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 473842-9 Apelação Civel e Reexame Necessario. Recorrente (1): Estado do Paraná. Advogado: Luis Fernando da Silva Tambellini, Jozelia Nogueira Broliani. Recorrente (2): Paranaprevidencia Serviço Social Autônomo. Advogado: Rodrigo Marco Lopes de Sehli. Recorrido: Cloé Raimundo Hultmann, Colorinda Gallina, Dina Tereza Ferreira, Eni Ferreira da Silva, Eunice Accioly Gonçalves, Gisela Karin Blum, Hilton Ernesto Moro, Ignez Correa Bittencourt, Leonor Marlene Reizer, Lizete Maria Toscani, Lizete Bittencourt, Maria da Glória Bittencourt, Maria Ivone da Silva Pereira, Maria Tereza Serziria Gonçalves Fernandes, Maria Vanisa Borba, Marilia Guimarães Pedro, Mario Souza Paula Halila, Marlene Isabel Lacombe Nadvorny, Neiva Lago Reis Godoi, Nelcy Clausen Xavier, Vera Reis Koch, Espólio de Luiz Ruppel Bittencourt. Advogado: Octávio Ferreira do Amaral Neto, Ricardo Guilherme di Paolo Ferreira do Amaral. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 473.842-9/01 RECORRENTES: 1. ESTADO DO PARANÁ 2. PARANAPREVIDÊNCIA - SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO RECORRIDOS: COLORINDA GALLINA E OUTROS Os recursos especiais interpostos pela PARANAPREVIDÊNCIA - SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO e pelo ESTADO DO PARANÁ estão vinculados ao recurso especial representativo da controvérsia n. 1.086.935-SP (DJ do dia 24.11.2008), de acordo com a Lei dos Recursos Repetitivos, contendo a decisão a seguinte ementa: "TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. NATUREZA TRIBUTÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO. 1. Nos termos do art. 167, parágrafo único do CTN e da Súmula 188/ STJ, "Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença". Tal regime é aplicável à repetição de indébito de contribuições previdenciárias, que também têm natureza tributária. 2. Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08". Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, nos termos dos artigos 543, § 3º, e 543-C, § 7º, inciso II, do Código de Processo Civil, e do artigo 109, inciso II do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, para que sejam submetidos ao juízo de retratação, a ser realizado conforme determinado no art. 110 do RITJ. Ressalte-se que o

exame de admissibilidade dos recursos será realizado por esta 1ª Vice- Presidência oportunamente, após o juízo de retratação pela Câmara julgadora. Publique-se. Curitiba, 16 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 1.013/09

0005 . Processo/Prot: 0507675-5/03 Agravo Cível ao STF

. Protocolo: 2010/39169. Comarca: Uraí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0507675-5/02 Recurso Extraordinário Civel. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: Newton Dorneles Saratt, Marcos Dutra de Almeida, Fernando Augusto Ogura. Agravado: Yoshiu Oka. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Despacho: Processo Suspenso

AGRAVO CÍVEL AO STF Nº 507.675-5/03 AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S.A. AGRAVADO: YOSHIU OKA 1. O Supremo Tribunal Federal, através da decisão de fls. 183/184, determinou o retorno dos autos a este Tribunal, conforme Termo de Remessa de fls. 172-verso, que remeteu os presentes autos à origem, com fundamento na Portaria GP 138, de 23.07.2009 (DJe 140/2009) e considerando o decidido no Recurso Extraordinário nº 591.797/SP, e nos Agravos de Instrumento nº 722.834/SP (convertido no RE nº 626.307/SP), nº 751.521/SP (convertido no RE nº 631.363/SP) e nº 754.745/SP (convertido no RE nº 632.212/SP), acerca do tema neles tratado, relativo ao recebimento de diferenças de perdas decorrentes dos Planos Econômicos "Bresser", "Verão", "Collor I" e "Collor 2". 2. Aguarde-se, portanto, o julgamento definitivo pelo Supremo Tribunal Federal, dos processos mencionados, para posterior aplicação do artigo 543-B, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. 3. Certifique-se e publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0006 . Processo/Prot: 0508130-5/04 Agravo Cível ao STF

. Protocolo: 2009/324646. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 0508130-5/03 Recurso Extraordinário Civel. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: Newton Dorneles Saratt, Fernanda Mockel Roussenq, Fernando Augusto Ogura. Agravado: Paulo Roberto Marques Hapner, Bruno Luis Marques Hapner, Oto Luiz Sponholz Junior, Matheus Musto Mufarej. Advogado: Oto Luiz Sponholz Júnior, Bruno Luis Marques Hapner, Paulo Roberto Marques Hapner. Despacho: Processo Suspenso

AGRAVO CÍVEL AO STF Nº 508.130-5/04 AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S.A. AGRAVADOS: MATHEUS MUSTO MUFAREJ E OUTROS 1. O Supremo Tribunal Federal, através da decisão de fls. 370/371, determinou o retorno dos autos a este Tribunal, conforme Termo de Remessa de fls. 358-verso, que remeteu os presentes autos à origem, com fundamento na Portaria GP 138, de 23.07.2009 (DJe 140/2009) e considerando o decidido no Recurso Extraordinário nº 591.797/SP, e nos Agravos de Instrumento nº 722.834/SP (convertido no RE nº 626.307/SP), nº 751.521/SP (convertido no RE nº 631.363/SP) e nº 754.745/SP (convertido no RE nº 632.212/SP), acerca do tema neles tratado, relativo ao recebimento de diferenças de perdas decorrentes dos Planos Econômicos "Bresser", "Verão", "Collor I" e "Collor 2". 2. Aguarde-se, portanto, o julgamento definitivo pelo Supremo Tribunal Federal, dos processos mencionados, para posterior aplicação do artigo 543-B, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. 3. Certifique-se e publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0007 . Processo/Prot: 0535256-1/02 Agravo Cível ao STF

. Protocolo: 2009/353723. Comarca: Uraí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0535256-1/01 Recurso Extraordinário Civel. Agravante: Banco Bradesco SA. Advogado: Newton Dorneles Saratt, Fernando Augusto Ogura, Marcos Dutra de Almeida. Agravado: Carlos de Souza. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Despacho: Processo Suspenso

AGRAVO CÍVEL AO STF Nº 535.256-1/02 AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S.A. AGRAVADO: CARLOS DE SOUZA 1. O Supremo Tribunal Federal, através da decisão de fls. 213/214, determinou o retorno dos autos a este Tribunal, conforme Termo de Remessa de fls. 201-verso, que remeteu os presentes autos à origem, com fundamento na Portaria GP 138, de 23.07.2009 (DJe 140/2009) e considerando o decidido no Recurso Extraordinário nº 591.797/SP, e no Agravo de Instrumento nº 754.745/SP (convertido no RE nº 632.212/SP), acerca do tema neles tratado, relativo ao recebimento de diferenças de perdas decorrentes dos Planos Econômicos "Bresser", "Verão", "Collor I" e "Collor 2". 2. Aguarde-se, portanto, o julgamento definitivo pelo Supremo Tribunal Federal, dos processos mencionados, para posterior aplicação do artigo 543-B, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. 3. Certifique-se e publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0008 . Processo/Prot: 0540350-7/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2009/143266. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 540350-7 Apelação Civel e Reexame Necessario. Recorrente: Paranapreviedencia. Advogado: Daiane Maria Bissani, Miriam Renata Silveira. Interessado: Estado do Paraná. Advogado: Gisele da Rocha Parente. Recorrido: Judith Correa de Araujo (maior de 60 anos). Advogado: Sergio Ney Cuéllar Tramujas. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 540.350-7/01 RECORRENTE: PARANAPREVIDÊNCIA RECORRIDA: JUDITH CORREA DE ARAUJO INTERESSADO: ESTADO DO PARANÁ O entendimento do colegiado está em conformidade com a decisão do Superior Tribunal de Justiça, firmada no REsp nº 1.111.099 - PR (DJe 05.10.2010), sob o regime do artigo 543-C do Código de Processo Civil. Diante disso, nego seguimento ao recurso. Publique-se e, oportunamente, retornem os autos à origem. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 13.456/09

0009 . Processo/Prot: 0679992-2/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2010/379915. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 14ª Vara Cível. Ação Originária: 679992-2 Apelação Civel. Recorrente: Banco Panamericano Sa. Advogado: Adriano Muniz Rebello. Recorrido (1): Antonio Moisés de Oliveira. Advogado: Vicente Higino Neto. Rec.Adesivo: Antonio Moisés de Oliveira. Advogado: Vicente Higino Neto. Recorrido (2): Banco Panamericano Sa. Advogado: Adriano Muniz Rebello. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 679.992-2/01 RECORRENTE: BANCO PANAMERICANO S.A. REC. ADESIVO: ANTONIO MOISÉS DE OLIVEIRA. RECORRIDOS: OS MESMOS O recurso especial interposto pelo BANCO PANAMERICANO S.A. está vinculado aos recursos especiais representativos da controvérsia nºs 1.058.114/RS e 1.063.343/RS (DJe de 16.11.2010), julgados de acordo com a Lei dos Recursos Repetitivos, contendo a seguinte ementa: "DIREITO COMERCIAL E BANCÁRIO. CONTRATOS BANCÁRIOS SUJEITOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. VALIDADE DA CLÁUSULA. VERBAS INTEGRANTES. DECOTE DOS EXCESSOS. PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. ARTIGOS 139 E 140 DO CÓDIGO CIVIL ALEMÃO. ARTIGO 170 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. 1. O princípio da boa-fé objetiva se aplica a todos os partícipes da relação obrigacional, inclusive daquela originada de relação de consumo. No que diz respeito ao devedor, a expectativa é a de que cumpra, no vencimento, a sua prestação. 2. Nos contratos bancários sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, é válida a cláusula que institui comissão de permanência para viger após o vencimento da dívida. 3. A importância cobrada a título de comissão de permanência não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano; e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC. 4. Constatada abusividade dos encargos pactuados na cláusula de comissão de permanência, deverá o juiz decotá-los, preservando, tanto quanto possível, a vontade das partes manifestada na celebração do contrato, em homenagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos consagrado nos arts. 139 e 140 do Código Civil alemão e reproduzido no art. 170 do Código Civil brasileiro. 5. A decretação de nulidade de cláusula contratual é medida excepcional, somente adotada se impossível o seu aproveitamento. 6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido". Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Décima Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 543-C, parágrafo 7º, inciso II, do Código de Processo Civil, e do artigo 109, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, para que seja submetido ao juízo de retratação, a ser realizado conforme determinado no artigo 110 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. Ressalve-se que o exame de admissibilidade do presente recurso e do recurso especial adesivo interposto por Antonio Moisés de Oliveira será realizado por esta 1ª Vice-Presidência oportunamente, após o juízo de retratação pela Câmara Julgadora. Publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 12.820/11

0010 . Processo/Prot: 0680873-9/01 Recurso Extraordinário/ Especial Cível

. Protocolo: 2010/342187, 2010/342191, 2010/353723. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 680873-9 Apelação Civel. Recorrente (1): Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Luiz Fernando Dietrich, Herick Pavin. Recorrente (2): Gilberto Hélio Grochowalky. Advogado: Paulo Sérgio Winckler. Recorrido(s): o(s) mesmo(s). Despacho:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO/ESPECIAL CÍVEL Nº 680.873-9/01 RECORRENTES: 1. AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. 2. GILBERTO HÉLIO GROCHOWALSKY RECORRIDOS: OS MESMOS A questão relativa à descaracterização da mora, veiculada no recurso especial interposto por GILBERTO HÉLIO GROCHOWALSKY, teve decisão com base na Lei dos Recursos Repetitivos, no seguinte sentido: "ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual" (REsp nº 1.061.530/RS, Segunda Seção, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe de 10.03.2009). Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Décima Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, nos termos dos artigos 543-C, parágrafo 7º, inciso II, do Código de Processo Civil, e 109, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, para que sejam submetidos ao juízo de retratação, a ser realizado conforme determinado no artigo 110 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. Ressalve-se que o exame de admissibilidade do recurso especial interposto por GILBERTO HÉLIO GROCHOWALSKY e dos recursos especial e extraordinário interpostos por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. será realizado por esta 1ª Vice-Presidência oportunamente, após o juízo de retratação pela Câmara Julgadora. Publique-se. Curitiba, 1º de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 10615/11

0011 . Processo/Prot: 0745055-1/03 Recurso Especial Cível . Protocolo: 2011/136536. Comarca: Castro. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 745055-1 Agravo de Instrumento. Recorrente: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos, Mariana Grazziotin Carniel. Recorrido: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Thelma Hayashi Akamine, Gerson Luiz Dechandt. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 745.055-1/03 RECORRENTE: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA. RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ 1. O recurso especial interposto pela FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA. está vinculado ao Recurso Especial n. 1.140.956/SP, que foi submetido ao regime do artigo 543-C do Código de Processo Civil (Relator Ministro Luiz Fux), firmou o seguinte entendimento: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. AÇÃO ANTIEXACIONAL ANTERIOR À EXECUÇÃO FISCAL. DEPÓSITO INTEGRAL DO DÉBITO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ART. 151, II, DO CTN). ÓBICE À PROPOSITURA DA EXECUÇÃO FISCAL, QUE, ACASO AJUIZADA, DEVERÁ SER EXTINTA. 1. O depósito do montante integral do débito, nos termos do artigo 151, inciso II, do CTN, suspende a exigibilidade do crédito tributário, impedindo o ajuizamento da execução fiscal por parte da Fazenda Pública. (Precedentes: REsp 885.246/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 06/08/2010; REsp 1074506/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/08/2009, DJe 21/09/2009; AgRg nos EDcl no REsp 1108852/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 10/09/2009; AgRg no REsp 774.180/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 29/06/2009; REsp 807.685/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/04/2006, DJ 08/05/2006; REsp 789.920/MA, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/02/2006, DJ 06/03/2006; REsp 601.432/CE, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/09/2005, DJ 28/11/2005; REsp 255.701/SP, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/04/2004, DJ 09/08/2004; REsp 174.000/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2001, DJ 25/06/2001; REsp 62.767/PE, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/04/1997, DJ 28/04/1997; REsp 4.089/SP, Rel. Ministro GERALDO SOBRAL, Rel. p/ Acórdão MIN. JOSÉ DE JESUS FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/02/1991, DJ 29/04/1991; AgRg no Ag 4.664/CE, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/08/1990, DJ 24/09/1990) 2. É que as causas suspensivas da exigibilidade do crédito tributário (art. 151 do CTN) impedem a realização, pelo Fisco, de atos de cobrança, os quais têm início em momento posterior ao lançamento, com a lavratura do auto de infração. 3. O processo de cobrança do crédito tributário encarta as seguintes etapas, visando ao efetivo recebimento do referido crédito: a) a cobrança administrativa, que ocorrerá mediante a lavratura do auto de infração e aplicação de multa: exigibilidade- autuação ; b) a inscrição em dívida ativa: exigibilidade-inscrição; c) a cobrança judicial, via execução fiscal: exigibilidade-execução. 4. Os efeitos da suspensão da exigibilidade pela realização do depósito integral do crédito exequendo, quer no bojo de ação anulatória, quer no de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária, ou mesmo no de mandado de segurança, desde que ajuizados anteriormente à execução fiscal, têm o condão de impedir a lavratura do auto de infração, assim como de coibir o ato de inscrição em dívida ativa e o ajuizamento da execução fiscal, a qual, acaso proposta, deverá ser extinta. 5. A improcedência da ação antiexacional (precedida do depósito do montante integral) acarreta a conversão do depósito em renda em favor da Fazenda Pública, extinguindo o crédito tributário, consoante o comando do art. 156, VI, do CTN, na esteira dos ensinamentos de abalizada doutrina, verbis: "Depois da constituição definitiva do crédito, o depósito, quer tenha sido prévio ou posterior, tem o mérito de impedir a propositura da ação de cobrança, vale dizer, da execução fiscal, porquanto fica suspensa a exigibilidade do crédito. (...) Ao promover a ação anulatória de lançamento, ou a declaratória de inexistência de relação tributária, ou mesmo o mandado de segurança, o autor fará a prova do depósito e pedirá ao Juiz que mande cientificar a Fazenda Pública, para os fins do art. 151, II, do Código Tributário Nacional. Se pretender a suspensão da exigibilidade antes da propositura da ação, poderá fazer o depósito e, em seguida, juntando o respectivo comprovante, pedir ao Juiz que mande notificar a Fazenda Pública. Terá então o prazo de 30 dias para promover a ação. Julgada a ação procedente, o depósito deve ser devolvido ao contribuinte, e se improcedente, convertido em renda da Fazenda Pública, desde que a sentença de mérito tenha transitado em julgado" (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 27ª ed., p. 205/206). 6. In casu, o Tribunal a quo, ao conceder a liminar pleiteada no bojo do presente agravo de instrumento, consignou a integralidade do depósito efetuado, às fls. 77/78: "A verossimilhança do pedido é manifesta, pois houve o depósito dos valores reclamados em execução, o que acarreta a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, de forma que concedo a liminar pleiteada para o fim de suspender a execução até o julgamento do mandado de segurança ou julgamento deste pela Turma Julgadora." 7. A ocorrência do depósito integral do montante devido restou ratificada no aresto recorrido, consoante dessume-se do seguinte excerto do voto condutor, in verbis: "O depósito do valor do débito impede o ajuizamento de ação executiva até o trânsito em julgado da ação. Consta que foi efetuado o depósito nos autos do Mandado de Segurança impetrado pela agravante, o qual encontra-se em andamento, de forma que a exigibilidade do tributo permanece suspensa até solução definitiva. Assim sendo, a Municipalidade não está autorizada a proceder à cobrança de tributo cuja legalidade está sendo discutida judicialmente." 8. In casu, o Município recorrente alegou violação do art. 151, II, do CTN, ao argumento de que o depósito efetuado não seria integral, posto não coincidir com o valor constante da CDA, por isso que inapto a garantir a execução, determinar sua suspensão ou extinção, tese insindicável pelo STJ, mercê de a questão remanescer quanto aos efeitos do depósito servirem à fixação da tese repetitiva. 9. Destarte, ante a ocorrência do depósito do montante integral do débito exequendo, no bojo de ação antiexacional proposta em momento anterior ao ajuizamento da execução, a extinção do executivo fiscal é medida que se impõe, porquanto suspensa a exigibilidade do referido crédito tributário. 10. Recurso especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (REsp 1140956/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24.11.2010, DJe 03.12.2010). Dessa forma, aplica-se ao caso o inciso II do parágrafo 7º do artigo 543-C do Código de Processo Civil, segundo o qual: "Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem (...) serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça". 3. Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Segunda Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, nos termos do inciso II do § 7º do artigo 543-C do Código de Processo Civil e do inciso II do artigo 109 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, para que sejam submetidos ao juízo de retratação, na forma determinada pelo artigo 110 do aludido regimento. Ressalve-se que o exame de admissibilidade do recurso será realizado por esta 1ª Vice-Presidência oportunamente, após a manifestação da Câmara julgadora. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 15.359/11

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.09868**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Ademar Liedke | 008 | 0665498-0/02 |
| Ademar Liedke Junior | 008 | 0665498-0/02 |
| Ademar Nitschke Junior | 051 | 0730024-3/02 |
| Alberto Rodrigues Alves | 019 | 0695182-6/04 |
| Alcindo de Souza Franco | 012 | 0669399-8/03 |
| Alexandre Augusto Zabot de Mello | 046 | 0725697-3/02 |
| Allan Amin Propst | 030 | 0715127-3/03 |
| | 056 | 0736586-2/02 |
| Aluísio Cabianca Berezowski | 003 | 0641823-1/04 |
| Ana Cristiane de Mello Moreles | 017 | 0685593-6/03 |
| Ana Lucia Rodrigues Lima | 019 | 0695182-6/04 |
| Andre Ricardo Franco | 036 | 0720624-0/03 |
| André Vivan de Souza | 001 | 0594717-3/03 |
| Antônio Augusto Grellert | 031 | 0715869-6/02 |
| Antonio Cabrera Junior | 028 | 0711693-6/03 |
| Antonio Luiz Zepone Junior | 037 | 0720887-7/03 |
| Antonio Saonetti | 037 | 0720887-7/03 |
| Arlindo Mendes de Souza | 005 | 0652783-9/04 |
| | 006 | 0652783-9/05 |
| Arlindo Menezes Molina | 020 | 0696108-4/02 |
| Arvelino Pelisson Junior | 029 | 0712418-7/03 |
| Audrey Silva Kyt | 004 | 0652475-2/04 |
| Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro | 017 | 0685593-6/03 |
| Aurimar José Turra | 009 | 0666160-5/05 |
| Bernardo Guedes Ramina | 052 | 0730699-0/02 |
| Bruno Di Marino | 052 | 0730699-0/02 |
| Carlos Augusto Costa | 028 | 0711693-6/03 |
| Carlos Roberto Ferreira | 001 | 0594717-3/03 |
| Caroline Leal Nogueira | 039 | 0722949-0/02 |
| Cássio Lisandro Telles | 009 | 0666160-5/05 |
| Cecílio Maioli Filho | 010 | 0667609-1/04 |
| Celina Galeb Nitschke | 051 | 0730024-3/02 |
| Cerino Lorenzetti | 004 | 0652475-2/04 |
| César Augusto de França | 050 | 0729213-3/02 |
| Charles Zauza | 053 | 0731602-1/02 |
| Cibele Koehler Cabral | 027 | 0710127-3/03 |
| Cleber Haefliger | 034 | 0719287-0/05 |
| Cornélio Afonso Capaverde | 052 | 0730699-0/02 |
| Dani Leonardo Giacomini | 012 | 0669399-8/03 |
| Daniel Barreto Gelbecke | 051 | 0730024-3/02 |
| Débora de Ferrante Ling Catani | 003 | 0641823-1/04 |
| Denise de Cassia Zilio Antunes | 001 | 0594717-3/03 |
| Denise Numata Nishiyama Panisio | 022 | 0698190-0/04 |
| | 024 | 0702711-0/02 |
| Edemar Hanusch | 023 | 0699340-4/05 |
| Edmar José Chagas | 057 | 0737895-0/04 |
| Eduardo Alberto Marques Virmond | 002 | 0628048-0/03 |
| Elaine Mônica Molin | 050 | 0729213-3/02 |
| Elezer da Silva Nantes | 010 | 0667609-1/04 |
| Elisio Apolinário Rigonato Chaves | 009 | 0666160-5/05 |
| Emerson Rodrigues da Silva | 011 | 0667759-6/03 |
| Eros Gil Peters | 013 | 0669458-2/03 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 002 | 0628048-0/03 |
| | 018 | 0686150-5/03 |
| | 021 | 0696872-9/02 |
| | 022 | 0698190-0/04 |
| | 023 | 0699340-4/05 |
| | 024 | 0702711-0/02 |
| | 025 | 0702722-3/02 |
| | 026 | 0705567-4/04 |
| | 028 | 0711693-6/03 |
| | 030 | 0715127-3/03 |
| | 032 | 0716981-1/02 |
| | 034 | 0719287-0/05 |
| | 037 | 0720887-7/03 |
| | 038 | 0721191-0/02 |
| | 039 | 0722949-0/02 |
| | 040 | 0723236-2/04 |
| | 041 | 0723245-1/02 |
| | 042 | 0723380-5/02 |
| | 045 | 0725213-7/02 |
| | 046 | 0725697-3/02 |
| | 047 | 0726035-7/02 |
| | 048 | 0728570-9/02 |
| | 049 | 0728796-3/02 |
| | 051 | 0730024-3/02 |
| | 053 | 0731602-1/02 |
| | 054 | 0731705-7/04 |
| | 055 | 0736380-0/02 |
| | 056 | 0736586-2/02 |
| | 057 | 0737895-0/04 |
| Fábio Artigas Grillo | 001 | 0594717-3/03 |
| | 007 | 0659534-4/03 |
| Fabio Luis Franco | 012 | 0669399-8/03 |
| | 036 | 0720624-0/03 |
| Fellipe Cianca Fortes | 010 | 0667609-1/04 |
| Fernando de Miranda Granzoti | 018 | 0686150-5/03 |
| Fernando Merini | 007 | 0659534-4/03 |
| Flávia Regina Carluccio | 057 | 0737895-0/04 |
| Geandro Luiz Scopel | 012 | 0669399-8/03 |
| Gilmar Kuhn | 059 | 0754636-5/03 |
| Guilherme Gomes X. d. Oliveira | 035 | 0720360-1/03 |
| Gustavo Rodrigues Martins | 039 | 0722949-0/02 |
| Harri Klais | 026 | 0705567-4/04 |
| Heloisa Toledo Volpato | 029 | 0712418-7/03 |
| Hilgo Gonçalves Junior | 043 | 0725123-8/03 |
| | 044 | 0725123-8/04 |
| Igor Filus Ludkevitch | 033 | 0718433-8/02 |
| Irineu José Peters | 013 | 0669458-2/03 |
| Irineu Mendonça Filho | 001 | 0594717-3/03 |
| Ivan Lelis Bonilha | 004 | 0652475-2/04 |
| | 011 | 0667759-6/03 |
| | 031 | 0715869-6/02 |
| | 035 | 0720360-1/03 |
| Jair Antônio Wiebelling | 015 | 0680253-7/04 |
| João Alberto Nieckars da Silva | 019 | 0695182-6/04 |
| João Eduardo Loureiro | 019 | 0695182-6/04 |
| João Luis Menegatti | 015 | 0680253-7/04 |
| João Rodrigo Stinghen Alvarenga | 041 | 0723245-1/02 |
| Joel João Ruberti | 059 | 0754636-5/03 |
| Jorge Abrão Faiad Neto | 008 | 0665498-0/02 |
| José Arlindo Lemos Chemin | 013 | 0669458-2/03 |
| José Carlos Pereira de Godoy | 001 | 0594717-3/03 |
| José Dias de Souza Júnior | 018 | 0686150-5/03 |
| José Luiz Fornagieri | 057 | 0737895-0/04 |
| José Otávio Andujar de Oliveira | 043 | 0725123-8/03 |
| | 044 | 0725123-8/04 |
| José Rodrigo de Andrade Machado | 046 | 0725697-3/02 |
| José Silvério Santa Maria | 019 | 0695182-6/04 |
| Juliana Stoppa Aragon | 023 | 0699340-4/05 |
| Júlio Cesar Dalmolin | 015 | 0680253-7/04 |
| Karla Tiemi Saimi Cunha | 012 | 0669399-8/03 |
| Leonílcio de Jesus Moura | 021 | 0696872-9/02 |
| Letícia de Mattos Schröder | 058 | 0750158-0/03 |
| Lidio Dias | 021 | 0696872-9/02 |
| Lucius Marcus Oliveira | 011 | 0667759-6/03 |
| Luiz Carlos Moreira Junior | 005 | 0652783-9/04 |
| | 006 | 0652783-9/05 |
| Luiz Carlos Sturzenegger | 021 | 0696872-9/02 |
| | 022 | 0698190-0/04 |
| | 023 | 0699340-4/05 |
| | 024 | 0702711-0/02 |
| | 025 | 0702722-3/02 |

| | | |
|---|---|---|
| | 028 | 0711693-6/03 |
| | 030 | 0715127-3/03 |
| | 032 | 0716981-1/02 |
| | 034 | 0719287-0/05 |
| | 037 | 0720887-7/03 |
| | 038 | 0721191-0/02 |
| | 039 | 0722949-0/02 |
| | 040 | 0723236-2/04 |
| | 041 | 0723245-1/02 |
| | 042 | 0723380-5/02 |
| | 045 | 0725213-7/02 |
| | 046 | 0725697-3/02 |
| | 047 | 0726035-7/02 |
| | 048 | 0728570-9/02 |
| | 049 | 0728796-3/02 |
| | 051 | 0730024-3/02 |
| | 053 | 0731602-1/02 |
| | 054 | 0731705-7/04 |
| | 055 | 0736380-0/02 |
| | 056 | 0736586-2/02 |
| | 057 | 0737895-0/04 |
| Luiz Eduardo Virmond Leone | 041 | 0723245-1/02 |
| Luiz Remy Merlin Muchinski | 052 | 0730699-0/02 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 002 | 0628048-0/03 |
| | 018 | 0686150-5/03 |
| | 021 | 0696872-9/02 |
| | 022 | 0698190-0/04 |
| | 023 | 0699340-4/05 |
| | 024 | 0702711-0/02 |
| | 025 | 0702722-3/02 |
| | 026 | 0705567-4/04 |
| | 028 | 0711693-6/03 |
| | 030 | 0715127-3/03 |
| | 032 | 0716981-1/02 |
| | 034 | 0719287-0/05 |
| | 037 | 0720887-7/03 |
| | 038 | 0721191-0/02 |
| | 039 | 0722949-0/02 |
| | 040 | 0723236-2/04 |
| | 041 | 0723245-1/02 |
| | 042 | 0723380-5/02 |
| | 045 | 0725213-7/02 |
| | 046 | 0725697-3/02 |
| | 047 | 0726035-7/02 |
| | 048 | 0728570-9/02 |
| | 049 | 0728796-3/02 |
| | 051 | 0730024-3/02 |
| | 053 | 0731602-1/02 |
| | 054 | 0731705-7/04 |
| | 055 | 0736380-0/02 |
| | 056 | 0736586-2/02 |
| | 057 | 0737895-0/04 |
| Lutero de Paiva Pereira | 003 | 0641823-1/04 |
| Maísa Goreti Lopes Sant'ana | 026 | 0705567-4/04 |
| Mamoru Fukuyama | 012 | 0669399-8/03 |
| | 036 | 0720624-0/03 |
| Marcelo Hirt dos Santos | 019 | 0695182-6/04 |
| Márcia Aparecida de Jesus Pitta | 021 | 0696872-9/02 |
| Márcia Loreni Gund | 015 | 0680253-7/04 |
| Márcio Luiz Blazius | 004 | 0652475-2/04 |
| Márcio Rodrigo Frizzo | 004 | 0652475-2/04 |
| Marco Antônio Gonçalves Valle | 029 | 0712418-7/03 |
| Maria Lúcia Lins C. d. Medeiros | 002 | 0628048-0/03 |
| Maria Terezinha de Souza N. Filha | 010 | 0667609-1/04 |
| Marlon José de Oliveira | 048 | 0728570-9/02 |
| Maurício de Lacerda Loures | 017 | 0685593-6/03 |
| Mauro Soviersoski Tatara | 049 | 0728796-3/02 |
| Max Ferreira | 014 | 0676583-1/03 |
| Max Hercílio Gonçalves | 054 | 0731705-7/04 |
| | 055 | 0736380-0/02 |
| Michelle Pinheiro Gonçalves Silva | 001 | 0594717-3/03 |
| Moisés Moura Saura | 031 | 0715869-6/02 |
| Monica Carolina Zanin | 047 | 0726035-7/02 |
| Mônica Ribeiro Bonesi | 001 | 0594717-3/03 |
| Moreno Cauê Broetto Cruz | 019 | 0695182-6/04 |
| Nelci Maria Fockink Zanin | 047 | 0726035-7/02 |
| Nerei Alberto Bernardi | 033 | 0718433-8/02 |
| Neudi Fernandes | 014 | 0676583-1/03 |
| Norma Rozário Vidal Tatara | 049 | 0728796-3/02 |
| Olivio Gamboa Panucci | 038 | 0721191-0/02 |
| | 042 | 0723380-5/02 |
| Patrícia de Barros C. Casillo | 035 | 0720360-1/03 |
| Paula Helena Konopaztki | 027 | 0710127-3/03 |
| Paula Komatsu | 059 | 0754636-5/03 |
| Paulo de Tarso Ribeiro de Castro | 003 | 0641823-1/04 |
| Paulo Giovani Fornazari | 015 | 0680253-7/04 |
| Paulo Henrique Berehulka | 031 | 0715869-6/02 |
| Paulo Roberto Gomes | 030 | 0715127-3/03 |
| | 032 | 0716981-1/02 |
| | 056 | 0736586-2/02 |
| Priscila Melo Chagas | 035 | 0720360-1/03 |
| Priscila Perelles | 019 | 0695182-6/04 |
| Rafael de Britez Costa Pinto | 043 | 0725123-8/03 |
| | 044 | 0725123-8/04 |
| Regiane Binhara Esturilio | 027 | 0710127-3/03 |
| Regina de Melo Silva | 058 | 0750158-0/03 |
| Reginaldo Caselato | 032 | 0716981-1/02 |
| Renato Cordeiro | 059 | 0754636-5/03 |
| Ricardo Antonio Balestra | 036 | 0720624-0/03 |
| Ricardo Tepedino | 003 | 0641823-1/04 |
| Ricieri Gabriel Calixto | 035 | 0720360-1/03 |
| Roberta Sandoval França | 013 | 0669458-2/03 |
| Roberto de Souza Fatuch | 048 | 0728570-9/02 |
| Robson Adriano de Oliveira | 005 | 0652783-9/04 |
| | 006 | 0652783-9/05 |
| Robson Luis de Paula Bergamaschi | 040 | 0723236-2/04 |
| Rodrigo Calizario de C. Pacheco | 036 | 0720624-0/03 |
| Rodrigo Silvestri Marcondes | 048 | 0728570-9/02 |
| Roque Komatsu | 059 | 0754636-5/03 |
| Rosemar Angelo Melo | 020 | 0696108-4/02 |
| | 045 | 0725213-7/02 |
| Salustiano Roosevelt R. Pacheco | 016 | 0684675-9/02 |
| Sandra Jussara Kuchnir | 016 | 0684675-9/02 |
| Sandra Regina Rodrigues | 019 | 0695182-6/04 |
| | 043 | 0725123-8/03 |
| | 044 | 0725123-8/04 |
| Sandro Wilson Pereira dos Santos | 018 | 0686150-5/03 |
| Sérgio Botto de Lacerda | 035 | 0720360-1/03 |
| Sergio Leal Martinez | 012 | 0669399-8/03 |
| Shiroko Numata | 022 | 0698190-0/04 |
| | 024 | 0702711-0/02 |
| | 025 | 0702722-3/02 |
| Sílvio Luís de Freitas Marques | 007 | 0659534-4/03 |
| Suelen Mariana Henk | 018 | 0686150-5/03 |
| Suzana Bonat | 058 | 0750158-0/03 |
| Tarcisio Araújo Kroetz | 007 | 0659534-4/03 |
| Teresa Celina de A. A. Wambier | 002 | 0628048-0/03 |
| | 018 | 0686150-5/03 |
| | 026 | 0705567-4/04 |
| Thaila Andressa Nakadomari | 017 | 0685593-6/03 |
| Tiago Alexandre Vidal Tatara | 049 | 0728796-3/02 |
| Tobias Marini de Salles Luz | 003 | 0641823-1/04 |
| Vânia Regina Mamesso | 033 | 0718433-8/02 |
| Vitor Acir Puppi Stanislawczuk | 011 | 0667759-6/03 |
| Wesley Toledo Ribeiro | 022 | 0698190-0/04 |
| | 024 | 0702711-0/02 |
| | 025 | 0702722-3/02 |

Vista ao(s) Agravados Para Resposta, Facultando-se-lhe(s) Juntar Cópias das Peças Que Entender(em) Convenientes - PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0001 . Processo/Prot: 0594717-3/03 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/52015. Comarca: Andirá. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 5947173-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Companhia Brasileira

de Alumínio. Advogado: José Carlos Pereira de Godoy, Denise de Cassia Zilio Antunes. Agravado: Sebastião José dos Santos. Advogado: Carlos Roberto Ferreira, Mônica Ribeiro Bonesi, Michelle Pinheiro Gonçalves Silva. Interessado: Duke Energy Internacional, Geração Paranapanema S.a. Advogado: Fábio Artigas Grillo, André Vivan de Souza. Interessado: Cesp Companhia Energética de São Paulo. Advogado: Irineu Mendonça Filho. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0002 . Processo/Prot: 0628048-0/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/331838. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 6280480-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Maria Lúcia Lins Conceição de Medeiros. Agravado: Inepar Administração e Participações Sa. Advogado: Eduardo Alberto Marques Virmond. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0003 . Processo/Prot: 0641823-1/04 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/327612. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 6418231-0/3 Recurso Especial Civel. Agravante: Noblr Brasil Ltda. Advogado: Ricardo Tepedino, Aluísio Cabianca Berezowski, Débora de Ferrante Ling Catani. Agravado: Vanguarda do Brasil S/a, Otaviano Olavo Piveta. Advogado: Lutero de Paiva Pereira, Paulo de Tarso Ribeiro de Castro, Tobias Marini de Salles Luz. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0004 . Processo/Prot: 0652475-2/04 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/322040. Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 6524752-0/2 Recurso Especial e Extraordinário. Agravante: Arim Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo, Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Audrey Silva Kyt, Ivan Lelis Bonilha. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0005 . Processo/Prot: 0652783-9/04 Agravo Cível ao STF

. Protocolo: 2011/325876. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 6527839-0/3 Recurso Especial e Extraordinário. Agravante: Serrarias Campos de Palmas S/a. Advogado: Luiz Carlos Moreira Junior, Robson Adriano de Oliveira. Agravado: Abílio Groff, Argemiro Moreira Senn e Cia Ltda, Bertoldo Heppener e Balestri Ltda, Carvoaria Chopin Ltda, Cimbra Comércio e Indústria de Madeiras Brandalise Ltda, Comércio e Indústria de Materiais Para Construção Filla Ltda, Fedrigo e Bortolotto Ltda, Herbert Iark Oberdiek e Cia, Indústria de Madeiras Arapongas Ltda, Indústria e Comércio de Madeiras Pastopel Ltda, Indústria de Pinho Brasil Ltda, Iria Scheliga, Irmãos da Rolt, Irmãos Cancelier, Irmãos Tanita e Cia Ltda, João Luiz de Paula, Madeireira Almar Ltda, Madeireira Cacique Ltda, Madeireira Rondinha Ltda, Madeireira São Pedro da Vacaria Ltda, Indústria e Comércio de Madeiras Caillet Ltda, Rossi e Rossi Ltda, Sermadeira Indústria e Comércio Ltda, Serraria Santa Hilda Ltda, Serraria Três Marfim Ltda, Walter Seitz. Advogado: Arlindo Mendes de Souza. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0006 . Processo/Prot: 0652783-9/05 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/325882. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 6527839-0/3 Recurso Especial e Extraordinário. Agravante: Serrarias Campos de Palmas S/a. Advogado: Luiz Carlos Moreira Junior, Robson Adriano de Oliveira. Agravado: Abílio Groff, Argemiro Moreira Senn e Cia Ltda, Bertoldo Heppener e Balestri Ltda, Carvoaria Chopin Ltda, Cimbra Comércio e Indústria de Madeiras Brandalise Ltda, Comércio e Indústria de Materiais Para Construção Filla Ltda, Fedrigo e Bortolotto Ltda, Herbert Iark Oberdiek e Cia, Indústria de Madeiras Arapongas Ltda, Indústria e Comércio de Madeiras Pastopel Ltda, Indústria de Pinho Brasil Ltda, Iria Scheliga, Irmãos da Rolt, Irmãos Cancelier, Irmãos Tanita e Cia Ltda, João Luiz de Paula, Madeireira Almar Ltda, Madeireira Cacique Ltda, Madeireira Rondinha Ltda, Madeireira São Pedro da Vacaria Ltda, Indústria e Comércio de Madeiras Caillet Ltda, Rossi e Rossi Ltda, Sermadeira Indústria e Comércio Ltda, Serraria Santa Hilda Ltda, Serraria Três Marfim Ltda, Walter Seitz. Advogado: Arlindo Mendes de Souza. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0007 . Processo/Prot: 0659534-4/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/314313. Comarca: Capanema. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 6595344-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Estado do Paraná. Advogado: Fernando Merini. Agravado: Massa Falida de Zanella Agro-máquinas Ltda, Olvide Zanella, Guilherme Zanella, Iria Zanella. Advogado: Tarcisio Araújo Kroetz, Fábio Artigas Grillo, Sílvio Luís de Freitas Marques. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0008 . Processo/Prot: 0665498-0/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/327794. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 6654980-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Ademar Liedke. Advogado: Ademar Liedke Junior, Ademar Liedke. Agravado: Espólio de Rubens Gonçalves Pereira, José Maurício Gonçalves Pereira, Rita de Cássia Gonçalves Pereira, Evelize Gonçalves Pereira, Patrícia Andreza Gonçalves Pereira. Advogado: Jorge Abrão Faiad Neto. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0009 . Processo/Prot: 0666160-5/05 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/322725. Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 6661605-0/4 Recurso Especial Civel. Agravante: Agrosuínos Distribuidora de Rações Limitada. Advogado: Cássio Lisandro Telles. Agravado: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sudoeste - Sicredi Iguaçu. Advogado: Elisio Apolinário Rigonato Chaves, Aurimar José Turra. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0010 . Processo/Prot: 0667609-1/04 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/323438. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 6676091-0/3 Recurso Especial Civel. Agravante: Itacon Construtora e Incorporadora Ltda. Advogado: Fellipe Cianca Fortes. Agravado: Elias Gomes da Silva, Ana Andrade da Silva. Advogado: Cecílio Maioli Filho, Elezer da Silva Nantes, Maria Terezinha de Souza Nantes Filha. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0011 . Processo/Prot: 0667759-6/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/319467. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 6677596-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: V Pilati Empresa de Transportes Rodoviários Ltda. Advogado: Lucius Marcus Oliveira, Emerson Rodrigues da Silva. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Vitor Acir Puppi Stanislawczuk, Ivan Lelis Bonilha. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0012 . Processo/Prot: 0669399-8/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/325704. Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 6693998-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Tim Celular Sa. Advogado: Sergio Leal Martinez, Geandro Luiz Scopel, Karla Tiemi Saimi Cunha, Dani Leonardo Giacomini. Agravado: Citri Agroindustrial Sa. Advogado: Fabio Luis Franco, Alcindo de Souza Franco, Mamoru Fukuyama. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0013 . Processo/Prot: 0669458-2/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/331841. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 6694582-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Tiago Henrique Scarpim. Advogado: Roberta Sandoval França, José Arlindo Lemos Chemin. Agravado: Carlos Gustavo Olsen, Suely Teresinha Linzmeyer Olsen. Advogado: Irineu José Peters, Eros Gil Peters. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0014 . Processo/Prot: 0676583-1/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/326839. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 6765831-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Moro Sa Construções Civis. Advogado: Neudi Fernandes. Agravado: Condomínio Edifício Laudelina. Advogado: Max Ferreira. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0015 . Processo/Prot: 0680253-7/04 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/325538. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 6802537-0/3 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Rural S/a. Advogado: João Luis Menegatti, Paulo Giovani Fornazari. Agravado: J. M. Sobrinho e Cia Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0016 . Processo/Prot: 0684675-9/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/319375. Comarca: Clevelândia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 6846759-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Rio Paraná Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, Banco Banestado SA. Advogado: Sandra Jussara Kuchnir. Agravado: Salustiano Roosevelt Ribeiro Pacheco. Advogado: Salustiano Roosevelt Ribeiro Pacheco. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0017 . Processo/Prot: 0685593-6/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/321837. Comarca: Guarapuava. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 6855936-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Pedreira Guarapuava Ltda. Advogado: Maurício de Lacerda Loures, Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro, Thaila Andressa Nakadomari. Agravado: Creudir da Aparecida Miranda. Advogado: Ana Cristiane de Mello Moreles. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0018 . Processo/Prot: 0686150-5/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/331513. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 6861505-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Fox Distribuidora de Petróleo Ltda. Advogado: José Dias de Souza Júnior, Sandro Wilson Pereira dos Santos, Fernando de Miranda Granzoti. Agravado: Alfa Arrendamento Mercantil Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier, Suelen Mariana Henk. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0019 . Processo/Prot: 0695182-6/04 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/321627. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 6951826-0/3 Recurso Especial Civel. Agravante: Brasil Telecom S/a. Advogado: Sandra Regina Rodrigues, Priscila Perelles, Moreno Cauê Broetto Cruz, Alberto Rodrigues Alves, Ana Lucia Rodrigues Lima, João Alberto Nieckars da Silva, Marcelo Hirt dos Santos. Agravado: Correpar Corretora de Mercadorias S/a Ltda. Advogado: José Silvério Santa Maria, João Eduardo Loureiro. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0020 . Processo/Prot: 0696108-4/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/322907. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 6961084-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco do Brasil SA. Advogado: Arlindo Menezes Molina. Agravado: Alfonso Kruger, Dilermano Ricardo da Silva Júnior, Idalino Carlos Cottet, Ivanor Dezingrini, João Parana de Oliveira, Luiz Alberto Benin, Luzmarina Bavaresco, Nadir Silva Pavania, Olavo Arlindo Ekert. Advogado: Rosemar Angelo Melo. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0021 . Processo/Prot: 0696872-9/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/326334. Comarca: Marialva. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 6968729-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Fabio Takumi Kaihara. Advogado: Lidio Dias, Leonílcio de Jesus Moura, Márcia Aparecida de Jesus Pitta. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0022 . Processo/Prot: 0698190-0/04 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/326338. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 6981900-0/3 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú S/a. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Luiz Zubioli. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro, Denise Numata Nishiyama Panisio. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0023 . Processo/Prot: 0699340-4/05 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/326347. Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 6993404-0/4 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Eufrazia da Silva Ramos (maior de 60 anos). Advogado: Edemar Hanusch, Juliana Stoppa Aragon. Interessado: Banco Itaú SA. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0024 . Processo/Prot: 0702711-0/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/326356. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7027110-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Banestado Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Aparecida Fontolan Moratto. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro, Denise Numata Nishiyama Panisio. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0025 . Processo/Prot: 0702722-3/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/326359. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7027223-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Anardo Inada. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0026 . Processo/Prot: 0705567-4/04 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/323719. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 7055674-0/3 Recurso Especial Civel. Agravante: Márcia de Fátima de Siqueira. Advogado: Maísa Goreti Lopes Sant'ana, Harri Klais. Agravado: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0027 . Processo/Prot: 0710127-3/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/330462. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7101273-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Incor Curitiba - Instituto do Coração de Curitiba Sc Ltda. Advogado: Paula Helena Konopaztki, Regiane Binhara Esturilio. Agravado: Município de Curitiba. Advogado: Cibele Koehler Cabral. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0028 . Processo/Prot: 0711693-6/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/326191. Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 7116936-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itau Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Aluizio Ildebrando Martins, Iolanda Locateli Martins. Advogado: Antonio Cabrera Junior, Carlos Augusto Costa. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0029 . Processo/Prot: 0712418-7/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/323341. Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 7124187-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Sociedade Evangélica Beneficente de Londrina. Advogado: Heloisa Toledo Volpato, Marco Antônio Gonçalves Valle. Agravado: Cecília Slivinski. Advogado: Arvelino Pelisson Junior. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0030 . Processo/Prot: 0715127-3/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/330246. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7151273-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Geraldo Antonio Rodrigues, Abel Izaltino Pavan, Maria Cleide Montanher Donadio, Romiz Chaek. Advogado: Paulo Roberto Gomes, Allan Amin Propst. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0031 . Processo/Prot: 0715869-6/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/332139. Comarca: Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 7158696-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Viena Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda. Advogado: Antônio Augusto Grellert, Paulo Henrique Berehulka. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Moisés Moura Saura, Ivan Lelis Bonilha. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0032 . Processo/Prot: 0716981-1/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/330258. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7169811-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itau Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Lucila Terezinha Tonin Ferraz, Maria Assa Abe, Mario Kozo Abe. Advogado: Paulo Roberto Gomes, Reginaldo Caselato. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0033 . Processo/Prot: 0718433-8/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/325723. Comarca: Capitão Leônidas Marques. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7184338-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Icatu Hartford Seguros Sa. Advogado: Vânia Regina Mamesso, Igor Filus Ludkevitch. Agravado: Antonio Marion, Denilda Stivel Marion. Advogado: Nerei Alberto Bernardi. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0034 . Processo/Prot: 0719287-0/05 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/326211. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7192870-0/4 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itau Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Adair Grassi, Adão Alves Heleodoro, Admir Veroneze, Darcy Dalsoto, Luiz José Dallabarba, Pedro Angelo Galon, Serli Paiz Segato, Terezinha Almeri Koering, Benjamim Castelli. Advogado: Cleber Haefliger. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0035 . Processo/Prot: 0720360-1/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/323794. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 7203601-0/2 Recurso Especial e Extraordinário. Agravante: Tozetto & Cia Ltda. Advogado: Guilherme Gomes Xavier de Oliveira, Patrícia de Barros Correia Casillo, Ricieri Gabriel Calixto, Priscila Melo Chagas. Agravado: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Sérgio Botto de Lacerda, Ivan Lelis Bonilha. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0036 . Processo/Prot: 0720624-0/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/332645. Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 7206240-0/2 Recurso Especial e Extraordinário. Agravante: Ricardo Antonio Balestra. Advogado: Ricardo Antonio Balestra, Rodrigo Calizario de Carvalho Pacheco. Agravado: José Ortiz. Advogado: Mamoru Fukuyama, Andre Ricardo Franco, Fabio Luis Franco. Interessado: Solange Nagib Nassar. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0037 . Processo/Prot: 0720887-7/03 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/326213. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7208877-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Alexandra Riva Protzek, Anna Mageroski, Antonio dos Santos Maciel Filho, Antonio Genovez, Antonio Julio de Oliveira, Carlos dos Santos, Carmelinda Bonette Ribeiro, Domingos Papa, Evonir Macarin Dal Ponte. Advogado: Antonio Saonetti, Antonio Luiz Zepone Junior. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0038 . Processo/Prot: 0721191-0/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/330293. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7211910-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Espolio de Nilson Antonio Buratti. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0039 . Processo/Prot: 0722949-0/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/330308. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 7229490-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itau Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Comunidade Evangelica Luterana Bom Pastor. Advogado: Gustavo Rodrigues Martins, Caroline Leal Nogueira. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0040 . Processo/Prot: 0723236-2/04 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/326297. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7232362-0/3 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Claudio Sboli Permezan. Advogado: Robson Luis de Paula Bergamaschi. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0041 . Processo/Prot: 0723245-1/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/330316. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7232451-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Jayme Canet Neto, Ana Zulmira Canet Krause, Ana Cristina Canet Ozório de Almeida, Hanoar Kalil Farran, Zenith Stumm, Alberto Bianco, Comercio de Automóveis Santa Cecília, Solange Maria Druzik, Risolete Pauka Mello, Mario Alfredo Pinto Ribeiro. Advogado: João Rodrigo Stinghen Alvarenga, Luiz Eduardo Virmond Leone. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0042 . Processo/Prot: 0723380-5/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/330320. Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 7233805-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Banestado Sa, Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Carlos Sturzenegger, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Orlando Francisco. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0043 . Processo/Prot: 0725123-8/03 Agravo Cível ao STF

. Protocolo: 2011/321625. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 7251238-0/2 Recurso Especial e Extraordinário. Agravante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Sandra Regina Rodrigues. Agravado: Hipermix Brasil Serviços de Concretagem Ltda. Advogado: Rafael de Britez Costa Pinto, Hilgo Gonçalves Junior, José Otávio Andujar de Oliveira. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0044 . Processo/Prot: 0725123-8/04 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/321626. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 7251238-0/2 Recurso Especial e Extraordinário. Agravante: Brasil Telecom Sa. Advogado: Sandra Regina Rodrigues. Agravado: Hipermix Brasil Serviços de Concretagem Ltda. Advogado: Rafael de Britez Costa Pinto, Hilgo Gonçalves Junior, José Otávio Andujar de Oliveira. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0045 . Processo/Prot: 0725213-7/02 Agravo Cível ao STJ

. Protocolo: 2011/330077. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7252137-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itau Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Adelar Menon, Andre Sanderson, Danilo Menon, Darcy Nery de Oliveira e Silva, Edson Luiz de Camargo, Francisco Dias, Gilberto Jose Verona, João Sergio Canterle, Nair Dias. Advogado: Rosemar Angelo Melo. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

0046 . Processo/Prot: 0725697-3/02 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/326220. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 7256973-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Adelar Cagnini Guerro, Anayr Bernardi Conterno (maior de 60 anos), Carls Dal Bosco (maior de 60 anos), Clotilde Schneider Varaschin (maior de 60 anos), Clotilde Zanette (maior de 60 anos), Darci Pedro Parzianello, Gildo Jorge Gambetta, Godiles Bao Oltramari, Heitor Graneto (maior de 60 anos), Ivo Parzianello, Jair Rodrigues Prates, Maria Castro Tondo (maior de 60 anos), Mereslau Iakmiu (maior de 60 anos), Oradi Francisco Caldato, Pedro Alberton (maior de 60 anos), Plinio Paulo Deluque (maior de 60 anos), Renato Piamolini (maior de 60 anos), Rodi Zanella, Wilma Julieta Colla (maior de 60 anos), Zeli Libera Barbisan (maior de 60 anos). Advogado: José Rodrigo de Andrade Machado, Alexandre Augusto Zabot de Mello. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0047 . Processo/Prot: 0726035-7/02 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/330090. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7260357-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itau Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Reissoli Casagrande. Advogado: Nelci Maria Fockink Zanin, Monica Carolina Zanin. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0048 . Processo/Prot: 0728570-9/02 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/330398. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7285709-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Carlos Sturzenegger, Luiz Rodrigues Wambier. Agravado: Ari Porcides, Celso Rodrigues Siqueira, Domicela Hainosz, Eduardo Starow, Itramar de Paula Machiavelli, João Alberto Perrelli (maior de 60 anos), Jurandir Kuss Ferreira, Ludovico Fiatcoski (maior de 60 anos), Marjori Maria Aparecida Ribas Stabch, Pedro Kurpiel (maior de 60 anos). Advogado: Rodrigo Silvestri Marcondes, Roberto de Souza Fatuch, Marlon José de Oliveira. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0049 . Processo/Prot: 0728796-3/02 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/326286. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7287963-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Mauro Soviersoski Tatara (maior de 60 anos), Norma Rozario Vidal Tatara. Advogado: Mauro Soviersoski Tatara, Norma Rozário Vidal Tatara, Tiago Alexandre Vidal Tatara. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0050 . Processo/Prot: 0729213-3/02 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/315138. Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7292133-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros S/a.. Advogado: César Augusto de França. Agravado: Ademir Capellini, Ademir Carvalho da Costa, Claudeci Fernandes dos Santos, José Alfredo Filho, Madalena Maria Barboza de Oliveira, Rosangela Fernandes Felix, Cleuza Benedita Roque da Silveira, Luzia Venceslau Carlos, Nadir André Nonato. Advogado: Elaine Mônica Molin. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0051 . Processo/Prot: 0730024-3/02 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/326230. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7300243-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itau Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: João Saja. Advogado: Ademar Nitschke Junior, Daniel Barreto Gelbecke, Celina Galeb Nitschke. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0052 . Processo/Prot: 0730699-0/02 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/313990. Comarca: Morretes. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7306990-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Luiz Carlos Hunzicker. Advogado: Cornélio Afonso Capaverde. Agravado: Brasil Telecom Sa. Advogado: Luiz Remy Merlin Muchinski, Bernardo Guedes Ramina, Bruno Di Marino. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0053 . Processo/Prot: 0731602-1/02 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/321864. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7316021-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Almerindo Alves Soares, Elizeu Francisco Borges, Paulo da Cunha Fiates, João Celestino de Moraes, Darlene Laurindo, Pedro Fialka. Advogado: Charles Zauza. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0054 . Processo/Prot: 0731705-7/04 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/326233. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7317057-0/3 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Julieta Antunes Fernandes (maior de 60 anos), Ildia Ticiane Baptista, Idalino Delorenço Cancelier (maior de 60 anos), Natalino Pereira Velozo, Mario Luiz Casanova, Moacir Scatolin, Luiz Carlos Stangherlin, Lidei de Lourdes Miranda, Jair Claudino Socolovski, João Carlos Boris, João Alves de Souza (maior de 60 anos). Advogado: Max Hercílio Gonçalves. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0055 . Processo/Prot: 0736380-0/02 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/326236. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7363800-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: José de Oliveira, Eliana Fátima Gonçalves, Cidália Gonçalves da Rocha, Adelayr Cardoso Correa, Almir Beux, Salete Beux, Primo Volpato, Miguel Vivan, José Franklin Cararo, Lucia Carraro. Advogado: Max Hercílio Gonçalves. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0056 . Processo/Prot: 0736586-2/02 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/326240. Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7365862-0/1 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Dirceu Guerra, Armando Nesi (maior de 60 anos), Egilio Capelina (maior de 60 anos). Advogado: Paulo Roberto Gomes, Allan Amin Propst. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0057 . Processo/Prot: 0737895-0/04 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/326245. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7378950-0/3 Recurso Especial Civel. Agravante: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Luiz Carlos Sturzenegger. Agravado: Fabio Cesar Brogiatto, Clementina Maggioni, Espólio de Antônio José Perez Correa, Antônio Vicente de Santan, Altamir Pereira da Fonseca, Luzia Simões da Silva, Celi Simões Raimundo, Wanderlei do Nascimento Giraldes, João Vieira, João Vitor Ruvira Batista da Silva. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio, Edmar José Chagas. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0058 . Processo/Prot: 0750158-0/03 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/324932. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 7501580-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: Consórcio Nacional Embracon. Advogado: Suzana Bonat. Agravado: Anacleto Joel Soares. Advogado: Letícia de Mattos Schröder, Regina de Melo Silva. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO
0059 . Processo/Prot: 0754636-5/03 Agravo Cível ao STJ
. Protocolo: 2011/318174. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 7546365-0/2 Recurso Especial Civel. Agravante: L R Campos e Companhia Ltda. Advogado: Joel João Ruberti, Roque Komatsu, Paula Komatsu. Agravado: Transportadora Primo Ltda. Advogado: Gilmar Kuhn, Renato Cordeiro. Motivo: PARA RESPOSTA AO AGRAVO

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.07716**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Ademar Antonio Rodio | 008 | 0744925-4/02 |
| Aldivino Alves Pereira | 007 | 0732455-6/03 |
| Allan Amin Propst | 022 | 0764913-0/02 |
| Almir Tadeu Botelho | 008 | 0744925-4/02 |
| Ana Beatriz Antunes | 003 | 0675534-4/01 |
| Ananias Cézar Teixeira | 023 | 0767771-4/03 |
| | 030 | 0774064-5/01 |
| André Agostinho Hamera | 031 | 0792622-5/01 |
| Andrea Sabbaga de Melo | 016 | 0758346-2/02 |
| Angelina Gil | 021 | 0762174-5/03 |
| Astrogildo Ribeiro da Silva | 027 | 0772093-8/02 |
| Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro | 008 | 0744925-4/02 |
| Aurino Muniz de Souza | 002 | 0665319-4/02 |
| Bernardo Guedes Ramina | 002 | 0665319-4/02 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 011 | 0750984-0/01 |
| | 017 | 0760229-7/02 |
| | 019 | 0762003-1/02 |
| | 025 | 0771399-1/01 |
| | 026 | 0771924-4/02 |
| | 027 | 0772093-8/02 |
| | 029 | 0773098-7/02 |
| Carlos Delai | 003 | 0675534-4/01 |
| Clailton Luis Bork | 001 | 0662620-0/02 |
| Claudir José Schwarz | 015 | 0756820-5/03 |
| | 020 | 0762110-1/03 |
| Cleber Haefliger | 025 | 0771399-1/01 |
| Cristiane Uliana | 030 | 0774064-5/01 |
| Daniel Andrade do Vale | 001 | 0662620-0/02 |
| Diogo Bertolini | 016 | 0758346-2/02 |
| Edivar Mingoti Júnior | 029 | 0773098-7/02 |
| Eduardo Blanco | 006 | 0730042-1/03 |
| Elói Contini | 016 | 0758346-2/02 |
| Emerson Marchetti | 014 | 0755872-5/02 |

| | | |
|---|---|---|
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 004 | 0726804-2/04 |
| | 006 | 0730042-1/03 |
| | 007 | 0732455-6/03 |
| | 009 | 0746141-6/04 |
| | 010 | 0750367-9/03 |
| | 012 | 0751387-5/03 |
| | 013 | 0754429-0/04 |
| | 015 | 0756820-5/03 |
| | 018 | 0761113-8/02 |
| | 020 | 0762110-1/03 |
| | 021 | 0762174-5/03 |
| | 022 | 0764913-0/02 |
| | 024 | 0771296-5/02 |
| | 028 | 0772111-1/02 |
| Fabiano Neves Macieywski | 023 | 0767771-4/03 |
| Fernanda Michel Andreani | 027 | 0772093-8/02 |
| Flávia Regina Carluccio | 009 | 0746141-6/04 |
| | 017 | 0760229-7/02 |
| | 019 | 0762003-1/02 |
| Flavio Pereira Teixeira | 013 | 0754429-0/04 |
| Floriano Terra Filho | 006 | 0730042-1/03 |
| Gerson Vanzin Moura da Silva | 003 | 0675534-4/01 |
| Glauco Humberto Bork | 001 | 0662620-0/02 |
| Glauco Iwersen | 005 | 0728779-2/01 |
| Gleidson de Moraes Mücke | 008 | 0744925-4/02 |
| Guilherme Luiz Sandri | 028 | 0772111-1/02 |
| Gustavo Antonio Barbosa de Souza | 007 | 0732455-6/03 |
| Heroldes Bahr Neto | 023 | 0767771-4/03 |
| Hugo Francisco Gomes | 005 | 0728779-2/01 |
| Jaime Oliveira Penteado | 003 | 0675534-4/01 |
| Jean Carlos Martins Francisco | 005 | 0728779-2/01 |
| Jean Fernando Pontin | 012 | 0751387-5/03 |
| Jefferson Lima Aguiar | 017 | 0760229-7/02 |
| | 025 | 0771399-1/01 |
| José Francisco M. d. Oliveira | 014 | 0755872-5/02 |
| José Luiz Fornagieri | 009 | 0746141-6/04 |
| | 017 | 0760229-7/02 |
| | 019 | 0762003-1/02 |
| Júnior Carlos Freitas Moreira | 016 | 0758346-2/02 |
| Leirson de Moraes Mücke | 008 | 0744925-4/02 |
| Luerti Gallina | 011 | 0750984-0/01 |
| | 019 | 0762003-1/02 |
| Luiz Fernando Brusamolin | 031 | 0792622-5/01 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 003 | 0675534-4/01 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 004 | 0726804-2/04 |
| | 006 | 0730042-1/03 |
| | 009 | 0746141-6/04 |
| | 010 | 0750367-9/03 |
| | 012 | 0751387-5/03 |
| | 013 | 0754429-0/04 |
| | 015 | 0756820-5/03 |
| | 018 | 0761113-8/02 |
| | 020 | 0762110-1/03 |
| | 021 | 0762174-5/03 |
| | 022 | 0764913-0/02 |
| | 024 | 0771296-5/02 |
| | 028 | 0772111-1/02 |
| Manoel Caetano Ferreira Filho | 016 | 0758346-2/02 |
| Márcio Rogério Depolli | 011 | 0750984-0/01 |
| | 017 | 0760229-7/02 |
| | 019 | 0762003-1/02 |
| | 025 | 0771399-1/01 |
| | 026 | 0771924-4/02 |
| | 027 | 0772093-8/02 |
| | 029 | 0773098-7/02 |
| Mariana Pereira Valério | 005 | 0728779-2/01 |
| Marlus Roberto Saber | 024 | 0771296-5/02 |
| Maurício Kavinski | 031 | 0792622-5/01 |
| Maykon Del Canale Ribeiro | 018 | 0761113-8/02 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 005 | 0728779-2/01 |
| Natalino Bariviera | 008 | 0744925-4/02 |
| Nelson Pilla Filho | 031 | 0792622-5/01 |
| Olinto Roberto Terra | 006 | 0730042-1/03 |
| Omar Yassim | 013 | 0754429-0/04 |
| Patricia Carla de Deus Lima | 007 | 0732455-6/03 |
| | 013 | 0754429-0/04 |
| | 022 | 0764913-0/02 |
| Paulo Cezar Cenerino | 019 | 0762003-1/02 |
| Paulo Henrique Dal Pont Lopes | 012 | 0751387-5/03 |
| Paulo Roberto Gomes | 022 | 0764913-0/02 |
| | 026 | 0771924-4/02 |
| | 027 | 0772093-8/02 |
| Peterson Martin Dantas | 010 | 0750367-9/03 |
| Raquel Angela Tomei | 016 | 0758346-2/02 |
| Reginaldo Caselato | 026 | 0771924-4/02 |
| | 027 | 0772093-8/02 |
| Renato Benvindo Frata | 011 | 0750984-0/01 |
| Roberta Carvalho de Rosis | 001 | 0662620-0/02 |
| Romeu Macedo Cruz Júnior | 004 | 0726804-2/04 |
| Roque Barbosa de Oliveira | 008 | 0744925-4/02 |
| Rosemar Angelo Melo | 020 | 0762110-1/03 |
| Saulo Bonat de Mello | 023 | 0767771-4/03 |
| Sidclei José Godois | 031 | 0792622-5/01 |
| Simone Daiane Rosa | 019 | 0762003-1/02 |
| | 026 | 0771924-4/02 |
| | 027 | 0772093-8/02 |
| Tadeu Cerbaro | 016 | 0758346-2/02 |
| Teresa Celina de A. A. Wambier | 004 | 0726804-2/04 |
| | 009 | 0746141-6/04 |
| | 013 | 0754429-0/04 |
| | 020 | 0762110-1/03 |
| | 021 | 0762174-5/03 |
| | 022 | 0764913-0/02 |
| | 028 | 0772111-1/02 |
| Thomé Sabbag Neto | 016 | 0758346-2/02 |
| Volnei Leandro Kottwitz | 015 | 0756820-5/03 |
| | 020 | 0762110-1/03 |

Vista ao(s) Recorrido(s)

0001 . Processo/Prot: 0662620-0/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/240489. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 662620-0 Apelação Civel. Recorrente: Brasil Telecom Sa. Advogado: Daniel Andrade do Vale, Roberta Carvalho de Rosis. Recorrido: Eulália Antunes (maior de 60 anos). Advogado: Glauco Humberto Bork, Claiton Luis Bork. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0002 . Processo/Prot: 0665319-4/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/224427. Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 665319-4 Apelação Civel. Recorrente: Brasil Telecom Sa. Advogado: Bernardo Guedes Ramina. Recorrido: Leocir Bettiollo, Lourdes Maraschin Cerutti (maior de 60 anos), Neli Terezinha da Silva - Máquinas Me, Pedro Soares da Silva, Romar Rui Cerutti, Rosmeri Terezinha Tamanho Baldissera, Veimoto Comércio de Motocicletas Limitada, Sérgio Jonikaites. Advogado: Aurino Muniz de Souza. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0003 . Processo/Prot: 0675534-4/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/245948. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 675534-4 Apelação Civel. Recorrente: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Luiz Henrique Bona Turra, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado. Recorrido: Francisco Ferreira de Lima (maior de 60 anos). Advogado: Carlos Delai, Ana Beatriz Antunes. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0004 . Processo/Prot: 0726804-2/04 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/234524. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 726804-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itau Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Alda Sereno Crema, Rodrigo Sereno Crema, Edson Carlos Crema, Adila Chavarem Belin, Albino Dias (maior de 60 anos), Alvaro Waechter, Amaury Antonio Martini, Carlos Berbet Alves, Dircelia de Fatima Machado, Frederico Guilherme Keche Virmond, Helena Abdanur Nassar, Ildo Belim, José Elenilson Orides, Juliano Pupo Nizer, Julinha Prestes Ribas, Lais Hykavei, Tecla Hykavei, Leni Terezinha Salateski, Lucia Maria Bilyk, Miguel Gelinski Sobrinho, Neusa Poczinek, Clacir Ana Ongaratto, Claudia Mara Dalzoto, Eduardo Less, Emanuel Carlo dos Santos Borges, Lia Maura dos Santos, Ilda Chaia Pedroso, Jussara de Rocco, Leila Denise Kaminski, Lucia Accardi Iatrino, Marcos Antonio de Oliveira, Maria Aparecida Maciel, Maria Aparecida Pacheco Lippmann, Maria Izabel Antunes de Oliveira, Maria Luci Guerra, Marilda Pupo Nizer, Nodila Conte Ongaratto, Pedro Bento Gelinski. Advogado: Romeu Macedo Cruz Júnior. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0005 . Processo/Prot: 0728779-2/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/226167. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 728779-2 Apelação Civel. Recorrente: Caixa Seguradora Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Glauco Iwersen, Mariana Pereira Valério. Recorrido: Eudete Auta Laroca (maior de 60 anos), Adegar Florindo, Aparecida do Carmo Valério, Generina dos Santos, João Ferreira de Souza, Julio Fernandes Ribeiro, Maria de Fátima dos Santos, Pedro da Silva, Sueli Fatima da Silva, Terezinha de Fatima Panagio. Advogado: Jean Carlos Martins Francisco, Hugo Francisco Gomes. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0006 . Processo/Prot: 0730042-1/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/245311. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7300421-0/1 Agravo. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Tarquinio Alcantara (maior de 60 anos). Advogado: Floriano Terra Filho, Eduardo Blanco, Olinto Roberto Terra. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0007 . Processo/Prot: 0732455-6/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/252312. Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 7324556-0/1 Agravo. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima. Recorrido: Jamiro da Luz (maior de 60 anos), Luciene da Luz. Advogado: Aldivino Alves Pereira, Gustavo Antonio Barbosa de Souza. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0008 . Processo/Prot: 0744925-4/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/138441, 2011/255667. Comarca: Assis Chateaubriand. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 744925-4 Apelação Cível. Recorrente (1): Pedro Lírio Hoffmann. Advogado: Roque Barbosa de Oliveira, Almir Tadeu Botelho. Recorrente (2): Anedina Francisca da Silva (maior de 60 anos). Advogado: Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro. Recorrido (1): Dionisio Sevignani, Dóris Sevignani. Advogado: Ademar Antonio Rodio, Gleidson de Moraes Mücke, Leirson de Moraes Mücke. Recorrido (2): Anedina Francisca da Silva (maior de 60 anos). Advogado: Natalino Bariviera. Recorrido (3): Pedro Lírio Hoffmann. Advogado: Roque Barbosa de Oliveira. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0009 . Processo/Prot: 0746141-6/04 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/247749. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 746141-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Elisio Ribeiro de Camargo, Ione Marlene Bordin Reis, Jefferson de Andrade Brito, João Ferreira de Souza (maior de 60 anos), João Pinheiro da Silva. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0010 . Processo/Prot: 0750367-9/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/247761. Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 750367-9 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Espólio de Eduardo Jacomel, Paulo Eduardo Jacomel, Maria Margarete Jacomel, Olga Ciliax Belenki (maior de 60 anos), Adolfo Sonnberger (maior de 60 anos), Marco Antonio Bortoloti, Elma Pinheiro Góes Pedrozo, Luiz Rodrigues de Oliveira (maior de 60 anos). Advogado: Peterson Martin Dantas. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0011 . Processo/Prot: 0750984-0/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/203399. Comarca: Terra Rica. Vara: Vara Única. Ação Originária: 750984-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Luerti Gallina. Recorrido: Otilia Bragatto Monteiro, Espólio de José Guedes de Souza, Ritinha Holanda Cavalcante, Olga Benelli Bartz (maior de 60 anos), Bento Francisco Angelozzi (maior de 60 anos), Altair Gonçalves, Nadir Gementes de Oliveira (maior de 60 anos), Espólio de Mario Vicente, Espólio de Antonia Frata Lingas. Advogado: Renato Benvindo Frata. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0012 . Processo/Prot: 0751387-5/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/247763. Comarca: Peabiru. Vara: Vara Única. Ação Originária: 751387-5 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Divanir Izelle Peron (maior de 60 anos), Moises de Souza Luiz (maior de 60 anos), Valmir João Peoli (maior de 60 anos), Adelia Augustinha Machado, Daniel Miguel da Silva, Venicio Bitencourt (maior de 60 anos), Iracy Rocha Souto (maior de 60 anos), Amancio Basso (maior de 60 anos), Eilemir Terezinha Rigonato, João de Bitencourt, Hideshi Horita (maior de 60 anos), Valmir Catafesta, Ademar Salvadori, Antonio Ganancim (maior de 60 anos), Araceli Perez Basso (maior de 60 anos), Francisco Cavalheri (maior de 60 anos), Ricardo Hummig, Walter Campanelli (maior de 60 anos), Sonia Regina Chacorowski, Masao Honda (maior de 60 anos), Maria Aparecida Cavalhieri, Antonio Carvalho, José Luiz Ferreira Soares (maior de 60 anos). Advogado: Jean Fernando Pontin, Paulo Henrique Dal Pont Lopes. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0013 . Processo/Prot: 0754429-0/04 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/234554. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 754429-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Recorrido: Alexandrina do Carmo de Souza (maior de 60 anos), João Francisco dos Santos (maior de 60 anos), Maria Neuza Estrada Baratella (maior de 60 anos), João Baratella Neto (maior de 60 anos), Mario Staszack (maior de 60 anos), Antonio de Souza (maior de 60 anos), José Soares Lima (maior de 60 anos). Advogado: Omar Yassim, Flavio Pereira Teixeira. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0014 . Processo/Prot: 0755872-5/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/235835. Comarca: Altônia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 755872-5 Apelação Civel. Recorrente: Unimed Noroeste do Parana - Cooperativa de Trabalho Medico. Advogado: José Francisco Machado de Oliveira. Recorrido: Esther Muzachi (maior de 60 anos), Claudio Capioto. Advogado: Emerson Marchetti. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0015 . Processo/Prot: 0756820-5/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/226735. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 756820-5 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Adelino Martini (maior de 60 anos), Aurora Exposito Schlogel (maior de 60 anos), Austo Huberto Roecker (maior de 60 anos), Dirceu da Conceição Alves, Eli Bombardelli, Hildo Vissovati, Neuza Rico Saldeira, Orindo Pereira da Rocha, Osorio Dal Rovere (maior de 60 anos), Placido Tiscoski (maior de 60 anos). Advogado: Claudir José Schwarz, Volnei Leandro Kottwitz. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0016 . Processo/Prot: 0758346-2/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/226525. Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 758346-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco do Brasil SA. Advogado: Elói Contini, Tadeu Cerbaro, Raquel Angela Tomei, Diogo Bertolini. Recorrido: Luiz Lucas Leal, Geralda Salvadora Gonçalves Reis, Pedro da Costa Almeida (maior de 60 anos). Advogado: Júnior Carlos Freitas Moreira, Manoel Caetano Ferreira Filho, Thomé Sabbag Neto, Andrea Sabbaga de Melo. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0017 . Processo/Prot: 0760229-7/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/245535. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 760229-7 Agravo de Instrumento. Recorrente: Itaú Unibanco SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Jefferson Lima Aguiar. Recorrido: Hilda Filomena Magnani, José Adão de Oliveira (maior de 60 anos), Espólio de Delcia Buzignani de Barros, Delcimar de Barros, Sildemar José de Barros, Espólio de Mário Marini, Lúcia Rosa Marini (maior de 60 anos), Cláudia Maria Marini, Márcia Cristina Marini, Espólio de Luzia Chichera Sana, Maria Esvanir Sana Almudi, Santa Sana Brolezzi (maior de 60 anos), Sebastião Sana (maior de 60 anos), Osvaldo Miguel Sana (maior de 60 anos). Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0018 . Processo/Prot: 0761113-8/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/245357. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 761113-8 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú Sa, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Rubens Rufine, Silmara de Agostinho, José Roberto Pelisson, Nelson Rogério Bagini, José Edilson Galvão, Gerson Mainardes, Romilda de Melo Cardamoni (maior de 60 anos), Márcia Regina Agostinho, Luiz Bijora, Luiz Carlos Gonçalves da Silva, Rita de Cácia Staniszewski, Marco Antonio Mariotto, Zilda Escolástica Pelisson (maior de 60 anos), Terezio Sermanovicz (maior de 60 anos), Lúcio Mucheski. Advogado: Maykon Del Canale Ribeiro. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0019 . Processo/Prot: 0762003-1/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/248075. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 762003-1 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Luerti Gallina. Recorrido: Claudio José Broggiatto, Rosa Pestun Podolan (maior de 60 anos), Leilane Rodrigues Garnica Wesselovicz, Glória Maria Camargo Soares Nakashima, Espólio de Sadakichi Fugii, Yolanda Matsumura, Antônio Fujii (maior de 60 anos), Francisco Minoro Fujii, Eduardo Mitsuo Fujii, Tatsumi Fujii. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio, Paulo Cezar Cenerino. Interessado: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0020 . Processo/Prot: 0762110-1/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/247676. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 762110-1 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Recorrido: Antonio Bruguer Protcih (maior de 60 anos), Aristides Acácio de Bitencourt (maior de 60 anos), Dolorina Clementina Piler Brust (maior de 60 anos), Eliseu Simonelli (maior de 60 anos), Frederico Germano Behrenchsen, João Pelisson (maior de 60 anos), Jose Bernardes (maior de 60 anos), Jose Saraiva Nunes, Julia Alves Solochinski, Luiz Marangoni. Advogado: Claudir José Schwarz, Volnei Leandro Kottwitz, Rosemar Angelo Melo. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0021 . Processo/Prot: 0762174-5/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/234506. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 762174-5 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Recorrido: Mary Izabel Toniolo (maior de 60 anos). Advogado: Angelina Gil. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0022 . Processo/Prot: 0764913-0/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/234489. Comarca: Rebouças. Vara: Vara Única. Ação Originária: 764913-0 Apelação Civel. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Patricia Carla de Deus Lima. Recorrido: Inês de Freitas Alboneti (maior de 60 anos), Marcio de Freitas Alboneti. Advogado: Paulo Roberto Gomes, Allan Amin Propst. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0023 . Processo/Prot: 0767771-4/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/243952. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 767771-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Petróleo Brasileiro Sa Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Recorrido: Nercio Ricardo (maior de 60 anos). Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0024 . Processo/Prot: 0771296-5/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/250618. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 771296-5 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Antonio Carlos Taques de Macedo, Sueli Galvão de Oliveira, Espólio de Augusto Valla, Vicente Valla (maior de 60 anos), Luana Mesquita Berri, Adair Lira de Freitas (maior de 60 anos), Maria Jose Tatit Raposo (maior de 60 anos). Advogado: Marlus Roberto Saber. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0025 . Processo/Prot: 0771399-1/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/201562. Comarca: Barracão. Vara: Vara Única. Ação Originária: 771399-1 Apelação Civel. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado S/A. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Jefferson Lima Aguiar. Recorrido: Clementino Biesek (maior de 60 anos), Adrualdo Zuchelli (maior de 60 anos), Pedrinho Jacinto Franciscon, Miguel Todescatto, Paulo Cezar Tomazini, Osmar Gheller, Olegario Luiz Tomasi, Nelson Bin (maior de 60 anos), Renan Tiecher. Advogado: Cleber Haefliger. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0026 . Processo/Prot: 0771924-4/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/248071. Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 771924-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Recorrido: Luiz Generoso Bento (maior de 60 anos). Advogado: Paulo Roberto Gomes, Reginaldo Caselato. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0027 . Processo/Prot: 0772093-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/230147. Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 772093-8 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Fernanda Michel Andreani. Recorrido: Helena Pereira dos Santos (maior de 60 anos). Advogado: Paulo Roberto Gomes, Reginaldo Caselato, Astrogildo Ribeiro da Silva. Interessado: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0028 . Processo/Prot: 0772111-1/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/234577. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 772111-1 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Recorrido: Antonio Czelusniak (maior de 60 anos), Silvia Maria Bon. Advogado: Guilherme Luiz Sandri. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0029 . Processo/Prot: 0773098-7/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/248073. Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 773098-7 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Recorrido: Alberi da Silva (maior de 60 anos). Advogado: Edivar Mingoti Júnior. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0030 . Processo/Prot: 0774064-5/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/222221. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 774064-5 Apelação Civel. Recorrente: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Recorrido: Irineu Teofanes dos Santos (maior de 60 anos). Advogado: Cristiane Uliana. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0031 . Processo/Prot: 0792622-5/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/251868. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 792622-5 Apelação Civel. Recorrente: Bv Financeira Sa. Advogado: Luiz Fernando Brusamolin, Maurício Kavinski, Nelson Pilla Filho. Recorrido: Dorival Vicente Conterno (maior de 60 anos). Advogado: André Agostinho Hamera, Sidclei José Godois. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.09059**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adriano Marroni | 006 | 0682783-8/02 |
| Ágatha Dourado Massarani | 001 | 0569067-9/02 |
| Alexey Gastão Conselvan | 007 | 0686917-0/05 |
| Ananias Cézar Teixeira | 009 | 0694541-1/01 |
| Anderson Cleber Okumura Yuge | 018 | 0744024-2/01 |
| André Cicarelli de Melo | 001 | 0569067-9/02 |
| André Spake | 005 | 0680883-5/02 |
| Andrea Caroline Marconatto Cury | 002 | 0641441-9/02 |
| Antônio Soares de Resende Júnior | 004 | 0680446-2/02 |
| Ary Bracarense Costa Junior | 021 | 0748240-2/02 |
| Aurino Muniz de Souza | 017 | 0735699-0/01 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 004 | 0680446-2/02 |
| | 017 | 0735699-0/01 |
| | 020 | 0745202-0/02 |
| Cezar Eduardo Ziliotto | 007 | 0686917-0/05 |
| Ciro Bruning | 011 | 0710953-3/02 |
| Claro Américo Guimarães Sobrinho | 015 | 0729454-4/01 |
| Claudia Macuch | 005 | 0680883-5/02 |
| Cleber Eduardo Albanez | 011 | 0710953-3/02 |
| Cristiane Belinati Garcia Lopes | 013 | 0722157-2/01 |
| Cristiane Uliana | 009 | 0694541-1/01 |
| Cristina Hatschbach Maciel | 012 | 0721181-4/01 |
| Daniel Hachem | 003 | 0667254-6/01 |
| | 008 | 0688392-1/02 |
| Denise Akemi Mitsuoka | 008 | 0688392-1/02 |
| Eduardo Brüning | 011 | 0710953-3/02 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 006 | 0682783-8/02 |
| | 010 | 0709469-9/04 |
| | 014 | 0722205-3/03 |
| | 016 | 0733039-6/03 |
| Fábio dos Reis Ruiz | 020 | 0745202-0/02 |
| Fernando Almeida de Oliveira | 012 | 0721181-4/01 |
| Fernando Wilson Rocha Maranhão | 002 | 0641441-9/02 |
| Flávia Andréia Redmerski de Souza | 004 | 0680446-2/02 |
| Flaviano Belinati Garcia Perez | 013 | 0722157-2/01 |
| Flavio Pereira Teixeira | 014 | 0722205-3/03 |
| Flávio Santanna Valgas | 013 | 0722157-2/01 |
| Flávio Steinberg Bexiga | 004 | 0680446-2/02 |
| Giovani Ortolan | 007 | 0686917-0/05 |
| Gislaine Podanoski Vignotti | 008 | 0688392-1/02 |
| Jair Subtil de Oliveira | 003 | 0667254-6/01 |
| Janaina Moscatto Orsini | 017 | 0735699-0/01 |
| João Batista dos Anjos | 012 | 0721181-4/01 |
| Jonnathas Rodrigo de M. Tofaneto | 002 | 0641441-9/02 |
| José Hotz | 015 | 0729454-4/01 |
| José Subtil de Oliveira | 003 | 0667254-6/01 |
| Júlio César Subtil de Almeida | 003 | 0667254-6/01 |
| Lauro Fernando Zanetti | 003 | 0667254-6/01 |
| | 018 | 0744024-2/01 |
| Leonardo Antonio Franco | 015 | 0729454-4/01 |
| Leonardo de Almeida Zanetti | 018 | 0744024-2/01 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 006 | 0682783-8/02 |
| | 014 | 0722205-3/03 |
| | 016 | 0733039-6/03 |
| Marcelo Tesheiner Cavassani | 021 | 0748240-2/02 |
| Márcia Cristina Sigwalt Valeixo | 005 | 0680883-5/02 |
| Márcio Rogério Depolli | 004 | 0680446-2/02 |
| | 017 | 0735699-0/01 |
| | 020 | 0745202-0/02 |
| Marcos Roberto Gomes da Silva | 008 | 0688392-1/02 |
| Mauro Sérgio Guedes Nastari | 018 | 0744024-2/01 |
| Mithiele Tatiana Rodrigues | 004 | 0680446-2/02 |
| Moacir Taques | 013 | 0722157-2/01 |
| Nelson Souza Neto | 007 | 0686917-0/05 |
| Patricia Carla de Deus Lima | 010 | 0709469-9/04 |
| Patricia Pontaroli Jansen | 019 | 0744805-7/02 |
| Paulo Sérgio Winckler | 019 | 0744805-7/02 |
| Paulo Vinicio Fortes Filho | 012 | 0721181-4/01 |
| Pio Carlos Freiria Junior | 019 | 0744805-7/02 |
| Rita de Cássia C. d. Vasconcelos | 006 | 0682783-8/02 |
| Roberto Catalano Botelho Ferraz | 007 | 0686917-0/05 |
| Sandro Mansur Gibran | 007 | 0686917-0/05 |
| Selma Cristina Saito Azevedo | 001 | 0569067-9/02 |
| Sérgio Fabrízio Sanvido | 020 | 0745202-0/02 |

| | | |
|---|---|---|
| Sérgio Luiz Belotto Junior | 006 | 0682783-8/02 |
| Shealtiel Lourenço Pereira Filho | 018 | 0744024-2/01 |
| Sidney Francisco Martins | 010 | 0709469-9/04 |
| | 016 | 0733039-6/03 |
| Tayssa Hermont Ozon | 005 | 0680883-5/02 |
| Teresa Celina de A. A. Wambier | 006 | 0682783-8/02 |
| Ursula Ernlund S. Guimarães | 017 | 0735699-0/01 |
| Valdir Oliveira | 010 | 0709469-9/04 |
| | 016 | 0733039-6/03 |
| Wesley Macedo de Souza | 002 | 0641441-9/02 |
| Zuleika Loureiro Giotto | 015 | 0729454-4/01 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. 1º Vice-Presidente
0001 . Processo/Prot: 0569067-9/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/262710. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 569067-9 Apelação Civel. Recorrente: André Cicarelli de Melo. Advogado: André Cicarelli de Melo. Recorrido: centro de estudos superiores positivo ltda.. Advogado: Selma Cristina Saito Azevedo, Ágatha Dourado Massarani. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 569.067-9/02 RECORRENTE: ANDRÉ CICARELLI DE MELO RECORRIDO: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA. 1. Nos termos do artigo 6º da Lei n. 1.060/50, desentranhe-se a petição de fls. 361/362 e autue-se, em apartado, como Pedido de Assistência Judiciária Gratuita. 2. Naqueles autos, intime-se a parte contrária para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do pedido. 3. Publique-se. 4. Oportunamente, voltem conclusos. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 17934/11
0002 . Processo/Prot: 0641441-9/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/279329, 2011/235802. Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 641441-9 Apelação Civel. Recorrente (1): Petrobras Distribuidora SA. Advogado: Fernando Wilson Rocha Maranhão, Andrea Caroline Marconatto Cury. Recorrente (2): Auto Posto J Samã Ltda. Advogado: Jonnathas Rodrigo de Medeiros Tofaneto. Recorrido (1): Auto Posto J Rafah Ltda, Valdir Rossi, Sandra Maria Costa Rossi, Fernanda Costa Luz Rossi, Valdir Rossi Junior. Advogado: Jonnathas Rodrigo de Medeiros Tofaneto, Wesley Macedo de Souza. Recorrido (2): Petrobras Distribuidora SA. Advogado: Fernando Wilson Rocha Maranhão, Andrea Caroline Marconatto Cury. Recorrido (3): Auto Posto J Samã Ltda. Advogado: Jonnathas Rodrigo de Medeiros Tofaneto. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 641.441-9/02 RECORRENTES: 1. PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A 2. AUTO POSTO J. SAMÃ LTDA. RECORRIDOS: 1. PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA 2. AUTO POSTO J. RAFAH LTDA. E OUTROS 3. AUTO POSTO J. SAMÃ LTDA. Intimem-se os recorridos para apresentarem, no prazo de 15 (quinze) dias, contrarrazões ao recurso especial. Publique-se. Curitiba, 17 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 2460/11
0003 . Processo/Prot: 0667254-6/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/329577. Comarca: Rolândia. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 667254-6 Apelação Civel. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Daniel Hachem, Lauro Fernando Zanetti. Recorrido: Antonio Donizette Del Passo. Advogado: Júlio César Subtil de Almeida, José Subtil de Oliveira, Jair Subtil de Oliveira. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 667.254-6/01 RECORRENTE: BANCO ITAÚ S/A RECORRIDO: ANTONIO DONIZETTE DEL PASSO Considerando que o Banco Itaú S/A não é parte nos presentes autos, intime-se o advogado Daniel Hachem para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove a alegada incorporação do Banco do Estado do Paraná, sob pena de não conhecimento do recurso de fls. 112-122. Publique-se. Curitiba, 22 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 11830/11
0004 . Processo/Prot: 0680446-2/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/125137. Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 680446-2 Apelação Civel. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Mithiele Tatiana Rodrigues. Recorrido (1): Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Antônio Soares de Resende Júnior, Flávia Andréia Redmerski de Souza. Recorrido (2): Caetano Martins Carrança. Advogado: Flávio Steinberg Bexiga. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 680.446-2/02 RECORRENTE: BANCO ITAÚ S/A RECORRIDO: CAETANO MARTINS CARRANÇA Nos termos do artigo 511, § 2º, do Código de Processo Civil, intime-se o recorrente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, comprove nos autos a complementação do preparo, sob pena de deserção do recurso especial, com os seguintes recolhimentos: 1. R$ 6,53 (seis reais e cinquenta e três centavos), em complemento ao valor recolhido a título de custas judiciais, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 11.636, de 28 de dezembro de 2007, e na TABELA "B" da Resolução nº 1, de 18 de janeiro de 2011, que majorou o valor das custas judiciais para R$ 116,99 (cento e dezesseis reais e noventa e nove centavos) a partir de 20 de janeiro de 2011. 2. R$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) em complemento ao valor recolhido a título de FUNREJUS, referente aos atos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme a Lei Estadual nº 16.741/2010, publicada em 29.12.2010. Publique-se. Curitiba, 19 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16500/11
0005 . Processo/Prot: 0680883-5/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/149259. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara de Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis. Ação Originária: 680883-5 Agravo de Instrumento. Recorrente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Márcia Cristina Sigwalt Valeixo. Recorrido: Jose Carlos Kovanei. Advogado: Claudia Macuch, Tayssa Hermont Ozon. Interessado: Imc Industrial Madereira Camilotti Ltda. Advogado: André Spake. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 680.883-5/02 RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS RECORRIDO: JOSE CARLOS KOVANEI INTERESSADA: IMC INDUSTRIAL MADEREIRA CAMILOTTI LTDA. Intime-se o Recorrente para manifestar-se acerca do contido na petição de fls. 207. Publique-se. Curitiba, 23 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16306/11
0006 . Processo/Prot: 0682783-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/136722. Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 0682783-8/01 Embargos de Declaração. Recorrente: Márcio Augusto César Furlaneto, Vera Aparecida da Costa Furlaneto. Advogado: Adriano Marroni. Recorrido: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Sérgio Luiz Belotto Junior, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Rita de Cássia Correa de Vasconcelos. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 682.783-8/02 RECORRENTES: MÁRCIO AUGUSTO CÉSAR FURLANETO E OUTRA RECORRIDO: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO Nos termos do artigo 511, § 2º, do Código de Processo Civil, intimem-se os recorrentes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovem nos autos a complementação do preparo, sob pena de deserção do recurso especial, com os seguintes recolhimentos: 1. R$ 98,60 (noventa e oito reais e sessenta centavos) a título de GRU, referente ao porte de remessa e retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça; 2. R$ 9,98 (nove reais e noventa e oito centavos), em complemento ao valor recolhido a título de custas judiciais, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 11.636, de 28 de dezembro de 2007, e na TABELA "B" da Resolução nº 1, de 18 de janeiro de 2011, que majorou o valor das custas judiciais para R$ 116,99 (cento e dezesseis reais e noventa e nove centavos) a partir de 20 de janeiro de 2011. Publique-se. Curitiba, 19 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16494/11
0007 . Processo/Prot: 0686917-0/05 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/1357, 2011/72177. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 11ª Vara Cível. Ação Originária: 686917-0 Apelação Civel. Recorrente (1): Parana Equipamentos Sa. Advogado: Alexey Gastão Conselvan, Giovani Ortolan, Cezar Eduardo Ziliotto. Recorrente (2): Pinho Comissaria de Despachos Sa. Advogado: Nelson Souza Neto, Roberto Catalano Botelho Ferraz. Recorrido (1): Clovis Ferreira de Souza (maior de 60 anos), Savio Jose Di Giorgi Ferreira de Souza, Pinho Comissaria de Despachos Sa. Advogado: Nelson Souza Neto, Roberto Catalano Botelho Ferraz, Sandro Mansur Gibran. Recorrido (2): Parana Equipamentos Sa. Advogado: Alexey Gastão Conselvan, Giovani Ortolan. Interessado: Clovis Ferreira de Souza (maior de 60 anos), Savio Jose Di Giorgi Ferreira de Souza. Advogado: Nelson Souza Neto, Roberto Catalano Botelho Ferraz, Sandro Mansur Gibran. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 686.917-0/05 RECORRENTES: 1. PARANA EQUIPAMENTOS S.A. 2. PINHO COMISSARIA DE DESPACHOS S.A. E OUTROS RECORRIDOS: OS MESMOS Intimem-se as partes para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, contrarrazões ao recurso especial. Publique-se. Curitiba, 2 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 6821/11
0008 . Processo/Prot: 0688392-1/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/141147. Comarca: Maringá. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 6883921-0/1 Embargos de Declaração. Recorrente: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniel Hachem. Recorrido: Manoel Mário de Araújo Pismel, Rosa Thereza de Chiara Pismel, Denise Akemi Mitsuoka. Advogado: Denise Akemi Mitsuoka, Marcos Roberto Gomes da Silva, Gislaine Podanoski Vignotti. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 688.392-1/02 RECORRENTE: BANCO BRADESCO S/A RECORRIDOS: MANOEL MÁRIO DE ARAÚJO PISMEL E OUTROS Intime-se o Recorrente para manifestar-se acerca do contido na petição de fls. 227/228. Publique-se. Curitiba, 19 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16158/11
0009 . Processo/Prot: 0694541-1/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/328588. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 694541-1 Apelação Civel. Recorrente: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Recorrido (1): Paulo César de Lima. Advogado: Cristiane Uliana. Rec.Adesivo: Paulo César de Lima. Advogado: Cristiane Uliana. Recorrido (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 694.541-1/01 RECORRENTE: PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S/A REC. ADESIVO: PAULO CÉSAR DE LIMA RECORRIDOS: OS MESMOS Diante do contido na informação de fls. 283, intime-se a PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S/A para, se possível, apresentar cópia da petição de contrarrazões ao recurso adesivo, protocolada sob nº 86389/2011, de 17.03.2011. Publique-se. Curitiba, 18 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16153/11
0010 . Processo/Prot: 0709469-9/04 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/136862. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 709469-9 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima. Recorrido: Gumercindo da Silva. Advogado: Valdir Oliveira, Sidney Francisco Martins. Despacho:
RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 709.469-9/04 RECORRENTE: BANCO BANESTADO S/A RECORRIDO: GUMERCINDO DA SILVA Intime-se o Recorrente para manifestar-se acerca do contido na petição de fls. 297. Publique-se. Curitiba,

23 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16131/11

0011 . Processo/Prot: 0710953-3/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/139535. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 710953-3 Apelação Civel. Recorrente: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Advogado: Eduardo Brüning, Ciro Bruning. Recorrido: José Feitosa. Advogado: Cleber Eduardo Albanez. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 710.953-3/02 RECORRENTE: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS RECORRIDO: JOSÉ FEITOSA Nos termos do artigo 511, § 2º, do Código de Processo Civil, intime-se a recorrente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, comprove nos autos a complementação do preparo, sob pena de deserção do recurso especial, com os seguintes recolhimentos: 1. R$ 16,40 (dezesseis reais e quarenta centavos) em complemento ao valor recolhido a título de GRU, referente ao porte de remessa e retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça; 2. R$ 6,53 (seis reais e cinquenta e três centavos), em complemento ao valor recolhido a título de custas judiciais, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 11.636, de 28 de dezembro de 2007, e na TABELA "B" da Resolução nº 1, de 18 de janeiro de 2011, que majorou o valor das custas judiciais para R$ 116,99 (cento e dezesseis reais e noventa e nove centavos) a partir de 20 de janeiro de 2011. Publique-se. Curitiba, 22 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16511/11

0012 . Processo/Prot: 0721181-4/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/73716. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 721181-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Camila Fernanda Moreira Antunes. Advogado: João Batista dos Anjos. Recorrido: Município de Curitiba. Advogado: Paulo Vinicio Fortes Filho, Fernando Almeida de Oliveira, Cristina Hatschbach Maciel. Interessado: Regina H. M. Garcez O. Mello. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 721.181-4/01 RECORRENTE: CAMILA FERNANDA MOREIRA ANTUNES RECORRIDO: MUNICÍPIO DE CURITIBA INTERESSADA: REGINA H. M. GARCEZ O. MELLO Diante do contido na informação de fls. 139, intime-se o Recorrido para, se possível, apresentar cópia da petição de contrarrazões, protocolada sob nº 159.359/2011, de 12.05.2011. Publique-se. Curitiba, 18 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16122/11

0013 . Processo/Prot: 0722157-2/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/110821. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 722157-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Flávio Santanna Valgas, Flaviano Belinati Garcia Perez, Cristiane Belinati Garcia Lopes. Recorrido: Marcos Stadler. Advogado: Moacir Taques. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 722.157-2/01 RECORRENTE: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RECORRIDO: MARCOS STADLER 1. Anote-se o substabelecimento de fls. 99. 2. Proceda-se à intimação do Recorrente BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, para manifestar-se sobre seu interesse no prosseguimento do feito, diante do contido nas contrarrazões de fls. 96/98, em que o recorrido aponta a perda do objeto do presente recurso. 3. Publique-se. Curitiba, 22 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 15245/11

0014 . Processo/Prot: 0722205-3/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/159832. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 722205-3 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itau Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Alice Candido Torelli, Gildo Coelho Barbosa, Pedro Casselato, Jose Lonelino Pinto. Advogado: Flavio Pereira Teixeira. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 722.205-3/03 RECORRENTES: BANCO ITAU S/A E OUTRO RECORRIDOS: ALICE CANDIDO TORELLI E OUTROS Nos termos do artigo 511, § 2º, do Código de Processo Civil, intimem-se os Recorrentes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovem nos autos a complementação do preparo, sob pena de deserção do recurso especial, com o recolhimento de R$ 14,80 (quatorze reais e oitenta centavos) em complemento ao valor recolhido a título de GRU, referente ao porte de remessa e retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça. Publique-se. Curitiba, 22 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16527/11

0015 . Processo/Prot: 0729454-4/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/127964. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 729454-4 Apelação Civel. Recorrente: Raphael F. Greca & Filhos Ltda.. Advogado: Claro Américo Guimarães Sobrinho, Zuleika Loureiro Giotto. Recorrido: S P K Petróleo Ltda., Vicente Spekla Filho, Leda Spekla. Advogado: José Hotz, Leonardo Antonio Franco. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 729.454-4/01 RECORRENTE: RAPHAEL F. GRECA & FILHOS LTDA. RECORRIDOS: S P K PETRÓLEO LTDA. E OUTROS Nos termos do artigo 511, § 2º, do Código de Processo Civil, intime-se o Recorrente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, comprove nos autos a complementação do preparo, sob pena de deserção do recurso especial, com o recolhimento do valor de R$ 33,50 (trinta e três reais e cinquenta centavos) ao FUNREJUS, referente aos atos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme a Lei Estadual nº 16.741/2010, publicada em 29.12.2010. Publique-se. Curitiba, 19 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16471/11

0016 . Processo/Prot: 0733039-6/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/170048. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 733039-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Terezinha Dalcastel. Advogado: Valdir Oliveira, Sidney Francisco Martins. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 733.039-6/03 RECORRENTE: BANCO BANESTADO S/A RECORRIDA: TEREZINHA DALCASTEL Nos termos do artigo 511, § 2º, do Código de Processo Civil, intime-se o Recorrente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, comprove nos autos a complementação do preparo, sob pena de deserção do recurso especial, com o recolhimento de R$ 14,80 (quatorze reais e oitenta centavos) em complemento ao valor recolhido a título de GRU, referente ao porte de remessa e retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça. Publique-se. Curitiba, 23 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16671/11

0017 . Processo/Prot: 0735699-0/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/82770. Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 735699-0 Apelação Civel. Recorrente: Banco Banestado Sa. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Ursula Ernlund Salaverry Guimarães, Janaina Moscatto Orsini. Recorrido: Jerri Horbach e Cia Ltda. Advogado: Aurino Muniz de Souza. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 735.699-0/01 RECORRENTE: BANCO BANESTADO S/A RECORRIDA: JERRI HORBACH E CIA LTDA. Nos termos do artigo 511, § 2º, do Código de Processo Civil, intime-se o recorrente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, comprove nos autos a complementação do preparo, sob pena de deserção do recurso especial, com os seguintes recolhimentos: 1. R$ 6,53 (seis reais e cinquenta e três centavos), em complemento ao valor recolhido a título de custas judiciais, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 11.636, de 28 de dezembro de 2007, e na TABELA "B" da Resolução nº 1, de 18 de janeiro de 2011, que majorou o valor das custas judiciais para R$ 116,99 (cento e dezesseis reais e noventa e nove centavos) a partir de 20 de janeiro de 2011. 2. R$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) em complemento ao valor recolhido a título de FUNREJUS, referente aos atos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme a Lei Estadual nº 16.741/2010, publicada em 29.12.2010. Publique-se. Curitiba, 22 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16570/11

0018 . Processo/Prot: 0744024-2/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/209933. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 744024-2 Apelação Civel. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Leonardo de Almeida Zanetti, Shealtiel Lourenço Pereira Filho, Lauro Fernando Zanetti. Recorrido: Éder Luiz da Silva. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari, Anderson Cleber Okumura Yuge. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 744.024-2/01 RECORRENTE: BANCO ITAÚ S/A RECORRIDO: ÉDER LUIZ DA SILVA 1. Os substabelecimentos de fls. 225/226 foram anotados (fls. 227), conforme requerido pelo Recorrido na petição de fls. 224. 2. Defiro, pelo prazo de cinco dias, o pedido de vista dos autos, formulado pelo Recorrente. 3. Publique-se. Curitiba, 18 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16120/11

0019 . Processo/Prot: 0744805-7/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/184891. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 744805-7 Apelação Civel. Recorrente: Antonio Flavio Simões. Advogado: Paulo Sérgio Winckler. Recorrido: Banco Finasa Sa. Advogado: Patricia Pontaroli Jansen, Pio Carlos Freiria Junior. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 744.805-7/02 RECORRENTE: ANTONIO FLAVIO SIMÕES RECORRIDO: BANCO FINASA S/A Intime-se o recorrido para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, contrarrazões ao recurso especial. Publique-se. Curitiba, 18 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16118/11

0020 . Processo/Prot: 0745202-0/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/151863. Comarca: Santa Izabel do Ivaí. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7452020-0/1 Agravo. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Recorrido: Tomiharu Kuranishi (maior de 60 anos), Angelina Alarcon Gomes, Darci Miguel Chesini, Luiz Carlos Ubeda (maior de 60 anos), Maria Dolores Nunes Pinheiro, Salah Rachrach Salem, Sebastiana Pereira Lot (maior de 60 anos), Valdecir José Lott, Wilson Batilani, Wilson Massantino Nocette. Advogado: Fábio dos Reis Ruiz, Sérgio Fabrízio Sanvido. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 745.202-0/02 RECORRENTES: BANCO ITAÚ S/A E OUTRO RECORRIDOS: TOMIHARU KURANISHI E OUTROS Nos termos do artigo 511, § 2º, do Código de Processo Civil, intimem-se os recorrentes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovem nos autos a complementação do preparo, sob pena de deserção do recurso especial, com o recolhimento de R$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) em complemento ao valor recolhido a título de FUNREJUS, referente aos atos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme a Lei Estadual nº 16.741/2010, publicada em 29.12.2010. Publique-se. Curitiba, 22 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16613/11

0021 . Processo/Prot: 0748240-2/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/148306. Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 748240-2 Apelação Civel. Recorrente: Consórcio Nacional Ford Ltda. Advogado: Marcelo Tesheiner Cavassani. Recorrido: Fubram - Fundição Brasileira de Máquinas Ltda, Fabrica de Carrocerias Lageana Ltda, Transportes Cora Ltda, Decarlos Moreira Belo, José Edilson Vanzella, Distribuidora de Bebidas Portão Vermelho de Três Rios Ltda, Allfer Industria e Comércio Ltda, Transportes Rigatti Ltda, Serralheria Seara Ltda. Advogado: Ary Bracarense Costa Junior. Despacho:

RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 748.240-2/02 RECORRENTE: CONSÓRCIO NACIONAL FORD LTDA. RECORRIDOS: FUBRAM - FUNDIÇÃO BRASILEIRA DE

MÁQUINAS LTDA. E OUTROS Nos termos do artigo 511, § 2º, do Código de Processo Civil, intime-se o Recorrente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, comprove nos autos a complementação do preparo, sob pena de deserção do recurso especial, com o recolhimento de R$ 14,80 (quatorze reais e oitenta centavos) em complemento ao valor recolhido a título de GRU, referente ao porte de remessa e retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça. Publique-se. Curitiba, 22 de agosto de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16492/11

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.07706**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Acram Mohamad Sakhr | 021 | 0750773-7/03 |
| Alexandre Nelson Ferraz | 018 | 0743407-7/01 |
| Alexandre Postiglione Bührer | 020 | 0750138-8/02 |
| Ana Carolina de Melo Mano | 014 | 0731424-7/01 |
| Ana Carolina Jamur Dubas | 018 | 0743407-7/01 |
| Ana Carolina Kasprzak Zarpelon | 020 | 0750138-8/02 |
| Ananias Cézar Teixeira | 001 | 0444265-7/01 |
| | 026 | 0773454-5/01 |
| | 027 | 0774350-6/01 |
| Antonio Camargo Junior | 021 | 0750773-7/03 |
| Bárbara Malvezi Bueno de Oliveira | 004 | 0625081-3/02 |
| Benoît Scandelari Bussmann | 012 | 0729320-3/02 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 002 | 0579083-6/03 |
| Camila Ramos Moreira | 012 | 0729320-3/02 |
| Cerino Lorenzetti | 019 | 0743692-6/02 |
| Claudine Camargo Bettes | 013 | 0731146-8/02 |
| Cristiane Uliana | 026 | 0773454-5/01 |
| | 027 | 0774350-6/01 |
| Denise Regina Ferrarini | 028 | 0775894-7/01 |
| Elirani de Sousa Chinaglia | 005 | 0691970-0/01 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 008 | 0720683-9/03 |
| | 009 | 0725030-8/02 |
| | 015 | 0735817-8/03 |
| | 016 | 0737802-5/04 |
| | 021 | 0750773-7/03 |
| | 022 | 0750813-6/04 |
| | 023 | 0755160-0/04 |
| Fabiano Neves Macieywski | 001 | 0444265-7/01 |
| Fábio Pacheco Guedes | 018 | 0743407-7/01 |
| Flávia Regina Carluccio | 016 | 0737802-5/04 |
| Flavio Pereira Teixeira | 008 | 0720683-9/03 |
| Frederich Mark Rosa Santos | 017 | 0741922-1/02 |
| Gil César Dantas Bruel | 013 | 0731146-8/02 |
| Gilberto Gomes de Lima | 007 | 0718340-8/02 |
| Gracielle Martins Cherobin | 027 | 0774350-6/01 |
| Guilherme Régio Pegoraro | 004 | 0625081-3/02 |
| Irineu Henrique Rosa | 017 | 0741922-1/02 |
| Ivan Lelis Bonilha | 029 | 0781557-6/02 |
| Jaafar Ahmad Barakat | 022 | 0750813-6/04 |
| Jair Antônio Wiebelling | 002 | 0579083-6/03 |
| | 010 | 0725605-5/03 |
| | 011 | 0726228-2/02 |
| João Leonel Antocheski | 024 | 0761808-2/02 |
| João Paulo do Carmo Barbosa Lima | 017 | 0741922-1/02 |
| José Eduardo de Assunção | 025 | 0771529-9/02 |
| José Francisco M. d. Oliveira | 005 | 0691970-0/01 |
| José Luiz Fornagieri | 016 | 0737802-5/04 |
| JULIANE FEITOSA SANCHES | 010 | 0725605-5/03 |
| Júlio Cesar Dalmolin | 002 | 0579083-6/03 |
| | 010 | 0725605-5/03 |
| | 011 | 0726228-2/02 |
| Kátia Rejane Sturmer | 012 | 0729320-3/02 |
| Kiyossi Kanayama | 007 | 0718340-8/02 |
| Lauro Fernando Zanetti | 006 | 0705299-1/01 |
| | 025 | 0771529-9/02 |
| Lívia Rumenos Guidetti Zagatto | 020 | 0750138-8/02 |
| Luir Ceschin | 019 | 0743692-6/02 |
| Luis Felipe Zafaneli Cubas | 013 | 0731146-8/02 |
| Luiz Alberto Barboza | 019 | 0743692-6/02 |
| Luiz Alberto de Oliveira Lima | 020 | 0750138-8/02 |
| Luiz Fernando Brusamolin | 011 | 0726228-2/02 |
| Luiz Lopes Barreto | 004 | 0625081-3/02 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 008 | 0720683-9/03 |
| | 009 | 0725030-8/02 |
| | 015 | 0735817-8/03 |
| | 016 | 0737802-5/04 |
| | 021 | 0750773-7/03 |
| | 022 | 0750813-6/04 |
| | 023 | 0755160-0/04 |
| Luiz Sergio de Toledo Barros | 005 | 0691970-0/01 |
| Magda Luiza R. E. d. Oliveira | 028 | 0775894-7/01 |
| Márcia Loreni Gund | 002 | 0579083-6/03 |
| | 010 | 0725605-5/03 |
| | 011 | 0726228-2/02 |
| Márcio Luiz Blazius | 019 | 0743692-6/02 |
| Márcio Ribeiro Pires | 012 | 0729320-3/02 |
| Márcio Rodrigo Frizzo | 019 | 0743692-6/02 |
| Márcio Rogério Depolli | 002 | 0579083-6/03 |
| Marcos Antônio Lucas de Lima | 003 | 0580163-6/01 |
| Marilene Darci Dalmolin Vensão | 029 | 0781557-6/02 |
| Marili Daluz Ribeiro Taborda | 028 | 0775894-7/01 |
| Marina Talamini Zilli | 012 | 0729320-3/02 |
| Mario José Ramos Gandara | 015 | 0735817-8/03 |
| Marlene Leithold | 012 | 0729320-3/02 |
| Marli Terezinha Ferreira D'Avila | 014 | 0731424-7/01 |
| Maurício Kavinski | 011 | 0726228-2/02 |
| Mauro Vignotti | 024 | 0761808-2/02 |
| Michelle Pinterich | 012 | 0729320-3/02 |
| Moriane Portella Garcia | 010 | 0725605-5/03 |
| Natasha de Sá Gomes Vilardo | 024 | 0761808-2/02 |
| Olinto Roberto Terra | 009 | 0725030-8/02 |
| Regis Panizzon Alves | 018 | 0743407-7/01 |
| Renato Alberto Nielsen Kanayama | 007 | 0718340-8/02 |
| Rodrigo Mombach Cremonese | 028 | 0775894-7/01 |
| Rubia Fernanda da Rocha | 004 | 0625081-3/02 |
| Sérgio José Lopes dos S. Filho | 013 | 0731146-8/02 |
| Sérgio Ricardo Stuani | 003 | 0580163-6/01 |
| Shiroko Numata | 023 | 0755160-0/04 |
| Silmara Bonatto | 019 | 0743692-6/02 |
| Silvino Janssen Bergamo | 003 | 0580163-6/01 |
| Suzana Valenza Manocchio | 018 | 0743407-7/01 |
| Tânia Valéria de Oliveira Oliver | 004 | 0625081-3/02 |
| Thaisa Cristina Cantoni | 006 | 0705299-1/01 |
| Valéria Caramuru Cicarelli | 018 | 0743407-7/01 |
| Valquiria Gonçalves | 013 | 0731146-8/02 |
| Victor Hugo Trennepohl | 021 | 0750773-7/03 |
| Wesley Toledo Ribeiro | 023 | 0755160-0/04 |


Vista ao(s) Recorrido(s)
0001 . Processo/Prot: 0444265-7/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/235768. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 444265-7 Apelação Civel. Recorrente: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Recorrido: Mário Sérgio Lemos. Advogado: Fabiano Neves Macieywski. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0002 . Processo/Prot: 0579083-6/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/226502. Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 579083-6 Apelação Civel. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Recorrido: Alberto Chedid. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0003 . Processo/Prot: 0580163-6/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/254574. Comarca: Paranavaí. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 580163-6 Apelação Civel. Recorrente: Lider Alimentos do Brasil Ltda. Advogado: Sérgio Ricardo Stuani, Silvino Janssen Bergamo. Recorrido: Gabriel José de Souza. Advogado: Marcos Antônio Lucas de Lima. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0004 . Processo/Prot: 0625081-3/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/256416. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 625081-3 Apelação Civel. Recorrente: José Nilton Carlos de Almeida, Clarice Aparecida Moraes de Almeida. Advogado: Guilherme Régio Pegoraro, Bárbara Malvezi Bueno de Oliveira. Recorrido: Maria Nazaré Pereira. Advogado: Luiz Lopes Barreto, Tânia Valéria de Oliveira Oliver, Rubia Fernanda da Rocha. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0005 . Processo/Prot: 0691970-0/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/247073. Comarca: Umuarama. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 691970-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: M. D. N.. Advogado: Luiz Sergio de Toledo Barros, José Francisco Machado de Oliveira. Recorrido: J. P. D. S. (Representado(a)). Advogado: Elirani de Sousa Chinaglia. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0006 . Processo/Prot: 0705299-1/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/255932. Comarca: Londrina. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 705299-1 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti. Recorrido: Conceição Aparecida Duarte Geraldo, Luiz Henrique Geraldo, Maria Antonia Geraldo, Patricia Maria de Paula Graciano, Renato Franciano Geraldo, Maria Angela Geraldo, João Geraldo Neto, Sebastião da Silva, Maria de Lourdes Previero, Vera Lucia Guiselli Lopes. Advogado: Thaisa Cristina Cantoni. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0007 . Processo/Prot: 0718340-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/205347. Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 718340-8 Agravo de Instrumento. Recorrente: Município de Araucária. Advogado: Gilberto Gomes de Lima. Recorrido: Espólio de João Antonio Mylla, Ary Mylla. Advogado: Kiyossi Kanayama, Renato Alberto Nielsen Kanayama. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0008 . Processo/Prot: 0720683-9/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/252297. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0720683-9/01 Agravo. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Plinio Travaini, José Lins, Alberto Feliciano Deldotto. Advogado: Flavio Pereira Teixeira. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0009 . Processo/Prot: 0725030-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/169800. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7250308-0/1 Embargos de Declaração. Recorrente: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: José Secon. Advogado: Olinto Roberto Terra. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0010 . Processo/Prot: 0725605-5/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/252969. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 725605-5 Apelação Civel. Recorrente: Bv Financeira Sa - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Moriane Portella Garcia, JULIANE FEITOSA SANCHES. Recorrido: Marcos Wellington Trauchinski. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0011 . Processo/Prot: 0726228-2/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/255289. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 0726228-2/01 Embargos de Declaração. Recorrente: Banco Safra SA. Advogado: Maurício Kavinski, Luiz Fernando Brusamolin. Recorrido: Cascavel Distribuidora de Vidros e Acessórios Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0012 . Processo/Prot: 0729320-3/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/204464. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 729320-3 Apelação Civel. Recorrente: Banco do Brasil SA. Advogado: Marlene Leithold, Márcio Ribeiro Pires. Recorrido: Coordenadoria Geral de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon de Cascavel Pr. Advogado: Kátia Rejane Sturmer, Camila Ramos Moreira, Michelle Pinterich, Benoît Scandelari Bussmann, Marina Talamini Zilli. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0013 . Processo/Prot: 0731146-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/231908. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 731146-8 Apelação Civel. Recorrente: Ida Palmonari da Silva. Advogado: Luis Felipe Zafaneli Cubas, Gil César Dantas Bruel, Sérgio José Lopes dos Santos Filho. Recorrido: Município de Curitiba, Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - Ipmc. Advogado: Claudine Camargo Bettes, Valquiria Gonçalves. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0014 . Processo/Prot: 0731424-7/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/193608. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 731424-7 Apelação Civel. Recorrente: Município de Curitiba. Advogado: Marli Terezinha Ferreira D'Avila. Recorrido: Mesa Eletrotécnica Ltda. Advogado: Ana Carolina de Melo Mano. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0015 . Processo/Prot: 0735817-8/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/226755. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 735817-8 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itau Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Divino Giopato, Herdeiros de Narley Velasco Gonçalves, Juliana Aparecida da Silva, Newton Cesar Tomaz, Pedro Ribeiro de Paiva Neves, Raul Fernandes da Silva, Rosa Emilia Esteves. Advogado: Mario José Ramos Gandara. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0016 . Processo/Prot: 0737802-5/04 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/252330. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0737802-5/02 Agravo. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Maria Albertina Furtado, Ivo Duarte, Vanderci Dias dos Reis Gomes, Ivair Antônio Ramari, Irineu Ramari, João Paulo Lima Carretero, Antônio Hipólito Xavier da Silva, Virgilio Cavalaro, Aloizo Borrowski, Paulo Barusso. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0017 . Processo/Prot: 0741922-1/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/248094. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 741922-1 Agravo de Instrumento. Recorrente: Fabio Simões da Fontoura. Advogado: Frederich Mark Rosa Santos, Irineu Henrique Rosa. Recorrido: Mauro Roberto Bortoluzzi Daniel. Advogado: João Paulo do Carmo Barbosa Lima. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0018 . Processo/Prot: 0743407-7/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/224321. Comarca: Corbélia. Vara: Vara Única. Ação Originária: 743407-7 Apelação Civel. Recorrente: Banco Safra SA. Advogado: Alexandre Nelson Ferraz, Valéria Caramuru Cicarelli. Recorrido: Transcarmem Transportes de Cargas Ltda. Advogado: Regis Panizzon Alves. Interessado: Aliança Fomento Mercantil Ltda. Advogado: Suzana Valenza Manocchio, Fábio Pacheco Guedes, Ana Carolina Jamur Dubas. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0019 . Processo/Prot: 0743692-6/02 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2011/245894, 2011/245899. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 743692-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: M A Falleiro & Cia Ltda. Advogado: Márcio Luiz Blazius, Márcio Rodrigo Frizzo, Cerino Lorenzetti. Recorrido: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Luiz Alberto Barboza, Silmara Bonatto, Luir Ceschin. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0020 . Processo/Prot: 0750138-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/213050. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 750138-8 Apelação Civel. Recorrente: Roberson Kellner, Reinaldo Kellner. Advogado: Ana Carolina Kasprzak Zarpelon, Alexandre Postiglione Bührer. Recorrido: Banco Abn Amro Real SA. Advogado: Luiz Alberto de Oliveira Lima, Lívia Rumenos Guidetti Zagatto. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0021 . Processo/Prot: 0750773-7/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/226769. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 750773-7 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Arlindo Zanettin, Adelino Zanella, Valdir Cardoso Garcia, Pio Pastore, Nelson Schavalla, Clair Brandelero, Adriana Carla Manfredini, Marly Jussara Guedes, Thereza da Glória Innocencio, Valdir Christani, Vagner Riboli, Julio de Oliveira Medina, João Duarte, João Chimanski, Ivonete Picolotto. Advogado: Victor Hugo Trennepohl, Acram Mohamad Sakhr, Antonio Camargo Junior. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0022 . Processo/Prot: 0750813-6/04 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/226705. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 750813-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Amilton Ferreira de Lima, Carlos Luis Tatsch, Angela Maria Slusarz, José Edegar Alves dos Santos, Zenon Jan Niedzielski, Alberto Muller, Ismael Margraf, Joana Zenil Andrade de Matos, Elide Zancanaro, Hilda Mielitz Zimmermann. Advogado: Jaafar Ahmad Barakat. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0023 . Processo/Prot: 0755160-0/04 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/234565. Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 755160-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Nazaré Leão. Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0024 . Processo/Prot: 0761808-2/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/219881. Comarca: Maringá. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 761808-2 Apelação Civel. Recorrente: Banco Bradesco SA. Advogado: João Leonel Antocheski. Recorrido: Jovita Maria Matarezi de Souza. Advogado: Mauro Vignotti, Natasha de Sá Gomes Vilardo. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0025 . Processo/Prot: 0771529-9/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/223491. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 771529-9 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti. Recorrido: Ayrtes Mara de Almeida. Advogado: José Eduardo de Assunção. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0026 . Processo/Prot: 0773454-5/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/222165. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 773454-5 Apelação Civel. Recorrente: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Recorrido: Valmir Veiga Garcia. Advogado: Cristiane Uliana. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0027 . Processo/Prot: 0774350-6/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/222211. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 774350-6 Apelação Civel. Recorrente: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Recorrido: Antônio César Onório Santos. Advogado: Cristiane Uliana, Gracielle Martins Cherobin. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0028 . Processo/Prot: 0775894-7/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/251522. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 775894-7 Apelação Civel. Recorrente: Banco Volkswagen SA. Advogado:

Denise Regina Ferrarini, Marili Daluz Ribeiro Taborda, Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira. Recorrido: Luiz Gustavo Ciqueira. Advogado: Rodrigo Mombach Cremonese. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0029 . Processo/Prot: 0781557-6/02 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2011/257324, 2011/257328. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 781557-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Cabs Internacional Ltda. Advogado: Marilene Darci Dalmolin Vensão. Recorrido: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha. Observação: PARA CONTRARRAZÕES

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.07704**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Airton Peasson | 001 | 0308523-6/01 |
| Alceu Rodrigues Chaves | 001 | 0308523-6/01 |
| Alceu Schwegler | 003 | 0476786-8/04 |
| Alexandre Nelson Ferraz | 023 | 0751569-7/01 |
| Altivo Augusto Alves Meyer | 019 | 0729307-0/04 |
| Altivo José Seniski | 001 | 0308523-6/01 |
| Ananias Cézar Teixeira | 002 | 0446278-2/01 |
| | 004 | 0481902-5/02 |
| | 005 | 0482511-8/02 |
| | 020 | 0738918-2/04 |
| | 031 | 0774811-4/03 |
| Andrezza Maria Beltoni | 016 | 0723442-0/02 |
| Angela Anastázia Cazeloto | 029 | 0765032-4/02 |
| Angélica Cleisse dos S. Coelho | 013 | 0704772-1/01 |
| Aracely de Souza | 017 | 0725326-9/01 |
| Ari Carlos Cantele | 003 | 0476786-8/04 |
| Arnaldo Conceição Junior | 001 | 0308523-6/01 |
| Augusto José Bittencourt | 033 | 0783326-9/02 |
| Barbara Sutter | 014 | 0716106-8/03 |
| Bernardo Duarte Almeida Fonseca | 001 | 0308523-6/01 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 013 | 0704772-1/01 |
| | 029 | 0765032-4/02 |
| Carlos Alberto Hauer de Oliveira | 001 | 0308523-6/01 |
| Carlos Frederico M. d. S. Filho | 003 | 0476786-8/04 |
| Carlos Leandro Peixoto | 008 | 0696881-8/02 |
| Ciro Bruning | 016 | 0723442-0/02 |
| Claudia Blumle Silva | 013 | 0704772-1/01 |
| Claudine Camargo Bettes | 027 | 0763257-3/01 |
| Cláudio Marcelo Baiak | 007 | 0688889-9/02 |
| Cristiane Uliana | 004 | 0481902-5/02 |
| | 005 | 0482511-8/02 |
| | 020 | 0738918-2/04 |
| Cristiano Buratto | 030 | 0766855-1/01 |
| Cristina Watfe | 016 | 0723442-0/02 |
| Daniel Hachem | 009 | 0698361-9/01 |
| | 010 | 0698386-6/01 |
| | 011 | 0698402-5/01 |
| Douglas Vinicius dos Santos | 013 | 0704772-1/01 |
| Edivar Mingoti Júnior | 029 | 0765032-4/02 |
| Edmilson Petroski dos Santos | 031 | 0774811-4/03 |
| Ellen Karina Borges Santos | 032 | 0776693-4/01 |
| Émerson Luiz Vello | 026 | 0759447-8/01 |
| Erenise do Rocio Bortolini | 027 | 0763257-3/01 |
| Estefânia Maria de Q. Barboza | 009 | 0698361-9/01 |
| | 010 | 0698386-6/01 |
| | 011 | 0698402-5/01 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 018 | 0725719-4/02 |
| | 021 | 0742389-0/02 |
| Fabiane Cristina Seniski | 019 | 0729307-0/04 |
| Fabiano Neves Macieywski | 002 | 0446278-2/01 |
| | 031 | 0774811-4/03 |
| Fabio José Possamai | 001 | 0308523-6/01 |
| Geroldo Augusto Hauer | 001 | 0308523-6/01 |
| Gladimir Adriani Poletto | 001 | 0308523-6/01 |
| Grasiele Barcelos Amaral | 021 | 0742389-0/02 |
| Guilherme Régio Pegoraro | 028 | 0764533-2/01 |
| Gustavo Viana Camata | 030 | 0766855-1/01 |
| Helio Bueno de Camargo | 021 | 0742389-0/02 |
| Isabela Cristine Martins Ramos | 012 | 0700325-6/02 |
| Ivan Lelis Bonilha | 012 | 0700325-6/02 |
| | 017 | 0725326-9/01 |
| Janaína Cirino dos Santos | 007 | 0688889-9/02 |
| Jean Carlos Confortin | 023 | 0751569-7/01 |
| Jeferson Luiz de Lima | 006 | 0661492-2/02 |
| Jesus Geraldo Morosino | 033 | 0783326-9/02 |
| João Leonel Antocheski | 008 | 0696881-8/02 |
| Joe Tennyson Velo | 003 | 0476786-8/04 |
| José Domingues | 024 | 0756824-3/02 |
| José Henrique de O. Bortolassi | 032 | 0776693-4/01 |
| José Valter Rodrigues | 024 | 0756824-3/02 |
| Josiane França de Almeida | 007 | 0688889-9/02 |
| Karina Hashimoto | 022 | 0744435-5/01 |
| Karinna Seigo Cerqueira | 024 | 0756824-3/02 |
| Lauro Fernando Zanetti | 014 | 0716106-8/03 |
| Luciano Ricardo Hladczuk | 006 | 0661492-2/02 |
| Luiz Fernando Küster | 012 | 0700325-6/02 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 018 | 0725719-4/02 |
| | 021 | 0742389-0/02 |
| Marçal Cláudio Marques | 026 | 0759447-8/01 |
| Marcelo Marques Munhoz | 001 | 0308523-6/01 |
| Márcio Rogério Depolli | 013 | 0704772-1/01 |
| | 029 | 0765032-4/02 |
| Marco Antônio Lima Berberi | 019 | 0729307-0/04 |
| Marco Aurélio Hladczuk | 006 | 0661492-2/02 |
| Marcos Vinícius Molina Veroneze | 025 | 0757796-8/02 |
| Mauro Sérgio Guedes Nastari | 015 | 0722184-9/01 |
| | 025 | 0757796-8/02 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 032 | 0776693-4/01 |
| Murillo Espinola de Oliveira Lima | 020 | 0738918-2/04 |
| | 031 | 0774811-4/03 |
| Nilton Antônio de Almeida Maia | 020 | 0738918-2/04 |
| Pablo Andrez Pinheiro Gubert | 001 | 0308523-6/01 |
| Paulo Cesar Chanan Silva | 014 | 0716106-8/03 |
| Paulo Maingue Neto | 001 | 0308523-6/01 |
| Philip Fletcher | 028 | 0764533-2/01 |
| Rafael Cristiano Brugnerotto | 023 | 0751569-7/01 |
| Rafaela Polydoro Küster | 028 | 0764533-2/01 |
| | 032 | 0776693-4/01 |
| Renata Caroline Talevi da Costa | 014 | 0716106-8/03 |
| Rodrigo Mendes dos Santos | 019 | 0729307-0/04 |
| Rogério Resina Molez | 022 | 0744435-5/01 |
| Sarah Pereira Seleme | 031 | 0774811-4/03 |
| Saulo Bonat de Mello | 031 | 0774811-4/03 |
| Sebastião Seiji Tokunaga | 031 | 0774811-4/03 |
| Sérgio Bermudes | 028 | 0764533-2/01 |
| Sérgio Paulo França de Almeida | 007 | 0688889-9/02 |
| Simone Daiane Rosa | 029 | 0765032-4/02 |
| Sueli Kazue Muramatsu Pereira | 032 | 0776693-4/01 |
| Tatiana Valesca Vroblewski | 015 | 0722184-9/01 |
| Tatiane Emanuele dos R. d. Rocha | 012 | 0700325-6/02 |
| Tony Augusto Paraná da S. e. Sene | 027 | 0763257-3/01 |
| Ubirajara Ayres Gasparin | 003 | 0476786-8/04 |
| Valdir Lemos de Carvalho | 012 | 0700325-6/02 |
| Valéria Caramuru Cicarelli | 023 | 0751569-7/01 |
| Victor Hugo Trennepohl | 018 | 0725719-4/02 |
| Wesley Ricardo Bento da Silva | 033 | 0783326-9/02 |
| Wilmar Eppinger | 001 | 0308523-6/01 |
| Wilson Luiz de Assis T. Júnior | 013 | 0704772-1/01 |

Vista ao(s) Recorrido(s) - CONTRARRAZÕES
0001 . Processo/Prot: 0308523-6/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2006/58719. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 308523-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: mainhouse construções civis ltda, carlos arnaldo leal hauer, gisele rodrigues chaves hauer. Advogado: Alceu Rodrigues Chaves. Recorrido: j. malucelli seguradora s.a.. Advogado: Gladimir Adriani Poletto, Fabio José Possamai, Airton Peasson, Bernardo Duarte Almeida Fonseca, Pablo Andrez Pinheiro Gubert. Interessado: cecília bezerra coelho hauer, espólio de luiz afonso leal hauer. Advogado: Geroldo Augusto Hauer, Wilmar Eppinger, Altivo José Seniski, Arnaldo Conceição Junior, Carlos Alberto Hauer de Oliveira, Paulo Maingue Neto, Marcelo Marques Munhoz. Motivo: CONTRARRAZÕES
Vista ao(s) Recorrido(s)
0002 . Processo/Prot: 0446278-2/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/189946. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 446278-2 Apelação Civel. Recorrente: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Recorrido: Adirso Santin Rodrigues. Advogado: Fabiano Neves Macieywski. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0003 . Processo/Prot: 0476786-8/04 Recurso Ordinário Civel
. Protocolo: 2011/161669. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 476786-8 Mandado de Segurança. Recorrente: Polisul Comércio de Embalagens Ltda. Advogado: Ari Carlos Cantele, Alceu Schwegler. Recorrido: Estado do Paraná. Advogado: Joe Tennyson Velo, Ubirajara Ayres Gasparin, Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0004 . Processo/Prot: 0481902-5/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/214907. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 481902-5 Apelação Civel. Recorrente: Carlos Antonio Athanasio. Advogado: Cristiane Uliana. Recorrido: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0005 . Processo/Prot: 0482511-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/214905. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 482511-8 Apelação Civel. Recorrente: Eduardo Polanski. Advogado: Cristiane Uliana. Recorrido: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0006 . Processo/Prot: 0661492-2/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/181693. Comarca: União da Vitória. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 6614922-0/1 Embargos Infringentes. Recorrente: Raimundo Rosinek, João Clemente Polmanei, Demetrio Levinski, Lauro Mexko. Advogado: Marco Aurélio Hladczuk, Luciano Ricardo Hladczuk. Recorrido: Copel Distribuição S/a. Advogado: Jeferson Luiz de Lima. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0007 . Processo/Prot: 0688889-9/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/223535. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 688889-9 Apelação Civel. Recorrente: Wilton Lima de Quadros. Advogado: Sérgio Paulo França de Almeida, Josiane França de Almeida. Recorrido: Conjunto Residencial Moradias Tambaú Condomínio I. Advogado: Cláudio Marcelo Baiak, Janaína Cirino dos Santos. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0008 . Processo/Prot: 0696881-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/256260. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 6968818-0/1 Embargos de Declaração. Recorrente: Banco Bradesco SA. Advogado: João Leonel Antocheski. Recorrido: Anc - Assessoria Nacional de Cobranças Ltda Ltda, Osni Antunes Monteiro, Moisés de Castro Lack. Advogado: Carlos Leandro Peixoto. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0009 . Processo/Prot: 0698361-9/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/199043. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 698361-9 Apelação Civel. Recorrente: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniel Hachem. Recorrido: Heloise Marques Almeida Marlangeon, Pablo Eneas Marlageon. Advogado: Estefânia Maria de Queiroz Barboza. Observação: PARA COMTRARRAZÕES
0010 . Processo/Prot: 0698386-6/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/199048. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 698386-6 Apelação Civel. Recorrente: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniel Hachem. Recorrido: Peri Mesquita (maior de 60 anos), Nanci Hammerle Mesquita. Advogado: Estefânia Maria de Queiroz Barboza. Observação: PARA COMTRARRAZÕES
0011 . Processo/Prot: 0698402-5/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/199045. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 698402-5 Apelação Civel. Recorrente: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniel Hachem. Recorrido: Silvia Edla Von Buetner Ravache (maior de 60 anos), Natália Ravache Morozowicz. Advogado: Estefânia Maria de Queiroz Barboza. Observação: PARA COMTRARRAZÕES
0012 . Processo/Prot: 0700325-6/02 Recurso Extraordinário Cível
. Protocolo: 2011/173677. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 700325-6 Mandado de Segurança. Recorrente: Estado do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha, Isabela Cristine Martins Ramos. Recorrido: João Carlos Prestes Taques. Advogado: Luiz Fernando Küster, Valdir Lemos de Carvalho, Tatiane Emanuele dos Reis da Rocha. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0013 . Processo/Prot: 0704772-1/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/232442. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 704772-1 Apelação Civel. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Angélica Cleisse dos Santos Coelho, Claudia Blumle Silva. Recorrido: Armando Kazuhiko Kizoguti. Advogado: Douglas Vinicius dos Santos, Wilson Luiz de Assis Teixeira Júnior. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0014 . Processo/Prot: 0716106-8/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/255937. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 0716106-8/02 Embargos de Declaração. Recorrente: Banco Itau Sa. Advogado: Renata Caroline Talevi da Costa, Lauro Fernando Zanetti. Recorrido: José Beggiato, Ivan Mezzaroba. Advogado: Paulo Cesar Chanan Silva, Barbara Sutter. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0015 . Processo/Prot: 0722184-9/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/228345. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 722184-9 Apelação Civel. Recorrente: Banco Alfa Sa. Advogado: Tatiana Valesca Vroblewski. Recorrido: Vanderlei Norio. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0016 . Processo/Prot: 0723442-0/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/217061. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 723442-0 Apelação Civel. Recorrente: Laertes Fernando Bufren Pessoa. Advogado: Andrezza Maria Beltoni. Recorrido: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Advogado: Ciro Bruning, Cristina Watfe. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0017 . Processo/Prot: 0725326-9/01 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2011/177023, 2011/177026. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 725326-9 Mandado de Injunção. Recorrente: Silvio Ney Trentini. Advogado: Aracely de Souza. Recorrido: Estado do Paraná. Advogado: Ivan Lelis Bonilha. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0018 . Processo/Prot: 0725719-4/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/252302. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 725719-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado S/A. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Benvindo Pagnocelli, Elias Catani, Dério Rosti, Hélio Giaretta, José Adalberto Reis, José Carlos Tumelero, Leodovina Librelato, Lourdes de Maria Arruda, Luiz Simionatto, Maria de Lourdes Trento Rost, Marlene Natalia Picinini, Nestor Ostapiv, Olga Magnabosco, Roberto Zamberlan, Setembrino Antonio Bortot, Terezinha Mezzomo Panatto. Advogado: Victor Hugo Trennepohl. Observação: PARA COMTRARRAZÕES
0019 . Processo/Prot: 0729307-0/04 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/203040. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 729307-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Farmacia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos. Recorrido: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Fabiane Cristina Seniski, Marco Antônio Lima Berberi. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0020 . Processo/Prot: 0738918-2/04 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/222173. Comarca: Paranaguá. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 738918-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: Petróleo Brasileiro Sa - Petrobrás. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Nilton Antônio de Almeida Maia. Recorrido: Celso de Souza Onorio. Advogado: Cristiane Uliana. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0021 . Processo/Prot: 0742389-0/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/247746. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 742389-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Tadeu Dolinski. Advogado: Grasiele Barcelos Amaral, Helio Bueno de Camargo. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0022 . Processo/Prot: 0744435-5/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/215362. Comarca: Cambé. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 744435-5 Agravo de Instrumento. Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros Gerais S/a. Advogado: Karina Hashimoto. Recorrido: Deozelindo Lourenço Dutra, Alcemar Antonio da Silva, Maria Vilma de Souza Rosa, João Fialho dos Santos. Advogado: Rogério Resina Molez. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0023 . Processo/Prot: 0751569-7/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/245960. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 751569-7 Apelação Civel. Recorrente: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento Sa. Advogado: Valéria Caramuru Cicarelli, Alexandre Nelson Ferraz. Recorrido: Julio Cesar Galvão. Advogado: Jean Carlos Confortin, Rafael Cristiano Brugnerotto. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0024 . Processo/Prot: 0756824-3/02 Recurso Extraordinário Cível
. Protocolo: 2011/215109. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 756824-3 Apelação Civel. Recorrente: Eduardo Pinheiro dos Santos Junior. Advogado: José Domingues. Recorrido: Doraci da Silva. Advogado: Karinna Seigo Cerqueira, José Valter Rodrigues. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0025 . Processo/Prot: 0757796-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/145132. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 757796-8 Apelação Civel. Recorrente: Banco Finasa de Investimento SA. Advogado: Marcos Vinícius Molina Veroneze. Recorrido: Loir Ferreira de Lima. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0026 . Processo/Prot: 0759447-8/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/220621. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 13ª Vara Cível. Ação Originária: 759447-8 Apelação Civel. Recorrente: Marcos Irineu da Silva. Advogado: Marçal Cláudio Marques. Recorrido: Condominio Conjunto Residencial Villa Lobos. Advogado: Émerson Luiz Vello. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0027 . Processo/Prot: 0763257-3/01 Recurso Extraordinário Cível
. Protocolo: 2011/243816. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 763257-3 Apelação Civel. Recorrente: Associação dos Guardas Municipais de Curitiba - Agmuc. Advogado: Tony Augusto Paraná da Silva e Sene. Recorrido: Município de Curitiba. Advogado: Erenise do Rocio Bortolini, Claudine Camargo Bettes. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0028 . Processo/Prot: 0764533-2/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/221938. Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 764533-2 Apelação Civel. Recorrente: Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa. Advogado: Sérgio Bermudes, Rafaela Polydoro Küster, Philip Fletcher. Recorrido: Maura Caetano. Advogado: Guilherme Régio Pegoraro. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0029 . Processo/Prot: 0765032-4/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/252873. Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0765032-4/01 Embargos de Declaração. Recorrente: Banco Banestado SA. Advogado: Simone Daiane Rosa, Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Angela Anastázia Cazeloto. Recorrido: Divina Sangy da Silva. Advogado: Edivar Mingoti Júnior. Observação: PARA COMTRARRAZÕES
0030 . Processo/Prot: 0766855-1/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/249307. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 766855-1 Apelação Civel. Recorrente: Vivo Sa. Advogado: Gustavo Viana Camata. Recorrido: Maria Aparecida Moreira. Advogado: Cristiano Buratto. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0031 . Processo/Prot: 0774811-4/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/246813. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 774811-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Sebastião Seiji Tokunaga, Sarah Pereira Seleme. Recorrido: Rubens do Nascimento Costa. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Edmilson Petroski dos Santos. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0032 . Processo/Prot: 0776693-4/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/251131. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 776693-4 Apelação Civel. Recorrente: Edevaldo Caetano dos Santos. Advogado: Sueli Kazue Muramatsu Pereira, José Henrique de Oliveira Bortolassi. Recorrido: Centauro Vida e Previdência Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Rafaela Polydoro Küster, Ellen Karina Borges Santos. Observação: PARA CONTRARRAZÕES
Vista ao(s) Recorrido(s) - Para contrarrazões
0033 . Processo/Prot: 0783326-9/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/328246. Comarca: Cascavel. Vara: Vara de Família e Anexos. Ação Originária: 783326-9 Apelação Civel. Recorrente: R. E. K.. Advogado: Augusto José Bittencourt. Recorrido: L. A. B.. Advogado: Jesus Geraldo Morosino, Wesley Ricardo Bento da Silva. Motivo: Para contrarrazões

---

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.07694**

---

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adriane Guasque | 002 | 0587997-0/02 |
| Alessandra Augusta Klagenberg | 009 | 0712813-2/03 |
| Altivo Augusto Alves Meyer | 023 | 0763682-6/01 |
| Ana Carolina Jamur Dubas | 012 | 0724315-2/01 |
| Ana Cláudia Finger | 026 | 0771866-7/01 |
| Ana Paula Finger Mascarello | 026 | 0771866-7/01 |
| Ananias Cézar Teixeira | 008 | 0709340-9/02 |
| André Luiz Nunes da Silva | 001 | 0532880-5/02 |
| André Portugal Cezar | 013 | 0726421-3/01 |
| Antonio Leal de Azevedo Junior | 006 | 0708376-5/03 |
| Antonyo Leal Junior | 016 | 0734545-3/03 |
| Arlindo Menezes Molina | 001 | 0532880-5/02 |
| Bárbara Letícia de Souza Spagnolo | 024 | 0764794-5/02 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 004 | 0698195-5/02 |
| | 017 | 0736942-0/01 |
| | 019 | 0742945-8/05 |
| Bruno Delgado Chiaradia | 012 | 0724315-2/01 |
| Carlos Alberto Alves Peixoto | 029 | 0779612-1/01 |
| Carlos Eduardo Scardua | 003 | 0694038-9/01 |
| | 027 | 0772288-7/01 |
| Carlos Fernando Correa de Castro | 002 | 0587997-0/02 |
| Celso Coser Junior | 001 | 0532880-5/02 |
| César Eduardo Botelho Palma | 021 | 0749707-6/03 |
| Ciro Bruning | 020 | 0747042-2/02 |
| Consuelo Guasque | 002 | 0587997-0/02 |
| Cristiane Agatti Stanoga | 016 | 0734545-3/03 |
| Cristina Hatschbach Maciel | 007 | 0708947-4/02 |
| Daniel Augusto Cerizza Pinheiro | 014 | 0727896-4/01 |
| Danielle Tedesko | 003 | 0694038-9/01 |
| Débora Segala | 011 | 0720128-3/01 |
| Domingos Bordin | 016 | 0734545-3/03 |
| Edgard Katzwinkel Junior | 006 | 0708376-5/03 |
| Edson Demarch dos Santos | 010 | 0714384-4/02 |
| Egídio Fernando Argüello Júnior | 022 | 0753414-5/02 |
| Elionora Harumi Takeshiro | 012 | 0724315-2/01 |
| Estevão Ruchinski | 026 | 0771866-7/01 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 015 | 0728228-0/02 |
| | 018 | 0738548-0/04 |
| | 019 | 0742945-8/05 |
| | 025 | 0771230-7/01 |
| Everly Dombeck Floriani | 029 | 0779612-1/01 |
| Fabiano Assad Guimarães | 013 | 0726421-3/01 |
| Fabiano Neves Macieywski | 008 | 0709340-9/02 |
| Fábio Forti | 012 | 0724315-2/01 |
| Fábio Pacheco Guedes | 012 | 0724315-2/01 |
| Fábio Renato de Assis | 009 | 0712813-2/03 |
| Fabrício Zilotti | 012 | 0724315-2/01 |
| Fernanda Michel Andreani | 017 | 0736942-0/01 |
| Fernando Fiorezzi de Luizi | 012 | 0724315-2/01 |
| Fernando Augusto Ogura | 027 | 0772288-7/01 |
| Fernando Gustavo Ferro Guimarães | 002 | 0587997-0/02 |
| Fernando José Gaspar | 011 | 0720128-3/01 |
| Flávia Andréia Redmerski de Souza | 017 | 0736942-0/01 |
| Flávia Regina Carluccio | 018 | 0738548-0/04 |
| Genesio Nailor Finger | 026 | 0771866-7/01 |
| Geraldo Nogueira da Gama | 011 | 0720128-3/01 |
| Gilberto Brunatto Dalabona | 005 | 0698265-2/03 |
| Gilmar Amilton Macohin | 019 | 0742945-8/05 |
| Giovana Cezalli Martins | 020 | 0747042-2/02 |
| Guilherme Régio Pegoraro | 009 | 0712813-2/03 |
| Herick Pavin | 022 | 0753414-5/02 |
| Heroldes Bahr Neto | 008 | 0709340-9/02 |
| Isabela Marques Hapner | 016 | 0734545-3/03 |
| Jair Antônio Wiebelling | 025 | 0771230-7/01 |
| João Leonel Antocheski | 021 | 0749707-6/03 |
| João Luiz Fernandes Junior | 013 | 0726421-3/01 |
| José Antônio de Andrade Alcântara | 024 | 0764794-5/02 |
| José Fernando Vialle | 010 | 0714384-4/02 |
| José Francisco de Assis | 009 | 0712813-2/03 |
| José Luiz Fornagieri | 018 | 0738548-0/04 |
| José Rodrigo de Andrade Machado | 019 | 0742945-8/05 |
| Juliana Marcondes Vianna | 006 | 0708376-5/03 |
| Juliano César Iba | 021 | 0749707-6/03 |
| Júlio Cesar Dalmolin | 025 | 0771230-7/01 |
| Kinoe Irene Ikeda | 004 | 0698195-5/02 |
| Laís Lopes Martins | 007 | 0708947-4/02 |
| Lama Ibrahim | 020 | 0747042-2/02 |
| Larissa Berri | 007 | 0708947-4/02 |
| Leonardo Sperb de Paola | 007 | 0708947-4/02 |
| Linco Kczam | 018 | 0738548-0/04 |
| Lucas Reck Vieira | 003 | 0694038-9/01 |
| Luciana Andrea M. d. Oliveira | 029 | 0779612-1/01 |
| Luciana Martins Zucoli | 004 | 0698195-5/02 |
| Luciane Camargo Kujo Monteiro | 023 | 0763682-6/01 |
| Luís Alberto Bordin | 016 | 0734545-3/03 |
| Luis Carlos Migliavacca | 020 | 0747042-2/02 |
| Luiz Assi | 009 | 0712813-2/03 |
| Luiz Fernando Dietrich | 022 | 0753414-5/02 |
| Luiz Gustavo Fragoso da Silva | 028 | 0778672-3/01 |

| | | |
|---|---|---|
| Luiz Henrique Sormani Barbugiani | 023 | 0763682-6/01 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 015 | 0728228-0/02 |
| | 019 | 0742945-8/05 |
| | 025 | 0771230-7/01 |
| Luyza Marks de Almeida | 014 | 0727896-4/01 |
| Marcelo Eusébio de Paula | 010 | 0714384-4/02 |
| Marcelo Henrique Botelho Palma | 021 | 0749707-6/03 |
| Marcelo Tesheiner Cavassani | 028 | 0778672-3/01 |
| Márcia Loreni Gund | 025 | 0771230-7/01 |
| Márcio Rogério Depolli | 004 | 0698195-5/02 |
| | 017 | 0736942-0/01 |
| | 019 | 0742945-8/05 |
| Marco Aurélio Barato | 014 | 0727896-4/01 |
| Marcos Abimaele de Farias | 016 | 0734545-3/03 |
| Marcos João Rodrigues Salamunes | 020 | 0747042-2/02 |
| Maria de Lourdes Gouvea | 006 | 0708376-5/03 |
| Maria Izabel Bruginski | 021 | 0749707-6/03 |
| Mariane Cardoso Mascarevich | 003 | 0694038-9/01 |
| Marina Rangel de Abreu Iede | 012 | 0724315-2/01 |
| Mariza Helena Teixeira | 006 | 0708376-5/03 |
| Marjorie Ruela de Azevedo | 012 | 0724315-2/01 |
| Mieko Ito | 005 | 0698265-2/03 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 024 | 0764794-5/02 |
| Murillo Espinola de Oliveira Lima | 008 | 0709340-9/02 |
| Newton Dorneles Saratt | 027 | 0772288-7/01 |
| Nilton Antônio de Almeida Maia | 008 | 0709340-9/02 |
| Oksandro Osdival Gonçalves | 012 | 0724315-2/01 |
| Orlando Anzoategui Júnior | 029 | 0779612-1/01 |
| Pablo José de Barros Lopes | 014 | 0727896-4/01 |
| Patricia Carla de Deus Lima | 018 | 0738548-0/04 |
| | 019 | 0742945-8/05 |
| Patrícia Valdivieso Hessel | 012 | 0724315-2/01 |
| Paulo Fernando Paz Alarcon | 029 | 0779612-1/01 |
| Paulo Giovani Fornazari | 020 | 0747042-2/02 |
| Paulo Roberto Fadel | 009 | 0712813-2/03 |
| Paulo Vinicio Fortes Filho | 007 | 0708947-4/02 |
| Pedro Carlos Palma | 021 | 0749707-6/03 |
| Rafaela Denes Vialle | 010 | 0714384-4/02 |
| Reginaldo Monticelli | 009 | 0712813-2/03 |
| Regis Panizzon Alves | 020 | 0747042-2/02 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 009 | 0712813-2/03 |
| Renato Luiz Harmi Hino | 029 | 0779612-1/01 |
| Renato Luizi Júnior | 012 | 0724315-2/01 |
| Renato Vargas Guasque | 002 | 0587997-0/02 |
| Renê Pelepiu | 011 | 0720128-3/01 |
| Ricardo de Oiveira Campelo | 007 | 0708947-4/02 |
| Ricardo Zanello | 029 | 0779612-1/01 |
| Roberta Soares Cardozo | 016 | 0734545-3/03 |
| Robson Ivan Stival | 002 | 0587997-0/02 |
| Rodrigo Carlesso Moraes | 010 | 0714384-4/02 |
| Rodrigo Mendes dos Santos | 023 | 0763682-6/01 |
| Rogério Helias Carboni | 006 | 0708376-5/03 |
| Roosevelt Arraes | 006 | 0708376-5/03 |
| Santino Ruchinski | 026 | 0771866-7/01 |
| Saulo Bonat de Mello | 008 | 0709340-9/02 |
| Simone Daiane Rosa | 019 | 0742945-8/05 |
| Simone Marques Szesz | 005 | 0698265-2/03 |
| Suzana Valenza Manocchio | 012 | 0724315-2/01 |
| Teresa Celina de A. A. Wambier | 019 | 0742945-8/05 |
| | 025 | 0771230-7/01 |
| Thais Malachini | 024 | 0764794-5/02 |
| Thiago Felipe Ribeiro dos Santos | 003 | 0694038-9/01 |
| Thiara Rando Bezerra Siroti | 017 | 0736942-0/01 |
| Trajano Bastos de O. N. Friedrich | 024 | 0764794-5/02 |
| Vanessa Maria Ribeiro Batalha | 011 | 0720128-3/01 |
| Victor Hugo Trennepohl | 015 | 0728228-0/02 |
| Vitor Hugo Scartezini | 026 | 0771866-7/01 |
| Vladmir de Marck | 012 | 0724315-2/01 |

Vista ao(s) Recorrido(s) EM CARTÓRIO
0001 . Processo/Prot: 0532880-5/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/127945, 2011/245074. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 532880-5 Apelação Civel. Recorrente (1): Samuel Gomes dos Santos. Advogado: André Luiz Nunes da Silva. Recorrente (2): Banco do Brasil SA. Advogado: Arlindo Menezes Molina. Recorrido (1): Banco do Brasil SA. Advogado: Arlindo Menezes Molina, Celso Coser Junior. Recorrido (2): Samuel Gomes dos Santos. Advogado: André Luiz Nunes da Silva. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0002 . Processo/Prot: 0587997-0/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/243236. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 587997-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Cosan Combustiveis e Lubrificantes SA. Advogado: Robson Ivan Stival. Recorrido (1): Berenice Ribeiro Pavão, Emerson Luiz Ribeiro Pavão. Advogado: Renato Vargas Guasque, Adriane Guasque, Consuelo Guasque. Recorrido (2): Esso Brasileira de Petróleo Ltda. Advogado: Robson Ivan Stival, Fernando Gustavo Ferro Guimarães, Carlos Fernando Correa de Castro. Interessado: Organizações e Representações Jumbo Ltda. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0003 . Processo/Prot: 0694038-9/01 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2011/248011, 2011/248013. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 694038-9 Apelação Civel. Recorrente (1): Banco Bradesco Financiamentos SA. Advogado: Mariane Cardoso Mascarevich. Recorrente (2): Banco Bradesco Finaciamento SA. Advogado: Mariane Cardoso Mascarevich. Recorrido (1): Rodrigo Ribeiro. Advogado: Carlos Eduardo Scardua, Danielle Tedesko, Lucas Reck Vieira. Recorrido (2): Banco Finasa de Investimento SA. Advogado: Thiago Felipe Ribeiro dos Santos. Recorrido (3): Banco Bradesco Finaciamento SA. Advogado: Mariane Cardoso Mascarevich. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0004 . Processo/Prot: 0698195-5/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/53031, 2011/239067. Comarca: Assaí. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 698195-5 Apelação Civel. Recorrente (1): Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli. Recorrente (2): Adelson Batista Bezerra, Moises Bezerra de Mello. Advogado: Kinoe Irene Ikeda. Recorrido (1): Adelson Batista Bezerra, Moises Bezerra de Mello. Advogado: Kinoe Irene Ikeda. Recorrido (2): Banco Banestado SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Luciana Martins Zucoli. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0005 . Processo/Prot: 0698265-2/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/247482. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 698265-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: HSBC Bank Brasil SA-Banco Múltiplo. Advogado: Mieko Ito, Simone Marques Szesz. Recorrido (1): Credival Participação e Assessoria Ltda. Advogado: Mieko Ito, Simone Marques Szesz. Recorrido (2): Dante Luiz Franceschi, Hermínio Brunatto Filho (maior de 60 anos). Advogado: Gilberto Brunatto Dalabona. Interessado: Auto Viação Nossa Senhora do Carmo Ltda. Advogado: Gilberto Brunatto Dalabona. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0006 . Processo/Prot: 0708376-5/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/236221. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 708376-5 Apelação Civel. Recorrente: Carlos Silvio Vidolim Teixeira. Advogado: Maria de Lourdes Gouvea, Mariza Helena Teixeira, Roosevelt Arraes, Rogério Helias Carboni. Recorrido (1): Armando Ruy e Companhia Ltda. Advogado: Antonio Leal de Azevedo Junior. Recorrido (2): Auto Posto Anjo Gabriel. Advogado: Edgard Katzwinkel Junior, Juliana Marcondes Vianna. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0007 . Processo/Prot: 0708947-4/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/220965, 2011/223295. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 708947-4 Ação Rescisória. Recorrente (1): Metronic Indústria e Comércio, Importação e Exportação de Equipamentos Eletrônicos Ltda, Metropolitana Vigilância Comercial e Industrial Sa. Advogado: Leonardo Sperb de Paola, Ricardo de Oiveira Campelo, Larissa Berri, Laís Lopes Martins. Recorrente (2): Município de Curitiba. Advogado: Paulo Vinicio Fortes Filho, Cristina Hatschbach Maciel. Recorrido (1): Município de Curitiba. Advogado: Paulo Vinicio Fortes Filho, Cristina Hatschbach Maciel. Recorrido (2): Metronic Indústria e Comércio, Importação e Exportação de Equipamentos Eletrônicos Ltda, Metropolitana Vigilância Comercial e Industrial Sa. Advogado: Leonardo Sperb de Paola, Ricardo de Oiveira Campelo, Larissa Berri. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0008 . Processo/Prot: 0709340-9/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/219640, 2011/235758. Comarca: Antonina. Vara: Vara Única. Ação Originária: 709340-9 Agravo de Instrumento. Recorrente (1): Edmir de Freitas Castro. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Recorrente (2): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira. Recorrido (1): Petrobras Petróleo Brasileiro SA. Advogado: Ananias Cézar Teixeira, Murillo Espinola de Oliveira Lima, Nilton Antônio de Almeida Maia. Recorrido (2): Edmir de Freitas Castro. Advogado: Fabiano Neves Macieywski, Saulo Bonat de Mello, Heroldes Bahr Neto. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES
0009 . Processo/Prot: 0712813-2/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/236340. Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 7128132-0/2 Agravo. Recorrente: Hsbc Seguros Brasil Sa. Advogado: Paulo Roberto Fadel, Reinaldo Mirico Aronis, Luiz Assi. Recorrido (1): Maria de Lourdes de Souza Dias, Vânia Raquel Pacagnan. Advogado: Guilherme Régio Pegoraro, Alessandra Augusta Klagenberg. Recorrido (2): joão cabral. Advogado: Reginaldo Monticelli. Recorrido (3): Judite Soares Cabral. Advogado: José Francisco de Assis, Fábio Renato de Assis. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0010 . Processo/Prot: 0714384-4/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/244212. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 714384-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Bradesco Seguros SA. Advogado: José Fernando Vialle, Rodrigo Carlesso Moraes, Rafaela Denes Vialle. Recorrido (1): Maria Victoria de Paula, Lilia Mara de Paula. Advogado: Marcelo Eusébio de Paula, Edson Demarch dos Santos. Recorrido (2): Marcelo Eusébio de Paula. Advogado: Edson Demarch dos Santos. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0011 . Processo/Prot: 0720128-3/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/236026, 2011/236759. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 720128-3 Apelação Cível. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Vanessa Maria Ribeiro Batalha, Fernando José Gaspar. Recorrido (1): Itau Seguros Sa. Advogado: Geraldo Nogueira da Gama, Débora Segala. Recorrido (2): Espólio de Aridélco de Osti. Advogado: Renê Pelepiu. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0012 . Processo/Prot: 0724315-2/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/247736. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 724315-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: Aliança Fomento Mercantil Ltda. Advogado: Fábio Pacheco Guedes, Suzana Valenza Manocchio, Ana Carolina Jamur Dubas, Marina Rangel de Abreu Iede. Recorrido (1): Hsbc Bank Brasil Sa - Banco Múltiplo. Advogado: Elionora Harumi Takeshiro, Bruno Delgado Chiaradia. Recorrido (2): Casagrande Revestimentos Cerâmicos Sa, Casagrande Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, Vecal - Veículos Campos Gerais Sa. Advogado: Renato Luizi Júnior, Fernando Fiorezzi de Luizi. Interessado: Administrador Judicial. Advogado: Oksandro Osdival Gonçalves. Interessado: Quasar Fomento Mercantil Ltda. Advogado: Marjorie Ruela de Azevedo, Fábio Forti, Patrícia Valdivieso Hessel. Interessado: Vidres do Brasil Ltda. Advogado: Vladmir de Marck. Interessado: Brisol Veículos Ltda. Advogado: Fabrício Zilotti. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0013 . Processo/Prot: 0726421-3/01 Recurso Extraordinário/Especial Cível

. Protocolo: 2011/249755, 2011/249766. Comarca: Guaratuba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 726421-3 Apelação Civel e Reexame Necessario. Recorrente: Município de Guaratuba. Advogado: João Luiz Fernandes Junior. Recorrido (1): Indiomara de Fátima Arruda, Sério Luiz Krawutschke, Cenilda Flores, Maria Regina Bardelli dos Santos Saporski, Márcia Aparecida da Silva, Paulo Souza Saporski Neto, Dirceu do Nascimento, Maria Luci Henrique Santos, Fábia Henrique Santos, Daniel Fábio Padilha, Maria Dorotéia Soares. Advogado: Fabiano Assad Guimarães, André Portugal Cezar. Recorrido (2): Sérgio Luiz Krawutschke. Advogado: Fabiano Assad Guimarães, André Portugal Cezar. Remetente: Juiz de Direito. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0014 . Processo/Prot: 0727896-4/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/236767. Comarca: Apucarana. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 727896-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Estado do Paraná. Advogado: Luyza Marks de Almeida. Recorrido (1): Vision Distribuidora Ltda. Advogado: Pablo José de Barros Lopes. Recorrido (2): Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Daniel Augusto Cerizza Pinheiro, Marco Aurélio Barato. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0015 . Processo/Prot: 0728228-0/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/245301. Comarca: Pato Branco. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 728228-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido (1): Adir Pedro Bortolini. Advogado: Victor Hugo Trennepohl. Interessado: Alcides Carbonera, Alcides Wurzius, Anderson Ricardo Geron, Aldirio João Ravanelli, Angelina Silvestrini Rodrigues, Anair Dorigo, Devair Gonçalves dos Reis, Edith Tramontin Piacentini, Eurico Antonio Trento, Fortunato Rizzon Pagnoncelli. Recorrido (2): Hilario Primo Faggion. Interessado: Orilda Bolzanel, Rafael Antonio Saggin, Terezinha da Silva, Zenilda Cordeiro Andreguette. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0016 . Processo/Prot: 0734545-3/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/239476. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 734545-3 Apelação Civel. Recorrente: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Advogado: Isabela Marques Hapner, Roberta Soares Cardozo, Antonyo Leal Junior. Recorrido (1): Cisop Consórcio Intermunicipal de Saude do Oeste do Paraná. Advogado: Marcos Abimaele de Farias. Recorrido (2): Benedeti & Genguini Ltda. Advogado: Cristiane Agatti Stanoga, Domingos Bordin, Luís Alberto Bordin. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0017 . Processo/Prot: 0736942-0/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/251179. Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 736942-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Fernanda Michel Andreani. Recorrido (1): Valdomir Basso Borba. Advogado: Thiara Rando Bezerra Siroti. Recorrido (2): Banco Banestado Sa. Advogado: Márcio Rogério Depolli, Braulio Belinati Garcia Perez, Flávia Andréia Redmerski de Souza. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0018 . Processo/Prot: 0738548-0/04 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/252333. Comarca: Paraíso do Norte. Vara: Vara Única. Ação Originária: 0738548-0/02 Agravo. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima. Recorrido (1): Juliano Strazzer Oliveira, Volnei Thibes, José Antonio Diniz Vieira, Sebastião Geraldo de Souza. Advogado: José Luiz Fornagieri, Linco Kczam. Recorrido (2): Avelino Martins. Advogado: José Luiz Fornagieri, Flávia Regina Carluccio. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0019 . Processo/Prot: 0742945-8/05 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/234532. Comarca: Capanema. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 742945-8 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado S/A. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Recorrido (1): Banco Itaú SA. Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez, Márcio Rogério Depolli, Simone Daiane Rosa. Recorrido (2): Amélia Fagundes Bhel (maior de 60 anos), Bruno Soerensen (maior de 60 anos), Darcy Santos Folle Roso (maior de 60 anos), Edenilso Roso (maior de 60 anos), Elira Machado, Elvira Rosa Italia Prosdocimi Kruger, Gervazio Jose Hartmann, Gessy Remboski, Adolino Wildgrube, Hildegard Ana Wildgrube (maior de 60 anos), Jorge Rodrigues dos Santos (maior de 60 anos), Maria Leony Lucietto (maior de 60 anos), Marilin Adriana Markus Lustosa, Narciso Zanettin, Orlei Jacob Welter, Otto Wildgrube (maior de 60 anos), Plinio Kruger (maior de 60 anos), Silvio Noé Machado, Valdir José Alchieri, Victor Vital Basegio (maior de 60 anos), Espólio de Ginesio Luis Hartmann. Advogado: José Rodrigo de Andrade Machado, Gilmar Amilton Macohin. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0020 . Processo/Prot: 0747042-2/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/239167. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 747042-2 Apelação Civel. Recorrente: Viviane Aparecida Vieira da Silva. Advogado: Regis Panizzon Alves. Recorrido (1): Joeslaine Casagrande Salvatti. Advogado: Luis Carlos Migliavacca, Marcos João Rodrigues Salamunes. Recorrido (2): Vanderlei Carlos Bazzo, V. Albiero & Cia. Ltda, Valcir Cezar Bazzo. Advogado: Giovana Cezalli Martins, Paulo Giovani Fornazari. Recorrido (3): Real Seguros Sa. Advogado: Ciro Bruning, Lama Ibrahim. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0021 . Processo/Prot: 0749707-6/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/245922, 2011/247675, 2011/250554. Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 749707-6 Apelação Civel. Recorrente (1): Banco Bradesco SA. Advogado: João Leonel Antocheski, Maria Izabel Bruginski. Recorrente (2): José de Souza Neto. Advogado: Juliano César Iba. Recorrido (1): José de Souza Neto. Advogado: Juliano César Iba. Recorrido (2): Banco Bradesco SA. Advogado: Pedro Carlos Palma, César Eduardo Botelho Palma, Marcelo Henrique Botelho Palma, João Leonel Antocheski. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0022 . Processo/Prot: 0753414-5/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/254229. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 753414-5 Apelação Civel. Recorrente: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Herick Pavin. Recorrido (1): Leila Neumann. Advogado: Egídio Fernando Argüello Júnior. Recorrido (2): Banco Abn Amro Real SA. Advogado: Luiz Fernando Dietrich. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0023 . Processo/Prot: 0763682-6/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/229152. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 763682-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Estado do Paraná. Advogado: Luiz Henrique Sormani Barbugiani. Recorrido (1): Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Altivo Augusto Alves Meyer, Rodrigo Mendes dos Santos. Recorrido (2): Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Luciane Camargo Kujo Monteiro. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0024 . Processo/Prot: 0764794-5/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/194418, 2011/250285. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 764794-5 Apelação Civel. Recorrente (1): Carmen dos Anjos Souza dos Santos. Advogado: José Antônio de Andrade Alcântara. Recorrente (2): Dpvat Unibanco Aig Seguros SA. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Recorrido (1): Unibanco Aig Seguros Sa. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Thais Malachini. Recorrido (2): Carmen dos Anjos Souza dos Santos. Advogado: Bárbara Letícia de Souza Spagnolo, José Antônio de Andrade Alcântara. Recorrido (3): Dpvat Unibanco Aig Seguros SA. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0025 . Processo/Prot: 0771230-7/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/243326. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 771230-7 Apelação Civel. Recorrente: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Itamar Luiz dos Santos. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Júlio Cesar Dalmolin. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0026 . Processo/Prot: 0771866-7/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/250422. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 771866-7 Agravo de Instrumento. Recorrente: Serafico Agroindustrial Ltda e outros. Advogado: Estevão Ruchinski. Recorrido (1): Agrícola Sperafico Ltda. Advogado: Estevão Ruchinski, Santino Ruchinski, Vitor Hugo Scartezini. Recorrido (2): Banco América do Sul SA. Advogado: Genesio Nailor Finger, Ana Paula Finger Mascarello, Ana Cláudia Finger. Interessado: Levino José Sperafico, Itacir

Antonio Sperafico, Dilso Sperafico. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0027 . Processo/Prot: 0772288-7/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/250358. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 17ª Vara Cível. Ação Originária: 772288-7 Apelação Civel. Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos SA. Advogado: Newton Dorneles Saratt. Recorrido (1): Banco Finasa Sa. Advogado: Newton Dorneles Saratt, Fernando Augusto Ogura. Recorrido (2): Sandro Luis Soares. Advogado: Carlos Eduardo Scardua. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0028 . Processo/Prot: 0778672-3/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/248523. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 778672-3 Apelação Civel. Recorrente: Consórcio Nacional Ford Ltda. Advogado: Marcelo Tesheiner Cavassani. Recorrido (1): José Benetido Amgarten, Silva e Pires S/c Ltda, Cleber Correia Calil, Sebastião Rodrigues Ferraz, Sômola Comércio e Representações Ltda, Ederaldo Alves Pereira, Arlindo Oro, Manoel de Souza Barreto, Maria Celeste Vieira Gomes, Ézio Aléssio. Advogado: Luiz Gustavo Fragoso da Silva. Recorrido (2): São Bernardo Administradora de Consórcios Ltda. Advogado: Marcelo Tesheiner Cavassani. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

0029 . Processo/Prot: 0779612-1/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/246592. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 779612-1 Apelação Civel. Recorrente: Fundação dos Economiários Federais - Funcef. Advogado: Paulo Fernando Paz Alarcon, Luciana Andrea Mayrhofer de Oliveira, Carlos Alberto Alves Peixoto. Recorrido (1): Reginaldo Cezar Bueno, Denise Pliskievisksi Bueno. Advogado: Orlando Anzoategui Júnior. Recorrido (2): Caixa Econômica Federal. Advogado: Renato Luiz Harmi Hino, Ricardo Zanello, Everly Dombeck Floriani. Complemento: (em Cartório). Observação: PARA CONTRARRAZÕES

---

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.10169**

---

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| César Augusto de França | 014 | 0728586-7/01 |
| Cibele Koehler Cabral | 013 | 0723522-3/01 |
| Cleber Haefliger | 012 | 0723453-3/02 |
| Cristina Hatschbach Maciel | 013 | 0723522-3/01 |
| Daniel Jimenez Ormianin | 003 | 0701501-0/03 |
| Edmar José Chagas | 007 | 0714681-8/02 |
| Elaine Mônica Molin | 014 | 0728586-7/01 |
| Elizeu Mendes da Silva | 015 | 0728606-4/03 |
| Emerson Lopes Miranda | 017 | 0733324-0/03 |
| Ernani José Pera Junior | 009 | 0718570-6/01 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 002 | 0700684-0/01 |
| | 004 | 0703097-9/02 |
| | 005 | 0707256-4/04 |
| | 007 | 0714681-8/02 |
| | 008 | 0717279-0/02 |
| | 010 | 0719821-2/01 |
| | 011 | 0720054-8/03 |
| | 012 | 0723453-3/02 |
| | 015 | 0728606-4/03 |
| | 016 | 0731045-6/03 |
| | 017 | 0733324-0/03 |
| | 018 | 0734583-3/02 |
| | 019 | 0750598-4/02 |
| Flavio Pereira Teixeira | 016 | 0731045-6/03 |
| Ivan Lelis Bonilha | 006 | 0713348-4/02 |
| Jean Carlos Martins Francisco | 014 | 0728586-7/01 |
| Jomah Hussein Ali Mohd Rabah | 004 | 0703097-9/02 |
| José de César Ferreira | 005 | 0707256-4/04 |
| José do Carmo Badaró | 001 | 0696936-8/01 |
| Jozelia Nogueira Broliani | 006 | 0713348-4/02 |
| Lauro Fernando Zanetti | 020 | 0767837-7/02 |
| Leonel Vinicius Jaeger B. Junior | 013 | 0723522-3/01 |
| Linco Kczam | 011 | 0720054-8/03 |
| Luiz Alfredo Boareto | 013 | 0723522-3/01 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 002 | 0700684-0/01 |
| | 004 | 0703097-9/02 |
| | 005 | 0707256-4/04 |
| | 007 | 0714681-8/02 |
| | 008 | 0717279-0/02 |
| | 010 | 0719821-2/01 |
| | 011 | 0720054-8/03 |
| | 012 | 0723453-3/02 |
| | 015 | 0728606-4/03 |
| | 016 | 0731045-6/03 |
| | 017 | 0733324-0/03 |
| | 018 | 0734583-3/02 |
| | 019 | 0750598-4/02 |
| Márcia Severina Badaró | 001 | 0696936-8/01 |
| Maria Laurete de Souza Chagas | 007 | 0714681-8/02 |
| Mariana Piovezani Moreti | 020 | 0767837-7/02 |
| Mário Marcondes Nascimento | 014 | 0728586-7/01 |
| Marli Terezinha Ferreira D'Avila | 013 | 0723522-3/01 |
| Marlus Roberto Saber | 019 | 0750598-4/02 |
| Max Hercílio Gonçalves | 010 | 0719821-2/01 |
| Olinto Roberto Terra | 018 | 0734583-3/02 |
| Olivio Gamboa Panucci | 002 | 0700684-0/01 |
| Patricia Carla de Deus Lima | 015 | 0728606-4/03 |
| Paula Schmitz de S. d. Barros | 006 | 0713348-4/02 |
| Paulo Machado Junior | 003 | 0701501-0/03 |
| Paulo Roberto Ferreira Pereira | 001 | 0696936-8/01 |
| Paulo Roberto Gomes | 008 | 0717279-0/02 |
| Rubens Mello David | 018 | 0734583-3/02 |
| Sandro Mansur Gibran | 013 | 0723522-3/01 |
| Sebastião Mendes da Silva | 015 | 0728606-4/03 |
| Shiroko Numata | 020 | 0767837-7/02 |
| Simone Kohler | 013 | 0723522-3/01 |
| Thiara Rando Bezerra Siroti | 007 | 0714681-8/02 |
| Wanderley Pavan | 009 | 0718570-6/01 |
| Wesley Toledo Ribeiro | 020 | 0767837-7/02 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. 1º Vice-Presidente

0001 . Processo/Prot: 0696936-8/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/63752. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 696936-8 Apelação Civel. Recorrente: Município de Curitiba. Advogado: Paulo Roberto Ferreira Pereira. Recorrido: Osni Ferreira de Macedo. Advogado: José do Carmo Badaró, Márcia Severina Badaró. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16.033/11

0002 . Processo/Prot: 0700684-0/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/142372. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 700684-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Reginaldo Aparecido Leandrin. Advogado: Olivio Gamboa Panucci. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0003 . Processo/Prot: 0701501-0/03 Recurso Extraordinário/Especial Cível

. Protocolo: 2011/149442, 2011/149445. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 12ª Vara Cível. Ação Originária: 701501-0 Apelação Civel. Recorrente: Salim Yared Filho. Advogado: Daniel Jimenez Ormianin, Paulo Machado Junior. Recorrido: César Augusto Bueno Kotviski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento aos recursos. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0004 . Processo/Prot: 0703097-9/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/32516. Comarca: Toledo. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 703097-9 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Alex José Cesaro, Adolfo Ott, Germano Carraro, Guido Baron, Gildo Luis Geller, Loeri Ramisch, Maria Ivone Kloh, Pedro Felipe Hoffmann, Romanus Amando Nilles, Zulmiro Fadanelli. Advogado: Jomah Hussein Ali Mohd Rabah. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 8790/11

0005 . Processo/Prot: 0707256-4/04 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/136850. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7072564-0/2 Agravo. Recorrente: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: João Militão da Silva. Advogado: José de César Ferreira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0006 . Processo/Prot: 0713348-4/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/155904. Comarca: Guarapuava. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 713348-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Estado do Paraná. Advogado: Jozelia Nogueira Broliani, Paula Schmitz de Schmitz de Barros, Ivan Lelis Bonilha. Recorrido: Dilma Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 11885/11
0007 . Processo/Prot: 0714681-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/213312. Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 714681-8 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Manoel Marcos. Advogado: Edmar José Chagas, Thiara Rando Bezerra Siroti, Maria Laurete de Souza Chagas. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0008 . Processo/Prot: 0717279-0/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/179793. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 717279-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itau Sa, Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Ciro Piva. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 15433/11
0009 . Processo/Prot: 0718570-6/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/125963. Comarca: Maringá. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 718570-6 Apelação Civel. Recorrente: Agf Brasil Seguros Sa. Advogado: Wanderley Pavan. Recorrido: Paulo Meda Penha de Souza. Advogado: Ernani José Pera Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0010 . Processo/Prot: 0719821-2/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/125248. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 719821-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Osmar João Castoldi, Modesto Camera, Neri Bialoso, Cristalina Moreira dos Santos, Maria Jesus de Oliveira, Maria Cecília Vivan Cremasco, Erico Werner Wassmandorf, Danilo Antonio Pesini, Espólio de Alexandre Gorczyca, Vainez Zatta Fistarol. Advogado: Max Hercílio Gonçalves. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 15523/11
0011 . Processo/Prot: 0720054-8/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/136960. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 0720054-8/01 Agravo. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Odete Mocato, Luiza Roseli Mocato, Congreção das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, Maria Julieta Pianez Manfredinho, Amilton Marcondes (maior de 60 anos), Thereza Kubrak Menik (maior de 60 anos), Jair Schoma, João Distefano Almeida, Nelson de Souza (maior de 60 anos), Nereu José Rodrigues. Advogado: Linco Kczam. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0012 . Processo/Prot: 0723453-3/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/179823. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 723453-3 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Agenor Baio (maior de 60 anos), Alvina Meurer Hillman (maior de 60 anos), Homero Paggi (maior de 60 anos), Ipólito Nurmberg (maior de 60 anos), João Danielski (maior de 60 anos), Laurindo Modena (maior de 60 anos), Maria Agnoletto Cassel, Romildo Antoninho Lanzarin, Wilson Faust Wessling. Advogado: Cleber Haefliger. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0013 . Processo/Prot: 0723522-3/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/89936. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 723522-3 Apelação Civel. Recorrente: Município de Curitiba. Advogado: Cristina Hatschbach Maciel, Marli Terezinha Ferreira D'Avila, Simone Kohler, Cibele Koehler Cabral. Recorrido: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Alfredo Boareto, Sandro Mansur Gibran, Leonel Vinicius Jaeger Betti Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0014 . Processo/Prot: 0728586-7/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/117296. Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 728586-7 Apelação Civel. Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros Sa. Advogado: César Augusto de França. Recorrido: Célia Alves Martins Santana. Advogado: Jean Carlos Martins Francisco, Elaine Mônica Molin, Mário Marcondes Nascimento. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso e indefiro o pedido de fls. 794, nos termos da fundamentação. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16580/11
0015 . Processo/Prot: 0728606-4/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/171368. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7286064-0/1 Agravo. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima. Recorrido: Candida Bueno Vidal Côco (maior de 60 anos), Braulino Monteiro, Maria Wilma Valentini (maior de 60 anos), Cleusa Ferreira Morelin, Conceição Aparecida (maior de 60 anos), Cleide Maria Mendes, Clarice Maria da Silva, José Rodrigues de Almeida (maior de 60 anos). Advogado: Elizeu Mendes da Silva, Sebastião Mendes da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0016 . Processo/Prot: 0731045-6/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/207353. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 7310456-0/1 Agravo. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Thereza Darros (maior de 60 anos), Luiz Antonio Contini, Emilia Ferreira Drumond, Jose Roque Cardoso (maior de 60 anos), Teresinha Soethe (maior de 60 anos), Augustinho Soethe, Salmendes Jose de Oliveira (maior de 60 anos), Aparecida Antonia Fantacholi (maior de 60 anos), Antonio Esteves Canedo Filho (maior de 60 anos), Antonio Ferreira da Luz (maior de 60 anos), José Antonio de Lima (maior de 60 anos), Anilce Poli Pereira (maior de 60 anos). Advogado: Flavio Pereira Teixeira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0017 . Processo/Prot: 0733324-0/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/170077. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 733324-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Rita Fares Dib. Advogado: Emerson Lopes Miranda. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0018 . Processo/Prot: 0734583-3/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/179742. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 734583-3 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado Sa, Banco Itaú S/A. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: João Alcindo Alves. Advogado: Olinto Roberto Terra, Rubens Mello David. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0019 . Processo/Prot: 0750598-4/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/190310. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 750598-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Humberto Goldhirsch (maior de 60 anos). Advogado: Marlus Roberto Saber. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0020 . Processo/Prot: 0767837-7/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/181394. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 767837-7 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti, Mariana Piovezani Moreti. Recorrido: Epitácio Suga (maior de 60 anos). Advogado: Shiroko Numata, Wesley Toledo Ribeiro. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.10172**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adriano Muniz Rebello | 010 | 0700151-6/01 |
| Alexandra Valenza Rocha | 020 | 0754872-1/02 |

| | | |
|---|---|---|
| Ana Tereza Palhares Basílio | 014 | 0734887-6/02 |
| Anamaria Batista | 007 | 0697880-5/01 |
| Andressa Jarletti G. d. Oliveira | 001 | 0566204-0/03 |
| Bernardo Guedes Ramina | 014 | 0734887-6/02 |
| Caroline do Carmo Ferraz da Costa | 020 | 0754872-1/02 |
| Daniel Hachem | 002 | 0598583-3/02 |
| Débora Maceno | 010 | 0700151-6/01 |
| Débora Priscila André | 005 | 0685720-3/01 |
| Débora Segala | 004 | 0678445-4/01 |
| Denise Marici Oltramari | 014 | 0734887-6/02 |
| Edmar José Chagas | 011 | 0700323-2/04 |
| Edson Luiz Martins | 003 | 0659387-5/02 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 006 | 0696839-4/01 |
| | 011 | 0700323-2/04 |
| | 012 | 0715612-7/01 |
| | 013 | 0731681-2/02 |
| | 017 | 0747226-8/03 |
| | 018 | 0751021-2/02 |
| Floriano Terra Filho | 018 | 0751021-2/02 |
| Herisson Moreschi Hichter | 006 | 0696839-4/01 |
| Irineu Galeski Junior | 004 | 0678445-4/01 |
| Ivone Struck | 015 | 0735214-7/02 |
| Jackson Sondahl de Campos | 016 | 0735472-9/01 |
| Jair Antônio Wiebelling | 002 | 0598583-3/02 |
| Jairo Basso | 001 | 0566204-0/03 |
| João Fernando Pinto Grecillo | 016 | 0735472-9/01 |
| José de César Ferreira | 012 | 0715612-7/01 |
| | 017 | 0747226-8/03 |
| José Edgard da Cunha Bueno Filho | 005 | 0685720-3/01 |
| José Hotz | 015 | 0735214-7/02 |
| Juliano Arlindo Clivatti | 007 | 0697880-5/01 |
| Júlio Cesar Dalmolin | 002 | 0598583-3/02 |
| Leonardo Antonio Franco | 015 | 0735214-7/02 |
| Luis Carlos Simionato Júnior | 009 | 0698378-4/01 |
| Luiz Eduardo Goldman | 009 | 0698378-4/01 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 006 | 0696839-4/01 |
| | 012 | 0715612-7/01 |
| | 013 | 0731681-2/02 |
| | 017 | 0747226-8/03 |
| | 018 | 0751021-2/02 |
| Marçal Cláudio Marques | 008 | 0697903-3/01 |
| Márcia Loreni Gund | 002 | 0598583-3/02 |
| Marco Antônio Lima Berberi | 007 | 0697880-5/01 |
| Marcos Aurélio Comunello | 016 | 0735472-9/01 |
| Marcos Wengerkiewicz | 007 | 0697880-5/01 |
| Olinto Roberto Terra | 013 | 0731681-2/02 |
| | 018 | 0751021-2/02 |
| Patricia Carla de Deus Lima | 011 | 0700323-2/04 |
| | 017 | 0747226-8/03 |
| Patricia Marin da Rocha | 020 | 0754872-1/02 |
| Paulo Sérgio Winckler | 008 | 0697903-3/01 |
| Rafael Marques Gandolfi | 008 | 0697903-3/01 |
| Rafael Soares Leite | 019 | 0751111-1/01 |
| Ricardo dos Santos Abreu | 020 | 0754872-1/02 |
| Ruben Madini | 015 | 0735214-7/02 |
| Samira de Fátima Nabbouh Abreu | 020 | 0754872-1/02 |
| Silvio André Brambila Rodrigues | 008 | 0697903-3/01 |
| Silvio Nagamine | 001 | 0566204-0/03 |
| Talita Soares Karwoski Silva | 009 | 0698378-4/01 |
| Teresa Celina de A. A. Wambier | 017 | 0747226-8/03 |
| Thiara Rando Bezerra Siroti | 011 | 0700323-2/04 |
| Tibiriça Messias | 009 | 0698378-4/01 |
| Victor Geraldo Jorge | 001 | 0566204-0/03 |
| Wilson Luiz de Paula | 003 | 0659387-5/02 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. 1º Vice-Presidente
0001 . Processo/Prot: 0566204-0/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/212541. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 566204-0 Apelação Civel. Recorrente: Mercearia Café da Manhã Ltda, Toulouse Construções Ltda, Antonio Lacerda Braga Filho, Silvana Cardoso Braga. Advogado: Silvio Nagamine, Andressa Jarletti Gonçalves de Oliveira. Recorrido: Banco do Brasil SA. Advogado: Victor Geraldo Jorge, Jairo Basso. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0002 . Processo/Prot: 0598583-3/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/174193. Comarca: Campo Mourão. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 598583-3 Apelação Civel. Recorrente: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniel Hachem. Recorrido: J. C. S. Mineração e Transportes Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0003 . Processo/Prot: 0659387-5/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/254645. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho. Ação Originária: 659387-5 Agravo de Instrumento. Recorrente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Edson Luiz Martins. Recorrido: Juliane Secco. Advogado: Wilson Luiz de Paula. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao Recurso Especial. Publique-se e, oportunamente, voltem à Câmara de origem. Curitiba, 16 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0004 . Processo/Prot: 0678445-4/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/144507. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 9ª Vara Cível. Ação Originária: 678445-4 Apelação Civel. Recorrente: Wal - Mart Supermercados do Brasil S/a. Advogado: Débora Segala. Recorrido: Sonosul Comércio de Colchões Ltda, Maria Luiza Dias Gracia. Advogado: Irineu Galeski Junior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0005 . Processo/Prot: 0685720-3/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/418037. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 685720-3 Apelação Civel. Recorrente: Atlântico Fundo de Investimento (fidc). Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho. Recorrido: Fábio Pitrez Bernardi. Advogado: Débora Priscila André, José Edgard da Cunha Bueno Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0006 . Processo/Prot: 0696839-4/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/26211. Comarca: Marialva. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 696839-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Andréia Moreschi da Silva. Advogado: Herisson Moreschi Hichter. Interessado: Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0007 . Processo/Prot: 0697880-5/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/352270. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 697880-5 Apelação Civel e Reexame Necessario. Recorrente: Clivatti & Wengerkiewicz Advocacia Empresarial Ss, Kusma & Cia Ltda. Advogado: Marcos Wengerkiewicz, Juliano Arlindo Clivatti. Recorrido: Estado do Paraná. Advogado: Anamaria Batista, Marco Antônio Lima Berberi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 12047/11
0008 . Processo/Prot: 0697903-3/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/8877. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 697903-3 Apelação Civel. Recorrente: José Maria Schartz de Paula Júnior. Advogado: Paulo Sérgio Winckler, Marçal Cláudio Marques. Recorrido: Az Imoveis Ltda. Advogado: Silvio André Brambila Rodrigues, Rafael Marques Gandolfi. Interessado: Ariel da Costa Schimidt, Eliane do Amaral Schimidt, Olívio de França, Erna Regina Upenek, João Patussi, Elvis Roberto Franco, Valdecir Batista Correia, Roberto Carlos Halabura, José de Oliveira Silvério, Maria de Lourdes Bruno, Jorge da Silva, Edson José Moçatto, Marco Antonio Pimenta, Marcelo Pimenta, Rivaldo José Marcelino, Lidio Aniceto Ferreira, Sonia Regina Oenning, Jose Marcos Rodrigues. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0009 . Processo/Prot: 0698378-4/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/2827. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 698378-4 Apelação Civel. Recorrente: Revista Fix - Editora Fix Ltda. Advogado: Luis Carlos Simionato Júnior, Luiz Eduardo Goldman. Recorrido: Verzus Promoções Artísticas Ltda Me. Advogado: Tibiriça Messias, Talita Soares Karwoski Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0010 . Processo/Prot: 0700151-6/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/59096. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 700151-6 Apelação Civel. Recorrente: Omni Sa Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Adriano Muniz Rebello. Recorrido: Cristofor Kyschel. Advogado: Débora Maceno. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0011 . Processo/Prot: 0700323-2/04 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/171263. Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 7003232-0/2 Agravo. Recorrente: Banco Banestado Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima. Recorrido: Onofre Simões Garrido. Advogado: Edmar José Chagas, Thiara Rando Bezerra Siroti. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 12877/11
0012 . Processo/Prot: 0715612-7/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/213323. Comarca: Sertanópolis. Vara: Vara Única. Ação Originária: 715612-7 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Espólio de Agenor Rossi, Espólio de Mario de Souza Martins, Espólio de Manoel Teixeira Lopes, Espólio de Milton Pires Teixeira, Espólio de Sérgio Del Conte. Advogado: José de César Ferreira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0013 . Processo/Prot: 0731681-2/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/175475. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 731681-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Lineu Divonsir de Araújo, Rafael Rosenau, Silvia Santos Brinski, Thereza Maria de Oliveira Carneiro, Antonio Lourenço dos Santos, José Chica Pinheiro. Advogado: Olinto Roberto Terra. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 17912/11
0014 . Processo/Prot: 0734887-6/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/167553. Comarca: Pato Branco. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 734887-6 Apelação Civel. Recorrente: Brasil Telecom Sa. Advogado: Bernardo Guedes Ramina, Ana Tereza Palhares Basílio. Recorrido: Sergio Luiz Batistin, Nair Dalla Costa Casassa (maior de 60 anos), Rubens Casassa (maior de 60 anos), Olayr Pedroso Machado, Armindo Cola (maior de 60 anos), Nair Lucia Dezam Eschembak, João da Silva (maior de 60 anos), Laudelina Antunes de Oliveira (maior de 60 anos), Elidia Cattani Dartora (maior de 60 anos), Augustinho Casagrande (maior de 60 anos). Advogado: Denise Marici Oltramari. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0015 . Processo/Prot: 0735214-7/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/134759. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 16ª Vara Cível. Ação Originária: 735214-7 Agravo de Instrumento. Recorrente: João Luiz de Gonzaga Paul, Salete Maria Benatto Haluche. Advogado: Ivone Struck, Ruben Madini. Recorrido: Vicente Spekla Filho. Advogado: Leonardo Antonio Franco, José Hotz. Interessado: Mesoclin Clinica Médica de Mesoterapia Ltda. Advogado: Ivone Struck, Ruben Madini. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0016 . Processo/Prot: 0735472-9/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/151044. Comarca: Guaíra. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 735472-9 Apelação Civel e Reexame Necessario. Recorrente: Município de Guaíra. Advogado: Marcos Aurélio Comunello, Jackson Sondahl de Campos. Recorrido: Ada Mafalda Benassi da Silveira, Alaide Carvalho de Lima Barreto, Almir Bueno, Carlos Alberto Leite, Ilda Furlanetto Celinski, José Angelo Zinezi, José Augusto Zaniratti, Leandro de Lima Danelon, Maria Aparecida Nunes Giangarelli, Osmar Volpatto, Silvia Vanin. Advogado: João Fernando Pinto Grecillo. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0017 . Processo/Prot: 0747226-8/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/139149. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 747226-8 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Recorrido: Sizue Sawada Ido, Ananias Braz da Silva, Antonia Bonanda, Elza Manchini Arcaro, Sebastião Pereira, Rodrigo Eiji Gonçalves Ido, Jose Palla, José Franco Ribeiro, Celso Rubens Vicente Antiveri, Natalino Foiani. Advogado: José de César Ferreira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 17911/11
0018 . Processo/Prot: 0751021-2/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/207298. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 751021-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Edilia de Lourdes Silva Vichnievski (maior de 60 anos), Daniel Vieira de Paula (maior de 60 anos), Jolinda Cruz da Silva (maior de 60 anos), Irene Ribeiro Babinski, Rozane Sboli Parmezan Rodrigues, Filomena Schuster (maior de 60 anos), Jaci Machado dos Santos (maior de 60 anos), José Alves, Alice Grossi, Amadeus Pedro Costa (maior de 60 anos). Advogado: Olinto Roberto Terra, Floriano Terra Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0019 . Processo/Prot: 0751111-1/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/131536. Comarca: Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 751111-1 Apelação Civel. Recorrente: Estado do Paraná. Advogado: Rafael Soares Leite. Recorrido: Movelaria Furlamento Indústria e Comércio Ltda. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 12077/11
0020 . Processo/Prot: 0754872-1/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/137791. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 754872-1 Agravo de Instrumento. Recorrente: Tamara Marie Bonate Kostiukoff, Sérgio Luís Altenfelder Silva. Advogado: Alexandra Valenza Rocha, Ricardo dos Santos Abreu, Samira de Fátima Nabbouh Abreu, Caroline do Carmo Ferraz da Costa, Patricia Marin da Rocha. Recorrido: C.g.l. Construção Incorporação e Empreendimentos Ltda. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16701/11

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.10132**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adyr Raitani Júnior | 004 | 0691281-8/02 |
| Alessandro Edison M. Migliozzi | 005 | 0693985-9/01 |
| Álida Mariana Van Der Laars | 014 | 0720542-3/01 |
| Altivo Augusto Alves Meyer | 010 | 0703569-0/03 |
| Angela Esser Pulzato de Paula | 017 | 0726909-2/01 |
| Bernadete Gomes de Souza | 010 | 0703569-0/03 |
| Bruno André Souza Colodel | 019 | 0731468-9/02 |
| Carla Maria Köhler | 017 | 0726909-2/01 |
| Carlos Augusto Antunes | 001 | 0675586-8/02 |
| Carlos Frederico M. d. S. Filho | 001 | 0675586-8/02 |
| | 002 | 0680219-5/01 |
| Cláudia Helena Stival | 014 | 0720542-3/01 |
| Cristiane Ferreira Ramos | 017 | 0726909-2/01 |
| Cristiano Kalkmann | 008 | 0701600-8/01 |
| Daniel Andrade do Vale | 007 | 0701290-2/02 |
| Edgar Lenzi | 002 | 0680219-5/01 |
| Emerson Dias Levandoski | 008 | 0701600-8/01 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 012 | 0705595-8/02 |
| | 013 | 0717264-9/03 |
| | 014 | 0720542-3/01 |
| | 015 | 0722961-6/01 |
| | 016 | 0725368-7/02 |
| Fabiano Kleber Moreno Dalan | 011 | 0704146-1/01 |
| Izabella Maria M. e. A. Pinto | 018 | 0727975-0/02 |
| José Ari Matos | 007 | 0701290-2/02 |
| José Vicente Filippon Sieczkowski | 008 | 0701600-8/01 |
| Karysson Luiz Imai | 013 | 0717264-9/03 |
| Luiz Carlos Raimundo | 005 | 0693985-9/01 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 012 | 0705595-8/02 |
| | 014 | 0720542-3/01 |
| | 015 | 0722961-6/01 |
| | 016 | 0725368-7/02 |
| Magda Luiza R. E. d. Oliveira | 006 | 0700298-4/01 |
| Marcelo Antonio Ohrenn Martins | 004 | 0691281-8/02 |
| Marcelo Augusto Bertoni | 019 | 0731468-9/02 |
| Marcelo de Souza | 014 | 0720542-3/01 |

| | | |
|---|---|---|
| Marcio Ari Vendruscolo | 018 | 0727975-0/02 |
| Marco Antônio Lima Berberi | 010 | 0703569-0/03 |
| Marcos C. d. A. Vasconcellos | 009 | 0702773-0/02 |
| Maria Elizabeth Jacob | 009 | 0702773-0/02 |
| Maria Inês Dias | 008 | 0701600-8/01 |
| Mariana Grazziotin Carniel | 010 | 0703569-0/03 |
| Marili Daluz Ribeiro Taborda | 006 | 0700298-4/01 |
| Marina Cerqueira Leite de F. Luís | 018 | 0727975-0/02 |
| Marisa da Silva Sigulo | 010 | 0703569-0/03 |
| Mauricio Obladen Aguiar | 018 | 0727975-0/02 |
| Mauro Sérgio Guedes Nastari | 004 | 0691281-8/02 |
| | 019 | 0731468-9/02 |
| Milton Teodoro da Silva | 020 | 0740247-9/01 |
| Moyses Grinberg | 020 | 0740247-9/01 |
| Olinto Roberto Terra | 015 | 0722961-6/01 |
| | 016 | 0725368-7/02 |
| Patricia Carla de Deus Lima | 013 | 0717264-9/03 |
| Paulo Roberto Glaser | 018 | 0727975-0/02 |
| Peterson Martin Dantas | 012 | 0705595-8/02 |
| Rafaella Gussella de Lima | 019 | 0731468-9/02 |
| Roberta Carvalho de Rosis | 007 | 0701290-2/02 |
| Roberto Antonio Endres | 012 | 0705595-8/02 |
| Rodolpho Eric Moreno Dalan | 011 | 0704146-1/01 |
| Rodrigo Augusto Bruning | 004 | 0691281-8/02 |
| Rodrigo Mendes dos Santos | 010 | 0703569-0/03 |
| Rodrigo Rodrigues da Costa | 011 | 0704146-1/01 |
| Rubens Mello David | 015 | 0722961-6/01 |
| | 016 | 0725368-7/02 |
| Rudemar Tofolo | 003 | 0684639-3/01 |
| Samir Alexandre do Prado Gebara | 004 | 0691281-8/02 |
| Sandra Calabrese Simão | 008 | 0701600-8/01 |
| Selma Paciornik | 008 | 0701600-8/01 |
| Ubirajara Ayres Gasparin | 001 | 0675586-8/02 |
| Vilson Zanella Gudoski | 017 | 0726909-2/01 |
| Wagner de Oliveira Pires | 006 | 0700298-4/01 |
| Walmor Adão Schimitt Neto | 001 | 0675586-8/02 |
| William Moreira Castilho | 002 | 0680219-5/01 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. 1º Vice-Presidente
0001 . Processo/Prot: 0675586-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/51903. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 675586-8 Apelação Civel e Reexame Necessario. Recorrente: Estado do Paraná. Advogado: Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Carlos Augusto Antunes, Ubirajara Ayres Gasparin. Recorrido: Marinepar Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. Advogado: Walmor Adão Schimitt Neto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0002 . Processo/Prot: 0680219-5/01 Recurso Extraordinário Cível
. Protocolo: 2011/5436. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 680219-5 Apelação Civel. Recorrente: Sandra Pavan, Sebastião Afonso Ferreira, Aldemar dos Santos, Richard Alberto Dittert, Nielson de Oliveira, Carla Silene Leite da Silva, Dayane Cristine Wagner, Mari do Rocio Fiorese, Wilson dos Santos, Jose Soares da Silva Neto. Advogado: Edgar Lenzi, William Moreira Castilho. Recorrido: Estado do Paraná. Advogado: Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0003 . Processo/Prot: 0684639-3/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/3950. Comarca: Santo Antônio do Sudoeste. Vara: Vara Única. Ação Originária: 684639-3 Agravo de Instrumento. Recorrente: Pavimar Pavimentadora Marrecas Ltda. Advogado: Rudemar Tofolo. Recorrido: Espólio de Perpétua Chaves de Abreu. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0004 . Processo/Prot: 0691281-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/106444. Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 691281-8 Apelação Civel. Recorrente: Investiterras Empreendimentos Imobilarios Ltda. Advogado: Marcelo Antonio Ohrenn Martins, Adyr Raitani Júnior, Rodrigo Augusto Bruning, Samir Alexandre do Prado Gebara. Recorrido: Valdeci Manoel da Silva. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0005 . Processo/Prot: 0693985-9/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/23579. Comarca: Cornélio Procópio. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 693985-9 Apelação Civel. Recorrente: Antônio Mussi Alonso. Advogado: Alessandro Edison Martins Migliozzi. Recorrido: Edivaldo Gomes (maior de 60 anos). Advogado: Luiz Carlos Raimundo. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0006 . Processo/Prot: 0700298-4/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/5478. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 700298-4 Apelação Civel. Recorrente: Banco Volkswagen SA. Advogado: Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira, Marili Daluz Ribeiro Taborda. Recorrido: Sergio Luiz Winkert. Advogado: Wagner de Oliveira Pires. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0007 . Processo/Prot: 0701290-2/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/63195. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 701290-2 Apelação Civel. Recorrente: Brasil Telecom Sa. Advogado: Daniel Andrade do Vale, Roberta Carvalho de Rosis. Recorrido: Silvana de Fátima Linhares de Souza. Advogado: José Ari Matos. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 8011/11
0008 . Processo/Prot: 0701600-8/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/381248. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 22ª Vara Cível. Ação Originária: 701600-8 Apelação Civel. Recorrente: Maristela Maoski do Prado. Advogado: Maria Inês Dias, Emerson Dias Levandoski. Recorrido: Wal Mart Brasil Ltda. Advogado: José Vicente Filippon Sieczkowski, Cristiano Kalkmann, Selma Paciornik, Sandra Calabrese Simão. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 11.997/11
0009 . Processo/Prot: 0702773-0/02 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2011/110109, 2011/110115. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 702773-0 Apelação Civel. Recorrente: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos. Recorrido: Nadir Ramiro de Campos. Advogado: Maria Elizabeth Jacob. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso especial e julgo prejudicado o recurso extraordinário. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0010 . Processo/Prot: 0703569-0/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/79152. Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 703569-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Rodrigo Mendes dos Santos, Altivo Augusto Alves Meyer, Mariana Grazziotin Carniel. Recorrido: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Marco Antônio Lima Berberi, Marisa da Silva Sigulo, Bernadete Gomes de Souza. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 14673/11
0011 . Processo/Prot: 0704146-1/01 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2010/422395, 2010/422396. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 704146-1 Apelação Civel. Recorrente: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Rodrigo Rodrigues da Costa. Recorrido: Coraide Luiza Godoy. Advogado: Fabiano Kleber Moreno Dalan, Rodolpho Eric Moreno Dalan. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso especial e julgo prejudicado o recurso extraordinário. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0012 . Processo/Prot: 0705595-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/31004. Comarca: Londrina. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 705595-8 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado Sa, Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Maria Helena Lima Constante. Advogado: Roberto Antonio Endres, Peterson Martin Dantas. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0013 . Processo/Prot: 0717264-9/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/136943. Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 7172649-0/1 Agravo. Recorrente: Banco Banestado Sa, Banco Itau Sa. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Patricia Carla de Deus Lima. Recorrido: Roberto Anchieta de Medeiros. Advogado: Karysson Luiz Imai. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0014 . Processo/Prot: 0720542-3/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/128567. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 720542-3 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Vicente de Paula Muniz, Marines Jacoby Muniz. Advogado: Álida Mariana Van Der Laars, Marcelo de Souza, Cláudia Helena Stival. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0015 . Processo/Prot: 0722961-6/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/125146. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 722961-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Antonio Bras da Silva. Advogado: Olinto Roberto Terra, Rubens Mello David. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0016 . Processo/Prot: 0725368-7/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/169839. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 725368-7 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Jurema das Chagas. Advogado: Rubens Mello David, Olinto Roberto Terra. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 17018/11
0017 . Processo/Prot: 0726909-2/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/55741. Comarca: Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 726909-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: Bv Leasing- Arrendamento Mercantil Sa. Advogado: Angela Esser Pulzato de Paula, Carla Maria Köhler, Cristiane Ferreira Ramos. Recorrido: Vera Lucia Dranka. Advogado: Vilson Zanella Gudoski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0018 . Processo/Prot: 0727975-0/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/106039. Comarca: Foro Regional de Bocaiúva do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Única. Ação Originária: 727975-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Pinustan Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. Advogado: Marcio Ari Vendruscolo, Mauricio Obladen Aguiar. Recorrido: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Izabella Maria Medeiros e Araújo Pinto, Paulo Roberto Glaser, Marina Cerqueira Leite de Freitas Luís. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0019 . Processo/Prot: 0731468-9/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/85115. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível. Ação Originária: 731468-9 Apelação Civel. Recorrente: Banco Bradesco SA. Advogado: Marcelo Augusto Bertoni, Bruno André Souza Colodel, Rafaella Gussella de Lima. Recorrido: Luiz Marcos Rodrigues. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 13700/11
0020 . Processo/Prot: 0740247-9/01 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2011/124615, 2011/124623. Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 740247-9 Apelação Civel. Recorrente: Dalva Lanhoso Nunes. Advogado: Moyses Grinberg. Recorrido: Carlos Manoel Brain. Advogado: Milton Teodoro da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento aos recursos. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 15833/11

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.10135**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Arli Pereira de Oliveira Filho | 001 | 0625304-1/02 |
| Armando Garcia Garcia | 009 | 0698359-9/02 |
| Carlos Alberto Farracha de Castro | 001 | 0625304-1/02 |
| Carlos Roberto Scalassara | 007 | 0668888-6/02 |
| Danielle Vicente | 001 | 0625304-1/02 |
| Denio Leite Novaes Junior | 015 | 0732117-1/01 |
| Edmar José Chagas | 010 | 0700338-3/02 |
| Eduardo José Pereira Neves | 012 | 0710296-3/01 |
| Egídio Munaretto | 003 | 0652479-0/01 |
| Elen Fábia Rak Mamus | 004 | 0654041-4/01 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 008 | 0685331-6/02 |
| | 010 | 0700338-3/02 |
| | 011 | 0709980-3/02 |
| Everton Santana Alves | 006 | 0663535-0/01 |
| Frederico de Moura Theophilo | 007 | 0668888-6/02 |
| Glaucio Hashimoto | 005 | 0662257-7/01 |
| Gustavo Saldanha Suchy | 013 | 0727428-6/01 |
| Horacio Monteschio | 002 | 0641863-5/02 |
| Idevar Campaneruti | 006 | 0663535-0/01 |
| Isabela Viana Reis | 006 | 0663535-0/01 |
| Jair Antônio Wiebelling | 008 | 0685331-6/02 |
| Janaina Giozza Avila | 013 | 0727428-6/01 |
| Juliana Barrachi | 004 | 0654041-4/01 |
| Júlio Cesar Dalmolin | 008 | 0685331-6/02 |
| Levi Queiroz da Paixão | 009 | 0698359-9/02 |
| Lucas Amaral Dassan | 015 | 0732117-1/01 |
| Luciana Castaldo Colósio | 004 | 0654041-4/01 |
| Luiz Alberto Barboza | 004 | 0654041-4/01 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 008 | 0685331-6/02 |
| | 010 | 0700338-3/02 |
| | 011 | 0709980-3/02 |
| Marcelo Ricieri Pinhatari | 009 | 0698359-9/02 |
| Márcia Loreni Gund | 008 | 0685331-6/02 |
| Marcos André da Cunha | 004 | 0654041-4/01 |
| Maria Conceição da Motta | 014 | 0727460-4/01 |
| Maria do Carmo Pinhatari Ferreira | 009 | 0698359-9/02 |
| Marina de Oliveira | 006 | 0663535-0/01 |
| Mario José Narél | 001 | 0625304-1/02 |
| Mariza Helena Teixeira | 005 | 0662257-7/01 |
| Mauro Sérgio Guedes Nastari | 013 | 0727428-6/01 |
| | 015 | 0732117-1/01 |
| Maysa Rocco Stainsack | 001 | 0625304-1/02 |
| Mônica Akemi I. T. d. Aquino | 006 | 0663535-0/01 |
| Mônica Pimentel de Souza Lobo | 005 | 0662257-7/01 |
| Neilar Terezinha Lourencon | 007 | 0668888-6/02 |
| Nereu de Paula Pereira Júnior | 003 | 0652479-0/01 |
| Patrícia Adachi Diamante | 014 | 0727460-4/01 |
| Paulo Lemos | 002 | 0641863-5/02 |
| Rafael Tadeu Machado | 001 | 0625304-1/02 |
| Renata Antunes Garcia | 009 | 0698359-9/02 |
| Rita de Cássia C. d. Vasconcelos | 008 | 0685331-6/02 |
| Roberta Peralto de Oliveira | 012 | 0710296-3/01 |
| Sidney Francisco Martins | 011 | 0709980-3/02 |
| Teresa Celina de A. A. Wambier | 008 | 0685331-6/02 |
| Thiago Paiva dos Santos | 002 | 0641863-5/02 |
| Thiara Rando Bezerra Siroti | 010 | 0700338-3/02 |
| Valdir Oliveira | 011 | 0709980-3/02 |
| Vanessa Abu-Jamra F. d. Castro | 001 | 0625304-1/02 |
| Vírginia Neusa Costa Mazzucco | 013 | 0727428-6/01 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. 1º Vice-Presidente
0001 . Processo/Prot: 0625304-1/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/316473. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 625304-1 Apelação Civel. Recorrente: Francisco José Passerino Filho. Advogado: Carlos Alberto Farracha de Castro, Danielle Vicente, Vanessa Abu-Jamra Farracha de Castro, Maysa Rocco Stainsack. Recorrido (1): Elza Szeremeta Massaneiro. Def.Público: Rafael Tadeu Machado. Recorrido (2): Roberto Pereira Durski. Advogado: Arli Pereira de Oliveira Filho, Mario José Narél. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso, sem prejuízo de que os demais aspectos abordados sejam examinados pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula 292 do Supremo Tribunal Federal). Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal Superior. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0002 . Processo/Prot: 0641863-5/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/371199. Comarca: Maringá. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 641863-5 Apelação Civel. Recorrente: Silvio Magalhães Barros I I. Advogado: Paulo Lemos, Horacio Monteschio, Thiago Paiva dos Santos. Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso, com fulcro na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, remetendo a análise dos demais tópicos suscitados ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos da Súmula 292 do Supremo Tribunal Federal. Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 14377/11
0003 . Processo/Prot: 0652479-0/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2010/370159. Comarca: Palmas. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 652479-0 Apelação Civel. Recorrente: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Egídio Munaretto. Recorrido (1): Nereu de Paula Pereira Júnior. Advogado: Nereu de Paula Pereira Júnior. Recorrido (2): Alceu Saporiti Alves. Advogado: Nereu de Paula Pereira Júnior. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0004 . Processo/Prot: 0654041-4/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/5222. Comarca: Maringá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 654041-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Farmácia Regente Feijó Ltda. Advogado: Luciana Castaldo Colósio, Juliana Barrachi, Elen Fábia Rak Mamus. Recorrido: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Luiz Alberto Barboza, Marcos André da Cunha. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso. Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal Superior. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0005 . Processo/Prot: 0662257-7/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/357106. Comarca: Congonhinhas. Vara: Vara Única. Ação Originária: 662257-7 Apelação Civel. Recorrente: Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN. Advogado: Mariza Helena Teixeira, Mônica Pimentel de Souza Lobo. Recorrido: Naelcio da Silva. Advogado: Glaucio Hashimoto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso. Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0006 . Processo/Prot: 0663535-0/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/228406. Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 663535-0 Apelação Civel. Recorrente: Amarildo Lopes de Lima, Jose Cury Sahão. Advogado: Marina de Oliveira, Mônica Akemi Igarashi Thomaz de Aquino, Isabela Viana Reis. Recorrido: José Carlos Romanelli, Ilson Romanelli. Advogado: Idevar Campaneruti, Everton Santana Alves. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso. Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal Superior. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0007 . Processo/Prot: 0668888-6/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/317773. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 668888-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Central Serviços Contábeis Ltda. Advogado: Frederico de Moura Theophilo, Neilar Terezinha Lourencon. Recorrido: Município de Londrina. Advogado: Carlos Roberto Scalassara. Interessado: Exactus Administração e Participações Ltda S/c, João Bosco Mediano Nogueira, José da Silva Dutra. Advogado: Frederico de Moura Theophilo, Neilar Terezinha Lourencon. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso. Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal Superior. Curitiba, 16 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 10.898/11
0008 . Processo/Prot: 0685331-6/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/350755. Comarca: Guaraniaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 685331-6 Apelação Civel. Recorrente: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Rita de Cássia Correa de Vasconcelos, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier. Recorrido: Albari Fonseca. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso. Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal Superior. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0009 . Processo/Prot: 0698359-9/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/143648. Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 698359-9 Apelação Civel. Recorrente: Unimed de Londrina Cooperativa de Trabalho Médico. Advogado: Armando Garcia Garcia, Renata Antunes Garcia, Levi Queiroz da Paixão. Recorrido: Vicente Mendroni Neto, Regina Lavandoski Pires Mendroni. Advogado: Maria do Carmo Pinhatari Ferreira, Marcelo Ricieri Pinhatari. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso, submetendo à análise do Superior Tribunal de Justiça os demais pontos levantados, nos termos da Súmula 292 do Supremo Tribunal Federal. Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, encaminhem-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0010 . Processo/Prot: 0700338-3/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/224383. Comarca: Nova Esperança. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 700338-3 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itau Sa. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Percivaldo Antonio Carlos Rossato. Advogado: Edmar José Chagas, Thiara Rando Bezerra Siroti. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso, com fulcro na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, remetendo a análise dos demais tópicos suscitados ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos da Súmula 292 do Supremo Tribunal Federal. Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0011 . Processo/Prot: 0709980-3/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/53270. Comarca: Pérola. Vara: Vara Única. Ação Originária: 709980-3 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA. Advogado: Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier. Recorrido: Rosa Maria Schmidt. Advogado: Valdir Oliveira, Sidney Francisco Martins. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso, com fulcro na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, remetendo a análise dos demais tópicos suscitados ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos da Súmula 292 do Supremo Tribunal Federal. Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 14676/11
0012 . Processo/Prot: 0710296-3/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/85448. Comarca: Mandaguaçu. Vara: Vara Única. Ação Originária: 710296-3 Apelação Civel. Recorrente: Banco do Brasil SA. Advogado: Eduardo José Pereira Neves. Recorrido: Amaury Gabriel Filho, Silvana Aparecida de Oliveira Gabriel, Vanderlei Gabriel, Renata Cristina Carbone Gabriel. Advogado: Roberta Peralto de Oliveira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso. Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal Superior. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0013 . Processo/Prot: 0727428-6/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/131921. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 20ª Vara Cível. Ação Originária: 727428-6 Apelação Civel. Recorrente: Marilsa Isabel Pedroso Jacob. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Recorrido: Banco Itaucard Sa. Advogado: Vírginia Neusa Costa Mazzucco, Gustavo Saldanha Suchy, Janaina Giozza Avila. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso. Publique-se e, após cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0014 . Processo/Prot: 0727460-4/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/129645. Comarca: Londrina. Vara: 8ª Vara Cível. Ação Originária: 727460-4 Apelação Civel. Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp. Advogado: Maria Conceição da Motta. Recorrido: Erzida Benati. Advogado: Patrícia Adachi Diamante. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso, sem prejuízo de que os demais aspectos abordados sejam examinados pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula 292 do Supremo Tribunal Federal). Publique-se e, após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal Superior. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16855/11
0015 . Processo/Prot: 0732117-1/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/149804. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 732117-1 Apelação Civel. Recorrente: Mari Lucia de Oliveira. Advogado: Mauro Sérgio Guedes Nastari. Recorrido: Banco Bradesco SA. Advogado: Denio Leite Novaes Junior, Lucas Amaral Dassan. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, admito o recurso. Publique-se. Curitiba, 22 setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.10134**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adriano Michalczeszen Correia | 006 | 0687867-9/01 |
| Albadilo Silva Carvalho | 009 | 0702174-7/01 |
| Alessandro Moreira do Sacramento | 003 | 0677374-6/02 |
| Alexandre José Garcia de Souza | 013 | 0717500-0/02 |
| Aline Cristina Coleto | 009 | 0702174-7/01 |
| Astrogildo Ribeiro da Silva | 017 | 0730729-3/02 |
| Bruno Fabrício Lobo Pacheco | 005 | 0687085-7/02 |
| Carlos Eduardo Quadros Domingos | 005 | 0687085-7/02 |
| Celso da Cruz | 001 | 0508681-7/03 |
| Cibele Koehler Cabral | 016 | 0728124-7/02 |
| Cila Viana Pereira | 006 | 0687867-9/01 |
| Crisaine Miranda Grespan | 020 | 0769291-9/03 |
| Daniel Hachem | 007 | 0688736-3/02 |
| Denio Leite Novaes Junior | 010 | 0703075-3/01 |
| Eladio Prados Junior | 016 | 0728124-7/02 |
| Evaristo Aragão F. d. Santos | 017 | 0730729-3/02 |
| Fabiano Kleber Moreno Dalan | 012 | 0714871-2/01 |
| Fábio Henrique Garcia de Souza | 013 | 0717500-0/02 |
| Fábio Martins Pereira | 012 | 0714871-2/01 |
| | 019 | 0740428-4/01 |

| | | |
|---|---|---|
| Fernanda Simões Viotto | 019 | 0740428-4/01 |
| Flávio Santanna Valgas | 011 | 0706492-6/01 |
| Gustavo Aydar de Brito | 010 | 0703075-3/01 |
| Hamilton José Oliveira | 020 | 0769291-9/03 |
| Hélio Esteves do Nascimento | 015 | 0726563-6/01 |
| Isabella Santiago de Jesus | 005 | 0687085-7/02 |
| Ivo Marcos de Oliveira Tauil | 004 | 0682705-4/03 |
| Jair Antônio Wiebelling | 007 | 0688736-3/02 |
| Janaina Rovaris | 009 | 0702174-7/01 |
| Jiomar José Turin Filho | 008 | 0698151-3/01 |
| João Rodrigues de Oliveira | 002 | 0648582-3/02 |
| | 019 | 0740428-4/01 |
| José Ari Matos | 013 | 0717500-0/02 |
| José Carlos Martins Pereira | 012 | 0714871-2/01 |
| Júlio Cezar Engel dos Santos | 011 | 0706492-6/01 |
| Karine de Paula Pedlowski | 005 | 0687085-7/02 |
| Lauro Fernando Zanetti | 014 | 0723896-8/02 |
| Luis Gonzaga de Oliveira Aguiar | 006 | 0687867-9/01 |
| Luís Oscar Six Botton | 009 | 0702174-7/01 |
| Luiz Carlos do Nascimento | 012 | 0714871-2/01 |
| Luiz Celso Branco | 016 | 0728124-7/02 |
| Luiz Rodrigues Wambier | 017 | 0730729-3/02 |
| Marcelo Sérgio Pereira | 006 | 0687867-9/01 |
| Marcelo Tesheiner Cavassani | 003 | 0677374-6/02 |
| Márcia Loreni Gund | 007 | 0688736-3/02 |
| Marcus Vinícius Bossa Grassano | 002 | 0648582-3/02 |
| Maria José Stanzani | 010 | 0703075-3/01 |
| Moyses Cardeal da Costa | 004 | 0682705-4/03 |
| Odecio Aparecido Trevisan | 001 | 0508681-7/03 |
| Patricia Carla de Deus Lima | 017 | 0730729-3/02 |
| Patricia Pontaroli Jansen | 011 | 0706492-6/01 |
| Patrícia Ribeiro P. d. C. Freitas | 019 | 0740428-4/01 |
| Paulo Fernando Paz Alarcon | 004 | 0682705-4/03 |
| Paulo Henrique Gardemann | 019 | 0740428-4/01 |
| Paulo Roberto Gomes | 014 | 0723896-8/02 |
| | 017 | 0730729-3/02 |
| Paulo Vinicio Fortes Filho | 016 | 0728124-7/02 |
| Paulo Wagner Castanho | 004 | 0682705-4/03 |
| Rafael de Lima Felcar | 011 | 0706492-6/01 |
| Reginaldo Caselato | 017 | 0730729-3/02 |
| Renato Golba | 003 | 0677374-6/02 |
| Ricardo Furlan | 018 | 0733979-5/01 |
| Roberta Carvalho de Rosis | 013 | 0717500-0/02 |
| Rodolpho Eric Moreno Dalan | 012 | 0714871-2/01 |
| Rodrigo Rodrigues da Costa | 018 | 0733979-5/01 |
| Ronaldo Gusmão | 015 | 0726563-6/01 |
| Rosa Daum Machado | 016 | 0728124-7/02 |
| Silvio Martins Vianna | 008 | 0698151-3/01 |
| Tirone Cardoso de Aguiar | 002 | 0648582-3/02 |
| | 019 | 0740428-4/01 |
| Valter Francisco da Silva | 007 | 0688736-3/02 |
| Vantuir Amilson Guimarães | 009 | 0702174-7/01 |
| Willian Train Júnior | 019 | 0740428-4/01 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. 1º Vice-Presidente
0001 . Processo/Prot: 0508681-7/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/233775. Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 508681-7 Apelação Civel. Recorrente: Espólio de Francisco Ferreira da Silva. Advogado: Odecio Aparecido Trevisan. Recorrido: Espólio de Egydio Cruz. Advogado: Celso da Cruz. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0002 . Processo/Prot: 0648582-3/02 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2011/74497, 2011/74503. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 648582-3 Apelação Civel. Recorrente: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Marcus Vinícius Bossa Grassano. Recorrido: Amelia Tozzetti (maior de 60 anos). Advogado: João Rodrigues de Oliveira, Tirone Cardoso de Aguiar. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso especial e julgo prejudicado o recurso extraordinário. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0003 . Processo/Prot: 0677374-6/02 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2011/62715, 2011/62740. Comarca: Sengés. Vara: Vara Única. Ação Originária: 677374-6 Apelação Civel. Recorrente: Banco Volkswagen SA. Advogado: Marcelo Tesheiner Cavassani, Alessandro Moreira do Sacramento. Recorrido: Aderaldo Francisco Santos. Advogado: Renato Golba. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento aos recursos. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 13011/11
0004 . Processo/Prot: 0682705-4/03 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2010/348688, 2010/348692. Comarca: Paranavaí. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 682705-4 Agravo de Instrumento. Recorrente: Cledio Rezende Mendes, Pedronilda Ribeiro Ferreira, Edmilson Miguel de Souza, Elcia Suguino Yamakawa, Gilson Ropellato, Paulo Cesar de Oliveira, Paulo Roberto de Castilho, Welington Roberto Malachini, Yukiyoshi Tokuzumi. Advogado: Moyses Cardeal da Costa, Paulo Wagner Castanho, Ivo Marcos de Oliveira Tauil. Recorrido: Caixa de Previdência dos Funcionarios do Banco do Brasil. Advogado: Paulo Fernando Paz Alarcon. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso especial, e determino o sobrestamento do recurso extraordinário. Certifique-se a suspensão do recurso extraordinário nos autos e publique-se. Curitiba, 16 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0005 . Processo/Prot: 0687085-7/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/402404. Comarca: Lapa. Vara: Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial. Ação Originária: 687085-7 Agravo de Instrumento. Recorrente: Andre Bubniak Montrucchio. Advogado: Isabella Santiago de Jesus, Carlos Eduardo Quadros Domingos. Recorrido: Banco do Brasil S/a. Advogado: Bruno Fabrício Lobo Pacheco, Karine de Paula Pedlowski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 11981/11
0006 . Processo/Prot: 0687867-9/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/376613. Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 687867-9 Apelação Civel. Recorrente: Divonsir Ferreira da Silva. Advogado: Marcelo Sérgio Pereira. Recorrido: João Elizaldo de Paula Pereira, Aparecida de Moya Pereira. Advogado: Adriano Michalczeszen Correia, Luis Gonzaga de Oliveira Aguiar. Interessado: Marco Roberto Medeiros Carlo. Advogado: Cila Viana Pereira. Interessado: Comércio de Gêneros Alimentícios Mandijuba Ltda. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 13.280/11
0007 . Processo/Prot: 0688736-3/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/422785. Comarca: Campo Mourão. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 688736-3 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Bradesco SA. Advogado: Daniel Hachem. Recorrido: Manassés Industria e Comércio de Chocolates Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund, Valter Francisco da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0008 . Processo/Prot: 0698151-3/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/115659. Comarca: Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 698151-3 Apelação Civel. Recorrente: Tech Park Estacionamento Ltda. Advogado: Silvio Martins Vianna. Recorrido: Castelo Participaçoes Ltda. Advogado: Jiomar José Turin Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0009 . Processo/Prot: 0702174-7/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/28106. Comarca: Londrina. Vara: 10ª Vara Cível. Ação Originária: 702174-7 Apelação Civel. Recorrente: Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. Advogado: Luís Oscar Six Botton, Janaina Rovaris, Aline Cristina Coleto, Albadilo Silva Carvalho. Recorrido: Homero Alves Silva. Advogado: Vantuir Amilson Guimarães. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0010 . Processo/Prot: 0703075-3/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/69951. Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 703075-3 Apelação Civel. Recorrente: Banco Bradesco SA. Advogado: Denio Leite Novaes Junior, Maria José Stanzani. Recorrido: Auto Posto Águia Vi Ltda, Sérgio Goes de Oliveira. Advogado: Gustavo Aydar de Brito. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0011 . Processo/Prot: 0706492-6/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/57691. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 706492-6 Apelação Civel. Recorrente: Banco Finasa Sa. Advogado: Patricia Pontaroli Jansen, Flávio Santanna Valgas. Recorrido: Luiz Carlos Feijó. Advogado: Júlio Cezar Engel dos Santos, Rafael de Lima Felcar. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0012 . Processo/Prot: 0714871-2/01 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2011/120976, 2011/120986. Comarca: Londrina. Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 714871-2 Apelação Civel. Recorrente: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Luiz Carlos do Nascimento, José Carlos Martins Pereira, Fábio Martins Pereira. Recorrido: Espólio de Antônio Martins. Advogado:

Rodolpho Eric Moreno Dalan, Fabiano Kleber Moreno Dalan. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso especial e julgo prejudicado o recurso extraordinário. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0013 . Processo/Prot: 0717500-0/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/135828. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 18ª Vara Cível. Ação Originária: 717500-0 Apelação Civel. Recorrente: Brasil Telecom Sa. Advogado: Alexandre José Garcia de Souza, Fábio Henrique Garcia de Souza, Roberta Carvalho de Rosis. Recorrido: Odalício Crispino da Silva. Advogado: José Ari Matos. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 15082/11
0014 . Processo/Prot: 0723896-8/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/20930. Comarca: Londrina. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 723896-8 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Banestado SA, Banco Itaú SA. Advogado: Lauro Fernando Zanetti. Recorrido: Cíntia Libanio da Silva, Marcos Júnior Libanio da Silva. Advogado: Paulo Roberto Gomes. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0015 . Processo/Prot: 0726563-6/01 Recurso Extraordinário Cível
. Protocolo: 2011/102060. Comarca: Londrina. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 726563-6 Apelação Civel e Reexame Necessario. Recorrente: Américo Sambatti (maior de 60 anos), Antonio Bacarin (maior de 60 anos), José Carlos Abraão (maior de 60 anos). Advogado: Hélio Esteves do Nascimento. Recorrido: Caixa de Assistência Aposentadoria e Pensões dos Servidores dos Servidores Municipais de Londrina Caapsml. Advogado: Ronaldo Gusmão. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso ante a falta de demonstração da repercussão geral. Publique-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0016 . Processo/Prot: 0728124-7/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/155955. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 728124-7 Agravo de Instrumento. Recorrente: L C Branco Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Luiz Celso Branco, Rosa Daum Machado. Recorrido: Município de Curitiba. Advogado: Eladio Prados Junior, Paulo Vinicio Fortes Filho, Cibele Koehler Cabral. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 17520/11
0017 . Processo/Prot: 0730729-3/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/171349. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 730729-3 Agravo de Instrumento. Recorrente: Banco Itaú SA, Banco Banestado SA. Advogado: Luiz Rodrigues Wambier, Patricia Carla de Deus Lima, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos. Recorrido: Maria de Fatima Meyer Costa (maior de 60 anos). Advogado: Paulo Roberto Gomes, Reginaldo Caselato, Astrogildo Ribeiro da Silva. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0018 . Processo/Prot: 0733979-5/01 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2011/143778, 2011/143785. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 733979-5 Apelação Civel. Recorrente: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Rodrigo Rodrigues da Costa. Recorrido: Amaro José de Moura (maior de 60 anos), Josias Lima da Silva (maior de 60 anos). Advogado: Ricardo Furlan. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso especial e julgo prejudicado o recurso extraordinário. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0019 . Processo/Prot: 0740428-4/01 Recurso Extraordinário/Especial Cível
. Protocolo: 2011/117363, 2011/117365. Comarca: Londrina. Vara: 4ª Vara Cível. Ação Originária: 740428-4 Apelação Civel. Recorrente: Sercomtel SA Telecomunicações. Advogado: Paulo Henrique Gardemann, Patrícia Ribeiro Pozzi de Carvalho Freitas, Fábio Martins Pereira, Fernanda Simões Viotto, Willian Train Júnior. Recorrido: Valdeir Martins. Advogado: João Rodrigues de Oliveira, Tirone Cardoso de Aguiar. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso especial e julgo prejudicado o recurso extraordinário. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0020 . Processo/Prot: 0769291-9/03 Recurso Extraordinário Cível
. Protocolo: 2011/207163. Comarca: Cianorte. Vara: Vara Cível. Ação Originária: 769291-9 Apelação Civel. Recorrente: Adão Antonio Nascimento (maior de 60 anos), Florisa Maria Marcondes (maior de 60 anos), João Borniotti (maior de 60 anos), Maria Estevam Jaques, Mauricio Ezequiel da Silva (maior de 60 anos), Nelson Granzotto, Noemia de Oliveira Freitas, Odair Gomes de Morais, Terezinha Rodrigues do Nascimento (maior de 60 anos), Vanda de Lima Rodrigues. Advogado: Crisaine Miranda Grespan. Recorrido: Copel Distribuição Sa. Advogado: Hamilton José Oliveira. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

**Div. Rec. Tribunais Superiores**
**Relação No. 2011.10126**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Adriana Berno | 015 | 0689202-6/01 |
| Adriana Mikrut Ribeiro de Godoy | 006 | 0603909-2/02 |
| Alessandro Marcelo Moro Réboli | 001 | 0436957-5/01 |
| Alexander Roberto Alves Valadão | 012 | 0674843-4/02 |
| Alexandre Postiglione Bührer | 019 | 0731742-0/03 |
| Altivo Augusto Alves Meyer | 006 | 0603909-2/02 |
| Ana Carolina Kasprzak Zarpelon | 019 | 0731742-0/03 |
| Ana Elisa Perez Souza | 017 | 0703993-6/02 |
| Annete Cristina de Andrade Gaio | 002 | 0505083-9/03 |
| Antônio Augusto Grellert | 017 | 0703993-6/02 |
| Antonio Carlos Mangialardo Júnior | 009 | 0641959-6/01 |
| Antônio Celso C. d. Albuquerque | 018 | 0717608-1/02 |
| Antonio Lu | 012 | 0674843-4/02 |
| Bárbara Letícia de Souza Spagnolo | 008 | 0629666-2/02 |
| Bruno Fernando Martins Migliozzi | 010 | 0642651-9/02 |
| Carla Margot Machado Seleme | 004 | 0588561-4/02 |
| | 006 | 0603909-2/02 |
| Carlos Frederico M. d. S. Filho | 017 | 0703993-6/02 |
| Cassiano Luiz Iurk | 001 | 0436957-5/01 |
| César Augusto de França | 020 | 0731956-4/01 |
| Charles Miguel dos Santos Tavares | 013 | 0681238-4/02 |
| Edgard Luiz C. d. Albuquerque | 018 | 0717608-1/02 |
| Elaine Mônica Molin | 020 | 0731956-4/01 |
| Elizeu Luciano de Almeida Furquim | 012 | 0674843-4/02 |
| Ernesto Alessandro Tavares | 004 | 0588561-4/02 |
| Fabiane Cristina Seniski | 006 | 0603909-2/02 |
| Fernando Menegueti Chaparro | 007 | 0626584-3/01 |
| Flávio Luiz Fonseca Nunes Ribeiro | 004 | 0588561-4/02 |
| Gabriela de Paula Soares | 001 | 0436957-5/01 |
| Glauco Iwersen | 008 | 0629666-2/02 |
| Greici Mary do Prado | 007 | 0626584-3/01 |
| Ihgor Jean Rego | 014 | 0682393-4/02 |
| Isabella Maria B. L. d. Amaral | 011 | 0661556-1/03 |
| Jair Antônio Wiebelling | 016 | 0692907-1/01 |
| Jairo Antonio Gonçalves Filho | 009 | 0641959-6/01 |
| Jamil Josepetti Junior | 009 | 0641959-6/01 |
| João Leonel Antocheski | 019 | 0731742-0/03 |
| Joe Tennyson Velo | 004 | 0588561-4/02 |
| Joel Henrique Melnik | 003 | 0588285-9/02 |
| Joel Samways Neto | 004 | 0588561-4/02 |
| José Antônio de Andrade Alcântara | 008 | 0629666-2/02 |
| José Campos de Andrade Filho | 011 | 0661556-1/03 |
| José Dolmiro de Andrade Alcântara | 008 | 0629666-2/02 |
| José Edgard da Cunha Bueno Filho | 016 | 0692907-1/01 |
| Kelly Kruger Carvalho | 015 | 0689202-6/01 |
| Lacir Guarenghi | 013 | 0681238-4/02 |
| Lázara Daniele Guidio Biondo | 011 | 0661556-1/03 |

| | | |
|---|---|---|
| Leonel Domingues | 011 | 0661556-1/03 |
| Luiz Eduardo Dluhosch | 007 | 0626584-3/01 |
| Manuel Pedro Mengelberg Junior | 003 | 0588285-9/02 |
| Marcelo Ricardo de S. Marcelino | 013 | 0681238-4/02 |
| Márcia Loreni Gund | 016 | 0692907-1/01 |
| Márcio Alexandre Cavenague | 018 | 0717608-1/02 |
| Mariana Grazziotin Carniel | 006 | 0603909-2/02 |
| Mário Marcondes Nascimento | 020 | 0731956-4/01 |
| Mário Rogério Dias | 015 | 0689202-6/01 |
| Mariza Carla Güis | 011 | 0661556-1/03 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 008 | 0629666-2/02 |
| | 018 | 0717608-1/02 |
| Nei Carvalho da Silva | 009 | 0641959-6/01 |
| Odacyr Carlos Prigol | 013 | 0681238-4/02 |
| Odilon Brandão Pontes | 002 | 0505083-9/03 |
| Oksana Paludzyszyn Meister | 013 | 0681238-4/02 |
| Olívio Horácio Rodrigues Ferraz | 015 | 0689202-6/01 |
| Oscarina Santana da Silva | 009 | 0641959-6/01 |
| Osli de Souza Machado | 012 | 0674843-4/02 |
| Paulo Fernando Paz Alarcon | 005 | 0595585-5/01 |
| Paulo Henrique Berehulka | 017 | 0703993-6/02 |
| Pedro Carlos Martello | 003 | 0588285-9/02 |
| Pio Carlos Freiria Junior | 014 | 0682393-4/02 |
| Rafael Augusto Buch Jacob | 017 | 0703993-6/02 |
| Ricardo Magnaboschi Villaça | 016 | 0692907-1/01 |
| Roberto Altheim | 006 | 0603909-2/02 |
| Rodrigo Marco Lopes de Sehli | 002 | 0505083-9/03 |
| Rodrigo Mendes dos Santos | 006 | 0603909-2/02 |
| Rosangela Arizza Majon Mancini | 011 | 0661556-1/03 |
| Rosangela Dias Guerreiro | 020 | 0731956-4/01 |
| Samir Naouaf Halabi | 015 | 0689202-6/01 |
| Suzane Marie Zawadzki | 001 | 0436957-5/01 |
| Trajano Bastos de O. N. Friedrich | 008 | 0629666-2/02 |
| Ubirajara Ayres Gasparin | 004 | 0588561-4/02 |
| | 006 | 0603909-2/02 |
| Valdecyr Borges | 005 | 0595585-5/01 |
| Waldemar Ernesto Feiertag Junior | 010 | 0642651-9/02 |
| William Cantuária da Silva | 014 | 0682393-4/02 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. 1º Vice-Presidente
0001 . Processo/Prot: 0436957-5/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2008/14964. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 436957-5 Apelação Cível. Recorrente: Paranaprevidencia Serviço Social Autônomo. Advogado: Cassiano Luiz Iurk, Suzane Marie Zawadzki. Recorrido: Antonio Rosa da Silva (maior de 60 anos). Advogado: Alessandro Marcelo Moro Réboli. Interessado: Estado do Paraná. Advogado: Gabriela de Paula Soares. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0002 . Processo/Prot: 0505083-9/03 Recurso Extraordinário Cível
. Protocolo: 2011/207059. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 505083-9 Apelação Cível. Recorrente: Paranaprevidencia Serviço Social Autônomo. Advogado: Rodrigo Marco Lopes de Sehli. Recorrido: Diclei Mellinger, Gezeuda Arrais Ikeda Barreto, Marcos Souza, José Marcos Pereira, Fernando Silveira Picheth, Ney Regattiere Nascimento, Orlando Sanchez, Nelson de Castro Junior, Mario Ehalt Lopes, Celina Regina Chbior, Luiz Vasco Costa Negraes (maior de 60 anos), Ligia Antunes Barbosa, Cesar Joarez Faria Branco, Rikia Himauari, Avelino Ricardo Hass, Moacyr Jorge (maior de 60 anos), Antonio Augusto de Arruda Silveira (maior de 60 anos), Felicia Cordeiro, Bernadette Chavert Machado, Odilon Brandão Pontes. Advogado: Odilon Brandão Pontes. Interessado: Estado do Paraná. Advogado: Annete Cristina de Andrade Gaio. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 18.527/11
0003 . Processo/Prot: 0588285-9/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/327879. Comarca: Paranaguá. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 588285-9 Apelação Cível. Recorrente: Luiz Hecke. Advogado: Joel Henrique Melnik, Manuel Pedro Mengelberg Junior. Recorrido: Município de Paranaguá. Advogado: Pedro Carlos Martello. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 14181/11
0004 . Processo/Prot: 0588561-4/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/238604. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 588561-4 Ação Rescisória. Recorrente: Estado do Paraná. Advogado: Ubirajara Ayres Gasparin, Carla Margot Machado Seleme, Flávio Luiz Fonseca Nunes Ribeiro, Joe Tennyson Velo, Joel Samways Neto. Recorrido: Ernesto Alessandro Tavares. Advogado: Ernesto Alessandro Tavares. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0005 . Processo/Prot: 0595585-5/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/111795. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 595585-5 Apelação Civel. Recorrente: Caixa de Previdência dos Funcionarios do Banco do Brasil. Advogado: Paulo Fernando Paz Alarcon. Recorrido: Wilma Helena Ricci Passarini. Advogado: Valdecyr Borges. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16513/11
0006 . Processo/Prot: 0603909-2/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/64373. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Ação Originária: 603909-2 Agravo de Instrumento. Recorrente: Farmácia e Drogaria Nissei Ltda. Advogado: Rodrigo Mendes dos Santos, Mariana Grazziotin Carniel, Altivo Augusto Alves Meyer. Recorrido: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Roberto Altheim, Ubirajara Ayres Gasparin, Carla Margot Machado Seleme, Fabiane Cristina Seniski, Adriana Mikrut Ribeiro de Godoy. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0007 . Processo/Prot: 0626584-3/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/233138. Comarca: Paranavaí. Vara: Vara Infância, Juventude, Família e Anexos. Ação Originária: 626584-3 Reexame Necessário. Recorrente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Advogado: Fernando Menegueti Chaparro, Luiz Eduardo Dluhosch. Recorrido: Enos Floriano Martins. Advogado: Greici Mary do Prado. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao Recurso Especial. Publique-se e, oportunamente, voltem à Câmara de origem. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0008 . Processo/Prot: 0629666-2/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/87852. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 629666-2 Apelação Civel. Recorrente: Leocádia Kochinski Tabor (maior de 60 anos). Advogado: José Antônio de Andrade Alcântara, Bárbara Letícia de Souza Spagnolo, José Dolmiro de Andrade Alcântara. Recorrido: Hsbc Seguros (brasil) S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich, Glauco Iwersen. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 13.997/11
0009 . Processo/Prot: 0641959-6/01 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2010/142429. Comarca: Mandaguari. Vara: Vara Única. Ação Originária: 641959-6 Apelação Civel. Recorrente: Rcj Agropecuária Ltda, Carlos Alberto Campos de Oliveira, Tânia Regina Farinazzo Campos de Oliveira. Advogado: Antonio Carlos Mangialardo Júnior, Nei Carvalho da Silva, Oscarina Santana da Silva. Recorrido: Hsbc Bank Brasil SA Banco Multiplo. Advogado: Jamil Josepetti Junior, Jairo Antonio Gonçalves Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0010 . Processo/Prot: 0642651-9/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/3623. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 642651-9 Apelação Civel. Recorrente: Unimed Foz do Iguaçu - Cooperativa de Trabalho Médico. Advogado: Waldemar Ernesto Feiertag Junior. Recorrido: Irio Damian Preve. Advogado: Bruno Fernando Martins Migliozzi. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0011 . Processo/Prot: 0661556-1/03 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/78362. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 19ª Vara Cível. Ação Originária: 661556-1 Agravo de Instrumento. Recorrente: Associação de Ensino Antonio Luis. Advogado: José Campos de Andrade Filho, Rosangela Arizza Majon Mancini, Mariza Carla Güis, Isabella Maria Bidart Lima do Amaral. Recorrido: Lavoro Factoring Ltda. Advogado: Leonel Domingues, Lázara Daniele Guidio Biondo. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 13 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente
0012 . Processo/Prot: 0674843-4/02 Recurso Especial Cível
. Protocolo: 2011/37601. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 674843-4 Apelação Civel. Recorrente: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Advogado: Osli de Souza Machado, Elizeu Luciano de Almeida Furquim, Alexander Roberto Alves Valadão. Recorrido: Han Chang Hsiang. Advogado: Antonio Lu. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 14548/11

0013 . Processo/Prot: 0681238-4/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/101901. Comarca: Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 681238-4 Apelação Civel. Recorrente: Imóveis Bassoli Ltda. Advogado: Oksana Paludzyszyn Meister, Lacir Guarenghi, Odacyr Carlos Prigol. Recorrido: João Carlos Dalla Chiesa, Jureni Nascimento Gomes Dalla Chiesa. Advogado: Charles Miguel dos Santos Tavares, Marcelo Ricardo de Souza Marcelino. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

ESTADO DO PARANÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA ASSESSORIA DE RECURSOS RECURSO ESPECIAL CÍVEL Nº 681.238-4/02 RECORRENTE: IMÓVEIS BASSOLI LTDA. RECORRIDOS: JOÃO CARLOS DALLA CHIESA E OUTRA 1. Renumerem-se os autos, a partir da f. 300. 2. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 13498/11

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0014 . Processo/Prot: 0682393-4/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/52047. Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível. Ação Originária: 682393-4 Apelação Civel. Recorrente: Safra Leasing SA Arrendamento Mercantil. Advogado: Pio Carlos Freiria Junior. Recorrido: Transportadora Barroso Ltda. Advogado: William Cantuária da Silva, Ihgor Jean Rego. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 12256/11

0015 . Processo/Prot: 0689202-6/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2010/405261. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 689202-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Hsbc Bank Brasil Sa - Banco Múltiplo. Advogado: Olívio Horácio Rodrigues Ferraz, Kelly Kruger Carvalho, Samir Naouaf Halabi. Recorrido: Gedson Flesch. Advogado: Mário Rogério Dias, Adriana Berno. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0016 . Processo/Prot: 0692907-1/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2010/389280. Comarca: Cascavel. Vara: 3ª Vara Cível. Ação Originária: 692907-1 Apelação Civel. Recorrente: Betacred Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho. Interessado: Serasa S A. Advogado: Ricardo Magnaboschi Villaça. Recorrido: Posto Brasil Ltda. Advogado: Jair Antônio Wiebelling, Márcia Loreni Gund. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 11962/11

0017 . Processo/Prot: 0703993-6/02 Recurso Extraordinário/Especial Cível

. Protocolo: 2011/78348, 2011/78350. Comarca: Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 703993-6 Agravo de Instrumento. Recorrente: Ronconi Indústria e Comércio de Móveis e Colchões Ltda. Advogado: Antônio Augusto Grellert, Paulo Henrique Berehulka, Rafael Augusto Buch Jacob. Recorrido: Fazenda Pública do Estado do Paraná. Advogado: Ana Elisa Perez Souza, Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso especial e determino o sobrestamento do recurso extraordinário, até pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal. 5. Certifique-se a suspensão nos autos (artigo 1º, § 3º, da Resolução n. 8/2008). Publique-se. Curitiba, 16 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 15514/11

0018 . Processo/Prot: 0717608-1/02 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/123559. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 15ª Vara Cível. Ação Originária: 717608-1 Apelação Civel. Recorrente: Sul América Seguros de Vida e Previdência S/a. Advogado: Milton Luiz Cleve Küster, Márcio Alexandre Cavenague. Recorrido: Vilson Stall, Alcides Bitencourt Pereira, Gildo José Maria Sobrinho, Marinho Dias, Oliva Belin Dias, Tania O'hara Azevedo Lima. Advogado: Edgard Luiz Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Celso Cavalcanti de Albuquerque. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16436/11

0019 . Processo/Prot: 0731742-0/03 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/84791. Comarca: Ponta Grossa. Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 731742-0 Agravo de Instrumento. Recorrente: Vms e Jms Instalações Elétricas Ltda. Advogado: Alexandre Postiglione Bührer, Ana Carolina Kasprzak Zarpelon. Recorrido: Banco Bradesco SA. Advogado: João Leonel Antocheski. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente

0020 . Processo/Prot: 0731956-4/01 Recurso Especial Cível

. Protocolo: 2011/127010. Comarca: Ribeirão do Pinhal. Vara: Vara Única. Ação Originária: 731956-4 Apelação Civel. Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros Sa. Advogado: Rosangela Dias Guerreiro, César Augusto de França. Recorrido: Ana de Marinho, Geny Barrozo de Lima, Gessi Mamedes Ferreira, Ivanilde Marinho, Izuardo Celestino, Judith Caetano Marinho, Sérgio Moreira, Vilma Marinho. Advogado: Elaine Mônica Molin, Mário Marcondes Nascimento. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. Des. MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO 1º Vice-Presidente 16028/11

# Processos do Órgão Especial

**Divisão do Órgão Especial**
**Pauta de Julgamento do dia 07/10/2011 13:30**
**Sessão Ordinária - Órgão Especial**
**Relação No. 2011.10065 de Publicação**

---

**Pauta de Julgamento da sessão ordinária do Órgão Especial a realizar-se em 07/10/2011 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes.**

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO


| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Alexandre Augusto Fier | 006 | 0698271-0/02 |
| Alexandre Hauly Camargo | 014 | 0705823-7 |
| Alexandre Toscano de Castro | 009 | 0804881-7/01 |
| Andréa Pastuch Carneiro | 001 | 0138929-3 |
| Angela Mussiau Yamasaki de Rossi | 018 | 0623467-5/01 |
| Annete Cristina de Andrade Gaio | 013 | 0768046-0 |
| Audrey Silva Kyt | 006 | 0698271-0/02 |
| Augusto Pastuch de Almeida | 001 | 0138929-3 |
| Benoît Scandelari Bussmann | 015 | 0787321-0 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 005 | 0662622-4/01 |
| Bruno Luis Marques Hapner | 010 | 0641625-5 |
| Camila Ramos Moreira | 015 | 0787321-0 |
| Carlos Augusto Antunes | 001 | 0138929-3 |
| | 018 | 0623467-5/01 |
| Carlos Frederico M. d. S. Filho | 018 | 0623467-5/01 |
| Carlos Pzebeowski | 016 | 0655461-0/02 |
| Carolina Kummer Trevisan | 017 | 0701530-1/02 |
| Cássio Djalma Silva Chiappin | 012 | 0770140-4 |
| Cerino Lorenzetti | 008 | 0777815-4/02 |
| Cinthia Alferes Chueire | 019 | 0779473-4 |
| Cláudia Beeck Moreira de Souza | 010 | 0641625-5 |
| Cleide Rosecler Kazmierski | 014 | 0705823-7 |
| Cristiano Buratto | 014 | 0705823-7 |
| Daniele Alves | 007 | 0548777-0/01 |
| Dulce Esther Kairalla | 001 | 0138929-3 |
| Edemar Hanusch | 013 | 0768046-0 |
| Fernanda Andreazza | 019 | 0779473-4 |
| Fernando Martins da Silva | 009 | 0804881-7/01 |
| Fernando Previdi Motta | 015 | 0787321-0 |
| Fernando Ribas | 007 | 0548777-0/01 |
| Francisco d. A. d. R. M. R. Júnior | 020 | 0782732-3 |
| Francisco Deradi | 009 | 0804881-7/01 |
| Francisco Luís Hipólito Galli | 002 | 0677128-4 |
| Gabriela de Paula Soares | 013 | 0768046-0 |
| Graciela Iurk Marins | 001 | 0138929-3 |
| Gustavo de Almeida Flessak | 001 | 0138929-3 |
| Gustavo Vieira Rossi | 011 | 0676691-8 |
| Ivan Lelis Bonilha | 014 | 0705823-7 |
| Jacinto Nelson de M. Coutinho | 011 | 0676691-8 |
| Jaime Pego Siqueira | 006 | 0698271-0/02 |
| Jair Antônio Wiebelling | 005 | 0662622-4/01 |
| Jaqueline do Espírito S. Patruni | 018 | 0623467-5/01 |
| João Paulo Rodrigues de Lima | 014 | 0705823-7 |
| João Rafael de Oliveira | 020 | 0782732-3 |
| Jorge Luis Ribeiro Rezende | 011 | 0676691-8 |
| José Antônio Faria de Brito | 004 | 0743646-4 |
| Juliana Stoppa Aragon | 013 | 0768046-0 |
| Júlio Cesar Dalmolin | 005 | 0662622-4/01 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 001 | 0138929-3 |
| | 002 | 0677128-4 |
| | 003 | 0741468-2/01 |
| | 008 | 0777815-4/02 |
| | 009 | 0804881-7/01 |
| | 010 | 0641625-5 |
| | 011 | 0676691-8 |
| | 012 | 0770140-4 |
| | 013 | 0768046-0 |
| | 015 | 0787321-0 |
| | 016 | 0655461-0/02 |
| | 017 | 0701530-1/02 |
| | 018 | 0623467-5/01 |
| Karina Ayumi Tanno | 014 | 0705823-7 |
| Kennedy Machado | 015 | 0787321-0 |
| Leonardo Franco de Brito | 004 | 0743646-4 |
| Ligia Franco de Brito | 004 | 0743646-4 |
| Lucas Bunki Linzmayer Otsuka | 019 | 0779473-4 |
| Luis Roberto Ahrens | 001 | 0138929-3 |
| Luiz Alfredo Boareto | 003 | 0741468-2/01 |
| Luiz Henrique B. d. O. Pedrozo | 014 | 0705823-7 |
| Manoel Henrique Maingué | 017 | 0701530-1/02 |
| Manoel Monteiro de Andrade | 020 | 0782732-3 |
| Márcia Loreni Gund | 005 | 0662622-4/01 |
| Márcio Luiz Blazius | 008 | 0777815-4/02 |
| Márcio Rodrigo Frizzo | 008 | 0777815-4/02 |
| Márcio Rogério Depolli | 005 | 0662622-4/01 |
| Márcio Rogério R. d. Carvalho | 017 | 0701530-1/02 |
| Marco Antônio Martini Filho | 007 | 0548777-0/01 |
| Marcos Alves Veras Nogueira | 003 | 0741468-2/01 |
| Marina Talamini Zilli | 015 | 0787321-0 |
| Marins Artiga da Silva | 007 | 0548777-0/01 |
| Marlus Heriberto Arns de Oliveira | 019 | 0779473-4 |
| Matheus Henrique Ferreira | 021 | 0787308-7 |
| Michelle Pinterich | 015 | 0787321-0 |
| Milton Alves Cardoso Junior | 015 | 0787321-0 |
| Nelson Malanga Filho | 011 | 0676691-8 |
| Nelson Pilla Filho | 005 | 0662622-4/01 |
| Nelson Souza Neto | 003 | 0741468-2/01 |
| Noemi Vieira | 011 | 0676691-8 |
| Omires Pedroso do Nascimento | 018 | 0623467-5/01 |
| Orivaldo Ferrari de O. Junior | 018 | 0623467-5/01 |
| Paula Schmitz de S. d. Barros | 017 | 0701530-1/02 |
| Paulo Ricardo Schier | 010 | 0641625-5 |
| Paulo Roberto Marques Hapner | 010 | 0641625-5 |
| Rafaela Almeida do Amaral | 016 | 0655461-0/02 |
| Raquel Maria Trein de Almeida | 010 | 0641625-5 |
| Renato Cardoso de Almeida Andrade | 004 | 0743646-4 |
| Roberto Alexandre Hayami Miranda | 006 | 0698271-0/02 |
| Rogério Distefano | 012 | 0770140-4 |
| Sidnea da Costa Lima | 013 | 0768046-0 |
| Sylvio Lourenço da Silveira Filho | 020 | 0782732-3 |
| Tereza Cristina B. Marinoni | 006 | 0698271-0/02 |
| Thaís Fernanda da Silva | 006 | 0698271-0/02 |
| Valquiria Bassetti Prochmann | 010 | 0641625-5 |
| | 011 | 0676691-8 |
| | 012 | 0770140-4 |
| | 016 | 0655461-0/02 |
| Victor Alberto Azi Bomfim Marins | 001 | 0138929-3 |
| Victor Alexandre Bomfim Marins | 001 | 0138929-3 |
| Vinícius Teixeira Monteiro | 009 | 0804881-7/01 |
| Wallace Soares Pugliese | 014 | 0705823-7 |
| | 018 | 0623467-5/01 |
| Walter Borges Carneiro | 001 | 0138929-3 |


Mandado de Segurança (OE)
0001 . Processo: 0138929-3
Comarca: Curitiba. Ação Originária: 200100095957 Protocolo. Impetrante: Inaldo Borchers Mueller . Advogado: Walter Borges Carneiro , Andréa Pastuch Carneiro, Augusto Pastuch de Almeida, Gustavo de Almeida Flessak. Impetrado: Conselho da Magistratura do Estado do Paraná , Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Litis Passivo: Ivo

Ribeiro , Sérgio Ribeiro. Advogado: Victor Alberto Azi Bomfim Marins , Graciela Iurk Marins, Victor Alexandre Bomfim Marins, Luis Roberto Ahrens. Litis Passivo: Estado do Paraná . Advogado: Carlos Augusto Antunes , Dulce Esther Kairalla, Julio Cezar Zem Cardozo. Relator: Des. Jesus Sarrão
Mandado de Segurança (OE)
0002 . Processo: 0677128-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Impetrante: Shirlley Padia Lopes . Advogado: Francisco Luís Hipólito Galli . Impetrado: Governador do Estado do Paraná , Secretário de Estado da Criança e da Juventude. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo . Litis Passivo: Estado do Paraná . Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo . Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas
Incidente Decl Inconstitucionalidade(OE)
0003 . Processo: 0741468-2/01
Comarca: Maringá.Vara: 5ª Vara Cível. Ação Originária: 7414682 Apelação Civel. Suscitante: 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná . Interessado: Fazenda Pública do Estado do Paraná . Advogado: Marcos Alves Veras Nogueira , Julio Cezar Zem Cardozo. Interessado: Banco J. Safra Sa . Advogado: Luiz Alfredo Boareto , Nelson Souza Neto. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi
Queixa Crime (OE)
0004 . Processo: 0743646-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.Vara: 1ª Vara Criminal. Ação Originária: 2005000016704 Ação Penal. Querelante: Priscila Placha Sá . Advogado: Renato Cardoso de Almeida Andrade . Querelado: Guilherme Albuquerque Maranhão Sobrinho - Promotor de Justiça. Advogado: José Antônio Faria de Brito , Leonardo Franco de Brito, Ligia Franco de Brito. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi
Incidente Decl Inconstitucionalidade(OE)
0005 . Processo: 0662622-4/01
Comarca: Apucarana.Vara: 2ª Vara Cível. Ação Originária: 6626224 Apelação Civel. Suscitante: 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná . Interessado: Banco Itaú SA . Advogado: Braulio Belinati Garcia Perez , Márcio Rogério Depolli, Nelson Pilla Filho. Interessado: Mega Jeans Ltda - Epp , Maria Ines Mariano de Falcho, Simone Ferreira de Freitas. Advogado: Jair Antônio Wiebelling , Júlio Cesar Dalmolin, Márcia Loreni Gund. Relator: Des. Paulo Cezar Bellio
Incidente Decl Inconstitucionalidade(OE)
0006 . Processo: 0698271-0/02
Comarca: Sarandi.Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 6982710 Agravo de Instrumento. Suscitante: 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná . Interessado: Fazenda Pública do Estado do Paraná . Advogado: Tereza Cristina Bittencourt Marinoni , Roberto Alexandre Hayami Miranda, Audrey Silva Kyt. Interessado: Oliveira e Temporini Ltda , Nivaldo Maria de Oliveira. Advogado: Jaime Pego Siqueira , Alexandre Augusto Fier. Interessado: Lucia Maria Temporini de Oliveira . Advogado: Thaís Fernanda da Silva , Jaime Pego Siqueira. Relator: Des. Miguel Pessoa
Incidente Decl Inconstitucionalidade(OE)
0007 . Processo: 0548777-0/01
Comarca: Barbosa Ferraz.Vara: Vara Única. Ação Originária: 5487770 Apelação Civel. Suscitante: 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná . Interessado: Prever Serviços Postumos Ltda . Advogado: Fernando Ribas , Marco Antônio Martini Filho. Interessado: Município de Barbosa Ferraz . Advogado: Daniele Alves . Interessado: Nivaldo Rosa de Souza Me . Advogado: Marins Artiga da Silva . Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Jesus Sarrão
Agravo Regimental Cível
0008 . Processo: 0777815-4/02
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 0777815401 Embargos de Declaração, 7778154 Mandado de Segurança (OE). Agravante: Lactojara Indústria e Comércio de Laticínios Ltda . Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo , Márcio Luiz Blazius, Cerino Lorenzetti. Agravado: Governador do Estado do Paraná . Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo . Relator: Desª Dulce Maria Cecconi
Agravo
0009 . Processo: 0804881-7/01
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 804881700 Mandado de Segurança. Agravante: Fermax Indústria de Componentes Para Esquadrias Ltda . Advogado: Fernando Martins da Silva , Alexandre Toscano de Castro, Francisco Deradi, Vinícius Teixeira Monteiro. Agravado (1): Governador do Estado do Paraná . Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo . Agravado (2): Estado do Paraná . Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo . Relator: Desª Dulce Maria Cecconi
Mandado de Segurança (OE)
0010 . Processo: 0641625-5
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Impetrante: Reinaldo Pereira Greca . Advogado: Paulo Ricardo Schier , Cláudia Beeck Moreira de Souza. Impetrado: Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná . Litis Passivo: Estado do Paraná . Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo , Raquel Maria Trein de Almeida, Valquiria Bassetti Prochmann. Litis Passivo: Gisselau Rogério Fernandes . Advogado: Bruno Luis Marques Hapner , Paulo Roberto Marques Hapner. Litis Passivo: Vanilda Marinho Ferreira , Félix Lucaski, Jonas Francisco de Souza, Rosangela Poloni, José Oliveira Costa, Rogério Scatolin de Barros, Maria Sirlei Dangui Girardello, Guilherme Griebeler Costanzo, Ubaldino Mario Dangui, Nelson Aparecido Corrêa, Luiz Carlos de Camargo, Alceu Henrique Monteiro, Adelar Miguel Pezzini, Heráclito Xavier dos Santos, Paulo Henrique Costa, Juraci Ferraz de Oliveira, Odilon Carvalho Júnior, Mauricio Tezolin, Ivone Matchil, João Maria de Souza Lima Sobrinho, Mary Arlete Zancanaro, Assunta Regina Tormenta Cavalli, Maria Glaci Chiminácio Gurgel, Ingrid Cristina de Moura C. David, Sergio da Silva Topanotti, Marlene Rodrigues Silveira Decarli, Clóves da Costa Moraes, Adécio Leite de Almeida, Salin Cola, Primo Vandanir Bozelhe, Samuel Gomes, José Antonio Ortega Ruiz, Eloina Paim Brunk Horst Gongora Villela, Mariney Pellegrini, Maria das Dores Moreira Alves, Arley Costa Júnior, Carmen Tereza de Oliveira, Joseani Messias F. Santos Cardin, Maria de Fátima Dias Midauar, Fernanda Freneda Busto, Luciane Sanches, Sylvio Roberto Perón, Maria Aparecida de Andrade. Relator: Des. Telmo Cherem
Mandado de Segurança (OE)
0011 . Processo: 0676691-8
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 000000000000 Mandado de Segurança. Impetrante: Adele Cristina Malanga . Advogado: Jorge Luis Ribeiro Rezende , Nelson Malanga Filho. Impetrado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná , Desembargador Mário Helton Jorge - Presidente da Banca Examinadora do Concurso. Litis Passivo: Carolina Angelo Caldas . Advogado: Noemi Vieira , Gustavo Vieira Rossi. Litis Passivo: Estado do Paraná . Advogado: Jacinto Nelson de Miranda Coutinho , Valquiria Bassetti Prochmann, Julio Cezar Zem Cardozo. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite
Mandado de Segurança (OE)
0012 . Processo: 0770140-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Impetrante: Silvani de Souza Ladeia . Advogado: Cássio Djalma Silva Chiappin . Impetrado: Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná . Litis Passivo: Estado do Paraná . Advogado: Rogério Distefano , Valquiria Bassetti Prochmann, Julio Cezar Zem Cardozo. Relator: Des. Luiz Lopes
Mandado de Injunção (OE)
0013 . Processo: 0768046-0
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Impetrante: Maria Clarete Vieira Alves . Advogado: Edemar Hanusch , Juliana Stoppa Aragon, Sidnea da Costa Lima. Impetrado: Governador do Estado do Paraná . Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo , Gabriela de Paula Soares, Annete Cristina de Andrade Gaio. Litis Passivo: Estado do Paraná . Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo , Gabriela de Paula Soares, Annete Cristina de Andrade Gaio. Relator: Desª Dulce Maria Cecconi
Ação Direta de Inconstitucionalidade
0014 . Processo: 0705823-7
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 201000002357 Lei Municipal. Autor: Prefeito do Município de Ibiporã . Advogado: Alexandre Hauly Camargo , Karina Ayumi Tanno, João Paulo Rodrigues de Lima, Luiz Henrique Batista de Oliveira Pedrozo. Interessado: Câmara Municipal de Ibiporã . Advogado: Cristiano Buratto . Curador: PGE Procuradoria Geral do Estado . Advogado: Cleide Rosecler Kazmierski , Wallace Soares Pugliese, Ivan Lelis Bonilha. Relator: Des. Marco Antonio de Moraes Leite
Ação Direta de Inconstitucionalidade (Medida Liminar)
0015 . Processo: 0787321-0
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 201000005696 Lei Municipal. Autor: Prefeito do Município de Cascavel . Advogado: Fernando Previdi Motta , Milton Alves Cardoso Junior, Camila Ramos Moreira, Benoît Scandelari Bussmann, Michelle Pinterich, Kennedy Machado, Marina Talamini Zilli. Interessado: Câmara Municipal de Cascavel . Curador: PGE Procuradoria Geral do Estado . Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo . Relator: Des. Luiz Lopes
Embargos de Declaração Cível
0016 . Processo: 0655461-0/02
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 6554610 Mandado de Segurança. Embargante: Associação de Profissionais da Copel - Apc . Advogado: Carlos Pzebeowski . Embargado: Governador do Estado do Paraná . Interessado: Secretário de Estado da Administração e da Previdência , Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo , Rafaela Almeida do Amaral, Valquiria Bassetti Prochmann. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira
Embargos de Declaração Cível
0017 . Processo: 0701530-1/02
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 0701530101 Agravo Regimental, 7015301 Mandado de Segurança (OE). Embargante: Estado do Paraná . Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo , Paula Schmitz de Schmitz de Barros, Carolina Kummer Trevisan. Embargado: Puriplast Plásticos do Brasil Ltda . Advogado: Márcio Rogério Ribeiro de Carvalho . Interessado: Governador do Estado do Paraná . Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo , Manoel Henrique Maingué. Relator: Des. Antônio Martelozzo (Des. Paulo Roberto Vasconcelos)
Agravo Regimental Cível
0018 . Processo: 0623467-5/01
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 6234675 Mandado de Segurança. Agravante: Canaã Indústria Moveleira Ltda . Advogado: Omires Pedroso do Nascimento , Jaqueline do Espírito Santo Patruni, Orivaldo Ferrari de Oliveira Junior, Angela Mussiau Yamasaki de Rossi. Agravado: Governador do Estado do Paraná . Interessado: Estado do Paraná . Advogado: Carlos Augusto Antunes , Wallace Soares Pugliese, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Julio Cezar Zem Cardozo. Relator: Des. Valter Ressel (Des. Luiz Lopes)
Queixa Crime (OE)
0019 . Processo: 0779473-4
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Querelante: Marcelo Zanon Simão , Fábio Zanon Simão, Rubens A Simão. Advogado: Marlus

Heriberto Arns de Oliveira , Fernanda Andreazza, Lucas Bunki Linzmayer Otsuka. Querelado: Fábio Camargo . Advogado: Cinthia Alferes Chueire . Relator: Des. Rogério Coelho
Queixa Crime (OE)
0020 . Processo: 0782732-3
Comarca: Foz do Iguaçu. Querelante: Manoel Monteiro de Andrade . Advogado: Manoel Monteiro de Andrade . Querelado: Lucimara Rocha Ernlund Iegas - Promotor de Justiça. Advogado: Francisco de Assis do Rêgo Monteiro Rocha Júnior , Sylvio Lourenço da Silveira Filho, João Rafael de Oliveira. Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Des. Luiz Carlos Gabardo (Des. Luiz Lopes)
Representação Criminal (OE)
0021 . Processo: 0787308-7
Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 200900005876 processo. Representante: Matheus Henrique Ferreira . Advogado: Matheus Henrique Ferreira . Representado: Cláudio Camargo dos Santos . Relator: Des. Rogério Coelho

---

**Divisão do Órgão Especial**
**Seção de Registro e Publicação**
**Relação No. 2011.10274**

---

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Manoel Bráulio dos Santos | 001 | 0361458-4/01 |
| Osvaldo Alves da Silva | 001 | 0361458-4/01 |
| Wanderley Pavan | 001 | 0361458-4/01 |

Publicação de Acórdão
0001 . Processo/Prot: 0361458-4/01 Incidente Decl Inconstitucionalidade(OE)
. Protocolo: 2006/102718. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 361458-4 Apelação Civel e Reexame Necessario. Suscitante: 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessado: Coordenador Geral do Procon de Cascavel. Advogado: Manoel Bráulio dos Santos. Interessado: Agf Brasil Seguros Sa. Advogado: Wanderley Pavan, Osvaldo Alves da Silva. Órgão Julgador: Órgão Especial. Relator: Des. Oto Luiz Sponholz. Relator Convocado: Des. Fernando Vidal de Oliveira. Julgado em: 07/05/2010
DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por maioria de votos, em conhecer do presente incidente e, por unanimidade de votos, em julgá-lo procedente. EMENTA: INCIDENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 361.458-4/01, DE CASCAVEL 1ª VARA CÍVEL SUSCITANTE: 5ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ INTERESSADO: COORDENADOR GERAL DO PROCON DE CASCAVEL INTERESSADO: AGF BRASIL SEGUROS S/A RELATOR CONV.: DES. FERNANDO VIDAL DE OLIVEIRA INCIDENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE MANDADO DE SEGURANÇA - LEI MUNICIPAL QUE EXIGE PRÉVIO DEPÓSITO DO VALOR DA MULTA COMO CONDIÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ADMINISTRATIIVO OFENSA AO ARTIGO 5º, INCISOS XXXIV, "A" E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DESRESPEITO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA PREVALÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS - INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 53, DA LEI MUNICIPAL VERIFICADA - DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. INCIDENTE CONHECIDO POR MAIORIA E JULGADO PROCEDENTE POR UNANIMIDADE.

---

**Divisão do Órgão Especial**
**Seção de Registro e Publicação**
**Relação No. 2011.10256**

---

ÍNDICE DA PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo/Prot |
|---|---|---|
| Andrea Sabbaga de Melo | 006 | 0539356-2/02 |
| Benoît Scandelari Bussmann | 001 | 0484227-9/06 |
| Camila Ramos Moreira | 001 | 0484227-9/06 |
| Carlos Alexandre Rodrigues | 004 | 0830970-2 |
| Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk | 001 | 0484227-9/06 |
| DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS | 006 | 0539356-2/02 |
| Eduardo Fernando Lachimia | 002 | 0767245-9 |
| Eduardo Gross | 004 | 0830970-2 |
| Fábio César Teixeira | 004 | 0830970-2 |
| Fernando Borges Mânica | 006 | 0539356-2/02 |
| Fernando Ciscato Bastos | 005 | 0701463-5/02 |
| Flávio Pansieri | 006 | 0539356-2/02 |
| João Marcelo Pinto | 004 | 0830970-2 |
| José Subtil de Oliveira | 003 | 0826385-4 |
| Julio Cezar Zem Cardozo | 002 | 0767245-9 |
| | 003 | 0826385-4 |
| | 006 | 0539356-2/02 |
| Klaus Werner Jakobi | 006 | 0539356-2/02 |
| Leandro Lovatto Carminatti | 004 | 0830970-2 |
| Luiz Edson Fachin | 001 | 0484227-9/06 |
| Manoel Caetano Ferreira Filho | 006 | 0539356-2/02 |
| Marcos Alberto Rocha Gonçalves | 001 | 0484227-9/06 |
| Marina Talamini Zilli | 001 | 0484227-9/06 |
| Melina Girardi Fachin | 001 | 0484227-9/06 |
| Michelle Pinterich | 001 | 0484227-9/06 |
| Nelson Cordeiro Justus | 001 | 0484227-9/06 |
| Paulo Roberto Pires | 004 | 0830970-2 |
| Pedro Ivo Melo de Oliveira | 001 | 0484227-9/06 |
| Rafael Delprá Panichella | 005 | 0701463-5/02 |
| Renato Cordeiro Justus | 001 | 0484227-9/06 |
| Rogério Danguy Cleto | 005 | 0701463-5/02 |
| Valquiria Bassetti Prochmann | 006 | 0539356-2/02 |
| Zaqueu Subtil de Oliveira | 003 | 0826385-4 |

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Relator
0001 . Processo/Prot: 0484227-9/06 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/306921. Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível. Ação Originária: 484227-9 Mandado de Segurança. Embargante: Município de Cascavel. Advogado: Pedro Ivo Melo de Oliveira, Renato Cordeiro Justus, Nelson Cordeiro Justus, Benoît Scandelari Bussmann, Marina Talamini Zilli, Michelle Pinterich, Camila Ramos Moreira. Embargado: Edi Siliprandi, Olinda Siliprandi. Advogado: Luiz Edson Fachin, Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk, Melina Girardi Fachin, Marcos Alberto Rocha Gonçalves. Interessado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Órgão Julgador: Órgão Especial. Relator: Des. Jesus Sarrão. Relator Convocado: Des. Campos Marques. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL Nº 484.227-9/06, DA COMARCA DE CASCAVEL - 1ª VARA CÍVEL. EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE CASCAVEL. RELATOR: DES. CAMPOS MARQUES. DESPACHO 1. O despacho embargado foi publicado em 11/08/2011 e o respectivo prazo, de cinco dias (art. 536 do CPC), começou a fluir em 15/08/2011 (fls. 1.361), vencendo, então, em 19/08/2011. Como a petição foi protocolada somente em 23/08/2011 (fls. 1.371), não conheço dos embargos de declaração manifestados pelo Município de Cascavel. 2. A parte adversa impugnou os termos dos embargos e, ao final, postulou a expedição de carta de ordem, porém, como não é o caso (vide arts. 200 e 201 do CPC), aguarde-se eventual iniciativa dos litigantes. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Des. CAMPOS MARQUES. Página 2 de 2
0002 . Processo/Prot: 0767245-9 Ação Direta de Inconstitucionalidade
. Protocolo: 2011/96274. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 2008.00000019 Lei Orgânica. Autor: Prefeito do Município de Cambé. Advogado: Eduardo Fernando Lachimia. Interessado: Câmara Municipal de Cambé. Curador: PGE Procuradoria Geral do Estado. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo. Órgão Julgador: Órgão Especial. Relator: Des. João Kopytowski. Relator Convocado: Des. José Augusto Gomes Aniceto. Despacho: Cumpra-se o venerando despacho.
1. Considerando o teor do Parecer da d. Procuradoria Geral de Justiça lançado às fls. 222, bem como o previsto no artigo 279, parágrafo único, do Regimento Interno desta Corte, notifique-se pessoalmente o Procurador Geral do Estado para intervir no processo, no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Intimem-se Curitiba, 21 de setembro de 2011. DES. JOSÉ ANICETO Relator
0003 . Processo/Prot: 0826385-4 Mandado de Injunção (OE)
. Protocolo: 2011/324757. Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ação Originária: 1991.00008213 Lei. Impetrante: Francisco de Assis Bragantine. Advogado: Zaqueu Subtil de Oliveira, José Subtil de Oliveira. Impetrado: Governador do Estado do Paraná. Advogado: Julio Cezar Zem Cardozo. Órgão Julgador: Órgão Especial. Relator: Des. Ruy Cunha Sobrinho. Despacho:
Visto. 1. Defiro o benefício de Assistência Judiciária Gratuita requerido pelo impetrante do presente Mandado de Injunção; proceda-se às anotações necessárias. 2. Notifique-se o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações que entender necessárias. 3. Outrossim, cientifique-se da existência da presente ação, o representante judicial do Estado do Paraná, em conformidade com o disposto no art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009, regra incidente a presente espécie, por força do disposto no parágrafo único, do art. 24, da Lei nº 8.038/1990. Após o cumprimento dessas diligências, retornem conclusos. Curitiba, 27 de setembro de 2011. Des. Ruy Cunha Sobrinho Relator
0004 . Processo/Prot: 0830970-2 Suspensão de Liminar

. Protocolo: 2011/345660. Comarca: Londrina. Vara: 6ª Vara Cível. Ação Originária: 0001649-54.2011.8.16.0014 Mandado de Segurança. Requerente: Sercomtel Sa - Telecomunicações, Sercomtel Celular Sa, Internet By Sercomtel Sa. Advogado: Fábio César Teixeira, Carlos Alexandre Rodrigues, Paulo Roberto Pires. Interessado: Exclam Propaganda Ss. Advogado: Eduardo Gross, João Marcelo Pinto, Leandro Lovatto Carminatti. Interessado: Presidente da Comissão Especial de Licitação - Edital de Concorrência Conjunto 005/2010. Órgão Julgador: Órgão Especial. Relator: Des. Miguel Kfouri Neto. Despacho: Descrição: Despachos Decisórios
SUSPENSÃO DE LIMINAR Nº 830.970-2 REQUERENTE : SERCOMTEL SA - TELECOMUNICAÇÕES E OUTROS. INTERESSADOS: EXCLAM PROPAGANDA SS E OUTRO. VISTOS 1. SERCOMTEL SA - TELECOMUNICAÇÕES e outros postulam a suspensão da execução da decisão exarada pelo ilustre magistrado em exercício na 6ª Vara Cível da Comarca de Londrina nos autos de Mandado de Segurança nº 0001649-54.2011.8.16.0014, por meio da qual Sua Excelência deferiu o pleito liminar "para o fim de suspender o trâmite do procedimento licitatório do Edital de Concorrência Conjunto 005/2010 - Processo Adm. 019/2010 da S.E.M. indicada, até decisão do presente writ" (f. 040). 2. O presente pleito de suspensão de liminar, como adiante será demonstrado, sequer pode ser conhecido. Lendo-se os autos, constata-se que contra a decisão exarada pelo Juiz em exercício na 6ª Vara Cível da Comarca de Londrina foi interposto recurso - Agravo de Instrumento nº 759.502-4 -, o qual foi desprovido pelo acórdão de fls. 93/99, assim ementado: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LIMINAR - SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - LICITAÇÃ PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE - REGRAS DA LEI 12.232/2010 - FORMAÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA - IMPORTÂNCIA - PRAZO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO ARTIGO 10, PARÁGRAFO 4º, DA LEI 12.232/2010 - CONTAGEM - DESRESPEITO - NULIDADE - JUSTIFICANDO, POR SI SÓ, A CONCESSÃ ODA LIMINAR PELA RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO E PERIGO DE INEFICÁCIA SE CONCEDIDA AO FINAL - DEMAIS FUNDAMENTOS NÃO ACOLHIDOS MAS QUE NÃO AFETAM A MANUTENÇÃO DA LIMINAR. AGRAVO DESPROVIDO." Essa circunstância, nos termos do art. 15, § 2º, da Lei nº 12.016/2009 - Lei do Mandado de Segurança -, impede o conhecimento do presente pedido por manifesta inadmissibilidade. Diz-se isso porque, quando o Tribunal de Justiça nega provimento a recurso de agravo de instrumento interposto contra a decisão de primeiro grau de jurisdição - hipótese dos autos -, somente é cabível pedido de suspensão de liminar ao presidente do tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário. Essa conclusão decorre da regra contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 12016/2009, que tem o seguinte teor: "Art. 15. Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição. § 1o Indeferido o pedido de suspensão ou provido o agravo a que se refere o caput deste artigo, caberá novo pedido de suspensão ao presidente do tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário. § 2o É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o § 1o deste artigo, quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar a que se refere este artigo." (grifou-se). Marcelo Abelha Rodrigues, ao comentar essa norma legal, discorre: "Trata-se de novidade introduzida pela MP 2.180-35 na antiga Lei 4.348/1964, mas mantida pela Lei 12.016/2009, visto que tal hipótese não era antes acobertada pelo pedido de suspensão. É caso de suspensão de acórdão que julga improcedente (nega provimento) o agravo de instrumento interposto pelo Poder Público contra a liminar proferida no mandado de segurança impetrado em primeiro grau de jurisdição. Por não ser acórdão proferido em única ou última instância, a hipótese presente não era acobertada pela Lei 8.038/1990. Sem descartar a hipótese atípica de serem cabíveis pedidos de suspensão para o STJ e para o STF, no presente caso, o normal é que, dependendo da qualidade da matéria envolvida (constitucional ou infraconstitucional), o presidente do STF ou do STJ será competente para apreciar o pedido de suspensão dessa decisão, eis que contra ela caberia, em tese, o oferecimento de recurso especial e/ou extraordinário Insta observar que ficará prejudicado o pedido de suspensão endereçado ao órgão de cúpula caso o Poder Público já tenha ajuizado ação cautelar inominada para dar efeito suspensivo ao recurso excepcional e este tenha sido negado por falta de periculum in mora, sobrevivendo o interesse na suspensão caso a negativa tenha se dado por falta de fumus boni iuris na cautelar interposta." (In "Suspensão de Segurança", 3ª edição, 2010, Editora Revista dos Tribunais, págs. 103 e 104). Portanto, já tendo sido julgado o recurso de agravo de instrumento interposto contra a decisão que o requerente pretende suspender, outra não pode ser a solução senão a de indeferir a petição inicial do presente pedido, já que, como visto, o pleito é manifestamente inadmissível. Isso posto I - Não conheço do presente pedido. II - Dê-se ciência da presente decisão ao juízo do processo em que foi exarada a decisão aqui impugnada. Intime-se. Curitiba, 26 de setembro de 2011. MIGUEL KFOURI NETO Presidente
Vista a(s) Parte(s) - Para se manifestar nos autos de Incidente Declaratório de Inconstitucionalidade - Prazo : 10 dias
0005 . Processo/Prot: 0701463-5/02 Incidente Decl Inconstitucionalidade(OE)
. Protocolo: 2010/209909. Comarca: Pitanga. Vara: Vara Cível e Anexos. Ação Originária: 701463-5 Apelação Civel. Suscitante: 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessado: Município de Pitanga. Advogado: Rafael Delprá Panichella, Fernando Ciscato Bastos. Interessado: Vera Lúcia Cordeiro. Advogado: Rogério Danguy Cleto. Órgão Julgador: Órgão Especial. Relator: Des. Jorge de Oliveira Vargas. Relator Convocado: Des. Antônio Martelozzo. Motivo: Para se manifestar nos autos de Incidente Declaratório de Inconstitucionalidade. Observação: INTIMAÇÃO - ALCEU GONÇALVES CORDEIRO E/OU VERA LUCIA CORDEIRO. Vista Advogado: Rogério Danguy Cleto (PR010030)
Vista ao(s) Embargante(s) - em cumprimento ao item II do r. despacho de fls. 498 - Prazo : 5 dias
0006 . Processo/Prot: 0539356-2/02 Embargos de Declaração Cível
. Protocolo: 2011/293807. Comarca: União da Vitória. Ação Originária: 539356-2 Mandado de Segurança. Embargante: Rolf Konell. Advogado: Flávio Pansieri, DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS. Embargado (1): Octávio Mendes de Oliveira Castro Netto (maior de 60 anos). Advogado: Klaus Werner Jakobi. Embargado (2): Corregedor Geral da Justiça do Estado do Paraná, Arlete Terezinha Bazzo Pachaco dos Santos. Advogado: Manoel Caetano Ferreira Filho, Andrea Sabbaga de Melo. Embargado (3): Estado do Paraná. Advogado: Fernando Borges Mânica, Valquiria Bassetti Prochmann, Julio Cezar Zem Cardozo. Órgão Julgador: Órgão Especial. Relator: Des. Rogério Coelho. Relator Convocado: Des. Paulo Habith. Motivo: em cumprimento ao item II do r. despacho de fls. 498

Divisão de Baixa e Expedição

Núcleo de Conciliação do 2º Grau

Central de Precatórios

Corregedoria da Justiça

# Provimento

**Provimento Nº 216**

O Desembargador Noeval de Quadros, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO**

A Resolução nº 06/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

A formação do banco de decisões proferidas pelos Magistrados do Estado do Paraná;

A necessária agilização no fornecimento de informações referentes à produtividade de Magistrados e escrivanias;

A diminuição dos custos com dispensa de formação do livro de registro de sentenças - papel, cartuchos de tinta e encadernação;

O desenvolvimento do Sistema de Registro de Sentenças pelo Departamento de Informática do Tribunal de Justiça;

**R E S O L V E**

**I -** Revogar o Provimento nº 206.

**II -** Alterar os seguintes itens do Código de Normas:

1.10.3 [...]

IV - a data da sentença ou do arquivamento;

1.16.4.2 - Nos ofícios judiciais em que for instalado sistema oficial, permanecerão abertos apenas os livros de atas do Júri, alistamento de jurados, controle de bens patrimoniais e registro de autos destruídos, observado o disposto no item 2.2.11 e seguintes do Código de Normas.

2.2.14 - Recomenda-se que os livros de Alistamento de Jurados e Atas de Sessões do Júri sejam formados pelo sistema de folhas soltas. Para tanto, poderão ser utilizadas fotocópias, cópias datilografadas ou impressas das atas, que não precisam ser autenticadas. Poderá, ainda, ser utilizado o sistema de mídia em CD-ROM. Deverão observar as exigências desta Seção, naquilo que for pertinente, ressalvadas as especificações.

5.1.3 - [...]:

I - um GERAL, baseado no nome dos requerentes e requeridos, no qual constarão, além da designação das partes, a natureza do feito, o valor da causa, anotações quanto aos recursos e arquivamento, com espaço reservado para observações de ordem geral;,

6.12.2 - Recomenda-se ao juiz que evite a prática de considerar parte integrante de sua sentença o pronunciamento do Ministério Público ou o conteúdo de outra peça processual. Quando o fizer, a peça mencionada deverá ser igualmente registrada como parte integrante da sentença.

6.12.3 - Nas sentenças em geral, recomenda-se a adoção de cabeçalho do qual conste o número dos autos do processo-crime e nome das partes.

8.1.4 - Os livros de Arquivo de Inscrições, Carga de Autos - Juiz, Carga de Autos - Promotor de Justiça e Carga de Autos - Equipe Técnica poderão ser organizados pelo sistema de folhas soltas.

17.2.1.4 - Nas comarcas de menor movimento forense, autoriza-se a abertura de livros não padronizados, de cinqüenta (50) ou cem (100) folhas.

**III -** Criar a Seção 20, "Registro de Sentenças e Cadastro das Decisões", do Capítulo 2, Ofícios da Justiça em Geral, passando a viger com a seguinte redação:

**CAPÍTULO 2**

**SEÇÃO 20**

**REGISTRO DAS SENTENÇAS E CADASTRO DAS DECISÕES**

SUBSEÇÃO 01

NORMAS GERAIS

2.20.1.1 - O registro das sentenças e decisões, no âmbito do Foro Judicial, reger-se-á pelas normas desta Seção.

2.20.1.2 - A partir da implantação do Sistema "Publique-se", as Escrivanias/ Secretarias do Foro Judicial deverão encerrar os livros de registro de sentença ou mídias de CD-ROM geradas com tal finalidade.

2.20.1.3 - O Sistema "Publique-se" é destinado ao cadastro, assinatura, registro e publicação das sentenças e decisões que julgam incidentes autuados em apartado no Banco de Sentenças e Decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

2.20.1.3.1 - A utilização de assinatura digital é facultativa nos processos que tramitam por suporte físico.

2.20.1.3.2 - A disponibilização da íntegra do ato judicial no Portal do Tribunal de Justiça tem fim exclusivamente informativo, não substituindo as vias ordinárias de intimação estabelecidas pela legislação processual.

2.20.1.3.3 - A publicação efetuada pelo sistema "Publique-se" refere-se à disponibilização da sentença ou decisão no Banco de Sentenças e Decisões do *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, não dispensando, portanto, a respectiva publicação no Diário da Justiça Eletrônico, quando for a hipótese.

2.20.1.4 - Tratando-se de processos virtuais, o registro será feito diretamente no sistema de processo eletrônico, encerrando-se os livros de registro de sentenças ou mídias de CD-ROM.

2.20.1.5 - Em se tratando de processos físicos, o "Publique-se" deverá ser acessado através *intranet / extranet* do *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e, para sua correta utilização, observar-se-á o disposto na subseção 02.

SUBSEÇÃO 02

DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

2.20.2.1 - O Sistema "Publique-se" é composto das seguintes etapas sequenciais:

I - Inserção do arquivo em formato .PDF e classificação da sentença / decisão;

II - Registro da sentença / decisão;

III - Publicação da sentença / decisão no Banco de Sentenças e Decisões do Portal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

2.20.2.1.1 - A critério do magistrado, a inserção e classificação da sentença ou decisão poderão ser realizadas por servidor lotado no gabinete ou na escrivania/ secretaria, que receberá os autos com as decisões e sentenças assinadas para posterior digitalização ou em arquivo PDF.

2.20.2.2 - Serão adicionados às respectivas sentenças ou decisões, no campo "arquivo / documento adicional", os pareceres proferidos pelos Juízes Leigos e os pareceres do Ministério Público na hipótese do CN 6.12.2.

2.20.2.3 - Junto com a inserção do arquivo da sentença ou decisão no Sistema Publique-se, promover-se-á sua classificação, na qual deverá ser especificado, conforme a hipótese:

I - o tipo do ato: sentença ou decisão que julga incidente autuado em apartado;

II - se se trata de feito público ou em segredo de justiça;

III - se houver necessidade de publicação tardia;

IV - o número único do processo, quando for cadastrado;

V - a área de competência (cível, criminal, juizado especial cível, etc.);

VI - o tipo do feito: processo cautelar, processo de conhecimento, cumprimento de sentença ou execução de sentença judicial, incidente processual, etc.;

VII - o dispositivo no qual está fundada a sentença (art. 267, 269, inc., etc.) e/ou seu tipo (condenatória; absolutória, etc.);

VIII - se é líquida, prolatada em audiência ou relativa à conciliação;

IX - a complementação (contestada ou não; se encerra o feito ou não), conforme o caso.

2.20.2.3.1 - Haverá publicação tardia quando necessário para garantir a eficácia da sentença ou decisão. Neste caso, deverá ser desmarcada a opção "enviar automaticamente ao Portal após o registro pelo Escrivão".

2.20.2.3.2 - Para fins de registro, consideram-se como sentenças que encerram o feito aquelas que põem termo a uma fase do procedimento para todos os réus.

2.20.2.3.3 - Facultativamente, poderá o magistrado indicar, na sentença ou decisão, os dados previstos no item 2.20.2.3, visando propiciar sua correta classificação, porquanto os dados servirão de base para aferição dos índices de produtividade do juiz e das unidades judiciárias por meio do sistema de avaliação das atividades dos magistrados e secretarias/escrivanias.

2.20.2.4 - Após o cadastramento, proceder-se-á o registro. Para tanto, o servidor responsável acessará cada documento inserido e cadastrado no sistema "Publique-se", confirmando:

I - A numeração dos autos;

II - A Comarca;

III - A Vara;

IV - O assunto, segundo as tabelas processuais unificadas do Conselho Nacional de Justiça;

V - A data da distribuição;

VI - A data do início da fase;

VII - Data da conclusão dos autos, e;

VIII - Data da devolução dos autos.

2.20.2.4.1 - A data do início da fase poderá ser a mesma data da distribuição ou, ainda, a data em que houve a alteração no tipo do feito, por exemplo, iniciou-se o cumprimento da sentença (feita nos próprios autos), houve o recebimento da denúncia (passando o procedimento investigatório para processo de conhecimento), dentre outros.

2.20.2.4.2 - Após o registro, a Secretaria/Escrivania gerará a certidão de registro de sentença, anexando aos respectivos autos físicos.

2.20.2.5 - Ultimado o registro da sentença/decisão, sua publicação e disponibilização no Banco de Sentenças e Decisões será efetuada automaticamente, salvo na hipótese de publicação tardia.

2.20.2.5.1 - Selecionada a hipótese de publicação tardia, após o efetivo cumprimento da sentença ou decisão, o escrivão/secretário ou servidor responsável deverá encaminhá-la à publicação no Banco de Sentenças e Decisões.

2.20.2.6 - Verificado equívoco no lançamento dos dados após a publicação da sentença ou decisão, a retificação será realizada pelo escrivão ou secretário diretamente no Sistema "Publique-se", no qual constará o registro da ocorrência.

**IV** - Revogar os itens 1.6.1, inciso II; 1.6.5; 1.6.5.1; 1.6.7; 1.6.7.1, 2.2.14.2; 2.2.14.2.1; 2.2.14.3; 2.2.14.4; 2.2.14.5; 2.2.14.6; 2.2.14.6.1; 2.2.15.1; 2.2.15.2; 2.2.15.2.1; 2.2.15.2.2; 2.2.15.3; 2.2.15.4; 2.2.15.5; 2.2.15.6; 2.2.16; 4.1.1, inciso III; 4.1.7; 4.2.1, inciso III; 5.1.1, inciso IV; 5.1.6; 6.1.1, inciso VI; 6.1.6; 6.1.7; 7.1.1, inciso III; 7.9.7, inciso I; 8.1.1, inciso IV; 17.1.1.9; 17.1.1.9.1; 17.1.1.9.2; 17.1.1.9.3; 17.1.1.9.4; 17.1.1.9.5; 17.1.1.9.6; 17.2.1.1, inciso III; 17.2.1.3; 17.2.1.3.1; 17.2.1.3.2; 17.3.1.1, inciso VI; 17.4.1.1, inciso III, os Modelos 31, 32 e 33 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça, bem como os Adendos relativos aos itens supra que prevejam a necessidade de manutenção dos Livros de Registros de Sentenças.

**V -** O presente Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Curitiba, 21 de Setembro de 2011.

**NOEVAL DE QUADROS**
Corregedor-Geral da Justiça

## Ofício Circular

**Curitiba, 26 de setembro de 2011.**
**Ofício-Circular nº 106/2011**

**Assunto: Tramitação preferencial e tomada de depoimentos nos processos em que figure pessoa protegida pelos programas da Lei Federal nº 9.807/1999**

Senhores Juízes Criminais

Ao tempo em que encaminho cópia da Lei Federal 12.483/2011, recomendo a observância do artigo 19-A da Lei 9.807/1999 nos processos em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaborador, vítima ou testemunha que esteja coagido ou exposto a grave ameaça em razão de colaborar com a investigação ou processo criminal e protegido pelos programas de que trata referida normativa.

Atenciosamente

**NOEVAL DE QUADROS**
Corregedor-Geral da Justiça

## Plantão Judiciário Capital

## Divisão de Concursos da Corregedoria

## Conselho da Magistratura

**Publicação de Despacho**

**22/2011**

**1**.Trata-se de consulta formulada pela ANOREG-PR - Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná, no que diz respeito aos emolumentos a serem cobrados em traslado de registro de casamento realizado no exterior, tendo em vista omissão existente na Tabela de Custas.Declarou que o procedimento para trasladar o registro de casamento no exterior está previsto nos artigos 32 da Lei nº 6.015/73, 1544 do Código Civil e 15.13.1 e 15.13.3 do Código de Normas e que se faz necessária a instauração de um processo administrativo, na qual serão colhidos todos os documentos necessários para que seja possível o registro do casamento no Livro E, após homologação do Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial. Argumentou que o procedimento se assemelha ao de habilitação de casamento, a fim de conferir maior segurança jurídica ao ato.Postulou que, em virtude da omissão existente na tabela de custas, adotem-se os emolumentos já previstos para a habilitação do casamento. (fls. 2/7).Certificou-se a respeito da existência dos Autos nº 2010.0390967-1/000 (fl. 12), que trata da mesma matéria contida neste expediente, tendo sido determinado o respectivo apensamento (fl. 14).**POSTO ISTO.2**.A ANOREG-PR postula, na omissão da Tabela de Custas então vigente, que se aplique ao procedimento para trasladar o registro de casamento de brasileiros realizado no exterior os mesmos emolumentos previstos para a habilitação do casamento.De fato, consoante se observa da Tabela de Custas (Atos dos Oficiais de Registro Civil - Tabela XII - Lei estadual nº 16.741/2010), inexiste previsão para os emolumentos relativos ao procedimento para trasladar registro de casamento efetuado no estrangeiro:

| VRC | R$ | CPC | |
|---|---|---|---|
| I. Averbações:<br>a) de sentença de nulidade ou anulação de casamento, separação judicial, ou divórcio; ato de restabelecimento de sociedade conjugal, de escritura de adoção ou atos que a dissolvam...<br>b) de alteração de nome e retificação de assento..... | 120,00<br>120,00 | 16,92<br>16,92 | 0,00<br>0,00 |
| II. Certidões de Nascimento, Casamento ou óbito:<br>a) em breve relatório.....<br>b) verbo ad verbo - primeira folha .....<br>por folha que exceder.....<br>c) havendo necessidade de busca, por 10 (dez) anos ou fração..... | 175,00<br>65,00<br>15,00<br>10,00 | 24,67<br>9,16<br>2,11<br>1,41 | 0,00<br>0,00<br>0,00<br>0,00 |
| III. Habilitação para casamento.....<br>a) Justificação para dispensa de editais de proclamas, suprimento de idade e de consentimento.....<br>b) Casamento fora do Cartório, excluída a despesa com a condução, a cargo do interessado.....<br>c) Registro de editais recebidos de outro ofício..... | 1.500,00<br>70,00<br>2.000,00<br>50,00 | 211,50<br>9,87<br>282,00<br>7,05 | Vide nota 4<br>0,00<br>0,00<br>0,00 |
| ~~IV. Registro de Nascimento ou de óbito com a primeira certidão.~~<br>~~a) independente de despacho Judicial.....~~<br>~~b) mediante despacho Judicial.....~~ | | | |
| V. Retificação de assento à margem, mediante justificação, com ou sem prova..... | 70,00 | 9,87 | 0,00 |
| VI. Inscrição de casamento religioso ..... | 200,00 | 28,20 | 0,00 |
| VII. Registro: de emancipação, ausência, interdição, inclusive averbação ..... | 150,00 | 21,15 | 0,00 |
| VIII. Inscrição de opção e aquisição de nacionalidade, adoção e legitimação..... | 170,00 | 23,97 | 0,00 |

Por outro lado, nos termos dos artigos 32 da Lei nº 6.015/73 e 1.544 do Código Civil, os assentos de casamento de brasileiros em país estrangeiro somente serão eficazes no Brasil se trasladados no 1º Ofício do domicílio dos interessados ou, em sua falta, no 1º Ofício da Capital do Estado em que passarem a residir, *verbis:*E,ainda, dispõem os itens 15.13.1, e seguintes do Código de Normas acerca do procedimento previsto para o traslado do assento de casamento realizado no exterior:Assim como ocorre na habilitação do casamento[1], visa o procedimento para traslado do assento de casamento realizado no estrangeiro atestar, com os documentos a serem apresentados, a autenticidade do ato, a nacionalidade brasileira de pelo menos um dos cônjuges e a residência no Brasil, garantindo a segurança jurídica do ato registral também perante terceiros e tornando-o eficaz no Estado Brasileiro.Assim sendo, diante da omissão na Tabela de Custas, parece adequado que os registradores adotem, por analogia, os emolumentos relativos à habilitação de casamento, até que seja elaborado o novo regimento de custas.**3**.**Diante do exposto:a)Acolho** a sugestão apresentada pela ANOREG-PR - Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná, autorizando os registradores civis que, na omissão da Tabela de Custas, adotem os emolumentos relativos à habilitação de casamento, para o procedimento que visa trasladar o assento de casamento de brasileiros realizados no exterior.**b)**Expeça-se ofício-circular a todos os Juízes Diretores do Foro Extrajudicial e aos registradores civis do Estado do Paraná.**c)**Comunique-se o teor da presente decisão à consulente.**d)**Tendo em vista que, por meio da Portaria nº 0649-DM, de 2 de maio de 2011, o Excelentíssimo Senhor Presidente deste egrégio Tribunal de Justiça **instituiu o Grupo de Trabalho para Elaboração do Anteprojeto de Lei disciplinando as Custas no âmbito do Estado do Paraná**, parcialmente modificada pela Portaria nº 1.041, de 28 de julho de 2011, encaminhe-se cópia dos autos ao Presidente da aludida comissão, **Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira**, para as providências devidas.**e)**Certifique-se a respeito do cumprimento do despacho de fl. 24 dos Autos de nº 2010.0390967-1/000, em apenso.**f)**Publique-se. Curitiba, 2 de agosto de 2011.**DES. LAURO AUGUSTO FABRÍCIO DE MELO** Corregedor da Justiça

Escola da Magistratura

Comissão Int. Conc. Promoções

Sistemas de Juizados
Especiais Cíveis e Criminais

Comarca da Capital

Cível

# 1ª VARA CÍVEL

**COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DO FORO CENTRAL DE CURITIBA**
**CARTORIO DA PRIMEIRA VARA CIVEL**
**JUIZ TITULAR: ANTONIO CARLOS RIBEIRO MARTINS**
**JUIZ SUBSTITUTO: MANUELA TALLAO BENKE**
**ESCRIVÃO:SERGIO RIBEIRO**

**RELACAO Nº 160/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANO MUNIZ REBELLO 0043 082050/2008
ALBADILO SILVA CARVALHO 0057 085321/2009
ALESSANDRO MESTRINER FELI 0076 069339/2010
ALESSANDRO RAVAZZANI 0029 077473/2005
ALESSANDRO REBELO DA SILV 0018 073468/2002
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0069 018501/2010
ALINE CRISTINA COLETO 0057 085321/2009
AMAURI S. RAMOS 0007 063785/1996
ANA CRISTINA DE MELO 0038 080697/2007
ANA MARCIA FERRAES 0003 058986/1991
ANA PAULA CONTI BASTOS 0007 063785/1996
ANA PAULA FALLEIROS KEPPE 0085 012017/2011
ANDERSON BORCATH BARBERI 0031 078526/2005
ANDERSON HATAQUEIAMA 0056 084966/2009
ANDRE ABREU DE SOUZA 0057 085321/2009
ANDREA CRISTIANE GRABOVSK 0036 080246/2007
0049 083671/2008
ANDREA CRISTIANE GRABOVSK 0073 061819/2010
ANDREA CRISTIANE GRABOVSK 0077 069962/2010
ANDREA PEDROZO DOS SANTOS 0004 061875/1994
ANDREIA CANDIDO VITOR 0068 010201/2010
ANDRE ZACARIAS TALLAREK D 0059 085399/2009
ANDRÉ LUIZ MORO BITTENCOU 0070 028227/2010
ANGELINO LUIZ RAMALHO TAG 0056 084966/2009
ANGELO DO ROSARIO BRITTO 0091 028672/2011
ANISIO DOS SANTOS 0014 071095/2001
0021 075951/2004
0081 005766/2011
ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORT 0057 085321/2009
ARLETE TEREZINHA DE ANDRA 0038 080697/2007
ARNALDO FERREIRA MULLER 0045 082987/2008
BEATRIZ SEIDEL CASAGRANDE 0081 005766/2011
CAPRICE ANDRETTA CHECHELA 0007 063785/1996
CARLOS ALBERTO FARRACHA D 0050 083826/2008
CARLOS FREDERICO REINA CO 0039 080762/2007
CARLOS HENRIQUE DE SOUZA 0011 068708/1999
CARLOS HENRIQUE DE SOUZA 0054 084612/2009
CARLOS ROBERTO DE OLIVEIR 0016 072742/2002
CARLOS ROBERTO MENOSSO 0068 010201/2010
CARMEN GLORIA ARRIAGADA A 0079 003059/2011
CESAR AUGUSTO TERRA 0012 069107/1999
0052 084054/2009
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 0048 083432/2008
CICERO ALESSANDRO GUERIOS 0030 077747/2005
CLARISSA SANTOS FARAH 0059 085399/2009
CLAUDIA BUENO GOMES 0064 086268/2009
CLAUDIO LUIZ FURTADO CORR 0051 083897/2009
CLEUSA DE JESUS JERONIMO 0014 071095/2001
CRISTINA ALLAGE SELEME CA 0047 083368/2008
DANIELA SILVA VIEIRA 0033 079001/2006
DANIELA SILVA VIEIRA 0098 041552/2011
0099 041553/2011
DANIELE DIAS DOS REIS 0015 071793/2001
DANIEL HACHEM 0002 058338/1990
0004 061875/1994
DANIEL HACHEM 0005 061960/1994
DANIEL HACHEM 0016 072742/2002
DANIEL HACHEM 0035 080105/2007
DANIELLE SZESZ 0054 084612/2009
DANILO EMILIO BERNARTT 0062 085996/2009
DARIO BORGES DE LIZ NETO 0056 084966/2009
DEISE CORREA MONTEIRO DE 0006 063365/1995
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR 0002 058338/1990
DENISE BENETOR GIESELER 0037 080458/2007
DIVONSIR BORBA CORTES FIL 0004 061875/1994
0005 061960/1994
EDGAR KINDERMAN SPECK 0022 075981/2004
EDMILSON MARTINS DO NASCI 0024 076346/2004
EDSON GONSALVES ARAÚJO 0090 028070/2011
EDUARDO PEREIRA DE OLIVEI 0020 075610/2004
EDUARDO PEREIRA DE SOUZA 0007 063785/1996
ELAINE DE FATIMA COSTA GU 0030 077747/2005
ELAINE SAMIRA POPE DA SIL 0023 076106/2004
ELCIO KOVALHUK 0033 079001/2006
ELEVIR DIONYSIO JUNIOR 0019 074361/2003
ELEVIR DIONYSIO NETO 0019 074361/2003
ELIZEU MENDES DA SILVA 0048 083432/2008
EMANUEL VITOR CANEDO DA S 0060 085667/2009
EVARISTO ARAGAO FERREIRA 0032 078846/2006
EVARISTO ARAGÃO SANTOS 0058 085328/2009
FABIANA CARLOTA RAMPAZZO 0007 063785/1996
FABIANO DIAS DOS REIS 0015 071793/2001
FABIO FERNANDES LEONARDO 0047 083368/2008
FABIULA MULLER KOENIG 0097 040757/2011
FABRICIO KAVA 0058 085328/2009
FABRICIO ZILOTTI 0022 075981/2004
FELIPE BARRIONUEVO COSTA 0063 086265/2009
FELIPE ROSSATO FARIAS 0064 086268/2009
FERNANDA DA VEIGA 0007 063785/1996
FERNANDO BAUM SALOMON 0051 083897/2009
FERNANDO CESAR SPRADA 0062 085996/2009
FERNANDO ESTEVAO DENEKA 0051 083897/2009
FILIPE ALVES DA MOTA 0039 080762/2007
FLAVIA CRISTIANE MACHADO 0030 077747/2005
FLAVIO DIONISIO BERNARTT 0062 085996/2009
FLAVIO DIONISIO BERNARTT 0062 085996/2009
FLAVIO FERNANDES LEONARDO 0047 083368/2008
FLAVIO LUIZ FONSECA NUNES 0083 010359/2011
FRANCISCO MACHADO DE JESU 0066 002579/2010
FREDERICO VALDOMIRO SLOMP 0010 067842/1998
GILBERTO BAENA 0012 069107/1999
GILBERTO MARCHIORO 0028 077078/2005
GILBERTO RODRIGUES BAENA 0096 039441/2011
GILBERTO STINGLIN LOTH 0012 069107/1999
GILSON JOAO GOULART JUNIO 0018 073468/2002
GIOSER ANTONIO OLIVETTE C 0066 002579/2010
GIOVANA M. MANZONO CAVALH 0024 076346/2004
GIOVANI GIONEDIS 0079 003059/2011
GIOVANNA MAGGI MAIA DE AL 0025 076365/2004
GISELE SOLER CONSALTER 0033 079001/2006
GISELLE MIRANDA RATTON SI 0040 081086/2007
GLAUCIO JOSAFAT BORDUN 0057 085321/2009
GUILHERME ZUMBLICK AGUIAR 0018 073468/2002
HELDER EDUARDO VICENTINI 0022 075981/2004
HELOISA GONÇALVES ROCHA 0082 006008/2011
0087 016215/2011
0094 036212/2011
HELTON JOSE SANCHEZ 0003 058986/1991
HIANAE SCHRAMM 0024 076346/2004
IGUACIMIR GONCALVES FRANC 0074 065203/2010
IOLANDO MUNHOZ JUNIOR 0034 079642/2006
ISABELA COMIN DA ROSA 0018 073468/2002
IVAN CESAR AZEVEDO BORGES 0056 084966/2009
IVAN DE AZEVEDO GUBERT 0007 063785/1996
IVAN GERIKAS BATISTA 0020 075610/2004
IVAN GUERIOS CURI 0025 076365/2004
IVILIM KOELBL 0007 063785/1996
JACKSON LUIZ DEIP 0002 058338/1990
JACKSON SONDAHL DE CAMPOS 0047 083368/2008
JANAINA ROVARIS 0046 083053/2008
0057 085321/2009
JAQUELINE BEATRIZ S. DE M 0002 058338/1990
JEFERSON DE AMORIN 0029 077473/2005
JEFFERSON FIUZA DE QUEIRO 0062 085996/2009
JOAO ALBERTO SERBAKE 0044 082430/2008
JOAO BATISTA DOS SANTOS 0037 080458/2007
JOAO LEONEL ANTOCHESKI 0042 081939/2008
0072 057189/2010
0078 002057/2011
0089 025551/2011
0095 036743/2011
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0012 069107/1999
0052 084054/2009
JORGE ANTONIO NASSAR CAPR 0025 076365/2004
JORGE DURVAL DA SILVA 0029 077473/2005
JOSÉ GILMAR BERTOLO 0050 083826/2008
JOSUE PEREZ COLUCCI 0057 085321/2009
JULIANA CARLA COUTO MENOS 0068 010201/2010
JULIANA CRISTINA TORRES 0079 003059/2011
JULIANA MAIA BENATO 0037 080458/2007
JULIANA PAULA DE SOUZA 0040 081086/2007
JULIANE MIRANDA LEAL DE S 0024 076346/2004
JULIANE TOLEDO ROSSA 0100 045749/2011
JULIANO MICHELS FRANCO 0074 065203/2010

JULIO CESAR DALMOLIN 0015 071793/2001
LAURA GARBACCIO VIANNA 0043 082050/2008
ÉLCIO KOVALHUK 0098 041552/2011
0099 041553/2011
LEONARDO MENDES STADLER 0086 013242/2011
LEONARDO SPERB DE PAOLA 0007 063785/1996
LEONEL TREVISAN JUNIOR 0027 077055/2005
0028 077078/2005
LIGIA VOSGERAU FERREIRA R 0051 083897/2009
LORIANE GUISANTES DA ROSA 0061 085881/2009
LUCIANA CARNEIRO DE LARA 0020 075610/2004
LUCIANE ROSA KANIGOSKI 0020 075610/2004
LUCILA MARIA FIALLA 0078 002057/2011
0095 036743/2011
LUCILENA SILVA OLIVEIRA 0055 084647/2009
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0033 079001/2006
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0046 083053/2008
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0098 041552/2011
0099 041553/2011
LUIZ ANTONIO PEREIRA RODR 0009 067763/1998
LUIZ CARLOS GUIESELER JUN 0050 083826/2008
LUIZ CARLOS MOREIRA JUNIO 0062 085996/2009
LUIZ CARLOS SOARES DA SIL 0050 083826/2008
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIM 0073 061819/2010
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0036 080246/2007
0049 083671/2008
0077 069962/2010
LUIZ FERNANDO COMEGNO 0004 061875/1994
LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ 0055 084647/2009
0059 085399/2009
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0032 078846/2006
0075 066029/2010
MAICHEL FERNANDO RAISDORF 0001 046749/1977
MARA REGINA MACENTE 0026 076850/2004
MARCELA CARNASCIALI DE MI 0007 063785/1996
MARCELO CLEMENTE BASTOS 0024 076346/2004
MARCELO DE BORTOLO 0039 080762/2007
MARCELO MOKWA DOS SANTOS 0014 071095/2001
MARCOS ANTONIO SILIO 0014 071095/2001
MARCOS AUGUSTO MALUCELLI 0007 063785/1996
MARCOS BUENO GOMES 0064 086268/2009
MARCOS CESAR VINHOTI 0039 080762/2007
MARCUS DE OLIVEIRA SALLES 0009 067763/1998
MARIA IZABEL BRUGINSKI 0042 081939/2008
0072 057189/2010
MARIA LUCIA L.C. DE MEDEI 0032 078846/2006
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0041 081245/2007
MARIO CEZAR TOMAZONI 0034 079642/2006
MARISA AYRES DE OLIVEIRA 0083 010359/2011
MAURICIO DE PAULA SOARES 0086 013242/2011
MAURICIO KAVINSKI 0049 083671/2008
0077 069962/2010
MAURO JOAO SALES DE A. MA 0007 063785/1996
MIEKO ITO 0061 085881/2009
MIEKO ITO 0085 012017/2011
MIGUEL LUIZ CONTE 0093 032216/2011
MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOT 0022 075981/2004
MILTON RICARDO E SILVA 0002 058338/1990
MURILO CELSO FERRI 0053 084183/2009
MURILO CELSO FERRI 0060 085667/2009
MURILO FRANCISCO DO AMARA 0071 036733/2010
NELSON ANTÔNIO GOMES JUNI 0008 066067/1997
NEUDI FERNANDES 0031 078526/2005
NEWTON DOMINGUES KALIL 0051 083897/2009
NEY PINTO VARELLA NETO 0012 069107/1999
NORBERTO JOSÉ ROSSI 0029 077473/2005
NORMA SUELY WOOD SALDANHA 0045 082987/2008
OSEAS RONCALIO JUNIOR 0070 028227/2010
PABLO ADRIANO DE PAULA 0011 068708/1999
PATRICIA PIEKARCZYK 0055 084647/2009
PATRICIA ROHN 0029 077473/2005
PAULO AUGUSTO GRUBE 0070 028227/2010
PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓ 0010 067842/1998
0013 070317/2000
PAULO ROBERTO BARBIERI 0027 077055/2005
PAULO ROBERTO HOELDTKE 0054 084612/2009
PAULO ROBERTO LOPES 0029 077473/2005
PAULO RODRIGO PAIVA DE AZ 0088 018903/2011
PAULO SERGIO RIBEIRO DA S 0050 083826/2008
PAULO SÉRGIO WINCKLER 0041 081245/2007
0067 005988/2010
PEDRO GIROLAMO MACARINI 0021 075951/2004
0081 005766/2011
PEDRO LOPES 0003 058986/1991
PEDRO MACENTE 0026 076850/2004
PEDRO RODERJAN REZENDE 0039 080762/2007
PEREGRINO DIAS ROSA NETO 0020 075610/2004
PERICLES LEAL DA SIILVA 0090 028070/2011
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 0067 005988/2010
PLINIO LUIZ BONANCA 0093 032216/2011
PRISCILA KEI SATO 0032 078846/2006
PRISCILA WICTHOFF NEVES 0016 072742/2002
RAFAEL MARTINS BORDINHAO 0086 013242/2011
RANKA DIRIANGEM SANDINO D 0065 086318/2009
REINALDO EMILIO AMADEU HA 0002 058338/1990
0016 072742/2002
REINALDO MIRICO ARONIS 0039 080762/2007
RENATO BELTRAMI 0020 075610/2004
RENOLDA AMELIA DA SILVEIR 0006 063365/1995
RICARDO COSTA MAGUETAS 0080 005272/2011
RICARDO FEITOSA DE ARAUJO 0006 063365/1995
RICARDO RUSSO 0011 068708/1999
0054 084612/2009
RITA DE CASSIA CORREA DE 0032 078846/2006
ROBSON ADRIANO DE OLIVEIR 0062 085996/2009
ROBSON OCHIAI PADILHA 0084 011420/2011
RODRIGO ANTONIO GRESPAN 0098 041552/2011
0099 041553/2011
RODRIGO NICOLETTI ALVES 0007 063785/1996
RODRIGO OTAVIO DE B. DRUS 0029 077473/2005
ROSANGELA DA ROSA CORREA 0041 081245/2007
ROSANGELO ASSIONE SANTOS 0017 072961/2002
RUI DALTON MIECZNIKOWSKI 0079 003059/2011
SANDRA CALABRESE SIMAO 0020 075610/2004
SEBASTIAO MENDES DA SILVA 0048 083432/2008
SEBASTIAO TAUFER DO VALLE 0020 075610/2004
SERGIO ALVES RAYZEL 0014 071095/2001
SERGIO STEFANO SIMOES 0037 080458/2007
SHEILA ALESSANDRA DE SOUZ 0053 084183/2009
SIDNEI GILSON DOCKHORN 0011 068708/1999
0054 084612/2009
SILVENEI DE CAMPOS 0038 080697/2007
SILVESTRE DIAS DOS REIS 0015 071793/2001
SIMARA ZONTA 0074 065203/2010
SIMONE BEATRIZ PORTUGAL D 0062 085996/2009
SÍLVIO ALEXANDRE MARTO 0038 080697/2007
SONY BRASIL DE CAMPOS GUI 0044 082430/2008
TATIANA GAERTNER 0057 085321/2009
TERESA CELINA ARRUDA ALVI 0032 078846/2006
THIAGO BERTAPELLI 0007 063785/1996
VALERIA CARAMURU CICARELL 0069 018501/2010
VALERIA MACARIO DA SILVA 0078 002057/2011
VANESSA MARIA FALAVINHA F 0020 075610/2004
VANESSA PALUDZYSZYN 0092 030371/2011
VANESSA QUEIROZ PONCIANO 0055 084647/2009
VANESSA VOLPI BELLEGARD P 0079 003059/2011
VERA LUCIA INES AMALFI VI 0030 077747/2005
VIVIANE BUENO ALIONÇO 0054 084612/2009
WAGNER BARONE LOPES 0047 083368/2008
WILSON NALDO GRUBE FILHO 0070 028227/2010

1. INVENTARIO-46749/1977-TEREZINHA GLALIQUE ZENI x ALDO ZENI-Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento de custas referente a expedição de formal de partilha no importe de R$ 141,00. -Adv. MAICHEL FERNANDO RAISDORFER-.

2. EXECUCAO HIPOTECARIA-58338/1990-BANCO BRADESCO S/A x ADEMIR DENIPOTE e outro-Intimem-se as partes para manifestarem-se sobre o calculo de fls. 227/229, apresentado pelo Sr. Contador. -Advs. DENIO LEITE NOVAES JUNIOR, JAQUELINE BEATRIZ S. DE MOURA, JACKSON LUIZ DEIP, DANIEL HACHEM, MILTON RICARDO E SILVA e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM-.

3. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-58986/1991-SIGMUNDO NEUWIRTH x PALMARES COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA- 1. Mesmo sendo considerado pelo juízo que o exequente postulou às fls. 137/142 a desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, deve o exeqüente elucidar em qual das hipóteses do artigo 50 do CC se funda o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da executada, esclarecendo-se minuciosamente o enquadramento, sob pena de indeferimento. 2. Após, voltem conclusos. -Advs. HELTON JOSE SANCHEZ, ANA MARCIA FERRAES e PEDRO LOPES-.

4. EXECUCAO HIPOTECARIA-61875/1994-BANCO BRADESCO S.A x DEONIZIO FOLDA-Intime-se a parte interessada para que deposite antecipadamente as custas relativas ao senhor contador, equivalente a R$ 10,08.-Advs. DANIEL HACHEM, ANDREA PEDROZO DOS SANTOS, DIVONSIR BORBA CORTES FILHO e LUIZ FERNANDO COMEGNO-.

5. EMBARGOS A EXECUCAO-61960/1994-DEONIZIO FOLDA x BANCO BRADESCO S/A-1. Acolho o pedido de fls. 129/130. Intime-se a parte executada para pagamento do montante da condenação em 15 (quinze) dias, sob pena de acréscimo da multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 475-J do CPC e honorários advocatícios da fase de cumprimento de sentença. -Advs. DIVONSIR BORBA CORTES FILHO e DANIEL HACHEM-.

6. ARROLAMENTO-63365/1995-JESUINA MARIA DE JESUS ROCHA x ALVINO JOSE DA ROCHA- (Sentença): Vistos e examinados estes autos de inventario sob o rito de ARROLAMENTO n° 63.365/1995 dos bens que ficaram pelo falecimento de ALVINO JOSE DA ROCHA. HOMOLOG O, para que produza os seus juridicos e 'legais eleitos, a retificação procedida nestes autos INVENTARIO sob o rito de ARROLAMENTO dos bens que ficaram pelo falecimento de ALVINO JOSE DA ROCHA, conforme termo de retificação de fls. 121 a 122. Sem custas, por ter sido deferido o pedido de justiça gratuita. Oportunamente, arquive-se. -Advs. RENOLDA AMELIA DA SILVEIRA SOLHEID, DEISE CORREA MONTEIRO DE BARROS HINZ e RICARDO FEITOSA DE ARAUJO-.

7. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-63785/1996-PARANA BANCO S/A x TRANSPORTADORA QUATRO BARRAS LTDA e outro- Intime-se a parte exequente para que apresente calculo discriminado e atualizado de débito. -Advs. MARCOS AUGUSTO MALUCELLI, ANA PAULA CONTI BASTOS, RODRIGO NICOLETTI ALVES, MARCELA CARNASCIALI DE MIRO, EDUARDO PEREIRA DE SOUZA, IVILIM KOELBL, FERNANDA DA VEIGA, THIAGO BERTAPELLI, CAPRICE ANDRETTA CHECHELAKY, IVAN DE AZEVEDO GUBERT, MAURO JOAO SALES DE A. MARANHAO, AMAURI S. RAMOS, LEONARDO SPERB DE PAOLA e FABIANA CARLOTA RAMPAZZO ALMEIDA-.

8. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-66067/1997-SUELI DE FATIMA SCHEIFFER x LUZIA NAKAYAMA e outro-Intime-se a parte interessada para que deposite antecipadamente as custas relativas ao senhor contador, equivalente a R$ 145,24.-Adv. NELSON ANTÔNIO GOMES JUNIOR-.

9. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-67763/1998-LE LAC VEICULOS LTDA x ALAERTES JOSE MARTINS-Em consulta ao Sistema Bacen-Jud, afere-se que o bloqueio de valores online resultou negativo, conforme extrato anexo. Intime-se a parte exequente para, em 10 (dez) dias, dar prosseguimento à execução, indicando outros bens do devedor passíveis de penhora. Em nada sendo requerido no prazo assinalado, determino desde logo a remessa dos autos ao arquivo provisório, aguardando-se o prazo da prescrição intercorrente. -Advs. LUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES e MARCUS DE OLIVEIRA SALLES REIS-.

10. EXECUCAO-67842/1998-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS - FUNCEF x JAMAR ROSSONI CLIVATTI e outro- 1. O ârt. 45 do CPC autoriza o advogado a renunciar ao mandato a qualquer tempo, desde que prove que cientificou o mandante a fim de que este nomeie substituto. O procurador do executado não provou a cientificação a que alude a lei, apesar de ter juntado aos autos notificação extrajudicial (cf. fl. 207), uma vez que esta não faz prova do recebimento pelo mandante (não há sua assinatura), não se prestando, portanto, a cientificar a parte acerca da renúncia. 2. Desse modo, pois, reputo inválida a renúncia ao mandato efetivada nos autos, determinando o prosseguimento da demanda com os procuradores do exequente já constituídos nos autos, até que venha a provar o atendimento do requisito do art. 45 do CPC. 3. Após a regularização da representação processual da parte executada, voltem conclusos para análise do pedido de fl. 208. -Advs. PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN e FREDERICO VALDOMIRO SLOMP-.

11. RESCISAO DE CONTRATO (ORD)-68708/1999-WANDA PRINCIVAL x TORREBLANCA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e outro- Defiro o pedido de fls. 325/326. Suspenda-se o feito até ulterior decisão dos autps em apenso - Embargos de Terceiro n.º 84612/2009 - uma vez que esta corrobora decisão ja proferida à fl. 28 dos Embargos. -Advs. SIDNEI GILSON DOCKHORN, CARLOS HENRIQUE DE SOUZA RODRIGUES, RICARDO RUSSO e PABLO ADRIANO DE PAULA-.

12. EXECUCAO HIPOTECARIA-69107/1999-BANCO ITAU S/A x EDSON MACHADO e outro-Defiro o pedido de fl. 172. Suspenda-se a execução até ulterior manifestação das partes, ficando ressalvado o prazo maximo de 180 (cento e oitenta) dias. -Advs. GILBERTO STINGLIN LOTH, GILBERTO BAENA, CESAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e NEY PINTO VARELLA NETO-.

13. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-70317/2000-CAIXA DE PREV DOS FUNC DO BANCO DO BRASIL - PREVI x NILVA BERNADETE JUSTIMIANO DIAS-Preliminarmente, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, acoste aos autos demonstrativo atualizado do debito. Após, retornem os autos conclusos para analise de pedido de fls. 258/259.-Adv. PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN-.

14. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-71095/2001-DIVAIR DALL BELLO e outro x PAULO ROBERTO DE CAMPOS RODRIGUES PAJARO e outros-Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento de custas referente a expedição de Carta Precatória. -Advs. MARCOS ANTONIO SILIO, CLEUSA DE JESUS JERONIMO SILIO, ANISIO DOS SANTOS, MARCELO MOKWA DOS SANTOS e SERGIO ALVES RAYZEL-.

15. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL (AMARELO)-71793/2001-GERALDO VIEIRA x PETROLEUM FORMACAO DE INSERTO LTDA e outros- Ciente. Defiro pedido de fl. 370, concedendo vistas à parte exequente pelo prazo de 05 (cinco) dias, com fulcro no artigo 40, II, do Codigo de Processo Civil. -Advs. JULIO CESAR DALMOLIN, SILVESTRE DIAS DOS REIS, DANIELE DIAS DOS REIS e FABIANO DIAS DOS REIS-.

16. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-72742/2002-BANCO ITAU S/A x PROTECT IND COM IMP E EXP DE EQUIP ELETROELETRONIC e outros-Intime-se a parte exequente para retirar a carta de intimação que encontra-se a disposição em cartório. -Advs. DANIEL HACHEM, REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM, CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA e PRISCILA WICTHOFF NEVES-.

17. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-72961/2002-DANNY JOAO BERTE e outro x EDUARDO PINTO VAZ-Intimem-se as partes para manifestarem-se sobre o laudo avaliação de fls. 106.-Adv. ROSANGELO ASSIONE SANTOS-.

18. EMBARGOS DO DEVEDOR-73468/2002-SANDRA REGINA LOPES CHIARATTI x GENESIO A MENDES E CIA LTDA-Recebo o recurso de apelaçao de fls. 255/264, no efeito meramente devolutivo (art. 520, inciso V, do CPC). Intime-se a parte apelada para contrarrazoar o recurso, no prazo de quinze. Não havendo pedido de reconsideração dos pressupostos de admissibilidade de recurso ou propositura de novo recurso, remetam-se os autos ao Eg. Tribunal de justiça do Estado, com nossas homenagens. -Advs. GILSON JOAO GOULART JUNIOR, GUILHERME ZUMBLICK AGUIAR, ISABELA COMIN DA ROSA e ALESSANDRO REBELO DA SILVA CAMPELLI-.

19. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-74361/2003-GIRSO DE MEDEIROS x MIGUEL SHIGEMI AOKI- Diante do noticiado na Certidão de fl. 54 e, considerando que a parte autora foi intimada por duas vezes consecutivas para dar andamento ao feito, em março e em maio de 2011, determino desde logo a remessa dos autos ao arquivo provisorio, aguardando-se o prazo da prescrição intercorrente. -Advs. ELEVIR DIONYSIO JUNIOR e ELEVIR DIONYSIO NETO-.

20. INDENIZACAO ( ORDINARIA )-0000848-27.2004.8.16.0001-ELTON CARLOS DE ANDRADE x ARNALDO EWALDO FROHLICH e outros- 1. Acolho parcialmente os pedidos de fls. 443/444. O fato de não ter constado na publicação de fl. 436 o item 4 da decisão de fl. 435, ocorreu em virtude da determinação judicial que ordenou a intimação da parte impugnada para se pronunciar a respeito da impugnação ao cumprimento de sentença, tão somente após o pagamento das custas, o que não foi cumprido até o momento. Verifica-se, outrossim, que a decisão de fl. 438, em seu item 2, é que se mostra equivocada. Razão pela qual, revogo-a, nesse momento. 2. Considerando a manifestação do autor que tem interesse em entrar em acordo (fls. 305), objetivando por fim ao litígio e considerando a Resolução n° 17/2010, do Egrégio Tribunal de Justiça, cumulando com os incisos II e IV do art. 125 do Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 01.11.2011, às 13h15min, a ser realizada no Núcleo de Conciliação do Fórum Cível de Curitiba, situado no 2° andar. Intimem-se os advogados, via Diário da Justiça, para comparecerem ao ato preferencialmente acompanhados das respectivas partes, para facilitar a composição. 3. Fica desde já estabelecido que, na hipótese de não haver conciliação, na própria audiência deliberar-se-á acerca da intimação da parte impugnante para promover p preparo da impugnação ao cumprimento de sentença e demais atos que se fizerem necessários. -Advs. LUCIANE ROSA KANIGOSKI, SEBASTIAO TAUFER DO VALLE, IVAN GERIKAS BATISTA, VANESSA MARIA FALAVINHA FROHLICH, PEREGRINO DIAS ROSA NETO, RENATO BELTRAMI, EDUARDO PEREIRA DE OLIVEIRA MELLO, SANDRA CALABRESE SIMAO e LUCIANA CARNEIRO DE LARA-.

21. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-75951/2004-BANCO DE CREDITO NACIONAL S/A x SERRALHERIA MARINGA LTDA e outros- intime-se a exequente para que dê prosseguimento ao feito, observando a suspensão em relação aos valores penhorados através do sistema Bancen-Jud. -Advs. PEDRO GIROLAMO MACARINI e ANISIO DOS SANTOS-.

22. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-75981/2004-BANCO DO BRASIL S.A. x JOSE RAMATIS DA SILVA-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidão do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. EDGAR KINDERMAN SPECK, HELDER EDUARDO VICENTINI, MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO e FABRICIO ZILOTTI-.

23. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-76106/2004-ANTONIO CARLOS DA SILVA e outro x GENILTON VIEIRA DE ANDRADE e outro-Intime-se a parte requerente para retirar o ofício de mandado que encontra-se a disposição em cartório, no prazo de (cinco) 05 dias. -Adv. ELAINE SAMIRA POPE DA SILVA-.

24. EMBARGOS A EXECUCAO-76346/2004-MARTA PROENCA e outro x INSOL INTERTRADING DO BRASIL IND. E COM. LTDA- 1. Da análise dos autos verifica-se que já houve fixação da multa de 10% do art. 475- J do CPC, sobre o valor do débito, bem como fixação de honorários advocatícios (cf. fl.259). Assim, indefiro o item 'a' da petição de fls. 265/268, motivo pelo qual, tem-se como valor atualizado da dívida o montante de R$ 3.203,80 - três mil duzentos e três reais e oitenta centavos (R$ 3.524,18 - R$ 320,38 referente à multa de 10%). 1.Em tonsulta ao Sistema BACEN-Jud, afere-se que o bloqueio de valores online resultou positivo, porém em valores ínfimos frente aquele executado, conforme extrato que segue. Desse modo, sopesando a norma contida no artigo 659, § 2°, do CPC, a quantia foi desbloqueada. 2. Indefiro os pedidos dos itens 'c' e 'd' de fl. 267, uma vez que incumbe à parte exequente diligenciar neste sentido. Deste modo, manifeste-se a parte exequente, requerendo o que entender de direito, em dez dias. -Advs. GIOVANA M. MANZONO CAVALHERI, EDMILSON MARTINS DO NASCIMENTO, HIANAE SCHRAMM, MARCELO CLEMENTE BASTOS e JULIANE MIRANDA LEAL DE SISTI-.

25. INTERPELACAO JUDICIAL-76365/2004-SONIA MARIA SANTIAGO x PAULO TADEU RODRIGUES DE ALMEIDA-Processo que se encontra em carga para o Dr. Jorge Antonio Nassar Capraro, que deverá ser devolvido ao cartório no prazo de 24:00 horas, sob as penas do art. 196 do CPC. -Advs. IVAN GUERIOS CURI, JORGE ANTONIO NASSAR CAPRARO e GIOVANNA MAGGI MAIA DE ALMEIDA-.

26. INVENTARIO-76850/2004-ELIZABETH YOUKO OYA SILVA x EDMAR FERREIRA DA SILVA-I. Defiro o processamento da sobrepartilha, devendo funcionar como inventariante a Sra. ELIZABETH YOUKO OYA SILVA, sob o compromisso ja prestado. II. Não existindo imposto de transmissão a titulo de morte a ser pago, expeça-se alvará para que a inventariante levante a importancia objeto desta sobrepartilha, depois de pagas as custas devidas. Intime-se a parte inventariante para efetuar o pagamento das custas referente a expedição de alvará. -Advs. PEDRO MACENTE e MARA REGINA MACENTE-.

27. EXECUCAO-77055/2005-BANCO BANESTADO S/A x JOAO ALEXANDRE POPOASKI e outro-Intime-se a parte interessada para efetuar o preparo das custas referente a expedição de carta de adjudicação, bem como para o recolhimento de custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme provimento 01/99 (MANDADO DE DESOCUPAÇÃO). -Advs. PAULO ROBERTO BARBIERI e LEONEL TREVISAN JUNIOR-.

28. EMBARGOS A EXECUCAO-0000774-36.2005.8.16.0001-ILDA SIMONE BATISTA x BANCO BANESTADO S/A-Intimem-se as partes para dar ciência da baixa dos autos, sob pena de arquivamento provisório. -Advs. GILBERTO MARCHIORO e LEONEL TREVISAN JUNIOR-.

29. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-77473/2005-PANIFICADORA MARQUESIL LTDA x CONDOMINIO EDIFICIO RESIDENCIAL GABRIELA- Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste sobre o informado pela executada (fl. 151), bem como para que dê prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito. -Advs. JORGE DURVAL DA SILVA, PAULO ROBERTO LOPES, ALESSANDRO RAVAZZANI, PATRICIA ROHN, RODRIGO OTAVIO DE B. DRUSZCZ, NORBERTO JOSÉ ROSSI e JEFERSON DE AMORIN-.

30. EMBARGOS A EXECUCAO-77747/2005-PITYMAR COMERCIO DE TECIDOS LTDA e outros x BANCO DO BRASIL S.A.- (Sentença em resumo): Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo improcedentes os embargos à execução. Condeno a parte embargante no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com fundamento no § 4° do artigo 20 do Código de Processo Civil, considerando a complexidade da causa, a dilação probatória, o trabalho dos advogados eo local de prestação do serviço. Desapensem-

se estes autos do processo principal, certificando-se ali o fato, mencionando-se a pendência ou não de recurso, o valor das custas pagas e quem as pagou, além de juntar-se cópia da decisão (item 5.13.4 do Código de Normas). -Advs. CICERO ALESSANDRO GUERIOS, ELAINE DE FATIMA COSTA GUERIOS, VERA LUCIA INES AMALFI VITOLA e FLAVIA CRISTIANE MACHADO-.

31. EXECUCAO ENTREGA COISA CERTA-78526/2005-DEUCHER & DEUCHER LTDA x ATILA IMOVEIS LTDA - EPP e outros- Defiro pedido de vista dos autos, pelo prazo de 05 (cinco) dias, com fulcro no art. 40, II, Codigo de Processo Civil. -Advs. ANDERSON BORCATH BARBERI e NEUDI FERNANDES-.

32. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-78846/2006-BANCO ITAU S/A x MARISA APARECIDA FONSECA-Intime-se a parte requerente para retirar os oficios que encontram-se a disposição em cartório, no prazo de cinco (05) dias. -Advs. EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, PRISCILA KEI SATO, TERESA CELINA ARRUDA ALVIM WAMBIER, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, MARIA LUCIA L.C. DE MEDEIROS e RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS-.

33. EXECUCAO HIPOTECARIA-79001/2006-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A. x ARLINDO GRESPAN e outros- 1. Noticiado o falecimento da executada Judite Domingas Trindade (certidão de óbito-fl. 95), determino a suspensão da presente execução, pelo prazo de 60 dias, com fundamento nos artigos 791, inciso le 265, inciso I do Código de Processo Civil. 2. Tratando-se de obrigação solidária, Intime-se o executado Arlindo Grespan, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que, neste ínterim, promova a regularização da representação processual do Espólio de Judite Domingues, mediante a juntada do termo de compromisso de inventariante (art. 12, inciso V, do CPC). 3. Na hipótese de encerrado o processo de inventário, a outorga de poderes ao patrono da causa deve ser feita na pessoa dos herdeiros do de cujus (art. 43 do Código de Processo Civil). -Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON, DANIELA SILVA VIEIRA, ELCIO KOVALHUK e GISELE SOLER CONSALTER-.

34. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-79642/2006-JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO x BANCO ITAU S/A e outro e outro- Primeiramente, intime-se a parte exequente para que traga planilha atualizada do debito, em dez dias, uma vez que o documento de fls. 146/147 é datado de fevereiro de 2011. -Advs. MARIO CEZAR TOMAZONI e IOLANDO MUNHOZ JUNIOR-.

35. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-80105/2007-BANCO BRADESCO S.A x ENGEPI ASSESSORIA E PLANEJAMENTO S/C LTDA e outro-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidão do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. DANIEL HACHEM-.

36. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-80246/2007-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x AGC COMERCIO DE MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA. e outro-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da penhora. -Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

37. EMBARGOS DO DEVEDOR-80458/2007-LUIZ CARLOS DOS REIS x GLORIA DIANA LEUENBERGER DE MOURA-Recebo o recurso de apelaçao de fls. 106/118, em seu duplo efeito (art. 520, caput, do CPC). Intime-se a parte apelada para contrarrazoar o recurso, no prazo de quinze (15) dias (art. 508 do Código de Processo Civil). Não havendo pedido de reconsideração dos pressupostos de admissibilidade de recurso ou propositura de novo recurso, remetam-se os autos ao Eg. Tribunal de justiça do Estado, com nossas homenagens. -Advs. JOAO BATISTA DOS SANTOS, DENISE BENETOR GIESELER, SERGIO STEFANO SIMOES e JULIANA MAIA BENATO-.

38. EXECUCAO-80697/2007-FRANCISCO STRASSER FILHO x SOLANGE MARIA BRAGA RESNIK e outro-Intime-se a parte requerente para manifestar-se dos termos da certidão do correio (mudou-se). -Advs. ARLETE TEREZINHA DE ANDRADE KUMAKURA, SILVENEI DE CAMPOS, SÍLVIO ALEXANDRE MARTO e ANA CRISTINA DE MELO-.

39. EXECUCAO-80762/2007-MARISTELA KATIANE ZIMMER x HSBC SEGUROS (BRASIL) S/A-Intime-se o requerente para retirar o Alvará que encontra-se a disposição na agência do Banco do Brasil, 3793-X (Poder Judiciário), no prazo de cinco (05) dias. Após, não havendo mais nenhuma pretensão a ser sanada, arquivem-se os autos. -Advs. FILIPE ALVES DA MOTA, CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO, MARCELO DE BORTOLO, MARCOS CESAR VINHOTI, PEDRO RODERJAN REZENDE e REINALDO MIRICO ARONIS-.

40. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-81086/2007-NORCONSIL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. x MARILDA DA SILVA MONTAZOLLE-Defiro o pedido de fl. 102/104. Expeça-se mandado de penhora e avaliação do bem indicado às fls. 106/107. Com o cumprimento do mandado, reduza-se a penhora a termo. Intime-se a parte requerente para o recolhimento de custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme provimento 01/99 (mandado de penhora e avaliação). -Advs. GISELLE MIRANDA RATTON SILVA e JULIANA PAULA DE SOUZA-.

41. REVISIONAL (SUMARIO)-81245/2007-EDISON CORDEIRO e outro x BANCO FINASA BMC S/A-Intime-se a parte interessada para que deposite antecipadamente as custas relativas ao senhor contador, equivalente a R$ 39,70.-Advs. PAULO SÉRGIO WINCKLER, MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

42. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-81939/2008-BANCO BRADESCO S.A x COMÉRCIO DE ÓLEOS LF LTDA ME e outros- 2. Da análise dos autos observa-se que a tentativa de citação dos executados se deu da seguinte forma: a) à fl. 23-v foi procedida somente a citação de COMERCIO DE OLEOS LF LTDA-ME; b)diante da citação incompleta, foi determinada por este juízo a citação dos demais executados JUAN CARLOS LALLI E MARIA CLAUDIA LALLI (cf. fl. 34); c) da certidão de fl. 47 depreende-se que houve a citação do exequente JUAN CARLOS LALLI e que, MARIA CLAUDIA LALLI estaria residindo no Rio de Janeiro, de acordo com informações prestadas por seu pai, o qual não soube informar o endereco correto de sua filha. 3. Devidamente intimada para se manifestar sobre a certidão de fl. 47, a parte exequente requereu a utilização da penhora online, sob a alegação de que todos os executados haviam sido citados, o que foi aclarado na determinação de fl. 51, considerando a pendência de citação da 33 executada. 4. A fl. 53/54, a parte exequente requereu a citação por hora certa da executada MARIA CLAUDIA LALLI, o que foi indeferido por ausência de ocultação, estando ausente o requisito do art. 228 do CPC (cf. fl. 55). 5. Posto isso, a parte exequente, às fls. 57/58, requereu o esclarecimento pelo Sr. Oficial de Justiça que atuava na presente demanda acerca da certidão de fl. 23-v, devendo esclarecer os atos praticados à época e, em sendo o caso de não citação da executada acima citada, que a citação seja feita por hora certa na pessoa de seu Pai ou que este informe seu endereço. 6. Indefiro tais requerimentos, considerando que nao eo caso de esclarecimento pelo Sr. Oficial de Justiça, uma vez que a ausência de citação dos demais executados à fl. 23-v foi suprida pela determinação de fl. 34 e a efetiva citação do 2° executado à fl. 47 49, de modo que reitero a determinações de fls. 51 e 55. Assim, deve a parte exequente informar se pretende a continuação da presente demanda em relação à 3a executada ou se pretende sua citação, diligenciando em busca de seu endereço, bem como manifestar interesse no prosseguimento do feito em relação aos demais executados, trazendo aos autos planilha atualizada do débito, no prazo de 05 (cinco) dias, para analise do pedido de penhora online. -Advs. JOAO LEONEL ANTOCHESKI e MARIA IZABEL BRUGINSKI-.

43. DECLARAT.INEXIS.DE DEB.(ORD)-0004081-90.2008.8.16.0001-CLEONICE DE QUEIROZ x PANAMERICANA PRESTADORA DE SERVIÇOS e outro-Atenda-se a solicitação de fl. 218, encaminhando-se o numero do CPF correto de Cleonice de Queiroz. Intime-se a parte interessada para efetuar o pagamento de custas referente a expedição de ofício. -Advs. LAURA GARBACCIO VIANNA e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

44. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-82430/2008-BANCO SANTANDER BANESPA S/A x SERBAKE & FREHSE COMERCIO VEICULOS LTDA - ME e outros-1. A quebra do sigilo bancário ou fiscal do executado apenas se admite em hipóteses excepcionais, notadamente quando já foram esgotadas todas as tentativas de localização de bens pelo credor. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇAO FISCAL. SIGILO BANCÁRIO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO BACEN. EXCEPCIONALIDADE NÃO-CONFIGURADA. SÚMULA N. 7/STJ. 1. O STJ firmou o entendimento de que a quebra do siqilo fiscal ou bancário do executado para que a Fazenda Pública obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente é admitida somente após restarem esgotadas todas as tentativas de obtenção dos dados pela via extraíudicial. (REsp 504.936/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 21.09.2006, DJ 30.10.2006 p. 262) No caso dos autos, já foi diligenciado junto ao DETRAN, aos Cartórios de Registros de Imóveis desta capital e pelo BACEN JUD (fls. 89/93), de forma que está aberta a situação excepcional apta a autorizar a quebra do sigilo fiscal pretendido pela parte credora. 2. Diante do exposto, defiro o pedido de quebra de sigilo fiscal da parte executada, determinando-se a expedição de ofício à Delegacia da Receita Federal, solicitando o encaminhamento a este juízo de cópia das 03 (três) últimas declarações de imposto de renda dos executados. Intime-se a parte exequente para efetuar o pagamento de custas referente a expedição de ofício. -Advs. SONY BRASIL DE CAMPOS GUIMARÃES e JOAO ALBERTO SERBAKE-.

45. EMBARGOS DO DEVEDOR-82987/2008-ROSEMARI LOPES DE CARVALHO x DI 1000 TELEFONE DE AUTO TAXI LTDA- (Sentença em resumo): Diante do exposto, julgo procedente o pedido constante da inicial, para o fim de determinar a baixa da penhora realizada à fl. 91 dos autos de execução de título extrajudicial n ° 68.493/1999. Condeno a embargada ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios em favor da embargante, verba que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), em atenção às diretrizes do art. 20, § 4°, do CPC, em especial que o profissional prestou um serviço relativamente bom, que prestou serviços em na Comarca em que tem escritório profissional e que a causa lhe trouxe pouco trabalho, tendo inclusive ocorrido julgamento antecipado da lide. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Desapensem-se estes autos do processo principal, certificando-se ali o fato, mencionando-se a pendência ou não de recurso, o valor das custas pagas e quem as pagou, além de juntar-se cópia da decisão (item 5.13.4 do Código de Normas). Oficie-se ao 4° Cartório de Registro de Imóveis de Curitiba comunicando-se que consta equívoco na indicação do CPF de ROSEMARI LOPES DE CARVALHO na matrícula n° 36.481. Instrua-se o ofício com cópia da fl. 08 destes autos. -Advs. NORMA SUELY WOOD SALDANHA DE MORAES e ARNALDO FERREIRA MULLER-.

46. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-83053/2008-BANCO UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. x ALDUIRO JOSE BERTULINO e outro-(Despacho em resumo): Defiro o pedido de quebra de sigilo fiscal da parte executada. Intime-se a parte exequente para efetuar o pagamento de custas referente a expedição de ofício. -Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON e JANAINA ROVARIS-.

47. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-83368/2008-CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEICULOS S/A x DHULYENE KELLY GOLVEIA-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidão do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. JACKSON SONDAHL DE CAMPOS, FABIO FERNANDES LEONARDO, FLAVIO FERNANDES LEONARDO, CRISTINA ALLAGE SELEME CASADO e WAGNER BARONE LOPES-.

48. COBRANCA (SUMARIO)-83432/2008-MOACIR ANTONIO ZEM e outros x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-1. Com relação ao ofício de fl. 136, compulsando os autos, verifica-se que não fora determinada expedição de alvará no presente feito. Prestem-se informações, conforme requerido. Remetam-se as procuraçoes onginais requeridas em fl. 136. devendo a escrivania substituí-las por cópia. 2. Com o fito de possibilitar a ampla defesa das partes, com fulcro no artigo 355 do CPC, determino que o banco réu junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, os extratos das contas poupança abaixo especificados, sob pena de não o fazendo nesse ínterim serem reputados como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora, nos termos do art. 359, inciso I, do Código de Processo Civil. a)

extrato referente ao mês 02/89, da conta n° 403.486-1. agência 0026, da titular Ilka Laise Gil; b) extrato referente ao mês 02/89, da conta n° 409.264-1, agência 0031, da titular Maria José Silvano de Moraes; c) extratos referentes aos meses 05 e 06/90, bem como 03/91, das contas n° 900.234-1, 901.395-5, 901.397-1. 901.394-7, 901.393-9, 900.754-8, todas da agência 0101, da titular Maria Aparecida Gonçalves; d) extratos referentes aos meses 02/89 e 06/90, das contas n° 409.184-2, 403.187-4 e 403.033-9, todas da agência 0101, da titular Sebastiana Savaccini Izidoro; e) extrato referente ao mês 02/89, da conta n° 425.315-3 agência 0121, da titular Ione Lopes Camanho; f) extratos referentes aos meses 02/89, 05 e 06/90, da conta n° 404.925-2, bem como extrato do mês 06/90 da conta n° 400.480-1, ambas da agência 0633, do titular Geraldo Grubba; g) extratos referentes aos meses 02/89 e 06/90, da conta n ° 900.920-5, agência 0440, da titular Tereza Teixeira Candido. 3. Após, certificado nos autos no caso de ausência de manifestação, tornem conclusos. Intime-se a parte interessada para efetuar o pagamento de custas referente a expedição de ofício. -Advs. SEBASTIAO MENDES DA SILVA, ELIZEU MENDES DA SILVA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

49. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-83671/2008-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x AREA FITNESS ACADEMIA DE GINASTICA LTDA e outro-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidão do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, MAURICIO KAVINSKI e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.

50. EMBARGOS A EXECUCAO-83826/2008-ERNESTO LUIZ PEDROSO JUNIOR x IRONALDO PEREIRA DE DEUS-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da contestaçao de fls. 39/54. -Advs. CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO, LUIZ CARLOS SOARES DA SILVA JUNIOR, JOSÉ GILMAR BERTOLO, PAULO SERGIO RIBEIRO DA SILVA e LUIZ CARLOS GUIESELER JUNIOR-.

51. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-83897/2009-GPC QUIMICA S/A - ATUAL DENOMINACAO DE SYNTEKO PRO x COMPENSADOS LFPP LTDA e outro-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da petição de fls. 47/59, apresentada pelo requerido. -Advs. NEWTON DOMINGUES KALIL, FERNANDO BAUM SALOMON, FERNANDO ESTEVAO DENEKA, CLAUDIO LUIZ FURTADO CORREA FRANCISCO e LIGIA VOSGERAU FERREIRA RIBAS-.

52. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-84054/2009-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA x CELSO MIQUELISSA-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidão do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. CESAR AUGUSTO TERRA e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.

53. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-84183/2009-BANCO BRADESCO S.A x SANTOS E CASAGRANDE LANCHES RAPIDOS LTDA ME e outro-Intime-se a parte requerente para retirar o ofício de mandado que encontra-se a disposição em cartório, no prazo de (cinco) 05 dias. -Advs. MURILO CELSO FERRI e SHEILA ALESSANDRA DE SOUZA BORIN-.

54. EMBARGOS DE TERCEIRO-84612/2009-OLINTO OLIVEIRA DA SILVA x WANDA PRINCIVAL- Defiro o pedido de fl. 54. Para audiência de instrução e julgamento designo o dia 05.03.2012, às 15h30min, para o depoimento pessoal das partes e inquirição de testemunhas cujo rol deve ser juntado aos autos em até 30 (trinta) dias da audiência. Intime-se as partes para efetuarem o preparo das custas referente a expedição das cartas de intimação. -Advs. VIVIANE BUENO ALIONÇO, PAULO ROBERTO HOELDTKE, DANIELLE SZESZ, SIDNEI GILSON DOCKHORN, CARLOS HENRIQUE DE SOUZA RODRIGUES e RICARDO RUSSO-.

55. COBRANCA (SUMARIO)-84647/2009-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL SOLAR DO PINHEIRIN x VERA LUCIA APARECIDA AMARAL THOME- 1. Por equívoco da escrivania, a autuação se deu com erro de grafia no nome da requerida, o que desencadeou erro também na expedição da carta precatória, conforme se observa no ofício de fls. 127. Assim, sem prejuízo à parte autora, defiro o pedido de fls. 135/136. 2. Expeça-se nova carta precatória para citação e intimação da requerida, no endereço indicado às fls. 110, às custas e expensas do cartório. 3. Designo nova data para a audiência de conciliação (artigo 277 do Código de Processo Civil), na data de 16.12.2011, às 15h45 min. 4. Intime-se a parte autora do teor deste despacho e para comparecimento ao ato. -Advs. LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ, VANESSA QUEIROZ PONCIANO, PATRICIA PIEKARCZYK e LUCILENA SILVA OLIVEIRA-.

56. EMBARGOS A EXECUCAO-84966/2009-METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA S/ x MARLENE SILVERIO DE CAMPOS e outros- 1. Mantenho a decisão objeto de agravo retido, por seus proprios fundamentos. O despacho saneador fixou prazo para a apresentação do rol de testemunhas (fls. 163), logo, somente no caso de justa causa devidamente demonstrada o prazo referido poderia ser elastecido. No caso não tem sentido concederr prazo para "após a juntada" de copias de processo criminal ou inquerito. Competia a parte diligenciar por seus meio o nome das testemunhas estando precluso o dierito. 2. De consequencia, declaro encerrada a instrução. Apresente as partes no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, querendo, as alegações finais. Após, registre-se para sentença. -Advs. ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI, ANDERSON HATAQUEIAMA, IVAN CESAR AZEVEDO BORGES DE LIZ e DARIO BORGES DE LIZ NETO-.

57. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-85321/2009-UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A x IRINEU AFONSO ROSA e outro-Intime-se a parte requerente para retirar a carta de intimação que encontra-se a disposição em cartório. -Advs. ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO, ANDRE ABREU DE SOUZA, JANAINA ROVARIS, TATIANA GAERTNER, ALINE CRISTINA COLETO, ALBADILO SILVA CARVALHO, JOSUE PEREZ COLUCCI e GLAUCIO JOSAFAT BORDUN-.

58. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-85328/2009-BANCO ITAU S/A x CSMM ENGENHARIA E MANUTENÇAO S.A e outros-Diante do informado na certidão de fl. 34, intime-se a parte exequente para que dê prosseguimento à execução indicando bens de titularidade da parte executada passíveis de penhora, sob pena de arquivamento e inicio da contagem do prazo da prescrição intercorrente -Advs. EVARISTO ARAGÃO SANTOS e FABRICIO KAVA-.

59. EMBARGOS A EXECUCAO-85399/2009-ERODITES DE FIGUEIREDO x OLIMPIO LUIZ DE ANDRADE- Mantenho a decisão agravada por seus proprios termos e fundamentos. Considerando que já foram apresentadas contrarrazões pela parte agravada, registrem-se os autos para sentença e retornem conclusos. -Advs. CLARISSA SANTOS FARAH, LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ e ANDRE ZACARIAS TALLAREK DE QUEIROZ-.

60. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-85667/2009-BANCO BRADESCO S.A x MARCO ANTONIO DEL ROSAL CUTRENEU-Intime-se a parte requerente para retirar o ofício que encontra-se a disposição em cartório, no prazo de (cinco) 05 dias. -Advs. MURILO CELSO FERRI e EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA-.

61. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-85881/2009-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO. x BERTOLINI INTERMEDIAÇOES DE NEGOCIOS LTDA e outro-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidão do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. MIEKO ITO e LORIANE GUISANTES DA ROSA-.

62. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-85996/2009-RAFAEL EDUARDO BERNARTT x CONDOMINIO RESIDENCIAL VILA FELIZ-1. Conforme requerido pela parte executada (fl. 148), expeça-se alvará autorizando o levantamento do valor remanescente, uma vez que, de
acordo com o que se depreende da transação realizada entre as partes, o valor devido ao Condomínio Residencial Vila Feliz abrange a incidência de acréscimos legais (fls. 140/141 - autos em apenso). Intime-se a parte interessada para efetuar o pagamento das custas referente a expedição de alvará. -Advs. FLAVIO DIONISIO BERNARTT, DANILO EMILIO BERNARTT, FLAVIO DIONISIO BERNARTT FILHO, ROBSON ADRIANO DE OLIVEIRA, FERNANDO CESAR SPRADA, JEFFERSON FIUZA DE QUEIROZ, LUIZ CARLOS MOREIRA JUNIOR e SIMONE BEATRIZ PORTUGAL DE FUCIO-.

63. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-86265/2009-EQUILIBRIO FOMENTO MERCANTIL LTDA x TROPICO MINERADORA INDUSTRIAL LTDA e outros-Intime-se o requerente para manifestar-se sobre o retorno da carta precatoria. -Adv. FELIPE BARRIONUEVO COSTA-.

64. EMBARGOS DE TERCEIRO-86268/2009-MARIA ABILIO DA SILVA e outro x D.M.E. ASSESSORIA IMOBILIARIA LTDA- Designo o dia 07.03.2012, às 15h30min, audiência de instrução e julgamento, para depoimentos pessoal das partes e inquirição de testemunhas; o rol de testemunhas deve ser arrolado em até 30 (trinta) dias da audiência. Intimem-se as partes para efetuarem o preparo das custas referente a expedição das cartas de intimação.-Advs. FELIPE ROSSATO FARIAS, CLAUDIA BUENO GOMES e MARCOS BUENO GOMES-.

65. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-86318/2009-SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMERCIO LTDA x TRANSVALE TRANSPORTES DE CARGAS E ENCOMENDAS-Intime-se o requerente para manifestar-se sobre o retorno da carta precatoria. -Adv. RANKA DIRIANGEM SANDINO DA GAMA-.

66. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0002579-48.2010.8.16.0001-ACTAS FOMENTO MERCANTIL S/A x KIMILAN COMERCIAL DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA e outros- Indefiro o pedido de adjudicação de marca comercial atinente a pessoa juridica que não figura no polo passivo da presente execução (Açolux Ind.). Nesse sentido, deve a empresa exequente indicar bens passiveis de penhora. -Advs. GIOSER ANTONIO OLIVETTE CAVET e FRANCISCO MACHADO DE JESUS-.

67. REVISIONAL DE CONTR.(SUMARIO)-0005988-32.2010.8.16.0001-ROBSON BOMBONATTO SANTOS x BANCO ITAUCARD S/A-(Sentença): 1. HOMOLOGO por sentença, para que surta os jurídicos e legais efeitos, a transação firmada em audiência de conciliação, conforme fl. 154. julgando extinto o feito, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269. inciso III, do CPC. 2. Expeça-se alvará para levantamento dos valores em nome de PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB/PR 50.945), procurador do réu, conforme procuração com poderes especiais de fls. 156/160. 3. Tendo em vista que as partes acordaram pela dispensa do prazo recursal, certifique a escrivania o trânsito em julgado desta sentenca. independente do decurso do prazo. 4. Eventuais custas processuais deverão ser suportadas de forma pro rata, conforme acordado. Honorários na forma acordada. Oportunamente, dê-se baixa na distribuição. Intime-se a parte interessda para efetuar o pagamento das custas referente a expedição de alvará. -Advs. PAULO SÉRGIO WINCKLER e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR-.

68. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0010201-81.2010.8.16.0001-MOSE GIOVANNI SOLAGNA x VEPLAN ASSESSORIA E PLANEJAMENTO EMPRESARIAL LTDA- 1. Considerando que a executada VEPLAN ASSESSORIA E PLANEJAMENTO EMPRESARIAL LTDA já foi citada na pessoa de seu representante legal (fl. 24 -- verso), indefiro o pedido de renovação da diligência. 2. Defiro o requerimento de fls. 28, declarando a suspensão do processo, com base no art. 791, inciso III, do Código de Processo Civil, pelo prazo de noventa dias, ficando a exequente intimada desde logo a dar prosseguimento à execução após o marco final, sob pena de reputar-se iniciado o prazo da prescrição intercorrente do débito. -Advs. CARLOS ROBERTO MENOSSO, ANDREIA CANDIDO VITOR e JULIANA CARLA COUTO MENOSSO-.

69. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0018501-32.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO x TN TECNICA NACIONAL PARTICIPAÇOES LTDA e outro-Intimem-se as partes para dar ciência da baixa dos autos, sob pena de arquivamento provisório. -Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ e VALERIA CARAMURU CICARELLI-.

70. CAUTELAR INCIDENTAL-0028227-30.2010.8.16.0001-CLODOALDO GARAVELO HERINO e outro x EFERSA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA-Intime-se a parte interessada para retirar o ofício que encontra-se a disposição em cartório, no prazo de (cinco) 05 dias. -Advs. ANDRÉ

LUIZ MORO BITTENCOURT, OSEAS RONCALIO JUNIOR, WILSON NALDO GRUBE FILHO e PAULO AUGUSTO GRUBE-.

71. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0036733-92.2010.8.16.0001-JOÃO CARLOS COELHO MORENO x MARCOS PADILHA XAVIER e outro-Intime-se o requerente para manifestar-se sobre o retorno da carta precatoria. -Adv. MURILO FRANCISCO DO AMARAL-.

72. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0057189-63.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S.A x ALEXANDRE PEREIRA DOS SANTOS e outros-Intime-se a parte requerente para retirar o ofício de mandado que encontra-se a disposição em cartório, no prazo de (cinco) 05 dias. -Advs. JOAO LEONEL ANTOCHESKI e MARIA IZABEL BRUGINSKI-.

73. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0061819-65.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER BANESPA S/A x INSTITUTO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS e outro-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidão do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIM e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.

74. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0065203-36.2010.8.16.0001-SALES ADMINISTRAÇAO E PARTICIPAÇAO LTDA x DONIZETE CESTARI GUINDALINI-Intime-se a parte requerente para retirar o ofício de mandado que encontra-se a disposição em cartório, no prazo de (cinco) 05 dias. -Advs. IGUACIMIR GONCALVES FRANCO, SIMARA ZONTA e JULIANO MICHELS FRANCO-.

75. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0066029-62.2010.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x POL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - EPP (INDEX INFORMATICA) e outro-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidão do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.

76. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0069339-76.2010.8.16.0001-PRECISÃO INTERIORES LTDA x MARGARETE APARECIDA S. ZANIN-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidão do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. ALESSANDRO MESTRINER FELIPE-.

77. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0069962-43.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (SUCESSOR POR INCORPORAÇÃO DO BANCO ABN AMRO REAL S/A) x EUMAR DISTRIBUIDORA LTDA e outro-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidão do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI e MAURICIO KAVINSKI-.

78. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0002057-84.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S.A x AUTO POSTO PRIMO LTDA e outros- Tendo em vistas que não houve pedido de recebimento com efeito suspensivo dos embargos à execução em apenso n.º 0036743-05.2011.8.16.0001, mmanifeste-se a parte exequente, requerente o que entender de direito, em 10 (dez) dias. -Advs. JOAO LEONEL ANTOCHESKI, VALERIA MACARIO DA SILVA e LUCILA MARIA FIALLA-.

79. EMBARGOS A EXECUCAO-0003059-89.2011.8.16.0001-SERGIO RICARDO OTERO GOULART x BANCO DO BRASIL S/A- 1. Ciente da propositura do agravo de instrumento de fls. 48/58 e do pedido de informações pelo E. Tribunal de Justiça. Junte-se. 2. Mantenho a decisão combatida. Com a devida vênia, os embargos a execuçao sao tempestivos. O STJ, provocado para decidir acerca do conflito de leis no tempo em matéria de execução de título extrajudicial, já decidiu que " se, em execução de título extrajudicial, a Lei n° 11.382/06 passou a vigorar depois da citação, mas antes de concluído o procedimento de penhora, o termo para oferecimento dos embargos deve ser contado a partir da intimação da penhora, mas já se computando o prazo da lei nova, de 15 (quinze) dias. Nessa circunstância, porém, os embargos já devem ser recebidos com base na nova sistemática de execução, portanto, sem efeito suspensivo." (REsp 1185729/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 15/04/2011) Logo, o prazo para embargos é de quinze dias e iniciou- se após o fim do recesso forense, em 08/01/2011. Assim, os embargos opostos em 21/01/2011 são tempestivos. No mais, entende-se que está correta a suspensão da execução, pelo que fora exposto na decisão vergastada. 3. Prestei, nesta data, informações em âmbito de agravo de instrumento, as quais remeti ao Relator via sistema Mensageiro. Segue comprovante. 4. Como não foi conferido efeito suspensivo ao recurso, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando pertinência e relevância, sob pena de indeferimento. 5. Após, tornem conclusos para deliberação a respeito da necessidade da realização da audiência a que alude o art. 740, caput, do CPC. -Advs. RUI DALTON MIECZNIKOWSKI, GIOVANI GIONEDIS, VANESSA VOLPI BELLEGARD PALACIOS, CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI e JULIANA CRISTINA TORRES-.

80. REVISAO CONTRATUAL ( SUM )-0005272-68.2011.8.16.0001-ATW COMERCIO DE CALCADOS LTDA x BANCO DO BRASIL S/A-1. Acolho o petitorio e documentos de fls. 183/198 como emenda à inicial. 2. Para a audiência de conciliação (artigo 277 do Código de Processo Civil), a que deverão comparecer as partes, para o dia 30.01.2012, às 13h30min. Nessa ocasião, será tentada a conciliação, não obtida esta, a parte requerida poderá apresentar resposta, acompanhada de documentos e rol de testemunhas (artigo 278, caput, do Código de Processo Civil), desde que o faça por intermédio e acompanhada de advogado. Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento das custas referente a expedição de carta de citação. -Adv. RICARDO COSTA MAGUETAS-.

81. EMBARGOS DE TERCEIRO-0005766-30.2011.8.16.0001-IARA CRISTINA DE QUEIROZ x BANCO DE CREDITO NACIONAL S/A- 1. Ciente da decisão proferida nos autos de Agravo de Instrumento n° 797887-6, que indeferiu o pedido de efeito suspensivo pugnado pela parte agravante/requerente (fl. 39). 2. Mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos, o que foi informado ao Eg. Tribunal de Justiça, assim como protocolo de petição para fins do artigo 526 em 27/04/2011 (fl. 18). Segue anexa a resposta encaminhada ao Desembargador Luiz Taro Oyama. 3. Aguarde-se o julgamento do agravo de instrumento. -Advs. ANISIO DOS SANTOS, BEATRIZ SEIDEL CASAGRANDE e PEDRO GIROLAMO MACARINI-.

82. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0006008-86.2011.8.16.0001-ITAU SEGUROS S/A x ARKTRAVE IND COM I E LTDA e outro-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidão do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. HELOISA GONÇALVES ROCHA-.

83. EMBARGOS A EXECUCAO-0010359-05.2011.8.16.0001-LOTARIO ASSUNÇÃO RIBEIRO x MERITUM CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA-(Despacho em resumo): Desta feita, com base no exposto bem como na documentação acostada pelo embargante, recebo os embargos opostos, suspendendo o curso da execução. Intime-se o embargado, por seu advogado, para que, nos termos do art. 740 do CPC, manifeste-se a respeito dos embargos à execução opostos. -Advs. MARISA AYRES DE OLIVEIRA e FLAVIO LUIZ FONSECA NUNES RIBEIRO-.

84. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0011420-95.2011.8.16.0001-TEDESCHI E PADILHA ADVOGADOS ASSOCIADOS x BIOTRAT SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA-Intime-se a parte requerente para o recolhimento de custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme provimento 01/99. (HORA CERTA)-Adv. ROBSON OCHIAI PADILHA-.

85. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0012017-64.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO x ANA PAULA ANGELI-Intime-se a parte requerente para o recolhimento de custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme provimento 01/99. -Advs. MIEKO ITO e ANA PAULA FALLEIROS KEPPE-.

86. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0013242-22.2011.8.16.0001-OMAR ABDUL RAHMAN AYOUB e outro x ALI ABDUL AYOUB e outro- 1. Em consulta ao sistema BACENJUD, afere-se que a tentativa de bloqueio de valores online foi parcialmente frutífera, conforme espelho que segue. Houve bloqueio dos seguintes valores, nos seguintes bancos: a) R$ 23.580,83 - Banco HSBC; b) R$ 4.188,02 - Banco do Brasil; c) R$ 1.884,39 - Banco ItaúlUnibanco; d) R$ 23,21 - Caixa Econômica Federal. 2. O executado ALI ABDUL AYOUB, às fls. 72/81, afirma que o bloqueio realizado na conta do Banco ItaúlUnibanco atingiu "conta salário". Alegando impenhorabilidade, requer o desbloqueio. Ainda, requer o desbloqueio das demais contas, ao argumento de que a execução já está garantida com a nomeação de bem imóvel de propriedade do executado nos autos de carta precatória n° 015.11.001641-0, o qual merece avaliação não inferior a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Para instruir o pedido, o executado juntou demonstrativos de pagamento (fls. 79/81), os quais provam apenas que o executado recebeu a remuneração ali retratada em conta bancária junto ao Banco ItaúlUnibanco (agência 341); todavia, não provam que a conta bancária em questão é de natureza "conta salário" ou que apenas é creditado nessa conta o salário do executado. A questão é relevante, porque se há depósitos de outras naturezas nessa conta bancária, o bloqueio desses valores seria legítimo -- desimportando se também é depositado na mesma conta o salário do executado. Assim, concedo ao executado o prazo suplementar de cinco dias para provar nos autos que os valores bloqueados são compostos exclusivamente de remuneração salarial, para o que o executado deve juntar o extrato bancário com as movimentações referentes ao último depósito de salário e ao bloqueio implementado. Desde logo, indefiro o pleito de desbloqueio dos valores encontrados nas outras contas bancárias do executado, visto que a mera garantia do juízo pela oferta de bem à penhora não vincula o exequente na atual legislação. E, tendo este optado pela via da penhora em dinheiro (CPC 655, I e 655-A) - conforme petição de fls. 62/63, esta deve ser respeitada. Aguarde-se o prazo de cinco dias concedido no item 2 e voltem conclusos.-Advs. RAFAEL MARTINS BORDINHAO, MAURICIO DE PAULA SOARES GUIMARAES e LEONARDO MENDES STADLER-.

87. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0016215-47.2011.8.16.0001-ITAU UNIBANCO S/A x TELESPAULA C C M O LTDA e outro-Intime-se a parte requerente para manifestar-se dos termos da certidão do correio (endereço insuficiente). -Adv. HELOISA GONÇALVES ROCHA-.

88. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0018903-79.2011.8.16.0001-RODRIGO DE JESUS CASAGRANDE x SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE INSTALACOES TELEFONICAS DO ESTDO DO PARANA - SINTITEL-Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas remanescentes que importam no valor de R$ 8,46.-Adv. PAULO RODRIGO PAIVA DE AZEVEDO-.

89. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0025551-75.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS KLEINE LTDA e outros-Intime-se a parte requerente para o recolhimento de custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme provimento 01/99. -Adv. JOAO LEONEL ANTOCHESKI-.

90. EMBARGOS A EXECUCAO-0028070-23.2011.8.16.0001-DINATEC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e outros x WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAS LTDA- 1. Na sistemática da Lei n. 11.382/2006, os embargos à execução poderão ser interpostos independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 736, caput, do CPC). De regra, também, os embargos do executado não terão efeito suspensivo (art. 739-A do CPC). Nesse sentido, é a lição de ARAKEN DE ASSIS': "O art 475-M eo art. 739-A, caput, inverteram a regra clássica do efeito suspensivo ope legis parcial ou total Em princípio, a impugnação carece de efeito suspensivo, incumbindo ao órgão judiciário, a requerimento do impugnante ou do embargante, conceder-lhe tal atributo, mediante a obrigatória e rigorosa conjugação de dois requisitos comuns às duas formas de oposição: (a) a relevância dos fundamentos (b) o prosseguimento da execução, na pendência da impugnação, se mostrar 'manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação' No caso dos embargos, há um terceiro requisito: a existência de penhora, de depósito (do dinheiro ou coisa certa) ou de caução (oferecida pelo executado) suficientes. O último pressuposto não se aplica aos embargos oferecidos pela Fazenda Pública. Para outorgar efeito suspensivo, requer-se a con¡ugaçao desses requisitos. Porém, verificados os pressupostos, nenhuma discrição é dada ao juiz, devendo suspender

a execução." No caso, houve requerimento da concessão de efeito suspensivo aos embargos. Os fundamentos trazidos pela parte embargante são relevantes, na medida em que alega a ocorrência de excesso de execução, capaz de caracterizar o enriquecimento ilícito da parte embargada, bem como, prejuízos irreparáveis ao patrimônio dos embargantes. Assim, diante desse quadro, recebo os embarqos opostos, suspendendo o curso da execução (ação de execução de titulo extrajudicial autuada sob o n° 0004896-19.2010.8.16.0001). 2. Intime-se o embargado, por seu advogado, para que, nos termos do art. 740 do CPC, manifeste-se a respeito dos embargos à execução opostos. -Advs. PERICLES LEAL DA SIILVA e EDSON GONSALVES ARAÚJO-.

91. REVISAO CONTRATUAL ( SUM )-0028672-14.2011.8.16.0001-ROMEU ASSIS DE PAULA x BANCO PANAMERICANO S A- 1.Conforme se depreende da certidão de fl. 44, não houve tempo hábil para expedição de carta de citação, de acordo com o art. 277, do Código de Processo Civil. Diante disso, a audiência de conciliação designada para o dia 02/09/2011 restou prejudicada, tendo em vista a ausência de citação do réu em razão da inviabilidade de se realizar tal diligência em tempo hábil. 2. Destarte, redesigno a audiência de conciliação (artigo 277 do Código de Processo Civil), a qual deverão comparecer as partes, na data de 16.12.2011, às 15h30min. -Adv. ANGELO DO ROSARIO BRITTO-.

92. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0030371-40.2011.8.16.0001-BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. x ANTÔNIO EDSON SOUZA MEIRA-1. Acolho a petição e documentos de fls. 24/32 como emenda à inicial. 2. Analisando os documentos que instruem a inicial, verifica-se a existência de verossimilhança, diante da demonstração da constituição de alienação fiduciária em garantia sobre o bem objeto do presente pedido (fls. 07/10) e da comprovação da mora (fls.14). O fundado receio de dano também se encontra evidenciado. Conforme se infere dos autos (fls. 12/13), a parte requerida pagou vinte e cinco parcelas do financiamento assumido de quarenta e oito meses, demonstrando, assim, contratação imprudente, sem prévia avaliação das suas finanças pelo contratante, ou mesmo deliberado intento em descumprir os pactos que assume, revelando que o requerente, credor, está diante de situação de perigo de dano de difícil ou incerta reparação. Dessa feita, atendidos os requisitos legais, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, qual seja, o veículo Caminhão Rigido Volvo VM 260 6X2, cor prata, ano/modelo 2008, chassi 93KP0E0C78E113765, placa JRP 5261. Expeça-se mandado. 3. Feita a apreensão, o bem deverá ser depositado nas mãos do requerente, mediante termo, no qual deverá constar: a) o estado de conservação do veículo apreendido; b) que o requerente recebe o bem, assumindo expressamente o encargo de fiel depositário e se comprometendo a, nos quinze dias seguintes à execução da liminar, não remover o bem da Comarca em que foi apreendido sem expressa e prévia autorização deste Juízo. 4. Cumprida a medida, cite-se a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da execução da liminar (artigo 3°, § 3°, do Decreto Lei n° 911/69, com as alterações da Lei n° 10.931/04). Do mandado deverá constar que, cinco dias após executada a liminar, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem alienado no patrimônio do credor e que, no mesmo prazo, poderá a parte ré pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial pelo credor fiduciário, hipótese em que o bem ser-lhe-á restituído livre de ônus ou, querendo, requerer a purgação da mora, hipótese em que o bem ser-lhe-á entregue persistindo o ônus da alienação fiduciária, ficando mantidas as obrigações contratuais assumidas anteriormente. Deve, ainda, constar que a contestação poderá ser apresentada ainda que o devedor tenha optado por pagar a integralidade da dívida ou purgar a mora, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição (artigo 3°, § 4° da lei respectiva). No caso de purgação da mora, arbitro, desde logo, os honorários advocaticios em 10% (dez por cento) do valor do débito reclamado. 5. Caso haja consolidação da posse e da propriedade do veiculo no patrimônio do credor fiduciário, autoriza-se, desde já, em havendo pedido nesse sentido, a expedição de oficio ao DETRAN para expedição de novo certificado de registro de propriedade em nome do credor ou de terceiro indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária. 6. Defiro os benefícios do artigo 172 do Código de Processo Civil. Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento das custas referente a expedição de mandado. -Adv. VANESSA PALUDZYSZYN-.

93. DECLARATORIA ( ORDINARIA )-0032216-10.2011.8.16.0001-LUZIA REGINA DE NIGRO x UILSON LUIZ VENDRAMIN-(Despacho em resumo): Defiro o beneficio da assistência judiciaria gratuita. Indefiro o pedido de antecipação de tutela. Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento de custas referente a expedição de carta de citação. -Advs. PLINIO LUIZ BONANCA e MIGUEL LUIZ CONTE-.

94. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0036212-16.2011.8.16.0001-ITAU UNIBANCO S/A x DJ COM E BENEF CEREAIS LTDA e outro-Intime-se a parte requerente para o recolhimento de custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme provimento 01/99. -Adv. HELOISA GONÇALVES ROCHA-.

95. EMBARGOS A EXECUCAO-0036743-05.2011.8.16.0001-AUTO POSTO PRIMO LTDA e outros x BANCO BRADESCO S/A- 1. Na sistemática da Lei n. 11.382/2006, os embargos à execução poderão ser interpostos independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 736, caput, do CPC). De regra, também, os embargos do executado não terão efeito suspensivo (art. 739-A do CPC). Nesse sentido, é a lição de ARAKEN DE ASSIS': "O art. 475-M eo art. 739-A, caput, inverteram a regra clá ssica do efeito suspensivo ope legis parcial ou total. Em princípio, a impugnaçao carece de efeito suspensivo, incumbindo ao órgão judiciário, a requerimento do impugnante ou do embargante, conceder-lhe tal atributo, mediante a obrigatória e rigorosa conjugação de dois requisitos comuns às duas formas de oposição: (a) a relevância dos fundamentos; (b) o prosseguímento da execução, na pendência da impugnação, se mostrar 'manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação'. No caso dos embargos, há um terceiro requisito: a existência de penhora, de depósito (do dinheiro ou coisa certa) ou de caução (oferecida pelo executado) suficientes. O último pressuposto não se aplica aos embargos oferecidos pela Fazenda Pública. Para outorgar efeito suspensivo, requer-se a conjugação desses requisitos. Porém, verificados os pressupostos, nenhuma discrição é dada ao juiz, devendo suspender a execução." No caso, não houve requerimento da concessão de efeito suspensivo aos embargos. Assim, recebo os embarqos opostos apenas no efeito devolutivo. Intime-se. 2. Intime-se o embargado, por seu advogado, para que, nos termos do art. 740 do CPC, manifeste-se a respeito dos embargos à execução opostos. -Advs. LUCILA MARIA FIALLA e JOAO LEONEL ANTOCHESKI-.

96. EXECUCAO HIPOTECARIA-0039441-81.2011.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x VERA BEATRIZ DA ROSA-Acolho a emenda à inicial. Intime-se a parte requerente para o recolhimento de custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme provimento 01/99. -Adv. GILBERTO RODRIGUES BAENA-.

97. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0040757-32.2011.8.16.0001-BANCO DO BRASIL S.A. x INDUSTRIA E COMERCIO DE GELO SANTA FELICIDADE LTDA - ME e outros-Intime-se a parte requerente para o recolhimento de custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme provimento 01/99. -Adv. FABIULA MULLER KOENIG-.

98. EMBARGOS DO DEVEDOR-0041552-38.2011.8.16.0001-ARLINDO GRESPAN x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S A- 1. Em razão do falecimento dos executados Judite Domingas Trindade Grespan e Valdir Elmiro Gehwer, determinei a suspensão da execução autuada sob o n° 79.001/2006 pelo prazo de 60 dias, com fundamento nos artigos 791, inciso le 265, inciso I do Código de Processo Civil. 2. Tratando-se de obrigação solidária, aguarde-se o término da suspensao. -Advs. RODRIGO ANTONIO GRESPAN, LUIS OSCAR SIX BOTTON, ÉLCIO KOVALHUK e DANIELA SILVA VIEIRA-.

99. EMBARGOS DE TERCEIRO-0041553-23.2011.8.16.0001-RODRIGO ANTONIO GRESPAN x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S A- 1. Em razão do falecimento dos executados Judite Domingas Trindade Grespan e Valdir Elmiro Gehwer, determinei a suspensão da execução autuada sob o n° 79.001/2006 pelo prazo de 60 dias, com fundamento nos artigos 791, inciso I e 265, inciso I do Código de Processo Civil. 2. Tratando-se de obrigação solidária, aguarde-se o término da suspensao. -Advs. RODRIGO ANTONIO GRESPAN, LUIS OSCAR SIX BOTTON, ÉLCIO KOVALHUK e DANIELA SILVA VIEIRA-.

100. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0045749-36.2011.8.16.0001-JULIANE TOLEDO ROSSA x HAILTON ANTONIO CRUZ-Intime-se a parte requerente para o recolhimento de custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme provimento 01/99. -Adv. JULIANE TOLEDO ROSSA-.

CURITIBA, 29 DE SETEMBRO DE 2011
MAIARA BARCIK - E. JURAMENTADA

---

**COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DO FORO CENTRAL DE CURITIBA**
**CARTORIO DA PRIMEIRA VARA CIVEL**
**JUIZ TITULAR: ANTONIO CARLOS RIBEIRO MARTINS**
**JUIZ SUBSTITUTO: MANUELA TALLAO BENKE**
**ESCRIVÃO:SERGIO RIBEIRO**

**RELACAO Nº 159/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALESSANDRA LABIAK 0027 082957/2008
ALESSANDRA VELLOSO 0032 085609/2009
ALESSANDRO DIAS PRESTES 0022 080224/2007
ALINE BRATTI NUNES PEREIR 0075 037836/2011
AMANDA VAZ CORTESI 0028 083202/2008
AMARILIS VAZ CORTESI 0028 083202/2008
0085 038628/2011
ANA CAROLINA ELAINE DOS S 0018 077933/2005
ANA CRISTINA DE MELO 0089 038816/2011
ANA PAULA BRANDT 0009 074649/2003
ANA RENATA MACHADO 0016 077164/2005
ANDERSON CLEBER OKUMURAYU 0024 082436/2008
ANDREA CRISTIANE GRABOVSK 0054 036298/2011
ANDREA CRISTINE GRABOVSKI 0058 036534/2011
ANDRE ALVES WLODARCZYK 0016 077164/2005
ANDRE LUIZ PENTEADO BUENO 0016 077164/2005
ANDRE THIAGO LOSSO 0020 078847/2006
ANGELA MARIA TOMASIN 0093 039519/2011
ANNE ZANELLATO DA M.R DE 0004 065717/1997
ANTONIO CARLOS DA VEIGA 0018 077933/2005
ANTONIO RENATO DE AVILA S 0026 082633/2008
ARNALDO CONCEICAO JUNIOR 0028 083202/2008
ARNO JUNG 0015 076391/2004
BEATRIZ SCHIEBLER 0031 085571/2009
BRUNO ALVES DE JESUS 0022 080224/2007
CARLA PASSOS MELHADO 0080 038067/2011
CARLOS ALBERTO FARRACHA D 0019 078352/2005
CARLOS ANDRE BITTENCOURT 0068 037405/2011
CAROLINE FERRAZ DA COSTA 0097 039750/2011
CARY CESAR MONDINI 0065 036886/2011
CASSIANO RICARDO BETTES 0010 075393/2003
CESAR AUGUSTO TERRA 0074 037832/2011
CLAUDIA MASSUQUETTO 0055 036344/2011
CLAUDIA PEREIRA MARCUSSI 0081 038122/2011

CLAUDINEI BELAFRONTE 0061 036631/2011
CRISTIANE BELLINATI GARCI 0027 082957/2008
0037 055645/2010
DANIEL APARECIDO RANZATTO 0029 083331/2008
DANIELLE ANNE PAMPLONA 0029 083331/2008
DANIEL TANAKA 0007 070111/2000
DANIEL ZUBRESKI MONTENEGR 0037 055645/2010
DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO 0063 036806/2011
DEBORA P. REALI 0017 077787/2005
DEMETRIO BEREHULKA 0003 063992/1996
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR 0044 020823/2011
0045 026518/2011
0046 027689/2011
0064 036849/2011
DENISE VAZQUEZ PIRES 0052 036245/2011
EDEMAR FRITZ JUNIOR 0091 039018/2011
EDER HENRIQUE SILVEIRA DA 0025 082474/2008
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI 0084 038368/2011
ELIZANGELA AMERICO CASALI 0029 083331/2008
ERLON DE FARIA PILATI 0007 070111/2000
EVARISTO ARAGAO FERREIRA 0009 074649/2003
EVARISTO ARAGÃO SANTOS 0073 037731/2011
FABIANA A. RAMOS LORUSSO 0026 082633/2008
FABIANA SILVEIRA 0082 038196/2011
FABIO AUGUSTO DE SOUZA 0035 001077/2010
FABIOLA PAULA BEÊ ALENSKI 0002 063640/1995
FABIO MICHAEL MOREIRA 0038 065832/2010
FABRICIO KAVA 0073 037731/2011
FELIPE DE POLI DESIQUEIRA 0069 037537/2011
FERNANDA A. DUARTE 0090 038935/2011
FERNANDA FORTUNATO MAFRA 0013 075605/2004
FERNANDO DE MIRANDA GRANZ 0010 075393/2003
FERNANDO MUNHOZ RIBEIRO 0032 085609/2009
FERNANDO MURILO COSTA GAR 0060 036615/2011
FERNANDO SAMPAIO DE ALMEI 0095 039662/2011
FLAVIANO BELLINATI GARCIA 0027 082957/2008
FREDERICO AUGUSTUS L. DE 0010 075393/2003
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA 0048 030985/2011
GABRIEL MEDEIROS RÉGNIER 0042 006352/2011
GERARD KAGHTAZIAN JUNIOR 0036 002952/2010
GUATACARA SCHENFELDER SAL 0041 072623/2010
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0020 078847/2006
HERICK PAVIN 0014 075700/2004
HILDEGARD TAGGESELL GIOST 0035 001077/2010
0038 065832/2010
INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BO 0021 079012/2006
JANAINA ROVARIS 0057 036379/2011
JANAÍNA GIOZZA ÁVILA 0020 078847/2006
JAQUELINE LORENA MIGLIORI 0017 077787/2005
JARBAS AFONSO DE OLIVEIRA 0004 065717/1997
JEFFERSON FURLANETTO MOIS 0095 039662/2011
JEFFERSON LINS VASCONCELO 0087 038674/2011
JOANITA FARYNIAK 0023 081031/2007
JOAO LEONEL ANTOCHESKI 0076 037864/2011
0077 037892/2011
JOAO LUIS COSTA LOPES 0029 083331/2008
JOAO LUIZ SCAREMELLA FILH 0072 037669/2011
JONATHAN GROCHOVSKI DA SI 0042 006352/2011
JORGE DE OLIVEIRA 0006 067998/1998
JOSE ARI MATOS 0062 036787/2011
JOSE DIAS DE SOUZA JUNIOR 0010 075393/2003
JOSE MADSON DOS REIS 0036 002952/2010
JOSEMAR PERUSSOLO 0035 001077/2010
0038 065832/2010
JOSE XAVIER SILVA 0011 075524/2003
JOYCE VINHAS VILLANUEVA 0039 068879/2010
JUAREZ DA FONSECA 0002 063640/1995
0003 063992/1996
JULIANA CHRISTINA MELLO D 0050 042074/2011
JULIANA R. GONÇALVES BONA 0079 038049/2011
JULIANE TOLEDO ROSSA 0043 009889/2011
JULIO CESAR GOULART LANES 0022 080224/2007
KARIME CECYN PIETSKOWSKI 0017 077787/2005
KARINA DE ALMEIDA BATISTU 0059 036602/2011
KARINA KUSTER 0071 037576/2011
LEONEL TREVISAN JUNIOR 0010 075393/2003
0011 075524/2003
0012 075542/2003
0021 079012/2006
LIDIANA VAZ RIBOVSKI 0049 037530/2011
LILIANA MARIA CERUTTI LAS 0034 086295/2009
LINCOLN TAYLOR FERREIRA 0024 082436/2008
0100 040758/2011
LISIANE CORDEIRO TRINKEL 0017 077787/2005
LORENA MARY SILVEIRA FONT 0015 076391/2004
LUCIANO CHIZINI E CHEMIN 0017 077787/2005
LUIS FERNANDO DIETRICH 0014 075700/2004
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0057 036379/2011
LUIZ ANTONIO ABAGGE 0017 077787/2005
LUIZ CARLOS MOREIRA JUNIO 0053 036253/2011
LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ 0031 085571/2009
LUIZ FERNANDO PEREIRA 0088 038800/2011
LUIZ FERNANDO ZORNING FIL 0041 072623/2010
LUIZ GUILHERME DA VEIGA 0018 077933/2005
LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE 0041 072623/2010
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0009 074649/2003
MANOEL C. DAHER 0005 065872/1997
MANOELLA DOS SANTOS DAHER 0005 065872/1997
MANUELLA PRANDINI PEREIRA 0028 083202/2008
0085 038628/2011
MARCELO ANTONIO OHRENN MA 0007 070111/2000
MARCELO CONCEICAO 0007 070111/2000
MARCELO DA SILVA GARCIA N 0021 079012/2006
MARCELO HENRIQUE FERREIRA 0096 039716/2011
MARCELO SERGIO PEREIRA 0029 083331/2008
MARCELO SOWINSKI 0008 073889/2002
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0056 036370/2011
0078 038012/2011
MARCO ANTONIO CESAR VILLA 0013 075605/2004
MARCO AURELIO SCHLICHTA 0015 076391/2004
MARCOS DOS SANTOS MARINHO 0014 075700/2004
MARCOS V. R. DE ALMEIDA 0070 037550/2011
MARIA AUGUSTA PISANI GEAR 0017 077787/2005
MARIA CAROLINA FAVERSANI 0099 040424/2011
MARIA IZABEL BRUGINSKI 0076 037864/2011
0077 037892/2011
MARIANA DOMINGUES DA SILV 0018 077933/2005
MARIANA LINHARES WATERKEM 0067 037223/2011
MARINA BLASKOVSKI 0092 039449/2011
MATHEUS DIACOV 0037 055645/2010
MAURICIO HANKE BANDOLIN 0030 085055/2009
MAURICIO VIEIRA 0009 074649/2003
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0024 082436/2008
MICHELLE LEBARBENCHON MAS 0004 065717/1997
MIEKO ITO 0026 082633/2008
MOYSES GRINBERG 0014 075700/2004
MURILO ANTUNES SCHENFELDE 0041 072623/2010
NADIA BONAZZI 0033 086294/2009
NELSON ANTÔNIO GOMES JUNI 0034 086295/2009
NORBERTO JOSE ROSSI 0051 044109/2011
OTHELO DILON CASTILHOS 0001 061384/1994
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 0027 082957/2008
PAULO AFONSO DA MOTTA RIB 0004 065717/1997
PAULO CESAR PETRINI 0042 006352/2011
PAULO DONATO MARINHO GONÇ 0025 082474/2008
PAULO HENRIQUE DA ROCHA L 0019 078352/2005
PAULO ROBERTO BARBIERI 0010 075393/2003
0011 075524/2003
0012 075542/2003
0021 079012/2006
PEDRO LOPES 0032 085609/2009
PEDRO PAULO PAMPLONA 0029 083331/2008
RAFAEL AZEVEDO COUTINHO M 0033 086294/2009
RAFAEL DA ROCHA GUAZELLI 0030 085055/2009
RAFAEL MARQUES GANDOLFI 0040 070330/2010
0098 039772/2011
RAFAEL ROCHA 0022 080224/2007
RAPHAEL MARCONDES KARAN 0012 075542/2003
RICARDO VINHAS VILLANUEVA 0039 068879/2010
ROBSON JOSE EVANGELISTA 0090 038935/2011
ROBSON MAIOCHI 0037 055645/2010
RODRIGO GAIAO 0028 083202/2008
ROGERIO BUENO DA SILVA 0029 083331/2008
RONY DREGER 0010 075393/2003
ROSY MARY CONCEICAO 0007 070111/2000
RUBENS FERNANDES JUNIOR 0066 037138/2011
SANDRO WILSON PEREIRA DOS 0010 075393/2003
SANTIAGO LOSSO 0020 078847/2006
SERGIO AUGUSTO DA SILVA 0004 065717/1997
SERGIO ROBERTO VOSGERAU 0072 037669/2011
SEVERINO ERNESTO DE SOUZA 0086 038630/2011
SILMARA V. K. CARVALHO 0057 036379/2011
SILVIO BRAMBILA 0040 070330/2010
0098 039772/2011
SILVIO CARLOS KOROBINSKI 0047 029238/2011
SONNY BRASIL DE CAMPOS GU 0023 081031/2007
TASSIA TEIXEIRA DE FREITA 0041 072623/2010
TATIANA DENCZUK 0022 080224/2007
TATIANA DENCZUK 0023 081031/2007
TEREZA ARRUDA ALVIM WAMBI 0009 074649/2003
THIAGO CANTARIN MORETTI P 0019 078352/2005
TONI MENDES DE OLIVEIRA 0026 082633/2008
VALERIA CARAMURU CICARELL 0025 082474/2008
VICENTE MAGALHAES 0094 039521/2011
VIRGINIA MAZZUCCO 0083 038319/2011
VITORIO KARAN 0008 073889/2002
WILLIAM SOARES PUGLIESE 0036 002952/2010

1. NULIDADE DE ATO JURIDICO(ORD)-61384/1994-ADAO FRANCISCO SCHWAB GASPAROVIC x MAURO CURY FILHO- Intime-se a parte interessada Dr. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Adv. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN, OTHELO DILON CASTILHOS-.
2. SUSTACAO DE PROTESTO-63640/1995-MARISE ZANOM SIMAO x AUDIPAR COMUNICACOES E SISTEMAS S/C LTDA.- Intime-se a parte interessada Dr. JUAREZ DA FONSECA para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. JUAREZ DA FONSECA e FABIOLA PAULA BEÊ ALENSKI-.
3. ANULACAO DE ATOS JURIDICOS-63992/1996-MARIZE ZANOM SIMAO x AUDIPAR COMUNICACOES E SISTEMAS S/C LTDA- Intime-se a parte interessada Dr.JUAREZ DA FONSECA para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. DEMETRIO BEREHULKA e JUAREZ DA FONSECA-.

4. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-65717/1997-TRANSBANCO BANCO DE INVESTIMENTO S/A e outro x KENZI KUBO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTD e outro-Intime-se a parte interessada para efetuar o pagamento de custas referente a expedição de ofício. -Advs. PAULO AFONSO DA MOTTA RIBEIRO, MICHELLE LEBARBENCHON MASSIGNAN, ANNE ZANELLATO DA M.R DE OLIVEIRA FRANCO, SERGIO AUGUSTO DA SILVA e JARBAS AFONSO DE OLIVEIRA PEDROZA-.

5. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-65872/1997-MASSA FALIDA DE THA MATERIAIS DE CONSTRUCÃO LTDA x CARMO CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA- 1. Antes da análise do pedido de fl. 312, intime-se o subscritor para que regularize sua representação processual, uma vez que nos autos não há instrumento de outorgação de poderes. -Advs. MANOEL C. DAHER e MANOELLA DOS SANTOS DAHER-.

6. ALVARA-67998/1998-NADIA SAZANOFF SANTOS e outros- Intime-se a parte interessada Dr. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Adv. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN, JORGE DE OLIVEIRA-.

7. ORDINARIA DE COBRANCA-70111/2000-M M ARRUDA E CIA LTDA x SERGIO VELASCO RIBEIRO e outro- Intime-se a parte interessada Dr. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN, ERLON DE FARIA PILATI, MARCELO ANTONIO OHRENN MARTINS, DANIEL TANAKA, MARCELO CONCEICAO e ROSY MARY CONCEICAO-.

8. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-73889/2002-ANTONIO LARA FILHO x ERNESTO LICA- Intime-se a parte interessada Dr. VITORIO KARAN para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. MARCELO SOWINSKI e VITORIO KARAN-.

9. PRESTACAO DE CONTAS-74649/2003-FLAVIA DYANDRA DA SILVA (REP P/DICLEIA DA SILVA) x BANCO ITAU S/A-Intime-se a parte interessada Dr. MAURICIO VIEIRA para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. MAURICIO VIEIRA, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, TEREZA ARRUDA ALVIM WAMBIER e ANA PAULA BRANDT-.

10. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-75393/2003-WILSON PEREIRA DOS SANTOS e outro x BANESTADO S/A - CREDITO IMOBILIARIO- Intime-se a parte interessada Dr. CARLA HELIANA VIEIRA MEGASSI TANTIN para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN, SANDRO WILSON PEREIRA DOS SANTOS, RONY DREGER, FREDERICO AUGUSTUS L. DE OLIVEIRA, FERNANDO DE MIRANDA GRANZOTI, CASSIANO RICARDO BETTES, JOSE DIAS DE SOUZA JUNIOR, PAULO ROBERTO BARBIERI e LEONEL TREVISAN JUNIOR-.

11. ANULACAO DE ATO JURIDICO(ORD)-75524/2003-NELSON RODRIGUES DO AMARAL x BANCO ITAU S/A e outro- Intime-se a parte interessada Dr. GILBERTO BORGES DA SILVA para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. GILBERTO BORGES DA SILVA, JOSE XAVIER SILVA, PAULO ROBERTO BARBIERI e LEONEL TREVISAN JUNIOR-.

12. EXECUCAO HIPOTECARIA-75542/2003-BANCO ITAU S/A x MARIA LUCIA SIMAS PAULINO e outro- Intime-se a parte interessada Dr. IVO CEZARIO GOBBATO DE CARVALHO para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. IVO CEZARIO GOBBATO DE CARVALHO, LEONEL TREVISAN JUNIOR, PAULO ROBERTO BARBIERI e RAPHAEL MARCONDES KARAN-.

13. ORDINARIA DE NULIDADE-75605/2004-BENEDITO DA SILVA SOUZA e outros x BANCO ITAU S/A e outro e outro- Intime-se a parte interessada Dr. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. CARLA HELIANE VIEIRA MENEGASSI TANTIN, MARCO ANTONIO CESAR VILLATORE e FERNANDA FORTUNATO MAFRA-.

14. DECLARATORIA ( ORDINARIA )-75700/2004-HAROLDO EISENHOWER RODRIGUES DE SOUZA x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A- Intime-se a parte interessada Dr. VALERIA CARAMURU CICARELLI para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. VALERIA CARAMURU CICARELLI, MOYSES GRINBERG, LUIS FERNANDO DIETRICH, HERICK PAVIN e MARCOS DOS SANTOS MARINHO-.

15. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-76391/2004-ADELIA MARIA MULLER SZTOLTZ x VIVIANE BARONI DA SILVA-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidao de fls. 142 -Advs. ARNO JUNG, LORENA MARY SILVEIRA FONTOURA e MARCO AURELIO SCHLICHTA-.

16. INDENIZACAO (SUMARIO)-77164/2005-LENIRA SOLA DE FREITAS x ROLANDO FLEITAS GRECO-Intime-se a parte requerente para que deposite antecipadamente as custas relativas ao senhor contador, equivalente a R$ 10,08.- Advs. ANDRE LUIZ PENTEADO BUENO, ANA RENATA MACHADO e ANDRE ALVES WLODARCZYK-.

17. DECLARATORIA (SUMARIO)-77787/2005-CELIA DA SILVA PEREIRA x HAIR LOCADORA S/C LTDA- 1. Diarite do petitório e documentos de fls. 251/253, retire-se da pauta a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 22.09.2011, às 15:00 horas, conforme disposto em fls. 227/230, tendo em vista que a parte autora está fora do país, temporariamente. 2. Destarte, redesigno a audiência de instrução e julgamento (artigo 277 do Código de Processo Civil), a qual deverão comparecer as partes, na data de 16.12.2011, às 14h00min. 3. Expeçam-se novas cartas de intimação para as testemunhas, nos mesmos moldes do despacho de fls. 227/230. 4. Intime-se a parte ré para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se ante a certidão de fl. 257. 5. Intimem-se as partes do teor deste despacho e para comparecimento ao ato. No que tange a alteração da data, ressalte-se às partes que é de sua incumbência informar suas respectivas testemunhas do cancelamento da audiência. -Advs. KARIME CECYN PIETSKOWSKI, LUCIANO CHIZINI E CHEMIN, JAQUELINE LORENA MIGLIORINI, LUIZ ANTONIO ABAGGE, LISIANE CORDEIRO TRINKEL, DEBORA P. REALI e MARIA AUGUSTA PISANI GEARA-.

18. DESP.P/FALTA DE PGTO.C/C COB.-77933/2005-JOHN KENNEDY GASPAR DE ABREU x ALESSANDRA STORI PEREIRA ALVES e outros- Intime-se a parte interessada Dr. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN, MARIANA DOMINGUES DA SILVA, ANTONIO CARLOS DA VEIGA, ANA CAROLINA ELAINE DOS SANTOS e LUIZ GUILHERME DA VEIGA-.

19. INDENIZACAO ( ORDINARIA )-78352/2005-A. C. G. x N. E. V. N. e outro- Trata-se de embargos de declaração opostos por Antonio Celso Garcia, no bojo dos quais se alega contradição na decisão de fis. 1202 em razão da alegada ausência de requisitos legais para a concessão da hipoteca legal e dos motivos que embasaram o seu deferimento. Decido Em que pese os argumentos apresentados pela embargante, verifica-se que os embargos não merecem ser acolhidos. Inicialmente por que não existem contradições, omissões ou obscuridades a serem sanadas. Cumpre esclarecer que os embargos de declaração não se prestam à tentativa de se modificar o deciso. Tem como objeto esclarecer contradições, omissões ou obscuridades constantes no corpo da decisão No caso em analise näo se verifica nenhum desses defeitos. Verifica-se que o embargante deseja uma mudanca no mérito da decisão e não um esclarecimento. Para tanto, deverá procurar a via recursal própria. Assim sendo, não conheço dos embargos declaratorios interpostos em razão de inexistir obscuridades, contradições ou omissões a serem corrigidas. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. -Advs. CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO, PAULO HENRIQUE DA ROCHA LOURES DEMCHUK e THIAGO CANTARIN MORETTI PACHECO-.

20. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-78847/2006-BANCO ITAU S/A x JOSE ROCHINSKI- Defiro o pedido de fl. 84. Intimem-se as partes para que digam se permanece alguma pretensão a ser sanada.-Advs. GUSTAVO SALDANHA SUCHY, JANAÍNA GIOZZA ÁVILA, ANDRE THIAGO LOSSO e SANTIAGO LOSSO-.

21. EMBARGOS A EXECUCAO-79012/2006-JOAO BUENO GARCIA e outro x BANCO BANESTADO S/A-Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas remanescentes que importam no valor de R$ 22,22. -Advs. MARCELO DA SILVA GARCIA NEVES, PAULO ROBERTO BARBIERI, LEONEL TREVISAN JUNIOR e INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO-.

22. DECLARATORIA ( ORDINARIA )-80224/2007-INDÚSTRIA DE CAL SAN FRANCISCO LTDA x TELET S/A (CLARO TELEFONIA)- Intime-se a parte executada, para, querendo oferecer impugnação no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 475-J, 1º).-Advs. TATIANA DENCZUK, JULIO CESAR GOULART LANES, RAFAEL ROCHA, ALESSANDRO DIAS PRESTES e BRUNO ALVES DE JESUS-.

23. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-81031/2007-ALCIDES BARBOSA JUNIOR x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A-Intime-se a parte interessada para que deposite antecipadamente as custas relativas ao senhor contador, equivalente a R$ 10,08.- Advs. TATIANA DENCZUK, SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES e JOANITA FARYNIAK-.

24. REVISAO CONTRATUAL ( SUM )-82436/2008-SILMARA MALI SOCOLOSKI x ECORA S/A EMPRESA DE CONST. E RECUP.DE ATIVOS- Intime-se a parte interessada Dr. PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JR para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. PAULO VINICIUS DE BARROS MATINS JR, MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, ANDERSON CLEBER OKUMURAYUGE e LINCOLN TAYLOR FERREIRA-.

25. COBRANCA (SUMARIO)-82474/2008-GERSON CIANFARANI x BANCO NOSSA CAIXA S/A-1. Observo que, somados, os valores depositados pela parte executada a título de pagamento (R$ 5.320,62 - fl. 150) e garantia do juízo (R$ 11.454,64 - fl. 160) são suficientes para cobrir o débito exeqüendo apontado pela Contadoria do Juízo (R$ 16.000,15 - fls. 185/186). Neste sentido, expeça-se alvará em favor do exeqüente no valor de R$ 16.000,16 e, em favor do executado, no valor de R$ 775,11 (saldo remanescente). 2. Autorizo o levantamento da penhora realizada via BACENJUD (fls. 144/148), com a consequente expedição de alvará em favor da parte executada. 3. Ato contínuo, intime-se a parte exeqüente para que se manifeste acerca da satisfação do crédito. 4. No silêncio, registrem-se os autos para sentença de extinção e retornem conclusos. Intime-se a parte exequente para efetuar o pagamento das custas referente a expedição de alvará. -Advs. PAULO DONATO MARINHO GONÇALVES, EDER HENRIQUE SILVEIRA DALCOL e VALERIA CARAMURU CICARELLI-.

26. REVISAO CONTRATUAL ( SUM )-82633/2008-MARCELO ACIR ZILIOTO x HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO- Intime-se a parte interessada Dr. FABIANA A. R. LORUSSO para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. ANTONIO RENATO DE AVILA SANTOS, MIEKO ITO, TONI MENDES DE OLIVEIRA e FABIANA A. RAMOS LORUSSO-.

27. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-82957/2008-BV FINANCEIRA S/A - CFI x ANDERSON LEVANDOSKI BRAGA- Intime-se a parte interessada Dr. RICARDO RUH para que promova o pagamento das custas referentes ao pedido de desarquivamento R$ 9,40. -Advs. RICARDO RUH, PATRICIA PONTAROLI JANSEN, FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES e ALESSANDRA LABIAK-.

28. DESPEJO POR DENUNCIA VAZIA-83202/2008-IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S/A x POSTO BONANZA LTDA.-(Sentença em resumo): Diante do exposto, julgo procedente o pedido formulado na exordial, julgando extinto o feito com resolução do mérito, com supedâneo no artigo 269, inciso I, do Código de

Processo Civil, para o fim de decretar o despejo da parte ré sobre o imóvel descrito na inicial Fixo o prazo de 30 dias para desocupação voluntária do imóvel, sob pena de execução forçada, à preleção do artigo 63, caput, da Lei do Inquilinato, Lei 8.245 de 1.991. Por derradeiro, condeno a parte ré no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 1.000,00 (hum mil reais), o que faço com amparo no §3° e 4° do artigo 20 do Código de Processo Civil. -Advs. ARNALDO CONCEICAO JUNIOR, RODRIGO GAIAO, AMARILIS VAZ CORTESI, MANUELLA PRANDINI PEREIRA SALOMAO e AMANDA VAZ CORTESI-.

29. REPARACAO DE DANOS (ORDINARIA-83331/2008-MOACIR RIBEIRO LEAL FILHO x NOGUEIRA INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS E MAQUINAS e outro-(Despacho em resumo): Designo a data de 27.02.2012, às 15h30min, para a realização da audiência de instrução, ocasião em que será tomado o depoimento pessoal do autor e inquiridas as testemunhas tempestivamente arroladas pela ré NOGUEIRA e pela denunciada CASALI.Intimem-se a partes para efetuarem o pagamento das custas referente a expedição das cartas de intimação. -Advs. ROGERIO BUENO DA SILVA, JOAO LUIS COSTA LOPES, PEDRO PAULO PAMPLONA, DANIELLE ANNE PAMPLONA, MARCELO SERGIO PEREIRA, ELIZANGELA AMERICO CASALI e DANIEL APARECIDO RANZATTO-.

30. INDENIZACAO ( ORDINARIA )-85055/2009-CLEBIO TAVARES LEAL x MARISETE PAWILAK-(Despacho em resumo): Para audiência de instrução e julgamento designo o dia 13.02.2012, às 15h30min, primeira data desimpedida na pauta deste juizo. Intimem-se as partes para efetuarem o pagamento de custas referente a expedição das cartas de intimação. -Advs. RAFAEL DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS e MAURICIO HANKE BANDOLIN-.

31. COBRANCA (SUMARIO)-85571/2009-CONJUNTO MORADIAS CAIÇARA II BLOCO II x IZIDIO VANTROBA-Tendo em vista a não citação do requerido, necessario se faz redesignar audiência de conciliação para o dia 11.11.2011, às 14h30min. Intime-se a parte requerente para o recolhimento de custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme provimento 01/99. -Advs. LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ e BEATRIZ SCHIEBLER-.

32. DECLARATORIA ( ORDINARIA )-85609/2009-DOMINGOS TAMBURI NETTO x BANCO DAYCOVAL S/A-1. Mantenho a decisão que indeferiu o pedido de inversão do ônus da prova, pelo mesmo fundamento já exposto, em sede de juízo de retratação em agravo retido. 2. Não há preliminares a serem analisadas ou nulidades para serem sanadas, nem questões processuais pendentes para serem resolvidas. Declaro o feito saneado. 3. Fixo os seguintes pontos controvertidos: a) aferir se o autor participou ou consentiu com a formação da cédula de crédito bancário com alienação fiduciária em garantia do veículo PONTIAC SOLSTICE 2006/2006, placas AOO-8181; b) aferir se o autor conhece LUIZ ROGERIO MATIAS e seria devedor dele; c) aferir se o autor sofreu danos materiais e morais em virtude da apreensão do veículo e, em caso positivo, definir extensão. A fixação da controvérsia é realizada sem prejuízo do disposto no artigo 451 do Código de Processo Civil. 4. Defiro a produção das seguintes provas: Pelo autor (fls. 127/128 e 151/152): depoimento pessoal do banco réu, testemunhal e documental suplementar. Pelo réu (fls. 125/126 e 153/154): depoimento pessoal do autor e oitiva das testemunhas arroladas às fls. 153/154. 5. Para a audiência de instrução e julgamento designo o dia 23 de 01 de 2012, às 15h30min, primeira data desimpedida na pauta deste juízo. 6. Intimem-se as partes para comparecer à audiência (art. 343, § 1°, do CPC), preferencialmente por correio, com aviso de recebimento (art. 238 do CPC), devendo constar da carta ou mandado que se presumirao confessados os fatos contra elas alegados caso não compareçam ou, comparecendo, se recuse a depor (art. 343, § 2°, do CPC). Na intimação dirigida à ré, pessoa jurídica, deve constar a advertência de que "O depoimento pessoal da pessoa jurídica deve ser prestado por mandatário com poderes especiais e com os necessanos conhecimentos técnicos da causa. A simples preposição, aliada à vacuidade do depoimento do preposto, caracteriza verdadeira confissão quanto à matéria de fato" (RT 672/123). 7. Intime-se o autor para, em quarenta e cinco dias, ofertar rol de testemunhas, sob pena de preclusão. 8. Concedo às partes o prazo de quarenta e cinco dias para pagamento das diligências para intimação de suas testemunhas, ou para informar que elas comparecerão à audiência independentemente de intimação, sob pena de reputar-se a desistência tácita. Intimem-se as testemunhas cuja diligência fora preparada para comparecerem à audiância e certifique-se a au66ncia de preparo da diligência daquele que não pagou tempestivamente. Em sendo arrolado testemunha residente fora dos limites da Comarca, expeça-se carta precatória, certificando nos autos e intimando-se as partes da expedição.Intimem-se as partes para efetuarem o pagamento de custas referente a expedição de carta de citação. -Advs. FERNANDO MUNHOZ RIBEIRO, PEDRO LOPES e ALESSANDRA VELLOSO-.

33. SUMÁRIO-86294/2009-T J REPRESENTAÇOES E COMERCIO DE PRESENTES LTDA x TECNOCUBA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-Intime-se a parte requerente para manifestar-se quanto ao cumprimento do acordo realizado entre as partes. -Advs. RAFAEL AZEVEDO COUTINHO MARTORELLI DE JE e NADIA BONAZZI-.

34. ORDINARIA-86295/2009-COMERCIAL ALIMENTICIA ZAMPROGNA LTDA x DAISY NOHANA-1. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 29.02.2012, às 15h30min, ocasião em que serão tomados os depoimentos das partes e ouvidas as testemunhas. Intimem-se as partes para efetuar o pagamento das custas referentes a expedição das cartas de intimação.-Advs. LILIANA MARIA CERUTTI LASS e NELSON ANTÔNIO GOMES JUNIOR-.

35. REPARACAO DE DANOS (SUMARIO)-1077/2010-GERALDINA CORAIOLA DE AZAMBUJA BERTI x MICHELLE TOTTI DYKYJ e outro-Intime-se a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre a petição e documentos juntados pela parte ré em fls. 367/377. -Advs. FABIO AUGUSTO DE SOUZA, HILDEGARD TAGGESELL GIOSTRI e JOSEMAR PERUSSOLO-.

36. INDENIZACAO (SUMARIO)-0002952-79.2010.8.16.0001-DEBORAH BATISTA CARCERERI e outro x ANGELICA FERREIRA ODAHARA e outro- 1. A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam de ANGÉLICA FERREIRA OHARA não merece guarida. §tó porque presume-se existente culpa in eligendo e in vigilando do proprietário do veículo, quando ocorre ilícito praticado por terceiro na condução de seu veículo. Nesse sentido: "Contra o proprietário de veículo dirigido por terceiro considerado culpado pelo acidente conspira a presunçao runs tantum de culpa in eligendo e in vigilando, em razão do que sobre ele recai a responsabilidade pelo ressarcimento do dano que a outrem possa ter sido causado" (STJ - 4.a T. - REsp - Rel. César Asfor Rocha - DJ 20.10.1998 e Bol. STJ 18/17)1 Portanto, não há desvio na conduta da parte autora em demandar também o proprietário do veículo envolvido no sinistro. Assim, refuta-se essa preliminar. Não há outras preliminares a serem analisadas ou nulidades para serem sanadas, nem questões processuais pendentes para serem resolvidas. Declaro o feito saneado. 2. Está-se a discutir a responsabilidade civil pelo acidente de trânsito ocorrido na Rua Manoel Eufrásio, esquina com a Rua Alberto Foloni, que culminou no óbito de JOSE LUIZ CARCERERI, esposo da primeira autora e pai da segunda autora. E incontroverso nos autos que tanto o veículo dirigido pelo de cujus (uma motocicleta) como o conduzido pelo segundo réu (veículo VWIPolo) trafegavam pela Rua Manoel Eufrásio em sentido oposto e que o acidente ocorreu quando o veículo VWIPolo iniciou a conversao à esquerda para ingressar na Rua Alberto Foloni, momento em que houve a colisão com a motocicleta. Fixo os seguintes pontos controvertidos: a) definir se o acidente ocorreu porque o veículo VWIPolo não observou a preferência de tráfego da motocicleta antes de iniciar a conversão à esquerda ou porque a motocicleta estava em alta velocidade e não se certificou se poderia trafegar pelo cruzamento sem visibilidade, ou ambos; b) aferir se o de cujus faleceu em virtude do acidente ou de outro fato; c) definir a existência e extensão dos danos materiais e morais. A fixação da controvérsia é realizada sem prejuízo do disposto no artigo 451 do Código de Processo Civil. 3. Defiro a produção das seguintes provas: Pelas autoras (fls. 767): testemunhal (rol apresentado com a petição inicial - fls. 25/26). Não há preclusão, como sustentado pelos réus às fls. 768/771, visto que a prova deferida fora postulada regularmente na petição inicial. Pelos réus (fls. 768/771): testemunhal (rol às fls. 769/770). Pela denunciada: não há pedido de provas (fls. 765/766). 4. Para audiência de instrução e julgamento designo o dia 25 de 01 de 2012, às .15 h 30 min, primeira data desimpedida na pauta deste juízo. Intimem-se as testemunhas arroladas, salvo indicação de que comparecerão independentemente de intimação. A presença das partes na audiência de instrução e julgamento é facultativa, visto que não serão inquiridas no ato. 5. Intimem-se as partes para recolhimento do valor das custas necessárias à realização das intimações necessárias em até 45 dias da audiência, sob pena de reputar-se preclusa a produção da prova correlata. -Advs. JOSE MADSON DOS REIS, WILLIAM SOARES PUGLIESE e GERARD KAGHTAZIAN JUNIOR-.

37. REVISAO CONTRATUAL ( SUM )-0055645-40.2010.8.16.0001-FERDINANDES DIAS MELO x BANCO ITAULEASING S/A-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da contestaçao e documentos de fls. 102/154. Tendo em vista que a parte ré protocolou 3 (três) contestações, intime-se o mesmo para retirada das petições protocoladas a mais. -Advs. DANIEL ZUBRESKI MONTENEGRO, MATHEUS DIACOV, ROBSON MAIOCHI e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES-.

38. IMPUGNACAO-0065832-10.2010.8.16.0001-CLINICA QALI e outro x GERALDINA CORAIOLA DE AZAMBUJA BERTI- 1. Trata-se de impugnação ao valor da causa manejada por
Clínica Qali e Michelle Totti Dykyj, no bojo da qual se alega inconformismo com o valor atribuído à ação principal, pois a parte ora impugnada delimitou expressamente o prejuízo do qual pretendia ver-se ressarcido eo valor da causa deveria corresponder a esse prejuízo.
A parte contrária se manifestou às fls. 22/25, asseverando
que foi atribuído um valor estimativo à causa, não tendo ocorrido abuso de direito.
Eo relatório. Decido.
2. A impugnação não procede.
A toda causa deve ser atribuído um valor (artigo 258 do
Código de Processo Civil), que deve refletir o conteúdo econômico perseguido pela parte. No caso de ação que visa ressarcimento de danos materiais e morais, cuja cumulação é permitida (Súmula 37 do STJ), o valor da causa deverá ser a quantia correspondente a soma dos valores referentes aos pedidos cumulados (artigo 259, inciso ll, do Código de Processo Civil).
A parte impugnada, que é a parte autora da ação de
indenização em apenso, pretende ser indenizada por danos materiais que afirma ter sofrido, os quais correspondem ao valor gasto com o tratamento realizado com a parte ré, bem como os montantes gastos posteriormente, além dos danos morais, cujo valor estimou, sugerindo a quantia de 215 (duzentos e quinze) salários minimos.
Quando a parte autora não tem condições de mensurar desde
logo o valor da causa - e isso ocorreu no que concerne a porçao relativa aos danos morais - uma vez que a parte apenas suqeriu - é aceito que seja atribuído um valor provisório à causa, o qual deverá ser ulteriormente retificado (seja para aumentá-lo ou diminuí-lo), uma vez delimitado o efetivo conteúdo econômico do direito buscado. O STJ inclusive pontua, em vários arestos, que se deve
aceitar como provisório o valor dado à causa, quando a parte autora não tiver condições de dosá-lo de antemão. Posteriormente, no entanto, quando delimitado o valor econômico (especialmente após a sentença) será possível a reapreciação do valor da causa. Nesse sentido:
1. Trata-se de impugnação ao valor da causa manejada por Clínica Qali e Michelle Totti Dykyj, no bojo da qual se alega inconformismo com o valor atribuído à ação principal, pois a parte ora impugnada delimitou expressamente o prejuízo do qual pretendia ver-se ressarcido eo valor da causa deveria corresponder a esse prejuízo.
A parte contrária se manifestou às fls. 22/25, asseverando que foi atribuído um valor

estimativo à causa, não tendo ocorrido abuso de direito. Eo relatório. Decido. 2. A impugnação não procede. A toda causa deve ser atribuído um valor (artigo 258 do Código de Processo Civil), que deve refletir o conteúdo econômico perseguido pela parte. No caso de ação que visa ressarcimento de danos materiais e morais, cuja cumulação é permitida (Súmula 37 do STJ), o valor da causa deverá ser a quantia correspondente a soma dos valores referentes aos pedidos cumulados (artigo 259, inciso ll, do Código de Processo Civil). A parte impugnada, que é a parte autora da ação de indenização em apenso, pretende ser indenizada por danos materiais que afirma ter sofrido, os quais correspondem ao valor gasto com o tratamento realizado com a parte ré, bem como os montantes gastos posteriormente, além dos danos morais, cujo valor estimou, sugerindo a quantia de 215 (duzentos e quinze) salários mínimos. Quando a parte autora não tem condições de mensurar desde logo o valor da causa - e isso ocorreu no que concerne a porçao relativa aos danos morais - uma vez que a parte apenas suqeriu - é aceito que seja atribuído um valor provisório à causa, o qual deverá ser ulteriormente retificado (seja para aumentá-lo ou diminuí-lo), uma vez delimitado o efetivo conteúdo econômico do direito buscado. O STJ inclusive pontua, em vários arestos, que se deve aceitar como provisório o valor dado à causa, quando a parte autora não tiver condições de dosá-lo de antemão. Posteriormente, no entanto, quando delimitado o valor econômico (especialmente após a sentença) será possível a reapreciação do valor da causa. Nesse sentido: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇAO DE INDENIZAÇAO DANOS MORAIS. PEDIDO GENERICO. VALOR DA CAUSA. ART. 258 DO CPC 1. O valor dado à causa deve ser fixado de acordo com o conteúdo econômico a ser obtido no feito, conforme disposto nos arts. 258 e 259 do Código de Processo Civil. Todavia, na impossibilidade de mensuração da expressao economica, o valor da causa pode ser estimado pelo autor em quantia provisória, passível de posterior adequação ao valor apurado na sentença. 2. Recurso,especial conhecido e provido. (REsp 714.242/RJ, Rel. Ministro JOAO OTAVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 26.02.2008, DJ 10.03.2008 p. 1) 3. Deste modo, feitas essas considerações e verificando que, no caso, foi atribuído um valor provisório à causa, indefiro a impugnação e mantenho o valor atribuído à causa pela parte ora impugnada. Condeno o impugnante no pagamento das custas processuais. Não há honorários advocatícios, pois se trata de mero incidente processual. Oportunamente, desapensem-se e arquivem-se, juntando-se cópia desta decisão nos autos em apenso. Não havendo recurso, desapensem-se e arquivem-se com as cautelas de estilo (itens 5.13.1, CN). -Advs. HILDEGARD TAGGESELL GIOSTRI, JOSEMAR PERUSSOLO e FABIO MICHAEL MOREIRA-.

39. SUMÁRIO-0068879-89.2010.8.16.0001-LUIS ANTONIO COLOMBARI e outro x ALLAN FELIPE TAQUES e outros- Tendo em vista a não citação dos requeridos, necessario se faz redesignar audiência de conciliação para o dia 14 de dezembro de 2011, às 14h30min. Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas referente a expedição da carta de citação.-Advs. JOYCE VINHAS VILLANUEVA e RICARDO VINHAS VILLANUEVA-.

40. RESOLUCAO DE CONTRATO (SUM)-0070330-52.2010.8.16.0001-AZ IMOVEIS LTDA x APARECIDO GONÇALVES-Defiro o pedido de fls. 58/59. Para a audiência de conciliação (artigo 277 do Código de Processo Civil), a que deverão comparecer as partes, para o dia 30.01.2012, às 14h00min. Nessa ocasião, será tentada a conciliação, não obtida esta, a parte requerida poderá apresentar resposta, acompanhada de documentos e rol de testemunhas (artigo 278, caput, do Código de Processo Civil), desde que o faça por intermédio e acompanhada de advogado. Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento das custas referente a expedição de mandado de citação. -Advs. SILVIO BRAMBILA e RAFAEL MARQUES GANDOLFI-.

41. REPARACAO DE DANOS (SUMARIO)-0072623-92.2010.8.16.0001-BRUNO RAPHAEL NOVAK e outro x PAULO DE TARSO MELIM DOS SANTOS- t Não há preliminares a serem analisadas ou nulidades para serem sanadas, nem questões processuais pendentes para serem resolvidas. Declaro o feito saneado. 2. Está-se a discutir a responsabilidade civil pelo acidente de trânsito ocorrido nas esquinas das ruas Mal. Deodoro com Camões, envolvendo uma motocicleta (conduzida pelo primeiro autor e de propriedade da segunda autora) e um minicaminhão (conduzido pelo réu). E incontroverso que a motocicleta trafegava pela Rua Mal. Deodoro e que esta via é preferencial em relação à Rua Camões, por onde vinha o minicaminhão. Também é incontroverso que o acidente trouxe ao primeiro autor uma cicatriz na cabeça. Fixo os seguintes pontos controvertidos: a) aferir se a motocicleta trafegava na Rua Mal. Deodoro em alta velocidade quando ocorreu o sinistro; b) aferir se o minicaminhão interceptou a passagem da motocicleta ou se foi a motocicleta que, por conta de alta velocidade desenvolvida, desviou para a Rua Camões e veio a colidir com o minicaminhão; c) aferir se o réu dirigia embriagado; c) aferir se a cicatriz na cabeça do primeiro autor é visível; d) aferir a existência e extensão dos danos materiais. A fixação da controvérsia é realizada sem prejuízo do disposto no artigo 451 do Código de Processo Civil. 3. Defiro a produção das seguintes provas: Pelos autores (fls. 12 e 80/81): depoimento pessoal do réu, oitiva das testemunhas LEANDRO AUGUSTO BAPTISTA SILVA e SONIA RODRIGUES VITÓRIO e documental. Indefiro a produção de prova pericial médica porque apenas irá protelar o julgamento da lide, visto que: a) o quesito "a" de fl. 81 é respondível com a simples exibição do prontuário médico do autor, o que desde já faculto aos autores juntar aos autos em quinze dias; b) o quesito "b" pede ao perito apenas sua impressão de razoabilidade ou não das despesas médicas - e perícia não se presta a tal fim; c) o quesito "c" pede a constatação da existência de sequelas do acidente; todavia, a única sequela alegada pelo autor - uma cicatriz na cabeça - não é negada pelo réu, razão pela qual desnecessário perícia (sem dizer que a perícia também não se presta a colher a impressão pessoal do perito quanto à repulsa que dita cicatriz pode causar à sociedade); d) o quesito "d" não é respondível por perito da área médica e pode ser provado de forma mais satisfatória com prova oral, aliada a prova documental. Pelo réu (fls. 100): depoimento pessoal dos autores, oitiva da testemunha ADEMAR CELSO NUNES DA SILVA DIAS e documental. Indefiro a produção de prova pericial sobre o bafômetro (quesitos à fl. 101), porque também irá apenas protelar o julgamento da lide, uma vez que o escopo da perícia pode ser alcançado com a simples expedição de ofício ao INMETRO para informar a situação de aferição e calibragem do bafômetro na data da utilização. Então, em substituição à realização da perícia, determino a expedição do competente ofício. 4. Para audiência de instrução e julgamento designo o dia 30 de 01 de 2012, às 15h30min, primeira data desimpedida na pauta deste juízo. 5. Intimem-se as testemunhas arroladas, salvo indicação de que comparecerão independentemente de intimação. 6. Intimem-se as partes para comparecerem à audiência (art. 343, § 1°, do CPC), preferencialmente por correio, com aviso de recebimento (art. 238 do CPC), devendo constar da carta ou mandado que se presumirão confessados os fatos contra elas alegados caso não compareçam ou, comparecendo, se recuse a depor (art. 343, § 2°, do CPC). 7. Intime-se o réu para recolhimento do valor das custas necessárias à realização das intimações necessárias em até 45 dias da audiência, sob pena de reputar-se preclusa a produção da prova correlata. Os autores não precisam recolher o valor das diligências porque são beneficiários da assistência judiciária gratuita. 8. Oficie-se ao INMETRO solicitando seja este juízo informado sobre: a) qual seria a diferença entre calibragem e aferição anual do bafômetro; e b) a situação do bafômetro n° 931 em 23/12/2008 quanto à sua regularidade em relação à calibragem e aferição anual. Instrua-se o ofício com có pia de fl. 25. -Advs. LUIZ FERNANDO ZORNING FILHO, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE, TASSIA TEIXEIRA DE FREITAS BIANCO ERBANO, GUATACARA SCHENFELDER SALLES e MURILO ANTUNES SCHENFELDER SALLES-.

42. DECLARATORIA (SUMARIO)-0006352-67.2011.8.16.0001-TRANSPORTES RODOVIARIOS ROVER LTDA x PRBP REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e outro-1. Considerando que a não houve citação da primeira ré para comparecimento na audiência de conciliação realizada em 02/08/2011 (fls. 68), designo a audiência de conciliação (artigo 277 do Código de Processo Civil), a qual deverão comparecer as partes, na data de 16.12.2012, às 15h00min. Nessa ocasião será tentada a conciliação e a parte requerida, não obtida esta, poderá apresentar resposta, acompanhada de documentos e rol de testemunhas (artigo 278, caput, do Código de Processo Civil), desde que o faça por intermédio e acompanhada de advogado. Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento de custas referente a expedição de carta de citação. -Advs. JONATHAN GROCHOVSKI DA SILVA, PAULO CESAR PETRINI e GABRIEL MEDEIROS RÉGNIER-.

43. SUMÁRIO-0009889-71.2011.8.16.0001-RENATO MEIRELES x BV FINANCEIRA S A CFI-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da contestaçao e documentos de fls. 52/120, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. JULIANE TOLEDO ROSSA-.

44. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0020823-88.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x LUCKY TABACARIA E PRESENTES LTDA ME e outro-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidao de fls. 28 -Adv. DENIO LEITE NOVAES JUNIOR-.

45. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0026518-23.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x J P LEITE E CIA LTDA EPP e outros-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidao de fls. 32 -Adv. DENIO LEITE NOVAES JUNIOR-.

46. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0027689-15.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x TRANS ELO TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA ME-Intime-se a parte requerente para manifestar-se ante os termos da certidao de fls. 39 -Adv. DENIO LEITE NOVAES JUNIOR-.

47. DECLARATORIA (SUMARIO)-0029238-60.2011.8.16.0001-ANA PAULA MENINI x ASSOCIACAO DE ENSINO NOVO ATENEU CENTRO UNIVERSITARIO CURITIBA UNICURITIBA-Diante do contido na certidão de fls. 80, redesigno audiência de conciliação para o dia 23.11.2011, às 14h30min. Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento de custas referente a expedição de carta de citação. -Adv. SILVIO CARLOS KOROBINSKI-.

48. SUMÁRIO-0030985-45.2011.8.16.0001-CENIRA RODRIGUES FERREIRA x EXCELSIOR SEGUROS e outro- 1. Conforme se depreende da certidão de fl. 69, em virtude da proximidade da data da audiência, não há tempo hábil para expedição de carta de citação, de acordo com o art. 277, do Código de Processo Civil. Diante disso, retire-se da pauta a audiência de conciliação designada para o dia 29.09.2011, às 15:00 horas, conforme disposto em fls. 58/59, tendo em vista a ausência de citação de um dos réus e a inviabilidade de se realizar tal diligência em tempo hábil. 2. Destarte, redesigno a audiência de conciliação (artigo 277 do Código de Processo Civil), a qual deverão comparecer as partes, na data de 16.12.2011, às 14h30min. -Adv. GABRIEL CALVET DE ALMEIDA-.

49. REVISAO CONTRATUAL ( SUM )-0037530-34.2011.8.16.0001-MARIA RODRIGUES DE LIMA x BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A-(Despacho em resumo): Diante do exposto, indefiro, por ora, os pedidos liminares, o que faço com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil. Por outro lado, autorizo os depósitos judiciais dos valores incontroversos, pois não há óbice para tanto. Contudo, saliento que os efeitos da mora somente não incidirão sobre esse montante. 4. Para a audiência de conciliação (artigo 277 do Código de Processo Civil), a que deverão comparecer as partes, designo o dia 15.12.2011, às 15h00min. Nessa ocasião será tentada a conciliação e a parte ré, não obtida esta, poderá apresentar resposta, acompanhada de documentos e rol de testemunhas (artigo 278, caput, do Código de Processo Civil), desde que o faça por intermédio e acompanhada de advogado. -Adv. LIDIANA VAZ RIBOVSKI-.

50. SUMÁRIO-0042074-65.2011.8.16.0001-CAROLINA FERREIRA HAMDAR x PML EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.-(Despacho em resumo): Para a audiência de conciliação (artigo 277 do Código de Processo Civil), a que deverão comparecer as partes, para o dia 16.12.2011, às 13h35min. Nessa ocasião, será tentada a conciliação, não obtida esta, a parte requerida poderá apresentar resposta, acompanhada de documentos e rol de testemunhas (artigo 278, caput,

do Código de Processo Civil), desde que o faça por intermédio e acompanhada de advogado. Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento das custas referente a expedição de carta de citação. -Adv. JULIANA CHRISTINA MELLO DE BRITO-.

51. INDENIZACAO P/DANOS (SUM)-0044109-95.2011.8.16.0001-SOCIETA ASSESSORIA IMOBILIARIA E COMERCIAL LTDA - EPP x OI - BRASIL TELECOM CELULAR S/A-(Despacho em resumo): Sendo assim, defiro a tutela requerida e, por conseguinte, determino a expedição de ofício ao SERASA a fim de que se abstenha de prestar informações negativas a respeito da parte autora, devendo ser consignado no ofício que a exclusão se refere unicamente aos débitos arrolados na presente inicial, não abrangendo outros registros eventualmente feitos por credores. Para a audiência de conciliação (artigo 277 do Código de Processo Civil), a que deverão comparecer as partes, para o dia 23.01.2011, às 14h15min. Nessa ocasião, será tentada a conciliação, não obtida esta, a parte requerida poderá apresentar resposta, acompanhada de documentos e rol de testemunhas (artigo 278, caput, do Código de Processo Civil), desde que o faça por intermédio e acompanhada de advogado. Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento das custas referente a expedição de carta de citação. -Adv. NORBERTO JOSE ROSSI-.

52. BUSCA E APREENSÃO C/ PEDIDO DE LIMINAR-0046194-54.2011.8.16.0001-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOANITO PAZ DE ALMEIDA- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 742,60.-Adv. DENISE VAZQUEZ PIRES-.

53. EMBARGOS DE TERCEIRO-0046202-31.2011.8.16.0001-NIVALDO DE SOUZA CORDEIRO x FRANCISCA RITA DE MEIRELLES- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. LUIZ CARLOS MOREIRA JUNIOR-.

54. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0046302-83.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A SUCESSOR. P/ INCORPORAÇÃO DE BANCO ABN AMRO REAL S/A x PEDRO LUIZ SARTORELLI-Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.

55. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0046345-20.2011.8.16.0001-BANCO ITAU CARD S.A x EDSON LUIZ FELIPE- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20-Adv. CLAUDIA MASSUQUETTO-.

56. REINTEGRACAO DE POSSE-0046367-78.2011.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x THIAGO ALEXANDRE S. CRISTOFOLI- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

57. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0046376-40.2011.8.16.0001-ITAU UNIBANCO S/A x WWS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e outros- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON, JANAINA ROVARIS e SILMARA V. K. CARVALHO-.

58. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0046597-23.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A SUCESSOR POR INCORPORAÇÃO DE BANCO ABN AMRO REAL S/A x KENNAN COM ACESSORIOS ELETRONICOS LTDA ME e outro- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. ANDREA CRISTINE GRABOVSKI-.

59. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0046655-26.2011.8.16.0001-BANCO DO BRASIL S.A. x LOURIVAL PEDRO DE MIRANDA e outros- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI-.

60. EXCECAO DE INCOMPETENCIA-0046667-40.2011.8.16.0001-MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A x MAURO CESAR SCHMIDT GUIMARAES- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

61. MONITORIA-0046682-09.2011.8.16.0001-BEST PROCESSOS CONSTRUTIVOS LTDA x MOISES LUIS ELLWANGER- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. CLAUDINEI BELAFRONTE-.

62. CAUTELAR DE EXIBICAO DE DOC-0046916-88.2011.8.16.0001-LEO MARCIO TOZIN x BRASIL TELECON S/A (SUCESSORA POR INCORPORAÇAO DA TELECOMUNICAÇOES DO PARANA S/A, ATUALMENTE CONTROLADA PELA OI S/A)- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 220,90.-Adv. JOSE ARI MATOS-.

63. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0046926-35.2011.8.16.0001-GISELE ADELINE SOTHEA SEVERIANO e outro x BANCO ITAUCARD S.A- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO-.

64. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0046968-84.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S.A x SANATEL COMERCIO DE PURIFICADORES E ACESSORIOS HIDRAULICOS LTDA e outro- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. DENIO LEITE NOVAES JUNIOR-.

65. REINT.DE POSSE C/PED.DE LIM.-0047001-74.2011.8.16.0001-SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL ATUAL DEN. DE REAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL x ELIELTON COSME RIBEIRO BALBINO-Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R $ 827,20.-Adv. CARY CESAR MONDINI-.

66. INDEN.P/DANOS MORAIS (ORD)-0047368-98.2011.8.16.0001-AGRICOLA SPERAFICO LTDA x ESTADO DO PARANA- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. RUBENS FERNANDES JUNIOR-.

67. INDENIZACAO P/DANOS (SUM)-0047440-85.2011.8.16.0001-BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA x ADRIANO ALVES MIRANDA- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 390,10.-Adv. MARIANA LINHARES WATERKEMPER-.

68. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0047662-53.2011.8.16.0001-ANA MARLI ZANONI x FLAVIO AUGUSTO CAINELLI BASILIO e outros- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. CARLOS ANDRE BITTENCOURT DE OLIVEIRA-.

69. REVISAO CONTRATUAL ( SUM )-0047776-89.2011.8.16.0001-JORGE MAX MOREIRA DE SIQUEIRA x BANCO SANTANDER S/A- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 249,10.-Adv. FELIPE DE POLI DESIQUEIRA-.

70. REVISIONAL CUMULADA (ORD)-0047787-21.2011.8.16.0001-MARLO WATANABE x CREDIFIBRA C.F.I- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. MARCOS V. R. DE ALMEIDA-.

71. MONITORIA-0047810-64.2011.8.16.0001-ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS x BRADLEY DALE TOMBERLIN- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 361,90.-Adv. KARINA KUSTER-.

72. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL (ORDINARIO)-0047911-04.2011.8.16.0001-LUMINA PARTICIPAÇOES E AQUISIÇOES LTDA x BRASIL TELECON S/A (SUCESSORA POR INCORPORAÇAO DA TELECOMUNICAÇOES DO PARANA S/A, ATUALMENTE CONTROLADA PELA OI S/A)- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Advs. SERGIO ROBERTO VOSGERAU e JOAO LUIZ SCAREMELLA FILHO-.

73. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0047971-74.2011.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x DORIVAL SOARES DE OLIVEIRA- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Advs. EVARISTO ARAGÃO SANTOS e FABRICIO KAVA-.

74. HABILITACAO DE CREDITO-0048060-97.2011.8.16.0001-JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e outros x ESPOLIO DE AILTON BREDA- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. CESAR AUGUSTO TERRA-.

75. COBRANCA (SUMARIO)-0048064-37.2011.8.16.0001-CONDOMINIO SALGADO FILHO x REGIANE KUCHENNY DE FREITAS e outro- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 249,10.-Adv. ALINE BRATTI NUNES PEREIRA-.

76. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0048217-70.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S.A x ADY SAMPAIO FERRO NETO e outro- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 770,80.-Advs. JOAO LEONEL ANTOCHESKI e MARIA IZABEL BRUGINSKI-.

77. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0048246-23.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S.A x MONICA RODRIGUES FELICIO- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Advs. JOAO LEONEL ANTOCHESKI e MARIA IZABEL BRUGINSKI-.

78. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0048358-89.2011.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x EMERSON ANGLINONI- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

79. USUCAPIAO-0048393-49.2011.8.16.0001-WALDENIR GRAMS- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 220,90.-Adv. JULIANA R. GONÇALVES BONATTO-.

80. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0048410-85.2011.8.16.0001-BANCO SOFISA S/A x DIOGO MOTA ROBERTO- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 418,30.-Adv. CARLA PASSOS MELHADO-.

81. ADJUDICACAO COMPULSORIA (SUM)-0048459-29.2011.8.16.0001-LAILA CRISTINA DE ALMEIDA CRUCILLO x COHAB - COOMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA e outros- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 742,60.-Adv. CLAUDIA PEREIRA MARCUSSI-.

82. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0048591-86.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x DIRCEU OSVALDO DE MATOS- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. FABIANA SILVEIRA-.

83. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0048704-40.2011.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x EDSON KARPINSKI- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. VIRGINIA MAZZUCCO-.

84. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0048752-96.2011.8.16.0001-CREDIFIBRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOAO PAULO URSULINO DA SILVA- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES-.

85. DECLARATORIA ( ORDINARIA )-0049057-80.2011.8.16.0001-ROBERTO FREGONESE e outro x FUNDO GARANTIDOR DE LIQUIDEZ E RECUPERACAO PATRIMONIAL- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Advs. AMARILIS VAZ CORTESI e MANUELLA PRANDINI PEREIRA SALOMAO-.

86. PRESTACAO DE CONTAS-0049059-50.2011.8.16.0001-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS MACEIO x PONTUAL ASSESSORIA IMOBILIARIA E CONDOMINIAL LTDA- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 249,10.-Adv. SEVERINO ERNESTO DE SOUZA-.

87. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0049100-17.2011.8.16.0001-MAB ENGENHARIA E REPRESENTAÇOES LTDA x LUIZ MAURO TEIXEIRA DOS

SANTOS-Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 488,80.-Adv. JEFFERSON LINS VASCONCELOS DE ALMEIDA-.
88. INDENIZACAO ( ORDINARIA )-0049297-69.2011.8.16.0001-RAFAEL BELO e outro x EDISON CARLOS SCHRAMM- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. LUIZ FERNANDO PEREIRA-.
89. COBRANCA (SUMARIO)-0049313-23.2011.8.16.0001-COLEGIO SENHORA DE FATIMA x LUIS CARLOS FERREIRA PINTO- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 333,70.-Adv. ANA CRISTINA DE MELO-.
90. DESPEJO-0049424-07.2011.8.16.0001-S. TEIG PARTICIPAÇOES LTDA x GREEN PAPAYA MODAS LTDA- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Advs. ROBSON JOSE EVANGELISTA e FERNANDA A. DUARTE-.
91. REVISAO CONTRATUAL ( SUM )-0049590-39.2011.8.16.0001-CLACIANE APARECIDA KARSTEN x BANCO FIAT S.A- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 220,90.-Adv. EDEMAR FRITZ JUNIOR-.
92. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0050130-87.2011.8.16.0001-BANCO PANAMERICANO S/A x EVALDO SCHELETER SOBRINHO-Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. MARINA BLASKOVSKI-.
93. INDENIZACAO P/DANOS (SUM)-0050208-81.2011.8.16.0001-OLGA TELEGINSKI e outro x APOLAR IMOVEIS e outros- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 573,40.-Adv. ANGELA MARIA TOMASIN-.
94. RESCISAO CONTRATUAL (ORD)-0050209-66.2011.8.16.0001-HAILTON JOSEMAR RODRIGUES e outro x CARLA PIMENTEL DE OLIVEIRA HANKE e outro- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. VICENTE MAGALHAES-.
95. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL-0050358-62.2011.8.16.0001-LEONALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA-ME x CONDOMINIO EDIFICIO RAVEL-Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 263,20.-Advs. FERNANDO SAMPAIO DE ALMEIDA FILHO e JEFFERSON FURLANETTO MOISES-.
96. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0050407-06.2011.8.16.0001-BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A x DALTON OLIVEIRA VIANNA- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. MARCELO HENRIQUE FERREIRA SIQUEIRA DE MATOS-.
97. REVISIONAL DE CONTR.(SUMARIO)-0050440-93.2011.8.16.0001-MACROPLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LT e outros x BANCO ABN SANTANDER S/A- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Adv. CAROLINE FERRAZ DA COSTA-.
98. RESOLUÇÃO CONTRATUAL (ORD)-0050462-54.2011.8.16.0001-AZ IMOVEIS LTDA x RODRIGO SANTIAGO DA SILVA- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 827,20.-Advs. SILVIO BRAMBILA e RAFAEL MARQUES GANDOLFI-.
99. ANULATORIA (SUMARIO)-0051421-25.2011.8.16.0001-ROMULO MEYER FILHO x RAUL BARBOSA FILHO - COMERCIO DE COMPENSADOS LTDA- Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 220,90.-Adv. MARIA CAROLINA FAVERSANI MACEDO-.
100. EXECUCAO-0051523-47.2011.8.16.0001-ROBERTO MARQUES CORREIA e outro x H2ALPHA: INCORPORADORA DE IMOVEIS-Intime-se a parte requerente para efetuar o preparo das custas iniciais no importe R$ 220,90.-Adv. LINCOLN TAYLOR FERREIRA-.

CURITIBA, 29 DE SETEMBRO DE 2011
MAIARA BARCIK - E. JURAMENTADA

## 2ª VARA CÍVEL

COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANA

SEGUNDA VARA CIVEL

JUIZ DE DIREITO DR. LUCIANO CAMPOS DE ALBUQUERQUE.

JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DRA. VANESSA JAMUS MARCHI.

ESCRIVA: NEUZA MARIA CARMEZINI

RELACAO Nº 258/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ADONIRAN PEDROSO DE OLIVEIRA | 00135 | 003177/2011 |
| ADRIANA BASSO | 00005 | 000242/1998 |
| ADRIANA DE ALCANTARA LUCHTENBERG | 00020 | 001041/2003 |
| AIRTON PEASSON | 00071 | 001015/2009 |
| ALBERT DO CARMO AMORIM | 00153 | 025795/2011 |
| | 00155 | 027043/2011 |
| ALBINO JOSE DE BONI | 00105 | 027092/2010 |
| ALESSANDRA LABIAK | 00065 | 000343/2009 |
| ALESSANDRO MESTRINER FELIPE | 00120 | 057883/2010 |
| ALESSANDRO MOREIRA DO SACRAMEMTO | 00124 | 065146/2010 |
| ALEXANDRE FREDERICO B. SCHWARTZ | 00022 | 001420/2003 |
| | 00027 | 001007/2004 |
| ALEXANDRE NELSON FERRAZ | 00022 | 001420/2003 |
| | 00027 | 001007/2004 |
| | 00093 | 001456/2010 |
| | 00168 | 006298/0000 |
| | 00170 | 006300/0000 |
| ALEXANDRE SZTAJNBOK TEIXEIRA | 00152 | 024037/2011 |
| ALICE DANIELLE SILVEIRA | 00030 | 000122/2005 |
| ALMIR KUTNE | 00071 | 001015/2009 |
| ANA CARLA HARMATIUK MATOS | 00021 | 001133/2003 |
| ANA CLAUDIA L. ROCHA | 00056 | 000885/2008 |
| ANA CLAUDIA TAVARES REQUIAO | 00054 | 000500/2008 |
| ANA ELIETE BECKER MACARINI KOEHLER | 00012 | 001416/2001 |
| ANA LUCIA FRANÇA | 00040 | 001400/2005 |
| ANA PAULA ANTUNES VARELA | 00008 | 001088/2000 |
| ANA PAULA FALLEIROS KEPPE | 00140 | 007386/2011 |
| ANA PAULA SCHELLER DE MOURA | 00080 | 001601/2009 |
| ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES | 00150 | 021075/2011 |
| | 00161 | 038514/2011 |
| ANDERSON KLEBER OKUMURA YUGE | 00025 | 000194/2004 |
| ANDERSON LOVATO | 00010 | 000590/2001 |
| ANDREA HERTEL MALUCELLI | 00080 | 001601/2009 |
| ANDREIA MARINA LATREILLE | 00013 | 000420/2002 |
| ANDRE MELLO SOUZA | 00015 | 000322/2003 |
| ANDREYA DE BORTOLI | 00015 | 000322/2003 |
| ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA | 00141 | 008840/2011 |
| ANGELICA GONZALEZ | 00013 | 000420/2002 |
| ANTONIO APRIGIO FERNANDES SILVA | 00026 | 000402/2004 |
| ANTONIO AUGUSTO GRELLERT | 00055 | 000696/2008 |
| ANTONIO CARLOS EFING | 00056 | 000885/2008 |
| ANTONIO NUNES NETO | 00138 | 004766/2011 |
| ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES JUNIOR | 00054 | 000500/2008 |
| BARBARA REJANE BELNOSKI | 00138 | 004766/2011 |
| BEATRIZ SCHIEBLER | 00006 | 001438/1999 |
| BLAS GOMM FILHO | 00040 | 001400/2005 |
| | 00049 | 001656/2006 |
| | 00085 | 002224/2009 |
| BRUNO MARTIN BATISTA | 00052 | 000068/2008 |
| BRUNO PEDALINO | 00119 | 057402/2010 |
| CALIXTO DOMINGOS DE OLIVEIRA | 00070 | 001013/2009 |
| CANDICE KARINA SOUTO MAIOR DA SILVA | 00056 | 000885/2008 |
| CARINE DE MEDEIROS MARTINS | 00058 | 001026/2008 |
| | 00118 | 056432/2010 |
| CARLA DENES CECONELLO LEITE | 00119 | 057402/2010 |
| CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN | 00169 | 006299/0000 |
| CARLA MARIA KOHLER | 00141 | 008840/2011 |
| CARLOS ALBERTO CORREA FALLEIROS | 00013 | 000420/2002 |
| CARLOS ALBERTO HAUER DE OLIVEIRA | 00052 | 000068/2008 |
| | 00164 | 006294/0000 |
| CARLOS ALBERTO PRAZERES DE OLIVEIRA | 00138 | 004766/2011 |
| CARLOS BERNARDO CARVELHO DE ALBURQU | 00005 | 000242/1998 |
| CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR | 00001 | 000791/1993 |
| CARLOS EDUARDO CARDOSO BANDEIRA | 00063 | 001472/2008 |
| CARLOS EDUARDO CHINAITE | 00066 | 000379/2009 |
| CARLOS EDUARDO NOVAES | 00045 | 000700/2006 |
| CARLOS EDUARDO SCARDUA | 00050 | 000999/2007 |
| | 00057 | 001010/2008 |
| | 00111 | 047281/2010 |
| CARLOS HENRIQUE ZIMMERMANN | 00049 | 001656/2006 |
| CARLOS JOAQUIM DE OLIVEIRA FRANCO | 00004 | 001262/1997 |
| CARLOS ROBERTO MENOSSO | 00008 | 001088/2000 |
| CAROLINE AUGUSTA MACHADO DE SOUZA | 00101 | 020809/2010 |
| CESAR AUGUSTO RICHTER ROSS | 00165 | 006295/0000 |
| CESAR AUGUSTO TERRA | 00029 | 000095/2005 |
| | 00030 | 000122/2005 |
| | 00051 | 000012/2008 |
| | 00059 | 001034/2008 |
| | 00076 | 001388/2009 |
| | 00098 | 015330/2010 |
| CESAR RICARDO TUPONI | 00090 | 000118/2010 |
| CHRISTIANE PACHOLOK | 00105 | 027092/2010 |
| CLAUDIA BARROSO DE PINHO TAVARES MONTANH | 00020 | 001041/2003 |
| CLAUDIA FABIANA GIACOMAZI | 00124 | 065146/2010 |
| CLAUDIA LOPES BORIO | 00022 | 001420/2003 |
| | 00027 | 001007/2004 |
| CLAUDINEI SZYMCZAK | 00076 | 001388/2009 |
| CLAUDIO AUGUSTO LARCHER DOS REIS | 00148 | 020046/2011 |
| CLAUDIO MANOEL SILVA BEGA | 00133 | 001776/2011 |
| CLAUDIO MARCELO BAIAK | 00062 | 001211/2008 |
| CLEIDE DE OLIVEIRA | 00067 | 000433/2009 |
| CLOVIS DIAS DE SOUZA | 00159 | 035368/2011 |
| CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES | 00019 | 000940/2003 |
| | 00065 | 000343/2009 |
| | 00118 | 056432/2010 |

| | | |
|---|---|---|
| CRISTIANE FERREIRA RAMOS | 00141 | 008840/2011 |
| CRISTINA MARIA SILVA FONSECA | 00053 | 000314/2008 |
| CYNTHYA REGINA HOEPHFNER | 00002 | 000328/1994 |
| DAMIEN PABLO DE OLIVEIRA THEIS | 00015 | 000322/2003 |
| DANIEL BARBOSA MAIA | 00049 | 001656/2006 |
| DANIELE DE BONA | 00063 | 001472/2008 |
| | 00084 | 002110/2009 |
| DANIEL HACHEM | 00108 | 038989/2010 |
| DANIEL HAJJAR S. MONTANHA TEIXEIRA | 00002 | 000328/1994 |
| DANIELLE TEDESKO | 00050 | 000999/2007 |
| | 00057 | 001010/2008 |
| | 00111 | 047281/2010 |
| DARIO BORGES DE LIZ NETO | 00075 | 001336/2009 |
| DARLISA DA SILVA | 00028 | 001032/2004 |
| DEBORA NUNES | 00062 | 001211/2008 |
| DEMETRIUS ADRIANO DA SILVA CARVALHO | 00103 | 025351/2010 |
| DENISE VAZQUEZ PIRES | 00131 | 073576/2010 |
| DIOGO KASUGA JUNIOR | 00122 | 060618/2010 |
| EDSON SILVERIO CABRAL | 00006 | 001438/1999 |
| EDUARDO IWAMOTO | 00067 | 000433/2009 |
| EDUARDO JOSE FUMIS FARIA | 00126 | 067239/2010 |
| EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO | 00063 | 001472/2008 |
| EDUARDO SABEDOTTI BREDA | 00002 | 000328/1994 |
| ELISON LUIZ CALEGARI | 00041 | 000072/2006 |
| ELLEN PRISCILA REIS | 00119 | 057402/2010 |
| EMANUELLE CAROLINA BAGGIO | 00013 | 000420/2002 |
| EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN | 00103 | 025351/2010 |
| EMERSON LUIZ LAURENTI | 00041 | 000072/2006 |
| EMILIO LUIZ AUGUSTO PROHMANN | 00149 | 020450/2011 |
| ERIKA HIKISHIMA FRAGA | 00046 | 000913/2006 |
| ERNANI PORTES | 00003 | 001076/1995 |
| ERNESTO ANTUNES DE CARVALHO | 00096 | 006796/2010 |
| EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS | 00011 | 001189/2001 |
| EVARISTO ARAGAO SANTOS | 00094 | 001759/2010 |
| EXPEDITO ARNAUD FORMIGA FILHO | 00082 | 002002/2009 |
| FABIANA CARLA DE SOUZA | 00104 | 026756/2010 |
| FABIANO DIAS DOS REIS | 00087 | 002251/2009 |
| FABIANO LOPES | 00024 | 000115/2004 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 00089 | 002391/2009 |
| FABIO A. ZANLORENCI | 00101 | 020809/2010 |
| FABIO BISKER | 00066 | 000379/2009 |
| FABIO GIL ANACLETO | 00021 | 001133/2003 |
| FABIO MAX MARSCHNER MAYER | 00001 | 000791/1993 |
| FABRICIO ZILOTTI | 00037 | 000795/2005 |
| FATIMA DENISE FABRIN | 00132 | 000630/2011 |
| FELIPE BALECHE NETO | 00144 | 013991/2011 |
| FELIPE BEZERRA DA SILVA | 00035 | 000714/2005 |
| | 00036 | 000787/2005 |
| | 00128 | 069365/2010 |
| FELIPE ROSINSKI LIMA BISSANI | 00008 | 001088/2000 |
| FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS | 00103 | 025351/2010 |
| FERNANDO HENRIQUE CARDOSO | 00021 | 001133/2003 |
| FERNANDO JOSé BONATTO | 00054 | 000500/2008 |
| FERNANDO JOSE GASPAR | 00079 | 001600/2009 |
| | 00102 | 023268/2010 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 00089 | 002391/2009 |
| FLAVIA DANIELE GOMES | 00002 | 000328/1994 |
| FLAVIANO BELINATI GARCIA PERES | 00019 | 000940/2003 |
| | 00058 | 001026/2008 |
| | 00065 | 000343/2009 |
| FLAVIO PENTEADO GEROMINI | 00089 | 002391/2009 |
| FLAVIO SANTANNA VALGAS | 00058 | 001026/2008 |
| FRANCELIZ BASSETTI DE PAULA | 00074 | 001311/2009 |
| GENI WERKA | 00005 | 000242/1998 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 00089 | 002391/2009 |
| GERTRUDES LIMA DE ABREU P. XAVIER | 00007 | 000547/2000 |
| GESSIVALDO OLIVEIRA MAIA | 00159 | 035368/2011 |
| GILBERTO ANDREASSA JUNIOR, | 00157 | 033374/2011 |
| GILBERTO BORGES DA SILVA | 00169 | 006299/0000 |
| GILBERTO RODRIGUES BAENA | 00029 | 000095/2005 |
| | 00030 | 000122/2005 |
| | 00051 | 000012/2008 |
| | 00059 | 001034/2008 |
| GILBERTO STINGLIN LOTH | 00029 | 000095/2005 |
| | 00030 | 000122/2005 |
| | 00076 | 001388/2009 |
| | 00098 | 015330/2010 |
| GIOVANI GIONEDIS | 00015 | 000322/2003 |
| GISELE BUQUERA | 00061 | 001174/2008 |
| GUSTAVO MUNHOZ | 00106 | 028721/2010 |
| HELENA SPERANDIO MISURELLI | 00133 | 001776/2011 |
| HELIO KENNEDY G. VARGAS | 00092 | 000628/2010 |
| HELIO LUIZ VITORINO BARCELOS | 00157 | 033374/2011 |
| HELOISA GONÇALVES ROCHA | 00104 | 026756/2010 |
| IDAMARA ROCHA FERREIRA | 00049 | 001656/2006 |
| IGOR RAFAEL MAYER | 00058 | 001026/2008 |
| ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE | 00119 | 057402/2010 |
| ITO TARAS | 00020 | 001041/2003 |
| IVAN CESAR AZEVEDO BORGES DE LIZ | 00075 | 001336/2009 |
| IVO DYNIEWICZ | 00133 | 001776/2011 |
| JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO | 00030 | 000122/2005 |
| JACKSON ROBERTO MORAIS ALVES | 00021 | 001133/2003 |
| JAQUELINE ZAMBOM | 00029 | 000095/2005 |
| | 00051 | 000012/2008 |
| JEFERSON LUIZ DAMBROS | 00099 | 018255/2010 |
| JEFERSON WEBER | 00010 | 000590/2001 |
| JOANA OLINIK | 00002 | 000328/1994 |
| JOAO CARLOS FLOR JUNIOR | 00089 | 002391/2009 |
| JOAO CASILLO | 00138 | 004766/2011 |
| JOAO CLAUDIO FRANZO WEINAND | 00130 | 069569/2010 |
| JOAO DOMINGOS CARDOSO | 00021 | 001133/2003 |
| JOAO HENRIQUE KALABAIDE | 00127 | 068619/2010 |
| JOAO LEONEL ANTOCHESKI | 00072 | 001201/2009 |
| JOAO LEONELHO GABARDO FILHO | 00029 | 000095/2005 |
| | 00030 | 000122/2005 |
| | 00051 | 000012/2008 |
| | 00059 | 001034/2008 |
| | 00076 | 001388/2009 |
| | 00098 | 015330/2010 |
| JOAQUIM BARBOSA DE OLIVEIRA | 00164 | 006294/0000 |
| JOEL KRAVTCHENKO | 00045 | 000700/2006 |
| | 00099 | 018255/2010 |
| JONAS BORGES | 00109 | 042428/2010 |
| JOÃO MOACIR OSTWALD FARAH | 00079 | 001600/2009 |
| JORGE ANDRE RITZMANN DE OLIVEIRA | 00026 | 000402/2004 |
| JORGE DURVAL DA SILVA | 00145 | 015434/2011 |
| JORGE GOMES ROSA NETO | 00006 | 001438/1999 |
| JOSE ANCHIETA DA SILVA | 00128 | 069365/2010 |
| JOSE CARLOS DA SILVA TRISTAO | 00034 | 000663/2005 |
| JOSE CARLOS RIBEIRO DE SOUZA | 00058 | 001026/2008 |
| JOSIAS CHROMIEC | 00011 | 001189/2001 |
| JOSLAINE MONTANHEIRO ALCANTARA DA S | 00026 | 000402/2004 |
| JULIANA CRISTINA TORRES | 00006 | 001438/1999 |
| JULIANA DE SOUZA TALARICO BALDACINI | 00006 | 001438/1999 |
| JULIANE TOLEDO ROSSA | 00143 | 012270/2011 |
| JULIANE TOLEDO S. ROSSA | 00154 | 026986/2011 |
| | 00158 | 034806/2011 |
| JULIO BARBOSA LEMES FILHO | 00002 | 000328/1994 |
| JULIO CESAR DE LIZ | 00013 | 000420/2002 |
| JULIO CESAR ENGEL DOS SANTOS | 00142 | 009802/2011 |
| JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA | 00163 | 042196/2011 |
| JULIO CESAR SCHNEIDER PEREIRA | 00054 | 000500/2008 |
| JULIO CESAR VERALDO MENEGUCI | 00157 | 033374/2011 |
| JURACI BARBOSA SOBRINHO | 00002 | 000328/1994 |
| KARINE SIMONE POFAHL WEBER | 00097 | 009905/2010 |
| | 00150 | 021075/2011 |
| KARLA FERREIRA DE CAMARGO FISCHER | 00043 | 000313/2006 |
| KELLY CRISTINA WORM COTLINSKI CANZAN | 00064 | 000049/2009 |
| KLAUS E. RODRIGUES MARQUES | 00152 | 024037/2011 |
| LAIANA CARLA MIRANDA MARTINS | 00090 | 000118/2010 |
| LANDES PORCIÚNCULA | 00086 | 002235/2009 |
| LEANDRO DELYSON FRANCA | 00137 | 004754/2011 |
| LEANDRO LUIZ KALINOWSKI | 00120 | 057883/2010 |
| LEANDRO NEGRELLI | 00069 | 000976/2009 |
| LEANDRO RICARDO ZENI | 00015 | 000322/2003 |
| LEILA FAYEK TACLA YACOUB | 00037 | 000795/2005 |
| LEONARDO XAVIER ROUSSENQ | 00017 | 000607/2003 |
| LEONEL TREVISAN JUNIOR | 00096 | 006796/2010 |
| | 00132 | 000630/2011 |
| LIBIAMAR DE SOUZA | 00104 | 026756/2010 |
| LIDIANA VAZ RIBOVSKI | 00117 | 054575/2010 |
| | 00136 | 003525/2011 |
| | 00156 | 032559/2011 |
| LIJEANE CRISTINA PEREIRA SANTOS | 00030 | 000122/2005 |
| LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO | 00016 | 000442/2003 |
| LILIAN BATISTA DE LIMA | 00116 | 053947/2010 |
| LINEU ROQUE STERTZ | 00047 | 001105/2006 |
| LIZETE RODRIGUES FEITOSA | 00056 | 000885/2008 |
| LIZIA CEZARÍO DE MARCHI | 00063 | 001472/2008 |
| LUCAS AMARAL DASSAN | 00121 | 060613/2010 |
| LUCAS ZUCOLI YAMAMOTO | 00106 | 028721/2010 |
| LUCIANA BERRO | 00049 | 001656/2006 |
| LUCIANA GRANDO PADILHA | 00033 | 000581/2005 |
| LUIS CESAR ESMANHOTTO | 00001 | 000791/1993 |
| LUIS EDUARDO MIKOWSKI | 00011 | 001189/2001 |
| LUIS EDUARDO PEREIRA | 00101 | 020809/2010 |
| LUIS GUILHERME LANGE TUCUNDUVA | 00149 | 020450/2011 |
| LUIZA DE ARAUJO FURIATTI | 00075 | 001336/2009 |
| LUIZ ALCEU GOMES BETTEGA | 00034 | 000663/2005 |
| LUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES | 00013 | 000420/2002 |
| LUIZ CARLOS JAVOSCHY | 00067 | 000433/2009 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 00077 | 001391/2009 |
| | 00112 | 048890/2010 |
| | 00139 | 006514/2011 |
| LUIZ FERNANDO DA ROSA PINTO | 00087 | 002251/2009 |
| LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ | 00090 | 000118/2010 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 00089 | 002391/2009 |
| LUIZ HENRIQUE GUIMARAES HOHMANN | 00048 | 001480/2006 |
| LUIZ SALVADOR | 00116 | 053947/2010 |
| MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA | 00160 | 038100/2011 |
| MANOEL ALEXANDRE S. RIBAS | 00092 | 000628/2010 |
| MANOEL CARLOS DA SILVA | 00015 | 000322/2003 |
| MANOELE KRAHN | 00075 | 001336/2009 |
| MARCELO ANTONIO OHRENN MARTINS | 00025 | 000194/2004 |
| | 00060 | 001137/2008 |
| MARCELO LUIZ DA ROSA SANTOLIN | 00130 | 069569/2010 |
| MARCELO TESHEINER CAVASSANI | 00124 | 065146/2010 |
| MARCIO ALEXANDRE MALFATTI | 00054 | 000500/2008 |
| MARCIO ANDREI GOMES DA SILVA | 00147 | 017385/2011 |
| | 00151 | 023168/2011 |
| MARCIO AYRES DE OLIVEIRA | 00069 | 000976/2009 |
| | 00126 | 067239/2010 |
| | 00166 | 006296/0000 |
| | 00167 | 006297/0000 |
| MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA | 00123 | 061449/2010 |
| MARCO AURéLIO B. S. MATOS | 00005 | 000242/1998 |
| MARCO AURéLIO RODRIGUES MOREY | 00006 | 001438/1999 |
| MARCOS ANTONIO GONCALVES | 00134 | 001816/2011 |

| | | |
|---|---|---|
| MARCOS ANTONIO NUNES DA SILVA | 00121 | 060613/2010 |
| MARCOS PAULO DA SILVA | 00145 | 015434/2011 |
| MARCOS SIQUEIRA CAMPOS | 00017 | 000607/2003 |
| MARIA ADRIANA PEREIRA | 00031 | 000200/2005 |
| MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA | 00006 | 001438/1999 |
| MARIA CLAUDIA STANSKY | 00013 | 000420/2002 |
| MARIA DE FATIMA SILVEIRA CESCONETTO | 00133 | 001776/2011 |
| MARIA ILMA CARUSO GOULART | 00023 | 001503/2003 |
| MARIA IZABEL BRUGINSKI | 00072 | 001201/2009 |
| MARIANE CARDOSO MACAREVICH | 00057 | 001010/2008 |
| | 00113 | 052277/2010 |
| MARIA REGINA ZARATE NISSEL | 00073 | 001253/2009 |
| MARILI RIBEIRO TABORDA | 00160 | 038100/2011 |
| MARILZA MATIOSKI | 00048 | 001480/2006 |
| | 00146 | 016296/2011 |
| MARINO RENEU DRESCH | 00003 | 001076/1995 |
| MARIO BRASILIO ESMANHOTTO FILHO | 00130 | 069569/2010 |
| MARIZA DE MACEDO | 00145 | 015434/2011 |
| MARLUCIO LEDO VIEIRA | 00116 | 053947/2010 |
| MARTIN ROEDER FILHO | 00123 | 061449/2010 |
| MAURICIO KAVINSKI | 00104 | 026756/2010 |
| MAURICIO SAGBONI MONTANHA TEIXEIRA | 00002 | 000328/1994 |
| MAURO CURY FILHO | 00025 | 000194/2004 |
| MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO | 00002 | 000328/1994 |
| MAURO SERGIO GUEDES NASTARI | 00025 | 000194/2004 |
| | 00053 | 000314/2008 |
| MAURO SHIGUEMITSU YAMAMOTO | 00106 | 028721/2010 |
| MAYLIN MAFFINI | 00069 | 000976/2009 |
| | 00085 | 002224/2009 |
| MAYRA DE OLIVEIRA COSTA | 00115 | 052507/2010 |
| MICHELE SACKSER | 00063 | 001472/2008 |
| MICHELLE CRISTINE DA GRAÇA ARAUJO | 00088 | 002266/2009 |
| MICHELLE SCHUSTER NEUMANN | 00080 | 001601/2009 |
| MIEKO ITO | 00046 | 000913/2006 |
| | 00088 | 002266/2009 |
| | 00140 | 007386/2011 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 00068 | 000444/2009 |
| | 00083 | 002035/2009 |
| MIRNEI BARBOSA DE SOUZA ARAUJO | 00133 | 001776/2011 |
| MOACYR CORREA FILHO | 00004 | 001262/1997 |
| NARCIZO LIPKA | 00004 | 001262/1997 |
| NATALIA BROTTO | 00056 | 000885/2008 |
| NATANAEL GORTE CAMARGO | 00048 | 001480/2006 |
| NATHALIA KOWALSKI FONTANA | 00006 | 001438/1999 |
| NELMON JOSE DA SILVA JR. | 00005 | 000242/1998 |
| NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR | 00044 | 000471/2006 |
| NELSON PASCHOALOTTO | 00078 | 001397/2009 |
| | 00081 | 001993/2009 |
| NEUDI FERNANDES | 00031 | 000200/2005 |
| | 00032 | 000440/2005 |
| NEUSA MARIA CANDIDO | 00016 | 000442/2003 |
| NEWTON ROBERTO TEIXEIRA DE CASTRO | 00012 | 001416/2001 |
| NIVALDO MARTINS | 00095 | 003479/2010 |
| NIVIA HANTHORNE NITA | 00110 | 043135/2010 |
| OCTAVIO CAMPOS FISCHER | 00043 | 000313/2006 |
| OLIVIO HORACIO RODRIGUES FERRAZ | 00006 | 001438/1999 |
| OSNI DA SILVA | 00039 | 001356/2005 |
| PAMELA IRIS TEILOR | 00042 | 000094/2006 |
| PATRICIA PONTAROLI JANSEN | 00058 | 001026/2008 |
| | 00065 | 000343/2009 |
| PAULA ROBERTA PIRES | 00014 | 000439/2002 |
| PAULO CESAR TORRES | 00016 | 000442/2003 |
| PAULO HENRIQUE BEREHULKA | 00055 | 000696/2008 |
| PAULO HENRIQUE GARDEMANN | 00098 | 015330/2010 |
| PAULO ROBERTO FERREIRA PEREIRA | 00074 | 001311/2009 |
| PAULO ROBERTO RAZZOLINI | 00021 | 001133/2003 |
| PEDRO GIROLAMO MACARINI | 00012 | 001416/2001 |
| PEDRO PAULO MATTIUZZI | 00024 | 000115/2004 |
| PIERCY DE LEMOS | 00129 | 069396/2010 |
| PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR | 00058 | 001026/2008 |
| RAFAELA FILGUEIRA | 00050 | 000999/2007 |
| | 00057 | 001010/2008 |
| RAFAEL BAGGIO BERBICZ | 00056 | 000885/2008 |
| RAFAEL DE LIMA FELCAR | 00142 | 009802/2011 |
| RAFAEL DIAS CORTES | 00052 | 000068/2008 |
| RAFAEL DOS SANTOS KIRCHHOFF | 00121 | 060613/2010 |
| RAFAEL MAIA EHMKE | 00121 | 060613/2010 |
| RAFAEL MARQUES GANDOLFI | 00026 | 000402/2004 |
| RAFAEL MUELLER | 00051 | 000012/2008 |
| RAFAEL SBRISSIA | 00051 | 000012/2008 |
| RAFAEL SCHIER GUERRA | 00035 | 000714/2005 |
| | 00036 | 000787/2005 |
| RANULFO FELIX | 00100 | 020201/2010 |
| REGINA DE MELO SILVA | 00112 | 048890/2010 |
| REGINA TANIA BORTOLI | 00013 | 000420/2002 |
| REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM | 00108 | 038989/2010 |
| RENATO GALVAO CARRILLO | 00018 | 000903/2003 |
| RENATO SERPA SILVERIO | 00012 | 001416/2001 |
| | 00047 | 001105/2006 |
| RICARDO LUCAS CALDERON | 00066 | 000379/2009 |
| ROBERTO NELSON BRASIL POMPEO FILHO | 00008 | 001088/2000 |
| ROBERTO ZANDAVALI CARNASCIALI | 00009 | 000118/2001 |
| ROBSON OCHAI PADILHA | 00029 | 000095/2005 |
| RODRIGO AUGUSTO BRUNING | 00025 | 000194/2004 |
| ROMULO VINICIUS FINATO | 00132 | 000630/2011 |
| RONALDO GUILHERME KUMMER | 00042 | 000094/2006 |
| ROSANA BENENCASE | 00125 | 065362/2010 |
| | 00142 | 009802/2011 |
| ROSANGELA DA ROSA CORREA | 00057 | 001010/2008 |
| | 00113 | 052277/2010 |
| ROSIANE APARECIDA MARTINEZ | 00058 | 001026/2008 |
| ROXANA LIGIA DE ARAUJO HAKIM | 00075 | 001336/2009 |
| RUBENS CORREA | 00107 | 035273/2010 |
| SABRINA DE CAMARGO OLIVEIRA | 00038 | 000923/2005 |
| SADI BONATTO | 00054 | 000500/2008 |
| SAMUEL BATISTA GUIRAUD | 00035 | 000714/2005 |
| | 00036 | 000787/2005 |
| SANDRA EVELIZI MENDONÇA | 00115 | 052507/2010 |
| SAULO DE MEIRA ALBACH | 00074 | 001311/2009 |
| SCHEILA CAMARGO COELHO TOSIN | 00162 | 039972/2011 |
| SELMA CRISTINA SAITO AZEVEDO | 00005 | 000242/1998 |
| SERGIO EDUARDO SAYÃO GOMES LOBATO | 00038 | 000923/2005 |
| SERGIO HENRIQUE TEDESCHI | 00029 | 000095/2005 |
| SERGIO SCHULZE | 00082 | 002002/2009 |
| | 00111 | 047281/2010 |
| | 00150 | 021075/2011 |
| | 00161 | 038514/2011 |
| SERGIO TERNUS | 00033 | 000581/2005 |
| SHEILA CAROL CHRIST | 00033 | 000581/2005 |
| SILVANA SANTOS TURIN | 00061 | 001174/2008 |
| SILVIO BRAMBILA | 00026 | 000402/2004 |
| SILVIO RUBENS MEIRA PRADO | 00054 | 000500/2008 |
| SIMONE ZONARI LETCHACOSKI | 00015 | 000322/2003 |
| | 00138 | 004766/2011 |
| SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES | 00017 | 000607/2003 |
| | 00162 | 039972/2011 |
| TATIANA SCHMIDT MANZOCHI | 00114 | 052343/2010 |
| TATIANA VALESCA VROBLEWSKI | 00111 | 047281/2010 |
| TATYANE PRISCILA PORTES STEIN | 00083 | 002035/2009 |
| THAIS BRAGA BERTASSONI | 00032 | 000440/2005 |
| THIAGO STAINKE | 00040 | 001400/2005 |
| VALDEMAR HARTJE | 00091 | 000336/2010 |
| VALERIA CARAMURU CICARELLI | 00022 | 001420/2003 |
| | 00027 | 001007/2004 |
| VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA | 00063 | 001472/2008 |
| | 00079 | 001600/2009 |
| | 00102 | 023268/2010 |
| VANESSA VOLPI BELLEGARD PALACIOS | 00006 | 001438/1999 |
| VERIDIANA BRUSCHZ LOMBARDI | 00009 | 000118/2001 |
| VINICIUS EDUARDO CORREA | 00100 | 020201/2010 |
| VITOR HUGO PAES LOUREIRO FILHO | 00018 | 000903/2003 |
| WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA | 00068 | 000444/2009 |
| WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR | 00011 | 001189/2001 |
| WALTER LUIS DE BORBA | 00095 | 003479/2010 |

1. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS (SUMARIO)-791/1993-LOURIVAL REMI LAMBACH e outro x BARTOLOMEU MARTINS SOLER-A parte interessada, para que efetue o deposito antecipado das custas devidas ao 4º Oficio Contador, em conformidade com o art. 19 e seus paragrafos, do CPC, que importam em R$ 10,08, importante que as custas sejam recolhidas em favor do beneficiário correto. -Advs. CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR, LUIS CESAR ESMANHOTTO e FABIO MAX MARSCHNER MAYER-.

2. AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO C-328/1994-NILDA MARTY MUZZILLO e outro x CIA REAL DE CRED.IMOBILIARIO S/A e outro- ...Posto isso, conheço dos embargos de declaração, e no merito , dou-lhes provimento a fim de que seja revogado o despacho de fls. 450, e seja intimado o devedor/ autor para que efetue o preparo das custas processuais, no prazo de cinco dias, sob pena de penhora online. Ademais, ao credor para que se manifeste acerca do interesse na execução do julgado no prazo de cinco dias. Decorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se os autos com as anotações de estilo, inclusive junto ao distribuidor. -Advs. MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO, EDUARDO SABEDOTTI BREDA, DANIEL HAJJAR S. MONTANHA TEIXEIRA, JULIO BARBOSA LEMES FILHO, JOANA OLINIK, JURACI BARBOSA SOBRINHO, MAURICIO SAGBONI MONTANHA TEIXEIRA, FLAVIA DANIELE GOMES e CYNTHYA REGINA HOEPHFNER-.

3. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1076/1995-MARINO RENEU DRESCH x MANOEL APARECIDO ISIDORO e outro- Ao credor para que apresente calculo atualizado da divida. Após, voltem para consulta ao Bacen. -Advs. MARINO RENEU DRESCH e ERNANI PORTES-.

4. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILICITO-1262/1997-JOSEFATO XAVIER e outro x ACO MINERACAO LTDA-Oficie-se na forma do item 5.8.14.2 do CN. Ao credor para que apresente calculo atualizado do debito, bem como junte copia atualizada da matricula do imovel penhorado. Após, voltem para designação de hasta publica. A parte para que antecipe as custas para expedição de oficio. -Advs. NARCIZO LIPKA, MOACYR CORREA FILHO e CARLOS JOAQUIM DE OLIVEIRA FRANCO-.

5. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-242/1998-TRANSBANCO BANCO DE INVESTIMENTO S/A x FRIOLAT CORRETORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA- Sobre a petição de fl. 242/245, manifestem-se as partes, em cinco dias.-Advs.

ADRIANA BASSO, MARCO AURéLIO B. S. MATOS, SELMA CRISTINA SAITO AZEVEDO, GENI WERKA, CARLOS BERNARDO CARVELHO DE ALBURQU e NELMON JOSE DA SILVA JR.-.

6. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1438/1999-BANCO DO BRASIL S/A x MAXIMO ALFREDO ASINELLI SOBRINHO-Tendo em vista que não foram encontrados valores a serem bloqueados, intime-se o credor para que indique outros bens a penhora, em cinco dias. Tendo em vista a impossibilidade tecnica do sistema renajud, recolhidas as custas expeça oficio ao Detran para bloqueio do bem. -Advs. OLIVIO HORACIO RODRIGUES FERRAZ, BEATRIZ SCHIEBLER, EDSON SILVERIO CABRAL, JORGE GOMES ROSA NETO, VANESSA VOLPI BELLEGARD PALACIOS, JULIANA CRISTINA TORRES, NATHALIA KOWALSKI FONTANA, MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA, JULIANA DE SOUZA TALARICO BALDACINI e MARCO AURéLIO RODRIGUES MOREY-.

7. INVENTÁRIO-547/2000-WALMOUR CORNELIO DOS SANTOS e outros x ESPOLIO DE MARIA APARECIDA DE MORAES SANTOS-A parte para que antecipe as custas para expedição de formal de partilha, sob pena de remessa dos autos ao arquivo. -Adv. GERTRUDES LIMA DE ABREU P. XAVIER-.

8. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS-1088/2000-ODILON ADRIANO DE OLIVEIRA x ANTONIO JORGE COSTA e outro-Defiro o requerimento de penhora on line. Segue em frente o recibo de protocolamento do pedido. Aguarde resposta do Bacen. A parte para que efetue o preparo das custas do distribuidor R$ 2,48. -Advs. CARLOS ROBERTO MENOSSO, ANA PAULA ANTUNES VARELA, FELIPE ROSINSKI LIMA BISSANI e ROBERTO NELSON BRASIL POMPEO FILHO-.

9. INVENTÁRIO-118/2001-LOURENCO CARASAI e outros x MARIA BURDA-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. VERIDIANA BRUSCHZ LOMBARDI e ROBERTO ZANDAVALI CARNASCIALI-.

10. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-590/2001-EDIFICIO GOLDEN LYON x C.P. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA- 1 -- Trata-se de pedido de cumprimento de sentença formulado por Condomínio Edifício Golden Lyon em face de C. P. Construtora e Incorporadora Ltda, visando o recebimento de R$ 52.214,87 (cinqüenta e dois mil, duzentos e quatorze reais e oitenta e sete centavos) (fls. 342/344). A executada foi intimada para efetuar o pagamento da quantia devida (fl. 347-verso) e apresentou exceção de pré-executividade (fls. 348/353), rejeitada conforme decisão de fls. 380/381. Efetuada a penhora de imóvel e vaga de garagem (fl. 404), a executada apresentou impugnaçao ao cumprimento de sentença, nos moldes do art. 475-L, do Código de Processo Civil, alegando, em síntese, que há inexigibilidade do título e excesso de execução. Afirma que a execução visa o recebimento de valores oriundos das taxas condominiais referente à vaga de garagem, não objeto desta demanda, apontando como devido apenas o valor de R$ 32.396,95 (trinta e dois mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e cinco centavos). Por fim, afirma ser indevido o valor referente à tarifa bancária. Juntou os documentos de fls. 421/537. A exeqüente manifestou-se sobre a impugnação apresentada (fls. 572/587), asseverando que inexiste duplicidade da cobrança. Juntou os documentos de fls. 588/607. Os autos foram encaminhados à Contadoria, ocasião em que apurou-se que o valor atualizado da dívida é de R$ 52.723,58 (cinqüenta e dois mil, setecentos e vinte e três reais e cinqüenta e oito centavos) (fls. 673/677). Feitas tais considerações, passo à análise da impugnação ofertada. 2 - Conforme relatado, pretende a executada o reconhecimento da inexigibilidade do título eo excesso de execuçao, pois no seu entender as taxas condominiais cobradas englobam valores oriundos de vaga de garagem que não são objeto da presente demanda. Em que pese suas alegações, entende-se que a presente impugnaçao nao merece amparo. Primeiramente, oportuno registrar que o exeqüente Edifício Golden Lyon ajuizou a ação de cobrança visando o recebimento das taxas condominiais referentes ao apartamento 601, vencidas no período de janeiro de 1998 a março de 2000 (fl. 03), acostando, os respectivos boletos de cobrança (fls. 34/58), cujos pedidos foram julgados procedentes. Já na fase de cumprimento de sentença, vem a executada alegar que os valores cobrados não estão corretos, pois englobam também as taxas condominiais da vaga de garagem, não objeto de discussão na presente demanda. Sobre o tema, oportuno registrar que o art. 475-L do Código de Processo Civil traz em seu bojo as matérias que podem ser objeto da impugnação, cujo rol é taxativo e, não permite nova discussão sobre a lide e nem mesmo a modificação do que já restou decidido na sentença. Ora, de acordo com a matrícula do Edifício Golden Lyon é fácil vislumbrar que nem todas as unidades condominiais possuem vagas de garagem e que o apartamento 601 é um deles (fls. 08/19). Além disso, a cópia da petição inicial da ação de cobrança envolvendo as mesmas partes, acostada às fls. 504/506 também deixa claro essa possibilidade. Em segundo lugar, vale dizer que os valores que são objeto de execução já fazem parte do processo e foram registrados desde a petição inicial e, ao longo da instrução processual, a executada, em nenhum momento, trouxe a discussão de que os valores dos condomínios estão incorretos, pois supostamente abrangeriam a vaga de garagem. Ademais, ainda que assim não dosse, inexiste demonstração de que a cobrança abrange, efetivamente, também a vaga de garagem. Frise- se que o arsenal de documentos trazidos pela impugnante apenas dão conta da existência de inúmeros feitos envolvendo as partes, mas não se observa que houve o reconhecimento da alegada cobrança dúplice que, aliás, não teria o condão de trazer conseqüências ao presente feito. Por fim, registre-se que a impugnaçao ao cumprimento de sentença não serve como momento processual para o debate de questões que deveriam ter sido suscitadas na fase de conhecimento, razão pela qual, deve ser rejeitada. 3 - Além disso, insurge-se a executada quanto a cobrança do valor da tarifa bancária. Tal pleito também não comporta acolhimento. Isto porque, da simples comparação dos boletos bancários de fls. 34/52 e a planilha de débito de fls. 345/346 é fácil perceber que já houve o desconto de R$ 2,00 (dois reais) referente a tarifa bancária. 4 - Diante de tais considerações, vislumbra-se a inexistência de excesso de execução, razão pela qual, rejeito a presente impugnaçao ao cumprimento de sentença, devendo a executada arcar com o pagamento das custas e despesas processuais, desta fase, bem como, dos honorários advocatícios os quais fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais). Frise-se que tal condenação mostra-se perfeitamente possível nesta fase processual, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça: (REsp 1187213/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/02/2011, D Je 23/02/2011) 5 - Diligências e intimações necessárias. 6 - Oportunamente, voltem conclusos para o prosseguimento do cumprimento de sentença. -Advs. JEFERSON WEBER e ANDERSON LOVATO-.

11. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA SFH-1189/2001-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A x LAUDENIR JOSE GUERREIRO DOS SANTOS e outro-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR, LUIS EDUARDO MIKOWSKI e JOSIAS CHROMIEC-.

12. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO C-0000008-22.2001.8.16.0001-BCN-LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL x LUIZ GASTAO KOST- Assiste razão ao requerido. Ao requerente para que efetue o deposito dos honorarios periciais, em cinco dias. No mais, cumpra-se a decisão de fls. 298. -Advs. PEDRO GIROLAMO MACARINI, ANA ELIETE BECKER MACARINI KOEHLER, RENATO SERPA SILVERIO e NEWTON ROBERTO TEIXEIRA DE CASTRO-.

13. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-420/2002-FABRICA DE SERRAS SATURNINO S/A x MAXINER COMERCIO EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA- Comprovado o recolhimento das custas, expeça-se mandado de penhora e avaliação, conforme requerido. -Advs. CARLOS ALBERTO CORREA FALLEIROS, ANGELICA GONZALEZ, JULIO CESAR DE LIZ, LUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES, ANDREIA MARINA LATREILLE, REGINA TANIA BORTOLI, MARIA CLAUDIA STANSKY e EMANUELLE CAROLINA BAGGIO-.

14. AÇÃO MONITÓRIA-439/2002-BOVICARNES COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA x JOAO BALDUINO-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Adv. PAULA ROBERTA PIRES-.

15. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER-322/2003-NELSON KENDI KOMIKAWA e outro x COMISSARIA GALVAO S.A. - CORRETAGEM DE IMOVEIS e outros- 1 - Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por Nelson Kendi Komikawa e outro em face de Costrutora San Roman S/A. 2 - Conforme se infere do despacho de fls. 595/597 houve a desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada Construtora San Roman S/A. Interposto agravo de instrumento em face da referida decisão (fls. 602/617), o recurso foi desprovido, conforme acórdão de fls. 632/637 da lavra do e. Des. Sérgio Arenhart. Determinada a inclusão dos sócios da executada no cadastro do processo (fl. 655), Construtora San Roman S/A interpôs embargos de declaração alegando que a decisão é omissa, els que nao mencionou quais os sócios devem ser incluídos no polo passivo da lide (fis. 659/661). Após a oitiva da parte contrária (fls. 663/667), os embargos foram rejeitados (fl. 668), ocasião em que se determinou a juntada de certidão atualizada da empresa. Na sequencia, cumprida a determinação (fls. 670/673) e após a juntada de documentos apresentados pela executada (fls. 681/743), foi determinada a citação dos sócios da executada elencados na petição de fls. 746/748. A executada, irresignada, apresentou pedido de reconsideração em face da referida decisão pugnando pela exclusão dos sócios do polo passivo da presente demanda (fls. 751/753). Ouvida a parte contrária (fls. 756/759), vieram os autos conclusos para decisão interlocutória. 3 - Em que pese as ponderações feitas pela executada, entende-se que nada há que ser reconsiderado na decisão de fls. 749. Primeiramente porque o livro de registro de ações comprova a e qualidade de sócios das pessoas elencadas às fls. 748, fato corroborado pela certidão atualizada da empresa executada apresentada pela Junta Comercial do Estado do Paraná. Além disso, apesar da irresignação, a executada não apresenta quem seriam os supostos sócios da empresa para os quais deveria ser redirecionada a presente execução, razão pela qual, indefiro o pedido de reconsideração. 4 - Por fim, apesar do pedido de reconsideração da executada carecer de respaldo, não implica dizer que está agindo em litigância de má-fé. 5 - Cumpra-se integralmente o contido no despacho de fls. 749. -Advs. MANOEL CARLOS DA SILVA, GIOVANI GIONEDIS, DAMIEN PABLO DE OLIVEIRA THEIS, ANDREYA DE BORTOLI, SIMONE ZONARI LETCHACOSKI, LEANDRO RICARDO ZENI e ANDRE MELLO SOUZA-.

16. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-442/2003-BANCO BNL DO BRASIL S.A. x JOVA EUGENIO- Defiro o pedido retro, desde que a parte substitua os documentos a serem desentranhados por fotocopias autenticadas. Após,

arquivem-se com as baixas necessarias. -Advs. NEUSA MARIA CANDIDO, LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO e PAULO CESAR TORRES-.

17. AÇÃO DECLARATÓRIA (PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO)-607/2003-MARCOS SIQUEIRA CAMPOS x BANCO SUDAMERIS DO BRASIL S/A-As partes para que se manifestem acerca do laudo pericial, no prazo comum de dez dias. -- Ciência a parte interessada face o contido na certidão de fls. 407 verso. -Advs. MARCOS SIQUEIRA CAMPOS, SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES e LEONARDO XAVIER ROUSSENQ-.

18. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-903/2003-EVIDENCE FACTORING E FOMENTO COMERCIAL LTDA x UNI ELETRO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA e outros- Designo audiencia de tentativa de conciliação para o dia 22 de novembro de 2011 as 13:15 horas. As partes para que compareçam devidamente acompanhadas de seus procuradores. Em caso da re ainda não estar assistida por procurador devidamente habilitado nos autos, expeça mandado de intimação. A parte para que antecipe as custas para intimação. -Advs. VITOR HUGO PAES LOUREIRO FILHO e RENATO GALVAO CARRILLO-.

19. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-940/2003-BV FINANCEIRA S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVEST. x ELIAS LOPES DE VASCONCELOS-A requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 112, no prazo de cinco dias. -Advs. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES e FLAVIANO BELINATI GARCIA PERES-.

20. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1041/2003-MEDICRED - COOP. DE EC. E CRED. MUTUO DOS PROF. ME x ALBANO TEIXEIRA BUENO e outro-Suspendo o feito até o total adimplemento do acordo. Arquivem-se provisoriamente. -Advs. ADRIANA DE ALCANTARA LUCHTENBERG, CLAUDIA BARROSO DE PINHO TAVARES MONTANHA TEIXEIRA e ITO TARAS-.

21. AÇÃO REIVINDICATÓRIA-1133/2003-PENELOPE AUTOMAR GAMA e outros x MARIA TEREZA BARREIROS SOZZO- Defiro o postulado as fls. 509. Recolhidas as custas, oficie a CEF. Comprovada a transferencia dos valores, lavre-se termo de penhora. -Advs. PAULO ROBERTO RAZZOLINI, ANA CARLA HARMATIUK MATOS, FABIO GIL ANACLETO, JOAO DOMINGOS CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO e JACKSON ROBERTO MORAIS ALVES-.

22. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINARIO-1420/2003-DINALVA GUIMARAES FROTA CORDEIRO x BANCO ABN AMRO REAL S/A-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. CLAUDIA LOPES BORIO, ALEXANDRE FREDERICO B. SCHWARTZ, ALEXANDRE NELSON FERRAZ e VALERIA CARAMURU CICARELLI-.

23. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-1503/2003-CONDOMINIO RESIDENCIAL OURO VERDE x LENIRO JUAREZ PRESTES PINTO-Defiro o requerimento de vista dos autos, pelo prazo de cinco dias. -Adv. MARIA ILMA CARUSO GOULART-.

24. AÇÃO REIVINDICATÓRIA-115/2004-MONTEVAN PREVIDENCIA PRIVADA EM LIQ.EXTRAJUDICIAL x LUCIANA SCHUSARZ- Tendo em vista as petições de fls. 128 e 131, as partes para que no prazo de 10 dias, apresentem petição de acordo em conjunto.-Advs. FABIANO LOPES e PEDRO PAULO MATTIUZZI-.

25. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINARIO-194/2004-MARIA EDNEIA DA SILVA e outros x MAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA-Sobre o interesse na execucao do julgado, manifeste-se o credor no prazo de cinco dias. -Advs. MAURO CURY FILHO, MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, ANDERSON KLEBER OKUMURA YUGE, MARCELO ANTONIO OHRENN MARTINS e RODRIGO AUGUSTO BRUNING-.

26. MEDIDA CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO-402/2004-IMPSAT COMUNICACOES LTDA x YZ TELECOMUNICACOES E PUBLICIDADE LTDA e outro-Defiro o requerimento de consulta de endereço via sistema BacenJud. Segue adiante o recibo de protocolamento do pedido e resposta com o endereço cadastrado. -Advs. RAFAEL MARQUES GANDOLFI, ANTONIO APRIGIO FERNANDES SILVA, SILVIO BRAMBILA, JORGE ANDRE RITZMANN DE OLIVEIRA e JOSLAINE MONTANHEIRO ALCANTARA DA S-.

27. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-1007/2004-BANCO ABN AMRO REAL S/A x DINALVA GUIMARAES FROTA CORDEIRO-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ, VALERIA CARAMURU CICARELLI, CLAUDIA LOPES BORIO e ALEXANDRE FREDERICO B. SCHWARTZ-.

28. AÇÃO MONITÓRIA-1032/2004-ELIAS APARECIDO DA SILVA e outro x EMBRALOTES EMPREENDIMENTOS IMBOLIARIOS LTDA-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Adv. DARLISA DA SILVA-.

29. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINARIO-95/2005-ELIN MARIE CORDEIRO MIKETA e outro x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A-Ao requerido para que se manifeste em cinco dias. Após, voltem para analise do pedido de expedição de alvara. -Advs. SERGIO HENRIQUE TEDESCHI, ROBSON OCHAI PADILHA, GILBERTO RODRIGUES BAENA, CESAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, GILBERTO STINGLIN LOTH e JAQUELINE ZAMBOM-.

30. AÇÃO DECLARATÓRIA (PROCEDIMENT-122/2005-ANDRE GUSTAVO VASQUES x BANCO ITAU S/A-As partes para que se manifestem acerca do laudo pericial, no prazo comum de dez dias. -- Ciência a parte interessada face o contido na certidão de fls. 734. -Advs. LIJEANE CRISTINA PEREIRA SANTOS, JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO, ALICE DANIELLE SILVEIRA, CESAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, GILBERTO STINGLIN LOTH e GILBERTO RODRIGUES BAENA-.

31. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ORDINARIO-200/2005-ELIETE ALVES DA SILVA x BARIGUI VEICULOS LTDA- Aguarde o julgamento do recurso interposto. -Advs. MARIA ADRIANA PEREIRA e NEUDI FERNANDES-.

32. EXECUÇAO POR QUANTIA CERTA-440/2005-CENTER AUTOMOVEIS LTDA. x ELIANA APARECIDA RODRIGUES- Indefiro o pedido retro, posto que devera ser requisitada diretamente no balcão desta serventia. -Advs. NEUDI FERNANDES e THAIS BRAGA BERTASSONI-.

33. INVENTÁRIO-581/2005-CATARINA LOWEN EWERT e outros x JOAO EWERT- As custas processuais foram recolhidas em favor da 3ª Vara Civel e não em favor desta serventia, como seria o correto, a parte para que promova o recolhimento correto das custas. -Advs. SERGIO TERNUS, LUCIANA GRANDO PADILHA e SHEILA CAROL CHRIST-.

34. AÇÃO DECLARATÓRIA (PROCEDIMENT-663/2005-WAGNER APARECIDO ROCHA x OLSEN VEICULOS S/A-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. JOSE CARLOS DA SILVA TRISTAO e LUIZ ALCEU GOMES BETTEGA-.

35. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO-714/2005-CURVOS GLASS,INDUSTRIA E COM. DE VIDROS LTDA. x JOSE LUIZ DA SILVA-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. RAFAEL SCHIER GUERRA, SAMUEL BATISTA GUIRAUD e FELIPE BEZERRA DA SILVA-.

36. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (PROC. SUMÁRIO)-787/2005-CURVOS GLASS,IND. E COMERCIO DE VIDROS LTDA. x JOSE LUIZ DA SILVA-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. RAFAEL SCHIER GUERRA, SAMUEL BATISTA GUIRAUD e FELIPE BEZERRA DA SILVA-.

37. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-795/2005-BANCO DO BRASIL S/A x WILSON MENDES DO VALLE-Sobre o regular andamento da execução, manifeste-se o credor em cinco dias. Decorrido o prazo sem manifestação, aguarde-se em arquivo provisório, até ulterior manifestação das partes. -Advs. FABRICIO ZILOTTI e LEILA FAYEK TACLA YACOUB-.

38. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-923/2005-BANCO FINASA BMC S/A x MARISA DE FATIMA ZAMBONI DA SILVA-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. SERGIO EDUARDO SAYÃO GOMES LOBATO e SABRINA DE CAMARGO OLIVEIRA-.

39. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1356/2005-BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A. x CARLOS ALBERTO GLINSKI- A executada para que se manifeste acerca da petição e documentos de fls. 351/355, em cinco dias. -Adv. OSNI DA SILVA-.

40. BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPOSITO-1400/2005-V2 TIBAGI FUNDO DE INVEST. EM DIREITOS CREDITORIOS x MARA CELIA DE GRANDI PICCOLO- 1. Defiro os pedidos de fls. 145 e 152, posto que amparados

pela sentença prolatada às fls. 136/143. 2. Cumpre informar ao requerente que se deseja a cobrança dos débitos referente ao veículo em questão será necessário o ingresso com o procedimento cabível. 3. Assim, determino a entrega do referido veículo ao requerente, sendo que no caso de não recebimento, autorizo desde já que o requerido proceda ao depósito do automóvel junto ao depositário público, sendo que todas as custas de eventual depósito serão arcada pela parte requerente. -Advs. BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANÇA e THIAGO STAINKE-.

41. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-72/2006-CONDOMINIO EDIFICIO MARIA EUGENIA B x ELSON ANTONIO PEREIRA e outro-Defiro o pedido retro, concedendo o prazo de cinco dias a autora. Após, voltem. -Advs. EMERSON LUIZ LAURENTI e ELISON LUIZ CALEGARI-.

42. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINARIO-94/2006-JOSUE DE ALMEIDA x BANCO DO BRASIL S/A-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. RONALDO GUILHERME KUMMER e PAMELA IRIS TEILOR-.

43. MEDIDA CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO-313/2006-RUPRO CONFECCOES LTDA x TEXTIL CANATIBA LTDA.-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. OCTAVIO CAMPOS FISCHER e KARLA FERREIRA DE CAMARGO FISCHER-.

44. AÇÃO DE EXECUÇÃO-471/2006-NEUSA DE FRANÇA GULIN x EDSON MANSANO CUST DIO e outros-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Adv. NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR-.

45. AÇÃO DE EXECUÇÃO-700/2006-A.T.I. BRASIL ART. TEC. IND. LTDA x ALLGYENIX IND STRIA DE PRODUTOS HIGI NICOS LTDA-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. JOEL KRAVTCHENKO e CARLOS EDUARDO NOVAES-.

46. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-913/2006-BANCO BMG S/A x ALMIR RIBEIRO SILVERIO-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. MIEKO ITO e ERIKA HIKISHIMA FRAGA-.

47. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-1105/2006-CONDOMINIO CONJUNTO COMERCIAL WESTPHALEN x COMERCIO DE PESCADO CAIÇARA LTDA e outros-Sobre o regular prosseguimento do feito, manifeste-se a parte autora, no prazo de cinco dias. -Advs. LINEU ROQUE STERTZ e RENATO SERPA SILVERIO-.

48. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-1480/2006-CONDOMINIO EDIFICIO PRINCESS DIANE x ILMA MARISA ZIMERMANN-Rtecolhidas as custas, expeça alvara em favor do credor, com prazo de 90 dias. Após, arquivem-se com as anotações necessarias. -Advs. MARILZA MATIOSKI, LUIZ HENRIQUE GUIMARAES HOHMANN e NATANAEL GORTE CAMARGO-.

49. BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPOSITO-1656/2006-FUNDO DE INV. EM DIR. CREDITÓRIOS NÃO PADR. AMERICA MULTICARTEIRA x VALSIR CONTE- Tendo em vista que as custas do contador foram pagas de maneira incorreta, conforme informação de fls. 190, a requerente par aque efetue o pagamento de forma correta, no prazo de cinco dias. -Advs. BLAS GOMM FILHO, CARLOS HENRIQUE ZIMMERMANN, IDAMARA ROCHA FERREIRA, LUCIANA BERRO e DANIEL BARBOSA MAIA-.

50. AÇÃO DE CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-999/2007-JULIANA APARECIDA PEREIRA DA CRUZ x BV FINANCEIRA S/A- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVEST.- Tendo em vista o petitorio de fls. 292, ao requerente para que se manifeste acerca do documento de fl. 295, no prazo de cinco dias. -Advs. RAFAELA FILGUEIRA, CARLOS EDUARDO SCARDUA e DANIELLE TEDESKO-.

51. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINARIO-0000070-18.2008.8.16.0001-FABIO AYRES CORREIA e outro x BANCO ITAU S/A-As partes para que se manifestem acerca do laudo pericial, no prazo comum de dez dias. -- Ciência a parte interessada face o contido na certidão de fls. 335 verso. -Advs. RAFAEL SBRISSIA, RAFAEL MUELLER, GILBERTO RODRIGUES BAENA, JAQUELINE ZAMBOM, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e CESAR AUGUSTO TERRA-.

52. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO ORDINÁRIO)-68/2008-JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA TAVORA & CIA LTDA - ME x TIM CELULAR S.A-Recebo o recurso de apelação interposto pela requerente, em ambos os efeitos. Intime-se o apelado para, querendo, apresente contra-razões, no prazo legal. Decorrido o prazo, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justiça para apreciação do recurso interposto, com nossas homenagens. -Advs. BRUNO MARTIN BATISTA, RAFAEL DIAS CORTES e CARLOS ALBERTO HAUER DE OLIVEIRA-.

53. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS-314/2008-JOSE OSVALDO DOS SANTOS x BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A- 1 - OBJETO DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS A ação de prestação de contas tinha inicialmente sua finalidade restrita à exigência de serem prestadas contas e, em uma segunda fase, à verificação se as contas foram corretas, declarando existência de algum saldo remanescente. A fase clássica do direito processual foi chegando ao seu final, com estudos do processo civil cada vez mais voltado ao resultado prático do processo, à necessidade de solução dos conflitos. Muitas ações que inicialmente tinham uma previsão científica única passaram a ser utilizadas buscando-se solucionar os problemas do mundo sensível. Aos poucos a ação de prestação de contas começou a ser aceita também para finalidades além de sua inicial destinação. Principalmente depois do Código de Defesa do Consumidor, as ações revisionais de contrato tornaram-se prática usual como forma de verificar se as questões inicialmente pactuadas obedeciam as normas cogentes em matéria de contrato. Mas além das ações revisionais propriamente ditas, a jurisprudência foi permitindo a aplicação de normas de ordem pública em ações que originariamente não aceitavam a revisão. Por exemplo, a análise do contrato em ações de busca e apreensão em alienação fiduciária. A ação de prestação de contas atualmente tem sido utilizada para revisão de contratos. Largamente admite-se para afastar-se alguma ilegalidade do contrato. Merece aplausos tal permissão, pois visando o resultado útil do processo, buscando encerrar o conflito, não se admite que a prestação de contas apenas verifique se as contas estão conforme o contratado, obrigando as partes a discutirem a validade das cláusulas em nova ação. Ou seja, a declaração de saldo em favor de uma das partes não cumpriria a finalidade de solucionar o conflito pois em nova demanda haverá nova discussão sobre qual é o valor devido, após afastadas algumas llegalidades do contrato. Estendendo-se a finalidade originária, obrigatoriamente deve- se admitir também que ela tenha alguma modificação em seu rocedimento. 2 - O PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS O procedimento da prestação de contas prevê a necessidade da declaração de um valor líquido de saldo para uma das partes. Para tal pode ser utilizada uma perícia. O procedimento descrito não leva em consideração a possível revisão do contrato, pois tal possibilidade foi reconhecida pela jurisprudência em momento posterior ao Código de Processo Civil. Percebe-se algumas decisões que buscam a prevalência do caráter técnico da ação de prestação de contas, anulando as sentenças que não realizam a perícia para determinar-se o saldo líquido. Mas há dois graves problemas. O primeiro respeita aos atos que o Juiz produz até conseguir liquidar o valor antes da sentença. Na elaboração de quesitos para perícia, o juiz deverá fixar questionar ao perito qual será o valor líquido se o julgamento ocorrer, hipoteticamente, conforme seus anteriores julgamentos, ou seja, se afastada a capitalização dos juros, por exemplo. A meu ver, o juiz praticamente está dizendo que vai julgar dessa forma. A busca pelo tecnicismo esbarra na impossibilidade de adiantar a decisão que se tomará, ainda que seja de conhecimento público a forma como tem julgado outras ações. A segunda questão é que tal liquidação, antes da sentença, mediante perícia, vem se demonstrando pouco efetiva na prática. Isso porque a matéria de revisão é controvertida. Tanto as decisões de primeiro grau quando os acórdãos têm muito divergência entre si. E se porventura ocorrer alguma modificação em segundo grau de jurisdição, se faz necessária nova pencia para liquidar o valor. Ainda que em alguns casos o cálculo aritimético seja suficiente, não se trata de regra geral. Pode ser necessária nova pencia e as partes têm que arcar com este novo pagamento de prova pericial. 3 - SOLUÇAO PROPOSTA Parece-me que a forma mais pragmática de encarar a presente fase da jurisprudência em termos de ação de prestação de contas é buscar ser o mais prático possível, permitindo-se apenas uma liquidação, após o trânsito em julgado da sentença. Assim, encaminhem-se os autos para conta e preparo com a finalidade de proferir-se sentença. -Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI e CRISTINA MARIA SILVA FONSECA-.

54. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO ORDINÁRIO)-0001185-74.2008.8.16.0001-MELANIE ALBANO e outros x ASSOCIAÇÃO ATLETICA BANCO DO BRASIL-AABB-SAO PAULO e outro-Cumpra-se integralmente a decisão de fls. 478/479. -Advs. JULIO CESAR SCHNEIDER PEREIRA, SILVIO RUBENS MEIRA PRADO, SADI BONATTO, FERNANDO JOSé BONATTO, ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES JUNIOR, ANA CLAUDIA TAVARES REQUIAO e MARCIO ALEXANDRE MALFATTI-.

55. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-696/2008-PIERGO INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA x MOOSMAYER EQUIPAMENTOS MADEIREIROS LTDA- Avoquei os autos. Por tratar-se de execução de titulo extrajudicial, deve a devedora ser citada por meio de oficial de justiça, conforme artigo 652 e seguintes do CPC. Assim, recolhidas as custas, expeça mandado na forma requerida. Uma vez que o redor ja efetuou o preparo das custas, via carta, ao credor para que compareça a esta serventia para requeira o ressarcimento dos fundos. -Advs. ANTONIO AUGUSTO GRELLERT e PAULO HENRIQUE BEREHULKA-.

56. AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE TUTELA-885/2008-DANILO HAUSER x UNIMED COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA-Recebo o recurso de apelação interposto pelas partes, apenas no efeito devolutivo. Intime-se o apelado

para que responda aos termos do recurso, no prazo legal. Após, com ou sem resposta, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens. -Advs. ANTONIO CARLOS EFING, ANA CLAUDIA L. ROCHA, NATALIA BROTTO, RAFAEL BAGGIO BERBICZ, LIZETE RODRIGUES FEITOSA e CANDICE KARINA SOUTO MAIOR DA SILVA-.

57. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C.C LIMINAR-1010/2008-AMADEU DUTRA DE LIZ x BANCO UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS-Recolhidas as custas, expeça alvara em favor do credor, com prazo de noventa dias. Após, arquivem-se com as anotações necessarias. -Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA, DANIELLE TEDESKO, RAFAELA FILGUEIRA, MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

58. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0000100-53.2008.8.16.0001-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CRED. NÃO PADRONIZ. x MIRIAM GUIMARAES PEREIRA- A parte para que comprove o recolhimento das custas do distribuidor. -Advs. PATRICIA PONTAROLI JANSEN, ROSIANE APARECIDA MARTINEZ, JOSE CARLOS RIBEIRO DE SOUZA, FLAVIO SANTANNA VALGAS, IGOR RAFAEL MAYER, PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR, CARINE DE MEDEIROS MARTINS e FLAVIANO BELINATI GARCIA PERES-.

59. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA SFH-1034/2008-BANCO ITAU S/A x ALEXANDRE CARDOSO MAIA e outro-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. CESAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e GILBERTO RODRIGUES BAENA-.

60. EXECUÇAO POR QUANTIA CERTA-1137/2008-FABIANO ANSELMO WEBER x ADYR RAITANI JUNIOR- A executada para que se manifeste acerca da petição de fls. 88/89, em cinco dias. -Adv. MARCELO ANTONIO OHRENN MARTINS-.

61. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO ORDINÁRIO)-1174/2008-GERALDO GRANDE x HSBC BANK BRASIL S.A.-Defiro o requerimento de vista dos autos, pelo prazo de cinco dias. -Advs. SILVANA SANTOS TURIN e GISELE BUQUERA-.

62. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-1211/2008-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA EFIGENIA II x GILMAR LUIS CORDEIRO e outro-Para a tentativa de conciliação e oferecimento de defesa marco o dia 22 de novembro de 2011 as 13:30 horas. Cite(m)-se o(s) requerido(s) com a advertência legal, intimando-o(s) para que compareça(m) a audiência, onde deverá(ão) apresentar defesa, escrita ou oral, desde que se faça acompanhar por advogado, sob pena de revelia. Expeça-se edital, desde que preparadas as custas devidas. -Advs. CLAUDIO MARCELO BAIAK e DEBORA NUNES-.

63. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-1472/2008-BV FINANCEIRA S/A C.F.I. x EDSON LUIZ MOREIRA JUNIOR-Ao preparo das custas processuais finais devidas a esta serventia, que importam em R$ 53,58, no prazo de cinco dias, sob pena de expedição de mandado. -Advs. MICHELE SACKSER, DANIELE DE BONA, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA, EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO, CARLOS EDUARDO CARDOSO BANDEIRA e LIZIA CEZARÍO DE MARCHI-.

64. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO ORDINÁRIO)-49/2009-DALCI DE ARAUJO e outros x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Adv. KELLY CRISTINA WORM COTLINSKI CANZAN-.

65. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE LEASING-343/2009-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x ANTONIO COSTA DE MORAIS-Defiro o requerimento de consulta de endereço via sistema BacenJud. Segue adiante o recibo de protocolamento do pedido. Aguarde a resposta com o endereço cadastrado. -Advs. PATRICIA PONTAROLI JANSEN, ALESSANDRA LABIAK, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES e FLAVIANO BELINATI GARCIA PERES-.

66. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO ORDINÁRIO)-379/2009-ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGISTICA LTDA x CROSS FILTER BRASIL LTDA-Renovo ao autor o prazo de cinco dias para que se manifeste acerca do regular prosseguimento da presente demanda. Decorrido o prazo sem manifestação, intime-e pessoalmente a parte autora pra que de regular prosseguimento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção. Expeça-se carta AR/MP. Outrossim, intime-se o ilustre procurador da parte autora para que tome ciencia do teor deste despacho, via diario da justiça. -Advs. RICARDO LUCAS CALDERON, FABIO BISKER e CARLOS EDUARDO CHINAITE-.

67. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-433/2009-IRMAOS ALADIO E CIA LTDA x SIDNEY MEIRA MARTINS e outro-Tendo em vista o que dispõe o art. 475-J, do CPC, introduzido pela Lei 11.232 de 22/12/2005, em se tratando de execução de sentença, determino seja o devedor, intimado, através de seu procurador, por meio do Diário da Justiça, para que no prazo de quinze dias, efetue o pagamento da quantia que está sendo reclamada, sob pena de, não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de dez por cento. Ocorrendo o cumprimento voluntário, determino que seja expedido alvará em favor do credor, remetando-se os autos, em seguida ao arquivo, com as anotações necessárias, inclusive junto ao distribuidor. Em não havendo o cumprimento na forma mencionada acima, intime-se o credor para que se manifeste acerca do interesse na execução, em cinco dias. Após, voltem-me conclusos. -Advs. CLEIDE DE OLIVEIRA, LUIZ CARLOS JAVOSCHY e EDUARDO IWAMOTO-.

68. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-444/2009-MAURO MIGUEL LINDOLFO x GENERALI DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS-Expeça alvara com prazo de 90 dias, desde que recolhidas as custas. Após, arquivem-se os autos com as anotações e baixas necessárias, inclusive junto ao distribuidor. -Advs. WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

69. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINARIO-976/2009-SIMONE RUVIERO FERREIRA x BANCO BFB LEASING S/A-ARREND.MERCANTIL-Compulsando-se os autos verifica-se que as partes transacionaram em petição de fls. 155/157, sendo a parte autora beneficiária a justiça gratuita. Ocorre que, no acordo, assumiu o pagamento da integralidade das custas processuais. Posto isso, torna necessário alguns esclarecimentos quanto ao requerimento de homologação. A partir do momento em que a autora assume o pagamento das custas no acordo, tacitamente renuncia ao beneficio da gratuidade deferida inicialmente. Isso ocorre principalmente em razão do princípio da boa-fé conforme já decidido pelo Egrégio Tribunal de Justiça: Diante do exposto, intimem-se as partes para que digam se pretendem a homologação do acordo. Neste caso, intime-se a parte autora a efetuar o pagamento das custas eis que, ocorre a citada renúncia tácita ao benefício da gratuidade, prazo de 10 dias. -Advs. MAYLIN MAFFINI, LEANDRO NEGRELLI e MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

70. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-1013/2009-JOÃO FRANCISCO ORTIZ x BANCO ITAU S/A-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Adv. CALIXTO DOMINGOS DE OLIVEIRA-.

71. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1015/2009-MARINES DE FATIMA AMARAL GOMES JUNIOR x O. HOFFMANN PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA- 1 - Trata-se de execução de título extrajudicial ajuizada por Marines de Fátima Amaral Gomes Junior em face de O. Hoffmann Participações Societárias Ltda. Conforme certidão de fls. 44 a executada opôs embargos à execução que, segundo informações trazidas pelas partes, não foram recebidos no seu efeito suspensivo, foram julgados improcedentes e, atualmente, aguardam o julgamento do recurso de apelação perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Dado o prosseguimento ao feito, foi realizado o bloqueio e penhora de numerários existentes na conta corrente da executada (fls. 66/68 e 73). Na sequância, a executada O. Hoffmann Participações Societárias Ltda apresentou impugnação alegando, em síntese, que o cálculo atualizado da dívida possui excessos, eis que na conta não poderiam ser incluídos honorários advocatícios dos embargos à execução, pois se encontra pendente de julgamento. Além disso, afirma que "no que concerne nos honorários referentes à execução o cálculo apresentado incide sobre os juros e na fixação dos mesmos o juizo determinou que este recaísse sobre o valor da causa corrigido, porém não determinou que este fosse calculado sobre os juros" (f l. 79). Por fim, assevera que o índice de correção monetária utilizado não está correto, que o termo inicial de incidência dos juros deve ser a data da distribuição da ação e que, retirados os excessos, o valor correto da execução é de R$ 61.438,74 (sessenta e um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos). A exequente, instada a se manifestar sobre a impugnaçao apresentada, requereu que os pedidos sejam julgados mprocedentes eo levantamento da quantia incontroversa. 2 - Defiro o levantamento da quantia incontroversa no valor de R$ 61.438,74 (sessenta e um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos). Expeça-se alvará com as cautelas legais. 3 - Para dirimir a controvérsia entabulada entre as partes no tocante ao valor da dívida, determino a remessa dos autos ao Contador Judicial para que efetue a atualização dos débitos, acrescidos das custas e honorários advocatícios apenas do processo executivo, eis que, em relação aos embargos execução ainda não foram julgados. 4 - Oportunamente, abra-se vista às partes para que se manifestem, no prazo de cinco dias, sobre o cálculo apresentado. -Advs. ALMIR KUTNE e AIRTON PEASSON-.

72. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1201/2009-BANCO BRADESCO S/A x JOSE TUCOLKI AUTO PEÇAS LTDA e outro-Desentranhe-se o mandado, encaminhando para cumprimento mediante oficio, desde que recolhidas as custas. -Advs. JOAO LEONEL ANTOCHESKI e MARIA IZABEL BRUGINSKI-.

73. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS (SUMARIO)-1253/2009-GUILHERME ALEXANDRE DE OLIVEIRA KITZIG x LUCIANE KICHI JANOSKI e outro-A parte

interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Adv. MARIA REGINA ZARATE NISSEL-.

74. AÇÃO DE USUCAPIÃO-1311/2009-FABIO MATOS MATEUS x JURANDIR BUENO DA SILVA- Comprovado o recolhimento das custas, cite-se o reu por edital, com prazo de 20 dias, para que apresente contestação. -Advs. FRANCELIZ BASSETTI DE PAULA, PAULO ROBERTO FERREIRA PEREIRA e SAULO DE MEIRA ALBACH-.

75. AÇÃO MONITÓRIA-0001801-15.2009.8.16.0001-TARCIZA FABIANO DE SOUZA x CALIXTO ANTONIO HAKIM NETO-Ciencia a parte interessada face o contido na certidão de fls. 210, tendo em vista que o alvará expedido foi entregue ao Banco do Brasil para o devido levantamento. -Advs. MANOELE KRAHN, LUIZA DE ARAUJO FURIATTI, DARIO BORGES DE LIZ NETO, IVAN CESAR AZEVEDO BORGES DE LIZ e ROXANA LIGIA DE ARAUJO HAKIM-.

76. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO-0002025-50.2009.8.16.0001-PARK COMERCIO DE VEICULOS LTDA x BANCO SUDAMERIS DO BRASIL S/A- Antes de realizar a consulta via bace-jud remetam-se os autos ao distribuidor para que anote a nova fase processual. Ao credor para que apresente calculo atualizado da divida. Após, voltem. -Advs. CLAUDINEI SZYMCZAK, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

77. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1391/2009-SANTANDER LEASING S/A-ARRENDAMENTO MERCANTIL x JEFERSON WILLIAN DA SILVA-Defiro o requerimento de consulta de endereço via sistema BacenJud. Segue adiante o recibo de protocolamento do pedido e resposta com o endereço cadastrado. -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

78. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-1397/2009-BANCO BRADESCO S/A x OPCÃO FAVORITA COM. DISTRIBUIÇÃO E TRANP. DE PROD. ALIM.-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

79. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-1600/2009-MARLENE ROBASKIEWICZ x BANCO FINASA BMC S/A-As partes para que se manifestem acerca do laudo pericial, no prazo comum de dez dias. -Advs. JOÃO MOACIR OSTWALD FARAH, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA e FERNANDO JOSE GASPAR-.

80. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-1601/2009-VINICIUS DE MEDEIROS x CIA ITAULEASING DE ARREND.MERCANTIL- Até a presente data não houve o pagamento das custas apra expedição do alvara conforme determinado na sentença, a parte interessada para que efetue o preparo das custas para realização do ato. -Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN, ANA PAULA SCHELLER DE MOURA e ANDREA HERTEL MALUCELLI-.

81. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (PROC. SUMÁRIO)-1993/2009-SAFRA LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL x MAVERLI DIAS-Defiro o requerimento de consutla de endereço via sistema BacenJud. Segue adiante o recibo de protocolamento do pedido. Aguarde resposta com endereço cadastrado. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

82. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-2002/2009-THIERRY GEFUNI x BV FINANCEIRA S/A C.F.I.-Recebo o recurso de apelação interposto pela requerente, em ambos os efeitos. Intime-se o apelado para, querendo, apresente contra-razões, no prazo legal. Decorrido o prazo, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justiça para apreciação do recurso interposto, com nossas homenagens. -Advs. EXPEDITO ARNAUD FORMIGA FILHO e SERGIO SCHULZE-.

83. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-2035/2009-ALEX SANDRO DIAS DE SOUZA x FEDERAL VIDA E PREVIDENCIA S/A-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. TATYANE PRISCILA PORTES STEIN e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

84. BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPOSITO-2110/2009-BANCO FINASA BMC S/A x JOAO DA SILVA-Defiro o requerimento de consutla de endereço via sistema BacenJud. Segue adiante o recibo de protocolamento do pedido. Aguarde resposta com endereço cadastrado. -Adv. DANIELE DE BONA-.

85. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-2224/2009-OSNI GONÇALVES x BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.-As partes para que se manifestem acerca do laudo pericial, no prazo comum de dez dias. -Advs. MAYLIN MAFFINI e BLAS GOMM FILHO-.

86. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (PROC. SUMÁRIO)-0003681-42.2009.8.16.0001-ANTONIO CARLOS AMARAL x BANCO ITAULEASING S/A-ARRENDAMENTO MERCANTIL-Ao preparo das custas processuais finais devidas a esta serventia, que importam em R$ 14,10, no prazo de cinco dias, sob pena de expedição de mandado. -Adv. LANDES PORCIÚNCULA-.

87. AÇÃO DE DESPEJO-2251/2009-MARLEI MUNIZ DE OLIVEIRA x TELELISTAS REGIAO 2 LTDA- Tendo em vista que o sistema renajud, por problemas tecnicos, encontra-se impossilitado de realizar a pesquisa de veiculos, dever-se proceder a expedição de oficio. Assim, recolhidas as custas, expeça oficio ao Detran, conforme requerido. -Advs. FABIANO DIAS DOS REIS e LUIZ FERNANDO DA ROSA PINTO-.

88. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-2266/2009-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x ANTONIO RUBENS VANELLI-A parte para que antecipe as custas para expedição de mandado. -Advs. MIEKO ITO e MICHELLE CRISTINE DA GRAÇA ARAUJO-.

89. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-0004630-66.2009.8.16.0001-ELIANA APARECIDA DA SILVA x CENTAURO SEGURADORA S/A-Sobre o interesse na execução do julgado, manifeste-se a credora em cinco dias. Decorrido o prazo sem manifestação, remetam-se os autos ao arquivo, com as anotações de estilo, inclusive junto ao distribuidor. -Advs. JOAO CARLOS FLOR JUNIOR, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, FLAVIO PENTEADO GEROMINI, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

90. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-0000118-06.2010.8.16.0001-CONDOMINIO EDIFICIO CARLOS GOMES I E II x NILSON ALVES CARDOZO- Ciencia as partes da decisão proferida pelo TJPR, conforme fls. 89/99. Sobre o interesse na execução do julgado, manifeste-se a credora em cinco dias. Decorrido o prazo sem manifestação, remetam-se os autos ao arquivo, com as anotações de estilo, inclusive junto ao distribuidor. -Advs. LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ, LAIANA CARLA MIRANDA MARTINS e CESAR RICARDO TUPONI-.

91. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-0000336-34.2010.8.16.0001-ANA CLARA BRUSCHI x BANCO PSA FINANCE ARRENDAMENTO MERCANTIL-Sobre o regular andamento da execução, manifeste-se o credor em cinco dias. Decorrido o prazo sem manifestação, aguarde-se em arquivo provisório, até ulterior manifestação das partes. -Adv. VALDEMAR HARTJE-.

92. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-0000628-19.2010.8.16.0001-CONDOMINIO RESIDENCIAL GUAPORE I x ENCOMAL ENGENHERIA E COMERCIO ALVORADA LTDA-Não foi observado pelo parte o disposto nas normas que regulamentam a cobrança de custas, haja vista que foi recolhido em favor da serventia, custas devidas ao oficial de justiça, razão pela qual devera a parte providenciar novo recolhimento das custas devidas ao oficial de justiça e requerer junto a esta serventia a restituição do valor de R$ 49,50, mediante procedimento próprio, descontando o valor da tarifa bancária, bem como dos tributos incidentes sob o recolhimento. -Advs. HELIO KENNEDY G. VARGAS e MANOEL ALEXANDRE S. RIBAS-.

93. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0001456-15.2010.8.16.0001-BANCO HSBC DO BRASIL S/A-BANCO MULTIPLO x CAMFER INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA e outros-Defiro o requerimento de penhora on line. Segue em frente o recibo de protocolamento do pedido. Aguarde a resposta do bacen. -Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

94. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0001759-29.2010.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x EDINA ALVES DA SILVA- EI e outro-Defiro parcialmente o pedido e concedo apenas a consulta da ultima declaração de imposto de renda, posto que não há necessidade das demais, uma vez que com a ultima declaração podera ser constatada a existencia de bens suficientes para a garantia da execução. Recolhida as custas expeça-se oficio a Receita Federal, para que forneça copia da ultima declaração de imposto de renda, devendo a resposta permaner nos autos ate deliberação. Recolhidas as custas, expeça oficio ao detran, conforme requerido.-Adv. EVARISTO ARAGAO SANTOS-.

95. INVENTÁRIO-0003479-31.2010.8.16.0001-ODETE MARIA DE BORBA e outros x LUCIO ANSELMO DE OLIVEIRA- Acerca da resposta do oficio

encaminhado, manifestem-se as partes, em cinco dias. -Advs. WALTER LUIS DE BORBA e NIVALDO MARTINS-.

96. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0006796-37.2010.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x BRAGA E MONTEIRO LTDA e outro-A parte interessada, para que se manifeste sobre certidao negativa do oficial de justiça, no prazo de cinco dias. -Advs. LEONEL TREVISAN JUNIOR e ERNESTO ANTUNES DE CARVALHO-.

97. BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPOSITO-0009905-59.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A -CRED. FINANC. E INVEST. x AMILTON JOSE DE FARIA-A parte interessada para que promova a retirada do documento expedido, no prazo de cinco dias, devendo comprovar a postagem e/ou protocolo do expediente, nestes autos, em dez dias. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

98. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO-0015330-67.2010.8.16.0001-CARMEM LUCIA PREISLER x BANCO SANTANDER MERIDIONAL S.A.-Arquivem-se os autos com as anotações e baixas necessárias, inclusive junto ao distribuidor. -Advs. PAULO HENRIQUE GARDEMANN, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, GILBERTO STINGLIN LOTH e CESAR AUGUSTO TERRA-.

99. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS (SUMARIO)-0018255-36.2010.8.16.0001-FIENG CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA x GUSTAVO BORP e outro-Aguarda-se retirada de carta de intimação expedida. -Advs. JOEL KRAVTCHENKO e JEFERSON LUIZ DAMBROS-.

100. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO - SUMARIO-0020201-43.2010.8.16.0001-ROSILENE DE FATIMA KUHN e outro x MJ AGENCY MODELS MANAGEMENT PROMOCOES E EVENTOS LTDA-Aguarda-se a retirada das carta de citação expedida. -Advs. VINICIUS EDUARDO CORREA e RANULFO FELIX-.

101. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA-0020809-41.2010.8.16.0001-EDSON AKIRA NAKAGAWA e outro x ADRIANO JOSE ESCORSIN e outros-A parte interessada para que promova a retirada do documento expedido, no prazo de cinco dias, devendo comprovar a postagem e/ou protocolo do expediente, nestes autos, em dez dias. -Advs. FABIO A. ZANLORENCI, CAROLINE AUGUSTA MACHADO DE SOUZA e LUIS EDUARDO PEREIRA-.

102. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0023268-16.2010.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S/A x RAFAEL AVILA GARCIA-A parte interessada para que complemente as custas do Sr. Oficial de Justica, no valor de R$ 247,50. -Advs. FERNANDO JOSE GASPAR e VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA-.

103. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-0025351-05.2010.8.16.0001-GIL CESAR SCHULTZ x FUNDACAO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS-Recebo o recurso de apelação interposto pela requerente, em ambos os efeitos. Intime-se o apelado para, querendo, apresente contra-razões, no prazo legal. Decorrido o prazo, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justiça para apreciação do recurso interposto, com nossas homenagens. -Advs. EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN, FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS e DEMETRIUS ADRIANO DA SILVA CARVALHO-.

104. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO-0026756-76.2010.8.16.0001-JEFFERSON FERNANDO PEREIRA x BANCO DO BRASIL S/A- Comprovado o recolhimento das custas, expeça novo alvara em favor do credor, com prazo de 90 dias. -Advs. FABIANA CARLA DE SOUZA, LIBIAMAR DE SOUZA, HELOISA GONÇALVES ROCHA e MAURICIO KAVINSKI-.

105. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO - ORDINARIO-0027092-80.2010.8.16.0001-VALENTIM STECKEL JUNIOR e outro x CLARICE RIBEIRO DOS SANTOS-A parte interessada, para que se manifeste sobre certidao negativa do oficial de justiça, no prazo de cinco dias. -Advs. CHRISTIANE PACHOLOK e ALBINO JOSE DE BONI-.

106. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-0028721-89.2010.8.16.0001-LUIZA FUCK DOS SANTOS e outro x BANCO REAL S/A e outro-Ao credor para que apresente calculo atualizado da divida, bem como CNPJ/CPF do devedor. Após, voltem para consulta ao Bacen. -Advs. MAURO SHIGUEMITSU YAMAMOTO, GUSTAVO MUNHOZ e LUCAS ZUCOLI YAMAMOTO-.

107. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ORDINARIO-0035273-70.2010.8.16.0001-BERNARDETE LURDES VOLPI DE OLIVEIRA e outro x 8º CIRCUNSCRICAO IMOBILIARIA DO REGISTRO DE IMOVEIS DE CURITIBA-Aguarda-se a retirada das carta de citação expedida. -Adv. RUBENS CORREA-.

108. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0038989-08.2010.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x CEDETRAN LTDA e outro-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Advs. DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM-.

109. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-0042428-27.2010.8.16.0001-MARIA DA GRAÇA CAMPOS MEDEIROS x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A- A requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 127/128, no prazo de cinco dias. -Adv. JONAS BORGES-.

110. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (PROC. SUMÁRIO)-0043135-92.2010.8.16.0001-MARLENE APARECIDA DA SILVA FERREIRA x BANCO CACIQUE S.A. e outro-Ao reus para que efetue o preparo das custas processuais finais devidas a esta serventia, que importam em R$ 335,58, distribuidor R$ 30,25, contador R$ 10,08 e funus R$ 20,00, no prazo de cinco dias, devendo ser recolhidas em favor de cada beneficiário. -Adv. NIVIA HANTHORNE NITA-.

111. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-0047281-79.2010.8.16.0001-GILBERTO DE ANDRADE x BANCO FINASA S/A-Recebo o recurso de apelação adesivo de fls. 180/194, interpostopela requerente, em ambos os efeitos. Intime-se o apelado para, querendo, apresente contra-razões, no prazo legal. Decorrido o prazo, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justiça para apreciação do recurso interposto, com nossas homenagens. -Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA, DANIELLE TEDESKO, SERGIO SCHULZE e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

112. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-0048890-97.2010.8.16.0001-DELAZIR GONCALVES DA SILVA ARAGAO x BV FINANCEIRA S/A-Manifestem-se as partes, no prazo comum de cinco dias, acerca da efetiva possibilidade de transação, apresentando propostas concretas para tanto. Havendo proposta de acordo por uma das partes, abra-se vista a parte contraria para que se manifeste, em cinco dias. Caso haja acordo, deverão formular petição conjuntamente. Se inviável a transação (a ausencia de proposta concreta importara na presunção de desinteresse na conciliação), venham os autos conclusos para deliberações. No mesmo prazo, especifiquem as provas que efetivamente desejam produzir, justificando a necessiadae e utilidade das que forem requeridas, indicando, inclusive, os pontos de fato que reputam controvertidos, e sobre os quais, deverão incidir as provas eventualmente requeridas. A inercia das partes na especificação das provas reputar-se-a como desistencia na produção daquelas requeridas genericamente na petição inicial e na contestação. -Advs. REGINA DE MELO SILVA e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

113. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0052277-23.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x HASSAN ATAYA-A parte interessada, para que se manifeste sobre certidao negativa do oficial de justiça, no prazo de cinco dias. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

114. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA-0052343-03.2010.8.16.0001-SOLANGE YARA SCHMIDT MANZOCHI x ANTONIO CARLOS FURLAN DA SILVA e outros- A parte para que efetue o preparo das custas processuais no valor de R$ 22,56, sob pena de expedição de mandado de intimação. -Adv. TATIANA SCHMIDT MANZOCHI-.

115. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-0052507-65.2010.8.16.0001-ROSELI DE PONTES SANCHES x BANCO BV FINANCEIRA S/A- Designo a data de 20/10/2011 as 13:15 horas, para audiencia do art. 331, CPC, a se realizar no Nucleo de Conciliação. Manifeste-se o reu sobre a informação de debito abertos (fl. 153). Após, voltem para analise do pedido de fls. 152 e sentença. -Advs. SANDRA EVELIZI MENDONÇA e MAYRA DE OLIVEIRA COSTA-.

116. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO-0053947-96.2010.8.16.0001-PAULO CEZAR DA CRUZ ARRUDA x BANCO BRADESCO S/A- 1. Primeiramente, cumpre esclarecer que de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, para que seja aplicada a multa de 10% sobre o valor da condenação, é necessário que alguns requisitos sejam cumpridos. Quais são: transito em julgado da sentença, intimação da parte, por meio de seu advogado, baixa dos autos a vara de origem eo "cumpra-se" do juiz. 2. De acordo com este entendimento, apenas após todos estes requisitos terem sido compridos é que a multa terá incidência, e não automaticamente de acordo com o petitório do credor. 3. Desta feita, uma vez que a parte ré efetuou o depósito dos honorários,

conforme determinado em sentença, antes da intimação para fazê-lo com incidência de multa, não há que se falar na aplicação da pena do artigo 475-J. 4. Recolhidas as custas, expeça-se alvará em favor do autor, com prazo de noventa dias. 5. Defiro o pedido de fls. 72. Concedo a reabertura de prazo. 6. Decorrido o prazo sem a entrega dos documentos, intime-se o autor para que se manifeste. -Advs. LUIZ SALVADOR, MARLUCIO LEDO VIEIRA e LILIAN BATISTA DE LIMA-.

117. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-0054575-85.2010.8.16.0001-GERONIMO CARLOS DOS SANTOS x BANCO PANAMERICANO S/A- As custas pagas em duplicidade foram devidamente restituida em 30/11/2010, conforme comprovante juntado anteriormente.-Adv. LIDIANA VAZ RIBOVSKI-.

118. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0056432-69.2010.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x MARIANE RODRIGUES-A parte interessada, para que se manifeste sobre certidao negativa do oficial de justiça, no prazo de cinco dias. -Advs. CARINE DE MEDEIROS MARTINS e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

119. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (PROC. SUMÁRIO)-0057402-69.2010.8.16.0001-FABRICIO DE ABREU e outro x TRIP LINHAS AEREAS S/A- 1 - Diante da ausência de apresentação de possíveis propostas de acordo, aplico o artigo 331, parágrafo 3.° do CPC, passando ao saneamento do processo. Os pontos controvertidos são os requisitos da responsabilidade civil, o tratamento dispensado aos autores e a existência do dano moral. 2 - Afasto a preliminar de decadência. Conforme bem assinalado no parecer retro, trata-se de indenização por danos, sujeita a prazo prescricional e não reclamação decorrente de vício. 3 - Defiro a inversão do ônus da prova, eis que se trata de relação aérea de consumo e os fatos alegados na inicial são plausíveis. Certamente a parte ré tem maiores possibilidades de comprovação de fatos ligados ao seu serviço. 4 - Defiro a produção de prova documental, nos casos do artigo 397 do CPC. 5 - Defiro a produção de prova oral, que consiste no depoimento pessoal das partes e oitiva de testemunhas. Fixo o prazo de 30 dias para apresentação de rol testemunhal já apresentado. Neste mesmo prazo, aquele que requereu prova oral, deve efetuar o preparo de eventual diligência de intimação, sob pena de preclusão. Designo a data de 23/01/2012, às 14:30 horas, para audiência de instrução e julgamento. -Advs. BRUNO PEDALINO, ELLEN PRISCILA REIS, ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE e CARLA DENES CECONELLO LEITE-.

120. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS-0057883-32.2010.8.16.0001-CONDOMINIO HORIZONTAL SIERRA MADRE x SERVICOS PRO-CONDOMINIO S/C LTDA- Fixo a verba honoraria em R$ 2.400,00 a serem pagas em duas parcelas iguais. Ao requerente para que efetue o deposito da primeira parcela dos honorarios, no prazo de cinco dias. Sendo que o restante sera preparado quanto do termino do laudo. -Advs. ALESSANDRO MESTRINER FELIPE e LEANDRO LUIZ KALINOWSKI-.

121. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-0060613-16.2010.8.16.0001-RUBERLI CASTURINA DE OLIVEIRA x BANCO BRADESCO S/A-Recebo o recurso de apelação interposto pela parte requerida, em ambos os efeitos. Intime-se o apelado para que responda aos termos do recurso, no prazo legal. Após, com ou sem resposta, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens. -Advs. RAFAEL DOS SANTOS KIRCHHOFF, MARCOS ANTONIO NUNES DA SILVA, RAFAEL MAIA EHMKE e LUCAS AMARAL DASSAN-.

122. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0060618-38.2010.8.16.0001-CLAYTON WANDERLEY MARTINS JUNIOR x BANCO ITAU S/A-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Adv. DIOGO KASUGA JUNIOR-.

123. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO (PROCEDIMENTO CUMUM ORDINÁRIO)-0061449-86.2010.8.16.0001-CLAITON PEREIRA MUNIZ x BANCO BGN S/A- Indefiro por ora o pedido de fls. 101, posto que o requerimento devera ser formulado diretamente a escrivã. -Advs. MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA e MARTIN ROEDER FILHO-.

124. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0065146-18.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x CHRISTHIANN INASARI DE SOUZA-A parte interessada, para que se manifeste sobre certidao negativa do oficial de justiça, no prazo de cinco dias. -Advs. MARCELO TESHEINER CAVASSANI, CLAUDIA FABIANA GIACOMAZI e ALESSANDRO MOREIRA DO SACRAMEMTO-.

125. AÇÃO COMINATÓRIA PROC. ORDINARIO-0065362-76.2010.8.16.0001-LENILSON DE JESUS ROSA x SERASA S/A-A parte requerida para que efetue o preparo das custas processuais finais devidas a esta serventia que importam em R $ 850,70, bem como as custas do Sr. Distribuidor R$ 30,25, Contador R$ 10,08 e Funrejus R$ 94,12, no prazo de cinco dias, todas a serem recolhidas em favor de cada beneficiario.- -Adv. ROSANA BENENCASE-.

126. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0067239-51.2010.8.16.0001-BANCO BV FINANCEIRA S/A x ROSELI DE PONTES SANCHES- Proceda-se a citação, independentemente da apreensão do veiculo. A parte para que antecipe as custas para citação. -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA-.

127. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS (SUMARIO)-0068619-12.2010.8.16.0001-JOAO HENRIQUE KALABAIDE x VANA DA ROCHA- Recolhidas as custas, expeça mandado de citação por hora certa.-Adv. JOAO HENRIQUE KALABAIDE-.

128. AÇÃO MONITÓRIA-0069365-74.2010.8.16.0001-ABENPAR COMERCIO DE PROD. DE TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA x GSC GESTAO DE SERVICO DE COBRANCA LTDA- 1 - Trata-se de ação monitória em que foram apresentados embargos, assumindo procedimento ordinário. Diante da ausência de apresentação de possíveis propostas de acordo, aplico o artigo 331, parágrafo 3.° do CPC, passando ao saneamento do processo. O ponto controvertido é a existência do débito. 2 - Afasto a preliminar apresentada. O documento juntado é suficiente a instruir uma ação monitória. As questões trazidas neste tópico respeitam ao mérito da questão. Afasto a preliminar de ilegitimidade. É parte legítima em uma ação indenizatória aquele a quem se alega a produção de um ato ilícito. A ausência de haver praticado qualquer ato ilícito danoso é matéria que respeita ao mérito. 3 - Defiro a produção de prova documental, nos casos do artigo 397 do CPC. 4 - Defiro a produção de prova oral, que consiste no depoimento pessoal das partes e oitiva de testemunhas. Fixo o prazo de 30 dias para apresentação de rol testemunhal. Neste mesmo prazo, aquele que requereu prova oral, deve efetuar o preparo de eventual diligência de intimação, sob pena de preclusão. Designo a data de 30/01/2012, às 14:30 horas, para audiência de instrução e julgamento. 5 - Indefiro a produção de prova pericial contábil. A tese da embargante, quanto à ausência de negócio jurídico, é incompatível com a prova pretendida. -Advs. FELIPE BEZERRA DA SILVA e JOSE ANCHIETA DA SILVA-.

129. INVENTÁRIO SOB RITO DE ARROLAMENTO-0069396-94.2010.8.16.0001-THEODORO DOETZER x GERTRUDES MARGARIDA DOETZER-A parte interessada para que promova o recolhimento das custas de desarquivamento, no valor de R$ 9,40. -Adv. PIERCY DE LEMOS-.

130. AÇÃO DECLARATÓRIA (PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO)-0069569-21.2010.8.16.0001-ROSANA APARECIDA COSTA PERINI x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-Aguarda-se a retirada das carta de citação expedida. -Advs. MARCELO LUIZ DA ROSA SANTOLIN, MARIO BRASILIO ESMANHOTTO FILHO e JOAO CLAUDIO FRANZO WEINAND-.

131. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0073576-56.2010.8.16.0001-OMNI S.A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ROBSON MALDONADO-A parte interessada, para que se manifeste sobre certidao negativa do oficial de justiça, no prazo de cinco dias. -Adv. DENISE VAZQUEZ PIRES-.

132. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0000630-52.2011.8.16.0001-ITAU UNIBANCO S/A x MARIA DA CRUZ OLIVEIRA DA SILVA-ME e outro-A parte interessada para que se manifeste acerca do oficio juntado anteriormente, no prazo de cinco dias. -Advs. FATIMA DENISE FABRIN, ROMULO VINICIUS FINATO e LEONEL TREVISAN JUNIOR-.

133. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0001776-31.2011.8.16.0001-DIONISIO ANTONIO CASAGRANDE e outro x FAUSTINO CASAGRANDE-A parte interessada para que se manifeste acerca do oficio juntado anteriormente, no prazo de cinco dias. -Advs. HELENA SPERANDIO MISURELLI, CLAUDIO MANOEL SILVA BEGA, IVO DYNIEWICZ, MIRNEI BARBOSA DE SOUZA ARAUJO e MARIA DE FATIMA SILVEIRA CESCONETTO-.

134. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0001816-10.2011.8.16.0002-JOSIANE APARECIDA KERNE x ROBERTO ISSAC GUILLERMO EVLAGON e outros-Arquivem-se os autos com as anotações e baixas necessárias, inclusive junto ao distribuidor. -Adv. MARCOS ANTONIO GONCALVES-.

135. INVENTÁRIO SOB RITO DE ARROLAMENTO-0003177-65.2011.8.16.0001-CARLOS ALBERTO LEITOLES e outro x ARLETE TEREZINHA PRESA- A requerente para que se manifeste acerca da petição e documentos de fls. 42/53, em cinco dias. -Adv. ADONIRAN PEDROSO DE OLIVEIRA-.

136. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-0003525-83.2011.8.16.0001-SANDRA BERGAMASCHI x BV

FINANCEIRA S/A -CRED. FINANC. E INVEST.-Ao autor para que efetue o complemento das custas no valor de R$ 390,10, no prazo de cinco dias, sob pena de expedição de mandado. -Adv. LIDIANA VAZ RIBOVSKI-.

137. OPOSIÇÃO-0004754-78.2011.8.16.0001-SANDRA LOPES MIGUEZ x LUIZ ALBERTO LOPES MIGUEZ- As custas processuais foram recolhidas a 9ª Vara Civel desta Capital e não a esta serventia, conforme é devido, pelo que submeto os autos a publicação para que a parte efetue o correto preparo. -Adv. LEANDRO DELYSON FRANCA-.

138. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (PROC. SUMÁRIO)-0004766-92.2011.8.16.0001-MARIA FERNANDA GOMES XAVIER SKALISZ e outro x TRANSPORTADORA PALMITAL- Mantenho a decisão agravada pelos seus proprios fundamentos. Fica o agravo retido nos autos para oportuna apreciação pelo TJ. Manifestem-se as partes, no prazo comum de cinco dias, acerca da efetiva possibilidade de transação, apresentando propostas concretas para tanto. Havendo proposta de acordo por uma das partes, abra-se vista a parte contraria para que se manifeste, em cinco dias. Caso haja acordo, deverão formular petição conjuntamente. Se inviável a transação (a ausencia de proposta concreta importara na presunção de desinteresse na conciliação), venham os autos conclusos para deliberações. No mesmo prazo, especifiquem as provas que efetivamente desejam produzir, justificando a necessiadae e utilidade das que forem requeridas, indicando, inclusive, os pontos de fato que reputam controvertidos, e sobre os quais, deverão incidir as provas eventualmente requeridas. A inercia das partes na especificação das provas reputar-se-a como desistencia na produção daquelas requeridas genericamente na petição inicial e na contestação. -Advs. JOAO CASILLO, SIMONE ZONARI LETCHACOSKI, CARLOS ALBERTO PRAZERES DE OLIVEIRA, BARBARA REJANE BELNOSKI e ANTONIO NUNES NETO-.

139. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE LEASING-0006514-62.2011.8.16.0001-SANTANDER LEASING S/A-ARRENDAMENTO MERCANTIL x GERSON LUZ DINAROSKI JUNIOR-Defiro o requerimento de consutla de endereço via sistema BacenJud. Segue adiante o recibo de protocolamento do pedido. Aguarde resposta com endereço cadastrado. -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

140. AÇÃO MONITÓRIA-0007386-77.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x JOAO CARLOS MARI BRAGA- Indefiro o pedido retro, haja vista que este requerimento deve ser feito diretamente a esta serventia. No mais, arquivem-se provisoriamente. -Advs. MIEKO ITO e ANA PAULA FALLEIROS KEPPE-.

141. BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPOSITO-0008840-92.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A C.F.I. x CARINA SACANI-A parte interessada, para que se manifeste sobre certidao negativa do oficial de justiça, no prazo de cinco dias. -Advs. ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA, CARLA MARIA KOHLER e CRISTIANE FERREIRA RAMOS-.

142. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER-0009802-18.2011.8.16.0001-CLODOALDO PINHEIRO x SERASA S/A- Diante da proposta de acordo apresentada pela autora em fl. 58, bem como observando a possibilidade de transação, converto o feito em diligencia. Designo audiencia conciliatória para o dia 22/11/2011 as 14:00 horas, na forma do art. 125, IV do CPC. -Advs. JULIO CESAR ENGEL DOS SANTOS, RAFAEL DE LIMA FELCAR e ROSANA BENENCASE-.

143. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE - SUMARIO-0012270-52.2011.8.16.0001-JOANA APARECIDA DE OLIVEIRA x BANCO DAYCOVAL S/A C.F.I.- Ao autor para que efetue o preparo das custas iniciais (R$ 827,20) e funjus, no prazo de cinco dias, sob pena de expedição de mandado. -Adv. JULIANE TOLEDO ROSSA-.

144. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-0013991-39.2011.8.16.0001-JOSE CARLOS DE SOUZA x BANCO FINASA S/A- Ao autor para que efetue o preparo das custas iniciais (R$ 305,50) e funjus , no prazo de cinco dias, sob pena de expedição de mandado. -Adv. FELIPE BALECHE NETO-.

145. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE - ORDINARIA-0015434-25.2011.8.16.0001-JORDANE PARTICIPACOES LTDA x MASCATE TERRAPLANAGEM LTDA- Sobre a proposta de acordo, manifeste-se o autor no prazo legal. -Advs. JORGE DURVAL DA SILVA, MARCOS PAULO DA SILVA e MARIZA DE MACEDO-.

146. AÇÃO DE COBRANÇA (PROCEDIMENTO SUMÁRIO)-0016296-93.2011.8.16.0001-CONDOMINIO CONJ. RESIDENCIAL JARDIM FLORENCA x ADRIANA DIMBARRE-Aguarda-se a retirada das carta de citação expedida. -Adv. MARILZA MATIOSKI-.

147. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-0017385-54.2011.8.16.0001-EDMAR JOSE WOLF FERREIRA x OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Ao autor para que, no prazo de dez dias, apresente manifestação acerca da contestação e documentos juntados pela requerida. -Adv. MARCIO ANDREI GOMES DA SILVA-.

148. ALVARÁ JUDICIAL-0020046-06.2011.8.16.0001-LUCIANO EDUARDO FRANCA e outros x JOSE EDUARDO FRANCA-A parte interessada para que se manifeste acerca do oficio juntado anteriormente, no prazo de cinco dias. -Adv. CLAUDIO AUGUSTO LARCHER DOS REIS-.

149. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA-0020450-57.2011.8.16.0001-ESPOLIO DE LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO JUNIOR x RACIOCINIO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL LTDA e outros-Manifestem-se as partes, no prazo comum de cinco dias, acerca da efetiva possibilidade de transação, apresentando propostas concretas para tanto. Havendo proposta de acordo por uma das partes, abra-se vista a parte contraria para que se manifeste, em cinco dias. Caso haja acordo, deverão formular petição conjuntamente. Se inviável a transação (a ausencia de proposta concreta importara na presunção de desinteresse na conciliação), venham os autos conclusos para deliberações. No mesmo prazo, especifiquem as provas que efetivamente desejam produzir, justificando a necessiadae e utilidade das que forem requeridas, indicando, inclusive, os pontos de fato que reputam controvertidos, e sobre os quais, deverão incidir as provas eventualmente requeridas. A inercia das partes na especificação das provas reputar-se-a como desistencia na produção daquelas requeridas genericamente na petição inicial e na contestação. -Advs. EMILIO LUIZ AUGUSTO PROHMANN e LUIS GUILHERME LANGE TUCUNDUVA-.

150. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0021075-91.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A- C.F.I x LUIMAR MESSIAS DE FREITAS- Tendo em vista que o sistema Renajud , por problemas tecnicos, encontra-se impossibilitado de realizar a pesquisa de veiculos, deve-se proceder a expedição de oficio. Assim, recolhidas as custas, expeça oficio ao Detran. Indefiro o pedido de pesquisa junto ao infoseg haja vista este juizo não possui este convenio. -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER, SERGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.

151. AÇÃO DE CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0023168-27.2011.8.16.0001-JUCELIA PLOMBOM MARTINS x BANCO FINASA BMC S/A- Reporto-me ao despacho de fls. 55. A requerente para que cumpra integralmente o despacho de fl. 55, comprovando documentalmente nos autos (copia de declaração de imposto de renda, certidão do detran, etc) os seus rendimentos, sob pena de indeferimento do pedido de justiça gratuita. -Adv. MARCIO ANDREI GOMES DA SILVA-.

152. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0024037-87.2011.8.16.0001-CIPA NORDESTE INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA x P & P PORCIUNCULA PARTICIPACOES LTDA e outro-A parte interessada, para que se manifeste sobre certidao negativa do oficial de justiça, no prazo de cinco dias. -Advs. KLAUS E. RODRIGUES MARQUES e ALEXANDRE SZTAJNBOK TEIXEIRA-.

153. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0025795-04.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x JUVENIR LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS-A parte para que antecipe as custas para expedição de oficio. -Adv. ALBERT DO CARMO AMORIM-.

154. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE - SUMARIO-0026986-84.2011.8.16.0001-SUELI PEDROSO DOS REIS x PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A-Ao autor para que, no prazo de dez dias, apresente manifestação acerca da contestação e documentos juntados pela requerida. -Adv. JULIANE TOLEDO S. ROSSA-.

155. BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPOSITO-0027043-05.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x VILMAR MARTINS-Defiro o pedido de conversão da presente ação em Ação de Depósito, conforme petição retro. Anote-se nos registros, autuação e distribuição. Após, cite-se o réu para, no prazo de cinco dias, entregar o bem alienado fiduciariamente ao autor, depositá-lo em Juizo ou consignar-lhe o equivalente em dinheiro, entendido este como sendo o valor da coisa (salvo se o débito for menor, hipótese em que este prevalece, por ser o menos oneroso para o devedor). Nesse mesmo prazo, poderá o réu, querendo, contestar a ação. Outrossim, obervo que este juizo tem entendido ser incabível a decretação de prisão civil do devedor fiduciário, motivo pelo qual a citação deverá ser efetuada sem essa

cominação. Expeça-se carta com AR/MP. A parte para que efetue o preparo das custas do distribuidor no valor de R$ 2,48, bem como para que antecipe as custas para expedição de carta AR/MP. -Adv. ALBERT DO CARMO AMORIM-.

156. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-0032559-06.2011.8.16.0001-IVAN NUNES x BANCO ITAUCARD S/A-Ao autor para que, no prazo de dez dias, apresente manifestação acerca da contestação e documentos juntados pela requerida. -Adv. LIDIANA VAZ RIBOVSKI-.

157. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE LEASING-0033374-03.2011.8.16.0001-MERCEDES-BENZ LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A. x LEOMIR TRANSPORTES DE CARGAS LTDA-A parte para que antecipe as custas para expedição de carta precatoria. -Advs. JULIO CESAR VERALDO MENEGUCI, GILBERTO ANDREASSA JUNIOR, e HELIO LUIZ VITORINO BARCELOS-.

158. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE - SUMARIO-0034806-57.2011.8.16.0001-RICARDO HOFFMAN x CIFRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS-Ao autor para que, no prazo de dez dias, apresente manifestação acerca da contestação e documentos juntados pela requerida. -Adv. JULIANE TOLEDO S. ROSSA-.

159. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (PROC. SUMÁRIO)-0035368-66.2011.8.16.0001-MARCELO GONCALVES DE MELLO x BANCO ITAU S/A- Assiste razão ao autor, quanto ao equivoco no despacho proferido anteriormente, haja vista não se tratar de revisional de contrato. Contudo, nota-se na inicial que o autor postula a declaração de inexigibilidade de titulo, dano moral, dano material. Assim, concedo o prazo de dez dias para a autora emendar a inicial, atribuindo a causa o valor correspondente ao proveito economico que busca com a demanda, isto é, o valor que pretende seja indenizado pelos danos morais, ainda que de forma estimada, conforme estimativa apresentada na inicial, porquanto, a toda causa deve ser atribuido um valor certo, para traduzir a realidade do pedido, nos termos do art. 258 do CPC. Após, voltem. -Advs. CLOVIS DIAS DE SOUZA e GESSIVALDO OLIVEIRA MAIA-.

160. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0038100-20.2011.8.16.0001-BANCO VOLKSWAGEN S/A x LUMEPAR IND. METALURGICA PARANA LTDA-A parte interessada, para que se manifeste sobre certidao negativa do oficial de justiça, no prazo de cinco dias. -Advs. MARILI RIBEIRO TABORDA e MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA-.

161. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0038514-18.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A- C.F.I x LUIS MARCELO SALVO-A parte interessada, para que se manifeste sobre certidao negativa do oficial de justiça, no prazo de cinco dias. -Advs. SERGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.

162. AÇÃO MONITÓRIA-0039972-70.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x ALEXANDRE ANTUNES CORDEIRO-A parte interessada, para que se manifeste sobre certidao negativa do oficial de justiça, no prazo de cinco dias. -Advs. SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES e SCHEILA CAMARGO COELHO TOSIN-.

163. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (SUMARIO)-0042196-78.2011.8.16.0001-JOAO RENATO OSSOKI x BV FINANCEIRA S/A-CRED., FINANC., E INVEST.- A autora para que efetue o preparo das custas iniciais e funjus, sob pena de expedição de mandado de intimação. -Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA-.

164. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANOS - SUMARIO-0051804-03.2011.8.16.0001-MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A. x FERNANDO FERREIRA DOS SANTOS-Nos termos do art. 257 do CPC, bem como do provimento 140 da Corregedoria Geral da Justiça, fica vossa senhoria intimada a efetuar o preparo no valor de R$ 817,80 referente a custas iniciais, bem como R$ 9,40 referente a custas de autuação, na forma disposta na instrução normativa baixada pela CGJ, no prazo de trinta dias, devendo ser recolhidas num único boleto, sob pena de cancelamento da petição inicial. Valor da causa R $ 26.650,00. -Advs. JOAQUIM BARBOSA DE OLIVEIRA e CARLOS ALBERTO HAUER DE OLIVEIRA-.

165. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ORDINARIO-0051774-65.2011.8.16.0001-NARCISO WINTER SOARES x INCONS CURITIBA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA-Nos termos do art. 257 do CPC, bem como do provimento 140 da Corregedoria Geral da Justiça, fica vossa senhoria intimada a efetuar o preparo no valor de R$ 817,80 referente a custas iniciais, bem como R$ 9,40 referente a custas de autuação, na forma disposta na instrução normativa baixada pela CGJ, no prazo de trinta dias, devendo ser recolhidas num único boleto, sob pena de cancelamento da petição inicial. Valor da causa R$ 63.795,00.. Fica ainda Vossa Senhoria intimada para o pagamento da citação via postal, bem como sua respectiva postagem, de modo a contribuir com a celeridade processual. -Adv. CESAR AUGUSTO RICHTER ROSS-.

166. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0051764-21.2011.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x CRISTIANO DA ROSA-Nos termos do art. 257 do CPC, bem como do provimento 140 da Corregedoria Geral da Justiça, fica vossa senhoria intimada a efetuar o preparo no valor de R$ 817,80 referente a custas iniciais, bem como R $ 9,40 referente a custas de autuação, na forma disposta na instrução normativa baixada pela CGJ, no prazo de trinta dias, devendo ser recolhidas num único boleto, sob pena de cancelamento da petição inicial. Valor da causa R$ 18.700,00. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

167. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0051761-66.2011.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x JOSE CARLOS PATITUCCI JUNIOR-ME-Nos termos do art. 257 do CPC, bem como do provimento 140 da Corregedoria Geral da Justiça, fica vossa senhoria intimada a efetuar o preparo no valor de R$ 817,80 referente a custas iniciais, bem como R$ 9,40 referente a custas de autuação, na forma disposta na instrução normativa baixada pela CGJ, no prazo de trinta dias, devendo ser recolhidas num único boleto, sob pena de cancelamento da petição inicial. Valor da causa R$ 22.267,00. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

168. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0051678-50.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x DIEGO LOPES TARESZKIEWICZ-Nos termos do art. 257 do CPC, bem como do provimento 140 da Corregedoria Geral da Justiça, fica vossa senhoria intimada a efetuar o preparo no valor de R$ 817,80 referente a custas iniciais, bem como R$ 9,40 referente a custas de autuação, na forma disposta na instrução normativa baixada pela CGJ, no prazo de trinta dias, devendo ser recolhidas num único boleto, sob pena de cancelamento da petição inicial. Valor da causa R$ 38.637,62. -Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

169. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE LEASING-0051699-26.2011.8.16.0001-BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x MARIA IVONETE ZAGANSKI DE LIMA-Nos termos do art. 257 do CPC, bem como do provimento 140 da Corregedoria Geral da Justiça, fica vossa senhoria intimada a efetuar o preparo no valor de R$ 817,80 referente a custas iniciais, bem como R$ 9,40 referente a custas de autuação, na forma disposta na instrução normativa baixada pela CGJ, no prazo de trinta dias, devendo ser recolhidas num único boleto, sob pena de cancelamento da petição inicial. Valor da causa R$ 27.717,50.-Advs. CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN e GILBERTO BORGES DA SILVA-.

170. AÇÃO MONITÓRIA-0051677-65.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x MARIA TERESA QUEIROZ MOCELLIN-Nos termos do art. 257 do CPC, bem como do provimento 140 da Corregedoria Geral da Justiça, fica vossa senhoria intimada a efetuar o preparo no valor de R$ 817,80 referente a custas iniciais, bem como R$ 9,40 referente a custas de autuação, na forma disposta na instrução normativa baixada pela CGJ, no prazo de trinta dias, devendo ser recolhidas num único boleto, sob pena de cancelamento da petição inicial. Valor da causa R$ 60.575,95. -Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

CURITIBA, 29/09/2011

LUIZ FERNANDO CARMEZINI OLIVEIRA

## 3ª VARA CÍVEL

**AdicioCOMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANA-TERCEIRA VARA CIVEL**
**JUIZ DE DIREITO DR. IRINEU STEIN JUNIOR.**
**JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DR. ADRIANA DE LOURDES SIMETTE.**

**RELACAO N. 183/2011**

**Petições protocoladas erroneamente**:
Proc. 16078/0000 - Dr. Antônio Francisco Corrêa Athayde - OAB/PR 8.227
Proc. 375/2009 - Dr. Gustavo Dal Bosco - OAB/PR 58.222
Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ACACIO CORREA FILHO 00019 000324/2005
ADAM MIRANDA SÁ STHELING 00046 001789/2008
ADRIANA MORO CONQUE 00042 001038/2008
ADRIANO CARLOS SOUZA VALE 00096 021112/2011
ADRIANO MUNIZ REBELLO 00057 001680/2009
ADYR MASTEK 00003 001268/1995
AGUINALDO BATISTA DA SILVA 00110 043992/2011
ALBINO JOSE DE BONI 00012 000105/2003
ALCEU BODOT 00050 000135/2009
ALCYONE CAMPOS FRANCA 00010 000387/2001
ALESSANDRO AGNOLIN 00012 000105/2003
ALESSANDRO MESTRINER FELIPE 00021 000604/2005
ALEXANDRE ARSENO 00015 001105/2004
ALEXANDRE DE ALMEIDA 00044 001213/2008
ALEXANDRE GAVA DE OLIVEIRA 00029 000287/2007
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 00015 001105/2004
00081 063512/2010
ALICE PRESA 00014 001403/2003
ALINE URBAN 00018 000121/2005
ALMIR AIRES TOVAR FILHO 00009 001151/2000
AMADEU MARQUES 00108 043385/2011
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR 00059 002104/2009
ANA LUCIA DE FIGUEIREDO DEMETERCO A 00033 000939/2007
ANA LUIZA DE P.XAVIER OAB 32.876 00014 001403/2003
ANA PAULA DELGADO DE SOUZA BARROSO 00071 024973/2010
ANA PAULA ESMANHOTTO 00004 001104/1997
ANDERSON CLEBER OKUMURA YUGE 00044 001213/2008
ANDERSON HATAQUEIAMA 00030 000375/2007
ANDERSON KLEBER OKUMURA YUGE 00020 000500/2005
00034 001194/2007
ANDERSON MARCIO DE BARROS 00029 000287/2007
ANDRE BRAMBILA RODRIGUES 00064 005467/2010
ANDRE DIAS ANDRADE 00073 032148/2010
ANDRE LUIZ SOUZA VALE 00088 002186/2011
00096 021112/2011
ANDREA BAHR GOMES 00003 001268/1995
ANDREA MARI DOMINGUES 00019 000324/2005
ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA 00072 028401/2010
ANGELITA G.L.DE MEDINA SATRIANO 00005 001327/1998
ANTONIO AUGUSTO CASTANHEIRA NEIA 00021 000604/2005
00024 001331/2005
ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO 00026 001117/2006
ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO 00026 001117/2006
ANTONIO EMERSON MARTINS 00052 000416/2009
ANTONIO VALMOR JUNKES 00043 001189/2008
AQUILES FELDMAN 00029 000287/2007
ARAKEN SANTOS PILATI 00084 067896/2010
ARILO BARROSO ALCANTARA FILHO 00023 001165/2005
ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA 00029 000287/2007
ARLEIDE REGINA OGLIARI CANDAL 00063 004837/2010
ARLETE TEREZINHA DE ANDRADE KUMAKU 00022 001051/2005
ARLINDO RAMOS JUNIOR 00069 019273/2010
ARNALDO CONCEICAO JUNIOR 00096 021112/2011
BENO FRAGA BRANDAO 00003 001268/1995
BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ 00063 004837/2010
CANDICE KARINA SOUTO MAIOR DA SILVA 00068 019055/2010
00099 024928/2011
CARLA CIENDRA COSTA ALBERTI 00004 001104/1997
CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN 00116 048423/2011
CARLA MARIA KOHLER 00072 028401/2010
CARLOS AFONSO RIBAS ROCHA 00019 000324/2005
CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO 00015 001105/2004
CARLOS ALBERTO FRANK 00021 000604/2005
00024 001331/2005
CARLOS ALBERTO HAUER DE OLIVEIRA 00069 019273/2010
CARLOS ALEXANDRE LORGA 00095 012146/2011
CARLOS GILBERTO DIAS JUNIOR 00069 019273/2010
CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA 00017 000053/2005
CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET 00046 001789/2008
CARLOS MURILO PAIVA 00019 000324/2005
CARLOS ROBERTO STEUCK 00027 000010/2007
CARLOS SCHWAMBACH FAZZIONI 00084 067896/2010
CARLOS TERABE 00003 001268/1995
CARLOS VITOR MARANHAO DE LOYOLA 00003 001268/1995
CARLYLE POPP 00007 000322/2000
CARMEM LUCIA SILVEIRA RAMOS 00003 001268/1995
CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI 00023 001165/2005
00025 000211/2006
CAROLINA MIZUTA 00069 019273/2010
CAROLINE AMADORI CAVET 00086 070373/2010
CAROLINE SAID DIAS 00082 063679/2010
CELIA INES DA SILVA 00014 001403/2003
CESAR AUGUSTO BROTTO 00042 001038/2008
CHARLES PARCHEN 00060 002458/2009
00061 003153/2010
CHIMENE CHIARA TAVARES SANTOS 00069 019273/2010
CHRYSTIANNE DE FREITAS ALVES FERREIRA 00076 048897/2010
CINTIA DO PRADO CARNEIRO BELONE 00071 024973/2010
CLAIRE LOTTICE 00021 000604/2005
00024 001331/2005
00033 000939/2007
CLARICE DRONK NACHORNIK 00029 000287/2007
CLAUDENIR DE ALMEIDA TEIXEIRA 00023 001165/2005
00025 000211/2006
CLAUDIA BUENO GOMES 00049 001876/2008
00097 022734/2011
CLERSON ANDRE ROSSATO 00078 062119/2010
CLEUZA KEIKO HIGACHI REGINATO 00021 000604/2005
00024 001331/2005
00033 000939/2007
CLEUZA VISSOTTO JUNKES 00043 001189/2008
CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO 00057 001680/2009
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES 00116 048423/2011
CRISTIANE BIENTINEZ SPRADA 00004 001104/1997
CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA 00003 001268/1995
CRISTIANE FERREIRA RAMOS 00072 028401/2010
CRISTIANE MARIA AGNOLETTO 00030 000375/2007
CÉSAR AUGUSTO TERRA 00058 001689/2009
DAIANE TOSHIE GOTZ SAITO 00120 049332/2011
DANI LEONARDO GIACOMINI 00079 063155/2010
DANIEL FAZZOLARI 00029 000287/2007
DANIEL HACHEM 00016 001368/2004
DANIEL PESSOA MADER 00070 024591/2010
DANIEL SOTTILI MENDES JORDAO 00030 000375/2007
DANIELE PIMENTEL DOS SANTOS 00027 000010/2007
DANIELLE BROTTO 00042 001038/2008
DAYANNE KRAUSPENHAR 00025 000211/2006
DEFENSORIA PUBLICA DO PARANA 00024 001331/2005
00033 000939/2007
DEISI LACERDA 00014 001403/2003
DELY DIAS DAS NEVES OAB 14.778 00030 000375/2007
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR 00088 002186/2011
DENIS GRADOWSKI RODRIGUES 00051 000415/2009
DENISE DUARTE SILVA MOREIRA 00021 000604/2005
00024 001331/2005
DENISE ROCHA PREISNER OLIVA 00083 064397/2010
DIANA SORAIA TABALIPA PIMENTEL 00021 000604/2005
00024 001331/2005
DIOGO DE ARAUJO LIMA 00003 001268/1995
DJANIR PEDRO PALMEIRA 00003 001268/1995
DJONATHAN DEBUS 00013 000315/2003
DOUGLAS AUGUSTO RODERJAN FILHO 00027 000010/2007
DUARTE ALMEIDA FONSECA 00003 001268/1995
DULCINEA DE SOUZA SCHMIDLIN 00021 000604/2005
00024 001331/2005
EDEMILTON SCHARNOVEBER 00038 000303/2008
EDINEI CESAR SCREMIN 00038 000303/2008
EDIVALDO APARECIDO DE JESUS 00017 000053/2005
EDNA MARIA STROKA PEREIRA DA SILVA 00006 000182/2000
EDSON FERNANDES JUNIOR 00029 000287/2007
EDUARDO BATISTEL RAMOS 00068 019055/2010
00099 024928/2011
EDUARDO FELICIANO DOS REIS 00091 003597/2011
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 00050 000135/2009
EDUARDO JOSE PEREIRA NEVES 00019 000324/2005
EGYDIO MARQUES DIAS NETO 00084 067896/2010
ELAINE DE FATIMA COSTA GUERIOS 00031 000624/2007
ELAINE DE FATIMA PINTO MARCONCIN 00029 000287/2007
ELENI MORAES BARROS 00021 000604/2005
00024 001331/2005
ELIANA AKEMI NAKAMURA 00018 000121/2005
ELIANE TESSARI RIBAS 00021 000604/2005
00024 001331/2005
ELISA C. MARCHIORATO FRANCA 00010 000387/2001
ELIZETE REGINA AUGUSTO 00021 000604/2005
00024 001331/2005
ELIZEU LUIZ TOPOROSKI 00098 024677/2011
ELMO SAID DIAS 00082 063679/2010
ELTON ALAVER BARROSO 00071 024973/2010
EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA 00066 016391/2010
EMILIANA SILVA SPERANCETTA 00025 000211/2006
ENEIDA DE CASSIA CAMARGO 00074 034902/2010
ERIKA HIKISHIMA FRAGA 00076 048897/2010
EROS GRADOWSKI JUNIOR 00051 000415/2009
ESTEVAO RUCHINSKI 00014 001403/2003
EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS 00011 000924/2001
00013 000315/2003
EVARISTO ARAGAO SANTOS 00101 031928/2011
FABIANA SILVEIRA 00115 048302/2011
00117 048607/2011
FABIANO NEVES MACIEYWSKI 00056 001576/2009
FABIO BERTOLI ESMANHOTTO 00004 001104/1997
FABRICIO JESSE BRISOLA DE OLIVEIRA 00119 049024/2011
FABRICIO KAVA 00101 031928/2011
FABRICIO VERDOLIN DE CARVALHO 00030 000375/2007
FERNANDA PIRES ALVES 00005 001327/1998
FERNANDO GUSTAVO KNOERR 00064 005467/2010
FERNANDO JOSE GONCALVES 00029 000287/2007
FERNANDO OREILLY C BARRIONUEVO 00025 000211/2006
FERNANDO RIBEIRO TROVAO 00094 010557/2011
FERNANDO ZENATO NEGRELE 00087 001509/2011
FLAVIA REIS PAGNOZZI 00003 001268/1995
FLAVIO FAGUNDES FERREIRA 00007 000322/2000
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 00091 003597/2011
FRANCIELLY TIBOLA 00083 064397/2010
FRANCISCO CARLOS PINEDA LOPES 00021 000604/2005
FRANCISMERY MOCCI 00004 001104/1997
GEANDRO LUIZ SCOPEL 00079 063155/2010
GEORGIA BORDIN JACOB GRACIANO 00019 000324/2005
GERALDO DE OLIVEIRA 00007 000322/2000
GERALDO FRANCISCO POMAGERSKI 00109 043687/2011

GERSON VANZIN MOURA DA SILVA 00091 003597/2011
GILBERTO STINGLIN LOTH 00058 001689/2009
GIORGIA PAULA MESQUITA 00060 002458/2009
00061 003153/2010
GIOVANA B. LOCATELLI PEREIRA 00019 000324/2005
GIOVANI GIONEDIS FILHO 00025 000211/2006
GISELE MARIE MELLO BELLO BIGUETTE 00083 064397/2010
GISELI DE FÁTIMA DE SOUZA RAMOS DE LIMA 00018 000121/2005
GISSIANE CRISTINE CHROMIEC 00083 064397/2010
GUILHERME DI LUCA OAB/PR 36.140 00021 000604/2005
GUILHERME FERRAZ LEWIN 00012 000105/2003
GUILHERME PEREIRA NASCIMENTO 00099 024928/2011
GUSTAVO DARIF BORTOLINI 00045 001469/2008
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 00037 000074/2008
00049 001876/2008
GUSTAVO VIANA CAMATA 00025 000211/2006
HELENICE RIBAS MEDEIROS 00003 001268/1995
HELIO KENEDY GONCALVES VARGAS 00041 001024/2008
HERNANI NOGUEIRA ZAINA NETO 00118 048695/2011
HUGO MARTINS KOSOP 00090 002889/2011
IONEIA ILDA VERONEZE 00080 063403/2010
IVANA RIBEIRO DE SOUZA MARCON 00025 000211/2006
IVANA VIARO PADILHA 00004 001104/1997
IVONE STRUCK 00016 001368/2004
00103 036858/2011
IZABELA CRISTINA RUCKER CURI BERTONCELLO 00013 000315/2003
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 00091 003597/2011
JAIR RIBEIRO 00017 000053/2005
JAIRO BASSO 00019 000324/2005
JANAINA GIOZZA AVILA 00049 001876/2008
JAQUELINE POLIZEL 00023 001165/2005
JEAN ANDERSON ALBUQUERQUE 00025 000211/2006
JEANE BURDA NICOLA 00021 000604/2005
00024 001331/2005
00033 000939/2007
JOAO GRACIANO CAMPOS LUSTOSA 00029 000287/2007
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO 00036 001837/2007
00058 001689/2009
JOAO LUIZ CUNHA DOS SANTOS 00046 001789/2008
JODETE DE SENA M SOBRINHO DE CAMPOS 00021 000604/2005
00024 001331/2005
JOELCIO FLAVIANO NIELS 00027 000010/2007
JOELMA PULTINAVICIUS 00104 037615/2011
JONAS BORGES 00039 000724/2008
JONAS ROBERTO JUSTI WASZAK 00029 000287/2007
JORAN PINTO RIBEIRO 00021 000604/2005
00024 001331/2005
JORGE EVENCIO DE CARVALHO 00002 000531/1995
JORGE JOSE JUSTI WASZAK 00029 000287/2007
JORGE LUIZ IESKI CALMON DE PASSOS 00055 001341/2009
JORGE LUIZ KOSOP NETO 00090 002889/2011
JORGE R. RIBAS TIMI 00022 001051/2005
JORGE RAFAEL SANTAR 00029 000287/2007
JOSE ANTONIO DE ANDRADE ALCANTARA 00056 001576/2009
JOSE ANTONIO VALE 00088 002186/2011
00096 021112/2011
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR 00080 063403/2010
JOSE DOLMIRO DE ANDRADE ALCANTARA 00056 001576/2009
JOSE FRANCISCO FUMAGALLI MARTINS 00027 000010/2007
JOSE ROBERTO DELLA TONIA TRAUTWEIN 00003 001268/1995
JOSELIA APARECIDA KUCHLER 00005 001327/1998
JOSIANE FRUET BETTINI LUPION 00021 000604/2005
00024 001331/2005
JULIANA DA SILVA 00005 001327/1998
JULIANA DOMINGUES TANCREDO 00088 002186/2011
JULIANA MILITAO 00047 001810/2008
JULIANA MUHLMANN PROVESI 00065 010380/2010
JULIANA PERON RIFFEL 00083 064397/2010
JULIANE TOLEDO SANTOS ROSSA 00100 031804/2011
JULIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA 00004 001104/1997
JULIO CESAR ABREU DAS NEVES 00110 043992/2011
JULIO CESAR BROTTO 00003 001268/1995
JULIO CESAR DALMOLIN 00011 000924/2001
00028 000013/2007
JULIO CESAR SPRENGER RIBAS 00035 001588/2007
JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS 00074 034902/2010
JULIO GOES MILITAO DA SILVA 00047 001810/2008
KARINA MARIA MEHL 00014 001403/2003
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00065 010380/2010
00103 036858/2011
KATIE F.CARLESSE DAVET 00042 001038/2008
KELLY CRISTINA WORM COTLINSK CANZAN 00045 001469/2008
KLAUS SCHNITZLER 00114 047987/2011
KLEBER VELTRINI TOZZI 00003 001268/1995
LACIR GUARENGHI 00020 000500/2005
LAURA AGRIFOGLIO VIANNA 00084 067896/2010
LAURA MARGHERITA FARINA 00029 000287/2007
LEANDRO GALLI 00102 035446/2011
LEANDRO LUIZ KALINOWSKI 00052 000416/2009
00121 049338/2011
LEANDRO NEGRELLI 00057 001680/2009
LEILA CRISTIANE SÃO MIGUEL 00075 042816/2010
LEILA MEJDALANI PEREIRA 00092 006589/2011
LEOBERTO ESMERIO PEREIRA 00079 063155/2010
LEONARDO COSTODIO 00003 001268/1995
LEONEL TREVISAN JUNIOR 00112 045701/2011
LEONILDO BRUSTOLIN 00122 049575/2011
LEONTINA MION GUARIZA 00015 001105/2004
LESLIE MERCEDES FRANCISCO DA COSTA 00029 000287/2007
LIDIANA VAZ RIBOVISKI 00111 044196/2011
LINCOLN TAYLOR FERREIRA 00006 000182/2000
00014 001403/2003
00120 049332/2011
LIZETE RODRIGUES FEITOSA 00068 019055/2010
00099 024928/2011
LORIANE GUISANTES DA ROSA 00076 048897/2010
LOUISE DA COSTA E S. GARNICA 00025 000211/2006
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS 00018 000121/2005
LUCAS AMARAL DASSAN 00088 002186/2011
LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO 00059 002104/2009
LUCIANE MARIA JANTSCH 00003 001268/1995
LUCIANO SOARES PEREIRA 00003 001268/1995
LUCIMAR DE PAULA 00068 019055/2010
LUCIO FLAVIO LUTTEMBARCK BATALHA 00002 000531/1995
LUCIO ROCA BRAGANÇA 00084 067896/2010
LUIR CESCHIN 00084 067896/2010
LUIS CARLOS LOMBA JUNIOR 00113 046206/2011
LUIS CESAR ESMANHOTTO 00004 001104/1997
LUIS GUILHERME LANGE TUCUNDUVA 00076 048897/2010
LUIS OSCAR SIX BOTTON 00026 001117/2006
LUIZ ALBERTO FONTANA FRANÇA 00029 000287/2007
LUIZ ANTONIO ORMIANIN 00040 000935/2008
LUIZ ASSI 00060 002458/2009
00061 003153/2010
LUIZ EDUARDO LIMA BASSI 00078 062119/2010
LUIZ FELIPE JANSEN DE M. NODARI 00060 002458/2009
LUIZ FERNANDO CACHOEIRA 00081 063512/2010
LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ 00005 001327/1998
00041 001024/2008
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 00091 003597/2011
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 00011 000924/2001
00013 000315/2003
00038 000303/2008
LUIZ SALVADOR 00067 018435/2010
MAJEDA DENISE MOHD POPP 00007 000322/2000
MARCEL BRUNO GASPARIN 00025 000211/2006
MARCEL EDUARDO DE LIMA 00084 067896/2010
MARCELO HENRIQUE FERREIRA S. DE MATOS 00059 002104/2009
MARCELO MARQUARDT 00022 001051/2005
MARCELO MARQUES MUNHOZ 00096 021112/2011
MARCELO NASSIF MALUF 00045 001469/2008
MARCELO TAVARES GUMY SILVA 00113 046206/2011
MARCIA VALENTE 00006 000182/2000
MARCIO ANDREI GOMES DA SILVA 00072 028401/2010
MARCIO ANTONIO SASSO 00019 000324/2005
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00050 000135/2009
MARCIO ISFER MARCONDES DE ALBUQUERQ 00040 000935/2008
MARCIO RUBENS PASSOLD 00015 001105/2004
MARCO AURELIO EHMKE PIZZOLATTI 00018 000121/2005
MARCOS AURELIO DE LIMA JUNIOR 00084 067896/2010
MARCOS AURELIO NEGRAO MACHADO 00003 001268/1995
MARCOS BUENO GOMES 00097 022734/2011
MARCOS VINICIUS BOAÇALHE 00018 000121/2005
MARCUS ELY SOARES DOS REIS 00036 001837/2007
MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA 00018 000121/2005
00025 000211/2006
MARIA LUCILIA GOMES 00059 002104/2009
MARIANE CARDOSO MACAREVICH 00028 000013/2007
00098 024677/2011
MARIANO ANTONIO CABELLO CIPOLLA 00026 001117/2006
MARISTELA RODRIGUES OAB.18501 00021 000604/2005
00024 001331/2005
MARLON CORDEIRO 00054 001067/2009
MAURO CURY FILHO 00034 001194/2007
MAURO SERGIO GUEDES NASTARI 00020 000500/2005
00034 001194/2007
00044 001213/2008
MAX HERCILIO GONCALVES 00046 001789/2008
MAYLIN MAFFINI 00057 001680/2009
MIDSAN MENA SANTOS 00029 000287/2007
MIEKO ITO 00009 001151/2000
00076 048897/2010
00077 057600/2010
MIGUEL CESAR SETIM 00041 001024/2008
MIGUEL FERNANDO RIGONI 00019 000324/2005
MILTON PINHEIRO JUNIOR 00029 000287/2007
MIRIAM COSTA ARRUDA 00029 000287/2007
MOEMA REFFO SUCKOW MANZOCHI 00005 001327/1998
MUMIR BAKKAR 00123 050296/2011
MURILO CELSO FERRI 00066 016391/2010
NANCI TEREZINHA ZIMMER 00025 000211/2006
NATHALIA KOWALSKI FONTANA 00018 000121/2005
NELSON KUHN DENES 00001 000140/1974
NELSON KUHN DENES FILHO 00001 000140/1974
NELSON PASCHOALOTTO 00083 064397/2010
NEMO FRANCISCO SPANO VIDAL 00006 000182/2000
NEUDI FERNANDES 00012 000105/2003
NEWTON DORNELES SARATT 00053 000633/2009
NEY GUSTAVO PAES DE ANDRADE 00023 001165/2005
NIKOLLE KOOTSOUKOS AMADORI 00106 037822/2011
NILCE NEIDE TEIXEIRA DE LIMA 00021 000604/2005
00024 001331/2005
ODACYR CARLOS PRIGOL 00020 000500/2005
OSMAR NODARI 00060 002458/2009
PATRICIA FRANÇA BENATO 00105 037637/2011
PATRICIA MORAIS SERRA 00002 000531/1995
PATRICIA VAILATI 00042 001038/2008
PATRICK G. MERCER 00022 001051/2005

PAULO AFONSO ZAINA 00118 048695/2011
PAULO GABRIEL DOMINGUES REZENDE 00069 019273/2010
PAULO ROBERTO FADEL 00060 002458/2009
PAULO ROBERTO GOMES 00053 000633/2009
PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN 00007 000322/2000
PAULO SERGIO DE SOUZA 00008 001095/2000
PEDRO JOSE ALMEIDA SANTOS 00029 000287/2007
PEDRO ROBERTO BELONE 00071 024973/2010
PERCIO ALVES DA SILVA 00094 010557/2011
PRISCILA CAMARGO P. DA CUNHA 00025 000211/2006
PRISCILA CAMARGO PEREIRA DA CUNHA 00023 001165/2005
PRISCILA CARAMORI TOLEDO 00018 000121/2005
PRISCILA DO NASCIMENTO SEBASTIAO 00014 001403/2003
PRISCILA PACHER 00027 000010/2007
PRISCILLA CRISTIANE BARBIERO 00013 000315/2003
RAFAEL BAGGIO BERBICZ 00068 019055/2010
RAFAEL DE LIMA FELCAR 00074 034902/2010
RAFAEL DIAS CORTES 00069 019273/2010
RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES 00018 000121/2005
RAFAEL MAIA EHMKE 00088 002186/2011
RAFAEL MARCHIORATO FRANCA 00010 000387/2001
RAFAEL MARQUES GANDOLFI 00064 005467/2010
RAFAEL TADEU MACHADO 00021 000604/2005
00024 001331/2005
00033 000939/2007
RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA 00003 001268/1995
REGINA YURICO TAKAHASHI 00021 000604/2005
00024 001331/2005
REINALDO MIRICO ARONIS 00060 002458/2009
00061 003153/2010
00067 018435/2010
00071 024973/2010
00073 032148/2010
RENATO JOSE BORGERT 00048 001839/2008
RENATO RIBEIRO SCHMIDT 00031 000624/2007
RENATO WOLF PEDROSO 00084 067896/2010
RICHARDT ANDRE ALBRECHT 00018 000121/2005
ROBERTA B.BITTENCOURT T. RIBAS 00048 001839/2008
ROBERTO CORDEIRO JUSTUS 00025 000211/2006
ROBERTO ROCHA GOMES 00062 003792/2010
ROBERTO ROCHA GOMES FILHO 00062 003792/2010
RODOLFO MENDES SOCCIO 00113 046206/2011
RODOLFO SERODIO GIMENES 00084 067896/2010
RODRIGO DA ROCHA ROSA 00019 000324/2005
RODRIGO MONTEIRO DE ALBUQUERQUE 00069 019273/2010
RODRIGO PARISSI ABARNO 00084 067896/2010
RODRIGO SHIRAI 00085 070040/2010
RODRIGO VISSOTTO JUNKES 00043 001189/2008
ROGERIA DOTTI DORIA 00003 001268/1995
ROMARA COSTA BORGES DA SILVA 00059 002104/2009
RONEY OSVALDO GUERREIRO MAGALDI 00019 000324/2005
ROSANA CHRUSCINSKI POLLIS 00003 001268/1995
ROSANE PABST CALDEIRA 00036 001837/2007
ROSE MARY BASTOS IACOMINI 00021 000604/2005
00024 001331/2005
00033 000939/2007
SANDRA REGINA RODRIGUES 00082 063679/2010
SANDRO LUDNEY NOGUEIRA 00093 010525/2011
SANDRO RAFAEL BONATTO 00025 000211/2006
SEBASTIAO FIDELIS 00025 000211/2006
SERGIO ALVES RAYZEL 00029 000287/2007
SERGIO CANAN 00047 001810/2008
SERGIO H. SAMPAIO FILHO 00107 040753/2011
SERGIO ROBERTO VOSGERAU 00010 000387/2001
SERGIO SAID STAUT JUNIOR 00003 001268/1995
SERGIO SCHULZE 00065 010380/2010
SHARA NUNES SAMPAIO 00107 040753/2011
SIGISFREDO HOEPERS 00074 034902/2010
SILVANA APARECIDA CEZAR PONTE 00022 001051/2005
SILVANA TORMEM 00089 002199/2011
SILVIA CRISTINA XAVIER 00021 000604/2005
00024 001331/2005
SIMONE FONSECA ESMANHOTTO 00004 001104/1997
SIMONE MARQUES SZESZ 00009 001151/2000
00076 048897/2010
SONIA ITAJARA FERNANDES 00021 000604/2005
00024 001331/2005
SUZETE DE FATIMA BRANCO GUERRA 00021 000604/2005
00024 001331/2005
TATIANA VALESCA VROBLEWSKI 00065 010380/2010
TATIANE BERGER 00029 000287/2007
TATYANE PRISCILA PORTES STEIN 00075 042816/2010
TELMA ELIZE MIOTO ANDRIOLI 00010 000387/2001
TEREZA C. ARRUDA ALVIM WAMBIER 00011 000924/2001
00013 000315/2003
THALITA CAROLINA FIG.DE SOUZA 00029 000287/2007
TONI MENDES DE OLIVEIRA 00076 048897/2010
TONY AUGUSTO PARANA DA SILVA E SENE 00005 001327/1998
VALDEREZ DE MACEDO PACHECO 00021 000604/2005
00024 001331/2005
00033 000939/2007
VALDOMIRO ALBINI BURIGO 00123 050296/2011
VALERIA CARAMURU CICARELLI 00081 063512/2010
VANESSA CAPELI PEREIRA 00042 001038/2008
VANESSA QUEIROZ PONCIANO 00041 001024/2008
VANIA DE FATIMA CESAR LUIZ CARTA 00022 001051/2005
VANILDE DO ROCIO TREVISAN RODRIGUES 00021 000604/2005
00024 001331/2005
00033 000939/2007
VANISE MELGAR TALAVERA OAB.27.316 00008 001095/2000
VICTICIA KINASKI GONÇALVES 00086 070373/2010
VILMA DE ALMEIDA 00029 000287/2007
VILSON JOSE MALDANER 00060 002458/2009
VINICIUS MORO CONQUE 00042 001038/2008
WASHINGTON SCHWARTZ MACHADO DE OLIVEIRA 00060 002458/2009

1. INVENTARIO-140/1974-SILVINO PEDRO ADELIO x ADELAIDE MARCONDES ADELIO- Despacho de fls. 84: Inicialmente, esclareça a inventariante quem são os cedentes Francisca Bernardes Adélio, Rosemari Bernardes Adélio, Henrique Ricardo Adélio e Andrea Adélio de Souza, devendo, ao mesmo tempo, regularizar a representação processual dos mesmos. Int... Curitiba, 22 de setembro de 2011 -Advs. NELSON KUHN DENES e NELSON KUHN DENES FILHO-.

2. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-531/1995-EDSON MIKIO x ANGELO A.DA SILVA- Despacho de fls. 213: Expeça-se o competente mandado de penhora e avaliação de tantos bens quanto bastem para satisfazer a execução. Sendo o caso, utilize-se do Provimento 168 da Corregedoria Geral de Justiça. Diligências necessárias. Curitiba, 20 de setembro de 2011."Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. JORGE EVENCIO DE CARVALHO, LUCIO FLAVIO LUTTEMBARCK BATALHA e PATRICIA MORAIS SERRA-.

3. INVENTARIO-0000020-46.1995.8.16.0001-LEDA FLORA MYLLA DE CARLI x JOAO ANTONIO MYLLA (ESPOLIO)- Despacho de fls. 8376: I Levando em conta que o presente inventário já se encontra com 42 volumes, e, portanto, em tamanho e peso por evidente prejudicial à saúde de todas as pessoas que precisam manusear os autos, determino que seja dado regular seguimento ao feito a partir do volume 41. À escrivania para que promova o desmembramento e anotações necessárias. Os demais volumes deverão permanecer em cartório para eventual consulta deste Juízo e dos interessados. II No mais, comparece o inventariante judicial às fls. 8271 juntando termo de acordo celebrado extrajudicialmente com os atuais possuidores do imóvel situado na Rua Fagundes Varela, 2150, Bacacheri, quais sejam, Sra Elena Maria de Jesus dos Anjos e Sr Paulo Roberto dos Anjos, conforme se observa às fls. 8273/8278. Na reunião realizada no último dia 22 de agosto na sala de audiências deste Juízo (fls. 8269/8270), todos os herdeiros/interessados manifestaram concordância quanto a negociação para que os referidos possuidores desocupem os terrenos situados naquela rua. Para tanto, restou ajustado o valor total de R$120.000,00 (cento e vinte mil reais), a ser rateado em igual proporção (50%) pelo Espólio e pelo Sr Osmar Lucio Mylla, já que são proprietários dos imóveis na qualidade de condôminos. Assim, não havendo qualquer vício ou nulidade aparente na cópia do termo de acordo extrajudicial encartado às fls. 8273/8278, já que devidamente firmado por todos os interessados, homologo o respectivo acordo. Oportunamente, expeça-se alvará na forma ajustada. Prestação de contas pelo inventariante judicial. III Por fim, às fls. 8347/8349 o inventariante judicial requer autorização para que o Espólio, através de sua pessoa, possa propor perante a Secretaria de Finanças do Município de Piraquara/PR procedimento administrativo de dação em pagamento oferecendo parte de um imóvel pertencente ao Espólio, tudo com o objetivo de ver satisfeita e extintas todas as obrigações tributárias decorrentes de IPTU daquele município. Afirma que o Espólio de João Antonio Mylla e seu condômino Aty Mylla possuem um débito tributário total aproximado de R$1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais) junto àquela cidade, conforme documentação trazida às fls. 5869/6100. Para a quitação dessa dívida, tanto o Espólio quanto o condômino concordam em ofertar os lotes de terreno de matrículas 1043, 38047, 38048, 3845 e 3846, todos registrados no 9º Registro Imobiliário desta capital, para compensação das obrigações fiscais na forma de dação em apagamento, extinguindo, assim, a obrigação tributária. Na reunião realizada no último dia 22 de agosto na sala de audiências deste Juízo (fls. 8269/8270), todos os herdeiros/interessados manifestaram concordância quanto a dação em pagamento em relação aos tributos do município de Piraquara/PR. Portanto, levando em conta a possibilidade na dação em pagamento objetivando a extinção do débito tributário em nome do contribuinte, autorizo o Sr JOSÉ LUZO DE SOUZA FERNANDES, representando o Espólio de JOÃO ANTONIO MYLLA, a propor perante a Secretaria de Finanças do Município de Piraquara/PR procedimento administrativo de dação em pagamento oferecendo parte do terreno mencionado (fração de titularidade do Espólio), para que ao final sejam extintas todas as obrigações tributárias decorrentes de IPTU pendentes até a data da homologação da dação em pagamento pelo Município de Piraquara/PR.

Oportunamente, deverá ser realizada a prestação de contas. Diligências necessárias. Curitiba, 22 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. ADYR MASTEK, ROSANA CHRUSCINSKI POLLIS, LEONARDO COSTODIO, HELENICE RIBAS MEDEIROS, MARCOS AURELIO NEGRAO MACHADO, CARMEM LUCIA SILVEIRA RAMOS, LUCIANE MARIA JANTSCH, ROGERIA DOTTI DORIA, BENO FRAGA BRANDAO, ANDREA BAHR GOMES, JULIO CESAR BROTTO, FLAVIA REIS PAGNOZZI, JOSE ROBERTO DELLA TONIA TRAUTWEIN, DJANIR PEDRO PALMEIRA, CARLOS TERABE, CARLOS VITOR MARANHAO DE LOYOLA, RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA, CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA, KLEBER VELTRINI TOZZI, LUCIANO SOARES PEREIRA, DIOGO DE ARAUJO LIMA, SERGIO SAID STAUT JUNIOR e DUARTE ALMEIDA FONSECA-.

4. PRESTACAO DE CONTAS-0000119-45.1997.8.16.0001-SETCEPAR-SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPPORTES DE CARGAS NO ESTADO DO PARANÁ x GRUBER ASSESSORIA, CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA e outro- Despacho de fls. 265: I Para análise do pedido retro,

deverá o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos a planilha atualizada do débito. II Após, voltem os autos conclusos. III - Intime-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011 . -Advs. LUIS CESAR ESMANHOTTO, CRISTIANE BIENTINEZ SPRADA, CARLA CIENDRA COSTA ALBERTI, FABIO BERTOLI ESMANHOTTO, FRANCISMERY MOCCI, SIMONE FONSECA ESMANHOTTO, IVANA VIARO PADILHA, JULIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA e ANA PAULA ESMANHOTTO-.

5. COBRANÇA-1327/1998-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL UBERABA III x SEBASTIAO ALVES DE PAULA e outro- Despacho de fls. 455: Para a liberação do valor em favor do condomínio credor há a prévia necessidade de atualizar o valor da condenação havida, conforme há muito determinado. Para tanto, à escrivania para que providencie a juntada do saldo atualizado da conta vinculada a presente demanda. Após, remetam-se os autos a contadoria deste Juízo para atualização da conta geral. Com a resposta, intimem-se todos os interessados para manifestação, voltando, após, conclusos para determinação da liberação do respectivo valor para o exequente, sendo o caso. Diligências necessárias. Curitiba, 19 de setembro de 2011 -Advs. LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ, ANGELITA G.L.DE MEDINA SATRIANO, TONY AUGUSTO PARANA DA SILVA E SENE, FERNANDA PIRES ALVES, MOEMA REFFO SUCKOW MANZOCHI, JULIANA DA SILVA e JOSELIA APARECIDA KUCHLER-.

6. RESCISAO DE CONTRATO-182/2000-CARLOS MARIA SOZA e outro x ECORA S/A EMPRESA DE CONSTRUCAO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS- Despacho de fls. 525 Manifeste-se o exequente quanto ao petitório e documento de fls. 522/524. Int...Curitiba, 13 de setembro de 2011 -Advs. NEMO FRANCISCO SPANO VIDAL, EDNA MARIA STROKA PEREIRA DA SILVA, MARCIA VALENTE e LINCOLN TAYLOR FERREIRA-.

7. EMBARGOS A EXECUCAO-322/2000-POLIGLOTA CURSOS DE IDIOMA LTDA x EDUARDO YOSHIKI YOSHIDA e outros- Despacho de fls. 327: Melhor analisando os autos, observa-se que o cumprimento de sentença está prosseguimento nestes autos de embargos. Assim e a fim de aproveitar todos os atos já praticados nestes autos, procedam-se as anotações necessárias, inclusive junto ao Distribuidor, fazendo constar como credor, no polo ativo, EDUARDO YOSHIKI YOSHIDA, e como executados, no polo passivo, POLIGLOTA CURSOS DE IDIOMA LTDA, DIOGENES DE CASTRO, ANGELICA CRISATINA FERRO e RODRIGO DEMETERCO (conforme requerimento de fls. 306/307). No mais, cite-se/intime-se os sócios acima incluídos, nos termos do art. 475-J do CPC, conforme já determinado na decisão de fls. 303, último parágrafo. Diligências necessárias. Curitiba, 23 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. CARLYLE POPP, MAJEDA DENISE MOHD POPP, PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN, FLAVIO FAGUNDES FERREIRA e GERALDO DE OLIVEIRA-.

8. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0000243-23.2000.8.16.0001-SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO PARANA - SENAC-PR x TATIANA NOVAES BARBOSA - Despacho de fls. 381: I Diante do contido no petitório retro e, observando que a quantia bloqueada em conta de titularidade do executado junto a Caixa Econômica Federal (R$ 30,44) é insignificante frente ao valor do débito atualizado, foi procedido seu desbloqueio no sistema BacenJud, conforme documento em anexo. II Sem prejuízo, defiro o pedido de suspensão do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, como requerido às fls. 379/380. III Int.. Curitiba, 21 de setembro de 2011 . -Advs. VANISE MELGAR TALAVERA OAB.27.316 e PAULO SERGIO DE SOUZA-.

9. MONITORIA-0000235-46.2000.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x AGOSTINHO JOSE DE SOUZA- Despacho de fls. 171: Manifestem-se as partes, no prazo comum de cinco dias, acerca da efetiva possibilidade de transação. No mesmo prazo, especifiquem as provas que efetivamente desejam produzir, justificando a necessidade e utilidade das que forem requeridas. Se inviável a transação, nos termos do item "I" supra, venham conclusos os autos para saneamento ou julgamento conforme o estado do processo, sendo o caso. Int... Curitiba, 15 de setembro de 2011 -Advs. ALMIR AIRES TOVAR FILHO, MIEKO ITO e SIMONE MARQUES SZESZ-.

10. INDENIZACAO POR DANOS MORAIS-387/2001-ANTONIA D APARECIDA DA SILVA x TELEPAR TELECON S.A e outros- Despacho de fls. 1019: Primeiramente, diante da transferência do valor bloqueado (fls. 993), cumpra-se os itens III e IV da decisão de fls. 991, restando prejudicado o pedido retro formulado. No mais, observo que já restou suficientemente claro no item I da decisão de fls. 989 que a verba honorária fixada poderá ser revista por este Juízo, caso ocorra oferecimento de impugnação, pelo que reporto-me àquela decisão. Entretanto, recebo o petitório de fls. 995/996 como agravo retido, na forma solicitada. Anote-se. Intime-se a agravada para apresentar contrarrazões, no prazo de dez dias, na forma do disposto no art. 523, §2º do Código de Processo Civil. Oportunamente voltem conclusos para análise do Juízo de retratação e demais deliberações. Int.. Curitiba, 21 de setembro de 2011 . -Advs. ALCYONE CAMPOS FRANCA, ELISA C. MARCHIORATO FRANCA, RAFAEL MARCHIORATO FRANCA, SERGIO ROBERTO VOSGERAU e TELMA ELIZE MIOTO ANDRIOLI-.

11. PRESTACAO DE CONTAS-924/2001-RICARDO ANTONIO BORDIGNON x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A (M.DEODORO/CTBA)- Despacho de fls. 2059: I - Diante da notícia retro de que ainda existe débito exequendo, concedo o prazo razoável de 10 (dez) dias para que o executado promova o depósito da alegada diferença, sob pena de regular prosseguimento do feito. II - Int... . Curitiba, 21 de setembro de 2011 -Advs. JULIO CESAR DALMOLIN, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TEREZA C. ARRUDA ALVIM WAMBIER-.

12. CUMPRIMENTO DE CONTRATO-105/2003-RAMIREZ JANSEN DE CARVALHO ISSAKA e outro x MORO CONSTRUCOES CIVIS LTDA- Despacho de fls. 607: Observa-se que efetivamente os autos foram retirados em carga pelo advogado do credor quatro dias após o início do prazo da publicação da decisão de fls. 598, conforme se comprova através da certidão retro. Assim, a fim de evitar alegação de cerceamento de defesa, com fulcro no art. 183, §2º do CPC, restituo em favor do executado o prazo de 07 (sete) dias para eventual interposição de agravo de instrumento daquela decisão. Sem prejuízo, cumpra-se o item II de fls. 598 junto aos endereços indicados às fls. 600. Int... Curitiba, 21 de setembro de 201. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)."1 -Advs. ALBINO JOSE DE BONI, GUILHERME FERRAZ LEWIN, ALESSANDRO AGNOLIN e NEUDI FERNANDES-.

13. DECLARATORIA-315/2003-WILSON PEREIRA e outros x FUNBEP - FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO- Despacho de fls. 1873: Ciência quanto ao provimento do Agravo de Instrumento anteriormente interposto pelo executado, dando conta da possibilidade no desconto da taxa de risco dos valores relativos a reserva matemática. No mais, sem prejuízo, defiro o pedido (fls. 1861) de vista dos autos fora do cartório pelo prazo de apenas 05 (cinco) dias. Oportunamente, informe o interessado qual prosseguimento pretende dar ao feito. Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011 -Advs. DJONATHAN DEBUS, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, TEREZA C. ARRUDA ALVIM WAMBIER, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, IZABELA CRISTINA RUCKER CURI BERTONCELLO e PRISCILLA CRISTIANE BARBIERO-.

14. RESCISAO DE CONTRATO-ORD.-1403/2003-ROCILDA DOMINGOS KICHIL x ECORA S/A EMPRESA DE CONSTRUCAO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS- Despacho de fls. 344: Anote-se o requerimento de fls. 342, item 3. Expeça-se a certidão pretendida. No mais, informe o exequente qual prosseguimento pretende dar ao feito. Diligências necessárias. Curitiba, 21 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. CELIA INES DA SILVA, ALICE PRESA, KARINA MARIA MEHL, ESTEVAO RUCHINSKI, DEISI LACERDA, PRISCILA DO NASCIMENTO SEBASTIAO, ANA LUIZA DE P.XAVIER OAB 32.876 e LINCOLN TAYLOR FERREIRA-.

15. REV.CONTRATO C/CTUTELA ANTEC.-1105/2004-PAULO HENRIQUE MION GUARIZA e outro x BANCO ABN AMRO REAL S/A- Despacho de fls. 818: I Defiro o pedido de vista dos autos fora do cartório, pelo prazo de 05 (cinco) dias, na forma requerida às fls. 814. II Intime-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011 . -Advs. ALEXANDRE ARSENO, CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO, LEONTINA MION GUARIZA, ALEXANDRE NELSON FERRAZ e MARCIO RUBENS PASSOLD-.

16. BUSCA E AP.CONV.EM DEPOSITO-0000562-49.2004.8.16.0001-BANCO ITAU S/A - (SP/PÇA) x ODILON CLAUDIO BORGES- Despacho de fls. 236?: I - A fim de corrigir erro material, onde se lê no despacho de fls. 233 "I - ...defiro o pedido de vista dos autos fora do cartório, pelo prazo de 05 (cinco) dias, na forma requerida pelo autor às fls. 230. II Oportunamente será analisado o pedido formulado pelo réu às fls. 232.", leia-se "...I - ...defiro o pedido de vista dos autos fora do cartório, pelo prazo de 05 (cinco) dias, na forma requerida pelo réu às fls. 230. II Oportunamente será analisado o pedido formulado pelo autor às fls. 232." II Int... Curitiba, 19 de setembro de 2011. -Advs. DANIEL HACHEM e IVONE STRUCK-.

17. INDENIZACAO C/TUTELA ANTECIP.-53/2005-CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA x METROBENS AUTOMOVEIS LTDA- Despacho de fls. 436: Defiro o pedido de vista dos autos fora do cartório retro formulado pelo prazo de 5 (cinco) dias. Int... Curitiba, 26 de setembro de 2011 -Advs. CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA, JAIR RIBEIRO e EDIVALDO APARECIDO DE JESUS-.

18. COBRANÇA - ORDINÁRIA-0000526-70.2005.8.16.0001-BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S/A x ANTONIO ALBUQUERQUE IGLESIAS- Despacho de fls. 383: I - Defiro o pedido de dilação do prazo por 60 (sessenta) dias, como retro requer o autor. II - Transcorrido o prazo sem manifestação, intime-se o interessado para este fim, em 05 (cinco) dias. III Int... Curitiba, 23 de setembro de 2011.. -Advs. ELIANA AKEMI NAKAMURA, GISELI DE FÁTIMA DE SOUZA RAMOS DE LIMA, NATHALIA KOWALSKI FONTANA, RICHARDT ANDRE ALBRECHT, MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, ALINE URBAN, MARCO AURELIO EHMKE PIZZOLATTI, MARCOS VINICIUS BOAÇALHE, PRISCILA CARAMORI TOLEDO e RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES-.

19. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0001322-61.2005.8.16.0001-BANCO DO BRASIL S/A (CANDIDO DE LEAO/CTBA/PR) x EMPORIUM BEAUTY TRATAMENTO DE BELEZA LTDA e outros- Despacho de fls. 241: Em petição de fls. 229/233 comparece o devedor alegando que o bloqueio judicial realizado em sua conta corrente junto ao Banco do Brasil recaiu sobre valor decorrente de seus proventos de salário. Requer, pois, a imediata liberação do valor. Juntou documentos às fls. 234/236. Inicialmente, importante destacar que, a teor do que dispõe o artigo 649, inciso IV, do CPC, os créditos de natureza salarial são absolutamente impenhoráveis, ainda que a remuneração proveniente de trabalho se encontre depositada em conta corrente. Assim, a conta corrente comprovadamente destinada à movimentação para recebimento e saque de salário não pode ser bloqueada, tampouco é facultada a penhora de numerário nela existente. Tal providência legal é justificável, pois os vencimentos e salários dos funcionários e trabalhadores são destinados ao sustento do indivíduo e de sua família, tratando-se, portanto, de verba alimentar, daí a sua impenhorabilidade. No presente caso, entretanto, observa-se que na respectiva conta na qual ocorreu o bloqueio de fls. 223 existem outros créditos de valores consideráveis que não advém de salário (R$5.954,53 e 17.825,93), conforme extrato de fls. 235, conclui-se que o numerário bloqueado na respectiva conta corrente não possui natureza exclusivamente salarial, de modo que indefiro o pedido de desbloqueio almejado. Lavre-se o competente termo de penhora, intimando-se os executados, a seguir, tão somente para ciência da penhora havida, nos termos dos itens III e IV de fls. 223. Diligências necessárias.

Curitiba, 22 de setembro de 2011 . -Advs. ACACIO CORREA FILHO, MARCIO ANTONIO SASSO, CARLOS MURILO PAIVA, EDUARDO JOSE PEREIRA NEVES, JAIRO BASSO, MIGUEL FERNANDO RIGONI, RONEY OSVALDO GUERREIRO MAGALDI, CARLOS AFONSO RIBAS ROCHA, RODRIGO DA ROCHA ROSA, GEORGIA BORDIN JACOB GRACIANO, ANDREA MARI DOMINGUES e GIOVANA B. LOCATELLI PEREIRA-.

20. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-500/2005-JACINTA CRISTINA VIEIRA e outro x IMOVEIS BASSOLI LTDA- Despacho de fls. 169: Diante do pedido de fls. 167, recolha-se os originais dos alvarás expedidos às fls. 164/165. Somente após, expeçam-se novos alvarás na forma pretendida (fls. 167). Diligências necessárias. Curitiba, 21 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, ANDERSON KLEBER OKUMURA YUGE, LACIR GUARENGHI e ODACYR CARLOS PRIGOL-.

21. PERDAS E DANOS C/TUT.ANTECIP.-604/2005-GESSO ESTILO LTDA x CENILDE DE FATIMA LOPES- Despacho de fls. 221: O presente feito comporta julgamento antecipado, tendo em vista que a matéria em questão está suficientemente instruída, sendo desnecessária a produção de outras provas além daquelas constantes dos autos. 2.Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. -Advs. ALESSANDRO MESTRINER FELIPE, RAFAEL TADEU MACHADO, ANTONIO AUGUSTO CASTANHEIRA NEIA, CARLOS ALBERTO FRANK, CLAIRE LOTTICE, CLEUZA KEIKO HIGACHI REGINATO, DENISE DUARTE SILVA MOREIRA, DIANA SORAIA TABALIPA PIMENTEL, DULCINEA DE SOUZA SCHMIDLIN, ELENI MORAES BARROS, ELIANE TESSARI RIBAS, ELIZETE REGINA AUGUSTO, FRANCISCO CARLOS PINEDA LOPES, GUILHERME DI LUCA OAB/PR 36.140, JEANE BURDA NICOLA, JODETE DE SENA M SOBRINHO DE CAMPOS, JORAN PINTO RIBEIRO, JOSIANE FRUET BETTINI LUPION, MARISTELA RODRIGUES OAB.18501, NILCE NEIDE TEIXEIRA DE LIMA, REGINA YURICO TAKAHASHI, ROSE MARY BASTOS IACOMINI, SILVIA CRISTINA XAVIER, SONIA ITAJARA FERNANDES, SUZETE DE FATIMA BRANCO GUERRA, VALDEREZ DE MACEDO PACHECO e VANILDE DO ROCIO TREVISAN RODRIGUES-.

22. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0000546-61.2005.8.16.0001-EDSON ANTONIO DORNBUSCH x LEIZA SCHIRMER ORCELLI e outro- Despacho de fls. 727: I Defiro o pedido de vista dos autos fora do cartório, pelo prazo de 10 (dez) dias, na forma requerida às fls. 724. II Oportunamente voltem os autos conclusos para análise do pedido formulado pelo autor às fls. 726. III Int... Curitiba, 20 de setembro de 2011 -Advs. MARCELO MARQUARDT, PATRICK G. MERCER, JORGE R. RIBAS TIMI, VANIA DE FATIMA CESAR LUIZ CARTA, SILVANA APARECIDA CEZAR PONTE e ARLETE TEREZINHA DE ANDRADE KUMAKU-.

23. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-1165/2005-PREVICAR LTDA x GLOBAL TELECOM S/A - VIVO CELULARES- Despacho de fls. 130: O expediente retro juntado é estranho a presente demanda. Desentranhe-o e junte-se aos autos a que efetivamente se destinam. Diligências necessárias. Curitiba, 19 de setembro de 2011 -Advs. CLAUDENIR DE ALMEIDA TEIXEIRA, ARILO BARROSO ALCANTARA FILHO, CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI, NEY GUSTAVO PAES DE ANDRADE, PRISCILA CAMARGO PEREIRA DA CUNHA e JAQUELINE POLIZEL-.

24. INVENTARIO-0001292-26.2005.8.16.0001-CLEMENTINA DO ROCIO GOMES DE OLIVEIRA x JOAO MARIA DE OLIVEIRA (ESPOLIO)- Despacho de fls. 117: Resta esclarecido que os direitos do imóvel objeto do presente inventário se referem àquele situado no Lote nº 10, Quadra 26 das Moradias Sítio Cercado XIV. No mais, oficie-se a Sul América Capitalização solicitando informações acerca da existência de valores em nome do de cujus João Maria de Oliveira, mais notadamente em relação a apólice nº 02.145.935. Com a resposta, intimem-se os interessados para manifestação, devendo a inventariante, ainda, regularizar a representação processual das herdeiras Jocielli Aparecida Gomes de Olveira e Danielli Gomes de Oliveira, na medida em que já atingiram a maioridade. Ao mesmo tempo, deverá apresentar o plano de partilha. Com a regularização e apresentação da partilha, considerando que todos são maiores, capazes, não há discordância entre os mesmos e estão devidamente representados, o presente feito poderá ser convertido para ARROLAMENTO com a consequente homologação da partilha. Int... Curitiba, 21 de setembro de 2011 -Advs. DEFENSORIA PUBLICA DO PARANA, ANTONIO AUGUSTO CASTANHEIRA NEIA, CARLOS ALBERTO FRANK, CLAIRE LOTTICE, CLEUZA KEIKO HIGACHI REGINATO, DENISE DUARTE SILVA MOREIRA, DIANA SORAIA TABALIPA PIMENTEL, DULCINEA DE SOUZA SCHMIDLIN, ELENI MORAES BARROS, ELIANE TESSARI RIBAS, ELIZETE REGINA AUGUSTO, JEANE BURDA NICOLA, JODETE DE SENA M SOBRINHO DE CAMPOS, JORAN PINTO RIBEIRO, JOSIANE FRUET BETTINI LUPION, MARISTELA RODRIGUES OAB.18501, NILCE NEIDE TEIXEIRA DE LIMA, RAFAEL TADEU MACHADO, REGINA YURICO TAKAHASHI, ROSE MARY BASTOS IACOMINI, SILVIA CRISTINA XAVIER, SONIA ITAJARA FERNANDES, SUZETE DE FATIMA BRANCO GUERRA, VALDEREZ DE MACEDO PACHECO e VANILDE DO ROCIO TREVISAN RODRIGUES-.

25. DECL.RESC.CONT.C/PERDAS E DANOS-211/2006-PREVICAR LTDA x GLOBAL TELECOM S/A - VIVO CELULARES-Diante da não insurgência das partes quanto ao laudo pericial concluído, prossiga-se com a instrução processual. Para tanto e conforme já deliberado no saneador de fls. 204/207, designo o dia 10 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 14:30 HORAS, para realização de audiência de instrução e julgamento. Concedo o prazo de até 30 (trinta) dias antes da realização da audiência para que as partes, querendo, indiquem eventuais testemunhas bem como promovam todos os atos necessários à concretização do ato (CPC, art. 19). Diligências necessárias. -Advs. CLAUDENIR DE ALMEIDA TEIXEIRA, JEAN ANDERSON ALBUQUERQUE, SEBASTIAO FIDELIS, IVANA RIBEIRO DE SOUZA MARCON, PRISCILA CAMARGO P. DA CUNHA, LOUISE DA COSTA E S. GARNICA, CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI, NANCI TEREZINHA ZIMMER, GUSTAVO VIANA CAMATA, MARCEL BRUNO GASPARIN, DAYANNE KRAUSPENHAR, GIOVANI GIONEDIS FILHO, EMILIANA SILVA SPERANCETTA, ROBERTO CORDEIRO JUSTUS, SANDRO RAFAEL BONATTO, MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA e FERNANDO OREILLY C BARRIONUEVO-.

26. REV.CONTRATO C/CTUTELA ANTEC.-1117/2006-CLAUDILENE DO SOCORRO VALENTE DIAS x BANCO UNIBANCO S/A ( EUSEBIO MATOSO/SP)- Despacho de fls. 417: Diante da dificuldade técnica retro informada pela contadoria deste Juízo para elaboração dos cálculos da condenação havida, nomeio como perita judicial a Dra. Licínia Gonçalves Scheneider. Intime-a para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, formular proposta de honorários. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que as partes, querendo, formulem quesitos e indiquem assistente técnico. Com a resposta da expert, intimem-se as partes para manifestação, cabendo ao interessado efetuar o pagamento da verba honorária. Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011 -Advs. MARIANO ANTONIO CABELLO CIPOLLA, ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO, LUIS OSCAR SIX BOTTON e ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO-.

27. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-10/2007-WALMIR DE OLIVEIRA LIMA TEIXEIRA e outro x SINDICATO DOS TRAB. IND. DE INSTALAÃ ES TELEFONICA e outros- Despacho de fls. 240: Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que o executado Aparecido Modesto comprove que o benefício que recebe na respectiva conta bloqueada junto ao Banco do Brasil provém do alegado recebimento de auxílio previdenciário. Transcorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se, sendo o caso, e voltem conclusos para análise e demais deliberações. Int... Curitiba, 22 de setembro de 2011 -Advs. CARLOS ROBERTO STEUCK, JOSE FRANCISCO FUMAGALLI MARTINS, DANIELE PIMENTEL DOS SANTOS, PRISCILA PACHER, JOELCIO FLAVIANO NIELS e DOUGLAS AUGUSTO RODERJAN FILHO-.

28. EXECUCAO DE SENTENCA-13/2007-MARY ANDERSEN BALAO (ESPOLIO) x DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL- Despacho de fls. 286: Para análise do pedido de fls. 284 deverá ser recolhido o original do alvará anteriormente expedido. Providencie a escrivania. Após, voltem conclusos. Diligências necessárias. Curitiba, 15 de setembro de 2011 -Advs. JULIO CESAR DALMOLIN e MARIANE CARDOSO MACAREVICH-.

29. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-287/2007-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO S/A (TRAV.OL x NORTON OTILIO MELLO PENKAL- Despacho de fls. 79: Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial, devendo ser observada a Lei 11.382/06, não havendo que se falar, portanto, em fase de cumprimento de sentença na forma pretendida pelo exequente. Sem prejuízo, intime-se o executado para que se manifeste, em 05 (cinco) dias, acerca dos cálculos apresentados pelo credor já observado a sentença e acórdão proferidos nos embargos a execução em apenso. Transcorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se, sendo o caso, e voltem conclusos para análise e demais deliberações. Int... Curitiba, 21 de setembro de 2011 -Advs. ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA, LUIZ ALBERTO FONTANA FRANÇA, AQUILES FELDMAN, DANIEL FAZZOLARI, EDSON FERNANDES JUNIOR, MIDSAN MENA SANTOS, JORGE JOSE JUSTI WASZAK, JONAS ROBERTO JUSTI WASZAK, FERNANDO JOSE GONCALVES, SERGIO ALVES RAYZEL, MIRIAM COSTA ARRUDA, LAURA MARGHERITA FARINA, ALEXANDRE GAVA DE OLIVEIRA, JORGE RAFAEL SANTAR, JOAO GRACIANO CAMPOS LUSTOSA, VILMA DE ALMEIDA, ANDERSON MARCIO DE BARROS, MILTON PINHEIRO JUNIOR, PEDRO JOSE ALMEIDA SANTOS, ELAINE DE FATIMA PINTO MARCONCIN, LESLIE MERCEDES FRANCISCO DA COSTA, CLARICE DRONK NACHORNIK, THALITA CAROLINA FIG.DE SOUZA e TATIANE BERGER-.

30. REGRESSIVA DE RESSARC.-SUM.-375/2007-HDI SEGUROS S/A x VALDIR GUIRARDELLI- Despacho de fls. 179: Em petição de fls. 161 comparece o devedor VALDIR GUIRARDELLI alegando que o bloqueio judicial realizado em sua conta corrente nº 0098609-7 junto à agência 0560 do Banco Bradesco, recaiu sobre valor decorrente de seus proventos de salário. Requer, pois, a imediata liberação de tal valor. Juntou documentos às fls. 162/163 e 176/178. Inicialmente, importante destacar que, a teor do que dispõe o artigo 649, inciso IV, do CPC, os créditos de natureza salarial são absolutamente impenhoráveis, ainda que a remuneração proveniente de trabalho se encontre depositada em conta corrente. Assim, a conta corrente comprovadamente destinada à movimentação para recebimento e saque de salário não pode ser bloqueada, tampouco é facultada a penhora de numerário nela existente. Tal providência legal é justificável, pois os vencimentos e salários dos funcionários e trabalhadores são destinados ao sustento do indivíduo e de sua família, tratando-se, portanto, de verba alimentar, daí a sua impenhorabilidade. Entretanto, observa-se que na respectiva conta na qual ocorreu o bloqueio de fls. 160 existem outros créditos de valores que não advém de salário (R$700,00 e R $491,70), conforme extrato retro. Conclui-se, assim, que o numerário bloqueado na respectiva conta corrente não possui natureza exclusivamente salarial, de modo que indefiro o pedido de desbloqueio da integralidade do valor. Merece ao presente caso o entendimento que vem sendo aplicado nos Tribunais Superiores, qual seja, levando em conta que o valor bloqueado não é exclusivamente decorrente de salário, há de ser mantido o bloqueio de 30% de dada verba. Veja-se: AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA ORDEM JUDICIAL DE CONSTRIÇÃO DE VALORES PENHORA JUDICIAL ON-LINE, BACENJUD LEGALIDADE - BLOQUEIO DE DEPÓSITOS EM CONTA CORRENTE POSSIBILIDADE ORIGEM DE VERBA SALARIAL CONSTRIÇÃO RESTRITA A 30% DOS VALORES DEPOSITADOS PERCENTUAL ADMITIDO NA JURISPRUDÊNCIA E PREVISTO EM LEI APLICAÇÃO ANALÓGICA RECURSO DESPROVIDO (TJPR - 12ª C.Cível - AI 0697567-7 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Clayton Camargo - Unânime - J. 20.10.2010) PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO DENEGATÓRIA DE PENHORA SOBRE

SALÁRIO DA EXECUTADA - PROVIMENTO DO RECURSO. 1. COM O OBJETIVO DE TORNAR EFETIVA A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E ASSEGURAR A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E OS MEIOS QUE GARANTAM A CELERIDADE DE SUA TRAMITAÇÃO, A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE, RELATIVANDO A NORMA INSCRITA NO ART. 649, INC. IV, DO CPC, ADMITE A PENHORA DE 30% DO SALÁRIO LÍQUIDO DO EXECUTADO. 2. RECURSO PROVIDO. MAIORIA (TJDF - AGRAVO INOMINADO: AGI 20080020106213 DF Rel. Stevam Maia, 15/10/2008) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ORDEM JUDICIAL DE CONSTRIÇÃO. PENHORA JUDICIAL ON-LINE - BACENJUD. BLOQUEIO DE DEPÓSITOS EM CONTA CORRENTE. POSSIBILIDADE. AGRICULTOR. SUBSISTÊNCIA QUE DERIVA EXCLUSIVAMENTE DA PROPRIEDADE RURAL. VALORES DEPOSITADOS QUE SE EQUIPARAM AOS GANHOS DE TRABALHADOR AUTÔNOMO. VERBA ALIMENTÍCIA. CONSTRIÇÃO RESTRITA A 30% DOS VALORES DEPOSITADOS. PERCENTUAL ADMITIDO NA JURISPRUDÊNCIA E PREVISTO EM LEI. APLICAÇÃO ANALÓGICA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO." (TJPR - 14ª C.Cível - AI 0472190-6 - Santo Antônio da Platina - Rel.: Des. LAERTES FERREIRA GOMES - Unânime - J. 10.9.2008) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. VERBA SALARIAL. PENHORA JUDICIAL.
POSSIBILIDADE. LIMITE DA PENHORA AO PERCENTUAL DE 30%. RECURSO DESPROVIDO." (TJPR - 16ª C. Cível - AI 0467754-7 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. JOATAN MARCOS DE CARVALHO - Unânime - J. 6.8.2008) Com efeito, levando em conta que restou demonstrado através do extrato bancário retro juntado que o valor anteriormente bloqueado não advém exclusivamente de salário e diante do entendimento acima invocado, mantenho o bloqueio de 30% do total bloqueado. Expeça-se alvará autorizando o executado a proceder o levantamento de 70% da integralidade do saldo disponível em Juízo (fls. 165/167). Sobre a diferença lavre-se termo de penhora, intimando-se o executado, a seguir, nos termos do §1º do art. 475-J do CPC. Curitiba, 23 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. FABRICIO VERDOLIN DE CARVALHO, ANDERSON HATAQUEIAMA, DANIEL SOTTILI MENDES JORDAO, CRISTIANE MARIA AGNOLETTO e DELY DIAS DAS NEVES OAB 14.778-.

31. RESCISÃO DE CONTRATO C/C REINTEGRAÇÃO POSSE-0001448-43.2007.8.16.0001-LEITNER-ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTD x JOSE LUIS BUENO BARBOSA-Diante do interesse das partes em transigir, nos termos do art. 125 c/c 331 do CPC, designo o dia 09 de novembro de 2011, às 14:00 horas, para a realização de audiência de conciliação. Atento às partes para que, quando da realização do ato, deverão estar representadas por procurador com poderes especiais para transigir, bem como para que tragam consigo planilha atualizada do débito com proposta concreta de acordo. Int... -Advs. RENATO RIBEIRO SCHMIDT e ELAINE DE FATIMA COSTA GUERIOS-.

32. REINTEGRACAO DE POSSE-663/2007-FABIO AUGUSTO DE AMORIM x ROCHA & GOUVEIA AUTOMOVEIS LTDA- Despacho de fls. 368: 1. Às fls. 359/360, comparece a seguradora Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A, informando que em que pese a ação de cobrança movida pelo autor em face de si, tenha sido julgada procedente para lhe condenar a pagar indenização ao autor no valor do casco do veículo, além das custas e honorários advocatícios, a responsabilidade em entregar o veículo salvado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, é do autor, vez que continua sendo o proprietário do veículo. Requer ainda, seja informado tal fato ao Tribunal de Justiça nos autos da ação de cobrança sob o n° 1243/2009, vez que se encontra em fase de recurso. 2. Por sua vez, às fls. 363/366, comparece o autor informando seu desinteresse pelo veículo, na medida em que entende que a responsabilidade pela retirada deste do pátio do DER/PR, bem como a sua regularização, incumbe à seguradora, devendo esta, em sendo de seu interesse, providenciar todas as medidas necessárias para retirada do veículo. 3. É o breve relatório. Decido. No presente caso, assiste razão ao autor, vez que na ação de cobrança em trâmite neste Juízo sob o n° 1243/2009, a qual está em sede recursal, foi reconhecido ao autor o direito à indenização pela perda do veículo, conforme cópia da sentença encartada às fls. 349/357. Assim, compete a seguradora, em sendo de seu interesse, promover todos os atos necessários para a retirada do veículo do pátio da DER/PR, já que nos casos de sinistro, o veículo passa a pertencer à seguradora, passando esta a ser responsável pelo veículo sinistrado. No mais, com relação ao pedido da seguradora para que este Juízo informe ao Tribunal de Justiça acerca da localização do veículo, incumbe a esta, se assim pretender, solicitar o pedido de informação diretamente nos autos da ação de cobrança. 4. Intime-se a seguradora que, no prazo de cinco dias, informe se efetivamente possui interesse na retirada do veículo sinistrado do pátio do DER/PR. 5. Após voltem conclusos para análise e demais deliberações. Curitiba, 26 de setembro de 2011 -Adv. -.

33. INTERDICAO-939/2007-MARTA ROZARIA DA SILVA x NATHALIA PRISCILLA NOBRE DA SILVA- Despacho de fls. 87: I Intime-se pessoalmente a curadora nomeada, a fim de prestar o compromisso legal, no prazo de 05 (cinco) dias, na forma já determinada no despacho de fls. 81. II Int.. Curitiba, 20 de setembro de 2011 . -Advs. DEFENSORIA PUBLICA DO PARANA, RAFAEL TADEU MACHADO, CLEUZA KEIKO HIGACHI REGINATO, ANA LUCIA DE FIGUEIREDO DEMETERCO A, ROSE MARY BASTOS IACOMINI, VALDEREZ DE MACEDO PACHECO, VANILDE DO ROCIO TREVISAN RODRIGUES, CLAIRE LOTTICE e JEANE BURDA NICOLA-.

34. REV.CONTRATO C/CTUTELA ANTEC.-1194/2007-MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA e outro x IMOBILIARIA S O PAULO S/C LTDA- Despacho de fls. 429: I Defiro o pedido de vista dos autos fora do cartório, pelo prazo de 05 (cinco) dias, na forma requerida às fls. 428. II Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011 . -Advs. MAURO CURY FILHO, MAURO SERGIO GUEDES NASTARI e ANDERSON KLEBER OKUMURA YUGE-.

35. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-1588/2007-CLODOALDO JACOB RODRIGUES e outros x LACA IMOVEIS LTDA e outros- Despacho de fls. 266: Diante da concordância retro expressa do credor quanto ao valor depositado às fls. 262, declaro cumprida a obrigação. Expeça-se alvará autorizando o levantamento. Oportunamente, em nada mais sendo requerido, arquive-se, observadas as baixas e anotações de praxe. Diligências necessárias. Curitiba, 13 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Adv. JULIO CESAR SPRENGER RIBAS-.

36. OBRIGACAO DE FAZER C/TUTELA ANTECIPADA-1837/2007-TEOTINO ARAUJO x ABN AMRO BANK (RUA PASTEUR/AGUA VERDE / CTBA)- Despacho de fls. 204: Recebo o recurso de apelação de fls. 197/203, em seu duplo efeito. Intime-se o apelado, para, querendo, apresentar as contrarrazões, no prazo de quinze dias. Lance-se a certidão a que se refere o CN 5.12.5. Após subam os presentes ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as cautelas de estilo e nossas homenagens. Int... Curitiba, 15 de setembro de 2011 . -Advs. MARCUS ELY SOARES DOS REIS, ROSANE PABST CALDEIRA e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.

37. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0001886-35.2008.8.16.0001-BANCO SANTANDER - BANESPA S/A x LUIS CESAR DE MATTOS- Despacho de fls. 94: Acolho a emenda retro apresentada, vez que o réu não foi citado e recebo a presente demanda como Execução de Titulo Extrajudicial. Procedam as anotações necessárias, inclusive junto ao distribuidor. Revogo a liminar anteriormente concedida (fl. 27). Cite-se o executado para que, no prazo de TRÊS DIAS, promova o pagamento da dívida, além dos acréscimos legais, consoante indicado na petição inicial, acrescidas das custas processuais, ciente ainda de que poderá, no prazo de QUINZE DIAS, a contar da data da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente de penhora, depósito ou caução, oferecer embargos à execução (CPC, art. 736). Decorrido o prazo legal sem o pagamento, o oficial de justiça, munido da segunda via do mandado, procederá à penhora ou arresto de bens, observada a ordem legal (CPC, art. 655), depositando-os em mãos do exequente, ou do executado, caso haja expressa anuência do credor ou seja de difícil remoção (CPC, art. 666, § 1º), e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e demais atos. Fixo preliminarmente a verba honorária em 10% (dez por cento), que será reduzida pela metade em caso de pagamento da dívida no prazo de três dias (CPC, p. único do art. 652-A). Int... Curitiba, 20 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Adv. GUSTAVO SALDANHA SUCHY-.

38. COBRANÇA - ORDINÁRIA-303/2008-IZAIR ZANOTTI x BANCO ITAU S/A (AV.MANOEL RIBAS N. 1449/MERCES/E- Despacho de fls. 264: Primeiramente lavre-se termo de penhora sobre o valor depositado às fls. 234, bem como, procedam-se as anotações necessárias no tocante a impugnação oferecida, conforme já determinado às fls. 256. Após, tendo em vista a divergência das partes quanto ao valor da condenação, remetam-se os autos à contadoria judicial para elaboração da conta geral nos exatos termos da sentença/acórdão. Com a resposta manifestem-se as partes no prazo de 10 dias. Oportunamente retornem para decisão. Curitiba, 15 de setembro de 2011 -Advs. EDINEI CESAR SCREMIN, EDEMILTON SCHARNOVEBER e LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.

39. ORDINARIA-0004912-41.2008.8.16.0001-ELZA GUERREIRO LIMA (ESPOLIO) e outro x BANCO ITAU S/A ( CTBA/MARECHAL DEODORO N. 299. Despacho de fls. 53: -Concedo o prazo derradeiro de 10 dias, a fim de os autores darem integral cumprimento ao despacho de fls. 46, no sentido de apresentarem os documentos pessoais dos autores Alexandre e Daniela, devendo esclarecer e comprovar os motivos pelos quais o herdeiro Júlio não tem interesse no feito. Devem ainda, conforme já determinado, comprovar documentalmente, através de comprovantes de pagamento, a insuficiência de recursos para o custeio da demanda, a fim de ser analisado o pedido de justiça gratuita. Int... Curitiba, 19 de setembro de 2011 . -Adv. JONAS BORGES-.

40. EXECUCAO DE SENTENCA-0003859-25.2008.8.16.0001-AGISA AGRICOLA MERCANTIL LTDA x ANTONIO JORGE DEL GROSSO e outro- Despacho de fls. 400: Desentranhe-se a respectiva carta precatória e adite-se seu cumprimento objetivando a realização de todos os atos necessários a expropriação do imóvel anteriormente penhorado. Diligências necessárias. Curitiba, 15 de setembro de 2011 -Advs. MARCIO ISFER MARCONDES DE ALBUQUERQ e LUIZ ANTONIO ORMIANIN-.

41. COBRANÇA - SUMÁRIA-1024/2008-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS VILA NOVA x ANITA DEPKA-I Para audiência de conciliação e apresentação de defesa, designo o dia 04 de novembro de 2011, às 15:15 horas. II Cite-se a ré, com as advertências constantes do despacho inicial, no endereço retro indicado. III Int... "Fica a parte autora intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)."-Advs. LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ, VANESSA QUEIROZ PONCIANO, MIGUEL CESAR SETIM e HELIO KENEDY GONCALVES VARGAS-.

42. EMBARGOS A EXECUCAO-1038/2008-MARISLE REGINA ALLES x CITYSHOP ADMINISTRADORA DE BENS SOCIEDADE LTDA e outro- Despacho de fls. 78: I Da análise dos autos, verifica-se que até a presente data apenas foram realizadas tentativas de bloqueio de valores, via sistema BacenJud, bem como tentativa de localização de veículos, junto ao RenaJud, não tendo a parte exeqüente comprovado a realização de atos que pudessem demonstrar a busca por patrimônio da executada por outro meio que não a quebra do sigilo fiscal. II - Diante disso, intime-se a exeqüente, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, traga aos autos elementos que apontem que realmente diligenciou na tentativa de localização de bens do

executado. III Após, voltem conclusos para deliberação quanto à possibilidade de expedição de ofício à Delegacia da Receita Federal, conforme se requer às fls. 77. IV - Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011 -Advs. KATIE F.CARLESSE DAVET, VANESSA CAPELI PEREIRA, CESAR AUGUSTO BROTTO, VINICIUS MORO CONQUE, ADRIANA MORO CONQUE, PATRICIA VAILATI e DANIELLE BROTTO-.

43. MONITORIA-1189/2008-FESP - FUNDACAO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANA x RAFAEL RIBEIRO ELIAS- Despacho de fls. 106: I Sobre a proposta de acordo formulada pela exequente às fls. 104, manifeste-se o executado, no prazo de 05 (cinco) dias, oferecendo contra proposta se for o caso. II Intime-se. Curitiba, 23 de setembro de 2011 . -Advs. RODRIGO VISSOTTO JUNKES, CLEUZA VISSOTTO JUNKES e ANTONIO VALMOR JUNKES-.

44. PRESTACAO DE CONTAS-1213/2008-CLAUDEMIR ALVES DE FRANCA x UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A (AV.EU- Despacho de fls. 334: Intime-se o autor para que se manifeste a respeito do petitório e documentos de fls. 308/320 e sobre o depósito noticiado às fls. 333, no prazo de 10 (dez) dias. Int... Curitiba, 15 de setembro de 2011 -Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, ANDERSON CLEBER OKUMURA YUGE e ALEXANDRE DE ALMEIDA-.

45. INDENIZACAO - ORDINARIO-1469/2008-NILSON DE SOUZA LIMA x BANCO HSBC S/A (R.XV DE NOVEMBRO/CTBA-PR)- Despacho de fls. 165 Diante da concordância do exequente, expeça-se alvará na forma requerida às fls. 167, no que se refere ao importe a ser levantado pelo procurador do executado (R$ 500,00), e fls. 164, referente ao importe a ser levantado pelo procurador do exequente (R$ 600,00). Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011 -Advs. MARCELO NASSIF MALUF, GUSTAVO DARIF BORTOLINI e KELLY CRISTINA WORM COTLINSK CANZAN-.

46. COBRANÇA-1789/2008-IVAIR JOSE DALMAS e outros x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO (R.T.F.F.S.N- Despacho de fls. 304: Diante da concordância retro expressa dos exequentes quanto ao valor depositado às fls. 300 referente a condenação havida, declaro cumprida a obrigação. Expeça-se alvará na forma pretendida. Oportunamente, em nada mais sendo requerido, arquive-se, observadas as baixas e anotações de praxe. Diligências necessárias. Curitiba, 22 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. MAX HERCILIO GONCALVES, CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET, ADAM MIRANDA SÁ STHELING e JOAO LUIZ CUNHA DOS SANTOS-.

47. MONITORIA-0001667-22.2008.8.16.0001-WANI MARIA KOCHHANN x ALESSIO JOSE KOCHHANN- Despacho de fls. 220I Ciência da interposição de recurso. II Deve a agravante informar quanto a decisão que recebeu o recurso. III Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011 -Advs. JULIO GOES MILITAO DA SILVA, JULIANA MILITAO e SERGIO CANAN-.

48. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0005265-81.2008.8.16.0001-A IPOLITA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME x SADI RUDI RIBAS- Despacho de fls. 234: Diante da certidão de trânsito em julgado às fls. 201, expeça-se o competente alvará autorizando o réu a promover o levantamento dos valores consignados em Juízo, conforme sentença de fls. 175/176. Oportunamente, em nada mais sendo requerido, arquive-se, observadas as cautelas e baixas de praxe. Diligências necessárias. Curitiba, 26 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)."1 -Advs. RENATO JOSE BORGERT e ROBERTA B.BITTENCOURT T. RIBAS-.

49. REINTEGRACAO DE POSSE-1876/2008-BANCO ITAUCARD S/A (POA/SP) x ROSANGELA ANA MARIA MARCIANO- Despacho de fls. 50: Face o lapso temporal transcorrido, informe o interessado se o acordo retro celebrado fora integralmente cumprido, devendo, ao mesmo tempo, esclarecer quem promoverá o levantamento de todos os valores depositados em conta vinculada a ação de consignação em pagamento em apenso. Oportunamente, voltem conclusos para homologação. Int... Curitiba, 21 de setembro de 2011 -Advs. GUSTAVO SALDANHA SUCHY, JANAINA GIOZZA AVILA e CLAUDIA BUENO GOMES-.

50. REV.CONTRATO C/CTUTELA ANTEC.-135/2009-LAURA SARTORI LAZZAROTTO x BANCO ITAUCARD S/A (POA/SP)- Despacho de fls. 171: Recebo o recurso de apelação de fls. 160/170, em seu duplo efeito. Intime-se o apelado, para, querendo, apresentar as contrarrazões, no prazo de quinze dias. Lance-se a certidão a que se refere o CN 5.12.5. Após subam os presentes ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as cautelas de estilo e nossas homenagens. Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011. -Advs. ALCEU BODOT, EDUARDO JOSE FUMIS FARIA e MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

51. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0001689-46.2009.8.16.0001-CBB IND. E COM. DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA x CONSTRUTORA PUSSOLI LTDA (AV.FRANCISCO GULIN/CTBA)- Despacho de fls. 109: Lavre-se o competente termo de penhora em face do imóvel retro indicado. Após, expeça-se a respectiva certidão (CPC, art. 659, §4º), cabendo ao interessado diligenciar quanto a averbação junto ao registro imobiliário. Em seguida, expeça-se mandado de avaliação e intime-se o executado tão somente para ciência da penhora havida, na forma do §5º do art. 659, ou seja, para ser constituído como depositário do bem. Int... Curitiba, 15 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. EROS GRADOWSKI JUNIOR e DENIS GRADOWSKI RODRIGUES-.

52. COBRANÇA - SUMÁRIA-416/2009-CONDOMINIO RESIDENCIAL CAPOS ELISEOS x SANDRA CRISTINA DE PAULA-Anote-se a substituição do pólo passivo como requerido às fls. 134. Após, cite-se o réu LAERTE LUIZ LEDUR para comparecer à audiência conciliatória designada para o data de 18 de novembro de 2011, às 14:45 horas., oportunidade na qual deverá apresentar defesa, cientificando-o de que não comparecendo, ou não apresentando defesa, inclusive por estar desacompanhados de advogado, incidirá nos efeitos da revelia, presumindo-se como verdadeiros os fatos alegados na petição inicial. Int... "Fica a parte autora intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. LEANDRO LUIZ KALINOWSKI e ANTONIO EMERSON MARTINS-.

53. COBRANÇA-633/2009-FLORIANO GANZARINI e outros x BANCO BRADESCO S/A- Despacho de fls. 163: I Sobre os documentos juntados às fls. 160/162, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, voltando em seguida conclusos para decisão. II Int.. Curitiba, 15 de setembro de 2011 . -Advs. PAULO ROBERTO GOMES e NEWTON DORNELES SARATT-.

54. ARROLAMENTO-1067/2009-MATHEUS CONSTANTINO DE OLIVEIRA x THEREZINHA FERNANDINA DE OLIVEIRA BORGES (ESPOLIO)- Despacho de fls. 200: Abra-se vista a Fazenda Pública. Uma vez constatada a regularidade e suficiência do recolhimento do imposto devido, expeça-se, desde logo, a competente carta de adjudicação nos termos da sentença de fls. 180. Oportunamente, em nada mais sendo requerido, arquive-se, observadas as baixas e anotações de praxe. Diligências necessárias. Curitiba, 21 de setembro de 2011. -Adv. MARLON CORDEIRO-.

55. PRESTACAO DE CONTAS-1341/2009-GILMAR DAWIDZIAK x JOSEF DAWIDZIAK (ESPOLIO) e outro- Despacho de fls. 576: Diante da informação de fls. 569 e 572, esclareça a contadoria deste Juízo se confere as contas prestadas, devendo, ao mesmo tempo, firmar aquela informação, vez que apócrifa. Sem prejuízo, manifestem-se os herdeiros menores quanto ao petitório trazido pelo inventariante às fls. 570. Por último, ao Ministério Público. Int... Curitiba, 20 de setembro de 2011 -Adv. JORGE LUIZ IESKI CALMON DE PASSOS-.

56. COBRANCA C/C TUTELA ANTECIP.-0006466-74.2009.8.16.0001-ANTONIO CLARET GOMES x HSBC SEGUROS BRASIL S/A- Despacho de fls. 118: .Embora o feito esteja concluso para sentença, verifica-se que não houve a comprovação da união estável do requerente com a vítima do acidente ocorrido em 30/03/1990, o que é imprescindível para a análise dos pedidos iniciais. 2. Assim, oficie-se novamente à Seguradora Líder S.A. para dar integral cumprimento ao despacho de fls. 99. 3. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. -Advs. JOSE ANTONIO DE ANDRADE ALCANTARA, JOSE DOLMIRO DE ANDRADE ALCANTARA e FABIANO NEVES MACIEYWSKI-.

57. REV.CONTRATO C/REPETICAO IND.-0006355-90.2009.8.16.0001-ANTONIO GARCIA x BANCO OMNI S/A ( AV.S O GABRIEL/SP)- Despacho de fls. 198: Recebo o recurso adesivo de fls. 190/197, em seu duplo efeito. Intime-se o apelado, para, querendo, apresentar as contrarrazões, no prazo de quinze dias. Após, cumpra-se os itens III e IV do despacho de fls. 178. Int... Curitiba, 23 de setembro de 2011 . -Advs. MAYLIN MAFFINI, CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO, LEANDRO NEGRELLI e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

58. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0002268-91.2009.8.16.0001-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x HAROLDO CAVALCANTE FERREIRA- Despacho de fls. 84: Diante do documento trazido pela autora às fls. 82, comprovando a cessão de crédito ocorrida, defiro o pedido de substituição processual, a fim de que passe a constar no pólo ativo da presente FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO - PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA. II - Procedam-se as anotações necessárias junto aos registros, autuação e distribuidor. III No mais, manifeste-se o autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre qual andamento pretende dar ao feito. IV Int... Curitiba, 23 de setembro de 2011 -Advs. CÉSAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

59. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0004249-58.2009.8.16.0001-BANCO HONDA S/A (AV.DO CAFE /JABAQUARA/SP) x PAMELA PERRULAS MARQUES- Despacho de fls. 101: I Diante da regularização do instrumento de procuração, face o contido na certidão de fls. 87, expeça-se o competente alvará judicial em favor do requerente, na forma já determinada na sentença de fls. 80. II Int.. Curitiba, 22 de setembro de 2011 . -Advs. MARIA LUCILIA GOMES, AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR, LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO, ROMARA COSTA BORGES DA SILVA e MARCELO HENRIQUE FERREIRA S. DE MATOS-.

60. COBRANÇA - ORDINÁRIA-0001695-53.2009.8.16.0001-SILVIA MARIANNE MULLER x BANCO DO BRASIL S/A- Despacho de fls. 100- Deve o banco requerido, no prazo de 10 (dez) dias, juntar os extratos da conta poupança de titularidade da requerente em relação aos períodos de abril e maio de 1990, a fim de comprovar a informação de fls. 94 de que inexistia saldo na conta referida. Intimem-se Curitiba, 19 de setembro de 2011 -Advs. OSMAR NODARI, LUIZ FELIPE JANSEN DE M. NODARI, VILSON JOSE MALDANER, CHARLES PARCHEN, GIORGIA PAULA MESQUITA, LUIZ ASSI, PAULO ROBERTO FADEL, REINALDO MIRICO ARONIS e WASHINGTON SCHWARTZ MACHADO DE OLIVEIRA-.

61. INDENIZACAO C/TUTELA ANTECIP.-0003153-71.2010.8.16.0001-MARIA DORALICE FERREIRA x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A- Despacho de fls. 164- Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. No mais, tendo em vista que é dever do Juízo, sempre que possível, tentar a conciliação entre as partes, a teor do que dispõe o inciso IV do art. 125 do CPC, observa-se que a autora está disposto a tanto (fls. 149/150). Assim, concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que ambos os litigantes demonstrem a efetiva possibilidade de composição, formulando proposta concreta nos autos ou ainda termo de acordo formulado extra-autos, para análise de possível homologação. Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011 -Advs. REINALDO MIRICO ARONIS, CHARLES PARCHEN, LUIZ ASSI e GIORGIA PAULA MESQUITA-.

62. NULIDADE DE ESCRITURA PÚBLICA-0003792-89.2010.8.16.0001-ELIANE HOFF (MADEIREIRA FAZENDONA) x MARTA PITZ e outro- Despacho de fls. 104: I Defiro o pedido de suspensão do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, como requerido às fls. 103. II Transcorrido o prazo sem manifestação da parte requerente,

intime-se-á para este fim, em 05 (cinco) dias. III Int... Curitiba, 20 de setembro de 2011 . -Advs. ROBERTO ROCHA GOMES e ROBERTO ROCHA GOMES FILHO-.

63. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0004837-31.2010.8.16.0001-MARCOS PAULO PRADO x BANCO ITAU S/A- Despacho de fls. 98: Diante da concordância retro esboçada pelo credor acerca do valor depositado às fls. 94, a título de pagamento dos honorários advocatícios e, bem assim, quanto a exibição dos documentos solicitados na inicial, dando-se por satisfeito, declaro cumprida a obrigação. Expeça-se o competente alvará, em favor da procuradora do autor, para levantamento da aludida quantia, como retro requer, cabendo ao Sr. Escrivão certificar no respectivo alvará que conferiu integralmente os dados ali constantes, bem como a autenticidade da assinatura do Juiz. Após e, em mais nada sendo requerido, arquivem-se com as baixas e anotações necessárias. Int.. Curitiba, 16 de setembro de 2011 . -Advs. ARLEIDE REGINA OGLIARI CANDAL e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

64. DECLARATORIA INCIDENTAL-0005467-87.2010.8.16.0001-MICHAEL SIEGFRIED BERG x CONDOMINIO POUSADA QUATRO BARRAS- Despacho de fls. 337: Manifestem-se as partes, no prazo comum de cinco dias, acerca da efetiva possibilidade de transação. No mesmo prazo, especifiquem as provas que efetivamente desejam produzir, justificando a necessidade e utilidade das que forem requeridas. Se inviável a transação, nos termos do item "I" supra, venham conclusos os autos para saneamento ou julgamento conforme o estado do processo, sendo o caso. Int... Curitiba, 21 de setembro de 2011 -Advs. FERNANDO GUSTAVO KNOERR, RAFAEL MARQUES GANDOLFI e ANDRE BRAMBILA RODRIGUES-.

65. BUSCA E AP.CONV.EM DEPOSITO-0010380-15.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x JHONATAS MISAEL COSTA ROSA- Despacho de fls. 69: Para análise do pedido de substituição do pólo ativo, deverá o autor comprovar a cessão do crédito que embasa a presente ação, ocorrida com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados PCG Brasil Multicarteira, pelo que indefiro, por ora, o pedido formulado às fls. 65/66. Int... Curitiba, 15 de setembro de 2011 . -Advs. SERGIO SCHULZE, KARINE SIMONE POFAHL WEBER, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI e JULIANA MUHLMANN PROVESI-.

66. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0016391-60.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x AUTOMA CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA e outros- Despacho de fls. 81: Certifique-se quanto a transferência à este Juízo do valor de R$4.473,92 anteriormente bloqueado no Banco Santander (fls. 70). Em caso negativo, diligencie a escrivania junto a agência da CEF deste Fórum buscando informações. Oficie-se, sendo o caso. Sem prejuízo, desentranhe-se o respectivo mandado e adite-se novamente seu cumprimento objetivando a citação do executado Felipe Marcon nos endereços indicados às fls. 78. Oportunamente, com a disponibilidade do valor acima informado (item I) em conta vinculada a presente demanda, cumpra-se os itens III e IV de fls. 70. Diligências necessárias. Curitiba, 21 de setembro de 2011 -Advs. MURILO CELSO FERRI e EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA-.

67. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0018435-52.2010.8.16.0001-CLEITON APARECIDO DA CRUZ x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A- Despacho de fls. 71: Recebo o recurso de apelação de fls. 64/70, apenas em seu efeito devolutivo, conforme prevê o artigo 520, inciso IV, do Código de Processo Civil. Intime-se o apelado, para, querendo, apresentar as contrarrazões, no prazo de quinze dias. Lance-se a certidão a que se refere o CN 5.12.5. Após subam os presentes ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as cautelas de estilo e nossas homenagens. Int... Curitiba, 15 de setembro de 2011 . -Advs. LUIZ SALVADOR e REINALDO MIRICO ARONIS-.

68. OBRIGACAO DE FAZER-0019055-64.2010.8.16.0001-EUNAPIO MEIRA GOMES x SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MEDICOS E HOSPITALARES DE CURITIBA LTDA - UNIMED CURITIBA- Despacho de fls. 226: I Diante da notícia de falecimento do autor e, bem assim, do pedido formulado às fls. 224 de extinção do feito, manifeste-se a ré, no prazo de 05 (cinco) dias. II Int.. Curitiba, 22 de setembro de 2011 . -Advs. LUCIMAR DE PAULA, LIZETE RODRIGUES FEITOSA, RAFAEL BAGGIO BERBICZ, EDUARDO BATISTEL RAMOS e CANDICE KARINA SOUTO MAIOR DA SILVA-.

69. EXCECAO DE INCOMPETENCIA-0019273-92.2010.8.16.0001-COMERCIAL DE COSMÉTICOS ROSAMARINE LTDA x O BOTICARIO FRANCHISING S/A- Despacho de fls. 318: Intime-se o agravante para que aconste aos autos a decisão do referido Agravo de Instrumento, vez que o que foi juntado aos autos determinou a sua redistribuição (fls. 312/316). Int...Curitiba, 23 de setembro de 2011 -Advs. CARLOS GILBERTO DIAS JUNIOR, RODRIGO MONTEIRO DE ALBUQUERQUE, PAULO GABRIEL DOMINGUES REZENDE, ARLINDO RAMOS JUNIOR, CHIMENE CHIARA TAVARES SANTOS, CARLOS ALBERTO HAUER DE OLIVEIRA, CAROLINA MIZUTA e RAFAEL DIAS CORTES-.

70. MONITORIA-0024591-56.2010.8.16.0001-ADMINISTRADORA EDUCACIONAL NOVO ATENEU S/S LTDA x IZABELLE RIBEIRO DE SOUZA- Despacho de fls. 113: 1. Sobre a contraproposta de acordo formulada às fls. 109/110, manifeste-se a requerida, no prazo de 05 (cinco) dias. 2. Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. -Adv. DANIEL PESSOA MADER-.

71. NULIDADE DE CLAUSULAS CONTR.-0024973-49.2010.8.16.0001-RAQUEL LILIAN NEVES REIKDAL x SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL- Despacho de fls. 87: 1. O presente feito comporta julgamento antecipado, tendo em vista que a matéria em questão está suficientemente instruída, sendo desnecessária a produção de outras provas além daquelas constantes dos autos. 2. Intimem-se. Curitiba, 22 de setembro de 2011. -Advs. ELTON ALAVER BARROSO, ANA PAULA DELGADO DE SOUZA BARROSO, PEDRO ROBERTO BELONE, CINTIA DO PRADO CARNEIRO BELONE e REINALDO MIRICO ARONIS-.

72. BUSCA E APREENSÃO-0028401-39.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA- Despacho de fls. 205: I Antes da análise do recebimento do agravo retido interposto às fls. 200/204, informem ambas as partes se o acordo entabulado nos autos em apenso abrange também estes autos de ação de busca e apreensão. II Após, voltem os autos conclusos para análise e demais deliberações. III Int.. Curitiba, 16 de setembro de 2011 . -Advs. ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA, CARLA MARIA KOHLER, CRISTIANE FERREIRA RAMOS e MARCIO ANDREI GOMES DA SILVA-.

73. REPARACAO DE DANOS(ORDINARIO)-0032148-94.2010.8.16.0001-HARMONIA OPERADORA TURISTICA LTDA x EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A- Despacho de fls. 172: Recebo o agravo interposto às fls. 168/171, na forma retida. Anote-se. Intime-se a agravada para apresentar contrarrazões, no prazo de dez dias, na forma do disposto no art. 523, §2º do CPC. Após, voltem conclusos para análise do Juízo de retratação e demais deliberações. Curitiba, 27 de setembro de 2011 -Advs. ANDRE DIAS ANDRADE e REINALDO MIRICO ARONIS-.

74. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0034902-09.2010.8.16.0001-PAULO RUBINI DOS SANTOS x BANCO CACIQUE S/A- Despacho de fls. 34: I O presente feito comporta julgamento antecipado, tendo em vista que a matéria em questão está suficientemente instruída, sendo desnecessária a produção de outras provas além daquelas já constantes dos autos. II Intimem-se as partes e, oportunamente, voltem os autos conclusos para sentença. III Int... Curitiba, 14 de setembro de 2011 -Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS, RAFAEL DE LIMA FELCAR, ENEIDA DE CASSIA CAMARGO e SIGISFREDO HOEPERS-.

75. COBRANÇA-0042816-27.2010.8.16.0001-CLAUDIOMIRO DA COSTA ANASTACIO x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- Despacho de fls. 208: Ciência quanto a perícia médica realizada no autor (fls. 205/206). No mais, certifique-se quanto a eventual impugnação à contestação apresentada. Após, voltem conclusos para sentença. Diligências necessárias. Curitiba, 16 de setembro de 2011 -Advs. TATYANE PRISCILA PORTES STEIN e LEILA CRISTIANE SÃO MIGUEL-.

76. REINTEGRACAO DE POSSE-0048897-89.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x MIRELE CAMARGO-I Tendo em vista o interesse dos litigantes em conciliar, bem como que é dever do Juízo, sempre que possível, tentar a conciliação entre as partes, com base no artigo 125, IV, do Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia de 25 de outubro de 2011, às 15:15 horas, a ser realizada no Núcleo de Conciliação do Fórum Cível de Curitiba, localizado no 2º andar, na qual deverão comparecer as partes ou seus procuradores habilitados a transigir. II - Desse modo, intimem-se as partes, via Diário da Justiça e encaminhem-se os presentes autos ao Núcleo de Conciliação do Fórum Cível de Curitiba, a fim que sejam adotadas as providências necessárias para a concretização da audiência de conciliação. III - Após a realização daquela, voltem os autos conclusos para eventuais homologações ou prolação de decisão. IV Intime-se. -Advs. SIMONE MARQUES SZESZ, MIEKO ITO, ERIKA HIKISHIMA FRAGA, TONI MENDES DE OLIVEIRA, LORIANE GUISANTES DA ROSA, CHRYSTIANNE DE FREITAS ALVES FERREIRA e LUIS GUILHERME LANGE TUCUNDUVA-.

77. MONITORIA-0057600-09.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO S/A x AFONSO HENRIQUE TEIXEIRA DE FREITAS- Despacho de fls. 107: I Primeiramente, intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe se o acordo entabulado às fls. 103/106 foi integralmente cumprido. II Diligências necessárias. Curitiba, 16 de setembro de 2011 . -Adv. MIEKO ITO-.

78. REV.CONTRATO C/REPETICAO IND.-0062119-27.2010.8.16.0001-REGINALDO ALVES DE BRITO x BANCO PANAMERICANO S/A (AV.PAULISTA/SP)- Despacho de fls. 122 - O presente feito comporta julgamento antecipado, tendo em vista que a matéria em questão é eminentemente de direito, sendo desnecessária a produção de outras provas além daquelas já constantes dos autos. Intime-se as partes e, contados e preparados, voltem conclusos para sentença. Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011 -Advs. LUIZ EDUARDO LIMA BASSI e CLERSON ANDRE ROSSATO-.

79. INDENIZACAO POR DANO MATERIAL-0063155-07.2010.8.16.0001-RENATO BARBOSA MARQUES x PEDRO DA SILVA TORRES- Despacho de fls. 63: Cumpram-se as disposições do Código de Normas quanto as anotações em caso de cumprimento de sentença. Intime-se o executado, através de seus advogados devidamente constituídos, via imprensa oficial, nos termos do disposto no art. 475-J do CPC, para que efetue o pagamento do débito, conforme requerimento e cálculo atualizado de fls. 60/62, no prazo de 15 dias, sob pena de ser acrescida multa no percentual de 10% e, a requerimento do exequente, ser expedido mandado de penhora e avaliação. Com o pagamento, total ou parcial, intime-se o credor para manifestação em 05 (cinco) dias, informando se outorga plena e integral quitação do débito exequendo, ou, caso contrário, para apresentar planilha atualizada do débito remanescente a executar, calculando-se a multa de 10% (dez por cento) do art. 475-J do CPC sobre esse remanescente (art. 475-J, § 4º, CPC). Int... Curitiba, 15 de setembro de 2011 . -Advs. GEANDRO LUIZ SCOPEL, DANI LEONARDO GIACOMINI e LEOBERTO ESMERIO PEREIRA-.

80. BUSCA E APREENSÃO-0063403-70.2010.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S/A x LEONILDA FERREIRA ALVES DOS SANTOS- Despacho de fls. 41: I Face o contido na certidão de fls. 37 e, bem assim, no petitório e documento de fls. 39/40, a fim de evitar maiores tumultos processuais, expeça-se alvará, em favor do Sr. Oficial de Justiça, a fim de proceder o levantamento da importância depositada. II Após, cumpra-se a decisão de fls. 33. III Int.. Curitiba, 22 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR e IONEIA ILDA VERONEZE-.

81. REVISAO CONTRATUAL-0063512-84.2010.8.16.0001-CLAUDIA APARECIDA CACHOEIRA x ABN-AMRO BANK AYMORE FINANCIAMENTOS- Despacho de fls. 137: Recebo o recurso de apelação de fls. 125/136, em seu duplo efeito. Intime-

se o apelado, para, querendo, apresentar as contrarrazões, no prazo de quinze dias. Lance-se a certidão a que se refere o CN 5.12.5. Após subam os presentes ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as cautelas de estilo e nossas homenagens. Int... Curitiba, 22 de setembro de 2011 . -Advs. LUIZ FERNANDO CACHOEIRA, ALEXANDRE NELSON FERRAZ e VALERIA CARAMURU CICARELLI-.

82. DECLARATORIA C/C TUTELA ANTEC-0063679-04.2010.8.16.0001-ANELISE DA COSTA DAUX x OI (BRASIL TELECOM S/A)- Despacho de fls. 145: Renovo o prazo derradeiro de 10 (dez) dias para que a parte ré junte aos autos cópia do contrato entabulado entre as partes, na medida em que aquele acostado às fls. 137/138 não foi assinado pela parte autora. Int... Curitiba, 21 de setembro de 2011 -Advs. CAROLINE SAID DIAS, ELMO SAID DIAS e SANDRA REGINA RODRIGUES-.

83. CAUTELAR DE EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0064397-98.2010.8.16.0001-SILMAR DOS SANTOS MOREIRA x BANCO BRADESCO S/A e outro- Despacho de fls. 72: Concedo o prazo de 20 (vinte) dias requerido pelo réu às fls. 63/64 para que junte aos autos o contrato firmado entre as partes. Sem prejuízo, manifeste-se o autor sobre o depósito de fls. 64/65. Int... Curitiba, 15 de setembro de 2011 -Advs. GISSIANE CRISTINE CHROMIEC, DENISE ROCHA PREISNER OLIVA, GISELE MARIE MELLO BELLO BIGUETTE, NELSON PASCHOALOTTO, FRANCIELLY TIBOLA e JULIANA PERON RIFFEL-.

84. COBRANÇA-0067896-90.2010.8.16.0001-ODILA VIEIRA MACHADO e outros x COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA SUL- Despacho de fls. 122: I O presente feito comporta julgamento antecipado, tendo em vista que a matéria em questão está suficientemente instruída, sendo desnecessária a produção de outras provas além daquelas já constantes dos autos. II Intimem-se as partes e, oportunamente, voltem os autos conclusos para sentença. III Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011 . -Advs. EGYDIO MARQUES DIAS NETO, RENATO WOLF PEDROSO, LAURA AGRIFOGLIO VIANNA, LUCIO ROCA BRAGANÇA, CARLOS SCHWAMBACH FAZZIONI, RODRIGO PARISSI ABARNO, RODOLFO SERODIO GIMENES, LUIR CESCHIN, MARCOS AURELIO DE LIMA JUNIOR, ARAKEN SANTOS PILATI e MARCEL EDUARDO DE LIMA-.

85. REGRESSIVA- SUMARI0-0070040-37.2010.8.16.0001-HORFRAN - COMERCIAL ELETRO MOVEIS LTDA x ZTE DO BRASIL COMERCIO SERVIÇOS E PARTIÇÕES LTDA- Despacho de fls. 111: 1. O presente feito comporta julgamento antecipado, tendo em vista que a matéria em questão está suficientemente instruída, sendo desnecessária a produção de outras provas além daquelas constantes dos autos. 2. Intimem-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011. -Adv. RODRIGO SHIRAI-.

86. REV.CONTRATO C/CTUTELA ANTEC.-0070373-86.2010.8.16.0001-ANTONIO MARCOS PEREIRA CALDAS x BANCO PAULISTA S/A- Despacho de fls. 151: I Interpôs ANTONIO MARCOS PEREIRA CALDAS embargos de declaração em face da decisão de fls. 141, alegando omissão, vez que foi determinado o julgamento antecipado do feito, sem antes analisar seu pedido de inversão do ônus da prova. II Recebo os presentes embargos, posto que tempestivos. Todavia, no mérito rejeito, pois não vislumbro a existência de qualquer das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil. III - O pedido de inversão do ônus da prova é analisado quando do despacho saneador, em sendo o caso. Contudo, estando o feito devidamente instruído, vez que se trata de revisional de contrato e estando o contrato encartado aos autos (fls. 104), pode a ação, ser julgada no estado em que se encontra, não havendo necessidade de maior dilação probatória. IV Diante do exposto, rejeito os presentes embargos e mantenho a decisão na forma como lançada às fls. 141. V Intime-se. Curitiba, 15 de setembro de 2011 -Advs. CAROLINE AMADORI CAVET e VICTICIA KINASKI GONÇALVES-.

87. REP.DANOS MORAIS E MATERIAIS-0001509-59.2011.8.16.0001-DIRCE PONTES DE ASSUNÇÃO x AUTO VIACAO REDENTOR LTDA.- Despacho de fls. 205: I Sobre a contestação apresentada pela litisdenunciada, manifeste-se a ré, no prazo de 10 (dez) dias. II Int.. Curitiba, 27 de setembro de 2011 . -Adv. FERNANDO ZENATO NEGRELE-.

88. INDENIZACAO POR ATO ILICITO-0002186-89.2011.8.16.0001-VALDINEI BERNARDES CHELIS e outros x BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL e outro- I - Diante da certidão supra, redesigno audiência para o dia 18/11/2011, às 15:45 horas. II Expeça-se a competente carta de citação para a seguradora. III Intimem-se as partes via DJ. -Advs. JOSE ANTONIO VALE, JULIANA DOMINGUES TANCREDO, ANDRE LUIZ SOUZA VALE, DENIO LEITE NOVAES JUNIOR, LUCAS AMARAL DASSAN e RAFAEL MAIA EHMKE-.

89. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0002199-88.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x GERSON LEITE- Despacho de fls. 61: Com fundamento no § 4º, do Decreto-Lei 911/69, converto a presente Ação de Busca e Apreensão em Ação de Depósito. Efetuem-se as anotações necessárias. Cite-se o réu na forma do art. 902 do Código de Processo Civil, ou seja, para entregar a coisa, depositá-la em Juízo ou consignar o valor do débito, no caso R$ 63.758,25 ou o valor do bem, estimado em R$ 53.557,00 (fls. 60). Consigne-se no mandado que, não contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor (CPC, art. 285 e 319). Diligências necessárias. Int... Curitiba, 22 de setembro de 2011 . -Adv. SILVANA TORMEM-.

90. ARROLAMENTO-0002889-20.2011.8.16.0001-DENISE CERQUEIRA LEITE HELLER x NEIDE CERQUEIRA LEITE HELLER (ESPOLIO)- Despacho de fls. 22: Da análise dos autos, observa-se que para homologação da partilha falta apenas a apresentação das certidões negativas de débito Federal, Estadual e Municipal (Curitiba e Matinhos). Assim, intime-se pessoalmente a inventariante para que cumpra a determinação do item II de fls. 35 no prazo derradeiro de 10 (dez) dias. Int... Curitiba, 15 de setembro de 2011 . -Advs. HUGO MARTINS KOSOP e JORGE LUIZ KOSOP NETO-.

91. REV.CONTRATO C/CTUTELA ANTEC.-0003597-70.2011.8.16.0001-VANDERLEI MUNIZ ALVES x BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (24/DEMAIO/CTBA)- Despacho de fls. 110: I O presente feito comporta julgamento antecipado, tendo em vista que a matéria em questão está suficientemente instruída, sendo desnecessária a produção de outras provas além daquelas já constantes dos autos. II Intimem-se as partes e, oportunamente, voltem os autos conclusos para sentença. III Int... Curitiba, 15 de setembro de 2011 . -Advs. EDUARDO FELICIANO DOS REIS, FLAVIO PENTEADO GEROMINI, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA-.

92. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0006589-04.2011.8.16.0001-CREFISA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS x NOEMI SALETE BORMANN- Despacho de fls. 58: Oficie-se ao Serviço Funerário Municipal e ao INSS solicitando informações acerca do eventual falecimento da Sra. Neomi Salete Bormann. De igual forma, oficie-se ao INSS. Diligências necessárias. Curitiba, 23 de setembro de 2011. "Fica a parte autora intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Adv. LEILA MEJDALANI PEREIRA-.

93. REV.CONTRATO C/CTUTELA ANTEC.-0010525-37.2011.8.16.0001-KAREN IZABELLA ROGONI MARQUEZI x DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL- Despacho de fls. 126: I Defiro o pedido de vista dos autos fora do cartório, pelo prazo de 10 (dez) dias, na forma requerida às fls. 121. II Intime-se. Curitiba, 21 de setembro de 2011 . -Adv. SANDRO LUDNEY NOGUEIRA-.

94. ALVARA JUDICIAL-0010557-42.2011.8.16.0001-AURORA OLIVEIRA DE CAMPOS FRANÇA e outros x CAIXA ECONOMICA FEDERAL- Despacho de fls. 37 Renovo o prazo de 5 (cinco) dias para que os autores informem se houve abertura de inventário e se o de cujus deixou bens. Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011 - Advs. PERCIO ALVES DA SILVA e FERNANDO RIBEIRO TROVAO-.

95. INDENIZACAO POR DANOS MORAIS-0012146-69.2011.8.16.0001-LABORAL RECURSOS HUMANOS LTDA x EQUIFAX DO BRASIL LTDA- Despacho de fls. 90: Deve a requerida juntar certidão, no prazo de 48 horas, acerca da ação de indenização registrada sob o nº 6445-94.2011.8.16.0012, que tramita no 4º Juizado Especial Cível de Curitiba, conforme noticiado às fls. 64. 2. Intimem-se. Curitiba, 27 de setembro de 2011. -Adv. CARLOS ALEXANDRE LORGA-.

96. INDENIZACAO POR ATO ILICITO-0021112-21.2011.8.16.0001-ANTONIO ABRAO PRESTES x BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL e outro- I - Diante da certidão supra, redesigno audiência para o dia 18/11/2011, às 15:45 horas. II Expeça-se a competente carta de citação para a seguradora. "Fica a parte REQUERIDA intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil. (valor R$ 24,40), no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." III Intimem-se as partes via DJ. -Advs. JOSE ANTONIO VALE, ADRIANO CARLOS SOUZA VALE, ANDRE LUIZ SOUZA VALE, ARNALDO CONCEICAO JUNIOR e MARCELO MARQUES MUNHOZ-.

97. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0022734-38.2011.8.16.0001-CASA CONEXAO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA x BENEDITO REIS DE SIQUEIRA- Despacho de fls. 38: I Diante do contido no petitório retro, defiro a suspensão do feito, até o integral cumprimento do acordo entabulado entre as partes. II Assim, aguarde-se no arquivo provisório, até ulterior manifestação do interessado. III Int... Curitiba, 19 de setembro de 2011 . -Advs. MARCOS BUENO GOMES e CLAUDIA BUENO GOMES-.

98. BUSCA E APREENSÃO-0024677-90.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A x MARIA LUCIENE DE OLIVEIRA- Despacho de fls. 55: I Defiro o pedido de vista dos autos fora do cartório, pelo prazo de 10 (dez) dias, na forma requerida às fls. 50. II Intime-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011 . -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ELIZEU LUIZ TOPOROSKI-.

99. PRECEITO COMINATORIO-0024928-11.2011.8.16.0001-MAURICIO PEREIRA MANIGLIA x SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MEDICOS E HOSPITALARES DE CURITIBA LTDA - UNIMED CURITIBA- Despacho de fls. 249: I MAURÍCIO PEREIRA MANIGLIA interpôs embargos de declaração em face da decisão de fls. 243, a qual indeferiu o pedido de aditamento da inicial, sob o fundamento que o prazo para tanto, se encerrou na data da audiência. Aduz que o protocolo do pedido de aditamento ocorreu minutos antes da realização da audiência e, portanto, dentro do prazo. II - Recebo os presentes embargos, posto que tempestivos e, no mérito, devem ser acolhidos. Em que pese a juntada do pedido de emenda à inicial aos autos tenha ocorrido após a realização da audiência, verifica-se que o protocolo ocorreu na data de realização desta, às 16:16 horas, enquanto que a audiência se realizou às 16:30 horas, ou seja, o protocolo ocorreu dentro do prazo para o aditamento. Entretanto, esclareça-se que poderia o autor, ter solicitado o protocolamento da petição no momento da audiência, cujo pedido já poderia ter sido analisado naquela ocasião. III - Assim, acolho os presentes embargos de declaração para o fim de admitir a emenda à inicial de fls. 221/222. IV No mais, sobre o aditamento a inicial, manifeste-se a ré em cinco dias. V - Intimem-se. Curitiba, 19 de setembro de 2011 -Advs. GUILHERME PEREIRA NASCIMENTO, CANDICE KARINA SOUTO MAIOR DA SILVA, EDUARDO BATISTEL RAMOS e LIZETE RODRIGUES FEITOSA-.

100. NULIDADE DE CLAUSULAS CONTR.-0031804-79.2011.8.16.0001-ADRIANO DE OLIVEIRA COSTA x BV FINANCEIRA S/A- Despacho de fls. 36: I Ciência da interposição de recurso. II Deve o agravante informar quanto a decisão que recebeu o recurso. III Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011 -Adv. JULIANE TOLEDO SANTOS ROSSA-.

101. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0031928-62.2011.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x FRANCISCO DYEFFERSON SILVA SOUSA- Despacho de fls. 33 1. BANCO ITAÚ S/A interpôs embargos de declaração em face do despacho de fls. 29, que determinou a emenda à inicial para o fim de ser reconhecido firma da assinatura das testemunhas que assinaram o contrato encartado às fls. 08/15. Aduz que o despacho é omisso, na medida que não existe exigência legal que determine que se reconheça firma das assinaturas das testemunhas para que o contrato se configure título executivo extrajudicial. Os embargos de declaração opostos são tempestivos, daí porque conheço dos mesmos e, no mérito, devem ser acolhidos, vez

que assiste razão ao embargante. Efetivamente, não há previsão legal que determine o reconhecimento de firma das assinaturas das testemunhas para que o contrato particular possa ser configurado como título executivo extrajudicial. Ademais, no presente caso, verifica-se que além da assinatura das testemunhas, no referido contrato consta a identificação destas, inclusive com o n° do CPF de ambas, pelo que não se faz necessário reconhecimento de firma em suas assinaturas. Assim, acolho os presentes embargos de declaração e revogo o despacho anteriormente proferido às fls. 29. 2. No mais, Cite(m)-se para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida - (CPC, art. 652), sob pena de ser procedida imediatamente a penhora e avaliação de bens (§ 1° do art. 652 do CPC). 3. Nos termos do contido no art. 652-A, do CPC, preliminarmente a verba honorária em 10% sobre o valor da causa, a qual será reduzida pela metade em caso de pagamento da dívida no prazo de três dias (CPC, p. único do art. 652-A). 4. Consigne-se no mandado que se houver pronto e integral pagamento, a verba honorária será reduzida pela metade. 5. Defiro os benefícios do § 2º do art. 172 do CPC. 6. Intimem-se. Curitiba, 15 de setembro de 2011. "Fica a interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. EVARISTO ARAGAO SANTOS e FABRICIO KAVA-.

102. DESPEJO P/ FALTA DE PAGAMENTO C/C COBRANÇA-0035446-60.2011.8.16.0001-ISSA JABER MAKHOUL e outros x WALDIRENE MENEGUETTI LUIZ- Despacho de fls. 74: Para homologação do acordo retro entabulado, deverá o réu regularizar sua representação processual nos presentes autos. Int...Curitiba, 16 de setembro de 2011 -Adv. LEANDRO GALLI-.

103. BUSCA E APREENSÃO-0036858-26.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x MARIA GENTIL DE OLIVEIRA- Despacho de fls. 47: I Primeiramente, para análise do pedido de eventual conexão, deverá a ré, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar certidão explicativa dos autos de revisão de contrato, em trâmite perante a 11ª Vara Cível desta Capital, devendo constar em referida certidão, as partes, a data da distribuição, o objeto e a data do primeiro despacho positivo proferido naquele feito. II Após, voltem os autos conclusos para análise e demais deliberações. III Int... Curitiba, 21 de setembro de 2011 -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e IVONE STRUCK-.

104. INVENTARIO-0037615-20.2011.8.16.0001-JOSE ANTONIO DAS FLORES e outros x ESPOLIO de JOSE JUSTO DAS FLORES e outro- Despacho de fls. 114: Cumpra-se os itens IV e V da decisão de fls. 109. Após, citem-se os herdeiros listados às fls. 112/113 nos respectivos endereços indicados no mesmo petitório. Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011 -Adv. JOELMA PULTINAVICIUS-.

105. INVENTARIO NEGATIVO-0037637-78.2011.8.16.0001-LUIZ FERNANDO CUYPERS e outros x ROSELI FATIMA POSSOLI CUYPERS- Despacho de fls. 26: Diante da declaração apresentada pelo autor, dando conta de que não dispõe de condições para custeio das despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, defiro em seu favor os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/50. Cumpra-se o item III de fls. 19. Int... Curitiba, 20 de setembro de 2011 -Adv. PATRICIA FRANÇA BENATO-.

106. COBRANÇA-0037822-19.2011.8.16.0001-ANSELMO CAMARGO e outros x CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A- Despacho de fls. 77: Defiro em favor dos autores os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei 1.060/50. No mais, tendo em vista que todos os autores já tiveram o processo administrativo encerrado junto a ré, vez que todos já receberam a indenização, conforme se denota pela documentação encartada aos autos, devem estes, no prazo de 20 dias, emendar a petição inicial, para o fim de apresentar o laudo da perícia médica realizada junto ao IML, o qual integra o processo administrativo. Int... Curitiba, 19 de setembro de 2011 . -Adv. NIKOLLE KOOTSOUKOS AMADORI-.

107. DECL.DE NULIDADE DE CLAUSULA CONTRATUAL-0040753-92.2011.8.16.0001-DAVI NAZARENO DE LIMA x LUCELIA ALVES DE LIMA- Despacho de fls. 55: 1. Admito a emenda a inicial de fls. 49/54. 2. Defiro em favor do autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei 1.060/50. 3. Cite-se a ré para responder, no prazo de quinze dias, sob advertência de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, art. 285 e 319), devendo, na mesma oportunidade, apresentar cópia do contrato firmado entre as partes. 4. Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011 -Advs. SHARA NUNES SAMPAIO e SERGIO H. SAMPAIO FILHO-.

108. REINTEGRACAO DE POSSE-0043385-91.2011.8.16.0001-FABIANE SERVIDONE e outros x DEMAILZA SIMPLICIO- Despacho de fls. 38: Acolho a emenda a inicial determinado no despacho de fls. 33, item II, reconhecendo a mudança do pólo ativo da presente demanda, Constando o ESPÓLIO DE DAVID SERVIDONE e MARIA APARECIDA SERVIDONE. Certifique ao Cartório quanto à mudança do pólo ativo dos presentes autos. Considerando o princípio da livre persuasão racional, em que pode juiz determinar as provas que entende necessárias para formar livremente seu convencimento acerca dos requerimentos formulados, renovo aos autores o prazo de 10 (dez) dias para que comprovem documentalmente nos autos a insuficiência de recursos para o custeio da demanda, vez que a simples declaração não comprova a real situação econômica. Int... Curitiba, 19 de setembro de 2011 . -Adv. AMADEU MARQUES-.

109. REPETICAO DE INDEBITO-0043687-23.2011.8.16.0001-ERITON NUNES COSTA x API SPE 20 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA e outros-Despacho de fls. 191: I Ciência da interposição de recurso. II Deve o agravante informar quanto a decisão que recebeu o recurso. III Int... Curitiba, 16 de setembro de 2011 . -Adv. GERALDO FRANCISCO POMAGERSKI-.

110. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C TUTELA ANTECIPADA-0043992-07.2011.8.16.0001-TARSO MEGALLES OGAMA e outro x MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A. Despacho de fls. 190: -Admito a emenda à inicial de fls. 179/189. TARSO MEGALLES OGAMA e PATRÍCIA YONE IYZYKA, autores devidamente qualificados, através de procurador constituído, propuseram ação de Indenização c/c Pedido de Tutela Antecipada em face de MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A. Aduzem que adquiriram da requerida o apartamento n° 206, bloco 02 do residencial Canto Dolce, através do contrato de compra e venda assinado em 05/01/2009, tendo no momento da compra, assinado também o contrato denominado Exclusivitá, através do qual a requerida se obrigou a realizar alguns serviços no apartamento, como azulejar e colocar piso na cozinha. Ocorre que quando da vistoria do imóvel antes da entrega das chaves, verificaram que os serviços não haviam sido devidamente realizados, pois apresentavam defeitos que comprometiam a fixação dos azulejos e pisos, o que fez com que entrassem em contato com a requerida solicitando a troca dos azulejos e a colocação do piso, cuja solicitação foi negada por esta. Afirmam que no momento em que foram chamados pela requerida para a entrega das chaves do imóvel, teriam que assinar um termo de entrega que continha a informação de que realizaram uma vistoria minuciosa no imóvel e não encontraram defeito. Como a informação não procede, vez que o imóvel apresentava defeito quanto à colocação dos azulejos e piso da cozinha, solicitaram que constasse no referido termo a ressalva da existência de tais defeitos. Prosseguem afirmando que a requerida se negou a incluir no termo a ressalva quanto aos defeitos encontrados, pelo que se recusaram a assinar o termo de entrega e em razão disso as chaves do apartamento não foram entregues até o momento. Requerem a antecipação da tutela, para o fim de determinar à requerida que proceda imediatamente a entrega das chaves do apartamento, bem como, a inversão do ônus da prova É o breve relatório. Decido. Primeiramente se faz necessário distinguir a liminar de tutela antecipatória da liminar de ação cautelar. Em grosso modo, na primeira hipótese o que se visa é a antecipação dos efeitos de uma provável sentença favorável ao autor. Assim, estando presentes os requisitos insertos no artigo 273 do Código de Processo Civil, pode o Juiz, antecipar os efeitos da sentença. Já no segundo caso, o que se busca é salvaguardar um direito ameaçado ou que possa vir a perecer, no decorrer do processo, até que se julgue em definitivo o mérito da ação. Feitas estas considerações, e em análise ao contido no caso em tela, o que pretendem os autores não é a antecipação dos efeitos de uma sentença favorável, mas o que buscam é o deferimento de uma liminar que determine à requerida que proceda a imediata entrega das chaves, ou seja, os Autores confundiram os institutos processuais, pois pretendem uma liminar de obrigação de fazer, enquanto que o pedido principal se refere à indenização. Contudo, a alteração legislativa que acrescentou o § 7º, do art. 273, autoriza o juiz conhecer como cautelar o pedido feito em sede de antecipação dos efeitos da tutela, uma vez preenchidos os requisitos e for efetivamente a providência perseguida de cunho cautelar. Assim, cumpre verificar, se no presente caso, estão ou não, presentes os requisitos que autorizam a concessão da tutela cautelar, quais sejam, o fumus boni juris e o periculum in mora. Segundo a lição do
insigne HUMBERTO THEODORO JÚNIOR: I - Um dano potencial, um risco que corre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte, em razão do periculum in mora, risco esse que deve ser objetivamente apurável; II - A plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança, ou seja, o fumus boni juris" (Curso de Direito Processual Civil, Rio de Janeiro: Forense, 33ª ed., 2002, p. 343). Assevera, ainda, o acatado processualista que "não se pode, bem se vê, tutelar qualquer interesse, mas tão-somente aqueles que, pela aparência, se mostram plausíveis de tutela no processo principal" (op. cit., p. 345). Ainda, no que diz respeito ao periculum in mora o Prof. Marcelo Lima Guerra, em obra especifica sobre o assunto, bem assim escreveu, no que diz respeito às suas especificidades: A primeira delas consiste em que o "periculum in mora" não representa um risco a direito subjetivos, diretamente, mas sim a possibilidade de prestação efetiva da tutela jurisdicional relativa aos direitos subjetivos. Em outras palavras, não é suficiente a simples ameaça de lesão a um determinado direito subjetivo, para que tal ameaça se configure como "periculum in mora". Para tal caracterização é indispensável que o que esteja em risco seja a prestação efetiva da tutela jurisdicional relativa a um (eventualmente existente) direito subjetivo. A segunda especificidade, por sua vez, consiste em que o "periculum in mora" nasce da própria duração do processo e está, portanto, sempre associado com a incapacidade ou inaptidão da providencia jurisdicional, cuja eficácia esteja em risco, se emitida antes de um determinado momento. VICENTE GRECO FILHO, por sua vez, no que diz respeito ao fumus boni juris, dilucida: "O fumus boni juris não é um prognóstico de resultado favorável no processo principal, nem uma antecipação do julgamento, mas simplesmente um juízo de plausibilidade, perspectiva essa que basta para justificar o asseguramento do direito" (Direito Processual Civil Brasileiro, vol. III, São Paulo: Saraiva, 13ª ed., p. 76). No presente caso, vislumbro a presença do periculum in mora, consubstanciado nos prejuízos que poderão advir aos autores caso tenham que continuar pagando aluguel, por estarem obstados da posse real e efetiva sobre o bem. Do mesmo modo, quanto ao fumus boni iuris, vislumbra-se que os autores possuem o direito material de ação consubstanciado na possibilidade de discutir o descumprimento das cláusulas do contrato. 9. Conclusão Isto posto, DEFIRO o pedido liminar, a fim de determinar á requerida que, no prazo de cinco dias, proceda a entrega das chaves do apartamento 206, bloco 02 do Condomínio Residencial Spazio Canto Dolce aos autores, sob pena de incidência de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), que passará a incidir, independente de novo despacho, a partir do segundo dia subsequente à intimação da ré para cumprir a presente decisão, o que faço com fulcro no que dispõe o artigo 461 do CPC. Esclareça-se que o termo de entrega das chaves deverá conter todas as informações quanto ao estado real do móvel que estará sendo recebido pelos autores. Cite-se a requerida para responder, no prazo de quinze dias, sob advertência de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, art. 285 e 319), bem como intime-se-á da liminar ora concedida. Int... Curitiba, 15 de setembro de 2011 -Advs. AGUINALDO BATISTA DA SILVA e JULIO CESAR ABREU DAS NEVES-.

111. REVISAO DE CLAUS/CONTRATUAL-0044196-51.2011.8.16.0001-TAISLAINE MARTINS x BANCO AYMORE - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A-TAISLAINE MARTINS, parte Autora devidamente qualificada, através de procurador constituído, propôs Ação de Revisão de Contrato c/c pedido de tutela antecipada em face da BANCO AYMORÉ, onde assegura que mantém com o Requerido um contrato bancário, o qual está eivado de vícios. Pretende a revisão do contrato e o reequilibrio entre as partes. Postula a título de tutela antecipada a determinação para que o banco se abstenha de inscrevê-la junto aos cadastros restritivos de crédito; a manutenção da posse do veículo ou, subsidiariamente, a determinação à ré que distribua por dependência eventual ação de busca e apreensão e, ainda, a possibilidade de depositar em juízo o valor das parcelas que entende serem devidas. É o breve relatório. Decido. Primeiramente se faz necessário distinguir a liminar de tutela antecipatória da liminar de ação cautelar. Em grosso modo, na primeira hipótese o que se visa é a antecipação dos efeitos de uma provável sentença favorável ao autor. Assim, estando presentes os requisitos insertos no artigo 273 do Código de Processo Civil, pode o Juiz, antecipar os efeitos da sentença. Já no segundo caso, o que se busca é salvaguardar um direito ameaçado ou que possa vir a perecer, no decorrer do processo, até que se julgue em definitivo o mérito da ação. Feitas estas considerações, e em análise ao contido no caso em tela, o que o pretende a Requerente não é a antecipação dos efeitos de uma sentença favorável revisão de cláusulas contratuais - mas sim o deferimento de uma liminar que determine ao Requerido que se abstenha de inscrevê-la junto aos cadastros restritivos de crédito; a manutenção da posse do veículo ou, subsidiariamente, a determinação à ré que distribua por dependência eventual ação de busca e apreensão e, ainda, a possibilidade de depositar em juízo o valor das parcelas que entende serem devidas, ou seja, a Autora confundiu os institutos processuais. Assim, para o deferimento de antecipação de tutela previsto no artigo 273 do Código de Processo Civil, há que estar presentes, a existência de prova inequívoca, e convencimento do juiz da verossimilhança da alegação conjugada com os requisitos ou do inciso I ou inciso II do mesmo artigo, qual seja o fundado receio do dano irreparável ou de difícil reparação, ou do abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório. Antes do juiz declinar o seu convencimento inequívoco, há que perquirir se os demais requisitos estão presentes. Quanto ao requisito do inciso II, o mesmo não é possível, ante o fato que a pretensão é "inaudita altera pars". Quanto ao requisito do inciso I, a Autora não logrou êxito em demonstrar desde logo, que há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, consubstanciado na necessidade eminente da revisão do contrato. Assim, ante o não preenchimento dos requisitos legais, a "priori", INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela. Cumpre verificar, portanto, se estão, ou não, presentes os requisitos que autorizam a concessão da tutela cautelar, quais sejam, o fumus boni juris e o periculum in mora. Segundo a lição do insigne HUMBERTO THEODORO JÚNIOR: I - Um dano potencial, um risco que corre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte, em razão do periculum in mora, risco esse que deve ser objetivamente apurável; II - A plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança, ou seja, o fumus boni juris" (Curso de Direito Processual Civil, Rio de Janeiro: Forense, 33ª ed., 2002, p. 343). Assevera, ainda, o acatado processualista que "não se pode, bem se vê, tutelar qualquer interesse, mas tão-somente aqueles que, pela aparência, se mostram plausíveis de tutela no processo principal" (op. cit., p. 345). VICENTE GRECO FILHO, a sua vez, no que diz respeito ao fumus boni juris, dilucida: "O fumus boni juris não é um prognóstico de resultado favorável no processo principal, nem uma antecipação do julgamento, mas simplesmente um juízo de plausibilidade, perspectiva essa que basta para justificar o asseguramento do direito" (Direito Processual Civil Brasileiro, vol. III, São Paulo: Saraiva, 13ª ed., p. 76). No presente caso, no que diz respeito ao pedido de manutenção da posse do veículo, entendo que o sinal do bom direito não se faz presente. Isso porque não há nos autos qualquer indicação de que a autora esteja sofrendo turbação no seu direito de posse, haja vista que o que se discute na presente ação é a existência ou não de cláusulas leoninas. A questão do ajuizamento de ação para perseguir a posse e propriedade é distinta e deverá ser resolvida em ação própria. Assim, somente em caso de pedido judicial do réu na busca da posse do bem é que poderá ser analisada a questão da apreensão ou não do veículo. Dessa forma é incabível o deferimento de provimento acautelatório, ao viso de assegurar a permanência da parte Requerente na posse do bem. Por sua vez, no que tange ao pedido de abstenção de inclusão do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito, como cediço, a negativação do nome do devedor traz prejuízos incomensuráveis ao seu patrimônio material e imaterial, sobretudo quando se sabe que, na sociedade contemporânea, condicionam-se os diferentes negócios jurídicos à constatação de "nome limpo" do contratante, ou seja, à inexistência de qualquer restrição em seu desfavor, nos diferentes serviços disponíveis para a proteção do crédito. Por tais razões, a inserção do nome do consumidor, em tais registros, deverá respeitar os pressupostos de legitimidade dos arquivos de consumo, nos termos do art. 43 do CDC. Assim, consoante construção doutrinária (Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª edição, p. 377-391), a inclusão do nome do consumidor em bancos de dados somente é legítima se forem obedecidos certos pressupostos, quais sejam: teleológicos (legitimidade da finalidade do registro), substantivos, procedimentais (de forma) e temporais (termo inicial e final). Entre os pressupostos substantivos, destaca-se o não questionamento do débito e a exatidão da informação apreendida. Segundo esse pressuposto, o nome do devedor poderá constar dos cadastros restritivos de crédito apenas quando a obrigação restar incontestada. Ocorre, contudo, que, a prevalecer o entendimento de que a simples discussão do débito se erigiria em obstáculo intransponível ao registro em cadastros de proteção ao crédito, implicaria em dar guarida aos maus pagadores, que, cientes do inadimplemento e dos efeitos daí advindos, se socorreriam das ações revisionais, com o intuito exclusivo de evitar a negativação de seus nomes, direito legítimo do credor. Como bem salientou o Min. Carlos Alberto Menezes Direito, "o Código de Defesa do Consumidor ampara o hipossuficiente em defesa dos seus direitos, mas não é escudo para inadimplentes"
(STJ, REsp 697379/RS, 3ª Turma, data do julgamento 1º/03/2007). Destarte, entende-se que, além do questionamento do débito e da plausibilidade do direito invocado, deve haver o depósito prévio da quantia não contestada. Tal medida, ao mesmo tempo em que beneficia o credor, que receberá, de imediato, parte de seu crédito, acaba por beneficiar o próprio devedor, na medida em que evita a acumulação de parcelas e os efeitos da mora. Em sendo assim, para que se defira pedido liminar de exclusão, ou de não inclusão, do nome do devedor nos registros de proteção ao crédito, deve ocorrer, concomitantemente, três situações: ação judicial questionando o débito, plausibilidade das alegações do devedor e depósito prévio da quantia incontroversa. Assim tem entendido a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça: "CIVIL. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. REGISTRO NO ROL DE DEVEDORES. HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO. A recente orientação da Segunda Seção desta Corte acerca dos juros remuneratórios e da comissão de permanência (REsp's ns. 271.214-RS, 407.097-RS, 420.111-RS), e a relativa freqüência com que devedores de quantias elevadas buscam, abusivamente, impedir o registro de seus nomes nos cadastros restritivos de crédito só e só por terem ajuizado ação revisional de seus débitos, sem nada pagar ou depositar, recomendam que esse impedimento deva ser aplicado com cautela, segundo o prudente exame do juiz, atendendo-se às peculiaridades de cada caso. Para tanto, deve-se ter, necessária e concomitantemente, a presença desses três elementos: a) que haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado. O Código de Defesa do Consumidor veio amparar o hipossuficiente, em defesa dos seus direitos, não servindo, contudo, de escudo para a perpetuação de dívidas. Recurso conhecido pelo dissídio, mas improvido". (REsp 527618/RS, 2ª Seção, rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 22/10/2003). "CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. INSCRIÇÃO NO CADIN. DÉBITO SOB DISCUSSÃO JUDICIAL. DEPÓSITO DO VALOR INCONTROVERSO. INOCORRÊNCIA. Se parte do valor devido está sob discussão judicial e o devedor não deposita a parcela incontroversa, nada impede a inclusão do seu nome nos cadastros de proteção ao crédito. Precedente da Segunda Seção". (REsp nº 538089/RS, 3ª Turma, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 25/05/2004, DJ. 14/06/2004, p.218). Contudo, no tocante ao requisito do depósito prévio da quantia incontroversa, no que diz respeito à possibilidade deste de afastar a mora contratual, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.061.530-RS, fixou orientação no seguinte sentido: ORIENTAÇÃO 2 CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes aos período de inadimplência contratual. Da interpretação da aludida orientação, extrai-se que a única hipótese de afastar a mora contratual do
devedor, através do depósito judicial das parcelas incontroversas, estando o devedor em dia com o pagamento das prestações, ocorre se ele demonstrar inequivocamente, à luz do entendimento já consolidado pelo STJ e pelo STF, a existência de cobranças de encargos indevidos no período da normalidade contratual, realizando os depósitos das parcelas em Juízo. No vertente caso, analisando a peça de ingresso, observa-se, de plano, que a parte Autora reconhece a existência da dívida, se insurgindo apenas contra a cobrança de juros excessivos e taxas ilegais. De plano, se verifica pelo contrato encartado às fls. 42/45, que a taxa de juros aplicada é de 1,98 % ao mês, o que não parece abusivo face à taxa de juros praticada pelo mercado. Ademais, o parecer contábil encartado às fls. 46/48 apresenta recálculo da dívida obtido de forma unilateral, se utilizando de índices diversos dos contratados. Outrossim, a possibilidade de adoção de outros métodos de amortização, dependem de instrução, vez que admitindo-se como correto o novo cálculo tal qual propugnado pela autora, estar-se- á exaurindo o próprio mérito da ação originária, pelo que indefiro o pedido de abstenção da ré em incluir o nome da autora nos cadastros restritivos de crédito, mesmo porque, existindo a mora, é um direito legítimo do credor promover a negativação. No entanto, autorizo os depósitos na forma como pretendida pelo autor, porém sem que estes sirvam como forma de elidir a mora. Com relação ao pedido liminar de determinação ao réu que distribua por dependência eventual ação de busca e apreensão, o mesmo resta inviabilizado, não se verificando, por ora, nenhum risco de decisões conflitantes, vez que na presente ação os pedidos liminares estão sendo indeferidos, nada impedindo futura análise de conexão em havendo o ajuizamento de eventual ação de busca e apreensão. Isto posto, INDEFIRO os pedidos liminares formulados de manutenção de posse, bem como de distribuição por dependência de eventual ação de busca e apreensão e de abstenção/exclusão do nome dos órgãos de proteção ao crédito. 5. Para a audiência, a que deverão comparecer as partes, designo a data de 01/11/2011, às 13:30 horas, na sede deste Juízo (CPC, arts. 277-278). 6. Nessa ocasião será tentada a conciliação (CPC, art. 277, § 1°) e a parte ré poderá apresentar resposta (CPC, art. 278, caput), desde que o faça por intermédio e acompanhada de advogado. 7. Acaso pretenda a parte ré produzir prova testemunhal, deverá observar o disposto no artigo 278, caput, do CPC. 8. Não se obtendo conciliação, designar-se-á, sendo o caso, instrução e julgamento, consoante preceitua o § 2°, do artigo 278, do CPC. 9. Cite-se (e intime-se) a parte ré, com antecedência mínima de dez (10) dias (CPC, art. 277), ficando ela ciente de que seu não comparecimento à audiência, ou seu comparecimento sem apresentação de defesa, por intermédio e acompanhada de advogado, implicará, sendo o caso (CPC, art. 320), na presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pela

parte autora (CPC, arts. 277, §2°, 285 e 319). 10. A parte autora, intime-se na pessoa de seu advogado. 11. Int... "Fica a parte autora intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Adv. LIDIANA VAZ RIBOVISKI-.

112. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0045701-77.2011.8.16.0001-ITAU UNIBANCO S/A x MARTINS CAMARGO SERVIÇOS LTDA- Despacho de fls. 42: Cite(m)-se para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida - (CPC, art. 652), sob pena de ser procedida imediatamente a penhora e avaliação de bens (§ 1° do art. 652 do CPC). Nos termos do contido no art. 652-A, do CPC, preliminarmente a verba honorária em 10% sobre o valor da causa, a qual será reduzida pela metade em caso de pagamento da dívida no prazo de três dias (CPC, p. único do art. 652-A). Consigne-se no mandado que se houver pronto e integral pagamento, a verba honorária será reduzida pela metade. Defiro os benefícios do § 2º do art. 172 do CPC. Intimem-se. Curitiba, 20 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Adv. LEONEL TREVISAN JUNIOR-.

113. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0046206-68.2011.8.16.0001-JAMARI ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x FRANCISCO DIOGO JUNIOR e outro- Despacho de fls. 40: Cite(m)-se para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida - (CPC, art. 652), sob pena de ser procedida imediatamente a penhora e avaliação de bens (§ 1° do art. 652 do CPC). Nos termos do contido no art. 652-A, do CPC, fixo preliminarmente a verba honorária em 10% sobre o valor da causa, a qual será reduzida pela metade em caso de pagamento da dívida no prazo de três dias (CPC, p. único do art. 652-A). Consigne-se no mandado que se houver pronto e integral pagamento, a verba honorária será reduzida pela metade. Defiro os benefícios do § 2º do art. 172 do CPC. Intimem-se. Curitiba, 6 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. LUIS CARLOS LOMBA JUNIOR, MARCELO TAVARES GUMY SILVA e RODOLFO MENDES SOCCIO-.

114. REINTEGRACAO DE POSSE-0047987-28.2011.8.16.0001-BANCO ITAULEASING S/A x MARIA DE JESUS SOUSA SALAZAR- Despacho de fls. 24: Intime-se o autor, para que no prazo de 10 (dez) dias, acoste aos autos documentos que comprovem a mora do réu. Int... Curitiba, 20 de setembro de 2011 -Adv. KLAUS SCHNITZLER-.

115. BUSCA E APREENSÃO-0048302-56.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x JOAO ALCIONE DE OLIVEIRA- Despacho de fls. 36: Provada documentalmente a alienação fiduciária em garantia, bem como a constituição em mora da parte devedora através de notificação específica, nos termos do artigo 3º, do Decreto Lei 911/69, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem versado no contrato, descrito na petição inicial. Efetivada a medida, cite-se nos termos do art. 3º, §§ 2º, 3º e 4º do mesmo texto (observadas as disposições da Lei 10.931/2004), ciente a parte devedora de que poderá, no prazo de cinco dias, contados da efetivação da liminar, efetuar o pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, hipótese em que o bem lhe será restituído, independentemente de quaisquer ônus, ciente, ainda, que poderá oferecer resposta no prazo de quinze dias, também contados da data da efetivação da medida liminar, mesmo que tenha se utilizado da faculdade prevista no § 2º (depósito do valor da dívida), caso entenda ter havido pagamento a maior. Expeça-se o competente mandado. Defiro os benefícios do artigo 172, § 2º do CPC. Diligências necessárias. Int... Curitiba, 21 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Adv. FABIANA SILVEIRA-.

116. BUSCA E APREENSÃO-0048423-84.2011.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S.A x RICARDO MARIANI BERTI- Despacho de fls. 64: Intime-se o requerido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que assine o documento de fls. 33, vez que está apócrifo. Int... Curitiba, 20 de setembro de 2011 -Advs. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

117. BUSCA E APREENSÃO-0048607-40.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x ROSALIA ALVES DA SILVA- Despacho de fls. 36: Provada documentalmente a alienação fiduciária em garantia, bem como a constituição em mora da parte devedora através de notificação específica, nos termos do artigo 3º, do Decreto Lei 911/69, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem versado no contrato, descrito na petição inicial. Efetivada a medida, cite-se nos termos do art. 3º, §§ 2º, 3º e 4º do mesmo texto (observadas as disposições da Lei 10.931/2004), ciente a parte devedora de que poderá, no prazo de cinco dias, contados da efetivação da liminar, efetuar o pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, hipótese em que o bem lhe será restituído, independentemente de quaisquer ônus, ciente, ainda, que poderá oferecer resposta no prazo de quinze dias, também contados da data da efetivação da medida liminar, mesmo que tenha se utilizado da faculdade prevista no § 2º (depósito do valor da dívida), caso entenda ter havido pagamento a maior. Expeça-se o competente mandado. Defiro os benefícios do artigo 172, § 2º do CPC. Diligências necessárias. Int... Curitiba, 21 de setembro de 2011. "Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Adv. FABIANA SILVEIRA-.

118. AÇAO CIVEL PARA PAGAMENTO DE SEGURO-0048695-78.2011.8.16.0001-SILVIO BUENO DE SAMPAIO x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS S/A- Despacho de fls. 51: I Defiro em favor do autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5° da Lei 1.060/50. II Cite-se o réu para responder, no prazo de quinze dias, sob advertência de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, art. 285 e 319). III Int... Curitiba, 20 de setembro de 2011 -Advs. HERNANI NOGUEIRA ZAINA NETO e PAULO AFONSO ZAINA-.

119. ANULACAO DE ATO JURIDICO-0049024-90.2011.8.16.0001-CAMILA MIRANDA RODRIGUES x ADVOCACIA BELINATTI PERES- Despacho de fls. 72: Considerando o princípio da livre persuasão racional, em que pode juiz determinar as provas que entende necessárias para formar livremente seu convencimento acerca dos requerimentos formulados, concedo a autora o prazo de 10 (dez) dias para que comprove documentalmente nos autos, através de comprovante de pagamento, a insuficiência de recursos para o custeio da demanda, vez que a simples declaração não comprova a real situação econômica. Ademais, se qualifica como secretária executiva, o que impossibilita aferir quanto a real situação econômica. Int... Curitiba, 20 de setembro de 2011 . -Adv. FABRICIO JESSE BRISOLA DE OLIVEIRA-.

120. OBRIGACAO DE FAZER-0049332-29.2011.8.16.0001-IRAN BROCK x BANCO SANTANDER S/A- Despacho de fls. 17: I À emenda, no prazo de 10 dias, devendo a parte autora regularizar sua representação processual, vez que não foi juntado aos autos o instrumento de mandato. II Deve ainda, no mesmo prazo, para análise do pedido de justiça gratuita, apresentar declaração de pobreza firmada, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50, ou ser outorgado poderes específicos ao mandatário para em seu nome declarar, bem como comprovar documentalmente nos autos a insuficiência de recursos para o custeio da demanda, vez que se qualifica como funcionária pública, o que não coaduna com a assertiva de hipossuficiência econômica. III Por fim, para análise do pedido de tutela antecipada, deve apresentar os extratos comprovando os descontos aos quais se refere. IV Int... Curitiba, 19 de setembro de 2011 . -Advs. LINCOLN TAYLOR FERREIRA e DAIANE TOSHIE GOTZ SAITO-.

121. COBRANÇA-0049338-36.2011.8.16.0001-SERVIÇOS PRO-CONDOMINO LTDA x RODRIGO AUGUSTO MENDONÇA- Despacho de fls. 13: À emenda, no prazo de 10 (dez) dias, devendo o autor acostar aos autos a Ata da Assembléia do Condomínio e a Convenção do mesmo, para que conste nesses documentos o nome do síndico do Condomínio. Int... Curitiba, 21 de setembro de 2011 -Adv. LEANDRO LUIZ KALINOWSKI-.

122. OBRIGACAO DE FAZER C/TUTELA ANTECIPADA-0049575-70.2011.8.16.0001-SIDCLEI CORREA DE ARAUJO x DIPESUL LAJEADO e outro- Despacho de fls. 29: Para análise do pedido liminar, faculto ao autor, no prazo de 10 dias, emendar a inicial a fim de comprovar documentalmente as alegações do direito invocado. 2. Int... Curitiba, 23 de setembro de 2011 -Adv. LEONILDO BRUSTOLIN-.

123. ORD RESCISAO DE CONTRATO-0050296-22.2011.8.16.0001-MARIA APARECIDA SALOMAO x MARCELO DAHER DE LARA- Despacho de fls. 39: Em que pesem as alegações da autora quanto a sua hipossuficiência econômica, depreende-se dos autos que aufere uma renda mensal de R$5.097,07, o que não coaduna com a assertiva de hipossuficiência econômica. Com efeito, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das custas processuais e taxa judiciária, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, art. 257). Transcorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se, sendo o caso, e voltem conclusos para análise e demais deliberações. Int...Curitiba, 23 de setembro de 2011."Fica a parte interessada intimada a atender ao contido no art. 19 do Código de Processo Civil, no prazo de cinco dias, devendo retirar a guia para recolhimento no site (portal.tjpr.jus.br)." -Advs. MUMIR BAKKAR e VALDOMIRO ALBINI BURIGO-.

CURITIBA,29/09/2011

Eduardo Fernandes de Souza Poratti
Juramentado

# 4ª VARA CÍVEL

**JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL**
**COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ**
**RELAÇÃO Nº 192/2011.**
**JUIZA DE DIREITO:JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE**
**JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO: DR. FABIO BERGAMIN CAPELA**

**RELAÇÃO Nº 192/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABEL ANTONIO REBELLO 0054 000364/2008
ADAM MIRANDA SA STEHLING 0067 001255/2008
ADILSON LUIZ FERREIRA 0011 000905/1999
ADRIANA DE ALCANTARA LUCH 0006 000253/1998
0050 001794/2007
ADRIANA DE FRANCA 0021 000805/2005
ADRIANA GAVAZZONI 0061 000928/2008
ADRIANO BARBOSA 0089 002434/2009
ADRIANO MUNIZ REBELLO 0054 000364/2008

ALAMIR DOS SANTOS WINCKLE 0049 001444/2007
ALESSANDRA DE CARVALHO BE 0049 001444/2007
ALESSANDRA LABIAK 0053 000113/2008
ALESSANDRA MADUREIRA DE O 0033 000121/2007
ALESSANDRO VINICIUS PILAT 0032 000924/2006
ALEXANDRA VALENZA ROCHA 0062 001125/2008
ALEXANDRE CHRISTOPH LOBO 0070 001505/2008
0129 041417/2011
ALEXANDRE DE ALMEIDA 0062 001125/2008
ALEXANDRE GONÇALVES MENDE 0085 002068/2009
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0008 000602/1998
0009 001286/1998
0146 008664/3333
ALEXANDRE TOSCANO DE CAST 0065 001213/2008
ALEXANDRE ZOLET 0037 000389/2007
ALEXANDRINA GOMES MORAIS 0080 001755/2009
ALINE BORGES LEAL 0049 001444/2007
ALINE BRATTI NUNES PEREIR 0147 008665/3333
ALINE CARNEIRO DA CUNHA D 0033 000121/2007
0048 001417/2007
0091 000076/2010
ALINE RIBEIRO GUILET 0073 001891/2008
ALINE URBAN 0056 000581/2008
ALISSON MATOS 0061 000928/2008
ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA 0033 000121/2007
0048 001417/2007
0091 000076/2010
ALTIVO JOSE SENISKI 0114 062332/2010
AMANDA FIALLA TAVARES 0099 042819/2010
AMAURY CHAGAS COUTINHO JU 0006 000253/1998
ANA BEATRIZ ANTUNES 0055 000392/2008
ANA CRISTINA DA ROSA GRAS 0081 001762/2009
ANA LOUISE RAMOS DOS SANT 0054 000364/2008
ANA LUCIA FRANCA 0046 001336/2007
ANA PAULA EL MEMARI PUBLI 0019 000236/2004
ANA PAULA SCHELLER DE MOU 0097 031808/2010
0131 042062/2011
ANA ROSA DE LIMA LOPES BE 0049 001444/2007
ANA ROSA LIMA LOPES BERNA 0087 002350/2009
ANDERSON CLEBER OKUMURA Y 0062 001125/2008
0071 001533/2008
ANDREA HERTEL MALUCELLI 0035 000345/2007
0045 001037/2007
ANDRE LUIZ ACHE MANSUR 0054 000364/2008
ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANET 0087 002350/2009
ANDRESSA JARLETTI G. DE O 0021 000805/2005
ANGELO ITAMAR DE SOUZA 0058 000794/2008
ANTELMO JOÃO BERNARTT FIL 0107 050895/2010
ANTONIO CARLOS DA VEIGA 0014 000641/2002
ANTONIO LUIZ PEREIRA JUNI 0006 000253/1998
ANTONIO OLIMPIO DA SILVA 0016 000314/2003
ARARINAN KOSOP 0056 000581/2008
ARDEMIO DORIVAL MUCKE 0005 001133/1997
ARIBERT JOAO RANNOW 0005 001133/1997
ARIEL DA SILVEIRA 0022 000868/2005
ARNALDO CONCEICAO JUNIOR 0114 062332/2010
ARNO JUNG 0031 000771/2006
ARNOLDO HORST PREHS 0125 032802/2011
ARTHUR SABINO DAMASCENO 0077 001145/2009
AUREO VINHOTI 0046 001336/2007
BARBARA CRISTINA LOPES PA 0035 000345/2007
BEATRIZ SCHIEBLER 0002 000104/1997
BENEDITO APARECIDO TUPONI 0104 048459/2010
BERNARDO DUARTE ALMEIDA F 0079 001720/2009
BLAS GOMM FILHO 0046 001336/2007
BRAULIO ROBERTO SCHMIDT 0076 000208/2009
BRUNA MISCHIATTI PAGOTO 0047 001401/2007
BRUNO ANDRE SOUZA COLODEL 0073 001891/2008
BRUNO BRAGA BETTEGA 0083 002019/2009
BRUNO FISCHER FRAIZ DE MO 0137 048207/2011
CAIO MARCIO EBERHART 0075 000144/2009
CARLA HELIANA V M TANTIN 0053 000113/2008
0107 050895/2010
CARLOS ALBERTO ARAUJO ROV 0053 000113/2008
CARLOS ALBERTO NEPOMUCENO 0042 000770/2007
CARLOS ANDRE BITTENCOURT 0115 065096/2010
CARLOS AUGUSTO SILVA SYPN 0083 002019/2009
CARLOS BUCK 0125 032802/2011
CARLOS DELAI 0055 000392/2008
CARLOS EDUARDO KIPPER 0108 051566/2010
CARLOS FREDERICO REINA CO 0046 001336/2007
CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE 0067 001255/2008
CARLOS PZEBEOWSKI 0085 002068/2009
CARMEN GLORIA ARRIAGADA A 0056 000581/2008
CAROLINA MARCELA FRANCIOL 0069 001495/2008
CAROLINE AMADORI CAVET 0132 043039/2011
CAROLLINE MEDEIROS VEIGA 0076 000208/2009
CASSIANO ANTUNES TAVARES 0075 000144/2009
CESAR AUGUSTO MACHADO DE 0118 003016/2011
CESAR AUGUSTO TERRA 0111 056782/2010
CESAR RICARDO TUPONI 0082 001769/2009
0104 048459/2010
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 0067 001255/2008
CHANDER ALONSO MANFREDI M 0049 001444/2007
0087 002350/2009
CHARLES PARCHEN 0047 001401/2007
CHEYWA GABRIELA DE JUODIS 0069 001495/2008
CICERO JOSE ZANETTI DE OL 0075 000144/2009
CLAUDIA BARROSO DE PINHO 0006 000253/1998
CLAUDIA ELISABETH C. VAN 0055 000392/2008
0077 001145/2009
CLAUDIA LUCIANA CECCATTO 0075 000144/2009
CLAUDIA MONTARDO RIGONI 0077 001145/2009
CLAUDIO BIAZETTO PREHS 0035 000345/2007
CLAUDIO MARCELO BAIAK 0052 001849/2007
CLEBER DA SILVA BARBOSA 0004 000279/1997
CLEBER MARCONDES 0006 000253/1998
CREDENCE KWITSCHAL 0015 001451/2002
CRISTIANE BELIANATI GARCI 0107 050895/2010
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0053 000113/2008
CRISTIANE DO ROCIO CAVALI 0030 000331/2006
CRISTIANE FERRER 0100 043743/2010
CRISTIANE VANESSA T MALAT 0056 000581/2008
CRISTINA FONTOURA VERRI 0108 051566/2010
CURADOR ESPECIAL 0138 049011/2011
DAMARIS BARBOSA DE CAMPOS 0035 000345/2007
DANIEL BARBOSA MAIA 0027 001314/2005
0049 001444/2007
DANIEL BARCELLOS 0076 000208/2009
DANIELE CRISTINE TAKLA 0056 000581/2008
0074 000055/2009
DANIELE DE BONA 0036 000371/2007
0039 000668/2007
DANIELE LUCCHESI FOLLE 0016 000314/2003
0112 057202/2010
DANIELE PIMENTEL DOS SANT 0046 001336/2007
DANIEL HACHEM 0084 002062/2009
DANIEL HAJJAR S MONTANHA 0006 000253/1998
DANIEL PESSOA MADER 0121 022035/2011
DANIEL SANTOS BORIN 0049 001444/2007
DANILO EMILIO BERNARTT 0107 050895/2010
DARCY NASSER DE MELO 0026 001270/2005
DARIANE FRANCHIN 0119 004374/2011
DEBORAH FIGUEIREDO FERRER 0067 001255/2008
DEBORAH SPEROTTO DA SILVE 0108 051566/2010
DELMARI DIAS 0003 000253/1997
DENISE REGINA FERRARINI 0097 031808/2010
DIEGO RUBENS GOTTARDI 0036 000371/2007
0039 000668/2007
DULCE MARIA GAWLOSKI 0021 000805/2005
EDINALDO FRANCISCO DE SOU 0128 039081/2011
EDSON ALBERTO RAMOS 0022 000868/2005
EDSON SILVERIO CABRAL 0002 000104/1997
EDUARDO FRANÇA ROMEIRO 0022 000868/2005
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 0035 000345/2007
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 0045 001037/2007
EDUARDO MARIANO VALEZIN D 0039 000668/2007
EDUARDO MOTIEJAUS JUODIS 0069 001495/2008
EDUARDO OLIVEIRA AUGUSTIN 0123 027913/2011
EDUARDO SANDOVAL DE MELLO 0026 001270/2005
ELIANA AKEMI NAKAMURA 0056 000581/2008
ELIANE DA COSTA MACHADO 0012 001395/2001
ELIANE MARCIA LASS STANKI 0002 000104/1997
ELIANE MARIA MARQUES 0120 012313/2011
ELIZABETH REGINA VENANCIO 0105 048711/2010
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI 0049 001444/2007
ELIZEU LUIZ TOPOROSKI 0033 000121/2007
0048 001417/2007
0091 000076/2010
EMANUEL MASCARENHAS PADIL 0141 008656/3333
EMANUEL VITOR CANEDO DA S 0078 001322/2009
EMERSON LAUTENSCHLAGER SA 0107 050895/2010
EMERSON LAUTENSPHLAGER SA 0053 000113/2008
EMERSON LUIZ VELLO 0059 000807/2008
EMIDIO BUENO MARQUES 0116 065323/2010
ERIKA HIKISHIMA FRAGA 0016 000314/2003
0058 000794/2008
EVANDRO AFONSO RATHUNDE 0049 001444/2007
EVARISTO ARAGAO FERREIRA 0042 000770/2007
FABIANA DE ALMEIDA PACHOT 0054 000364/2008
FABIANA SILVEIRA 0148 008666/3333
FABIANO MARTINI 0046 001336/2007
FABIO LUIZ DE QUEIROZ TEL 0079 001720/2009
FABIO TAKAHASHI 0061 000928/2008
FABRICIO PASSOS AZEVEDO 0057 000613/2008
FATIMA APARECIDA GINDRO 0061 000928/2008
FATIMA DENISE FABRIN 0040 000700/2007
FAURLLIN NAREZI 0075 000144/2009
FELIPE ROSSATO FARIAS 0098 035055/2010
FELIPE SANTOS RIBAS 0105 048711/2010
FERNANDA HELOISA ROCHA DE 0035 000345/2007
FERNANDA NELSEN TEODORO D 0017 000523/2003
FERNANDA SOLINO CORREA 0061 000928/2008
FERNANDO ANDRE SILVA 0083 002019/2009
FERNANDO J GASPA 0144 008659/3333
FERNANDO JOSE GASPAR 0039 000668/2007
FERNANDO MARTINS DA SILVA 0065 001213/2008
FERNANDO MUSSI PEREIRA PA 0094 012099/2010
FERNANDO VALENTE COSTACUR 0097 031808/2010
FERNANDO VALENTE COSTACUR 0131 042062/2011
FILIPE ALVES DA MOTA 0046 001336/2007
FLAVIANO BELINATI GARCIA 0107 050895/2010
FLAVIANO BELLINATI GARCIA 0053 000113/2008
FLAVIO DIONIOSIO BERNARTT 0107 050895/2010
FLAVIO DIONISIO BERNARTT 0107 050895/2010
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 0055 000392/2008
0077 001145/2009
FLAVIO SANTANA VALGAS 0053 000113/2008

0107 050895/2010
FLORIANO GALEB 0075 000144/2009
FRANCIELE GRANDO 0137 048207/2011
FRANCIELE MARIA GEMIN 0105 048711/2010
FRANCISCO DERADI 0065 001213/2008
GABRIELA CORTES LEAO DE O 0047 001401/2007
GABRIEL BITTENCOURT PEREI 0083 002019/2009
GABRIEL DA SILVA RIBAS 0121 022035/2011
GENESIO FELIPE DE NATIVID 0009 001286/1998
GERMANO ALBERTO DRESCH FI 0032 000924/2006
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0055 000392/2008
0077 001145/2009
GIANMARCO COSTABEBER 0105 048711/2010
GILBERTO DANELUZ 0092 000119/2010
GILBERTO STIGLING LOTH 0111 056782/2010
GIOVANI GIONEDIS 0056 000581/2008
GIOVANI GIONEDIS FILHO 0056 000581/2008
GIOVANNA BENVENUTTI 0054 000364/2008
GISELI ITO GOMES AFONSO 0073 001891/2008
GLAUCO IWERSEN 0101 044046/2010
GUARACI DE MELO MACIEL 0060 000817/2008
GUSTAVO HENRIQUE BOURGES 0099 042819/2010
GUSTAVO PEREIRA DEFINA 0026 001270/2005
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0030 000331/2006
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0066 001236/2008
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0086 002135/2009
GUSTAVO SILVA TRAMUNT 0108 051566/2010
HEITOR ALCANTARA DA SILVA 0062 001125/2008
0073 001891/2008
HELENA DE TOLEDO COELHO G 0123 027913/2011
HELENA MUSSOLINO 0006 000253/1998
HELIO LUIZ VITORINO BARCE 0019 000236/2004
HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA 0097 031808/2010
IDAMARA ROCHA FERREIRA SA 0027 001314/2005
0049 001444/2007
IDELANIR ERNESTO 0027 001314/2005
IDEMILSON DE OLIVEIRA 0083 002019/2009
IDERALDO JOSE APPI 0063 001127/2008
0064 001140/2008
IGOR RAFAEL MAYER 0053 000113/2008
INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BO 0040 000700/2007
INAJARA MESSIAS VEIGA STE 0082 001769/2009
INGRID DE MATTOS 0035 000345/2007
ISAIAS MAURICIO JUNIOR 0112 057202/2010
ISRAEL LIUTTI 0088 002426/2009
IVAN LINZMEYER SANTOS 0072 001685/2008
IVO WENDT JUNIOR 0106 049700/2010
JADER SCHLICKMANN DE SOUZ 0033 000121/2007
0048 001417/2007
0091 000076/2010
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0055 000392/2008
0077 001145/2009
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0126 038064/2011
0143 008658/3333
JANAINA BRANCALEONE 0049 001444/2007
JANAINA GIOZZA AVILA 0066 001236/2008
0086 002135/2009
JANAINNA DE CASSIA ESTEVE 0047 001401/2007
JAQUELINE SCOTA STEIN 0055 000392/2008
0077 001145/2009
JEFFERSON SILVEIRA DE SOU 0001 000530/1992
JESICA FORNACIARI MACEDO 0004 000279/1997
JESSICA AGDA DA SILVA 0114 062332/2010
JESSICA FERREIRA DE OLIVE 0044 001015/2007
JESSICA GHELFI 0033 000121/2007
0048 001417/2007
0091 000076/2010
JOANNE ANNINE VENEZIA MAT 0123 027913/2011
JOAO ALBERTO SERBAKE 0128 039081/2011
JOAO CLAUDIO FRANZO WEINA 0061 000928/2008
JOAO LEONARDO VIEIRA 0123 027913/2011
JOAO LEONEL ANTOCHESKI 0109 053313/2010
0127 038632/2011
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0111 056782/2010
JOAQUIM JOSE GRUBHOFER RA 0006 000253/1998
JOAQUIM JOSE RAULY 0031 000771/2006
JONAS BORGES 0042 000770/2007
0074 000055/2009
JOSAFA ANTONIO LEMES 0020 000770/2005
JOSANE DALILA FERRAZ RODR 0025 001253/2005
JOSE ANTONIO CORDEIRO CAL 0083 002019/2009
JOSE ARI MATOS 0135 044348/2011
JOSE CESAR VALEIXO NETO 0083 002019/2009
JOSE EDGARD DA CUNHA BUE 0073 001891/2008
JOSE LUCIO GLOMB 0137 048207/2011
JOSE MANOEL GARCIA ABELAR 0037 000389/2007
JOUBERT AMARAL DE ALMEIDA 0122 025808/2011
JUCIMERI BANDEIRA DE SOUZ 0096 023487/2010
JULIANA BIGOLIN ZORDAN 0099 042819/2010
JULIANA MARA DA SILVA 0077 001145/2009
JULIANA MUHLMANN PROVESI 0049 001444/2007
JULIANA PAULA DE SOUZA 0076 000208/2009
JULIANE FEITOSA SANCHES 0077 001145/2009
JULIANE ZANCANARO BERTASI 0114 062332/2010
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 0035 000345/2007
JULIO CESAR DALMOLIN 0126 038064/2011
0143 008658/3333
JULIO CESAR VERALDO MENEG 0019 000236/2004
JULIO CEZAR ENGEL DOS SAN 0105 048711/2010
0136 045162/2011
JULIO CHRISTIAN LAURE 0026 001270/2005
KAREM LUCIA CORREA DA SIL 0101 044046/2010
KARINA DE ALMEIDA BATISTU 0073 001891/2008
KARIN CRISTINA BORIO MANC 0125 032802/2011
KARINE CRISTINA DA COSTA 0036 000371/2007
0039 000668/2007
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0049 001444/2007
KARL GUSTAV KOHLMANN 0003 000253/1997
KATIA LAZARINI LUIZ 0108 051566/2010
KATIA REGINA NASCIMENTO B 0049 001444/2007
KLAUS SCHNITZLER 0039 000668/2007
0144 008659/3333
KLAYTON MUNEHIRO FURUGUEM 0061 000928/2008
LASNINE MONTE W SCHOLZE 0055 000392/2008
0077 001145/2009
LEANDRO CABRERA GALBIATI 0036 000371/2007
LEANDRO MAURICIO VELOZO V 0015 001451/2002
LEOCADIO POLIK 0075 000144/2009
LEOMIR BINHARA DE MELO 0118 003016/2011
LEONEL TREVISAN JUNIOR 0034 000311/2007
0040 000700/2007
0139 008654/3333
LEONORA REITENBACH DAVI 0108 051566/2010
LIA DIAS GREGORIO 0035 000345/2007
LIDIANA VAZ RIBOVSKI 0134 044198/2011
LILIAN ROMAGNA 0090 002484/2009
LIZIA CEZARIO DE MARCHI 0039 000668/2007
LOLINNA CHAN 0023 001023/2005
LORENA NASCIMENTO GLOK 0105 048711/2010
LORIANE GUISANTES DA ROSA 0095 018053/2010
LOUISE RAINER PEREIRA GIO 0056 000581/2008
LOURENCO IACZINSKI SILVA 0117 000667/2011
LUANA FERLAUTO 0108 051566/2010
LUCIANA BERRO 0027 001314/2005
0049 001444/2007
LUCIANA STRINGHINI 0149 008667/3333
LUCIANE GARLIN DE LAZARI 0048 001417/2007
0091 000076/2010
LUCIANO ANGHINONI 0055 000392/2008
0077 001145/2009
LUCIANO DE SOUZA CASTELAN 0073 001891/2008
LUCIANO MORAIS E SILVA 0037 000389/2007
LUCILENE ALISAUKA CAVALCA 0073 001891/2008
LUCIMARA GONÇALVES DA SIL 0116 065323/2010
LUIS FERNANDO CAMPOS DE T 0065 001213/2008
LUIS OTAVIO LEMES DE TOLE 0065 001213/2008
LUIZ ALBERTO GONCALVES 0009 001286/1998
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA DE 0150 008668/3333
LUIZ ASSI 0047 001401/2007
LUIZ CARLOS DA ROCHA 0021 000805/2005
LUIZ CESAR TABORDA ALVES 0070 001505/2008
LUIZ EDUARDO MELLER DA SI 0049 001444/2007
LUIZ ERNANI DA SILVA FILH 0017 000523/2003
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0145 008660/3333
LUIZ FERNANDO COELHO 0123 027913/2011
LUIZ GUSTAVO MUSSOLINI DE 0019 000236/2004
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0055 000392/2008
0077 001145/2009
LUIZ HENRIQUE ZANELATTO 0028 001404/2005
LUIZ RENATO PEREIRA SANTA 0030 000331/2006
LUIZ TRINDADE CASSETARI 0081 001762/2009
MACAZUMI FURTADO NIWA 0088 002426/2009
MAIRA APARECIDA FERRARI 0035 000345/2007
MAIRA RODRIGUES DA COSTA 0047 001401/2007
MARCELO AUGUSTO BERTONI 0073 001891/2008
MARCELO AUGUSTO DE SOUZA 0053 000113/2008
MARCELO CARON BAPTISTA 0032 000924/2006
MARCELO DE ALMEIDA BITTEN 0082 001769/2009
MARCELO DE SOUZA MORAES 0035 000345/2007
MARCELO MARQUES MUNHOZ 0114 062332/2010
MARCIA L. GUND 0126 038064/2011
MARCIA REGINA NUNES DE S 0083 002019/2009
MARCIO ALEXANDRE CAVENAGU 0101 044046/2010
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0035 000345/2007
0045 001037/2007
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0093 007906/2010
0140 008655/3333
MARCIO MANFREDINI POSEBON 0108 051566/2010
MARCIO RUBENS PASSOLD 0009 001286/1998
MARCO ANTONIO LANGER 0010 000539/1999
MARCO AURELIO EHMKE PIZZO 0074 000055/2009
MARCOS ALEXANDRE GABARDO 0024 001237/2005
MARCOS CESAR VINHOTI 0046 001336/2007
MARCOS RODRIGO DE OLIVEIR 0073 001891/2008
MARCUS VINICIUS BOACALHE 0056 000581/2008
MARCUS VINICIUS TADEU PER 0092 000119/2010
MARIA AMELIA CASSIANA MAS 0056 000581/2008
MARIA AMELIA C MASTROROSA 0074 000055/2009
MARIA CIBELI CORREA RIBEI 0013 000274/2002
MARIA CRISTINA PEDRO 0061 000928/2008
MARIA DA GRAÇA MENDES PAS 0004 000279/1997
MARIA HELENA DOS SANTOS 0041 000715/2007
MARIA IZABELA BRUGINSKI 0127 038632/2011
MARIA IZABEL BRUGINSKI 0109 053313/2010
MARIANA CORDEIRO GIANDON 0026 001270/2005
MARIANA JOBIM 0108 051566/2010
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0033 000121/2007
0048 001417/2007

0091 000076/2010
MARILZA MATIOSKI 0001 000530/1992
MARINA BLASKOVSKI 0049 001444/2007
MAURICIO ALCANTARA DA SIL 0130 042060/2011
MAURICIO BELESKI DE CARVA 0090 002484/2009
MAURICIO CARLOS BANDEIRA 0032 000924/2006
MAURICIO SAGBONI MONTANHA 0006 000253/1998
MAURO CURTI 0027 001314/2005
MAURO MARONEZ NAVEGANTES 0067 001255/2008
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0062 001125/2008
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0071 001533/2008
MAYLIN MAFFINI 0054 000364/2008
MELISSA LOYOLA MISTRONGUE 0011 000905/1999
MICHELE GEIGER JACOB 0049 001444/2007
MICHELE GERBER DORN 0108 051566/2010
MICHELI GONDIM DE CASTRO 0016 000314/2003
MICHEL KOIALAINSKI BARBOS 0004 000279/1997
MICHEL LAUREANTI 0020 000770/2005
MICHELLE MENEGUETTI GOMES 0073 001891/2008
MICHELLE SCHUSTER NEUMANN 0097 031808/2010
0131 042062/2011
MICHELLY CRISTINA ALVES N 0053 000113/2008
MIEKO ITO 0016 000314/2003
0058 000794/2008
0060 000817/2008
0095 018053/2010
0110 054749/2010
0112 057202/2010
MIGUEL HILU NETO 0032 000924/2006
MILKEN JACQUELINE C.JACOM 0053 000113/2008
0107 050895/2010
MILTON BAIRROS DA ROSA 0049 001444/2007
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0101 044046/2010
MILTON TEODORO DA SILVA 0017 000523/2003
MIRIAM PERSIA DE SOUZA 0101 044046/2010
MIRIAN RAMOS NOGUEIRA 0019 000236/2004
MOACIR JOSE DE MEDEIROS 0059 000807/2008
MONICA FERREIRA MELLO BIO 0101 044046/2010
MORIANE PORTELLA GARCIA 0077 001145/2009
MURILO CELSO FERRI 0078 001322/2009
0138 049011/2011
MURILO CLEVE MACHADO 0101 044046/2010
MURILO MENGARDA 0055 000392/2008
NARJARA HEIDMANN 0011 000905/1999
NATACHA MACHADO FERREIRA 0012 001395/2001
NATHALIA KOWALSKI FONTANA 0074 000055/2009
NATHALIA KOWASLKI FONTANA 0056 000581/2008
NEIDE MARIA MARTINS 0007 000386/1998
NELSON ANTONIO GOMES JUNI 0082 001769/2009
NELSON CARLOS DOS SANTOS 0124 029795/2011
NEY MENDES RODRIGUES JUNI 0085 002068/2009
NIRIS CRISTINA FREDO DA C 0108 051566/2010
NORBERTO TARGINO DA SILVA 0097 031808/2010
OKSANDRO OSDIVAL GONÇALVE 0123 027913/2011
OLIVIO HORACIO RODRIGUES 0002 000104/1997
OSDIMAR OKANOR GONÇALVES 0123 027913/2011
OSNI MARCOS LEITE 0004 000279/1997
OSNIR MAYER JUNIOR 0128 039081/2011
OTAVIO LEMES DE TOLEDO 0065 001213/2008
OTOMI KOHLMANN 0003 000253/1997
PATRICIA ALVES DE OLIVEIR 0061 000928/2008
PATRICIA FRANCA BENATO 0051 001802/2007
PATRICIA PONTAROLI JASEN 0053 000113/2008
PATRICIA VILLARINHOS SILV 0026 001270/2005
PAULA CASSETTARI FLORES 0081 001762/2009
PAULO HENRIQUE PETROCINI 0114 062332/2010
PAULO MAINGUE NETO 0114 062332/2010
PAULO ROBERTO ANGHINONI 0077 001145/2009
PAULO ROBERTO BARBIERI 0034 000311/2007
0040 000700/2007
PAULO ROBERTO FADEL 0047 001401/2007
PAULO ROBERTO GOMES 0038 000642/2007
PAULO ROBERTO NAREZI 0075 000144/2009
PAULO SERGIO STAHLSCHMIDT 0092 000119/2010
PAULO VINICIUS DE B MARTI 0004 000279/1997
PEDRO CARNEIRO LOBO JUNIO 0101 044046/2010
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 0053 000113/2008
0107 050895/2010
PRISCILA CARAMORI TOLEDO 0056 000581/2008
0074 000055/2009
RAFAEL DE LIMA FELCAR 0105 048711/2010
RAFAEL EDUARDO BERNARTT 0107 050895/2010
RAFAELLA GUSSELA DE LIMA 0073 001891/2008
RAFAEL MACEDO DA ROCHA LO 0056 000581/2008
0074 000055/2009
RAFAEL MARQUES GANDOLFI 0142 008657/3333
RAFAEL MICHELON 0073 001891/2008
RAFAEL TADEU MACHADO 0138 049011/2011
RAPHAELA MAIA RUSSI FRANC 0069 001495/2008
RAUL DE ARAUJO SANTOS 0149 008667/3333
REGINA DE MELO SILVA 0047 001401/2007
REINALDO MIRICO ARONIS 0043 000773/2007
0047 001401/2007
0083 002019/2009
RENATA MARCHETI SILVEIRA 0026 001270/2005
RENATO JOSE BORGERT 0092 000119/2010
RICARDO CHEANG 0044 001015/2007
RICARDO DE ARRUDA SOARES 0026 001270/2005
RICHARDT ANDRE ALBRECHT 0056 000581/2008
0074 000055/2009
ROBERTA B. BITTENCOURT T. 0092 000119/2010
ROBERTA CHEMIN GADENS 0011 000905/1999
ROBERTA PEDROSO FERREIRA 0073 001891/2008
ROBERTO DE CARVALHO PEIXO 0061 000928/2008
ROBERTO DE OLIVEIRA GUIMA 0015 001451/2002
ROBSON JOSE EVANGELISTA 0075 000144/2009
RODRIGO BEZERRA ACRE 0035 000345/2007
RODRIGO FERNANDES DA SILV 0049 001444/2007
ROGERIO TETSUYA NARUZAWA 0061 000928/2008
ROMULO VINICIUS FINATO 0034 000311/2007
0040 000700/2007
RONEI JULIANO FOGACA WEIS 0133 043938/2011
ROSANGELA DA ROSA CORREA 0033 000121/2007
0048 001417/2007
ROSANGELA URIARTE RIERA S 0018 000136/2004
ROSELI ZANLORENSI CARDOSO 0003 000253/1997
ROSIANE APARECIDA MARTINE 0053 000113/2008
0107 050895/2010
SAMIRA VOLPATO 0049 001444/2007
SANDRA BERNADETE GEARA CA 0090 002484/2009
SANDRO MANSUR GIBRAN 0096 023487/2010
SAULO BONAT DE MELLO 0006 000253/1998
SERGIO AGOSTINHO DRESCH 0068 001393/2008
SERGIO SCHULZE 0087 002350/2009
SIDNEY MARCOS MIRANDA 0050 001794/2007
SILVIA ARRUDA GOMM 0046 001336/2007
SILVIA MARIA DE ANDRADE 0074 000055/2009
SILVIO BRAMBILA 0142 008657/3333
SILVIO NAGAMINE 0021 000805/2005
SIMONE MARQUES SZESZ 0058 000794/2008
0110 054749/2010
SIMONE SELVA CAVALCANTE P 0013 000274/2002
SOCRATES JOSE NICLEVISK 0019 000236/2004
SOFIA CAROLINA JACOB DE P 0073 001891/2008
SOLANGE CANDIDA WUICIK 0011 000905/1999
SOLANGE MARIA DE SOUZA CH 0083 002019/2009
SOLANGE TAKAHASHI MATSUKA 0061 000928/2008
SONIA MARIA SCHROEDER VIE 0076 000208/2009
SUEILA LIMA DE ARAUJO 0108 051566/2010
SUZANA TIMM ARF 0026 001270/2005
SUZIENY BAPTISTA DE OLIVE 0102 046903/2010
TAIS BRITO FRANCISCO 0035 000345/2007
TAMMY ZULAUF 0083 002019/2009
TANI MARIA WURSTER 0006 000253/1998
TATIANA VALESCA VROBLEWSK 0049 001444/2007
TATIANE MUNCINELLI 0055 000392/2008
0077 001145/2009
TATIANE PARZIANELLO 0029 001506/2005
TATIANE RIBEIRO BALDONI 0086 002135/2009
THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS 0033 000121/2007
0048 001417/2007
0091 000076/2010
0103 047789/2010
TONI MENDES DE OLIVEIRA 0016 000314/2003
TONY AUGUSTO PARANA DA SI 0113 061731/2010
TRAJANO BASTOS DE O. NETO 0101 044046/2010
TWINK MENDES DE MORAES 0129 041417/2011
UBIRAJARA COSTODIO FILHO 0032 000924/2006
VALERIA CARAMURU CICARELL 0009 001286/1998
VANDERLEI MIQUILINO DOS R 0015 001451/2002
VANESSA MARIA RIBEIRO BAT 0036 000371/2007
0039 000668/2007
VICTICIA KINASKI GONÇALVE 0132 043039/2011
VILSON RIBEIRO DE ANDRADE 0055 000392/2008
VINICIUS GONÇALVES 0035 000345/2007
VINICIUS TEIXEIRA MONTEIR 0065 001213/2008
VIRGINIA MAZZUCCO 0066 001236/2008
0086 002135/2009
WELLINGTON FARINHUKA DA S 0047 001401/2007
WILMAR EPPINGER 0114 062332/2010
WILSON SANCHES MARCONI 0097 031808/2010
WILTON VICENTE PAESE 0002 000104/1997

1. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 530/1992-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL VILA VELHA x NEY PROSDOCIMO - I. Sobre os documentos de fls. 451/462, manifeste-se o credor, em 05 dias. II. Intime-se. - Advs. MARILZA MATIOSKI e JEFFERSON SILVEIRA DE SOUZA.

2. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 104/1997-BAMERINDUS S/A PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS x ANA MANSO SAYAO COMEGNO - I. Deixo de realizar a consulta via Renajud, diante do contido na certidão de fls. 148. II. Manifeste-se a credora, no prazo de 05 dias, sobre o disposto na certidão de fls. 148. III. Intime-se. - Advs. WILTON VICENTE PAESE, OLIVIO HORACIO RODRIGUES FERRAZ, ELIANE MARCIA LASS STANKIEVICZ, EDSON SILVERIO CABRAL e BEATRIZ SCHIEBLER.

3. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 253/1997-BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A x OSMAR CASTILHO VASCONCELLOS e outro - 1. Proceda-se conforme requerido a fls. 279. 2. Diligências necessárias. Deve o interessado preparar as custas para expedição de alvará de levantamento dos valores depositados no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. -

Advs. ROSELI ZANLORENSI CARDOSO, OTOMI KOHLMANN, DELMARI DIAS e KARL GUSTAV KOHLMANN.

4. ACAO DE COBRANCA (SUM) - 279/1997-MALUCELLI & FILHOS LTDA (MASSA FALIDA) x ABRHA LOCACAO DE QUADRAS ESPORTIVAS LTDA e outros - Consoante acórdão proferido às fls. 563-570, foi determinado que este juizo reexaminasse o mérito da exceção de pré-executividade formulada por Rudimar José Denis. Mister esclarecer que não obstante o mérito da exceção de pré-executividade já ter sido enfrentado na decisão de fl. 523, vez que a decisão lá exarada não se limitou a aspectos formais (preclusão) mas também mater¡ais (análise da alteração do contrato social) passo a analisar a exceção de pré-excutividade oposta às fls. 472-481. A exceção de pré-executividade, ou a categoria que entendo mais acertada, a objeção de executividade, serve para, por meio de petição simples, alegar matérias de ordem pública que bem podiam ser conhecidas ex officio pelo Juiz. Compulsando os autos verifica-se que a parte excipiente foi sócia da sociedade empresária Zezito Locação de Quadras Esportivas Ltda., entre 30 de outubro de 1995 e 23 de fevereiro de 1996. Segundo a excipiente, ela não poderia figurar no polo passivo da demanda vez que constituição da dívida ocorreu antes do ingresso dela nos quadros societários da devedora principal. Outrossim, argumenta que nunca exerceu a administração nem a diretora da sociedade o que afastaria a responsabilidade dela quanto a possíveis débitos contraídos pela devedora principal. Por derradeiro argumentou que não houve comprovação da dissolução irregular da sociedade empresária, exercício de atos de gestão com excesso de mandato, ofensa ao respetivo contrato social ou á lei. O excepto manifestou-se às fls. 511-521, oportunidade em que pugnou pela inadequação da via processual eleita pelo excipiente. Argumentou ainda que a parte excepta tinha ciência da situação socio-economica da devedora principal, ficando sub-rogado nos direitos e obrigações decorrentes da alteração contratual e que a solidariedade entre a excipiente e a devedora principal já foi analisada anteriormente. Postula pela rejeição da exceção de pré-executividade. A desconsideração da personalidade jurídica é ato de exceçao, eis que os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, salvo casos de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, por excesso de poderes ou em infração à lei, ao contrato social aos estatutos da pessoa jurídica ou ainda quando houver confusão patrimonial. No caso, o abuso da personalidade jurídica revela-se presente, eis que a devedora principal, mesmo sabendo da existência da dívida constituída por título de crédito extrajudicial teve encerrada irregularmente suas atividades em prejuízo de credores, alienando todos os seus bens para pagar alguns credores em prejuízo dos demais (fl. 142), em total desrespeito a Decreto-Lei n ° 7.661/1945. Os sócios da executada não podiam ignorar que ainda estava em curso processo de execução, razão pela qual cabiam observarem os procedimentos corretos que envolvem o encerramento da empresa, relativos a regularização da situação registrária bem como, proceder à realização do ativo eo pagamento do passivo aos credores. Uma vez comprovada a venda de bens da devedora principal em flagrante infração à lei, resta patente o abuso da personalidade jurídica a motivar a desconsideração da personalidade jurídica. Destarte, nos termos do disposto no artigo 592 do Código de Processo Civil, a responsabilidade patrimonial deve recair sobre os sócios da executada. Nesse sentido, o Colendo Superior Tribunal de Justiça vem assentando que é devida a desconsideração quando o juiz verificar abuso de direito para fraudar credores consoante se pode depreender do trecho do seguinte julgado: Os sócios, portanto, passam a ingressar a lide como devedores solidários pela dívida podendo o exequente dirigir sua pretensão tanto ao devedor principal como ao sócio, ou a ambos, se assim o desejar, nos termos do que dispõe o artigo 1.080 do Código Civil. Ultrapassada a questão pertinente à responsabilidade dos sócios, mister verificar se o excipiente, ex-sócio da sociedade empresária devedora principal, deve arcar com as dívidas por ela contraídas antes do ingresso dele nos quadros societários. O antigo Código Civil de 1916, ao contrário do novel diploma civilista, não trazia texto expresso limitando a responsabilidade do sócio retirante (artigo 1.003 do Código Civil de 2002). Por óbvio isso não conduz ao raciocínio de que o sócio retirante teria a responsabilidade por lapso de tempo infinito sobre os débitos que foram contraídos pela sociedade empresária, enquanto ele permaneceu nos quadros societários mormente se ela continuou a operar após a saída dele. Vide ementa abaixo: Assim, demonstra desproporcional e desarrazoado que passados mais de 15 (quinze) anos da saída regular da sociedade, o sócio retirante ainda venha a ser responsabilizado pelo pagamento integral da dívida contraída pela sociedade empresana. Tal desproporcionalidade é tão flagrante que não por acaso o legislador do Código Civil de 2002 estabeleceu um prazo no qual o sócio retirante continua responsável pelas dívidas da sociedade. Desta feita, acolho o pedido veiculado na objeção de executividade apresentada e julgo extinto o processo com julgamento de mérito em relação ao excipiente, nos termos do artigo 269, inciso I combinado com o artigo 475-R ambos do Código de Processo Civil. Condeno a parte excepta ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais que fixo em R$ 300,00 (trezentos reais) ante o grau de zelo profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza, a importância e a simplicidade da causa, o trabalho realizado pelo advogado eo tempo exigido para o seu serviço. Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, no que for aplicável. Intimem-se. - Advs. MARIA DA GRAÇA MENDES PASSOS, CLEBER DA SILVA BARBOSA, MICHEL KOIALAINSKI BARBOSA, PAULO VINICIUS DE B MARTINS JUNIOR, OSNI MARCOS LEITE e JESICA FORNACIARI MACEDO.

5. ACAO DE INDENIZACAO (SUM) - 1133/1997-ANA MARIA NOGOSEKI BORGES e outros x JOSE LUCAS BONATO - Deve a parte requerentes, proporção de 50%, conforme acordo de fls. 318/319 efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 37,60, em favor desta serventia, efetuar o pagamento da diligencia 50% do Sr. Oficial de Justiça no valor de R4 24,75, (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA Nº 01.501.401-9, AGENCIA 3984, (C.E.F.) EM NOME DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DESTA VARA). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. ARIBERT JOAO RANNOW e ARDEMIO DORIVAL MUCKE.

6. ACAO COMINATORIA DE OBRIGACAO DE FAZER - 253/1998-JORGE DA CONCEICAO ALVES e outros x FILHOS DE HENRIQUE MEHL S/A INDUSTRIA E COMERCIO - 1. Renove-se a intimação de fls. 766 verso, oportunizando que a parte, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda o recolhimento das custas remanescentes. 2. Defiro o pedido de suspensão pelo prazo de 10 (dez) meses Aguarde-se em arquivo provisorio. Intime-se. - Advs. HELENA MUSSOLINO, ADRIANA DE ALCANTARA LUCHTENBERG, DANIEL HAJJAR S MONTANHA TEIXEIRA, MAURICIO SAGBONI MONTANHA TEIXEIRA, CLAUDIA BARROSO DE PINHO TAVARES MONTANHA TEIXEIRA, JOAQUIM JOSE GRUBHOFER RAULI, CLEBER MARCONDES, SAULO BONAT DE MELLO, TANI MARIA WURSTER, ANTONIO LUIZ PEREIRA JUNIOR e AMAURY CHAGAS COUTINHO JUNIOR.

7. INVENTARIO E PARTILHA - 386/1998-JOSE IVANILDO DE FRANCA x SIRIANA DE FRANCA (ESPOLIO) - (...). 2. Tendo em conta o tempo decorrido desde a apresentação do plano de partilha, renove a inventariante a petição com o plano de partilha, no qual conste os herdeiros renunciantes, devidamente qualificados para fins de homologação. Int. - Adv. NEIDE MARIA MARTINS.

8. ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE - 602/1998-GM LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOSE ROSA DA CUNHA - Deve a parte autora retirar os oficios expedidos de fls. 317-323. Int. - Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ.

9. ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE - 1286/1998-GM LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x NAZIR ANTONIO RHURI - (...). 2. Intime-se para dar andamento ao feito, em cinco dias, sob pena de extinção. 3. Int. - Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ, VALERIA CARAMURU CICARELLI, MARCIO RUBENS PASSOLD, LUIZ ALBERTO GONCALVES e GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE.

10. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 539/1999-VALDIR JOSE LORENZON e outro x LEOMAR PECAS E SERVICOS ELETRODOMESTICOS LTDA e outro - Foi elaborado o esboço do Auto de Adjudicação, que se encontra salvo no sistema de informatica, a disposição da parte interessada. Int. - Adv. MARCO ANTONIO LANGER.

11. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 905/1999-BERMAN S/A ENGENHARIA E CONSTRUCOES x MARIO VALMOR DO COUTO - 1. Intime-se a parte exequente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias acerca do peticionado em fls. 227, fique ciente que o transcurso em branco do prazo assinado será entendido como anuencia. 2. Diligências necessárias. - Advs. ADILSON LUIZ FERREIRA, SOLANGE CANDIDA WUICIK, MELISSA LOYOLA MISTRONGUE, NARJARA HEIDMANN e ROBERTA CHEMIN GADENS.

12. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 1395/2001-CARLOS ALBERTO AVI RODRIGUES e outro x LOURIVAL FERREIRA DA SILVA e outro - Manifeste-se a parte exequente acerca da juntada da respostas dos oficio de fls. 310-323. Int. - Advs. ELIANE DA COSTA MACHADO e NATACHA MACHADO FERREIRA.

13. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 274/2002-ASSOCIACAO DE EDUCACAO FAMILIAR E SOCIAL DO PARANA x PROCOP & PROCOP LTDA - I. Diante do contido na certidão de fls. 260 verso, aplica-se a regra do § 2º do artigo 26 do Código de Processo Civil. II. Intimem-se as partes para que promovam o preparo das custas processuais remanescentes. II. Após, voltem para homologação. IV. Intime-se. - Advs. SIMONE SELVA CAVALCANTE PEREIRA e MARIA CIBELI CORREA RIBEIRO.

14. ACAO DE DESPEJO - 641/2002-BELMARINA DE ALMEIDA TORRES x SANDRO APARECIDO SANTANA e outro - 1. Manifeste-se o exequente no prazo de 10 (dez) dias, acerca do prosseguimento do feito, requerendo o que for pertinente, 2. Em nada sendo requerido, certifique-se, levante-se eventual constrição e arquive-se provisoriamente o feito até ulterior manifestação da parte interessada ou prescrição intercorrente. 3. Diligências necessárias. - Adv. ANTONIO CARLOS DA VEIGA.

15. ACAO DE INDENIZACAO (ORD) - 1451/2002-RDJ - REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA x BRASWEY S/A INDUSTRIA E COMERCIO - 1. Defiro o pedido de suspensão pelo prazo de 6 (seis) meses. Aguarde-se em arquivo provisorio. Intime-se. - Advs. ROBERTO DE OLIVEIRA GUIMARAES, LEANDRO MAURICIO VELOZO VIANNA, CREDENCE KWITSCHAL e VANDERLEI MIQUILINO DOS REIS.

16. ACAO DE DEPOSITO - 314/2003-BANCO LLOYDS TSB S/A x LAERTES MACIEL DADONA - Deve a parte autora retirar os oficios expedidos de fls. 149/155. Int. - Advs. ANTONIO OLIMPIO DA SILVA FILHO, MIEKO ITO, TONI MENDES DE OLIVEIRA, ERIKA HIKISHIMA FRAGA, DANIELE LUCCHESI FOLLE e MICHELI GONDIM DE CASTRO.

17. ACAO DE REPARACAO DE DANOS (ORD) - 523/2003-JANDIR NEGUEL e outros x MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO - 1. Conforme se contata das fls. 311/315 o precatorio requisitório já foi expedido, razão pela qual revogo o despacho de fls. 305 e indefiro o pedido de fls. 303 ante a perda do seu objeto. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. - Advs. MILTON TEODORO DA SILVA, FERNANDA NELSEN TEODORO DA SILVA e LUIZ ERNANI DA SILVA FILHO.

18. ACAO DE COBRANCA (SUM) - 136/2004-INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS RIVER LTDA x NIZAR NOUMEH - Deve o autor preparar as custas para expedição de carta de intimação da Sra. Nizar Noumeh no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. ROSANGELA URIARTE RIERA SUREDA.

19. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 236/2004-DAIMLERCHRYSLER LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x MERCADOVILLE COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA e outros - Deve o autor preparar as custas para expedição de carta precatoria no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. HELIO LUIZ VITORINO BARCELOS, ANA PAULA EL MEMARI PUBLIO, SOCRATES JOSE NICLEVISK, MIRIAN RAMOS NOGUEIRA, JULIO CESAR VERALDO MENEGUCI e LUIZ GUSTAVO MUSSOLINI DESIDERIO.
20. ACAO DE PRESTACAO DE CONTAS - 0000332-70.2005.8.16.0001-FREIOS LINCOLN LTDA x BANCO ITAU S/A - (...). Vencido o prazo com ou sem o cumprimento voluntario, independentemente de nova conclusão, intime-se o credor a fim de se manifestar em 05 dias. III. Intime-se. - Advs. JOSAFA ANTONIO LEMES e MICHEL LAUREANTI.
21. EXECUCAO HIPOTECARIA - 805/2005-BANCO BANESTADO S/A x ALAN JORGE DE ALMEIDA e outro - Deve a parte executada, conforme acordo efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 54,82, em favor desta serventia, O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. Advs. LUIZ CARLOS DA ROCHA, ADRIANA DE FRANCA, SILVIO NAGAMINE, ANDRESSA JARLETTI G. DE OLIVEIRA e DULCE MARIA GAWLOSKI.
22. ACAO DE INDENIZACAO (ORD) - 868/2005-ANTONIO ALBERTO RAMOS e outro x BANCO ITAU S/A - I. Contados e preparados, voltem para extinção. II. Intime-se. Deve a parte requerentes efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 54,06, em favor desta serventia, O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. ARIEL DA SILVEIRA, EDSON ALBERTO RAMOS e EDUARDO FRANÇA ROMEIRO.
23. ACAO DE DESPEJO FALTA PAGTO - 1023/2005-LUCIA IZABEL SUZIN x KARINA APARECIDA CARVALHO e outros - Deve o Requerente preparar as custas, conforme cálculo de fl. 170, no valor de R$62,52 ( à favor desta serventia). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer Banco por meio de boleto a ser gerado pelo sistema informatizado disponivel no Portal do Tribunal de Justiça (www.tjpr.gov.br) Decreto Judiciario n.° 744/09. Int. Adv. LOLINNA CHAN.
24. ACAO MONITORIA - 1237/2005-HARI MASKE x MARIO ANTONIO MONTRUCCHIO e outros - Deve o autor preparar as custas para expedição de carta de intimação no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. MARCOS ALEXANDRE GABARDO MARTINS.
25. ALVARA JUDICIAL - 1253/2005-ANA CAROLINA DA SILVA ZADOROSNY e outro x MAURICIO ZADAROSNY (ESPOLIO) - Intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, em cinco dias ( conforme Portaria 01/2009 deste Juizo), bem como preparar as custas remanescentes, discriminadas à fl. 175, no valor de R$70,21 (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Efetuar, ainda, o pagamento das custas do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50, referente à guia de fl. 169. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA (C.E.F.) Int. - Adv. JOSANE DALILA FERRAZ RODRIGUES.
26. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL - 1270/2005-NOVARTIS BIOCIENCIAS S/A x DAVIFAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, em cinco dias ( conforme Portaria 01/2009 deste Juizo), bem como efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 104,63, em favor desta serventia, bem como taxas do 2º distribuidor de fls. 202, em favor das respectivas instituições. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int Advs. JULIO CHRISTIAN LAURE, EDUARDO SANDOVAL DE MELLO FRANCO, RENATA MARCHETI SILVEIRA, RICARDO DE ARRUDA SOARES VOLPON, GUSTAVO PEREIRA DEFINA, PATRICIA VILLARINHOS SILVEIRA, DARCY NASSER DE MELO, SUZANA TIMM ARF e MARIANA CORDEIRO GIANDON.
27. ACAO DE DEPOSITO - 1314/2005-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS x CRISTIANA ALVES DOMINGUES - Deve o autor preparar as custas para expedição de ofício no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. IDELANIR ERNESTO, IDAMARA ROCHA FERREIRA SAMANGAIA, LUCIANA BERRO, DANIEL BARBOSA MAIA e MAURO CURTI.
28. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 1404/2005-MAX DESENVOLVIMENTO E COM DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA x KLOCKNER TEXTIL LTDA - Deve a parte autora, efetuar o pagamento da diligencia do Sr. Oficial de Justiça, (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA Nº 01.501.401-9, AGENCIA 3984, (C.E.F.) EM NOME DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DESTA VARA). Int. - Adv. LUIZ HENRIQUE ZANELATTO.
29. ACAO DE DESPEJO FALTA PAGTO - 1506/2005-HELIO NELSON LUCZYSZYN x EDMUR DOMINGUES DOS SANTOS - Deve o autor preparar as custas para expedição de ofício no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. TATIANE PARZIANELLO.
30. ACAO DE INDENIZACAO (SUM) - 331/2006-MARGARETHE DO ROCIO MOLETTA NASCIMENTO x BANCO ITAUBANK S/A - 1. O recurso Especial não possui efeito suspensivo, portanto manifeste-se o exequente, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o prosseguimento do feito, requerendo o que for pertinente. Intimem-se. - Advs. CRISTIANE DO ROCIO CAVALIERI, GUSTAVO SALDANHA SUCHY e LUIZ RENATO PEREIRA SANTA RITA.
31. ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE - 771/2006-BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x INDUSTRIA TREVO LTDA - I. Intime-se a parte ré, para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do peticionado em fls, 200/204. 2. oportunamente, voltem. 3. intimem-se. Diligências necessárias. - Advs. ARNO JUNG e JOAQUIM JOSE RAULY.
32. ACAO COMINATORIA DE OBRIGACAO DE FAZER - 924/2006-JAIRO JOSE BARBOSA x MIGUEL FYLIK - I. Certifique-se o transito em julgado. II. Compulsando os autos verifica-se que o réu não foi intimado para cumprir voluntariamente o julgado, nos moldes do que determina o artigo 475--J do CPC. Assim, não há como inciair a multa de 10%, devendo a parte autora trazer novo cálculo do débito deduzindo a multa prevista no artigo 475-1 do CPC III. Comprido o item supra, volter para analise do petitório retro. IV. Intime-se. - Advs. GERMANO ALBERTO DRESCH FILHO, ALESSANDRO VINICIUS PILATTI, MAURICIO CARLOS BANDEIRA SEDOR, MIGUEL HILU NETO, UBIRAJARA COSTODIO FILHO e MARCELO CARON BAPTISTA.
33. ACAO DE BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA - 121/2007-HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO x IVO ANTONIO ENDRES - 1. Defiro o pedido de suspensão pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias. Aguarde-se em arquivo provisorio. Intimem-se. - Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA, ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS, JESSICA GHELFI, ELIZEU LUIZ TOPOROSKI, ALINE CARNEIRO DA CUNHA DINIZ PIANARO, JADER SCHLICKMANN DE SOUZA e ALESSANDRA MADUREIRA DE OLIVEIRA.
34. ACAO DE COBRANCA (ORD) - 0001136-67.2007.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x ACTO EDICAO DE PUBLICACOES FISCAIS LTDA - 1. Com o pagamento das custas iniciais (Instrução Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná n. 05/2008 - Tabela IX da Lei Estadual n. 13.611/2002), intime-se a parte devedora na pessoa de seu advogado constituído nos autos para, em 15 (quinze) dias, pagar o montante indicado em fis. 190-191 e 193- 194, sob pena de aplicagão de multa de 10 % (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação (respeitando-se a ordem prescrita no Código de Processo Civil, art. 655). Deve a parte requerente/ exequente efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 817,80, em favor desta serventia, bem como taxas do 2º distribuidor de fls. 198, em favor das respectivas instituições. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. PAULO ROBERTO BARBIERI, LEONEL TREVISAN JUNIOR e ROMULO VINICIUS FINATO.
35. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 345/2007-JUSSARA RIBEIRO HACK x BANCO ITAU S/A - Deve a parte requerido, conforme acordo efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 274,93, em favor desta serventia, bem como taxas do 2º distribuidor e funrejus, em favor das respectivas instituições. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, EDUARDO JOSE FUMIS FARIA, LIA DIAS GREGORIO, ANDREA HERTEL MALUCELLI, INGRID DE MATTOS, CLAUDIO BIAZETTO PREHS, MARCELO DE SOUZA MORAES, DAMARIS BARBOSA DE CAMPOS, BARBARA CRISTINA LOPES PALOMO SOCALSCHI, MAIRA APARECIDA FERRARI, VINICIUS GONÇALVES, JULIANO MIQUELETTI SONCIN, RODRIGO BEZERRA ACRE, FERNANDA HELOISA ROCHA DE ANDRADE e TAIS BRITO FRANCISCO.
36. ACAO DE DEPOSITO - 371/2007-BANCO BMC S/A x JUCELIA MACIEL ROSA - Deve a parte autora retirar o oficio expedido de fls. 110. Int. - Advs. DANIELE DE BONA, DIEGO RUBENS GOTTARDI, KARINE CRISTINA DA COSTA, LEANDRO CABRERA GALBIATI e VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA.
37. ACAO ORDINARIA - 389/2007-IGREJA PRESBITERIANA RENOVADA INDEP NACIONAL x IGREJA MISSIONARIA CHAMADA FINAL - 1. Não obstante o contido à fl. 241, em melhor análise dos autos verifico que fora antecipada a tutela na sentença, razão pela qual a apelação fora recebida apenas no efeito devolutivo. Assim. por não estar presente na audiência em que fora prolatada a sentença, para a parte demandada a determinação teve sua intimação com a publicação de fl. 178. Portanto desde 15/04/2009 deveria a demandada ter cumprido a sentença. 2. Desta feita, expeça-se mandado de verificação (antecipação das custas pela exeqüente) para a constatação da continuação da utilização indevida da marca "chamada final", possibilitando, assim, verificar-se, por simples cálculo, o valor da multa, pois a imposição foi diária. 3. Oficie-se à Junta Comercial quanto ao item de fl. 239. 4. intimem-se. Diligências necessárias. - Advs. LUCIANO MORAIS E SILVA, ALEXANDRE ZOLET e JOSE MANOEL GARCIA ABELARDINO.
38. ACAO DE COBRANCA (ORD) - 642/2007-SALVADOR DA LUZ (ESPOLIO) x BANCO DO BRASIL S.A - Manifeste-se a parte autora acerca do deposito judicial de fls. 250. Int. - Adv. PAULO ROBERTO GOMES.
39. ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE - 668/2007-ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x INES DA CRUZ - Manifeste-se a parte requerente acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fl. 103. Int. - Advs. DANIELE DE BONA, DIEGO RUBENS GOTTARDI, KARINE CRISTINA DA COSTA, VANESSA

MARIA RIBEIRO BATALHA, KLAUS SCHNITZLER, EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO, LIZIA CEZARIO DE MARCHI e FERNANDO JOSE GASPAR.

40. ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE - 700/2007-CIA ITAULEASING ARREND MERCANTIL - GRUPO ITAU x SR ORGANIZACOES E LEGALIZACAO DE DOC S/C LTDA ME - I. Desbloqueiem-se os valores bloqueados a fls. 126. II. Promova-se a consulta de eventuais vaiculos registrados em nome do devedor, via Bacenjud. com a resposta manifeste-se o credor acerca do resultado de fls. 131/134 e o Renajud de fls. 135. Int. - Advs. PAULO ROBERTO BARBIERI, LEONEL TREVISAN JUNIOR, INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO, FATIMA DENISE FABRIN e ROMULO VINICIUS FINATO.

41. INVENTARIO E PARTILHA - 715/2007-MAYRA SOARES GALVAO BARBOSA e outro x PERCY GALVAO BARBOSA(ESPOLIO) e outro - 1. Não tendo havido manifestação quanto ao prazo de suspensão (certidão de fls. 119-v), determino a suspensão do presente feito por até 6 meses. 2. Findo o prazo marcado, renove-se a intimação da inventariante para o recolhimento do ITCMD. 3. Intimem-se Diligências necessárias. - Adv. MARIA HELENA DOS SANTOS.

42. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL - 770/2007-PEDRO BOJEK x BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A - I. A fim de não tumultuar o feito, defiro o pedido de fls. 157. II. Voltem para deliberações acerca do pedido de fls. 159. III. Intime-se. - Advs. JONAS BORGES, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS e CARLOS ALBERTO NEPOMUCENO FILHO.

43. ACAO DE COBRANCA (ORD) - 0000810-10.2007.8.16.0001-SEBASTIAO CLARO DOS SANTOS (ESPOLIO) x BANCO DO BRASIL S/A - 1. Intime-se o Banco demandado para que apresente os extratos da conta poupança em nome comprobatorio da inexistencia de contas no periodo, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerandos como verdadeiros os fatos aduzidos pelo demandante, conforme preceitua os artigos 355 e seguintes do Código Processo Civil. Intime-se. - Adv. REINALDO MIRICO ARONIS.

44. ACAO ORDINARIA - 1015/2007-GISELY DA SILVA PIRENETTI x FININVEST S/A ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO - Alvará remetido ao Banco do Brasil S/A, o pagamento será feito naquele estabelecimento. Int. - Advs. RICARDO CHEANG e JESSICA FERREIRA DE OLIVEIRA.

45. ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE - 1037/2007-CIA ITAULEANSING DE ARREND MERCANTIL GRUPO ITAU x PRISCILA CHIARAMONTE DA SILVA - Manifeste-se a parte autora acerca da certidão de fls 281. int. - Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, EDUARDO JOSE FUMIS FARIA e ANDREA HERTEL MALUCELLI.

46. ACAO DE BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA - 1336/2007-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO x ROBERTO DE SOUZA - Intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, em cinco dias ( conforme Portaria 01/2009 deste Juizo). Int. - Advs. DANIELE PIMENTEL DOS SANTOS, AUREO VINHOTI, CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO, FILIPE ALVES DA MOTA, MARCOS CESAR VINHOTI, FABIANO MARTINI, BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANCA e SILVIA ARRUDA GOMM.

47. ACAO DE CONSIGNACAO EM PAGAMENTO - 1401/2007-FABIO EDER x BV FINANCEIRA S.A - 3. Na sequencia, ao E. TJ-PR, com as homenagens deste R. Juizo. 4. Intimem-se Diligências necessárias. - Advs. GABRIELA CORTES LEAO DE OLIVEIRA, REGINA DE MELO SILVA, REINALDO MIRICO ARONIS, LUIZ ASSI, PAULO ROBERTO FADEL, CHARLES PARCHEN, JANAINNA DE CASSIA ESTEVES, MAIRA RODRIGUES DA COSTA TEIXEIRA, BRUNA MISCHIATTI PAGOTO e WELLINGTON FARINHUKA DA SILVA.

48. ACAO DE BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA - 1417/2007-BANCO FINASA S/A x VLADEMIR JOSE PEREIRA - Intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, em cinco dias ( conforme Portaria 01/2009 deste Juizo), bem como Deve o autor preparar as custas de ofício no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n. ° 744/09. Int. Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA, ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS, JESSICA GHELFI, ELIZEU LUIZ TOPOROSKI, LUCIANE GARLIN DE LAZARI, ALINE CARNEIRO DA CUNHA DINIZ PIANARO e JADER SCHLICKMANN DE SOUZA.

49. ACAO DE DEPOSITO - 1444/2007-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO x ROSELI BARBOSA DE LIMA - Intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, em cinco dias ( conforme Portaria 01/2009 deste Juizo). Int. - Advs. ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, ALAMIR DOS SANTOS WINCKLER JUNIOR, ALESSANDRA DE CARVALHO BENTO, ALINE BORGES LEAL, CHANDER ALONSO MANFREDI MENEGOLLA, DANIEL SANTOS BORIN, EVANDRO AFONSO RATHUNDE, JANAINA BRANCALEONE, JULIANA MUHLMANN PROVESI, KARINE SIMONE POFAHL WEBER, KATIA REGINA NASCIMENTO B. SALES, LUIZ EDUARDO MELLER DA SILVA, MARINA BLASKOVSKI, MICHELE GEIGER JACOB, MILTON BAIRROS DA ROSA, RODRIGO FERNANDES DA SILVA, SAMIRA VOLPATO, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI, IDAMARA ROCHA FERREIRA SAMANGAIA, LUCIANA BERRO, DANIEL BARBOSA MAIA e ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES.

50. ACAO DE EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 1794/2007-COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO x SERGIO ROBERTO MIRANDA - I. Defiro o pedido formulado a fls. 219. Suspendo o curso da presente execução, com base no artigo 791, III, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na movimentação forense nos termos da norma 5.8.20 do Código de Normas. II. Intime-se. - Advs. ADRIANA DE ALCANTARA LUCHTENBERG e SIDNEY MARCOS MIRANDA.

51. ACAO DE DESPEJO - 1802/2007-MARIA DO ROCIO FERRO e outros x CLEUSA AGOSTINI DALCASTAGNE - Deve o autor preparar as custas para expedição de carta de intimação da testemunha no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. PATRICIA FRANCA BENATO.

52. ACAO DE COBRANCA (ORD) - 1849/2007-CONDOMINIO EDIFICIO WEST CENTER x PAULO MELO GUEDES - 1. Defiro o pedido de fls. 152. Cite-se o demandado por edital, certificando-se nos autos. Deve o autor preparar as custas para expedição de edital de citação no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Deve a parte autora apresentar a minita para a expedição do edital de citalçai. Int. - Adv. CLAUDIO MARCELO BAIAK.

53. ACAO DE DEPOSITO - 113/2008-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS NAO PADRONIZADOS PCG- BRASIL MULTICARTEIRA x ODIVAL MASSANEIRO - 1. A conclusão de fl. 92, bem como a de fls. 95, foi feita de maneira equivocada haja vista que já houve sentença extintiva em fls. 80, portanto revogo os mencionados despachos, devendo se restabelecer as partes originais. 2. Compra-se o determinado em sentença. 3. intimem-se Diligências necessárias. - Advs. MARCELO AUGUSTO DE SOUZA, FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, MICHELLY CRISTINA ALVES NOGUEIRA TALLEVI, MILKEN JACQUELINE C.JACOMINI, EMERSON LAUTENSPHLAGER SANTANA, CARLOS ALBERTO ARAUJO ROVEL, ALESSANDRA LABIAK, PATRICIA PONTAROLI JASEN, PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR, CARLA HELIANA V M TANTIN, FLAVIO SANTANA VALGAS, IGOR RAFAEL MAYER e ROSIANE APARECIDA MARTINEZ.

54. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (SUM) - 0002614-76.2008.8.16.0001-ODAIR JOSE DE OLIVEIRA x BANCO OMNI S/A - I. Mantenho a decisão agravada por seus proprios fundamentos. II. Ciente da decisão de fls. 224/231, a qual concedeu efeito suspensivo ao agravado, a sim de suspender a eficacia agravda. III. Oficie-se prestando-lhe as informações solicitadas. IV Por fim, aguarde-se o julgamento do recurso interposto. V. Intime-se. - Advs. MAYLIN MAFFINI, ANDRE LUIZ ACHE MANSUR, ABEL ANTONIO REBELLO, ADRIANO MUNIZ REBELLO, ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS, FABIANA DE ALMEIDA PACHOTTO e GIOVANNA BENVENUTTI.

55. ACAO DE REPARACAO DE DANOS (SUM) - 392/2008-IZAIAS JOSMIL DA COSTA x TRANSGIRES TRANSPORTES LTDA - A pericia que realizara a pericia no autor no dia 01/11/2011, as 14:00h, no consultorio Avenida Sete de Setembro 4848, Batel, Curitiba-PR. int. - Advs. CARLOS DELAI, ANA BEATRIZ ANTUNES, MURILO MENGARDA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, VILSON RIBEIRO DE ANDRADE, LUCIANO ANGHINONI, FLAVIO PENTEADO GEROMINI, JAQUELINE SCOTA STEIN, CLAUDIA ELISABETH C. VAN HEESEWIJK, TATIANE MUNCINELLI e LASNINE MONTE W SCHOLZE.

56. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (SUM) - 0002615-61.2008.8.16.0001-MARLON CESAR GALLO COLONHESI x BANCO DO BRASIL S/A - Passo a proferir decisão saneadora na sequencia MARCOS FERNANDO GALBIATI (tel. 3026-7692/8447-0022), sob a fé do seu grau, independente de termo de compromisso, nos termos do Código de Processo Civil, art. 422'. Notifique-se o perito nomeado, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias para dizer se aceita o encargo, apresentando, caso for, proposta de honorários. Sobre proposta manifestem-se as partes em 05 dias, sendo que ao demandante incumbe o depósito prévio dos honorários propostos, no mesmo prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de ser reputado como desistente do referido meio de prova. Caso não haja impugnação acerca da proposta de honorários, desde já homologo referida proposta. Caso haja impugnação, prefacialmente, intime-se o Sr. Perito para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da impugnação, retornando os autos conclusos para análise. O senhor perito deverá apresentar o laudo pericial em Cartório, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ter vista dos autos para completa conformação dos fatos versados. Incumbe às partes, dentro em 05 (cinco) dias, contados da intimação de nomeação do perito, indicar o assistente técnico e apresentar quesitos. Apresentado o laudo em cartório, os assistentes técnicos que porventura tiverem sido indicados pelas partes deverão, querendo, apresentar seus pareceres, no prazo comum de 10 (dez) dias, depois de intimadas as partes acerca da apresentação do laudo, conforme Código de Processo Civil, art. 433. par. ún.2 Intimem-se. Diligências necessárias. Advs. ARARINAN KOSOP, MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA, ALINE URBAN, CRISTIANE VANESSA T MALATESTA, DANIELE CRISTINE TAKLA, ELIANA AKEMI NAKAMURA, MARCUS VINICIUS BOACALHE, NATHALIA KOWASLKI FONTANA, PRISCILA CARAMORI TOLEDO, RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES, RICHARDT ANDRE ALBRECHT, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, GIOVANI GIONEDIS FILHO, GIOVANI GIONEDIS e CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI.

57. ACAO DE COBRANCA (ORD) - 0002596-55.2008.8.16.0001-BENO NEIMANN x FABRICIO PASSOS AZEVEDO - Deve a parte requerida preparar as custas das intimações das testemunhas para a audiência designada. Int. - Adv. FABRICIO PASSOS AZEVEDO.

58. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (SUM) - 0002755-95.2008.8.16.0001-MARCIO AMARILDO DE OLIVEIRA x BANCO BMG S/A - I. Prefacialmente, manifeste-se o réu sobre o contido na certidão de fls. 217, requerendo o que entender de direito. II. Intime-se. - Advs. MIEKO ITO, ERIKA HIKISHIMA FRAGA, SIMONE MARQUES SZESZ e ANGELO ITAMAR DE SOUZA.

59. ACAO CAUTELAR DE EXIBICAO DE DOCUMENTO - 0001172-75.2008.8.16.0001-NORBERTO ALVES PEREIRA x CONDOMINIO

EDIFICIO MARIA DE LOURDES - Deve a parte exequnete Dr. Emerson luiz Vello efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 239,70, em favor desta serventia, bem como taxas do 2º distribuidor de fls. 417, em favor das respectivas instituições. Deve a parte requerido, conforme sentença efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 55,76, em favor desta serventia, O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. MOACIR JOSE DE MEDEIROS e EMERSON LUIZ VELLO.

60. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 817/2008-HSBC BANK BRASIL S/A x UP ANDRADE FRANCO e outro - 1. Defiro o pedido de suspensão pelo prazo de 6 (seis) meses. Aguarde-se em arquivo provisorio. Intimem-se. Diligências necessárias. - Advs. MIEKO ITO e GUARACI DE MELO MACIEL.

61. ACAO MONITORIA - 0002833-89.2008.8.16.0001-BANCO BMD S/A EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL x LUCIA SILVANA FERNANDES NERIS e outro - 1. Diante do contido do § 3º do artigo 331 do Código de Processo Civil, com relação dada pela lei nº 10.444/02, esclareçam as partes, em cinco dias, se há possibilidade de conciliação e, sendo esta viavel, tragam aos autos a respectiva proposta. Int. - Advs. SOLANGE TAKAHASHI MATSUKA, KLAYTON MUNEHIRO FURUGUEM, ROGERIO TETSUYA NARUZAWA, FABIO TAKAHASHI, MARIA CRISTINA PEDRO, FERNANDA SOLINO CORREA, FATIMA APARECIDA GINDRO, PATRICIA ALVES DE OLIVEIRA, JOAO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ROBERTO DE CARVALHO PEIXOTO, ADRIANA GAVAZZONI e ALISSON MATOS.

62. ACAO DE PRESTACAO DE CONTAS - 1125/2008-MARA LUCIA DOS SANTOS LIMA x LUIZACRED SA SOCIEDADE DE CREDITO FINANCIAMENTO E - Manifestem-se as partes sobre a proposta de honorários do Sr. Perito. Int. - Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, ANDERSON CLEBER OKUMURA YUGE, ALEXANDRE DE ALMEIDA, ALEXANDRA VALENZA ROCHA e HEITOR ALCANTARA DA SILVA.

63. ACAO DE COBRANCA (ORD) - 1127/2008-CONDOMINIO EDIFICIO GARAGEM AUTOMATICA REQUIAO x ERALCY FRANCA DE LACERDA e outro - 1. Ante ao peticionado em fls. 197, defiro o pedido de expedição de mandado de penhora, que deverá ser cumprido atraves de carta precatoria, sobre o veiculo ser cumprido o referido mandado, se o veiculo estiver na posse do executado. 2. Intimem-se Diligências necessárias. Deve o autor preparar as custas para expedição de carta precatoria no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. -- Adv. IDERALDO JOSE APPI.

64. ACAO DE COBRANCA (ORD) - 0025274-93.2010.8.16.0001-CONDOMINIO EDIFICIO RENOIR x MARCELO SAMUEL BERMAN e outros - 1. A experiência tem demonstrado que em feitos como o presente, em que a matéria discutida é precipuamente de direito, a adoção do procedimento comum sumário malfere o disposto no inciso LXXVIll do artigo 5° da CRFB (LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.), afigurando-se, portanto, inconstitucionaL isso porque a audiência de conciliação será designada, de acordo com a pauta, para o final do mês de outubro de 2011, oportunidade em que acaso seguindo o procedimento ordinário, já poderá a demanda ter sido encerrada, ou, ao menos, estar em avancada fase probatória. Deve a parte autora, efetuar o pagamento da diligencia do Sr. Oficial de Justiça, (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA Nº 01.501.401-9, AGENCIA 3984, (C.E.F.) EM NOME DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DESTA VARA). Int. - Adv. IDERALDO JOSE APPI.

65. ACAO DE REPARACAO DE DANOS (SUM) - 0001227-26.2008.8.16.0001-VILSON AUGUSTO GUERREIRO DA SILVA x APARECIDO LUCINDO e outro - (...). 2. Manifeste-se o exequente, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o prosseguimento do feito, requerendo o que for pertinente. Em nada sendo requerido, arquivem-se provisoriamente os autos até ulterior manifestação da parte interessada ou prescrição intercorrente. Nesse caso, levante-se eventual gravame. 3. Intimem-se Diligências necessárias. - Advs. ALEXANDRE TOSCANO DE CASTRO, FRANCISCO DERADI, FERNANDO MARTINS DA SILVA, OTAVIO LEMES DE TOLEDO, LUIS OTAVIO LEMES DE TOLEDO, VINICIUS TEIXEIRA MONTEIRO e LUIS FERNANDO CAMPOS DE TOLEDO.

66. ACAO DE BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA - 1236/2008-BANCO SANTANDER S/A x ERLY LEITE MEDEIROS DIAS GOMES - Manifeste-se a parte autora acerca da juntada das resposta dos oficios de fls. 141-142 e 147-151, e dos oficio negativos de fls. 152-161. Int. - Advs. GUSTAVO SALDANHA SUCHY, JANAINA GIOZZA AVILA e VIRGINIA MAZZUCCO.

67. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (SUM) - 1255/2008-ANA CELIA DE CARVALHO RUSSO x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO - 1. Intime-se a parte ré para que apresentes todos os contratos relativos ao Contrato de Nº 541705962, para que seja possivel a completa realização da pericia. Tais documentos deverão ser juntados no prazo de 10 (dez) dias. 2. Com a juntada, ao perito para concluir seu trabalho. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. - Advs. CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET, ADAM MIRANDA SA STEHLING, MAURO MARONEZ NAVEGANTES, DEBORAH FIGUEIREDO FERRER e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO.

68. ACAO MONITORIA - 0001207-35.2008.8.16.0001-SERGIO AGOSTINHO DRESCH x LILIAN CRISTINA DE OLIVEIRA - 1. Defiro o requerimento de fls. 142, mediante substituição por cópia, certificando nos presentes autos. 2. Cumpra-se o despacho de fls. 138 ( Os autos deverão ser remetidos ao arquivo provisório pelo período de 06 (seis) meses aguardando-se manifestação da parte interessada, conforme Código de Processo Civil, art. 475-J,§ 5º, sendo que decorrido sem manifestação prazo in albis, os autos deverão ser arquivados com as cautelas de estilo). 3. Intimem-se Diligências necessárias. Deve o autor preparar as custas para desentranhamento conforme solicitado de fls. 142 (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. SERGIO AGOSTINHO DRESCH.

69. ACAO COMINATORIA DE OBRIGACAO DE FAZER - 1495/2008-VERA LUCIA DA SILVA x DINA OLIVEIRA DO AMARAL e outros - Manifeste-se a parte autora acerca da juntada da resposta dos oficios de fls. 153-176. int. - Advs. CAROLINA MARCELA FRANCIOLSI BITTENCOURT, CHEYWA GABRIELA DE JUODIS STREMEL, RAPHAELA MAIA RUSSI FRANCO e EDUARDO MOTIEJAUS JUODIS STREMEL.

70. ACAO DE INDENIZACAO (ORD) - 0002295-11.2008.8.16.0001-FARMACIA E DROGARIA CORREIA E ARRUDA LTDA x ADIBE CASTRO LTDA - Deve a parte autora retirar a carta de citação expedida de fls. 210. int. - Advs. ALEXANDRE CHRISTOPH LOBO PACHECO e LUIZ CESAR TABORDA ALVES.

71. ACAO DE PRESTACAO DE CONTAS - 1533/2008-DORACI DORILEA DA ROCHA x BANCO ITAULEASING S/A - Deve a parte autora retirar a carta de intimação expedida de fls. 91. int. - Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI e ANDERSON CLEBER OKUMURA YUGE.

72. ACAO DE EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0003764-92.2008.8.16.0001-FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES x ARLINDO FRANCISCO MENDES e outro - Deve a parte exequente efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 46,24, em favor desta serventia, O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. IVAN LINZMEYER SANTOS.

73. ACAO DE COBRANCA (ORD) - 1891/2008-PAULINO UBIRAJARA KARAM e outro x BANCO BRADESCO S/A - 1. Recebo o recurso de Apelação interposto no duplo efeito, na forma do artigo 520, caput, do CPC. 2. Ao recorrido para, querendo, contra-arrazoar. Int. - Advs. LUCILENE ALISAUKA CAVALCANTE, ROBERTA PEDROSO FERREIRA, JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO, MARCELO AUGUSTO BERTONI, MARCOS RODRIGO DE OLIVEIRA, MICHELLE MENEGUETTI GOMES DE OLIVEIRA, SOFIA CAROLINA JACOB DE PAULA, RAFAELLA GUSSELA DE LIMA, ALINE RIBEIRO GUILET, HEITOR ALCANTARA DA SILVA, LUCIANO DE SOUZA CASTELANI, KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI, RAFAEL MICHELON, GISELI ITO GOMES AFONSO e BRUNO ANDRE SOUZA COLODEL.

74. ACAO ORDINARIA - 0002672-45.2009.8.16.0001-ANA MARIA DA SILVA DOLATTO e outro x BANCO DO BRASIL S/A - I. Compulsando os autos verifico que houve um erro material na hora da elaboração do despacho de fls. 213, portanto deve a parte ré cumprir tal determinação, ou seja, apresentar os documentos elencados pela autora, no prazo de 10 (dez) dias. 2. intimem-se Diligências necessárias. - Advs. JONAS BORGES, MARIA AMELIA C MASTRO ROSA VIANNA, NATHALIA KOWALSKI FONTANA, RICHARDT ANDRE ALBRECHT, DANIELE CRISTINE TAKLA, PRISCILA CARAMORI TOLEDO, RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES, SILVIA MARIA DE ANDRADE e MARCO AURELIO EHMKE PIZZOLATTI.

75. ARROLAMENTO SUMARIO - 144/2009-MARIO JOSE GONZAGA PETRELLI e outros x DIRCEA CORREA PETRELLI (ESPOLIO) - (...). II. Expeça-se o competente formal de partilha cumprindo as regras atinentes, em tres vias conforme dls. 429. Deve o inventariante retirar o formal de partilha expedido de fls. 431 verso. III. Intime-se. Advs. FAURLLIN NAREZI, FLORIANO GALEB, CICERO JOSE ZANETTI DE OLIVEIRA, ROBSON JOSE EVANGELISTA, CLAUDIA LUCIANA CECCATTO DE TROTTA, PAULO ROBERTO NAREZI, CASSIANO ANTUNES TAVARES, CAIO MARCIO EBERHART e LEOCADIO POLIK.

76. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 208/2009-LANCASTER OPERADORA DE TURISMO LTDA x GIRAWORLD AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA e outros - I. Arquivem-se com as cautelas de estilo. II. Intime-se. - Advs. BRAULIO ROBERTO SCHMIDT, SONIA MARIA SCHROEDER VIEIRA, DANIEL BARCELLOS, CAROLLINE MEDEIROS VEIGA e JULIANA PAULA DE SOUZA.

77. ACAO CAUTELAR DE EXIBICAO DE DOCUMENTO - 1145/2009-THIAGO HENRIQUE OLIVEIRA SACRAMENTO x BANCO BRADESCO S/A - Deve a parte requerido, conforme acordo efetuar o pagamento das custas das taxas do 2º distribuidor de fls. 02 verso e funrejus, em favor das respectivas instituições. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, JULIANA MARA DA SILVA, JAQUELINE SCOTA STEIN, LUCIANO ANGHINONI, FLAVIO PENTEADO GEROMINI, TATIANE MUNCINELLI, LASNINE MONTE W SCHOLZE, ARTHUR SABINO DAMASCENO, CLAUDIA ELISABETH C. VAN HEESEWIJK, JULIANE FEITOSA SANCHES, CLAUDIA MONTARDO RIGONI, MORIANE PORTELLA GARCIA e PAULO ROBERTO ANGHINONI.

78. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 1322/2009-BANCO BRADESCO S/A x GERSON LUIZ MORO BARBOSA e outros - Deve o Autor apresentar as cópias, conforme pedido que encontra-se na certidão de fls. 99. preparar as custas para expedição de ofício e encaminhamento do mandado a outra comarca no valor de R$ 25,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. -Advs. MURILO CELSO FERRI e EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA.

79. ALVARA JUDICIAL - 1720/2009-ALICE NEGRAO DIVARDIN x CARLOS EGMON CORDEIRO DIVARDIN (ESPOLIO) - Deve o autor preparar as custas para expedição de 02 alvarás de levantamento dos lavores depositados no valor de R$ 18,80. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. FABIO LUIZ DE QUEIROZ TELLES e BERNARDO DUARTE ALMEIDA FONSECA.
80. ACAO DE COBRANCA DE ALUGUERES - 0002853-46.2009.8.16.0001-SILVIA MARIA DE MATOS x IDAZIMA APARECIDA DA SILVA - 1. Intime-se a parte ré para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, se possui proposta concreta de acordo que possibilite as partes transigirem. Intimem-se Diligências necessárias. - Adv. ALEXANDRINA GOMES MORAIS.
81. ACAO ORDINARIA - 1762/2009-ALCIDO KRUGER e outros x BRADESCO SEGUROS S/A - Manifeste-se a parte requerida acerca da juntada da resposta do oficio de fls. 581-587. Int. - Advs. PAULA CASSETTARI FLORES, LUIZ TRINDADE CASSETARI e ANA CRISTINA DA ROSA GRASSO.
82. ACAO DE COBRANCA (ORD) - 0002643-92.2009.8.16.0001-MARIA LUIZA BOLCATO GUARIZA x APOLAR IMOVEIS LTDA - 1. Defiro o pedido de suspensão pelo prazo de 90 (noventa) dias. Aguarde-se em arquivo provisorio. Intimem-se. Diligências necessárias. - Advs. MARCELO DE ALMEIDA BITTENCOURT, CESAR RICARDO TUPONI, NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR e INAJARA MESSIAS VEIGA STELA.
83. ACAO DE REPARACAO DE DANOS (ORD) - 2019/2009-RODRIGO LUIZ BEBER x NET PARANA COMUNICACAO LTDA e outro - 1. Expeça-se alvará na forma requerida na petição de fls. 350/351, com o prazo de 90 ( noventa) dias. Intime-se o titular da conta da presente autorização, bem como seu valor, atraves de carta (Ar), no endereço constante nos autos. Mencionada informação é desnecessária quando se tratar de honorários advocaticios. Intimem-se Diligências necessárias. Deve o autor preparar as custas para expedição de alvará de levantamento dos valores depositados no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. -- Advs. JOSE CESAR VALEIXO NETO, MARCIA REGINA NUNES DE S VALEIXO, GABRIEL BITTENCOURT PEREIRA, SOLANGE MARIA DE SOUZA CHUEIRI, JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO, CARLOS AUGUSTO SILVA SYPNIEWSKI, TAMMY ZULAUF, FERNANDO ANDRE SILVA, REINALDO MIRICO ARONIS, IDEMILSON DE OLIVEIRA e BRUNO BRAGA BETTEGA.
84. ACAO DE EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 2062/2009-BANCO BRADESCO S.A. x CESAR VALMOR LIMA DE SOUZA - ME e outro - I. Defiro parcialmente os pedidos de fls. 84. Indefiro no tocante a requisição de informações junto a Receita Federal por caracterizar quebra do sigilo fiscal, uma vez que o réu não foi citado, assim não se iniciou a execução. Defiro tão somente o bloqueio para arresto via Bacenjud e Renajud e manifeste-se a parte autora acerca do resultado do bloqueio de valores Bacenjude de fls. 89-92. e do Renajud de fls. 93-101. Int. - Adv. DANIEL HACHEM.
85. ACAO DE INDENIZACAO POR PERDAS E DANOS - 2068/2009-ALINE CALDONAZO x JEAN CAR AUTOMOVEIS LTDA - I. Encaminhem-se os autos ao Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com as nossas homenagens e cautelas de estilo. II. Intime-se. - Advs. NEY MENDES RODRIGUES JUNIOR, ALEXANDRE GONÇALVES MENDES RODRIGUES e CARLOS PZEBEOWSKI.
86. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (SUM) - 2135/2009-MARILDA DA COSTA FREITAS x BANCO ITAUCARD S.A - Deve a parte requerido, na proporção de 50%, conforme acordo efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R $ 159,48, em favor desta serventia, bem como taxas do 2º distribuidor de fls. 02 verso 50% e funrejus 50%, em favor das respectivas instituições. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. GUSTAVO SALDANHA SUCHY, JANAINA GIOZZA AVILA, VIRGINIA MAZZUCCO e TATIANE RIBEIRO BALDONI.
87. ACAO DE DEPOSITO - 2350/2009-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS PCG - BRASIL MULTICARTEIRA x FERNANDO DROZDZ - Deve a parte autora retirar a carta de citação expedida de fls. 83. int. - Advs. SERGIO SCHULZE, ANA ROSA LIMA LOPES BERNARDES, ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANETTI e CHANDER ALONSO MANFREDI MENEGOLLA.
88. ACAO DECLARATORIA (SUM) - 2426/2009-HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS x TIM CELULAR S.A - 1. Ao contrário do afirmado pela ré na petição retro, foi deferida a liminar em favor do autor para o fim de determinar, dentre outras medidas, a suspensão da exigibilidade da fatura referente ao mês de novembro de 2009 e eventuais posteriores. 2. Assim, não há que se falar em licitude da cobrança extrajudicial ainda que por empresa terceirizada da ré, razao pela qual, majoro a multa diária arbitrada para R$ 200,00 dia, determinando a suspensão em 48 horas, sob pena de aplicação dessa nova multa, sem prejuizo daquela que já estava arbitrada na decisão de fls. 136/137. 3. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil, vez que a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção da outras provas, até porque as partes declinaram do direito de produção (fls. 200 e 201) 4 . Int . Deve a parte requerente efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 43,24, em favor desta serventia, O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. MACAZUMI FURTADO NIWA e ISRAEL LIUTTI.
89. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 2434/2009-ADRIANO BARBOSA x DESIDY CENTRAL DE EMPREGOS LTDA - I. Com a razão a parte credora quanto ao comparecimento espontâneo do devedor, conforme petição de fls. 105. Restando desnecessária a intimação por Mandado. Observe-se, entretanto, que não foi analisado o requerimento feito pelo devedor (fls. 105). Assim, para evitar tumulto processual, defiro o pedido de vista pelo prazo de 05 dias (fls. 105). II. voltem para deliberação do petitório retro. III. Intime-se. Adv. ADRIANO BARBOSA.
90. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 2484/2009-FABIANE PIRES DA SILVA KOMARCH x BV FINANCEIRA S/A - Deve a parte requerente, conforme sentença efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 866,04, em favor desta serventia, bem como taxas do 2º distribuidor e funrejus, em favor das respectivas instituições. e efetuar o pagamento da diligencia do Sr. Oficial de Justiça no valor R$ 49,50, (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA Nº 01.501.401-9, AGENCIA 3984, (C.E.F.) EM NOME DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DESTA VARA). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. MAURICIO BELESKI DE CARVALHO, LILIAN ROMAGNA e SANDRA BERNADETE GEARA CARDOSO.
91. ACAO DE DEPOSITO - 0008698-25.2010.8.16.0001-BANCO FINASA S/A x LUIZ CARLOS DE ARAUJO SILVA - Manifeste-se a parte requerente acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fl. 82-83. Int. - Advs. ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS, MARIANE CARDOSO MACAREVICH, JESSICA GHELFI, ELIZEU LUIZ TOPOROSKI, LUCIANE GARLIN DE LAZARI, ALINE CARNEIRO DA CUNHA DINIZ PIANARO e JADER SCHLICKMANN DE SOUZA.
92. INVENTARIO E PARTILHA - 0002153-36.2010.8.16.0001-ROGERIO RUBENS MARCHALEK e outros x VICENTE ALBERTINO MARCHALEK (ESPOLIO) e outro - I. Trata-se de processo de inventário de bens havidos em razão do falecimento de Vicente Albertino Marchalek e Ivonne Dirce Marchalek. O pedido foi ajuizado pelos herdeiros Rogério Rubens Marchalek, Rosilda Marchalek, Vicente Regis Marchalek e Rogilmar Jorge Marchalek com citação dos demais herdeiros que compareceram nos autos, discordando das primeiras declarações quanto (i) às proporgões do bem imóvel descrito às fls. 05, sustentam que teria proporções superiores àquelas informadas no registro, requerendo, dessa forma, a necessária regularização; (ii) ao saldo depositado em instituicão bancária que se refere ao 130 salário da falecida Ivonne e (iii) à existência de duas benfeitorias locadas no imóvel, afirmam que há apenas uma casa alugada, com contrato verbal, do qual decorre o valor de R$ 250,00 mensais a titulo de aluguel, que são recebidos pela herdeira Rosane desde o mës de dezembro de 2009. Juntaram documentos (fls. 88/90). II. O inventariante manifestou-se às fls. 95/98 requerendo que (i) a herdeira Rosane deposite em juizo os valores auferidos a título do aluguel do imóvel do espólio; ii) vistoria pelo oficial de Justiça, a fim de avaliar as benfeitorias constantes dos imoveis em atendimento ao requerido pela Fazenda Pública (fls. 93) e (iii) expedição de oficios ao BACEN e IPE, solicitando informações quanto a eventuais saldos bancários ou previdenciários em nome dos "de cujus". III. Após, os impugnantes se manifestaram às fls. 101/104, alegando que as únicas casas construidas pelos autores da herança foram a casa em que residiam e a alugada. Afirmam que as demais foram construidas pelos herdeiros- impugnantes às suas proprias expensas, logo, não há como considerar para inventário o valor destas, não sendo possivel a cobrança de aluguéis. Asseveram, ainda, que o valor dessas residências só podem ser considerado para o fim de compensagäo, no caso de os herdeiros tierem que se retirar das casas, vez que tais construções agregaram valor ao bem. Outrossim, afirmam que a herdeira Rejane ocupa o imóvel onde residia a autora da herança, sendo que a manutengäo é realizada à suas custas. IV. A questão acerca da quantidade, bem como da propriedade de benfeitorias existentes no imovel a ser partilhado não pode ser resolvida no bojo destes autos, vez que não conta na matricula do imóvel (fls. 37) tais benfeitorias. Ocorre que, para eventual arrolamento das benfeitorias no rol a ser partilhado, deverão os herdeiros, requerer pela via adequada, por ser matéria de alta indagação, sendo imprescindivel a produção de provas, o que não é possivel no processo de inventário. Na mesma esteira quanto à alegação de que a área do terreno é superior a constante do registro, não há como discutir nos autos de inventário, vez que o Juizo é incompetente, sendo o competente o Juizo de registros públicos. Assim, ambas as questões devem ser resolvidas pelas vias ordinarias, às quais remeto as partes, com fundamento no artigo 984 do Código de Processo Civil. V. Na hipótese de as partes iniciarem litigio acerca das questões indicadas no item IV supra, devem comunicar imediatamente nestes autos. VI. Defiro o pedido deduzido no item "III" de fls. 97. Consulte-se via Bacenjud acerca de eventuais contas e extratos bancários em nome dos falecidos, bem como oficie-se ao Instituto de Previdência do Estado - IPE na forma requerida (fls. 97) . VII. Deverá o inventariante, no prazo de 10 dias, considerando que o herdeiro Vicente Regis é casado pelo regime de comunhão universal (fls. 22), incluir a cônjuge no pólo ativo da demanda. VIII. Por fim, deverão os peticionantes de fls. 85/87, no prazo de 10 dias, juntar aos autos certidão de casamento do herdeiro Rogilson e certidão de casamento com averbacão de divórcio referente ao herdeiro Rogerson, e, em sendo casados pelo regime da comunhão universal, deverão promover a inclusão da cônjuge. IX. Dado o exposto e cumprido todos os itens supra, retifique-se as primeiras declaracões. X. Intimem-se. Deve o autor preparar as custas para expedição de ofício no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Requisição de informações via sistema Bacenjud realizado as fls. 117/118 (extratos serão encaminhados via correio, pelas agencias, em até trinta dias). Int. - Advs. MARCUS VINICIUS TADEU PEREIRA, PAULO SERGIO STAHLSCHMIDT CACHOEIRA, RENATO JOSE BORGERT, ROBERTA B. BITTENCOURT T. RIBAS e GILBERTO DANELUZ.

93. ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE - 0007906-71.2010.8.16.0001-BANCO ITAULEASING S/A x MAYKON ANDRÉ DE LIMA - I. Tendo em vista o decurso do prazo estabelecido no acordo, intime-se o credor para se manifestar acerca do cumprimento da obrigação. II. Quedando-se inerte, arquivem-se com as cautelas de estilo. III. Intime-se. - Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA.
94. ACAO DE RESCISAO DE CONTRATO (ORD) - 12099/2010-AIR SENIOR CLIMATIZACAO LTDA x GOLDENFAC COBRANCAS LTDA - Deve a parte autora apresentar o endereço onde o avaliador poderá realizar a vistoria dos bens mencionados a fls. 95, em conformidade com o despacho de fls. 64/65. int. - Adv. FERNANDO MUSSI PEREIRA PAIVA.
95. ACAO MONITORIA - 0018053-59.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO x NEWTON CESAR DE MELO GARCIA e outro - Manifeste-se a parte requerente acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fl. 197-201. Int. - Advs. MIEKO ITO e LORIANE GUISANTES DA ROSA.
96. EMBARGOS A EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL - 0023487-29.2010.8.16.0001-JAHYR BIGAISKI e outro x EGIDIO LUCCA - 1. Indefiro o pedido de fl. 66, uma vez que a embargada em nenhum momento processual requereu a assistencia beneficiaria gratuita, portanto cumpra-se no que couber a sentença já prolatada. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. - Advs. SANDRO MANSUR GIBRAN e JUCIMERI BANDEIRA DE SOUZA.
97. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (SUM) - 0031808-53.2010.8.16.0001-APARECIDO BASILIO x BANCO FINASA S/A - 1. Expeça-se alvará na forma requerida na petição de fl.s 209, com o prazo de 90 (noventa) dias. informe-se o titular da conta da presente autorização, bem como seu valor, atraves de carta (Ar), no endereço constante nos autos. Mencionada informação é desnecessário trate-se de honorarios advocaticios. Deve o requerido preparar as custas para expedição de alvará de levantamento dos valores depositados no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN, ANA PAULA SCHELLER DE MOURA, FERNANDO VALENTE COSTACURTA, NORBERTO TARGINO DA SILVA, HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA, WILSON SANCHES MARCONI e DENISE REGINA FERRARINI.
98. ACAO DE RESSARCIMENTO (ORD) - 0035055-42.2010.8.16.0001-JOSE ROBERTO ALMEIDA CORREA e outro x ITAU S/A CREDITO IMOBILIARIO - Alvará remetido ao Banco do Brasil S/A, o pagamento será feito naquele estabelecimento. Int. - Adv. FELIPE ROSSATO FARIAS.
99. ACAO DECLARAT. INEXIST. DE DEBITO (SUM) - 0042819-79.2010.8.16.0001-I.R.A. e outro x H.E.T.H.E.I.L. - 1. Cumpra-se com urgencia o requerido as fls. 108. Deve a parte requerida informar seu endereço atualizado no prazo de 05 dias. Int. - Advs. GUSTAVO HENRIQUE BOURGES, JULIANA BIGOLIN ZORDAN e AMANDA FIALLA TAVARES.
100. ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE - 0043743-90.2010.8.16.0001-AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x DIRCEU DA CUNHA - 1. Sobre o pedido de desistencia da ação encartado a fl. 117, manifeste-se a parte ré, no prazo de 05 dias, nos termos do que dispoe o § 4º do CPC, sendo que a inercia será reputada como concordancia tácita. 2. Intimem-se Diligências necessárias. - Adv. CRISTIANE FERRER.
101. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (SUM) - 0044046-07.2010.8.16.0001-JOAO DE CASTRO NOWACKI x CAIXA CONSORCIOS S/A ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS - 1. Compulsando os autos, verifico que a questão discutida é precipuamente de direito, com questões fáticas, dirimíveis à luz da prova documental já acostada ao feito. Nessas condições, entendo cabível o julgamento do feito no estado em que se encontra. 2. Ultimada a preclusão quanto ao decidido no item ·1', à conta e preparo pelo prazo de 30 (trinta) dias. 3. Após, voltem. 4. Intimem-se. Dillgências necessárias. (deixo de contar as custas processuais, face a parte autora ser beneficiaria de justiç agratuita). Int. - Advs. PEDRO CARNEIRO LOBO JUNIOR, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, MARCIO ALEXANDRE CAVENAGUE, MURILO CLEVE MACHADO, MIRIAM PERSIA DE SOUZA, GLAUCO IWERSEN, MONICA FERREIRA MELLO BIORA, KAREM LUCIA CORREA DA SILVA RATTMANN e TRAJANO BASTOS DE O. NETO FRIEDRICH.
102. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 0046903-26.2010.8.16.0001-JOAO ELOIR BELO x BANCO BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Deve a parte autora retirar a carta de citação expedida de fls. 111. Int. - Adv. SUZIENY BAPTISTA DE OLIVEIRA.
103. ACAO DE BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA - 0047789-25.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO x SILVANA FELIPPI - 1. Os autos deverão ser remetidos ao arquivo provisorio pelo periodo de 06 (seis) meses aguardando-se manifestação da parte interessada, conforme Código de Processo Civil, art. 475-J, § 5º, sendo arquivados com as cautelas de estilo. 2. Intimem-se Diligências necessárias. - Adv. THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS.
104. ACAO DE INDENIZACAO (ORD) - 0048459-63.2010.8.16.0001-FERNANDO HILGENBERG DE PAULA x BANCO ITAU S/A - 1. Tendo em vista a decisão proferida pelo E. TJ-PR, a qual não conheceu o recurso interposto, cumpra-se o despacho inicial. 2. intiem-se Diligências necessárias. - Advs. CESAR RICARDO TUPONI e BENEDITO APARECIDO TUPONI JUNIOR.
105. ACAO DECLAR INEXIGIBILIDADE TITULO (ORD) - 0048711-66.2010.8.16.0001-EDEUDE VICENTE ZEFERINO x ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO - 1. Recebo o presente Agravo Retido, porém mantenho a minha decisão pelos seus, salientando que em razões finais as partes poderão se manifestar sobre todos os documentos juntados. 2. O agravo será analisado de forma preliminar em sede de futura e eventual apelação a ser interposta pela parte agravante. Anote-se. 3. Intimem-se Diligências necessárias. - Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS, RAFAEL DE LIMA FELCAR, FELIPE SANTOS RIBAS, GIANMARCO COSTABEBER, FRANCIELE MARIA GEMIN, ELIZABETH REGINA VENANCIO TANIGUCHI e LORENA NASCIMENTO GLOK.
106. SOBREPARTILHA - 0049700-72.2010.8.16.0001-ARLETE DE MIRA ZEQUINAO x REINALDO ZEQUINAO (ESPOLIO) - Intime-se o inventariante para dar prosseguimento ao feito, em cinco dias ( conforme Portaria 01/2009 deste Juizo). Int. - Adv. IVO WENDT JUNIOR.
107. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (SUM) - 0050895-92.2010.8.16.0001-DANIEL FERREIRA JOAQUIM x CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - 1. Recebo o recurso de Apelação interposto no duplo efeito, na forma do artigo 520, caput, do CPC. 2. Ao recorrido para, querendo, contra-arrazoar. Int. - Advs. FLAVIO DIONIOSIO BERNARTT, DANILO EMILIO BERNARTT, RAFAEL EDUARDO BERNARTT, FLAVIO DIONISIO BERNARTT JUNIOR, ANTELMO JOÃO BERNARTT FILHO, FLAVIANO BELINATI GARCIA PEREZ, CRISTIANE BELIANATI GARCIA LOPES, ROSIANE APARECIDA MARTINEZ, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA, MILKEN JACQUELINE C.JACOMINI, PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR, FLAVIO SANTANA VALGAS e CARLA HELIANA V M TANTIN.
108. ACAO DE COBRANCA (ORD) - 0051566-18.2010.8.16.0001-PLAZA VEICULOS E SERVICOS LTDA x MAPFRE SEGUROS - (...). Intime-se a contraparte para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. - Advs. DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA, CARLOS EDUARDO KIPPER, SUEILA LIMA DE ARAUJO, MARIANA JOBIM, LEONORA REITENBACH DAVI, GUSTAVO SILVA TRAMUNT, LUANA FERLAUTO, KATIA LAZARINI LUIZ, MARCIO MANFREDINI POSEBON, MICHELE GERBER DORN, CRISTINA FONTOURA VERRI e NIRIS CRISTINA FREDO DA CUNHA.
109. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0053313-03.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x PODIUM COMERCIO VAREJISTA DE OCULOS LTDA ME - I. Defiro os pedidos de itens 1, 2 e 3 de fls. 43/45. Expeça-se oficio a Delegacia da Receita Federal para fornecer as ultimas declarações de bens e rendimentos em nome do executado Podium Ltda. Deve o autor preparar as custas para expedição de ofício no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Manifeste-se a parte exequente acerca do resultado do Bacenjud de fls. 48-50 e do Renajud de fls. 51-52. Int. - Advs. JOAO LEONEL ANTOCHESKI e MARIA IZABEL BRUGINSKI.
110. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0054749-94.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO x DILMARA DE FATIMA LEITE ME e outro - Deve o autor preparar as custas para expedição das cartas no valor de R$ 18,80. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. MIEKO ITO e SIMONE MARQUES SZESZ.
111. ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE - 0056782-57.2010.8.16.0001-SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x ITACIR PISSAIA - Deve a parte autora retirar o oficio expedido de fls. 47. Int. - Advs. CESAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e GILBERTO STIGLING LOTH.
112. ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE - 0057202-62.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO S/A x PAULO ROBERTO CABRAL PERSEGANI - 1. Compulsando os autos, verifico que a questão discutida é precipuamente de direito, com questões fáticas, dirimíveis à luz da prova documental já acostada ao feito. Nessas condições, entendo cabível o julgamento do feito no estado em que se encontra. 2. Ultimada a preclusão quanto ao decidido no item '1', à conta e preparo pelo prazo de 30 (trinta) dias. 3. Após, voltem. 4. Intimem-se. Diligências necessarias. (dou por quitadas as custas processuais). Int. - Advs. MIEKO ITO, DANIELE LUCCHESI FOLLE e ISAIAS MAURICIO JUNIOR.
113. ACAO DE INDENIZACAO POR PERDAS E DANOS - 0061731-27.2010.8.16.0001-CONDOMINIO EDIFICIO ZULMIRA BACILA x JJ CONSTRUCAO CIVIL - Deve a parte autora retirar os oficio expedidos de fls. 97-99. Int. - Adv. TONY AUGUSTO PARANA DA SILVA E SENE.
114. ACAO DE DESPEJO - 0062332-33.2010.8.16.0001-TRES LAGOS ALIMENTOS LTDA x ANTONIO APARECIDO AMARAL e outro - Deve a parte autora retirar a carta precatoria expedida de fls. 139. Int. - Advs. WILMAR EPPINGER, ALTIVO JOSE SENISKI, ARNALDO CONCEICAO JUNIOR, PAULO MAINGUE NETO, MARCELO MARQUES MUNHOZ, PAULO HENRIQUE PETROCINI, JULIANE ZANCANARO BERTASI e JESSICA AGDA DA SILVA.
115. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL - 0065096-89.2010.8.16.0001-ISRAEL JAIME DOS REISS x MARIA DE FATIMA MONTEIRO e outros - (...). 6. Não efetuado o pagamento, desde já fica autorizado o Sr. Oficial de Justiça a, munido da segunda via do mandado, proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado na pessoa de seu advogado, caso não o tenha, intime-se pessoalmente. 7. Recaindo a penhora em bens imóveis. deverá ser intimado também o(a) cônjuge do(a) executado(a). 8. A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo à parte exeqüente, sem prejuízo da imediata intimação do(a) executado(a) (Código de Processo Civil, art. 652, § 4°), providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, a respectiva averbação no ofício imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial. 9. Em razão de o(a) e×ecutado(a) não ter anuído expressamente, conforme redação do Código de Processo Civil, art. 666, § 1° os bens móveis por ventura penhorados deverão ser removidos ao depósito público, ou, não sendo possível, ficarão em poder do(a) e×ecutado(a), do que será lavrado termo, ficando ciente o mesmo de que a prisão de depositário judicial infiel pode ser decretada no próprio processo, independentemente de ação de depósito.

10.Concedo os benefícios do previstos no Código de Processo Civil, art. 172, § 2°4 11.Intimem-se. Int. - Adv. CARLOS ANDRE BITTENCOURT DE OLIVEIRA.

116. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0065323-79.2010.8.16.0001-SRL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA x S K BAIBICH E CIA LTDA ME - Deve a parte autora manifestar-se acerca da juntada das resposta dos oficio de fls. 41-45. Int. - Advs. EMIDIO BUENO MARQUES e LUCIMARA GONÇALVES DA SILVA.

117. ACAO DECLARATORIA (SUM) - 0000667-79.2011.8.16.0001-ANTONINHO PEREIRA DA SILVA x UNIMED DO ESTADO DO PARANA FEDERACAO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MEDICAS - Deve a parte requerente efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 34,54, em favor desta serventia, O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. LOURENCO IACZINSKI SILVA.

118. ALVARA JUDICIAL - 0003016-55.2011.8.16.0001-JAQUELINE RODRIGUES RAMOS e outro x JACIRA FERRAZ RODRIGUES (ESPOLIO) - Deve a parte autora retirar a carta de expedida de fls. 45. Int. - Advs. LEOMIR BINHARA DE MELO e CESAR AUGUSTO MACHADO DE MELLO.

119. ACAO DE INTERDICAO - 0004374-55.2011.8.16.0001-ELMAR ZEVE x ROSELI MARIA RAMOS ZEVE - I. Cumpra-se o despacho de fls. 86, contudo, com relação as agencias bancarias, solicite-se as informações requeridas via sistema Bacenjud. Manifeste-se a parte autora acerca do resultado da ordem de requisiçao de informação de fls. 94-96. II. Intime-se. - Adv. DARIANE FRANCHIN.

120. ACAO DE DESPEJO - 0012313-86.2011.8.16.0001-EMIL SCHMUCK x IZAURA MENDES NUNES - 1. Nos termos do CPC, art. 316, Intime-se o autor/reconvindo, na pessoa de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contestação, sob pena de serem considerandos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (CPC, art. 285). Apos apresentada contestação a reconvenção, intime-se a ré/reconvinte para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, manifeste-se. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. - Adv. ELIANE MARIA MARQUES.

121. ACAO MONITORIA - 0022035-47.2011.8.16.0001-ADMINISTRADORA EDUCACIONAL NOVO ATENEU S/S LTDA x VIVIANE POLETTO - Deve o autor preparar as custas para expedição de carta no valor de R$ 9,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. DANIEL PESSOA MADER e GABRIEL DA SILVA RIBAS.

122. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 0025808-03.2011.8.16.0001-IMPROMET FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA x BANCO ITAU S/A - Manifeste-se a parte requerente, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação e documentos juntados (fls. 302-330). Int - Adv. JOUBERT AMARAL DE ALMEIDA.

123. ACAO DE DESPEJO - 0027913-50.2011.8.16.0001-W.M.G.G ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A x RIMAPAR LTDA - Deve a parte autora retirar a carta de citação expedida de fls. 85. int. - Advs. JOANNE ANNINE VENEZIA MATHIAS, OKSANDRO OSDIVAL GONÇALVES, HELENA DE TOLEDO COELHO GONÇALVES, OSDIMAR OKANOR GONÇALVES, JOAO LEONARDO VIEIRA, EDUARDO OLIVEIRA AUGUSTINHO e LUIZ FERNANDO COELHO.

124. ACAO DE DESPEJO FALTA PAGTO - 0029795-47.2011.8.16.0001-MAURICIO JOSE DE AMORIM x ELIAS FERNANDO AMARAL - Deve a parte autora retirar a carta de citação expedida de fls. 27. Int. - Adv. NELSON CARLOS DOS SANTOS.

125. ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE - 0032802-47.2011.8.16.0001-MARIA ANGELICA DE LIMA GAVLAK x SILVESTRE KOWALSKI e outro - I. Ratifico os atos aqui praticados. II. Diante da possibilidade de transação, deverão as partes, no prazo de 05 dias, trazem aos autos proposta concreta de acordo. II. Intime-se. - Advs. ARNOLDO HORST PREHS, CARLOS BUCK e KARIN CRISTINA BORIO MANCIA.

126. ACAO ORDINARIA - 0038064-75.2011.8.16.0001-SOFIA KODAK KFFURI x UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS DE CURITIBA LTDA - Manifeste-se a parte requerente, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação e documentos juntados (fls. 54-134). Int - Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND e JULIO CESAR DALMOLIN.

127. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0038632-91.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S.A. x MALTEZZO & CIA LTDA - ME - Deve o Autor apresentar as cópias, conforme pedido que encontra-se na certidão de fls. 28. bem como preparar as custas para expedição de mandado e encaminhamento do mandado a comarca de pinhais no valor de R$ 25,40. (O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA CONTA DESTE CARTÓRIO). O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. JOAO LEONEL ANTOCHESKI e MARIA IZABELA BRUGINSKI.

128. EMBARGOS A EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL - 0039081-49.2011.8.16.0001-M & R EDITORACAO E PUBLICIDADE LTDA x FLAPEL PAPEIS LTDA - 1. Intime-se a parte embargante para que emende a petição incial, no prazo de 10 (dez) dias, uma vez que constou a casa de pedir referente a suspensão do processo mas não constou pedido. 2. Diligências necessárias. - Advs. EDINALDO FRANCISCO DE SOUSA, JOAO ALBERTO SERBAKE e OSNIR MAYER JUNIOR.

129. ACAO CAUTELAR INOMINADA - 0041417-26.2011.8.16.0001-HORST HUNGER x BANCO ITAU S/A - 1. Diante informação constante da petição inicial de que o leilão do bem imovel ocorreu no dia 09 de agosto de 2011, intime-se a parte autora para que esclareça, no prazo de 10 (dez), se o bem imopvel foi arrematado. Int. - Advs. ALEXANDRE CHRISTOPH LOBO PACHECO e TWINK MENDES DE MORAES.

130. ACAO DE CONSIGNACAO EM PAGAMENTO - 0042060-81.2011.8.16.0001-EDSON MARCIO MOLENA x BFB LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - I. Defiro os beneficios da assistencia judiciária, sob as penas da lei. II. Trata-se de pedido de revisao de contrato de arrendamento mercantil, objetivando a aquisicao do veicolo FIAT/UNO, 2010/2011, placa Aso9743, cujo valor foi estipulado er R $ 36.300,00, parcelados em 72 vezes de R$ 757,32. Sustenta o autor que lhe foram cobrados encargos ilegais como juros capitalizados, dai a necessidade de serem antecipados os efeitos da sentenca de mérito para cancelar ou proibir a inscricao cio seu nome nos cadastros de restricão ao crédito, o depósito judicial do valor da contraprestacão de arrendamento mercantil ou depósito judicial do valor incontroverso, de acordo com os cálculos por ele elaborados, e que lhe seja garantida a manutencão da posse do bem. II. Muito embora pudessem a primeira vista se mostrar relevantes os fatos e os fundamentos juridicos deduzidos na inicial, verifico que o autor deixou de comprovar a plausibilidade de seu direito, porquanto não acostou aos autas prova inequivoca da incidência dos alegados encargos ilegais. A causa de pedir está toda fundamentada na prática de capitalizacão de juros e cumulacão de comissão de permanëncia com multa, porém quanto a isso nao se fez prova alguma. O parecer financeiro juntado aos autos é prova produzida unilateralmente näo deixa entrever os alegados encargos ilegais, notadamente porque ao contratar o autor tomou ciência inequivoca do valor das parcelas, visto que são fixas, e entendeu poder adimpli-las. Observa-se que, muito embora o autor alegue que incidiram encargos ilegais desde a formacão do contrato, mesmo assim pagou 11 parcelas demonstrando que inexiste o perigo de ineficácia da medida acaso deferida apenas ao final julgamento. Outrossim, é possivel perceber, que o argumento de abusividade das clãusulas contratuais pauta-se, dentre outros argumentos, na capitalizacão dos juros contratuais, tornando-se imperiosa a ressalva de que a partir de 31 de marco de 2û00, por forca da edição da medida provisória no 1963-17 (atual MP n 2170-36/2001), é permitida a capitalizacão de juros até mesmo em periodos inferiores ao anual, como se vê, Neste passo, conforme se lë da cláusula n 26 ao instrumento de contrato firmado em 2010, há pactuação expressa de aplicação de juros compostos, prática esta permitida na Medida Provisória no 2.170-36/01. III. O Superior Tribunal de Justica a pacificou o entendimento no sentido de que, para deferimento antecipado da retirada do nome da parte dos cadastros de restrição ao crédito, é necessário o preenchimento de trës requisitos, quais sejam: a) comprovação de que pende ação proposta contestando, integral ou parcialmente, a existência do débito; b) a negativa do débito em cobranca se funda em bom direito; c) depositou o valor correspondente à parte reconhecida do débito ou preste caução idõnea. IV. Como se vë, no presente caso, o autor deixou de demonstrar a plausibilidade de seu direito, o que impõe seja indeferido o pedido antecipatório. V. Nesse sentido, o seguinte precedente: VI. Assim, não havendo prova inequivoca, onus que incumbe ao autor, incabível ë o deferimento da medida, Egg fase de cognicão sumária. VII. Em razão do valor atribuido a causa, a presente acão seguiria o rito sumário, o qual, na forma proposta pelo legislador é dotado, em tese, de maior agilidade e rapidez. Entretanto, nao eo que se verifica na realidade torense, pois, em virtude do elevado número de feitos, na uma sobrecarga da pauta de audiência, o que torna o rito ordinário mais célere. Considerando-se, assim, que o cuiz pode a qualquer tempo tentar conciliar as partes, conforme dispõe o art. 125, IV do Código de Processo Civil, bem como que deve a velar pela rápida solucão do litigio (CPC, art. 125, II) e que, na prática, näo poderá ser atendido o disposto no art. 277 do Código de Processo Civil, é mais célere imprimir o rito ordinário ao presente processo. Vale ressaltar que pelo fato de o rito ordinãrio possuir um maior elastério, propiciando uma ampla defesa as partes e maior dilacão probatória, não se vislumbra prejuizo as partes. Muito pelo contrário, a presente conversão visa atribuir maior celeridade ao procedimento, atendendo ao principio constitucional da razoável duracão do processo (CF, art. 50, LXXVIII). Nesse sentido: Cite-se a parte Ré, na forma requerida, para responder no prazo de quinze dias sob pena de presumirem aceiros como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, art. 285). VIII. Apresentada a contestacão, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 10 dias. IX. Se com a réplica for apresentado algum documento novo, faculto manifestacão da parte ré, pelo prazo de 05 dias, nos termos do artigo 398 do CPC. X. Por fim, diante do contido no § 3 do artigo 331 do Código de Processo Civil, com redacão dada pela Lei n 10.444/02, esclarecam as partes, em cinco dias, se há possibilidade de conciliacão e, sendo esta viável, tragam aos autos a respectiva proposta. XI. Outrossim, no mesmo prazo do item supra, especifiquem as partes as provas que efetivamente pretendem produzir, indicando a relevância e a pertinëncia das que forem requeridas, sob pena de indeferimento (CPC, Art. 130). XII. Havendo requerimento de prova pericial, oc prazo assinalado devem as partes declinar sua importänoia, alcance e finalidade para o deslinde da causa, pois "descabe confundir o protesto pela producão de prova com o requerimento especifico, quando a parte interessada deve justificar a necessidade da prova pretendida"(STF - pleno - AÇO 445-4-ES, AgReg, rel. Min. Marco Aurélio, j. 4.6.98, DJU 28.8.98, la Secão, p. 03). XIII. Intime-se. Deve a parte autora retirar a carta de citação expedida de fls. 77. int. - Adv. MAURICIO ALCANTARA DA SILVA.

131. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 0042062-51.2011.8.16.0001-ROBERTO EZEQUIEL DA SILVA x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - DEFIRO os benefícios da justiça gratuita. até prova em contrário, ante a situação financeira atual da parte demandante. Nos termos do art. 273 do CPC, para antecipacão dos efeitos da tutela pretendida, devem ser produzidas provas inequívocas de que se trata de obrigação ilegítima ou indevida. Ainda que não se exija juízo de certeza absoluta, devem ser produzidas provas para formação de relativa certeza quanto à verdade dos fatos articulados como fundamentos do pedido de revisao. Exige-se, portanto, a produção de prova que indique de forma evidente a justificada inadimplência e cujo receio de dano concreto, atual e grave reclame que se assegure, de forma antecipada e provisoria a suspensao ou proibição de atos judiciais ou extrajudiciais decorrentes

da mora. No que se refere ao pressuposto concorrente de prova inequívoca (art. 273, do CPC), como bem doutrina J.J. CALMON DE PASSOS, das modalidades de provas inequívocas, a primeira "é a que resulta da admissibilidade pelo réu dos fatos aduzidos pelo autor As questoes a decidir, quando isso ocorre, serao exclusivamente de direito. A segunda modalidade de prova inequivoca e a exclusivamente documental e suficiente para formar o convencimento do magistrado. Sendo possível nessa hipótese o julgamento antecipado da lide, o convencimen para a decisão de mérito é o mesmo a ser utilizado para o deferimento da tutela antecipada ou sua denegacao. A última espécie de prova inequivoca e a que se obteve mediante coleta de prova em audiência ou recolhida da prova pericial, se já suficiente para permitir a certificacao do direito" (...). E, acrescenta: "Quando se fala em prova inequivoca nao se pretende mencionar uma prova que nao comporta dúvida de qualquer espécie, sim de prova que, produzida no tempo e pelos meios legais, constitui a prova do processo, vale dizer, constitui a verdade processual que é a única com a qual pode operar o magistrado". (Júris Síntese, n°. 36. Jun./Ago. de 2002). Somente quando e×istirem provas que, produzidas no tempo e pelos meios legais, tornam evidente e indiscutível o direito da parte é possÍvel antecipar os seus efeitos práticos da pretensão. Prova inequÍvoca não é somente "aquela a respeito da qual não mais se admite qualquer discussão" (STJ. Resp. n°. 113-368/PR, Rel. Min. JOSE DELGADO), mas. sobretudo, a exclusivamente documental suficiente para formação do convencimento de mérito, ou aquela produzida em audiência ou perícia técnica sob o crivo do contraditório. O mero demonstrativo do débito, com modificação de cláusulas, não constitui destarte prova inequívoca das alegações. A inscrição do nome do devedor inadimplente junto aos órgãos de proteção ao crédito não possui caráter abusivo ou ilegal quando fundada em obrigação legítima. Trata-se de medida de cautela dos credores amparada pelo Código de Defesa do Consumidor (art. 43), tendo por finalidade disponibilizar informações sobre os devedores que não honram seus compromissos financeiros ou comercials e, assim, podem ser considerados como contratantes de risco diante da inadimplência ocorrida em situações semelhantes. Enquanto perdura a inadimplência fundada em obrigação legÍtima, não há ilegalidade na inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, pois ainda que possa ser considerado como expediente vexatório, tem como escopo inibir a inadimplência e proteger o contratante dos dissabores e prejuízos inevitáveis que a quebra da confiança acarreta. Assim sendo, a proibição de inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes nas ações de revisão de contrato exige-se, não somente que seja efetuado o depósito do valor incontroverso, mas a efetiva demonstração de que se trata de cobrança indevida ou ilegítima. A propósito, pacificou-se o entendimento de que, para ser impedida a inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, enquanto pendente ação judicial buscando a discussão do contrato e do saldo dele decorrente são obrigatórios os seguintes requisitos: a) ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; e, c) contestado apenas de parte do débito, o depósito do valor referente à parte tida por incontroversa. ou caução idônea, ao prudente arbítrio do Magistrado. (Nesse sentido já se decidiu: RESP 551.682/SP, Relator Ministro César Asfor Rocha, 2a Seção L 11.11.03, p. 19.04.04; o RESP 551.682/SP, Relator Ministro César Asfor Rocha, 2a Seção, j. 11.11.03, p. 24.11.03; o AGRESP 604.507 SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi. 3a Turma. j. 23.03.04; RESP 656558/SP, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, 3a Turma, j. 16.03.06; RESP 555158 RS, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, 4a Turma, j. 18.11.2004). Destarte, não somente o simples fato de o contrato conter cláusulas previamente fixadas, sem possibilitar discussão ou modificação das condições impostas, não autoriza a presunção de ilicitude das cláusulas, porquanto não subtraiu do consumidor a liberdade de aderir ou não àquelas condições, como não existem, em sede de cognição sumária, indÍcios suficientes de que houve imposição de taxa de juros remuneratórios ou encargos exorbitantes ou abusivos. Não se revela ainda possível assegurar a posse do bem objeto de contrato, pois a posse direta somente é legítima enquanto não constituído em mora. Com efeito, o depósito de valor diverso daquele fixado no contrato não tem o condão de assegurar a manutenção na posse de bem, mormente porque obstaria o direito constitucional de ação do cred (art. 5°, XXXV, CF) e, ademais, somente em situações excepcionais, devidamente justificados na ação de busca e apreensão, pode ser assegurada manutenção do bem na posse do devedor, pois ainda que o devedor fiduciário exerça posse direta, o credor tem a propriedade resolúvel do bem e a posse indireta. Nesse sentido já se decidiu: No que se refere ao depósito de valores apurados de forma unilateral, trata-se de mera conveniência do devedor, sem trazer qualquer prejuízo ao agente financeiro, porquanto lhe assegura ao menos parte do seu crédito. Todavia, ainda que admissível o depósito, desde que da natureza da obrigação assumida, não tem ele o condão de descaracterizar a mora do devedor e, por conseguinte, assegurar manutenção na posse ou afastar medidas legais de recuperação do bem ou do crédito controverso, cuja abusividade não restou demonstrada porque não existe prova inequivoca das alegações. Esse é o entendimento consolidado no egrégio Tribunal de Justica do Paraná: Diante do exposto, não atendidos os requisitos legais do art. 273 do CPC, impõe-se INDEFERIR a proibição ou suspensão da inscrição nos cadastros de inadimplentes e de manutenção na posse do bem e, por outro lado, assegurar a consignação do valor incontroverso das prestações vencidas e vincendas, desde que mediante depósitos judiciais sucessivos, sem afastar a constituição em mora e as medidas extrajudiciais e judiciais de cobrança. CITE-SE, conforme se requer, a parte demandada para, querendo. apresentar resposta no prazo de 15 (dias) dias, sob pena de serem reputados como verdadeiros os fatos narrados pela parte demandante. Somente depois de executados os atos pertinentes ao caso acima, voltem conclusos. Diligências necessárias. Deve a parte autora retirar a carta de citação expedida de fls. 42. int. - Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN, ANA PAULA SCHELLER DE MOURA e FERNANDO VALENTE COSTACURTA.

132. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (SUM) - 0043039-43.2011.8.16.0001- MARIA AUGUSTA DORNELES x BANCO BV FINANCEIRA S.A. - DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, até prova em contrário, ante a situação financeira atual da parte demandante. Nos termos do art. 273 do CPC, para antecipação dos efeitos da tutela pretendida, devem ser produzidas provas inequívocas de que se trata de obrigação ilegítima ou indevida. Ainda que não se exija juízo de certeza absoluta, devem ser produzidas provas para formação de relativa certeza quanto à verdade dos fatos articulados como fundamentos do pedido de revisão. E×ige-se, portanto, a produção de prova que indique de forma evidente a justificada inadimplência e cujo receio de dano concreto, atual e grave reclame que se assegure, de forma antecipada e provisória a suspensão ou proibição de atos judiciais ou extrajudiciais decorrentes da mora. No que se refere ao pressuposto concorrente de prova inequivoca (art. 273, do CPC), como bem doutrina J.J. CALMON DE PASSOS, das modalidades de provas inequívocas, a primeira "é a que resulta da admissibilidade pelo réu dos fatos aduzidos pelo autor As questoes a decidir, quando isso ocorre, serao exclusivamente de direito. A segunda modalidade de prova mequivoca e a exclusivamente documental e suficiente para formar o convencimento do magistrado. Sendo possivel nessa hipótese o julgamento antecipado da lide, o convencimento para a decisao de mérito é o mesmo a ser utilizado para o deferimento da tutela antecipada ou sua denegacao. A última espécie de prova inequivoca é a que se obteve mediante coleta de prova em audiencia ou /l recolhida da prova pericial, se já suficiente para permitir a certificacao do direito" (...). E, acrescenta: "Quando se fala em prova inequivoca nao se pretende mencionar uma prova que nao comporta dúvida de qualquer espécie, sim de prova que, produzida no tempo e pelos meios legais, constitui a prova do processo, vale dizer, constitui a verdade processual que é a única com a qual pode operar o magistrado". (Júrís Síntese, n°. 36, Jun./Ago. de 2002). Somente quando existirem provas que, produzidas no tempo e pelos meios legais, tornam evidente e indiscutível o direito da parte é possivel antecipar os seus efeitos práticos da pretensão. Prova inequívoca não é somente "aquela a respeito da qual não mais se admite qualquer discussão" (STJ, Resp. n°. 113-368/PR, Rel. Min. JOSE DELGADO), mas, sobretudo, a exclusivamente documental suficiente para formação do convencimento de mérito, ou aquela produzida em audiência ou perícia técnica sob o crivo do contraditório. O mero demonstrativo do débito. Com modificação de cláusulas, não constitui destarte prova inequívoca das alegações. A inscrição do nome do devedor inadimplente junto aos órgãos de proteção ao crédito não possui caráter abusivo ou legal quando fundada em obrigação legítima. Trata-se de medida de cautela dos credores amparada pelo Código de Defesa do Consumidor (art. 43), tendo por finalidade disponibilizar informações sobre os devedores que não honram seus compromissos financeiros ou comerciais e, assim. podem ser considerados como contratantes de risco diante da inadimplência ocorrida em situações semelhantes. Enquanto perdura a inadimplência fundada em obrigação legítima, não há ilegalidade na inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, pois ainda que possa ser considerado como expediente vexatório, tem como escopo inibir a inadimplência e proteger o contratante dos dissabores e prejuízos inevitáveis que a quebra da confiança acarreta. Assim sendo, a proibição de inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes nas ações de revisão de contrato exige-se, não somente que seja efetuado o depósito do valor incontroverso, mas a efetiva demonstração de que se trata de cobrança indevida ou ilegÍtima. A propósito, pacificou-se o entendimento de que, para ser impedida a inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, enquanto pendente ação judicial buscando a discussão do contrato e do saldo dele decorrente são obrigatórios os seguintes requisitos: a) ação proposta pelo devedor cont ando a existência integral ou parcial do débito; b) efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; e, c) contestado apenas de parte do débito, o depósito do valor referente à parte tida por incontroversa, ou caução idônea, ao prudente arbitrio do Magistrado. (Nesse sentido já se decidiu: RESP 551.682/SP, Relator Ministro César Astor Rocha, 2a Seção, j. 11.11.03, p. 19.04.04; o RESP 551.682 SP, Relator Ministro César Asfor Rocha, 26 Seção, j. 11.11.03, p. 24.11.03; o AGRESP 604.507/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 3a Turma, j. 23.03.04; RESP 656558 SP, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. 3a Turma, j. 16.03.06; RESP 555158/RS, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, 4a Turma, j. 18.11.2004). Destarte, não somente o simples fato de o contrato conter cláusulas previamente fixadas, sem possibilitar discussão ou modificação das condições impostas, não autoriza a presunção de ilicitude das cláusulas, porquanto não subtraiu do consumidor a liberdade de aderir ou não àquelas condições, como não existem, em sede de cognição sumária, indícios suficientes de que houve imposição de taxa de juros remuneratórios ou encargos exorbitantes ou abusivos. Não se revela ainda possível assegurar a posse do bem objeto de contrato, pois a posse direta somente é legítima enquanto não constituído em mora. Com efeito, o depósito de valor diverso daquele fixado no contrato não tem o condão de assegurar a manutenção na posse de bem, mormente porque obstaria o direito constitucional de ação do credor (art. 5°, XXXV. CF) e, ademais, somente em situações excepcionais, devidamente justificados na ação de busca e apreensão, pode ser assegurada manutenção do bem na posse do devedor, pois ainda que o devedor fiduciário exerça posse direta, o credor tem a propriedade resolúvel do bem e a posse indireta. Nesse sentido já se decidiu: No que se refere ao depósito de valores apurados de forma unilateral, trata-se de mera conveniência do devedor, sem trazer qualquer prejuízo ao agente financeiro, porquanto lhe assegura ao menos parte do seu crédito. Todavia, ainda que admissível o depósito, desde que da natureza da obrigação assumida, não tem ele o condão de descaracterizar a mora do devedor e, por conseguinte, assegurar manutenção na posse ou afastar medidas legais de recuperação do bem ou do

crédito controverso, cuja abusividade não restou demonstrada porque não existe prova inequívoca das alegações. Esse é o entendimento consolidado no egrégio Tribunal de Justiça do Paraná: Diante do exposto, não atendidos os requisitos legais do art. 273 do CPC, impõe-se INDEFERIR a proibição ou suspensão da inscrição nos cadastros de inadimplentes e de manutenção na posse do bem e, por outro lado, assegurar a consignação do valor incontroverso das prestações vencidas e vincendas. desde que mediante depósitos judiciais sucessivos, sem afastar a constituição em mora e as medidas extrajudiciais e judiciais de cobrança. Trata-se de causa que segue o procedimento sumário. Cite-se o demandado por meio de carta com AR (aviso de recebimento) para que compareça à audiência para tentativa de conciliação que designo para 07 de novembro de 2011, às 13h45min. Não obtida a conciliacão, oferecerá o demandado, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e roi de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico. Deixando injustificadamente o demandado de comparecer à audiência, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (Código de Processo Civil, art. 319). A ausencia do demandante na audiência designada importará em extinção do processo sem análise de seu mérito. As partes comparecerão pessoalmente à audiência, podendo fazer- se representar por preposto com poderes para transigir. Intime-se. Diligências necessárias. Somente depois de executados os atos pertinentes ao caso acima, voltem conclusos. Diligencias necessarias. Deve a parte autora retirar a carta de citação expedida de fls 55. Int. - Advs. CAROLINE AMADORI CAVET e VICTICIA KINASKI GONÇALVES.

133. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 0043938-41.2011.8.16.0001-ANDREWS AROLDO OLIVEIRA DE BRITO x BV FINANCEIRA S/A CFI - I. Defiro os beneficios da assistência judiciaria, sob as penas da lei. II. Trata-se de pedido de revisão de coac¯ato ae alienacão fiduciária, cujo valor foi estipulado e_, RS 17.022, parcelados em 6C vezes de RS 640,80. Sustenza o autor que _De :orall cobrados encargas ilegais como furos capitalizacos, dai a necessidade ce serem antecipados os efeitos da sentença de mérito para cance er ou proibir a inscricao ao seu nome nos cadastros de restricão ao crédito e o depósito judicial do valor inconoroverso, de acordo co_, os onica os por ele elaborados. II. Muito embora pudessem a prireira vista se mostrar relevantes os fatos e cs fundamentos iuridicos deduzidos na inicial, verifico que o autor deixou ae comprovar a plausibillaade de seu direito, porquanto não acostou aos autos prova inequivoca da isoidência dos alegados encargos ilegais. A causa de pedir está toda fundanentada na prática de capitalizagão de juros e cumulaçãe de comissão de permanència com multa, porem quanto a isso näc se fez prova alguma. O parecer financeiro juntado aos autos é prova produzida anilaterainente näc deixa entrever os alegados encargos ilegais, notadamente porque ao contratar o actor tomou ciência inequivoca do valcr das parcelas, visto que são fixas, e entendeu poder adimpli--as. Currcssim, é possivel perceber, que o argumento os abusividade das cláusulas con=ratuais pauta-se, dentre outros argensenzos, na capitalizacäc das juros contratuais, tornando-se imperiosa a ressalva de que a partir de 31 de março de 2000, por força da edição da edida provisória r_6-2 1963-î7 (atual MP n° 2170-36/2001), é perri--ida a capitalizacão de juros até mesmo em periados ir_feriores ao a:Taal, como se ve, Neste passo, conforme se le ca cláusi:,la n 1J ao instrumento de contrato firmado em 2011, há pactuapão expressa de ap -_cação de juros compostos, prática esta permitida na Medida Provisória no 2.170-36/01. II¯¯. C Superior Tribuna¯_ de Justica la pacificou o entendimento no sentido de que, para deferimento antecipado da retirada do nome da parte dos cadastros de restricão ac orádito, é necessário o preenchimen=c de três requisitos, quais sejam: a) oc iprovaoão de q:,e pencie agão proposza contestancic, integral ou parcialmente, a exis¯¯ënoia do débizo; b a negativa do débito em oobranca se funda em bom direito; c) depositou o valor correspondente a parte reconhecida do débico c.. oreste caucao iconea. IV. Como se vä, no Diesente caso, o autor o.eixou ce demonstrar a plausibi¯_idade de seu ciireito, o cue impõe seta ir_ciefericio o pedido anteciparório. V. Nesse senticio, o seguinte precedente: VI. Assim, näc havendo prova inecuivoca, änas que inoambe ao at¯tor, incabíve¯. ec deferimento aa meaida, nesta fase ce cogn¯_qao sumarta. VII. Em razão do valor atribuido a causa, a presente acão seguiria o rito sumério, o qual, na forma proposta pelo legislador é actado, em tese, de maicr agilidade e rapidez. Entretanto, nao eo que se verifica na realidade forense, pois, em virtude do elevado número de feitos, há uma sobrecarga da pauta de auciencia, o que torna o rico crdinário mais célere. Considerando-se, assim, cue o Juiz pode a qualquer remoc tentar ocnoiliar as partes, conforme dispõe c art. 125, IV do código de Processo Civil, bem como que deve ve_ar pela rápida solação do litigio (CPC, art. 125, II) e que, na prática, não poderá ser atendido o disposoo no art. 277 do código ce Processo civil, é mais célere iceprimir o rio ordináric ao presente processo. Vale ressaltar que pelo fato de o rire ordinário possoir um maior elastério, propiciando uma ampla defesa as parres e maior dilação probatória, não se vislumbra prejaizo as partes. Muito pelo conträrio, a presente conversäc visa atribuir maior celeL¯idade ao procedimenzo, atendendo ao principio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 53, LXXVIII). Nesse sentido: Cite-se a parte Re, na forma requerida, para responoer no prazo de quinze dias sob pena de oresumirem aceiros como verdaceiros os farcs articulados pelo auror (CPC, art. 285). VIII. Apresenzada a contestacão, inri_me-se a parte au ora para se manifestar, no prazo ce 10 dias. IX. Se com a replica for apresentado algur: documenco novo, faculto manifestacão da parle ré, pelo prazo d.e CS dias, nos ter::cs do artigo 398 do CPC. X. Por fira, diante do contido no E 3 do artigo 33_ do Código de Processo Civil, com redacão dada pela 10.444/02, esciarecam as partes, em cinco dias, se há possibilidade de conciliacäc e, sendo esta viável, tragam aos auras a respectiva proposta. XI. Outrossim, no mesmo prazo da iner.: supra, especifiquem as partes as provas que efetivamente pretender. procazir, indicando a relevãncia e a pertinëncia das cue forem req;eridas, sob pena ce indeferimento (CPC, Art. 130). XII. Havendo recuerimento de prova pericial, no prazo assinalado devem as partes declinar sua importancia, alcance e fina idade cara o deslinde da causa, pois "descäoe confundir o pror.esto pela producäc de prova com o recueriraento especifico, quando a parte ir_teressada deve juszificar a necessicade da prova prezendica" STE - O plena - ACO 445-4-E5, AgReg, rei. Min. Marco Aurélio, j. 4.6.99, DJE 28.8.98, la Sepäa, p. 03). XIII. Intime-se. Deve a parte autora retirar a carta de citação expedida de fls. 54. Int. - Adv. RONEI JULIANO FOGACA WEISS.

134. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 0044198-21.2011.8.16.0001-ORLANDO CARDOSO DOS SANTOS x BANCO PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A - Deve o procurador da parte requerente firmar a petição inicial, em cartório, uma vez que a mesma está apócrifa. - Adv. LIDIANA VAZ RIBOVSKI.

135. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (SUM) - 0044348-02.2011.8.16.0001-JANETE REGINA DOS SANTOS x BRASIL TELECOM S/A OI - 1. Defiro os benficios da assistencia judiciaria, sob as penas da lei. 2. Cite-se para responder no prazo de quinze dias, com as advertencias. Deve a parte autora retirar a carta de citação expedida de fls. 67. int. - Adv. JOSE ARI MATOS.

136. ACAO CAUTELAR DE EXIBICAO DE DOCUMENTO - 0045162-14.2011.8.16.0001-EDNA CABRAL DA LUZ x TELEFONICA SISTEMA DE TELEVISAO S,A, - 1. Defiro os benefícios da justiça gratuita, até prova em contrário, ante a situação financeira atual da parte requerente. 2. Da análise dos documentos juntados à fl. 06 denota-se que as informações trazidas aos autos pela parte requerente são verossímeis, ou seja, que ela pos- sui contrato assinado com a parte requerida. A parte requerente pretende anali- sá-lo e discutir judicialmente eventuais cláusulas abusivas e para tanto, necessi- ta da cópia dos contratos para instruir a futura demanda. 3. Por se tratarem de informações em nome da parte requerente é evidente que se enquadra na condição de documento comum em face do interesse deste no co- nhecimento do teor das informações, a fim de que possam tomar as medidas judiciais cabíveis. nos termos do Código de Processo Civil, art. 844, II. 4. Cite-se, portanto, a requerida para, em 05 (cinco) dias, exibir em juizo o contra- to declinados à fl. 02 verso, ou dar a sua resposta, sob pena de aplicação do Código de Processo Civil, art. 359. 5. Diligências necessárias. Deve a parte autora retirar a carta de citação expedida de fls. 20. Int. - Adv. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS.

137. ACAO DE RESCISAO DE CONTRATO (SUM) - 0048207-26.2011.8.16.0001-ROBERTO GRANDO E CIA LTDA x STAROUP BOTUCATU TEXTIL S/A - 1. Recebo os presentes autos e declaro a competência deste juízo para apreciação da causa. 2. A fim de viabilizar o exame do pedido formulado na inicial, de gratuidade de justiça, diligencie a parte autora no sentido da juntada, no prazo de 10 (dez) dias, da declaração de insuficiência de recursos financeiros e declaração de imposto de renda pessoa física referente aos 3 (três) últimos anos de cada uma das demandantes. Na hipótese de não ter apresentado declaração no referido período, a interessada deverá providenciar a juntada de outros documentos que comprovem que ela não dispõe de recursos para pagamento das custas do processo como, por exemplo, comprovante de recebimentos de proventos, contra-cheque, holerite, folha de pagamento, cópia da CTPS, entre outros. 3. Ressalto que a jurisprudência admite a exigência da juntada de declaração de imposto de renda para análise do pedido de gratuidade de justiça. Confira-se o seguinte V. Julgado: Agravo de Instrumento n °2004.002.00002, 14a Câmara Cível do TJRJ, Rel. Des. Ferdinaldo do Nascimento. j. 08.06.2004: "(...)afigura-se plenamente legítima a exigência de juntada das últimas declarações de Imposto de Renda para a análise do pedido de gratuidade de justiça.".3. Considerando que os documentos a serem juntados se revestem de sigilo fiscal, determino a tramitação do feito em segredo de justiça. Anote-se onde couber. Ressalto que tão logo analisada a gratuidade, os documentos serão desentranhados dos autos e devolvidos as interessadas. 4. Finalmente, destaco a parte autora que a fluência in albis do prazo assinado no item '1' importará o indeferimento da gratuidade de justiça. 5. Trata-se de causa que segue o procedimento sumano. 6. Com espeque no Código de Processo Civil. art. 2841, a parte autora deverá emendar a petição inicial a adequando ao que estabelece o Código de Processo Civil, art. 2762, sob pena de, ultrapassado o prazo, ser entendido como desistência do meio de prova. 7. Intimem-se. Diligências necessárias. Advs. JOSE LUCIO GLOMB, BRUNO FISCHER FRAIZ DE MORAIS e FRANCIELE GRANDO.

138. EMBARGOS A EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL - 0049011-91.2011.8.16.0001-JOAO MARIA LOPES x BANCO BRADESCO S/A - 1. Recebo os presentes embargos para discussão sem efeito suspensivo. 2. Embora o embargante tenha aventado excesso de execução, não apontou o valor que entende correto, deixando de observar, assim, o determinado no § 5º do artigo 739-A do CPC. 3. Deste modo, emende-se a inicial no prazo de 10 (dez) dias, cumprindo-se o disposto no comando legal, sob pena de rejaição liminar dos embargos. 4. Intimem-se Diligências necessárias. - Advs. CURADOR ESPECIAL, RAFAEL TADEU MACHADO e MURILO CELSO FERRI.

139. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0050381-08.2011.8.16.0001-ITAU UNIBANCO S/A x REPRESENTACOES LOYOLA E LTDA e outro - Efetuar o depósito inicial mais autuação no valor de R$ 827,20, em favor desta serventia, em 30 dias, sob pena de cancelamento. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. LEONEL TREVISAN JUNIOR.

140. ACAO DE BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA - 0050348-18.2011.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x GEISON ANTUNES DE CAMARGO - Efetuar o depósito inicial mais autuação no valor de R$ 827,20, em favor desta serventia, em 30 dias, sob pena de cancelamento. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA.

141. ACAO DE REPARACAO DE DANOS (SUM) - 0050415-80.2011.8.16.0001-SERGIO SAURESSIG x CLAUDIA REGINA BONILAURI - Efetuar o depósito inicial

mais autuação no valor de R$ 827,20, em favor desta serventia, em 30 dias, sob pena de cancelamento. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. EMANUEL MASCARENHAS PADILHA.

142. ACAO DE RESCISAO DE CONTRATO (ORD) - 0050459-02.2011.8.16.0001-AZ IMOVEIS LTDA x NADIR ESPINDOLA DE FREITAS - Efetuar o depósito inicial mais autuação no valor de R$ 827,20, em favor desta serventia, em 30 dias, sob pena de cancelamento. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. SILVIO BRAMBILA e RAFAEL MARQUES GANDOLFI.

143. ACAO DE PRESTACAO DE CONTAS - 0050831-48.2011.8.16.0001-COMERCIO DE CARNES NOBRE LTDA x BANCO DO BRASIL S/A - Efetuar o depósito inicial mais autuação no valor de R$ 220,90, em favor desta serventia, em 30 dias, sob pena de cancelamento. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING e JULIO CESAR DALMOLIN.

144. ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE - 0050817-64.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x LASIER LAUBE - Efetuar o depósito inicial mais autuação no valor de R$ 827,20, em favor desta serventia, em 30 dias, sob pena de cancelamento. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. KLAUS SCHNITZLER e FERNANDO J GASPA.

145. ACAO DE BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA - 0050811-57.2011.8.16.0001-AYMORE CREDITO FINACIAMENTO E INVESTIMENTO x JULIA DE SOUZA - Efetuar o depósito inicial mais autuação no valor de R$ 827,20, em favor desta serventia, em 30 dias, sob pena de cancelamento. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.

146. ACAO DE BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA - 0050744-92.2011.8.16.0001-AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x GILVANI DAS NEVES FERREIRA - Efetuar o depósito inicial mais autuação no valor de R$ 827,20, em favor desta serventia, em 30 dias, sob pena de cancelamento. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ.

147. ACAO DE COBRANCA (SUM) - 0050721-49.2011.8.16.0001-CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS ATENAS I CONDOMINIO IV x JOSIANE MARA DA COSTA - Efetuar o depósito inicial mais autuação no valor de R$ 418,30, em favor desta serventia, em 30 dias, sob pena de cancelamento. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. ALINE BRATTI NUNES PEREIRA.

148. ACAO DE BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA - 0050702-43.2011.8.16.0001-BANCO PANAMERICANO S/A x J.G.M TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - Efetuar o depósito inicial mais autuação no valor de R$ 827,20, em favor desta serventia, em 30 dias, sob pena de cancelamento. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. FABIANA SILVEIRA.

149. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0050886-96.2011.8.16.0001-MARIA LUCIA CHANDA x GLAUCO RAMOS - ADVOGADOS ASSOCIADOS e outros - Efetuar o depósito inicial mais autuação no valor de R$ 827,20, em favor desta serventia, em 30 dias, sob pena de cancelamento. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Advs. RAUL DE ARAUJO SANTOS e LUCIANA STRINGHINI.

150. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 0050867-90.2011.8.16.0001-GREGO COMERCIAL ELETRICA LTDA ME x HSBC BANK BRASIL S/A - Efetuar o depósito inicial mais autuação no valor de R$ 827,20, em favor desta serventia, em 30 dias, sob pena de cancelamento. O recolhimento poderá ser efetuado em qualquer banco por meio de boleto a ser gerado pelo Sistema Informatizado disponível no Portal do Tribunal de Justiça (www.tj.pr.gov.br) Decreto Judiciário n.° 744/09. Int. - Adv. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA DE LUCA.

Curitiba, 26 de setembro de 2011.
VILMA OTOVIS BONFANTE
Escrivã

# 5ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANA**
**5ª VARA CIVEL**
**JUIZ DE DIREITO: SIGURD ROBERTO BENGTSSON**
**JUIZA DE DIREITO: THAIS MACORIN CARRAMASCHI DE MARTIN**

**RELACAO Nº 182 /2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
Adriana Martins Silva 0035 001841/2008
Alceu Rodrigues Chaves 0106 036748/2011
Alessandra Labiak 0047 001287/2009
Alexandre Nelson Ferraz 0054 002010/2009
Aline Ribeiro Guilet 0009 001350/2002
Ana Rosa de Lima Lopes Be 0045 000892/2009
0099 029999/2011
ANDERSON CLEBER OKUMURA Y 0039 000479/2009
Andrea Cristiane Grabovsk 0008 001138/2002
ANDREA CRISTIANE GRABOVSK 0055 002032/2009
ANDRE LUIZ SCHMITZ 0031 000988/2008
André Martins Magalhães 0009 001350/2002
ANE GONÇALVES DE RESENDE 0021 001478/2006
ANE GONÇALVES DE RESENDE 0021 001478/2006
ANGELICA OLIVEIRA SANTOS 0015 001311/2005
Anna Maria Zanella 0015 001311/2005
ANNE CRISTINE RODRIGUES 0083 062223/2010
Antonio Carlos Brustolin 0084 063078/2010
Antonio Emerson Martins 0028 000491/2008
Ardemio Dorival Mucke 0077 050744/2010
Arleide Regina Ogliari Ca 0052 001737/2009
Beatriz Shiebler 0023 000723/2007
Bernardo Guedes 0020 001445/2006
Braulio Belinati Garcia P 0009 001350/2002
BRUNO LUIS MARQUES HAPNER 0064 015178/2010
Bruno Miranda Quadros 0033 001501/2008
Carine de Medeiros Martin 0073 044304/2010
CARLOS ALBERTO DE ARAUJO 0024 000960/2007
Carlos Eduardo Scardua 0060 000906/2010
Carlos Humberto Fernandes 0029 000823/2008
CARMEM GLORIA ARRIAGADA A 0009 001350/2002
CAROLINA MARTINS PEDROL 0048 001393/2009
0056 002105/2009
CAROLINE MEIRELLES LINHAR 0053 001951/2009
CATIA SIMARA DA ROSA BITE 0053 001951/2009
Cesar Augusto Terra 0059 002418/2009
0101 032890/2011
0102 032910/2011
Claire Lottici 0010 000081/2003
CLAUDIA FRANCISCA SILVANO 0009 001350/2002
CLAUDIA HALLE DE ABREU 0053 001951/2009
Claudinei Belafronte 0046 000972/2009
Claudinei szymczak 0096 026442/2011
Claudio de Fraga 0057 002276/2009
Claudio Xavier Petriyk 0006 000877/2001
CLEBER MATEUS DA SILVA 0009 001350/2002
CLEOSNY SLOMPO 0003 000968/1997
Cristiane Bellinati Garci 0047 001287/2009
Daniel Fernando Pastre 0019 001239/2006
Daniel Hachem 0002 001298/1996
0007 001421/2001
0008 001138/2002
0025 001638/2007
0070 034435/2010
0074 044858/2010
0080 056354/2010
0085 064808/2010
Danielle Rosa e Souza 0108 040948/2011
DANIELLE TODESKO 0060 000906/2010
DANIEL SOTTILI MENDES JOR 0041 000617/2009
Dante Mariano G. Sobrinho 0032 001303/2008
Deborah Paula Machado 0089 005555/2011
DIEGO DE PAULI PIRES 0067 025453/2010
DIOGO LOPES VILELA BERBEL 0074 044858/2010
Dorval Angelo Cury Simões 0003 000968/1997
EDEVANIR JOSE GUANDALINI 0051 001694/2009
Edgar Katzwinkel Junior 0004 001226/2000
Eduardo José Fumis Faria 0109 045503/2011
Eduardo Munhoz da Cunha 0004 001226/2000
Elizandra Cristina Sandri 0043 000834/2009
0044 000885/2009
0045 000892/2009
ELIZANDRA PAREJA TONDINEL 0009 001350/2002
Elme Karem Baido 0067 025453/2010
Emanuelle Silveira dos Sa 0086 065304/2010
Emanuel Vitor Canedo da S 0009 001350/2002
Evaristo Aragão Ferreira 0009 001350/2002
0016 001371/2005
0061 002007/2010
0094 016688/2011
Fabiano Neves Macieywski 0053 001951/2009
FABIANO TASSO 0009 001350/2002
Fabio Fernandes Leonardo 0013 000174/2004
FABIO LOPES VILELA BERBEL 0074 044858/2010
Fabiula Muller Koening 0001 000432/1996
0087 068905/2010
FABRICIO COIMBRA CHESCO 0016 001371/2005
FABRICIO KAVA 0061 002007/2010
Fabricio Verdolin de Carv 0041 000617/2009

FELIPE PEREIRA LIBORIO 0024 000960/2007
Fernanda Fortunato Mafra 0019 001239/2006
FERNANDO CESAR SPRADA 0110 048724/2011
FERNANDO CHIM FEI 0018 001178/2006
Fernando Murilo Costa Gar 0053 001951/2009
Flaviano Bellinati Garcia 0047 001287/2009
Flavio Fernandes Leonardo 0013 000174/2004
Flavio Penteado Geromini 0060 000906/2010
Flávio Pigatto Monteiro 0067 025453/2010
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA 0102 032910/2011
Gerson Vanzin Moura da Si 0060 000906/2010
Gilberto Rodrigues Baena 0029 000823/2008
Gilberto Stinglin Loth 0029 000823/2008
0059 002418/2009
0101 032890/2011
0102 032910/2011
Giovanna Price de Melo 0066 024413/2010
GISELE MARIE MELLO BELLO 0091 010890/2011
Glécia Palmeira Peixoto 0035 001841/2008
Gracienne de Fatima Goes 0009 001350/2002
Gustavo Rodrigo Goes Nico 0001 000432/1996
0087 068905/2010
Gustavo Saldanha Suchy 0030 000899/2008
Isabela Quelhas Moreira B 0035 001841/2008
ISRAEL LIUTTI 0048 001393/2009
0056 002105/2009
Ivo Bernardino Cardoso 0059 002418/2009
IVO BRUGNOLO MACEDO 0026 001808/2007
Ivone Struck 0099 029999/2011
IZABELA CRISTINA RUCKER C 0009 001350/2002
Jackson Sondahl de Campos 0013 000174/2004
Jaime Oliveira Penteado 0060 000906/2010
JAMES WAHL 0018 001178/2006
Janaina Giozza 0030 000899/2008
Janayna Ferreira Luzzi 0021 001478/2006
JANSEN DANIEL DE CARVALHO 0046 000972/2009
JAQUELINE ZAMBON 0029 000823/2008
Jean Carlo de Almeida 0072 038063/2010
Jefferson Josue Ferreira 0069 032676/2010
JESSICA GHELFI 0033 001501/2008
JOAO EDSON PIRES DE LEMOS 0003 000968/1997
Joao Leonel Antocheski 0026 001808/2007
Joao Leonel Antocheski 0096 026442/2011
Joao Leonelho Gabardo Fil 0059 002418/2009
0101 032890/2011
0102 032910/2011
Joaquim Miró 0020 001445/2006
Jonas Borges 0014 001178/2004
0016 001371/2005
Jorge MiguelPiloto Netto 0027 000174/2008
0051 001694/2009
José Augusto Araújo de No 0009 001350/2002
JOSE EDGARD DA CUNHA BUEN 0009 001350/2002
JOSE ELI SALAMACHA 0034 001529/2008
JOSE FERNANDO GUAPO 0051 001694/2009
Juahil Martins de Oliveir 0001 000432/1996
Juliana da Silva 0005 000823/2001
Julio Barbosa Lemes Filho 0017 000834/2006
Julio Cezar Engel dos San 0063 011529/2010
Juscelino Clayton Castard 0019 001239/2006
KARINA SANTINA DE OLIVEIR 0010 000081/2003
Karine Simone Pofahl 0037 000266/2009
0044 000885/2009
Karine Simone Pofahl Webe 0082 061513/2010
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0043 000834/2009
Kelly Cristina Worn C. Ca 0066 024413/2010
Kelly Worm Cotlinski Canz 0064 015178/2010
Klaus Schinitzler 0100 031192/2011
Leandro Luiz Kalinowski 0010 000081/2003
0098 029275/2011
Leandro Ramos Gouveia 0057 002276/2009
LEONARDO AFONSO PONTES 0021 001478/2006
Leonel Trevisan Junior 0058 002374/2009
0078 053377/2010
0107 037230/2011
LIDIANA VAZ RIBOVSKI 0090 006045/2011
LIGIA GOEBEL 0003 000968/1997
Louise Rainer Pereira Gio 0063 011529/2010
Luciano Hinz Maran 0106 036748/2011
Luis Oscar Six Botton 0075 049945/2010
Luiz Alberto Oliveira de 0028 000491/2008
Luiz Antônio Daros 0011 000371/2003
LUIZ CARLOS MOREIRA JUNIO 0110 048724/2011
LUIZ CARLOS SALVARO 0064 015178/2010
Luiz Fernando Brusamolin 0008 001138/2002
Luiz Fernando Brusamolin 0055 002032/2009
0097 027609/2011
Luiz Fernando de Queiroz 0005 000823/2001
LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ 0023 000723/2007
Luiz Henrique Bona Turra 0060 000906/2010
Luiz Henrique Martelli 0022 001523/2006
Luiz Rodrigues Wambier 0009 001350/2002
0094 016688/2011
Luiz Salvador 0075 049945/2010
0079 056337/2010
MAÇAZUMI FURTADO NIWA 0048 001393/2009
0056 002105/2009
Magda Luiza Rigodanzo Egg 0105 034828/2011
Marcelo Arthur Menegassi 0021 001478/2006
MARCELO ARTHUR MENEGASSI 0021 001478/2006
Marcelo Augusto Bertoni 0009 001350/2002
Marcelo Ferreira Meireles 0015 001311/2005
Marcelo Henrique Ferreira 0024 000960/2007
Marcia Eneida Bueno 0087 068905/2010
Marcia Jacqueline Vieira 0003 000968/1997
MARCIO ARIOVALDO FELICIO 0009 001350/2002
Marcio Ayres de Oliveira 0093 015713/2011
0109 045503/2011
Marcio Rogerio Depolli 0009 001350/2002
Marco Antonio Kaufmann 0024 000960/2007
Marcos Roberto dos Santos 0038 000415/2009
Marcos Rodrigo de Oliveir 0009 001350/2002
Marcus Vinicius Tadeu Per 0071 037192/2010
MARIA AMÉLIA C. MASTROROS 0009 001350/2002
Maria Elizabeth H. Ribeir 0035 001841/2008
0057 002276/2009
Maria Ilma Caruso 0058 002374/2009
0107 037230/2011
Mariana Germano Gontijo 0009 001350/2002
Mariana Paulo Pereira 0049 001432/2009
Mariane Cardoso Macarevic 0069 032676/2010
Marili Ribeiro Taborda 0105 034828/2011
Marlus Jorge Domingos 0002 001298/1996
Marta P. Bonk Rizzo 0088 003836/2011
Mauricio Kavinski 0008 001138/2002
Mauro Sergio Guedes Nasta 0039 000479/2009
Michel Kafrouni 0007 001421/2001
Michelle Meneguetti Gomes 0009 001350/2002
MIGUEL ANTONIO SLOWIK 0006 000877/2001
Milton Miro Vernalha Filh 0048 001393/2009
0056 002105/2009
MOEMA REFFO SUCKOW MANZOC 0005 000823/2001
Murilo Celso Ferri 0009 001350/2002
Nadia Regina de Carvalho 0035 001841/2008
0057 002276/2009
NANCY SILVA ARCOVERDE CAV 0094 016688/2011
Naoto Yamasaki 0056 002105/2009
Nelson Beltzac Junior 0079 056337/2010
Nelson Paschoalotto 0068 031085/2010
0091 010890/2011
Nilce Neide Teixeira de L 0005 000823/2001
NORBERTO TARGINO DA SILVA 0103 034722/2011
0104 034729/2011
ODARCYR CARLOS PRIGOL 0003 000968/1997
OSCAR SILVERIO DE SOUZA 0108 040948/2011
Osmar Alves Baptista 0003 000968/1997
OTO LUIZ SPONHOLZ JUNIOR 0064 015178/2010
Paulo Cesar Bulotas 0035 001841/2008
0057 002276/2009
Paulo Fernando Souza 0040 000577/2009
Paulo José Gozzo 0002 001298/1996
PAULO ROBERTO BARBIERI 0078 053377/2010
PAULO ROBERTO MARQUES HAP 0064 015178/2010
Paulo Sergio Stahlschmidt 0071 037192/2010
Rafael de Lima Felcar 0063 011529/2010
Rafaella Gussella de Lima 0009 001350/2002
RAQUEL ABDO EL ASSAD 0062 005933/2010
REINALDO E. A. HACHEM 0080 056354/2010
Reinaldo Emilio Amadeu Ha 0002 001298/1996
0070 034435/2010
0074 044858/2010
Reinaldo Mirico Aronis 0052 001737/2009
RENATO AMERICO DE OLIVEIR 0023 000723/2007
Ricardo Dos Santos Abreu 0072 038063/2010
RICARDO N. RAVEDUTTI SANT 0013 000174/2004
RICARDO RUH 0034 001529/2008
ROBERTO ISER JUNIOR 0078 053377/2010
ROBERTO SEIXAS PONTES 0021 001478/2006
ROBSON ADRIANO DE OLIVEIR 0110 048724/2011
Rodrigo Alexandre de Cast 0012 001140/2003
Rodrigo Cesar B. F. Da Si 0076 050066/2010
RODRIGO FONTOURA DA SILVA 0012 001140/2003
Rodrigo Ruh 0034 001529/2008
Romara Costa Borges da Si 0024 000960/2007
ROSE MARY BASTOS IACOMINI 0005 000823/2001
Samira Nabbouh Abreu 0072 038063/2010
SANDRA DE FATIMA SOTTO MA 0092 011015/2011
Sandra Evelizi Mendonça 0020 001445/2006
Sandra Jussara Kuchnir 0036 001878/2008
0042 000620/2009
SANDRA LOURES RAMOS 0083 062223/2010
Sandra Regina Rodrigues 0014 001178/2004
SERGIO LEAL MARTINEZ 0084 063078/2010
Sergio Schulze 0037 000266/2009
0099 029999/2011
Sidnei Gilson Dockhorn 0021 001478/2006
Simone Ceratta Lima 0057 002276/2009
SIMONE CERETTA LIMA 0035 001841/2008
Sofia Carolina Jacob de P 0009 001350/2002
Sonny Brasil de Campos Gu 0095 022616/2011
Suzinaira de Oliveira 0034 001529/2008
TATIANA KALKO TURQUETI CU 0019 001239/2006
Tatiana Valesca Vroblewsk 0037 000266/2009
0045 000892/2009
Teresa Arruda Alvim Wambi 0009 001350/2002
0094 016688/2011
Thiago Felipe Ribeiro dos 0069 032676/2010
VALDOMIRO CZAIKOWSKI NETO 0065 019599/2010

0081 060710/2010
Valeria Caramuru Cicarell 0054 002010/2009
VANDA LUCIA TAVARES DE BA 0017 000834/2006
Vanessa Benato Cardoso 0088 003836/2011
Vanessa Maria Ribeiro Bat 0100 031192/2011
Vianei Antonio Gomes 0050 001557/2009
Vicente Ganter de Moraes 0065 019599/2010
0081 060710/2010
VILSON OSMAR MARTINS JUNI 0076 050066/2010
0108 040948/2011
VINICIUS LEONE MIGUEL 0078 053377/2010
Virginia Mazzucco 0030 000899/2008
Wagner Barone Lopes 0013 000174/2004
Walter Bruno Cunha da Roc 0053 001951/2009
Walter José Mathias Junio 0089 005555/2011
Wanderlei de Paula Barret 0046 000972/2009
Wender Alves Leão 0009 001350/2002
ZENICE MOTA CARDOZO PINTO 0015 001311/2005

1. EXECUCAO DE TITULO - 432/1996-BANCO DO BRASIL S.A x MARISA ELIAS ROMANO FLS.204 - Desp. de fl. 309. 01- Indefiro o pleito retro, vez que tal diligência cabe à própria parte exequente. 02- Deve o credor dar prosseguimento ao feito acostando aos autos certidão do Cartório Distribuidor a fim de informar se há ou houve inventário dos bens deixados pelo de cujus Ariberto Romano, tendo em vista o que decidido pelo Egrégio Tribunal de Justiça. 03- Int. Advs. Gustavo Rodrigo Goes Nicoladelli, Juahil Martins de Oliveira e Fabiula Muller Koening.

2. EXECUCAO DE TITULO - 1298/1996-BANCO ITAU S.A x VALDEMAR GEVARD e outro - Desp. de fl. 147. 01- Na data de 08/08/2011 foi solicitado o bloqueio de valores existentes em contas de titularidade do primeiro executado através do sistema BACENJUD. Diante da efetivação do bloqueio, às fls. 139/140, o executado se manifestou no sentido de que houve constrição de conta corrente em que recebe seus proventos de aposentadoria. Os documentos de fls. 141/145 demonstram que efetivamente houve bloqueio de parte dos valores recebidos a título de aposentadoria, ou seja, houve o bloqueio de R$234,38. 02- Deste modo, tendo em vista o previsto no artigo 649, inciso IV do CPC, o qual prevê a impenhorabilidade dos vencimentos, saldos, salários, proventos de aposentadoria, pensões, dentre outros, acolho o pedido de desbloqueio do valor constrito, conforme extrato de fl. 141, em virtude de se tratar de provento de aposentadoria. 03- Nesta data, 19/09/2011, encaminhei ordem de desbloqueio, recebendo a ocorrência o mesmo número de registro mencionado no item 2 da decisão de fl. 134. 04- Considerando que não restaram outros valores bloqueados, manifeste-se o credor. 05- Int. Advs. Marlus Jorge Domingos, Daniel Hachem, Reinaldo Emilio Amadeu Hachem e Paulo José Gozzo.

3. INVENTARIO - 968/1997-CARMINE AQUILA NETO x ESP. ROSELY GLEICH AQUILA - Intimem-se as partes sobre a documentação juntada à fl. 439. Advs. Osmar Alves Baptista, LIGIA GOEBEL, Marcia Jacqueline Vieira Simões, Dorval Angelo Cury Simões, JOAO EDSON PIRES DE LEMOS, CLEOSNY SLOMPO e ODARCYR CARLOS PRIGOL.

4. PRESTACAO DE CONTAS - 1226/2000-LAZARO CLAUDOVINO GARCIA x SENKO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - Diga o autor ante o trânsito em julgado da sentença, certificado às fls. 143 no prazo de 05 dias. . Advs. Edgar Katzwinkel Junior e Eduardo Munhoz da Cunha.

5. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENT - 823/2001-JOAO BATISTA MALLON x MARCELINO BARBOSA FILHO - Desp. de fl. 97. 01- Indefiro o pedido de consulta junto ao sistema RENAJUD, vez que este Juízo ainda não formalizou seu cadastro perante o referido sistema. 02- Deve o credor, já que principal interessado diligenciar a respeito de bens passíveis de penhora. 03- Intimações e diligências necessárias. Advs. Luiz Fernando de Queiroz, Juliana da Silva, ROSE MARY BASTOS IACOMINI, MOEMA REFFO SUCKOW MANZOCHI e Nilce Neide Teixeira de Lima.

6. BUSCA E APREENSAO - 877/2001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x RUBENS TIBIRICA CONCEIÇAO - Desp. de fl. 120. 01- Arquivem-se. Pagas eventuais custas remanescentes, dê-se baixa na distribuição. 02- Intimações e diligências necessárias. Advs. Claudio Xavier Petriyk e MIGUEL ANTONIO SLOWIK.

7. EXECUCAO DE TITULO - 1421/2001-BANCO BRADESCO S/A x RG MOREIRA ALMEIDA & CIA LTDA e outros - "A parte interessada retirar o ofício da Receita Federal que encontra-se a disposição no cofre desta Serventia". Advs. Daniel Hachem e Michel Kafrouni.

8. EXECUCAO DE TITULO - 1138/2002-BANCO ABN AMRO REAL S.A x SITESE SISTEMA TECNICOS DE SEGURANCA S.C LTDA e outros - "A parte interessada o ofício da Receita Federal encontra-se a disposição no cofre desta Serventia". Advs. Daniel Hachem, Andrea Cristiane Grabovski, Luiz Fernando Brusamolin e Mauricio Kavinski.

9. INDENIZACAO ORD. - 1350/2002-MAURICIO SABINO x BANCO FININVEST S/A e outros - "A parte requerida se manifestar ante a certidão de fl. 712/verso, que a petição retro veio desacompanhada da certidão mencionada na mesma. Advs. ELIZANDRA PAREJA TONDINELLI, MARCIO ARIOVALDO FELICIO GARCIA, CLAUDIA FRANCISCA SILVANO, Wender Alves Leão, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Arruda Alvim Wambier, IZABELA CRISTINA RUCKER CURI, MARIA AMÉLIA C. MASTROROSA LIANA, CARMEM GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI, Murilo Celso Ferri, Emanuel Vitor Canedo da Silva, JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO, Gracienne de Fatima Goes, Marcelo Augusto Bertoni, Marcos Rodrigo de Oliveira, Michelle Meneguetti Gomes de Oliveira, Rafaella Gussella de Lima, Sofia Carolina Jacob de Paula, Aline Ribeiro Guilet, FABIANO TASSO, José Augusto Araújo de Noronha, CLEBER MATEUS DA SILVA, Braulio Belinati Garcia Perez, Marcio Rogerio Depolli, André Martins Magalhães e Mariana Germano Gontijo.

10. SUMARIA DE COBRANÇA - 81/2003-COND.RESID.FLAMBOYANT x ROBERTO Y.INOUE - Desp. de fl. 274. 01- Manifeste-se a parte exequente sobre a petição de fl. 273. 02- Intimações e diligências. Advs. KARINA SANTINA DE OLIVEIRA, Leandro Luiz Kalinowski e Claire Lottici.

11. B.APREENSAO CONV.EM DEPOSITO - 371/2003-VOUPAR-ADMINISTRADORA DE CONSORCIO S/C x SANDRO MARQUES RODRIGUES - Desp. de fl. 75. 01- Intime-se a parte autora, pesoalmente, para se manifestar sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção pela desídia. 02- Intimações e diligências necessárias. Adv. Luiz Antônio Daros.

12. EXECUCAO DE TITULO - 1140/2003-GIRO COMERCIO DE PNEUS LTDA x B.R.P LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA e outro - "Ao autor para retirar o mandado de fls. 144, para encaminhar à Comarca de São José dos Pinhais". Advs. Rodrigo Alexandre de Castro e RODRIGO FONTOURA DA SILVA.

13. B.APREENSAO CONV.EM DEPOSITO - 174/2004-CCV ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/C LTDA x SIDNEI PAZZA - Desp. de fl. 153. 01- Conheço os embargos declaratório de fls. 152/153 e no mérito nego-lhe acolhimento, posto que não estão presentes na decisão embargada nenhuma das hipóteses elencadas nos incisos do artigo 535 do CPC. 02- Cumpra-se integralmente o que determinado no item 02 do despacho de fl. 149, após o que será analisado o pedido de fls. 143/144. 03- Int. Advs. Jackson Sondahl de Campos, Fabio Fernandes Leonardo, Flavio Fernandes Leonardo, Wagner Barone Lopes e RICARDO N. RAVEDUTTI SANTOS.

14. DECLARATORIA - 1178/2004-JUDITH OLIVEIRA JOAQUIM e outros x BRASIL TELECOM - Desp. de fl. 325. 01- Ciente da decisão de Superior Instância. 03- Diante do efeito suspensivo atribuído ao recurso interposto, aguarde-se suspenso até final julgamento do agravo, o que deverá ser noticiado nos autos. 03- Int. Advs. Jonas Borges e Sandra Regina Rodrigues.

15. EXECUCAO DE TITULO - 1311/2005-MARCIO FERREIRA NOBRE e outro x GERARD CARMELO SANFELIPPO e outros - Desp. de fl. 145. 01- Defiro o pedido de sobrestamento do feito, pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme solicitado pela parte exequente à fl. 143. 02- Decorridomo prazo sem qualquer manifestação, certifique-se e intime-se a parte para dar prosseguimento ao feito. 03- Intimações e diligências necessárias. Advs. ANGELICA OLIVEIRA SANTOS, Marcelo Ferreira Meireles, ZENICE MOTA CARDOZO PINTO e Anna Maria Zanella.

16. EXIBICAO DE DOCUMENTOS - 1371/2005-EDNARDO LEITE DA SILVA x BANCO BANESTADO - Desp. de fl. 217. 01- Defiro o pedido de vistas, formulado pela parte autora à fl. 216, bem como a concessão de prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento do despacho de fl. 209. 02- Intimações e diligências necessárias. Advs. Jonas Borges, Evaristo Aragão Ferreira dos Santos e FABRICIO COIMBRA CHESCO.

17. EXECUCAO DE TITULO - 834/2006-BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A x RODOJULI TRANSPORTES DE CARGAS LTDA e outro - "A parte interessada se manifestar ante a resposta do ofício de fl. 89". Advs. Julio Barbosa Lemes Filho e VANDA LUCIA TAVARES DE BARROS.

18. EXECUCAO DE TITULO - 1178/2006-MOISES LUIZ MELLO IPAVES x QBE BRASIL SEGUROS S.A - Desp. de fl. 142. 01- Cumpra-se o despacho de fl. 136. 02- Int. Desp. de fl. 136. 01- Considerando o contido na petição de fl. 134, defiro o pedido de fl. 122. 02- Certifique a Escrivania se o advogado subscritor do pedido de fl. 122 possui poderes para receber e dar quitação, indicando em que fls. consta a respectiva procuração. Em caso positivo, expeça-se alvará nos termos do item 2.6.10 do CN., em favor da parte executada, nominal ao seu procurador, para o levantamento do valor depositado, o qual deverá "ser objeto de anotação no registro constante do respectivo livro" conforme item 2.6.9 do mesmo Código. 03- Após, cumpra-se a parte final da sentença de fl. 124, arquviando-se os autos com baixa na distribuição. 04- Int. Advs. JAMES WAHL e FERNANDO CHIM FEI.

19. EMBARGOS A EXECUCAO - 1239/2006-RAUL PAULA DE SENAS e outro x BANCO ITAÚ S.A - Desp. de fl.116. 01- Defiro o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitado pela parte requerida à fl. 115, tendo em vista a informação de tentativa de acordo entre as partes. 02- Decorrido o prazo sem qualquer manifestação, certifique-se e intimem-se as partes para se manifestarem. 03- Intimações e diligências necessárias. Advs. Daniel Fernando Pastre, Juscelino Clayton Castardo, TATIANA KALKO TURQUETI CUNHA BARRET e Fernanda Fortunato Mafra Parucker.

20. EXIBICAO DE DOCUMENTOS - 1445/2006-EDNA PATROCINIO DA CRUZ MORAN x BRASIL TELECOM S/A - Desp. de fl. 269. 01- Manifeste-se a parte credora sobre a petição e depósito de fls. 264/266. 02- Intimações e diligências necessárias. Advs. Sandra Evelizi Mendonça, Joaquim Miró e Bernardo Guedes.

21. INVENTARIO - 1478/2006-RONALDO SUCHEVICZ x ESPOLIO ANGELINA SUCHEVICZ - Desp. de fl. 227. I)- Ante a impugnação do herdeiro quanto ao valor estimado aos imóveis, expeça-se mandado de avaliação, cujas custas devem ser cotadas pelo Sr. Avaliador, para recebimento ao final do processo. II)- Uma vez avaliado, digam todos os interessados inclusive o Ministério Público, ante a existência de testamento. Int. "A parte interessada tomar ciência da certidão de fl. 228". Advs. ROBERTO SEIXAS PONTES, LEONARDO AFONSO PONTES, MARCELO ARTHUR MENEGASSI FERNANDES, ANE GONÇALVES DE RESENDE, Marcelo Arthur Menegassi Fernandes, ANE GONÇALVES DE RESENDE FERNANDES, Janayna Ferreira Luzzi e Sidnei Gilson Dockhorn.

22. EXECUCAO DE TITULO - 1523/2006-BENEDITO ANTONIO CORDEIRO GNOATO x AUDITERRAS EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS e outros - Desp. de fl. 148. 01- Indefiro o pedido de ofício ao DETRAN-PR, posto que referido órgão presta as informações solicitadas pela parte autora independente de ordem judicial. 02- Intimações e diligências necessárias. Adv. Luiz Henrique Martelli.

23. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO - 723/2007-JOSE SOARES MARTINS x CONDOM.RES.NOSSA SENHORA DE FATIMA - Desp. de fl. 204. .....Dessa forma, considerando que não há nos autos qualquer penhora ou garantia, indefiro a impugnação de fls. 196/203 por ausência de segurança do juízo. Intime-se o exequente para que apresente planilha do valor do d´beito atualizado, bem como requerer o que de direito. Intimações e diligências necessárias. Advs. RENATO AMERICO DE OLIVEIRA, LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ e Beatriz Shiebler.

24. BUSCA E APREENSAO - 960/2007-BANCO FINASA S/A x JONES BRAGHIOLLI MENNA BARRETO - Desp. de fl. 136. 01- Concedo ao autor o prazo de 15 dias para que comprove a efetiva publicação do edital de citação. 02- Int. Advs. CARLOS ALBERTO DE ARAUJO ROVEL, FELIPE PEREIRA LIBORIO, Romara Costa Borges da Silva, Marcelo Henrique Ferreira Siqueira de Matos e Marco Antonio Kaufmann.

25. EXECUCAO DE TITULO - 1638/2007-BANCO BRADESCO S.A x ANTONIO GONÇALVES REIS - Desp. de fl. 99. 01- Defiro a expedição de ofício à Receita Federal, a fim de que remeta a este Juízo cópia das cinco últimas declarações de renda e bens do executado, tendo em vista que o exequente não logrou êxito na localização de bens passíveis de penhora. 02- Após a resposta, intime-se o exequente para se manifestar. 03- Considerando que este órgãos DETRAN /SP presta informações a terceiros, deve o exequente diligenciar a respeito do solicitado na petição retro. 04- Intimações e diligências necessárias. "Ao autor efetuar o preparo das custas referentes a 1 (um) ofício". Adv. Daniel Hachem.

26. BUSCA E APREENSAO - 1808/2007-BANCO BRADESCO S.A x IND. E COM. DE COLCHOES E ESPUMAS BATTISTI LTDA - Desp. de fl 39. Vistos e examinados estes autos de Ação de Busca e Apreensão, emq ue é requerente Banco Bradesco S/A e requeridos Indústria e Comércio de Colcchões e Espumas Battisti Ltda e outros. Homologo a transação noticiada às fls. 21/23 e, com fulcro no artigo 269, inciso III, do CPC, julgo extinto o processo, com resolução de mérito. Arquivem-se, com baixa na distribuição. P.R.I. Advs. Joao Leonel Antocheski e IVO BRUGNOLO MACEDO.

27. EXECUCAO DE TITULO - 174/2008-CENTRAL SERVIÇOS DE GUINCHO LTDA x CTO- CONSTRUTORA DE OBRAS CIVIS LTDA - Diga o autor, em 05 (cinco) dias, sobre a devolução do ofício de fls. 85 e 86". Adv. Jorge MiguelPiloto Netto.

28. COBRANÇA - 0000050-27.2008.8.16.0001-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL GUAPORÉ II x URGEL DEA - Desp. de fl. 238. 01- Arquivem-se provisoriamente até manifestação da parte interessada. 02- Intimações e diligências necessárias. Advs. Antonio Emerson Martins e Luiz Alberto Oliveira de Luca.

29. EXECUCAO DE TITULO - 823/2008-BANCO ITAU S.A x ADAO MATOZO DA ROCHA e outro - Desp. de fl. 265. 01- Primeiramente, intime-se a parte exequente para comprovar documentalmente a abertura de inventário, bem como a nomeação da Sra. Roseny Oliveria Rocha, como inventariante. 03- Após, voltem conclusos. 03- Intimações e diligências necessárias. Advs. Gilberto Rodrigues Baena, Gilberto Stinglin Loth, JAQUELINE ZAMBON e Carlos Humberto Fernandes Silva.

30. BUSCA E APREENSAO - 899/2008-BANCO SANTANDER S.A x JOSE ARICIR RIBEIRO DE FREITAS - Desp. de fl. 85. 01- Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o Recurso de Apelação de fls. 75/84, no efeito devolutivo. Intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no paraco de 15 (quinze) dias. 02- Intimações e diligências necessárias. Advs. Gustavo Saldanha Suchy, Janaina Giozza e Virginia Mazzucco.

31. EXECUCAO DE TITULO - 988/2008-PERSONAL BRASIL TURISMO LTDA x VERKHOVENA TURISMO & EVENTOS LTDA - Desp. de fl. 119. 01- Defiro o pedido de fl. 118, concedo o prazo de 15 dias conforme solicitado. 02- Int. Adv. ANDRE LUIZ SCHMITZ.

32. B.APREENSAO CONV.EM DEPOSITO - 1303/2008-DISAL ADM. DE CONSORCIOS LTDA x HUBNER COMERCIO DE VEICULOS LTDA - Desp. de fl. 68. 01- Oficie-se ao Serasa, para que retire de seus cadastros o nome da parte requerida, bem como ao DETRAN-PR para que proceda a baixa no bloqueio do veículo objeto da presente demanda. 02- Após, cumpra-se a sentença de fl. 65. 03- Intimações e diligências necessárias. "Ao autor efetuar o preparo das custas referentes a 2 (dois) ofícios". Adv. Dante Mariano G. Sobrinho.

33. BUSCA E APREENSAO - 1501/2008-BANCO SANTANDER S.A x ANDERSON ANDERLE - Desp. de fl. 69. .... Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido para, com fundamento no preceituado no art. 3º, § 5º do Decreto-Lei nº 911/69, determinar que se consolide a propriedade e posse plena e exclusivas ao patrimônio do autor do bem descrito na inicial- automóvel marca PEUGEOT 206 SW PRESEN, fab 2008, cor PRETA, chassi 9362EKFW98B046137, renavam 951587668, placa APR-4533. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R$1.000,00 (mil reais) haja vista que a demanda não exigiu maiores esforços, incidindo correção monetária a partir desta data, de acordo com os índices do INPC/IGP-DI. P.R.I. Advs. Bruno Miranda Quadros e JESSICA GHELFI.

34. BUSCA E APREENSAO - 1529/2008-FUNDO DE INVESTIMENTO DE DIREITOS CRED. NÃO PADR. PCG - BR MULTCARTEIRA x SANDRO REIS BRAZ - "As partes se manifestarem diante a certidão de liberação de bloqueio de veículo, bem como efetuar o preparo das custas do Sr. Contador no valor de R$27,14". Advs. JOSE ELI SALAMACHA, RICARDO RUH, Rodrigo Ruh e Suzinaira de Oliveira.

35. INVENTARIO - 1841/2008-LUZIA DUARTE DE SOUZA CAMPANHA e outros x ESPOLIO DE GILBERTO APARECIDO CAMPANHA - Desp. de fl. 87. Vistos, etc... Julgo por sentença, para que produza os seus devidos e legais efeitos, os presentes autos de Inventário nº1841/2008 dos bens do Espólio de GILBERTO APARECIDO CAMPANHA em que é inventariante Luzia Duarte de Souza Campanha, e homologo o auto de partilha lançado às fls. 79/81 para que se cumpra e guarde como nele se contém e declara. Atento ao r. parecer ministerial de fls. 86, e considerando que foi cumprido o artigo 1.031, parágrafo 2º do CPC, expeça-se o Formal de Partilha, independente do trânsito em julgado desta decisão, arquivando-se os autos oportunamente. Sem custas por tratar-se de Justiça Gratuita. P.R.I. Advs. Nadia Regina de Carvalho Mikos, Glécia Palmeira Peixoto, Maria Elizabeth H. Ribeiro, Isabela Quelhas Moreira Busch, Paulo Cesar Bulotas, SIMONE CERETTA LIMA e Adriana Martins Silva.

36. BUSCA E APREENSAO - 1878/2008-BV FINANCEIRA S A C.F.I. x LOURIVAL DE LIMA PONCE - Desp. de fl. 50. .... Dessa forma, defiro a expedição de ofício para fins de localização do atual endereço do requerido à COPEL e a RECEIRA FEDERAL. Tal medida se mostra mais adequada à celeridade processual, pois os demais órgãos são ainda muito morosos a prestar as informações à eles solicitadas. Ainda, quado o fazem em sua grande maioria apenas confirmam o que já informado pela COPEL e RECEITA FEDERAL. Além disso, não pode este juízo adotar uma posição investigatória e perquiritória na busca do paradeiro do réu, pois como já sabido quem deve diligenciar a respeito é a parte autora. Intimações e diligências necessárias. "Ao autor efetuar o preparo das custas referentes a 2 (dois) ofícios". Adv. Sandra Jussara Kuchnir.

37. B.APREENSAO CONV.EM DEPOSITO - 266/2009-BV FINANCEIRA S A C.F.I. x MARCO TULIO NUNES CORDEIRO - Desp. de fl. 72. 01- Deve o autor apresentar cópia do instrumento de cessão do crédito, para que possa ser analisado o pedido de substituição do pólo ativo. 02- Int. Advs. Karine Simone Pofahl, Sergio Schulze e Tatiana Valesca Vroblewski.

38. EXECUCAO DE TITULO - 415/2009-LUIZ FERNANDO TAMBOSI x ELIZEU FERREIRA DA SILVA - Desp. de fl. 96. 01-Em atendimento a Meta 02 do CNJ, ficou constatado por este Juízo que um dos principais motivos pelo mau andamento processual é a expedição de ofícios, na busca do paradeiro do réu, a diversos órgãos simultaneamente. Dessa forma, defiro a expedição de ofício para fins de localização do atual endereço do requerido mencionado na petição de fls.94/95 tão somente à COPEL e RECEITA FEDERAL. Tal medida se mostra mais adequada à celeridade processual, pois os demais órgãos indicados na petição retro são ainda muito morosos a prestar as informações à eles solicitadas. Ainda, quando o fazem em sua grande maioria apenas confirmam o que foi informado pela COPEL e RECEITA FEDERAL. Além disso, não pode este juízo adotar uma posição investigatória e perquiritória na busca do paradeiro do réu, pois como já sabido quem deve diligenciar a respeito é a parte autora. 2- Int. e dil.necessárias. ... Ao autor para efetuar o preparo das custas referentes a 2 (dois) ofícios. Adv. Marcos Roberto dos Santos.

39. PRESTACAO DE CONTAS - 479/2009-EUGENIO KOCH x BANCO ITAUCARD S.A - Desp. de fl. 40. ... Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido na forma solicitada na inicial para condenar o réu a prestar contas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, em relação ao período de três anos contados retroativamente a partir do ajuizamento da ação ou da extinção do contrato caso tenha ocorrido antes, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar. Condeno o réu ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios que fixo em oitocentos reais, haja vista que a demanda pela média aritmética do INPC/IGP-DI da presente data até o efetivo dia do pagamento. P.R.I. Advs. Mauro Sergio Guedes Nastari e ANDERSON CLEBER OKUMURA YUGE.

40. INDENIZAT. C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS - 577/2009-SAMUEL SOUZA DO AMARAL x SAVERIO AUGUSTO CRETELLA e outros - "A parte autora apresentar a síntese da peça inicial (minuta) para expedição de edital". Adv. Paulo Fernando Souza.

41. EXECUCAO DE TITULO - 617/2009-HDI SEGUROS S/A x REGINALDO DA SILVA - Desp. de fl. 50. 01- Defiro o pedido de suspensão do presente feito, pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme solicitado pela parte exequente à fl. 48. 02- Decorrido o prazo sem qualquer manifestação, certifique-se e intime-se a parte para dar prosseguimento ao feito. 03- Intimações e diligências necessárias. Advs. Fabricio Verdolin de Carvalho e DANIEL SOTTILI MENDES JORDAO.

42. BUSCA E APREENSAO - 620/2009-BV FINANCEIRA S A C.F.I. x JONATHAN DA SILVA - Desp. de fl. 65. ..... Dessa forma, defiro a expedição de ofício para fins de localização do atual endereço do requerido à COPEL e a RECEITA FEDERAL. Tal medida se mostra mais adequada à celeridade processual, pois os demais órgãos são ainda muito morosos a prestar as informações à eles solicitadas. Ainda, quando o fazem em sua grande maioria apenas confirmam o que já informado pela COPEL e RECEITA FEDERAL. Além disso, não pode este juízo adotar uma posição investigatória e perquiritória na busca do paradeiro do réu, pois como já sabido quem deve diligenciar a respeito é a parte autora. Intimações e diligências necessárias. "Ao autor efetuar o preparo das custas referentes a 2 (dois) ofícios. Adv. Sandra Jussara Kuchnir.

43. BUSCA E APREENSAO - 834/2009-BV FINANCEIRA S A C.F.I. x HUENDEL MARCOS DE OLIVEIRA - Desp. de fl. 70. 01- Deve o autor apresentar cópia do instrumento de cessão do crédito, para que possa ser analisado o pedido de substituição do pólo ativo. 02- Int. Advs. Elizandra Cristina Sandri Rodrigues e KARINE SIMONE POFAHL WEBER.

44. BUSCA E APREENSAO - 885/2009-BANCO FINASA BMC S.A x UBIRATAN SIQUEIRA GOMES JUNIOR - "A parte interessada se manifestar ante a certidão de bloqueio de veículo de fl. 120". Advs. Elizandra Cristina Sandri Rodrigues e Karine Simone Pofahl.

45. B.APREENSAO CONV.EM DEPOSITO - 892/2009-BV FINANCEIRA S A C.F.I. x CARLOS EDUARDO COSTA MARTO - Desp. de fl. 55. 01- Deve o autor apresentar cópia do instrumento de cessão do crédito, para que possa ser analisado o pedido de substituição do pólo ativo. 02- Int. Advs. Elizandra Cristina Sandri Rodrigues, Ana Rosa de Lima Lopes Bernardes e Tatiana Valesca Vroblewski.

46. MONITORIA - 972/2009-ELIAS SOARES x UNIBANCO - SEGUROS E PREVIDENCIA - Ciência ao autor sobre a expedição do alvará de levantamento, o qual se encontra no Banco do Brasil S/A, a disposição. Advs. JANSEN DANIEL DE CARVALHO, Claudinei Belafronte e Wanderlei de Paula Barreto.

47. BUSCA E APREENSAO - 1287/2009-HSBC BANK BRASIL S.A- BANCO MULTIPLO x CLAUDIA DENISE WASILEWSKI - Desp. de fl. 27. 01- Considerando que o acordo realizado entre as partes já foi homologado e restou descumprido, deve a parte credora requere o cumprimento da sentença nos moldes do artigo 475-B e

475-J ambos do CPC. 02- Intimações e diligências necessárias. Advs. Alessandra Labiak, Flaviano Bellinati Garcia Perez e Cristiane Bellinati Garcia Lopes.

48. EXECUCAO DE TITULO - 1393/2009-HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS x GISLAINE MASOLLER - Desp. de fl. 159. 01- Defiro o pedido de vistas, formulado pela parte embargada à fl. 158, pelo prazo de 05 (cinco) dias. 02- Intimações e diligências necessárias. Advs. MAÇAZUMI FURTADO NIWA, ISRAEL LIUTTI, CAROLINA MARTINS PEDROL e Milton Miro Vernalha Filho.

49. EXECUCAO DE TITULO - 1432/2009-ENVASE COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA x PANIFICADORA E CONFEITARIA BIG BEG LTDA - Desp. de fl. 104. 01- Intime-se o credor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 10 (dez) dias, decorrido esse prazo sem manifestação, certifique-se e remetam-se os autos ao arquivo provisório com as anotações da praxe. 02- Int. Adv. Mariana Paulo Pereira.

50. BUSCA E APREENSAO - 1557/2009-NADIR MENDES LEITE x IVANI JOANA D´ARC FERREIRA MOREIRA - Desp. de fl. 72. 01- Intime-se a parte autora, pela derradeira vez, para se manifestar sobre o item 02 do despacho de fl. 67, no prazo de 05 (cinco) dias. Deve no mesmo prazo esclarecer se o feito pode ser extinto pelo pagamento. Fica desde já advertido que seu silêncio presumirá em anuência. 02- Intimações e diligências necessárias. Adv. Vianei Antonio Gomes.

51. EMBARGOS A EXECUCAO - 1694/2009-CTO- CONSTRUTORA DE OBRAS CIVIS LTDA x CENTRAL SERVIÇOS DE GUINCHO LTDA - Desp. de fl. 34. 01- Especifiquem as partes as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando sua finalidade e pertinência. 02- Int. Advs. EDEVANIR JOSE GUANDALINI, JOSE FERNANDO GUAPO e Jorge MiguelPiloto Netto.

52. INDENIZAT. C/C DANOS MORAIS - 1737/2009-ZALMIR DE MORAES x BANCO DO BRASIL S.A - Desp. de fl. 82. ....Posto isto, e tudo mais que dos autos consta, com fundamento no art. 269, inc. I, do CPC, julgo improcedente os pedidos deduzidos na presente ação de indenização por danos morais. Pela aplicação do princípio da causalidade, condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$2.000,00 (dois mil reais), com fundamento no artigo 12 da Lei 1.060/50. No mais, cumpra-se o contido no Código de Normas da E. Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná. P.R.I. Advs. Arleide Regina Ogliari Candal e Reinaldo Mirico Aronis.

53. COBRANÇA - 1951/2009-TATIANE PODGURSKI x GENERALI DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS S.A - Desp. de fl. 84. 01- O feito comporta julgamento antecipado, conforme artigo 330, inciso I, do CPC, não havendo necessidade de produção de outras provas além daquelas já constantes dos autos. 02- À conta geral. 03- Após, voltem conclusos para prolação de sentença. 04- Intimações e diligências necessárias. "As partes tomarem ciência das custas de R$550,90 (escrivão) + R$30,25 (distribuidor) + R$10,08 (contador) + R$31,21 (funrejus)". Advs. Walter Bruno Cunha da Rocha, CLAUDIA HALLE DE ABREU, CAROLINE MEIRELLES LINHARES, CATIA SIMARA DA ROSA BITENCOURT, Fabiano Neves Macieywski e Fernando Murilo Costa Garcia.

54. BUSCA E APREENSAO - 2010/2009-AYMORE CREDITO FIN. E INVESTIMENTO S/A x APARECIDO GOMES DA COSTA - Desp. de fl. 53. 01- Cumpra-se o item 01 de fl. 49 (intime-se a subscritora de fl. 31, para acostar aos presentes autos, fotocópia autenticada do instrumento de procuração em que o requerido lhe outorgou os poderes para representá-lo nesta demanda). 02- Int. Advs. Alexandre Nelson Ferraz e Valeria Caramuru Cicarelli.

55. EXECUCAO DE TITULO - 2032/2009-BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A x FAUSI HAKIM - "A parte interessada retirar o ofício da Receita Federal que encontra-se a disposição no cofre desta Serventia". Advs. Luiz Fernando Brusamolin e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI.

56. EMBARGOS A EXECUCAO - 2105/2009-GISLAINE MASOLLER x HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - Desp. de fl. 159. 01- Defiro o pedido de vistas, formulado pela parte embargada à fl. 158, pelo prazo de 05 (cinco) dias. 02- Intimações e diligências necessárias. Advs. Milton Miro Vernalha Filho, Naoto Yamasaki, MAÇAZUMI FURTADO NIWA, ISRAEL LIUTTI e CAROLINA MARTINS PEDROL.

57. ARROLAMENTO - 2276/2009-VERONICE DA SILVA PIMENTA DE LIMA e outros x ESPOLIO ADEMIR RODRIGUES DE LIMA - Desp. de fl. 54. Vistos, etc... I)- Nos termos do r. parecer ministerial lançado às fls. 51, o qual acolho, retifique-se a autuação e demais anotações de estilo, para contar que o feito segue o rito de Arrolamento. II)- Julgo por sentença, para que produza os seus devidos e legais efeitos, os presentes autos de inventário rito de Arrolamento nº 2276/2009, dos bens do Espólio de ADEMIR RODRIGUES DE LIMA em que é inventariante Veronice da Silva Pimenta de Lima, e homologo a partilha na forma apresentada às fls. 04 da inicial, para que se cumpra e guarde como nela se contém e declara. Decorrido o prazo legal, e observado o disposto no artigo 1.031, parágrafo 2º do CPC, expeça-se o Formal de Partilha e arquivem-se os autos. Sem custas por tratar-se de Justiça Gratuita. P.R.I. Advs. Nadia Regina de Carvalho Mikos, Maria Elizabeth H. Ribeiro, Simone Ceratta Lima, Paulo Cesar Bulotas, Leandro Ramos Gouveia e Claudio de Fraga.

58. EXECUCAO DE TITULO - 2374/2009-BANCO ITAU S/A x GIOVANNA CORREA CARDOSO - Desp. de fl. 148. 01- Considerando a relevância dos fundamentos expostos pela embargante, bem como que a execução em apenso encontra-se garantida pela penhora, recebo os presentes embargos e lhes atribuo efeito suspensivo com fulcro no artigo 739-A, § 1º do CPC. 02- Intime-se o embargado para, em 15 (quinze) dias, apresentar impugnação. 03- Int. Advs. Leonel Trevisan Junior e Maria Ilma Caruso.

59. EXECUCAO DE TITULO - 0002418-72.2009.8.16.0001-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x MARI TEREZINHA DOS SANTOS ALVES - Desp. de fl. 58. 01- Para a análise do pedido de Assistência Judiciária gratuita, intime-se a executada para, em 05 dias, informar qual a sua profissão, bem como indicar quanto ganha mensalmente. 02- Int. Advs. Cesar Augusto Terra, Gilberto Stinglin Loth, Joao Leonelho Gabardo Filho e Ivo Bernardino Cardoso.

60. REVISIONAL DE CONTRATO - 0000906-20.2010.8.16.0001-CLAUDINEY SOUZA PINTO x BV FINANCEIRA S.A CREDITO FINANCIAMENTO E INVEST. - Desp. de fl. 206. 01- Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo os Recursos de Apelação de fls. 168/183 e 184/205, no efeito devolutivo e suspensivo. Intimem-se os apelados para apresentarem contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. 02- Cumpra-se o item 2.3.9 do Código de Norams. 03- Intimações e diligências necessárias. Advs. Carlos Eduardo Scardua, DANIELLE TODESKO, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra e Flavio Penteado Geromini.

61. EXECUCAO DE TITULO - 2007/2010-BANCO ITAU S.A x LG ALMEIDA & CIA LTDA e outro - Desp. de fl. 61. 01- Considerando o contido à fl. 58 procedi ao desbloqueio do valor indicado no detalhamento de fls. 50/53. 02- Intimem-se os executados por mandado, como solicitado à fl. 60, para que indiquem quais são e onde se encontram os bens passíveis de penhora e seus valores, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de não o fazendo configurar ato atentatório à dignidade da justiça (art. 600, IV do CPC) e incidir na multa que fixo em 5% sobre o valor atualizado do débito, nos termos do artigo 601 do CPC. 03- Int. Advs. Evaristo Aragão Ferreira dos Santos e FABRICIO KAVA.

62. SUMARIA DE COBRANÇA - 0005933-81.2010.8.16.0001-CONDOMINIO EDIFICIO VISCONDE DE TAUNAY x MARIA DO CARMO FRANÇA TURRA - Desp. de fl. 129. 01- Concede o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora cumpra integralmente o despacho de fl. 123. 02- Intimações e diligências necessárias. Adv. RAQUEL ABDO EL ASSAD.

63. EXIBICAO DE DOCUMENTOS - 0011529-46.2010.8.16.0001-WAGNER SOARES MONTEIRO x VIVO S.A - Desp. de fl. 88. .....Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido para o fim de condenar o réu a exibir os documentos solicitados na inicial, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do instante em que for intimado da presente sentença no Diário da Justiça /PR. Condeno ainda o réu ao pagamento das custas processuais e honorários que arbitro em R$1.000,00 (um mil reais), haja vista que a demanda não exigiu maiores esforços. P.R.I. Advs. Julio Cezar Engel dos Santos, Rafael de Lima Felcar e Louise Rainer Pereira Gionedis.

64. COBRANÇA - 0015178-19.2010.8.16.0001-MARIA JOSE SANTOS BUQUERA VIEIRA x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO - Desp. de fl. 126. 01- Intime-se o requerente para esclarecer se há outros extratos a serem juntados além daqueles já constantes dos autos. 02- Int. Advs. OTO LUIZ SPONHOLZ JUNIOR, LUIZ CARLOS SALVARO, PAULO ROBERTO MARQUES HAPNER, BRUNO LUIS MARQUES HAPNER e Kelly Worm Cotlinski Canzan.

65. INVENTARIO - 0019599-52.2010.8.16.0001-NINON PODLESKIS TEIXEIRA e outros x ESPOLIO DE NIREU JOSE TEIXEIRA - Desp. de fl. 51. Aguarda-se o deslinde dos autos de alvará apenso. Int. Advs. Vicente Ganter de Moraes e VALDOMIRO CZAIKOWSKI NETO.

66. ORDINARIA - 0024413-10.2010.8.16.0001-LUIZ TREVISAN e outros x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO - Desp. de fl. 428. 01- Diga o requerido ante o contido na petição e documentos de fls. 415/427. 02- Cumpra-se o item 2.3.9 do C.N. 03- Int. Advs. Giovanna Price de Melo e Kelly Cristina Worn C. Canzan.

67. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0025453-27.2010.8.16.0001-BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A x SANTA CLARA INDUSTRIA DE PASTA E PAPEL LTDA e outros - Desp. de fl. 137. 01- Concedo o prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, para que a parte requerida acoste aos autos os documentos mencionados no despacho de fl. 134. 02- Decorrido o prazo sem qualquer manifestação, certifique-se e voltem conclusos. 03- Intimações e diligências necessárias. Advs. DIEGO DE PAULI PIRES, Flávio Pigatto Monteiro e Elme Karem Baido.

68. REINTEGRACAO DE POSSE - 0031085-34.2010.8.16.0001-BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x REGINEI MAINARDES - Desp. de fl. 65. .... Posto isso, e tudo mais que consta dos autos, com fundamento no art. 269, inc. I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim declarar extinto o contrato de fls. 13/21 e de confirmar definitivamente a liminar deferida à fl. 32 e efetivada à fl. 47. Pelo princípio da sucumbência, condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo, com fundamento no art. 20, § 4º, do CPC, em R$500,00 (quinhentos reais). Oportunamente, arquivem-se os autos, observadas as disposições do CN da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. P.R.I. Adv. Nelson Paschoalotto.

69. BUSCA E APREENSAO - 0032676-31.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x ALEXANDRE CORREA - Desp. de fl. 149. 01- Acolho os embargos de declaração para sanar a omissão alegada. Na verdade a análise do pedido formulado às fls. 114/115 dependia do cumprimento pelo requerido ao que determinado no item "2" do despacho de fl. 117. O que ocorreu é que a Escrivania deixou de publicar o referido despacho, publicando somente o despacho de fl. 133. Por outro lado, considerando que o E. Tribunal de Justiça, reconheceu que o devedor fiduciante cumpriu integralmente o contrato (fls. 140/147), deve o banco requerente obedecer ao determinado naquela decisão, a qual inclusive já transitou em julgado (fl. 148). 02- Intime-se, assim, o requerente para esclarecer se realizou a devolução do veículo ao requerido, bem como se promoveu a transferência de propriedade em favor deste e ainda se efetuou a baixa no protesto por falta de pagamento. 03- Após, cumpra-se o determinado no item "03" do despacho de fl. 133. 04- Int. Advs. Mariane Cardoso Macarevich, Thiago Felipe Ribeiro dos Santos e Jefferson Josue Ferreira F. Filho.

70. EXEC.CONTRA DEVEDOR SOLVENTE - 0034435-30.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x SUPERMERCADO PARANA SJ PINHAIS LTDA - Desp. de fl. 56. 01-Tendo em vista queo devedor não foi localizado pelo Sr. Oficial de Justiça, deve-se cumprir o que estabelecido no artigo 655-A do CPC, acrescentado pela Lei 11.382/06, defiro o pedido do credor visando o bloqueio de ativos financeiros da executada para o fim de arresto. 02- Nesta data, 13.09.2011, encaminhei ordem de bloqueio ao sistema BACENJUD, sendo a ocorrência registrada sob o

n° 20110002433438. 03- Após, decorridos 05 (cinco) dias, cumpra a Escrivania o contido nos itens 5.8.7.1 e 5.8.22.1 do Código de Normas. 3.1 Havendo bloqueio, retornem os autos à conclusão para transferência para conta judicial; 3.2. Em caso negativo, intime-se a parte exequente para manifestação. 04- Intimações e diligências necessárias. "A parte exequente para se manifestar sobre o detalhamento juntado às fls. 57/58, no prazo de 05 dias". Advs. Daniel Hachem e Reinaldo Emilio Amadeu Hachem.

71. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0037192-94.2010.8.16.0001-PETROPAR PETROLEO E PARTICIPAÇÕES LTDA x PORTINARI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - Desp. de fl. 147. 01- Indefiro o pedido de reforço policial retro solicitado, para auxiliar o cumprimento do mandado de fl. 105, pois o comando que deu origem ao referido mandado já foi superado pela decisão de fl. 140 a qual já encontra-se preclusa, devendo, portanto, ser integralmente cumprida. 02- Intime-se o exequente para, em 05 dias, promover o pagamento dos honorários periciais, propostos às fls. 142/143, os quais serão posteriormente acrescidos à conta geral. 03- Após, cumpram em conjunto o Sr. Oficial de Justiça e o Sr. Perito, o que determinado no item 02 da fl. 140. 04- Int. Advs. Paulo Sergio Stahlschmidt Cachoeira e Marcus Vinicius Tadeu Pereira.

72. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0038063-27.2010.8.16.0001-FOCO FOMENTO MERCANTIL E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/A x DIONEIA FROES DRESCH - FI e outro - Desp. de fl. 45. 01- Defiro a expedição de ofício a Receita Federal, somente para fins de endereço, conforme solicitado a fl. 44. 02- Intimações e diligências necessárias. "Ao autor efetuar o preparo das custas referentes a 1 (um) ofício". Advs. Ricardo Dos Santos Abreu, Samira Nabbouh Abreu e Jean Carlo de Almeida.

73. BUSCA E APREENSAO - 0044304-17.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x LUCIMARA DOS SANTOS - Desp. de fl. 43. 01- Em atendimento a Meta 02 do CNJ, ficou constatado por este Juízo que um dos principais motivos pelo mau andamento processual é a expedição de ofícios, na busca do paradeiro do réu, a diversos órgãos simultaneamente. Dessa forma, defiro a expedição de ofício para fins de localização do atual endereço do requerido tão somente à COPEL e RECEITA FEDERAL. Tal medida se mostra mais adequada à celeridade processual, pois os demais órgãos indicados na petição retro são ainda muito morosos a prestar as informações à eles solicitadas. Ainda, quando o fazem em sua grande maioria apenas confirmam o que foi informado pela COPEL e RECEITA FEDERAL. Além disso, não pode este juízo adotar uma posição investigatória e perquiritória na busca do paradeiro do réu, pois como já sabido quem deve diligenciar a respeito é a parte autora. 2- Int. e dil.necessárias. ... Ao autor para efetuar o preparo das custas referentes a 2 (dois) ofícios. Adv. Carine de Medeiros Martins.

74. EXIBICAO DE DOCUMENTOS - 0044858-49.2010.8.16.0001-NILSON GONÇALVES x BANCO BANESTADO S/A - Desp. de fl. 78. 01- Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o Recurso de Apelação de fls. 70/77, somente no efeito devolutivo. Intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. 02- Intimações e diligências necessárias. Advs. FABIO LOPES VILELA BERBEL, DIOGO LOPES VILELA BERBEL, Daniel Hachem e Reinaldo Emilio Amadeu Hachem.

75. EXIBICAO DE DOCUMENTOS - 0049945-83.2010.8.16.0001-DANIEL GUSTAVO DE SOUZA DA COSTA x BANCO ITAUCARD S/A - Desp. de fl. 116. 01- Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a petição e depósito de fls. 112/115. 02- Deve ainda esclarecer se o feito pode ser extinto pelo pagamento. Fica desde já advertido que seu silência presumirá em anuência. 03- Intimações e diligências necessárias. Advs. Luiz Salvador e Luis Oscar Six Botton.

76. ALIENACAO DE COISA COMUM - 0050066-14.2010.8.16.0001-JOSE FRANCISCO MIGUEL x FABIANA ALVES DOS SANTOS - Desp. de fl. 72. Vistos e examinados estes autos de Ação de Alienação de coisa comum, em que requerente José Francisco Miguel e requerido Fabiana Alves dos Santos. Homologo com fulcro no artigo 794 II do CPC, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação, conforme condições constantes às fls. 354/356. Determino a suspensão do feito até o efetivo cumprimento do acordo, que deverá ser noticiado nos autos. P.R.I. Advs. Rodrigo Cesar B. F. Da Silva e VILSON OSMAR MARTINS JUNIOR.

77. EXECUCAO DE SENTENCA - 0050744-29.2010.8.16.0001-HILLANI COSNTRUÇÃO CIVIL LTDA x KLASSIC DESIGN COMERCIO DE MOVEIS LTDA e outros - "Ao autor se manifestar ante o ofício de fl. 107". Adv. Ardemio Dorival Mucke.

78. EXCECAO DE INCOMPETENCIA - 0053377-13.2010.8.16.0001-W-7 CONFECÇOES LTDA-ME x BANCO ITAU S/A - Desp. de fl. 146. 01- Ciente da decisão de Superior Instância. 02- Cumpra-se integralmente a decisão de fls. 116/161. 03- Int. "Ao autor retirar os autos para remessa à Comarca de Imbituba-SC". Advs. ROBERTO ISER JUNIOR, VINICIUS LEONE MIGUEL, PAULO ROBERTO BARBIERI e Leonel Trevisan Junior.

79. EXIBICAO DE DOCUMENTOS - 0056337-39.2010.8.16.0001-ROSANIA PEREIRA DA SILVA x SENFFNET LTDA - Desp. de fl. 80. 01- A multa a qu ealude o artigo 475-J do CPC, somente tem aplicabilidade após a inércia do devedor em pagar voluntariamente a dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, devidamente intimado para tanto. Tal entendimento encontra guarida no que recentemente pacificado pela Corte Especial do STJ (AgRg no Ag 12111742-RS, da Quarta Turma, Ministro Honildo Amaral de Mello Castro - DJ 04/06/2010). 02- Assim, excluo do cálculo apresentado à fl. 79 a incidência precipitada da referida multa. 03- Intime-se o credor para apresentar novo cálculo observando ao que acima exposto. 04- Intimações e diligências necessárias. Advs. Luiz Salvador e Nelson Beltzac Junior.

80. EXEC.CONTRA DEVEDOR SOLVENTE - 0056354-75.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x HELCIO FERNANDO BASSO - "A parte interessada retirar o ofício da Receita Federal que encontra-se a disposição no cofre desta Serventia". Advs. Daniel Hachem e REINALDO E. A. HACHEM.

81. ALVARA JUDICIAL - 0060710-16.2010.8.16.0001-NINON PODLESKIS TEIXEIRA e outros x ESPOLIO DE NIREU JOSE TEIXEIRA - Desp. de fl. 38. I)- Junte-se avaliação da Tabela FIPE. II)- Após, vista ao Ministério Público. Int. Advs. Vicente Ganter de Moraes e VALDOMIRO CZAIKOWSKI NETO.

82. BUSCA E APREENSAO - 0061513-96.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S A C.F.I. x MARCELO RAFAEL GESSER DOS PASSOS - "Ao autor retirar os ofícios expedidos, conforme cópias de fls. 48 e 49". Adv. Karine Simone Pofahl Weber.

83. INVENTARIO - 0062223-19.2010.8.16.0001-VANESSA CRISTINA KAMINSKI KASECKER e outro x ESPOLIO DE ANNA SALDANHA - Desp. de fl. 83. Intime-se a inventariante para que encaminhe os autos à Prefeitura Municipal de Curitiba, para verificação da autenticidade da guia do ITBI. Int. Advs. SANDRA LOURES RAMOS e ANNE CRISTINE RODRIGUES.

84. DECLARATORIA - 0063078-95.2010.8.16.0001-DOLORES CADILHE DE ALMEIDA CHIARATO x TIM CELULAR S.A - Desp. de fl. 66. 01- O feito comporta julgamento antecipado, conforme artigo 330, inciso I, do CPC, não havendo necessidade de produção de outras provas além daquelas já constantes dos autos. 02- À conta e preparo. 03- Após, voltem conclusos para prolação de sentença. 04- Intimações e diligências. "As partes tomarem ciência da custas de R$2,82 (escrivão)". Advs. Antonio Carlos Brustolin Junior e SERGIO LEAL MARTINEZ.

85. EXEC.CONTRA DEVEDOR SOLVENTE - 0064808-44.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x FLAVIO JUNIOR STREIT e outro - Desp. de fl. 88. Vistos e examinados estes autos de Execução contra devedor solvente em que é requerente BANCO BRADESCO S/A e requerido FLÁVIO JÚNIOR STEIT E OUTRO. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação, conforme condições constantes ÀS FLS. 81/83. Determino a suspensão do feito até o efetivo cumprimento do acordo, que deverá ser noticiado nos autos. Retire-se de pauta a audiência anteriormente designada. P.R.I. Adv. Daniel Hachem.

86. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0065304-73.2010.8.16.0001-PEGCELL TELEINFORMATICA LTDA x F R TERRA INFORMATICA - Desp. de fl. 36. 01- Defiro o pedido de fl. 35, concedo o prazo de 60 (sessenta) dias conforme solicitado. 02- Int. Adv. Emanuelle Silveira dos Santos.

87. MANDADO DE SEGURANCA - 0068905-87.2010.8.16.0001-THOMAS BUENO MONTEIRO CASTILHO x BANCO DO BRASIL S/A - Desp. de fl. 83. 01- Arquivem-se. Pagas eventuais custas remanescentes, dê-se baixa na distribuição. 02- Intimações e diligências necessárias. Advs. Marcia Eneida Bueno, Gustavo Rodrigo Goes Nicoladelli e Fabiula Muller Koening.

88. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0003836-74.2011.8.16.0001-ABEC-ASSOC. BRAS. DE EDUCAÇÃO E CULTURA x ANTONIO STOCCO - Desp. de fl. 58. 01- Antes de analisar o pedido retro, certifique a Escrivania se o requerido foi devidamente citado da presente execução, bem como se o mesmo efetuou o pagamento da quantia devida ou se apresento embargos. 02- Int. Advs. Marta P. Bonk Rizzo e Vanessa Benato Cardoso.

89. EXIBICAO DE DOCUMENTOS - 0005555-91.2011.8.16.0001-WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR x COMPANHIA DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL - Desp. de fl. 57. .... Diante do exposto, julgo procedente o pedido de exibição de documentos formulado na inicial. Deixo de condenar a requerida nos ônus da sucumbência. Eventuais custas processuais pela parte requerente. P.RI. Advs. Walter José Mathias Junior e Deborah Paula Machado.

90. REVISIONAL DE CONTRATO - 0006045-16.2011.8.16.0001-ELIZANGELA DE SOUZA SCHNEIDER x BANCO DIBENS S/A - Desp. de fl. 62. 01- Recebo a emenda à inicial de fl. 61. 02- Anote-se o novo valor atribuído à causa. 03- Defiro o pedido de fl. 61, concedo o prazo de 30 (trinta) dias conforme solicitado. 04- Int. Adv. LIDIANA VAZ RIBOVSKI.

91. BUSCA E APREENSAO - 0010890-91.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x IGOR ROBERTO SAGANSKI LOSS - "Ao autor efetuar o preparo das custas do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$247,50". Advs. Nelson Paschoalotto e GISELE MARIE MELLO BELLO BIGUETTE.

92. ALVARA JUDICIAL - 0011015-59.2011.8.16.0001-CLEONICE BRAGA DA SILVA x ESPOLIO DE GARBINIANO PEREIRA DA SILVA - Desp. de fl. 34. .....Considerando estar o pedido suficientemente instruído, e a requerente ser a única dependente habilitada junto a Previdência Social, nos termos do artigo 2º da Lei nº 6.858 de 24 de dezembro de 1980, defiro a expedição do alvará, autorizando a requerente a proceder ao levantamento do valor acima mencionado. Expeça-se o alvará e oportunamente, arquivem-se os autos. Defiro, igualmente, o benefício da justiça gratuita. P.R.I. Adv. SANDRA DE FATIMA SOTTO MAIOR.

93. BUSCA E APREENSAO - 0015713-11.2011.8.16.0001-BANCO BV FINANCEIRA C.F.I. x AIDA MARA DORNELLES LOPES - Manifeste-se o autor ante a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça de fls. 34. Adv. Marcio Ayres de Oliveira.

94. OBRIGACAO DE FAZER - 0016688-33.2011.8.16.0001-MELQUIADES ARCOVERDE CAVALCANTI x FUNDAÇÃO SAUDE ITAU - Desp. de fl. 185. .... Diante de tudo o que foi exposto, com fundamento no disposto no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, determino a inversão do ônus da prova, facultando ao réu nova manifestação quanto a eventual interesse na produção de provas. No mais, as partes estão devidamente representadas, estão presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, declaro o feito saneado. Fixo como controvertidos os seguintes pontos: a) existência de vícios na prestação do serviço; b) obrigação da parte ré em fornecer respectivo tratamento. Intimações e diligências necessárias. Advs. NANCY SILVA ARCOVERDE CAVALCANTI, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Arruda Alvim Wambier e Evaristo Aragão Ferreira dos Santos.

95. EXECUCAO DE TITULO - 0022616-62.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x EMILENA GUERRA KORQUEVICZ - Desp. de fl. 41. Vistos e examinados estes autos de Execução de Título Extrajudicial, em que exequente Banco Santander (Brasil) S.A. e executado Emilena Guerra Korquevicz. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos com base no artigo 792 do CPC, a transação, conforme condições constantes às fls. 37/40. Determino a suspensão do

feito até o efetivo cumprimento do acordo, que deverá ser noticiado nos autos. P.R.I. Adv. Sonny Brasil de Campos Guimaraes.
96. EXIBICAO DE DOCUMENTOS - 0026442-96.2011.8.16.0001-ROSANA CRISTINA TOLEDO x BANCO BRADESCO S/A - Desp. de fl. 56. 01- O feito comporta julgamento antecipado, conforme artigo 330, inciso I, do CPC, não havendo necessidade de produção de outras provas além daquelas já constantes dos autos. 02- À conta e preparo. 03- Após, voltem conclusos para prolação de sentença. 04- Intimações e diligências necessárias. "As partes tomarem ciência das custas de R$223,87 (escrivão) + R$30,25 (distribuidor) + R$10,08 (contador) + R$20,00 (funrejus)". Advs. Claudinei szymczak e Joao Leonel Antocheski.
97. EXEC.POR QUANTIA CERTA C/DEVE - 0027609-51.2011.8.16.0001-ITAÚ UNIBANCO S/A x TRANSPETZ TRANSPORTES R C L ME e outro - Manifeste-se o autor ante a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça de fls. 37. Adv. Luiz Fernando Brusamolin.
98. SUMARIA DE COBRANÇA - 0029275-87.2011.8.16.0001-CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL VERDESPAÇO x TEREZA LOPES - Desp. de fl. 42. 01- Defiro o pedido de fls. 41para que o processo fique suspenso pelo prazo de 90 (noventa) dias. 02- Decorrido esse prazo intime-se o requerente a se manifestar. 03- Intimações e diligências necessárias. Adv. Leandro Luiz Kalinowski.
99. BUSCA E APREENSAO - 0029999-91.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S A C.F.I. x RENAN COLACO DE MEDEIROS - Desp. de fl. 45. 01- Intime-se o requerente para acostar aos autos certidão oriunda da 14ª Vara Cível deste Foro e Comarca na qual conste: nomes das partes, pedido, causa de pedir, objeto, data do primeiro despacho positivo, data da primeira citação válida, bem como a fase em que se encontram os autos. 02- Após, voltem conclusos para análise do pedido de conexão. 03- Intimações e diligências necessárias. Advs. Sergio Schulze, Ana Rosa de Lima Lopes Bernardes e Ivone Struck.
100. BUSCA E APREENSAO - 0031192-44.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S A C.F.I. x AURENIDO GOMES DE SA - Desp. de fl. 70. 01- Considerando os documentos juntados aos autos às fls. 41/69, verifica-se que há ação de nulidade de cláusulas contratuais, em trâmite perante a 21ª Vara Cível desta Comarca, cujo objeto é o mesmo que originou esta lide, bem como que aquele Juízo despacho primeiro nos termos do artigo 106 do CPC, é prevento para julgar ambas as ações. 02- Remetam-se os autos a 21ª Vara Cível desta Comarca. 03- Procedam-se as anotações necessárias inclusive na distribuição. 04- Intimações e diligências necessárias. Advs. Klaus Schinitzler e Vanessa Maria Ribeiro Batalha.
101. BUSCA E APREENSAO - 0032890-85.2011.8.16.0001-AYMORÉ CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x ODIMAR DA COSTA ROCHA - Manifeste-se o autor ante a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça de fls. 25. Advs. Cesar Augusto Terra, Joao Leonelho Gabardo Filho e Gilberto Stinglin Loth.
102. BUSCA E APREENSAO - 0032910-76.2011.8.16.0001-AYMORÉ CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x MARCELO DE SOUZA VALENCIO - Desp. de fl. 26. 01- Intime-se o requerido para acostar aos autos certidão opriunda da 14ª Vara Cível deste Foro e Comarca na qual conste: nomes das partes, pedido, causa de pedir, objeto, data do primeiro despacho positivo, data da primeira citação válida, bem como a fase em que se encontram os autos. 02- Após, voltem conclusos para análise do pedido de conexão. 03- Intimações e diligências necessárias. Advs. Cesar Augusto Terra, Joao Leonelho Gabardo Filho, Gilberto Stinglin Loth e GABRIEL CALVET DE ALMEIDA.
103. BUSCA E APREENSAO - 0034722-56.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x CLEIDE DOS SANTOS DE OLIVEIRA - Manifeste-se o autor ante a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça de fls. 50. Adv. NORBERTO TARGINO DA SILVA.
104. BUSCA E APREENSAO - 0034729-48.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x SEBASTIAO VIEIRA - Manifeste-se o autor ante a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça de fls. 51. Adv. NORBERTO TARGINO DA SILVA.
105. BUSCA E APREENSAO - 0034828-18.2011.8.16.0001-CIFRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS x DENER MOREIRA - Desp. de fl. 42. 01- Primeiramente, intime-se a parte autora para esclarecer qual a relação da pessoa nomeada como depositária fiel com as partes integrantes da lide. 02- Após, voltem. 03- Intimações e diligências necessárias. Advs. Marili Ribeiro Taborda e Magda Luiza Rigodanzo Egger.
106. NOTIFICACAO - 0036748-27.2011.8.16.0001-PAYSAGE CONDOMINIOS DIFERENCIADOS LTDA x MARCELO DE AGUIAR LOPES e outro - Desp. de fl. 56. Vistos e examinados estes autos de Notificação, em que é autor PAYSAGE CONDOMINIOS DIFERENCIADOS e MARCELO DE AGUIAR LOPES e OUTROS. Homologo, por sentença, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o pedido de desistência de fl. 55. Em consequência, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, na forma do artigo 267, inciso VIII, do CPC. Arquivem-se. Pagas eventuais custas remanescentes, dê-se baixa na distribuição. P.R.I. Advs. Alceu Rodrigues Chaves e Luciano Hinz Maran.
107. EMBARGOS A EXECUCAO - 0037230-72.2011.8.16.0001-GIOVANNA CORREA CARDOSO x BANCO ITAU S/A - Desp. de fl. 148. 01- Considerando a relevância dos fundamentos expostos pela embargante, bem como que a execução em apenso encontra-se garantida pela penhora, recebo os presentes embargos e lhes atribuo efeito suspensivo com fulcro no artigo 739-A, § 1º do CPC. 02- Intime-se o embargado para, em 15 (quinze) dias, apresentar impugnação. 03- Int. Advs. Maria Ilma Caruso e Leonel Trevisan Junior.
108. INDENIZATÓRIA - 0040948-77.2011.8.16.0001-FREDDY ARNOLDO SEPULVEDA DIAZ x CLAUDOMIRO PRADO - Desp. de fl. 32. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial para quantificar, ainda que provisoriamente o quantum do dano moral e, por consequência, corrigir o valor da causa e proceder, se o caso, a complementação das custas processuais e FUNJUS. .....Após, voltem conclusos. Intime-se. Diligências necessárias. Advs. VILSON OSMAR MARTINS JUNIOR, OSCAR SILVERIO DE SOUZA e Danielle Rosa e Souza.
109. BUSCA E APREENSAO - 0045503-40.2011.8.16.0001-BANCO BV FINANCEIRA C.F.I. x RODRIGO FONTOURA DA SILVA - Desp. de fl. 24. I)- Trata a espécie de busca e apreensãp, em bem alienado fiduciariamente, nos termos do DL nº 911/69, que BANCO BV FINANCEIRA S/A C.F.I move em face de RODRIGO FONTIURA DA SILVA, ambos qualificados nos autos. Comprova a parte requerente, o inadimplemento do ajuste celebrado e a mora cosntituída por intermédio da notificação de fls. 16/17. Assim, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 911/69, defiro a expedição de mandado liminar de busca e apreensão do bem indicado. II)- Após, o cumprimento da liminar, o (a) devedor (a) fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, no prazo de 05 (cinco) dias, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. Caso contrário, a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem ficará consolidado 'ex vilege' no patrimônio do credor fiduciário, conforme nova redação dada ao artigo 3º, do DL nº 911/69, pela Lei nº 10.931/04. III)- Sem prejuízo da purgação, cite-se a parte devedora para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. IV)- Aurotizo o Sr. Oficial de Justiça proceder, em sendo necessário, de acordo com o que preconiza o § 2º do art. 172 do CPC. V)- Nomeio o credor depositário fiel do citado bem, autorizando-o a assinar o termo de depósito por meio de seu representante legal, bem como, a proceder à remoção do veículo. Cumpra-se e intime-se. Diligências necessárias. "Ao autor efetuar o preparo das custas do Sr.Oficial de Justiça no valor de R$247,50". Advs. Marcio Ayres de Oliveira e Eduardo José Fumis Faria.
110. MEDIDA CAUTELAR - 0048724-31.2011.8.16.0001-BRUNO DE OLIVEIRA MOTTER x ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC - Desp. de fl. 35. ....Diante do exposto, com fundamento no artigo 273 do CPC, inciso I, mediante depósito integral do valor da dívida, defiro a liminar para que a parte ré promova a rematrícula da autora no curso de Engenharia Mecatrônica neste segundo semestre de 2011, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de pagamento de multa que arbitro em R$10.000,00 (dez mil reais). Cite-se a parte ré para, querendo, no prazo legal, apresentar defesa, sob as advertências do art. 803 do CPC. Intimações e diligências necessárias. Advs. ROBSON ADRIANO DE OLIVEIRA, LUIZ CARLOS MOREIRA JUNIOR e FERNANDO CESAR SPRADA.

Curitiba, 29 de 09 de 2011.
Valdineia Somer Pansolin
Juramentada

# 6ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANA**
**DR.ANA LUCIA FERREIRA e GUILHERME DE PAULA REZENDE**

**RELACAO Nº 186/2011 - SEXTA VARA CIVEL**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADELINO RODRIGUES DOS SAN 0116 000597/2011
ADRIANA DE FRANCA 0014 000119/2003
ADRIANA MURARA DIAS 0009 000269/2002
ADRIANO CARLOS SOUZA VALE 0012 001284/2002
ALBERTO SILVA GOMES 0041 000226/2008
ALDO DE MATTOS SABINO JUN 0113 000408/2011
ALESSANDRA LABIAK 0061 000687/2009
ALESSANDRO MESTRINIER FEL 0011 000562/2002
ALEXANDRE ADACHI 0112 000323/2011
ALEXANDRE JOSE GARCIA DE 0046 000537/2008
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0048 000655/2008
0059 000466/2009
0149 001125/2011
0150 001126/2011
ALINE C. DA CUNHA DINIZ P 0078 018378/2010
ALOYSIO SEAWRIGTH ZANATTA 0076 016360/2010
0078 018378/2010
AMANCIO CUETO 0059 000466/2009
ANA CAROLINA MION PILATI 0054 001920/2008
ANA CAROLINA ROSSATO ATHE 0116 000597/2011
ANA KARINA PASTRE 0108 000125/2011
ANA LUCIA FIGUEIREDO DEME 0043 000467/2008
ANA PAULA SCHELLER DE MOU 0065 001320/2009
ANA PRISCILA FURST 0031 000873/2006
ANA ROSA DE LIMA LOPES BE 0130 001111/2011
0133 001155/2011
0139 001452/2011
0143 001644/2011
ANDRE ABREU DE SOUZA 0129 001073/2011
ANDREA HERTEL MALUCELLI 0028 000379/2006
ANDRE GONÇALEZ STOPPA 0122 000989/2011
ANDREIA DAMASCENO 0081 033199/2010
0097 061683/2010

ANDRE MELLO SOUZA 0027 000005/2006
ANDRESSA JARLETTI GONÇALV 0014 000119/2003
ANDRÉ LUIZ PRONER 0067 001594/2009
ANELISE SBALQUEIRO 0037 001472/2007
ANE PATRICIA CHEMIN BRANC 0004 001154/1999
ANGELA ESTORILIO SILVA FR 0027 000005/2006
ANNA MARIA ZANELLA 0021 000076/2005
ANTONIO CARLOS BONET 0064 001191/2009
ANTONIO FRANCISCO C.ATHAY 0083 035554/2010
ANTONIO GOMES DA SILVA JR 0094 059049/2010
ANTONIO RENATO DE AVILA S 0120 000896/2011
ARISTIDES ALBERTO TIZZOT 0032 001678/2006
ARLINDO JOSÉ DIAS 0045 000523/2008
ARNALDO OLICHEVIS 0110 000205/2011
ARTUR PEREIRA ALVES JUNIO 0008 000078/2002
BEATRIZ SCHIEBLER 0052 001538/2008
BLAS GOMM FILHO 0012 001284/2002
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0029 000493/2006
BRUNO MARCUZZO 0106 000113/2011
0151 001127/2011
CANDICE KARINA SOUTO MAIO 0040 000153/2008
CARINE DE MEDEIROS MARTIN 0061 000687/2009
0066 001519/2009
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 0066 001519/2009
0124 001005/2011
CARLO RENATO BORGES 0016 001440/2003
CARLOS ALBERTO FRANK 0017 000470/2004
CARLOS ALBERTO O. CASAGRA 0095 059470/2010
CARLOS ALBERTO STOPPA 0122 000989/2011
CARLOS BAYESTORFF JUNIOR 0030 000836/2006
CARLOS EDUARDO CARDOSO BA 0055 000144/2009
CARLOS EDUARDO PARUCKER E 0039 001714/2007
CARLOS EDUARDO SCARDUA 0085 038155/2010
CARY CESAR MONDINI 0100 065427/2010
CASSIA CORREA DE VASCONCE 0080 026040/2010
CELSO DUARTE SILVEIRA 0005 000002/2001
CESAR AUGUSTO TERRA 0049 000780/2008
CEZAR EDUARDO PANESSA RUI 0069 002186/2009
CHRYSTIANNE DE FREITAS AL 0106 000113/2011
CLAUDIA GIOVANNA PRESENTA 0039 001714/2007
CLAUDINE ADAMOWICZ REBELL 0014 000119/2003
CLEVERSON MARCEL SPONCHIA 0075 011769/2010
0117 000712/2011
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0061 000687/2009
CRISTIANE BELLINATI GARCI 0066 001519/2009
CRISTIANO KAMEL SALMEN 0090 047493/2010
DANIELE DE BONA 0035 000962/2007
0038 001691/2007
0057 000344/2009
DANIEL HACHEM 0010 000417/2002
0014 000119/2003
0131 001142/2011
DANIELLE TEDESKO 0085 038155/2010
0086 038786/2010
DEIZY CHRISTINA VAZ 0024 000464/2005
DIEGO RUBENS GOTTARDI 0035 000962/2007
DOUGLAS DOS SANTOS 0059 000466/2009
EDIVALDO OSTROSKI 0111 000317/2011
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 0020 001429/2004
0109 000137/2011
ELAINE SANCHES 0026 001491/2005
ELENITA FERNANDES CASAGRA 0095 059470/2010
ELIANE MARIA MARQUES 0051 001368/2008
ELISABETH CRISTINA VIANA 0045 000523/2008
ELIS RAQUEL MARCHI SARI F 0061 000687/2009
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI 0135 001202/2011
EMERSON NORIHIKO FUKUSHIM 0103 070665/2010
ERALDO LACERDA JUNIOR 0046 000537/2008
EVALDO DE PAULA SILVA JUN 0027 000005/2006
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA 0054 001920/2008
0080 026040/2010
0091 050276/2010
0127 001065/2011
0128 001071/2011
FABIANO FREITAS MINARDI 0054 001920/2008
FABIANO NEVES MACIEIWSKI 0006 000341/2001
FABIANO TOMAZELI 0023 000439/2005
FABIO JOSE DE L. PRESTES 0094 059049/2010
FABIO JOSE POSSAMAI 0068 001745/2009
FABRICIO KAVA 0091 050276/2010
0127 001065/2011
0128 001071/2011
FABRICIO ZIR BOTHOME 0089 046480/2010
FELIPE KRASINSKI CADDAH 0113 000408/2011
FELIPE ROSSATO FARIAS 0116 000597/2011
FERNANDA NELSEN TEODORO D 0018 001030/2004
FERNANDA PIRES ALVES 0152 001128/2011
FERNANDA PUNCHIROLLI TORR 0040 000153/2008
FERNANDO AUGUSTO OGURA 0104 072347/2010
FERNANDO JOSE GASPAR 0055 000144/2009
0085 038155/2010
FLAVIA GEORGIA QUAESNER T 0004 001154/1999
FLAVIANO CHRISTIAN PUCCI 0052 001538/2008
FLAVIO FAGUNDES FERREIRA 0005 000002/2001
GEORGEA VANESSA GAIOSKI 0105 072508/2010
0112 000323/2011
GERALDO DE OLIVEIRA 0005 000002/2001
GERALDO JASINSKI JUNIOR 0039 001714/2007
GIISELE MARIE MELLO BELLO 0123 000997/2011
GILBERTO BORGES DA SILVA 0146 001122/2011
GILBERTO STINGLIN LOTH 0034 000711/2007
GILBERTO VILAS BOAS 0053 001755/2008
GLAUCE KOSSATZ DE CARVALH 0059 000466/2009
GUSTAVO DE PAULI ATHAYDE 0083 035554/2010
GUSTAVO MUSSI MILANI 0062 000826/2009
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0063 000830/2009
HEGLISSON TADEU MOCELIN N 0009 000269/2002
HELOISA GONÇALVES ROCHA 0125 001024/2011
HENRIQUE KURSCHEIDT 0027 000005/2006
HERCULES LUIZ 0005 000002/2001
IDELANIR ERNESTI 0087 043059/2010
IVAN KRUGER 0138 001381/2011
JANAINA GIOZZA AVILA 0063 000830/2009
JANAINA ROVARIS 0129 001073/2011
JAQUELINE SCHWARTZ 0044 000479/2008
JAUDE RICARDO LOURES ROCH 0092 053344/2010
JEFFERSON COMELI 0027 000005/2006
JEFFERSON JOHNSON BUENO D 0103 070665/2010
JOAO BATISTA DE ARRUDA JU 0001 001353/1995
JOAO BELMIRO DOS SANTOS-P 0003 000927/1998
JOAO CARLOS FLOR JUNIOR 0064 001191/2009
JOAO LEONEL ANTOCHESKI 0077 018140/2010
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0049 000780/2008
JOAO LUIZ MARTINECHEN BEH 0103 070665/2010
JOAO LUIZ SCARAMELLA FILH 0084 037489/2010
JORGE FRANCISCO FAGUNDES 0089 046480/2010
JOSAFA ANTONIO LEMES 0009 000269/2002
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NO 0068 001745/2009
JOSE BRUNO DE AZEVEDO OLI 0045 000523/2008
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI 0072 003622/2010
JOSE CESAR VALEIXO NETO 0001 001353/1995
JOSE DIAS DE SOUZA JUNIOR 0109 000137/2011
JOSE MARCAL ANTONIO CAONE 0005 000002/2001
JOSE PAULO GRANERO PEREIR 0073 007468/2010
JOSE ROBERTO SPINA 0113 000408/2011
JOSE VALTER RODRIGUES 0025 000957/2005
JULIANA DA SILVA 0037 001472/2007
JULIANE CRISTINA CORREA D 0059 000466/2009
JULIANE FEITOSA SANCHES 0075 011769/2010
JULIANE TOLEDO S. ROSSA 0079 019754/2010
0119 000894/2011
0139 001452/2011
JULIANO SIQUEIRA DE OLIVE 0006 000341/2001
JULIO BROTTO 0073 007468/2010
JULIO CESAR DALMOLIN 0030 000836/2006
0034 000711/2007
0080 026040/2010
JULIO CESAR GUILHEN AGUIL 0145 001648/2011
JULIO STOROZ 0015 000901/2003
KARINA DE OLIVEIRA FABRIS 0027 000005/2006
KARIN CRISTINA SGANZELLA 0059 000466/2009
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0070 002201/2009
0082 034856/2010
0102 069189/2010
KELLY CRISTINA WORM COTLI 0024 000464/2005
0033 000678/2007
0036 000975/2007
KLAUS SCHNITZLER 0035 000962/2007
0038 001691/2007
0057 000344/2009
LAURO BARROS BOCCACIO 0011 000562/2002
LEANDRO NEGRELLI 0047 000552/2008
0082 034856/2010
0108 000125/2011
LEONEL TREVISAN JUNIOR 0021 000076/2005
LIVIA CABRAL GUIMARAES 0043 000467/2008
LIZIA CEZARIO DE MARCHI 0093 053425/2010
LORIANE GUISANTES DA ROSA 0071 000247/2010
LUCIANE BEATRIZ ROTTA 0007 001420/2001
LUCIANE MARIA MARCELINO D 0052 001538/2008
0081 033199/2010
LUCIMARA GONÇALVES 0054 001920/2008
LUIS FELIPE CUNHA 0084 037489/2010
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0129 001073/2011
LUIZ ALBERTO FONTANA FRAN 0032 001678/2006
LUIZ ANTONIO MORES 0147 001123/2011
LUIZ ANTONIO P. RODRIGUES 0015 000901/2003
LUIZ AUGUSTO NEGRO DUTRA 0104 072347/2010
LUIZ CARLOS DA ROCHA 0014 000119/2003
LUIZ CARLOS GUIESELER JUN 0043 000467/2008
LUIZ FELIPE NODARI 0115 000533/2011
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0054 001920/2008
0080 026040/2010
LUIZ SGANZELLA LOPES 0059 000466/2009
MAICON GUEDES HUGO 0028 000379/2006
MARA RITA DE CASSIA ARIAS 0004 001154/1999
MARCELO AUGUSTO DE ARAUJO 0083 035554/2010
MARCELO FERNANDES POLAK 0013 001652/2002
0107 000123/2011
MARCELO HENRIQUE FERREIRA 0094 059049/2010
MARCELO RAYES 0111 000317/2011
MARCEL SOUZA DE OLIVEIRA 0059 000466/2009
MARCIA NUNES DE SOUZA VAL 0001 001353/1995
MARCILEY DA SILVA GAVIOLI 0029 000493/2006
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0020 001429/2004
0028 000379/2006
0109 000137/2011
0118 000843/2011

0148 001124/2011
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0029 000493/2006
MARCOS MAGALHAES DE SOUZA 0058 000432/2009
MARCUS ELY SOARES DOS REI 0056 000296/2009
MARCY HELEN VIDOLIN 0017 000470/2004
MARIA IZABELA COSTA DE SO 0032 001678/2006
MARIA IZABEL BRUGINSKI 0077 018140/2010
MARIA LUCIA LINS CONCEICA 0080 026040/2010
MARIA LUIZA BASSO 0037 001472/2007
MARIA LUIZA R. DE FREITAS 0043 000467/2008
MARIANA MARÇAL ARAUJO 0068 001745/2009
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0076 016360/2010
0078 018378/2010
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0141 001640/2011
MARIANE RIBAS DE SOUZA SB 0007 001420/2001
MARIA TEREZA CUNICO DE ME 0088 044916/2010
MARIA TEREZA DE MENDONÇA 0056 000296/2009
MARINA BLASKOVSKI FONSAKA 0117 000712/2011
MARIO GREGORIO BARZ JR 0101 068115/2010
MAURICIO ALCANTARA DA SIL 0065 001320/2009
MAURICIO KAVINSKI 0062 000826/2009
0097 061683/2010
0119 000894/2011
MAURICIO MACHADO SANTOS 0098 062489/2010
MAURO CEZAR ABATI 0062 000826/2009
MAYLIN MAFFINI 0047 000552/2008
0070 002201/2009
0082 034856/2010
0108 000125/2011
MAYRA DE OLIVEIRA COSTA 0086 038786/2010
MICHEL LAUREANTI 0009 000269/2002
MICHELLE SCHUSTER NEUMANN 0065 001320/2009
MIEKO ITO 0106 000113/2011
0151 001127/2011
MILENA CARLA DE MORAES VI 0069 002186/2009
MILKEN JACQUELINE C. JACO 0066 001519/2009
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0040 000153/2008
0064 001191/2009
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0105 072508/2010
0112 000323/2011
MILTON TEODORO DA SILVA 0018 001030/2004
MIRIAM NASCIMENTO CARREIR 0067 001594/2009
MURILO CELSO FERRI 0114 000494/2011
NELSON ANTONIO GOMES JUNI 0041 000226/2008
NELSON PASCHOALOTTO 0008 000078/2002
0093 053425/2010
0123 000997/2011
NEWTON JOSE DE SISTI 0026 001491/2005
NIVIA HANTHORNE NITA 0104 072347/2010
OSCAR SILVERIO DE SOUZA 0136 001215/2011
OSMAR NODARI 0115 000533/2011
OSVALDO CICERO WRONSKI 0001 001353/1995
OSVALDO DOS SANTOS 0002 000701/1996
PATRICIA MARIN DA ROCHA 0074 010095/2010
PATRICIA PIEKARCZYK 0019 001306/2004
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 0061 000687/2009
0121 000964/2011
PAULA ROBERTA PIRES 0009 000269/2002
PAULO AMBROSIO 0007 001420/2001
PAULO CAMILO DE GODOY 0011 000562/2002
PAULO CESAR B. MENESCAL 0140 001498/2011
PAULO FERNANDO PAZ ALARCO 0031 000873/2006
PAULO GUILHERME PFAU 0065 001320/2009
PAULO PETROCINI 0007 001420/2001
PAULO ROBERTO AZEREDO 0059 000466/2009
PAULO VINICIUS DE BARROS 0043 000467/2008
PEDRO VIEIRA CESAR 0011 000562/2002
PRISCILA KEI SATO 0080 026040/2010
RAFAEL AZEREDO COUTINHO M 0126 001026/2011
RAFAEL SANTOS CARNEIRO 0045 000523/2008
0059 000466/2009
RAPHAEL GIULLIANO LARSEN 0105 072508/2010
RAPHAEL TAQUES PILATTI 0050 001135/2008
REGIANE BINHARA ESTURILIO 0044 000479/2008
REINALDO EMILIO AMADEU HA 0014 000119/2003
REINALDO MIRICO ARONIS 0047 000552/2008
0079 019754/2010
RENATA PACHECO 0101 068115/2010
RENATA PINHEIRO 0092 053344/2010
RENATO JOSE BORGERT 0033 000678/2007
RICARDO PAVAO TUMA 0029 000493/2006
ROBERTA BOTELHO BITTENCOU 0033 000678/2007
ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJ 0144 001647/2011
ROBSON FARI NASSIN 0138 001381/2011
ROBSON LUIZ SCHIESTL SILV 0111 000317/2011
RODRIGO DOS PASSOS VIVIAN 0069 002186/2009
RONY CESAR CENTENARO VALE 0059 000466/2009
ROSANA JUGLAIR E SOUZA 0008 000078/2002
ROSANE PABST CALDEIRA 0056 000296/2009
RUBEN MADINI 0049 000780/2008
SAMIRA NABBOUCH ABREU 0074 010095/2010
SAMUEL MARTINS 0095 059470/2010
SANDRA JUSSARA KUCHNIR 0042 000269/2008
SANDRA MARA PEREIRA 0099 062667/2010
SEBASTIAO GOMES DE SOUZA 0045 000523/2008
SERGIO LEAL MARTINEZ 0030 000836/2006
SERGIO ROBERTO RODRIGUES 0053 001755/2008
SERGIO SCHULZE 0130 001111/2011
SERGIO SCHULZE 0133 001155/2011
0137 001294/2011
0139 001452/2011
0143 001644/2011
SHEILA ISFER RIBAS 0059 000466/2009
SILVANA APARECIDA CEZAR P 0042 000269/2008
SILVANA DE MELLO GUZZO 0017 000470/2004
SILVANA ELEUTERIO RIBEIRO 0027 000005/2006
SILVIO NAGAMINE 0014 000119/2003
SIMONE FONSECA SMANHOTTO 0006 000341/2001
SIMONE ZONARI LETCHACOSKI 0027 000005/2006
SONNY BRASIL DE CAMPOS GU 0060 000593/2009
0134 001158/2011
0142 001642/2011
SORAYA LOPES GONÇALVES 0067 001594/2009
SWAMI MOUGENOT BONFIM DOS 0026 001491/2005
TALITA MARI BERGATH 0117 000712/2011
TANIA FRANCISCA DOS SANTO 0096 061343/2010
TATIANE MUNCINELLI 0075 011769/2010
TATIANE VALESCA VROBLEWSK 0082 034856/2010
0117 000712/2011
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBI 0054 001920/2008
0080 026040/2010
THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS 0076 016360/2010
0078 018378/2010
TIMOTEO CALISTRO DE SOUZA 0111 000317/2011
TOBIAS DE MACEDO 0024 000464/2005
TONY ALVES 0018 001030/2004
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIR 0040 000153/2008
0105 072508/2010
VALDECI WENCESLAU B. MARQ 0099 062667/2010
VALDEMAR MORAS 0024 000464/2005
0036 000975/2007
VALERIA CARAMURU CICARELL 0048 000655/2008
VALERIA GHELARDI A SOUZA 0129 001073/2011
VANESSA GOMES ALVES BORGE 0016 001440/2003
VANESSA MARIA FALAVINHA F 0022 000254/2005
VANESSA MARIA RIBEIRO BAT 0055 000144/2009
VANIA DE FATIMA CESAR LUI 0042 000269/2008
VIRGINIA MAZZUCCO 0063 000830/2009
VIVIANE KARINA TEIXEIRA 0075 011769/2010
WAGNER CARDEAL OGANAUSKAS 0140 001498/2011
WALERIA CHIBIOR 0053 001755/2008
WALTER BRUNO CUNHA DA ROC 0112 000323/2011
WILSON CANDIDO WENCESLAU 0099 062667/2010

1. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 1353/1995-DOLIRIA CORDEIRO DE ARAUJO e outro x ZENITA DUARTE ISAGUIRRE - Ciencia a parte autora da certidao de fls. 518, no prazo legal. Intimem-se. Advs. MARCIA NUNES DE SOUZA VALEIXO, JOSE CESAR VALEIXO NETO, JOAO BATISTA DE ARRUDA JUNIOR e OSVALDO CICERO WRONSKI.

2. USUCAPIAO - 0000043-55.1996.8.16.0001-JOAO MARQUES DE SOUZA e outros x ESTE JUIZO - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Adv. OSVALDO DOS SANTOS.

3. ORDINARIA - 927/1998-JIMMY LIU x PLENUS COMERCIO DE PRODUTOS COSMETICOS LTDA - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Adv. JOAO BELMIRO DOS SANTOS-PROIBIDO.

4. DEMOLITORIA - FASE DE EXECUÇAO - 1154/1999-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL CARTAGENA x JALILE RAZZA MAHAMED KADRI e outros - Ciencia as partes da conta geral apresentada as fls.832/837. Aguardando preparo de custas no valor de R$343,23 , mais funrejus e distribuidor, no prazo de 10 dias, devendo as mesmas serem pagas às suas respectivas serventias. Advs. FLAVIA GEORGIA QUAESNER TOLEDO, MARA RITA DE CASSIA ARIAS QUAESNER e ANE PATRICIA CHEMIN BRANCO.

5. ANULATORIA C/ TUTELA - 2/2001-JOSE DO CARMO DE OLIVEIRA x NILSON WESTPHAL e outros - "Manifeste-se a parte interessada, sobre o contido no(s) ofício(s) juntado(s) aos autos, no prazo legal". Advs. FLAVIO FAGUNDES FERREIRA, GERALDO DE OLIVEIRA, JOSE MARCAL ANTONIO CAONETTO, CELSO DUARTE SILVEIRA e HERCULES LUIZ.

6. CAUTELAR/FASE DE EXECUÇAO - 341/2001-FRANKLIN BARROS LEAL x ASSOCIACAO DE ENSINO NOVO ATENEU - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Advs. FABIANO NEVES MACIEIWSKI, JULIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA e SIMONE FONSECA SMANHOTTO.

7. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 1420/2001-CHASKIEL SLUD x CRISTIANO MAZZALI e outro - "Da juntada do Mandado de Avaliação de fls.289/290, manifestem-se os interessados, no prazo legal'. Advs. PAULO AMBROSIO, MARIANE RIBAS DE SOUZA SBALQUEIRO, LUCIANE BEATRIZ ROTTA e PAULO PETROCINI.

8. BUSCA CONV.DEPOSITO/EXECUÇAO - 78/2002-BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTOS S/A x ANDERSON TIAGO BRISOLA - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Advs. NELSON PASCHOALOTTO, ARTUR PEREIRA ALVES JUNIOR e ROSANA JUGLAIR E SOUZA.

9. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0000233-08.2002.8.16.0001-GOOD CARD - EMP. DE ADM. DE CONVENIOS LTDA e outros x ASSESP - ASSC. DOS SERV. DA SEC. EST. DA SEG. PUB. - Aguardando preparo de custas no valor de R $84,60 , mais funrejus e distribuidor, no prazo de 10 dias, devendo as mesmas serem pagas às suas respectivas serventias. Advs. ADRIANA MURARA DIAS, PAULA ROBERTA PIRES, HEGLISSON TADEU MOCELIN NEVES, MICHEL LAUREANTI e JOSAFA ANTONIO LEMES.

10. EXECUÇAO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE - 417/2002-BANCO BRADESCO S/A x LAURO PIECZKOLAN e outro - Defiro o pedido de fls. 207. Oficie-se como

pretendido. Apos, arquivem-se, porquanto ja extintos todos os feitos. Retirar oficio. Intimem-se. Adv. DANIEL HACHEM.

11. CARTA DE SENTENCA - 0051183-40.2010.8.16.0001-ITACIR ANTONINHO BALDISSERA e outro x RUBENS DANCINI - "Manifeste-se a parte interessada, sobre o contido no(s) ofício(s) juntado(s) aos autos, no prazo legal". Advs. PEDRO VIEIRA CESAR, LAURO BARROS BOCCACIO, ALESSANDRO MESTRINIER FELIPE e PAULO CAMILO DE GODOY.

12. INDENIZACAO/FASE EXECUÇAO - 1284/2002-IRINEU HANEL x BANCO SANTANDER BRASIL S/A - "Da juntada da Carta Precatória devolvida, conf. fls.736/758, manifeste-se a parte interessada, no prazo legal". Advs. ADRIANO CARLOS SOUZA VALE e BLAS GOMM FILHO.

13. ARROLAMENTO - 0000386-41.2002.8.16.0001-IRAEMA DE OLIVEIRA BARTOLOMEI e outro x ESP. BOREAL DE OLIVEIRA BARTOLOMEI - O feito merece ordenação processual. Se não existem outros bens a serem inventariados e, ainda, os diversos pleitos de alvará formulados incidentalmente, o caso é de extinção deste Arrolamento pela perda do objeto. Manifeste-se, pois, a Sra. Inventariante. Intimem-se. Adv. MARCELO FERNANDES POLAK.

14. ORDINARIA/FASE DE EXECUCAO - 119/2003-ADRIANA DE FRANCA x BANKBOSTON BANCO MULTIPLO S/A - Ciencia as partes da manifestação da Contadoria as fls.1152, no prazo legal. Intimem-se. Advs. LUIZ CARLOS DA ROCHA, ADRIANA DE FRANCA, SILVIO NAGAMINE, ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA, CLAUDINE ADAMOWICZ REBELLO, DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM.

15. INVENTARIO - 901/2003-ANA GRENAT PYSKLEWITZ x ESP. BASILIO PYSKLEWITZ - À vista do r. parecer ministerial de fis. 84-v.° a 85, concedo prazo de dez dias para que seja promovida a emenda a que se refere o item "4" do aludido parecer. Após, voltem para as deliberações necessárias, inclusive no que respeita à composição do polo ativo. Intimem-se. Advs. LUIZ ANTONIO P. RODRIGUES e JULIO STOROZ.

16. MONITORIA - 1440/2003-COMPIN - COMERCIO DE COMPENSADOS LTDA x MARLON CESAR SIMOES - "Manifeste-se a parte interessada, sobre o contido no(s) ofício(s) juntado(s) aos autos, no prazo legal". Advs. CARLO RENATO BORGES e VANESSA GOMES ALVES BORGES.

17. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 470/2004-MARIA EUNICE MARANGONI VICENZI x JAMIL MACHADO e outro - I. Seja certificado pela Escrivania acerca de prova pelo exequente quanto ao cumprimento da norma inserta no artigo 659, §4° do CPC, especificamente quanto ao registro no ofício imobiliário da penhora determinada nestes autos. II. Após, encaminhe-se os autos ao Contador Judicial para a atualização do cálculo do débito, bem como para atualização monetária do valor da avaliação do(s) bem(ns) penhorado(s). Certifique-se. III. Ato contínuo, cumpra-se o disposto no item 5.8.14.2 do CN, se ainda não o foi. Certifique-se. IV. Também seja cumprido, se ainda não o foi, o item 5.8.14.4 do CN, fixando o prazo de 15 dias para a resposta. Salienta-se aos destinatários dos ofícios que a ausência de resposta no prazo fixado por este juízo será entendido como desinteresse na continuidade dos demais atos expropriatórios. Certifique-se. V. Cumprido os itens acima, concedo ao exequente prazo de 15 dias para o exercício de eventual adjudicação do(s) bem(ns) penhorado(s), em preço não inferior ao da avaliação, observadas as regras do artigo 685-A do CPC e item 5.8.12 do CN. Certifique-se. VI. Não requerida a adjudicação, determino à Escrivania seja designada datas para a realização das hastas públicas, com a ressalva de que entre o primeiro e segundo ato de expropriação deverá ser observada a norma inserta no artigo 686, VI, do CPC. Na primeira hasta não poderá haver lance em valor inferior ao da avaliação, nos termos do artigo 682, do CPC, e na segunda hasta, o preço do lance não poderá ser vil (art. 692 do CPC), entendo-se como tal a quantia mínima não inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. Certifique-se. VII. Expeça-se edital, observado o item 5.8.14 do CN, para afixação no lugar de costume e publicação em Imprensa Oficial e ainda em jornal de circulação local, tudo conforme o artigo 687 do CPC. Em sendo o credor beneficiário da justiça gratuita, a publicação deverá ser realizada apenas no órgão oficial (artigo 687, § 1°, do CPC). E mais. Na hipótese em que o bem penhorado não exceda a 60(sessenta) vezes o valor do salário mínimo vigente na data da avaliação, deverá ser dispensada a publicação de editais, conforme dispõe o artigo 686, §3°, do CPC. Certifique-se. VIII. Feito isso, intime-se o devedor do dia, hora e local da alienação judicial por meio de seu advogado ou pessoalmente no caso de não ter procurador constituído nos autos (artigo 687, §5° do CPC e item 5.8.11.2 do CN), observando que poderá remir a dívida, pagando o principal e acessórios até antes da arrematação ou adjudicação, nos termos do artigo 651 do CPC.Certifique-se. IX. Intime-se ainda o cônjuge do executado nos termos do art. 655, § 2°, do CPC. Certifique-se. X. Intime-se ainda, em havendo, os credores privilegiados ou preferenciais. Certifique-se. Atente a Escrivania para o cumprimento integral desta decisão. Intimem-se. Cumpras-se. Diligências necessárias. Advs. MARCY HELEN VIDOLIN, CARLOS ALBERTO FRANK e SILVANA DE MELLO GUZZO.

18. COBRANÇA - SUMARIO - 1030/2004-CONDOMINIO EDIFICIO MARCOS MORO x ANUAR FAICAL FILHO e outro - Aguardando preparo das custas devidas ao Contador, no valor de R$3324,59, devendo ser paga na respectiva Serventia. - Advs. TONY ALVES, MILTON TEODORO DA SILVA e FERNANDA NELSEN TEODORO DECESARO.

19. COBRANÇA/FASE DE EXECUÇAO - 1306/2004-CONJUNTO MORADIAS NUCLEO HAB. EUCALIPTOS XVII x MARIA IVETE VIEIRA - "Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr. oficial de Justiça, no prazo legal." Adv. PATRICIA PIEKARCZYK.

20. BUSCA CONVERTIDA EM DEPOSITO - 0000830-06.2004.8.16.0001-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x KELI CAMPOS ARAUJO DA SILVA - "Manifeste-se a parte interessada, sobre o contido no(s) ofício(s) juntado(s) aos autos, no prazo legal". Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA.

21. REVISIONAL C/ TUTELA - ORDINARIA - 76/2005-ROSE MARIA MANOSSO x BANCO ITAU S/A - Vistos ... A despeito do alegado pela Requerente à fl. 376, acolho pleito de fls. 378/379 do banco Requerido, porquanto, reflete o último parágrafo da interlocutória de fl. 366, máxime a solução ao litígio exige liquidação por arbitramento. Ante o exposto, em atenção ao art. 421 do Código de Processo Civil, nomeio como perito liquidante, independente de termo de compromisso, Emerson Raksa. Seja intimado o experto para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar sua proposta de honorários. Fixo ainda o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação do laudo pericial, contados do depósito dos honorários periciais, os quais serão arcados pelo Requerido, que pugnou pela liquidação por arbitramento. O perito deverá comunicar a este Juízo o local e data do início da produção da prova, acerca dos quais as partes, nos termos do artigo 431-A do CPC, serão devidamente intimadas. Cumpra-se. Diligências necessárias. Intimem-se. Advs. ANNA MARIA ZANELLA e LEONEL TREVISAN JUNIOR.

22. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 254/2005-ADEMIR PEREIRA FILHO x RUBENS FRANCISCO CECCHIN - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Adv. VANESSA MARIA FALAVINHA FROHLICH.

23. RESCISAO DE CONTRATO C/TUTELA - ORD - 439/2005-HAFIL EMPREENDIMENTOS LTDA x DONIZETE APARECIDO DE JESUS - Conforme o art. 19 do CPC ao interessado para depositar as custas no valor de R$99,00, do Sr. Oficial de Justiça, devendo a guia ser recolhida na Caixa Economica Federal - agência 3984-040.01.516.381-0, posto do Forum. Int.- Adv. FABIANO TOMAZELI.

24. ORDINARIA DE NULIDADE - 0000990-94.2005.8.16.0001-RODOLFO ALBINO DA ROCHA e outro x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO - Certificado o preparo de eventuais custas remanescente, em ambos os feitos, voltem. Em tempo, a despeito do silêncio das partes, o acordo de fls. 1301 a 1303 abarcará, também, os autos sob n.° 0001852- 94.2007.8.16.0001 em apenso, salvo oposição fundamentada das partes, no prazo comum de dez dias. Intimem-se. Aguardando preparo de custas no valor de R$73,20 , mais funrejus e distribuidor, no prazo de 10 dias, devendo as mesmas serem pagas às suas respectivas serventias. Advs. VALDEMAR MORAS, DEIZY CHRISTINA VAZ, KELLY CRISTINA WORM COTLINSKI CANZAN e TOBIAS DE MACEDO.

25. MONITORIA - 957/2005-DIVESA DISTRIBUIDORA CURITIBANA DE VEICULOS x JAMES ANDRADE MARAFIGO - "Manifeste-se a parte interessada, sobre o contido no(s) ofício(s) juntado(s) aos autos, no prazo legal". Adv. JOSE VALTER RODRIGUES.

26. INDENIZAÇAO - SUMARIO - 1491/2005-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA e outros x VEMASUL VEICULOS E MAQUINAS SUL LTDA - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls. (254/255), no prazo legal". Advs. ELAINE SANCHES, SWAMI MOUGENOT BONFIM DOS REIS - PROMOTO e NEWTON JOSE DE SISTI.

27. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 5/2006-IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL x ADOIS GRAFICA E EDITORA LTDA - Conforme o art. 19 do CPC ao interessado para depositar as custas do Sr. Oficial de Justiça, devendo a guia ser recolhida na Caixa Economica Federal - agência 3984-040.01.516.381-0, posto do Forum. Int.- Advs. SIMONE ZONARI LETCHACOSKI, ANGELA ESTORILIO SILVA FRANCO, SILVANA ELEUTERIO RIBEIRO, ANDRE MELLO SOUZA, JEFFERSON COMELI, EVALDO DE PAULA SILVA JUNIOR, KARINA DE OLIVEIRA FABRIS DOS SANTOS e HENRIQUE KURSCHEIDT.

28. BUSCA CONVERTIDA EM DEPOSITO - 0001388-07.2006.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x TATIANA MACIEL SCHRAIBER - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Advs. ANDREA HERTEL MALUCELLI, MAICON GUEDES HUGO e MARCIO AYRES DE OLIVEIRA.

29. ORDINARIA - 493/2006-MILTON LACERDA LISBOA x BANCO DO ESTADO DO PARANA - Manifestem-se as partes sobre a manifestação do Perito as fls. 244/250, no prazo legal. Intime-se. Advs. MARCILEY DA SILVA GAVIOLI, RICARDO PAVAO TUMA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI.

30. INDENIZACAO C/ TUTELA - ORDINARIA - 0000579-17.2006.8.16.0001-CLAUDIOMIR CAPPELARI - ME x TIM CELULAR S.A -Defiro o pedido de fl. 214, de expedição de alvará para levantamento do valor incontroverso, com as cautelas de praxe, observado o disposto no item 2.6.10 do Código de Normas da Corregedoria - Geral da Justiça, bem assim, dê-se ciência à parte Credora, por carta com AR, acerca do alvará a ser oportunamente expedido, ou seja, depois de certificado acerca da inexistência de penhora no rosto dos autos e/ou, pedido de reserva em face das partes. Em tempo, o alvará somente será expedido depois de escoado o prazo para eventual insurgência da parte Devedora. Intimem-se. "Promova-se a antecipação de custas da expedição de alvara, no valor unitário R$ 9,40, no prazo legal". Advs. JULIO CESAR DALMOLIN, CARLOS BAYESTORFF JUNIOR e SERGIO LEAL MARTINEZ.

31. ORDINARIA DE COBRANÇA - 873/2006-CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIO.DO BANCO DO BRASIL x RODRIGO DE ARAUJO MIRANDA - Manifeste-se a parte interessada sobre a certidao de fls.189, no prazo legal. Intime-se. Advs. PAULO FERNANDO PAZ ALARCON e ANA PRISCILA FURST.

32. REVISAO DE CONTRATO C/TUTELA - ORDINARIA - 1678/2006-CEREALISTA GRANDO LTDA e outros x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO - Aguardando preparo de custas no valor de R$ 94,78, mais funrejus e distribuidor, no prazo de 10 dias, devendo as mesmas serem pagas às suas respectivas serventias. Advs. MARIA IZABELA COSTA DE SOUZA, ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANÇA e LUIZ ALBERTO FONTANA FRANÇA.

33. COBRANÇA/FASE DE EXECUÇAO - 678/2007-OSCAR TAKASHI ONUKI e outros x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO - Manifeste-se o credor sobre oficio de fls. 416. Intime-se. Advs. RENATO JOSE BORGERT, ROBERTA BOTELHO BITTENCOURT e KELLY CRISTINA WORM COTLINSKI CANZAN.

34. PRESTAÇAO DE CONTAS/EXECUÇAO - 0001812-15.2007.8.16.0001-DUEVILLE RADING LTDA x BANCO SANTANDER BANESPA S.A. - Retirar carta de intimaçao. Intime-se. Advs. JULIO CESAR DALMOLIN e GILBERTO STINGLIN LOTH.
35. BUSCA CONVERTIDA EM DEPOSITO - 962/2007-BANCO ITAU S/A x ABRAO ALVES POLI - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Advs. DIEGO RUBENS GOTTARDI, DANIELE DE BONA e KLAUS SCHNITZLER.
36. ORDINARIA DE NULIDADE - 0001852-94.2007.8.16.0001-RODOLFO INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA e outros x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO - Aguardando preparo de custas no valor de R$ 8,46, mais funrejus e distribuidor, no prazo de 10 dias, devendo as mesmas serem pagas às suas respectivas serventias. Advs. VALDEMAR MORAS e KELLY CRISTINA WORM COTLINSKI CANZAN.
37. COBRANÇA/FASE DE EXECUÇAO - 0001516-90.2007.8.16.0001-CONJUNTO MORADIAS CIC III x JOAO CARLOS LAZARO e outro - Primeiramente, junte-se copia atualizada da matricula do imovel. Intimem-se. Advs. ANELISE SBALQUEIRO, JULIANA DA SILVA e MARIA LUIZA BASSO.
38. RESCISAO DE CONTRATO C/C PERDAS DANOS - ORD - 1691/2007-CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x LEANDRO ALVES DOS SANTOS - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Advs. KLAUS SCHNITZLER e DANIELE DE BONA.
39. USUCAPIAO - 0003653-45.2007.8.16.0001-MARIA NUNES CASSIANO x DAVID CASSIANO e outros - Manifeste-se a parte autora sobre a petiçao de fls. 207/208, no prazo legal. Intime-se. Advs. CARLOS EDUARDO PARUCKER E SILVA, CLAUDIA GIOVANNA PRESENTATO e GERALDO JASINSKI JUNIOR.
40. COBRANÇA - SUMARIO - 153/2008-JOSÉ BERNARDINO DOS SANTOS x LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Advs. FERNANDA PUNCHIROLLI TORRESANI CENS, CANDICE KARINA SOUTO MAIOR DA SILVA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRIC.
41. DECLARATORIA C/TUTELA - 226/2008-MIDAN ADMINISTRADORA DE BENS LIMITADA e outros x COMPYTEC SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LIMITADA-ME - Tendo em vista o contido no artigo 331, do CPC, ficam as partes intimadas para que em 05 (cinco) dias esclarecerem sobre a possibilidade de transaçao. Nao havendo a possibilidade questionada, no prazo de 05 (cinco) dias, esclareçam de forma pormenorizada, quais as provas que pretendem produzir, sob pena de indeferimento. Int. Cfe Portaria 01/2011.- Advs. NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR e ALBERTO SILVA GOMES.
42. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 269/2008-RIO SAO FRANCISCO CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS x BRASTAN EMBALAGENS LTDA e outros - Retirar ofício. Intime-se. Advs. VANIA DE FATIMA CESAR LUIZ CARTA, SILVANA APARECIDA CEZAR PONTE e SANDRA JUSSARA KUCHNIR.
43. LIQUIDACAO DE SENTENCA - 467/2008-RODOWILSON LTDA x MASSA FALIDA DE VECTRA TRANSPORTES LTDA - Retirar oficio a 1ª Vara da Fazenda Publica. Int. Advs. LIVIA CABRAL GUIMARAES, PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JR, MARIA LUIZA R. DE FREITAS PEREIRA, ANA LUCIA FIGUEIREDO DEMETERCO - sindica e LUIZ CARLOS GUIESELER JUNIOR.
44. MONITORIA/FASE EXECUCAO - 479/2008-ARAMEPAR - INDUSTRIA E COMERCIO DE ARAMES LTDA x LUMINOSOS XAXIM LTDA - ME - Retirar oficios. Intime-se. Advs. REGIANE BINHARA ESTURILIO e JAQUELINE SCHWARTZ.
45. COBRANÇA - SUMARIO - 0006447-05.2008.8.16.0001-VALDONIR SCHULTZ x CENTAURO SEGURADORA S/A - I - Diante do decidido pela Superior Instância, recebo o agravo retido de fls. 194 a 197. Anote-se na autuação, conforme determina o Código de Normas. II - À parte agravada para responder, no prazo do artigo 523, § 2°, do Código de Processo Civil. III - Intimem-se. Advs. JOSE BRUNO DE AZEVEDO OLIVEIRA, ARLINDO JOSÉ DIAS, SEBASTIAO GOMES DE SOUZA, ELISABETH CRISTINA VIANA LOPES e RAFAEL SANTOS CARNEIRO.
46. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - SUMARIO - 0003607-22.2008.8.16.0001-BARTOLOMEU CAMBRAIA DE CARVALHO x BRASIL TELECOM S/A - Ciência as partes da copia do agravo de instrumento. Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR e ALEXANDRE JOSE GARCIA DE SOUZA.
47. REVISAO CONTRATUAL C/ TUTELA - SUMARIO - 552/2008-WANDERSON ANTONIO SUELI x BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Despacho de fls. 202:
Considerando que o presente feito é par (numeração antiga) e que, por força do Regime de Exceção, deve ser presidido pelo Magistrado Titular deste Juízo, devolvo ao Cartório, para as diligências necessárias. Intimem-se.
Despacho de fls. 203:
Revejo posicionamento pretérito de fls.170 a 172 porquanto, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil, o processo comporta julgamento antecipado. Isso porque a controvérsia em questão é exclusivamente de direito. Assim, em não havendo insurgência quanto ao teor desta decisão, precedida a respectiva anotação, voltem conclusos para sentença, neste feito e na demanda de busca e apreensão em apenso, contudo, depois de cumprida a liminar lá concedida e referendada. Intimem-se.
Advs. MAYLIN MAFFINI, LEANDRO NEGRELLI e REINALDO MIRICO ARONIS.
48. MONITORIA/FASE EXECUCAO - 655/2008-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x VILHENA MAQUINAS E SISTEMAS DE ESCRITORIO LTDA e outro - "Promova-se a antecipação de custas da expedição de ofícios requeridos, no valor unitário R$ 9,40, no prazo legal". Advs. VALERIA CARAMURU CICARELLI e ALEXANDRE NELSON FERRAZ.
49. REVISIONAL DE CONTRATO C/TUTELA - ORD - 780/2008-DINEI NERES DA SILVA x AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Advs. RUBEN MADINI, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e CESAR AUGUSTO TERRA.
50. COBRANÇA - SUMARIO - 1135/2008-CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS CAIUA I - COND. VII x MARILDA DE FATIMA SIMAO - "Manifeste-se a parte interessada, sobre o contido no(s) ofício(s) juntado(s) aos autos, no prazo legal". Adv. RAPHAEL TAQUES PILATTI.
51. CARTA DE SENTENCA - 1368/2008-JOSE FERNANDES PEDROSA x JULMAR DOS SANTOS VEIGA e outro - "Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr. oficial de Justiça, no prazo legal." Adv. ELIANE MARIA MARQUES.
52. IMPUGNAÇAO A EXECUÇAO - 1538/2008-MARCELO DOS SANTOS e outros x CONJUNTO RESIDENCIAL BARIGUI - Despacho de fls. 41:
A vista da discordancia de fls. 39/40, encaminhem-se os autos ao Sr.Contador para elaboração denova conta, se necessário. Manifestem-se as partes quanto a conta geral apresentada as fls. 42/45. Aguardando preparo de custas no valor de R$ 8,46 , mais funrejus e distribuidor, no prazo de 10 dias, devendo as mesmas serem pagas às suas respectivas serventias. Advs. LUCIANE MARIA MARCELINO DE MELO PIMENTA, FLAVIANO CHRISTIAN PUCCI NASCIMENTO e BEATRIZ SCHIEBLER.
53. DECLARATORIA DE INEXISTENCIA C/IND E TUTELA - SUM - 1755/2008-GILSON CAVALHEIRO x GALETERIA CAXIAS LTDA e outro - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Advs. GILBERTO VILAS BOAS, WALERIA CHIBIOR e SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT SO.
54. EXIBIÇAO DE DOCUMENTOS - CAUTELAR - 0004418-79.2008.8.16.0001-LAURO DOS SANTOS x BANCO ITAU S/A e outros - Ciência as partes da copia do agravo de instrumento. "Manifeste-se a parte interessada, sobre o contido no(s) ofício(s) juntado(s) aos autos, no prazo legal".Advs. FABIANO FREITAS MINARDI, ANA CAROLINA MION PILATI DO VALE, LUCIMARA GONÇALVES, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS.
55. RESCISAO DE CONTRATO C/C PERDAS DANOS - ORD - 0003399-04.2009.8.16.0001-BANCO FINASA S/A x ROBERTO VOGT - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Advs. FERNANDO JOSE GASPAR, CARLOS EDUARDO CARDOSO BANDEIRA e VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA.
56. DESPEJO P/FALTA PGTO C/C COBRANÇA - 296/2009-CLAN INDUSTRIA, COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTAÇA x SULPACK INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS E PAPEI e outros - Conforme o art. 19 do CPC ao interessado para depositar as custas do Sr. Oficial de Justiça, devendo a guia ser recolhida na Caixa Economica Federal - agência 3984-040.01.516.381-0, posto do Forum. Int.- Advs. MARIA TEREZA DE MENDONÇA, MARCUS ELY SOARES DOS REIS e ROSANE PABST CALDEIRA.
57. REINTEGRAÇAO DE POSSE - 344/2009-BANCO ITAULEASING S/A x RAQUELINE DOMINGOS - "Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr. oficial de Justiça, no prazo legal." Advs. KLAUS SCHNITZLER e DANIELE DE BONA.
58. LOCUPLETAMENTO ILICITO - ORDINARIA - 432/2009-JOSE APARECIDO FIORI x DIAZ & COSTIM LTDA (FLY EVENTOS) - Aguardando retirada da(s) carta(s) AR(s). Adv. MARCOS MAGALHAES DE SOUZA.
59. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 466/2009-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x JUDITE DE JESUS CASTRO MUCK F. I. e outros - Anote-se fls. 138, bem assim, formalize-se o petitório de fls. 137. O pedido de fls. 141, em sua integralidade, merece deferimento. I. Na ordem de gradação legal, segundo inteligência do artigo 655, inciso I, do CPC, o dinheiro conserva-se em posição privilegiada. Ademais, ante a nova sistemática processual, a execução é feita no interesse do credor e não do devedor (AgRg no Ag 1018742/SP, rel. Min. Fernando Gonçalvez, 43 Turma, DJe 22.2.2010). Assim, forte no artigo 655-A do CPC, determino, via BACENJUD, o bloqueio cautelar de numerário existente em conta da parte Executada, depois de atualizado o cálculo. II. Intimem-se. Ciencia a parte interessada quanto a certidao de fls.143/verso. Advs. RAFAEL SANTOS CARNEIRO, LUIZ SGANZELLA LOPES, DOUGLAS DOS SANTOS, MARCEL SOUZA DE OLIVEIRA, GLAUCE KOSSATZ DE CARVALHO, KARIN CRISTINA SGANZELLA LOPES, PAULO ROBERTO AZEREDO, SHEILA ISFER RIBAS, JULIANE CRISTINA CORREA DA SILVA, ALEXANDRE NELSON FERRAZ, RONY CESAR CENTENARO VALENZA e AMANCIO CUETO.
60. BUSCA CONVERTIDA EM DEPOSITO - 0002329-49.2009.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x ISOMEC USINAGEM LTDA e outro - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Adv. SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES.
61. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - SUM - 687/2009-VILSON ROBERTO FAQUIM x BANCO ITAU S/A - "Manifeste-se a parte interessada, sobre o contido no(s) ofício(s) juntado(s) aos autos, no prazo legal". Advs. ELIS RAQUEL MARCHI SARI FRAGA, ALESSANDRA LABIAK, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, PATRICIA PONTAROLI JANSEN e CARINE DE MEDEIROS MARTINS.
62. OBRIGAÇAO DE FAZER C/ TUTELA - ORD - 826/2009-JUDIMAR CARIAS DE ARAUJO x UNIMED FEDERAÇAO DO PARANA - Postas em pratica as cautelas de praxe, encaminhem-se os autos ao Egregio Tribunal de Justiça para analise dos recursos articulados. Intimem-se. Advs. GUSTAVO MUSSI MILANI, MAURO CEZAR ABATI e MAURICIO KAVINSKI.
63. BUSCA E APREENSAO - 830/2009-BANCO SANTANDER S/A x ADEMAR LOPES RIBEIRO - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls. (107 ), no prazo legal". Advs. GUSTAVO SALDANHA SUCHY, JANAINA GIOZZA AVILA e VIRGINIA MAZZUCCO.
64. COBRANÇA - SUMARIO - 1191/2009-CLEVERSON CARLOS MENGUEL e outros x CENTAURO SEGURADORA S/A - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Advs. JOAO CARLOS FLOR JUNIOR, ANTONIO CARLOS BONET e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER.
65. REVISAO CONTRATUAL C/ TUTELA - SUMARIO - 1320/2009-PANIFICADORA E CONFEITARIA GRAN VILLA LTDA x REAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL - Aguardando retirada da(s) carta(s) AR(s). Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN, PAULO GUILHERME PFAU, MAURICIO ALCANTARA DA SILVA e ANA PAULA SCHELLER DE MOURA.

66. REINTEGRAÇAO DE POSSE - 1519/2009-BANCO ITAULEASING S/A x ANTONIO CARLOS HORTA MULLER - Conforme o art. 19 do CPC ao interessado para depositar as custas do Sr. Oficial de Justiça, devendo a guia ser recolhida na Caixa Economica Federal - agência 3984-040.01.516.381-0, posto do Forum. Int.- Advs. CARINE DE MEDEIROS MARTINS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES.

67. IMPUGNAÇAO A EXECUÇAO - 1594/2009-FUNDACAO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL - SISTEL x GERTRUDES KOSAK DOS SANTOS LOPES - -Ciencia as partes damanifestação da Contadoria as fls.37/38, no prazo legal. Intimem-se. "Manifeste-se a parte interessada, sobre o contido no(s) ofício(s) juntado(s) aos autos, no prazo legal" Advs. MIRIAM NASCIMENTO CARREIRA, SORAYA LOPES GONÇALVES e ANDRÉ LUIZ PRONER.

68. EXIBIÇAO DE DOCUMENTOS - CAUTELAR - 1745/2009-ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA S/A x WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - "Manifeste-se o impulsionante, ao prosseguimento do feito, no prazo legal". Advs. JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, MARIANA MARÇAL ARAUJO e FABIO JOSE POSSAMAI.

69. REPARAÇAO DE DANOS -SUM - 2186/2009-JOSE MARCELO GRANADO e outro x JACSON DA SILVA e outro - Recebo os embargos de declaração, pois tempestivos e acolho-os no mérito. Efetivamente, houve omissão quanto à análise do pedido de antecipação da tutela. Passo a fazê-lo: E de se indeferir a antecipação de tutela postulada. Inicialmente, não há qualquer relação de consumo entre as partes; também não há verossimilhança nas alegações do Requerente, haja vista os pontos controvertidos fixados, não havendo que se falar também em reconhecimento de culpa presumida nesta fase processual. Por fim, não se verifica qualquer hipossuficiência do Requerente na produção de provas. Intimem-se. Advs. MILENA CARLA DE MORAES VIEIRA, RODRIGO DOS PASSOS VIVIANI e CEZAR EDUARDO PANESSA RUIZ.

70. BUSCA E APREENSAO - 2201/2009-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x WANDERSON ANTONIO SUELI - Considerando a decisão de fls. 46 a 48, lançada na demanda revisional em apenso, ratifico a liminar de busca e apreensão concedida à fl. 27 deste feito. Assim, deve a parte Requerente diligenciar o necessano para o cumprimento da aludida liminar, ou a conversão em ação de depósito, conforme o caso. Em tempo, ficam as partes cientes que ambos os feitos serão decididos simultaneamente. Intimem-se. Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e MAYLIN MAFFINI.

71. MONITORIA - 0000247-11.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x FELIPE DEITOS PIOTTO - Retirar carta de intimação. Intime-se. Adv. LORIANE GUISANTES DA ROSA.

72. BUSCA E APREENSAO - 0003622-20.2010.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S/A x MURILO JEAN DE LIMA - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls. (66 ), no prazo legal". Adv. JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR.

73. ORDINARIA - 0007468-45.2010.8.16.0001-JOSE LUIZ CARRARO x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO e outro - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. JOSE PAULO GRANERO PEREIRA e JULIO BROTTO.

74. OBRIGAÇAO DE FAZER C/ TUTELA - ORD - 0010095-22.2010.8.16.0001-ESPOLADOR E FILHO LTDA x ALZEMIR MENDES DOS SANTOS - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR e oficio de fls. 94. Intime-se. Advs. PATRICIA MARIN DA ROCHA e SAMIRA NABBOUCH ABREU.

75. REVISIONAL DE CONTRATO C/TUTELA - ORD - 0011769-35.2010.8.16.0001-ISMAEL MIRANDA x BANCO BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Tendo em vista o contido no artigo 331, do CPC, ficam as partes intimadas para que em 05 (cinco) dias esclarecerem sobre a possibilidade de transaçao. Nao havendo a possibilidade questionada, no prazo de 05 (cinco) dias, esclareçam de forma pormenorizada, quais as provas que pretendem produzir, sob pena de indeferimento. Int. Cfe Portaria 01/2011.- Advs. VIVIANE KARINA TEIXEIRA, CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO, TATIANE MUNCINELLI e JULIANE FEITOSA SANCHES.

76. BUSCA E APREENSAO - 0016360-40.2010.8.16.0001-BANCO PANAMERICANO S/A x ROSANA BRUNER - "Manifeste-se a parte interessada, sobre o contido no(s) ofício(s) juntado(s) aos autos, no prazo legal". Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ALOYSIO SEAWRIGTH ZANATTA e THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS.

77. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0018140-15.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x ITAPOA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA - A despeito do alegado à fl. 58, cabe à parte Exequente formular pedido compatível com a continuidade da execução. Permanecendo inerte, o feito será arquivado nos termos do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Advs. JOAO LEONEL ANTOCHESKI e MARIA IZABEL BRUGINSKI.

78. BUSCA E APREENSAO - 0018378-34.2010.8.16.0001-BANCO FINASA S/A x JOSE CARLOS GRICOLO - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls. (62 ), no prazo legal". Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ALOYSIO SEAWRIGTH ZANATTA, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS e ALINE C. DA CUNHA DINIZ PIANARO.

79. NULIDADE DE CLAUSULAS C/ TUTELA - SUM - 0019754-55.2010.8.16.0001-ODILON DE OLIVEIRA RODRIGUES x BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Ficam as partes intimadas a pagarem as custas processuais na forma pro rata, no prazo legal. Intime-se. Advs. JULIANE TOLEDO S. ROSSA e REINALDO MIRICO ARONIS.

80. PRESTAÇAO DE CONTAS - OFERECIDAS - 0026040-49.2010.8.16.0001-EMPRESA DE TRANSPORTE NORSUL LTDA x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO - Sem prejuízo do contido no segundo parágrafo da interlocutória de fl. 351, à Requerente para manifestação acerca do deduzido pelo adverso no petitório de fls. 353 a 355 e respectivos documentos, no prazo de dez dias. Intimem-se. Advs. JULIO CESAR DALMOLIN, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, MARIA LUCIA LINS CONCEICAO, CASSIA CORREA DE VASCONCELOS e PRISCILA KEI SATO.

81. REVISIONAL DE CONTRATO C/ REPETIÇÃO DE INDEBITO - SUM - 0033199-43.2010.8.16.0001-ANTONIO TITO DE PAULI x BANCO SOFISA S/A - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. ANDREIA DAMASCENO e LUCIANE MARIA MARCELINO DE MELO PIMENTA.

82. BUSCA E APREENSAO - 0034856-20.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x VANEA MORAIS DEBASTIANI - Manifeste-se a parte autora quanto a petiçao de fls. 140. Intimem-se. Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER, TATIANE VALESCA VROBLEWSKI, MAYLIN MAFFINI e LEANDRO NEGRELLI.

83. INTERPELACAO JUDICIAL - 0035554-26.2010.8.16.0001-TABAJARA NASCIMENTO DOMIT x ELIZEU MROWSKA e outro - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. "Promova-se a antecipação de custas da expedição de (04) ofícios requeridos, no valor unitário R$ 9,40, no prazo legal".Advs. ANTONIO FRANCISCO C.ATHAYDE, GUSTAVO DE PAULI ATHAYDE e MARCELO AUGUSTO DE ARAUJO CAMPELO.

84. DECLARATORIA C/C INDENIZAÇAO - SUM - 0037489-04.2010.8.16.0001-EDNA LIGIERI x COUTINHO ORGANIZAÇAO E COBRANÇA LTDA e outro - "Promova-se a apresentação da minuta, para o cumprimento devido da expedição do edital, se necessário, promova-se as custas referentes as diligências do Sr.Oficial de Justiça conf. prov01/199 do item 9.4.8 do C.N., no prazo legal"; Advs. LUIS FELIPE CUNHA e JOAO LUIZ SCARAMELLA FILHO.

85. REVISAO DE CLAUSULAS C/CONSIGNAÇAO - ORD - 0038155-05.2010.8.16.0001-PAULO CESAR PRECOMA DE OLIVEIRA x BANCO BMC S/A - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. DANIELLE TEDESKO, CARLOS EDUARDO SCARDUA e FERNANDO JOSE GASPAR.

86. REVISAO DE CLAUSULAS C/CONSIGNAÇAO - ORD - 0038786-46.2010.8.16.0001-LEONIR LEOPOLDINA SUTIL x BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Tendo em vista o contido no artigo 331, do CPC, ficam as partes intimadas para que em 05 (cinco) dias esclarecerem sobre a possibilidade de transaçao. Nao havendo a possibilidade questionada, no prazo de 05 (cinco) dias, esclareçam de forma pormenorizada, quais as provas que pretendem produzir, sob pena de indeferimento. Int. Cfe Portaria 01/2011.- Advs. DANIELLE TEDESKO e MAYRA DE OLIVEIRA COSTA.

87. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0043059-68.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER S/A x ANTONIO FANTIN - Anote-se fl. 53 e verso, bem assim, para intimação do Exequente consoante postulado às fls. 48/49, ficando deferido o pleito de vista lá deduzido, por cinco dias, com as cautelas de praxe. Intimem-se. Adv. IDELANIR ERNESTI.

88. DESPEJO P/FALTA PGTO C/C COBRANÇA - 0044916-52.2010.8.16.0001-TERRAS PARTICIPAÇOES SOCIETARIAS LTDA x EDIMIR DE LIMA CUMIN - "Promova-se o preparo de custas da Carta ARMP sendo R$ 9,40 para expedição e/ou R$ 23,00 (expedição e envio), para a devida expedição, no prazo legal". Adv. MARIA TEREZA CUNICO DE MENDONCA.

89. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0046480-66.2010.8.16.0001-CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIO.DO BANCO DO BRASIL x LOURIVAL MARIANO COSTA - "Da juntada da Carta Precatória devolvida, conf. fls.140/160, manifeste-se a parte interessada, no prazo legal". Advs. FABRICIO ZIR BOTHOME e JORGE FRANCISCO FAGUNDES D´AVILA.

90. REVISIONAL DE CONTRATO C/ REPETIÇÃO DE INDEBITO - SUM - 0047493-03.2010.8.16.0001-SILVIO SCHROEDER e outro x BANCO ITAU S/A - Manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação e documentos apresentados em audiência. Adv. CRISTIANO KAMEL SALMEN.

91. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0050276-65.2010.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x TDF DO BRASIL COMERCIO DE PEÇAS DE MONTAGEM LTDA ME e outros - "Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr. oficial de Justiça, no prazo legal." Advs. EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS e FABRICIO KAVA.

92. OBRIGAÇAO DE FAZER C/C INDENIZAÇAO E TUTELA - SUM - 0053344-23.2010.8.16.0001-WILMA MARIA DA SILVEIRA x AMIL - ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTA - Fique ciente as partes acerca da cópia do Agravo de Instrumento, juntada aos autos fls. 260/263, no prazo legal. Advs. RENATA PINHEIRO e JAUDE RICARDO LOURES ROCHA JUNIOR.

93. RESCISAO DE CONTRATO C/C PERDAS DANOS - ORD - 0053425-69.2010.8.16.0001-BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x CLINICA MEDICA BASSI LTDA - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls. (95/96 ), no prazo legal". Advs. NELSON PASCHOALOTTO e LIZIA CEZARIO DE MARCHI.

94. REVISIONAL DE CONTRATO C/ REPETIÇÃO DE INDEBITO - ORD - 0059049-02.2010.8.16.0001-JOSE LOURENÇO DA COSTA x BANCO FINASA BMC S/A - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. FABIO JOSE DE L. PRESTES, ANTONIO GOMES DA SILVA JR. e MARCELO HENRIQUE FERREIRA SIQUEIRA MATOS.

95. REVISIONAL DE CONTRATO C/ REPETIÇÃO DE INDEBITO - ORD - 0059470-89.2010.8.16.0001-JOSE APARECIDO VIEIRA e outro x JOSE CARLOS MARIOTTO - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. ELENITA FERNANDES CASAGRANDE, CARLOS ALBERTO O. CASAGRANDE e SAMUEL MARTINS.

96. ALVARA JUDICIAL - 0061343-27.2010.8.16.0001-DENISE DO ROCIO NOGUEIRA SIMIONI x ESP. ADILSON CEZAR NOGUEIRA - "Manifeste-se a parte interessada, sobre o contido no(s) ofício(s) juntado(s) aos autos, no prazo legal". Adv. TANIA FRANCISCA DOS SANTOS.
97. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL C/ EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - ORD - 0061683-68.2010.8.16.0001-NILMASTER COMERCIO E REPRESENTAÇAO DE PEÇAS LTDA x BANCO DO BRASIL S/A - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. ANDREIA DAMASCENO e MAURICIO KAVINSKI.
98. COBRANÇA - ORDINARIA - 0062489-06.2010.8.16.0001-COLEGIO SENHORA DE FATIMA EDUCACAO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO S/C LTDA x SILMARA APARECIDA RYTCHISKI SCHEIFER - OCORRÊNCIAS: Aberta audiência, conciliação prejudicada em razão da não citação da parte Requerida. A seguir pela parte Autora foi requerida a citação, por Oficial de Justiça no endereço indicado as fls. 66/67, sendo Rua Tenente Max Wolf Filho, 265, apto. 44, Agua Verde, Curitiba/PR, CEP: 80.240-090, bem como a conversão do procedimento em ordinário. A seguir, pelo Juízo foi assim decidido: "A presente ação, em razão do valor atribuído à causa, seguina o rito sumário, o qual, na forma proposta pelo legislador é dotado, em tese, de maior agilidade e rapidez. Entretanto, não é o que se verifica na realidade forense, pois em virtude do elevado número de feitos há uma sobrecarga da pauta de audiência o que torna a adoção do rito ordinário mais célere. Considerando-se, assim, que o Juiz pode a qualquer tempo tentar conciliar as partes, conforme dispõe o art. 125, IV, do Código de Processo Civil, bem como que deve velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 125, II) e que na prática não e poderá ser atendido o disposto no art. 277 do Código de Processo Civil, f mais célere imprimir o rito ordinário ao presente processo. Vale ressaltar y que pelo fato de o rito ordinário possuir um maior elastério, propiciando uma ampla defesa às partes e maior dilação probatória, não se vislumbra prejuízo. Muito pelo contrário, a conversao visa atribuir maior celeridade ao procedimento, atendendo ao princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5°, LXXVIII). Nesse sentido:"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. LEGALIDADE. LEGITIMIDADE, CNA. PUBLICAÇÃO DE EDITAL. SÚMULA 07/STJ. MULTA. ART. 600 DA CLT. APLICAÇÃO. RITO SUMÁRIO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 275, I, DO CPC NÃO CONF/GURADA. I - ... IV - O emprego do procedimento ordinário, em vez do procedimento sumário ou mesmo especial, não é causa de nulidade do processo, pois prejuízo algum traz para o recorrente, uma vez que no rito ordinário a possibilidade de dilação probatória é mais ampla, em atendimento à garantia constitucional de ampla defesa. Precedente: REsp n° 737.260/MG, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ de 01/07/05. V - Recurso especial improvido " (REsp 844.357, Rel. Min. Francisco Falcao DJ 09.11.2006). Ante o exposto, converto o rito em Ordinário. Cite-se a parte ré, na forma requerida, para responder no prazo de quinze dias sob pena de presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, art. 285). Anotações comunicações necessárias quanto a alteração do procedi o procurador e a parte ,autora por intimados. Aguardando preparo de custas no valor de R$2,48 , mais funrejus e distribuidor, no prazo de 10 dias, devendo as mesmas serem pagas às suas respectivas serventias. Adv. MAURICIO MACHADO SANTOS.
99. OBRIGACAO DE FAZER - SUM - 0062667-52.2010.8.16.0001-AIRMETAL ARTEFATOS EM AÇO INOX LTDA x ADRIANA MARIA PUGA DE CAMPOS - "Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr. oficial de Justiça, no prazo legal." Advs. VALDECI WENCESLAU B. MARQUES, SANDRA MARA PEREIRA e WILSON CANDIDO WENCESLAU JUNIOR.
100. BUSCA E APREENSAO - 0065427-71.2010.8.16.0001-AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x ALEXANDRE FELDKIRKER DA SILVA - "Manifeste-se a parte interessada, sobre o contido no(s) ofício(s) juntado(s) aos autos, no prazo legal". Adv. CARY CESAR MONDINI.
101. REVISIONAL DE CONTRATO C/TUTELA - ORD - 0068115-06.2010.8.16.0001-ADEMIR LUIZ RAZZOTTO x CREDICARD S/A ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. RENATA PACHECO e MARIO GREGORIO BARZ JR.
102. BUSCA CONVERTIDA EM DEPOSITO - 0069189-95.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x VICTORIO JOSE RODA NETO - Retirar carta de citação. Intime-se. Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER.
103. DECLARATORIA DE INEXISTENCIA C/ INDENIZAÇAO - ORD - 0070665-71.2010.8.16.0001-CENIRA ANDRE DE SOUZA x MARIA CELIA MENON FERREIRA GUIMARAES ME e outro - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. JEFFERSON JOHNSON BUENO DOS SANTOS, JOAO LUIZ MARTINECHEN BEHETTO e EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA.
104. SUSTACAO DE PROTESTO - 0072347-61.2010.8.16.0001-ALIANÇA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRODOMESTICOS LTDA x NORTEPAR FOMENTO MERCANTIL LTDA e outros - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. NIVIA HANTHORNE NITA, FERNANDO AUGUSTO OGURA e LUIZ AUGUSTO NEGRO DUTRA.
105. COBRANÇA - ORDINARIA - 0072508-71.2010.8.16.0001-JOAO PAULO DA SILVA e outros x CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A - Tendo em vista o contido no artigo 331, do CPC, ficam as partes intimadas para que em 05 (cinco) dias esclarecerem sobre a possibilidade de transaçao. Nao havendo a possibilidade questionada, no prazo de 05 (cinco) dias, esclareçam de forma pormenorizada, quais as provas que pretendem produzir, sob pena de indeferimento. Int. Cfe Portaria 01/2011.- Advs. RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA, TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRIC, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e GEORGEA VANESSA GAIOSKI.
106. MONITORIA - 0000093-56.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x ENIO BRUNO ERMEL - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls. (71/verso ), no prazo legal". Advs. CHRYSTIANNE DE FREITAS ALVES FERREIRA, MIEKO ITO e BRUNO MARCUZZO.
107. ALVARA JUDICIAL - 0002764-52.2011.8.16.0001-IRAEMA DE OLIVEIRA BARTOLOMEI e outro - Aguarde-se, por ora, o cumprimento da decisão hoje lançada nos autos de Arrolamento em apenso, tudo para evitar tumulto processual desnecessário. Intimem-se. Adv. MARCELO FERNANDES POLAK.
108. REVISIONAL DE CLAUSULA C/ REPETIÇAO DE INDEBITO E TUTELA - ORD - 0066609-92.2010.8.16.0001-SILVANA DO ROCIO SANTOS x BANCO PSA FINANCE BRASIL S/A - Diga o autor sobre a devoluçao da carta AR. Advs. MAYLIN MAFFINI, LEANDRO NEGRELLI e ANA KARINA PASTRE.
109. BUSCA E APREENSAO - 0001971-16.2011.8.16.0001-BANCO BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x IDEMIR SCHEWRMAM - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, EDUARDO JOSE FUMIS FARIA e JOSE DIAS DE SOUZA JUNIOR.
110. TESTAMENTO - 0003034-76.2011.8.16.0001-JOSE CARLOS FREIRE x JAHYR FREIRE - ESP. - "Promova a parte interessada, a retirada do(s) ofício(s) e certidao expedido(s), dando cumprimento, no prazo legal". Adv. ARNALDO OLICHEVIS.
111. COBRANÇA - ORDINARIA - 0003025-17.2011.8.16.0001-GVS INDUSTRIA E TECNOLOGIA SISTEMAS ELETRICOS ELETRONICOS LTDA x BB SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL - Tendo em vista o contido no artigo 331, do CPC, ficam as partes intimadas para que em 05 (cinco) dias esclarecerem sobre a possibilidade de transaçao. Nao havendo a possibilidade questionada, no prazo de 05 (cinco) dias, esclareçam de forma pormenorizada, quais as provas que pretendem produzir, sob pena de indeferimento. Int. Cfe Portaria 01/2011.- Advs. ROBSON LUIZ SCHIESTL SILVEIRA, TIMOTEO CALISTRO DE SOUZA, EDIVALDO OSTROSKI e MARCELO RAYES.
112. ORDINARIA DE COBRANÇA - 0008737-85.2011.8.16.0001-VALDINEI MARTINS BUENO x GENERALI DO BRASIL - CIA NACIONAL DE SEGUROS - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA, GEORGEA VANESSA GAIOSKI, ALEXANDRE ADACHI e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER.
113. EMBARGOS A EXECUÇAO - 0010959-26.2011.8.16.0001-MARISA RIBEIRO DE SOUZA FARACO x MERCASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Aguardando preparo de custas no valor de R$ 8,46, mais funrejus e distribuidor, no prazo de 10 dias, devendo as mesmas serem pagas às suas respectivas serventias. Advs. ALDO DE MATTOS SABINO JUNIOR, FELIPE KRASINSKI CADDAH e JOSE ROBERTO SPINA.
114. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0012613-48.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x RISCAL LUIZ BONORA - FI e outros - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls. (55 ), no prazo legal". Adv. MURILO CELSO FERRI.
115. EXECUÇAO DE SENTENCA - 0015339-92.2011.8.16.0001-VICTORIO POLLETO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA x ALPES ALINHAMENTO DE VEICULOS PESADOS LTDA - "Manifeste-se a parte autora quanto a certidão defls. 67 do Sr. oficial de Justiça, no prazo legal." Advs. OSMAR NODARI e LUIZ FELIPE NODARI.
116. RESCISAO CONTRATUAL C/ INDENIZAÇAO - 0014922-42.2011.8.16.0001-RODOMABE LOCACOES E COMERCIO DE VEICULOS LTDA- ME x TRANSPORTES ROSSATO S/A e outro - Manifeste-se o autor quanto a reconveção apresentada as fls.114/119, no prazo legal. Intime-se. Advs. ADELINO RODRIGUES DOS SANTOS, FELIPE ROSSATO FARIAS e ANA CAROLINA ROSSATO ATHERINO.
117. REVISAO DE CONTRATO C/LIMINAR - ORD - 0022395-79.2011.8.16.0001-JOSE MARTINS DE LIMA x BANCO BV FINANCEIRA S/A - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO, TATIANE VALESCA VROBLEWSKI, MARINA BLASKOVSKI FONSAKA e TALITA MARI BERGATH.
118. BUSCA E APREENSAO - 0020837-72.2011.8.16.0001-BANCO BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ANTONIO FERREIRA DA SILVA - "Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr. oficial de Justiça, no prazo legal." Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA.
119. NULIDADE C/TUTELA - SUM - 0026737-36.2011.8.16.0001-IZAIAS PONTES DE OLIVEIRA x BV FINANCEIRA S/A - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. JULIANE TOLEDO S. ROSSA e MAURICIO KAVINSKI.
120. REVISAO DE CONTRATO C/C NULIDADE DE CLAUSULAS - ORD - 0027378-24.2011.8.16.0001-PIZZARIA E COMERCIO DE MASSAS MARCELO LTDA x AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - À parte Requerente para prosseguimento, no prazo de cinco dias, sob as penas da lei, inclusive, extinção e arquivamento por abandono, se caracterizado o abandono. Intimem-se. Adv. ANTONIO RENATO DE AVILA SANTOS.
121. BUSCA E APREENSAO - 0026414-31.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ANTONIO LAURINDO GOMES FERREIRA - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls. (32), no prazo legal". Adv. PATRICIA PONTAROLI JANSEN.
122. REVISAO DE CONTRATO C/LIMINAR - ORD - 0026946-05.2011.8.16.0001-FABIO EDUARDO BAGGIO e outro x BANCO DO BRASIL S/A - Retirar carta de citação. Intime-se. Advs. CARLOS ALBERTO STOPPA e ANDRE GONÇALEZ STOPPA.
123. BUSCA E APREENSAO - 0030332-43.2011.8.16.0001-BANCO PANAMERICANO S/A x JUVENCIO ANTUNES - "Manifeste-se a parte autora quanto

a certidão do Sr. oficial de Justiça, no prazo legal." Advs. NELSON PASCHOALOTTO e GIISELE MARIE MELLO BELLO BIGUETTE.

124. REINTEGRAÇAO DE POSSE - 0029514-91.2011.8.16.0001-ITAUBANK LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x PERSONAL CLINIC SS LTDA - "Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr. oficial de Justiça, no prazo legal." Adv. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN.

125. EXECUÇAO POR QUANTIA CERTA - 0027613-88.2011.8.16.0001-ITAU UNIBANCO S/A x METAS OPERADORA TURISTICA LTDA e outros - "Promova-se o depósito das custas no valor de R$49,50, relativas as diligências a serem cumpridas pelo Sr.Oficial de Justiça, conf. prov.01/99, item 9.4.8.C.N., no prazo legal - conta n. 3984 - 040-01.516.381-2, CEF, posto do Forum". Adv. HELOISA GONÇALVES ROCHA.

126. COBRANÇA - SUMARIO - 0030452-86.2011.8.16.0001-SERRALHERIA LOPERFER LTDA - EPP x AASOLITEC CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS LTDA -1. Para a audiência de conciliação prevista no artigo 277 do CPC, designo dia 10/02/2012 as 14h15min. 2. Cite-se a Requerida, com antecedência mínima de 10(dez) dias, para comparecer ao ato a fim de oferecerem defesa por intermédio de advogado, ciente de que seu não comparecimento, ou a presença sem a oferta de contestação, importarão na presunção de verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na inicial. 3. No mesmo ato será preliminarmente tentada a conciliação. 4. Na defesa, deverá a parte Requerida apresentar rol de testemunhas e ofertar quesitos, indicando ainda assistente técnico, em caso de requerimento de prova pericial. 5. Na audiência será apreciado o pedido de produção de provas, designando-se nova data para audiência de instrução e julgamento, se necessário. 6. Intime-se a parte Requerente e seu procurador, através do Diário da Justiça. 7. Intimem-se. Conforme art.19 do CPC, ao interessado para adiantar o valor correspondente a despesa com postagem (R$ 9,40 para retirar e/ou R$ 23,00 para envio) ou custas do Sr.Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50 (cada intimação e/ou citação sendo que a guia devera ser recolhida na Caixa Economica Federal - Posto Fórum - Agencia/conta 3984 - 040.01.516.381-2. Adv. RAFAEL AZEREDO COUTINHO MARTORELLI DE JESUS.

127. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0025042-47.2011.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x SERGIO BARDUINO - "Promova-se o complemento das custas no valorde R$508,05, relativas as diligências a serem cumpridas pelo Sr.Oficial de Justiça, conf. prov.01/99, item 9.4.8.C.N., no prazo legal - conta n. 3984 - 040-01.516.381-2, CEF, posto do Forum". Advs. EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS e FABRICIO KAVA.

128. ORDINARIA DE COBRANÇA - 0025943-15.2011.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x RAFAEL RIO BRANCO CORDEIRO - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls. (26), no prazo legal". Advs. EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS e FABRICIO KAVA.

129. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0030348-94.2011.8.16.0001-ITAU UNIBANCO S/A x COIMBRA REPRESENTAÇOES COMERCIAIS LTDA e outro - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls.45 e certidao de fls. 46, no prazo legal". Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON, JANAINA ROVARIS, VALERIA GHELARDI A SOUZA e ANDRE ABREU DE SOUZA.

130. BUSCA E APREENSAO - 0033100-39.2011.8.16.0001-BANCO PANAMERICANO S/A x IVONETE DA SILVA RIBEIRO - "Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr. oficial de Justiça, no prazo legal." Advs. SERGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES.

131. EXECUÇAO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE - 0027015-37.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x E. O. WEIRICH & CIA LTDA. (H MOTA & CIA LTDA.) e outro - "Promova-se o depósito das custas no valor de R$49,50, relativas as diligências a serem cumpridas pelo Sr.Oficial de Justiça, conf. prov.01/99, item 9.4.8.C.N., no prazo legal - conta n. 3984 - 040-01.516.381-2, CEF, posto do Forum". Adv. DANIEL HACHEM.

132. EXECUÇAO HIPOTECARIA - 0034404-73.2011.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x MARCO ANTONIO DE MORAES E SILVA FILHO e outro - "Promova-se o depósito das custas no valor de R$24,75, relativas as diligências a serem cumpridas pelo Sr.Oficial de Justiça, conf. prov.01/99, item 9.4.8.C.N., no prazo legal - conta n. 3984 - 040-01.516.381-2, CEF, posto do Forum". Adv. .

133. REINTEGRAÇAO DE POSSE - 0034784-96.2011.8.16.0001-BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x MARILENA VIANA DE MEDEIROS BATISTA - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls. (42 ), no prazo legal". Advs. SERGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES.

134. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0035023-03.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x CLAUDICELIO GALASSI - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls. (37 ), no prazo legal". Adv. SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES.

135. BUSCA E APREENSAO - 0034356-17.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x MARCOS TULIO CICERO CORREA DE CORDOVA - "Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr. oficial de Justiça, no prazo legal." Adv. ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES.

136. MONITORIA - 0036640-95.2011.8.16.0001-ACTIVOS FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA x REFRIGERAÇÃO PORTELA LTDA EPP e outro - "Manifeste-se a parte interessada, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, fls. (218 ), no prazo legal". Adv. OSCAR SILVERIO DE SOUZA.

137. BUSCA E APREENSAO - 0039367-27.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JUAN FELIPE ANDREOLI - "Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr. oficial de Justiça, no prazo legal." Adv. SERGIO SCHULZE.

138. ORDINARIA DE COBRANÇA - 0041481-36.2011.8.16.0001-SELMA CURY OGATA e outros x ADELMARINA CURY BUZATO e outros - Retirar cartas de citação expedidas as fls. 78/84, no prazo legal. Intime-se. Advs. IVAN KRUGER e ROBSON FARI NASSIN.

139. BUSCA E APREENSAO - 0043578-09.2011.8.16.0001-BANCO BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x MARIA IZABEL BERGOSSI - Manifeste-se o autor, em 10 dias, sobre a contestaçao e documentos. Advs. SERGIO SCHULZE, ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES e JULIANE TOLEDO S. ROSSA.

140. MONITORIA - 0045219-32.2011.8.16.0001-BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS S/A x CONCORDIA LOGISTICA S/A CONLOG - Retirar carta de citação. Intime-se. Advs. PAULO CESAR B. MENESCAL e WAGNER CARDEAL OGANAUSKAS.

141. BUSCA E APREENSAO - 0047854-83.2011.8.16.0001-BANCO PANAMERICANO S/A x ANDERSON AMANCIO RODRIGUES - Primeiramente, deverá a parte Requerente promover a regular constituição do Requerido em mora, nos estritos termos do artigo 29, §29, do Decreto-Lei n.°911/69. Intimem-se. Adv. MARIANE CARDOSO MACAREVICH.

142. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0048962-50.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x ROSANA BRUNNER -1 - Cite(m)-se o(s) Executado (s) para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da divida. Defiro a prerrogativa do artigo 172, §° 2°, do Código de Processo Civil. Cientifique(m)-se-o(s) de que, independenteniente de penhora, depósito ou caução, poderão opor embargos à execução, no prazo de 15 (quinze)dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação. 2 - Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor do débito, os quais serão reduzidos pela metade em caso de integral pagamento do débito no prazo de 03 (três) dias, conforme previsto no art. 652-A, parágrafo único do Código de Processo Civil. 3- Decorrido o prazo sem que o pagamento seja efetuado, proceda o Sr. Oficial de Justiça na forma prevista no § 1° do art. 652 do Código de Processo Civil, o qual dispõe" não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o oficial de justiça procederá de imediato à penhora _d_e bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos, intimando, na mesma oportunidade, _o executado." Intime-se. Conforme o art. 19 do CPC ao interessado para depositar as custas do Sr. Oficial de Justiça, devendo a guia ser recolhida na Caixa Economica Federal - agência 3984-040.01.516.381-0, posto do Forum. Int.- Adv. SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES.

143. BUSCA E APREENSAO - 0049559-19.2011.8.16.0001-AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x FRANCISCO EPHIGENIO DA CRUZ -I. Verifica-se nos autos, além do contrato, demoristrativo do débito, bem como instrumento de constituição em mora. II. Assim, nos termos do artigo 3° do Decreto-Lei 911/69, uma vez comprovada, ao menos em um juízo de cognição sumária, a mora do devedor, o caso é de se deferir liminarmente a medida de busca e apreensão do bem discriminado na inicial. Autorizo ainda o cumprimento da medida nos termos do artigo 172, § 2°, do CPC. Caso necessário, desde já, autorizo o uso de força policial e arroinbamento. III. Após cumprida a liminar, cite-se o réu, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta ao pedido (artigo 3°, § 3°, do Decreto Lei 911/69). Anote-se no mandado que, não havendo contestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil). IV. Seja ainda intimado o réu acerca da faculdade prevista no artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei 911/69. Para o pronto pagamento, fixo os honorários em 10% sobre o valor do débito. Intimem-se. Conforme o art. 19 do CPC ao interessado para depositar as custas do Sr. Oficial de Justiça, devendo a guia ser recolhida na Caixa Economica Federal - agência 3984-040.01.516.381-0, posto do Forum. Int.- Advs. SERGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES.

144. COBRANÇA - SUMARIO - 0050356-92.2011.8.16.0001-JEFFERSON HERMANN x AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS -l. Defiro, provisoriamente, os benefícios da assistência judiciária gratuita. 2. Para a audiência de conciliação prevista no artigo 277 do CPC, designo dia 03/04/2012 as 15h30min. 3. Cite-se a requerida, com antecedência mínima de 10(dez) dias, para comparecer ao ato a fim de oferecerem defesa por intermédio de advogado, ciente de que seu não comparecimento, ou a presença sem a oferta de contestação, importarão na presunção de verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na inicial. 4. No mesmo ato será preliminarmente tentada a conciliação. 5. Na defesa, deverá a parte ré apresentar rol de testemunhas e ofertar quesitos, indicando ainda assistente técnico, em caso de requerimento de prova pericial. 6. Na audiência será apreciado o pedido de produção de provas, designando-se nova data para audiência de instrução e julgamento, se necessario. 7. Oficie-se à SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DOS SEGUROS DPVAT S/A, com endereço à Rua Senador Dantas, 74, Centro, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20031-205, informando o ajuizamento do presente feito através da declinação do nome das partes e dos autos e solicitando informações sobre eventual pagamento de indenização do DPVAT em razão do acidente noticiado nos autos, com especificação do valor pago, data e forma de pagamento, recebedor e seguradora responsável pelo pagamento. Intime-se. "Promova-se a antecipação de custas da expedição de ofícios requeridos, no valor unitário R$ 9,40, no prazo legal". Adv. ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK.

145. REVISAO DE CLAUSULAS C/ REPETIÇAO DE INDEBITO - SUMA - 0050485-97.2011.8.16.0001-CLAUDINEI DE MELO x BANCO ITAUCARD S/A Defiro, provisoriamente, os benefícios da assistência judiciária gratuita. A presente ação, em razão do valor atribuído à causa, seguiria o rito sumário, o qual, na forma proposta pelo legislador é dotado, em tese, de maior agilidade e rapidez. Entretanto, não é o que se verifica na realidade forense, pois em virtude do elevado número de feitos há uma sobrecarga da pauta de audiência o que torna a adoção do rito ordinário mais célere. Considerando-se, assim, que o Juiz pode a qualquer tempo .tentar conciliar as partes, conforme dispõe o art. 125, IV, do Código de Processo Civil, bem como que deve velar pela rápida solução do litigio (CPC, art. 125, II) e que na prática não poderá ser atendido o disposto no art. 277 do Código de Processo Civil, é mais célere imprimir o rito ordinário ao presente processo. Vale ressaltar que pelo fato de

o rito ordinário possuir um maior elastério, propiciando uma ampla defesa às partes e maior dilação probatória, não se vislumbra prejuízo. Muito pelo contrário, a conversão visa atribuir maior celeridade ao procedimento, atendendo ao princípio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5°, LXXVIII). Cite-se o Requerido para, querendo, oferecer contestação, advertido dos efeitos da revelia. Intimem-se. Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA.
146. BUSCA E APREENSAO - 0051745-15.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x HAROLDO SAROT - **INICIAL CADASTRADA em Cartório, aguardando depósito inicial no prazo de 30 dias a partir da data da distribuiçao, sob pena de cancelamento, conforme art. 257 do CPC e 5.2.3 do Codigo de Normas da douta Corregedoria.- Int - -Custas no valor de R $ 817,80 + 9,40 de autuaçao.- CASO TENHA EFETUADO O PREPARO QUEIRA DESCONSIDERAR ESTA INTIMAÇAO. Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA.
147. DESPEJO - 0051817-02.2011.8.16.0001-LUIZ RENATO RIBAS SILVA x SOFA CENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDAQ - **INICIAL CADASTRADA em Cartório, aguardando depósito inicial no prazo de 30 dias a partir da data da distribuiçao, sob pena de cancelamento, conforme art. 257 do CPC e 5.2.3 do Codigo de Normas da douta Corregedoria.- Int - -Custas no valor de R $ 817,80 + 9,40 de autuaçao.- CASO TENHA EFETUADO O PREPARO QUEIRA DESCONSIDERAR ESTA INTIMAÇAO. Adv. LUIZ ANTONIO MORES.
148. REINTEGRAÇAO DE POSSE - 0051766-88.2011.8.16.0001-BFB LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x ALFONSO ALBERTO S CANFILD - **INICIAL CADASTRADA em Cartório, aguardando depósito inicial no prazo de 30 dias a partir da data da distribuiçao, sob pena de cancelamento, conforme art. 257 do CPC e 5.2.3 do Codigo de Normas da douta Corregedoria.- Int - -Custas no valor de R $ 817,80 + 9,40 de autuaçao.- CASO TENHA EFETUADO O PREPARO QUEIRA DESCONSIDERAR ESTA INTIMAÇAO. Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA.
149. REINTEGRAÇAO DE POSSE - 0051673-28.2011.8.16.0001-SANTANDER LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x VALDIR PAULO DA SILVA - **INICIAL CADASTRADA em Cartório, aguardando depósito inicial no prazo de 30 dias a partir da data da distribuiçao, sob pena de cancelamento, conforme art. 257 do CPC e 5.2.3 do Codigo de Normas da douta Corregedoria.- Int - -Custas no valor de R$ 817,80 + 9,40 de autuaçao.- CASO TENHA EFETUADO O PREPARO QUEIRA DESCONSIDERAR ESTA INTIMAÇAO. Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ.
150. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0051682-87.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x CAROLINA CHAVES VELOSO - **INICIAL CADASTRADA em Cartório, aguardando depósito inicial no prazo de 30 dias a partir da data da distribuiçao, sob pena de cancelamento, conforme art. 257 do CPC e 5.2.3 do Codigo de Normas da douta Corregedoria.- Int - -Custas no valor de R $ 817,80 + 9,40 de autuaçao.- CASO TENHA EFETUADO O PREPARO QUEIRA DESCONSIDERAR ESTA INTIMAÇAO. Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ.
151. MONITORIA - 0051688-94.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x DANA SCULLY COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA e outro - **INICIAL CADASTRADA em Cartório, aguardando depósito inicial no prazo de 30 dias a partir da data da distribuiçao, sob pena de cancelamento, conforme art. 257 do CPC e 5.2.3 do Codigo de Normas da douta Corregedoria.- Int - -Custas no valor de R$ 817,80 + 9,40 de autuaçao.- CASO TENHA EFETUADO O PREPARO QUEIRA DESCONSIDERAR ESTA INTIMAÇAO. Advs. MIEKO ITO e BRUNO MARCUZZO.
152. COBRANÇA - SUMARIO - 0051697-56.2011.8.16.0001-CONDOMINIO COTOLENGO I - AMERICA DO SUL x BANCO ITAU S/A e outros - **INICIAL CADASTRADA em Cartório, aguardando depósito inicial no prazo de 30 dias a partir da data da distribuiçao, sob pena de cancelamento, conforme art. 257 do CPC e 5.2.3 do Codigo de Normas da douta Corregedoria.- Int - -Custas no valor de R $ 352,50 + 9,40 de autuaçao.- CASO TENHA EFETUADO O PREPARO QUEIRA DESCONSIDERAR ESTA INTIMAÇAO. Adv. FERNANDA PIRES ALVES.

Curitiba, 29 de setembro de 2.011.
Matilde Mikos
Escrevente

# 7ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANA**
**JUIZO DE DIREITO DA SETIMA VARA CIVEL**
**JUIZ DE DIREITO TITULAR JOÃO LUIZ MANASSÉS DE ALBUQUERQUE FILHO**

**RELACAO Nº183/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABEL ANTONIO REBELLO 0078 000170/2007
ADILSON LUIS FERREIRA FIL 0095 001304/2007
0122 000579/2009
ADRIAN MORENO 0107 000476/2008
ADRIANO HENRIQUE GOHR 0033 000550/2004
0151 000001/2006
AIMORE OD ROCHA 0131 008500/2010
ALAOR RIBEIRO DOS REIS 0004 001287/1997
ALCIO MANOEL DE S. FIGUEI 0107 000476/2008
ALESSANDRO RAVAZZANI 0017 000424/2003
ALEXANDRE ARSENO 0034 000559/2004
ALEXANDRE BLEY RIBEIRO BO 0154 051123/2011
ALEXANDRE GONCALVES RIBAS 0014 001109/2002
ALEXANDRE SOARES CEZÁRIO 0074 001663/2006
ALINE COLETO 0009 000917/2001
ALINE CRISTINA COLETO 0065 000939/2006
ALINE URBAN 0109 000722/2008
ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA 0073 001634/2006
0078 000170/2007
ALTAIR MARENDA PEREIRA 0043 000486/2005
ALVARO PINTO CHAVES 0088 000764/2007
AMANDA REZENDE DE ARAUJO 0096 001310/2007
AMANDO BARBOSA LEMES 0070 001256/2006
ANA BEATRIZ FARIAS DOS SA 0025 000928/2003
ANA CAROLINE DIAS LIBANIO 0108 000532/2008
ANA CRISTINA XAVIER 0151 000001/2006
ANA LOUISE RAMOS DOS SANT 0078 000170/2007
ANA LUCIA CABEL LIMA 0006 001142/1999
ANA LUCIA FRANCA 0078 000170/2007
0117 001704/2008
ANA LUCIA RODRIGUES LIMA 0061 000637/2006
ANA LUCIA SANTOS RIBAS 0112 001239/2008
ANA LUIZA MATTOS DOS ANJO 0015 000020/2003
ANA PAULA CAMILO 0108 000532/2008
ANA PAULA MAGALHAES 0080 000213/2007
ANA PAULA VIANA BARMANN 0097 001364/2007
ANA RENATA MACHADO 0029 001348/2003
ANA ROSA DE LIMA LOPES BE 0062 000648/2006
0126 001874/2009
ANDERSON BORCATH BARBERI 0144 022511/2011
ANDERSON CLEBER OKUMURA Y 0111 000855/2008
ANDERSON MARCIO DE BARROS 0107 000476/2008
ANDRE DINIZ AFFONSO DA CO 0133 017234/2010
ANDRE LUIS GASPAR 0121 000308/2009
ANDRE LUIZ CALVO 0005 000292/1999
ANDRE LUIZ PENTEADO BUENO 0029 001348/2003
ANDREA CRISTINA CHAVES DE 0081 000271/2007
ANDREA CRISTINA MAIA DA S 0095 001304/2007
ANDREA HERTEL MALUCELLI 0020 000590/2003
0022 000605/2003
0043 000486/2005
0045 000799/2005
ANDREA LOPES GERMANO PERE 0123 001151/2009
0163 051471/2011
ANDREZZA MARIA BELTONI 0020 000590/2003
ANDRÉ RICARDO LOPES DA SI 0107 000476/2008
ANGELA ESTORILIO SILVA FR 0050 001403/2005
ANNA CAROLINA ARALDI ZACA 0056 000226/2006
ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORT 0083 000333/2007
0088 000764/2007
ANTONIO AUGUSTO FERREIRA 0047 000983/2005
ANTONIO CARLOS DA VEIGA 0025 000928/2003
ANTONIO MORIS CURY 0072 001628/2006
0105 000398/2008
ANTONIO SAONETTI 0120 001810/2008
ARDEMIO DORIVAL MUCKE 0153 051041/2011
ARIVALDIR GASPAR 0121 000308/2009
ARLINDO JOSE DIAS 0091 000992/2007
ARLINDO MENEZES MOLINA 0049 001266/2005
0102 001640/2007
ASSIS CORREA 0039 000150/2005
AURELIO FERREIRA GALVAO 0049 001266/2005
0102 001640/2007
AUREO VINHOTI 0078 000170/2007
Adilson de Castro Junior 0080 000213/2007
Adriano Barbosa 0025 000928/2003
0075 000064/2007
Adriano Muniz Rebello 0078 000170/2007
Alberto Rodrigues Alves 0061 000637/2006
Alessandra Labiak 0010 001500/2001
Alexandre Nelson Ferraz 0089 000818/2007
0112 001239/2008
Altamiro Alves dos Santos 0134 017998/2010
Amanda Grob Tomaz 0042 000449/2005
Amarilis Vaz Cortesi 0008 001006/2000
Amílcare Scattolin 0091 000992/2007
Ana Carolina Busatto Mace 0096 001310/2007
Ana Carolina Elaine dos S 0025 000928/2003
Anderson Hataqueiama 0120 001810/2008
Andre Abreu de Souza 0040 000161/2005
0088 000764/2007
Andre Mello Souza 0050 001403/2005
Andrea Caroline Marconatt 0106 000417/2008
Andrea Cristiane Grabovsk 0086 000670/2007
0134 017998/2010
Andreia Cristina Stein 0108 000532/2008
0117 001704/2008
Andreia Marina Latreille 0077 000144/2007
0151 000001/2006
Ane Goncalves de Resende 0008 001006/2000
Angelino Luiz Ramalho Tag 0120 001810/2008
Antonio Dilson Pereira 0069 001201/2006
0069 001201/2006
0138 066611/2010
0138 066611/2010

Antonio Marcos Teixeira S 0003 001102/1997
Antonio Vicente da Fontou 0021 000604/2003
Augusto Cesar da Cruz Fer 0042 000449/2005
BRUNO CIDADE MORGADO 0099 001480/2007
BRUNO WAHL GOEDERT 0076 000108/2007
Beatriz Santi 0060 000636/2006
Blas Gomm Filho 0056 000226/2006
0078 000170/2007
0117 001704/2008
Braulio Belinati Garcia P 0130 006547/2010
CAMILA PEREIRA RODRIGUES 0003 001102/1997
CARINE DE MEDEIROS MARTIN 0010 001500/2001
CARLA ANGELICA HEROSO GOM 0001 000338/1993
CARLA ROBERTA SILVA PEREI 0089 000818/2007
CARLOS ALBERTO COSTA MACH 0158 051194/2011
CARLOS ALEXANDRE DIAS DA 0087 000744/2007
CARLOS BAYESTORFF JUNIOR 0112 001239/2008
0128 002370/2009
CARLOS EDUARDO SCARDUA 0108 000532/2008
0117 001704/2008
CARLOS FREDERICO REINA CO 0078 000170/2007
CARLOS HENRIQUE DE MATTOS 0065 000939/2006
0154 051123/2011
CARLOS MURILO PAIVA 0102 001640/2007
CARLYLE POPP 0028 001320/2003
CARMEM IRIS PARELLADA NIC 0003 001102/1997
CARMEN GLORIA ARRIAGADA A 0109 000722/2008
CARMEN ROBERTA FRANCO 0005 000292/1999
CAROLINA BORGES CORDEIRO 0016 000297/2003
CAROLINE AMADORI CAVET 0155 051130/2011
CAROLINE CAVAGNARI TRAMUJ 0033 000550/2004
0151 000001/2006
CESAR ANTONIO TUOTO SILVE 0143 021641/2011
CHARLES PARCHEN 0054 000166/2006
0108 000532/2008
0117 001704/2008
CLAUDIA ELISABETH C.VAN H 0091 000992/2007
CLAUDIA GRAMOWSKI 0075 000064/2007
CLAUDINE CAMARGO BETTES 0072 001628/2006
CLEIDE DE OLIVEIRA 0136 047170/2010
CLEVERSON ALEX HERZ SELHO 0003 001102/1997
CLOVIS MOTTIN 0093 001280/2007
CRISTIANE BELLINATI GARCI 0010 001500/2001
0015 000020/2003
0052 000097/2006
CRISTIANE COLODI SIQUEIRA 0063 000728/2006
CRYSTIANE LINHARES 0044 000542/2005
0084 000514/2007
0119 001750/2008
0123 001151/2009
Camila Gbur Haluch 0112 001239/2008
Carlos Alberto Araujo Rov 0010 001500/2001
0015 000020/2003
0052 000097/2006
Carlos Alberto Nepomuceno 0105 000398/2008
Carlos Giovani Pinto Port 0089 000818/2007
Carolina Elisabete Puehri 0003 001102/1997
Carolina Luiza Loyola 0089 000818/2007
Caroline Thon 0056 000226/2006
Cassia Cristina Hirata Pa 0041 000294/2005
0052 000097/2006
Celso David Antunes 0075 000064/2007
Cesar Augusto Terra 0048 001087/2005
0141 012991/2011
0160 051235/2011
Cesar Yukio Yokoyama 0102 001640/2007
Claudia Bueno Gomes 0053 000103/2006
0075 000064/2007
DANIEL MUTO BREVILIERI 0096 001310/2007
DANIEL SOTILLI MENDES JOR 0003 001102/1997
DANIELA SILVA VIEIRA 0047 000983/2005
0083 000333/2007
DANIELE MORO MALHERBI DOS 0108 000532/2008
DANIELE PIMENTEL DOS SANT 0078 000170/2007
DANIELLA LETICIA BROERING 0080 000213/2007
DANIELLE CHRISTIANNE DA R 0039 000150/2005
DANIELLE LAGINSKI FREIRE 0023 000664/2003
DANIELLE ROCHA 0039 000150/2005
DANIELLE ROSA E SOUZA 0023 000664/2003
DANIELLE ROSA F. DA COSTA 0007 001270/1999
DANIELLE TEDESKO 0117 001704/2008
DANIELY SOCZEK SAMPAIO 0100 001502/2007
DEBORA LEMOS GUMURSKI 0065 000939/2006
DEBORA SCHALCH 0114 001334/2008
DEBORAH GUIMARAES 0112 001239/2008
DELY DIAS DAS NEVES 0002 000003/1995
DIEGO FELIPE MUNOZ DONOSC 0009 000917/2001
DIOGO BENRADT CARDOSO 0114 001334/2008
DIOGO FADEL BRAZ 0107 000476/2008
DJALMA ANTONIO MULLER GAR 0105 000398/2008
Daniel Barbosa Maia 0041 000294/2005
0052 000097/2006
0078 000170/2007
Daniel Hachem 0028 001320/2003
0074 001663/2006
0081 000271/2007
0101 001534/2007
Daniel Sottili Mendes Jor 0038 001255/2004
Daniela Filomena Dutra Mi 0056 000226/2006
Daniele de Bona 0071 001602/2006
0078 000170/2007
0082 000292/2007
0097 001364/2007
0115 001616/2008
Danielle de Abreu Bianchi 0040 000161/2005
Diego Martins Caspary 0021 000604/2003
Diego Rubens Gottardi 0071 001602/2006
0082 000292/2007
0097 001364/2007
0115 001616/2008
Diogo Matte Amaro 0114 001334/2008
Douglas dos Santos 0151 000001/2006
EDGAR KINDERMAN SPEAK 0049 001266/2005
EDGAR LENZI 0095 001304/2007
EDSON GONÇALVES ARAUJO 0038 001255/2004
EDSON LUIZ DA ROCHA 0006 001142/1999
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 0043 000486/2005
0045 000799/2005
EDUARDO MARIANO VALEZIN D 0097 001364/2007
0115 001616/2008
ELAINE DE FÁTIMA COSTA GU 0107 000476/2008
ELCIO NASCIMENTO 0093 001280/2007
ELEUTERIO J. DE MELLO 0087 000744/2007
ELIAS SIQUEIRA SALIBA 0001 000338/1993
ELIETE KOVALHUK 0047 000983/2005
ELIEZER CASTRO DE QUEIROZ 0034 000559/2004
ELISA DE CARVALHO 0075 000064/2007
ELISA GEHLEN PAULA BARROS 0075 000064/2007
0111 000855/2008
ELISABETH CRISTINA VIANA 0091 000992/2007
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI 0126 001874/2009
ELÓI CONTINI 0092 001066/2007
EMERSON LAUTENSCHLAGER SA 0052 000097/2006
EMERSON LOPES MIRANDA 0105 000398/2008
ENIO ROBERTO MURARA 0076 000108/2007
ERIC GARMES DE OLIVEIRA 0079 000178/2007
ERIKA EHARA 0078 000170/2007
ESTEFANO ULANDOWSKI 0046 000964/2005
ESTEVAM CAPRIOTTI FILHO 0072 001628/2006
0105 000398/2008
EVERTON JONIR FAGUNDES ME 0065 000939/2006
EVERTON LUIZ MOREIRA 0034 000559/2004
Edemar Fritz Junior 0064 000898/2006
Edson Gonsalves Araujo 0003 001102/1997
Edson Jose da Silva 0097 001364/2007
Eduardo Batistel Ramos 0116 001670/2008
Eduardo Casillo Jardim 0050 001403/2005
Eduardo Egg Borges Resend 0095 001304/2007
Elcio Luiz Kovalhuk 0047 000983/2005
0083 000333/2007
Elisangela Florencio 0100 001502/2007
Emanuel Vitor Canedo da S 0012 001037/2002
0027 001305/2003
Emanuelle Carolina Baggio 0033 000550/2004
0151 000001/2006
Enio Correa Maranhão 0136 047170/2010
Eraldo Lacerda Junior 0102 001640/2007
Erika Hikishima Fraga 0015 000020/2003
0068 001194/2006
0110 000803/2008
Evaldo de Paula e Silva J 0050 001403/2005
Evaristo Aragao Ferreira 0021 000604/2003
0090 000838/2007
0125 001726/2009
0129 002481/2010
0137 060606/2010
0151 000001/2006
FABIANA DE ALMEIDA PASCHA 0078 000170/2007
FABIANA SILVEIRA 0103 001799/2007
0126 001874/2009
FABIANE CAROL DIAS WENDLE 0047 000983/2005
FABIANO BINHARA 0017 000424/2003
FABIO PALMEIRO 0096 001310/2007
FABIO SPAGNOLLI 0102 001640/2007
FABIOLA ROSA FERSTEMBERG 0133 017234/2010
FABIOLA SFAIER 0101 001534/2007
FABRICIO KAVA 0129 002481/2010
0137 060606/2010
FERNANDA APARECIDA RAMOS 0096 001310/2007
FERNANDA FORTUNATO MAFRA 0033 000550/2004
0151 000001/2006
FERNANDA SILVEIRA GONCALV 0057 000302/2006
FERNANDO AUGUSTO OGURA 0064 000898/2006
FERNANDO JOSE GASPAR 0115 001616/2008
FERNANDO JOSE GONCALVES 0107 000476/2008
FERNANDO LUZ PEREIRA 0082 000292/2007
0115 001616/2008
FILIPE ALVES DA MOTA 0078 000170/2007
FINEIO VIEIRA DE SOUZA 0006 001142/1999
FLAVIO FAGUNDES FERREIRA 0040 000161/2005
FLAVIO GEROMINI PENTEADO 0091 000992/2007
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 0091 000992/2007
FRANCISCO E. RAVEDUTTI SA 0104 000060/2008
FREDERICO AUGUSTO MUNHOZ 0083 000333/2007
0107 000476/2008
Fabiano Martini 0078 000170/2007
Fabio Luiz Maia Barbosa 0021 000604/2003
Fabiola Cueto Clementi 0075 000064/2007

Fabricio Verdolin de Carv 0003 001102/1997
0038 001255/2004
Felipe Turnes Ferrarini 0056 000226/2006
0078 000170/2007
Fernanda Lopes Martins 0023 000664/2003
Fernanda Moreira da Silva 0078 000170/2007
Fernanda Pires Alves 0035 000660/2004
Fernanda Ribas Lustosa 0114 001334/2008
Fernando Schumak Melo 0108 000532/2008
Fernando Wilson Rocha Mar 0106 000417/2008
Flavia Cristiane Machado 0036 001096/2004
Flaviano Bellinati Garcia 0010 001500/2001
0015 000020/2003
0052 000097/2006
GABRIELA CORTES LEAO DE O 0079 000178/2007
GERSON VANZIN MOURA DA S 0091 000992/2007
GIL JUSTEN SANTANA 0124 001609/2009
GILBERTO BORGES DA SILVA 0162 051438/2011
GILSON GOULART JUNIOR 0039 000150/2005
GIORGIA PAULA MESQUITA 0049 001266/2005
0108 000532/2008
0117 001704/2008
GIOVANI GIONEDIS 0109 000722/2008
GIOVANI ZORZI RIBAS 0154 051123/2011
GISELE SOLER CONSALTER 0047 000983/2005
GIULIANO DOMIT OD ROCHA 0131 008500/2010
GLEIDSON DE MORAES MUCKE 0153 051041/2011
GLEUZA JURASZEK 0011 000481/2002
GUILHERME DE SALLES GONCA 0065 000939/2006
0154 051123/2011
GUILHERME JACQUES T. DE F 0087 000744/2007
GUILHERME TOLENTINO RIBEI 0108 000532/2008
GUSTAVO LUIZ BIZINELLI 0105 000398/2008
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0053 000103/2006
0058 000475/2006
Gabriel Bardal 0057 000302/2006
Gabriela Maria da Silva 0075 000064/2007
Gabriella murara Vieira 0151 000001/2006
Germano Laertes Neves 0024 000709/2003
0059 000526/2006
Gilberto Rodrigues Baena 0048 001087/2005
0141 012991/2011
Gilberto Stinglin Loth 0048 001087/2005
Giovanna Benvenutti 0078 000170/2007
HELDER EDUARDO VICENTINI 0049 001266/2005
HELIO LUIZ VITORINO BARCE 0135 027013/2010
HELOISA DO ROCIO ULANDOWS 0046 000964/2005
HENRIQUE KURSCHEIDT 0050 001403/2005
HERMINDO DUARTE FILHO 0009 000917/2001
HORACIO CEZAR LUZ FILHO 0035 000660/2004
Hamilton Maia da Silva Fi 0095 001304/2007
Hany Kelly Gusso 0096 001310/2007
IDELANIR ERNESTI 0041 000294/2005
IGOR RAFAEL MAYER 0041 000294/2005
0052 000097/2006
INGRID KUNTZE 0035 000660/2004
0121 000308/2009
IRINEU PALMA PEREIRA 0093 001280/2007
ITALO TANAKA JUNIOR 0072 001628/2006
0105 000398/2008
IVAN LUIZ CASTRESE 0096 001310/2007
IVANISE NEIVA DOZORETZ KO 0039 000150/2005
IVETE MARIA CARIBE DA ROC 0026 000953/2003
Idamara Rocha Ferreira Sa 0041 000294/2005
0052 000097/2006
0062 000648/2006
0078 000170/2007
Igor Antonio Araujo 0089 000818/2007
Ioneia Ilda Veroneze 0044 000542/2005
0084 000514/2007
0119 001750/2008
0123 001151/2009
Ivone Struck 0051 001470/2005
Izabela Cristina Rucker C 0021 000604/2003
JACINTO FELISBINO DA SILV 0035 000660/2004
JACKSON GLADSTON NICOLODI 0003 001102/1997
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0091 000992/2007
JAIRO SCHIMITT KREUSCH 0069 001201/2006
0069 001201/2006
0138 066611/2010
0138 066611/2010
JANAINA GIOZZA AVILA 0053 000103/2006
0058 000475/2006
JANAINA ROVARIS 0088 000764/2007
JANAINNA DE CASSIA ESTEVE 0108 000532/2008
JANE PEREZ KAPAZI 0032 000465/2004
JAQUELINE DO ESPIRITO SAN 0001 000338/1993
JAQUELINE LORENA MIGLIORI 0023 000664/2003
JEFFERSON SAKAI PINHEIRO 0037 001250/2004
JERDAL ALOISIO BORGES DE 0033 000550/2004
JERUSA DA CAS BIASI 0036 001096/2004
JIANCARLO LEOBET 0113 001307/2008
JOAO ANTONIO GASPAR 0118 001741/2008
JOAO AUGUSTO DA SILVA 0036 001096/2004
JOAO BATISTA KLEIN 0024 000709/2003
0061 000637/2006
JOAO BOSCO LEE 0080 000213/2007
JOAO DE FREITAS MIRANDA J 0019 000513/2003
JOAO GRACIANO CAMPOS LUST 0107 000476/2008
JOAO MARIA PEREIRA DO NAS 0145 025317/2011
JONAS ROBERTO JUSTI WASZA 0107 000476/2008
JORGE DURVAL DA SILVA 0017 000424/2003
JORGE RAFAEL SANTAR 0107 000476/2008
JOSE ARI MATOS 0066 000951/2006
JOSE BRUNO DE AZEVEDO OLI 0091 000992/2007
JOSE CARLOS DIZIDEL MACHA 0107 000476/2008
JOSE CARLOS LARANJEIRA 0039 000150/2005
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI 0123 001151/2009
0159 051201/2011
JUAREZ BORTOLI 0093 001280/2007
JULIANA DO ROCIO VIEIRA 0108 000532/2008
JULIANA LIMA PETRI 0113 001307/2008
JULIANA MARA DA SILVA 0091 000992/2007
JULIANA PERON RIFFEL 0147 030333/2011
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 0045 000799/2005
JULIO BARBOSA LEMES FILHO 0070 001256/2006
JULIO CESAR BROTTO 0004 001287/1997
JURENY ROSEVICS 0094 001289/2007
Janayna Ferreira Luzzi 0008 001006/2000
Jaqueline Scotá Stein 0091 000992/2007
Jaqueline Zambon 0048 001087/2005
Jefferson Comeli 0050 001403/2005
Joanita Faryniak 0112 001239/2008
Joanna de Angelis Galdino 0078 000170/2007
Joao Casillo 0050 001403/2005
Joao Leonelho Gabardo Fil 0048 001087/2005
0141 012991/2011
Joel Macedo Soares Pereir 0105 000398/2008
Jonas Borges 0090 000838/2007
Jorge Jose Justi Waszak 0107 000476/2008
Jose Carlos Ribeiro de So 0041 000294/2005
0052 000097/2006
Jose Eduardo Borges Souza 0038 001255/2004
Jose Heriberto MIcheleto 0024 000709/2003
0059 000526/2006
Josiane Fruet Bettini Lup 0042 000449/2005
0059 000526/2006
José Justi Waszak 0107 000476/2008
Julio Cesar Dalmolin 0056 000226/2006
Julio Jacob Junior 0106 000417/2008
KARIME CECYN PIETSZKOWSKI 0023 000664/2003
KARINA DE OLIVEIRA FABRIS 0050 001403/2005
KARINA KUSTER 0066 000951/2006
KARINA LOFFY 0039 000150/2005
KARINE PEREIRA 0061 000637/2006
KARLA FERREIRA DE CAMARGO 0095 001304/2007
KARYN MARTINS LOPES 0076 000108/2007
KATIA REGINA LEITE 0008 001006/2000
KATIE FRANCIELLE CARLESE 0046 000964/2005
KELIAN BORTOLINI LIMA 0053 000103/2006
KELLY CRISTINA TRAJANO 0107 000476/2008
KLAUS SCHNITZLER 0065 000939/2006
0082 000292/2007
Karine Cristina da Costa 0071 001602/2006
0078 000170/2007
0082 000292/2007
0097 001364/2007
Karine Simone Pofahl Webe 0062 000648/2006
0103 001799/2007
0126 001874/2009
Kathleen Scholze 0056 000226/2006
0078 000170/2007
Kelly Cristina Worm Colin 0083 000333/2007
0107 000476/2008
Kirila Koslosk 0060 000636/2006
LASNINE MONTE WOSLKI SCHO 0091 000992/2007
LAUREDSON DOS SANTOS 0121 000308/2009
LAURI JOAO ZAMBONI 0063 000728/2006
LAZARA DANIELE GUIDIO BIO 0152 051019/2011
LEANDRO CABRERA GALBIATI 0078 000170/2007
LEANDRO GALLI 0030 001381/2003
LEANDRO ZAMBONI 0063 000728/2006
LEIRSON DE MORAES MUCKE 0153 051041/2011
LEO HENRIQUE DE SOUZA COE 0091 000992/2007
LEONARDO WERNER PEREIRA D 0078 000170/2007
0097 001364/2007
LEONTINA MION GUARIZA 0034 000559/2004
LIDIANE RUFATTO 0118 001741/2008
LIZIANE LACERDA 0053 000103/2006
LOUISE RAINER PEREIRA GIO 0109 000722/2008
LUCIA ANA LAZOF 0019 000513/2003
LUCIANE LOPES ALVES 0073 001634/2006
LUCIANE ROSA KANIGOSKI 0001 000338/1993
LUCIANO CHIZINI E CHEMIN 0023 000664/2003
LUIS CARLOS BARRETO 0003 001102/1997
LUIS FERNANDO CAMPOS DE T 0133 017234/2010
LUIS FERNANDO N. LOYOLA 0039 000150/2005
LUIS GUILHERME DA VEIGA 0025 000928/2003
LUIS MIGUEL DE CARCOVA GU 0085 000628/2007
LUIS MIGUEL JUSTO DA SILV 0105 000398/2008
LUIS MOSER 0030 001381/2003
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0083 000333/2007
0088 000764/2007
LUIZ ASSI 0049 001266/2005
0054 000166/2006
0080 000213/2007
0108 000532/2008
0117 001704/2008

LUIZ CARLOS DA SILVA 0003 001102/1997
LUIZ CARLOS JAVOSCHY 0136 047170/2010
LUIZ FERNANDO CACHOEIRA 0140 012874/2011
LUIZ FERNANDO GOTTSCHILD 0030 001381/2003
LUIZ FERNANDO ZALEWSKI TO 0033 000550/2004
LUIZ GUSTAVO BARON 0136 047170/2010
LUIZ HENRIQUE ZANELATTO 0051 001470/2005
LUIZ OTAVIO GOES 0009 000917/2001
LUIZ PEREIRA DA SILVA 0130 006547/2010
LUIZ RENATO PEREIRA SANTA 0053 000103/2006
LUIZ ROBERTO RECH 0098 001397/2007
LUIZ ROGERIO MORO 0069 001201/2006
0138 066611/2010
LYCIA MARIA AMARAL MATTIO 0031 000054/2004
Lacir Guarenghi 0092 001066/2007
Laiana Carla Miranda Mart 0060 000636/2006
Larissa Araujo Braga Amor 0123 001151/2009
Laura Margherita Farina 0107 000476/2008
Leonardo Xavier Roussenq 0009 000917/2001
0112 001239/2008
Lilian Batista de Lima 0111 000855/2008
Lincoln Lourenco Macuch 0020 000590/2003
Lincoln Taylor Ferreira 0005 000292/1999
Lizete Rodrigues Feitosa 0106 000417/2008
0116 001670/2008
0144 022511/2011
Lizia Cezario de Marchi 0071 001602/2006
Luciana Berro 0041 000294/2005
0052 000097/2006
Luciano Anghinoni 0091 000992/2007
Luciola Lopes Correa 0109 000722/2008
Luis Carlos Lourenço 0075 000064/2007
Luis Carlos Smolen Filho 0076 000108/2007
Luis Eduardo MIkowski 0048 001087/2005
0065 000939/2006
0151 000001/2006
Luis Eduardo Neto 0094 001289/2007
Luis Fernando de Camargo 0094 001289/2007
Luiz Antonio Pereira Rodr 0033 000550/2004
0151 000001/2006
Luiz Carlos Checozzi 0002 000003/1995
Luiz Celso Dalpra 0006 001142/1999
Luiz Fernando Brusamolin 0005 000292/1999
0033 000550/2004
0086 000670/2007
0134 017998/2010
Luiz Fernando de Queiroz 0035 000660/2004
0060 000636/2006
0121 000308/2009
0149 044501/2011
Luiz Guilherme Carvalho G 0108 000532/2008
0117 001704/2008
Luiz Guilherme Muller Pra 0092 001066/2007
0105 000398/2008
Luiz Oscar Six Botton 0040 000161/2005
0047 000983/2005
Luiz Rodrigues Wambier 0021 000604/2003
0090 000838/2007
0125 001726/2009
0129 002481/2010
MAGDA LUIZA RIGGODANZO EG 0139 072631/2010
MAGNUS CARAMORI 0045 000799/2005
MAINA OLBERTZ KARAM 0040 000161/2005
MANOEL FRANCISCO MARTINS 0039 000150/2005
MARA CLAUDIA DIB DE LIMA 0098 001397/2007
MARCELO DE BORTOLO 0078 000170/2007
MARCELO HENRIQUE MAGALHAE 0157 051166/2011
MARCELO MEDEIROS CANELLA 0107 000476/2008
MARCIA CRISTINA JONSON 0027 001305/2003
MARCIA SOUZA DOS SANTOS 0036 001096/2004
MARCILEY DA SILVA GAVIOLL 0088 000764/2007
MARCIO ANTONIO SASSO 0049 001266/2005
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0020 000590/2003
0022 000605/2003
0043 000486/2005
0045 000799/2005
MARCIO KRUSSEWSKI 0009 000917/2001
MARCIO RIBEIRO PIRES 0054 000166/2006
0102 001640/2007
MARCO ANTONIO FAGUNDES CU 0101 001534/2007
MARCO ANTONIO LANGER 0127 002300/2009
MARCOLINO PEREIRA CAMARGO 0002 000003/1995
MARCOS CESAR VINHOTI 0078 000170/2007
MARCOS HENRIQUE MATTIOLI 0039 000150/2005
MARCOS LUIZ PEREIRA DE SO 0116 001670/2008
MARCOS MATTIOLI 0031 000054/2004
MARCUS AURELIO LIOGI 0130 006547/2010
MARCUS DE OLIVEIRA SALLES 0033 000550/2004
0151 000001/2006
MARCUS VINICIUS SASS TOLO 0107 000476/2008
MARIA ANGELA KEIKO TAIRA 0089 000818/2007
MARIA CRISTINA JOBIM C. D 0105 000398/2008
MARIA HELENA LAZOF 0019 000513/2003
MARIA ILMA CARUSO GOULART 0005 000292/1999
MARIA ISABEL BARTH COSTAM 0009 000917/2001
MARIA LUCIA LINS CONCEICA 0090 000838/2007
MARIANA CRISTINA SCORSIN 0056 000226/2006
MARIANA GIACOMAZZO MEYER 0080 000213/2007
MARIANA POSSAS PEREIRA 0033 000550/2004
0151 000001/2006
MARILENA INDIRA WINTER 0105 000398/2008
MARILI RIBEIRO TABORDA 0139 072631/2010
MARIO GREGORIO BARZ JUNIO 0111 000855/2008
MARIO YOSHINORI KURIYAMA 0053 000103/2006
MARLON ADRIANO BALBON TAB 0036 001096/2004
MARTIUS VINICIUS KRABBE 0038 001255/2004
MAURICIO ALCANTARA DA SIL 0146 026385/2011
MAURICIO BARROSO GUEDES 0018 000493/2003
MAURICIO SCANDELARI MILCZ 0157 051166/2011
MAURICIO VIEIRA 0148 031661/2011
MAURO FONSECA DE MACEDO 0018 000493/2003
MELISSA ABRAMOVICCI P. MA 0049 001266/2005
MELISSA MATTIOLI 0031 000054/2004
MICHEL KAFROUNI 0161 051383/2011
MICHELE SACHSER 0078 000170/2007
MICHELE TATIANE SOUTO COS 0151 000001/2006
MICHELLY CRISTINA ALVES N 0010 001500/2001
MIEKO ITO 0068 001194/2006
0110 000803/2008
MILENE CORREA ZEREK CAPRA 0006 001142/1999
MILTON PINHEIRO JUNIOR 0107 000476/2008
MIRIAM BISPO CARDOSO CARV 0024 000709/2003
0024 000709/2003
MIRIAN RAMOS NOGUEIRA 0083 000333/2007
MOISES BATISTA DE SOUZA 0071 001602/2006
0082 000292/2007
0097 001364/2007
0115 001616/2008
MONICA RIEKES MAJEWSKI 0025 000928/2003
MUNIR ABAGGE 0033 000550/2004
0049 001266/2005
Manoel de Melo Borba 0013 001053/2002
Manoele Krahn 0023 000664/2003
Marcelo Arthur Menegassi 0008 001006/2000
Marcelo Mazur 0003 001102/1997
0038 001255/2004
Marcio Rogerio Depolli 0130 006547/2010
Marcio Rubens Passold 0089 000818/2007
Marco Juliano Felizardo 0157 051166/2011
Maria Amelia C. M. Vianna 0109 000722/2008
Maria Helena Namur 0085 000628/2007
Mariana Esper Nicoletti 0107 000476/2008
Mariana Grazziotin Carnie 0023 000664/2003
Mariane Cardoso Macarevic 0015 000020/2003
0073 001634/2006
Martin Roeder FIlho 0101 001534/2007
Mauricio Kavinski 0005 000292/1999
0086 000670/2007
Mauro Curti 0041 000294/2005
Mauro Cury Filho 0067 001105/2006
Mauro Sergio Guedes Nasta 0067 001105/2006
0076 000108/2007
0111 000855/2008
Milton Joao Betenheuser J 0041 000294/2005
0052 000097/2006
0062 000648/2006
Mirna Luchmann 0041 000294/2005
0052 000097/2006
0078 000170/2007
Murilo Celso Ferri 0012 001037/2002
0027 001305/2003
NADIA DE SOUZA IBRAHIM 0083 000333/2007
NATACHA MACHADO FERREIRA 0039 000150/2005
NATANOEL ZAHORCAK 0088 000764/2007
NELSON GONZI MORGADO 0099 001480/2007
NELSON VIEIRA DE CARVALHO 0124 001609/2009
NELTO LUIZ RENZETTI 0107 000476/2008
NESTOR TEODORO DA SILVA 0034 000559/2004
NEWTON DORNELES SARATT 0064 000898/2006
NEWTON ROBERTO TEIXEIRA D 0009 000917/2001
NILSON CARLOS MENDES 0012 001037/2002
NILTON VALENTIM DA COSTA 0059 000526/2006
Nahima Peron Coelho Razuk 0065 000939/2006
Nataniel Ricci 0105 000398/2008
Nelson Paschoalotto 0079 000178/2007
0147 030333/2011
Neudi Fernandes 0114 001334/2008
Ney Pinto Varella Neto 0156 051147/2011
OCTAVIO CAMPOS FISCHER 0095 001304/2007
ODECIO LUIZ PERALTA 0020 000590/2003
0022 000605/2003
OLINTO ROBERTO TERRA 0083 000333/2007
OMIRES PEDROSO DO NASCIME 0001 000338/1993
ORELIO DE OLIVEIRA 0006 001142/1999
ORLANDO ANTONIO BANFATTI 0026 000953/2003
OSCAR SILVERIO DE SOUZA 0007 001270/1999
0023 000664/2003
OSVALDO CICERO WRONSKI 0067 001105/2006
PATRICIA DARINA CAMENAR 0009 000917/2001
PATRICIA NANTES M. A. TOL 0082 000292/2007
0115 001616/2008
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 0010 001500/2001
PATRICIA ROHN 0017 000424/2003
PATRICIA STROBEL PIAZZETT 0023 000664/2003
PAULA TULLER NUNES 0031 000054/2004
PAULO CESAR BRAGA MENESCA 0091 000992/2007
PAULO CESAR DE LARA 0031 000054/2004
PAULO HENRIQUE DA CRUZ 0080 000213/2007

PAULO ROBERTO ANGHINONI 0091 000992/2007
PAULO ROBERTO FADEL 0049 001266/2005
0054 000166/2006
0080 000213/2007
0108 000532/2008
0117 001704/2008
PAULO ROBERTO JENSEN 0105 000398/2008
PAULO ROBERTO LOPES 0017 000424/2003
PAULO ROBERTO MARQUES DE 0018 000493/2003
PAULO SERGIO BANDEIRA 0098 001397/2007
PAULO V. DE BARROS M. JR 0007 001270/1999
PAULO VINICIUS DE LIMA 0034 000559/2004
PEDRO MARCOS PRIORI CAMPE 0038 001255/2004
PIRAMON ARAUJO 0156 051147/2011
POLIANE LAGNER DE SILVEIR 0067 001105/2006
Patricia Casillo 0050 001403/2005
Patricia Piekarczyk 0149 044501/2011
Paulo Roberto Ferreira Pe 0105 000398/2008
Pedro Henrique Igino Borg 0106 000417/2008
Pedro Henrique de Finis S 0108 000532/2008
0117 001704/2008
Priscila Ingrid Carvalho 0070 001256/2006
RAQUEL ANGELA TOMEI 0092 001066/2007
REGINA DE SOUZA PREUSSLER 0108 000532/2008
0117 001704/2008
REGIS TOCACH 0050 001403/2005
REINALDO EMILIO AMADEU HA 0028 001320/2003
0074 001663/2006
0081 000271/2007
0101 001534/2007
REINALDO JOSE ANDREATTA 0002 000003/1995
RENATO DE OLIVEIRA 0054 000166/2006
RENATO MATTAR CEPEDA 0012 001037/2002
RICARDO ANDRAUS 0017 000424/2003
0136 047170/2010
RICARDO GIOVANETTI 0089 000818/2007
RICARDO PAVAO TUMA 0088 000764/2007
RICHARDT ANDRÉ ALBRECHT 0109 000722/2008
RITA DE CASSIA CORREIA VA 0090 000838/2007
ROBERTO GONÇALVES MARTINS 0006 001142/1999
ROBERTO LUIZ PEDROTTI 0023 000664/2003
ROBERTO MACHADO FILHO 0023 000664/2003
ROBERTO NELSON BRASIL POM 0076 000108/2007
ROBERTO NOGUEIRA JUNIOR 0001 000338/1993
RODRIGO CARRACO DA SILVA 0107 000476/2008
RODRIGO DOLFINI 0020 000590/2003
0022 000605/2003
0043 000486/2005
RODRIGO FERNANDES DA SILV 0045 000799/2005
RODRIGO GUIMARAES 0076 000108/2007
RODRIGO OTAVIO DE BITENCO 0017 000424/2003
RODRIGO PINTO DE CARVALHO 0142 016007/2011
RODRIGO TAKAKI 0078 000170/2007
RODRIGO YUKIO NISHI 0105 000398/2008
ROMERO SANTOS LIMA JUNIOR 0039 000150/2005
RUBYO DANILO BRITO DOS AN 0080 000213/2007
Rafael Baggio Berbicz 0106 000417/2008
0116 001670/2008
Regina Tania Bortoli 0124 001609/2009
0151 000001/2006
Regis Silva Martins 0038 001255/2004
Reinaldo Mirico Aronis 0049 001266/2005
0054 000166/2006
0080 000213/2007
0108 000532/2008
0117 001704/2008
Ricardo Bortolozzi 0041 000294/2005
0052 000097/2006
Ricardo Guimaraes So de C 0021 000604/2003
Roberta A. Martinez Perei 0154 051123/2011
Rodrigo Otavio Vicentini 0056 000226/2006
0078 000170/2007
Rogeria Dotti Doria 0004 001287/1997
Rosangela Uriarte Riera S 0060 000636/2006
Rosangela da Rosa Correa 0015 000020/2003
Rosiane Aparecida Martine 0010 001500/2001
0015 000020/2003
0052 000097/2006
SAMUEL MARTINS 0087 000744/2007
0132 015335/2010
SANDRO MARCOS OGRYSKO 0032 000465/2004
SAULO DE MEIRA ALBACH 0105 000398/2008
SAULO GOMES KARVAT 0063 000728/2006
SEBASTIAO GOMES DE SOUZA 0091 000992/2007
SERGIO BATISTA HENRICHS 0063 000728/2006
SERGIO DE MACEDO SALDANHA 0075 000064/2007
SERGIO MACHADO DA COSTA 0038 001255/2004
SERGIO PRUDENTE DA SILVA 0014 001109/2002
SERGIO SCHULZE 0126 001874/2009
SILVANA ELEUTERIO RIBEIRO 0050 001403/2005
SILVANO FERREIRA DA ROCHA 0056 000226/2006
0078 000170/2007
SILVIA ARRUDA GOMM 0078 000170/2007
0117 001704/2008
SILVINO DE ASSIS BRANDAO 0127 002300/2009
SILVIO BINHARA 0017 000424/2003
SIMARA CARVALHO DUARTE 0002 000003/1995
SIMONE KOHLER 0105 000398/2008
SIMONE PACHECO DE OLIVEIR 0050 001403/2005
SIRLENE ELIAS RIBEIRO 0041 000294/2005
0052 000097/2006
STEFAN KLAUS GILDEMEISTER 0077 000144/2007
SUZANA VALENZA MANOCCHIO 0017 000424/2003
Sabrina Camargo de Olivei 0073 001634/2006
Sacha Breckenfeld Reck 0065 000939/2006
Samanta M. Pineda Stanisc 0023 000664/2003
Samir Namur 0085 000628/2007
Sandra Jussara Kuchnir 0052 000097/2006
Sandra Regina Rodrigues 0061 000637/2006
Sandro Ballande-Romanelli 0114 001334/2008
Santino Sagais 0077 000144/2007
Scheila Camargo Coelho To 0112 001239/2008
Sergio Alves Rayzel 0107 000476/2008
Sergio Eduardo Gomes Saya 0073 001634/2006
Sheila Carol Christ 0031 000054/2004
Sheila Rocha 0023 000664/2003
Silvio Andre Brambila Rod 0105 000398/2008
Simone Zonari Letchacoski 0050 001403/2005
Simone do Rocio Psavani F 0041 000294/2005
0052 000097/2006
Sonny Brasil de Campos Gu 0009 000917/2001
0112 001239/2008
TATIANE MUNCINELI 0091 000992/2007
TATIANE RIBEIRO BALDONI 0053 000103/2006
TELMA UCHOA VIEIRA 0034 000559/2004
TERESA CELINA ARRUDA ALVI 0090 000838/2007
THALITA CAROLINA FIGUEIRE 0107 000476/2008
THAYSA PRADO RICARDO DOS 0063 000728/2006
THIAGO PIMENTEL ZEPPONI 0079 000178/2007
THOMAS FRANCISCO DA ROSA 0098 001397/2007
TOBIAS DE MACEDO 0083 000333/2007
0107 000476/2008
TULIO MARCELO DENING BAND 0155 051130/2011
Tatiana Kalko Turqueti Cu 0111 000855/2008
Tatiana Valesca Vroblewsk 0062 000648/2006
0103 001799/2007
0126 001874/2009
Teresa Arruda Alvim Wambi 0021 000604/2003
0125 001726/2009
0129 002481/2010
Thiago Felipe Ribeiro dos 0015 000020/2003
0073 001634/2006
Toni Mendes de Oliveira 0068 001194/2006
VALESKA SALOM FILIPPETTO 0064 000898/2006
VALMIR LEAL GRITEN 0072 001628/2006
VALTER SCARPIN 0059 000526/2006
VANESSA CAPELI 0046 000964/2005
VANESSA CRISTINA CRUZ SCH 0151 000001/2006
VANESSA NOGUEIRA CALDAS S 0050 001403/2005
VANESSA VOLPI BELLEGARD P 0109 000722/2008
VICENTE MAGALHAES FILHO 0114 001334/2008
VILSON RIBEIRO DE ANDRADE 0091 000992/2007
VINICIUS MOREIRA ZULIAN 0003 001102/1997
VINICIUS TEIXEIRA MONTEIR 0133 017234/2010
VIRGINIA MAZZUCCO 0053 000103/2006
VITAL CASSOL DA ROCHA 0093 001280/2007
VIVIANE BURGER BALAROTTI 0092 001066/2007
VIVIANE CASTELLI 0056 000226/2006
0078 000170/2007
Valeria Caramuru Cicarell 0089 000818/2007
0112 001239/2008
Vanessa Maria Ribeiro Bat 0071 001602/2006
0078 000170/2007
0082 000292/2007
0097 001364/2007
0115 001616/2008
Vanessa da Costa Pereira 0089 000818/2007
Vera Lucia Ines Amalfi Vi 0036 001096/2004
Victor Geraldo Jorge 0102 001640/2007
Vilson Stall 0001 000338/1993
Vitorio Karan 0150 046251/2011
Viviane Fuchs 0006 001142/1999
WAGNER ANDRÉ JOHANSSON 0097 001364/2007
WAGNER CARDEAL OGANAUSKAS 0091 000992/2007
WALTER DOS ANJOS 0015 000020/2003
WERNER AUMANN 0033 000550/2004
Walter Jose Mathias Junio 0048 001087/2005
0065 000939/2006
0151 000001/2006
Wilmar Alvino da Silva 0016 000297/2003
Wilson Roberto de Lima 0070 001256/2006
ZENAIDE CARPANEZ 0055 000188/2006
andreia fabiola de magalh 0107 000476/2008
andré luiz cordeiro zanet 0062 000648/2006
clarice dronk nachornik 0107 000476/2008
daniele scarante 0041 000294/2005
0052 000097/2006
elaine de fatima pinto ma 0107 000476/2008
francisco antonio fragata 0111 000855/2008
janaina de cassia esteves 0117 001704/2008
leslie mercedes francisco 0107 000476/2008
luiz henrique bona turra 0091 000992/2007
luiz henrique santos da c 0142 016007/2011
maria de fatima da silva 0142 016007/2011
paulo andre alves rezende 0060 000636/2006
washington schartz machad 0117 001704/2008

1. DISSOLUCAO DE SOCIEDADE - 338/1993-SORAYA ROSANE DE OLIVEIRA x LUDI-LINEA COM.DE M. E S.DE E - 1. 1. Aguarde-se por mais 180 dias, conforme requerido às fls. 275. 2. Int. Advs. Vilson Stall, ROBERTO NOGUEIRA JUNIOR, CARLA ANGELICA HEROSO GOMES, OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO, JAQUELINE DO ESPIRITO SANTO PATRUNI, LUCIANE ROSA KANIGOSKI e ELIAS SIQUEIRA SALIBA.

2. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 3/1995-PARANA CIA. DE SEGUROS x DOGLAIR JULIAO - I- Defiro o pedido de fls. 300. Expeça-se novo ofício a Receita Federal, nos termos do despacho de fls. 280. II. Int. Com apoio no art. 19 do CPC, solicito a intimação da parte interessada para antecipação das custas, referente à expedição de ofício(s), no prazo de 10 dias. Advs. REINALDO JOSE ANDREATTA, Luiz Carlos Checozzi, DELY DIAS DAS NEVES, SIMARA CARVALHO DUARTE e MARCOLINO PEREIRA CAMARGO.

3. RESSARCIMENTO - SUMARIO - 1102/1997-MARITIMA SEGUROS S/A x EMERSON MARCELO HERZ SELHORST - I - Ante ao interesse do executado em promover o acordo, com fundamento no artigo 125 do Código de Processo Civil, designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 01/11/2011, às 13:30 horas. II. Inexistindo conciliação entre as partes, intime-se o executado para se manifestar quanto ao prosseguimento da execução, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. III. Intimem-se. Advs. JACKSON GLADSTON NICOLODI, LUIS CARLOS BARRETO, LUIZ CARLOS DA SILVA, CARMEM IRIS PARELLADA NICOLODI, CAMILA PEREIRA RODRIGUES M. MARQUES, VINICIUS MOREIRA ZULIAN, Antonio Marcos Teixeira Silva, Edson Gonsalves Araujo, Carolina Elisabete Puehringer Miguez de Senna Motta, DANIEL SOTILLI MENDES JORDAO, Fabricio Verdolin de Carvalho, Marcelo Mazur e CLEVERSON ALEX HERZ SELHORST.

4. ORDINÁRIA - 1287/1997-MURETAMA EDIFICACOES E EMPREEND. LTDA x PEDRO ELBIDIO MONTEFUSCO E S/M - Ao exequente sobre a petição e documentos de fls. 275/277, em 10 dias. Advs. Rogeria Dotti Doria, JULIO CESAR BROTTO e ALAOR RIBEIRO DOS REIS.

5. ORDINÁRIA - 292/1999-VERA LUCIA PELEGRINELLO x MASSA FALIDA DE ECORA S/A-EMP.DE CONS.E REC. ATIVO - I. Intime-se a exequente para que se manifeste acerca do ofício de fls. 408/411 requerendo o que entender de direito com relação ao prosseguimento do feito em 10 dias. II. Nada requerido, aguarde-se provocação no arquivo. III. Int. Advs. MARIA ILMA CARUSO GOULART, Luiz Fernando Brusamolin, Mauricio Kavinski, CARMEN ROBERTA FRANCO, ANDRE LUIZ CALVO e Lincoln Taylor Ferreira.

6. RESCISAO DE CONTRATO - 1142/1999-ISHIKAWA SAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e outro x MILTON MARTINS CENEDESI e outro - 1-Intime-se o autor (ISHIKAWA SAN EMPREENDIMENTO IMBOBILIÁRIOS LTDA.), para que efetue o pagamento do valor devido, indicado às fls. 424, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação da multa de 10% prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil. 2-Após, decorrido o prazo, manifeste-se a parte exeqüente, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. 3- Quanto ao requerimento de justiça gratuita, verifico que a gratuidade de Justiça encontra amparo na legislação ordinária (Lei nº 1060/50), considerando necessitado todo aquele que não se encontrar em condições de arcar com as despesas exigidas pelo processo judiciário, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Nesta esteira de pensamento, observo que remanescem dúvidas sobre o estado de miserabilidade da autora. 4. Desta forma, concedo à autora o prazo de 10 (dez) dias para esclarecer sobre seus rendimentos, apresentando Carteira de Trabalho, holerite de recebimento de salário ou comprovante de isento do Imposto de Renda. 5. Int. Advs. ROBERTO GONÇALVES MARTINS, EDSON LUIZ DA ROCHA, MILENE CORREA ZEREK CAPRARO, Luiz Celso Dalpra, ANA LUCIA CABEL LIMA, FINEIO VIEIRA DE SOUZA, ORELIO DE OLIVEIRA e Viviane Fuchs.

7. CUMPRIMENTO DE OBRIGACAO - 1270/1999-LAURO DOS SANTOS E ANA SOARES AMARAL SANTOS x MASSA FALIDA DE ECORA S/A-EMP.DE CONS.E REC. ATIVO - 1- Manifeste-se o exequente acerca das alegações de fls. 261/263. 2- Nada requerido, aguarde-se provocação no arquivo. 3- Int. Advs. OSCAR SILVERIO DE SOUZA, DANIELLE ROSA F. DA COSTA e PAULO V. DE BARROS M. JR.

8. MONITÓRIA - 1006/2000-AMIRES APARECIDA MONTANI x OSVALDO FLORENCIO RIBEIRO e outro - 1. Reitere-se a publicação de fls. 435 em nome dos advogados Marcelo Arthur Menegassi Fernandes, Ane Gonçalves de Resende Fernandes e Janayna Ferreira Luzzi (fls. 404/405)(1. Primeiramente, intime-se a autora, através dos advogados indicados à fl. 404 para que regularize sua representação processual juntando aos autos a procuração outorgada aos advogados subscritores. 2. Após, voltem concluso para análise da recusa da penhora do imóvel indicado à fl. 233/234, bem como os demais pedidos formulados às fls. 404/411. 3. Int. ). 2. Após, retornem conclusos. 3. Int. Advs. KATIA REGINA LEITE, Marcelo Arthur Menegassi Fernandes, Ane Goncalves de Resende Fernandes, Janayna Ferreira Luzzi e Amarilis Vaz Cortesi.

9. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 917/2001-BANCO ABN AMRO REAL S.A. x EXAME CENTRO DE PREPARACAO ESPECIALIZADA S/C LTDA - 1. Intime-se o exeqüente para que, no prazo de 10 dias, traga aos autos os documentos necessários para levantamento da hipoteca. 2. Intimem-se. Advs. Sonny Brasil de Campos Guimaraes, HERMINDO DUARTE FILHO, NEWTON ROBERTO TEIXEIRA DE CASTRO, Leonardo Xavier Roussenq, DIEGO FELIPE MUNOZ DONOSCO, MARIA ISABEL BARTH COSTAMILAN, LUIZ OTAVIO GOES, PATRICIA DARINA CAMENAR, ALINE COLETO e MARCIO KRUSSEWSKI.

10. DEPOSITO - 0000219-58.2001.8.16.0001-BANCO FINASA S/A x ANIZIO FERNANDES - 1. Indefiro o pedido de arquivamento provisório, formulado às fls. 214, vez que o feito não pode permanecer arquivado sem a citação do réu. 2. Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, promova o regular prosseguimento do feito. 3. Int. Advs. CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, Flaviano Bellinati Garcia Perez, Rosiane Aparecida Martinez, Carlos Alberto Araujo Rovel, MICHELLY CRISTINA ALVES NOGUERIA TALLEVI, PATRICIA PONTAROLI JANSEN, Alessandra Labiak e CARINE DE MEDEIROS MARTINS.

11. INVENTARIO - 481/2002-GLEUZA JURASZEK x OSIRIS JURASZEK - A inventariante para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de remoção. Adv. GLEUZA JURASZEK.

12. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1037/2002-VOTORANTIN CELULOSE E PAPEL S/A x JOAQUIM FERNANDES PADILHA - ME e outros - "Manifeste-se a parte autora sobre o decurso de prazo de suspensão, no prazo de 5 dias. Advs. Murilo Celso Ferri, Emanuel Vitor Canedo da Silva, NILSON CARLOS MENDES e RENATO MATTAR CEPEDA.

13. INVENTARIO E PARTILHA - 1053/2002-JOSEANE APARECIDA PEREIRA x ISMAEL HENRIQUE SANTOS DE MORAES - Manifeste-se a parte interessada quanto ao transito em julgado da sentença, em 5 dias. Adv. Manoel de Melo Borba.

14. ARROLAMENTO SUMARIO - 1109/2002-LEOCADIA MARIA GOMES DA SILVA e outros x ARCHIMEDES FRACARO - 1. Defiro o pedido de retificação requerido às fls. 101/103. 2. Pagas as custas de retificação, tome-se por termo. 3. Após, voltem conclusos para homologação da retificação. 4. Intimem-se. Advs. ALEXANDRE GONCALVES RIBAS e SERGIO PRUDENTE DA SILVA.

15. BUSCA E APREENSÃO - 20/2003-BANCO BMG S/A x JOAO ALBINO - "Intimação do Requerente/Executado BANCO BMG S/A, efetuar no prazo de 10 (dez) dias o pagamento das custas de Cumprimento de Sentença, no valor de R$ 211,50 + os acréscimos legais". - Advs. Flaviano Bellinati Garcia Perez, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, Rosiane Aparecida Martinez, Carlos Alberto Araujo Rovel, Thiago Felipe Ribeiro dos Santos, Rosangela da Rosa Correa, Mariane Cardoso Macarevich, Erika Hikishima Fraga, WALTER DOS ANJOS e ANA LUIZA MATTOS DOS ANJOS.

16. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 297/2003-MAFREI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA x ANTONIO APARECIDO CAMBI - 1. Cite-se via postal o requerido, no endereço indicado à fl. 144, conforme despacho de fl. 85. 2. Intimem-se. Providencie a parte autora o depósito das custas referentes a(s) carta(s) de citação/intimação, que deverão ser pagas através de guia emitida pelo site do Tribunal de Justiça. Advs. Wilmar Alvino da Silva e CAROLINA BORGES CORDEIRO.

17. DECLARATÓRIA - ORDINÁRIA - 0000505-65.2003.8.16.0001-IDA MARIZA MARTINS x NELSON ESTEVAO e outros - Providencie a parte requerida o depósito das custas referentes a(s) carta(s) de citação/intimação, que deverão ser pagas através de guia emitida pelo site do Tribunal de Justiça. Advs. JORGE DURVAL DA SILVA, ALESSANDRO RAVAZZANI, PATRICIA ROHN, PAULO ROBERTO LOPES, RODRIGO OTAVIO DE BITENCOURT DRUSZC, SILVIO BINHARA, FABIANO BINHARA, RICARDO ANDRAUS e SUZANA VALENZA MANOCCHIO.

18. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 493/2003-REFRIGERACAO OUROFRIO LTDA x ESSEJOTA LTDA e outro - "Manifeste-se a parte autora sobre o decurso de prazo de suspensão, no prazo de 5 dias. Advs. PAULO ROBERTO MARQUES DE MACEDO, MAURO FONSECA DE MACEDO e MAURICIO BARROSO GUEDES.

19. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 513/2003-Banco do Brasil S/A. x AUTO MECANICA SCARABATTO LTDA e outros - 1. Defiro a expedição de alvará do valor depositado à fl. 141 em nome da parte exeqüente ou em nome desta, representada por seu advogado, apresentando procuração específica e com firma reconhecida, deferido desde logo a Escrivania fazer uso do item 2.6.8 do Código de Normas para descontar do valor do alvará eventuais custas remanescentes. 2. Intime-se a parte exeqüente para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 dias. 3. Intimem-se. Advs. LUCIA ANA LAZOF, MARIA HELENA LAZOF e JOAO DE FREITAS MIRANDA JUNIOR.

20. ORDINARIA C/C TUTELA - 590/2003-CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL-G.ITAÚ x EDNILSON PEREIRA HORST - I. Ante ao contido na petição de fl. 182, cumpra-se o item 3 e 4 do despacho de fl. 167, arquivando-se os autos. II. Int. Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, ODECIO LUIZ PERALTA, ANDREA HERTEL MALUCELLI, RODRIGO DOLFINI, ANDREZZA MARIA BELTONI e Lincoln Lourenco Macuch.

21. COBRANÇA - SUMÁRIA - 604/2003-LEO FLAVIO CARDOSO PEREIRA x FUNBEP - FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO - 1. Defiro a expedição de novo alvará em favor de FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado, conforme requerido às fls. 323/324. Contudo, caso pretenda a expedição de alvará em favor da parte, mas representada por seu procurador, deverá o advogado juntar procuração atualizada, com poderes específicos para levantar a quantia e firma reconhecida, conforme dispõe o artigo 38 do Código de Processo Civil, bem como no artigo 5º, §2º, do Estatuto de Advocacia, Lei nº 8.906/94, observado ainda a recomendação contida no ofício circular nº 59/2011 da Corregedoria Geral de Justiça do Paraná, assegurando a efetiva ciência da parte interessada acerca do levantamento dos valores. Fica ainda advertido o procurador que, tratando-se de Pessoa Jurídica, a expedição do alvará fica condicionada à apresentação de cópia atualizada do contrato social. 2. Após, arquivem-se com as cautelas de estilo. 3. Int. Advs. Diego Martins Caspary, Fabio Luiz Maia Barbosa, Ricardo Guimaraes So de Castro, Antonio Vicente da Fontoura Martins, Luiz Rodrigues Wambier, Izabela Cristina Rucker Curi, Teresa Arruda Alvim Wambier e Evaristo Aragao Ferreira dos Santos.

22. ORDINARIA C/C TUTELA - 605/2003-CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL-G.ITAÚ x JOSE VITOR ESGIMIESKI - "Manifeste-se o autor acerca do decurso de prazo para contestação). Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, ODECIO LUIZ PERALTA, RODRIGO DOLFINI e ANDREA HERTEL MALUCELLI.

23. DEPOSITO - 664/2003-DISMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. ME x REFLORA AMBIENCIA LTDA. - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. LUCIANO CHIZINI E CHEMIN, KARIME CECYN PIETSZKOWSKI, PATRICIA STROBEL

PIAZZETTA, JAQUELINE LORENA MIGLIORINI LOIK, ROBERTO LUIZ PEDROTTI, ROBERTO MACHADO FILHO, DANIELLE LAGINSKI FREIRE, Fernanda Lopes Martins, Mariana Grazziotin Carniel, Samanta M. Pineda Stanischesk, Manoele Krahn, Sheila Rocha, OSCAR SILVERIO DE SOUZA e DANIELLE ROSA E SOUZA.
24. CAUTELAR DE ARROLAMENTO BENS - 709/2003-CARMELITA MENDES GETESKI x NIVALDO GETESKI - Manifeste-se a parte interessada sobre o laudo da Procuradoria da Fazenda, no prazo de 10 dias. Advs. Jose Heriberto MIcheleto, Germano Laertes Neves, JOAO BATISTA KLEIN, MIRIAM BISPO CARDOSO CARVALHO e MIRIAM BISPO CARDOSO CARVALHO.
25. DESPEJO P/ FALTA DE PAGAMENTO - 928/2003-ALBERTO DAL BIANCO DE ANDRADE x GILSON APARECIDO DA SILVA e outro - Cuida-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos por ALBERTO DAL BIANCO DE ANDRADE em face da decisão de fl. 459. Alega o recorrente a existência de obscuridade na decisão recorrida por não restar especificado qual a abrangência dos honorários a serem retidos nos autos, se contratuais ou sucumbenciais. Acrescenta que deve ser observada ainda a proporcionalidade por existir outros procuradores atuantes no feito. É O RELATÓRIO. DECIDO. II - FUNDAMENTAÇÃO Presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade (cabimento, legitimação, interesse, tempestividade, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer e regularidade formal), conheço do recurso interposto e passo ao exame do mérito. Conforme o disposto no art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando a decisão recorrida for obscura ou contraditória, ou quando for omissa quanto a ponto sobre o qual deveria o magistrado se pronunciar. O recurso merece provimento para esclarecer a decisão recorrida. No que se refere a abrangência dos honorários a serem retidos e recebidos pela Dra. Simone Leite, é evidente que serão apenas os honorários sucumbenciais devidos pela atuação no presente feito. Eventual discussão quanto ao contrato firmado entre a Dra. e a empresa procuradora da parte autora deverão ser discutidos em ação própria. Contudo, conforme constou na decisão de fl. 459, os honorários referentes a atuação da Dra. Simone nos presentes autos são devidos. Ainda, cumpre esclarecer que os honorários a serem recebidos por todos os procuradores atuantes no feito serão devidos na proporção dos trabalhos realizados por cada um. Contudo, a apuração da porcentagem devida será definida no momento do levantamento dos valores. III - DISPOSITIVO Pelo exposto, conheço do recurso interposto por ALBERTO DAL BIANCO DE ANDRADE e, no mérito, dou-lhe provimento para prestar os esclarecimentos, nos termos desta decisão. No mais, cumpra-se o item III de fl. 459, expedindo-se o ofício à Junta Comercial, nos termos do referido despacho. Intimem-se. Advs. Ana Carolina Elaine dos Santos, LUIS GUILHERME DA VEIGA, Adriano Barbosa, ANA BEATRIZ FARIAS DOS SANTOS, MONICA RIEKES MAJEWSKI e ANTONIO CARLOS DA VEIGA.
26. INDENIZAÇÃO - ORDINÁRIA - 953/2003-TRACADO E EMPILHADEIRA LTDA x DISTRIB.DE BEBIDAS JD.CASA BRANCA DE CARAGUATATUBA e outro - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. IVETE MARIA CARIBE DA ROCHA e ORLANDO ANTONIO BANFATTI.
27. EMBARGOS A EXECUCAO T. EXTRAJ - 0000389-59.2003.8.16.0001-LUIZ SCHELBAUER FILHO e outro x BANCO BRADESCO S/A - I. Intimem-se as partes para se manifestarem quanto ao cumprimento do acordo, no prazo de 10 (dez) dias. Após, voltem para extinção. II. Em tempo, defiro o requerimento de fl. 221 a fim de que, através do sistema Bacenjud, se proceda o bloqueio de eventuais importâncias depositadas em nome da executada junto às instituições financeiras, até o limite da execução das custas, indicado à fl. 221. III. Dado sucesso ao bloqueio, lavre-se desde logo termo de penhora dos valores bloqueados e transferidos e intimem-se a executada (475-J, §1º do CPC). IV. Inexistindo manifestação da executada, expeça-se alvará em favor da Escrivania. V. Restada infrutífera a diligência do item I, esclareça a Escrivania se pretende prosseguir com a execução. VI. Intimem-se. Advs. MARCIA CRISTINA JONSON, Murilo Celso Ferri e Emanuel Vitor Canedo da Silva.
28. MONITÓRIA - 1320/2003-BANCO ITAÚ S/A x POSTO ATLANTICO LTDA e outro - Manifeste-se exequente acerca do alegado às fls. 364/372. Após, conclusos para decisão. Int, Advs. Daniel Hachem, REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM e CARLYLE POPP.
29. EXECUCAO CONTRA DEVEDOR - 1348/2003-VERA LUCIA DOS REIS x LEONICE MARINHO - 1. Defiro a suspensão da execução pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias. 2. Após intime-se o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o regular andamento do feito. 3. Int. Advs. ANDRE LUIZ PENTEADO BUENO e ANA RENATA MACHADO.
30. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1381/2003-NEREU JOSE DE BRITO x CARLOS ROBERTO RAMOS DE SOUZA e outro - 1. Oficie-se como requerido no item 2 de fl. 329. 2. Cumpra-se o item 5.8.14.2 do Código de Normas. Expeçam-se os ofícios. 3. Com o retorno de todos os ofícios mencionados no item 1, voltem conclusos para designação de praça. 4. Intimem-se. Com apoio no art. 19 do CPC, solicito a intimação da parte interessada para antecipação das custas, referente à expedição de ofício(s), no prazo de 10 dias. Advs. LUIS MOSER, LUIZ FERNANDO GOTTSCHILD e LEANDRO GALLI.
31. ANULATORIA - 54/2004-MARIAN CONFECCOES LTDA x ELIZETH APARECIDA KUCZERA - Manifestem-se as partes acerca da informação de fls. 250, no prazo de 5 (cinco) dias. Advs. PAULO CESAR DE LARA, Sheila Carol Christ, MARCOS MATTIOLI, MELISSA MATTIOLI, LYCIA MARIA AMARAL MATTIOLI e PAULA TULLER NUNES.
32. USUCAPIAO - 465/2004-MIRIAN SOARES BENDER x JOSE SOARES BENDER - I. Aguarde-se por 45 (quarenta e cinco) dias, conforme requerido à fl. 352. II. Após, manifeste-se a parte autora, cumprindo o despacho de fl. 330. III. Intimem-se. Advs. SANDRO MARCOS OGRYSKO e JANE PEREZ KAPAZI.
33. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 550/2004-BANCO DO BRASIL S/A x JACQUELINNE MERHEB CALIXTO BARBOSA - 1. Cumpra-se item 2 e 3 do despacho de fls. 252. 2. Quanto ao contido às fls. 271/273, verifica-se que a petição de fls. 259 e 265, juntamente com a cópia do acordo às fls. 266/268, protocolada por BANCO ITAÚ S/A, não diz respeito às partes integrantes da presente lide, embora direcionadas a estes autos (550/2004 da 7ª Vara Cível) 3. Intime-se a advogada FERNANDA FORTUNATO MAFRA para que esclareça o ocorrido, no prazo de 10 dias. 4. Intimem-se. I - Ante ao interesse do executado em promover o acordo, com fundamento no artigo 125 do Código de Processo Civil, designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 25/10/2011, às 15:00 horas. II. Em tempo, reitere-se a intimação da advogada Fernanda Fortunato Mafra, para prestar os esclarecimentos necessários, conforme determinado à fl. 279. III. Intimem-se. Advs. WERNER AUMANN, LUIZ FERNANDO ZALEWSKI TORRES, MUNIR ABAGGE, JERDAL ALOISIO BORGES DE CARVALHO, Luiz Fernando Brusamolin, Luiz Antonio Pereira Rodrigues, FERNANDA FORTUNATO MAFRA P. E SILVA, Emanuelle Carolina Baggio, ADRIANO HENRIQUE GOHR, MARIANA POSSAS PEREIRA, CAROLINE CAVAGNARI TRAMUJAS e MARCUS DE OLIVEIRA SALLES REIS.
34. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 559/2004-RAMALHO COMERCIAL LTDA. x GERALDO MARTINS NETO EMPREENDIMENTOS LTDA. e outros - 1. Manifeste-se a parte exeqüente, no prazo de 15 dias, requerendo o que entender de direito. 2. Intimem-se. Advs. TELMA UCHOA VIEIRA, NESTOR TEODORO DA SILVA, PAULO VINICIUS DE LIMA, ALEXANDRE ARSENO, LEONTINA MION GUARIZA, ELIEZER CASTRO DE QUEIROZ e EVERTON LUIZ MOREIRA.
35. COBRANÇA - SUMÁRIA - 660/2004-CONDOMINIO EDIFICIO PRTO SUELLO x MYRIAN ROCHA LUZ - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. Luiz Fernando de Queiroz, Fernanda Pires Alves, INGRID KUNTZE, HORACIO CEZAR LUZ FILHO e JACINTO FELISBINO DA SILVA.
36. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1096/2004-BANCO DO BRASIL S/A x ALIANCA INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS LTDA e outros - Intime-se a parte autora para comprovar a distribuição da carta precatória, no prazo de 05 (cinco) dias. Advs. Flavia Cristiane Machado, Vera Lucia Ines Amalfi Vitola, JOAO AUGUSTO DA SILVA, MARLON ADRIANO BALBON TABORDA, JERUSA DA CAS BIASI e MARCIA SOUZA DOS SANTOS.
37. SUMARIA - COBRANCA - 1250/2004-Serviços Pró - Condômino S/C Ltda. x ANTONIO MARCOS FERREIRA DA SILVA e outros - ".(Retirar Alvará)." Adv. JEFFERSON SAKAI PINHEIRO.
38. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1255/2004-WHITE MARTINS CILINDROS LTDA x CONVERGAS COMERCIO E SERVICOS LTDA. e outros - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. SERGIO MACHADO DA COSTA, PEDRO MARCOS PRIORI CAMPELLO, Jose Eduardo Borges Souza, Regis Silva Martins, MARTIUS VINICIUS KRABBE, Daniel Sottili Mendes Jordao, Fabricio Verdolin de Carvalho, Marcelo Mazur e EDSON GONÇALVES ARAUJO.
39. INVENTARIO - 150/2005-EVELIN ROSA JAMUR x DALVO ZANDONA ROSA - "Devolver em cartório, o presente processo, no prazo de 48h, sob as penas do art. 196 do CPC e art. 34, inciso XXII, da Lei 8906/94." Advs. LUIS FERNANDO N. LOYOLA, MANOEL FRANCISCO MARTINS DE PAULA, IVANISE NEIVA DOZORETZ KORNELHUK, NATACHA MACHADO FERREIRA, MARCOS HENRIQUE MATTIOLI ROSALINSKI, DANIELLE ROCHA, KARINA LOFFY, DANIELLE CHRISTIANNE DA ROCHA, ASSIS CORREA, JOSE CARLOS LARANJEIRA, ROMERO SANTOS LIMA JUNIOR e GILSON GOULART JUNIOR.
40. MONITÓRIA - 161/2005-UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A x RENOVE CICLO PLASTICOS LTDA e outro - Manifeste-se a parte autora sobre a certidão de fls. 253 (Decorreu o prazo para pagamento) Advs. Luiz Oscar Six Botton, Andre Abreu de Souza, MAINA OLBERTZ KARAM, Danielle de Abreu Bianchini e FLAVIO FAGUNDES FERREIRA.
41. BUSCA E APREENSÃO - 294/2005-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS AMERICA MULTICARTEIRA ("FUNDO AMERICA") x PAULO SALDANHA ALMEIDA - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. IDELANIR ERNESTI, Idamara Rocha Ferreira Samangaia, Luciana Berro, Daniel Barbosa Maia, Mauro Curti, Milton Joao Betenheuser Junior, Cassia Cristina Hirata Parra, Mirna Luchmann, daniele scarante, Ricardo Bortolozzi, IGOR RAFAEL MAYER, Simone do Rocio Psavani Fonsatti, SIRLENE ELIAS RIBEIRO e Jose Carlos Ribeiro de Souza.
42. REMOCAO DE CURADORA - 449/2005-CLEUNICE DE JESUS MENDES DE CARVALHO x ANTONIO BATISTA MENDES - I. Considerando que houve o comparecimento da curadora nos autos, intime-se a mesma, através de seu procurador (fl.130) para assinar o termo de curatela, no prazo de 10 (dez) dias. II. Assinado o termo, vistas ao Ministério Público. III. Int. Advs. Josiane Fruet Bettini Lupion, Amanda Grob Tomaz e Augusto Cesar da Cruz Fernandes.
43. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0001299-18.2005.8.16.0001-BANCO ITAÚ S/A x JOAO CARLOS BALDO DE OLIVEIRA - Intime-se o interessado para cumprir o disposto 9.4.1 do Código de Normas, recolhendo antecipadamente as custas do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de dez (10) dias. Advs. ALTAIR MARENDA PEREIRA, MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, ANDREA HERTEL MALUCELLI, RODRIGO DOLFINI e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA.
44. REINTEGRACAO DE POSSE - 542/2005-CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL-G.ITAÚ x EDSON LINDENBERG CORDEIRO - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. CRYSTIANE LINHARES e Ioneia Ilda Veroneze.
45. REINTEGRACAO DE POSSE - 799/2005-CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL-G.ITAÚ x MARCELO RODRIGUES FERREIRA - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de

extinção e/ou arquivamento. Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, EDUARDO JOSE FUMIS FARIA, ANDREA HERTEL MALUCELLI, JULIANO MIQUELETTI SONCIN, MAGNUS CARAMORI e RODRIGO FERNANDES DA SILVA.

46. INVENTARIO - 964/2005-BORIS MUSIALOWSKI e outro x JACY MUSIALOWSKI - 1. Intime-se o inventariante para que dê prosseguimento ao feito, no prazo de 10 dias, recolhendo as custas do Sr. Partidor, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. 2. Intime-se. Advs. ESTEFANO ULANDOWSKI, HELOISA DO ROCIO ULANDOWSKI, KATIE FRANCIELLE CARLESE DAVET e VANESSA CAPELI.

47. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA - SFH - 983/2005-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A x OTAVIO VICENTE TONTINI e outro - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO, DANIELA SILVA VIEIRA, Elcio Luiz Kovalhuk, FABIANE CAROL DIAS WENDLER, GISELE SOLER CONSALTER, ELIETE KOVALHUK e Luiz Oscar Six Botton.

48. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA - SFH - 1087/2005-BANCO BANESTADO S/A x ANDERSON REGINALDO DE PAULA - "Manifeste-se a parte autora sobre o decurso de prazo de suspensão, no prazo de 5 dias. Advs. Luis Eduardo MIkowski, Walter Jose Mathias Junior, Cesar Augusto Terra, Gilberto Rodrigues Baena, Gilberto Stinglin Loth, Jaqueline Zambon e Joao Leonelho Gabardo Filho.

49. COBRANCA - ORDINARIA - 1266/2005-BANCO DO BRASIL S/A x LUIZ FERNANDO FOLADOR MATTIOLI - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. EDGAR KINDERMAN SPEAK, HELDER EDUARDO VICENTINI, MARCIO ANTONIO SASSO, ARLINDO MENEZES MOLINA, AURELIO FERREIRA GALVAO, MUNIR ABAGGE, GIORGIA PAULA MESQUITA, LUIZ ASSI, PAULO ROBERTO FADEL, Reinaldo Mirico Aronis e MELISSA ABRAMOVICCI P. MATTIOLI.

50. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1403/2005-AGRO-JET DO BRASIL LTDA. x POLYPROCESSING IND. E COM. DE PLASTICOS LTDA. - Trata-se de apreciar embargos declaratórios opostos por ARAG DO BRASIL LTDA. em face do despacho de fls. 188 que indeferiu o requerimento de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, vez que ausentes os requisitos autorizadores da medida. Alega o embargante a ocorrência de omissão no referido despacho, vez que deixou de analisar a tese da situação irregular da empresa executada. Os embargos são tempestivos porque interpostos no prazo de cinco dias previsto no art. 536, do Código de Processo Civil. O artigo 535 do Código de Processo Civil delimita as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, quais sejam, obscuridade, contradição ou omissão na decisão. Ainda, o artigo 536, estabelece que na petição de embargos, o embargante deve indicar os pontos que entende obscuro, contraditório ou omisso a fim de possibilitar o seu reparo. In casu, sem razão ao embargante. O despacho de fl. 188 foi claro ao indeferir a despersonalização ante a ausência de comprovação da ocorrência das hipóteses previstas no art. 50 do Código Civil. A dissolução irregular da empresa pode, em certos casos, ensejar a desconsideração da personalidade jurídica. Porém, o exequente não comprovou que este é o caso da empresa executada. Não há prova nos autos de que a executada não está funcionando no endereço registrado na junta comercial. A alegação de dissolução irregular dissociada de comprovação não pode ser conhecida pelo juízo. Além disso, ao contrário do afirma o embargante, a inexistência de bens penhoráveis não presume a dissolução irregular da empresa, tampouco comprova a ocorrência de abuso da personalidade, previsto no art. 50 do Código Civil. Desta forma, verifica-se que o embargante pretende não a correção da decisão, mas a sua modificação vez que ficou insatisfeito quanto a mesma. Assim, deve o executado interpor o recurso cabível, vez que os embargos de declaração não se prestam a este fim. Diante do exposto, RECEBO os presentes embargos de declaração opostos, no mérito, DEIXO de ACOLHÊ-LOS. Advs. Joao Casillo, Simone Zonari Letchacoski, Eduardo Casillo Jardim, SIMONE PACHECO DE OLIVEIRA, Patricia Casillo, VANESSA NOGUEIRA CALDAS S. MOTA, REGIS TOCACH, ANGELA ESTORILIO SILVA FRANCO, SILVANA ELEUTERIO RIBEIRO, Andre Mello Souza, Evaldo de Paula e Silva Junior, HENRIQUE KURSCHEIDT, Jefferson Comeli e KARINA DE OLIVEIRA FABRIS DOS SANTOS.

51. CAUTELAR INOMINADA - 1470/2005-ANNA ODETHE IURK SCHEN e outros x ANSELMO JOSE INACIO - I. Defiro o pedido de fl. 368 para conceder ao exequente vista dos autos fora de cartório pelo prazo de 10 (dez) dias, devendo no mesmo prazo se manifestar quanto ao determinado no despacho de fl. 366. II. Intime-se. Advs. LUIZ HENRIQUE ZANELATTO e Ivone Struck.

52. DEPOSITO - 97/2006-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS AMERICA MULTICARTEIRA x BERVAL ANTONIO JURCHAKS - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. Flaviano Bellinati Garcia Perez, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, Rosiane Aparecida Martinez, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA, Carlos Alberto Araujo Rovel, Cassia Cristina Hirata Parra, Daniel Barbosa Maia, daniele scarante, Idamara Rocha Ferreira Samangaia, IGOR RAFAEL MAYER, Jose Carlos Ribeiro de Souza, Luciana Berro, Milton Joao Betenheuser Junior, Mirna Luchmann, Ricardo Bortolozzi, Sandra Jussara Kuchnir, Simone do Rocio Psavani Fonsatti e SIRLENE ELIAS RIBEIRO.

53. DEPOSITO - 103/2006-BANCO ITAÚ S/A x DAGOBERTO GONCALVES PINTO FO - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. GUSTAVO SALDANHA SUCHY, JANAINA GIOZZA AVILA, LUIZ RENATO PEREIRA SANTA RITA, KELIAN BORTOLINI LIMA, VIRGINIA MAZZUCCO, LIZIANE LACERDA, Claudia Bueno Gomes, TATIANE RIBEIRO BALDONI e MARIO YOSHINORI KURIYAMA.

54. EMBARGOS A EXECUCAO T. EXTRAJ - 166/2006-ARI DILENO FURTADO e outro x Banco do Brasil S/A. - Ao exequente para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. RENATO DE OLIVEIRA, MARCIO RIBEIRO PIRES, Reinaldo Mirico Aronis, LUIZ ASSI, PAULO ROBERTO FADEL e CHARLES PARCHEN.

55. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 188/2006-MANFRED ROSENFELD - ME x ISMAIL DONIZETE XAVIER e outro - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Adv. ZENAIDE CARPANEZ.

56. PRESTACAO DE CONTAS - 0001178-53.2006.8.16.0001-PERCI JOAO TONIOLO x BANCO SANTANDER S/A - "Manifestem-se as partes quanto ao retorno dos autos do egrégio Tribunal de Justiça, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias." Advs. Julio Cesar Dalmolin, Blas Gomm Filho, ANNA CAROLINA ARALDI ZACARCHUCA, Caroline Thon, Daniela Filomena Dutra Miranda Dos Reis, Felipe Turnes Ferrarini, Kathleen Scholze, MARIANA CRISTINA SCORSIN TEIXEIRA, Rodrigo Otavio Vicentini, SILVANO FERREIRA DA ROCHA e VIVIANE CASTELLI.

57. INVENTARIO - 302/2006-ODILA MENEZES x CARLOS MENEZES - 1. Tendo em vista que não houve cumprimento do item 1 do despacho de fl. 197, indefiro os benefícios de assistência gratuita à parte autora. 2. Intime-se a parte autora para que promova o recolhimento das custas, no prazo de 10 dias. 3. Intime-se. Advs. FERNANDA SILVEIRA GONCALVES MENEZES e Gabriel Bardal.

58. BUSCA E APREENSÃO - 475/2006-BANCO ITAÚ S/A x JOSE VANDERSI TIMOTEO - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. GUSTAVO SALDANHA SUCHY e JANAINA GIOZZA AVILA.

59. INDENIZAÇÃO - ORDINÁRIA - 526/2006-MARIA CHIRLEI SANDRINO LIEBEL x ECCO SALVA - EMERGENCIAS MEDICAS e outros - 1- Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, informando acerca de sua pertinência, relevância e necessidade para a solução do conflito. 2- Após, tornem conclusos para saneador. 3- Intimem-se. Advs. Josiane Fruet Bettini Lupion, VALTER SCARPIN, NILTON VALENTIM DA COSTA, Germano Laertes Neves e Jose Heriberto MIcheleto.

60. SUMARIA - COBRANCA - 636/2006-CONDOMINIO RESIDENCIAL BARIGUI x ANDREA FIGUEIREDO MARIANO - 1. Trata-se de Impugnação ao Cumprimento da Sentença oposta por ANDRÉA FIGUEIREDO MARIANO aos valores requeridos por CONDOMÍNIO RESIDENCIAL BARIGUI. Alega, em síntese, excesso de execução, vez que entende que em razão do acordo realizado nos autos, o débito remanescente é de R$ 1.820. Afirma, ainda, a impenhorabilidade do imóvel penhorado (fl. 230) em razão de ser bem de família, bem como impugna o laudo de avaliação de fl. 231/232, juntando o documento de fl. 247. Intimado a se manifestar (fl. 248), o exequente apresentou manifestação às fls. 249/252, alegando em síntese, a inexistência de acordo, e a exceção a impenhorabilidade do bem de família para cobrança de dívida de condomínio. Requer por fim a manutenção da penhora e o prosseguimento da execução. Em síntese, é o relatório. Passo a decidir. 2. Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença fundada na alegação de excesso de execução. 3. Alega a executada a cobrança de valores em excesso em razão de acordo firmado entre as partes. Porém, analisando os autos verifico que não há qualquer acordo homologado pelo juízo. Transitada em julgado a sentença, o exequente apresentou cálculo de R $ 10.791,79. Sendo que à fl. 105 a exequente apresentou proposta de pagamento de 30% e o parcelamento em 6 vezes. Apesar de o exequente ter manifestado sua concordância quanto ao pagamento parcelado (fl. 115), havia divergência quanto aos valores propostos, tendo em vista que com a incidência da multa e demais encargos o débito atingia o valor de R$ 16.374,65 de acordo com o exequente. Em razão das propostas, as partes foram intimadas para que juntassem acordo no prazo de 5 dias (f. 119), porém permaneceram inertes. Desta forma, a presente execução tem como título executivo judicial a sentença de fls. 84/87 e não um acordo que, repita-se, inexistiu nos presentes autos. Porém, tendo em vista que a executada depositou os valores que entendia devido nos autos e que estes valores já foram levantados pelo exequente, estes devem ser abatidos do valor remanescente. Assim, determino a remessa dos autos à Contadoria para atualização do valor devido nos termos desta decisão. 4. Ainda, quanto a alegação de impenhorabilidade do imóvel penhorado (fl. 230), sem razão a executada. A cobrança de dívidas de condomínio é uma das exceções previstas a impenhorabilidade do bem de família, prevista no art. 3º, IV, da Lei 8.099/1990. Isto porque, a taxa de condomínio trata-se de uma obrigação propter rem, ou seja, da própria coisa. Assim, tendo em vista que a execução destes autos teve origem na cobrança de taxas condominiais do próprio imóvel penhorado, não há que se falar em impenhorabilidade do imóvel. Desta forma, mantenho a penhora de fl. 230. 5. A executada, impugna, ainda o laudo de avaliação de fl. 231/232, juntando o documento de fl. 247. Desta forma, ante a disparidade dos valores apresentados, determino a intimação do Sr. Avaliador para que se manifeste. Após, conclusos para decisão acerca da impugnação ao laudo da avaliação. 6. Pelo exposto, julgo improcedentes as alegações da executada quanto ao excesso de execução e a impenhorabilidade do imóvel de fl. 230. 7. Int. Advs. Beatriz Santi, Luiz Fernando de Queiroz, paulo andre alves rezende, Laiana Carla Miranda Martins, Kirila Koslosk e Rosangela Uriarte Riera Sureda.

61. DECLARATÓRIA - ORDINÁRIA - 0001923-33.2006.8.16.0001-Roberto dos Santos Lima e outros x BRASIL TELECOM S/A - I. Expeça-se alvará para levantamento conforme deferido à fl. 389, em favor da parte, autorizando a Escrivania a utilizar o item 2.6.8 do Código de Normas. Para a expedição de alvará em favor da parte, mas representada por seu procurador, deverá o advogado juntar procuração atualizada com poderes específicos para levantar a quantia e firma reconhecida, conforme dispõe o artigo 38 do Código de Processo Civil, bem como no artigo 5º, §2º, do Estatuto de Advocacia, Lei nº 8.906/94, observado ainda a recomendação contida no ofício circular nº 59/2011 da Corregedoria Geral de Justiça do Paraná, assegurando a efetiva ciência da parte interessada acerca do levantamento dos valores. Ainda, fica a parte advertida de que se tratando de expedição de alvará para pessoa jurídica fica condicionado à existência, nos autos, de via do vigente contrato

social. II. Intime-se a parte para que se manifeste se dá por quitada a dívida ou apresente o cálculo de eventual valor que entenda existir, em 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido ou não havendo manifestação, arquivem-se. III. Intime-se. Advs. JOAO BATISTA KLEIN, KARINE PEREIRA, Alberto Rodrigues Alves, Sandra Regina Rodrigues e ANA LUCIA RODRIGUES LIMA.

62. DEPOSITO - 648/2006-V2 TIBAGI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTICARTEIRA - NÃO PADRONIZADO x LORENA ANDRESSA DE JESUS RODRIGUES LOPES - (Com apoio no art. 19 do CPC, solicito a intimação da parte interessada para antecipação das custas, referente à expedição de 03 ofício no valor de R$ 28,20). Advs. Tatiana Valesca Vroblewski, Karine Simone Pofahl Weber, Idamara Rocha Ferreira Samangaia, Milton Joao Betenheuser Junior, ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES e andré luiz cordeiro zanetti.

63. ALVARÁ JUDICIAL - 728/2006-DENISE CHARNESKY DE LIMA x ESPÓLIO DE FRACNISCO CHARNESZKY - 1. Intime-se a parte autora para que no prazo de 10 dias, dê o devido cumprimento ao parecer ministerial de fl. 100. 2. Intimem-se. Advs. THAYSA PRADO RICARDO DOS SANTOS, SAULO GOMES KARVAT, CRISTIANE COLODI SIQUEIRA, LAURI JOAO ZAMBONI, LEANDRO ZAMBONI e SERGIO BATISTA HENRICHS.

64. REVISÃO CONTRATUAL - SUMÁRIA - 898/2006-VICTOR HUGO KOCHOLY x BANCO FINASA S/A - 1. Manifestem-se as partes acerca do alegado às fls. 134/136, informando se têm interesse na nomeação de perito contábil. 2. Int. Advs. Edemar Fritz Junior, VALESKA SALOM FILIPPETTO, FERNANDO AUGUSTO OGURA e NEWTON DORNELES SARATT.

65. INDENIZAÇÃO - ORDINÁRIA - 939/2006-JOAO LEITE DA SILVA e outro x MASSA CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA. - 1. Intime-se a parte autora para que comprove o trânsito em julgado do Agravo de Instrumento Interposto ao STJ, no prazo de 10 dias, ou requeira a execução provisória da sentença, nos moldes do art. 475-O do Código de Processo Civil. 2. Intimem-se. Advs. KLAUS SCHNITZLER, Luis Eduardo MIkowski, Walter Jose Mathias Junior, GUILHERME DE SALLES GONCALVES, ALINE CRISTINA COLETO, CARLOS HENRIQUE DE MATTOS SABINO, Sacha Breckenfeld Reck, Nahima Peron Coelho Razuk, DEBORA LEMOS GUMURSKI e EVERTON JONIR FAGUNDES MENENGOLA.

66. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 951/2006-ASSOCIACAO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS x MARIZA CAMARA - Manifestem-se as partes acerca das informações de fls. 126e 128, no prazo de 05 (cinco) dias . Advs. KARINA KUSTER e JOSE ARI MATOS.

67. REVISÃO CONTRATUAL - SUMÁRIA - 1105/2006-ANTONIO MIRANDA DE PROENÇA x NANDIR NANDO NEGRELLO e outro - I. Com fundamento no artigo 125 do Código de Processo Civil, designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 19/10/2011, às 13:30horas. II. Expeça-se alvará relativo aos honorários advocatícios, conforme já determinado à fl. 448. III. Intime-se Advs. Mauro Cury Filho, Mauro Sergio Guedes Nastari, OSVALDO CICERO WRONSKI e POLIANE LAGNER DE SILVEIRA.

68. BUSCA E APREENSÃO - 1194/2006-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x ROBSON JULIO DA SILVA - I. Indefiro o requerimento para citação por edital, uma vez que não houve a devolução das cartas enviadas, conforme certidão de fls. 148, pelo que não é possível saber se realmente não se trata da residência do autor. II. Assim, intime-se a parte autora para que requeira a expedição de nova carta ou por oficial de justiça nos endereços de fl. 137, no prazo de 05 (cinco) dias. III. Intime-se. Advs. MIEKO ITO, Toni Mendes de Oliveira e Erika Hikishima Fraga.

69. INVENTARIO - 1201/2006-NEY MARQUES DE MACEDO FILHO e outros x NEY MARQUES DE MACEDO - 1. Intime-se o inventariante para que traga certidão negativa de débito estadual e municipal (Castro-PR) do de cujus, no prazo de 15 dias. 2. À Fazenda Pública. 3. Intimem-se. Advs. LUIZ ROGERIO MORO, Antonio Dilson Pereira, JAIRO SCHIMITT KREUSCH, Antonio Dilson Pereira e JAIRO SCHIMITT KREUSCH.

70. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1256/2006-BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A x ELFI BRASIL TINTAS ESPECIAIS LTDA. e outro - "Manifeste-se a parte autora sobre o decurso de prazo de suspensão, no prazo de 5 dias. Advs. JULIO BARBOSA LEMES FILHO, AMANDO BARBOSA LEMES, Wilson Roberto de Lima e Priscila Ingrid Carvalho.

71. DEPOSITO - 1602/2006-BANCO FINASA S/A x FLAVIA MOCOCHINSKI - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. Karine Cristina da Costa, Daniele de Bona, Diego Rubens Gottardi, Vanessa Maria Ribeiro Batalha, MOISES BATISTA DE SOUZA e Lizia Cezario de Marchi.

72. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO - 1628/2006-JOSE ALVES e outro x ROSARIO SHIMOMURA - I. Considerando que o Município de Curitiba às fls. 189/191 manifestou expressamente interesse na causa dos presentes autos, falta a este Juízo competência para julgar o feito, de acordo com o artigo 2º da resolução n.º 07/2008 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná. II. Reconhecida, portanto, a incompetência absoluta deste Juízo, imperiosa a redistribuição do feito a uma das Varas da Fazenda Pública. III. Isto posto, promovam-se as anotações e baixas pertinentes junto ao Cartório Distribuidor. IV. Intimem-se. Advs. VALMIR LEAL GRITEN, ESTEVAM CAPRIOTTI FILHO, ANTONIO MORIS CURY, ITALO TANAKA JUNIOR e CLAUDINE CAMARGO BETTES.

73. BUSCA E APREENSÃO - 1634/2006-BANCO UNIBANCO S/A x ELIANDRO STELMASTCHUK - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. Sergio Eduardo Gomes Sayao Lobato, Mariane Cardoso Macarevich, Sabrina Camargo de Oliveira, LUCIANE LOPES ALVES, ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA e Thiago Felipe Ribeiro dos Santos.

74. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA - 1663/2006-ITS DO BRASIL IND. E COM. DE COMPUTADORES - ME x BANCO ITAÚ S/A - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. ALEXANDRE SOARES CEZÁRIO, Daniel Hachem e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM.

75. REPARACAO DE DANOS - SUMARIO - 64/2007-HUGO FERREIRA DINIZ x BANCO ITAUCARD S/A - "....não foi retirado o alvará. (Retirar Alvará)." Advs. SERGIO DE MACEDO SALDANHA, Celso David Antunes, Luis Carlos Lourenço, Gabriela Maria da Silva, Claudia Bueno Gomes, ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO, Adriano Barbosa, Fabiola Cueto Clementi, ELISA DE CARVALHO e CLAUDIA GRAMOWSKI.

76. RESCISAO - 108/2007-RIO BRENTA ADMINISTRACAO DE BENS LTDA. x AMAURY MACHADO MAURER e outro - Manifeste-se a parte interessada quanto ao transito em julgado da sentença, em 5 dias. Advs. ROBERTO NELSON BRASIL POMPEO FILHO, RODRIGO GUIMARAES, ENIO ROBERTO MURARA, KARYN MARTINS LOPES, Mauro Sergio Guedes Nastari, BRUNO WAHL GOEDERT e Luis Carlos Smolen Filho.

77. COBRANÇA - SUMÁRIA - 144/2007-CONDOMINIO DA GARAGEM AUTOMATICA REQUIAO x CASEMIRO WOLSKI - Petição Inicial de Ação EMBARGOS DE TERCEIRO COM PEDIDO LIMINAR, interposta por ROBERVAL VITOR ALVES e FRANCIS FAYAD PORTES ALVES contra CONDOMINIO DA GARAGEM AUTOMATICA REQUIÃO, encontra-se aguardando a sua retirada para distribuição por dependência. Advs. Santino Sagais, STEFAN KLAUS GILDEMEISTER e Andreia Marina Latreille.

78. DEPOSITO - 170/2007-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS AMERICA MULTICARTEIRA x NICOLAU FERNANDES DE SOUZA - Aguarde-se pelo prazo de 90 dias, conforme o pedido de fls. 219. Advs. Karine Cristina da Costa, LEANDRO CABRERA GALBIATI, Daniele de Bona, Vanessa Maria Ribeiro Batalha, LEONARDO WERNER PEREIRA DA SILVA, ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA, ERIKA EHARA, MICHELE SACHSER, Adriano Muniz Rebello, Fernanda Moreira da Silva, Joanna de Angelis Galdino da silva, ABEL ANTONIO REBELLO, Giovanna Benvenutti, FABIANA DE ALMEIDA PASCHALOTO, ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS, Idamara Rocha Ferreira Samangaia, Daniel Barbosa Maia, Mirna Luchmann, AUREO VINHOTI, CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO, DANIELE PIMENTEL DOS SANTOS, Fabiano Martini, FILIPE ALVES DA MOTA, MARCELO DE BORTOLO, MARCOS CESAR VINHOTI, Blas Gomm Filho, ANA LUCIA FRANCA, SILVANO FERREIRA DA ROCHA, SILVIA ARRUDA GOMM, VIVIANE CASTELLI, Kathleen Scholze, Felipe Turnes Ferrarini, Rodrigo Otavio Vicentini e RODRIGO TAKAKI.

79. REVISÃO CONTRATUAL - SUMÁRIA - 178/2007-AMARILDO VALDOMIRO MIRANDA x BANCO BRADESCO S/A - I. Manifestem-se as partes acerca da certidão de fl. 189, em 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. Nada sendo requerido, arquivem-se. II. Intime-se. Advs. GABRIELA CORTES LEAO DE OLIVEIRA, THIAGO PIMENTEL ZEPPONI, Nelson Paschoalotto e ERIC GARMES DE OLIVEIRA.

80. COBRANÇA - SUMÁRIA - 213/2007-EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNIC. S/A - EMBRATEL x DUPLO AR LTDA. - Aguarde-se pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme o pedido de fls. 206. Advs. Adilson de Castro Junior, JOAO BOSCO LEE, ANA PAULA MAGALHAES, DANIELLA LETICIA BROERING, MARIANA GIACOMAZZO MEYER, PAULO HENRIQUE DA CRUZ, LUIZ ASSI, PAULO ROBERTO FADEL, Reinaldo Mirico Aronis e RUBYO DANILO BRITO DOS ANJOS.

81. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 271/2007-BANCO BRADESCO S/A x F T 7 VEICULOS LTDA. e outros - "Manifeste-se a parte autora sobre o decurso de prazo de suspensão, no prazo de 5 dias. Advs. Daniel Hachem, REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM e ANDREA CRISTINA CHAVES DE OLIVEIRA.

82. DEPOSITO - 292/2007-BANCO ITAÚ S/A x MARCELO ALVES - Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr.Oficial de Justiça de fls.155, no prazo de 5 (cinco) dias. Advs. Karine Cristina da Costa, Daniele de Bona, Diego Rubens Gottardi, Vanessa Maria Ribeiro Batalha, MOISES BATISTA DE SOUZA, FERNANDO LUZ PEREIRA, PATRICIA NANTES M. A. TOLEDO PIZA e KLAUS SCHNITZLER.

83. COBRANÇA - SUMÁRIA - 333/2007-FILOMENA BESCOROVAINE e outros x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A e outro - 1. Ante a informação do falecimento do autor Silvestre Novakowski (fl. 459), intime-se a parte autora para regularizar o pólo ativo da demanda, no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, voltem conclusos para apreciação das petições de fls. 461 e 463/464. 3. Int. Advs. OLINTO ROBERTO TERRA, NADIA DE SOUZA IBRAHIM, MIRIAN RAMOS NOGUEIRA, FREDERICO AUGUSTO MUNHOZ DA ROCHA LACERD, LUIS OSCAR SIX BOTTON, ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO, DANIELA SILVA VIEIRA, Elcio Luiz Kovalhuk, TOBIAS DE MACEDO e Kelly Cristina Worm Colinski Canzan.

84. REINTEGRACAO DE POSSE - 514/2007-CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - GRUPO ITAU x FABIO TORRES FERNANDES - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. CRYSTIANE LINHARES e Ioneia Ilda Veroneze.

85. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0001483-03.2007.8.16.0001-TEGAPE IMPORTACAO E COM. DE TECIDOS TECNICOS LTDA. x BELLAGRAFF INDUSTRIAL LTDA - EPP e outros - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. LUIS MIGUEL DE CARCOVA GUTIERREZ, Maria Helena Namur e Samir Namur.

86. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 670/2007-BANCO ABN AMRO REAL S/A x LELIS PET SHOP LTDA. e outro - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. Luiz Fernando Brusamolin, Mauricio Kavinski e Andrea Cristiane Grabovski.

87. DESPEJO P/ FALTA DE PAGAMENTO - 744/2007-GVL ADMINISTRACAO DE BENS LTDA. x NOEDI DALADENA - I. Defiro o requerimento de fl. 208 para conceder o prazo de 30 dias para cumprimento do mandado. Int Advs. CARLOS ALEXANDRE DIAS DA SILVA, GUILHERME JACQUES T. DE FREITAS, SAMUEL MARTINS e ELEUTERIO J. DE MELLO.

88. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0002601-14.2007.8.16.0001-DIVA ENGMANN OLIVA x UNIBANCO S/A - 1. Conforme determinado pelo STF, determino o sobrestamento do feito até ulterior decisão. 2. Int. Advs. MARCILEY DA SILVA GAVIOLLI BERTI, RICARDO PAVAO TUMA, LUIS OSCAR SIX BOTTON, ALVARO PINTO CHAVES, ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO, Andre Abreu de Souza, JANAINA ROVARIS e NATANOEL ZAHORCAK.

89. RESTITUICAO - 818/2007-NAIR VERCINO x SUDAMERIS ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A - 1. Intime-se a autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe os números das contas poupança que mantinha junto ao banco réu. 2. Após, intime-se o réu, para que, no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, apresente os extratos correspondentes às contas da autora. 3. Int. Advs. Vanessa da Costa Pereira Ramos, Carlos Giovani Pinto Portugal, CARLA ROBERTA SILVA PEREIRA, Carolina Luiza Loyola, Igor Antonio Araujo, RICARDO GIOVANETTI, Alexandre Nelson Ferraz, Marcio Rubens Passold, MARIA ANGELA KEIKO TAIRA e Valeria Caramuru Cicarelli.

90. ORDINÁRIA - 838/2007-MILTON HLUSZKO x BANCO ITAÚ S/A - Trata-se de apreciar embargos declaratórios opostos por BANCO ITAÚ em face do despacho de fl. 132. Em suas razões o embargante sustentou a omissão em razão de que afirma que todos os documentos existentes já foram juntados É em síntese a irresignação. Decido. Os embargos são tempestivos porque interpostos no prazo de cinco dias previsto no art. 536, do Código de Processo Civil. O artigo 535 do Código de Processo Civil delimita as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, quais sejam, obscuridade, contradição ou omissão na decisão. Ainda, o artigo 536, estabelece que na petição de embargos, o embargante deve indicar os pontos que entende obscuro, contraditório ou omisso a fim de possibilitar o seu reparo. In casu, não assiste razão ao embargante. Não vislumbro a ocorrência de omissão no despacho de fl. 132. Isto porque os documentos juntados às fls. 124/126 não comprovam o encerramento da conta no período de incidência do plano Collor I e Collor II, mas tão somente a inexistência de movimentação no período. Desta forma, concedo o prazo improrrogável de 20 dias para que o requerido junte aos autos comprovante de encerramento da conta, sob pena de ser considerado como saldo do período o valor indicado no extrato de fl. 127. Diante do exposto, RECEBO os presentes embargos de declaração opostos, no mérito, DEIXO DE ACOLHÊ-OS. Advs. Jonas Borges, Evaristo Aragao Ferreira dos Santos, TERESA CELINA ARRUDA ALVIM WAMBIER, Luiz Rodrigues Wambier, MARIA LUCIA LINS CONCEICAO DE MEDEIROS e RITA DE CASSIA CORREIA VASCONCELOS.

91. COBRANÇA - SUMÁRIA - 992/2007-CLEIDSON ROMALINO BATISTA e outro x CENTAURO SEGURADORA S/A - I. Defiro o requerimento de fls. 204/205, para que se intime o executado para promover o pagamento do saldo remanescente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada. II. Transcorrido o prazo sem pagamento, procedam-se as anotações necessárias referentes a fase de cumprimento de sentença. Comunicando-se também ao distribuidor e intimando-se o exequente para promover o recolhimento das custas relativas ao incidente processual de cumprimento de sentença e requerer o que entender de direito. III. Int. Advs. JOSE BRUNO DE AZEVEDO OLIVEIRA, ARLINDO JOSE DIAS, SEBASTIAO GOMES DE SOUZA, LEO HENRIQUE DE SOUZA COELHO, ELISABETH CRISTINA VIANA DA ROCHA, PAULO CESAR BRAGA MENESCAL, WAGNER CARDEAL OGANAUSKAS, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, luiz henrique bona turra, Amílcare Scattolin, FLAVIO GEROMINI PENTEADO, Luciano Anghinoni, PAULO ROBERTO ANGHINONI, VILSON RIBEIRO DE ANDRADE, JULIANA MARA DA SILVA, Jaqueline Scotá Stein, CLAUDIA ELISABETH C.VAN HEESEWIJK, TATIANE MUNCINELI, LASNINE MONTE WOSLKI SCHOLZE e FLAVIO PENTEADO GEROMINI.

92. COBRANCA - ORDINARIA - 0002083-24.2007.8.16.0001-ANTONIO BATISTA FILHO x BANCO DO BRASIL S/A - Intime-se o autor para se pronunciar, no prazo de 5 (cinco) dias. Advs. Luiz Guilherme Muller Prado, VIVIANE BURGER BALAROTTI, Lacir Guarenghi, ELÓI CONTINI e RAQUEL ANGELA TOMEI.

93. REINTEGRACAO DE POSSE - 1280/2007-FAUSTINA JANES PLETZ x CELINA ANTONIA PRESTES e outros - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. ELCIO NASCIMENTO, CLOVIS MOTTIN, IRINEU PALMA PEREIRA, JUAREZ BORTOLI e VITAL CASSOL DA ROCHA.

94. RESTITUIÇÃO (SUMÁRIA) - 1289/2007-MARIA DA LUZ DE ARAUJO x FISIOLAR INDUSTRIA E COM. DE APARELHOS FISIOT.LTDA - "Manifeste-se a parte interessada quanto ao retorno do AR negativo, no prazo de 5 (cinco) dias. Advs. JURENY ROSEVICS, Luis Eduardo Neto e Luis Fernando de Camargo Hasegawa.

95. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 1304/2007-SILVER - CREDIT FOMENTO MERCANTIL LTDA x RUPRO CONFECÇÕES LTDA - I. Considerando que às fls. 195/203 o exequente requer a desconsideração da personalidade jurídica, deve comprovar a ocorrência alguma das hipóteses autorizadoras da medida, conforme art. 50 do código civil, no prazo de 15 (quinze) dias. Esclareça-se desde já, que a inexistência de bens para o cumprimento da execução é condição insuficiente para ensejar a despersonalização pretendida. II. Int. Advs. ADILSON LUIS FERREIRA FILHO, EDGAR LENZI, Hamilton Maia da Silva Filho, ANDREA CRISTINA MAIA DA SILVA, Eduardo Egg Borges Resende, KARLA FERREIRA DE CAMARGO FISCHER e OCTAVIO CAMPOS FISCHER.

96. INDENIZACAO - SUMARIA - 1310/2007-GUILHERME GULIN MACEDO e outro x OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS CVC TUR LTDA. - I - Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. II - Aguarde-se o processamento do agravo com pedido de informações. III - Solicitadas as informações, oficie-se o MM. Juiz Relator do Agravo de Instrumento, informando que o agravante cumpriu o disposto no art. 526 do CPC, e que a decisão agravada foi mantida por seus próprios fundamentos. IV - Int. Expedido(s) alvará(s). Retirar alvará(s) Advs. Hany Kelly Gusso, Ana Carolina Busatto Macedo, IVAN LUIZ CASTRESE, FABIO PALMEIRO, DANIEL MUTO BREVILIERI, FERNANDA APARECIDA RAMOS NOGUEIRA COSER e AMANDA REZENDE DE ARAUJO.

97. DEPOSITO - 1364/2007-BANCO FINASA S/A x CACILDA MARIA MARTINS - Providencie a parte autora o depósito das custas referentes a(s) carta(s) de citação/intimação, que deverão ser pagas através de guia emitida pelo site do Tribunal de Justiça. Advs. Diego Rubens Gottardi, MOISES BATISTA DE SOUZA, Karine Cristina da Costa, ANA PAULA VIANA BARMANN, LEONARDO WERNER PEREIRA DA SILVA, Daniele de Bona, EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO, Vanessa Maria Ribeiro Batalha, WAGNER ANDRÉ JOHANSSON e Edson Jose da Silva.

98. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1397/2007-BOUTIN FERTILIZANTES LTDA. x ROBERTO LECH - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. LUIZ ROBERTO RECH, MARA CLAUDIA DIB DE LIMA, PAULO SERGIO BANDEIRA e THOMAS FRANCISCO DA ROSA.

99. ALVARÁ JUDICIAL - 1480/2007-NEDYA LIMA CIDADE e outros x ALVARO CIDADE - 1. Intime-se a parte exeqüente para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 dias. 2. Defiro a expedição de novo alvará de fl. 69, devendo a parte interessada antecipar as custas do ato. 3. Intime-se. Advs. NELSON GONZI MORGADO e BRUNO CIDADE MORGADO.

100. DESPEJO C/C COBRANÇA - 1502/2007-SENA CONSTRUÇÕES LTDA x LEANDRO NEGHERBON e outro - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. Elisangela Florencio e DANIELY SOCZEK SAMPAIO.

101. EXECUCAO CONTRA DEVEDOR - 1534/2007-BANCO BRADESCO S/A x ARINETE LEA SPERCOSKI RIBAS KARATCHUK e outro - Aguarde-se pelo prazo de 60 dias, conforme o pedido de fls. 163. Advs. Daniel Hachem, REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM, FABIOLA SFAIER, Martin Roeder FIlho e MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA.

102. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0002668-76.2007.8.16.0001-ENEDINA APARECIDA FERNANDES NICOLETTI x BANCO DO BRASIL S/A - I. Considerando que o exequente apresentou nova conta, afirmando que a conta anteriormente acostada estava equivocada determino que, intime-se o requerido para que cumpra a condenação, promovendo o pagamento da quantia indicada à fl. 205 em 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% do artigo 475-J do CPC. II. Transcorrido o prazo sem pagamento, intime-se o exequente para promover o recolhimento das custas relativas ao incidente processual de cumprimento de sentença e indicando bens do executado passíveis de penhora. Advs. Eraldo Lacerda Junior, Victor Geraldo Jorge, ARLINDO MENEZES MOLINA, AURELIO FERREIRA GALVAO, CARLOS MURILO PAIVA, Cesar Yukio Yokoyama, FABIO SPAGNOLLI e MARCIO RIBEIRO PIRES.

103. DEPOSITO - 0002269-47.2007.8.16.0001-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS PCG - BRASIL MULTICARTEIRA x DIONE AUGUSTO DOS SANTOS DE FREITAS - Providencie a parte autora o depósito das custas referentes a(s) carta(s) de citação/intimação, que deverão ser pagas através de guia emitida pelo site do Tribunal de Justiça. Advs. Tatiana Valesca Vroblewski, Karine Simone Pofahl Weber e FABIANA SILVEIRA.

104. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS - 60/2008-ARAO MOREIRA DOS SANTOS NETO x ELISABETE FERNANDES MUSSALAM - Intime-se a exequente para que, no prazo de 10 dias, se manifeste sobre a impugnação de fl. 255. Int. Adv. FRANCISCO E. RAVEDUTTI SANTOS.

105. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO - 398/2008-MARIA CHOINSKI MELLER - I. Intime-se a parte autora para que se manifeste acerca do prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. II. Intime-se. Advs. RODRIGO YUKIO NISHI, GUSTAVO LUIZ BIZINELLI, Carlos Alberto Nepomuceno Filho, EMERSON LOPES MIRANDA, ESTEVAM CAPRIOTTI FILHO, ANTONIO MORIS CURY, Paulo Roberto Ferreira Pereira, Nataniel Ricci, DJALMA ANTONIO MULLER GARCIA, MARIA CRISTINA JOBIM C. DE MATTOS, Joel Macedo Soares Pereira Neto, SIMONE KOHLER, SAULO DE MEIRA ALBACH, ITALO TANAKA JUNIOR, PAULO ROBERTO JENSEN, MARILENA INDIRA WINTER, Luiz Guilherme Muller Prado, Silvio Andre Brambila Rodrigues e LUIS MIGUEL JUSTO DA SILVA.

106. OBRIGACAO DE FAZER - 417/2008-WELINTON GONÇALVES MARTINS x SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS - UNIMED - AO réu sobre a certidão de fls. 290, em 5 dias. Advs. Fernando Wilson Rocha Maranhao, Julio Jacob Junior, Andrea Caroline Marconatto Cury, Pedro Henrique Igino Borges, Lizete Rodrigues Feitosa e Rafael Baggio Berbicz.

107. ORDINARIA C/C TUTELA - 476/2008-MARCO AURELIO BARROS DE MIRANDA e outro x HSBC BANK S/A - BANCO MULTIPLO (CARTEIRA HIPOTEC.) - I. Concedo às partes o prazo sucessivo de 10 dias, a começar pelo autor, para a apresentação dos memoriais. II. Após a apresentação, contados e preparados, voltem conclusos para sentença. III. Intimem-se. Advs. ALCIO MANOEL DE S. FIGUEIREDO, JOSE CARLOS DIZIDEL MACHADO, Jorge Jose Justi Waszak, JONAS ROBERTO JUSTI WASZAK, FERNANDO JOSE GONCALVES, Sergio Alves Rayzel, Laura Margherita Farina, JORGE RAFAEL SANTAR, JOAO GRACIANO CAMPOS LUSTOSA, ANDERSON MARCIO DE BARROS, MILTON PINHEIRO JUNIOR, ELAINE DE FÁTIMA COSTA GUERIOS, elaine de fatima pinto marconcin, leslie mercedes francisco da costa, clarice dronk nachornik, THALITA CAROLINA FIGUEIREDO DE SOUZA, andreia fabiola de magalhães, José Justi Waszak, TOBIAS DE MACEDO, DIOGO FADEL BRAZ, KELLY CRISTINA TRAJANO, Kelly Cristina Worm Colinski Canzan, NELTO LUIZ RENZETTI, ADRIAN MORENO, MARCUS VINICIUS SASS TOLOTO, ANDRÉ RICARDO LOPES DA SILVA, Mariana Esper Nicoletti, MARCELO MEDEIROS CANELLA, RODRIGO CARRACO DA SILVA e FREDERICO AUGUSTO MUNHOZ DA ROCHA LACERD.

108. REVISÃO CONTRATUAL - SUMÁRIA - 532/2008-JUAREZ WALTRICK ATAIDE x BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - I - Expeça-se alvará do valor das custas depositadas em duplicidade, em favor da

parte autora, conforme certidão de fl. 201. II - Caso se pretenda a expedição do alvará em favor da parte, mas representada por procurador, deverá o advogado juntar procuração atualizada com poderes específicos para levantar quantia e firma reconhecida, conforme dispõe o artigo 38 do Código de Processo Civil, bem como no artigo 5º, §2º, do Estatuto de Advocacia, Lei nº 8.906/94, observado ainda a recomendação contida no ofício circular nº 59/2011 da Corregedoria Geral de Justiça do Paraná, assegurando a efetiva ciência da parte interessada acerca do levantamento dos valores. III - Int. Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA, Reinaldo Mirico Aronis, LUIZ ASSI, GIORGIA PAULA MESQUITA, PAULO ROBERTO FADEL, CHARLES PARCHEN, JANAINNA DE CASSIA ESTEVES, REGINA DE SOUZA PREUSSLER, Andreia Cristina Stein, Luiz Guilherme Carvalho Guimarães, Pedro Henrique de Finis Sobania, ANA PAULA CAMILO, ANA CAROLINE DIAS LIBANIO DA SILVA, GUILHERME TOLENTINO RIBEIRO DA SILV, DANIELE MORO MALHERBI DOS SANTOS, Fernando Schumak Melo e JULIANA DO ROCIO VIEIRA.

109. COBRANÇA - SUMÁRIA - 0001009-95.2008.8.16.0001-JOAO JOSE BIGARELLA x BANCO DO BRASIL S/A - "....não foi retirado alvará (Retirar Alvará)." Advs. Luciola Lopes Correa, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, GIOVANI GIONEDIS, VANESSA VOLPI BELLEGARD PALACIOS, CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLLI, Maria Amelia C. M. Vianna, ALINE URBAN e RICHARDT ANDRÉ ALBRECHT.

110. DEPOSITO - 0004955-75.2008.8.16.0001-BANCO BMG S.A x SADI GOMES - Aguarde-se pelo prazo de 180 dias, conforme o pedido de fls. 108. Advs. MIEKO ITO e Erika Hikishima Fraga.

111. PRESTACAO DE CONTAS - 855/2008-ALAIDE MENDES LUIZ x BANCO ITAUCARD S/A - As partes sobre a petição e documentos de fls. 228/229, em 10 dias. Advs. Mauro Sergio Guedes Nastari, ANDERSON CLEBER OKUMURA YUGE, ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO, MARIO GREGORIO BARZ JUNIOR, francisco antonio fragata junior, Lilian Batista de Lima e Tatiana Kalko Turqueti Cunha Barreto.

112. PRESTACAO DE CONTAS - 1239/2008-MALHARIA ALVORADA LTDA. x BANCO REAL S.A - I - Tendo em vista que as contas prestadas pelo réu foram impugnadas pela parte autora, verifico a necessidade de produção de prova pericial contábil a fim de verificar a exatidão das contas prestadas e impugnadas. II - Para tanto, nomeio como perito (a) judicial SANDRO ROGÉRIO RAUEN LOPES independentemente de prestação de compromisso (CPC, art. 422), que deverá ser intimado(a), para, em aceitando o encargo, propor seus honorários, a respeito dos quais deverão as partes se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias. III - Existindo concordância com a proposta de honorários, intime-se o autor a promover o pagamento, nos termos do art. 33 do Código de Processo Civil e, após, encaminhem-se os autos ao Sr. Perito. IV - Para realização da perícia assino o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que forem levantados os honorários, ficando o Sr. Perito desde logo autorizado a fazê-lo, independentemente de requerimento. V - Também no prazo de 5 dias, a contar da intimação, desta decisão, poderão as partes, querendo, indicar assistente técnico e oferecer quesitos, sob pena de preclusão. VI. Diligências e intimações necessárias. Advs. CARLOS BAYESTORFF JUNIOR, ANA LUCIA SANTOS RIBAS, Camila Gbur Haluch, DEBORAH GUIMARAES, Joanita Faryniak, Leonardo Xavier Roussenq, Scheila Camargo Coelho Tosin, Sonny Brasil de Campos Guimaraes, Alexandre Nelson Ferraz e Valeria Caramuru Cicarelli.

113. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO - 1307/2008-SADY PAVIANI e outro x CLEOMAR GRAFT e outro - Manfieste-se a parte autora sobre o(s) ofício(s) de fls. 232, no prazo de 5 dias. Advs. JULIANA LIMA PETRI e JIANCARLO LEOBET.

114. DECLARATORIA - SUMARIA - 1334/2008-JOSE ALVES PEREIRA NETO ASSOCIADOS S/C LTDA. x ASSOCIACAO DOS ADQ. DO EMPR. VIVENDAS DO ECOVILLE e outros - 1. Ante a discordância dos réus com a desistência da ação, pleiteada pelo autor às fls. 662, passo à análise dos requerimentos pendentes. 2. À petição de fls. 352/365, reiterada ás fls. 434/435, a Cescebrasil Seguros de Garantias e Crédito S.A. (atual denominação de Áurea Seguros S.A.) requereu o seu ingresso na demanda como assistente da ré Moro Empreendimentos e Participações S.A., nos termos do art. 50 do CPC. O despacho de fls. 639 - verso intimou as partes para que se manifestassem sobre o requerimento da seguradora, as quais permaneceram inertes. Verificando o interesse jurídico da Cescebrasil Seguros de Garantias e Crédito S.A. no julgamento da demanda e não havendo oposição das partes, defiro o seu pedido de assistência. 3. Às fls. 582 e 587/588 as partes manifestaram interesse em conciliarem-se. Assim, designo audiência para tentativa de conciliação (art. 125, IV. CPC) para o dia 27 de OUTUBRO de 2011, às 14:40 horas, na sede deste Juízo. 4. Intimem-se as partes, pela Imprensa Oficial, para que compareçam pessoalmente ou se façam representar por advogado com poderes para transigir. 5. Restando infrutífera a tentativa conciliatória, retornem conclusos para saneamento ou julgamento antecipado. 6. Int. Advs. VICENTE MAGALHAES FILHO, Sandro Ballande-Romanelli, Diogo Matte Amaro, DEBORA SCHALCH, Fernanda Ribas Lustosa, DIOGO BENRADT CARDOSO e Neudi Fernandes.

115. REINTEGRACAO DE POSSE - 1616/2008-BANCO FINASA S/A x MARIA MADALENA AMARAL RIBEIRO - I. Tendo em vista que já foi expedida a carta precatória para citação no endereço informado à fl. 89 (conforme fl. 80), intime-se a parte autora para que informe acerca do andamento, em 10 (dez) dias. II. Intimem-se. Advs. EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO, Diego Rubens Gottardi, MOISES BATISTA DE SOUZA, FERNANDO LUZ PEREIRA, PATRICIA NANTES M. A. TOLEDO PIZA, Daniele de Bona, Vanessa Maria Ribeiro Batalha e FERNANDO JOSE GASPAR.

116. OBRIGACAO DE FAZER - 0001102-58.2008.8.16.0001-CARLOS CESAR LEMOS x UNIMED - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES DE CURITIBA LTDA. - Advs. MARCOS LUIZ PEREIRA DE SOUZA, Lizete Rodrigues Feitosa, Rafael Baggio Berbicz e Eduardo Batistel Ramos.

117. REVISÃO CONTRATUAL - SUMÁRIA - 0000153-34.2008.8.16.0001-CLAUDILENE MARIA RODRIGUES DOS SANTOS x BANCO SANTANDER S/A - I. Defiro o requerimento de fl. 349/351 para que, intime-se o requerente para que cumpra a condenação, promovendo o pagamento da quantia indicada à fl. 350, em 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% do artigo 475-J do CPC. II. Transcorrido o prazo sem pagamento, procedam-se as anotações necessárias referentes a fase de cumprimento de sentença. Comunicando-se também ao distribuidor e intimando-se o exequente para promover o recolhimento das custas relativas ao incidente processual de cumprimento de sentença e requerer o que entender de direito. III. Intime-se. Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA, DANIELLE TEDESKO, Reinaldo Mirico Aronis, Andreia Cristina Stein, CHARLES PARCHEN, GIORGIA PAULA MESQUITA, janaina de cassia esteves, LUIZ ASSI, Luiz Guilherme Carvalho Guimarães, PAULO ROBERTO FADEL, Pedro Henrique de Finis Sobania, REGINA DE SOUZA PREUSSLER, washington schartz machado de oliveira, ANA LUCIA FRANCA, Blas Gomm Filho e SILVIA ARRUDA GOMM.

118. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO - 1741/2008-LUIZ CARLOS FERREIRA DE BARROS e outros x OSORIO DE BARROS BRITO e outros - "Manifeste-se a parte autora quanto ao retorno do AR de fls. 122/123, no prazo de 5 (cinco) dias. Advs. JOAO ANTONIO GASPAR e LIDIANE RUFATTO.

119. BUSCA E APREENSÃO - 1750/2008-HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO x JEFERSON DELFINO LEITE - I. Suspenda-se pelo prazo de 180 dias. II. Decorrido o prazo, intime-se a parte autora para que, em 10 dias, requeira o que entender de direito com relação ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. III. Int. Advs. Ioneia Ilda Veroneze e CRYSTIANE LINHARES.

120. DECLARATÓRIA - ORDINÁRIA - 1810/2008-EDILUZ MORAES PROBST e outros x BANCO BRADESCO S/A - I. Defiro o pedido de fl. 336, aguarde-se provocação no arquivo. II. Int. Advs. ANTONIO SAONETTI, Anderson Hataqueiama e Angelino Luiz Ramalho Tagliari.

121. COBRANÇA - SUMÁRIA - 308/2009-CONDOMINIO EDIFICIO ITIBERE I e II x JANSEN E JANSEN INCORPORACOES E CONSTRUCOES LTDA. - I- Primeiramente, certifique-se quanto ao vencimento do prazo para apresentação de resposta pela parte exequente. II- Defiro o pedido de vistas, pelo prazo de 5 dias. III- Após, retornem conclusos para decisão da impugnação ao cumprimento de sentença. IV- Diligências e intimações necessárias. Advs. Luiz Fernando de Queiroz, INGRID KUNTZE, ANDRE LUIS GASPAR, ARIVALDIR GASPAR e LAUREDSON DOS SANTOS.

122. MONITÓRIA - 579/2009-SILVER CREDIT FOMENTO MERCANTIL LTDA. x JACINTO BARBOSA DA SILVA - Manifeste-se o autor acerca das informações de fls. 74. Adv. ADILSON LUIS FERREIRA FILHO.

123. REINTEGRACAO DE POSSE - 1151/2009-BANCO ITAULEASING S/A x SUELI CAMILA RIBEIRO CONCEICAO - Manfieste-se a parte autora sobre o(s) ofício(s) de fls. 73, no prazo de 5 dias. Advs. JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR, CRYSTIANE LINHARES, Ioneia Ilda Veroneze, ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA e Larissa Araujo Braga Amoras.

124. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO - 1609/2009-MARIA DORALICE LOPES - Intime-se o interessado para cumprir o disposto 9.4.1 do Código de Normas, recolhendo antecipadamente as custas do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de dez (10) dias. Advs. NELSON VIEIRA DE CARVALHO, GIL JUSTEN SANTANA e Regina Tania Bortoli.

125. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1726/2009-BANCO ITAÚ S/A x CAR STORE COMERCIO DE VEICULOS LTDA. e outros - "Manifeste-se o autor quanto ao retorno da Carta Precatória, no prazo de 05 (cinco) dias." Advs. Evaristo Aragao Ferreira dos Santos, Luiz Rodrigues Wambier e Teresa Arruda Alvim Wambier.

126. REINTEGRACAO DE POSSE - 1874/2009-DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x ADRIANA DA SILVA - Aguarde-se pelo prazo de 20 dias, conforme o pedido de fls. 113. Advs. Tatiana Valesca Vroblewski, ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES, Karine Simone Pofahl Weber, ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, FABIANA SILVEIRA e SERGIO SCHULZE.

127. DESPEJO P/ FALTA DE PAGAMENTO - 2300/2009-CONDOMINIO EDIFICIO METROPOLITAN BUILDING x CAFETEIRA SUICA LTDA. e outros - "Manifeste-se o autor quanto ao retorno da Carta Precatória, no prazo de 05 (cinco) dias." Advs. MARCO ANTONIO LANGER e SILVINO DE ASSIS BRANDAO NETO.

128. MONITÓRIA - 2370/2009-KONRAD CURITIBA COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA x AMAURI MOTA DOS SANTOS - Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr.Oficial de Justiça de fls.64, no prazo de 5 (cinco) dias. Adv. CARLOS BAYESTORFF JUNIOR.

129. COBRANCA - ORDINARIA - 0002481-63.2010.8.16.0001-BANCO ITAÚ S/A x ROBERTA CRISTIANE OSTROVSKI - Intime-se o interessado para cumprir o disposto 9.4.1 do Código de Normas, recolhendo antecipadamente as custas do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de dez (10) dias. Advs. Evaristo Aragao Ferreira dos Santos, FABRICIO KAVA, Luiz Rodrigues Wambier e Teresa Arruda Alvim Wambier.

130. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO - 0006547-87.2010.8.16.0130-ELIO PEREIRA MARQUES x BANCO BANESTADO S/A - Ao autor sobre a petição e documentos de fls. 75/175, em 10 dias. Advs. MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA, Braulio Belinati Garcia Perez e Marcio Rogerio Depolli.

131. MONITÓRIA - 0008500-85.2010.8.16.0001-EUROFORM INDUSTRIAL E COMERCIAL DE MOVEIS LTDA. x ADRIANA DE BARROS - Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr.Oficial de Justiça de fls. 50, no prazo de 5 (cinco) dias. Advs. GIULIANO DOMIT OD ROCHA e AIMORE OD ROCHA.

132. USUCAPIAO - 0015335-89.2010.8.16.0001-CESAR DE OLIVEIRA PATRIANOVA - Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr.Oficial de Justiça de fls. 101, 103, no prazo de 5 (cinco) dias. Adv. SAMUEL MARTINS.

133. COBRANCA - ORDINARIA - 0017234-25.2010.8.16.0001-PRISCILA PEREIRA DAS NEVES x BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A - AO réu sobre a certidão de fls. 190, em 5 dias. Advs. VINICIUS TEIXEIRA MONTEIRO, LUIS FERNANDO

CAMPOS DE TOLEDO, ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA e FABIOLA ROSA FERSTEMBERG.

134. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 0017998-11.2010.8.16.0001-CARLOS HENRIQUE GIGLIO x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - I. Com fundamento no artigo 125 do Código de Processo Civil, designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 01/11/2011, às 14:00 horas. Diligências necessárias. II. Intime-se. Advs. Altamiro Alves dos Santos, Luiz Fernando Brusamolin e Andrea Cristiane Grabovski.

135. BUSCA E APREENSÃO - 0027013-04.2010.8.16.0001-BANCO MERCEDES BENZ DO BRASIL S/A x TRANS CAMBIATI TRANSPORTES LTDA. - DESPACHO PROFERIDO PELO MM JUIZ DE DIREITO DR. NAOR RIBEIRO DE MACEDO NETO. 1-Defiro o pedido de fls.98/102, de conversão da presente ação de Busca eApreesnão em Depósito, segundo o disposto no art. 4º do Decreto Lei 911/69, coma redação da Lei nº 6.071/74.2- Efetuem-se- as necessárias anotações, inclusivejunto ao Cartório Distribuidor, retificando a autuação e demais registros.3-Considerando orientação do STJ, de que o equivalente em dinheiro refere-se aovalor do bem, salvose a dívida for menor, a fim de e evitar discussõesnecessárias, apresente a parte autora planilha atualizada do débito e comprovação do valor do veículo, por meio de avaliação de duas concessionáriasou de publicações especializadas. 4-Após, cite-se o réu, para, em cinco (5)dias, entregar o bem, depositá-lo em juízo ou consignar o equivalente emdinheiro, ou no mesmo prazo contestar a ação, com as advertências legais.5-Int. Adv. HELIO LUIZ VITORINO BARCELOS.

136. RESCISÃO DE CONTRATO (ORDINÁRIA) - 0047170-95.2010.8.16.0001-SPADA EMPREENDIMENTOS E INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA. x ANTONIO DONIZETI VICENTINI - Intime-se o interessado para cumprir o disposto 9.4.1 do Código de Normas, recolhendo antecipadamente as custas do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de dez (10) dias, bem como para expedição da carta precatória. Advs. LUIZ CARLOS JAVOSCHY, CLEIDE DE OLIVEIRA, RICARDO ANDRAUS, Enio Correa Maranhão e LUIZ GUSTAVO BARON.

137. BUSCA E APREENSÃO - 0060606-24.2010.8.16.0001-BANCO ITAÚ S/A x J.C.R. LOCADORA DE VEICULOS LTDA ME - Manifeste-se a parte autora quanto a certidão do Sr.Oficial de Justiça de fls.46, no prazo de 5 (cinco) dias. Advs. Evaristo Aragao Ferreira dos Santos e FABRICIO KAVA.

138. ALVARÁ JUDICIAL - 0066611-62.2010.8.16.0001-NEY MARQUES DE MACEDO FILHO e outros x NEY MARQUES DE MACEDO - 1. Manifeste-se SÉRGIO ROBERTO MUNHOZ, quanto à petição e documentos juntados às fls. 63/74, no prazo de 15 dias, informando se concorda com a expedição de alvará e o depósito de sua cota-parte em juízo. 2. Intimem-se. Advs. LUIZ ROGERIO MORO, Antonio Dilson Pereira, JAIRO SCHIMITT KREUSCH, Antonio Dilson Pereira e JAIRO SCHIMITT KREUSCH.

139. MONITÓRIA - 0072631-69.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x MARIO ANTONIO DE SOUZA - Aguarde-se pelo prazo de 60 dias, conforme pedido de fls. 63. Advs. MARILI RIBEIRO TABORDA e MAGDA LUIZA RIGGODANZO EGGER.

140. REVISÃO CONTRATUAL - SUMÁRIA - 0012874-13.2011.8.16.0001-FRANCISCO DE ASSIS DA CRUZ x BANCO FINASA S.A. - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Adv. LUIZ FERNANDO CACHOEIRA.

141. BUSCA E APREENSÃO - 0012991-04.2011.8.16.0001-FINANCEIRA ALFA S/A x JEAN CARLOS FELIZARDO - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. Cesar Augusto Terra, Joao Leonelho Gabardo Filho e Gilberto Rodrigues Baena.

142. INDENIZACAO - SUMARIA - 0016007-63.2011.8.16.0001-JOAO MARIA LACERDA MEIRA x FRANCIELI FERREIRA TRAVAGIN e outro - Ao autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Advs. luiz henrique santos da cruz, maria de fatima da silva e RODRIGO PINTO DE CARVALHO.

143. REVISAO CONTRATUAL - ORDINÁRIA - 0021641-40.2011.8.16.0001-RENALDO PIRES DA SILVA x EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS PARAISO LTDA. e outro - Providencie a parte autora o depósito das custas referentes a(s) carta(s) de citação/intimação, que deverão ser pagas através de guia emitida pelo site do Tribunal de Justiça. Adv. CESAR ANTONIO TUOTO SILVEIRA MELLO.

144. COMINATORIA - 0022511-85.2011.8.16.0001-MARIA LONGO x SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS - UNIMED - Às partes para, em cinco dias: 1) especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão; 2) manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do artigo 331, § 3º. do CPC. Advs. ANDERSON BORCATH BARBERI e Lizete Rodrigues Feitosa.

145. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO - 0025317-93.2011.8.16.0001-CASSIANA RIBAS ALVES x BANCO ITAUCARD S/A - AO autor sobre a certidão de fls. 84, em 5 dias. Adv. JOAO MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO.

146. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO - 0026385-78.2011.8.16.0001-JENY MARIA PICHARKI x BANCO ITAUCARD S/A - Expedidos carta de citação/intimação e ofício(s). Retirar carta(s) de citação/intimação e ofício(s). AO autor sobre a certidão de fls. 50, em 5 dias. Adv. MAURICIO ALCANTARA DA SILVA.

147. BUSCA E APREENSÃO - 0030333-28.2011.8.16.0001-BANCO SAFRA S/A x CLAETON PEDRO RIBEIRO DA SILVA - Providencie a parte autora o depósito das custas referentes a(s) carta(s), que deverão ser pagas através de guia emitida pelo site do Tribunal de Justiça. Advs. Nelson Paschoalotto e JULIANA PERON RIFFEL.

148. EMBARGOS DE TERCEIRO - 0031661-90.2011.8.16.0001-MAURICIO DE SOUZA LEAL x MOACIR DE CASTRO FARIA - "Manifeste-se o autor quanto a contestação e documentos de fls. 66/72, no prazo de 10 (dez) dias." Adv. MAURICIO VIEIRA.

149. COBRANÇA - SUMÁRIA - 0044501-35.2011.8.16.0001-CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CONDE DE GREVILLE x MARIA DE LURDES ZARAMELLO - I. Para audiência de conciliação e recebimento de defesa, designo o dia 17/10/2011, às 14:15 horas. II. Cite-se na forma requerida, no caso de omissão observando o que dispõe o art. 222, alínea "f", do CPC. III. Observe-se o contido no art. 277, §§ 2º e 3º, outrossim, que a defesa deverá ser oferecida em audiência, ciente o requerido que não comparecendo ou não apresentando defesa, inclusive, por estar desacompanhado de advogado, incidirá nos efeitos da revelia, presumindo-se como verdadeiros os fatos alegados na petição inicial. IV. Intime-se. Advs. Luiz Fernando de Queiroz e Patricia Piekarczyk.

150. MANUTENCAO DE POSSE - 0046251-72.2011.8.16.0001-PALMINOR PEREIRA DE SOUZA e outro x WANDERLEI ARLINDO DE SOUZA e outro - I. Trata-se de ação de Manutenção na Posse c/c Rescisão Contratual e Constituição de Alugueres ajuizada por PALMINOR PEREIRA DE SOUZA e ROSALIA CATARINA FANTIN DE SOUZA em face de WANDERLEI ARLINDO DE SOUZA E MARIBEL DE BRITO MASSARO, em que requerem, em sede liminar, seja deferida a sua manutenção exclusiva na posse do imóvel, com o afastamento dos réus. Pela análise dos autos, a fim de se evitar eventual prejuízo ao particular, entendo necessária a realização de audiência de justificação prévia. II. Para a audiência, designo o dia 28/11/2011, às 14:30 horas, oportunidade que serão ouvidas as partes, na sequência, decidido o pedido de antecipação de tutela. III. Cite-se a parte demandada sobre os termos da ação proposta, devendo o Sr. Oficial de Justiça identificar e qualificar os ocupantes do imóvel, intimando-os para que compareçam à audiência, cientes de que o prazo para a apresentação de contestação é de 15 dias contados da data da intimação da decisão que deferir ou não a medida liminar. IV. Intimem-se. Diligências necessárias. Deve o AUTOR cumprir o disposto 9.4.1 do Código de Normas, recolhendo antecipadamente as custas do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 74,25 (setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), no prazo de dez (10) dias. Adv. Vitorio Karan.

151. CARTA DE ORDEM - 1/2006-VINICIUS MILANI BUDEL x BANCO ITAÚ S/A - Tratam os autos de RESTAURAÇÃO DE AUTOS DE AÇÃO REVISIONAL ajuizada por VINÍCIUS MILANI BUDEL e outros em face de BANCO ITAÚ S/A, todos qualificados nos autos. No curso do processo, as partes transigiram e requereram a homologação do acordo. É o relatório. Face ao exposto, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, homologo por sentença o acordo realizado às fls. 688/690, e extingo a ação com julgamento de mérito, com fulcro no artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Custas pelos autores. Transitada em julgado, cumpra-se o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Advs. Luiz Antonio Pereira Rodrigues, MICHELE TATIANE SOUTO COSTA, Andreia Marina Latreille, Regina Tania Bortoli, ANA CRISTINA XAVIER, FERNANDA FORTUNATO MAFRA P. E SILVA, Emanuelle Carolina Baggio, ADRIANO HENRIQUE GOHR, MARIANA POSSAS PEREIRA, MARCUS DE OLIVEIRA SALLES REIS, CAROLINE CAVAGNARI TRAMUJAS, Walter Jose Mathias Junior, Luis Eduardo MIkowski, Evaristo Aragao Ferreira dos Santos, VANESSA CRISTINA CRUZ SCHEREMETA, Douglas dos Santos e Gabriella murara Vieira.

152. INTERDICAO - 0051019-41.2011.8.16.0001-GILBERTO MAFFEI ANTUNES SAMPAIO e outros x SIGRIS MÜLLER SAMPAIO - Petição Inicial aguardando o preparo, através de guia a ser impressa no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no valor de R$ 211,50 + R$ 9,40 autuação, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento. Adv. LAZARA DANIELE GUIDIO BIONDO.

153. EXECUCAO DE SENTENCA - 0051041-02.2011.8.16.0001-ELIN TALLAREK DE QUEIROZ x EGMA APARECIDA VICENTE PEREIRA - Petição Inicial aguardando o preparo, através de guia a ser impressa no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no valor de R$ 817,80 + R$ 9,40 autuação, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento. Advs. ARDEMIO DORIVAL MUCKE, GLEIDSON DE MORAES MUCKE e LEIRSON DE MORAES MUCKE.

154. INDENIZACAO - SUMARIA - 0051123-33.2011.8.16.0001-MELISSA TRANSPORTES E TURISMO LTDA x FABIO MARCIANO - Petição Inicial aguardando o preparo, através de guia a ser impressa no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no valor de R$ 817,80 + R$ 9,40 autuação, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento, bem como, a petição inicial deverá ser firmada. Advs. GUILHERME DE SALLES GONCALVES, Roberta A. Martinez Pereira França, CARLOS HENRIQUE DE MATTOS SABINO, ALEXANDRE BLEY RIBEIRO BONFIM e GIOVANI ZORZI RIBAS.

155. INEXIGIBILIDADE - 0051130-25.2011.8.16.0001-PONTO K COMERCIO DE VEICULOS LTDA. x GT SERVIÇOS DE ESTOFAMENTO LTDA e outro - Petição Inicial aguardando o preparo, através de guia a ser impressa no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no valor de R$ 380,70 + R$ 9,40 autuação, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento. Advs. TULIO MARCELO DENING BANDEIRA e CAROLINE AMADORI CAVET.

156. REVISÃO CONTRATUAL - ORDINÁRIA - 00051147-61.2011.8.16.0001 - FONTEMELL COMÉRCIO ARTIGOS GRÁFICAS E PRESENTES LTDA x BANCO ITAÚ S/A - Petição Inicial aguardando o preparo, através de guia a ser impressa no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no valor de R$ 817,80 + R$ 9,40 autuação, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento. Advs. Ney Pinto Varella Neto e PIRAMON ARAUJO.

157. MONITÓRIA - 0051166-67.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S.A. x ACERVO COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA - Petição Inicial aguardando o preparo, através de guia a ser impressa no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no valor de R$ 761,40 + R$ 9,40 autuação, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento. Advs. Marco Juliano Felizardo, MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI e MARCELO HENRIQUE MAGALHAES BATISTA.

158. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0051194-35.2011.8.16.0001 - CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARATI e outro x LUIS FERNANDO CORRÊA - Petição Inicial aguardando o preparo, através de guia a ser impressa no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no valor de R$ 789,60 + R$ 9,40 autuação,

pelo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento. Adv. CARLOS ALBERTO COSTA MACHADO.
159. REINTEGRACAO DE POSSE - 0051201-27.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL - BANCO MÚLTIPLO x SILVIA APARECIDA DE OLIVEIRA - Petição Inicial aguardando o preparo, através de guia a ser impressa no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no valor de R$ 817,80 + R$ 9,40 autuação, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento. Adv. JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR.
160. BUSCA E APREENSÃO - 0051235-02.2011.8.16.0001-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x MARIA CARMELINA FONTANELLI DA VEIGA - Petição Inicial aguardando o preparo, através de guia a ser impressa no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no valor de R$ 817,80 + R$ 9,40 autuação, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento. Adv. Cesar Augusto Terra.
161. INDENIZAÇÃO - ORDINÁRIA - 0051383-13.2011.8.16.0001-CEZAR ELIAS ARIDA x AYMORÉ CFI S/A (BANCO SANTANDER) - Petição Inicial aguardando o preparo, através de guia a ser impressa no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no valor de R$ 817,80 + R$ 9,40 autuação, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento. Adv. MICHEL KAFROUNI.
162. BUSCA E APREENSÃO - 0051438-61.2011.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x STEPHANNY GABRIELLE RODRIGUES - Petição Inicial aguardando o preparo, através de guia a ser impressa no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no valor de R$ 817,80 + R$ 9,40 autuação, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento. Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA.
163. BUSCA E APREENSÃO - 0051471-51.2011.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x ODAIR GRACIANO DA CRUZ - Petição Inicial aguardando o preparo, através de guia a ser impressa no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no valor de R$ 817,80 + R$ 9,40 autuação, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento. Adv. ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA.

CURITIBA, 28 de setembro de 2011.

# 9ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE CURITIBA - PR**
**CARTORIO DA NONA VARA CIVEL**
**JUIZA DE DIREITO DRA. FLÁVIA DA COSTA VIANA**

**RELAÇÃO Nº 154/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADBA CRISTINA HANNUCH 00021 001369/1998
ADONIS GALILEU DOS SANTOS 00006 000937/1996
ADRIANA ALVES 00034 000769/2001
ADRIANA DE FRANÇA 00063 000928/2010
ADRIANA E. CORREA 00034 000769/2001
AGATHA DOURADO MASSARANI 00079 009425/2011
AIRTON PASSOS DE SOUZA 00042 000989/2002
AIRTON SÁVIO VARGAS 00041 000129/2002
ALBERTO RODRIGUES ALVES 00085 032747/2011
ALCIDES LACOURT JUNIOR 00067 001619/2010
ALESSANDRO KIOSHI KICHIMO 00013 001025/1997
ALESSANDRO KISHINO 00013 001025/1997
ALESSANDRO MESTRINER FELIPE 00029 000585/2000
ALEX FRANCISCO PILATTI 00073 002275/2010
ALEXANDRA VALENZA ROCHA MALAFAIA 00061 002237/2009
ALEXANDRE DE ALMEIDA 00061 002237/2009
ALEXANDRE JOSÉ GARCIA DE SOUZA 00055 000437/2008
ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA 00046 001415/2002
ALTAMIRO ALVES DOS SANTOS 00021 001369/1998
00023 000997/1999
AMANDO BARBOSA LEMES 00068 001885/2010
ANA BEATRIZ ANTUNES 00045 001335/2002
ANA ELIETE BECKER MACARINI KOEHLER 00003 000701/1996
ANA PAULA CECY TURRA 00059 000363/2009
ANA PAULA SHELLER DE MOURA 00078 007009/2011
ANA PRISCILA FURST 00048 000205/2004
ANA ROSA DE LIMA BERNARDES 00076 005668/2011
ANDRE LUIZ AMANCIO PINTO 00054 000321/2008
ANDRE PEREIRA DA SILVA 00013 001025/1997
ANDREA SARTORI 00062 000771/2010
ANTONIO ALBERTO LOURENCO 00026 001339/1999
ANTONIO CARLOS CAMPONEZ 00031 001255/2000
ANTONIO CARLOS GONCALVES 00015 001453/1997
ANTONIO EMERSON MARTINS 00015 001453/1997
ARAKEN SANTOS PILATI 00084 025838/2011
ARARIPE SERPA GOMES PEREIRA 00048 000205/2004
ARLETE TEREZINHA DE A. KUMAKURA 00058 001581/2008
ARNALDO ALVES DE CAMARGO NETO 00001 000597/1995
ASSIS CORREA 00034 000769/2001
BEATRIZ SANTI 00033 000523/2001
BLAS GOMM FILHO 00005 000851/1996
BRUNO GUISS 00001 000597/1995
BRUNO LUIS MARQUE HAPNER 00062 000771/2010
BRUNO SANTOS DE LIMA 00056 001543/2008
CAIO ANTONIETTO 00052 000413/2007
CAMILA REDIVO 00040 000097/2002
CARLOS F. O. RATACHESKI 00013 001025/1997
CARLOS OSWALDO M. ANDRADE 00026 001339/1999
CARLOS ROBERTO CLARO 00023 000997/1999
CARLOS ROBERTO FERREIRA MUNHOZ COSTA 00070 002050/2010
CARLOS SCHWAMBACH FAZZIONI 00084 025838/2011
CELIA DO ROCIO DE PAULA 00053 001889/2007
CESAR AUGUSTO TERRA 00074 002381/2010
00078 007009/2011
CESAR RICARDO TUPONI 00031 001255/2000
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 00083 014583/2011
CLAIRE LEMOS DE CAMARGO 00060 001801/2009
CLARISSA LOPES ALENDE 00053 001889/2007
CLAUDINEI BENTO PINTO 00035 001139/2001
CLAUDINEI SZYMCZAK 00083 014583/2011
CLAUDIO MARCELO BAIAK 00030 000709/2000
00054 000321/2008
CLAUDIR MIGUEL BERTICELLI 00065 001261/2010
CLEBERSON BENTO PINTO 00035 001139/2001
CLEVERSON MARCEL SPOCHIADO 00076 005668/2011
CLINIO L. L. LYRA 00018 000109/1998
CLÉA MARA LUVIZOTO 00061 002237/2009
CRISTIANOKAMEL CALDAS 00027 001415/1999
DANIEL HACHEM 00003 000701/1996
00004 000821/1996
00020 001303/1998
00025 001323/1999
DARIANE MARQUES MARTINELLI 00040 000097/2002
DAYANA SANDRI DALLABRIDA 00050 000677/2004
DAYANA TEDESCHI DE ABREU AZEVEDO 00075 005429/2011
DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA 00053 001889/2007
DELIO DE JESUS SOUZA 00012 001021/1997
DENISE DUARTE SILVA MOREIRA 00080 009827/2011
DIOGENES ANTONIO CRACO 00024 001245/1999
DIOGO MATTE AMARO 00021 001369/1998
DUILIO SOARES 00027 001415/1999
EDGARD KATZWINKEL JUNIOR 00034 000769/2001
EDIVALDO MERCER GONÇALVES 00082 010659/2011
EDSON ANTONIO LENZI FILHO 00037 001447/2001
EDUARDO DE ASSIS BRASIL ROCHA 00069 001949/2010
EDUARDO ESPINDOLA CORREA 00034 000769/2001
ELVIO RENATTO SEVERO 00021 001369/1998
EMANUELLY PEREIRA DA SILVA 00069 001949/2010
ENRICO THIESSEN 00075 005429/2011
ERASMO FELIPE DE ARRUDA JUNIOR 00066 001557/2010
ESTEFANO ULANDOWISKI 00017 000031/1998
00019 000173/1998
00051 000643/2005
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS 00037 001447/2001
00062 000771/2010
FABIO ROTTER MEDA 00073 002275/2010
FABRICIO KAVA 00037 001447/2001
FABRICIO ROGERIO BECEGATTO 00006 000937/1996
FABRIZIO NICOLAI MANCINI 00028 000555/2000
FATIMA DENISE FABRIN 00037 001447/2001
FELIPE REDDIN WERKA 00043 001083/2002
FERNANDO CHIN FEI 00040 000097/2002
FERNANDO OLIVEIRA PERNA 00083 014583/2011
FLAVIA IRACEMA GIMENES 00070 002050/2010
FLAVIO WARUMBY LINS 00040 000097/2002
FRANCISCO MACHADO DE JESUS 00057 001565/2008
GERSON LUIZ WENZEL 00049 000255/2004
00055 000437/2008
GILBERTO RODRIGUES BAENA 00049 000255/2004
GILBERTO STINGLIN LOTH 00074 002381/2010
GILSON GOULART JUNIOR 00034 000769/2001
GISELE PASSOS TEDESCHI 00047 001521/2003
GISLAINE FERNANDA DE PAULA 00053 001889/2007
GIUSEPPE LANZUOLO 00067 001619/2010
GLADYS LUCIENNE DE SOUZA CORTEZ 00024 001245/1999
GLAUCO JOSE RODRIGUES 00063 000928/2010
GUILHERME CATUNDA MENDES 00023 000997/1999
HARRI KLAIS 00060 001801/2009
HEITOR ALCÂNTARA DA SILVA 00061 002237/2009
HENRIQUE KURSCHEIDT 00012 001021/1997
HERCULES LUIZ 00040 000097/2002
HERICK PAVIN 00072 002247/2010
IGOR LUBY KRAVTCHENKO 00023 000997/1999
INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO 00042 000989/2002
ISABELA ALTHEIA DE MATTOS SANTOS 00065 001261/2010
ISABELA MANSUR SPERANDIO 00052 000413/2007
ISABELLA SANTIAGO DE JESUS 00050 000677/2004
JANAINA CIRINO DOS SANTOS 00030 000709/2000
JANAINA ZANON 00049 000255/2004
JANE DIAS MASCARENHAS PEREIRA 00035 001139/2001
JEAN MARCO DOMINGUES 00082 010659/2011
JEFERSON LUIZ LUCASKI 00015 001453/1997
JOAO EDSON LOPES PEIXOTO 00053 001889/2007
JOAO ERNESTO BATISTA 00038 000011/2002
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO 00074 002381/2010
00078 007009/2011
JOEL KRAVTCHENKO 00023 000997/1999
JONNY PAULO DA SILVA 00034 000769/2001
JORGE AUGUSTO KRUGER 00084 025838/2011
JORGE LUIZ STUPAK 00026 001339/1999

JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA 00047 001521/2003
JOSE JORGE TOBIAS DE SANTANA 00006 000937/1996
JOSE PAULO GRANEIRO PERREIRA 00046 001415/2002
JOSE ROBERTO DUTRA HAGEBOCK 00016 001465/1997
JOSE ROBERTO SPERANDIO 00052 000413/2007
JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA 00015 001453/1997
JOSÉ VALTER RODRIGUES 00017 000031/1998
00051 000643/2005
JOYCE VINHAS VILLANUEVA 00022 001419/1998
JULIANA LOEPER 00053 001889/2007
JULIANE TOLEDO S. ROSSA 00077 005931/2011
JULIO BARBOSA LEMES FILHO 00068 001885/2010
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00076 005668/2011
KELLY CISTINA WORM COTLINSKI CANZAN 00067 001619/2010
LAURA AGRIFOGLIO VIANNA 00084 025838/2011
LEOBERTO EMERIO PEREIRA 00059 000363/2009
LEONARDO THOMAZONI LOYOLA 00043 001083/2002
LEONEL CAMILLI 00043 001083/2002
LEONEL TREVISAN JUNIOR 00037 001447/2001
00042 000989/2002
LICIANE PRISCILA GELENSKI 00050 000677/2004
LIDIANA VAZ RIBOVSKI 00074 002381/2010
LILIANE MARIA TABORDA LIMA 00021 001369/1998
LIZETE RODRIGUES FEITOSA 00063 000928/2010
LOLINNA CHAN 00036 001313/2001
LUCIA ANA LAZOF 00028 000555/2000
LUCIANA ANDREA MAYRHOFER DE OLIVEIRA 00048 000205/2004
LUCIANA RICCI SALOMONI 00034 000769/2001
LUCIANA SAVARIS MORCELLI 00065 001261/2010
LUCIANO CHIZINI E CHEMIN 00010 000193/1997
LUCIMAR DE PAULA 00086 007463/2011
LUCIO ROCA BRAGANÇA 00084 025838/2011
LUIR CESCHIN 00084 025838/2011
LUIS CARLOS BERALDI LOYOLA 00043 001083/2002
LUIS FERNANDO NADOLNY LOYOLA 00021 001369/1998
LUIZ ALBERTO GONCALVES 00040 000097/2002
LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO 00015 001453/1997
LUIZ CESAR ALENCAR RIBEIRO 00081 010203/2011
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00031 001255/2000
00032 000503/2001
LUIZ FERNANDO PEREIRA 00049 000255/2004
00050 000677/2004
LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO 00047 001521/2003
00047 001521/2003
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 00037 001447/2001
00062 000771/2010
LUIZ SALVADOR 00072 002247/2010
LUIZA M. THOMAZONI LOYOLA 00043 001083/2002
LUÍS GUILHERME LANGE TUCUNDUVA 00085 032747/2011
MAISA GORETI LOPES SANT´ANA 00060 001801/2009
MANOEL BORBA DE CAMARGO 00018 000109/1998
MARCEL EDUARDO DE LIMA 00084 025838/2011
MARCELO HIRT 00085 032747/2011
MARCELO AUGUSTO ANGIOLETTI 00035 001139/2001
MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH 00086 007463/2011
MARCELO GONÇALVES DA SILVA 00081 010203/2011
MARCELO PACHECO PIROLO 00007 000987/1996
MARCIA RUBINECK TREVISAN 00037 001447/2001
MARCIO ADRIANO PINHEIRO 00031 001255/2000
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00046 001415/2002
MARCOS AUGUSTO MALUCELLI 00014 001169/1997
MARCOS BUENO GOMES 00057 001565/2008
MARCOS LEANDRO PEREIRA 00056 001543/2008
MARCUS AURELIO COELHO 00034 000769/2001
MARIA CRISTINA SIMON 00073 002275/2010
MARIA EMA PACHECO DOS SANTOS 00027 001415/1999
MARIA LUCIA LINS C DE MEDEIROS 00037 001447/2001
MARIANE CARDOSO MACAREVICH 00046 001415/2002
MARIANE MACAREVICH 00071 002144/2010
MARISOL BENTO MERINO 00008 001039/1996
MARLY DE CASSIA M. F. REGIANI 00029 000585/2000
MARQUEZ HUDSON CORES 00025 001323/1999
MARTA SUZY WAGNER 00021 001369/1998
MAURICIO KAVINSKI 00031 001255/2000
MAURICIO PIOLI 00024 001245/1999
MAURILIO VIANA PEREIRA 00036 001313/2001
MAYLIN MAFFINI 00064 001009/2010
00071 002144/2010
MICHELLE SCHUSTER NEUMANN 00078 007009/2011
MIGUEL CESAR SETIM 00045 001335/2002
MIRIAM PEREIRA CANFIELD 00027 001415/1999
MIRIAN CANFIELD PETTRECA 00027 001415/1999
MOISES DE JESUS TEIXEIRA JUNIOR 00073 002275/2010
MOZART KRIEGER 00001 000597/1995
NEITON M. PRIEBE 00058 001581/2008
NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR 00002 000293/1996
00011 000219/1997
NELSON GONZI MORGADO 00039 000043/2002
NEY DE OLIVEIRA RODRIGUES 00024 001245/1999
NEY PINTO VARELLA NETO 00038 000011/2002
NORBERTO TREVISAN BUENO 00032 000503/2001
ODECIO LUIZ PERALTA 00046 001415/2002
ODORICO TOMASONI 00018 000109/1998
ORIMAR CROCETTI DE FREITAS 00050 000677/2004
ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR 00020 001303/1998
OSMAR HELCIAS SCHWARTZ JUNIOR 00044 001249/2002
OTO LUIZ SPONHOLZ JUNIOR 00062 000771/2010
PABLO ADRIANO DE PAULA 00021 001369/1998
PATRICK G. MERCER 00066 001557/2010
PAULO A.A.ARAUJO 00018 000109/1998
PAULO CESAR KEINERT CASTOR 00010 000193/1997
PAULO FERNANDO PAZ ALARCON 00048 000205/2004
PAULO MAURICIO DA ROCHA TURRA 00021 001369/1998
PAULO ROBERTO BARBIERI 00042 000989/2002
PAULO ROBERTO MARQUES HAPNER 00062 000771/2010
PAULO RODRIGO PAIVA DE AZEVEDO 00043 001083/2002
PAULO SERGIO STAHLSCHMIDT CACHOEIRA 00009 001337/1996
PAULO SÉRGIO WINCKLER 00049 000255/2004
00050 000677/2004
PIETRO TOALDO DAL FORNO 00069 001949/2010
PRISCILA KEI SATO 00037 001447/2001
RAFAEL PADILHA CALDAS 00027 001415/1999
RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES 00024 001245/1999
RENATO COSTA LUZ P. HORA 00044 001249/2002
RENATO WOLF PEDROSO 00084 025838/2011
RICARDO RUSSO 00009 001337/1996
RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELO 00037 001447/2001
ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK 00013 001025/1997
ROBERTO CORDEIRO JUSTUS 00044 001249/2002
ROBERTO FERREIRA 00040 000097/2002
ROBERTO VARELA GEWEHR 00049 000255/2004
00050 000677/2004
RODOLFO SERODIO GIMENES 00084 025838/2011
RODRIGO PARISSI ABARNO 00084 025838/2011
ROMULO VINICIUS FINATO 00037 001447/2001
00042 000989/2002
ROQUE SEBASTIÃO DA CRUZ 00048 000205/2004
ROSANGELA DA ROSA CORREA 00046 001415/2002
ROSÂNGELA DA ROSA CORREA 00071 002144/2010
RUBENS METTE 00038 000011/2002
SANDRA LIA LEDA BAZZO BARWINSKI 00002 000293/1996
SANDRA REGINA RODRIGUES 00085 032747/2011
SELMA C. SAITO AZEVEDO 00079 009425/2011
SERGIO ANTONIO MEDA 00073 002275/2010
SERGIO BATISTA HENRICHS 00026 001339/1999
SERGIO SCHULZE 00040 000097/2002
00076 005668/2011
SERGIO SELEME 00034 000769/2001
SIMONE ZONARI LETCHACOSKI 00012 001021/1997
TATIANA DENCZUK 00014 001169/1997
TERESA CELINA ARRUDA ALVIM WAMBIER 00037 001447/2001
00062 000771/2010
THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS 00046 001415/2002
VANDA LUCIA TAVARES DE BARROS 00068 001885/2010
VANESSA QUEIROZ PONNCIANO 00033 000523/2001
VANUSA APARECIDA HOFFMANN 00080 009827/2011
VINICIUS BAZZANEZE 00083 014583/2011
VINICIUS GONCALVES 00046 001415/2002
VINICIUS KOBNER 00052 000413/2007
VIVIANE DE SOUZA VICENTIN 00021 001369/1998
VIVIANE KARINA TEIXEIRA 00076 005668/2011
WASHINGTON MANSUR SPERANDIO 00052 000413/2007
ZÉLIA MEIRELES ESCOUTO 00069 001949/2010

1. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-597/1995-JOSE ROBERTO BONILAURI x GEORGIA DE REZENDE CAROLLO-1.Recebo o recurso de apelaçao interposto no seu duplo efeito (fls.199/207), na forma do artigo 520 , caput, do C.P.C. 2. Ao Recorrido para, querendo, contra-arrazoar. 3. Na sequência, ao E.TJ-PR, com as homenagens deste R. Juízo. 4. Int. Dil. Nec. -Advs. ARNALDO ALVES DE CAMARGO NETO, MOZART KRIEGER e BRUNO GUISS-.

2. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-293/1996-FORTUNA INFORM.COM.PARTICIP. LTDA x CELIA DE SOUZA LIMA-Vistos etc. 1. Considerando a ausência de pagamento, DEFIRO a expedição de mandado de penhora livre a incidir sobre os bens móveis localizados na residência do executado, guardando-se os óbices legais. 2. Não sendo positiva a constrição e considerando que os ativos financeiros figuram em primeiro lugar na ordem prevista no artigo 655 do C.P.C. (Art. 655. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;), determino a penhora sobre crédito figurante em contas, fundos e aplicações do(s) Executado(s), além do bloqueio pertinente, tudo a ser efetivado por meio do sistema BACENJUD. Para tanto, o credor deverá, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar planilha atualizada do débito, retornando em seguida para elaboração da minuta. 3. Não havendo ativos financeiros a bloquear, expeça-se novo mandado de penhora de bens e avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o Executado (§ 1º Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o oficial de justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.). Considerando a nova redação dada ao artigo 666 do C.P.C. pela Lei nº 11.382, de 06.12.2006, DOU de 07.12.2006. (Art. 666. Os bens penhorados serão preferencialmente depositados: II - em poder do depositário judicial, os móveis e os imóveis urbanos;), efetuada penhora de bens móveis, determino ao Sr. Oficial de Justiça ao qual for distribuído o mandado que proceda à imediata remoção do bem penhorado e depósito junto ao depositário público da comarca. 4. Não encontrando bens, determino a expedição de ofício à Receita Federal para apresentação das últimas 03 (três) declarações do imposto de renda. Conste no expediente o prazo de 10 (dez) dias para resposta. Nesse caso, decreto o segredo de justiça. Anote-se onde couber. Após, manifeste-se o exeqüente, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o prosseguimento do feito, requerendo o que for pertinente. Em nada sendo requerido, arquivem-se provisoriamente os autos até ulterior manifestação da Parte interessada ou prescrição intercorrente. Neste

caso, levante-se eventual gravame e/ou oficie-se para desbloqueio. 5. Ultimado o gravame, lavre-se termo de penhora e, na seqüência, certifique o cartório quanto a oposição de embargos (deverá ser observada a atual legislação processual e não a antiga) e, na seqüência, manifeste-se o Exeqüente, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do prosseguimento do feito. 6. Ultimado em branco o prazo assinado no item '5', certifique-se, efetive-se o desbloqueio dos ativos financeiros e, sequencialmente, arquivem-se provisoriamente os autos até ulterior manifestação da Parte interessada ou prescrição intercorrente. 7. Intimem-se. Diligências necessárias. -Promova a parte interessada o preparo das custas relativas as diligencias a serem cumpridas pelo Sr. Oficial de Justica, conforme Prov. 01/99, item 9.4.8. -Advs. SANDRA LIA LEDA BAZZO BARWINSKI e NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR-.

3. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-701/1996-BANCO ITAÚ S/A x TRANSMITEC COM. DE CORREIAS LTDA e outro-Promova a parte interessada ao pagamento das custas remanescentes no valor de R$526,40, Oficial de justiça GRC R$129,00, Depositário Público R$75,43 ,cfe, calculo de fls.253, no prazo legal -Advs. DANIEL HACHEM e ANA ELIETE BECKER MACARINI KOEHLER-.

4. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-821/1996-BANCO BRADESCO S.A x MASSILON DE OLIVEIRA ASTARITA E OUT-Vistos etc. 1. Ante o contido à fl. 240, manifeste-se o Exequente, no prazo de 10 (dez) dias, ficando ciente que o transcurso em branco do prazo assinado fará presumir ausência de interesse na celebração de transação. 2. Oportunamente, voltem. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. DANIEL HACHEM-.

5. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-851/1996-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x JOAO AUGUSTO TURRA PIMPAO- Vistas, no prazo legal.-Adv. BLAS GOMM FILHO-.

6. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-937/1996-PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A x RECH & FUDO LTDA e outros- Vistos etc. 1. Oficie-se ao Banco do Brasil S/A, agência Toledo, para que, no prazo de 10 (dez) dias, prestes as informações solicitadas pela parte exequente no item 03 da petição de fls.589/590. 2. Com a resposta, intime-se a parte interessada para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias. 3. Int. Dil.Nec.-Promova a parte interessada a retirada do ofício expedido à disposição em cartório, diligênciando o seu cumprimento, no prazo legal. (Promova o recolhimento de guia no valor de R$9,40 para a devida retirada). -Advs. ADONIS GALILEU DOS SANTOS, JOSE JORGE TOBIAS DE SANTANA e FABRICIO ROGERIO BECEGATTO-.

7. ACAO DE DESPEJO-987/1996-HERDEIROS DE OLEGARIA VASCONC.FARIA e outro x JAMIR SALIM SIRHAL- Vistos etc. 1. Deverá a parte exequente, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito. 2. Após, voltem os autos conclusos para análise da petição de fls.133/136. 3. Int. Dil.Nec.-Adv. MARCELO PACHECO PIROLO-.

8. ACAO DE REPAR. DE DANOS-ps-1039/1996-MARIA APARECIDA MERINO x CONDIC ENGENH.CONST.D. IND. E COM. e outros-Vistos etc. 1. Considerando que alguns Executados não foram encontrados (apontados no item '1' de fl. 471), oficie-se à Receita Federal do Brasil solicitando, no prazo de 10 (dez) dias, informações acerca dos correspondentes endereços. 2. Com a resposta, manifeste-se o exequente, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o prosseguimento do feito, requerendo o que for pertinente. Em nada sendo requerido, arquivem-se provisoriamente os autos até ulterior manifestação da Parte interessada ou prescrição intercorrente. Neste caso, empreenda-se desbloqueio dos ativos já arrestados. 3. Quanto ao prosseguimento do feito em relação aos Executados citados, observe-se, na integralidade, o comando exsurgente do R. Despacho de fls. 471/473. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Promova o preparo das custas dos ofícios a serem expedidos, valor unitário de R $9,40, no prazo legal. -Adv. MARISOL BENTO MERINO-.

9. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-1337/1996-MOINHO RIO NEGRO LTDA x PADARIA AURORA LTDA-Vistos etc. 1. Diante do contido à fl. 385, em substituição nomeio ARNOLDO JOAQUIM DIAS JÚNIOR como administrador, que deverá ser intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, salientar se aceita o encargo e, com arrimo no parágrafo único do artigo 678 do C.P.C., apresentar forma de administração e o esquema de pagamento. 2. Oportunamente, voltem-me os autos conclusos. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. PAULO SERGIO STAHLSCHMIDT CACHOEIRA e RICARDO RUSSO-.

10. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-193/1997-LUCIANO CHEMIN x LUIZ MARCELO S. BOLOGNINI- Vistos etc. 1. Preliminarmente deve o Exequente, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar planilha atualizada de débito, voltando em seguida. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. PAULO CESAR KEINERT CASTOR e LUCIANO CHIZINI E CHEMIN-.

11. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-219/1997-FRANCISCO EDSON DUBIELA x JAIRSON DA SILVA-A parte interessada para retirar a carta precatória expedida dos autos, em 48horas, diligenciando no seu cumprimento diretamente no digno Juízo Deprecado. -Adv. NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR-.

12. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-1021/1997-EMY JESSY SENFF CONTIN e outros x SERGIO SENFF e outros- "Pela derradeira vez, promova-se as custas remanescentes fls.225, no prazo legal".-Advs. DELIO DE JESUS SOUZA, HENRIQUE KURSCHEIDT e SIMONE ZONARI LETCHACOSKI-.

13. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-1025/1997-EBRASA-INDUSTRIA DE EMBALAGENS DE PAPEL LTDA x PELICANO-SERIGRAFIA E PRODUCOES PROMOCIONAIS LTDA-Vistos etc. 1. Manifeste-se o exeqüente, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o prosseguimento do feito, requerendo o que for pertinente. 2. Em nada sendo requerido, arquivem-se provisoriamente os autos até ulterior manifestação da Parte interessada ou prescrição intercorrente. Neste caso, levante-se eventual gravame e/ou oficie-se para desbloqueio. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. CARLOS F. O. RATACHESKI, ANDRE PEREIRA DA SILVA, ALESSANDRO KISHINO, ALESSANDRO KIOSHI KICHIMO e ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK-.

14. EMBARGOS A EXECUCAO-1169/1997-INDUSTRIAS BAU DE MARMORES E GRANITOS LTDA e outro x NABI KEMMEL MELLEM-Vistos etc. 1. Sobre o contido às fls. 343/344, diga o Sr. Perito, em 10 (dez) dias, especialmente no que se refere á possibilidade de diferenciar pedras da postulante das de outros fornecedores. 2. Com resposta, diga a Parte Embargada em 10 (dez) dias. 3. Oportunamente, voltem. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. "Tendo em vista os esclarecimentos do perito em fls.348/358, cumpram-se o item 2, do r. despacho supracitado". -Advs. TATIANA DENCZUK e MARCOS AUGUSTO MALUCELLI-.

15. ACAO DE COBRANCA-ps-1453/1997-CONDOMINIO RESIDENCIAL GRACIOSA x ALMERINDO JOSE PEREIRA-Vistos etc. 1. Oficie-se conforme requerido à fls.450, com a resposta aos ofícios, manifeste-se a parte exequente, em 10 (dez) dias, sobre o prosseguimento do feito, requerendo o que for pertinente. 2. Oportunamente, voltem. 3. Int.Dil.Nec. -Promova a parte interessada a retirada do ofício expedido à disposição em cartório, diligênciando o seu cumprimento, no prazo legal. (Promova o recolhimento de guia no valor de R$9,40 para a devida retirada). -Advs. LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO, JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA, ANTONIO EMERSON MARTINS, ANTONIO CARLOS GONCALVES e JEFERSON LUIZ LUCASKI-.

16. ACAO DE COBRANCA-ps-1465/1997-CONDOMINIO EDIFICIO SAVION x ROBERTO SERGIO MEROLLI-Promova a parte interessada a retirada do ofício expedido à disposição em cartório, diligênciando o seu cumprimento, no prazo legal. (Promova o recolhimento de guia no valor de R$9,40 para a devida retirada). -Adv. JOSE ROBERTO DUTRA HAGEBOCK-.

17. INVENTARIO-31/1998-JULIANA MENDES x ESP. DE ROGERIO RIBEIRO DA FONSECA MENDES- Vistos etc. 1. Defiro o pedido de suspensão pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Aguarde-se em arquivo provisório. 2. Ultimado o prazo supra, manifeste-se a Inventariante no prazo de 10 (dez) dias, providenciando os atos necessários ao prosseguimento do feito. Fique ciente que o transcurso in albis do prazo assinado será entendido como desistência. Neste caso, certifique-se e voltem. 3. Segue despacho nos autos em apenso. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ESTEFANO ULANDOWISKI e JOSÉ VALTER RODRIGUES-.

18. DISSOLUCAO DE SOCIED-po-109/1998-ESP.MARIO JOSE FONTANA e outro x ANTONIO GABRIEL BASSO-Vistos etc. 1. Desentranhe-se e cumpra-se novamente o mandado. 2. Após, voltem. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. -Promova a parte interessada o preparo das custas relativas as diligencias a serem cumpridas pelo Sr. Oficial de Justica, conforme Prov. 01/99, item 9.4.8. -Advs. CLINIO L. L. LYRA, PAULO A.A.ARAUJO, ODORICO TOMASONI e MANOEL BORBA DE CAMARGO-.

19. ALVARA-173/1998-JULIANA MENDES x ESP. DE ROGERIO RIBEIRO DA FONSECA MENDES-Vistos etc. 1. Avoquei. 2. Intime-se a Inventariante para que, no prazo de 10 (dez) dias, atenda à cota ministerial de fl. 170, v°. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. ESTEFANO ULANDOWISKI-.

20. ACAO ORDIN.DE REPET.DEBITO-1303/1998-ILMA APARECIDA REIS RODRIGUES e outro x BANCO BRADESCO S.A- Manifestem-se as partes acerca do Laudo de fls.617/644, conforme determinado em f.602, no prazo legal.-Advs. ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR e DANIEL HACHEM-.

21. RESCISAO DE CONTRATO-po-1369/1998-DEVANIR AUGUSTO DE OLIVEIRA x TORREBLANCA CONST.E INCORPORACOES LTDA e outro-Vistos etc. 1. Considerando que os ativos financeiros figuram em primeiro lugar na ordem prevista no artigo 655 do C.P.C. (Art. 655. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;), determino a penhora sobre crédito figurante em contas, fundos e aplicações do(s) Executado(s), além do bloqueio pertinente, tudo a ser efetivado por meio do sistema BACENJUD. Para tanto, a Parte Exeqüente deverá apresentar planilha atualizada de débito. 2. Não havendo ativos financeiros a bloquear, expeça-se mandado de penhora, na forma do artigo 475-J, a incidir sobre bens que garantam o valor atualizado da dívida, já acrescido da multa no percentual de 10% (dez por cento). Considerando a nova redação dada ao artigo 666 do C.P.C. pela Lei nº 11.382, de 06.12.2006, DOU de 07.12.2006. (Art. 666. Os bens penhorados serão preferencialmente depositados: II - em poder do depositário judicial, os móveis e os imóveis urbanos;), efetuada penhora de bens móveis, determino ao Sr. Oficial de Justiça ao qual for distribuído o mandado que proceda à imediata remoção do bem penhorado e depósito junto ao depositário público da comarca. 3. Com a lavratura do auto de penhora, cumpra-se o determinado no §1° do artigo 475-J do C.P.C. (1º Do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado (arts. 236 e 237), ou, na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio, podendo oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze dias.), intimando-se a Executada, na pessoa de seu advogado (arts. 236 e 237), para oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze dias. 4. Com o transcurso in albis do prazo para impugnação, certifique-se e abra-se vista ao Exeqüente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que for pertinente. 5. Em nada sendo requerido, certifique-se, levante-se eventual constrição e arquive-se provisoriamente o feito até ulterior manifestação da Parte interessada ou prescrição intercorrente. 6. Se houver pagamento, manifeste-se o Exeqüente, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da satisfação do crédito, ficando ciente que o transcurso in albis será entendido como quitação plena. 7. Ultimado em branco o prazo acima, certifique-se e voltem. 8. Anote-se na distribuição, registro, autuação e onde mais couber que se trata de "cumprimento de sentença". 9. Intimem-se. Diligências necessárias. "Manifeste-se o exequente sobre a certidão da Serventia, acerca do Bacenjud em fls.623, no prazo legal"-Promova a parte interessada o preparo das custas relativas as diligencias a serem cumpridas pelo Sr. Oficial de Justica, conforme Prov. 01/99, item 9.4.8. -Advs. ELVIO RENATTO SEVERO, LUIS FERNANDO NADOLNY LOYOLA, VIVIANE DE SOUZA VICENTIN, LILIANE MARIA TABORDA LIMA, ALTAMIRO ALVES DOS SANTOS, ADBA CRISTINA HANNUCH,

MARTA SUZY WAGNER, PAULO MAURICIO DA ROCHA TURRA, DIOGO MATTE AMARO e PABLO ADRIANO DE PAULA-.

22. ACAO MONITORIA-1419/1998-FRANCISCO NEVES FERNANDES x PEDRO IZAURO GREIN-Vistos etc. 1. Compulsando os autos, verifiquei que a declaração de bens do Executado encaminhada para este Juízo data do ano de 2007 (fl. 191), portanto, muito antiga e não estando mais arquivada nesta Serventia. 2. A par disso, manifeste-se o Exequente no prazo de 10 (dez) dias, acerca do prosseguimento do feito, requerendo o que for pertinente. 3. Em nada sendo requerido, certifique-se, levante-se eventual constrição e arquive-se provisoriamente o feito até ulterior manifestação da Parte interessada ou prescrição intercorrente. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. JOYCE VINHAS VILLANUEVA-.

23. ORDINARIA-997/1999-EDEME CONSTRUCOES CIVIS PLANEJAMENTO LTDA x MASSA FALIDA ENGEDRIL ENGENHARIA LTDA-1. Manifeste-se o exeqüente, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o prosseguimento do feito, requerente o que for pertinente. 2. Em nada sendo requerido,certifique-se, levante-se eventual constrição e arquivem-se provisoriamente o feito até ulterior manifestação da Parte interessada ou prescrição intercorrente. 3. Int. Dil.Nec. -Advs. JOEL KRAVTCHENKO, IGOR LUBY KRAVTCHENKO, ALTAMIRO ALVES DOS SANTOS, GUILHERME CATUNDA MENDES e CARLOS ROBERTO CLARO-.

24. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-1245/1999-ARNILDO MARTINI x JAIR PEREIRA TISSOT- Vistos etc. 1. Tendo em vista que a própria parte Exeqüente interpôs o recurso de Agravo de Instrumento, aguarde-se por 30 (trinta) dias em cartório e, em seguida, certifique-se acerca do julgamento do agravo em tela. 2. Não tendo havido julgamento, aguarde-se por ulteriores 30 (trinta) dias e, após, certifique-se novamente. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. DIOGENES ANTONIO CRACO, NEY DE OLIVEIRA RODRIGUES, GLADYS LUCIENNE DE SOUZA CORTEZ, RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES e MAURICIO PIOLI-.

25. ACAO DE COBRANCA-po-1323/1999-BANCO ITAÚ S/A x NILSON FRANCISCO ROCHA-Vistos etc. 1. Considerando o depósito equivocado, expeça-se o alvará, conforme requerido à fl. 306. 2. Preliminarmente, deve o Exequente, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar planilha atualizada do débito. 3. Em seguida, expeça-se mandado de avaliação do bem penhorado. 4. Com o laudo, manifestem-se as Partes, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da avaliação, ficando cientes que o transcurso em branco do prazo assinado será entendido como anuência. 5. Intimem-se. Diligências necessárias."Da informação/Requerimento do Sr. Avaliador em f.310, manifeste-se a parte interessada, no prazo legal". -Advs. DANIEL HACHEM e MARQUEZ HUDSON CORES-.

26. ARROLAMENTO-1339/1999-JOSE LUIZ STUPAK e outros x ESPOLIO DE MIGUEL STUPAK- Sobre a certidão de f.337-vº, manifeste-se o inventariante, no prazo legal.-Advs. CARLOS OSWALDO M. ANDRADE, SERGIO BATISTA HENRICHS, ANTONIO ALBERTO LOURENCO e JORGE LUIZ STUPAK-.

27. ACAO DE COBRANCA-po-1415/1999-SERGIO TERNUS x ELZA DEKKER PAULS e outro-Vistos etc. 1. A fim de viabilizar a realização de penhora de ativos financeiros, deve a Parte credora desistir do anterior gravame figurante nos autos (cf. fl. 211), visto que em não se tratando de reforço, a existência de várias constrições sem o prosseguimento do feito rumo à fase expropriatória afronta o disposto no artigo 620 do CPC. 2. Em assim sendo, manifeste-se o credor, no prazo de 10 (dez) dias, se persiste interesse na penhora levada a cabo à fl. 211. Fique ciente que o transcurso em branco do prazo assinado fará presumir interessa na penhora outrora realizada. 3. Ademais, anote-se na distribuição, registro, autuação e onde mais couber que se trata de "cumprimento de sentença". 4. Oportunamente, voltem. 5. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. MIRIAN CANFIELD PETTRECA, MIRIAM PEREIRA CANFIELD, MARIA EMA PACHECO DOS SANTOS, DUILIO SOARES, RAFAEL PADILHA CALDAS e CRISTIANOKAMEL CALDAS-.

28. ACAO MONITORIA-555/2000-BANCO DO BRASIL S/A x ALESSANDRA DE CASSIA BELLO CORDEIRO-Vistos etc. 1. A controvérsia cinge-se à aplicação de juros de mora sobre a verba de sucumbência fixada na R. Sentença proferida à fl. 341, no montante de R$2.000,00 (dois mil reais). 2. Compulsando os autos, verifico que o capítulo da R. Sentença alusivo aos honorários advocatícios fora líquido (cf. fl. 341), tendo sido fixado montante de R$2.000,00 (dois mil reais), divididos proporcionalmente em 60% (sessenta por cento) e 40% (quarenta por cento). 3. Quanto ao capítulo principal, ficou definido a necessidade de cálculo a ser elaborado pelo contador a fim de viabilizar o prosseguimento do feito. 4. Dessa forma, com o retorno dos autos houve a remessa ao contador judicial (fl. 400), sem que, ainda, tenha havido a deflagração da fase de cumprimento de sentença. Considerando, pois, entendimento sufragado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a fase de cumprimento somente se inicia após a intimação do devedor para pagamento (AgRg no Recurso Especial nº 1159329/SC (2009/0201348-6), 1ª Turma do STJ, Rel. Luiz Fux. j. 21.09.2010, unânime, DJe 05.10.2010), não há que se considerar a existência de mora a justificar a incidência dos correspondentes juros à verba sucumbencial se sequer se verificou intimação para início da fase de cumprimento. 5. Nesse sentido: Agravo de Instrumento nº 0032181-56.2010.404.0000/RS, 4ª Turma do TRF da 4ª Região, Rel. Marga Inge Barth Tessler. j. 15.12.2010, unânime, DE 14.01.2011: "(...)Tratando-se de cumprimento de sentença relativa a honorários advocatícios, somente incidem juros moratórios a partir da intimação do devedor, observado o prazo para cumprimento espontâneo previsto no art. 475-J do CPC (...)";AC nº 131572/RN (98.05.05125-0), 1ª Turma do TRF da 5ª Região, Rel. Francisco Cavalcanti. j. 20.05.2010, unânime, DJe 16.06.2010: "(...)Se não há mora sobre o principal, indevido o cômputo de juros de mora na execução de honorários advocatícios (...)";Agravo de Instrumento nº 14109000076, 4ª Câmara Cível do TJES, Rel. Carlos Roberto Mignone. j. 10.08.2010, unânime, DJ 21.10.2010: "(...)Quando da atualização dos honorários advocatícios sucumbenciais fixados sobre o valor da causa dos embargos à execução, deverão incidir correção monetária a partir da data da oposição destes (Súmula 14/STJ) e juros de mora desde a intimação do condenado procedida na fase de cumprimento de sentença, o que não destoa da ratio decidendi de reiterados precedentes do Superior Tribunal de Justiça e também desta colenda Câmara Cível acerca do tema (...)". 6. Portanto, voltem os autos ao Contador Judicial para que efetue cálculo desconsiderando os juros de mora sobre a verba de sucumbência. 7. Após a elaboração do cálculo, manifeste-se o credor, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o prosseguimento do feito, requerendo o que for pertinente. Em nada sendo requerido, arquivem-se provisoriamente até ulterior manifestação da Parte interessada ou prescrição intercorrente. 8. Intimem-se. Diligências necessárias. -"Aguarda-se o recolhimento das custas do Sr. Contador, no que perfaz R$ 89,94, no prazo legal, recolher guia especifica ao contador e não ao cartório". -Advs. LUCIA ANA LAZOF e FABRIZIO NICOLAI MANCINI-.

29. ACAO DE DESPEJO-585/2000-ORESTES DILAY x NICANOR RATHIER DUTRA-Vistos etc. 1. Determino a penhora sobre crédito figurante em contas, fundos e aplicações do Executado, além do bloqueio pertinente, tudo a ser efetivado por meio do sistema BACENJUD. Para tanto, elaborei minuta pertinente, devendo o cartório, por seu funcionário credenciado, verificar, ultimado o prazo de 10 dias, se efetivamente bloqueado algum montante. 2. No mais, cumpram-se as demais determinações pertinentes contidas às fls. 282/283. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. "Da verificação conforme certidão de f.292, manifeste-se o credor, no prazo legal".-Promova a parte interessada o preparo das custas relativas as diligencias a serem cumpridas pelo Sr. Oficial de Justica, conforme Prov. 01/99, item 9.4.8. -Advs. MARLY DE CASSIA M. F. REGIANI e ALESSANDRO MESTRINER FELIPE-.

30. ACAO DE COBRANCA-ps-709/2000-CONDOMINIO CONJUNTO MORADIAS SÃO JOÃO DEL REY VI x JOSÉ ALBERTO POMIN e outro-"Do retorno do(s) ofiício(s) juntado nos autos em fls.296, manifestem-se os interessados, no prazo legal" -Advs. CLAUDIO MARCELO BAIAK e JANAINA CIRINO DOS SANTOS-.

31. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-1255/2000-BANCO ABN AMRO S/A x BARROS AUTO PEÇAS LTDA e outro-"Do retorno do(s) ofiício(s) juntado nos autos em fls. 223/224, manifestem-se os interessados, no prazo legal" -Advs. MAURICIO KAVINSKI, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, ANTONIO CARLOS CAMPONEZ, MARCIO ADRIANO PINHEIRO e CESAR RICARDO TUPONI-.

32. ACAO DE COBRANCA-po-503/2001-MIRACI DE LOURDES SOARES x CIDADELA S/A-Promova a parte interessada a retirada do ofício expedido à disposição em cartório, diligênciando o seu cumprimento, no prazo legal. -Advs. NORBERTO TREVISAN BUENO e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

33. ACAO DE COBRANCA-ps-523/2001-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA EFIGENIA II x AUGUSTO BASCO JUNIOR e outros-Promova o preparo das custas dos ofícios a serem expedidos, valor unitário de R $9,40, no prazo legal. -Advs. BEATRIZ SANTI e VANESSA QUEIROZ PONNCIANO-.

34. SUSTACAO DE PROTESTO-769/2001-CEJEN ENGENHARIA LTDA x FINAZE C & R FOMENTO MERCANTIL INDL.LTDA-"Do retorno do(s) ofiício(s) juntado nos autos em fls.362, manifestem-se os interessados, no prazo legal" -Advs. ADRIANA ALVES, EDGARD KATZWINKEL JUNIOR, MARCUS AURELIO COELHO, SERGIO SELEME, JONNY PAULO DA SILVA, LUCIANA RICCI SALOMONI, ASSIS CORREA, ADRIANA E. CORREA, GILSON GOULART JUNIOR e EDUARDO ESPINDOLA CORREA-.

35. IMISSAO DE POSSE-po-1139/2001-SUELY TEREZINHA MOCELLIN NEUBAUER e outro x MARIA CRISTINA BEZERRA MONTENEGRO e outro-"Do retorno do(s) ofiício(s) juntado nos autos em fls.332/340 , manifestem-se os interessados, no prazo legal" -Advs. MARCELO AUGUSTO ANGIOLETTI, JANE DIAS MASCARENHAS PEREIRA, CLAUDINEI BENTO PINTO e CLEBERSON BENTO PINTO-.

36. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-1313/2001-MARIA WANDA BUTYN x MARIA SEVERA JUNGLES PIERRI-Vistos etc. 1. Considerando que a Advogada da Parte credora requereu a designação de audiência conciliatória para eventual realização de acordo e, não obstante designado o ato, não se logrou proveito na transação, intime-se o advogado da Parte Executada (fl. 56) para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe se ainda a representa e, bem assim, se lhe interessa a realização de acordo. Fique ciente que o transcurso em branco do prazo assinado fará presumir ausência de interesse em transação. 2. Em nada sendo requerido, certifique-se e voltem para prosseguimento. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. LOLINNA CHAN e MAURILIO VIANA PEREIRA-.

37. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-1447/2001-BANCO BANESTADO S/A x MARCOS AURELIO NASSER DE MORAES FILHO e outro-Promova a parte interessada ao pagamento das custas remanescentes no valor de R$ 134,42, cfm. calculo de fls. 192, no prazo legal -Advs. ROMULO VINICIUS FINATO, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, PRISCILA KEI SATO, TERESA CELINA ARRUDA ALVIM WAMBIER, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELO, MARIA LUCIA LINS C DE MEDEIROS, FATIMA DENISE FABRIN, LEONEL TREVISAN JUNIOR, MARCIA RUBINECK TREVISAN, FABRICIO KAVA e EDSON ANTONIO LENZI FILHO-.

38. ACAO DE INDENIZACAO-ps-11/2002-CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA WERNER e outro x ALGACIR LEITE-"Aguarda-se o recolhimento das custas do Sr. Contador pelo réu, no que perfaz R$ 10,08, no prazo legal, recolher guia especifica ao contador e não ao cartório". -Advs. NEY PINTO VARELLA NETO, JOAO ERNESTO BATISTA e RUBENS METTE-.

39. ACAO DE COBRANCA-ps-43/2002-CONDOMINIO EDIFICIO LAGUNA x BRANCA FERRAZ e outro-Fica ciente a parte interessada da suspensão do processo pelo prazo requerido na petição de fls.315, e logo após o decurso do prazo dar impulsionamento ao feito no prazo de 05 dias, tudo conforme Portaria 01/2004. -Adv. NELSON GONZI MORGADO-.

40. ACAO DE REPAR. DE DANOS-ps-97/2002-CARLOS JOSMAR ANDREANI JACOBI x ATACADO JOINVILLE LTDA-Vistos etc. 1. Considerando que um dos argumentos lançados na impugnação ao cumprimento de sentença é a ausência

de capacidade postulatória, intime-se a Parte Impugnante para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do documento juntado à fl. 451. 2. Ultimado o prazo supra, com ou sem atendimento ao determinado, voltem. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. LUIZ ALBERTO GONCALVES, CAMILA REDIVO, FLAVIO WARUMBY LINS, HERCULES LUIZ, SERGIO SCHULZE, FERNANDO CHIN FEI, DARIANE MARQUES MARTINELLI e ROBERTO FERREIRA-.

41. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-129/2002-SELMA LENI LINHARES MANENTI x PAULO ROBERTO CUNHA e outro- Vistas, no prazo legal.-Adv. AIRTON SÁVIO VARGAS-.

42. ORDINARIA-989/2002-DEBORA CRISTINA DOS REIS e outro x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Vistos etc. 1. Intimem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifestem-se acerca do parecer do Sr.Perito de fls. 489/490. 2. Oportunamente, voltem os autos conclusos para as deliberações pertinentes. 3. Int. Dil.Nec.-Advs. AIRTON PASSOS DE SOUZA, PAULO ROBERTO BARBIERI, INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO, LEONEL TREVISAN JUNIOR e ROMULO VINICIUS FINATO-.

43. ACAO DE INDENIZACAO-ps-1083/2002-DIVALDO LUIZ DOS SANTOS x CLEMENTINA KREDENS-Vistos etc. 1. Manifeste-se o exeqüente, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da petição de fls. 168/173, requerendo o que for pertinente. 2. Na sequência, voltem. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. FELIPE REDDIN WERKA, LEONARDO THOMAZONI LOYOLA, LEONEL CAMILLI, PAULO RODRIGO PAIVA DE AZEVEDO, LUIZA M. THOMAZONI LOYOLA e LUIS CARLOS BERALDI LOYOLA-.

44. ACAO DE COBRANCA-po-1248/2002-JOELCIO LUIZ DORIGON x COMERCIO DE AUTOMOVEIS PRESIDENTE LTDA- Não obstante o respeito aos argumentos expendidos pela parte autora às fls. 271/274, não vislumbro fatos ou fundamentos aptos a infirmar a decisão de fl. 269, razão pela qual a mantenho pelo que nela se contém. Sendo assim, intime-se a parte autora para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. MONICA SETENARESKI AHRENS MILANI e CARLOS ALBERTO GUIMARAES AMARAL-.

45. RESSARCIMENTO-po-1249/2002-AGF BRASIL SEGUROS S.A x ESTACIONAMENTO MILLE SOCIEDADE CIVIL LTDA e outro- Vistos etc. 1.Manifestem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a proposta de honorários do Sr. Perito às fls.353/355. 2. Em sendo postulada redução, manifeste-se o Perito, também em 10 (dez) dias. 3. Int. Dil.Nec.-Advs. OSMAR HELCIAS SCHWARTZ JUNIOR, ROBERTO CORDEIRO JUSTUS e RENATO COSTA LUZ P. HORA-.

46. ACAO DE COBRANCA-ps-1335/2002-CONDOMINIO NUCLEO HABITACIONAL EUCALIPTOS XIV x MARTA BELEM DE PAULA CAMARGO-Promova a parte interessada a retirada do ofício expedido à disposição em cartório, diligênciando o seu cumprimento, no prazo legal. -Advs. MIGUEL CESAR SETIM e ANA BEATRIZ ANTUNES-.

47. ACAO DE COBRANCA-po-1344/2002-ALVARO HENRIQUE FERRAZ DE BARROS JUNIOR x FUNDACAO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL -SISTEL- Vistos etc. 1. Expeça-se o alvará pretendido (apenas do valor incontroverso, fl. 662), observando-se o estatuído pela legislação de regência. Ressalto que a procuração deverá ser atualizada (Agravo de Instrumento nº 200401000387308/ DF, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Des. Fed. José Amílcar Machado. j. 30.03.2005, unânime, DJU 18.04.2005: "Consoante orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, a exigência de regularização processual, determinando a juntada de instrumentos de procuração atualizados, para fins de expedição de alvará de levantamento em face do transcurso do tempo decorrido desde o ajuizamento da ação, encontra-se abarcada pelos poderes de cautela e discricionário do Juízo. 2. Precedentes. (REsp 196.356/SP, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, 5ª Turma, DJ 02.09.2002 p. 220); (REsp 247.887/PR, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª Turma, DJ 15.10.2001 p. 280); (REsp 173.011/SC, Rel. Min. Jorge Scartezzini, 5ª Turma, DJ 19.06.2000, p. 164).") e conter poderes para levantamento do valor, sendo que acaso inexistente, o alvará deverá ser expedido em nome da Parte (C.N. da CGJ: item 2.6.10 - O alvará de levantamento será feito em papel timbrado com a identificação da serventia e da comarca respectiva, contendo os seguintes dados: ordem numérica sequencial da serventia; prazo de validade estabelecido pelo magistrado; nome da parte beneficiada pelo levantamento e o dos seus advogados, desde que estes tenham poderes para receber e dar quitação, bem como o número da conta e dos autos e o valor autorizado.). 2. Defiro o pedido de suspensão pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Aguarde-se em arquivo provisório. 3. Ultimado o prazo supra, manifeste-se o Exequente, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do prosseguimento do feito, requerendo o que for pertinente. 4. Em nada sendo requerido, certifique-se, levante-se eventual constrição e arquive-se provisoriamente o feito até ulterior manifestação da Parte interessada ou prescrição intercorrente. 5. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. DIEGO MARTINS CASPARI, ANDRE LUIZ PRONER, FABRICIO ZIR BOTHOMÉ, GIOVANA MICHELIN LETTI e JORGE FRANCISCO FAGUNDES D'AVILA-.

48. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO-1415/2002-PAULO ROGERIO FERREIRA ALVES x UNIBANCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL- Vistos etc. 1. Diante do contido às fls.260/263, e considerando que a execução ocorre por iniciativa, conta e responsabilidade do credor, arquive-se provisoriamente o feito até ulterior manifestação da parte interessada ou prescrição intercorrente. 2. Int. Dil.Nec.-Advs. JOSE PAULO GRANEIRO PERREIRA, ODECIO LUIZ PERALTA, MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, VINICIUS GONCALVES, ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS, MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

49. ORDINARIA-1521/2003-OCTACILIO CONSOLIM x UNIBANCO S/A - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS-Vistos etc. 1. Ao contador judicial, para que no prazo de 5 (cinco) dias apresente cálculos atualizados para prosseguimento do cumprimento de sentença. 2. Em seguida, manifestem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos cálculos apresentados, requerendo o que for pertinente. 3. Em nada sendo requerido, arquive-se provisoriamente o feito até ulterior manifestação da Parte interessada ou prescrição intercorrente. 4. Intimem-se. Diligências necessárias."Tendo em vista o cálculo em fls.615/616, manifestem-se as partes, no prazo legal". -Advs. GISELE PASSOS TEDESCHI, LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA e LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO-.

50. ORDINARIA-205/2004-AFONSO CESAR DA SILVA e outros x PREVI- CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNC. BCO.BRASIL- Vistos etc. 1. Reitere-se o R. ofício de fls.1035. 2. Oportunamente, voltem. 3. Int. Dil.Nec. "Promova-se a retirada do ofício expedido em f.1042, à disposição na Serventia, no prazo legal".-Advs. ARARIPE SERPA GOMES PEREIRA, ROQUE SEBASTIÃO DA CRUZ, PAULO FERNANDO PAZ ALARCON, LUCIANA ANDREA MAYRHOFER DE OLIVEIRA e ANA PRISCILA FURST-.

51. ORDINARIA-255/2004-JORGE ILTON NOGUEIRA ANDRADE e outros x ABACO PARTICIPACOES LTDA- Sobre o contido na certidão de f.1236, a respeito da expedição de alvará, necessita ser apresentado o valor individual que ser refere a cada parte, bem como saldos atualizados e das contas judiciais e seus nºs. respectivos, manifestem-se os interessados, para dar prosseguimento do feito, no prazo legal.-Advs. PAULO SÉRGIO WINCKLER, ROBERTO VARELA GEWEHR, GERSON LUIZ WENZEL, JANAINA ZANON, LUIZ FERNANDO PEREIRA e GILBERTO RODRIGUES BAENA-.

52. ACAO REVISIONAL-0000679-40.2004.8.16.0001-ROBERTO ROCHA e outros x ABACO PARTICIPACOES LTDA-Da chegada destes autos a este juízo fiquem cientes as partes. Manifeste-se a parte vencedora acerca do interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias . -Advs. PAULO SÉRGIO WINCKLER, ORIMAR CROCETTI DE FREITAS, ROBERTO VARELA GEWEHR, LICIANE PRISCILA GELENSKI, LUIZ FERNANDO PEREIRA, ISABELLA SANTIAGO DE JESUS e DAYANA SANDRI DALLABRIDA-.

53. ALVARA-643/2005-JULIANA MENDES SCHLOTTAG e outros x ESP. ROGERIO RIBEIRO DA FONSECA MENDES-Vistos etc. 1. Diante do contido às fls. 197/198, manifeste-se a inventariante no prazo de 10 (dez) dias. 2. Oportunamente, voltem. 3. Segue despacho nos autos em apenso. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ESTEFANO ULANDOWISKI e JOSÉ VALTER RODRIGUES-.

54. AÇÃO ORDINÁRIA-333/2007-ESPÓLIO DE JOAO CARLOS FAGUNDES x UNIMED CURITIBA- Vistos etc. 1. Pendente ainda de julgamento o agravo de instrumento interposto pela ré em face da decisão de fls.426/428, que negou seguimento ao recurso especial de fls.405/422. Assim, indefiro o requerimento de fls.455, destacando que os atos executórios deverãoi seguir nos autos de execução provisória, que tramitam perante este Juízo sob o nº 835/2010. 2. Intimem-se.Diligências Necessárias.-Advs. CLAUDINEI BELAFRONTE, JANSEN DANIEL DE CARVALHO, RAFAEL BAGGIO BERBICZ, CANDICE KARINA SOUTO MAIOR DA SILVA e LIZETE RODRIGUES FEITOSA-.

55. ACAO DECLAR.INEXIG.TIT.-po-0002002-75.2007.8.16.0001-RODRIGO KOBNER x SOCIEDADE CIVIL EDUCACIONAL TUIUTI-Da chegada destes autos a este juízo fiquem cientes as partes. Manifeste-se a parte vencedora acerca do interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias . -Advs. CAIO ANTONIETTO, VINICIUS KOBNER, WASHINGTON MANSUR SPERANDIO, JOSE ROBERTO SPERANDIO e ISABELA MANSUR SPERANDIO-.

56. ACAO DE COBRANCA-po-1889/2007-LURDES RODRIGUES DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A-1.Recebo o recurso de apelaçao interposto no seu duplo efeito (fls.135/151), na forma do artigo 520 , caput, do C.P.C. 2. Ao Recorrido para, querendo, contra-arrazoar. 3. Na sequência, ao E.TJ-PR, com as homenagens deste R. Juízo. 4. Int. Dil. Nec. -Advs. CELIA DO ROCIO DE PAULA, JOAO EDSON LOPES PEIXOTO, JULIANA LOEPER, CLARISSA LOPES ALENDE, DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA e GISLAINE FERNANDA DE PAULA-.

57. AÇÃO ORDINÁRIA-321/2008-CONDOMINIO EDIFICIO PORTO SEVILHA x STALCA ASSESSORIA DE COMERCIO EXTERIOR LTDA- Vistos etc. 1. Noticiada a conclusão do laudo (fls.215/253), manifestem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que poderá ser acostado eventual parecer técnico. Em não havendo impugnação ao laudo, voltem-me conclusos. 2. Acoso suscitada alguma discrepância no laudo, manifeste-se o Sr.Perito, no prazo de 10 (dez) dias, vindo os autos em conclusão na sequência. 3. Ademais, expeça-se o alvará conforme requerido à fl.215. 4. Int. Dil.Nec.-Advs. CLAUDIO MARCELO BAIAK e ANDRE LUIZ AMANCIO PINTO-.

58. AÇÃO ORDINÁRIA-0003353-49.2008.8.16.0001-JOÃO EVERALDO DOS SANTOS VABRAL x BRASIL TELECOM S.A-Da chegada destes autos a este juízo fiquem cientes as partes. Manifeste-se a parte vencedora acerca do interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias . -Advs. GERSON LUIZ WENZEL e ALEXANDRE JOSÉ GARCIA DE SOUZA-.

59. ACAO DE INDENIZACAO-po-1543/2008-FABIO ROBERTO MICRUTE x UNIODONTO DE CURITIBA COOP.ODONTOLOGICA-1.Recebo o recurso de apelaçao interposto meramente devolutivo(art. 520, incios VII, do C.P.C). 2. Ao Recorrido para, querendo, contra-arrazoar. 3. Na sequência, ao E.TJ-PR, com as homenagens deste R. Juízo. 4. Int. Dil. Nec. -Advs. BRUNO SANTOS DE LIMA e MARCOS LEANDRO PEREIRA-.

60. ACAO DE DESPEJO-1565/2008-JOSÉ LUIZ LAGO x O MUNDO DOS ESTOFADOS COM. DE MOVEIS LTDA e outros- Vistos etc. 1. Recebo os recursos de apelação interpostos pelo autor e réu somente no efeito devolutivo, a teor do artigo 58, V, da Lei nº 8.245/91. 2. Aos recorridos para, querendo, apresentarem suas contrarrazões. 3. Na sequência, ao E.TJ/PR, com as homenagens deste Juízo. 4. Int. Dil. Nec.-Advs. MARCOS BUENO GOMES e FRANCISCO MACHADO DE JESUS-.

61. ACAO DE COBRANCA-po-0000468-62.2008.8.16.0001-CONDOMINIO EDIFICIO SOBRAL PINTO x FREDERICO WICHTHOLF BARBOSA-Da chegada destes autos a este juízo fiquem cientes as partes. Manifeste-se a parte vencedora

acerca do interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias . -Advs. NEITON M. PRIEBE e ARLETE TEREZINHA DE A. KUMAKURA-.
62. ACAO DE DESPEJO-363/2009-JORGE AKIO MATSUDA x HEITOR JULIAN CARVALHO- Vistos etc. 1.Recebo o recurso de apelação interposto pelo réu (fls.65/68), somente no efeito devolutivo, a teor do artigo 58, V, da Lei nº 8.245/91. 2. Ao recorrido para, querendo, contra-arrazoar. 3. Na sequência, ao E.TJ-PR, com as homenagens deste Juízo. 4. Int.Dil.Nec.-Advs. LEOBERTO EMERIO PEREIRA e ANA PAULA CECY TURRA-.
63. MONITÓRIA-1801/2009-LOVATO DO BRASIL LTDA x CHICHON E MARQUES- F.124/125, item 3- (parte final)- Em seguida, manifestem-se as Partes quanto a eventual interesse em transação. Acaso negativo, desde logo especifiquem, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que intentam produzir, ficando desde logo cientes que o transcurso em branco do prazo assinado será entendido como inexistência de interesse em ulterior dilação probatória, o que viabilizará o julgamento do feito no estado em que se encontra, acaso assim entenda o Magistrado que o preside. -Advs. CLAIRE LEMOS DE CAMARGO, HARRI KLAIS e MAISA GORETI LOPES SANT´ANA-.
64. ACAO DE COBRANCA-ps-2237/2009-NIVALDO BARBOSA MAIA x BANCO ITAU S/A-1.Recebo o recurso de apelaçao interposto pelo réu no seu duplo efeito, na forma do artigo 520 , caput, do C.P.C. 2. Ao Recorrido para, querendo, contra-arrazoar. 3. Na sequência, diante do contido no ofício-circular nº116/2010, o qual noticia que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela suspensão dos processos e grau de recurso que objetam os expurgos inflacionários, determino o sobrestamento do feito até julgamento final da controvérsia pelo STF. 4.Oportunamente, voltem. 5. Int. Dil. Nec. -Advs. CLÉA MARA LUVIZOTO, ALEXANDRE DE ALMEIDA, HEITOR ALCÂNTARA DA SILVA e ALEXANDRA VALENZA ROCHA MALAFAIA-.
65. COBRANÇA (ORDINÁRIA)-0015175-64.2010.8.16.0001-CARLOS CECY e outro x BANCO ITAÚ S/A-Sobre a contestação e documentos acostado às fls.42/99, manifeste-se a parte Autora no prazo legal -Advs. PAULO ROBERTO MARQUES HAPNER, BRUNO LUIS MARQUE HAPNER, OTO LUIZ SPONHOLZ JUNIOR, ANDREA SARTORI, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA CELINA ARRUDA ALVIM WAMBIER-.
66. OBRIGACAO DE FAZER-po-0024337-83.2010.8.16.0001-WLADEMIR RAMOS DE ALMEIDA x UNIMED - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA-Vistos etc. 1. Depreende-se dos autos que o autor é portador de Distonia Generalizada Primária (CID 10/96 = G 24.8). 2. Às fls. 180/183, da ação cautelar em apenso, foi concedida a liminar pleiteada pelo autor para o fim de determinar que a ré autorizasse a realização do procedimento cirúrgico bem como arcasse com os honorários do médico capacitado para tanto e de toda a sua equipe, além dos gastos oriundos do referido procedimento. 3. Realizado o procedimento cirúrgico para implante de DBS Palidal Bilateral (fis. 500/537), afirma o autor que necessita de internação para a troca do gerador implantável de pulso por um recarregável, conforme determinação médica (fis. 495 e 538), para que haja manutenção do tratamento com o neuro-estimulador, sob pena de danos irreparáveis na saúde do autor. 4. Foi solicitada a liberação das guias para o procedimento referido e houve recusa da ré (fl. 494). 5. Tenho que tais fatos aliados às determinações médicas constantes dos autos são suficientes para demonstração da verossimilhança da alegação apta a deferir o pedido do autor no que concerne à internação para troca da bateria, instrumento necessário para seu completo restabelecimento. 7. Ora, de nada adiantaria a autorização judicial para a realização da cirurgia (fis. 180/183 dos autos em apenso), - tendo o autor efetivamente se submetido a referido procedimento cirúrgico (fis. 500/537). com relato de melhora em seu quadro clínico, como assevera seu médico à fi. 538 -, se a operadora indefere os meios necessários para a manutenção do tratamento, isto é, justamente a troca da bateria do sistema implantado no autor. A doutrina civil, atualmente, considera como cumprimento do contrato não apenas o alcance da finalidade quanto ao estipulado entre as partes, mas também o fornecimento dos meios que necessariamente devem ser utilizados para tanto. 8. O médico que assiste o autor foi categórico ao afirmar a necessidade de internação do paciente para a troca da bateria do sistema, indispensável ao sucesso e manutenção do tratamento com o neuro-estimulador (fl. 538). 9. Com efeito, ao caso em questão devem ser aplicados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Assim, se sopesadas a exclusão da cobertura, ainda que embasada em texto normativo (fl. 194) e, de outro lado, a necessidade, proporcionalidade e o risco aos direitos fundamentais à vida e à dignidade - já que o autor depende do tratamento para, senão recuperar sua saúde, ao menos desagravar o seu estado clínico -, o direito à saúde deve prevalecer. 10. Com base nestes fundamentos, diante dos elementos de convicção que podem me indicar esta fase processual, determino à ré que autorize e custeie a internação do autor para a troca do gerador implantável de pulso por um recarregável, conforme solicitação médica feita às fls. 495 e 538, no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária de RS 5.000,00 (cinco mil reais) para a hipótese de descumprimento (art. 461. § 3°. CPC). 11. Acaso se verifique a fluência in albis do prazo assinado no item '10' sem a autorização determinada, a presente decisão valerá, por si só, como meio apto a autorizar, às expensas da parte ré, a internacão e realização do procedimento cirúrgico nos meios e modos solicitados pelo médico. Neste caso, basta a apresentação do presente provimento judicial, que, descumprido,
caracterizará crime de desobediência a ser apurado pelo procedimento próprio, além de cumprimento coercitivo do ordenado. 12. Diligencie o cartório, com urgência, no sentido da intimação pessoal da parte ré para cumprimento da obrigação imposta 'erbete sumular n°410 do STJ).13. Por fim, determino que se reitere o ofício expedido à fl. 481 e, diante do contido à fl. 498, cumpram-se as determinações elencadas à fl. 487. 14. Intimem-se. Diligências necessárias. -Promova a parte requerida a retirada do ofício expedido à disposição em cartório, diligênciando o seu cumprimento, no prazo legal. (Promova o recolhimento de guia no valor de R$9,40 para a devida retirada). -Advs. ADRIANA DE FRANÇA, GLAUCO JOSE RODRIGUES e LIZETE RODRIGUES FEITOSA-.
67. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0018389-63.2010.8.16.0001-BANCO FINASA S/A x EDILAINE SANTOS DA COSTA- Vistos etc. 1. Defiro o pedido de vista à fl.78, mediante carga dos autos, pelo prazo de 05 (cinco). 2. Devolvido os autos, voltem os autos conclusos. 3. Int.Dil.Nec.-Adv. MAYLIN MAFFINI-.
68. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-1261/2010-CRISTIANE FIANDANESE VIEIRA DA SILVA x ANTONIO CARLOS DONDE e outros- Vistos etc. 1. Intimem-se as partes para que, em 10 (dez) dias, regularizem sua representação processual. 2. A advogada da parte exequente deverá subscrever a petição de fls. 59/61. 3. Int.Dil.Nec.-Advs. LUCIANA SAVARIS MORCELLI, CLAUDIR MIGUEL BERTICELLI e ISABELA ALTHEIA DE MATTOS SANTOS-.
69. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS-0037975-86.2010.8.16.0001-SANDRA MARA MARQUES x ASSOCIAÇÃO CULTURAL SÃO JOSÉ- Vistos etc. 1. Manifeste-se a contraparte no prazo legal acerca do agravo interposto na modalidade retida (fls.331/337). Desde logo, porém, mantenho a decisão de fls. 327 pelos próprios fundamentos e, considerando qeu a interposição em tela não suspende o outrora determinado, transcorrido o prazo legal com ou sem manifestação da contraparte,voltem-me os autos conclusos. 2. Int. Dil.Nec.-Advs. ERASMO FELIPE DE ARRUDA JUNIOR e PATRICK G. MERCER-.
70. COBRANÇA (ORDINÁRIA)-0045669-09.2010.8.16.0001-O.A.T. x B.H.B.B.S.B.M.-1.Recebo os recursos de apelaçao interpostos pelo autor e réu no seu duplo efeito, na forma do artigo 520 , caput, do C.P.C. 2. Aos Recorridos para, querendo, apresentarem suas contrarrazões. 3. Na sequência, diante do contido no ofício-circular nº116/2010, o qual noticia que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela suspensão dos processos e grau de recurso que objetam os expurgos inflacionários, determino o sobrestamento do feito até julgamento final da controvérsia pelo STF. 4.Oportunamente, voltem. 5. Int. Dil. Nec. -Advs. ALCIDES LACOURT JUNIOR, GIUSEPPE LANZUOLO e KELLY CISTINA WORM COTLINSKI CANZAN-.
71. EXEC. TITULO EXTRAJUDICIAL-0051287-32.2010.8.16.0001-BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A x FLORA MAESHIBA COMÉRCIO DE FLORES e outro- Vistos etc. 1. Deixei de efetuar o bloqueio do veículo, conforme requerido às fls.34/35, tendo em vista que o atual proprietário é o Sr. Fabrício Schaefer- terceiro estrano à lide- conforme documento anexo. 2. Manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, acerca de tal informação. 3. Int.Dil.Nec.-Advs. JULIO BARBOSA LEMES FILHO, AMANDO BARBOSA LEMES e VANDA LUCIA TAVARES DE BARROS-.
72. COBRANÇA-ps-0055855-91.2010.8.16.0001-SORAYA SENYA NOGUEIRA DA LUZ x UNIÃO DE PREVIDÊNCIA - SUCV-Especifiquem as partes, no prazo de 10 (Dez) dias, as provas que intentam produzir, ficando desde logo cientes que o transcurso em branco do prazo assinado será entendido como inexistência de interesse em ulterior dilação probatória, o que viabilizaria o julgamento do feito no estado em que se encontra, acaso assim entenda o Magistrado que o preside. Int.Dil.Nec. -Advs. EMANUELLY PEREIRA DA SILVA, ZÉLIA MEIRELES ESCOUTO, EDUARDO DE ASSIS BRASIL ROCHA e PIETRO TOALDO DAL FORNO-.
73. RESTAURACAO DE AUTOS-0060484-11.2010.8.16.0001-ZENOBIO ZSEUCZKUK LATCZUK x FLÁVIA IRACEMA GIMENES-1. Não remanescem questões processuais pendentes, sendo as partes capazes e regularmente representados, o pedido é juridicamente possível e o interesse de agir está configurado pelo binômio necessidade/adequação. Dou, portanto, o feito por saneado. 2. Fixo como pontos controvertidos:a) as ações para as quais a ré prestou serviço advocatícios ao autor; b) o pagamento dos honorários; c) os valores pactuados; d) eventual litigância de má-fé do autor. 3. Defiro a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da ré e na oitiva de testemunhas, as quais deverão ser arroladas até 30 dias antes da audiência de instrução e julgamento, a qual designo para o dia 06 de DEZEMBRO de 2011, às 14 horas. Intimem-se as partes, observando a Escrivania que a ré deverá ser intimada pessoalmente, a fim de que compareça em Juízo, na data supra, fazendo-se constar no mandado a advertência do §2º, do artigo 243, do CPC. Intimem-se, ainda, as testemunhas que forem arroladas tempestivamente, desde haja pedido expresso neste sentido e que seja efetuado o preparo das custas devidas. Dil.Nec.Int.-Promovam as partes, se for o caso, e não forem beneficiárias da Justiça Gratuita, o preparo das custas de intimação de eventuais testemunhas arroladas, bem como para intimação pessoal das partes, no prazo legal. -Advs. CARLOS ROBERTO FERREIRA MUNHOZ COSTA e FLAVIA IRACEMA GIMENES-.
74. REVISÃO DE CLÁUSULAS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0062548-91.2010.8.16.0001-EDILAINE SANTOS DA COSTA x BANCO FINASA BMC S.A.-Sobre a contestação e documentos acostado às fls.82/124, manifeste-se a parte Autora no prazo legal -Advs. MAYLIN MAFFINI, MARIANE MACAREVICH e ROSÂNGELA DA ROSA CORREA-.
75. MEDIDA CAUTELAR EXIB DE DOCUM-0062817-33.2010.8.16.0001-DOLIRIA APARECIDA DAS NEVES x BANCO ABN AMRO REAL S/A-Vistos etc. 1.O feito comporta julgamento antecipado, sendo desnecessária a produção de outras provas, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. 2. Registrem-se os autos para sentença, voltando, em seguida, conclusos. 3. Int. Dil.Nec -Advs. LUIZ SALVADOR e HERICK PAVIN-.
76. DECLARATORIA-ps-0056251-68.2010.8.16.0001-WENCESLAU VITULSKIS x FABRICADORA DE ESPUMAS E COLCHÕES NORTE PARANAENSE LTDA (COLCHÕES ORTOBOM)-Vistos etc. 1. À míngua de preliminares, declaro saneado o feito. Fixo como pontos controvertidos os meandros fáticos narrados na inicial e na peça de bloqueio. 2. Defiro a produção de prova oral, consiste em colheita de depoimentos pessoais e oitiva das testemunhas figurantes em rol a ser depositado em cartório em até 10 (dez) dias, anteriores à audiência de instrução e julgamento, que ora designo para o dia 06 de FEVEREIRO de 2012, às 14:00 horas. 3. Oficie-

se como requerido à fl.57, devendo constar no expediente o prazo máximo de 10 (dez) dias para resposta. Com a resposta, manifestem-se as partes, no prazo de 10(dez) dias, ficando vedada, sob pena de desentranhamento, a juntada de ulterior documentação. A seguir, aguarde-se a audiência. 4. Int. Dil.Nec.-Promovam as partes, se for o caso, e não forem beneficiárias da Justiça Gratuita, o preparo das custas de intimação de eventuais testemunhas arroladas, bem como para intimação pessoal das partes, outrossim promova-se as custas de expedição de ofício no valor unitário R$9,40, no prazo legal. -Advs. MOISES DE JESUS TEIXEIRA JUNIOR, MARIA CRISTINA SIMON, ALEX FRANCISCO PILATTI, FABIO ROTTER MEDA e SERGIO ANTONIO MEDA-.

77. ACAO DE REVISAO DE CLAUSULAS-0067453-42.2010.8.16.0001-MICHEL ESTEFANI JESS DA CRUZ x BANCO REAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL-Sobre a contestação e documentos acostado às fls.59/ 99, manifeste-se a parte Autora no prazo legal -Advs. LIDIANA VAZ RIBOVSKI, CESAR AUGUSTO TERRA, GILBERTO STINGLIN LOTH e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.

78. RESOLUCAO CONTRATUAL-0070331-37.2010.8.16.0001-AZ IMÓVEIS LTDA x LUIS FERNANDO CICCHON e outro- "Sobre o contido na certidão de f.61, acerca que necessária a apresentação da guia onde consta o campo de autorização para o devido levantamento da quantia do Sr. Oficial de Justiça, apresente a parte autora para o devido prosseguimento, no prazo legal".-Advs. RAFAEL MARQUES GANDOLFI e SILVIO ANDRE BRAMBILA RODRIGUES-.

79. INEXIBILIDADE DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS-0005429-41.2011.8.16.0001-CERÂMICA GAI LTDA x QUEIROZ TRANSPORTADORA DE CARGAS PESADAS ESPECIAIS LTDA-Especifiquem as partes, no prazo de 10 (Dez) dias, as provas que intentam produzir, ficando desde logo cientes que o transcurso em branco do prazo assinado será entendido como inexistência de interesse em ulterior dilação probatória, o que viabilizaria o julgamento do feito no estado em que se encontra, acaso assim entenda o Magistrado que o preside. Int.Dil.Nec. -Advs. DAYANA TEDESCHI DE ABREU AZEVEDO e ENRICO THIESSEN-.

80. REINTEGRACAO DE POSSE-0005668-45.2011.8.16.0001-BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x CLAUDECI DE SOUZA COSTA-Vistos etc. 1. Deixo de efetuar bloqueio do veículo via sistema Renajud tendo em vista que, em consulta verifiquei constar registrado em nome de terceiro, conforme extrato em anexo. 2. Manifeste-se a Parte Autora, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o prosseguimento do feito, requerendo o que for pertinente. Fique ciente que a fluência em branco do prazo assinado será entendida como desistência. 3. Ultimado em branco o prazo assinado acima, intime-se pessoalmente (carta - diligência do Juízo) para manifestação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Em nada sendo requerido, certifique-se e voltem. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER, SERGIO SCHULZE, ANA ROSA DE LIMA BERNARDES, VIVIANE KARINA TEIXEIRA e CLEVERSON MARCEL SPOCHIADO-.

81. NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0005931-77.2011.8.16.0001-ELIO WASSILIO OBAL x BV FINANCEIRA S/A-Promova a retirada da carta de citação e intimação a disposição em Cartório, diligenciando no seu respectivo cumprimento, no prazo legal. -Adv. JULIANE TOLEDO S. ROSSA-.

82. REVISIONAL DE CONTRATO-ps-0007009-09.2011.8.16.0001-ILDO DO CARMO DOS SANTOS VEIGA x REAL LEASING S/A ARRRENDAMENTO MERCANTIL.-Sobre a contestação e documentos acostado às fls.81/106 , manifeste-se a parte Autora no prazo legal -Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN, ANA PAULA SHELLER DE MOURA, CESAR AUGUSTO TERRA e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.

83. DEC.NULID.DE TITULO-po-0009425-47.2011.8.16.0001-GRÁFICA E EDITORA POGRAF S.A. x FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITO CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I-Promova a retirada da carta de citação e intimação a disposição em Cartório, diligenciando no seu respectivo cumprimento, no prazo legal. -Advs. SELMA C. SAITO AZEVEDO e AGATHA DOURADO MASSARANI-.

84. RESCISAO DE CONTRATO-ps-0009827-31.2011.8.16.0001-SIMONE KOELHER x MRV CONSTRUÇÕES LTDA-Promova a retirada da carta de citação e intimação a disposição em Cartório, diligenciando no seu respectivo cumprimento, no prazo legal. -Advs. DENISE DUARTE SILVA MOREIRA e VANUSA APARECIDA HOFFMANN-.

85. REVISIONAL DE CONTRATO-ps-0010203-17.2011.8.16.0001-LEONARDO AUGUSTO CAPELLO x BANCO ITAULEASING S/A-Vistos etc. 1. Embora o ajuizamento de demanda visando discussão de cláusulas contratuais tenha o condão de evitar a inscrição do nome da Parte Autora nos cadastros restritivos ao crédito se relevantes e plausíveis os fundamentos (Agravo de Instrumento nº 37.698-1/2004 (30.231), 3ª Câmara Cível do TJBA, Rel. Jerônimo dos Santos. j. 31.05.2006, Agravo de Instrumento nº 20050020035662 (224638), 4ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Cruz Macedo. j. 08.08.2005, unânime, DJU 20.09.2005) e depositado em Juízo o montante tido por incontroverso, não vislumbro a possibilidade de conceder à Parte Autora a permanência com o veículo independentemente do cumprimento estrito do avençado. Entender de forma diversa implicaria não apenas cercear a possibilidade de o Réu vir a Juízo deduzir pretensão legítima em exercício ao seu direito de ação, mas também conceder ao Autor a prerrogativa de não mais quitar o pactuado sem que com isto lhe acarretasse qualquer conseqüência patrimonial nociva. 2. O Egrégio Sodalício Paranaense, aliás, em recente precedente, decidiu que: "Nas ações de revisional de contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, não cabe a concessão de liminar antecipatória para assegurar a permanência do bem alienado em mãos do devedor, o que somente se admite, em casos excepcionais devidamente justificados e em ação de busca e apreensão. Entender o contrário, significaria obstar o direito constitucional de ação do credor (art. 5º, XXXV, CF)" (Agravo de Instrumento nº 0329820-0 (2571), 16ª Câmara Cível do TJPR, Rel. Designado Shiroshi Yendo. j. 22.03.2006, unânime). 3. Desse modo, DEFIRO, em parte, a antecipação de tutela perquirida, em ordem a determinar a exclusão do nome da Parte Autora dos cadastros restritivos ao crédito cuja inscrição tenha se operado em virtude do contrato mencionado na inicial e, bem assim, sustar os efeitos de eventuais protestos decorrentes da dívida mencionada na inicial. Após o depósito mencionado na inicial, oficie-se diretamente aos cadastros mencionados na inicial. 4. DEFIRO a consignação dos valores em Juízo, a serem efetivados mensalmente na data contratualmente aprazada para pagamento. 5. Considero contraproducente que em feitos como o presente, em que a matéria discutida é precipuamente de direito, seja adotado o procedimento comum sumário. Isso porque a audiência de conciliação será designada, de acordo com a pauta, para no mínimo o início do mês de setembro de 2011, oportunidade em que acaso seguido o procedimento comum ordinário, já poderá a demanda ter sido encerrada, ou, ao menos, estar em avançada fase probatória. 6. Não há como entender, sem malogro ao princípio supra, que o procedimento comum ordinário venha a ser mais célere do que o sumário, já idealizado com esse intuito. 7. Desse modo, impõe-se conversão, ex officio, do procedimento sumário no comum ordinário, a fim de viabilizar desate da controvérsia de maneira mais célere. Destaco que a presente conversão em nada prejudicará o direito da Parte Ré que, ao contrário, terá símile possibilidade de deduzir defesa em obediência ao contraditório, ampla defesa e devido processo legal formal e material. 8. Ante o exposto, converto, ex officio, o presente procedimento em comum ordinário, determinando a retificação e anotação onde couber. 9. Cite-se o Réu para, querendo, ofertar resposta no prazo legal. Se com a contestação forem apresentadas matéria prefaciais, manifeste-se o Autor em réplica, no prazo legal. Se com a réplica forem juntados documentos novos, cumpra-se o disposto no artigo 398 do C.P.C., ficando vedada, sob pena de desentranhamento, a ulterior juntada de documentação. 10. Após, especifiquem as partes, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que intentam produzir, ficando desde logo cientes que o transcurso em branco do prazo assinado será entendido como inexistência de interesse em ulterior dilação probatória, o que viabilizará o julgamento do feito no estado em que se encontra, acaso assim entenda o Magistrado que o preside. 11. DEFIRO a gratuidade de justiça. Anote-se onde couber. 12. Intimem-se. Diligências necessárias. -Promova a retirada da carta de citação e intimação a disposição em Cartório, diligenciando no seu respectivo cumprimento, no prazo legal. -Advs. MARCELO GONÇALVES DA SILVA e LUIZ CESAR ALENCAR RIBEIRO-.

86. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS-0010659-64.2011.8.16.0001-EDUARDO MOURÃO E CIA LTDA. EPP x PONTO K COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA-Sobre a contestação e documentos acostado às fls.33/66 , manifeste-se a parte Autora no prazo legal -Advs. JEAN MARCO DOMINGUES e EDIVALDO MERCER GONÇALVES-.

87. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS-0014583-83.2011.8.16.0001-CARLOS ROBERTO DRECHMER x TELECOMUNICACOES DE SAO PAULO S.A - TELESP-TELEFO-Sobre a contestação e documentos acostado às fls.53/79, manifeste-se a parte Autora no prazo legal -Advs. CLAUDINEI SZYMCZAK, FERNANDO OLIVEIRA PERNA, VINICIUS BAZZANEZE e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

88. MEDIDA CAUTELAR EXIB DE DOCUM-0025838-38.2011.8.16.0001-JORGE ALFREDO KRUGER x PREVISUL SEGURADORA-Sobre a contestação e documentos acostado às fls.42/70, manifeste-se a parte Autora no prazo legal. -Advs. JORGE AUGUSTO KRUGER, LAURA AGRIFOGLIO VIANNA, LUIR CESCHIN, MARCEL EDUARDO DE LIMA, LUCIO ROCA BRAGANÇA, CARLOS SCHWAMBACH FAZZIONI, RODRIGO PARISSI ABARNO, RODOLFO SERODIO GIMENES, RENATO WOLF PEDROSO e ARAKEN SANTOS PILATI-.

89. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL-0032747-96.2011.8.16.0001-SILVANA GONÇALVES HERAKI x OI TELECOM S.A.-Sobre a contestação e documentos acostado às fls.83/101, manifeste-se a parte Autora no prazo legal -Advs. LUÍS GUILHERME LANGE TUCUNDUVA, ALBERTO RODRIGUES ALVES, MARCELO HIRT e SANDRA REGINA RODRIGUES-.

90. ACAO DE COBRANCA-ps-0007463-86.2011.8.16.0001-ARNOLDO PAES x BANCO DO BRASIL S.A.-Sobre a contestação e documentos acostado às fls.34/80, manifeste-se a parte Autora no prazo legal -Advs. LUCIMAR DE PAULA e MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH-.

Curitiba, 30 de setembro de 2011
Bel. CARLOS ROMANEL
Escrivao

# 10ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ**
**10ª SECRETARIA DO CÍVEL**
**JUIZ DE DIREITO: LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA**

**RELAÇÃO Nº 174/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO

ACACIO CORREA FILHO 00040 000886/2006
ADAUTO RIVAELTE DA FONSECA 00021 001563/2002
ADELINO VENTURI JÚNIOR 00118 023964/2011
ADEMIR TOMAZ DE LIMA 00022 000621/2003
ADRIANA DE FRANÇA 00005 001077/1995
ADRIANA E. CORREA 00031 000896/2005
ADRIANA ESTIGARA 00026 001031/2003
ADRIANA MARTINS SILVA 00026 001031/2003
ADRIANA MORO C. PRIGOL 00055 001367/2008
ADRIANE HAKIN PACHECO 00108 007438/2011
ADRIANO MUNIZ REBELLO 00063 000652/2009
ADYR RAITANI JUNIOR 00021 001563/2002
ALBERTO RODRIGUES ALVES 00060 000213/2009
ALCEU DA SILVA OLIVEIRA FILHO 00044 001815/2007
ALEXANDRE BLEY R.BONFIM 00033 001030/2005
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 00073 001814/2010
ALFREDO GONEVINO COSTA FILHO 00001 021121/1979
ALINE CRISTINA COLETO 00033 001030/2005
ALINE PECHARKI 00032 000949/2005
ALMIR KUTNE 00010 001382/1998
ALVARO PINTO DA SILVA 00040 000886/2006
AMARÍLIO HERMES LEAL DE VASCONCELLOS 00023 000775/2003
AMILTON FERREIRA DA SILVA 00115 016335/2011
ANA ELIETE BECKER MACARINI 00009 000415/1997
ANA LUCIA FRANCA 00026 001031/2003
00064 001072/2009
ANA LUCIA RODRIGUES LIMA 00060 000213/2009
ANA LUISA V. ABSY 00026 001031/2003
ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS 00060 000213/2009
ANA PAULA GUARENGHI 00006 000168/1996
ANA PAULA L. PAGANINI 00028 000818/2004
ANA PAULA ROCHA E SILVA 00002 022746/1981
ANA PAULA SCHELLER DE MOURA 00081 032913/2010
00104 004002/2011
ANA PAULA ZANATA 00062 000464/2009
ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI 00030 000719/2005
00082 038133/2010
ANDREA HERTEL MALUCELLI 00079 026011/2010
ANDRÉA KUGLER BATISTA RIBEIRO 00062 000464/2009
ANDRE DINIZ AFONSO COSTA 00033 001030/2005
ANDRE MELLO SOUZA 00003 000139/1990
ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA 00005 001077/1995
00014 000435/2000
ANDRESSA J. G. DE OLIVEIRA 00005 001077/1995
ANDRESSA VENTURI DA CUNHA 00036 000196/2006
ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA 00084 043009/2010
00094 052860/2010
ANGELA ESTORILI0 S. FRANCO 00003 000139/1990
ANGELA MARIA MACHADO COSTA 00003 000139/1990
ANGELA PAGLIOSA 00083 041536/2010
ANISIO DOS SANTOS 00028 000818/2004
ANNA CAROLINA ARALDI ZACARCHUCA 00064 001072/2009
ANNE MARIE KUTNE 00010 001382/1998
ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO BASTO 00121 037256/2011
ANTONIO CARLOS GUIMARAES TAQUES 00039 000863/2006
00049 000353/2008
ANTONIO CARLOS SOUZA FERREIRA 00066 001154/2009
ANTONIO FERREIRA 00037 000344/2006
ANTONIO SILVA DE PAULO 00092 051262/2010
APARECIDO DOMINGOS E.LOPES 00052 000906/2008
APARECIDO DONIZETTI ANDREOTTI 00052 000906/2008
ARDEMIO DORIVAL MUCKE 00105 006302/2011
ARIANA VIEIRA DE LIMA 00035 001436/2005
ARLETE APARECIDA DE SOUZA 00042 001064/2007
ARNALDO FERREIRA 00032 000949/2005
AUREO VINHOTI 00053 001084/2008
AYRTON RUY GIUBLIN NETO 00109 007703/2011
BARBARA VANELA LUVIZOTTO 00004 000223/1992
BEATRIZ FERREIRA DA COSTA HAUARE 00022 000621/2003
BERNARDO RUCKER 00011 001441/1998
BLAS GOMM FILHO 00026 001031/2003
00064 001072/2009
CARLA BACKS MANSUR 00044 001815/2007
CARLA MARIA KOHLER 00084 043009/2010
00094 052860/2010
CARLA PASSOS MELHADO 00106 006804/2011
CARLISE ZASSO POSSEBON 00065 001077/2009
CARLOS ALBERTO RAMINA E SILVA 00002 022746/1981
CARLOS ALBERTO XAVIER 00124 038482/2011
CARLOS ANDRÉ BITTENCOURT OLIVEIRA 00080 032592/2010
CARLOS BAYESTORFF JUNIOR 00060 000213/2009
CARLOS EDUARDO BARTH OAB.31E610/RS 00026 001031/2003
CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER 00026 001031/2003
CARLOS EDUARDO QUADROS DOMINGOS 00065 001077/2009
CARLOS EDUARDO SANTOS CARDOSO DERENNE 00070 001823/2009
CARLOS EDUARDO SCARDUA 00010 001382/1998
00051 000866/2008
CARLOS FREDERICO R. COUTINHO 00053 001084/2008
CARLOS HENRIQUE ZIMMERMANN 00026 001031/2003
CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA 00033 001030/2005
CARLYLE POPP 00031 000896/2005
CAROLINA PIMENTEL 35223/PR 00003 000139/1990
CAROLINE ARAUJO BRUNETTO 00003 000139/1990
CAROLINE DO CARMO FERRAZ DA COSTA 00042 001064/2007
CAROLINE PALUDETTO PASCUTI 00026 001031/2003
CELSO PIRATELLI 00025 000942/2003
CELSO WOLF OAB.6755/PR 00001 021121/1979
CESAR AUGUSTO BROTTO 00055 001367/2008
CESAR AUGUSTO CARVALHO 00003 000139/1990
CESAR AUGUSTO TERRA 00010 001382/1998
00012 001550/1998
00034 001374/2005
CEZAR AUGUSTO ROCHA 00020 001327/2002
00024 000808/2003
CEZAR RODRIGO MOREIRA-OAB.31087 00037 000344/2006
CIDNEI MENDES KARPINSKI-OAB.32558 00038 000843/2006
CLAUDIA REGINA MORALES DOS SANTOS 00053 001084/2008
CLAUDINE ADAMOWICZ REBELLO 00005 001077/1995
CLAUDIO JOSÉ ZERBETO ASSIS 00082 038133/2010
CLAUDIR MARIANO 00097 057476/2010
CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO 00059 000057/2009
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES 00067 001518/2009
CRISTIANE FERREIRA RAMOS 00084 043009/2010
00094 052860/2010
DANIELA CHAMBERLAIN 00078 021335/2010
DANIELA FILOMENA DUTRA MIRANDA DOS REIS 00026 001031/2003
DANIEL BARCELLOS BALDO 00087 046139/2010
DANIELE DE BONA 00047 000085/2008
00058 001723/2008
DANIELE REGINE GANHO JUSTICHECHEM 00083 041536/2010
DANIELE SCHWARTZ 00078 021335/2010
DANIELLE BROTTO 00055 001367/2008
DANIELLE CHRISTIANNE DA ROCHA 00098 058813/2010
DANIELLE TEDESKO 00051 000866/2008
DANIELLE VICENTE 00086 044825/2010
DAVI ANTUNES PAVAN 00109 007703/2011
DAYE SOAVINSKY 00093 051867/2010
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR 00065 001077/2009
DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS 00064 001072/2009
DIEGO LUIS PISA SOARES 00125 038835/2011
DIEGO MANTOVANI 00054 001200/2008
DIEGO RUBENS GOTTARDI 00047 000085/2008
DINO ROSSIGALLI NETTO 00001 021121/1979
DIOGO LOPES VILELA BERBEL 00086 044825/2010
DIRCEU APARECIDO VIEIRA 00069 001639/2009
DIVALMIRO OLEGARIO MAIA PEREIRA 00123 038461/2011
DOUGLAS MARCEL PERES 00008 001347/1996
DULCE MARIA GAWLOSKI-OAB 8.711- 00005 001077/1995
EDUARDO CASILLO JARDIM 00003 000139/1990
EDUARDO JOSE PEREIRA NEVES 00022 000621/2003
ELENI MORAES BARROS 00012 001550/1998
ELIANE ANDREA CHALATA 00118 023964/2011
ELIZETE CORREA DE SOUZA 00056 001384/2008
ELIZEU A. PEPI 00056 001384/2008
ELOISA FONTES TAVARES RIVANI 00075 012969/2010
ENEIDA DE CASSIA CAMARGO 00110 008765/2011
ERIKA FERNANDA RAMOS 00060 000213/2009
ERIKA HIKISHIMA FRAGA 00068 001608/2009
ERIKA PAULA DE CAMPOS-OAB.17492 00002 022746/1981
ESTEVAN PERSEU MOREIRA DE SOUZA 00042 001064/2007
ESTÊVÃO LOURENÇO CORREA 00040 000886/2006
EVALDO DE PAULA E SILVA JUNIOR 00003 000139/1990
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS 00007 001081/1996
00041 000904/2007
00076 015715/2010
00086 044825/2010
EVARISTO ARAGÃO SANTOS 00070 001823/2009
00100 061839/2010
FABIANA APARECIDA RAMOS LORUSSO 00039 000863/2006
00049 000353/2008
00061 000221/2009
FABIANA MARIA NUNES 35990/PR 00041 000904/2007
FABIANO CORREA DE MEDEIROS 00048 000120/2008
FÁBIO DE OLIVEIRA LUCHÉSI 00062 000464/2009
FABIOLA CORDEIRO POLATTI FLEISCHRRE 00026 001031/2003
FABIOLA ROSA FERSTEMBERG 33712/PR 00033 001030/2005
FABIULA SCHMIDT 26489/PR 00012 001550/1998
FABRICIO LUIZ WESCHENFELDER 00022 000621/2003
FABRICIO ZILOTTI 00022 000621/2003
FATIMA DENISE FABRIN 00029 000247/2005
FELIPE SKRABA 00115 016335/2011
FERNANDA FERRON 00065 001077/2009
FERNANDA FORTUNATO MAFRA 00034 001374/2005
FERNANDA TROIAN 00074 002119/2010
FERNANDO SCHLIEPER 00055 001367/2008
FILIPE ALVES DA MOTA 00053 001084/2008
FLAVIO LUIZ F.NUNES RIBEIRO 00003 000139/1990
FLÁVIO PANSIERI 00064 001072/2009
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 00051 000866/2008
FORTUNATO JOSE GUEDES 00078 021335/2010
FRANCIELE FONTANA OAB.36827/PR 00065 001077/2009
FRANZ HERMANN NIEUWENHO JUNIOR 00033 001030/2005
GERSON VANZIN MOURA DA SILVA 00051 000866/2008
GILBERTO RODRIGUES BAENA 00010 001382/1998
00034 001374/2005
GILBERTO STINGLIN LOTH 00010 001382/1998
00012 001550/1998
GILSON GOULART JR 00031 000896/2005
GILSON MEDEIROS DE MELLO 00048 000120/2008
GIOVANI ZORZI RIBAS 00033 001030/2005
GUI ANTONIO A.MOREIRA 00029 000247/2005
GUILHERME BORBA VIANNA 00031 000896/2005
GUILHERME DE SALLES GONCALVES 00033 001030/2005
GUSTAVO CAVALLIN DE ARAUJO 00002 022746/1981
GUSTAVO DE CAMARGO HERMANN 00050 000463/2008
HAROLDO MEIRELLES FILHO 00086 044825/2010
HELENA ARRIOLA SPERANDIO 00101 062555/2010
HENRIQUE KURSCHEIDT 00003 000139/1990

HUGO MARTINS KOSOP 00011 001441/1998
HUMBERTO R.CONSTANTINO 19642/PR 00032 000949/2005
IDERALDO JOSE APPI 00023 000775/2003
IRAPUAN ZIMMERMANN DE NORONHA 00041 000904/2007
IRINA MOREIRA DA FONSECA 16655/PR 00022 000621/2003
IRINEU GALESKI JUNIOR 00035 001436/2005
ISABELE TOMASI MARÉS DE SOUZA 00083 041536/2010
ISMAEL MARTINEZ 00013 001219/1999
JACQUES M.ANTUNES STEFANES 00007 001081/1996
00008 001347/1996
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 00051 000866/2008
JAQUELINE BALDISSERA 00039 000863/2006
00049 000353/2008
JAQUELINE LORENA MIGLIORINI 00023 000775/2003
JAQUELINE MEIRA LIMA 39740/PR 00067 001518/2009
JEAN CARLOS CAMOZATO 00044 001815/2007
JEFFERSON COMELI 00003 000139/1990
JOAO BATISTA VALIM 00057 001667/2008
JOAO CASILLO 00003 000139/1990
JOAO GUILHERME DUDA 00109 007703/2011
JOAO LEONEL ANTOCHESKI 00072 001587/2010
00096 056485/2010
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO 00010 001382/1998
00012 001550/1998
00034 001374/2005
JOAQUIM MIRO 00041 000904/2007
JODETE SENA M.S.CAMPOS 00009 000415/1997
JONAS BORGES 00043 001350/2007
JORGE ANTONIO NASSAR CAPRARO 00011 001441/1998
JORGE KALLUF SOBRINHO 00002 022746/1981
JORGE LUIZ CALBERG 00023 000775/2003
JOSE CARLOS BUSATTO-5116 00025 000942/2003
JOSE DA SILVA CARNEIRO 00075 012969/2010
JOSE DO CARMO BADARO 00037 000344/2006
JOSÉ HALLEY FERNANDES SULIANO 00075 012969/2010
JOSELIA A. KUCHLER 00009 000415/1997
JOSUE PEREZ COLUCCI 00119 027859/2011
JULIANA BARBAR DE CARVALHO ANTUNES 00003 000139/1990
JULIANE TOLEDO S. ROSSA 00130 045145/2011
JULIO CESAR MELO LOPES 00013 001219/1999
JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS 00063 000652/2009
JURANDIR DE OLIVEIRA NETO 00061 000221/2009
KARINA DE OLIVEIRA FABRIS DOS SANTOS 00003 000139/1990
KARINE CRISTINA DA COSTA 00047 000085/2008
KARINE INEZ CAVASINI 00120 028386/2011
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00058 001723/2008
00090 048422/2010
00107 007197/2011
00113 010511/2011
00114 015065/2011
00117 017830/2011
KARL GUSTAV KOHLMANN 00050 000463/2008
KELLY CRISTINA WORM COTLINSKI CANZAN 00048 000120/2008
KLAUS SCHNITZLER 00058 001723/2008
KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA 00125 038835/2011
LEANDRO CABRERA GALBIATI 00029 000247/2005
00047 000085/2008
LEONARDO DA COSTA-OAB.23493 00003 000139/1990
LEONARDO XAVIER ROUSSENQ 00003 000139/1990
LEONEL STEVAM FILHO 00108 007438/2011
LEONEL TREVISAN JUNIOR 00029 000247/2005
00046 001918/2007
00116 017147/2011
LEONIDA FERREIRA CHAVES FILHO 00062 000464/2009
LIDIANA VAZ RIBOVSKI 00122 037525/2011
LÍGIA SOCREPPA 00062 000464/2009
LINCOLN TAYLOR FERREIRA 00004 000223/1992
LIVIA CABRAL GUIMARÃES 00065 001077/2009
LIZEU NORA RIBEIRO 00001 021121/1979
LUCAS RECK VIEIRA 00051 000866/2008
LUCIANA CAVALIN 00002 022746/1981
LUCIANE BEATRIZ ROTTA 00016 000010/2002
LUCIANO CHIZINI E CHEMIN-26718 00023 000775/2003
LUIS FERNANDO DIETRICH-OAB.20899 00014 000435/2000
LUIZ AFONSO MIGUEL 24883/PR 00022 000621/2003
LUIZ ANTONIO DE ARAUJO KOS 00118 023964/2011
LUIZ ANTONIO DUARESKI 00004 000223/1992
LUIZ CARLOS DA ROCHA 00005 001077/1995
00014 000435/2000
LUIZ CARLOS FRANCO 00002 022746/1981
LUIZ CELSO DALPRA 6550 00091 048963/2010
LUIZ F.BRUSAMOLIN-OAB. 21.777 00004 000223/1992
00030 000719/2005
LUIZ FELIPE NODARI 00095 054291/2010
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00112 009833/2011
LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ-OAB.5560 00009 000415/1997
00035 001436/2005
LUIZ GUSTAVO RODRIGUES FLORES 00121 037256/2011
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 00051 000866/2008
LUIZ HENRIQUE DE ANDRADE NASSAR 00015 000558/2000
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI 00041 000904/2007
LUIZ RICARDO BERLEZE 00011 001441/1998
LUIZ ROBERTO RECH 00005 001077/1995
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 00007 001081/1996
00041 000904/2007
00076 015715/2010
00086 044825/2010
LUIZ SALVADOR 00110 008765/2011
MAGDA LUIZA R.EGGER 25.731 00085 043577/2010
MARCELO ANTONIO OHRENN MARTINS 00021 001563/2002
MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH 00028 000818/2004
MARCELO DE BORTOLO. 00053 001084/2008
MARCELO LASPERG DE ANDRADE 00095 054291/2010
MARCELO MARQUARDT 00057 001667/2008
MARCELO MUCCI LOUREIRO DE MELLO 00012 001550/1998
MARCELO MUSSI CORRêA 00011 001441/1998
MARCELO OLIVA MURARA 00002 022746/1981
MARCIA FERNANDES BEZERRA 00041 000904/2007
MARCIA MONTALTO ROSSATO 00011 001441/1998
MARCIA REGINA DOS SANTOS MACHADO 00026 001031/2003
MARCIO ADRIANO PINHEIRO-OAB.30303 00099 060758/2010
MARCIO ALEXANDRE CAVENAGUE 27507/PR 00050 000463/2008
00101 062555/2010
MARCIO ANTONIO SASSO OAB.28299A/PR 00004 000223/1992
MARCIO ARI VENDRUSCOLO 00111 009027/2011
MARCIO AUGUSTO VERBOSKI 00026 001031/2003
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00079 026011/2010
MARCIO RIBEIRO PIRES 00022 000621/2003
00071 002055/2009
MARCO ANTONIO LANGER 00029 000247/2005
MARCO JULIANO FELIZARDO 00026 001031/2003
MARCOS ANTONIO NUNES DA SILVA 00065 001077/2009
MARCOS AUGUSTO MALUCELLI 00012 001550/1998
MARCOS DE REZENDE ANDRADE JUNIOR 00055 001367/2008
MARIA ELIZABETH HOHMANN RIBEIRO 00032 000949/2005
MARIA INES DIAS 00017 000328/2002
MARIA LUCIA L.C. DE MEDEIROS 00076 015715/2010
MARIA LUCIA LINS CONCEICAO MEDEIROS 00041 000904/2007
MARIANA CRISTINA SCORSIN TEIXEIRA 00026 001031/2003
00064 001072/2009
MARIANA ESPER NICOLETTI 00048 000120/2008
MARIANE MACAREVICH 00102 068599/2010
MARIANE RIBAS DE SOUZA 00016 000010/2002
MARILI RIBEIRO TABORDA 00077 021274/2010
00085 043577/2010
MARILZA MATIOSKI 00126 039436/2011
MARINA BLASKOVSKI 00089 047809/2010
MARIO LOPES DA SILVA NETTO 00088 047019/2010
MARLI REGINA RENOSTE VIELI 00052 000906/2008
MARLUS JORGE DOMINGOS 00065 001077/2009
MAURICIO GOMM F.DOS SANTOS 12323/PR 00033 001030/2005
MAURICIO KAVINSKI 00004 000223/1992
MAURICIO MUSSI CORREA 00011 001441/1998
MAURO SERGIO GUEDES NASTARI 00068 001608/2009
MAYLIN MAFFINI 00059 000057/2009
MICHEL GUÉRIOS NETTO 00003 000139/1990
MICHELLE SCHUSTER NEUMANN 00081 032913/2010
00104 004002/2011
MICHEL LUIZ PADILHA 00011 001441/1998
MIEKO ITO 00039 000863/2006
00049 000353/2008
00068 001608/2009
MIGUEL FERNANDO RIGONI 00071 002055/2009
MILENA MASLOWSKI 00028 000818/2004
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 00101 062555/2010
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-322-2772 00050 000463/2008
MÔRENO C.BROETTO CRUZ 00060 000213/2009
MOYSES GRINBERG 00116 017147/2011
MURILO MENGARDA 00011 001441/1998
00036 000196/2006
NADIA REGINA DE CARVALHO MIKOS 00019 000923/2002
NAIRA VIEIRA NETO GASPARIM 00007 001081/1996
00008 001347/1996
NATÁLIA DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS 00001 021121/1979
NEILA DA SILVA ROCHA 00038 000843/2006
NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR 00027 001238/2003
NORBERTO TARGINA DA SILVA 00128 040732/2011
OKSANA POHLOD MACIEL 00041 000904/2007
ONIEL EMMENDOERFER 00045 001906/2007
OSMAR NODARI 00095 054291/2010
OSWALDO CARVALHO DA SILVA 00010 001382/1998
PATRICIA ALVES CORREIA 00101 062555/2010
PATRICIA CARVALHO 00026 001031/2003
PATRICIA CASILLO 00003 000139/1990
PATRICIA MARIN DA ROCHA 00042 001064/2007
PATRICIA VAILATI 00055 001367/2008
PATRICK G. MERCER 00057 001667/2008
PAULO AMBROSIO 00016 000010/2002
PAULO CESAR SILVEIRA 00011 001441/1998
PAULO CYRO MAINGUE 00004 000223/1992
PAULO MACARINI 00009 000415/1997
PAULO NALIN 00031 000896/2005
PAULO ROBERTO BARBIERI 00008 001347/1996
00029 000247/2005
00046 001918/2007
PAULO ROBERTO PONTES 00026 001031/2003
PEDRO GIROLAMO MACARINI 00009 000415/1997
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 00067 001518/2009
00081 032913/2010
PIRATAN ARAUJO FILHO 00003 000139/1990
RAFAELA FILGUEIRA 00051 000866/2008
RAFAEL DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS 00001 021121/1979
RAFAEL DE LIMA FELCAR 00063 000652/2009
RAFAEL DE REZENDE GIRALDI 00086 044825/2010
RAFAEL GOMIERO PITTA 00060 000213/2009
RAFAEL MARQUES GANDOLFI 00103 070335/2010
RAFAEL TADEU MACHADO 00012 001550/1998
RAFAEL TADEU MACHADO (CURADOR ESPECIAL) 00013 001219/1999

REGINA A.CAMPOS-OAB.6647 00036 000196/2006
REGINA DE MELO SILVA 00102 068599/2010
REGINA DE SOUZA REIS 00009 000415/1997
REGINALDO ANTONIO KOGA 00021 001563/2002
REGINA MARIA BACELLAR T. DA SILVA 00002 022746/1981
RENATO JOSÉ BORGET 00041 000904/2007
RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA 00034 001374/2005
RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELO 00041 000904/2007
ROBERTA S.C.A. BASSI (CURADORA ESPECIAL) 00012 001550/1998
ROBERTO CAMPOS HIDALGO-226-1723 00004 000223/1992
ROBERTO GRINES DA SILVA 00018 000760/2002
ROBERTO ROCHA GOMES FILHO 00032 000949/2005
RODOLFO HEROLD MARTINS 00121 037256/2011
RODRIGO GARCIA SALMAZO 00025 000942/2003
RODRIGO MACEDO 00127 039507/2011
RODRIGO YUKIO NISHI 00039 000863/2006
00049 000353/2008
ROGERIO ANDREOTTI ERRERIAS 00052 000906/2008
ROGERIO DE OLIVEIRA JR 00011 001441/1998
ROMAGUEIRA N.DE AVILA FILHO 00045 001906/2007
ROMERO SANTOS LIMA JUNIOR-OAB.29950 00031 000896/2005
RÔMULO VINÍCIUS FINATO 00029 000247/2005
ROSANA CRISTINA HASSE CARDOZO 00108 007438/2011
ROSANGELA DA ROSA CORREA 00102 068599/2010
ROSIANE C.SCHULMAN-OAB. 26165 00010 001382/1998
ROSIMEIRI G.BASILIO 26.627 00002 022746/1981
ROSSANA NADOLNY MUNHOZ 00097 057476/2010
RUBENS FELIPE GIASSON 00038 000843/2006
SAMANTHA DE MASCARENHAS 00071 002055/2009
SANDRA REGINA RODRIGUES 00060 000213/2009
SANDRO LUDNEY NOGUEIRA 00003 000139/1990
SCHEILA MACEDO 00026 001031/2003
SELMA PACIORNIK - AOB-38.738 00042 001064/2007
SERGIO LUIZ PEIXER 00129 044182/2011
SIGISFREDO HOEPERS 00110 008765/2011
SILVANA ELEUTERIO RIBEIRO 00003 000139/1990
SILVANO FERREIRA DA ROCHA 00026 001031/2003
SILVIA ELISABETH NAIME ELIAS 00099 060758/2010
SILVIANI IWERSON BARONE 00060 000213/2009
SILVIO BRAMBILA 00103 070335/2010
SILVIO CESAR BARBOSA-OAB/PR.30321 00040 000886/2006
SILVIO NAGAMINE 00005 001077/1995
00014 000435/2000
SIMONE KOHLER 00056 001384/2008
SIMONE ZONARI LETCHACOSKI 00003 000139/1990
SINVALDO MOREIRA DE SOUZA 00042 001064/2007
SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARÃES 00003 000139/1990
STELA MARLENE SCHWERZ 00099 060758/2010
TAIS SERAFIM SOUZA DA COSTA 00028 000818/2004
TAKEO KONISHI 00062 000464/2009
TARCISIO ARAUJO KROETZ 00026 001031/2003
TATIANA VALESCA VROBLEWSKI 00092 051262/2010
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER OAB.67721/SP 00007 001081/1996
00041 000904/2007
00076 015715/2010
00086 044825/2010
THIAGO DAHLKE MACHADO 00075 012969/2010
TIAGO HENRIQUE DE SOUZA ZANCHI 00002 022746/1981
TONI MENDES DE OLIVEIRA 00039 000863/2006
00049 000353/2008
00061 000221/2009
VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA 00047 000085/2008
VANESSA PALUDZYSZYN 00066 001154/2009
00119 027859/2011
VANESSA QUEIROZ PONCIANO 00035 001436/2005
VITOR HUGO PAES LOUREIRO FILHO 00123 038461/2011
VIVIANE KARINA TEIXEIRA 00088 047019/2010
WILSON EDGAR KRAUSE FILHO 00050 000463/2008
ZAILTON GERBER 00007 001081/1996

1. ARROLAMENTO-21121/1979-HELENA WOLF DE MELLO BRAGA x RUBENS DE MELLO BRAGA- Anote-se a procuração de fls. 260. Defiro o pedido de vista dos autos fora de cartório formulado às fls. 259, pelo prazo de 10 dias. -Advs. CELSO WOLF OAB.6755/PR, ALFREDO GONEVINO COSTA FILHO, RAFAEL DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS, NATÁLIA DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS, DINO ROSSIGALLI NETTO e LIZEU NORA RIBEIRO-.

2. INVENTARIO-22746/1981-DENISART RAMINA CAVALLIN x FLORENTINA RAMINA CAVALLIN & OUTROS-1. Ante o contido às fls. 1348/1349, intime-se pessoalmente o inventariante para, no prazo de 05 dias, prestar contas da alienação dos imóveis autorizada pelos alvarás de fls. 1318 e 1326/1327, apresentando o contrato de compra e venda do imóvel objeto do alvará nº 962/2010; bem como para esclarecer sobre a forma e a data que será procedida a desocupação do imóvel objeto da escritura pública de fls. 1341/1342-v. No mesmo prazo, deverá comprovar o recolhimento do ITCMD. 2. Quanto aos requerimentos de fl. 1349, esclareço que o imóvel localizado na Rua Almirante Tamandaré nº 78 é objeto do alvará nº 962/2010 expedido à fl. 1318, bem como que os alvarás objeto do pedido de fl. 1333 ainda estavam dentro do prazo de validade (fl. 1337), não sendo solicitada nova expedição. -Advs. JORGE KALLUF SOBRINHO, CARLOS ALBERTO RAMINA E SILVA, REGINA MARIA BACELLAR T. DA SILVA, ROSIMEIRI G.BASILIO 26.627, ERIKA PAULA DE CAMPOS-OAB.17492, ANA PAULA ROCHA E SILVA, GUSTAVO CAVALLIN DE ARAUJO, TIAGO HENRIQUE DE SOUZA ZANCHI, LUCIANA CAVALIN, MARCELO OLIVA MURARA, LUIZ CARLOS FRANCO, ERIKA PAULA DE CAMPOS-OAB.17492 e ROSIMEIRI G.BASILIO 26.627-.

3. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-139/1990-ITAÚ UNIBANCO S/A x INDÚSTRIAS JOÃO JOSÉ ZATTAR S/A e outros- Ciente da interposição do agravo de instrumento (fls. 1257/1268). Cumpram-se o item 3 da decisão de f. 1256. ("...aguarde-se o julgamento do recurso."). -Advs. SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARÃES, LEONARDO XAVIER ROUSSENQ, ANGELA MARIA MACHADO COSTA, CESAR AUGUSTO CARVALHO, JULIANA BARBAR DE CARVALHO ANTUNES, LEONARDO DA COSTA-OAB.23493, SIMONE ZONARI LETCHACOSKI, PIRATAN ARAUJO FILHO, JOAO CASILLO, EDUARDO CASILLO JARDIM, MICHEL GUÉRIOS NETTO, PATRICIA CASILLO, CAROLINA PIMENTEL 35223/PR, ANGELA ESTORILI0 S. FRANCO, SILVANA ELEUTERIO RIBEIRO, ANDRE MELLO SOUZA, JEFFERSON COMELI, EVALDO DE PAULA E SILVA JUNIOR, KARINA DE OLIVEIRA FABRIS DOS SANTOS, HENRIQUE KURSCHEIDT, SANDRO LUDNEY NOGUEIRA, FLAVIO LUIZ F.NUNES RIBEIRO e CAROLINE ARAUJO BRUNETTO-.

4. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-223/1992-SOCIEDADE CONST.CIDADELA LTDA x PLINIO ANTONIO P. DA SILVA-Expeça-se ofício ao Juízo da 2ª Vara de Falências e Concordatas desta Comarca, para o fim de intimar o Sr. administrador judicial dos autos de falência da Cidadela S/A (autos nº 24/2006) para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que de direito, no prazo de 10 dias. -Advs. MAURICIO KAVINSKI, LUIZ F.BRUSAMOLIN-OAB. 21.777, LINCOLN TAYLOR FERREIRA, LUIZ ANTONIO DUARESKI, ROBERTO CAMPOS HIDALGO-226-1723, PAULO CYRO MAINGUE, MARCIO ANTONIO SASSO OAB.28299A/PR e BARBARA VANELA LUVIZOTTO-.

5. INDENIZAÇÃO - SUMÁRIA-1077/1995-JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO & CIA LTDA x DISBEI DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS IGUACU LTDA- Defiro o pedido retro. Suspendo o feito por 30 (trinta) dias. Findo o prazo, manifeste-se o credor, dando prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito visando à satisfação de seu crédito, sob pena de arquivamento. -Advs. LUIZ CARLOS DA ROCHA, ADRIANA DE FRANÇA, SILVIO NAGAMINE, DULCE MARIA GAWLOSKI-OAB 8.711-, ANDRESSA J. G. DE OLIVEIRA, LUIZ ROBERTO RECH, ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA e CLAUDINE ADAMOWICZ REBELLO-.

6. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-168/1996-BANCO BANORTE S/A x GUARDINI INC. E EMPREED. LTDA e outro- Intime-se novamente a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o preparo das custas remanescentes até a presente data devidas, conforme cálculo de fl. 120, acrescidas das custas de duas Publicações (R$ 2,82 cada), totalizando o valor de R$ 56,40 (cinquenta e seis reais e quarenta centavos). -Adv. ANA PAULA GUARENGHI-.

7. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1081/1996-BANCO ITAU S/A x SELBA LEMOS NETTO e outros- Com fundamento no art. 792 do CPC, defiro a suspensão do processo, até o integral cumprimento do acordo, o que deverá ser informado pelas partes, a fim de possibilitar a extinção da execução. Oficie-se conforme entabulado (fl. 291). -Advs. EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER OAB.67721/SP, JACQUES M.ANTUNES STEFANES, ZAILTON GERBER e NAIRA VIEIRA NETO GASPARIM-.

8. EMBARGOS À EXEC. DE TITULO EXTRAJUDICIAL-1347/1996-SELBA LEMOS NETO e outro x BANCO ITAU S/A- Tendo em vista a transação celebrada entre as partes, consubstanciada no instrumento de fls. 681/684, proceda a secretaria o apensamento dos autos de execução de título extrajudicial sob nº 1081/1996, a fim de que a execução seja extinta e, conjuntamente, homologada a desistência dos embargos à execução. -Advs. JACQUES M.ANTUNES STEFANES, NAIRA VIEIRA NETO GASPARIM, PAULO ROBERTO BARBIERI e DOUGLAS MARCEL PERES-.

9. DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO-415/1997-CONJ.RES.MOR.CAIUA I -COND.VI x EDIVAL RIBAS BUENO- Registrem-se para sentença. -Advs. LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ-OAB.5560, JOSELIA A. KUCHLER, REGINA DE SOUZA REIS, JODETE SENA M.S.CAMPOS, PEDRO GIROLAMO MACARINI, ANA ELIETE BECKER MACARINI e PAULO MACARINI-.

10. ORDINÁRIA DE INDENIZ.DANOS MOR.MATERIAI-1382/1998-COND.CONJ.RES.PORTAL DO IGUACU x NEUSA LAUREANO MESSAGGI- I - Oficie-se à 8ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba para cancelamento do registro da constrição na matrícula do imóvel, devendo o interessado retirar o ofício e providenciar o pagamento das custas da serventia extrajudicial. Após, cumpra-se o último parágrafo do despacho de fls. 393. II - Intime-se a parte requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar o ofício destinado ao Cartório de Registro de Imóveis, à disposição nesta Secretaria. -Advs. OSWALDO CARVALHO DA SILVA, ROSIANE C.SCHULMAN-OAB. 26165, GILBERTO RODRIGUES BAENA, GILBERTO STINGLIN LOTH, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA, CARLOS EDUARDO SCARDUA, ALMIR KUTNE, ANNE MARIE KUTNE e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.

11. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA SENTENÇA-1441/1998-AGUAS MINERAIS DORIZON LTDA x KOEME HOTEL & TURISMO LTDA-O pedido de desconsideração da personalidade jurídica da executada já foi devidamente analisado às fls. 559/561, tendo sido mantido em sede recursal. Assim, manifeste-se o exequente, dando prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito visando à satisfação de seu crédito, sob pena de arquivamento. -Advs. BERNARDO RUCKER, JORGE ANTONIO NASSAR CAPRARO, MURILO MENGARDA, LUIZ RICARDO BERLEZE, HUGO MARTINS KOSOP, MARCIA MONTALTO ROSSATO, PAULO CESAR SILVEIRA, MICHEL LUIZ PADILHA, ROGERIO DE OLIVEIRA JR, MAURICIO MUSSI CORREA e MARCELO MUSSI CORRêA-.

12. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-1550/1998-NEW HOLLAND LATINO AMERICANA LTDA x FILTROS LOGAN S.A. e outro- Intime-se novamente a parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o preparo das custas remanescentes até a presente data devidas, conforme cálculo de fl. 157, acrescidas das custas de duas Publicações (R$ 2,82 cada), totalizando o valor de R$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos). -Advs. FABIULA SCHMIDT 26489/PR, MARCELO

MUCCI LOUREIRO DE MELLO, ELENI MORAES BARROS, MARCOS AUGUSTO MALUCELLI, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA, GILBERTO STINGLIN LOTH, ROBERTA S.C.A. BASSI (CURADORA ESPECIAL) e RAFAEL TADEU MACHADO-.

13. DECLAR. FALS. DOC.PED.LIM. CANC.PROTESTO-0000015-82.1999.8.16.0001-NEUZA REGINA PEREIRA e outros x CARLOS ALBERTO GOMES- O pedido de levantamento dos valores depositados vinculados aos autos de reintegração de posse n.º 6799/1996, em trâmite perante à 1ª Vara Cível desta Capital, deverá ser realizado diretamente àquele Juízo. Assim, em nada mais sendo requerido, arquivem-se na forma do art. 475-J, §5º do CPC. -Advs. JULIO CESAR MELO LOPES, ISMAEL MARTINEZ e RAFAEL TADEU MACHADO (CURADOR ESPECIAL)-.

14. ORDINARIA REV.CONTR.PED.PARC.ANT.TUTELA-435/2000-DENISE TAQUES PIMENTA x BANCO ABN AMRO BANK S/A- Ao credor para, no prazo de 10 dias, dar andamento ao feito, informando sobre a integral satisfação do crédito ou requerendo o prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento. -Advs. LUIZ CARLOS DA ROCHA, SILVIO NAGAMINE, ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA e LUIS FERNANDO DIETRICH-OAB.20899-.

15. ORDINÁRIA-558/2000-FAISSAL ASSAD RAAD x SEME RAAD - Proceda-se à devolução dos autos, no prazo de 24 horas, sob pena de aplicação do disposto no art. 196 do CPC. -Adv. LUIZ HENRIQUE DE ANDRADE NASSAR-.

16. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-10/2002-ARY MYLLA x ARTEANE IND. COM.DE ARTEF.DE COURO LTDA e outros- 1. O exequente requer expedição de ofício à Receita Federal, a fim de obter o dossiê integrado dos executados. Por implicar em quebra de sigilo fiscal, entendo que a medida deve ser aplicada em caráter excepcional, mediante a conjugação de fatores que não se resumem ao esgotamento de todos os instrumentos disponíveis ao exequente para a localização de bens para penhora. Deve, ainda, ser verificada a utilidade da medida que se revela pela inexistência de qualquer outra providência que atinja o resultado pretendido -, a sua conveniência para o resultado útil do processos e, também, uma análise da proporcionalidade da providência pretendida frente ao valor executado. Sobre o tema: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO. LOCALIZAÇÃO DE BENS. SIGILO FISCAL E BANCÁRIO. (...) 2. Os sigilos fiscal e bancário são garantias constitucionais, sendo o sigilo fiscal direito público subjetivo, eleito em nome de toda a Nação, a bem da preservação dos interesses do erário público. No voto o MM Juiz Relator sentencia: "Entendo correta a decisão do juízo monocrático, uma vez que cabe ao credor a função de localização dos devedores e seus respectivos bens, não devendo esse interesse sobrepor-se ao do sigilo fiscal e bancário." (TRF 4ª Região - Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.010360-5/PR. Relator: Juiz Federal Marcio Antônio Rocha. Órgão Julgador: Quarta Turma, Data da Decisão: 09/08/2006). Aponto, ainda, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. SISTEMA BACEN - JUD. ESGOTAMENTO DA VIA EXTRAJUDICIAL. 1. Admite-se a quebra do sigilo fiscal ou bancário do executado para que a Fazenda Pública obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente, mas somente após restarem esgotadas todas as tentativas de obtenção dos dados pela via extrajudicial, o que não restou demonstrado nos autos. 2. O art. 185-A do CTN, acrescentado pela LC nº 118/05, também corrobora a necessidade de exaurimento das diligências para localização dos bens penhoráveis, pressupondo um esforço prévio do credor na identificação do patrimônio do devedor. 3. Agravo regimental não provido". (AgRg no Ag 1044718/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2008, DJe 04/09/2008). Assim, indefiro, por ora, o pedido formulado, eis que não observados os requisitos necessários à implementação de tal medida. 2. Portanto, oficie-se a Delegacia da Receita Federal, solicitando cópia das últimas duas declarações de renda dos executados. 3. Ainda, efetuei, nesta data, via internet (www.denatran2.serpro.gov.br), consulta ao sistema RENAJUD, em busca de veículos de titularidade dos devedores, conforme comprovante em anexo. Ante as respostas, diga o exequente, no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. PAULO AMBROSIO, MARIANE RIBAS DE SOUZA e LUCIANE BEATRIZ ROTTA-.

17. ARROLAMENTO-328/2002-MARIA CONSTANTINA DOS SANTOS x SANTINOR FERREIRA DOS SANTOS-Intime-se o inventariante para que, no prazo de 10 dias, indique de forma pormenorizada quais os herdeiros de Santinor Ferreira dos Santos, eis que há herdeiros falecidos. -Adv. MARIA INES DIAS-.

18. INVENTARIO-760/2002-LUIZ CARLOS ROQUE x LAIS PINHEIRO ROQUE-À inventariante para que, no prazo de 10 dias, comprove que não houve a dispensa para pagamento do ITCMD, bem como informe o valor do imposto a ser pago. -Adv. ROBERTO GRINES DA SILVA-.

19. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-923/2002-ANGELA BAGGIO LORENZ x ANTONIO TEIXEIRA DE MELO-Os embargos à execução devem ser distribuídos por dependência, sendo autuados em apartado. Ressalte-se que sem o recolhimento das custas devidas ao Cartório Distribuidor não é possível realizar a distribuição, por força do item 3.1.6 do Código de Normas. Diante disso, fixo o prazo de 10 dias para que a parte executada retire a peça junto à Secretaria e providencie a regular distribuição, sob pena de ser reputada inexistente. -Adv. NADIA REGINA DE CARVALHO MIKOS-.

20. ARROLAMENTO-1327/2002-HIERTE APARECIDA STRESSER x EURIDES DE FRANCA TABORDA- Intime-se pessoalmente a inventariante para cumprir o determinado à fl.130, sob pena de remoção do encargo.-Adv. CEZAR AUGUSTO ROCHA-.

21. INDENIZACAO C/REP.DE DANOS-1563/2002-MARIA DE LOURDES KUMAGAI ALDANA e outro x SANDRA LUZIA LOPES DOS SANTOS SOUZA e outro-Intimem-se os representantes do espólio para que informem, no prazo de 10 dias, sobre eventual abertura de inventário ou bens deixados pelo de cujus, bem assim, sobre eventual interesse em composição amigável, como requerem os autores (fls. 494/495). -Advs. REGINALDO ANTONIO KOGA, ADAUTO RIVAELTE DA FONSECA, ADYR RAITANI JUNIOR e MARCELO ANTONIO OHRENN MARTINS-.

22. REVISIONAL DE CONTR. C/TUTELA ANTECIPADA-621/2003-SERGIO LUIZ FREITAS DE ALMEIDA e outro x BANCO DO BRASIL S/A- 1. Com o advento da Lei 11.232/2005 de 22 de dezembro de 2005, a satisfação de crédito de quantia certa consubstanciado em sentença transitada em julgado se dá dentro da mesma relação jurídica processual, na fase denominada cumprimento de sentença. Com isso, visando dar efetividade às decisões judiciais, o art. 475-J do CPC previu que o não pagamento voluntário da quantia certa e líquida no prazo de 15 (quinze) dias por parte do devedor, implica na incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito. Em que pese entendimentos doutrinários divergentes, os quais sustentam a imprescindibilidade de nova intimação do devedor para o início do prazo do pagamento voluntário sem incidência da multa, entendo que tal prazo tem seu termo inicial quando do trânsito em julgado da sentença condenatória. Isso porque, pensar o contrário, seria contrariar a finalidade da inovação legislativa, conforme advertência de Humberto Theodoro Júnior (Processo de execução e cumprimento de sentença. São Paulo: Leud, 2007, pp. 572/573 destacado): Havia necessidade, antigamente, de citação e intimação da penhora ao executado, (e não ao seu advogado) porque a execução da sentença cumpria-se por meio de novo processo, cujos atos iniciais teriam, por isso mesmo, de realizar-se na pessoa do demandado, ainda não integrado à nova relação processual. Agora que o cumprimento de sentença é simples ato do processo já em curso, e que o prazo para sua prática, decorre de pura previsão legal, é óbvio que não há lugar para exigir-se outro ato intimatório após a cientificação da sentença ao advogado do devedor. Aliás, a própria sentença nunca teve de ser intimada à parte. É que, consoante a regra geral do art. 237 do CPC, é ao advogado, e não à parte, que todos os atos da rotina processual são intimados. Totalmente contrária à sistemática do novo modelo de cumprimento da sentença a orientação de alguns processualistas que reclamam nova intimação do devedor para fazer flui o tempus iudicati, a cujo termo iniciará, ipso iure, a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. Outro não é o posicionamento da 3ª Turma do C. Superior Tribunal de Justiça, fixado quando da análise do REsp 954.859/RS, da relatoria do eminente Ministro Humerto Gomes de Barros, assim ementado: LEI 11.232/2005. ARTIGO 475-J, CPC. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. MULTA. TERMO INICIAL. INTIMAÇÃO DA PARTE VENCIDA. DESNECESSIDADE. 1. A intimação da sentença que condena ao pagamento de quantia certa consuma-se mediante publicação, pelos meios ordinários, a fim de que tenha início o prazo recursal. Desnecessária a intimação pessoal do devedor. 2. Transitada em julgado a sentença condenatória, não é necessário que a parte vencida, pessoalmente ou por seu advogado, seja intimada para cumpri-la. 3. Cabe ao vencido cumprir espontaneamente a obrigação, em quinze dias, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de 10%. (Julg. 16.08.2007 DJ 27.08.2007, p. 252). A propósito, colhe-se a seguinte assertiva no voto condutor do julgado: Há algo que não pode ser ignorado: a reforma da Lei teve como escopo imediato tirar o devedor da passividade em relação ao cumprimento da sentença condenatória. Foi-lhe imposto o ônus de tomar a iniciativa de cumprir a sentença de forma voluntária e rapidamente. O objetivo estratégico da inovação é emprestar eficácia às decisões judiciais, tornando a prestação judicial menos onerosa para o vitorioso (destacado). 2. Dessa forma, intime-se o credor para apresentar nova planilha do débito, no prazo de 10 dias. 3. Apresentada a planilha, intime-se a devedora, por meio de seus advogados (CPC, 236) para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia discriminada na planilha de cálculo que será apresentada, sob pena de penhora. -Advs. FABRICIO LUIZ WESCHENFELDER, ADEMIR TOMAZ DE LIMA, IRINA MOREIRA DA FONSECA 16655/PR, FABRICIO ZILOTTI, BEATRIZ FERREIRA DA COSTA HAUARE, EDUARDO JOSE PEREIRA NEVES, LUIZ AFONSO MIGUEL 24883/PR e MARCIO RIBEIRO PIRES-.

23. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-775/2003-JOSE ROBERTO ZAINA x MARIA DE LOURDES VARGAS CALBERG- Efetuei, nesta data, via internet (www.bcb.gov.br/judiciario), a solicitação de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas e/ou aplicações de titularidade do devedor, conforme comprovante anexo. Decorrido o prazo de 10 dias, voltem conclusos para que seja verificada e confirmada a disponibilização do arquivo de remessa às instituições financeiras. -Advs. IDERALDO JOSE APPI, JORGE LUIZ CALBERG, LUCIANO CHIZINI E CHEMIN-26718, JAQUELINE LORENA MIGLIORINI e AMARÍLIO HERMES LEAL DE VASCONCELLOS-.

24. ALVARA JUDICIAL-808/2003-HIERTE APARECIDA STRESSER x ESTE JUIZO-Despachei nos autos em apenso. -Adv. CEZAR AUGUSTO ROCHA-.

25. DECLAR. FALS. DOC.PED.LIM. CANC.PROTESTO-942/2003-BRAZ COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GAS LTDA x COMPANHIA ULTRAGAZ S.A-A declaração da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica é pressuposto para o deferimento do pedido de responsabilização direta dos sócios da devedora em relação ao débito. A propósito: "Sociedade por cotas de responsabilidade limitada Desconsideração da personalidade jurídica Aplicação que requer cautela e zelo, sob pena de destruir o instituto da pessoa jurídica e olvidar os incontestáveis direitos da pessoa física Necessidade de que seja apoiada em fatos concretos que demonstrem o desvio da finalidade social da sociedade, com proveito ilícito dos sócios". (TAPR, 2ª Câm., Ap. 529/90, rel. Juiz Nei Carneiro Leal, RT, 673/160). Assim, no prazo de 10 dias, os credores deverão demonstrar que a pessoa jurídica não possui bens penhoráveis e ainda que seu esvaziamento patrimonial seria atribuível a uma das seguintes hipóteses: (a) abuso de direito dos sócios; (b) infração à lei; (c) fato ou ato ilícito; (d) violação dos estatutos ou contrato social; e (e) inatividade ou encerramento da pessoa jurídica por má administração a justificar a sujeição dos bens dos sócios à execução. -Advs. CELSO PIRATELLI, JOSE CARLOS BUSATTO-5116 e RODRIGO GARCIA SALMAZO-.

26. REVISIONAL DE CONTR. C/TUTELA ANTECIPADA-1031/2003-UNT TINTAS E ACESSORIOS LTDA x BANCO SANTANDER BANESPA S/A-Ante as respostas, manifeste-se o credor, no prazo de 10 dias. -Advs. MARCIA REGINA DOS

SANTOS MACHADO, CARLOS EDUARDO BARTH OAB.31E610/RS, TARCISIO ARAUJO KROETZ, MARCIO AUGUSTO VERBOSKI, CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER, TARCISIO ARAUJO KROETZ, FABIOLA CORDEIRO POLATTI FLEISCHRRE, CAROLINE PALUDETTO PASCUTI, PAULO ROBERTO PONTES, PATRICIA CARVALHO, ADRIANA ESTIGARA, BLAS GOMM FILHO, SCHEILA MACEDO, ANA LUISA V. ABSY, MARCO JULIANO FELIZARDO, CARLOS HENRIQUE ZIMMERMANN, ANA LUCIA FRANCA, MARIANA CRISTINA SCORSIN TEIXEIRA, ADRIANA MARTINS SILVA, SILVANO FERREIRA DA ROCHA e DANIELA FILOMENA DUTRA MIRANDA DOS REIS-.

27. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1238/2003-GUTIERREZ FOMENTO COMERCIAL LTDA x APARECIDO VICENTE GONCALVES-Ante as respostas, manifeste-se o credor, no prazo de 10 dias. -Adv. NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR-.

28. DECLARAT. C/TUT. ANTEC. SUST.PROTESTO-818/2004-PRO PARK PARTICIPACOES LTDA e outro x BANCO DO BRASIL S/A-1. O agravo retido de fls. 549/553, não faz alusão a este processo. Desentranhe-se e entregue-se ao peticionário. 2. O valor dos honorários periciais deve ser fixado levando-se em consideração os questionamentos apresentados e o volume de documentos e diligências que serão necessárias para a elaboração do laudo pericial. Não é também o caso de barganha e deve ser levado em conta tratar-se de trabalho judicial onde as partes têm o direito de questionar e apresentar quesitos de esclarecimentos e/ou suplementares, com o mais amplo debate, e a responsabilidade é inerente a equidade, a ética profissional e a seriedade dentro das normas científicas, configurando mão-de-obra altamente especializada, com formação superior, além de responsabilidade civil e penal. Assim já se decidiu: HONORÁRIOS DE PERITO IMPUGNAÇÃO ALEGAÇÃO DE FIXAÇÃO EM VALOR SUPERIOR A MÉDIA DE MERCADO Falta, porém de prova a respeito .....Agravo de Instrumento Recurso Improvido Incumbe a parte que impugna o valor dos honorários do perito fixado pelo juiz, fazer prova de suas alegações, anexando tabelas e propostas de outros profissionais atestando o exagero do valor arbitrado. (TJPR, AI nº 0105199-4, rel. Juiz Conv. Lauro Laertes de Oliveira, DJPR 25.02.2002). 3. Ante a inconsistência dos argumentos das partes e ausência de amparo legal, mantenho o valor dos honorários na quantia arbitrada pelo expert R$ 2.210,00 (f. 530), a serem pagos em três parcelas de R$ 736,66, mensais e consecutivas, devendo a primeira ser depositada no prazo de cinco dias, pela parte autora (f. 539), sob pena de não realização da prova. A segunda parcela deverá ser paga até o dia 21/10/2011 e a última, até o dia 25/11/2011. 4. Feito o depósito, encaminhem-se os autos ao perito, que deverá informar a data do início de seus trabalhos, a fim de possibilitar a prévia intimação das partes (art. 431-A do Código de Processo Civil). 5. O prazo de 30 dias para a entrega do laudo, contados da data a ser designada para o início dos trabalhos, já foi fixado pela decisão de f. 539. -Advs. ANA PAULA L. PAGANINI, MILENA MASLOWSKI, ANISIO DOS SANTOS, TAIS SERAFIM SOUZA DA COSTA e MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH-.

29. COBRANÇA (SUMÁRIA)-247/2005-CONDOMINIO EDIFICIO MEREDIAN CLUB x ROBSON LUIS DO CARMO-Intime-se o devedor/autor, por meio de seus advogados (CPC, 236) para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia discriminada (fl. 522), sob pena de penhora. -Advs. MARCO ANTONIO LANGER, FATIMA DENISE FABRIN, RÔMULO VINÍCIUS FINATO, LEANDRO CABRERA GALBIATI, GUI ANTONIO A.MOREIRA, PAULO ROBERTO BARBIERI e LEONEL TREVISAN JUNIOR-.

30. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-719/2005-BANCO ABN AMRO BANK S/A x MITIKO ELISABETE MARTINEZ IWATA e outro-Contados e preparados, defiro a suspensão da execução, com fundamento no art. 791, inc. III, do CPC. Os autos deverão permanecer no arquivo (CN, nº 5.8.20) até a manifestação da parte interessada, dando-se baixa no Boletim Mensal de Movimento Forense. -Advs. LUIZ F.BRUSAMOLIN-OAB. 21.777 e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.

31. ORDINARIA REV.CONTR.PED.PARC.ANT.TUTELA-896/2005-ESPOLIO DE CLAUDIO ANTONIO BINATTI x SÃO CONRADO TERRAPL.PAV.INCORP.E CONSTRUÇÃO LTDA e outro-1. Atenda-se o solicitado no ofício de fls. 1145. 2. Deixo de apreciar o pedido de fls. 1147/1148, pois a parte autora efetuou o depósito da diferença dos honorários periciais (fls. 1144). Assim, tendo em vista que parte autora efetuou o depósito dos honorários pericias, cumpra-se o item "2" do despacho de fls. 1029. -Advs. ADRIANA E. CORREA, ROMERO SANTOS LIMA JUNIOR-OAB.29950, GILSON GOULART JR, GUILHERME BORBA VIANNA, PAULO NALIN e CARLYLE POPP-.

32. DECLARATORIA DE NUL. C/C PED.INDENIZAÇÃO-949/2005-SPIDER COM.DE FERRO E ACO SERVICO DE TRANSPORTES L x ALYNE PEREIRA DE OLIVEIRA RICHTER-Registrem-se para sentença. -Advs. ARNALDO FERREIRA, HUMBERTO R.CONSTANTINO 19642/PR, ALINE PECHARKI, ROBERTO ROCHA GOMES FILHO e MARIA ELIZABETH HOHMANN RIBEIRO-.

33. INDENIZAÇÃO P/DANO MORAL-0000214-94.2005.8.16.0001-CLAUDIA IONA ZOTTO x VIACAO TAMANDARE-1. Com o advento da Lei 11.232/2005 de 22 de dezembro de 2005, a satisfação de crédito de quantia certa consubstanciado em sentença transitada em julgado se dá dentro da mesma relação jurídica processual, na fase denominada cumprimento de sentença. Com isso, visando dar efetividade às decisões judiciais, o art. 475-J do CPC previu que o não pagamento voluntário da quantia certa e líquida no prazo de 15 (quinze) dias por parte do devedor, implica na incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito. Em que pese entendimentos doutrinários divergentes, os quais sustentam a imprescindibilidade de nova intimação do devedor para o início do prazo do pagamento voluntário sem incidência da multa, entendo que tal prazo tem seu termo inicial quando do trânsito em julgado da sentença condenatória. Isso porque, pensar o contrário, seria contrariar a finalidade da inovação legislativa, conforme advertência de Humberto Theodoro Júnior (Processo de execução e cumprimento de sentença. São Paulo: Leud, 2007, pp. 572/573 destacado): Havia necessidade, antigamente, de citação e intimação da penhora ao executado, (e não ao seu advogado) porque a execução da sentença cumpria-se por meio de novo processo, cujos atos iniciais teriam, por isso mesmo, de realizar-se na pessoa do demandado, ainda não integrado à nova relação processual. Agora que o cumprimento de sentença é simples ato do processo já em curso, e que o prazo para sua prática, decorre de pura previsão legal, é óbvio que não há lugar para exigir-se outro ato intimatório após a cientificação da sentença ao advogado do devedor. Aliás, a própria sentença nunca teve de ser intimada à parte. É que, consoante a regra geral do art. 237 do CPC, é ao advogado, e não à parte, que todos os atos da rotina processual são intimados. Totalmente contrária à sistemática do novo modelo de cumprimento da sentença a orientação de alguns processualistas que reclamam nova intimação do devedor para fazer flui o tempus iudicati, a cujo termo iniciará, ipso iure, a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. Outro não é o posicionamento da 3ª Turma do C. Superior Tribunal de Justiça, fixado quando da análise do REsp 954.859/RS, da relatoria do eminente Ministro Humerto Gomes de Barros, assim ementado: LEI 11.232/2005. ARTIGO 475-J, CPC. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. MULTA. TERMO INICIAL. INTIMAÇÃO DA PARTE VENCIDA. DESNECESSIDADE. 1. A intimação da sentença que condena ao pagamento de quantia certa consuma-se mediante publicação, pelos meios ordinários, a fim de que tenha início o prazo recursal. Desnecessária a intimação pessoal do devedor. 2. Transitada em julgado a sentença condenatória, não é necessário que a parte vencida, pessoalmente ou por seu advogado, seja intimada para cumpri-la. 3. Cabe ao vencido cumprir espontaneamente a obrigação, em quinze dias, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de 10%. (Julg. 16.08.2007 DJ 27.08.2007, p. 252). A propósito, colhe-se a seguinte assertiva no voto condutor do julgado: Há algo que não pode ser ignorado: a reforma da Lei teve como escopo imediato tirar o devedor da passividade em relação ao cumprimento da sentença condenatória. Foi-lhe imposto o ônus de tomar a iniciativa de cumprir a sentença de forma voluntária e rapidamente. O objetivo estratégico da inovação é emprestar eficácia às decisões judiciais, tornando a prestação judicial menos onerosa para o vitorioso (destacado). 2. Fixo os honorários advocatícios do patrono do credor em 10% sobre o valor do débito em execução, de acordo com o que entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, externado por sua Colenda Corte Especial: PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NOVA SISTEMÁTICA IMPOSTA PELA LEI Nº 11.232/05. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. - A alteração da natureza da execução de sentença, que deixou de ser tratada como processo autônomo e passou a ser mera fase complementar do mesmo processo em que o provimento é assegurado, não traz nenhuma modificação no que tange aos honorários advocatícios. A própria interpretação literal do art. 20, § 4º, do CPC não deixa margem para dúvidas. Consoante expressa dicção do referido dispositivo legal, os honorários são devidos "nas execuções, embargadas ou não". O art. 475-I, do CPC, é expresso em afirmar que o cumprimento da sentença, nos casos de obrigação pecuniária, se faz por execução. Ora, se nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, a execução comporta o arbitramento de honorários e se, de acordo com o art. 475, I, do CPC, o cumprimento da sentença é realizado via execução, decorre logicamente destes dois postulados que deverá haver a fixação de verba honorária na fase de cumprimento da sentença. - Ademais, a verba honorária fixada na fase de cognição leva em consideração apenas o trabalho realizado pelo advogado até então. Por derradeiro, também na fase de cumprimento de sentença, há de se considerar o próprio espírito condutor das alterações pretendidas com a Lei nº 11.232/05, em especial a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. Seria inútil a instituição da multa do art. 475-J do CPC se, em contrapartida, fosse abolida a condenação em honorários, arbitrada no percentual de 10% a 20% sobre o valor da condenação. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1028855/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 27/11/2008, DJe 05/03/2009). 3. Desnecessária a antecipação das custas referentes a esta fase do procedimento. 4. Comunique-se ao Distribuidor. 5. Intime-se a devedora, por meio de seus advogados (CPC, 236) para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar indicada na planilha de f. 570 R$ 2.431,23, sob pena de penhora. -Advs. CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA, FRANZ HERMANN NIEUWENHO JUNIOR, ALINE CRISTINA COLETO, ANDRE DINIZ AFONSO COSTA, MAURICIO GOMM F.DOS SANTOS 12323/PR, FABIOLA ROSA FERSTEMBERG 33712/PR, ALEXANDRE BLEY R.BONFIM, GUILHERME DE SALLES GONCALVES e GIOVANI ZORZI RIBAS-.

34. REVISIONAL DE CONTRATO CUM.C.TUTELA-1374/2005-ANTONIO SCHLEDER SPODE e outro x BANESTADO S/A-Defiro a suspensão do feito pelo prazo de 30 dias, como requerido à f. 445. Escoado o prazo, intime-se o autor para dar efetivo andamento ao feito, no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA, FERNANDA FORTUNATO MAFRA, CESAR AUGUSTO TERRA, GILBERTO RODRIGUES BAENA e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.

35. COBRANÇA (SUMÁRIA)-1436/2005-CONDOMINIO RESIDENCIAL OURO PRETO x ROSILDA DE FATIMA RAMOS KLUPPEL-Baixem estes autos ao Contador para elaboração do cálculo geral, conforme requereu o autor às fls. 456/. As custas deverão ser pagas pelo credor, sem reembolso, porque a elaboração do cálculo do montante devido é providência que se comete à parte interessada. -Advs. LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ-OAB.5560, VANESSA QUEIROZ PONCIANO, IRINEU GALESKI JUNIOR e ARIANA VIEIRA DE LIMA-.

36. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS-196/2006-SERGIO LUIZ KOWALSKI x MARCELO SEBASTIAO DE OLIVEIRA- Efetuei, nesta data, via internet (www.bcb.gov.br/judiciario), a solicitação de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas e/ou aplicações de titularidade do devedor, conforme comprovante anexo. Decorrido o prazo de 10 dias, voltem conclusos para que seja verificada e confirmada a disponibilização do arquivo de remessa às instituições financeiras. -Advs. MURILO MENGARDA, ANDRESSA VENTURI DA CUNHA e REGINA A.CAMPOS-OAB.6647-.

37. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-344/2006-ART PRIMA CONFECCÕES LTDA x LS MAGNO COMPETICOES LTDA-Ciente da interposição de agravo de instrumento

(fls. 964/1015). -Advs. CEZAR RODRIGO MOREIRA-OAB.31087, JOSE DO CARMO BADARO e ANTONIO FERREIRA-.
38. ARROLAMENTO-843/2006-MARIA DE SOUZA BANDEIRA x ELEAZAR LOPES DOIN-Ante o contido às fls. 93/97, manifestem-se as demais herdeiras, no prazo de 10 dias. -Advs. CIDNEI MENDES KARPINSKI-OAB.32558, NEILA DA SILVA ROCHA e RUBENS FELIPE GIASSON-.
39. DECLARATÓRIA C/C TUTELA ANTECIPADA-863/2006-JOSE ARAUJO NETO x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO-1. Ciência às partes quanto ao julgamento do agravo de instrumento interposto contra a decisão de fls. 342/344. 2. Indefiro o pedido de levantamento dos honorários periciais, formulado às fls. 394, eis que o valor dos honorários foi levantado por meio do alvará que se vê por cópia às fls. 392. 3. Intimem-se as partes para se manifestarem sobre o laudo pericial juntado às fls. 394/431, no prazo sucessivo de 10 dias, a começar pela parte autora. Se as partes apresentarem parecer por assistente técnico terão o prazo de 10 (dez) dias para sobre ele se manifestar. -Advs. RODRIGO YUKIO NISHI, ANTONIO CARLOS GUIMARAES TAQUES, JAQUELINE BALDISSERA, MIEKO ITO, FABIANA APARECIDA RAMOS LORUSSO e TONI MENDES DE OLIVEIRA-.
40. DESPEJO P/FALTA DE PAGAMENTO-886/2006-ROSALDO THÁ x EDMUNDO NASCIMENTO- Assim, rejeito os embargos declaratórios, mantendo, in totum, a decisão hostilizada.-Advs. ACACIO CORREA FILHO, ESTÊVÃO LOURENÇO CORREA, SILVIO CESAR BARBOSA-OAB/PR.30321 e ALVARO PINTO DA SILVA-.
41. ORDINÁRIA C/TUTELA ANTECIPADA-904/2007-JAIR DORIGON BIANCO e outros x BRASIL TELECOM S/A- Intime-se a parte interessada para dar andamento no feito, requerendo o que for de direito, no prazo de 10 (dez)dias, considerando os documentos de fls. 1296/1300, apresentados pela executada Brasil Telecom.-Advs. RENATO JOSÉ BORGET, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELO, OKSANA POHLOD MACIEL, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, MARIA LUCIA LINS CONCEICAO MEDEIROS, MARCIA FERNANDES BEZERRA, FABIANA MARIA NUNES 35990/PR, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER OAB.67721/SP, IRAPUAN ZIMMERMANN DE NORONHA, JOAQUIM MIRO e LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI-.
42. SUMÁRIA DE INDENIZAÇÃO P/DANOS MORAIS-1064/2007-ESTEVAN PERSEU MOREIRA DE SOUZA x CLINIPAN-CLINICA PARANAENSE DE ASSIST.MEDICA LTDA.-1. De regra, a impugnação não tem efeito suspensivo (art. 475-M, caput). Excepcionalmente, tal efeito poderá ser concedido pelo juiz, quando relevantes os fundamentos e o prosseguimento da execução possa causar ao devedor danos de difícil ou incerta reparação, o que é o caso dos autos, em que o devedor alega excesso de execução. Assim, recebo a impugnação de fls. 337/341 e suspendo o procedimento de cumprimento da sentença. Intime-se o credor para se manifestar no prazo de 15 dias. 2. Depois, venham conclusos para decisão, momento no qual será analisado o pedido de levantamento formulado à fl. 342. -Advs. ARLETE APARECIDA DE SOUZA, SINVALDO MOREIRA DE SOUZA, ESTEVAN PERSEU MOREIRA DE SOUZA, SELMA PACIORNIK - AOB-38.738, CAROLINE DO CARMO FERRAZ DA COSTA e PATRICIA MARIN DA ROCHA-.
43. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1350/2007-LUCIANA FERREIRA DE MELO x IVO MIGUEL SBIERSKI- Efetuei, nesta data, via internet (www.bcb.gov.br/judiciario), a solicitação de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas e/ou aplicações de titularidade do devedor, conforme comprovante anexo. Decorrido o prazo de 10 dias, voltem conclusos para que seja verificada e confirmada a disponibilização do arquivo de remessa às instituições financeiras. -Adv. JONAS BORGES-.
44. EMBARGOS DO DEVEDOR-1815/2007-MARCOS CRUZ DE MIRANDA e outro x CAIXA SEGURADORA S/A-A embargante Marilda Zauer Guimarães alega nulidade na sentença de fls. 48/55, eis que após a sua inclusão no processo (fl. 32), deixou de ser intimada de todos os atos processuais. Conforme se verifica às fls. 35, 37, 43, 45, 59, 61, 84/85, 89, 94, 100, não constou o nome do Dr. Alceu da Silva Oliveira Filho, procurador da embargante, nas intimações realizadas via Diário da Justiça. É imprescindível a indicação do nome dos advogados das partes nas intimações via publicação em órgão oficial, sob pena de nulidade. Neste sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 236, §1º, DO CPC. NULIDADE ABSOLUTA. DEVOLUÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EVENTUAL RECURSO. RECURSO PROVIDO. 1. Ausente o nome do procurador constituído nos autos na intimação da sentença, há de ser reconhecida a sua nulidade absoluta e de todos os atos processuais a ela posteriores, nos termos do disposto no art. 236, §1º, do CPC. 2. Devolução de prazo ao agravante para eventual interposição de recurso, tendo em vista o flagrante cerceamento de defesa e violação ao direito constitucional à ampla defesa. (STJ, REsp 666.396/RJ, Rel. Ministro Jorge Scartezzini) (TJPR - 17Âª CÃ¢. CÃ. - AI 0774266-9 - Foro Central da RegiÃ£o Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - UnÃ¢nime - J. 08.06.2011) Assim, em razão do evidente vício, reconheço a nulidade da publicação de fl. 37 e declaro nulos todos os atos subsequentes a ela, por inexistência de intimação do advogado da embargante em violação ao princípio do contraditório e do devido processo legal. Deixo, todavia, de declarar a nulidade da intimação realizada à fl. 35, eis que não acarretou nenhum prejuízo à parte. À secretaria para que efetue o registro do Dr. Alceu da Silva Oliveira Filho (fl. 14) nos cadastros da serventia. Após, intime-se a embargante para especificar as provas que pretende produzir, no prazo de 05 dias. -Advs. CARLA BACKS MANSUR, ALCEU DA SILVA OLIVEIRA FILHO e JEAN CARLOS CAMOZATO-.
45. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1906/2007-HERIBERTO JORGE CANOS ARIAS x SÉRGIO CAMPOS MAZOCOLI- Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento das despesas de expedição de no valor total de R$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos) de despesas postais no valor total de R$ 6,85 (seis reais e oitenta e cinco centavos) e , ainda, custas do distribuidor para registro da fase Cumprimento de Sentença.-Advs. ROMAGUEIRA N.DE AVILA FILHO e ONIEL EMMENDOERFER-.
46. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-1918/2007-BANCO ITAU S/A x COURAÇA CALÇADOS E ACESSÓRIOS LTDA-I-Expeça-se novo mandado de busca e apreensão e citação, nos termos do despacho inicial que deferiu a liminar (fl. 18), a ser cumprido no endereço de fl. 47.II-Intime-se parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das custas do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 247,50 (duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos). -Advs. LEONEL TREVISAN JUNIOR e PAULO ROBERTO BARBIERI-.
47. BUSCA E APREENSÃO CONV. EM DEPOSITO-85/2008-BANCO BMC S/A x EVANDRO F. FAGUNDES DE OLIVEIRA- Efetuei, nesta data, via internet (www.bcb.gov.br/judiciario), a solicitação de informações sobre o endereço do réu, conforme comprovante anexo. Decorrido o prazo de 10 dias, voltem conclusos para que seja verificada e confirmada a disponibilização dos endereços. -Advs. DIEGO RUBENS GOTTARDI, DANIELE DE BONA, KARINE CRISTINA DA COSTA, LEANDRO CABRERA GALBIATI e VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA-.
48. COBRANÇA (ORDINÁRIA)-120/2008-ANTONIO GASPARETTO e outros x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO e outro- Considerando que não houve qualquer requerimento das partes e ainda há agravo de instrumento pendente de julgamento no STJ, apenas aguarde-se a notícia de julgamento do referido recurso. -Advs. FABIANO CORREA DE MEDEIROS, GILSON MEDEIROS DE MELLO, KELLY CRISTINA WORM COTLINSKI CANZAN e MARIANA ESPER NICOLETTI-.
49. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-353/2008-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x JOSE ARAUJO NETO-Atenda-se a solicitação feita por meio do ofício de fls. 265, prestando as informações solicitadas. -Advs. MIEKO ITO, FABIANA APARECIDA RAMOS LORUSSO, TONI MENDES DE OLIVEIRA, RODRIGO YUKIO NISHI, ANTONIO CARLOS GUIMARAES TAQUES e JAQUELINE BALDISSERA-.
50. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL-463/2008-ALFA ANTICORROSÃO E SERVIÇOS SUBAQUÁTICOS LTDA x SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A-Efetuei, nesta data, via internet (www.bcb.gov.br/judiciario), a solicitação de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas e/ou aplicações de titularidade do devedor, conforme comprovante anexo. Decorrido o prazo de 10 dias, voltem conclusos para que seja verificada e confirmada a disponibilização do arquivo de remessa às instituições financeiras. -Advs. WILSON EDGAR KRAUSE FILHO, KARL GUSTAV KOHLMANN, GUSTAVO DE CAMARGO HERMANN, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-322-2772 e MARCIO ALEXANDRE CAVENAGUE 27507/PR-.
51. REV. DE CLÁUSULAS CONTR.C/CONSIG.C/LIMINAR-866/2008-RAFAEL RODRIGO LUIZ NEVES x BANCO BV FINANCEIRA S/A - C. F. I.- Anote-se (f. 350). Certifique-se acerca da retirada dos alvarás de fls. 347/348. Em caso negativo, expeça-se novo alvará como requerido à f. 360. Após, anote-se e arquive-se. -Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA, DANIELLE TEDESKO, RAFAELA FILGUEIRA, LUCAS RECK VIEIRA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e FLAVIO PENTEADO GEROMINI-.
52. COBRANÇA (ORDINÁRIA)-906/2008-VERA LUCIA DE LIMA BRIME x ITAÚ SEGUROS - S/A-Manifeste-se o credor, no prazo de 10 (dez) dias, dando prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito visando à satisfação de seu crédito, tendo em vista que o prazo para pagamento espontâneo se esgotou. -Advs. MARLI REGINA RENOSTE VIELI, APARECIDO DOMINGOS E.LOPES, APARECIDO DONIZETTI ANDREOTTI e ROGERIO ANDREOTTI ERRERIAS-.
53. DESPEJO P/ FALTA PGTO C/C COB. ALUGUERES-1084/2008-VERA LÚCIA TOSIN x NASSER HAIDAR e outros- Intime-se novamente a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das custas do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 49,50 (quarenta e nove reais e cinquenta centavos).-Advs. AUREO VINHOTI, CARLOS FREDERICO R. COUTINHO, FILIPE ALVES DA MOTA, MARCELO DE BORTOLO. e CLAUDIA REGINA MORALES DOS SANTOS-.
54. MONITÓRIA-1200/2008-LORENA CÂNEPA SANDIM x REVERSON DOS SANTOS- 1. Efetuei, nesta data, via internet (www.denatran2.serpro.gov.br), consulta ao sistema RENAJUD, em busca de veículos de titularidade dos devedores, conforme comprovante em anexo. 2. Ainda, efetuei, nesta data, via internet (www.bcb.gov.br/judiciario), a solicitação de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas e/ou aplicações de titularidade dos devedores, conforme comprovante anexo. Decorrido o prazo de 10 dias, voltem conclusos para que seja verificada e confirmada a disponibilização do arquivo de remessa às instituições financeiras. -Adv. DIEGO MANTOVANI-.
55. COBRANÇA (SUMÁRIA)-1367/2008-GLOBAL VILLAGE TELECOM - GVT x BIOSTORE LABORATÓRIO DE MANIPULAÇÃO LTDA- Efetuei, nesta data, via internet (www.bcb.gov.br/judiciario), a solicitação de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas e/ou aplicações de titularidade do devedor, conforme comprovante anexo. Decorrido o prazo de 10 dias, voltem conclusos para que seja verificada e confirmada a disponibilização do arquivo de remessa às instituições financeiras. -Advs. MARCOS DE REZENDE ANDRADE JUNIOR, FERNANDO SCHLIEPER, PATRICIA VAILATI, CESAR AUGUSTO BROTTO, DANIELLE BROTTO e ADRIANA MORO C. PRIGOL-.
56. INDENIZAÇÃO P/DANO MORAL-1384/2008-LEANDRINA CRUZ SCHUCK x ARTHUR LUNGREN TECIDOS S/A (CASAS PERNANBUCANAS)- Dê-se ciência às partes sobre a baixa dos autos, para que requeiram o que de direito. Caso mantenham-se inertes, anote-se e arquivem-se, na forma do art. 475-J, §5º, do CPC. -Advs. ELIZETE CORREA DE SOUZA, ELIZEU A. PEPI e SIMONE KOHLER-.
57. COBRANÇA (ORDINÁRIA)-1667/2008-HOSPITAL SUGISAWA LTDA x JOÃO BATISTA VALIM- Intimem-se as partes a se manifestarem sobre a proposta de honorários formulada pelo Sr. Perito às fls. 207/208, no valor de R$ 5.000,00 (cinco

mil reais), no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. PATRICK G. MERCER, MARCELO MARQUARDT e JOAO BATISTA VALIM-.

58. BUSCA E APREENSÃO CONV. EM DEPOSITO-1723/2008-BANCO FINASA BMC S/A x MIGUEL FABIENSKI JUNIOR- Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento das custas de expedição e despesas postais de cinco ofícios, no valor de R$ 47,00 (quarenta e sete reais) e R$ 34,25 (trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos), respectivamente. -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER, DANIELE DE BONA e KLAUS SCHNITZLER-.

59. REVISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0000360-96.2009.8.16.0001-VALDIR RODRIGUES x BANCO PANAMERICANO S/A-1. A teor do que dispõe o art. 45 do CPC, basta que haja notificação, com a ciência do constituinte, para que se aperfeiçoe o ato processual. O fato do processo tramitar sem procurador desde então em nenhum momento é causa de nulidade, eis que os prazos correm independentemente de intimação. Nesse sentido: Advogado. Renuncia: conseqüência. Art. 45 do Código de Processo Civil. Precedentes da Corte. Nos termos de precedente da corte, notificada a parte da renuncia e decorrido o prazo sem que outro procurador seja constituído, resultará que os prazos correrão independentemente de intimação. Não se anulam os atos anteriores. (REsp 61.839/RJ, Relator o Ministro Eduardo Ribeiro, DJ de 29/4/96).Recurso especial da instituição financeira conhecido o provido; recurso especial dos executados prejudicado. (STJ, REsp 557.339-DF, rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJU 08.11.2004, p. 225). Anote-se a renúncia (fl. 189/192). 2. Arquivem-se na forma do art. 475-J, §5º do CPC. -Advs. MAYLIN MAFFINI e CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO-.

60. RESCISÃO CONTR.C/C INDEN. PED.TUT. ANTEC-213/2009-KONRAD CURITIBA COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA x TELEPAR BRASIL TELECOM S.A.- Intime-se a parte credora para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento da taxa de distribuição junto ao Cartório Distribuidor, referente à anotação no Distribuidor, da fase de Cumprimento de Sentença. -Advs. CARLOS BAYESTORFF JUNIOR, ALBERTO RODRIGUES ALVES, ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS, SILVIANI IWERSON BARONE, SANDRA REGINA RODRIGUES, ANA LUCIA RODRIGUES LIMA, ERIKA FERNANDA RAMOS, RAFAEL GOMIERO PITTA e MÔRENO C.BROETTO CRUZ-.

61. REVISÃO DE CONTR. C/TUTELA ANTECIPADA-221/2009-RONALDO TOMAZ DA SILVA x BANCO HSBC S/A-Reitere-se o ofício de fl. 121 ao Juízo da 2ª Vara Cível de São José dos Pinhais. -Advs. JURANDIR DE OLIVEIRA NETO, FABIANA APARECIDA RAMOS LORUSSO e TONI MENDES DE OLIVEIRA-.

62. COMINATÓRIA C/ PED.ANTECIPAÇÃO DE TUTELA-464/2009-MARIA ANTONIETA JUNQUEIRA NETTO CORDEIRO x ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA-Aguarde-se a confirmação de transferência do valor bloqueado para a conta judicial vinculada aos autos. Com a confirmação de transferência, lavre-se o termo de penhora e intime-se a parte autora, por meio de seus advogados, para que ofereça impugnação, no prazo de 15 dias. -Advs. TAKEO KONISHI, FÁBIO DE OLIVEIRA LUCHÉSI, ANA PAULA ZANATA, LEONIDA FERREIRA CHAVES FILHO, ANDRÉA KUGLER BATISTA RIBEIRO e LÍGIA SOCREPPA-.

63. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-652/2009-NEUZA ROSA MONTEIRO DOS SANTOS VIEIRA x BANCO PANAMERICANO S/A-Oficie-se ao Banco Panamericano solicitando informações quanto à transferência dos valores bloqueados via BACENJUD, conforme comprovantes de fls. 88 e 100/104, cuja cópia deve instruir o ofício. -Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS, RAFAEL DE LIMA FELCAR e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

64. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C TUTELA ANTECIPADA-1072/2009-ADRIANA ARTIGAS SANTOS PANSIERI x BANCO SANTANDER BRASIL S/A-Com as cautelas de estilo, remetam-se ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. -Advs. FLÁVIO PANSIERI, DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS, BLAS GOMM FILHO, MARIANA CRISTINA SCORSIN TEIXEIRA, ANA LUCIA FRANCA e ANNA CAROLINA ARALDI ZACARCHUCA-.

65. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0003360-07.2009.8.16.0001-COMÉRCIO DE LOTERIAS MANOEL RIBAS LTDA x MARIA LEONI VALENTE-I-1.Ante as decisões de fls. 151/155 e 157/159, passo a analisar os pedidos pendentes de apreciação. 2. A impugnação à avaliação feita às fls. 83/86 não merece acolhimento porque é necessária a demonstração, por um mínimo de prova documental, de que a avaliação esteja dissociada da realidade. No caso, não há nenhum indício que dê amparo às alegações da executada. Por tais razões, e também considerando os esclarecimentos prestados pelo avaliador judicial à fl. 89, rejeito a impugnação, para o fim de manter o valor da avaliação apurado no laudo de fls. 79/80, que deverá ser oportunamente atualizado, porque elaborado em 11/01/2010.' 3.No tocante ao pedido de excesso de penhora (fls.92/94), assiste razão ao executado. Com efeito, o imóvel matrícula nº 6974, do qual a executada é proprietária de parte ideal, foi avaliado em R$ 437.000,00, enquanto a dívida exequenda, em maio de 2009, perfazia a importância de R$ 23.215,14. De conseguinte, a penhora do imóvel alhures mencionado é suficiente para garantir a execução devendo ser acolhido o pedido de levantamento da penhora que recai sqbre o imóvel matriculado sob o nº 71966 (fl. 68). Assim, promova a secretaria o levantamento da penhora que recai sobre o imóvel alhures mencionado. 4. Manifeste o credor eventual interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 dias.II-Intime-se a parte interessada para retirar ofício para o Registro de Imóveis que encontra-se disponível, nesta Secretaria. -Advs. DENIO LEITE NOVAES JUNIOR, MARCOS ANTONIO NUNES DA SILVA, MARLUS JORGE DOMINGOS, CARLISE ZASSO POSSEBON, FRANCIELE FONTANA OAB.36827/PR, LIVIA CABRAL GUIMARÃES, FERNANDA FERRON e CARLOS EDUARDO QUADROS DOMINGOS-.

66. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA-1154/2009-METROPOLITAN SERV. E LOC. EQUIPAMENTOS LTDA x BANCO VOLVO BRASIL S/A-Oficie-se, novamente, na forma determinada à fl. 80 dos autos de busca e apreensão em apenso, a fim de possibilitar o julgamento desta exceção de incompetência. -Advs. ANTONIO CARLOS SOUZA FERREIRA e VANESSA PALUDZYSZYN-.

67. REVISÃO DE CONTR. C/TUTELA ANTECIPADA-1518/2009-ROSA GONÇALVES FERREIRA DA CRUZ x ITAULEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL-I-Atenda-se a solicitação feita por meio do ofício que se vê à fl. 205, encaminhando cópia da inicial e da sentença, informando a data do despacho inicial positivo e que já foi certificado o trânsito em julgado da sentença em 05/04/2011. II-Intime-se novamente a parte requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o preparo das custas remanescentes até a presente data devidas, conforme cálculo de fl. 182, acrescidas das custas desta Publicação (R$ 2,82) e mais duas anteriores, totalizando o valor de R$ 39,66 (trinta e nove reais e sessenta e seis centavos) -Advs. JAQUELINE MEIRA LIMA 39740/PR, PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

68. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0001966-62.2009.8.16.0001-ELOIZA BEATRIZ TERZI x BANCO BMG S/A-3. Intime-se a devedora, por meio de seus advogados (CPC, 236) para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia discriminada na planilha de cálculo apresentada, fl. 122/125, sob pena de penhora. -Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, ERIKA HIKISHIMA FRAGA e MIEKO ITO-.

69. INVENTARIO-1639/2009-PURCINA SENHORIN e outros x GERSON LUIS SENHORIN e outro-Ante a avaliação de fl. 153, manifestem-se as partes, no prazo de 10 dias. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público. -Adv. DIRCEU APARECIDO VIEIRA-.

70. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1823/2009-BANCO ITAÚ S/A x INCABEX INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA e outro- Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento das custas de expedição e despesas postais de ofício, no valor de R$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos) e R$ 6,85 (seis reais e oitenta e cinco centavos), respectivamente. -Advs. EVARISTO ARAGÃO SANTOS e CARLOS EDUARDO SANTOS CARDOSO DERENNE-.

71. AÇÃO CIVIL PÚBLICA-2055/2009-INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CIDADÃO - IBDCI x BANCO DO BRASIL S.A.-Oficie-se ao Juízo da 05ª Vara Cível desta Capital, prestando as informações solicitadas à fl. 109. Ainda, reitere-se o ofício determinado à fl. 67. Com a resposta, abra-se vistas ao Ministério Público. -Advs. SAMANTHA DE MASCARENHAS, MIGUEL FERNANDO RIGONI e MARCIO RIBEIRO PIRES-.

72. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0001587-87.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x ANA PAULA DE SOUZA GABARDO- Intime-se a parte autora a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão do oficial de justiça à fl. 73-verso, requerendo o que entender de direito.-Adv. JOAO LEONEL ANTOCHESKI-.

73. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0001814-77.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x SIQUEIRA & VALENTIM LTDA e outro-Diante do contido na certidão de fls. 85, expeça-se alvará para levantamento do depósito em favor do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

74. BUSCA E APREENSÃO CONV. EM DEPOSITO-0002119-61.2010.8.16.0001-GUARARAPES ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/C LTDA x RICARDO DE BARROS RODRIGUES- Intime-se a parte autora a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão do oficial de justiça à fl. 86, requerendo o que entender de direito.-Adv. FERNANDA TROIAN-.

75. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PRECEITO COMINATÓRIO-0012969-77.2010.8.16.0001-MARIA ALZIRA XAVIER MARTINEZ x CONDOMÍNIO EDIFÍCIO ATHOL-Remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado, com as cautelas usuais e as homenagens deste juízo. -Advs. ELOISA FONTES TAVARES RIVANI, THIAGO DAHLKE MACHADO, JOSE DA SILVA CARNEIRO e JOSÉ HALLEY FERNANDES SULIANO-.

76. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0015715-15.2010.8.16.0001-BANCO ITAÚ S/A x CARLOS AUGUSTO SEEGMUELLER- Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das custas do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 49,50 (quarenta e nove reais e cinquenta centavos)-Advs. EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER OAB.67721/SP, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e MARIA LUCIA L.C. DE MEDEIROS-.

77. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-0021274-50.2010.8.16.0001-BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A x ARLINDO MITSUO TSUMANUMA- Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das custas do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 247,50 (duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos). -Adv. MARILI RIBEIRO TABORDA-.

78. DESPEJO P/DENUNCIA VAZIA-0021335-08.2010.8.16.0001-SEBASTIÃO ALCIONES GALVÃO x ANGELINA PAREJA DA ROCHA LOURES- 1. Li as razões do inconformismo e não vi nelas nenhum argumento ou fato que possa infirmar os fundamentos da decisão agravada (fls. 93), que mantenho, pelo que nela se contém. Oficie-se ao Desembargador Relator, encaminhando cópia desta decisão, e noticiando o cumprimento ao que dispõe o art. 526, do CPC, pelo agravante. 2. Depois de cumprido o item "1", remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, com as cautelas usuais e homenagens deste juízo. -Advs. DANIELA CHAMBERLAIN, DANIELE SCHWARTZ e FORTUNATO JOSE GUEDES-.

79. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0026011-96.2010.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x VILMAR GONÇALVES GUIMARÃES- Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o preparo das custas remanescentes até a presente data devidas, conforme cálculo de fl. 52, acrescidas das custas desta Publicação (R$ 2,82), totalizando o valor de R$ 27,32 (vinte e sete reais e trinta e dois centavos).-Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e ANDREA HERTEL MALUCELLI-.

80. COBRANÇA (SUMÁRIA)-0032592-30.2010.8.16.0001-GIOVANI KOCK BONETTI x LEANDRO SILVA DE JESUS e outros- Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o preparo das custas remanescentes até a presente data devidas, conforme cálculo de fl. 102, acrescidas das custas desta Publicação (R$ 2,82), totalizando o valor de R$ 14,10 (quatorze reais e dez centavos).-Adv. CARLOS ANDRÉ BITTENCOURT OLIVEIRA-.

81. REVISÃO DE CONTRATO C/ LIMINAR-0032913-65.2010.8.16.0001-FRANCISCO EVANDRO NOBRE PINHEIRO x BFB LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL- Informe-se o procurador da parte requerida para que tome ciência de que se encontra disponível, no Banco do Brasil, o alvará judicial nº 832/2011. -Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN, ANA PAULA SCHELLER DE MOURA e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR-.

82. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0038133-44.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x CURITIBA TRATORES COMÉRCIO MÁQUINAS E TRATORES LTDA. e outro- Efetuei, nesta data, via internet (www.bcb.gov.br/judiciario), a solicitação de bloqueio de valores eventualmente existentes em contas e/ou aplicações de titularidade do devedor, conforme comprovante anexo. Decorrido o prazo de 10 dias, voltem conclusos para que seja verificada e confirmada a disponibilização do arquivo de remessa às instituições financeiras. -Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI e CLAUDIO JOSÉ ZERBETO ASSIS-.

83. MONITÓRIA-0041536-21.2010.8.16.0001-GANHO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. x HACHEM M. HUSSEINI- A citação por edital se faz depois de esgotados todos os meios possíveis no sentido de localizar o réu e nas hipóteses do art. 231, após observado o inciso I do art. 232 e sob as penas do art. 233 do CPC. A propósito: "(...) CITAÇÃO VIA EDITAL QUE, SENDO MEDIDA EXCEPCIONAL, SÓ DEVE SER ADMITIDA QUANDO ESGOTADAS TODAS AS DILIGÊNCIAS POSSÍVEIS NO SENTIDO DE LOCALIZAR O RÉU."(TJPR, Agravo de Instrumento nº 381.192-7, Relator Mendonça de Anunciação, publicado em 11/05/2007). "(...) Cabível a citação editalícia quando as diligências realizadas no sentido de localizar o réu restam infrutíferas, gerando a convicção de que a parte efetivamente se encontra em lugar incerto e não-sabido. Inteligência do art. 231 do CPC (...)" (TJRS, Apelação Cível nº 70013926969, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 19/04/2006). Assim, para evitar eventual futura argüição de nulidade, determino a expedição de ofícios à Receita Federal e Tribunal de Regional Eleitoral, a fim de obter o atual endereço dos réus. -Advs. DANIELE REGINE GANHO JUSTICHECHEM, ISABELE TOMASI MARÉS DE SOUZA e ANGELA PAGLIOSA-.

84. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-0043009-42.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x GENOVEVA ALVES CABRAL- Nomeio um dos advogados integrantes do quadro de professores do Curso de Direito do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA) para promover a defesa dos interesses do réu. -Advs. ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA, CARLA MARIA KOHLER e CRISTIANE FERREIRA RAMOS-.

85. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-0043577-58.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER BANESPA S/A x SIDNEI APARECIDO PEREIRA-Oficie-se ao Juízo de Direito da Vara de Registros Públicos e Cartas Precatórias de Curitiba, informando que nos autos de busca e apreensão nº 627/2008, originários da Comarca de Morretes, foi proferida decisão declarando a incompetência daquele juízo para julgar a ação, sendo os autos remetidos para este juízo e autuados sob o nº 43.577/2010. No mesmo ofício deverá ser solicitada a devolução da carta precatória independente de cumprimento. Instrua-se o ofício com cópia deste despacho e da decisão de fl. 28. -Advs. MARILI RIBEIRO TABORDA e MAGDA LUIZA R.EGGER 25.731-.

86. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0044825-59.2010.8.16.0001-ROGÉRIO ROQUE MAYER x BANCO ITAÚ S/A- Informe-se o procurador da parte requerente para que tome ciência de que se encontra disponível, no Banco do Brasil, o alvará judicial nº 826/2011. -Advs. DIOGO LOPES VILELA BERBEL, HAROLDO MEIRELLES FILHO, RAFAEL DE REZENDE GIRALDI, DANIELLE VICENTE, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER OAB.67721/SP-.

87. DESPEJO P/ FALTA PGTO C/C COB. ALUGUERES-0046139-40.2010.8.16.0001-OFÉLIA ROMEIRO MIRANDA x LUCELIA FATIMA FERREIRA FRANCO- Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o preparo das custas remanescentes até a presente data devidas, conforme cálculo de fl. 46, acrescidas das custas desta Publicação (R$ 2,82), totalizando o valor de R$ 16,92 (dezesseis reais e noventa e dois centavos).-Adv. DANIEL BARCELLOS BALDO-.

88. REVISÃO DE CONTRATO C/ LIMINAR-0047019-32.2010.8.16.0001-SILVIO TITO DE SOUZA x BANCO BV FINANCEIRA S/A- Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento das despesas postais de carta de citação, no valor de R$ 8,75 (oito reais e setenta e cinco centavos), devidas mesmo sendo a parte beneficiária da Justiça Gratuita. -Advs. MARIO LOPES DA SILVA NETTO e VIVIANE KARINA TEIXEIRA-.

89. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-0047809-16.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x DIEGO TOKARS DE PAULA FERREIRA-I-Comprovada a mora pela notificação encaminhada ao endereço constante do contrato (fls. 22/23), defiro, liminarmente, a medida. Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem em nome do autor, na pessoa de seu representante legal. Efetivada a busca e apreensão, cite-se o réu, com as advertências usuais, para, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 3º, §3º, DL 911/69) apresentar resposta, cientificando-se-o que em 05 (cinco) dias, contados da apreensão, poderá ter o bem restituído, livre de ônus, desde que pague a integralidade do débito, correspondente às parcelas vencidas e vincendas, com acréscimos decorrentes da mora, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário (nos termos do §2º do art. 3º, do DL 911/69). Concedo os benefícios do art. 172, § 2º, do CPC.II-Intime-se a parte autora a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão do oficial de justiça à fl. 41, requerendo o que entender de direito. -Adv. MARINA BLASKOVSKI-.

90. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-0048422-36.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x ALEX SANDRO PEREIRA MADRUGA-I-Comprovada a mora pela notificação encaminhada ao endereço constante do contrato (fls. 21/22), defiro, liminarmente, a medida. Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem em nome do autor, na pessoa de seu representante legal. Efetivada a busca e apreensão, cite-se o réu, com as advertências usuais, para, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 3º, §3º, DL 911/69) apresentar resposta, cientificando-se-o que em 05 (cinco) dias, contados da apreensão, poderá ter o bem restituído, livre de ônus, desde que pague a integralidade do débito, correspondente às parcelas vencidas e vincendas, com acréscimos decorrentes da mora, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário (nos termos do §2º do art. 3º, do DL 911/69). Concedo os benefícios do art. 172, § 2º, do CPC.II-Intime-se a parte autora a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão do oficial de justiça à fl. 38, requerendo o que entender de direito. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

91. DESPEJO C/C COBRANÇA DE ALUGUERES-0048963-69.2010.8.16.0001-ADIR MOCELIN x ANISIA ZAMIN- Intime-se novamente a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das custas do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 99,00 (noventa e nove reais). -Adv. LUIZ CELSO DALPRA 6550-.

92. REVISIONAL DE CONTR. C/TUTELA ANTECIPADA-0051262-19.2010.8.16.0001-CLEUSA MATIAS x BV FINANCEIRA S/A- Remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado, com as cautelas usuais e as homenagens deste juízo. -Advs. ANTONIO SILVA DE PAULO e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

93. DESPEJO C/C COBRANÇA DE ALUGUERES-0051867-62.2010.8.16.0001-RODRIGO BITTENCOURT CROVADOR x PROJECTV INSTALAÇÃO MANUTENÇÃO DE REDES ELÉTRICAS LTDA. e outro-Diante do contido na certidão de fls. 91, defiro o cumprimento com ordem de arrombamento e concurso de força policial, se as circunstâncias por ocasião do cumprimento assim exigirem. Expeça-se ofício ao Comando de Polícia da Capital. -Adv. DAYE SOAVINSKY-.

94. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-0052860-08.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JUANEI SAPPELLI- I - 1. Efetuei, nesta data, via internet (denatran2.serpro.gov.br), a solicitação de bloqueio dos veículos objetos da demanda, conforme comprovante em anexo. 2. Expeçam-se ofícios expeçam-se ofícios a Receita Federal, Celesc e DETRAN-PR requisitando informações sobre o atual endereço do requerido. II - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento das custas de expedição e despesas postais de três ofícios, no valor de R$ 28,20 (vinte e oito reais e vinte centavos) e R$ 20,55 (vinte reais e cinquenta e cinco centavos), respectivamente. -Advs. ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA, CARLA MARIA KOHLER e CRISTIANE FERREIRA RAMOS-.

95. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS-0054291-77.2010.8.16.0001-THIAGO AMBROSIO x ALEXANDRE PIRES e outro- Intime-se a parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o preparo das custas remanescentes até a presente data devidas, conforme cálculo de fl. 253, acrescidas das custas desta Publicação (R$ 2,82), totalizando o valor de R$ 97,30 (noventa e sete reais e trinta centavos). -Advs. OSMAR NODARI, LUIZ FELIPE NODARI e MARCELO LASPERG DE ANDRADE-.

96. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0056485-50.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x PORTICO COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.-Ante as respostas, manifeste-se o credor, no prazo de 10 dias. -Adv. JOAO LEONEL ANTOCHESKI-.

97. REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS-0057476-26.2010.8.16.0001-PEDRO DE OLIVEIRA e outro x EVA ROSA KROL-Registrem-se para sentença. -Advs. ROSSANA NADOLNY MUNHOZ e CLAUDIR MARIANO-.

98. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0058813-50.2010.8.16.0001-DRACOLN LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA. x RAINBOW DO BRASIL IND. E COM. LTDA-1. O pedido de penhora de faturamento modalidade de penhora do estabelecimento comercial necessita da nomeação de depositário administrador e de todo o procedimento ditado pelo art. 677 do CPC. É medida grave, que depende da configuração de requisitos importantes para o seu deferimento. Assim, antes de examinar tal pedido, com fundamento no art. 600, IV, do CPC, determino seja intimada a devedora, por meio de seus advogados, para que indique bens passíveis de constrição, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 601 do CPC. -Adv. DANIELLE CHRISTIANNE DA ROCHA-.

99. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA SENTENÇA-0060758-72.2010.8.16.0001-IRENE OLIVEIRA DE CARVALHO VARASQUIM x HIPERMERCADO EXTRA KENNEDY-Não se pode olvidar que se trata de execução provisória de sentença, havendo ainda, ao menos do que consta dos autos, recurso especial pendente de julgamento. Desse modo, se pretende o levantamento dos valores depositados, antes deve a parte exequente, no prazo de 10 dias, prestar caução suficiente e idônea, nos termos do art. 475-O, III, CPC. -Advs. MARCIO ADRIANO PINHEIRO-OAB.30303, STELA MARLENE SCHWERZ e SILVIA ELISABETH NAIME ELIAS-.

100. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0061839-56.2010.8.16.0001-ITAÚ S/A x ELCI PEREIRA POTULSKI- Intime-se a parte autora a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão do oficial de justiça à fl. 38, requerendo o que entender de direito.-Adv. EVARISTO ARAGÃO SANTOS-.

101. INDENIZAÇÃO-0062555-83.2010.8.16.0001-JOSE FELIPE PINHEIRO BACIL x SUL AMERICA BANDEIRANTES SEGUROS S/A-Ante a notícia do falecimento do autor, suspendo o curso do processo, na forma do art. 265, I, do CPC, para que se dê a substituição da de cujus por seu espólio ou por seus sucessores, no prazo de 10 dias. Para análise do pedido de substituição processual da de cujus por seus sucessores, o autor deverá trazer aos autos sua certidão de nascimento e a

certidão negativa de distribuição de inventário. Se houve a abertura do inventário, a substituição deverá ser feita pelo espólio. -Advs. HELENA ARRIOLA SPERANDIO, MARCIO ALEXANDRE CAVENAGUE 27507/PR, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e PATRICIA ALVES CORREIA-.

102. REV. CLÁUS. CONTRAT. C/ CONSIGN. DE VALORES-0068599-21.2010.8.16.0001-DIEGO CARLOS DE CARVALHO x BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL-Mantenho a decisão hostilizada, por seus próprios fundamentos, e determino fique retido nos autos o agravo manifestado por meio da petição de fls. 98/102, para que dele conheça o tribunal ad quem em caso de eventual apelação (CPC, art. 523). Intime-se o perito para dizer se aceita o encargo, bem como para apresentar estimativa de seus honorários, no prazo de cinco dias. -Advs. REGINA DE MELO SILVA, MARIANE MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

103. RESOLUÇÃO DE CONTRATO C/C REINT. POSSE-0070335-74.2010.8.16.0001-AZ IMÓVEIS LTDA x ALESSANDRO ALVES DE PEREIRA-Intime-se o requerente para que esclareça, no prazo de 10 (dez) dias, apresente cópia da manifestação a que se refere à fl. 79, tendo em vista que esta não foi devidamente anexada. -Advs. SILVIO BRAMBILA e RAFAEL MARQUES GANDOLFI-.

104. REV. DE CONTRATO C/ PED. DE LIMINAR-0004002-09.2011.8.16.0001-PEDRO DE OLIVEIRA x BANCO ITAÚ- Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o preparo das custas remanescentes até a presente data devidas, conforme cálculo de fl. 66, acrescidas das custas desta Publicação (R$ 2,82), totalizando o valor de R$ 16,92 (dezesseis reais e noventa e dois centavos).-Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN e ANA PAULA SCHELLER DE MOURA-.

105. DESPEJO C/C COBRANÇA DE ALUGUERES-0006302-41.2011.8.16.0001-VALDINEI PIMENTEL MAZURKIEVICZ e outro x SIDNEY ROBERTO ARANTES e outros- Defiro o pedido retro. Suspendo o feito por 120 (cento e vinte) dias. Findo o prazo, manifeste-se o requerente, no prazo de 10 (dez) dias, dando prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção. -Adv. ARDEMIO DORIVAL MUCKE-.

106. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-0006804-77.2011.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S/A x JOEL BATISTA- Intime-se a parte autora a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão do oficial de justiça à fl. 37, requerendo o que entender de direito.-Adv. CARLA PASSOS MELHADO-.

107. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-0007197-02.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A x BENEDITO WAEN DA COSTA- Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o preparo das custas remanescentes até a presente data devidas, conforme cálculo de fl. 46, acrescidas das custas desta Publicação (R$ 2,82), totalizando o valor de R$ 11,28 (onze reais e vinte oito centavos).-Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

108. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C TUT. ANT.-0007438-73.2011.8.16.0001-KLAUS GUENTER ROTTSCHAEFER x BANCO DO BRASIL S/A e outro-O Juiz tem liberdade na formação de sua convicção, de maneira que pode indeferir fundamentadamente diligências que considere protelatórias ou desnecessárias. Trata-se de aplicação do princípio da persuasão racional, também denominado princípio do livre convencimento motivado (arts. 130 e 131 do Código de Processo Civil). A prova pericial tem cabimento quanto o exame do fato a ser provado depender de conhecimentos técnicos ou especiais, cuja apuração não se possa fazer pelos meios ordinários de convencimento. Assim, de modo a evitar provas desnecessárias, que apenas venham a onerar uma das partes, e com fundamento no que autoriza o art. 420 do CPC, indefiro o pedido de produção de prova pericial formulado pela ré. Indefiro, ainda, a produção de prova oral, já que desnecessária ao julgamento do feito, que comporta a análise tão-somente de questões de direito, entendendo suficiente a prova documental carreada aos autos. Registrem-se para sentença. -Advs. LEONEL STEVAM FILHO, ROSANA CRISTINA HASSE CARDOZO e ADRIANE HAKIN PACHECO-.

109. REPETICAO DE INDEBITO-0007703-75.2011.8.16.0001-GIOVANI ORTOLAN e outro x CCDI- CURITIBA AGUA VERDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- As questões postas em exame não comportam julgamento antecipado, mesmo a despeito da petição dos autores (f. 169). Por isso, converto o feito em diligência e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02/02/2012, às 14:30 horas, quando serão ouvidas as partes, pena de confesso, e testemunhas que serão arroladas em até 15 dias a contar desta decisão. -Advs. DAVI ANTUNES PAVAN, AYRTON RUY GIUBLIN NETO e JOAO GUILHERME DUDA-.

110. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0008765-53.2011.8.16.0001-OLIVIA DAS NEVES DE GODOI x BANCO CACIQUE S/A- (...) Diante do exposto, julgo procedente a pretensão inicial, condenando a requerida à exibição, no prazo de 15 (quinze) dias, em cartório, dos documentos ainda não apresentados e indicados à fl. 03 verso, nos termos da fundamentação sentencial retro, sob pena de busca e apreensão e sanções na esfera criminal. Condeno a parte ré, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios ao patrono da parte autora, os quais fixo, com fulcro no art. 20, par. 4º, CPC, em R$ 300,00 (trezentos reais), corrigido monetariamente até a data do efetivo pagamento, por equidade e levando-se em consideração que a lide não demandou intervenções mais complexas nos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. LUIZ SALVADOR, SIGISFREDO HOEPERS e ENEIDA DE CASSIA CAMARGO-.

111. INTERDIÇÃO E CURATELA-0009027-03.2011.8.16.0001-ROSA MARIA MELO ROMANIN-À secretaria para que expeça certidão como requer a autora (f. 46/47). Após, sem mais requerimentos, anote-se, comunique-se e arquive-se. -Adv. MARCIO ARI VENDRUSCOLO-.

112. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-0009833-38.2011.8.16.0001-AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A x WILLIAM CARRARO-Ante as respostas, manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias. -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

113. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-0010511-53.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A x ALEXANDRE CARMO LOURENÇO- Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o preparo das custas remanescentes até a presente data devidas, conforme cálculo de fl. 42, acrescidas das custas desta Publicação (R$ 2,82), totalizando o valor de R$ 8,46 (oito reais e quarenta e seis centavos).-Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

114. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-0015065-31.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A x JOSE PAULO RIBEIRO-Efetuei, nesta data, via internet (www.denatran2.serpro.gov.br), através do sistema RENAJUD, o bloqueio do veículo objeto da presente demanda, de acordo com requerimento de fls. 45, conforme comprovante em anexo. Diante da certidão negativa de fls. 42, o autor deverá dar andamento ao feito, no prazo de 10 (dez) dias, informando o endereço atualizado do réu, a fim de viabilizar o cumprimento da liminar, ou requerer o que entender de direito pertinente à vista do Decreto-lei n.º 911/69. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

115. INVENTARIO-0016335-90.2011.8.16.0001-ZEILA GUTIERREZ CABRERA-Façam-se as baixas, comunicações e anotações necessárias e, a seguir, arquivem-se os autos. -Advs. AMILTON FERREIRA DA SILVA e FELIPE SKRABA-.

116. DECLARATÓRIA C/ REV. CONT. C/ TUTELA-0017147-35.2011.8.16.0001-LEDA PERON x BANCO ITAU- Intime-se as partes para apresentarem assistentes técnicos e quesitos.-Advs. MOYSES GRINBERG e LEONEL TREVISAN JUNIOR-.

117. REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/ PED.LIMINAR-0017830-72.2011.8.16.0001-BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. x JULIANO MACHADO- Intime-se a parte autora a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão do oficial de justiça à fl. 44, requerendo o que entender de direito.-Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

118. ORDINÁRIA-0023964-18.2011.8.16.0001-WALACE MAMEDE BASTIANON LOPES DE CASTRO x ANA MARIA DIAS FERREIRA- Intime-se a parte requerente para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, replicar a contestação apresentada. -Advs. ADELINO VENTURI JÚNIOR, ELIANE ANDREA CHALATA e LUIZ ANTONIO DE ARAUJO KOS-.

119. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA-0027859-84.2011.8.16.0001-BANCO VOLVO BRASIL S/A x D BLAESE TRANSPORTES LTDA - ME- 1. Quanto ao que alega o autor às fls. 39/41, anoto que não existe no direito brasileiro a figura do pedido de reconsideração (STJ, Agss nº 416-BA, rel. Min. Américo Luz, DJU 27.05.1996, pág. 17796, Aga nº 454439-SP. Rel. Min. Vicente Leal, DJU 17.02.2003, pág. 416; Aga nº 423504-RS, rel. Min. César Asfor Rocha, 20.05.2002, pág. 163), à exceção da regra legal específica (art. 527, parágrafo único, do CPC), o que não se vê nos autos. 2. Cumpra-se o determinado às fls. 30/33. -Advs. VANESSA PALUDZYSZYN e JOSUE PEREZ COLUCCI-.

120. INTERDIÇÃO-0028386-36.2011.8.16.0001-DANIEL ABDO TANNOUS x ELIAS TANNOUS- Da renúncia deve o mandante ser válido e inequivocamente notificado. Não há prova efetiva da notificação, uma vez que o AR foi recebido e assinado por pessoa diversa da pessoa do autor. Assim, até que seja formalizada a renúncia, prossegue a procuradora do autor na defesa dos seus interesses, por força do disposto no art. 45, do CPC. -Adv. KARINE INEZ CAVASINI-.

121. REPARAÇÃO DE DANOS-0037256-70.2011.8.16.0001-SAMUEL MARAFON x MOISES PIRES DOS SANTOS e outro- I - Acolho a petição de f. 77, como emenda a petição inicial. Para a audiência de conciliação, a que deverão comparecer as partes pessoalmente em condições de transigir, trazendo propostas concretas, designo a data de 13/02/2012 , às 14:00 (CPC, art. 277). Nessa ocasião será tentada a conciliação e a parte ré, não obtida esta, poderá apresentar resposta, acompanhada de documentos e rol de testemunhas (CPC, art. 278, caput), desde que o faça por intermédio e acompanhada de advogado. Ainda não se obtendo conciliação, seguir-se-á, sendo o caso, instrução e julgamento, designando-se outra data para tanto, se necessário for (CPC, art. 278, § 2º), ou julgamento da ação no estado em que se encontra. Intime-se a parte ré, ficando ela ciente de que seu não comparecimento à audiência, por intermédio e acompanhada de advogado, implicará, sendo o caso (CPC, art. 320), na presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora (CPC, arts. 277, § 2º, 285 e 319). II - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento das despesas postais de cartas de citação, no valor de R$ 26,25 (vinte e seis reais e vinte e cinco centavos), pois até a presente data foram pagas apenas as custas de expedição. -Advs. ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO BASTO, LUIZ GUSTAVO RODRIGUES FLORES e RODOLFO HEROLD MARTINS-.

122. REV. DE CONTRATO C/C CONSIG. C/ LIMINAR-0037525-12.2011.8.16.0001-PAULO ANTUNES x BANCO ITAUCARD S/A- I - 1. Acolho a petição de fls. 58/59, como emenda à petição inicial. 2. O autor requer, em sede liminar, (A) autorização de depósito das prestações vincendas, no valor mensal de R$ 2,13; (B) manutenção do bem na posse e; (C) abstenção de inclusão do nome do autor nos cadastros de inadimplentes, sob pena de multa diária. A decisão de f. 55/56, o juízo autorizou o depósito dos valores pretendidos pela parte, porém o autor não o fez. 3. Não há que se falar em manutenção de posse do veículo, especialmente porque não foi realizado qualquer depósito de valores nos autos. Ainda, não se pode obstar o direito de ação da parte credora evitando-se o ajuizamento de eventual ação, pois não me parece palatável impedir a parte contrária de ter acesso ao Judiciário, cuja faculdade encontra amparo constitucional (art. 5º, XXXIV, a). A simples discussão judicial da dívida não é suficiente para obstar a exclusão do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, sendo necessário o preenchimento, concomitante, de outros dois requisitos: a) demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ e b) depósito do valor incontroverso ou prestação de caução idônea. Nesse sentido, o STJ: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL.

AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO (...) Neste julgamento, os requisitos específicos do incidente foram verificados quanto às seguintes questões: i) juros remuneratórios; ii) configuração da mora; iii) juros moratórios; iv) inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes e v) disposições de ofício. (...). ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. (...) (REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009). No caso, faz-se presente o primeiro requisito, porquanto o autor propôs ação revisional de contrato questionando a ilegalidade de encargos contratados e cobrados pela instituição financeira, no entanto, o segundo não, pois não houve qualquer depósito do valor incontroverso ou prestação de caução idônea, razão porque nesse momento processual, não se pode impedir a inscrição/manutenção do nome do autor nos cadastros restritivos de crédito. Evidente que é legítimo à instituição financeira, a inclusão do nome da parte autora, nos cadastros restritivos de crédito, de acordo com orientação do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: De qualquer forma, cumpre esclarecer que o depósito no montante que o autor entende correto, respaldado em estudo técnico unilateral que encomendou, configura ato de mera conveniência, na medida em que não tem o condão de elidir a mora, servindo apenas para indicar sua intenção em cumprir as obrigações pactuadas, conforme entendimento do TJ-PR: "É que, conforme posicionamento adotado por esta Corte, apenas o depósito integral dos valores previstos no contrato é capaz de afastar os efeitos da mora. Assim, o depósito dos valores que o devedor entende devidos, se inferiores ao pactuado, não tem o condão de elidir a mora, tratando-se ato de mera conveniência do devedor, servindo apenas para indicar um mínimo de boa-fé, não trazendo, outrossim, qualquer prejuízo ao credor, já ao menos parte do débito estará assegurado". (AI nº 530.589-5, Decisão Monocrática, Relator Juiz Luis Espíndola, j. 09.10.08). 4. Por tais razões, indefiro os requerimentos feitos em sede de tutela antecipada. 5. Para a audiência de conciliação (art. 277, CPC) designo o dia 10 de Fevereiro de 2012, às 16:30, à qual deverão comparecer as partes pessoalmente em condições de transigir, trazendo propostas definidas e concretas, cálculos atualizados e alternativas possíveis. O autor deverá comparecer ao ato designado acompanhado de seu procurador ou fazer-se representar por este, sob pena de extinção do processo. Cite-se e intime-se a parte ré, com antecedência mínima de dez dias, para nela comparecer pessoalmente, apresentando, na mesma oportunidade e necessariamente através de advogado, resposta escrita ou oral, documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formular quesitos e indicar assistente técnico, querendo. Faça-se constar do mandado a advertência de que não comparecendo sem justificativa, ou comparecendo e não se defendendo, inclusive por não ter advogado, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (arts. 285 e 319, do C.P.C.), salvo se o contrário resultar de prova dos autos, com prolação de sentença no mesmo ato. II - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento das custas de expedição e despesas postais de carta de citação, no valor de R$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos) e R$ 11,00 (onze reais), respectivamente. -Adv. LIDIANA VAZ RIBOVSKI-.

123. REVISÃO DE CONTRATO-0038461-37.2011.8.16.0001-MAURICIO DE LIMA x BANCO FINASA BMC - S/A-Defiro o benefício da assistência judiciária gratuita à autora. A verificação do valor correto das parcelas devidas não prescinde do contraditório por ser instaurado. Autorizo o depósito em juízo dos valores pretendidos pela parte, porém, o efeito liberatório fica restrito aos valores efetivamente depositados. O depósito deverá ser feito no prazo de dez dias, prosseguindo-se com o depósito das prestações posteriores, nas datas de vencimento ajustadas. Feito o depósito, voltem para exame da antecipação da tutela e designação da audiência. -Advs. DIVALMIRO OLEGARIO MAIA PEREIRA e VITOR HUGO PAES LOUREIRO FILHO-.

124. REV. DE CONTRATO C/C CONSIG. C/ LIMINAR-0038482-13.2011.8.16.0001-ATAIDE PEREIRA DE SOUZA x BFB LEASING S/A- I - 1. Acolho a petição de fls. 69/73, como emenda a petição inicial. 2. O autor requer, em sede liminar, (A) abstenção da inclusão do seu nome no rol de inadimplentes, (B) manutenção na posse do bem e (C) depósito das parcelas vincendas. A decisão de f. 66/67, o juízo autorizou o depósito dos valores pretendidos pela parte autora, realizado à f. 73, no valor de R$ 77,08. 3. A simples discussão judicial da dívida não é suficiente para obstar a exclusão do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, sendo necessário o preenchimento, concomitante, de outros dois requisitos: a) demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ e b) depósito do valor incontroverso ou prestação de caução idônea. Nesse sentido, o STJ: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO (...) Neste julgamento, os requisitos específicos do incidente foram verificados quanto às seguintes questões: i) juros remuneratórios; ii) configuração da mora; iii) juros moratórios; iv) inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes e v) disposições de ofício. (...). ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. (...) (REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009). No caso, faz-se presente os dois requisitos, porquanto o autor propôs ação revisional de contrato questionando a ilegalidade de encargos contratados e cobrados pela instituição financeira, e depositou o valor de R$ 77,08 (f. 73), o que sinaliza a boa-fé da parte. De outro lado, não há que se falar em manutenção de posse do veículo, pois, não se pode obstar o direito de ação da parte adversa obstando-a de ajuizar eventual ação, pois não me parece palatável impedir a parte contrária de ter acesso ao Judiciário, cuja faculdade encontra amparo constitucional (art. 5º, XXXIV, a). 4. Por tais razões, defiro parcialmente a tutela antecipada, para tão somente expedir-se ofício ao SPC e Serasa requisitando a exclusão do nome do autor dos seus cadastros. 5. Para a audiência de conciliação (art. 277, CPC) designo o dia 13 de Fevereiro de 2012, às 13:30, à qual deverão comparecer as partes pessoalmente em condições de transigir, trazendo propostas definidas e concretas, cálculos atualizados e alternativas possíveis. O autor deverá comparecer ao ato designado acompanhado de seu procurador ou fazer-se representar por este, sob pena de extinção do processo. 6. Cite-se e intime-se a parte ré, com antecedência mínima de dez dias, para nela comparecer pessoalmente, apresentando, na mesma oportunidade e necessariamente através de advogado, resposta escrita ou oral, documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formular quesitos e indicar assistente técnico, querendo. Faça-se constar do mandado a advertência de que não comparecendo sem justificativa, ou comparecendo e não se defendendo, inclusive por não ter advogado, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (arts. 285 e 319, do C.P.C.), salvo se o contrário resultar de prova dos autos, com prolação de sentença no mesmo ato. II - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento das despesas postais de carta de citação, no valor de R$ 11,00 (onze reais), devidas mesmo sendo a parte beneficiária da Justiça Gratuita. -Adv. CARLOS ALBERTO XAVIER-.

125. REV. DE CONTRATO C/C CONSIG. C/ LIMINAR-0038835-53.2011.8.16.0001-YELDISSEN PEREIRA DA SILVA x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A- I - 1. Deve ser prestigiado o interesse manifestado pelo autor em levar a execução contratual a bom termo, mediante depósitos em juízo dos valores que entende devidos, o primeiro dos quais já comprovado. Existe a demonstração de prejuízos de difícil reparação, com a anotação dos débitos, oriundos do contrato em tela, perante o SPC e SERASA, que é fonte de inúmeros transtornos na vida pessoal e profissional de qualquer cidadão, seja pela dificuldade de acesso ao crédito em geral, seja pela impossibilidade de livre movimentação de contas bancárias. A tutela de urgência também se justifica porque seu provimento não traz nenhum perigo de irreversibilidade. Diante do exposto, defiro parcialmente a tutela antecipatória pleiteada, para determinar que o réu se abstenha de promover o registro da dívida nos órgãos de proteção de crédito, devendo retirar os apontamentos, caso já efetivados. 2. Passo, agora, ao exame do pedido de manutenção na posse do veículo. O despacho que autorizou os depósitos em Juízo foi claro quanto a não descaracterização dos efeitos da mora. Assim, não há que se falar em manutenção de posse do veículo, especialmente porque a exclusão do nome do autor dos cadastros de devedores em mora teve fundamento outro, que não a efetivação dos depósitos no valor pretendido, que não guardam correspondência com o valor da contraprestação estipulado no contrato. Não se pode, ainda, obstar o direito de ação da parte credora evitando-se o ajuizamento de eventual ação, pois não me parece palatável obstar o acesso da parte contrária ao Judiciário, cuja faculdade encontra amparo constitucional (art. 5º, XXXIV, a). O Tribunal de Justiça do Paraná já decidiu, com propriedade, que: Nas ações de revisional de contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, não cabe a concessão de liminar antecipatória para assegurar a permanência do bem alienado em mãos do devedor, o que somente se admite, em casos excepcionais devidamente justificados e em ação de busca e apreensão. Entender o contrário, significaria obstar o direito constitucional de ação do credor (art. 5º, XXXV, CF)." (TJPR - AgInst 0337581-3 - Ac. nº. 2891 - 16ª C.Cív. - Rel. Des. Shiroshi Yendo - DJPR 02.06.2006) Por tais razões, indefiro o pedido de manutenção de posse do bem em favor do autor. 3. Audiência de conciliação dia 14 de Fevereiro de 2012, às 13:30, à qual deverão comparecer as partes pessoalmente em condições de transigir, trazendo propostas definidas e concretas, cálculos atualizados e alternativas possíveis. 4. Cite-se e intime-se a parte ré, com antecedência mínima de dez dias, para nela comparecer pessoalmente, apresentando, na mesma oportunidade e necessariamente através de advogado, resposta escrita ou oral, documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formular quesitos e indicar assistente técnico, querendo. Faça-se constar do mandado a advertência de que não comparecendo sem justificativa, ou comparecendo e não se defendendo, inclusive por não ter advogado, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (arts. 285 e 319, do C.P.C.)., salvo se o contrário resultar de prova dos autos, com prolação de sentença no mesmo ato. II - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento das despesas postais de carta de citação, no valor de R$ 8,75 (oito reais e setenta e cinco centavos), devidas mesmo sendo a

parte beneficiária da Justiça Gratuita. -Advs. DIEGO LUIS PISA SOARES e KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA-.

126. COBRANÇA (SUMÁRIA)-0039436-59.2011.8.16.0001-CONJUNTO RESIDENCIAL PAQUETA II x MARIA LUCIA SANTANA- I - Audiência de conciliação dia 14 de Fevereiro de 2012, às 14:00, à qual deverão comparecer as partes pessoalmente em condições de transigir, trazendo propostas definidas e concretas, cálculos atualizados e alternativas possíveis. O autor deverá comparecer ao ato designado acompanhado de seu procurador ou fazer-se representar por este, sob pena de extinção do processo. Cite-se e intime-se a parte ré, com antecedência mínima de dez dias, para nela comparecer pessoalmente, apresentando, na mesma oportunidade e necessariamente através de advogado, resposta escrita ou oral, documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formular quesitos e indicar assistente técnico, querendo. Faça-se constar do mandado a advertência de que não comparecendo sem justificativa, ou comparecendo e não se defendendo, inclusive por não ter advogado, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (arts. 285 e 319, do C.P.C.), salvo se o contrário resultar de prova dos autos, com prolação de sentença no mesmo ato. II - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento das despesas postais de carta de citação, no valor de R$ 8,75 (oito reais e setenta e cinco centavos), pois até a presente data foram pagas apenas as custas de expedição. -Adv. MARILZA MATIOSKI-.

127. REVISIONAL DE CONTRATO-0039507-61.2011.8.16.0001-JOSE ANTONIO AUGUSTYNCZK x BB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL- I - 1. O depósito efetivado demonstra razoavelmente a boa-fé e a honestidade de propósitos do autor, porque feito de acordo com o valor do débito incontroverso, conforme o cálculo que instrui a inicial. Existe a demonstração de prejuízos de difícil reparação, com a anotação dos débitos perante o SPC e SERASA, que é fonte de inúmeros transtornos na vida pessoal e profissional de qualquer cidadão, seja pela dificuldade de acesso ao crédito em geral, seja pela impossibilidade de livre movimentação de contas bancárias. A tutela de urgência também se justifica porque seu provimento não traz nenhum perigo de irreversibilidade. Diante do exposto, defiro parcialmente a tutela antecipatória pleiteada, para determinar seja intimada a ré para se abstenha de proceder à inclusão do nome do autor nos cadastros de restrição ao crédito em decorrência da mora do contrato objeto desta revisional. 2. Passo, agora, ao exame do pedido de manutenção na posse do veículo. O despacho que autorizou os depósitos em Juízo foi claro quanto a não descaracterização dos efeitos da mora. Assim, não há que se falar em manutenção de posse do veículo, especialmente porque a exclusão do nome do autor dos cadastros de devedores em mora não teve como único fundamento a efetivação dos depósitos no valor pretendido, que não guardam correspondência com o valor da contraprestação estipulado no contrato. O Tribunal de Justiça do Paraná já decidiu, com propriedade, que: Nas ações de revisional de contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, não cabe a concessão de liminar antecipatória para assegurar a permanência do bem alienado em mãos do devedor, o que somente se admite, em casos excepcionais devidamente justificados e em ação de busca e apreensão. Entender o contrário, significaria obstar o direito constitucional de ação do credor (art. 5º, XXXV, CF)." (TJPR - AgInst 0337581-3 - Ac. nº. 2891 - 16ª C.Cív. - Rel. Des. Shiroshi Yendo - DJPR 02.06.2006) Por tais razões, indefiro o pedido de manutenção de posse do bem em favor do autor. 3. Acolho a emenda à inicial (fls. 68/71). Audiência de conciliação dia 10 de Fevereiro de 2012, às 16:00, à qual deverão comparecer as partes pessoalmente em condições de transigir, trazendo propostas definidas e concretas, cálculos atualizados e alternativas possíveis. O autor deverá comparecer ao ato designado acompanhado de seu procurador ou fazer-se representar por este, sob pena de extinção do processo. Cite-se e intime-se a parte ré, com antecedência mínima de dez dias, para nela comparecer pessoalmente, apresentando, na mesma oportunidade e necessariamente através de advogado, resposta escrita ou oral, documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formular quesitos e indicar assistente técnico, querendo. Faça-se constar do mandado a advertência de que não comparecendo sem justificativa, ou comparecendo e não se defendendo, inclusive por não ter advogado, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (arts. 285 e 319, do CPC), salvo se o contrário resultar de prova dos autos, com prolação de sentença no mesmo ato. II - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento das despesas postais de carta de citação, no valor de R$ 11,00 (onze reais), devidas mesmo sendo a parte beneficiária da Justiça Gratuita. -Adv. RODRIGO MACEDO-.

128. REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/ PED.LIMINAR-0040732-19.2011.8.16.0001-BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x ANDERSON RUFATTO KANOPI--Celebraram, autor e réu, contrato atípico, nominado de arrendamento mercantil, pelo qual o primeiro arrendou ao segundo o bem descrito na petição inicial por prazo determinado e mediante pagamento de parcelas mensais. Há, na avença, cláusula resolutiva expressa para o caso de inadimplência. Verificada a mora com a notificação, admite-se a utilização de ação possessória para reintegração da arrendante na posse do bem arrendado. Pode-se extrair das alegações expendidas na inicial, corroboradas pelos documentos que a instruem, em análise perfunctória que o momento processual permite, que os pressupostos para o manejo da ação de reintegração de posse estão presentes, em face da infração contratual verificada. Defiro a liminar, para determinar a expedição mandado para reintegração do autor na posse do bem descrito às fls. 04 e no contrato de fls. 24/28. Uma vez cumprida, cite-se o réu para contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências dos arts. 285 e 319 do CPC. Mas, porque não se afirmou, em momento algum, que a prestação, por causa da mora, se tornou inútil para o credor, e ao fim de preservar os interesses de ambas as partes e manter a comutatividade contratual, é que admito a sua purgação, sem qualquer outra formalidade e no prazo da contestação, desde que requeira o demandado, o que se fará por valor a ser apurado pela contadoria, em parâmetros a serem oportunamente fixados. II-Intime-se a parte autora a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão do oficial de justiça à fl. 54, requerendo o que entender de direito. -Adv. NORBERTO TARGINA DA SILVA-.

129. DESPEJO C/PED.LIMINAR DE DESOCUPAÇÃO-0044182-67.2011.8.16.0001-LAURO POMIANOSKI JUNIOR e outro x FAUSTO MANOEL LACERDA- 1. Conforme o disposto no art. 59, § 1º, da Lei nº 8.245/91, conceder-se-á liminar para desocupação imediata do imóvel dado em locação em ações de despejo que tenham por fundamento a falta de pagamento dos alugueres, e desde que seja prestada a caução no valor equivalente a três meses de aluguel. Assim, considerando que o réu deixou de pagar os alugueres e acessórios da locação do imóvel, desde os que se venceram em maio de 2010 e considerando-se a afirmação de extinção da garantia então existente no contrato, vejo presentes os requisitos do art. 273 do CPC, e, com fundamento no art. 59, §1º, IX da Lei nº 8.245/91, defiro a liminar para determinar ao réu que desocupe o imóvel objeto da locação, no prazo de 15 dias. 2. Lavre-se termo de caução e depósito do bem imóvel oferecido em garantia e intime-se o primeiro autor para que compareça em cartório no prazo de 05 dias a fim de assinar o termo. Depois de assinado o termo de caução, intime-se o réu para que cumpra a liminar, sob pena de imediato despejo. Se houver a purgação da mora no mesmo prazo, a ordem de desocupação poderá vir a ser revogada. 3. Cite-se o réu, com as advertências de lei - arts. 285 e 319 do CPC - para, no prazo de 15 dias, contestar ou purgar a mora art. 62, inciso III da Lei nº 8.245/91 hipótese em que o depósito deverá incluir as verbas discriminadas no art. 62, II - os aluguéis e encargos atualizados, juros de mora a partir da citação, custas processuais e honorários sobre o total atualizado, conforme demonstrativo de fls. 30. Realizado o depósito art. 62, III e IV intime-se o locador para, em dez dias, se manifestar sobre os respectivos valores, efetuando o levantamento ou demonstrando que foi menor (clara e especificadamente) ou ainda se incide a causa impeditiva do art. 62, parágrafo único do mesmo diploma de lei. Em havendo discordância da parte autora - art. 62, inciso IV - intime-se a parte ré para em dez dias depositar a diferença ou justificar sua negativa. Ocorrendo negativa de complementação do depósito, fica a parte ré intimada para depositar, à disposição do Juízo, os alugueres que forem vencendo. -Adv. SERGIO LUIZ PEIXER-.

130. NULIDADE CLÁUS.CONTR.C/TUT. ANTECIPADA-0045145-75.2011.8.16.0001-ADIR DOS SANTOS x OMNI S/A - C. F. I.- Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar e/ou comprovar o pagamento das despesas postais de carta de citação, no valor de R$ 8,75 (oito reais e setenta e cinco centavos), mais custas de expedição no valor de R $ 9,40 (nove reais e quarenta centavos) .-Adv. JULIANE TOLEDO S. ROSSA-.

?

CURITIBA, 29 DE SETEMBRO DE 2011
DIRETORA DE SECRETARIA

# 11ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANA**
**- 11ª VARA CIVEL**
**JUIZES DE DIREITO**
**RENATA ESTORILHO BAGANHA**
**PATRICIA DE FÚCIO LAGES DE LIMA**

**RELAÇÃO Nº160/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ACACIO CORREA FILHO 0055 001162/2005
ADELINO MARCON 0034 000329/2003
ADILSON DE CASTRO JUNIOR 0041 001422/2003
0080 001258/2007
ADILSON LUIS FERREIRA 0004 000615/1993
ADILSON LUIZ BOHATCZUK 0003 000838/1992
ADRIANA DE PAULA EDUARDO 0050 000356/2005
ADRIANA MORO CONQUE 0113 004551/2010
ADRIANO GOHR 0067 001300/2006
ADYR RAITANI JUNIOR 0017 000197/2000
AIRTON SAVIO VARGAS 0077 001191/2007
ALBERT CARMO AMORIM 0167 035936/2011
ALBERTO SILVA GOMES 0032 000191/2003
ALCEU BOLLIS 0022 000726/2001
ALCEU GIESE 0108 001665/2009
ALCEU MACHADO FILHO 0121 022597/2010
ALCEU MACHADO NETO 0121 022597/2010
ALCIONE SPERANDIO JUNIOR 0065 000987/2006
ALDO DE MATTOS SABINO JUN 0006 000717/1994
ALESSANDRO DIAS PRESTES 0067 001300/2006
ALEXANDRA MINUSCOLI CHEDI 0112 002858/2010
ALEXANDRE BANNWART DE MAC 0183 051694/2011
ALEXANDRE CHRISTOPH LOBO 0024 001376/2001
ALEXANDRE COELHO VIEIRA 0045 000831/2004
ALEXANDRE FIDALSKI 0008 001245/1995
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0093 001300/2008
0182 051666/2011

ALGACYR MORGENSTERN 0004 000615/1993
ALIDA MARIANA VAN DER LAA 0107 001643/2009
ALINE URBAN 0029 001387/2002
ALMIR MACHADO DE OLIVEIRA 0061 000638/2006
ALTIVO JOSE SENINSKI 0094 001305/2008
ALVARO CARNEIRO DE AZEVED 0090 000966/2008
ALVARO PEDRO JUNIOR 0045 000831/2004
AMANDA VACCARI 0125 025385/2010
AMANDO BARBOSA LEMES 0088 000744/2008
AMARILIO H. L. DE VASCONC 0015 000098/2000
ANA BEATRIZ FARIAS DOS SA 0076 000931/2007
ANA CLAUDIA RHODEN 0071 000424/2007
ANA ELIETE BECKER MACARIN 0011 001330/1997
ANA PAULA FINGER MASCAREL 0044 000722/2004
ANA PAULA GUARENGHI 0009 000068/1996
ANA RENATA MACHADO 0164 031052/2011
ANA ROSA DE LIMA LOPES BE 0106 001113/2009
0109 001783/2009
ANA TEREZA PALHARES BASÍL 0115 005182/2010
ANDERSON DE ANDRADE CALDA 0039 001266/2003
ANDRE ABREU DE SOUZA 0010 000361/1997
0032 000191/2003
ANDREA CRISTIANE GRABOVSK 0021 000612/2001
0068 001426/2006
0117 012091/2010
0141 053572/2010
ANDREA RICETTI BUENO FUSC 0001 024441/1977
ANDRE LUIS GASPAR 0140 049382/2010
ANDRE LUIZ PENTEADO BUENO 0164 031052/2011
ANDRESSA CAROLINA NIGG 0034 000329/2003
ANGELA ESTORILIO SILVA FR 0014 001412/1999
ANGELA MARIA MARCELO 0134 039216/2010
ANGELITA ACOSTA 0029 001387/2002
ANISIO DOS SANTOS 0002 000689/1991
ANTONIO AUGUSTO CASTANHEI 0091 001107/2008
ANTONIO AUGUSTO FERREIRA 0010 000361/1997
ANTONIO AUGUSTO GRELLERT 0033 000262/2003
ANTONIO CARLOS BONET 0039 001266/2003
0080 001258/2007
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIR 0008 001245/1995
ANTONIO CELESTINO TONELOT 0018 000363/2000
ARISTIDES ALBERTO TIZZOT 0168 036284/2011
ARIVALDIR GASPAR 0140 049382/2010
ARNALDO DE OLIVEIRA JUNIO 0137 044033/2010
ARNALDO FERREIRA 0053 001050/2005
ARTUR GABRIEL FERREIRA 0002 000689/1991
BEATRIZ BIANCO MACHADO 0143 055226/2010
BENOIT SCANDELARI BUSSMAN 0075 000678/2007
BLAS GOMM FILHO 0026 001400/2001
0081 001552/2007
0137 044033/2010
BRAULIO ROBERTO SCHMIDT 0005 000574/1994
CAIO MARCIO EBERHART 0035 000564/2003
CAMILO NAZARENO PAGANI MA 0050 000356/2005
CARINA PAVAN 0007 000389/1995
CARLA AFONSO DE OLIVEIRA 0021 000612/2001
0081 001552/2007
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 0184 051746/2011
CARLA LUIZA MANN 0047 001143/2004
CARLA MARIA KOHLER 0157 006100/2011
CARLOS ALEXANDRE DIAS DA 0019 000894/2000
CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR 0025 001388/2001
CARLOS EDUARDO SCARDUA 0133 038765/2010
CARLOS MURILO PAIVA 0029 001387/2002
CAROLINA BORGES CORDEIRO 0036 000622/2003
CAROLINA HEINZ HAACK 0125 025385/2010
CAROLINA LUIZA LOYOLA 0110 002109/2009
CAROLINA MENKE DOETZER 0017 000197/2000
CAROLINE INABA 0143 055226/2010
CAROLINE RUPEL 0065 000987/2006
CESAR AUGUSTO BROTTO 0113 004551/2010
0114 004552/2010
CESAR AUGUSTO TERRA 0073 000513/2007
0155 002762/2011
0171 038651/2011
CESAR RICARDO TUPONI 0011 001330/1997
CHRISTIAN AUGUSTO COSTA B 0062 000690/2006
CHRISTIANE FERREIRA GOMES 0087 000725/2008
CHRISTIAN S BORTOLOTTO 0008 001245/1995
CHRYSTIAN JUNQUEIRA ROSSA 0047 001143/2004
CICERO JOSE ALBANO 0032 000191/2003
CLAIRE LOTTICI - DEFENSOR 0031 000102/2003
CLAUDIA CARDOSO 0152 073086/2010
CLAUDIA HELENA STIVAL 0107 001643/2009
CLAUDIA LUCIA CAMARGO LOP 0003 000838/1992
CLAUDIA M MARCELA GEVAERD 0156 005195/2011
CLAUDINEI BELAFRONTE 0149 068804/2010
CLAUDIOMIRO PRIOR 0089 000835/2008
CLEITON SACOMAN 0062 000690/2006
CLEVERSON MARCEL SPONCHIA 0165 033471/2011
CRISTIANA ALMEIDA DE CAMA 0004 000615/1993
CRISTIANE BELLINATI GARCI 0046 000852/2004
0142 053658/2010
0154 002218/2011
0165 033471/2011
CRISTIANE VANESSA TONETTI 0029 001387/2002
CRISTIANO JOSE BARATTO 0071 000424/2007
CRYSTIANE LINHARES 0096 001484/2008
DAMIANA TRYBUS 0041 001422/2003
DANIELA BENES SENHORA 0030 000075/2003
DANIELE DE BONA 0063 000824/2006
0070 001543/2006
0151 071046/2010
DANIEL FERNANDO PASTRE 0019 000894/2000
DANIEL HACHEM 0082 001565/2007
0181 051652/2011
DANIELLA LETICIA BROERING 0041 001422/2003
DANIELLE MADEIRA 0142 053658/2010
DANIELLE ROSA E SOUZA 0030 000075/2003
DANIEL PESSOA MADER 0003 000838/1992
DANTE MANOEL PROENCA JUNI 0036 000622/2003
DANTE PARISI 0082 001565/2007
DARIANE MARQUES MARTINELL 0049 000144/2005
DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO 0087 000725/2008
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR 0087 000725/2008
DENISE KUNG BRUEL 0024 001376/2001
DENISE ROSA NUNES 0033 000262/2003
DIEGO RUBENS GOTTARDI 0070 001543/2006
DIONEY SCHENFELD 0038 001079/2003
DOUGLAS MARCEL PERES 0015 000098/2000
DULCINEA DE SOUZA SCHMIDL 0032 000191/2003
EDGARD LUIZ C. ALBUQUERQU 0006 000717/1994
EDGAR LENZI 0037 000848/2003
EDSON DE OLIVEIRA 0007 000389/1995
EDSON GONCALVES ARAUJO 0071 000424/2007
EDSON JOSE MONTEIRO KLETL 0111 002471/2010
EDUARDO ALBERTO MARQUES V 0136 043655/2010
EDUARDO BATISTEL RAMOS 0135 043093/2010
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 0095 001314/2008
EDUARDO OLIVEIRA AGUSTINH 0180 051643/2011
ELAIR TERESINHA MASSUCHET 0013 000692/1998
ELCIO KOVALHUK 0010 000361/1997
ELENICE HASS DE OLIVEIRA 0074 000566/2007
ELIANA AKEMI 0029 001387/2002
ELIETE APARECIDA KOVALHUK 0010 000361/1997
EMILI CRISTINA DE FREITAS 0170 037841/2011
ERALDO LACERDA JUNIOR 0059 000335/2006
0072 000512/2007
0073 000513/2007
ERIKA HIKISHIMA FRAGA 0097 001550/2008
0100 001851/2008
ESTEVAO LOURENÇO CORREA 0055 001162/2005
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA 0017 000197/2000
0033 000262/2003
0052 000593/2005
0065 000987/2006
0066 001188/2006
0105 001092/2009
0113 004551/2010
0114 004552/2010
0130 037100/2010
0148 068020/2010
FABIANO KRAUSE DE FREITAS 0091 001107/2008
FABIO LUIZ DE QUEIROZ TEL 0057 001396/2005
FABIO SILVEIRA ROCHA 0135 043093/2010
FABRÍCIO VERDOLIN DE CARV 0183 051694/2011
FABRICIO KAVA 0114 004552/2010
FATIMA DENISE FABRIN 0126 027943/2010
FELIPE BALECHE NETO 0054 001074/2005
FERNANDA FORTUNATO MAFRA 0058 001398/2005
FERNANDA TROIAN 0012 000585/1998
FERNANDO JOSE GASPAR 0118 019543/2010
0174 041789/2011
FERNANDO VERNALHA GUIMARA 0048 000110/2005
0051 000416/2005
FLAVIA CRISTINA MACHADO 0086 000378/2008
FLAVIANO BELLINATI GARCIA 0046 000852/2004
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 0133 038765/2010
FRANCIELE STIVAL 0055 001162/2005
FRANCIELI CRISTINA MARQUE 0156 005195/2011
FRANCIELI LAHUD DE LIMA 0024 001376/2001
GABRIEL BITTENCOUT PEREIR 0166 034214/2011
GASTAO FERNANDO PAES DE B 0018 000363/2000
GASTAO FERNANDO PAES DE B 0139 046529/2010
GELSON BARBIERI 0093 001300/2008
GERALDO ANTONIO BERTOCCO 0005 000574/1994
GERALDO BONNEVIALLE BRAGA 0015 000098/2000
GERARD KAGHTAZIAN JÚNIOR 0030 000075/2003
GERMANO ALBERTO DRESCH FI 0107 001643/2009
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0041 001422/2003
0133 038765/2010
GILBERTO BORGES DA SILVA 0184 051746/2011
GILBERTO LUIZ STEFANI 0012 000585/1998
GILBERTO STINGLIN LOTH 0073 000513/2007
0155 002762/2011
GIOVANNA MARTINEZ RÉ 0137 044033/2010
GRACIELA I. MARINS 0090 000966/2008
GUILHERME AMARAL DALLA LI 0045 000831/2004
GUILHERME ASSAD DE LARA 0131 037472/2010
GUILHERME AUGUSTO VICENTE 0189 051785/2011
0190 051786/2011
GUILHERME J. TEIXEIRA DE 0019 000894/2000
GUILHERME SEITI SUGUIMATS 0057 001396/2005
GUSTAVO DARIF BORTOLINI 0028 001284/2002
GUSTAVO MUSSI MILANI 0153 001934/2011
0158 008861/2011
0162 020070/2011
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0103 000595/2009

0122 024206/2010
HAMILTON MAIA DA SILVA FI 0037 000848/2003
HANELORE MORBIS OZORIO 0135 043093/2010
HARRI KLAIS 0004 000615/1993
HELENA ARRIOLA SPERANDIO 0065 000987/2006
HELIO KENNEDY GONÇALVES V 0189 051785/2011
0190 051786/2011
HELOISA HELENA DE OLIVEIR 0003 000838/1992
HENRIQUE RICHTER CARON 0175 041908/2011
IDERALDO JOSE APPI 0172 039246/2011
IGOR ANTONIO ARAÚJO 0110 002109/2009
INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BO 0056 001199/2005
INGRID KUNTZE 0078 001200/2007
IRACEMA ELIS DE FARIA 0007 000389/1995
ISAC CHEDID SAUD 0112 002858/2010
IVONE PAVATO BATISTA 0131 037472/2010
IZABELA CRISTINA RUCKER C 0124 025382/2010
JAFTE CARNEIRO FAGUNDES D 0050 000356/2005
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0041 001422/2003
0133 038765/2010
JAIRO JOAO PASQUALOTTO 0012 000585/1998
JAMIL IBRAHIM TAWIL FILHO 0006 000717/1994
JANAINA GIOZZA AVILA 0103 000595/2009
0122 024206/2010
JARBAS AFONSO DE O. PEDRO 0021 000612/2001
JEFERSON WEBER 0150 068984/2010
JEFFERSON SIQUEIRA 0067 001300/2006
JOAO ANTONIO CARRANO MARQ 0092 001137/2008
JOAO CARLOS FLOR JUNIOR 0039 001266/2003
0080 001258/2007
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0073 000513/2007
0155 002762/2011
JOAO MAESTRELI TIGRINHO 0060 000474/2006
JOAO SORBELLO 0034 000329/2003
JOAQUIM MIRO 0059 000335/2006
0115 005182/2010
JOEL FERREIRA LIMA 0033 000262/2003
0038 001079/2003
JONAS BORGES 0043 000345/2004
JONATAS PIRKIEL 0123 025091/2010
JONES MARCIANO DE SOUZA J 0087 000725/2008
JOSE ALTEVIR M. B. DA CUN 0004 000615/1993
JOSE ARI MATOS 0115 005182/2010
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NO 0024 001376/2001
0036 000622/2003
JOSE CARLOS DE MORAES 0035 000564/2003
JOSE CESAR VALEIXO NETO 0008 001245/1995
JOSE CORREA FERREIRA 0002 000689/1991
JOSE DE CASTRO ALVES FERR 0002 000689/1991
JOSE EDGARD DA CUNHA BUEN 0104 000881/2009
0149 068804/2010
JOSE FRANCISCO CUNICO BAC 0038 001079/2003
0042 001548/2003
JOSE FRANCISCO SILVA DA S 0039 001266/2003
JOSE MANOEL DE ARRUDA ALV 0136 043655/2010
JOSMAR GOMES DE ALMEIDA 0152 073086/2010
JOYCE MAUS MISCHUR 0005 000574/1994
JUAHIL MARTINS DE OLIVEIR 0013 000692/1998
JULIANA MICHELE DE ASSUNÇ 0131 037472/2010
JULIENE PEROZIN GAROFANI 0028 001284/2002
JULINE ZANCANARO 0094 001305/2008
JULIO BARBOSA LEMES FILHO 0010 000361/1997
0088 000744/2008
JULIO CAILLOT MOURAO 0038 001079/2003
JULIO CESAR DALMOLIN 0052 000593/2005
JULIO CESAR DALMOLIN 0086 000378/2008
JULIO CEZAR ENGEL DOS SAN 0089 000835/2008
0129 035991/2010
0152 073086/2010
0177 049199/2011
JUSCELINO CLAYTON CASTARD 0019 000894/2000
KARINE CRISTINA DA COSTA 0070 001543/2006
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0099 001740/2008
0116 008461/2010
0140 049382/2010
KATIA ZANONI 0025 001388/2001
KELLY CRISTINA WORM COTLI 0076 000931/2007
KLAUS SCHNITZLER 0160 018518/2011
0174 041789/2011
KLEBER DE OLIVEIRA 0034 000329/2003
LACIR GUARENGHI 0009 000068/1996
0031 000102/2003
LAERCIO ALCANTARA DOS SAN 0088 000744/2008
LAERCIO RICARDO MATTANA C 0042 001548/2003
LEANDRA DIEGA WAGNER 0041 001422/2003
LENITA RODOLFO PASSOS 0063 000824/2006
LEONARDO XAVIER ROUSSENQ 0062 000690/2006
LEONEL TREVISAN JUNIOR 0015 000098/2000
0056 001199/2005
0058 001398/2005
0126 027943/2010
LILIANA MARIA CERUTI LASS 0005 000574/1994
LINCOLN TAYLOR FERREIRA 0179 050354/2011
LIZETE RODRIGUES FEITOSA 0135 043093/2010
0145 057761/2010
LORENA MARTINS SCHWARTZ Z 0048 000110/2005
0051 000416/2005
LOUISE RAINER PEREIRA GIO 0029 001387/2002
LUCAS B. LINZMAYER OTSUKA 0047 001143/2004
LUCIANA OLICSHEVIS 0028 001284/2002
LUCIANA OLIVEIRA AGUSTINH 0180 051643/2011
LUCIANE RIBEIRO ARDONO 0010 000361/1997
LUCIANO CHIZINI E CHEMIN 0094 001305/2008
LUCIO BAGIO ZANUTO JUNIOR 0088 000744/2008
LUIS EDUARDO MIKOWSKI 0028 001284/2002
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0010 000361/1997
0013 000692/1998
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0032 000191/2003
LUIZ ALBERTO MARIN 0067 001300/2006
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA DE 0053 001050/2005
LUIZ CARLOS CHECOZZI 0071 000424/2007
LUIZ CARLOS DA ROCHA 0011 001330/1997
0018 000363/2000
LUIZ CARLOS SLONIK 0066 001188/2006
LUIZ CESAR TABORDA ALVES 0024 001376/2001
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0021 000612/2001
0068 001426/2006
0132 038137/2010
LUIZ FERNANDO DA ROSA PIN 0145 057761/2010
LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ 0078 001200/2007
LUIZ FERNANDO PEREIRA 0048 000110/2005
0051 000416/2005
LUIZ FERNANDO ZORNIG FILH 0128 034694/2010
LUIZ GONZAGA M. CORREIA 0032 000191/2003
LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE 0128 034694/2010
0144 055290/2010
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0041 001422/2003
0133 038765/2010
LUIZ OTTAVIO VEIGA GRECA 0088 000744/2008
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSK 0059 000335/2006
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0052 000593/2005
0059 000335/2006
0113 004551/2010
0130 037100/2010
LUZARDO THOMAZ DE AQUINO 0053 001050/2005
MAISA GORETI LOPES SANT A 0004 000615/1993
MAJOLY ALINE DOS ANJOS HA 0110 002109/2009
MANIF ANTONIO TORRES JULI 0153 001934/2011
0158 008861/2011
MARCELO ANTONIO OHRENN MA 0017 000197/2000
MARCELO CAVALHEIRO SCHAUR 0025 001388/2001
MARCELO FERNANDES POLAK 0047 001143/2004
MARCELO KALIL 0061 000638/2006
MARCELO MAZUR 0183 051694/2011
MARCELO MOKWA DOS SANTOS 0002 000689/1991
MARCELO NASSIF MALUF 0028 001284/2002
MARCIA BORGES DA SILVA 0005 000574/1994
MARCIA NUNES DE SOUZA VAL 0008 001245/1995
MARCIA REGINA DOS SANTOS 0033 000262/2003
MARCIA REGINA NUNES SOUZA 0166 034214/2011
MARCIA TERESINHA SECCHI P 0111 002471/2010
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0095 001314/2008
0185 051754/2011
0186 051756/2011
0187 051763/2011
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0083 001581/2007
MARCOS ALVES DA SILVA 0005 000574/1994
MARCOS ANTONIO DE QUEIROZ 0096 001484/2008
MARCOS ANTONIO SANTOS 0012 000585/1998
MARCOS BUENO GOMES 0163 022733/2011
MARCOS OLIVEIRA 0012 000585/1998
MARCOS WENGERKIEWICZ 0102 000493/2009
MARIA ADRIANA PEREIRA 0025 001388/2001
0054 001074/2005
MARIA AMELIA CASSIANA M. 0102 000493/2009
0127 030468/2010
MARIA FELICIA CHEDLOVSKI 0087 000725/2008
MARIA LIZANE MACHADO BRUM 0064 000857/2006
MARIANA ESPER NICOLETTI 0076 000931/2007
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0191 051789/2011
MARIANE MACAREVICH 0146 065473/2010
MARIA WROBEL SCHATZ 0010 000361/1997
MARILI DA LUZ RIBEIRO TAB 0108 001665/2009
MARINA TALAMINI ZILLI 0075 000678/2007
MARIO AUGUSTO BATISTA DE 0058 001398/2005
MARISTELA RODRIGUES LOURE 0079 001244/2007
MARLOS GAIO 0039 001266/2003
MARLUCIO LEDO VIEIRA 0136 043655/2010
MARLUS HERIBERTO ARNS DE 0047 001143/2004
MAURICIO ANDRADE DO VALE 0015 000098/2000
MAURICIO CARLOS BANDEIRA 0107 001643/2009
MAURICIO KAVINSKI 0021 000612/2001
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0077 001191/2007
0119 021357/2010
MAYLIN MAFFINI 0044 000722/2004
MERIELLY PRESOTTO 0160 018518/2011
MESSIAS ALVES DE ASSIS 0016 000179/2000
MICHELLE SCHUSTER NEUMANN 0146 065473/2010
MIEKO ITO 0097 001550/2008
0100 001851/2008
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0080 001258/2007
0138 044458/2010
MONICA DALMOLIN 0052 000593/2005
MURILO CELSO FERRI 0120 022304/2010
0147 067747/2010
NADIA JEZZINI 0071 000424/2007
NASSER YASSER SALAMEH 0053 001050/2005
NEIMAR BATISTA 0006 000717/1994

NEUTEL SOARES 0155 002762/2011
NEWTON DORNELES SARATT 0134 039216/2010
NIKOLLE KOUTSOUKOS AMADOR 0170 037841/2011
ODACYR CARLOS PRIGOL 0031 000102/2003
OKSANA PALUDZYSZYN MEISTE 0031 000102/2003
OLINTO ROBERTO TERRA 0076 000931/2007
OSCAR SILVERIO DE SOUZA 0030 000075/2003
OSMAR NODARI 0128 034694/2010
0144 055290/2010
OSVALDIR NODARI 0037 000848/2003
PABLO BONILLA CHAVES 0173 040381/2011
PATRICIA DE FATIMA LEMES 0038 001079/2003
PATRICIA MARIN DA ROCHA 0118 019543/2010
PATRICIA VAILATI 0113 004551/2010
0114 004552/2010
PAULA RENA BERALDO 0153 001934/2011
0158 008861/2011
0162 020070/2011
PAULO AUGUSTO DO NASCIMEN 0136 043655/2010
PAULO CELSO POMPEU 0011 001330/1997
PAULO CESAR HOROCHOSKI 0124 025382/2010
PAULO CESAR MENESCAL 0072 000512/2007
PAULO HENRIQUE BEREHULKA 0033 000262/2003
PAULO HENRIQUE DA ROCHA L 0006 000717/1994
PAULO ROBERTO BARBIERI 0015 000098/2000
PAULO ROBERTO JENSEN 0064 000857/2006
PAULO ROBERTO NAREZI 0035 000564/2003
PAULO ROBERTO PEGORARO JU 0034 000329/2003
PAULO SERGIO SENA 0060 000474/2006
PAULO SERGIO WINCKLER 0083 001581/2007
PEDRO GIROLAMO MACARINI 0011 001330/1997
PERCY ARAUJO 0014 001412/1999
PLINIO LUIZ BONANCA 0042 001548/2003
PRISCILA FERNANDES DE MOU 0147 067747/2010
RAFAEL GONCALVES ROCHA 0067 001300/2006
RAFAEL TADEU MACHADO 0003 000838/1992
0010 000361/1997
0019 000894/2000
0022 000726/2001
0031 000102/2003
0032 000191/2003
RAPHAEL GIULLIANO LARSEN 0138 044458/2010
0170 037841/2011
RENATO OLIVEIRA DE AZEVED 0040 001296/2003
RICARDO AUGUSTO MENESES Y 0083 001581/2007
RICARDO GIOVANNETTI 0110 002109/2009
RICARDO JOSE LOPES 0010 000361/1997
RICARDO LOMBARDI THURONYI 0006 000717/1994
RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA 0056 001199/2005
RICARDO SALINI ABRAHAO 0078 001200/2007
RICHARDT ANDRE ALBRECHT 0029 001387/2002
RITA DE CASSIA CORREA VAS 0052 000593/2005
0105 001092/2009
RITA DE CASSIA DA CUNHA D 0005 000574/1994
RITA DE CASSIA RIBEIRO 0084 000086/2008
ROBERTA LEONA DE OLIVEIRA 0085 000224/2008
ROBERTO BERTHOLDO 0048 000110/2005
ROBERTO GREJO 0060 000474/2006
ROBERTO ISER JUNIOR 0126 027943/2010
ROBERTO ROCHA GOMES FILH 0053 001050/2005
ROBSON JOSE EVANGELISTA 0035 000564/2003
ROBSON O. PADILHA 0112 002858/2010
ROBSON ROBERTO SEERIG 0025 001388/2001
ROBSON SAKAI GARCIA 0178 049288/2011
RODRIGO AUGUSTO DE ARRUDA 0170 037841/2011
RODRIGO FONTANA FRANÇA 0168 036284/2011
ROGERIO BUENO DA SILVA 0161 018774/2011
ROMILDA RAMOS MARINELLI M 0047 001143/2004
ROMULO VINICIUS FINATO 0126 027943/2010
RONALDO IENCIUS OLIVER 0039 001266/2003
RONNI FRATTI 0031 000102/2003
ROSALINA MUSTASSO GARCIA 0038 001079/2003
ROSANA CHRISTINE HASSE CA 0091 001107/2008
ROSANGELA CORREA 0191 051789/2011
ROSELI EMILIANO COSTA 0170 037841/2011
ROSIANE APARECIDA MARTINE 0046 000852/2004
ROSILEINE PICINATO RIBEIR 0033 000262/2003
SAMUEL IEGER SUSS 0023 000748/2001
SAMUEL MARTINS 0019 000894/2000
SANDRO PINHEIRO DE CAMPOS 0104 000881/2009
SERGIO AUGUSTO FAGUNDES 0058 001398/2005
SERGIO DAL LIN 0098 001567/2008
SERGIO HENRIQUE TEDESCHI 0112 002858/2010
SERGIO SCHULZE 0106 001113/2009
0109 001783/2009
SILVANA ELEUTERIO RIBEIRO 0014 001412/1999
SILVIA CARNEIRO LEAO 0016 000179/2000
0044 000722/2004
SILVIANE SCLIAR SASSON 0075 000678/2007
SIMON GUSTAVO CALDAS DE Q 0064 000857/2006
SOLANGE CANDIDA WUICIK 0004 000615/1993
SOLANGE DE PAULA 0029 001387/2002
SONIA M. SCHROEDER VIEIRA 0005 000574/1994
SONNY BRASIL DE CAMPOS GU 0054 001074/2005
0062 000690/2006
0188 051772/2011
SYLVANO ALVES DA ROCHA L. 0009 000068/1996
TAIS SERAFIM SOUZA DA COS 0002 000689/1991
TATIANA KALKO TURQUETI C 0017 000197/2000
TATIANA KALKO TURQUETI C 0058 001398/2005
TATIANA VALESCA VROBLEWSK 0049 000144/2005
TERESA ARRUDA ALVIM WANBI 0052 000593/2005
0113 004551/2010
TERESA C. ARRUDA ALVIM WA 0105 001092/2009
TEREZA LEITE P. HAUARI 0003 000838/1992
TEREZINHA RESENDE CARULA 0069 001456/2006
THAIS AMOROSO PASCHOAL 0066 001188/2006
THIALA CAVALARI 0142 053658/2010
VALDEMAR BERNARDO JORGE 0101 001868/2008
VALDIR LEMOS DE CARVALHO 0006 000717/1994
VALERIA CARAMURU CICARELL 0093 001300/2008
VALERIA CRISTINA HAUARI 0003 000838/1992
VALMIR TEIXEIRA 0008 001245/1995
VALQUIRIA A DE CARVALHO 0010 000361/1997
VANDA LUCIA TAVARES DE BA 0010 000361/1997
0088 000744/2008
VANESSA CRISTINO DE OLIVE 0062 000690/2006
VANESSA MARIA RIBEIRO BAT 0118 019543/2010
VINICIUS FERRARI DE ANDRA 0130 037100/2010
VINICIUS SIARCOS SANCHEZ 0169 036375/2011
VIRGINIA NEUSA COSTA MAZZ 0103 000595/2009
VITORIO KARAN 0027 001176/2002
VIVIAN CAROLINE CASTELANO 0024 001376/2001
VIVIANE STADLER FAGUNDES 0058 001398/2005
WAGNER CARDEAL OGANAUSKAS 0072 000512/2007
WALLACE EDUARDY TESONI BA 0020 000978/2000
WALTER JOSE MATHIAS JUNIO 0028 001284/2002
WALTER S. DE MACEDO 0176 047643/2011
WANDERLEI BRUNONI 0159 017499/2011
WERNER AUMANN 0029 001387/2002
WILMAR ALVINO DA SILVA 0036 000622/2003
WILSON BENINI 0117 012091/2010
0141 053572/2010
ZULMIRA LEONEL 0039 001266/2003

1. ARROLAMENTO-24441/1977-ANNA LAPKOSKI x OSTAPIUS LAPKAUSKAS- 1. Intime-se a parte autora para que, no prazo de dez dias, junte aos autos documentos comprobatórios de que se tratam dos sucessores dos herdeiros conforme determinado no despacho de fls. 123/124. 2. Intimem-se. -Adv. ANDREA RICETTI BUENO FUSCULIM-.

2. SUMÁRIA DE COBRANÇA-689/1991-VICTORIA SALICK x BARBARA EWA SKOLIMOWSKA e outros- 1. Concedo a parte exequente o prazo de 10 (dez) dias para cumprir integralmente a decisão proferida às fls. 437, conforme requerido às fls. 439. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. JOSE CORREA FERREIRA, ARTUR GABRIEL FERREIRA, JOSE DE CASTRO ALVES FERREIRA, ANISIO DOS SANTOS, MARCELO MOKWA DOS SANTOS e TAIS SERAFIM SOUZA DA COSTA-.

3. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-838/1992-(apenso aos autos 35031/1987JOAO CARLOS FORBECK x LUCIA BORBA- 1. Indefiro o pedido de gratuidade processual considerando que a parte executada deixou de comprovar sua hipossuficiência econômica. 2. Manifeste-se a parte exequente, em cinco dias, requerendo o que entender ser de direito. 3. Intimem-se. -Advs. ADILSON LUIZ BOHATCZUK, HELOISA HELENA DE OLIVEIRA SOARES, CLAUDIA LUCIA CAMARGO LOPEZ, DANIEL PESSOA MADER, TEREZA LEITE P. HAUARI, VALERIA CRISTINA HAUARI e RAFAEL TADEU MACHADO-.

4. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-615/1993-CONSTRUTORA GUSTAVO BERMAN LTDA x GARMATTER & CAMARGO LTDA e outro-1. Expeça-se carta precatória a Comarca de São José-SC solicitando a intimação do executado Carlos Eduardo Gonçalves de Camargo no endereço informado às fls. 514-515 para, em 10 (dez) dias, indicar bens passíveis de penhora, em observância ao disposto no art. 652, § 3º do Código de Processo Civil, como requerido pelo exequente às fls. 514-515. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$9,40, referentes a expediçao de carta precatoria. Intime-se. -Advs. JOSE ALTEVIR M. B. DA CUNHA, ADILSON LUIS FERREIRA, SOLANGE CANDIDA WUICIK, CRISTIANA ALMEIDA DE CAMARGO GUSSO, ALGACYR MORGENSTERN, MAISA GORETI LOPES SANT ANA e HARRI KLAIS-.

5. SUMÁRIA DE INDENIZAÇÃO-574/1994-RJJ REPRES COMERCIAIS LTDA x COM REP PRODS ALIM BOM RETIRO- Intime-se a exequente para que, em 10 (dez) dias, esclareça o petitório de fls. 1501, tendo em vista que já houve intimação do devedor para cumprimento de sentença, conforme fls. 988. Outrossim, oficie-se à 8ª Vara Cível para que reserve a transferência no montante de R$ 227.040,38 (duzentos e vinte mil, quarenta reais e trinta e oito centavos) nos autos de nº 259/1996. Intimem-se. -Advs. BRAULIO ROBERTO SCHMIDT, GERALDO ANTONIO BERTOCCO, SONIA M. SCHROEDER VIEIRA, JOYCE MAUS MISCHUR, RITA DE CASSIA DA CUNHA DE MORAES, LILIANA MARIA CERUTI LASS, MARCOS ALVES DA SILVA e MARCIA BORGES DA SILVA-.

6. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-717/1994-BANCO ECONOMICO S/A x NEWTON BUFREN e outro- 1. Antes de mais, aguarde-se a resposta do mensageiro enviado à 20ª Vara Cível desta Comarca. 2. Com resposta, voltem para análise da petição de fls. 603-604, 3. Anote-se a procuração de fls. 605. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. VALDIR LEMOS DE CARVALHO, EDGARD LUIZ C. ALBUQUERQUE, ALDO DE MATTOS SABINO JUNIOR, NEIMAR BATISTA, JAMIL IBRAHIM TAWIL FILHO, PAULO HENRIQUE DA ROCHA L. DEMCHUK e RICARDO LOMBARDI THURONYI-.

7. COBRANÇA DE AUTOS-389/1995-KARIN PATRICIA FRAZAO x RICARDO MARQUES DA COSTA- 1. Segue em anexo o comprovante de solicitação de

transferência dos valores bloqueados anteriormente via Sistema Bacen Jud.. 2. Lavre-se termo de penhora. 3. Intime-se a parte devedora, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. CARINA PAVAN, EDSON DE OLIVEIRA e IRACEMA ELIS DE FARIA-.

8. INDENIZACAO-1245/1995-EVERTON LUIZ SIPINSKI MACHADO e outros x HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA- 1. Expeça-se mandado de penhora no rosto dos autos da reclamatória trabalhista 22327-2001-007-09-00-7, observando que o crédito trabalhista prefere aos demais. 2. Com relação ao pedido de desconsideração da personalidade jurídica concedo ao exequente o prazo de cinco dias para comprovar a ocorrências das hipóteses do artigo 50 do Código Civil. Fica o(a) requerente devidamente intimado(a) para que, em cinco dias, deposite as custas no valor de R$99,00, relativas as diligencias do Sr. Oficial de Justiça, para o devido cumprimento do mandado. Intimem-se. (Banco: CEF/Agência:3984/Conta:8450-4) -Advs. JOSE CESAR VALEIXO NETO, MARCIA NUNES DE SOUZA VALEIXO, ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA DIAS FIL, ALEXANDRE FIDALSKI, CHRISTIAN S BORTOLOTTO e VALMIR TEIXEIRA-.

9. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-68/1996-BANCO BANORTE S/A x COMERCIAL REBOUCAS DE BRINQ E ARTIGOS DO VEST LTDA e outro- Manifestem-se as partes no prazo comum de cinco dias. Intimem-se. -Advs. LACIR GUARENGHI, ANA PAULA GUARENGHI e SYLVANO ALVES DA ROCHA L. NETO-.

10. DEPOSITO-361/1997-BANCO BANDEIRANTES S/A x CALAGRO- INDUSTRIA E COMERCIO DE CALARIO e outros- Despacho de fls.395:

Intime-se pessoalmente o douto Curador Especial acerca da decisao proferida as fls. 391/392. Intimem-se.

Despacho de fls.397:

1. Registrem-se os autos para a sentença, conforme determinado no despacho de fls. 317.

2. Intimem-se.

-Advs. JULIO BARBOSA LEMES FILHO, VANDA LUCIA TAVARES DE BARROS, MARIA WROBEL SCHATZ, LUCIANE RIBEIRO ARDONO, VALQUIRIA A DE CARVALHO, RICARDO JOSE LOPES, ELCIO KOVALHUK, ANDRE ABREU DE SOUZA, ELIETE APARECIDA KOVALHUK, LUIS OSCAR SIX BOTTON, ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO e RAFAEL TADEU MACHADO-.

11. ORDINÁRIA DE COBRANÇA-1330/1997-ORLANDO BERTOLDI NETO x BANCO DE CREDITO NACIONAL S/A- Arquivem-se provisoriamente estes autos, conforme disposto no item 5.8.12 do Código de normas da E. Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Assim, aguarde-se ulterior manifestação do exequente, com baixa apenas no boletim mensal. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. LUIZ CARLOS DA ROCHA, CESAR RICARDO TUPONI, ANA ELIETE BECKER MACARINI KOEHLER, PEDRO GIROLAMO MACARINI e PAULO CELSO POMPEU-.

12. DEPOSITO-585/1998-GUARARAPES ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/C LTDA x LUIZ CARLOS GONDOREK- 1. Oficie-se ao Detran-Pr requisitando a baixa da constrição do bem objeto da presente lide. 2. Após, contados e preparados, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias. 3. Intimem-se. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$9,40, referentes a expediçao de oficio. Intime-se. -Advs. FERNANDA TROIAN, GILBERTO LUIZ STEFANI, MARCOS OLIVEIRA, JAIRO JOAO PASQUALOTTO e MARCOS ANTONIO SANTOS-.

13. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-692/1998-BANCO BANDEIRANTES S/A x ABC CIDADE EMPRESA JORNALISTICA DO PARANA e outros- Manifestem-se as partes no prazo comum de cinco dias. Intimem-se. -Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON, JUAHIL MARTINS DE OLIVEIRA e ELAIR TERESINHA MASSUCHETTO-.

14. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1412/1999-DALVA MARTINEZ x PLASTIPAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Manifestem-se as partes quanto aos esclarecimentos prestados pelo Sr. Avaliador. Intime-se. -Advs. PERCY ARAUJO, ANGELA ESTORILIO SILVA FRANCO e SILVANA ELEUTERIO RIBEIRO-.

15. ORDINÁRIA-98/2000-LAMINORT INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINAS LTDA e outros x BANCO BILBAO VIZCAYA BRASIL S/A- 1. A parte executada (Banco Bilbao Viscaya Argentaria Brasil S/A) foi regularmente para o cumprimento voluntário da sentença (fls. 548). 2. Às fls. 550/566 a parte executada apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, sob o argumento de excesso de execução. 3. Referida impugnação foi recebida às fls. 576/579.. Naquela oportunidade foi determinada a intimação do impugnante para promover o pagamento das custas referentes ao incidente de impugnação. 4. Conforme certificado às fls. 587, o impugnante não efetuou o pagamento das custas até o presente momento. 5. Pois bem. É o breve relato dos últimos acontecimentos processuais. 6. A impugnação ao cumprimento de sentença é um incidente processual passível até mesmo de autuação em apartado (artigo 475-M, § 2º, CPC) e, portanto, está sujeita ao pagamento de custas. 7. A exigência de pagamento de custas em impugnação ao cumprimento de sentença recentemente foi objeto de Instrução Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná sob nº 05/2008: "(...) II) São também devidas custas judiciais nos incidentes de liquidação de sentença e impugnação ao cumprimento de sentença, que deverão ser cotadas com fundamento no Item I, "incidentes procedimentais", da Tabela IX, da Lei Estadual n.º 13.611/2002, a serem pagas ao final pelo vencido, acaso não forem recolhidas antecipadamente, obedecendo às respectivas faixas de valores." 8. Ademais, o entendimento majoritário do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é no sentido de que são devidas custas em incidente de impugnação ao cumprimento de sentença: "DECISÃO MONOCRÁTICA (art. 557, CPC). AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INCIDENTE PROCEDIMENTAL. CUSTAS PROCESSUAIS DEVIDAS PELO IMPUGNANTE. PREVISÃO NO REGIMENTO DE CUSTAS (TABELA IX). ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO NA CORTE. EXISTÊNCIA DE INSTRUÇÃO DA CORREGEDORIA NO MESMO SENTIDO. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. 1 - 'A Impugnação ao cumprimento de sentença, por se tratar de incidente procedimental, passível mesmo de autuação em apartado (§ 2º do art. 475-M, do Código de Processo Civil), está sujeita ao pagamento de custas, conforme dispõe o § 1º, art. 20, do CPC e o Regimento de Custas dos Atos Judiciais (Tabela IX)' (TJPR - 5ª CCv.,AI 0511196-8, Rel. Des. LEONEL CUNHA, J. 30.09.2008). 2 - A Corregedoria Geral da Justiça lançou a Instrução Normativa nº 05/2008, orientando pela cobrança de custas no cumprimento de sentença e nas respectivas impugnações, colocando pá de cal na discussão acerca do suposto não cabimento da cobrança." (TJPR - Agr.Inst. nº 608654-2, 5ª CCv., deste Relator, J:30/09/2009). 9. Tendo em vista que o executado/impugnante deixou de adiantar as custas processuais referentes a impugnação ao cumprimento de sentença ofertada às fls. 550/575, rejeito liminarmente aquele incidente processual. 10. No mais, manifeste-se o exeqüente sobre o prosseguimento do feito, em 10 (dez) dias, formulando os requerimentos pertinentes. 11. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. AMARILIO H. L. DE VASCONCELOS, MAURICIO ANDRADE DO VALE, DOUGLAS MARCEL PERES, GERALDO BONNEVIALLE BRAGA ARAUJO, PAULO ROBERTO BARBIERI e LEONEL TREVISAN JUNIOR-.

16. ALVARÁ JUDICIAL-179/2000-JOAO BATISTA JAGUER CORDEIRO e outro- 1. Considerando que Dion Jaguer Cordeiro atingiu a maioridade, conforme certidão de emancipação encartada às fls. 243, bem como a manifestação do Ministério Público exarada às fls. 247, opinando pelo deferimento do pedido, defiro o requerimento formulado às fls. 240. 2. Expeça-se alvará, com prazo de validade de 60 dias. 3. Oportunamente, arquivem-se. 4. Intimem-se. Diligências necessArias. -Advs. SILVIA CARNEIRO LEAO e MESSIAS ALVES DE ASSIS-.

17. ORDINÁRIA-0000290-94.2000.8.16.0001-ACYLINO DE CAMARGO RANGEL x ITAU CREDITO IMOBILIARIO- 1. Manifestem-se as partes, em 05 (cinco) dias, acerca do interesse no prosseguimento do feito, ante a baixa dos autos a este Juízo (fls. 738). 2. Decorrido o prazo, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ADYR RAITANI JUNIOR, MARCELO ANTONIO OHRENN MARTINS, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, CAROLINA MENKE DOETZER e TATIANA KALKO TURQUETI C BARRETO-.

18. MONITORIA-363/2000-(apnso aos autos 614/1999)-BANCO ITAU S/A x WLALDMIR NOGUEIRA PINTO e outro- Intime-se o requerido para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do petitório de fls. 216. Decorrido o prazo, em nada sendo requerido, postas em prática as cautelas de estilo, inclusive com lançamento das baixas necessárias, arquivem-se estes autos nº 363/2000. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ANTONIO CELESTINO TONELOTO, GASTAO FERNANDO PAES DE BARROS JR. e LUIZ CARLOS DA ROCHA-.

19. MONITORIA-894/2000-EPJ PROJETO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA x OSVALDO KOVARA JUNIOR- 1. Defiro o pedido de fls. 344, para determinar a suspensão do presente feito pelo prazo de 90 (noventa) dias. 2. Após, manifeste-se a parte autora, independente de nova intimação. 3. Intimem-se. -Advs. CARLOS ALEXANDRE DIAS DA SILVA, GUILHERME J. TEIXEIRA DE FREITAS, SAMUEL MARTINS, RAFAEL TADEU MACHADO, JUSCELINO CLAYTON CASTARDO e DANIEL FERNANDO PASTRE-.

20. INVENTÁRIO-978/2000-MARLI DOS SANTOS PIRES x ESP JOAO BEATO DOS SANTOS- Retirar formal de partilha. Intime-se. -Adv. WALLACE EDUARDY TESONI BARROS-.

21. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-612/2001-BANCO ABN AMRO BANK S/A x BRASUTIL MULTISERVIÇOS EM ELETRODOMESTICOSLTDA e outro- Arquivem-se provisoriamente estes autos, conforme disposto no item 5.8.12 do Código de normas da E. Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Assim, aguarde-se ulterior manifestação do exequente, com baixa apenas no boletim mensal. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, MAURICIO KAVINSKI, ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI, CARLA AFONSO DE OLIVEIRA PEDROZA e JARBAS AFONSO DE O. PEDROZA-.

22. SUMÁRIA DE COBRANÇA-726/2001-CONDOMINIO EDIFICIO ABAETE I CONDOMINIO II x PEDRO SANTOS GUIMARAES- 1. Compulsando os autos verifico que não houve a conversão do arresto de fls. 306 em penhora. No entanto a parte exequente pretende adjudicar os bens arrestados. 2. Considerando a impossibilidade de adjudicação de bens arrestados, determino a conversão do arresto de fls. 306 em penhora, bem como determino a intimação da parte executada, por meio do curador especial, para que, querendo apresente impugnação no prazo de quinze dias. 3. Neste sentido: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR INCIDENTAL A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. REQUERIMENTO DE ALIENAÇÃO OU ADJUDICAÇAO DOS BENS ARRESTADOS. IMPOSSIBILIDADE SUSPENSÃO DO PROCESSO DECORRENTE DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. FALTA DE CONVERSÃO DO ARRESTO EM PENHORA.1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE VENDA ANTECIPADA OU DE ADJUDICAÇÃO DE BENS ARRESTADOS EM AÇÃO CAUTELAR, SOB ALEGAÇÃO DE RISCO DE ALIENAÇÃO POR P ARTE DA EXECUTADA.2. ENQUANTO NÃO ENCERRADA A SUSPENSÃO PROCESSUAL DECORRENTE DA INSTAURAÇÃO DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA, NOS TERMOS DO ART. 266, DO CPC, É DEFESO PRATICAR QUALQUER ATO PROCESSUAL, SALVO OS QUE FOREM DE NATUREZA URGENTE, A FIM DE EVITAR DANO IRREPARÁVEL.266CPC3. SEM QUE OCORRA A PRÉVIA CONVERSÃO DO ARRESTO EM PENHORA, É INVIÁVEL O ACOLHIMENTO DE PEDIDOS NO SENTIDO DE ALIENAÇÃO OU DE ADJUDICAÇÃO DOS BENS ARRESTADOS.4. RECURSO NÃO PROVIDO. (13463420118070000 DF 0001346-34.2011.807.0000, Relator: JOÃO EGMONT, Data de Julgamento: 06/04/2011, 5ª Turma Cível, Data

de Publicação: 11/04/2011, DJ-e Pág. 108) 4. Intimem-se. -Advs. ALCEU BOLLIS e RAFAEL TADEU MACHADO-.

23. INVENTÁRIO-748/2001-MONICA MYLLA VANHAZEBROUCK x ROSY MARIA MYLLA-1. Considerando o deferimento da sobrepartilha nas fls. 88, bem como o recolhimento dos tributos devidos (fis. 111). 2. Expeça-se o formal de sobrepartilha, atribuindo à herdeira o respectivo quinhão, resslavado erro ou omissão e diretos de terceiros. 3. A.pós, recolhidas eventuais custas remanescentes, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessarias. 4. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$141,00, referentes a expediçao de formal de partilha. Intime-se. -Adv. SAMUEL IEGER SUSS-.

24. ORDINÁRIA-1376/2001-CARLOS ALBERTO ZANCHI x FININVEST S/A ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO- Considerando que de fato foi deferido o benefício da Justiça Gratuita ao autor, revogo o item "1" do despacho de fls. 602. Ademais, cumpram-se as demais determinações do referido despacho. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ALEXANDRE CHRISTOPH LOBO PACHECO, LUIZ CESAR TABORDA ALVES, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, DENISE KUNG BRUEL, VIVIAN CAROLINE CASTELANO e FRANCIELI LAHUD DE LIMA-.

25. MEDIDA CAUTELAR-1388/2001-(apenso aos autos 1532/2001)-LEMOS DANOVA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA x IRMAOS CIOCCARI LTDA- Concedo à requerente vista dos autos fora de cartório, pelo prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 40, inciso II do Código de Processo Civil. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ROBSON ROBERTO SEERIG, CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR, MARIA ADRIANA PEREIRA, MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH e KATIA ZANONI-.

26. DEPOSITO-1400/2001-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x JORGE MIGUEL RODRIGUES DOS SANTOS- Concedo à requerente vista dos autos fora de cartório, pelo prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 40, inciso II do Código de Processo Civil. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. BLAS GOMM FILHO-.

27. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1176/2002-PEDREIRAS BOSCARDIN LTDA x JOSE MAURI ZAMPIERI- Expeça-se mandado de penhora e avaliação do bem descrito às fls. 174. Intime-se o executado para, querendo, manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias. Fica o(a) requerente devidamente intimado(a) para que, em cinco dias, deposite as custas no valor de R$ 462,00, relativas as diligencias do Sr. Oficial de Justiça, para o devido cumprimento do mandado. Intimem-se. (Banco: CEF/Agência:3984/Conta:8450-4) -Adv. VITORIO KARAN-.

28. OBRIGAÇÃO DE FAZER ORDINÁRIA-1284/2002-CARLOS AUGUSTO MARQUES e outro x ADOBE ADM DE OBRAS E EMPREENDIMENTOS LTDA e outro-Diga a parte autora quanto a continuidade do presente feito. Intimem-se. -Advs. JULIENE PEROZIN GAROFANI, LUCIANA OLICSHEVIS, WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR, LUIS EDUARDO MIKOWSKI, MARCELO NASSIF MALUF e GUSTAVO DARIF BORTOLINI-.

29. REVISIONAL DE CONTRATO ORD-1387/2002-SILAS ALBERTO FERREIRA x BANCO DO BRASIL S/A- 1. A parte executada apresentou petição nas fls. 616/624, arguindo a necessidade de intimação pessoal da parte executada para o cumprimento voluntário da sentença. 2. Não há o que se falar em intimação pessoal da parte executada para o cumprimento voluntário da sentença, considerando que o entendimento majoritário entende suficiente a intimação, por seu procurador. Neste sentido: AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - ARTIGO 475-J DO CPC TERMO INICIAL PARA A INCIDÊNCIA DA MULTA. O termo inicial do prazo de que trata o artigo 475-J, caput, do Código de Processo Civil é o próprio trânsito em julgado da sentença condenatória, não sendo necessário que a parte vencida seja intimada pessoalmente ou por seu patrono para saldar a dívida. Agravo improvido.(STJ 3ª T., AgRg no REsp nº 1.076.882/RS, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe 08.10.2008). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. LEI N. 11.232/2005. ARTIGO 475-J. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE VENCIDA. DESNECESSIDADE. 1. A intimação da sentença que condena ao pagamento de quantia certa consuma-se mediante publicação pelos meios ordinários, a fim de que tenha início o prazo recursal. Desnecessária a intimação pessoal do devedor.2. Transitada em julgado a sentença condenatória, não é necessário que a parte vencida, pessoalmente ou por seu advogado, seja intimada para cumpri-la.3. Deve a parte vencida cumprir espontaneamente a obrigação, emquinze dias, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de 10%.4. Agravo regimental desprovido.(STJ 4ª T., AgRg no Ag nº 1.046.147/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe 06.10.2008. 3. Considerando que a parte devedora não efetuou o pagamento espontâneo do débito, nem demonstrou que o descumprimento da obrigação decorre de fato alheio à sua vontade, como medida coercitiva-executiva, ao montante deve incidir multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 475 J, do Código de Processo Civil. 4. Manifeste-se a parte exequente, em cinco dias, requerendo o que entender ser de direito. 5. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ANGELITA ACOSTA, SOLANGE DE PAULA, CARLOS MURILO PAIVA, WERNER AUMANN, LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS, ALINE URBAN, CRISTIANE VANESSA TONETTI MALATESTA, ELIANA AKEMI e RICHARDT ANDRE ALBRECHT-.

30. EMBARGOS À EXECUÇÃO CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO-0000520-34.2003.8.16.0001-(apenso aos autos 1153/2002)-COMPANHIA SEGUROS GRALHA AZUL S/A x ROSELI JANCHUKI- 1. Da baixa dos autos a este juízo, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias. 2. Em caso de inércia, ou não havendo mais pendências, remetam-se os autos ao arquivo provisório, aguardando-se a manifestação dos interessados. 3. Intimem-se. -Advs. DANIELA BENES SENHORA, GERARD KAGHTAZIAN JÚNIOR, OSCAR SILVERIO DE SOUZA e DANIELLE ROSA E SOUZA-.

31. SUMÁRIA DE REPARAÇÃO DE DANOS-0000593-06.2003.8.16.0001-ASTRON TRANSPORTES LTDA x JOAO FERNANDES DE CARVALHO- Face à petição e depósito de fls. 336/345, manifeste-se o exequente no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que entender de direito. Intimem-se. -Advs. ODACYR CARLOS PRIGOL, LACIR GUARENGHI, OKSANA PALUDZYSZYN MEISTER, RONNI FRATTI, RAFAEL TADEU MACHADO e CLAIRE LOTTICI - DEFENSORA PUBLICA-.

32. MONITORIA-191/2003-UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A x ADF TRANSPORTES LTDA- 1. Segue em anexo o comprovante da resposta à solicitação de informações junto ao Sistema BacenJud, sobre o endereço da parte ré. 2. Oficiem-se às empresas de telefonia (Tim, Vivo, Claro e OI), bem como à Copel e à Delegacia da Receita Federal requisitando informações acerca do endereço atualizado do requerido. 3. Deste modo, manifeste-se a parte autora, dando regular prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. LUIZ GONZAGA M. CORREIA, ALBERTO SILVA GOMES, LUIS OSCAR SIX BOTTON, CICERO JOSE ALBANO, ANDRE ABREU DE SOUZA, DULCINEA DE SOUZA SCHMIDLIN e RAFAEL TADEU MACHADO-.

33. REVISIONAL DE CONTRATO ORD-262/2003-UNT COMERCIO DE TINTAS ACESSORIOS LTDA x BANCO ITAU S/A- Ciente da renúncia de fls. 536/537 bem como da notificação da parte autora (fls. 538). Ademais, a serventia deste juízo expediu carta de intimação para que a parte autora constitui-se novo advogado, tendo o AR da mencionada carta retornado com motivo de devolução "desconhecido". Sendo assim, uma vez que a parte autora manteve-se inerte, não constituindo nos autos novo procurador, os prazos contra si passam a correr independente de intimação. Neste sentido: EMENTA. Advogado. Renúncia: conseqüência. Art. 45 do Código de Processo Civil. Precedente da Corte. 1. Nos termos de precedente da Corte, notificada a parte da renúncia "e decorrido o prazo sem que outro procurador seja constituído, resultará que os prazos correrão independemente de intimação. Não se anulam os atos anteriores" (REsp nº 61.839/RJ, Relator o Ministro Eduardo Ribeiro, DJ de 29/4/96). 2. Recurso especial da instituição financeira conhecido e provido; recurso especial dos executados prejudicado. (STJ, 3ª Turma, REsp 557.339/DF, rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. em 29.06.2004, DJ 08.11.2004, p. 225). Por fim, cumpra-se item "6"do despacho de fls. 579. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. MARCIA REGINA DOS SANTOS MACHADO, JOEL FERREIRA LIMA, ROSILEINE PICINATO RIBEIRO, PAULO HENRIQUE BEREHULKA, ANTONIO AUGUSTO GRELLERT, DENISE ROSA NUNES e EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS-.

34. INDENIZACAO-329/2003-POLYFIT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA x SIGMA MATERIAIS DE CONSTRUÇAO LTDA- 1. Sobre a impugnação ao laudo pericial apresentada ans fls. 289/293, manifeste-se o Sr. Perito em dez dias. 2. Intimem-se. -Advs. ADELINO MARCON, KLEBER DE OLIVEIRA, PAULO ROBERTO PEGORARO JUNIOR, ANDRESSA CAROLINA NIGG e JOAO SORBELLO-.

35. RESCISAO COMPROM COMPRA VENDA-564/2003-JOAO MARIA BATISTA DOS SANTOS e outro x EMPRESA NORCONSIL CONSTRUCOES CIVIS LTDA e outro- Defiro a suspensão do feito até o prazo final para cumprimento do acordo de fls. 457/459. Decorrido o prazo da suspensão do trâmite processual, manifeste-se a parte autora, independentemente de nova conclusão, informando se houve o integral cumprimento do acordo. Em caso positivo, voltem os autos conclusos para homologação do mesmo. Intimem-se. -Advs. JOSE CARLOS DE MORAES, ROBSON JOSE EVANGELISTA, PAULO ROBERTO NAREZI e CAIO MARCIO EBERHART-.

36. ANULATORIA-622/2003-MAFREI MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA x SERGIO MIRANDA HEUSI FIRMA INDIVIDUAL e outro- Considerando que se trata de levantamento de valores, este juízo tem se acautelado no sentido de determinar aos advogados das partes que juntem instrumento de procuração atualizada com poderes específicos para tais atos. Assim, intime-se o procurador da parte exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, junte instrumento de procuração atualizado com poderes específicos para levantar quantias por meio de alvará judicial. Após, voltem conclusos para deliberações. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$9,40, referentes a expediçao de alvara. Intime-se. -Advs. WILMAR ALVINO DA SILVA, CAROLINA BORGES CORDEIRO, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA e DANTE MANOEL PROENCA JUNIOR-.

37. MEDIDA CAUTELAR-848/2003-(apenso aos autos 1172/2003)-CONSTRUTORA PUSSOLI S/A x BRITALIT INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS LTDA- Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, requererem o que entender de direito. Em nada mais sendo requerido, postas em prática as cautelas de estilo, inclusive com lançamento das baixas necessárias, arquivem-se estes autos nº 848/2003. Intimem-se. -Advs. EDGAR LENZI, HAMILTON MAIA DA SILVA FILHO e OSVALDIR NODARI-.

38. INVENTÁRIO-1079/2003-LEONCIO DO DOS SANTOS x ESPOLIO DE ELISA DOS SANTOS e outros- 1. Compulsando os autos não constatei a juntada das certidões negativas emitidas pelo Estado e pela União acerca do bem objeto da partilha, motivo pelo qual, concedo ao inventariante o prazo de dez dias para a juntada dos documentos. 2. Intimem-se. -Advs. ROSALINA MUSTASSO GARCIA, JULIO CAILLOT MOURAO, JOSE FRANCISCO CUNICO BACH, DIONEY SCHENFELD, PATRICIA DE FATIMA LEMES BACH e JOEL FERREIRA LIMA-.

39. DECLARATORIA INEXIG DEBITO-1266/2003-RAPIDO RODOSINO TRANSPORTES DE CARGAS LTDA x PAMCARY SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO- Concedo a devolução de prazo para manifestação da exequente acerca da certidão de fls. 964. Ademais, ressalto que este juízo se encontra atualmente cadastrado junto ao sistema de penhora on-line BacenJud. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. JOSE FRANCISCO SILVA DA SILVA, JOAO CARLOS FLOR JUNIOR, ANTONIO CARLOS BONET, MARLOS GAIO,

RONALDO IENCIUS OLIVER, ANDERSON DE ANDRADE CALDAS e ZULMIRA LEONEL-.

40. ORDINÁRIA DE COBRANÇA-1296/2003-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x FABRICA DE PARAFUSOS FENIX LTDA e outro- Concedo à requerente vista dos autos fora de cartório, pelo prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 40, inciso II do Código de Processo Civil. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. RENATO OLIVEIRA DE AZEVEDO-.

41. COBRANÇA DE AUTOS-1422/2003-IVANIA CARMEN SCARABONATTO e outros x FENASEG CONVENIO DE SEGURO OBRIGATORIO DPVAT- 1. Primeiramente, intime-se a procuradora da parte autora para que, no prazo de cinco dias, firme a petição de fls. 327/328, sob pena de desentranhamento. 2. Intimem-se. -Advs. DAMIANA TRYBUS, LEANDRA DIEGA WAGNER, ADILSON DE CASTRO JUNIOR, DANIELLA LETICIA BROERING, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA-.

42. EMBARGOS DO DEVEDOR-1548/2003-ALFREDO FUMAGALLI x COMERCIO DE COMPENSADOS BOQUEIRAO LTDA- Antes de mais, esclareça o exequente acerca do pedido de penhora on-line de fls. 165, tendo em vista que o sistema ProJud não possui tal função. Ademais, traga o exeqüente aos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, planilha atualizada do débito, tendo em vista o tempo transcorrido. Intimem-se. -Advs. LAERCIO RICARDO MATTANA CAROLLO, JOSE FRANCISCO CUNICO BACH e PLINIO LUIZ BONANCA-.

43. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-345/2004-HEITOR SERGIO GABARDO x LOTERIAS MONTE CARLO e outro- 1. Primeiramente, cumpre esclarecer que esse Juízo não possui cadastro junto aos sistemas Renajud e E-cartórios, motivo pelo qual terna prejudicado o pedido de fls. 207. 2. Ademais, a busca pela localização de bens em nome do executado é diligência que deve ser realizada pela parte interessada. 4. Deste modo, manifeste-se a parte autora, dando regular prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias. 5. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. JONAS BORGES-.

44. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-722/2004-(apenso aos autos 1032/2004)-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x ELOIZA CRISTINE DA SILVA COSTA MEES- I. Concedo à requerente vista dos autos fora de cartório, pelo prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 40, inciso II do Código de Processo Civil. Intime-se. -Advs. ANA PAULA FINGER MASCARELLO, MAYLIN MAFFINI e SILVIA CARNEIRO LEAO-.

45. REPARAÇÃO DE DANOS ORD-831/2004-LUIZ CARLOS TEIXEIRA DE SOUZA x PAULO JOSE PINHEIRO ME- 1. Manifestem-se as partes, bem como a litisdenunciada se pretendem a produção de ulteriores provas, no prazo de 10 (dez) dias, apontando a necessidade e pertinência das que forem requeridas, sob pena de indeferimento, considerando que o procedimento foi convertido para o ordinário por meio do despacho de fls. 219. 2. Em igual prazo, deverão dizer sobre a possibilidade de acordo, a fim de verificar a viabilidade de designação da audiência prevista no artigo 331, CPC 3. Intimem-se. -Advs. ALVARO PEDRO JUNIOR, ALEXANDRE COELHO VIEIRA e GUILHERME AMARAL DALLA LIBERA-.

46. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-852/2004-BANCO FINASA S/A x LUIZ CARLOS DE VARGAS- Indefiro o pleito de fls. 116, visto que não cabe arquivamento provisório em processo de conhecimento. Assim, intime-se a parte autora para informar se pretende dar continuidade ao presente feito, devendo requerer a citação do réu, ou se pretende desistir da demanda. Intimem-se. -Advs. CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ e ROSIANE APARECIDA MARTINEZ-.

47. ORDINÁRIA-1143/2004-MARIA LEOCADIA DE OLIVEIRA HEY e outros x GEAP FUNDACAO DA SEGURIDADE SOCIAL- 1. Os embargos de declaração opostos pelos exequentes Maria Leocádia de Oliveira Hey e outros às fls. 909-910 são tempestivos, devendo, portanto, serem apreciados por este Juízo. 2. Os embargantes alegam que a decisão proferida às fls. 906-907 é contraditória, tendo em vista que o depósito judicial efetuado pela parte devedora nos autos não abrangeu os honorários advocatícios de sucumbência fixados na sentença proferida neste feito, pelo que existe débito remanescente a ser quitado pela parte executada, sendo cabível, pois, desde logo a aplicação de multa no importe de 10% (dez por cento) sobre a condenação, nos termos do art. 475-J do Código de Processo Civil. 3. Não assiste razão aos embargantes, senão vejamos. 4. Conforme exposto na decisão proferida às fls. 906-907, o depósito realizado pela parte executada às fls. 871 foi espontâneo e tempestivo, e a multa no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação e os honorários advocatícios referentes a fase de execução são devidos tão somente quando o pagamento é intempestivo ou há inadimplemento, integral ou parcial, do débito. No caso em tela, portanto, tais verbas serão devidas se, depois do julgamento da impugnação ao cumprimento de sentença ofertada às fls. 845-871, for apurado que a quantia depositada no feito é menor que o valor efetivamente devido e que, portanto, existe débito remanescente inadimplido. 5. Todavia, a referida impugnação ao cumprimento de sentença ainda não foi julgada, porquanto se faz necessária a remessa dos autos a Contadoria Judicial, de modo que não são, ainda, devidos a multa e os honorários mencionados, como devidamente estabelecido na decisão atacada. 6. Destarte, não há qualquer contradição na decisão proferida às fls. 906-907. 7. Assim, conheço os embargos declaratórios opostos pelos exequentes às fls. 909-910, porém no mérito os rejeito. 8. Segue inalterada a decisão proferida às fls. 906-907. 9. No mais, cumpra-se integralmente a decisão proferida às fls. 906-907. 10. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ROMILDA RAMOS MARINELLI MARTINS, MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA, MARCELO FERNANDES POLAK, CARLA LUIZA MANN, LUCAS B. LINZMAYER OTSUKA e CHRYSTIAN JUNQUEIRA ROSSATO-.

48. DECLARATORIA NUL ATO JURIDICO-110/2005-SERGIO RENATO COSTA FILHO x ROBERTO BERTHOLDO e outro- Concedo ao requerente vista dos autos fora de cartório, pelo prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 40, inciso II do Código de Processo Civil. Ademais, manifeste-se a parte autora acerca da petição de fls. 1354/1373, no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. LORENA MARTINS SCHWARTZ ZAMBON, LUIZ FERNANDO PEREIRA, FERNANDO VERNALHA GUIMARAES e ROBERTO BERTHOLDO-.

49. DEPOSITO-144/2005-UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A x JEFERSON JANES JANKOVSKI- Intime-se o banco exequente para, em 10 (dez) dias, cumprir o determinado pelo despacho de fls. 176. Intimem-se. Diligências necessárias.-Advs. DARIANE MARQUES MARTINELLI e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

50. SUMÁRIA DE REPARAÇÃO DE DANOS-356/2005-EMPRESA DE ONIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A x ELSON LUIZ LOPES- Reporto-me à decisão de fls. 198, tendo em vista que incumbe à parte a localização e descrição dos bens que pretende ver penhorados. Intimem-se. Diligências necessárias.

Decisao de fls. 198: "1. Inicialmente, cumpre observar que este uízo não dispõe do sistema de restrições judiciais on-line - Renajud, razão pela qual indefiro o requerimento de fls. 197. 2. Ademais, incumbe à parte exequente diligenciar acerca da localização e descrição dos bens que pretende ver penhorados para a quitação da dívida, ressaltando-se que o DETRAN fornece informações a terceiros, devendo o exeqüente dirigir-se a este órgão diretamente. 3. Assim, intime-se o exeqüente para que indique especificamente os bens a serem penhorados e, no caso de requerirnento de bloqueio perante o DETRAN/PR, para que discrirnine quais veículos pretende ver penhorados para a quitação da dívida, devendo para tanto comprovar que encontram-se em nome da executada. 4. Intime-se."-Advs. JAFTE CARNEIRO FAGUNDES DA SILVA, CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS e ADRIANA DE PAULA EDUARDO-.

51. INDENIZACAO-416/2005-(apenso aos autos 110/2005)-SERGIO RENATO COSTA FILHO x ROBERTO BERTHOLDO- Tendo em vista o informado às fls. 945/946, nomeio para o encargo, em substituição, o perito Josiane Augusta de Souza. Intime-se para dizer se aceita o encargo, bem como para formular proposta de honorários. Após, intimem-se as partes para se manifestarem sobre ela, no prazo de 05 (cinco) dias. Havendo concordância das partes, intime-se o sr. Perito para que inicie seus trabalhos, devendo efetuar a entrega do laudo, no prazo de 30 (trinta) dias. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. LORENA MARTINS SCHWARTZ ZAMBON, LUIZ FERNANDO PEREIRA e FERNANDO VERNALHA GUIMARAES-.

52. PRESTACAO DE CONTAS-0001306-10.2005.8.16.0001-ELETROSHOP COMERCIAL LTDA e outro x HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO- 1. Às fls. 711-714 a parte autora requereu: a intimação da parte ré para pagar o débito exequendo sob pena de aplicação de multa no importe de 10% (dez por cento); a inclusão das custas processuais e de honorários advocatícios da fase de execução no débito; bem como, após, a realização de penhora on line por meio do sistema BACENJUD. 2. Todavia, a sentença proferida nos autos às fls. 475-480, modificada parcialmente em segunda instância (acórdão prolatado às fls. 576-601), deve ser liquidada por arbitramento, conforme lá determinado, na forma do art. 475-C, inc. III, do Código de Processo Civil, porquanto ilíquida. 3. Assim, indefiro todos os requerimentos formulados pela parte autora às fls. 711-714. 4. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se pretende a liquidação de sentença nos presentes autos, formulando requerimentos pertinentes. 5. Havendo requerimento por parte do autor no sentido de liquidar a sentença proferida no feito, intime-se a parte ré, na pessoa de seu procurador constituído nos autos, em cumprimento ao disposto no art. 475-A, § 1º do Código de Processo Civil, e venham os autos conclusos em seguida para deliberações. 6. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. JULIO CESAR DALMOLIN, MONICA DALMOLIN, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, TERESA ARRUDA ALVIM WANBIER, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS e RITA DE CASSIA CORREA VASCONCELOS-.

53. DESPEJO-1050/2005-VILMA IRENE GLASER LUPION x ARLI RESTAURANTE INDUSTRIA E COM.DE ALIMENTOS- O requerimento de fls. 288, no tocante à intimação por edital da parte ré somente merece deferimento quando esgotadas todas as possibilidades de localização do réu. No presente caso, a parte autora não demonstra ser a ultima ratio tal medida, razão pela qual indefiro o pleito. Ressalta-se, porém, que este Juízo se encontra cadastrado ao sistema de penhora online BacenJud, meio também eficaz para busca de endereço atualizado das partes. Intime-se o exeqüente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito. Intimem-se. -Advs. ARNALDO FERREIRA, ROBERTO ROCHA GOMES FILHO, LUZARDO THOMAZ DE AQUINO, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA DE LUCA e NASSER YASSER SALAMEH-.

54. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0000578-66.2005.8.16.0001-BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A x CLEUNICE DE FATIMA SOUZA- Concedo à requerida vista dos autos fora de cartório, pelo prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 40, inciso II do Código de Processo Civil. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES, MARIA ADRIANA PEREIRA e FELIPE BALECHE NETO-.

55. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-1162/2005-BOSCARDIN INTERIORES COM DE MOVEIS LTDA x BANCO DO BRASIL S/A- 1. Recebo os embargos de declaração de fls. 421/423, porque tempestivos. 2. Alega o embargante que a decisão de fls. 419 é omissa e contraditória porque deixou de analisar a impugnação aos honorários periciais apresentados pela parte embargante nas fls. 411/412, bem como fixou os honorários periciais em R$ 1540,00 (mil quinhentos e quarenta reais) e determinou a intimação de outro perito para apresentar proposta. 3. Observando o despacho proferido, bem como compulsando verifico que assiste razão a parte embargante, uma vez que não houve a análise da impugnação apresentada pela autora nas fls. 411/412, bem como verifico que o despacho de fls. 419 determinou equivocadamente a intimação de outro perito não nomeado nos presentes autos para apresentar proposta de honorários. 4. Diante do exposto, entendo por bem sanar a omissão e a contradição apontadas nos termos que se passa a expor: I - Da omissão: Em análise à impugnação apresentada nas fls. 411/412, verifico que a parte autora

menciona que se trata de perícia que depende da análise de um único contrato e os honorários não deveriam ultrapassar R$ 500,00. Denote-se que as arguição de que a perícia será realizada em apenas um contrato e de que foram poucos os quesitos apresentados não resulta efetivamente na redução dos honorários periciais, uma vez que a fixação do valor depende dos quesitos apresentados pelas partes e da amplitude da perícia, motivo pelo qual indefiro a impugnação apresentada nas fls. 411/412. II - Da contradição: Em análise ao despacho de fls. 419, verifico que foi equivocadamente determinada a intimação do Perito Roberto Cesar Rodrigues sem a sua nomeação nos autos, motivo pelo qual revogo o item "6" do despacho de fls. 419. 5. Sendo assim, recebo os embargos de declaração opostos, porque tempestivos e os acolho para o fim de sanar a omissão e a contradição apontadas. 6. Intimem-se. -Advs. FRANCIELE STIVAL, ACACIO CORREA FILHO e ESTEVAO LOURENÇO CORREA-.

56. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1199/2005-BANCO BANESTADO S/A x ROGERIO OLIVETE SUAREZ- 1. Intime-se a parte requerida para que, no prazo de cinco dias, informe se recebeu o termo de quitação conforme mencionado na petição de fls. 137/139. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. LEONEL TREVISAN JUNIOR, INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO e RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA-.

57. RESPONSABILIDADE CIVIL-0000896-49.2005.8.16.0001-ACIR VICENTE GONCALVES x BANCO DO BRASIL S/A- Da baixa dos autos a este Juízo, manifestem-se as partes, requerendo o que de direito. Em nada sendo requerido, no prazo de 10 (dez) dias, postas em prática as cautelas de estilo, inclusive com lançamento das baixas necessárias, arquivem-se estes autos nº 1396/2005. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. FABIO LUIZ DE QUEIROZ TELLES e GUILHERME SEITI SUGUIMATSU-.

58. EXECUCAO HIPOTECARIA-1398/2005-BANCO ITAU S/A x PEDRO SERGIO MESTRES- Intime-se o exequente para que, em 15 (quinze) dias, junte aos presentes autos informações acerca da ação ordinária de nº 538/2005, ajuizada na 20ª Vara Cível desta Capital, informando se já houve a liquidação de sentença da referida ação, afim de dar prosseguimento à execução. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. TATIANA KALKO TURQUETI C BARRETO, FERNANDA FORTUNATO MAFRA, LEONEL TREVISAN JUNIOR, VIVIANE STADLER FAGUNDES, SERGIO AUGUSTO FAGUNDES e MARIO AUGUSTO BATISTA DE SOUZA-.

59. ORDINÁRIA-335/2006-GUILHERME CHARELLO x BRASIL TELECOM S/A-1. Considerando a renúncia do perito nomeado às fls. 443, nomeio em substituição o (a) Sr(ª). Roberto Cesar Rodrigues, o (a) qual deverá ser intimado (a) para dizer se aceita o encargo, bem como apresente proposta de honorários, manifestando-se as partes em seguida, no prazo comum de 05 (cinco) dias. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, JOAQUIM MIRO e LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI-.

60. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA-474/2006-KSB BOMBAS HIDRAULICAS S/A x TECNICA HIDROBOMBAS MASSUDA LTDA- Manifeste-se a parte executada. Intime-se. -Advs. ROBERTO GREJO, JOAO MAESTRELI TIGRINHO e PAULO SERGIO SENA-.

61. PRESTACAO DE CONTAS-638/2006-ALMIR MACHADO DE OLIVEIRA x IRINEU ANTÔNIO BIDINOTO-Fica o(a) requerente devidamente intimado(a) para que, em cinco dias, deposite as custas remanescentes no valor de R$81,78 (a Escrivania). Intimem-se -Advs. ALMIR MACHADO DE OLIVEIRA e MARCELO KALIL-.

62. MONITÓRIA ESPÉCIES DE CONTRATO-690/2006-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x TAVARES FLHO COMERCIO E REPRESENTAÇOES e outro- Defiro os requerimentos de fls. 192/193, com o que determino que se oficie à Receita Federal, Copel, Brasil Telecom (Oi), Vivo, Tim Celular S/A, Claro Digital (BCP/Telet) e GVT para tentativa de localização do endereço dos réus. Intimem-se. Diligências necessárias. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$75,20, referentes a expediçao de citaçao. Intime-se. -Advs. LEONARDO XAVIER ROUSSENQ, SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES, CLEITON SACOMAN, CHRISTIAN AUGUSTO COSTA BEPPLER e VANESSA CRISTINO DE OLIVEIRA-.

63. ORDINÁRIA REVISÃO CONTRATUAL-824/2006-VALDEMAR MACIEL DE LIMA e outros x BANCO ITAU S/A- Trata-se de ação de revisão contratual, ajuizada por Valdemar Maciel de Lima, Antonio Carlos de Oliveira e Marcelo Nogueira Muller em face de Banco Itaú S/A. Da análise dos autos, verifico que o réu depositou às fls. 189/190 quantia referente às custas processuais e aos honorários advocatícios. Tendo em vista que o requerimento para levantamento de valores (fls. 194) refere-se aos honorários sucumbenciais e não a valores para quitação do julgado, não se faz necessária a apresentação de procuração atualizada com poderes para tanto. Verifico que o valor referente aos honorários advocatícios é de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), conforme petição de fls. 175/176. Sendo assim, defiro o requerimento de fls. 197, já que se trata de levantamento de valor depositado judicialmente, pelo requerido, em favor da parte autora, referente aos honorários advocatícios. Pelo exposto, defiro a expedição de alvará em favor da parte autora, a ser expedido em nome de Edemar Fritz Junior, para o levantamento do valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), mais correção monetária, referente ao depósito judicial de fls. 189/190. O restante do valor depositado é referente às custas processuais arcadas pelos requerentes. Sendo assim, defiro a expedição de alvará em favor da parte autora, a ser expedido em nome de Valdemar Maciel de Lima, Antonio Carlos de Oliveira e Marcelo Nogueira Muller, para o levantamento do valor depositado às fls. 189/190, mais correção monetária, referente às custas processuais. Verifico que o autor Antonio Carlos de Oliveira revogou a procuração outorgada ao advogado Edemar Fritz Junior, trazendo aos autos nova procuradora. Ocorre que o Sr. Edemar Fritz Junior ainda é procurador dos outros dois autores, motivo pelo qual necessária a sua intimação das decisões tomadas por este Juízo. Por fim, quanto aos valores das parcelas depositados nos autos pela autora, intimem-se as partes para, em 10 (dez) dias, requererem o que entender de direito. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$18,80, referentes a expediçao de alvará. Intime-se. -Advs. LENITA RODOLFO PASSOS e DANIELE DE BONA-.

64. USUCAPIAO-857/2006-NEUSELI BONATO x ELIANE APARECIDA BONATO e outro- 1. Defiro o pedido de fls. 344/345 formulado pelas partes em audiência para tentativa de acordo. Expeça-se mandado de avaliação do bem objeto do presente litígio e da área total do condomínio. 2. Após, manifestem-se as partes em cinco dias, sobre a avaliação. 3. Em seguida, voltem os autos conclusos para designação de data de audiência de conciliação. 4. Intimem-se. -Advs. SIMON GUSTAVO CALDAS DE QUADROS, MARIA LIZANE MACHADO BRUM e PAULO ROBERTO JENSEN-.

65. OBRIGAÇÃO DE FAZER-0001375-08.2006.8.16.0001-NOAZIR ARRIOLA x BANESTADO LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A e outro- Manifeste-se o credor acerca do deposito efetuado. Intime-se. -Advs. ALCIONE SPERANDIO JUNIOR, HELENA ARRIOLA SPERANDIO, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS e CAROLINE RUPEL-.

66. ORDINÁRIA REVISÃO CONTRATUAL-1188/2006-COMERCIO DE SACARIAS CONTENDA LTDA e outro x BANCO ITAU S/A- Defiro o requerimento de fls. 355, concedendo à requerida o prazo improrrogável de 20 (vinte) dias para apresentar aos autos os documentos solicitados. Intimem-se. -Advs. LUIZ CARLOS SLONIK, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS e THAIS AMOROSO PASCHOAL-.

67. DECL INEXSITENCIA OBRIGACAO-1300/2006-CARD EDITORAÇÃO ELETRÔNICA LTDA ME x LISTEL PUBLICAR DO BRASIL LISTAS TELEFÔNICAS LTDA- 1. Mantenho a decisão pelos seus próprios fundamentos. 2. Oficie-se ao e. Tribunal de Justiça comunicando-o, inclusive, acerca do cumprimento pelo agravante do artigo 526 do Código de Processo Civil. 3. Adiantadas as custas pelo devedor, manifeste-se o credor em 5 (cinco) dias, sobre a impugnação de fls. 263/269. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL NOS PRÓPRIOS AUTOS. IRRESIGNAÇÃO A DESPACHO QUE DETERMINOU A ANTECIPAÇAO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. ART. 19, DO CPC. LEGALIDADE. NOVA SISTEMATICA DO CODIGO DE NORMAS (ITEM 5.8.1.1) EM QUE O PAGAMENTO DAS CUSTAS APENAS AO FINAL TEM CARATER EXCEPCIONAL. FORTE POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL NESTE SENTIDO. ANÁLISE DA "QUAESTIO" QUE SE FAZ TAMBÉM EM FACE DAS MODIFICAÇÕES ADVIDAS DA LEI N° 11.232/05. RECURSO DESPROVIDO. (TJ/PR - 6a Câmara Cível. Agravo de instrumento n° 385.479-5. Relator Desembargador Sérgio Arenhart). 4. Após, voltem os autos conclusos. 5. Intimem-se. -Advs. LUIZ ALBERTO MARIN, JEFFERSON SIQUEIRA, RAFAEL GONCALVES ROCHA, ALESSANDRO DIAS PRESTES e ADRIANO GOHR-.

68. MONITORIA-1426/2006-BANCO ABN AMRO BANK S/A x TEC CABOS INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS- Defiro o requerimento de fls. 99 e suspendo o curso do feito nos termos do art. 791, III, do CPC, pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Após, manifeste-se a parte requerente independentemente de nova conclusão. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.

69. INTERDIÇÃO-1456/2006-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x OSVALDO CARDOSO DE LIMA- 1. Considerando a mudança da diretora da entidade em que o interditando se encontra abrigado, nomeio, em substituição ao curador nomeado anteriormente o Pe Rudinei Carlos Thomazella, conforme requerido nas fls. 74/75. 2.. Intime-se-o para assinar o termo de curatela em cinco dias. 3. Intimem-se. -Adv. TEREZINHA RESENDE CARULA -PROMOTORA-.

70. RESCISAO CONTRATUAL-1543/2006-ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x ANTONIO RAMOS DA SILVA-Face a resposta ao(s) oficio(s), em cinco dias, manifeste-se o requerente. Intimem-se. -Advs. KARINE CRISTINA DA COSTA, DIEGO RUBENS GOTTARDI e DANIELE DE BONA-.

71. REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO-424/2007-LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A x PIACENTINI ESTACIONAMENTO LTDA-Face a certidao negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se o(a) exequente. Intimem-se. -Advs. EDSON GONCALVES ARAUJO, LUIZ CARLOS CHECOZZI, ANA CLAUDIA RHODEN, CRISTIANO JOSE BARATTO e NADIA JEZZINI-.

72. SUMÁRIA DE COBRANÇA-512/2007-THERESA MACHADO DE OLIVEIRA x LIBERTY SEGUROS S/A- Chamo o feito à ordem. O executado procurou quitar a dívida voluntariamente, depositando em juízo os valores devidos às fls. 135. Contudo, tal depósito foi efetuado em conta desvinculada ao presente processo, de modo a impossibilitar o levantamento do mesmo por parte do exequente. Assim, intime-se a parte executada, para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove nos autos que efetuou o depósito dos valores devidos de forma correta, em conta vinculada ao presente processo, sob pena de prosseguimento da execução. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR, PAULO CESAR MENESCAL e WAGNER CARDEAL OGANAUSKAS-.

73. ORDINÁRIA DE COBRANÇA-513/2007-WALDIR REINALDO ROSENAU x BANCO REAL S/A- 1. Primeiramente, certifique a Escrivania se houve a retirada do alvará expedido nas fls. 163. 2. Intimem-se. -Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

74. USUCAPIAO-566/2007-IVONE DE OLIVEIRA x ESPOLIO DE FRANCISCA PLACIDINA DE OLIVEIRA e outros- 1. Primeiramente, intime-se a parte autora para que, no prazo de dez dias, junte aos autos a qualificação da inventariante nos autos de inventário dos bens deixados por João Batista de Oliveira para que seja possível a citação do Espólio. 2. Intimem-se. -Adv. ELENICE HASS DE OLIVEIRA-.

75. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-678/2007-PIEMONTE CONSTRUÇOES E INCORPORAÇOES LTDA x NEIDE DE CAMARGO RIBEIRO e outro- Diante da desistência da autora quanto ao recurso de apelação interposto às fls. 118/119, bem como de já se encontrar extinta a presente ação conforme sentença homologatória de fls. 115, postas em prática as cautelas de estilo, inclusive com lançamento das

baixas necessárias, arquivem-se estes autos nº 678/2007. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. MARINA TALAMINI ZILLI, BENOIT SCANDELARI BUSSMANN e SILVIANE SCLIAR SASSON-.

76. SUMÁRIA DE COBRANÇA-931/2007-LUIZ CARLOS BATISTA DE CASTRO x HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO- 1. Trata-se de ação de reparação de danos c/c com rescisão contratual, ajuizada por LUIZ CARLOS BATISTA DE CASTRO em face de HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO. 2. O feito tramitou regularmente e encontra-se na fase de cumprimento de sentença. 3. Às fls. 256, o devedor depositou o valor a que foi condenado pagar. 4. O exequente requereu autorização para levantamento da quantia depositada, fls. 256, em conta vinculada a este Juízo. 5. Compulsando os autos, verifico que é caso de deferimento. 6. No entanto, considerando que se trata de levantamento de valores para arquivamento da demanda, este Juízo tem acautelado no sentido de determinar aos advogados das partes que juntem instrumento procuratório atualizado com poderes específicos para tais atos. 7. Assim, antes de mais, intime-se a procuradora da parte autora, para que, no prazo de 10 (dez) dias, junte instrumento de procuração atualizada com poderes específicos para levantar quantias por meio de alvará judicial, tendo em vista a procuração constante deste caderno processual, data de 25/04/2007, fls. 10, ou, no mesmo prazo, informe se prefere que o alvará seja expedido em nome da própria parte. 8. Apresentado o documento nos termos da determinação acima, ou optando a parte que o alvará seja expedido em seu nome, desde já, autorizo sua expedição. 9. Por fim, julgo extinta a presente execução, nos termos do art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. 10. Lançadas as baixas, inclusive na distribuição, encaminhe-se os autos ao arquivo. 11. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R $9,40, referentes a expediçao de alvará. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. OLINTO ROBERTO TERRA, ANA BEATRIZ FARIAS DOS SANTOS, KELLY CRISTINA WORM COTLINSKI CANZAN e MARIANA ESPER NICOLETTI-.

77. REVISIONAL DE CONTRATO ORD-1191/2007-IRONDINA RODRIGUES x AW EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- 1. Trata-se de ação de revisão de cláusulas contratuais ajuizada por Irondina Rodrigues em face da AW Empreendimentos Imobiliários LTDA. 2. As partes estão representadas, não havendo possibilidade concreta de acordo nos autos. Sendo assim, passo a sanear o feito. 3. A parte requerida apresentou contestação nas fls. 120/183 e reconvenção nas fls. 200/216, alegando em prejudicial de mérito a prescrição e a decadência do direito do autor, fundamentando que já decorreu mais de dez anos da realização do contrato firmado entre as partes. 4. Compulsando os autos verifico que muito embora o contrato de compromisso de compra e venda tenha sido firmado em outubro de 1996 e o contrato de cessão de direitos e obrigações tenha sido firmado em setembro de 1997 (fls. 35/36), verifico que se trata de obrigação de trato sucessivo, não hevendo possibilidade de aferir efetivamente o termo inicial para a incidência da prescrição e da decadência, motivo pelo qual afasto a prejudicial. 5. Mencionou ainda o réu a existência de novação do contrato que impede a sua revisão. 6. Afasto a preliminar arguida, tendo em vista que a novação não impede a revisão das cláusulas contratuais do contrato novado, tendo em vista o princípio da proteção do consumidor. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL - NOVAÇÃO AFASTADA - POSSIBILIDADE DE REVISÃO CONTRATUAL - SÚMULA N. 286 DO STJ - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO QUE VEDA O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - NÃO INCIDÊNCIA NOS CONTRATOS FIRMADOS ANTERIORMENTE A MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.963-17 - PERMISSÃO NO PACTO DE CONFISSÃO E COMPOSIÇÃO DE DÍVIDAS - CONTRATAÇÃO EXPRESSA - CORREÇÃO MONETÁRIA COM BASE NO INPC - TR NÃO PACTUADA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.2861.963A existência de novação não impede a à análise das cláusulas contratuais referentes ao contrato novado, tendo em vista o princípio da proteção do consumidor em relação ao fornecedor, a fim de evitar a ocorrência de eventuais abusos (Súmula 286 do STJ). "Esta Corte Superior já se posicionou na vertente de ser possível, tanto a compensação de créditos, quanto a devolução da quantia paga indevidamente, em obediência ao princípio que veda o enriquecimento ilícito, de sorte que as mesmas deverão ser operadas de forma simples - e não em dobro -, ante a falta de comprovação da má-fé da instituição financeira. Precedentes (REsp 401.589/RJ, AgRg no Ag 570.214/MG e REsp 505.734/MA)". .(AgRg no REsp 733279/RS, rel. Min. Jorge Scartezzini, j. 9/03/2006) A convenção acerca da capitalização de juros, seja qual for a periodicidade, deve estar expressamente consignada no instrumento contratual, a fim de atender à regra insculpida no Código de Defesa do Consumidor. De outra parte, nos pactos de abertura de crédito em conta corrente e de abertura de crédito fixo firmados anteriormente a data de 31-03-2000, admite-se apenas a capitalização anual de juros. É lícita a utilização da TR como fundamento da correção monetária nos contratos bancários posteriores à edição da Lei n. 8.177/91, desde que esteja expressamente prevista no pacto; caso contrário, adota-se o INPC. Ag 570.214/MG REsp 505.734/MA) REsp 733279/RSCódigo de Defesa do Consumidor 8.177 (184040 SC 2005.018404-0, Relator: Anselmo Cerello, Data de Julgamento: 29/03/2007, Primeira Câmara de Direito Comercial, Data de Publicação: Apelação Cível n. , de Blumenau) 7. A parte requerida alegou em preliminar a ausência de interesse processual, fundamentando a impossibilidade da descaracterização da mora, pois a devedora suspendeu as prestações do contrato espontaneamente. 8. Conforme é sabido, o interesse de agir se resume ao binômio necessidade e utilidade, e é caracterizado por uma pretensão resistida. Está presente quando o autor tem a necessidade de se valer da via processual para resguardar seus direitos. 9. Assim ensina Adroaldo Furtado Fabrício: "Do ponto de vista da necessidade, a imposição da restrição visa impedir que alguém provoque a atividade jurisdicional do Estado por mero capricho ou comodismo, quiçá com o só propósito de molestar o réu, quando estava apto a obter o mesmo resultado por seus próprios meios e sem resistência. Na perspectiva da utilidade, supõe-se que a sentença almejada represente um proveito efetivo para o autor, no sentido de assegurar-lhe uma posição jurídica mais vantajosa do que a anterior" (Fabrício, Adroaldo Furtado. Extinção do Processo e Mérito da Causa. In: Revista de Processo nº 58.). 10. Nelson Nery Júnior doutrina: "O interesse processual se consubstancia na necessidade de o autor vir a juízo e na utilidade que o provimento jurisdicional poderá lhe proporcionar" (Nery Junior, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação extravagante: atualizado até 1º de março de 2006 / Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery. 9. ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006). 11. Assim, a preliminar de carência da ação, por falta de interesse de agir, não deve prosperar, pois necessitando a autora da via judicial para satisfazer a sua pretensão negada administrativamente pelo réu, e sendo a ação revisional o procedimento correto para levar ao conhecimento do juízo das cláusulas contratuais que entende necessitarem de revisão, configurado está o interesse processual do autor. 12. Por fim o réu menciona a impossibilidade jurídica de modificação do preço, fundamentando que a autora mencionou que o preço fou valorizado mas não houve a comprovação de suas alegações. 13. Afasto a preliminar arguida considerando que a valoração do preço ou a cobrança de encargos abusivos é a própria matéria de mérito tornando impossível sua análise no momento do saneamento do feito. 14. Houve pedido de inversão do ônus da prova, formulado na inicial pela autora. 15. Pois bem. Analisando o autos percebe-se ue a relação havia entre as partes é consumerista, haja vista que tanto a parte autora quanto a parte requerida preenchem os requisitos previstos nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor para conceituação de "consumidor" e de "fornecedor", respectivamente. 16. No entanto, o artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor prevê a possibilidade de inversão do ônus da prova desde que verificadas a verossimilhança do direito e a condição de hipossuficiência do demandante. 17. A hipossuficiência se observa quando ao consumidor, por qualquer razão, é muito custoso ou, de certa forma, impossível provar os fatos por si alegados, demonstrando a constituição de seus direitos. 18. Todavia, o fato de a parte autora ter juntado aos autos, espontaneamente, cópia do contrato objeto dessa demanda (fls. 34/35), demonstra ausência de hipossuficiência. 19. Assim, indefiro o requerimento de inversão do ônus da prova. 20. Quanto as provas, a autora requereu a produção de prova pericial contábil e de avaliação (fls. 282/283). 21. Após análise, entendo que a prova documental constante dos autos se mostra suficiente para o convencimento deste Juízo, uma vez que pela simples leitura do contrato celebrado entre as partes, cuja cópia foi acostada ao caderno processual, e dos demais documentos, é possível concluir pela procedência ou não do pedido da autora. 22. Ademais, a matéria ora discutida é essencialmente de direito. 23. Assim, indefiro a produção de todas as provas requeridas, porque em nada contribuirão para dirimir a lide, mas, ao contrário, provocarão a procrastinação do feito e o dispêndio de dinheiro, tempo e energia desnecessários. 24. Neste sentido já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, "APELAÇÃO CÍVEL - REVISÃO CONTRATUAL - COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - CERCEAMENTO DE DEFESA PELO JULGAMENTO ANTECIPADA - INOCORRÊNCIA - DESPROPORÇÃO ENTRE O PREÇO PACTUADO E O VALOR DE MERCADO - CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO AUTORIZA, POR SI SÓ, A REVISÃO DO CONTRATO - LIBERDADE DE CONTRATAÇÃO NAS RELAÇÕES JURÍDICAS QUE DEVE SER RESPEITADA - INEXISTÊNCIA DA COBRANÇA CAPITALIZADA DE JUROS - APLICAÇÃO DO CUB COMO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - CONTRATAÇÃO LÍCITA, DESDE QUE O IMÓVEL ESTEJA EM FASE DE CONSTRUÇÃO - SUBSTITUIÇÃO PELO INPC APÓS A ENTREGA DO IMÓVEL - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO." (TJPR, AC nº 613.527-3, Des. Paulo Hapner, acórdão nº 15916, DJ 06/04/2010). (Grifo nosso) "AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. PROVA PERICIAL INDEFERIDA. AGRAVO RETIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRENTE. QUESTÃO UNICAMENTE DE DIREITO. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA. DESPROPORÇÃO ENTRE O PREÇO PACTUADO E O VALOR DE MERCADO. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO AUTORIZA, POR SI SÓ, A REVISÃO DO CONTRATO. INEXISTÊNCIA DE REGRAMENTOS JURÍDICOS PRÉ-FIXANDO PREÇOS. LIBERDADE DE CONTRATAÇÃO NAS RELAÇÕES JURÍDICAS QUE DEVE SER RESPEITADA. RECURSOS DESPROVIDOS. (...)." (TJPR, AC 463.240-2, Des. Lauri Caetano da Silva, J. 30.04.2008). (Grifo nosso) 25. Saliente-se, que o indeferimento de prova inútil não gera cerceamento de defesa: APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRATIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO PELA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ/DF COM CONSÓRCIO DE EMPRESAS - PENDÊNCIAS EXISTENTES - EMBARGOS DO DEVEDOR OPOSTOS PELAS EMPRESAS CONSORCIADAS EM EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES ANTE A DESISTÊNCIA PELA EXEQUENTE DE ALGUNS DOS PEDIDOS DA INICIAL - INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DE UMA DAS EMPRESAS NÃO RECONHECIDA - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO, LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL - INOPONIBILIDADE NA HIPÓTESE DA EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO - RECURSO IMPROVIDO. 1. O magistrado deve se valer da persuasão racional para valorar provas imprescindíveis à prestação jurisdicional e para dispensar a realização de provas desnecessárias, inúteis e protelatórias, sem que isto importe em cerceamento de defesa. (...)." (TJDF. 20030110776549APC, 1a T. Cível, Rel. Des. NATANAEL CAETANO. Acórdão No 225.832. Data do Julgamento 22/08/2005). 26. Assim, o feito comporta julgamento antecipado na forma do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. 27. Considerando que a autora é beneficiária da assistência judiciária, contados e registrados, voltem conclusos. 28. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI e AIRTON SAVIO VARGAS-.

78. SUMÁRIA DE COBRANÇA-1200/2007-COND CONJ RESID MORADIAS CAPIBERIBE x DAVINA SANTOS DE ALMEIDA e outro- Primeiramente, traga a autora, em 10 (dez) dias, certidão negativa de inventário, a qual pode ser requerida no Cartório Distribuidor. Após, venham os autos conclusos. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. INGRID KUNTZE, LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ e RICARDO SALINI ABRAHAO-.

79. ALVARÁ JUDICIAL-1244/2007-ANDRE LUIZ GUIDOLIN DO AMARAL GOMES e outro x JORGE LUIZ DO AMARAL GOMES- 1. Compulsando os autos, verifica-se que apesar de intimado para manifestar interesse no prosseguimento do feito, conforme despacho de fls. 60, AR de fls. 65 e certidão de fls. 66, a parte autora permanece inerte nos autos há mais de seis meses, deixando, desta forma, de promover os atos que lhe compete. 2. Assim, diante do acima exposto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. 3. Faculto à Escrivania a execução de eventuais custas processuais remanescentes. 4. Cumpra-se, no que for aplicável, o disposto no Código de Normas da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. MARISTELA RODRIGUES LOUREIRO DE ARAUJO-.

80. SUMÁRIA DE COBRANÇA-0000422-10.2007.8.16.0001-JOSE ROBERTO DE SOUZA SILVA e outros x CENTAURO SEGURADORAS S/A- Trata-se de ação de cobrança, ajuizada por José Roberto de Souza Silva e outros, em face de Centauro Seguradora S/A. O feito tramitou e encontra-se na fase de cumprimento de sentença. Há requerimento nos autos, às fls. 283, feito por Roberto de Souza e outros, que é autor/exequente na presente demanda, para o fim de levantamento do valor depositado judicialmente nos autos às fls. 271. Consta nos autos a procuração atualizada em nome de Antonio Carlos Bonet (fls. 278/280 e 284). O caso é de deferimento tendo em vista que se trata de levantamento de valor depositado judicialmente, pelo requerido, em favor da parte autora, para a quitação do julgado. Pelo exposto, defiro a expedição de alvará em favor da parte autora, a ser expedido em nome de Antonio Carlos Bonet, para o levantamento do valor de R$ 26.818,00 (vinte e sei mil, oitocentos e dezoito reais), mais correção monetária, referente ao depósito judicial de fls. 271. Desta decisão intimem-se todos os interessados (observados os casos específicos de penhora no rosto dos autos, direito de preferência, etc) e, depois de decorrido o prazo recursal, expeça-se o respectivo alvará. Após, em nada mais sendo requerido no prazo de 10 (dez) dias, postas em prática as cautelas de estilo, inclusive com lançamento das baixas necessárias, arquivem-se estes autos de nº 1258/2007. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$9,40, referentes a expediçao de alvara. Intime-se. -Advs. JOAO CARLOS FLOR JUNIOR, ANTONIO CARLOS BONET, ADILSON DE CASTRO JUNIOR e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

81. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL ORD-0000849-07.2007.8.16.0001-CELI VIDAL COSTA x BANCO SANTANDER BRASIL S/A-Fica o(a) requerente devidamente intimado(a) para que, em cinco dias, deposite as custas remanescentes no valor de R$27,26 (a Escrivania). Intimem-se -Advs. CARLA AFONSO DE OLIVEIRA PEDROZA e BLAS GOMM FILHO-.

82. EMBARGOS DE TERCEIROS-1565/2007-(apenso aos autos 397/1996)-JANINE SOVIERZOSKI x BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO S/A- 1. Ciente do agravo retido interposto pela parte embargante às fls. 248-252. 2. Intime-se a parte agravada (embargada) para contra-minutar (CPC, art. 523, parágrafo 2º), no prazo de 10 (dez) dias. 3. Após, venham os autos conclusos para eventual juízo de retratação. 4. No mais, cumpra-se a decisão proferida às fls. 219-225, como já determinado no item "21" da decisão proferida às fls. 241-245. 5. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. DANTE PARISI e DANIEL HACHEM-.

83. REVISONAL DE CONTRATO SUMÁRIA-0000425-62.2007.8.16.0001-REYNALDO FAGUNDES x BANCO ITAU S/A- 1. Defiro o requerimento de vista, formulado às fls. 343, pelo prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 40, inc. II, do Código de Processo Civil. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. PAULO SERGIO WINCKLER, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e RICARDO AUGUSTO MENESES YOSHIDA-.

84. INVENTÁRIO-86/2008-APARECIDA INACIA DA SILVA x VICENTE TIAGO DA SILVA-Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$141,00, referentes a expediçao de formal de partilha. Intime-se. -Adv. RITA DE CASSIA RIBEIRO-.

85. REPARAÇÃO DE DANOS ORD-0002868-49.2008.8.16.0001-ELIZANGELA MENDES PESCHISKY x LUIZ AFFONSO ENNES BASILE e outro- Concedo à requerente vista dos autos fora de cartório, pelo prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 40, inciso II do Código de Processo Civil. Intimem-se. -Adv. ROBERTA LEONA DE OLIVEIRA-.

86. PRESTACAO DE CONTAS-0003796-97.2008.8.16.0001-EDILSON LOURENÇO x BANCO DO BRASIL S/A- Da baixa dos autos a este Juízo, manifestem-se as partes, requerendo o que de direito. Em nada sendo requerido, no prazo de 10 (dez) dias, postas em prática as cautelas de estilo, inclusive com lançamento das baixas necessárias, arquivem-se estes autos nº 378/2008. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. JULIO CESAR DALMOLIN e FLAVIA CRISTINA MACHADO-.

87. REVISONAL DE CONTRATO SUMÁRIA-725/2008-EMERSON ALFREDO DE OLIVEIRA CASSEB JUNIOR x CASAS BAHIA COMERCIAL LTDA e outro- 1. Trata-se de ação revisional de contrato proposta por Emerson Alfredo de Oliveira Casseb Júnior em face de Casas Bahia Comercial LTDA. As partes estão devidamente representadas e não há possibilidade de conciliação, razão pela qual passo a sanear o feito. 2. A requerida Casas Bahia Comercial LTDA apresentou contestação nas fls. 109/114 alegando em preliminar a sua ilegitimidade passiva fundamentando que apenas o Banco Bradesco S/A administra o cartão objeto da presente lide. 3. Considerando que a parte autora pretende a revisão de contrato que celebrou com a requerida Casas Bahia Comercial LTDA, e considerando a possibilidade de responsabilização da ré o que somente poderá ser aferido com a produção de provas, segundo a teoria da asserção, afasto a preliminar de ilegitimidade alegada. 4. O réu Banco Bradesco S/A apresentou contestação nas fls. 159/187 alegando em preliminar a impossibilidade jurídica do pedido de consignação em pagamento pois, ausentes os seus requisitos, uma vez que não há recusa no recebimento dos valores, não há litígio sobre o pagamento ou sobre quem deva receber. 5. Afasto a preliminar mencionada tendo em vista que entendendo o autor pela necessidade de depositar as parcelas devidas para revisionar as cláusulas contratuais que considera como abusivas não há o que se falar em impossibilidade jurídica do pedido. 6. Ademais é possível a cumulação do pedido de revisão de contrato com a consignação das parcelas que o autor entende como devidas. Neste sentido: Agravo regimental. Recurso especial. Ação revisional de contrato, cumulada com pedido de consignação em pagamento. Precedentes.1. Admite-se cumular ação de revisão contratual com pedido de consignação em pagamento das parcelas consideradas devidas.2. Agravo regimental desprovido (609296 MG 2003/0209557-8, Relator: Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Data de Julgamento: 02/08/2005, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 24/10/2005 p. 310) 7. O autor requereu a inversão do ônus da prova. Partindo do entendimento já pacificado de que o CDC se aplica ao caso ora sob comento, não só por se tratar de relação tipicamente de consumo, mas por expressa disposição legal, consoante o art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.078/90, tem-se que, com efeito, pode-se admitir a inversão ao ônus da prova preconizada no referido codex. 8. Observa-se que o inciso VIII do art. 6º (CDC) expressa que a inversão do ônus da prova será admitida a critério do Juiz quando for verossímil a alegação do consumidor ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência. 9. É evidente, pois, que não será em qualquer caso que tal se dará, pois a admissão de dita regra dependerá dos pressupostos supra referidos, a critério do Juiz. 10. A verossimilhança somente se configurará quando as circunstâncias demonstrarem "uma probabilidade muito grande" que sejam verdadeiras as alegações do consumidor. Assim, desde que o Juiz, utilizando-se das máximas de experiência, entenda como verossímeis as afirmações do consumidor, poderá inverter o ônus da prova. 11. A vista do contido na exordial, vê-se que se questiona relação de consumo consubstanciada na contratação de cartão de crédito. 12. Ademais, a situação verificada está entre aquelas nas quais o consumidor tem que provar dados constantes em documentos que estão em poder do prestador de serviço. Na hipótese presente é nítida a impossibilidade do consumidor em ter acesso a documentos sob o poder exclusivo do prestador de serviço, e o mais importante: é o fornecedor que detém todos os meios de demonstrar que as alegações do consumidor não são verdadeiras. 13. Cecília Matos, citada na obra Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, organizada por Ada Pelegrini Grinover et alli (Forense Universitária, 6ª ed., 1999, pág. 129/130), comenta que: "A inversão do ônus da prova é direito de facilitação da defesa e não pode ser determinada senão após o oferecimento e valoração da prova, se e quando o julgador estiver em dúvida". 14. No caso em apreço, a postulação jurídica é amplamente justificada, porque o consumidor não dispõe de todas as informações necessárias à defesa de seus direitos. De fato, há de se reconhecer a hipossuficiência técnica da parte consumidora. 15. Assim, defiro o pedido formulado, invertendo o ônus da prova para que fique a parte ré consciente que está com essa responsabilidade. 16. Considerando a inversão do ônus da prova, intime-se a parte ré para que informe se pretende a produção de alguma prova, em cinco dias. 17. Intimem-se. -Advs. MARIA FELICIA CHEDLOVSKI, DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO, JONES MARCIANO DE SOUZA JUNIOR, CHRISTIANE FERREIRA GOMES e DENIO LEITE NOVAES JUNIOR-.

88. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-744/2008-BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A x AUTO POSTO MENONITAS LTDA e outros- Defiro a suspensão do feito até o prazo final para cumprimento do acordo de fls. 84/85. Decorrido o prazo da suspensão do trâmite processual, manifeste-se a parte autora, independentemente de nova conclusão, informando se houve o integral cumprimento do acordo. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. JULIO BARBOSA LEMES FILHO, AMANDO BARBOSA LEMES, VANDA LUCIA TAVARES DE BARROS, LUIZ OTTAVIO VEIGA GRECA, LAERCIO ALCANTARA DOS SANTOS e LUCIO BAGIO ZANUTO JUNIOR-.

89. EXIBICAO DE DOCUMENTO-835/2008-JOSE ROBERTO DELISE FIGUEIREDO x BANCO DO BRASIL S/A- 1. Defiro o pedido de fls. 88. Arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias. 2. Intimem-se. -Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS e CLAUDIOMIRO PRIOR-.

90. MEDIDA CAUTELAR SUSTAÇÃO PROT-966/2008-(apenso aos autos 86/2006)-CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO PARANA x GABRIEL HENRIQUE REHME DOS SANTOS e outro- Defiro o requerimento de fls. 162/163 e suspendo o curso do feito até o cumprimento total do acordo, em 11 de janeiro de 2012. Após, manifestem-se as partes, independentemente de nova conclusão. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ALVARO CARNEIRO DE AZEVEDO e GRACIELA I. MARINS-.

91. DECLARATORIA-1107/2008-CLAIR MAIA x BANCO DO BRASIL S/A- 1. Defiro o pedido de fls. 105. Intime-se a parte requerida para que, no prazo de dez dias, junte aos autos a via original dos documentos de fls. 93/100. 2. Intimem-se. -Advs. ANTONIO AUGUSTO CASTANHEIRA NEIA, FABIANO KRAUSE DE FREITAS e ROSANA CHRISTINE HASSE CARDOZO-.

92. MONITORIA-1137/2008-ROMA IMOVEIS S/C LTDA x MATILDE DANIELA LUZ-Face a resposta ao(s) oficio(s), em cinco dias, manifeste-se o requerente. Intimem-se. -Adv. JOAO ANTONIO CARRANO MARQUES-.

93. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL ORD-1300/2008-CARLOS ALBERTO DO PRADO TABORDA x AYMORÉ CRÉDITO FINACIAMENTO E INVESTIMENTO S/A- Presentes os pressupostos recursais de admissibilidade, recebo o recurso de apelação de fls. 236/242, somente no efeito devolutivo, em razão do disposto no art. 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. Intime-se a parte apelada para apresentação de contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Certifique-se,

conforme disposição do Código de Normas (item 5.12.5). Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com homenagens de estilo Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. GELSON BARBIERI, VALERIA CARAMURU CICARELLI e ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

94. INDENIZACAO-1305/2008-(apenso aos autos 1327/2002)-DATASUL COMPUTADORES LTDA x IBM BRASIL INDUSTRIA MAQUINAS SERVIÇOS LTDA- 1. Ciente da interposição do agravo retido de fls. 368-378,, declinando desde já a manutenção da decisão atacada, pelos seus próprios fundamentos. 2. Intime-se a parte agravada para, querendo, contraminutar, no prazo de 10 (dez) dias. 3. Averbe-se a interposição do referido Agravo na autuação, (CN, 5.2.5, III). 4. No mais, considerando o teor da petição de fls. 379, concedo a reabertura de prazo à autora, o qual será comum ao do item 2, uma vez que a parte agravada é também a autora. 5. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. LUCIANO CHIZINI E CHEMIN, ALTIVO JOSE SENINSKI e JULINE ZANCANARO-.

95. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-1314/2008-BANCO PAULISTA S/A x MARCOS DE OLIVEIRA- Defiro o requerimento de fls. 59 e suspendo o curso do feito pelo prazo de 30 (trinta) dias. Após, manifeste-se a parte requerente independentemente de nova conclusão. Intimem-se. -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA-.

96. ORDINÁRIA REVISÃO CONTRATUAL-1484/2008-FRANCISCO MIGUEL STROPARO FILHO x BANCO SAFRA S/A- Quanto aos honorários do perito; o autor antecipa-os, e cobra do réu, posteriormente, se procedente a ação (STJ RESp 142.624/SP, Rel. Min. Ari Pargendler, Terceira Turma, julgado em 19.04.2001, DJ 04.06.2001 p. 167). O art. 463 do CPC ao dispor que o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional ao publicar a sentença de mérito, traz incito o principio da inalterabilidade da sentença. O encerramento do ofício jurisdicional, todavia, limita-se às questões que interferem diretamente no deslinde da causa. Não há preclusão à atuação jurisdicional que resolve questão pendente pertinente à remuneração de perito judicial, visto que, este como auxiliar da Justiça, tem direito a ser remunerado condignamente. Assim sendo, não viola o art. 463 a decisão que após a prolação da sentença, complementa os honorários do perito para fixá-la em definitivo e a maior nos termos em que foram previamente deferidos" (STJ REsp 101.915/SP, Rel. Ministra Nancu Andrighi, Segunda Turma, julgado em 18.04.2000, DJ 22.05.2000 p. 91). Nesta esteira, é de se atribuir o ônus do pagamento dos honorários do perito ao autor da ação, ainda que este tenha sido o vencedor da lide. A situação que ora se instaura é excepcional, pois ainda que não tenha o autor sucumbido, deverá ele adiantar tais custas, que então poderão ser cobradas do réu. Justifica-se o entendimento pelo fato de que o perito atua com zelo em seu dever profissional, possibilitando ao apelado a obtenção do seu direito, que então deverá arcar com esse ônus processual para depois poder exigir o ressarcimento de quem sucumbiu na demanda. Portanto, indefiro o requerimento de fls. 140, devendo o autor promover o depósito dos honorários periciais no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. MARCOS ANTONIO DE QUEIROZ e CRYSTIANE LINHARES-.

97. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-1550/2008-BANCO BMG S/A x MARIA INES ZEMOG-Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$9,40, referentes a expediçao de ofício. Intime-se. -Advs. MIEKO ITO e ERIKA HIKISHIMA FRAGA-.

98. EXECUCAO ENTREGA COISA CERTA-1567/2008-JOALHERIA E OTICAS BACACHERI LTDA x DEBORA BRAZAO DOS SANTOS-Face a resposta ao(s) oficio(s), em cinco dias, manifeste-se o exequente. Intimem-se. -Adv. SERGIO DAL LIN-.

99. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-1740/2008-BV FINANCEIRA S/A x NELSON LUIS GONÇALVES DE FREITAS- Presentes os pressupostos recursais de admissibilidade, recebo o recurso de apelação de fls. 100/119 em seu duplo efeito. Intime-se a parte apelada para apresentação de contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Certifique-se, conforme disposição do Código de Normas (item 5.12.5). Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com homenagens de estilo. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

100. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-1851/2008-BANCO BMG S/A x EURIPEDES ANDREUS-Diga a parte autora quanto a continuidade do presente feito. Intimem-se. -Advs. MIEKO ITO e ERIKA HIKISHIMA FRAGA-.

101. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1868/2008-JANDIR SORATO x JAIR DUARTE BARBOSA- Haja visto o tempo transcorrido e as diversas tentativas frustradas de citação do réu, cite-se-o, por edital. Ressalta-se, ainda, que incumbe à parte autora providenciar o integral cumprimento do disposto no artigo 232 do CPC. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. VALDEMAR BERNARDO JORGE-.

102. ORDINÁRIA REVISÃO CONTRATUAL-493/2009-MLM TRANSPORTES LTDA x BANCO DO BRASIL S/A- 1. Mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos, para o fim de que seja apreciado, oportunamente, sendo o caso, pelo E. Tribunal de Justiça, no eventual recurso de apelação. Certifique-se, oportunamente, consoante Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. 2. Sobre a desistência da prova pericial contábil, manifeste-se a parte ré em cinco dias. 3. Intimem-se. -Advs. MARCOS WENGERKIEWICZ e MARIA AMELIA CASSIANA M. VIANNA-.

103. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-595/2009-BANCO ITAUCARD S/A x ARACI DOS SANTOS DE OLIVEIRA- 1. Primeiramente, intime-se a parte autora para que, no prazo de cinco dias, firme a folha de rosto do recurso de apelação interposto. 2. Presentes os pressupostos recursais de admissibilidade, recebo a apelação de fls. 103/106, em seu duplo efeito. 3. Deixo de intimar a parte ré para apresentação de contrarrazões, tendo em vista a ausência de citação nos presentes autos. 4. Certifique-se, conforme disposição do Código de Normas (item 5.12.5). 5. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens de estilo. 6. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. JANAINA GIOZZA AVILA, GUSTAVO SALDANHA SUCHY e VIRGINIA NEUSA COSTA MAZZUCCO-.

104. DECLARATORIA-881/2009-GILSON MENEGON x ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NÃO-PADRONIZADOS- 1. Ciente da interposição do agravo retido de fls. 240/285. 2. Intime-se a parte agravada para contra-minutar (CPC, art. 523, parágrafo § 2º), no prazo de 10 dias e venham para eventual juízo de retratação. 3. Intimem-se. -Advs. SANDRO PINHEIRO DE CAMPOS e JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO-.

105. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1092/2009-BANCO ITAU S/A x THE AUTOMATIC MASTER IM EXP DE PRODUTOS LTDA e outros- 1. Inicialmente, cumpre observar que este Juízo não dispõe do sistema de restrições judiciais online - Renajud, não havendo a possibilidade de realização da diligência pleiteada através do referido sistema. 2. Sendo assim, determino que se oficie ao Detran/PR, para fins de proceder as anotações necessárias acerca da presente ação eo bloqueio administrativo do veículo, impedindo-se assim a sua transferência a terceiros. 3. Outrossirn, defiro o requerimento de fls. 94, com o que determino a expedição de ofício à Receita Federal, a fim de que esta encaminhe a esse Juizo as três últimas declarações de imposto de renda da devedora. 4. A fim de garantir o sigilo fiscal da devedora, determino que a resposta do ofício seja arquivada ern pasta própria, no Cartório, ficando à disponibilidade das partes para consulta, pelo prazo de três meses. Decorrido o prazo retto, determino a inutilização das declarações de IR através de fragmentação (Portaria 01/2011 deste Juízo). Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$9,40, referentes a expedição de ofício. Intime-se. -Advs. EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, TERESA C. ARRUDA ALVIM WAMBIER e RITA DE CASSIA CORREA VASCONCELOS-.

106. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-1113/2009-BV FINANCEIRA S/A x ISABEL CRISTINA S A CARDOSO- 1. Considerando o teor da petição de fls. 66-67, defiro o pedido de substituição do pólo ativo da demanda, passando a constar como parte autora Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não-padronizados PCG Brasil Multicarteira. 2. Procedam-se as retificações e comunicações necessárias. 3. Promova a parte autora o prosseguimento do feito. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. SERGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.

107. MED CAUT SUSTAÇÃO DE PROTESTO-1643/2009-SCHULTZ LON TURISMO LTDA x EMILIANO EMPREEND E PARTIC HOTELEIRAS SOC LTDA- 1. Visando pôr fim ao litígio e considerando a Resolução 17/2010, do Egrégio Tribunal de Justiça, cumulando com os incisos II e IV, do artigo 125 do Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 27/10/2011 as 15h45min, a ser realizada no Núcleo de Conciliação do Fórum Cível de Curitiba, situado no 2º andar. Ficam os advogados intimados via Diário de Justiça, para comparecerem ao ato, bem como, para facilitar a composição, deverão vir acompanhados das respectivas partes. 2. Intimem-se. -Advs. GERMANO ALBERTO DRESCH FILHO, MAURICIO CARLOS BANDEIRA SEDOR, ALIDA MARIANA VAN DER LAARS e CLAUDIA HELENA STIVAL-.

108. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-1665/2009-VOLKSWAGEN LEASING S/A ARREND MERCANTIL x JEFFERSON BILLARBA- 1. Converto o feito em diligência. 2. Considerando que há notícia da existência de uma ação revisional envolvendo as mesmas partes deste processo, a qual está em trâmite junto à 16ª Vara Cível desta Comarca. 3. Diante disso, oficie-se com urgência, por meio de mensageiro, à referida Vara, solicitando informações de quando ocorreu o despacho positivo na ação revisional de nº 1625/2009, bem como se já teve decisão final. 4. Com a resposta, voltem para análise de possível conexão. 5. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. MARILI DA LUZ RIBEIRO TABORDA e ALCEU GIESE-.

109. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-1783/2009-BV FINANCEIRA S/A x EDERSON FERNANDO VIEIRA- 1. Considerando o teor da petição de fls. 68-69, defiro o pedido de substituição do pólo ativo da demanda, passando a constar como parte autora Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não-padronizados PCG Brasil Multicarteira. 2. Procedam-se as retificações e comunicações necessárias. 3. Promova a parte autora o prosseguimento do feito. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. SERGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.

110. RESCISAO CONTRATUAL-2109/2009-CONSTRUTORA ITAU LTDA x PERITUS ECONOMIA E SISTEMAS LTDA-Ficam as partes devidamente intimadas para, em cinco dias, manifestarem-se sobre a proposta de honorarios do(a) Expert, e, em caso de concordancia, no mesmo prazo depositem a parte que lhes cabe. Intimem-se. -Advs. RICARDO GIOVANNETTI, CAROLINA LUIZA LOYOLA, IGOR ANTONIO ARAÚJO e MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY-.

111. IMISSAO DE POSSE-0002471-19.2010.8.16.0001-RAFAEL FIORESE x FABIO DE OLIVEIRA SABINO e outro- 1. Intime-se pessoahnente a parte ré, no endereço de fls. 71, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do débito, ou seja, R$ 10.752,70 (dez mil, setecentos e cinqüenta e dois reais e setenta centavos), sob pena de aplicação de muita de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação atualizado, bem como de expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do artigo 475-J do Código de Processo Civil. 2. Em havendo impugnação ao cumprimento de sentença (artigo 475 ), § 1° do CPC), adiantadas as custasi pelo devedor, manifeste-se o credor em 5 (cinco) dias. 3. Em caso negativo ou após manifestação do credor, voltem os autos conclusos. 4. Outrossim. diante do requerimento de fls. 71, fique avisado o Sr. Oficial de Justiça para que, no ato da intimação dos requeridos, registre em sua certidão os dados completos dos mesmos, ou seja, RG e CPF. 5. Fica o(a) requerente devidamente intimado(a) para que, em cinco dias, deposite as custas no valor de R$49,50, relativas as diligencias do Sr. Oficial de Justiça, para o devido cumprimento do mandado. Intimem-se. (Banco: CEF/Agência:3984/Conta:8450-4) -Advs. MARCIA TERESINHA SECCHI PEREIRA e EDSON JOSE MONTEIRO KLETLINGUER-.

112. RESOLUCAO DE CONTRATO-0002858-34.2010.8.16.0001-CETEFE CENTRO DE TREINAMENTEO E FORMAÇAO x ESFERA INFORMATICA LTDA- 1. Compulsando os autos, verifico que até o presente momento, as custas processuais devidas em relação à reconvenção de fls. 70-75, não foram recolhidas. 2. Assim, antes de mais, intime-se a parte reconvinte/requerida, para que, no prazo de 10 (dez) dias, promova o devido recolhimento das custas processuais. 3. Pagas as custas, proceda a Escrivania as comunicações e anotações que se fizerem necessárias. 4. Após, voltem para saneamento. 5. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ISAC CHEDID SAUD, ALEXANDRA MINUSCOLI CHEDID, SERGIO HENRIQUE TEDESCHI e ROBSON O. PADILHA-.

113. REVISIONAL DE CONTRATO ORD-0004551-53.2010.8.16.0001-(apenso aos autos 1092/2009)-THE AUTOMATIC MASTER IM EXP DE PRODUTOS LTDA e outros x BANCO ITAU S/A- Trata-se de ação revisional de contrato, proposta por The Automatic Máster Import. Export. De Produtos Manufaturados e outros em face de Banco Itaú S/A. A requerente em sua petição inicial, requereu a inversão do ônus da prova por se aplicar ao caso o Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista que as partes se encaixam nos conceitos de consumidor e fornecedor dados pela legislação citada, bem como por se tratar de contrato de adesão. Partindo do entendimento já pacificado de que o CDC se aplica ao caso ora sob comento, não só por se tratar de relação tipicamente de consumo, mas por expressa disposição legal, consoante o art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.078/90, tem-se que, com efeito, pode-se admitir a inversão ao ônus da prova preconizada no referido codex. Observa-se que o inciso VIII do art. 6º (CDC) expressa que a inversão do ônus da prova será admitida a critério do Juiz quando for verossímil a alegação do consumidor ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência. A verossimilhança somente se configurará quando as circunstâncias demonstrarem "uma probabilidade muito grande" que sejam verdadeiras as alegações do consumidor. Assim, desde que o Juiz, utilizando-se das máximas de experiência, entenda como verossímeis as afirmações do consumidor, poderá inverter o ônus da prova. No caso em apreço, a postulação jurídica é amplamente justificada, porque o consumidor, pôr se tratar de pessoa física, não dispõe de todas as informações necessárias à defesa de seus direitos. De fato, há de se reconhecer a hipossuficiência técnica da parte consumidora. "De acordo com o Código do Consumidor, entretanto, desde que o juiz, utilizando-se das máximas de experiência, entenda como verossímeis as afirmações do consumidor, poderá inverter o ônus da prova. Esta inversão significa que caberá ao réu (fornecedor) produzir o conjunto probatório que afaste as alegações do autor (consumidor), mesmo que este não tenha apresentado provas acerca de suas alegações. (ALVIM, Arruda et alli. Código do Consumidor Comentado. Vol. 8, 2ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, pág. 68/70)". Cecília Matos, citada na obra Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, organizada por Ada Pelegrini Grinover et alli (Forense Universitária, 6ª ed., 1999, pág. 129/130), comenta que: "... a Lei nº 8.078/90 prevê a facilitação da defesa do consumidor através da inversão do ônus da prova, adequando-se o processo à universalidade da jurisdição, na medida em que o modelo tradicional mostrou-se inadequado às sociedades de massa, obstando o acesso à ordem jurídica efetiva e justa". Ainda argumenta a doutrinadora que: "A inversão do ônus da prova é direito de facilitação da defesa e não pode ser determinada senão após o oferecimento e valoração da prova, se e quando o julgador estiver em dúvida". Assim, defiro o pedido formulado, invertendo o ônus da prova para que fique a parte ré consciente que está com essa responsabilidade. Intime-se a parte ré para que informe se, em razão da inversão do ônus, pretende a produção de provas. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ADRIANA MORO CONQUE, PATRICIA VAILATI, CESAR AUGUSTO BROTTO, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, TERESA ARRUDA ALVIM WANBIER e LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.

114. EMBARGOS À EXECUÇÃO CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO-0004552-38.2010.8.16.0001-(apenso ao autos 1092/2009)-THE AUTOMATIC MASTER IM EXP DE PRODUTOS LTDA e outros x BANCO ITAU S/A- Diante do comparecimento expontâneo da parte embargada às fls. 223/265, dou a mesma por citada. Intime-se o embargante para, querendo, apresentar resposta à impugnação de fls. 223/265, no prazo de 15 (quinze) dias. Anote-se fls. 265. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. CESAR AUGUSTO BROTTO, PATRICIA VAILATI, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS e FABRICIO KAVA-.

115. MED CAUT EXIBICAO DOCUMENTO-0005182-94.2010.8.16.0001-TEREZINHA DA SILVA GREGORIO e outro x BRASIL TELECOM S/A e outro- Compulsando os autos, verifico que a segunda requerida, Brasil Telecom Participações, ainda não foi citada, não havendo resposta à carta de citação de fls. 97. Assim, intime-se o autor para se manifestar acerca da ausência de citação da segunda requerida. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. JOSE ARI MATOS, ANA TEREZA PALHARES BASÍLIO e JOAQUIM MIRO-.

116. DEPOSITO-0008461-88.2010.8.16.0001-AYMORÉ CRÉDITO FINACIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x RODRIGO ZIMOVSRI BRASIL-Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$9,40, referentes a expediçao de citaçao. Intime-se. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

117. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0012091-55.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x EMERSON PLAEIR DA CRUZ E CIA LTDA e outro- 1. Cumpra-se o item "2" do despacho de fls. 54. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. ( 2. Desta forma, esgotado o prazo para manifestação do embargante nos autos em apenso, manifeste-se a parte exequente, dando regular prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias). -Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI e WILSON BENINI-.

118. REVISIONAL DE CONTRATO ORD-0019543-19.2010.8.16.0001-ANDRE LUIZ MOLLER x BANCO ITAU S/A- Mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos, para o fim de que seja apreciado, oportunamente, sendo o caso, pelo E. Tribunal de Justiça, no eventual recurso de apelação. Certifique-se, oportunamente, consoante Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Outrossim, diante da necessidade de cópia legível do contrato objeto da presente ação para análise deste Juízo, intime-se a parte ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, junte aos autos cópia do referido contrato. Após, cumprida a determinação acima, contados e preparados, voltem os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. PATRICIA MARIN DA ROCHA, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA e FERNANDO JOSE GASPAR-.

119. PRESTACAO DE CONTAS-0021357-66.2010.8.16.0001-GILBERTO MACHADO x BANCO ABN AMRO REAL S/A-Face o retorno da carta de citaçao negativa, em cinco dias, indique o atual endereço de ,BANCO ABN AMRO REAL S/A,. Intimem-se. -Adv. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI-.

120. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0022304-23.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x JANDIR CORREA DA SILVA- 1. Oficiem-se às empresas de telefonia (Tim, Vivo, Claro e OI), bem como à Copel e à Delegacia da Receita Federal,, requisitando informações acerca do endereço atualizado do requerido. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$56,40, referentes a expediçao de ofícios. Intime-se. -Adv. MURILO CELSO FERRI-.

121. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0022597-90.2010.8.16.0001-LACTICINIOS TIROL LTDA x PROENÇA E COLAÇO TRANSPORTES LTDA e outros- Defiro os requerimentos de fls. 99, a fim de que se expeça ofício ao Detran/PR, para fins de proceder as anotações acerca da existência da presente ação sobre os veículos descritos às fls. 99, a fim de impedir a transferência de propriedade. Ademais, oficie-se à BV Financeira e ao Banco Bradesco S/A a fim de que os mesmos forneçam as informações requeridas às fls. 99. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$28,20, referentes a expediçao de oficios. Intime-se. -Advs. ALCEU MACHADO FILHO e ALCEU MACHADO NETO-.

122. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0024206-11.2010.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x JOSE BATISTA LEMOS- 1. Defiro o pedido de fls. 46. Oficie-se ao Detran-Pr requisitando a baixa da restrição no histórico do veículo objeto da presente lide. 2. Após, quitadas eventuais custas remanescentes, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$9,40, referentes a expediçao de ofício. Intime-se. -Advs. GUSTAVO SALDANHA SUCHY e JANAINA GIOZZA AVILA-.

123. DESPEJO-0025091-25.2010.8.16.0001-NEIDE SOUZA MALINOSKI x MARTA PINHEIRO CHAGAS- 1. Indefiro o pedido de reconsideração do despacho de fls. 40, tendo em vista que o contrato, objeto da presente lide (fls. 07), foi assinado pelo Sr. Israel Pinheiro Chagas. 2. Concedo à autora o prazo de dez dias para o seu cumprimento. 3. Intimem-se. -Adv. JONATAS PIRKIEL-.

124. SUMÁRIA DE COBRANÇA-0025382-25.2010.8.16.0001-SERGIO MARTINS OLESKO e outros x HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO- Manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a resposta apresentada pelo réu. Dou os presentes por intimados. Intimem-se. -Advs. PAULO CESAR HOROCHOSKI e IZABELA CRISTINA RUCKER CURI BERTONCELLO-.

125. REVISIONAL DE CONTRATO ORD-0025385-77.2010.8.16.0001-ANANIAS RODRIGUES DA SILVA x BANCO DAYCOVAL S/A- 1. Trata-se de ação revisional de contrato proposta por Ananias Rodrigues da Silva em face de Banco Daycoval S/A. As partes estão devidamente representadas e não há possibilidade de conciliação, razão pela qual passo a sanear o feito. 2. Não há preliminares para serem analisadas, motivo pelo qual dou por saneado o feito. 3. O autor requereu a inversão do ônus da prova. Partindo do entendimento já pacificado de que o CDC se aplica ao caso ora sob comento, não só por se tratar de relação tipicamente de consumo, mas por expressa disposição legal, consoante o art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.078/90, tem-se que, com efeito, pode-se admitir a inversão ao ônus da prova preconizada no referido codex. 4. Observa-se que o inciso VIII do art. 6º (CDC) expressa que a inversão do ônus da prova será admitida a critério do Juiz quando for verossímil a alegação do consumidor ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência. 5. É evidente, pois, que não será em qualquer caso que tal se dará, pois a admissão de dita regra dependerá dos pressupostos supra referidos, a critério do Juiz. 6. A verossimilhança somente se configurará quando as circunstâncias demonstrarem "uma probabilidade muito grande" que sejam verdadeiras as alegações do consumidor. Assim, desde que o Juiz, utilizando-se das máximas de experiência, entenda como verossímeis as afirmações do consumidor, poderá inverter o ônus da prova. 7. A vista do contido na exordial, vê-se que se questiona relação de consumo consubstanciada na contratação de cartão de crédito. 8. Ademais, a situação verificada está entre aquelas nas quais o consumidor tem que provar dados constantes em documentos que estão em poder do prestador de serviço. Na hipótese presente é nítida a impossibilidade do consumidor em ter acesso a documentos sob o poder exclusivo do prestador de serviço, e o mais importante: é o fornecedor que detém todos os meios de demonstrar que as alegações do consumidor não são verdadeiras. 9. Cecília Matos, citada na obra Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, organizada por Ada Pelegrini Grinover et alli (Forense Universitária, 6ª ed., 1999, pág. 129/130), comenta que: "A inversão do ônus da prova é direito de facilitação da defesa e não pode ser determinada senão após o oferecimento e valoração da prova, se e quando o julgador estiver em dúvida". 10. No caso em apreço, a postulação jurídica é amplamente justificada, porque o consumidor não dispõe de todas as informações necessárias à defesa de seus direitos. De fato, há de se reconhecer a hipossuficiência técnica da parte consumidora. 11. Assim, defiro o pedido formulado, invertendo o ônus da prova para que fique a parte ré consciente que está com essa responsabilidade. 12. Considerando a inversão do ônus da prova, intime-se a parte ré para que informe se pretende a produção

de alguma prova, em cinco dias. 13. Intimem-se. -Advs. AMANDA VACCARI e CAROLINA HEINZ HAACK-.

126. EMBARGOS À EXECUÇÃO CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO-0027943-22.2010.8.16.0001-(apenso aos autos 534/2008)-SKT IND E COM LTDA x BANCO ITAU S/A- Intime-se o embargante para, querendo, apresentar resposta á impugnação de fls. 83/109 no prazo legal. Após, manifestem-se as partes sobre as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, apontando a necessidade e pertinência das que forem requeridas, sob pena de indeferimento. Tratando-se de discussão de direito disponível, em igual prazo, deverão dizer sobre a possibilidade de acordo, a fim de se verificar a viabilidade de designação de audiência prevista no artigo 331 do Código de Processo Civil. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ROBERTO ISER JUNIOR, LEONEL TREVISAN JUNIOR, FATIMA DENISE FABRIN e ROMULO VINICIUS FINATO-.

127. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0030468-74.2010.8.16.0001-BANCO DO BRASIL S/A x RH FRANQUIA ASSESSORIA EM RECURSOS HUMANOS LTDA- Defiro o requerimento de fls. 92, com o que determino que se oficie a ré RH Franquia Assessoria em Recursos Humanos Ltda e Erico Graudin da Silva nos endereços apresentados às fls. 92. Quanto à citação da ré Neyde da Costa Roweder, expeça-se Carta Precatória à Comarca de Blumenau, para cumprimento do ato citatório no endereço trazido às fls. 93. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$18,80, referentes a expediçao de oficio e carta precatoria. Intime-se. -Adv. MARIA AMELIA CASSIANA M. VIANNA-.

128. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0034694-25.2010.8.16.0001-ROCA PARTICIPAÇOES LTDA x INCABEX IND DE MADEIRAS LTDA e outros- 1. Seguem em anexo os comprovantes de solicitação e resposta de bloqueio de valores junto ao Sistema BacenJud. Verifica-se do comprovante da resposta, que não foi realizado bloqueio de valores em conta de titularidade da parte executada. 2. Assim, manifeste-se a parte autora, dando regular prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. OSMAR NODARI, LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO e LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE-.

129. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇAO-0035991-67.2010.8.16.0001-JOCIANE BENCK x BANCO ITAUCARD S/A- Diante da informação contida na certidão de fls. 27 e considerando que a parte ré, apesar de regularmente citada, deixou de contestar a ação no prazo legal, decreto a revelia da requerida, o que faço com fulcro no art. 319 do CPC. Em razão do acima exposto, o feito comporta julgamento antecipado, conforme disposto no art. 330, inciso II, do Código de Processo Civil. Assim, contadas e preparadas eventuais custas remanescentes, registre-se para sentença e voltem os autos conclusos. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS-.

130. DECLARATORIA-0037100-19.2010.8.16.0001-JC COMERCIO DE ARTIGOS E MAQUINAS PARA ESCRITORIO x BANCO ITAU S/A- Ciente do agravo retido interposto às fls. 203/216. Intime-se a parte agravada para contra-minutar (CPC, art. 523, parágrafo § 2º), no prazo de 10 dias, e voltem para eventual juízo de retratação. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. VINICIUS FERRARI DE ANDRADE, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS-.

131. REVISONAL DE CONTRATO SUMÁRIA-0037472-65.2010.8.16.0001-FRANCISCA ALVES DE ALMEIDA x BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A- 1. Ciente do recurso de agravo de instrumento interposto pela parte autora, conforme cópia acostada às fls. 72-80. Mantenho a decisão agravada (fls. 68) por seus próprios fundamentos. 2. Oficie-se ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná comunicando a manutenção da decisão e o cumprimento pelo agravante do disposto no artigo 526 do Código de Processo Civil. 3. Defiro à parte ré o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para exibir nos autos os contratos 450947386 e 450947394, solicitados pela parte autora na exordial, sob as penas do art. 359 do Código de Processo Civil. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. IVONE PAVATO BATISTA, JULIANA MICHELE DE ASSUNÇÃO e GUILHERME ASSAD DE LARA-.

132. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0038137-81.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x MARCIA MACHADO BUENO-Face a certidao negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se o(a) exequente. Intimem-se. -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

133. REVISONAL DE CONTRATO C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/ TUTELA ANTECIPADA ORD-0038765-70.2010.8.16.0001-WAGNER PEREIRA DA SILVA x BV FINANCEIRA S/A- Esclareça a parte ré o petitório de fls. 147, tendo em vista que não há valores depositados nos presentes autos passíveis de levantamento. Outrossim, manifestem-se as partes sobre as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, apontando a necessidade e pertinência das que forem requeridas, sob pena de indeferimento. Tratando-se de discussão de direito disponível, em igual prazo, deverão dizer sobre a possibilidade de acordo, a fim de se verificar a viabilidade de designação de audiência prevista no artigo 331 do Código de Processo Civil. Intimem-se. -Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e FLAVIO PENTEADO GEROMINI-.

134. REPETICAO DE INDEBITO-0039216-95.2010.8.16.0001-SILVINO OLIANI x BANCO FINASA S/A- 1.Concedo o derradeiro prazo de 30 (trinta) dias, para que o banco réu apresente o contrato objeto dessa demanda, sob pena de aplicação do disposto no artigo 359, inciso I do Código de Processo Civil. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ANGELA MARIA MARCELO e NEWTON DORNELES SARATT-.

135. OBRIGAÇÃO DE FAZER ORDINÁRIA-0043093-43.2010.8.16.0001-MIRIAM BURATTO GUESSER x UNIMED CURITIBA e outro- 1. Manifestem-se as partes sobre as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, apontando a necessidade e pertinência das que forem requeridas, sob pena de indeferimento. 2. Em igual prazo, deverão dizer sobre a possibilidade de acordo, a fim de verificar a viabilidade de designação da audiência prevista no artigo 331, CPC 3. Intimem-se. -Advs. HANELORE MORBIS OZORIO, EDUARDO BATISTEL RAMOS, LIZETE RODRIGUES FEITOSA e FABIO SILVEIRA ROCHA-.

136. RESTITUICAO-0043655-52.2010.8.16.0001-SUPLEMA MGA CORRETORA DE SEGUROS LTDA x BANCO BRADESCO S/A e outros- 1. Trata-se de ação de indenização por perdas e danos proposta por Suplema Corretora de Seguros LTDA em face de Banco Bradesco S/A, Bradesco Vida e Previdência e Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros. 2. As partes se encontram devidamente representadas, não há possibilidade concreta de acordo nos autos, razão pela qual passo a sanear o feito. 3. Os réus Bradesco Vida e Previdência e Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentaram contestação nas fls. 965/986 e o réu Banco Bradesco S/A apresentou contestação nas fls. 1068/1106 arguindo em preliminar a exstência de litispendência com a ação de indenização por lucros cessantes em que a parte autora visa a indenização das comissões pelos negócios de venda de seus produtos de seguros. 4. Afasto a alegação de litispendência uma vez que na ação de indenização sob o nº. 7232/2010 a autora visa a condenação das rés ao pagamento de indenização decorrentes da violação da cláusula de exclusividade e pela resolução unilateral e nos presentes autos os estornos das comissões que alega terem sido retidas pelos réus com a consequente indenização por danos decorrentes do referido ato, havendo, portanto, causa de pedir distintas, não havendo o que se falar em litispendência. 5. Arguiram ainda em prejudicial de mérito a ocorrência da prescrição trienal prevista no artigo 206, § 3º do Código Civil, mencionando que a ação foi ajuizada em 26/07/2010 estando prescrita as operações de corretagem realizadas anteriormente à data de 26/07/2007, bem como menciona a prescrição da pretensão de estornos de comissão anteriores ao atual Código Civil. Mencionam ainda a prescrição quinquenal. 6. Analisando a petição inicial é possível aferir que a parte autora pretende a condenação das rés em "indenização por por ato ilícito decorrentes dos estornos das comissões indevidamente retidas pelos réus". 7. Considerando que a presente lide versa sobre o pleito de reparação civil aplica-se ao caso o previsto no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil. 8. Denote-se que a notificação acerca da resilição do contrato firmado entre as partes se deu em 06 de agosto de 2009, fls. 430/431, não havendo o que se falar em prescrição, pois o ato que resultou os alegados danos a autora se deu em agosto de 2009 e a ação foi ajuizada em julho de 2010, ou seja, em tempo inferior aos três anos previstos no artigo 206 do Código Civil. 9. Observe-se que não há cabimento à aplicação do artigo 206, § 5º do Código Civil, uma vez que não se trata de nenhuma das hipóteses do referido artigo. Não é caso de pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato; não é caso de pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo e não é caso de pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular, uma vez que a referida indenização ainda é ilíquida. 10. O réu Banco Bradesco S/A arguiu ainda em preliminar a inépcia da petição inicial fundamentando que não há a possibilidade de pleitear perdas e danos pois caberia apenas o ajuizamento de ação de cobrança de comissões não pagas. Mencionou ainda que a petição inicial é genérica e não atende ao princípio da substanciação. 11. Pois bem. Tem-se uma inicial inepta quando incapaz de transmitir os fundamentos jurídicos do pedido e quando dos fatos expostos não se vinculam as conseqüências jurídicas, que constituem o fundo do petitório, o que não é o caso dos autos. A petição atacada contém todos os elementos essenciais à formação do substrato mínimo, suficiente à efetiva instauração do contraditório e para a formulação da norma jurídica concreta aplicável ao caso, não sendo dessa forma inepta. 12. Ademais, o eventual direito a restituição de valores ou a indenização por perdas e danos é a própria matéria do mérito e somente será analisada em sentença que versará sobre a procedência ou improcedência da ação, motivo pelo qual afasto a preliminar arguida. 13. Ademais, a relação relativa às comissões de corretagem é de prestação sucessiva e contínua não sendo possível aferir efetivamente o termo para a incidência da prescrição, motivo pelo qual afasto a arguição. 14. A prova documental já produzida nos autos se mostra suficiente para o convencimento deste Juízo, uma vez que pela simples leitura do contrato celebrado entre as partes, cuja cópia foi acostada ao caderno processual, e dos demais documentos, é possível concluir pela procedência ou não do pedido do autor. 15. Ademais, a matéria ora discutida é essencialmente de direito. 16. Assim, indefiro a produção de todas as provas requeridas, porque em nada contribuirão para dirimir a lide, mas, ao contrário, provocarão a procrastinação do feito e o dispêndio de dinheiro, tempo e energia desnecessários. 17. Advirte-se, desde já, que o indeferimento de prova inútil não gera cerceamento de defesa: APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRATIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO PELA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ/DF COM CONSÓRCIO DE EMPRESAS - PENDÊNCIAS EXISTENTES - EMBARGOS DO DEVEDOR OPOSTOS PELAS EMPRESAS CONSORCIADAS EM EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES ANTE A DESISTÊNCIA PELA EXEQUENTE DE ALGUNS DOS PEDIDOS DA INICIAL - INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DE UMA DAS EMPRESAS NÃO RECONHECIDA - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO, LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL - INOPONIBILIDADE NA HIPÓTESE DA EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO - RECURSO IMPROVIDO. 1. O magistrado deve se valer da persuasão racional para valorar provas imprescindíveis à prestação jurisdicional e para dispensar a realização de provas desnecessárias, inúteis e protelatórias, sem que isto importe em cerceamento de defesa. (...)." (TJDF. 20030110776549APC, 1a T. Cível, Rel. Des. NATANAEL CAETANO. Acórdão No 225.832. Data do Julgamento 22/08/2005). 18. O feito comporta julgamento antecipado na forma do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. 19. Contados e preparados, registrem-se os autos para sentença e venham conclusos. 20. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. PAULO AUGUSTO DO NASCIMENTO SCHON, EDUARDO ALBERTO

MARQUES VIRMOND, JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO e MARLUCIO LEDO VIEIRA-.

137. PRESTACAO DE CONTAS-0044033-08.2010.8.16.0001-MARLENE GARCIA MARIANO x BANCO SANTANDER BRASIL S/A- O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, em conformidade com o artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, eis que trata de matéria de direito e não são necessárias outras provas para a decisão da lide. Registre-se o feito para sentença. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. ARNALDO DE OLIVEIRA JUNIOR, GIOVANNA MARTINEZ RÉ e BLAS GOMM FILHO-.

138. SUMÁRIA DE COBRANÇA-0044458-35.2010.8.16.0001-VALDELIDIO CLAUDINO DA SILVA e outros x CENTAURO SEGURADORAS S/A- 1. Ciente da decisão de fls. 152/157. 2. O feito comporta julgamento antecipado, na forma do art. 330, I do Código de Processo Civil, já que não prescinde da produção de provas. 3. Intimem-se. -Advs. RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

139. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0046529-10.2010.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x HENRIQUE LOPES E CIA LTDA e outro - Expeça-se ofício à Receita Federal, para que esta forneça cópia da última declaração de Imposto de Renda dos executados, conforme requerido às fls. 40. A fim de garantir o sigilo fiscal dos devedores, determino que a resposta do ofício seja arquivada em pasta própria, no Cartório, ficando a disponibilidade apenas das partes e de seus procuradores para consulta, pelo prazo de três meses. Decorrido o prazo retro, determino a inutilização das declarações de IR através da fragmentação (Portaria 01/2011 deste Juízo). Intimem-se. Diligências necessárias. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$9,40, referentes a expediçao de ofício. Intime-se. -Adv. GASTAO FERNANDO PAES DE BARROS JUNIOR-.

140. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0049382-89.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x ALBERTO MARCELO PEDRO- 1. Mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos, para o fim de que seja apreciado, oportunamente, sendo o caso, pelo E. Tribunal de Justiça, no eventual recurso de apelação. Certifique-se, oportunamente, consoante Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. 2. Registrem-se os autos para sentença. 3. Intimem-se. -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER, ANDRE LUIS GASPAR e ARIVALDIR GASPAR-.

141. EMBARGOS À EXECUÇÃO CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO-0053572-95.2010.8.16.0001-(apenso aos autos 12091/2010)-EMERSON PLAEIR DA CRUZ E CIA LTDA e outro x BANCO SANTANDER BRASIL S/A- 1. Trata-se de ação de revisão de cláusulas contratuais ajuizada por Emerson Plaeir da Cruz e Cia LTDA e Outro em face da Banco Santander (Brasil) S/A. 2. As partes estão representadas, não havendo possibilidade concreta de acordo nos autos. Sendo assim, passo a sanear o feito. 3. O embargado apresentou impugnação às fls. 109/127, alegando em preliminar a impossibilidade da revisão das cláusulas contratuais por meio de embargos à execução. 4. Afasto a preliminar arguida, tendo em vista que é possível a revisão de cláusulas contratuais também em sede de embargos do devedor. Neste Sentido: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE CONTRATOS EXTINTOS. POSSIBILIDADE, INCLUSIVE EM SEDE DE EMBARGOS DE DEVEDOR. I.- Os contratos bancários são passíveis de revisão judicial, ainda que tenham sido objeto de novação, pois não se pode validar obrigações nulas (Súmula 286 desta Corte). II.- É possível a revisão de toda a relação contratual inclusive em sede de embargos do devedor. Precedentes. Agravo improvido. 286 (877647 RS 2006/0180983-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 26/05/2009, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/06/2009) 5. Arguiu ainda em preliminar a inaplicabilidade da teoria da imprevisão. 6. Denote-se que a aplicação da teoria da imprevisão se confunde com o próprio mérito da ação se tornando, portanto impossível a sua análise no sanemanto do feito, motivo pelo qual afasto a preliminar arguida. 7. Pois bem. A relação havida entre as partes é consumerista, haja vista que tanto a parte autora quanto a parte requerida preenchem os requisitos previstos nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor para conceituação de "consumidor" e de "fornecedor", respectivamente. Aplica-se ao caso o Código de Defesa do Consumidor, conforme bem asseverou o requerente na petição inicial. 8. A aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às instituições bancárias é questão pacífica nos Tribunais. No artigo 3º, § 2º, daquele Diploma Legal está previsto: "serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista". Daí já ter decidido o Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "os Bancos, como prestadores de serviços especialmente contemplados no art. 3º, parágrafo segundo, estão submetidos às disposições do Código de Defesa do Consumidor" (4ª Turma, REsp. nº 57.974/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. em 25.04.95), tratando-se as disposições de normas de natureza pública e aplicação cogente. Neste sentido: "DIREITO COMERCIAL E ECONÔMICO. RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CDC. APLICABILIDADE. JUROS. LIMITAÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL. CAPITALIZAÇÃO. A atividade bancária de conceder financiamento e obter garantia mediante alienação fiduciária sujeita-se às normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor, no que couber, convivendo este estatuto harmoniosamente com a disciplina do Decreto-Lei nº 911/69. (...)" (Recurso Especial nº 323986/RS (2001/0060353-9), 3ª Turma do STJ, Rel.ª Min.ª Nancy Andrighi, julgado em 28.08.2001). 9. O artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor prevê a possibilidade de inversão do ônus da prova desde que verificadas a verossimilhança do direito e a condição de hipossuficiência do demandante. 10. A hipossuficiência se observa quando ao consumidor, por qualquer razão, é muito custoso ou, de certa forma, impossível provar os fatos por si alegados, demonstrando a constituição de seus direitos. 11. Todavia, o fato de a parte autora ter juntado aos autos, espontaneamente, cópia do contrato objeto dessa demanda (fls. 51/65), demonstra ausência de hipossuficiência. 12. Assim, indefiro o requerimento de inversão do ônus da prova formulado pela parte requerente na exordial. 13. A prova documental já produzida nos autos se mostra suficiente para o convencimento deste Juízo, uma vez que pela simples leitura do contrato celebrado entre as partes, cuja cópia foi acostada ao caderno processual, e dos demais documentos, é possível concluir pela procedência ou não do pedido do autor. 14. Ademais, a matéria ora discutida é essencialmente de direito. 15. Assim, indefiro a produção de todas as provas requeridas, porque em nada contribuirão para dirimir a lide, mas, ao contrário, provocarão a procrastinação do feito e o dispêndio de dinheiro, tempo e energia desnecessários. 16. Adverte-se, desde já, que o indeferimento de prova inútil não gera cerceamento de defesa: APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRATIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO PELA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ/DF COM CONSÓRCIO DE EMPRESAS - PENDÊNCIAS EXISTENTES - EMBARGOS DO DEVEDOR OPOSTOS PELAS EMPRESAS CONSORCIADAS EM EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES ANTE A DESISTÊNCIA PELA EXEQUENTE DE ALGUNS DOS PEDIDOS DA INICIAL - INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DE UMA DAS EMPRESAS NÃO RECONHECIDA - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO, LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL - INOPONIBILIDADE NA HIPÓTESE DA EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO - RECURSO IMPROVIDO. 1. O magistrado deve se valer da persuasão racional para valorar provas imprescindíveis à prestação jurisdicional e para dispensar a realização de provas desnecessárias, inúteis e protelatórias, sem que isto importe em cerceamento de defesa. (...)." (TJDF. 20030110776549APC, 1a T. Cível, Rel. Des. NATANAEL CAETANO. Acórdão No 225.832. Data do Julgamento 22/08/2005). 17. O feito comporta julgamento antecipado na forma do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. 18. Contados e preparados, registrem-se os autos para sentença e venham conclusos. 19. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. WILSON BENINI e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.

142. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0053658-66.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x ANDERSON DE ASSIS DA COSTA- A petição de fls. 91/92 não condiz com o determinado pelo despacho de fls. 89. Assim, intime-se a parte autora para, querendo, em 05 (cinco) dias, apresentar proposta de acordo nos autos. Após, sendo apresentada a proposta, manifeste-se a parte requerida em 05 (cinco) dias. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, DANIELLE MADEIRA e THIALA CAVALARI-.

143. DECLARATORIA-0055226-20.2010.8.16.0001-RUY CARLOS BRAND x LUIZ KOMPATSCHER NETO e outro- 1. Diante da tentativa frustrada de citação do réu Kompatscher & Cia. Ltda., como certificado às fls. 114-v, e da ausência de tempo hábil para realização de nova diligência, redesigno a audiência de conciliação aprazada às fls. 89 para o dia 28/03/2012 as 13h. 2. Defiro a citação do réu Kompatscher & Cia. Ltda., na pessoa de uma de suas sócias residente no endereço informado às fls. 117, conforme lá requerido. Expeça-se o competente mandado. 3. Observe o Sr. Oficial de Justiça atuante no feito a vontade da parte autora de acompanhar a diligência, manifestada às fls. 117. 4. Às fls. 93-94 a parte autora reiterou o pedido de antecipação de tutela formulado na petição inicial, a fim de ser realizada a alteração do contrato social da sociedade empresária Kompatscher & Cia. Ltda. 5. Indefiro tal requerimento, tendo em vista que, como já exposto às fls. 79-81, não está comprovado nos autos, neste momento processual, a existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. A insatisfação da parte interessada frente a decisão proferida nos autos pode ser manifestada por meio dos recursos previstos em nosso ordenamento jurídico. 6. Face a certidao negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se o(a) requerente. Intimem-se.-Advs. CAROLINE INABA e BEATRIZ BIANCO MACHADO-.

144. EMBARGOS À EXECUÇÃO CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO-0055290-30.2010.8.16.0001-(apenso aos autos 34694/2010)-INCABEX INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA e outros x ROCA PARTICIPAÇOES LTDA- 1. Primeiramente, intime-se a parte embargante para que, no prazo de cinco dias, apresente proposta concreta de acordo. 2. Intimem-se. -Advs. LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE e OSMAR NODARI-.

145. DECLARATÓRIA DE NULIDADE CLÁUSULA CONTRATUAL C/C REEMBOLSO DE QUANTIA PAGA ORD-0057761-19.2010.8.16.0001-JOSÉ AUGUSTO KIRCHNER e outro x SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS DE CTBA- Ciencia do reu do retorno do oficio de fls. 194/202. Intime-se. -Advs. LUIZ FERNANDO DA ROSA PINTO e LIZETE RODRIGUES FEITOSA-.

146. REVISONAL DE CONTRATO BANCÁRIO C/PEDIDO LIMINAR ORD-0065473-60.2010.8.16.0001-VERA LUCIA NEUMANN x BANCO FINASA BMC S/A- 1. Diante da decisão que extinguiu o presente processo (fls. 131/135), arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias. 2. Intimem-se -Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN e MARIANE MACAREVICH-.

147. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0067747-94.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x IGREJA MISSÃO CARISMATICA INTERNACIONAL DO BRASIL e outro- 1. Segue em anexo o comprovante da resposta à solicitação de informações junto ao Sistema Bacen Jud, sobre o endereço da parte ré, a qual restou positiva em relação ao segundo réu. 2. Saliente-se que o CNPJ informado como sendo da empresa ré, apresentou-se inválido junto ao mencionado Sistema. 3. No mais, defiro a expedição de ofícios as empresas de Telefonia (TIM, CLARO, VIVO, BRASIL TELECOM, GVT e OI), bem como à Delegacia da Receita Federal e Copel, conforme requerimento de fls. 44-46, a fim de verificar o endereço da parte requerida. 4. Pagas as custas, expeçam-se os oficios, os quais deverão ser encaminhados pela parte interessada. 5. Com a resposta, manifeste-se a parte autora, em 10 (dez)

dias. 6. Intimem-se. -Advs. MURILO CELSO FERRI e PRISCILA FERNANDES DE MOURA-.

148. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0068020-73.2010.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x AMAZONAS JOSÉ AZEVEDO - EI e outro- 1. Defiro a realização de bloqueio on line de ativos financeiros porventura existentes em nome dos executados, por meio do sistema BACENJUD, até o limite do débito exequendo. 2. Seguem anexos comprovantes de solicitação de bloqueio e da resposta obtida. 3. Indefiro o requerimento de bloqueio de veículos de propriedade dos executados, tendo em vista que esta magistrada não se encontra cadastrada no sistema RENAJUD e que incumbe ao credor interessado informar nos autos os bens, devidamente qualificados, que pretende penhorar. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS-.

149. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS SUM-0068804-50.2010.8.16.0001-SONIA MARIA DE OLIVEIRA x ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO- 1. Manifestem-se as partes sobre as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, apontando a necessidade e pertinência das que forem requeridas, sob pena de indeferimento. 2. Em igual prazo, deverão dizer sobre a possibilidade de acordo, a fim de verificar a viabilidade de designação da audiência prevista no artigo 331, CPC 3. Intimem-se. -Advs. CLAUDINEI BELAFRONTE e JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO-.

150. SUMÁRIA DE COBRANÇA-0068984-66.2010.8.16.0001-EDIFICIO EDI RACHED x ANTONIO AILTO BREDA e outro- Defiro o requerimento de fls. 71 e suspendo o curso do feito pelo prazo de 90 (noventa) dias. Após, manifeste-se a parte requerente independentemente de nova conclusão. Intimem-se. -Adv. JEFERSON WEBER-.

151. EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0071046-79.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x ELISEU MOSCATELLI e outro- 1. Defiro o pedido de fls. 41, para determinar a suspensão do presente feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias. 2. Após, manifeste-se a parte autora, independente de nova intimação. 3. Intimem-se. -Adv. DANIELE DE BONA-.

152. INEXIGIBILIDADE DE DEBITO-0073086-34.2010.8.16.0001-RODRIGO MONTEIRO DA COSTA x MERIDIANO FIDC MULTISEGMENTOS- Antes de mais, intime-se o réu para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se acerca do pedido de desistência de fls. 118. Após, venham os autos conclusos para deliberações. Intimem-se. -Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS, CLAUDIA CARDOSO e JOSMAR GOMES DE ALMEIDA-.

153. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0001934-86.2011.8.16.0001-MIDAN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e outros x HESTIA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA e outro- 1. Primeiramente, sobre o petitório de fls. 845/846, manifeste-se a parte autora em cinco dias. 2. Intimem-se. -Advs. GUSTAVO MUSSI MILANI, MANIF ANTONIO TORRES JULIO e PAULA RENA BERALDO-.

154. DEPOSITO-0002218-94.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x JANETE FOGAÇO ZAVADNIAK- Ciencia a parte autora da certidao de fls. 53. Intime-se. -Adv. CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES-.

155. DECLARATORIA-0002762-82.2011.8.16.0001-AREIAL RIO BRANCO LTDA e outro x BANCO CNH CAPITAL S/A e outro- 1. Intime-se o réu para dar cumprimento ao determinado no item n. "10" do despacho de fls. 536/537, no prazo de 05 (cinco) dias. 2. Após, cite-se o litisdenunciado, observando- se o disposto no art. 72 do Código de Processo Civil. 3. Decorrido o prazo determinado no artigo acima referido sem a efetivação da citacão, voltem os autos conclusos. 4. Intime -se. Fica o(a) requerente devidamente intimado(a) para que, em cinco dias, deposite as custas no valor de R$ 49,50, relativas as diligencias do Sr. Oficial de Justiça, bem ainda, providencie uma copia da petiçao inicial, para o devido cumprimento do mandado. Intimem-se. (Banco: CEF/Agência:3984/Conta:8450-4) -Advs. NEUTEL SOARES, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

156. REMOCAO DE CURADOR-0005195-59.2011.8.16.0001-(apenso aos autos 32978/1985)-NILBA BARBOSA SPAOLANSE x MARIA DE FATIMA MARTINS BARBOSA SPALAONSE-Face a contestação ofertada as fls.43/205, manifeste-se a parte autora no prazo de (10) dez dias para apresentar impugnação. Intime-se. -Advs. CLAUDIA M MARCELA GEVAERD e FRANCIELI CRISTINA MARQUES DE SOUZA-.

157. DEPOSITO-0006100-64.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x VERGILIO SANTOS-Face a certidao negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se o(a) requerente. Intimem-se. -Adv. CARLA MARIA KOHLER-.

158. EMBARGOS À EXECUÇÃO CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO-0008861-68.2011.8.16.0001-(apenso aos autos 1934/2011)-HESTIA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA x MIDAN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e outro- Visando pôr fim ao litígio e considerado a Resolução 17/2010, do Egrégio Tribunal de Justiça, cumulando com os incisos II e IV, do artigo 125 do Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 20/10/2011, às 16 : 45 horas, a ser realizada no Núcleo de Conciliação do Fórum Cível de Curitiba, situado no 2º andar. Ficam os advogados intimados via Diário de Justiça, para comparecerem ao ato, bem como, para facilitar a composição, deverão vir acompanhados das respectivas partes. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. PAULA RENA BERALDO, MANIF ANTONIO TORRES JULIO e GUSTAVO MUSSI MILANI-.

159. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0017499-90.2011.8.16.0001-IVANILDO ROBERTO DE SOUSA LEÃO x DELAINE CRISTIANE PEREIRA-Face a certidao negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se o(a) exquente. Intimem-se. -Adv. WANDERLEI BRUNONI-.

160. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA-0018518-34.2011.8.16.0001-(apenso aos autos 15678/2011)-VINICIOS ANDRE MODESTO x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A- A Lei nº 1.060/1950, em seu artigo 4º, estabelece que a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária por simples afirmação. No entanto, esta disposição colide em termos com o que dispõe o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, que exige para a prestação da assistência judiciária gratuita a comprovação da insuficiência de recursos. A Constituição Federal recepcionou em termos o contido na Lei nº. 1.060/50, porém, revogou com relação ao deferimento mediante simples afirmação, exigindo que a parte que pretende se beneficiar da assistência judiciária gratuita comprove que não dispõe dos meios necessários para custear as despesas processuais, sem comprometer, de maneira significante, o sustento próprio e de sua família. Assim, havendo interesse da parte autora em receber a assistência judiciária gratuita, determino que a mesma comprove, no prazo de 10 (dez) dias, que não possui condições de arcar com as despesas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família. Após, voltem os autos imediatamente conclusos. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. MERIELLY PRESOTTO e KLAUS SCHNITZLER-.

161. SUMÁRIA DE COBRANÇA-0018774-74.2011.8.16.0001-COND DO EDIF COPÉRNICO x JOSÉ ESTEVES JÚNIOR- Manifeste-se o autor sobre o interesse no prosseguimento do feito. Intimem-se. -Adv. ROGERIO BUENO DA SILVA-.

162. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0020070-34.2011.8.16.0001-(apenso aos autos 1934/2011)-HESTIA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA x MIDAN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e outros- 1. Primeiramente, sobre o petitório de fls. 420, manifeste-se a parte requerida em cinco dias. 2. Intimem-se. -Advs. PAULA RENA BERALDO e GUSTAVO MUSSI MILANI-.

163. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0022733-53.2011.8.16.0001-CASA CONEXAO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA x TERMOSUL DIST REP DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA- 1. Segue em anexo o comprovante da resposta à solicitação de informações junto ao Sistema BacenJud, sobre o endereço da parte ré. 2. Oficie-se à Copel requisitando informações acerca do endereço atualizado do requerido, conforme solicitado nas fls. 43. 3. Após, manifeste-se a parte autora, dando regular prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias. Fica o interessado devidamente intimado, para que, no prazo de cinco dias, deposite as custas no valor de R$9,40, referentes a expediçao de oficio. Intime-se. -Adv. MARCOS BUENO GOMES-.

164. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0031052-10.2011.8.16.0001-ADECIR FELIPETTO x NP & SANTOS REPREENAÇÕES COMERCIAIS-Face a certidao negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se o(a) exequente. Intimem-se. -Advs. ANA RENATA MACHADO e ANDRE LUIZ PENTEADO BUENO-.

165. REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR ARRENDAMENTO MERCANTIL-0033471-03.2011.8.16.0001-(apenso aos autos 45554/2011)-BANCO FINASA BMC S/A x ANTONIO GOMES-Defiro o requerimento de fls. 31 e suspendo o curso do feito pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. Após, manifeste-se a parte requerente independentemente de nova conclusão. Intimem-se. -Advs. CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES e CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO-.

166. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL ORD-0034214-13.2011.8.16.0001-LILIANA MARIA LOPES PORTES e outro x HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA DO PILAR e outro-Face a certidao negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se o(a) exequente. Intimem-se. -Advs. MARCIA REGINA NUNES SOUZA VALEIXO e GABRIEL BITTENCOUT PEREIRA-.

167. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0035936-82.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x AROLDO DA SILVEIRA- Estando suficientemente comprovado o inadimplemento (mora) do devedor (fls. 27), concedo a liminar de busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, determinando a expedição de mandado. Fica desde já autorizado o Sr. Oficial de Justiça, desde que devidamente certificado nos autos, a proceder o arrombamento de portas e janelas, bem como requisitar o auxílio de Força Pública, através da Polícia Militar, para o efetivo cumprimento da liminar. Cientifique-se o devedor de que 05 (cinco) dias após executada liminar consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, se for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária (art. 3º, § 1º, Decreto Lei nº 911/69). Cientifique-se ainda, de que, no mesmo prazo, poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo autor na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus (art. 3º, § 2º, Decreto Lei nº 911/69). Efetivada a liminar, cite-se o réu para oferecer resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual será contado a partir da execução da liminar. A contestação poderá ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade prevista no § 2º do Diploma Legal já mencionado (referido acima), caso entenda ter havido pagamento maior e desejar restituição (art. 3º, § 4º, Decreto Lei nº 911/69). Face a certidao negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se o(a) requerente. Intimem-se. -Adv. ALBERT CARMO AMORIM-.

168. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO-0036284-03.2011.8.16.0001-BANCO ITAÚ S/A x DORVAL MARCOLINO ME MARCOLINO FERRAGENS e outro-Face a certidao negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se o(a) exequente. Intimem-se. -Advs. RODRIGO FONTANA FRANÇA e ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA-.

169. RESCISÃO DE CONTRATO SUM-0036375-93.2011.8.16.0001-ASSOCIACAO RELIGIOSA PIO XII x JOSE ARLINDO BORRI- Ciencia a parte autora da certidao expedida as fls. 39. Intime-se. -Adv. VINICIUS SIARCOS SANCHEZ-.

170. COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DO SEGURO OBRIGATÓRIO SUM-0037841-25.2011.8.16.0001-AMANDA MARTINS RODRIGUES e outros x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A- 1. O presente feito deve tramitar sob o rito sumário, independentemente do valor atribuído a causa, em razão do disposto no art. 275, inc. II, alínea "d" do Código de Processo Civil. 2. Considerando que o rito é matéria de ordem pública, deverá a parte autora emendar a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, para adequá-la ao rito sumário, fazendo os requerimentos pertinentes (apresentando rol de testemunhas e quesitos à perícia,

se julgar necessária a produção destas provas), sob pena de preclusão,de acordo com o disposto nos artigos 276 e 277 do Código de Processo Civil. 3. Deverá ainda, no mesmo prazo, juntar aos autos fotocópia de seu último holerite e da sua carteira de trabalho, a fim de comprovar a insuficiência econômica alegada para fins de concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA, NIKOLLE KOUTSOUKOS AMADORI, RODRIGO AUGUSTO DE ARRUDA, EMILI CRISTINA DE FREITAS e ROSELI EMILIANO COSTA-.

171. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0038651-97.2011.8.16.0001-ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x ANTONIO CARLOS CORNELSEN-Face a certidao negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se o(a) requerente. Intimem-se. -Adv. CESAR AUGUSTO TERRA-.

172. SUMÁRIA DE COBRANÇA-0039246-96.2011.8.16.0001-CONDOMINIO EDIFICIO BATEL EXECUTIVE CENTER x RONALDO LIMA MACHADO e outro-Face a certidao negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se o(a) requerente. Intimem-se. -Adv. IDERALDO JOSE APPI-.

173. REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR-0040381-46.2011.8.16.0001-ALCINDO CERCI x ROBERTE FERRAZ DA COSTA- 1. Ante o auto de resistência lavrado pelo Sr. Oficial, fls. 28, quando do cumprimento da liminar da reintegração de posse, autorizo o arrombamento de portas e janelas, se necessário. Retirar oficio. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. PABLO BONILLA CHAVES-.

174. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0041789-72.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A x JULIANE BALLES NEVES-Face a certidao negativa do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se o(a) requerente. Intimem-se. -Advs. KLAUS SCHNITZLER e FERNANDO JOSE GASPAR-.

175. INDENIZAÇÃO ORD-0041908-33.2011.8.16.0001-UNIÃO BANDEIRANTE FUTEBOL CLUBE x CORITIBA FOOT BALL CLUB- Retirar carta de citação. Intime-se. -Adv. HENRIQUE RICHTER CARON-.

176. ALVARÁ JUDICIAL LEVANTAMENTO DE VALOR-0047643-47.2011.8.16.0001-FABRÍCIO FRANCISCO ANTUNES PEREIRA- 1. Intimem-se os autores para juntar aos autos, em dez dias, certidão de inexistência de dependentes do falecido junto ao INSS. 2. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. WALTER S. DE MACEDO-.

177. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INAD-0049199-84.2011.8.16.0001-EDICLEI TORRES MILIORANÇA x CREDIARE S/A- 1. Defiro à parte autora os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. Anote-se. 2. Cite-se a parte requerida para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir, nos termos do art. 802 do Código de Processo Civil. 3. Retirar carta de citação. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS-.

178. SUMÁRIA DE COBRANÇA SEGURO-0049288-10.2011.8.16.0001-LUIZ HENRIQUE QUINTANA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- Antes de mais, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, regularize a peça inicial , juntando fotocópia autenticada dos documentos que a instruem ou fotocópias originais, nos termos dos artigos 283 e 284 do Código de Processo Civil. Ressalta-se que a autenticação de cópias xerográficas não se trata de mero formalismo, podendo ainda ser feita pelo próprio advogado da causa, sob a fé de seu grau, atestando que as reproduções conferem com os originais. Intime-se, ainda,para que, em igual prazo, apresente emenda à inicial, a fim de indicar as provas que pretende produzir, sendo desde já necessária a apresentação do rol de testemunhas, a formulação de quesitos e a indicação de assistente técnico, nos termos do art. 276 do CPC, sob pena de preclusão A Lei nº 1.060/1950, em seu artigo 4º, estabelece que a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária por simples afirmação. No entanto, esta disposição colide em termos com o que dispõe o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, que exige para a prestação da assistência judiciária gratuita a comprovação da insuficiência de recursos. A Constituição Federal recepcionou em termos o contido na Lei nº. 1.060/50, porém, revogou com relação ao deferimento mediante simples afirmação, exigindo que a parte que pretende se beneficiar da assistência judiciária gratuita comprove que não dispõe dos meios necessários para custear as despesas processuais, sem comprometer, de maneira significante, o sustento próprio e de sua família. Assim, havendo interesse da parte autora em receber a assistência judiciária gratuita, determino que a mesma comprove, no prazo de 10 (dez) dias, que não possui condições de arcar com as despesas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família. Após, voltem conclusos. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

179. ORDINÁRIA DE TUTELA INIBITÓRIA CONTRATOS BANCÁRIOS-0050354-25.2011.8.16.0001-ELAINE DO ROCIO DA CUNHA x BANCO SANTANDER BRASIL S/A- 1. Defiro a gratuidade processual à autora, nos termos e sob as penas da lei. Anote-se. 2. Eliane do Rocio da Cunha ajuizou ação ordinária em face de Banco Santander (Brasil) S/A. aduzindo que é servidora pública da prefeitura Municipal de Curitiba e recebe seus proventos mediante depósito em conta corrente mantida junto ao réu. Alegou que o réu vem realizando descontos indevidos em sua conta, referentes a tarifas, prestações de empréstimos, juros e regularização de cheque especial, o que não se pode admitir por reduzir os proventos necessários para sua sobrevivência. Alegou que ainda que haja permissão legal para o desconto de até 30% dos proventos a título de empréstimo consignado, este limite não está sendo respeitado. Pretende a antecipação de tutela para determinar que o réu se abstenha de reter quaisquer valores de natureza salarial, sob pena de multa. 3. O artigo 273, do Código de Processo Civil, exige para concessão da tutela antecipada a existência nos autos de prova inequívoca que permita, ao lado das alegações de fato, enxergar verossimilhança no que for submetido ao crivo do judiciário, bem ainda possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação. Sabe-se que a tutela antecipada, reveste-se de nítido e deliberado caráter satisfativo, incidindo sobre o próprio direito, numa verdadeira antecipação da prestação jurisdicional. Na antecipação de tutela, exatamente porque se antecipa a própria prestação jurisdicional que a parte veio em juízo buscar, exige-se mais do que aquilo que se requer, por exemplo, para a concessão da medida cautelar. Mais que a presença do fumus boni iuris, exige-se a presença da chamada verossimilhança, que é a aparência do direito, a ser retratada pela denominada prova inequívoca. 4. Com efeito, cabe esclarecer que a autora aderiu a empréstimo obtido junto à Instituição Financeira, oferecendo que fossem descontadas as parcelas diretamente de sua conta corrente, constituindo assim garantia especial ao credor e apresentando condição mais favorável ao financiamento, consubstanciada nesta forma de pagamento. No voto que proferiu o Ministro Aldir Passarinho Junior, no Recurso Especial n.º 728.563, lançou estas observações que se amoldam à espécie ora em análise: "(...) O que me parece não ter cabimento é alguém obter um financiamento a taxas mais favorecidas, justamente porque optou por uma modalidade de consignação em folha de pagamento, o que ainda o dispensou de apresentação de garantia suplementar e ainda obtendo prazo mais elástico, com redução de cada parcela, e, em seguida, sob alegação de expropriação abusiva, excluir a cláusula, o que denota, inclusive, o nítido propósito de inadimplir a obrigação, porquanto se assim não for, então qual a razão para alijar a consignação?". 5. De outro lado, há de se colocar reserva no débito em conta corrente, ademais como no caso dos autos, em que a remuneração da autora é creditada na conta corrente, pois pensar diferente é dar ao crédito bancário proteção superior ao do crédito trabalhista e tributário, pois a apropriação do montante do crédito havido na conta, equivaleria à penhorabilidade do salário do devedor, o que é legalmente inviável, ainda que decorrente de contrato. 6. Conforme se observa dos autos às fls. 18-21, o holerite e os extratos bancários atestam o desconto em conta corrente. Esta realidade coloca em risco a própria subsistência da autora e de seus dependentes, de modo a comprovar a existência dos requisitos exigidos pela lei processual para concessão da tutela antecipada. Assim, diante do acima colocado, entendo que deve ser preservado o interesse de ambas as partes, devendo ser limitado os descontos efetuados na conta corrente da devedora a um percentual de 30%, dessa forma, entendo que a devedora terá uma sobrevivência digna, bem como permitirá, mesmo que a longo prazo, o pagamento da dívida. Esclareça-se que esses 30% são relativos aos valores disponíveis em conta corrente, não abarcando os valores já descontados em folha de pagamento, sob pena de restar inadimplidos vários contratos firmados pela autora de forma consciente. 7. Neste sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRETENSÃO DE QUE O AGRAVADO SE ABSTENHA DE RETER OS SALÁRIOS DA AGRAVANTE. POSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO DO DESCONTO A 30% DO SALÁRIO, SOB PENA DE MULTA. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO." (TJPR., Agravo de Instrumento n.º 555069-4, Relator Juiz Convocado Fernando Wolff Filho, Acórdão 12066, data da publicação no DJ em 06/09/2009). "AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECLARATÓRIA DE NULIDADE COMBINADA COM REVISIONAL DE CONTRATO E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. DEPÓSITO DA PARTE INCONTROVERSA. AUSÊNCIA DOS CONTRATOS. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO TEM O CONDÃO DE ELIDIR A MORA. PEDIDO LIMINAR PARA SUSPENDER O DESCONTO DE PRESTAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS EM CONTA CORRENTE RECEBEDORA DE PROVENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. INDEFERIMENTO PELO MAGISTRADO SINGULAR. AUTORIZAÇÃO DO DEVEDOR PARA QUE SE PROCEDESSE O DESCONTO DO EMPRÉSTIMO DIRETAMENTE EM FOLHA DE PAGAMENTO. LEGALIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. LIMITAÇÃO DO DESCONTO A 30% DO SALÁRIO DO DEVEDOR. 1. " Não se defere o depósito de valores que o devedor entende como devido, quando ausente comprovação da verossimilhança em que se funda a pretensão, mormente face à apuração unilateral e sem o devido supedâneo contratual." (TJ/PR, 1ª Câmara Cível Suplementar, Agravo de Instrumento nº 0393041-6, Rel. Des. Luis Espíndola, j. 11.06.2007) 2. Os depósitos de valores inferiores aos pactuados não têm o condão de elidir a mora. 3. Cabível, em princípio, a cláusula em contrato de empréstimo feito perante instituição financeira que permita o débito das prestações do referido empréstimo em conta corrente de devedor, ainda que nessa seja depositado os proventos de servidor público municipal. 4. Contudo, em face do princípio da dignidade da pessoa humana e a fim de se assegurar que o devedor possa prover a si e a sua família, os descontos devem ser limitados a 30% dos salários depositados em conta corrente. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO." ( TJPR., Agravo de Instrumento n.º 470288-3, Relator Desembargador Shiroshi Yendo, Acórdão 8921, data da publicação no DJ em 30/05/2008). 8. Em razão disso, presentes os requisitos do art. 273 do CPC, defiro a antecipação de tutela requerida, para o fim de determinar à ré que se abstenha de reter qualquer valor de natureza salarial depositado em conta corrente da autora, em percentual superior a 30%, para fins de pagamento de tarifas e empréstimos bancários, sob pena de multa diária em caso de descumprimento no importe de R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 461, § 4º do CPC. 9. . Cite-se a parte ré para apresentar resposta à petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos afirmados pela autora na petição inicial. 10. Intimem-se. -Adv. LINCOLN TAYLOR FERREIRA-.

180. PRESTAÇÃO DE CONTAS OFERECIDAS CONTRATOS BANCÁRIOS-0051643-90.2011.8.16.0001-WALTER VICENTE BASSANEZI x SANTANDER CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S/A- PETIÇAO INICIAL AGUARDANDO O PREPARO DAS CUSTAS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS SOB PENA DE CANCELAMENTO, CONFORME ART. 257 DO CPC. Custas no valor de R$211,50(REFERENTE AO DEPÓSITO INICIAL) e R $9,40 (REFERENTE A AUTUAÇÃO) Intimem-se. -Advs. EDUARDO OLIVEIRA AGUSTINHO e LUCIANA OLIVEIRA AGUSTINHO ALLAN-.

181. EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO-0051652-52.2011.8.16.0001-BANCO ITAU S.A x MÁRMORES E GRANITOS OLIVEIRA LTDA ME e outro-PETIÇAO INICIAL AGUARDANDO O PREPARO DAS CUSTAS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS SOB PENA DE CANCELAMENTO, CONFORME ART. 257 DO CPC. Custas no valor de R$817,20(REFERENTE AO DEPÓSITO INICIAL) e R$9,40 (REFERENTE A AUTUAÇÃO) Intimem-se. -Adv. DANIEL HACHEM-.
182. BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA COM PEDIDO DE LIMINAR-0051666-36.2011.8.16.0001-AYMORÉ CRÉDITO FINACIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x MARIA DE FATIMA CORREA MAGALHAES-PETIÇAO INICIAL AGUARDANDO O PREPARO DAS CUSTAS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS SOB PENA DE CANCELAMENTO, CONFORME ART. 257 DO CPC. Custas no valor de R$817,20(REFERENTE AO DEPÓSITO INICIAL) e R$ 9,40(REFERENTE A AUTUAÇÃO) Intimem-se. -Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.
183. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO LOCAÇÃO DE IMÓVEL-0051694-04.2011.8.16.0001-JERONIMO LAMB DE OLIVEIRA x WILSON LUIZ ONOFRE ROCHA-PETIÇAO INICIAL AGUARDANDO O PREPARO DAS CUSTAS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS SOB PENA DE CANCELAMENTO, CONFORME ART. 257 DO CPC. Custas no valor de R$817,80(REFERENTE AO DEPÓSITO INICIAL) e R$9,40(REFERENTE A AUTUAÇÃO) Intimem-se. -Advs. ALEXANDRE BANNWART DE MACHADO LIMA, MARCELO MAZUR e FABRÍCIO VERDOLIN DE CARVALHO-.
184. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0051746-97.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x DAIANE KANIA-PETIÇAO INICIAL AGUARDANDO O PREPARO DAS CUSTAS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS SOB PENA DE CANCELAMENTO, CONFORME ART. 257 DO CPC. Custas no valor de R$705,00(REFERENTE AO DEPÓSITO INICIAL) e R$9,40 (REFERENTE A AUTUAÇÃO) Intimem-se. -Advs. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN e GILBERTO BORGES DA SILVA-.
185. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0051754-74.2011.8.16.0001-BANCO FIAT S/A x DANIEL FERNANDES PEREIRA-PETIÇAO INICIAL AGUARDANDO O PREPARO DAS CUSTAS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS SOB PENA DE CANCELAMENTO, CONFORME ART. 257 DO CPC. Custas no valor de R$817,80(REFERENTE AO DEPÓSITO INICIAL) e R$ 9,40(REFERENTE A AUTUAÇÃO) Intimem-se. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.
186. REINTEGRAÇÃO DE POSSE ARRENDAMENTO MERCANTIL-0051756-44.2011.8.16.0001-BANCO ITAULEASING S.A x SANDRO MAIA ANTONIO-PETIÇAO INICIAL AGUARDANDO O PREPARO DAS CUSTAS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS SOB PENA DE CANCELAMENTO, CONFORME ART. 257 DO CPC. Custas no valor de R$817,80(REFERENTE AO DEPÓSITO INICIAL) e R$ 9,40(REFERENTE A AUTUAÇÃO) Intimem-se. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.
187. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0051763-36.2011.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x ALEXSANDRO INACIO RODRIGUES-PETIÇAO INICIAL AGUARDANDO O PREPARO DAS CUSTAS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS SOB PENA DE CANCELAMENTO, CONFORME ART. 257 DO CPC. Custas no valor de R$817,80(REFERENTE AO DEPÓSITO INICIAL) e R$ 9,40(REFERENTE A AUTUAÇÃO) Intimem-se. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.
188. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRATOS BANCÁRIOS-0051772-95.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x MARCOS AURELIO FERNANDES NERIS e outro-PETIÇAO INICIAL AGUARDANDO O PREPARO DAS CUSTAS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS SOB PENA DE CANCELAMENTO, CONFORME ART. 257 DO CPC. Custas no valor de R$817,80(REFERENTE AO DEPÓSITO INICIAL) e R$9,40 (REFERENTE A AUTUAÇÃO) Intimem-se. -Adv. SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES-.
189. SUMÁRIA DE COBRANÇA DESPESAS CONDOMINIAIS-0051785-94.2011.8.16.0001-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL PILARZINHO x DIONÍSIO PEREIRA CAMPOS e outro-PETIÇAO INICIAL AGUARDANDO O PREPARO DAS CUSTAS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS SOB PENA DE CANCELAMENTO, CONFORME ART. 257 DO CPC. Custas no valor de R$211,50(REFERENTE AO DEPÓSITO INICIAL) e R$ 9,40(REFERENTE A AUTUAÇÃO) Intimem-se. -Advs. HELIO KENNEDY GONÇALVES VARGAS e GUILHERME AUGUSTO VICENTE DE CASTRO-.
190. SUMÁRIA DE COBRANÇA DESPESAS CONDOMINIAIS-0051786-79.2011.8.16.0001-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL PILARZINHO x MARILIA INES DURAU-PETIÇAO INICIAL AGUARDANDO O PREPARO DAS CUSTAS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS SOB PENA DE CANCELAMENTO, CONFORME ART. 257 DO CPC. Custas no valor de R$211,50(REFERENTE AO DEPÓSITO INICIAL) e R$ 9,40(REFERENTE A AUTUAÇÃO) Intimem-se. -Advs. HELIO KENNEDY GONÇALVES VARGAS e GUILHERME AUGUSTO VICENTE DE CASTRO-.
191. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0051789-34.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER S/A x DANIELLA DE OLIVEIRA LIMA-PETIÇAO INICIAL AGUARDANDO O PREPARO DAS CUSTAS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS SOB PENA DE CANCELAMENTO, CONFORME ART. 257 DO CPC. Custas no valor de R$817,80(REFERENTE AO DEPÓSITO INICIAL) e R$ 9,40(REFERENTE A AUTUAÇÃO) Intimem-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA CORREA-.

Curitiba, 29 de Setembro de 2011

# 12ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE CURITIBA - PR**
**CARTORIO DA 12ª VARA CIVEL**
**Juiz de Direito Marcelo Ferreira**

**RELAÇAO Nº 169/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ACYR ROGERIO CALCADO 0106 043536/2011
ADAUTO PINTO DA SILVA 0040 033918/2008
ADAUTO RIVAELTE DA FONSEC 0038 033806/2008
ADEMAR NITSCHKE JUNIOR 0010 023901/2002
ADEMILSON GASPAR 0078 067069/2010
ADILSON LUIZ FERREIRA 0034 033012/2008
ADILSON MENAS FIDELIS 0042 034467/2008
ADNILTON JOSE CAETANO 0089 026818/2011
ADRIANA D AVILA OLIVEIRA 0035 033298/2008
ADRIANA PIRES HELLER 0024 031038/2006
ADRIANA REIS MENEGLIN 0046 035252/2009
ADRIANO HENRIQUE GOHR 0042 034467/2008
ADRIANO MATTOS DA COSTA R 0004 015893/1996
ADRIANO MUNIZ REBELLO 0043 034660/2008
0044 034999/2009
ADRIANO NERY KUSTER 0024 031038/2006
ADRIANO NOGUEIRA 0023 031024/2006
ADSON GABINO DE MORAES JU 0029 032202/2007
ALESSANDRA MADUREIRA DE O 0073 052831/2010
ALESSANDRA MARQUES MARTIN 0107 044570/2011
ALEXANDRE CHRISTOPH LOBO 0011 025324/2003
ALEXANDRE DALLA VECCHIA 0009 023590/2001
0046 035252/2009
ALEXANDRE N. FERRAZ 0084 016946/2011
ALIA HADDAD 0001 011974/1992
ALICE FLORIANO CAMARGO 0092 031650/2011
ALI HADDAD 0001 011974/1992
ALINE FERNANDA PEREIRA 0035 033298/2008
ANA LUIZA MANZOCHI 0047 035518/2009
ANA ROSA DE LIMA LOPES BE 0101 038260/2011
ANDERSON CLEBER OKUMURA Y 0037 033604/2008
ANDRE DINIZ AFFONSO DA CO 0047 035518/2009
ANDREIA DA ROSA RACHE 0063 027795/2010
ANDREIA MARINA LATREILLE 0085 018203/2011
ANDRE LUIS GASPAR 0079 067437/2010
ANDRE PEIXOTO DE SOUZA 0010 023901/2002
ANDRE ZACARIAS TALLAREK D 0009 023590/2001
ANGELA SAMPAIO CHICOLET M 0008 021275/2000
ANNE MARIE KUTNE 0103 041223/2011
ANTONIO CARLOS DA VEIGA 0021 030222/2006
ANTONIO CELESTINO TONELOT 0077 066259/2010
ANTONIO EDUARDO GONÇALVES 0038 033806/2008
ANTONIO EMERSON MARTINS 0008 021275/2000
ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEI 0042 034467/2008
ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA 0102 039309/2011
ANTONIO PEDRO TASCHNER JR 0012 026574/2003
ANTONIO SILVA DE PAULO 0064 028084/2010
ARDEMIO DORIVAL MUCKE 0087 024302/2011
ARIOVALDO LOPES 0006 018518/1998
ARTUR HERACLIO GOMES NETO 0036 033402/2008
ASBRA MICHEL MATEUS IZAR 0097 037243/2011
BENEDITO AP. TUPONI JUNIO 0017 028414/2005
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0028 031604/2007
CARLA ELIZA DOS SANTOS SA 0010 023901/2002
CARLOS ALBERTO GUIMARAES 0010 023901/2002
CARLOS ALBERTO NOGUEIRA D 0102 039309/2011
CARLOS ALBERTO SZTOLZ 0004 015893/1996
CARLOS AUGUSTO ZENI 0038 033806/2008
CARLOS EDUARDO RIBEIRO BA 0025 031261/2007
CARLOS JOSE DE OLIVEIRA M 0053 037027/2009
CAROLINA BETTE TONIOLO BO 0080 071617/2010
CELSO ARAUJO GUIMARAES 0024 031038/2006
CEZAR EDUARDO PANESSA RUI 0006 018518/1998
CIRANO MARÇAL BARBOSA 0024 031038/2006
CLAIRE LEMOS DE CAMARGO 0031 032755/2007
CLAUDIMIRO PRIOR 0028 031604/2007
CLAUDINEI BELAFRONTE 0105 043040/2011
CLEBER EDUARDO ALBANEZ 0050 036323/2009
CRISIANE ALQUIMIM CORDEIR 0108 045262/2011
CRISTIANA NAPOLI MADUREIR 0008 021275/2000
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0055 000415/2010
CRISTIANE EMMENDOERFER 0064 028084/2010
DALTON LEMKE 0023 031024/2006
DANIEL BARRETO GELBECKE 0010 023901/2002
DANIEL HACHEM 0104 042974/2011
DANIELY S. SAMPAIO 0072 048739/2010
DANILE DE BONA 0022 030793/2006
DARCI JORGE FINGER 0061 021314/2010
DIEGO RUBENS GOTTARDI 0022 030793/2006
EDINA BEATRIZ GRUNOW RICK 0098 037296/2011

EDSON CARLOS PEREIRA DA S 0006 018518/1998
EDSON CENTANINI 0005 017894/1997
EDSON LUIZ GABRIEL JUNIOR 0059 008175/2010
EDUARDO ALBERTO MARQUES V 0107 044570/2011
EDUARDO BROCK 0063 027795/2010
EDUARDO EGG BORGES RESEND 0010 023901/2002
EDUARDO HENRIQUE VEIGA 0083 015327/2011
EDUARDO MELLO 0033 032923/2007
ELISANGELA SPONHOLZ DE SO 0086 018398/2011
ELOI CONTINI 0031 032755/2007
EMERSON LUIZ VELLO 0009 023590/2001
EMIR MARIA SECCO DA COSTA 0017 028414/2005
ENELMO ZAGO 0006 018518/1998
ENIO ROBERTO MURARA 0019 029815/2006
ERICK C. HASSELMANN MOTTE 0106 043536/2011
EVARISTO ARAGAO FERREIRA 0037 033604/2008
0060 016543/2010
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA 0051 036366/2009
0088 025046/2011
0094 031938/2011
FABIANO FREITAS MINARDI 0031 032755/2007
FABIANO GONZAGA DA SILVA 0099 037586/2011
FABIO AUGUSTO DE SOUZA 0100 037914/2011
FABIOLA P.CORDEIRO FLEISC 0005 017894/1997
FABIULA SCHMIDT 0045 035006/2009
0083 015327/2011
FABRICIO KAVA 0051 036366/2009
FATIMA PEREIRA ORFON 0108 045262/2011
FELIPE CORDELLA RIBEIRO 0035 033298/2008
FERNANDO ALMEIDA DE OLIVE 0004 015893/1996
FERNANDO DE BONA MORAES 0024 031038/2006
FERNANDO DO AMARAL BORTOL 0043 034660/2008
FERNANDO FIRMINO DOS SANT 0024 031038/2006
FERNANDO MARIO RAMOS 0053 037027/2009
FERNANDO WELTER 0042 034467/2008
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 0074 057724/2010
FLAVIO RIBEIRO BETTEGA 0107 044570/2011
FLÁVIO W. LINS 0029 032202/2007
GABRIELLA ZICARELLI RODRI 0005 017894/1997
GABRIEL NOGUEIRA SALUM 0012 026574/2003
GENNARO CANNAVACCIUOLO 0110 046114/2011
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0038 033806/2008
0072 048739/2010
0074 057724/2010
GEVERSON ANSELMO PILATI 0023 031024/2006
0031 032755/2007
GILBERTO RODRIGUES BAEMA 0071 045241/2010
GILBERTO STINGLIN LOTH 0066 029142/2010
GIOVANA PISANI DE OLIVEIR 0024 031038/2006
GLEIDSON DE MORAES MUCKE 0087 024302/2011
GUATAÇARA SCHENFELDER SAL 0023 031024/2006
GUILHERME AUGUSTO BANA 0043 034660/2008
GUILHERME CAPANEMA R. AND 0024 031038/2006
GUILHERME MOREIRA RODRIGU 0107 044570/2011
GUSTAVO PAES RABELLO 0020 030066/2006
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0056 000545/2010
HARRI KLAIS 0051 036366/2009
HARYSSON ROBERTO TRES 0109 045834/2011
HOMERO VIEIRA NETO 0006 018518/1998
IGOR ROBERTO MATTOS DOS A 0110 046114/2011
IGUACIMIR GONÇALVES FRANC 0045 035006/2009
INGRID KUNTZE 0011 025324/2003
IRINEU GALESKI JUNIOR 0068 031775/2010
IRINEU PALMA PEREIRA 0057 003995/2010
IVAN GUERIOS CURI 0004 015893/1996
IVO CEZARIO GOBBATO DE CA 0009 023590/2001
IVONE EIKO KURAHARA 0069 043262/2010
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0038 033806/2008
0072 048739/2010
0074 057724/2010
JANSEN DANIEL DE CARVALHO 0105 043040/2011
JAQUELINE LORENA MIGLIORI 0017 028414/2005
JEAN CARLO DE ALMEIDA 0034 033012/2008
JEFFERSON RENATO ROSOLEM 0023 031024/2006
JOANES EVERALDO DE SOUSA 0028 031604/2007
JOANITA FARYNIAK 0058 005137/2010
JOAO BATISTA DOS ANJOS 0001 011974/1992
JOAREZ DA NATIVIDADE 0029 032202/2007
JOEL KRAVTCHENKO 0003 013525/1993
JONAS BORGES 0026 031307/2007
JORGE ANDRE RITZMANN DE O 0041 034151/2008
JORGE AUGUSTO DERVICHE CA 0061 021314/2010
JORGE MIGUEL PILOTO NETTO 0023 031024/2006
JOSE EDGARD DA CUNHA BUEN 0024 031038/2006
JOSE MELQUIADES DA ROCHA 0049 036085/2009
JOSE MELQUIADES DA ROCHA 0049 036085/2009
JOSE PEREIRA DE MORAES NE 0010 023901/2002
JOSE SAMUEL NERCOLINI 0013 026685/2003
JOSE WALDEMAR BARON FILHO 0059 008175/2010
JOSLAINE MONTANHEIRO ALCÂ 0041 034151/2008
JULIANA RIBEIRO 0052 036880/2009
JULIANO CALDAS POZZO 0107 044570/2011
JULIANO M.FRANCO 0045 035006/2009
JULIO ASSIS GEHLEN 0042 034467/2008
JULIO CEZAR ENGEL DOS SAN 0069 043262/2010
0076 065376/2010
0090 027160/2011
KAMILLA DE CARLI 0100 037914/2011
KARIME CECYN PIETSZKOWSKI 0017 028414/2005
KARINE CRISTINA DA COSTA 0022 030793/2006
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0073 052831/2010
0086 018398/2011
KARLO MESSA VETTORAZZI 0066 029142/2010
KARYN MARTINS LOPES 0019 029815/2006
KIYOSHI ISHITANI 0040 033918/2008
KLAUS SCHNITZLER 0018 029284/2005
0022 030793/2006
LARISSA STIEVEN TRIZOTTO 0005 017894/1997
LEANDRO CABRERA GALBIATI 0022 030793/2006
LEANDRO LUIZ KALINOWSKI 0065 028160/2010
LEANDRO NEGRELLI 0095 032378/2011
LEILANE TREVISAN MORAES 0029 032202/2007
LEIRSON DE MORAES MUCKE 0087 024302/2011
LEONDINA ALICE MION PILAT 0023 031024/2006
0031 032755/2007
LEONEL TREVISAN JUNIOR 0036 033402/2008
LETICIA NERY VILLA STANGL 0054 037141/2009
LEVI ROCHA 0014 027684/2004
LIDIANA VAZ RIBOVSKI 0074 057724/2010
LIZETE RODRIGUES FEITOSA 0054 037141/2009
LUCIANA BERRO 0020 030066/2006
LUCIANO CHIZINI E CHEMIN 0017 028414/2005
LUIS EDUARDO PEREIRA SANC 0010 023901/2002
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0099 037586/2011
LUIZ ALBERTO GONÇALVES 0029 032202/2007
LUIZ ANTONIO CARVALHO DE 0054 037141/2009
LUIZ CONSTANTINO FILIPIN 0064 028084/2010
LUIZ FERNANDO BRUZAMOLIN 0027 031420/2007
LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ 0009 023590/2001
0011 025324/2003
LUIZ FERNANDO ZORNIG FILH 0062 024182/2010
LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE 0062 024182/2010
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0074 057724/2010
LUIZ ROBERTO L.KRACIK 0005 017894/1997
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0037 033604/2008
LÁZARA DANIELE GUIDIO BIO 0039 033815/2008
MAGDA LUISE R. EGGER 0002 012552/1992
MAGDA LUIZA RIGODANZO EGG 0013 026685/2003
MARCELO JOSE CISCATO 0042 034467/2008
MARCIO AUGUSTO VERBOSKI 0005 017894/1997
MARCIO KRUSSEWSKI 0025 031261/2007
MARCIO NICOLAU DUMAS 0099 037586/2011
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0028 031604/2007
MARCOS BUENO GOMES 0004 015893/1996
0048 035668/2009
MARCOS GRABOSKI 0010 023901/2002
MARCOS RENAN SALVATI 0086 018398/2011
MARIA IZABELLA GULLO A.LU 0007 020872/1999
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0015 027888/2004
MARIELLE MAZALOTTI NEJM T 0054 037141/2009
MARILI DALUZ RIBEIRO TABO 0013 026685/2003
MARILI R. TABORDA 0075 062381/2010
MARINA BLASKOVSKI 0073 052831/2010
MARIO GREGORIO BARZ JUNIO 0021 030222/2006
MARTINE GHISLAINE JADOUL 0007 020872/1999
MAURÍCIO DE SANTA CRUZ AR 0024 031038/2006
MAURO JUNIOR SERAPHIM 0040 033918/2008
MAURO SÉRGIO GUEDES NASTA 0037 033604/2008
0044 034999/2009
MAX HERCILIO GONÇALVES 0060 016543/2010
MAYLIN MAFFINI 0055 000415/2010
0095 032378/2011
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0010 023901/2002
MIRELA BARBOZA CARDOSO 0012 026574/2003
MOISES DE JESUS TEIXEIRA 0067 029562/2010
MOZART PIZZATTO ANDREOLI 0001 011974/1992
MURILO CELSO FERRI 0091 031253/2011
MURILO CLEVE MACHADO 0010 023901/2002
NAILOR AYMORÉ OLSEN NETO 0025 031261/2007
NARJARA HEIDMANN 0034 033012/2008
NELSON PASCHOALOTTO 0052 036880/2009
0070 045128/2010
NELSON VENANCIO 0006 018518/1998
NEUDI FERNANDES 0049 036085/2009
NORMA SUELI WOOD SALDANHA 0010 023901/2002
OSVALDO MARQUES DE SOUZA 0016 028216/2005
PAOLA PAIVA DA SILVEIRA 0012 026574/2003
PATRICIA MORAIS SERRA 0096 032590/2011
PAULINO ANDREOLI 0001 011974/1992
PAULO CARVALHO 0040 033918/2008
PAULO HERNANI DE MENEZES 0081 002508/2011
PAULO ROBERTO BARBIERI 0036 033402/2008
PAULO ROBERTO FERRAZ 0031 032755/2007
PAULO ROBERTO GOMES 0027 031420/2007
PAULO ROBERTO GONGORA FER 0023 031024/2006
PAULO VINICIUS ACCIOLY C. 0033 032923/2007
0039 033815/2008
0083 015327/2011
PEDRO EUCLIDES UTZIG 0016 028216/2005
PEREGRINO DIAS ROSA NETO 0033 032923/2007
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 0055 000415/2010
RAFAEL COSTA MONTEIRO 0006 018518/1998
RAFAEL DE LIMA FELCAR 0069 043262/2010
0076 065376/2010
RAFAEL DE SAMPAIO CAVICHI 0062 024182/2010
RAFAEL MACIEL DE FREITAS 0072 048739/2010
RAFAEL MAIA EHMKE 0070 045128/2010
RAPHAEL MARCONDES KARAN 0009 023590/2001

RAPHAEL TAQUES PILATTI 0048 035668/2009
REGINA A.CAMPOS 0014 027684/2004
RENATO RIBEIRO SCHMIDT 0004 015893/1996
RENOLDA AMELIA DA SILVEIR 0005 017894/1997
RICARDO DOS SANTOS ABREU 0034 033012/2008
RIVADAVIA ANTENOR PROSDOC 0023 031024/2006
ROBERTO ROCHA WENCESLAU 0012 026574/2003
ROBERTO SIQUINEL 0040 033918/2008
ROBERTO VILLA VERDE FAHRI 0012 026574/2003
ROBERVAL KUGLER MENDES 0005 017894/1997
ROBSON ADRIANO DE OLIVEIR 0030 032703/2007
RODRIGO RAMATIS LOURENÇO 0025 031261/2007
ROGERIA DOTTI DORIA 0042 034467/2008
ROGERIO FERNANDO DA SILVA 0014 027684/2004
ROSALVA ROSSANE MENEGHINI 0021 030222/2006
ROSANA HORNE 0041 034151/2008
ROSANA JARDIM RIELLA 0035 033298/2008
SAMIRA NABBOUH ABREU 0034 033012/2008
SANDRA JUSSARA KUCHNIR 0032 032846/2007
SANDRA REGINA RODRIGUES 0067 029562/2010
0076 065376/2010
SAYRO MARK MARTINS CAETAN 0049 036085/2009
SEBASTIAO RAMOS SOBRINHO 0002 012552/1992
SERGIO HENRIQUE MULLER GO 0024 031038/2006
SERGIO LEAL MARTINEZ 0045 035006/2009
SERGIO SCHULZE 0101 038260/2011
SHEILA CAMARGO COELHO 0058 005137/2010
SIMARA ZONTA 0045 035006/2009
SIMONE MARIA MALUCELLI PI 0093 031671/2011
SOLANGE WUICIK FERREIRA 0034 033012/2008
SONNY BRASIL DE CAMPOS GU 0058 005137/2010
STELA MARLENE SCHWERZ 0081 002508/2011
TANIA FRANCISCA DOS SANTO 0066 029142/2010
TEOFILO L.SANTOS NETO 0001 011974/1992
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBI 0037 033604/2008
THAIS BRAGA BERTASSONI 0049 036085/2009
TIAGO GODOY ZANICOTTI 0005 017894/1997
TÚLIO GODOY GOMES SALLES 0033 032923/2007
VALMIR SCHREINER MARAN 0042 034467/2008
VANESSA LOUCAO DURAES SAL 0057 003995/2010
VANESSA MARIA RIBEIRO BAT 0022 030793/2006
VANISE MELGAR TALAVERA 0082 012583/2011
VICENTE HIGINO NETO 0016 028216/2005
VICTICIA KINASKI GONCALVE 0084 016946/2011
VICTOR ALEXANDRE BOMFIM M 0083 015327/2011
VILSON STALL 0085 018203/2011
VINICIUS DE ANDRADE MENDE 0005 017894/1997
VITOR HUGO PAES LOUREIRO 0039 033815/2008
VIVIAN REGINA LAZZARIS 0056 000545/2010
WAGNER AZEVEDO CHAVES 0082 012583/2011
WALDIR LESKE 0043 034660/2008
WANDERLEY WEBER PONTES 0048 035668/2009

1. PRESTACAO DE CONTAS - 11974/1992-SYLVIO NEVES DA ROCHA x MASE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Sobre a Conta Geral de fls. 1906/1908, manifestem-se as partes. Advs. ALI HADDAD, ALIA HADDAD, MOZART PIZZATTO ANDREOLI, JOAO BATISTA DOS ANJOS, PAULINO ANDREOLI e TEOFILO L.SANTOS NETO.

2. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD. - 12552/1992-ELIZABETE OKIMOTO XAVIER x JULIO CESAR DE OLIVEIRA - Conclusão da sentença de fls. 20... Em face ao exposto JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço com fundamento no artigo 267, III e § 1º do CPC. Custas pela exequente, honorários nihil.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente arquive-se. Advs. SEBASTIAO RAMOS SOBRINHO e MAGDA LUISE R. EGGER.

3. DESPEJO - 13525/1993-WALDOMIRO LUBY x THAIS DALLEGRAVE GOES - conclusão da sentença de fls. 23/24...Em face ao exposto, HOMOLOGO por sentença, a transação de fls. 14, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, consequentemente JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o que faço com fundamento no artigo 269, III do CPC. Custas e honorários na forma avençada. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, arquive-se. Adv. JOEL KRAVTCHENKO.

4. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD. - 15893/1996-FAST CONSTRUCOES CIVIS LTDA x C.SENDER & CIA LTDA e outro - I. Preliminarmente, intime-se a parte exequente para trazer aos autos planilha atualizada do débito. II. Intime-se. Advs. RENATO RIBEIRO SCHMIDT, CARLOS ALBERTO SZTOLZ, IVAN GUERIOS CURI, MARCOS BUENO GOMES, ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO e FERNANDO ALMEIDA DE OLIVEIRA.

5. ANULATORIA - 17894/1997-D ROSSI MANUFACTURA D ARTES COLONIAL LTDA x RB FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre interesse no prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Advs. LUIZ ROBERTO L.KRACIK, RENOLDA AMELIA DA SILVEIRA SOLHEID, EDSON CENTANINI, FABIOLA P.CORDEIRO FLEISCHFRESSER, TIAGO GODOY ZANICOTTI, LARISSA STIEVEN TRIZOTTO, MARCIO AUGUSTO VERBOSKI, VINICIUS DE ANDRADE MENDES, GABRIELLA ZICARELLI RODRIGUES MENDES e ROBERVAL KUGLER MENDES.

6. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD. - 18518/1998-JORGE ELIAS PADILHA x JOSE DOS SANTOS MORAIS e outro - Manifestem-se as partes acerca dos cálculos de fls. 362/365.-.-.-.-.I. Prefacialmente deve ser facultada a manifestação do exequente sobre o cálculo de fl. 362 a 365. II. Na mesma oportunidade, poderá se manifestar sobre o pleito de fls. 366 a 367. III. Prazo de dez dias. IV. Após, para análise deverá a Serventia informar se há depósitos passiveis de levantamento. Intime-se. Diligencie-se. Advs. HOMERO VIEIRA NETO, CEZAR EDUARDO PANESSA RUIZ, ENELMO ZAGO, NELSON VENANCIO, EDSON CARLOS PEREIRA DA SA, ARIOVALDO LOPES e RAFAEL COSTA MONTEIRO.

7. REINTEGRACAO DE POSSE - 20872/1999-PONTUAL LEASING S/A ARREND.MERCANTIL x EVERSON JOSE MARQUES DA SILVA - Intime-se o executado, na pessoa de seu procurador, para impugnar, querendo, o termo de conversão de bloqueio e depósito em penhora, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 475-J § 1º do CPC). Advs. MARIA IZABELLA GULLO A.LUIZ e MARTINE GHISLAINE JADOUL.

8. SUMARIA DE COBRANÇA - 21275/2000-COND.RES.PINUS x SILMA SOELI NOVAK - Deposite o interessado junto ao Contador Judicial as custas devidas àquela serventia, no valor de R$ 40,01. Advs. ANTONIO EMERSON MARTINS, ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA e CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA.

9. SUMARIA DE COBRANÇA - 23590/2001-COND.EDIFICIO DO PARQUE x EGIDIO ZATTERA e outro - conclusão da sentença de fls. 226...Em face ao exposto JULGO EXTINTO O PROCESSO PELO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, o que faço com fundamento no artigo 475-J, II do CPC. Expeça-se alvará de levantamento consoante postulado à fl. 211, facultando-se o abatimento de eventuais custas remanescentes. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente arquive-se. Advs. LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ, ANDRE ZACARIAS TALLAREK DE QUEIROZ, ALEXANDRE DALLA VECCHIA, EMERSON LUIZ VELLO, IVO CEZARIO GOBBATO DE CARVALHO e RAPHAEL MARCONDES KARAN.

10. REPARACAO DE DANOS (ORD) - 23901/2002-EUZA FERREIRA MARTINS RIBAS x TRANSPORTADORA FC LTDA ME e outro - conclusão da sentença de fls. 413... Em face ao exposto JULGO EXTINTO O PROCESSO PELO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, o que faço com fundamento no artigo 475-J, II do CPC. Expeça-se alvará de levantamento consoante postulado à fl. 412, facultando-se o abatimento de eventuais custas remanescentes. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente arquive-se. Advs. DANIEL BARRETO GELBECKE, ADEMAR NITSCHKE JUNIOR, MARCOS GRABOSKI, JOSE PEREIRA DE MORAES NETO, CARLA ELIZA DOS SANTOS SALDANHA, NORMA SUELI WOOD SALDANHA DE MORAES, ANDRE PEIXOTO DE SOUZA, CARLOS ALBERTO GUIMARAES AMARAL, EDUARDO EGG BORGES RESENDE, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, MURILO CLEVE MACHADO e LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES.

11. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO - 25324/2003-CLEVERSON OLIVEIRA ROCHA e outros x COND.ED.MARITANA e outro - Ante o contido na certidão retro, manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias. Intime-se. Advs. ALEXANDRE CHRISTOPH LOBO PACHECO, LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ e INGRID KUNTZE.

12. DESPEJO - 26574/2003-HILLANI CONSTR.CIVIL LTDA x BELMOVEIS IND.E DEC.DE MOVEIS LTDA e outros - Intime-se o executado, na pessoa de seu procurador, do termo de conversão de bloqueio em penhora do depósito de fls. 318, ficando ciente de que não reabre prazo para impugnação.- Advs. ANTONIO PEDRO TASCHNER JR, ROBERTO ROCHA WENCESLAU, ROBERTO VILLA VERDE FAHRION, PAOLA PAIVA DA SILVEIRA, MIRELA BARBOZA CARDOSO e GABRIEL NOGUEIRA SALUM.

13. BUSCA E APREENSAO - 26685/2003-BANCO VOLKSWAGEM S.A x HELIO TAKAO SAKUMA - Intimem-se os procuradores da autora para retirarEM os autos de Cartório, providenciando sua redistribuição na Comarca de São Joaquim/SC.- Advs. MARILI DALUZ RIBEIRO TABORDA, MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER e JOSE SAMUEL NERCOLINI.

14. COBRANCA (SUM) - 27684/2004-COND.ED.BEVERLY HILLS x NEIDE MARIA PASCOTTO - I. Ante o contido na petição de fl. 369 a 372, manifeste-se a parte executada, no prazo de cinco dias. II. Intime-se. Advs. LEVI ROCHA, ROGERIO FERNANDO DA SILVA e REGINA A.CAMPOS.

15. BUSCA E APREENSAO - 27888/2004-UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A x LUCIA HELENA DA SILVA - Sobre o(s) ofício(s) juntado(s), diga(m) o(s) interessado(s). Adv. MARIANE CARDOSO MACAREVICH.

16. DISSOLUCAO DE SOCIEDADE - 28216/2005-NEUSA CAETANO x ZEROW IND.E COM.DE TEC.E ARTIGOS P/VESTUARIO LTDA e outro - Preliminarmente, cabe à parte exequente informar se há inventário aberto, devendo apresentar certidão dos Cartórios Distribuidores. Defiro o desentranhamento dos documentos de fls. 252; 253; 255; 374 e 378 mediante substituição por cópias, conforme retro postulado. Intime-se. Advs. VICENTE HIGINO NETO, PEDRO EUCLIDES UTZIG e OSVALDO MARQUES DE SOUZA.

17. RESCISAO CONTRATUAL-ORD. - 28414/2005-JARDIM DAS AMERICAS ADM.PATRIMONIAL LTDA x LUCIANO CHIZINI E CHEMIN ADV.ASSOC.S/C e outro - Intime-se o(a) autor(a) para retirar o(s) ofício(s) solicitado(s) para remessa. Advs. BENEDITO AP. TUPONI JUNIOR, EMIR MARIA SECCO DA COSTA, LUCIANO CHIZINI E CHEMIN, KARIME CECYN PIETSZKOWSKI e JAQUELINE LORENA MIGLIORINI LOIK.

18. BUSCA E APREENSAO - 29284/2005-BANCO ITAÚ S/A x EMANUEL MARTINS DA ROSA - Sobre o(s) ofício(s) juntado(s), diga(m) o(s) interessado(s). Adv. KLAUS SCHNITZLER.

19. DESPEJO - 29815/2006-CELIA APARECIDA GARCIA KAYSER e outros x CLG COMERCIO DE FRUTAS LTDA - Sobre a correspondência devolvida, fls. 86, diga o autor. Advs. ENIO ROBERTO MURARA e KARYN MARTINS LOPES.

20. BUSCA E APREENSAO - 30066/2006-V2 FUNDO DE INVEST.EN DIR,CRED.MULTICARTEIRA Ñ PAD x ISRAEL SILVA - Sobre o(s) ofício(s) juntado(s), diga(m) o(s) interessado(s). Advs. GUSTAVO PAES RABELLO e LUCIANA BERRO.

21. EMBARGOS DE TERCEIRO - 30222/2006-RIVAIR ANDREOLI x CELSO LUIZ GIRARDELLO - Manifeste-se a parte interessada quanto ao cumprimento de sentença. II. Quedando-se inerte, no prazo de dez dias, arquive-se com as

cautelas de estilo. III. Intime-se. Advs. ROSALVA ROSSANE MENEGHINI, MARIO GREGORIO BARZ JUNIOR e ANTONIO CARLOS DA VEIGA.

22. BUSCA E APREENSAO - 30793/2006-BANCO ITAÚ S/A x RODERLEI DIAS DA SILVA - Sobre o(s) ofício(s) juntado(s), diga(m) o(s) interessado(s). Advs. KARINE CRISTINA DA COSTA, DIEGO RUBENS GOTTARDI, LEANDRO CABRERA GALBIATI, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA, DANILE DE BONA e KLAUS SCHNITZLER.

23. COBRANCA (SUM) - 31024/2006-SOC.EVANG.BENEF.DE CTBA (SEB) x FÁBIO HENRIQUE BITTENCOURT GONÇALVES e outros - Conclusão da sentença de fls. 275/276... Em face ao exposto, HOMOLOGO por sentença, a transação de fls. 274, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, consequentemente JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o que faço com fundamento no artigo 269, III do CPC, com relação a ré SUELLEN STEVAM TIMÓTHEO BONADIMAN, prosseguindo o feito em relação aos demais requeridos. Custas e honorários na forma avençada. Á Serventia para que proceda as anotações quanto a extinção do feito com relação a referida ré. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Advs. JEFFERSON RENATO ROSOLEM ZANETI, GUATAÇARA SCHENFELDER SALLES, GEVERSON ANSELMO PILATI, LEONDINA ALICE MION PILATI, PAULO ROBERTO GONGORA FERRAZ, JORGE MIGUEL PILOTO NETTO, DALTON LEMKE, RIVADAVIA ANTENOR PROSDOCIMO e ADRIANO NOGUEIRA.

24. INDENIZACAO (ORD) - 31038/2006-RICARDO SANTOS BLAUDT x BANCO ITAÚ S/A e outro - conclusão da sentença de fls. 438/439...Em face ao exposto, HOMOLOGO por sentença, a transação de fls. 418/420, para que surta seus juridicos e legais efeitos, consequentemente JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MERITO o que faço com fundamento no artigo 269, III do CPC. Custas e honorários na forma avençada. Oportunamente, expeça-se alvará de levantamento na forma ajustada. Defiro a dispensa do prazo recursal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, arquive-se. Advs. MAURÍCIO DE SANTA CRUZ ARRUDA, CELSO ARAUJO GUIMARAES, GIOVANA PISANI DE OLIVEIRA FRANCO, ADRIANA PIRES HELLER, ADRIANO NERY KUSTER, FERNANDO DE BONA MORAES, CIRANO MARÇAL BARBOSA, FERNANDO FIRMINO DOS SANTOS, SERGIO HENRIQUE MULLER GONÇALVES, GUILHERME CAPANEMA R. ANDRADE e JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO.

25. INDENIZACAO - 31261/2007-CID PRODUTOS LTDA x JOÃO CARLOS DE ARAUJO e outro - Autos n. 1-31261-2007 Com fundamento no artigo 331, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil e considerando a improbabilidade de obtenção de conciliação entre as partes, passo a sanear o feito. Tratam os presentes autos de ação de indenização por CID PRODUTOS LTDA em face de JOÃO CARLOS DE ARAÚJO e VALMIR TOZETTO. Alegou que os réus, advogado e contador, respectivamente, ofereceram-lhes prestação de serviços visando à recuperação, através do ajuizamento de ações judiciais, do IPI pago à maior em decorrência de suposta infração cometida. Alegou que após obterem êxito na demanda, os réus orientou a autora proceder a compensação eletrônica dos valores pagos indevidamente a título de IPI com os tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal. Ocorre que em dezembro de 2004 recebeu carta de cobrança da Secretaria da Receita Federal, na qual dizia acerca da impossibilidade de compensação em virtude da ausência do trânsito em julgado da ação em que se discutia a recuperação de IPI. Afirmou que os réus tinham conhecimento de que a ação não havia transitado em julgado, porém informaram de forma contrária à autora. Além disso, houve imposição de multa no percentual de 150% do valor das compensações efetuadas. Requereu indenização por danos materiais. O réu VALMIR TOZETTO ofereceu contestação, alegando ocorrência de decadência, nos termos do artigo 26 do CDC. Alegou que as compensações foram feitas pela autora sem conhecimento dos réus e somente tomaram conhecimento quando lhes foram exibidas pela autora as intimações da Receita Federal. Os réus tentaram apenas amenizar o impacto fiscal após a ocorrência dos fatos. Alegou inexistência de responsabilidade, posto ter feito apenas os levantamentos contábeis. O réu JOÃO CARLOS DE ARAUJO também apresentou contestação nos mesmos termos da contestação do réu Valmir. Apresentou também RECONVENÇÃO requerendo pagamento de honorários advocatícios pelos serviços prestados à autora. Reconvenção Considerando que a reconvenção para ser admitida deve seguir o disposto no artigo 315 do Código de Processo Civil, ou seja, deve ter conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa, impossível admiti-la nestes autos. Vejamos: a discussão na demanda principal concentra-se em suposta falha dos réus na prestação de serviços de natureza extrajudicial - orientação sobre compensação de tributos pelo sistema PERDCOMP, disponibilizado pela Secretaria da Receita Federal. Já a reconvenção ajuizada pelo réu JOÃO CARLOS DE ARAUJO visa tão somente o pagamento de honorários advocatícios sobre o trabalho prestado nas ações judiciais ajuizadas em nome da autora. Como se percebe, os argumentos deduzidos na reconvenção não são conexos com os da ação principal, nem tão pouco com o fundamento de defesa arguido na ação principal (inexistência de orientação acerca da compensação). Destarte, INDEFIRO a RECONVENÇÃO. O pedido deverá ser deduzido em demanda própria. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor e inversão do ônus da prova Analisando os autos, percebe-se que de um lado figura uma empresa de médio porte e, de outro, um advogado e um contador. Para o Código de Defesa, "consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final". Por sua vez, destinatário final é aquele que passa a ter o bem ou serviço para uso próprio, segundo a corrente maximalista, que o Colendo Superior Tribunal de Justiça entende aplicável. Nesta linha de raciocínio, possível aplicar o CDC na presente relação, visto que se trata de uma relação de prestação de serviços, espécie contemplada no CDC, na qual a parte autora celebrou contrato de prestação de serviços visando levantamento contábil da empresa e ajuizamento de ação judicial de restituição de IPI pago à maior em decorrência de suposta infração cometida, sendo destinatária final do serviço. Logo, não resta dúvida acerca da existência de relação de consumo entre as partes e a consequente aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Pois bem, na seara de produção de prova, a inversão do ônus da prova, no caso de relação de consumo, deve ser analisada caso a caso, não se perfazendo de forma automática. De acordo com o artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, deve o magistrado analisar a verossimilhança da alegação do consumidor ou a sua hipossuficiência. No caso dos autos, não há verossimilhança nas alegações da parte autora, em especial acerca da orientação por parte dos réus acerca da possibilidade de compensação e da existência do trânsito em julgado. Destarte, ausentes os requisitos do artigo 6º, inciso VIII, é de se indeferir o pedido de inversão do ônus da prova na relação de consumo envolvendo as partes. Prejudicial de mérito decadência Ambos os réus aduziram em sede de contestação, a decadência do direito pleiteado pela autora em face da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, especificadamente o artigo 26, II. A tese formulada não merece acolhimento, porque o prazo decadencial não se aplica às ações de indenização na qual o consumidor persegue o reconhecimento de falha na prestação de serviços. O prazo do artigo 26, inciso II, do CDC é aplicável somente às hipóteses em que se discute possível existência de vícios aparentes ou de fácil constatação. Destarte, afasto o pedido de reconhecimento da decadência. Pontos controvertidos -Divergem as partes quanto à existência de falha na prestação de serviços, em especial acerca da existência de determinação/orientação pelos réus acerca da possibilidade de compensação dos valores referentes ao IPI (questionado em demanda judicial) com outras dívidas perante a Secretaria da Receita Federal. -Também divergem quanto à ciência dos réus acerca da existência do trânsito em julgado na ação acima mencionada e a impossibilidade da compensação. -Extensão e responsabilidade dos réus e cabimento de indenização por dano material. Produção de provas A prova oral, além da documental já existente nos autos, será suficiente para elucidar os pontos controvertidos. Quanto à produção da prova oral, DEFIRO: a) o depoimento pessoal dos réus e b) a oitiva de testemunhas arroladas pelo autor. No que tange aos depoimentos pessoais, conste da intimação a advertência contida no § 1º, do art. 343 do CPC (pena de confesso em caso de não comparecimento ou recusa em depor). Quanto às testemunhas, assino o prazo de dez dias, contados da publicação do presente despacho, para que a parte autora deposite em cartório, o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, profissão, residência e local de trabalho, sob pena de preclusão. Oportunamente, retornem os autos para designação de audiência de instrução e julgamento. Intime-se. Advs. CARLOS EDUARDO RIBEIRO BARTNIK, NAILOR AYMORÉ OLSEN NETO, RODRIGO RAMATIS LOURENÇO e MARCIO KRUSSEWSKI.

26. ALVARA JUDICIAL - 31307/2007-ELAINE CRISTINA DOS SANTOS ALMEIDA e outros x ESPÓLIO DE THEREZINHA FARIAS DOS SANTOS - Conclusão da sentença de fls. 89/90... Em face ao exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para autorizar a expedição de ALVARÁ em nome dos autores, dispensando-a da prestação de contas. Custas e honorários nihil. Publique-se. Registre-se. Intime-se Adv. JONAS BORGES.

27. COBRANCA (EXE) - 31420/2007-ADELAIDE HARDT e outros x BANCO DO BRASIL S/A - Intime-se o executado, na pessoa de seu procurador, para impugnar, querendo, o termo de conversão de bloqueio e depósito em penhora, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 475-J § 1º do CPC). Advs. PAULO ROBERTO GOMES e LUIZ FERNANDO BRUZAMOLIN.

28. PRESTACAO DE CONTAS - 31604/2007-LUIS CLÁUDIO AMARAL VIANNA e outro x BANCO ITAÚ S/A - Intimem-se o executados, na pessoa de seu procurador, para impugnar, querendo, o termo de conversão de bloqueio e depósito em penhora, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 475-J § 1º do CPC). Advs. JOANES EVERALDO DE SOUSA, CLAUDIMIRO PRIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI.

29. EMBARGOS A EXECUCAO - 32202/2007-CESAR COSTA x COOP.DE CRED.MUTUO DOS PROFIS.DA SAUDE DE CURITIBA - conclusão da decisão de fls. 178/187...Em face ao exposto DECLARO SANEADO O PROCESSO e nos termos supramencionados, DEFIRO a produção de prova pericial e documental, únicas necessárias ao deslinde da causa. Nomeio para realização da PERÍCIA CONTÁBIL, independentemente de compromisso legal, todavia sob a égide do grau, a economista VANYA MARCON (3352-9644). Poderão as partes, no prazo de cinco dias, indicar assistente técnico e formular quesitos (CPC, art. 421). Considerando que o número de quesitos influencia na proposta de honorários do perito, após a apresentação dos quesitos, tornem para análise e cumprimento do disposto no artigo 426 do CPC. Na continuidade, será intimado o perito para formular proposta de honorários em relação aos quesitos deferidos. O Juízo deseja que a expert esclareça de forma objetiva: a) as taxas de juros efetivamente cobradas estão em consonância com o que foi contratado? b) em caso afirmativo, qual a média aplicada no contrato? c) os juros aplicados estão de acordo com a média de mercado? d) houve capitalização de juros em período inferior ao anual? e) em caso afirmativo, vislumbra-se autorização contratual para a adoção do cálculo composto? f) quais os encargos de mora incidentes no período de anormalidade?g) constata-se na planilha de fl. 83, cobrança cumulativa entre correção monetária, comissão de permanência, juros remuneratórios ou moratórios? h) a comissão de permanência, se adotada, excede a média de mercado ou, ainda, à taxa contratada para remuneração do capital (juros remuneratórios)? i) incide multa de mora nas operações de crédito analisadas? Em caso afirmativo, em que percentual? Tramitando sem efeito suspensivo, promova-se o desapensamento com o traslado de cópia para os autos de execução, visando o seu prosseguimento. Observe a Serventia, outrossim, que os ofícios de fl. 73 a 75 devem ser reproduzidos nos autos de execução (para evitar a renumeração dos embargos). Intime-se. Advs. FLÁVIO W. LINS, LUIZ ALBERTO GONÇALVES, JOAREZ DA NATIVIDADE, ADSON GABINO DE MORAES JUNIOR e LEILANE TREVISAN MORAES.

30. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD. - 32703/2007-REGLY E REGLY COM. PROD. LIMPEZA E ALIM.LTDA x ASSOCIAÇÃO DE ENSINO ANTONIO

LUIS - conclusão da decisão de fls. 198/199...Destarte, determino a inclusão da ASSOCIAÇÃO DE ENSINO IMACULADA CONCEIÇÃO no polo passivo da presente demanda, ratificando o bloqueio do númerário anteriormente realizado. Anote-se e intime-se. Adv. ROBSON ADRIANO DE OLIVEIRA.
31. REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 32755/2007-ANTONIO RICARDO FERREIRA CARDOSO x BANCO DO BRASIL S/A - Deposite o interessado junto ao Contador Judicial as custas devidas àquela serventia, no valor de R$ 26,52. Advs. CLAIRE LEMOS DE CAMARGO, PAULO ROBERTO FERRAZ, FABIANO FREITAS MINARDI, GEVERSON ANSELMO PILATI, LEONDINA ALICE MION PILATI e ELOI CONTINI.
32. BUSCA E APREENSAO - 32846/2007-FUNDO DE INVEST.EM DIR,CRED.NÃO PADR.AMERICA MULTC x PAULO CÉSAR OLIVEIRA DA SILVA - Sobre o(s) ofício(s) juntado(s), diga(m) o(s) interessado(s). Adv. SANDRA JUSSARA KUCHNIR.
33. REVISIONAL - 32923/2007-L. ALBERTI USINAGEM E SERVIÇOS LTDA x BUY CASH FOMENTO MERCANTIL S/A - Após trâmite legal e especificação de provas, o feito foi extinto com reconhecimento da litispendência com demanda que tramita perante a 7a. Vara Cível do Foro Central. Entretanto, o Tribunal de Justiça anulou a decisão determinando o retorno dos autos para esta Vara e sugeriu a realização de prova pericial. Assim, digam as partes, em cinco dias, se possuem interesse na realização de prova pericial. Advs. TÚLIO GODOY GOMES SALLES ROSA, PAULO VINICIUS ACCIOLY C. DA ROSA, PEREGRINO DIAS ROSA NETO e EDUARDO MELLO.
34. MEDIDA CAUT.PROD.ANT.PROVAS - 33012/2008-PAULO ROBERTO BUBNA e outro x BAGGIO CONST.CIVIS LTDA - I. Considerando o contido às fls. 627 a 633, defiro o desentranhamento das petições de fls. 617 e 620, bem como dos comprovantes de depósito de fls. 618 a 622 devendo juntá-los nos autos 34.556/2008. II. Ante o depósito integral dos honorários periciais (fl. 616), torno sem efeito o despacho de fl. 626, porem, nao se cogita de "preclusão" uma vez que a complementacão foi deferida, operando-se o custeio pelo interessado. III. Encaminhem-se os autos para o término da pericia. Intime-se. Advs. ADILSON LUIZ FERREIRA, SOLANGE WUICIK FERREIRA, NARJARA HEIDMANN, JEAN CARLO DE ALMEIDA, RICARDO DOS SANTOS ABREU e SAMIRA NABBOUH ABREU.
35. MONITORIA - 0002840-81.2008.8.16.0001-BANCO CITIBANK S/A x GUSTAVO PIEGEL - I. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n ° 940.274-MS (2007/0077946-1, j. 7 de abril de 2010), consolidou o entendimento que "O cumprimento da sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão". Concluiu o relator Ministro João Otávio de Noronha, que "De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercicio de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao Juizo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada". Nesse contexto, ficou definido, por voto da maioria, que a intimação pessoal do devedor é prescindivel, não, porém, a do advogado, que se aperfeiçoa mediante publicação do cálculo da divida na Imprensa Oficial:...II. Pelo exposto, publique-se o montante da divida (principal [atualizado e acrescido dos juros e correção monetária], custas e honorários de 10% sobre o valor da divida) na Imprensa Oficial, aguardando-se pelo prazo de quinze dias, sem que os autos saiam de cartório ou tornem à conclusão, o prazo para o cumprimento voluntário da sentença (CPC, art. 475-J). III. Ocorrendo o cumprimento, intime-se a parte credora para manifestar-se quanto a satisfatividade do pagamento no prazo de dez dias. IV. Inocorrendo o cumprimento voluntário, certifique-se, promovendo, na continuidade, o bloqueio via BacenJud, em conformidade com a ordem de preferência contida no artigo 655, I do Código de Processo Civil. V. Sendo frutifero o bloqueio (item "IV", retro), promova-se a transferência do numerario e lavre-se o termo de conversão de bloqueio em penhora. VI. Após a lavratura do termo de bloqueio em penhora (item "V", supra), intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado (CPC, art. 475-J, § 10), para, querendo, oferecer impugnação no prazo de quinze dias (§ 1°, in fine). VI. Quanto à extensão da penhora (item "IV", retro), incluam-se no montante da condenação (se necessário for, remetam-se ao Contador para elaboração de cálculo): a) as despesas processuais; b) a multa de 10% (dez por cento) por força do caput do artigo 475-J do Código de Processo Civil; c) honorários advocaticios que arbitro, desde logo, em 10% sobre o valor da condenação com a multa inserida ("Muito embora o capitulo do cumprimento de sentença seja omisso quanto à fixação da verba honorária, a interpretação sistemática e teleológica da norma conduz ao entendimento de que é cabível arbitramento de honorários" [ STJ - AgRg no Ag 1034880/RJ - 2008/0070512-1 - Relator: Ministro Sidnei Beneti - Terceira Turma - DJe 28/10/2008 ] ) . VII. Averbe-se na Autuação: "Em cumprimento de Sentença", promovendo as anotações de estilo. Intime-se. .-.-.-.-.-..-.-. Valor da dívida: R$ 100.123,14. Advs. ADRIANA D AVILA OLIVEIRA, ALINE FERNANDA PEREIRA, ROSANA JARDIM RIELLA e FELIPE CORDELLA RIBEIRO.
36. EXECUCAO - 33402/2008-BANCO ITAÚ S/A x LUIZ CARLOS GUIMARAES TAQUES e outro - Conclusão da sentença de fls. 200/201... Em face ao exposto HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, os termos do acordo supra mencionado e consequentemente JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, o que faço com fundamento no artigo 794, II do CPC. Custas ex vi lege. Honorários na forma avençada. Defiro o levantamento da penhora de fl. 186. Oficie-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente arquive-se. Advs. LEONEL TREVISAN JUNIOR, PAULO ROBERTO BARBIERI e ARTUR HERACLIO GOMES NETO.
37. PRESTACAO DE CONTAS - 33604/2008-NILTON PEDRO GARGANTINI x BANCO ITAÚ S/A - Despacho de fls. 397, item II... No que tange á Segunda fase do procedimento, havendo divergencia quanto as contas prestadas, determino aos litigantes que especifiquem os fundamentos da dissidencia visando apreciar a necessidade de perícia que definirá o saldo no encerramento da etapa superveniente... Intime-se. Advs. MAURO SÉRGIO GUEDES NASTARI, ANDERSON CLEBER OKUMURA YUGE, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e LUIZ RODRIGUES WAMBIER.
38. COBRANCA (ORD) - 33806/2008-DANIEL GOMES e outro x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Intime-se o executado na pessoa de seu procurador do termo de penhora de Conversão de Bloqueio e Depósito em Penhora de fls. 174, ficando ciente que não reabre prazo para embargos. -.-.-.- (Despacho de fls. 183). Manifeste-se a parte autora sobre a petição e cálculo de fls. 179 a 182, nao prazo de cinco dias. Intime-se. Advs. ADAUTO RIVAELTE DA FONSECA, CARLOS AUGUSTO ZENI, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA.
39. REVISIONAL - 33815/2008-L. ALBERTI USINAGEM E SERVIÇOS LTDA x FINANCE FOMENTO MERCANTIL LTDA - Autos n. 33815-2008 Com fundamento no artigo 331, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil e considerando a improbabilidade de obtenção de conciliação entre as partes, passo a sanear o feito. Tratam os presentes autos de ação revisional de contrato de factoring. A petição inicial foi indeferida devido a existência de litispendência. Decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça. Devidamente citada a ré ofereceu contestação atacando o mérito. A parte autora requereu a realização de prova pericial. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor Analisando os autos, percebe-se que de um lado figura uma empresa de fomento mercantil e, de outro lado, uma pessoa jurídica. Para o Código de Defesa, o consumidor é "toda pessoa física ou jurídica que adquire bens ou contrata a prestação de serviços na condição de destinatário final". Por sua vez, destinatário final é aquele que passa a ter o bem ou serviço para uso próprio. Nesta linha de raciocínio, possível aplicar o CDC na presente relação, visto que se trata de uma relação comercial, na qual a pessoa jurídica foi destinatária final do crédito. A empresa de fomento é uma instituição financeira e considerada fornecedora, que integra o conceito do artigo 3º, parágrafo 2º, do CDC: "Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária". Assim, não resta dúvida acerca da existência da relação de consumo entre as partes. Pois bem, na seara de produção de prova, a inversão do ônus da prova, no caso de relação de consumo, deve ser analisada caso a caso, não se perfazendo de forma automática. De acordo com o artigo 6º, inciso VIII, do CDC, deve o magistrado analisar a verossimilhança da alegação do consumidor ou a sua hipossuficiência. No caso dos autos, as alegações da autora são não verossímeis, já que se trata de um contrato de factoring que se pretende revisar como contrato de mútuo, nem se verifica hipossuficiência técnica. Ausentes, pois, os requisitos do artigo 6º., inciso VIII, do CDC é de se indeferir o pleito de inversão do ônus da prova. Pontos controvertidos 1-Descaracterização do contrato de factoring; 2-Legalidade da cláusula de recompra; 3-Existência de operação de desconto; 4-Existência de operação de mútuo; 5-Existência de agiotagem; 6-Legalidade da cobrança do deságio; 7-Legalidade da cobrança da comissão ad valorem; 8-Legalidade da cobrança de tarifas pela transferência de valores; 9-Se houve cobrança de juros remuneratórios e a legalidade do percentual; Produção de provas Considerando a decisão nos autos n. 32923-2007, envolvendo a mesma autora, na qual o Tribunal de Justiça sugeriu a realização de perícia. Defiro a produção da prova pericial. Nomeio perito o Sra. Bruno Vitorelli. Intimem-se as partes para que apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos, no prazo de cinco dias. Em seguida, intime-se o expert para formular a proposta de honorários no prazo de cinco (5) dias. Com a apresentação da proposta de honorários, dê ciência às partes, intimando o autor para o depósito, consoante disposto no artigo 33, do Código de Processo Civil. Quesitos do juízo: 1-Qual o contrato, os aditivos e as duplicatas objeto da discussão? 2-Houve cobrança de juros remuneratórios? 3-Houve cobrança de deságio? 4-Existe cláusula de recompra e esta foi efetivamente utilizada? 5-Houve cobrança de tarifas e comissão ad valorem? Especificar os valores. Audiência de instrução e julgamento A audiência somente será designada caso haja necessidade da oitiva do perito. Advs. PAULO VINICIUS ACCIOLY C. DA ROSA, LÁZARA DANIELE GUIDIO BIONDO e VITOR HUGO PAES LOUREIRO FILHO.
40. DECLARATORIA - 33918/2008-ROOSEVELT SILVA DE OLIVEIRA x FERNANDO INKOTE e outro - Homologo a desistência do recurso de apelação de fls. 156 a 161, por conseguinte julgo prejudicado o recurso adesivo de fls. 181 a 192 (art. 500, III do CPC). II. Certifique-se o trânsito em julgado. Intime-se. Advs. ADAUTO PINTO DA SILVA, PAULO CARVALHO, KIYOSHI ISHITANI, MAURO JUNIOR SERAPHIM e ROBERTO SIQUINEL.
41. MEDIDA CAUTELAR - 34151/2008-VILSON SILVA DE FARIAS x UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A - Manifeste-se a parte interessada quanto ao cumprimento de sentença. Quedando-se inerte, no prazo de dez dias, arquive-se com as cautelas de estilo. Intime-se. Advs. ROSANA HORNE, JORGE ANDRE RITZMANN DE OLIVEIRA e JOSLAINE MONTANHEIRO ALCÂNTARA DA SILVA.
42. REPARACAO DE DANOS - 34467/2008-ALEC SANDRO BORELLI x GLÉCIO MUSSY VILAR - ME e outros - conclusão da decisão de fls. 659/671... Denunciação à lide Considerando que o denunciado além de negar a qualidade que lhe foi atribuída, também contestou o feito, o processo deve prosseguir em relação ao denunciado, nos moldes do artigo 75, inciso I, do Código de Processo Civil. Observe-se, entretanto, desnecessidade do ingresso do IRB, já que a demanda versa sobre direitos do consumidor e a seguradora principal já faz parte do polo passivo. Pontos controvertidos As partes controvertem acerca do nexo de causalidade entre o acidente e os danos causados no autor; se o evento danoso era imprevisível e inevitável (força maior); Responsabilidade das rés; extensão do dano material e do moral. Produção de provas Determino, por ora, a realização de prova pericial. Para realização da perícia nomeio Regina Lúcia L. de Paula, engenheira. Intimem as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistente técnico, no prazo de cinco dias, sob pena de preclusão. A escrivania deverá intimar a perita para, em 05 (cinco) dias, apresentar proposta de honorários, bem como ser cientificada que deverá designar dia e hora para o início da perícia, possibilitando a intimação das

partes, nos moldes do disposto no artigo 431-A, do Código de Processo Civil. Com a apresentação da proposta de honorários dê ciência às partes, intimando as rés para, pro rata e em 10 dias, efetuarem a antecipação dos honorários periciais, já que a parte autora é beneficiária da assistência judiciária e a prova é imprescindível para o julgamento do feito. Quesitos do juízo: Descreva inclusive graficamente como era o local dos fatos na data do evento danoso e como estavam posicionados os brinquedos. Descreva como estava o tempo no dia dos fatos. Descreva como era, como funcionava e quanto pesava o brinquedo "touro mecânico" que estava no local do evento danoso (se possível trazer fotos do referido brinquedo ou de semelhante para que esta juíza possa visualiza-lo). O referido brinquedo "touro mecânico" possui hastes ou qualquer outro mecanismo para serem fixados ao chão? Em caso positivo, estes mecanismos estavam ativados no dia do evento danoso? Em caso negativo, esclareça se a fixação ao chão é obrigatória de acordo com as normas do fabricante. Esclareça se no dia dos fatos houve ocorrência de vento forte. Caso positivo, esclareça o nome técnico e as características de tal evento climático, inclusive as velocidades que pode atingir ou atingiu no caso dos autos. Diga se tal evento é de ordem natural e se era previsível. Fazer os esclarecimentos pertinentes, em especial acerca da previsibilidade. Esclareça o potencial de destruição do referido evento? Esclareça se a existência de hastes ou cabos de aço ancorados ao chão evitaria que o brinquedo "touro mecânico" fosse lançado ao ar ou, ao revés, aumentaria a proporção da tragédia (porque os cabos também seriam lançados ao ar). O evento danoso poderia ser, de alguma forma, evitado? Explicar. Fazer outros esclarecimentos que a perita entenda pertinente. Excepcionalmente, analisarei a necessidade da realização de prova oral após a entrega do laudo pericial. Oficie-se à 5ª. Vara Criminal desta Comarca para que o juízo nos informe acerca do andamento do feito (autos n. 2007.14816-7) que figura como autor o Ministério Público do Estado do Paraná e réus Glecio Mussy Vilar e Ocimar Rodrigues, enviando, se for o caso, cópia da sentença e do acórdão (vide fl. 64). Intime-se. Advs. ADILSON MENAS FIDELIS, MARCELO JOSE CISCATO, ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO, ROGERIA DOTTI DORIA, FERNANDO WELTER, VALMIR SCHREINER MARAN, JULIO ASSIS GEHLEN e ADRIANO HENRIQUE GOHR.

43. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB. - 34660/2008-ESTER MARIA TEREZA DI MAIS TORMES x BANCO PANAMERICANO S/A - Intime-se a executada, na pessoa de seu procurador, para impugnar, querendo, o termo de conversão de bloqueio e depósito em penhora, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 475-J § 1º do CPC). Advs. FERNANDO DO AMARAL BORTOLOTTO, WALDIR LESKE, GUILHERME AUGUSTO BANA e ADRIANO MUNIZ REBELLO.

44. PRESTACAO DE CONTAS - 0002144-11.2009.8.16.0001-VALDOMIRO MENDES ROSSETO x BANCO PANAMERICANO S/A - Manifeste-se a parte interessada quanto ao cumprimento de sentença. Quedando-se inerte, no prazo de dez dias, arquive-se com as cautelas de estilo. Advs. MAURO SÉRGIO GUEDES NASTARI e ADRIANO MUNIZ REBELLO.

45. CONHECIMENTO - 35006/2009-REX PNEUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA x TIM CELULAR S/A - despacho de fls. 311: I. Em relação à impugnação apresentada às fls. 307 a 310, segue decisão em separado, em uma lauda. II. Ante o contido à fl. 306, intime-se a parte autora para trazer aos autos procuração atualizada e com os poderes para receber e dar quitação, no prazo de cinco dias. III. Intime-se.-.-.-.-.decisão de fls. 311: TIM CELULAR S/A ofertou impugnação às fls. 307 a 309 aduzindo, em sintese, a ocorrencia de excesso decorrente da aplicação da multa. SAO OS FATOS EM SINTESE. A impugnação deve ser rejeitada de plano, tendo em vista a preclusão temporal e lógica, tanto que não foi reaberto prazo para apresentação de impugnação, conforme termo de fl. 300. Em face ao exposto, REJEITO de plano a impugnação de fls. 307 a 310. Custas e honorários Nihil. Intime-se. Advs. IGUACIMIR GONÇALVES FRANCO, SIMARA ZONTA, JULIANO M.FRANCO, FABIULA SCHMIDT e SERGIO LEAL MARTINEZ.

46. INDENIZACAO - 35252/2009-SERGIO AUGUSTO SCHEMBERK x IRTHÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Conclusão da sentença de fls. 164/180... Em face ao exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado por SÉRGIO AUGUSTO SCHEMBERK para CONDENAR a ré IRTHÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA: a) ao PAGAMENTO das PERDAS E DANOS prefixadas no parágrafo segundo da cláusula "décima segunda" consistente em 16 (dezesseis meses) meses de aluguel, abrangendo os períodos entre fevereiro de 2007 (inclusive) e maio de 2008 (inclusive), no valor mensal de R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos) para cada unidade, corrigido monetariamente pela média aritmética entre o INPC e o IGP/DI# e com juros de mora de 1% ao mês (CC/02, art. 406), a partir do dia 24 de janeiro de 2007 (data a partir da qual incidiu em mora); b) ao PAGAMENTO, a título de DANOS MORAIS, da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigida monetariamente pela média aritmética entre o INPC e o IGP/DI, a partir da publicação da presente decisão# (STJ, Súmula nº 362#), com juros de 1% ao mês (CC; art. 406), devidos a partir do evento danoso (dia 24/01/2007) nos termos da Súmula 54 STJ#. Considerando que o quantum pretendido a título de dano moral é, na verdade, apenas sugerido, não se cogita de sucumbência recíproca (Súmula nº 326 do STJ#). Por isso CONDENO a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20%, sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do artigo 20, § 3º, Código de Processo Civil, observando que as despesas processuais não incidem no cálculo dos honorários: "Calculam-se os honorários sobre o principal e os juros devidos (RT 609/106, RJTJESP 92/227, JTA 53/21), não, porém, sobre as custas e outras despesas processuais (JRA 89/407). Estão sujeitos a correção monetária (LCM 1º "caput")#". Publique-se. Registre-se. Intime-se. Advs. ALEXANDRE DALLA VECCHIA e ADRIANA REIS MENEGLIN.

47. ORDINARIA DE COBRANÇA - 35518/2009-INSTITUTO CONFIANCCE x BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A - conclusão da sentença de fls. 110/121...Em face ao exposto e mais o que dos autos constam, julgo PROCEDENTE o pedido formulado por INSTITUTO CONFIANCE para CONDENAR a requerida BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A ao pagamento do capital segurado individual de R$ 9.574,47 (nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), corrigido monetariamente pela média aritmética entre o INPC eo IGP/DIS, a partir do ajuizamento da ação, e com juros de mora de 1% ao mês (CC, art. 406), a partir da citação. Como houve concordância em receber o capital segurado individual em conformidade com o cálculo realizado pela seguradora (fl. 108), entendo que não houve decaimento, em que pese a pretensão inicial tenha sido mais abrangente. Deste modo, responderá a parte ré integralmente pelas custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 20% sobre o valor atualizado da condenação, nos moldes do artigo 20, § 3° do Código de Processo Civil. Observe-se que as despesas processuais não incidem no cálculo dos honorários: "Calculam-se os honorários sobre o principal e os juros devidos (RT 609/106, RJTJESP 92/227, JTA 53/21), não, porém, sobre as custas e outras despesas processuais (JRA 89/407). Estão sujeitos a correção monetária (LCM 1° "caput"). Publique-se. Registre-se. Intime-se. - Advs. ANA LUIZA MANZOCHI e ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA.

48. EMBARGOS DO DEVEDOR - 35668/2009-MARISTELA FABRIS DE ROSSI x ELOIR FERRONATO - Apresente a parte embargante proposta concreta nos autos. Intime-se. Advs. MARCOS BUENO GOMES, WANDERLEY WEBER PONTES e RAPHAEL TAQUES PILATTI.

49. CAUTELAR EXIB. DE DOCUMENTOS - 36085/2009-PEDRO GONÇALVES x ADM.DE IMOVEIS E COND.MINEIRA LTDA e outro - Intime-se o executado, na pessoa de seu procurador, para impugnar, querendo, o termo de conversão de bloqueio e depósito em penhora, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 475-J § 1º do CPC). Advs. NEUDI FERNANDES, SAYRO MARK MARTINS CAETANO, THAIS BRAGA BERTASSONI, JOSE MELQUIADES DA ROCHA e JOSE MELQUIADES DA ROCHA JUNIOR.

50. DESPEJO - 36323/2009-CAMILO TURMINA x YONG SUK KIM VESTUÁRIOS - ME E OUTROS e outros - Sobre a correspondência devolvida, fls. 78, diga o autor. Adv. CLEBER EDUARDO ALBANEZ.

51. EMBARGOS A EXECUCAO - 36366/2009-MASTERMIX COM.DE MAT.P/ CONSTR.LTDA e outros x BANCO ITAÚ S/A - I. Visível o desiderato infringente dos declaratórios de fls. 132 a 141. Para tanto há recurso adequado. Deste modo, sopesando a inexistência de omissão, contradição ou obscuridade, rejeito os embargos de declaração manejados pela embargante: "Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. A maior elasticidade que lhes reconhece, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão". (RTJ, 89/548, apud Theotonio Negrão, nota 535:3) II. Aguarde-se em Cartório, sem nova conclusão, o transcurso do prazo para eventual agravo. Intime-se. Advs. HARRI KLAIS, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS e FABRICIO KAVA.

52. DEPOSITO - 36880/2009-BANCO SAFRA S/A x JENIFER RIBEIRO DA SILVA - Sobre o(s) ofício(s) juntado(s), diga(m) o(s) interessado(s). Advs. NELSON PASCHOALOTTO e JULIANA RIBEIRO.

53. PRESTACAO DE CONTAS - 37027/2009-LUCIANO ORTEGA FAGUNDES x BANCO SANTANDER NOROESTE LEASING-ARREND.MERC.S/A - Retirar a parte autora a(s) carta(s) de citação e providenciar sua(s) remessa(s). Advs. CARLOS JOSE DE OLIVEIRA MATTOS e FERNANDO MARIO RAMOS.

54. COMINATORIA - 37141/2009-JOÃO PAULO DE NORONHA DUPRAT CARDOSO x UNIMED CURITIBA -SOC.COOP.DE MEDICOS - Conclusão da sentença de fls. 263/270... Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial formulado por JOÃO PAULO DE NORONHA DUPRAT CARDOSO em face de UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS para o fim de: a) DECLARAR a ilegalidade do inciso III do artigo 3º do Estatuto em vigor no que tange à sujeição à seleção pública de provas e títulos; b) DETERMINAR à ré que promova a INCLUSÃO do autor como médico cooperado na especialidade técnica ostentada (Oftalmologia), condicionado à subscrição da quota-parte vigente na data do ajuizamento da presente ação. c) CONDENAR a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), nos moldes do artigo 20, § 4º do CPC. DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, para o fim de DETERMINAR à ré que promova a INCLUSÃO da parte autora como médico cooperado, nos moldes determinado no item b, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) para o caso de descumprimento da presente decisão. Fixo prazo de quinze (15) dias, contados da publicação da sentença, para implementação das medidas administrativas de recebimento do depósito e inclusão do autor como cooperado. Publique-se. Registre-se. Intime-se Advs. MARIELLE MAZALOTTI NEJM TOSTA, LUIZ ANTONIO CARVALHO DE JULIO, LETICIA NERY VILLA STANGLER AREND e LIZETE RODRIGUES FEITOSA.

55. REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 0000415-13.2010.8.16.0001-LAERCIO FELIX DA ROCHA x BANCO BV FINANCEIRA S/A C.F.I. - Conclusão da sentença de fls. 97/104... Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na petição inicial, a fim de: declarar nulidade da cláusula "15" que propicia a cumulatividade entre comissão de permanência e multa (fl. 93), com exclusão da comissão de permanência; b) declarar nulidade do item "5.13" no que tange a cobrança da "TAC" (no valor de R$ 350,00 trezentos e cinquenta reais) e do item "5.14", referente a "Tarifa de Cobrança por Boleto Bancário" (no valor de R$ 3,50 três reais e cinquenta centavos), consignada no instrumento de fl. 92. c) determinar a apuração dos valores constantes nos itens "a" e "b", devendo ser descontado do valor da dívida e em caso de ser apurado crédito em favor da parte autora, CONDENAR o réu a proceder à restituição simples. Em virtude da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais). O autor deverá arcar com o pagamento de 60% (sessenta por cento) da condenação e o réu com 40% (quarenta por cento) restante. Salientando que o autor é beneficiário da assistência judiciária, sendo aplicável o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50. Publique-se. Registre-se.

Intimem-se. Advs. MAYLIN MAFFINI, PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES.

56. REPETICAO DE INDEBITO - 0000545-03.2010.8.16.0001-ISAQUE CECÍLIO x BANCO ITAÚ S/A - Conclusão da sentença de fls. 144... Em face ao exposto, HOMOLOGO por sentença, a transação de fls. 126/127, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, consequentemente JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o que faço com fundamento no artigo 269, III do CPC. Custas e honorários na forma avençada. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, arquive-se. Advs. VIVIAN REGINA LAZZARIS e GUSTAVO SALDANHA SUCHY.

57. DECLARATORIA - 3995/2010-BRASILSAT HARALD S/A x ELECTROSTATIC - DUST EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e outro - Intime-se a executada, na pessoa de seu procurador, para impugnar, querendo, o termo de conversão de bloqueio e depósito em penhora, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 475-J § 1º do CPC). Advs. IRINEU PALMA PEREIRA e VANESSA LOUCAO DURAES SALGADO.

58. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD. - 0005137-90.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER BANESPA BRASIL S/A x LOURENÇÃO & LOURENÇÃO LTDA ME e outros - I. Indefiro o pedido de fl. 72, uma vez que o termo de conversão de bloqueio em penhora foi lavrado à fl. 57, conforme determinação de fl. 47. II. Sobre o prosseguimento do feito, manifeste-se a parte exequente, no prazo de cinco dias. Intime-se. Advs. JOANITA FARYNIAK, SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES e SHEILA CAMARGO COELHO.

59. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD. - 8175/2010-CLEONICE DE LIMA ASSUNÇÃO ME x JGB ENGENHARIA LTDA - Providenciar a parte autora o pagamento da importância de R$ 9,40, para posterior expedição do(s) ofício(s). Advs. JOSE WALDEMAR BARON FILHO e EDSON LUIZ GABRIEL JUNIOR.

60. COBRANCA (ORD) - 0016543-11.2010.8.16.0001-LUIZ BEDIN e outros x BANCO ITAÚ S/A - I. Tendo em vista o teor do ofício circular n°: 116/2010, oriundo da Presidência do Tribunal de Justiça em cumprimento à deliberação do Ministro Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal, ficará sobrestada tão somente a remessa dos recursos, não abrangendo as ações ainda em curso nem mesmo as que estão em fase de execução ou cumprimento de sentença, seja em decorrência de sentença transitada em julgado ou de acordo judicialmente homologado. II. Ante ao exposto, os autos aguardarão em cartório ulterior deliberação por parte do Supremo Tribunal Federal ou da douta Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná. Intime-se. Advs. MAX HERCILIO GONÇALVES e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS.

61. DESPEJO - 0021314-32.2010.8.16.0001-PATRICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA x LUIZ ANTONIO FERREIRA PEREIRA - I. O feito comporta julgamento antecipado (art. 330, inc. I, do CPC). II. Tornem os autos conclusos para sentença. Advs. DARCI JORGE FINGER e JORGE AUGUSTO DERVICHE CASAGRANDE.

62. OBRIGACAO DE FAZER - 0024182-80.2010.8.16.0001-WALTER RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR x PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS - I. Em relação ao agravo retido, segue decisão em separado, em uma lauda. II. Tornem os autos conclusos para saneamento do feito. Intime-se.--.-.-.-. conclusão da decisão de fls. 308...Em face ao exposto, MANTENHO A DECISÃO de fl. 291, por seus próprios fundamentos. Permaneça o agravo, retido nos autos, para oportuna apreciação. Outrossim, anote-se na autuação a interposição do agravo, nos moldes da norma 5.2.5, III, do Código de Normas da Corregedoria. Intime-se. Advs. LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE e RAFAEL DE SAMPAIO CAVICHIOLI.

63. INDENIZACAO - 0027795-11.2010.8.16.0001-FORÇA DE VENDAS I/EXP. AL. LTDA. x SONY BRASIL LTDA. - Providenciar a parte autora o pagamento das custas processuais no valor de R$ 22,56. Advs. ANDREIA DA ROSA RACHE e EDUARDO BROCK.

64. NUNCIACAO DE OBRA NOVA - 0028084-41.2010.8.16.0001-ORLANDO MEDEIROS DE SOUZA JR e outro x ISLANDIA MARIA DEIMLING - Designada pela Sra. Regina, perita judicial, o dia 11 de novembro de 2011, às 10:30 horas, para a 1ª vistoria pericial no imóvel ajuizado.- Advs. ANTONIO SILVA DE PAULO, LUIZ CONSTANTINO FILIPIN e CRISTIANE EMMENDOERFER.

65. SUMARIA DE COBRANÇA - 0028160-65.2010.8.16.0001-COND.PQ.RES.VERDESPAÇO x SUELI MORELLI DA SILVA - Retirar a parte autora a(s) carta(s) de citação e providenciar sua(s) remessa(s). Adv. LEANDRO LUIZ KALINOWSKI.

66. EXIBICAO DE DOCUMENTOS - 0029142-79.2010.8.16.0001-NELSON RIBEIRO DA SILVA x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - Conclusão da decisão de fls. 96/97... Em face ao exposto DECLARO DESERTO o recurso interposto, julgando-o consequentemente extinto nos termos do artigo 511 do CPC. Intime-se Advs. KARLO MESSA VETTORAZZI, TANIA FRANCISCA DOS SANTOS e GILBERTO STINGLIN LOTH.

67. RESOLUCAO CONTRATUAL (ORD) - 0029562-84.2010.8.16.0001-JAQUELINE DECIMO GRAZZIOTTIN x TELEMAR NORTE LESTE S/A - Não há contradição, omissão ou obscuridade na decisão objurgada que, aliás, é facilmente compreendida. Odesiderato infringente é nítido.Para tantohá recurso adequado. Deste modo, rejeito os embargos de declaração manejados por Jaqueline D. Grazziottin às fls. 160 a 161. Aguarde-se em Cartório, sem nova conclusão, o transcurso do prazo para eventual agravo. Intime-se. Advs. MOISES DE JESUS TEIXEIRA JUNIOR e SANDRA REGINA RODRIGUES.

68. ALVARA JUDICIAL - 0031775-63.2010.8.16.0001-FABIANO CARMEZINI OLIVEIRA e outro x ESPÓLIO DE ALMIR DE OLIVEIRA - Ciência ao autor da decisão do agravo de instrumento de fls. 426/429.- Adv. IRINEU GALESKI JUNIOR.

69. COMINATORIA - 0043262-30.2010.8.16.0001-JULIANA OLIVEIRA BATISTA x SERASA S/A - CENTRALIZAÇÃO DE SERV. DOS BANCOS S/A - Conclusão da sentença de fls. 30/31... Ante o exposto, reconheço a ilegitimidade do SERASA para figurar no polo passivo da demanda e com fundamento no artigo 267, do Código de Processo Civil, declaro extinto, sem resolução do mérito, o presente processo. CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos moldes do artigo 20, § 4º do CPC, ante a ausência de complexidade da causa, desnecessidade de instrução do feito e a ausência de condenação. A parte autora é beneficiária da assistência judiciária, devendo ser aplicado o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS, RAFAEL DE LIMA FELCAR e IVONE EIKO KURAHARA.

70. BUSCA E APREENSAO - 0045128-73.2010.8.16.0001-BANCO PANAMERICANO S/A x SUELI MACHADO DOS SANTOS - Sobre o(s) ofício(s) juntado(s), diga(m) o(s) interessado(s). Advs. NELSON PASCHOALOTTO e RAFAEL MAIA EHMKE.

71. EXECUCAO DE HIPOTECA - 0045241-27.2010.8.16.0001-BANCO ITAÚ S/A x DORIVAL GABRIEL ZACARIA e outro - Deferido a suspensão do feito pelo prazo de 180 dias. Adv. GILBERTO RODRIGUES BAEMA.

72. REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 0048739-34.2010.8.16.0001-CLEVERSON ROBERTO JUSTUS x BV FINANCEIRA S/A CRED.FINANC.E INVEST. - Aguarde-se a publicação de fl. 164. Intime-se. Advs. DANIELY S. SAMPAIO, RAFAEL MACIEL DE FREITAS, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA e JAIME OLIVEIRA PENTEADO.

73. BUSCA E APREENSAO - 0052831-55.2010.8.16.0001-BANCO PANAMERICANO S/A x JOSINALDO LOPES DA SILVA - Sobre o(s) ofício(s) juntado(s), diga(m) o(s) interessado(s). Advs. MARINA BLASKOVSKI, KARINE SIMONE POFAHL WEBER e ALESSANDRA MADUREIRA DE OLIVEIRA.

74. REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 0057724-89.2010.8.16.0001-TANIA REGINA SIQUEIRA x BV FINANCEIRA S.A - CRED. FINANC.E INVEST. - Conclusão da sentença 154/162... Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na petição inicial, a fim de: declarar nulidade do tópico "7" Encargos Moratórios que propicia a cumulatividade entre comissão de permanência e multa (fl. 41), com exclusão da comissão de permanência; b) declarar nulidade do item "6.4" no que tange a cobrança do "Custo com Serviços de Terceiros" (no valor de R$ 1.322,40 um mil trezentos e vinte e dois reais e quarenta centavos); da "Tarifa de Cadastro" (no valor de R$ 445,00 quatrocentos e quarenta e cinco reais) e do "Custo com Registros" (no valor de R$ 34,44 trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), consignada no instrumento de fl. 41. c) determinar a apuração dos valores constantes nos itens "a" e "b", devendo ser descontado do valor da dívida e em caso de ser apurado crédito em favor da parte autora, CONDENAR o réu a proceder à restituição simples. Em virtude da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais). O autor deverá arcar com o pagamento de 60% (sessenta por cento) da condenação e o réu com 40% (quarenta por cento) restante. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. LIDIANA VAZ RIBOVSKI, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e FLAVIO PENTEADO GEROMINI.

75. BUSCA E APREENSAO - 0062381-74.2010.8.16.0001-CIFRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS x ELITON DIAS GOMES - Sobre o(s) ofício(s) juntado(s), diga(m) o(s) interessado(s). Adv. MARILI R. TABORDA.

76. EXIBICAO DE DOCUMENTOS - 0065376-60.2010.8.16.0001-NAIR BARBOSA DE FREITAS x OI - BRASIL TELECOM S/A - Conclusão da sentença de fls. 88/92... Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, considerando cumprida a obrigação, visto que os documentos solicitados foram juntados com a contestação. Condeno a parte ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios ao Advogado da parte autora. Com base no artigo, 20, § 4º, do Código de Processo Civil, arbitro em R$ 500,00(quinhentos reais), considerando os critérios norteadores disposto no parágrafo 3º, do artigo referido, a simplicidade da demanda, o valor da causa (R$ 1.000,00) e o julgamento antecipado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS, RAFAEL DE LIMA FELCAR e SANDRA REGINA RODRIGUES.

77. EXECUCAO - 0066259-07.2010.8.16.0001-BANCO ITAÚ S/A x W G L COMERCIO DE VEICULOS LTDA-ME e outro - Providenciar a parte autora o pagamento da importância de R$ 9,40, para posterior expedição do(s) ofício(s). Adv. ANTONIO CELESTINO TONELOTO.

78. EXIBICAO DE DOCUMENTOS - 0067069-79.2010.8.16.0001-ROMUALDO MARTINS JUNIOR x BANCO FINASA S/A - Intime-se o autor para, em dez dias, juntar cópia de seus tres últimos comprovantes de renda, sob pena de indeferimento da assistencia judiciária. Adv. ADEMILSON GASPAR.

79. DECLARATORIA - 0067437-88.2010.8.16.0001-NILSON FREZ DOS SANTOS x ITAIM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA e outros - Intime-se ao procurador André Luis Gaspar para dar cumprimento ao despacho de fl. 171, no prazo de mais dez dias Adv. ANDRE LUIS GASPAR.

80. REVISAO DE CONTRATO(SUM) - 0071617-50.2010.8.16.0001-CARLOS ROBERTO PONTES x BANCO PANAMERICANO S/A - Retirar a parte autora a(s) carta(s) de citação e providenciar sua(s) remessa(s). Adv. CAROLINA BETTE TONIOLO BOLZON.

81. MEDIDA CAUTELAR - 0002508-12.2011.8.16.0001-ELENI MORAES BARROS x GLOBEX UTILIDADES S/A ( LOJAS PONTO FRIO) - Designada pela Sra. Regina, perita judicial, o dia 14 de outubro de 2011, às 10:30 horas, para a 1ª vistoria pericial no imóvel ajuizado.- Advs. PAULO HERNANI DE MENEZES JUNIOR e STELA MARLENE SCHWERZ.

82. EMBARGOS A EXECUCAO - 0012583-13.2011.8.16.0001-FABIO VALSECCHI x SERVIÇO NAC.DE APREND.COML, ADM.REG.NO EST.DO PR - SENAC-PR - Sobre a proposta de acordo apresentada às fls. 75 a 76, manifeste-se a parte embargada, no prazo de cinco dias. II. Intime-se. Advs. WAGNER AZEVEDO CHAVES e VANISE MELGAR TALAVERA.

83. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0015327-78.2011.8.16.0001-ASSOCIACAO DOS MAGISTRADOS DO PARANA - AMAPAR x TIM CELULAR S/A - I. Ante o

contido na informação de fl. 196, republiquem-se todos os despachos em nome do procurador da executada Tim Celular S/A. II. Intime-se.-.-."despacho de fls. 149: I. Prefacialmente, junte a parte credora a certidão explicativa quanto a fase em que se encontra o procedimento recursal no prazo de dez dias. II. Intime-se.-.-.despacho de fls. 164/166: I. A interposição de recurso desprovido de efeito suspensivo não inibe a liquidação da sentença nos moldes do artigo 475-A, § 2° do Código de Processo Civil que preleciona: "A liquidação poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes". No caso em tela, ordenou-se a liquidação por arbitramento em conformidade com o disposto no artigo 475-C, I: "Far-se-á a liquidação por arbitramento quando: I - determinado pela sentença ou convencionado pelas partes;". II. Assim, nomeio o economista CARLOS GALARDA (CRA/PR-7496 - 3292-3970 - 9983-1252) para liquidar o título em conformidade com os parâmetros fixados na parte dispositiva de fls. 104 a 106 cuja alteração eventual segue o princípio estatuído no artigo 475-0 I do CPC, vale dizer: corre por iniciativa, conta e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido". Faculto aos litigantes a indicação de Assisten- tes Técnicos no prazo de cinco dias. Embora desnecessária, não haverá impedimento que formulem quesitos no prazo supra citado (5 dias). Nesse caso, tornem para análise prévia e cumprimento do disposto no artigo 426 do CPC. III. Após o cumprimento da parte final do item "II" supra, será intimado o perito para apresentar proposta de honorários no prazo de dez dias, observando a natureza específica da perícia (liquidar os contratos de acordo com a sentença). IV. A sentença carreou a responsabilidade ao demandado (obrigação de fazer), contudo, eventual recusa no recolhimento dos honorários propicia ao credor ofertar seus cálculos para homologação. V. Quanto a suspensão dos pagamentos, a autora já foi autorizada à portabilidade de modo que a real necessidade do pleito é ainda questionável. Assim, sobre o pleito contido na alínea "a" de fls. 10 e 11 é mister que se colha manifestação prévia da executada, no prazo de dez dias. VI. Recomendo aos litigantes que mantenham um contato cordial para eventual composição da demanda. Intime-se.-.-.-.despacho de fls. 195: I. Defiro os quesitos formulados pelo exequente à fl. 170 a 173. Certifique-se quanto a indicação de assistente técnico ou formulação de quesitos pela executada. II. Após, intime-se o Sr. Perito nomeado à fl. 164, item "II" para propor honorários, no prazo de dez dias. Intime-se.- Advs. PAULO VINICIUS ACCIOLY C. DA ROSA, VICTOR ALEXANDRE BOMFIM MARINS, FABIULA SCHMIDT e EDUARDO HENRIQUE VEIGA.

84. BUSCA E APREENSAO - 0016946-43.2011.8.16.0001-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x IRINEU REINEHR JUNIOR - Assistência judiciária Se de um lado é certo que a declaração confere presunção juris tantum de pobreza, de outro, a jurisprudência mais abalizada permite magistrado verificar a veracidade das alegações da parte. Como a presunção não é absoluta, deve o juiz indeferir os benefícios da justiça gratuita quando tiver fundadas razões para acreditar que a parte possui condições para arcar com as custas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família. Nesse sentido existem diversos julgados, inclusive no Superior Tribunal de Justiça: "RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. REQUERIMENTO FORMULADO NO CURSO DA AÇÃO. INDEFERIMENTO. CRITÉRIO DO JUIZ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. 1. É admitido ao juiz, quando tiver fundadas razões, indeferir pedido de Assistência Judiciária Gratuita, não obstante declaração da parte de que a situação econômica não lhe possibilita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. (Lei nº 1.060/50). 2. Decisão das instâncias ordinárias em conformidade com esta Corte, fundamento no contexto fático probatório dos autos. Incabível o reexame da matéria probatória, em sede de recurso especial, incidência do enunciado da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça. 3. Recurso especial não conhecido. (grifo nosso - Recurso Especial nº 785043/SP (2005/0162216-7), 4ª Turma do STJ, Rel. Hélio Quaglia Barbosa. j. 20.03.2007, unânime, DJ 16.04.2007)". No caso dos autos, diante dos documentos apresentados pela autora percebe-se, de forma nítida, que não é carente, pois possui renda mensal superior a R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), ademais, adquiriu veículo assumindo parcelas mensais no valor de R$ 406,53, bem como interesse de se manter na posse do bem. Assim, demonstra que tem condições de arcar com as despesas do processo. Assim, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Citação Quanto à ação, determino a intimação da parte autora para, querendo, manifestar-se sobre a contestação ofertada às fls. 42 a 55 no prazo de dez dias. Relativamente à reconvenção, intime-se o reconvinte para recolher as custas processuais (e Funrejus) no prazo de dez dias. Após o preparo, averbe-se o RECEBIMENTO DA RECONVENÇÃO ofertada às fls. 64 a 81 (norma 5.2.5, III do CN), intimando o Credor-reconvindo, na pessoa do seu procurador, para contestá-la no prazo de quinze dias (CPC, art. 316). Comunique-se ao Distribuidor para a devida averbação, consoante disciplinam as normas 5.2.5.1, 3.3.3 e 3.3.3.1, todas do CN, que determinam inclusive a abertura de nova distribuição. Advs. ALEXANDRE N. FERRAZ e VICTICIA KINASKI GONCALVES.

85. EMBARGOS A EXECUCAO - 0018203-06.2011.8.16.0001-DIAMANTINA SERVICOS E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA x SHANE ENDLICH BARRETTA - Apresente a parte embargada proposta concreta nos autos. Advs. VILSON STALL e ANDREIA MARINA LATREILLE.

86. BUSCA E APREENSAO - 0018398-88.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x RODRIGO RIEDO GARBOSA - RODRIGO RIEDO GARBOSA, requer a purgação da mora, com a credora BV FINANCEIRA S/A C.F.I., razão pela qual pede a remessa dos autos ao Contador Judicial. SÃO OS FATOS EM SÍNTESE. A purgação da mora, outrora admitida na hipótese de adimplemento superior a 40% do preço financiado, não mais subsiste com o advento da Lei 10.931/04, que deu nova redação ao artigo 3º do Dec. Lei 911/69, disciplinando no § 2º que "No prazo do § 1º, o devedor fiduciante poderá pagara integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem será restituído livre de ônus". Portanto, executada a liminar, terá o devedor o prazo de cinco (5) dias para pagar a integralidade da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem, no patrimônio do credor fiduciário. Em face ao exposto, INDEFIRO o requerimento de fls. 41. Intime-se. Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER, MARCOS RENAN SALVATI e ELISANGELA SPONHOLZ DE SOUZA.

87. DESPEJO - 0024302-89.2011.8.16.0001-EDILIAN MARIA MENON REIS x EMANNUELE SOUSA MUNIZ e outros - Diga a parte autora sobre a última certidão do Oficial de Justiça. Advs. ARDEMIO DORIVAL MUCKE, LEIRSON DE MORAES MUCKE e GLEIDSON DE MORAES MUCKE.

88. ORDINARIA - 0025046-84.2011.8.16.0001-BANCO ITAÚ S/A x LORECI MARIA CALZA SCHMIDT - Retirar a parte autora a(s) carta(s) de citação e providenciar sua(s) remessa(s). Adv. EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS.

89. REPARACAO DE DANOS - 0026818-82.2011.8.16.0001-JEAN NEPOMUCENO RAMOS x MARCELO NEPOMUCENO RAMOS e outros - Retirar a parte autora a(s) carta(s) de citação e providenciar sua(s) remessa(s). Adv. ADNILTON JOSE CAETANO.

90. INDENIZACAO - 0027160-93.2011.8.16.0001-MARIA DE LOURDES TELES x BANCO BMG S/A - Retirar a parte autora a(s) carta(s) de citação e providenciar sua(s) remessa(s). Adv. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS.

91. EXECUCAO - 0031253-02.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x ANISIO JOSE DA SILVA - ME e outro - I. Defiro a suspensão do feito até integral cumprimento do acordo, ou manifestação da parte exequente. II. Intime-se. Adv. MURILO CELSO FERRI.

92. REVISIONAL DE CONTRATO - 0031650-61.2011.8.16.0001-IVERSON VALDENIR DE CASTRO x BANCO BV FINANCEIRA S/A - Conclusão da decisão de fls. 24/25. Diante da documentação apresentada pela autora (fls.16), defiro, por ora, os benefícios da justiça gratuita.(...) Destarte, conclui-se que no caso em tela inexistente verossimilhança. Pelo que, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.(...) Cite a parte ré para... Intime-se. Adv. ALICE FLORIANO CAMARGO.

93. RESCISAO DE CONTRATO - 0031671-37.2011.8.16.0001-CIMA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e outro x GIUSTINA RAMPAZZO CORSO - Retirar a parte autora a(s) carta(s) de citação e providenciar sua(s) remessa(s). Adv. SIMONE MARIA MALUCELLI PINTO SCHELLENBER.

94. ORDINARIA - 0031938-09.2011.8.16.0001-BANCO ITAÚ S/A x MARLEY DE PAULA RIBEIRO COSTA - Retirar a parte autora a(s) carta(s) de citação e providenciar sua(s) remessa(s). Adv. EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS.

95. REVISIONAL DE CONTRATO - 0032378-05.2011.8.16.0001-INEZ PEREIRA x BANCO ITAUCARD S.A - Conclusão da decisão de fls. 53/56. Diante da documentação apresentada pela autora (fls. 51), defiro, por ora, os benefícios da justiça gratuita. (...) Destarte, conclui-se que no caso em tela inexistente verossimilhança. Pelo que, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. (...) Cite a parte ré... Intime-se. Advs. MAYLIN MAFFINI e LEANDRO NEGRELLI.

96. REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 0032590-26.2011.8.16.0001-ANA CAROLINA RESENDE DE MELO BUSTAMANTE x BANCO CREDICARD S.A - Retirar a parte autora a(s) carta(s) de citação e providenciar sua(s) remessa(s). Adv. PATRICIA MORAIS SERRA.

97. RESCISAO CONTRATUAL-ORD. - 0037243-71.2011.8.16.0001-TUPIARA REJANE RIBOLI x MARCO ANTONIO BECHER BORDIN - Conclusão da decisão de fls. 52. O valor atribuído á causa e a natureza da matéria define o rito sumário, contudo, o recebimento de aproximadamente 200 novas ações ao mês deixou a pauta do Juízo abarrotada. Deste modo, tramitará o feito sob a égide do rito ordinário para que não haja prejuízo aos litigantes... Cite-se a parte Ré. Intime-se.-.-.- Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento das custas referente a expedição de carta de citação no importe R$ 9,40. Adv. ASBRA MICHEL MATEUS IZAR.

98. ALVARA - 0037296-52.2011.8.16.0001-JUCARA MARIA MEIRINHO MORIMOTO - I. Considerando que na certidão de óbito de fl. 06 consta que o de cujus deixou bens, esclareça a requerente se foi aberto inventário. II. Ante a renúncia dos demais herdeiros a mesma deve ser feita por escritura pública ou termo nos autos. Intime-se Adv. EDINA BEATRIZ GRUNOW RICKLI.

99. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD. - 0037586-67.2011.8.16.0001-ITAU UNIBANCO S/A x CASA DAS BOMBAS HIDRAULICAS PARANA LTDA e outros - conclusão da sentença de fls. 54/55...Em face ao exposto HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam seus juridicos e legais efeitos, os termos do acordo supra mencionado e consequentemente JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, o que faço com fundamento no artigo 794, II do CPC. Custas ex vi lege. Honorários na forma avencada. Defiro a dispensa do prazo recursal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente arquive-se. Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON, MARCIO NICOLAU DUMAS e FABIANO GONZAGA DA SILVA.

100. INDENIZACAO - 0037914-94.2011.8.16.0001-PAULO RICARDO GARBIN - ME x GLAUCIA CAMARGO ASSUNCAO - Conclusão da decisão de fls. 43... Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada, por não vislumbrar a presença dos requisitos do artigo 273 do CPC. Considerando que a tutela antecipada visa justamente antecipar o bem da vida que seria somente concedido no final da demanda, concedo prazo de 10 dias para que a parte autora requeira também como provimento final - a devolução de seu maquinário. Advs. FABIO AUGUSTO DE SOUZA e KAMILLA DE CARLI.

101. BUSCA E APREENSAO - 0038260-45.2011.8.16.0001-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x VELI AQUILES GUARDA - Diga a parte autora sobre a última certidão do Oficial de Justiça fls. 48. Advs. ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES e SERGIO SCHULZE.

102. REVISAO DE CONTRATO (ORD) - 0039309-24.2011.8.16.0001-RICARDO KERSCHER x BANCO BFB LEASING S/A - Retirar a parte autora a(s) carta(s) de citação e providenciar sua(s) remessa(s). Advs. ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA e CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA.
103. EMBARGOS DE TERCEIRO - 0041223-26.2011.8.16.0001-ASSOCIAÇÃO DE ENSINO IMACULADA CONCEIÇÃO - Trata-se de Embargos de Terceiro interpostos por ASSOCIAÇÃO DE ENSINO IMACULADA CONCEIÇÃO, alegando, em síntese, que a embargante é pessoa jurídica distinta da ré, sem qualquer vínculo administrativo e/ou jurídico e, diante disto, requer a liberação de valores ora bloqueados. Alega ausência de fundamentação quando do deferimento do bloqueio em nome da embargante. Pelos motivos explicitados nos autos de execução n. 32.703/07, em apenso, cuja cópia do despacho (anexo) faz parte integrante do presente despacho, INDEFIRO o pedido liminar e determino a manutenção dos valores em conta judicial vinculada a este juízo. . Intime-se, após retorne para recebimento dos embargos. Adv. ANNE MARIE KUTNE.
104. MONITORIA - 0042974-48.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S.A x FONSECA COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento das custas referente a expedição da carta de citação no importe R$ 9,40. Adv. DANIEL HACHEM.
105. DECLARATORIA - 0043040-28.2011.8.16.0001-ROBERTO MIRANDA DE QUADROS x MARIA DO ROCIO - M.E - I. O valor atribuido ä causa e a natureza da matéria define o rito sumário, contudo, o recebimento de aproximadamente 200 novas açoes ao mes deixou a pauta do Juizo abarrotada. Deste modo, tramitará o feito sob a égide do rito ordinário para que não haja preguizo aos litigantes: "Possivel a alteração do rito sumário pelo ordinario, que possui ampla fase cognitiva, não identificado prejuizo para a defesa". (STJ RESP 200200157023 - (413152) - PE - 4a T. - Rel. Min. Aldir Passari- nho Júnior - DJU 12.11.2007 - p. 00217) II. De conseguinte, CITE-SE a parte requerida para, no prazo de quinze (15) dias, oferecer resposta, constando a advertêcia que, não sendo contestado o pedido, se presumirao aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor (CPC, art. 285). Intime-se. Advs. CLAUDINEI BELAFRONTE e JANSEN DANIEL DE CARVALHO.
106. INDENIZACAO - 0043536-57.2011.8.16.0001-MARIANA DE CASTRO WANDERLEY x CONDOR SUPER CENTER LTDA - HIPERMERCADO CONDOR - Conclusão da decisão de fls. 67/68. O valor atribuído á causa e a natureza da matéria define o rito sumário, contudo, o recebimento de aproximadamente 200 novas ações ao mês deixou a pauta do Juízo abarrotada. Deste modo, tramitará o feito sob a égide do rito ordinário para que não haja prejuízo aos litigantes... De conseguinte, CITE-SE... Intime-se. Advs. ACYR ROGERIO CALCADO e ERICK C. HASSELMANN MOTTER.
107. EXECUCAO - 0044570-67.2011.8.16.0001-ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC x BRADESCO SEGURADORA S/A - I. Considerando que "A execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, observada as mesmas normas" (CPC, art. 475-O), e levando em conta que a pretensão deduzida comporta liquidação por simples cálculo (CPC, art. 475-B), mister que se determine o cumprimento da sentença em consonância com o artigo 475-J. II. Para tanto, cumpre ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 940.274-MS (2007/0077946-1, j. 7 de abril de 2010), consolidou o entendimento, por voto da maioria, que a intimação pessoal do devedor é prescindível, não, porém, a do advogado, que se aperfeiçoa mediante publicação do cálculo da dívida na Imprensa Oficial: " PROCESSUAL CIVIL. LEI 11.232, DE 23.12.2005. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. JUÍZO COMPETENTE. ART. 475-P, INCISO II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. TERMO INICIAL DO PRAZO DE 15 DIAS. INTIMAÇÃO NA PESSOA DO ADVOGADO PELA PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL. ART. 475-J DO CPC". III. Pelo exposto, publique-se o montante da dívida (principal [atualizado e acrescido dos juros e correção monetária], custas e honorários de 10% sobre o valor da dívida) na Imprensa Oficial, aguardando-se pelo prazo de quinze dias, sem que os autos saiam de cartório ou tornem à conclusão, o prazo para o cumprimento voluntário da sentença (CPC, art. 475-J). IV. Ocorrendo o cumprimento, intime-se a parte credora para manifestar-se quanto a satisfatividade do pagamento no prazo de dez dias. V. Inocorrendo o cumprimento voluntário, certifique-se, promovendo, na continuidade, o bloqueio via BacenJud, em conformidade com a ordem de preferência contida no artigo 655, I do Código de Processo Civil. VI. Sendo frutífero o bloqueio (item "IV", retro), promova-se a transferência do numerário e lavre-se do termo de conversão de bloqueio em penhora. VII. Após a lavratura do termo de bloqueio em penhora (item "V", supra), intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado (CPC, art. 475-J, § 1º), para, querendo, oferecer impugnação no prazo de quinze dias (§ 1º, in fine). VIII. Quanto à extensão da penhora (item "V", retro), incluam-se no montante da condenação (se necessário for, remetam-se ao Contador para elaboração de cálculo): a) as despesas processuais; b) honorários advocatícios que arbitro, desde logo, em 10% sobre o valor da condenação com a multa inserida ("Muito embora o capítulo do cumprimento de sentença seja omisso quanto à fixação da verba honorária, a interpretação sistemática e teleológica da norma conduz ao entendimento de que é cabível arbitramento de honorários" [STJ - AgRg no Ag 1034880/RJ - 2008/0070512-1 Relator: Ministro Sidnei Beneti - Terceira Turma - DJe 28/10/2008]). IX. Como ainda não há trânsito em julgado, inviável a incidência da multa de 10% (dez por cento) por força do caput do artigo 475-J do Código de Processo Civil. X. No que tange à caução, observar-se-á o disposto no artigo 475-O e seus parágrafos. XI. Averbe-se na Autuação: "Em cumprimento de Sentença", promovendo as anotações de estilo. Intime-se.-.-.-.-. Valor da dívida: R$ 4.704.686,76.- Advs. JULIANO CALDAS POZZO, ALESSANDRA MARQUES MARTINI, EDUARDO ALBERTO MARQUES VIRMOND, FLAVIO RIBEIRO BETTEGA e GUILHERME MOREIRA RODRIGUES.
108. DECLARATORIA - 0045262-66.2011.8.16.0001-JANETE MENEGON x BRASIL TELECOM/OI - Conclusão da decisão de fls. 34/35. Diante da documentação apresentada pela parte autora (fls. 25/31), defiro, por ora, os benefícios da justiça gratuita.(...) Considerando a afirmação contida na petição inicial, e não havendo como fazer prova negativa do fato, defiro o pedido de tutela antecipada, presentes, pois os requisitos do artigo 273 do CPC, e determino que a ré providencie a suspensão do nome da autora junto ao SERASA em relação ao débito discutido nesta demanda até o julgamento definitivo. Deve a parte autora prestar caução idônea. (...) Cite a parte ré para... Intime-se. Advs. FATIMA PEREIRA ORFON e CRISIANE ALQUIMIM CORDEIRO.
109. MEDIDA CAUTELAR - 0045834-22.2011.8.16.0001-MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS x BANCO ITAUCARD S/A - Retirar a parte autora a(s) carta(s) de citação e providenciar sua(s) remessa(s). Adv. HARYSSON ROBERTO TRES.
110. REVISAO DE CONTRATO(SUM) - 0046114-90.2011.8.16.0001-JONNYS KASEN CORREA BARANOVSKYJ x BANCO HSBC BANCO MÚLTIPLO - Conclusão da decisão de fls. 111... Intime-se o postulante ao benefício para trazer aos autos, no prazo de dez dias, comprovantes de rendimento... Advs. GENNARO CANNAVACCIUOLO e IGOR ROBERTO MATTOS DOS ANJOS.

ELIVALDO BARBOSA MAIA
Escrivão

# 13ª VARA CÍVEL

**13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA.**
**JUIZ DE DIREITO TITULAR: ALEXANDRE GOMES GONÇALVES**
**JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO: DR. JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO**

**RELAÇÃO Nº 175/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ACACIO CORREA FILHO 0016 032315/0000
0068 048099/0000
ADILSON DE CASTRO JR 0013 032161/0000
0036 039386/0000
ADRIANA PEREIRA DOS SANTO 0003 022929/0000
AIRTON LUIZ PADILHA 0012 032057/0000
ALBERTO CORDEIRO 0039 042522/0000
ALCIO MANOEL DE SOUZA FIG 0011 031964/0000
ALESSANDRA CRISTINA KSZAN 0001 018587/0000
ALEXANDRE ARSENO 0019 033359/0000
ALEXANDRE GONCALVES RIBAS 0081 052996/0000
ALEXANDRE STADLER CORREA 0063 047131/0000
ALEXEY MOSER 0062 046875/0000
AMAZONAS FRANCISCO DO AMA 0001 018587/0000
ANA MARIA RIBEIRO BERTOLO 0062 046875/0000
ANA PAULA CONTI BASTOS 0080 052900/0000
ANDERSON CLEBER OKUMURA Y 0026 033799/0000
ANDRE PEIXOTO DE SOUZA 0038 042157/0000
ANDREA BENETTI CARVALHO D 0038 042157/0000
ANDREA CAROLINA MARCONATT 0097 028951/2011
ANGELA ESSER PULZATO DE P 0086 043013/2010
ANGELA SAMPAIO CHICOLET M 0045 044173/0000
0047 044415/0000
ARISTIDES ALBERTO TIZZOT 0015 032203/0000
ARISTIDES DE ATHAYDE BISN 0013 032161/0000
BEATRIZ SCHIEBLER 0014 032197/0000
BRUNO PEDALINO 0085 040234/2010
BRUNO WAHL GOEDERT 0026 033799/0000
CARLA MARIA KOHLER 0086 043013/2010
CARLOS ALBERTO NICIOLI 0016 032315/0000
CARLOS BUARQUE FRANCO NET 0071 049126/0000
CARLOS EDUARDO QUADROS DO 0027 033835/0000
CARLOS HUMBERTO FERNANDES 0005 023505/0000
CARLOS R. GOMES SALGADO 0031 034229/0000
CESAR AUGUSTO TERRA 0002 019247/0000
CIRINEU DIAS 0039 042522/0000
CLEBER EDUARDO ALBANEZ 0003 022929/0000
CLEVERSON MASSAO KAIMOTO 0021 033408/0000
CRISTIANA NAPOLI M. DA SI 0066 047938/0000
CRISTIANE EMMENDOERFER 0037 040739/0000
CRISTIANE F. RAMOS 0086 043013/2010
CÉLIO DA SILVA ARAGON 0008 028811/0000
DAGMAR PIMENTA HANNOUCHE 0049 044735/0000
DANI LEONARDO GIACOMINI 0092 055060/2010
DANIEL HACHEM 0043 043322/0000
0079 052655/0000
DANIEL ZUBRESKI MONTENEGR 0091 053960/2010
DANIELE ALESSANDRA RAUEN 0005 023505/0000
DANIELE DE BONA 0082 004166/2010
DANIELLA LETICIA BROENING 0036 039386/0000
DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO 0067 048047/0000
DAVI DEUTSCHER 0085 040234/2010
DEAN FABIO BUENO DE ALMEI 0021 033408/0000

DIEGO MARTINS CASPARY 0005 023505/0000
DOUGLAS ANDRADE MATOS 0013 032161/0000
EDGAR LENZI 0096 021046/2011
EDIVALDO OSTROSKI 0089 049401/2010
EDSON JOSE FELTRIN 0021 033408/0000
EDUARDO JOSE PEREIRA NEVE 0041 042905/0000
EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA 0086 043013/2010
EDUARDO MARIANO VALEZIN D 0082 004166/2010
EDUARDO MUNHOZ DA CUNHA 0088 045980/2010
ELIEL PEREIRA 0023 033569/0000
ELIO MASSAO KAWAMURA 0055 045628/0000
ELOI CONTINI 0044 043370/0000
0072 049169/0000
EMERSON NORIHIKO FUKUSHIM 0031 034229/0000
ERALDO LACERDA JUNIOR 0041 042905/0000
0044 043370/0000
0054 045550/0000
0060 046461/0000
ERNANI JOSÉ PERA JUNIOR 0068 048099/0000
ESTEVAO LOURENCO CORREA 0068 048099/0000
EVALDO LUIS MORENO SILVA 0011 031964/0000
EVARISTO ARAGAO FERREIRA 0011 031964/0000
FABIO XAVIER DA SILVA 0021 033408/0000
FABRICIO KAVA 0011 031964/0000
FABRICIO ZILOTTI 0046 044375/0000
0060 046461/0000
0078 052498/0000
FERNANDA FERREIRA DA ROCH 0001 018587/0000
FERNANDO CORDEIRO 0039 042522/0000
FERNANDO VERNALHA GUIMAR 0034 036670/0000
FERNANDO WILSON ROCHA MAR 0040 042737/0000
0073 049310/0000
0097 028951/2011
FLAVIA CRISTIANE MACHADO 0051 045230/0000
0052 045259/0000
0058 046283/0000
0059 046443/0000
FRANCISCO MACHADO DE JESU 0023 033569/0000
GABRIEL A H NEIVA DE LIMA 0008 028811/0000
0017 032350/0000
GASTAO FERNANDO PAES DE B 0002 019247/0000
GEANDRO LUIZ SCOPEL 0092 055060/2010
GENESIO FELIPE DE NATIVID 0047 044415/0000
0049 044735/0000
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0013 032161/0000
GEVERSON ANSELMO PILATI 0056 045814/0000
GILBERTO RODRIGUES BAENA 0002 019247/0000
GILBERTO STINGLIN LOTH 0002 019247/0000
GIOVANI DE OLIVEIRA SERAF 0013 032161/0000
GIOVANNA PRICE DE MELO 0050 045223/0000
0059 046443/0000
GISSIANE CRISTINE CHROMIE 0014 032197/0000
GORGON NOBREGA 0042 042906/0000
GUILHERME KRUGER LIMA 0071 049126/0000
GUILHERME MANNA ROCHA 0055 045628/0000
GUSTAVO R. GÓES NICOLADEL 0074 051492/0000
HAMILTON MAIA DA SILVA FI 0096 021046/2011
HELIO KENNEDY G. VARGAS 0089 049401/2010
HENRIQUE LEAL VIANNA 0001 018587/0000
HENRIQUE SCHNEIDER NETO 0020 033363/0000
INGRID DE MATTOS 0086 043013/2010
ISABELLA SANTIAGO DE JESU 0027 033835/0000
IVAN XAVIER VIANNA FILHO 0001 018587/0000
JAAFAR A. BARAKAT 0031 034229/0000
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0013 032161/0000
JAIR LIMA GEVAERD FILHO 0001 018587/0000
JANDER LUIS CATARIN 0014 032197/0000
JEFERSON SILVA 0100 042099/2011
JOAO BATISTA DOS SANTOS 0004 022977/0000
JOAO HENRIQUE DA SILVA 0022 033495/0000
JOAO LEONEL ANTOCHESKI 0009 029249/0000
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0002 019247/0000
JOAQUIM PORTES CERQUEIRA 0030 034177/0000
JORGE ANDRE RITZMANN DE O 0075 051602/0000
JOSAFA ANTONIO LEMES 0031 034229/0000
JOSE CARLOS BUSATTO 0007 027142/0000
JOSE GILMAR BERTOLO 0062 046875/0000
JOSE LUIZ PANCOTTE 0024 033651/0000
JOSEVAL JORGE PEDROSO DE 0005 023505/0000
JOSLAINE MONTANHEIRO A DA 0075 051602/0000
JOSÉ ANTÔNIO DE ANDRADE A 0036 039386/0000
JULIANA MARCONDES VIANNA 0088 045980/2010
JULIANA PUPO 0085 040234/2010
JULIANY SCARLATELLI CHRIS 0057 046161/0000
JULIO CESAR FARIAS POLI 0010 030759/0000
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0028 033926/0000
0093 061517/2010
KLAUS PETER KLEIN 0092 055060/2010
KLAUS SCHNITZLER 0082 004166/2010
LEANDRA DIEGA WAGNER 0013 032161/0000
LEANDRO LUIZ KALINOWSKI 0095 067941/2010
LEILA MIRANDA 0033 036347/0000
LEO MARCIO TOZIN 0002 019247/0000
LEONEL TREVISAN JUNIOR 0094 067791/2010
LINCO KCZAM 0052 045259/0000
LIZIA CEZARIO DE MARCHI 0084 028488/2010
LOUISE RAINER PEREIRA GIO 0024 033651/0000
0050 045223/0000
0070 048581/0000
LUCIA HELENA FERNANDES ST 0098 035709/2011
LUCIANE MAINARDES PINHEIR 0018 032382/0000
LUCIANO MARCIO DOS SANTOS 0047 044415/0000
0056 045814/0000
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0090 053247/2010
LUIZ ALBERTO GONÇALVES 0031 034229/0000
0047 044415/0000
0049 044735/0000
0053 045413/0000
LUIZ ANTONIO GUERRA 0006 024356/0000
LUIZ ASSI 0035 038795/0000
0054 045550/0000
0056 045814/0000
LUIZ CARLOS GUIESELER JUN 0062 046875/0000
LUIZ DIAS 0004 022977/0000
LUIZ FERNANDO PEREIRA 0034 036670/0000
LUIZ FRANCISCO BARCELLOS 0001 018587/0000
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0013 032161/0000
MAGDA LUIZA R. EGGER 0087 045962/2010
MARCELLO DE SOUZA TAQUES 0026 033799/0000
MARCELO CAVALHEIRO SCHAUR 0083 016646/2010
MARCIA ENEIDA BUENO 0049 044735/0000
0053 045413/0000
MARCIA PICANCO PROCKMANN 0099 038331/2011
MARCIO ANTONIO SASSO 0056 045814/0000
0061 046558/0000
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0086 043013/2010
MARCIO CLEMENTINO SOARES 0023 033569/0000
MARCO ANTONIO BUSTO DE SO 0074 051492/0000
MARCO AURELIO RODRIGUES P 0006 024356/0000
MARCO JULIANO FELIZARDO 0096 021046/2011
MARCOLINO PEREIRA CAMARGO 0009 029249/0000
MARCOS LUIZ PEREIRA DE SO 0049 044735/0000
MARCOS ROBERTO HASSE 0042 042906/0000
MARIA DE LOURDES CARDON R 0081 052996/0000
MARIA FELICIA CHEDLOVSKI 0067 048047/0000
MARIA ILMA CARUSO GOULART 0029 034075/0000
MARIA ISABEL SUDAIA TEIXE 0057 046161/0000
MARIANA G MEYER 0013 032161/0000
MARINS ARTIGA SILVA 0032 034969/0000
MARISTELA GUIMARAES CAVAL 0002 019247/0000
MARLUS JORGE DOMINGOS 0027 033835/0000
MATHEUS DIACOV 0091 053960/2010
MAURO KRATZ FONSECA 0093 061517/2010
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0026 033799/0000
MICHEL MARCONSSIN DOS SAN 0062 046875/0000
MIGUEL ANGELO RASBOLD 0015 032203/0000
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0036 039386/0000
MIRIAN MONTENEGRO ANGELIN 0008 028811/0000
MOIRA MARCELINO DIAS 0078 052498/0000
MUMIR BAKKAR 0063 047131/0000
0087 045962/2010
MUNIR ABAGGE 0061 046558/0000
MURIEL ANTONIO CARLOS MIR 0090 053247/2010
NATALIA BITENCOURT GASPAR 0001 018587/0000
NELSON ANTONIO GOMES JUNI 0020 033363/0000
NELSON PASCHOALOTTO 0015 032203/0000
0069 048132/0000
0076 052049/0000
NILSON ROBERTO MARTINES G 0077 052445/0000
NOEL LOBO GUIMARAES NETO 0001 018587/0000
OKSANDRO OSDIVAL GONCALVE 0088 045980/2010
OMIRES PEDROSO DO NASCIME 0001 018587/0000
PAULO ANGELIN RAMOS 0008 028811/0000
PAULO DONATO MARINHO GONÇ 0049 044735/0000
PAULO ROBERTO GOMES 0030 034177/0000
PAULO SERGIO RIBEIRO DA S 0062 046875/0000
PAULO SERGIO WINCKLER 0080 052900/0000
RAFAEL SCHIER GUERRA 0006 024356/0000
RAFAELA VIALLE STROBEL 0001 018587/0000
RAQUEL ANGELA TOMEI 0044 043370/0000
REALINA P. CHAVES BATISTE 0035 038795/0000
REINALDO MIRICO ARONIS 0034 036670/0000
0035 038795/0000
0054 045550/0000
0056 045814/0000
RICARDO AUGUSTO MENEZES Y 0029 034075/0000
RICARDO BAZZANEZE 0077 052445/0000
RICARDO DE FREITAS VASCO 0021 033408/0000
RICARDO DE LUCCA MECKING 0026 033799/0000
RICARDO LUCAS CALDERON 0081 052996/0000
ROBSON IVAN STIVAL 0018 032382/0000
ROBSON LUIZ SCHIESTL SILV 0089 049401/2010
ROBSON OCHIAI PADILHA 0010 030759/0000
RODRIGO ALEXANDRE DE CAST 0025 033729/0000
RODRIGO FONTOURA DA SILVA 0025 033729/0000
ROSANE KRUEGER 0033 036347/0000
ROSELI MARIA MODESTO DE M 0004 022977/0000
ROSEMAR ANGELO MELO 0040 042737/0000
0041 042905/0000
0042 042906/0000
0045 044173/0000
0046 044375/0000
0051 045230/0000
0053 045413/0000
0061 046558/0000
0064 047264/0000
0065 047266/0000
0070 048581/0000

SABRINA GREGOLIN BOTTEZIN 0092 055060/2010
SEBASTIAO SERGIO MIRANDA 0003 022929/0000
SERGIO HENRIQUE TEDESCHI 0010 030759/0000
SERGIO LEAL MARTINEZ 0092 055060/2010
SERGIO SCHULZE 0028 033926/0000
SILVANA DENISE LOBATO 0018 032382/0000
SILVIO RORATO 0013 032161/0000
STEEVE BELONI CORREA DIEL 0021 033408/0000
TATIANA VALESCA VROBLEWSK 0028 033926/0000
TATIANA VILLORDO CALDERÓN 0081 052996/0000
THAIS H. A. ROSSA 0014 032197/0000
USSAIMA ADDI DE ANDRADE 0039 042522/0000
VALDEREZ DE MACEDO PACHEC 0004 022977/0000
VALDOMIRO ALBINI BURIGO 0063 047131/0000
VALERIA CARAMURU CICARELL 0067 048047/0000
VANESSA MARIA RIBEIRO BAT 0084 028488/2010
VINICIUS LUDWIG VALDEZ 0092 055060/2010
WASHINGTON YAMANE 0048 044485/0000
0064 047264/0000
0065 047266/0000
WILSON MAFRA MEILER FILHO 0026 033799/0000
WILSON NALDO GRUBE FILHO 0001 018587/0000

1. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - 18587/0-ANTONIO WADY DEBES x FERNANDO DE MELLO VIANNA e outros -
- DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS EM APENSO N° 42.521:
(A carta precatória encontra-se no cartorio à disposição da parte interessada.Int.)
Advs. OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO, WILSON NALDO GRUBE FILHO, AMAZONAS FRANCISCO DO AMARAL, IVAN XAVIER VIANNA FILHO, JAIR LIMA GEVAERD FILHO, NOEL LOBO GUIMARAES NETO, ALESSANDRA CRISTINA KSZAN PANCERA, LUIZ FRANCISCO BARCELLOS BOND, HENRIQUE LEAL VIANNA, RAFAELA VIALLE STROBEL, NATALIA BITENCOURT GASPARIN e FERNANDA FERREIRA DA ROCHA LOURES.
2. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA - 19247/0-LEO MARCIO TOZIN e outro x BANCO ITAU SA -
- DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS EM APENSO N° 19.575:
Fls. 204, item 5: "5) O Banco Itaú S/A deverá apresentar em Juízo o termo de liberação da hipoteca no prazo impreterível de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00, com esteio no artigo 461, § 4°, do Código de Processo Civil; " Advs. MARISTELA GUIMARAES CAVALLI, LEO MARCIO TOZIN, GASTAO FERNANDO PAES DE BARROS JR., CESAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, GILBERTO STINGLIN LOTH e GILBERTO RODRIGUES BAENA.
3. INTERDICAO - 22929/0-LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA x CLEUDOMIRO DE OLIVEIRA - (Manifeste-se quanto o retorno da carta negativa.Int.) Advs. SEBASTIAO SERGIO MIRANDA, CLEBER EDUARDO ALBANEZ e ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS.
4. ORDINARIA - 22977/0-CRISTIANO RICARDO LEAL DE JESUS x ANDRE GUSTAVO CAMINISKI PAESE e outro - "Defiro pedido retro (fl. 222). Considerando a petição acostada pelo Sr. Perito Rodrigo Beraldi Kormann, apontando pela impossibilidade de atuar nos presente autos, em caráter de substituição, designo o(a) Sr(a) perito Alianor R. Grimberg K. para que atue desempenhando sua respectiva função oftamologia No mais, cumpra-se nos termos do despacho de fl. 220, a partir do segundo parágrafo do item le os itens seguintes. Intimem-se. " Advs. ROSELI MARIA MODESTO DE MELO KRUG, VALDEREZ DE MACEDO PACHECO, JOAO BATISTA DOS SANTOS e LUIZ DIAS.
5. ORDINARIA - 23505/0-NESTOR ANTONIO BALBINOT e outro x COMISSARIA GALVAO S/A -
- DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS EM APENSO N° 41847/2010:
"1) Não há preliminares de mérito a serem apreciadas e ausente interesse do embargante na composiçao amigável (f. 189). Estabelece-se, então, como ponto controvertido a constatação da boa-fé ou não do embargante, pois, a despeito do contrato de compromisso de compra e venda (f. 64/72) e da alegada condição de possuidor, nota-se que ele nega a propriedade do bem imóvel em outra ação judicial (f. 29), ademais, conta com vários débitos de taxas de condomínio e IPTU (f. 178/181), bem como a persistência na abstenção de registro do contrato de compromisso de compra e venda mesmo após sentença favorável em outra lide de embargos de terceiro (f. 133/136). 2) Defere-se a produção das seguintes provas: a) inquirição de testemunhas, as quais devem ser arroladas com 20 (vinte) dias de antecedência à audiência de instrução e julgamento (artigo 407 do Código de Processo Civil); b) expedição de ofício conforme item "e" de f. 168; c) de ofício, determina-se o depoimento pessoal do representante legal do embargante; 3) Para audiência de instrução e julgamento, designa-se o dia 23/01/2012 às 14:00 horas. 4) Oficie-se à 4ª Vara Cível de Curitiba/PR, solicitando a remessa de cópia da contestação de f. 22/28 dos autos n. 136/2005. Com a juntada do documento, as partes poderão se manifestar sobre o conteúdo desse contrato no prazo comum de 05 (cinco) dias; 5) Intimem-se. Diligências necessárias. "
(O oficio encontra-se no cartorio à disposição da parte interessada.Int.)
(Ao preparo das custas do Oficial de Justiça.Int.)
Advs. DIEGO MARTINS CASPARY, JOSEVAL JORGE PEDROSO DE MORAES, DANIELE ALESSANDRA RAUEN e CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA.
6. REVISIONAL DE CONTRATO (ORDINARIA) - 24356/0-CLAUDIO VERNIZZE e outro x ASSOCIACAO DE POUPANCA E EMPRESTIMO - POUPEX -
Fls. 778: "II. Ressalte-se que, a discussão acerca do pagamento dos honorarios periciais não obstou em momento algum a apresentação de quesitos por ambas as partes. III. Ainda, a parte requerida näo foi devidamente intimada do início dos trabalhos, tendo em vista que não havia seu contato atualizado nos autos, fato este que compete única e exclusivamente aos procuradores dos requeridos informarem, nos termos do art. 39, II, § único do CPC. IV. Int. "
- (Manifestem-se as partes sobre as informações do perito.Int.)
Advs. RAFAEL SCHIER GUERRA, LUIZ ANTONIO GUERRA e MARCO AURELIO RODRIGUES PALMA.
7. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - 27142/0-CIMENTO RO BRANCO S/A x ZENOMAX MATEIRAIS DE CONSTRUCAO LTDA e outros - (O alvará de nº 1803/2011, encontra-se à disposição no Banco do Brasil, para o Senhor Advogado.Int.) Adv. JOSE CARLOS BUSATTO.
8. BUSCA E APREENSÃO - 28811/0-SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/C LTDA x LUIZ EDUARDO HOLANDA DE OLIVEIRA -
"(...) Diante do exposto, reforma-se a decisão agravada, de modo que o exequente deverá demonstrar claramente seu interesse ou não na execução provisória da sentença e, em caso positivo, revelar a real situação de necessidade que ampare a dispensa de caução, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ficar obstada a execução até o trânsito em julgado; 2) Oficie-se ao i. Relator do Agravo de Instrumento n. 739.823-2, dando-lhe ciência do teor desta decisão. 3) Intimem-se. " Advs. GABRIEL A H NEIVA DE LIMA FILHO, CÉLIO DA SILVA ARAGON, MIRIAN MONTENEGRO ANGELIN RAMOS e PAULO ANGELIN RAMOS.
9. CAUTELAR SUSTACAO PROTESTO (ORDINÁRIA) - 29249/0-HIFERSANE COMERCIO E INDUSTRIA DE MAT HIDRAULICAS x BANCO DO CREDITO NACIONAL S/A (BCN S/A) -
- DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS EM APENSO N° 30233:
O oficio encontra-se no cartorio à disposição da parte interessada.Int.)
Advs. MARCOLINO PEREIRA CAMARGO e JOAO LEONEL ANTOCHESKI.
10. SUMARIA DE COBRANCA - 30759/0-CONDOMINIO EDIFICIO ITAPUA x ESPOLIO DE ELEONORA PINHEIRO LIMA - (Ao preparo das custas do Oficial de Justiça.Int.) Advs. SERGIO HENRIQUE TEDESCHI, ROBSON OCHIAI PADILHA e JULIO CESAR FARIAS POLI.
11. ORDINARIA - 31964/0-BANCO ITAU S/A x SANDRA LUCIA LARA - "1) O pedido de suspensão nos moldes em que foi formulado não comporta deferimento. E certo que o insucesso na localização de bens do devedor autoriza o sobrestamento da ação executiva, no entanto, sem a definição de prazo determinado, na esteira do que preconiza o artigo 791, inciso III, do Código de Processo Civil. Por isso, o credor deve impulsionar o processo executivo com a indicação de bens do devedor passíveis de penhora ou postular a suspensão do processo conforme artigo 791, inciso III, do Código de Processo Civil, no prazo de 10 (dez) dias. " Advs. EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, FABRICIO KAVA, ALCIO MANOEL DE SOUZA FIGUEIREDO e EVALDO LUIS MORENO SILVA.
12. ADJUDICACAO - 32057/0-JULIO GOUDARD e outro x JOSE MERHY e outros - "Tendo em vista a retirada da carta de adjudicação informada a fl. 169, arquivem-se os autos, sem prejuízo da execução das custas processuais e honorarios advocaticios fixados na sentença.Int." Adv. AIRTON LUIZ PADILHA.
13. SUMARIA DE COBRANCA - 32161/0-ROSEMEIRE APARECIDA RODRIGUES e outros x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A -
Fls. 220: "1) O executado deverá comparecer em Juízo para receber o excedente das custas processuais pagas em duplicidade, bem como para atender ao pedido de f. 194, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de execução forçada; 2) Intimem-se. "
Advs. GIOVANI DE OLIVEIRA SERAFINI, SILVIO RORATO, LEANDRA DIEGA WAGNER, ADILSON DE CASTRO JR, ARISTIDES DE ATHAYDE BISNETO, MARIANA G MEYER, DOUGLAS ANDRADE MATOS, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA.
14. REVISAO DE CONTRATO (ORDINÁRIO) - 32197/0-EDUARDO VILELLA x BANCO HSBC S/A - "Intimem-se as partes para que no prazo de 10 dias, manifestem-se quanto os esclarecimentos da Sra. Perita.Int." Advs. GISSIANE CRISTINE CHROMIEC, BEATRIZ SCHIEBLER, JANDER LUIS CATARIN e THAIS H. A. ROSSA.
15. ORDINARIA - 32203/0-ENIO ROCHA REBELLO x BANCO ITAU S/A - (Manifestem-se as partes sobre a conta de fls. 297. Int.) Advs. MIGUEL ANGELO RASBOLD, ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA e NELSON PASCHOALOTTO.
16. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - 32315/0-ACARI VEIGA e outro x BANCO DO BRASIL S/A - "I. Ciente da certidäo de fl. 109 v. Intime-se o banco executado para que, no prazo de 10 (dez) dias, efetue o pagamento das custas para expedição do alvará, de modo a viabilizar a extinção do processo na forma do art. 794, I do CPC. Int. " Advs. CARLOS ALBERTO NICIOLI e ACACIO CORREA FILHO.
17. BUSCA E APREENSÃO - 32350/0-SERVOPA ADM. DE CONSORCIOS S/C LTDA. x DOUGLAS ALMEIDA SOARES - "I. intime-se o requerido, ora executado, pessoalmente (fl. 109) els que nao possui procurador constituído nos autos, para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento do montante oa conaenaçao (fís. 121), sob pena ae incidëncia de multa de 10% na forma do art. 475-j, caput do CPC e penhora. " (Ao preparo das custas de uma carta com AR.Int.) Adv. GABRIEL A H NEIVA DE LIMA FILHO.
18. ORDINARIA - 32382/0-HABIPAR ASSESSORIA HAB. E ADM. DE COND. S/C LTDA. x LENIRA DA APARECIDA CAVALHEIROS PORTES -
- DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS EM APENSO N° 33261:
"Para análise do pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita (Lei n° 1.060/50), deverá a parte autora, em cinco dias, comprovar sua renda, juntando documentos como fotocópia da carteira de trabalho, contra cheque, holerites, declaração ou comprovante de imposto de renda, certidäo de propriedade de veículos expedida pelo DETRAN, bem como elucidar a constituição de procurador particular. Ainda, deve juntar declaração de próprio punho de que não tem condições de pagar as custas processuais e honorários advocatícios sem o prejuízo da própria subsistência e de sua família. Cientes das penalidades do art. 4°, § 1°, da Lei n° 1.060/50. "

Advs. ROBSON IVAN STIVAL, LUCIANE MAINARDES PINHEIRO e SILVANA DENISE LOBATO.

19. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 33359/0-BANKBOSTON BANCO MULTIPLO S/A x JOSE ERNESTO MION GUARIZA e outro - "I. Primeiramente, intime-se o advogado Alexandre Arseno para assinar o substabelecimento acostado a fl. 147, no prazo de 05 dias. " Adv. ALEXANDRE ARSENO.

20. SUMARIA - 33363/0-ASSESSORIA IMOBILIARIA CONSELHEIRO LAURINDO LTDA e outro x STOK MOBILIZE COMERCIO DE MOVEIS LTDA -

"Em que pesem os argumentos da petição retro, verifico que, em verdade, os autos já foram devolvidos em cartório, na data de 31/05/2011, e, portanto, os pedidos contidos à petição de fis. 364/365 restaram prejudicados. No entanto, compulsando o presente processo, verifico que, no dia em que a decisão que apreciou os embargos de declaração foi publicada, os autos já foram retirados em carga pela parte autora, e portando, ficaram indisponíveis até a data da devolução, qual seja, 31/05/2011. Em sendo assim, determino a reabertura do prazo para a parte ré apresentar eventual - recurso, contados a partir da devolução dos autos (31/05/2011), digo, reabertura do prazo integral. . No mais, recebo o recurso de Apelação interposto no duplo efeito, na forma do artigo 520, caput, do CPC. Ao Recorrido para, querendo, contra-arrazoar. Int. " Advs. NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR e HENRIQUE SCHNEIDER NETO.

21. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA - 33408/0-ASSOCIACAO DE MORADORES DO CONJ. SAO JOAO DEL REY x COMISSAO ELEITORAL - FEMOCLAM e outros - "I. Manifestem-se os réus, ora credores, no prazo de dez dias, sobre eventual interesse em promover o cumprimento da condenação. II. Na hipótese de silêncio, aguarde-se o decurso do prazo de seis meses e, arquivem-se os autos (art. 475-J, § 5°, do CPC). III. Int. " Advs. RICARDO DE FREITAS VASCO, FABIO XAVIER DA SILVA, EDSON JOSE FELTRIN, STEEVE BELONI CORREA DIELLE DIAS, CLEVERSON MASSAO KAIMOTO e DEAN FABIO BUENO DE ALMEIDA.

22. EXECUÇÃO - 33495/0-GILMAR LOEPPER x ROBERTO FERREIRA CORTESE - "Indefiro o pedido retro, porquanto não há falar em medidas executórias, e bem assim, diligências em busca de bens em face de sujeitos estranhos aos autos, ou seja, que não integram o pólo passivo da demanda. Em sendo assim, intime-se o exeqüente para que, no prazo de 10 (dez dias), requeira o que entender de direito a fim de dar o correto prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Intimem-se. Atente-se que o pedido de fl. 97 limitou-se a buscar o endereço do executado.Int. " Adv. JOAO HENRIQUE DA SILVA.

23. EXECUÇÃO - 33569/0-AGIO IMAGEM COMERCIO DE PRODUTOS FOTOGRAFICOS LTDA x ABASTECE COMERCIO DE ISQUEIROS LTDA. - (A carta precatória encontra-se no cartorio à disposição da parte interessada.Int.) Advs. ELIEL PEREIRA, MARCIO CLEMENTINO SOARES e FRANCISCO MACHADO DE JESUS.

24. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - 33651/0-DIRCEU GARCIA VERONESE e outro x BANCO DO BRASIL S/A - (Manifestem-se as partes sobre a conta de fls. 151/154. Int.) Advs. JOSE LUIZ PANCOTTE e LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS.

25. MONITORIA - 33729/0-GIRO COMERCIO DE PNEUS LTDA. x SERGIO DOS REIS - "Aguarde-se em cartorio o impulso processual pela exequente no prazo de 6 meses. Int." Advs. RODRIGO FONTOURA DA SILVA e RODRIGO ALEXANDRE DE CASTRO.

26. RESOLUCAO DE CONTRATO (SUMARIA) - 33799/0-MM INCORPORAÇOES S/C. LTDA. e outro x DENISE ELIZETE DA ROCHA e outro -

- DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS EM APENSO N° 46.238:

"I. Compulsando os autos, noto que as determinações de fls. 70 e 72 não foram cumpridas, resultando no nõo pagamento das custas do presente processo. II. Ante o pedido retro, acolho o pedido de desistência (fl. 74), devendo-se proceder pelo cancelamento da distribuição do presente feito. III. Arquivem-se. "

Advs. MARCELLO DE SOUZA TAQUES, RICARDO DE LUCCA MECKING, WILSON MAFRA MEILER FILHO, MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, ANDERSON CLEBER OKUMURA YUGE e BRUNO WAHL GOEDERT.

27. MONITORIA - 33835/0-CALC MOBILE REPRESENTAÇAO E SERVIÇOS LTDA. x ELISIANE BIALE - (O oficio encontra-se no cartorio à disposição da parte interessada.Int.) Advs. MARLUS JORGE DOMINGOS, CARLOS EDUARDO QUADROS DOMINGOS e ISABELLA SANTIAGO DE JESUS.

28. BUSCA E APREENSÃO - 33926/0-BANCO DIBENS S/A x MIRIAN MARTINS ANDRADE - "Expeça-se mandado de busca e apreensao (...)" (Ao preparo das custas do Oficial de Justiça.Int.) Advs. SERGIO SCHULZE, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI e KARINE SIMONE POFAHL WEBER.

29. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 34075/0-GISIANI REGINA ESCRITORI x JOSE ANTONIO GARCIA PORSE -

- DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS EM APENSO N° 40.644:

"(...) Diante do exposto, julgam-se improcedentes os embargos à execução, porquanto não há o que se falar em quitação da divida ou exceção de contrato não cumprido. Condena-se a embargante ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da parte contrária, estes nos quais são arbitrados em R$ 1.000,00 (um mil reais), considerando o zelo, a natureza da causa (sem complexidade jurídica e a parca intervenção do patrono da embargada) eo trabalho desenvolvido (artigo 20, § 4°, do Código de Processo Civil). Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça. Publique-se. Registre-se e Intime-se. "

Advs. RICARDO AUGUSTO MENEZES YOSHIDA e MARIA ILMA CARUSO GOULART.

30. SUMARIA - 34177/0-ESPOLIO DE DANIEL COSTA e outro x BANCO DO BRASIL S/A - "I. Ciente da certidão de fl. 60 v. II. Intime-se os exequentes para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprovem o pagamento do imposto causa mortis. " Advs. PAULO ROBERTO GOMES e JOAQUIM PORTES CERQUEIRA CESAR.

31. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - 34229/0-FORTUNATO FERNANDES e outros x BANCO DO BRASIL S/A -

"1) Indefere-se o pedido de f. 162 na forma em que foi formulado, isto porque já há penhora (f. 123 - verso) realizada em 20.03.2006 no valor de R$ 41.148,26, enquanto o saldo devedor reconhecido é de R$ 13.459,29 apurado em 15.12.2006. Como sobre o depósito judicial já incidem os acréscimos legais e que estes serão devidamente levantados pelos credores, é desnecessária a realização de conta que atualize o valor até a presente data. Desse modo, cumpra-se o item II do despacho de f. 159, cujo valor nele consignado também deverá contemplar os acrescimos legais proporcionais a esse montante, apurados a partir de dezembro/2006. Em seguida, as partes devem informar quanto à satisfação do crédito no prazo de 10 (dez) dias, advertidos de que a inércia implicará no reconhecimento tácito da quitação e extinção da execução, com devolução do saldo remanescente penhorado ao executado; 2) Intime-se. "

(Ao preparo das custas de um alvará.Int.)

Advs. CARLOS R. GOMES SALGADO, JAAFAR A. BARAKAT, LUIZ ALBERTO GONÇALVES, EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA e JOSAFA ANTONIO LEMES.

32. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - 34969/0-TIM SUL S/A. x VP DE SOUZA - TELEFONIA - MILLENIUM CELULAR - (Ao executado o pagamento das custas no valor de R$ 78,02. Int.) Adv. MARINS ARTIGA SILVA.

33. INTERDICAO - 36347/0-DOMINGOS CASSELLI MANSANI e outro x INGRID STELLFELD MANSANI e outro - "Acolhe-se o parecer de fl. 139, logo, dispensa-se a curadora do dever de prestar contas, no entanto, deverá comunicar este juizo sobre qualquer alteração significativa da situação financeira das interditandas no prazo de 10 dias desse fato, sob pena de responsabilidade. Int." Advs. LEILA MIRANDA e ROSANE KRUEGER.

34. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 36670/0-BANCO DO BRASIL S/A x AGUA FRESCA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA e outros - Republico o despacho de fls., por não ter sido intimado uns dos Advogados:

"(...) Sendo assim, acolho em parte a exceção de pré- executividade para (a) reabrir ao executado Alexandre Kotzias Moscalewski o prazo para embargos, contado da intimação desta decisão, e (b) decretar a nulidade da penhora. Oficie-se ao juízo depr.ecado, com urgência, comunicando o teor desta decisão e solicitando a suspensão da hasta pública e a devolução da carta precatória no estado em que se encontra. Encaminhe-se o ofício via fax. Intimem-se. " Advs. REINALDO MIRICO ARONIS, FERNANDO VERNALHA GUIMARAES e LUIZ FERNANDO PEREIRA.

35. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - 38795/0-VALTER LAU RIBEIRO x BANCO DO BRASIL S/A - "I. Intime-se a parte executada para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor apontado às fls. 113, sendo este a título de honorarios advocatícios arbitrados na decisão de fls. 109, sob pena de incidência de multa de 10% e penhora. II. Int. " Advs. REALINA P. CHAVES BATISTEL, REINALDO MIRICO ARONIS e LUIZ ASSI.

36. SUMARIA DE COBRANCA - 39386/0-MARIA DA LUZ RADMINSKI x HSBC SEGUROS BRASIL S/A - "Intime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer impugnação, nos termos do art.475-J, § 1º, do Código de Processo Civil.Int." Advs. JOSÉ ANTÔNIO DE ANDRADE ALCÂNTARA, ADILSON DE CASTRO JR, DANIELLA LETICIA BROENING e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER.

37. SUMARIA DE COBRANCA - 40739/0-CONDOMINIO EDIFICIO MALIBU x CLAUDIO TAVARES PEREIRA e outro - Intime-se o Dr. para, em 24 horas devolver os autos em cartório, pena do disposto no art.196, do CPC.Int. Adv. CRISTIANE EMMENDOERFER.

38. USUCAPIAO ORDINARIO - 42157/0-MARIA DAS GRAÇAS BITENCOURT x MC CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - (Os oficios encontram-se no cartorio à disposição da parte interessada.Int.) Advs. ANDRE PEIXOTO DE SOUZA e ANDREA BENETTI CARVALHO DE OLIVEIRA.

39. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 42522/0-INDUSTRIA GRÁFICA FORONI LTDA x PAPELARIA E BRINQUEDOS FANTASIA LTDA - "Sendo assim, defiro a liminar e determino o cancelamento do bloqueio judicial ordenado nos autos n° 42522/0000 sobre o veículo Vectra GLS, placa AHT-8649, Renavam n° 69.699369-0. Oficie-se ao DETRAN-PR. Cite-se o embargado, mediante intimação (CPC, art. 1050, § 3°) desta decisão dirigida ao advogado por ele constituído nos autos n° 42522/0000 em apenso, para que ofereça contestação em 10 dias, sob pena de revelia e confissão. Intimem-se. " (AO preparo das custas do Oficial de Justiça, bem como, as custas de um oficio.Int.) Advs. ALBERTO CORDEIRO, FERNANDO CORDEIRO, USSAIMA ADDI DE ANDRADE e CIRINEU DIAS.

40. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 42737/0-LUCAS MARASCA e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "I. JULGO EXTINTO O PROCESSO (art. 794, I, do CPC). II. Custas pagas, conforme comprovante fls. 295, promovam-se as baixas, anotações e comunicações necessarias. IV. Oportunamente, arquivem-se com as cautelas e anotações de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. " Advs. ROSEMAR ANGELO MELO e FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO.

41. COBRANÇA - 42905/0-ALCIDES DEGRAF e outros x BANCO DO BRASIL S/A - - DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS EM APENSO N° 43.074:

"(...) Diante do exposto, conhece-se os embargos de declaração todavia, julgo-os improcedentes por ausencia manifesta de qualquer vício de contradição, obscuridade ou omissão. Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça. Intime-se. Diligências necessárias. "

Advs. ROSEMAR ANGELO MELO, EDUARDO JOSE PEREIRA NEVES e ERALDO LACERDA JUNIOR.

42. COBRANÇA - 0003808-14.2008.8.16.0001-ANTONIO DE FREITAS DE GOUVEIA e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "Sobre o retorno dos autos da Instância Superior, manifestem-se as partes.Int." Advs. ROSEMAR ANGELO MELO, MARCOS ROBERTO HASSE e GORGON NOBREGA.

43. EXECUÇÃO - 43322/0-BANCO BRADESCO S/A x SÉRGIO MANFREDI PAESE e outro - Intime-se o Dr. para, em 24 horas devolver os autos em cartório, pena do disposto no art.196, do CPC.Int. Adv. DANIEL HACHEM.
44. COBRANÇA - 43370/0-ADIR GAI e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "I. Cumpra-se item II do despacho de fls. 206, expedindo-se alvarà aos exeqüentes. II. Na mesma oportunidade, intimem-se os exeqüentes para que apresentem planilha referente ao valor remanescente apontado às fis. 208. III. Int. " (Ao preparo das custas de um alvara.Int.) Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR, ELOI CONTINI e RAQUEL ANGELA TOMEI.
45. COBRANÇA - 44173/0-ALOISIO ALBINO SCHAFER e outros x BANCO DO BRASIL S/A - (Ao preparo das custas da impugnação no valor de R$ 705,00. Int.) Advs. ROSEMAR ANGELO MELO e ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA.
46. COBRANÇA - 44375/0-ADMILSON MILANI e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "Expeça-se alvará dos valores depositados à fl. 234. Com o levantamento dos valores depositados, JULGO EXTINTO O PROCESSO (art. 794, I, do CPC), ante a satisfação do débito. Eventuais custas remanescentes a serem informadas pela escrivania, ao executado, facultando ao Sr. Escrivão executá-las. Baixas necessárias. Oportunamente, arquivem-se com as cautelas e anotações de estilo. " Advs. ROSEMAR ANGELO MELO e FABRICIO ZILOTTI.
47. EXECUÇÃO DE SENTENÇA - 44415/0-LAURINDO TASCA e outros x BANCO DO BRASIL S/A - (Ao requerente, o recolhimento do imposto causa mortis.Int.) Advs. LUCIANO MARCIO DOS SANTOS, GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE, LUIZ ALBERTO GONÇALVES e ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA.
48. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 44485/0-ALFREDO ROBECK e outros x BANCO DO BRASIL S/A - (Ao executado o pagamento das custas no valor de R$ 82,72. Int.) Adv. WASHINGTON YAMANE.
49. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 44735/0-JOSE LUIZ MARSON e outros x BANCO DO BRASIL S/A - (Ao requerente, o recolhimento do imposto causa mortis.Int.) Advs. DAGMAR PIMENTA HANNOUCHE, PAULO DONATO MARINHO GONÇALVES, GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE, LUIZ ALBERTO GONÇALVES, MARCOS LUIZ PEREIRA DE SOUZA e MARCIA ENEIDA BUENO.
50. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - 45223/0-AGOSTINHO DE FREITAS DE MENDONÇA e outros x BANCO DO BRASIL S/A - (Ao executado o pagamento das custas no valor de R$ 75,20. Int.) Advs. GIOVANNA PRICE DE MELO e LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS.
51. COBRANÇA - 45230/0-DJANIRA NEYDE PORCINA FRIGUGLIETTI e outro x BANCO DO BRASIL S/A - "Ante a noticia de pagamento do débito, JULGO EXTINTO O FEITO, nos termos do art.794, I, do CPC.Custas dispensadas. Oportunamente, arquive-se com as formalidades legais.P.R.I." Advs. ROSEMAR ANGELO MELO e FLAVIA CRISTIANE MACHADO.
52. COBRANÇA - 45259/0-GEORG SZABO e outros x BANCO DO BRASIL S/A - (Manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito. Int.) Advs. LINCO KCZAM e FLAVIA CRISTIANE MACHADO.
53. COBRANÇA - 45413/0-ANTONIO CARLOS DE BRITO e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "Considerando o depósito empreendido pelo Banco Réu, expeça-se o alvará pretendido, observando-se o estatuído pela legislação de regência. Ressalto que a procuração deverá ser atualizada (Agravo de Instrumento n° 200401000387308/DF (...) e conter poderes para levantamento do valor, sendo que acaso inexistente, o alvará deverá ser expedido em nome da Parte (...) Após, ante a notícia de satisfação do crédito (fl.156), verifico efetivada a prestação jurisdicional. Isto posto, julgo extinto o processo, nos termos do artigo 794, inciso I do Código de Processo Civil. Oportunamente promovam-se as baixas e anotações pertinentes e, após, encaminhe-se ao arquivo. Eventuais custas remanescentes ao executado, a serem facultadas pela escrivania. Diligências, baixas e intimações necessanas. Publique-se, registre-se. Intime-se. " Advs. ROSEMAR ANGELO MELO, LUIZ ALBERTO GONÇALVES e MARCIA ENEIDA BUENO.
54. COBRANÇA - 45550/0-CLOVIS ANTONIO CORREIA BORGES e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "Ante o requerimento retro, expeça-se alvará aos exequentes (...)" (Ao preparo das custas de um alvará.Int.) Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR, REINALDO MIRICO ARONIS e LUIZ ASSI.
55. REGISTRO DE TESTAMENTO - 45628/0-ROBELVAL FERREIRA DE FREITAS x ELLY LUIZ HANSER DEFREITAS -
- DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS EM APENSO N° 51.699:
"HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (fls. 63/65). Em consequência julgo extinto o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Autorizo a expedição de alvarà para que o autor possa transferir o imóvel descrito no item "3" a terceiros. Comprovado o pagamento das cotas de cada filha, expeça-se o formal de partilha em nome do autor. Baixas, anotações e comunicações necessárias. A seguir, arquivem-se estes autos, com as cautelas e anotações de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se."
Advs. GUILHERME MANNA ROCHA e ELIO MASSAO KAWAMURA.
56. EXECUÇÃO DE SENTENÇA - 45814/0-GUIDO STURION e outros x BANCO DO BRASIL S/A - (Ao requerente, o recolhimento do imposto causa mortis.Int.) Advs. LUCIANO MARCIO DOS SANTOS, GEVERSON ANSELMO PILATI, MARCIO ANTONIO SASSO, REINALDO MIRICO ARONIS e LUIZ ASSI.
57. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - 46161/0-CREFISA S/A-CREDITO FINACIAM. E INVESTIMENTOS x REGINA ALVES DOS SANTOS - (MAnifeste-se sobre o Termo de Penhora.Int.) Advs. MARIA ISABEL SUDAIA TEIXEIRA e JULIANY SCARLATELLI CHRISTOFANI.
58. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 46283/0-DARCI FRIEDRICH e outros x BANCO DO BRASIL S/A - (Ao executado o pagamento das custas no valor de R$ 65,80. Int.) Adv. FLAVIA CRISTIANE MACHADO.
59. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - 46443/0-AGNALDO ALVES PELETERO e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "Intime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer impugnação, nos termos do art.475-J, § 1º, do Código de Processo Civil.Int." Advs. GIOVANNA PRICE DE MELO e FLAVIA CRISTIANE MACHADO.
60. COBRANÇA - 46461/0-ADAO GERVASIO e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "Defere-se o pedido de fls. 107. Expeça-se alvará do valor de fl. 105 em favor dos requerentes. Em seguida o requerido deverá complementar o saldo apontado à fl. 109 no prazo de 15 dias, sob pena de execução forçada e seus consectários (custas e honorarios advocaticios). Int." Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR e FABRICIO ZILOTTI.
61. COBRANÇA - 46558/0-ODILON CASAGRANDE x BANCO DO BRASIL S/A - "II. Considerando que a decisão de fls. 93/98, negou seguimento ao recurso de apelação e ao recurso adesivo, manifestem-se as partes, no prazo de dez dias, sobre eventual interesse em promover o cumprimento da condenação. III. Na hipótese de silêncio, aguarde-se o decurso do prazo de seis meses e, pagas eventuais custas, arquivem-se os autos (art. 475-J, § 5°, do CPC). IV. Int. " Advs. ROSEMAR ANGELO MELO, MUNIR ABAGGE e MARCIO ANTONIO SASSO.
62. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 46875/0-COBEN FACTORING FOMENTO COM ADM E PART LTDA x ATILIO BORTOLI LOSS -
- DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS EM APENSO N° 48.127:
"HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (fis. 78/79). Em conseqüência, julgo extinto o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Nos termos do acordo, condeno a parte embargante ao pagamento das custas remanescentes, facultando ao Sr. Escrivão executà-las. Baixas, anotações e comunicaçoes necessarias. A seguir, arquivem-se estes autos, com as cautelas e anotações de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se."
Advs. ALEXEY MOSER, MICHEL MARCONSSIN DOS SANTOS, ANA MARIA RIBEIRO BERTOLO, JOSE GILMAR BERTOLO, PAULO SERGIO RIBEIRO DA SILVA e LUIZ CARLOS GUIESELER JUNIOR.
63. ORDINARIA - 47131/0-MARIA DE LOURDES BUNNEK DE MATTOS e outros x CONDOMINIO EDIFICIO GLORIA - "(...) Diante do exposto, julgam-se improcedentes os pedidos formulados pelos requerentes, em virtude da ausência de culpa do requerido pela morte de Sérgio Carlos de Mattos. Condenam-se as requerentes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da parte contrária, estes nos quais são arbitrados em R$ 3.000,00 (três mil reais), considerando-se o zelo, a natureza da causa (ausente dilação probatória e complexidade jurídica) eo trabalho desenvolvido (artigos 20, § 4°, do Código de Processo Civil). Anote-se que a obrigação imposta aos requerentes está sujeita à condição suspensiva e ao transcurso do lapso prescricional de 05 (cinco) anos, até comprovação da mudança do estado econômico que favoreça o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 12 da Lei n. 1060/1950. Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça. Oportunamente, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. " Advs. ALEXANDRE STADLER CORREA, VALDOMIRO ALBINI BURIGO e MUMIR BAKKAR.
64. COBRANÇA - 47264/0-ADIR OLIVEIRA ALMEIDA e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "I. Ante o decurso do prazo para oferecimento de impugnaçõo à penhora, conforme certidão de fls. 126/verso. II. Intime-se a parte requerente para que se manifeste. Sendo requerido, expeça-se desde logo competente alvara para levantamento da quantia penhorada (fis. 120). " Advs. ROSEMAR ANGELO MELO e WASHINGTON YAMANE.
65. COBRANÇA - 47266/0-ADEMAR CASAGRANDE e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "I. Ante o decurso do prazo para interposição de impugnação à penhora, conforme certidão de fls. 143/verso. II. Intime-se a parte requerente para que se manifeste. Sendo requerido, expeça-se desde logo competente alvarà para levantamento da quantia penhorada. III. Após, aguarde-se pelo prazo de 30 dias, e, nada sendo requerido, intime-se o banco para que efetue o preparo das eventuais custas remanescentes e voltem para extinção e arquivamento, nos termos do artigo 794, I do CPC. IV. Int. " Advs. ROSEMAR ANGELO MELO e WASHINGTON YAMANE.
66. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 47938/0-ADACLYDE VARASCHIN e outros x BANCO DO BRASIL S/A - (Ao executado o pagamento das custas no valor de R$ 62,98. Int.) Adv. CRISTIANA NAPOLI M. DA SILVEIRA.
67. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO - 48047/0-MARCOS GARCIA DE LIMA x AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - "1. Não há como deferir o pedido de f. 198 com o amparo legal pretendido (art. 269, inciso Ill do CPC). 2. Em que pese o autor referir pela celebração de acordo junto a um processo em tramite perante a Comarca de Lapa, não trouxe a estes autos quaisquer documentos que apontem neste sentido. 3. Nestes termos, intime-se o autor para que traga aos autos evidências do que pretende demonstrar, ou ainda, que assine o documento de f. 175/177, no prazo de 10 (dez) dias. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. " Advs. MARIA FELICIA CHEDLOVSKI, DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO e VALERIA CARAMURU CICARELLI.
68. COBRANÇA - 48099/0-ANANIAS ANTONIO DE ANDRADE ALVES e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "Em relação ao Agravo de instrumento interposto às fls. 206/211, näo vislumbro qualquer razão para reconsiderar a decisão agravada, que mantenho, portanto, por seus próprios fundamentos. Assim, em atenção ao ofício de fl. 219, comunique-se, sobre a manutenção da decisão agravada e sobre o integral cumprimento do disposto no art. 526 do Código de Processo Civil. Após, retornem conclusos para apreciaçäo dos Embargos de Declaração de fls.216/217 e do pedido de fl. 221. " Advs. ERNANI JOSÉ PERA JUNIOR, ACACIO CORREA FILHO e ESTEVAO LOURENCO CORREA.
69. BUSCA E APREENSÃO - 48132/0-BANCO BRADESCO S/A x JORGE NICOLAS CANTICAS - (Ao preparo das custas de quatro cartas com AR's.Int.) Adv. NELSON PASCHOALOTTO.
70. COBRANÇA - 48581/0-DORACI RENNER MULLER e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "Recebo o recurso de Apelação interposto no duplo efeito, na forma

do artigo 520, caput, do CPC. Ao Recorrido para, querendo, contra-arrazoar. Na seqüência, ao E. TJ-PR, com as homenagens deste R. Juízo. Intimem-se. Diligências necessárias. " Advs. ROSEMAR ANGELO MELO e LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS.

71. RESCISAO DE CONTRATO - 49126/0-J. ALVES ADMINISTRAÇÃO HOTÉIS E CONDOMINIOS LTDA x ISAQUE PAIVA -

Fls. 88, II: "Decorrido o prazo e inexistindo pagamento, intime-se o exequente para que efetue o preparo das custas de execução (art. 19 do CPC) e indique bens a penhora, no prazo de 05 dias. Int." Advs. GUILHERME KRUGER LIMA e CARLOS BUARQUE FRANCO NETO.

72. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 49169/0-JOAQUIM BUENO DE LARA e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "Vista dos autos pelo prazo de 15 dias.Int." Adv. ELOI CONTINI.

73. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - 49310/0-CELSO LUIZ LANGARO e outros x BANCO DO BRASIL S/A - (Ao executado o pagamento das custas no valor de R$ 75,18. Int.) Adv. FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO.

74. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 51492/0-JOÃO CARLOS DA FONSECA e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "I. O executado impugnou a execução sem que efetuasse o depósito da quantia objeto da execução. No entanto, subsiste o entendimento do juízo quanto à inaplicabilidade da multa do artigo 475-J, nos termos da irrecorrida decisão de fl. 123. II. Assim, cabe aos exequentes apenas juntar planilha atualizada de seu crédito, sem a inclusão do crédito de João Carlos da Fonseca, ante o reconhecimento da existência de litispendência em relação a este autor, conforme decisão de fl. 172. " Advs. MARCO ANTONIO BUSTO DE SOUZA e GUSTAVO R. GÓES NICOLADELLI.

75. PRESTACAO DE CONTAS - 51602/0-JOAO RIBEIRO DOS SANTOS x UNIBANCO - UNIAO DE BANCO BRASILEIROS S/A - (Vista do autos ao conforme o requerimento de fls.83. Int.) Advs. JORGE ANDRE RITZMANN DE OLIVEIRA e JOSLAINE MONTANHEIRO A DA SILVA.

76. BUSCA, APREENSAO E DEPOSITO - 52049/0-BANCO BRADESCO S/A x RICARDO ROBSON MOCELIM - (Ao preparo das custas de quatro cartas com AR's.Int;) Adv. NELSON PASCHOALOTTO.

77. INDENIZAÇÃO - 52445/0-GUSTAVO RAMOS DRESCH x ANACLETOS BAR LTDA e outro - "(...) Diante do exposto, conhece-se os embargos de declaração todavia, julgo-os improcedentes por ausencia manifesta de qualquer vício de contradição, obscuridade ou omissão. Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça. Intime-se. Diligências necessárias. " Advs. RICARDO BAZZANEZE e NILSON ROBERTO MARTINES GARCIA.

78. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 52498/0-GUILHERME ERNESTO TONIN x BANCO DO BRASIL S/A - (Ao executado o pagamento das custas no valor de R$ 31,96. Int.) Advs. MOIRA MARCELINO DIAS e FABRICIO ZILOTTI.

79. EXECUÇÃO - 52655/0-BANCO ITAU S/A x OMEGA SECUR - SERVIÇO DE VIGILÂNCIA LTDA e outro - (Manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito. Int.) Adv. DANIEL HACHEM.

80. REVISAO DE CONTRATO (ORDINÁRIO) - 52900/0-ARI PEREIRA DA SILVA x PARANA BANCO - (Manifeste-se o requerido no prazo de 5 dias sobre a resposta do Perito.Int.) Advs. PAULO SERGIO WINCKLER e ANA PAULA CONTI BASTOS.

81. RESPONSABILIDADE CIVIL (ORDINÁRIA) - 0002665-53.2009.8.16.0001-REGIANE MARIA NASBONE x AGOSTINHO BLASIUS - "II. Oficie-se ao juízo da 20ª Vara do Trabalho de Curitiba solicitando que informe se procedem as penhoras no rosto dos autos n° 52.996/0000 desta Vara, deferidas nos autos das RTOrds 16483-2008-029-09-00-2 e 16469-2008-029-09-00-9, tendo em vista tratar-se de ação de indenização movida por Regiane Maria Nasbone em face de Agostinho Blausius, os quais em princípio rela no alguma têm com as execuções a que se referem as reclamações trabalhistas. Pelo mesmo ofício, comunique-se que o único processo deste juízo aparentemente relacionado às causas trabalhistas é o inventário de Irineo Luiz Maestrelli, aqui autuado sob n° 53112/0000. III. Diga a parte autora sobre a contestação. IV. Inúmem-se " Advs. ALEXANDRE GONCALVES RIBAS, RICARDO LUCAS CALDERON, MARIA DE LOURDES CARDON REINHARDT e TATIANA VILLORDO CALDERÓN.

82. BUSCA E APREENSÃO - 0004166-08.2010.8.16.0001-BANCO FINASA BM S/A x ROBERTO CARLOS DE LIMA - (Ao preparo das custas do Oficial de Justiça.Int.) Advs. EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO, DANIELE DE BONA e KLAUS SCHNITZLER.

83. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 0016646-18.2010.8.16.0001-CELSO DRAGÃO GREGÓRIO x BANCO DO BRASIL S/A - (Ao preparo das custas do executado no valor de R$ 20,68. Int.) Adv. MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH.

84. BUSCA E APREENSÃO - 0028488-92.2010.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S/A x OBERDAN GUIMARAES GOMES - (Ao preparo das custas do Oficial de Justiça.Int.) Advs. LIZIA CEZARIO DE MARCHI e VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA.

85. EXTINCAO DE CONDOMINIO - 0040234-54.2010.8.16.0001-VERA MARIA DEUTSCHER FURLAN e outro x GUIOMAR GALPERIN KNOPFHOLZ - "I. Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, fazendo a correlação fato-prova e indicando a real necessidade e pertinencia de cada uma delas. II. Outrossim, manifestem-se acerca da efetiva possibilidade de composição amigável. III. Após, voltem conclusos. IV. Int. " Advs. JULIANA PUPO, DAVI DEUTSCHER e BRUNO PEDALINO.

86. DEPOSITO - 0043013-79.2010.8.16.0001-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPG1 x JOAO CLAUDIO MARTINS - "Defiro o pedido de fl. 53, uma vez que a desistência da ação foi requerida antes da citação do réu, sendo, portanto, ato unilateral da parte autora. Dessa forma, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito (artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil). Defiro desde ja o desentranhamento de todas as peças e documentos juntados pela parte autora. À escrivania, par que proceda as baixas e anotações necessárias. No mais, via sistema RENAJUD, removam-se eventuais restrições sobre o veículo. Intimações e diligências necessárias. " Advs. ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA, CARLA MARIA KOHLER, CRISTIANE F. RAMOS, INGRID DE MATTOS, MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA.

87. REVISAO CONTRATUAL (ORDINÁRIA) - 0045962-76.2010.8.16.0001-CLÓVIS RODRIGUES x BANCO SANTANDER BANESPA S/A - "Recebo o recurso de apelação colacionado ás fls.67/70, em ambos os efeitos (art.520, CPC).Ao apelado para, querendo, contra-arrazoar o recurso, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo, remetam-se os autos ao Egredio Tribunal de Justiça para apreciação do recurso interposto, com as nossas homenagens. Int." Advs. MUMIR BAKKAR e MAGDA LUIZA R. EGGER.

88. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0045980-97.2010.8.16.0001-RICARDO ROMANELLI FILHO x RUY ORLANDO MERENIUK e outro -

- DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS EM APENSO N° 1174/2011:

"I. Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, fazendo a correlação fato-prova e indicando a real necessidade e pertinencia de cada uma delas. II. Outrossim, manifestem-se acerca da efetiva possibilidade de composição amigável. III. Após, voltem conclusos. IV. Int. "

Advs. EDUARDO MUNHOZ DA CUNHA, JULIANA MARCONDES VIANNA e OKSANDRO OSDIVAL GONCALVES.

89. COBRANCA (ORDINARIA) - 0049401-95.2010.8.16.0001-CONDOMINIO EDIFICIO TAMOIO e outro x LEONI NASCIMENTO MULLER - Manifeste-se o requerente quanto á contestação.Int. Advs. HELIO KENNEDY G. VARGAS, ROBSON LUIZ SCHIESTL SILVEIRA e EDIVALDO OSTROSKI.

90. COBRANÇA - 0053247-23.2010.8.16.0001-GENÉSIO BERNARDELLI x BANCO ITAU S/A - "1. O exame dos autos demonstra que o feito comporta julgamento antecipado da lide, conforme orientação do artigo 330, inciso I do Código de Processo Civil. 2. Intimem-se as partes, e após, voltem conclusos para sentença. Diligências necessárias. " Advs. MURIEL ANTONIO CARLOS MIRA e LUIS OSCAR SIX BOTTON.

91. ORDINARIA - 0053960-95.2010.8.16.0001-NELSON TOMAZ DE SANTIAGO x REAL LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A -

Fls. 80: "I. Nelson Tomaz de Santiago pretende devolver o veículo que lhe foi arrendado por Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil. Invoca, para tanto, o fato de o contrato de arrendamento mercantil näo passar de locação com opção de compra, pedindo liminar para depósito veículo. Pois bem. O fato de o arrendamento mercantil equivaler a locação não significa que não tenha prazo para viger, nem que a opção de compra/renovação/devolução possa ser exercida antes do termo fixado no contrato, ou que o arrendatário tenha a faculdade de resilir o contrato unilateralmente. Embora isso pareça óbvio, basta fazer-se um paralelo com a locação de imóveis: embora trate-se de locação, o inquilino em regra não tem direito de devolver o imóvel antes do prazo ajustado, salvo se pagar a multa fixada contratualmente. A invocação do art. 473 do Código Civil não é suficiente, pois esse dispositivo estabelece que a resilição unilateral somente é viável quanto a lei o permitir, desde que notificada a contraparte e ressarcido o prejuízo inerente aos investimentos por ela feitos. Se é verdade que a parcela de "locação" nos contratos de leasing, paga mensalmente com a quota de antecipação do VRG para formar a contraprestação mensal, é notoriamente inferior ao que se paga pelo só aluguel de um veículo, então a indicação do autor de que pretende receber de volta todo o VRG (transformando por sua única vontade o contrato misto em locação pura) sinaliza não para o ressarcimento de "todos os prejuízos", mas para a imposição de situação bastante desvantajosa à ré, de ao final acabar alugando o veículo por valor inferior ao de mercado. Pondere-se ser possível que o contrato de arrendamento mercantil especificamente celebrado entre a autora eo réu tenha previsto a resilição unilateral sem pagamento de multa. No entanto os termos desse contrato são desconhecidos porque a autora simplesmente não apresentou o instrumento respectivo, sendo impossível qualquer juízo sobre verossimilhança das alegações feitas na petição inicial. Vale dizer, a propósito, que não são aceitáveis alegações a respeito da não entrega do instrumento pelo banco, pois a lei processual dá instrumentos para a obtenção de documentos previamente ao ajuizamento da ação. Ademais, hipossuficiência e mesmo inversão do ônus da prova nada têm a ver com cumprimento, pelo autor, dos requisitos estabelecidos nos arts. 282, 283 e 286 do CPC. Por outro lado, a inversão do ônus da prova, amiúde pleiteada com base na invocação do CDC, pode dispensar o "consumidor" de provar suas alegações, mas não elimina as exigências do art. 273 do CPC: tratando-se ou não de relação de consumo, havendo ou não inversão do ônus da prova, só se antecipa a tutela jurisdicional se houver prova suficiente, independentemente de a quem incumba produzi-la. Sendo assim, indefiro a liminar. II. Cite-se o réu (...) "

- (A carta com AR encontra-se no cartorio à disposição da parte interessada.Int.) Advs. MATHEUS DIACOV e DANIEL ZUBRESKI MONTENEGRO.

92. REPETICAO DO INDEBITO - 0055060-85.2010.8.16.0001-CONTAFIX ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA x TIM CELULAR S/A - "I. Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, fazendo a correlação fato-prova e indicando a real necessidade e pertinencia de cada uma delas. II. Outrossim, manifestem-se acerca da efetiva possibilidade de composição amigável. III. Após, voltem conclusos. IV. Int. " Advs. SABRINA GREGOLIN BOTTEZINI, KLAUS PETER KLEIN, SERGIO LEAL MARTINEZ, GEANDRO LUIZ SCOPEL, DANI LEONARDO GIACOMINI e VINICIUS LUDWIG VALDEZ.

93. BUSCA E APREENSÃO - 0061517-36.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x FRANCIELE FERREIRA -

Republico o despacho de fls., por não ter sido intimado uns dos Advogados:

"HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (fis. 52/53). Em conseqüência, julgo extinto o feito, com resolugão do mérito, nos termos do art. 269, inciso 111, do Código de Processo Civil. Custas dispensadas. Baixas, anotações e

comunicaçoesnecessanas. A seguir, arquivem-se estes autos, com as cautelas e anotações de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. "
Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e MAURO KRATZ FONSECA.
94. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0067791-16.2010.8.16.0001-BANCO ITAU S/A x AGN JOFER M. COMPENSADOS LTDA. e outros - (Manifeste-se sobre a certidao do Oficial de Justiça.Int.) Adv. LEONEL TREViSAN JUNIOR.
95. COBRANÇA - 0067941-94.2010.8.16.0001-CONDOMINIO PORTAL DE PINHAIS x LOURDES NELSI OZÓRIO - "Intime-se a parte autora para que manifeste quanto a eventual composição.Int." Adv. LEANDRO LUIZ KALINOWSKI.
96. MONITORIA - 0021046-41.2011.8.16.0001-NEGRESCO FOMENTO LTDA x RICARDO PIRES ABREU - "(...) Diante do exposto, julga-se procedente a exceção de pré-executividade oposta, extinguindo-se o processo monitório, com resolução de mérito, em função da prescrição, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condena-se o excepto ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da parte adversária, os quais são arbitrados no montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais), considerando o zelo, a natureza da causa (sem dilação probatória e ausente complexidade jurídica) eo trabalho desenvolvido (artigos 20, § 4°, do Código de Processo Civil). Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça. Oportunamente, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. " Advs. MARCO JULIANO FELIZARDO, EDGAR LENZI e HAMILTON MAIA DA SILVA FILHO.
97. ALVARA JUDICIAL - 0028951-97.2011.8.16.0001-J.F.A. - (O alvará de nº 1816/2011, encontra-se à disposição no Posto Forum da Caixa Economica Federal S/A, para o Senhor Advogado.Int.) Advs. FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO e ANDREA CAROLINA MARCONATTO CURY.
98. INVENTARIO - 0035709-92.2011.8.16.0001-NEUSA TABORDA DE FREITAS x ESPÓLIO DE DORACI TABORDA DE FREITAS -
Fls. 34: "1) Lavre-se o termo de testamentária conforme determinado à f. 18 dos autos n. 30948-18/2011; 2) Sem prejuízo do item supra, nomeia-se a requerente Neusa Taborda de Freitas como inventariante dos bens deixados pela autora da herança (Doraci Taborda de Freitas); 3) Comunique-se a inventariante da nomeação, outrossim, para prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, na forma do parágrafo único do artigo 990 do Código de Processo Civil. Na oportunidade em que efetuar o compromisso, a inventariante deverá ser advertida do teor dos encargos que lhe são atribuídos (artigos 991 e 992 do Código de Processo Civil); 4) Como não há mais herdeiros a serem acrescidos e já consta nestes autos a relação de bens a serem adjudicados e certidão negativa de débitos, admitindo-se isto como primeiras declarações, encaminhem-se os autos, respectivamente, ao Ministério Público e a Faze a Pública para os fins do artigo 1000 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do calculo do ITCMD porventura devido; 5) Intime-se."
- DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS EM APENSO N° 30948/2011:
"Neusa Taborda de Freitas requereu o registro de testamento de Doracy Taborda de Freitas. Juntou os documentos de fls. 05/08. Ouvido o Ministério Público, pugnou no parecer de fls. 17 pelo seu regular cumprimento. Sendo assim, estando o testamento público perfeito em suas formalidades intrínsecas e extrínsecas, determino seja registrado, arquivado e cumprido, com remessa de cópia à Fazenda Estadual nos termos do art. 1126 e1128 do CPC. Após, intime-se o testamenteiro nomeado para que em 05 dias assine em cartório o termo de testamentária. Publique-se. Registre-se. Intime-se. "
Adv. LUCIA HELENA FERNANDES STALL.
99. INTERDICAO - 0038331-47.2011.8.16.0001-RACHEL SOVINSKI PICANÇO x MARIA DE LOURDES SOVINSKY PICANÇO - "Defiro o pedido de fl. 34. Renove-se a intimação para que a curadora provisória preste compromisso no prazo legal. Intime-se. " Adv. MARCIA PICANCO PROCKMANN.
100. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0042099-78.2011.8.16.0001-ANGELA MARIA DE FARIA SUNDIN x ESPOLIO DE EDÉLSIO RIVELINO ALVES JULIO e outro - (Ao preparo das custas do Oficial de Justiça.Int.) Adv. JEFERSON SILVA.

Curitiba, 29 de setembro de 2011.
Mário Martins
Escrivão Titular

---

**13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA.**
**JUIZ DE DIREITO TITULAR: ALEXANDRE GOMES GONÇALVES**
**JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO: DR.JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO.**

**RELAÇÃO Nº 176/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALEXANDRE N. FERRAZ 0016 050736/2011
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0004 049719/2011
CARLA PASSOS MELHADO 0023 051142/2011
CESAR AUGUSTO TERRA 0005 049761/2011
CHEHADE KUHNEN KCHACHAN N 0009 050152/2011
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR 0009 050152/2011
ELISON LUIZ CALEGARI 0011 050307/2011
FABIO AUGUSTO DE SOUZA 0017 050786/2011
GABRIEL A. H. NEIVA DE LI 0008 049990/2011
GILBERTO BORGES DA SILVA 0028 051700/2011
GIOVANNA PRICE DE MELO 0022 051086/2011
GRASIELE CORREA 0001 049356/2011
IVO BERNARDINO CARDOSO 0001 049356/2011
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0021 051004/2011
JULIO CESAR DALMOLIN 0021 051004/2011
KLAUS SCHNITZLER 0025 051403/2011
LORIANE GUISANTES DA ROSA 0027 051690/2011
LUCIANE HEY 0026 051450/2011
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0002 049545/2011
0019 050812/2011
MARCELO DE OLIVEIRA BUSAT 0014 050685/2011
MARCIA L. GUND 0021 051004/2011
MARCIA MONTALTO ROSSATO 0013 050432/2011
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0018 050803/2011
MICHEL LUIZ PADILHA 0013 050432/2011
NILTON BUSSI 0012 050375/2011
ROBERTO CHINCEV ALBINO 0006 049958/2011
0007 049959/2011
SABRINA CAMARGO DE OLIVEI 0015 050715/2011
SANDRO MARCOS OGRYSKO 0003 049668/2011
SANTINO SAGAIS 0024 051355/2011
SEBASTIAO VERGO POLAN 0020 050888/2011
THAIS REGINA MYLIUS MONTE 0010 050223/2011
TIAGO GODOY ZANICOTTI 0008 049990/2011
VALDEMAR BERNARDO JORGE 0026 051450/2011

1. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0049356-57.2011.8.16.0001-IVO BERNARDINO CARDOSO & ADVOGADOS ASSOCIADOS x ENDO & ENDOTEC LTDA - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 545,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. IVO BERNARDINO CARDOSO e GRASIELE CORREA .
2. REINTEGRACAO DE POSSE - 0049545-35.2011.8.16.0001-SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x RODRIGO DIAS CARNEIRO DE OLIVEIRA - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.
3. DESPEJO - 0049668-33.2011.8.16.0001-ANDREIA KOGA SUGAHARA x LUCIANA CRISTINA MIONI GALHARDO - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 488,80, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. SANDRO MARCOS OGRYSKO.
4. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0049719-44.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER BRASIL S/A e outro x MARION YARA CHARIN - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ.
5. BUSCA E APREENSÃO - 0049761-93.2011.8.16.0001-SANTANDER LEASING S.A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOSE CARLOS CORTIANO - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. CESAR AUGUSTO TERRA.
6. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL - 0049958-48.2011.8.16.0001-ANTONIO BRINHOLI e outros x BANCO DO BRASIL S.A - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. ROBERTO CHINCEV ALBINO.
7. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL - 0049959-33.2011.8.16.0001-RAFAEL HENRIQUE SPAGOLA e outros x BANCO DO BRASIL S/A - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. ROBERTO CHINCEV ALBINO.
8. DECLARATORIA (ORDINÁRIA) - 0049990-53.2011.8.16.0001-PORTO FRIO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA COZINHA LTDA - ME e outro x MBP ISOBLOCK SISTEMAS TERMOISOLANTES S/A - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. TIAGO GODOY ZANICOTTI e GABRIEL A. H. NEIVA DE LIMA FILHO.
9. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0050152-48.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x DARLAN RICARDO COSTA ME e outro - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 770,80, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. CHEHADE KUHNEN KCHACHAN NETO e DENIO LEITE NOVAES JUNIOR.
10. BUSCA E APREENSÃO - 0050223-50.2011.8.16.0001-VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA x VANDERTIM BENEF. DE CALC. LTDA - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE

TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. THAIS REGINA MYLIUS MONTEIRO.
11. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0050307-51.2011.8.16.0001-NELSON ANTONIO MIGLIOZZI x MARIA DE LOURDES LARA e outro - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 249,10, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. ELISON LUIZ CALEGARI.
12. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL - 0050375-98.2011.8.16.0001-NILTON BUSSI x RS PREVIDÊNCIA e outro - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 733,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. NILTON BUSSI.
13. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0050432-19.2011.8.16.0001-ROLESTE ROLAMENTOS LTDA x FABER NEW MAQUINAS LTDA - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 488,80, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. MARCIA MONTALTO ROSSATO e MICHEL LUIZ PADILHA.
14. COBRANÇA - 0050685-07.2011.8.16.0001-ROSI DE OLIVEIRA BUSATO x BANCO DO BRASIL S.A - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 220,90, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. MARCELO DE OLIVEIRA BUSATO.
15. REINTEGRACAO DE POSSE - 0050715-42.2011.8.16.0001-PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A x RULIAN GERALDO DA SILVA LIMA - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA MARTIN.
16. BUSCA E APREENSÃO - 0050736-18.2011.8.16.0001-AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A x WELLINGTON BARBOSA - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. ALEXANDRE N. FERRAZ.
17. ALVARA JUDICIAL - 0050786-44.2011.8.16.0001-JACINTA DE FATIMA DELA NORA FACCO x ESPOLIO DE GILDA FERREIRA - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 115,00, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. FABIO AUGUSTO DE SOUZA.
18. REINTEGRACAO DE POSSE - 0050803-80.2011.8.16.0001-BANCO BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x JOCEMAR RODRIGO CAMARGO - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA.
19. BUSCA E APREENSÃO - 0050812-42.2011.8.16.0001-AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A x VERA LUCIA STROKA - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 799,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.
20. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO - 0050888-66.2011.8.16.0001-JAYME CESAR FRITSCH - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. SEBASTIAO VERGO POLAN.
21. PRESTACAO DE CONTAS - 0051004-72.2011.8.16.0001-PALOTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA x BANCO BRADESCO S/A - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 220,90, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. MARCIA L. GUND, JAIR ANTONIO WIEBELLING e JULIO CESAR DALMOLIN.
22. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - 0051086-06.2011.8.16.0001-HERDEIROS E SUCESSORES DE ALCIR WAGNER e outros x BANCO DO BRASIL S.A - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. GIOVANNA PRICE DE MELO.
23. BUSCA E APREENSÃO - 0051142-39.2011.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S.A x NAIR GOLDINO - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. CARLA PASSOS MELHADO.
24. COBRANÇA - 0051355-45.2011.8.16.0001-CONDOMINIO DA GARAGEM AUTOMATICA REQUIÃO x HAMILTON THÁ e outros - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 458,00, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. SANTINO SAGAIS.
25. BUSCA E APREENSÃO - 0051403-04.2011.8.16.0001-BANCO FIAT S.A x VALTER DOS SANTOS FERREIRA - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R $ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. KLAUS SCHNITZLER.
26. EXECUÇÃO FISCAL DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0051450-75.2011.8.16.0001-HOSPITAL SANTA CRUZ S.A x MARCIA CRISTINA MONIZ DE ARAUJO NEVES - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 220,90, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. LUCIANE HEY e VALDEMAR BERNARDO JORGE.
27. ORDINARIA - 0051690-64.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x TREVISAN E NADOLNY COMERCIO DE PRODUTOS e outro - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R$ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. LORIANE GUISANTES DA ROSA .
28. BUSCA E APREENSÃO - 0051700-11.2011.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x VANESSA RIBEIRO DE SOUZA - ESTA AÇÃO FOI DISTRIBUIDA PARA ESTA VARA E ENCONTRAM-SE AGUARDANDO DEPOSITO INICIAL NO VALOR DE R $ 827,20, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DO CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇAO (ART. 257 DO CPC). Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA.

Curitiba, 29 de setembro de 2011.
Mário Martins
Escrivão Titular

# 14ª VARA CÍVEL

**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CURITIBA**
**ESTADO DO PARANÁ**
**CARTÓRIO DA DÉCIMA QUARTA VARA CÍVEL**
**ELENITA YASNÍ DA SILVA**
**ESCRIVÃ**

**RELAÇÃO Nº 223/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALCEU RODRIGUES CHAVES 0001 000981/2002
ALEXANDRE JOSÉ GARCIA DE 0005 001353/2008
ALVYR MIGUEL BITTENCOURT 0043 062163/2010
AMIRA YOUSSEF NASR 0024 028187/2010
ANDRÉA CRISTIANE GRABOVSK 0050 000223/2011
ANDRÉ LUIZ BAÜML TESSER 0051 000240/2011
ANGELA ESSER PULZATO DE P 0034 051235/2010
APARECIDO JOSÉ DA SILVA 0001 000981/2002
ARISTIDES ALBERTO TIZZOT 0056 000527/2011
BRUNO MARCUZZO 0059 000740/2011
CARLA AFONSO DE OLIVEIRA 0067 001153/2011
CARLA MARIA KOHLER 0034 051235/2010
CARLOS EDUARDO SCARDUA 0018 020245/2010
CARLOS SÉRGIO CAPELIN 0057 000576/2011
CESAR AGUILAR RIOS 0064 000960/2011
CESAR AUGUSTO VOLTOLINI 0052 000316/2011
CIRO BRÜNING 0029 048409/2010
CLEVERSON MARCEL SPONCHIA 0012 006381/2010
0074 001361/2011
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0032 050931/2010
0069 001220/2011
0077 001470/2011
CRISTIANE FERREIRA RAMOS 0034 051235/2010
CRISTIANE HENRIQUE VIEIRA 0045 067253/2010
CRISTIANO RICARDO WULF 0052 000316/2011
CÉSAR AUGUSTO TERRA 0073 001336/2011
DANIELE DE BONA 0020 023277/2010
DANIEL HACHEM 0002 000395/2004
0004 000397/2008
DANIELLE MADEIRA 0040 059665/2010
DAVID DOS SANTOS CASSOLI 0011 005446/2010
DENISE RIBEIRO LOSSO LAZO 0058 000678/2011
DIEGO RUBENS GOTTARDI 0020 023277/2010
EDUARDO A. MARQUES VIRMON 0047 000131/2011
EDUARDO MARIANO VALEZIN D 0010 004163/2010
ELDER ISSAMU NODA 0076 001463/2011
ELIANA DE FÁTIMA ZANFELIC 0021 024727/2010
ELIANE MERCÊS DE PAULO 0011 005446/2010
ELIONORA HARUMI TAKESHIRO 0001 000981/2002
ELIZEU LUIZ TOPOROSKI 0055 000479/2011
ELYSE MICHAELA BACILA BAT 0047 000131/2011
EMANUEL VITOR CANEDO DA S 0048 000147/2011
FABIANA CARLA DE SOUZA 0063 000953/2011
FABIANA SILVEIRA 0033 050953/2010
FABRÍCIO VERDOLIN DE CARV 0029 048409/2010
FERNANDO SCHUMAK MELO 0053 000342/2011
FLAVIO BENINCASA 0015 014219/2010

FLÁVIO DIONISIO BERNARTT 0021 024727/2010
0035 055684/2010
FRANCINE DE FATIMA OLIVEI 0015 014219/2010
FRANCISCO ANTONIO FRAGATA 0019 022039/2010
FUAD SALIM NAJI 0083 001815/2011
GABRIEL JOCK GRANADO 0043 062163/2010
GENI WERKA 0015 014219/2010
GENNARO CANNAVACCIUOLO 0081 001763/2011
GERALDO PEIXOTO DE LUNA J 0027 038659/2010
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0045 067253/2010
GIOVANNA PRICE DE MELO 0022 026232/2010
GUILHERME LUIZ SANDRI 0075 001389/2011
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0036 057073/2010
0038 059207/2010
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0009 002863/2010
0045 067253/2010
JANAINA GIOZZA ÁVILA 0036 057073/2010
JEAN CARLOS MARTINS FRANC 0035 055684/2010
JOAQUIM MIRÓ 0013 013831/2010
JOB ROCHA PEREIRA 0072 001307/2011
JOÃO LEONEL ANTOCHESKI 0031 050723/2010
JOSAFÁ ANTONIO LEMES 0044 063446/2010
JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI 0054 000378/2011
JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUEN 0001 000981/2002
JOSEMARA CUBA 0023 027565/2010
JOSÉ LUIZ FORTUNATO VIGIL 0071 001300/2011
JULIANA SANDOVAL LEAL DE 0027 038659/2010
JULIANE TOLEDO S. ROSSA 0061 000854/2011
0078 001686/2011
JULIO CEZAR ENGEL DOS SAN 0030 049865/2010
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0016 017789/2010
KEILE CRISTINA BIEZUS 0043 062163/2010
KIRILA KOSLOSK 0008 001103/2010
KLAUS SCHNITZLER 0010 004163/2010
0061 000854/2011
KÁTIA VERÔNICA DA ROCHA S 0014 013939/2010
LARISSA DA SILVA VIEIRA 0014 013939/2010
LEANDRO GALLI 0044 063446/2010
LEANDRO NEGRELLI 0028 044237/2010
LEONILDO BRUSTOLIN 0013 013831/2010
LIDIANA VAZ RIBOVSKI 0020 023277/2010
LORIANE GUISANTES DA ROSA 0042 061453/2010
LUCAS ZUCOLI YAMAMOTO 0065 001037/2011
LUIZ CARLOS DA ROCHA 0024 028187/2010
LUIZ CARLOS MOREIRA JUNIO 0060 000808/2011
LUIZ DANIEL FELIPPE 0051 000240/2011
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0022 026232/2010
0049 000185/2011
0050 000223/2011
LUIZ FERNANDO MARCONDES A 0002 000395/2004
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0045 067253/2010
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0037 057117/2010
MARCOS BUENO GOMES 0039 059285/2010
MARCOS SÉRGIO JAKIEMIN MA 0004 000397/2008
MARCUS VINICIUS SALES PIN 0017 018004/2010
MARIA IZABEL BRUGINSKI 0031 050723/2010
MARIA LÚCIA ARAUJO NOGUEI 0039 059285/2010
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0014 013939/2010
0055 000479/2011
MAURÍCIO ALCÂNTARA DA SIL 0068 001163/2011
MAURÍCIO BELESKI DE CARVA 0038 059207/2010
MAURÍCIO VIEIRA 0006 001610/2009
MAURICIO SWINKA BEVILACQU 0070 001245/2011
MAURO SÉRGIO GUEDES NASTA 0019 022039/2010
0025 030843/2010
MAYLIN MAFFINI 0009 002863/2010
0028 044237/2010
0046 000130/2011
MICHELLE SCHUSTER NEUMANN 0010 004163/2010
MIEKO ITO 0042 061453/2010
0059 000740/2011
MILTON JOÃO BETENHEUSER J 0007 002133/2009
MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER 0017 018004/2010
0026 035753/2010
MÁRIO MARCONDES NASCIMENT 0035 055684/2010
MURILO CELSO FERRI 0048 000147/2011
ODACYR CARLOS PRIGOL 0027 038659/2010
OSVALDO DA CUNHA LAGE 0064 000960/2011
PAULO ANDRÉ ALVES DE RESE 0011 005446/2010
PAULO VINICIUS DE BARROS 0004 000397/2008
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 0079 001706/2011
PRYSCILLA ANTUNES DA MOTA 0030 049865/2010
RAFAEL MARQUES GANDOLFI 0025 030843/2010
RAPHAEL GIULLIANO LARSEN 0026 035753/2010
REINALDO EMILIO AMADEU HA 0004 000397/2008
ROBINSON LEON DE AGUERO 0003 000159/2008
ROBSON SAKAI GARCIA 0080 001762/2011
0082 001764/2011
RODRIGO FONTANA FRANCA 0056 000527/2011
SAMIRA KARAM SEMAAN 0024 028187/2010
SERGIO SCHULZE 0062 000930/2011
0066 001056/2011
SILVIO BRAMBILA 0025 030843/2010
SIOMARA PACIORNIK SCHULMA 0044 063446/2010
TATIANA VALESCA VROBLEWSK 0028 044237/2010
THAÍS REGINA MYLIUS MONTE 0041 061319/2010
VALÉRIA CARAMURU CICARELL 0023 027565/2010
VALTER ADRIANO F. CARRETA 0015 014219/2010

1. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 981/2002-BANCO CITIBANK S/A x T.R.H. SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e outros - "CONSIDERANDO que a nova ordem constitucional quer que se assegure a todos uma razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (inciso LXXVIII, acrescentado ao art. 5° da CF pela EC 45/2004) ; CONSIDERANDO que a forma conciliada é mais célere, mais econômica e mais pacificadora e, por isso, a reforma processual de 1994 incluiu-a também dentre os poderes/deveres do juiz (an 125,IV,doCPC); 1. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (art. 125, IV, do CPC) a ser realizada no dia 27/10/2011, às 17 horas, no Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça, localizado no 2° andar do Palácio da Justiça - Praça Nossa Senhora da Salete, s/n°, Centro Cívico. 2. Intimem-se os advogados pelo Diário da Justiça; 3. Autorizo o Núcleo de Conciliação do TJ expedir Carta de intimação da parte autora; 3. Após, remetam-se os autos ao Núcleo de Conciliação para as devidas providências." - Advs. ELIONORA HARUMI TAKESHIRO, JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO, APARECIDO JOSÉ DA SILVA e ALCEU RODRIGUES CHAVES.

2. EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE - 395/2004-BANCO BRADESCO S/A. x MARIANO SCHAFFKA FILHO e outro - "CONSIDERANDO que a nova ordem constitucional quer que se assegure a todos uma razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (inciso LXXVIII, acrescentado ao art. 5° da CF pela EC 45/2004) ; CONSIDERANDO que a forma conciliada é mais célere, mais econômica e mais pacificadora e, por isso, a reforma processual de 1994 incluiu-a também dentre os poderes/deveres do juiz (an 125,IV,doCPC); 1. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (art. 125, IV, do CPC) a ser realizada no dia 25/10/2011, às 17:30 horas, no Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça, localizado no 2° andar do Palácio da Justiça - Praça Nossa Senhora da Salete, s/n°, Centro Cívico. 2. Intimem-se os advogados pelo Diário da Justiça; 3. Autorizo o Núcleo de Conciliação do TJ expedir Carta de intimação da parte autora; 3. Após, remetam-se os autos ao Núcleo de Conciliação para as devidas providências." - Advs. DANIEL HACHEM e LUIZ FERNANDO MARCONDES ALBUQUERQUE.

3. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 159/2008-ESP. DE MANUEL PEREIRA x UNIÃO DOS MÉDICOS - UNIMED/PR - "Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão. Manifestem-se as partes acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do art. 331,§3º do CPC. Int." - Adv. ROBINSON LEON DE AGUERO.

4. REVISIONAL DE CONTRATO - 397/2008-F & J - ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA - ME e outros x BANCO ITAÚ S/A - "Tendo em vista que, devidamente intimado (fl. 267-verso), a parte autora deixou de cumprir com o contido do despacho de fl. 267, item "2", declaro preclusa a prova pericial. À conta e preparo. Após, conclusos para os devidos fins. Int." - (Deverá a parte interessada recolher as custas processuais remanescentes no valor de R$ 34,78) - Advs. PAULO VINICIUS DE BARROS M. JUNIOR, MARCOS SÉRGIO JAKIEMIN MARTINS, DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM.

5. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 1353/2008-TEREZA POLAKI CAVALHEIRO x BRASIL TELECOM S/A. - "Primeiramente, intime-se a parte requerida para que apresente os documentos em Juízo, sob as penas da Lei... Int. - Adv. ALEXANDRE JOSÉ GARCIA DE SOUZA.

6. INDENIZAÇÃO C/C DANO MORAL - 1610/2009-IVONE KRAUS x HELVIO PORTELA - Autos n. 1610/2009 I - Defiro os benefícios da Assistência Judiciária gratuita, nos moldes da lei 1060/50. II - Cite-se o réu para comparecer à audiência designada para o dia 04/04/2012, às 14h30, oportunidade em que será tentada a conciliação e, se não houver êxito, deverá apresentar defesa por intermédio de advogado, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial. Int./Dil. Adv. MAURÍCIO VIEIRA.

7. BUSCA E APREENSÃO - 2133/2009-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x VIVIANE APARECIDA DA SILVA ARAUJO - "Deve a parte requerente dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Em caso de inércia, a parte será intimada pessoalmente para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção. Int." - Adv. MILTON JOÃO BETENHEUSER JUNIOR.

8. COBRANÇA PELO RITO SUMÁRIO - 1103/2010-EDIFÍCIO CAPITAL TORRE CENTRO x ALEXANDRE AUGUSTO LIMA QUINCOZES e outros - "Atendendo a forte tendência jurisprudencial sobre o tema, passo a contar o prazo para pagamento espontâneo da obrigação fixada em sentença, a partir do trânsito em julgado da decisão. Destaca-se: LEI 11.232/2005. ARTIGO 475-J, CPC... Assim, considerando que no caso em apreço decorreu o prazo de quinze dias do trânsito em julgado, sem o pagamento espontâneo da obrigação, incidente de forma automática a multa de 10% sobre o valor da condenação. Expeça-se o r. mandado de penhora e avaliação, nos termos da fundamentação supra. Fixo os honorários em 10% do valor da condenação. Diligências necessárias." - Adv. KIRILA KOSLOSK.

9. REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0002863-56.2010.8.16.0001-IRACI FERREIRA DE LIMA x BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. - "1. Dos pontos controvertidos. Estando presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, dou o feito por saneado, passando a fixar os pontos controvertidos sobre os quais deve incidir a prova: da prática de anatocismo; da cobrança de encargos indevidos; da aplicação do Código de Defesa do Consumidor; a Comissão e Permanência e a Restituição do Indébito em dobro. 2. Das provas. A parte autora pleiteou a inversão do ônus da prova, com base no Código de Defesa do Consumidor. Defiro a inversão. Com efeito, aplica-se ao presente caso o estatuto consumeirista, pois se trata de uma relação entre correntista e banco, em que o banco é prestador de serviços, conforme art. 3°, parágrafo 2°, do CDC. Além disso, verifica-se no presente caso a situação de hipossuficiência do consumidor, tendo em vista que a parte ré detém todas as informações técnicas necessárias para o deslinde do feito e possui maior capacidade financeira. Portanto, estão presentes

os requisitos para a inversão do ônus da prova, o que não implica na inversão do ônus financeiro da perícia, que deverá ser arcado pela parte que requerer a prova. Diante de tal situação e para que não haja qualquer surpresa para a parte ré, intimem-se novamente as partes para que digam se têm interesse na produção da prova pericial. Int." - Advs. MAYLIN MAFFINI e JAIME OLIVEIRA PENTEADO.

10. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0004163-53.2010.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S.A. x RICARDO KALLETKA - "CONSIDERANDO que a nova ordem constitucional quer que se assegure a todos uma razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (inciso LXXVIII, acrescentado ao art. 5° da CF pela EC 45/2004) ; CONSIDERANDO que a forma conciliada é mais célere, mais econômica e mais pacificadora e, por isso, a reforma processual de 1994 incluiu-a também dentre os poderes/deveres do juiz (an 125,IV,doCPC); 1. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (art. 125, IV, do CPC) a ser realizada no dia 26/10/2011, às 15:30 horas, no Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça, localizado no 2° andar do Palácio da Justiça - Praça Nossa Senhora da Salete, s/ n°, Centro Cívico. 2. Intimem-se os advogados pelo Diário da Justiça; 3. Autorizo o Núcleo de Conciliação do TJ expedir Carta de intimação da parte autora; 3. Após, remetam-se os autos ao Núcleo de Conciliação para as devidas providências." - Advs. EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO, KLAUS SCHNITZLER e MICHELLE SCHUSTER NEUMANN.

11. IMISSÃO DE POSSE - 0005446-14.2010.8.16.0001-FÁBIO DE OLIVEIRA DANTAS e outro x MARIA EDUARDA CABRAL RODRIGUES - "Ante o exposto, e com fulcro no art. 267, VI, JULGO EXTINTO o feito. Condeno os autores ao pagamento das despesas e custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes fixados em R$400,00 (quatrocentos reais), à vista do disposto no art. 20, parágrafo 4°, do CPC, e em atenção às diretrizes estabelecidas no parágrafo anterior, em especial a natureza singela da causa e ausência de instrução. Procedam-se às baixas e anotações necessárias e, oportunamente, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Advs. ELIANE MERCÊS DE PAULO, PAULO ANDRÉ ALVES DE RESENDE e DAVID DOS SANTOS CASSOLI FILHO.

12. REVISIONAL DE CONTRATO - 0006381-54.2010.8.16.0001-LUIZ CARLOS DE CARVALHO x BANCO BV - FINANCEIRA S/A - "1...2. No mais, manifeste-se a parte autora sobre o documento de fls. 70. Int." - Adv. CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO.

13. REVISIONAL - 0013831-48.2010.8.16.0001-ARISTEU NUNES CALDAS x BRASIL TELECOM S/A. - "Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para o fim de condenar a requerida ao pagamento da diferença entre o valor da ação vigente ao tempo da integralização do capital e aquele definido em posterior balanço. A liquidação deverá ocorrer por arbittamento, para o valor e número das ações. Caso a subscrição das ações não seja possível, converte-se a obrigação em perdas e danos, utilizando-se o mesmo critério. Em qualquer caso, condeno a parte ré ao pagamento de indenização referente ao valor dos dividendos, bonificações, juros sobre capital próprio e outras vantagens decorrentes da quantidade de ações não subscritas, tudo corrigido monetariamente pelo índice INPC/IGP, a partir da integralização devida, bem como com incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da citação. Condeno a requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes a serem adimplidos ao procurador da parte autora, no equivalente a 10% do valor da condenação, em virtude do contido no § 3° do art. 20 do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Advs. LEONILDO BRUSTOLIN e JOAQUIM MIRÓ.

14. REVISIONAL DE CONTRATO - 0013939-77.2010.8.16.0001-VITAL RIBEIRO DE ALMEIDA FILHO x BANCO FINASA S.A. - "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado pelas partes, noticiado às fls. 136/137, e conseqüentemente julgo extinto o presente feito, de conformidade com o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas processuais arcadas pela parte autora, conforme estabelecido em acordo. Defiro a dispensa ao prazo recursal. Expeça-se alvará de levantamento em favor da Dra. Aline Carneiro da Cunha Diniz Pianaró. Publique-se, Registre-se e, Oportunamente, arquivem-se. Intimem-se." - Advs. LARISSA DA SILVA VIEIRA, KÁTIA VERÔNICA DA ROCHA SOUSA e MARIANE CARDOSO MACAREVICH.

15. DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C DANOS MORAIS - 0014219-48.2010.8.16.0001-EMMANUEL GOLÇALVES DE AZEVEDO LIMA x PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ -PUC/PR - "Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), de acordo com o art. 20, parágrafo 4°, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Advs. FLAVIO BENINCASA, VALTER ADRIANO F. CARRETAS, GENI WERKA e FRANCINE DE FATIMA OLIVEIRA SCARPIM.

16. BUSCA E APREENSÃO - 0017789-42.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x ANTONIO CARLOS SOUZA DE JESUS - "1. Por primeiro, insta salientar, que a parte requerida não foi citada. A Autora pediu a desistência do pedido sem o julgamento do mérito (fls. 44). 2. Diante do pedido supra indicado, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil,. homologo o pedido de desistência, e, por via de conseqüência, julgo extinto o feito, para que surtam os devidos efeitos. Cumpram-se, no que for aplicável, as disposições do Código de Normas da E. Corregedoria de Justiça do Paraná. 3. Custas na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se." - Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER.

17. COBRANÇA DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DO DPVAT - 0018004-18.2010.8.16.0001-ALEXANDRO RIBEIRO MARTINS x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT - "Ante o exposto e com fulcro no artigo 269, inciso IV, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO pela ocorrência da prescrição. Condeno o autor ao pagamento das despesas e custas processuais, bem como dos honorários advocatícios, estes fixados em R$ 300,00, à vista do disposto no art. 20, §4°, do CPC, em especial a natureza singela da demanda e a ausência de instrução. Observe-se o art. 12 Lei 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. - Advs. MARCUS VINICIUS SALES PINTO e MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER.

18. REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 0020245-62.2010.8.16.0001-PEDRO PINTO JACHINOSKI x BANCO FINASA S.A. - "Intime-se procurador da parte requerente para que assine a petição retro, visto que apócrifa. Prazo de 05 (cinco) dias. Int." - Adv. CARLOS EDUARDO SCARDUA.

19. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0022039-21.2010.8.16.0001-CLAUDEMIR SALDANHA DA SILVA x BANCO ITAÚCARD S/A - "Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para o fim de determinar ao requerido que apresente as contas referentes ao contrato de cartão de crédito sob o n. ****.****.****, 4014, no prazo de quarenta e oito (48) horas, conforme art. 915, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, pena de não lhe ser lícito impugnar as contas apresentadas pelo autor. Condeno o requerido nas custas processuais e em honorários advocatícios, que fixo em R$ 600,00 (seiscentos reais), com base no art. 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se." - Advs. MAURO SÉRGIO GUEDES NASTARI e FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR.

20. BUSCA E APREENSÃO - 0023277-75.2010.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S.A. x OSMAR CAMARGO PEGO - "CONSIDERANDO que a nova ordem constitucional quer que se assegure a todos uma razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (inciso LXXVIII, acrescentado ao art. 5° da CF pela EC 45/2004) ; CONSIDERANDO que a forma conciliada é mais célere, mais econômica e mais pacificadora e, por isso, a reforma processual de 1994 incluiu-a também dentre os poderes/deveres do juiz (an 125,IV,doCPC); 1. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (art. 125, IV, do CPC) a ser realizada no dia 26/10/2011, às 15:00 horas, no Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça, localizado no 2° andar do Palácio da Justiça - Praça Nossa Senhora da Salete, s/ n°, Centro Cívico. 2. Intimem-se os advogados pelo Diário da Justiça; 3. Autorizo o Núcleo de Conciliação do TJ expedir Carta de intimação da parte autora; 3. Após, remetam-se os autos ao Núcleo de Conciliação para as devidas providências." - Advs. DIEGO RUBENS GOTTARDI, DANIELE DE BONA e LIDIANA VAZ RIBOVSKI.

21. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS - 0024727-53.2010.8.16.0001-PETERSON RENATO VIEIRA x DALTON ALMEIDA DE OLIVEIRA e outro - "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, noticiado às fls. 137/138, e, conseqüentemente JULGO extinto o presente feito, de conformidade com o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas remanescentes já recolhidas. Cumpra-se o contido nos itens 5.13.1 e 5.13.2, do CN. D.N. Publique-se, Registre-se, Intimem-se. Oportunamente arquivem-se." - Advs. FLÁVIO DIONISIO BERNARTT e ELIANA DE FÁTIMA ZANFELICE.

22. ORDINÁRIA - 0026232-79.2010.8.16.0001-VELERIANO PRESTINI e outros x BANCO DO BRASIL S/A - "I... II - Não existem as alegadas omissões/contradições. O que a embargante traz à discussão é insurgência quanto ao mérito da demanda (falta de demonstração de fato constitutivo do direito - saldo em conta, bem como correção aplicável), já analisado quando da sentença e para o qual existe via própria para insurgência. Aliás, a justificativa para os saldos zerados constantes nos extratos não veio nem na inicial nem na impugnação à contestação, pelo que não pode ser considerada omissa a sentença (a qual, lembre-se, não precisa rebater todos os fundamentos trazidos, ainda mais os não alegados). A inaplicabilidade do IPC em fevereiro de 1991 foi expressamente afastada às f. 179, item "VII", 2° parágrafo. Tampouco há omissão quanto ao termo final dos juros remuneratórios, pois é de sua natureza somente cessarem quanto adimplida a obrigação, data que a sentença não tem condições de prever. III - Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Advs. GIOVANNA PRICE DE MELO e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.

23. REVISÃO CONTRATUAL C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 0027565-66.2010.8.16.0001-RENAMARK TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA x BANCO REAL LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL - "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado pelas partes, noticiado às fls. 172/175, e conseqüentemente julgo extinto o presente feito, de conformidade com o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas processuais já recolhidas. Defiro a dispensa ao prazo recursal. Publique-se, Registre-se e, Oportunamente, arquivem-se. Intimem-se." - Advs. JOSEMARA CUBA e VALÉRIA CARAMURU CICARELLI.

24. COBRANÇA PELO RITO SUMÁRIO - 0028187-48.2010.8.16.0001-RENTAUTO LOCADORA DE VEÍCULOS S/A x RENATA SOARES MOTTA - "Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, ante a caracterização de cobrança abusiva pela parte autora. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (oitocentos reais), de acordo com o art. 20, parágrafo 4°, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Advs. LUIZ CARLOS DA ROCHA, SAMIRA KARAM SEMAAN e AMIRA YOUSSEF NASR.

25. RESOLUÇÃO DE CONTRATO - 0030843-75.2010.8.16.0001-AZ IMÓVEIS LTDA. x ABGAIL RIBEIRO DOS SANTOS - Diante do contido em ofício de fls. 143, verifica-se que os autos n. 1401/2002 de Ação Civil Pública, encontram-se arquivados. Desta forma, no prazo de 05 (cinco) dias, esclareçam as partes se pretendem a produção de provas, sob pena de indeferimento. Int." - Advs. SILVIO BRAMBILA, RAFAEL MARQUES GANDOLFI e MAURO SÉRGIO GUEDES NASTARI.

26. COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO - 0035753-48.2010.8.16.0001-EVALDO GULCHINSKI e outros x CENTAURO SEGUROS S/A - "Diante do exposto, conheço dos embargos declaratórios, REJEITANDO-OS NO MÉRITO, ante a falta de pontos a serem esclarecidos. Publique-se, Registre-se, Intimem-se." - Advs. RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA e MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER.

27. DESPEJO - 0038659-11.2010.8.16.0001-MARIANA GIORDANI COLPO x ARCENIO IAQUINTO FILHO e outro - "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado pelas partes, noticiado às fls. 60/61, e conseqüentemente julgo extinto o presente feito, de conformidade com o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas processuais arcadas pela Autora, conforme estabelecido em acordo. Publique-se, Registre-se e, Oportunamente, arquivem-se. Intimem-se." - Advs. ODACYR CARLOS PRIGOL, JULIANA SANDOVAL LEAL DE SOUZA e GERALDO PEIXOTO DE LUNA JUNIOR.

28. REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL - 0044237-52.2010.8.16.0001-JOEL BINDI x BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. - "Prossiga-se nos termos de despacho de fls. 131/132. Int." - Advs. MAYLIN MAFFINI, LEANDRO NEGRELLI e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI.

29. REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO - 0048409-37.2010.8.16.0001-LIBERTY SEGUROS S/A x IRONITA DE BORBA - "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, noticiado às fls. 71/73 conseqüentemente JULGO Extinto o presente feito, de conformidade com o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas remanescentes já recolhidas Defiro a dispensa ao prazo recursal. Cumpra-se o contido nos itens 5.13.1 e 5.13.2, do CN. D.N. Publique-se, Registre-se, Intimem-se. Oportunamente arquivem-se." - Advs. FABRÍCIO VERDOLIN DE CARVALHO e CIRO BRÜNING.

30. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0049865-22.2010.8.16.0001-CLEBERSON LIRA x ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ -ACP - (Deverá a parte interessada efetuar o preparo das custas processuais sendo os valores: R$ 229,36 do cartório, R$ 10,08 do 4º oficio contador, R$ 30,25 do distribuidor e R$ 20,00 do funrejus) - Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS e PRYSCILLA ANTUNES DA MOTA PAES.

31. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0050723-53.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A. x CENTRAL DE FACTORING LTDA e outro - "CONSIDERANDO que a nova ordem constitucional quer que se assegure a todos uma razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (inciso LXXVIII, acrescentado ao art. 5° da CF pela EC 45/2004) ; CONSIDERANDO que a forma conciliada é mais célere, mais econômica e mais pacificadora e, por isso, a reforma processual de 1994 incluiu-a também dentre os poderes/deveres do juiz (an 125,IV,doCPC); 1. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (art. 125, IV, do CPC) a ser realizada no dia 26/10/2011, às 15:30 horas, no Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça, localizado no 2° andar do Palácio da Justiça - Praça Nossa Senhora da Salete, s/n°, Centro Cívico. 2. Intimem-se os advogados pelo Diário da Justiça; 3. Autorizo o Núcleo de Conciliação do TJ expedir Carta de intimação da parte autora; 3. Após, remetam-se os autos ao Núcleo de Conciliação para as devidas providências." - Advs. JOÃO LEONEL ANTOCHESKI e MARIA IZABEL BRUGINSKI.

32. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0050931-37.2010.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S/A x NILTON CESAR NOGUEIRA DA SILVA - "1. Indefiro pedido de fls. 43/53, uma vez que para que seja possível a realização da conversão supra mencionada é necessário que haja no contrato ciência de duas testemunhas. No entanto, no referido contrato juntado aos autos (fls. 59/62), observa-se que há anuência apenas de uma testemunha. 2. Desta feita, manifeste-se a parte requerente sobre o prosseguimento do feito. 3. Intime-se." - Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES.

33. BUSCA E APREENSÃO - 0050953-95.2010.8.16.0001-AYMORÉ C.F.I. S/A x JOSE GALAHADE PENHA - "Intime-se procurador da parte requerente para que assine a petição retro, visto que apócrifa. Prazo de 05 (cinco) dias. Int." - Adv. FABIANA SILVEIRA.

34. BUSCA E APREENSÃO - 0051235-36.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x LUANA CARVALHO DA SILVA - "I - Diante dos termos do pedido de fls. 38/42, com fundamento no art. 43 do Decreto Lei 911/69, transformo a presente Busca e Apreensão em Ação de Depósito, retificando-se a Autuação, Distribuição e Registro. II - Cite(m)-se como Requerido, para, querendo, contestar no prazo legal de 05 (cinco) dias (art. 902 do C.P.C.), sob pena de revelia (art. 319 do C.P.C.) ou entregá-la. III - Havendo contestação na forma do art. 326 e 903 do C.P.C., ou sendo juntado documentos (art. 398 do C.P.C.), abra-se-lhe vista. III - Diligências necessárias." - Advs. ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA, CARLA MARIA KOHLER e CRISTIANE FERREIRA RAMOS.

35. ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL - 0055684-37.2010.8.16.0001-ARNILDO GUIDO KIELEK x FEDERAL DE SEGUROS S/A - (Deverá a parte interessada efetuar o preparo das custas processuais sendo os valores: R$ 832,84 do cartório, R$ 10,08 do 4º oficio contador, R$ 30,25 do distribuidor e R$ 74,25 do funrejus) - Advs. MÁRIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO e FLÁVIO DIONISIO BERNARTT.

36. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0057073-57.2010.8.16.0001-BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x MAURO JAKIMIU - "Primeiramente, oficie-se conforme pleiteado em fls. 92 mediante recolhimento das devidas custas. Após, será analisado o pedido de conversão da presente ação. Int." - Advs. GUSTAVO SALDANHA SUCHY e JANAINA GIOZZA ÁVILA.

37. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0057117-76.2010.8.16.0001-BANCO ITAÚCARD S/A x FRANCIELLE PAIVA LIMA - "1. Por primeiro, insta salientar, que a parte requerida não foi citada. A Autora pediu a desistência do pedido sem o julgamento do mérito. 2. Diante do pedido supra indicado, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, homologo o pedido de desistência, e, por via de conseqüência, julgo extinto o feito, para que surtam os devidos efeitos. Cumpram-se, no que for aplicável, as disposições do Código de Normas da E. Corregedoria de Justiça do Paraná. 5. Custas na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se." - Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA.

38. REVISIONAL DE CONTRATO E MANUTENÇÃO NA POSSE - 0059207-57.2010.8.16.0001-SANDRO CARLOS DE LIZ x BANCO ITAÚCARD S/A - "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado pelas partes, noticiado às fls. 104/106, e consequentemente julgo extinto o presente feito, de conformidade com o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas processuais pro rata, conforme acordo firmado entre as partes. Publique-se, Registre-se e, Oportunamente, arquivem-se. Intimem-se." Advs. MAURÍCIO BELESKI DE CARVALHO e GUSTAVO SALDANHA SUCHY.

39. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0059285-51.2010.8.16.0001-CILEIDE STALL x SCHABATURA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - "Decisão interlocutória. 1. Dos pontos controvertidos. Estando presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, dou o feito por saneado, passando a fixar os pontos controvertidos sobre os quais deve incidir a prova: 1) da legalidade dos juros remuneratórios; 2) da aplicação do Código de Defesa do Consumidor; 3) da aplicação da multa contratual, da repetição em dobro do ind. 3. Das provas. A parte autora pleiteou a inversão do ônus da prova ao argumento de que se trata de relação de consumo, com incidência do Código de Defesa do Consumidor, que prevê tal possibilidade no art. 6°. É o caso. Verifica-se a evidente a hipossuficiência da parte autora, pois a ré contém todos os documentos e informações referentes ao fato, porém o consumidor não tem acesso a todos os dados. Além disso, existe a hipossuficiência econômica entre as partes. Diante disso, defiro a inversão do ônus da prova, com base no art. 6°, inciso VIII, do CDC, em favor da parte autora. Desta forma, determino novamente a intimação das partes para que se manifestem sobre outras provas a produzir, ante a inversão do ônus probatório, a fim de evitar surpresa à parte ré. Intimem-se. Diligências necessárias." - Advs. MARIA LÚCIA ARAUJO NOGUEIRA e MARCOS BUENO GOMES.

40. REVISÃO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO - 0059665-74.2010.8.16.0001-MAYKON RODRIGO CARNEIRO SILVA x BANCO FINASA BMC S.A. - "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado pelas partes, noticiado às fls. 85/88, e conseqüentemente julgo extinto o presente feito, de conformidade com o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas processuais arcadas pela parte autora, conforme estabelecido em acordo. Defiro a dispensa ao prazo recursal. Cumpra-se o contido nos itens 5.13.1 e 5.13.2, do CN. Publique-se, Registre-se e, Oportunamente, arquivem-se. Intimem-se." - Adv. DANIELLE MADEIRA.

41. BUSCA E APREENSÃO - 0061319-96.2010.8.16.0001-BANCO VOLVO (BRASIL) S/A x DJALMA FRANCISCO DOS SANTOS MÓVEIS - "O feito comporta julgamento antecipado, conforme o art. 330, II do CPC. Contados e preparados. Após, conclusos para decisão. Int." - (Deverá a parte interessada recolher as custas processuais remanescentes no valor de R$ 8,46) - Adv. THAÍS REGINA MYLIUS MONTEIRO.

42. MONITÓRIA - 0061453-26.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x GABRIEL PODOLAN e outro - "Defiro pedido retro. Mediante recolhimento das competentes custas, oficie-se conforme postulado. Int." - Advs. MIEKO ITO e LORIANE GUISANTES DA ROSA.

43. ALVARÁ JUDICIAL - 0062163-46.2010.8.16.0001-THIAGO QUIRINO DO AMARAL e outro x AMARILDO QUIRINO DO AMARAL - "Assim sendo, JULGO PROCEDENTE para DEFERIR o pedido dos Requerentes, a fim de determinar a expedição de ALVARÁ JUDICIAL, para autorizar o levantamento de dois terços do saldo existente a título de PIS/FGTS, junto à Caixa Econômica Federal. Sem custas, uma vez que os Requerentes estão amparados com a Lei 1060/50. Sem prestação de contas. Alvará com validade de 30 (trinta) dias. Oficie-se à CEF, a fim de que seja determinada a vinculação das contas noticiadas em fls. 23/31 aos presentes autos de alvará judicial, conforme postulado em parecer ministerial de fls. 40. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. Aplique-se no que couber o Código de Normas da Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná." - Advs. GABRIEL JOCK GRANADO, KEILE CRISTINA BIEZUS e ALVYR MIGUEL BITTENCOURT.

44. ARROLAMENTO - 0063446-07.2010.8.16.0001-MARIA LEONORA FRANCESCA PAOLA SAMPIERI SAMARA e outro x ESPÓLIO DE ANTONIO VANTUIL SAMARA - "I - Os autos estavam conclusos com a Juíza de Direito Substituta, devido minhas férias, mas devolvidos sem despacho e a mim entregues hoje. II - Em resposta ao expediente de f. 206, expeça-se ofício comunicando a inviabilidade de remessa dos autos aquela vara, porque já extinto por sentença este inventário. Cópia da sentença de f. 184 e deste despacho deverá instruir o ofício. III - Consoante despacho de f. 183 inviável a pretensão consignatória em autos de inventário. O depósito foi efetuado por conta e risco - sem autorização judicial -, pelo que não cabe a este Juízo proceder a transferência desses valores, como solicitado às f. 193/194. Por isso, devolva-se o dinheiro aos depositantes Marion Medeiros Mehl e Santa Maria Brindes Promocionais Ltda. ME, mediante expedição em favor deles de alvará para levantamento da importância depositada junto à conta n. 3200118873664, do Banco do Brasil (cf. guias de f. 201/204). IV - Recebo a apelação de f. 186/189 no duplo efeito. V - Intime-se a apelada para apresentar resposta no prazo de quinze dias. VI - Apresentada resposta ou decorrido o prazo para tanto (o que deverá ser certificado), subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Int." - Advs. SIOMARA PACIORNIK SCHULMAN, JOSAFÁ ANTONIO LEMES e LEANDRO GALLI.

45. REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - 0067253-35.2010.8.16.0001-SIDNEI JACOMITTI x BV FINANCEIRA S/A - "1. Dos pontos controvertidos. Estando presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, dou o feito por saneado, passando a fixar os pontos controvertidos sobre os quais deve incidir a prova: da existência de juros abusivos, da prática de anatocismo; da cobrança de encargos indevidos; da aplicação do Código de Defesa do Consumidor e a Comissão de Permanência. 2. Das provas. A parte autora pleiteou a inversão do ônus da prova, com base no Código de Defesa do Consumidor. Defiro a inversão. Com efeito, aplica-se ao presente caso o estatuto consumeirista, pois se trata de uma relação entre correntista e banco, em que o banco é prestador de serviços, conforme art. 3°, parágrafo 2°, do CDC. Além disso, verifica-se no presente caso a

situação de hipossuficiência do consumidor, tendo em vista que a parte ré detém todas as informações técnicas necessárias para o deslinde do feito e possui maior capacidade financeira. Portanto, estão presentes os requisitos para a inversão do ônus da prova, o que não implica na inversão do ânus financeiro da perícia, que deverá ser arcado pela parte que requerer a prova. Diante de tal situação e para que não haja qualquer surpresa para a parte ré, intimem-se as partes para que digam se têm interesse não produção de provas especificando-as, pena de indeferimento. Intimem-se. Diligências necessárias." - Advs. CRISTIANE HENRIQUE VIEIRA, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA e JAIME OLIVEIRA PENTEADO.

46. REVISIONAL - 0001185-69.2011.8.16.0001-GILDO APARECIDO DE FRANÇA x BANCO ITAÚCARD S/A - "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, noticiado as fls. 68/70, e, conseqüentemente JULGO extinto o presente feito, de conformidade com o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas remanescentes arcadas pro rata, tendo em vista o autor ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Defiro a dispensa ao prazo recursal. Cumpra-se o contido nos itens 5.13.1 e 5.13.2, do CN. D.N. Publique-se, Registre-se, Intimem-se. Oportunamente arquivem-se." - Adv. MAYLIN MAFFINI.

47. EXECUÇÃO PROVISÓRIA - 0002379-07.2011.8.16.0001-ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC x SULINA SEGUROS S/A - "Tendo em vista que apólice de seguro apresentada somente tem validade para decisões em trânsito em julgado, indefiro o bem indicado à penhora pela executada. Intime-se novamente a executada nos termos do pedido de fls. 205(i), no prazo de 05 (cinco) dias. Int." - Advs. EDUARDO A. MARQUES VIRMOND e ELYSE MICHAELA BACILA BATISTA DE MATOS.

48. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0067975-69.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A. x CLAUDEMIR LOURENÇO e outro - "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado pelas partes, noticiado às fls. 50/52, e conseqüentemente julgo extinto o presente feito, de conformidade com o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas processuais na forma da lei. Publique-se, Registre-se e, Oportunamente, arquivem-se. Intimem-se." - Advs. MURILO CELSO FERRI e EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA.

49. BUSCA E APREENSÃO - 0003571-72.2011.8.16.0001-AYMORÉ C.F.I. S/A x CLEBER ALVES FONCECA - "Tratam os autos de julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, I, do CPC. Decorrido o prazo recursal, à conta e preparo. Após, tornem conclusos para sentença. Int." - Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.

50. BUSCA E APREENSÃO - 0004794-60.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x JAQUELINE CARLA DIAS - "Considerando que a ré sequer foi citada, homologo a desistência e JULGO EXTINTO o feito, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC. Recolha-se o mandado sem cumprimento. Custas pela autora. Procedam-se às baixas e anotações necessárias e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. " - Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e ANDRÉA CRISTIANE GRABOVSKI.

51. MONITÓRIA - 0004987-75.2011.8.16.0001-EXPLOSUL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE EXPLOSIVOS LTDA. x BUCAGRANS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA. - "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado pelas partes, noticiado às fls. 28/29, e consequentemente julgo extinto o presente feito, de conformidade com o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas processuais já recolhidas. Defiro a dispensa ao prazo recursal. Publique-se, Registre-se e, Oportunamente, arquivem-se. Intimem-se" - Advs. ANDRÉ LUIZ BAÜML TESSER e LUIZ DANIEL FELIPPE.

52. REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - 0007020-38.2011.8.16.0001-JADSON CORREA BATISTA x BANCO ITAÚ S/A - "Ante o exposto, revogo a liminar de f. 45/47 e, com fundamento nos artigos 267 e 295, parágrafo único, ambos do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito. Despesas e custas pelo autor; observado, contudo, o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50, eis que a ele defiro os benefícios da assistência judiciária. Procedam-se às baixas e anotações necessárias e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Advs. CESAR AUGUSTO VOLTOLINI e CRISTIANO RICARDO WULF.

53. INVENTÁRIO - 0007430-96.2011.8.16.0001-DANIELA DE FÁTIMA JOFFE e outros x ESP. DE JOÃO JOFFE SOBRINHO - "Recebi estes autos nesta data, e em decorrência da conclusão do apenso sob n. 45446- 22.2011.8.16.0001. Acontece que às f. 86 consta ofício do MM. Juízo de Direito da 5º Vara Cível, que solicita a remessa destes autos, ao argumento de que prevento por conta de medida cautelar. Portanto, atenda-se referido expediente. Proceda-se a remessa (inclusive com a exceção apensa, com, as anotações de praxe e via Distribuidor. Int." - SIBELE LUSTOSA Juiza de Direito Adv. FERNANDO SCHUMAK MELO.

54. BUSCA E APREENSÃO - 0009055-68.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A x JOAO CARLOS RIBAS - "Ante o exposto, e com fundamento no art. 295 do CPC, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL. Procedam-se às baixas e anotações necessárias e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Int." - Adv. JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR.

55. BUSCA E APREENSÃO - 0011357-70.2011.8.16.0001-BANCO HSBC BANK BRASIL - BANCO MÚLTIPLO x LEOMAR SANTOS DA SILVA - "Indefiro pedido retro, uma vez que não é o caminho adequado para localização de endereço. Manifeste-se a parte requerente sobre o prosseguimento do feito. Int." - Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ELIZEU LUIZ TOPOROSKI.

56. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0011849-62.2011.8.16.0001-BANCO ITAÚ S/A x ARTICAS ELÉTICAS MONTAGENS LTDA e outro - "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado pelas partes, noticiado às fls. 47/49, e conseqüentemente julgo extinto o presente feito, de conformidade com o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas processuais arcadas pelos executados, conforme estabelecido em acordo. Defiro a dispensa ao prazo recursal. Publique-se, Registre-se e, Oportunamente, arquivem-se. Intimem-se." - Advs. RODRIGO FONTANA FRANCA e ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANÇA.

57. INTERDIÇÃO - 0014050-27.2011.8.16.0001-CLEIDE CESCO x ARISTOFANES PEREIRA MENDES FILHO - Intime-se a autora para manifestação acerca do prosseguimento do feito. Intime-se. Adv. CARLOS SÉRGIO CAPELIN.

58. ALVARÁ JUDICIAL - 0016929-07.2011.8.16.0001-MAURICIO JOSUE DA BOA VIAGEM OLIVEIRA e outros x ESP. DE MIRYAM DA BOA VIAGEM OLIVEIRA - "Diante do exposto, é que DEFIRO, o pedido de expedição de alvará judicial para autorizar os Autores MAURÍCIO JOSUÉ DA BÔA VIAGEM OLIVEIRA, portador do RG sob n° 2.439.168/PE; FÁTIMA MARIA DA BÔA VIAGEM TONIOLO, portadora do RG sob n°2.678.326/PE; e CHRISTIANE MARIA DA BÔA VIAGEM OLIVEIRA, portadora do RG sob n°3.097.309/PE, a promoverem o levantamento, em cotas de igual valor, da quantia depositada na conta supracitada. Expeça-se o competente alvará, com prazo de 30 dias. Dispenso a prestação de contas. Cumpram-se, no que for aplicável, as regras do Código de Normas da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Adv. DENISE RIBEIRO LOSSO LAZOF.

59. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0020492-09.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x ANDRE KOMPATSCHER e outro - "Diante do exposto, nos termos do artigo 794, I, do CPC, julgo extinta a execução. Custas sob responsabilidade da parte executada. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se." - MIEKO ITO e BRUNO MARCUZZO.

60. REVISIONAL DE CONTRATO - 0022008-64.2011.8.16.0001-JOÃO LUIZ MARQUES GUIMARÃES x BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - "Ante o exposto, DECLINO DA COMPETÊNCIA para processar e julgar o presente feito para o Juízo do Foro Regional de Pinhais-PR. Procedam-se às comunicações e anotações necessárias. Int." - Adv. LUIZ CARLOS MOREIRA JUNIOR.

61. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0023543-28.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. x ESMEE DE CASTRO STOCCHERO - "CONSIDERANDO que a nova ordem constitucional quer que se assegure a todos uma razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (inciso LXXVIII, acrescentado ao art. 5° da CF pela EC 45/2004) ; CONSIDERANDO que a forma conciliada é mais célere, mais econômica e mais pacificadora e, por isso, a reforma processual de 1994 incluiu-a também dentre os poderes/deveres do juiz (an 125,IV,doCPC); 1. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (art. 125, IV, do CPC) a ser realizada no dia 26/10/2011, às 16 horas, no Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça, localizado no 2° andar do Palácio da Justiça - Praça Nossa Senhora da Salete, s/n°, Centro Cívico. 2. Intimem-se os advogados pelo Diário da Justiça; 3. Autorizo o Núcleo de Conciliação do TJ expedir Carta de intimação da parte autora; 3. Após, remetam-se os autos ao Núcleo de Conciliação para as devidas providências." - Advs. KLAUS SCHNITZLER e JULIANE TOLEDO S. ROSSA.

62. BUSCA E APREENSÃO - 0026375-34.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x SAMOEL DOS SANTOS MORAIS - "Indefiro pedido retro, uma vez que não é o caminho adequado para localização de endereço. Manifeste-se a parte requerente sobre o prosseguimento do feito. Int." - Adv. SERGIO SCHULZE.

63. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C DANOS MORAIS - 0027632-94.2011.8.16.0001-THIAGO FELIX DA CUNHA x BANCO DO BRASIL S/A e outro - Autos n. 27632-94.2011.8.16.0001 I - Acolho petitório de f. 27 como emenda da inicial, cuja copia deverá instruir a contrafé. II - Defiro os benefícios da Assistência Judiciária gratuita, nos moldes da lei 1060/50. III - Cite-se o réu para comparecer a audiência designada para o dia 28/03/2012, às 14h45, oportunidade em que será tentada a conciliação e, se não houver êxito, deverá apresentar defesa por intermédio de advogado, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial. Int./ Dil. - Deve a parte autora apresentar em cartório duas cópias do aditamento à petição inicial para instruir as cartas de citação (contrafé), no prazo de cinco dias. Intime-se. Adv. FABIANA CARLA DE SOUZA.

64. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - 0026741-73.2011.8.16.0001-ALAN MONTENEGRO CARRASCO - ME x M P A SILVA BEBIDAS-ME - "Recebo a exceção de incompetência e determino o processamento. De acordo com os artigos 306 e 265, III, do Código de Processo Civil, suspendo o processo até que a exceção seja definitivamente julgada. Certifiquem-se no processo principal o recebimento da exceção e a suspensão do processo. Manifeste-se o excepto, no prazo de dez dias (art. 308 do CPC). Intimem-se." - Advs. CESAR AGUILAR RIOS e OSVALDO DA CUNHA LAGE.

65. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 0028925-02.2011.8.16.0001-ZENI GOMES DA SILVA x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. - (Deverá a parte autora retirar a(s) carta(s) de citação para sua(s) devida(s) postagem(s) - Adv. LUCAS ZUCOLI YAMAMOTO.

66. BUSCA E APREENSÃO - 0029197-93.2011.8.16.0001-AYMORÉ C.F.I. S/A x OTILIA CARNEIRO DALPRA - "1. Por primeiro, insta salientar, que a parte requerida não foi citada. A Autora pediu a desistência do pedido sem o jugamento do mérito (fls.40)). 2. Diante do pedido supra indicado, com fundamento no artigo 267, VIll, do Código de Processo Civil, homologo o pedido de desistência, e, por via de conseqüência, julgo extinto o feito, para que surtam os devidos efeitos. Cumpram-se, no que for aplicável, as disposições do Código de Normas da E. Corregedoria de justiça do Paraná. 3. Custas na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se." - Adv. SERGIO SCHULZE.

67. DECLARATÓRIA DE NULIDADE - 0031310-20.2011.8.16.0001-MARLON CARMELO JARDIM SIQUEIRA x HARAS BAGE DO SUL LTDA - "Ante o exposto, e com fulcro no art. 267, IV e VI, JULGO EXTINTO O FEITO. Despesas e custas processuais pelo autor. Procedam-se às baixas e anotações necessárias e, oportunamente, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Adv. CARLA AFONSO DE OLIVEIRA PEDROZA.

68. REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO - 0032859-65.2011.8.16.0001-LUIZ ANTONIO DE JESUS x AYMORÉ C.F.I. S/A (SANTANDER FINANCIAMENTOS)

- Autos n° 32859-65.2011.8.16.0001 1) LUIZ ANTONIO DE JESUS. ajuíza a presente ação de Revisão de Contratual, com pedido de Tutela Antecipada, em face de AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A (SANTANDER FINANCIAMENTOS). 2) Defiro, provisoriamente, os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos moldes da lei 1.060/50. Análise da manutenção da posse do bem. 3) Compulsando os autos, verifica-se que a autora tem a intenção de permanecer com as parcelas vincendas em dia efetuando o depósito do valor incontroverso. Diante disso, DEFIRO a medida liminar para que a autora seja mantida na posse do bem, de acordo com os art. 926 e 927, do CPC. Da inscrição do nome nos Cadastros de Proteção ao Crédito. 4) Compulsando os autos, vejo presentes os requisitos para o deferimento da antecipação de tutela requerida, para fim de determinar a - abstenção da parte contrária de inscrever o nome do autor em cadastros de devedores inadimplentes e Cartório de Protesto de Títulos ou de retirá-los, se o já fez. Cediço é que a jurisprudência hodierna pontua que, estando a dívida sub judice, descabido e promover a inscrição perante os órgãos de negativação cadastral. Cabe salientar, outrossim, que não está se discutindo aqui a legalidade ou não da inscrição dos inadimplentes nos órgãos de proteção ao crédito. O que interessa realmente para o deferimento do provimento é a constatação da plausibilidade do direito substancial e da possibilidade de um dano potencial capaz de dificultar ou até mesmo impedir o reconhecimento desse direito. Tendo estes dois requisitos e a dívida estando em discussão judicialmente, a inscrição do suposto devedor nos cadastros de proteção ao crédito torna-se ilegítima, devendo ser afastada (suspensa) durante o curso do processo. Frise-se, outrossim, que como os cadastros de inadimplentes devem conter a anotação de dívidas líquidas, certas e exigíveis, a discussão judicial recomenda a retirada (suspensão) durante seu trâmite porque, justamente, nela será debatida e investigada seja a existência da dívida (ou persistência do débito), seja seu montante. Da mesma forma, também não restam dúvidas com relação à caracterização do especial periculum in mora exigido no inciso I do artigo em comento. E indiscutível o fato de que não deixa a inscrição de ter potencial lesivo para o crédito da pessoa nele inserido, constituindo entrave para o desempenho regular da atividade econômica do requerente, visto que estará impedido de obter certidões negativas de débito, bem como de obter financiamentos e outros benefícios, eventualmente dificultando até sua atividade econômica. Observe-se, outrossim, que pouco importa, hodiernamente que a medida tenha cunho cautelar ou antecipatório, pois a atual redação do §7° do artigo 273 (L. 10444/02) enseja o deferimento mesmo que a providência tenha natureza cautelar, dês que preenchidos seus requisitos (CPC, art. 273, §7°). 5) Diante das considerações acima, CONCEDO LIMINARMENTE A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA PRETENDIDA, para o fim de ordenar ao réu que se abstenha de inscrever o autor em banco de dados de entidades de cadastro de devedores inadimplentes e Cartório de Protesto de Títulos, e que o retire, se já incluído. Do depósito judicial. 6) Outrossim, DEFIRO depósito sucessivo mês a mês das parcelas vincendas em um importe R$ 307,11 (trezentos e sete reais e onze centavos), ofertada à fl. 24, em conta judicial vinculada a esse processo, ressaltando que tal valor não tem o condão de elidir a mora, caso o pedido do autor não seja acolhido. 7) Designo audiência de conciliação para o dia 20/3/2012, às 14:30 horas, conforme artigo 277 do Código de Processo Civil. 8) Cite-se o réu, com antecedência mínima de 10 dias e sob advertência prevista no parágrafo 2° do artigo 277 do Código de Processo Civil, via correio (utilizando a serventia ARMP), para comparecer a ela, ocasião em que poderão se defender, desde que por intermédio de advogado, ficando ele ciente de que, não compare, ou, comparecendo e não defendendo, inclusive por não ter advogado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se contrário resultar da prova dos autos, bem como apresentar o contrato, objeto da presente ação, sob as penas do art. 359, I, do CPC. 9) Convoquem-se as parte para a audiência, certificando-as de todas as advertências deste despacho. 10) Intime-se. Adv. MAURÍCIO ALCÂNTARA DA SILVA.

69. BUSCA E APREENSÃO - 0032530-53.2011.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S.A. x DORIAN MACIEL - "R.h. Vieram os autos para assinatura na guia do alvará em favor do oficial de justiça, para cumprimento do mandado. Todavia, devolvo o expediente, sem assiná-lo e suspendo a decisão liminar de f. 34. Isso porque intenta o autor comprovar a notificação prévia do réu pelo A.R. de f. 15. Acontece que o A.R. foi recebido por terceiro estranho ao feito e do contrato de f. 10/13 não consta o endereço do réu, o que impede verificar se a notificação foi ou não remetida para o endereço certo. Por isso, concedo o prazo de dez dias (CPC, art. 284) para emenda, devendo o autor comprovar o endereço do réu fornecido quando da contratação, já que o contrato é omisso. Int." - Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES.

70. COBRANÇA - 0034858-53.2011.8.16.0001-CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO JARAMA I x FELIPE SALES DE FRANÇA - "I - Recebi os autos somente hoje, após retorno das férias. II - Acolho a emenda de f. 32/33 - que trouxe os boletos e majorou o valor da causa para R$33.909,82 -, cuja cópia deverá instruir a contrafé. III - Ante majoração do valor da causa, procedam-se às anotações necessárias (inclusive na autuação) e comunique-se o distribuidor. Certifique-se, ainda, o valor das custas e FUNREJUS devidos a título de complementação e intime-se o autor para comprovar o pagamento no prazo de dez dias, sob pena e cancelamento da distribuição (CPC, art. 257). IV - Atendido o item III, tornem para inclusão em pauta. Int." - Adv. MAURICIO SWINKA BEVILACQUA.

71. SERVIDÃO DE PASSAGEM - 0036315-23.2011.8.16.0001-INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA SUL S/A - IESUL x JOSÉ ARNALDO FOGIATTO e outro - "Diante do exposto, concedo a medida liminar, para o fim de imitir a parte autora na posse do bem indicado na petição inicial, para os fins do disposto na Resolução da ANEEL nº 2012/2009, mediante o depósito judicial prévio do valor de RS 64.945,48 (sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos). Após a apresentação do comprovante do pagamento do valor, expeça-se mandado de imissão na posse da servidão administrativa. No mais, cite-se a parte ré para apresentar resposta no prazo legal (quinze dias), sob as penas da lei. Em seguida, manifeste-se a parte autora." - Adv. JOSÉ LUIZ FORTUNATO VIGIL.

72. OBRIGAÇÃO DE FAZER - 0037058-33.2011.8.16.0001-MARGIT AUF DER STRASSE x UNIMED CURITIBA - "Ante o exposto, e com fulcro no art. 267, IV e IX, do CPC, julgo EXTINTO o processo sem resolução de mérito. Sem honorários. Custas e despesas processuais pela autora, observado o disposto no art. 12 da Lei 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Adv. JOB ROCHA PEREIRA.

73. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0037349-33.2011.8.16.0001-SANTANDER LEASING S.A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOAQUIM FERREIRA ANDRADE - "I. Por primeiro, insta salientar, que a parte requerida não foi citada. A Autora pediu a desistência do pedido sem o julgamento do mérito (fls.20). 2. Diante do pedido supra indicado, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, homologo o pedido de desistência, e, por via de conseqüência, julgo extinto o feito, para que surtam os devidos efeitos. Cumpram-se, no que for aplicável, as disposições do Código de Normas da E. Corregedoria de justiça do Paraná. 3. Custas na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se." - Adv. CÉSAR AUGUSTO TERRA.

74. REVISIONAL - 0037579-75.2011.8.16.0001-ELIZEU QUINTINO x BANCO CREDIFIBRA S/A. - "Diante das considerações acima, CONCEDO LIMINARMENTE A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA PRETENDIDA, para o fim de ordenar ao réu que se abstenha de inscrever o autor em banco de dados de entidades de cadastro de devedores inadimplentes e Cartório de Protesto de Títulos, e que o retire se já incluído. Do depósito judicial. Outrossim, DEFIRO depósito sucessivo mês a mês das parcelas vincendas em um importe R$ 389,34 (trezentos e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos), ofertada à fl. 12, em conta judicial vinculada a esse processo, ressaltando que tal valor não tem o condão de elidir a mora, caso o pedido do autor não seja acolhido. Int." - (Deverá a parte autora retirar a(s) carta(s) de notificação e citação para sua(s) devida(s) postagem(s) - Adv. CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO.

75. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA - 0038569-66.2011.8.16.0001-VALDIRENE BARROS LIMA x NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e outro - "Manifeste-se a parte autora sobre a devolução da correspondência ("AR" negativo), no prazo de 05 (cinco) dias. Int." - Adv. GUILHERME LUIZ SANDRI.

76. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - 0040371-02.2011.8.16.0001-WAGNER MASSAMI NODA e outro x AMERICAN AIRLINES INC. e outro - 1- O procedimento a ser seguido é o sumário, vez que se aplica a disposição prevista no art. 275, do Código de Processo Civil. 2- Designo audiência de conciliação para o dia 20/3/2012, às 15 horas, conforme artigo 277 do Código de Processo Civil. 3- Cite-se a ré, na pessoa de seu representante legal, com a antecedência mínima de dez dias e sob a advertência prevista no § 2o do art. 277 do Código de Processo Civil, para comparecer a ela, ocasião em que poderá se defender, desde que por intermédio de advogado, ficando ela ciente de que, não comparecendo, ou, comparecendo e não se defendendo, inclusive por não ter advogado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se o contrário resultar da prova dos autos (CPC, art. 277, § 2o). 4- Convoquem-se as partes para a audiência, cientificando-as de todas as advertências deste despacho. 5- Intime-se. - 1- Sejam recolhidas de forma antecipada as custas regimentais para expedição de carta de citação, conforme manda o art. 19 do Código de Processo Civil e Provimento 163/2008 da Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná, NO PRAZO DE CINCO DIAS. 2- Intime-se. Adv. ELDER ISSAMU NODA.

77. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0040594-52.2011.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S/A x ALESSANDRO SEPULVEDA SOUZA - "Preliminarmente, a titulo de emenda da inicial, determino que a parte requerente apresente o comprovante de entrega dos correios de código "ME224470755". Oportunizo para que a emenda seja cumprida no prazo dez 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Int." - Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES.

78. NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL - 0047703-20.2011.8.16.0001-ANTONIO ALBERTO VEIGA x BANCO ITAÚCARD S/A - "Diante das considerações acima, CONCEDO LIMINARMENTE A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA PRETENDIDA, para o fim de ordenar ao réu que se abstenha de inscrever o autor em banco de dados de entidades de cadastro de devedores inadimplentes e Cartório de Protesto de Títulos, e que o retire se já incluído. Do depósito judicial. Outrossim, DEFIRO depósito sucessivo mês a mês das parcelas vencidas e vincendas em um importe R $ 363,79 (trezentos e sessenta e três reais e setenta e nove centavos), ofertada à fl. 17, em conta judicial vinculada a esse processo, ressaltando que tal valor não tem o condão de elidir a mora, caso o pedido do autor não seja acolhido. Int." - (Deverá a parte autora retirar a(s) carta(s) de notificação e citação para sua(s) devida(s) postagem(s) - Adv. JULIANE TOLEDO S. ROSSA.

79. BUSCA E APREENSÃO - 0047676-37.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A C.F.I. x JAIME CARVALHO DE FREITAS - "A "declaração de autenticidade" de f. 04 não está assinada. Intime-se o autor para suprir a omissão, bem como para apresentar certidão ou histórico do veículo junto ao Detran, no prazo de dez dias (CPC, art. 284). Int." - Adv. PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR.

80. COBRANÇA - 0049344-43.2011.8.16.0001-ADRIANA JAQUELINE VARGAS DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A. - "Concedo o prazo de dez dias (CPC, Art. 284), para que a parte autora apresente comprovante de renda ou declaração de imposto de renda, sob pena de indeferimento da assistência judiciária. Int." - Adv. ROBSON SAKAI GARCIA.

81. REVISÃO DE CONTRATO C/C EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0049267-34.2011.8.16.0001-CLAUDINEIA CANDIDA VIEIRA DOS SANTOS x BANCO ITAULEASING S.A. - "Preliminarmente, a titulo de emenda da inicial, determino que a parte autora, junte aos autos do processo o contrato, objeto da presente ação, sob as penas da Lei. Oportunizo para que a emenda seja cumprida no prazo dez 10 (dez) dias. Int." - Adv. GENNARO CANNAVACCIUOLO.

82. COBRANÇA - 0049254-35.2011.8.16.0001-DANIEL MARCOS DIAS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A. - "Concedo o prazo de dez dias (CPC, Art. 284), para que a parte autora apresente comprovante de renda ou declaração de imposto de renda, sob pena de indeferimento da assistência judiciária. Int." - Adv. ROBSON SAKAI GARCIA.
83. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 0051512-18.2011.8.16.0001-LUIZA ELISSAR DE QUADROS CANDAL x SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES DE CURITIBA LTDA - UNIMED CURITIBA - Autos n. 51512-18.2011.8.16.0001 I - LUIZA ELISSAR DE QUADROS CANDAL ajuizou obrigação de fazer contra UNIMED, para compeli-la a i liberar guia para realização do exame PET CT SCAN. II - A condição de usuária está demonstrada às f. 23/30 e a necessidade do exame pelo atestado médico de f. 74/75. Há, destarte, verossimilhança nas alegações da autora e a aparência do bom direito evidenciada pela documentação acostada, em especial prova da contratação do plano de saúde e da necessidade dos medicamentos. Em juízo de cognição sumaria, não se pode olvidar o fato de que à situação da autora aplicável o CDC, e o plano de saúde prevê cobertura quimioterapia e radioterapia (f. 50). Além disso, a ré simplesmente inseriu carimbo com anotação "não liberado" (f. 73), sem qualquer justificativa. Desnecessárias considerações a respeito do periculum in mora, já que se trata de questão afeta a saúde da autora. III - Por isso, concedo a antecipação da tutela, para o fim de determinar que a ré, no prazo de 48h a contar da intimação dessa decisão, libere à autora a realização do exame PET CT SCAN, conforme - recomendação da médica Dra. Rosane do Rocio Johnsson (f. 74/75), sob pena de multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais). IV - Expeça-se, em caráter de urgência, mandado de intimação nos moldes do item acima e citação para comparecer à audiência designada para o dia 30 de novembro de 2011, às 15h, oportunidade em que será tentada a conciliação e se não houver êxito, deverá apresentar defesa por intermédio de advogado, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados na inicia . Int./Dil. Adv. FUAD SALIM NAJI.
ELENITA YASNÍ DA SILVA

---

**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CURITIBA**
**ESTADO DO PARANÁ**
**CARTÓRIO DA DÉCIMA QUARTA VARA CÍVEL**
**ELENITA YASNÍ DA SILVA**
**ESCRIVÃ**

**RELAÇÃO Nº 225/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADÃO MONTEIRO 0003 000188/1989
AMADEU ALICE NETTO 0008 001338/2001
CLAUDIO PINHEIRO LIMA JUN 0009 000080/2004
ELLIS ERNANI CECHELERO 0002 000597/1988
IGO IWANT LOSSO 0001 000306/1988
IRECÊ NASCIMENTO TREIN 0011 000716/2007
JOSÉ ANTONIO FARIA DE BRI 0005 000655/1994
JOSICLER VIEIRA BECKERT M 0006 001177/1995
LOURDES BERNARDETE BELTRA 0004 000812/1993
RICARDO TSCHA JUNIOR 0010 000381/2004
ROGÉRIO COSTA 0012 000112/2008
THIAGO TEIXEIRA DA SILVA 0013 001067/2009
WELLINGTON TREUMANN PEDRO 0007 000537/1996

1. DESPEJO - 306/1988-MICHAL HNATIUK x LAURA CARDOSO COLACO - (Proceder a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC e em observância ao contido no Capítulo 2, Seção 10 do Código de Normas) - Adv. IGO IWANT LOSSO.
2. BUSCA E APREENSÃO - 597/1988-SERVOPA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA x SEBASTIANA COELHO DE OLIVEIRA - (Proceder a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC e em observância ao contido no Capítulo 2, Seção 10 do Código de Normas) - Adv. ELLIS ERNANI CECHELERO.
3. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 188/1989-LEONCIO NOVAK x CELSO DE MAZO NETTO - (Proceder a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC e em observância ao contido no Capítulo 2, Seção 10 do Código de Normas) - Adv. ADÃO MONTEIRO.
4. RESCISÃO CONTRATUAL - 812/1993-JOSÉ PEREIRA DOMINGUES DE LIMA x A.W. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - (Proceder a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC e em observância ao contido no Capítulo 2, Seção 10 do Código de Normas) - Adv. LOURDES BERNARDETE BELTRAMI RIVAROLI.
5. INDENIZAÇÃO - 655/1994-ADRIANE SIMOES x MARCOS AURELIO BORGES - (Proceder a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC e em observância ao contido no Capítulo 2, Seção 10 do Código de Normas) - Adv. JOSÉ ANTONIO FARIA DE BRITO.
6. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 1177/1995-MTANYOUS YOUSSEF x VOLNEY TARZISIO CARARA - Adv. JOSICLER VIEIRA BECKERT MARCONDES.
7. COBRANÇA PELO RITO SUMÁRIO - 537/1996-WELLIGTON T. PEDROSO & ADVOGA- e outro x RECEL S/A INDUSTRIA CERAMICA - (Proceder a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC e em observância ao contido no Capítulo 2, Seção 10 do Código de Normas) - Adv. WELLINGTON TREUMANN PEDROSO.
8. REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO - 1338/2001-VALDEMAR HENRIQUE KLOSS x BANCO ITAÚ S/A - (Proceder a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC e em observância ao contido no Capítulo 2, Seção 10 do Código de Normas) - Adv. AMADEU ALICE NETTO.
9. REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL - 80/2004-RUY TAVERNA DA FONSECA x BANCO DIBENS LEASING S/A - (Proceder a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC e em observância ao contido no Capítulo 2, Seção 10 do Código de Normas) - Adv. CLAUDIO PINHEIRO LIMA JUNIOR.
10. BUSCA E APREENSÃO - 381/2004-COMTECH INFORMÁTICA LTDA x MION E CIA. LTDA. ME. - (Proceder a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC e em observância ao contido no Capítulo 2, Seção 10 do Código de Normas) - Adv. RICARDO TSCHA JUNIOR.
11. COBRANÇA PELO RITO SUMÁRIO - 716/2007-EDUARDO CARLOS ROSENBAUM x BANCO SAFRA S/A - (Proceder a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC e em observância ao contido no Capítulo 2, Seção 10 do Código de Normas) - Adv. IRECÊ NASCIMENTO TREIN.
12. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 112/2008-ANGELIS STRAPASSON GABARDO ME x BRASIL TELECOM S/A. - (Proceder a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC e em observância ao contido no Capítulo 2, Seção 10 do Código de Normas) - Adv. ROGÉRIO COSTA.
13. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 1067/2009-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x LINDAMIR LIMA DA CRUZ MELERE - (Proceder a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC e em observância ao contido no Capítulo 2, Seção 10 do Código de Normas) - Adv. THIAGO TEIXEIRA DA SILVA.
ELENITA YASNÍ DA SILVA

---

# 15ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ**
**CARTÓRIO DA 15ª VARA CÍVEL**
**JUÍZES DE DIREITO: LUCIANI DE LOURDES TESSEROLI**
**PAULO CEZAR CARRASCO REYES**

**RELAÇÃO 185/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADEMAR MARTINS VIEIRA 00002 000723/1994
ADRIANE MARIA GOMES GUERREIRO 00002 000723/1994
ALEXANDRA DANIELI A. DOS SANTOS 00029 001791/2007
ALEXANDRE HAULY CAMARGO 00002 000723/1994
ALEXANDRE POSTIGLIONE BUHER 00056 001287/2011
00057 001289/2011
ALZIRO DA MOTTA SANTOS FILHO 00007 000982/2000
ANA PAULA GUARENGUI 00003 000343/1995
ANASSILVIA S. ANTUNES ARRECHEA 00021 001037/2005
ANISIO DOS SANTOS 00016 001506/2003
00018 001386/2004
ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE 00017 000629/2004
ASBRA MICHEL MATEUS IZAR 00044 019765/2010
AURACYR AZEVEDO DE MOURA CORDEIRO 00001 000621/1992
BRAZILIO BACELLAR NETO 00056 001287/2011
00057 001289/2011
CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA 00049 000227/2011
CARLOS RAUL DA COSTA PINTO 00001 000621/1992
CARLYLE POPP 00011 001012/2001
CAROLINA GUIDOTI LORENZETT 00035 000188/2009
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 00029 001791/2007
CHRISTIAN BORTOLOTTO 00048 060322/2010
CLAIRE LOTTICE - DEFENSORA PUBLICA 00042 002076/2009
CLAUDIA ELI MARTINS ANSELMO 00002 000723/1994
CRISTIANE BELINATI GARCIA PEREZ 00024 001133/2006
DANIELLE DE ABREU BIANCHINI 00043 015505/2010
DANTE D'AQUINO 00041 001854/2009
DAVID ANTONIO BADUY 00017 000629/2004
DIONISIO OLICSHEVIS 00034 001493/2008
EDGARD KATZWINKEL JUNIOR 00048 060322/2010
EDMILDO FERNANDES 00002 000723/1994
EDUARDO ROCHA VIRMOND 00017 000629/2004
ELISA GEHLEN PAULA B.DE CARVALHO 00047 050673/2010
ELVIS DUARTE DA SILVA 00017 000629/2004

EMANUEL MASCARENHAS PADILHA 00010 000773/2001
EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA 00012 000173/2002
EMERSON LUIZ VELLO 00004 001056/1999
EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS 00039 001520/2009
FABIANO DIAS DOS REIS 00026 000856/2007
FABIO MICHAEL MOREIRA 00016 001506/2003
00018 001386/2004
FABRICIO ZILOTTI 00010 000773/2001
FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO 00020 000954/2005
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 00049 000227/2011
FRANCIELE MARIA GEMIM 00032 000902/2008
FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR 00047 050673/2010
FREDERICO RICARDO DE RIBEIRO E LOURENÇO 00005 000518/2000
GEORGE BUENO GOMM 00017 000629/2004
GERALDO TABORDA NASSAR 00033 001358/2008
GERSON VANZIN MOURA DA SILVA 00049 000227/2011
GIOVANNA PRINCE DE MELO 00036 000457/2009
GUILHERME BORBA VIANNA 00011 001012/2001
HELIO LUIZ VITORINO BARCELOS 00022 001158/2005
HILDEGARD TAGGESELL GIOSTRI 00028 001294/2007
HÉLIO CARLOS KOZLOWSKI 00005 000518/2000
IDERALDO JOSE APPI 00023 000604/2006
00024 001133/2006
00046 038619/2010
IZABEL A. GOSCINSCKI 00038 001477/2009
IZABEL CRISTINA G. DA SILVA ARAUJO 00002 000723/1994
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 00049 000227/2011
JEISEMARA CHRISTINA CORRÊA 00027 001226/2007
JIOMAR JOSE TURIN 00001 000621/1992
JOSE MAURICIO DO REGO BARROS 00013 000528/2002
JOSIAS PEREIRA ROSA 00054 000894/2011
JOSUE BARBOSA CORDEIRO 00021 001037/2005
JULIANE TOLEDO DOS SANTOS ROSSA 00050 000241/2011
JULIO CESAR FARIAS POLI 00037 001456/2009
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00040 001740/2009
KELLY CRISTINA WORM COTLISNKI CANZAN 00036 000457/2009
LEANDRO GALLI 00008 000588/2001
LEANDRO VIZINTINI 00032 000902/2008
LEONARDO GUILHERME DOS SANTOS LIMA 00053 000846/2011
LEONEL TREVISAN JUNIOR 00011 001012/2001
00013 000528/2002
LINCOLN TAYLOR FERREIRA 00009 000730/2001
LISANE CRISTINA CONTE 00001 000621/1992
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS 00014 000897/2003
LUIZ ANTONIO TEIXEIRA 00028 001294/2007
LUIZ EDSON FACHIN 00028 001294/2007
LUIZ FERNANDO COMEGNO 00003 000343/1995
LUIZ GUILHERME LEITE MENDES 00002 000723/1994
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 00049 000227/2011
LUIZ REMY MERLIM MUCHINSKI 00047 050673/2010
MARAN CARNEIRO DA SILVA 00041 001854/2009
MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH 00016 001506/2003
MARCELO CLEMENTE BASTOS 00017 000629/2004
MARCELO HAPONIUK ROCHA 00023 000604/2006
MARCELO HENRIQUE FERREIRA SIQUEIRA MATOS 00025 001521/2006
MARCO ANTONIO DE PAULI 00017 000629/2004
MARIA ALICE ROSS 00045 025593/2010
MARIA GORETE ANDRADE JACCARD 00007 000982/2000
MARIA LIZANE MACHADO BRUM 00019 000742/2005
MAYLIN MAFFINI 00030 000293/2008
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 00031 000656/2008
MIRIAM NASCIMENTO 00008 000588/2001
MOACYR ALVARO DE SOUZA 00010 000773/2001
NATANAEL ALVES DE CAMARGO 00015 000927/2003
NEWTON JOSE DE SISTI 00020 000954/2005
PATRICK G. MERCER 00028 001294/2007
PAULO VINICIO FORTES 00009 000730/2001
PEDRO HENRIQUE XAVIER 00021 001037/2005
PRISCILA PERELLES 00046 038619/2010
PRISCILA PLACHA SÁ 00001 000621/1992
REINALDO MIRICO ARONIS 00050 000241/2011
RENE TOEDTER 00005 000518/2000
RICARDO BERTOTTI 00022 001158/2005
RODRIGO ANTOSZ 00034 001493/2008
ROGERIO GROHMANN SFOGGIA 00038 001477/2009
ROGERSON LUIZ RIBAS SALGADO 00005 000518/2000
ROMARA COSTA BORGES DA SILVA 00025 001521/2006
00030 000293/2008
SADI BONATTO 00052 000789/2011
SALIMAR VALENTE GASPARIN 00055 001010/2011
SANDRA CALABRESE SIMAO 00032 000902/2008
SANDRA CARRILHO FERREIRA 00051 000687/2011
SANDRA MARA FRONZA DE CAMARGO 00015 000927/2003
SOELI INGRACIO SIMOES 00031 000656/2008
SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES 00034 001493/2008
SWAMI MOUGENOT BONFIM (PROMOTORA) 00042 002076/2009
TAIS SERAFIM SOUZA DA COSTA 00016 001506/2003
00018 001386/2004
TANIA MARA FERREIRA 00006 000770/2000
VANIA ELYR DE LARA 00032 000902/2008
VICENTE PAULA SANTOS 00006 000770/2000
VIVIAN DE MOURA BERMAN DOBELI 00032 000902/2008
WILIS ANTONIO MARTINS DE MENEZES 00003 000343/1995
ZULDEMAR SOUZA QUADROS DE SANT ANNA 00009 000730/2001

1. ARROLAMENTO - 621/1992-IVO CANTERGIANI x ESP.ALBA J.CANTERGIANI e outro - "Intime-se o inventariante para que, no prazo de cinco dias, manifeste-se sobre as petições e documentos de fls. 166/192 e fls.197/198, retificando o que entender necessario." Advs. JIOMAR JOSE TURIN, LISANE CRISTINA CONTE, AURACYR AZEVEDO DE MOURA CORDEIRO, PRISCILA PLACHA SÁ e CARLOS RAUL DA COSTA PINTO.

2. SUMARIA - 723/1994-SONIANIR GOMES CORREA x MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DA AMOR. - "Manifeste-se a parte requerida, no prazo de cinco dias, acerca do contido em fls.663/670." Advs. LUIZ GUILHERME LEITE MENDES, IZABEL CRISTINA G. DA SILVA ARAUJO, EDMILDO FERNANDES, ALEXANDRE HAULY CAMARGO, ADRIANE MARIA GOMES GUERREIRO, ADEMAR MARTINS VIEIRA e CLAUDIA ELI MARTINS ANSELMO.

3. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 343/1995-BANCO BANORTE S/A x ANA MANSO SAYAD COMEGNO - "Expeça-se Oficio a Secretaria da Receita Federal, conforme requerido a fl. 455. Intime-se a parte interessada a pagar R $9,40 para espedição de oficio." Advs. ANA PAULA GUARENGUI, LUIZ FERNANDO COMEGNO e WILIS ANTONIO MARTINS DE MENEZES.

4. SUMARIA DE COBRANCA - 1056/1999-COND.CONJ.RES.JARDIM DAS ARAUCARIAS VI-LOTES 16/17 x ANTONIO DOS SANTOS e outro - "Intime-se a parte interessada sobre fl..240/244 " Adv. EMERSON LUIZ VELLO.

5. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 518/2000-DEISE ELIZABETE STEFEMONTTE x PINUSWOOD BRASIL IND.E COMERCIO DE MADEIRA LTDA. - "Cite-se a ré, na pessoa de seu sócio, no endereço indicado a fl.92. Intime-se a parte interessada a pagar R$49,50 oara expedição de mandado." Advs. FREDERICO RICARDO DE RIBEIRO E LOURENÇO, HÉLIO CARLOS KOZLOWSKI, RENE TOEDTER e ROGERSON LUIZ RIBAS SALGADO.

6. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 770/2000-VICENTE PAULA SANTOS x NARA RIBEIRO BORGES e outro - "1. Conheço a peça intitulada de 'Embargos à Execução' como mera petição. 2.O exequente, às fls. 332/343, pretende sejam aplicadas as disposições do artigo 15 do Código de Processo Civil, tendo em conta as expressões injuriosas empregadas pela executada, às fls. 306/309 e 321/322. Pleiteia, ainda, a manutenção dos bloqueios judiciais realizados em desfavor da devedora. Pois bem. 3. Dentro da sistemática do processo civil as partes são livres para escolher os meios mais idôneos à consecução de seus objetivos, não se olvidando, porém, de observar os princípios da lealdade e probidade. Da análise do contexto em que foram inseridas, de fato algumas dos expressões empregadas possuem conotação injuriosa. É inegável, porém, que a conduta da devedora não está ajustada ao padrão mínimo de urbanidade exigido no tratamento entre pessoas, mais ainda quando essas pessoas litigam em juízo e delas, com rigor, se deve exigir comportamento adequado. O mau proceder, a agressão gratuita, frases duras e expressões não afinadas com o necessário comportamento lhano, acabam por trabalhar mais contra quem as escreveu e assinou do que em detrimento do escolhido como alvo da deselegância. 4. Por essas razões, reputo de caráter injurioso e, portanto, determino que sejam riscadas, na forma do artigo 15 do Código de Processo Civil, tão somente as expressões constantes do 8° parágrafo de fl. 306 e 10 e 90 parágrafos de fl. 307. Sra. Interventora, observe o disposto no item 2.3.7.1 do CN. 5.Os valores objeto de penhora eletrônica já foram regularmente desbloqueados, conforme se vê dos documentos de fls. 326/328, cuja decisão restou irrecorrida. Esvaziada, portanto, a pretensão deduzida no petitório de fls. 305/309. 5. Persistindo o interesse na penhora eletrônica, deverá o credor apresentar memória de cálculo (CPC, art. 614), abatendo-se os valores eventualmente adimplidos, de forma atualizada. Advs. VICENTE PAULA SANTOS e TANIA MARA FERREIRA.

7. MONITORIA - 982/2000-SINDICAM-PR. x ALAOR MAURO BALDIN e outros - "Manifeste-se a parte autora acerca dos embargos monitorios, em 10 dias." Advs. ALZIRO DA MOTTA SANTOS FILHO e MARIA GORETE ANDRADE JACCARD.

8. DESPEJO - 588/2001-CARREFOUR GALERIAS COMERCIAIS LTDA. x BIOHSFARMA FARMACIA LTDA. - De-se ciencia as partes acerca da baixa dos autos. Aguarde-se a manifestação da parte interessada pelo prazo de 06 meses. Decorrido esse parzo, sem manifestação, com baixas necessarias, arquivem-se os presentes autos (CPC, art. 475-J, pg 5°). Advs. MIRIAM NASCIMENTO e LEANDRO GALLI.

9. MONITORIA - 730/2001-MARIA CRISTINA LACERDA TATIT x PROMENADE IMOVEIS LTDA. e outro - "Manifeste-se a parte sobre resposta de oficio." Advs. ZULDEMAR SOUZA QUADROS DE SANT ANNA, PAULO VINICIO FORTES e LINCOLN TAYLOR FERREIRA.

10. REVISAO CONTRATUAL - 773/2001-ROBERTO SIQUEIRA FILHO e outro x BANCO DO BRASIL S/A - "1.Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2. Aguarde-se requisição de informações pelo ETJ." Advs. MOACYR ALVARO DE SOUZA, EMANUEL MASCARENHAS PADILHA e FABRICIO ZILOTTI.

11. REPETICAO DE INDEBITO - 1012/2001-TRANSPORTES LARA LTDA. x BANCO BANESTADO S/A-BANCO MULTIPLO - "Intime-se a parte interessada a pagar R$2,48 referente distribuidor. Intime-se o devedor para pagamento espontaneo do debito, no prazo de 15 dias, sobpena do montante da condenação ser acrescido de multa de 10% e, a requerimento do credor e observado o disposto no artigo 614, inc II, do CPC, será expedido mandado de penhora e avaliação, na forma do art. 475-J do mesmo diploma legal. Arbitro os honorarios advocaticios para esta fase de cumprimento de sentença em R$8.800,00." Advs. CARLYLE POPP, GUILHERME BORBA VIANNA e LEONEL TREVISAN JUNIOR.

12. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 173/2002-BANCO BRADESCO S/A x MASSUQUETO CONSTRUTORA LTDA. e outros - "1. Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 cinco dias, manifeste-se sobre o resultado do Bacenjud." Adv. EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA.

13. REVISIONAL DE CONTRATO - 528/2002-APARECIDO IRINEU VERI x BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA BRASIL S/A - "Por mais uma vez, intime-se a instituição financeira requerida para que, no prazo de cinco dias, manifeste-se sobre a proposta de acordo de fls.479." Advs. JOSE MAURICIO DO REGO BARROS e LEONEL TREVISAN JUNIOR.

14. REVISIONAL DE CONTRATO - 897/2003-HORACIO CEZAR LUZ FILHO x BANCO DO BRASIL S/A e outro - " Concedida vista dos autos ao requerido pelo prazo de 10 dias."Adv. LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS.
15. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 927/2003-NATANAEL ALVES DE CAMARGO x ELIANE DE SOUZA CASTRO - "Intime-se a parte interessada sobre certidão de fl216, sobre retorno do oficio." Advs. SANDRA MARA FRONZA DE CAMARGO e NATANAEL ALVES DE CAMARGO.
16. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 1506/2003-BANCO DO BRASIL S/A x J.M. LIVRARIA JURIDICA LTDA. e outros - "Manifeste-se a parte exequente acerca do prosseguimento do feito, requerimento o que entender de direito." Advs. ANISIO DOS SANTOS, TAIS SERAFIM SOUZA DA COSTA, MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH e FABIO MICHAEL MOREIRA.
17. PRESTACAO DE CONTAS - 0000001-25.2004.8.16.0001-DAVID ANTONIO BADUY x ESPOLIO DE ANTONIO DE PAULI - " Defiro o requerimento de fl.1143, no entanto, deve o advogado da parte requerente trazer a Serventia uma mídia para realiazação de copia do documento de fl.1103."Advs. DAVID ANTONIO BADUY, ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE, GEORGE BUENO GOMM, EDUARDO ROCHA VIRMOND, MARCO ANTONIO DE PAULI, MARCELO CLEMENTE BASTOS e ELVIS DUARTE DA SILVA.
18. EMBARGOS A EXECUCAO - 1386/2004-J.M. LIVRARIA JURIDICA LTDA x BANCO DO BRASIL S/A - "Aguarde-se eventual manifestação da parte interessada por 6 meses, observando-se, no mais, o disposto no §5° do art 475-J do CPC." Advs. FABIO MICHAEL MOREIRA, ANISIO DOS SANTOS e TAIS SERAFIM SOUZA DA COSTA.
19. USUCAPIAO - 742/2005-SUL ADMINISTRAÇÃO E LOCAÇÃO IMOBILIARIA LTDA. x ESPOLIO DE JOSE FERREIRA DA ROCHA e outro - "Certidão fl.187, decorreu o prazo legal (...)." Adv. MARIA LIZANE MACHADO BRUM.
20. SUMARIA DE COBRANCA - 954/2005-BANCO DO BRASIL ADMINISTRADORA DE CARTOES CREDITOS x RAFAEL ERICO KALLUF PUSSOLI - "Parte interessada pagar custas de escrivao R$863,98 distribuidor R$2,48 oficial de justiça R$148,50" Advs. FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO e NEWTON JOSE DE SISTI.
21. ORDINARIA DE INDENIZACAO - 1037/2005-LECIEN SIMONE SCHULT RIEK x ALVARO PIGATTO CESCHIN e outro - "Vistos e examinados... Homologo, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, às fls. 377/378, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, por conseguinte, JULGO EXTINTO o processo, com fulcro no artigo 269, inciso III c/c o art. 794, inc. I, do CPC. Custas conforme avençado. Expeça-se o alvará de levantamento em nome do procurador da requerente Dr. Muriel Gonçalves Martynychen, OAB/36811. Oportunamente, arquivem-se com as anotações e baixas necessarias, ressalvadas eventuais custas processuais remanescentes." Advs. ANASSILVIA S. ANTUNES ARRECHEA, PEDRO HENRIQUE XAVIER e JOSUE BARBOSA CORDEIRO.
22. ORDINARIA REVISAO CONTRATUAL - 0000227-93.2005.8.16.0001-CORDEIRO & CORDEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS x BANCO DAIMLERCHRYSLER S/A - "Intime-se a parte credora, para que regularize a planilha juntada a fl.286, considerando que multa do art. 475-J do CPC, só deve incidir no valor do debito após a intimação do devedor para pagamento espontâneo do debito. " Advs. RICARDO BERTOTTI e HELIO LUIZ VITORINO BARCELOS.
23. SUMARIA DE COBRANCA - 604/2006-CONDOMINIO EDIFICIO SANTO AGOSTINHO x ANTONIO APARECIDO DINIZ e outro - "1. Visto. 2. Para que seja possível a homologação do acordo (fls. 277/279), devem as partes estar representadas por advogado (CPC, art. 36), com poderes para transigir. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. TRANSAÇÃO EM JUÍZO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO CUMULADA COM REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO. ACORDO CELEBRADO E HOMOLOGADO EM AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. AUSÊNCIA DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA. NULIDADE DA TRANSAÇÃO. Recurso provido. Dispensa-se a intervenção de advogado na transação feita por instrumento público ou particular, embora com a finalidade de por termo a uma demanda (RJTJESP117/286, JTJ 173/205, JTA 120/312). Todavia, não se admite que parte, desacompanhada de advogado, requeria a extinção do processo por ter havido transação. O requerimento conjunto das partes no sentido da extinção do feito nos termos dos arts. 269, III e 794, 1 do CPC. Tratando-se de ato privativo de profissional legalmente habilitado (art. 36 do CPC), é ineficaz a decisão que acolhe a postulação formulada de modo incompleto, sem assinatura do advogado de uma das partes. (TJPR - 15a C.Civel - AC 0330763-7 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Dês. Jurandyr Souza Junior - Unânime - J.21.06.2001) AGRAVO INOMINADO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO POR CONFRONTAR ENTENDIMENTO DOMINANTE DO STJ E DESTA CORTE. BUSCA E APREENSÃO HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO PARA EXTINÇÃO DO FEITO INDEFERIDA. REQUERIDO QUE Não esta RFPRFSENTADO POR ADVOGADO. DECISÃO CORRETA. Agravo conhecido e não provido. (TJPR - 18a C.Cível - A 0690506-6/01 - Foro Central da região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juíza Substit. 2° G. Lenice Bodstein - Unânime-J.20.10.2010). Deve ser observado, ainda, o disposto no artigo 842 do Código Civil Brasileiro: "A transação fa-se-á por escritura pública, nas obrigações em que a lei o exige, ou por instrumento particular, nas em que ela o admite; se recair sobre direitos contestados em juízo, será feito por escritura pública, ou por termo nos autos, assinados pelos transigentes e homologados pelo juiz". Intimem-se os executados para que regularizem sua representação processual em 05 (cinco) dias. 3. Após, contados e preparados, voltem-se conclusos para homologação do acordo e, conseqüentemente, extinção do feito. Int. Advs. IDERALDO JOSE APPI e MARCELO HAPONIUK ROCHA.
24. SUMARIA DE COBRANCA - 1133/2006-CONDOMINIO EDIFICIO BARRA VELHA x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A - BANESTADO -" 1. Recebo os Embargos de Declaração de fls. 267/269 da parte requerente por serem tempestivos e, no mérito nego provimento, eis que o erro material e a omissão alegada pelo embargante não ocorreu. Vejamos. O embargante alega que houve erro material na sentença de fls. 261/263, ao constar no dispositivo o seguinte: "(...) relativas ao período de 03/09/05 a 04/08/2006 (...)", afirmando que deveria constar o período de 03/09/1995 a 04/08/2006. No entanto, da análise dos autos verifico que o pedido foi deferido nos exatos termos da petição inicial. Ressalte-se que no nosso ordenamento, o juiz está adstrito ao pedido da inicial. Aduz, ainda, o embargante que houve omissão da sentença, eis que não constou o disposto no artigo 290, do Código de Processo Civil. No entanto, tal dispositivo não precisa constar expressamente na sentença, uma vez que decorre da própria lei. Inclusive nem do pedido na inicial precisa constar, nos termos do próprio artigo 290, do Código de Processo Civil. Sendo assim, rejeito os Embargos Declaratórios de fls. 267/269, permanecendo a sentença nos termos em que foi proferida. 2.Recebo os Embargos de Declaração de fls. 271/272 da parte requerida por serem tempestivos e, no mérito, nego provimento, eis que não existem as omissões alegadas, mas sim o que se vê é somente o inconformismo da parte com o posicionamento do juízo. O que pretende o embargante a atribuir efeito modificativo a recurso que não o tem, requerendo, por meio dele, a reconsideração" do despacho. Juízo de retratação são se exerce diante da interposição de agravo de instrumento, o que ate agora não foi noticiado nos autos. Desse modo, rejeito o pedido formulado a titulo de embargos de declaração de fls. 271/272. 3. Intimem-se. " Advs. IDERALDO JOSE APPI e CRISTIANE BELINATI GARCIA PEREZ.
25. SUMARIA DE REVISAO CONTRATUAL - 1521/2006-FRANCIELI DO ROCIO RINALDIN x BANCO FINASA S/A - "Intime-se a parte requerida a receber alvará n°255/2011 no Banco do Brasil e retirar n°256/2011 em cartorio."Advs. ROMARA COSTA BORGES DA SILVA e MARCELO HENRIQUE FERREIRA SIQUEIRA MATOS.
26. DESPEJO - 856/2007-ANAT ADMINISTRAÇAO E PARTICIPAÇAO LTDA x LETICIA ROCHA KOTHAS - Intima-se a parte interessada a retirar alvará no Cartório Adv. FABIANO DIAS DOS REIS.
27. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 1226/2007-BARIGUI VEICULOS LTDA. x PHAROL CONSULT. ADMINIST. E CORRETAGEM DE SEGUROS - "INTIMEM-SE A PROCURADORA DA PARTE EXEQUENTE PARA SUBSCREVER A PETIÇÃO DE F.73/74." Adv. JEISEMARA CHRISTINA CORRÊA.
28. ORDINARIA DE INDENIZACAO - 1294/2007-MARCUS VINICIUS SIDORUK VIDAL e outros x RYSZARD ZYTYNSKI e outros - "1.Não assiste razão as partes. Conforme se verifica da decisão de saneamento (fls. 900/902), a qual restou irrecorrida, foi deferida a produção de prova pericial nas áreas de obstetrícia e anestesiologia, a fim de dirimir a controvérsia instaurada nos autos. Da atenta leitura da citada decisão se infere, de forma clara e induvidosa, que a perícia de obstetrícia foi postergada para o momento oportuno, in verbis: ' Sendo inviável a realização das perícias simultaneamente, em primeiro lugar será feita a de anestesiologia. Nomeio perito o Dr. RANGER CAVALCANTE DA SILVA (tel. 9976-1111). A perícia de obstetrícia será realizada na sequencia, nomeando-se, oportunamente, outro especialista Portanto, rejeito as impugnações deduzidas pelas partes, tendo em conta a capacidade técnica do Perito nomeado para a área de anestesiologia. 2. No que tange ao pleito de parcelamento dos honorários formulado pela parte autora, manifeste-se o Sr. Perito, no prazo de cinco dias. Intime-se Luiz Carlos a receber alvará no Banco do Brasil" Advs. LUIZ EDSON FACHIN, LUIZ ANTONIO TEIXEIRA, HILDEGARD TAGGESELL GIOSTRI e PATRICK G. MERCER.
29. SUMARIA DE COBRANCA - 1791/2007-ROBERTA DE CASSIA ARAUJO PIRES x CENTAURO SEGURADORA S/A - "Defitro o pedido de vistas dos autos pelo prazo de 10 dias para a parte requerente." Advs. ALEXANDRA DANIELI A. DOS SANTOS e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO.
30. BUSCA E APREENSAO - 293/2008-BANCO FINASA S/A x RODRIGO AVILA SANT ANA - "Intime-se a parte autora para que se manifeste acerca do interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias." Advs. ROMARA COSTA BORGES DA SILVA e MAYLIN MAFFINI.
31. SUMARIA DE COBRANCA - 656/2008-AGLAER DA SILVA x ITAU SEGUROS S/A - "Manifeste-se a parte requerida, querendo, no prazo de cinco dias, a teor do disposto no artigo 398 do CPC." Advs. SOELI INGRACIO SIMOES e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER.
32. SUMARIA DE INDENIZACAO - 902/2008-CLAUDIA MARA KREITLOW x GVT GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. - "Dispositivo: Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para o fim de: (i) declarar a inexistência dos débitos que ensejaram a inscrição indevida do nome da autora dos cadastros do SPC e SERASA; (ïi) condenar a ré ao pagamento, em favor da autora, de indenização por danos morais no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), importância a ser devidamente atualizada pelo índice do INPC/IGP-DI, a partir do arbitramento (Súmula n. 362/STJ), corrigida com juros de mora de 1%, a teor do disposto no artigo 406 do Código Civil, combinado com o artigo 161, § 10, do CTN, contados da citação. Em razão da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixados estes em 15% (quinze por cento) do valor da condenação; tendo em conta o tempo da demanda, o lugar da prestação do serviço, o grau de zelo dos profissionais que atuaram no feito e o número de manifestações nos autos, a teor do que dispõe o artigo20, §3°, do CPC. " Advs. VIVIAN DE MOURA BERMAN DOBELI, VANIA ELYR DE LARA, FRANCIELE MARIA GEMIM, SANDRA CALABRESE SIMAO e LEANDRO VIZINTINI.
33. ALVARA JUDICIAL - 1358/2008-INGRITH SALDANHA x ESPÓLIO DE ANTONIO SALDANHA - "Sirlei Saldanha, qualificada à fl. 45, pretendeu a expedição de alvará para levantamento de 1/3 (um terço) dos valores referentes ao PIS/PASEP, bem como do saldo depositado na conta poupança 33815-9, agência 1525, operação 013, da Caixa Econômica Federal, em nome de Antônio Saldanha, falecido em 05.11.2007. Pois bem. O pedido encontra respaldo no artigo 10 da Lei 6.858/80. Além disso, restou comprovada a legitimidade da requerente, pelo vínculo sucessório

com o de cujus. Assim sendo, estando presentes os requisitos exigidos pela lei para a concessão da autorização, julgo procedente o pedido, para o fim de autorizar a interessada a efetuar o levantamento e recebimento dos valores referentes aos PIS/PASEP, bem como do saldo depositado na conta poupança 33815-9, agência 1525, operação 013, da Caixa Econômica Federal, em nome de Antônio Saldanha, na proporção do quinhão hereditário, ou seja, 1/3 (um terço) do montante depositado. Expeça-se alvará com prazo de validade de (trinta) dias. Defiro a dispensa do prazo recursal. Ante a concordância do Ministério Publico, dispenso a prestação de contas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Adv. GERALDO TABORDA NASSAR.

34. ORDINARIA DECLARATORIA - 1493/2008-TOTAL QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA x PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e outro - "Defiro a devolução de prazo, conforme requerido pelas partes as fls.380/381 e 386/387, iniciando-se pela parte autora." Advs. DIONISIO OLICSHEVIS, RODRIGO ANTOSZ e SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES.

35. DESPEJO - 188/2009-ALBERTO ANTONIO LORENZETT e outro x COMPACT TEC DO BRASIL COMERCIO E IMPOTAÇAO DE EQUIPAMENTOS LTDA - "Para expedição do edital de citação a parte autora será intimada na forma do item 5.4.3.1 do CN." Adv. CAROLINA GUIDOTI LORENZETT.

36. ORDINARIA - 457/2009-HERDEIROS DE ABIGAIL FERREIRA FRANCHINI e outros x HSBC BANK BRASIL S/A - "Dispositivo: Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para condenar o réu ao pagamento das diferenças referentes à inflação de janeiro de 1989 e fevereiro de 1989, medida pelo IPC (42,72% e 10,14%, respectivamente) e a efetivamente creditada, na forma do pedido da parte autora (contas poupança indicadas às fls. 181/182 (Abigail Ferreira Franchini); 261/262, 279/280 e 296/297 (Jose Verner Filho), 320 (Adalberto Carlos Giovanini); 321/327 (Antonio Marques Craveiro Filho); 328/329 (Avelino Aita); 330 (Celesti Gabriel); 331 (João Cardozo); 332 (José Vicente); 333 (Julio Cleveston) e 334/335 (Zulmira Generoso Lorena), mantidos os juros remuneratórios de 0,5% ao mês, de forma capitalizada, com a incidência de correção monetária pelo indexador oficial, salvo naqueles meses em que esse indexador não refletiu a inflação real, ambos até a data do efetivo pagamento, incidindo, ainda, os juros da mora contados a partir da citação a taxa de 1% a.m. (CC, art. 406 c/c art. 161, § 10, CTN). Em razão da sucumbência, condeno o réu a pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% sobre o valor da condenação; tendo em conta a pouca complexidade da causa, o tempo da demanda, o numero de manifestações nos autos, o julgamento antecipado e o trabalho do profissional, com fulcro no artigo 20, § 30, do CÓDIGO de Processo Civil. " Advs. GIOVANNA PRINCE DE MELO e KELLY CRISTINA WORM COTLISNKI CANZAN.

37. INVENTARIO - 1456/2009-PAULO HIRANO x ESPOLIO DE DARIO HIRANO - "Intime-se a parte interessada a pagar R$28,20 para expedição de oficios(3). Adv. JULIO CESAR FARIAS POLI.

38. ORDINARIA REVISAO CONTRATUAL - 1477/2009-ROSEMARI SENA LIMA x BANCO PANAMERICANO S/A - "Transitou em julgado sentença fls95/102," Advs. IZABEL A. GOSCINSCKI e ROGERIO GROHMANN SFOGGIA.

39. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 1520/2009-BANCO ITAU S/A x CWB KAVASAKI COMERCIO DE VEICULOS & MOTOS LTDA ME e outro - Intime-se a parte interessada a pagar R$138,00 para expedição de mandado." Adv. EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS.

40. BUSCA E APREENSAO - 1740/2009-BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x SANDRA MARA CAMPOS NOGOSSEK - "Defiro pedido de vista dos autos fora do cartorio formulado pelo prazo de 10 dias. "Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER.

41. ORDINARIA DE INDENIZACAO - 1854/2009-CAROLINE KUBRUSLY GUERRA e outro x DEBORAH KUBRUSLY e outro - "Para a oitava da testemunha Themis de Almeida Furquim Cortes, nos termos do expediente de fl.113, designo a data de 21 de outubro de 2001, as 14:00 horas." Advs. DANTE D'AQUINO e MARAN CARNEIRO DA SILVA.

42. INTERDICAO - 2076/2009-JOVELINA APARECIDA DA SILVA x BOLIVAR FERREIRA DA SILVA - "Dispositivo Diante do exposto, em consonância com o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de BOLIVAR FERREIRA DA SILVA, nascido em 23.10.1960, filho de Lazaro Gregório da Silva e Maria José Ferreira da Silva, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil (art. 30, II, Código Civil). De acordo com o art. 1.775, § 10, do Código Civil, fica Jovelina Aparecida da Silva, irmã do interditado, nomeada curadora definitiva, a qual ficará dispensada de prestar garantia (CPC, art. 1190). Observando-se o disposto no art. 1184 do Código de Processo Civil, inscreva-se a presente sentença no Registro Civil competente e publique-se na imprensa local e no órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias (CPC, 1186, § 2°). Inscrita a sentença, lavre-se termo de compromisso e intime-se a Curadora para assiná-lo no prazo de cinco dias (C.N. 5.11.4.1), Defiro a dispensa do prazo recursal. Portanto, oficie-se ao TRE do Paraná, a fim de que sejam suspensos os direitos políticos do interditando, constando do ofício a sua qualificação completa. Atendidas as providências precitadas, renove-se vista ao representante do Ministério Público, nos termos requeridos no item VII do parecer de fls. 154/155. Sem custas (Lei n. 1060/50)" Advs. SWAMI MOUGENOT BONFIM (PROMOTORA) e CLAIRE LOTTICE - DEFENSORA PUBLICA.

43. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO - 0015505-61.2010.8.16.0001-MARCELO AUGUSTO SEMEDO x BANCO FINASA BMC S/A - " 1.Preliminarmente, regularize-se a representação processual do autor."Adv. DANIELLE DE ABREU BIANCHINI.

44. SUMARIA - 0019765-84.2010.8.16.0001-ASBRA MICHAEL MATEUS IZAR x EVALDO DAMMSKI e outro - "Intime-se a parte interessada a pagar R$49,50 para expedição de mandado." Adv. ASBRA MICHEL MATEUS IZAR.

45. MANUTENCAO DE POSSE - 0025593-61.2010.8.16.0001-SILMARA VALNI HYKAVEI x RENATO ARTUR SCHWAB e outros - "Providenciar a parte interessada fotocopias dos documentos para serem desentranhados conforme sentença a fls 108" Adv. MARIA ALICE ROSS.

46. ORDINARIA - 0038619-29.2010.8.16.0001-ELIANE MARIA ALVES x BRASIL TELECOM S/A - "Intime-se a parte interessada a pagar custas de contador R$10,08." Advs. IDERALDO JOSE APPI e PRISCILA PERELLES.

47. SUMARIA DE REVISAO CONTRATUAL - 0050673-27.2010.8.16.0001-ANTONIO CARLOS TROUCHE RAMINA x BANCO ITAUCARD S/A - "Intima-se a parte autora a receber alvará no Banco do Brasil "Advs. LUIZ REMY MERLIM MUCHINSKI, FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR e ELISA GEHLEN PAULA B.DE CARVALHO.

48. ORDINARIA DE INDENIZACAO - 0060322-16.2010.8.16.0001-LIANE DENISE BENDER GRANEMANN x BAYONE COSMETICOS LTDA - "Vistos, em saneador... 1.Forme-se o 2° volume. 2. Não foram arguidas preliminares. Presentes as condições da ação e pressupostos de existência, validade e regularidade do processo, declaro-o saneado. 3.Os pontos controvertidos se limitam aos pressupostos da responsabilidade civil: a) comprovação da conduta lesiva (uso indevido do nome do lesado em produtos fabricados pelo ofensor) e dos apontados danos; b) o nexo de causalidade entre a conduta e os danos; c) a extensão dos danos (materiais e morais) sofridos pelo lesado. As demais questões restringem-se à matéria jurídica. 4.Indefiro a realização de prova pericial contábil e de engenharia, porquanto na hipótese de reconhecimento do direito invocado (an debeatur) à apuração do quantum debeatur será aferida na fase de liquidação de sentença. 5.Defiro a produção de oral, consistente no depoimento pessoal das partes e na oitiva de testemunhas, cujo rol deverá ser depositado em cartório no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação desta decisão. 6. Defiro a produção de prova documental, nos exatos limites do artigo 397 do Código de Processo Civil. 7. Concedo o prazo de 10 (dez) dias, para que a parte requerida apresente a nota fiscal ou o laudo de descarte das embalagens com o nome da autora, em estoque da indústria e/ou recolhidas nos locais de revenda. 8.Para a realização de audiência de instrução e julgamento designo a data de 07 /11 / 11 , às 14 :30horas. 9.Consigno, desde já, que antes de iniciar a instrução será oportunizada a conciliação , nos termos do artigo 448 c/c o art. 125, inciso IV, ambos do Código de Processo Civil. Intime-se a parte requerente recolher R$18,80 e a requerida recolher 18,80 referente cartas " Advs. EDGARD KATZWINKEL JUNIOR e CHRISTIAN BORTOLOTTO.

49. SUMARIA DE REVISAO CONTRATUAL - 0006482-57.2011.8.16.0001-LUIZ ALBERTO MICHELINO x BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A - Sobre a contestação (e documentos) manifeste-se a parte autora no prazo legal. Advs. CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e FLAVIO PENTEADO GEROMINI.

50. SUMARIA - 0006977-04.2011.8.16.0001-RODRIGO PROENÇA x BV FINANCEIRA S/A - Sobre a contestação (e documentos) manifeste-se a parte autora no prazo legal. Advs. JULIANE TOLEDO DOS SANTOS ROSSA e REINALDO MIRICO ARONIS.

51. REGISTRO DE TESTAMENTO - 0020870-62.2011.8.16.0001-CHRISTIANE DI SCALA x ESPOLIO DE ELISABETH LUCIE DESCHAMPS - "CHRISTIANE DI SCALA ingressou com o presente pedido de registro do testamento público elaborado por ELISABETH LUCIE FELIU DESCHAMPS, falecida em 26.03.11. Juntou documentos (fls. 09). O Ministério Público opinou deferimento do pedido (fl. 26). Decido. Trata-se de pedido de registro de testamento público, procedimento de jurisdição voluntária previsto nos artigos 1.125 a 1.129 do Código de Processo Civil. Neste procedimento deve ser feito um exame sumário da validade formal do testamento, isto é, das formalidades extrínsecas. Nesse passo, verifico que o testamento preenche os requisitos legais elencados no artigo 1.864 do Código Civil. Com efeito, foi escrito pelo Tabelião do 5° Ofício de Notas, Tabelionato Braz, deste Foro Central, lido na presença de duas testemunhas, devidamente qualificadas. Nada há, portanto, que impeça o registro, arquivamento e cumprimento do testamento lavrado às fls. 029/030 do Livro n° 8-T, do 50 Tabelionato de Notas deste Foro Central. Posto isso, achando-se o testamento público perfeito em suas formalidades intrínsecas e extrínsecas, determino-lhe o registro, arquivamento e cumprimento, remetendo-se cópia à repartição fiscal. Nomeio para o cargo de testamenteira CHRISTIANE DI SCALA. Intime-se, após, a testamenteira nomeada para, em cinco dias, assinar o termo da testamenteira, enviando-lhe cópia autêntica do testamento. Custas de lei. Oportunamente arquivem-se, cumprindo-se as determinações do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná. Publique-s. Registre-se. Intimem-se. " Adv. SANDRA CARRILHO FERREIRA.

52. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - 0018145-03.2011.8.16.0001-COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS PEQUENOS EMPRESARIOS, MICROEMPRESARIOS, MICROEMPREENDEDORES DE CURITIBA E REGIAO METROPOLITANA x GISELE MARIA - "Intime-se a parte interessada a pagar R$49,50 para expedição de mandado." Adv. SADI BONATTO.

53. ORDINARIA - 0026522-60.2011.8.16.0001-HENRIQUE PACHECO BUSCHMANN x RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS - "1.Defiro os beneficios da Assistencia Judiciaria em favor da parte requerente. 2. Cite-se a parte ré, (...)." Adv. LEONARDO GUILHERME DOS SANTOS LIMA.

54. SUMARIA - 0026937-43.2011.8.16.0001-MAURICIO NIEDOSZETKO x AYMORE FINANCIAMENTOS - " 1.Muito embora a Lei n.° 1.060/50 em seu artigo 4" estatua que a simples afirmação da parte de que não tem condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família enseja o deferimento do beneficio, tal afirmação é passível de averiguação. 2. Assim, considerando que o autor constituiu advogado, não se socorrendo dos serviços prestados pela Defensoria Pública ou pediu a nomeação de advogado por este Juízo, deverá juntar documento hábil à comprovação de seus rendimentos a fim de possibilitar a aferição dos requisitos que autorizam a concessão

do beneficio, sob pena de indeferimento, no prazo de 05 dias. 3.Intimem-se." Adv. JOSIAS PEREIRA ROSA.
55. MONITORIA - 0030749-93.2011.8.16.0001-ARLETE VANDA EHALT DA COSTA x CAIO GRACO DE ARAUJO QUADROS - " 1.Defiro a prioridade na tramitação dos autos. Anote-se. 2.Expeça-se mandado de citação do réu para pagar a importância devida ou embargar o pedido monitório, no prazo de quinze dias. 3.Defiro os benefícios do artigo 172, § 2°, do CPC. 4. Dê-se ciência de que, em caso de pronto pagamento, ficará a parte ré isenta das custas e honorários advocatícios, na forma do artigo 1.102c, § 1°, do mesmo diploma legal. 5. Inexistindo pagamento ou interposição de embargos, venham conclusos após o preparo de eventuais custas remanescentes. 6.Opostos embargos, intime-se a parte autora para impugná-los no prazo de quinze dias. 7. Intimem-se. Intime-se a parte interessada a pagar R$49,50 para expedição de mandado" Adv. SALIMAR VALENTE GASPARIN.
56. IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA - 0041250-09.2011.8.16.0001-GONÇALVES CORREIA E DEMOGALSKI LTDA x CELSO ANTONIO FRANCO DE MACEDO - "Intime-se o impugnado para que, no prazo de cinco dias, manifeste-se acerca da impugnação ao valor da causa." Advs. ALEXANDRE POSTIGLIONE BUHER e BRAZILIO BACELLAR NETO.
57. EXCECAO DE INCOMPETENCIA - 0041251-91.2011.8.16.0001-GONÇALVES CORREIA E DEMOGALSKI LTDA x CELSO ANTONIO FRANCO DE MACEDO - "1.Recebo a exceção e determino o seu procedimento, suspendendo o curso do processo principal até seu julgamento definitivo, nos termos dos art. 306 e 265, inc. III, do CPC." Advs. ALEXANDRE POSTIGLIONE BUHER e BRAZILIO BACELLAR NETO.

Adicionar um(a) Data

# 16ª VARA CÍVEL

**CARTORIO DA 16ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PR**
**AVENIDA CANDIDO DE ABREU, 535 - 8º ANDAR**
**JUIZ TITULAR: DR. RENATO LOPES DE PAIVA**
**JUIZ SUBSTITUTO: DR. PAULO B. TOURINHO**

**RELAÇÃO N° 208/2011.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABELARDO L.S.MENDES 00083 002361/2009
ADONIS GALILEU DOS SANTOS 00004 001130/1998
ADRIANA JOSELI PEREIRA DA COSTA 00080 002098/2009
ADRIANA WENK 00052 001548/2008
ADRIANE CRISTINA JANISZEWSKI MENDES 00083 002361/2009
ADRIANO ANTONIO BERTOLIN 00005 000537/2000
ADRIANO MUNIZ REBELLO 00028 000149/2007
AIRTON PEDRO DOS SANTOS 00018 001297/2004
ALBERT DO CARMO AMORIM 00095 000760/2010
ALCEU RODRIGUES CHAVES 00040 001256/2007
ALESSANDRA LABIAK 00072 001654/2009
ALESSANDRO BETTEGA ALMEIDA 00005 000537/2000
ALESSANDRO DULEBA 00031 000336/2007
ALEXANDRE ARSENO 00198 001587/2011
ALEXANDRE BARBARÁ 00112 001430/2010
ALEXANDRE DE ALMEIDA 00056 001914/2008
00060 000484/2009
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 00038 001166/2007
00099 000924/2010
ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO 00029 000192/2007
ALEXANDRE TOMASCHITZ 00105 001215/2010
ALINE BORGES LEAL 00023 000441/2006
ALINE BRATTI NUNES PEREIRA 00135 000171/2011
ALLAN AMIN PROPST 00049 001126/2008
ALMIR KUTNE 00015 000548/2004
ALMIR SIQUEIRA MENDES 00083 002361/2009
ALOYSIO ROA 00119 001843/2010
ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA 00091 000407/2010
ALTAIR BURATTO 00112 001430/2010
ALTAMIR ALVES DOS ANJOS 00017 000724/2004
00019 000512/2005
AMADEU LUIZ DE MIO GEARA 00002 000375/1997
AMANDA DE LIMA GODOI 00013 001470/2003
ANA BEATRIZ FARIAS 00042 001430/2007
ANA LUCIA FRANÇA 00139 000250/2011
ANA PAULA MARTIN ALVES DA SILVA 00032 000526/2007
ANA PAULA MUGGIATI DOS SANTOS 00061 000691/2009
ANA PAULA SCHELLER DE MOURA 00084 002401/2009
ANA ROSA DE LIMA L. BERNARDES 00168 000887/2011
ANDERSON FERNANDES DE SOUZA 00076 001856/2009
ANDREA CORDEIRO DOS SANTOS 00002 000375/1997
ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI 00198 001587/2011
ANDREA HERTEL MALUCELLI 00073 001714/2009
ANDRESSA CALDAS 00040 001256/2007
ANDREZA CRISTINA STONOGA 00050 001368/2008
ANDRÉ LUIZ PARDO 00167 000885/2011
ANEZIO DOS SANTOS 00129 002367/2010
ANNE MARIE KUTNE 00015 000548/2004
ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO 00163 000757/2011
ANTONIO CARLOS BONET 00009 001298/2002
ANTONIO EMERSON MARTINS 00157 000574/2011
ANTONIO MARCOS BALDÃO 00059 000367/2009
ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA 00079 002062/2009
00181 001232/2011
ANTONIO NUNES NETO 00150 000440/2011
ANTONIO RENATO DE AVILA SANTOS 00123 001985/2010
ANTONIO RUDOLFO HANAUER 00041 001297/2007
ARIEL VENTURA DE ANDRADE 00025 000770/2006
ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANÇA 00147 000428/2011
ASSAKO YOSHIOKA KIMURA 00200 001596/2011
AUGUSTO PASTUCH DE ALMEIDA 00031 000336/2007
AYSLAN CUNHA 00081 002228/2009
BERENICE DA APARECIDA GOMES RIBEIRO 00014 000388/2004
BLAS GOMM FILHO 00030 000334/2007
00089 000092/2010
00110 001390/2010
00139 000250/2011
BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ 00055 001862/2008
00067 001474/2009
BRUNO BRAGA BETTEGA 00013 001470/2003
BRUNO WAHL GOEDERT 00119 001843/2010
CAMILE CASSOU 00080 002098/2009
CANDIDO MATEUS MOREIRA BOSCARDIN 00040 001256/2007
CARINE DE MEDEIROS MARTINS 00062 000712/2009
00065 001329/2009
00072 001654/2009
00114 001500/2010
CARLA FLEISCHFRESSER 00037 000860/2007
CARLISE ZASSO POSSEBON DO AMARAL 00063 001099/2009
CARLOS ALBERTO ARAUJO MACHADO 00090 000387/2010
CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA 00079 002062/2009
00108 001342/2010
00181 001232/2011
CARLOS ALBERTO RISKALLA FILHO 00180 001230/2011
CARLOS ALBERTO XAVIER 00144 000384/2011
CARLOS BAYESTORFF JÚNIOR 00012 001450/2003
CARLOS EDRIEL POLZIN 00002 000375/1997
CARLOS EDUARDO DA SILVA FERREIRA 00020 000923/2005
CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER 00061 000691/2009
CARLOS EDUARDO SCARDUA 00170 000945/2011
CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO 00061 000691/2009
00096 000835/2010
CARLOS HENRIQUE DE MATTOS SABINO 00106 001217/2010
CARLOS HENRIQUE REDKVA 00131 002407/2010
CAROLINA BORGES CORDEIRO 00104 001009/2010
CAROLINE AMADORI CAVET 00172 001034/2011
CASSIANO LUIZ IURK 00059 000367/2009
CESAR AUGUSTO RICHTER ROSS 00200 001596/2011
CESAR AUGUSTO TERRA 00006 000024/2001
00069 001513/2009
CHRISTIAN DA SILVA BORTOLOTTO 00014 000388/2004
CICERO BRAZ PORTUGAL 00013 001470/2003
CLAUDIA GRAMOWSKI 00026 001058/2006
CLAUDIA STIVAL 00018 001297/2004
CLAUDINEI BELAFRONTE 00086 002433/2009
CLAUDIOMIRO PRIOR 00066 001340/2009
CLEVERSON GOMES DA SILVA 00066 001340/2009
CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO 00155 000532/2011
CRISLAYNE MARIA LIMA AMARAL NOGUEIRA CAV 00076 001856/2009
CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES 00126 002233/2010
CRISTIANE VANESSA TONETTI MALATESTA 00049 001126/2008
CRISTIANO RICARDO WULFF 00202 001607/2011
CÉSAR AUGUSTO PRESTES NOGUEIRA MORAES 00048 000944/2008
CÉSAR AUGUSTO TERRA 00039 001172/2007
CÉSAR AUGUSTO VOLTOLINI 00202 001607/2011
DANIELE DE BONA 00022 000163/2006
00030 000334/2007
DANIELE L. GEARA 00002 000375/1997
DANIELE PIMENTEL DOS SANTOS 00096 000835/2010
DANIEL HACHEM 00012 001450/2003
00097 000874/2010
00152 000513/2011
00153 000515/2011
DANIELLE TEDESKO 00170 000945/2011
DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO 00053 001709/2008
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR 00057 000134/2009
00128 002311/2010
DIANA MARIA EMILIO 00033 000542/2007
DIEGO MARTINS CASPARY 00115 001566/2010
00156 000559/2011
DIRCEU AUGUSTINHO ZANLORENZI 00025 000770/2006
DIRCE YUKARI SUGUI A. DA SILVEIRA 00085 002412/2009
DJANIR PEDRO PALMEIRA 00047 000773/2008
DOUGLAS FAGNER ANDREATTA RAMOS 00113 001438/2010
DOVIGLIO FURLAN NETO 00136 000203/2011
EDUARDO BASTOS DE BARROS 00085 002412/2009
EDUARDO BIACCHI GOMES 00035 000790/2007
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 00071 001576/2009
00088 000064/2010
00093 000632/2010
EDUARDO MALUCELLI 00037 000860/2007
EDUARDO THIESEN DA SILVEIRA 00128 002311/2010
00138 000212/2011
ELISA GEHLEN P. DE BARROS DE CARVALHO 00026 001058/2006
ELIZEU MACIEL 00011 001181/2003

ELIZIANE C. MALUF MARTINS 00143 000335/2011
ELOI GONÇALVES DE SOUZA JUNIOR 00107 001226/2010
EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA 00077 001954/2009
ENILDO DEL PINO 00001 000517/1994
ERIKA HIKISHIMA FRAGA 00127 002271/2010
ERNANI TEIXEIRA DO SANTOS 00028 000149/2007
ESTEVÃO RUCHINSKI 00061 000691/2009
EUSTAQUIO REIS DE MENDONCA 00119 001843/2010
EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS 00032 000526/2007
00034 000605/2007
00042 001430/2007
00107 001226/2010
00133 000071/2011
EVARISTO ARAGÃO SANTOS 00070 001544/2009
FABIO BISKER 00087 000038/2010
FABIOLA PAVONI JOSE PEDRO 00035 000790/2007
FABIO PACHECO GUEDES 00010 000978/2003
FABIO REIMANN 00006 000024/2001
FABIO ZANON SIMÃO 00014 000388/2004
FABRICIO KAVA 00070 001544/2009
FABRICIO KIRCHNER CAOBIANCO 00082 002248/2009
FABRICIO VERDOLIM DE CARVALHO 00166 000874/2011
FELIPE TURNES FERRARINI 00139 000250/2011
FERNANDA FORTUNATO MAFRA P. E SILVA 00041 001297/2007
FERNANDO ANTONIO MOURA F. SILVA 00009 001298/2002
FERNANDO ESTEVÃO DENEKA 00025 000770/2006
FERNANDO JOSE GASPAR 00101 000982/2010
FERNANDO ZENATO NEGRELE 00098 000904/2010
FILIPE ALVES DA MOTA 00096 000835/2010
FLAVIO VIEIRA 00011 001181/2003
FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR 00026 001058/2006
FRANCISCO BRAZ NETO 00122 001953/2010
GABRIEL ANTONIO HENKE N. DE L. Fº 00015 000548/2004
GABRIELA THIESEN DA SILVEIRA SOUZA 00138 000212/2011
GEISON MELZER CHINCOSKI 00099 000924/2010
GENNARO CANNAVACCIUOLO 00194 001577/2011
GEORGE LIPPERT NETO 00010 000978/2003
GERARD KAGHTAZIAN JR 00112 001430/2010
GILBERTO MUNHOZ SCHWARTZ 00064 001281/2009
GILBERTO STINGLIN LOTH 00006 000024/2001
00039 001172/2007
GIULIO ALVARENGA REALE 00095 000760/2010
GUILHERME BRENNER LUCCHESI 00141 000285/2011
GUILHERME DE SALLES GONÇALVES 00106 001217/2010
GUILHERME LUIZ SANDRI 00035 000790/2007
GUSTAVO MUNHOZ 00169 000911/2011
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 00068 001496/2009
00118 001832/2010
HAMILTON SCHMIDT COSTA FILHO 00025 000770/2006
HEITOR WOLFF JUNIOR 00018 001297/2004
HELLYNGTON KENJI SATO 00040 001256/2007
HENELORE MORBIS OZÓRIO 00036 000835/2007
HENRIQUE DA SILVA DUARTE 00048 000944/2008
HERICK PAVIN 00079 002062/2009
HERNANI NOGUEIRA ZAINA NETO 00002 000375/1997
IGOR DA SILVA SCHMEISKE 00092 000451/2010
IGOR ROBERTO MATTOS DOS ANJOS 00194 001577/2011
IRINEU GALESKI JUNIOR 00038 001166/2007
ISABELA QUELHAS MOREIRA (CUR-ESPEC) 00027 001388/2006
ISABELLA SANTIAGO DE JESUS 00020 000923/2005
IVAIR JUNGLOS 00009 001298/2002
IVAN KRUGER 00104 001009/2010
IVO DYNIEWICZ 00025 000770/2006
JAIR MOSCARDINI 00074 001814/2009
JANAINA GIOZZA ÁVILA 00068 001496/2009
00118 001832/2010
JEAN CARLOS CAMOZATO 00201 001603/2011
JEFERSON DE AMORIN 00138 000212/2011
JEFFERSON JOSUÉ FERREIRA FORMAGGIO FILHO 00080 002098/2009
JEFFERSON OSCAR HECKE 00014 000388/2004
JOANES EVERALDO DE SOUSA 00066 001340/2009
JOAO ANTONIO CARRANO MARQUES 00167 000885/2011
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO 00039 001172/2007
JOAQUIM JOSÉ PEREIRA FILHO 00201 001603/2011
JOCELINO ALVES DE FREITAS 00003 001121/1997
JOCLER JEFERSON PROCÓPIO 00002 000375/1997
JOEL KRAVTCHENKO 00167 000885/2011
JONAS BORGES 00056 001914/2008
JOÃO APARECIDO VENÂNCIO 00069 001513/2009
JOÃO CARLOS FLOR JUNIOR 00009 001298/2002
JOÃO LEONEL ANTOCHESKI 00029 000192/2007
JOÃO LEONELHO GABARDO FILHO 00006 000024/2001
JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE 00046 000223/2008
JOSÉ CARLOS SKRZYSKOWSKI JÚNIOR 00078 001970/2009
00123 001985/2010
JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR 00053 001709/2008
JOSÉ CUNHA GARCIA 00169 000911/2011
JOSÉ DE CASTRO ALVES FERREIRA 00080 002098/2009
JOSÉ DIAS DE SOUZA JUNIOR 00160 000663/2011
00187 001430/2011
00199 001595/2011
JOSE CORREA FERREIRA 00019 000512/2005
JOSE DINIZ NETO 00019 000512/2005
JOSE DO CARMO BADARO 00174 001086/2011
JOSE JORGE TOBIAS SANTANA 00004 001130/1998
JOSE MAURICIO LUNA DOS ANJOS 00002 000375/1997
JOSE MELQUIADES DA ROCHA 00014 000388/2004
JOSE ROBERTO DUTRA HAGEBOCK 00074 001814/2009
JOSÉ FRANCISCO CUNICO BACH 00001 000517/1994
JOYCE MAUS MISCHUR 00017 000724/2004
00019 000512/2005
JULIANE TOLEDO DOS SANTOS ROSSA 00101 000982/2010
00102 000994/2010
JULIANE TOLEDO ROSSA 00161 000676/2011
00203 001648/2011
JULIANE TOLEDO S. ROSSA 00184 001276/2011
JULIAN HENRIQUE DIAS RODRIGUES 00121 001872/2010
JULIO BARBOSA LEMES FILHO 00024 000610/2006
JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS 00067 001474/2009
00117 001591/2010
00176 001172/2011
JURANDYR PEREIRA MARCONDES JÚNIOR 00048 000944/2008
KAREN YUMI KIMURA 00200 001596/2011
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00079 002062/2009
00108 001342/2010
00113 001438/2010
00142 000287/2011
KARLO MESSA VETTORAZZI 00186 001419/2011
KLAUS SCHNITZLER 00022 000163/2006
00101 000982/2010
LEANDRO LUIZ ZANGARI 00140 000278/2011
LEDO MARIO SLONGO 00150 000440/2011
ÁLIDA MARIANA VAN DER LAARS 00018 001297/2004
LIDIANA VAZ RIBOVSKI 00118 001832/2010
LINCOLN TAYLOR FERREIRA 00008 000954/2002
LIZETE RODRIGUES FEITOSA 00036 000835/2007
LIZEU NORA RIBEIRO 00026 001058/2006
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS 00049 001126/2008
LUCAS AMARAL DASSAN 00057 000134/2009
LUCAS ZUCOLI YAMAMOTO 00169 000911/2011
LUCIANE GOULIN DE LAZZARI 00146 000420/2011
LUCIANO CASTELLANO 00191 001562/2011
LUCIANO HINZ MARAN 00040 001256/2007
LUCIMARA PEREIRA DA SILVA 00053 001709/2008
LUIS OSCAR SIX BOTTON 00032 000526/2007
00163 000757/2011
LUIZ ALFREDO RODRIGUES FARIAS JR. 00044 001804/2007
LUIZ ANTONIO GOMES ARAUJO 00034 000605/2007
LUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES 00024 000610/2006
LUIZ EDUARDO LIMA BASSI 00175 001156/2011
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00011 001181/2003
00103 001000/2010
00198 001587/2011
LUIZ FERNANDO PEREIRA 00013 001470/2003
00020 000923/2005
LUIZ MARLO DE BARROS SILVA 00109 001381/2010
LUIZ PEREIRA DA SILVA 00193 001573/2011
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 00034 000605/2007
00042 001430/2007
LUIZ SALVADOR 00093 000632/2010
LU S CARLOS BARRETO 00009 001298/2002
LUÍS FELIPE ZAFANELI CUBAS 00182 001241/2011
MANOELA LAUTERT CARON 00178 001189/2011
MARCELO AUGUSTO ANGIOLETTI 00054 001839/2008
MARCELO DE BORTOLO 00061 000691/2009
MARCELO JORGE CALDERADO DA SILVA TRAVASS 00086 002433/2009
MARCELO MAZUR 00166 000874/2011
MARCIA MALLMANN LIPPERTIN 00010 000978/2003
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00071 001576/2009
00088 000064/2010
00093 000632/2010
00159 000618/2011
MARCIO NICOLAU DUMAS 00076 001856/2009
MARCIO RIBEIRO PIRES 00083 002361/2009
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 00055 001862/2008
00067 001474/2009
MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA 00007 001438/2001
MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA BOMFIM 00130 002380/2010
MARCOS AUGUSTO MALUCELLI 00037 000860/2007
MARCUS AURÉLIO LIOGI 00193 001573/2011
MARCUS VINICIUS BOAÇALHE 00078 001970/2009
MARIA ADRIANA PEREIRA 00061 000691/2009
MARIA ALICE CARNEIRO DE FIGUEIREDO 00041 001297/2007
MARIA AMÉLIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA 00049 001126/2008
MARIA FERNANDA DA SILVA MARTINS 00061 000691/2009
MARIA HELENA NAMUR 00042 001430/2007
MARIANA CARNEIRO GIANDON 00044 001804/2007
MARIANA FERNANDA FERRI 00179 001221/2011
MARIANE CARDOSO MACAREVICH 00091 000407/2010
00173 001039/2011
00183 001248/2011
MARILI R. TABORDA 00171 000950/2011
MARISA CESCATTO BOBROFF 00169 000911/2011
MARLUS JORGE DOMINGOS 00063 001099/2009
MAURICIO ALCÂNTARA DA SILVA 00126 002233/2010
00185 001302/2011
MAURO BORGES DA SILVA 00017 000724/2004
00019 000512/2005
MAURO SERGIO GUEDES NASTARI 00057 000134/2009
00060 000484/2009
00097 000874/2010
00125 002166/2010
00177 001183/2011
MAURO SHIGUEMITSU YAMAMOTO 00169 000911/2011
MELINA BRECKENFELD RECK 00027 001388/2006
MICHELE SCHUSTER NEUMANN 00088 000064/2010
MICHELLE SCHUSTER NEUMANN 00065 001329/2009
00084 002401/2009

MICHELLI SAYURI MURAKAMI 00076 001856/2009
MICHELLY CRISTINA ALVES NOGUEIRA TALLEVI 00043 001796/2007
MIEKO ITO 00050 001368/2008
00127 002271/2010
MURILO CELSO FERRI 00077 001954/2009
00189 001554/2011
NEIL DOUGLAS FRANCISCO CHAGAS 00150 000440/2011
NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR 00145 000412/2011
NELSON PASCHOALOTTO 00058 000262/2009
00081 002228/2009
00162 000745/2011
NELSON SCARPIM JUNIOR 00003 001121/1997
00025 000770/2006
NELSON WALTER DA SILVA 00033 000542/2007
NEUSA MARIA GARANTESKI 00008 000954/2002
NEY LUIZ PEREIRA 00149 000437/2011
NEY ROLIM DE ALENCAR FILHO 00124 002107/2010
NINAGIN P. DALLAGNOL MACHADO 00090 000387/2010
NORBERTO TARGINO DA SILVA 00051 001449/2008
OLINTO ROBERTO TERRA 00042 001430/2007
OSCAR FLEISCHFRESSER 00037 000860/2007
OSEI BARANIUK 00016 000708/2004
PALOMA NUNES GIMENEZ 00074 001814/2009
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 00094 000664/2010
00100 000962/2010
PATRICIA VIVIANE MOREIRA GIANDON 00044 001804/2007
PAULO A. ZAINA 00002 000375/1997
PAULO CESAR BULOTAS 00046 000223/2008
00154 000521/2011
PAULO ROBERTO CASTAGNOLI 00055 001862/2008
PAULO ROBERTO GOMES 00049 001126/2008
PAULO SERGIO WINCKLER 00089 000092/2010
PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JR 00008 000954/2002
PEDRO CARNEIRO LOBO JÚNIOR 00001 000517/1994
PEDRO PAULO PAMPLONA 00044 001804/2007
PEDRO TORELLY BASTOS 00090 000387/2010
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 00065 001329/2009
00094 000664/2010
00100 000962/2010
PLINIO LUIZ BONANÇA 00025 000770/2006
PRISCILA GONÇALVES GABASA PEREZ 00116 001587/2010
RAFAELA FILGUEIRA 00170 000945/2011
RAFAEL BAGGIO BERBICZ 00036 000835/2007
RAFAEL DA SILVA GOMES 00179 001221/2011
RAFAEL DE LIMA FELCAR 00067 001474/2009
00117 001591/2010
RAFAEL DOS SANTOS KIRCHHOFF 00150 000440/2011
RAFAEL OLIVEIRA DE CARVALHO 00073 001714/2009
RAMONN BALDINO GARCIA 00188 001551/2011
REGES JOSÉ REIMANN 00006 000024/2001
REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM 00097 000874/2010
REINALDO JOSÉ ANDREATTA 00021 001107/2005
REINALDO MIRICO ARONIS 00190 001555/2011
RICARDO ANTONIO BALESTRA 00026 001058/2006
RICARDO CALDERON 00087 000038/2010
RICARDO DE LUCCA MECKING 00180 001230/2011
RICARDO FEITOZA VAZZOLER 00134 000125/2011
RICARDO FRANCISCO RUANI 00119 001843/2010
ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA 00050 001368/2008
ROBERLEI ALDO QUEIROZ 00111 001413/2010
ROBERSON LAERT DE SOUZA 00200 001596/2011
ROBSON FARI NASSIN 00104 001009/2010
ROBSON SAKAI GARCIA 00192 001568/2011
00195 001579/2011
00196 001581/2011
00197 001585/2011
RODOLFFO GARDINI FAGUNDES 00054 001839/2008
RODRIGO CADEMARTORI LISE 00095 000760/2010
RODRIGO CALIZARIO DE CARVALHO PACHECO 00026 001058/2006
RODRIGO DOS PASSOS VIVIANI 00120 001849/2010
RODRIGO FONTANA FRANÇA 00147 000428/2011
ROMARA COSTA BORGES DA SILVA 00045 000014/2008
ROMERO SANTOS LIMA JR. 00001 000517/1994
ROSALVA ROSSANE MENEGHINI 00048 000944/2008
ROSA MARIA DOS SANTOS MANERICK 00158 000611/2011
ROSANA BENENCASE 00117 001591/2010
ROSANA LESSA PEIXOTO 00165 000813/2011
RUBEN MADINI 00043 001796/2007
RUBIO DANILO BRITO DOS ANJOS 00007 001438/2001
SAMIR NAOUAF HALABI 00042 001430/2007
SARA FRACARO 00047 000773/2008
SEBASTIAO MARIA MARTINS NETO 00082 002248/2009
SERGIO HENRIQUE BALARINI TREVISANO 00019 000512/2005
SERGIO SCHULZE 00168 000887/2011
SHEYLA DAROLT BOLSI DOS SANTOS 00164 000807/2011
SIDNEY MARCOS MIRANDA 00071 001576/2009
SILVANA APARECIDA CEZAR PONTE 00075 001820/2009
SILVANA ELEUTÉRIO RIBEIRO 00063 001099/2009
SILVANA TORMEM 00051 001449/2008
SILVIA RIBEIRO 00021 001107/2005
SILVIO BRAMBILA 00132 000070/2011
SOLANGE TAKAHASHI MATSUKA 00105 001215/2010
SUZANA TIMM ARF 00044 001804/2007
TARCISIO ARAUJO KROETZ 00061 000691/2009
TATIANA VALESCA VROBLEWSKI 00023 000441/2006
TATYANE P. PORTES LANTIER 00137 000209/2011
THIAGO TEIXEIRA DA SILVA 00113 001438/2010
ULISES CABRAL BISPO FERREIRA 00036 000835/2007
VALDEMAR ANDREATTA 00021 001107/2005
VALDEMAR MORÁS 00039 001172/2007
VALDEMIR ANSELMO PONTES 00003 001121/1997
VALÉRIA CARAMURU CICARELLI 00099 000924/2010
VANDA LUCIA TAVARES DE BARROS 00024 000610/2006
VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA 00030 000334/2007
00101 000982/2010
VANIA DE FATIMA CESAR LUIZ CARTA 00075 001820/2009
VERÔNICA DIAS 00068 001496/2009
00151 000451/2011
VINICIUS GONÇALVES 00102 000994/2010
VIVIANE DE SENA RIBEIRO 00087 000038/2010
VIVIANE ROHN DE OLIVEIRA SANTOS 00107 001226/2010
WALMOR ALBERTO STREBE JUNIOR 00202 001607/2011
WALTER JOSÉ DE FONTES 00103 001000/2010
WILMAR ALVINO DA SILVA 00104 001009/2010
YARA ALEXANDRA DIAS CHRISTÓFOLLI 00148 000431/2011

1. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 517/1994-LINDACIR DRANKA BACH e outros x CARLOS ALBERTO BUENO DE FREITAS e outros - 2. Conforme deliberado anteriormente (fis]Oi0/1011L determino a transferência do valor bleaueado os ik 949| 951 (R$ 4.96, R$ 10.396,33. R$ 4.063,59 e R$ 279,31L oara conta vinculada a este Juízo, lavrando- se o corresoondente termo de eenhora. 3. Em seguida, intime-se o executado, na oessoa de seu advogado, através do diário oficial acerca da penhora efetivada, na forma do §1° do artigo 475-J do CPC. Advs. JOSÉ FRANCISCO CUNICO BACH, ENILDO DEL PINO, ROMERO SANTOS LIMA JR. e PEDRO CARNEIRO LOBO JÚNIOR.
2. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 375/1997-METALURGICA GLATHA ANGERS LTDA. x MULLER INDUSSSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA. - Int. o autor para recolher custas no valor de R$ 970,80. Advs. AMADEU LUIZ DE MIO GEARA, PAULO A. ZAINA, DANIELE L. GEARA, HERNANI NOGUEIRA ZAINA NETO, CARLOS EDRIEL POLZIN, ANDREA CORDEIRO DOS SANTOS, JOSE MAURICIO LUNA DOS ANJOS e JOCLER JEFERSON PROCÓPIO.
3. INVENTÁRIO - 1121/1997-DELIA DUTRA x ANTONIO JOSE DA SILVA - 1. As expensas dos herdeiros (f. 512), encaminhem-se os autos ao Contador para informar se existem custas pendentes, sem prejuízo à cobrança das relativas as copias que instruirão o formal de partilha (f. 510, verso). 2. Apuradas as custas, int. os herdeiros para efetuar o recolhimento. 3. Após, cumpra-se o item 3 do despacho de f. 510: "Assim, cumpra-se o determinado no despacho de f. 506, item 1" Aguarda preparo das custas da Contadoria Judicial no prazo legal. Valor: R$ 10,08 - a ser recolhido em favor daquela Unidade Arrecadadora. Advs. NELSON SCARPIM JUNIOR, VALDEMIR ANSELMO PONTES e JOCELINO ALVES DE FREITAS.
4. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1130/1998-PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A x PETROTERRA - TERRA ROXA DISTRIBUIDORA DE DIESEL e outros - A omissão. Não existiu. O despacho está claro: " Reservo-ine, se houver pedido e a depender da oposição que possa enfrentar o credor, a reavaliar a verba honorária incidentalniente, a cada episódio." O embargante quer, na verdade, alterar a decisão, via embargos de declaração, para adequá-la à sua tese ou entendimento. Se a parte entende que a decisão não aplicou corretamente o direito, ou não deu aos fatos a valoração correta, está a cogitar, em tese, de error in judicando ou in procedendo, respectivamente, vicios passivels de correção em recurso com eleito integrativo, não em embargos de declaração. Rejeito os presentes embargos porque não há na decisão hostilizada (f. 195) qualquer omissão apta a ensejar correção via embargos de declaração. Advs. ADONIS GALILEU DOS SANTOS e JOSE JORGE TOBIAS SANTANA.
5. MONITORIA - 537/2000-COSTA & ICHIKAWA LTDA x OLAIR HERCILIO LENZ - Aguarda manifestação sobre as informações juntadas aos autos (respostas aos ofícios expedidos), no prazo legal. Advs. ALESSANDRO BETTEGA ALMEIDA e ADRIANO ANTONIO BERTOLIN.
6. IMISSÃO DE POSSE - 24/2001-BANCO ITAÚ S/A x AFONSO CELSO REBELO BAPTISTA e outro - [...] 3. Em vista do exposto: 3.1) julgo extinto, sem resolução do mérito, nos moldes do art. 267, VI, do Código de Processo Civil, os pedidos formulados ação nulidade de cláusulas contratuais c/c revisão das prestações mensais e saldo devedor, autos n° 357/2000. Condeno os autores ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), o que faço com fulcro no art. 20, §4°, do Código de Processo Civil, pelo comparecimento em audiência, complexidade do feito e pelo tempo de duração do processo. 3.2) julgo procedentes os pedidos formulados na ação de imissão de posse, autos n° 24/2001, com supedâneo no art. 269, I, do Código de Processo Civil, a fim de conceder na liminar postulada na exordial. Intimem-se os réus para, independentemente do trânsito em julgado, desocuparem o imóvel voluntariamente em dez dias, expedindo-se o mandando competente no caso de inércia. Condeno os réus ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), o que faço com fulcro no art. 20, §4°, do Código de Processo Civil, pelo comparecimento em audiência, complexidade do feito e pelo tempo de duração do processo. 3.3) julgo procedentes os pedidos formulados na ação ordinária, autos n° 26/2001, e condeno os réus ao pagamento de indenização por perdas e danos pela ocupação da coisa, a ser apurada em liquidação de sentença por arbitramento, iniciando-se na data em que a posse passou a ser precária, isto é, 27072001, até a data da efetiva desocupação, bem como ao pagamento do IPTU contado da data da ocupação do imóvel até sua desocupação, caso não tenha sido pago. Condeno os réus ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$1.000,00 (mil reais), o que faço com fulcro no art. 20, §4", do Código de Processo Civil, pelo comparecimento em audiência, complexidade do feito e pelo tempo de duração do processo. Traslade-se cópia desta sentença para os autos n° 24/2001 e 26/2001. Advs. GILBERTO STINGLIN LOTH, CESAR AUGUSTO

TERRA, JOÃO LEONELHO GABARDO FILHO, REGES JOSÉ REIMANN e FABIO REIMANN.
7. MONITORIA - 1438/2001-EDUARDO LINO BUENO FAGUNDES x ROBERTO MAIA - Aguarda o preparo de custas/atos processuais. - OBSERVAÇÃO: Cada verba a seguir discriminada deverá ser recolhida à Serventia correspondente, denominada, no caso como UNIDADE ARRECADADORA, conforme segue: R$ 965,11 (escrivão), R$ 191,50 (oficial de justiça). Advs. RUBIO DANILO BRITO DOS ANJOS e MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA.
8. RESCISÃO CONTRATUAL - 954/2002-GLORIA BUBA x ECORA S/A EMPRESA DE CONST.E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS e outros - Pedidos de certidão devem ser encaminhados diretamento a serventia, atraves da impressão de guia e pagamento de custas. O processo está suspenso (f. 437); aguarde-se. Advs. NEUSA MARIA GARANTESKI, LINCOLN TAYLOR FERREIRA e PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JR.
9. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1298/2002-ANA MARIA DE OLIVEIRA PINTO x FEDERAL SEGUROS S/A - Mais uma vez equivoca-se o procurador da exeqüente. A ordem de bloqueio é efetivamente dirigida a todas as instituições financeiras. O que se observa do detalhamento da ordem judicial é somente na instituição ali indicada é que a executada tem conta, mas com saldo insuficiente para eventual bloqueio. Outrossim, reconsideração de despacho se faz em sede de juízo de retratação, quando interposto o competente recurso. Não é o caso dos autos, porque não há notícia de agravo. Dê andamento ao feito, em mais cinco dias. Advs. IVAIR JUNGLOS, FERNANDO ANTONIO MOURA F. SILVA, LU S CARLOS BARRETO, ANTONIO CARLOS BONET e JOÃO CARLOS FLOR JUNIOR.
10. ORD. DE OBRIGAÇÃO DE N/FAZER - 978/2003-MICROSOFT CORPORATION x MOOSMAYER EQUIPAMENTOS MADEIREIROS LTDA. - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas de fls. 411, no valor de R$ 134,95 (escrivão). Advs. GEORGE LIPPERT NETO, MARCIA MALLMANN LIPPERTIN e FABIO PACHECO GUEDES.
11. ORDINARIA - 1181/2003-EDNALVA AVILA LINDOSO x BANCO ABN AMRO REAL S/A - Aguarda manifestação sobre as informações juntadas aos autos (respostas aos ofícios expedidos), no prazo legal. Advs. ELIZEU MACIEL, FLAVIO VIEIRA e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.
12. PRESTACAO DE CONTAS - 1450/2003-DFP REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. x BANCO BRADESCO S/A - Os presentes autos foram devolvidos de carga sem qualquer manifestação da parte autora, inclusive quanto a comprovação de pagamento dos honorarios periciais. Advs. CARLOS BAYESTORFF JÚNIOR e DANIEL HACHEM.
13. INDENIZAÇÃO - 1470/2003-CARLOS WERLANG LEBELEIN x ESQUEMA INTERNACIONAL CURSOS E EVENTOS LTDA. - Como já ponderado no despacho de f. 704, penhora de faturamento é medida que se adota depois de esgotadas todas as possibilidades de satisfazer o crédito por outro meio. Demonstre o exeqüente quais as diligências que efetivamente fez na tentativa de encontrar bens da executada - vg. Detran e ofícios imobiliários, que independem da intervencão judicial. Advs. CICERO BRAZ PORTUGAL, AMANDA DE LIMA GODOI, BRUNO BRAGA BETTEGA e LUIZ FERNANDO PEREIRA.
14. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 388/2004-CONDOMINIO DO EDIFICIO PLAZA BARIGUI x ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALMEIDA e outro - Antes de apreciar os pedidos de fs. 929/930, manifeste-se o credor, em cinco dias, sobre o contido as fs. 924/925. Advs. JOSE MELQUIADES DA ROCHA, JEFFERSON OSCAR HECKE, CHRISTIAN DA SILVA BORTOLOTTO, FABIO ZANON SIMÃO e BERENICE DA APARECIDA GOMES RIBEIRO.
15. DEPÓSITO - 548/2004-SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/ C LTDA. x MARIO MESSAGI JUNIOR - Int, como requerido (f. 367). Cumpra-se (f. 323). À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de mandado, no valor de R$ 49,50. Advs. GABRIEL ANTONIO HENKE N. DE L. Fº, ALMIR KUTNE e ANNE MARIE KUTNE.
16. REPARAÇAO DE DANOS(Proc.Ord.) - 708/2004-LUIS ANTONIO TELLES x HANNOVER INTERNACIONAL SEGUROS S/A e outro - 1. O "bloqueio" de ativos pedido de bloqueio é ordenado manual e pessoalmente pelo juiz em cada processo, um a um, individualmente. 2. Deverá estar convenientemente instruído e informar, em uma única peca: 2.a. O valor total líquido a ser indisponibilizado, com as verbas que o integram decompostas, contendo destacadamente seus acréscimos, como, v.g., atualização, eventual multa (CPC, art. 475-J), verba honorária, custas do processo, Funrejus e outras despesas, 2.b. Idem, quanto a abatimento por conta de valores eventualmente pagos ou extirpados se se tratar de reforço de penhora. 2.b. A indicação do número de inscrição no cadastro de contribuintes do credor, do devedor, que deverão estar assim claramente designados. 2.c. Na hipótese de futura transferência de valores (quando efetivamente disponibilizados ao credor), é imprescindível a informação do numero do CNPJ da instituição financeira para a qual a transferência deverá, se o requerer expressamente o credor no momento oportuno, ser direcionada. 3. Informando, anoto: 3.a. A ordem de bloqueio incide uma única vez sobre ativos financeiros de que o devedor é titular em todas as instituições integrantes do sistema financeiro nacional. Vale dizer, a determinação não é repetida na busca de valores que eventualmente sejam aportados nas mesmas contas. Assim: 3.b. Quando os autos retornarem para detalhamento da execução da ordem de bloqueio, por ocasião do mesmo primeiro pedido, poderá o credor requerer a reiteração dela, na hipótese de nenhum valor ser encontrado evitando-se, assim nova manifestação da parte neste sentido." 4. Prazo de 05 dias. Comunique-se o credor pelo meio mais expedito, sem prejuizo da intimação regular, mas procedendo-a. Adv. OSEI BARANIUK.
17. ALVARÁ JUDICIAL - 724/2004-NELCI ZANOLLI - Aguarda preparo das custas da Contadoria Judicial no prazo legal. Valor: R$ 10,08 - a ser recolhido em favor daquela Unidade Arrecadadora. Advs. ALTAMIR ALVES DOS ANJOS, MAURO BORGES DA SILVA e JOYCE MAUS MISCHUR.
18. COBRANÇA - 1297/2004-PROCLIN - PROTEÇÃO CL NICA NAÇÃO LTDA. x ASSOC.DOS APOSENTADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO P - Aguarda preparo das custas da Contadoria Judicial no prazo legal. Valor: R$ 10,08 - a ser recolhido em favor daquela Unidade Arrecadadora. Advs. HEITOR WOLFF JUNIOR, ÁLIDA MARIANA VAN DER LAARS, CLAUDIA STIVAL e AIRTON PEDRO DOS SANTOS.
19. ALVARÁ JUDICIAL - 512/2005-NELCI ZANOLLI - Aguarda preparo das custas da Contadoria Judicial no prazo legal. Valor: R$ 10,08 - a ser recolhido em favor daquela Unidade Arrecadadora. Advs. JOSE CORREA FERREIRA, ALTAMIR ALVES DOS ANJOS, MAURO BORGES DA SILVA, JOYCE MAUS MISCHUR, SERGIO HENRIQUE BALARINI TREVISANO e JOSE DINIZ NETO.
20. SUMÁRIA DE REVISÃO CONTRATUAL - 0000589-95.2005.8.16.0001-VANDERLEI DANTAS DA SILVEIRA x ABACO PARTICIPAÇÕES LTDA. - A conta e preparo. Aguarda preparo das custas da Contadoria Judicial no prazo legal. Valor: R$ 10,08 - a ser recolhido em favor daquela Unidade Arrecadadora. Advs. CARLOS EDUARDO DA SILVA FERREIRA, LUIZ FERNANDO PEREIRA e ISABELLA SANTIAGO DE JESUS.
21. REPARAÇAO DE DANOS(Proc.Sum.) - 1107/2005-LUIZ CARLOS ANTUNES MADUREIRA x WILSOM JOSE DOS ANJOS - Face o contido na petição de fls. 136/137, expeça-se carta precatoria para a citação do reu. A requerente para apresentar fotocopias das fls. 2/12, 133, 134, 136/138 (02 copias). Advs. REINALDO JOSÉ ANDREATTA, SILVIA RIBEIRO e VALDEMAR ANDREATTA.
22. AÇÃO DE DEPÓSITO - 163/2006-BANCO FIAT S/A x JAIR BATISTA DE SOUZA - Aguarda manifestação das partes acerca da devolução da carta de citação de fs. 122. Advs. DANIELE DE BONA e KLAUS SCHNITZLER.
23. DEPÓSITO - 441/2006-UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A x JULIO CESAR OLIVEIRA SILVEIRA - Antecipadas as custas, expeçam-se cartas de citação, conforme pleiteados a fl. 143. Advs. TATIANA VALESCA VROBLEWSKI e ALINE BORGES LEAL.
24. REVISÃO DE CONTRATO - 610/2006-ANDRAUS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA x BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A - Junte nos autos. Como pede: expeça-se outro alvará e inutilize-se o desevolvido. Ciência a parte requerida da expedição e disponibilização do Alvará Judicial junto a instituição financeira.Advs. LUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES, JULIO BARBOSA LEMES FILHO e VANDA LUCIA TAVARES DE BARROS.
25. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 770/2006-GERNOT SCHCKER e outros x OUROFACTO TITULOS E CAMBIAIS LTDA e outros - Faça-se vir aos autos documento atualizado indicando o registro dos veiculos indicados as fs. 692/694 em nome da executada. Advs. NELSON SCARPIM JUNIOR, ARIEL VENTURA DE ANDRADE, HAMILTON SCHMIDT COSTA FILHO, IVO DYNIEWICZ, PLINIO LUIZ BONANÇA, DIRCEU AUGUSTINHO ZANLORENZI, FERNANDO ESTEVÃO DENEKA e PLINIO LUIZ BONANÇA.
26. REVISÃO DE CONTRATO - 1058/2006-JOSE MARIA MAGALHÃES SILVA x ITAUCARD FINANCEIRA S/A - CRÉD. FINANC. E INVEST. - Aguarda manifestação das partes acerca da proposta de honorarios periciais, no valor de R$ 2.350,00. Advs. RICARDO ANTONIO BALESTRA, LIZEU NORA RIBEIRO, RODRIGO CALIZARIO DE CARVALHO PACHECO, FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR, ELISA GEHLEN P. DE BARROS DE CARVALHO e CLAUDIA GRAMOWSKI.
27. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 1388/2006-UNIBRASIL - COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL x IGOR DRABESKI TENÓRIO - Oficie-se a Receita Federal, como requerido (f. 178). À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de oficio, no valor de R$ 9,40. Advs. MELINA BRECKENFELD RECK e ISABELA QUELHAS MOREIRA (CUR-ESPEC).
28. OBRIGAÇAO DE FAZER - 149/2007-LINEU COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA x BANCO PANAMERICANO S/A - Face o contido na petição de fl. 182, anote-se. Intime-se a parte ré para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua representação processual. Intime-se a parte autora, credora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe sobre a satisfação de seu credito. Advs. ERNANI TEIXEIRA DO SANTOS e ADRIANO MUNIZ REBELLO.
29. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REPETIÇÃ - 192/2007-ITO JOEL BARCELOS x BANCO FORD S/A - A liquidação da sentença não necessita de arbitramento; podera ser por simples calculo (CPC, art. 475-B). Formulem as partes, em cinco dias, seus requerimentos tendentes a dar o necessário impulso ao processo. Advs. ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO e JOÃO LEONEL ANTOCHESKI.
30. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - 334/2007-BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x LUIZ CARLOS DOS PASSOS FILHO - Int. o autor acerca da devolução da carta de citação. Advs. DANIELE DE BONA, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA e BLAS GOMM FILHO.
31. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 336/2007-SHELL BRASIL LTDA. x JURANDIR SEBASTIÃO BARION e outros - Aguarda manifestação da parte interessada acerca da devolução do alvará. Advs. AUGUSTO PASTUCH DE ALMEIDA e ALESSANDRO DULEBA.
32. AÇÃO ORDINÁRIA - 526/2007-BENEDITO PEREIRA DA SILVA e outros x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A - Ao procurador do reu para subscrever petição de f. 388, e apresentar comprovante de pagamento. Advs. ANA PAULA MARTIN ALVES DA SILVA, LUIS OSCAR SIX BOTTON e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS.
33. ALVARÁ JUDICIAL - 542/2007-SILVANA RIBEIRO e outros - Int. as partes sobre as informações prestadas (fl. 150). Advs. NELSON WALTER DA SILVA e DIANA MARIA EMILIO.
34. PROCEDIMENTO SUMARIO - 605/2007-SILA RIBEIRO DA SILVA e outro x BANCO ITAÚ S/A - Digam as partes no prazo comum de 05 dias. Advs. LUIZ ANTONIO GOMES ARAUJO, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS e LUIZ RODRIGUES WAMBIER.

35. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 790/2007-ESPÓLIO DE GLAUCO FERREIRA GUIMARÃES e outros x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO - Requisitei a transferencia dos valores bloqueados a agência do Banco do Brasil, posto que deste Forum Civel. Protocolo à frente. Oportunamente, expeça-se alvará de levantamento em favor do credor e, na sequencia, voltem para extinção (CPC, art. 794, I). Advs. GUILHERME LUIZ SANDRI, EDUARDO BIACCHI GOMES e FABIOLA PAVONI JOSE PEDRO.
36. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - 835/2007-MIGUEL OSNI DO VALE x SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS-UNIMED - 2. Face o contido na petição de fls. 216/217, intime-se, pessoalmente, o procurador da parte requerente para manifestar-se em 05 (cincol dias. Em sendo o caso, deverá informar sobre eventual abertura de inventário dos bens deixados pelo requerente e a relação dos herdeiros. Advs. HENELORE MORBIS OZÓRIO, ULISES CABRAL BISPO FERREIRA, RAFAEL BAGGIO BERBICZ e LIZETE RODRIGUES FEITOSA.
37. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 860/2007-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x VICENTE PETERS - 1. O juízo está cadastrado em vários sistemas on-line, dentre os quais, porém, não se inclui, ao menos neste momento, o apontado "RENAfLTD" (f.105). 2. De qualquer sorte, o credor tem à sua disposição providência que atingirá o fim almejado, nos termos do art. 615-A, do CPC, in verbis: "Art. 615-A. O exeqüente poderá, no ato da distribuição, obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução, com identificação das partes e valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto". 3. Feito isso, e uma vez indicada a localizacão dos veículos, poderá ser efetivada a penhora e/ou o arresto. Advs. MARCOS AUGUSTO MALUCELLI, EDUARDO MALUCELLI, OSCAR FLEISCHFRESSER e CARLA FLEISCHFRESSER.
38. AÇÃO MONITÓRIA - 1166/2007-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x MARCOS CEZAR YAMADA e outro - Intimem-se as partes para que no prazo de 05 (cinco) dias, deem andamento ao feito. Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ e IRINEU GALESKI JUNIOR.
39. AÇÃO DECLARATÓRIA - 0000281-88.2007.8.16.0001-OCTÁVIO AUGUSTO VIANNA PORTUGAL x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - As partes sobre o calculo (fs. 216). Advs. VALDEMAR MORÁS, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CÉSAR AUGUSTO TERRA e GILBERTO STINGLIN LOTH.
40. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 1256/2007-SOCIEDADE BIO-MÉDICA HOSPITALAR LTDA x TEREZA PRISCILA CROCETTI e outro - Expeça-se alvara autorizando o procurador dos credores a proceder o levantamento dos valores depositados as f. 237. Apos, arquivem-se os autos. À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de alvará, no valor de R$ 9,40. Advs. ALCEU RODRIGUES CHAVES, LUCIANO HINZ MARAN, HELLYNGTON KENJI SATO, ANDRESSA CALDAS e CANDIDO MATEUS MOREIRA BOSCARDIN.
41. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 1297/2007-ODALEA RISSATTO x BANCO ITAÚ S/A - Defiro o pedido de suspensão do feito (fl. 312), pelo prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo que alude o item anterior, as partes deverão dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias. Advs. MARIA ALICE CARNEIRO DE FIGUEIREDO, ANTONIO RUDOLFO HANAUER e FERNANDA FORTUNATO MAFRA P. E SILVA.
42. AÇÃO DE COBRANÇA - 1430/2007-AMARILDO ALVES DE MOURA e outros x BANCO ITAÚ S/A - 1. Defiro o pedido de desistência em relação a autora Carmelina Bento da Silva e excluo-a da relação processual; retifique-se a autuação e registros e comunique-se o distribuidor. 2. Diante do noticiado falecimento de Carmelina, procuradora do autor João Pereira do Paraíso, deverá ele regularizar a sua representação processual nos autos. 3. Audiência de conciliação (CPC, art. 277) em 06 DE MARÇO DE 2012, AS 17:15 HORAS, mantidas, quanto ao mais, as determinações contidas no despacho de f. 88, com o indispensável comparecimento pessoal de todos os autores. Int. o réu pelo DJE, inclusive para a apresentação de resposta no ato ora designado. Advs. OLINTO ROBERTO TERRA, ANA BEATRIZ FARIAS, MARIA HELENA NAMUR, SAMIR NAOUAF HALABI, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS e LUIZ RODRIGUES WAMBIER.
43. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - 1796/2007-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x ADELINO GONÇALVES - Contados e preparados, voltem. Aguarda preparo das custas da Contadoria Judicial no prazo legal. Valor: R$ 10,08 - a ser recolhido em favor daquela Unidade Arrecadadora. Advs. MICHELLY CRISTINA ALVES NOGUEIRA TALLEVI e RUBEN MADINI.
44. AÇÃO MONITÓRIA - 1804/2007-AROLDO JOSÉ MACHADO DA VEIGA x GUILHERME MANOEL CUNHA SMIJTINK - O documento apresentado pela parte autora (fls. 340/343) deve ser apresentado em sua via original ou copia autenticada. Feito isso, intime-se a parte ré para se manifestar em 05 (cinco) dias. Advs. LUIZ ALFREDO RODRIGUES FARIAS JR., PEDRO PAULO PAMPLONA, PATRICIA VIVIANE MOREIRA GIANDON, SUZANA TIMM ARF e MARIANA CARNEIRO GIANDON.
45. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA - 14/2008-BANCO FINASA S/A x MARIO FERREIRA DE LIMA - Manifeste-se o autor (fs. 84/86), em cinco dias. A conta e preparo. Adv. ROMARA COSTA BORGES DA SILVA.
46. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA - 223/2008-BANCO CITICARD S/A x MARCELO SCHWANKE WILLRICH - A resposta obtida pela Delegacia da Receita Federal em Curitiba ( of. n. 11326/2011), datado de 08.08.2011, encontra-se arquivadas na pasta existente nesta serventia à disposição da parte exequente para eventual verificação. Advs. JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE e PAULO CESAR BULOTAS.
47. INVENTÁRIO - 773/2008-IZABEL CRISTINA PARCHEN ZANINI x RONALDO ZANINI - Manifeste-se a inventariante (fs. 93/94), em cinco dias, informando, na ocasião, sobre a necessidade de citação de outros herdeiros. Advs. DJANIR PEDRO PALMEIRA e SARA FRACARO.
48. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 944/2008-BALAGUÉ CENTER LABORATÓRIO LTDA x LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS INGBERMAN LTDA - Antes de analisar o pedido de fls. 170/173, além do que já foi ponderado por meio do despacho de f. 159, há necessidade de prova cabal no sentido de que a empresa nāo possui mais bens suficientes para garantir a execução. Além disso, há necessidade de que os socios nao sejam apenas nominados. Devem ser qualificados, para que possam, eventualmente, integrar o pólo passivo. Ao que se pode constatar dos autos, nāo foram esgotados todos os meios para localizar bens passíveis em nome da empresa devedora. Assim, deverá a credora, em mais cinco dias, indicar o fato e a norma corresponde que autorizam a desconsideração da personalidade jurídica da devedora, juntando aos autos os atos constitutivos da empresa executada. Advs. CÉSAR AUGUSTO PRESTES NOGUEIRA MORAES, HENRIQUE DA SILVA DUARTE, JURANDYR PEREIRA MARCONDES JÚNIOR e ROSALVA ROSSANE MENEGHINI.
49. AÇÃO DE COBRANÇA (RITO ORD.) - 1126/2008-MATHEUS FRANCH x BANCO DO BRASIL S/A - Aguarde-se por mais 30 dias, como requerido (f.84). Advs. PAULO ROBERTO GOMES, ALLAN AMIN PROPST, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, CRISTIANE VANESSA TONETTI MALATESTA e MARIA AMÉLIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA.
50. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - 1368/2008-BANCO BMG S/A x CELSIUS FAHRENEIT SILVA NASCIMENTO - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas de fls. 113, no valor de R$ 48,00 (escrivão). Advs. MIEKO ITO, ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA e ANDREZA CRISTINA STONOGA.
51. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - 1449/2008-BANCO FINASA S/A x MARCIA RIBEIRO MORAIS RAMOS - A conta e preparo. A parte interessada para recolher custas no valor de R$ 12,60. Advs. NORBERTO TARGINO DA SILVA e SILVANA TORMEM.
52. ALVARÁ JUDICIAL - 1548/2008-LUCIANA PADIAL e outros - Intime-se por mandado, como requerido pelo Ministério Publico (f. 64) Antes, porem, int. para fornecer o endereço completo e atualizado da autora porque a carta voltou com anotação "mudou-se" (fl.61). Adv. ADRIANA WENK.
53. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 1709/2008-BANCO ITAÚCARD S/A x IVETE DO CARMO CONTTE - 2. Ressalvado o direito dos funcionários e Serventuários da Justiça de haver seus créditos pela via processual adequada, a teor do que dispõe o artigo 585, inciso Vi do Código de Processo Civil, determino o arquivamento dos presentes autos. 3. ¯açam-se as baixas e comunicações necessanas. A parte interessada para efetuar o pagamento das custas de fs. 165. Valor total de R $ 320,95.Advs. JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR, DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO e LUCIMARA PEREIRA DA SILVA.
54. ORDINARIA - 1839/2008-ERNESTO ALBERTO JAEHNERT e outros x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO - Intime-se a parte exequente para tomar ciência da penhora on line. Em seguida lavre-se termo de penhora. Cumpra-se. Advs. MARCELO AUGUSTO ANGIOLETTI e RODOLFFO GARDINI FAGUNDES.
55. AÇÃO DE COBRANÇA - 0006619-44.2008.8.16.0001-CLETO ANTONIO CASTAGNOLI e outros x BANCO ITAÚ S/A - Recebo o recurso de apelação manifestado por meio da petição de fs. 332, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Int. a parte contraria para contra-arrazoar no prazo de 15 dias. Advs. PAULO ROBERTO CASTAGNOLI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI.
56. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 1914/2008-CECILIO FERNANDES DE LIMA x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A - BANESTADO - Defiro (fs. 224), por cinco dias - vista dos autos. Advs. JONAS BORGES e ALEXANDRE DE ALMEIDA.
57. PRESTACAO DE CONTAS - 0000164-29.2009.8.16.0001-JAIME DOMINGOS DE JESUS x BRADESCO CARTÕES S.A. - Manifeste-se o autor (fs. 195/244), no prazo de 10 dias. Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, DENIO LEITE NOVAES JUNIOR e LUCAS AMARAL DASSAN.
58. AÇÃO DE DEPÓSITO - 262/2009-BANCO BRADESCO S/A x ERNANI PECHMANN - Cumpra-se (f. 76, item 2): Expeçam-se os demais oficios, como requerido (f.74). À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de oficio, no valor de R$ 75,20. Adv. NELSON PASCHOALOTTO.
59. MONITORIA - 367/2009-OLIVIO GARCIA SILVA x MARIA APARECIDA IURK - Aguarda manifestação das partes sobre proposta de honorários periciais, no valor de R$ 2.000,00. Advs. ANTONIO MARCOS BALDÃO e CASSIANO LUIZ IURK.
60. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS C/C DANO MOR - 0002216-95.2009.8.16.0001-CAMILA MENDES DE OLIVEIRA x UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A - Intime-se o Banco reu para que, em 48 horas, preste contas, conforme determinado na sentença de fs 417/424. Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI e ALEXANDRE DE ALMEIDA.
61. AÇÃO DECLARATÓRIA - 691/2009-BAVARIUM PARK RESTAURANTE E CHOPARIA LTDA x BLAS NICOLAS RIQUELME CENTURION e outro - Em atenção ao contido na certidão retro, determino o desapensamento dos autos n° 44/2011 para que sejam remetidos ao E. Tribunal de Justiça. Apos, voltem conclusos os presentes autos. Advs. ESTEVÃO RUCHINSKI, MARIA ADRIANA PEREIRA, MARIA FERNANDA DA SILVA MARTINS, CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER, TARCISIO ARAUJO KROETZ, ANA PAULA MUGGIATI DOS SANTOS, MARCELO DE BORTOLO e CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO.
62. AÇÃO DE DEPÓSITO - 712/2009-BANCO ITAÚCARD S/A x CLÁUDIO ANGELI DA COSTA - Ja houve a conversão da busca e apreensão em deposito (f.37). Esclareça assim, o autor se pretende ainda apreensão do veiculo. Adv. CARINE DE MEDEIROS MARTINS.
63. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1099/2009-FINANCIALPAR EMPRESA DE FOMENTO LTDA x MKM COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - Acerca do contido na petição de fl. 341/342, diga a parte credora em 05 (cinco) dias. Oportunamente será apreciada a petição de fls. 334/340. Advs. SILVANA ELEUTÉRIO RIBEIRO, MARLUS JORGE DOMINGOS e CARLISE ZASSO POSSEBON DO AMARAL.

64. ARROLAMENTO - 1281/2009-SILVANA WALTER x ESPÓLIO OLMA MARIA RODRIGUES WALTER - 1. Defiro o pedido de vista, mediante carga, para os fins declinados (f. 60), pelo prazo de dez dias. 2. Juntada(s) a(s) guia(s) de recolhimento do(s) imposto(s), abra-se vista à Fazenda PÚblica a fim de que se manifeste sobre a suficiência, tempestividade e regularidade do(s) pagamento(s) 3. Oportunamente, voltem. Adv. GILBERTO MUNHOZ SCHWARTZ.
65. REVISÃO DE CONTRATO - 1329/2009-KLEBER GONÇALVES CARNEIRO DE MELO x BFB LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - Aguarda o preparo de custas/atos processuais. - OBSERVAÇÃO: Cada verba a seguir discriminada deverá ser recolhida à Serventia correspondente, denominada, no caso como UNIDADE ARRECADADORA, conforme segue: R$ 357,10 (escrivão), R$ 22,53 (distribuidor), R$ 10,08 (contador), R$ 21,66 (funrejus). Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN, CARINE DE MEDEIROS MARTINS e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR.
66. INVENTÁRIO - 1340/2009-JOANA LOURDES CASALVIERI MORO x AUGUSTO CASALVIERI - Int. a inventariante para dar andamento ao feito sob pena de destituição. Primeiro por meio de seu procurador, mediante publicação no DJ.; inerte, proceda-se a intimação por carta com AR, e prosseguido-se silente, pessoalmente, por mandado. Advs. CLEVERSON GOMES DA SILVA, JOANES EVERALDO DE SOUSA e CLAUDIOMIRO PRIOR.
67. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 1474/2009-MARLENE CORREA x ITAU UNIBANCO S/A - Certifique-se a escrivania acerca da postagem e retorno ao aviso de recebimento da carta de f. 105. Defiro o pedido de vista formulado pela parte ré (f. 108), pelo prazo de 05 (cinco) dias. Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS, RAFAEL DE LIMA FELCAR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI.
68. REVISÃO DE CONTRATO - 1496/2009-SINVAL DOS ANJOS GONÇALVES x BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL - A procuradora do autor não possui poderes especiais para renunciar os direitos em que funda a ação, cf. dispõe o art. 38 do CPC. Regularize, em cinco dias. Advs. VERÔNICA DIAS, GUSTAVO SALDANHA SUCHY e JANAINA GIOZZA ÁVILA.
69. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 1513/2009-REAL LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x RAFAEL LUIZ DIOGO DA ROSA - Nos termos do que foi deliberado na audiência de conciliação realizada em 29.08.2011, por mais uma vez, intime-se a parte requerida para que, no prazo de 05 (cinco) dias, traga aos autos o substabelecimento. Após, voltem conclusos para sentença. Advs. CESAR AUGUSTO TERRA e JOÃO APARECIDO VENÂNCIO.
70. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA - 1544/2009-BANCO ITAÚ S/A x LOC CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - O mandado de citação penhora e avaliação devolvido com o expediente retro, foi guardado a parte, ate nova ordem. Advs. EVARISTO ARAGÃO SANTOS e FABRICIO KAVA.
71. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 1576/2009-CIA. ITAULEASING DE ARREN. MERCANTIL - GRUPO ITAU x WAGNER RAMOS LOPES - A conta e preparo. À parte interessada para efetuar o pagamento das custas de fls. 82, no valor de R$ 25,83 (escrivão). Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, EDUARDO JOSE FUMIS FARIA e SIDNEY MARCOS MIRANDA.
72. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0001222-67.2009.8.16.0001-REAL LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x GISELI BEATRIZ PEREIRA - Expeça-se alvará autorizando o levantamento pela autora dos valores depositados as f. 21. Quanto ao pedido de devolução da taxa judiciaria (f. 58), deverá ser postulado diretamente no orgão competente. À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de alvará, no valor de R$ 9,40. Advs. ALESSANDRA LABIAK e CARINE DE MEDEIROS MARTINS.
73. REPARAÇAO DE DANOS(Proc.Ord.) - 1714/2009-AMILTON KUDLA x EMILY CAR VEICULOS e outro - As duas omissões, a última cumulada com contradição, na verdade não têm a característica da não abordagem de ponto que deveria ser abordado pela decisão. A rigor até como se pode depreender das razões do integrativo, as questões foram, sim, enfrentadas pela sentença, que deu solução à querela de acordo com a fundamentação que o próprio embargante transcreveu parcialmente ao abordar as apontadas duas omissões. O propósito não é de integrar o julgado, mas de procurar dar as suas cores na interpretação de fatos e documentos, para chegar à conclusão outra. Isso é assunto para ser ventilado em recurso com efeito infringente, por ferir a hipotético error in procedendo. Rejeito os embargos. Int. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Renato Lopes de Paiva. Juiz de Direito. Advs. RAFAEL OLIVEIRA DE CARVALHO e ANDREA HERTEL MALUCELLI.
74. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (RITO ORD.) - 1814/2009-JEVERSON GABRIEL DOS SANTOS x EMPRESA CURITIBA LTDA e outro - Aguarda manifestação acerca do contido na certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo legal (fl.103): Certifico que em cumprilhento ao Mandado do MM.DrJuiz de Direito da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba . Foro Regional de Almirante Tamandard. PROVIMENTO 16N, dirigi-me ao elidereços e deixei de dar cumprimento ao mandado por ser o endereço inexistente e pessoa desconhecida . devolvo mandado para os devidos fins . referido é verdade e dou fé. Advs. PALOMA NUNES GIMENEZ, JAIR MOSCARDINI e JOSE ROBERTO DUTRA HAGEBOCK.
75. AÇÃO DE COBRANÇA (RITO SUM.) - 1820/2009-CONDOMINIO EDIFICIO LAGO IBIRÁ x ZULEIDE DAMACENO DE SANTANA - Sobre o teor da certidão negativa do Oficial de Justiça de f. 90, manifeste-se o autor, em cinco dias. Advs. SILVANA APARECIDA CEZAR PONTE e VANIA DE FATIMA CESAR LUIZ CARTA.
76. ANULAÇÃO DE ESCRITURA - 1856/2009-PAULO CESAR LEPCHAK x MARCO ANTONIO LEPCHAK e outros - 1. Até que o mandante seja válida e inequivocamente notificado da renuncia - e esse é mister que se comete ao renunciante (fls. 173), CPC art. 45 - prossegue ele na defesa dos interesses de seu constituinte. A propósito: "A declaração do advogado nos autos sobre renúnc¡a do mandato é inoperante se não constar do processo a notificação de seu constituinte (Lex-JTA 144/330)". 2. Diante do substabelecimento de f. 177 informe o autor se o advogado substabelecido representará somente os interesses de Maria Eugênia ou também do autor, regularizando a representação dos transigentes de fls. 129/132. 3. Defiro o pedido de fls. 174/175 formulado pelos requeridos, concedendo o prazo de 20 (vinte) dias para a regularização da representação processual e manifestação expressa quanto à concordância de Paula -Lepchak acerca dos termos do acordo de fls. 129/132 Advs. ANDERSON FERNANDES DE SOUZA, MICHELLI SAYURI MURAKAMI, CRISLAYNE MARIA LIMA AMARAL NOGUEIRA CAVALCANTE DE MORAES e MARCIO NICOLAU DUMAS.
77. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1954/2009-BANCO BRADESCO S/A x STIRPS EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES LTDA e outro - O mandado de avaliação devolvido com o requerimento foi guardado a parte, sob custodia desta escriva, e guias de deposito ali referidos, anexadas na contra capa para seu reconhecimento pelo exequente. Advs. MURILO CELSO FERRI e EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA.
78. AÇÃO DE REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - 1970/2009-ROSEMERI CORDEIRO DA SILVA x BANCO ITAÚ S/A - Antes de apreciar os termos do acordo de fls. 78/79, intimem-se as partes para efetuarem o preparo das custas contadas a f. 86, em 05 (cinco) dias. Advs. MARCUS VINICIUS BOAÇALHE e JOSÉ CARLOS SKRZYSKOWSKI JÚNIOR.
79. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - 2062/2009-CLAUDIA PAULA PAEZ x REAL LEASING S/A - Intimem-se pessoalmente (mandado) o autor para dar andamento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. Cumpra-se. Advs. CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA, ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA, HERICK PAVIN e KARINE SIMONE POFAHL WEBER.
80. IMISSÃO DE POSSE - 2098/2009-ABRAHÃO ANTONIO DELMONEGO e outro x NEWTON MULFOLD OLIVEIRA e outro - Sobre o decurso do prazo sem apresentação de resposta pelos requeridos, conforme certidão de f. 53, manifeste-se a autora, no prazo de 05 (cinco) dias. No mesmo prazo, efetue o preparo das custas, conforme intimação de f. 55. Advs. JOSÉ DE CASTRO ALVES FERREIRA, JEFFERSON JOSUÉ FERREIRA FORMAGGIO FILHO, ADRIANA JOSELI PEREIRA DA COSTA e CAMILE CASSOU.
81. AÇÃO DECLARATÓRIA - 2228/2009-CASSIANO ANDRETTA HEPP x DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL - Diante do contido na certidão de f. 120, pagas eventuais custas processuais pendentes, anote-se e arquive-se. A parte interessada para recolher custas no valor de R$ 93,60. Advs. AYSLAN CUNHA e NELSON PASCHOALOTTO.
82. PRESTACAO DE CONTAS - 2248/2009-CERÂMICA HERZOG LTDA x KLABIN S/A - Em mais cinco dias, informem as partes acerca do integral cumprimento do acordo de fls. 122/123, conforme determinação de f. 128. Advs. FABRICIO KIRCHNER CAOBIANCO e SEBASTIAO MARIA MARTINS NETO.
83. AÇÃO DE COBRANÇA (RITO ORD.) - 2361/2009-ELIZABETH GARZUZE DA SILVA ARAUJO x BANCO DO BRASIL S/A - Li as razões do inconformismo e não vi nelas nenhum argumento ou fato que possa infirmar os fundamentos da decisão agravada que mantenho, pelo que nela se contém. Informe-se ao Relator noticiado o cumprimento ao que dispõe o art. 526, do CPC, pelo agravante. Informe-se oportunamente ao E. Desembargador Relator, encaminhando cópia deste despacho e da decisão agravada, noticiando, inclusive, o cumprimento ao que dispõe o art. 526, do CPC, pelo agravante. Advs. ALMIR SIQUEIRA MENDES, ABELARDO L.S.MENDES, ADRIANE CRISTINA JANISZEWSKI MENDES e MARCIO RIBEIRO PIRES.
84. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - 2401/2009-OTÁVIO BATISTA LIMA SOBRINHO x BANCO FINASA BMC S/A - A conta e preparo. A ré: Aguarda preparo das custas da Contadoria Judicial no prazo legal. Valor: R$ 10,08 - a ser recolhido em favor daquela Unidade Arrecadadora. Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN e ANA PAULA SCHELLER DE MOURA.
85. PRESTACAO DE CONTAS - 2412/2009-MARIA MORAES NACLI - Aguarda manifestação das partes acerca dos honorarios periciais, no valor de R$ 3.000,00. Advs. EDUARDO BASTOS DE BARROS e DIRCE YUKARI SUGUI A. DA SILVEIRA.
86. AÇÃO DECLARATÓRIA - 2433/2009-SONIA MARIA DE OLIVEIRA x GUANABARA CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA - 2. Por mais uma vez, intime-se a parte requerida para que, em 05 (cinco) dias, dê cumprimento ao contido no item "1" do despacho de fi. 123, sob pena de indeferimento da roducão de rovas pleiteado às fls. 120/122 Advs. CLAUDINEI BELAFRONTE e MARCELO JORGE CALDERADO DA SILVA TRAVASSOS.
87. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA - 0004006-80.2010.8.16.0001-ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOG STICA LTDA x DIACEL GD INDUSTRIA, COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - Diante do contido na certidão de f. 220, recebo o recurso de apelação manifestado por meio da petição de fls. 208/215, nos efeitos devolutivo e suspensivo. Int. a parte autora/apelada para, querendo, oferecer contrarrazões, em15 dias. Advs. RICARDO CALDERON, FABIO BISKER e VIVIANE DE SENA RIBEIRO.
88. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0004662-37.2010.8.16.0001-CIA. ITAULEASING DE ARREN. MERCANTIL - GRUPO ITAU x VALERIO ESPIRIDIÃO LEAL - Manifeste-se a autora (f. 165), em cinco dias. A conta e preparo. À parte interessada para efetuar o pagamento das custas de fls. 167, no valor de R$ 14,10 (escrivão). Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, EDUARDO JOSE FUMIS FARIA e MICHELE SCHUSTER NEUMANN.
89. REVISIONAL DE CONTRATO - 0001557-52.2010.8.16.0001-ADEMIR CORREIA DA SILVA x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - Intime-se pessoalmente (por carta) o autor para, em 48 horas, dar andamento ao feito, sob pena de extinção e arquivamento do processo por abandono, arcando com as custas desta diligência (CPC, art. 267, inc. III, §1° c/c 238). Advs. PAULO SERGIO WINCKLER e BLAS GOMM FILHO.
90. REPARAÇAO DE DANOS(Proc.Sum.) - 0006129-51.2010.8.16.0001-MCM, COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS (CIA DA MÚSICA) x MARITIMA

SEGURADORA - 2. intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias informe sobre a existência de fita de segurança que filmou o furto do objeto noticiado na inicial. 3. Em caso afirmativo, deverá a carte autora trazer cópia da fita aos autos no mesmo prazo que alude o item anterior. 4. Após, voltem conclusos da designação de audiência de instrução e julgamento. Advs. NINAGIN P. DALLAGNOL MACHADO, CARLOS ALBERTO ARAUJO MACHADO e PEDRO TORELLY BASTOS.

91. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - 0006715-88.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x ANA SOARES ARNO - Intime-se a parte requerente para dar andamento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de, implementada a providência do § 1°, do art. 267, do CPC, ser decretada a extinção do processo. Sem atendimento (item 1), certifique-se e intime-se pessoalmente a parte requerente, via carta ou mandado, conforme o caso, para dar andamento ao feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo e arquivamento dos autos (CPC, art. 267, inc. III, § 1°). Arcará o intimado com as custas da intimação. Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA.

92. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0014050-61.2010.8.16.0001-METALÚRGICA GANS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A x MOTAM INDUSTRIA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - O mandado de citação penhora e avaliação devolvido com o expediente retro, foi guardado a parte, ate nova ordem. Adv. IGOR DA SILVA SCHMEISKE.

93. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO - 0021331-68.2010.8.16.0001-MARCIO PEREIRA DA SILVA x BANCO BFBLEASING S/A - ARRENDAMENTPO MERCANTIL - Decorreu o prazo legal sem noticia acerca da interposição de impugnação pela parte devedora. Advs. LUIZ SALVADOR, MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA.

94. AÇÃO DE DEPÓSITO - 0016471-24.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x GIVANILDO SAUER - Processo paralisado. Intime-se o autor pessoalmente para, em 48 horas, dar andamento ao processo, sob pena de extinção do processo por abandono (CPC, 267 III c.c 238¹); arcará com as custas desta diligência diante da sua inércia. Advs. PATRICIA PONTAROLI JANSEN e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR.

95. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - 0017073-15.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOSE TORRES FILHO - Processo paralisado. Intime-se o autor pessoalmente para, em 48 horas, dar andamento ao processo, sob pena de extinção do processo por abandono (CPC, 267 III c.c 238¹); arcará com as custas desta diligência diante da sua inércia. Advs. GIULIO ALVARENGA REALE, ALBERT DO CARMO AMORIM e RODRIGO CADEMARTORI LISE.

96. COBRANÇA - 0022267-93.2010.8.16.0001-CARRIER VEÍCULOS LTDA x WALINGTON FECHIO e outro - Aguarda manifestação sobre as informações juntadas aos autos (respostas aos ofícios expedidos), no prazo legal. Advs. CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO, DANIELE PIMENTEL DOS SANTOS e FILIPE ALVES DA MOTA.

97. PRESTACAO DE CONTAS - 0027957-06.2010.8.16.0001-DALVINA VAZ DE ALMEIDA x BANCO ITAÚ S/A - Manifeste-se o reu (fs. 110/113), em cinco dias. Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM.

98. AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO - 0026605-13.2010.8.16.0001-DARCY MACARINI FILHO e outro x FORTENGE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - Aguarda manifestação sobre as informações juntadas aos autos (respostas aos ofícios expedidos), no prazo legal Adv. FERNANDO ZENATO NEGRELE.

99. AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CONTRATO - 0029308-14.2010.8.16.0001-SIMONE BORTOLOZZI x ABN AMRO BANK - AYMORÉ FINANCIAMENTOS ARRENDAMENTO MERCANTIL - Aguarda o preparo de custas/atos processuais. - OBSERVAÇÃO: Cada verba a seguir discriminada deverá ser recolhida à Serventia correspondente, denominada, no caso como UNIDADE ARRECADADORA, conforme segue: R$ 837,91 (escrivão), R$ 30,25 (distribuidor), R$ 10,08 (contador), R$ 49,50 (oficial de justiça), 46,32 (furejus). Advs. GEISON MELZER CHINCOSKI, VALÉRIA CARAMURU CICARELLI e ALEXANDRE NELSON FERRAZ.

100. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - 0025033-22.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x VIVIANE TEIXEIRA ANTUNES - Renove-se a intimação do autor para efetuar o pagamento das diligencias do Sr. Oficial de Justiça apuradas as f. 57, no prazo de cinco dias. Advs. PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR e PATRICIA PONTAROLI JANSEN.

101. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0023413-72.2010.8.16.0001-BANCO ITAULEASING S/A x SONAIDE APARECIDA PIRES - Inocuo o pretendido bloqueio junto ao Detran; o veiculo pertence ao autor-arrendador. Expeçam-se os demais oficios, como requerido (f.84). Requisitei tambem ao Bacen. À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de oficio, no valor de R$ 56,40. Advs. KLAUS SCHNITZLER, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA, FERNANDO JOSE GASPAR e JULIANE TOLEDO DOS SANTOS ROSSA.

102. AÇÃO SUMÁRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CO - 0031215-24.2010.8.16.0001-WILLIAN AUGUSTINHO x CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - GRUPO ITAÚ - Renove-se a intimação para efetuar o pagamento de 50 % das custas apuradas as f. 58, no prazo de cinco dias. Advs. JULIANE TOLEDO DOS SANTOS ROSSA e VINICIUS GONÇALVES.

103. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0023857-08.2010.8.16.0001-SANTANDER LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x CARLOS ALBERTO ROCHA DE OLIVEIRA - A extinção do processo pode se dar sob vários fundamentos, que geram conseqüências diversas no que pertine à imposição dos ônus da sucumbência e a possibilidade de renovar-se o pleito sob a mesma causa de pedir, conforme se dê a extinção com ou sem julgamento do mérito. Por esta razão é de rigor que a parte autora, que requer a extinção do feito sem a participação do réu, já citado, se pronuncie no prazo de cinco dias, trazendo aos autos, se for o caso, o instrumento de transação com a indispensável participação de todos os interessados. Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e WALTER JOSÉ DE FONTES.

104. INDENIZAÇÃO - 0031437-89.2010.8.16.0001-KELLY CRISTINE TEIXEIRA x IBIO - INSTITUTO BRASILEIRO DE IMPLANTES ODONTOLÓG e outros - A parte interessada para se manifestar sobre a devolução da carta precatoria. Advs. WILMAR ALVINO DA SILVA, CAROLINA BORGES CORDEIRO, ROBSON FARI NASSIN e IVAN KRUGER.

105. AÇÃO MONITÓRIA - 0035492-83.2010.8.16.0001-BANCO BMD S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL x DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA e outro - Deixei de dar cumprimento ao r. despacho de f. 300, tendo em vista que, compulsando os autos, constata-se que foram apresentadas duas petições de embargos de declaração (fls. 272 e 274/275) as quais foram apreciadas pelo juizo, conforme decisões de fls. 276/277 e 278/282 foi publicada no DJE (fls. 289/290). Por esse motivo, encaminho os presentes autos a publicação da decisão de fls. 276/277. Despacho de fls. 276/277: Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇAO aforados por BANCO BMD S/A EM LIGUIDAÇAO EXTRAJUDICIAL em face da sentença de fis. 255/270 dos autos. Segundo o que alega o embargante, este Juízo não esclareceu quanto ao início do cômputo dos juros de mora (01%), sendo que o correto é a partir da citação válida. Da mesma forma, quanto à correção monetária, não houve estipulação, sendo que no seu entendimento deve ter como início o inadimplemento da dívida. Por conseguinte, aduz que na parte dispositiva da sentença, em contradição, este Juízo condenou o embargante no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios do patrono do embargante, quando deveria constar os honorários pertencem ao patrono do Embargado (BMD). Assim, entende que a sentença foi omissa ao não apontar a data do início da correção monetária bem como os juros. EO RELATORIO. DECIDO. Os embargos são tempestivos e dei y ser providos. Aliás, a questão é tão singela que nem comporta maiores delongas. Pelo exposto, ACOLHO os presentes Embargos de Declaração, para alterar a última frase do dispositivo da sentença, passando a mesma a apresentar-se da seguinte forma: Em face ao exposto, não aceito os embargos interpostos por DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA, e JULGO PROCEDENTE o pedido monitório, constituindo de pleno direito título executivo judicial, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação, bem como correção monetária, a ser auferida pelo INPC, tendo como data inicial o inadimplemento. Pelo princípio da sucumbência, condeno o embargante no pagamento das custas processuais e nos honorários advocatícios da parte embargada (BMD), os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), tendo em vista a pequena complexidade da causa eo julgamento antecipado da tide, forte no artigo 20, §3° do CPC. Advs. SOLANGE TAKAHASHI MATSUKA e ALEXANDRE TOMASCHITZ.

106. INDENIZAÇAO POR DANOS MORAIS - 0037659-73.2010.8.16.0001-CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR x CRISTIANO LOURENÇO DE LIMA - O presente feito encontra-se paralisado em Cartório por inércia da parte, conforme certidão lançada nos autos, devendo a parte interessada promover as diligências a seu encargo, objetivando o regular prosseguimento do feito, no prazo legal, na forma e sob as penas da lei. Advs. GUILHERME DE SALLES GONÇALVES e CARLOS HENRIQUE DE MATTOS SABINO.

107. COBRANÇA - 0017143-95.2011.8.16.0001-ALIPIO RAMOS e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A e outro - Em mais dez dias, emendem os autores a inicial, nos termos do despacho de f. 40, sob pena de indeferimento da inicial (CPC, art. 284, parágrafo unico). Advs. VIVIANE ROHN DE OLIVEIRA SANTOS, ELOI GONÇALVES DE SOUZA JUNIOR e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS.

108. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - 0041625-44.2010.8.16.0001-AYMORÉ CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x CLAUDIA PAULA PAEZ - Intimem-se pessoalmente (AR) o representante legal do autor para dar andamento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. Cumpra-se. Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA.

109. ALVARÁ JUDICIAL - 0044017-54.2010.8.16.0001-MILENA PIOVEZAN DE ALMEIDA - 1. O pedido inicial já foi objeto de apreciação (f. 11). Foi comprovada a existência dos valores indicados (f. 16). Por outro lado, o imposto incidente foi recolhido (fls. 29), com parecer favorável do órgão fiscal (f. 31) 2. Diante do exposto, cumpra-se a decisão de f. 11, expedindo-se o respectivo alvará de levantamento, em favor da requerente, com prazo de 60 (sessenta) dias. 3. Após, arquivem-se. Ciência a parte interessada da expedição e disponibilização do Alvará Judicial junto a instituição financeira. Adv. LUIZ MARLO DE BARROS SILVA.

110. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0043062-23.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER S/A x AMILTON PLAHINSCE - Defiro o pedido de vista (f. 32), por cinco dias. Adv. BLAS GOMM FILHO.

111. COBRANÇA - 0039968-67.2010.8.16.0001-ANDRIOLI & TEIXEIRA LTDA x PROJETTA PAINEIS LTDA - O presente feito está tramitando sob o procedimento sumório. No entanto, já foi designada audiência (CPC, art. 277) que restou infrutífera pela não citação da parte ré. Assim sendo, ao invés de trazer celeridade, está sendo prolongado o tempo do processo, sem que ainda tenha sido efetivada a citação do réu. E, designar mais uma audiência em uma pauta que já se encontra longínqua, não traró benefício às partes, nem ao processo. Diante disso, converto o presente feito para o rito ordinário, e determino seja o réu citado para, querendo, oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências legais (CPC, artigos 285 e 319), observando o endereço indicado à fl. 75, devendo o autor antecipar as custas pela diligência. Para dar cumprimento à r. decisão de fls. 77, no que diz respeito à citação da parte ré, faz-se necessário que a parte autora indique o endereço COMPLETO, com CEP, bem como antecipe as custas no valor de R$20,40 (expedição e postagem). Caso requeira a citação por mandado, as custas importam o valor de R$ 49,50, conforme previsto no Art. 19 do Código de Processo Civil e, Prov. 01/99 da douta Corregedoria Geral da Justiça. Adv. ROBERLEI ALDO QUEIROZ.

112. INDENIZAÇÃO - 0045279-39.2010.8.16.0001-KELLY REIZER FERREIRA MACHADO e outro x SEGURADORA UNIBANCO - Falem os autores sobre os embargos em 05 dias. Advs. ALEXANDRE BARBARÁ, ALTAIR BURATTO e GERARD KAGHTAZIAN JR.
113. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - 0043914-47.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x CHARLLIE JEFFERSON DA SILVA FERREIRA ALVES - Diante do retro certificado, considerando que a sentença ja transitou em julgado (f. 68, verso), com as baixas necessárias, arquivem-se. Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER, THIAGO TEIXEIRA DA SILVA e DOUGLAS FAGNER ANDREATTA RAMOS.
114. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0046605-34.2010.8.16.0001-BFB LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL x VIKTOR STOJCZAN JUNIOR - Em mais dez dias, emende o autor a inicial, nos termos do despacho de f. 37, sob pena de indeferimento (CPC, artigo 284, paragrafo unico). Adv. CARINE DE MEDEIROS MARTINS.
115. COBRANÇA - 0048877-98.2010.8.16.0001-MARIA APARECIDA DA SILVA DE OLIVEIRA x HOLANDAPREVI SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e outros - Audiência de conciliação dia 17 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 16:45 HORAS, à qual deverão comparecer as partes pessoalmente em condições de transigir, trazendo propostas definidas e concretas, cálculos atualizados e alternativas possíveis, cientes de que, em não havendo mais provas a produzir, poderá ocorrer o julgamento do processo no mesmo ato. Aguarda manifestação acerca da devolução da carta de citação da ré HOLANDAPREVI SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA. Adv. DIEGO MARTINS CASPARY.
116. AÇÃO DE DESPEJO - 0049816-78.2010.8.16.0001-ISIDRO GABASA PEREZ e outros x DICESAR JOSE BITTENCOURT e outro - Despacho de fl. 64, item 3: Em caso de negativa, intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, esclareça o pedido de levantamento da caução (fl. 61). Adv. PRISCILA GONÇALVES GABASA PEREZ.
117. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0049851-38.2010.8.16.0001-MARCELO SANTOS MACHADO x SERASA S/A - Recebo o recurso de apelação manifestado tempestivamente por meio da petição de fls. 88/91 nos efeitos devolutivo e suspensivo (CPC, art. 520). Intime-se a parte apelada para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo, com ou sem o oferecimento de contrarrazões ou recurso adesivo, voltem os autos conclusos para o encaminhamento ao egrégio Tribunal de Justiça. Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS, RAFAEL DE LIMA FELCAR e ROSANA BENENCASE.
118. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 0052218-35.2010.8.16.0001-JOSEFA SCHIMAGALSKI x BANCO FIAT S.A. - Por três vezes a autora foi intimada para dar cumprimento ao despacho de f. 110 e permanece inerte. Diante disso, intime-se pessoalmente (por carta) a autora para, em 48 horas, dar andamento ao feito, sob pena de extinção e arquivamento do processo por abandono, arcando com as custas desta diligência (CPC, art. 267, inc. III, §1° c/c 238).Advs. LIDIANA VAZ RIBOVSKI, GUSTAVO SALDANHA SUCHY e JANAINA GIOZZA ÁVILA.
119. AÇÃO DE PREFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL - 0057063-13.2010.8.16.0001-DIVANIR LUIZA HAMERSCHIMIDT e outro x TEREZINHA OTILIA RIBEIRO e outros - Aguarda manifestação da parte interessada sobre o decurso do prazo de suspensão dos autos.O presente feito encontra-se paralisado em Cartório por inércia da parte, conforme certidão lançada nos autos, devendo a parte interessada promover as diligências a seu encargo, objetivando o regular prosseguimento do feito, no prazo legal, na forma e sob as penas da lei. Advs. BRUNO WAHL GOEDERT, RICARDO FRANCISCO RUANI, ALOYSIO ROA e EUSTAQUIO REIS DE MENDONCA.
120. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS - 0057446-88.2010.8.16.0001-ROSANGELA DO ROCIO RUELA FURQUIM x SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICIENTE DE CURITIBA - HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO DE CURITIBA e outros - Aguarda manifestação acerca do contido na certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo legal (fl.281): Certifico que, em cumprimento ao respeitável mandado do MM. Dr. Juiz de Direito da Décima Sexta Vara Cível - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Paraná, me dirigi à Rua Bruno Filgueira, 1857, apto. 32, Bairro Bigorrilho, nesta Capital e deixei de proceder a citação Luiz Filipe Oracz Malat, pois o mesmo não reside no local, sendo ainda pessoa desconhecida, conforme informações fornecidas por Patrícia Carla Fernandes, inquilina do imóvel, há três meses, que ainda disse não saber informar mais nada; então, pelo exposto, devolvo o presente mandado para os devidos fins. O referido é verdade e dou fé. Adv. RODRIGO DOS PASSOS VIVIANI.
121. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - 0058507-81.2010.8.16.0001-SILMAR APARECIDA ALVES DE ANDRADE x BANCO FINASA S/A - Até que o mandante seja válida e inequivocadamente notificado da renúncia -- e esse é mister que se comete à renunciante, CPC art. 45 --- prossegue ela na defesa dos interesses de sua constituinte. A propósito: "A declaração do advogado nos autos sobre renúncia do mandato é inoperante se não constar do processo a notificação de seu constituinte (Lex-JTA 144/330). Adv. JULIAN HENRIQUE DIAS RODRIGUES.
122. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - 0059290-73.2010.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S/A x PEDRO DA CONCEICAO - Aguarda manifestação acerca do contido na certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo legal (fl.37): Certifico que em cumpnmento ao presente mandado, diriai-me a Rua Eurides Candido Pinheiro. 282 sobrado 01 Bairro C.I.C nesta Capitat e ai sendo DEIXEI DE PROCER A BUSCA E APREENSAO E CITACAO do requerido PEDRO DA CONCEICAO, em virtude de ter sido informado pela Sra. Esdra Rocha de Souza - proprietaria do imóvet de que o Mr. Pedro residem no local e que tinha o veiculo a ser apreendido. mas não ficou em sua posse logo vendeu o carro e mudou-se do local e a mesma não sabe informar paro onde o Sr. Pedro foi residir. Mediante ao exposto, devolvo o presente mandado a cartorio para os devidos fins. O referido e verdade e dou fe. Adv. FRANCISCO BRAZ NETO.
123. AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CONTRATO - 0061572-84.2010.8.16.0001-TIAGO OLIMPIO DE BRITO x BFB LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL - 2. Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, traga aos autos o original da petição de fis. 78/79. 3. Após, contados e preparados, voltem-se conclusos. 4. A parte autora invocou a prestação da tutela jurisdicional, a requerida contestou, movimentaram a máquina judiciária e todo o seu aparato, e contaram com a diligência sempre exemplar e rápida da Sra. Escrivä. Não é justo que, agora, satisfeitas as pretensões mediante a transação, deixem as partes de pagar as custas a que deram causa, e que para a serventia são fundamentais à manutenção de suas atividades e efetivo auxilio na aplicação do direito. A propósito, trago a colação trecho do voto proferido na Apelação Cível n. 473.855-6, oriunda deste Juízo: "... A propósito, com acerto agiu o magistrado sentenciante, ao desconsiderar a porte do acordo que visava lesor terceiros. Verifico-se que houve evidente conluio dos partes, o fim de lesor ferceiros, co postularem, na petição que noticiou o ocordo firrnado, que as custas fossem suportodos pelo autor, que era beneficiário do justiça gratuito (fis. 313/315). Confira-se: "Eventuais custas processuois remanescentes serão suportadas pelo autor". Consignando que o mesmo é beneficiário da Justiça Gratuito, motivo que enseja o impossibilidade de cobrança de custos processuais, requerendo a manutenção do beneficio legal". Cumpre ressaltar o ocerto do decisão que desconsiderou esto parte da transação, que cloramente pretendia lesar os funcionários do cortório, pois o Banco, ossim como o autor, não podem "dispenscr" o pagamento dos custos. Como muito bem declorou a sentenço: "Por outro lodo, observa-se que o réu é instituição financeira. Isentá-lo do pagamento dos custas e despesas do processo, mediante convenção das portes, imputando tal responsabilidade ao autor, que é beneficiário da gratuidade, é atitude que desmerece o trabalho do escrivania". Este proceder das portes autoriza o aplicação do § 2° do art. 26 do CPC, razão pelo qual, revogo o benefício da gratuidade concedido ao autor, para o efeito de determinor que as portes orquem com as custos e despesos processucis, na proporção de 50% poro codo, cujos valores certamente não acarretorão maior onerosidade a qualquer dos portes. (fis. 321) De se dizer, aindo, que o acordo, no forma pretendida pelas portes, visova negociar bens e direito alheios (do cartorário), o que, corretamente, foi vedado. Assim e neste passo, o olegação de que a decisão minimizou o valor a ser recebido, coi no vazio, principalmente se ofentarmos que fai "valof acabou por integrar direitos de terceiros (perito e cortorório). Por outro lado, resta evidente que os portes agiram de má-fé, e com isto o judiciário näo pode pactuar. Restou evidente o conduta temerário e consciente das partes, em tentarem se esquivor do pagamento dos custos e despesos processucis, imputando a obrigação à parte beneficiário do assistêncio judiciário, que nodo precisorio pagar. Logo, não há dúvida de que agiram com má-fé." O dever de adiantar e pagar as custas decorre de lei (arts. 19, 20 e seguintes do CPC). Convenção das partes em maltrato à norma é ineficaz, especialmente quando se elege para pagar quem apesar de pagar na transação, não paga, porque é beneficiária da gratuidade. O réu é instituição financeira. Isenta-lo do pagamento de custas e despesas do processo, mediante convenção das partes,
imputando tal responsabilidade à autora, que é beneficiária da gratuidade, é atitude que desmerece o trabalho da escrivania e do oficial de justiça. Este proceder das partes autoriza a aplicação do §2° do artigo 26 do CPC, razão pela qual determino à requerida que efetue o preparo de 50% das custas e despesas do processo, no prazo de 05 (cinco) dias. Advs. ANTONIO RENATO DE AVILA SANTOS e JOSÉ CARLOS SKRZYSKOWSKI JÚNIOR.
124. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 0064273-18.2010.8.16.0001-REGINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS x ITAÚ S/A - Intimem-se pessoalmente (mandado) o autor para dar andamento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. Cumpra-se. Adv. NEY ROLIM DE ALENCAR FILHO.
125. PRESTACAO DE CONTAS - 0065803-57.2010.8.16.0001-ALEXANDRE IANK SCHROEDER x BANCO ABN AMRO REAL S/A - Int. o autor acerca de devolução da carta de citação. Adv. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI.
126. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 0068057-03.2010.8.16.0001-ROBERT DOS SANTOS ALVES x BANCO FINASA BMC S/A (BRADESCO FINANCIAMENTOS) - Impende destacar, que a presente ação de revisão de contrato c/c consignação em pagamento e a ação de busca e apreensão em que litigam as partes perante a 21° Vara Cível possuem a mesma causa de pedir remota, qual seja, o contrato denominado de arrendamento mercantil. Tendo as duas ações a mesma causa de pedir remota, são elas conexas, na dicção do art. 103 do CPC. Nelson Nery Junior ensina que a só existëncia de comum causa de pedir remota é suficiente para que se estabeleça a conexão. Transcrevo parte de sua lição, a qual, aliás, aplica-se com propriedade ao caso destes autos: "Para existir conexão, basta que a causa de pedir em apenas uma de suas manifestações seja igual nas duas ou mais ações. Existindo duas ações fundadas no mesmo contrato, onde se alega inadimplemento na pnmeira e nulidade de cláusula na segunda, há conexão. A causa de pedir remota (contrato) é igual em ambas as ações, embora a causa de pedir próxima (lesão, inadimplemento), seja diferente" (in Código de Processo Civil Comentado - 42 ed. rev. e ampi. - São Paulo: RT, 1999, p. 577). A reunião dos feitos para julgarneh¾ conjunto tem o condão de evitar decisões conflitantes e contraditórias, como poderia ocorrer na hipótese de, na ação de busca e apreensão ser reconhecida a mora do devedor e, na revisional, a mora ser desconstituída, em face da eventual cobrança de encargos financeiros abusivos. Esse cuidado é de observância necessária, como já assentou o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar questão relativa à conexão entre feitos revisional de contrato e de busca e apreensão fiduciária, por analogia: "PROCESSO CIVIL. CONEXAO. AÇAO DE BUSCA E APREENSAO E AÇAO REVISIONAL DE CLAUSULA CONTRATUAL. REUN/AO. CPC, ARTS. 103 E 106. PREJUDICIAL/DADE (CPC, ART. 265). PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO. / - Nos termos do art. 103, CPC, que deixou de contemplar

outras formas de conexão, reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto (pedido) ou a causa de pedir, não se exigindo perfeita identidade desses elementos, senão a existência de um liame que as faça passíveis de decisão unificada. II - Recomenda-se que, ocorrendo conexão, quando compatíveis as fases de processamento em que se encontæm, sejam as ações processadas e julgadas no mesmo juízo, a fim de evitardecisões contraditórias, Ill - Havendo conexão entre a ação de busca e apreensão e a ação revisional de cláusula contratual, ambas envolvendo o mesmo contrato de alienação fiduciária, justißca-se a reunião dos dois processos. IV - Se as ações conexas -tramitam em comarcas diferentes, aplica-se o arf. 219 do Código de Processo Civil, que constitui a regra. Entretanto, se correm na mesma comarca, como na espécie, competente é o juiz que despachar em primeiro lugar(art. 106)." (STJ, REsp 309668-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 10.09.2001). Portanto, a conexão das causas existe, inarredavelmente. Desse modo, a ação possessária deve ter prosseguimento, para que seja julgada conjuntamente à aig revisional. No caso concreto, o primeiro despacho ocorreu na ação de busca e apreensão, em sefembro de 2010. Portanto, a prevenção é do Exmo Sr. Dr. Juiz de Direito da 21° Vara Cível desta Comarca de Curitiba, na qual se fixa a competencia para julgamento nõo apenas da ação revisional, mas também desta ação de reintegração de posse. Isto posto, determino a remessa do feito ao Digno Juízo da 21° Vara Cível desta Comarca de Curitiba, com as nossas homenagens. Comunique-se ao Cartório Distribuidor. Cumpra-se. Advs. MAURICIO ALCÂNTARA DA SILVA e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES.

127. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - 0064843-04.2010.8.16.0001-BANCO BMG S/A x LINDAMIR COLONTONIO - Aguarda preparo das custas da Contadoria Judicial no prazo legal. Valor: R$ 20,16 - a ser recolhido em favor daquela Unidade Arrecadadora. Advs. MIEKO ITO e ERIKA HIKISHIMA FRAGA.

128. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0065940-39.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S.A. x NILTON CÉSAR APARECIDO DE MORAES - Aguarda antecipação das custas do Oficial de Justiça. Advs. DENIO LEITE NOVAES JUNIOR e EDUARDO THIESEN DA SILVEIRA.

129. ANULATÓRIA - 0069886-19.2010.8.16.0001-AMARILDO MARTINI x BYZANCE COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ESOTERICOS LTDA - Aguarda manifestação das partes acerca da devolução da carta de citação. Adv. ANEZIO DOS SANTOS.

130. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (RITO ORD.) - 0067813-74.2010.8.16.0001-VENESA CRISTINA OLIVEIRA x AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de CartaAR, no valor de R$ 20,40. Adv. MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA BOMFIM.

131. AÇÃO REIVINDICATÓRIA - 0073072-50.2010.8.16.0001-MAURY FERNANDO FIDELIS REDKVA e outro x JESUALDO LAINO e outro - Intime-se pessoalmente (mandado) o autor para dar andamento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. Cumpra-se. Adv. CARLOS HENRIQUE REDKVA.

132. RESOLUÇÃO DE CONTRATO - 0073100-18.2010.8.16.0001-AZ IMOVÉIS LTDA x ALEXANDRE SANTANA PINTO - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de mandado, no valor de R$ 49,50. Adv. SILVIO BRAMBILA.

133. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0070762-71.2010.8.16.0001-UNIBANCO - UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A x HASSIRENE CONFECÇÕES LTDA - O presente feito encontra-se paralisado em Cartório por inércia da parte, conforme certidão lançada nos autos, devendo a parte interessada promover as diligências a seu encargo, objetivando o regular prosseguimento do feito, no prazo legal, na forma e sob as penas da lei. Adv. EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS.

134. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA - 0003963-12.2011.8.16.0001-FABIO KIS ALMADA x MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CASA JARDIM LTDA - ME - A parte interessada para retirar carta de citação a disposição em cartorio diligenciando no respectivo cumprimento. Adv. RICARDO FEITOZA VAZZOLER.

135. AÇÃO DE COBRANÇA (RITO SUM.) - 0071061-48.2010.8.16.0001-CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELDORADO x EDNA MARIA FABIAN - Aguarda manifestação acerca do contido na certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo legal (fl.44-v): CERTIFICO, que em cumprimento ao mandado retro, expedido por ordem de V. EXA., me dirigi por diversas vezes em dias e horários alternados, na rua Samuel César, n. 414, apt° 603, Edifício Ouro Fino- bairro Água Verde, não tendo encontrado ali pessoalmente em nenhuma das diligências a requerida Edna Maria Fabian. Esclarecendo, que em todas as diligências ali realizadas encontrei dito apartamento fechado. Face ao exposto, e as dificuldades encontradas para citação da requerida, comuniquei tal fato ao síndico do condomínio requerente de nome Nilson, residente naquele mesmo prédio (apt° 605). Tendo o Sr. Nilson, informado que a requerida Edna Maria, dificilmente é encontrada naquele local, uma vez que viaja muito, bem como que não tinha como comunicar este Oficial de Justiça, o dia em que a mesma poderia ser encontrada ali. Face ao exposto, tentei por diversas vezes comunicar-me com a advogada constituída nos autos Dra. Aline, através dos telefones 30949700 e 30949730, mas em nenhuma das tentativas consegui contato pessoal com a mesma, sendo que os telefonemas foram sempre atendidos por sua secretaria, que se comprometia em retornar o telefonema, mas até a presente data isso nao ocorreu. Face ao exposto, bem como o tempo que o presente mandado se encontra com carga a este Oficial de Justiça, devolvo-o a cartório e dou fé. Adv. ALINE BRATTI NUNES PEREIRA.

136. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0006208-93.2011.8.16.0001-AMÉLIA HELENA PASCHOALINO CRUZ x BANCO ITAÚ S/A - A parte interessada para retirar carta de citação a disposição em cartorio. Adv. DOVIGLIO FURLAN NETO.

137. COBRANÇA - 0006229-69.2011.8.16.0001-JOSÉ VIDAL DA SILVA RAMOS x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA - A parte interessada para retirar carta de citação a disposição em cartorio. Adv. TATYANE P. PORTES LANTIER.

138. INDENIZAÇAO POR ATO ILICITO - 0006462-66.2011.8.16.0001-SANDRA MARA RODRIGUES x ELMAR ZEVE JUNIOR e outro - 1. Sobre a contestação de fs. 317/519, manifeste- se a parte autora, no prazo de 10 dias. 2. Audiência preliminar, na qual se desenvolverão múltiplas atividades, inclusive as previstas no art. 331 do CPC, mais as elencadas no parágrafo a seguir, e à qual deverão comparecer as partes pessoalmente (CPC, art. 125, IV), acompanhadas de seus procuradores e advogados, trazendo de forma concreta e objetiva suas pretensões previamente definidas e discutidas a fim de viabilizar eventual transação em 07 DE JUNHO DE 2012, ÁS 14:00 HORAS. Sem êxito a conciliação, depois da exposição oral pelas partes de suas pretensões e respectivas causas de pedir, com base nelas e à vista do que consta dos autos, será prolatada sentença ou decisão de saneamento. Nesta hipótese, especificarão as provas que efetivamente pretendem produzir, esclarecendo quais os fatos que através de cada modalidade de prova indicada pretendem demonstrar, dizendo da relevância jurídica de cada uma delas para o desate da causa. Se pericial, deverão indicar modalidade, alcance e objetivo. 3. Pedido de suspensão do processo formulado em audiência para ultimar acordo não será deferido, salvo situação excepcional e devidamente justificada. Advs. EDUARDO THIESEN DA SILVEIRA, GABRIELA THIESEN DA SILVEIRA SOUZA e JEFERSON DE AMORIN.

139. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0071712-80.2010.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x WALTER DA ROSA e outro - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de mandado, no valor de R$ 99,00. Advs. ANA LUCIA FRANÇA, FELIPE TURNES FERRARINI e BLAS GOMM FILHO.

140. AÇÃO DECLARATÓRIA - 0008813-12.2011.8.16.0001-VANDA DALVA CLEMENTE INOUHE x BANCO BMG - 4. Por tudo que se expôs, julgo procedente o pedido inicial para, confirmando a liminar concedida e efetivada, (4.1) declarar a inexistência do contrato n° 203.055.745 entre a autora Vanda Dalva Clemente Inouhe e o réu Banco BMG; (4.2) condenar o requerido a restituir em dobro à autora as parcelas descontadas de sua pensão (benefício n° 077.305.610-6), cujo montante será apurado com a juntada ulterior de holerites pela requerente, e sofrerá incidência de juros de 1% ao mês e correção monetária desde os descontos indevidos; e (4.3) condenar o réu Banco BMG a pagar à autora indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00, corrigido monetariamente (Decreto nº 1.544/95) desde esta data, mais juros de mora à razão de 1% ao mês (art. 406 do Código Civil) recaindo o termo a quo destes na data da citação, em 11 de maio de 2011 (f. 33). Pela sucumbência, condeno o requerido ao pagamento da integralidade das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios ao patrono da autora que, observados os vetores das alíneas do § 3° do artigo 20 do Código de Processo Civil, levando em conta a natureza e o conteúdo econômico atribuído à causa (R $ 32.940,00 - f. 13), a não realização de audiência, o trabalho do profissional, e ter-se operado julgamento antecipado do processo em razão da revelia do réu, fixo em 10% do valor atualizado da condenação. Com o propósito de prestar auxílio ao ilustre advogado da autora, que atua graciosamente, e objetivando não impor mais esse ônus a ele, determino que a indenização seja paga diretamente à parte, em balcão, ou mediante depósito em conta corrente de que é titular, podendo ser conta de poupança, outorgando, nesse caso, o ilustrado causídico a quitação. Porque (a) a parte em regra é intimada por meio de seu advogado; (b) não há razão para a norma simplificadora ser interpretada de modo a anular o propósito dela, fazendo-se intimação pessoal, a exemplo da citação na antiga execução fundada em título judicial; (c) o advogado é intimado de todos os atos do processo e tem perfeita ciência da data em que se dá o trânsito em julgado, podendo, até, antever o dia em que, sem recurso, iniciará o prazo, a data do trânsito em julgado da presente decisão marcará o início da contagem do prazo a que alude o artigo 475-J do Código de Processo Civil, para efeito de cumprimento voluntário da sentença. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Renato Lopes de Paiva. Juiz de Direito. Adv. LEANDRO LUIZ ZANGARI.

141. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS (SUMARIO) - 0006084-13.2011.8.16.0001-PAULO ROBERTO CORRÊA LUCCHESI e outro x RNP EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. e outros - O presente feito encontra-se paralisado em Cartório por inércia da parte, conforme certidão lançada nos autos, devendo a parte interessada promover as diligências a seu encargo, objetivando o regular prosseguimento do feito, no prazo legal, na forma e sob as penas da lei. Adv. GUILHERME BRENNER LUCCHESI.

142. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA - 0007187-55.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x ROSEMERIE APARECIDA DE OLIVEIRA - O presente feito encontra-se paralisado em Cartório por inércia da parte, conforme certidão lançada nos autos, devendo a parte interessada promover as diligências a seu encargo, objetivando o regular prosseguimento do feito, no prazo legal, na forma e sob as penas da lei. Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER.

143. COBRANÇA - 0005061-32.2011.8.16.0001-CONDOMÍNIO EDIFÍCIO DIMONA x FERDINANDO SCHAUENBURG e outro - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de CartaAR, no valor de R$ 40,80. Adv. ELIZIANE C. MALUF MARTINS.

144. AÇÃO REVISIONAL C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAM - 0012132-85.2011.8.16.0001-CARRIAO CLINICA A LTDA x BANCO ITAU S/A - Audiência de conciliação dia 07 DE JUNHO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS, à qual deverão comparecer as partes pessoalmente em condições de transigir, trazendo propostas definidas e concretas, cálculos atualizados e alternativas possíveis, cientes de que, em não havendo mais provas a produzir, poderá ocorrer o julgamento do processo no mesmo ato. Cite-se e intime-se a parte ré, com antecedência mínima de dez dias (CPC, art. 277) para nela comparecer pessoalmente, apresentando,

na mesma oportunidade e necessariamente através de advogado, resposta escrita ou oral, documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formular quesitos e indicar assistente técnico, querendo. No mesmo ato, logo em seguida, será oportunizado o exame e manifestação pela parte requerida dos documentos apresentados e sobre matéria constante do art. 301 do CPC, se alegada. Faça-se constar do mandado a advertência de que não comparecendo sem justificativa, ou comparecendo e não se defendendo, inclusive por não ter advogado, reputar-se-ão-verdgeiros os fatos alegados na petição inicial (arts. 285 e 319, do C.P.C.)., salvo se o contrário resultar de prova dos autos, com prolação de sentença no mesmo ato, o que também acontecerá se verificada a desnecessidade de produção de mais provas. Adv. CARLOS ALBERTO XAVIER.

145. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0012350-16.2011.8.16.0001-GELSON ROBERTO MERLIN e outro x RV SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - Diante do contido na petição de f. 95, expeça-se carta precatoria para citação e intimação da parte devedora, na forma do contido no despacho de f. 94. À credora para apresentar as fotocópias das fls. 02/06, 79/82, 85, 94, 96 (01 cópia) e para efetuar o pagamento das custas relativas à expedição do referido expediente, no valor de R$ 9,40 (expedição), R$ 45,12 (16 autenticações/conferências) Adv. NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR.

146. AÇÃO MONITÓRIA - 0009756-29.2011.8.16.0001-LUCIANE GOULIN DE LAZZARI x DARCI ANTONIO DE LAZZARI - O presente feito encontra-se paralisado em Cartório por inércia da parte, conforme certidão lançada nos autos, devendo a parte interessada promover as diligências a seu encargo, objetivando o regular prosseguimento do feito, no prazo legal, na forma e sob as penas da lei. Adv. LUCIANE GOULIN DE LAZZARI.

147. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0009308-56.2011.8.16.0001-UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A x HASSIRENE CONFECÇÕES LTDA e outro - Aguarda manifestação acerca do contido na certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo legal (fl.83-v): Certifico que, em cumprimento ao mandado retro, expedido por determinação dirigi me a Rua Monsenhor Celso n265 e 271 e na Rua Pedro Ivo n291. Sendo ai, deixei de citar Hassirene Confecçoes Ltda e Hassan Ataya, em todos os endereços a pessoa dos devedores são desconhecidos Pois na rua Mons. Celso funciona a firma conforme alvará em anexo mais na frente da loja consta uma placa com o nome da firma pois esta empresa esta no endereço há mais de cinco anos. Face ao exposto devolvo o mandado a Cartorio sem a citação dos devedores bem como o arresto em bens dos devedores. O referido é verdade e dou fé. Advs. ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANÇA e RODRIGO FONTANA FRANÇA.

148. COBRANÇA - 0007499-31.2011.8.16.0001-CONDOMÍNIO RESIDENCIAL COLINA DOS POETAS x FRANZ KOHLENBERGER e outro - Revogo o despacho de f. 53 e defiro o pedido de f. 52. Expeça-se mandado de citação dos requeridos, no endereço indicado na petição inicial. À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de mandado, no valor de R$ 74,25. Adv. YARA ALEXANDRA DIAS CHRISTÓFOLLI.

149. ANULATÓRIA - 0011555-10.2011.8.16.0001-VIA COLERE COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA e outro x BANCO HSBC BANK BRASIL S.A. BANCO MULTIPLO - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de CartaAR, no valor de R$ 20,40. Adv. NEY LUIZ PEREIRA.

150. REPARAÇAO DE DANOS(Proc.Sum.) - 0012009-87.2011.8.16.0001-FALCADE METALURGICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA x TRANSLEVO TRANSPORTE LTDA e outros - As relevantíssimas atividades próprias de audiência do art. 277 do Código de Processo Civil não se desenvolveram. Apenas foram recepcionadas as respostas e deferido prazo. Há muito o que fazer. Para que o ato se realize válida e eficazmente designo o dia 07 DE JUNHO DE 2012, AS 15:00 HORAS. Ficam mantidos, no mais, todos os termos do despacho inicial, com o indispensável comparecimento pessoal das partes. Advs. NEIL DOUGLAS FRANCISCO CHAGAS, RAFAEL DOS SANTOS KIRCHHOFF, LEDO MARIO SLONGO e ANTONIO NUNES NETO.

151. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0013966-26.2011.8.16.0001-ANTONIO ADAIR DOS SANTOS x SIDNEI MARTINS GOMES - A parte interessada para retirar carta precatoria a disposição em cartorio. Adv. VERÔNICA DIAS.

152. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0074453-93.2010.8.16.0001-BANCO ITAÚ S.A. x VANESSA DE FÁTIMA ANTÔNIO - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de mandado, no valor de R$ 49,50. Adv. DANIEL HACHEM.

153. EXECUÇÃO - 0074426-13.2010.8.16.0001-BANCO ITAÚ S.A. x L. LARA & CIA. LTDA. e outros - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de mandado, no valor de R$ 99,00. Adv. DANIEL HACHEM.

154. ARROLAMENTO - 0015966-96.2011.8.16.0001-MARIA DE JESUS TOLEDO DA SILVA e outros x JOAO CARLOS DA SILVA - Int. o inventariante para dar prosseguimento ao feito. Adv. PAULO CESAR BULOTAS.

155. AÇÃO DECLARATÓRIA - 0016218-02.2011.8.16.0001-OTILIA ALVES GARCIA x HSBC BANK BRASIL S/A e outro - A parte interessada para retirar carta de citação a disposição em cartorio. Adv. CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO.

156. REVISIONAL - 0017571-77.2011.8.16.0001-JOSÉ AGASSIS MARQUES x PREVI - CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL e outro - Intime-se a parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de, implementada a providência do § 1°, do art. 267, do CPC, ser decretada a extinção do processo. Sem atendimento (item 1), certifique-se e intime-se pessoalmente a parte autora, via carta ou mandado, conforme o caso, para dar andamento ao feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo e arquivamento dos autos (CPC, art. 267, inc. III, § 1°). Arcará o intimado com as custas da intimação. Adv. DIEGO MARTINS CASPARY.

157. AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA - 0007849-19.2011.8.16.0001-CONDOMINIO CONJUNTO VILLAGE VALVERDE x FRANCYS MANN - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de mandado, no valor de R$ 74,25. Adv. ANTONIO EMERSON MARTINS.

158. AÇÃO ORDINÁRIA - 0020063-42.2011.8.16.0001-GLOBO DIGITAL LTDA. x TIM CELULAR S.A - O valor atribuído à causa (R$ 100.039,82 - f. 38) não levou em conta os pedidos de (1) rescisão de contrato com cobrança de "multa contratual de R$ 150.000,00 por loja da autora" (f. 36, 5.1), (2) indenização por danos morais "no importe de R$ 200.000,00" (f. 37, 5.5 repetido), (3) "danos materiais a título de devolução de investimentos nas lojas, despesas de correio...bem como alugueres" (f. 36, 5.3), (4) "danos emergentes e lucros cessantes, diante dos balanços patrimoniais acostados" (f. 37, 5.4), e (5) "danos materiais pela necessidade de venda de imóveis" (f. 37, 5.5), estes três últimos a serem "quantificados em sede de liquidação" (f. 37). Desse modo, não reflete o proveito econômico buscado pela autora, e maltrata o artigo 259, inciso II, do Código de Processo Civil, bem como o artigo 258 do Código de Processo Civil, segundo o qual "a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato." Emende em até dez dias, com as advertências do parágrafo único do artigo 284 do Código de Processo Civil. Int. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Renato Lopes de Paiva. Juiz de Direito. Adv. ROSA MARIA DOS SANTOS MANERICK.

159. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - 0016453-66.2011.8.16.0001-BANCO BV FINANCEIRA S/A C.F.I. x KEILA FERREIRA DE MELO - Aguarda manifestação acerca do contido na certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo legal (fl.34): Certifico que, em cumprimento ao respeitável mandado do MM. Dr. Juiz de Direito da Décima Sexta Vara Cívet - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Paraná, me dirigi, diversas vezes, em dias e horários alternados, ao endereço indicado e deixei de proceder a busca e apreensão do bem descrito no mandado, pois, em nenhuma das diligências realizadas, encontrei o veículo no local. O referido é verdade e dou fé. Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA.

160. REVISÃO DE CONTRATO - 0021203-14.2011.8.16.0001-NELCIDO DA SILVA x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Veja bem, o benefício da assistência judiciária gratuita foi instituído pela Lei 1060/50, devendo ser concedido a todo cidadão que, ao se socorrer do Poder Judiciário, declare sua necessidade, nos termos do art. 4°, in verbis: "Art. 4° - A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, a própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuizo proprio ou de sua família". Da mesma forma, o inc. V do art. 3° da Lei n° 1060/50 dispõe: Art. 3° - A assistência judiciária conapreende as seguintes isenções: V - dos honorários de advogado e peritos; O texto legal é claro e não permite interpretações diversas. Assim, não se estará atendendo a intenção da norma se este Juízo isentar o autor do pagamento das custas processuais e, por outro lado,. o mesmo benefício não for concedido com relação aos honorários advocatícios. Desta forma, cabe ao Poder Judiciário investigar a situação dos necessitados para que os mesmos possam se beneficiar de forma integral da legislação acima citada. Isto porque o Poder Judiciário, como prestador do monopólio do serviço público jurisdição, consistente na atividade legal e constitucional de solver os conflitos de interesses - individuais ou plurisubjetivos - no resgate da paz social e por imposição da Magna Carta deve facilitar, de todo modo, o acesso de todos jurisdicionados à tutela jurisdicional. Então, conforme foi vista, a assistência judiciária gratuita compreende isenções das custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art 3° da Lei 1060/50. Assim, intime-se a parte requerente para apresentar declaração do próprio punho de que não está pagando honorários advocatícios ao procurador constituído, no prazo de 05 dias. Adv. JOSÉ DIAS DE SOUZA JUNIOR.

161. AÇÃO SUMÁRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CO - 0021655-24.2011.8.16.0001-CLODOALDO ANTONIO GONÇALVES x BANCO FINASA BMC S/A - Não houve qualquer deposito, mesmo que do incontroverso, conforme certidão retro. Na decisão de fls. 40/42 restou consignado que "Depois do deposito serão examinados os pedidos de antecipação de efeitos da tutela final". Assim, no momento, a proposito do requerido na petição de f. 62, não há o que apreciar. Aguarde-se a audiência fls. 40/42). Adv. JULIANE TOLEDO ROSSA.

162. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA - 0022216-48.2011.8.16.0001-BANCO PANAMERICANO S/A x ANGELICA CRISTINA DE OLIVEIRA - Aguarda manifestação acerca do contido na certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo legal (fl.47): Certifico que, em cumprimento ao respeitável mandado do MM. Dr. Juiz de Direito da Décima Sexta Vara Cível - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Paraná, me dirigi, diversas vezes, em dias e horários alternados, ao endereço indicado e deixei de proceder a busca e apreensão do bem descrito no mandado, pois, em nenhuma das diligências realizadas, encontrei o veículo no local. O referido é verdade e dou fé. Adv. NELSON PASCHOALOTTO.

163. COBRANÇA - 0020136-14.2011.8.16.0001-ITAU UNIBANCO S/A x PINHEIRO E CIA LTDA - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de CartaAR, no valor de R$ 20,40. Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON e ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO.

164. AÇÃO INDENIZATÓRIA - 0024344-41.2011.8.16.0001-PAULO CORREA MANEA x BANCO ITAÚ S/A e outro - A parte interessada para retirar carta de citação a disposição em cartorio. Adv. SHEYLA DAROLT BOLSI DOS SANTOS.

165. DECLARATORIA - 0021034-27.2011.8.16.0001-INSTITUTO EDUCACIONAL FACSUL x EADCON - SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO CONTINUADA LTDA e outro - A parte interessada para retirar carta de citação a disposição em cartorio. Adv. ROSANA LESSA PEIXOTO.

166. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0023073-94.2011.8.16.0001-BANCO TRIÂNGULO S/A x DMF SUPERMERCADOS LTDA e outros - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de mandado, no valor de R$ 99,00. Advs. FABRICIO VERDOLIM DE CARVALHO e MARCELO MAZUR.

167. AÇÃO DE COBRANÇA (RITO SUM.) - 0069547-60.2010.8.16.0001-R.O.M.A. - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO EMPREENDIMENTO VILA ROMANA x

ALGIRDAS BAGDONAS e outros - Contados e preparados, voltem conclusos para extinção do feito. A parte interessada para recolher custas no valor de R$ 25,70. Advs. JOEL KRAVTCHENKO, JOAO ANTONIO CARRANO MARQUES e ANDRÉ LUIZ PARDO.

168. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA - 0025759-59.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CFI x EDER ALBERTO BIASOTTO - Aguarda manifestação acerca do contido na certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo legal (fl.38-v): CERTIFICO, que em cumprimento ao mandado retro, expedido por ordem de V. EXA., me dirigi, nesta cidade, na rua Cél Luiz José dos Santos, n. 2884, bairro Boqueirão, e ai sendo, deixei de apreender o veículo objeto da ação pelo motivo de não o ter encontrado naquele endereço. Tendo, ainda, sido informado ali que o requerido Eder Alberto Biasotto, mudou-se dali já à algum tempo para o Município e Comarca da Fazenda Rio Grande, não tendo contudo conseguido seu exato endereço naquela localidade. Assim, devolvo o mandado a cartório e dou fé. Advs. SERGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA L. BERNARDES.

169. ALVARÁ JUDICIAL - 0026994-61.2011.8.16.0001-SHIRLEY GOMES DE SOUZA e outros - Os presentes autos foram devolvidos de carga sem qualquer manifestação da parte autora, inclusive quanto a comprovação do recolhimento do tributo devido. Advs. MAURO SHIGUEMITSU YAMAMOTO, GUSTAVO MUNHOZ, MARISA CESCATTO BOBROFF, JOSÉ CUNHA GARCIA e LUCAS ZUCOLI YAMAMOTO.

170. REVISÃO DE CONTRATO - 0028589-95.2011.8.16.0001-ISRAEL VICENTE x BANCO FINASA S/A - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de CartaAR, no valor de R$ 20,40. Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA, RAFAELA FILGUEIRA e DANIELLE TEDESKO.

171. BUSCA, APREENSÃO E DEPÓSITO - 0026750-35.2011.8.16.0001-BANCO VOLKSWAGEN S/A x FLÁVIA LENA KATO - Aguarde-se por mais 20 dias, como requerido (f.34). Adv. MARILI R. TABORDA.

172. REVISIONAL - 0031680-96.2011.8.16.0001-JOÃO FERNANDES CAXILE x BANCO AYMORE FINANCIAMENTO S/A - Int. o autor acerca de devolução da carta de citação. Adv. CAROLINE AMADORI CAVET.

173. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA - 0029254-14.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x AMANDA RIBAS REBELIATO - A parte interessada para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no valor de R$ 297,00. Adv. MARIANE CARDOSO MACAREVICH.

174. IMISSÃO DE POSSE - 0027690-97.2011.8.16.0001-SERZELINA DO ROCIO LUZ x MARCOS KOJIMA DIAS e outro - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de CartaAR, no valor de R$ 40,80. Adv. JOSE DO CARMO BADARO.

175. REVISIONAL - 0036197-47.2011.8.16.0001-VATUIR DALZOTTO x BANCO SANTANDER BRASIL S/A - 1. O autor ainda não atendeu ao item 2 do despacho de f. 53/55, reiterado à f. 63. É que não informou se adiantou qualquer valor a qualquer título em favor de assessorias, associações, escritórios, profissionais liberais que, de forma direta ou indireta, se relacionem com a propositura da ação, como, por exemplo, despesas com cópias, cálculos, oficial de justiça, elaboração de contratos e despesas assemelhadas. Prazo de mais cinco dias, além do já decorrido. 2. Quanto aos depósitos, o requerente deve observar as diretrizes do tópico 3 do despacho de f. 53/55 ("Defiro desde logo o depósito do valor ofertado, a ser feito no prazo de cinco dias, que deverá conter especificação, parcela a parcela, das datas de vencimento, valor principal e o que a ele se acresceu por decorrência de eventual mora ou mesmo correção monetária, tudo separadamente."). 3. Aguarde-se a audiência designada (f. 54/55). Int. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Renato Lopes de Paiva. Juiz de Direito. Adv. LUIZ EDUARDO LIMA BASSI.

176. DECLARATORIA - 0037220-28.2011.8.16.0001-DOUGLAS ANTONIO DA SILVA x ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO S/A - Cumpra-se (f. 21/22), integralmente, em mais cinco dias: "1. O autor pediu a concessão do benefício da gratuidade. Ele é casado, supervisor de obras, e reside em bairro não informado, em Curitiba/PR. Aufere como pintor R$ 4,61 a hora (f. 14) e não consta, em nome dele, declaração do Imposto de Renda junto à Receita Federal desde 2009 (f. 16/18). Há razões para que o requerente preste mais esclarecimentos a respeito de sua situação econômica e financeira. Precisa ser esclarecido quais as fontes de renda do autor, para se saber como ele provê o seu próprio sustento e daqueles que dele eventualmente dependem com alimentação, moradia, lazer, educação etc. As informações são necessárias para o exame do benefício pleiteado, verdadeiro instrumento para a concretização da cidadania cuja relevância determina seja tratado com o necessário critério e seriedade. Partindo-se do pressuposto de que quem realmente tem direito à benesse não encontrará nenhum problema em falar sobre a sua situação financeira, determino ao autor que preste mais esclarecimentos acerca da afirmada miserabilidade, que compreenderá a realidade de sua situação financeira e econômica, considerado, também, o ambiente familiar, patrimônio, rendas e despesas, bem assim se é motorista habilitado, e se faz uso de veículo (registrado ou não em seu nome) para locomoção habitual ou episódica. Deverá esclarecer o autor, também, se adiantou qualquer valor a qualquer título em favor de assessorias, associações, escritórios, profissionais liberais que, de forma direta ou indireta, se relacionem com a propositura da ação, como, por exemplo, despesas com cópias, cálculos, oficial de justiça, elaboração de contratos e despesas assemelhadas. Não prestar os esclarecimentos de forma clara e exauriente, bem assim o não comparecimento em audiência sem justificativa legal e devidamente comprovada poderá importar na cassação do benefício. 2. Esclareça se, em algum tempo, contraiu dívida que de algum modo possa se identificar com a referida na inicial e se desde a primeira dívida eventualmente não adimplida, legítima ou não, mudou de endereço, dizendo em caso positivo se comunicou o novo endereço aos seus credores. Com grande freqüência endereços de partes vêm sendo grafados equivocadamente ou não correspondem ao real. Informe o autor se o endereço indicado na inicial é atual, declinando, também, o número do código de endereçamento postal e de telefone móvel e fixo. 3. O documento de f. 09 é cópia não autenticada. Apresente o original ou reprodução documental legalmente reconhecida contendo a íntegra de seu conteúdo. 4. Diga também o autor, documentando, se ajuizou ou ajuizará ações semelhantes a esta e relacionadas aos débitos listados ou não no documento de f. 09; em caso positivo, documente com certidão e cópias da inicial. 5. Emende em até dez dias, com as advertências do parágrafo único do artigo 284 do Código de Processo Civil". Adv. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS.

177. PRESTACAO DE CONTAS - 0037603-06.2011.8.16.0001-MARIO CARDOSO DA SILVEIRA x BANCO VOLKSWAGEN S.A. - A parte interessada para retirar carta de citação a disposição em cartorio. Adv. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI.

178. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - 0031203-73.2011.8.16.0001-ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL EXPOENTE LTDA. x JOÃO VIANEIS DE LIMA - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de mandado, no valor de R$ 49,50. Adv. MANOELA LAUTERT CARON.

179. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO - 0038503-86.2011.8.16.0001-ROSELIS CAETANO AVELINO x BANCO HSBC BANCO MÚLTIPLO - Defiro o prazo de 10 (dez) dias, conforme pleiteado a fl. 23. Advs. MARIANA FERNANDA FERRI e RAFAEL DA SILVA GOMES.

180. USUCAPIÃO - 0038833-83.2011.8.16.0001-LIZANDRE AFONSO DOS SANTOS e outro x OTAIL M. CONCEIÇÃO - 1. Defiro a gratuidade para isentar a parte autora do pagamento da integralidade de qualquer despesa relacionada ao processo e de honorários de advogado, em caráter provisório, até a audiência a ser oportunamente designada, à qual deverão comparecer necessariamente os requerentes. Os autores não dizem muito sobre si mesmos. Não se sabe a não ser a só objetivamente afirmada situação de carência material. Sendo possível a concessão do benefício, em tese, de 100% até 1% a depender do grau de miserabilidade, em cinco (05) dias preste mais esclarecimentos acerca da afirmada miserabilidade, que compreenderá a realidade de sua situação financeira e econômica, considerado, também, o ambiente familiar, patrimônio, rendas e despesas. Deverão esclarecer, também, se adiantaram qualquer valor a qualquer título em favor de assessorias, associações, escritórios, profissionais liberais que, de forma direta ou indireta, se relacionem com a propositura da ação, como, por exemplo, despesas com cópias, cálculos, oficial de justiça, elaboração de contratos e despesas assemelhadas. Não prestar os esclarecimentos de forma clara e exauriente, bem assim o não comparecimento em audiência sem justificativa legal e devidamente comprovada poderá importa na cassação do benefício. 2. Vista ao Ministério Público. Advs. RICARDO DE LUCCA MECKING e CARLOS ALBERTO RISKALLA FILHO.

181. REVISÃO DE CONTRATO - 0038910-92.2011.8.16.0001-DAYANE MIRIAN WERNER x BANCO ITAULEASING S/A - 3. Por tudo o que se expôs, indefiro a petição inicial da ação nominada de revisão contratual, por inepta, e julgo extinto o processo sem resolução do mérito (artigo 295, parágrafo único, incisos I e II, c/c artigo 267, inciso I, ambos do Código de Processo Civil). A sucumbência é única da autora, que deverá pagar as custas e despesas do processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Renato Lopes de Paiva. Juiz de Direito. Advs. CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA e ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA.

182. DESPEJO - 0037954-76.2011.8.16.0001-MERCEDES ANSELMO LANGA e outros x JOÃO BATISTA MOTTA - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de mandado, no valor de R$ 49,50. Adv. LUÍS FELIPE ZAFANELI CUBAS.

183. BUSCA, APREENSÃO E DEPÓSITO - 0032267-21.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL - BANCO MULTIPLO x CLÁUDIO ADRIANO BOMFATI - O despacho de f. 24, deve ser atendido, com consequente esclarecimento do autor se está desistindo da ação (f.26). Despacho de fl. 24: "O valor atribuído à causa não corresponde ao seu real conteúdo econômico, maltrata os arts. 259 e seguintes do CPC. Dar-lhe o valor das prestações em atraso importa em admitir que a ação é de cobrança. Bem sabem as administradoras que a ação é de busca e apreensão satisfativa: defendem com vigor o seu ponto de vista, fundamentado na alegação de que nela o réu não pode discutir valores na contestação. Com base na alegação de rescisão de contrato é que veio a busca e apreensão satisfativa e autônoma. Isso é que deve ser levado em linha de conta pelo autor. Intime-se-o para adequá-lo recolhendo, se for o caso, eventuais diferenças no Funrejus, no prazo de 10 (dez) dias". Adv. MARIANE CARDOSO MACAREVICH.

184. NULIDADE CONTRATUAL - 0039948-42.2011.8.16.0001-ANDRE LUIZ ANDRADE SANTO x BANCO IBI S/A BANCO MULTIPLO - Dos oito itens constantes no despacho de f. 21/22 que determinou emenda à inicial, a parte autora se omite completamente em relação a seis deles: os itens 1, 2, 3, 6, 7 e 8. São informações necessárias para a compreensão dos fatos e facilmente obtíveis; quando não, se for o caso, declinar a razão pela qual não se dá atendimento. Com relação aos pontos abordados, fê-lo de modo incompleto ou errôneo. Vejamos: Quanto ao item 4 afirmou que não recebeu as faturas. Isso implica, em princípio, em total ausência de pagamento, porque são as faturas que informam os débitos e servem para fazer os pagamentos correspondentes. Neste caso esclarecimentos mais amplos se mostram necessários, porque, a corresponder com a realidade a afirmação feita no penúltimo parágrafo, f. 24, é preciso ficar claro se o autor fez alguma compra, financiou e, especialmente, efetuou algum pagamento. O item 5 incorre em equívoco ao considerar o custo efetivo total aparentemente para saque (f. 17), taxa de juros. CET não é a mesma coisa que taxa de juros. E o financiamento é mensal, não existindo no único documento que anexou relativo ao cartão nenhuma referência à taxa de juros anual com sua correspondência mensal. O argumento da não correspondência da taxa de juros mensalizadas e anualizadas não vale para esse tipo de contrato. O processo existe para compor o direito de que são titulares as partes. Inicial lacunosa, ou informações errôneas e omissões deliberadas prejudicam e às vezes até obstam a composição do direito da parte. E por esta razão, pela terceira

vez, homenageando o direito da parte, oportunizo a emenda, esclarecimentos e complementações. Registrem-se o despacho de f. 21/22 e este; os dois, mais folhas 39 e petição de f. 41/45 irão compor a pasta especial, em conjunto. Int. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Renato Lopes de Paiva. Juiz de Direito. Adv. JULIANE TOLEDO S. ROSSA.

185. REVISIONAL DE CONTRATO - 0040582-38.2011.8.16.0001-MARICLEUSA APARECIDA AMERICANO x BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL (BRASIL), S/A - Além do prazo já decorrido, concedo à autora mais dez dias para, atendendo à determinação do despacho de f. 48, documentar seus rendimentos. Int. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Renato Lopes de Paiva. Juiz de Direito. Adv. MAURICIO ALCÂNTARA DA SILVA.

186. INTERDIÇAO - 0044630-40.2011.8.16.0001-TEREZA DA ROCHA PAULINO x APARECIDO JOSE DA ROCHA - Acolho o parecer retro, do Ministerio Publico. Intime-se a Curadora para dar integral atendimento (f.20) em ate 15 (quinze) dias. Não havendo atendimento (item 2), intime-se pessoalmente arcando a Curadora com as custas da intimação. Adv. KARLO MESSA VETTORAZZI.

187. REVISÃO DE CONTRATO - 0044890-20.2011.8.16.0001-LAURO HASTREITER JÚNIOR x BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO FINANCIADO E INVESTIMENTO - Além do prazo já decorrido, concedo ao autor mais dez dias para, atendendo à determinação do despacho de f. 22, documentar seus rendimentos. Int. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Renato Lopes de Paiva. Juiz de Direito. Adv. JOSÉ DIAS DE SOUZA JUNIOR.

188. INDENIZAÇÃO - 0048697-48.2011.8.16.0001-SAMUEL FALVO LIBRELATO x NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A - Defiro os beneficios da Justiça Gratuita. [...] DEFIRO a tutela perseguida na in ie e determino que o requerido se abstenha de presta - informações desabonadoras do nome do Autor, de forma direta ou indireta, especialmente por intermédio de inscrição nos cadastros de proteção ao crédito, enquanto pender a presente lide e até o julgamento final da ação. Aliás, tendo em vista que o requerido já incluiu o nome do autor junto ao SERASA, determino que o retire no prazo de 03 dias, sob pena de multa diária que desde logo fixo em R $ 360,00 (trezentos e sessenta reais). De qualquer forma, para que a autora não sofra preluízos maiores, oficie-se desde logo para a imediata retirada do seu nome da lista do SPC. Cite(m)-se o(s) réu(s) para, querendo, apresentar (em) resposta no prazo de quinze dias (CPC, art. 297), sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (CPC, art. 285 e 319). Oferecida contestação e devidamente certificada a sua tempestividade, intime-se a parte autora para, querendo, no prazo de dez dias, ofertar impugnação. Se a parte autora fizer a juntada de novos documentos, desde que observado o disposto nos arts. 396 e 397 ouça-se a parte ré no prazo de cinco dias (CPC, art. 398). Caso o réu ofereça reconvenção, intime- se o autor reconvindo na pessoa de seu advogado, para contestá-la no prazo de quinze dias (CPC, art. 316), comunicando-se o distribuidor para a devida anotação (CN, 5.2.5.1) e anotando-se na autuação (CN, 5.2.5, III). Existindo litisconsortes com diferentes procuradores, defiro-lhes prazo em dobro para contestar, para recorre e, de modo geral para falar nos autos (CPC, art. 191). À parte interessada para retirar ofício à disposição em Cartório, diligenciando no respectivo encaminhamento, no prazo legal. Adv. RAMONN BALDINO GARCIA.

189. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0046004-91.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x BOMBATEC MANUTENÇÃO E CONSERTOS DE BOMBA D´ÁGUA SS LTDA e outro - 1. Cite-se a partë executada para efetuar o pagamento do débito em 03 (três) dias (CPC, art. 652, Lei ll.382/2006). 2. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento). Para o caso de pagamento no prazo referido no item precedente, ficam os honorários reduzidos à metade (CPC, art. 652-A, Lei 11 382/2006). 3. Não ocorrendo o pagamento, deverá o Sr. Oficial de Justiça efetuar a penhora em tantos bens quanto bastem para satisfação do crédito reclamado, procedendo de imediato à respectiva avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando o devedor (CPC, art. 652, § 1°). 4. Por ocasião da citação, deverá ser cientificado o devedor de que, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 738, Lei 11.382/2006), pode se opor à execução mediante embargos, independentemente da garantia do juízo (CPC, art. 736, Lei 11.382/2006), sem prejuizo ao prosseguimento da execuçao, que nao se suspende (CPC, art. 739-A, Lei 11.382/2006), ressalvado o disposto no art. 739-A, § 1°, do CPC. 5. Dê-se ciência, ainda, ao devedor, de que lhe incumbe, em caso de não pagamento, indicar ao oficial de justiça bens passíveis de constrição, consoante dispõe o art. 652, §3°, do CPC. Fica, por fim advertido, de que o não atendimento à presente deten nação caracterizará ato atentatório à dignidade da Justiça (CPC, 600, inc. IV), o que poderá implicar na aplicação de multa de até 20% sobre o valor do débit atualizado, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material (CPC, art. 601, caput). À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de mandado, no valor de R$ 74,25. Adv. MURILO CELSO FERRI.

190. MONITORIA - 0046704-67.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x VALTER LENGLER - De início, necessário deixar consignado que o contrato de abertura de crédito, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil à propositura da ação monitória, conforme se verifica do teor da súmula n° 247 do e. Superior Tribunal de Justiça: "Súmula 247 - O contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória."(STJ) No entanto, o contrato a que se pretende atribuir força executiva, deve-se fazer acompanhar com demonstrativo da evolução real do débito desde sua origem, sob pena de se lhe retirar a qualidade de prova escrita. Isso porque, nesses casos de contra bancórios, há que se colacionar necessariamente os extratos que demonstrem o nascedouro do débito e seus desdobramentos, a fim de que o Juízo e a parte contrária possam ter conhecimento de todos os encargos que venham porventura a incidir sobre o débito, até mesmo para se aferir a lisura da dívida, ou seja, a soma em dinheiro que se pretende cobrar, preenchendo, destarte, os requisitos exigidos pelo art. 1.102-A do Código de Processo Civil, in verbis: "Art. 1102-A. A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel." (Código de Processo Civil) Logo, ao confeccionar o demonstrativo de débito de forma incompleta, sem juntar ao feito os extratos que representam todo o período de formação e evolução do valor cobrado, o banco requerente deixou de cumprir requisito fundamental para a instauração do procedimento monitário, qual seja, prova escrita da plenitude da obrigação que se reclama. Vale dizer que a prova da origem e constituição do débito é o ônus que recai a quem deseja optar pelo procedimento monitório, mais ágil e célere na formação de título executivo. Assim, no caso em questão, deveri o requerente, no momento da propositura da aç conjuntamente ao contrato objeto do presente procedimento monitário, ter apresentado o demonstrativo discriminado da origem e evolução do débito, eis que tal se insere na categoria de documento indispensável para o manuseio de demanda monitória (artigos 283 e 1.102a do CPC1). Dispõe art. 284 do Código de Processo Civil: Art. 284. Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos artigos 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias." (Código de Processo Civil) Sobre a matéria, é oportuno citar: Não há falar em violação do artigo 284 do Código de Processo Civil, em se lhes deferindo aos autores prazo para emendar a petição inicial, após o ofertamento da contestação, por isso que a norma instrumental inserta nesse dispositivo legal, à luz da sua própria letra, não estabelece tempo preclusivo qualquer para que o juiz da causa proveja relativamente à perfectibilidade da peça inaugural da ação, o que exclui a invocada violação da lei federal.' (ST J-6° Turma, REsp 101.01 3-CE, rel. Min. Hamilton Cavalhido, j. 11.6.03, não conhecer v.u., DJU 18.8.03, p. 232). O Tribunal de Justiça do Paranó em oportunidade recente assim também se manifestou: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL - CON1RAID DE ABERTURA DE CREDI70 EM CONTA-CORREN JE - PROCESSO EX77NTO POR
INEPCIA DA INICIAL - NECESSIDADE DE INTIMAÇAO DA PARTE PARA EMENDAR A INICIAL ANTES DE EXTINGUIR-SE O FEITO - IN7ELIGENCIA DO ART 284 DO CPC - PRECEDENTES - SEN7ENÇA AFASTADA DE OFÍCIO - RECURSO PRE/UDICADO." (TJPR - Ap. Cív. 0340240-2 - (5853) - 16° C.Cív. - Des. Maria Mercis Gomes Aniceto - j. 25.04.2007 - DJPR 18.05.2007) Intime-se para emendar a inicial no prazo de 10 dias. Adv. REINALDO MIRICO ARONIS.

191. PRESTACAO DE CONTAS - 0046967-02.2011.8.16.0001-FABIO NIESPODZINSKI x CENTRAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - Cite-se a parte ré para, em 5 (cinco) dias apresentar as contas em forma mercantil, com especificação de receitas e aplicação de despesas e respectivo saldo, instruída com documentos justificativos de cada lançamento, ou, no mesmo prazo, contestar. À parte interessada para efetuar o pagamento das custas para expedição de CartaAR, no valor de R$ 20,40. Adv. LUCIANO CASTELLANO.

192. COBRANÇA - 0048944-29.2011.8.16.0001-SILÉZIA SOLANGE MARTINS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - 1. Defiro a gratuidade para isentar a parte autora do pagamento da integralidade de qualquer despesa relacionada ao processo e de honorários de advogado, em caráter provisório, até a audiência, à qual deverá comparecer necessariamente o requerente. A autora não diz muito sobre si mesmo. Não se sabe a nao ser a so objetivamente afirmada situação de carência material. Sendo possível a concessão do benefício, em tese, de 100% até 1% a depender do grau de miserabilidade, em cinco (05) dias prestem mais esclarecimentos acerca da afirmada miserabilidade, que compreenderá a realidade de sua situação financeira e economica, considerado, também, o ambiente familiar, patrimônio, rendas e despesas. Deverá esclarecer autora, também, se adiantou qualquer valor a qualquer título em favor de assessorias, associações, escritórios, profissionais liberais que, de forma direta ou indireta, se relacionem com a propositura da ação, como, por exemplo, despesas com cópias, cálculos, oficial de justiça, elaboração de contratos e despesas assemelhadas. Não prestar os esclarecimentos de forma clara e exauriente, bem assim o não comparecint ato em audiência sem justificativa legal e devidamente comprovada poderá ii porta na cassação do benefício. 2. Justifique a auto por qual razão ajuizou a presente ação nesta capital, uma vê que reside l ge daqui, inclusive em outra unidade da federação. Adv. ROBSON SAKAI GARCIA.

193. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0049377-33.2011.8.16.0001-LUIZ ANTONIO ZANON x BANCO BANESTADO S/A e outro - Veja bem, o benefício da assistência judiciária gratuita foi instituído pela Lei 1060/50, devendo ser concedido a todo cidadão que, ao se socorrer do Poder Judiciário, declare sua necessidade, nos termos do art. 4°, in verbis: "Art. 4° - A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, a própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuizo proprio ou de sua família". Da mesma forma, o inc. V do art. 3° da Lei n° 1060/50 dispõe: Art. 3° - A assistência judiciária conapreende as seguintes isenções: V - dos honorários de advogado e peritos; O texto legal é claro e não permite interpretações diversas. Assim, não se estará atendendo a intenção da norma se este Juízo isentar o autor do pagamento das custas processuais e, por outro lado,. o mesmo benefício não for concedido com relação aos honorários advocatícios. Desta forma, cabe ao Poder Judiciário investigar a situação dos necessitados para que os mesmos possam se beneficiar de forma integral da legislação acima citada. Isto porque o Poder Judiciário, como prestador do monopólio do serviço público jurisdição, consistente na atividade legal e constitucional de solver os conflitos de interesses - individuais ou plurisubjetivos - no resgate da paz social e por imposição da Magna Carta deve facilitar, de todo modo, o acesso de todos jurisdicionados à tutela jurisdicional. Então, conforme foi vista, a assistência judiciária gratuita compreende isenções das custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art 3° da Lei 1060/50. Assim, intime-se a parte requerente para apresentar declaração do próprio punho de que não está pagando honorários advocatícios ao

procurador constituído, no prazo de 05 dias. Advs. LUIZ PEREIRA DA SILVA e MARCUS AURÉLIO LIOGI.

194. REVISIONAL DE CONTRATO - 0049452-72.2011.8.16.0001-FLÁVIO BATISTA x BFB LEASING S/A - Defiro os benefícios da Justica Gratuita. Aguardarei a manifestação da parte requerida para somente então apreciar o pedido de tutela antecipada lançado na petição inicial. Com efeito, sem a juntada do contrato nos autos, este Juízo fica impossibilitada de deferir desde logo a antecipação da tutela. Na petição inicial, busca o autor, entre outros provimentos, a revisão das cláusulas do contrato, argumentando existir ilegalidade no contrato, com cobrança de juros e outros encargos indevidos, sendo que todas as suas alegações se escoram no plano da especulação. Então, por sua conta e risco, o autor está afirmando que no contrato existem cláusulas que permitem a cobrança abusiva de juros, sua indevida capitalização e cumulaçäo ilícita da cobrança de comissão de permanência com correção monetária. Sem que o contrato seja juntado aos autos, não se pode saber, ao certo, qual o percentual de juros cobrados e contratados, se há anatocismo, se estão sendo cobradas taxas e encargos abusivos, se há e se é legal a capitalização de juros, enfim, não há com se analisar o pedido de revisão da avença e principalmente o pedido de tutela antecipada. Cite(m)-se o(s) réu(s) para, querendo, apresentar (em) resposta no prazo de quinze dias (CPC, art. 297), sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (CPC, art. 285 e 319). Oferecida contestação e devidamente certificada a sua tempestividade, intime-se a parte autora para, querendo, no prazo de dez dias, ofertar impugnação. Se a parte autora fizer a juntada de novos documentos, desde que observado o disposto nos arts. 396 e 397 ouça-se a parte ré no prazo de cinco dias (CPC, art. 398). Caso o réu ofereça reconvenção, intime- se o autor reconvindo na pessoa de seu advogado, para contestá-la no prazo de quinze dias (CPC, art. 316), comunicando-se o distribuidor para a devida anotação (CN, 5.2.5.1) e anotando-se na autuação (CN, 5.2.5, Ill). Existindo litisconsortes com diferentes procuradores, defiro-lhes prazo em dobro para contestar, para recorre e, de modo geral para falar nos autos (CPC, art. 191). Advs. GENNARO CANNAVACCIUOLO e IGOR ROBERTO MATTOS DOS ANJOS.

195. COBRANÇA - 0049241-36.2011.8.16.0001-ANTONIO CARLOS ALVES MENEZES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Veja bem, o benefício da assistência judiciária gratuita foi instituído pela Lei 1060/50, devendo ser concedido a todo cidadão que, ao se socorrer do Poder Judiciário, declare sua necessidade, nos termos do art. 4°, in verbis: "Art. 4° - A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, a própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuizo proprio ou de sua família". Da mesma forma, o inc. V do art. 3° da Lei n° 1060/50 dispõe: Art. 3° - A assistência judiciária conapreende as seguintes isenções: V - dos honorários de advogado e peritos; O texto legal é claro e não permite interpretações diversas. Assim, não se estará atendendo a intenção da norma se este Juízo isentar o autor do pagamento das custas processuais e, por outro lado,. o mesmo benefício não for concedido com relação aos honorários advocatícios. Desta forma, cabe ao Poder Judiciário investigar a situação dos necessitados para que os mesmos possam se beneficiar de forma integral da legislação acima citada. Isto porque o Poder Judiciário, como prestador do monopólio do serviço público jurisdição, consistente na atividade legal e constitucional de solver os conflitos de interesses - individuais ou plurisubjetivos - no resgate da paz social e por imposição da Magna Carta deve facilitar, de todo modo, o acesso de todos jurisdicionados à tutela jurisdicional. Então, conforme foi vista, a assistência judiciária gratuita compreende isenções das custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art 3° da Lei 1060/50. Assim, intime-se a parte requerente para apresentar declaração do próprio punho de que não está pagando honorários advocatícios ao procurador constituído, no prazo de 05 dias. Adv. ROBSON SAKAI GARCIA.

196. COBRANÇA - 0049262-12.2011.8.16.0001-LUCIANO MEDEIROS QUELIN DOM x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Veja bem, o benefício da assistência judiciária gratuita foi instituído pela Lei 1060/50, devendo ser concedido a todo cidadão que, ao se socorrer do Poder Judiciário, declare sua necessidade, nos termos do art. 4°, in verbis: "Art. 4° - A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, a própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuizo proprio ou de sua família". Da mesma forma, o inc. V do art. 3° da Lei n° 1060/50 dispõe: Art. 3° - A assistência judiciária conapreende as seguintes isenções: V - dos honorários de advogado e peritos; O texto legal é claro e não permite interpretações diversas. Assim, não se estará atendendo a intenção da norma se este Juízo isentar o autor do pagamento das custas processuais e, por outro lado,. o mesmo benefício não for concedido com relação aos honorários advocatícios. Desta forma, cabe ao Poder Judiciário investigar a situação dos necessitados para que os mesmos possam se beneficiar de forma integral da legislação acima citada. Isto porque o Poder Judiciário, como prestador do monopólio do serviço público jurisdição, consistente na atividade legal e constitucional de solver os conflitos de interesses - individuais ou plurisubjetivos - no resgate da paz social e por imposição da Magna Carta deve facilitar, de todo modo, o acesso de todos jurisdicionados à tutela jurisdicional. Então, conforme foi vista, a assistência judiciária gratuita compreende isenções das custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art 3° da Lei 1060/50. Assim, intime-se a parte requerente para apresentar declaração do próprio punho de que não está pagando honorários advocatícios ao procurador constituído, no prazo de 05 dias. Adv. ROBSON SAKAI GARCIA.

197. COBRANÇA - 0049221-45.2011.8.16.0001-BARBARA LIMA DA FONSECA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Veja bem, o benefício da assistência judiciária gratuita foi instituído pela Lei 1060/50, devendo ser concedido a todo cidadão que, ao se socorrer do Poder Judiciário, declare sua necessidade, nos termos do art. 4°, in verbis: "Art. 4° - A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, a própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuizo proprio ou de sua família". Da mesma forma, o inc. V do art. 3° da Lei n° 1060/50 dispõe: Art. 3° - A assistência judiciária conapreende as seguintes isenções: V - dos honorários de advogado e peritos; O texto legal é claro e não permite interpretações diversas. Assim, não se estará atendendo a intenção da norma se este Juízo isentar o autor do pagamento das custas processuais e, por outro lado,. o mesmo benefício não for concedido com relação aos honorários advocatícios. Desta forma, cabe ao Poder Judiciário investigar a situação dos necessitados para que os mesmos possam se beneficiar de forma integral da legislação acima citada. Isto porque o Poder Judiciário, como prestador do monopólio do serviço público jurisdição, consistente na atividade legal e constitucional de solver os conflitos de interesses - individuais ou plurisubjetivos - no resgate da paz social e por imposição da Magna Carta deve facilitar, de todo modo, o acesso de todos jurisdicionados à tutela jurisdicional. Então, conforme foi vista, a assistência judiciária gratuita compreende isenções das custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art 3° da Lei 1060/50. Assim, intime-se a parte requerente para apresentar declaração do próprio punho de que não está pagando honorários advocatícios ao procurador constituído, no prazo de 05 dias. Adv. ROBSON SAKAI GARCIA.

198. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 0064577-17.2010.8.16.0001-G.J.K. COMÉRCIO DE AUTOMOTORES LTDA e outro x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - De-se ciencia as partes da vinda destes embargos para este Juizo. Advs. ALEXANDRE ARSENO, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI.

199. REVISÃO DE CONTRATO - 0049737-65.2011.8.16.0001-LUCIANO DO ROCIO TEIXEIRA x BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Veja bem, o benefício da assistência judiciária gratuita foi instituído pela Lei 1060/50, devendo ser concedido a todo cidadão que, ao se socorrer do Poder Judiciário, declare sua necessidade, nos termos do art. 4°, in verbis: "Art. 4° - A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, a própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuizo proprio ou de sua família". Da mesma forma, o inc. V do art. 3° da Lei n° 1060/50 dispõe: Art. 3° - A assistência judiciária conapreende as seguintes isenções: V - dos honorários de advogado e peritos; O texto legal é claro e não permite interpretações diversas. Assim, não se estará atendendo a intenção da norma se este Juízo isentar o autor do pagamento das custas processuais e, por outro lado,. o mesmo benefício não for concedido com relação aos honorários advocatícios. Desta forma, cabe ao Poder Judiciário investigar a situação dos necessitados para que os mesmos possam se beneficiar de forma integral da legislação acima citada. Isto porque o Poder Judiciário, como prestador do monopólio do serviço público jurisdição, consistente na atividade legal e constitucional de solver os conflitos de interesses - individuais ou plurisubjetivos - no resgate da paz social e por imposição da Magna Carta deve facilitar, de todo modo, o acesso de todos jurisdicionados à tutela jurisdicional. Então, conforme foi vista, a assistência judiciária gratuita compreende isenções das custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art 3° da Lei 1060/50. Assim, intime-se a parte requerente para apresentar declaração do próprio punho de que não está pagando honorários advocatícios ao procurador constituído, no prazo de 05 dias.A petição inicial deve ser emendada no prazo de 10 dias. Com efeito. Na dicção do art. 295 do CPC, "A petição inicial será indeferida: I - quando for inepta; Parágrafo único. Considera-se inepta a petição inicial quando: II - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;" A petição inicial, busca, entre outros provimentos, a revisão das cláusulas do contrato, no entanto, sequer aponta quais as cláusulas que entende abusivas, nem faz qualquer argumentação razoável pela qual concluiu que São abusivas, apenas citando normas do CDC. Não há elementos, por ora, para que se dê seguimento à ação. Isso porque a inicial, com a devida vênia, não passa de peça meramente retórica versando sobre a abusividade e excessiva onerosidade dos contratos bancários em geral, sem qualquer referência objetiva ao negócio jurídico em particular, que pretende revisar. Repita-se, sequer especifica a parte autora quais as cláusulas contratuais pretende sejam revisadas e em que termos pretende tal revisão. Da leitura da petição inicial, verifica-se exposição de doutrina e jurisprudência, em discurso teórico sobre teses jurídicas. Todavia, não se verifica relacionamento do alegado, de forma específica, com fatos. Não houve a indicação precisa das cláusulas e condições que seriam abusivas. Não houve indicação de indícios concretos da prática de capitalização de juros e da utilização de encargos na inadimplência que retratem onerosidade excessiva. O autor deveria ter indicado onde estariam o anatocismo, a cobrança ilegal de juros e encargos que seriam abusivos. Melhor
explicando, o autor deveria ter exposto onde cada um desses defeitos ocorreu efetivamente. Como se vë, o pedido não apresenta decorrência lógica em relação aos fatos narrados. A lacônica assertiva da incidência de cláusulas que estipulem vantagem excessivamente onerosa não viabiliza o direito à defesa da demandada, tampouco se constitui em "narração dos fatos" que legitime o pedido de revisão contratual. Embora incida o CDC no contrato, de notar que a inversão do ônus da prova exige a verossimilhança da alegação da parte, requisito esse que dependia da regularidade da petição inicial, o que não se verifica no caso. Sobre o tema, é oportuno trazer a baila os lições de Marinoni e Arenharti, ao asseverarem que: Há inépcia da inicial, devendo ser ela indeferida, quando faltar causa de pedir ou pedido. Quando o autor narra fatos e apresenta uma conclusão que deles não decorre, não coerência lógica na apresentação da petição inicial, que, portanto, também é considerada inepta, isto é, não apta para dar prosseguimento ao processo. Nesse sentido são os arestos trazidos à colação a seguir: SERVIDOR PUBLICO. PEDIDO DE INDENIZAÇAO CUMULADO COM COBRANÇA DE INSALUBRIDADE E ABALO MORAL. INEPCIA DA INICIAL. AUSENCIA DE CLAREZA NOS FATOS E FUNDAMENTOS MANEJADOS NA EXORDIAL. SENTENÇA EXTINTIVA DO FEITO QUE VAICONFIRMADA. Pretende o apelante a reforma da sentença que julgou extinto o feito em razão da inépcia da inicial. Ausência de clareza nos fatos e

fundamentos expostos que não decorre uma conclusão lógica do que foi pedido, além de não ser possível verificar a causa de pedir e o próprio pedido. Sentença que indeferiu a inicial por inépcia que vai mantida. APELAÇAO IMPROVIDA. (Apelação Cível N° 70017744087, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson Antônio Monteiro Pacheco, Julgado em 29/11/2007). CONSUMIDOR. serviço DE TELEFONIA FIXA. INEPCIA DA petição INICIAL. Não obstante tratar-se de pedido de balcão, a impossibilidade de se verificar com um mínimo de clareza a causa de pedir da ação resulta no indeferimento da inicial. Extinção do pedido sem julgamento de mérito, pela inépcia da petição inicial. (Recurso Cível N° 71001344563, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 06/11/2007). De todo conveniente, para evitar cerceamento de defesa e também eventuais prejuízos à parte autora, a emenda à inicial para que seja proposta a ação adequadamente, com os requisitos técnicos mínimos para o adequado conhecimento. Isto posto, intime-se o autor para emendar a inicial no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito em razão da inépcia da inicial. Adv. JOSÉ DIAS DE SOUZA JUNIOR.

200. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 0049548-87.2011.8.16.0001-ANGELA GARMATTER e outro x GABRIEL ARANTES ZANIN - 1. Defiro a gratuidade para isentar a parte autora do pagamento da integralidade de qualquer despesa relacionada ao processo e de honorários de advogado, em caráter provisório, até a audiência, à qual deverá comparecer necessariamente o requerente. As embargantes não dizem muito sobre si mesmas. Não se sabe a não ser a só objetivamente afirmada situação de carência material. Sendo possível a concessão do benefício, em tese, de 100% até 1% a depender do grau de miserabilidade, em cinco (05) dias preste mais esclarecimentos acerca da afirmada miserabilidade, que compreenderá a realidade de sua situação financeira e econômica, considerado, também, o ambiente familiar, patrimônio, rendas e despesas. Deverão esclarecer, também, se adiantaram qualquer valor a qualquer título em favor de assessorias, associações, escritórios, profissionais liberais que, de forma direta ou indireta, se relacionem com a propositura da ação, como, por exemplo, despesas com cópias, cálculos, oficial de justiça, elaboração de contratos e despesas assemelhadas. Não prestar os esclarecimentos de forma clara e exauriente, bem assim o não comparecimento em audiência sem justificativa legal e devidamente comprovada poderá importa na cassação do benefício. 2. Recebo os embargos sem suspender a execução. 3. Intime-se o einbargado para, querendo, oferecer impugnação em 15 (quinze) dias (CPC, art. 740, primeira parte). Advs. CESAR AUGUSTO RICHTER ROSS, ASSAKO YOSHIOKA KIMURA, KAREN YUMI KIMURA e ROBERSON LAERT DE SOUZA.

201. IMPUGNAÇAO A CON. DOS BENEF. - 1603/2011-CAIXA SEGURADORA S/A x EDITORA GRÁFICA POPULAR LTDA e outros - Notifiquem-se os embargantes para contestarem o incidente no prazo de 05 dias. Advs. JEAN CARLOS CAMOZATO e JOAQUIM JOSÉ PEREIRA FILHO.

202. REVISIONAL DE CLAUSULAS - 0050238-19.2011.8.16.0001-NATANAEL DE OLIVEIRA x AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. - Inicialmente, intime-se o requerente para emendar a petição inicial no prazo de 10 dias, a fim de dar atendimento ao disposto no artigo 282, II do CPC, para comprovar documentalmente seus rendimentos, até mesmo para que este juízo possa avaliar o pedido de Justiça Gratuita. A petição inicial deve ser emendada no prazo de 10 dias. Com efeito. Na dicção do art. 295 do CPC, "A petição inicial será indeferida: I - quando for inepta; Parágrafo único. Considera-se inepta a petição inicial quando: II - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;" A petição inicial, busca, entre outros provimentos, a revisão das cláusulas do contrato, no entanto, sequer aponta quais as cláusulas que entende abusivas, nem faz qualquer argumentação razoável pela qual concluiu que São abusivas, apenas citando normas do CDC. Não há elementos, por ora, para que se dê seguimento à ação. Isso porque a inicial, com a devida vênia, não passa de peça meramente retórica versando sobre a abusividade e excessiva onerosidade dos contratos bancários em geral, sem qualquer referência objetiva ao negócio jurídico em particular, que pretende revisar. Repita-se, sequer especifica a parte autora quais as cláusulas contratuais pretende sejam revisadas e em que termos pretende tal revisão. Da leitura da petição inicial, verifica-se exposição de doutrina e jurisprudência, em discurso teórico sobre teses jurídicas. Todavia, não se verifica relacionamento do alegado, de forma específica, com fatos. Não houve a indicação precisa das cláusulas e condições que seriam abusivas. Não houve indicação de indícios concretos da prática de capitalização de juros e da utilização de encargos na inadimplência que retratem onerosidade excessiva. O autor deveria ter indicado onde estariam o anatocismo, a cobrança ilegal de juros e encargos que seriam abusivos. Melhor explicando, o autor deveria ter exposto onde cada um desses defeitos ocorreu efetivamente. Como se vë, o pedido não apresenta decorrência lógica em relação aos fatos narrados. A lacônica assertiva da incidência de cláusulas que estipulem vantagem excessivamente onerosa não viabiliza o direito à defesa da demandada, tampouco se constitui em "narração dos fatos" que legitime o pedido de revisão contratual. Embora incida o CDC no contrato, de notar que a inversão do ônus da prova exige a verossimilhança da alegação da parte, requisito esse que dependia da regularidade da petição inicial, o que não se verifica no caso. Sobre o tema, é oportuno trazer a baila os lições de Marinoni e Arenharti, ao asseverarem que: Há inépcia da inicial, devendo ser ela indeferida, quando faltar causa de pedir ou pedido. Quando o autor narra fatos e apresenta uma conclusão que deles não decorre, não coerência lógica na apresentação da petição inicial, que, portanto, também é considerada inepta, isto é, não apta para dar prosseguimento ao processo. Nesse sentido são os arestos trazidos à colação a seguir: SERVIDOR PUBLICO. PEDIDO DE INDENIZAÇAO CUMULADO COM COBRANÇA DE INSALUBRIDADE E ABALO MORAL. INEPCIA DA INICIAL. AUSENCIA DE CLAREZA NOS FATOS E FUNDAMENTOS MANEJADOS NA EXORDIAL. SENTENÇA EXTINTIVA DO FEITO QUE VAICONFIRMADA. Pretende o apelante a reforma da sentença que julgou extinto o feito em razão da inépcia da inicial. Ausência de clareza nos fatos e fundamentos expostos que não decorre uma conclusão lógica do que foi

pedido, além de não ser possível verificar a causa de pedir e o próprio pedido. Sentença que indeferiu a inicial por inépcia que vai mantida. APELAÇAO IMPROVIDA. (Apelação Cível N° 70017744087, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson Antônio Monteiro Pacheco, Julgado em 29/11/2007). CONSUMIDOR. serviço DE TELEFONIA FIXA. INEPCIA DA petição INICIAL. Não obstante tratar-se de pedido de balcão, a impossibilidade de se verificar com um mínimo de clareza a causa de pedir da ação resulta no indeferimento da inicial. Extinção do pedido sem julgamento de mérito, pela inépcia da petição inicial. (Recurso Cível N° 71001344563, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 06/11/2007). De todo conveniente, para evitar cerceamento de defesa e também eventuais prejuízos à parte autora, a emenda à inicial para que seja proposta a ação adequadamente, com os requisitos técnicos mínimos para o adequado conhecimento. Isto posto, intime-se o autor para emendar a inicial no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito em razão da inépcia da inicial. Advs. CRISTIANO RICARDO WULFF, CÉSAR AUGUSTO VOLTOLINI e WALMOR ALBERTO STREBE JUNIOR.

203. NULIDADE CONTRATUAL - 0051121-63.2011.8.16.0001-JOEL DE SOUZA SILVA x BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. - 1. O autor deve atender ao inciso II do artigo 282 do Código de Processo Civil e informar seu estado civil. 2. Deverá esclarecer o requerente, em cinco dias, se adiantou qualquer valor a qualquer título em favor de assessorias, associações, escritórios, profissionais liberais que, de forma direta ou indireta, se relacionem com a propositura da ação, como, por exemplo, despesas com cópias, cálculos, oficial de justiça, elaboração de contratos e despesas assemelhadas. Não prestar as informações de forma clara e exauriente, bem assim o não comparecimento em audiência sem justificativa legal e devidamente comprovada poderá importar na cassação do benefício. 3. O autor estimou o valor de R$ 348,52 (f. 18, n° 3) como o correto para a prestação. Defiro desde logo o depósito do valor ofertado, a ser feito no prazo de cinco dias, que deverá conter especificação, parcela a parcela, das datas de vencimento, valor principal e o que a ele se acresceu por decorrência de eventual mora ou mesmo correção monetária, tudo separadamente (artigo 893, inciso I, do Código de Processo Civil). Depois do depósito serão examinados os pedidos de antecipação de efeitos da tutela final. 4. Cite-se o requerido para, querendo, oferecer resposta no prazo de quinze dias, com as advertências dos artigos 285 e 319, ambos do Código de Processo Civil. Int. Curitiba, 28 de setembro de 2011. Renato Lopes de Paiva. Juiz de Direito. Adv. JULIANE TOLEDO ROSSA.

Curitiba, 29 de Setembro de 2011.

## 17ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE CURITIBA-PARANA**
**DECIMA SETIMA VARA CIVEL**
**DR. NAOR RIBEIRO DE MACEDO NETO**
**DR. CESAR GHIZONI**

**RELACAO N.182/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADILSON LUIS FERREIRA 00003 001024/1995
ADMILSON QUEZADA 00109 036914/2011
ADRIANE TURIN DOS SANTOS 00064 047483/2010
ADRIANO MUNIZ REBELLO 00055 016808/2010
ADROALDO JOSE GONÇALVES 00013 000507/2003
AFONSO HENRIQUE MAIA BASTOS 00025 001339/2006
ALBERTO RODRIGUES ALVES 00017 001026/2005
ALESSANDRA MICHALSKI VELLOSO 00103 024012/2011
ALESSANDRO MOREIRA DO SACRAMENTO 00005 000466/1998
ALEXANDRE CHRISTOPH LOBO PACHECO 00086 007784/2011
ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO 00078 002445/2011
ANA CAROLINA BUSATTO MACEDO 00117 041873/2011
ANA TEREZA PALHARES BASILIO 00058 018736/2010
00066 048883/2010
00081 005937/2011
ANDRE MACIEL WANDSCHEER 00080 005891/2011
ANTELMO JOAO BERNARTT FILHO 00065 048182/2010
ANTONIO CELESTINO TONELOTO 00001 000508/1994
AURELIANO PERNETTA CARON 00009 000026/2001
BLAS GOMM FILHO 00040 001887/2008
BRUNO MIRANDA QUADROS 00073 067548/2010
CAMILA DA COSTA ALBUQUERQUE 00035 000494/2008
CAMILLA HAMAMOTO 00105 027663/2011
CARIM CARDOSO SAAD 00027 000264/2007
CARINE DE MEDEIROS MARTINS 00070 057100/2010
CARLA CHRISTIAN BACKS MANSUR 00003 001024/1995
CARLA PASSOS MELHADO 00116 041868/2011
CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO 00072 061848/2010
CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA 00040 001887/2008

CARLOS ALBERTO XAVIER 00088 009660/2011
CARLOS DUPONT 00115 041555/2011
CARLOS EDUARDO SCARDUA 00031 001264/2007
00038 001397/2008
00053 008592/2010
CARLOS JOAQUIM DE OLIVEIRA FRANCO 00003 001024/1995
CARLOS JUAREZ WEBER 00019 001408/2005
CARLOS VON LINSINGEN JUNIOR 00102 023253/2011
CESAR AUGUSTO TERRA 00054 008740/2010
CHRYSTIANNE DE FREITAS A. FERREIRA 00079 005393/2011
CIRO BRUNING 00012 001018/2001
CLAUDIA BARROSO DE PINHO TAVARES MONTANH 00037 001323/2008
CLAUDINEI BELAFRONTE 00008 001257/2000
CLAUDIO CEZAR DA SILVA 00074 068556/2010
CLECI T. MUXFELDT 00001 000508/1994
CLELIO TOFFOLI JUNIOR 00003 001024/1995
CRISTIAN MIGUEL 00119 044514/2011
CRISTOBAL ANDRES MUNOZ DANOSO 00018 001186/2005
DALVA MARLI MENARIM 00014 001471/2003
DANIEL HACHEM 00015 001304/2004
00022 000610/2006
00034 000230/2008
00036 000677/2008
00047 001344/2009
00051 000540/2010
DANIELLE TEDESKO 00053 008592/2010
DANILO RIBEIRO DE OLIVEIRA 00080 005891/2011
DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO 00068 049726/2010
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR 00020 000231/2006
DENISE DE JESUS FERREIRA 00002 000617/1995
00054 008740/2010
DIEGO MARTINS GASPARY 00013 000507/2003
DIOGO GUEDERT 00049 001650/2009
DOUGLAS A. RODERJAN FILHO 00027 000264/2007
ECLAIR TAVARES TESSEROLI 00042 000232/2009
EDUARDO MELLO 00035 000494/2008
ELISABETH REGINA VENANCIO 00050 001926/2009
ELISA GEHLEN P. B. DE CARVALHO 00045 000792/2009
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES 00046 000968/2009
ELOISA FONTES TAVARES RIVANI 00005 000466/1998
EMERSON LUIZ LAURENTI 00108 036693/2011
ERICA MARTA GAVETTI 00009 000026/2001
ERIKA HIKISHIMA FRAGA 00026 000122/2007
ERNANI KAVALKIEVICZ JUNIOR 00028 000381/2007
EVARISTO ARAGAO SANTOS 00056 017805/2010
00111 040306/2011
EVARISTO ARAGAO SANTOS 00041 000162/2009
00067 049338/2010
FABIANA CARLA DE SOUZA 00106 031660/2011
FABIANO ANTONIO F. MEIRA 00008 001257/2000
FABRICIO KAVA 00041 000162/2009
00067 049338/2010
FELIPE DE ARAÚJO SILVEIRA 00071 060848/2010
00102 023253/2011
FELIPE DE ARAUJO DIAS 00035 000494/2008
FERNANDO JOSE BONATTO 00016 000381/2005
FERNANDO TODESCHINI 00080 005891/2011
FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO 00089 009767/2011
FLAVIO DIONISIO BERNARTT 00065 048182/2010
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 00053 008592/2010
FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR 00045 000792/2009
FREDERICO GUILHERME LOBE MORITZ 00101 022661/2011
GABRIEL A.H. NEIVA DE LIMA FILHO 00042 000232/2009
GENNARO CANNAVACCIUOLO 00107 033191/2011
GEOVANNA DIAS MANCIO 00006 000688/1998
GERARD KAGHTAZIAN JR 00028 000381/2007
GERCINO BETT JUNIOR 00026 000122/2007
GERSON VANZIN MOURA DA SILVA 00053 008592/2010
GILBERTO STINGLIN LOTH 00054 008740/2010
GIOSER ANTONIO OLIVETTE CAVET 00091 011306/2011
GISELE AGOSTINI BUQUERA 00056 017805/2010
GISELE ECHTERHOFF 00112 040566/2011
GLAUBER MORENO TALAVERA 00031 001264/2007
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 00088 009660/2011
HANY KELLY GUSSO 00117 041873/2011
HELIO KENNEDY GONÇALVES VARGAS 00004 000420/1997
HENRIQUE CANZONIERI 00087 008001/2011
ILIÃ DE MOURA E COSTA 00115 041555/2011
INDIANARA FARIAS DE CAMARGO 00017 001026/2005
IONEIA ILDA VERONEZE 00083 006244/2011
IVAN DE AZEVEDO GUBERT 00101 022661/2011
IVO BERNARDINO CARDOSO 00023 001083/2006
JACO IRINEU DE PAULI JR 00044 000722/2009
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 00053 008592/2010
JANAINA GIOZZA AVILA 00088 009660/2011
JANE PEREZ KAPAZI 00074 068556/2010
JEAN MAURICIO DE SILVA LOBO 00061 042251/2010
00063 045041/2010
JEFFERSON COMELI 00089 009767/2011
JOAO CASILLO 00089 009767/2011
JOAO LEONEL ANTOCHESKI 00025 001339/2006
00043 000378/2009
JOAQUIM MIRO 00058 018736/2010
00066 048883/2010
00081 005937/2011
JOHNSON SADE 00005 000466/1998
JONAS BORGES 00111 040306/2011
JOSE ARI MATOS 00058 018736/2010
00066 048883/2010
00081 005937/2011
JOSE CONCEIÇÃO BUENO 00114 041007/2011
JOSE DIAS DE SOUZA JUNIOR 00094 016072/2011
00096 016918/2011
00118 044431/2011
JOSE RODRIGO SADE 00039 001428/2008
JOSE VALTER RODRIGUES 00021 000564/2006
JUAREZ BORTOLI 00033 000218/2008
JULIANE TOLEDO S. ROSSA 00097 017439/2011
JULIANE T.S. ROSSA 00100 022178/2011
JULIO ANTONIO SIMAO FERREIRA 00007 001278/1999
JULIO BROTTO 00083 006244/2011
JULIO CESAR DALMOLIN 00020 000231/2006
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00046 000968/2009
00085 007195/2011
00095 016840/2011
KATIA CRISTINA GOMES CHANDELIER 00092 014513/2011
KELLY WORM COTLINSKI CANZAN 00057 018697/2010
KELSEN CHRISTINA ZANOTTI TONELO 00075 070980/2010
LEANDRO AYRES FRANÇA 00084 006749/2011
LEANDRO CARDOZO BITTENCOURT 00098 019623/2011
LEANDRO FRANKLIN GORSDORF 00120 045829/2011
LEONARDO XAVIER ROUSSENQ 00031 001264/2007
LIDIANA VAZ RIBOVSKI 00070 057100/2010
00082 006021/2011
LIGIA FRANCO DE BRITO 00032 001342/2007
LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO 00060 030335/2010
LINCOLN TAYLOR FERREIRA 00029 001104/2007
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDES 00084 006749/2011
LUCIA AURORA FURTADO BRONHOLO 00012 001018/2001
LUCIANO CHIZINI E CHEMIN 00006 000688/1998
LUCIOLA LOPES CORREA 00057 018697/2010
LUIS ANTONIO REQUIAO 00048 001596/2009
LUIZ ANTONIO MORES 00041 000162/2009
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA 00009 000026/2001
LUIZ FERNANDO PEREIRA 00016 000381/2005
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 00053 008592/2010
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 00056 017805/2010
00062 043000/2010
LYGIA MARIA ERTHAL 00042 000232/2009
MAGDA LUIZA RIGODONZZO EGGER 00024 001176/2006
MARCELO DE ALMEIDA BITTENCOURT 00087 008001/2011
MARCELO MARQUARDT 00014 001471/2003
MARCELO ORTOLANI CARDOSO 00098 019623/2011
MARCELO TESHEINER CAVASSANI 00005 000466/1998
MARCIO PASCHENDA NEVES 00027 000264/2007
MARCO ANTONIO ANDRAUS 00039 001428/2008
MARCO ANTONIO MONTEIRO DA SILVA 00012 001018/2001
MARCO JULIANO FELIZARDO 00090 011282/2011
MARCOS ANTONIO NUNES DA SILVA 00020 000231/2006
MARCOS BUENO GOMES 00052 004872/2010
MARCOS WENGERKIEWICZ 00030 001106/2007
MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA 00043 000378/2009
MARIA LORETE BIERNASKI QUEZADA 00109 036914/2011
MARIA LUCILIA GOMES 00082 006021/2011
MARIANE CARDOSO MACAREVICH 00038 001397/2008
00073 067548/2010
MARILZA MATIOSKI 00110 037546/2011
MARINA MICHEL DE MACEDO MARTYNYCHEN 00063 045041/2010
MARION ARANHA PACHECO MUGGIATI 00021 000564/2006
MARLUCIO LEDO VIEIRA 00020 000231/2006
MAURICIO ALCANTARA DA SILVA 00103 024012/2011
MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI 00090 011282/2011
MAURICIO SOUZA BOCHNIA 00043 000378/2009
MAURICIO VIEIRA 00055 016808/2010
MAURO SERGIO GUEDES NASTARI 00045 000792/2009
MAYLIN MAFFINI 00085 007195/2011
MIEKO ITO 00076 072176/2010
00079 005393/2011
MIGUEL CESAR SETIM 00004 000420/1997
MUNIR GUERIOS FILHO 00113 040925/2011
NASSER AHMAD ALLAN 00024 001176/2006
NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR 00007 001278/1999
NORBERTO TARGINO DA SILVA 00068 049726/2010
ODECIO LUIZ PERALTA 00065 048182/2010
ODILON DE QUEIROZ JUCA FILHO 00005 000466/1998
ODORICO TOMASONI 00099 019643/2011
PATRICIA PIEKARCZYK 00021 000564/2006
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 00119 044514/2011
PATRICK G. MERCER 00014 001471/2003
PAULO FERNANDO PAZ ALARCON 00104 024592/2011
PAULO RIBEIRO DA SILVA 00037 001323/2008
PAULO ROBERTO FERREIRA SILVEIRA 00029 001104/2007
PAULO ROBERTO JENSEN 00019 001408/2005
PAULO ROBERTO NAKAKOGUE 00069 054503/2010
PAULO ROBERTO VIDAL 00061 042251/2010
PERES KREITCHMANN JUNIOR 00075 070980/2010
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 00077 002233/2011
PRISCILA KEI SATO 00062 043000/2010
RAFAELA FILGUEIRA 00031 001264/2007
RAFAEL DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS 00054 008740/2010
00061 042251/2010
REGIANE LUSTOSA S. FRANCA 00014 001471/2003
REINALDO MIRICO ARONIS 00010 000698/2001
00011 000734/2001
00048 001596/2009
00059 026997/2010
RICARDO SILVEIRA ROCHA 00052 004872/2010
ROBERTO TRIGUEIRO FONTES 00013 000507/2003

RODRIGO DE SOUZA AGUIAR 00037 001323/2008
RODRIGO ROCKENBACH 00023 001083/2006
ROGERIO GROHMANN SFOGGIA 00018 001186/2005
ROSANGELA DA ROSA CORREA 00038 001397/2008
ROSEANE RIESEL 00099 019643/2011
RUY ANTONIO LOPES 00121 046037/2011
SANDRA CALABRESE SIMÃO 00050 001926/2009
SANDRA REGINA RODRIGUES 00017 001026/2005
SAULO DE TARSO A. CARNEIRO 00010 000698/2001
SILVANA SANTOS TURIN 00056 017805/2010
SILVIA CARNEIRO LEAO 00010 000698/2001
SILVIO BRAMBILA 00037 001323/2008
SIMONE KOHLER 00037 001323/2008
00101 022661/2011
SOLANGE CANDIDA WUICK 00003 001024/1995
SOLANGE TAKASHI MATSUKA 00027 000264/2007
SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES 00008 001257/2000
00031 001264/2007
SORAYA DOS SANTOS PEREIRA 00011 000734/2001
STELA MARLENE SCHWERZ 00035 000494/2008
TATIANA MAYUMI FURUKAWA 00093 016004/2011
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER 00056 017805/2010
THADEU JOSE CAPOTE 00112 040566/2011
THAIS FORTES FONTES 00035 000494/2008
THALES VON LINSINGEN TAVARES 00071 060848/2010
VALDECI WENCESLAU BARAO MARQUES 00002 000617/1995
VALERIA SUSANA RUIZ 00101 022661/2011
VICENTE PAULA SANTOS 00050 001926/2009
VITOR S. BRONZATTO NETO 00027 000264/2007
WALDIR LESKE 00032 001342/2007
WILLIAM MOREIRA CASTILHO 00099 019643/2011

1. REINTEGRACAO DE POSSE-508/1994-CIA. ITAU LEASING x NELCI CACERES ROCHA -ME- I- Tendo em vista o decurso de vasto prazo desde a outorga da procuracao de fls. 32, intime-se o patrono da requerida para que promova a juntada de procutacao atualizada contendo poderes especiais para receber quitacao, com assinatura devidamente reconhecida. II- Intime-se. -Advs. ANTONIO CELESTINO TONELOTO e CLECI T. MUXFELDT-.

2. EXECUCAO DE TITULOS-617/1995-CRUZADAO COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA x REGINA MARIA PARIZZI BARROS- I- Efetuei a tentativa de bloqueio de veiculos para circulacao via Renajud, no dia de hoje, cujo resultado junto a seguir. II- Intime-se o Exequente para manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias. III- Int. -Advs. VALDECI WENCESLAU BARAO MARQUES e DENISE DE JESUS FERREIRA-.

3. INDENIZACAO ORDINARIO-1024/1995-DIONEIA MACHADO BUTKOSKI e outro x ROBSON DE BRITO e outro-Pelo contido as fls 1026, faculto que diga o interessado em 05 dias. Sobre a certidao de ter decorrido o prazo sem manifestaçao da parte requerida. -Advs. SOLANGE CANDIDA WUICK, ADILSON LUIS FERREIRA, CARLOS JOAQUIM DE OLIVEIRA FRANCO, CLELIO TOFFOLI JUNIOR e CARLA CHRISTIAN BACKS MANSUR-.

4. SUMARIA DE COBRANCA-420/1997-COND. CONJ. RESID MORAD. VILAS NOVAS COND. V x VANDER DOS REIS SA e outro- I- Manifeste-se a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do prosseguimento do feito. II- Intime-se. -Advs. HELIO KENNEDY GONÇALVES VARGAS e MIGUEL CESAR SETIM-.

5. REVISIONAL DE CONTRATO-466/1998-INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA SERENA LTDA x BANCO VOLKSWAGEN S/A- I- Cumpra-se a decisao de fls. 331, quanto a manifestacao do requerido acerca do deposito de fls. 329/330. II- Intime-se. -Advs. JOHNSON SADE, ODILON DE QUEIROZ JUCA FILHO, MARCELO TESHEINER CAVASSANI, ALESSANDRO MOREIRA DO SACRAMENTO e ELOISA FONTES TAVARES RIVANI-.

6. INVENTARIO NEGATIVO-688/1998-IRACEMA DOS SANTOS RIBEIRO x AGENOR HERCULANO RIBEIRO- Defiro o pedido de vista dos autos, pelo prazo de 05 (cinco) dias. II- Intime-se-Advs. GEOVANNA DIAS MANCIO e LUCIANO CHIZINI E CHEMIN-.

7. ORDINARIA DE COBRANCA-1278/1999-OTTILIA JASKIN e outros x GIANFRANCO SIMAO FERREIRA- Ante a baixa dos presentes autos ao Juizo de origem manifesterm-se as partes. -Advs. NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR e JULIO ANTONIO SIMAO FERREIRA-.

8. DECLARATORIA (SUMARIA)-1257/2000-BANCO SANTANDER (BRASIL). S.A x AUGUSTO SILVA FILHO e outro- Recebo os declaratórios (f. 917/922), porquanto tempestivos, e dou-lhes provimento, na medida em que, de fato, o decisum ora em cumprimento condenou os réus a ressarcir o autor dos valores que venha a pagar aos emitentes ou favorecidos dos cheques irregularmente depositados e à restituição dos valores sacados e que tiveram origem nos depósitos irregulares. Tal questão restou bem esclarecida na decisão de f. 827/828. Dessa forma, a condenação dos demandados abrange tanto os valores indicados no laudo de f. 876 quanto aqueles que tiveram origem nos depósitos irregulares (f. 464), de modo que saldo algum há em seu favor a ser levantado. Ao revés, os valores bloqueados são inferiores ao montante da condenação, de sorte a prosseguir-se a execução quanto ao saldo restante. Face ao exposto e considerando o mais que dos autos consta, confiro efeitos infringentes aos presentes embargos, para o fim de tornar sem efeito os itens I e II da decisão embargada (f. 915), deferindo o levantamento dos valores por parte do credor, nos termos do quanto pleiteado (item 7 - f. 922). Transcorrido o prazo para recurso da presente, expeça-se alvara na forma acima determinada. Intimem-se. -Advs. SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES, CLAUDINEI BELAFRONTE e FABIANO ANTONIO F. MEIRA-.

9. DESPEJO-26/2001-PORTHAL DO LAGO S/A x SEMI LUA COMERCIO DE MEIAS E LINGERIES LTDA-ME- I- Defiro o pedido de vista dos presentes autos pelo prazo de 10 (dez) dias. II- Intime-se. -Advs. AURELIANO PERNETTA CARON, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA e ERICA MARTA GAVETTI-.

10. COBRANCA - SUMARIO-698/2001-BANCO DO BRASIL S/A x SANDRA MARIA GARCIA PEIXOTO- I- Manifestem-se as partes ante o julgamento do recurso (fls. 380/387). II- Intimem-se. -Advs. REINALDO MIRICO ARONIS, SILVIA CARNEIRO LEAO e SAULO DE TARSO A. CARNEIRO-.

11. MONITORIA-734/2001-BANCO DO BRASIL S/A x ROBERTO LUIZ FERREIRA LISSA- I- Cumpra-se o despacho de fls. 283. II- Intime-se. -Advs. REINALDO MIRICO ARONIS e SORAYA DOS SANTOS PEREIRA-.

12. RESTAURACAO DE AUTOS-1018/2001-PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS x CYAL ASSESSORIA EM COMUNICACOES LTDA.- I- Intime-se o requerente para que atenda a solicitacao de fls. 230. Apos, proceda-se a avaliacao do bem. II- Intime-se. -Advs. MARCO ANTONIO MONTEIRO DA SILVA, CIRO BRUNING e LUCIA AURORA FURTADO BRONHOLO-.

13. EXECUCAO DE SENTENCA-507/2003-VERA LUCIA FERNANDES BERTI x FUNDACAO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL - SISTEL- A parte interessada devera providenciar a antecipaçao das custas referente ao oficio de levantamento que ja se encontra expedido. -Advs. DIEGO MARTINS GASPARY, ADROALDO JOSE GONÇALVES e ROBERTO TRIGUEIRO FONTES-.

14. INDENIZACAO-1471/2003-HOMERO DOMINGUES x MARILINDA BETTINA SANSON- Os autos estavam na pilha dos feitos a serem sentenciados, porém, compulsando acuradamente o feito, verifico que na contestação apresentada requereu-se a expedição de ofício à distribuição da Justiça do Trabalho de Curitiba, solicitando informações acerca da existência de Ação Trabalhista de Homero Domingues em face do Condomínio do Edificio Cosmopolitan, para verificação de eventual duplicidade do pedido de dano moral. Tendo em vista que o referido requerimento não fora analisado, oficie-se nos termos acima (fls. 90). Após, voltem conclusos. Int. -Advs. DALVA MARLI MENARIM, REGIANE LUSTOSA S. FRANCA, PATRICK G. MERCER e MARCELO MARQUARDT-.

15. B e A -convertida em DEPOSITO-1304/2004-BANCO ITAU S.A. x NELSON DO NASCIMENTO- I- Indefiro o pedido de consulta ao Bacenjud para a busca do endereco do requerido, tendo em vista que este juizo nao utiliza do sistema indicado para a obtencao desta informacao. II- No mais, oficie-se conforme requerido no petitorio de fls.107. III- Intime-se.-Adv. DANIEL HACHEM-.

16. ORDINARIA-381/2005-MAXCEL ELETRONICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e outro x CONSILUX CONSULTORIA E CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA- I- Defiro o requerimento contido no item 1 de fls. 1378, voltado à liquidação da parte ilíquida do julgado, o que não guarda qualquer relação com o julgamento do Agravo de Instrumento em tela(fls. 1366/1370). II- De outro lado, indefiro o requerimento formulado no item 2 de fls. 1378 a fim de se evitar tumulto processual, sendo necessário aguardar-se o julgamento do referido Agravo de Instrumento. III- Int. -Advs. FERNANDO JOSE BONATTO e LUIZ FERNANDO PEREIRA-.

17. REVISAO CONTRATUAL-1026/2005-CLODOALDO ALVES FERREIRA e outro x BRASIL TELECOM S/A - OI- Ante os documentos de fls. 344/349, manifeste-se o exequente. -Advs. INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, ALBERTO RODRIGUES ALVES e SANDRA REGINA RODRIGUES-.

18. REVISIONAL DE CLAUSULAS CONTRATUAIS-1186/2005-TEREZINHA DOS SANTOS DE BARROS x PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A- I- Manifeste-se a parte exequente acerca do prosseguimento do feito. II- Intimem-se. -Advs. CRISTOBAL ANDRES MUNOZ DANOSO e ROGERIO GROHMANN SFOGGIA-.

19. MEDIDA CAUTELAR SUST.PROTESTO-1408/2005-AUTO POSTO DRAGO LTDA. x A. MOLINARI & CIA.LTDA.- I- Defiro o pedido de desentranhamento dos titulos originais para que o requerido proceda aos protestos, substituindo-os por copia nos autos, conforme requerido no petitorio de fls. 178/179. II- Apos, manifeste-se a parte interessada acerca do prosseguimento do feito. III- Intime-se. -Advs. CARLOS JUAREZ WEBER e PAULO ROBERTO JENSEN-.

20. PRESTACAO DE CONTAS-231/2006-ROSEVELT ADRIAN VAZ - FI x BANCO BRADESCO S/A.- Estes autos encontravam-se na pilha de feitos para serem sentenciados, todavia, bem examinados, percebe-se não estarem prontos para receber sentença. Com efeito, a realização de prova pericial é imprescindivel aos deslinde da demanda, posto que as partes controvertem acerca dos valores devidos. Assim, determino a produção de tal espécie de prova, bem como homologo o valor dos honorários estipulados pelo Sr. Perito às fis. 379, os quais não destoam da complexidade do trabalho a ser realizado. Intime-se a autora a, no prazo de 10(dez) dias, efetuar o deposito de 50% da verba honoraria pericial, ficando o deposito restante para ser efetuado por ocasião da entrega do laudo, a ser entregue no prazo de 30(trinta) dias. Int. -Advs. JULIO CESAR DALMOLIN, MARCOS ANTONIO NUNES DA SILVA, DENIO LEITE NOVAES JUNIOR e MARLUCIO LEDO VIEIRA-.

21. EMBARGOS A EXECUCAO-564/2006-MARIA SALETE DE SOUZA SILVA x CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS BELEM II- I- Ante o contido nas fls. 660/671, manifestem-se as partes acerca do prosseguimento do feito. II- Intimem-se.-Advs. MARION ARANHA PACHECO MUGGIATI, JOSE VALTER RODRIGUES e PATRICIA PIEKARCZYK-.

22. MONITORIA-610/2006-BANCO BRADESCO S/A. x R. CRUZ & CIA LTDA. e outro-I- O feito comporta julgamento antecipado conforme orienta o artigo 330, inciso I do Codigo de Processo Civil. II- Contados e preparados voltem os autos conclusos para prolaçao de sentença. III- Diligencias necessarias. -Adv. DANIEL HACHEM-.

23. INTERDITO PROIBITORIO-1083/2006-JOSIMAR APARECIDO CURITIBA DA ROCHA x THEREZINHA DAS GRACAS PADILHA TAVARES- I - Melhor examinados os autos, percebe-se não estarem prontos para receber sentença, haja vista a necessidade de dilação probatória para a elucidação de questões relevantes ao bom julgamento da lide. II - Oficie-se à Companhia de Habitação Popular (COHAB) para

que informe a este Juízo se o contrato objeto do imóvel descrito à fl. 03, firmado com a Sra. Therezinha das Graças Padilha Tavares, encontra- se quitado, bem como para que remeta cópia do referido contrato, constando no expediente o prazo de 10 (dez) dias para resposta. III - Após, intimem-se as partes para que se manifestem a respeito, em ulteriores 05 (cinco) dias. IV - Oportunamente, voltem. V - Intimem-se. -Advs. RODRIGO ROCKENBACH e IVO BERNARDINO CARDOSO-.

24. INTERDITO PROIBITORIO-1176/2006-BANCO SANTANDER (BRASIL). S.A e outro x SINDICATO DOS EMP. ESTAB. BANCARIOS DE CTBA E REGI- Aguarda-se o pagamento das custas do oficio de levantamento. -Advs. MAGDA LUIZA RIGODONZZO EGGER e NASSER AHMAD ALLAN-.

25. EXECUCAO DE TITULOS-1339/2006-BANCO BRADESCO S/A. x DIVELUX INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA e outro- II- Desentranhe-se a petiçao de fls. 82/110, nos termos do requerimento retro. III- Int. -Advs. JOAO LEONEL ANTOCHESKI e AFONSO HENRIQUE MAIA BASTOS-.

26. BUSCA E APREENSAO-122/2007-BANCO BMG S/A x DARCI BUENO- I - Inicialmente, oportuno ressaltar a aplicabilidade das regras do Código de Defesa do Consumidor nos contratos bancários. As instituições financeiras sob a forma de empresa privada submetem-se ao CDC, na medida que prestam serviços aos seus clientes. A atividade equipara-se a uma atividade de consumo, vez que o dinheiro/crédito nada mais e que um produto consumível pelos clientes consumidores. A caracterização como fornecedor está estampada no caput e § 2° do art. 3° do CDC. II - A matéria está consolidada, não restando mais dúvidas sobre a aplicabilidade do CDC aos contratos bancários, especialmente para proteger a boa-fé eo equilíbrio contratual. III - Portanto, incidem os dispositivos do Código de Defesa do consumidor ao contrato em análise, impondo-se a declaração de nulidade às cláusulas excessivamente rigorosas ou prejudiciais. Nesse sentido: "...". IV - Estando os elementos necessários ao deslinde da controvérsia em poder do banco, tais documentos, registros contábeis etc, correta é a inversão do ônus da prova, já que a produção das informações essenciais apresenta-se extremamente difícil para a parte hipossuficiente, eis que é clara a superioridade processual da instituição financeira (TJPR, Agravo de Instrumento 303.838-2). V - Defiro a inversão do ônus da prova. VI- Intime-se a parte contraria para que se manifeste, no prazo de 05 dias, dizendo, inclusive se pretende produzir outras provas. VII- Intimem-se. -Advs. ERIKA HIKISHIMA FRAGA e GERCINO BETT JUNIOR-.

27. MONITORIA-264/2007-BANCO BMD S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL x ARLINDO ZORZAN e outro- I - Intime-se o exeqüente para que apresente cálculos atualizados do débito. Após, voltem os autos conclusos para análise do pedido de fls. 564/565. II - Indefiro o pedido de fls. 566, porque está desacompanhado de certidão que comprove o alegado. III - Intimem-se. -Advs. SOLANGE TAKASHI MATSUKA, DOUGLAS A. RODERJAN FILHO, CARIM CARDOSO SAAD, VITOR S. BRONZATTO NETO e MARCIO PASCHENDA NEVES-.

28. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-381/2007-SEBASTIANA RAIMUNDA GUIRAUD x BANCO ITAU S.A. e outro- A parte interessada devera providenciar a antecipaçao das custas referente ao oficio de levantamanto. -Advs. ERNANI KAVALKIEVICZ JUNIOR e GERARD KAGHTAZIAN JR-.

29. EMBARGOS A EXECUCAO-1104/2007-BERNINI COMERCIO E CERAMICA LTDA e outro x RENTAL OPERAÇÕES MERCANTIS LTDA- I- O feito comporta julgamento antecipado conforme orienta o artigo 330, inciso I do Codigo de Processo Civil. II- Contados e preparados voltem os autos conclusos para prolacao de sentenca. III- Intimem-se. -Advs. LINCOLN TAYLOR FERREIRA e PAULO ROBERTO FERREIRA SILVEIRA-.

30. MONITORIA-1106/2007-JB NICHELE AUTO PEÇAS LTDA x WANIA RAQUEL DIGNER WALENCIO-A parte interessada deverá proceder o pagamento das custas referentes à expedição do ofício. Deverá também providenciar o pagamento das custas relativas ao envio do mandado para outra comarca ou a retirada do mesmo. -Adv. MARCOS WENGERKIEWICZ-.

31. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-1264/2007-JOSE GONÇALVEZ SOARES x BANCO HONDA S/A- I- Defiro o pedido de vistados autos, pelo prazo de 5 (cinco) dias. II- Intime-se. -Advs. RAFAELA FILGUEIRA, CARLOS EDUARDO SCARDUA, SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES, LEONARDO XAVIER ROUSSENQ e GLAUBER MORENO TALAVERA-.

32. INDENIZACAO-1342/2007-ANA LUIZA ZARDO - FIRMA INDIVIDUAL x JOSE ANTONIO FARIA DE BRITO- A parte interessada devera providenciar a antecipaçao das custas referente ao oficio de levantamento que ja se encontra expedido. -Advs. WALDIR LESKE e LIGIA FRANCO DE BRITO-.

33. COBRANCA DE AUTOS-218/2008-LEOCIR DE OLIVEIRA x ALTAIR DE OLIVEIRA-Diga o interessado quanto a retirada do(a) oficio No prazo de 05 (cinco) dias. -Adv. JUAREZ BORTOLI-.

34. EXECUCAO DE TITULOS-230/2008-BANCO BRADESCO S/A. x DUBAY COMERCIO DE ROUPAS E CALÇADOS LTDA e outro- I - Proceda-se a penhora "on line" (segue em anexo as fls. 88/89), servindo o respectivo extrato como termo de penhora, intimando-se o executado na pessoa de seu advogado; não o tendo intime-se pessoalmente (artigo 654, parágrafo 4° do Código de Processo Civil). becorrido o prazo legal sem manifestação do devedor, proceda-se a devida transferência do numerário à conta vinculado ao Juízo. II - Defiro o pedido retro para que, através do sistema RENAJUD (segue em anexo as fls. 87), seja efetuado o bloqueio de eventuais veículos registrados em nome do executado. III - Intime-se. -Adv. DANIEL HACHEM-.

35. RENOVATORIA DE LOCACAO-494/2008-GLOBEX UTILIDADES S/A x MULTISHOPPING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e outros-Pelo contido as fl. 284, faculto que diga(m) requerente , em 05 dias. Sobre a certidao de ter decorrido o prazo da suspensao. -Advs. FELIPE DE ARAUJO DIAS, STELA MARLENE SCHWERZ, THAIS FORTES FONTES, CAMILA DA COSTA ALBUQUERQUE e EDUARDO MELLO-.

36. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-677/2008-BANCO BRADESCO S/A. x N S VIEIRA & CIA LTDA - ME e outro- I - Efetuei a tentativa de bloqueio de bloqueio de veículos para circulação via Renajud, no dia de hoje, cujo resultado junto a seguir. II - Intime-se o(a)(s) Exeqüente(s) para manifestar(em)-se sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias. III - Int. -Adv. DANIEL HACHEM-.

37. USUCAPIAO-1323/2008-DANIEL TUYOSHI YOSHINAGA e outro x JOSE SKORA e outro- I- Intime-se a Procuradoria Geral do Municipio, para manifestar-se a respeito da petiçao retro no prazo de 05 (cinco) dias. II- Int. -Advs. PAULO RIBEIRO DA SILVA, CLAUDIA BARROSO DE PINHO TAVARES MONTANH, RODRIGO DE SOUZA AGUIAR, SILVIO BRAMBILA e SIMONE KOHLER-.

38. REVISAO DE CLAUSULAS CONTRATUAIS-1397/2008-CESAR AUGUSTO DE OLIVEIRA x BANCO FINASA BMC S/A- A parte interessada devera providenciar a antecipaçao das custas referente ao oficio de levantamento que ja se encontra expedido.-Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA, MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

39. OBRIGACAO DE FAZER-1428/2008-ONILSON CAMPARIN e outro x ZELINA MARIA WENDLER MEIRELLES- I- Defiro o pedido de vista, pelo prazo de 5 (cinco) dias. III- Intimem-se. -Advs. MARCO ANTONIO ANDRAUS e JOSE RODRIGO SADE-.

40. REVISAO CONTRATUAL-1887/2008-ELIAS FERREIRA SALES x BANCO SANTANDER (BRASIL). S.A- A parte interessada devera providenciar a antecipaçao das custas referente ao oficio de levantamento que ja se encontra expedido. -Advs. CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA e BLAS GOMM FILHO-.

41. EXECUCAO DE TITULOS-162/2009-BANCO ITAU S.A. x EMILIA BUDNIEVSKI ME e outro- I- Reitero a decisao de fls. 148. II- Intime-se. -Advs. EVARISTO ARAGAO SANTOS, FABRICIO KAVA e LUIZ ANTONIO MORES-.

42. BUSCA E APREENSAO-232/2009-SERVOPA S/A COMERCIO E INDUSTRIA x MARCOS ANTONIO DOS SANTOS- I- Manifeste-se a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do prosseguimento do feito. II- Intime-se. -Advs. LYGIA MARIA ERTHAL, GABRIEL A.H. NEIVA DE LIMA FILHO e ECLAIR TAVARES TESSEROLI-.

43. EXECUCAO DE TITULOS-378/2009-BANCO BRADESCO S/A. x GLOBAL CENTER ADMINISTRAÇÃO DE CONVENIOS LTDA e outros- I- Manifeste-se o exequente acerca do pedido de fls.148. II- Intimem-se-Advs. JOAO LEONEL ANTOCHESKI, MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA e MAURICIO SOUZA BOCHNIA-.

44. B e A -convertida em DEPOSITO-722/2009-BANCO PANAMERICANO S/A x ROBERTO FERNANDES DOS SANTOS- I- Indefiro o pedido de fls. 75, pois este Juizo nao utiliza o sistema indicado no petitorio para a obtencao das informacoes pleiteadas. II- Intimem-se-Adv. JACO IRINEU DE PAULI JR-.

45. PRESTACAO DE CONTAS-792/2009-LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS x BANCO ITAUCARD S/A- I- Defiro o requerimento de carga dos presentes autos, pelo prazo de 10 (dez) dias. II- Intime-se. -Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR e ELISA GEHLEN P. B. DE CARVALHO-.

46. BUSCA E APREENSAO-968/2009-B.V FINANCEIRA S/A C.F.I x ANDERSON MALINOSQUI BORGES- I- Intime-se o peticionante das fls. 61/64 para que apresente o contrato de cessao de direitos. Apos, voltem os autos conclusos para analise do pedido de substituicao do polo ativo. II- Intimem-se. -Advs. ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES e KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

47. EXECUCAO DE TITULOS-1344/2009-BANCO BRADESCO S/A. x FBA BORRACHARIA LTDA e outro- I - Proceda-se a penhora "on line" (segue em anexo as fls. 42/44), servindo o respectivo extrato como termo de penhora, intimando-se o executado na pessoa de seu advogado; não o tendo intime-se pessoalmente (artigo 654, parágrafo 4° do Código de Processo Civil). Decorrido o prazo legal sem manifestação do devedor, proceda-se a devida transferência do numerário à conta vinculado ao Juízo. II - Intime-se. -Adv. DANIEL HACHEM-.

48. COBRANCA - ORDINARIA-1596/2009-CLEMENA MARCHANEK x BANCO DO BRASIL S/A- I- Recebo o recurso de apelacao de fls. 62/71, em seu duplo efeito. II- Intime-se a parte contraria para que, querendo, apresente contra-razoes no prazo de 15 dias. III- Apos, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justica, com as homenagens e cautelas de estilo. IV- Intimem-se. -Advs. LUIS ANTONIO REQUIAO e REINALDO MIRICO ARONIS-.

49. MONITORIA-1650/2009-CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA x AS ALONSO ENGENHARIA DE OBRAS LTDA- I - Deixo de analisar o pedido de arbitramento de honorários, pois já arbitrado por este juízo na decisão de fls. 49/50. II - Proceda-se a penhora "on line" (segue em anexo as fls. 78/79), servindo o respectivo extrato como termo de penhora, intimando-se o executado na pessoa de seu advogado (artigo 652, parágrafo 4° do Código de Processo Civil); não o tendo intime-se pessoalmente. Decorrido o prazo legal sem manifestação do devedor, proceda-se a devida transferência do numerário à conta vinculada ao JuÍzo. III - .Intimem-se. -Adv. DIOGO GUEDERT-.

50. INDENIZACAO-1926/2009-FUNARPEN - FUNDO DE APOIO REGISTRO CIVIL PESSOAS NATURAIS x GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA- I- Recebo o recurso de apelacao de fls. 193/212, em seu duplo efeito. II- Intime-se a parte contraria para que, querendo, apresente contra-razoes no prazo de 15 dias. III- Apos, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justica, com as homenagens e cautelas de estilo. IV- Intime-se. -Advs. VICENTE PAULA SANTOS, SANDRA CALABRESE SIMÃO e ELISABETH REGINA VENANCIO-.

51. EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE-0000540-78.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A. x VILMAR MOSA RIBEIRO- I - Defiro o pedido de bloqueio de fls. 52, autorizando o bloqueio de valores existentes em nome do Executado junto ao sistema bancário eo bloqueio de veículos em seu nome, a título de arresto, através do convênio BACENJUD e RENAJUD, até o limite do débito, conforme cálculo retro apresentado (segue em anexo as fls. 56/58). II - Após, voltem os autos conclusos. III - Intimem-se. -Adv. DANIEL HACHEM-.

52. COBRANCA - SUMARIO-0004872-88.2010.8.16.0001-VICTORIA KLEIN e outro x LAKOMY CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA-Pagamento das despesas referentes ao envio da carta de citaçao/intimaçao ou retirada da mesma. A parte interessada devera providenciar tres copias da petiçao de fls. 02 a 04 e 70 para acompanhar as cartas. -Advs. RICARDO SILVEIRA ROCHA e MARCOS BUENO GOMES-.

53. REVISAO DE CLAUSULAS CONTRATUAIS-8592/2010-ANDREA PEREIRA DOS SANTOS x B.V FINANCEIRA S/A C.F.I- Diga a parte interessada, em 05 dias, sobre a certidao de fls. 149 de que o alvara nao foi expedido. -Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA, DANIELLE TEDESKO, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e FLAVIO PENTEADO GEROMINI-.

54. REVISIONAL DE CONTRATO-0008740-69.2010.8.16.0035-OSNEI SOARES DE FARIAS x BANCO REAL LEASING S/A- I- Ante a chegada dos autos a este juizo manifestem-se as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do prosseguimento do feito. II- Intime-se. -Advs. DENISE DE JESUS FERREIRA, RAFAEL DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS, CESAR AUGUSTO TERRA e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

55. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0016808-13.2010.8.16.0001-DÁRIO CÉSAR DE CARVALHO x OMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- I - Recebo o recurso de apelação de fls. 51/66, em seu duplo efeito. II - Intime-se a parte contrária para que, querendo, apresente contra-razões no prazo de 15 dias. III - Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens e cautelas de estilo. IV - Intimem-se. -Advs. MAURICIO VIEIRA e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

56. COBRANCA - ORDINARIA-0017805-93.2010.8.16.0001-FELÍCIA JANETE VALENGA x BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A. e outro- I. Segundo se percebe do exame dos autos, não há necessidade de produção de outras provas além da documental já produzida, considerando ainda que parte das questões suscitadas são eminentemente de direito, razão pela qual o feito comporta julgamento antecipado da lide. II. Assim, intimem-se desta deliberação. III. Após, à conta e preparo, anote-se para sentença e voltem conclusos. -Advs. GISELE AGOSTINI BUQUERA, SILVANA SANTOS TURIN, EVARISTO ARAGAO SANTOS, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER-.

57. EXECUCAO DE SENTENCA-0018697-02.2010.8.16.0001-NELSON GREBOGI x HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO-I- O feito comporta julgamento antecipado conforme orienta o artigo 330, inciso I do Codigo de Processo Civil. II- Contados e preparados voltem os autos conclusos para prolaçao de sentença. III- Diligencias necessarias. -Advs. LUCIOLA LOPES CORREA e KELLY WORM COTLINSKI CANZAN-.

58. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0018736-96.2010.8.16.0001-LAURO JOSÉ VACCARI GARCIA x BRASIL TELECOM S/A - OI- I - Recebo o recurso de apelação de fls. 230/255, em seu efeito devolutivo. II - Intime-se a parte contrária para que, querendo, apresente contrarrazões no prazo de 15 dias. III - Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens e cautelas de estilo. IV - Intimem-se. -Advs. JOSE ARI MATOS, JOAQUIM MIRO e ANA TEREZA PALHARES BASILIO-.

59. EXECUCAO DE TITULOS-0026997-50.2010.8.16.0001-BANCO DO BRASIL S/A x CLOVIS ANTONIO AGOSTINI e outros-Processos aguardando antecipaçao das custas do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. REINALDO MIRICO ARONIS-.

60. BUSCA E APREENSAO-0030335-32.2010.8.16.0001-OMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x DEJAIR DE ASSIS FONSECA LOPES- I- Defiro o pedido de fls. 35. Aguarde-se pelo prazo requerido. II- Intimem-se. -Adv. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO-.

61. REINTEGRACAO DE POSSE-0042251-63.2010.8.16.0001-VALDAIR FRANCISCO FERNANDES x ELEN REGINA CORDEIRO- I- Sobre o documento de fls. 147/148, manifeste-se o autor, no prazo de 5 (cinco) dias. II- Int. -Advs. RAFAEL DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS, PAULO ROBERTO VIDAL e JEAN MAURICIO DE SILVA LOBO-.

62. EXECUCAO DE TITULOS-0043000-80.2010.8.16.0001-BANCO CNH CAPITAL S/A x RUY CARLOS PODEWILS- I - Proceda-se a penhora "on line" (segue em anexo as fls. 59/60), servindo o respectivo extrato como termo de penhora, intimando-se o executado na pessoa de seu advogado; não o tendo, intime-se pessoalmente (artigo 652, 54° do Código de Processo Civil). Decorrido o prazo legal sem manifestação do devedor, proceda-se à devida transferência do numerário ò conta vinculada ao Juízo. II - Intime-se. -Advs. LUIZ RODRIGUES WAMBIER e PRISCILA KEI SATO-.

63. MONITORIA-0045041-20.2010.8.16.0001-ITAIM COMERCIO DE VEICULOS LTDA x WEP CONSUTORIA LTDA ME- I - Manifeste-se a parte Autora, no prazo de 10 (dez) dias, sobre os Embargos retro apresentados. II - Caso seja apresentado documento novo, junto com a réplica, intime o Réu para que se manifeste, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias (artigo 398 do Código de Processo Civil), ficando vedada, sob pena de desentranhamento, ulterior juntada de documentação. III - Após, intimem-se as partes para que se manifestem sobre a necessidade de designação de audiência de conciliação, trazendo aos autos, sendo o caso, proposta concreta de acordo. Não sendo possível conciliar, indiquem as partes as provas que pretendem efetivamente produzir, dizendo da pertinência e relevância das mesmas, sob pena de indeferimento. IV - Int. -Advs. JEAN MAURICIO DE SILVA LOBO e MARINA MICHEL DE MACEDO MARTYNYCHEN-.

64. MONITORIA-0047483-56.2010.8.16.0001-ALDEN TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/C LTDA x CARLOS ALBERTO NOGUEIRA GRAVA e outro-Pelo contido as fls.35 , faculto que diga o interessado em 05 dias. Sobre a certidao de ter decorrido o prazo sem manifestaçao da parte requerida. -Adv. ADRIANE TURIN DOS SANTOS-.

65. REVISIONAL DE CONTRATO-0048182-47.2010.8.16.0001-EDSON PEREIRA ALVES x OMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- I- Registre-se para sentenca. II- Intimem-se. -Advs. FLAVIO DIONISIO BERNARTT, ANTELMO JOAO BERNARTT FILHO e ODECIO LUIZ PERALTA-.

66. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0048883-08.2010.8.16.0001-ROBERTO POLATI x BRASIL TELECOM S/A - OI- I - Recebo o recurso de apelação de f Is. 208/233, em seu efeito devolutivo. II - Intime-se a parte contrária para que, querendo, apresente contrarrazões no prazo de 15 dias. III - Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens e cautelas de estilo. IV - Intimem-se. -Advs. JOSE ARI MATOS, ANA TEREZA PALHARES BASILIO e JOAQUIM MIRO-.

67. EXECUCAO DE TITULOS-0049338-70.2010.8.16.0001-BANCO ITAU BANK S/A x PAULO OSMAR HEUER- I - Proceda-se a penhora "on line" (segue em anexo as fls. 42/44), servindo o respectivo extrato como termo de penhora, intimando-se o executado na pessoa de seu advogado (artigo 652, parágrafo 4° do Código de Processo Civil); não o tendo intime-se pessoalmente. becorrido o prazo legal sem manifestação do devedor, proceda-se a devida transferência do numerário ò conta vinculada ao Juízo. II - bef iro o pedido de f Is. 35/36 para que, através do sistema RENAJUD, seja efetuado o bloqueio de eventuais veículos registrados em nome do executado. III - Intimem-se. -Advs. EVARISTO ARAGAO SANTOS e FABRICIO KAVA-.

68. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0049726-70.2010.8.16.0001-JOÃO JULIANO x BANCO FINASA BMC S/A-Pelo contido as fls. 127/161, faculto que diga(m) o autor em 10 dias. Int. -Advs. DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO e NORBERTO TARGINO DA SILVA-.

69. REVISIONAL DE CONTRATO-0054503-98.2010.8.16.0001-SANDRO NEGRELLO x BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL- I - Manifeste-se o Autor, no prazo de 5 (cinco) dias, esclarecendo se pretende a extinção do feito pela noticiada transação (artigo 269, III, CPC), trazendo, dessa maneira, o acordo firmado pelas partes, ou pela desistência da ação (artigo 267, VIII, CPC). II - Int. -Adv. PAULO ROBERTO NAKAKOGUE-.

70. BUSCA E APREENSAO-0057100-40.2010.8.16.0001-BANCO ITAU S.A. x ROSELI CAMARGO-I- Especifiquem as partes as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando sua pertinencia e relevancia, sob pena de indeferimento. II- Informem, outrossim, se ha possibilidade de conciliação ou se pretendem o saneamento em gabinete, nos termos do artigo 331, paragrafo 3º do Codigo de Processo Civil. III- Intimem-se. -Advs. CARINE DE MEDEIROS MARTINS e LIDIANA VAZ RIBOVSKI-.

71. EXECUCAO DE TITULOS-0060848-80.2010.8.16.0001-FABIO ANDRÉ FIETZ x CHAPECO VEÍCULOS LTDA- I - Proceda-se a penhora "on line" (segue em anexo as fls. 53/54), servindo o respectivo extrato como termo de penhora, intimando-se o executado na pessoa de seu advogado; não o tendo intime-se pessoalmente (artigo 654, parágrafo 4° do Código de Processo Civil). Decorrido o prazo legal sem manifestação do devedor, proceda-se a devida transferência do numerário à conta vinculado ao Juízo. II - Intime-se. -Advs. THALES VON LINSINGEN TAVARES e FELIPE DE ARAÚJO SILVEIRA-.

72. INTERPELACAO JUDICIAL-0061848-18.2010.8.16.0001-ES ENGENHARIA LTDA x CONSTRUTORA TRIUNFO S/A-Pelo contido as fls. 160/161, faculto que diga(m) requerente em 05 dias. Int. Sobre o oficio. -Adv. CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO-.

73. BUSCA E APREENSAO-0067548-72.2010.8.16.0001-BANCO FINASA S/A - C.F.I. x JACQUELINE GONÇALVES- I- Ante a chegada dos autos a este Juizo manifestem-se as partes,no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do prosseguimento do feito. II- Intime-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e BRUNO MIRANDA QUADROS-.

74. REPARACAO DE DANOS-0068556-84.2010.8.16.0001-ADEMIR BERNARDO RIBEIRO x FERNANDO CEZAR SIQUEIRA-Pagamento das despesas referentes ao envio da carta de citaçao/intimaçao ou retirada da mesma. -Advs. CLAUDIO CEZAR DA SILVA e JANE PEREZ KAPAZI-.

75. INDENIZACAO-0070980-02.2010.8.16.0001-DIRLEIA PEDROSO x ASSOCIACAO DE ENSINO VERSALHES- I - Da análise minuciosa dos autos, verifico estar a relação jurídica afeta às disposições consumeristas, por se tratar de serviço educacional, mais especificamente curso universitário. Nesse sentido: "AÇAO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇAO POR DANOS MORAIS - SERVIÇO EDUCACIONAL - CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CANCELAMENTO EM VIRTUDE DE INSUFICIENCIA DE INSCRITOS - PRETENSAO A DEVOLUÇAO DO VALOR PAGO A TITULO DE INSCRIÇAO - RESTITUIÇAO DEVIDA - AUSENCIA DE CONTRAPRESTAÇAO - APLICAÇAO DO CDC - RELAÇAO DE CONSUMO - DESCASO COM A CONSUMIDORA - SITUAÇAO QUE ULTRAPASSA A ESFERA DO MERO ABORRECIMENTO - DANO MORAL IN RE IPSA - VALOR ARBITRADO (R$ 2.500,00) DE FORMA MODICA - MINORAÇAO INDEVIDA - SENTENÇA CONFIRMADA" (Turma Recursal/TJPR. Rec. Inominado 2009.0011702-8. Juiz Relator: Telmo Zaions Zainko. Julgado em 20/11/2009). II - Desta forma, determino a inversão do ônus da prova (art. 6°, VIII do CDC) dada a hipossuficiência da autora na produção da prova, já que é o requerido quem detém os dados necessários a tanto, possuindo evidente superioridade processual. Ainda, compete ao fornecedor demonstrar que o acenado defeito no serviço inexiste (art. 12, 63°, II do CDC). III - Assim, defiro o pedido de inversão do ônus da prova. Intime-se a parte contrária para que se manifeste, no prazo de 5 dias, dizendo, inclusive se pretende produzir outras provas. IV - Intimem-se. -Advs. PERES KREITCHMANN JUNIOR e KELSEN CHRISTINA ZANOTTI TONELO-.

76. EXECUCAO DE TITULOS-0072176-07.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO x MD COMERCIO DE PAPEL E ACABAMENTOS GRAFICOS e outros-A parte interessada deverá proceder o pagamento das custas referentes à expedição do ofício. Deverá também providenciar o pagamento das custas relativas ao envio do mandado para outra comarca ou a retirada do mesmo. A

parte interesssada devera providenciar 03 copias das fls. 02 a 05 para acompanhar o mandado. -Adv. MIEKO ITO-.

77. BUSCA E APREENSAO-0002233-63.2011.8.16.0001-BANCO BV FINANCEIRA S/A x MARCELO EDUARDO PIENARO CHRISOSTOMO- Uma vez que a presente demanda possui as mesmas partes e mesmo objeto que a Ação de Revisão de Cláusulas Contratuais em trâmite pela E. 18a Vara Cível desta Comarca (autos n.°70.796/2010), presente se verifica a conexão das ações (art. 103 do CPC), impondo-se a reunião das mesmas, a fim de se evitar a prolação de sentenças conflitantes (art. 105 do CPC). Nestes termos, tendo em conta que este Juízo proferiu despacho em primeiro lugar (17.02.2011 - fls. 22), o mesmo encontra-se prevento para conhecimento das demandas, nos termos do artigo 106 do CPC. Saliente-se que, em se tratando de juízos com a mesma competência territorial, prevento será aquele que despachar em primeiro lugar, não importando a natureza e conteúdo do despacho. Nesse sentido, "O simples despacho exarado pelo juiz da causa, independentemente de ser ele meramente preparatório, torna prevento o magistrado, sendo irrelevante aferir- se em qual feito instaurou-se a relação processual em primeiro lugar" (Bol. TRF-3a Região 9/74). Dessa feita, oficie-se ao MM. Juízo da 18 a Vara Cível desta Comarca para que remeta os autos mencionados, efetuando-se as devidas comumcaçoes e procedendo-se a compensaçao no cartório Distribuidor. Int. -Adv. PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR-.

78. REPARACAO DE DANOS-0002445-84.2011.8.16.0001-VALDUIR PAULO DA SILVA x PATRICIA CARLA DE DEUS LIMA- Diga a parte interessada, em 05 dias, sobre a certidao de fls. 38 (o oficio nao foi expedido por nao constar o CPF do requerido).-Adv. ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO-.

79. EXECUCAO DE TITULOS-0005393-96.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO x EDGARD MEIRA VASCONCELLOS FILHO-Pelo contido as fls. 53, faculto que diga(m) requerente em 05 dias. Int. Sobre o oficio. -Advs. MIEKO ITO e CHRYSTIANNE DE FREITAS A. FERREIRA-.

80. REVISAO CONTRATUAL-0005891-95.2011.8.16.0001-PARKSON DO BRASIL LTDA x BLUE SEA LOGÍSTICA LTDA-I- O feito comporta julgamento antecipado conforme orienta o artigo 330, inciso I do Codigo de Processo Civil. II- Contados e preparados voltem os autos conclusos para prolaçao de sentença. III- Diligencias necessarias. -Advs. FERNANDO TODESCHINI, DANILO RIBEIRO DE OLIVEIRA e ANDRE MACIEL WANDSCHEER-.

81. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL-0005937-84.2011.8.16.0001-VALDECI PEREIRA DA SILVA x BRASIL TELECOM S/A - OI- I - Converto o julgamento em diligência. II - Intime-se a requerente para que promova a juntada, no prazo de 05 (cinco) dias, do instrumento de cessão relativo ao contrato telefônico de n °3808-87007-0 entabulado com Jairo Fernandes da Silva, a fim de se averiguar sua legitimidade para figurar no pólo ativo da presente demanda. III- Intime-se. -Advs. JOSE ARI MATOS, ANA TEREZA PALHARES BASILIO e JOAQUIM MIRO-.

82. REVISAO DE CLAUSULAS CONTRATUAIS-0006021-85.2011.8.16.0001-ROSELI JACOBY x BANCO FINASA S/A - C.F.I.-I- Especifiquem as partes as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando sua pertinencia e relevancia, sob pena de indeferimento. II- Informem, outrossim, se ha possibilidade de conciliação ou se pretendem o saneamento em gabinete, nos termos do artigo 331, paragrafo 3º do Codigo de Processo Civil. III- Intimem-se. -Advs. LIDIANA VAZ RIBOVSKI e MARIA LUCILIA GOMES-.

83. EXECUCAO DE SENTENCA-0006244-38.2011.8.16.0001-LUCIANA BROTTO x FIAT LEANSING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL-Manifeste-se a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do prosseguimento do feito. Intime-se -Advs. JULIO BROTTO e IONEIA ILDA VERONEZE-.

84. INDENIZACAO-0006749-29.2011.8.16.0001-MARIO FERREIRA FRANÇA x HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO- I - Inicialmente, oportuno ressaltar a aplicabilidade das regras do Código de Defesa do Consumidor nos contratos bancários. As instituições financeiras sob a forma de empresa privada submetem-se ao CDC, na medida que prestam serviços aos seus clientes. A atividade equipara-se a uma atividade de consumo, vez que o dinheiro/crédito nada mais e que um produto consumível pelos clientes consumidores. A caracterização como fornecedor está estampada no caput e § 2° do art. 3° do CDC. II - A matéria está consolidada, não restando mais dúvidas sobre a aplicabilidade do CDC aos contratos bancários, especialmente para proteger a boa-fé eo equilíbrio contratual. III - Portanto, incidem os dispositivos do Código de Defesa do Consumidor ao contrato em análise, impondo-se a declaração de nulidade às cláusulas excessivamente rigorosas ou prejudiciais. Nesse sentido: "...". IV - Estando os elementos necessários ao deslinde da controvérsia em poder do banco, tais documentos, registros contábeis etc, correta é a inversão do ônus da prova, já que a produção das informações essenciais apresenta-se extremamente difícil para a parte hipossuficiente, eis que é clara a superioridade processual da instituição financeira (TJPR, Agravo de Instrumento 303.838-2). V - Defiro a inversão do ônus da prova. VI- Intime-se a parte contraria para que se manifete, no prazo de 05 dias, dizendo, inclusive se pretende produzir outras provas. VII- Intimem-se. -Advs. LEANDRO AYRES FRANÇA e LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDES-.

85. BUSCA E APREENSAO-0007195-32.2011.8.16.0001-BANCO BV FINANCEIRA S/A x ELAINE CRISTINA DE SOUZA- I - Manifestem-se as partes sobre a necessidade de designação de audiência de conciliação, trazendo aos autos, sendo o caso, proposta concreta de acordo. II - Não sendo possível conciliar, especifiquem as partes as provas que pretendem efetivamente produzir, declinando sua pertinência e necessidade, sob pena de desconsideração. III - Intimem-se. -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e MAYLIN MAFFINI-.

86. REVISIONAL DE CLAUSULAS CONTRATUAIS-0007784-24.2011.8.16.0001-ESTHER HIRT x BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A.-BANESTADO- I- Preliminarmente, promova-se o pagamento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuicao. Apos, voltem-me os autos conclusos para analise dos pedidos inaugurais. II- Int.-Adv. ALEXANDRE CHRISTOPH LOBO PACHECO-.

87. ALVARA JUDICIAL-0008001-67.2011.8.16.0001-ANA VITÓRIA DIAS FREITAS-Diga o interessado quanto a retirada do(a) carta precatoria. No prazo de 05 (cinco) dias. -Advs. MARCELO DE ALMEIDA BITTENCOURT e HENRIQUE CANZONIERI-.

88. REVISIONAL DE CONTRATO-0009660-14.2011.8.16.0001-OLINDA PAULINO DA SILVA FERREIRA x CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - GRUPO-I- Especifiquem as partes as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando sua pertinencia e relevancia, sob pena de indeferimento. II- Informem, outrossim, se ha possibilidade de conciliação ou se pretendem o saneamento em gabinete, nos termos do artigo 331, paragrafo 3º do Codigo de Processo Civil. III- Intimem-se. -Advs. CARLOS ALBERTO XAVIER, GUSTAVO SALDANHA SUCHY e JANAINA GIOZZA AVILA-.

89. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0009767-58.2011.8.16.0001-VALTER SCHRÖDER x IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL. l. Converto o julgamento em diligência. 2. Tendo em conta que as circunstâncias da causa indicam ser improvável a conciliação entre as partes, passo diretamente ao saneamento do feito, nos termos do §3° do artigo 331 do Código de Processo Civil. 3. O interesse de agir, como se é sabido, está consubstanciado no binômio necessidade-adequação; necessidade da intervenção Jurisdicional para a solução da controvérsia e adequação do meio processual eleito para tanto, com vistas à obtenção de tutela útil à satisfação do desiderato, sem qualquer vinculação com o direito material discutido na demanda - matéria de fundo. Dessa forma, se o interessado, como o ora autor, alega que foi contratado pela requerida para prestação de serviços contábeis em fevereiro de 2003 e que passados sete anos não recebeu a quanti ajustada como pagamento pelos serviços prestados necessitando dos documentos em poder da requerida para averiguação de tais fatos, dúvida não há de que a exibição de documentos é necessária à solução da pendenga, sendo a presente ação, o meio processual adequado à satisfação da pretensão do requerente. Se o requerido possui obrigação de exibir os documentos, tal refere-se ao próprio mérito da demanda, e como tal será analisado. E que as condições da ação devem ser analisadas in status assertionis (Teoria da Asserção), ou seja, à luz das alegações do demandante, independentemente de sua procedência ou não - matéria de mérito. Nesse sentido, a lição de LIEBMAN sobre as condições da ação: "Todo problema, quer de interesse processual, quer de legitimidade ad causam, deve ser proposto e resolvido admitindo-se, provisoriamente, em via hipotética, que as afirmações do autor sejam verdadeiras, só nesta base é que se pode discutir e resolver a questão pura da legitimidade ou do interesse. Quer isto dizer que, se da contestação do réu surge a dúvida sobre a veracidade das afirmações feitas pelo autor e é necessário fazer-se uma instrução, já não é mais problema de legitimação ou de interesse, já é um problema de mérito" (Watanabe, Kazuo, Da Cognição no Processo Civil, 23ed., Bookseller, 2001, p. 80) Dessa feita, presentes as condições da ação, afasto a preliminar de carência levantada em contestação. 4. Não havendo outras matérias preliminares ou questões processuais pendentes, dou o feito por saneado, fixando como ponto controvertido: (i) a obrigação do requerido de apresentar os documentos solicitados. Para tanto, defiro a produção de prova testemunhal, com a oitiva das testemunhas a serem arroladas pelas partes no prazo de quinze (15) dias, sob pena de preclusão. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 16 de novembro de 2011 , às 14:30 horas, devendo a parte interessada antecipar as diligências necessárias à intimação das testemunhas arroladas no prazo de quinze (15) dias, sob pena de preclusão. Intimem-se. -Pagamento das despesas referentes ao envio da carta de citaçao/intimaçao ou retirada da mesma. -Advs. FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO, JOAO CASILLO e JEFFERSON COMELI-.

90. EXECUCAO DE TITULOS-0011282-31.2011.8.16.0001-PARANA BANCO S.A. x LEILA CRISTINA MAIA-Manifeste-se a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do prosseguimento do feito. Intime-se -Advs. MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI e MARCO JULIANO FELIZARDO-.

91. ALVARA JUDICIAL-0011306-59.2011.8.16.0001-ESPOLIO DE POLAM MARIO PAJEWSKI-Diga o interessado quanto a retirada do(a) alvara. No prazo de 05 (cinco) dias. -Adv. GIOSER ANTONIO OLIVETTE CAVET-.

92. USUCAPIAO-0014513-66.2011.8.16.0001-MARIA DE MELLO WEILER x HILDERICO OLIVEIRA DE ALMEIDA-A carta de citaçao encontra-se disponivel para retirada. -Adv. KATIA CRISTINA GOMES CHANDELIER-.

93. OBRIGACAO DE FAZER-0016004-11.2011.8.16.0001-ALESSANDRO BURKO LOPES x BANCO DIBENS S/A- ARRENDAMENTO MERCANTIL-Pelo contido as fls. 104/105, faculto que diga(m) requerente em 05 dias. Int. Sobre a correspondencia devolvida. -Adv. TATIANA MAYUMI FURUKAWA-.

94. REVISAO DE CONTRATO-0016072-58.2011.8.16.0001-OLIVAR ALVES x OMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Pagamento das despesas referentes ao envio da carta de citaçao/intimaçao ou retirada da mesma. -Adv. JOSE DIAS DE SOUZA JUNIOR-.

95. REINTEGRACAO DE POSSE-0016840-81.2011.8.16.0001-BV LEASING - ARRENDAMENTO MECANTIL S/A x ADRIANA DE CASTRO-Pelo contido as fl. 33, faculto que diga(m) requerente, em 05 dias. Int. Sobre a certidao do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

96. REVISAO DE CONTRATO-0016918-75.2011.8.16.0001-SONIA PACHECO SANTIAGO x BANCO FINASA S/A - C.F.I.- Recebo os embargos de declaração de fls. 76/91 porquanto tempestivos, mas nego-lhes seguimento, eis que a decisão hostilizada não encerra contradição, omissão ou obscuridade. Frise-se que "o juiz não está obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um, todos os seus argumentos" (RT 689/147). Ademais, os presentes embargos possuem nítido caráter infringente, o que apenas se admite em hipóteses excepcionais, como no caso de erro material evidente ou de manifesta nulidade do julgado, o que não se vislumbra in casu. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. JOSE DIAS DE SOUZA JUNIOR-.

97. NULIDADE DE CLAUSULAS CONTRATUAIS-0017439-20.2011.8.16.0001-ARI FULGENCIO LIMA- I- Ante o descumprimento do despacho de fls. 28/29, rejeito a concessao dos beneficios da Justica Gratuita. Intime-se-o para o devido preparo do feito, inclusive Distribuidor e Funrejus, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extincao por ausencia de pressuposto processual. II- Int. -Adv. JULIANE TOLEDO S. ROSSA-.

98. INDENIZACAO-0019623-46.2011.8.16.0001-ADEMIR BRUNORO e outro x MILENIUM FORMATURAS e outro-Pelo contido as fls. 45/71, faculto que diga(m) o autor em 10 dias. Int. -Advs. LEANDRO CARDOZO BITTENCOURT e MARCELO ORTOLANI CARDOSO-.

99. EXECUCAO DE SENTENCA-0019643-37.2011.8.16.0001-LUIZ CARLOS FERNANDES TAVARES e outro x FABIO FERREIRA DE MATTOS e outro- I- Retifique-se a autuação para o fim de constar que se trata de Execução Provisória de Sentença, posto que pendente de julgamento recurso de Agravo de Instrumento junto ao STJ(fls. 687/703). II- Em atendimento ao despacho de fls. 714, os Exeqüentes ofereceram caução consoante art. 475-O, inciso III, do Código de Processo Civil. Assim, lavre-se termo de caução sobre o imóvel indicado na matrícula de fis. 717, bem como comunique-se ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis, para as devidas anotações. IH- Em seguida, expeça-se mandado de imissão na posse conforme solicitado, restando fixado o prazo de 30(trinta) dias para a desocupação voluntária por parte dos Executados, sob pena de desoeupação forçada, inclusive mediante uso de força policial e arrombamento, o que desde logo está autorizado. IV- Após a desoeupação, será apreciado o requetimento de liquidação de sentença quanto aos valores devidos a título de ressarcimento pela indevida ocupação do imóvel pelos Executados, consoaute item"o' de tis.06, V- Int. -Advs. ODORICO TOMASONI, ROSEANE RIESEL e WILLIAM MOREIRA CASTILHO-.

100. NULIDADE DE CLAUSULAS CONTRATUAIS-0022178-36.2011.8.16.0001-SEBASTIÃO DA SILVA x BANCO ITAUCARD S/A-I- Oficie-se, oportumanente, ao E. Des. Relator no recurso de agravo de instrumento interposto para o fim de informar o cumprimento do art. 526, do Código de Processo Civil e a manutenção da decisão agravada. II- Intime-se. -Adv. JULIANE T.S. ROSSA-.

101. USUCAPIAO-0022661-66.2011.8.16.0001-ROBERTO APARECIDO DA SILVA e outro x DIOMIRA TODESCHINI GABARDO e outros- I - Indefiro o pedido de citação dos requeridos e dos confrontantes por edital, tendo em vista não terem sido esgotados todos os meios citatórios, não estando presentes os requisitos do art. 231 do CPC. II - Manifeste-se a parte autora acerca do prosseguimento do feito. III - Intimem-se. -Advs. IVAN DE AZEVEDO GUBERT, VALERIA SUSANA RUIZ, FREDERICO GUILHERME LOBE MORITZ e SIMONE KOHLER-.

102. EMBARGOS A EXECUCAO-0023253-13.2011.8.16.0001-CHAPECO VEÍCULOS LTDA x FABIO ANDRÉ FIETZ-I- Especifiquem as partes as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando sua pertinencia e relevancia, sob pena de indeferimento. II- Informem, outrossim, se ha possibilidade de conciliação ou se pretendem o saneamento em gabinete, nos termos do artigo 331, paragrafo 3º do Codigo de Processo Civil. III- Intimem-se. -Advs. FELIPE DE ARAÚJO SILVEIRA e CARLOS VON LINSINGEN JUNIOR-.

103. REVISAO DE CONTRATO-0024012-74.2011.8.16.0001-LEILA CRISTINA PRECIBIEN x BANCO DAYCOVAL S/A- I- Especifiquem as partes as provas que pretendem efetivamente produzir, declinando sua pertinencia e necessidade, sob pena de desconsideraçao. II- Int. -Advs. MAURICIO ALCANTARA DA SILVA e ALESSANDRA MICHALSKI VELLOSO-.

104. EXECUCAO DE TITULOS-0024592-07.2011.8.16.0001-CAIXA DE PREV. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL-PREVI x ALCIDES RIBEIRO DOS SANTOS e outro-Pelo contido as fl. 106V., faculto que diga(m) requerente, em 05 dias. Int. Sobre a certidao do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. PAULO FERNANDO PAZ ALARCON-.

105. COBRANCA - SUMARIO-0027663-17.2011.8.16.0001-JOEL ANTONIO ORIVIS x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEG. DPVAT S/A- I - Ante o requerimento retro, designo nova data para a audiência de conciliação (Código de Processo Civil, artigo 277), para o dia 25.10.2011, as 14:00 horas, na qual deverão comparecer pessoalmente as partes, podendo fazer-se representar por preposto com poderes para transigir, sendo que, em caso de não obtenção da conciliação, deverá o réu apresentar resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, cabendo-lhe, caso requeira perícia, formular seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico. II - Cite-se o Réu, com a advertência prevista no parágrafo 2° do art. 277, do CPC. III - Int -Adv. CAMILLA HAMAMOTO-.

106. INDENIZACAO-0031660-08.2011.8.16.0001-DEIVID WILLIAN FAGUNDES x HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO- Intime-se o autor para que comprove, no prazo de 10 (dez) dias, a alegacao de que e auxiliar de producao, juntando o respectivo comprovante de sua remuneracao, viabilizando a afericao do pedido de concessao dos beneficios da Justica Gratuita. -Adv. FABIANA CARLA DE SOUZA-.

107. REVISAO CONTRATUAL-0033191-32.2011.8.16.0001-PANFILIO COSTA DA SILVA FILHO x BANCO BV FINANCEIRA S/A- I- Ante os documentos retro juntados, nao ha fundadas razoes para a rejeicao do requerimento de concessao da Assistencia Judiciaria Gratuita, o qual resta deferido. Anote-se. II- Intime-se o Autor para que junte parecer tecnico contabil, devidamente assinado por profissional competente da area e observando a taxa de juros mensal contratada (fl. 29), no prazo de 10 (dez) dias, para analise dos pedidos liminares. Apos, voltem-me conclusos em maos e em separado. -Adv. GENNARO CANNAVACCIUOLO-.

108. COBRANCA - SUMARIO-0036693-76.2011.8.16.0001-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS CAIUÁ I x LEONARDO GROCHOCKI. :. I - Designo audiencia para o dia 24.10.2011 às 14:30 horas. II - Cite-se e intime-se o réu para comparecer a audiência, ocasião em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando o réu ciente de que, não comparecendo e não se representando por preposto com poderes para transigir (CPC, art. 277, § 3°) ou não se defendendo, inclusive por não ter Advogado, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se contrário resultar da prova dos autos (CPC, art. 277, § 2°). III - Intimem-se. -Processos aguardando antecipaçao das custas do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. EMERSON LUIZ LAURENTI-.

109. COBRANCA - SUMARIO-0036914-59.2011.8.16.0001-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL FAZENDINHA x NILZA MARIA DE ABREU FREIRE. I - Designo audiência para o dia 17.10.2011 às 14:00 horas. II - Cite-se e intime-se o réu para comparecer à audiência, ocasião em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando o réu ciente de que, não comparecendo e não se representando por preposto com poderes para transigir (CPC, art. 277, § 3°) ou não se defendendo, inclusive por não ter Advogado, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se contrário resultar da prova dos autos (CPC, art. 277, § 2°). III - Intimem-se. -Processos aguardando antecipaçao das custas do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. MARIA LORETE BIERNASKI QUEZADA e ADMILSON QUEZADA-.

110. COBRANCA - SUMARIO-0037546-85.2011.8.16.0001-SERVICOS PRO-CONDOMINIO S/C LTDA x NALDIR GOMES DA SILVA e outro. I - Designo audiência para o dia 31.10.2011 às 14:15 horas. II - Cite-se e intime-se o réu para comparecer a audiância, ocasião em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando o réu ciente de que, não comparecendo e não se representando por preposto com poderes para transigir (CPC, art. 277, § 3°) ou não se defendendo, inclusive por não ter Advogado, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se contrário resultar da prova dos autos (CPC, art. 277, S 2°). III - Intimem-se. -Pagamento das despesas referentes ao envio da carta de citaçao/ intimaçao ou retirada da mesma. -Adv. MARILZA MATIOSKI-.

111. ORDINARIA-0040306-07.2011.8.16.0001-FRANCISCO BORATO MOCELIN x BANCO BANESTADO S/A- I- Ante a chegada dos autos a este Juizo manifestem-se as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do prosseguimento do feito. II- Intime-se. -Advs. JONAS BORGES e EVARISTO ARAGAO SANTOS-.

112. INTERDICAO-0040566-84.2011.8.16.0001-FLORAMY BALZER x ALVIN BALZER. I - Considerando as argumentações expendidas na inicial, entendo presentes os requisitos para DECRETAR, provisoriamente, a curatela da interditando, nomeando como curadora provisória a Sr. Floramy Balzer, ficando inclusive autorizada a efetuar levantamento de benefícios em nome da interditada junto ao INSS ou estabelecimento bancário onde estiverem depositados tais valores. II - Para o interrogatório da interditanda, designo o dia 26.10.2011, às 14:00 horas. III - Dê-se ciância ao Ministério Público. IV - Intimem-se. -Processos aguardando antecipaçao das custas do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. GISELE ECHTERHOFF e THADEU JOSE CAPOTE-.

113. INDENIZACAO-0040925-34.2011.8.16.0001-TAVARES E FUOCO LTDA x TIM CELULAR S/A-Pagamento das despesas referentes ao envio da carta de citaçao/ intimaçao ou retirada da mesma, bem como aguarda a retirada dos oficios, no prazo de cinco dias. . -Adv. MUNIR GUERIOS FILHO-.

114. COBRANCA - SUMARIO-0041007-65.2011.8.16.0001-RUBENS DE OLIVEIRA FERRAZ x VERA TEREZINHA STRANO- Considerando que a causa não ultrapassa o valor de 60 salários-mínimos, intime-se o autor a emendar a inicial, no prazo de 10(dez) dias, com o fim de adaptá-la ao rito sumário, inclusive quanto às provas(arts. 275 e 276 do Código de Processo Civil), caso não pretenda optar pelo rito ordinário, bem como esclarecer qual o valor atribuído à causa, se de vinte mil ou trinta mil reais. -Adv. JOSE CONCEIÇÃO BUENO-.

115. EMBARGOS A EXECUCAO-0041555-90.2011.8.16.0001-MARCELO LUIZ MACHADO x FRANCISCO FARIAS DE MEDEIROS-Intimem-se as partes para, no prazo de cinco dias, manifestarem eventual interesse em conciliacao, formulando proposta concreta de acordo, bem como especificarem as provas que pretendem efetivamente produzir, declinando sua pertinencia e necessidade, sob pena de desconsideracao. -Advs. ILIÃ DE MOURA E COSTA e CARLOS DUPONT-.

116. BUSCA E APREENSAO-0041868-51.2011.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S/A x ROSA ARLETE DO NASCIMENTO- I - Intime-se o requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, emende a inicial adequando-a ao disposto no artigo 3° do Decreto Lei n° 911/69, sob pena de extinção e arquivamento. II- Intime-se. -Adv. CARLA PASSOS MELHADO-.

117. DECLARATORIA INEXISTENCIA-0041873-73.2011.8.16.0001-RILDO JOSE RIBASKI POLICENO x BANCO CITIBANK S.A.-Pagamento das despesas referentes ao envio da carta de citaçao/intimaçao ou retirada da mesma, bem como aguarda a retirada dos oficios no prazo de cinco dias. . -Advs. HANY KELLY GUSSO e ANA CAROLINA BUSATTO MACEDO-.

118. REVISAO CONTRATUAL-0044431-18.2011.8.16.0001-WALDECYR DE SOUZA MAJOR x CIFRA S/A- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-I. Em análise ao pedido de concessão de gratuidade processual, verifico que esta não pode ser, de pronto, acolhida, uma vez que a mera alegação de que a parte autora não dispõe de recursos suficientes para arcar com o pagamento das custas processuais sem prejuízo da própria subsistência ou da família são insuficientes à concessão do benefício solicitado. A Lei 1.060/50, em seu artigo 4.°, estabelece que a parte gozará dos benefícios da assistência Judiciária por simples afirmação. No entanto, esta disposição colide em termos com o que dispõe o artigo 5.°, LXXIV, da Constituição Federal, a qual exige, para a prestação da Assistência jurídica gratuita, a comprovação da insuficiência de recursos. A Constituição Federal recepcionou o contido na Lei 1.060/50 apenas em parte, deixando de fazê-lo com relação ao deferimento mediante simples afirmação, exigindo que a parte que pretende se beneficiar da Assistência Judiciária Gratuita comprove que não dispõe dos meios necessários para custear as despesas processuais, sem comprometer, de maneira significante, o sustento próprio ou de sua família. Outrossim, de acordo com orientação jurisdicional, havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária"(AgRg nos Edcl no AG n. 664.435, Primeira Turma, Relator o Senhor Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 01/07/2005). Assim, determino que

a parte autora comprove, no prazo de 10 (dez) dias, que efetivamente não possui condições para arcar com as custas do processo, juntando comprovante de renda mensal atualizado e as últimas 03 (três) declarações de IR, viabilizando a aferição do pedido de concessão dos benefícios da Justiça Gratuita. II. No mesmo prazo, intime-se o Autor para que junte parecer técnico contábil assinado por profissional da área, para análise dos pedidos liminares. Após, voltem-me conclusos em mãos e em separado. III. Int. -Adv. JOSE DIAS DE SOUZA JUNIOR-.

119. BUSCA E APREENSAO-0044514-34.2011.8.16.0001-BANCO BV FINANCEIRA S/A x CLAUDINEY RODRIGUES DE CAMPOS- I - Intime-se o requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, emende a inicial adequando-a ao disposto no artigo 3° do Decreto Lei n° 911/69, sob pena de extinção e arquivamento. II- Intime-se. -Advs. PATRICIA PONTAROLI JANSEN e CRISTIAN MIGUEL-.

120. REINTEGRACAO DE POSSE-0045829-97.2011.8.16.0001-ESPOLIO DE JOSE TADEU DE LIMA CARVALHO x JUAREZ ALVES DE SOUZA e outro- A parte interessada devera providenciar tres copias da petiçao de fls. 02/09 para instruir o mandado. -Adv. LEANDRO FRANKLIN GORSDORF-.

121. COBRANCA - SUMARIO-0046037-81.2011.8.16.0001-CONDOMINIO EDIFICIO BUENOS AIRES x DANIELE PEGORINI. I - Designo audiência para o dia 24.10.2011 às 14:15 horas. II - Cite-se e intime-se o réu para comparecer à audiência, ocasião em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando o réu ciente de que, não comparecendo e não se representando por preposto com poderes para transigir (CPC, art. 277, § 3°) ou não se defendendo, inclusive por não ter Advogado, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se contrário resultar da prova dos autos (CPC, art. 277, S 2°). III - Intimem-se. -Processos aguardando antecipaçao das custas do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. RUY ANTONIO LOPES-.

Curitiba, 26 de setembro de 2011

# 18ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE CURITIBA**
**18ª VARA CIVEL**
**JUIZ DE DIREITO: CARLOS EDUARDO ANDERSEN ESPÍNOLA**
**JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO: JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON**

**RELAÇAO Nº 181 /2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANA DE FRANCA 0018 000745/2004
ALCEU SCHWEGLER 0025 001191/2005
ANGELA CARLA ZANDONÁ UBIA 0014 000666/2003
Airton Passos de Souza 0074 001293/2011
Albert do Carmo Amorim 0082 036445/2011
Alcides Lacourt Júnior 0045 000999/2007
Alessandra Labiak 0056 002352/2009
Alexandre Nelson Ferraz 0050 001647/2008
0083 038496/2011
Alice Souza Fernandes 0054 002142/2009
Allan Amin Propst 0043 000542/2007
Altair de Oliveira 0068 053388/2010
Amilcar Cordeiro Teixeira 0074 001293/2011
Amilton Ferreira da Silva 0079 019162/2011
Ana Claudia Finger 0001 001324/1995
Ana Paula Domingues dos S 0031 000494/2006
Ana Paula Finger Mascarel 0001 001324/1995
Andrea Tattini Rosa 0069 059063/2010
André Mello Souza 0030 000458/2006
André Zacarias T. de Quei 0052 000979/2009
0081 033155/2011
Angela Estorilio Silva Fr 0030 000458/2006
Angela Sampaio Chicolet M 0038 000034/2007
Antonio Carlos da Veiga 0016 000463/2004
Antonio Cleber Mendes da 0041 000358/2007
Antonio Nogueira da Silva 0061 018038/2010
Ariadne de Araujo Sella 0045 000999/2007
Aureliano Pernetta Caron 0009 001254/2001
BRUNO CIDADE MORGADO 0060 013303/2010
Bernardo Guedes Ramina 0036 001386/2006
Blas Gomm Filho 0035 001137/2006
Bruno da Costa Turra 0031 000494/2006
CAMYLLA DO ROCCIO KALED C 0031 000494/2006
CARLOS CELSO ROSSI 0014 000666/2003
CARLOS EDUARDO FRANCA 0024 001129/2005
CRISTIANE BOROS SAMPAIO 0020 000095/2005
Carine de Medeiros Martin 0056 002352/2009
Carlos Alberto Farracha d 0024 001129/2005
Carlos Alexandre Perin 0062 018767/2010
Carlos Eduardo da S. Ferr 0036 001386/2006
Carlos Eduardo de Macedo 0056 002352/2009
Carolina Pimentel Scopel 0030 000458/2006
Caroline Ferraz da Costa 0048 000113/2008
Chrystianne de Freitas A. 0049 001277/2008
Claudia Rejane Nodari 0012 000618/2003
Claudio Roberto Padilha 0020 000095/2005
Cláudio Manoel S. Bega 0064 034605/2010
Cristiane Bellinati Garci 0056 002352/2009
Cristiano Kamel Salmen 0045 000999/2007
Curadora Especial 0002 000806/1996
César Augusto Terra 0012 000618/2003
DAVID LUTZ 0005 001402/1999
DEBORAH GUIMARÃES 0020 000095/2005
DULCE MARIA GAWLOSKI 0018 000745/2004
Daiane Santana Rodrigues 0069 059063/2010
Dalton Luiz Dallazem 0062 018767/2010
Davi Chedlovski Pinheiro 0059 003600/2010
Daysi Regina Brito 0076 012713/2011
Denis Gradowski Rodrigues 0044 000820/2007
Dino Zambenedetti 0041 000358/2007
Diogo Guedert 0051 001682/2008
Débora Segala 0064 034605/2010
ELCIO LUIZ KOVALHUK 0017 000668/2004
ELISANGELA MARIA MATIOSKI 0013 000620/2003
Edgard Luiz Cavalcanti de 0032 000753/2006
Edivaldo Mercer Gonçalves 0031 000494/2006
Eduardo Feliciano dos Rei 0057 002401/2009
Eduardo José Fumis Faria 0065 036047/2010
Eduardo Schiffler Anderse 0069 059063/2010
Emerson Norihiko Fukushim 0017 000668/2004
Erminio Gianatti Jr. 0004 001400/1998
Evaldo de Paula e Silva J 0030 000458/2006
Evaristo Aragão F. dos Sa 0034 001104/2006
FELIPE SKRABA 0079 019162/2011
FREDERICH MARK ROSA SANTO 0079 019162/2011
Fabiano Freitas Minardi 0010 001194/2002
Fabio Telent 0029 000328/2006
Fabrício Verdolin de Carv 0072 071575/2010
Fernando Cesar Sprada 0068 053388/2010
Fernando José Gaspar 0067 051407/2010
Fernando Wilson da R. Mar 0077 013968/2011
Fernnando Chagas 0062 018767/2010
Franz Hermann Nieuwenhoff 0003 000789/1998
Fábia Gabriela Cortiano 0058 002656/2010
Fábio José Possamai 0024 001129/2005
Fábio Michael Moreira 0066 046680/2010
GECE SOARES CHAISE 0045 000999/2007
GESSIVALDO OLIVEIRA MAIA 0046 001039/2007
GESSIVALDO OLIVEIRA MAIA 0051 001682/2008
GIOVANI SCHLICKMANN 0014 000666/2003
GIOVANI ZILLI 0069 059063/2010
Gabriela Cortes Leão de O 0033 001015/2006
Gerard Kaghtazian Jr. 0046 001039/2007
Gerson Vanzin Moura da Si 0066 046680/2010
Gilberto Adriane da Silva 0007 000360/2001
Gladimir Adriani Poletto 0024 001129/2005
HENRY HASSE 0045 000999/2007
Henrique Kurscheidt 0030 000458/2006
JEFFERSON COMELI 0030 000458/2006
JEFFERSON DOS SANTOS 0022 000480/2005
JEFFERSON KAMINSKI 0025 001191/2005
JORGE CLARO BADARO 0030 000458/2006
JOSE EDUARDO DE BARROS ME 0030 000458/2006
JOSE HIPOLITO XAVIER DA S 0037 001468/2006
Jaime Oliveira Penteado 0066 046680/2010
Janaina Rovaris 0017 000668/2004
Jeferson Weber 0026 001345/2005
0070 060203/2010
Jefferson Luiz Maestrelli 0037 001468/2006
Jiomar José Turin Filho 0045 000999/2007
Joanita Faryniak 0020 000095/2005
Joaquim Miró 0036 001386/2006
Jonas Borges 0028 000115/2006
José Augusto Araújo de No 0043 000542/2007
José Carlos Skrzyszowski 0054 002142/2009
José Dantas Loureiro Neto 0077 013968/2011
José Dias de Souza Júnior 0075 008117/2011
José Valter Rodrigues 0069 059063/2010
José do Carmo Badaró 0030 000458/2006
João Belmiro dos Santos 0018 000745/2004
João Leonel Antocheski 0040 000133/2007
Juliana Osório Junho 0051 001682/2008
Juliana Paula de Souza 0078 017834/2011
Juliane Toledo S. Rossa 0067 051407/2010
Juliano Ricardo Tolentino 0001 001324/1995
Júlio César Scotá Stein 0029 000328/2006
KARINA LUCIA WOITOWICZ 0006 001314/2000
Karina de Oliveira Fabris 0030 000458/2006
Kelly Cristina Worm Cotli 0044 000820/2007
Kiyoshi Ishitani 0046 001039/2007
Kleber Schoneweg Wolf 0032 000753/2006
LAURA DEL BOSCO BRUNETTI 0043 000542/2007
LEONARDO GONCALVES TESSLE 0031 000494/2006
LEONILDA ZANARDINI DEZEVE 0071 067330/2010
LILIANE CRISTINA VIANA 0010 001194/2002
LOURIVAL BARAO MARQUES 0015 000448/2004
LUCIANO CHIZINI CHEMIN 0022 000480/2005
Laise Matros 0064 034605/2010
Leandro Galli 0042 000540/2007
Leandro de Quadros 0001 001324/1995

Leonardo Teles Gasparotto 0079 019162/2011
Leonardo Xavier Roussenq 0020 000095/2005
Lidiana Vaz Ribovski 0033 001015/2006
Louise Rainer Pereira Gio 0028 000115/2006
Luciano Maia Bastos 0005 001402/1999
Ludovico Albino Savaris 0013 000620/2003
Luis Boaventura Goulart J 0038 000034/2007
Luiz Assi 0045 000999/2007
Luiz Carlos Coelho da Cun 0013 000620/2003
Luiz Carlos da Rocha 0018 000745/2004
Luiz Fernando Brusamolin 0019 000776/2004
0059 003600/2010
Luiz Gustavo Knechtel 0047 001118/2007
Luiz Henrique Bona Turra 0066 046680/2010
Luiz Rodrigues Wambier 0034 001104/2006
Luís Oscar Six Botton 0017 000668/2004
Léo Marcos Paiola 0034 001104/2006
MARCEL A. HAMMOUD 0016 000463/2004
MARCIO GABRIELLI GODOY 0021 000166/2005
0023 001002/2005
MARCO ANTONIO DIAS LIMA C 0009 001254/2001
MARCO ANTONIO FAGUNDES CU 0026 001345/2005
MARCO AURELIO S. DE LIMA 0027 001414/2005
MARIA AMELIA C. MASTROROS 0028 000115/2006
MICHELE SUCKOW LOSS 0039 000096/2007
Marcelo Mazur 0072 071575/2010
Marcio Ayres de Oliveira 0065 036047/2010
Marco Juliano Felizardo 0008 000599/2001
Marcos Antonio Germano 0046 001039/2007
0051 001682/2008
Marcos Augusto Malucelli 0048 000113/2008
Marcos Novakoski F. Vello 0050 001647/2008
Marcos Vinicius Coltri 0024 001129/2005
Marcos Wengerkiewicz 0022 000480/2005
Mardem Marcelo Leite Cord 0011 001350/2002
Maria Izabel Bruginski 0040 000133/2007
Mariane Cardoso Macarevic 0033 001015/2006
Martin Roeder Filho 0026 001345/2005
Marçal Claudio Marques 0030 000458/2006
Mauro Cristiano Morais 0050 001647/2008
Maurício Scandelari Milcz 0008 000599/2001
Maylin Maffini 0055 002156/2009
Mieko Ito 0049 001277/2008
0053 001659/2009
0055 002156/2009
Miriane Malucelli Royer 0080 024452/2011
Márcia S. Badaró 0030 000458/2006
NATANOEL ZAHORCAK 0002 000806/1996
Narelvi Carlos Malucelli 0080 024452/2011
Norberto Trevisan Bueno 0074 001293/2011
PAULO VIRGILIO DE C. CANT 0018 000745/2004
Patricia Pontaroli Jansen 0056 002352/2009
Paulo Branco 0031 000494/2006
Paulo Carvalho 0046 001039/2007
0060 013303/2010
Paulo Cesar Cruz 0073 000259/2011
Paulo Luiz Durigan 0005 001402/1999
Paulo Roberto Fadel 0045 000999/2007
Paulo Roberto Gomes 0043 000542/2007
Pedro Roberto Romão 0069 059063/2010
Penelopy Tuller O. Freita 0016 000463/2004
Priscila Rechetzki 0071 067330/2010
REGINA RAMOS DE OLIVEIRA 0039 000096/2007
RUBENS DE OLIVEIRA FERRAZ 0011 001350/2002
Rafael Nogueira da Gama 0064 034605/2010
Raphael Caetano Solek 0003 000789/1998
Raquel Soboleski Carvalho 0064 034605/2010
Reinaldo Mirico Aronis 0045 000999/2007
0063 019635/2010
0071 067330/2010
Ricardo Pussoli Marchette 0073 000259/2011
Ricardo dos Santos Abreu 0048 000113/2008
Roberto de Oliveira Guima 0021 000166/2005
0023 001002/2005
Robson Adriano de Oliveir 0068 053388/2010
Rodrigo Parreira 0031 000494/2006
Rodrigo da Rocha Leite 0018 000745/2004
Rogério Márcio B. Biguett 0073 000259/2011
Rony Dreger 0050 001647/2008
Rosângela da Rosa Corrêa 0033 001015/2006
SCHEILA CAMARGO COEHO TOS 0020 000095/2005
SILVANA ELEUTERIO RIBEIRO 0030 000458/2006
SILVIO NAGAMINE 0018 000745/2004
SUELI SILVEIRA 0014 000666/2003
SUZANA BONAT 0008 000599/2001
Sandra Evelizi Mendonça 0036 001386/2006
Sandra Regina Rodrigues 0031 000494/2006
Saulo de Tarso Araújo Car 0015 000448/2004
Silvana da Silva 0031 000494/2006
Simone Marques Szesz 0055 002156/2009
Simone Zonari Letchacoski 0030 000458/2006
Sonny Brasil de C. Guimar 0020 000095/2005
Tatiana Francelino Moreir 0041 000358/2007
Teresa Arruda A. Wambier 0034 001104/2006
VALDIR JULIO ULBRICH 0069 059063/2010
VANESSA A. FARRACHA DE CA 0024 001129/2005
Valdeci Wenceslau B. Marq 0015 000448/2004
Valmir Bernardo Parisi 0084 039170/2011
Vera Lúcia Pauli 0037 001468/2006
WASHINGTON YAMANE 0027 001414/2005
WILSON CANDIDO WENCESLAU 0015 000448/2004
Waldir Leske 0009 001254/2001
Willian Carneiro Bianeck 0038 000034/2007
Zulmira Cristina Leonel 0024 001129/2005
Érika Hikishima Fraga 0055 002156/2009

1. MONITÓRIA-1324/1995-BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A. x BGK CONSTRUCOES CIVIL LTDA- (fls. 151) " 1. Promova a Serventia as anotações necessárias referentes ao instrumento de procuração de fl. 148/150. 2. Defiro o pedido de fl. 145/146 e concedo vista dos autos pelo prazo improrrogável de 05 (cinco) dias (art.40, II, do Código de Processo Civil). 3. Intime-se. -Advs. Ana Claudia Finger, Ana Paula Finger Mascarello, Juliano Ricardo Tolentino e Leandro de Quadros-.

2. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-806/1996-NACIONAL LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL x JORGE NELSON RODRIGUES e outro- (fls. 219) " 1. Defiro o pedido de suspensão do feito (fl. 218), com espeque no art. 791, III, do CPC. 2. Aguarde-se a manifestação da parte interessada no arquivo provisório, por até 1 (um) ano. 3. Intime-se. -Advs. NATANOEL ZAHORCAK e Curadora Especial-.

3. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-789/1998-CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA x ELIZABETH DE OLIVEIRA- (fls. 198) " 1. De vez que o valor penhorado nestes autos (fls. 194) se tornou incontroverso, expeça-se alvará em favor do autor, para levantamento do referido valor, conforme requerido (fls. 197). 2. Intime-se. -Advs. Franz Hermann Nieuwenhoff Júnior e Raphael Caetano Solek-.

4. INVENTÁRIO-1400/1998-LUIZ CARLOS BAZAN DE PAULA x ESP. DE WLADISLAVA BAZAN DE PAULA e outro- (fls. 406) " 1. Intime-se o inventariante para manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, tendo em vista o contido na certidão lançada á fl.405 vº. 2. Intime-se. -Adv. Erminio Gianatti Jr.-.

5. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-1402/1999-ANA LUCIA POLVERELLI e outro x PIL CONSTRUTORA PIANOWSKI LTDA e outros- (fls. 303) " 1.Defiro o requerimento de fl.302 e para tanto, intime-se a autora, para, querendo, no prazo de 10 dias, quitar voluntariamente a quantia R$500,00, referente à verba sucumbencial, sem juros e correção. 2.Intime-se. -Advs. DAVID LUTZ, Luciano Maia Bastos e Paulo Luiz Durigan-.

6. INVENTÁRIO-1314/2000-NADJA PEREIRA MAUAD e outros x ESPOLIO DE NELSON LUIZ DA SILVA MAUAD- (fls. 131) " 1. Notifique-se a inventariante, MONICA SILVIA PEREIRA, para manifestar eventual interesse no prosseguimento do feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de remoção do cargo. 1.1. Expeça-se mandado. 2. Intime-se-a, pessoalmente. -Adv. KARINA LUCIA WOITOWICZ-.

7. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-360/2001-CONDOMINIO EDIFICIO MARIA TEREZA x ERALDO OURIQUES ARRUDA OLIVEIRA- (fls. 275) " 1. Oficie-se à Receita Federal, conforme requerimento de fl.108 2.Intime-se. Antecipe custas para a expedição de 01 ofício (R$ 9,40) -Adv. Gilberto Adriane da Silva-.

8. BUSCA E APREENSÃO-599/2001-AUTOPLAN ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x ADRIANA LUCIA BATEZATI DEBAS- (fls. 88) "1. No prazo comum de dez dias, digam as partes da possibilidade de transação em audiência e, alternativamente, sobre a necessidade de produção de provas outras, justificando, para cada modalidade de meio probatório, o ponto controvertido que se pretende elucidar. 2 Intime-se. -Advs. Maurício Scandelari Milczewski, Marco Juliano Felizardo e SUZANA BONAT-.

9. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS-1254/2001-AFONSO CESAR DIAS COLLIN x REFLORESTADORA CACIQUE LTDA- (fls. 1431) " Avoco estes autos para complementar o despacho de fl. 1.429. Tendo em vista o fato de que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região é localizado em Porto Alegre/RS, preparadas as custas para o ato, expeça-se carta precatória para tal comarca, para o fim colimado. Diligências necessárias. Intime-se. -Advs. Waldir Leske, Aureliano Pernetta Caron e MARCO ANTONIO DIAS LIMA CASTRO-.

10. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-1194/2002-MEDTRONIC COMERCIAL LTDA x HOSPITAL ERASMO DE ROTERDAN e outros- (fls. 390) " os despachos de fls. 365 e 374, fazendo constar o nome da advogada supracitada na intimação via diário oficial. Em relação aos demais despachos (fls. 220, 226, 340, 345 e 381), indefiro o pedido de republicação, tendo em vista que estes ordinatórios contêm determinações direcionadas somente à credora, MEDTRONIC COMERCIAL LTDA. Intime-se. (fls. 365) 1. Considerando as dificuldades que vêm criando empecilho à penhora de bens, neste processo de cumprimento da sentença e tendo em vista, principalmente, que a preservação da personalidade jurídica da empresa devedora representa parte do embaraço, defiro o pedido da parte credora de fls. 347/354, para o fim de aplicar, no caso presente, a teoria do "disregard", quanto a nominada devedora, fulcrado na LIC.Civil, 50; CTN, 135, III; e art. 28 do Código de Defesa do Consumidor, este por aplicação analógica. 2. A Serventia para que proceda as anotações necessárias quanto a inclusão dos sócios nominados às fls. 338/339 no polo passivo desta ação, fazendo-se constar na autuação e ainda no distribuidor. 3. Assim, em face do advento da Lei n.° 11.232/2005, intimem-se os vencidos, para efetuar o pagamento do débito no valor de R$196.037,29 (cento e noventa e seis mil, trinta e sete reais e vinte e nove centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação (inteligência do art. 475-3, "caput", do CPC). 4. Intime-se. -Antecipar custas para intimação dos devedores- (fls. 374) " Em ace do Advento da Lei nº 11.232/2005, intime-se MARCIO AUGUSTO DE FREITAS, no endereço indicado à fl. 369, para efetuar o pagamento do débito apontado às fs. 370 (R$ 234.265,95), no prazo de 15 dias,sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação (inteligência do art. 475-J, "caput", do CPC). 2. Intime-se. Providencie a parte o pagamento das custas para expedição e postagem do AR.Advs. Fabiano Freitas Minardi e LILIANE CRISTINA VIANA-

11. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1350/2002-LEUNIR DA SILVA REGIO x AURENOR DE OLIVEIRA e outro- (fls. 107) " Acolho as alegações da credora, LEUNIR DA SILVA REGIO, às fls. 101/106. Primeiramente, deve a exeqüente trazer ao bojo dos autos a matrícula atualizada do bem penhorado à fl. 05, tendo em vista que a última juntada à baila (fls. 52/53) é datada de 07/12/2004. Em seguida, à avaliação, dizendo em seguida as partes. Prazo comum: 10 (dez) dias. Intime-se. -Advs. RUBENS DE OLIVEIRA FERRAZ e Mardem Marcelo Leite Cordeiro-.

12. REVISÃO CONTRATUAL-618/2003-MARCO ANTÔNIO FUMEGALLI x BANCO ITAÚ/BANESTADO- (fls. 645) " Considerando a informação exarada pelo Sr. Escrivão à fl. 644, por primeiro, intime-se o autor, MARCO ANTÔNIO FUMEGALI, na pessoa de seu procurador, via diário de justiça, para efetuar o preparo das custas conforme cálculo de fl. 635, no prazo de 5 (cinco) dias. Intime-se. -Advs. Claudia Rejane Nodari e César Augusto Terra-.

13. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-620/2003-ROBERTO MEHL e outro x JERÔNIMO DE FRAGA SEFRIN- (fls. 248) " Considerando a manifestação do devedor, JERÔNIMO SEFRIN, às fls. 230/231, sobretudo em relação ao 2º e 3º parágrafos desta, devem os credores, ROBERTO MEHL e LUDOVICO ALBINO SAVARIS, no prazo de 5 (cinco) dias, dizer se dão por quitada a dívida com a penhora tomada a termo à fl. 238. Intime-se. -Advs. ELISANGELA MARIA MATIOSKI, Ludovico Albino Savaris e Luiz Carlos Coelho da Cunha-.

14. INVENTÁRIO-666/2003-JOSÉ ZANDONÁ x ESPÓLIO DE ANGELINA ZANDONÁ- (fls. 174) " 1 .Manifeste-se o inventariante acerca do pedido de suspensão manifestado pela herdeira Romaci (fl.272). 2.Havendo concordância, aguarde-se em arquivo provisório, manifestação dos interessados, pelo prazo de 01 ano. -Advs. ANGELA CARLA ZANDONÁ UBIALLI, SUELI SILVEIRA, GIOVANI SCHLICKMANN e CARLOS CELSO ROSSI-.

15. ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO-448/2004-BRAZ CLAUDECI AGUIAR e outro x R. SPRENGEL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA- (fls. 455) " Manifestem-se as partes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, sobre o esclarecimento de fl. 454, prestado pelo Sr. perito. Intime-se. -Advs. LOURIVAL BARAO MARQUES, WILSON CANDIDO WENCESLAU JUNIOR, Valdeci Wenceslau B. Marques e Saulo de Tarso Araújo Carneiro-.

16. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL-463/2004-SZNITER ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA x FRANCISCO CARLOS RODRIGUES SANT´ANA e outro- (fls. 338) " 1. Haja vista a revogação do mandato noticiada pelo novo procurador procuradora do credor (fls. 331), faça constar que todas as intimações relativas à parte exequente deverão ser publicadas, exclusivamente, em nome do advogado ANTONIO CARLOS DA VEIGA. 2. Tendo em vista o contido no item 'h' da cláusula segunda, itens 'b' e 'c' da cláusula terceira, bem como, a cláusula sétima do contrato de honorários juntado às fls. 357/363, quando do eventual arbitramento de honorários de sucumbência será fixado valor proporcional em favor advogada subscritora da petição 319/321 face ao serviço efetivamente prestado..... Providencie a Dra. Penelopy Tuller retirada em Cartório, da petição de Cumprimento de Sentença para fins de distribuição (numeração única). Petição em pasta própria. -Advs. Simone Rocha de Cristo Leite .- Penelopy Tuller.

17. REVISÃO DE CONTRATO-668/2004-JOSÉ LUIZ BASSI x UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS- (fls. 298) "Manifestem-se as partes acerca do prosseguimento do presente feito, no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que for de seus interesses. Intime-se. -Advs. Emerson Norihiko Fukushima, Luís Oscar Six Botton, ELCIO LUIZ KOVALHUK e Janaina Rovaris-.

18. INVENTÁRIO-745/2004-GUSTAVO HENRIQUE CUMAN (INVENTARIANTE) e outros x ESPÓLIO DE ANTONIO CUMAN- (fls. 429) " 1. Tendo em vista o contido no item '2' do despacho de fls. 437, bem como a manifestação da Fazenda Pública quanto às primeiras declarações (fls. 434), diligencie-se à intimação do inventariante para que preste as últimas declarações. 2. Intime-se. Diligências. -Advs. Luiz Carlos da Rocha, SILVIO NAGAMINE, João Belmiro dos Santos, DULCE MARIA GAWLOSKI, PAULO VIRGILIO DE C. CANTERGIANI, Rodrigo da Rocha Leite e ADRIANA DE FRANCA-.

19. BUSCA E APREENSÃO-FIDUCIÁRIA-776/2004-BANCO DO BRASIL S/A x HIRAM DAMIAO CARDOZO DE LIMA- (fls. 75) " 1. Promova a Serventia as anotações necessárias referentes ao substabelecimento juntado às fls.73/74. 2. Defiro o pedido de fl. 72, formulado pela autora e concedo vista dos autos pelo prazo improrrogável de 05 (cinco) dias (art.40, II, do Código de Processo Civil). 3. Intime-se. -Adv. Luiz Fernando Brusamolin-.

20. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL-95/2005-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x SENTINELA VIGILÂNCIA S/C LTDA- " Manifeste-se acerca do laudo de avaliação de fls. 177( R$ 88.000,00). -Advs. Sonny Brasil de C. Guimarães, Leonardo Xavier Rousseng, Joanita Faryniak, CRISTIANE BOROS SAMPAIO, DEBORAH GUIMARÃES, SCHEILA CAMARGO COEHO TOSIN e Claudio Roberto Padilha-.

21. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-166/2005-OTÁVIO BAZIEWICZ x SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA- (fls. 325) " 1. Notifique-se o requerente para manifestar eventual interesse no prosseguimento do feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo (CPC, 267, III, e § 1º). Expeça-se mandado. 2. Intime-se-o, pessoalmente. -Advs. MARCIO GABRIELLI GODOY e Roberto de Oliveira Guimarães-.

22. REPARAÇÃO DE DANOS-480/2005-AUTO VIAÇÃO NOSSA SENHORA DA LUZ LTDA x EDSON RODRIGUES DE OLIVEIRA- Providencie a parte autora o pagamento de 04 AR (R$ 37,60), e 04 postagem (R$ 41,60) 02 fotocópia (R$ 0,60) e 01 ofício (R$ 9,40) -Advs. Marcos Wengerkiewicz, JEFFERSON DOS SANTOS e LUCIANO CHIZINI CHEMIN-.

23. BUSCA E APREENSÃO-1002/2005-SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA x PAULO ROBERTO DE LIMA SOARES- (fls. 120) " Vistos etc. Considerando (a) que o veículo objeto desta lide foi restituído ao Sr. OTÁVIO BAZIEWICZ, conforme auto de fl. 76, assumindo compromisso como fiel depositário do automóvel; (b) o teor da certidão de fl. 115, na qual o Sr. Meirinho relata que o Sr. Otávio afirmou ter devolvido o veículo ao Sr. Paulo Roberto de Lima Soares; e (c) o compromisso assumido pelo Sr. depositário em não abrir mão do bem sob a sua guarda, exceto por ordem expressa do Juízo, sob as penas da lei, determino a expedição de mandado intimação de OTÁVIO BAZIEWICZ para a restituição do bem na posse da autora, SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), sob pena de devolução do valor de mercado do automóvel. Diligências necessárias. Intime-se. Com base no art. 19 do CPC, providencie a parte autora o pagamento das custas relativas as diligências do Sr. Oficial de Justiça (CEF, agência 3984, operação 040, conta n.º 1502316-6), para expedição do competente mandado. -Advs. Roberto de Oliveira Guimarães e MARCIO GABRIELLI GODOY-.

24. INDENIZAÇÃO-1129/2005-ADRIANA BANDEIRA SANTOS x ANGELO PALMA CONTAR e outros- (fls. 425) " 1. Tendo em vista a certidão de fls. 424, para realização da perícia médica antes deferida (fls. 352/353), nomeio, como perito do Juízo, o profissional Dr. CARLOS ALBERTO GOMES MARQUES, CRM nº 25.558, com endereço profissional na Rua Cândido Lopes, nº 280 SIASS, Centro, CEP 80020-060, Curitiba/PR, telefone (41) 3322-3576, que servirá escrupulosamente, sob a fé do seu grau, independentemente de compromisso (art. 422, CPC). 2. Intime-se ao perito nomeado para que apresente proposta de honorários, em 05 (cinco) dias, com entrega do laudo no prazo de 60 (sessenta) dias, após a intimação quanto ao depósito dos honorários. 3. Apresentada a proposta de honorários, intime-se aos Drs. Procuradores das partes para que sobre ela se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias. 4. Intime-se. Diligências. -Advs. VANESSA A. FARRACHA DE CASTRO, Carlos Alberto Farracha de Castro, CARLOS EDUARDO FRANCA, Gladimir Adriani Poletto, Fábio José Possamai, Marcos Vinicius Coltri e Zulmira Cristina Leonel-.

25. DECLARATÓRIA DE NULIDADE-1191/2005-METER & SILVA CONSULTORIA ADMINISTRATIVA LTDA x INDÚSTRIAS LANGER LTDA e outro- Manifeste-se a parte autora quanto a devolução da carta de intimação (fls. 119/120) . -Advs. JEFFERSON KAMINSKI e ALCEU SCHWEGLER-.

26. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-1345/2005-CONDOMÍNIO CONJUNTO RESIDENCIAL PARANÁ x ENÉAS FERRAZ JUNIOR e outro- (fls. 329) " 1. Diligencie-se à intimação do Dr. Procurador dos requeridos para que comprove o pagamento das custas de fls. 324, tendo em vista o decurso do prazo antes deferido (fls. 327), sob as penas da lei. 2. Intime-se. Diligências. -Advs. Jeferson Weber, MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA e Martin Roeder Filho-.

27. REVISÃO DE CONTRATO-1414/2005-SANDRA MARIA BETTEGA MORESSI x BANCO DO BRASIL S/A- (fls. 404) " 1. Recebo a apelação de fls. 384/403, interposta pela autora, SANDRA MARIA BETTEGA MORESSI, nos efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520 do Código de Processo Civil). 2. Dê-se vista dos autos à ré, BANCO DO BRASIL S/A, para, querendo, apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias. 3. Escoado o prazo, independente de manifestação da apelada, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado, com nossas homenagens e cautelas de estilo. 4. Intime-se. -Advs. MARCO AURELIO S. DE LIMA e WASHINGTON YAMANE-.

28. REVISÃO CONTRATUAL-115/2006-MANOEL CASSEMIRO DOS SANTOS x BANCO DO BRASIL S/A- (FLS. 364) " 1. Os esclarecimentos prestados até agora são suficientes para o meu convencimento, portanto declaro encerrada a instrução processual. 2. Remetam-se os autos à Contadoria Judicial e venham-me conclusos para sentença. 3. Anote-se no livro próprio. 4. Intimem-se. -Advs. Jonas Borges, Louise Rainer Pereira Gionédis e MARIA AMELIA C. MASTROROSA VIANNA-.

29. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-328/2006-SUPERMERCADOS BAVARESCO LTDA x IRON ALIMENTOS LTDA e outro- Proceda a parte interessada o preparo de custas do Sr. Oficial de Justiça (R$ 43,00) nos autos de Carta Precatória n.º 55/2011, em tramite na Comarca de Bandeirantes-Pr, Cartório Cível Comérico e Anexos, (a guia GRC do Sr. Oficial de Justiça encontra-se na contra-capa dos autos de Cumprimento de Sentença 328/2006. )-Advs. Júlio César Scotá Stein e Fabio Telent-.

30. ORDINÁRIA DE COBRANÇA-458/2006-GENESIS MARKETING LTDA x BAHAMA TRADING COMPANY LTDA- (fls. 225/226) " Avoco os autos para pôr o feito à ordem. Assiste razão à litisdenunciada às fls. 222/224 dos autos. Assim, revogo o despacho de fl. 218. 2.1. Considerando que a perícia a ser realizada neste processo é para tradução de documentos (vide item "2" do despacho saneador de fls. 150), bem como que o "expert" nomeado à fl. 204 não detém o conhecimento hábil para tal tarefa, destituo-o do cargo e nomeio em substituição o(a) Dr DIONE MARIA GOMES SCAITZA - FONE: 3222-9465, sob a fé e compromisso de seu grau. Notifique-se o(a) experto(a), nos exatos termos do despacho de fl. 225/226. 2.2. Compulsando os autos, verifico que, de fato, os embargos de declaração de fls. 160/162 ainda não foram apreciados. Entretanto, considerando a sua manifesta extemporaneidade, deixo de receber o recurso. 2.3. Com efeito, intimado da sentença no despacho saneador dia 03 de setembro de 2008 (quarta-feira) certidão de publicação de fl. 151, o qüinqüídio legal para os embargos de declaração (CPC, 536) iniciou-se logo no dia útil seguinte, 04 de setembro de 2008 (quinta-feira), tendo fixado o seu termo ad quem no dia 08 de setembro de 2008 (segunda-feira). 2.4. Logo, é serôdio o recurso, porque somente no dia 09 de setembro de 2008 (terça-feira), foi protocolado, ou seja, quando já havia decorrido o prazo legal. 2.5. Considerando que foi negligente, pois sujeitou-se aos desígnios da própria sorte a embargante, alternativa não me resta senão deixar de conhecer dos presentes embargos de declaração, porque intempestivos. 3. Intime-se. -Advs. Carolina Pimentel Scopel, Simone Zonari Letchacoski, Evaldo de Paula e Silva Junior, Angela Estorilio Silva Franco, SILVANA ELEUTERIO RIBEIRO, André Mello Souza, JEFFERSON COMELI, Karina de Oliveira Fabris dos Santos, Henrique Kurscheidt, José do Carmo Badaró, Márcia S. Badaró, JORGE CLARO BADARO, JOSE EDUARDO DE BARROS MELLO e Marçal Claudio Marques-.

31. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-494/2006-MERCADO VIDEIRA LTDA x 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A- (fls. 561) " Manifeste-se a credora, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a impugnação ao cumprimento da sentença de fls. 546/552, apresentada pela devedora. Intime-se. -Advs. Edivaldo Mercer Gonçalves, Bruno da Costa Turra, Ana Paula Domingues dos Santos, LEONARDO GONCALVES TESSLER, CAMYLLA DO ROCCIO KALED CAMELO, Rodrigo Parreira, Paulo Branco, Sandra Regina Rodrigues e Silvana da Silva-.

32. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-753/2006-SILCLÉIA PEREIRA ALVES UADI x CAFÉ ALVORADA S/A e outro- (fls. 332) " 1. Expeça-se mandado de penhora e avaliação do bem descrito às fls. 331, com as respectivas matrículas juntadas às fls. 310/311. 2. Procedida à penhora, conforme determina o artigo 659, § 4º do Código de Processo Civil, intime-se aos devedores, na pessoa de seu advogado (CPC, 652, § 4º), constando que, pelo ato de intimação, fica constituído depositário do bem penhorado. 3. Atente o exeqüente para a devida averbação do ato constritivo (parte final do § 4º, do art. 659, do CPC). 4. Intime-se. Com base no art. 19 do CPC, providencie a parte autora o pagamento das custas relativas as diligências do Sr. Oficial de Justiça (CEF, agência 3984, operação 040, conta n.º 1502316-6), para expedição do competente mandado. -Advs. Edgard Luiz Cavalcanti de Albuquerque e Kleber Schoneweg Wolf-.

33. REVISÃO DE CONTRATO C/C CONSIG. EM PAGTO-1015/2006-DEBORA PIRES DA ROCHA x UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A.- (fls. 214) " Vistos e examinados estes autos. Tendo em vista o que consta da petição de fls. 194/195, assinada pelos Drs. Procuradores das partes integrantes da relação jurídica processual instaurada nos presentes autos, constituídos com poder especial para transigir (fls. 192 e 196), HOMOLOGO, por sentença, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, os termos da transação firmada, em conciliação, pelas partes, julgando o processo, com resolução de mérito (art. 269, inciso III, do CPC). Conforme acordo homologado, honorários advocatícios a serem arcados pela parte em relação ao seu respectivo patrono (item '9', fls. 195). As custas referentes a este processo (fls. 206) foram devidamente pagas, conforme comprovantes de fls. 212/213. Defiro a desistência do prazo recursal. Expeça-se alvará em favor da autora para levantamento do valor depositado nestes autos, conforme requerido (fls. 197). P. R. I. Demais Diligências. - Antecipe custas para a expedição de 01 Alvará (R$ 9,40) Advs. Gabriela Cortes Leão de Oliveira, Lidiana Vaz Ribovski, Mariane Cardoso Macarevich e Rosângela da Rosa Corrêa-.

34. REPARAÇÃO DE DANOS-1104/2006-CLEIDE CRISTIANE CRISTOFANI x BANKBOSTON BANCO MÚLTIPLO S/A- (fls. 422) " 1. Recebo o recurso adesivo interposto pela autora, Cleide Cristiane Cristofani, às fls. 420/421, porque presentes os pressupostos que autorizam o prosseguimento da espécie (inteligência do artigo 500, do Código de Processo Civil). 2. Dê-se vista dos autos à parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias. 3. Após, independentemente de manifestação da recorrida, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens e cautelas de estilo. 4. Intime-se.-Advs. Léo Marcos Paiola, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Arruda A. Wambier e Evaristo Aragão F. dos Santos-.

35. DEPÓSITO-1137/2006-FUNDO DE INV.DTO.CRED.NÃO PADRON.AMÉRICA MULT. x ALEXSANDRO DOS SANTOS- (fls. 138) "Defiro a suspensão do processo, por 90 (noventa) dias, conforme requerido à fl. 137. Decorrido o prazo, intime-se ao dr. Procurador da parte interessada para que se manifeste a respeito do prosseguimento do processo. Intime-se. -Adv. Blas Gomm Filho-.

36. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-1386/2006-YUKITO NAKAMURA x BRASIL TELECOM S.A.- (fls. 244) " 1. Expeçam-se alvarás, sendo um, em favor da Serventia para levantamento do valor depositado à fl.217, e o outro em favor do autor, da quantia depositada à fl.229. 2. Isto feito, voltem para análise do pedido de extinção do feito, diante do cumprimento integral da obrigação. 3. Intime-se. Antecipe custas para a expedição de Alvará (R$9,40) -Advs. Carlos Eduardo da S. Ferreira, Sandra Evelizi Mendonça, Joaquim Miró e Bernardo Guedes Ramina-.

37. DEPÓSITO-1468/2006-FUNDO DE INV.DTO.CRED.NÃO PADRON.AMÉRICA MULT. x DINEI FERREIRA DOS SANTOS- (fls. 125) "1. Defiro o pedido formulado à ti. 122. Promova a Serventia as anotações necessárias referentes à procuração e substabelecimento de fis. 123/124. (quinze) dias, mediante Abra-se vista dos autos à autora, pelo prazo de 15 carga no livro próprio. 2. Intime-se. -Advs. JOSE HIPOLITO XAVIER DA SILVA, Vera Lúcia Pauli e Jefferson Luiz Maestrelli-.

38. REVISÃO CONTRATUAL-34/2007-MARCELO SOBANIA x BANCO DO BRASIL S/A- (fls. 165) " Com razão o autor, MARCELO SOBANIA, quanto ao despacho de fl. 164 dos autos. Assim, retifico-o, devendo a ré, BANCO DO BRASIL S/A, proceder ao depósito judicial dos honorários periciais (R$ 2.500,00), no prazo de 10 (dez) dias. Empós, cumpra-se o item "2" do ordinatório supracitado. Intime-se. -Advs. Luis Boaventura Goulart Jr., Willian Carneiro Bianeck e Angela Sampaio Chicolet Moreira-.

39. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL-96/2007-JESUS IZIDORO ME x CONTROLTEC ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA- (fls. 123) " 1. Defiro, em termos, o pedido de fl. 122. 1.1. Expeça-se ofício à Receita Federal, para que forneça as últimas 3 (três) declarações de imposto de renda da devedora, CONTROLTEC ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA, (CNPJ nº 79.557.732/0001-37). Prazo para resposta: 20 (vinte) dias, sob pena de caracterização de crime de desobediência (CP, 330). Intime-se. Antecipe custas para a expedição de 01 ofício (R$ 9,40) -Advs. MICHELE SUCKOW LOSS e REGINA RAMOS DE OLIVEIRA BORDIGNON-.

40. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL-133/2007-BANCO BRADESCO S/A x JOSILEIDE FELIX CASSIMIRO ME e outro- (fls. 79) " Lavre-se Termo de Penhora do valor bloqueado em fl. 69/71. Intime-se a parte devedora, na pessoa de seu advogado (CPC, 475-J, §1º) para que tome ciência do ato constritivo, bem como para que, querendo, ofereça impugnação no prazo de 15 dias Após transcorrido o prazo para impugnação, voltem-me conclusos para análise do pedido de levantamento. Quanto ao requerimento de bloqueio de transferência da titularidade de veículo do devedor(a) junto ao DETRAN, por intermédio do Sistema RENAJUD, defiro, conforme requerimento. Diligenciado o procedimento de bloqueio, mediante regular acesso ao próprio Sistema RENAJUD, conforme documento que segue em separado para juntada aos autos. Sobre o contido no referido documento, diga o Dr. Procurador da parte exequente. Ainda, oficie-se a Receita Federal para que forneça cópia da Declaração de Bens constante da última Declaração do Imposto de Renda apresentada pelos executados. Intime-se. Diligências necessárias. Antecipe custas para a intimação do devedor, bem como providencie o pagamento de 01 ofício (R$ 9,40) -Advs. João Leonel Antocheski e Maria Izabel Bruginski-.

41. COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO-358/2007-ÁULIO COSTA ZAMBENEDETTI x FRANCISCA NILDA ALVES e outro- (fls. 150) " Considerando o pedido formulado pelo autor, ÁULIO COSTA ZAMBENEDETTI, à fl. 131dos autos, para denunciar à lide o Banco Itaú, bem como que tal instituição financeira está devidamente inclusa no polo passivo desta demanda e ainda não foi citada, à luz do art. 264 do CPC, diga a ré, FRANCISCA NILDA ALVES, acerca de tal pleito, no prazo de 5 (cinco) dias. Intime-se. -Advs. Dino Zambenedetti, Antonio Cleber Mendes da Costa e Tatiana Francelino Moreira-.

42. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-540/2007-MERCEDES THEREZA HAUER x HOMERO MARTINS JUNIOR- (fls. 117) " Defiro o pedido de fl. 116, formulado pela credora. Expeção ofício, conforme requerido. Intme-se. Antecipe custas para a expedição de ofício -Adv. Leandro Galli-.

43. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-542/2007-INDÚSTRIAS ANDRADE LATORRE S/A x BANCO UNIBANCO S/A- (fls. 491) " 1. Nesta oportunidade, analiso o requerimento de penhora on line formulado pelo credor, para garantia do juízo. 1.1Defiro o requerimento de fl.490 para imediato bloqueio on line, por intermédio do sistema BACEN-JUD, em numerário(s) existente(s) em conta(s) bancária(s) e aplicação (ções) em nome do devedor UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A ( CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12), até o valor total de R$ 3.178.084,01 (três milhões, cento e setenta e oito mil, oitenta e quatro reais e um centavo). 2.Diligenciado o procedimento de bloqueio, mediante regular acesso ao próprio Sistema BACENJUD, conforme documento que segue em anexo a este ordinatório, diga o credor, no prazo de 5 (cinco) dias. 3. Em seguida, nos termos do determinado no item "3" do despacho de fl.475, retornem os autos ao Sr. Contador Judicial, em razão das impugnações aos cálculos de fls.393/452 ( credora) e de fls. 454/469(devedora). 4. Intime-se. -Advs. Paulo Roberto Gomes, Allan Amin Propst, José Augusto Araújo de Noronha e LAURA DEL BOSCO BRUNETTI CUNHA-.

44. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-820/2007-FELIX FIUTEK x HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO- " Manifeste-se acerca da informação do Sr. Contador e Partidor de fls. 369 a seguir: "., que houve equívoco desta Serventia quando do pedido de custas de fis., 364v.,uma vez que a conta a ser elaborada seria o cálculo da dívida e não somente de custas. Portando o valor correto é de R$ 88,99 restando ser pago o valor de R$ 79,81)". -Advs. Denis Gradowski Rodrigues e Kelly Cristina Worm Cotlinski Canzan-.

45. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO-999/2007-DANIEL VITORIO SERATHIUK x RITA DE CASSIA DA SILVA e outros- (fls. 314) " 1. A produção da prova pericial médica foi requerida pelos réus, Alberto Francisco de Carvalho (fls. 122 e 142) e Agenor Ferreira da Silva Filho (fls. 132/133), portanto os honorários periciais fixados no primeiro parágrafo de fls. 305 devem ser por eles suportados. 2. Haja vista a certidão de fls. 313, expeça-se mandado para o fim de intimar o Perito nomeado (fls. 305) 3. Intime-se. Diligências. - Com base no art. 19 do CPC, providencie a parte ré o pagamento das custas relativas as diligências do Sr. Oficial de Justiça (CEF, agência 3984, operação 040, conta n.º 1502316-6), para expedição do competente mandado. Advs. Cristiano Kamel Salmen, Ariadne de Araujo Sella, HENRY HASSE, Jiomar José Turin Filho, Alcides Lacourt Júnior, Reinaldo Mirico Aronis, GECE SOARES CHAISE, Paulo Roberto Fadel, Reinaldo Mirico Aronis e Luiz Assi-.

46. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO-1039/2007-FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS x ITAÚ SEGURADORA S/A e outro- (fls. 132/137) " (...) III DISPOSITIVO. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na petição inicial por FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS. Pela sucumbência, CONDENO o autor ao pagamento de custas e demais despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios, os quais, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, fixo no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) para o Advogado de cada réu, considerando o tempo de trâmite da demanda, a qualidade do serviço prestado e a desnecessidade de instrução da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. (fls. 151) " " Recebo a apelação de fls. 139/150, em ambos os efeitos legais. Vista ao apelado para, no prazo de quinze dias, apresentar contra-razões, querendo. Após, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça, com as cautelas de estilo. Intime-se.-Advs Kiyoshi Ishitani e Paulo Carvalho-.

47. ANULAÇÃO DE TÍTULO-1118/2007-LUIZ GUSTAVO KNECHTEL x MECÂNICA SCHEFFLER - PAULO SÉRGIO SHEFFLER e outro- (fls. 209) " 1. Avoco os autos, para revogar o despacho de ti. 208. 2. Manifeste-se o autor, LUIS GUSTAVO KNECHTEL, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do prosseguimento do presente feito, mormente face ao tato de que os réus (MECÂNICA SCHEFFER - PAULO SÉRGIO SHEFFLER e PAULO SERGIO SHEFFLER) permanecem sem representação processual nestes autos. 3. intime-se. -Adv. Luiz Gustavo Knechtel-.

48. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL-113/2008-BANCO SANTANDER S/A x MOVICARGO DO BRASIL EMPILHADEIRAS LTDA e outros- (fls. 128) " 1. Defiro o bloqueio de ativos financeiros de titularidade do devedor(a), por intermédio do Sistema BACENJUD, até o limite do valor em execução (R$ 35.822,00), conforme cálculo. 2. Diligenciada a minuta, bem como o protocolamento da ordem de bloqueio, mediante regular acesso ao próprio Sistema BACEN JUD. 3. Segue em separado, para juntada aos autos, o documento de resposta à requisição de bloqueio - Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores. 4. Sobre o contido no referido documento, diga o Dr. Procurador da parte exequente. 5. Intimem-se.-Advs. Marcos Augusto Malucelli, Ricardo dos Santos Abreu e Caroline Ferraz da Costa-.

49. MONITÓRIA-1277/2008-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x VALDECIR MERLAK e outro- "Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 133, Mandado da Comarca do Foro Regional de Araucária. -Advs. Mieko Ito e Chrystianne de Freitas A. Ferreira-.
50. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO-1647/2008-BEMATECH S.A. x BANCO BGN S.A. e outro- "Manifeste-se acerca dos ofícios de fls.242/243.-Advs. Mauro Cristiano Morais, Rony Dreger, Marcos Novakoski F. Velloza e Alexandre Nelson Ferraz-.
51. MONITÓRIA-1682/2008-CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA x MARIA VALDETE DOS PASSOS- (fls. 76/78) "..... Ante o exposto, com fulcro nos artigos 459 e 269, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos da ação monitória, com resolução de mérito, constituindo de pleno direito o título executivo no valor de R$ 6.576,42 (seis mil quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos), que deverá ser corrigido monetariamente pela média simples dos índices INPC/ IGP e acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, prosseguindo-se na forma prevista no Livro II, Título II, Capítulos II e IV do Código de Processo Civil. Expeça-se mandado executivo. Sucumbente, condeno a réuao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 15% (quinze por cento) do valor do débito, na forma do disposto no artigo 20, §3º, do Código de Processo Civil. Publicada em mão do Sr. escrivão. Registre-se. Intimem-se. -Advs. Diogo Guedert, Juliana Osório Junho, GESSIVALDO OLIVEIRA MAIA e Marcos Antonio Germano-.
52. MONITÓRIA-979/2009-INSTITUTO DE CULTURA ESPÍRITA DO PARANÁ x CAMILA MARCELA MACHADO- "Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 46 do Mandado da Comarca do Foro Regional de Almirante Tamandaré. -Adv. André Zacarias T. de Queiroz-.
53. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1659/2009-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x LUIS FERNANDO VILLATORE e outro- Manifeste-se o autor quanto o ofício da Receita Federal.-Adv. Mieko Ito-.
54. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-2142/2009-BANCO ITAULEASING S/A x DAGO ALBERTO GOLLUB- (fls. 48/50) " .....Ante o exposto, com fulcro nos artigos 459 e 269 I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, para tornar definitiva a liminar que reintegrou o autor (fl. 36), Banco Itauleasing S/A, na posse do veículo descrito na inicial (f. 02). Sucumbente, condeno o réu, Dago Alberto Gollub, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 900,00 (novecentos reais), na forma do disposto no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Publicada em mão do Sr. escrivão. Registre-se. Intime-se. -Advs. José Carlos Skrzyszowski Junior e Alice Souza Fernandes-.
55. REVISIONAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO-2156/2009-GILBERTO FERREIRA DIAS x BMG LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL- (fls. 92/93) " Sustenta o embargante, que a sentença de fls. 58/68 merece ser reformada, nos termos contidos às fls. 90/91, aos quais por brevidade me reporto. É o relatório, em apertada síntese. Decido. 2. Conheço dos embargos, porque tempestivos, entretanto nego-lhes provimento, por não vislumbrar omissão no "decisum" combatido, mesmo porque a matéria como posta ajusta-se a grau de inconformismo, não se enquadrando nas hipóteses contidas na exegese do art. 535 do CPC. Nesse sentido, aliás, vale conferir: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos." (RJTJESP 115/207). Assim permanece a decisão tal como lançada. 3. Intime-se. -Advs. Maylin Maffini, Érika Hikishima Fraga, Simone Marques Szesz e Mieko Ito-.
56. DECLARATÓRIA DE NULIDADE-2352/2009-FLÁVIO DO REGO FREITAS DE TOLEDO FILHO x BANCO FINASA S.A BMG- (fls. 208/214) " .....Ante o exposto, com fulcro nos artigos 459 e 269, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, com resolução de mérito,para: (a) rescindir o Contrato de arrendamento mercantil (descrito na inicial à fl. 03) firmado entre as partes; (b)tornar definitiva a posse do veículo descrito na inicial ao réu que, após a venda extrajudicial do bem, deverá proceder a devolução dos valores pagos pelo autor a título de VRG, nos termos da fundamentação acima. Como o autor decaiu em parte mínima do pedido, condeno o banco réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), na forma do disposto no artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil. Publicada em mão do Sr. Escrivão. Registre-se. Intime-se. -Advs. Carlos Eduardo de Macedo Ramos, Patricia Pontaroli Jansen, Cristiane Bellinati Garcia Lopes, Alessandra Labiak e Carine de Medeiros Martins-.
57. REVISIONAL DE CONTRATO-2401/2009-CELSO MOREIRA DOS SANTOS x BANCO FINASA S.A.- 1. CELSO MOREIRA DOS SANTOS, por intermédio de Advogado constituído, propôs a presente Ação em face de BANCO FINASA S/A para o fim de obter a Revisão de Cláusulas do Contrato firmado entre as partes, cuja petição inicial formula os seguintes requerimentos mediante antecipação de tutela, em sede liminar: 1. Efetuar, em conta vinculada ao Juízo, o depósito do valor considerado devido com o expurgo dos encargos apontados como excessivos e, portanto, incontroverso; 2. Abster-se a parte ré de encaminhar o nome do autor aos cadastros das entidades de restrição ao crédito, até o julgamento final da ação aqui processada; e, 3. Manter o autor na posse do veículo objeto do financiamento que se pretende revisar. 2. Portanto, cumpre decidir, em sede liminar, mediante antecipação de tutela, quanto aos requerimentos de natureza cautelar formulados com a petição inicial. 3. O contrato de financiamento foi firmado entre as partes mediante estipulação do valor total do financiamento, bem como do valor de cada parcela e a sua respectiva quantidade. Daí que se constata que à parte autora foram disponibilizadas as informações básicas necessárias para calcular o valor total a ser pago e, deduzido esse valor total do valor efetivamente recebido para pagamento do bem, atingir o montante dos juros para remuneração do capital tomado em empréstimo, montante esse que, dividido pelo número de parcelas, indica o valor a ser pago mensalmente a título de juros contratuais. 4. Além disso, tais informações permitiram ao devedor, ora autor, analisar quanto às suas efetivas possibilidades de pagamento considerado o seu orçamento mensal, aí incluídas as receitas e as despesas que o integram, fazendo presumir a prévia verificação de sua capacidade financeira para arcar com o valor da prestação contratada, mesmo porque, conforme o enunciado da Súmula 382 do STJ "a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade". 5. Ainda, a Súmula 381 do STJ enuncia que "nos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de oficio, da obusividade das cláusulas". 6. Portanto, a situação fática antes exposta permite se considerar plausível não existir irreparabilidade ou dificuldade intransponível para a reparação dos danos alegados pela parte autora na hipótese de, ao final, ser julgada procedente a ação aqui proposta. 7. Daí que, os fatos e fundamentos deduzidos com a petição inicial não são capazes de determinar juízo valorativo suficiente quanto à efetiva probabilidade de certeza quanto à existência de excesso nos percentuais contratados para a incidência de encargos financeiros, e os elementos documentais juntados não demonstram o caráter de prova inequívoca a revestir da necessária e indispensável verossimilhança as suas alegações. 8. Porém, embora não se constate o caráter inequívoco da prova documental trazida aos autos com a petição inicial, e, por consequência, não se verifique a presença da verossimilhança das alegações iniciais quanto ao excesso de encargos financeiros a macular o valor do financiamento contratado entre as partes, possível DEFERIR em prol do autor o depósito em juízo do valor incontroverso considerado devido, seja como demonstração de sua boa-fé, seja como maneira de formar capital para quitar a dívida na eventual hipótese de, ao final, ser julgada procedente a ação proposta. 9. Entretanto, o depósito parcial do valor da parcela contratada não afasta a mora, pois conforme a literalidade do enunciado contido na Súmula 380 do STJ "a simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor". Ou seja, somente com o depósito do valor integral da parcela devida será possível considerar a inexistência de mora do devedor, aqui autor, para justificar a retirada do seu nome da SERASA e permanecer na posse do bem objeto do financiamento. 10. Assim, uma vez a ausentes os requisitos necessários ao reconhecimento da abusividade das cláusulas contratuais, bem como subsistindo a mora do devedor com o depósito do valor parcial tido por incontroverso pleiteado com a petição inicial, INDEFIRO o requerimento para que a instituição financeira ré se abstenha de encaminhar o nome do autor aos cadastros das entidades de restrição ao crédito. 11. Ao mesmo tempo, os motivos e fundamentos antes expostos, notadamente quanto à subsistência da mora pelo depósito parcial, também resultam em dar suporte para o INDEFERIMENTO do requerimento de manutenção do autor na posse do veículo objeto do contrato de financiamento que se pretende revisar. 12. Pelo exposto, limito a DEFERIR PARCIALMENTE, em sede liminar, apenas e tão-somente o requerimento formulado em antecipação de tutela para o depósito em conta vinculada ao juízo do valor incontroverso considerado devido, depósito parcial esse que não afasta a mora, nem impede a instituição financeira ré de adotar as medidas legais disponíveis para assegurar os seus direitos. 13. Diligencie-se à citação da instituição financeira ré, pelo Correio (art. 222, alínea 'f, CPC), conforme requerido no item 'd' fis. 15, para que ofereça resposta, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, consignando-se que, uma vez não apresentada contestação, serão presumidos aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora na petição inicial, cumprindo a Escrivania ao prescrito no art. 223 doCPC. 14. Conforme disposto no parág. ún. do art. 22 da Lei n2 1.060/50, «considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família". 15. Ainda, na forma do disposto no art. 32, incs. II e V, da antes referida Lei, a assistência judiciária gratuita compreende as seguintes isenções: "... custas devidas aos serventuários da justiça e honorários de advogado...", dentre outras. 16. Por sua vez, "a parte gozará dos beneficios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua famiia" (art. 42 da referida Lei). 17. Haja vista o conteúdo que se extrai da cópia do documento de fis. 41, DEFIRO o requerimento formulado para concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça ao autor, que não abrange o valor das despesas postais. 18. Intime-se. Demais diligências necessárias. . 1 -Adv. Eduardo Feliciano dos Reis-.
58. MONITÓRIA-0002656-57.2010.8.16.0001-HAMILTON GERSON PURKOT x ALBIMAR MECANICA, FUNILARIA E PINTURA LTDA- (fls. 48) " 1. Manifeste-se a autora ante o prosseguimento do feito, mormente em face da certidão lançada à fl.47. 2. Intime-se. -Adv. Fábia Gabriela Cortiano-.
59. CONSIG.EM PAGTO. C/C REVISÃO DE CONTRATO-0003600-59.2010.8.16.0001-DANIEL GUSTAVO PUTTI x BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A- "Antecipe custas para a expedição de ofício. -Advs. Davi Chedlovski Pinheiro e Luiz Fernando Brusamolin-.
60. DESPEJO POR DENÚNCIA VAZIA-0013303-14.2010.8.16.0001-INAJÁ MARON ATHANASIO x NARITA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONDIMENTOS LTDA- Manifeste-se a parte autora quanto a contestação e documentos. -Advs. Paulo Carvalho e BRUNO CIDADE MORGADO-.
61. REVISÃO DE CONTRATO C/C CONSIG. EM PAGTO-0018038-90.2010.8.16.0001-RODRIGO LEANDRO DA VEIGA x PORTOSEG S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- (fls. 78) " Defiro o pedido de fl. 70. Expeça-se alvará, para o fim colimado. De outro vértice, manifeste-se o autor, RODRIGO LEANDRO DA VEIGA, acerca do interesse pelo prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção (CPC, art. 267, III, §1º). Intime-se. Antecipe custas para a expedição de 01 Alvará (R$ 9,40) -Adv. Antonio Nogueira da Silva-.
62. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE-0018767-19.2010.8.16.0001-AIRTON ZANIN x PAVISERVICE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.- Tendo em vista a interposição do recurso de agravo de instrumento, no exercício do denominado juízo de retratação,

reconsidero as decisões de fis. 405 e 431/432, pr prolatar, em substituição, conforme a seguir explicitado: 1. A petição inicial formulou pedido para o fim de qi seja "julgada totalmente procedente para condenar a requerida no pagamento de uma indenização por danos morais e materiais, bem como no pagamento dos valores conforme acima demonstrado e apurado" (fis. 16). 2. Na contestação foram arguidas as seguintes matérias preliminares (fis. 265/271): 1. existência somente de pedido indenizatório; II. falta de interesse processual e inexistência do necessário pedido declaratório; III. impossibilidade jurídica da pretensão de partilha de bens e prestação de contas e ausência de declaração da existência de sociedade em conta de participação; 1V. inépcia da petição inicial por inexistência de nexo entre os fatos narrados (art. 295, parág. ún., mc. II, do CPC) e cerceamento do direito de defesa da ré; V. inépcia da petição inicial em virtude da inexistência de exposição da causa de pedir e dos fundamentos jurídicos (art. 295, parág. ún., mc. 1, do CPC). 3. Quando da impugnação à contestação o autor referiu que "tendo em vista o consentimento do réu (concordância com a apreciação jurisdicional do pedido de indenização) e o fato da fase postulatória não ter se encerrado, com base no art. 264 do CPC, o autor requer a alteração do pedido constante na petição inicial (fl. 14), excluindo-se a partilha de bens e a prestação das contas da empresa, devendo a requerida prestar contas tão somente dos contratos de subempreitada entabulados como o autor", e, ainda, "a retificação da autuação passando a ser o nome jurídico da ação o seguinte: AÇÂO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS" (fis. 383/384). 4. Ao dar atendimento ao despacho que determinou a especificação de provas, a parte ré se manifestou contrariamente à alteração do pedido requerida pelo autor, conforme registrado no item anterior (fis. 392/394) 5. Ao se manifestar a respeito da contrariedade quanto à alteração do pedido, o autor requereu que "tendo em vista que não obteve o consentimento da ré (CPC, art. 264, caput), o prosseguimento do feito, conforme os pedidos feitos na petição inicial, independentemente do nome jurídico atribuído à ação (fls. 404). 6. Daí que prolatado o despacho de f is. 405, em face do qual foram interpostos os embargos de declaração (fls. 406/413), decididos conforme fls. 431/432, objeto de recurso de agravo interposto. 7. No que respeita ao pedido formulado com a petição inicial, tem-se que, conforme registrado no item 5, o processamento da ação ocorre "conforme os pedidos feitos na petição inicial, independentemente do nome jurídico atribuído à ação". 8. Portanto, o pedido objeto da petição inicial é o seguinte: "seja julgada totalmente procedente para condenar a requerida no pagamento de uma indenização por danos morais e materiais, bem como, no pagamento dos valores conforme acima demonstrado e apurado" (f is. 16). 9. Passo à análise da matéria preliminar arguida com a contestação. 10. Existência somente de pedido indenizatório. Incontroversa a existência do pedido indenizatório. A preliminar aqui examinada se refere ao pedido de condenação assim grafado: "bem como, no pagamento dos valores acima demonstrado e apurado". 10.1. Tais valores são aqueles constantes do último parágrafo de fis. 09, que registra: "o autor é credor da quantia de R$ 93.498,99 mais (+) R$ 62.777,80, mais (+) 23.000,00, perfazendo assim o montante de R$ 179.276,79 (cento e setenta e nove mii duzentos e setenta e seis reais e setenta e nove centavos). 10.2. Do que se expôs, extrai-se que, embora não tenha sido observada a melhor técnica, o pedido de condenação no pagamento dos valores acima demonstrado e apurado é perfeitamente compreensível, além de certo e determinado. 10.3. Logo, rejeito a preliminar de que somente existe pedido indenizatório, uma vez que também formulado pedido para o pagamento dos valores referidos no último parágrafo de fls. 09, pedido esse que prevalece em virtude de ser compreensível, certo e determinado. 11. Falta de interesse prou' e inexi.'ci ir necessário pedido declaratório. O autor expôs fatos pelos quais foriruia ireter são pa o pdJaReflt0 de inden zção por danos morais e materiais, bem como para o pagamento de valores dos quais se considera credor, pretensão essa em relação à qual a pessoa jurídica ré ofereceu contrariedade mediante contestação, caracterizando sua resistência ao pagamento dos valores pleiteados. 11.1. Disso se extrai a existência do interesse processual a fazer presente essa condição da ação a dar suporte ao processamento da ação. Logo, também rejeito a preliminar de falta de interesse processual. 11.2. Quanto à alegada necessidade de existência de pedido declaratório da anterior existência jurídica da sociedade, extrai-se que o autor não tem interesse nessa declaração, senão de que os fatos que alega são suficientes para ensejar pedido de indenização pagamento, ou seja, mediante reconhecimento de que os fatos ocorreram e produzem como consequência o direito receber os valores pleiteados. 11.3. Assim, a questão quanto à declaração da existência jurídica da sociedade não se insere no âmbito da pretensão do autor, senão de que em virtude dos fatos que alega e que pretende comprovar decorre a pretensão ao pagamento dos valores objeto do pedido. 12. Impossibilidade jurídica da pretensão de partilha de bens e prestação de contas e ausência de declaração da existência de sociedade em conta de participação. Inexiste pedido de partilha de bens e de prestação de contas, senão de créditos e débitos, resultando em saldo a favor do autor, conforme exposto no corpo da petição inicial. Logo, não sendo formulados tais pedidos, prejudicada a análise quanto à possibilidade jurídica resultante dessas pretensões, embora, em tese, sejam possíveis mediante adoção do meio processual adequado para tanto. Portanto, rejeito as matérias preliminares quanto à alegada impossibilidade jurídica da pretensão de partilha de bens e prestação de contas. 12.1. No que respeita à arguição de ausência de declaração da existência de sociedade em conta de participação, cabível aqui a fundamentação já exposta nos itens 11.2 e 11.3, pois essa existência não é pretendida e, sim, o reconhecimento que da situação de fato narrada decorre o direito aos pagamentos pleiteados conforme pedidos formulados. Assim, também rejeito da matéria preliminar arguida quanto à ausência de declaração da existência de sociedade em conta de participação. 13. Inépcia da petição inicial por inexistência de nexo entre os fatos narrados (art. 295, parág. ún., mc. II, do CPC) e cerceamento do direito de defesa da ré. A alegada inépcia da petição inicial em virtude de que da narração dos fatos não decorre logicamente a conclusão deve ser rejeitada de vez que o exposto na fundamentação que rejeitou as demais matérias preliminares arguidas na contestação demonstra de maneira clara e inequívoca a lógica que se extrai dos fatos narrados e a conclusão atingida pelo conteúdo dos pedidos formulados. Assim, também se rejeita a alegada inépcia da petição inicial por inexistência de nexo entre os fatos narrados. 13.1. Quanto ao alegado cerceamento do direito de defesa da ré, extrai-se que a ré pode se contrapor aos fatos alegados e, mais que isso, se contrapor arguindo matérias preliminares que esmiuçaram os fatos. Portanto, não se vislumbra qualquer cerceamento ao direito de defesa da ré, posto que os fatos expostos com a petição inicial são compreensíveis, bem como deles decorre a lógica em relação aos pedidos formulados, situação essa que também} se extrai da fundamentação exposta na presente decisão. 14. Inépcia da petição inicial em virtude da inexis de exposição da causa de pedir e dos fundamento jurídicos. A causa de pedir decorre dos alegados danos dos alegados créditos, conforme fatos expostos com a petição inicial. O fundamento jurídico quanto aos alegados danos decorre do eventual direito à respectiva indenização e, quanto ao pagamento do saldo do alegado crédito, se assenta no eventual direito à percepção do respectivo crédito pelo titular desse direito. Por consequência, também rejeito a arguida matéria preliminar de inépcia da petição inicial em virtude da inexistência de exposição da causa de pedir e dos fundamentos jurídicos. 15. Em arremate quanto à matéria preliminar arguida, conforme se observará na sequência por ocasião da fixação dos pontos controvertidos, o conteúdo da controvérsia decorrente da respectiva fixação dos pontos, permite concluir, à saciedade, pela inexistência das causas apontadas em sede preliminar. 16. Quanto ao nome jurídico da ação, do conteúdo que se extrai da petição inicial tem-se que se trata de ação condenatória ao pagamento de indenização por danos de natureza moral e material e, ainda, ao pagamento de valores decorrentes de saldo de crédito em prol do autor, restando prejudicadas quaisquer outras alusões diversas, mesmo porque a denominação que se dê não tem o condão de alterar o conteúdo jurídico da finalidade à qual se destina a ação e os pedidos constantes da petição inicial que a propôs. 17. Superadas as preliminares arguidas em contestação, passo à fixação dos pontos controvertidos: 1. a existência de relação jurídica de natureza contratual entre as partes, ou não; 2. a existência de danos de natureza moral e material em desfavor do autor em decorrência da eventual existência da relação jurídica de natureza contratual entre as partes, ou não; 3. o nexo de causalidade entre a conduta da ré e a eventual existência dos danos de natureza moral e material, ou não; 4. a efetiva responsabilidade da ré em virtude da conduta por ela praticada e os eventuais danos de natureza moral e material causados a gerar o dever de indenizar os respectivos prejuízos, ou não; 5. a efetiva extensão dos eventuais danos havidos e o efetivo valor da eventual indenização devida; 6. o efetivo direito do autor à percepção de eventual saldo de crédito decorrente dos ingressos de pagamentos na contabilidade da pessoa jurídica ré, ou não, e a efetiva eventual extensão quanto ao seu respectivo valor. 18. Defiro a produção da prova documental, na forma da lei (art. 397 CPC) 19. Haja vista a pertinência, defiro a produção da prova oral, consistente no depoimento pessoal das partes e na inquirição de testemunhas, de modo a elucidar controvérsia decorrente dos pontos antes 17. 20. Por pertinente, defiro a produção da prova pericia. a requerimento da parte autora (f is. 389), e nomeio perito ARNALDO VANDERLINDE, fone 3254-6205, sob a fé de seu grau, independentemente de compromisso (art. 422 CPC). 21. As partes poderão formular quesitos e indicar assistente técnico, contados da data de intimação do presente despacho (art. 421, parág. 1, CPC). 22. Intime-se ao perito nomeado para que, no prazo de cinco dias, apresente proposta de honorários, com entrega do Laudo Pericial, no prazo de sessenta dias após o início dos trabalhos, a ocorrerem com o depósito de, no mínimo, um terço do valor dos honorários periciais. 23. Apresentada proposta de honorários, intime-se aos Drs. Procuradores das partes para que sobre ela se manifestem, no prazo de cinco dias. 24. Decorrido o prazo de que trata o item anterior, venham-me conclusos. Intime-se. Demais intimações e diligências necessárias. -Advs. Fernnando Chagas, Carlos Alexandre Perin e Dalton Luiz Dallazem-.

63. COBRANÇA (ORDINÁRIO)-0019635-94.2010.8.16.0001-BANCO DO BRASIL S.A. x EDITORA EDUCARTE LTDA. e outros- (fls. 96) " Defiro o requerimento formulado à fls. 92. Expeça-se mandado para citação, conforme requerido. Intime-se. Diligências necessárias. Com base no art. 19 do CPC, providencie a parte autora o pagamento das custas relativas as diligências do Sr. Oficial de Justiça (CEF, agência 3984, operação 040, conta n.º 1502316-6), para expedição do competente mandado. -Adv. Reinaldo Mirico Aronis-.

64. ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER-0034605-02.2010.8.16.0001-TEREZINHA DE CÁSSIA CORREA CARLIM x BRADESCO SAÚDE S/A- (fls. 181) " 1. A matéria açambarcada no processo é, na sua essência, somente de direito. Entendimento contrário, pela dilação probatória, esbarra na situação fática, pois o que já foi coligido nos autos é suficientemente forte para lastrear a decisão de mérito (CPC, 330, I, e 130, conjugados). 2. Consequentemente, alternativa não resta senão dar cumprimento ao comando legal obrigatório, para julgar o processo no estado em que se encontra. 3. À conta e preparo das custas remanescentes. Após anote-se no livro próprio e torne concluso o encarte processual, para desate. 4. Intime-se. -Advs. Cláudio Manoel S. Bega, Rafael Nogueira da Gama, Débora Segala, Laise Matros e Raquel Soboleski Carvalho-.

65. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0036047-03.2010.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x WILLIAN JOSE DOS SANTOS- (fls. 41/43) ....." Ante o exposto, com fulcro nos artigos 459 e 269 I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, para tornar definitiva a liminar de fl. 33 que reintegrou o autor, Banco Itaucard S/A, na posse do veículo descrito na inicial (f. 02). Sucumbente, condeno o réu, Willian José dos Santos, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 900,00 (novecentos reais), na forma do disposto no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Publicada em mão do Sr. escrivão. Registre-se. Intime-se. -Advs. Marcio Ayres de Oliveira e Eduardo José Fumis Faria-.

66. REVISIONAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0046680-73.2010.8.16.0001-MARLOS MARTINS DE SOUZA x BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A- Manifeste-se a parte autora no prazo de dez dias quanto a contestação

apresentada. -Advs. Fábio Michael Moreira, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado e Luiz Henrique Bona Turra-.
67. NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0051407-75.2010.8.16.0001-SIMONE MENDES x BANCO ITAULEASING S/A- Manifeste-se a parte autora quanto a contestação e documentos. -Advs. Juliane Toledo S. Rossa e Fernando José Gaspar-.
68. IMISSÃO DE POSSE-0053388-42.2010.8.16.0001-ROBERTO LASKOSKI x ROBSON CARDOSO ALVES e outro- (fls. 131) " Deve o causídico dos réus, Dr. Altair de Oliveira (OAB/PR nº 26.886), regularizar a sua representação processual, trazendo aos autos instrumento de procuração, no prazo de 5 (cinco) dias. Empós, torne-me concluso o encarte processual, para análise do pedido de denunciação da lide formulado pelos demandados (ROBSON CARDOSO ALVES e IRMA SIMONE DE SOUZA CARDOZO ALVES). Intime-se. -Advs. Fernando Cesar Sprada, Robson Adriano de Oliveira e Altair de Oliveira-.
69. INDENIZAÇÃO-0059063-83.2010.8.16.0001-E. x L. e outro- (fls. 494/497) " 1. O Dr. Advogado dos réus LIMA & NICOLA LTDA. - EPP e NOEL RIBIERO interpôs Agravo Retido quanto à decisão interlocutória de fis. 427/429, naquilo que se refere ao indeferimento de expedição de ofício ao DNIT e ao INSS. 2. As decisões objeto do recurso de agravo retido são aquelas constantes dos itens 13 e 17 abaixo transcritos: "12. Defiro a expedição do Ofício de que trata o item 'f' de fis. 189, do qual deverá constar se eventualmente houve suspensão da CNH do autor e, se positivo, em qual período. "13. Indefiro a expedição do Ofício de que trata o item 'g' de fis. 190, de vez que abrangida a informação visada pelo Ofício a ser expedido em virtude do deferimento no item anterior (12) e por ser irrelevante para o deslinde dessa causa a eventual existência de outro acidente com o autor. "14. Oficie-se requisitando cópia do Inquérito Policial instaurado em virtude do acidente objeto dos autos, para o fim de instruir documentalmente o processo (item 'h' de fls. 190). "15. Defiro a expedição do Ofício de que trata o item 'i' de fis. 190. "16. Defiro a expedição do Ofício de que trata o item 'j' de fis. 190, de vez que pertinente para a elucidação da controvérsia (fis. 425). "17. Indefiro a expedição do Ofício de que trata o item 'k' de fis. 190, de vez que abrangida a informação visada pelo Ofício a ser expedido em virtude do deferimento no item anterior (16) e também porque o recolhimento da contribuição previdenciária pode ser em patamar de renda inferior àquele da efetiva renda auferida. "18. Defiro a expedição do Oficio de que trata o item 'o' de fis. 191, de vez que para o fim de obter informações pertinentes ao deslinde da controvérsia". - Quanto ao indeferimento de expedição de Ofício ao DNIT, embora no presente momento do processamento da ação se possa concluir pela impertinência da produção da prova documental requerida, de vez que a sua fase atual é a de instrução probatória e não deve prevalecer juízo valorativo quanto ao mérito dos fatos, uma vez que a parte ré alega fato relativo à situação subjetiva da conduta do autor quanto ao fato objeto do pedido, situação subjetiva essa que alega relacionada a fatos similares eventualmente ocorridos anteriormente, neste momento processual não se dispõe de elementos de convicção suficientes que permitam formar juízo de convicção conclusivo de que a prova seja desnecessária e impertinente ao deslinde da controvérsia. Acrescente-se a eventualidade de a informação a ser fornecida pelo DETRAN/PR não abranger eventuais outras ocorrências no território nacional. Portanto, deve-se concluir pela produção da prova, pois nenhum prejuízo trará se quando da oferta da tutela jurisdicional mediante sentença for concluído que não é capaz de influir na solução do mérito, o que não ocorrerá na hipótese de concluir-se que capaz seria, caso em que o cerceamento poderia ser arguido. Logo, de modo a prudentemente evitar eventual nulidade e postergação da instância em virtude de alegação de cerceamento, RECONSIDERO a decisão antes prolatada no item 13 de fis. 428 e DEFIRO a expedição do Ofício de que trata o item igfl de fis. 190. Quanto à expedição de Ofício ao INSS para informar quanto ao valor de eventual contribuição previdenciária recolhida pelo autor, certamente, a informação a ser prestada pela Receita Federal (item 16 de fis. 428) é muito mais abrangente, mesmo porque o autor pode não exercer a faculdade de ser contribuinte do sistema de previdência social oficial. Ou seja, pode auferir renda superior ao limite de isenção e sequer ser contribuinte, hipótese em que tem obrigação de declarar imposto de renda, ainda que, por opção, sequer seja contribuinte do sistema de previdência social oficial. Logo, a informação a ser prestada pelo INSS somente poderá se referir ao patamar mínimo da renda auferida pelo autor, jamais o patamar máximo. Entretanto, pelos mesmos motivos anteriormente expostos, de que a produção dessa prova nenhum prejuízo trará se quando da oferta da tutela jurisdicional mediante sentença for concluído que não é capaz de influir na solução do mérito, o que não ocorrerá na hipótese contrária, e também com a finalidade de comprovar o montante da renda mínima do autor se for contribuinte do sistema de previdência social oficial, RECONSIDERO a decisão antes prolatada no item 17 de fis. 429 e DEFIRO a expedição do Ofício de que trata o item 'k' de fis. 190. Assim, por tais razões, que se acrescem àquelas antes expendidas quando da prolação da decisão aqui reexaminada, acolho o agravo retido interposto para, pelos motivos e fundamentos antes expostos, RECONSIDERAR as decisões contidas nos,2 itens 13 de fls. 428 e 17 de fls. 429, para o fim de DEFERII a expedição dos Ofícios de que tratam os itens "g" e "k" de fls. 190. Intime-se. Demais diligências. Antecipe o réu o pagamento de 02 ofícios. (R4 18,80) Advs. Eduardo Schiffler Andersen Espínola, GIOVANI ZILLI, José Valter Rodrigues, VALDIR JULIO ULBRICH, Daiane Santana Rodrigues, Pedro Roberto Romão e Andrea Tattini Rosa-.
70. COBRANÇA PELO RITO SUMÁRIO-0060203-55.2010.8.16.0001-EDIFÍCIO JOÃO EUGÊNIO x BRUNA CÉLIA BELLANDA e outros- (fls. 60) " 1.No petitório de fl. 59, a parte autora, ao pretender a extinção do feito, com base no artigo 267, inciso VIII, que trata da desistência deverá juntar a concordância da ré citada à fl.52. 1.1 Para ser deferido o pedido (fl.59) faz-se necessário o consentimento da ré BRUNA CÉLIA BELLANDA, que foi regularmente citada conforme certidão fl. 52, em observância ao artigo 267, § 4º, do CPC. 2.Manifeste-se condomínio autor, em cinco dias. 3.Intime-se. -Adv. Jeferson Weber-.
71. REVISIONAL DE CONTRATO-0067330-44.2010.8.16.0001-MAURO JELSON MATTOS x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- (fls. 143) " Tendo em vista o requerimento formulado pelos requerentes (fl. 142); considerando a Resolução 17/2010, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cumulado com os incisos II e IV do artigo 125, II e IV do Código de Processo Civil, e visando por fim ao litígio, designo audiência de conciliação para o dia 14 de outubro de 2011, às 15h45. Tal ato será realizado junto ao Núcleo de Conciliação do Fórum Cível de Curitiba, PR, situado no 2º andar. Ficam os advogados intimados via Diário da Justiça, para comparecerem à entrevista judicial, bem como seus constituintes, para maior facilitação quando da composição amigável. -Advs. Priscila Rechetzki, LEONILDA ZANARDINI DEZEVECKI e Reinaldo Mirico Aronis-.
72. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO-0071575-98.2010.8.16.0001-FABIANE LAZZARIS DAVI x HELOISA HELENA DA CUNHA- (fls. 49) " Vistos e examinados estes autos. Tendo em vista o que consta da petição de fls. 37/41, assinada pelo Dr. Procurador da parte autora, constituído com poder especial para transigir (fls. 10) e pela parte ré, HOMOLOGO, por sentença, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, os termos da transação firmada, em conciliação, pelas partes, julgando o processo, com resolução de mérito (art. 269, inciso III, do CPC). Conforme acordo homologado, honorários advocatícios a serem arcados pela parte ré. As custas referentes a este processo (fls. 46) foram devidamente pagas, conforme comprovante de fls. 48. Defiro a desistência do prazo recursal. P. R. I. Demais Diligências. -Advs. Fabrício Verdolin de Carvalho e Marcelo Mazur-.
73. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA-0000259-88.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S.A. x ELOIR FLOR ROCHA- (fls. 421/422) "..... 3. Isto posto, com base no art. 75, §1º do Código Civil cumulada com alínea 'b' do inciso IV do art. 100 do CPC, rejeito a presente exceção de incompetência e determino sejam os autos principais devidamente processados neste Juízo da 18ª Vara Cível deste Foro Central da Comarca da RM de Curitiba. Eventuais custas resultantes do incidente, pelo excipiente. Com as baixas devidas, cumpra-se. P. R. I. -Advs. Rogério Márcio B. Biguette, Paulo Cesar Cruz e Ricardo Pussoli Marchette-.
74. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA-0001293-98.2011.8.16.0001-RODRIGO LUIZ SILVESTRI x ESPÓLIO DE ANTONIO CARLOS PEREIRA e MARIA JOSÉ LACERDA PEREIRA - representado pela inventariante - MARIA LEFFER PEREIRA- (fls. 52/53) " Vistos e examinados estes autos. 1. Trata-se de exceção de incompetência onde figura como excipiente RODRIGO LUIZ SILVESTRI e como excepta ESPÓLIO DE ANTONIO CARLOS PEREIRA e MARIA JOSÉ LACERDA PEREIRA. Pretendem o excipiente seja reconhecida a conexão entre a Ação de Rescisão de Contrato c/c Indenização por Perdas e Danos, sob nº 957/2009, em apenso, com os Autos de Alvará Judicial, sob nº 1101/1998, em trâmite perante o Juízo da 19ª Vara Cível desta Comarca, alegando que ambas as ações são oriundas dos Autos de Inventário nº 128/1998, também em trâmite perante aquele Juízo. Em resposta, a excepta alegou que o pedido improcede, pois as ações possuem pedido e causa de pedir distintos, não se justificando a reunião dos processos. É a síntese do essencial. 2. Decido. O excipiente pretende, em sede de exceção de incompetência, seja reconhecida a conexão entre duas ações. O instituto da exceção de incompetência é o meio pelo qual a parte pode arguir a incompetência relativa do juízo, na forma do art. 112 do CPC, quando a ação for proposta em desconformidade com as regras dos artigos 94 e seguintes do CPC, onde estão estabelecidas as regras para a fixação da competência. A conexão, assim como a continência, não se afigura regra de fixação de competência, sendo apenas instituto processual criado para o fim de possibilitar a reunião de ações que tramitam em juízos distintos, para julgamento em conjunto, com o fim de se evitar decisões conflitantes, não se confundindo com a matéria que pode ser alegada em sede de exceção de incompetência, pois não traz, em seu bojo, regras de fixação de competência. Confirmando o entendimento supra, a jurisprudência assim tem decidido: "A alegação de conexão de causas não pode ser tema adequado para exceção de incompetência (RT 677/131)." Portanto, por não ser a conexão matéria que possa ser alegada em sede de exceção de incompetência, a excipiente resta carecedora da ação por falta de interesse de agir, motivo pelo qual declaro extinto o processo, sem o julgamento do mérito, o que faço com o fundamento no art. 267, inciso IV, do CPC. Custas na forma da lei. P.R.I. -Advs. Airton Passos de Souza, Norberto Trevisan Bueno e Amilcar Cordeiro Teixeira Filho-.
75. ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CONTRATO-0008117-73.2011.8.16.0001-REINALDO MARCONDES DIAS LOPES x BV FINANCEIRA S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- (fls. 94/96) " 1. Trata-se de examinar os Embargos de Declaração interpostos conforme razões de fis. 85/93 para que seja suprida a alegada omissão e corrigido erro material para o fim de que "seja reconhecida a possibilidade de o embargante efetuar o pagamento dos valores apontados como incontroversos (no valor de R$ 297,57 (duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e sete centavos), nos termos da Planilha acostada à petição inicial, em conta vinculada a esse MM. Juízo" (fls. 93). 2. A decisão embargada foi assim prolatada: "2.10. Entretanto, de vez que o requerimento para pagamento dos valores apontados como incontroversos, nos termos da planilha anexa, no caso, de fis. 43, contempla o valor de R$ 394,93 (trezentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos) a partir da parcela 32, essa com vencimento em 18/02/2011, valor de parcela esse que contempla exatamente o valor contratado (item 2.2 supra), ou seja, embora o autor deduza controvérsia para o fim de revisar esse valor da parcela, considera esse valor como incontroverso em face da instituição financeira ré, tem-se que o depósito do valor pretendido, por ser exatamente o valor da parcela contratada, permite DEFERIR em prol do autor seja considerada a inexistência de mora para justificar a abstenção da inscrição, ou retirada, do seu nome dos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito. "2.11. Assim, uma vez presente o requisito necessário ao afastamento da mora, DEFIRO o requerimento para que a instituição financeira ré se abstenha de encaminhar o nome do autor aos cadastros das entidades de restrição ao crédito, ou o retire na hipótese de já haver encaminhado. 3. Com todo o respeito devido ao Dr. Advogado do embargante,

não há qualquer omissão na decisão. Os fundamentos foram expostos e em virtude deles atingido o resultado constante da decisão prolatada. 4. Às fls. 29 consta que "conforme apuração financeira ora em anexo, o valor de R$ 297,57 (duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e sete centavos) corresponde ao efetivo valor da parcela (valor incontroverso) resultante exclusivamente do afastamento da indevida capitalização de juros". 5. "Apuração financeira" ou "Planilha acostada à petição inicial" (item 1 supra),somente se constata às fis. 43, documento esse que deu suporte à decisão prolatada uma vez que consta no quadro 'parcelas pendentes' o respectivo valor de R$ 394,93 (trezentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos). 6. Assim, também não se constata erro material, pois a decisão refere aos "valores apontados como incontroversos, nos termos da planilha anexa, no caso, de fis. 43" que "contempla o valor de R$ 394,93 (trezentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos) a partir da parcela 32". 7. Entretanto, se o valor incontroverso vem a ser aquele registrado no item 4, ou seja, R$ 297,57 (duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e sete centavos), o que agora é esclarecido pelo Dr. Advogado do autor, para esse caso, com efeito, os itens 2.10 e 2.11 de fls. 77/78, passam a ter o seguinte teor: "2.10. Daí que, os fatos e fundamentos deduzidos com a petição inicial não são capazes de determinar juízo valorativo suficiente quanto à efetiva probabilidade de certeza quanto à existência de excesso nos percentuais contratados para a incidência de encargos financeiros, e os elementos documentais juntados não demonstram o caráter de prova inequívoca a revestir da necessária e indispensável verossimilhança as suas alegações. «Porém, embora não se constate o caráter inequívoco da prova documental trazida aos autos com a petição inicial, e, por consequência, não se verifique a presença da verossimilhança das alegações iniciais quanto ao excesso de encargos financeiros a macular o valor do financiamento contratado entre as partes, possível DEFERIR em prol do autor o depósito em juízo do valor incontroverso considerado devido, seja como demonstração de sua boa-fé, seja como maneira de formar capital para quitar a dívida na eventual hipótese de, ao final, ser julgada procedente a ação proposta. "Entretanto, o depósito parcial do valor da parcela contratada não afasta a mora, pois conforme a literalidade do enunciado contido na Súmula 380 do STJ "a simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor". Ou seja, somente com o depósito do valor integral da parcela devida será possível considerar a inexistência de mora do devedor, aqui autor, para justificar a retirada do seu nome da SERASA e permanecer na posse do bem objeto do financiamento. "Assim, uma vez a ausentes os requisitos necessários ao reconhecimento da abusividade das cláusulas contratuais, bem como subsistindo a mora do devedor com o depósito do valor parcial tido por incontroverso pleiteado com a petição inicial, INDEFIRO o requerimento para que a instituição financeira ré se abstenha de encaminhar o nome do autor aos cadastros das entidades de restrição ao crédito. "2.11. Pelo exposto, limito a DEFERIR PARCIALMENTE, em sede liminar, apenas e tão-somente o requerimento formulado em antecipação de tutela para o depósito em conta vinculada ao juízo do valor incontroverso considerado devido, depósito parcial esse que não afasta a mora, nem impede a instituição financeira ré de adotar as medidas legais disponíveis para assegurar os seus direitos". 3. Intime-se. Demais diligências necessárias. -Adv. José Dias de Souza Júnior-.

76. REVISIONAL DE CONTRATO-0012713-03.2011.8.16.0001-GILMAR ANGELO ROSSA x FINASA CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.- (fls. 51) " Recebo a petição de fl. 21, como emenda da inicial, sendo que desta fica fazendo parte integrante, para todos os efeitos legais, inclusive cópia da referida postulação deverá acompanhar a peça inaugural, como contrafé, quando do ato citatório. Tendo em vista o silêncio do autor, GILMAR ANGELO ROSSA, quanto ao item "2" do despacho de fl. 49, por mera liberalidade, renovo a intimação, para que tal parte dê cumprimento integral ao ordinatório, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da pretensão. Intime-se. -Adv. Daysi Regina Brito-.

77. ARROLAMENTO SUMÁRIO-0013968-93.2011.8.16.0001-FLÁVIA MARGARETE SZEZECH x ESPÓLIO DE EUGÊNIO SZEZECH- (fls. 41/42) " VISTOS e EXAMINADOS estes autos de inventário sob o rito de arrolamento sumário em que é inventariado o Espólio de EUGÊNIO SZEZECH. Considerando que as herdeiros são maiores, capazes e encontram-se devidamente representadas nos autos, HOMOLOGO, por sentença, para que produza os seus jurídicos efeitos, a partilha amigável apresentada à fls. 02/06 que fica fazendo parte integrante desta sentença, em favor dos herdeiros FLÁVIA MARGARETE SZEZECH e ANA MARIA SZEZECH, os bens ali descritos, deixados pelo falecimento de EUGÊNIO SZEZECH, e mando que se cumpra e guarde como nela se contém e determina, ressalvados direitos de terceiros ou fiscais. Ademais, ADJUDICO, igualmente por sentença, para que produza os seus jurídicos efeitos, o bem descrito na matrícula nº 10.194 (fls. 20/22), aos adquirentes FLÁVIA MARGARETE SZEZECH e ANA MARIA SZEZECH (fls. 06), e mando que se cumpra e guarde como nela se contém e determina, ressalvados direitos de terceiros. À Fazenda Pública para o cálculo dos impostos devidos. Oportunamente, recolhido os impostos, expeça-se o competente formal de partilha e carta de adjudicação. À Fazenda Pública Estadual para o cálculo dos impostos de transmissão "causa mortis" (ITCMD). Oportunamente, recolhido os impostos, expeça-se o competente formal de partilha. Custas "ex lege". Registre-se. Intime-se. -Advs. Fernando Wilson da R. Maranhão e José Dantas Loureiro Neto-.

78. REVISIONAL DE CONTRATO-0017834-12.2011.8.16.0001-LIDIANY FRANCINI BOSI x BANCO FINASA S/A- (fls. 49) " Recebo a petição de fls. 42/48, como emenda da inicial, sendo que desta fica fazendo parte integrante, para todos os efeitos legais, inclusive cópia da referida postulação deverá acompanhar a peça inaugural, como contrafé, quando do ato citatório. Defiro a gratuidade processual à autora, nos termos e sob as penas da Lei nº 1.060/50, nomeando-lhe patrono o signatário da inicial, independentemente de pagamento de honorários advocatícios. Saliento, contudo, que tal benesse não abrange as despesas postais. Tendo em vista o silêncio da autora, LIDIANY FRANCINI BOSI, quanto ao item "3" E "4" do despacho de fl. 41, por mera liberalidade, renovo a intimação, para que tal parte dê cumprimento integral ao ordinatório, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. -Adv. Juliana Paula de Souza-.

79. REGISTRO DE TESTAMENTO-0019162-74.2011.8.16.0001-LIGIA DE SIQUEIRA LEAL e outros x WALFRIDO MEIRELLES LEAL- (fls. 33 ) "Defiro o requerimento de fls. 29. Aguarde-se resposta ao expediente de fls. 30. Após a juntada da resposta ao ofício, dê-se vista dos autos ao ilustre representante do Ministério Público. Intime-se. -Advs. Amilton Ferreira da Silva, FELIPE SKRABA, FREDERICH MARK ROSA SANTOS e Leonardo Teles Gasparotto-.

80. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA-0024452-70.2011.8.16.0001-AMILTON PAULO DA SILVA x CONSTRUTORA NAVE LTDA- (fls. 52) " Tendo em vista tratar-se de demanda relativa a direitos reais imobiliários, intime-se a parte autora a demonstrar nestes autos a anuência conjugal para cumprimento do disposto no art. 10 do CPC. Após, voltem-me conclusos. Intime-se. -Advs. Miriane Malucelli Royer e Narelvi Carlos Malucelli-.

81. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0033155-87.2011.8.16.0001-MADALENA TANNER e outro x IVONE STRUCK- Manifeste-se a parte autora quanto a devolução da carta de citação. -Adv. André Zacarias T. de Queiroz-.

82. BUSCA E APREENSÃO-0036445-13.2011.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x FERNANDA DA CRUZ FIGALO DOS SANTOS- (fls. 23) "1. De modo a evitar eventual tumulto processual em virtude de conexão (arts. 103 e 105 e 106 do CPC), deve o(a) Dr(a) Procurador(a) da parte autora trazer aos autos Certidão do Distribuidor que esclareça quanto à existência, ou não, de ação de conhecimento e/ou cautelar, promovida pela parte aqui ré, para o fim de revisar o contrato que é suporte para a propositura da presente ação de busca e apreensão. 2. Prazo: 10 (dez) dias. 3. Intime-se. Demais diligências. -Adv. Albert do Carmo Amorim-.

83. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0038496-94.2011.8.16.0001-SANTANDER LEASING S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL x LUIZ GUSTAVO SINGER DE MELLO- (fls. 25) " 1. De modo a evitar eventual tumulto processual em virtude de conexão (arts. 103 e 105 e 106 do CPC), deve o(a) Dr(a) Procurador(a) da parte autora trazer aos autos Certidão do Distribuidor que esclareça quanto à existéncia, ou não, de ação de conhecimento e/ou cautelar, promovida pela parte aqui ré, para o fim de revisar o contrato que é suporte para a propositura da presente ação de busca e apreensão. 2. Prazo: 10 (dez) dias. 3. Intime-se. Demais diligências. -Adv. Alexandre Nelson Ferraz-.

84. RESCISÃO DE CONTRATO-0039170-72.2011.8.16.0001-JOÃO HENRIQUE DE LIMA e outro x SÃO MARTIN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS- (fls. 81/83) "1. JOÃO HENRIQUE DE LIMA e SANDRA HELENA PALHANO DE LIMA, por intermédio de Advogado constituído, propuseram a presente Ação em face de SÃO MARTIN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS visando obter rescisão de dois contratos de compromisso de compra e venda com a devolução do valor pago, além de perdas e danos no valor equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o total pago, além de multa a ser estipulada em juízo, formulando requerimento mediante antecipação de tutela, em sede liminar, para que seja determinada a suspensão do pagamento das parcelas e demais encargos, a partir de junho de 2011. 2. A petição inicial relata o conteúdo fático da controvérsia entre as partes e veio acompanhada dos instrumentos contratuais cuja rescisão é pretendida (fls. 20/38 e 39/57), das minutas dos instrumentos de rescisão propostos pela pessoa jurídica ré (fls. 58/61) e dos recibos dos pagamentos efetuados pelos autores (fls. 63/73). 3. Cumpre, pois, decidir quanto ao requerimento formulado para, mediante antecipação de tutela, em sede liminar, seja determinada a suspensão do pagamento das parcelas e demais encargos, a partir de junho de 2011, conforme previsto nos contratos de compromisso de compra e venda celebrados entre as partes. 4. A pretensão para que os contratos sejam rescindidos não integra a controvérsia, a qual respeita ao valor a ser devolvido pelo promitente-vendedor aos promitentes-compradores, ora autores. 5. Assim, se os autores deduziram pretensão para rescisão dos contratos, por óbvio é porque não pretendem mais efetuar os pagamentos previstos em suas cláusulas. 6. Relevante registrar que os percentuais para devolução dos valores pagos em virtude de rescisão decorrente de mora são aqueles estabelecidos contratualmente, o que está referido no corpo da petição inicial e, portanto, integram a controvérsia objeto dos autos. 7. Entretanto, a própria pretensão rescisória deduzida com a petição inicial na eventualidade de ser julgada procedente terá conteúdo decisório justamente quanto ao percentual do valor pago pelos autores a lhes ser devolvido e, portanto, não se observa sentido em pedir a rescisão e manter os pagamentos das parcelas para que seja devolvido valor menor na hipótese de procedência. 8. Daí que, desnecessária qualquer determinação do juízo para a suspensão do pagamento das parcelas, pois a interrupção dos pagamentos decorre, justamente, da controvérsia resultante quanto ao percentual a ser devolvido em virtude da rescisão, quanto à qual não se verifica existir resistência de qualquer das partes. 9. Logo, não há suporte fático plausível para que o juízo determine a suspensão dos pagamentos, de vez que a interrupção dos pagamentos prescinde de autorização judicial, uma vez que abrangida pela própria pretensão rescisória que se assenta no percentual de devolução dos valores pagos, não havendo sentido em dar continuidade aos pagamentos para recebimento de valor percentual inferior ao final. 10. De lembrar, ainda, que a pretensão indenizatória requerida para quando do julgamento da causa é efeito que decorre da resolução do contrato, a teor do disposto no art. 475 do Código Civil e, não, da rescisão. 11. Os motivos expostos também revelam que não se constata receio de dano irreparável ou de difícil reparação, para a hipótese de interrupção do pagamento das parcelas, posto que, na eventualidade da procedência da ação, conforme antes registrado, o conteúdo decisório respeitará justamente no percentual a ser devolvido aos autores em relação aos pagamentos efetuados e não se observa sentido em pedir a rescisão e, ao mesmo tempo, manter os pagamentos das parcelas para que, ao final, na hipótese de procedência seja devolvido valor percentualmente inferior. 12. Daí que, pelos motivos e fundamentos antes expostos, indefiro o pedido formulado mediante antecipação de tutela, em

sede liminar, conforme pleiteado com a petição inicial. 13. Diligencie-se à citação da pessoa jurídica ré, na pessoa de seu representante legal, pelo Correio (art. 222, alínea 'f, CPC), conforme requerido (fls. 16/17), para exercer a faculdade de oferecer resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar que, uma vez no apresentada contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros os fatos articulados na petição inicial, cumprindo a Escrivania ao prescrito no art. 223 do CPC. 14. Intime-se. Demais diligências necessárias. -Adv. Valmir Bernardo Parisi-.

CURITIBA, 29 DE SETEMBRO DE 2011.
JOÃO DE MARIA CAMARGO - Escrivão

# 19ª VARA CÍVEL

**CARTÓRIO DA 19ª VARA CIVEL**
**COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANA**
**JUIZ DE DIREITO: Helder Luís Henrique Taguchi**
**JUIZ DE DIREITO SUBST: Diego Santos Teixeira**

**RELAÇÃO Nº 198/11**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
CARLOS ALBERTO COSTA MACHADO 00003 051193/2011
CRISTIAN MIGUEL (OAB: 053828/PR) 00005 051381/2011
DEIVA LUCIA CANALI (OAB: 012995/PR) 00008 051440/2011
ELEUSIS BRASILICO NAVARRO VIEIRA 00008 051440/2011
FABIANA SILVEIRA (OAB: 059127/PR) 00004 051372/2011
FABIO VIEIRA DA SILVA (OAB: 047348/PR) 00002 051188/2011
GILBERTO BORGES DA SILVA 00005 051381/2011
KLAUS SCHNITZLER (OAB: 038218/PR) 00006 051401/2011
MARIA FERNANDA VIRMOND PEIXOTO 00007 051416/2011
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 00005 051381/2011
RICARDO AUGUSTO DEWES (OAB: 052481/PR) 00002 051188/2011
SELMA CRISTINA SAITO AZEVEDO 00007 051416/2011
SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES 00001 051092/2011

1. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0051092-13.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x JANETE SANTIAGO DA PAIXÃO - Inicial em cartório, aguardando depósito inicial, para posterior autuação, sob pena de concelamento em trinta dias. Valor:R$ 817,80(inicial) + R$ 9,40(autuação) + R $ (postagem) + R$ (carta de citação). Adv. do Requerente SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES (OAB: 006472/PR).
2. SUMÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - 0051188-28.2011.8.16.0001-MARCIO MARQUESI x BANCO BRADESCO S/A - Inicial em cartório, aguardando depósito inicial, para posterior autuação, sob pena de concelamento em trinta dias. Valor:R$ 211,50(inicial) + R$ 9,40(autuação) + R $ 13,00(postagem) + R$ 9,40(carta de citação). Advs. do Requerente RICARDO AUGUSTO DEWES (OAB: 052481/PR) e FABIO VIEIRA DA SILVA (OAB: 047348/PR).
3. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0051193-50.2011.8.16.0001-CONDOMINIO RESIDENCIAL PARATI e outro x MARTA MARIA MISGA ZYSKOWKI - Inicial em cartório, aguardando depósito inicial, para posterior autuação, sob pena de concelamento em trinta dias. Valor:R$ 817,80(inicial) + R$ 9,40(autuação) + R$ (postagem) + R$ (carta de citação). Adv. do Requerente CARLOS ALBERTO COSTA MACHADO (OAB: 000028-701/PR).
4. BUSCA E APREENSÃO - 0051372-81.2011.8.16.0001-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A x JONATHAN DOS SANTOS CORIOLANO - Inicial em cartório, aguardando depósito inicial, para posterior autuação, sob pena de concelamento em trinta dias. Valor:R$ 817,80(inicial) + R $ 9,40(autuação) + R$ (postagem) + R$ (carta de citação). Adv. do Requerente FABIANA SILVEIRA (OAB: 059127/PR).
5. BUSCA E APREENSÃO - 0051381-43.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A x RUDGERO LUIZ VIEIRA - Inicial em cartório, aguardando depósito inicial, para posterior autuação, sob pena de concelamento em trinta dias. Valor:R$ 817,80(inicial) + R$ 9,40(autuação) + R$ (postagem) + R$ (carta de citação). Advs. do Requerente PATRICIA PONTAROLI JANSEN (OAB: 033825/PR), CRISTIAN MIGUEL (OAB: 053828/PR) e GILBERTO BORGES DA SILVA (OAB: 587647/PR).
6. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0051401-34.2011.8.16.0001-BANCO ITAU LEASING S/A x LUCIANA CAZIBELE LEAL VIEIRA - Inicial em cartório, aguardando depósito inicial, para posterior autuação, sob pena de concelamento em trinta dias. Valor:R$ 817,80(inicial) + R$ 9,40(autuação) + R$ (postagem) + R$ (carta de citação). Adv. do Requerente KLAUS SCHNITZLER (OAB: 038218/PR).
7. MONITÓRIA - 0051416-03.2011.8.16.0001-CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA x RITAMARA MOREIRA BUENO KOSINSKI - Inicial em cartório, aguardando depósito inicial, para posterior autuação, sob pena de concelamento em trinta dias. Valor:R$ 239,70(inicial) + R$ 9,40(autuação) + R$ 13,00(postagem) + R$ 9,40(carta de citação). Advs. do Requerente SELMA CRISTINA SAITO AZEVEDO (OAB: 002845-3/PR) e MARIA FERNANDA VIRMOND PEIXOTO.
8. REPARAÇÃO DE DANOS - 0051440-31.2011.8.16.0001-TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA. x MARCELO DEL OLMO SATO - Inicial em cartório, aguardando depósito inicial, para posterior autuação, sob pena de concelamento em trinta dias. Valor:R$ 211,50(inicial) + R$ 9,40(autuação) + R$ 13,00(postagem) + R$ 9,40(carta de citação). Advs. do Requerente DEIVA LUCIA CANALI (OAB: 012995/PR) e ELEUSIS BRASILICO NAVARRO VIEIRA (OAB: 000028-747/PR).

Curitiba, 30 de setembro de 2011
Rodrigo Augusto Wagner de Souza
Escrivão Titular

**CARTÓRIO DA 19ª VARA CIVEL**
**COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANA**
**JUIZ DE DIREITO: Helder Luís Henrique Taguchi**
**JUIZ DE DIREITO SUBST: Diego Santos Teixeira**

**RELAÇÃO Nº 197/11**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABDO KADER KADRI NETO 00020 000214/2004
ACIR GERALDO PELLANDA 00001 000509/1989
ADERLAN ANGELO CAMARGO 00074 001519/2009
ADRIANO ROSA MARTINS 00103 045809/2010
ADYR RAITANI JUNIOR (OAB: 11827) 00017 000605/2003
ALDO DE MATTOS SABINO JUNIOR 00063 000685/2009
ALESSANDRA LABIAK (OAB: 044733/PR) 00060 000063/2009
ALESSANDRO DIAS PRESTES (OAB: 032569/PR) 00045 001746/2007
ALESSANDRO TADEU OSTROWSKI DALCOL 00006 000346/1999
ALEXANDER SILVA SANTANA 00019 001554/2003
00138 042799/2011
ALEXANDRA DARIA PRYJMAK 00007 000666/1999
ALEXANDRE NELSON FERRAZ (OAB: 030890/PR) 00096 030990/2010
ALINE CARNEIRO DA CUNHA DINIZ PIANARO 00131 035116/2011
AMARILIS VAZ CORTESI (OAB: 12.839) 00014 001441/2002
ANA CAROLINA K. Z. BARBOSA 00090 002432/2009
ANA CAROLINA LOPES OLSEN 00029 000394/2006
ANA CAROLINA MION PILATI DO VALE 00043 001586/2007
ANA KARINA PASTRE (OAB: ) 00111 067097/2010
ANA MARIA REMOWICZ DE OLIVEIRA 00059 001895/2008
ANA PAULA SCHELLER DE MOURA 00097 031565/2010
ANDERSON DA SILVA ARAUJO 00133 037268/2011
ANDERSON LOVATO (OAB: 000025-664/PR) 00118 006396/2011
ANDRE JULIANO BORNANCIM 00040 001373/2007
ANDRE LUIZ SCHIMITZ 00118 006396/2011
ANDREA HERTEL MALUCELLI (OAB: 031408/PR) 00018 000919/2003
ANDREA LOPES GERMANO 00027 000790/2005
ANDREA ROCIO DA SILVA (OAB: 025140/PR) 00146 044860/2011
ANDREI AMARAL CAMAROSKI 00092 008693/2010
ANDREIA DAMASCENO (OAB: 002835-8/PR) 00077 001870/2009
ANERI CAPELLARI (OAB: 013078/PR) 00016 000505/2003
ANSELMO MASCHIO 00002 000281/1994
ANTONIO CARLOS BONET (OAB: 034065/PR) 00080 001954/2009
APARECIDO JOSE DA SILVA (OAB: 17607) 00065 000723/2009
ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA 00036 000276/2007
00038 000850/2007
ARLEIDE REGINA OGLIARI CANDAL 00087 002235/2009
ARNALDO CONCEIÇÃO JUNIOR (OAB: 15471) 00014 001441/2002
ARNO JUNG (OAB: 019585/PR) 00008 000719/1999
BARTOLOMEU PEREIRA (OAB: 000015-821/PR) 00025 000688/2005
BERENICE DA APARECIDA G. RIBEIRO 00049 000567/2008
BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ 00064 000722/2009
BRUNO ALVES DE JESUS (OAB: 045131/PR) 00045 001746/2007
BRUNO CIDADE MORGADO 00114 070945/2010
CARINA SANTOS (OAB: 036673/PR) 00008 000719/1999
CARINE DE MEDEIROS MARTINS 00060 000063/2009
00066 000833/2009
CARLOS A A PEIXOTO (OAB: 033844/PR) 00036 000276/2007
CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO 00139 042836/2011
CARLOS ALBERTO XAVIER 00110 060745/2010
00134 039241/2011
CARLOS EDUARDO DIPP SCHOEMBAKLA 00101 044678/2010
CARLOS EDUARDO FAISCA NAHAS 00121 011379/2011
CARLOS EDUARDO SCARDUA (OAB: 039636/PR) 00057 001722/2008
00062 000671/2009
00084 002028/2009
00095 030021/2010
CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA 00019 001554/2003
CARLOS ROBERTO FERREIRA (OAB: 018161/PR) 00099 037033/2010
CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI 00035 000164/2007
CAROLINA BETTE TONIOLO BOLZON 00142 043701/2011
CAROLINA HEINZ HAACK 00106 056267/2010
CAROLINA MNAGALHÃES (OAB: 041369/PR) 00029 000394/2006
CAROLINE ARAUJO BRUNETTO 00143 044074/2011
CAROLINE RUPEL SCARANO (OAB: 033219/PR) 00093 013791/2010

CESAR AUGUSTO TERRA (OAB: 17.556-PR) 00023 000107/2005
00057 001722/2008
CEZAR RODRIGO MOREIRA 00099 037033/2010
CHRYSTIANNE F. ALVES FERREIRA 00046 000230/2008
CHRYSTINNE DE FREITAS A FERREIRA 00056 001643/2008
CINTHIA SILVA DE CARVALHO MARTINS 00123 025311/2011
CLAIRE LOTICI (OAB: 13.202) 00081 001986/2009
CLAITON FERREIRA BORCATH 00040 001373/2007
CLAUDIO MARCELO BAIAK (OAB: 029241/PR) 00055 001490/2008
00068 001024/2009
CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO 00005 000307/1999
CLEWERSON MORAES 00020 000214/2004
CLÉLIA MARIA DA G. BOTELHO DE S BETTEGA 00020 000214/2004
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES 00060 000063/2009
00094 017194/2010
00097 031565/2010
CRISTIANE DA ROSA HEY (OAB: 040572/PR) 00102 045513/2010
CRYSTIANE LINHARES (OAB: 021425/PR) 00027 000790/2005
00044 001688/2007
DANIEL HACHEM (OAB: 11347) 00017 000605/2003
00075 001731/2009
DANIELLE TEDESKO (OAB: 044562/PR) 00057 001722/2008
00062 000671/2009
00084 002028/2009
00095 030021/2010
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR 00052 001092/2008
00109 059492/2010
00120 010989/2011
DENISE R. PREISNER OLIVA 00105 054969/2010
DGAMAR HERNANDES (OAB: 034119/PR) 00058 001740/2008
DIEGO DE ANDRADE (OAB: 000050-568/PR) 00148 046156/2011
DIOGO GUEDERT (OAB: 036344/PR) 00121 011379/2011
DIVA MARIA DULCIO DE MACEDO 00013 000815/2002
EBENILZA DE OLIVEIRA FRANCO 00078 001903/2009
EDGARD L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE 00104 047492/2010
EDUARDO FELICIANO DOS REIS 00125 027459/2011
EDUARDO MAGALHÃES (OAB: 057724/PR) 00029 000394/2006
ELIANE MARCKS MOUSQUER (OAB: 040066/PR) 00039 001186/2007
ELME KAREM BAIDO (OAB: 000039-516/PR) 00117 006132/2011
ELOI WALFRIDO ZANIN 00042 001414/2007
EMANUELLE S. DOS SANTOS BOSCARDIN 00054 001330/2008
EMERSON NOHIRIKO FUKUSHIMA 00017 000605/2003
EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA (OAB: 22.759) 00112 067264/2010
ENEIDE LUCIA BODANESE (OAB: 022968/PR) 00024 000252/2005
ENIO CORREA MARANHÃO 00081 001986/2009
ERALDO LACERDA JUNIOR (OAB: 030437/PR) 00052 001092/2008
ERALDO LUIZ KUSTER (OAB: 000010-704/PR) 00029 000394/2006
ERON CARDOSO DA CUNHA 00005 000307/1999
EVARISTO ARAGAO SANTOS (OAB: 024498/PR) 00058 001740/2008
00093 013791/2010
EVERTON FELIZARDO (OAB: 000033-695/PR) 00065 000723/2009
FABIANE DE ANDRADE (OAB: 053021/PR) 00124 027333/2011
00149 047718/2011
FABIANO FREITAS MINARDI 00043 001586/2007
FABIO MAX MARSCHNER MAYER 00017 000605/2003
FACUNDO EDUARDO MENDONZA (OAB: ) 00116 004373/2011
FAGNER FRANCISCO CASTILHO (OAB: ) 00126 028506/2011
FELIPE KRASINSKI CADDAH 00063 000685/2009
FELIPPE ABU - JAMRA CORREA 00064 000722/2009
FERNANDA ANDRADE E SILVA BARION 00050 000711/2008
FERNANDA FORTUNATO MAFRA 00023 000107/2005
FERNANDA ZANELATTO DOMINGUES 00018 000919/2003
FERNANDO ANTONIO REGO DE AZEREDO 00002 000281/1994
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 00031 001070/2006
FERNANDO JOSE BONATTO (OAB: 25.698) 00010 000018/2001
00059 001895/2008
FERNANDO SCHLIEPER 00067 000920/2009
FILIPE ALVES MOTA (OAB: 000022-945/PR) 00083 001992/2009
FLAVIO BOVO (OAB: 10083) 00001 000509/1989
FLAVIO DIONISIO BERNARTT 00085 002075/2009
FLAVIO PIGATTO MONTEIRO (OAB: ) 00117 006132/2011
FRANCISCO BRAZ DA SILVA 00113 070655/2010
FRANCISCO CARLOS DUARTE 00119 008046/2011
FRANÇOISE SARTOR FLORES (OAB: 047575/PR) 00099 037033/2010
GABRIEL JOCK GRANADO (OAB: 003033-0/PR) 00015 000388/2003
00027 000790/2005
GABRIELE FOERSTER (OAB: 000054-476/PR) 00127 030149/2011
GEANDRO LUIZ SCOPEL (OAB: 037302/PR) 00089 002313/2009
GENI KOSKUR (OAB: 000015-589/PR) 00093 013791/2010
GERMANO DE SORDI (OAB: 000039-201/PR) 00129 031312/2011
GERSON VANZIN MOURA DA SILVA 00062 000671/2009
GEVERSON ANSELMO PILATI (OAB: 10.108) 00043 001586/2007
GIANNA CARLA ANDREATTA (OAB: 028621/) 00089 002313/2009
GILBERTO RODRIGUES BAENA 00023 000107/2005
00057 001722/2008
GILBERTO STINGLIN LOTH (OAB: 034230/PR) 00057 001722/2008
GILBERTO VILAS BOAS (OAB: 030342/PR) 00105 054969/2010
GIOVANI QUADROS ANDRIGHI 00067 000920/2009
GISELY MILHÃO (OAB: 000048-029/PR) 00078 001903/2009
GLECIA PALMEIRA PEIXOTO 00003 000346/1997
GRAZIELE ZONTA (OAB: ) 00077 001870/2009
GUARACI DE MELO MACIEL (OAB: 037975/PR) 00026 000761/2005
GUILHERME MANNA ROCHA (OAB: 021831/PR) 00033 001461/2006
GUILHERME VERONA GHELLERE (OAB: ) 00136 042338/2011
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 00115 072205/2010
HEITOR WENSING JUNIOR (OAB: 009898/SC) 00123 025311/2011
HELCIO CHIAMULERA MONTEIRO 00120 010989/2011
HELDER KANAMARU (OAB: 041240/PR) 00118 006396/2011
HENRY ANDERSEN NAVARETTE 00088 002286/2009
HERICK PAVIN (OAB: 039291/PR) 00012 001354/2001
HILGO GONÇALVES JUNIOR (OAB: 036958/PR) 00103 045809/2010
HOMERO STABELINE MINHOTO 00006 000346/1999
HUMBERTO SARAN SOLON 00050 000711/2008
IDEVAN CESAR RAUEN LOPES 00011 000497/2001
IRINEU GALESKI JUNIOR (OAB: 035306/PR) 00028 000132/2006
ISABELLA MARIA BIDART LIMA DO AMARAL 00135 040041/2011
ITALO TANAKA JUNIOR (OAB: 000014-099/PR) 00001 000509/1989
IVO BERNARDINO CARDOSO (OAB: 020467/PR) 00071 001354/2009
JACKSON ROBERTO MORAIS ALVES 00031 001070/2006
JAIME OLIVEIRA PENTEADO (OAB: 20.835) 00062 000671/2009
JAIR ANTONIO WIEBELLING 00109 059492/2010
JANAINA CIRINO DOS SANTOS 00055 001490/2008
00068 001024/2009
JANAINA FELICIANO FERREIRA AKSENEN 00020 000214/2004
JANAINA GIOZZA (OAB: 028317-A/PR) 00115 072205/2010
JAQUELINE LOBO DA ROSA 00143 044074/2011
JEAN PIERRE COUSSEAU (OAB: 047215/PR) 00092 008693/2010
JEFFERSON RENATO ZANETI 00028 000132/2006
JERRY ANGELO HAMES (OAB: 019774/PR) 00073 001515/2009
JESSICA GHELFI (OAB: 042991/PR) 00131 035116/2011
JOAO CARLOS DE MACEDO (OAB: 14.853) 00013 000815/2002
JOAO CARLOS FLOR JUNIOR (OAB: 031060/PR) 00080 001954/2009
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO 00023 000107/2005
00057 001722/2008
JOAO MARCELO KERETCH 00042 001414/2007
JORGE CLARO BADARO (OAB: 14.467) 00017 000605/2003
JOSAFAT LITVIN (OAB: 3930) 00032 001235/2006
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR 00108 057361/2010
JOSE DO CARMO BADARO (OAB: 14.471) 00017 000605/2003
JOSE EDUARDO DO NASCIMENTO 00017 000605/2003
JOSE LEOCADIO DE CAMARGO 00015 000388/2003
JOSELIA APARECIDA KÜCHLER 00037 000372/2007
JOSIANE FRANÇA DE ALMEIDA 00055 001490/2008
JOSICLEI SZPYRO PEREIRA CARDOSO 00047 000391/2008
JOSÉ ANTÔNIO DE ANDRADE ALCÂNTARA 00063 000685/2009
JOSÉ OTÁVIO ANDÚJAR DE OLIVEIRA 00103 045809/2010
JOÃO LEONEL ANTOCHESKI (OAB: 25.730) 00086 002114/2009
00091 002992/2010
JOÃO PAULO DOSCIATTI (OAB: 005898/AM) 00039 001186/2007
JULIANA SOUZA TALARICO BALDACINI 00017 000605/2003
JULIANE MIRELA BERTUZZI (OAB: 036129/PR) 00079 001923/2009
JULIANE TOLEDO S. ROSSA (OAB: 029214/PR) 00108 057361/2010
00137 042756/2011
JULIANO LAGO SEBBEN (OAB: ) 00039 001186/2007
JULIO CESAR ABREU DAS NEVES 00041 001395/2007
JULIO CESAR DALMOLIN (OAB: 025162/PR) 00109 059492/2010
JULIO CESAR ENGEL DOS SANTOS 00098 032000/2010
JULIO CESAR GOULART LANES 00045 001746/2007
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00130 032398/2011
KEILE CRISTINA BIEZUS 00015 000388/2003
KELSEN CHRISTINA ZANOTTI TONELO 00135 040041/2011
LEANDRO NEGRELLI (OAB: 045496/PR) 00076 001804/2009
00106 056267/2010
00111 067097/2010
LEONDINA ALICE MION PILATI 00043 001586/2007
LEONEL WANDLEY DE SIQUEIRA 00002 000281/1994
LIDIANA VAZ RIBOVSKI (OAB: 000048-617/) 00144 044214/2011
00147 045482/2011
LINCOLN TAYLOR FERREIRA (OAB: 026367/PR) 00009 001107/2000
LINEU A. DALARMI JUNIOR 00040 001373/2007
LORIVAL FAVORETTO (OAB: 20.021) 00001 000509/1989
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS 00035 000164/2007
LUCAS AMARAL DASSAN (OAB: 043451/PR) 00052 001092/2008
00109 059492/2010
00120 010989/2011
LUCAS B. LINZMAYER OTSUKA 00063 000685/2009
LUCAS RECK VIEIRA (OAB: 047986/PR) 00084 002028/2009
00095 030021/2010
LUCIANA DE ANDRADE AMOROSO 00069 001037/2009
LUCIANE ROSA KANIGOSKI (OAB: 023774/PR) 00009 001107/2000
LUCIANO DE QUADROS BARRADAS (OAB: ) 00103 045809/2010
LUCIANO ELIAS REIS (OAB: 000038-577/PR) 00064 000722/2009
LUIS FILIPE ZONTA (OAB: 000046-922/RS) 00067 000920/2009
LUIZ ALBERTO FONTANA FRANÇA 00038 000850/2007
LUIZ ALBERTO GLASER JUNIOR 00005 000307/1999
LUIZ ALBERTO GONCALVES (OAB: 008146/PR) 00017 000605/2003
LUIZ ALCEU GOMES BETTEGA (OAB: 6.881) 00020 000214/2004
LUIZ BERNARDO DIAS COSTA 00001 000509/1989
LUIZ CELSO DALPRA (OAB: 000006-550/PR) 00006 000346/1999
LUIZ CONSTANTINI FILIPIN 00070 001283/2009
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00009 001107/2000
00070 001283/2009
00072 001367/2009
LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO 00015 000388/2003
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 00062 000671/2009
LUIZ ROBERTO ROMANO (OAB: 021363/PR) 00016 000505/2003
LUIZ RODRIGUES WAMBIER (OAB: 007295/PR) 00058 001740/2008
LUIZ SGANZELLA LOPES (OAB: 032654/PR) 00021 000221/2004
MAGDA LUIZA R. EGGER (OAB: 025731/PR) 00010 000018/2001
00095 030021/2010
MANOEL MATOS NETO (OAB: 000030-263/PR) 00070 001283/2009
MANOELA LAUTERT CARON 00132 035801/2011
MANOELLA FILIPIN SANTIAGO 00070 001283/2009
MANUELLA PRANDINI PEREIRA SALOMAO 00014 001441/2002
MARCELO A. BITTENCOURT (OAB: ) 00088 002286/2009
MARCELO FERNANDES POLAK 00063 000685/2009
MARCELO THOMPSON MELLO GUIMARAES 00005 000307/1999
MARCIA LORENI GUND 00109 059492/2010

MARCIO ADRIANO PINHEIRO 00079 001923/2009
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00018 000919/2003
MARCO AURELIO DALLEDONE 00030 000777/2006
MARCOS BUENO GOMES (OAB: 036969/PR) 00038 000850/2007
MARCOS DE REZENDE ANDRADE JUNIOR 00067 000920/2009
MARCUS ELY SOARES DOS REIS 00018 000919/2003
MARGARETH BARBOSA DE A. DE MACEDO 00013 000815/2002
MARIA APARECIDA L. BOVO 00001 000509/1989
MARIA IZABEL BRUGINSKI (OAB: 043844/PR) 00086 002114/2009
00091 002992/2010
MARIANA DOMINGUES DA SILVA 00050 000711/2008
MARILI RIBEIRO TABORDA (OAB: 12293) 00095 030021/2010
MARINNA LAUTERT CARON (OAB: 058158/PR) 00132 035801/2011
MARIO JOSE DALCANALE 00074 001519/2009
MARIZABEL DO ROCIO D. PIAZON 00045 001746/2007
MARLI INÁCIO PORTILHO DA SILVA 00113 070655/2010
MARLON SIMÕES (OAB: ) 00096 030990/2010
MARLUS H. ARNS DE OLIVEIRA 00063 000685/2009
MARY HELLEN DE SOUZA FERRIERA TOCACH 00082 001989/2009
MATHIEU BERTRAND STRUCK 00126 028506/2011
MAUREN MACHADO VIRMOND 00004 000801/1998
MAURICIO ALCÂNTARA DA SILVA 00115 072205/2010
MAURICIO GALEB (OAB: 000018-827/PR) 00119 008046/2011
MAURICIO KAVINSKI (OAB: 21,612) 00009 001107/2000
MAXIMILIAN ZEREK 00037 000372/2007
MAYLIN MAFFINI (OAB: 034262/PR) 00021 000221/2004
00034 001554/2006
00076 001804/2009
00106 056267/2010
00111 067097/2010
MELINA BRECKENFELD RECK 00101 044678/2010
MICHELLE SCHUSTER NEUMANN 00097 031565/2010
MICHELLI FERRAZ BUZATO 00078 001903/2009
MIEKO ITO (OAB: 006187/PR) 00046 000230/2008
00056 001643/2008
00136 042338/2011
MILENA CARLA DE MORAES VIEIRA 00092 008693/2010
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 7.919) 00080 001954/2009
MILTON SALMORIA (OAB: 024700/SC) 00073 001515/2009
MIRIAM BELUCO 00003 000346/1997
MITSUYO FUGIMOTO STONOGA 00043 001586/2007
MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI (OAB: 020456/PR) 00064 000722/2009
NEIMAR BATISTA (OAB: 025715/PR) 00048 000465/2008
NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR (OAB: 21773) 00126 028506/2011
NELSON LUIZ DE LACERDA CRUZ 00002 000281/1994
NELSON PASCHOALOTTO (OAB: 042745/PR) 00051 000851/2008
00105 054969/2010
00125 027459/2011
NEMO ELOY VIDAL NETO (OAB: 20.039) 00126 028506/2011
NEWTON AMARAL FERREIRA 00071 001354/2009
NEWTON DORNELES SARATT (OAB: 038023/PR) 00088 002286/2009
NEY PINTO VARELLA NETO (OAB: 029206/PR) 00047 000391/2008
NOYELLE NEUMANN DAS NEVES (OAB: ) 00041 001395/2007
ODECIO LUIZ PERALTA (OAB: 032426-A/PR) 00018 000919/2003
OTTO STEINER JUNIOR 00008 000719/1999
PATRICIA PIEKARCZYK (OAB: 029467/PR) 00037 000372/2007
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 00060 000063/2009
00097 031565/2010
PAULO CESAR GRADELA FILHO 00012 001354/2001
PAULO JOSE GOZZO (OAB: 13306) 00107 056964/2010
PAULO ROBERTO FADEL (OAB: 013474/PR) 00083 001992/2009
PAULO ROBERTO GOMES (OAB: 026446/PR) 00064 000722/2009
PAULO SERGIO GUEDES (OAB: 000025-648/PR) 00039 001186/2007
PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JR 00009 001107/2000
PEDRO HENRIQUE TOMAZINI GOMES 00017 000605/2003
PEDRO VIEIRA CESAR (OAB: 000024-236/PR) 00004 000801/1998
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 00078 001903/2009
00094 017194/2010
00097 031565/2010
PRYSCILLA ANTUNES DA MOTA PAES 00098 032000/2010
PÂMELA IRIS TEILOR (OAB: 042308/PR) 00122 025140/2011
RAFAEL DE BRITEZ COSTA PINTO 00103 045809/2010
RAFAEL DE LIMA FELCAR (OAB: 050673/PR) 00098 032000/2010
RAFAEL FURTADO MADI (OAB: 032688/PR) 00129 031312/2011
RAFAEL GONCALVES ROCHA (OAB: 041486/PR) 00045 001746/2007
RAFAEL KNORR LIPPMANN (OAB: 038872/PR) 00064 000722/2009
RAFAEL MARQUES GANDOLFI (OAB: 025765/PR) 00029 000394/2006
00140 043026/2011
RAFAEL TADEU MACHADO (OAB: 036264/PR) 00033 001461/2006
RAPHAEL GOUVEIA RODRIGUES 00025 000688/2005
RAQUEL REGINA BENTO FARAH 00019 001554/2003
REGINA DE MELO SILVA (OAB: 038651/PR) 00100 042036/2010
REGIS TOCACH (OAB: 000033-048/PR) 00082 001989/2009
REINALDO MIRICO ARONIS 00111 067097/2010
RENATA PACHECO (OAB: 000045-148/PR) 00120 010989/2011
RICARDO C. PINHEIRO BECKER 00011 000497/2001
RICARDO CEZAR PINHEIRO BECKER 00017 000605/2003
RICHARD HARTMANN 00013 000815/2002
ROBERTO LAFAYETTE DE ALMEIDA DURCO 00022 001390/2004
RODOLFO LINCOLN HEY (OAB: 16.817) 00001 000509/1989
RODRIGO DOLFINI 00018 000919/2003
RODRIGO GAIÃO (OAB: 034930/PR) 00014 001441/2002
RODRIGO K. VALENTE (OAB: 004224-9/PR) 00141 043316/2011
RODRIGO MACHADO DE MOURA 00037 000372/2007
RODRIGO NICOLETTI ALVES (OAB: 036733/PR) 00034 001554/2006
ROGERIA DOTTI DORIA (OAB: 020900/PR) 00001 000509/1989
ROGERIO APARECIDO BARBOSA (OAB: ) 00090 002432/2009
RONALDO MARTINS (OAB: 020596/PR) 00061 000590/2009
ROSANE PABST CALDEIRA SMUCZEK 00018 000919/2003
ROSICLER ULIR BRAZ 00017 000605/2003
SADI BONATTO (OAB: 10.011) 00010 000018/2001
00059 001895/2008
SANDRA REGINA RODRIGUES (OAB: 027497/PR) 00026 000761/2005
00069 001037/2009
00087 002235/2009
00102 045513/2010
SERGIO BATISTA HENRICHS 00116 004373/2011
SERGIO LEAL MARTINEZ (OAB: 056470/PR) 00089 002313/2009
SERGIO PAULO FRANCA DE ALMEIDA 00055 001490/2008
SERGIO STABELINI MINHOTO 00006 000346/1999
SHIRLEY DE OLIVEIRA SANTOS 00005 000307/1999
SILENE HIRATA (OAB: 000033-769/PR) 00102 045513/2010
SILVIA CRISTINA XAVIER (OAB: 032647/PR) 00053 001162/2008
SILVIO BRAMBILA (OAB: 021305/PR) 00140 043026/2011
SILVIO ESPINDOLA (OAB: 020376/PR) 00047 000391/2008
SIMONE MARQUES SZESZ (OAB: 017296/PR) 00136 042338/2011
SONIA MARIA ANDRELINK 00006 000346/1999
STELA MARLENE SCHWERZ (OAB: 018802/PR) 00114 070945/2010
SUELEN SALVI ZANINI (OAB: 043159/PR) 00106 056267/2010
SUSANA DE FATIMA KALED 00017 000605/2003
SUZEL HAMAMOTO (OAB: 009500/PR) 00123 025311/2011
SUZETE DE FATIMA BRANCO (OAB: 011440/PR) 00002 000281/1994
00003 000346/1997
SUZETE DE FATIMA BRANCO GUERRA 00053 001162/2008
TAMILLY RAFAELA DE OLIVEIRA 00128 030618/2011
TATIANA KALKO (OAB: 033179/PR) 00023 000107/2005
TATIANE PARZIANELLO (OAB: 000032-013/PR) 00048 000465/2008
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER 00058 001740/2008
THIAGO AISLAN PEREIRA (OAB: 041359/PR) 00025 000688/2005
00045 001746/2007
THIAGO CANTARIN MORETTI PACHECO 00126 028506/2011
TRICIANA CUNHA PIZZATTO 00011 000497/2001
00017 000605/2003
UDO HAUSNER (OAB: 027162/PR) 00072 001367/2009
VALDECY SCHON (OAB: 019483/PR) 00016 000505/2003
VALDECYR BORGES (OAB: 042712/PR) 00141 043316/2011
VALDEREZ DE ARAUJO SILVA GUILLEN 00045 001746/2007
VALERIA CARAMURU CICARELLI 00096 030990/2010
VANNESSA VIEIRA RAMOS (OAB: 038981/PR) 00036 000276/2007
VERA LUCIA BORGES 00001 000509/1989
VERONICA DIAS (OAB: 048108/PR) 00097 031565/2010
VICENTE MAGALHAES (OAB: 000017-298/PR) 00029 000394/2006
VILSON RIBEIRO DE ANDRADE 00062 000671/2009
VITORIO KARAN (OAB: 000018-663/PR) 00029 000394/2006
WENDER ALVES LEÃO (OAB: 049029- /PR) 00067 000920/2009
WILSON WENCESLAU JUNIOR 00028 000132/2006
YOSHIHIRO MIYAMURA (OAB: 7086) 00031 001070/2006
ÉRICA HIKISHIMA FRAGA (OAB: 000026-204/) 00084 002028/2009

1. RESTAURACAO DOS AUTOS Nº. 196/1999 (IINTERDIÇÃO) - 509/1989-VILMAR KURZLOP e outros x IVONE DE MELO ZEITZ - 1. Recebo o recurso de apelação, interposto em fls. 750/752, em seu duplo efeito, de acordo com o disposto no artigo 520, caput, do Código de Processo Civil. 2. Intimem-se a parte apelada para contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias. 3. Após, sem impedimentos remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com as cautelas de estilo. Advs. LUIZ BERNARDO DIAS COSTA, VERA LUCIA BORGES, ROGERIA DOTTI DORIA (OAB: 020900/PR), RODOLFO LINCOLN HEY (OAB: 16.817), FLAVIO BOVO (OAB: 10083), ACIR GERALDO PELLANDA, LORIVAL FAVORETTO (OAB: 20.021), MARIA APARECIDA L. BOVO e ITALO TANAKA JUNIOR (OAB: 000014-099/PR).
2. ALVARÁ JUDICIAL - 281/1994-MIGUEL DA SILVA FRANCA - 1. Em consideração à Certidão de fls. 71, esclareça a parte autora quanto ao pedido de fls. 67/68, vez que a Sra. Márcia Beatriz Buhrer é inventariante tão somente do Espólio de Alice Souto Buhrer. Advs. SUZETE DE FATIMA BRANCO (OAB: 011440/PR), ANSELMO MASCHIO, FERNANDO ANTONIO REGO DE AZEREDO, NELSON LUIZ DE LACERDA CRUZ e LEONEL WANDLEY DE SIQUEIRA.
3. INDENIZAÇÃO C/C COBRANÇA - 346/1997-GENIPLO JOSE DE CARVALHO x JOSE DE SOUZA - Consta às fls. 227-v., a interposição de recurso de agravo de instrumento ao Superior Tribunal de Justiça, sem que se tenha notícia de seu julgamento. Assim, manifeste-se a parte interessada interesse no cumprimento (provisório ou definitivo da sentença, o que for o caso), apresentando requerimento com observância da legislação processual vigente. Advs. MIRIAM BELUCO, SUZETE DE FATIMA BRANCO (OAB: 011440/PR) e GLECIA PALMEIRA PEIXOTO (OAB: 000022-409/PR).
4. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO - 801/1998-DILSANDRO FERREIRA x FERNANDA ARAUJO GOMES e outro - I. RELATÓRIO I.1. Alegações do autor. Alega a parte autora que: No dia 2 (dois) de setembro do ano de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro), conduzindo sua motocicleta marca Honda, modelo CB 400, placa ADW-3496 Prudentópolis-PR, aproximadamente às 22:00 horas, foi abalroado pela camioneta marca Fiat, modelo Fiorino, placas AES-1741 Curitiba-PR, conduzida pelo segundo réu (Claudio Batista da Silva), de propriedade do primeiro réu (Fernanda Araujo Gomes); O acidente verificou-se no cruzamento da Rua Jacob Macanhã sentido Atuba à rodovia PR 415 (Carrefour) com a Rua Salgado Filho sentido Vila Esplanada , sendo que houve ilícito de circulação por parte do condutor da camioneta, que não respeitou a sinalização, avançando em via preferencial sem observância das devidas cautelas; Do episódio resultaram-lhe vultosos danos materiais e pessoais, inclusive graves lesões corporais e considerável perda de sua capacidade física; Requer tutela jurisdicional para ressarcimento dos danos suportados, porquanto não assumiram os réus quaisquer atitudes após a ocasião do acidente. I.2. Pedidos. Desse modo, requer o autor: a) Condenação solidária dos réus

no pagamento de indenização por danos morais e materiais decorrentes do acidente de trânsito ocasionado. I.3. Os réus foram citados por edital, tendo em vista que não foi possível a sua efetiva localização e citação pessoal, nomeando-se, em seguida, curadora especial para realização da defesa, que apresentou contestação escrita às fls. 115-117, com as seguintes alegações: a) Ausência de efetiva comprovação dos danos materiais suportados pelo autor, pois não haveria prova de sua verdadeira ocupação e remuneração nos autos, bem como dos gatos tidos com medicamentos após a internação hospitalar; b) Não cabimento de indenização por danos morais, tendo em vista a inexistência nos autos de qualquer indício de perda de capacidade física pelo requerente; c) No mais, limitou-se a contestar genericamente os pedidos da inicial, nos moldes do parágrafo único do artigo 302 do CPC. I.4. Réplica à contestação às fls. 119-120, refutando os argumentos da ré e reiterando os pedidos da inicial. É, no essencial, o relatório. Decido. II. FUNDAMENTAÇÃO II.1. Da responsabilidade dos réus pelo acidente ocasionado. Danos daí decorrentes ao autor. O caso submetido a exame trata de acidente de veículos em que, afora os prejuízos meramente materiais, resultou ao autor lesões corporais comprovadas através dos prontuários e outros documentos médicos encontrados nos autos, bem como do boletim de ocorrência lavrado em sua ocasião. À época dos fatos, estava em vigor a Lei n.º 3.071, de 1916 (Código Civil de 1916), razão pela qual deverão ser evidenciados através de sua normativa. Pois bem. Do depoimento tomado por este Juízo, consoante termo de fl. 204## , restou claro que "a camionete entrou na preferencial", via esta pela qual trafegava o autor em sua motocicleta## . Ademais, após asseverar que o veículo dos réus adentrou a via preferencial, a testemunha rematou: "não houve chance do rapaz da moto fazer qualquer coisa", pois "ele vinha pela preferencial". Neste sentido, o croqui de ocorrência de acidentes de trânsito elaborado pela Polícia Militar do Paraná## não deixa dúvida de que, efetivamente, o condutor réu avançou na preferencial ocasionando o acidente. O próprio condutor réu, em declaração encontrada à fl. 18, esclarece que "ao
cruzar a avenida aconteceu o choque". Assim, pela conduta temerária assumida e pelos danos efetivamente ocasionados e constatados através das provas dos autos, devem necessariamente ser responsabilizados os réus a ressarcir o autor pelos prejuízos suportados. O Código Civil de 1916 determina em seu artigo 159 que "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano", sendo imediatamente complementado pelo que dispõe seu artigo 1.518: "Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação"## . Ora, tendo em vista que o condutor do veículo invadiu a via preferencial, que, a teor da legislação vigente à época do acidente, possui prioridade de trânsito, ocasionando todos os prejuízos experimentados pelo autor, agiu, no mínimo, com imprudência#, deixando de tomar algumas cautelas necessárias para evitar a situação encontrada, demonstrando, dessa forma, a culpa pelos eventos danosos verificados. Ademais, a responsabilidade é solidária, nos moldes prescritos no inciso III do artigo 1.521 do Código Civil de 1916. II.2. Da especificação dos danos. Com relação aos danos materiais, indubitável que o autor teve inúmeros prejuízos após a ocorrência do acidente causado pelos réus. Vejamos. Primeiramente, através dos documentos juntados aos autos, percebe-se que o autor teve um prejuízo no importe de R$ 6.271,55 (seis mil, duzentos e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos) para o conserto da motocicleta sinistrada, consoante demonstra o menor orçamento de fls. 46-47 e fotos dos estragos às fls. 48-50. Também se evidencia um dispêndio total de R$ 74,22 (setenta e quatro reais e vinte e dois centavos) referente ao aluguel de muletas, consoante recibos de fls. 33-37. De outro lado, o autor teve de arcar com o custo de uma cirurgia para retirada dos pinos implantados em sua perna para tratamento da fratura óssea apresentada após o acidente, em valor estimado de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), conforme declaração de fl. 38. Finalmente, o autor sofreu lucros cessantes pela interrupção do regular desenvolvimento de sua atividade laborativa como mecânico, fazendo jus à quantia pleiteada de 15 (quinze) salários mínimos vigentes à época do acidente, correspondentes a três meses de impossibilidade de trabalho, porque perfeitamente razoável ao caso dos autos, sem proporcionar-lhe qualquer enriquecimento ilícito a custa dos réus. Quanto à ocorrência de dano moral, certamente houve intenso sofrimento experimentado pelo autor posteriormente ao acidente, sofrimento este acima do tolerável pela média humana, eis que, além das lesões imediatas decorrentes do evento, segundo a declaração médica de fl. 38, houve ainda "perda óssea, muscular e de pele", acrescentando o profissional, à fl. 213, a necessidade de um acompanhamento terapêutico especializado "por um período de 06 (seis) meses em consultório particular em função da gravidade das lesões". Assim, como à época dos fatos já vigente a Constituição Federal, disciplinando, dentre suas garantias fundamentais, o direito à indenização por dano moral decorrente de sua violação (CF, art. 5.º, X)#, condeno os réus a ressarcirem ao autor R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, diante das circunstâncias do caso concreto, não configurando quantia irrisória, nem
enriquecimento ilícito ao requerente. III. DISPOSITIVO Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) Condenar os réus no pagamento dos danos materiais causados, nos valores acima referidos, os quais deverão ser acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir do ato ilícito e atualizada monetariamente pelo INPC-IGP-DI a partir do desembolso; b) Condenar os réus no pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais perpetrados, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) desde o evento danoso e correção monetária pelo INPC-IGP-DI a partir da sentença; c) Condenar, finalmente, os réus no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios ao patrono do autor, estes que arbitro em 20% (vinte por cento) do valor total da condenação, considerando-se a natureza da ação, a complexidade da matéria, o zelo do profissional e o tempo do trâmite da demanda (Código de Processo Civil, art. 20, § 3.º). Com o trânsito em julgado, baixas e anotações necessárias, arquivem-se os presentes autos. Publique-se. Registre-se e intimem-se#. Advs. PEDRO VIEIRA CESAR (OAB: 000024-236/PR) e MAUREN MACHADO VIRMOND.

5. DECLARATÓRIA - 307/1999-RICARDO RANIERE SEIXAS e outro x MARIA IZABEL FASOLO - Oficie-se em resposta ao solicitado às fl.s 548, informando que se trata dos autos de Execução Extrajudicial nº 2001.5101019441-3 em trâmite perante a 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro/Rj Após, intime-se a parte interessada para se manifestar quanto ao prosseguimento do feito. Advs. LUIZ ALBERTO GLASER JUNIOR, ERON CARDOSO DA CUNHA, CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO, SHIRLEY DE OLIVEIRA SANTOS e MARCELO THOMPSON MELLO GUIMARAES.

6. SUMARISSIMA DE COBRANCA - 346/1999-PEDRO SOZO e outro x VERA CRUZ SEGURADORA S/A - custas para expedição do alvará R$ 9,40,. Advs. LUIZ CELSO DALPRA (OAB: 000006-550/PR), ALESSANDRO TADEU OSTROWSKI DALCOL (OAB: 044509/PR), SERGIO STABELINI MINHOTO, SONIA MARIA ANDRELINK e HOMERO STABELINE MINHOTO (OAB: 026346/PR).

7. SUMARISSIMA DE COBRANCA - 666/1999-CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS ABAETE I COND.V x IRENE VARCHAKI - Fica o Advogado devidamente intimado, via Diário da Justiça, a proceder a devolução dos autos em vinte e quatro horas, com as advertências do art. 196 ( item 2.10.2.1 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça). No caso de não atendimento, certifique-se, e após expeça-se mandado. "No caso de expedição de mandado de intimação para devolução ou de busca e apreensão dos autos, as custas correspondentes a diligência ficarão a cargo do intimado". Adv. ALEXANDRA DARIA PRYJMAK (OAB: 000052-399/PR).

8. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 719/1999-FIBRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x BENEDICTO PESSUTO - carta precatória expedida a disposição da parte interessada. Advs. ARNO JUNG (OAB: 019585/PR), OTTO STEINER JUNIOR (OAB: 000043-316A/PR) e CARINA SANTOS (OAB: 036673/PR).

9. ORDIN.DECLARAT.DE NULIDADE - 1107/2000-LUCIANO FERNANDES PETUIA e outro x GUNTHER ALGAYER e outros - carta precatória expedida a disposição da parte interessada. Advs. LUCIANE ROSA KANIGOSKI (OAB: 023774/PR), LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN (OAB: 021777/PR), MAURICIO KAVINSKI (OAB: 21,612), LINCOLN TAYLOR FERREIRA (OAB: 026367/PR) e PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JR (OAB: 19.608).

10. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXEC. EXTRAJUDICIAL - 18/2001-FIAT ALLIS LATINO AMERICANA LTDA x EVERALDO RODRIGUES DO SANTOS e outro - Deve o exequente apresentar demonstrativo atualizado do débito com seus acréscimos legais, bem como o número do CPF ou CNPJ do devedor. Advs. FERNANDO JOSE BONATTO (OAB: 25.698), SADI BONATTO (OAB: 10.011) e MAGDA LUIZA R. EGGER (OAB: 025731/PR).

11. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL - 497/2001-GONVARRI BRASIL S/A. x RIDEL METAL MECANICA LTDA. - custas para expedição de carta precatória R $ 32,50. Advs. RICARDO C. PINHEIRO BECKER (OAB: 000019-346/PR), IDEVAN CESAR RAUEN LOPES e TRICIANA CUNHA PIZZATTO.

12. DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE PROTESTO - 0000226-50.2001.8.16.0001-SINERIO BISCAIA ROSEIRA JUNIOR e outro x BANCO ABN AMRO REAL S/A - O autor requer a liquidação da sentença por arbitramento. Intime-se o réu acerca do requerimento de liquidação por arbitramento, na pessoa de seu Advogado (CPC, art. 475-A, § 1º). Intimem-se as partes para formular quesitos e indicar assistentes técnicos no prazo de 10 dias. Advs. PAULO CESAR GRADELA FILHO (OAB: 000026-749/PR) e HERICK PAVIN (OAB: 039291/PR).

13. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL - 815/2002-ISABEL GUTIERREZ WALCHELKE x MARCELLO CORTES CHAVES - 1. Indefiro o pedido de consulta à Infoseg, conforme requerido em fls. 262, vez que este juízo não mantém convênio com este sistema. 2. Manifeste-se a parte exequente quanto ao prosseguimento do feito, em 05 (cinco) dias. Advs. JOAO CARLOS DE MACEDO (OAB: 14.853), DIVA MARIA DULCIO DE MACEDO (OAB: 17.863), MARGARETH BARBOSA DE A. DE MACEDO (OAB: 000016-510/PR) e RICHARD HARTMANN.

14. DECLARATORIA C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 1441/2002-G. T. ZANLORENZI LTDA. x COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA - Homologo por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o pagamento efetuado pelo devedor comprovado às fls. 520 e, de conseqüência, julgo extinto o processo, nos termos do art. 794, inc. I, do Código de Processo Civil. Não havendo impedimentos, (penhora no rosto dos autos, concurso de credores etc), cumpridas as formalidades legais## , expeçam-se os seguintes alvarás: O primeiro em favor da parte exeqüente, para levantamento do valor depositado às fls. 520. E, o segundo a favor da parte executada, referente ao valor depositado nos autos às fls. 103/104. Quanto à obrigação de retirar os bens instalados no posto, intime-se a parte executada para se manifestar quanto ao exposto às fls. 523/524. Custas em cargo da parte executada. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. "Em não se tratando de verba honorária este Juízo se posiciona na esteira do atual entendimento jurisprudencial, emanado pelo STJ, ou seja, para levantamento de valores em favor da parte e cujo alvará será expedido em nome do advogado, deverá constar no Instrumento de Mandato poderes especiais para tanto, devendo ainda, possuir o reconhecimento de firma do outorgante." Advs. AMARILIS VAZ CORTESI (OAB: 12.839), MANUELLA PRANDINI PEREIRA SALOMAO (OAB: 036656/PR), ARNALDO CONCEIÇÃO JUNIOR (OAB: 15471) e RODRIGO GAIÃO (OAB: 034930/PR).

15. IMISSAO DE POSSE (SUMARIO) - 388/2003-JOSE BARBOSA x JOAO MARIA ALVES e outro - 1. Tendo em vista que no título executivo judicial constou que "(...) fica para posterior liquidação por arbitramento a estipulação do valor do aluguel mensal correspondente à residência ocupada pelos Réus, desde citada data até a efetiva desocupação." (fls. 360). Cumpre ao exequente demonstrar de que forma

alcançou o valor que apresentou para execução ou iniciar o procedimento de liquidação por arbitramento. Advs. KEILE CRISTINA BIEZUS (OAB: 000030-050/PR), GABRIEL JOCK GRANADO (OAB: 003033-0/PR), JOSE LEOCADIO DE CAMARGO (OAB: 023931/PR) e LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO.
16. RESCISÃO CONTRATUAL - 505/2003-JANDIR DIONISIO DE MELLO e outro x LUIZ ROBERTO ROMANO e outros - I - RELATÓRIO I.1. Alegações dos autores. Alegam os autores que: Foram induzidos em erro por propaganda enganosa remetida pelos réus, interessando-se em adquirir os lotes rurais n.ºs 58 e 63, no Município de Baixa Grande do Ribeiro-PI, com área de 200 hectares, entregando, como sinal de negócio, um cheque de R$ 7.000,00 (sete mil reais), para desconto em 30/04/00, e outro, de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), para o dia 30/08/00; O réu Luiz Roberto Romano apresentou-lhes um contrato alterando o lote que fora mostrado para os autores, consignando que o compromisso referia-se ao lote "35-A", e apesar de receberem a garantia de que a alteração ocorrera "só no papel", assim que chegaram de mudança constataram que a área apresentada pelo réu Paulo Sérgio Romano era diversa da que fora mostrada, e não era adequada ao plantio, pois estava coberta pela vegetação nativa; Insatisfeitos, reclamaram para o réu Paulo Sérgio Romano, que tratou-lhes de forma rude, alegando que iriam providenciar a imediata demarcação da área, todavia, nada fizeram, apresentando um novo contrato aos autores, reduzindo a área vendida de 300 para 260 hectares, suprimindo cláusulas contratuais que obrigavam os vendedores a realizar obras de infraestrutura no empreendimento comercializado sob o nome "Colonização & Fazendas Chapadão do Soja"; Inseguros, recusaram-se a assinar o contrato, pois desconfiavam que estavam sendo vítimas de um golpe. Relatam que foram forçados a arrendar uma área de 150 hectares na "Fazenda Calango", de propriedade de Luiz Roberto Romano, renegociando o segundo cheque de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), pagando R$ 10.000,00 (dez mil reais) e prorrogando o saldo de R$ 13.000,00 (treze mil reais) para 30/04/01. Como não lograram êxito em financiar o plantio, os réus Luiz e Paulo emprestaram a importância de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), garantido por um cheque de igual valor, emitido pelo autor; Sofreram prejuízos por ocasião da colheita, por atos de "sabotagem" de Paulo, que mancomunado com Luiz, pedriam o arresto de bens dos autores sob a alegação de que estes "tinham fugido do Estado" (Autos 807/01 16.ª Vara Cível da Comarca de Curitiba). I.2. Pedidos. Requerem a condenação dos réus: À restituição do dobro do sinal de negócio (R$ 34.000,00 trinta e quatro mil reais); Ao ressarcimento dos danos oriundos da frustração da colheita por ato de sabotagem dos réus (no importe de R$ 70.000,00 setenta mil reais); À indenização por danos morais, traduzidos na fragilização do estado de saúde da autora e nas consequências daí decorrentes (em R$ 50.000,00 cinquenta mil reais); Nos ônus da sucumbência. Juntaram documentos com a exordial (fls. 13 a 67). I.3. Resposta dos réus. Os réus Luiz Roberto Romano, Lucielene Correa Lima Romano e Paulo Sérgio Romano ofertaram contestação escrita às fls. 128-136. Alegações: Que os autores fizeram proposta de compra dos lotes n.ºs 58 e 63 da "Fazenda Calango", cuja área total era de 10.000 hectares, ainda coberta por vegetação de cerrado leve. Que como não possuíam dinheiro para o preparo da terra e plantio, optaram pelo lote n.º 35-A, que, por estar mais próximo da sede, apresentava área de pastagem necessitando tão-somente de preparo para o plantio; Que pactuaram, como sinal de negócio, a quantia de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para pagamento parcelado (R$ 7.000,00 sete mil reais para o dia 30/04/00 e R$ 23.000,00 vinte e três mil reais para 30/08/00), mais 12.000 sacas de soja livres de impureza, para entrega em dez anos (1.200 sacas por ano), para quitação da obrigação. Que os autores não foram induzidos em erro e, em verdade, não tinham condições sequer de efetuar o plantio, pois "vieram com uma mão adiante e outra atrás" (sic, fl. 133), contraindo um empréstimo de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para o plantio de soja. Esclarecem, finalmente, que a inadimplência dos autores compeliu os réus à rescisão do arrendamento, razão pela qual buscam a improcedência do pedido inicial. Juntaram documentos (fls. 138-141). Às fls. 142 foi determinado que se certificasse quanto ao oferecimento de contestação pelos réus Haller Nichelle Bogoni e Lourdes Brunhera Bogoni, certificando-se, no verso da fl. 142, que o prazo de resposta havia fluído in albis. Não obstante, Haller e Lourdes Bogoni, na continuidade, ofereceram contestação às fls. 144-153, com as seguintes alegações: a) Em preliminar, i) a nulidade da citação pela entrega do "ARMP" para terceira pessoa; ii) prescrição, com fundamento no artigo 206, incisos IV e V do Código Civil; iii) a sua ilegitimidade passiva, pois não figurariam no novo contrato firmado entre os autores e Luiz Roberto Romano, nem no contrato de arrendamento; b) No mérito, sustentam que Luiz Romano agiu em nome próprio, apropriando-se de valores que pertenciam aos mandantes, agindo com excesso no cumprimento do mandato; por isso, denunciam a lide ao mandatário Luiz Romano e Paulo Romano, requerendo, ao final, a improcedência do pedido. Juntaram documento à fl. 154. I.4. Impugnação às contestações às fls. 160-163, refutando os argumentos de defesa. I.5. O feito foi devidamente saneado através da decisão de fls. 173-183. Superadas, assim, as preliminares ventiladas, foram fixados os pontos controvertidos com a determinação das provas a serem produzidas. Produzidas provas documentais e orais, facultou-se a apresentação de memoriais às partes, tendo apresentado o autor às fls. 487-492 e os réus Luiz, Lucielene e Paulo às fls. 494-497. É, em síntese, o relatório. Passo a decidir. II FUNDAMENTAÇÃO II.1. Coronelismo no século XXI. O caso trazido a exame chama particularmente a atenção por traçar um quadro que remonta ao período da Primeira República brasileira, o do coronelismo. O domínio do capital pelo poder dos fazendeiros, adeptos de práticas autoritárias e violentas, em geral abusando de seus privilégios e de seu prestígio para manipular pessoas carentes de ensino e informação, não raro obrigando-lhes de forma brutal a satisfazer às suas vontades, toda essa não tão longínqua realidade outrora relegada aos livros de História torna a lume ao analisarmos o caso encartado nos presentes autos. Logro, engodo, apropriação indevida de bens de vulneráveis, exercício de desmandos ilimitados, tais atitudes são apenas um pedaço do que envolveu a vida dos autores em um completo desespero ao se encontrarem em um lugar distante de sua casa, desamparados pela desumanidade de pessoas que creem ser imunes a qualquer espécie de responsabilização, talvez por se acreditarem como titulares de um poder ilimitado, sempre pronto a subjugar os mais fracos e vulneráveis. Infelizmente, em pleno século XXI, o país ainda encontra milhares de casos semelhantes a estes, porém é chegada a hora de por termo a, pelo menos, um deles. II.2. Do dolo na formação do contrato de compromisso de compra e venda e da coação no contrato de arrendamento.
Ficou comprovada a atuação dolosa## dos requeridos na formulação e condução dos compromissos de compra e venda, procurando iludir e ludibriar pequenos agricultores através de operações fraudulentas. O relato das testemunhas, em plena consonância com a narrativa feita pelos autores, demostra que, valendo-se da condição de proprietários de uma fazenda localizada no interior do Estado do Piauí, no Município de Baixa Grande do Ribeiro, os réus Luiz Roberto Romano e Haller Bogoni procuravam atrair os pequenos agricultores até o local e, utilizando-se do réu Paulo Romano, que gerenciava diretamente as atividades, apresentavam terras prontas para cultivo, vendendo a ilusão de que seria fornecida toda a estrutura necessária para o desenvolvimento da atividade agrícola## . Inclusive, no contrato padrão## , constam as inúmeras benfeitorias que seriam fornecidas pelos vendedores, utilizadas como meros atrativos que nunca se concretizavam## . Todavia, a partir do recebimento do sinal de negócio começava uma verdadeira saga de sofrimento para os adquirentes, tal como os autores. Mudando-se com toda a sua família, apos vender tudo que possuíam no Estado do Paraná, quando lá chegaram, os autores foram informados de que a parte que lhes cabia na propriedade era outra, e não aquela que lhes havia sido apresentada quando da primeira visita ao local e que imaginavam ser o objeto do compromisso de compra e venda: a área era imprópria para o cultivo, consistindo em mata fechada. Conforme relataram as testemunhas## , o autor, vendo-se sem rumo, já que dependida do plantio para sua sobrevivência e havia apostado todas as suas economias naquele negócio, foi coagido pelos requeridos, através do réu Paulo Romano, a firmar um contrato de arrendamento para poder plantar e, ainda, realizar empréstimo do valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) dos próprios requeridos. Disseram as testemunhas que a prática era muito comum, ou seja, que os requeridos obrigavam os agricultores, com a ameaça de expulsão da terra, a realizar financiamento em nome do requerido Luiz Romano, e, após a realização do negócio, o dinheiro era desviado, não sendo investido na propriedade## . Pois bem, sujeito a precárias condições de vida## e necessitando do plantio para viver, pois havia se mudado para um estado longínquo após a venda da ilusão pelos réus, o contrato de arrendamento pode ser qualificado como acompanhado do elemento de coação temor de dano à sua pessoa ou família ou mesmo a seus bens## . Não se pode olvidar, ainda, que, após a realização do arrendamento e plantio, os autores passaram a sofrer pressão dos requeridos, através do réu Paulo. Na qualidade de mandatário gerente dos requeridos, Paulo Sérgio agia como capataz dotado de crueldade, mediante pressão e força, atemorizando os agricultores com ameaças, dando conotação da atuação dos requeridos similar a atuação da exploração do capital através do coronelismo, que por tanto tempo imperou na sociedade brasileira em séculos passados. Há relatos suficientes de testemunhas acerca da pressão exercida pelo requerido Paulo, chegando ao máximo absurdo da denúncia de cárcere privado quando mencionam que, por diversas vezes, este trancou o autor e sua família em uma das casas da propriedade## . Ainda, destaque-se para a atuação proposital e truculenta do réu Paulo, que destruiu a plantação do autor, possivelmente na tentativa de tornar inviável o pagamento do empréstimo realizado## , soltando gado na
plantação## . De modo que imperiosa é a declaração de nulidade do contrato de promessa de compra e venda principal, com anulação dos subjacentes contratos assessórios de arrendamento## e de empréstimo## , passando, em seguida, à verificação das consequências correlatas. II.3. Da devolução em dobro das arras ou sinal. Segundo o artigo 1.094 do Código Civil de 1916, "O sinal, ou arras, dado por um dos contraentes firma a presunção do acordo final, e torna obrigatório o contrato". Declarada a nulidade dos contratos havidos entre as partes, deve haver a devolução em dobro das arras ou sinal dados em início de pagamento## . Tendo sido dada a importância de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais) a título de arras, devem ser devolvidos pelos réus R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) aos autores. II.4. Do ato ilícito e do dever de reparação. Como visto, os contratos envolvendo transmissão de propriedade celebrados com os autores, eivados de dolo e coação, feriu diretamente a dignidade do autor e de sua família, representando ato ilícito, o que consubstancia o necessário dever de reparação dos danos materiais e morais suportados pelos autores. II.5. Dos danos materiais. O agir ilícito dos réus, que fraudulentamente procuraram, através de negócio fraudulento, praticamente destruir a vida dos autores, causou danos materiais e morais. Atente-se aos danos materiais primeiramente. Consoante laudo técnico juntado pelos autores à fl. 44, não impugnados pelos réus, em decorrência dos atos de sabotagem destes na plantação, "O total das perdas foi na ordem de 700kg/hectares". Em vista de tal laudo os autores formularam pedido de condenação dos réus a "ressarcirem os danos materiais decorrentes da intervenção e sabotagem na colheita e destruição da lavoura de soja do autor, no valor de R$ 70.000,00" (setenta mil reais)#. Tendo em vista que os réus também não impugnaram o valor pretendido pelos autores e da gravidade das atrocidades perpetradas, condeno-lhes ao pagamento dos R$ 70.000,00 (setenta mil reais) requeridos pelas vítimas, nos termos especificados no dispositivo da sentença. II.6. Dos danos morais. A Constituição Federal contempla como fundamento da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana. Ensina o professor EROULTHS CORTIANO JUNIOR## "que o direito brasileiro encontra na Constituição federal de 1988 uma nova tábua valorativa, consistente na jurídica supremacia dos valores existenciais. Da codificação civil marcadamente proprietarista passou-se a um direito civil-constitucional evidentemente personalista. Esta opção da coletividade que se refletiu na escrita do constituinte- é extraída da preocupação em colocar a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos

da república. (CF. art. 1º inciso, III)". Desse modo entende-se que a noção de dignidade da pessoa humana emerge como uma tutela geral da personalidade, com implicações diretas na proteção da integridade moral e psíquica da pessoa humana. No caso dos autos as atrocidades perpetradas ultrapassaram todos os limites, vindo a prejudicar a saúde mesma da autora Dominga Lunelli de Mello## , e certamente afetando todo o seio familiar por sua decorrência. Em verdade, ambos os autores tiveram problemas de saúde constatados após os fatos dos autos, conforme ilustra o atestado de fls. 46-47, que informa o internamento dos autores. O mal causado a esta família, que teve a sua vida quase destruída, deve ser prudentemente atenuado por este Juízo, sendo perfeitamente razoável, ao
caso dos autos, a condenação dos réus no pagamento dos R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) pleiteados a título de indenização por danos morais, tendo em vista todo o sofrimento ocasionado, que provavelmente produz consequências indeléveis até os dias atuais, e o poderio econômico dos réus, coronelistas no Estado do Piauí. Frise-se: a frieza com que os réus iludiram famílias como a dos autores a deixar a sua terra natal para ser escravizada em um lugar distante merece uma enérgica repressão, além de buscar recompor de alguma maneira toda a angústia e dor causada, atendendo-se à dupla finalidade da indenização em comento. III DISPOSITIVO Concluindo a decisão, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de, declarando nulidade do contrato de promessa de compra e venda principal, bem como dos subjacentes contratos assessórios de arrendamento e de empréstimo: i) condenar os réus, solidariamente, a restituir aos autores a importância de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) correspondentes ao dobro do valor dado em sinal de negócio, valor este a ser acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, e correção monetária pelo INPC-IGP-DI a partir da sentença da data do pagamento do sinal de negócio; ii) condenar os réus, solidariamente, no pagamento de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) aos autores por danos materiais, com juros de mora de 1% (por cento) ao mês a partir da citação e correção monetária pelo INPC-IGP-DI a partir da data do contrato de arrendamento de empréstimo de fls. 36 iii) condenar os réus, solidariamente, no pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) aos autores a título de danos morais, com juros de mora a partir da data do contrato de fls 20, a taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês até 10/01/2003## e 1% (um por cento) ao mês desta data em diante e correção monetária pelo INPC-IGP-DI a partir da sentença. Em vista do princípio da causalidade, condeno ainda os réus, solidariamente, no pagamento da integralidade das custas processuais e honorários advocatícios, os quais, com fundamento no artigo 20, § 3.º e § 4.º, do Código de Processo Civil, fixo em 20% (vinte por cento) do total da condenação, diante das circunstâncias da causa, seu tempo de duração e número de manifestações nos autos. Com o trânsito em julgado, baixas e anotações necessárias, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se e intimem-se. Advs. VALDECY SCHON (OAB: 019483/PR), LUIZ ROBERTO ROMANO (OAB: 021363/PR) e ANERI CAPELLARI (OAB: 013078/PR).

17. ORDINARIA DE RESOL.DE NEGOCIO - 605/2003-BAHAMA TRADING COMPANY LIMITADA e outro x VOTOLINI EXPORTACOES LIMITADA e outro - I.1.Alegações do autor. Relata o autor que: A primeira ré procurou a autora, que é intermediadora de operações de negócios de exportação na qualidade de Trading, para proceder com a exportação de madeiras serradas, essências florestais Marupá e Canela, por ela produzidas, tendo tal operação ensejado a emissão de vários títulos de cobrança - duplicatas; Contudo, a ré não cumpriu a obrigação de qualidade necessária para o negócio da exportação, vez que o material se mostrava excessivamente úmido; Não pôde ser realizada a troca do produto, porém foi tentada negociação de abatimento do valor da dívida com o importador espanhol; A referida negociação só seria possível com o aval de instituições financeiras do Brasil e do exterior, o que não foi possível devido ao protesto de títulos em nome da autora; O protesto de títulos em nome da autora foi indevido, realizado pelo primeiro réu, sendo descontado junto ao segundo réu; O autor ainda teve sua imagem abalada, depois do ocorrido. I.1.2. Pedidos Pede o autor liminarmente a sustação de protesto e recolhimento por busca e apreensão de todos os títulos derivados das notas fiscais; No mérito, pede que seja determinada a resolução do negócio. I.1.3. Liminar O pedido liminar fora deferido em decisão de fls. 87/88. Decisão de fls. 103 determina a inclusão do Banco do Brasil S/A e do Livro Fomento Mercantil no pólo passivo da ação. I.2. Respostas dos requeridos (Procedimento ordinário) Requerido. Livro Fomento Mercantil Ltda (fls.118). Alegações: Ilegitimidade passiva, vez que adquiriu as duplicatas 009/A e 009/B através de legítima operação de fomento mercantil; Na oportunidade da aquisição dos referidos títulos, os prepostos da requerida confirmaram com o diretor financeiro da autora a procedência das notas fiscais, tendo em seguida o regular prosseguimento do trâmite; A requerente não apresentou oposição alguma aos títulos e nem tampouco às operações de fomento; Assim, os protestos são necessários e devidos, vez que é indiscutível a certeza, liquidez e a exigibilidade dos títulos. Requerido. Voltolini Exportações Ltda (fls. 154). Alegações: a) Não há defeito no negócio jurídico, vez que a transação foi realizada com a requerente não com o seu cliente; quanto á transação; b) A requerente não indicou qualquer vício, ou descumprimento da primeira requerida; c) Pretende imputar culpa ao primeiro requerido pelos defeitos, porém não demonstrou provas; d) Provavelmente o que ocorreu foi a imprudência, imperícia ou imprudência da autora ao manusear as cargas de madeira; e) Pede a improcedência da ação. Requerido. Banco Bradesco S/A. (fls. 202). Alegações: a) As duplicatas foram transferidas ao réu através do endosso translativo, em que consiste em desconto de duplicatas; b) Não compete ao réu a discussão do negócio em tela, vez que é endossatário de boa-fé e não participou do referido negócio jurídico; c) O protesto se fez necessário para resguardar o direito de regresso do réu, endossatário. d) Pede a improcedência da ação. Requerido. Banco do Brasil S/A. (fls. 215). Alegações: a) Ilegitimidade passiva, vez que não figurou no contrato entre as partes; b) Não houve relação jurídica entre a parte autora e o réu Banco do Brasil; c) Não há alegações da autora que justifiquem uma possibilidade de nulidade de contrato firmado entre o Banco do Brasil e a
ré Voltolini Exportações Ltda. d) Pede a improcedência da ação. I.3. Impugnação às contestações (fls. 234/243). 1.4. Saneamento do processo, com deferimento de produção de prova pericial e documental (fls. 386/394). 1.5 Laudo Pericial (fls. 514/526). Os autos vieram conclusos para sentença. É o relatório. II. FUNDAMENTAÇÃO II.2.Mérito, validade da emissão das duplicatas e protesto. A parte autora pretende resolução do negócio jurídico firmado com a primeira requerida Voltolini Exportações e consequente declaração de inexigibilidade de dívida, bem como a nulidade de duplicadas. A síntese de seu argumento é que, agindo na condição de "trading", intermediando compra e venda de mercadorias no mercado internacional, contratou com a dita requerida operação para exportação de madeira, a qual resultou, contra si, na emissão das respectivas notas fiscais e títulos de cobranças. O negócio foi frustrado em razão da recusa do cliente final em receber a mercadoria, diante da sua imprestabilidade, fato este atribuível à requerida Voltolini Exportações uma vez que não teria realizado o tratamento necessário no produto que, por isso, embolorou, inviabilizando o seu uso. As partes não controvertem a respeito da relação jurídica estabelecida. Também é incontroverso o fato de a madeira, objeto da exportação, ter sido recusada pelo importador, na Espanha, pelo motivo de estar fora dos padrões exigidos, em razão do alto grau de umidade apresentado. A primeira requerida Voltolini Exportações - não nega o fato, entretanto sustenta que culpa exclusiva da empresa autora em relação ao ocorrido. Ou seja, afirma que o perecimento da madeira ocorreu em razão de ter sido acondicionada em condições irregulares, no que diz respeito à exposição à umidade, depois de recebida pela autora no porto de embarque, aqui no Brasil. Dentro desse panorama inicial, partindo-se da premissa da inquestionável recusa do produto por parte do importador, cabe, a partir daqui, analisar a questão da validade da emissão das duplicatas representativas da operação de exportação. Para tanto, é preciso ressaltar que a duplicata mercantil, disciplinada pela Lei n° 5.474/68, é título de crédito causal cuja emissão fica condicionada à existência de contrato de compra e venda ou de prestação de serviços. Segundo dispõe o artigo 2º da citada Lei, a duplicata poderá ser extraída pelo vendedor no ato da emissão de uma fatura que represente em valores a relação obrigacional advinda de um contrato de compra e venda mercantil ou prestação de serviços. No caso em questão é possível observar que as duplicatas não contem aceite por parte sacado. Em razão disso, para que as duplicatas aqui mencionadas tivessem força executiva era imprescindível que preenchessem os três requisitos previstos no art. 15, II, da Lei nº 5.474/68, ou seja: terem sido protestadas; estarem acompanhadas de documento hábil comprovando a entrega ou remessa de mercadorias; que o sacado não tenha comprovadamente recusado o aceite no prazo de acordo com as condições e com os motivos previstos nos artigos 7º e 8º da mesma lei. Somente com o preenchimento destes requisitos é que o aceite ficto, também dito virtual ou tácito, restaria configurado e atribuiria, consequentemente, a força executiva ao título. Em se tratando de protesto de duplicata por indicação, situação que envolve não devolução do título, para fim de viabilizar a cobrança do crédito, o instrumento de protesto deve estar acompanhado do comprovante da entrega
das mercadorias (artigos 13 §1º, 15 II a e b da mencionada lei##(Redação dada pelo Decreto-Lei nº 436, de 27.1.1969) (Redação dada pela Lei nº 6.458, de 1º.11.1977) (Redação dada pela Lei nº 6.458, de 1º.11.1977) (Redação dada pela Lei nº 6.458, de 1º.11.1977) (Redação dada pela Lei nº 6.458, de 1º.11.1977) ), o que, no caso, não ocorreu. Como dito, é incontroverso que o destinatário final, importador Espanhol empresa MODULFLOR fls. 32- recusou o recebimento da mercadoria em razão de sua imprestabilidade. Saliento que a empresa autora, na qualidade de "trading" apenas viabilizou a exportação da mercadoria, tendo sido esta efetivada entre a requerida Votolini Exportações e a empresa da Espanha. Havendo inequívoca recusa no recebimento da mercadoria pelo importador, não se preenchem os mencionados requisitos para emissão e protesto das duplicatas. A respeito da recusa convêm destacar que a prova pericial revelou que ela decorreu da falta dos cuidados necessários por parte da empresa exportadora requerida Votolini - no que diz respeito a má qualidade do tratamento técnico aplicado à madeira, fato este que veio a ter como consequência a deterioração do produto. Plenamente legítima, portanto, foi à recusa por parte do importador em razão de atitude única e exclusivamente atribuída à mencionada empresa requerida. Oportuna a transcrição da conclusão do Perito: "Segundo o exposto anteriormente, uma vez analisadas as fotografias nas fls. 53-61 que se encontram dentro do processo relacionado à mercadoria da madeira serrada de marupá e que apresenta uma cor azulada e com apodrecimento, foi causado pela falta de um tratamento preventivo de forma adequada que deveria ter sido aplicado à madeira. " A esse respeito, a requerida "Livro Fomento Merantil" sustentou a invalidade da prova pericial, ao argumento de que foi ela baseada em mera fotografia juntada nos autos, em relação a qual não se poderia ter a certeza de que efetivamente representasse as madeiras envolvidas na transação comercial objeto desta ação. O argumento não prospera. Isso por que a empresa exportadora, requerida Votolini Exportações, em sua contestação, não impugnou alegação feita na inicial a respeito de que as fotografias juntadas efetivamente representam o produto por ela fornecido. Diante desse quadro de irregularidade na emissão da duplicata por culpa exclusiva da requerida Votolini Exportações, é possível concluir que o apontamento a protesto levado a efeito pelos endossatários, seja na qualidade de operação desconto de título (instituições financeiras requerida) seja na qualidade operação de fomento de crédito (requerida Livro Fomento Mercantil LTDA) ocorreu de forma ilegal. Portanto, sem prejuízo de eventual direito de regresso dos demais requeridos em relação a primeira requerida, tenho por bem acolher o pedido para declarar a inexigibilidade do débito em relação ao autor. III-DISPOSITIVO Concluindo a decisão, confirmo as medidas liminares antes concedidas e, com fundamento no artigo 269 I do CPC, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO declarando a inexigibilidade dos títulos cambias, representados pelas duplicatas mencionadas na inicial. Condeno os requeridos no

pagamento das custas processuais, além de honorários advocatícios ao advogado da parte autora fixando estes em R$ 3.000,00 (três mil reais) levando-se em conta o disposto no artigo 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Advs. FABIO
MAX MARSCHNER MAYER, JOSE DO CARMO BADARO (OAB: 14.471), JORGE CLARO BADARO (OAB: 14.467), ROSICLER ULIR BRAZ, JOSE EDUARDO DO NASCIMENTO (OAB: 014468/SC), DANIEL HACHEM (OAB: 11347), SUSANA DE FATIMA KALED, ADYR RAITANI JUNIOR (OAB: 11827), PEDRO HENRIQUE TOMAZINI GOMES (OAB: 031879/PR), RICARDO CEZAR PINHEIRO BECKER (OAB: 019346/PR), TRICIANA CUNHA PIZZATTO, JULIANA SOUZA TALARICO BALDACINI (OAB: 248190/SP), EMERSON NOHIRIKO FUKUSHIMA (OAB: 022759/PR) e LUIZ ALBERTO GONCALVES (OAB: 008146/PR).

18. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS - 919/2003-ISRAEL NUNES DE AQUINO x BANCO BMC/CREDICERTO - 1. Recebo o recurso de apelação, interposto em fls. 250/253, em seu duplo efeito, de acordo com o disposto no artigo 520, caput, do Código de Processo Civil. 2. Intimem-se a parte apelada para contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias. 3. Após, sem impedimentos remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com as cautelas de estilo. Advs. MARCUS ELY SOARES DOS REIS (OAB: 020777/PR), FERNANDA ZANELATTO DOMINGUES, ROSANE PABST CALDEIRA SMUCZEK, ANDREA HERTEL MALUCELLI (OAB: 031408/PR), ODECIO LUIZ PERALTA (OAB: 032426-A/PR), MARCIO AYRES DE OLIVEIRA (OAB: 032504/PR) e RODRIGO DOLFINI.

19. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL - 1554/2003-GEMA FILLIPI BUZZI x SERGIO RICARDO SIGEL - oficio expedido a disposição da parte interessada para sua retirada. Advs. RAQUEL REGINA BENTO FARAH (OAB: 000029-194/PR), CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA (OAB: 015785/PR) e ALEXANDER SILVA SANTANA (OAB: 000030-562/PR).

20. COBRANCA - RITO SUMARIO - 214/2004-ARAUCARIA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.C. LTDA. x ODAIR XAVIER AMANCIO - Decorrido o prazo de cinco dias da lavratura do termo, certifique-se quanto a oposição de embargos. Em caso negativo, cumpra-se o item 5.8.15 do CN. Advs. LUIZ ALCEU GOMES BETTEGA (OAB: 6.881), JANAINA FELICIANO FERREIRA AKSENEN (OAB: 042502/PR), CLÉLIA MARIA DA G. BOTELHO DE S BETTEGA (OAB: 000012-873/PR), ABDO KADER KADRI NETO e CLEWERSON MORAES.

21. REVISÃO CONTRATUAL SUMÁRIA - 221/2004-ROBERTO MACHADO x BANCO LLOYDS TSB S/A. - custas para expedição de alvará R$ 19,80. Advs. MAYLIN MAFFINI (OAB: 034262/PR) e LUIZ SGANZELLA LOPES (OAB: 032654/PR).

22. INVENTÁRIO - 1390/2004-TEREZA MARIA DE ALMEIDA DURCO x ESPOLIO DE MARIA ELENA DE ALMEIDA - Devidamente intimada a parte interessada para dar prosseguimento ao feito, permaneceu inerte. Assim, nada mais havendo a ser discutido, arquivem-se os autos principais e apensos. Adv. ROBERTO LAFAYETTE DE ALMEIDA DURCO.

23. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA - 107/2005-BANCO BANESTADO S/A. x ADOLAR GONCALVES e outro - carta precatória expedida a disposição da parte interessada. Advs. TATIANA KALKO (OAB: 033179/PR), FERNANDA FORTUNATO MAFRA (OAB: 033179/PR), CESAR AUGUSTO TERRA (OAB: 17.556-PR), JOAO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB: 016948/PR) e GILBERTO RODRIGUES BAENA (OAB: 024879/PR).

24. CANCELAMENTO DE PROTESTO - 252/2005-LEANDRO GAFFKE SANTOS x DOIS IRMAOS DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA. - Alvará de Levantamento a disposição da parte interessada, no Banco do Brasil Adv. ENEIDE LUCIA BODANESE (OAB: 022968/PR).

25. NULIDADE DE TITULO DE CREDITO - 688/2005-LUIZ SERGIO TEIXEIRA x KAIZEN COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. - 1. Indefiro o requerimento formulado à fl. 185, tendo em vista que a citação por edital é forma excepcional de citação, devendo a parte autora, portanto, diligenciar exaustivamente a fim de encontrar o réu Kaizen Comércio de Auto Peças Ltda. Verifica-se que nem todos os endereços indicados nos ofícios, em especial fl. 180, foram diligenciados pela parte autora. 2. Sem prejuízo, utilize-se o sistema Bacenjud para localização e tão somente do endereço do réu Kaizen Comércio de Auto Peças Ltda. 3. Após, com a resposta, o autor para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias. Advs. BARTOLOMEU PEREIRA (OAB: 000015-821/PR), THIAGO AISLAN PEREIRA (OAB: 041359/PR) e RAPHAEL GOUVEIA RODRIGUES (OAB: 000040-526/PR).

26. RESCISÃO DE CONTRATO - 761/2005-MARCO ANTONIO FRANCISCONI x BRASIL TELECOM S.A. - 1. Expeça-se o competente alvará conforme já determinado às fls. 227/228. 2. Após, nada mais sendo requerido, arquive-se. ALVARÁ EXPEDIDO A DISPOSIÇÃO. Advs. GUARACI DE MELO MACIEL (OAB: 037975/PR) e SANDRA REGINA RODRIGUES (OAB: 027497/PR).

27. DECLARATÓRIA - 790/2005-ALFREDO ANTONIO REINALDI x BANCO ITAÚ S/A - A sentença que decidiu o mérito da causa e condenou o autor no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, fez incidir a regra disposta no artigo 12, da Lei 1060/50. Por ora, suspendo o cumprimento da decisão de fls. 78, vez que o credor não demonstrou a alteração da condição econômica da parte beneficiaria da assistência judiciária gratuita. Não havendo novos requerimentos, os autos deverão aguardar no arquivo nova manifestação do interessado ou a ocorrência da prescrição. Advs. GABRIEL JOCK GRANADO (OAB: 003033-0/PR), CRYSTIANE LINHARES (OAB: 021425/PR) e ANDREA LOPES GERMANO.

28. MONITÓRIA - 132/2006-SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE CURITIBA (SEB) x TINTAS ITIBERE LTDA - Alvará de Levantamento a disposição da parte interessada, na CEF. Advs. JEFFERSON RENATO ZANETI (OAB: 000033-068/PR), IRINEU GALESKI JUNIOR (OAB: 035306/PR) e WILSON WENCESLAU JUNIOR (OAB: 000029-087/PR).

29. DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE PROTESTO - 394/2006-JOSE MARTINHO PACHECO x SOCIEDADE PARANAENSE DE CULTURA - HOSPITAL CAJURU e outro - 1. Considerando as informações fornecidas pela Seguradora Líder de Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (fl. 343), bem como as informações de fls. 367, prestadas pela empresa Transportes Coletivos Glória Ltda., e o último requerimento do autor, a perícia deverá prosseguir a partir dos documentos que estão disponíveis atualmente. Assim, forte no artigo 429 do Código de Processo Civil, decido o seguinte. O cartão de assinaturas, por cópia, já está juntado ao processo. Ademais, para a realização da perícia o que importa não é a juntada deste documento ao processo, mas o seu exame pelo perito. Diz a lei: "para o desempenho de sua função, pode o perito utilizar-se de todos os meios necessários, solicitando documentos em poder da parte". Assim, determino ao requerido Rogério Portugal Bacellar que apresente ao perito, quando solicitado, o cartão de assinaturas em questão, com a finalidade de assegurar a realização da prova. Intime-se e comunique-se o Perito desta decisão. Advs. VICENTE MAGALHAES (OAB: 000017-298/PR), ANA CAROLINA LOPES OLSEN, EDUARDO MAGALHÂES (OAB: 057724/PR), CAROLINA MNAGALHÃES (OAB: 041369/PR), VITORIO KARAN (OAB: 000018-663/PR), ERALDO LUIZ KUSTER (OAB: 000010-704/PR) e RAFAEL MARQUES GANDOLFI (OAB: 025765/PR).

30. ORDINÁRIA - 777/2006-GUARACI JOAREZ ABREU x ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB/PR - O processo depende, para o seu desenvolvimento, de ato processual a ser praticado pelo autor. Contudo, o processo está paralisado há mais de 30 dias. Expediu-se intimação ao autor, atendendo o disposto no artigo 267, § 1º do Código de Processo Civil. Ainda que não encontrada a parte, considera-se válida a intimação enviada ao endereço declinado pelo próprio autor, uma vez que: Presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residência ou profissional declinado na inicial, contestação ou embargos, cumprindo às partes atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva.(parágrafo único do artigo 238, do Código de Processo Civil) Pelo exposto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 267, III, do Código de Processo Civil. Custas remanescentes pelo autor (artigo 26, CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Custas processuais a cargo do AUTOR no valor de R$ 57,56. Adv. MARCO AURELIO DALLEDONE (OAB: 000032-754/PR).

31. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 1070/2006-YASUDA SEGUROS S/A. x JOAO LUIZ ARAUJO DA SILVA - Yasuda Seguros S/A opôs Embargos à Execução de Título Extrajudicial proposta por João Luiz Araújo da Silva alegando: a) a prescrição do direito de ação, considerando que a incapacidade para o trabalho teve início em janeiro de 2002 e a execução só foi proposta em fevereiro de 2006; b) ausência de má-fé de sua parte; c) nulidade da execução ante a ausência de cobertura securitária; d) inexistência de prova da alegada invalidez total e permanente do segurado. João Luiz Araúno da Silva apresentou resposta aduzindo que o título líquido certo e exigível (fls. 22/27). No saneamento do processo, a preliminar de prescrição foi afastada. Contra esta decisão a embargante interpôs agravo retido (fls. 41/42). O juízo deferiu, ainda, a produção de prova pericial. O laudo pericial foi apresentado (fls. 73/87). A embargante solicitou esclarecimentos ao Perito, que foram respondidos por escrito (fls. 90/91). Manifestação da embargante (fls. 93). 2. Fundamentação O que pleiteia o exequente é o cumprimento do contrato de seguro em valor certo. Por outro lado, desnecessária comprovação a título de cumprimento da disposição do inciso IV, do artigo 615, do Código de Processo Civil, se sequer existe, por parte da seguradora, a afirmativa de não pagamento do prêmio. O beneficiário tem direito à indenização até o limite da apólice com a verificação do risco assumido pelo segurador. Cumpre referir que a invalidez total leva em conta a possibilidade de desenvolver a atividade laborativa e não incapacidade plena para a atividade diária. O embargado era motorista de ônibus e exercia este ofício quando sofreu crise epiléptica, constatando, então, o Perito que: "Referida patologia caracterizará causa de incapacidade para o trabalho sempre que a atividade laborativa exercida compreenda algum risco. Em outras palavras, se o trabalhador possui a patologia poderá ter uma crise a qualquer momento, pondo em risco a sua própria vida e até mesmo a de terceiros... Este perito entende que o embargado está impedido de exercer atividades laborativas que tragam algum tipo de risco no caso de apresentar uma crise epilética, como por exemplo, a função de motorista". (fls. 76) Embora a embargante tenha insistido que a possibilidade de tratamento e uso de medicação possa afastar a invalidez total, o perito respondeu que: "Através do tratamento médico o embargado poderá obter a estabilidade do quadro, porém não poderá obter cura, havendo, sempre, a possibilidade de nova crise epilética". (fls. 78) "Conforme afirmado anteriormente, a medicação tem por objetivo amenizar os sintomas e diminuir a frequência das crises, contudo esta medicação não pode curar o sofrimento cerebral (constatado por meio de Exame Complementar Eletroencefalograma), que é causa da epilepsia. Assim, este perito entende que ainda que o paciente não apresente episódios de crises, não pode afirmar que esteja curado. Cabendo esclarecer que, no caso concreto, a última crise apresentada pelo embargado foi em data de janeiro de 2009". (fls. 91) O segurador obriga-se, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado. Por isso, a atribuição da invalidez total e permanente deve decorrer da impossibilidade do segurado exercer sua atividade profissional da época da contratação. Essa constatação inequívoca foi realizada quando da concessão do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez, que
teve como requisito legal a comprovação da incapacidade para a realização de atividades produtivas (artigo 42, § 1º, da Lei nº 8.213/91). "Em suma, é requisito suficiente para o recebimento do seguro que tenha havido concessão da aposentadoria por invalidez, certificada pela própria Previdência Social, de que o beneficiário é incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. Vale destacar que o referido benefício somente é concedido quando a doença ou o acidente incapacita total e permanentemente o beneficiário, pois, em caso contrário, lhe seria concedido o benefício do auxílio-doença". (TJRPR AC 0536427-4 9ª C.Cível Rel. Des. Rosana Amara Girardi Fachin j. 16.04.2009) 3. Dispositivo Pelo exposto, julgo improcedente o pedido dos embargos

à execução. Condeno a embargante a pagar as custas processuais, e honorários advocatícios de 15% sobre o valor do débito, substituindo aqueles arbitrados na execução, considerando na sua fixação a natureza da ação, a matéria debatida e atividade processual das partes e a duração do processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. YOSHIHIRO MIYAMURA (OAB: 7086), JACKSON ROBERTO MORAIS ALVES (OAB: 000034-667/PR) e FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.

32. EXECUCAO FORCADA - 1235/2006-ESTANISLAU FELIX BUDZIAK e outro x UNIVERSIDADE DA CRIANÇA LTDA - Manifeste-se a parte interessada, acerca da(s) resposta(s) ao(s) ofício(s) expedidos, no prazo de cinco dias. Adv. JOSAFAT LITVIN (OAB: 3930).

33. ORDINÁRIA - 1461/2006-MBS COMUNICAÇÃO LTDA. e outros x ALESSANDRA BUSCH - I.1.Alegações da parte autora. Relata o autor que: a) A primeira autora é pessoa física que atua no ramo de publicidade, sendo o segundo autor sócio majoritário da referida empresa, além de ser casado com a terceira autora; b) Os autores mantinham amizade com a ré, que por sua vez passou a denegrir a imagem dos autores, com o envio de correspondência eletrônica à BIC Graphicas do Brasil, importante cliente da autora MBS Comunicação Ltda; c) Na referida correspondência eletrônica, ao tentar se passar por cliente, estabeleceu conteúdo difamatório e calunioso, com relação à parte autora; d) Tal fato prejudicou os autores, pois os autores sempre desenvolveram suas atividades de maneira ética no mercado publicitário; e) A ré, ainda, enviou correspondência eletrônica para o autor Maurício, desferindo frases de cunho ofensivo, além de ameaças. I.1.2. Pedidos Pede a parte autora em sede liminar que a ré se abstenha de praticar atos lesivos à honra e a imagem dos autores; No mérito, pede que a parte ré seja condenada a pagar indenização referente aos danos morais sofridos. I.1.3. Liminar O pedido liminar fora deferido em decisão de fls. 44. I.2. Resposta da Requerida (Procedimento ordinário) Requerida. (fls.53). Alegações: A requerida foi convidada a laborar, em caráter informal, na empresa MBS Comunicação Ltda, primeira autora; a) Tendo em vista a impossibilidade de continuar seus trabalhos na referida empresa, a ré decidiu se retirar, contudo a requerente Izabel passou a postar mensagens ofensivas à Ré em rede social na internet; b) Tal fato desencadeou reação da ré, que em um ato de legítima defesa, acabou por enviar a correspondência eletrônica mencionada na inicial; c) Pede a improcedência dos pedidos da parte autora. I.2.1 Na ocasião da apresentação da contestação, a parte ré apresentou reconvenção. Alegações: a) Alegou os fatos já ditos na contestação de fls. 53/60, acrescentando que a ré-reconvinte teve sua imagem e moral abalados com as ofensas por parte da autora-reconvinda; b) Requer seja a parte autora-reconvinda condenada a indenizar a ré-reconvinte pelos danos morais sofridos. I.3. Impugnação a contestação. (fls. 116/117). I.4. Contestação à Reconvenção (fls. 119/121). Alegações: a) Ilegitimidade passiva dos requerentes/reconvindos Maurício Betti e MBS Comunicação, vez que não foram citadas como autores dos atos difamatórios; b) Os documentos apresentados pela ré/reconvinte foram produzidos de forma unilateral, cuja veracidade é questionável; c) Pede o indeferimento do pedido da ré/reconvinte. Em síntese, é o relatório. II FUNDAMENTAÇÃO II.1. Configuração do dever de indenizar. Tem-se posto a julgamento duas pretensões opostas, porém que encontram suporte na mesma conjectura fática. De um lado os autores imputam à requerida agressões morais. Tais agressões seriam oriundas de correspondências eletrônicas enviadas pela requerida diretamente para os autores, bem como para terceiros, na tentativa de denegrir sua honra e a da empresa da qual são sócios, a MBS Comunicação. De outro, a requerida aponta os autores, especificamente a autora Isabel do Rocio Chimelli, como precursores de agressões dirigidas contra sua honra, instrumentalizadas mediante o envio de diversas mensagens de cunho pejorativo, postadas na
pagina da rede social Orkut- por ela mantida. O julgamento deve ocorrer com base exclusivamente na prova documental produzida nos autos, sendo cabível a sua realização de forma antecipada, na forma do artigo 330 do Código de Processo Civil, tendo em vista que as partes não manifestaram o desejo de produzir qualquer outro elemento probatório, mantendo-se inertes a determinação de especificação das provas. Verifico inicialmente que a parte requerida não impugnou o conteúdo das alegações, bem como da prova apresentada na petição inicial, consistente nas mensagens eletrônicas e-mails de sua autoria, as quais apresentam diversos elementos de cunho pejorativo. O fundamento probatório dos autores consiste especificamente em três "e-mails". Dois deles enviados da requerida para o autor Maurício sócio majoritário da empresa MBS Comunicações e marido da autora Isabel Chimelli nos quais constam diversas ameaças e ofensas a feitas diretamente contra a honra do autor em questão. No corpo da correspondência é possível verificar o conteúdo ameaçador e desrespeitoso das palavras da requerida, merecendo destaque as seguintes frases: é pouco pra o que vou fazer"(...) outra coisa, acho que vcs se merecem, bata nela que essa puta vai querer mais"Cuide-se vc pode ser o próximo".# O outro "e-mail"# foi enviado pela requerida para a empresa BIC Graphics Brasil, renomada fabricante de canetas esferográficas, com a qual a empresa autora, MBS Comunicações, mantem relações comerciais. Neste, a requerida, fazendo-se passar por uma cliente da empresa MBS, procurou denegrir a imagem desta última, na tentativa de afetar as suas relações comerciais e prejudicar sua atividade empresarial. Para tanto, procurou veicular o nome da empresa a fatos criminosos imputados ao genitor da autora Isabel Chimelli uma das sócias da empresa MBS - pessoa esta que não tem qualquer relação com os quadros sociais da empresa. A atitude da requerida extrapolou o mero âmbito do conflito íntimo envolvendo ela e a autora Isabel Chimelli, advindo do rompimento dos laços de amizade entre elas existentes. A requerida dirigiu esse conflito para terceiros alheios a essa situação, como o caso da pessoa jurídica MBS Comunicações, e, tentando prejudicar a sua desafeta, procurou denegrir a imagem empresarial da empresa da qual ela integra o quadro societário. A conduta da requerida, portanto, pode ser qualificada como fato é grave e injustificável. Não justificável nem mesmo pelas também lamentáveis provocações proporcionadas pela autora Isabel Chimelli que, em atitude que demonstra infantilidade e falta de compostura social, deixou inúmeras mensagens ofensivas na página da rede social "Orkut" mantida pela requerida.# Apenas dentro do âmbito de intimidade interpessoal existente entre a requerida e a autora Isabel, as atitudes levianas consistentes nas ofensas múltiplas e recíprocas repercutem, dentro do âmbito da responsabilidade civil, na compensação de culpas, a qual, nos termos do artigo 945 do Código Civil não permite a configuração do dever de indenizar. No caso, portanto, a configuração do ato ilícito## vinculado a um dever de indenizar, ocorreu tão somente em relação a conduta da requerida, no que diz respeito as ofensas proferidas contra os autores Maurício Betti Saldanha e MBS Comunicações. Como consequência lógica do que foi dito a respeito da concorrência de culpas, o pedido de indenização em favor da autora Isabel do Rocio Chimelli, bem como o feito em sede de reconvenção
não podem ser acolhidos. II.2.Valor da indenização. Estabelecido o dever de indenizar, avaliando os consagrados critérios que amparam a definição do valor a ser pago - reparação, prevenção, punição, verifico que, apesar da gravidade da conduta, a requerida é pessoa de poucas posses, litigando mediante os benefícios da justiça gratuita, sendo atendida pelos serviços da defensoria pública. Assim, fixo o valor do dano em R$ 3.000,00 (três mil reais), suficiente, dentro do âmbito da possibilidade de pagamento, para que a requerida, sendo assim punida, reflita e tome consciência das consequências que podem emanar de uma atitude irresponsável e não civilizada. A quantia deve ser repartida igualitariamente entre os autores MBS Comunicação LTDA e Maurício Betti Saldanha. III DISPOSITIVO Concluindo julgamento, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido feito pelos autores MBS COMUNICAÇÃO LTDA E MAURÍCIO BETTI SALDANHA, confirmando a liminar deferida, para: a) determinar que a requerida se abstenha de realizar qualquer ato capaz de denegrir a imagem dos mencionados autores; b) condená-la a pagar R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, repartidos igualitariamente entre os autores MBS COMUNICAÇÃO LTDA E MAURÍCIO BETTI SALDANHA, acrescido de correção monetária a partir da sentença e juros de mora de 1% ao mês a partir da data do evento danoso, data do e-mail de fls. 36, 8/11/2006 Condeno a requerida, vez que os autores sucumbiram apenas em parcela ínfima de sua pretensão, ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado pelo INPC até a data do pagamento, considerando a atuação do advogado da parte contraria dentro deste longo e relativamente complexo trâmite processual, tudo em obediência aos critérios do artigo 20 do Código de Processo Civil. Suspendo a exigibilidade das verbas de sucumbência em razão dos benefícios da justiça gratuita concedidos a parte sucumbente. Advs. GUILHERME MANNA ROCHA (OAB: 021831/PR) e RAFAEL TADEU MACHADO (OAB: 036264/PR).

34. REVISAO CONTRATUAL ORDINÁRIA - 0001212-28.2006.8.16.0001-ROLAND ERNESTO GUSTAVO HEISE x PARANA BANCO S/A - Manifestem-se as partes acerca da baixa dos autos. Não havendo manifestação no prazo de seis meses, remeta-se ao arquivo com as baixas necessárias. Advs. MAYLIN MAFFINI (OAB: 034262/PR) e RODRIGO NICOLETTI ALVES (OAB: 036733/PR).

35. OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PRECEITO COMINATÓRIO - 164/2007-SEBASTIAO VICENTE DE CASTRO x ACAIACA ARTES LTDA - Intime-se a parte interessada a proceder o depósito da diligência do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 74,25, para posterior expedição do mandado. Poderá a parte interessada gerar a GRC no site www.tjpr.jus.br, na guia serviços, efetuando o depósito na Caixa Econômica Federal, agência 3984, conta nº 0401500102-2. Advs. LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (OAB: 008123/PR) e CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI (OAB: 002066-8/PR).

36. MONITÓRIA - 276/2007-BANCO ITAÚ S/A x OUVIBEL COM. DE APARELHOS AUDITIVOS. e outro - Banco Itaú S/A propôs ação monitória em face de Ouvibel Comércio de Aparelhos Auditivos Ltda e Geraldo Vieira Ramos, fundado em conta originária de Contrato LIS Portfólio Empresa, firmado em 11 de outubro de 2011. Por meio do referido contrato, foi aberto um crédito de R$ 10.000,00 (dez mil reais) aos réus. Ao ato compareceu como avalista o sócio da empresa devedora, o réu Geraldo Vieira Ramos. Citados, os réus apresentaram embargos (fls. 26/42). Dizem que os documentos presentes na inicial não são capazes de converter a ação monitória em execução, pois o contrato que deu origem ao débito teve início no dia 11 de setembro de 1995, enquanto os extratos apresentados são datados de maio de 2006 a novembro de 2006, resultando na impossibilidade de analisar o momento em que teve início o débito, assim como sua evolução. Alegam que suas vontades foram viciadas, visto que não tiveram verdadeira possibilidade de escolher a taxa de juros aplicada ao contrato. Assim, estariam os embargantes sendo lesados pela cobrança de juros extorsivos e cumulados. Ainda, além da cobrança de juros capitalizados, estaria havendo cumulação da comissão de permanência com correção monetária. Considerando a existência de pagamentos indevidos, foi requerida a restituição em dobro dos valores pagos a mais. A fim de possibilitar a defesa na presente ação monitória, houve requerimento de inversão do ônus da prova. O autor apresentou sua resposta (fls. 53/85). Aduz que os extratos juntados são relativos ao período em que os embargantes devedores extrapolaram o limite de crédito, descumprindo a relação contratual. Também, alega a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, em virtude de o embargante não se enquadrar no perfil de consumidor, pois não é destinatário final dos valores disponibilizados pelo Banco. Sobre a capitalização de juros, afirma ser prática permitida após a Medida Provisória nº 2963-17, de 31/03/2000, reeditada sob o nº 2170-36, em 28/08/2001. só é aplicável ao destinatário final, e que os réus não comprovaram, nem ocorreu a capitalização dos juros. Diz que a comissão de permanência não visa a atualização monetária, mas sim a recomposição dos prejuízos causados pela inadimplência do devedor. Deferida a produção de prova pericial, o laudo foi apresentado (fls. 450/462). Fundamentação 2.1. Documentos indispensáveis à propositura da ação. A ação monitória foi instruída com o contrato de abertura de crédito em conta corrente no valor de R$ 10.000,00, de 11 de outubro de 1995. Para a data base de 04 de janeiro

de 2007, o réu informa a existência de saldo devedor no valor de R$ 34.221,74. Além do contrato o réu juntou os extratos de movimentação da conta na intenção de demonstrar a existência de seu crédito. São documentos suficientes para justificar o processamento da ação monitória, que deve estar fundada em documento escrito sem a eficácia de título executivo. O mais, que se refere à substância dos documentos ou sua real aptidão para fazer valor o direito arguido pela autora, dizem respeito ao merecimento da causa. 2.2. Relação de consumo O Superior Tribunal de Justiça assentou que "A aquisição de bens ou a utilização de serviços, por pessoa natural ou jurídica, com o escopo de implementar ou incrementar a sua atividade negocial, não se reputa como relação de consumo e, sim, como uma atividade de consumo intermediária. (REsp 1014960/RS, Rel. Min. Aldir
Passarinho Junior, Segunda Seção). Esta perspectiva não está evidenciada no caso concreto, uma vez que os valores em discussão serviram para cobrir o saldo devedor da conta bancária da primeira ré. A instituição financeira demandada, como fornecedora de serviços, pode ter sua conduta contrastada com as disposições da Lei n° 8.078/90. Existe a relação de consumo porque há serviço entre a instituição financeira e a tomadora do crédito, sendo este o objeto do contrato remunerado. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça já assentou este entendimento na Súmula 297: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras. Significativa, ainda, a observação de que o princípio da liberdade é uma regra válida, mas não impositivamente absoluta, diante da superação do dogma da vontade e a rigidez de sua força vinculativa ao contrato (pacta sunt servanda). Dispõe o artigo 421 do Código Civil: "A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato". 2.3. Revisão desde a origem A Segunda Seção do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (REsp -271.214/RS) entende ser possível a revisão de todos os contratos firmados com a Instituição Financeira, desde a origem. Através dos embargos, os réus instauram discussão válida em torno de todo o período de contratação. 2.4. Juros remuneratórios O contrato que instruiu a ação monitória previa taxa de juros remuneratórios mensal de 10,70%. O argumento dos embargantes, neste ponto, não leva em conta a necessidade de demonstrar os motivos vinculados ao seu caso, de apontar os parâmetros em relação ao mercado, para que os juros, em seu aspecto quantitativo, sejam considerados abusivos. Tratamento jurídico diverso, no entanto, cabem às renovações deste contrato que venceu em 1° de dezembro de 1995. Para os períodos seguintes até 12 de setembro de 2006 a ré não apresentou os contratos, conforme indicou a Perita: "Não foi juntado nos autos, conforme solicitado em diligência, contratos de renovações do limite concedido, no entanto, foi identificado na planilha juntada pelo Banco (fl. 09) que houve alteração do limite de crédito em 50% a partir do 01 de fevereiro de 2006 para R$ 15.000,00". (fls. 455). "Foram aferidas nos documentos juntados nos autos as somente as taxas de juros aplicadas pelo Banco no período de 11 de outubro de 1995 até 01 de dezembro de 1995 (10,70% ao mês). Após este período de movimentação da conta corrente, foram identificadas através do Método Hamburguês Reverso, e demonstradas no Quadro I do presente trabalho as demais taxas aplicadas pelo banco. Desta maneira não foi possível mensurar valores de diferenças entre cálculos". (fls. 456/457) Em relação aos contratos que não foram apresentados, considerando que não restou comprovada a taxa de juros remuneratórios pactuada, impõe-se limitá-los à taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central, em relação às respectivas operações, salvo se as taxas cobradas nos períodos e identificadas pela Perícia forem mais vantajosas para os embargantes. Nesse sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO NÃO JUNTADO AOS AUTOS. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DO MERCADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REPARTIÇÃO DO ÔNUS. Não constando dos autos cópia do contrato revisado, para que se possa aferir a taxa de juros contratada, os juros remuneratórios serão limitados à taxa
média do mercado à época da contratação. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no AI nº 911.138/RS, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, Julgado em 19.06.2008) BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. [...] (REsp 1112879/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 19/05/2010). Assim, os juros remuneratórios devem ser limitados, não ao percentual fixado na Lei de Usura, mas à taxa média de mercado cobrada em operações da mesma espécie. 2.5. Capitalização A Medida Provisória n. 2.170-36/2001 admite a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em operações realizadas por instituições financeiras. No entanto, a capitalização de juros somente é admissível se houver cláusula contratual expressa, incumbindo ao credor demonstrar a sua existência. CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO. A capitalização de juros deve ser prevista de modo expresso no contrato, porque em relação ao consumidor não valem as cláusulas implícitas. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 875.067/PR, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/12/2007, DJ 01/02/2008 p. 481). Por força do art. 5.º da MP 2.170-36, é possível a capitalização mensal dos juros nas operações realizadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que pactuada nos contratos bancários celebrados após 31 de março de 2000, data da publicação da primeira medida provisória com previsão dessa cláusula (art. 5.º da MP 1.963/2000). Precedentes. [...] (AgRg no REsp 907.214/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2008, DJe 03/11/2008). No caso em apreço, o contato é anterior à vigência da MP e nele não restou demonstrada a expressa previsão da capitalização. A Perícia, por sua vez, constatou a ocorrência da capitalização: "Com relação conta corrente, observamos que os juros são cobrados e calculados sobre os valores de saldo médio utilizada em conta, aplicada a taxa de juros remuneratória sobre o capital movimentado, observando-se que este capital já estava composto por juros integrantes em seu saldo, do período anterior, ocorrendo assim a capitalização de juros." (fls. 454) "É admissível a capitalização mensal dos juros nos contratos de cédula de crédito bancário, consoante prevê a Lei nº 10931/2004, desde que expressamente pactuada. A não correspondência entre as taxas de juros mensal e anual, por ser esta maior que 12 (doze) vezes aquela, evidencia capitalização de juros." (TJPR AC 610.089-6 18ª C.Cível - Rel. Des. Ruy Muggiati j. 21.10.2009) Assim, evidenciada a capitalização de juros em desacordo com os preceitos legais, necessário seu afastamento, em especial, no cálculo dos juros remuneratórios. 2.6.
Comissão de permanência e correção monetária A comissão de permanência é a importância calculada pelas instituições financeiras sobre os dias de atraso, "nas mesmas bases proporcionais de juros, encargos e comissões cobrados na operação primitiva", consoante redação da Circular n. 82/66 do BACEN. Por isso, independente da denominação contratual, cobrança realizada na forma acima, no período de inadimplência, caracteriza comissão de permanência. Em caso de inadimplência, é possível a cobrança de comissão de permanência, uma vez contratada, sendo calculada pela taxa média de mercado, apurada pelo Banco Central, limitada à taxa do contrato, razão por que ela não se mostra ilegal, desde que não cumulada com os juros compensatórios e moratórios, correção monetária, nem com a multa contratual (Súmulas nºs 30, 294 e 296 do STJ). Válida, pois, a cláusula de comissão de permanência prevista nos contratos, sendo abusiva, no entanto, a sua cumulação com outros encargos moratórios e com a correção monetária, os quais devem ser afastados. 2.7. Repetição de valores na forma simples Com as modificações impostas aos contratos, cabível a devolução ou compensação de valores pagos a maior na forma simples, ensejando, de outro modo, o cotejo entre estes já referidos e os valores decorrentes do contrato e ainda em pendência. Não prevalece a pretensão de restituição em dobro, quando o indébito é resultado de juízo de valor provocado pelo consumidor ao pleitear a revisão do contrato. 3. Dispositivo Pelo exposto, julgo parcialmente procedentes os embargos para: 3.1. limitar os juros remuneratórios dos contratos a partir de 1° de dezembro de 1995 à taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central em operações da mesma espécie, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o contratante; 3.2. vedar a capitalização dos juros, em qualquer periodicidade; 3.4. afastar a cumulação da comissão de permanência com correção monetária, multa e os juros moratórios; Considerando a sucumbência recíproca, os honorários e as despesas serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados na forma do artigo 21, caput, do Código de Processo Civil e da Súmula 306 do Superior Tribunal de Justiça. As partes suportarão as despesas processuais na proporção de 70% para a autora embargada e 30% para os réus embargantes. Fixo os honorários advocatícios, atendendo aos critérios do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, em R$ 1.500,00 (oitocentos reais), atribuído aos advogados dos réus, já considerada a reciprocidade e a compensação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. CARLOS A A PEIXOTO (OAB: 033844/PR), ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA (OAB: 011527/PR) e VANNESSA VIEIRA RAMOS (OAB: 038981/PR).

37. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 372/2007-COND. RESIDENCIAL VISCONDE DE CAIRÚ x MANOEL LESSA ALVES DA SILVA FILHO - A parte interessada deve proceder o recolhimento das custas do Sr. Avaliador Judicial, cotadas as fls. 182 - no valor de R$ 452,00. (guia para recolhimento a disposição na contra capa dos autos) Advs. PATRICIA PIEKARCZYK (OAB: 029467/PR), JOSELIA APARECIDA KÜCHLER (OAB: 000021-674/PR), RODRIGO MACHADO DE MOURA (OAB: 000047-169/PR) e MAXIMILIAN ZEREK.

38. COBRANÇA DE RITO SUMÁRIO - 0000606-63.2007.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S.A. x MARCOS ANTONIO FERREIRA SILVA - Intime-se a parte ré-devedora, na pessoa de seu procurador, via Diário da Justiça, para que no prazo de 15 (quinze) dias promova o pagamento dos valores a que foi condenada, sob pena de prosseguimento do feito nos termos do art. 475-J e seguintes do CPC. Advs. ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA (OAB: 011527/PR), LUIZ ALBERTO FONTANA FRANÇA (OAB: 040900/PR) e MARCOS BUENO GOMES (OAB: 036969/PR).

39. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - 1186/2007-STELLA MARIA CORDEIRO DE OLIVEIRA x DELPHOS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - 1. As custas referentes ao cumprimento de sentença, se não recolhidas no início, devem ser incluídas no cálculo geral da execução, conforme Instrução Normativa nº 05/2008 da Corregedoria-Geral de Justiça, que dispõe: "I São devidas custas judiciais na "fase de cumprimento de sentença", que deverão ser cotadas com fundamento no Item I, "processos de execução de sentença", da Tabela IX, da Lei Estadual n.º 13.611/2002, a serem pagas ao final pelo vencido, acaso não sejam recolhidas antecipadamente, obedecendo às faixas de valores previstas na referida tabela. Parágrafo único: Não incidirão custas de execução na hipótese de cumprimento voluntário da sentença. II) São também devidas custas judiciais nos incidentes de liquidação de sentença e impugnação ao cumprimento de sentença, que deverão ser cotadas com fundamento no Item I, "incidentes procedimentais", da Tabela IX, da Lei Estadual n.º 13.611/2002, a serem pagas ao final pelo vencido, acaso não forem recolhidas antecipadamente, obedecendo às respectivas faixas de valores. III) Na hipótese de a impugnação ao cumprimento de sentença ser autuada em apartado, incidirão, ainda, as custas de

autuação, conforme item II da Tabela IX." 2. Certo que a interposição do agravo ao Superior Tribunal de Justiça não tem efeito suspensivo. Todavia, impede que seja contado o trânsito em julgado da sentença condenatória. Nestes termos, a execução do título judicial é provisória (artigo 475-I, § 1°, CPC) e não incide a multa do art. 475-J do CPC. "PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. INCOMPATIBILIDADE LÓGICA. AFASTAMENTO. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, a aplicação da multa do art. 475-J apenas é possível após o trânsito em julgado da sentença. 2. Exigir do litigante o pagamento da dívida sob pena de multa, na fase de execução provisória, implica obrigá-lo a praticar ato incompatível com o seu direito de recorrer, acarretando a inadmissibilidade do recurso, nos termos do art. 503, parágrafo único, do CPC. 3. Recurso especial provido." (Superior Tribunal de Justiça, REsp 1209422 / SP, Rel. Min. Castro Meira, Julg. 02/12/2010, Pub. DJe 10/12/2010). 3. Intime-se a executada para depositar a importância em execução sem a multa de 10%, no prazo de 15 dias. Advs. PAULO SERGIO GUEDES (OAB: 000025-648/PR), JULIANO LAGO SEBBEN (OAB: ), JOÃO PAULO DOSCIATTI (OAB: 005898/AM) e ELIANE MARCKS MOUSQUER (OAB: 040066/PR).

40. COBRANÇA - 1373/2007-TERESA CONCEIÇÃO DE MATOS x PAULO EMIDIO GONÇALVES DA MOTA e outro - I-RELATÓRIO Pretende o autor a condenação do requerido no pagamento de indenização por danos materiais e danos morais, alegando para tanto que: adquiriu, 11/06, um caminhão do requerido, no valor de R $ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) tendo dado em pagamento um veículo Fiat Palio no valor de R$ 9.000,00, um veículo F -4000 no valor de R$ 20.000,00, o valor de R$ 23.000,00 financiado através do Banco BMG, o valor de R$ 13.600,00, pagos em quatro cheques de R$ 2.500,00 e três cheques de R$1.200,00; em janeiro de 2007 o veículo apresentou defeito, tendo o requerido se recusado a reparar e, além disso, se encaminhado a delegacia de polícia para registrar boletim de ocorrência contra a autora por suposto estelionato, em razão da sustação dos cheques a ele entregues como parte do pagamento; o vício oculto gerou prejuízo material no valor de R$ 18.754,00 além de despesas com transporte no valor de R$ 1.000,00; Sofreu ainda, danos morais, em razão da conduta do requerido. Pedidos Pede que o requerido seja condenado a pagar indenização por danos morais, além dos mencionados danos materiais. Liminarmente solicitou sustação dos protestos em relação ao cheque sustado. Liminar A liminar foi indeferida (fls 27) O requerido contestou alegando: Inépcia da inicial; impossibilidade jurídica do pedido; Em relação ao mérito da questão sustentou que quando da aquisição do veículo pelo autor, foi este previamente enviado para um mecânico de confiança a fim de avaliar possíveis defeitos, oportunidade em que, nada foi encontrado; O valor da venda do caminhão foi de R$ 54.000,00, sendo entregue como pagamento o veículo pálio no valor de R$ 9.000,00, o caminhão F 4000 no valor de R$ 12.000,00, pendendo em relação a este financiamento junto a determinada instituição financeira no total de 18 parcelas de R$ 544,50; valor de R$ 23.000,00 financiado junto a BMG alem de quatro cheques de R$ 2.5000,00 totalizando R$ 10.000,00; Os três outros cheques mencionados na inicial no valor de R$ 1.200,00 dizem respeito a um empréstimo feito do requerido para requerente, sem relação com o contrato de compra e venda; o valor nao foi honrado pelo autor; O requerido vendeu o veículo menos de três meses depois de ter adquirido da empresa junto Eclipse automóveis, quando ainda estava na garantia; Não houve comprovação do dano material, diante da ausência de vício redibitório, Pediu improcedência do pedido; Denunciação a Lide. O requerido denunciou a lide a empresa Eclipse Automóveis, tendo sido tal pedido deferido, entretanto, pelo fato do requerido não ter recolhido as respectivas custas, o pedido restou prejudicado, conforme decisão proferida na oportunidade de saneamento do processo. (fls. 113, 120). Em relação a esta decisão o requerido interpôs agravo retido. Saneamento. As preliminares foram rejeitas tendo sido deferida prova testemunhal; Audiência de Instrução. Realizada com a oitiva de duas testemunhas, um informante, além do depoimento pessoal das partes. Na sequencia as partes apresentaram sua alegações finais em forma de memorial; II FUNDAMENTAÇÃO. As partes firmaram um contrato de compra e venda envolvendo o caminhão de placa BR-9720, modelo Mercedes Bens/LS 1933, ano 1987. Em relação ao valor do negócio as partes divergem, dizendo o autor que o negócio totalizou R$ 46.000,00 e sustentando o requerido que tal valor foi de R$ 54.000,00. Como o contrato foi
estabelecido de forma verbal, não existem provas documentais concretas que possam de fato evidenciar o exato valor do negócio. Fato é que, a esse respeito, as alegações do requerido possuem maior identidade lógica com a possível realidade do negócio jurídico estabelecido entre as partes. Isso porque já de início é possível constatar fragilidade e inconsistência nas alegações feitas pelo autor. Diferente do requerido, o autor apresentou um somatório de composição de valores parcelados que não equivale ao valor final por ele mencionado. A somatória dos valores objeto de pagamento, na forma antes mencionada no relatório desta decisão#, ultrapassa o total de R$ 46.000,00 por ele atribuído, atingindo R$ 65.600,00. Em nenhum momento o autor explicou tal contradição. Somado a essa constatação de fragilidade, verifico que, sobretudo, o autor deixou de cumprir com o ônus que lhe competia no que diz respeito a prova dos fatos constitutivos do seu direito## , quais sejam, tanto do suposto defeito oculto relacionado a respectiva responsabilidade do requerido pela ocorrência destes, quanto em relação aos danos materiais e morais supostamente deste defeito advindos. Tais provas, especialmente no que diz respeito ao efetivo prejuízo material, eram imprescindíveis para o acolhimento do pedido. A esse respeito, importante ressaltar que autor alegou a ocorrência de vício redibitório. A despeito disso, não rejeito a coisa recebida, mas sim optou por permanecer com o veículo e procurar o ressarcimento dos valores que teria tido que suportar para a realização dos reparos. Entretanto, mesmo permanecendo com o veículo e buscando judicialmente suprir a inercia do requerido no cumprimento de sua suposta obrigação ressarcimento dos valores gastos para reparo do vício encontrado fato é que o próprio autor assume não ter adimplido totalmente com suas próprias obrigações contratuais. É incontroverso o fato de que o autor deixou de pagar as parcelas correspondentes aos cheques por ele emitidos como parte de pagamento, os quais totalizariam R$ 13.500,00. A consequência disso é que, conforme dicção do artigo 442 do código Civil#, só poderia ele vir a ser indenizado, no caso hipotético de efetiva comprovação do vício redibitório, naquilo que o prejuízo por ele supostamente suportado tivesse ultrapassado valor por ele inadimplido. Daí a imprescindível necessidade de comprovação dos prejuízos que ele diz ter suportado, sob pena de, não o fazendo, inviabilizar completamente a mencionada possibilidade de compensação do seu prejuízo com a sua inadimplência. Contudo, o autor não juntou ou promoveu a realização de qualquer laudo técnico que pudesse demonstrar a ocorrência da alegada "pane" sofrida pelo motor do caminhão. Tão somente juntou uma declaração colhida unilateralmente em uma oficina mecânica, declaração esta que, segundo ele, contemplaria a relação de valores das peças e mão de obra necessárias para realização do suposto reparo. Vale ressaltar que a dita declaração veio desacompanhada de qualquer nota fiscal que pudesse comprovar a efetiva realização dos serviços ali descritos, bem como de eventual instrumento particular, tal como um recibo, por exemplo, que pudesse demonstrar de forma eficaz, na forma do artigo 320 do código civil ## , os pagamentos feitos pelo autor e, consequentemente, os prejuízos materiais suportados. Ainda dentro desse contexto probatório, vinculado ao cotejo dos elementos preponderantes, observo que o autor apresentou tão somente o
depoimento de um "motoqueiro" (fls. 214) que afirmou que buscou peças para o caminhão enquanto o veículo estava parado na oficina com o motor fundido. Tal declaração, em razão da precariedade e falta de substância, nada supre a ausência de efetiva comprovação técnica a respeito do alcance do alegado defeito sofrido no motor do caminhão. Ademais, é preciso levar em conta que o objeto da transação estabelecida entre as partes é um veículo caminhão muito antigo, já com mais de vinte anos no momento da aquisição. Portanto, as tais peças mencionadas pela referida testemunha, podem muito bem ter sido utilizadas para realizações de simples melhorias no veículo desta qualidade. De tudo que foi debatido e produzido não é possível concluir, com a certeza exigida, nem mesmo pela efetiva existência do defeito no motor do caminhão, quanto mais que este possa ser atribuído à responsabilidade do requerido e não do autor (nexo de causalidade). Alias, neste sentido, a respeito do nexo de causalidade, a única prova indiciária que se tem é o testemunho do mecânico Sr. Celço Arão da Silva (fls. 215) que afirmou ter realizado a pedido das partes uma vistoria no caminhão, e que, após a venda, ficou sabendo por outros motoristas que o motor do veículo veio a apresentar problemas decorrentes da falta de lubrificação. Ora, falta de lubrificação, tendo sido o veículo vistoriado antes da venda, é defeito que se pode atribuir tão somente ao autor, adquirente do veículo, certamente em decorrência da ausência dos cuidados necessários quando o bem já estava em sua posse. Dessa forma, em razão de ausência de prova, o pedido de ressarcimento dos danos materiais não pode ser acolhido. No que diz respeito ao pedido de indenização por danos morais melhor sorte não socorre ao autor. Conforme já dito, o autor não negou a inadimplência dos cheques por ele emitidos como parte de pagamento, tendo sido todos devolvidos em razão de ausência de provisão de fundos. Tal fato, por si só, afasta a possibilidade de qualificação das condutas do autor referentes ao protesto das mencionadas cártulas e confecção de boletim de ocorrência, como atos ilícitos. Ausente o ato ilícito, na forma dos artigos 186 e 927 do Código Civil## , não se configura do dever de indenizar. III - DISPOSITIVO. Concluindo a decisão, JULGO IMPROCEDENTE o pedido e nos termos do artigo 269, inciso I, do Código Processual Civil, julgo extinto o presente processo com julgamento de mérito. Pelo princípio da causalidade, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios fixados estes em R$ 3.000,00 (três mil reais) em atenção ao trabalho realizado, ao tempo da demanda e ao número de manifestações nos autos, com fulcro no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.P.R.I. Transitado em Julgado, Arquivem-se os autos. Advs. LINEU A. DALARMI JUNIOR (OAB: 000030-417/PR), ANDRE JULIANO BORNANCIM (OAB: 000023-224/PR) e CLAITON FERREIRA BORCATH (OAB: 000021-661/PR).

41. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL - 1395/2007-LOURIVAL LOURENÇO GOMES x DUETO PROPAGANDA LTDA e outros - 1. Aguarde-se o retorno da Carta Precatória expedida. 2. Após, voltem os autos conclusos para apreciação do pedido de fls. 81/82. Advs. JULIO CESAR ABREU DAS NEVES (OAB: 000022-706/PR) e NOYELLE NEUMANN DAS NEVES (OAB: ).

42. INDENIZAÇÃO - 1414/2007-NELSON KUVADA x LOCALITE ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA - Acerca do contido aas fls. 127/129, diga o exequente, em cinco dias. Advs. JOAO MARCELO KERETCH (OAB: 000024-504/PR) e ELOI WALFRIDO ZANIN (OAB: 000023-908/PR).

43. NULIDADE DE CLAUSULAS CONTRATUAIS - 1586/2007-YVELISE DOS SANTOS FURTADO x CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL - Yvelise dos Santos Furtado propôs ação de revisão de contrato de financiamento habitacional aduzindo que: i) realizou contrato de compra e venda com pacto adjeto de hipoteca em 04 de maio de 1993, em que a ré quitou o imóvel, tornando-se os autores devedores da de 240 prestações mensais de capital e juros do montante devedor, podendo ser prorrogado o prazo em até 120 meses; ii) sempre pagou as prestações em dia, mas que, no entanto, as prestações e o saldo devedor sobem mensalmente; que ao final do prazo estipulado, ainda restará um saldo devedor não previsto em contrato; iii) que tal disparidade se dá porque o saldo devedor é corrigido com base no BTN, enquanto que as prestações são reajustadas apenas de acordo com aumento salarial; que a ré esta desvirtuando a natureza social dos contratos de financiamento do Sistema Financeiro Habitacional; iv) a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor; que as cláusulas contratuais n.º 6 a 12, bem como 16 e 21 devem ser consideradas abusivas por desvirtuarem o equilíbrio contratual, e por tal motivo, devem ser afastadas; v) que a ré vem capitalizando os juros, em desconformidade com previsão legal; vi) a cobrança ilegal de taxas se seguros. Requer seja decretada a nulidade das cláusulas apontadas,

seja determinada a revisão do valor das prestações mensais, e a repetição em dobro do excesso. A autora deve deferido seu pedido de tutela antecipada para o fim de depositar em juízo o valor das parcelas que considera incontroverso, bem como para que a ré deixasse de inscrever seu nome em órgãos de restrição ao crédito, tampouco executar a dívida extrajudicialmente. Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil PREVI apresentou contestação (fls. 166/195). Argumenta que no que diz respeito aos juros previstos no contrato, estes são muito abaixo daqueles praticados no mercado, e que em qualquer financiamento imobiliário, o preço final supera em muito o preço original do bem. Assevera que o regime legal aplicável ao caso não pode ser o consumerista, vez que dos objetivos institucionais da Ré não podem ser enquadrados na definição de serviços dada pelo CDC. Aduz que deve ser respeitado no presente caso o princípio da obrigatoriedade da convenção, por força do pacta sunt servanda, que não previu a aplicação das normas consumeristas. Infere não se enquadrar o financiamento imobiliário em debate naqueles pactuados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, vez que intermediado por entidade de previdência, cujo regime jurídico é distinto. Refuta todos os pedidos de declaração de nulidade das cláusulas contratuais. Pugna, por fim, pela improcedência total da presente ação. Impugnada a contestação às fls. 342/345. A autora teve seu pedido de produção de prova pericial deferido, entretanto, intimada a proceder ao pagamento dos honorários periciais, quedou-se inerte. 2. Fundamentação. 2.1.
Relação de Consumo Aparte da natureza jurídica do contratante importa o exame da relação de direito material na intenção de verificar presentes os requisitos da Lei n° 8.078/90. Neste passo, a instituição demandada concedeu crédito à autora para aquisição de imóvel. Possível, por conseguinte, a aplicação desta legislação principiológica, inclusive no que diz respeito à inversão do ônus da prova, como critério de julgamento. Sendo a inversão do ônus da prova uma regra de julgamento, plenamente possível seja decretada em 2º grau de jurisdição, não implicando esse momento da inversão em cerceamento de defesa para nenhuma das partes, ainda mais ao se atentar para as peculiaridades do caso concreto, em que se faz necessária a inversão do ônus da prova diante da patente hipossuficiência técnica da consumidora que não possui nem mesmo a documentação referente ao contrato de seguro. Agravo regimental improvido. (AgRg nos EDcl no Ag 977.795/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/09/2008, DJe 13/10/2008) Significativa, ainda, a observação de que o princípio da liberdade é uma regra válida, mas não impositivamente absoluta, diante da superação do dogma da vontade e a rigidez de sua força vinculativa ao contrato (pacta sunt servanda). Dispõe o artigo 421 do Código Civil: "A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato". 2.2. Capitalização e amortização No presente contrato, informa a ré a aplicação do sistema francês de amortização (Tabela Price). "Neste sistema os juros crescem em progressão geométrica e não em progressão aritmética, caracterizando juros sobre juros ou anatocismo. É na prestação da Price que estão "disfarçados" os juros compostos, porque não são incluídos e nem abatidos do saldo devedor, mas sim, compõem, ditos juros compostos, a prestação, em virtude da função exponencial contida na fórmula do Sistema Price. Em tais circunstâncias, o mutuário paga mais juros em cada prestação, em prejuízo da amortização do débito, de modo que o saldo devedor dado de extrema relevância para o financiado ou mutuário no sistema da Tabela Price não tem qualquer relevância e serve 'apenas' como 'conta de diferença', em prejuízo do mutuário. Assim, no sistema Price, o saldo devedor não é propriamente o saldo devedor 'real', mas se configura tão-somente como simples e mera conta de diferença. Dizer que não se adicionam juros ao saldo devedor, não é o mesmo que dizer que não se cobram juros compostos ou capitalizados. É evidente que, se o mutuário já paga mais em função dos juros compostos incluídos nas parcelas mensais, resulta óbvio que não pode haver adição de juros ao saldo devedor, quer porque o mutuário já pagou juros maiores na parcela, quer porque seria duplo abuso ou duplo anatocismo, o qual restaria induvidosamente configurado se o mutuário, além de já pagar juros sobre juros nas parcelas, tivesse ainda que ver adicionados mais juros ao saldo devedor, sobre o qual seriam calculados novos juros que comporiam as seguintes e sucessivas parcelas, as quais, por sua vez, em face da sistemática da Price, possuem também juros embutidos, que, por evidente, seriam calculados sobre os juros que teriam sido, assim, antes, adicionados ao
saldo devedor. Seria, portanto, o supra-sumo do abuso ou do anatocismo. Quando se afirma que a Tabela Price não adiciona juros ao saldo, na verdade está-se dizendo, de forma não expressa, mas implícita, que o saldo devedor será mera conta de diferença, porque serão cobrados juros maiores, em progressão geométrica pela função exponencial da Price, acarretando cobrança por taxa superior à contratada, em prejuízo da amortização do saldo devedor, que, de outra forma, seria muito menor. Ora, cobrar juros maiores na prestação, em prejuízo da amortização do saldo devedor, o qual poderia ser menor se a amortização fosse maior, tem o mesmo resultado, do ponto de vista da abusividade, que incluir no saldo devedor juros não cobrados na parcela, formando um novo saldo sobre o qual incidem novos juros. A conclusão é intuitiva: não capitaliza os juros no saldo devedor porque capitaliza na prestação, em função do cálculo de taxa sobre taxa, juros sobre juros, ou simplesmente, de maneira mais técnico-matemática: em virtude da função exponencial, que caracteriza progressão geométrica, contida na fórmula da Tabela Price. Efeito-capitalização legalmente vedado. Precedentes do STJ." (TJRS AC 70004897351 - Rel. Des. Adão Sérgio do Nascimento Cassiano) A incidência de capitalização somente é admitida nas hipóteses autorizadas em lei, quais sejam, em se tratando de crédito rural (Decreto-Lei 167/67), crédito industrial (Decreto-Lei nº 413/69) e crédito comercial (Lei nº 6.840/80) e, ainda, quando se tratar dos casos previstos no art. 4º do Decreto 22.626/33, referente aos saldos líquidos em conta corrente, onde há previsão de que se proceda anualmente. Portanto, tratando-se de contrato de financiamento habitacional, inadmissível a capitalização de juros em qualquer periodicidade. No que tange às amortizações, o sistema da Tabela Price não implica, por si só, amortização negativa, já que as parcelas do encargo mensal seriam compostas de uma parte de juros e outra de amortização do saldo devedor. Entretanto, no presente caso, as prestações do contrato de financiamento são reajustadas por índice diverso reajuste do vencimento-padrão do Banco do Brasil - do índice de reajuste do saldo devedor TR (indexador da caderneta de poupança). Diante disso, em liquidação de sentença, deve ser apurado se o valor mensal pago não foi suficiente para cobrir os juros, a amortização e os demais componentes do contrato. Assim constatado, não há falar em incorporação de parte da parcela ao saldo devedor para efeito de nova incidência de juros. Os juros incorporados ao saldo devedor devem ser computados em uma conta em separado, sem capitalização, incidindo tão-somente correção monetária, devendo ser pagos ao final ou refinanciados, o que deve ser apurado em liquidação de sentença. Conforme reiterada jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça, ao se afastar a aplicação da Tabela Price, não se mostra necessária a definição do novo método de amortização, bastando, para tanto, a mera determinação para que se proceda a novo cálculo aritmético, mediante a aplicação de juros de forma simples e linear. (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0710112-2 - Paranaguá -
Rel.: Des. Jucimar Novochadlo - Unânime - J. 18.05.2011) 2.3. Fundo de quitação por morte A impugnação refere-se à cláusula oitava do contrato, de 1,0% ao ano, calculado mensalmente sobre o saldo devedor, para constituição de um fundo destinado a responder pela solução de todas as obrigações vincendas em caso de morte do devedor, elevável a 6,02% ao ano, a partir da data em que o devedor completar 70 anos de idade. Todavia, as premissas apresentadas pela autora para demonstrar o excesso de cobrança, não formam argumento válido. O parecer técnico que acompanha a petição inicial, indica que o valor da prestação destinada ao fundo foi recalculada na mesma medida em que autora obteve a redução do saldo devedor a partir do afastamento da Tabela Price. 2.4. Coeficiente de Equalização de Taxas O contrato previu o CET: "destinado a prevenir e/ou corrigir eventuais diferenças decorrentes da adoção de índices não uniformes para a correção do saldo devedor e das prestações respectivas de amortização e, bem assim, da não coincidência dos períodos de incidência de uns e outro" (cláusula décima segunda). Não se constata abusividade na previsão deste coeficiente, porque destinado a equilibrar a relação prestação/saldo devedor, atuando, em tese, no interesse de ambos os contratantes. CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. REVISIONAL DE CONTRATO. MÚTUO IMOBILIÁRIO. RELATIVIZAÇÃO DA AUTONOMIA DA VONTADE. POSSIBILIDADE DE REVISÃO CONTRATUAL. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE. SÚMULA Nº 321 DO STJ. COEFICIENTE DE EQUALIZAÇÃO DE TAXA (CET). DEVIDAMENTE CONTRATADA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. PRECEDENTES DESSE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TABELA PRICE. COBRANÇA DE JUROS COMPOSTOS. VEDAÇÃO. 1.(...) 3. É legítima a adoção do coeficiente de equalização de taxas, porque não há norma legal que proíba a sua pactuação, e, no caso em tela restou expressamente previsto no contrato.(...)" (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0614894-3 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Jucimar Novochadlo - Unânime - J. 14.10.2009). 2.5. Efeitos da mora A distinção entre os encargos da normalidade contratual e aqueles cobrados exclusivamente pela inadimplência é relevante para a solução deste ponto. Adoto, neste passo, o seguinte entendimento: a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. (STJ - REsp 1.061.530/RS 2ª Seção - Rel. Min. Nancy Andrighi j. 22.10.2008) Demonstrada a verossimilhança da alegação de capitalização dos juros remuneratórios no período da normalidade, de forma a descaracterizar a mora debendi, considerando os depósitos mensais que a autora efetua em juízo. 2.6. Repetição de indébito Com as modificações impostas ao contrato, cabível a devolução ou compensação de valores pagos a maior na forma simples, ensejando, de outro
modo, o cotejo entre estes já referidos e os valores decorrentes do contrato e ainda em pendência. Não prevalece a pretensão de restituição em dobro, quando o indébito é resultado de juízo de valor provocado pelo consumidor ao pleitear a revisão do contrato. 3. Dispositivo Pelo exposto, julgo parcialmente procedente o pedido dos autores para afastar a Tabela Price e a capitalização dos juros remuneratórios do cálculo da prestação mensal, que devem ser contados de forma simples e linear. Os juros incorporados ao saldo devedor devem ser computados em uma conta em separado, sem capitalização, incidindo tão-somente correção monetária, devendo ser pagos ao final ou refinanciados, o que deve ser apurado em liquidação de sentença. O valor apurado, se favorável ao consumidor, importará em restituição na forma simples com juros moratórios desde a citação e correção monetária a partir de cada desembolso. A descaracterização dos efeitos da mora está condicionada à persistência dos depósitos pontuais nos valores incontroversos, até a apuração do novo valor do débito nos parâmetros agora definidos. A sucumbência é recíproca. Condeno cada parte ao pagamento das custas processuais na proporção de 70% para a ré e de 30% para os autores, e arbitro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor corrigido da ação, compensados na mesma proporção em favor dos autores. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. MITSUYO FUGIMOTO STONOGA (OAB: 012645/PR), GEVERSON ANSELMO PILATI (OAB: 10.108), FABIANO FREITAS MINARDI (OAB: 000029-248/PR), LEONDINA ALICE MION PILATI (OAB: 011523/PR) e ANA CAROLINA MION PILATI DO VALE (OAB: 036113/PR).

44. BUSCA E APREENSÃO - 1688/2007-HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO x FELIPE SALLES COELHO - edital expedido a disposição da parte para sua retirada. Adv. CRYSTIANE LINHARES (OAB: 021425/PR).

45. DESCONSTITUIÇÃO DE DÍVIDA C/ PED. DE TUT. ANT. - 1746/2007-MICROCOM COMPUTADORES PERIFÉRICOS E SISTEMAS LTDA. x AOP -

CLARO BCP S/A - TELEFONIA CELULAR - Relatório Microcom Computadores Periféricos e Sistemas Ltda. propôs ação de desconstituição de dívida em face de AOP Claro BCP S/A Telefonia Celular. Assevera ter, ativos, um chip de voz, com roaming internacional, e duas placas de dados no plano sob medida ilimitado, com valor fixo de R$100,00 cada. Aduz ter recebido fatura emitida pela ré no valor de R $26.122,80 referentes à utilização de 302,382 MB em roaming internacional de placa de dados da qual não havia solicitado liberação. Sustenta que após diversas ligações para o serviço de atendimento ao consumidor da ré, emitiu-se nova fatura no valor de R$23.679,04. Afirma ter apresentado reclamação junto ao PROCON. O autor informa não ter recebido cópia do contrato assinado, o qual somente pode ser obtido no sítio eletrônico da ré. Destaca a natureza de adesão do contrato celebrado, e que em decorrência disto, não obteve as informações necessárias quanto ao plano escolhido. Relata a necessidade de pedido de liberação para uso de roaming internacional. Postula a concessão de tutela antecipada, pela verossimilhança das alegações, para que a ré se abstenha de cobrar o valor em discussão, bem como manter a prestação de serviços até a decisão final. A tutela antecipada foi parcialmente deferida, para o fim de determinar que a ré se abstenha de incluir o nome da autora em órgãos de restrição ao crédito. BCP S.A. interpôs agravo de instrumento (fls. 95/106) contra a decisão que concedeu a tutela antecipada. Apresentou, ainda, contestação (fls. 140/149) na qual alega que a autora confessa ter utilizado os serviços cobrados, e que, portanto, a presente demanda é fruto da má-fé da autora. Sustenta que a cobrança é devida, não havendo que se falar em erro, já que a ré, inclusive, necessita pagar para empresas no Uruguai para que a autora pudesse continuar utilizando a linha naquele país. Defende a inclusão do nome da autora em órgãos de restrição ao crédito, como meio de obtenção de valores devidos. Pugna seja julgada totalmente improcedente a demanda. A decisão concessiva da tutela antecipada foi cassada (fls. 180/183). Impugnada a contestação (fls. 188/202), anunciou-se o julgamento antecipado da lide. Fundamentação Impugna o autor a cobrança do valor de R$ 23.679,04 na fatura com vencimento em 05 de outubro de 2007, alegando que o débito tem origem em serviço não contratado de roaming internacional. A questão fundamental diz respeito ao dever de informação do prestador do serviço. Com efeito, na contestação a ré impõe requisitos para cobrança diferenciada do acesso ao roaming internacional, cumprindo-lhe, então, demonstrar que o consumidor foi previamente informado e também que, antecedentemente à prestação do serviço ocorreu a contratação. Prova nenhuma neste sentido foi apresentado pela ré. Nenhum documento que acompanhou a contestação demonstra que o autor contratou o serviço antes que fosse prestado. Vale dizer, inexistente qualquer comprovação quanto à alegada prévia orientação, impossível confirmar, suficiente e seguramente, o efetivo conhecimento do usuário consumidor sobre os encargos descritos. É sabido que, nas relações de consumo, deve o fornecedor de serviços atender ao dever de informação prescrito pela Lei n° 8.078/90, e elencado não apenas entre os princípios que regem a Política Nacional de Consumo, mas também entre os direitos
básicos do consumidor, garantindo aos consumidores, em seus artigos 4º, inciso IV e 6º, inciso III: "IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo; III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;" Motivo legítimo, portanto, não é a prestação do serviço, mas a contratação deste serviço em particular e o prévio conhecimento do consumidor acerca da cobrança. Necessário, pois, declarar a inexigibilidade da cobrança, porquanto não comprovada a ciência do usuário consumidor a respeito das condições e orientações para referida cobrança na forma como realizada. Dispositivo Pelo exposto, confirmo a tutela antecipada e julgo procedente o pedido inicial, para declarar indevida a cobrança realizada pela ré. Condeno a ré ao pagamento das custas processuais, e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, considerando a natureza da lide, o benefício pretendido e a atividade processual das partes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. MARIZABEL DO ROCIO D. PIAZON (OAB: 030367/PR), VALDEREZ DE ARAUJO SILVA GUILLEN (OAB: 022600/PR), JULIO CESAR GOULART LANES (OAB: 043861/PR), RAFAEL GONCALVES ROCHA (OAB: 041486/PR), ALESSANDRO DIAS PRESTES (OAB: 032569/PR), BRUNO ALVES DE JESUS (OAB: 045131/PR) e THIAGO AISLAN PEREIRA (OAB: 041359/PR).

46. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA - 230/2008-SEBASTIÃO VIEIRA DE SOUZA x CLEONICE DE SOUZA AGUILAR - Preliminarmente, acerca da contestação diga o autor, em dez dias. Advs. MIEKO ITO (OAB: 006187/PR) e CHRYSTIANNE F. ALVES FERREIRA (OAB: 027194/PR).

47. RESCISAO DE CONTRATO C/C PERDAS E DANOS - 391/2008-OSMAR LUIZ POTULSKI e outro x JOAO CARLOS PANAS - I - RELATÓRIO I.1.Alegações do autor. Relata o autor que: Os requerentes firmaram contrato de compromisso de compra e venda com o requerido, na qualidade de vendedores, para fins de venda de imóvel; O imóvel foi alienado pelo montante de R$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) e seria transferido para o nome do requerido após a quitação; Contudo, o requerido não promoveu a quitação do imóvel no valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) junto ao Banco Itaú para quitar o referido financiamento, assumindo então pagamento mensal das prestações junto a instituição financeira; Após o pagamento de 10 (dez) prestações, o requerido não mais procedeu com o pagamento das prestações remanescentes. Em razão do referido inadimplemento, o banco pode inscrever o nome do primeiro requerente em cadastros restritivos de crédito, já que o financiamento está em seu nome; Os autores tentaram realizar composição amigável com a parte ré, contudo, as tentativas restaram infrutíferas. I.1.2. Pedidos Pede o autor que seja rescindido o contrato de compromisso de compra e venda estabelecido pelas partes; Pede que o requerido seja condenado a pagar indenização referente aos danos sofridos. I.2. Respostas dos requeridos (Procedimento ordinário) Requerido. João Carlos Panas (fls.60). Alegações: Os requerentes deveriam enviar os boletos para o requerido, contudo, a partir de 13/06/2006 não enviaram mais os boletos, sendo que o réu precisou ficar ligando para os requerentes a fim de obter o número do boleto; Após novembro de 2006, nem o número do boleto conseguiam;. O requerido não recebeu nenhuma das notificações citadas pela parte autora; Como o requerido não conseguiu pagar o valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), como acordado, a parte autora, sem autorização do requerido, parcelou este valor junto ao Banco Itaú. Pede a improcedência da ação. I.3. Impugnação a contestação (fls. 117/122). É o relatório. II. FUNDAMENTAÇÃO II.1.Considerações iniciais. Visa o requerente a rescisão do contrato de compromisso de compra e venda, e ainda, indenização pelos danos sofridos, tendo como tese central o fato do requerido figurar como inadimplentes frente à relação jurídica por eles entabulada. Não mais há provas a serem produzidas, e a questão de mérito versa sobre direito e fato, o feito se encontra preparado para julgamento, conforme disciplina o inciso I do artigo 330 do Código de Processo Civil. Saliento que apesar da parte requerida ter arrolado duas testemunhas a prova desta natureza se mostra desnecessária a formação do convencimento. II.2.Mérito II.2.2.Rescisão Contratual As partes estabeleceram contrato de compra e venda estipulando prazos certos para pagamento dos valores, quais sejam, R$ 16.500,00, como sinal, igual quantia (R$ 16.500,00) representada por um automóvel, R$ 12.000,00 divididos em três parcelas com datas fixas, e quitação do financiamento junto ao banco Itaú, pendente sobre o imóvel, no valor de R$ 23.000,00 mediante pagamento das parcelas fixas nas respectivas datas de vencimentos. Não há dúvidas, portanto, a respeito da existência da relação jurídica entre as partes, comprovada através dos instrumentos de fls. 14/16. Também não existe dúvida a respeito da constituição em mora do requerido, a teor do artigo 397 do código civil## , ocorrida pelo simples inadimplemento da obrigação positiva e líquida em seu termo,
especificamente em razão de ter assumidamente deixado de pagar as parcelas do financiamento assumidas junto ao Banco Itaú. Decorrendo a mora do vencimento da obrigação é irrelevante a análise a respeito de ter ou não o requerido recebido as notificações extrajudiciais de fls. 28/34. Como dito, é fato incontroverso que o requerido não vêm cumprindo com as obrigações contraídas frente ao requerente. Ele assumiu tal inadimplemento ao argumento de que o autor deixou de lhe repassar os boletos necessários para a realização dos pagamentos atinentes ao financiamento, e que, como viaja muito a trabalho, não conseguiu mais ter acesso a estes. Ora, tal circunstância de longe pode ser acolhida como justificativa para o inadimplemento, especialmente porque o requerido poderia ter se valido dos instrumentos processuais adequados - consignação do pagamento - para combater a suposta recusa ilegítima no recebimento. Com efeito, não havendo o promitente comprador arcado com o dever que lhe cabia na relação jurídica, qual seja, o adimplemento das parcelas, surgiu para o promitente vendedor, ora requerente, o direito de requerer a resolução do contrato, valendo-se, para tanto da faculdade prevista no art. 475 do Código Civil.# O pedido neste sentido deve ser acolhido para rescindir o contrato de compromisso de compra e venda firmado entre as partes. II.2.3.Perdas e danos Aluguel referente ao período de utilização. De inicio, no que diz respeito ao presente tópico, esclareço que a planilha apresentada na inicial pode ser acolhida como prova dos valores parcialmente adimplidos pelo requerido, totalizando R$ 50.704,87. Neste valor estão contemplados, além do pagamento das primeiras parcelas - do sinal de negócio R$ 16.500,00, igual quantia (R$ 16.500,00) representada por um automóvel e R$ 12.000,00 a quitação de 11 prestações do financiamento junto ao banco Itaú (prestação de n 116 até a 126). Difere da planilha apresentada pelo requerido somente em relação ao pagamento das prestações de n. 105 até 115. Entretanto não houve por parte do requerido comprovação a respeito da quitação dessas mencionadas parcelas. Partindo dessa premissa, verifico que a título de perdas e danos o requerente pretende a condenação do requerido no pagamento de um aluguel mensal por todo o período de ocupação, além de "uma indenização suplementar pelas perdas e danos". Esta última indenização suplementar dado o caráter genérico pelo qual foi feita, desacompanhada de qualquer fundamentação específica, não merece ser conhecida.## A título de perdas e danos, o requerido deve indenizar o autor pelo período que ocupou indevidamente o imóvel, além do pagamento dos débitos de condomínio não adimplidos durante a ocupação. O critério para fixação de tal indenização, conforme sólida orientação jurisprudencial, deve corresponder ao valor de um aluguel mensal que compreenda o dito período, a ser verificado junto ao mercado imobiliário tendo como parâmetro um imóvel semelhante. A despeito disso, como critério específico de fixação da verba a título de ocupação (aluguel) , ao invés de apontar o valor médio mensal de aluguel do imóvel, o autor o autor preferiu sugerir um valor único de de R$ 34.204,87 . Tal valor corresponde ao número de parcelas que entendeu terem sido pagas pelo requerido, descontados tão somente o valor pago a título de sinal, o qual entende devido em razão da frustração do negócio. Razão lhe assiste. Em relação ao sinal de negócio porque foi o requerido quem deu causa
a inexecução do contrato, motivo pelo qual perde as arras em favor do credor## . Já em relação à suficiência da verba de R$ 34.204,87, para cobrir o período de aluguel decorrente da utilização do imóvel, bem como os débitos de condomínio, não houve impugnação de tal critério na contestação. Por isso, a teor do artigo 333 II do Código de Processo Civil, pode ser admitido como verdadeiro, sendo desnecessária a remessa para liquidação de sentença. Embora não seja o tecnicamente mais correto, entendo que não cabe ao julgador alterar de ofício critério apresentado pelo autor e não impugnado pelo requerido, devendo cada parte arcar com suas respectivas omissões. II.4.Dano Moral Não procede, no entanto, o pedido de indenização por danos morais, na medida em que o objeto da presente demanda tem por fundamento o descumprimento parcial do contrato firmado entre as partes. Aliás, a inexecução contratual, à luz da legislação pertinente, por advir, de regra, de ilícito contratual, resolve-se em perdas e danos. E no conceito de perdas e danos inserem-se somente os efetivos prejuízos materiais e os lucros cessantes, de sorte que os danos morais, de índole eminentemente extrapatrimonial, não se constitui,

em regra, parcela indenizável em decorrência da inexecução contratual, salvo se demonstrado cabalmente ter havido um abalo à personalidade que extrapole, em muito, a normalidade, matéria esta que dependia de prova concreta. Assim, o descumprimento parcial do serviço contratado, embora possa ter acarretado desconforto ao autor, por certo não trouxe maiores aborrecimentos do que aqueles a que todos estão sujeitos nas relações interpessoais provenientes da vida em sociedade. De tanto, resulta que o pedido de indenização por danos morais não se sustenta, pois que, para o acolhimento da pretensão indenizatória por ato ilícito, necessário que se comprove a ocorrência de uma ação, de um resultado danoso e que, entre esses episódios, haja um nexo de causalidade, o que inocorreu na espécie. ## Com relação ao pedido da ré de condenação do autor em litigância de má-fé, entendo-o improcedente, uma vez que destituídos de qualquer prova, até por que o pedido foi parcialmente acolhido, tornando plenamente incongruente qualquer acolhimento neste sentido. III. DISPOSITIVO Concluindo a decisão, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, de modo a declarar rescindido o contrato entre as partes por culpa do requerido, e ainda : a perda do sinal de negócio em favor do autor (R$ 16.500,00) a perda de todos os demais valores pagos pelo requerido, totalizando R$ 34.204,87 (trinta e quatro mil duzentos e quatro reais e oitenta e sete centavos) em favor do autor a título de indenização perdas e danos - pelo período de utilização do imóvel, condenar o requerido a ressarcir o autor em relação ao pagamento de todos os débitos oriundos do condomínio, devidos durante o período de ocupação do imóvel; Determinar a reintegração do autor na posse do imóvel. Após o trânsito em julgado expeça-se mandado de reintegração de posse do respectivo imóvel em favor do requerente. Condeno o requerido, em razão da sucumbência mínima do autor, a arcarem com os honorários advocatícios da parte adversa, que fixo em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), conforme disciplina o § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, observando, especialmente a qualidade do trabalho desenvolvido bem como o tempo de trâmite da demanda. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Advs. NEY PINTO
VARELLA NETO (OAB: 029206/PR), SILVIO ESPINDOLA (OAB: 020376/PR) e JOSICLEI SZPYRO PEREIRA CARDOSO (OAB: 000047-934/PR).
48. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL - 465/2008-HELENA FUDAL VARGAS x WILSON DELIZE e outros - edital expedido a disposição da parte para sua retirada. Advs. TATIANE PARZIANELLO (OAB: 000032-013/PR) e NEIMAR BATISTA (OAB: 025715/PR).
49. COBRANCA DE ENC.CONDOMINIAIS - 567/2008-CONDOMINIO EDIFICIO COLONY PARK x JÚLIO CÉSAR PEREIRA - I - RELATÓRIO I.1.Alegações do autor. Relata a parte autora que: O requerido é proprietário de imóvel localizado no condomínio autor; Contudo, deixou de efetuar o adimplemento dos encargos condominiais referente aos períodos de dezembro/1997 a julho/2008, setembro/1998 a outubro/1998; janeiro/1999 a julho/2004, setembro/2004, junho/2005 e julho/2005, setembro/2005 e outubro/2005, janeiro/2006 a março/2006, junho/2006, agosto/2006, e janeiro/2007 a março/2007; O autor tentou compor amigavelmente a referida situação, contudo, as mesmas restaram infrutíferas. I.1.2. Pedidos Pede que os requeridos efetuem o pagamento das cotas condominiais devidas. I.2. Respostas dos requeridos (Procedimento sumário, apresentação em audiência de conciliação designada para tanto na forma do artigo 277 do CPC) . Requerido. Edson Borowiak Apresentou contestação em audiência de conciliação afirmando que não é mais proprietário do imóvel em questão, vez que quem reside no imóvel é o Sr. Julio César Pereira. O autor, por sua vez, requereu a alteração do pólo passivo da ação, para exclusão do Sr. Edson Borowiak e a inclusão do Sr. Júlio César Pereira. Na mesma audiência, o juízo proferiu sentença homologando a desistência da ação com relação ao Sr. Edson Borowiak. I.2.1 Posteriormente, com a alteração do pólo passivo, o réu foi citado, e em seguida, foi realizada Audiência de Conciliação (fls. 170). Requerido. Júlio César Pereira. Apresentou contestação em audiência, pedindo a improcedência dos pedidos. Alegações: a) Falta de interesse de agir, vez que o réu tentou compor amigavelmente a situação; b) O autor cobra valores abusivos, que elevam o valor real da dívida; c) Pede a improcedência da ação. I.3. Impugnação a contestação (fls. 215/219). 1.4. Julgamento antecipado anunciado (fls. 220). II- FUNDAMENTAÇÃO A lide comporta julgamento antecipado, a teor do que dispõe o artigo 330, inciso I, c/c o art. 278, § 2º, ambos do Código de Processo Civil, na medida em que a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de provas em audiência. Trata-se de cobrança de taxas condominiais. No mérito, o pedido merece acolhimento. Comprovadamente a unidade residencial apartamento no condomínio autor é de propriedade do réu, conforme certidão compromisso de compra e venda de fls. 151. Se é assim, tem ele a responsabilidade pela fração das despesas comuns do condomínio relativas a sua unidade, conforme determina o artigo 12 da Lei nº 4.591/64, pois em se tratando de obrigação da espécie propter rem, vincula-se à titularidade do domínio. Na mesma linha, o disposto no artigo 1.315 do Código Civil, prevê que os condôminos estão obrigados a concorrer nas despesas do condomínio: "O condômino é obrigado, na proporção de sua parte, a concorrer para as despesas de conservação ou divisão da coisa, e a suportar os ônus a que estiver sujeita". Fixada a obrigação do réu, impõe-se acolher a planilha de fls. 06 como prova da inadimplência. Dessa forma, prevalecem os valores trazidos pelo condomínio como devidos pelo requerido, especialmente em razão da revelia do requerido que, apesar de ter comparecido a audiência e apresentado contestação, após transcurso do prazo concedido, deixou de regularizar a representação processual, não tendo juntado procuração. ## . III-DISPOSITIVO Diante do exposto, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo
Civil, julgo procedente o pedido inicial condenando o requerido no pagamento das taxas de condomínio referentes aos períodos mencionados na inicial, mais as que se venceram no curso da demanda, todas corrigidas monetariamente pelo INPC/IGP-DI, a partir da data de seu vencimento, acrescidas de juros de mora de 1%; multa de 10% até janeiro de 2003, a partir do vencimento de cada parcela, e após esta data no patamar de 2%; condeno ainda o requerido no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados e 20% sobre o valore da condenação, em razão da singeleza da causa. Desentranhe-se contestação e reconvenção. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Adv. BERENICE DA APARECIDA G. RIBEIRO (OAB: 037952/PR).
50. EXECUCAO DE TIT.EXTRAJUDICIAL - 711/2008-JOSE APARECIDO FIORI x WALTER CORDEIRO DOS SANTOS - "Solicito a parte autora que traga aos autos planilha com o débito atualizado, para posterior expedição do mandado executivo." Advs. HUMBERTO SARAN SOLON (OAB: 000028-516/PR), FERNANDA ANDRADE E SILVA BARION (OAB: 047193/PR) e MARIANA DOMINGUES DA SILVA (OAB: 038339/PR).
51. BUSCA E APREENSÃO - 851/2008-BANCO BRADESCO S.A. x CMG EMPILHADIRAS LTDA - 1. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar documento atualizado que comprove o valor equivalente do bem (Tabela FIPE). Adv. NELSON PASCHOALOTTO (OAB: 042745/PR).
52. COBRANÇA - 1092/2008-ESPOLIO DE JOAO CLOVIS COSTA e outro x BANCO BRADESCO - Alvará de Levantamento a disposição da parte interessada, no Banco do Brasil Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR (OAB: 030437/PR), DENIO LEITE NOVAES JUNIOR (OAB: 010855/PR) e LUCAS AMARAL DASSAN (OAB: 043451/PR).
53. RESCISÃO DE CONTRATO - RITO SUMÁRIO - 1162/2008-CAROLINE DE LIMA DIAS x PROENÇA - ASSESSORIA IMOBILIARIA E OBRAS e outro - Defiro a citação da parte ré por meio de edital, com prazo de 30 dias. (a parte autora para que apresente a minuta do edital). Advs. SILVIA CRISTINA XAVIER (OAB: 032647/PR) e SUZETE DE FATIMA BRANCO GUERRA (OAB: 011440/PR).
54. COBRANÇA - 1330/2008-CLAUDIO MAGALHAES x BANCO UNIBANCO - Passados mais de 30 (trinta) dias após o indeferimento dos benefícios da justiça gratuita, e não preparadas as custas processuais, dou, por sentença##, cancelada a distribuição. P.R.I. Anotações e comunicações necessárias. Oportunamente arquivem-se. Adv. EMANUELLE S. DOS SANTOS BOSCARDIN (OAB: 032845/PR).
55. DECLARATORIA C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 1490/2008-VANDA DAS GRAÇAS COSTA DOS SANTOS x CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS SANTA EFIGENCIA III - Trata-se de ação declaratória e de consignação em pagamento na qual a autora requereu, em síntese, a consignação dos valores relativos às taxas condominiais, bem como a declaração de inexistência de relação jurídica entre as partes no período que antecedeu sua ocupação no imóvel em julho de 2008. Pugna, ainda, seja elidida a pretensão do condomínio de cobrar da autora as taxas condominiais anteriores a referido período. A autora teve autorizada, liminarmente, a consignação das quantias devidas, bem como as vincendas no curso da demanda. Condomínio Conjunto Residencial Santa Efigênia III apresentou contestação (fl. 41/71), alegando a falta de interesse processual, porque a autora não fez a prova da recusa da administradora ou do condomínio de receber as taxas atrasadas, a ilegitimidade ativa para o processo, uma vez que a autora não é proprietária do imóvel. Alega, ainda, que requerimento de assistência judiciária gratuita está baseado em simples declaração da autora e que, frente ao artigo 1.319 do Código Civil, o condômino responde a condomínio pelas despesas do processo que deu causa. Argumenta que: os valores dos depósitos não corresponderam àqueles de rateio do condomínio; não houve recolhimento das quantias relativas aos encargos de mora; não tem o condomínio obrigação legal de proceder à emissão de boleto bancário e que, portanto, poderia a Requerente efetuar o pagamento junto à administradora do condomínio. Pugnou pelo acolhimento das preliminares alegadas e, na hipótese de não serem acolhidas, requereu a improcedência da pretensão inicial. da lide. Impugnada a contestação, anunciou-se o julgamento antecipado 2. Fundamentação 2.1. Requerimento de assistência judiciária. A declaração de insuficiência econômica foi apresentada pela autora, juntamente com seu comprovante de rendimentos mensais (fls. 11/12). Esta última informação não destoa dos termos do contrato de cessão de uso a título oneroso realizado com a Companhia de Habitação Popular de Curitiba, para afirmar o contrário. 2.2. Interesse processual e legitimidade para o processo Ao pretender distinguir a situação jurídica criada com o contrato de cessão de uso a título oneroso que lhe atribuiu o dever de pagar as despesas ordinários de condomínio -, da propriedade do imóvel, a um só tempo, demonstrou a autora legitimidade para o processo e, também interesse de agir quando reclama da condição imposta pela ré para receber a taxa condominial a vencer: "Dirigiu-se, então, à empresa ASSISCON para tentar pagar a primeira taxa de condomínio de sua responsabilidade, mas infelizmente, não pode fazê-lo, uma vez que referida empresa não lhe permitiu, exigindo que a cessionária efetue, primeiro, o pagamento da dívida deixada pelo anterior mutuário". (fls. 03) 2.3. Relação jurídica entre as partes Por força do contrato de cessão de uso e da ocupação do imóvel à autora foi atribuído o dever de realizar o pagamento das despesas ordinários do condomínio, conforme disposição do artigo 23, XII, da Lei n° 8.245/91: o locatário é obrigado a pagar as despesas ordinárias de condomínio. Desse dever previsto em lei e assumido perante o cedente COHAB, corresponde um direito da autora: o de pagar as
despesas de condomínio proporcionais à unidade que ocupa, a partir desta ocupação. O exercício desse direito não contraria nem afasta o direito do condomínio de realizar as cobranças das taxas condominiais atrasadas do proprietário do imóvel. "APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DECLARATÓRIA C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E PEDIDO DE CONCESSÃO LIMINAR CONHECIMENTO PARCIAL INOVAÇÃO RECURSAL - ILEGITIMIDADE ATIVA INEXISTENTE LOCATÁRIO SOCIAL TERMO DE CESSÃO COHAB-CT - TERCEIRO INTERESSADO RECUSA INJUSTIFICADA AO RECEBIMENTO DAS TAXAS CONDOMINIAIS CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDÊNCIA. 1. Não se conhece do recurso, em parte, por incorrer em indevida inovação recursal, quando inclusas, em suas razões de apelo, questões não decididas nem ofertadas pela via adequada, o que obsta sua apreciação nesta instância. 2. Apesar de não ser proprietária do imóvel, a Requerente tem real interesse em manter as taxas condominiais em dia, haja vista o contrato de cessão

de uso a título oneroso locação social - celebrado com a COHAB-CT. 3. É injusta a atitude do condomínio em condicionar a cobrança das taxas condominiais atuais ao pagamento dos valores em atraso, quando no caso concreto foi o proprietário que cedeu em "locação social" o bem, a cujas taxas não está obrigada pelo contrato. 4. A recusa indevida do credor ao recebimento das taxas de condomínio "atuais" afasta a incidência da mora. Entretanto, é devida a correção monetária relativa ao período, já que não se trata de penalidade, mas mera recomposição do valor da moeda". RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação n.º 653.781-9/TJPR, Nona Câmara Cível, Rel. Rosana Amara Girardi Fachin. Julgado em 17/06/2010). Conclui-se, não ser de responsabilidade da autora eventuais débitos já existentes, porque é promitente-compradora do imóvel nem proprietária do imóvel. Isto porque, em que pese ser o locatário o responsável pelo pagamento de taxas condominiais, tal obrigação não o torna condômino. Oportuna a posição da 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça: APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO TAXAS CONDOMINIAIS PAGAS PELO LOCATÁRIO ENQUANTO OCUPAVA O BEM REGULARIDADE IMPOSSIBILIDADE DE DECLARAR A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE O CONDOMÍNIO E O LOCATÁRIO LOCAÇÃO CONFIGURA APENAS RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO PESSOAL PAGAMENTO DE DESPESAS DO CONDOMÍNIO QUE NÃO TEM O CONDÃO DE TORNÁ-LO CONDÔMINO SENTENÇA MANTIDA RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível n.º688-889-9, Rel. Renato Braga Bettega, Julgado em 24/03/2011). 2.4. Consignação em pagamento Nos termos do artigo 893, I, do Código de Processo Civil, deferido o requerimento inicial, o autor da ação tem o prazo de cinco dias para efetuar o depósito, sob pena de ser constituído em mora. Autorizado o depósito das prestações vencidas a partir da ocupação do imóvel pela autora, a escrivania certificou que nenhum depósito foi realizado no curso do processo. Por isso, sobre as taxas condominiais vencidas a partir de 09 de agosto de 2008, os efeitos da mora não podem ser afastados. 3. Dispositivo Pelo exposto, julgo parcialmente procedente o pedido para declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes no período anterior à ocupação do imóvel pela autora, e o direito
desta de realizar os pagamentos das taxas condominiais a partir da mesma data. A sucumbência é recíproca. Condeno as partes ao pagamento das custas processuais na proporção de 30% para a autorae de 70% para o réu, e de honorários advocatícios, arbitrados em 200% do valor da condenação, considerando o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado e o tempo exigido para o serviço, atendidas assim as recomendações do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, compensados na proporção inversa em favor da autora, e observando em relação a esta o deferimento da assistência judiciária. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Curitiba, 15 de agosto de 2011. Advs. SERGIO PAULO FRANCA DE ALMEIDA (OAB: 027454/PR), JOSIANE FRANÇA DE ALMEIDA (OAB: 054952/PR), CLAUDIO MARCELO BAIAK (OAB: 029241/PR) e JANAINA CIRINO DOS SANTOS (OAB: 043081/PR).

56. MONITÓRIA - 1643/2008-HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MÚLTIPLO x NARDI BLOEMER - Manifeste-se a parte interessada acerca da Carta, devolvido. Advs. MIEKO ITO (OAB: 006187/PR) e CHRYSTINNE DE FREITAS A FERREIRA (OAB: 000027-194/PR).

57. REVISIONAL DE CONTRATO HABITACIONAL - 1722/2008-MARCOS SANTOS e outro x BANCO ITAÚ S.A. - O prosseguimento depende da liquidação da sentença. Manifestem-se as partes. Ciência à ré dos depósitos realizados pelo autor. Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA (OAB: 039636/PR), DANIELLE TEDESKO (OAB: 044562/PR), CESAR AUGUSTO TERRA (OAB: 17.556-PR), JOAO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB: 016948/PR), GILBERTO STINGLIN LOTH (OAB: 034230/PR) e GILBERTO RODRIGUES BAENA (OAB: 024879/PR).

58. REVISIONAL - 1740/2008-NOELI CRUZ ENNES x BANCO ITAU S.A. - Converto o julgamento em diligência. Intime-se a parte autora para se manifestar acerca dos documentos juntados pelo réu (fls. 152/198). Advs. DGAMAR HERNANDES (OAB: 034119/PR), EVARISTO ARAGAO SANTOS (OAB: 024498/PR), TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER (OAB: 022129/PR) e LUIZ RODRIGUES WAMBIER (OAB: 007295/PR).

59. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1895/2008-COOP. DE ECON. E CRED. MUT. DOS PEQ. EMP. DE CUR. x REDE SUPER FACIL S.A. e outros - Aguarde-se o cumprimento do item 1.7.2, IV, do CN. Advs. SADI BONATTO (OAB: 10.011), FERNANDO JOSE BONATTO (OAB: 25.698) e ANA MARIA REMOWICZ DE OLIVEIRA (OAB: 043012/PR).

60. BUSCA E APREENSÃO - 63/2009-BV FINANCEIRA S.A. - CRED., FINANC. E INVESTIMENTO x MARCIA DOS SANTOS - O requerimento trazido às fls. 27 se faz possível. Nos termos do artigo 267, § 4o, do CPC, despiciendo o consentimento do réu, uma vez que, quando atravessado o pedido de desistência da ação, o ato citatório sequer havia se efetivado. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do CPC. Custas processuais devidamente satisfeitas, conforme certidão de fls. 28 Com as baixas e anotações necessárias, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. PATRICIA PONTAROLI JANSEN (OAB: 033825/PR), CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB: 19.937-PR), ALESSANDRA LABIAK (OAB: 044733/PR) e CARINE DE MEDEIROS MARTINS (OAB: 046469/PR).

61. COBRANÇA - 590/2009-ANTONIO DA SILVA LEMOS e outros x BANCO BANESTADO S.A. - 1. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita aos autores. 2. A ação versa, fundamentalmente, sobre questões de fato e de direito, calcadas em documentos. Não só a atuação ativa do julgador na busca da conciliação é abarcada pela finalidade da norma. Essencial ao processo justo é a desvinculação do seu aspecto meramente formal. Possível, por conseguinte, a conversão para o procedimento ordinário (parágrafos 4° e 5° do artigo 277, CPC). 2. Cite-se para contestar em 15 dias. Adv. RONALDO MARTINS (OAB: 020596/PR).

62. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - 0004448-80.2009.8.16.0001-VALMIR MACIEL DE SOUZA x BV FINANCEIRO S/A CREDITO,FINANCIAM.E INVESTIMENTO - Manifestem-se as partes acerca da baixa dos autos. Não havendo manifestação no prazo de seis meses, remeta-se ao arquivo com as baixas necessárias. Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA (OAB: 039636/PR), DANIELLE TEDESKO (OAB: 044562/PR), JAIME OLIVEIRA PENTEADO (OAB: 20.835), LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (OAB: 017427/PR), VILSON RIBEIRO DE ANDRADE (OAB: 005974/PR) e GERSON VANZIN MOURA DA SILVA (OAB: 19.180).

63. ANULATORIA DE ATO JURIDICO - 685/2009-ESPOLIO DE LUCIDORO BOSKA e outros x MAGAZINE LUIZA S/A e outros - carta precatória expedida a disposição da parte para sua retirada. Advs. MARCELO FERNANDES POLAK, LUCAS B. LINZMAYER OTSUKA (OAB: 000041-350/PR), MARLUS H. ARNS DE OLIVEIRA (OAB: 000019-226/PR), JOSÉ ANTÔNIO DE ANDRADE ALCÂNTARA (OAB: 026313/PR), ALDO DE MATTOS SABINO JUNIOR (OAB: 000017-134/PR) e FELIPE KRASINSKI CADDAH (OAB: 000040-899/PR).

64. COBRANÇA - 722/2009-ESPÓLIO DE VALERIO GLERIA e outro x BANCO ITAU S.A - 1. Concedo ao réu prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para apresentação dos documentos, em especial os extratos das contas poupanças em nome do autor, referentes ao período de março a maio de 1990 e fevereiro 1991. Advs. PAULO ROBERTO GOMES (OAB: 026446/PR), RAFAEL KNORR LIPPMANN (OAB: 038872/PR), LUCIANO ELIAS REIS (OAB: 000038-577/PR), FELIPPE ABU - JAMRA CORREA (OAB: 000043-322/PR), BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ (OAB: 020457/PR) e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI (OAB: 020456/PR).

65. EMBARGOS DE TERCEIRO - 723/2009-REGINALDO LUIZ GRABOVSKI x MARIA ESTELAMAR WATANABE - 1. Mantenho a decisão agravada pelos fundamentos que a orientam. 2. Aguarde-se pedido de informações do Egrégio Tribunal de Justiça. Advs. APARECIDO JOSE DA SILVA (OAB: 17607) e EVERTON FELIZARDO (OAB: 000033-695/PR).

66. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 833/2009-BANCO ITAUCARD S.A. x SERGIO ANTONIO KANIA - O requerimento trazido às fls. 38 se faz possível. Nos termos do artigo 267, § 4o, do CPC, despiciendo o consentimento do réu, uma vez que, quando atravessado o pedido de desistência da ação, o ato citatório sequer havia se efetivado. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do CPC. Custas processuais a cargo da parte autora. Com as baixas e anotações necessárias, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Adv. CARINE DE MEDEIROS MARTINS (OAB: 046469/PR).

67. INEXISTENCIA DE DEBITO - 920/2009-GABRIEL CARNEIRO LOBO x BANCO GE CAPITAL S/A. - Recebo as apelações interpostas pelo autor (fls. 147/154) e pelo réu (fls. 197/206) no duplo efeito. Intimem-se as partes para que apresentem contra razões em 15 dias. Manifeste-se o autor sobre o pagamento realizado pela ré Banco GE Capital S/A. Advs. WENDER ALVES LEÃO (OAB: 049029- /PR), MARCOS DE REZENDE ANDRADE JUNIOR (OAB: 188846/SP), FERNANDO SCHLIEPER, LUIS FILIPE ZONTA (OAB: 000046-922/RS) e GIOVANI QUADROS ANDRIGHI (OAB: 000028-682/RS).

68. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 1024/2009-CONDOMINIO CONJ. RESIDENCIAL PARQUE DOS CEDROS II x SUELI TEREZINHA OLIVEIRA - Manifeste-se a parte interessada, acerca da(s) resposta(s) ao(s) ofício(s) expedidos, no prazo de cinco dias. Advs. CLAUDIO MARCELO BAIAK (OAB: 029241/PR) e JANAINA CIRINO DOS SANTOS (OAB: 043081/PR).

69. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 1037/2009-ROBERTO CARLOS LEÃO x BRASIL TELECOM S.A. - Custas processuais a cargo do RÉU no valor de R$ 940,68. Advs. LUCIANA DE ANDRADE AMOROSO (OAB: 039356/PR) e SANDRA REGINA RODRIGUES (OAB: 027497/PR).

70. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO - 1283/2009-DIRCÉIA QUEIROZ DOMINGUES x PSA FINANCE ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A e outro - I - RELATÓRIO I.1.Alegação do autor. Relata a parte autora que: a) Dirigiu-se ao estabelecimento da segunda requerida para adquirir veículo C3, oportunidade em que firmou contrato com a referida empresa e passou a aguardar a entrega do bem; b) Na entrega, a autora percebeu que o veículo apresentava avarias, tendo a segunda ré oferecido outro veículo, de cor prata e já usado, sendo rejeitado pela autora; c) Em seguida, a segunda ré ofereceu outro veículo, o qual gerou o Contrato de Arrendamento Mercantil n° 70007737283 com a primeira ré, para pagamento em 24 (vinte e quatro) prestações de R$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos), os quais vem sendo quitados regularmente pela autora; d) Contudo, a ré recebeu Notificação Extrajudicial em que consta a cobrança do contrato n° 70007699211; e) A autora cientificou-se de que a concessionária não tinha procedido com o cancelamento do contrato relativo ao primeiro veículo avariado, sendo a autora cobrada indevidamente e tendo seu nome inscrito em cadastros restritivos de crédito. I.1.2. Pedidos Pede a parte autora liminarmente para que seja determinada a baixa de seu nome nos cadastros restritivos de crédito; Pede que seja declarada a inexigibilidade de débito, além da condenação da parte ré para indenizar o autor referentes aos danos morais sofridos. I.2. O pedido liminar restou indeferido em decisão de fls. 41. I.3.Resposta dos requeridos (Procedimento ordinário). Os Requeridos apresentaram contestação pedindo improcedência do feito. 1° Requerido. Concessionária Boulevard (fls. 79/93). Alegações: a) Ilegitimidade passiva da primeira ré; b) Não há prática de ato ilícito pelo réu, tendo em vista que eventuais dissabores causados à autora foram ocasionados por culpa exclusiva desta; c) A autora iniciou o pagamento do carnê do primeiro veículo financiado, o que ensejou posterior cobrança; d) Pede a improcedência da ação. 2° Requerido. PSA Finance Arrendamento Mercantil S/A. Alegações: a) A requerente contratou com o requerido Boulevard, registrados sob o n° 70007737283 e 70007699211; b) A requerida manteve os pagamentos em dia do primeiro contrato, e atrasou os pagamentos do contrato que realmente estava em vigor; c) Se houve dano moral, é por culpa exclusiva da autora. I.4. Impugnação às contestações (fls. 110/121 e fls. 135/141). 1.5 Anunciado Julgamento antecipado (fls. 162). II - FUNDAMENTAÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. A pretensão envolve recebimento de indenização por danos morais, atribuíveis à conduta das empresas

requeridas, advindos da inscrição de seu nome no serviço de proteção ao crédito pelo valor de R$ 22.492,06, originados da suposta inadimplência em relação ao contrato 70007699211000, o qual, segundo autor, foi objeto de cancelamento e substituição pelo contrato700007737283. Os dois contratos versam sobre aquisição de veículo por parte da autora na concessionária Citroen Boulevard, segunda requerida, via financiamento obtido junto a PSA Finance Arrendamento Mercantil, primeira requerida. O mérito da questão envolve análise a respeito da validade de um dos contratos 7699211000 e consequente regularidade da inscrição no Serasa em razão da inadimplência deste. Para o deslinde da questão, diante das argumentações feitas pelas partes, basta a análise dos contratos e ponderação com a conjectura fática do
acontecido, sendo assim cabível o julgamento antecipado nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. Aprofundando análise da questão verifico que a tese da parte autora merece ser acolhida. Os mencionados contratos fls. 157 e 160 comprovam que a autora compareceu a concessionária requerida e inicialmente, no mês de dezembro de 2008, pretendeu adquirir via financiamento um veículo de marca Citroen C3, cor branca. Tal operação chegou a ser iniciada mediante a elaboração do contrato de financiamento 7699211000. É incontroverso, eis que não houve impugnação de quaisquer das partes, que a autora desistiu da aquisição desse veículo. Inclusive, conforme se pode observar da consulta ao DETRAN fls. 168 observando-se a equivalência da numeração do chassi o veículo, após a desistência da aquisição por parte da autora, foi objeto de contrato de arrendamento mercantil firmado entre a financeira Dibens Leasing e a pessoa de Dorival Soares, ambos estranhos a lide. Em 12/01/2009, portanto um mês depois de ter iniciado o procedimento da primeira compra, que resultou em desistência, a autora firmou contrato para aquisição, via financiamento, de um outro veículo de também marca Citroen C3, só que na cor prata. Essa operação resultou na elaboração do contrato 7000077337283, o qual vem sendo objeto de pleno adimplemento. Fica claro que este segundo contrato substituiu o primeiro, já que a autora efetivamente adquiriu apenas este segundo veículo. Portanto, nenhuma obrigação foi gerada a partir do primeiro contrato celebrado. Todo esse gerenciamento da aquisição dos veículos e substituição dos contratos ocorreu dentro da concessionária Citroen Boulevard, que agiu intermediando a instrumentalização dos financiamentos junto à primeira requerida PSA FINANCE. Para tanto, utilizou-se, inclusive, de agencia bancaria existe na própria concessionária. O que ocorreu foi a falta de zelo, qualificada aqui como defeito na prestação de serviço, durante a dita instrumentalização da substituição dos financiamentos, de modo a não ter sido dado baixa no primeiro contrato 7699211000. Tal fato, que, ressalto, teve a plena participação da concessionária, acabou resultando no envio do nome da autora para o SERASA, motivado por um inadimplemento que nunca existiu, já que o contrato que supostamente o teria originado foi objetado de cancelamento ainda no seu nascedouro. As duas empresas requeridas participaram ativamente da cadeia de fornecedores, oferecendo produtos interligados e indissociáveis automóvel e financiamento para aquisição deste - sendo responsáveis de forma solidária pelos dados causados ao consumidor em razão de defeito na prestação de tais serviços. No caso o defeito fiou evidenciado, bem como sua plena relação com o dano moral sofrido pelo autor em razão a indevida inscrição do seu nome no SERASA, configurando-se, dessa forma, o dever de indenizar conforme regra expressa do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, especialmente porque não comprovada a ocorrência de qualquer das excludentes previstas no § 3º## . II 3. Do dano Moral Uma vez caracterizado o dano moral, resta, pois, o arbitramento de seu montante. Para tanto conforme solida construção doutrinária, deve-se empregar análise do fato gerador, inserindo-se no plano dos valores que ali se encontram em questão, para, a partir daí, perseguir-se a compensação das dores e dos sentimentos negativos provocados pela lesão de bens personalíssimos do indivíduo,
encontrando seus parâmetros e limites na correta aferição do sentido da lei, preconizado pelos fundamentos da teoria da responsabilidade civil, quais sejam a reparação integral, constituída e orientada pelos aspectos, compensatório, punitivo e preventivo da indenização, interligados à tutela geral da personalidade e ao princípio da dignidade da pessoa humana. No caso, há de se levar em consideração para a fixação do valor do dano que as requeridas são empresas de grande porte, com capacidade econômica indiscutível. O problema em si mostrava-se absolutamente simples, sendo esperado que as requeridas procurassem resolvê-lo espontaneamente movendo todos os esforços possíveis para baixa do primeiro contrato. Mas, ao contrario, preferiram a cômoda situação de atribuir a culpa ao consumidor, o que revela amplo descaso após a venda do produto oferecido, e nítida preocupação tão somente com a ideia do lucro imediato. Por outro lado, para a correta definição do valor devido há que se considerar que não há, também, prova nos autos, também não tendo sido requerida já que o autor pugnou pela não produção de qualquer outra prova, de que terceiros tenham tido conhecimento da situação constrangedora por que passou a autora. Assim, e segundo dados extraídos da inicial, a repercussão do dano não passou do aspecto íntimo da requerente, já que o autor apenas alegou genericamente e nada comprovou a respeito de situação específica de constrangimento sofrido, devendo o valor do dano ser fixado de acordo com tais considerações. Sopesados todos esses parâmetros, e por equidade, tenho que para a reparação pelo dano moral causado é suficiente a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), ante a ausência de demonstração maior em relação à extensão do dano, se não aquela puramente presumida. III-DISPOSITIVO Concluindo a decisão, com fundamento no artigo 269 I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para, declarar inexistência do contrato 7699211000, e condenar os requeridos a indenizar os danos morais sofridos pela requerente no montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais), quantia essa a ser atualizada monetariamente a partir desta sentença, acrescida de juros moratórios a contar do ato ilícito, de 1% ao mês (Súm. 54/STJ), considerando-se para tanto a data do lançamento da autor no cadastro do SPC. Neste ato, concedo antecipação de tutela, a fim de determinar que os requeridos, no prazo de 48 horas, promovam a baixa do nome da parte autora do SERASA, sob pena de incidir em multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) Em razão da sucumbência, condeno as rés ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais, com fundamento no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, fixo em 20% sobre o valor atualizado da condenação. Publique-se. Registre-se. Intime-se Advs. MANOEL MATOS NETO (OAB: 000030-263/PR), LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN (OAB: 021777/PR), MANOELLA FILIPIN SANTIAGO (OAB: 000036-717/PR) e LUIZ CONSTANTINI FILIPIN (OAB: 000006-693/PR).

71. DECLARATÓRIA DE NULIDADE - 1354/2009-CMC EQUIPAMENTOS PARA BRITAGEM LTDA x FUSIL FUNDIÇÃO USIPE LTDA - Manifeste-se a parte interessada acerca do Mandado, devolvido. Advs. IVO BERNARDINO CARDOSO (OAB: 020467/PR) e NEWTON AMARAL FERREIRA.

72. REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO - 1367/2009-JAIME ANTONIO IOP x BV FINANCEIRA S.A. - SETOR DE FINAN. DE VEÍCULOS. - Defiro o pedido de fls. 162 e restituo à parte ré o prazo para manifestar-se. Advs. UDO HAUSNER (OAB: 027162/PR) e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN (OAB: 021777/PR).

73. ORDINÁRIA DE COBRANCA SECURIATARIA COMPLEMENTAR - 1515/2009-SILVIO MANICA x CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A - 1. Reporto-me ao despacho de fls. 35. Advs. JERRY ANGELO HAMES (OAB: 019774/PR) e MILTON SALMORIA (OAB: 024700/SC).

74. COBRANÇA DE ENCARGOS CONDOMINIAIS PELO RITO SUMÁRIO - 1519/2009-CONDOMINIO EDIFICIO IRINEU ANTUNES x JOSE CLAUDIO ANTUNES - I RELATÓRIO I.1.Alegações do autor. Relata a parte autora que: O réu é proprietário dos apartamentos 23 e 24, contudo não está adimplindo as despesas condominiais; As taxas em atraso se referem às vencidas em 05/02/2005, 08/03/2007, 08/05/2007, 08/09/2007 e 05/02/2008; O autor realizou tentativas de composição amigável para recebimento dos valores referentes à divida, contudo, as tentativas restaram infrutíferas. I.1.2. Pedidos Pede que o réu seja condenado a pagar as taxas condominiais vencidas, com correção monetária. I.2. Respostas do requerido (Procedimento sumário, apresentação em audiência de conciliação designada para tanto na forma do artigo 277 do CPC) . Requerido. José Cláudio Antunes (citado as fls. 65, através de Carta AR) Apresentou contestação em audiência pedindo improcedência dos pedidos. (fls. 67 a 72). Alegações: Não é apenas proprietário das unidades n° 23 e 24 do edifício, mas sim também dos apartamentos n° 71 e 72, além de uma vaga de garagem e uma loja; O réu, diferentemente do que disse o autor na inicial, efetuou o pagamento das taxas condominiais; O autor é devedor do réu, sendo que foi notificado para tanto. I.3. Apresentação de reconvenção pela parte ré às fls. 78/83. Alegações: a) Alega que seu nome consta de forma errônea nos autos; b) Reitera o alegado na contestação, aduzindo que efetuou o pagamento das parcelas condominiais e que possui crédito perante o condomínio de R$ 1.643,00 (mil seiscentos e quarenta e três reais); c) O condomínio fora notificado da dívida. 1.4. Certidão de fls. 88 dispõe que não foram recolhidas custas de reconvenção, bem como não houve a regularização processual da parte ré. Posteriormente, em despacho de fls. 89, considerou-se a aplicação dos efeitos da revelia, vindo os autos conclusos para sentença. II- FUNDAMENTAÇÃO A lide comporta julgamento antecipado, a teor do que dispõe o artigo 330, inciso I, c/c o art. 278, § 2º, ambos do Código de Processo Civil, na medida em que a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de provas em audiência. Trata-se de cobrança de taxas condominiais. No mérito, o pedido merece acolhimento. Comprovadamente a unidade residencial apartamento no condomínio autor é de propriedade do réu, conforme certidão da matrícula acostada às fl. 23. Se é assim, tem ele a responsabilidade pela fração das despesas comuns do condomínio relativas a sua unidade, conforme determina o artigo 12 da Lei nº 4.591/64, pois em se tratando de obrigação da espécie propter rem, vincula-se à titularidade do domínio. Na mesma linha, o disposto no artigo 1.315 do Código Civil, prevê que os condôminos estão obrigados a concorrer nas despesas do condomínio: "O condômino é obrigado, na proporção de sua parte, a concorrer para as despesas de conservação ou divisão da coisa, e a suportar os ônus a que estiver sujeita". Fixada a obrigação do réu, impõe-se acolher a planilha de fls. 37 como prova da inadimplência. Dessa forma, prevalecem os valores trazidos pelo condomínio como devidos pelo requerido, especialmente em razão da revelia do requerido que, apesar de ter comparecido a audiência e apresentado contestação, após transcurso do prazo concedido, deixou de regularizar a representação processual, não tendo juntado procuração. ## . Em razão do mesmo motivo ausência de regularização da representação processual e
revelia - e não em face da anterior determinação para recolhimento de custa, já que indevidas, o pedido reconvencional não pode ser conhecido. III-DISPOSITIVO Concluindo a decisão, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido inicial condenando o requerido no pagamento das taxas de condomínio referentes aos períodos mencionados na inicial, mais as que se venceram no curso da demanda, todas corrigidas monetariamente pelo INPC/IGP-DI, a partir da data de seu vencimento, acrescidas de juros de mora de 1% multa a partir do vencimento de cada parcela e multa de 2%, condeno ainda o requerido no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados e 10% sobre o valore da condenação, em razão da singeleza da causa. Desentranhe-se contestação e reconvenção. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. ADERLAN ANGELO CAMARGO (OAB: 000034-692/PR) e MARIO JOSE DALCANALE.

75. EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE - 1731/2009-BANCO BRADESCO S.A x FABIANO COSTA ALVES GUERRA e outro - carta precatória expedida a disposição da parte interessada. Adv. DANIEL HACHEM (OAB: 11347).

76. REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - 1804/2009-EDSON DIONIZIO MARIA x BANCO ITAUCARD S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL - Passados mais de 30 (trinta) dias após o indeferimento dos benefícios da justiça gratuita, e não preparadas as custas processuais, dou, por sentença##, cancelada a distribuição.

P.R.I. Anotações e comunicações necessárias. Oportunamente arquivem-se. Advs. MAYLIN MAFFINI (OAB: 034262/PR) e LEANDRO NEGRELLI (OAB: 045496/PR).
77. REVISIONAL DE CONTRATO DE LEASING C/C APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS - 1870/2009-JOSE DA SILVA x BANCO BV FINANCEIRA S.A.-CRÉD., FINANC. E INVEST. - Passados mais de 30 (trinta) dias após o indeferimento dos benefícios da justiça gratuita, e não preparadas as custas processuais, dou, por sentença##, cancelada a distribuição. P.R.I. Anotações e comunicações necessárias. Oportunamente arquivem-se. Advs. ANDREIA DAMASCENO (OAB: 002835-8/PR) e GRAZIELE ZONTA (OAB: ).
78. REVISAO CONTRATUAL C/ PED. DE TUT. ANTEC - 1903/2009-MARCIO ROBERTO ANDRADE x BANCO FINASA BMC S/A - A parte autora ajuizou a presente ação de revisão de contrato com consignação em pagamento com pedido liminar alegando, em resumo que: firmou com o réu contrato de financiamento alienação fiduciária - para aquisição de veículo, no valor a ser pago em 60 parcelas fixas de R$970,73. houve capitalização indevida de juros; cumulação de comissão de permanência com demais encargos moratórios. o requerido deve ser impedido de inscrever seu nome em cadastro de restrição ao crédito; deve ser mantido na posse do bem. ilegalidade da cobrança dos encargos administrativos TAC e TEC . Necessidade de repetição do indébito. Invocou o CDC solicitando que os encargos cobrados são indevidos, possuindo valor a ser restituído. Pediu liminar para consignar os valores que entende devido em juízo, bem como para impedir a inscrição de seu nome no SERASA. A liminar foi indeferida. Na sequência, o réu apresentou contestação alegando, em resumo, que: a) não há que se falar em repetição do indébito, pois todos os pagamentos estão em conformidade com a lei; b) o autor manifestou livremente a sua vontade, tornando o contrato obrigatório; c) a capitalização de juros é permitida; d) é possível a cumulação dos juros moratórios, multa contratual, comissão de permanência e correção monetária. Pugnou pela improcedência do pedido formulado. É o relatório. Passo ao julgamento. II-FUNDAMENTÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pois a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos. A verificação das abusividades alegadas pela parte autora depende unicamente da análise das cláusulas contratuais. II.2. Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor Não há dúvidas de que a relação jurídica travada entre as partes é de consumo, porquanto atua o embargado como fornecedor de produto e serviço, nos termos do artigo 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. A controvérsia há muito já foi pacificada pelos tribunais nacionais, sendo desnecessárias maiores ponderações sobre o tema, com edição inclusive de súmula pelo Superior Tribunal de Justiça, intérprete máximo da legislação infraconstitucional (Súmula nº 297 do STJ - O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras). II.3.-Capitalização de Juros Filio-me ao entendimento de que em razão da aplicação direta do principio da boa-fé contratual, consagrado pelo artigo 422 do Código Civil, o estabelecimento de parcelas fixas, ainda que para o cálculo de tais tenha sido utilizado o método "price", impossibilita a revisão do valor contratado. ## # O presente entendimento encontra suporte em inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ### Por tais, considerando que no contrato ora questionado houve o estabelecimento de parcelas fixas, 60 parcelas de R$970,73, razões deixo de acolher o pedido de exclusão de capitalização. II.4.Comissão de permanência juros moratórios (1%) e multa (2%). Em consonância ao majoritário posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, a comissão de permanência deve incidir de forma isolada, não cumulada com quaisquer outros encargos moratórios.## No caso, é possível verificar no contrato celebrado entre as partes que não existe cláusula prevendo a cobrança de
comissão de permanência. Em razão disso, determino o afastamento da comissão de permanência . Conforme cláusula 10.1, o percentual da multa foi previsto em 2 %, sendo, assim, estipulada em patamar compatível em relação ao previsto no parágrafo 1º do artigo 52 do código de defesa do consumidor (2%), devendo, portanto, ser mantida. Já os juros moratórios devem ser limitados a 1% a.m, como previstos na cláusula 10.1 do contrato, na forma da súmula 379 do STJ. # II.6. Manutenção da posse do veículo. Dentro deste ponto de vista o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade enseja a descaracterização da mora, impondo, na hipótese vertente a extinção da ação de busca e apreensão.#Entretanto abusividades atinentes a meros encargos moratórios não tem o condão de descaracterizar a mora. Deixo de acolher o pedido feito neste sentido. ### II.7. Tarifa de emissão de Carnê e Tarifa de Abertura de Crédito além dos demais encargos administrativos. Tendo em vista o posicionamento pacificado na jurisprudência de nosso Egrégio TJPR, em respeito ao principio constitucional da segurança jurídica, revejo o anterior entendimento para, com base nos ditos precedentes, declarar abusiva a cobrança de todos os encargos administrativos (TAC e TEC), sob o fundamento de que as operações bancárias e de crédito, devem ser suportadas pela própria instituição, já que inerentes as suas atividades#. Conforme mencionada jurisprudência, não se mostra razoável que a parte mais fraca seja obrigada a custear despesas administrativas e operacionais das instituições bancárias, cuja remuneração já está sendo auferida mediante os juros e demais encargos incidentes nas prestações mensais pactuadas## . Por derradeiro, cumpre destacar que tais tarifas foram cobradas sem a demonstração de sua origem, ou seja, sem precisar quais serviços estão sendo prestados ao consumidor, ferindo mais um a vez os preceitos constantes do CDC## . Diante desses argumentos, afasto a cobrança de todos os encargos administrativos e taxas mencionadas na inicial. II.8 - Restituição do indébito. Não há dúvida de que a cobrança de valores ora declarados indevidos constituiu prática abusiva. Verificada a cobrança do encargo de forma ilegal é evidente que procede a pretensão do autor em relação à repetição do indébito, em relação ao excesso pago. Assim, o valor indevidamente pago deve ser restituído, corrigidos a partir de cada pagamento, devidamente atualizados pelo INPC, índice que melhor representa a inflação no período conforme entendimento pacifico do Superior Tribunal de Justiça, e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. O valor da restituição, portanto, deve ser apurado em futura liquidação de sentença. O banco impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito relativo em relação aos valores ditos valores A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que se baseou em contrato livremente pactuado pelas partes, não havendo que se cogitar a má-fé do banco na cobrança, elemento fundamental, instituído pelo artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, para amparar o direito à restituição em dobro. III- DISPOSITIVO Por tais razões, julgo parcialmente procedente a pretensão inicial para afastar a cobrança da comissão de permanência, bem como de todos os encargos administrativos
apontados na inicial (TAC e TEC), além de limitar os juros de mora a 1% ao mês, de forma simples. Os valores indevidamente pagos devem ser restituídos, corrigidos a partir de cada pagamento pelo INPC e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que não ficou demonstrada má-fé do banco na cobrança. O banco fica impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito tão somente em relação aos valores cobrados a maior. Ainda, determino a compensação dos valores pagos em razão do excesso, neste momento, expurgadas, por conta do débito, com repetição se o valor a ser devolvido ultrapassar o débito. Em razão da sucumbência recíproca, porém menor por parte do banco, condeno o autor no pagamento de 60% das custas e honorários e o requerido nos 40% restantes. Os honorários com fundamento no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, fixo em R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), ficando compensados na parte em que se alcançam. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. EBENILZA DE OLIVEIRA FRANCO (OAB: 044057/PR), GISELY MILHÃO (OAB: 000048-029/PR), MICHELLI FERRAZ BUZATO (OAB: 000039-652/PR) e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB: 050945/PR).
79. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS - 1923/2009-LUCIANO ROBERTO STEVAN x MOTOMANIA COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA - O autor apresentou os embargos alegando que a sentença retro merece reforma medida em que é obrigatório ao juízo a manifestação sobre os pedidos expressamente formulados pelas partes e liminarmente deferidos. Relatei. Decido. Constituem-se os embargos de declaração em recurso de rígidos contornos processuais, servindo apenas a suprir omissões, contradições ou correção de erros de forma. Todos os documentos e fundamentos apresentados pelas partes nos autos, tanto de fato, quanto de direito foram contemplados nas razões de decidir da sentença. O que não cabe, todavia, é exigir manifestação expressa do julgador a respeito de todos os argumentos deduzidos ou de todos os dispositivos legais invocados pelas partes no processo, ou que especifique as razões de sua não-adoção. "Sendo suficiente a fundamentação do acórdão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.". (EDAGA nº 480.200/RS, rel. Min. CASTRO FILHO, DJ 19/12/2003). Com efeito, o pedido não é examinado de forma isolada como um fim em si mesmo. É preciso que sejam trazidos ao julgador os fatos derivados da demanda, de forma a conduzir logicamente a pretensão formulada. O embargante pretende uma nova análise dos fatos, que já foi feita, em condições suficientes para firmar a convicção do juízo prolator da decisão questionada. Ao dizer que o julgador examinou mal as provas ou o direito, o embargante não sustenta nenhuma das hipóteses do artigo 535 do Código de Processo Civil; alega na verdade, erro de julgamento. Essa distinção merece destaque no rigor da doutrina: "Vícios de juízo (errores in judicando), constituem 'erro na declaração dos efeitos jurídicos substanciais e processuais: erro pelo qual o juiz desconhece efeitos jurídicos que a lei determina para a espécie em julgamento ou, ao contrário, reconhece existentes efeitos jurídicos diversos daqueles. Como doutrina o Prof. Barbosa Moreira constituem alegações referentes à injustiça da sentença, em razão de erro cometido pelo juiz na solução de questões de fato (v.g. má apreciação de prova) ou de direito, como por exemplo, entender aplicável norma jurídica impertinente à espécie; considerou vigente lei que já não vigorava, ou inconstitucional norma que não o era. O vício, in casu, é de fundo, de conteúdo. Há injustiça. Erra o magistrado quanto aos efeitos que devia conferir ao caso concreto através de uma norma específica aplicável à demanda". (Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei nº 9.758/98, Coordenação: Teresa Arruda Alvim Wambier e Nelson Nery Jr., RT, 1999, p. 500) ". (Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei nº 9.758/98, Coordenação: Teresa Arruda Alvim Wambier e Nelson Nery Jr., RT, 1999, p. 500) Pelo exposto, julgo improcedentes estes embargos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. JULIANE MIRELA BERTUZZI (OAB: 036129/PR) e MARCIO ADRIANO PINHEIRO (OAB: 000030-303/PR).
80. COBRANÇA - RITO ORDINARIO - 1954/2009-EMERSON LUIZ NERY x MBM SEGURADORA S/A - Alvará de Levantamento a disposição da parte interessada, no Banco do Brasil Advs. JOAO CARLOS FLOR JUNIOR (OAB: 031060/PR), ANTONIO CARLOS BONET (OAB: 034065/PR) e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 7.919).
81. EMBARGOS - 1986/2009-ANTONIO ADIR VAZ x TRES IRMAOS ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA. - Por meio Curadora Especial, Antonio Adir Vaz opôs embargos do devedor em face de Três Irmãos Administradora de Imóveis Ltda. Aduz que a responsabilidade de fiador encerrou em 31 de agosto de 2002, com o término do prazo de locação. Alega que a cláusula de bonificação é multa embutida e deve ser excluída do cálculo dos aluguéis atrasados, e que a multa contratual de 10% deve ser reduzida para 2%, com base no Código de Defesa do Consumidor. A embargante apresentou impugnação (fls. 15/28), alegando que a responsabilidade do fiador perdura até a entrega das chaves, que o contrato não previu bonificação para o período em execução e que não se aplica à locação o Código de Defesa do Consumidor. 2. Fundamentação As questões de fato e de direito remetem à prova documental já produzida, e justificam o julgamento antecipado da lide A execução de título extrajudicial está fundada no contrato de locação de imóvel não residencial, com duração inicial de 12 meses a partir de 1° de setembro de 2001. O contrato foi

prorrogado automaticamente até a entrega das chaves em 19 de fevereiro de 2003. Isto porque o parágrafo único do artigo 56 da Lei n° 8.245/91 prevê que: "findo o prazo estipulado, se o locatário permanecer no imóvel por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir- se - à prorrogada a locação nas condições ajustadas, mas sem prazo determinado". A propósito, não procede o argumento de exoneração do fiador após o decurso do prazo do contrato, diante do reconhecimento da prorrogação tácita do acordo original. Há que se considerar, neste ponto, a manifestação expressa dos fiadores de garantir o contrato até a efetiva entrega do imóvel pelo locatário. O garantidor tinha a possibilidade de se desvincular do contrato na forma do artigo 835 do Código Civil, o que não aconteceu no presente caso. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C/C COBRANÇA. FIADOR QUE SE OBRIGA A GARANTIR O ADIMPLEMENTO CONTRATUAL ATÉ A EFETIVA ENTREGA DAS CHAVES. RESPONSABILIDADE PELOS DÉBITOS SURGIDOS APÓS PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N° 214 DO STJ. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJPR AC 0634672-3 - 11ª Câmara Cível Rel. Des. Fernando Wolff Bodziak j. 24.03.2010) De outro lado, não houve previsão de cláusula de bonificação para todo o período contratual, de forma a estendê-la também para toda a prorrogação contratual. As partes do contrato, em meses determinados, reduziram o valor do aluguel, com a finalidade de "facilitar e diminuir os custos da locatária na instalação de sua empresa neste imóvel". Deve ser reconhecido, nesta perspectiva, que o abatimento do aluguel vigorou apenas no primeiro ano do contrato, e nos meses de setembro/2001 a agosto de 2002, situação que exclui o período abrangido pela execução. Encerrando, assevera que a multa contratual de 10% do valor do débito deve ser reduzida para 2%, forte nas disposições do Código de Defesa do Consumidor. Cumpre assentar a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos casos como o presente, prevalecendo a multa como fixada no contrato de locação. 3. Dispositivo Pelo exposto, julgo improcedentes os embargos à execução. Condeno a embargante a pagar as custas processuais, e honorários advocatícios de 15% sobre o valor do débito, substituindo aqueles arbitrados na execução, considerando na sua
fixação a natureza da ação, a matéria debatida e atividade processual das partes e a duração do processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. CLAIRE LOTICI (OAB: 13.202) e ENIO CORREA MARANHÃO (OAB: 000044-216/PR).

82. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - 1989/2009-DIPAVE VEICULOS S.A. x TIM CELULAR S/A - I.1.Alegações do autor. Relata a parte autora que: Nunca manteve nenhum relacionamento contratual com a requerida, não tendo solicitado qualquer linha telefônica para sua empresa; Constatou a existência de pendências envolvendo seu nome no SERASA, efetivadas pela empresa requerida referente a suposto inadimplemento de linha telefônica; I.1.2. Pedidos Pede que o requerido seja condenado a pagar indenização referente aos danos morais sofridos. Liminarmente solicitou a exclusão do apontamento do histórico do SERASA. I.2. Respostas dos requeridos (Procedimento sumário, apresentação em audiência de conciliação designada para tanto na forma do artigo 277 do CPC) . 1º Requerido. Apresentou contestação em audiência pedindo improcedência dos pedidos. (fls. 37). Alegações: A demanda perdeu objeto tendo em vista que a empresa requerida cancelou o apontamento constante em nome do autor; Constam registros de solicitações telefônicas feitas em nome do autor, pelo que não se pode cogitar ausência de prestação de serviço, sendo legítima a inscrição no SERASA; Admitindo o uso de documentos por terceiro a requerida informa que tomou todas as cautelas para verificar autenticidade da solicitação; II - FUDAMENTAÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. O caso envolve ação de indenização por danos morais, na qual pretende a autora a condenação da ré à reparação dos danos causados pela inscrição indevida de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pois a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos. II.2.Mérito- Da responsabilidade do requerido A parte autora afirma que sofreu prejuízos por conta da atitude da ré em proceder à cobrança e consequente inscrição no cadastro de devedores, de fatura relativa a contrato de prestação de serviço telefônico que nega ter celebrado. Por outro lado, a ré admitiu a realização dos registros naquele banco de dados, justificando tal ato com a assertiva de que agiu em exercício regular de direito, pois utilizou toda cautela no momento da contratação, ressalvando que esta pode ter sido realizada por terceiro. Verifico que de forma confusa primeiro a requerida alega que o serviço foi efetivamente prestado ao autor, entretanto, em um segundo momento, como dito, admite que a ação foi decorrente de fraude cometida por terceiro. Portanto está claro que o autor foi vítima da deficiência da empresa requerida em não se aparelhar de todos os instrumentos necessários, que permitam a verificação a respeito da lisura de uma solicitação de disponibilização de linha telefônica. Se a ré pretende prestar um serviço ágil e quase que desburocratizado, porque, neste caso atrai mais clientes e lucra mais, deve estar ciente dos riscos do seu empreendimento. Nessa ótica, caberia a ré, na qualidade de prestadora de serviço e dentro do esperado padrão de segurança, confirmar a veracidade dos dados fornecidos pelo real solicitante para somente depois disso aceitar a contratação. Ao se utilizar dos dados cadastrais sem efetiva averiguação, a ré assumiu o risco inerente à simplificação do sistema praticado para prestar sua atividade, respondendo objetivamente pelos danos provocados à autora, na forma do artigo 14 e 17 do Código de Defesa do Consumidor##. O serviço e
atividade, mantidos pelo requerido de forma defeituosa, resultaram em danos morais ao consumidor. Isso porque a conduta ilícita tem como conseqüência a ocorrência presumida de transtornos na vida cotidiana da empresa autora, implica em violação de sua honra objetiva, resultando na configuração do dano moral. II.3. Valor do Dano A postura do réu em relação ao consumidor merece séria repreensão. Sustentar judicialmente a ausência do dever de indenizar é um direito constitucionalmente assegurado. O autor teve que dispor de tempo, de paciência que o serviço de comunicação com o cliente costuma exigir, de energia física e psicológica que esse tipo de situação absorve, para poder resolver, depois de muito tempo, apenas após a concessão da liminar, o seu problema. O anseio para com a resolução do problema, em casos dessa natureza, deveria ser da empresa prestadora de serviço e não do consumidor. Sopesados todos esses parâmetros e por equidade, tenho que para a reparação pelo dano moral causado é suficiente a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais). O valor dos danos morais deve ser atualizado pelo índice INPC/IGP-DE, a partir da sentença, e, ainda, acrescidos de juros de mora a partir da inscrição indevida, à taxa de 1% ao mês, consoante artigo 406, do citado Código Civil c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. A liminar concedida, nesta trilha, deve ser confirmada, no sentido da exclusão dos apontamentos negativos no nome da autora indicados na petição inicial. III- DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para: a) declarar a ausência de responsabilidade da autora em relação aos débitos existentes junto à ré, confirmando a liminar concedida para determinar a baixa de inscrições apontadas na inicial nos cadastros de proteção ao crédito; b) CONDENAR o Réu no pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, quantia essa a ser acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir da data do ato ilícito e atualizada monetariamente pelo INPC-IGP-DI a partir da sentença. Pela sucumbência, , CONDENO a Requerida no pagamento de todas as despesas processuais, incluídos os honorários advocatícios, estes últimos arbitrados, nos termos do art. 20, § 4o, do CPC, em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação, considerando o tempo de trâmite da demanda, a qualidade do serviço prestado e a desnecessidade de instrução da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. REGIS TOCACH (OAB: 000033-048/PR) e MARY HELLEN DE SOUZA FERRIERA TOCACH (OAB: 000056-247/PR).

83. COBRANÇA - 1992/2009-DANI FRANCIS GARCIA LUJAN x HDI SEGUROS S/A - Dani Francis Garcia Furjan propôs ação de cobrança em face de HDI Seguros S/A, aduzindo que contratou com a ré o seguro de veículo de sua propriedade. Alega que o veículo em questão foi furtado em 15 de janeiro de 2009, em frente à residência do autor. Afirma que a cobertura foi negada pela seguradora, sob o argumento de que as declarações prestadas pelo segurado no contrato de perfil eram inverídicas. HDI Seguros S/A apresentou contestação (fls. 58/64). Alega, em síntese, que o segurado perdeu o direito à cobertura securitária por omitir circunstâncias fáticas que influenciam na aceitação da proposta ou na fixação do prêmio. Aduz, ainda, que o autor de próprio punho informou que o veículo pernoitava em via pública em diversas ocasiões. O autor impugnou a contestação afirmando que o perfil do segurado não foi por ele preenchido, sendo de total responsabilidade da seguradora, vez que ausente qualquer assinatura que comprove sua ciência do conteúdo do questionário. Refuta ainda os documentos juntados pela ré (fl.65/67), já que foram preenchidos sob orientação de preposto da ré, divergindo do que lhe havia sido anteriormente relatado. Designada audiência de instrução e julgamento, colheram-se os depoimentos pessoais do autor, e das testemunhas por ele indicadas. As partes apresentaram alegações finais por memoriais (fls.155/164 e 165/166). 2. Fundamentação A recusa da seguradora está fundada no desacordo, em tese, entre a informação fornecida pelo segurado no ato da contratação guarda do veículo em estacionamento na residência e no local de trabalho, e o que a regulação do sinistro apurou. Há que se ressaltar que, uma vez que o contrato de seguro é tipicamente de adesão, a dúvida se resolve no interesse do segurado. Neste sentido: A cláusula que prevê que o veículo somente poderia ficar "em garagem", tanto no trabalho como na residência, acaba atingindo a própria essência do contrato de seguro, que é proporcionar ao segurado a garantia de que será ressarcido, caso ocorra alguma coisa com seu bem em sua utilização normal, sendo nula por sua abusividade, nos termos do artigo 51, §1º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor. (TJPR, Apelação Cível nº 650.446-3, Nona Câmara Cível, Rel. Rosana Amara Girardi Fachin. Julgado em 13/05/2010) A prova produzida demonstrou que o autor não agiu de má-fé ao responder o questionário formador do perfil, e que seu veículo era rotineiramente guardado na garagem. Sob esta perspectiva, é que deve ser examinada a alegação da ré de que o autor redigiu de próprio punho declaração de que o veículo pernoitava em diversas ocasiões em via pública. Ademais, o autor afirma que somente redigiu a declaração sob orientação do preposto da ré, o que foi confirmado pelo depoimento em audiência da testemunha José Celso Leal Nascimento. Portanto, com a verificação do risco assumido pelo segurador comprovada na vigência do contrato de seguro, o segurado tem direito à indenização até o limite da apólice. Diante de tais fatos, e considerando a aplicabilidade à espécie da Lei n° 8.078/90 que consagra a transparência e a boa-fé objetiva nas relações, é dever da seguradora o pagamento da integralidade do valor segurado constante do documento de fls.20 (110% da Tabela FIPE). A correção monetária deve ser contada da data do evento (15
de janeiro de 2009), e os juros de mora de 1,0% ao mês incidem a partir da citação, tratando-se de responsabilidade contratual. 3. Dispositivo Pelo exposto, julgo procedente o pedido para condenar a ré a pagar ao autor o valor de R$ 41.546,00, com correção monetária pela média INPC/IGP-DI desde 15 de janeiro de 2009, e juros de mora de 1,0% ao mês, a partir da citação. Condeno a ré a pagar as custas processuais, e honorários advocatícios de 15% sobre o valor da condenação, arbitrados considerando a natureza da ação e atividade processual das partes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. FILIPE ALVES MOTA (OAB: 000022-945/PR) e PAULO ROBERTO FADEL (OAB: 013474/PR).

84. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 2028/2009-CARLOS CESAR RIBEIRO DOS SANTOS x BANCO BMG S/A - O Banco como fornecedor de serviços, pode ter sua conduta contrastada com as disposições da Lei n° 8.078/90. Possível, por conseguinte, a aplicação desta legislação principiológica, inclusive no que diz respeito à inversão do ônus da prova. A inversão do ônus da prova é instrumento processual adequado para dar equilíbrio à relação de consumo, quando constatada a hipossuficiência do consumidor. Com esses esclarecimentos, manifestem-se as partes no interesse na produção de outras

provas, em especial a prova pericial, justificando sua necessidade. Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA (OAB: 039636/PR), DANIELLE TEDESKO (OAB: 044562/PR), LUCAS RECK VIEIRA (OAB: 047986/PR) e ÉRICA HIKISHIMA FRAGA (OAB: 000026-204/).

85. SUMÁRIA DE COBRANÇA DE TAXAS DE CONDOMÍNIO - 2075/2009-CONDOMÍNIO CONJUNTO RESIDENCIAL PARQUE VERDE x BENJAMIM NOGUEIRA DA SILVA e outro - Homologo por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o pagamento dos honorários advocatícios efetuado pelo devedor declarado às fls. 92 e, de conseqüência, julgo extinto o processo, nos termos do art. 794, inc. I, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes a cargo da parte autora. Com as baixas e anotações necessárias, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Adv. FLAVIO DIONISIO BERNARTT (OAB: 000011-363/PR).

86. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 2114/2009-BANCO BRADESCO S/A x BICO FINO COMERCIO DE CALÇADOS LTDA e outros - Providencie a parte autora a complementação das custas da diligência do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 297,00, tendo em vista que são três requeridos e quatro endereços informados. Advs. JOÃO LEONEL ANTOCHESKI (OAB: 25.730) e MARIA IZABEL BRUGINSKI (OAB: 043844/PR).

87. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO - 2235/2009-VALERIO KRIGER JUNIOR x BRASIL TELECOM S/A - O autor ajuizou a presente ação em face de Brasil Telecom S/A, aduzindo em síntese: a) em 15/07/09 teve seu nome incluso em serviço de proteção ao crédito por conta de uma suposta dívida de R$ 444,93, referente ao contrato 8162510522 b) que a referida linha telefônica nunca foi de sua propriedade, POIS JAMAIS CONTRATOU SERVIÇOS DA REQEURIDA, bem como pelo fato de nunca ter residido no endereço localizado no Bairro Santa Cândida em Curitiba. Discorreu sobre o dano moral ocasionado pela inscrição indevida nos cadastros de inadimplentes Ao final, requereu a procedência da ação, para que a dívida seja declarada inexistente bem como o requerido condenado no pagamento de indenização por danos morais. A ré apresentou contestação (fls. 30), sustentado que: a) o autor reside na cidade de São José dos Pinhais, local onde foi instalado o referido terminal telefônico, localizado na rua Rubens de Santana Tavares, 62 em São José dos Pinhais; o autor é contumaz devedor na praça; é provável no caso o uso dos dados do requerente por terceiro de má-fé, fato este corriqueiro em razão da comum prática de venda de dados de consumidores por empresas, na rua, ou decorrente de vazamento de informações da receita federal; o fato pode ser qualificado como fato de terceiro, excluindo a responsabilidade do requerido; carência de ação; pede a improcedência. Impugnação à contestação às fls. 95. Especificando provas somente o requerido solicitou o envio de ofício para Copel a fim de se averiguar o nome do titular de ligações de energia elétrica no endereço da rua Rubens de Santana Tavares, 62, São José dos Pinhais. É o relatório. II - FUDAMENTAÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. O caso envolve ação de indenização por danos morais, na qual pretende a autora a condenação da ré à reparação dos danos causados pela inscrição indevida de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito, sob o argumento de inexistência de relação jurídica contratual. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pois a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos. II.1.2.Aplicação do Código de Defesa do Consumidor. E, neste sentido, não há dúvidas de que as regras consumeristas são aplicáveis à relação entabulada entre as partes. Sendo assim, o prestador do serviço responde objetivamente pelos danos causados aos seus clientes/consumidores pelo serviço defeituoso, salvo se comprovada a ocorrência de alguma das causas excludentes previstas no § 3º do referido artigo 14.## Ressalte-se que, para a exclusão da responsabilidade do fornecedor, segundo o artigo 14, § 3° do Código de Defesa do Consumidor, é preciso comprovar a ausência de defeito no serviço ou a culpa exclusiva da vítima ou de terceiro. II.2.Mérito- Da responsabilidade do requerido Inicialmente, afastando a preliminar arguida tendo em vista que se confunde com o mérito, registro que para a configuração da responsabilidade civil, indispensável se torna a presença de uma conduta antijurídica potencialmente lesiva, de um dano e do nexo entre um e outro. A autora afirma que sofreu prejuízos por conta da atitude da ré em proceder à cobrança e conseqüente inscrição no cadastro de devedores, de fatura relativa a contrato de prestação de serviço telefônico que nega ter celebrado. Por outro lado, a ré

admitiu a realização dos registros naquele banco de dados, justificando tal ato com a assertiva de que agiu em exercício regular de direito, pois utilizou toda cautela no momento da contratação. Dentro da sua justificativa, o requerido prossegue valendo-se de argumentos confusos que revelam a clara impressão de que de fato não tem a certeza a respeito de ter efetivamente contratado com o autor o fornecimento da linha telefônica. Vejamos, inicialmente afirma categoricamente que a linha telefônica foi instalada na residência do autor, na rua Rubens de Santana Tavares, n. 62, na cidade de São José dos Pinhais. Entretanto não impugnou a informação prestada pelo autor segundo a qual ele reside em local diverso, na rua Cruzeiro do Sul, 53 na Cidade de São José dos Pinhais. Neste passo, como única prova da suposta contratação o requerido junta espelhos de tela do seu sistema interno, documentação precária e unilateralmente produzida que, além de não ter o condão de comprovar a relação jurídica, dão conta que o endereço do suposto cadastro (rua Rubens Santana Tavares 62) estaria localizado na cidade de Curitiba e não em São José dos Pinhais. Esse simples fato já revela a total falta de coerência nas informações prestadas na contestação e permite a conclusão de que a parte requerida mantém um sistema pouco organizado de contratação, dispensando a formalização via contratação escrita, fato este que, na tentativa de obtenção de fácil lucro, permite a ocorrência de fraudes. O fato por si só já é suficiente para o reconhecimento do pedido do autor eis que evidencia ausência de contratação. Somados a isso é possível verificar pela consulta ao CEP correspondente ao suposto endereço, retirado do cadastro da requerida (CRP 83.215650) que o local não se localiza nem mesmo na cidade de Curitiba, mas sim na cidade de Paranaguá#. Resta assim comprovado que o endereço da suposta contratação diverge do endereço residencial do autor que reside em São José dos Pinhais, conforme alegação não impugnada. Uma ressalva merece ser feita em relação a tal informação. Apesar de ter mencionado na contestação que tal endereço se localizava na cidade de São José dos Pinhais, e que seria este o endereço residencial do autor, a requerida em sede de especificação de provas solicitou envio de ofício à COPEL (companhia paranaense de energia elétrica) para que fosse verificado em nome de quem eram enviadas as contas de luz no dito endereço, dessa vez sustentando que se localiza na cidade de Paranaguá. Portanto verifica-se que a requerida ora sustenta que o endereço do contrato fica na cidade de São José dos Pinhais, ora que fica em Paranaguá, porém mantém em seu cadastro a informação de que o endereço fica na verdade em Curitiba. É tamanha a plenitude da incoerência que, além das antes realizadas, é possível também concluir que a requerida não faz ideia do efetivo local no qual foi instalado o terminal telefônico. Não possuindo contrato, nem a certeza do local onde foi celebrado, não é simplesmente mediante eventual informação colhida em banco de dados mantidos no cadastro de outras empresas, a respeito do endereço do consumidor, que se pode permitir que uma empresa especializada no serviço de telefonia comprove a realização de suas contratações. Tal atitude atenta diretamente contra norma expressa no inciso VI do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor,## segundo o qual as atitudes do fornecedor devem proporcionar a plena prevenção em relação à ocorrência de danos ao

consumidor Por tal motivo, a prova por ela solicitada é imprestável para a finalidade pretendia, qual seja, comprovar a existência da relação jurídica. Além de toda essa incoerência aliada à falta de documentação idônea necessária para comprovar a contratação, outro ponto permite o acolhimento do pedido do autor mediante a conclusão de que, de fato, não houve qualquer contratação. O réu admite a possibilidade da contratação em nome do demandante por meio de conduta fraudulenta de terceira pessoa, sendo tal fato reconhecido em sua contestação. Se a requerida admite a hipótese é porque, mais uma vez, não possui a certeza de que foi a autora quem realizou a contratação do serviço de telefonia. ## Como dito, se a ré pretende prestar um serviço ágil e quase que desburocratizado, porque, neste caso atrai mais clientes e lucra mais, deve estar ciente dos riscos do seu empreendimento. Nessa ótica, caberia a ré, na qualidade de prestadora de serviço e dentro do esperado padrão de segurança, confirmar a veracidade dos dados fornecidos pelo real solicitante para somente depois disso aceitar a contratação. Desta forma, a negativa de vínculo com a ré manifestada pela autora merece prosperar diante do indicativo de que reside em local diverso onde foi contratado o serviço de telefonia móvel que gerou a fatura em aberto. Nesse aspecto, ressalto, deve-se levar em conta também que a ré admitiu a possibilidade de a empresa ter sido induzida em erro. Ao se utilizar dos dados cadastrais sem efetiva averiguação, a ré assumiu o risco inerente à simplificação do sistema praticado para prestar sua atividade, respondendo objetivamente pelos danos provocados à autora. Pode-se falar, portanto, que houve defeito na prestação dos serviços pela ré, porquanto indevidamente imputou débito à autora, inscrevendo seu nome no Serasa, abalando "a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais ... o modo de seu fornecimento" (inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor). Dessa forma, configurado o nexo de causalidade entre conduta do réu advinda de sua atividade comercial e dano sofrido pelo consumidor, consubstanciada na inscrição indevida do nome da autora nos cadastros restritivos de crédito, impõe-se o dever de indenizar. II 3. Do dano Moral O dano moral, por sua vez, emerge da conduta lesionadora praticada pela ré, prescindindo de prova, sendo presumido, bastando, pois, a mera confirmação da ocorrência do ato ilícito. Em consequência, o pedido de indenização é procedente. A postura do réu em relação ao consumidor também é absurda. Sustentar judicialmente a ausência do dever de indenizar é um direito constitucionalmente assegurado. Porém, admitir a possibilidade da contratação não ter sido feita pelo consumidor, e, ainda assim, permitir que diversos setores do comércio continuem a visualizar o consumidor como sendo possuindo dívidas advindas de uma relação fraudulenta, constitui atitude indigna. A conduta fere diretamente o principio da boa-fé e atenta conta a própria função social da empresa. Era de se esperar que o réu espontaneamente procurasse contornar a situação, mediante instauração de procedimento interno de averiguação, Porém, preferiu nada fazer. A necessidade de lucros não pode estar acima do bem estar social e não pode atropelar o cidadão como se ele não existisse. Tal conduta, de lucro a todo custo, alicerçada em uma postura de litigiosidade a todo

o vapor, contribui também para a "superlotação" de demanda enfrentada pelo poder judiciário, o que reflete total falta de consideração pelo consumidor. Sopesados todos esses parâmetros e os comentados elementos do caso concreto, tenho que para a reparação pelo dano moral causado é suficiente a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais). O valor dos danos morais deve ser atualizado pelo índice INPC/IGP-DE, a partir da sentença, e, ainda, acrescidos de juros de mora a partir da inscrição indevida, à taxa de 1% ao mês, consoante artigo 406, do citado Código Civil c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. III-DISPOSITIVO III.1. Concluindo a decisão, com fundamento no artigo 269 I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para: a) declarar a ausência de responsabilidade da autora em relação aos débitos existentes junto à ré, para determinar a baixa de inscrições apontadas na inicial nos cadastros de proteção ao crédito, sob pena de incidir em multa diária no valor de R$ 500,00; b) CONDENAR o Réu BRASIL TELECOM S/A no pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, quantia essa a ser acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir da data do ato ilícito (data da abertura da conta) e atualizada monetariamente pelo INPC-IGP-DI a partir da sentença. Pela sucumbência, que foi ínfima por parte do autor, CONDENO a Requerida no pagamento de todas as despesas processuais, incluídos os honorários advocatícios,

estes últimos arbitrados, nos termos do art. 20, § 4o, do CPC, em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, considerando o tempo de trâmite da demanda, a qualidade do serviço prestado e a desnecessidade de instrução da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. ARLEIDE REGINA OGLIARI CANDAL (OAB: 000034-280/PR) e SANDRA REGINA RODRIGUES (OAB: 027497/PR).

88. REVISIONAL DE ENCARGOS FINANCEIROS DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO - 2286/2009-MARLENE SIMIONATO DE LIMA x BANCO FINASA S/A - Trata-se de ação revisional de contrato proposta por Marlene Simionato de Lima em face do Banco Finasa S.A. Aduz a autora que firmou com o réu contrato de financiamento para aquisição de veículo, onde se operou a prática indevida de anatocismo, conforme se depreende do parecer contábil técnico. O Laudo também apurou que o valor da diferença líquida em favor da autora é de R$ 22.273,93. Por tais argumentos pugna pela exclusão da capitalização mensal de juros e outros considerados ilegais, com repetição de indébito na forma do art. 42 do CDC, determinado-se ainda, a inversão do ônus da prova. Requer por fim, a concessão dos benefícios da justiça gratuita, que acabou indeferida às fls. 50. O Banco Finasa S/A apresentou contestação (fls. 63/82). Argumenta que as parcelas eram pré-fixadas, tendo o devedor ciência de todos os valores e encargos desde a contratação, aderindo livremente ao financiamento; que não há qualquer evidência de onerosidade excessiva quanto aos juros contratados, uma vez que foram cobrados segundo a norma vigente; que a restituição em dobro dos valores não cabe ao presente caso, uma vez que não preenche aos requisitos legais para tanto. A autora alegou a intempestividade da contestação. 2. Fundamentação. 2.1. Contestação tempestiva e julgamento antecipado O prazo para contestar é contado da juntada aos autos do aviso de recebimento (artigo 241, I, CPC). A demora da escrivania na juntada do expediente não justifica contar o termo inicial da data da assinatura do aviso de recebimento. Assim, a contestação é tempestiva. As questões de fato e de direito remetem à prova documental já produzida, e justificam o julgamento antecipado da lide. 2.2. Relação de Consumo A instituição financeira demandada, como fornecedora de serviços, pode ter sua conduta contrastada com as disposições da Lei n° 8.078/90. O Superior Tribunal de Justiça já assentou este entendimento na Súmula 297: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras. Possível, por conseguinte, a aplicação desta legislação principiológica, inclusive no que diz respeito à inversão do ônus da prova, como critério de julgamento. Sendo a inversão do ônus da prova uma regra de julgamento, plenamente possível seja decretada em 2º grau de jurisdição, não implicando esse momento da inversão em cerceamento de defesa para nenhuma das partes, ainda mais ao se atentar para as peculiaridades do caso concreto, em que se faz necessária a inversão do ônus da prova diante da patente hipossuficiência técnica da consumidora que não possui nem mesmo a documentação referente ao contrato de seguro. Agravo regimental improvido. (AgRg nos EDcl no Ag 977.795/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/09/2008, DJe 13/10/2008. Significativa, ainda, a observação de que o princípio da liberdade é uma regra válida, mas não impositivamente absoluta, diante da superação do dogma da vontade e a rigidez de sua força vinculativa ao contrato (pacta sunt servanda). Dispõe o artigo 421 do Código Civil: "A liberdade
de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato". Nesta perspectiva, é que vem o consumidor questionar a validade das cláusulas contratuais que aponta como abusivas. Não se evidencia, por conseguinte, semelhança entre a pretensão deduzida pela autora e o exercício do direito previsto no artigo 26 da Lei n° 8.078/90. 2.3. Capitalização de juros No que se refere à capitalização dos juros, a autora era sabedora do valor da prestação e da duração de sua cobrança desde o início do contrato. Assim, não há que se falar em abusividade na forma de incidência dos juros pactuados, acerca dos quais ele tinha inegável conhecimento, inclusive do reflexo sobre o valor das parcelas mensais já antecipadamente calculadas. Todavia, o que se discute aqui é a ocorrência da capitalização dos juros como matéria dissociada do mero conhecimento do valor da prestação, importando saber, se o cálculo realizado pela ré foi realizado segundo os termos anunciados no contrato. Neste aspecto, emergem duas constatações: a primeira, de que o contrato carece de expressa e clara menção à capitalização dos juros; e a segunda, a de que ocorrência da capitalização mensal está evidenciada na diferença entre a taxa anual constante do contrato e aquela obtida pela multiplicação da taxa mensal por doze meses. "É admissível a capitalização mensal dos juros nos contratos de cédula de crédito bancário, consoante prevê a Lei nº 10931/2004, desde que expressamente pactuada. A não correspondência entre as taxas de juros mensal e anual, por ser esta maior que 12 (doze) vezes aquela, evidencia capitalização de juros." (TJPR AC 610.089-6 18ª C.Cível - Rel. Des. Ruy Muggiati j. 21.10.2009) Assim, evidenciada a capitalização em desacordo com os preceitos legais, os juros remuneratórios devem ser contados sem capitalização mensal. Possível a incidência de capitalização anual de juros, conforme previsão do artigo 591 do Código Civil. 2.4. Repetição de valores na forma simples Com as modificações impostas ao contrato, cabível a devolução ou compensação de valores pagos a maior na forma simples, ensejando, de outro modo, o cotejo entre estes já referidos e os valores decorrentes do contrato e ainda em pendência. Não prevalece a pretensão de restituição em dobro, quando o indébito é resultado de juízo de valor provocado pelo consumidor ao pleitear a revisão do contrato. 3. Dispositivo Pelo exposto, julgo parcialmente procedente o pedido da autora para afastar a capitalização mensal dos juros. O valor apurado, se favorável ao consumidor, importará em restituição na forma simples com juros moratórios desde a citação e correção monetária a partir de cada desembolso. A sucumbência da autora é mínima. Condeno a parte ré ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, considerando a natureza da ação, o benefício pretendido e a atividade processual das partes. Publiquese. Registre-se. Intimem-se. Advs. HENRY ANDERSEN NAVARETTE (OAB: 027141/PR), MARCELO A. BITTENCOURT (OAB: ) e NEWTON DORNELES SARATT (OAB: 038023/PR).

89. ORDINÁRIA DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - 2313/2009-VITAGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA e outro x TIM CELULAR S.A. - Pretende a autora a condenação da requerida no pagamento de danos morais, em razão de ter sido inscrita em serviço de proteção ao crédito. Alega, para tanto, que: a) manteve contrato de prestação de serviços telefônicos com a TIM celular até abril de 2009, tendo firmado na data de 03/04/2009, contrato com outra operadora, VIVO, em operação de portabilidade numérica junto a antiga operadora, ora requerida; b) passou a utilizar serviços da VIV a partir de 05/05/2009, mesmo assim recebeu uma fatura para pagamento da requerida no valor de R$ 263,69, no dia 20/06/09; c)acreditando se tratar dos minutos remanescentes do contrato antes mantido com a TIM realizou o pagamento; d) no mês seguinte recebeu nova fatura telefônica da requerida, cobrando o valor integral do plano antes mantido, "Pacote 450 minutos Nosso Grupo"; d) entrou em contato com a requerida informando a situação e solicitando que fossem realizados os procedimentos necessários para exclusão das cobranças, tendo recebido o respectivo numero de protocolo de atendimento; e) a situação não foi resolvida e recebeu nova fatura para pagamento em 07/08/09, tempos depois, uma notificação exigindo o pagamento, e, ainda, outra fatura de pagamento em 20/08/09; f) na sequencia, em setembro de 2009 foi comunicado pelo SERASA a respeito da inscrição do seu nome; Pedidos: a) Em sede de liminar solicitou a exclusão do seu nome junto ao SERASA, pedido este que foi deferido. ( ) c) Pediu a devolução em dobro da fatura quitada em maio, quando já tinha ocorrido a rescisão do contrato; a declaração de inexistência dos valores relativos aos outros meses cobrados (a partir de maio de 2009) e pagamento da indenização pelos danos morais suportados. A ré TIM S/A, apresentou contestação, afirmando: a) A autor manteve plano de acesso a quatro números celulares, iniciado em abril de 2004, e encerrado após o procedimento de portabilidade para outra operadora; não foi verificado nenhuma ilegalidade na cobrança das faturas com vencimento em julho e agosto de 2009, totalizando 441,70 reais, sendo legitima a inscrição do nome da autora no SERASA. Pediu improcedência. Impugnação a contestação fls. 110. II - FUDAMENTAÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. Trata-se de ação de inexigibilidade de débito cumulada com danos morais, pela qual pretende o autor que seja anulada a cobrança emitido contra ele, bem como o réu seja condenado a indenizá-lo pelos danos morais causados. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, eis que a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos. II.2. Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor Não há dúvidas de que as regras consumeristas são aplicáveis à relação entabulada entre as partes. Sendo assim, o prestador do serviço responde objetivamente pelos danos causados aos seus clientes/consumidores pelo serviço defeituoso, salvo se comprovada a ocorrência de alguma das causas excludentes previstas no § 3º do referido artigo 14. Ressalte-se que, para a exclusão da responsabilidade do fornecedor, segundo o artigo 14, § 3° do Código de Defesa do Consumidor, é preciso comprovar a ausência de defeito no serviço ou a culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.## II.4.Do mérito Inicialmente, cumpre registrar que para a
configuração da responsabilidade civil, indispensável se torna a presença de uma conduta antijurídica potencialmente lesiva, de um dano e do nexo entre um e outro. Conforme se pode verificar pelo teor da própria contestação a autora manteve o contrato junto a requerida até a realização da operação de portabilidade para outra empresa também prestadora de serviços de telefonia móvel. A requerida não impugnou a afirmação feita na inicial segundo a qual a operação de portabilidade ocorreu em abril de 2009. Tal alegação inclusive encontra-se devidamente comprovada. Basta verificar as faturas telefônicas referentes ao contrato mantido pela autora junto a VIVO, para constatar que a partir de maio de 2009 ela passou a utilizar os serviços valendo-se dos mesmos números antes utilizados no contrato mantido junto a TIM. Se a portabilidade significou a extinção do contrato com a TIM, e tal operação ocorreu inequivocamente em abril de 2009, todos os valores cobrados pela requerida a partir de maio de 2009 são frutos de conduto ilícita, vez que amparados em relação contratual não mais existente. Portanto, a fatura quitada pelo autor em junho de 2009, referente a cobrança feita pela TIM a respeito do período de utilização correspondente a maio de 2009, bem como as subseqüentes, referentes a julho e agosto de 2009, pelas quais o autor foi inscrito no SERASA, são plenamente indevidas. A conduta além de ensejar o prejuízo material, no que diz respeito à fatura quitada no mês de junho, a qual deverá ser objeto de devolução de forma simples, vez que não se aplicam as regras do parágrafo único do artigo 42 do código de defesa do consumidor## diante da não comprovação da má-fé, deu margem a amplo prejuízo no âmbito extrapatrimonial referente a honra objetiva da empresa autora, que, indevidamente, figurou no mercado como empresa inadimplente. II 3. Do dano Moral No caso em debate, está-se diante do Dano Moral chamado objetivo presumido, cuja contraprestação à vítima se deve por lesão aos direitos de sua personalidade jurídica, por prejuízos que atingiram seu patrimônio incorpóreo que não necessitam de prova por serem absolutamente notórios. Os aspectos preventivo e punitivo, aliados a potencialidade econômica, devem ser aqui especialmente levados em conta, de modo a desestimular a conduta da empresa ré. Por tais razões, penso que é insuficiente para que o valor da indenização atinja a sua precípua finalidade, a quantia geralmente fixada em casos análogos, nos quais a extensão do dano é mensurada a partir de padrões presumidos tendo em vista o homem-médio, considerando o seu aspecto íntimo, levando-se em conta a comum falta de conhecimento da situação por parte e terceiros (R$ 10.000,00).No caso o autor comprovou que outras empresas com as quais mantém relação comercial tiveram contato com a informação a respeito de sua falsa situação de inadimplente gerada pelo cadastro indevido no SERASA (fls 116,117), situação esta que lhe gerou amplos problemas com liberação de crédito. Sopesados todos esses parâmetros e os comentados elementos do caso concreto, tenho que para a reparação pelo dano

moral causado é suficiente a quantia de R$ 15.000,00 (quinze mil reais ). O valor dos danos morais deve ser atualizado pelo índice INPC/IGP-DE, a partir da sentença, e, ainda, acrescidos de juros de mora à taxa de 1% ao mês, consoante artigo 406, do citado Código Civil c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, também a partir da sentença. III-DISPOSITIVO Diante
do exposto: a) Julgo Procedentes os pedidos deduzidos na inicial em relação a ré, para declarar indevida a cobrança realizada pela empresa ré, bem como nulos todos os atos e desdobramentos decorrentes desta, consolidando neste momento os efeitos produzidos em sede de tutela antecipatória, para determinar a baixa de inscrições apontadas na inicial nos cadastros de proteção ao crédito; Condeno a ré ao pagamento de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de dano moral, por entender este montante adequado ao presente caso. O valor dos danos morais deve ser atualizado pelo índice INPC/IGP-DE, a partir da sentença, e, ainda, acrescidos de juros de mora, à taxa de 1% ao mês, consoante artigo 406, do citado Código Civil c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, a partir da sentença. Condeno a requerida a devolver o valor referente a fatura do mês de maio de 2009, vencida no mês de junho, devidamente atualizada a partir do pagamento feito (INPC) e acrescida de juros de mora a partir da citação. Condeno ainda a ré ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários do advogado que arbitro em 15% do valor da condenação, considerando-se a natureza da ação, o zelo do profissional e o tempo do trâmite da demanda (Código de Processo Civil, art. 20, § 3º). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. GIANNA CARLA ANDREATTA (OAB: 028621/), SERGIO LEAL MARTINEZ (OAB: 056470/PR) e GEANDRO LUIZ SCOPEL (OAB: 037302/PR).

90. REVISIONAL DE CONTRATO C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 2432/2009-CLAUDIA CRISTINA PEREIRA x DIBENS LEASING S/A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - Manifeste-se a parte interessada acerca da Carta, devolvido. Advs. ANA CAROLINA K. Z. BARBOSA (OAB: 000043-216/PR) e ROGERIO APARECIDO BARBOSA (OAB: ).

91. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0002992-61.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S.A x ARTUR MALTACA DE CRISTO - 1. Na ordem de gradação legal, segundo inteligência do artigo 655, inciso I, do Código Processual Civil, o dinheiro conserva-se em posição privilegiada. Além do que, tal bloqueio detém maior eficácia no processo executivo. 2. Assim, determino, via BACENJUD, o bloqueio de numerário existente em conta dos executados. Tal constrição dar-se-á até o valor necessário à segurança deste Juízo. Advs. JOÃO LEONEL ANTOCHESKI (OAB: 25.730) e MARIA IZABEL BRUGINSKI (OAB: 043844/PR).

92. CANCELAMENTO DE PROTESTO - 0008693-03.2010.8.16.0001-ELISETE FERREIRA KUPEKA x DEL RIO COMÉRCIO DE CONFECÇOES E CALÇADOS LTDA e outros - I-RELATÓRIO O autor ajuizou ação visando o cancelamento do protesto referente a três duplicatas, bem como a condenação dos requeridos no pagamento de danos morais, alegando para tanto que: Em 04/03 efetuou uma compra na loja Del Rio, ocasião na qual foram emitidas três notas promissórias nos valores de R$ 81,87, com vencimento para os meses de maio junho e julho de 2003; Passados mais de três anos desde o vencimento da primeira nota promissória a requerente recebeu aviso de protesto do referido título no importe de R$ 164,43, rendo por cedente e portador a COBRARP e sacador a DEL RIO COMERCIO DE CONFECÇÕES , sendo que, embora já prescrita a nota promissória o requerente quitou o dito título; Posteriormente, cerca de um mês depois da quitação relativa à primeira nota promissória, o autor recebeu ameaça de protesto em relação as duas outras notas promissórias; No mês de julho de 2009 foi protestada em relação às ditas duas outras notas promissórias, tendo como credor a empresa COBRARP, pedido da OMAR CALÇADOS, e sendo remetente da notificação JOVA ASESSORIA EMPRESARIAL LTDA; Os títulos já estão prescritos sendo indevido o protesto, fato este que lhe acarretou danos morais. Pediu cancelamento dos protestos bem como condenação dos requeridos no pagamentos de indenização por danos morais. Liminar. O pedido liminar foi indeferido (fls. 73), tendo sido tal decisão atacada via agravo de instrumento ao qual foi negado seguimento. (fls. 165) O requerido DEL RIO COMERCIO DE CALÇADOS apresentou contestação sustentado a improcedência do pedido, argumentando que foi a 2ª requerida quem enviou os títulos a protesto sendo, portanto, única responsável por estes. Argumentou, também, ausência de irregularidade no protesto em razão da situação de inadimplência. Os demais requeridos, JOVA ASSESSORIA anteriormente denominada COBRARP ASSESSORIA, contestaram também sustentando a improcedência do pedido, afirmando a plena legalidade do protesto em razão da inadimplência do autor. O autor se manifestou sobre a contestação. (fls. 168). Especificando provas, tão somente a requerida JOVA ASSESSORIA, solicitou oitiva de testemunhas. II-FUDAMENTAÇÃO. O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, eis que a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos, vez que a controvérsia cinge-se a análise a respeito da legalidade do protesto das duplicatas emitidas em favor do autor, ocorrido após já ter se expirado o prazo prescricional. II.2.Mérito- Legalidade do Protesto. Não há dúvidas a respeito da prescrição das três notas promissórias emitidas em desfavor do requerido, com vencimentos previstos respectivamente para os meses de maio, junho e julho de 2003, cada uma no valor de R$ 81,87, em decorrência de uma compra realizada na loja da primeira requerida, Del Rio Comercio de Calçados LTDA. Isso porque, quando do protesto em 15/07/2009, já havia expirado o prazo prescricional de três anos disposto no artigo 18 da lei 4474/68 (lei das duplicatas). Entretanto a prescrição retira apenas a eficácia executiva do título de crédito, não maculando a dívida nele representada, a qual poderá ser cobrada por outras vias que não a executiva. Persistindo a dívida, tanto o protesto, conforme norma
expressa do artigo 10## º da lei 9492/97, quanto o envio do nome do devedor inadimplente para cadastro de proteção ao crédito, são atos inerentes ao exercício regular do direito por parte dos credores, aptos a atestarem o inadimplemento de dívida certa, inadimplemento que, no caso, se quer foi negado. São diversos os precedentes do Tribunal de Justiça local neste sentido. ## Como dito pela própria parte autora, para realização do protesto e inscrição no SERASA, foram observados os procedimentos de prévia notificação do devedor. Não caracterizada a ilicitude do ato, não há que se falar em responsabilidade civil e, por conseguinte, dever de indenizar. O pedido deve ser julgado totalmente improcedente visto que a pretensão de declaração da prescrição dos títulos estava unicamente voltada ao reconhecimento do dever de indenizar. III-DISPOSITIVO Concluindo a decisão, na forma do artigo 269 I do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial. Condeno o requerente no pagamento de custas e honorários advocatícios para cada um dos advogados das partes requeridas os quais fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais) considerando a baixa complexidade e o tempo de trâmite da demanda, conforme critérios previstos no artigo 20 do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. MILENA CARLA DE MORAES VIEIRA (OAB: 000048-886/PR), ANDREI AMARAL CAMAROSKI (OAB: 000040-503/PR) e JEAN PIERRE COUSSEAU (OAB: 047215/PR).

93. ORDINÁRIA - 0013791-66.2010.8.16.0001-JOSE CARLOS DA SILVA x BANCO ITAU S/A - 1. O presente feito comporta julgamento antecipado conforme dispõe o art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil. 2. Anote-se conclusão para sentença. Advs. GENI KOSKUR (OAB: 000015-589/PR), EVARISTO ARAGAO SANTOS (OAB: 024498/PR) e CAROLINE RUPEL SCARANO (OAB: 033219/PR).

94. BUSCA E APREENSÃO - 0017194-43.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S/A CRED. FINANCIAM. E INVESTIMENTO x ILSON ALCANTARA DA SILVA JUNIOR - Custas de AR/OFICIO/POSTAGEM a cargo do AUTOR no valor de R$ 9,40. Advs. PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB: 050945/PR) e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB: 19.937-PR).

95. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 0030021-86.2010.8.16.0001-ROBINSON CRISTOFER CARVALHAES PEREIRA x BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA - A parte autora ajuizou a presente ação de revisão de contrato com consignação em pagamento com pedido liminar alegando, em resumo que: firmou com o réu contrato de financiamento alienação fiduciária - para aquisição de veículo, no valor a ser pago em 60 parcelas fixas de R$582,58. houve capitalização indevida de juros; os juros devem ser limitados em 12% ao ano, onerosidade excessiva; cumulação de comissão de permanência com demais encargos moratórios. o requerido deve ser impedido de inscrever seu nome em cadastro de restrição ao crédito; deve ser mantido na posse do bem. ilegalidade da cobrança dos encargos administrativos cobrados (TAC e tarifa de boleto bancário). Necessidade de repetição do indébito. Invocou o CDC solicitando que os encargos cobrados são indevidos, possuindo valor a ser restituído. Pediu liminar para consignar os valores que entende devido em juízo, bem como para impedir a inscrição de seu nome no SERASA. Conforme despacho de fls. 60, impôs-se o procedimento sumário. Proposta a conciliação em audiência, esta resultou infrutífera. Na sequência, o réu apresentou contestação alegando, em resumo, que: a) não há que se falar em repetição do indébito, pois todos os pagamentos estão em conformidade com a lei; b) o autor manifestou livremente a sua vontade, tornando o contrato obrigatório; c) a capitalização de juros é permitida; d) é possível a cumulação dos juros moratórios, multa contratual e comissão de permanência . Pugnou pela improcedência do pedido formulado. É o relatório. Passo ao julgamento. II-FUNDAMENTÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pois a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos. A verificação das abusividades alegadas pela parte autora depende unicamente da análise das cláusulas contratuais. II.2. Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor Não há dúvidas de que a relação jurídica travada entre as partes é de consumo, porquanto atua o embargado como fornecedor de produto e serviço, nos termos do artigo 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. A controvérsia há muito já foi pacificada pelos tribunais nacionais, sendo desnecessárias maiores ponderações sobre o tema, com edição inclusive de súmula pelo Superior Tribunal de Justiça, intérprete máximo da legislação infraconstitucional (Súmula nº 297 do STJ - O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras). II.3.-Capitalização de Juros Filio-me ao entendimento de que em razão da aplicação direta do principio da boa-fé contratual, consagrado pelo artigo 422 do Código Civil, o estabelecimento de parcelas fixas, ainda que para o cálculo de tais tenha sido utilizado o método "price", impossibilita a revisão do valor contratado. ## # O presente entendimento encontra suporte em inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ### Por tais, considerando que no contrato ora questionado houve o estabelecimento de parcelas fixas, 60 parcelas de R$582,58, razões deixo de acolher o pedido de exclusão de capitalização. II.4.Limitação de juros. O pedido de limitação de juros do contrato não deve ser acolhido. Conforme já afirmei em diversos
julgamentos acolho a tese de que a fixação da taxa de juros pelas instituições financeiras, no caso do contrato em apreço, encontra limitação apenas na média praticada pelo mercado financeiro. ## Eis a razão pela qual não procede o inconformismo do autor, dirigido contra a cobrança de juros superiores à taxa de 12% ao ano II.5.Comissão de permanência juros moratórios (1%) e multa (2%). Em consonância ao majoritário posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, a comissão de permanência deve incidir de forma isolada, não cumulada com quaisquer outros encargos moratórios.## No caso, é possível verificar na cláusula 11,que houve a estipulação de comissão de permanência cumulada com os demais encargos. Em razão disso, determino o afastamento da comissão de permanência. Conforme cláusula 11, o percentual da multa foi previsto 2 %, sendo, assim, estipulada em patamar compatível em relação ao previsto no parágrafo 1º do artigo 52 do código de defesa do consumidor (2%), devendo, portanto, ser mantida. Já os juros moratórios devem ser limitados a 1% a.m, na forma da súmula 379 do STJ. # II.6. Manutenção da posse do veículo. Dentro deste ponto de vista o Superior Tribunal

de Justiça firmou entendimento de que a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade enseja a descaracterização da mora, impondo, na hipótese vertente a extinção da ação de busca e apreensão.#Entretanto abusividades atinentes a meros encargos moratórios não tem o condão de descaracterizar a mora. Deixo de acolher o pedido feito neste sentido. ### II.7. Tarifa de emissão de Carnê e Tarifa de Abertura de Crédito além dos demais encargos administrativos. Tendo em vista o posicionamento pacificado na jurisprudência de nosso Egrégio TJPR, em respeito ao principio constitucional da segurança jurídica, revejo o anterior entendimento para, com base nos ditos precedentes, declarar abusiva a cobrança de todos os encargos administrativos apontados na inicial (TAC e tarifa de boleto bancário), sob o fundamento de que as operações bancárias e de crédito, devem ser suportadas pela própria instituição, já que inerentes as suas atividades#. Conforme mencionada jurisprudência, não se mostra razoável que a parte mais fraca seja obrigada a custear despesas administrativas e operacionais das instituições bancárias, cuja remuneração já está sendo auferida mediante os juros e demais encargos incidentes nas prestações mensais pactuadas## . Por derradeiro, cumpre destacar que tais tarifas foram cobradas sem a demonstração de sua origem, ou seja, sem precisar quais serviços estão sendo prestados ao consumidor, ferindo mais um a vez os preceitos constantes do CDC## . Diante desses argumentos, afasto a cobrança de todos os encargos administrativos e taxas mencionadas na inicial. II.8 - Restituição do indébito. Não há dúvida de que a cobrança de valores ora declarados indevidos constituiu prática abusiva. Verificada a cobrança do encargo de forma ilegal é evidente que procede a pretensão do autor em relação à repetição do indébito, em relação ao excesso pago. Assim, o valor indevidamente pago deve ser restituído, corrigidos a partir de cada pagamento, devidamente atualizados pelo INPC, índice que melhor representa a inflação no período conforme entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. O valor da
restituição, portanto, deve ser apurado em futura liquidação de sentença. O banco impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito relativo em relação aos valores ditos valores. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que se baseou em contrato livremente pactuado pelas partes, não havendo que se cogitar a má-fé do banco na cobrança, elemento fundamental, instituído pelo artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, para amparar o direito à restituição em dobro. III- DISPOSITIVO Por tais razões, julgo parcialmente procedente a pretensão inicial para afastar a cobrança da comissão de permanência, bem como de todos os encargos administrativos apontados na inicial (TAC e tarifa de boleto bancário), além de limitar os juros de mora a 1% ao mês, de forma simples. Os valores indevidamente pagos devem ser restituídos, corrigidos a partir de cada pagamento pelo INPC e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que não ficou demonstrada má-fé do banco na cobrança. O banco fica impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito tão somente em relação aos valores cobrados a maior. Ainda, determino a compensação dos valores pagos em razão do excesso, neste momento, expurgadas, por conta do débito, com repetição se o valor a ser devolvido ultrapassar o débito. Em razão da sucumbência recíproca, porém menor por parte do banco, condeno o autor no pagamento de 60% das custas e honorários e o requerido nos 40% restantes. Os honorários com fundamento no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, fixo em R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), ficando compensados na parte em que se alcançam. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA (OAB: 039636/PR), DANIELLE TEDESKO (OAB: 044562/PR), LUCAS RECK VIEIRA (OAB: 047986/PR), MAGDA LUIZA R. EGGER (OAB: 025731/PR) e MARILI RIBEIRO TABORDA (OAB: 12293).

96. REVISÃO CONTRATUAL C/C COMPENSAÇÃO DO INDÉBITO - 0030990-04.2010.8.16.0001-GESIEL ANTONIO DUARTE x BANCO GMAC S/A - A parte autora ajuizou a presente ação de revisão de contrato com compensação do indébito e pedido de antecipação dos efeitos da tutela alegando, em resumo que: firmou com o réu contrato de financiamento alienação fiduciária - para aquisição de veículo, no valor a ser pago em 60 parcelas fixas de R$499,41. houve capitalização indevida de juros; os juros devem ser limitados em 12% ao ano, onerosidade excessiva; cumulação de comissão de permanência com demais encargos moratórios. o requerido deve ser impedido de inscrever seu nome em cadastro de restrição ao crédito; deve ser mantido na posse do bem. ilegalidade da cobrança dos encargos administrativos TAC e Tarifa de Boleto Bancário. Necessidade de repetição do indébito. Invocou o CDC solicitando que os encargos cobrados são indevidos, possuindo valor a ser restituído. Pediu antecipação dos efeitos da tutela para depositar os valores que entende devidos em juízo, bem como para impedir a inscrição de seu nome no SERASA. O pedido de antecipação dos efeitos da tutela foi indeferido. Na sequência, o réu apresentou contestação alegando, em resumo, que: a) não há que se falar em repetição do indébito, pois todos os pagamentos estão em conformidade com a lei; b) o autor manifestou livremente a sua vontade, tornando o contrato obrigatório; c) a capitalização de juros é permitida; d) é possível a cumulação dos juros moratórios, multa contratual, comissão de permanência e correção monetária. Pugnou pela improcedência do pedido formulado. É o relatório. Passo ao julgamento. II-FUNDAMENTÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pois a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos. A verificação das abusividades alegadas pela parte autora depende unicamente da análise das cláusulas contratuais. II.2. Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor Não há dúvidas de que a relação jurídica travada entre as partes é de consumo, porquanto atua o embargado como fornecedor de produto e serviço, nos termos do artigo 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. A controvérsia há muito já foi pacificada pelos tribunais nacionais, sendo desnecessárias maiores ponderações sobre o tema, com edição inclusive de súmula pelo Superior Tribunal de Justiça, intérprete máximo da legislação infraconstitucional (Súmula nº 297 do STJ - O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras). II.3.-Capitalização de Juros Filio-me ao entendimento de que em razão da aplicação direta do principio da boa-fé contratual, consagrado pelo artigo 422 do Código Civil, o estabelecimento de parcelas fixas, ainda que para o cálculo de tais tenha sido utilizado o método "price", impossibilita a revisão do valor contratado. ## # O presente entendimento encontra suporte em inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ### Por tais, considerando que no contrato ora questionado houve o estabelecimento de parcelas fixas, 60 parcelas de R$494,91, razões deixo de acolher o pedido de exclusão de capitalização. II.4.Limitação de juros. O pedido de limitação de juros do contrato não deve ser acolhido. Conforme já afirmei em diversos julgamentos acolho a tese de que a fixação da taxa de juros
pelas instituições financeiras, no caso do contrato em apreço, encontra limitação apenas na média praticada pelo mercado financeiro. ## Eis a razão pela qual não procede o inconformismo do autor, dirigido contra a cobrança de juros superiores à taxa de 12% ao ano II.5.Comissão de permanência juros moratórios (1%) e multa (2%). Em consonância ao majoritário posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, a comissão de permanência deve incidir de forma isolada, não cumulada com quaisquer outros encargos moratórios.## No caso, é possível verificar na cláusula 14.1,que houve a estipulação de comissão de permanência cumulada com os demais encargos. Em razão disso, determino o afastamento da comissão de permanência. Conforme cláusula 14.3, o percentual da multa foi previsto em 2 %, sendo, assim, estipulada em patamar compatível em relação ao previsto no parágrafo 1º do artigo 52 do código de defesa do consumidor (2%), devendo, portanto, ser mantida. Já os juros moratórios devem ser limitados a 1% a.m, na forma da súmula 379 do STJ. # No caso, assim foram estipulados, conforme cláusula 14.1. II.6. Manutenção da posse do veículo. Dentro deste ponto de vista o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade enseja a descaracterização da mora, impondo, na hipótese vertente a extinção da ação de busca e apreensão.#Entretanto abusividades atinentes a meros encargos moratórios não tem o condão de descaracterizar a mora. Deixo de acolher o pedido feito neste sentido. ### II.7. Tarifa de emissão de Carnê e Tarifa de Abertura de Crédito além dos demais encargos administrativos. Tendo em vista o posicionamento pacificado na jurisprudência de nosso Egrégio TJPR, em respeito ao principio constitucional da segurança jurídica, revejo o anterior entendimento para, com base nos ditos precedentes, declarar abusiva a cobrança de todos os encargos administrativos (TAC, TEC e tarifa de boleto bancário), sob o fundamento de que as operações bancárias e de crédito, devem ser suportadas pela própria instituição, já que inerentes as suas atividades#. Conforme mencionada jurisprudência, não se mostra razoável que a parte mais fraca seja obrigada a custear despesas administrativas e operacionais das instituições bancárias, cuja remuneração já está sendo auferida mediante os juros e demais encargos incidentes nas prestações mensais pactuadas## . Por derradeiro, cumpre destacar que tais tarifas foram cobradas sem a demonstração de sua origem, ou seja, sem precisar quais serviços estão sendo prestados ao consumidor, ferindo mais um a vez os preceitos constantes do CDC## . Diante desses argumentos, afasto a cobrança de todos os encargos administrativos e taxas mencionadas na inicial. II.8 - Restituição do indébito. Não há dúvida de que a cobrança de valores ora declarados indevidos constituiu prática abusiva. Verificada a cobrança do encargo de forma ilegal é evidente que procede a pretensão do autor em relação à repetição do indébito, em relação ao excesso pago. Assim, o valor indevidamente pago deve ser restituído, corrigidos a partir de cada pagamento, devidamente atualizados pelo INPC, índice que melhor representa a inflação no período conforme entendimento pacifico do Superior Tribunal de Justiça, e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. O valor da restituição, portanto, deve ser apurado em futura liquidação de sentença. O banco impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito relativo em relação aos valores ditos valores A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que se baseou em contrato livremente pactuado pelas partes, não havendo que se cogitar a má-fé do banco na cobrança, elemento fundamental, instituído pelo artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, para amparar o direito à restituição em dobro. III- DISPOSITIVO Por tais razões, julgo parcialmente procedente a pretensão inicial para afastar a cobrança da comissão de permanência, bem como dos encargos administrativos apontados na inicial (TAC, TEC e Tarifa de Boleto Bancário), além de limitar os juros de mora a 1% ao mês, de forma simples. Os valores indevidamente pagos devem ser restituídos, corrigidos a partir de cada pagamento pelo INPC e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que não ficou demonstrada má-fé do banco na cobrança. O banco fica impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito tão somente em relação aos valores cobrados a maior. Ainda, determino a compensação dos valores pagos em razão do excesso, neste momento, expurgadas, por conta do débito, com repetição se o valor a ser devolvido ultrapassar o débito. Em razão da sucumbência recíproca, porém menor por parte do banco, condeno o autor no pagamento de 60% das custas e honorários e o requerido nos 40% restantes. Os honorários com fundamento no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, fixo em R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), ficando compensados na parte em que se alcançam, observando-se o disposto de que o autor é beneficiário da justiça gratuita. Considerando ser o autor beneficiário da assistência judiciária gratuita, a cobrança das verbas de sucumbência a que foi condenado fica condicionada à alteração de suas condições financeiras, no prazo de cinco anos (Lei n.º 1.060/50, art. 12). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs.

MARLON SIMÕES (OAB: ), ALEXANDRE NELSON FERRAZ (OAB: 030890/PR) e VALERIA CARAMURU CICARELLI (OAB: 025474/PR).

97. REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO - 0031565-12.2010.8.16.0001-KEVIN MUNIZ x BANCO FINASA BMC S/A - A parte autora ajuizou a presente ação de revisão de contrato com consignação em pagamento com pedido liminar alegando, em resumo que: firmou com o réu contrato de financiamento alienação fiduciária - para aquisição de veículo, no valor a ser pago em uma entrada de R$ 3.000,00 mais 60 parcelas fixas de R$666,62. houve capitalização indevida de juros; os juros devem ser limitados em 12% ao ano, onerosidade excessiva; cumulação de comissão de permanência (se contratada) com demais encargos moratórios. o requerido deve ser impedido de inscrever seu nome em cadastro de restrição ao crédito; deve ser mantido na posse do bem. ilegalidade da cobrança de todos os encargos administrativos eventualmente cobrados (não especificados na inicial). Necessidade de repetição do indébito. Invocou o CDC solicitando que os encargos cobrados são indevidos, possuindo valor a ser restituído. Pediu liminar para consignar os valores que entende devido em juízo, bem como para impedir a inscrição de seu nome no SERASA. A liminar foi indeferida. Na sequência, o réu apresentou contestação alegando, em resumo, que: a) não há que se falar em repetição do indébito, pois todos os pagamentos estão em conformidade com a lei; b) o autor manifestou livremente a sua vontade, tornando o contrato obrigatório; c) a capitalização de juros é permitida; d) é possível a cumulação dos juros moratórios, multa contratual, comissão de permanência e correção monetária. Pugnou pela improcedência do pedido formulado. É o relatório. Passo ao julgamento. II-FUNDAMENTÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pois a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos. A verificação das abusividades alegadas pela parte autora depende unicamente da análise das cláusulas contratuais. II.2. Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor Não há dúvidas de que a relação jurídica travada entre as partes é de consumo, porquanto atua o embargado como fornecedor de produto e serviço, nos termos do artigo 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. A controvérsia há muito já foi pacificada pelos tribunais nacionais, sendo desnecessárias maiores ponderações sobre o tema, com edição inclusive de súmula pelo Superior Tribunal de Justiça, intérprete máximo da legislação infraconstitucional (Súmula nº 297 do STJ - O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras). II.3.-Capitalização de Juros Filio-me ao entendimento de que em razão da aplicação direta do principio da boa-fé contratual, consagrado pelo artigo 422 do Código Civil, o estabelecimento de parcelas fixas, ainda que para o cálculo de tais tenha sido utilizado o método "price", impossibilita a revisão do valor contratado. ## # O presente entendimento encontra suporte em inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ### Por tais, considerando que no contrato ora questionado houve o estabelecimento de parcelas fixas, 60 parcelas de R$666,62, razões deixo de acolher o pedido de exclusão de capitalização. II.4.Limitação de juros. O pedido de limitação de juros do contrato não deve ser acolhido. Conforme já afirmei em diversos julgamentos acolho a tese de que a fixação da taxa de juros pelas instituições financeiras, no
caso do contrato em apreço, encontra limitação apenas na média praticada pelo mercado financeiro. ## O autor anexou o contrato apenas em momento posterior à formulação de seu pedido, por emenda à inicial, ou seja, quando formulou seu pleito sequer tinha o documento para embasar seu pedido. Por outro lado, analisando o contrato juntado aos autos verifica-se de plano que qualquer insurgência contra a taxa de juros ali prevista revela-se flagrante afronta ao princípio da boa fé contratual. Eis a razão pela qual não procede o inconformismo do autor, dirigido contra a cobrança de juros superiores à taxa de 12% ao ano II.5.Comissão de permanência juros moratórios (1%) e multa (2%). Em consonância ao majoritário posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, a comissão de permanência deve incidir de forma isolada, não cumulada com quaisquer outros encargos moratórios.## No caso, é possível verificar no contrato que não houve a estipulação de cláusula de comissão de permanência. Em razão disso, determino o afastamento da comissão de permanência. Conforme cláusula 5.1, o percentual da multa foi previsto em 2%, sendo, assim, estipulada em patamar compatível em relação ao previsto no parágrafo 1º do artigo 52 do código de defesa do consumidor (2%), devendo, portanto, ser mantida. Já os juros moratórios devem ser limitados a 1% a.m, na forma da súmula 379 do STJ. # No caso, assim foram estabelecidos como dispõe a cláusula 5 do contrato em análise. II.6. Manutenção da posse do veículo. Dentro deste ponto de vista o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade enseja a descaracterização da mora, impondo, na hipótese vertente a extinção da ação de busca e apreensão.#Entretanto abusividades atinentes a meros encargos moratórios não tem o condão de descaracterizar a mora. Deixo de acolher o pedido feito neste sentido. ### II.7. Tarifa de emissão de Carnê e Tarifa de Abertura de Crédito além dos demais encargos administrativos. Tendo em vista o posicionamento pacificado na jurisprudência de nosso Egrégio TJPR, em respeito ao principio constitucional da segurança jurídica, revejo o anterior entendimento para, com base nos ditos precedentes, declarar abusiva a cobrança de todos os encargos administrativos (TAC, TEC, etc) sob o fundamento de que as operações bancárias e de crédito, devem ser suportadas pela própria instituição, já que inerentes as suas atividades#. Conforme mencionada jurisprudência, não se mostra razoável que a parte mais fraca seja obrigada a custear despesas administrativas e operacionais das instituições bancárias, cuja remuneração já está sendo auferida mediante os juros e demais encargos incidentes nas prestações mensais pactuadas## . Por derradeiro, cumpre destacar que tais tarifas foram cobradas sem a demonstração de sua origem, ou seja, sem precisar quais serviços estão sendo prestados ao consumidor, ferindo mais um a vez os preceitos constantes do CDC## . Diante desses argumentos, afasto a cobrança de todos os encargos administrativos e taxas mencionadas na inicial. II.8 - Restituição do indébito. Não há dúvida de que a cobrança de valores ora declarados indevidos constituiu prática abusiva. Verificada a cobrança do encargo de forma ilegal é evidente que procede a pretensão do autor em relação à repetição do indébito, em relação ao excesso pago. Assim, o valor indevidamente pago deve ser restituído, corrigidos a partir de cada
pagamento, devidamente atualizados pelo INPC, índice que melhor representa a inflação no período conforme entendimento pacifico do Superior Tribunal de Justiça, e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. O valor da restituição, portanto, deve ser apurado em futura liquidação de sentença. O banco impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito relativo em relação aos valores ditos valores A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que se baseou em contrato livremente pactuado pelas partes, não havendo que se cogitar a má-fé do banco na cobrança, elemento fundamental, instituído pelo artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, para amparar o direito à restituição em dobro. III- DISPOSITIVO Por tais razões, julgo parcialmente procedente a pretensão inicial para afastar a cobrança de todos os encargos administrativos apontados na inicial (TAC, TEC, etc.,), bem como da comissão de permanência já que não prevista no contrato, além de limitar os juros de mora a 1% ao mês, de forma simples. Os valores indevidamente pagos devem ser restituídos, corrigidos a partir de cada pagamento pelo INPC e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que não ficou demonstrada má-fé do banco na cobrança. O banco fica impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito tão somente em relação aos valores cobrados a maior. Ainda, determino a compensação dos valores pagos em razão do excesso, neste momento, expurgadas, por conta do débito, com repetição se o valor a ser devolvido ultrapassar o débito. Os depósitos feitos pelo autor só tem o condão de afastar a incidência de encargos moratórios mora sobre a quantia efetivamente depositada, o que será apurado na fase de liquidação de sentença. Em razão da sucumbência recíproca, porém menor por parte do banco, condeno o autor no pagamento de 60% das custas e honorários e o requerido nos 40% restantes. Os honorários com fundamento no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, fixo em R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), ficando compensados na parte em que se alcançam, observando-se o disposto de que o autor é beneficiário da justiça gratuita. Considerando ser o autor beneficiário da assistência judiciária gratuita, a cobrança das verbas de sucumbência a que foi condenado fica condicionada à alteração de suas condições financeiras, no prazo de cinco anos (Lei n.º 1.060/50, art. 12). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN (OAB: 041643/PR), VERONICA DIAS (OAB: 048108/PR), ANA PAULA SCHELLER DE MOURA (OAB: 052356/PR), CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB: 19.937-PR), PATRICIA PONTAROLI JANSEN (OAB: 033825/PR) e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB: 050945/PR).

98. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0032000-83.2010.8.16.0001-CARLOS ROBERTO KIAULENAS TWORKONSKI x ASSOCIACAO COMERCIAL DO PARANÁ - ACP - Carlos Roberto Kiaulenas Tworkowski propôs ação cautelar em face de Associação Comercial do Paraná, aduzindo que a ré não atendeu a solicitação extrajudicial para apresentar os comprovantes de notificações que antecedem os registros desabonadores, sem os quais está inviabilizado de questionar judicialmente a licitude das cobranças. Associação Comercial do Paraná apresentou contestação alegando falta de interesse de agir, porque não houve recusa de fornecimento dos documentos, apresentando os documentos solicitados. 2. Fundamentação O interessado cumpriu os requisitos do artigo 356, do Código de Processo Civil: individuou o documento; indicou os fatos que se relacionam com o documento; apontou as circunstâncias para afirmar que o documento existe e se acha em poder da parte contrária. Falamos em ausência de interesse de agir quando verificada a desnecessidade de providência jurisdicional. Quando a parte interessada não consegue nas vias administrativas a tutela pretendida. Cumpria à ré demonstrar que contranotificou o autor com a informação dos dados necessários para o fornecimento das informações cadastrais solicitadas, uma vez que através de carta não se faz possível. Era tarefa da ré explicar a necessidade de solicitação formal e quais os meios que colocou a disposição do consumidor. Sem isso, insubsistente a alegação de que o autor não cumpriu tais requisitos antes da propositura da ação, equivalendo tal situação à simples recusa na exibição. É importante destacar que os documentos cuja exibição o autor pretende nesta demanda são comuns às partes. Desse modo, não há dúvida de que a ré está obrigada a apresentar os documentos solicitados pelo autor na petição inicial. A apresentação do documento pela ré não é um dever, mas uma conseqüência da distribuição do ônus da prova: "Como todo ônus, este não passa de um imperativo do próprio interesse da parte detentora do documento ou coisa, o que significa que sua vontade lhe dirá se mais lhe agrada exibi-los ou não, mas sua inteligência o aconselhará a exibi- los, sob pena de suportar um mal maior. Esse não é um dever e a lei não institui meios de coagir a parte a entregar o documento ou coisa". (DINAMARCO, Cândido Rangel, Instituições de Direito Processual Civil, III, Malheiros, 2001, p. 571) Não há, portanto, uma obrigação de fazer que encerra finalidade em si, mas ônus da prova do fato constitutivo do direito do autor da ação. Não há aqui credor de uma obrigação de fazer, mas parte sujeita a um dever processual. A ré apresentou os documentos solicitados. Conforme entendimento jurisprudencial, incabível a condenação em honorários advocatícios se a ré não oferece resistência e promove a juntada do documento solicitado no prazo para apresentação de resposta (fls.45/46). AÇÃO CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. PRETENSÃO NÃO RESISTIDA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO PROVIDO. Na medida cautelar de exibição de documentos, de natureza preparatória, quando a parte requerida não oferece resistência e promove a juntada do documento

solicitado no prazo de defesa, não pode haver condenação em honorários advocatícios, diante da ausência de litigiosidade. (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0748018-0 - Maringá - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 30.03.2011). 3. Dispositivo Pelo exposto, julgo procedente o pedido. Julgo também cumprida a obrigação, tendo em vista que no prazo para resposta a ré apresentou os documentos solicitados. Deixo de condenar a ré nas verbas de sucumbência, em face da ausência de litígio. Condeno a ré, contudo, no pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. JULIO CESAR ENGEL DOS SANTOS (OAB: 045471/PR), RAFAEL DE LIMA FELCAR (OAB: 050673/PR) e PRYSCILLA ANTUNES DA MOTA PAES (OAB: 036727/PR).

99. USUCAPIÃO - 0037033-54.2010.8.16.0001-MARIA DE JESUS DE SOUZA e outro x LUIZ DA VEIGA - Custas processuais a cargo do AUTOR no valor de R $ 703,74. Advs. CEZAR RODRIGO MOREIRA (OAB: 000031-087/PR), CARLOS ROBERTO FERREIRA (OAB: 018161/PR) e FRANÇOISE SARTOR FLORES (OAB: 047575/PR).

100. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - 0042036-87.2010.8.16.0001-EMANUELA APARECIDA CARVALHO x BFB LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL - O requerimento trazido às fls. 90 se faz possível. Nos termos do artigo 267, § 4o, do CPC, havendo o consentimento do réu, uma vez que, quando atravessado o pedido de desistência da ação, o ato citatório sequer havia se efetivado. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do CPC. Sendo a autora beneficiária da assistência judiciária gratuita, condiciono a cobrança de eventuais custas remanescentes à sua capacidade econômica, nos termos do artigo 12 da lei 1.060/50. Com as baixas e anotações necessárias, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Adv. REGINA DE MELO SILVA (OAB: 038651/PR).

101. COBRANÇA PELO RITO SUMÁRIO - 0044678-33.2010.8.16.0001-O COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL LTDA. x MARCOS PAULO FERREIRA REIS - Deve a parte autora acompanhar a expedicao da carta de citacao, afim de proceder sua retirada e postagem. (obs. A correpondencia devera ser enviada pelo correio com aviso de recebimento, M P., o AR devera ser preenchido com o nome das partes e numero dos autos). Intimem-se. Advs. MELINA BRECKENFELD RECK (OAB: 000033-039/PR) e CARLOS EDUARDO DIPP SCHOEMBAKLA (OAB: 000045-899/PR).

102. DECLARATÓRIA DE INEX. DE DÍVIDA - 0045513-21.2010.8.16.0001-DARCY OTHERO FERNANDES FILHO x BRASIL TELECOM S/A (OI S/A) - "Em não se tratando de verba honorária este Juízo se posiciona na esteira do atual entendimento jurisprudencial, emanado pelo STJ, ou seja, para levantamento de valores em favor da parte e cujo alvará será expedido em nome do advogado, deverá constar no Instrumento de Mandato poderes especiais para tanto, devendo ainda, possuir o reconhecimento de firma do outorgante." Advs. CRISTIANE DA ROSA HEY (OAB: 040572/PR), SILENE HIRATA (OAB: 000033-769/PR) e SANDRA REGINA RODRIGUES (OAB: 027497/PR).

103. REPARACAO DE DANOS - 0045809-43.2010.8.16.0001-ADRIANO GOMES DE ALMEIDA x LIDER CLUBE BENEFICIENTE e outros - 4. Após, ao agravado para contrarrazões no prazo de dez (10) dias. Advs. ADRIANO ROSA MARTINS (OAB: 000040-587/PR), HILGO GONÇALVES JUNIOR (OAB: 036958/PR), JOSÉ OTÁVIO ANDÚJAR DE OLIVEIRA (OAB: 037546/PR), LUCIANO DE QUADROS BARRADAS (OAB: ) e RAFAEL DE BRITEZ COSTA PINTO (OAB: 036588/PR).

104. ALVARÁ - 0047492-18.2010.8.16.0001-BENTO DORIVAL MILANI - 1. Defiro o requerimento de fl. 18/19. Expeça-se alvará para pagamento das custas e impostos devidos. O autor deverá prestar contas no prazo de 30 dias. custas para expedição do alvará R$ 9,40. Adv. EDGARD L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (OAB: 2.525).

105. ORDINÁRIA DE REVISÃO CONTRATUAL - 0054969-92.2010.8.16.0001-VANESSA DE SOUZA PIRES x BANCO SAFRA - A parte autora ajuizou a presente ação ordinária de revisão contratual alegando, em resumo que: firmou com o réu contrato de financiamento alienação fiduciária - para aquisição de veículo, no valor a ser pago em uma entrada de R$ 9.500,00 mais 48 parcelas fixas de R $835,65. houve capitalização indevida de juros; os juros devem ser limitados em 12% ao ano, onerosidade excessiva; cumulação de comissão de permanência com demais encargos moratórios. Necessidade de repetição do indébito. Invocou o CDC solicitando que os encargos cobrados são indevidos, possuindo valor a ser restituído. Na sequência, o réu apresentou contestação alegando, em resumo, que: a) não há que se falar em repetição do indébito, pois todos os pagamentos estão em conformidade com a lei; b) o autor manifestou livremente a sua vontade, tornando o contrato obrigatório; c) a capitalização de juros é permitida; d) que não houve a cumulação dos juros moratórios, multa contratual e comissão de permanência . Pugnou pela improcedência do pedido formulado. É o relatório. Passo ao julgamento. II-FUNDAMENTÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pois a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos. A verificação das abusividades alegadas pela parte autora depende unicamente da análise das cláusulas contratuais. II.2. Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor Não há dúvidas de que a relação jurídica travada entre as partes é de consumo, porquanto atua o embargado como fornecedor de produto e serviço, nos termos do artigo 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. A controvérsia há muito já foi pacificada pelos tribunais nacionais, sendo desnecessárias maiores ponderações sobre o tema, com edição inclusive de súmula pelo Superior Tribunal de Justiça, intérprete máximo da legislação infraconstitucional (Súmula nº 297 do STJ - O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras). II.3.-Capitalização de Juros Filio-me ao entendimento de que em razão da aplicação direta do principio da boa-fé contratual, consagrado pelo artigo 422 do Código Civil, o estabelecimento de parcelas fixas, ainda que para o cálculo de tais tenha sido utilizado o método "price", impossibilita a revisão do valor contratado. ## # O presente entendimento encontra suporte em inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ### Por tais, considerando que no contrato ora questionado houve o estabelecimento de parcelas fixas, 48 parcelas de R$835,65, razões deixo de acolher o pedido de exclusão de capitalização. II.4.Limitação de juros. O pedido de limitação de juros do contrato não deve ser acolhido. Conforme já afirmei em diversos julgamentos acolho a tese de que a fixação da taxa de juros pelas instituições financeiras, no caso do contrato em apreço, encontra limitação apenas na média praticada pelo mercado financeiro. ## Eis a razão pela qual não procede o inconformismo do autor, dirigido contra a cobrança de juros superiores à taxa de 12% ao ano II.5.Comissão de permanência juros moratórios (1%) e multa (2%). Em consonância ao majoritário posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, a comissão de permanência deve incidir de forma isolada, não
cumulada com quaisquer outros encargos moratórios.## No caso, é possível verificar na cláusula 5, que houve a estipulação de comissão de permanência cumulada com os demais encargos. Em razão disso, determino o afastamento da comissão de permanência. Conforme cláusula 5, o percentual da multa foi previsto em 2 %, sendo, assim, estipulada em patamar compatível em relação ao previsto no parágrafo 1º do artigo 52 do código de defesa do consumidor (2%), devendo, portanto, ser mantida. Já os juros moratórios devem ser limitados a 1% a.m, na forma da súmula 379 do STJ. # II.9 - Restituição do indébito. Não há dúvida de que a cobrança de valores ora declarados indevidos constituiu prática abusiva. Verificada a cobrança do encargo de forma ilegal é evidente que procede a pretensão do autor em relação à repetição do indébito, em relação ao excesso pago. Assim, o valor indevidamente pago deve ser restituído, corrigidos a partir de cada pagamento, devidamente atualizados pelo INPC, índice que melhor representa a inflação no período conforme entendimento pacifico do Superior Tribunal de Justiça, e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. O valor da restituição, portanto, deve ser apurado em futura liquidação de sentença. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que se baseou em contrato livremente pactuado pelas partes, não havendo que se cogitar a má-fé do banco na cobrança, elemento fundamental, instituído pelo artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, para amparar o direito à restituição em dobro. III- DISPOSITIVO Por tais razões, julgo parcialmente procedente a pretensão inicial para afastar a cobrança da comissão de permanência, além de limitar os juros de mora a 1% ao mês, de forma simples. Os valores indevidamente pagos devem ser restituídos, corrigidos a partir de cada pagamento pelo INPC e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que não ficou demonstrada má-fé do banco na cobrança. Em razão da sucumbência recíproca, porém menor por parte do banco, condeno o autor no pagamento de 60% das custas e honorários e o requerido nos 40% restantes. Os honorários com fundamento no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, fixo em R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), ficando compensados na parte em que se alcançam, observando-se o disposto de que o autor é beneficiário da justiça gratuita. Considerando ser o autor beneficiário da assistência judiciária gratuita, a cobrança das verbas de sucumbência a que foi condenado fica condicionada à alteração de suas condições financeiras, no prazo de cinco anos (Lei n.º 1.060/50, art. 12). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. GILBERTO VILAS BOAS (OAB: 030342/PR), NELSON PASCHOALOTTO (OAB: 042745/PR) e DENISE R. PREISNER OLIVA (OAB: 050560/PR).

106. REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0056267-22.2010.8.16.0001-SERGIO ROBERTO FRANÇA x BANCO DAYCOVAL S/A - A parte autora ajuizou a presente ação de revisão de contrato com repetição de indébito com pedido liminar alegando, em resumo que: firmou com o réu contrato de financiamento alienação fiduciária - para aquisição de veículo, no valor a ser pago em 48 parcelas de R$ 310,26. houve capitalização indevida de juros; os juros devem ser limitados em 12% ao ano, onerosidade excessiva; cumulação de comissão de permanência com demais encargos moratórios. que seja deferida liminar determinando que o requerido exclua seu nome do cadastro de restrição ao crédito, bem como que determine que o autor deve ser mantido na posse do bem, mediante o depósito em juízo do valor que entende incontroverso, qual seja, R$ 224,26. ilegalidade da cobrança dos encargos administrativos (TAC, TEC e similares, os quais não especifica na inicial) Necessidade de repetição do indébito. Invocou o CDC solicitando que os encargos cobrados são indevidos, possuindo valor a ser restituído. A liminar foi indeferida. Na sequência, o réu apresentou contestação alegando, em resumo, que: a) não há que se falar em repetição do indébito, pois todos os pagamentos estão em conformidade com a lei; b) o autor manifestou livremente a sua vontade, tornando o contrato obrigatório; c) a capitalização de juros é permitida. Pugnou pela improcedência do pedido formulado. É o relatório. Passo ao julgamento. II-FUNDAMENTÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pois a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos. A verificação das abusividades alegadas pela parte autora depende unicamente da análise das cláusulas contratuais. II.2. Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor Não há dúvidas de que a relação jurídica travada entre as partes é de consumo, porquanto atua o embargado como fornecedor de produto e serviço, nos termos do artigo 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. A controvérsia há muito já foi pacificada pelos tribunais nacionais, sendo desnecessárias maiores ponderações sobre o tema, com edição inclusive de súmula pelo Superior Tribunal de Justiça, intérprete máximo da legislação infraconstitucional (Súmula nº 297 do STJ - O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras). II.3.-Capitalização de Juros Filio-me ao entendimento de que em razão da aplicação direta do principio da boa-fé contratual, consagrado pelo artigo 422 do Código Civil, o estabelecimento de parcelas fixas, ainda que para o cálculo de tais tenha sido utilizado o método "price", impossibilita

a revisão do valor contratado. ## # O presente entendimento encontra suporte em inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ### Por tais, considerando que no contrato ora questionado houve o estabelecimento de parcelas fixas, 48 parcelas de R$307,26, razões deixo de acolher o pedido de exclusão de capitalização. II.4.Limitação de juros. O pedido de limitação de juros do contrato não deve ser acolhido. Conforme já afirmei em diversos julgamentos acolho a tese de que a fixação da taxa de juros pelas instituições financeiras, no caso do contrato em apreço, encontra limitação apenas na média praticada pelo mercado financeiro. ## O autor, apesar de solicitar que a taxa de juros seja limitada a média de mercado, se quer possuía em suas mãos o contrato a fim de poder fundamentar a pretensão de forma concreta. Vale dizer que o autor poderia ter se valido de procedimento específico a fim de procurar conhecer de antemão o conteúdo do contrato. Sem conhecer o contrato, não mencionou qualquer disparidade das taxas de juros cobradas em relação à taxa média de mercado, não sendo, tal questão, possível de ser conhecida tendo em vista o caráter amplamente genérico do pedido. Portanto a limitação possível seria em relação a taxa média de mercado e não como pretende o autor. Entretanto, o autor se quer mencionou qualquer disparidade das taxas de juros cobradas em relação a taxa média de mercado, não sendo, tal questão, objeto de controvérsia. Importante salientar que a inversão do ônus da prova não se faria viável neste aspecto, vez que não alcançaria a presente questão. Isso porque, não cabe a instituição financeira provar que praticou juros conforme a média do mercado já que o autor em momento algum disse o contrario, não tendo amparado tal pretensão nesta abstrata causa de pedir.Eis a razão pela qual não procede o inconformismo do autor, dirigido contra a cobrança de juros superiores à taxa de 12% ao ano II.5.Comissão de permanência juros moratórios (1%) e multa (2%). Em consonância ao majoritário posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, a comissão de permanência deve incidir de forma isolada, não cumulada com quaisquer outros encargos moratórios.## No caso, é possível verificar na cláusula 4 ,que houve a estipulação de comissão de permanência cumulada com os demais encargos. Em razão disso, determino o afastamento da comissão de permanência. Conforme cláusula 4, o percentual da multa foi previsto 2 %, sendo, assim, estipulada em patamar compatível em relação ao previsto no parágrafo 1º do artigo 52 do código de defesa do consumidor (2%), devendo, portanto, ser mantida. Já os juros moratórios devem ser limitados a 1% a.m, na forma da súmula 379 do STJ. # II.6. Manutenção da posse do veículo. Dentro deste ponto de vista o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade enseja a descaracterização da mora, impondo, na hipótese vertente a extinção da ação de busca e apreensão.#Entretanto abusividades atinentes a meros encargos moratórios não tem o condão de descaracterizar a mora. Deixo de acolher o pedido feito neste sentido. ### II.7. Tarifa de emissão de Carnê e Tarifa de Abertura de Crédito além dos demais encargos administrativos. Tendo em vista o posicionamento pacificado na jurisprudência de nosso Egrégio TJPR, em respeito ao principio constitucional da segurança jurídica, revejo o anterior entendimento para, com base nos ditos precedentes, declarar abusiva a cobrança de todos os encargos administrativos (TAC -TEC), sob o fundamento de que as operações bancárias e de crédito, devem ser suportadas pela própria instituição, já que inerentes as suas atividades#. Conforme mencionada jurisprudência, não se mostra razoável que a parte mais fraca seja obrigada a custear despesas administrativas e operacionais das instituições bancárias, cuja remuneração já está sendo auferida mediante os juros e demais encargos incidentes nas prestações mensais pactuadas## . Por derradeiro, cumpre destacar que tais tarifas foram cobradas sem a demonstração de sua origem, ou seja, sem precisar quais serviços estão sendo prestados ao consumidor, ferindo mais um a vez os preceitos constantes do CDC## . Diante desses argumentos, afasto a cobrança de todos os encargos administrativos e taxas mencionadas na inicial. II.9 - Restituição do indébito. Não há dúvida de que a cobrança de valores ora declarados indevidos constituiu prática abusiva. Verificada a cobrança do encargo de forma ilegal é evidente que procede a pretensão do autor em relação à repetição do indébito, em relação ao excesso pago. Assim, o valor indevidamente pago deve ser restituído, corrigidos a partir de cada pagamento, devidamente atualizados pelo INPC, índice que melhor representa a inflação no período conforme entendimento pacifico do Superior Tribunal de Justiça, e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. O valor da restituição, portanto, deve ser apurado em futura liquidação de sentença. O banco impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito relativo em relação aos valores ditos valores A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que se baseou em contrato livremente pactuado pelas partes, não havendo que se cogitar a má-fé do banco na cobrança, elemento fundamental, instituído pelo artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, para amparar o direito à restituição em dobro. III- DISPOSITIVO Por tais razões, julgo parcialmente procedente a pretensão inicial para afastar a cobrança da comissão de permanência, bem como de todos os encargos administrativos apontados na inicial (TAC-TEC), além de limitar os juros de mora a 1% ao mês, de forma simples. Os valores indevidamente pagos devem ser restituídos, corrigidos a partir de cada pagamento pelo INPC e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que não ficou demonstrada má-fé do banco na cobrança. O banco fica impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito tão somente em relação aos valores cobrados a maior. Ainda, determino a compensação dos valores pagos em razão do excesso, neste momento, expurgadas, por conta do débito, com repetição se o valor a ser devolvido ultrapassar o débito. Em razão da sucumbência recíproca, porém menor por parte do banco, condeno o autor no pagamento de 60% das custas e honorários e o requerido nos 40% restantes. Os honorários com fundamento no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, fixo em R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), ficando compensados na parte em que se alcançam, observando-se o disposto de que o autor é beneficiário da justiça gratuita. Considerando ser o autor beneficiário da assistência judiciária gratuita (conforme fls. 71), a cobrança das verbas de sucumbência a que foi condenado fica condicionada à alteração de suas condições financeiras, no prazo de cinco anos (Lei n.º 1.060/50, art. 12). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. MAYLIN MAFFINI (OAB: 034262/PR), LEANDRO NEGRELLI (OAB: 045496/PR), SUELEN SALVI ZANINI (OAB: 043159/PR) e CAROLINA HEINZ HAACK (OAB: 000068-604/RS).

107. DECLARATÓRIA - 0056964-43.2010.8.16.0001-IRMÃOS BERTOLDI LTDA x PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A - 1. A extinção do processo por inércia da parte carece de intimação pessoal (CPC, art. 267, §1°). 2. Intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, em 48h, sob pena de extinção do processo. Adv. PAULO JOSE GOZZO (OAB: 13306).

108. SUMÁRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS - 0057361-05.2010.8.16.0001-GERALDO MORAIS DA SILVA x CIA ITAULEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL - Homologo por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado pelas partes citado às fls. 105/107, de conseqüência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Sem prejuízo, cumpridas as formalidades legais¹, expeça-se o competente alvará de levantamento dos valores depositados judicialmente pela autora, com os seus respectivos acréscimos legais, em nome do procurador do réu, conforme requerido em fls. 106. Defiro o pedido de renúncia do prazo recursal, como requerido em fls. 107. Custas devidamente quitadas, conforme certidão de fls. 111. . Com as baixas e anotações necessárias, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. "Em não se tratando de verba honorária este Juízo se posiciona na esteira do atual entendimento jurisprudencial, emanado pelo STJ, ou seja, para levantamento de valores em favor da parte e cujo alvará será expedido em nome do advogado, deverá constar no Instrumento de Mandato poderes especiais para tanto, devendo ainda, possuir o reconhecimento de firma do outorgante." Advs. JULIANE TOLEDO S. ROSSA (OAB: 029214/PR) e JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB: 045445/PR).

109. REVISÃO DE CONTRATO COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0059492-50.2010.8.16.0001-ADEMIR ANTONIO FREITAS CASTRO x BANCO FINASA S/A - A parte autora ajuizou a presente ação de revisão de contrato c/c repetição de indébito alegando, em resumo que: firmou com o réu contrato de empréstimo, no valor de R$7.000,00, para aquisição de veículo, no valor a ser pago em 36 parcelas fixas de R$323,61. pagou a totalidade das parcelas, no entanto possui valor a ser restituído pela parte ré, pois: houve capitalização indevida de juros; as cláusulas 11 e 13 do contrato firmado entre as partes devem ser consideradas nulas por preverem a cumulação dos juros moratórios com os remuneratórios. houve cobrança indevida de comissão de permanência. ilegalidade da cobrança dos encargos administrativos TAC e tarifa de cobrança pela emissão de boleto bancário. Necessidade de repetição do indébito. Invocou o CDC solicitando que os encargos cobrados são indevidos, possuindo valor a ser restituído. Na sequência, o réu apresentou contestação alegando, em resumo, que: a) não há que se falar em repetição do indébito, pois todos os pagamentos estão em conformidade com a lei; b) o autor manifestou livremente a sua vontade, tornando o contrato obrigatório; c) a capitalização de juros é permitida; d) não há que se falar em revisão dos aspectos contratuais suscitados. Pugnou pela improcedência do pedido formulado. É o relatório. Passo ao julgamento. II-FUNDAMENTÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pois a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos. A verificação das abusividades alegadas pela parte autora depende unicamente da análise das cláusulas contratuais. II.2. Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor Não há dúvidas de que a relação jurídica travada entre as partes é de consumo, porquanto atua o embargado como fornecedor de produto e serviço, nos termos do artigo 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. A controvérsia há muito já foi pacificada pelos tribunais nacionais, sendo desnecessárias maiores ponderações sobre o tema, com edição inclusive de súmula pelo Superior Tribunal de Justiça, intérprete máximo da legislação infraconstitucional (Súmula nº 297 do STJ - O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras). II.3.-Capitalização de Juros Filio-me ao entendimento de que em razão da aplicação direta do principio da boa-fé contratual, consagrado pelo artigo 422 do Código Civil, o estabelecimento de parcelas fixas, ainda que para o cálculo de tais tenha sido utilizado o método "price", impossibilita a revisão do valor contratado. ## # O presente entendimento encontra suporte em inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ### Por tais, considerando que no contrato ora questionado houve o estabelecimento de parcelas fixas, 36 parcelas de R$323,61, razões deixo de acolher o pedido de exclusão de capitalização. II.4.Comissão de permanência juros moratórios (1%) e multa (2%). Em consonância ao majoritário posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, a comissão de permanência deve incidir de forma isolada, não cumulada com quaisquer outros encargos moratórios.## No caso, é possível verificar no contrato que não houve a estipulação de comissão de permanência. Em razão disso, determino o afastamento da comissão de permanência. Com relação à necessidade da declaração de nulidade das cláusulas 11 e 13 pleiteada pelo autor, razão não lhe assiste, vez que não existem impedimentos à cobrança concomitante de juros remuneratórios e moratórios, como alega em seu pedido formulado na inicial. Conforme cláusula 13.3, o percentual da multa foi previsto em 2%, sendo, assim, estipulada em patamar compatível em relação ao previsto no parágrafo 1º do artigo 52 do código de defesa do consumidor (2%), devendo, portanto, ser mantida. Já os juros moratórios devem ser limitados a 1% a.m, como previstos no contrato (cláusula 13.2), na forma da súmula 379 do STJ. # II.5. Tarifa de emissão de Carnê e Tarifa de Abertura de Crédito além dos demais encargos administrativos. Tendo em vista o posicionamento pacificado na jurisprudência de nosso Egrégio TJPR, em respeito ao principio constitucional

da segurança jurídica, revejo o anterior entendimento para, com base nos ditos precedentes, declarar abusiva a cobrança de todos os encargos administrativos (TAC e tarifa de cobrança pela emissão de boleto bancário), sob o fundamento de que as operações bancárias e de crédito, devem ser suportadas pela própria instituição, já que inerentes as suas atividades#. Conforme mencionada jurisprudência, não se mostra razoável que a parte mais fraca seja obrigada a custear despesas administrativas e operacionais das instituições bancárias, cuja remuneração já está sendo auferida mediante os juros e demais encargos incidentes nas prestações mensais pactuadas## . Por derradeiro, cumpre destacar que tais tarifas foram cobradas sem a demonstração de sua origem, ou seja, sem precisar quais serviços estão sendo prestados ao consumidor, ferindo mais um a vez os preceitos constantes do CDC## . Diante desses argumentos, afasto a cobrança de todos os encargos administrativos e taxas mencionadas na inicial. II.6 - Restituição do indébito. Não há dúvida de que a cobrança de valores ora declarados indevidos constituiu prática abusiva. Verificada a cobrança do encargo de forma ilegal é evidente que procede a pretensão do autor em relação à repetição do indébito, em relação ao excesso pago. Assim, o valor indevidamente pago deve ser restituído, corrigidos a partir de cada pagamento, devidamente atualizados pelo INPC, índice que melhor representa a inflação no período conforme entendimento pacifico do Superior Tribunal de Justiça, e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. O valor da restituição, portanto, deve ser apurado em futura liquidação de sentença. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que se baseou em contrato livremente pactuado pelas partes, não havendo que se cogitar a má-fé do banco na cobrança, elemento fundamental, instituído pelo artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, para amparar o direito à restituição em dobro. III- DISPOSITIVO Por tais razões, julgo parcialmente procedente a pretensão inicial para afastar a cobrança da comissão de permanência, bem como de todos os encargos administrativos apontados na inicial (TAC e tarifa de cobrança pela emissão de boleto bancário), além de limitar os juros de mora a 1% ao mês, de forma simples. Os valores indevidamente pagos devem ser restituídos, corrigidos a partir de cada pagamento pelo INPC e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que não ficou demonstrada má-fé do banco na cobrança. Em razão da sucumbência recíproca, porém menor por parte do banco, condeno o autor no pagamento de 60% das custas e honorários e o requerido nos 40% restantes. Os honorários com fundamento no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, fixo em R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), ficando compensados na parte em que se alcançam. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND, JULIO CESAR DALMOLIN (OAB: 025162/PR), DENIO LEITE NOVAES JUNIOR (OAB: 010855/PR) e LUCAS AMARAL DASSAN (OAB: 043451/PR).

110. DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLAUSULAS CONTRATUAIS C/C REVISÃO DE CONTRATO - 0060745-73.2010.8.16.0001-DAYANE PATRICIA ARAUJO PAIVA SIQUEIRA x BANCO FINASA BMC S/A - Determinada a emenda da peça inicial a fim de dar valor à causa nos termos do artigo 259, V, do Código de Processo Civil, a parte autora permaneceu inerte. Não sendo atendida a determinação no prazo fixado, a petição inicial deve ser indeferida. Descumprimento da decisão que determinou a emenda da inicial, a fim de ser adequado o valor dado à causa. Provimento confirmado nesta instância revisora e ratificado no julgamento de Agravo de Instrumento proferido pelo STJ. Necessidade de o valor da causa corresponder ao benefício patrimonial pretendido. Confirmada a sentença que indeferiu a petição inicial, extinguindo o feito sem resolução do mérito. (TJRS AC 70035831312 Primeira Câmara Especial Cível Rel. Dr. Miguel Angelo da Silva j. 28.06.2011) Pelo exposto, nos termos do artigo 267, inciso I do Código Processual Civil, indefiro a petição inicial. Consecutivamente, julgo extinto sem resolução de mérito o presente processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Adv. CARLOS ALBERTO XAVIER (OAB: 000053-198/PR).

111. REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0067097-47.2010.8.16.0001-MARJOURIET DE RAMOS BARROS x PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A - I. RELATÓRIO A parte autora ajuizou a presente ação de revisão de contrato com repetição do indébito com pedido liminar alegando, em resumo que: firmou com o réu contrato de financiamento alienação fiduciária - para aquisição de veículo, no valor a ser pago em uma entrada de R$ 4.000,00 mais 60 parcelas fixas de R$481,30,62. houve capitalização indevida de juros; os juros devem ser limitados em 12% ao ano, onerosidade excessiva; cumulação de comissão de permanência com demais encargos moratórios. o requerido deve providenciar a exclusão do nome do autor em cadastro de restrição ao crédito; deve ser mantido na posse do bem. ilegalidade da cobrança de todos os encargos administrativos eventualmente cobrados (não especificados na inicial). Necessidade de repetição do indébito. Invocou o CDC solicitando que os encargos cobrados são indevidos, possuindo valor a ser restituído. Pediu liminar para consignar os valores que entende devido em juízo (R$336,66), bem como para impedir a inscrição de seu nome no SERASA. A liminar foi indeferida. Na sequência, o réu apresentou contestação alegando, em resumo, que: a) não há que se falar em repetição do indébito, pois todos os pagamentos estão em conformidade com a lei; b) o autor manifestou livremente a sua vontade, tornando o contrato obrigatório; c) a capitalização de juros é permitida; d) é possível a cumulação dos juros moratórios, multa contratual e comissão de permanência . Pugnou pela improcedência do pedido formulado. É o relatório. Passo ao julgamento. II-FUNDAMENTÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pois a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos. A verificação das abusividades alegadas pela parte autora depende unicamente da análise das cláusulas contratuais. II.2. Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor Não há dúvidas de que a relação jurídica travada entre as partes é de consumo, porquanto atua o embargado como fornecedor de produto e serviço, nos termos do artigo 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. A controvérsia há muito já foi pacificada pelos tribunais nacionais, sendo desnecessárias maiores ponderações sobre o tema, com edição inclusive de súmula pelo Superior Tribunal de Justiça, intérprete máximo da legislação infraconstitucional (Súmula nº 297 do STJ - O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras). II.3.-Capitalização de Juros Filio-me ao entendimento de que em razão da aplicação direta do principio da boa-fé contratual, consagrado pelo artigo 422 do Código Civil, o estabelecimento de parcelas fixas, ainda que para o cálculo de tais tenha sido utilizado o método "price", impossibilita a revisão do valor contratado. ## # O presente entendimento encontra suporte em inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ### O autor alega na inicial que no contrato não há a previsão expressa da palavra "capitalização", no entanto o contrato trazido aos autos é claro ao dispor em suas cláusulas que a taxa anual de juros é de 16,96%. Por tais, considerando que no contrato ora questionado houve o estabelecimento de parcelas fixas,( 60 parcelas de R$ 481,30,62) ,

razões deixo de acolher o pedido de exclusão de capitalização. II.4.Limitação de juros. O pedido de limitação de juros do contrato não deve ser acolhido. Conforme já afirmei em diversos julgamentos acolho a tese de que a fixação da taxa de juros pelas instituições financeiras, no caso do contrato em apreço, encontra limitação apenas na média praticada pelo mercado financeiro. ## II.5.Comissão de permanência juros moratórios (1%) e multa (2%). Em consonância ao majoritário posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, a comissão de permanência deve incidir de forma isolada, não cumulada com quaisquer outros encargos moratórios.## No caso, é possível verificar na cláusula 19,que houve a estipulação de comissão de permanência cumulada com os demais encargos. Em razão disso, determino a manutenção da comissão de permanência de forma isolada, afastando a incidência dos encargos com ela concomitantes, previstos na cláusula 19 do contrato. II.6. Manutenção da posse do veículo. Dentro deste ponto de vista o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade enseja a descaracterização da mora, impondo, na hipótese vertente a extinção da ação de busca e apreensão.#Entretanto abusividades atinentes a meros encargos moratórios não tem o condão de descaracterizar a mora. Deixo de acolher o pedido feito neste sentido. ### II.7. Tarifa de emissão de Carnê e Tarifa de Abertura de Crédito além dos demais encargos administrativos. Tendo em vista o posicionamento pacificado na jurisprudência de nosso Egrégio TJPR, em respeito ao principio constitucional da segurança jurídica, revejo o anterior entendimento para, com base nos ditos precedentes, declarar abusiva a cobrança de todos os encargos administrativos (TAC, TEC etc.), sob o fundamento de que as operações bancárias e de crédito, devem ser suportadas pela própria instituição, já que inerentes as suas atividades#. Conforme mencionada jurisprudência, não se mostra razoável que a parte mais fraca seja obrigada a custear despesas administrativas e operacionais das instituições bancárias, cuja remuneração já está sendo auferida mediante os juros e demais encargos incidentes nas prestações mensais pactuadas## . Por derradeiro, cumpre destacar que tais tarifas foram cobradas sem a demonstração de sua origem, ou seja, sem precisar quais serviços estão sendo prestados ao consumidor, ferindo mais um a vez os preceitos constantes do CDC## . Diante desses argumentos, afasto a cobrança de todos os encargos administrativos e taxas mencionadas na inicial. II.8 - Restituição do indébito. Não há dúvida de que a cobrança de valores ora declarados indevidos constituiu prática abusiva. Verificada a cobrança do encargo de forma ilegal é evidente que procede a pretensão do autor em relação à repetição do indébito, em relação ao excesso pago. Assim, o valor indevidamente pago deve ser restituído, corrigidos a partir de cada pagamento, devidamente atualizados pelo INPC, índice que melhor representa a inflação no período conforme entendimento pacifico do Superior Tribunal de Justiça, e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. O valor da restituição, portanto, deve ser apurado em futura liquidação de sentença. O banco impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito relativo em relação aos valores ditos

valores A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que se baseou em contrato livremente pactuado pelas partes, não havendo que se cogitar a má-fé do banco na cobrança, elemento fundamental, instituído pelo artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, para amparar o direito à restituição em dobro. III-DISPOSITIVO Por tais razões, julgo parcialmente procedente a pretensão inicial para manter a cobrança da comissão de permanência de forma isolada, não cumulada com outros encargos, bem como o afastamento de todos os encargos administrativos apontados na inicial (TAC, TEC e similares). Os valores indevidamente pagos devem ser restituídos, corrigidos a partir de cada pagamento pelo INPC e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que não ficou demonstrada má-fé do banco na cobrança. O banco fica impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito tão somente em relação aos valores cobrados a maior. Ainda, determino a compensação dos valores pagos em razão do excesso, neste momento, expurgadas, por conta do débito, com repetição se o valor a ser devolvido ultrapassar o débito. Em razão da sucumbência recíproca, porém menor por parte do banco, condeno o autor no pagamento de 60% das custas e honorários e o requerido nos 40% restantes. Os honorários com fundamento no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, fixo em R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), ficando compensados na parte em que se alcançam, observando-se o disposto de que o autor é beneficiário da justiça gratuita. Considerando ser o autor beneficiário da assistência judiciária gratuita, a cobrança das verbas de sucumbência a que foi condenado fica condicionada à alteração de suas condições financeiras, no prazo de cinco anos (Lei n.º 1.060/50, art. 12). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. MAYLIN MAFFINI (OAB: 034262/

PR), LEANDRO NEGRELLI (OAB: 045496/PR), ANA KARINA PASTRE (OAB: ) e REINALDO MIRICO ARONIS (OAB: 035137-A/PR).

112. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0067264-64.2010.8.16.0001-BANCO DO BRASIL S/A x TAU CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e outros - 1. Considerando as informações de fls. 48/49, preliminarmente, deve o Exeqüente, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito. Adv. EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA (OAB: 22.759).

113. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0070655-27.2010.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S/A x DANIELA PEREIRA DE ARAUJO - O requerimento trazido às fls. 60 se faz possível. Nos termos do artigo 267, § 4o, do CPC, despiciendo o consentimento do réu, uma vez que, quando atravessado o pedido de desistência da ação, o ato citatório sequer havia se efetivado. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do CPC. Eventuais custas processuais remanescentes a cargo da parte autora. Com as baixas e anotações necessárias, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. MARLI INÁCIO PORTILHO DA SILVA (OAB: 150793-B/SP) e FRANCISCO BRAZ DA SILVA (OAB: 160262-B/SP).

114. ALVARÁ JUDICIAL - 0070945-42.2010.8.16.0001-LUCILENE SEGALLA ROMANOWSKI MONDADORI x ESPOLIO DE DRAHOMIRO LUCIO SEGALLA ROMANOWSKI - 1. Compulsando os autos de inventário verifica-se que o 'de cujus' deixou 04 herdeiras, a saber: Lucilene Segalla Romanowski Mondadori; Lucimara Romanowski Carvalho; Lucélia Segalla Romanowski e Luciane de Assis Segalla Romanowski. O alvará judicial foi requerido pela herdeira/inventariante Lucilene Segalla Romanowski Mondadori com a anuência da herdeira Luciane de Assis Segalla Romanowski (fl. 21) desde que preste contas dos valores utilizados. Assim, intimem-se os demais herdeiros, na pessoa do advogado, acerca do requerimento de alvará. Sem prejuízo, oficie-se a Caixa Econômica Federal para que informe a totalidade de numerário deixado pelo falecido. 3. Após, voltem conclusos. (custas para expedição do oficio R$ 16,40). Advs. BRUNO CIDADE MORGADO (OAB: 000026-388/PR) e STELA MARLENE SCHWERZ (OAB: 018802/PR).

115. REVISÃO CONTRATUAL C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 0072205-57.2010.8.16.0001-ANGELO SERGIO DE CARVALHO x BANCO ITAUCARD S/A - A parte autora ajuizou a presente ação de revisão de contrato com consignação em pagamento com pedido liminar alegando, em resumo que: firmou com o réu contrato de financiamento alienação fiduciária - para aquisição de veículo, no valor a ser pago em quarenta e oito (48) parcelas de R$455,36. houve capitalização indevida de juros; os juros devem ser limitados em 12% ao ano, onerosidade excessiva; cumulação de comissão de permanência com demais encargos moratórios. o requerido deve ser impedido de inscrever seu nome em cadastro de restrição ao crédito; deve ser mantido na posse do bem. ilegalidade da cobrança de encargos administrativos não especificados (requerendo a juntada do contrato pela requerida) Necessidade de repetição do indébito. Invocou o CDC solicitando que os encargos cobrados são indevidos, possuindo valor a ser restituído. Pediu liminar para consignar os valores que entende devido em juízo, bem como para impedir a inscrição de seu nome no SERASA. A liminar foi indeferida. Na sequência, o réu apresentou contestação alegando, em resumo, que: a) não há que se falar em repetição do indébito, pois todos os pagamentos estão em conformidade com a lei; b) o autor manifestou livremente a sua vontade, tornando o contrato obrigatório; c) a capitalização de juros é permitida; d) é possível a cumulação dos juros moratórios, multa contratual, comissão de permanência. Alega que não ocorreu cumulação da comissão de permanência com correção monetária. Pugnou pela improcedência do pedido formulado. O autor apresentou impugnação à contestação as fls. 119. Requereu produção de prova pericial as fls. 133. A parte ré informou as fls. 132 que não tem interesse na produção de provas, por versar a lide sobre matéria exclusivamente de direito. É o relatório. Passo ao julgamento. II-FUNDAMENTÇÃO II.1.- Do julgamento antecipado. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pois a matéria é de direito e de fato, prescindindo esta última da produção de outras provas além das já trazidas aos autos. A verificação das abusividades alegadas pela parte autora depende unicamente da análise das cláusulas contratuais. II.2. Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor Não há dúvidas de que a relação jurídica travada entre as partes é de consumo, porquanto atua o embargado como fornecedor de produto e serviço, nos termos do artigo 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. A controvérsia há muito já foi pacificada pelos tribunais nacionais, sendo desnecessárias maiores ponderações sobre o tema, com edição inclusive de súmula pelo Superior Tribunal de Justiça, intérprete máximo da legislação infraconstitucional (Súmula nº 297 do STJ - O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras). II.3.-Capitalização de Juros Filio-me ao entendimento de que em razão da aplicação direta do principio da boa-fé contratual, consagrado pelo artigo 422 do Código Civil, o estabelecimento de parcelas fixas, ainda que para o cálculo de tais tenha sido utilizado o método "price", impossibilita a revisão do valor contratado. ## # O presente entendimento encontra suporte em inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ### Por tais razões, considerando que no contrato ora questionado houve o estabelecimento de parcelas fixas,

48 parcelas de R$ 455,36 , deixo de acolher o pedido de exclusão de capitalização. II.4.Limitação de juros. O pedido de limitação de juros do contrato não deve ser acolhido. Conforme já afirmei em diversos julgamentos acolho a tese de que a fixação da taxa de juros pelas instituições financeiras, no caso do contrato em apreço, encontra limitação apenas na média praticada pelo mercado financeiro. ## O autor, apesar de solicitar que a taxa de juros seja limitada a média de mercado, se quer possuía em suas mãos o contrato a fim de poder fundamentar a pretensão de forma concreta. Vale dizer que o autor poderia ter se valido de procedimento específico a fim de procurar conhecer de antemão o conteúdo do contrato. Sem conhecer o contrato, não mencionou qualquer disparidade das taxas de juros cobradas em relação à taxa média de mercado, não sendo, tal questão, possível de ser conhecida tendo em vista o caráter amplamente genérico do pedido. Portanto a limitação possível seria em relação a taxa média de mercado e não como pretende o autor. Entretanto, o autor se quer mencionou qualquer disparidade das taxas de juros cobradas em relação a taxa média de mercado, não sendo, tal questão, objeto de controvérsia. Importante salientar que a inversão do ônus da prova não se faria viável neste aspecto, vez que não alcançaria a presente questão. Isso porque, não cabe a instituição financeira provar que praticou juros conforme a média do mercado já que o autor em momento algum disse o contrario, não tendo amparado tal pretensão nesta abstrata causa de pedir.Eis a razão pela qual não procede o inconformismo do autor, dirigido contra a cobrança de juros superiores à taxa de 12% ao ano II.5.Comissão de permanência juros moratórios (1%) e multa (2%). Em consonância ao majoritário posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, a comissão de permanência deve incidir de forma isolada, não cumulada com quaisquer outros encargos moratórios.## Ocorre que, no caso em análise, a comissão de permanência sequer está prevista no contrato juntado as fls. 113. Em razão disso, determino o afastamento da comissão de permanência. Conforme cláusula 18.2, o percentual da multa foi previsto em 2%, sendo, assim, estipulada em patamar compatível em relação ao previsto no parágrafo 1º do artigo 52 do código de defesa do consumidor (2%), devendo, portanto, ser mantida. Já os juros moratórios devem ser limitados a 1% a.m, na forma da súmula 379 do STJ. # No caso do contrato em análise, foram estipulados em 3,07% ao mês. II.6. Manutenção da posse do veículo. Dentro deste ponto de vista o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade enseja a descaracterização da mora, impondo, na hipótese vertente a extinção da ação de busca e apreensão.# Entretanto, abusividades atinentes a meros encargos moratórios não tem o condão de descaracterizar a mora. Deixo de acolher o pedido feito neste sentido. ### II.7. Tarifa de emissão de Carnê e Tarifa de Abertura de Crédito além dos demais encargos administrativos. Tendo em vista o posicionamento pacificado na jurisprudência de nosso Egrégio TJPR, em respeito ao principio constitucional da segurança jurídica, revejo o anterior entendimento para, com base nos ditos precedentes, declarar abusiva a cobrança de todos os encargos administrativos - Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) e Tarifa de Emissão de Carnê (TEC), sob o fundamento de que as

operações bancárias e de crédito, devem ser suportadas pela própria instituição, já que inerentes as suas atividades#. Conforme mencionada jurisprudência, não se mostra razoável que a parte mais fraca seja obrigada a custear despesas administrativas e operacionais das instituições bancárias, cuja remuneração já está sendo auferida mediante os juros e demais encargos incidentes nas prestações mensais pactuadas## . Por derradeiro, cumpre destacar que tais tarifas foram cobradas sem a demonstração de sua origem, ou seja, sem precisar quais serviços estão sendo prestados ao consumidor, ferindo mais um a vez os preceitos constantes do CDC## . Diante desses argumentos, afasto a cobrança de todos os encargos administrativos e taxas mencionadas na inicial. II.8.IOF A cobrança do imposto sobre operações financeiras (IOF) é decorrência de expressa previsão legal (Lei nº 5.143/1966, regulamentada pelo Decreto nº 2.219/1997) atuando a instituição financeira como mero agente arrecadador. Em razão disso, o dito imposto deverá tão somente incidir sobre os encargos legais, motivo pelo qual, acolho a pretensão tão somente para afastar a sua incidência sobre aqueles cuja cobrança foi neste ato considerada abusiva. II.9 - Restituição do indébito. Não há dúvida de que a cobrança de valores ora declarados indevidos constituiu prática abusiva. Verificada a cobrança do encargo de forma ilegal é evidente que procede a pretensão do autor em relação à repetição do indébito, em relação ao excesso pago. Assim, o valor indevidamente pago deve ser restituído, corrigidos a partir de cada pagamento, devidamente atualizados pelo INPC, índice que melhor representa a inflação no período conforme entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. O valor da restituição, portanto, deve ser apurado em futura liquidação de sentença. O banco impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito relativo em relação aos ditos valores. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que se baseou em contrato livremente pactuado pelas partes, não havendo que se cogitar a má-fé do banco na cobrança, elemento fundamental, instituído pelo artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, para amparar o direito à restituição em dobro. III- DISPOSITIVO Por tais razões, julgo parcialmente procedente a pretensão inicial para afastar a cobrança da comissão de permanência, bem como dos encargos administrativos apontados na inicial (TAC e TEC), além de limitar os juros de mora a 1% ao mês, de forma simples e afastar a incidência do IOF sobre aqueles encargos cuja cobrança foi neste ato considerada abusiva. Os valores indevidamente pagos devem ser restituídos, corrigidos a partir de cada pagamento pelo INPC e acrescidos de juros de 1% ao mês a partir da citação, consoante disposição de seu artigo 406, c/c artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. A restituição deve ser de forma simples tendo em vista que não ficou demonstrada má-fé do banco na cobrança. O banco fica impedido de inscrever o nome do autor em serviço de proteção ao crédito tão somente em relação aos valores cobrados a maior. Ainda, determino a compensação dos valores pagos em razão do excesso, neste momento, expurgadas, por conta do débito, com repetição se o valor a ser devolvido ultrapassar o débito. Em razão da sucumbência recíproca, porém

menor por parte do banco, condeno o autor no pagamento de 60% das custas e honorários e o requerido nos 40% restantes. Os honorários com fundamento no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, fixo em R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), ficando compensados na parte em que se alcançam, observando-se o disposto de que o autor é beneficiário da justiça gratuita. Considerando ser o autor beneficiário da assistência judiciária gratuita, a cobrança das verbas de sucumbência a que foi condenado fica condicionada à alteração de suas condições financeiras, no prazo de cinco anos (Lei n.º 1.060/50, art. 12). Publique-se. Registre-

se. Intimem-se. Advs. MAURICIO ALCÂNTARA DA SILVA (OAB: 053479/PR), GUSTAVO SALDANHA SUCHY (OAB: 028222-A/PR) e JANAINA GIOZZA (OAB: 028317-A/PR).

116. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - 0004373-70.2011.8.16.0001-EDNA APARECIDA KOZOWSKI - ME x LORENZETTI S/A INDUSTRIA BRASILEIRA ELETROMETALÚRGICAS e outro - Considerando a certidão de fls. 43, verifica-se, no presente caso, a ausência de pressuposto de existência da relação processual, a citação. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando se verificar a ausência de pressuposto de constituição do processo. Pelo exposto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 267, IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor. Transitada em julgado, arquive-se. Advs. SERGIO BATISTA HENRICHS (OAB: 000018-459/PR) e FACUNDO EDUARDO MENDONZA (OAB: ).

117. DECLARATÓRIA DE INEXIISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIG. DE FAZER E IND. DANOS MORAIS - 0006132-69.2011.8.16.0001-STRAPACK EMBALAGENS LTDA x TIM CELULAR S.A. - 1. Acolho o petitório de fls. 133 como emenda da petição inicial. Anotações e comunicações necessárias. 2. Certifique-se com relação ao alegado às fls. 128/129, mormente acerca da necessidade de complementação das custas processuais, inclusive, FUNJUS. Se necessário, intime-se para tanto. 3. Após, voltem. Advs. FLAVIO PIGATTO MONTEIRO (OAB: ) e ELME KAREM BAIDO (OAB: 000039-516/PR).

118. ORDINÁRIA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA - 0006396-86.2011.8.16.0001-ROQUE MARCONCINI x INTERMÉDICA SAÚDE LTDA - Custas processuais a cargo do RÉU no valor de R$ 888,56. Advs. ANDERSON LOVATO (OAB: 000025-664/PR), HELDER KANAMARU (OAB: 041240/PR) e ANDRE LUIZ SCHIMITZ.

119. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C ORBIGAÇÃO DE FAZER - 0008046-71.2011.8.16.0001-JOSE ANTONIO APARECIDO LOPES e outro x ESPACO NOBRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e outro - 1. Relatório: A pretensão dos autores diz respeito à obrigação de fazer da parte no tocante ao registro da propriedade frente ao registro imobiliário competente, bem assim acerca da declaração de inexistência de débito. Em síntese alegam os autores que no julgamento dos embargos de terceiros interpostos em face da Execução Hipotecária, em trâmite perante a 5ª Vara Cível deste Foro Central, restou-lhes reconhecida a quitação do contrato celebrado com a primeira ré para compra do imóvel em questão, bem assim que não deveria responder pela hipoteca que grava o bem. Aduzem que ingressaram com a presente ação, vez que pelo referido juízo foi decidido que questão afeta à propriedade extrapolava os limites da ação. Atribuíram o valor da causa aquele relativo ao débito que pretendem a declaração de inexistência. Determinada a emenda, permaneceram silentes. 2. Fundamentação: O valor da causa apontado pelos autores não corresponde ao procedimento ordinário. Patente a discrepância, cumpre ao Juiz, desde logo, buscar a aplicação da regra legal diante das possíveis implicações no procedimento a ser seguido. Determinada a emenda, a parte autora quedou-se inerte (fls. 94). Impositivo, portanto, a extinção do processo. "Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE OBRIGAÇÃO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. TELEFONIA. BRASIL TELECOM. VALOR DA CAUSA. DETERMINAÇÃO DE EMENDA DA INICIAL. DESCUMPRIMENTO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. Descumprimento da decisão que determinou a emenda da inicial, a fim de ser adequado o valor dado à causa. Provimento confirmado nesta instância revisora e ratificado no julgamento de Agravo de Instrumento proferido pelo STJ. Necessidade de o valor da causa corresponder ao benefício patrimonial pretendido. Confirmada a sentença que indeferiu a petição inicial, extinguindo o feito sem resolução do mérito. APELAÇÃO DESPROVIDA." (Apelação Cível Nº 70035831312, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miguel Ângelo da Silva, Julgado em 28/06/2011) O rito não é opção da parte, decorre de norma processual, portanto de ordem pública. "Em virtude da forma verbal imperativa que inicia o texto deste art. 275, fica bastante claro para o intérprete da lei que a observância do rito sumário bastante remodelado em relação ao antigo sumaríssimo pela Reforma do Processo Civil não convive absolutamente com a liberdade de escolha por parte do autor nem com a discricionariedade judicial, revelando-se, por isso, obrigatória a sua aplicação, (...)". "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. PROCEDIMENTO SUMÁRIO. CONVERSÃO PARA O ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Em princípio, não podem as partes, nem o órgão judiciário, dispor do procedimento previsto em lei, transformando em ordinário o rito sumário. 2. A conversão há de se dar, contudo, quando a natureza da causa assim o determinar ou quando houver necessidade de produção de prova técnica de maior complexidade. Agravo de Instrumento desprovido". (TJPR 16ª CC, AI nº 0607022-6, Rel. Des. Paulo Cesar Bellio, j. 14.08.2009, DJ: 212). 3. Dispositivo: Nesses termos, indefiro a petição inicial, o que faço com fundamento no artigo 295, V, do Código de Processo Civil e, por consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução
de mérito (CPC, art. 267, I). P.R.I. Advs. FRANCISCO CARLOS DUARTE e MAURICIO GALEB (OAB: 000018-827/PR).

120. ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CONTRATO - 0010989-61.2011.8.16.0001-ADENIR JOEL SANTOS x BANCO FINASA S/A - Manifeste-se o autor acerca da contestação e documentos juntados, em dez dias. Advs. RENATA PACHECO (OAB: 000045-148/PR), HELCIO CHIAMULERA MONTEIRO (OAB: 000030-162/PR), DENIO LEITE NOVAES JUNIOR (OAB: 010855/PR) e LUCAS AMARAL DASSAN (OAB: 043451/PR).

121. MONITÓRIA - 0011379-31.2011.8.16.0001-CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA x CLEUZA FRANCA FERRAZ - 1. Recebo os embargos para discussão, suspendendo a eficácia do mandado inicial. 2. Intime-se a parte embargada para impugná-los, no prazo de quinze dias. Advs. CARLOS EDUARDO FAISCA NAHAS (OAB: 000049-589/PR) e DIOGO GUEDERT (OAB: 036344/PR).

122. REVISIONAL DE CONTRATO - 0025140-32.2011.8.16.0001-M & S COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA x BANCO DO BRASIL S/A - Não se verificou na movimentação da conta apresentada com a petição inicial a ocorrência dos débitos nos valores constantes da petição inicial, relativos a dois contratos.= Por esta razão, o requerimento não foi apreciado. Adv. PÂMELA IRIS TEILOR (OAB: 042308/PR).

123. ORDINÁRIA DE COBRANÇA - 0025311-86.2011.8.16.0001-JAIMOR FECCIA e outros x JOSE SALESIO CABRAL MARTINS e outro - Manifeste-se o autor acerca da contestação e documentos juntados, em dez dias. Advs. SUZEL HAMAMOTO (OAB: 009500/PR), HEITOR WENSING JUNIOR (OAB: 009898/SC) e CINTHIA SILVA DE CARVALHO MARTINS (OAB: 008056-E/SC).

124. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - 0027333-20.2011.8.16.0001-NEUSA SILVEIRA x MBM SEGURADORA S/A - Por falta de pauta, não foi possível, neste momento, incluir este processo no esforço do mutirão do DPVAT, organizado pelo Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça. Dê-se vista à autora sobre a contestação pelo prazo de 10 dias. Adv. FABIANE DE ANDRADE (OAB: 053021/PR).

125. REVISIONAL - 0027459-70.2011.8.16.0001-ANA CAROLINA SANTANA DE JESUS x BANCO FIAT S/A - Custas processuais a cargo do AUTOR no valor de R$ 272,60. Advs. EDUARDO FELICIANO DOS REIS (OAB: 000028-370/PR) e NELSON PASCHOALOTTO (OAB: 042745/PR).

126. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 0028506-79.2011.8.16.0001-FACILE REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA x SERVOPA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA - Recebo os embargos à execução para discussão. A regra geral é a não suspensão da execução. Com efeito, não atribuo efeito suspensivo aos embargos porque a execução não está garantida por penhora, depósito ou caução. Intime-se o embargado para responder em 15 dias. Advs. NEMO ELOY VIDAL NETO (OAB: 20.039), MATHIEU BERTRAND STRUCK, FAGNER FRANCISCO CASTILHO (OAB: ), THIAGO CANTARIN MORETTI PACHECO (OAB: 038948/PR) e NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR (OAB: 21773).

127. ANULATORIA - 0030149-72.2011.8.16.0001-HILARIO FERREIRA DOS ANJOS x ESPOLIO DE JORGE FELIPE DAHER e outro - Constituem-se os embargos de declaração em recurso de rígidos contornos processuais, servindo apenas a suprir omissões, contradições ou correção de erros de forma. A questão como posta já foi superada na decisão de fl. 12. Uma vez debatida a questão nos autos da ação de rescisão contratual, afastando a nulidade da citação, não cabe o autor instruir novo processo com a mesma finalidade. Saliente-se que a questão jurídica foi conhecida e decidida na exceção, porque não demandava a produção de provas. A decisão embargada não contém vício de forma, porque o que sustenta o embargante é que o juiz comete erro na declaração dos efeitos jurídicos substancias e processuais. Pelo exposto, julgo improcedentes os embargos de declaração. Adv. GABRIELE FOERSTER (OAB: 000054-476/PR).

128. EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO - 0030618-21.2011.8.16.0001-CONTINENTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA x MARCOS ANITO LOSS e outros - 1. Proceda a escrivania as anotações necessárias quanto ao procedimento adotado. 2. Citem-se como requerido (artigos 285 e 319, CPC). Intime-se a parte interessada a proceder o depósito da diligência do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50, para posterior expedição do mandado. Poderá a parte interessada gerar a GRC no site www.tjpr.jus.br, na guia serviços, efetuando o depósito na Caixa Econômica Federal, agência 3984, conta nº 0401500102-2. Adv. TAMILLY RAFAELA DE OLIVEIRA (OAB: 049972/PR).

129. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0031312-87.2011.8.16.0001-JORZENO ANTONIO CERQUEIRA DILAY x UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A - Cite-se o réu para que apresente contestação no prazo de quinze dias, sob pena de revelia (artigos 285 e 319, CPC). Defiro o requerimento de assistência judiciária, cuja plausibilidade de fundamento está revelada pelos documentos que acompanham a petição inicial. Advs. RAFAEL FURTADO MADI (OAB: 032688/PR) e GERMANO DE SORDI (OAB: 000039-201/PR).

130. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0032398-93.2011.8.16.0001-BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x VANUSA DA SILVA DE MOURA - O Código de Processo Civil, pela inteligência do artigo 284, permite que o juiz conceda ao autor a possibilidade de emenda da petição se o vício for sanável, porque, se insanável, enseja o indeferimento prima facie. Não cumprida essa determinação judicial, a petição inicial será indeferida, nos temos do art. 295, VI, do CPC c/c o parágrafo único do art. 284. No presente caso, apesar de devidamente intimado para, no prazo de 10 dias, comprovar a constituição em mora do réu, o autor deixou de cumprir tal determinação, tendo apenas requerido a suspensão do processo pelo prazo de 60 dias, restando decorrido o prazo para sanar a irregularidade. Importante se faz lembrar que o artigo 283 do Código de Processo Civil estabelece que a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Ainda, não sendo sanada a irregularidade dentro do prazo para emenda, não há outra opção ao magistrado que não o indeferimento (art. 284, § 1º, CPC). Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, I, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER (OAB: 029296/PR).

131. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0035116-63.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A x VALDETE JUSTINA DA SILVA - Trata-se de ação de reintegração de posse fundada em inadimplemento de contrato bancário. A petição inicial veio instruída com o cálculo da dívida e documento cuja finalidade é comprovar a constituição em mora do devedor. Tal documento, no entanto, é inábil ao propósito declinado, eis que a notificação foi levada a efeito por terceiro particular, contratado pelo credor. Esta falta de aptidão tem sido reconhecida na jurisprudência a partir de um aspecto formal, conforme dispõe o

artigo 2º, § 2º do Decreto-lei nº 911/69: "A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor." Por isso, a decisão do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: "É valida, para efeito de constituição em mora do devedor, a entrega da notificação em seu endereço, efetivada por meio de Cartório de Títulos e Documentos, que tem fé pública" (STJ-4ª T., REsp 250.711-MG, rel. Min. Aldir Passarinho Jr., j. 21.8.01, deram provimento, v.u., DJU 4.2.02, p.373). E também do Egrégio Tribunal de Justiça do nosso Estado: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - LIMINAR INDEFERIDA - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL EMITIDA PELO PRÓPRIO CREDOR - NOTIFICAÇÃO EDITALÍCIA - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE EFETIVA CONSTITUIÇÃO EM MORA - INTELIGÊNCIA DO ART. 2º DO DECRETO LEI Nº 911/69 - DECISÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO. (TJPR - 17ª C.Cível - AI 0617647-6 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Paulo Roberto Hapner - Unânime - J. 18.11.2009) AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING) - LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DEFERIDA SEM QUE HOUVESSE COMPROVAÇÃO DA EFETIVA CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR - NOTIFICAÇÃO EFETIVADA POR CARTA ENVIADA PELO PRÓPRIO CREDOR - INVALIDADE NOTIFICAÇÃO QUE DEVE SER EFETIVADA PELO CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, OU PELO CARTÓRIO DE PROTESTOS - DECISÃO AGRAVADA REVOGADA. RECURSO PROVIDO "Para deferimento de liminar em ação de reintegração de posse de bem objeto de contrato de "leasing", não basta o inadimplemento do arrendatário, sendo necessária ainda a sua constituição em mora através de notificação por carta expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos, comprovada mediante recebimento pessoal. (TAMG - AC 0280177-4 - 3ª C.Cív.-Rel.Juiz Kildare Carvalho - J. 26.05.1999)". (TJPR - 18ª C.Cível - AI 0598380-2 - Foro Regional de Rio Branco do Sul da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Roberto De Vicente - Unânime - J. 07.10.2009) Mas, fundamentalmente, o questionamento maior que se faz é de natureza substancial. A escolha unilateral da forma de notificação é conduta abusiva, que coloca o consumidor em desvantagem exagerada e prejudica a certeza da qual o ato deve se revestir. Restringe, portanto, direito fundamental inerente à natureza do contrato Nesta perspectiva de razões conjuntas, forçoso reconhecer que a caracterização da mora não pode ser considerada válida no presente caso. Falta, portanto, pressuposto de validade da relação jurídica processual, que é o da petição inicial regular. A petição do autor instruída com notificação inválida não retrata pretensão amparada pelo direito positivo. E, desde que se trata de requisito que deve preceder a propositura da ação, a emenda da petição
inicial é inviável. Segundo entendimento majoritário do STJ, "constitui requisito para a propositura da ação reintegratória a notificação prévia da arrendatária, mencionando-se o montante do débito atualizado até a data do ajuizamento e fornecendo-se desde logo os elementos necessários para a sua determinação legal" (REsp 149.301-RS, Min. Barros Monteiro), devendo ser extinto o processo, quando estiver ausente tal condição da ação. (TJMG AI 1.0702.08.470397-5/001, Rel. Des. Generoso Filho, j. 25.11.2008). Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. ALINE CARNEIRO DA CUNHA DINIZ PIANARO (OAB: 000055-335/PR) e JESSICA GHELFI (OAB: 042991/PR).

132. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE - 0035801-70.2011.8.16.0001-ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL EXPOENTE LTDA x JEREMIAS FERREIRA ALVES - Intime-se a parte interessada a proceder o depósito da diligência do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50, para posterior expedição do mandado. Poderá a parte interessada gerar a GRC no site www.tjpr.jus.br, na guia serviços, efetuando o depósito na Caixa Econômica Federal, agência 3984, conta nº 0401500102-2. Advs. MANOELA LAUTERT CARON (OAB: 000040-937/PR) e MARINNA LAUTERT CARON (OAB: 058158/PR).

133. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 0037268-84.2011.8.16.0001-ANTONIO FIGUEIREDO x BFB LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL - Deve a parte autora acompanhar a expedicao da carta de citacao, afim de proceder sua retirada e postagem. (obs. A correpondencia devera ser enviada pelo correio com aviso de recebimento, M P., o AR devera ser preenchido com o nome das partes e numero dos autos). Intimem-se. Adv. ANDERSON DA SILVA ARAUJO (OAB: 047281/PR).

134. REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 0039241-74.2011.8.16.0001-SIMONE FERREIRA DE MELLO SEIXAS x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Deve a parte autora acompanhar a expedicao da carta de citacao, afim de proceder sua retirada e postagem. (obs. A correpondencia devera ser enviada pelo correio com aviso de recebimento, M P., o AR devera ser preenchido com o nome das partes e numero dos autos). Intimem-se. Adv. CARLOS ALBERTO XAVIER (OAB: 000053-198/PR).

135. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE - 0040041-05.2011.8.16.0001-ASSOCIAÇÃO DE ENSINO VERSALHES - UNIANDRADE x SERGIO MANYS - Intime-se a parte interessada a proceder o depósito da diligência do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50, para posterior expedição do mandado. Poderá a parte interessada gerar a GRC no site www.tjpr.jus.br, na guia serviços, efetuando o depósito na Caixa Econômica Federal, agência 3984, conta nº 0401500102-2. Advs. KELSEN CHRISTINA ZANOTTI TONELO (OAB: 000023-675/PR) e ISABELLA MARIA BIDART LIMA DO AMARAL (OAB: 054744/PR).

136. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0042338-82.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S.A. x TM TELECOM LTDA e outro - Intime-se a parte interessada a proceder o depósito da diligência do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 74,25, para posterior expedição do mandado. Poderá a parte interessada gerar a GRC no site www.tjpr.jus.br, na guia serviços, efetuando o depósito na Caixa Econômica Federal, agência 3984, conta nº 0401500102-2. Advs. MIEKO ITO (OAB: 006187/PR), SIMONE MARQUES SZESZ (OAB: 017296/PR) e GUILHERME VERONA GHELLERE (OAB: ).

137. SUMÁRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS - 0042756-20.2011.8.16.0001-MARCELO MIGUEL BATISTA x AYMORÉ - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A - A ação versa, fundamentalmente, sobre questões de fato e de direito, calcadas em documentos. Não só a atuação ativa do julgador na busca da conciliação é abarcada pela finalidade da norma. Essencial ao processo justo é a desvinculação do seu aspecto meramente formal. Possível, por conseguinte, a conversão para o procedimento ordinário (parágrafos 4° e 5° do artigo 277, CPC). Defiro o requerimento de assistência judiciária, cuja plausibilidade de fundamento está revelada pelos documentos que acompanham a petição inicial. Cite-se para contestar no prazo de 15 dias. Adv. JULIANE TOLEDO S. ROSSA (OAB: 029214/PR).

138. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0042799-54.2011.8.16.0001-OLAF FEY JUNIOR e outro x CARLOS ROBERTO GADIOLI NOBREGA e outros - Os autores requerem liminarmente a quebra do sigilo fiscal dos requeridos, bem como do de cujus Paulo Fernandes de Nóbrega. Contudo, tal assertiva não merece prosperar, vez que a quebra de sigilo fiscal é medida extrema, que não se vislumbra em um Juízo de cognição sumária. Ademais, importante ressaltar que os réus sequer foram citados, pelo que INDEFIRO o pedido liminar. Cite-se a parte requerida para em cinco dias apresentar as contas, ou, no mesmo prazo, contestar, conforme disposto no art. 914 e seguintes do CPC. A parte autora para que proceda o recolhimento das custas para expedição de carta de citação no valor de R$ 39,00 (COMPLEMENTO). Adv. ALEXANDER SILVA SANTANA (OAB: 000030-562/PR).

139. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0042836-81.2011.8.16.0001-DU PONT DO BRASIL S.A x VERSÁTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA. - Intime-se o autor para trazer aos autos os originais ou cópias autenticadas dos documentos que instruem a petição inicial. Adv. CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO (OAB: 012359/PR).

140. RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - 0043026-44.2011.8.16.0001-AZ IMOVEIS LTDA. x MICHELLY VICENTE DOS SANTOS e outro - Só o inadimplemento não impõe aos compradores o pronto dever de restituir a posse de imóvel ao vendedor, sem oportunizar aos primeiros a formação do contraditório. Entendimento contrário faria prevalecer, sem maiores ponderações, a rescisão do contrato desde logo. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM REINTEGRAÇÃO NA POSSE. LIMINAR. DESCABIMENTO. CLÁUSULA RESOLUTÓRIA EXPRESSA. IRRELEVÂNCIA. CASO CONCRETO. NECESSIDADE DE DECLARAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTE. RECURSO DESACOLHIDO. I - A cláusula de resolução expressa, por inadimplemento, não afasta a necessidade da manifestação judicial para verificação dos pressupostos que justificam a resolução do contrato de promessa de compra e venda de imóvel. II - A ação possessória não se presta à recuperação da posse, sem que antes tenha havido a rescisão (rectius, resolução) do contrato. Destarte, inadmissível a concessão de liminar reintegratória em ação de rescisão de contrato de compra e venda de imóvel." (STJ, 4ª Turma, REsp 204246/MG, relator Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJU de 24.02.2003, p. 236). AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA, C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE E PERDAS E DANOS. TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA PELO JUÍZO "A QUO" PARA A PRONTA REINTEGRAÇÃO DOS BENS. INVIABILIDADE, NO CASO CONCRETO, POSTO A NECESSIDADE DE APROFUNDAMENTO PROBATÓRIO SOBRE QUEM ENSEJOU CAUSA À RESCISÃO. NÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC. RECURSO PROVIDO." (TJPR., 6ª Câmara Cível, Agravo de Instrumento nº 0381940-3, Acórdão nº 17429, relator Des. SÉRGIO ARENHART, DJPR nº 7319, julgado em 13.02.2007). Cite-se para contestar em 15 dias, sob pena de revelia. Intime-se a parte interessada a proceder o depósito da diligência do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 74,25, para posterior expedição do mandado. Poderá a parte interessada gerar a GRC no site www.tjpr.jus.br, na guia serviços, efetuando o depósito na Caixa Econômica Federal, agência 3984, conta nº 0401500102-2. Advs. SILVIO BRAMBILA (OAB: 021305/PR) e RAFAEL MARQUES GANDOLFI (OAB: 025765/PR).

141. REPARATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - 0043316-59.2011.8.16.0001-CLAUDINEI GBUR x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - Há que se compatibilizar valor da ação com o procedimento adotado. Ou a pretensão da parte autora tem valor econômico maior que aquele declinado inicialmente passível, portanto, de emenda neste ponto ou valor é aquele mesmo - conduzindo a emenda da petição inicial para sua adequação na forma dos artigos 276 e 277, CPC. Além disso, há divergência em relação aos valores requeridos e o valor atribuído à causa. Manifeste-se a parte autora em 10 dias. Advs. RODRIGO K. VALENTE (OAB: 004224-9/PR) e VALDECYR BORGES (OAB: 042712/PR).

142. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 0043701-07.2011.8.16.0001-PAULO ROBERTO MODESTO x BV FINANCEIRA S/A - Deve a parte autora acompanhar a expedicao da carta de citacao, afim de proceder sua retirada e postagem. (obs. A correpondencia devera ser enviada pelo correio com aviso de recebimento, M P., o AR devera ser preenchido com o nome das partes e numero dos autos). Intimem-se. Adv. CAROLINA BETTE TONIOLO BOLZON (OAB: 049971/PR).

143. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0044074-38.2011.8.16.0001-SPAIPA S.A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS x JN COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - Intime-se a parte interessada a proceder o depósito da diligência do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50, para posterior expedição do mandado. Poderá a parte interessada gerar a GRC no site www.tjpr.jus.br, na guia serviços, efetuando o depósito na Caixa Econômica Federal, agência 3984, conta

nº 0401500102-2. Advs. JAQUELINE LOBO DA ROSA (OAB: 000017-452/PR) e CAROLINE ARAUJO BRUNETTO (OAB: 039287/PR).
144. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 0044214-72.2011.8.16.0001-JOAO RIBEIRO x BANCO ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A - Trata-se de ação revisional de contrato bancário impugnando os seguintes pontos: 1)capitalização dos juros remuneratórios; 2) comissão de permanência cumulada com outros encargos moratórios; 3) cobrança de TAC e serviços de terceiros. Com isso, a autor aponta cobrança a maior e instrui a petição inicial com parecer técnico particular, pleiteando o depósito em juízo dos valores ali apontados com a finalidade de afastar os efeitos da mora. 2. Certo que é função própria do processo contrastar a vontade da instituição financeira com o sistema jurídico como pleiteia o autor, mas há que se distinguir, de um lado, a pretensão ao bem da vida e, de outro, a antecipação desse efeito, que se rege pela conjugação dos requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil: a) demonstração de cobrança ilegal ou abusiva, fundada na aparência do bom direito e em jurisprudência dominante; b) depósito do valor incontroverso ou oferta de caução idônea. "A proibição da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) houver ação fundada na existência integral ou parcial do débito; ii) ficar demonstrado que a alegação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) for depositada a parcela incontroversa ou prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz". (STJ Resp n° 1.061.530/RS - Relatora Ministra Nancy Andrighi, j. 22.10.08). No parecer técnico sobressai, entre todos os pontos acima elencados, o apontado excesso decorrente de possível capitalização dos juros. Por isso, só esses elementos não são suficientes para caracterizar, de plano, situação premente e relevante para justificar a suspensão dos pagamentos na forma contratada, porque "a mora contratual somente fica descaracterizada, segundo a orientação do Superior Tribunal de Justiça, quando for reconhecida a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade contratual". (TJPR Ag 0634805-2/01 17ª C.Cível Rel. Des. Lauri Caetano da Silva DJ 08.01.2010). Indefiro, por conseguinte, o requerimento de antecipação dos efeitos da tutela pretendida na forma requerida. 3. Os depósitos pretendidos pelo autor, em valor inferior ao contratado e com os reparos antes informados, podem ser realizados no processo uma vez que não traduzem prejuízo aparente ao credor. Decorre, no entanto, de um juízo de oportunidade da parte interessada, porque afastam os efeitos da mora parcialmente, em relação ao valor depositado. 4. A ação versa, fundamentalmente, sobre questões de fato e de direito, calcadas em documentos. Não só a atuação ativa do julgador na busca da conciliação é abarcada pela finalidade da norma. Essencial ao processo justo é a desvinculação do seu aspecto meramente formal. Possível, por conseguinte, a conversão para o procedimento ordinário (parágrafos 4° e 5° do artigo 277, CPC). 5. Defiro o requerimento de assistência judiciária, cuja plausibilidade de fundamento está revelada pelos documentos que acompanham a petição inicial. 6. Cite-se para contestar no prazo de 15 dias. Adv. LIDIANA VAZ RIBOVSKI (OAB: 000048-617/).
145. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - 0044420-86.2011.8.16.0001-VALDECI FERREIRA BUENO x AUTO PISTA RÉGIS BITTECOURT S/A - Deve a parte autora acompanhar a expedicao da carta de citacao, afim de proceder sua retirada e postagem. (obs. A correpondencia devera ser enviada pelo correio com aviso de recebimento, M P., o AR devera ser preenchido com o nome das partes e numero dos autos). Intimem-se. Adv. .
146. ABERTURA E REGISTRO DE TESTAMENTO - 0044860-82.2011.8.16.0001-ENESIAS ELIAS DE SOUZA x ESPÓLIO DE EUGENIO WESTEPHALEN - 1. Defiro o requerimento de assistência judiciária, cuja plausibilidade de fundamento está revelada pelos documentos que acompanham a petição inicial. 2. Oficie-se à Central de Testamento da Corregedoria-Geral de Justiça deste Estado, solicitando certidão quanto à existência de eventual registro de testamento averbada em nome do de cujus. 3. Após, ao Ministério Público. Adv. ANDREA ROCIO DA SILVA (OAB: 025140/PR).
147. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 0045482-64.2011.8.16.0001-EVA DOS SANTOS NONEMACKER x BANCO ITAULEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A - 1. A ação versa, fundamentalmente, sobre questões de fato e de direito, calcadas em documentos. Não só a atuação ativa do julgador na busca da conciliação é abarcada pela finalidade da norma. Essencial ao processo justo é a desvinculação do seu aspecto meramente formal. Possível, por conseguinte, a conversão para o procedimento ordinário (parágrafos 4° e 5° do artigo 277, CPC). 2. Defiro o requerimento de assistência judiciária, cuja plausibilidade de fundamento está revelada pelos documentos que acompanham a petição inicial. 3. Cite-se para contestar no prazo de 15 dias. Adv. LIDIANA VAZ RIBOVSKI (OAB: 000048-617/).
148. COBRANÇA COM PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. - 0046156-42.2011.8.16.0001-EDNILSON CORDEIRO DOS SANTOS x MBM SEGURADORA S/A - Deve a parte autora acompanhar a expedicao da carta de citacao, afim de proceder sua retirada e postagem. (obs. A correpondencia devera ser enviada pelo correio com aviso de recebimento, M P., o AR devera ser preenchido com o nome das partes e numero dos autos). Intimem-se. Adv. DIEGO DE ANDRADE (OAB: 000050-568/PR).
149. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - 0047718-86.2011.8.16.0001-CARLOS MADALOZ DE SOUZA x MBM SEGURADORA S/A - Deve a parte autora acompanhar a expedicao da carta de citacao, afim de proceder sua retirada e postagem. (obs. A correpondencia devera ser enviada pelo correio com aviso de recebimento, M P., o AR devera ser preenchido com o nome das partes e numero dos autos). Intimem-se. Adv. FABIANE DE ANDRADE (OAB: 053021/PR).

Curitiba, 03 de outubro de 2011.
Rodrigo Augusto Wagner de Souza
Escrivão Titular

# 20ª VARA CÍVEL

**CARTÓRIO DA 20ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PR**

**RELAÇÃO Nº 187/2011**
**JUÍZA DE DIREITO TITULAR: Mayra Rocco Stainsack**
**JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA: Camile Santos de Souza Siqueira**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADELCIO CERUTI 0073 000594/2006
Adelino Venturi Júnior 0166 000117/2011
Adilson Amaro Alves 0015 000633/1999
0105 001215/2007
Adilson de Castro Junior 0113 001852/2007
Adônis Galileu dos Santos 0003 001299/1995
Adriano Henrique Pinheiro 0068 000246/2006
Afonso Henrique Prezoto C 0049 000065/2005
Airton Passos de Souza 0058 000988/2005
ALANA MARCHAND RENAUD 0025 000056/2002
ALAOR RIBEIRO DOS REIS 0015 000633/1999
ALBERTO ACHILES DA COSTA 0098 000343/2007
Alcio Manoel de Sousa Fig 0004 001239/1996
Aldo Schmitz de Schmitz 0081 000975/2006
ALESSANDRA GALLI 0140 001044/2010
Alessandro Elisio Chalita 0141 001045/2010
Alessandro José Mendonça 0106 001463/2007
Alessandro Kioshi Kishino 0024 001476/2001
Alexandre Arseno 0052 000183/2005
0122 000725/2009
0169 000251/2011
0179 000745/2011
Alexandre Christoph Lobo 0192 001665/2011
Alexandre Foti 0149 001613/2010
ALEXANDRE MARCOS GOHR 0031 001341/2002
Alexandre Nelson Ferraz 0100 000436/2007
Alexandre Nelson Ferraz 0110 001545/2007
0130 001879/2009
0184 001188/2011
ALEXANDRE ZOLET 0062 001213/2005
ALEXEY MOSER 0018 000170/2000
Aline Alves dos Santos Go 0001 000595/1991
ALINE BORGES LEAL 0088 001548/2006
Ana Célia Pires Curuca Lo 0143 001211/2010
Ana Lucia França 0198 001061/2011
Ana Maria Silvério Lima 0080 000954/2006
ANANIAS CEZAR TEIXEIRA 0119 001828/2008
ANA PAULA CONTI BASTOS 0078 000775/2006
ANA PAULA LARA 0045 000850/2004
Ana Paula Torres 0060 001054/2005
Ana Paula Wollstein 0200 001064/2011
Ana Tereza Palhares Basíl 0136 000315/2010
Anderson de Morais Lopes 0132 002126/2009
ANDERSON DE OLIVEIRA MISK 0037 001587/2003
ANDERSON LUIZ ORANE 0046 001268/2004
Andrea Cristiane Grabovsk 0202 001067/2011
ANDREIA DAMASCENO PAQUET 0064 001344/2005
ANDRE MASSIGNAN BEREJUK 0078 000775/2006
Andre Paolo Cella 0015 000633/1999
0180 000837/2011
ANDRE PEIXOTO DE SOUZA 0055 000787/2005
ANDRE RICARDO BRUSAMOLIN 0097 000321/2007
Antônio Pellizzetti 0012 001020/1998
Antonia Regina Carazzai B 0085 001470/2006
Antonio Augusto Grellert 0084 001332/2006
ANTONIO CARLOS G. TAQUES 0080 000954/2006
Antonio Emerson Martins 0023 001107/2001
0050 000076/2005
Antonio Paulo Tiradentes 0142 001103/2010
Ardêmio Dorival Mücke 0197 001057/2011
Blas Gomm Filho 0047 001405/2004
0052 000183/2005
0102 000488/2007
Breno Marques da Silva 0015 000633/1999
0180 000837/2011
CAMILLA TATIANE PILASTRE 0037 001587/2003
Carine de Medeiros Martin 0137 000578/2010
Carla Heliana Vieira Mene 0201 001066/2011
Carla Teresa Bittencourt 0041 000330/2004
Carlo Renato Borges 0177 000741/2011
Carlos Alberto Farracha d 0011 000625/1998
0015 000633/1999
Carlos Alberto Moro 0086 001510/2006
Carlos Bayestorff Júnior 0077 000741/2006

CARLOS HENRIQUE KAMINSKI 0058 000988/2005
Carlos Rodrigo Biaggi de 0017 000080/2000
Carmem Iris Parellada Nic 0111 001608/2007
Cesar Augusto Brotto 0188 001284/2011
Cesar Lourenço Soares Net 0148 001573/2010
Cesar Ricardo Tuponi 0159 002313/2010
0193 001692/2011
Cezar Eduardo Panessa Rui 0066 001356/2005
CLAUDIA GISLEY PERIN 0046 001268/2004
CLAUDIA REGINATO ZARPELON 0008 001372/1997
Claudinei Dombroski 0196 001056/2011
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0174 000664/2011
Cristiane Bellinati Garci 0183 001170/2011
0185 001210/2011
Crystiane Linhares 0075 000676/2006
0093 000184/2007
0108 001478/2007
César Augusto Terra 0167 000170/2011
0175 000711/2011
0176 000719/2011
0194 001053/2011
Daniela Brandt Santos Kog 0152 001867/2010
Daniele de Bona 0125 001033/2009
Daniel Hachem 0002 000707/1995
0031 001341/2002
0067 001383/2005
0092 000129/2007
0094 000193/2007
DANIEL NUNES ROMERO 0098 000343/2007
Davi Chedlovski Pinheiro 0125 001033/2009
0156 002002/2010
Delio de Jesus Souza 0006 000431/1997
Denio Leite Novaes Junior 0009 001437/1997
0026 000267/2002
Denise Thami Hayashi 0096 000305/2007
Diego Rubens Gottardi 0107 001470/2007
0120 000429/2009
DINO ZAMBENEDETTI 0017 000080/2000
DIVONSIR BORBA CORTES FIL 0059 001042/2005
Edgar Lenzi 0077 000741/2006
EDGAR STOSKI DE ALBUQUERQ 0101 000440/2007
EDSON K. DE ALMEIDA 0016 000707/1999
Edson Luiz Massaro 0127 001402/2009
EDUARDO BRUNING 0059 001042/2005
EDUARDO TORRES MACEDO 0160 002317/2010
Eliane Maria Marques 0150 001735/2010
Elias Ed Miskalo 0037 001587/2003
Elimar Szaniawski 0079 000813/2006
Elisa de Carvalho 0089 000074/2007
Elisa Gehlen Paula Barros 0159 002313/2010
Emerson Canette 0123 000862/2009
Emerson Luiz Vello 0040 000309/2004
Emerson Norihiko Fukushim 0095 000273/2007
EMIDIO BUENO MARQUES 0004 001239/1996
Emílio Luiz Augusto Prohm 0020 001312/2000
ERALDO LACERDA JR. 0082 001053/2006
EROL RAMOS 0090 000109/2007
EUSTAQUIO REIS DE MENDONÇ 0017 000080/2000
Evaristo Aragão Ferreira 0103 000850/2007
0122 000725/2009
0131 002025/2009
0134 002372/2009
0179 000745/2011
Evaristo Aragão Santos 0168 000249/2011
0169 000251/2011
0178 000743/2011
Everton Felizardo 0151 001801/2010
Fabiano Neves Macieywski 0060 001054/2005
Fabio Ciuffi 0165 000047/2011
FABIO DA SILVA MUINHOZ 0017 000080/2000
Fabrício Zilotti 0045 000850/2004
Fabrício Zir Bothomé 0085 001470/2006
Fábio Szesz 0145 001362/2010
Fernando Fernandes Berris 0160 002317/2010
Fernando Wilson Rocha Mar 0050 000076/2005
Filipe Alves da Mota 0055 000787/2005
Fluvio Denis Machado 0099 000395/2007
Flávio Luiz Fonseca Nunes 0116 001012/2008
Francisco Antonio Fragata 0159 002313/2010
FRANCISCO CUNHA SOUZA FIL 0007 001359/1997
Frederich Mark Rosa Santo 0112 001616/2007
Gabriel Bardal 0054 000642/2005
0114 001860/2007
Geison Melzer Chincoski 0137 000578/2010
GERARD KAGHTAZIAN JR. 0054 000642/2005
Germano Alberto Dresch Fi 0105 001215/2007
GERSON LUIZ DE OLIVEIRA 0025 000056/2002
Gerson Vanzin Moura da Si 0045 000850/2004
0090 000109/2007
0127 001402/2009
Gianna Carla Andreatta 0124 000922/2009
Gilberto Stinglin Loth 0175 000711/2011
0176 000719/2011
Giovana Pires 0014 000153/1999
Giovanna Price de Melo 0065 001349/2005
Giuseppe Lanzuolo 0162 002329/2010
Gracinda Marinho da Rocha 0141 001045/2010
Guaraci de Melo Maciel 0056 000804/2005
Guilherme Mussi 0039 000245/2004
Guilherme Renan Dreyer 0147 001555/2010
0154 001890/2010
Gustavo Moura Tavares 0152 001867/2010
Gustavo Saldanha Suchy 0104 001141/2007
HENRIQUE SCHNEIDER NETO 0013 001362/1998
HERMINDO DUARTE FILHO 0113 001852/2007
Hernani Luiz Sobierajski 0132 002126/2009
Heroldes Bahr Neto 0046 001268/2004
HOMERO STABELINE MINHOTO 0055 000787/2005
HUMBERTO RIBEIRO DE QUEIR 0017 000080/2000
Igor Filus Ludkevitch 0150 001735/2010
0174 000664/2011
Ioneia Ilda Veroneze 0153 001882/2010
Ionéia Ilda Veroneze 0071 000370/2006
Ivan Luiz Castrese 0151 001801/2010
Jaime Oliveira Penteado 0090 000109/2007
0127 001402/2009
Jair Aparecido Avansi 0174 000664/2011
Jean Mauricio de Silva Lo 0103 000850/2007
Jerry Angelo Hames 0128 001423/2009
JIOMAR JOSE TURIN 0003 001299/1995
Júlio César Dalmolin 0062 001213/2005
Joanes Everaldo de Sousa 0043 000633/2004
JOAO BATISTA DOS SANTOS 0025 000056/2002
JOAO INACIO CORDEIRO 0051 000094/2005
JOAO MAESTRELLI TIGRINHO 0119 001828/2008
Joaquim José Pereira Filh 0073 000594/2006
Joaquim Miró 0136 000315/2010
Joel Kravtchenko 0076 000687/2006
JOE TENNYSON VELO 0040 000309/2004
JOHNSON SADE 0044 000634/2004
Jone Eduardo Muffato 0112 001616/2007
João Batista dos Anjos 0170 000421/2011
João Casillo 0034 000504/2003
João Leonel Antocheski 0016 000707/1999
0135 000132/2010
João Leonelho Gabardo Fil 0147 001555/2010
João Leonelho Gabardo Fil 0175 000711/2011
João Leonelho Gabardo Fil 0176 000719/2011
Jorge Eloir Maurer 0191 001661/2011
José Antônio de Andrade A 0171 000451/2011
José Antonio Faria de Bri 0089 000074/2007
José Ari Matos 0136 000315/2010
José Augusto Araújo de No 0019 001259/2000
0062 001213/2005
José Carlos Branco Júnior 0051 000094/2005
José Carlos Rosa 0025 000056/2002
José de Castro Alves Ferr 0096 000305/2007
JOSE JORGE T. SANTANA 0003 001299/1995
José Nazareno Goulart 0014 000153/1999
0030 000745/2002
Josué Perez Colucci 0190 001603/2011
José Valter Rodrigues 0057 000960/2005
Juliane Toledo Rossa 0138 000814/2010
Karina de Almeida Batistu 0091 000127/2007
Klaus Schnitzler 0203 001068/2011
Lauro Vieira Gomes Junior 0106 001463/2007
LEANDRO CABRAL MORAES 0050 000076/2005
Leandro Luiz Kalinowski 0009 001437/1997
Leandro Pierezan 0149 001613/2010
LEILA CRUZ VIEIRA 0005 000408/1997
Leila Mejdalani Pereira 0115 000641/2008
Leocádio Prolik 0039 000245/2004
Leonardo Kurpiel Júnior 0166 000117/2011
Leonel Trevisan Júnior 0067 001383/2005
0182 000953/2011
0192 001665/2011
Lidiana Vaz Ribovski 0184 001188/2011
Lincoln Taylor Ferreira 0175 000711/2011
0176 000719/2011
LIVIA RAIZER MENDES 0010 000588/1998
Lizete Rodrigues Feitosa 0162 002329/2010
LUCIANA PIGATTO MONTEIRO 0002 000707/1995
LUCIANA REGINA DOS REIS 0064 001344/2005
Luciano Hinz Maran 0048 001515/2004
LUDOVICO ALBINO SAVARIS 0025 000056/2002
LUIS FERNANDO NADOLNY LOY 0047 001405/2004
Luiz Alberto Gonçalves 0061 001184/2005
LUIZ ANTONIO GOMES ARAUJO 0042 000454/2004
LUIZ DIAS 0036 001286/2003
0038 000018/2004
Luiz Eduardo Vacção da Si 0086 001510/2006
LUIZ FERNANDO C. F. POTIE 0074 000674/2006
Luiz Gonzaga Moreira Corr 0144 001329/2010
Luiz Henrique Bona Turra 0090 000109/2007
0127 001402/2009
LUIZ LIMA 0028 000356/2002
Luiz Roberto Romano 0039 000245/2004
Luís Oscar Six Botton 0016 000707/1999
0065 001349/2005
0083 001232/2006
Mafuz Antonio Abrão 0001 000595/1991
Manoel Daher 0066 001356/2005
MANOEL FRANCISCO MARTINS 0036 001286/2003
0038 000018/2004
MANOELLA DOS SANTOS DAHER 0066 001356/2005
Marcelo Antonio Ohrenn Ma 0020 001312/2000
Marcelo Cavalheiro Schaur 0199 001063/2011
Marcelo da Silva Garcia N 0146 001392/2010

Marcelo de Oliveira 0069 000304/2006
Marcelo de Oliveira Viana 0157 002279/2010
MARCELO LASPERG DE ANDRAD 0164 002355/2010
MARCELO MENEZES COSTAGIN 0068 000246/2006
Marcelo Oliva Murara 0152 001867/2010
MARCIA MONTALTO ROSSATO 0033 001429/2002
Marcio Andrei Gomes da Si 0183 001170/2011
Marcio Ayres de Oliveira 0035 000838/2003
Marco Antonio Kaufmann 0172 000547/2011
Marco Aurélio Dalledone 0142 001103/2010
Marco Aurélio de Oliveria 0013 001362/1998
0061 001184/2005
Marco Aurélio Schetino de 0158 002297/2010
MARCOS ALVES DA SILVA 0151 001801/2010
Marcos Augusto Malucelli 0011 000625/1998
Marcos Bueno Gomes 0080 000954/2006
0087 001531/2006
0163 002352/2010
Marcus Aurelio Liogi 0010 000588/1998
Marcus Vinicius Tadeu Per 0067 001383/2005
Maria de Fátima Navarro S 0140 001044/2010
MARIA FERNANDA PACHECO VA 0048 001515/2004
MARIA JOSE CARVALHO D. CA 0070 000353/2006
Maria Lizane Machado Brum 0099 000395/2007
Maria Marta Pavan 0117 001323/2008
Mariane Cardoso Macarevic 0053 000441/2005
0109 001523/2007
Marilza Matioski 0009 001437/1997
MAURICIO KAVINSKI 0076 000687/2006
MAURICIO PIOLI 0050 000076/2005
Mauro Nobrega Pereira 0139 000879/2010
Mauro Sérgio Guedes Nasta 0115 000641/2008
Maylin Maffini 0069 000304/2006
0153 001882/2010
Melina Breckenfeld Reck 0121 000486/2009
Mieko Ito 0129 001700/2009
MIGUEL TELLES DE CAMARGO 0003 001299/1995
Milton Luiz Cleve Küster 0082 001053/2006
Milton Luiz Cleve Küster 0111 001608/2007
Milton Luiz Cleve Küster 0128 001423/2009
0171 000451/2011
Mônica Perlingeiro Beltra 0133 002343/2009
Mouzar Martins Barboza 0165 000047/2011
Márcia Borges Alves da Si 0151 001801/2010
Murilo Celso Ferri 0173 000551/2011
0186 001231/2011
NATANOEL ZAHORCAK 0006 000431/1997
Nelson Antonio Gomes Júni 0008 001372/1997
0022 000694/2001
0027 000311/2002
0029 000367/2002
0032 001425/2002
0048 001515/2004
Ângela Sampaio Chicolet M 0033 001429/2002
Nirlando Jacinto Pacheco 0091 000127/2007
NIVEO PERSIO FERREIRA VIE 0039 000245/2004
Nivia Aparecida Hanthorne 0062 001213/2005
Odorico Tomasoni 0133 002343/2009
Oscar Fleischfresser 0028 000356/2002
Osmann de Oliveira 0001 000595/1991
PATRICIA CASILLO SENFF 0002 000707/1995
Paula Alexandra Suave Rod 0121 000486/2009
Paulo Giovani Fornazari 0144 001329/2010
Paulo Henrique Marques Ca 0177 000741/2011
Pio Carlos Freiria Junior 0174 000664/2011
Pâmela Iris Teilor 0044 000634/2004
Reinaldo Mirico Aronis 0056 000804/2005
0187 001261/2011
Renata Pinheiro 0143 001211/2010
RENATO COSTA LUIZ P. HORA 0080 000954/2006
Renato Dacílio Flôres 0026 000267/2002
RENATO GALVAO CARRILLO 0146 001392/2010
Renato Ribeiro Schmidt 0090 000109/2007
Renato S. B. Cardoso 0068 000246/2006
Roberto de Souza Fatuch 0015 000633/1999
ROBERTO TRIGUEIRO FONTES 0139 000879/2010
RODRIGO THOMAZINHO COMAR 0061 001184/2005
ROGER VINICIUS LUEBKE 0046 001268/2004
Rogério Iurk Ribeiro 0095 000273/2007
ROSANEA ELISABETH FERREIR 0092 000129/2007
Samira Nabbouh Abreu 0005 000408/1997
0025 000056/2002
Sandro Pinheiro de Campos 0070 000353/2006
Santino Sagais 0164 002355/2010
Sebastião Maria Martins N 0112 001616/2007
Selma Gonçalves Heraki 0015 000633/1999
SERGIO MANOEL MASTECK RAM 0009 001437/1997
Sergio Roberto Rodrigues 0007 001359/1997
Sergio Schulze 0138 000814/2010
Silvana de Mello Guzzo - 0063 001241/2005
SILVIO ANDRE BRAMBILA ROD 0148 001573/2010
Silvio Brambila 0195 001054/2011
SILVIO MARCOS DE AQUINO A 0117 001323/2008
Simone Selva Cavalcante P 0116 001012/2008
Simone Zonari Letchacoski 0002 000707/1995
0191 001661/2011
Sonny Brasil de Campos Gu 0126 001050/2009
0181 000847/2011
Sérgio Batista Henrichs 0097 000321/2007
Tatiana Valesca Vroblewsk 0072 000448/2006
0118 001380/2008
0156 002002/2010
THIAGO MARINHO TOMAZI 0050 000076/2005
Tiago Spohr Chiesa 0170 000421/2011
Áureo Zamprônio Filho 0025 000056/2002
Valderez de Macedo Pachec 0110 001545/2007
Vanessa Paludzyszyn 0155 001920/2010
Vani S. Ribas 0018 000170/2000
Vera Lúcia Ferreira Guima 0133 002343/2009
VERA LUCIA BURBELA 0004 001239/1996
Victor Alexandre B. Marin 0119 001828/2008
Virgínia Mazzucco 0042 000454/2004
Vitor Hugo Paes Loureiro 0189 001420/2011
Vitório Karan 0021 000560/2001
Viviane Karina Teixeira 0161 002321/2010
WILSON BENINI 0012 001020/1998
WILSON J. ANDERSEN BALLAO 0148 001573/2010

1. COBRANCA - ORDINARIO - 595/1991-XUXA TURISMO LTDA x BALI PASSAGENS E TURISMO LTDA e outros - Manifeste-se o credor sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. Aline Alves dos Santos Gonzalez, Osmann de Oliveira e Mafuz Antonio Abrão.

2. REVISIONAL DE CONTRATO-SUMAR. - 707/1995-BANCO BOAVISTA S/A x CONSTRUTORA PREMONTAL LTDA e outros - retirar certidão. Advs. Daniel Hachem, Simone Zonari Letchacoski, LUCIANA PIGATTO MONTEIRO e PATRICIA CASILLO SENFF.

3. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 1299/1995-PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A. x AUTO POSTO CATAPAN LTDA. e outros - manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, devendo informar este juizo sobre o atual andamento da carta precatória dirigida ao Juízo da Comarca de Palmas - PR, em cinco dias. Advs. Adônis Galileu dos Santos, JOSE JORGE T. SANTANA, MIGUEL TELLES DE CAMARGO e JIOMAR JOSE TURIN.

4. RESCISAO DE CONTRATO - ORDIN. - 1239/1996-ALBARI DOS SANTOS BUENO x MARCELO SILVEIRA PIACECKI (ESPÓLIO) e outro - 1. A inventariante do espólio requerido outorgou poderes, por meio de escritura pública, ao Advogado Emidio Bueno Marques, inclusive para receber citação. O mesmo se deu com relação aos demais herdeiros (fls. 515/518). Portanto, cite-se o espólio, na pessoa do procurador, Dr. Emidio Bueno Marques, para que tome conhecimento da existência e do teor da demanda. 2. Indefiro o pedido formulado à fl. 532, item "b", eis que esta não é a via adequada ao objetivo pretendido. 3. Oficie-se à OAB, como já determinado à fl. 482. 4. Diligências necessárias. 5. Intimem-se. Advs. Alcio Manoel de Sousa Figueiredo, VERA LUCIA BURBELA e EMIDIO BUENO MARQUES.

5. COBRANCA - SUMARIO - 408/1997-CONDOMINIO EDIFICIO JOAO GABARDO x AYRO DA CRUZ NETO e outro - Redesigno o dia 23/11/2011, às 13:30 horas, para arrematação em hasta pública. Não havendo arrematante, segunda hasta para o dia 15/12/2011, às 13:30 horas, com venda pelo maior lanço, desde que não seja vil. No mais, cumpra-se o determinado à fl. 423. Intimem-se. Advs. Samira Nabbouh Abreu e LEILA CRUZ VIEIRA.

6. EMBARGOS A EXECUCAO - 431/1997-RONALDO GIACOMITI x BANCO NACIONAL S.A. (EM LIQUIDACAO) - Manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. Delio de Jesus Souza e NATANOEL ZAHORCAK.

7. DESPEJO - ORDINARIO - 1359/1997-ZALDO NATZUKA x R. B. ACADEMIA DE GINASTICA E MUSCULACAO LTDA e outros - Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. Sergio Roberto Rodrigues Parigot de Souza e FRANCISCO CUNHA SOUZA FILHO.

8. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 1372/1997-DARIO OSVALDO FERNANDES DOS SANTOS x PAULO SCHMITTER e outro - Procedi o protocolamento da ordem de bloqueio de ativos financeiros junto ao sistema BACENJUD, cujo resultado restou frustrado, em razão da inexistência de saldo positivo em conta bancária de titularidade da parte devedora, conforme detalhamentos que seguem em frente. Intime-se a parte credora para, no prazo de cinco dias, indicar outros bens suscetíveis de penhora. Intimem-se. Advs. Nelson Antonio Gomes Júnior e CLAUDIA REGINATO ZARPELON.

9. COBRANCA - SUMARIO - 1437/1997-PARQUE RESIDENCIAL FAZENDINHA x ELZIRA MACEDO MAZOLLA e outros - 1. Retifique-se a Carta de Arrematação, conforme requerido à fl. 516, penúltimo parágrafo, para que passe a constar a totalidade do imóvel de propriedade dos executados. 2. Expeçam-se alvarás para levantamento dos valores depositados nos autos, em favor do arrematante, para que efetue o levantamento do valor de R$ 7.448,70 (sete mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta centavos) e seus acréscimos legais proporcionais, em benefício da serventia para que levante os valores devidos a título de custas processuais e seus acréscimos legais proporcionais, e em favor da parte exequente, para que levante o que sobejar, conforme requerido às fl. 472/473. Adotem-se as cautelas de praxe. 3. Intimem-se as partes para que, querendo, manifestem-se quanto aos documentos juntados aos autos, no prazo de 05 (cinco) dias. 4. Na sequência, diga o credor quanto ao prosseguimento da execução, no prazo de 10 (dez) dias. 5. Diligências necessárias. 6. Intimem-se. Advs. Marilza Matioski, SERGIO MANOEL MASTECK RAMOS, Denio Leite Novaes Junior e Leandro Luiz Kalinowski.

10. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 588/1998-JABUR PNEUS S/A. x LORIVALDO NURMBERG BATISTA - Aguarde-se a iniciativa do credor com os autos em arquivo, observado o contido no CN 5.8.20. Intime-se. Advs. Marcus Aurelio Liogi e LIVIA RAIZER MENDES.

11. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 625/1998-NABI KEMMEL MELLEM x ROSANA VEIGA GUIMARAES - 1. Não se está diante de hipótese de sobrestamento

do feito executivo, isto porque, somado ao fato da inexistência de efeito suspensivo da via manejada, os atos executivos em curso, nesta etapa processual, não importam em alienação patrimonial, de modo que nenhum prejuízo imediato possa advir à executada. Portanto, indefiro o pedido de suspensão da execução. 2. Por outro lado, observando o dispositivo da sentença cuja cópia se encontra às fls. 61/62, visando resguardar a eficácia da coisa julgada (artigos 467, 468 e 475-G, todos do Código de Processo Civil), bem como diante da redação do artigo 475-B, § 3º, do Código de Processo Civil, determino a remessa dos autos ao Contador Judicial para que promova à apuração do débito em conformidade com a sentença lançada no feito. 3. Na sequência, intimem-se as partes para, querendo, se manifestar sobre o valor do débito apontado pelo Contador Judicial, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 398 do Código de Processo Civil), sob pena de preclusão. Saliento que eventuais inconformismos somente serão aceitos à discussão caso se refiram exclusivamente ao parecer do Contador do Juízo. 4. Após, voltem conclusos. 5. Diligências necessárias. 6. Intimem-se. Advs. Marcos Augusto Malucelli e Carlos Alberto Farracha de Castro.

12. REINTEGRACAO DE POSSE - ESPEC - 1020/1998-AILTON CARDOZO DE ARAUJO e outro x CESAR LUIZ MEDEIROS BORBA - Procedi o protocolamento da ordem de bloqueio de ativos financeiros junto ao sistema BACENJUD, cujo resultado restou frustrado, em razão da inexistência de saldo positivo em conta bancária de titularidade da parte devedora, conforme detalhamentos que seguem em frente. Autorizo a escrivania a proceder a consulta, via sistema Renajud, para averiguar a existência de veículo em nome do réu, procedendo em caso positivo a anotação de bloqueio no cadastro dos veículos, conforme requerido. Após, intime-se a parte credora para, no prazo de cinco dias, dar andamento ao feito. Intimem-se. Advs. Antônio Pellizzetti e WILSON BENINI.

13. INDENIZACAO - SUMARIO - 1362/1998-JOSE LUCIANO PRESTES DA SILVEIRA (ESPOLIO) e outro x MAX S/A. TRANSPORTES INTERNACIONAIS - manifeste-se o exequente sobre as respostas dos ofícios, em cinco dias. Advs. Marco Aurélio de Oliveria e HENRIQUE SCHNEIDER NETO.

14. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 153/1999-JOSE HOFFOMANN NETO x DENISE BASSO PERES - Manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. José Nazareno Goulart e Giovana Pires.

15. COBRANCA - ORDINARIO - 633/1999-A.P.M. ASSESSORIA PLANEJAMENTO E MARKETING S/C LTD x ABAGGE ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA e outros - 1. Impertinente a análise dos documentos de fls. 907/914, uma vez que a matéria ali aventada já se encontra em discussão nos autos de impugnação ao cumprimento de sentença apenso (nº 837/2011), revelando-se esta como único instrumento adequado à cognição pretendida pelo impugnante. 2. Não recebo o recurso interposto às fls. 919/921, eis que não é cabível agravo retido em sede de cumprimento de sentença, uma vez que ausente requisito intrínseco para seu conhecimento. Isto porque, consoante a redação do art. 523 do Código de Processo Civil, o agravo retido só poderá ser conhecido, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação, desde que haja requerimento expresso da parte nesse sentido, seja nas razões ou na resposta Constituído o título executivo judicial, não há mais, como regra, a possibilidade da interposição de recurso de apelação destinado ao reexame de insurgências em 2º grau de jurisdição. Tratando-se de cumprimento de sentença, não há momento processual para a interposição de recurso de apelação, exceto na hipótese de extinção da execução, eis que as decisões interlocutórias proferidas em tal fase do processo estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição apenas por meio do recurso de agravo na forma de instrumento. Este é o firme entendimento jurisprudencial representado por arestos do Tribunal de Justiça Paulista. In verbis: Despesas condominiais - Cobrança - Fase de cumprimento de sentença - Impugnação rejeitada - Obrigação propter rem - Oneração do titular do direito real - Recurso improvido. O fato das despesas condominiais consubstanciarem obrigação propter rem não implicam em onerar, necessariamente, o imóvel gerador das despesas. A obrigação propter rem onera, pois, o titular do direito real sobre o imóvel. Fase de cumprimento de sentença - Agravo retido - Ausência de requisito intrínseco de admissibilidade recursal - Cabimento. Se já proferida sentença e julgada apelação, o recurso só poderia ser na forma de instrumento, pois se retido não poderia ser reiterado, já que não existe apelação como medida condutora do agravo retido ao exame do tribunal. (TJSP - 1157051005 SP , Relator: Orlando Pistoresi, Data de Julgamento: 16/04/2008, 30ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 25/04/2008); e AGRAVO DE INSTRUMENTO PRELIMINAR pedido de não conhecimento do recurso por descumprimento do art. 526 do C.P.C. inexistência de prejuízo à ampla defesa do agravado. Objeção preliminar rejeitada. AGRAVO RETIDO INTERPOSIÇÃO EM SEDE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, CONTRA A DECISÃO DO MAGISTRADO QUE NÃO FIXOU HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA A REFERIDA FASE não recebimento do recurso pelo juízo a quo. Decisão escorreita ausência dos requisitos do artigo 523, do Código de Processo Civil agravo retido descabido na hipótese, ante a impossibilidade de conhecimento, pela Superior Instância, sobre a insurgência recursal agravo desprovido. 526 C.P.C. 523 Código de Processo Civil (TJSP - 5138095420108260000 SP 0513809-54.2010.8.26.0000, Relator: Castro Figliolia, Data de Julgamento: 16/03/2011, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/03/2011). E ainda: AGRAVO RETIDO - REQUERIMENTO DE SUA APRECIAÇÃO POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - INADMISSIBILIDADE - O agravo retido somente pode ser apreciado, preliminarmente, por ocasião do julgamento do recurso de apelação - Inteligência do art. 523 do Código de Processo Civil - Caso em que estando a ação em fase de liquidação da sentença por artigos, onde não haverá mais decisão de mérito atacada por apelação, exceto para o credor, na hipótese de extinção da execução, cabe à devedora insurgir-se contra as decisões interlocutórias através de agravo na forma de instrumento- Agravo retido não conhecido (Agravo de Instrumento n° 990.10.029104-1 São Paulo 17ª Câmara de Direito Privado, Relator Walter Fonseca). 3. Outrossim, não conheço do expediente manejado às fls. 925/932, eis que não se revela o meio de impugnação adequado para a discussão da avaliação realizada. Eventual inconformismo deveria ter sido formulado em sede de embargos à execução, conforme artigo 745, inciso II, do Código de Processo Civil. Ademais, não estão presentes as hipóteses do artigo 683 do mesmo códex, notadamente de seu inciso I, pois a requerida trouxe somente argumentos genéricos, sem sequer apontar qual seria o valor correto do imóvel e expor os efetivos fundamentos para a arguição de ocorrência de erro na avaliação realizada, ou mesmo, do dolo do avaliador. 4. Recebo a impugnação de fls. 937/951, eis que tempestiva, sem atribuir-lhe efeito suspensivo, conforme art. 475-M, caput, do Código de Processo Civil. Não é caso de recebimento no efeito suspensivo, visto que a executada não logrou êxito em demonstrar o grave dano de difícil ou incerta reparação, formulando apenas alegações genéricas. 5. Desentranhe-se a impugnação e os documentos de fls. 937/951 e autue-se em apartado conforme disposto no art. 475-M, § 2º, do mesmo diploma legal. 6. Nos autos apartados, intime-se a parte impugnante para o recolhimento devido das custas processuais. 7. Após, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa à impugnação, especificando eventuais provas que pretenda produzir. 8. Em seguida, intime-se a parte executada/impugnante para manifestar-se sobre a defesa apresentada pela exequente/impugnada, especificando eventuais provas que pretenda produzir. 9. Por fim, voltem os autos de impugnação conclusos para decisão de mérito. 10. Junte-se cópia da presente decisão nos autos respectivos de impugnação ao cumprimento de sentença. 11. No mais, cumpra-se o item "3" da decisão de fl. 903. 12. Diligências necessárias. 13. Intimem-se. Advs. Breno Marques da Silva, ALAOR RIBEIRO DOS REIS, Selma Gonçalves Heraki, Adilson Amaro Alves, Roberto de Souza Fatuch, Andre Paolo Cella e Carlos Alberto Farracha de Castro.

16. INSOLVENCIA - 707/1999-MARCIA REGINA CORSINI - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, e tudo mais que dos autos consta, com esteio no artigo 267, III, do Código de Processo. Civil, julgo extinto o feito sem resolução do mérito, destes autos de Insolvência proposto por Mãrcia Regina Corsini. Revogo a declaração de insolvência de fls. 16/17. Determino, outrossim, que sejam intimados o SERASA e a Receita Federal, a fim de lhes comunicar da referida revogaçao. Por se tratar de um procedimento de jurisdição voluntária, deixo de fixar condenação pelos honorários advocatícios, o fazendo somente em relação as custas processuais, as quais devem ser arcadas pela parte autora, em razão do princípio da causalidade. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. EDSON K. DE ALMEIDA, Luís Oscar Six Botton e João Leonel Antocheski.

17. INDENIZACAO - ORDINARIO - 80/2000-CONDOMINIO EDIFICIO ITAIAPOLIS x ZENAIDE WANDERER OGLIARI e outros - Ciência ao requerida sobre a remessa do alvará expedido para o Banco do Brasil, devendo efetuar o pagamento de R$9,40. Advs. HUMBERTO RIBEIRO DE QUEIROZ, Carlos Rodrigo Biaggi de Oliveira, FABIO DA SILVA MUINHOZ, EUSTAQUIO REIS DE MENDONÇA e DINO ZAMBENEDETTI.

18. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 170/2000-RUBENS MARTINS LOUREIRO x ADELAR SOKOLOWICZ e outro - processo suspenso pelo prazo de trinta dias. Advs. ALEXEY MOSER e Vani S. Ribas.

19. MONITORIA - ESPECIAL - 1259/2000-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A. x WILSON GONCALVES ALOISE - Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Adv. José Augusto Araújo de Noronha.

20. PRESTACAO DE CONTAS-ESPECIAL - 1312/2000-ALVARO RODRIGUES ANTUNES x NEUSA MARIA RODRIGUES ANTUNES - Manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. Marcelo Antonio Ohrenn Martins e Emílio Luiz Augusto Prohmann.

21. COBRANCA - SUMARIO - 560/2001-SEBASTIAO LOPES QUATORZE VOLTAS x JOSE GILMAR FERREIRA DE OLIVEIRA - Recolher R$21,40, para expedição e remessa da carta de citação para o endereço declinado. Adv. Vitório Karan.

22. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 694/2001-DOTCY MATIA DUTRA GUERRA x LUIZ GUILHERME JORDANI JARDIM - Este juízo não utiliza o sistema Infojud. Expeça-se ofício à Receita Federal, no intuito de obter as cinco últimas declarações de renda dos executados. Int. - Retirar ofício, mediante respectivo preparo. Adv. Nelson Antonio Gomes Júnior.

23. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 1107/2001-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL ITATIAIA II x NILO AMERICO SIENO DE LUCENA - Manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Adv. Antonio Emerson Martins.

24. INTERDICAO - ESPECIAL - 1476/2001-ELFRIDA HOEFT x PAULO CARLOS HOEFT - Fica intimado o advogado Alessandro Kioshi Kishino para assinar a petição de fls. 498/499, em cinco dias. Adv. Alessandro Kioshi Kishino.

25. ACAO ORDINARIA - 56/2002-ESCRITORIO CENTRAL DE ARREC. E DISTRIBUICAO - ECAD x SABOR DA PIZZA TULIO LTDA./SABOR DA GULA e outros - Procedi o protocolamento da ordem de bloqueio de ativos financeiros junto ao sistema BACENJUD, cujo resultado restou frustrado, em razão da inexistência de saldo positivo em conta bancária de titularidade da parte devedora, conforme detalhamentos que seguem em frente. Intime-se a parte credora para, no prazo de cinco dias, indicar outros bens suscetíveis de penhora. Intimem-se. Advs. LUDOVICO ALBINO SAVARIS, José Carlos Rosa, Samira Nabbouh Abreu, ALANA MARCHAND RENAUD, JOAO BATISTA DOS SANTOS, GERSON LUIZ DE OLIVEIRA e Áureo Zamprônio Filho.

26. SUSTACAO DE PROTESTO-CAUTELAR - 267/2002-BHENTIEN & CIA LTDA x KAIZEN COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA e outro - Manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. Renato Dacílio Flôres e Denio Leite Novaes Junior.

27. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 311/2002-SANDRO ALVES DA COVA x EVERTHON CRISTIAN PAIVA e outro - Procedi o protocolamento da ordem de bloqueio de ativos financeiros junto ao sistema BACENJUD e, sucessivamente, o

desbloqueio do valor encontrado, visto que insignificante. Intime-se o exequente para, no prazo de cinco dias dar andamento ao feito. Nada sendo requerido aguarde-se pela manifestação do interessado com os autos em arquivo. Intime-se. Adv. Nelson Antonio Gomes Júnior.
28. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 356/2002-C. E. VALENTE DE OLIVEIRA EMPREEND. CONST. LTDA x LUIZ LIMA - manifestem-se as partes em cinco dias sobre o laudo de avaliação de fls. 253/254. Advs. Oscar Fleischfresser e LUIZ LIMA.
29. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 367/2002-HELENO BORGES BERNEIRA x LUIZ ALBERTO DREVNOVICZ MENEZES JUNIOR e outro - Providenciar o pagamento no valor de R$9,40, visando a expedição da certidao solicitada. Adv. Nelson Antonio Gomes Júnior.
30. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 745/2002-JASCAN OFICINA MECANICA E COM. DE PEÇAS LTDA x LOURIVAL DAROS - Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Adv. José Nazareno Goulart.
31. DEPOSITO - ESPECIAL - 1341/2002-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A. x LAMITEX COMERCIO E REPRES. DE COMPENSADOS LTDA - manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito, devendo comprovar a publicação do edital de citação, bem como afixação no local de costume, em cinco dias. Advs. Daniel Hachem e ALEXANDRE MARCOS GOHR.
32. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 1425/2002-ITOSI GUIOTOKV x CRISTYAN AUGUSTO DE OLIVEIRA - Recolher GRC no valor de R$99,00, para cumprimento do mandado nos endereçoes declinados. Adv. Nelson Antonio Gomes Júnior.
33. INDENIZACAO - SUMARIO - 1429/2002-FLIPPER TRANSP. E COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA x BANCO DO BRASIL S/A - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo totalmente procedentes os pedidos formulados pelo autor Flipper Transporte e Comércio de Produtos de Limpeza Ltda. nestes autos de Indenização por Danos Morais, movido em face de Banco do Brasil S/A, para condenar o réu a pagar ao autor uma indenização pelos danos morais que lhe causou, que arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), devidamente atualizados monetariamente pela média entre o INPC/IGP-DI desde a prolação desta (Súmula 362/STJ). Confirmo a limina deferida ä f. 30. Tendo em vista princípio da sucumbência condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios, os quais, atendendo o grau e complexidade e o valor da causa, o zelo profissional e o local e tempo exigidos para a realização (artigo , § 4° Código de Processo Civil), fixo em R$ 2 000,00 (dois mil reais) Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. MARCIA MONTALTO ROSSATO e Ângela Sampaio Chicolet Moreira.
34. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 504/2003-AUTO POSTO NILO CAIRO LTDA. x G. A. CARVALHO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS - Fica intimada a parte exequente para retirar o ofício, no prazo de 05 dias. Adv. João Casillo.
35. BUSCA E APREENSAO FIDUC.-ESP. - 838/2003-BANCO ITAU S/A. x JOSE MARCILIO FERREIRA - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a certidão do Oficial de Justiça. Adv. Marcio Ayres de Oliveira.
36. SUSTACAO DE PROTESTO-CAUTELAR - 1286/2003-CONSTRUTORA GUADALUPE LTDA x OLESCZUK & SANTOS LTDA - Procedi o protocolamento da ordem de bloqueio de ativos financeiros junto ao sistema BACENJUD, cujo resultado restou frustrado, em razão da inexistência de saldo positivo em conta bancária de titularidade da parte devedora, conforme detalhamentos que seguem em frente. Intime-se a parte credora para, no prazo de cinco dias, indicar outros bens suscetíveis de penhora. Intimem-se. Advs. MANOEL FRANCISCO MARTINS DE PAULA e LUIZ DIAS.
37. INDENIZACAO - SUMARIO - 1587/2003-JANARY MARANHAO BUSSMANN e outros x CARREFOUR ADM. DE CARTOES DE CREDITO COM. PARTIC. e outro - Cumpra-se o item 2.10.4 do Código de Normas, em relação ao advogado Anderson de Oliveira Miskalo, que permaneceu com os autos em carga, por mais de um ano, estendendo-se a proibição a todos os integrantes do mesmo escritório, conforme determinado nos autos de procedimento administrativo, nº 1818/2010. Anotações necessárias. Intime-se o exequente para manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Havendo silêncio, aguarde-se a iniciativa, com os autos em arquivo. Intimem-se. Advs. ANDERSON DE OLIVEIRA MISKALO, Elias Ed Miskalo e CAMILLA TATIANE PILASTRE MENDES.
38. DECLARATORIA - ORDINÁRIO - 18/2004-CONSTRUTORA GUADALUPE LTDA x OLESCZUK & SANTOS LTDA - Procedi o protocolamento da ordem de bloqueio de ativos financeiros junto ao sistema BACENJUD e, sucessivamente, a ordem de transferência dos valores bloqueados. O detalhamento da transferência servirá como termo de penhora. Intimem-se a parte devedora, por intermédio de seus procuradores, ou na falta destes, o seu representante legal, ou pessoalmente para, no prazo de 15 (quinze) dias, para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente impugnação, nos termos do artigo 475-J, § 1° do CPC. Considerando a insuficiência do bloqueio, manifeste-se o exequente, em cinco dias. Intimem-se. Advs. MANOEL FRANCISCO MARTINS DE PAULA e LUIZ DIAS.
39. EXECUCAO DA OBRIGAC.DE FAZER - 245/2004-LUIZ ROBERTO ROMANO x IARA ZULEIKA LINBERGER e outros - Fica intimada a parte requerida para efetuar o preparo das custas remanescentes apuradas na conta de fl. 591, como segue: no valor de R$930,60, referente às custas do Sr. Escrivão; no valor de R$10,08, referente às custas do Sr. Contador; no valor de R$2,48, referente às custas do 2° Oficio do Distribuidor Civel; cada uma através de sua respectiva GRJ, em cinco dias. Advs. Luiz Roberto Romano, Guilherme Mussi, NIVEO PERSIO FERREIRA VIEIRA e Leocádio Prolik.
40. EMBARGOS DO DEVEDOR - 309/2004-PROCONSULT, PROJETO, CONSULTORIA E CONSTRUCAO LTDA x CONDOMINIO EDIFICIO DO PARQUE - nos termos contido no item XXXVII da Portaria nº. 001/2011, fica deferido o pedido de vista fora de Cartório, formulado pela às fls. 158, pelo prazo de dez dias. Advs. JOE TENNYSON VELO e Emerson Luiz Vello.
41. MONITORIA - ESPECIAL - 330/2004-ASSOCIACAO DOS MOTORISTAS DO SERV. PUBLICO - AMOSP x KARINA DIAS BASTOS CASONI - nos termos contido no item XXXVII da Portaria nº. 001/2011, fica deferido o pedido de vista fora de Cartório, formulado pela às fls. 130, pelo prazo de dez dias. Adv. Carla Teresa Bittencourt da Costa Bonomo.
42. EMBARGOS DE TERCEIRO-ESPECIAL - 454/2004-MARCOS VICENTIN x FINAUSTRIA COMPANHIA DE CREDITO, FINANC. E INVEST. - Segundo certidão de fls. 216, não há valores pendentes de devolução nos autos. Nesse sentido, esclareça a parte requerida, no prazo de cinco (05) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se. Int. Advs. LUIZ ANTONIO GOMES ARAUJO e Virgínia Mazzucco.
43. COBRANCA - ORDINARIO - 633/2004-BANCO DO BRASIL S/A x JOAQUIM INACIO CAMPOS NOBREGA JUNIOR - Registre-se no sistema a fase decisória e voltem conclusos para sentença. Intimem-se. Adv. Joanes Everaldo de Sousa.
44. ACAO ORDINARIA - 634/2004-SERRARIA PASSAUNA LTDA x PLENOVALE FLORESTAL LTDA - Fica o autor intimado para comprovar nos autos o depósito judicial referente aos honorários periciais, bem como informar o atual andamento da carta precatória dirigida a Comarca de Rio Branco do Sul - PR, em cinco dias. Advs. Pâmela Iris Teilor e JOHNSON SADE.
45. DECLARATORIA - ORDINÁRIO - 850/2004-GERSON DE MELO RUNPFE x BANCO DO BRASIL S/A. e outro - Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, julgo extinta a obrigação estampada no título judicial, eis que satisfeita, com fulcro no artigo 794, I do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará em favor do credor para levantamento do valor referente depositado ás fls. 665/666. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Advs. ANA PAULA LARA, Gerson Vanzin Moura da Silva e Fabrício Zilotti.
46. DECLARATORIA - SUMARIO - 1268/2004-RAMGIS COM. DE EQUIP. INUSTRIAIS E REPRES. COM. LT x MADPLEX COM. DE MADEIRAS E COMP. LTDA e outro - Manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. ROGER VINICIUS LUEBKE, CLAUDIA GISLEY PERIN, ANDERSON LUIZ ORANE e Heroldes Bahr Neto.
47. REVISIONAL DE CONTRATO-ORDIN. - 1405/2004-GLORIA GARDEN COSMETICOS DO BRASIL LTDA. ME x BANCO SANTANDER - Extraiam-se cópias da determinação emanada por este Juízo (fls.400/403), bem como da certidão de fls. 413 e encaminhem-se ao Ministério Público para apuração de crime de desobediência. Intime-se o exequente para, no prazo de cinco dias, dar andamento ao feito. Nada sendo requerido, aguarde-se pela manifestação do interessado com os autos em arquivo. Intimem-se. Advs. LUIS FERNANDO NADOLNY LOYOLA e Blas Gomm Filho.
48. COBRANCA - SUMARIO - 1515/2004-CARL HEINZ ANTONIUS GEBAUER e outros x BERMAN S/A ENGENHARIA E CONSTRUCOES - Manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. Nelson Antonio Gomes Júnior, Luciano Hinz Maran e MARIA FERNANDA PACHECO VAZ.
49. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 65/2005-LAR - COMERCIO DE VEICULOS LTDA. x ADILSON CARLOS FERNANDES - Ciência a parte interessada sobre o desarquivamento dos presentes autos. Adv. Afonso Henrique Prezoto Castelano.
50. COBRANCA - SUMARIO - 76/2005-CONDOMINIO EDIFICIO SAINT GERMAIN x NEIVA APARECIDA CAMARGO GANCINE - Intime-se o exeqüente para, no prazo de cinco (05) dias juntar aos autos recibo referente ao pagamento das custas de avaliação. Int. Advs. Antonio Emerson Martins, LEANDRO CABRAL MORAES, MAURICIO PIOLI, THIAGO MARINHO TOMAZI, Fernando Wilson Rocha Maranhão e MAURICIO PIOLI.
51. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 94/2005-TECNOMOLD ARTIGOS PARA LETRISTAS E SERIGRAFOS LTDA x TUBIAS TAVARES AFONSO - Desentranhe-se a carta precatória e reencaminhe-se ao juizo deprecado, com copia de fl. 205 - Retirar carta precatória. Advs. JOAO INACIO CORDEIRO e José Carlos Branco Júnior.
52. EXIBICAO - CAUTELAR - 183/2005-GRACIA MARIA DE MEDEIROS IATAURO x BANCO SANTANDER SA - 1. Indefiro o pedido constante na petição de fls. 370/373, pois este Juízo, por meio da decisão de fls. 354/358 já explicitou seu entendimento com relação à matéria em discussão e ao contexto dos autos, adotando as providências que julgou pertinentes. Portanto, inexistente nova situação fática, não merece acolhimento o pleito em comento. Outrossim, sobressai que a parte requerida, busca, a bem da verdade, simplesmente se exonerar da obrigação contra si constituída, uma vez que, depois de ver seu requerimento de fls. 364/365 afastado pela decisão de fl. 367/368, veio aos autos com outros fundamentos jurídicos, visando objetivo além daquele já pleiteado, qual seja, a revogação das astreintes cominadas. 2. Cumpra-se o disposto no último parágrafo de fl. 368. 3. Diligências necessárias. 4. Intimem-se. Advs. Alexandre Arseno e Blas Gomm Filho.
53. BUSCA E APREENSAO FIDUC.-ESP. - 441/2005-BANCO FINASA S/A e outro x FABIANA APARECIDA DA SILVA e outro - Vistos, etc. Tendo em conta o abandono do autor em relação aos presentes autos, em que pese as intimações realizadas, não havendo manifestação há meses, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, o que faço com fulcro no artigo 267, III, do Código de Processo Civil. Tendo por base o que dispõe o artigo 26 do CPC, condeno o autor ao pagamento das custas e eventuais despesas processuais remanescentes, podendo a escrivania exigi-las na forma do art. 475-J do CPC, respeitado o prazo contido no artigo 206 § 1º, inciso III, do Código Civil. Oportunamente, façam-se as baixas necessárias e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Adv. Mariane Cardoso Macarevich.
54. EMBARGOS A EXECUCAO - 0000203-65.2005.8.16.0001-COMPANHIA DE SEGUROS GRALHA AZUL x ZELENE MARI VERONESE - Preparadas as custas de

fls. 241, voltem-me para homologação do acordo. Int. Advs. GERARD KAGHTAZIAN JR. e Gabriel Bardal.

55. EMBARGOS A EXECUCAO - 787/2005-VERA CRUZ SEGURADORA S/A x OZIAS SILVA DE LIMA - Manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. ANDRE PEIXOTO DE SOUZA, HOMERO STABELINE MINHOTO e Filipe Alves da Mota.

56. REVISIONAL DE CONTRATO-ORDIN. - 804/2005-JOAO CARLOS DO PRADO x BANCO HSBC S/A - Não cabe ao autor pactuar sobre aquilo que não lhe pertence, no caso, as custas processuais, que são os emolumentos do Escrivão. Portanto, tendo assumido para si a responsabilidade de arcar com os honorários de seu respectivo patrono, em desacordo com a Lei 1.060/50, e de efetuar o preparo das custas destes autos, conforme item 6 do termo de audiência de fis. 420/421, revogo o beneficio da assistência judiciária. Ao contador, para efetuar o cálculo de custas. Após preparadas, voltem para homologação e extinção do processo. Int. Advs. Guaraci de Melo Maciel e Reinaldo Mirico Aronis.

57. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 960/2005-DIVESA AUTOMOVEIS LTDA x NELSON DONALD HOSANG - Fica intimada a parte credora para retirar o oficio, no prazo dem 05 dias. Adv. José Valter Rodrigues.

58. MONITORIA - ESPECIAL - 988/2005-MARCOS GOMES DE ARAUJO x PAULO AFONSO JANZ - Mediante a antecipação das custas respectivas, intime-se pessoalmente a parte executada para indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 05 dias, sob pena de se considerar ato atentatório à dignidade da justiça com incidência de multa de até 20% sobre o valor atualizado do débito, nos termos do artigo 600, inciso IV e artigo 601, ambos do Código de Processo Civil. Int. Advs. Airton Passos de Souza e CARLOS HENRIQUE KAMINSKI.

59. EXECUCAO POR TITULO JUDICIAL - 1042/2005-MARIO CIMBALISTA JUNIOR x MARCOS LEAL BRIOSCHI - Mediante a antecipação das custas respectivas, intime-se pessoalmente a parte executada para indicar bens passíveis de penhora, sob pena de se considerar ato atentatório à dignidade da justiça com incidência de multa de até 20% sobre o valor atualizado do débito, nos termos do artigo 600, inciso IV e artigo 601, ambos do Código de Processo Civil. Int. Advs. EDUARDO BRUNING e DIVONSIR BORBA CORTES FILHO.

60. INDENIZACAO - SUMARIO - 1054/2005-GRAZIELE BARBOSA DE PAULA x CARLOS RAFAEL MUCHINSKI e outro - Expeça-se novo mandado para intimação dos requeridos, a ser cumprido no endereço sito à rua Anne Frank n° 920, vila Hauer, Curitiba. Intimem-se. - Diante do contido na certidão de f. 184, expeça-se novo mandado de intimação, com as prerrogativas do artigo 172, § 2°, do CPC. Intimem-se. - Observe a parte autora o contido no art. 13, "caput", do CPC, que dispõe que verificada a incapacidade processual, o juízo, suspendendo o processo, deverá marcar prazo razoável para regularização. Para tanto, a parte deverá ser pessoalmente intimada, já que não dispõe de procurador nos autos. In casu, a intimação pessoal não foi realizada, razão pela qual não há como determinar o prosseguimento do feito à revelia do réu. Cobre-se a devolução do mandado de intimação de f. 187. Intimem-se. Advs. Fabiano Neves Macieywski e Ana Paula Torres.

61. DECLARATORIA - ORDINÁRIO - 1184/2005-AIONIOS INFORMATICA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA x MILA INFORMATICA, COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e outros - Ciência ao requerente sobre a remessa do alvará expedido para o Banco do Brasil, devendo efetuar o pagamento de R$9,40. - Cumpra-se a determinação lançada no último parágrafo de f. 364. Após, diligencie a Serventia junto à instituição bancária quanto à efetiva transferência do valor bloqueado para conta judicial, procedendo-se o registro do depósito. A seguir, expeça-se alvará a favor da parte credora para levantamento do valor penhorado e intime-se-à para dizer, em cinco dias, se seu crédito está satisfeito. Intimem-se. Advs. Marco Aurélio de Oliveria, RODRIGO THOMAZINHO COMAR e Luiz Alberto Gonçalves.

62. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 1213/2005-INGRID HEYMOWSKI x ALIANCA DISTR. DE PROD. ELETRODOMESTICOS LTDA e outro - Vistos, etc. Haja vista o adimplemento do valor executado, para que produza seus legais e jurídicos efeitos julgo extinta a execução com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Expeça-se um alvará em favor da escrivania para levantamento do valor das custas (fl. 268) e outro em favor da parte credora para levantamento do valor remanescente. Oportunamente, façam-se as baixas, anotações e comunicações necessárias e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Júlio César Dalmolin, ALEXANDRE ZOLET, José Augusto Araújo de Noronha e Nivia Aparecida Hanthorne Dilva Nita.

63. USUCAPIAO - ESPECIAL - 1241/2005-RENATO LUIZ PINTO e outro x ROGER GUSTAVO ROBERT - vistos e etc...Diante do exposto, com fulcro no artigo 269, I do CPC, julgo procedente o pedido de usucapião deduzido por Renato Luiz Pinto e Evani Pereira da Costa, em face de Roger Gustavo Robert, para o fim de reconhecer em favor dos autores o dominio útil do imóvel a seguir descrito, devendo ser aberta matricula pelo Sr. Registrador competente. Determino que se expeça mandado para registro no Oficio de Registro de Imóveis do seguinte bem: "Lote 24 da quadra 52 com drea de 500,00 m2, da Planta Vila Bairro Alto, cadastrado no município com a indicação fiscal: 38-097-024.000-5, pertencente a Evani Pereira da Costa Pinto, contendo uma casa de madeira, imóvel situado na rua Pedro Eloi de José Lins do Rego, com as seguintes medidas e confrontaçöes: medindo 10,00 metros em ambos os lados, sendo que do lado direito confronta-se com o lote 38-097-023.000 pertencente a Dinamir Lima da Silva; e do lado esquerdo com o lote 38-097-025.000 pertencente a Aliete Cardoso de Lima; e, na linha de fundos mede 10,00 rrtetros, onde confronta-se com o lote 38-097-011.000 pertencente a Lauro da Silveira." Tendo em vista o princípio da sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade e o valor da causa, o zelo do profissional e o local e tempo exigidos para a realização do serviço (artigo 20, § 4° Código de Processo Civil), fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Adv. Silvana de Mello Guzzo - DEFENSORA PÚBLICA.

64. EMBARGOS DE TERCEIRO-ESPECIAL - 1344/2005-EMANELE PFEIFFER e outros x CARLOS ALBERTO CARVALHO - Aguarde-se eventual manifestação do credor, com autos em arquivo. (C.N 5.8.20). Int. Advs. ANDREIA DAMASCENO PAQUET e LUCIANA REGINA DOS REIS.

65. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 1349/2005-MANUEL SOTO CHOUCINO e outros x UNIBANCO - CREDITO IMOBILIARIO S/A - Manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. Giovanna Price de Melo e Luís Oscar Six Botton.

66. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 1356/2005-WALLY BECKER KASSNER x LEONARDO ALEXANDRE HANSEN e outros - Procedi o protocolamento da ordem de bloqueio de ativos financeiros junto ao sistema BACENJUD e, sucessivamente, a ordem de transferência dos valores bloqueados. O detalhamento da transferência servirá como termo de penhora. intimem-se a parte devedora, por intermédio de seus procuradores, ou na falta destes, o seu representante legal, ou pessoalmente dos termos da penhora. Intimem-se. Advs. Cezar Eduardo Panessa Ruiz, Manoel Daher e MANOELLA DOS SANTOS DAHER.

67. EXECUCAO HIPOTECARIA - 1383/2005-BANCO ITAUBANK S/A x EMERSON PIOVESAN e outros - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a certidão do Oficial de Justiça. Advs. Daniel Hachem, Leonel Trevisan Júnior e Marcus Vinicius Tadeu Pereira.

68. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 246/2006-ATELIER DE COSTURA EUROPEU LTDA. x BRUNO M. F. C. CASTAGIN - Manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. Renato S. B. Cardoso, Adriano Henrique Pinheiro e MARCELO MENEZES COSTAGIN.

69. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 304/2006-CONDOMINIO EDIFICIO ANTURIO x DAYANE CUNHA - Vista à devedora, por ora, negada. Expeça-se mandado de atualização da avaliação. Após, digam as partes, em cinco dias. Intime-se. Advs. Marcelo de Oliveira e Maylin Maffini.

70. INDENIZACAO - SUMARIO - 353/2006-MARIA DO CARMO LEITE DE LIMA x LINEU ANTONIO DA SILVA - Ciência ao requerente sobre o expediente de fls. 301. Advs. Sandro Pinheiro de Campos e MARIA JOSE CARVALHO D. CAVALCANTE.

71. REINTEGRACAO DE POSSE - ESPEC - 370/2006-SAFRA LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOSE VIDAL DOS SANTOS - Este Juízo não opera com os sistemas Infoseg e Infojud. Autorizo a escrivania a proceder a consulta, via sistema Renajud, para busca de endereços em nome do réu. Após, intime-se a autora para dar andamento ao feito, em cinco dias. Intimem-se. Adv. Ionéia Ilda Veroneze.

72. DEPOSITO - ESPECIAL - 448/2006-UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A. x IARA DANIELA DA ROSA MORAES - manifeste-se o requerente no prazo de cinco dias sobre a resposta da consulta relizada junto ao Bacenjud, às fls. 168/1701. Adv. Tatiana Valesca Vroblewski.

73. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 594/2006-TOYOTEIROS AUTO PECAS LTDA x TROPICAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - Proceda-se a avaliação do bem penhorado às fls. 96, mediante antecipação das custas. Int. Advs. Joaquim José Pereira Filho e ADELCIO CERUTI.

74. INDENIZACAO - ORDINARIO - 674/2006-ANTONIO MARQUES BORBA x VERONICA ROBERTA DO ROCIO SOUZA - Mediante recolhimento da respectiva guia, expeça-se mandado de intimação, nos termos do despacho de fis. 214. Int. Adv. LUIZ FERNANDO C. F. POTIER.

75. DEPOSITO - ESPECIAL - 676/2006-BANCO ITAÚ S/A x ALEXSANDRO ROGOSKI PEREIRA - Indefiro o pedido retro. Intime-se o requerente para, no prazo de dez dias (art. 219, § 2° do Código de Processo Civil), promover a citação do réu, sob pena de extinção do processo, nos termos do artigo 267, IV do Código de Processo Civil, considerando que a citação é ato imprescindível para à constituição válida e regular da ação. Int. Adv. Crystiane Linhares.

76. CAUTELAR INOMINADA - 687/2006-HÉLIO DIAS (ESPÓLIO) x UNIMED - FEDERAÇÃO DO PARANÁ - Vistos e etc...DISPOSITIVO Isso posto, com fulcro no artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO relativamente ä medida cautelar inominada e ao pedido de sua confirmação formulado nos autos principais, em razão da perda superveniente do objeto, recaindo o interesse processual. Outrossim, com fulcro no artigo 269, inciso I também do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido nos autos de Ação de. Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais, para o fim de condenar a parte ré ao pagamento de uma indenização por danos morais sofridos pela parte autora (de cujus), no importe de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), corrigidos monetariamente pela média entre o INPC/IGP-DI desde a prolação desta (Súmula 362 do STJ). = Por sucumbente, condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais cada e honorários advocaticios de ambas as demandas, que fixo em R$ 3.000,00 (três mil reais) para os dois feitos, o que faço com espeque no artigo 20, § 4°, do Código de Processo Civil, notadamente, o grau de zelo profissional, de dificuldade da demanda, o tempo despendido, o lugar da prestação de serviços, a desnecessiidade de dilação probatória, dentre outras determinantes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Joel Kravtchenko e MAURICIO KAVINSKI.

77. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0001035-64.2006.8.16.0001-ANTONIO EMÍLIO MITIDIERI x JOSEF SZUBA - manifestem-se as partes em cinco dias sobre o laudo de avaliação de fls. 187/188. Advs. Carlos Bayestorff Júnior e Edgar Lenzi.

78. DESPEJO - ORDINARIO - 775/2006-J. MALUCELLI ADMINISTRADORA DE BENS S/A x IRIS COLOR EXPRESS COM DE MATERIAIS FOTOGRAF. LTDA - fica intimada a parte credora para retirar o ofício, no prazo de 05 dias. Advs. ANA PAULA CONTI BASTOS e ANDRE MASSIGNAN BEREJUK.

79. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0001277-23.2006.8.16.0001- OTACILIO TELES RIBEIRO x COMUNIDADE EVANGÉLICA DA BENÇÃO e outro - Retirar os ofícios, mediante respectivo preparo. Adv. Elimar Szaniawski.
80. USUCAPIAO - ESPECIAL - 954/2006-ÁLVARO DA LUZ LEITE e outro x FUNDAÇAO DE EDUCAÇAO E CULTURA ESPIRITA PR-SC - Aguarde-se a manifestação dos herdeiros no intuito de promover a habilitação processual, com base no artigo 1.060, 1, do Código de Processo Civil, ficando os autos suspensos até a devida habilitaçäo. (art. 265, I, do Código de Processo Civil). Advs. ANTONIO CARLOS G. TAQUES, Ana Maria Silvério Lima, RENATO COSTA LUIZ P. HORA e Marcos Bueno Gomes.
81. REINTEGRACAO DE POSSE - ESPEC - 975/2006-SAFRA LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL x LUCIANO DE SOUZA MARINHO - Procedi o protocolamento da ordem de bloqueio de ativos financeiros junto ao sistema BACENJUD e, sucessivamente, o desbloqueio do valor, visto que insignificante. Intime-se o exequente para, no prazo de cinco dias dar andamento ao feito. Nada sendo requerido aguarde-se pela manifestação do interessado com os autos em arquivo. Intime-se. Adv. Aldo Schmitz de Schmitz.
82. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 1053/2006-IRIA MORAES MAITO e outros x ITAÚ SEGUROS S/A - nos termos contido no item XXXVII da Portaria nº. 001/2011, fica deferido o pedido de vista fora de Cartório, formulado pela às fls. 243, pelo prazo de dez dias. Advs. ERALDO LACERDA JR. e Milton Luiz Cleve Küster.
83. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 1232/2006-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A - LIQ. EXTRAJ. x DEJAIR TRANQUERO MENDONÇA e outros - manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a devoluação da carta precatória. Adv. Luís Oscar Six Botton.
84. MONITORIA - ESPECIAL - 1332/2006-JOSE CARLOS ALMEIDA x FERNANDO PEREIRA KOSOP e outro - manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a resposta do ofício. Adv. Antonio Augusto Grellert.
85. REVISIONAL DE CONTRATO-ORDIN. - 1470/2006-IVAN MIRANDA DE SOUZA FILHO e outro x CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNC. BCO DO BRASIL - - Especifiquem as partes as provas que efetivamente pretendem produzir, em cinco dias, justificando-as, bem como manifestem-se sobre a possibilidade de composição em audiência. Sobre o descumprimento da ordem judicial noticiada às fls. 508 e seguintes, justifique o réu, no mesmo prazo. Int. - Cumpra-se a determinação de f. 506, oficiando-se ao Relator do Agravo de Instrumento e, em resposta às informações requisitadas pelo despacho de f. 520, informe-se que os autos não fazem qualquer referência a valores percebidos pela autora Marta Ubeda Miranda de Souza. Informe-se, ainda que, segundo noticiado pelos autores às f. 508/513, o réu não cumpriu, até a presente data, a ordem judi,cial exarada na decisão que concedeu a tutela antecipada. De resto, cumpram-se as determinações de f. 508. Intimem-se. Advs. Antonia Regina Carazzai Budel e Fabrício Zir Bothomé.
86. DECLARATORIA - SUMARIO - 1510/2006-HUGO FELIPE RAUEN x ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ/COMISSÃO DE CONCURSO - Manifeste-se o credor objetivamente acerca do prosseguimento do feito, no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. Luiz Eduardo Vacção da Silva Carvalho e Carlos Alberto Moro.
87. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 1531/2006-COPAVA VEÍCULOS LTDA. x EVA REGINA TUCHOLESKI - manifeste-se o requerente em cinco dias sobre o ofício devolvida. Adv. Marcos Bueno Gomes.
88. RESCISAO DE CONTRATO - ORDIN. - 1548/2006-DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOELMA ADRIANE FROES DAMAS - Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Adv. ALINE BORGES LEAL.
89. REPARACAO DE DANOS - ORDINAR. - 74/2007-JANAYNA RIGO x CARTAO CREDICARD S/A. - Expeça-se alvará para levantamento da quantia depositada à fl. 171. Outrossim, deve a parte ré efetuar o correto pagamento dos valores devidos ao Contador, tendo em vista o recolhimento efetuado em favor da Serventia, nos modelos do contido à fl. 169v. Cumpridas tais diligências, voltem conclusos para extinção. Intime-se. Advs. José Antonio Faria de Brito e Elisa de Carvalho.
90. INDENIZACAO - SUMARIO - 109/2007-ADELCIO CARVALHO MARQUES x TRANSPORTE COLETIVO GLORIA LTDA. e outros - Fica intimada a litisdenunciada para apresentar suas alegações finais, em quinze dias. Advs. EROL RAMOS, Renato Ribeiro Schmidt, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado e Luiz Henrique Bona Turra.
91. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 127/2007-BANCO DO BRASIL S/A x L. MOREIRA DA COSTA & FILHOS LTDA. e outros - Manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. Karina de Almeida Batistuci e Nirlando Jacinto Pacheco.
92. MONITORIA - ESPECIAL - 129/2007-BANCO BRADESCO S/A x EROS CONSENTINO TOZETTO - ME. e outro - Manifeste-se o credor em cinco dias sobre a certidão supra. Advs. Daniel Hachem e ROSANEA ELISABETH FERREIRA.
93. REINTEGRACAO DE POSSE - ESPEC - 184/2007-BANCO ITAUCARD S/A x JUREMA PORTELA - fica intimada a parte autora para, no prazo de 05 dias, providenciar o preparo complementar no valor de R$68,40 referente aos expedientes de fls. 178/182 e respectivo porte de correio. Adv. Crystiane Linhares.
94. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 193/2007-BANCO BRADESCO S/A x MOGAMI & FUKUYAMA LTDA. e outro - manifeste-se o credor em cinco dias sobre a certidão supra. Adv. Daniel Hachem.
95. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 273/2007-PROLOJ FINANÇAS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA x GPMR FERRAMENTAS LTDA . e outros - Manifeste-se o exequente em cinco dias sobre o prosseguimento do feito. Advs. Emerson Norihiko Fukushima e Rogério Iurk Ribeiro.
96. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 305/2007-ANDRÉIA SHIMIZU FRIZZO x MAURICIO LEON LEFCOVICH - Manifeste-se o credor sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. Denise Thami Hayashi e José de Castro Alves Ferreira.
97. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 321/2007-N.B. FOMENTO S/A x BIOFLUX MEDICAL DO BRASIL LTDA e outros - 1. Com fulcro no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, determino a intimação dos executados para que, querendo, se manifestem, no prazo de 10 (dez) dias (art. 177 do Código de Processo Civil), sobre a petição juntada às fls. 306/310, com os documentos que a acompanham. 2. Na sequência, voltem conclusos. 3. Diligências necessárias. 4. Intimem-se. Advs. ANDRE RICARDO BRUSAMOLIN e Sérgio Batista Henrichs.
98. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 343/2007-NUNO FERREIRA CARGAS INTERNACIONAIS LTDA x PERPAK CONSULTORIA COM. REPRES. IMP. EXP. MAQUINAS e outros - Manifeste-se o credor em cinco dias sobre a certidão supra. Advs. ALBERTO ACHILES DA COSTA MOUZINHO e DANIEL NUNES ROMERO.
99. USUCAPIAO - ESPECIAL - 395/2007-MARIA LOURDES SELENKO e outro - Manifeste-se o requerido em cinco dias sobre o prosseguimento do feito. Advs. Fluvio Denis Machado e Maria Lizane Machado Brum.
100. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 436/2007-BANCO SAFRA S/A x PROVI BRASIL SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÕES LTDA. e outros - Fica intimada a parte exequente para retirar o ofício, no prazo de 05 dias. Adv. Alexandre Nelson Ferraz.
101. ALVARA - ESPECIAL - 440/2007-GUSTAVO MARQUES DA SILVA - Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Adv. EDGAR STOSKI DE ALBUQUERQUE.
102. DEPOSITO - ESPECIAL - 488/2007-FUNDO DE INVEST. EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRO x ALANDIONES SOARES DE MELO - manifeste-se o requerente em cinco dias sobre as respostas das consultas realizadas. Adv. Blas Gomm Filho.
103. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 850/2007-BANCO ITAÚ S/A x ITAIM COMERCIO DE VEICULOS LTDA e outros - Manifeste-se o exequente em cinco dias sobre o prosseguimento do feito. Advs. Evaristo Aragão Ferreira dos Santos e Jean Mauricio de Silva Lobo.
104. DEPOSITO - ESPECIAL - 1141/2007-BANCO ITAÚ S.A x ORLANDO GUEDES - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre o prosseguimento do feito. Adv. Gustavo Saldanha Suchy.
105. REGISTRO DE TESTAMENTO-ESPEC. - 1215/2007-ADILSON AMARO ALVES x NEIDE MARIZA MENARIM - 1. O objeto destes autos encontra-se atendido, pois determinado o cumprimento do testamento público por este Juízo, na forma do artigo 1.128 do Código de Processo Civil e realizados os atos de lavratura do termo de abertura do inventário, registro e arquivamento, consoante a redação dos artigos 1.125 e 1.126, ambos do mesmo códex. Portanto, exaurida a prestação jurisdicional neste feito. 2. Eventual discussão gerada, quanto ao registro das escrituras públicas confeccionadas, perante Ofício de Registro Imobiliário vinculado a Juízo de foro diverso devem ser processadas perante o órgão competente. Neste sentido, o artigo 202 da Lei nº 6.015/1973 faculta ao interessado interposição do recurso de apelação da decisão relativa à dúvida suscitada. 3. Sendo assim, não compete a este Juízo, por intermédio do presente feito, determinar o registro imobiliário pretendido. Destarte, indefiro os pedidos formulados às fls. 32/39. 4. Observem-se as determinações do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Oportunamente, arquivem-se. 5. Diligências necessárias. 6. Intimem-se. Advs. Adilson Amaro Alves e Germano Alberto Dresch Filho.
106. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 1463/2007-ADENIR JOSÉ SOARES DA SILVA x AUTOS EXCELENCE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. e outros - Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. Alessandro José Mendonça Viana e Lauro Vieira Gomes Junior.
107. DEPOSITO - ESPECIAL - 1470/2007-BANCO BMC S/A x ELLIS REGINA SEVERINO - Processo suspenso pelo prazo de sessenta dias. Adv. Diego Rubens Gottardi.
108. DECLARATORIA - SUMARIO - 1478/2007-BANCO ITAÚ S/A x CECÍLIA DE VECCHI - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre o prosseguimento do feito. Adv. Crystiane Linhares.
109. REINTEGRACAO DE POSSE - ESPEC - 1523/2007-HSBC LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x RAQUEL DA ROSA TEIXEIRA - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre o prosseguimento do feito. Adv. Mariane Cardoso Macarevich.
110. MONITORIA - ESPECIAL - 1545/2007-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x NELSON JOSIAS DE JESUS CAVALARI - Registre-se no sistema a fase decisória e voltem conclusos para sentença. Intimem-se. Advs. Alexandre Nelson Ferraz e Valderez de Macedo Pacheco- CURADORA ESPECIAL.
111. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 1608/2007-SILVANA LEAL WIECZORKOWSKI x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS - Libere-se à credora, mediante expedição de alvará, o montante depositado às f. 188, com respectivos acréscimos remuneratórios da conta judicial. Procedi a ordem de desbloqueio dos valores excedentes e de transferência do valor complementar do débito via sistema BACENJUD. Confirmada a transferência,, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para atualização do- débito, deduzidos os valores levantados. Após, voltem. Intimem-se. - Ciência ao requerente sobre a remessa do alvará expedido para o Banco do Brasil, devendo efetuar o pagamento de R$9,40. Advs. Carmem Iris Parellada Nicolodi e Milton Luiz Cleve Küster.
112. DESPEJO - ORDINARIO - 1616/2007-MARA LUCIA DALARMI x ALEXANDRE INÁCIO - Vistos e etc...III. Dispositivo - ISSO POSTO, julgo procedente o pedido de despejo, para o fim de declarar rescindido o contrato de locação celebrado entre as partes, e, com fulcro nas disposições do art. 63, § 1°, letras "a" e "b", da Lei 8.245/91, fixo o prazo de 15 (quinze) dias para desocupação voluntária do imóvel pelo locatário, sob pena de despejo. Caução dispensada, a teor do artigo 64, da Lei das Locações, com a nova redação dada pela Lei n. ,12.112/2009. Em respeito ao princípio da sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono da autora, em valor que fixo em R$ 6.000,00

(seis mil reais), atenta aos vetores do artigo 20, §§ 3° e 4°, do CPC, especialmente o tempo de duração da causa, seu grau de complexidade e valor econômico eo trabalho desenvolvido pelo causídico. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Sebastião Maria Martins Neto, Frederich Mark Rosa Santos e Jone Eduardo Muffato.
113. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 1852/2007-POLIMIX CONCRETO LTDA x FRANCISCO JOSE ZATTAR & CIA LTDA - Fica intimada a parte exequente para retirar o ofício, no prazo de 05 dias. Advs. Adilson de Castro Junior e HERMINDO DUARTE FILHO.
114. DESPEJO - ORDINARIO - 1860/2007-KAROLINE IKEDA CLETO x PAULO SÉRGIO FERNANDES PHILOMENA e outro - Fica intimada a parte autora para retirar o ofício, no prazo de 05 dias. Adv. Gabriel Bardal.
115. PRESTACAO DE CONTAS-ESPECIAL - 641/2008-MARIA CANUTE DE OLIVEIRA x CREFISA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVEST. - Vistos e etc...DISPOSITIVO, Diante do exposto nestes autos de ação de prestação de contas, julgo como não boas as contas apresentadas pela ré às fls. 92/94, e condeno-a à restituir à autora todos os valores cobrados a maior desta, pela aplicação de juros no percentual de 16,50 %, determinando desde já a sua substituição pelo percentual de juros no patamar de 1% ao mês. Sobre tal montante, incidirá correção monetária pela média entre o INPC/IGO-DI a partir de cada pagamento. P.R.I. Advs. Mauro Sérgio Guedes Nastari e Leila Mejdalani Pereira.
116. ACAO ORDINARIA - 1012/2008-IAM ASSESSORIA, REPRESENTAÇÕES, PARTIC. E INVEST. x ALL NIPPON AIRWAYS INC. - fica intimada a parte e requerida para retirar a carta precatória mediante o preparo complementar no valor de R$184,24 referente às cartas precatórias, fotocópias e conferências (72), providenciando a distribuição nos Juízos deprecado, devendo comprová-las no prazo de 05 (cinco) dias, bem como a parte requerente para providenciar o preparo no valor de R$42,80, referente à intimação das testemunhas arroladas. Advs. Flávio Luiz Fonseca Nunes Ribeiro e Simone Selva Cavalcante Pereira.
117. DECLARATORIA - SUMARIO - 1323/2008-CELIA REGINA OTTONI DE CAMARGO x CLIBAS FREITAS DE AZAMBUJA - Vistos e etc...DISPOSITIVO Isso posto, com fulcro no artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela autora Celia Regina Ottoni de Camargo nestes autos de Ação Declaratória de Meação, movida contra Clibas Freitas de Azambuja para o fim de declarar o direito da autora de ver reservada a sua meação junto ao crédito obtido pelo autor nos autos 1.771/2007, em trâmite perante a 21a Vara Cível do Foro Central da Região Metropolitana de Comarca de Curitiba - PR, no importe de 50% (cinquenta por cento) de todo o valor liquido obtido pelo réu junto ãquela demanda. Oficie-se àquele Juizo para que faça tal ressalva, expedindo alvarã judicial para levantamento dos valores, em nome da autora, bem como para que informe se, quando e quanto jâ foi liberado para o ora reu,naqueles autos. Relativamente a estes valores jâ levantados, deverá o réu dividi-lo ao meio e depositâ-lo perante este Juizo, em conta judicial vinculada aos autos, estando a autora, desde jã autorizada a efetuar o seu levantamento. Mantenho a liminar deferida ä f. 60. Tendo em vista o princípio da sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), o que faço com espeque no artigo 20, § 4°, do Código de Processo Civil, notadamente, o grau de zelo profissional, de dificuldade da demanda, o tempo despendido, o lugar da prestação de serviços, a desnecessidade de dilação probatória, dentre outras determinantes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Maria Marta Pavan e SILVIO MARCOS DE AQUINO ANTUNES.
118. DEPOSITO - ESPECIAL - 1380/2008-BANCO PANAMERICANO S/A x IESSER DOUGLAS DE OLIVEIRA DE ANDRADE - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a carta de citação devolvida às fls. 108/110. Adv. Tatiana Valesca Vroblewski.
119. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 1828/2008-VALÉRIA FERES BORGES x CIRO ANTONIO TAQUES e outro - Defiro o pedido de fls. 1340/1341, porquanto o número da conta que ora se pretende levantar estava contemplado no item "i" do acordo (fls. 1327), do que se dessume que as partes intencionavam transacionar todos os valores depositados judicíalmente. Expeça-se alvará para a credora, na pessoa de seu advogado, proceder o levantamento do saldo existente .na conta judicial 2400105552248. Intime-se. - Ciência ao credor sobre a remessa do alvará expedido para O banco do Brasil, devendo efetuar o pagamento de R$9,40. Advs. JOAO MAESTRELLI TIGRINHO, Victor Alexandre B. Marins e ANANIAS CEZAR TEIXEIRA.
120. BUSCA E APREENSAO FIDUC.-ESP. - 429/2009-BANCO BMC S/A x MARIA SALUTE RAVEANE - Recolher R$21,40 para expedição e remessa da carta de citação para o endereço declinado. Adv. Diego Rubens Gottardi.
121. COBRANCA - SUMARIO - 486/2009-COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL LTDA. x LETÍCIA DO AMARAL SANTOS - Manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Advs. Melina Breckenfeld Reck e Paula Alexandra Suave Rodrigues de Carvalho.
122. REVISIONAL DE CONTRATO-ORDIN. - 725/2009-G.J.K. COMÉRCIO DE AUTOMOTORES LTDA. x BANCO ITAÚ S/A - 1. Intime-se o Sr. perito para dar inicio aos trabalhos. 2. Diligências necessárias. Advs. Alexandre Arseno e Evaristo Aragão Ferreira dos Santos.
123. ACAO ORDINARIA - 862/2009-HERCULES CARVALHO DENOBI x RAMON SANTANA DE PASSOS e outros - Oficie-se conforme requerido no petitório de fl. 192. Expeça-se de mandado de citação com o endereço indicado à fl. 194, devendo o oficial de justiça proceder à citação por hora certa se houver suspeita de ocultação, nos termos do artigo 227, do Código de Processo Civil. Intime-se. - Diante da consulta retro manifestada, expeça-se ofício, conforme determinado às f. 196, constando a responsabilização criminal em caso de não atendimento, porém, sem menção a qualquer multa, na medida em que tal penalidade somente tem cabimento às partes litigantes e não a terceiro, no caso, a Junta Comercial do Paraná. Intimem-se. - retirar ofício. Adv. Emerson Canette.
124. INVENTARIO - ESPECIAL - 922/2009-HALYSSON RIBEIRO DA SILVA e outros x SILVANA RIBEIRO DA SILVA - manifestem-se os interessados sobre o calculo do imposto causa mortis de fl.111, em cinco dias. Adv. Gianna Carla Andreatta.
125. CONSIGNACAO EM PAGTO - ESPEC. - 1033/2009-SIDNEI JOSÉ PAES x BANCO FINASA BMC S/A - Fica o requeridao intimado para efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes de fl. 261, em cinco dias. Advs. Davi Chedlovski Pinheiro e Daniele de Bona.
126. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 1050/2009-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x JOAQUIM MUNIZ SILVA e outro - manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a resposta do ofício. Adv. Sonny Brasil de Campos Guimarães.
127. INDENIZACAO - SUMARIO - 1402/2009-HELOIR APARECIDO MONTANHER e outros x FÁBIO MASCARELO - Oficie-se na forma requerida no item 2. de f. 284, solicitando, ainda, a remessa da deprecata à Comarca de Guarapuava em cuja circunscrição reside a testemunha, para que lá seja dado o devido cumprimento. Intimem-se. - Ciência as partes sobre a carta precatória devolvida, bem como sobre os expedientes de fls. 299 e 300/303. Advs. Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Gerson Vanzin Moura da Silva e Edson Luiz Massaro.
128. COBRANCA - SUMARIO - 0000025-77.2009.8.16.0001-VANIO ALCI ALMEIDA x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, com esteio no artigo 269, IV, do Código de Processo, Civil, julgo extinto o feito com resolução de mérito, nestes autos de Ação "Ordinária" de Cobrança Securitâria Complementar, movidos por Vanio Alci Almeida em face de Centauro Vida e Previdëncia S/A. Pela aplicação do princípio da causalidade condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade eo valor da causa, o zelo do profissional e o local e tempo exigidos para a realização do serviço (artigo 20, § 4° Código de Processo Civil), fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). O autor está dispensado do pagamento das custas, nos termos do artigo 1 da Lei 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Jerry Angelo Hames e Milton Luiz Cleve Küster.
129. REINTEGRACAO DE POSSE - ESPEC - 1700/2009-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x NOBRE COMÉRCIO DE AUTO MOTO PEÇAS LTDA. - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a certidão do Oficial de Justiça. Adv. Mieko Ito.
130. MONITORIA - ESPECIAL - 1879/2009-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES THEBAS LTDA. (MASSA FALIDA) e outro - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. Adv. Alexandre Nelson Ferraz.
131. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 2025/2009-BANCO ITAÚ S/A x CID CAR PLACE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. e outros - Manifeste-se o credor em cinco dias sobre a certidão supra. Adv. Evaristo Aragão Ferreira dos Santos.
132. INDENIZACAO - SUMARIO - 2126/2009-ECOCLUB BRASIL TURISMO LTDA. x FUSIONDIGITAL PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA. - Vistos e etc...Posto isso, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedentes os pedidos formulados pela autora Ecoclub Brasil Turismo Ltda. nestes autos de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais por Descumprimento Contratual movidos em face de Fusiondigital Processamento de Danos Ltda. Pela aplicação do princípio da causalidade condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade e o valor da causa, o zelo do profissional e o local e tempo exigidos para a realização do serviço (artigo 20, § 4°, Código de Processo Civil), fixo em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Custas dispensadas, na forma do artigo 12 da Lei 1.060/1950 . Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Anderson de Morais Lopes e Hernani Luiz Sobierajski.
133. INDENIZACAO - SUMARIO - 2343/2009-HELENA ROSOT BETTEZ x AIRTON AMARAL RIBAS e outros - Vistos e etc...Posto isso, e tudo mais que dos autos consta, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedentes os pedidos formulados pela parte autora Helena Rosot Bettez nestes autos de Ação de Indenização por Danos Morais Pela aplicação do princípio da causalidade condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais, atendendo o grau de complexidade e o valor da causa, o zelo do profissional e o local e tempo exigidos para a realização do serviço (artigo 20, § 3°, do Código de Processo Civil), fixo em 10% do valor atualizado da condenação. Publique-se. Registre- se. Intimem-se. Advs. Mônica Perlingeiro Beltrame, Odorico Tomasoni e Vera Lúcia Ferreira Guimarães de Oliveira.
134. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 2372/2009-BANCO ITAÚ S/A x MARCO ANTONIO PEREIRA MOCO - Manifeste-se o credor em cinco dias sobre a certidão supra. Adv. Evaristo Aragão Ferreira dos Santos.
135. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0000132-87.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x J. J. REPRODUÇÕES TÉCNICAS LTDA. e outro - Expeça-se alvará em favor do credor para levantamento dos valores bloqueados via BACENJUD. Oficie-se à Receita Federal, requisitando as informações retro pleiteadas. Proceda-se consulta via sistema RENAJUD quanto à existência de veículos em nome da parte executada, pela Serventia, certificando o resultado. Intime-se. - Ciência ao requerente sobre a remessa do alvará expedido para o Banco do Brasil, bem como fica intimado para retirar em cartório o oício dirigido para a DRF, devendo efetuar o pagamensto de R$18,80. Adv. João Leonel Antocheski.
136. EXIBICAO - CAUTELAR - 0000315-58.2010.8.16.0001-JORGE JOSÉ DA SILVA x BRASIL TELECOM S/A e outro - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo p,rocedente o pedido, formulado pelo autor Wilson Rodrigues Cruz representado por Jorge José da Silva, nestes autos de Ação Cautelar de Exibição de Documentos de Cunho Cominatório movida em face de Brasil Telecom S/A (sucessora por incorporação da Telecomunicaçõe do Paranä S/A, atualmente controlada pela Oi S/A) e Brasil Telecom Participações (sucessora da Telebrãs S/A), para o fim de condenar a ré a exibir os documentos solicitados pelo autor, em sua forma original, no prazo de

30 (trinta) dias, contados do instante em que for intimada da presente sentença no Diário da Justiça/PR. ' Pela aplicação do prinicípio da sucumbência condeno a ré, ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade e o valor da causa, o zelo do profissional e o local e tempo exigidos para a realização do serviço (artigo 20, § 4° Código ide Processo Civil), fixo em R$500,00 (quinhentos reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. José Ari Matos, Joaquim Miró e Ana Tereza Palhares Basílio.

137. REINTEGRACAO DE POSSE - ESPEC - 0014149-31.2010.8.16.0001-BANCO FIAT S/A x AURELIA AMARAL PONTES KUSSUMOT - Para homologação do acordo de fis. 43/48, deverá a parte ré regularizar sua representação processual, no prazo de cinco dias. Atendida tal providência e recolhidas as custas processuais, voltem-me para homologação e extinção. Int. Advs. Carine de Medeiros Martins e Geison Melzer Chincoski.

138. INDENIZACAO - SUMARIO - 0023486-44.2010.8.16.0001-JOSÉ ULISSES IRMÃO JÚNIOR x BV FINANCEIRA S/A - manifeste-se o requerido sobre o interesse no cumprimento de sentença, observando o que dispõe o art. 12 da Lei 1060/50, em cinco dias. Advs. Juliane Toledo Rossa e Sergio Schulze.

139. DECLARATORIA - ORDINÁRIO - 0024251-15.2010.8.16.0001-C&A MODAS LTDA (C&A) x CASC - ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS S/A (CASC) - 1. Não é pertinente, por ora, a expedição de ofício requerida pelo Sr. Perito Contábil à fl. 981, isto porque a resposta ao quesito objeto de discussão escapa à sua formação acadêmica. Portanto, deverá o Expert nomeado para a realização de perícia contábil ater-se às respostas dos quesitos que tenham correlação à sua área de atuação. 2. Intime-se a parte ré para que efetue o depósito dos honorários periciais, no prazo de 05 (cinco) dias, oportunizando a realização da perícia. No intuito de evitar posteriores discussões a este respeito, saliento a responsabilidade da ré quanto ao pagamento dos honorários destinados à realização de perícia contábil, eis que se trata de meio probatório por ela requerido, consoante o disposto no artigo 33 do Código de Processo Civil. Ao contrário, a perícia relacionada à área de corretagem de imóveis e economia, por se tratar de meio de prova requerido por ambas as partes, é de responsabilidade da autora, nos termos do dispositivo legal acima citado. 3. Com relação à segunda perícia deferida, cumpra-se o item "c", da decisão de fl. 925, com as alterações determinadas às fls. 948/949, dando-se regular seguimento ao trabalho pericial respectivo. 4. Diligências necessárias. 5. Intimem-se. Advs. ROBERTO TRIGUEIRO FONTES e Mauro Nobrega Pereira.

140. ALVARA - ESPECIAL - 0027948-44.2010.8.16.0001-MARIA LUCIANA GOMES DA SILVA e outros - Fica intimada a parte autora para retirar em cartório o alvará e os ofícios expedidos, devendo efetuar o pagamento de R$28,20. Advs. Maria de Fátima Navarro Soares e ALESSANDRA GALLI.

141. INDENIZACAO - ORDINARIO - 0028064-50.2010.8.16.0001-SEPHINA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA ME x INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido, formulado pela autora Sepha Comércio de Equ,ipamentos Eletrônicos Ltda. ME nestes autos de Ação Ordinária de Indenização com Pedido de Tutela Antecipada, movido em face de Intelig Telecomunicações Ltda., para condenar a ré a pagar à autora indenização pelos danos morais sofridos no importe de R$ 5.000,00 (çinco mil reais), sobre os quais deve incidir correção monetâria pela média INPC/IGP-DI desde a .prolação desta (Súmula 362 do STJ), bem como determinar o cancelamento definitivo dos débitos que deram origem ã restrição de f. 15. Mantenho a liminar deferida às fls. 25/26. Pela aplicação do princípio da sucumbência condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade e o valor da causa, o zelo do profissional e o local e tempo exigidos para a realização do serviço(artigo 20, §3° Codigo de Processo Civil), fixo em 10% do valor atualizado da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Gracinda Marinho da Rocha e Alessandro Elisio Chalita de Souza.

142. DECLARATORIA - ORDINÁRIO - 0027822-91.2010.8.16.0001-KAREN REGINA ZAMPIERI e outro x SLEIMAN WILLIAN KADRI PEREIRA - 1. A ação principal visa à declaração de validade do ato jurídico de cessão de cotas societárias realizado entre os autores e o réu, por meio de procurador. O feito caminha para a fase de saneamento, entretanto, verifico que antes de tal providência deve a pessoa de Almir Lueneberger Kauling, apontado também como cedente de cotas do capital social, integrar a presente lide, uma vez que, tendo este alegadamente participado do negócio jurídico em discussão, a eficácia da sentença declaratória pleiteada, se procedente os pedidos dos autores, não poderia atingir-lhe. Evidente, portanto, o litisconsórcio passivo necessário. Nesse sentido é a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. In verbis: AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO - ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL OPERADA QUANDO HÁ MUITO FALECIDO O FUNDADOR DA EMPRESA - SITUAÇÃO QUE REQUER LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO DOS QUE INTERVIERAM NA ALTERAÇÃO CONTRATUAL, HERDEIROS NECESSÁRIOS DO SÓCIO FUNDADOR - NULIDADE ABSOLUTA DO PROCESSO - ANULAÇÃO DO FEITO, AB INITIO, QUE SE DECRETA DE OFICIO, PARA DETERMINAR A CITAÇÃO DA SOCIEDADE SERRARIA CUROTTO LTDA. BEM COMO DOS HERDEIROS, CONFORME, ALIÁS, REQUERIDO NA INICIAL - RECURSO PREJUDICADO. ANULAÇÃO DO PROCESSO, AB INITIO, DECLARADA DE OFÍCIO, RECURSO PREJUDICADO (TJPR - 1831421 PR 0183142-1, Relator: Marco Antonio de Moraes Leite, Data de Julgamento: 17/01/2007, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 7301). No mesmo norte o entendimento do Colendo Tribunal de Justiça Paulista. Confira-se: Ação declaratória de nulidade de ato jurídico -Cessão de quotas sociais com uso de documento de terceiro - Pleito de anulação de contrato que teve a participação dos réus como sócios retirantes e de Cesário Martins Arantes e do autor como sócios admitidos - Hipótese de litisconsórcio necessário e unitário entre a sociedade e todos aqueles que participaram do contrato - Necessidade de integração de Cesário Martins Arantes e da pessoa jurídica na relação processual.Anula-se a sentença, de ofício, prejudicado o recurso de apelação interposto, com determinação (TJSP - 9128578232003826 SP 9128578-23.2003.8.26.0000, Relator: Christine Santini, Data de Julgamento: 16/03/2011, 5ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 28/03/2011). Assim não fosse, careceria o autor de interesse processual, eis que nenhuma utilidade lhe traria provimento jurisdicional favorável que não pudesse ser oposto em face da totalidade das pessoas envolvidas no negócio jurídico narrado. Por outro lado, não se faz necessário que a Junta Comercial deste Estado integre a lide, uma vez que exerce competência meramente escritural, enquanto o pleito aqui deduzido refere-se à validade do negócio jurídico entabulado. Deste modo, determino a integração de Almir Lueneberger Kauling como litisconsorte passivo necessário, devendo ser citado e, querendo, responder à presente demanda, no prazo legal. 2. Contestado o feito, intimem-se os autores para que, querendo, se manifestem, no prazo de 10 (dez) dias. 3. Na sequência, voltem conclusos. 4. Intimem-se. 5. Diligências necessárias. Advs. Marco Aurélio Dalledone e Antonio Paulo Tiradentes.

143. CAUTELAR INOMINADA - 0035646-04.2010.8.16.0001-NICOLY KULCHESKI LACHOVICZ x DCE PUC/PR - DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - Vistos e etc...DISPOSITIVO Isso posto, com fulcro no artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, em razão da perda superveniente do objeto, recaindo o interesse processual. Considerando que foi a parte ré quem deu causa a extinção do feito, pela aplicação do princípio da causalidade, condeno-a ao pagamento das custas processuais cada e honorários advocaticios, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), o que faço com espeque no artigo 20, § 4°, do Código de Processo Civil, notadamente, o grau de zelo, de dificuldahe da demanda, o tempo despendido da prestação de serviços, a desnecessidade de dilação probatória, dentre outras determinantes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Ana Célia Pires Curuca Lourenção e Renata Pinheiro.

144. DECLARATORIA - SUMARIO - 0037154-82.2010.8.16.0001-CONSTRUTORA ABAPAN LTDA x ELEVADORES OTIS LTDA - Mantenho a decisão hostilizada (fl. 178) por seus próprios fundamentos e determino fique retido nos autos o agravo manifestado por meio da petição de fls. 180/181, para que dele conheça o tribunal ad quem em caso de eventual apelação (CPC, art. 523). Aguarde-se a audiência designada. Intimem-se. Advs. Paulo Giovani Fornazari e Luiz Gonzaga Moreira Correia.

145. INVENTARIO - ESPECIAL - 0038177-63.2010.8.16.0001-MÁRIO LEONARDO SZESZ e outros x ZENY LÚCIA SZESZ (ESPÓLIO) e outro - Fica intimada a parte requerente para comparecer em cartório e receber em devolução as custas recolhidas equivocadamente. Adv. Fábio Szesz.

146. DECLARATORIA - ORDINÁRIO - 0038613-22.2010.8.16.0001-OLGA CARDOSO MONTEIRO DE SOUZA x JOSÉ CARLOS SANTOS DA SILVA - Certifique a Escrivania se os autos permaneceram indisponíveis às partes após a data da publicação de f. 105, a justificar a reabertura do prazo requerido às f. 106. Após voltem. - Diante da certidão supra, defiro a reabertura do prazo para a autoralreconvinda manifestar-se sobre a reconvenção, bem como, apresentar impugnação à contestação, no prazo de dez dias. Int. Advs. RENATO GALVAO CARRILLO e Marcelo da Silva Garcia Neves.

147. COBRANCA - SUMARIO - 0044808-23.2010.8.16.0001-ZAINE SILVA x REAL LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A - Vistos e etc...3. DISPOSITIVO Diante da fundamentação supra, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e CONDENO a requerida a restituir à autora os valores antecipados a título de VRG, compensando- se os valores das contraprestações i,mpagas até a data da efetiva devolução do bem (seis parcelas), devendo os valores de cada parte ser corrigidos pela média do INPC/IGP-DI desde a data dos efetivos pagamentos e inadimplementos, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mës, a partir da citação. Os valores da condenação serão calculados por liquidação por cálculos, na forma do art. 475-B do CPC. · Pela sucumbëncia recíproca, mas em maior grau da requerida, arcara a re com o pagamento de 80% das despesas processuais, bem como com os honorârios advocaticios do patrono da autora, os quais fixo em 10% 'do valór total da condenação em favor da parte autora, nos termos do artigo 20, §3° do Código de Processo Civil, tendo em vista o reduzido grau de complexidade da causa, o pouco tempo despendido, a ausëncia de instrução e o trabalho desenvolvido pelo causídico, observando-se a mesma porcentagem fixada para as despesas processuais, e a compensação dos honorários, nos termos da Súmula 321 do STJ. Todavia, a cobrança da parte autora fica condicionada à observação do art. 12 da Le 1.060/50. Retifique-se a a autuação fazendo constar no pólo constar no polo passivo SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL. Publique. Registre-se Intimem-se. Advs. Guilherme Renan Dreyer e João Leonelho Gabardo Filho.

148. ACAO CIVIL PUBLICA - ESPECIAL - 0046163-68.2010.8.16.0001-ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES JARDIM DAS ARAUCÁRIAS x VANGUARD CONSTRUÇÕES LTDA - 1. A decisão lançada neste feito, à fl. 132, em nenhum momento se revela incompatível com o provimento oriundo da sentença cuja cópia foi juntada às fls. 495/500, pois, enquanto nesta última se obteve ordem para a demolição do obstáculo (portão) existente na via pública, naquela o provimento jurisdicional proibia somente o acesso de caminhões e maquinaria pesada e, aliás, autorizava a requerida a transitar pelo logradouro em questão tanto a pé, quanto com veículos de passeio. Não se está diante de fatos novos aptos à modificação pretendida. Portanto, indefiro o pedido formulado às fls. 492/494, vez que se trata, a bem da verdade, de reiteração ao pedido de reconsideração (fls. 399/404) já afastado pela decisão de fl. 406. 2. Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias (artigo 177 do Código de Processo Civil), se manifestem quanto ao interesse na composição em audiência (artigo 331 do mesmo códex) e especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando sua pertinência e necessidade, sob pena de preclusão, ou digam quanto à possibilidade de julgamento antecipado da lide. 3. Ato seguinte, dê-se vista ao Ministério Público. 4. Por fim, venham

conclusos. 5. Diligências necessárias. 6. Intimem-se. Advs. Cesar Lourenço Soares Neto, WILSON J. ANDERSEN BALLAO e SILVIO ANDRE BRAMBILA RODRIGUES.
149. RESCISAO DE CONTRATO - ORDIN. - 0045996-51.2010.8.16.0001-ELLI DESCONSI x FIPAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA - Vistos e etc...DISPOSITIVO Isso posto, com fulcro rÏo artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor Elli Desconsi, nestes autos de Ação Declaratória de Rescisão Contratual c/c Restituição de Valores, movida em face de Fipal Administradora de Consôrcios Ltda., para o fim de determinar que, até 30 (trinta) dias após o término do consórcio, o réu efetue a devolução das parcelas pagas pela autora, devidamente corrigidas monetariamente pela média entre o INPC-IGP/DI desde cada desembolso, bem como com juros de mora de 1% ao mës desde o termo final acima para se efetuar a devolução. De tal montante, poderã ser deduzida a taxa de administração, no importe de 19%, nos termos do contrato (f. 60). Tendo em vista que ambas as partes decairam em parte de seus pedidos, pelo princípio da sucumbência, condeno ambas ao pagamento das custas processuais, no montante de 50% para cada, e honorãrios advocaticios, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais) para cada procurador, o que faço com espeque no artigo 20, § 4°, do Código de processo Civil, notadamente, o grau de zelo profissional, de dificuldade da demanda, o tempo despendido, o lugar da prestação de serviços, a desnecessidade de dilação probatória, dentre outras determinantes. Os honorários deverão ser compensados com base na súmula 306do STJ. P.R.I. Advs. Alexandre Foti e Leandro Pierezan.
150. DESPEJO - ORDINARIO - 0048908-21.2010.8.16.0001-ELIZABETE SORDI BORSSATO - FI x AMERICAN TOWER DO BRASIL CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS LTDA. - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado nestes autos de Ação de Despejo proposta por Elizabete Sordi Borssato - Firma Individual em face de American Tower do Brasil Cessão de Infra-Estruturas Ltda., para declarar rescindido o contrato de locação firmado entre as partes (fls. 11/ 18) e decretar o despejo da ré, concedendo-lhe o prazo de quinze dias para desocupação voluntâria do imóvel, sob pena de realizâr-se afravés de Oficial de Justiça. Tendo em vista o printípio da sucumbência, condeno o réu ao pagamento das cusstas processuais e honorários advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade e o valor da causa, o zelo do profissional e o local e tempo exigidos para a realização do serviço (artigo 20, § 4° Código de Processo Civil), fixo em R$ 1.000,00(mil reais) Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Eliane Maria Marques e Igor Filus Ludkevitch.
151. DECLARATORIA - SUMARIO - 0047314-69.2010.8.16.0001-PRISCILA NABOSNY BONATO e outro x OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS CVC TUR LTDA e outro - Preliminares e prejudiciais de mérito; Ausência de documentos essenciais para a propositura da ação Sem razão a ré quando aduz a ausência de pressuposto de constituição do processo, consistente na inexistência da juntada de documentos imprescindíveis para o ajuizamento da demanda. A comprovação dos danos materiais alegados é matéria de mérito, e, portanto, deve ser apreciada na sentença, com base nas regras estabelecidas pelo artigo 333 do Código de Processo Civil. Não se trata da situação abarcada pelo artigo 283 do mesmo diploma legal. Merece o feito prosseguir e ser apreciado seu mérito. Tecidas tais considerações, afasto a preliminar apontada. Em atenção ao múnus descrito nos artigos 267, 301, § 4º, e 219, § 5º, não vislumbro que ocorram outras preliminares ou prejudiciais de mérito. Portanto, presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, declaro o feito saneado. 2. Pontos controvertidos; Fixo como pontos controvertidos os seguintes: -Descumprimento contratual por parte dos réus; -Ocorrência dos pressupostos da responsabilidade civil; -Extensão dos danos. Ademais, outros pontos controvertidos poderão ser fixados pelo Juízo no decorrer da instrução probatória, se assim entender pertinentes. 3. Produção de provas; Diante do requerimento da parte ré (fl. 94/verso), bem como a necessidade de formar a convicção deste Juízo, defiro o depoimento pessoal das partes, que deverão ser intimada a comparecer à solenidade, sob pena de aplicação das sanções do artigo 343 do Código de Processo Civil. Não foram requeridas outras provas em conformidade com o disposto nos artigos 276 e 278, caput, do mesmo códex, restando preclusa a oportunidade para tanto. 4. Para audiência de instrução e julgamento, designo o dia 19/03/2012, às 14:30. 5. Diligências necessárias. 6. Intimem-se. Advs. Everton Felizardo, MARCOS ALVES DA SILVA, Márcia Borges Alves da Silva e Ivan Luiz Castrese.
152. INDENIZACAO - ORDINARIO - 0052514-57.2010.8.16.0001-JPZ INFORMÁTICA LTDA x LG ELETRONICS BRASIL e outro - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos, formulado pela autora JPZ Informática Ltda. nestes autos de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais pelo Rito Ordinário, movido em face de LG Electronics Brasil e AGIS Equipamentos e Serviços de Informática Ltda., para condenarsolidariamente as rés a pagar ã autora o valor que esta despendeu para a aquisiçao de um novo produto, no importe de R$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais), sobre os quais deve incidir correção monetãria pela média INPC/IGP-DI desde a data da sua aquisição (05.10.2009). Tendo em vista que a autora decaiu de metade de seus pedidos, pela aplicação do princípio da sucumbência condeno ambas as partes (autora e rés) ao pagamento das custas processuais, na proporção de 50% para cada, e honorârios advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade eo valor da causa, o zelo do profissional eo local e tempo exigidos para a realização do serviço (artigo 20, § 4° Código de Processo Civil), fixo em R$ 1.000,00 (mil reais) para cada procurador. Cada ré deverá arcar com o pagamento de 25% das custas processuais e R$ 500,00 (quinhentos reais) dos honorários advocatícios do procurador da autora. Os honorários devem ser compensados, com base na Súmula 306 do STJ. Publique se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Marcelo Oliva Murara, Daniela Brandt Santos Kogiski e Gustavo Moura Tavares.
153. REVISIONAL DE CONTRATO-ORDIN. - 0053912-39.2010.8.16.0001-ADOLFO CORREIA x BANCO ITAUCARD S/A - Fica intimada a parte requerida para efetuar e comprovar nos autos o preparo das custas remanescentes apuradas na conta de fl. 109, já calculadas na proporção de 50%, como segue: no valor de R$217,61, referente às custas do Sr. Escrivão; no valor de R$5,04, referente às custas do Sr. Contador; no valor de R$15,13, referente às - custas do 2° Ofício 'do Distribuidor Cível; no valor de R$12,13, referente às custas de FUNREJUS; cada uma através de sua respectiva GRJ. em cinco dias. Advs. Maylin Maffini e Ioneia Ilda Veroneze.
154. COBRANCA - SUMARIO - 0053057-60.2010.8.16.0001-RONEI RODRIGUES x BANCO ITAUCARD S/A - Vistos e etc...3. DISPOSITIVO Diante da fundamentação supra, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e CONDENO o requerido a restituir ao autor os valores antecipados a titulo de VRG, compensando-se os valores das contraprestaçöes impagas até a data da efetiva devolução do bem (cinco parcelas), devendo os valores de cada parte ser corrigidos pela média do INPC/IGP-DI desde a data dos efetivos pagamentos e inadimplementos, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mës, a partir da citação. Os valores da condenação serão calculados por liquidação por cãlculos, na forma do art. 475-B do CPC. Pela sucumbência reciproca, mas em maior grau da requerida, arcara o reu com o pa.gamento de 80% das despesas processuais, bem como com os honorãrios advocaticios do patrono da autora, os quais fixo em 10% do valor total da condenação em favor da parte autora, nos termos do artigo 20, §3 do Código de Processo Civil, tendo em vista o reduzido grau de complexidade da causa, o pouco tempo despendido, a ausencia de instrução e o trabalho desenvolvido pelo causidico, observando-se a mesma porcentagem fixada para as despesas processuais, Todavia, a cobrança da parte autora fica condicionada à observancia do art. 12 da Lei 1.060/50. P.R.I. Adv. Guilherme Renan Dreyer.
155. BUSCA E APREENSAO FIDUC.-ESP. - 0053647-37.2010.8.16.0001-BANCO VOLVO (BRASIL) S/A x RONO CARGAS LTDA - Providenciar o preparo no valor de R$21,40, visando a expedição e remessa da carta de citação. Adv. Vanessa Paludzyszyn.
156. CONSIGNACAO EM PAGTO - ESPEC. - 0056464-74.2010.8.16.0001-FLAVIO CARDOSO x FINANCEIRA ALFA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS - Ciência ao requerido sobre a remessa do alvará expedido para o Banco do Brasil, devendo efetuar o pagamento de R$9,40. Advs. Davi Chedlovski Pinheiro e Tatiana Valesca Vroblewski.
157. REPETICAO DE INDÉBITO-SUMARIO - 0064887-23.2010.8.16.0001-SINDICATO DAS INDUSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARANÁ - SINDIMETAL/PR x BRASIL TELECOM S/A - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos, formulado peld autor Sindicato- das Indústrias Metalúrgicas, Mecänicas e de Material Blétrico do Estado do Paraná - SINDIMETAL/PR nestes autos de Ação de Repetição de Indébito c/c Indenização por Danos Morais, movido em face de Brasil Telecom S/A, para condenar a ré a pagar ao autor o dobro dos valores cobrados indevidamente, no importe de R$ 528,26 (quinhentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos), sobre os quais deve incidir correção monetãria pela média INPC/IGP-DI desde o pagamento indevido (28.06.2010). Tendo em vista que o autor decaiu de metade de seus pedidos, ppla, aplicação do princípio da sucumbência condeno ambas as partes ao pagamento das custas processuais, na proporção de 50% para cada, e honorãrios advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade eo valor da causa, o zelo do profissional eo local e tempo exigidos para a realização do serviço (artigo 20, § 4° Código de Processo Civil), fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada procurador. Os honorários devem ser compensados, com base na súmula 306 do STJ. P.R.I. Adv. Marcelo de Oliveira Viana.
158. COBRANCA - SUMARIO - 0062184-22.2010.8.16.0001-INSTALLAR METERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. x MAXY AR INSTRUMENTOS MEDIDORES PARA VEÍCULOS LTDA. - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, formulado pela autora Installar Materiais De Construção Ltda., nestes autos de Ação de Cobrança pelo Rito Sumãrio, a fim de condenar a ré Maxy AR Instrumentos Medidores para Veículos Ltda. ao pagamento de R$ 2.968,04 (dois mil novecentos e sessenta e oito reais e quatro centavos), acrescidos com juros de mora de 1% ao mês e correção monetãria pela média entre d INPC/TGP-DI, desde o ajuizamento desta ação (27.12.2010). Pela aplicação do princípio da sucumbência condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade e o valor da causa, o zelo do profissional e o local e tempo exigidos para a realização do serviço(artigo 20, § 3° Código de Processo Civil), fixo em 10% do valor atualizado da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Adv. Marco Aurélio Schetino de Lima.
159. DECLARATORIA - ORDINÁRIO - 0066070-29.2010.8.16.0001-AFONSO HALUCH x BANCO PANAMERICANO S/A - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo totalmente procedente o pedido, formulado pelo autor Afonso Haluch nestes autos de Ação Declaratória de Inexistëncia de Débito c/c Anulatória de Ato Juridico, Indenização por Danos Morais e Pedido de Antecipação de Tutela, movido em face de Banco Panamericano S/A, para condenar a ré a pagar ao autor uma indenização pelos danos morais sofridos no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sobre os quais deve incidir correção monetária pela média INPC/IGP-DI desde a prolaç,ão desta (Súmula 362 do STJ), bem como determinar o cancelamento definitivo da restrição de f. 29. Mantenho a liminar deferida às fls. 33/35. Pela aplicação do princípio da sucumbência condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade e o valor da causa, o zelo do profissional e o local e tempo exigidos para a realização do serviço, (artido 20, §3° Código de Processo Civil), fixo em 10% do valor atualizado da condenação. Publique-se. Registre-se.

Intimem-se. Advs. Cesar Ricardo Tuponi, Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho e Francisco Antonio Fragata Junior.

160. EMBARGOS DE TERCEIRO-ESPECIAL - 0065298-66.2010.8.16.0001-ALEXANDRE VIEIRA PINHEIRO x OFFICE DEPOT COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA. e outro - Vistos e etc....DISPOSITIVO Posto isso, e tudo mais que dos autos consta, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo procedentes os pedidos formulados nos presentes embargos de terceiro, a fim de determinar a desconstituição da penhora recaida sobre imóvel de propriedade de Alexandre Vieira Pinheiro, conforme termo lavrado âs fls. 162/163 dos autos principais. Pela aplicação do principio da causalidade condeno as partes embargantes ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade e o valor da causa, o zelo profissional e o local e tempo exigidos para a realizaçã do serviço (artigo 20, § 4° Código de Processo Civil), fixo em R$ 500,0O (quinhentos reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Fernando Fernandes Berrisch e EDUARDO TORRES MACEDO.

161. REVISIONAL DE CONTRATO-ORDIN. - 0065345-40.2010.8.16.0001-PAULO HENRIQUE BUBA x BANCO FINASA S/A - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a carta de citação devolvida. Adv. Viviane Karina Teixeira.

162. CUMPRIMENTO OBRIG. CONTR.-SUM - 0068424-27.2010.8.16.0001-LONGUINA MARCHAUEK ERCOLE x UNIMED - CURITIBA - Vistos e etc...DISPOSITIVO Isso posto, com fulcro no artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido nos autos de Ação de Cumprimento de Obrigação Contratual c/c Tutela Antecipada, para o fim de confirmar as liminares deferidas às fls. 48/51 e 64, determinando à ré que arque com todas as despesas do tratamento ao qual foi submetida a autora desde que internada no Hospital Nossa Senhora das Graças, nesta capital, em 10.11.2010. Por sucumbente, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorãrios advocaticios, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), o que faço com espeque no artigo 20, § 4°, do Código de Processo Civil, notadamente, o grau de zelo profissional, de dificuldade da demanda. O tempo despendido, o lugar da prestação de serviços, a desnecessidade de dilação probatória, dentre outra determinantes. P.R.I. Advs. Giuseppe Lanzuolo e Lizete Rodrigues Feitosa.

163. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0066638-45.2010.8.16.0001-COPAVA VEÍCULOS LTDA. x ADILSON BENEDITO PADILHA - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a certidão do Oficial de Justiça. Adv. Marcos Bueno Gomes.

164. COMINATORIA - ORDINARIO - 0067088-85.2010.8.16.0001-CONDOMINIO EDIFICIO REQUIAO x SIMONE LUIZA MANZOKI - Vistos e etc...DISPOSITIVO Isso posto, com fulcro no artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor Condomínio Edifício Requião em face de Simone Luiza Manzoki. Tendo em vista o princípio da causalidade, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), o que faço com espeque no artigo 20, §§ 4°, do Código de Processo Civil, notadamente, o grau de zelo profissional, de dificuldade da demanda, o tempo despendido, o lugar da prestação de serviços, a desnecissadade de dilação probatória, dentre outras determinantes. P.R.I. Advs. Santino Sagais e MARCELO LASPERG DE ANDRADE.

165. REPARACAO DE DANOS - SUMARIO - 0072619-55.2010.8.16.0001-MAURO VICENZO C. NARDINI x ITAMAR WLADIMIR B. DE CARVALHO - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, com esteia no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente o pedido, formulado pela autor Mauro Vicenzo C. Nadini nestes autos de Ação de Reparação de Danos Materiais e Morais Decorrente de Acidente de Tränsito, movido em face de Itamar Wladimir B. de Carvalho, para condenar o réu a pagar ao autor indenização pelos danos materiais por este sofridos, no importe de R$ 1.190,00 (mil cento e noventa reais), atualizados monetariamente pela média INPC/IGP-DI e com juros de mora de 1% ao mês desde o sinistro (22.09.2010). Tendo em vista que o autor também decai em parte de seus pedidos, pela aplicação do princípio da sucumbência condeno ambas as partes ao _pagamento das custas processuais, no importe de 50% para cada, e honorários advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade eo valor da causa, o zelo do profissional eo local e tempo exigidos para a realização do serviço (artigo 20, § 4° Código de Processo Civil), fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) somente para o procurador do autor, em razão de que o réu ainda não possui procurador constituido nos autos. P.R.I. Advs. Fabio Ciuffi e Mouzar Martins Barboza.

166. RESSARCIMENTO - ORDINARIO - 0067198-84.2010.8.16.0001-MARCELLIE LAYS VIEZZER x DERCI LUCIMAR BATALHA e outro - Manifeste-se o requerente em dez dias sobre a contestação e documentos. Advs. Leonardo Kurpiel Júnior e Adelino Venturi Júnior.

167. REINTEGRACAO DE POSSE - ESPEC - 0002456-16.2011.8.16.0001-SANTANDER LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x EDITH SOBRAL AUBIM - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a certidão do Oficial de Justiça. Adv. César Augusto Terra.

168. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0002059-88.2010.8.16.0001-BANCO ITAÚ S/A x G.J.K. COMÉRCIO DE AUTOMOTORES LTDA. - ME e outros - 1. Intime-se o exequente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito. 2. Diligências necessárias. Adv. Evaristo Aragão Santos.

169. EMBARGOS A EXECUCAO - 0037056-97.2010.8.16.0001-G.J.K. COMÉRCIO DE AUTOMOTORES LTDA. e outros x BANCO ITAÚ S/A - 1. Ante a possibilidade de composição amigável, designo Audiência de Conciliação, com fulcro no artigo 125, inciso IV, do Código de Processo Civil, para o dia 13/03/2012, às 13:30. 2. Diligências necessárias. 3. Intimem-se. Advs. Alexandre Arseno e Evaristo Aragão Santos.

170. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 0007987-83.2011.8.16.0001-BANCO BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x VILMAR MATOS DE LIMA - Preliminares e prejudiciais de mérito; Não foram arguidas preliminares ou prejudiciais de mérito, bem como, em atenção ao múnus descrito nos artigos 267, 301, § 4º, e 219, § 5º, não vislumbro que ocorram. Portanto, presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, declaro o feito saneado. 2. Pontos controvertidos; Fixo como ponto controvertido, sob o qual incidirá a produção de provas, o seguinte: -Valor do saldo credor, observadas as premissas estabelecidas no dispositivo da decisão transitada em julgado. 3. Produção de provas; Diante da necessidade de conhecimento técnico especializado para o esclarecimento do ponto controvertido, revelada, até mesmo, pela manifestação do Contador Judicial às fls. 230/233 do feito principal (autos nº 1.309/2006), determino a realização de perícia contábil. a) Nomeio Nestor Balzer Sobrinho, profissional da área de contabil, como perito judicial, sob a fé do seu grau. b) Faculto às partes a apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico, no prazo de 05 (cinco) dias (artigo 421, § 1o, incisos I e II, do Código de Processo Civil), a contar da intimação da presente nomeação. c) Após, intime-se o perito nomeado para dizer se aceita o encargo e efetuar a proposta de honorários profissionais, no prazo de 10 (dez) dias. 4. Diligências necessárias. 5. Intimem-se. Advs. Tiago Spohr Chiesa e João Batista dos Anjos.

171. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 0007410-08.2011.8.16.0001-BRADESCO SEGUROS S/A x JOSÉ WICHERT - 1. Determino a remessa dos autos ao Contador Judicial, com espeque no art. 475-B, § 3º, do Código de Processo Civil, para que esclareça se o cálculo apresentado pelo impugnado à fl. 204 capitalizou juros em período inferior ao anual, bem como promova à apuração do débito em conformidade com a sentença (fls. 122/123) e o acórdão (fl. 174) lançados no feito principal, utilizando para correção monetária a média dos índices INPC/IGP-DI, devendo, para tanto: a) realizar um primeiro cálculo com a atualização dos valores até 05/03/2010, data do depósito espontâneo nos autos principais (fl. 196 autos nº 1.007/2008); b) na sequência, subtrair do valor atualizado do débito o montante depositado pelo ora impugnante (fl. 196 autos nº 1.007/2008); c) ato seguinte, atualizar o saldo daí decorrente, incidindo sobre este multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios no mesmo patamar, até a data de 01/03/2010, quando do demonstrativo do débito apresentado pelo impugnado (fl. 204); d) posteriormente, atualizar o saldo até a data de 09/09/2010, quando da efetivação da penhora (fl. 212 dos autos principais) e subtrair deste os valores constritos pelo Juízo, apurando o saldo daí decorrente; e) por fim, se o saldo encontrado for superior ao resultado da penhora, do valor remanescente promover atualização do débito até a data que venha a ser efetuado o cálculo. 2. Na sequência, intimem-se as partes para, querendo, se manifestar sobre o valor do débito apontado pelo Contador Judicial, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 398 do Código de Processo Civil), sob pena de preclusão. Saliento que eventuais inconformismos somente serão aceitos à discussão caso se refiram exclusivamente à contrariedade do parecer do Contador do Juízo com as determinações ora emanadas. 3. Ultrapassado o prazo para manifestação das partes, voltem conclusos para julgamento. 4. Diligências necessárias. 5. Intimem-se. Advs. Milton Luiz Cleve Küster e José Antônio de Andrade Alcântara.

172. REINTEGRACAO DE POSSE - ESPEC - 0005066-54.2011.8.16.0001-TOYOTA LEASING DO BRASIL S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x LUIZ ALEXANDRE ZAIDAN MACHADO - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a certidão do Oficial de Justiça. Adv. Marco Antonio Kaufmann.

173. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0012587-50.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x EQUIPPET COMERCIAL LTDA. e outros - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a certidão do Oficial de Justiça. Adv. Murilo Celso Ferri.

174. COBRANCA - ORDINARIO - 0017256-49.2011.8.16.0001-ANTONIO CARLOS PRESTES x ICATU HARTFORD SEGUROS S/A e outro - Vistos e etc...(...)Por tais fundamentos, defiro a inversão do ônus da prova. Diante dessa inversão, é de se renovar ao réu a oportunidade para especificar as provas pretendidas e, desde logo, determinar que exiba nos autos mídia contendo o teor integral das negociações que resultaram na contratação do seguro. Nesse sentido, manifeste-se o réu, no prazo de cinco dias. Intimem-se. Advs. Jair Aparecido Avansi, Igor Filus Ludkevitch, Pio Carlos Freiria Junior e CRISTIANE BELINATI GARCIA PEREZ LOPES.

175. ACAO ORDINARIA - 0019147-08.2011.8.16.0001-ELZA BUENO DA SILVA x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo ,totalmente procedente o pedido, formulado pela autora Elza Bueno da Silva nestes autos de "Ação Ordinãria" de Tutela Inibitória que move em face de Banco Santander (Brasil) S/A, para o fim de determinar ao réu que efetue junto à conta corrente da autora, os descontos dos empréstimos efetuados por esta, somente até o limite de 30% (trinta por cento) dos seus vencimentos mensais, sob pena multa diária no importe de R$ 3.000,00 (trës mil reais). Mantenho a liminar deferida äs fls. 23/25 Tendo em vista princípio da sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios, os quais, atendendo o grau de complexidade e o valor da causa, o zelo do profissional e o local e tempo exigidos para a realização do serviço (artigo 20, § 4° Código de Processo Civil), fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Lincoln Taylor Ferreira, João Leonelho Gabardo Filho, César Augusto Terra e Gilberto Stinglin Loth.

176. ACAO ORDINARIA - 0019569-80.2011.8.16.0001-ZINAI RAMOS GOMES RODRIGUES x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - Vistos e etc...DISPOSITIVO Posto isso, com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo totalmente procedente o pedido, formulado pela autora Zinai Ramos Gomes Rodrigues nestes autos de "Ação Ordinária" de Tutela Inibitória que move em face de Banco Santander (Brasil) S/A, parâ o fim° de determinar ao réu que efetue junto à conta corrente da autora, os descõntos dos empréstimos efetuados por esta, somente até o limite de 30% (trinta por cento) dos seus vencimentos mensais, sob pena multa diãria no importe de R$ 300,00 (trezentos reais). Tendo em vista princípio da sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios, os

quais, atendendo o grau de complexidade e o valor da causa, o zelo profissional e o local e tempo exigidos para a a realização do serviço (artigo 20, § 4° Código de Processo Civil), fixo em R$ 500,00(quinhentos reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. Lincoln Taylor Ferreira, João Leonelho Gabardo Filho, César Augusto Terra e Gilberto Stinglin Loth.

177. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0008445-37.2010.8.16.0001-JOSUEL ROBERTO LETNAR e outro x EDSON LIMA e outros - 1. Trata-se de exceção de pré-executividade apresentada por Helianderson Serafim Lima, Heliana Silva Serafim e Edson Lima, às fls. 41/52, em face de Josuel Roberto Letnar e Adriana Roggenbaum Letnar, em que aduziu, sinteticamente, a existência de vícios redibitórios no negócio jurídico, sustentando suas teses em situações fáticas que circundam o contrato celebrado com os exceptos. Argumentou, diante destes fatos, ausência de certeza e exigibilidade na obrigação representada no título executivo objeto destes autos. Salientou a incompetência do Juízo da 4ª Vara Cível. Requereu a extinção da execução e, subsidiariamente, a declaração de incompetência da 4ª Vara Cível deste Foro Central para processamento da demanda, remetendo-se os autos a este Juízo da 20ª Vara Cível. Houve resposta da parte excepta, argumentando, preliminarmente, que a via manejada pela excipiente não é apta à arguição de incompetência territorial. No mérito, afirmou que diante da não apresentação de embargos, a execução deve prosseguir, bem como apontou o não cabimento de exceção de pré-executividade quando a matéria debatida enseja dilação probatória. Por fim, ressaltou que não há no negócio jurídico qualquer mácula que possa obstar o seguimento da execução. Requereu o acolhimento da preliminar e, no mérito, a improcedência dos pedidos da parte excipiente, oportunizando-se a continuidade da execução (fls. 704/719). O Juízo da 4ª Vara Cível acolheu a arguição de incompetência e remeteu os autos a este Juízo da 20ª Vara Cível (fl. 720). Vieram os autos conclusos. Relatei brevemente. Decido. 2. É cediço que a exceção ou objeção de pré-executividade, construção doutrinária, comporta reconhecimento de juridicidade em nosso ordenamento jurídico, eis que complementa as defesas do executado, atendendo às disposições do artigo 5º, incisos XXXV e LV da Constituição Federal. O presente meio de impugnação da execução tem cabimento quando apontada a existência de vícios constitutivos do título que se pretende ver executado, como a certeza, a liquidez e a exigibilidade, a existência de causas extintivas da obrigação (pagamento, novação, transação, prescrição, etc.), dentre outras hipóteses de ordem pública. Com a edição da Lei nº 11.382/2006 que dispensou a garantia do juízo para oposição dos embargos do devedor o manejo da objeção de pré-executividade deve ser admitido quando extrapolado o prazo para apresentação dos embargos do devedor. A jurisprudência pátria é sedimentada no sentido da admissibilidade deste meio de impugnação da execução. Tanto é assim, que a súmula nº 393 do Superior Tribunal de Justiça, de maneira reflexa, reconhece seu cabimento, ao preceituar que "a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória" (sem destaque no original). No caso dos autos, em apenso, tramita ação autônoma, registrada sob o nº 1.305/2009, proposta com idênticos argumentos aos ora sustentados, visando a rescisão contratual do negócio jurídico firmado com os exceptos. A verificação das questões afirmadas, no sentido da existência de vícios no negócio jurídico, enseja cognição exauriente, isto porque envolve diversas situações fáticas. Necessária, portanto, a dilação probatória para prolação de veredicto. Importante ressaltar que na decisão inicial, nos autos de rescisão contratual nº 1.305/2009, apreciando pedido de antecipação de tutela que visava o reconhecimento dos vícios redibitórios no negócio jurídico e a anulação do contrato, o Juízo, à vista das provas documentais até então produzidas, indeferiu tal requerimento, fundamentando sua decisão na ausência de prova inequívoca da verossimilhança das alegações. Pende, no feito principal, a citação de uma das rés, e, por consequência, a instrução do processo. Em situação análoga a esta, assim decidiu o Colendo Tribunal de Justiça deste Estado: AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM DESFAVOR DE DECISÃO QUE REJEITOU O INCIDENTE DE EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE OPOSTO. FORMAL INCONFORMISMO. PLEITO QUE DEMANDA DILAÇÃO PROBATÓRIA. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE SOMENTE ADMITIDA PARA ATACAR IRREGULARIDADES CONSIDERADAS DE ORDEM PÚBLICA. ÔNUS DO AGRAVAVANTE DO QUAL NÃO SE DESINCUMBIU. MATÉRIA QUE DEMANDA PROVA TÉCNICA E REFOGE AO ÂMBITO DA EXCEÇÃO DE PRÉ EXECUTIVIDADE. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MANTIDA. LIMINAR CASSADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE SE NEGA PROVIMENTO (TJPR - 6948334 PR 0694833-4, Relator: Rosana Andriguetto de Carvalho, Data de Julgamento: 19/01/2011, 13ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 575). Assim sendo, se na ação de rescisão contratual, de cognição exauriente, a ora excipiente não conseguiu comprovar a verossimilhança de suas alegações, para obter ao menos a suspensão do processo executivo, não é por meio de exceção de pré-executividade que deve buscar a extinção da execução em curso. 3. Por conseguinte, ausente pressuposto processual para a apreciação do mérito, não recebo a exceção de pré-executividade apresentada. Condeno a parte excipiente ao pagamento das custas processuais, o que faço em atenção ao artigo 20, §1º, do Código de Processo Civil# #20§ 1ºCPC . 4. Cumpra-se, na íntegra, a decisão de fls. 20/22. 5. Diligências necessárias. 6. Intimem-se. Advs. Carlo Renato Borges e Paulo Henrique Marques Carvalho.

178. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0039559-91.2010.8.16.0001-BANCO ITAÚ S/A x G.J.K. COMÉRCIO DE AUTOMOTORES LTDA. - ME e outros - 1. Intime-se o exequente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito. 2. Diligências necessárias. Adv. Evaristo Aragão Santos.

179. EMBARGOS A EXECUCAO - 0064574-62.2010.8.16.0001-G.J.K. COMÉRCIO DE AUTOMOTORES LTDA. e outros x BANCO ITAÚ S/A - 1. Recebo os embargos do devedor para discussão. 2. Nos termos da nova sistemãtica do Livro II, Capitulo I, Título III do Código de Processo Civil, introduzida pela Lei 11.382, de 6 de dezembro de 2006, tem-s'e como regra que os embargos à execuçao nao terão efeito suspensivo,'exceto se, a requerimento da parte e sendo relevantes os seus fundamentos, o prosseguimento da execução possa causar ao executado dano de difícil ou incerta reparação e, desde que a execução jä esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes. 3. Considerando que hâ pedido formulado tão- somente no rol de requerimentos da peça vestibular (fls. 35, item i), pugnando genericamente pela suspensão do processo executivo, sem elucidar as razões fáticas que, induz,iriam ao seu deferifnento e, não havendo qualquer comprovação do periculum in _mora e fumus boni iuris, exigidos pelo art. 739 - A, § 1° do CPC, aliada a inexistência de penhora nos autos em apenso, DEIXO de conceder efeito suspensivo aos embargos do devedor, devendo a execução prosseguir até seus ulteriores termos, ressalvada a hipótese prevista no § 2° do aludido comando legal. Os embargos, de tal sorte, não afetarão a sequëncia dos atos executivos. 4. Intime-se o embargado para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 740 do CPC). 5. Diligências necessárias. Advs. Alexandre Arseno e Evaristo Aragão Ferreira dos Santos.

180. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 0022366-29.2011.8.16.0001-ANDRÉ LUIS BIAGGI x APM ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E MARKETING S/C LTDA. - Fica o exequente, ora impugnado, intimado para manifestar-se sobre a impugnação apresentada, no prazo de dez dias, especificando eventuais provas que pretenda produzir. Advs. Andre Paolo Cella e Breno Marques da Silva.

181. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0022614-92.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x PHM DOS REIS & CIA LTDA. e outro - Oficie-se ao Desembargador Relator noticiando que mantenho a decisão agravada, pelo que nela se contém. Informe-se ainda o cumprimento ao que dispõe o art. 526, do CPC, pela agravante. Intimem-se. - manifeste-se o exequente em cinco dias sobre a certidão do oficial de justiça. Adv. Sonny Brasil de Campos Guimarães.

182. EXECUCAO HIPOTECARIA - 0027078-62.2011.8.16.0001-ITAÚ UNIBANCO S/A x JOSÉ PAULO HACK e outro - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a certidão do Oficial de Justiça. Adv. Leonel Trevisan Júnior.

183. CONSIGNACAO EM PAGTO - ESPEC. - 0034467-98.2011.8.16.0001-JOSINEI MICHEL DOS REIS PACHECO x BANCO FIAT S/A - Manifeste-se o requerente em dez dias sobre a contestação e documentos. Advs. Marcio Andrei Gomes da Silva e Cristiane Bellinati Garcia Lopes.

184. REVISIONAL DE CONTRATO-ORDIN. - 0034095-52.2011.8.16.0001-GUILHERME WIEST FERREIRA x SANTANDER LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL - Manifeste-se o requerente em dez dias sobre a contestação e documentos. Advs. Lidiana Vaz Ribovski e Alexandre Nelson Ferraz.

185. REINTEGRACAO DE POSSE - ESPEC - 0032524-46.2011.8.16.0001-BANCO FIAT S/A x HEBER MOISES DA SILVA - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a certidão do Oficial de Justiça. Adv. Cristiane Bellinati Garcia Lopes.

186. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0034352-77.2011.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x KAREN MEDEIROS - manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito, devendo antecipar as despesas para a citação da executada, em cinco dias. Adv. Murilo Celso Ferri.

187. MONITORIA - ESPECIAL - 0035440-53.2011.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x BRETAS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. - ME - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a certidão do Oficial de Justiça. Adv. Reinaldo Mirico Aronis.

188. EXECUCAO POR TITULO JUDICIAL - 0036581-10.2011.8.16.0001-CITYSHOP ADMINISTRADORA DE BENS SOCIEDADE LTDA. e outro x MARCELO DALLAZEM - ME - Fica intimada a parte autora para, no prazo de 05 dias, providenciar o preparo no valor de R$21,40 referente ao expediente de fl. 70 e respectivo porte de correio. Adv. Cesar Augusto Brotto.

189. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0038460-52.2011.8.16.0001-MEGA SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S/A x CONCEITO FASHION MODAS LTDA. EPP - Manifeste-se o requerente em cinco dias sobre a certidão do Oficial de Justiça. Adv. Vitor Hugo Paes Loureiro Filho.

190. REINTEGRACAO DE POSSE - ESPEC - 0045210-70.2011.8.16.0001-BANCO VOLVO (BRASIL) S/A x W. O. ENGENHARIA LTDA. - Fica o autor intimado para, no prazo de cinco dias, retirar a carta precatória para o cumprimento, devendo a providenciar o que importam em R$23,50. Adv. Josué Perez Colucci.

191. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 0046984-38.2011.8.16.0001-SARA DA ROSA FUKAMI x ELISABETH BODANESE - Cumpra-se o determinado às fls. 377/378 dos autos em apenso. Intime-se. Advs. Simone Zonari Letchacoski e Jorge Eloir Maurer.

192. CONSIGNACAO EM PAGTO - ESPEC. - 0003825-50.2008.8.16.0001-ALTEVIR CARLOS BETINARDI e outro x BANCO ITAÚ S/A - Especifiquem as partes as provas que efetivamente pretendem produzir, em cinco dias, justificando-as, bem como manifestem-se sobre a possibilidade de composição em audiência. Intime-se. Advs. Alexandre Christoph Lobo Pacheco e Leonel Trevisan Júnior.

193. DECLARATORIA - ORDINÁRIO - 0049779-17.2011.8.16.0001-MARCOS DA SILVA SALES x NET - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A - Concedo os benefícios da justiça gratuita. Trata-se de ação DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE NEGOCIO JURIDICO CUMULADA COM ANULATORIA DE ATO JURIDICO E INDENIZAÇAO POR DANOS MORAIS, com pedido de tutela antecipada visando a exclusão do nome do autor dos cadastros de inadimplentes do SCPC e SERASA, incluído por dívida que alega não ter contraído. A exposição inicial , e a documentação colacionada, especialmente o boletim de ocorrência de f. 26, conferem plausibilidade às afirmações contidas na peça inaugural, no sentido de que alguém, utilizando-se dos dados pessoais do autor, contratou os serviços de TV a cabo em seu nome, cujo inadimplemento motivou a restrição creditícia, sendo imperativo reconhecer-se, ao menos em sumana cogniçao, que ele tem razão quando alega que o débito e a restrição creditícia são indevidos, autorizando a

concessão da tutela reclamada. Não sendo, porém, verdadeiros os fatos postos° na inicial, poderá ser revogada a tutela concedida determinando-se o restabelecimento da inscrição, facultando-se à ré a composição de eventuais danos que experimentar. Defiro, pois, com fulcro no artigo 273, § 7°, do CPC, liminarmente, a tutela pleiteada, determinando a exclusão do nome do autor nos cadastros do SCPC e SERASA, inserido pela ré. Como efeito prático dessa decisão, oficie-se, desde logo, ao SCPC e SERASA, ordenando o cumprimento da presente decisão. Antecipadas as despesas de postagem, cite-se a parte ré para contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências legais. - Fica intimada a parte autora para retirar em cartório os ofícios expedidos. Adv. Cesar Ricardo Tuponi.
194. BUSCA E APREENSAO FIDUC.-ESP. - 0051236-84.2011.8.16.0001-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x LUCILENE LUCCA - Efetuar o pagamento do depósito inicial no valor de R$827,20, em trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Adv. César Augusto Terra.
195. RESCISAO DE CONTRATO - ORDIN. - 0051212-56.2011.8.16.0001-AZ IMÓVEIS LTDA. x DELMAR DE LIMA e outro - Efetuar o pagamento do depósito inicial no valor de R$827,20, em trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Adv. Silvio Brambila.
196. ANULATORIA - SUMARIO - 0051151-98.2011.8.16.0001-TECNOCOLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA. - EPP x BANDEIRANTE QUÍMICA LTDA. e outro - Efetuar o pagamento do depósito inicial no valor de R$601,60, em trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Adv. Claudinei Dombroski.
197. EXECUCAO PROVISORIA - 0051135-47.2011.8.16.0001-HÉLIO OKUNO x PAULO CEZAR RIBEIRO MARIANTE e outro - Efetuar o pagamento do depósito inicial no valor de R$211,50, em trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Adv. Ardêmio Dorival Mücke.
198. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0051013-34.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x FULVIO RODRIGUES DE CAMARGO - Efetuar o pagamento do depósito inicial no valor de R$827,20, em trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Adv. Ana Lucia França.
199. BUSCA E APREENSAO FIDUC.-ESP. - 0051499-19.2011.8.16.0001-BANCO DO BRASIL S/A x TRANS CAMBIATI TRANSPORTES LTDA. e outros - Efetuar o pagamento do depósito inicial no valor de R$827,20, em trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Adv. Marcelo Cavalheiro Schaurich.
200. REVISIONAL DE CONTRATO-SUMAR. - 0051467-14.2011.8.16.0001-RUTH DA SILVA SEIXAS e outros x BANCO DO BRASIL S/A - Efetuar o pagamento do depósito inicial no valor de R$305,50, em trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Adv. Ana Paula Wollstein.
201. BUSCA E APREENSAO FIDUC.-ESP. - 0051441-16.2011.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S/A x LIDIA SPIEVAKOSKI DA SILVA - Efetuar o pagamento do depósito inicial no valor de R$827,20, em trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Adv. Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin.
202. EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUD. - 0051431-69.2011.8.16.0001-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x VITORIA DECORAÇÕES EM GESSO LTDA. - ME e outro - Efetuar o pagamento do depósito inicial no valor de R$827,20, em trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Adv. Andrea Cristiane Grabovski.
203. REINTEGRACAO DE POSSE - ESPEC - 0051404-86.2011.8.16.0001-BANCO ITAULEASING S/A x GEOVANE CECILIA BERKEMBROCK - Efetuar o pagamento do depósito inicial no valor de R$827,20, em trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Adv. Klaus Schnitzler.

Curitiba, 29 de Setembro de 2011.
Fabio Eduardo Nunes
Empregado Juramentado

# 21ª VARA CÍVEL

**21ª VARA CIVEL DA COMARCA DE CURITIBA-PARANA**
**DESPACHOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ**
**ROGERIO DE ASSIS/NEI ROBERTO DE BARROS GUIMARAES**

**RELAÇAO Nº 183/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADAUTO DALPIZZOL 0052 001428/2008
ADELMO DA SILVA EMERENCIA 0075 046976/2010
ADILSON LUIS FERREIRA FIL 0014 000441/2002
ADRIAN MORENO 0034 000886/2007
ADRIANA DE FRANCA 0031 000155/2007
ADRIANO MUNIZ REBELLO 0072 034980/2010
ADYR TACLA FILHO 0057 000374/2009
AIRTON PASSOS DE SOUZA 0010 000874/1999
ALANA BELZ MARTZ 0066 009374/2010
ALAOR RIBEIRO DOS REIS 0002 000301/1996
ALBADILO SILVA CARVALHO 0065 001792/2009
ALBERTO CUNHA MACEDO 0073 039549/2010
ALESSANDRA NOEMI SPOLADOR 0080 056844/2010
ALESSANDRA PEREZ DE SIQUE 0050 001131/2008
ALESSANDRO ELISIO CHALITA 0025 000263/2006
ALESSANDRO MARCOS BRIANEZ 0005 000012/1999
ALEXANDRE CHRISTOPH LOBO 0019 001315/2004
ALFEU CICARELLI DE MELO 0062 001532/2009
ALFREDO BOCCHI BARBALHO 0027 000489/2006
ALFREDO DE ASSIS GONCALVE 0014 000441/2002
ALOYR MARIO SABBAG NETO 0037 001504/2007
ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA 0040 000391/2008
ANA CECILIA PARODI 0087 067267/2010
ANA CHRISTINA DE VASCONCE 0087 067267/2010
ANA KARINA S. L. FRANCISC 0065 001792/2009
ANA LUCIA FRANCA 0004 000471/1997
0071 025100/2010
ANA PAULA BAGGIO SALVALAG 0045 000827/2008
ANA PAULA CONTI BASTOS 0022 000896/2005
ANA PAULA DE MATTOS PESSO 0046 000894/2008
ANA PAULA FALLEIROS KEPPE 0096 000578/2011
ANALICE CASTOR DE MATTOS 0017 000093/2004
ANAMARIA BATISTA 0014 000441/2002
ANDRE DA COSTA RIBEIRO 0046 000894/2008
ANDRE LUIZ CALVO 0018 000296/2004
ANDRE LUIZ ZANOTTO 0008 000383/1999
0013 001304/2000
ANDRE MELLO SOUZA 0054 000027/2009
ANDRE RICARDO LOPES DA SI 0034 000886/2007
ANDREA CRISTIANE GRABOVSK 0053 001705/2008
0064 001580/2009
ANDREA HERTEL MALUCELLI 0048 001002/2008
ANDREA LICIANE RIBEIRO DO 0002 000301/1996
ANDREA TATTINI ROSA 0068 011873/2010
ANDRESSA JARLETTI G DE OL 0031 000155/2007
ANGELA BITTENCOURT CORDEI 0057 000374/2009
ANGELA ESTORILIO SILVA FR 0054 000027/2009
ANGELICA DUARTE MARTINSKI 0043 000770/2008
ANTONIO AUGUSTO CASTANHEI 0069 013285/2010
ANTONIO CASTANHEIRA NEIA 0092 000387/2011
ANTONIO CELESTINO TONELOT 0085 065450/2010
ANTONIO CELESTINO TONELOT 0086 066874/2010
ANTONIO SILVEIRA BRASIL F 0003 001356/1996
ARI CARLOS CANTELE 0093 000418/2011
ARLETE TEREZINHA ANDRADE 0052 001428/2008
ARNALDO FERREIRA MULLER 0007 000323/1999
ASSAKO YOSHIOKA KIMURA 0062 001532/2009
BENEDITO DE ANDRADE RIBEI 0070 014177/2010
BENJAMIN LINS DE BARROS L 0063 001533/2009
BERNARDO MATTEI DE CABANE 0066 009374/2010
BIANCA MIRANDA ZETOLA 0017 000093/2004
BLAS GOMM FILHO 0071 025100/2010
BRUNO LUIS MARQUES HAPNER 0034 000886/2007
BRUNO MAY MARTINS 0008 000383/1999
0009 000651/1999
0013 001304/2000
CAMILA GBUR HALUCH 0008 000383/1999
0009 000651/1999
0013 001304/2000
CANDICE KARINA SOUTO MAIO 0081 057320/2010
0093 000418/2011
CARINE DE MEDEIROS MARTIN 0039 000342/2008
0080 056844/2010
CARLA HATSCHBACH 0008 000383/1999
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 0080 056844/2010
0091 000382/2011
CARLOS ALBERTO ARAUJO ROV 0039 000342/2008
CARLOS ALBERTO ARAUJO ROV 0080 056844/2010
CARLOS EDUARDO MANFREDINI 0046 000894/2008
0078 052187/2010
CARLOS EDUARDO SCARDUA 0056 000341/2009
CARLOS GIOVANI PINTO PORT 0021 000323/2005
CARLOS LEAL SZCZEPANSKI J 0005 000012/1999
CARLYLE POPP 0087 067267/2010
CAROLINE SAMPAIO DE ALMEI 0015 000467/2002
CASSIO ALCANTARA CARDOSO 0061 001382/2009
CELSO DAVID ANTUNES 0037 001504/2007
CESAR AUGUSTO TERRA 0021 000323/2005
0053 001705/2008
0090 000362/2011
CHARLES PARCHEN 0032 000373/2007
CHARLINE LARA AIRES 0071 025100/2010
CIRO BRUNING 0046 000894/2008
CLAIR DA FLORA MARTINS 0084 064559/2010
CLAUDIA BUENO GOMES 0037 001504/2007
CLAUDIA MARIA LIMA SCHEID 0014 000441/2002
CLAUDIO CAMARGO DE ARRUDA 0061 001382/2009
CLAUDIO MANOEL SILVA BEGA 0045 000827/2008
CLAUDIO XAVIER PETRYK 0004 000471/1997
CLAUDIOMIRO PRIOR 0038 001589/2007
CLEITON SILVIO BASSO 0057 000374/2009
CLEVERSON MARINHO TEIXEIR 0077 049898/2010
CONCEICAO ANGELICA RAMALH 0050 001131/2008
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0019 001315/2004
0035 001266/2007
0080 056844/2010
0091 000382/2011
CRISTIANE BELLINATI GARCI 0039 000342/2008
CRISTIANE BORTOLINI 0005 000012/1999
CRISTIANE DO ROCIO CAVALI 0038 001589/2007
CRISTIANE FERNANDES - CUR 0069 013285/2010
0080 056844/2010

CRISTIANO BUGANZA 0061 001382/2009
CRISTIANO ROQUE SPAGNOL 0052 001428/2008
CRISTINA ALLAGE SELEME CA 0075 046976/2010
DAIANA ALLESSI NICOLLETI 0062 001532/2009
DANIEL HACHEM 0026 000374/2006
0076 047730/2010
DANIEL HACHEM 0094 000419/2011
DANIELE DE BONA 0051 001181/2008
DANIELE NEVES POPIKA 0036 001375/2007
DANIELLE TEDESKO 0056 000341/2009
DANTE MANOEL PROENCA JUNI 0016 001527/2002
DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO 0072 034980/2010
DAVID ILAN HERTZ 0069 013285/2010
DAYSI REGINA BRITO 0095 000435/2011
DEBORAH FRANCIELLE M CLEV 0045 000827/2008
DEISI LACERDA 0006 000284/1999
DELIVAR TADEU DE MATTOS 0017 000093/2004
DENIO LEITE NOVAES JR 0005 000012/1999
0027 000489/2006
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR 0010 000874/1999
0074 040525/2010
DENISE ROCHA PREISNER OLI 0089 000184/2011
DIEGO RUBENS GOTTARDI 0051 001181/2008
DIOGO FADEL BRAZ 0034 000886/2007
DOUVIGLIO FURLAN NETO 0094 000419/2011
DULCE MARIA GAWLOSKI 0031 000155/2007
EDGARD KATZWINKEL JUNIOR 0023 001067/2005
EDIMAR PORTELA MARCONDES 0008 000383/1999
0009 000651/1999
0013 001304/2000
EDSON MARCAO JUNIOR 0027 000489/2006
EDUARDO ALBERTO MARQUES V 0070 014177/2010
EDUARDO ARRUDA ALVIM 0027 000489/2006
EDUARDO BATISTEL RAMOS 0093 000418/2011
EDUARDO CASILLO JARDIM 0054 000027/2009
EDUARDO FULGENCIO DA CRUZ 0050 001131/2008
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 0048 001002/2008
EDUARDO PEREIRA DE SOUZA 0022 000896/2005
ELIANDRO BROSTOLIN 0065 001792/2009
ELIANE DA COSTA MACHADO Z 0014 000441/2002
0069 013285/2010
ELISA GEHLEN PAULA BARROS 0037 001504/2007
ELISETE MARY SALLES STEFA 0035 001266/2007
ELLEN PRISCILA REIS 0037 001504/2007
ELLIS ERNANI CECHELERO 0046 000894/2008
ELYSE MICHAELA BACILA BAT 0070 014177/2010
EMANOEL THEODORO SALLOUM 0001 000584/1991
EMANUEL MASCARENHAS PADIL 0047 000994/2008
EMERSON L. SANTANA 0039 000342/2008
EMERSON LAUTENSCHLAGER SA 0039 000342/2008
0080 056844/2010
0091 000382/2011
EMERSON RODRIGUES DA SILV 0093 000418/2011
ERALDO LUIZ KUSTER 0050 001131/2008
0070 014177/2010
ERIKA DOS SANTOS FARIAS O 0045 000827/2008
ERNANI ORI HARLOS JUNIOR 0045 000827/2008
ERNESTO DIAS DOS REIS FIL 0004 000471/1997
ESTEVAO RUCHINSHI 0006 000284/1999
ETIANE CALDAS GOMES KUSTE 0050 001131/2008
EUCLIDES DE LIMA JUNIOR 0044 000786/2008
EVALDO DE PAULA SILVA JUN 0054 000027/2009
EVANDRO LIMONGI M. DE ABR 0042 000654/2008
EVANDRO LUIS PEZOTI 0005 000012/1999
0027 000489/2006
EVARISTO ARAGAO FERREIRA 0002 000301/1996
0047 000994/2008
0082 057507/2010
EVILTON FERNANDO CIOFFI B 0027 000489/2006
FABIANA MEYENBERG VIEIRA 0027 000489/2006
FABIANE CAROL WENDLER DIA 0006 000284/1999
FABIANO CAMPOS ZETTEL 0087 067267/2010
FABIANO DA ROSA 0015 000467/2002
FABIANO GOMES DE OLIVEIRA 0027 000489/2006
FABIANO SILVEIRA ABBAGE 0034 000886/2007
FABIO FERNANDES LEONARDO 0075 046976/2010
FABIO HENRIQUE NEGRAO FER 0006 000284/1999
FABIO SALLES VIANNA 0027 000489/2006
FABIO ZANON SIMAO 0022 000896/2005
FABIOLA P.CORDEIRO FLEISC 0046 000894/2008
0078 052187/2010
FABIOLA PAVONI J. PEDRO 0066 009374/2010
FABRICIO ROCHA 0070 014177/2010
FELIPE TURNES FERRARINI 0071 025100/2010
FELIPPE ABU-JAMRA CORRÊA 0064 001580/2009
FERNANDA DIACOV 0051 001181/2008
FERNANDA FORTUNATO MAFRA 0035 001266/2007
FERNANDA LEHMANN LOUREIRO 0008 000383/1999
0009 000651/1999
0013 001304/2000
FERNANDA NELSEN TEODORO D 0059 001089/2009
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 0006 000284/1999
FERNANDO MELO CARNEIRO 0045 000827/2008
FERNANDO SAMPAIO DE ALMEI 0015 000467/2002
FERNANDO VALENTE COSTACUR 0068 011873/2010
FERNANDO VERNALHA GUIMARA 0016 001527/2002
FLAVIA GEORGIA QUAESNER T 0078 052187/2010
FLAVIANO BELLINATI GARCIA 0039 000342/2008
0080 056844/2010
FLAVIO CARDOSO GAMA 0005 000012/1999
0027 000489/2006
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 0060 001268/2009
FLAVIO RIBEIRO BETTEGA 0070 014177/2010
FLAVIO SANTANA VALGAS 0080 056844/2010
0091 000382/2011
FRANCIS ALMEIDA VESSONI 0045 000827/2008
FRANCISCO ANTONIO FRAGATA 0037 001504/2007
FREDERICO AUGUSTO M. DA R 0034 000886/2007
GASTAO FERNANDO PAES DE B 0085 065450/2010
0086 066874/2010
GEISA PASTUCH FAHRAT 0005 000012/1999
GELSON BARBIERI 0033 000375/2007
GENESIO FELIPE DE NATIVID 0003 001356/1996
GEORGE RICARDO MAZUCHOWSK 0027 000489/2006
GERALDO MOCELLIN 0033 000375/2007
GERALDO QUEIROZ JUNIOR 0045 000827/2008
GERSON MASSIGNAN MANSANI 0040 000391/2008
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0060 001268/2009
0066 009374/2010
GILBERTO STINGLIN LOTH 0021 000323/2005
0090 000362/2011
GIORGIA PAULA MESQUITA 0032 000373/2007
GLAUCO IWERSEN 0045 000827/2008
GUILHERME AUGUSTO BITTENC 0044 000786/2008
GUILHERME BROTO FOLLADOR 0014 000441/2002
GUILHERME CALVO CAVALCANT 0070 014177/2010
GUILHERME KLOSS NETO 0014 000441/2002
GUILHERME MOREIRA RODRIGU 0070 014177/2010
GUILHERME TOLENTINO RIBEI 0032 000373/2007
GUSTAVO DE CAMARGO HERMAN 0045 000827/2008
GUSTAVO TEIXEIRA VILLATOR 0023 001067/2005
HAROLDO MEIRELLES FILHO 0094 000419/2011
HEITOR FABRETI AMANTE 0081 057320/2010
HENRIQUE KURSCHEIDT 0054 000027/2009
HERICK PAVIN 0036 001375/2007
0041 000393/2008
0047 000994/2008
HERMINDO DUARTE FILHO 0008 000383/1999
0009 000651/1999
0013 001304/2000
HEROLDES BAHR NETO 0035 001266/2007
HERRMANN EMMEL SCHWARTZ 0054 000027/2009
HILDEGARD TAGGESELL GIOST 0031 000155/2007
HYRAN GETULIO CESAR PATZS 0005 000012/1999
ILSOMAR ANTONIO LUNARDI 0052 001428/2008
INDIUARA DE FATIMA SAMPAI 0001 000584/1991
IRIA EMILIA EVANGELISTA B 0033 000375/2007
IRINEU GALESKI JUNIOR 0050 001131/2008
IVILIM KOELBL 0022 000896/2005
JACKSON HAAS GOMES 0062 001532/2009
JACKSON SONDAHL DE CAMPOS 0075 046976/2010
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0060 001268/2009
0066 009374/2010
JEAN CARLOS CAMOZATO 0063 001533/2009
JEFFERSON COMELI 0054 000027/2009
JEFFERSON KAMINSKI 0093 000418/2011
JEFFERSON RENATO ROSOLEM 0050 001131/2008
0070 014177/2010
JEISEMARA CHRISTINA CORRE 0051 001181/2008
JOANITA FARYNIAK 0008 000383/1999
0009 000651/1999
0013 001304/2000
JOAO CASILLO 0054 000027/2009
JOAO DOMINGOS CARDOSO 0006 000284/1999
JOAO DOMINGOS CARDOSO JUN 0006 000284/1999
JOAO LEONEL ANTOCHESKI 0005 000012/1999
0073 039549/2010
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0021 000323/2005
0090 000362/2011
JOAO OTAVIO SIMOES NETO 0064 001580/2009
JOAO PAULO BETTEGA DE A. 0023 001067/2005
JOAO SOARES ROSA 0023 001067/2005
JOHNSON SADE 0027 000489/2006
JONAS BORGES 0088 070478/2010
JORGE CAMILOTTI FILHO 0008 000383/1999
JORGE CLARO BADARO 0092 000387/2011
JORGE R. RIBAS TIMI 0031 000155/2007
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NO 0016 001527/2002
JOSE CLAUDIO ALVES 0010 000874/1999
JOSE DO CARMO BADARO 0092 000387/2011
JOSE MANOEL DE ARRUDA ALV 0027 000489/2006
JOSEMAR PERUSSOLO 0031 000155/2007
JOSIANE PAULA CORREA 0051 001181/2008
JOÃO LUÍS VIEIRA TEIXEIRA 0027 000489/2006
JULIANA DE OLIVEIRA MELO 0058 001020/2009
JULIANA LIMA PETRI 0006 000284/1999
JULIANA LYCZACOWSKI MALVE 0081 057320/2010
JULIANA MARTINS PEREIRA 0084 064559/2010
JULIANE TOLEDO S. ROSSA 0032 000373/2007
JULIANO CALDAS POZZO 0050 001131/2008
0070 014177/2010
JULIANO MENEGUZZI DE BERN 0029 001079/2006
JULIO CEZAR ENGEL DOS SAN 0060 001268/2009
0077 049898/2010
JULIO CEZAR KAY 0059 001089/2009
JUSSARA LEFFE MARTINS 0045 000827/2008
KAREM LUCIA CORREA DA SIL 0045 000827/2008
KAREN YUMI KIMURA 0062 001532/2009

KARINA DE OLIVEIRA FABRIS 0054 000027/2009
KARINE CRISTINA DA COSTA 0051 001181/2008
KATIE F. CARLESSE DAVET 0011 000324/2000
KELLY CRISTINA WORM COTLI 0034 000886/2007
KELLY CRISTINA WORM COTLI 0058 001020/2009
LARISSA ALCANTARA PEREIRA 0050 001131/2008
LEILA CRISTIANNE SAO MIGU 0045 000827/2008
LEONARDO GUILHERME DOS SA 0058 001020/2009
LEONARDO MECENI 0027 000489/2006
LEONARDO XAVIER ROUSSENQ 0008 000383/1999
0009 000651/1999
0013 001304/2000
LEONEL TREVISAN JUNIOR 0019 001315/2004
LIANA CASSEMIRO DE OLIVEI 0017 000093/2004
LIANE SLOBODIAN MOTTA VIE 0058 001020/2009
LILIAN BATISTA DE LIMA 0037 001504/2007
LINCOLN EDUARDO A. DE CAM 0008 000383/1999
0013 001304/2000
LINCOLN TADEU CERKUNVIS 0078 052187/2010
LINCOLN TAYLOR FERREIRA 0006 000284/1999
0018 000296/2004
LISANDRA CARLA DALLA VECH 0041 000393/2008
LIZETE RODRIGUES FEITOSA 0049 001092/2008
LIZETE RODRIGUES FEITOSA 0081 057320/2010
LIZETE RODRIGUES FEITOSA 0093 000418/2011
LOUISE S.ALBUQUERQUE DE C 0008 000383/1999
0013 001304/2000
LUCAS AMARAL DASSAN 0074 040525/2010
LUCIANA DE CASSIA SAVARIS 0001 000584/1991
LUCIANA SBRISSIA E SILVA 0045 000827/2008
LUCIANA SEZANOWSKI MACHAD 0024 000062/2006
LUCIANA SEZANOWSKI MACHAD 0056 000341/2009
LUCIANO ALBERTI DE BRITO 0008 000383/1999
0009 000651/1999
LUCIANO ANGHINONI 0066 009374/2010
LUCIANO EHLKE RODRIGUES 0027 000489/2006
LUCIANO RASSOLIN 0045 000827/2008
LUCIELENE CORREA LIMA ROM 0058 001020/2009
LUCIUS MARCUS OLIVEIRA 0093 000418/2011
LUDOVICO ALBINO SAVARIS 0001 000584/1991
LUIS EDUARDO PEREIRA SANC 0045 000827/2008
LUIS FERNANDO BRUSAMOLIM 0064 001580/2009
0095 000435/2011
LUIS FERNANDO DE CAMARGO 0067 009860/2010
LUIZ ALBERTO GONCALVES 0071 025100/2010
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA DE 0028 000497/2006
LUIZ ASSI 0032 000373/2007
LUIZ CARLOS DA ROCHA 0031 000155/2007
LUIZ CARLOS GUIESELER JUN 0001 000584/1991
LUIZ CARLOS SÁLVARO 0034 000886/2007
LUIZ CESAR TABORDA ALVES 0019 001315/2004
LUIZ DANIEL HAJ MUSSI 0014 000441/2002
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0006 000284/1999
0018 000296/2004
0053 001705/2008
LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ 0012 001246/2000
LUIZ FERNANDO DIETRICH 0047 000994/2008
LUIZ FERNANDO NACLI BASTO 0022 000896/2005
LUIZ FERNANDO NAVARRO LIN 0099 001259/2011
LUIZ FERNANDO PEREIRA 0016 001527/2002
LUIZ GUILHERME CARVALHO G 0032 000373/2007
LUIZ GUILHERME CHECCHIA K 0022 000896/2005
LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VI 0016 001527/2002
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0060 001268/2009
0066 009374/2010
LUIZ OTÁVIO GADOTTI FRANC 0027 000489/2006
LUIZ ROBERTO ROMANO 0058 001020/2009
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0002 000301/1996
0047 000994/2008
0082 057507/2010
LUIZ SALVADOR 0083 059187/2010
0096 000578/2011
LUZIA ADRIANA COSTA 0015 000467/2002
0026 000374/2006
MAGDA ESMERALDA DOS SANTO 0028 000497/2006
MANOEL ALEXANDRE S.RIBAS 0012 001246/2000
MANOEL ANTONIO TEIXEIRA F 0027 000489/2006
MANUEL ANTONIO TEIXEIRA N 0027 000489/2006
MARCEL EDUARDO CUNICO BAC 0044 000786/2008
MARCELA CARNASCIALI DE MI 0022 000896/2005
MARCELLO MARQUES MAGALHAE 0067 009860/2010
MARCELO AUGUSTO ALMEIDA G 0061 001382/2009
MARCELO DE OLIVEIRA LOBO 0005 000012/1999
MARCELO DE SOUZA TEIXEIRA 0077 049898/2010
MARCELO HENRIQUE RIBEIRO 0002 000301/1996
MARCELO LOCATELLI 0080 056844/2010
MARCELO LOPES 0070 014177/2010
MARCELO MARQUARDT 0031 000155/2007
MARCELO MUCCI LOUREIRO DE 0061 001382/2009
MARCELO ROBERTO PELLEGRIN 0067 009860/2010
MARCELO RODRIGUES 0027 000489/2006
MARCIA CRISTINA GUNHA 0046 000894/2008
MARCIA S. BADARO 0092 000387/2011
MARCIA ZANIN 0069 013285/2010
MARCIO ALEXANDRE CAVENAGU 0045 000827/2008
MARCIO ANDREI GOMES DA SI 0072 034980/2010
MARCIO ANDREY NEGRAO MACH 0018 000296/2004
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0048 001002/2008
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0066 009374/2010
MARCIO GARCIA DE OLIVEIRA 0034 000886/2007
MARCO ANTONIO DE SOUZA 0011 000324/2000
MARCO ANTONIO LANGER 0011 000324/2000
MARCOS ANTONIO BARBOSA 0004 000471/1997
MARCOS ANTONIO DA SILVA 0098 001213/2011
MARCOS AUGUSTO MALUCELLI 0010 000874/1999
MARCOS AURELIO NEGRAO MAC 0018 000296/2004
MARCOS DOS SANTOS MARINHO 0036 001375/2007
MARCUS AURELIO COELHO 0023 001067/2005
MARCUS VINICIUS SASS TOLO 0034 000886/2007
MARIA FELICIA CHEDLOVSKI 0072 034980/2010
MARIA LUCILIA GOMES 0024 000062/2006
MARIA REGINA ZARATE NISSE 0016 001527/2002
MARIANA ESPER NICOLETTI 0034 000886/2007
MARIANE MELILLO FONTAN 0031 000155/2007
MARILANE TON RAMOS 0005 000012/1999
MARILZA MATIOSKI 0028 000497/2006
MARISETE ZAMBIAZI 0037 001504/2007
MARLUCIO LEDO VIEIRA 0027 000489/2006
MAURICIO KAVINSKI 0006 000284/1999
0053 001705/2008
0095 000435/2011
MAURO ALEXANDRE ARAUJO KR 0093 000418/2011
MAURO CURY FILHO 0020 000074/2005
0036 001375/2007
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0020 000074/2005
0036 001375/2007
MELISSA DE ALBUQUERQUE S 0035 001266/2007
MICHELLE COELHO CHERCHIGL 0049 001092/2008
MICHELLE SCHUSTER NEUMANN 0068 011873/2010
MICHELLI D ESTEFANI 0035 001266/2007
MICHELLY CRISTINA ALVES N 0039 000342/2008
MIEKO ITO 0096 000578/2011
MIGUEL ADOLFO KALABAIDE 0042 000654/2008
MIGUEL ANTONIO SLOWIK 0004 000471/1997
MILKEN JACQUELINE C. JACO 0039 000342/2008
0091 000382/2011
MILKEN JACQUELINE CENERIN 0080 056844/2010
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0045 000827/2008
MILTON TEODORO DA SILVA 0059 001089/2009
MIRIAM PERSIA DE SOUZA 0045 000827/2008
MIRIAN MONTENEGRO ANGELIN 0043 000770/2008
MONICA FERREIRA MELLO BIO 0045 000827/2008
MOZARA COAS THOME 0034 000886/2007
MUIRAQUITAN SÁ CHAVES 0053 001705/2008
NATANOEL ZAHORCAK 0004 000471/1997
NELSON ANTONIO GOMES JUNI 0030 001352/2006
0092 000387/2011
NELSON COUTO DE REZENDE J 0014 000441/2002
NELSON JOAO KLAS JUNIOR 0044 000786/2008
NELSON JOAO SCHAIKOSKI 0001 000584/1991
NELSON PASCHOALOTTO 0005 000012/1999
NELSON PASCHOALOTTO 0055 000244/2009
0079 056333/2010
0089 000184/2011
NELSON PILLA FILHO 0095 000435/2011
NELSON RAMOS KUSTER 0035 001266/2007
NELTO LUIZ RENZETTI 0034 000886/2007
NEUDI FERNANDES 0051 001181/2008
NEWTON ROBERTO TEIXEIRA D 0008 000383/1999
0009 000651/1999
0013 001304/2000
ORLANDO SEGUNDO COLAÇO VA 0082 057507/2010
OSNI DE JESUS TABORDA RIB 0046 000894/2008
OTAVIO ERNESTO MARCHESINI 0024 000062/2006
OTO LUIZ SPONHOLZ JUNIOR 0034 000886/2007
OZIAS PAESE NEVES 0010 000874/1999
PATRICIA BORGES GUERIOS 0046 000894/2008
PATRICIA CASILLO 0054 000027/2009
PATRICIA FERNANDES BEGA 0037 001504/2007
PATRICIA MICHELI FOLADOR 0025 000263/2006
PATRICIA NYMBERG 0031 000155/2007
PATRICIA PIEKARCZYK 0012 001246/2000
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 0080 056844/2010
PATRICK G. MERCER 0031 000155/2007
PAULO ANGELIN RAMOS 0043 000770/2008
PAULO HENRIQUE DA R. LOUR 0014 000441/2002
PAULO JOSE GOZZO 0025 000263/2006
PAULO ROBERTO FADEL 0032 000373/2007
PAULO ROBERTO KOEHLER SAN 0012 001246/2000
PAULO ROBERTO MARQUES HAP 0034 000886/2007
PAULO ROBERTO MOREIRA GOM 0011 000324/2000
PAULO ROBERTO NAKAKOGUE 0089 000184/2011
PAULO SERGIO DE SOUZA 0097 000959/2011
PAULO SERGIO NIED 0014 000441/2002
PAULO SERGIO RIBEIRO DA S 0001 000584/1991
PAULO SERGIO WINCKLER 0066 009374/2010
PAULO VINICIUS DE BARROS 0006 000284/1999
PAULO VIRGILIO DE C CANTE 0031 000155/2007
PEDRO HENRIQUE DE FINIS S 0032 000373/2007
PEDRO ROBERTO ROMAO 0068 011873/2010
PIERRE ANDREY RUTHES 0001 000584/1991
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 0080 056844/2010
PRISCILA DO NASCIMENTO SE 0006 000284/1999
PRYSCILLA ANTUNES DA MOTA 0077 049898/2010
RAFAEL ANTONIO REBICKI 0027 000489/2006
RAFAEL BAGGIO BERBICZ 0049 001092/2008
RAFAEL BAGGIO BERBICZ 0062 001532/2009
RAFAEL DA ROCHA GUAZELLI 0031 000155/2007

RAFAEL DE LIMA FELCAR 0077 049898/2010
RAFAEL DE REZENDE GIRALDI 0094 000419/2011
RAFAEL ENES 0012 001246/2000
RAFAEL JAZAR ALBERGE 0046 000894/2008
RAFAEL MARQUES GANDOLFI 0020 000074/2005
RAFAEL MOSELE 0063 001533/2009
RAFAEL NOGUEIRA DA GAMA 0017 000093/2004
RAFAEL TADEU MACHADO 0001 000584/1991
RAQUEL DE ANDRADE KRAUSE 0045 000827/2008
REGINA DE SOUZA PREUSSLER 0032 000373/2007
REGINA DUSCZAK 0045 000827/2008
REINALDO EMILIO AMADEU HA 0026 000374/2006
REINALDO EMILIO AMADEU HA 0076 047730/2010
0094 000419/2011
REINALDO MIRICO ARONIS 0032 000373/2007
RENE ARIEL DOTTI 0031 000155/2007
RICARDO HILDEBRAND SEYBOT 0014 000441/2002
RICARDO KEY SAKAGUT WATAN 0023 001067/2005
RITA PASINATO 0033 000375/2007
ROBERTO FADE 0015 000467/2002
ROBSON ADRIANO DE OLIVEIR 0010 000874/1999
ROBSON IVAN STIVAL 0075 046976/2010
ROBSON OCHIAI PADILHA 0005 000012/1999
RODRIGO DA ROCHA LEITE 0031 000155/2007
RODRIGO MACEDO DOS SANTOS 0090 000362/2011
RODRIGO NICOLETTI ALVES 0022 000896/2005
RODRIGO RONALDO MARTINS R 0060 001268/2009
RODRIGO SILVESTRI MARCOND 0045 000827/2008
ROGERIA DOTTI DORIA 0031 000155/2007
ROGÉRIO MÁRCIO BERALDI BI 0027 000489/2006
ROMARA COSTA BORGES DA SI 0024 000062/2006
0056 000341/2009
ROMERO SANTOS LIMA JR 0069 013285/2010
ROMULO VINICIUS FINATO 0028 000497/2006
RONALDO DE PAULA MION 0044 000786/2008
ROSANA MARIA FECCHIO TADI 0008 000383/1999
0009 000651/1999
0013 001304/2000
ROSANGELA VIEIRA DOS SANT 0027 000489/2006
ROSELI MARIA PALTANIN 0045 000827/2008
ROSIANE APARECIDA MARTINE 0080 056844/2010
RUY JOSE MIRANDA RATTON 0093 000418/2011
SAMANTHA DE MASCARENHAS S 0027 000489/2006
SANDRA AMARA PEREIRA 0008 000383/1999
0013 001304/2000
SANDRA JUSSARA KUCHNIR 0004 000471/1997
SANDRA REGINA RODRIGUES 0065 001792/2009
SANDRO LUDNEY NOGUEIRA 0054 000027/2009
SARA S. MACHADO DA LUZ 0059 001089/2009
SAYRO MARK MARTINS CAETAN 0051 001181/2008
SCHEILA CAMARGO COELHO TO 0008 000383/1999
0009 000651/1999
0013 001304/2000
SERGIO HENRIQUE TEDESCHI 0005 000012/1999
SIBELLE HOCHSTEINER DO AM 0035 001266/2007
SILVANA ELEUTERIO RIBEIRO 0054 000027/2009
SILVESTRE DIAS DOS REIS 0004 000471/1997
SILVIA HELENA CARVALHO 0067 009860/2010
SILVIO ANDRE BRAMBILA ROD 0020 000074/2005
0036 001375/2007
SILVIO NAGAMINE 0031 000155/2007
SIMONE BUENO DE SOUZA 0071 025100/2010
SIMONE PACHECO DE OLIVEIR 0054 000027/2009
SIMONE ZONARI LETCHACOSKI 0054 000027/2009
SOLAINE MARIA BARBIERI 0033 000375/2007
SONIA MARIA SCHROEDER VIE 0075 046976/2010
SONNY BRASIL DE C. GUIMAR 0008 000383/1999
0009 000651/1999
0013 001304/2000
SUZANA BELLEGARD DANIELEW 0078 052187/2010
TANIA MARA GARCIA COSTA 0075 046976/2010
TARCISIO ARAUJO KROETZ 0046 000894/2008
0078 052187/2010
TATIANA KALKO TURQUETI C 0037 001504/2007
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBI 0002 000301/1996
THAIS HAYASHI 0011 000324/2000
THAÍS BRAGA BERTASSONI 0051 001181/2008
THIAGO DUCCI TONINELO 0071 025100/2010
TIFFANY CASSAB C. DE BARR 0063 001533/2009
TOBIAS DE MACEDO 0034 000886/2007
TRAJANO BASTOS DE O. NETO 0045 000827/2008
ULISSES CABRAL BISPO FERR 0049 001092/2008
0081 057320/2010
VANESSA DA COSTA PEREIRA 0021 000323/2005
VANESSA MARIA RIBEIRO BAT 0051 001181/2008
VANI SOKOLOVICZ RIBAS 0007 000323/1999
VANISE MELGAR TALAVERA 0097 000959/2011
VICTOR ALBERTO AZI BOMFIM 0023 001067/2005
VICTOR ALEXANDRE BOMFIM M 0023 001067/2005
VILSON RIBEIRO DE ANDRADE 0060 001268/2009
0066 009374/2010
VIVIAN CAROLINE CASTELLAN 0016 001527/2002
WASHINGTON SCHWARTZ MACHA 0032 000373/2007
WELLINGTON FARINHUKA DA S 0032 000373/2007
WILSON DE OLIVEIRA 0003 001356/1996
WINICIUS RUBELE VALENZA 0014 000441/2002
YARA ALEXANDRA DIAS 0052 001428/2008

1. INTERDITO PROIBITORIO-584/1991-ESCRIT CENTRAL DE ARREC DISTR ECAD x REST DANCANTE MACALAN E e outros- Defiro o prazo de 10 dias para a juntada do documento. Tendo em vista o interesse em conciliação, intime-se o executado para apresentar proposta concreta de acordo, sob pena de não ser designada a audiência. Intimem-se. -Advs. LUDOVICO ALBINO SAVARIS, LUCIANA DE CASSIA SAVARIS MORCELLI, NELSON JOAO SCHAIKOSKI, INDIUARA DE FATIMA SAMPAIO, EMANOEL THEODORO SALLOUM SILVA, RAFAEL TADEU MACHADO, LUIZ CARLOS GUIESELER JUNIOR, PAULO SERGIO RIBEIRO DA SILVA e PIERRE ANDREY RUTHES-.

2. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-301/1996-BANCO ITAU S.A. x PEDRO CHARLES COLLEY e outros-Considerando que a parte exequente não recolheu a Darf para fins de expedição de ofício à Receita Federal, tampouco deu prosseguimento ao feito, aguarde-se pelo prazo de até dez dias iniciativa da parte. Decorrido o prazo supra e em nada sendo pugnado, arquivem-se. Int. -Advs. EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, ALAOR RIBEIRO DOS REIS, MARCELO HENRIQUE RIBEIRO DOS REIS e ANDREA LICIANE RIBEIRO DOS REIS-.

3. EMBARGOS DE TERCEIRO-1356/1996-OSCAR ARANHA x CAMPESTRE DIST. DE PROD. ALIMENTICIOS LTDA- Intime-se a parte ( embargada ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls. 102, no valor de R$ 47,00, sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. ANTONIO SILVEIRA BRASIL FILHO, GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE e WILSON DE OLIVEIRA-.

4. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-471/1997-UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS SA x JULIO HYCZY DA COSTA e outro- Tendo em vista as informações prestadas pela exequente, expeça-se ofício conforme requerido. Após, pagas eventuais custas, arquivem-se. Int. Intime-se a parte autora para no prazo de 05 dias, proceder o pagamento das custas referente aos oficios expedidos ás fls.227, no valor de R$ 9,40. mais R$ 3,00 referente a postagem. sendo ( 01 ) oficios. Int. -Advs. CLAUDIO XAVIER PETRYK, MIGUEL ANTONIO SLOWIK, SANDRA JUSSARA KUCHNIR, ANA LUCIA FRANCA, NATANOEL ZAHORCAK, MARCOS ANTONIO BARBOSA, ERNESTO DIAS DOS REIS FILHO e SILVESTRE DIAS DOS REIS-.

5. REVISIONAL DE CONTRATO-12/1999-LUIZ RENATO IURK x BANCO BRADESCO S/A.-Anote-se substabelecimento de fls. 730-732. Intime-se a Sra. Perita para que esclareça o questionamento da parte autora, no prazo de 10 dias. Int. -Advs. SERGIO HENRIQUE TEDESCHI, ROBSON OCHIAI PADILHA, DENIO LEITE NOVAES JR, CRISTIANE BORTOLINI, HYRAN GETULIO CESAR PATZSCH, MARILANE TON RAMOS, MARCELO DE OLIVEIRA LOBO, ALESSANDRO MARCOS BRIANEZI, CARLOS LEAL SZCZEPANSKI JUNIOR, FLAVIO CARDOSO GAMA, EVANDRO LUIS PEZOTI, JOAO LEONEL ANTOCHESKI, GEISA PASTUCH FAHRAT e NELSON PASCHOALOTTO-.

6. RESC. DE CONTR C/PERDAS DANOS-284/1999-ROSEMARY DE SOUZA PINTO x ECORA S/A-EMPRESA DE CONSTRUCAO E RECUP. DE ATIVOS- Tendo em vista que a falência da requerida foi decretada, defiro a suspensão do feito. Anote-se (v.fls.1641-1642). Intimem-se. -Advs. JOAO DOMINGOS CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, JOAO DOMINGOS CARDOSO JUNIOR, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, MAURICIO KAVINSKI, FABIANE CAROL WENDLER DIAS, FABIO HENRIQUE NEGRAO FERREIRA DIAS, JULIANA LIMA PETRI, ESTEVAO RUCHINSHI, LINCOLN TAYLOR FERREIRA, DEISI LACERDA, PRISCILA DO NASCIMENTO SEBASTIAO e PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JR-.

7. INDENIZACAO PERDAS E DANOS-323/1999-DI 1000 TELEFONE E AUTO TAXI LTDA. x SANDRO RIBEIRO CARDOSO- Intime-se a parte ( Réu ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls.224, no valor de R$ 130,98 , sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. ARNALDO FERREIRA MULLER e VANI SOKOLOVICZ RIBAS-.

8. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-383/1999-BANCO ITAU S.A x AUGUSTO SURIAN NETO e outro- Intime-se a parte ( interessada ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls. 102, no valor de R$ 15,46 , sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. SONNY BRASIL DE C. GUIMARAES, ROSANA MARIA FECCHIO TADIELO, HERMINDO DUARTE FILHO, NEWTON ROBERTO TEIXEIRA DE CASTRO, EDIMAR PORTELA MARCONDES, LEONARDO XAVIER ROUSSENQ, ANDRE LUIZ ZANOTTO, SANDRA AMARA PEREIRA, LUCIANO ALBERTI DE BRITO, SCHEILA CAMARGO COELHO TOSIN, JOANITA FARYNIAK, BRUNO MAY MARTINS, CAMILA GBUR HALUCH, FERNANDA LEHMANN LOUREIRO, LINCOLN EDUARDO A. DE CAMARGO FILHO, LOUISE S.ALBUQUERQUE DE CAMARGO, CARLA HATSCHBACH e JORGE CAMILOTTI FILHO-.

9. EMBARGOS A EXECUCAO-651/1999-AUGUSTO SURIAN NETO x BANCO ITAU S.A- Intime-se a parte ( interessada ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls.387, no valor de R$ 182,52, sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. LUCIANO ALBERTI DE BRITO, SONNY BRASIL DE C. GUIMARAES, ROSANA MARIA FECCHIO TADIELO, HERMINDO DUARTE FILHO, NEWTON ROBERTO TEIXEIRA DE CASTRO, EDIMAR PORTELA MARCONDES, LEONARDO XAVIER ROUSSENQ, SCHEILA CAMARGO COELHO TOSIN, JOANITA FARYNIAK, BRUNO MAY MARTINS, CAMILA GBUR HALUCH e FERNANDA LEHMANN LOUREIRO-.

10. ACAO MONITORIA-874/1999-BANCO BILBAO VIZCAYA BRASIL S.A. x ELIAS DE ARAUJO CLETO-Devidamente pagas eventuais custas processuais remanescentes, defiro o requerimento de suspensão, devendo o feito aguardar no arquivo a manifestação da parte interessada. Intimem-se. Intime-se a parte autor para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls.444, no valor de R$ 28,20 em cinco dias. -Advs. MARCOS AUGUSTO

MALUCELLI, JOSE CLAUDIO ALVES, ROBSON ADRIANO DE OLIVEIRA, OZIAS PAESE NEVES, DENIO LEITE NOVAES JUNIOR e AIRTON PASSOS DE SOUZA-.
11. EMBARGOS A EXECUCAO-324/2000-ALFREDO RODRIGUES VILAR e outros x GOTFREDO THALER- 1. Diante do teor da petição de (fls. manifeste- se a exequente no prazo de 10 dias. 2. Intimem-se. -Advs. PAULO ROBERTO MOREIRA GOMES, MARCO ANTONIO DE SOUZA, KATIE F. CARLESSE DAVET, MARCO ANTONIO LANGER e THAIS HAYASHI-.
12. SUMARIA DE COBRANCA-1246/2000-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL AMARILIS x SERGIO JOSE PEREIRA e outro-Ante o teor da resposta do ofício expedido à CEF (fls.347-350), expeça-se novo ofício determinando que a CEF proceda a transferência do valor à uma conta vinculada aos autos em trâmite junto ao 3º JEC, independentemente de qualquer restrição, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, pena de serem aplicadas as sanções cabíveis. Ademais, consigo serem desnecessários outros esclarecimentos, posto a ordem do Juízo ser clara no sentido de vincular o valor aos autos indicados, assim como ocorre com TODOS os valores que são bloqueados ou depositados pelo Juízo ou pelas partes. Sem prejuízo, deverá a CEF informar o Juízo do 3º JEC quanto aludida transferência. Retornando os autos sem o devido cumprimento Cumprido o comando supra, expeça-se ofício conforme pugnado à fl.337. Intimem-se. Intime-se a parte autora para no prazo de 05 dias, proceder o pagamento das custas referente aos oficios expedidos ás fls. 352, no valor de R$ 9,40. Int. -Advs. LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ, PATRICIA PIEKARCZYK, MANOEL ALEXANDRE S.RIBAS, PAULO ROBERTO KOEHLER SANTOS e RAFAEL ENES-.
13. EMBARGOS A EXECUCAO-1304/2000-SHEILA CHAMECKI RIGLER x BANCO ITAU S.A- Intime-se a parte interessada ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls. 565,no valor de R$ 542,38 , sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. LINCOLN EDUARDO A. DE CAMARGO FILHO, LOUISE S.ALBUQUERQUE DE CAMARGO, SONNY BRASIL DE C. GUIMARAES, ROSANA MARIA FECCHIO TADIELO, HERMINDO DUARTE FILHO, NEWTON ROBERTO TEIXEIRA DE CASTRO, EDIMAR PORTELA MARCONDES, LEONARDO XAVIER ROUSSENQ, ANDRE LUIZ ZANOTTO, SANDRA AMARA PEREIRA, SCHEILA CAMARGO COELHO TOSIN, JOANITA FARYNIAK, BRUNO MAY MARTINS, CAMILA GBUR HALUCH e FERNANDA LEHMANN LOUREIRO-.
14. ANULACAO DE ATOS JURIDICOS-441/2002-PNEUS CENTER COMERCIO AUTOMOTIVO LTDA x REGINALDO AFFONSO - ME e outros-Aguarde-se o decurso de prazo fixado em fl. 434. Após, tornem conclusos. Int. -Advs. ELIANE DA COSTA MACHADO ZENAMON, ADILSON LUIS FERREIRA FILHO, CLAUDIA MARIA LIMA SCHEIDWEILER, ALFREDO DE ASSIS GONCALVES NETO, GUILHERME KLOSS NETO, PAULO HENRIQUE DA R. LOURES DEMCHUK, WINICIUS RUBELE VALENZA, ANAMARIA BATISTA, NELSON COUTO DE REZENDE JUNIOR, PAULO SERGIO NIED, LUIZ DANIEL HAJ MUSSI, GUILHERME BROTO FOLLADOR e RICARDO HILDEBRAND SEYBOTH-.
15. INDENIZACAO POR ATO ILICITO-467/2002-JOAO DONIZETTI DE LIMA JUNIOR e outro x HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA BRIGIDA LTDA e outro-Tendo em vista a certidão de fls.806, determino que a serventia entre em contado com os profissionais listados às fls. 804, verificando a existência de pediatra hábil para a realização da perícia determinada na modalidade de neuropediatra. Em caso positivo, cumpra-se o inteiro teor do despacho de fls. 805. Caso a busca reste negativa, tornem os autos conclusos para deliberações. Int. -Advs. CAROLINE SAMPAIO DE ALMEIDA, FABIANO DA ROSA, FERNANDO SAMPAIO DE ALMEIDA FILHO, ROBERTO FADE e LUZIA ADRIANA COSTA-.
16. ORDINARIA C TUTELA ANTECIPADA-1527/2002-ADRIANA RIBEIRO DE TOLEDO TEIXEIRA AZONI x UNIBANCO - CREDIBANCO S/A-Manifeste-se o exeqüente quanto ao interesse em se proceder à nova solicitação, na medida em que não houve bloqueio de valores pelo sistema BACENJUD ou houve bloqueio de valores muito inferiores aos pretendidos. Intime-se. -Advs. FERNANDO VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO PEREIRA, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, VIVIAN CAROLINE CASTELLANO, DANTE MANOEL PROENCA JUNIOR, LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO e MARIA REGINA ZARATE NISSEL-.
17. ORDINARIA C TUTELA ANTECIPADA-93/2004-DARCY REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e outros x BRADESCO SEGUROS S.A- Manifestem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias sobre o laudo de esclarecimento. Após, voltem os autos conclusos. Int. -Advs. ANALICE CASTOR DE MATTOS, DELIVAR TADEU DE MATTOS, BIANCA MIRANDA ZETOLA, LIANA CASSEMIRO DE OLIVEIRA e RAFAEL NOGUEIRA DA GAMA-.
18. ORDINARIA DE COBRANCA-296/2004-GUILHERME SERGIO GONCALVES e outro x CIDADELA S/A- Intime-se a parte autora para, no derradeiro prazo de 10 (dez) dias, proceder o pagamento das custas relativas ao cumprimento de sentença, sob de arquivamento. Intimem-se. -Advs. MARCOS AURELIO NEGRAO MACHADO, MARCIO ANDREY NEGRAO MACHADO, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, ANDRE LUIZ CALVO e LINCOLN TAYLOR FERREIRA-.
19. REVISAO CONTRATO COM TUTELA-1315/2004-MARCO ANTONIO LAIO CABRAL e outro x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A-Dou por concluída a prova pericial. Registre-se para sentença e voltem os autos conclusos para ser proferida decisão sobre a liquidação. Int. -Advs. ALEXANDRE CHRISTOPH LOBO PACHECO, LUIZ CESAR TABORDA ALVES, LEONEL TREVISAN JUNIOR e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.
20. RESC.CONTR.C/REINT E PERD. DA-74/2005-AZ IMOVEIS LTDA x ELIANA ANGI DA SILVA- Intime-se a parte Ré para depósitar os honorarios do Sr. Perito, no valor de R$ 1.800,00, no prazo legal. -Advs. SILVIO ANDRE BRAMBILA RODRIGUES, RAFAEL MARQUES GANDOLFI, MAURO CURY FILHO e MAURO SERGIO GUEDES NASTARI-.
21. ORDINARIA-323/2005-RODRIGO SCHINZEL GONCALVES e outros x BANCO REAL-A regularidade da representação processual e eventual necessidade de retificação do polo será objeto de deliberação após o cumprimento da decisão de fl. 529. Ante o decurso do prazo, certifique a Serventia o valor atualizado depositado nos autos. A seguir, remetam-se os autos ao contador judicial como anteriormente determinado. Int. Desp. 548- Ante o contido na certidão de fl. 547, desnecessária nova remessa dos autos ao contador judicial pelo que, revogo tal determinação. Dos documentos juntados às fls. 534/538 e 546, observo que se encontra regularizada a representação dos autores Rodrigo Schinzel Gonçalves (fl. 534); Ronaldo Schinzel Gonçalves (fl. 535); João Gualberto de Sá Scheffer (fl. 537) e Rosa Aryete Marenda Scheffer (fl. 538) e quanto aos autores Thiago Schinzel Gonçalves e Dulcidio Rocha Caldeira Junior, se fizeram por representação ao espólio (fls. 536 e 546). Retificações necessárias. Não havendo pedido de reserva e/ou penhora no rosto dos autos, defiro o levantamento da importância depositada em favor dos autores. Pague-se mediante quitação. Expeça-se alvará. A seguir, intime-se a parte ré para efetuar o depósito do valor correspondente a diferença entre a conta de fl. 542 e saldo certificado à fl. 547, no prazo de até 10 dias, pena de penhora forçada. Sobrevindo o atendimento ao comando judicial supra e, pagas eventuais custas remanescentes, expeça-se novo alvará em favor da parte autora para o levantamento do valor. Atendidas as determinações supra e, anda mais sendo requerido, arquivem-se os autos. Int. Intime-se a parte autora para no prazo de 05 dias, proceder o pagamento das custas referente aos oficios expedidos ás fls. 549/550, no valor de R$ 9,40. mais R$ 3,00 referente a postagem. sendo ( 02 ) oficios. Int. Intime-se a parte autora para proceder a retirada do alvará junto ao Banco do Brasil, neste edificio. procedendo o pagamento referente a expedição no valor de R$ 9,40 - -Advs. CARLOS GIOVANI PINTO PORTUGAL, VANESSA DA COSTA PEREIRA RAMOS, CESAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e GILBERTO STINGLIN LOTH-.
22. SUM.REV.CONT.C/ ANT.DE TUTELA-896/2005-ALMIRA CORREA DE ALMEIDA TELES x PARANA BANCO S/A- 1. Ciente v. fls. 444-445 . Incime-se a parte executada para, no prazo de 10 dez) dias, proceder o pagamento das custas remanescentes v. fls. 437 2. No mais, cumpra-se conforme anterior pronunciamento às Hs. 441. 3.Intimem-se. -Advs. FABIO ZANON SIMAO, ANA PAULA CONTI BASTOS, LUIZ FERNANDO NACLI BASTOS, RODRIGO NICOLETTI ALVES, MARCELA CARNASCIALI DE MIRÓ, EDUARDO PEREIRA DE SOUZA, IVILIM KOELBL e LUIZ GUILHERME CHECCHIA KLOSS-.
23. EXECUCAO ENTREGA COISA CERTA-1067/2005-ESPOLIO DE OVIDIO F.CLOCK REP. MARIA CAROLLO CLOCK x JOSE VOLTER LAURINDO DE CASTILHOS- - Deve a parte executada, no prazo de 5 dias, comprovar o recolhimento da diferença apontada na petição de fls. 388/390, pena de prosseguimento da execução. Int. - Sobre o contido em fls. 392/415, manifeste-se a parte exequente dizendo se dá por quitada a dívida. Em caso afirmativo, após o pagamento de eventuais custas remanescentes arquivem-se os autos com as baixas devidas, inclusive quanto eventual constrição. Int. Intime-se a parte interessada para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls. 417, no valor de R$ 29,32 em cinco dias. -Advs. EDGARD KATZWINKEL JUNIOR, MARCUS AURELIO COELHO, GUSTAVO TEIXEIRA VILLATORE, JOAO PAULO BETTEGA DE A. MARANHAO, JOAO SOARES ROSA, VICTOR ALBERTO AZI BOMFIM MARINS, VICTOR ALEXANDRE BOMFIM MARINS e RICARDO KEY SAKAGUT WATANABE-.
24. ORDINARIA DE INDENIZACAO-62/2006-OSCAR LUIZ EIFLER FILHO x ITAU SEGUROS S/A- Intime-se a parte interessada para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, visto que já houve o julgamento do agravo (v.fls.932-946). Nada sendo requerido, pagas eventuais custas, arquivem-se com as devidas baixas. Intimem-se. Intime-se a parte autora para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls. 948, no valor de R$ 305,92 em cinco dias. -Advs. OTAVIO ERNESTO MARCHESINI, ROMARA COSTA BORGES DA SILVA, MARIA LUCILIA GOMES e LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO-.
25. SUM.INDENIZACAO DANO MORAL-263/2006-LOURDES NERY RODRIGUES x INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA-Aguarde-se o julgamento do Agravo de Instrumento, para posterior apreciação do pedido de levantamento. Ademais, sobrevindo pedido de informações, cumpra-se o segundo despacho de fls. 469. Int. -Advs. PAULO JOSE GOZZO, ALESSANDRO ELISIO CHALITA DE SOUZA e PATRICIA MICHELI FOLADOR WALDRAFF-.
26. BUSCA E APREENSAO C/DEPOSITO-374/2006-BANCO ITAU S.A x CEL MASSA COM.VAREJISTA DE PROD.ALIMENTICIOS- Intime-se a parte ( autora ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls.304 , no valor de R$ 193,42 , sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. DANIEL HACHEM, REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM e LUZIA ADRIANA COSTA-.
27. ORD. IND. POR DANOS MORAIS-489/2006-DEBORA BORIM DA SILVA e outros x BANCO BRADESCO S/A e outro- Expeça-se alvará conforme pugnado na petição retro. Intime-se o perito conforme anteriormente determinado. Int. - Com relação ao agravo de instrumento de fls. 1940-1957, mantenho a decisão agravada, por seus próprios fundamentos. Aguarde-se pedido de informações via mensageiro, bem como a decisão em relação ao efeito suspensivo. Int. Intime-se a parte autora para proceder a retirada do alvará junto ao Banco do Brasil, neste edificio. procedendo o pagamento referente a expedição no valor de R$ 9,40 -Advs. JOHNSON SADE, SAMANTHA DE MASCARENHAS SADE, DENIO LEITE NOVAES JR, EVANDRO LUIS PEZOTI, LEONARDO MECENI, MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO, FABIANA MEYENBERG VIEIRA, GEORGE RICARDO MAZUCHOWSKI, FLAVIO CARDOSO GAMA, ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS TEIXEIRA, MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO, JOÃO LUÍS VIEIRA TEIXEIRA, LUCIANO EHLKE RODRIGUES, MARCELO RODRIGUES, ALFREDO BOCCHI BARBALHO, FABIO SALLES VIANNA, LUIZ OTÁVIO GADOTTI FRANCO, RAFAEL

ANTONIO REBICKI, FABIANO GOMES DE OLIVEIRA, MARLUCIO LEDO VIEIRA, EVILTON FERNANDO CIOFFI BARBOSA, JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO, EDUARDO ARRUDA ALVIM, ROGÉRIO MÁRCIO BERALDI BIGUETTI e EDSON MARCAO JUNIOR-.

28. SUMARIA DE COBRANCA-497/2006-CONDOMINIO RESIDENCIAL VILA REAL x ROSANGELA PADILHA-Hei por bem em facultar o prazo de dez dias à parte executada para que deposite o valor apontado na petição retro. Decorrido o prazo supra in albis, designem-se novas datas para praça, procedendo-se as intimações e diligências de estilo. Int. -Advs. MARILZA MATIOSKI, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA DE LUCA, MAGDA ESMERALDA DOS SANTOS e ROMULO VINICIUS FINATO-.

29. MONITORIA-1079/2006-HALFI COSMÉTICOS LTDA x LUCY KELLY DA SILVEIRA-Defiro o requerimento de fls. 89. Remetam-se os autos ao arquivo provisório pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias). Intime-se a parte autora para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls.91, no valor de R$ 103,96 em cinco dias. -Adv. JULIANO MENEGUZZI DE BERNERT-.

30. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-1352/2006-ROSANGELA APARECIDA FRANCO x ALYKSON BARBOSA DE SOUZA- Em que pese a parte autora alegar ser indevido o recolhimento de custas remanescentes, tendo em vista o recolhimento inicial (v. fls. 21), a parte encontra-se equivocada. O depósito realizado, certificado às fls. 21, corresponde a "100% das custas processuais" à época do ajuizamento da ação, sendo este, inclusive, corrigido e deduzido do total devido. Assim, intime-se a parte autora para que recolha as custas remanescentes. Sem prejuízo, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar planilha atualizada do débito, para que seja analisado o pedido "03", às fls. 190. Intimem-se. -Adv. NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR-.

31. ORDINARIA DE INDENIZACAO-155/2007-FRANCISCO ABILIO MATEUS e outros x GILBERTO IOSHIAQUI HAMAMOTO e outros-Mantenho a decisão de fls. 2144, por seus próprios fundamentos. Não havendo o que reconsiderar, cumpra-se. Int. -Advs. LUIZ CARLOS DA ROCHA, ADRIANA DE FRANCA, SILVIO NAGAMINE, ANDRESSA JARLETTI G DE OLIVEIRA, DULCE MARIA GAWLOSKI, PAULO VIRGILIO DE C CANTERGIANI, RAFAEL DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS, RODRIGO DA ROCHA LEITE, MARIANE MELILLO FONTAN, HILDEGARD TAGGESELL GIOSTRI, JOSEMAR PERUSSOLO, PATRICIA NYMBERG, ROGERIA DOTTI DORIA, PATRICK G. MERCER, MARCELO MARQUARDT, RENE ARIEL DOTTI e JORGE R. RIBAS TIMI-.

32. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-373/2007-BANCO DO BRASIL S.A x MARIA DE FATIMA VELOSO BRAGA FI e outros- Intime-se a parte ( exequente ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls. 210, no valor de R$ 214,80, sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. REINALDO MIRICO ARONIS, GIORGIA PAULA MESQUITA, PAULO ROBERTO FADEL, WASHINGTON SCHWARTZ MACHADO DE OLIVEIRA, CHARLES PARCHEN, REGINA DE SOUZA PREUSSLER, LUIZ GUILHERME CARVALHO GUIMARAES, PEDRO HENRIQUE DE FINIS SOBANIA, WELLINGTON FARINHUKA DA SILVA, GUILHERME TOLENTINO RIBEIRO DA SILVA, LUIZ ASSI e JULIANE TOLEDO S. ROSSA-.

33. EMBARGOS-375/2007-ARMANDO MOREIRA DOS SANTOS e outro x WILLIAN ALVES BRINI- 1. Ciente do /gravo de Instrumento v-As.244- 251 . 2.Quando requisitado, informem que mantenho a decisão agravada por seus próprios Fundamentos, bem como que foi cumprido o contido no artigo 526 do Código de Processo Civil. 3. Intime-se a parte exequente para se maniEcstar sobre o pleito de 0.242. 4.lotimem-se. -Advs. GERALDO MOCELLIN, GELSON BARBIERI, IRIA EMILIA EVANGELISTA B. BARBIERI, SOLAINE MARIA BARBIERI e RITA PASINATO-.

34. ORDINARIA DE COBRANCA-886/2007-ADELINA ANA SPONHOLZ x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO e outros- Intime-se a parte autora para proceder ao pagamento das custas remanescentes (v. fls. 145). Intime-se a parte ré para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 150-151. Sem manifestação, pagas as custas, procedam-se às devidas baixas e arquivem-se. Intimem-se. -Advs. LUIZ CARLOS SÁLVARO, PAULO ROBERTO MARQUES HAPNER, BRUNO LUIS MARQUES HAPNER, OTO LUIZ SPONHOLZ JUNIOR, TOBIAS DE MACEDO, KELLY CRISTINA WORM COTLINSKI CANZAN, DIOGO FADEL BRAZ, NELTO LUIZ RENZETTI, ADRIAN MORENO, MARCUS VINICIUS SASS TOLOTO, ANDRE RICARDO LOPES DA SILVA, FABIANO SILVEIRA ABBAGE, MARCIO GARCIA DE OLIVEIRA, MOZARA COAS THOME, MARIANA ESPER NICOLETTI e FREDERICO AUGUSTO M. DA ROCHA LACERDA-.

35. USUCAPIAO-1266/2007-EUGENIA APARECIDA VALLADA DE BRUNS-Ante o pugnado à fl.472, devidamente substituídos por cópias, defiro o desentranhamento dos documentos indicados. Nada mais sendo pugnado, pagas eventuais custas, arquivem-se. Intimem-se. Intime-se a parte interessada para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls. 474, no valor de R$ 14,10 em cinco dias. -Advs. NELSON RAMOS KUSTER, ELISETE MARY SALLES STEFANI, SIBELLE HOCHSTEINER DO AMARAL, MICHELLI D ESTEFANI, FERNANDA FORTUNATO MAFRA, HEROLDES BAHR NETO, MELISSA DE ALBUQUERQUE S VIDAL e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

36. ORD DE RESCISAO DE CONTRATO-1375/2007-AZ IMOVEIS LTDA. x RAFAEL PENHALVER NETO e outro-Considerando a envergadura dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo perito, bem assim que a parte impugnante não trouxe à baila elementos suficientes para infirmar os critérios levados em consideração pelo perito para estimativa de honorários, outra sorte não resta senão acolher o valor proposto pelo expert na forma e condições apresentados. Intime-se a parte autora para depósito dos honorários no prazo de cinco dias. Após, intime-se o perito para que dê início aos trabalhos. Int. -Advs. MARCOS DOS SANTOS MARINHO, HERICK PAVIN, SILVIO ANDRE BRAMBILA RODRIGUES, MAURO CURY FILHO, DANIELE NEVES POPIKA e MAURO SERGIO GUEDES NASTARI-.

37. SUM.DECL.INEX.DEB.C/C INDENIZ-1504/2007-RAONI ALVES DOS SANTOS x BANCO IBI S/A - BANCO MULTIPLO- Tendo em vista a ausência de impugnação ao cálculo da Contadoria judicial (fls.246-247), conclui-se pela sua correção, existindo crédito em favor da parte exequente no valor de R$1.783,39. Em que pese aludido valor não se aproximar do entendido como correto pela parte executada em sua impugnação 226-233 ou pela parte exequente à fl.236, de fato verifica-se a ocorrência de excesso de execução, posto o informado pela Contadoria ser menor que o cobrado pela parte exequente inicialmente. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a impugnação ao cumprimento de sentença, reconhecendo um crédito em favor da parte exequente no valor de R$1.783,39. Decorrido o prazo para interposição de recursos, expeça-se alvará em relação a aludido valor em favor da parte exequente. Quanto ao saldo remanescente disponível, devidamente recolhidas eventuais custas remanescentes, expeça-se alvará em favor da parte executada. Nada sendo pugnado, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Intime-se a parte interessada para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls.258, no valor de R$ 519,82 em cinco dias. -Advs. ALOYR MARIO SABBAG NETO, CLAUDIA BUENO GOMES, CELSO DAVID ANTUNES, ELLEN PRISCILA REIS, TATIANA KALKO TURQUETI C BARRETO, ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO, LILIAN BATISTA DE LIMA, PATRICIA FERNANDES BEGA, FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR e MARISETE ZAMBIAZI-.

38. ORD.DE REVISAO DE CONTRATO-0002378-61.2007.8.16.0001-NELSON FURLANETTO JUNIOR x BANCO DO BRASIL S.A- Confiro à impugnação ao cumprimento de sentença efeito suspensivo. Sobre a impugnação ao pedido de cumprimento, diga a parte autora no prazo de dez dias. Após, tornem os autos conclusos. Int. -Advs. CRISTIANE DO ROCIO CAVALIERI e CLAUDIOMIRO PRIOR-.

39. BUSCA E APREENSAO C/DEPOSITO-342/2008-BANCO FINASA S/A x JOSÉ AIRES DOS SANTOS- Intime-se a parte ( autora ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls.106, no valor de R$ 197,56 , sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, MICHELLY CRISTINA ALVES NOGUEIRA TALLEVI, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA, CARLOS ALBERTO ARAUJO ROVEL, CARINE DE MEDEIROS MARTINS e EMERSON L. SANTANA-.

40. EMBARGOS A EXECUCAO-391/2008-CONSTRUTORA NAVE LTDA x LEIF PETER KARLSTEN- Intime-se a parte (embargante) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls.84, no valor de R$ 31,02, sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. GERSON MASSIGNAN MANSANI e ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA-.

41. CAUTELAR INOMINADA-393/2008-GEOVANI RIBEIRO DA SILVA e outro x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A- 1. Intime-se a parce requerente para, no prazo de 10 dez dias, efetuar o pagamento das custas remanescentes . v. fls. 185 . 2. Após, devidamente pagas as custas, procedam- se às devidas baixas e arquivem-se v. Es. I79 . 3.Intimem-se. -Advs. LISANDRA CARLA DALLA VECHIA MARTINS e HERICK PAVIN-.

42. ORDINARIA-654/2008-CONDOMINIO EDIFICIO MARIA EUGÊNIA - BLOCO A x REALCE PINTURAS E SERVIÇOS- Intime-se a parte interessada, para que comprove nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, através da via original, o pagamento da guia DARF referente a expedição de ofício à Receita Federal. Int.-Advs. EVANDRO LIMONGI M. DE ABREU e MIGUEL ADOLFO KALABAIDE-.

43. CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO-770/2008-LUIZ ERNANDES KOSICKI e outro x OLÍMPIA MARIA DORNELLES COUTO- Certifico que a parte autora efetuou erroneamente o pagamento das custas do contador judicial, na conta desta Serventia, conforme se vê da guia de fis. 577. Certifico mais que, em cumprimento à PORTARIA n.° 01/2003, encaminho estes autos à publicação, para intimar a parte autora do contido na certidão supra, a fim de que proceda corretamente o pagamento do valor devido ao Contador Judicial, no valor de R $ 31,48. -Advs. MIRIAN MONTENEGRO ANGELIN RAMOS, PAULO ANGELIN RAMOS e ANGELICA DUARTE MARTINSKI-.

44. CAUT.EXIBICAO DE DOCS.C/C LIMINAR-0002435-45.2008.8.16.0001-JOSE AUGUSTO IWERSEN x SONIA REGINA BARANSKI IWERSEN e outro-Diante da quitação outorgada à fl.450, com fundamento no artigo 794, I, do CPC, declaro EXTINTA a presente execução. Expeça-se alvará conforme pugnado. Devidamente pagas eventuais custas processuais remanescentes, procedam-se às devidas baixas e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. GUILHERME AUGUSTO BITTENCOURT CORREA, MARCEL EDUARDO CUNICO BACH, RONALDO DE PAULA MION, EUCLIDES DE LIMA JUNIOR e NELSON JOAO KLAS JUNIOR-.

45. SUM.INDENIZACAO ATO ILICITO-827/2008-CRISTINA APARECIDA ESCHIONATO PACHECO e outro x MARCELO LEAL DE FREITAS e outro-Vistos e examinados estes autos. Homologo, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formalizado pelas partes em audiência, nestes autos de AÇÃO SUMÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO, sob n.º 827/2008, proposta por CRISTINA APARECIDA ESCHIONATO PACHECO E OUTRO contra SUL AMÉRICA SEGUROS, e em consequência extingo o feito com resolução do mérito na forma do art. 269, III do Código de Processo Civil. Defiro a dispensa do prazo recursal caso requerido. Procedam-se às baixas necessárias, expedindo-se ofício ao Distribuidor. Custas de lei. Int. -Advs. RAQUEL DE ANDRADE KRAUSE, GERALDO QUEIROZ JUNIOR, ANA PAULA BAGGIO SALVALAGGIO BIALLY, LUCIANA SBRISSIA E SILVA, LEILA CRISTIANNE SAO MIGUEL, CLAUDIO MANOEL SILVA BEGA, FERNANDO MELO

CARNEIRO, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, MONICA FERREIRA MELLO BIORA, FRANCIS ALMEIDA VESSONI, MIRIAM PERSIA DE SOUZA, GLAUCO IWERSEN, KAREM LUCIA CORREA DA SILVA RATTMANN, TRAJANO BASTOS DE O. NETO FRIEDRICH, MARCIO ALEXANDRE CAVENAGUE, ERNANI ORI HARLOS JUNIOR, RODRIGO SILVESTRI MARCONDES, JUSSARA LEFFE MARTINS, LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES, DEBORAH FRANCIELLE M CLEVE MACHADO, GUSTAVO DE CAMARGO HERMANN, ROSELI MARIA PALTANIN, REGINA DUSCZAK, ERIKA DOS SANTOS FARIAS OSTERNAK e LUCIANO RASSOLIN-.

46. SUM. REPARACAO DANO MATERIAL-894/2008-FERNANDO AUGUSTO BARREIRA x FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e outros- Intime-se o autor para, no prazo de 5 dias, depositar o valor relativo aos honorários periciais. Intimem-se as partes que a vistoria será realizada no dia 05/10/11 às 14hrs. Cientifique o Sr. Perito que a localização do veículo (v.fl.374). Intimem-se. -Advs. PATRICIA BORGES GUERIOS, MARCIA CRISTINA GUNHA, OSNI DE JESUS TABORDA RIBAS, ELLIS ERNANI CECHELERO, CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER, TARCISIO ARAUJO KROETZ, FABIOLA P.CORDEIRO FLEISCHFRESSER, ANA PAULA DE MATTOS PESSOA RIBEIRO, RAFAEL JAZAR ALBERGE, ANDRE DA COSTA RIBEIRO e CIRO BRUNING-.

47. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-994/2008-HILDA DELFINA STAWICKI GLUS e outros x BANCO ITAU S.A e outros- Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 dias, requerer o que entender de direito. Nada sendo requerido, pagas eventuais custas, arquivem-se. Intimem-se. Intime-se a parte interessada para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls.321, no valor de R$ 59,94 em cinco dias. -Advs. EMANUEL MASCARENHAS PADILHA, LUIZ FERNANDO DIETRICH, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS e HERICK PAVIN-.

48. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-1002/2008-CIA ITAULEASING DE ARRENDAM. MERCANTIL-GRUPO ITAU x JUCINEA DE FATIMA SILVA-Ante o silêncio da parte exequente, nada sendo pugnado no prazo de 05 (cinco) dias, arquivem-se. Intimem-se. Intime-se a parte interessada para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls. 116, no valor de R $ 111,28 em cinco dias. -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, EDUARDO JOSE FUMIS FARIA e ANDREA HERTEL MALUCELLI-.

49. SUMARIA DECLARATORIA-1092/2008-ROGÉRIO GALLI BERARDI x UNIMED CURITIBA-SOCIEDADE COOP. DE MEDICOS- Tendo em vista o contido no item 2.6.8 do Código de Normas: "O escrivão, ao fazer o depósito em conta bancária, poderá deduzir o montante das custas já contadas, certificando a circunstância nos autos, bem como o valor deduzido", foi autorizado pelo Juízo a retenção das custas pela Serventia. Portanto, nada há de equivocado na conduta da Escrivã. Assim, determino a intimação da parte executada para proceder à complementação do valor (R$14,10 v. fls. 390), no prazo de 05 (cinco) dias. Após, pagas as custas remanescentes pela parte executada, expeça-se alvará conforme requerido (v. fls. 392) Intimem-se. -Advs. MICHELLE COELHO CHERCHIGLIA BERARDI, RAFAEL BAGGIO BERBICZ, ULISSES CABRAL BISPO FERREIRA e LIZETE RODRIGUES FEITOSA-.

50. MONITORIA-1131/2008-SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE CURITIBA (SEB) x WILSON RONALDO RONY DE OLIVEIRA SANTOS-Tendo em vista o retorno do ofício de fls. 207, com resultado positivo, manifeste-se a parte, em 5 (cinco) dias requerendo o que entende de direito. Int. -Advs. ETIANE CALDAS GOMES KUSTER, ERALDO LUIZ KUSTER, CONCEICAO ANGELICA RAMALHO CONTE, LARISSA ALCANTARA PEREIRA, EDUARDO FULGENCIO DA CRUZ, ALESSANDRA PEREZ DE SIQUEIRA, JULIANO CALDAS POZZO, IRINEU GALESKI JUNIOR e JEFFERSON RENATO ROSOLEM ZANETI-.

51. EMBARGOS DE TERCEIRO-1181/2008-MARCIO LUCIANO GODINHO x BANCO ITAU S.A- Ciente (v.fl.145). Pagas eventuais custas, arquivem-se com as devidas baixas. Intimem-se. Intime-se a parte interessada para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls.150, no valor de R$ 91,54 em cinco dias. -Advs. NEUDI FERNANDES, SAYRO MARK MARTINS CAETANO, THAÍS BRAGA BERTASSONI, JEISEMARA CHRISTINA CORREA, FERNANDA DIACOV, JOSIANE PAULA CORREA, DIEGO RUBENS GOTTARDI, KARINE CRISTINA DA COSTA, DANIELE DE BONA e VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA-.

52. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0005706-62.2008.8.16.0001-LEONOR RIBEIRO DA SILVA x VANDERLEI CANDIDO DA SILVA e outro- Diante da petição de fls. 121-122, com fundamento no artigo 794, I, do Código de Processo Civil, declaro extinta a presente execução. Devidamente pagas as custas processuais remanescentes (v. fls. 122 item 3), procedam-se às devidas baixas e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Intime-se a parte requerida para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls.124, no valor de R$ 204,44 em cinco dias. -Advs. ARLETE TEREZINHA ANDRADE KUMAKURA, ADAUTO DALPIZZOL, CRISTIANO ROQUE SPAGNOL, ILSOMAR ANTONIO LUNARDI e YARA ALEXANDRA DIAS-.

53. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-1705/2008-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x PENHA & ARROYO LTDA. e outros- Manifestem-se as partes, no prazo de 10 dias. Int. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI, MAURICIO KAVINSKI, CESAR AUGUSTO TERRA e MUIRAQUITAN SÁ CHAVES-.

54. MONITORIA-27/2009-HUBNER SIDERURGIA - UNIDADE MINAS GERAIS LTDA x ALURUG FERRAMENTAS E COMPONENTES LTDA.- Intime-se a parte exequente, no prazo de 10 dez dias para que requeira o que entender de direito. Nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo. Int. -Advs. EVALDO DE PAULA SILVA JUNIOR, JOAO CASILLO, SIMONE ZONARI LETCHACOSKI, EDUARDO CASILLO JARDIM, SIMONE PACHECO DE OLIVEIRA, PATRICIA CASILLO, HENRIQUE KURSCHEIDT, SANDRO LUDNEY NOGUEIRA, ANGELA ESTORILIO SILVA FRANCO, SILVANA ELEUTERIO RIBEIRO, ANDRE MELLO SOUZA, JEFFERSON COMELI, KARINA DE OLIVEIRA FABRIS DOS SANTOS e HERRMANN EMMEL SCHWARTZ-.

55. INDENIZACAO PERDAS E DANOS-244/2009-DIBENS LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL x GILBERTO DE FREITAS BARBOSA- Intime-se a parte autora para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls.115, no valor de R$ 817,80 e custas para o réu no valor de R$ 16,92 em cinco dias. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

56. ORD.DE REVISAO DE CONTRATO-341/2009-CRISTIANO ESTEVAN x BANCO DO BRASIL S/A- Intime-se a parte (autor ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls.148, no valor de R $ 66,28, sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA, DANIELLE TEDESKO, ROMARA COSTA BORGES DA SILVA e LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO-.

57. CAUTELAR INOMINADA C/C LIM.-374/2009-COMERCIO DE LOUÇAS TOBIAS LTDA. x SULTRONIC ALARMES MONITORADOS LTDA. e outro- Intime-se a parte ( interessada ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls. 135 ,no valor de R$ 30,08 sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. ADYR TACLA FILHO, ANGELA BITTENCOURT CORDEIRO e CLEITON SILVIO BASSO-.

58. ORDINARIA DE COBRANCA-1020/2009-DORIS JULIANE NICKEL e outro x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL e outro- Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 274-275. Intimem-se.Intime-se a parte ( autora ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls. 272,no valor de R$ 127,02 , sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias. -Advs. LUIZ ROBERTO ROMANO, JULIANA DE OLIVEIRA MELO ROMANO, LEONARDO GUILHERME DOS SANTOS LIMA, LIANE SLOBODIAN MOTTA VIEIRA, LUCIELENE CORREA LIMA ROMANO e KELLY CRISTINA WORM COTLINSKI CANZAN-.

59. REIVINDICATORIA-1089/2009-MOHAMED EL GHANDOUR x ESTEVAO PEREIRA- Digam as partes no prazo comum de dez dias. Int. -Advs. JULIO CEZAR KAY, SARA S. MACHADO DA LUZ, MILTON TEODORO DA SILVA e FERNANDA NELSEN TEODORO DECESARO-.

60. REVISAO DE CONTRATO-0000930-82.2009.8.16.0001-EDIVAN PEREIRA x BV FINANCEIRA S/A- Pagas as eventuais custas, procedam-se às devidas baixas e arquivem-se. Intimem-se. -Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, VILSON RIBEIRO DE ANDRADE, RODRIGO RONALDO MARTINS REBELO DA SILVA e FLAVIO PENTEADO GEROMINI-.

61. CAUTELAR INOMINADA-1382/2009-RICARDO RADOMSKI x BANCO CNH CAPITAL S.A- Deferido o pedido às fls. 131, assim expeça-se ofício conforme requerido. Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, bem como, as custas relativas ao cumprimento de sentença. Após, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar planilha atualizada do débito. Apresentada a planilha, intime-se a parte requerida para pagar os valores apresentados. Em caso de não pagamento do débito por parte do requerido, intime-se a parte requerente para requerer o que entender de direito. Intimem-se. Intime-se a parte autora para no prazo de 05 dias, proceder o pagamento das custas referente aos oficios expedidos ás fls. 179, no valor de R$ 9,40. mais R$ 3,00 referente a postagem. sendo ( 01 ) oficios. Int. -Advs. CLAUDIO CAMARGO DE ARRUDA, MARCELO MUCCI LOUREIRO DE MELO, MARCELO AUGUSTO ALMEIDA GOMES, CASSIO ALCANTARA CARDOSO e CRISTIANO BUGANZA-.

62. EXECUCAO DE SENTENCA-1532/2009-WEIMAR CABRAL SALGUEIRO x ELIO CORDEIRO DE LIMA e outros- Em resposta à solicitação de fls.347-348, declaro haver prestado, nesta data, as informações quanto ao cumprimento do determinado pelo artigo 526 do CPC, via sistema MENSAGEIRO, doc. anexo. Tendo em vista a ausência de concessão de efeito suspensivo, cumpra-se conforme determinado no comando de fl.344. Intimem-se. -Advs. DAIANA ALLESSI NICOLLETI ALVES, ASSAKO YOSHIOKA KIMURA, KAREN YUMI KIMURA, JACKSON HAAS GOMES, ALFEU CICARELLI DE MELO e RAFAEL BAGGIO BERBICZ-.

63. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-1533/2009-CAIXA SEGURADORA S/A x EXPRESSAO GRAFICA LTDA. e outros-Esclareçam as partes se noticiaram a realização do acordo nos autos de embargos à execução, uma vez se encontra em Superior Instância. Contados e preparados, voltem conclusos para deliberações quanto ao acordo formalizado. Int. Intime-se a parte executada para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls. 138, no valor de R$ 105,54 em cinco dias. -Advs. JEAN CARLOS CAMOZATO, RAFAEL MOSELE, BENJAMIN LINS DE BARROS LEMOS e TIFFANY CASSAB C. DE BARROS LEMOS-.

64. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-1580/2009-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x JOSE MAURICIO DIAS- Anote-se conforme requerido (v.fls.112-113). Renove a intimação do exequente para, no prazo de 10 dias, requer o que entender de direito. Decorrido o prazo e nada sendo requerido, pagas eventuais custas, arquivem-se. Intimem-se.Intime-se a parte interessada para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls.123, no valor de R$ 47,94 em cinco dias. -Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI, LUIS FERNANDO BRUSAMOLIM, FELIPPE ABU-JAMRA CORRÊA e JOAO OTAVIO SIMOES NETO-.

65. INDENIZACAO POR DANO MORAL-0000534-08.2009.8.16.0001-ANTONIO FUSINATO x BRASIL TELECOM S/A- Tendo em vista o acordo informado às fls.265-267, homologo-o, e por conseqüência JULGO EXTINTO o processo COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com base no artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de dispensa recursal e a expedição de alvará em relação ao valor de fls.273-274, conforme acordado. Devidamente pagas as custas processuais

remanescentes, procedam-se às devidas baixas e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Intime-se a parte requerida para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls.276, no valor de R$ 888,78 em cinco dias. Intime-se a parte autora para proceder a retirada do alvará junto ao Banco do Brasil, neste edificio. procedendo o pagamento referente a expedição no valor de R$ 9,40 -Advs. ALBADILO SILVA CARVALHO, ANA KARINA S. L. FRANCISCO, SANDRA REGINA RODRIGUES e ELIANDRO BROSTOLIN-.

66. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0009374-70.2010.8.16.0001-BV FINANCEIRA S.A - CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x MARIA APARECIDA QUINALIA GUEDES- Intime-se a parte autora para proceder, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento das custas remanescentes (v. fls. 178). Recebidas as custas, voltem conclusos para decisão em conjunto com os autos em apenso. Intimem-se. Custas no valor de R$ 32,90 -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, VILSON RIBEIRO DE ANDRADE, LUCIANO ANGHINONI, BERNARDO MATTEI DE CABANE OLIVEIRA, FABIOLA PAVONI J. PEDRO, PAULO SERGIO WINCKLER e ALANA BELZ MARTZ-.

67. SUMARIA DECLARATORIA-0009860-55.2010.8.16.0001-AROTUBI INDUSTRIA DE COMPONENTES LTDA. x BRASIL TELECOM S/A- Aguarde-se o decurso do prazo (v. fls. 214) para a parte exequente se manifestar. Após, cumpra-se item "3" do anterior pronunciamento de fls. 210. Intimem-se. ( Item 3 de fls. Decorrido o oprazo sem manifestação, retornem para análise dos pedidos de fls. 196-209. Int. ) -Advs. MARCELLO MARQUES MAGALHAES, MARCELO ROBERTO PELLEGRINI, SILVIA HELENA CARVALHO e LUIS FERNANDO DE CAMARGO HASEGAWA-.

68. REVISAO CONTRATO COM LIMINAR-0011873-27.2010.8.16.0001-MARIA LENICE DE OLIVEIRA x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-Anote-se conforme pugnado na petição retro. Intime-se a parte agravante para que informe se o recurso já foi julgado. Prazo de até dez dias. Após, tornem os autos conclusos. Int. -Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN, FERNANDO VALENTE COSTACURTA, ANDREA TATTINI ROSA e PEDRO ROBERTO ROMAO-.

69. RESCISAO CONTRATUAL-0013285-90.2010.8.16.0001-MILTON JAIME BERTOLUZZI DANIEL e outro x ANDRE GERAISSATTI- Certifico que a parte autora efetuou erroneamente o pagamento das custas referentes à expedição e postagem do oficio (R$ 12,40), conforme se vê da guia de fis. 160, tendo posto no campo "receitas" como Taxa Judiciária, quando o correto seria conta de custas. Certiffbo mais que", em cumprimento à PORTARIA n.° 01/2003, encaminho estes autos à publicação, para intimar a parte autora do contido na certidão supra, a fim de que proceda corretamente o pagamento do valor mencionado referente à expedição e postagem do ofício. -Advs. MARCIA ZANIN, ROMERO SANTOS LIMA JR, DAVID ILAN HERTZ, ELIANE DA COSTA MACHADO ZENAMON, CRISTIANE FERNANDES - CURADORA ESPECIAL e ANTONIO AUGUSTO CASTANHEIRA NEIA-.

70. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0014177-96.2010.8.16.0001-ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA (APC) x SULINA SEGURADORA S/A- Vistos..... 3. Dispositivo Nessas condições, tendo em vista os valores alcançados atenderem aos critérios determinados pela decisão condenatória transitada em julgado, HOMOLOGO o cálculo de fls. 239/241 para todos os efeitos legais e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a impugnação ao cumprimento de sentença para fixar o quantum debeatur relativo à condenação no importe de R$ 229.700,06 (duzentos e vinte e nove mil, setecentos reais e seis centavos), que deverão ser corrigidos e acrescidos de juros da mora a partir de 06.06.2011 pelos mesmos índices e taxas aplicadas. Ante a sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento pro rata das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono da parte contrária, que fixo em 15% sobre o valor efetivo do cumprimento de sentença, tendo em conta o contido no § 3º, do artigo 20, do Código de Processo Civil. Encaminhem-se os autos ao contador judicial para aferição dos valores referentes a esta decisão, para após autorizar a impugnante a levantar o valor penhorado em excesso. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. ERALDO LUIZ KUSTER, JEFFERSON RENATO ROSOLEM ZANETI, BENEDITO DE ANDRADE RIBEIRO, JULIANO CALDAS POZZO, EDUARDO ALBERTO MARQUES VIRMOND, MARCELO LOPES, FABRICIO ROCHA, GUILHERME MOREIRA RODRIGUES, FLAVIO RIBEIRO BETTEGA, ELYSE MICHAELA BACILA BATISTA e GUILHERME CALVO CAVALCANTE-.

71. SUM.DECL.INEX.DEBITO C/C IND.-0025100-84.2010.8.16.0001-ROSSANA MACIEL DO NASCIMENTO x AYMORE FINANCIAMENTOS-Recebo a apelação de fls. 160/174 nos efeitos suspensivo e devolutivo, exceto quanto a antecipação de tutela, que recebo somente no efeito devolutivo. Ao apelado para, querendo, contra-arrazoar no prazo de quinze dias. Após, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça com as cautelas de estilo. Int. Desp. de fls. 182-Mantenho a decisão de fls. 175, vez que se encontra respaldada nos termos do artigo 520, inciso VII do CPC. Ademais, aguarde-se a publicação e o decurso do prazo para a apresentação de contrarrazões. Após remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. Int. -Advs. LUIZ ALBERTO GONCALVES, THIAGO DUCCI TONINELO, SIMONE BUENO DE SOUZA, BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANCA, CHARLINE LARA AIRES e FELIPE TURNES FERRARINI-.

72. SUMARIA DE REPETICAO INDEBITO-0034980-03.2010.8.16.0001-MARILENE DO ROCIO CRUZ x BANCO PANAMERICANO S/A-Tendo em vista o acordo informado às fls.200-203, homologo-o, e por conseqüência JULGO EXTINTO o processo COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com base no artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de dispensa recursal. Cientifique-se o expert. Devidamente pagas as custas processuais remanescentes, procedam-se às devidas baixas e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Intime-se as partes interessadas para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls. 230, no valor de R$ 494,46 em cinco dias. -Advs. DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO, MARIA FELICIA CHEDLOVSKI, MARCIO ANDREI GOMES DA SILVA e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

73. EMBARGOS A EXECUCAO-0039549-47.2010.8.16.0001-CONCRETAR CONSTRUÇAO E INCORPORAÇAO LTDA. e outro x BANCO BRADESCO S/A-Intime-se a parte ( autora ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls.167, no valor de R$ 8,46, sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. ALBERTO CUNHA MACEDO e JOAO LEONEL ANTOCHESKI-.

74. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0040525-54.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x ALEX MORAES-Devidamente pagas eventuais custas processuais remanescentes, defiro o requerimento de suspensão, devendo o feito aguardar no arquivo a manifestação da parte interessada. Intimem-se. Intime-se a parte autor para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls. 92, no valor de R$ 36,66 em cinco dias. -Advs. DENIO LEITE NOVAES JUNIOR e LUCAS AMARAL DASSAN-.

75. ORDINARIA DE INDENIZACAO-0046976-95.2010.8.16.0001-JOSE GUEDES DA SILVA FILHO x S.P.R. AUTOMOVEIS LTDA e outro- Tendo em vista a petição de fls. 195-197, pagas as eventuais custas, procedam-se às devidas baixas e arquivem-se. Intimem-se. Intime-se a parte autora para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls. 199, no valor de R$ 63,00 em cinco dias. -Advs. TANIA MARA GARCIA COSTA, JACKSON SONDAHL DE CAMPOS, FABIO FERNANDES LEONARDO, SONIA MARIA SCHROEDER VIEIRA, CRISTINA ALLAGE SELEME CASADO, ADELMO DA SILVA EMERENCIANO e ROBSON IVAN STIVAL-.

76. EXEC.CONTRA DEVEDOR SOLVENTE-0047730-37.2010.8.16.0001-BANCO BRADESCO S/A x UROLITO ASSESSORIA MEDICA LTDA. e outro-Defiro requerimento de fls. 57. Suspendam-se os autos por 30 (trinta) dias. Após, voltem conclusos para deliberação. Int. -Advs. DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM-.

77. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0049898-12.2010.8.16.0001-WANDER LUIZ MAINARDES x ASSOCIACAO COMERCIAL DO PARANA- Diante da decisão contida às fls. 120-124, recebo a apelação de fls. 66-84, com os efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520 do CPC), bem como recebo o recurso adesivo de fls.90-91. Remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as cautelas de estilo. Intimem-se. -Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS, RAFAEL DE LIMA FELCAR, CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA, PRYSCILLA ANTUNES DA MOTA PAES e MARCELO DE SOUZA TEIXEIRA-.

78. MONITORIA-0052187-15.2010.8.16.0001-ESTRADA DE FERRO PARANA OESTE S.A - FERROESTE x VOTORANTIM- Conheço dos embargos, porque tempestivos, porém nego-lhes provimento, tendo em vista que a despeito do alegado pelo embargante na petição supra mencionada, entendo que tal recurso não é apropriado para se insurgir contra tal decisão, mormente porque a irresignação da embargante não condiz com a aferição de eventual contradição, omissão ou obscuridade, tratando-se de mero inconformismo, sendo assim, insuscetível de ser sanado pela via dos embargos declaratórios. Int. -Advs. LINCOLN TADEU CERKUNVIS, FLAVIA GEORGIA QUAESNER TOLEDO RAMOS, SUZANA BELLEGARD DANIELEWICZ, CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER, TARCISIO ARAUJO KROETZ e FABIOLA P.CORDEIRO FLEISCHFRESSER-.

79. REINTEGRACAO DE POSSE-0056333-02.2010.8.16.0001-PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x FABIO PEREIRA DA SILVA-Defiro o requerimento de fls. 68. Após, pagas eventuais custas, arquivem-se. Int. Intime-se a parte autor para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls. 70, no valor de R$ 14,10 em cinco dias. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

80. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0056844-97.2010.8.16.0001-BANCO ITAUCARD S.A. x THOMAZ TAYLOR DO NASCIMENTO-Intimem-se as partes para que digam sobre a necessidade de produção de provas, justificando para cada meio probatório o ponto controvertido que se pretende elucidar. A curadora, intime-se pessoalmente. Int. -Advs. ROSIANE APARECIDA MARTINEZ, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA, FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, MILKEN JACQUELINE CENERINI, ALESSANDRA NOEMI SPOLADORE, PATRICIA PONTAROLI JANSEN, CARINE DE MEDEIROS MARTINS, CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN, FLAVIO SANTANA VALGAS, MARCELO LOCATELLI, PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR, CARLOS ALBERTO ARAUJO ROVEL e CRISTIANE FERNANDES - CURADORA ESPECIAL-.

81. SUM MANUTENCAO DE CONTRATO C/ TUT-0057320-38.2010.8.16.0001-GISELE APARECIDA ROCHA RAUEN x UNIMED- SOCIEDADE COOPERATIVA DE MEDICOS E HOSPITALARES LTDA- Diante do informado às fls.249-250, contados e preparados, registrem-se para sentença e voltem conclusos. Intimem-se. -Advs. HEITOR FABRETI AMANTE, JULIANA LYCZACOWSKI MALVEZZI, CANDICE KARINA SOUTO MAIOR DA SILVA, LIZETE RODRIGUES FEITOSA e ULISSES CABRAL BISPO FERREIRA-.

82. DECL.INEX.DEB.C/C INDENIZ.-0057507-46.2010.8.16.0001-JANOT RODRIGO VICENTINE e outro x BANCO ITAU S/A-Recebo a apelação de fls.233/249, em seu duplo efeito (art. 520 do CPC). Intime-se a parte apelada para responder (art. 518 do CPC), no prazo de 15 (quinze) dias (art. 508 do CPC). Após, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as cautelas de estilo. Int. -Advs. ORLANDO SEGUNDO COLAÇO VAZ, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS e LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.

83. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0059187-66.2010.8.16.0001-JOAO CARLOS SOARES x BANCO VOTORANTIM S/A-Diante da apresentação do CNPJ, defiro o requerimento de fls. 88. Segue em anexo o comprovante da solicitação de penhora on line. Aguarde-se em cartório pelo prazo de 48 horas a resposta de tal solicitação, após voltem conclusos. Int. -Adv. LUIZ SALVADOR-.

84. INTERDICAO E CURATELA-0064559-93.2010.8.16.0001-DIVA VERENCA CORREIA CARDOSO x DIOGO LUIZ CORREIA CARDOSO-Esclareça a autora quanto ao requerimento de nº 2 da petição de fls. 89, vez que não se encontra nos autos os comprovantes das parcelas de honorários periciais. Após, remetam-se os autos ao Ministério Público para que se manifeste quanto ao laudo pericial. Int. -Advs. JULIANA MARTINS PEREIRA e CLAIR DA FLORA MARTINS-.
85. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0065450-17.2010.8.16.0001-BANCO ITAU S.A. x BARRY´S IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIP. DE INF. LTDA. e outro-Defiro requerimento de fls. 52. Remetam-se os autos ao arquivo provisório. Int. -Advs. GASTAO FERNANDO PAES DE BARROS JR. e ANTONIO CELESTINO TONELOTO-.
86. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0066874-94.2010.8.16.0001-BANCO ITAU S.A. x TAQUARENSE PNEUS PARA MAQUINAS E TRATORES LTDA. e outro- Defiro a suspensão do presente feito conforme pugnado à fl.66. Pagas eventuais custas, remetam-se os presentes autos ao arquivo provisório. Intimem-se. Intime-se a parte autora para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls.68, no valor de R$ 25,38 em cinco dias. -Advs. GASTAO FERNANDO PAES DE BARROS JR. e ANTONIO CELESTINO TONELOTO-.
87. RESOLUÇAO NEGOCIO JURIDICO C/C PERDAS E DANOS-0067267-19.2010.8.16.0001-JOAO PAULO YEH x MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇOES S/A- Conheço dos embargos, porque tempestivos, porém nego-lhes provimento, tendo em vista que a despeito do alegado pelo embargante na petição supra mencionada, entendo que tal recurso não é apropriado para se insurgir contra tal decisão, mormente porque a irresignação da embargante não condiz com a aferição de eventual contradição, omissão ou obscuridade, tratando-se de mero inconformismo, sendo assim, insuscetível de ser sanado pela via dos embargos declaratórios. Ademais, importante ressaltar que a realização da perícia é imprescindível para a prolação da sentença. Mantenho a decisão. Após, cumpra-se o disposto a partir do 3° parágrafo da decisão de fís.902 Int. -Advs. ANA CECILIA PARODI, CARLYLE POPP, FABIANO CAMPOS ZETTEL e ANA CHRISTINA DE VASCONCELLOS-.
88. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0070478-63.2010.8.16.0001-CARLA ALINE MARQUES MIRANDA x KLEBER LUIZ PEREIRA-Devidamente apresentada planilha atualizada do débito, retornem para análise do requerimento de fl.66. Intimem-se. -Adv. JONAS BORGES-.
89. SUMARIA DE REVISÃO DE CONTRATO C/ REP IND-0005084-75.2011.8.16.0001-CLAUDIO LUIZ FAGNANI x BANCO FINASA S/A- Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Com fundamento no artigo 330, I, do CPC, contados e preparados, registrem-se para sentença e voltem. Intimem-se. Intime-se a parte autora para proceder o pagamento das custas remanescentes conforme memória de cálculo de fls.155, no valor de R$ 84,98 em cinco dias. -Advs. PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, NELSON PASCHOALOTTO e DENISE ROCHA PREISNER OLIVA-.
90. SUMARIA DE REVISAO C/ TUTELA-0009324-10.2011.8.16.0001-LUZIA DE SOUZA x BANCO SANTANDER S/A- Intime-se a parte ( autora ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls.114, no valor de R$ 55,48 , sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. RODRIGO MACEDO DOS SANTOS, CESAR AUGUSTO TERRA, GILBERTO STINGLIN LOTH e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.
91. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0007230-89.2011.8.16.0001-BANCO PAULISTA S/A x MARIO FERREIRA- Intime-se a parte ( autora ) novamente para proceder o pagamento das custas, remanescentes conforme memorial de cálculo de fls.37, no valor de R$ 11,28, sob pena de intimação pessoal, no prazo de 05 cinco dias.-Advs. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLAVIO SANTANA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.
92. EMBARGOS A EXECUCAO-0011205-22.2011.8.16.0001-LUZIA SILVA NEVES x RENATO PABIS-Recebo os embargos para discussão, sem lhe atribuir efeito suspensivo (art. 739-A, § 1º, do CPC). Intime-se a parte embargada para resposta, querendo, no prazo de até 15 dias. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, manifeste-se a parte embargante, através do defensor público, no prazo de 10 dias. Int. -Advs. ANTONIO CASTANHEIRA NEIA, JOSE DO CARMO BADARO, MARCIA S. BADARO, JORGE CLARO BADARO e NELSON ANTONIO GOMES JUNIOR-.
93. SUMARIA COM TUTELA ANTECIPADA-0012522-55.2011.8.16.0001-CESAR AUGUSTUS ROSSI x UNIMED CURITIBA- Indefiro a expedição de ofício ao Hospital Erasto Gaetner, conforme requerido pela parte ré às fls. 132, por ser entendimento desse juízo que cabe ao médico, e não ao plano de saúde, indicar para o seu paciente qual é o melhor procedimento, hospital, profissionais, etc., existentes para tratar do seu caso. Sendo assim, é diligência que compete à própria parte de modo a comprovar o indicado às fls. 121. Tendo em vista a alegação da parte autora às fls. 198, intime-se a parte ré para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar documento idôneo que comprove em que data efetivamente cumpriu o determinado no mandado de intimação às fls. 113. Da análise dos autos, verifica-se que a matéria discutida nos autos é exclusivamente de direito. Desta feita, entendo não haver necessidade de dilação probatória, podendo, sem haver prejuízo às partes, ser aplicado o que dispõe o artigo 330, CPC. Assim, apresentados os documentos, contados e preparados, registre-se para sentença. Intimem-se. -Advs. LUCIUS MARCUS OLIVEIRA, ARI CARLOS CANTELE, EMERSON RODRIGUES DA SILVA, JEFFERSON KAMINSKI, RUY JOSE MIRANDA RATTON, MAURO ALEXANDRE ARAUJO KRAISMANN, CANDICE KARINA SOUTO MAIOR DA SILVA, EDUARDO BATISTEL RAMOS e LIZETE RODRIGUES FEITOSA-.
94. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0012331-10.2011.8.16.0001-LUCIANE PELANDA x BANCO BANESTADO S/A rep pelo sucessor BANCO ITAU S/A-Concedo o derradeiro e improrrogável prazo de dez dias para que a autora proceda o recolhimento das taxas e custas processuais. Decorrido o prazo supra, in albis, cancele-se a inicial independentemente de nova conclusão. Por ora, nada há a deferir quanto ao pedido de fls. 28/39. Int. -Advs. HAROLDO MEIRELLES FILHO, RAFAEL DE REZENDE GIRALDI, DOUVIGLIO FURLAN NETO, DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM-.
95. REVISAO CONTRATO COM TUTELA-0012712-18.2011.8.16.0001-JOAO PIASECKI x BV FINANCEIRA S.A-Não há valores a serem levantados. Manifestem-se as partes no prazo comum de dez dias, sobre a possibilidade de transação em audiência, apresentando, desde já, proposta concreta de acordo (pena de não ser designada audiência de conciliação) ou alternativamente, digam sobre a necessidade de produção de provas, justificando para cada meio probatório o ponto controvertido que se pretende elucidar. Int. -Advs. DAYSI REGINA BRITO, LUIS FERNANDO BRUSAMOLIM, NELSON PILLA FILHO e MAURICIO KAVINSKI-.
96. CAUTELAR INOMINADA-0016971-56.2011.8.16.0001-ORLANDO CORREA DOS SANTOS x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A- Recebo o recurso adesivo de fls.199-211, intime-se a parte contrária para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, cumpra-se o determinado no item "3" do despacho de fl. 89. Intimem-se. -Advs. LUIZ SALVADOR, MIEKO ITO e ANA PAULA FALLEIROS KEPPE-.
97. MONITORIA-0029891-62.2011.8.16.0001-SERV.NAC.APREND.COML, ADM REG ESTADO PR- SENAC-PR x ALESSANDRA GONÇALVES- A parte autora para proceder o pagamento das custas cpmplementares do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 148,50-Advs. VANISE MELGAR TALAVERA e PAULO SERGIO DE SOUZA-.
98. EMBARGOS A EXECUCAO-0038058-68.2011.8.16.0001-MAQ CAPAS COM E CONFEC CAPAS PLASTICO LTDA.-ME e outros x BANCO BRADESCO S/A-Tendo em vista o não cumprimento do determinado às fls. 105, determino o cancelamento da petição de embargos à execução, com base no artigo 257 CPC. Int. -Adv. MARCOS ANTONIO DA SILVA-.
99. ALVARA JUDICIAL-0038817-32.2011.8.16.0001-MARIA HELENA NAVARRO LINS-Manifeste-se a requerente quanto ao retorno do ofício de fls. 26, desde logo requerendo o que entende de direito. Int. -Adv. LUIZ FERNANDO NAVARRO LINS-.

CURITIBA, 29 DE SETEMBRO DE 2011
SYLVIA CASTELLO BRANCO GRADOWSKI
ESCRIVA

---

**JUÍZO DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL**
**JUIZ(A) DE DIREITO ROGERIO DE ASSIS**
**ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SYLVIA CASTELLO BRANCO GRADOWSKI**
**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS**

**RELAÇÃO Nº 232/2011**

ALEXANDRE NELSON FERRAZ (OAB 30890/PR)
AMANDA VACCARI (OAB 44238/PR)
ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES (OAB 31073AP/R)
ANDRE LUIZ BAUML TESSER (OAB 29148/PR)
ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI (OAB 36223/PR)
ANDREA REGINA SCHWENDLER CABEDA (OAB 49512/PR)
ANEZIO KOWALSKI (OAB 20849/PR)
ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA (OAB 42359/PR)
ARNALDO FERREIRA MULLER (OAB 8999/PR)
BRUNO ZEGHBI MARTINS (OAB 58397/PR)
CARLA FLEISCHFRESSER (OAB 15687/PR)
CARLA MARIA KÖHLER (OAB 46047/PR)
CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK (OAB 29926/PR)
CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA (OAB 12560BS/C)
CARLOS PZEBEOWSKI (OAB 39242/PR)
CESAR AUGUSTO TERRA (OAB 17556/PR)
CEZAR ORLANDO GAGLIONE FILHO (OAB 54944/PR)
CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO (OAB 41810/PR)
CRISTIANA LACERDA DE OLIVEIRA FRABNCO (OAB 27440/PR)
CRISTIANE FERNANDES (OAB 35682/PR)
CRISTIANE FERREIRA RAMOS (OAB 53034/PR)
CRISTINA VELLO (OAB 40594/PR)
DALTON BERNERT MACHADO JUNIOR (OAB 39645/PR)
DANIEL PESSOA MADER (OAB 42997/PR)
DAYANE MICHELLE MUNIZ (OAB 49485/PR)
DECIO VANDERLEI NOGUEIRA (OAB 108314/SP)
DENISE VAZQUEZ PIRES (OAB 54836AP/R)
EDUARDO PEREIRA DE OLIVEIRA MELLO (OAB 19252/PR)
EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA (OAB 10088/PR)
EMERSON LUIZ LAURENTI (OAB 26203/PR)
EMERSON LUIZ VELLO (OAB 30322/PR)
ERLON DE FARIA PILATI (OAB 23091/PR)
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 24498/PR)
FABRICIO KAVA (OAB 32308/PR)
FERNANDA ANDREAZZA (OAB 22749/PR)
FERNANDO FERNANDES BERRISCH (OAB 45368/PR)
FERNANDO VERNALHA GUIMARÃES (OAB 20738/PR)
FRANZ HERMANN NIEUWNHOFF JUNIOR (OAB 33663/PR)
GABRIEL DA SILVA RIBAS (OAB 58007/PR)
GABRIELE PESCH GARBIN DE CARVALHO (OAB 40083/PR)

GELSON AREND (OAB 9431/PR)
GENNARO CANNAVACCIUOLO (OAB 48881/PR)
GERARD KAGHTAZIAN JUNIOR (OAB 41986/PR)
GERTRUDES LIMA DE ABREU PEREIRA XAVIER (OAB 6444/PR)
GILBERTO STINGLIN LOTH (OAB 34230/PR)
GIOVANI ZILLI (OAB 32042/PR)
GISELE GERBER (OAB 47439/PR)
GRACIANE DI MARIO EKERMANN (OAB 120047/SP)
HELIO KENNEDY G. VARGAS (OAB 39265/PR)
IDERALDO JOSE APPI (OAB 22339/PR)
IGOR ROBERTO MATTOS (OAB 52548/PR)
IONEIA ILDA VERONEZE (OAB 26856/PR)
IZABELLA CRISPILIO (OAB 36562/PR)
JAFTE CARNEIRO FAGUNDES DA SILVA (OAB 34820/PR)
JOAO LEONEL ANTOCHESKI (OAB 25730/PR)
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB 16948/PR)
JOAO MARCELO KERETCH (OAB 24504/PR)
JORGE LUIZ MOHR (OAB 14849/PR)
JOSÉ ANTONIO DE FREITAS (OAB 4695/PR)
JOSE ANTONIO FARIA DE BRITO (OAB 12510/PR)
JOSE AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA (OAB 23044/PR)
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 45445/PR)
JOSE DEVANIR FRITOLA (OAB 13901/PR)
JOSE DIAS DE SOUZA JUNIOR (OAB 37171/PR)
JOSE WILMAR ZWIERZIKOWSKI (OAB 49107/PR)
JULIANE TOLEDO S. ROSSA (OAB 29214/PR)
KELLY MENDES CORDEIRO CABRAL (OAB 57050/PR)
LEANDRO DE CASTRO (OAB 37660/PR)
LEANDRO LIÇA (OAB 47685/PR)
LETICIA NERY VILLA STANGLER AREND (OAB 27588/PR)
LIDIANA VAZ RIBOVSKI (OAB 48617/PR)
LIGIA FRANCO DE BRITO (OAB 43635/PR)
LUCIANA NOTO (OAB 25189/PR)
LUIZ CESAR RIBEIRO (OAB 24885/PR)
LUIZ EDSON FACHIN (OAB 9271/PR)
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN (OAB 21777/PR)
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA (OAB 22076/PR)
LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ (OAB 5560/PR)
LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO (OAB 22887/PR)
LUIZ OTAVIO LEMES DE TOLEDO (OAB 14863/PR)
MARCEL KESSELRING FERREIRA DA COSTA (OAB 32679/PR)
MARCELO KUSTER DE ALMEIDA (OAB 44449/PR)
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA (OAB 32504/PR)
MARCOS ALBERTO ROCHA GONÇALVES (OAB 42330/PR)
MARIA DE LOURDES CARDON REINHARDT (OAB 10035/PR)
MARIA IZABEL BRUGINSKI (OAB 43844/PR)
MAURICIO DE OLIVEIRA (OAB 23480/PR)
MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI (OAB 52885/PR)
MELINA GIRARDI FACHIN (OAB 40330/PR)
MURILO CELSO FERRI (OAB 7473/PR)
NATAN BARIL (OAB 29379/PR)
OSCAR FLEISCHFRESSER (OAB 21505/PR)
OSEAS RONCAGLIO JUNIOR (OAB 53408/PR)
PAULA ROBERTA PIRES (OAB 23901/PR)
PEDRO LOPES (OAB 15313/PR)
PEREGRINO DIAS ROSA NETO (OAB 3645/PR)
RENATO DE SOUZA BOFF CARDOSO (OAB 39243/PR)
RICARDO LUCAS CALDERON (OAB 25654/PR)
RODRIGO LAYNES MILLA (OAB 41511/PR)
SANDRA BERTIPAGLIA (OAB 27887/PR)
SANDRA REGINA DE MEDEIROS (OAB 23726/PR)
SANTINO SAGAIS (OAB 28624/PR)
SEBASTIÃO VERGO POLAN (OAB 24855/PR)
SERGIO SCHULZE (OAB 31034AP/R)
SIDNEI QUADROS (OAB 42553/PR)
SILVIO CESAR DE MEDEIROS (OAB 21642/PR)
SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARÃES (OAB 6472/PR)
TATIANA RODRIGUES (OAB 47350/PR)
TATIANA VALESCA VROBLEWSKI (OAB 27293/PR)
TATIANA VILLORDO CALDERON (OAB 39391/PR)
TERESA CELINA ARRUDA ALVIM WAMBIER (OAB 22129/PR)
THIAGO GARDAI COLLODEL (OAB 38637/PR)
ULISSES CABRAL BISPO FERREIRA (OAB 35097/PR)
VIVIANE KARINA TEIXEIRA (OAB 27649/PR)
YOSHIHIRO MIYAMURA (OAB 7086/PR)

ADV: FABRICIO KAVA (OAB 32308/PR), EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 24498/PR), TERESA CELINA ARRUDA ALVIM WAMBIER (OAB 22129/PR) - Processo 0000590-70.2011.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: ITAÚ UNIBANCO S.A - EXECUTADO: LUCIO MARCIO VIENSCOSKI - Segue em anexo comprovante da resposta à solicitação de bloqueio junto ao sistema BACENJUD, o qual indica não haver sido realizado bloqueio de valores em conta de titularidade da parte executada. Assim, manifeste-se a parte exeqüente, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. Intimem-se.

ADV: MURILO CELSO FERRI (OAB 7473/PR), CRISTIANE FERNANDES (OAB 35682/PR), EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA (OAB 10088/PR) - Processo 0007314-27.2010.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A - EXECUTADO: CLINIDRAULICO ASSESSORIA E COMERCIO LTDA e outro - Tendo em vista os ínfimos valores bloqueados, segue em anexo comprovante de solicitação de desbloqueio junto ao sistema BACENJUD. Diante disto, manifeste-se a parte exeqüente, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. Intimem-se.

ADV: IDERALDO JOSE APPI (OAB 22339/PR) - Processo 0008557-40.2009.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: IDERALDO JOSE APPI - EXECUTADO: ADRIANA PAES MIRANDA PIMENTEL - Segue em anexo comprovante da resposta à solicitação de bloqueio junto ao sistema BACENJUD, o qual indica não haver sido realizado bloqueio de valores em conta de titularidade da parte executada. Assim, manifeste-se a parte exeqüente, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. Intimem-se.

ADV: JOAO LEONEL ANTOCHESKI (OAB 25730/PR), MARIA IZABEL BRUGINSKI (OAB 43844/PR) - Processo 0008604-14.2009.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A - EXECUTADO: AMARILDO PETRICELI DA SILVA e outro - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder ao pagamento das custas referentes à expedição de ofício e postagem, no valor de R$ 12,40 (doze reais e quarenta centavos).

ADV: TATIANA VALESCA VROBLEWSKI (OAB 27293/PR), VIVIANE KARINA TEIXEIRA (OAB 27649/PR), CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO (OAB 41810/PR) - Processo 0016694-74.2010.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Contratos Bancários - REQUERENTE: DENISE SOARES DO NASCIMENTO - REQUERIDO: BV FINANCEIRA S/A C.F.I. - 1.Ciente quanto ao teor da solicitação de informações de fl.169. Preste a Serventia as informações necessárias. 2.Aguarde-se o decurso do prazo concedido no comando de fl.166 (fls.167-168). 3.Intimem-se.

ADV: FERNANDO VERNALHA GUIMARÃES (OAB 20738/PR), LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA (OAB 22076/PR) - Processo 0019168-81.2011.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: CONDOMÍNIO PORTAL DO LAGO - ALA COMERCIAL - EXECUTADO: BZI ÁUDIO E VIDEO LTDA e outro - Segue em anexo comprovante da resposta à solicitação de bloqueio junto ao sistema BACENJUD, o qual indica não haver sido realizado bloqueio de valores em conta de titularidade da parte executada. Assim, manifeste-se a parte exeqüente, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. Intimem-se.

ADV: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 45445/PR), IONEIA ILDA VERONEZE (OAB 26856/PR) - Processo 0022953-51.2011.8.16.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO SAFRA S.A. - REQUERIDO: PAULO GUILHERME DOS SANTOS - Encaminho estes autos para expedição de carta visando a intimação da parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder ao pagamento das custas processuais remanescentes de sua responsabilidade, no valor de R$ 8,46 (oito reais e quarenta e seis centavos).

ADV: JOAO LEONEL ANTOCHESKI (OAB 25730/PR), MARIA IZABEL BRUGINSKI (OAB 43844/PR) - Processo 0024979-56.2010.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A - EXECUTADO: FERNANDO FRANCISCO DE CAMPOS MELLO PATRIAL - Acerca das informações fornecidas pelo sistema BACENJUD, doc. anexo, manifeste-se a parte interessada, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se.

ADV: LIDIANA VAZ RIBOVSKI (OAB 48617/PR), MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI (OAB 52885/PR) - Processo 0028249-54.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Contratos Bancários - REQUERENTE: LADESLAU KRUK - REQUERIDO: BANCO SAFRA S.A. - 1.Em que pese o teor da manifestação de fl.89, não a acompanhou a procuração indicada, pelo que determino seja renovada a intimação determinada no comando de fl.86. 2.No mais, cumpra-se conforme determinado no mesmo. 3.Intimem-se.

ADV: GABRIEL DA SILVA RIBAS (OAB 58007/PR), DANIEL PESSOA MADER (OAB 42997/PR) - Processo 0029002-11.2011.8.16.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: ADMINISTRADORA EDUCACIONAL NOVO ATENEU S/S LTDA - REQUERIDO: ADRIANO VERISSIMO DA SILVA - Acerca das informações fornecidas pelo sistema BACENJUD, doc. anexo, manifeste-se a parte exequente, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se.

ADV: SANTINO SAGAIS (OAB 28624/PR), CARLOS PZEBEOWSKI (OAB 39242/PR) - Processo 0030357-56.2011.8.16.0001 - Impugnação de Assistência Judiciária - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: PWR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - REQUERIDO: ADELVAR GONÇALVES DOS SANTOS - Ciente do Agravo de Instrumento (fls.46-52). Quando requisitado, informem que mantenho a decisão agravada, bem como que foi cumprido o contido no artigo 526 do Código de Processo Civil. No mais, cumpra-se conforme determinado no comando de fls.27-29. Intimem-se.

ADV: TATIANA VILLORDO CALDERON (OAB 39391/PR), JORGE LUIZ MOHR (OAB 14849/PR), SEBASTIÃO VERGO POLAN (OAB 24855/PR), LUIZ EDSON FACHIN (OAB 9271/PR), RICARDO LUCAS CALDERON (OAB 25654/PR), MARIA DE LOURDES CARDON REINHARDT (OAB 10035/PR), LUIZ CESAR RIBEIRO (OAB 24885/PR), CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK (OAB 29926/PR), MARCOS ALBERTO ROCHA GONÇALVES (OAB 42330/PR), MELINA GIRARDI FACHIN (OAB 40330/PR) - Processo 0032835-37.2011.8.16.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: EROS ALEXANDRE RODRIGUES - HERDEIRO: FABIO BORGES RODRIGUES e outros - INVDO: EROS RODRIGUES - 1.Tendo em vista a impugnação apresentada pela Sra. Neoli Lpes Medeiros às fls.218-273, querendo, manifestem-se o inventariante e os demais herdeiros, no prazo de 10 (dez) dias. 2.Em seguida, retornem. 3.Intimem-se.

ADV: RENATO DE SOUZA BOFF CARDOSO (OAB 39243/PR) - Processo 0033185-25.2011.8.16.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: CRISTIANE SOUZA PINTO - REQUERIDA: GJK COMERCIO DE VEICULOS LTDA e outro - Intime-se a parte autora para complementar as custas do oficial de justiça, no valor de R$ 99,00 (noventa e nove reais), para cumprimento do mandado expedido (fls. 85), tendo em vista que o valor recolhido conforme guia de fls. 69, foi a menor.

ADV: SIDNEI QUADROS (OAB 42553/PR), FRANZ HERMANN NIEUWNHOFF JUNIOR (OAB 33663/PR), CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA (OAB

12560BS/C) - Processo 0034354-47.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: VILMAR RODRIGUES JUNIOR - REQUERIDO: SOCIEDADE EDUCACIONAL TUIUTI LTDA - ... Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, tornando definitiva a liminar já concedida, para declarar a inexistência do débito de fls. 29, bem como condenar a parte ré ao pagamento de danos morais no valor que fixo em R$ 3.000,00, corrigido monetariamente pelo INPC desde a sentença e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, desde a citação, ambos até o efetivo pagamento. Condeno a parte ré, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios do patrono da parte autora que fixo em 20% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, § 3º do CPC. Dou a presente sentença por publicada e as partes presentes por intimadas. Registre-se.

ADV: ALEXANDRE NELSON FERRAZ (OAB 30890/PR) - Processo 0037677-60.2011.8.16.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil - REQUERENTE: SAFRA LEASING S/A- ARRENDAMENTO MERCANTIL - REQUERIDO: TRANSPORTADORA BOEFF LTDA - Manifeste-se o autor, no prazo de 10(dez) dias, sobre o contido na certidão do Sr. Oficial de Justiça (fls. 95/96), na qual informa que procedeu à apreensão de dois veículos, tendo deixado de apreender o caminhão de placas BBO - 1017 por não ter localizado.

ADV: ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA (OAB 42359/PR), CARLA MARIA KÖHLER (OAB 46047/PR), CRISTIANE FERREIRA RAMOS (OAB 53034/PR) - Processo 0037898-77.2010.8.16.0001 - Depósito - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A C.F.I. - REQUERIDO: JOAQUIM ALVES BAPTISTA - 1.Ante o pugnado à fl.129, esclareça e fundamente a parte requerente seu pedido de constrição de valores, uma vez que o requerido sequer foi citado na presente demanda, no prazo de 10 (dez) dias. 2.No mesmo prazo deverá apresentar planilha atualizada do débito. 3.Intimem-se.

ADV: LIGIA FRANCO DE BRITO (OAB 43635/PR), JOSE ANTONIO FARIA DE BRITO (OAB 12510/PR) - Processo 0038303-79.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Cartão de Crédito - REQUERENTE: MARIA CELESTINA SANTOS - REQUERIDO: DINERS CLUB INTERNATIONAL - 1.Ante o acordo informado às fls.65-69, depois de apresentada a minuta nos autos e devidamente pagas eventuais custas remanescentes, retornem para homologação. 2.Intimem-se.

ADV: LETICIA NERY VILLA STANGLER AREND (OAB 27588/PR), GELSON AREND (OAB 9431/PR), ULISSES CABRAL BISPO FERREIRA (OAB 35097/PR) - Processo 0038855-44.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Inclusão de associado - REQUERENTE: ADRIANE DE ASSIS FISCHER ASTORI - REQUERIDA: UNIMED - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES DE CURITIBA (MEDIPAR) - Ciente do Agravo de Instrumento (fls.120-131). Quando requisitado, informem que mantenho a decisão agravada, bem como que NÃO foi cumprido o contido no artigo 526 do Código de Processo Civil, posto a parte requerida não observar o prazo de 03 (três) dias para informação do Juízo de origem. Em resposta à solicitação de fls.133-137, declaro haver prestado, nesta data, as informações quanto ao cumprimento do determinado pelo artigo 526 do CPC, via sistema MENSAGEIRO, doc. anexo. No mais, ante o pedido de concessão de efeito suspensivo, cumpra-se conforme determinado no comando de fls.86-88. Intimem-se.

ADV: GERTRUDES LIMA DE ABREU PEREIRA XAVIER (OAB 6444/PR) - Processo 0041579-21.2011.8.16.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: EDUARDA KLIMAVICIUS RICHARDS - REQUERIDA: KATIANE MARA KALED e outros - Trata-se a presente de ação de despejo com pedido liminar ajuizada por EDUARDA KLIMAVICIUS RICHARDS em face de KATIANE MARA KALED, com o objetivo de retomar o imóvel que se encontrava locado. Alega a parte autora haver realizado contratos de locação com a parte ré, todavia, esta deixou de pagar os aluguéis pactuados, razão pela qual pugnou, liminarmente, o despejo da mesma. Pois bem, preceitua o art. 59, §1º, IX, da Lei 8245/91, que a liminar de despejo poderá ser concedida sempre que houver inadimplência por parte do locatário e estejam ausentes as garantias do art. 37 da referida Lei. Em análise ao contrato de locação firmado entre as partes (v.fls.19-66), verifica-se que este não está garantido com qualquer das garantias previstas no art. 37, II, da Lei 8245/91. Ademais, assiste razão a parte autora, visto que não se exige notificação extrajudicial quando o imóvel locado é residencial, como ocorre no presente caso. Diante disto, tendo em vista que a parte autora prestou a caução (art.59,§1º da Lei 8245/91 - v.fl.79), independentemente da audiência da parte contrária, DEFIRO A LIMINAR no sentido de determinar a intimação da parte ré para desocupação voluntária do imóvel no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de despejo. Decorrido o prazo sem a devida desocupação, proceda ao despejo da parte ré. Caso seja necessário, autorizo o Senhor Oficial de Justiça a proceder, de acordo com o que prevê o artigo 172, § 2º, do Código de Processo Civil. Sem prejuízo, no mesmo ato em que proceder a intimação acerca da liminar deferida, cite-se a requerida, com prazo de 15 (quinze) dias para contestação, consignando-se as advertências legais. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, manifeste-se a parte requerente, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se.

ADV: LEANDRO LIÇA (OAB 47685/PR), MARCELO KUSTER DE ALMEIDA (OAB 44449/PR) - Processo 0041637-24.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Contratos Bancários - REQUERENTE: LUCILENE GOMES CORDEIRO - REQUERIDO: BV FINANCEIRA S/A C.F.I. - Ciente do Agravo de Instrumento (fls.109-120). Quando requisitado, informem que mantenho a decisão agravada, bem como que foi cumprido o contido no artigo 526 do Código de Processo Civil. No mais, cumpra-se conforme determinado no comando de fls.106. Intimem-se.

ADV: AMANDA VACCARI (OAB 44238/PR) - Processo 0042722-79.2010.8.16.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: MARIA DIRLEI DOS SANTOS DE SOUZA - REQUERIDA: EUNICE DE SOUZA RIBEIRO - Certifico que, em contato com a Dra. Amanda, procuradora da parte autora, esta informou que a testemunha Claudineia comparecerá à audiência independente de intimação, em face da carta de intimação ter retornado com a informação de que é desconhecida.

ADV: CEZAR ORLANDO GAGLIONE FILHO (OAB 54944/PR), BRUNO ZEGHBI MARTINS (OAB 58397/PR) - Processo 0043726-20.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: MAURO DE SOUZA FERREIRA - REQUERIDO: ALCIR HENNING e outros - 1.Em que pese o informado e pugnado às fls.154-155, devido à proximidade da data designada para audiência de conciliação, bem como levando-se em consideração a greve dos CORREIOS, a qual atrasará a entrega das correspondência, entendo ser mais razoável e favorável à tramitação do feito aguardar a realização do ato já designado, momento em que serão indagadas as partes presentes sobre o endereço dos requeridos não citado. 2.Aguarde-se a realização do ato designado. 3.Intimem-se.

ADV: GENNARO CANNAVACCIUOLO (OAB 48881/PR), IGOR ROBERTO MATTOS (OAB 52548/PR) - Processo 0044635-62.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Contratos Bancários - REQUERENTE: ROBERTO MACHADO DE SOUZA BARBOSA - REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/A - Sobre o retorno da carta de intimação do autor, com a informação de "desconhecido", manifeste-se o procurador da parte autora, informando inclusive se seu constituinte comparecerá ao ato independente de intimação.

ADV: DECIO VANDERLEI NOGUEIRA (OAB 108314/SP), SANDRA BERTIPAGLIA (OAB 27887/PR) - Processo 0044753-38.2011.8.16.0001 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: ANDERSON DE ARAUJO CATHARINA - REQUERIDO: MULTIPLAN ADM DE SHOPPING CENTERS LTDA e outro - Intime a parte autora para juntar documento idôneo (três últimas declarações de imposto de renda, contudo, não tendo sido declarado o imposto de renda nos últimos três anos, por tratar-se de pessoa isenta, deverá apresentar a certidão de regularidade do CPF juntamente com os comprovantes de que não declarou o imposto de renda durante o período indicado), a fim de comprovar sua hipossuficiência econômica, nos termos da Lei 1.060/50, no prazo de 10 (dez) dias. Alternativamente, pode apresentar documentos que atestem sua atual condição econômico-financeira. Ainda, em não havendo mais interesse na concessão do benefício, pode a parte autora comprovar o recolhimento das custas processuais e do FUNREJUS, em igual prazo. Intimem-se.

ADV: PEDRO LOPES (OAB 15313/PR) - Processo 0045107-63.2011.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: PLH FOMENTO MERCANTIL LTDA - EXECUTADO: METALURGICA FERRAME LTDA e outros - Intime-se a parte exequente para comparecer em Cartório a fim de proceder à retirada de 04 (quatro) ofícios, os quais deverão ser encaminhados aos Juízos Deprecados, bem como proceder ao pagamento das custas referentes a tais expedientes no valor de R$ 37,60 (trinta e sete reais e sessenta centavos).

ADV: FERNANDA ANDREAZZA (OAB 22749/PR) - Processo 0045824-12.2010.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Inadimplemento - EXEQUENTE: ASSOCIAÇÃO CULTURAL SÃO JOSÉ - COLÉGIO SÃO JOSÉ - EXECUTADO: FÁBIO LUIZ PADILHA - 1.Defiro o requerimento de fls.88-92, no sentido de ser expedido ofício à Caixa Econômica Federal pugnando as informações indicadas. 2.Sobrevindo resposta, manifeste-se a parte exequente, inclusive apresentando planilha atualizada do débito, no prazo de 10 (dez) dias. 3.Nada sendo pugnado, pagas eventuais custas remanescentes, arquivem-se. 4.Intimem-se.

ADV: ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES (OAB 31073AP/R), SERGIO SCHULZE (OAB 31034AP/R) - Processo 0046064-64.2011.8.16.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil - REQUERENTE: BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL - REQUERIDO: CARLOS ROBERTO SIMAO - 1.Ante o informado às fls.45-46, defiro a suspensão do feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias. 2.Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a parte requerente para dar atendimento ao disposto no comando de fl.42, no prazo de 05 (cinco) dias. 3.Intimem-se.

ADV: NATAN BARIL (OAB 29379/PR) - Processo 0046118-30.2011.8.16.0001 - Procedimento Ordinário - Franquia - REQUERENTE: CHINA MASTER ALIMENTOS LTDA - REQUERIDO: EMERSON LOUIS LAGO e outro - Cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, observadas as advertências dos artigos 285 e 319, do Código de Processo Civil. Sobrevindo defesa, intime-se o autor para se manifestar sobre a mesma, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, intimem-se as partes para, em 10 (dez) dias, informar sobre a possibilidade de julgamento antecipado da presente ação (artigo 330, CPC). Em caso positivo, contados e preparados, registrem-se para sentença e voltem. Em caso negativo, no mesmo prazo, apresentem uma proposta de conciliação, informando se têm interesse na realização da audiência de que trata o artigo 331 do CPC. Ainda, no mesmo prazo e sem prejuízo do item supra, devem informar as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de preclusão. Intimem-se.

ADV: ARNALDO FERREIRA MULLER (OAB 8999/PR) - Processo 0046308-27.2010.8.16.0001 - Monitória - Espécies de Títulos de Crédito - REQUERENTE: ARNALDO FERREIRA MULLER - REQUERIDO: WILSON CLARCK TOSATTO - Segue em anexo comprovante da resposta à solicitação de bloqueio junto ao sistema BACENJUD, o qual indica não haver sido realizado bloqueio de valores em conta de titularidade da parte executada. Assim, manifeste-se a parte exeqüente, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. Intimem-se.

ADV: MARCIO AYRES DE OLIVEIRA (OAB 32504/PR) - Processo 0046627-58.2011.8.16.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil - REQUERENTE: BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL - REQUERIDO: WELDER RODRIGO C OLIVEIRA - Trata-se de contrato de arrendamento mercantil, em que a parte requerida, segundo indica a parte autora, tornou-se inadimplente. Ainda, os documentos de fl.20-21, consistente em notificação extrajudicial e confirmação de entrega, atestam que houve constituição em mora.

Assim, defiro a liminar de reintegração de posse. Expeça-se o respectivo mandado. Executada a liminar, cite-se a parte requerida, com prazo de 15 (quinze) dias para resposta. Autorizo o Senhor Oficial de Justiça a proceder, em sendo necessário, de acordo com o que prevê o artigo 172, § 2º, do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem contestação, manifeste-se a parte autora no prazo de até 10 (dez) dias. Intimem-se.

ADV: RODRIGO LAYNES MILLA (OAB 41511/PR), EDUARDO PEREIRA DE OLIVEIRA MELLO (OAB 19252/PR), PEREGRINO DIAS ROSA NETO (OAB 3645/PR), CRISTIANA LACERDA DE OLIVEIRA FRABNCO (OAB 27440/PR) - Processo 0047174-98.2011.8.16.0001 - Alvará Judicial - Inventário e Partilha - REQUERENTE: WANDA WOYCIK BUENO e outros - 1.Defiro o requerimento de fl.35, em virtude do que autorizo a dispensa do prazo recursal. 2.Assim, certifique-se o trânsito em julgado e expeça-se alvará conforme determinado em sentença. 3.Intimem-se.

ADV: OSEAS RONCAGLIO JUNIOR (OAB 53408/PR) - Processo 0047426-04.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: R S COMERCIAL LTDA - REQUERIDO: MARCIO FRANÇA DA SILVA e outro - Acerca das informações fornecidas pelo sistema BACENJUD, doc. anexo, manifeste-se a parte exequente, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se.

ADV: JOSE DIAS DE SOUZA JUNIOR (OAB 37171/PR) - Processo 0047517-94.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Contratos Bancários - REQUERENTE: MARCIANA FANTIN MACHADO - REQUERIDO: BV FINANCEIRA S/A C.F.I. - Defiro o requerido às fls. 35, assim, concedo a dilação de prazo por 10 (dez) dias. Intimem-se.

ADV: SILVIO CESAR DE MEDEIROS (OAB 21642/PR), LEANDRO DE CASTRO (OAB 37660/PR), SANDRA REGINA DE MEDEIROS (OAB 23726/PR), ANEZIO KOWALSKI (OAB 20849/PR), GRACIANE DI MARIO EKERMANN (OAB 120047/SP), MAURICIO DE OLIVEIRA (OAB 23480/PR), JOSÉ ANTONIO DE FREITAS (OAB 4695/PR) - Processo 0048003-79.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Anulação - REQUERENTE: EMPRESA AUXILIAR DE SEGURANÇA LTDA - REQUERIDO: EKERMANN & EKERMANN SERVIÇOS MEDICOS S/S e outro - Recebo a petição de fls.45-46 como emenda à inicial. Para a audiência de conciliação, a que deverão comparecer as partes, designo o DIA 24/11/2011 ÀS 16:00 HORAS (artigo 277, CPC). Nessa ocasião será tentada a conciliação e o(s) réu(s), não obtida esta, poderá(ão) apresentar resposta, acompanhada de documentos, quesitos e rol de testemunhas (artigo 278, caput, CPC), desde que o faça(m) por intermédio e acompanhada de advogado. Não se obtendo conciliação, seguir-se-á, sendo o caso, instrução e julgamento, designando-se outra data para tanto, se necessário for. Cite(m)-se o(s) réu(s), ficando ciente(s) de que seu não comparecimento à audiência, ou a sua presença sem oferta de defesa, por intermédio e acompanhado de advogado, implicará, sendo o caso, na presunção de que admitira(m) como verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora. A parte autora intime-se na pessoa de seu advogado. Intimem-se.

ADV: DAYANE MICHELLE MUNIZ (OAB 49485/PR), JULIANE TOLEDO S. ROSSA (OAB 29214/PR) - Processo 0048308-63.2011.8.16.0001 - Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: GILMAR JOAO KOSWOSKI e outro - REQUERIDO: BANCO FINASA BMC S.A - Anote-se quanto a procuração de fl.43 e o substabelecimento de fl.49. Em que pese comprovada a ATUAL condição econômico-financeiro do primeiro requerente, com a apresentação de sua renda mensal, a mesma comprovação não foi apresentada em relação à segunda requerente/devedora solidária. Assim, deve a parte requerente emendar a inicial, comprovando a ATUAL condição econômico-financeiro da segunda requerente, no prazo de 10 (dez) dias, pena de indeferimento da assistência judiciária. Ao apresentar manifestação deverá levar em consideração o valor da parcela contratada (R$560,94). Decorrido o prazo supra, retornem. Intimem-se.

ADV: GISELE GERBER (OAB 47439/PR) - Processo 0048441-08.2011.8.16.0018 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: JOAO LUIZ ROCHA POMBO LESSI - REQUERIDO: IGREJA PENTECOSTAL A VINDA DE JESUS - Diante da petição de fls. 24-27, observo que a procuradora da parte autora se equivocou ao interpretar as instruções contidas no site da Receita Federal. A referida "declaração assinada pelo próprio interessado" é suficiente para a isenção de declaração de imposto de renda, todavia, através do mesmo site, é possível retirar os comprovantes da não declaração. Assim, intime-se a parte autora para juntar os comprovantes de que não declarou o imposto de renda durante os últimos 3 (três) anos, a fim de comprovar sua hipossuficiência econômica, nos termos da Lei 1.060/50, no prazo de 10 (dez) dias. Alternativamente, pode apresentar documentos que atestem sua atual condição econômico-financeira. Ainda, em não havendo mais interesse na concessão do benefício, pode a parte autora comprovar o recolhimento das custas processuais e do FUNREJUS, em igual prazo. Intimem-se.

ADV: ANDRE LUIZ BAUML TESSER (OAB 29148/PR), MARCEL KESSELRING FERREIRA DA COSTA (OAB 32679/PR) - Processo 0048623-91.2011.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: ESCOLA ANJO DA GUARDA S/C LTDA - EXECUTADO: AMARILDO SANTOS - Cite(m)-se o(s) executado(s) para, em 03 (três) dias, pagar(em) o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da execução. Fixo os honorários em R$ 1.000,00, na forma do artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil. Se houver pagamento do débito no prazo de 03 dias, os devedores somente pagarão metade da verba honorária (artigo 652-A, CPC). Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça deverá proceder a imediata penhora dos bens do(s) executado(s), bem como sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e intimando o(s) executado(s) na mesma oportunidade (artigo 652, §1º, CPC). Intimações e diligências necessárias.

ADV: CARLA FLEISCHFRESSER (OAB 15687/PR), GIOVANI ZILLI (OAB 32042/PR), THIAGO GARDAI COLLODEL (OAB 38637/PR), OSCAR FLEISCHFRESSER (OAB 21505/PR) - Processo 0049018-83.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: DJANIRA APARECIDA DA ROSA e outros - REQUERIDO: ANDRE LUIS LUCIENTO - 1.Recebo a petição de fls.190-193 como emenda à inicial, em virtude do que concedo aos autores os benefícios da assistência judiciária. 2.Tendo em vista a pretensão dos requerentes ser no sentido de ressarcimento de danos causados em acidente de veículo de via terrestre, com fundamento no artigo 275, II, "d" do CPC, a tramitação da demanda deverá observar o rito sumário. 3.As partes deverão comparecer à audiência, para a qual designo o DIA 24/NOVEMBRO/2011 ÀS 15:30 HORAS (CPC, artigo 277). 4.Nessa ocasião será tentada a conciliação e a parte ré, não obtida esta, poderá apresentar resposta, acompanhada de documentos, quesitos e rol de testemunhas (CPC, artigo 278, caput), desde que o faça por intermédio e acompanhada de advogado. 5.Em face dos processos serem digitais, é facultada à parte ré a juntada da sua defesa antes da audiência via web, de forma física em audiência, ou através de pendrive. 6.Não se obtendo conciliação, seguir-se-á, sendo o caso, instrução e julgamento, designando-se outra data para tanto, se necessário for. 7.Cite-se a parte ré, ficando ela ciente de que seu não comparecimento à audiência, ou a sua presença sem oferta de defesa, por intermédio e acompanhada de advogado, implicará, sendo o caso, na presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora. 8.A parte autora, intime-se na pessoa de seu advogado. 9.Diligências necessárias. 10.Intimem-se.

ADV: LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ (OAB 5560/PR), EMERSON LUIZ VELLO (OAB 30322/PR) - Processo 0049046-51.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONJUNTO RESIDENCIAL CARTAGENA - REQUERIDA: HELENITA VIEIRA DO PRADO - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder ao pagamento das custas do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 74,25 (setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), para posterior cumprimento do mandado expedido.

ADV: ALEXANDRE NELSON FERRAZ (OAB 30890/PR), JOSE DEVANIR FRITOLA (OAB 13901/PR) - Processo 0049639-80.2011.8.16.0001 - Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: INDUSTRIA GRAFICA PIRAMIDE LTDA - REQUERIDO: SAFRA LEASING S/A- ARRENDAMENTO MERCANTIL - Trata-se de ação declaratória de inexistência parcial de débito cumulada, na qual a parte requerente afirma haver celebrado contrato de arrendamento mercantil do qual é objeto uma máquina impressora. Alega haver realizado o pagamento de mais de 50% do valor contratado, bem como que a máquina representa grande fatia de seu faturamento mensal. Ainda, alega a existência de ilegalidades nas cláusulas contratuais. Em sede de liminar requer a manutenção na posse do bem e a consequente suspensão do mandado a ser expedido nos autos principais. Ao final, pugna pelo afastamento das ilegalidades e a fixação do valor de fato devido. Instruiu a inicial com os documentos de fls.10-116. Disciplina o artigo 273 do Código de Processo Civil que são necessários três requisitos para a concessão dos efeitos antecipados da tutela. A verossimilhança da alegação, prova inequívoca da afirmação de direito material levado em juízo e, por fim, haja fundado receio de dano irreparável e difícil reparação. A relação jurídica entre as partes já foi comprovada nos autos principais e nos presentes encontra-se evidenciada por meio do contrato de fls.16-23. Em que pese intitular a presente como declaratória de inexistência parcial de débito, o pretendido pela parte requerente com a presente demanda é a revisão das cláusulas do contrato de arrendamento mercantil celebrado com a requerida, inclusive com escopo na existência de capitalização mensal de juros. Sendo assim, não vislumbro a plausibilidade do direito da requerente, pois, nos contratos de arrendamento mercantil (leasing), segundo entendimento jurisprudencial, não há incidência de juros remuneratórios e sim contraprestação pela utilização do bem. Vale dizer, o arrendador insere no montante da contraprestação, a ser adimplida pelo arrendatário, taxas que se referem a custos operacionais, impostos, riscos do contrato desgaste de bens e, por óbvio, o lucro. Logo, não havendo qualquer incidência de juros remuneratórios, não há, por consequência, que se falar na incidência de capitalização mensal de juros. Ratificando o entendimento, o E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO - ARRENDAMENTO MERCANTIL - RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INADIMPLEMENTO DA ARRENDATÁRIA - DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE LEASING PELA COBRANÇA DO VRG - INOCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 293/STJ - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS DESACOLHIDA - NOS CONTRATOS DE LEASING NÃO SÃO COBRADOS JUROS REMUNERATÓRIOS PROPRIAMENTE DITOS, MAS APENAS CONTRAPRESTAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DO BEM DE PROPRIEDADE DA ARRENDANTE - NÃO HÁ QUE SE FALAR EM LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS E MUITO MENOS EM ANATOCISMO. RECURSO DESPROVIDO. DETERMINAÇÃO "DE OFÍCIO' DE RESTITUIÇÃO DO VRG, COMPENSADO EVENTUAL SALDO DEVEDOR". (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0460723-4 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Roberto De Vicente - Unanime - J. 06.08.2008)". No que se refere à manutenção na posse do bem, em que pese os pagamentos comprovados às fls.24-85, entendo que, se devidamente depositado em juízo o valor das parcelas contratadas não há que se falar em mora, e por consequência, não deve ser realizada qualquer diligência em relação ao bem objeto do contrato. No entanto, em virtude da discussão quanto à legalidade das cobranças realizadas pela requerida, autorizo que os depósitos sejam realizados sem a incidência de encargos de mora. Ressalta-se que, caso a requerente deixe de depositar as parcelas vencidas ao longo do processo, estará sujeito a expedição do mandado de reintegração de posse. Saliento que deve restar comprovado nos autos a completa ausência de atrasos no pagamento das parcelas contratadas. Pelo exposto, não havendo, por ora, plausibilidade da afirmação material levado em juízo, INDEFIRO o pedido da concessão dos efeitos antecipados da tutela. Oportuno, desde já, analisar o pedido de aplicabilidade do CDC. A jurisprudência brasileira atual tem entendido que as operações bancárias devem ser submetidas às normas e ao novo espírito do CDC, de boa fé obrigatória e equilíbrio contratual.

Conforme o Prof. Nelson Nery Jr., "ainda que ad argumentandum se diga que as operações bancárias não seriam ontologicamente destinadas ao consumo, são elas consideradas ex lege, como serviços para os efeitos de sua caracterização como relação de consumo. Haveria, por assim dizer, uma ficção jurídica conceituando as atividades bancárias como sendo objeto das relações de consumo" (NELSON NERY JR. CDC Comentado pelos autores do anteprojeto, p. 311, n.11, Forense Universitária, 1991, 1ª Ed.). Dessa forma, diante da interpretação do artigo 2º e do § 1º, do artigo 3º, do CDC, não há como não incluir as relações bancárias entre aquelas tuteladas pela referida legislação. Portanto, deve ser aplicada à presente demanda as regras previstas no Código de Defesa do Consumidor. Cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, observadas as advertências dos artigos 285 e 319, do Código de Processo Civil. Sobrevindo defesa, intime-se o autor para se manifestar sobre a mesma, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, intimem-se as partes para, em 10 (dez) dias, informar sobre a possibilidade de julgamento antecipado da presente ação (artigo 330, CPC). Em caso positivo, contados e preparados, registrem-se para sentença e voltem. Em caso negativo, no mesmo prazo, apresentem uma proposta de conciliação, informando se têm interesse na realização da audiência de que trata o artigo 331 do CPC. Ainda, no mesmo prazo e sem prejuízo do item supra, devem informar as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de preclusão. Intimem-se.

ADV: DALTON BERNERT MACHADO JUNIOR (OAB 39645/PR) - Processo 0049699-53.2011.8.16.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos Bancários - REQUERENTE: GUSTAVO ROKURO AOKI YOSHIOKA M.E. - REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A - Tendo em vista não haver sido acostado aos autos documento algum que comprove a condição econômico-financeira do autor, em permanecendo o interesse na justiça gratuita, deve emendar a inicial apresentando documento atualizado que comprove tal condição, no prazo de 10 (dez) dias. Ainda, em não havendo mais interesse na concessão do benefício, pode a parte autora comprovar o recolhimento das custas processuais e do FUNREJUS, em igual prazo. Intimem-se.

ADV: CESAR AUGUSTO TERRA (OAB 17556/PR), JOAO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB 16948/PR), GILBERTO STINGLIN LOTH (OAB 34230/PR) - Processo 0049768-85.2011.8.16.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. - REQUERIDO: MARIO LUIZ STIVAL - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder ao pagamento das custas do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 247,50 (duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), para posterior cumprimento do mandado expedido.

ADV: LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO (OAB 22887/PR), JOSE AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA (OAB 23044/PR) - Processo 0049890-98.2011.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: JOSAFA ANTONIO LEMES ADVOGADOS ASSOCIADOS - EXECUTADO: MACROPLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA. - Cite-se o executado para, em 03 (três) dias, pagar o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da execução. Fixo os honorários em R$5.000,00 (cinco mil reais), na forma do artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil. Se houver pagamento do débito no prazo de 03 dias, os devedores somente pagarão metade da verba honorária (artigo 652-A, CPC). Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça deverá proceder a imediata penhora dos bens do executado, bem como sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e intimando o executado na mesma oportunidade (artigo 652, §1º, CPC). Intimações e diligências necessárias.

ADV: GABRIELE PESCH GARBIN DE CARVALHO (OAB 40083/PR), JAFTE CARNEIRO FAGUNDES DA SILVA (OAB 34820/PR) - Processo 0049986-16.2011.8.16.0001 - Interpelação - Compra e Venda - REQUERENTE: JJGC INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DENTARIOS S/A - REQUERIDO: MARCOS EDUARDO GUILHERME e outro - Primeiramente, retifique-se junto ao Cartório Distribuidor para constar como assunto da presente "compra e venda". Sem prejuízo, intimem-se como se requer. Efetivada a intimação, decorridas 48 (quarenta e oito) horas e pagas eventuais custas remanescentes, entreguem-se os autos à requerente independentemente de translado (artigo 872, CPC). Intimem-se.

ADV: SERGIO SCHULZE (OAB 31034AP/R), ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES (OAB 31073AP/R) - Processo 0050118-73.2011.8.16.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A C.F.I. - REQUERIDA: MARIA HELENA GASPAR RODRIGUES - Visto que o credor pode caracterizar a mora do devedor pelo simples protesto do título, mas deve comprovar que do respectivo aponte o devedor foi intimado por meio de notificação pessoal ou de comunicação destinada ao seu endereço, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a exordial, comprovando a constituição em mora da parte ré, sob pena de extinção. Intimem-se.

ADV: YOSHIHIRO MIYAMURA (OAB 7086/PR), JOAO MARCELO KERETCH (OAB 24504/PR), LUCIANA NOTO (OAB 25189/PR) - Processo 0050155-03.2011.8.16.0001 - Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos - REQUERENTE: SHV GAS BRASIL LTDA - REQUERIDO: CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL AHU - Cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, observadas as advertências dos artigos 285 e 319, do Código de Processo Civil. Sobrevindo defesa, intime-se o autor para se manifestar sobre a mesma, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, intimem-se as partes para, em 10 (dez) dias, informar sobre a possibilidade de julgamento antecipado da presente ação (artigo 330, CPC). Em caso positivo, contados e preparados, registrem-se para sentença e voltem. Em caso negativo, no mesmo prazo, apresentem uma proposta de conciliação, informando se têm interesse na realização da audiência de que trata o artigo 331 do CPC. Ainda, no mesmo prazo e sem prejuízo do item supra, devem informar as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de preclusão. Intimem-se.

ADV: LIDIANA VAZ RIBOVSKI (OAB 48617/PR) - Processo 0051031-55.2011.8.16.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos Bancários - REQUERENTE: NORALDO SIQUEIRA ROSA - REQUERIDO: BANCO PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. - I. Tendo em vista o teor dos documentos apresentados às fls.50-54, concedo ao requerente os benefícios da justiça gratuita. II. Pugna a parte autora a revisão do contrato de arrendamento mercantil firmado junto à instituição financeira, uma vez que está eivado de ilegalidades que levam a uma desproporção na relação jurídica. Afirma haver a incidência de juros remuneratórios e encargos de mora acima do limite legal, entre outras irregularidades. Pugna, em sede de tutela antecipada, a não inclusão do seu nome junto aos órgãos de restrição ao crédito, o depósito do valor que entende correto para o adimplemento da dívida e a manutenção na posse do bem. Instruiu a inicial com os documentos de fls.40-57. Disciplina o artigo 273 do Código de Processo Civil que são necessários três requisitos para a concessão dos efeitos antecipados da tutela: a verossimilhança das alegações, prova inequívoca da afirmação de direito material levado a Juízo e, por fim, haja fundado receio de dano irreparável e difícil reparação. Compulsando-se a inicial, não se vislumbra a verossimilhança das alegações da autora, pois as teses lá lançadas não observam a subsunção do fato à norma, ou seja, o autor não se preocupa em demonstrar/apontar onde e de que modo ocorreram as malfadadas ilegalidades na relação jurídica. Levando-se em conta que sequer há uma fotocópia do contrato firmado junto aos autos, parece razoável que a inicial tenha como causa de pedir fundamentos genéricos, sem cunho técnico e especifico algum. Outrossim, não vislumbro a verossimilhança de suas alegações, eis que nos contratos de arrendamento mercantil (leasing), segundo entendimento jurisprudencial, não há incidência de juros remuneratórios e sim contraprestação pela utilização do bem. Vale dizer, o arrendador insere no montante da contraprestação, a ser adimplida pelo arrendatário, taxas que se referem a custos operacionais, impostos, riscos do contrato desgaste de bens e, por óbvio, o lucro. Logo, não havendo qualquer incidência de juros remuneratórios, bem como na sua capitalização mensal. Ratificando o entendimento, o E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO - ARRENDAMENTO MERCANTIL - RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INADIMPLEMENTO DA ARRENDATÁRIA - DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE LEASING PELA COBRANÇA DO VRG - INOCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 293/STJ - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS DESACOLHIDA - NOS CONTRATOS DE LEASING NÃO SÃO COBRADOS JUROS REMUNERATÓRIOS PROPRIAMENTE DITOS, MAS APENAS CONTRAPRESTAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DO BEM DE PROPRIEDADE DA ARRENDANTE - NÃO HÁ QUE SE FALAR EM LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS E MUITO MENOS EM ANATOCISMO. RECURSO DESPROVIDO. DETERMINAÇÃO "DE OFÍCIO' DE RESTITUIÇÃO DO VRG, COMPENSADO EVENTUAL SALDO DEVEDOR". (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0460723-4 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Roberto De Vicente - Unânime - J. 06.08.2008). Nessa condição, não havendo plausibilidade da afirmação material levado em juízo, INDEFIRO, por ora, o pedido da concessão dos efeitos antecipados da tutela. Portanto não se verifica a plausibilidade do direito evocado, impedindo o acolhimento do depósito, no valor oferecido como forma de afastar a mora. Não obstante, poderá a parte autora depositar em juízo o valor que bem entender, porém, para afastar a mora, deverá depositar o valor contratado (fl.03 R$464,65). Tendo em vista que as cláusulas estão sendo revisadas, autorizo que o valor da parcela depositada seja sem eventuais encargos de mora. Quanto ao pedido de afastamento do seu nome junto aos órgãos de restrição ao crédito, entendo que, estando às parcelas vencidas devidamente depositadas em juízo, não há que se falar em mora, e por conseqüência, não deve ser efetivada qualquer restrição em relação ao débito objeto da presente. Assim, desde que as parcelas estejam sendo depositadas em juízo no valor do contrato, deverá a parte ré abster-se de inscrever ou manter o nome da autora nos órgãos de restrição ao crédito, sob pena de multa diária que fixo em R$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de 30 (trinta) dias/multa. III. Oportuno, desde já analisar o pedido de inversão do ônus da prova, sendo que, para isto, primeiramente deve-se tecer comentários quanto à aplicabilidade do CDC no contrato em revisão. A jurisprudência brasileira atual tem entendido que as operações bancárias devem ser submetidas às normas e ao novo espírito do CDC, de boa fé obrigatória e equilíbrio contratual. Conforme o Prof. Nelson Nery Jr., "ainda que ad argumentandum se diga que as operações bancárias não seriam ontologicamente destinadas ao consumo, são elas consideradas ex lege, como serviços para os efeitos de sua caracterização como relação de consumo. Haveria, por assim dizer, uma ficção jurídica conceituando as atividades bancárias como sendo objeto das relações de consumo"(NELSON NERY JR. CDC Comentado pelos autores do anteprojeto, p. 311, n.11, Forense Universitária, 1991, 1ª Ed.). Desta forma, diante da interpretação do artigo 2º e do § 1º, do artigo 3º, do CDC, não há como não incluir as relações bancárias entre as relações tuteladas por este Códex. Devidamente admitida a aplicação do CDC ao presente caso, resta verificar sobre a inversão do ônus da prova. Fixa o artigo 6º inciso VIII da lei Consumerista que é direito do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive, com a inversão do ônus da prova. A norma protetiva mencionada foi editada como corolário lógico do comando constitucional que elevou à categoria de direitos fundamentais do cidadão, a defesa do consumidor pelo Estado (art. 5º, XXXII da CF). É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos e esta, como visto, deve ser garantida pelo Estado, por expressa determinação constitucional por se tratar de direito fundamental ao exercício pleno da cidadania. Como não poderia deixar de ser, a lei estabeleceu critérios mínimos para a facilitação desta defesa, permitindo a inversão do ônus, desde que, a critério do juiz, a alegação for verossímil ou quando o consumidor for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência. Em suma: a lei se contenta, para a inversão do ônus da prova, ou com a verossimilhança das alegações ou com a verificação do estado de hipossuficiência do consumidor. No

caso sob exame, como já fundamentado, não restou demonstrada a plausibilidade do direito da autora. Quanto à hipossuficiência, desde que a instituição financeira apresente a tabela evolutiva da dívida, onde conste todos os encargos que incidiram sobre a dívida, bem como o contrato, poderá a parte autora demonstrar através da devida prova pericial, as ilegalidades alegadas. Assim sendo, INDEFIRO a inversão do ônus da prova, apenas determinando que, no mesmo prazo da defesa a instituição financeira apresente o contrato em revisão e uma planilha evolutiva da dívida, discriminando todos os encargos que incidiram sobre a dívida. IV. Para a audiência, a que deverão comparecer as partes, designo o DIA 24/NOVEMBRO/2011 ÀS 15:00 HORAS (CPC, art. 277). Nessa ocasião será tentada a conciliação e a parte ré, não obtida esta, poderá apresentar resposta, acompanhada de documentos e rol de testemunhas (CPC, art. 278, caput), desde que o faça por intermédio e acompanhada de advogado. V. Não se obtendo conciliação, seguir-se-á, sendo o caso, instrução e julgamento, designando-se outra data para tanto, se necessário for. VI. Cite-se a parte ré, ficando ela ciente de que seu não comparecimento à audiência, ou a sua presença sem oferta de defesa, por intermédio e acompanhada de advogado, implicará, sendo o caso, na presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora. VII. Intime a parte autora para comparecer pessoalmente na audiência designada, eis que sua presença é essencial para eventual composição amigável. VIII. Diligências necessárias. IX. Intimem-se.

ADV: JULIANE TOLEDO S. ROSSA (OAB 29214/PR) - Processo 0051122-48.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: MIGUEL SANTANA - REQUERIDO: BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL - I. Tendo em vista o teor do documento apresentado à fl.23, concedo ao requerente os benefícios da justiça gratuita. II. Pretende o autor revisar os termos do contrato de arrendamento mercantil, firmado junto à ré, uma vez que esta faz incidir encargos bancários ilegais e que ensejam desproporção na relação jurídica material. Diz haver incidência da capitalização mensal de juros e juros de mora acima do limite legal. Pugna pela concessão dos efeitos antecipados da tutela para: a) efetuar os depósitos incontroversos; b) não ter seu nome incluído nos órgãos de restrição ao crédito; c) ser mantido na posse do veículo. Instruiu a inicial com os documentos de fls.21-32. Disciplina o artigo 273 do Código de Processo Civil que são necessários três requisitos para a concessão dos efeitos antecipados da tutela: verossimilhança das alegações, prova inequívoca da afirmação de direito material levado em Juízo e, por fim, haja fundado receio de dano irreparável e difícil reparação. Não vislumbro a plausibilidade do direito do autor, pois, nos contratos de arrendamento mercantil (leasing), segundo entendimento jurisprudencial, não há incidência de juros remuneratórios e sim contraprestação pela utilização do bem. Vale dizer, o arrendador insere no montante da contraprestação, a ser adimplida pelo arrendatário, taxas que se referem a custos operacionais, impostos, riscos do contrato desgaste de bens e, por óbvio, o lucro. Logo, não havendo qualquer incidência de juros remuneratórios, não há, por conseqüência, que se falar em capitalização mensal de juros. Ratificando o entendimento, o E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO - ARRENDAMENTO MERCANTIL - RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INADIMPLEMENTO DA ARRENDATÁRIA - DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE LEASING PELA COBRANÇA DO VRG - INOCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 293/STJ - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS DESACOLHIDA - NOS CONTRATOS DE LEASING NÃO SÃO COBRADOS JUROS REMUNERATÓRIOS PROPRIAMENTE DITOS, MAS APENAS CONTRAPRESTAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DO BEM DE PROPRIEDADE DA ARRENDANTE - NÃO HÁ QUE SE FALAR EM LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS E MUITO MENOS EM ANATOCISMO. RECURSO DESPROVIDO. DETERMINAÇÃO "DE OFÍCIO' DE RESTITUIÇÃO DO VRG, COMPENSADO EVENTUAL SALDO DEVEDOR". (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0460723-4 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Roberto De Vicente - Unanime - J. 06.08.2008)". No que se refere ao requerimento sobre a não inclusão do nome do autor junto aos órgãos de restrição ao crédito, entendo que, se devidamente depositado em juízo o valor das parcelas não há que se falar em mora, e por conseqüência, não deve seu nome ser apontado. No entanto, desde que as parcelas, no valor do contrato (R$470,90) sejam depositadas em Juízo, determino que a parte ré se abstenha de inscrever ou manter o nome do autor nos órgãos de restrição ao crédito, pena de multa diária que fixo em R$300,00 (trezentos reais), até o limite de 30 (trinta) dias/multa. Ressalta-se que, caso a autora deixe de depositar as parcelas vencidas ao longo do processo, estará sujeito a eventual ação de reintegração de posse. Tendo em vista que as cláusulas estão sendo revisadas, autorizo que o valor da parcela depositada seja sem eventuais encargos de mora. Nessa condição, não havendo, por ora, plausibilidade da afirmação material levado em juízo, INDEFIRO o pedido da concessão dos efeitos antecipados da tutela. III. Oportuno, desde já, analisar o pedido de inversão do ônus da prova, sendo que, para isto, primeiramente deve-se tecer comentários quanto à aplicabilidade do CDC no contrato em revisão. A jurisprudência brasileira atual, tem entendido que as operações bancárias devem ser submetidas às normas e ao novo espírito do CDC, de boa fé obrigatória e equilíbrio contratual. Conforme o Prof. Nelson Nery Jr., "ainda que ad argumentandum se diga que as operações bancárias não seriam ontologicamente destinadas ao consumo, são elas consideradas ex lege, como serviços para os efeitos de sua caracterização como relação de consumo. Haveria, por assim dizer, uma ficção jurídica conceituando as atividades bancárias como sendo objeto das relações de consumo" (NELSON NERY JR. CDC Comentado pelos autores do anteprojeto, p. 311, n.11, Forense Universitária, 1991, 1ª Ed.). Dessa forma, diante da interpretação do artigo 2º e do § 1º, do artigo 3º, do CDC, não há como não incluir as relações bancárias entre aquelas tuteladas pela referida legislação. Devidamente admitida a aplicação do CDC ao presente caso, resta verificar sobre a inversão do ônus da prova. Fixa o artigo 6º, VIII, do CDC que é direito do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive, com a inversão do ônus da prova. A norma protetiva mencionada foi editada como corolário lógico do comando constitucional que elevou à categoria de direitos fundamentais do cidadão a defesa do consumidor pelo Estado (art. 5º, XXXII da CF). É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos e esta, como visto, deve ser garantida pelo Estado, por expressa determinação constitucional por se tratar de direito fundamental ao exercício pleno da cidadania. Como não poderia deixar de ser, a lei estabeleceu critérios mínimos para a facilitação desta defesa, permitindo a inversão do ônus, desde que, a critério do juiz, a alegação for verossímil ou quando o consumidor for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência. Em suma: a lei se contenta, para a inversão do ônus da prova, ou com a verossimilhança das alegações ou com a verificação do estado de hipossuficiência do consumidor. No caso sob exame, como já mencionado, não restou verificada a plausibilidade do direito do autor. Assim sendo, INDEFIRO a inversão do ônus da prova, apenas determinando que, no mesmo prazo da defesa a instituição financeira apresente uma planilha evolutiva da dívida, discriminando todos os encargos que incidiram sobre a dívida. IV. Intime a parte autora para emendar a inicial, adequando o valor da causa ao valor econômico que ela representa, ou seja, ao que se pretende discutir (valor do contrato - valor que entende devido = valor da causa), no prazo de 10 (dez) dias. V. Intimem-se.

ADV: JOSE WILMAR ZWIERZIKOWSKI (OAB 49107/PR) - Processo 0051335-54.2011.8.16.0001 - Interdição - Capacidade - INTERTE: HILDA DINIZ CARDOSO - INTERDO: AMÓS GOMES CARDOSO - Intime-se a parte requerente para apresentar documentos que atestem sua ATUAL condição econômico-financeira, inclusive levando em consideração o valor recebido pelo interditando (fl.15), no prazo de 10 (dez) dias, pena de indeferimento da justiça gratuita. Alternativamente, poderá comprovar o recolhimento das custas atinentes ao processo, ao FUNREJUS e ao Cartório Distribuidor. Intimem-se.

ADV: FERNANDO FERNANDES BERRISCH (OAB 45368/PR) - Processo 0051601-41.2011.8.16.0001 - Embargos à Execução - Compra e Venda - EMBARGANTE: ALCEU ZANARDINI DE OLIVEIRA - EMBARGADO: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI - Fica intimado o requerente, para efetuar o preparo das custas iniciais no valor de R$ 817,80, bem como R$ 9,40 de autuação.

ADV: LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN (OAB 21777/PR), TATIANA RODRIGUES (OAB 47350/PR) - Processo 0051603-11.2011.8.16.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. - REQUERIDO: MAURICIO DA SILVA PALLIANO - Fica intimado o requerente, para efetuar o preparo das custas iniciais no valor de R$ 817,80, bem como R$ 9,40 de autuação.

ADV: DENISE VAZQUEZ PIRES (OAB 54836AP/R) - Processo 0051703-63.2011.8.16.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - REQUERIDO: FERNANDO LUIZ SOARES CRAVO - Fica intimado o requerente, para efetuar o preparo das custas iniciais no valor de R$ 676,80, bem como R$ 9,40 de autuação.

ADV: SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARÃES (OAB 6472/PR) - Processo 0051771-13.2011.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - EXECUTADO: RICARDO GURGEL DO AMARAL VALENTE - Fica intimado o requerente, para efetuar o preparo das custas iniciais no valor de R$ 817,80, bem como R$ 9,40 de autuação.

ADV: EMERSON LUIZ LAURENTI (OAB 26203/PR), HELIO KENNEDY G. VARGAS (OAB 39265/PR), LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ (OAB 5560/PR) - Processo 0051784-12.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL PILARZINHO - REQUERIDA: NATALIA JALA - Fica intimado o requerente, para efetuar o preparo das custas iniciais no valor de R$ 211,50, bem como R$ 9,40 de autuação.

ADV: ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI (OAB 36223/PR), LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN (OAB 21777/PR) - Processo 0051813-62.2011.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - EXECUTADO: LETIMAR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - ME e outros - Fica intimado o requerente, para efetuar o preparo das custas iniciais no valor de R$ 817,80, bem como R$ 9,40 de autuação.

ADV: PAULA ROBERTA PIRES (OAB 23901/PR) - Processo 0051833-53.2011.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: GINA E ALEX SUMPERMERCADOS LTDA e outro - REQUERIDO: NEXTEL TELECOMUNICAÇOES LTDA - Fica intimado o requerente, para efetuar o preparo das custas iniciais no valor de R$ 817,80, bem como R$ 9,40 de autuação.

ADV: DANIEL PESSOA MADER (OAB 42997/PR) - Processo 0053825-83.2010.8.16.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: ADMINISTRADORA EDUCACIONAL NOVO ATENEU S/S LTDA - REQUERIDA: MARIANNE OLIVEIRA LIMA FERRAZ - 1.Tendo em vista a planilha atualizada apresentada às fls.181-184, defiro o requerimento de fl.177, em virtude do que segue em anexo comprovante de solicitação de bloqueio junto ao sistema BACENJUD. (R $3.862,39) Aguarde-se em Cartório pelo prazo de 05 (cinco) dias, voltando-me na seqüência para verificação do resultado. 2.Intimem-se

ADV: GERARD KAGHTAZIAN JUNIOR (OAB 41986/PR), KELLY MENDES CORDEIRO CABRAL (OAB 57050/PR), CRISTINA VELLO (OAB 40594/PR), ANDREA REGINA SCHWENDLER CABEDA (OAB 49512/PR), LUIZ OTAVIO LEMES DE TOLEDO (OAB 14863/PR) - Processo 0054506-53.2010.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - AUTOR: LEONIDIO LEMES DE MELO - RÉU: LIBERTY SEGUROS S/A - 1.Tendo em vista o solicitado pelo expert às fls.481-482,

autorizo a retirada do CD-ROM apresentado pela requerida às fls.478-479. 2.Em seguida, cumpra-se conforme determinado no comando de fl.457. 3.Intimem-se.
ADV: ERLON DE FARIA PILATI (OAB 23091/PR), IZABELLA CRISPILIO (OAB 36562/PR) - Processo 0060497-10.2010.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: ARAMLIS INCORPORAÇOES DE IMOVEIS LTDA - EXECUTADO: CLAIR SCHONE - 1.Em que pese o consignado no item "2" do comando de fl.179, quanto à ausência de manifestação acerca dos honorários do Sr. Administrador Judicial, posto de fato haver sido consignado pela parte exequente o interesse em posteriormente apresentar impugnação, recebo a impugnação de fls.187-188, determinando a intimação do Sr. Administrador para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias. 2.Em seguida retornem para análise e prosseguimento da demanda (fl.165). 3.Intimem-se.
ADV: CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO (OAB 41810/PR), VIVIANE KARINA TEIXEIRA (OAB 27649/PR) - Processo 0066598-63.2010.8.16.0001 - Procedimento Sumário - Contratos Bancários - REQUERENTE: TATIANA ALESSANDRA SANTIAGO - REQUERIDO: BANCO REAL LEASING S/A - Intime-se a parte autora conforme determinado no termo de audiência de fls. 80.

CURITIBA, 29 DE SETEMBRO DE 2011
SYLVIA CASTELLO BRANCO GRADOWSKI
ESCRIVA

# 22ª VARA CÍVEL

**COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DO FORO CENTRAL DE CURITIBA**
**CARTORIO DA VIGÉSIMA SEGUNDA VARA CIVEL**
**JUIZ TITULAR: SÉRGIO JORGE DOMINGOS**
**JUIZ SUBSTITUTO: CAMILA HENNING SALMORIA**
**ESCRIVA: CANDIDA MARNÊS HUGEN**

**RELACAO Nº 219/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADAUTO PINTO DA SILVA 00086 009161/2010
ADILSON DE CASTRO JUNIOR 00022 000301/2007
ADRIANA GONçALVES 00016 001167/2006
ADRIANA SZMULIK 00109 000693/2011
ADRIANO MUNIZ REBELLO 00074 001649/2009
AIRTON JOSÉ ALBERTON 00036 001737/2007
AIRTON PAULO COSTA 00083 001792/2010
ALCIDIO SOARES JUNIOR 00070 001135/2009
ALESSANDRO DIAS PRESTES 00078 001813/2009
ALESSANDRO RAVAZZANI 00009 000011/2006
ALEXANDRE DE SALLES GONCALVES 00026 000517/2007
ALEXANDRE JOSE GARCIA DE SOUZA 00066 000249/2009
ALEXANDRE MARTINS 00009 000011/2006
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 00073 001452/2009
ALTAMIR COUTINHO( PERITO) 00023 000389/2007
AMARILIS VAZ CORTESI 00001 000195/2004
ANA LUCIA FRANCA 00028 000604/2007
ANA PAULA BAGGIO SALVALAGGIO BIALLY 00048 000804/2008
ANA PAULA SCHELLER DE MOURA 00093 035833/2010
00110 000757/2011
ANA TEREZA PALHARES BASILIO 00098 048748/2010
00103 000229/2011
ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI 00053 001207/2008
ANGELITA MARIA BATISTA SANTOS 00031 000960/2007
ANGELO BUENO PASCHOINI 00026 000517/2007
ANTONIO CARLOS GUIMARAES TAQUES 00046 000764/2008
ANTONIO SERGIO PALU FILHO 00099 050140/2010
ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA 00011 000648/2006
00099 050140/2010
ARLETE TEREZINHA DE ANDRADE KUMAKUR 00014 000968/2006
ARNALDO CONCEICAO JUNIOR 00001 000195/2004
BERNARDO GUEDES RAMINA 00103 000229/2011
BLAS GOMM FILHO 00017 000038/2007
00028 000604/2007
00086 009161/2010
00091 031299/2010
BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ 00099 050140/2010
BRAULIO ROBERTO SCHMIDT 00005 000460/2005
BRUNO ANDRE DE SOUZA COLODEL 00064 001829/2008
BRUNO RODRIGUES 00104 000232/2011
CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO 00019 000108/2007
CARLOS EDUARDO FERREIRA MOTTA 00008 000970/2005
CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER 00019 000108/2007
CARLOS EDUARDO SCARDUA 00074 001649/2009
CARLOS HENRIQUE KAMINSKI 00076 001783/2009
CARLOS JOAQUIM DE OLIVEIRA FRANCO 00026 000517/2007
CARLOS PASSOS MELHADO 00122 001335/2011
CARLOS PZEBEOWSKI 00104 000232/2011
CARLOS RAIMUNDO DE AZEVEDO FERREIRA 00029 000874/2007
CAROLINA ELISABETE PUEHRINGER 00020 000229/2007
CAROLINA MARTINS PEDROL 00085 007361/2010
CESAR AUGUSTO TERRA 00056 001297/2008
CEZAR EDUARDO ZILIOTO 00106 000381/2011
CLAUDIO MARIANI BERTI 00019 000108/2007
CLAUDIONOR SIQUEIRA BENITE 00035 001559/2007
CLEDERBAL ATILA DE ALMEIDA 00054 001233/2008
CLEUZA VISSOTTO JUNKES 00054 001233/2008
CLEVERSON GOMES DA SILVA 00116 001061/2011
CLEVERSON JOSE GUSSO 00040 000257/2008
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES 00038 000124/2008
CRISTIANO RICARDO WULFF 00123 001349/2011
DALVA MARIA MACHADO 00063 001799/2008
DANIELA BRUM DA SILVA 00083 001792/2010
DANIEL ANDRADE DO VALE 00066 000249/2009
DANIEL BARBOSA MAIA 00017 000038/2007
DANIELE DE BONA 00027 000550/2007
00060 001542/2008
DANIEL HACHEM 00021 000265/2007
00041 000386/2008
DANIELLE APARECIDA SUKOW ULRICH 00082 002381/2009
DANTON ILYUSHIN BASTOS 00071 001275/2009
DAVI VENÂNCIO 00064 001829/2008
DEBORA FABIA DO NASCIMENTO 00025 000413/2007
DEMETRIO MARUCH NUNES DA SILVA 00039 000215/2008
DEMOCLES PAULO MACHADO 00063 001799/2008
DEMOCRITO ANTONIO DE MIRA MACHADO 00063 001799/2008
DENISE MARCHESINI 00126 001391/2011
DIEFERSON MEIADO 00080 002123/2009
00081 002125/2009
DIEGO RUBENS GOTTARDI 00027 000550/2007
EDSON GONSALVES ARAUJO 00020 000229/2007
EDUARDO FELICIANO DOS REIS 00115 000930/2011
EDUARDO GALDAO DE ALBUQUERQUE 00023 000389/2007
EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO 00060 001542/2008
ELIANA DE FÁTIMA ZANFELICE 00018 000083/2007
ELIAS GONCALVES DA LUZ 00079 001847/2009
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES 00069 001117/2009
EMANOEL THEODORO SALLOUM SILVA 00078 001813/2009
ERNESTO TREVISAN 00068 000485/2009
ESTEVAO RUCHINSKI 00003 000752/2004
EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS 00061 001674/2008
FABIANO LUIZ SEGATO 00114 000915/2011
FABIANO NEVES MACIEYWSKI 00111 000763/2011
FABIOLA LOPES BUENO 00108 000575/2011
FABIOLA POLATTI CORDEIRO FLEISCHFRES 00019 000108/2007
FABIO SZESZ 00023 000389/2007
FABRICIO HIRT 00102 070791/2010
FERNANDA PUNCHIROLLI TORRESANI CENS 00037 000100/2008
FERNANDO ALMEIDA DE OLIVEIRA 00013 000726/2006
FERNANDO JOSE CURI STABEN 00076 001783/2009
FERNANDO MURILO COSTA GARCIA 00111 000763/2011
FERNANDO O`REILLY CABRAL BARRIONUEV 00087 013650/2010
FERNANDO RUDGE LEITE NETO 00116 001061/2011
FERNANDO VERNALHA GUIMARAES 00109 000693/2011
FLAVIO DIONISIO BERNARTT 00002 000500/2004
FLAVIO SANTANNA VALGAS 00094 036318/2010
FUAD SALIM NAJI 00003 000752/2004
GABRIEL BARDAL 00029 000874/2007
GALVÃO LOPES JUNIOR 00101 061356/2010
GELSON BARBIERI 00007 000952/2005
GEORGIA GOMES DE ARAUJO CHAVES 00098 048748/2010
GERSON MASSIGNAN MANSANI 00005 000460/2005
GILMARA FERNANDES MACHADO HEIL 00031 000960/2007
GRACIELA I. MARINS 00125 001360/2011
GRACIENNE DE FATIMA GOES 00066 000249/2009
GUILHERM LOCATELLI RODRIGUES 00053 001207/2008
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 00093 035833/2010
HELIO GOMES COELHO JUNIOR 00040 000257/2008
HENRIQUE SCHNEIDER NETO 00075 001661/2009
IDAMARA ROCHA FERREIRA 00017 000038/2007
IDERALDO JOSE APPI 00007 000952/2005
ISAC ALÉCIO PROVENZI 00107 000465/2011
ISIS FERREIRA DA COSTA 00083 001792/2010
ISRAEL LIUTTI 00085 007361/2010
IVO BERNARDINO CARDOSO 00045 000634/2008
IVONE STRUCK 00051 001067/2008
JACO IRINEU DE PAULI JUNIOR 00091 031299/2010
JANAINA DE CASSIA ESTEVES 00049 000961/2008
JANAINA GIOZZA AVILA 00093 035833/2010
JANAINA ZANON 00118 001249/2011
JAQUELINE TODESCO BARBOSA DE AMORIM 00013 000726/2006
JEFERSON WEBER 00062 001689/2008
JÚLIO CÉSAR DALMOLIN 00011 000648/2006
00077 001808/2009
JOAO LEONEL ANTOCHESKI 00057 001325/2008
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO 00056 001297/2008
JOAQUIM MIRÓ 00098 048748/2010
00100 053073/2010
00103 000229/2011
JOCLER JEFERSON PROCOPIO 00072 001392/2009
JOÃO CASILLO 00004 000100/2005
JORGE DURVAL DA SILVA 00009 000011/2006
JORGE JOSE DOMINGOS 00004 000100/2005
JOSÉ ARI MATOS 00066 000249/2009
00100 053073/2010
JOSE ANTONIO DE ANDRADE ALCANTARA 00022 000301/2007
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA 00079 001847/2009
JOSE CARLOS SKRYSZOESKI JUNIOR 00110 000757/2011

JOSE DERETTI NETTO 00048 000804/2008
JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO 00064 001829/2008
JOSE EDGAR DA CUNHA BUENO FILHO 00104 000232/2011
JOSE MARIA MARTINS DO NASCIMENTO 00025 000413/2007
JOYCE MAUS MISCHUR 00005 000460/2005
JUAREZ SANTANA 00090 024459/2010
JULIANA LICZACOWSKI MALVEZZI 00012 000719/2006
JULIANA RIBEIRO 00084 003727/2010
JULIANE TOLEDO SANTOS ROSSA 00088 016339/2010
JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS 00089 019609/2010
JULIO CEZAR SAMPAIO TEIXEIRA 00031 000960/2007
KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI 00099 050140/2010
KARINA S DE OLIVEIRA 00002 000500/2004
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00033 001207/2007
00058 001391/2008
KARYNA CIOTA ZAMBONIN 00113 000832/2011
KLEBER FARIA MASCARENHAS 00001 000195/2004
LAISE MATROS 00101 061356/2010
LARISSA DA SILVA VIEIRA 00074 001649/2009
LEANDRO LUIZ KALINOWSKI 00002 000500/2004
LEONEL TREVISAN JUNIOR 00010 000052/2006
00016 001167/2006
LEONTAMAR VALVERDE PEREIRA 00120 001305/2011
LETICIA LACERDA DE OLIVEIRA SCHAICH 00080 002123/2009
00081 002125/2009
LIDIANA VAZ RIBOVSKI 00105 000281/2011
00124 001350/2011
LILIAN APARECIDA DE JESUS DEL SANTO 00065 001895/2008
LINCOLN TAYLOR FERREIRA 00003 000752/2004
00119 001286/2011
LORENA MARINS SCHWARTZ 00104 000232/2011
LUCIANA BERRO 00017 000038/2007
LUCIANO MARCHESINI 00126 001391/2011
LUIS CARLOS BERALDI LOYOLA 00090 024459/2010
LUIS FERNANDO BRUSAMOLIN 00008 000970/2005
LUIZ ARMADO CAMISAO 00031 000960/2007
LUIZ CARLOS CHECOZZI 00020 000229/2007
LUIZ EDSON FACHIN 00029 000874/2007
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00053 001207/2008
00082 002381/2009
00107 000465/2011
LUIZ FERNANDO CARNEIRO BETTEGA 00068 000485/2009
LUIZ FERNANDO PEREIRA 00109 000693/2011
LUIZ GUSTAVO VERDANEGA VIDAL PINTO 00079 001847/2009
LUIZ MARCIO FORMIGHIERI RIBAS 00047 000783/2008
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 00061 001674/2008
LUIZ TRINDADE CASSETARI 00031 000960/2007
MACAZUMI FURTADO NIWA 00085 007361/2010
MAGDA REJANE CRUZ 00042 000407/2008
MARCEL NASCIMENTO FAIGLE 00023 000389/2007
MARCELO ALESSANDRO BERTO 00015 001054/2006
MARCELO VARASCHIN 00036 001737/2007
MARCIA CRISTINA MARCONDES 00004 000100/2005
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 00099 050140/2010
MARCO ANTONIO ANDRAUS 00121 001313/2011
MARCOS BLANK ALDRIGHI 00064 001829/2008
MARCOS PAULO DA SILVA 00009 000011/2006
MARIA CAROLINA MACEDO 00048 000804/2008
MARILEIA BOSAK 00103 000229/2011
MARIO ANDRÉ DE SOUZA 00080 002123/2009
00081 002125/2009
MARLUS JORGE DOMINGOS 00004 000100/2005
MAURICIO CHIBINSKI 00004 000100/2005
MAURO EDUARDO J ZAMATARO 00006 000639/2005
MELISSA ACHCAR CAPRIGLIONE 00001 000195/2004
MICHELE GONDIM DE CASTRO 00077 001808/2009
MICHELE SACKSER 00060 001542/2008
MICHEL GUERIOS NETTO 00004 000100/2005
MICHELLE SCHUSTER NEUMANN 00093 035833/2010
00110 000757/2011
MIEKO ITO 00055 001275/2008
00067 000299/2009
00077 001808/2009
00092 034570/2010
MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER 00037 000100/2008
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 00078 001813/2009
MILTON RICARDO E SILVA 00006 000639/2005
MOEMA CZERWONKA DORIGON 00045 000634/2008
MÁRCIO AYRES DE OLIVEIRA 00051 001067/2008
00088 016339/2010
00112 000807/2011
NELSON PASCHOALOTTO 00089 019609/2010
NEY ROLIM DE ALENCAR FILHO 00096 041833/2010
NORBERTO TARGINO DA SILVA 00059 001445/2008
OLINTO ROBERTO TERRA 00044 000545/2008
OSCAR MASSIMILIANO MAZUCO GODOY 00106 000381/2011
OSNILDO PACHECO JUNIOR 00005 000460/2005
OTTO JOÃO LYRA NETO 00099 050140/2010
PATRICIA PIAZZAROLI 00003 000752/2004
PATRICIA PIEKARCZYK 00006 000639/2005
00015 001054/2006
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 00050 001006/2008
PATRICIA ROHN 00009 000011/2006
PAULA NOGARA GUERIOS 00117 001213/2011
PAULO ARMANDO CAETANO DE OLIVEIRA 00024 000399/2007
PAULO CESAR TORRES 00034 001244/2007
00052 001136/2008
PAULO JOSE GOZZO 00095 041210/2010
PAULO ROBERTO BARBIERI 00010 000052/2006
PAULO ROBERTO FERREIRA SILVEIRA 00032 001149/2007
PAULO ROBERTO LOPES 00009 000011/2006
PAULO VINICIUS ACCIOLY C. DA ROSA 00125 001360/2011
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 00038 000124/2008
00094 036318/2010
RAFAEL GONÇALVES ROCHA 00078 001813/2009
RAFAEL HENRIQUE DE OLIVEIRA COSTA 00074 001649/2009
RAFAEL LOIOLA CARDOSO 00097 044340/2010
RAFAEL NOGUEIRA DA GAMA 00101 061356/2010
RAFAEL TADEU MACHADO 00091 031299/2010
REINALDO EMILIO A. HACHEM 00021 000265/2007
REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM 00041 000386/2008
REINALDO MIRICO ARONIS 00049 000961/2008
00105 000281/2011
RENATA CRISTINA PALOAN TOESCA 00030 000931/2007
RENATO BRUNO FUHRMANN 00039 000215/2008
RENILDE PAIVA MORGADO GOMES 00025 000413/2007
RICARDO AUGUSTO MENEZES YOSHIDA 00099 050140/2010
ROBERTA CARVALHO DE ROSIS 00066 000249/2009
ROBERTO DE CARVALHO PEIXOTO 00049 000961/2008
RODRIGO GAIAO 00001 000195/2004
RODRIGO OTAVIO DE BITTENCOURT DRUSZ 00009 000011/2006
RODRIGO VISSOTTO JUNKES 00054 001233/2008
ROGERIO CASIUS BISCARDI 00026 000517/2007
RUBEN MADINI 00060 001542/2008
RUBENS ALBERTO OLSEN (PERITO) 00001 000195/2004
SABRINA MARCOLLI RUI 00010 000052/2006
SAMANTA SERPA SUSSI 00018 000083/2007
SAMUEL G. CARDOSO 00014 000968/2006
SANDRA CARRILHO FERREIRA 00040 000257/2008
SANDRA ELIANE DOS SANTOS RIBAS 00047 000783/2008
SANDRA REGINA RODRIGUES 00102 070791/2010
SERGIO LUIZ PEIXER 00002 000500/2004
SIGISFREDO HOEPERS 00084 003727/2010
SILVENEI DE CAMPOS 00047 000783/2008
SYDNEI MARTINS LECHETA 00102 070791/2010
TARCISIO ARAUJO KROETZ 00019 000108/2007
TATIANA VALESCA VROBLEWSKI 00058 001391/2008
00069 001117/2009
TERESA CELINA ARRUDA ALVIM WAM 00061 001674/2008
THAIS REGINA MYLIUS MONTEIRO 00024 000399/2007
UBIRAJARA COSTODIO FILHO 00071 001275/2009
VALDEMAR BERNARDO JORGE 00023 000389/2007
VALÉRIA CARAMURU CICARELLI 00073 001452/2009
VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA 00060 001542/2008
VANESSA QUEIRÓZ PONCIANO 00006 000639/2005
VICTOR ALBERTO AZI BOMFIM MARINS 00125 001360/2011
VINICIUS KOBNER 00087 013650/2010
VITOR PIERANTONI CAMPOS 00031 000960/2007
WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA 00111 000763/2011
WILSON CARLOS PASSOS BARBOZA 00043 000453/2008
WILSON OLANDOSKI BARBOZA 00043 000453/2008
WILSON ROBERTO DE LIMA 00032 001149/2007

1. RESTITUICAO DE VALORES - 195/2004-AUTO POSTO TOURINHO LTDA x TEXACO BRASIL S.A PRODUTOS DE PETROLEO - A parte, para que, no prazo de 10 dias, se manifeste sobre resposta do BACEN. iNT Advs. AMARILIS VAZ CORTESI, KLEBER FARIA MASCARENHAS, MELISSA ACHCAR CAPRIGLIONE, ARNALDO CONCEICAO JUNIOR, RODRIGO GAIAO e RUBENS ALBERTO OLSEN (PERITO).

2. COBRANÇA - SUMÁRIA - 500/2004-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL VILAS NOVAS II e outro x HENIO RIBEIRO DE LARA e outro - Ao preparo das custas do Sr. Avaliador, no valor de R$ 452,00.Int. Advs. KARINA S DE OLIVEIRA, LEANDRO LUIZ KALINOWSKI, SERGIO LUIZ PEIXER e FLAVIO DIONISIO BERNARTT.

3. INDENIZACAO ORDINARIA - 752/2004-SORAIA BERNADETE DOS SANTOS x CIDADELA S.A e outro - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. FUAD SALIM NAJI, PATRICIA PIAZZAROLI, ESTEVAO RUCHINSKI e LINCOLN TAYLOR FERREIRA.

4. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 100/2005-A.C COMERCIAL E EXPORTAÇÃO LTDA x INDUSTRIAS TODESCHINI S/A - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. MICHEL GUERIOS NETTO, JOÃO CASILLO, MAURICIO CHIBINSKI, MARCIA CRISTINA MARCONDES, MARLUS JORGE DOMINGOS e JORGE JOSE DOMINGOS.

5. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 460/2005-GERDAU ACOMINAS S/A x CONSTRUTORA NAVE LTDA - Diga o credor em 05 dias. inbt. Advs. JOYCE MAUS MISCHUR, BRAULIO ROBERTO SCHMIDT, GERSON MASSIGNAN MANSANI e OSNILDO PACHECO JUNIOR.

6. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 639/2005-CONDOMINIO EDIFICIO LYON x SIDERURGICA CATARINENSE INDUSTRIA E COMERCIO DE FE e outros - Ao preparo das custas do Sr. Avaliador, no valor de R$ 452,00.Int. Advs. PATRICIA PIEKARCZYK, VANESSA QUEIRÓZ PONCIANO, MAURO EDUARDO J ZAMATARO e MILTON RICARDO E SILVA.

7. COBRANÇA - SUMÁRIA - 952/2005-CONDOMINIO EDIFICIO SAINT BARTHELEMY x VANESSA DE ANDRADE CAMARGO - Ao preparo das custas do Sr. Avaliador, no valor de R$ 452,00.Int. Advs. IDERALDO JOSE APPI e GELSON BARBIERI.

8. DECLARATORIA NULID.COBRANCA - 970/2005-MARTINHO NOBRE DOS SANTOS x CONSORCIO NACIONAL CIDADELA S.C LTDA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. CARLOS EDUARDO FERREIRA MOTTA e LUIS FERNANDO BRUSAMOLIN.

9. OBRIGAÇÃO DE FAZER - 11/2006-LORENICE LANDO x E D CAR AUTOMOVEIS LTDA e outro - A parte autora para dar prosseguimento ao feito. Int. Advs. JORGE DURVAL DA SILVA, ALESSANDRO RAVAZZANI, ALEXANDRE MARTINS, PATRICIA ROHN, PAULO ROBERTO LOPES, RODRIGO OTAVIO DE BITTENCOURT DRUSZ e MARCOS PAULO DA SILVA.
10. EXECUÇÃO - 52/2006-BANCO BANESTADO S/A x PATRICIA APARECIDA VIDAL - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. LEONEL TREVISAN JUNIOR, PAULO ROBERTO BARBIERI e SABRINA MARCOLLI RUI.
11. COBRANCA ORDINARIA - 648/2006-RODRIGUES & LAGO LTDA x BANESTADO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL - As partes para, no prazo de 48 horas, informarem acerca do julgamento do recurso especial pendente. Int. Advs. JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA.
12. MONITÓRIA - 719/2006-INDUFATO ICA CIMENTO LTDA x J BONETTI COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Adv. JULIANA LICZACOWSKI MALVEZZI.
13. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 726/2006-CROMOS EDITORA E INDUSTRIA GRAFICA LTDA x RYEB EDITORA LTDA e outros - Ao exequente para que, em 05 (cinco) dias, cumpra o desapcho de fl. 161, item I:deverá a parte autora juntar certidao do transito em julgado da sentença proferida pelo Juizo da 12 Vara Civel desta Coamrca. Int. Advs. JAQUELINE TODESCO BARBOSA DE AMORIM e FERNANDO ALMEIDA DE OLIVEIRA.
14. DESPEJO C/C COBRANCA ALUGUEIS - 968/2006-LEAO CZIZYK x ELOACIR BELLETTI e outros - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de 48 horas. Int. Advs. ARLETE TEREZINHA DE ANDRADE KUMAKUR e SAMUEL G. CARDOSO.
15. RESSARCIMENTO - 1054/2006-GARANTE SERVICOS DE APOIO S/C LTDA x AURINETE DE BRITO TONIETTI - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de 48 horas. Int. Advs. PATRICIA PIEKARCZYK e MARCELO ALESSANDRO BERTO.
16. EXECUÇÃO - 1167/2006-BANCO ITAU S/A x MARLI PORTELLA - A parte credora para informar acerca do julgamento do recurso. Int. Advs. LEONEL TREVISAN JUNIOR e ADRIANA GONçALVES.
17. DEPÓSITO - 38/2007-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO x ANDRE TADEU MACEDO FORTUNATO - Ao credor para dar andamento ao feito, em 05 (cinco) dias. int. Advs. BLAS GOMM FILHO, IDAMARA ROCHA FERREIRA, LUCIANA BERRO e DANIEL BARBOSA MAIA.
18. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 83/2007-IZILDA MARIA MENEZES SERPA x FERNANDO ANTONIO CARVALHO - Ao requerido para que regularize o preparo das custas devidas a 22 Vara Civel, visto que as guias juntadas são para o 2 cartorio Distribuidor, no prazo de 10 dias. Int. Advs. SAMANTA SERPA SUSSI e ELIANA DE FÁTIMA ZANFELICE.
19. INDENIZAÇÃO - 108/2007-FUJINSET LTDA-ME x FOBRAS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE CONSUMO LTDA e outro - Considerando que não haverá tempo hábil para conclusao da pericia antes da realização da audiencia, retire-se da pauta. Manifeste-se o perito acerca do contido nas fls. 713/715 em 10 dias. Int.Advs. CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO, CLAUDIO MARIANI BERTI, CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER, TARCISIO ARAUJO KROETZ e FABIOLA POLATTI CORDEIRO FLEISCHFRES.
20. REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO - 229/2007-LIBERTY PAULISTA DE SEGUROS S.A x JAIME ALBERTO KRUPAZC - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. EDSON GONSALVES ARAUJO, LUIZ CARLOS CHECOZZI e CAROLINA ELISABETE PUEHRINGER.
21. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 265/2007-BANCO ITAUBANK S/A x SANDRO DE OLIVEIRA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção. Int. Advs. DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO A. HACHEM.
22. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 301/2007-MARIA DARZISA ROCHA x HSBC SEGUROS BRASIL S/A - Após as comunicações, anotações e demais cautelas de estilo, arquivem-se os autos. Int. Advs. JOSE ANTONIO DE ANDRADE ALCANTARA e ADILSON DE CASTRO JUNIOR.
23. COBRANÇA - SUMÁRIA - 0000062-75.2007.8.16.0001-JANDIR SORATO x CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, nos termos do inciso I do artigo 269 do CPC, para condenar a requerida Chubb do Brasil Companhia de Seguros, ao pagamento, em favor do autor Jandir Sorato, da indenização relativa às peças supracitadas, descontado o valor da franquia, acrescidos de juros legais, de 1% ao mês, nos termos do artigo 406 desse diploma legal c/c artigo 161, §4º, do Código Tributário Nacional, a partir da citação e correção monetária pela média aritmética simples do INPC com o IGP-M, a partir da negativa do pagamento,. Condeno as partes, ante à sucumbência recíproca, ao pagamento, pro rata, das custas processuais e dos honorários advocatícios os quais fixo em 12% do valor condenação, com amparo no artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil, levando em conta a simplicidade da matéria, o zelo do profissional e o tempo e local da prestação do serviço. Interposta apelação, ao cartório para que certifique a tempestividade bem como preparo, observando os casos de gratuidade e de isenção. Implementados, recebo o recurso, em seu duplo efeito. Tendo sido o apelado citado e constituído procurador nos autos, dê-se vista à parte contrária para contrarrazões e após, remetam-se os autos à Instância Superior. Caso o apelado não tenha sido citado ou constituído procurador nos autos, remetam-se, diretamente, ou autos à Instância Superior. Não sendo o recurso protocolado dentro do prazo legal ou não estando devidamente preparado, voltem conclusos. Observe a escrivania, no que couber, o Código de Normas da d. Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. VALDEMAR BERNARDO JORGE, MARCEL NASCIMENTO FAIGLE, FABIO SZESZ, EDUARDO GALDAO DE ALBUQUERQUE e ALTAMIR COUTINHO( PERITO).
24. BUSCA E APREENSÃO - 399/2007-BANCO VOLVO (BRASIL) S/A x MPQ EMPREENDIMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de 48 horas. Int. Advs. THAIS REGINA MYLIUS MONTEIRO e PAULO ARMANDO CAETANO DE OLIVEIRA.
25. REDIBITORIA - 413/2007-RODRIGO GIRALDI x RICO TOM COMERCIO VAREJISTA DE VEICULO LTDA (ME) - Ao interessado para que tome ciencia do envio do mandado a central de mandados da Comarca de Almirante Tamandaré-PR. Int. Advs. DEBORA FABIA DO NASCIMENTO, JOSE MARIA MARTINS DO NASCIMENTO e RENILDE PAIVA MORGADO GOMES.
26. EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE - 517/2007-CAFE FELIPE LTDA x FAMA COMUNICACOES, COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Manifeste-se o credor sobre o prosseguimento do feito no prazo de 48 horas. Int. Advs. ANGELO BUENO PASCHOINI, ALEXANDRE DE SALLES GONCALVES, ROGERIO CASIUS BISCARDI e CARLOS JOAQUIM DE OLIVEIRA FRANCO.
27. DEPÓSITO - 550/2007-BANCO BMC S/A x ANDREA PRISCILA MIRANDA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de 48 horas. Int. Advs. DIEGO RUBENS GOTTARDI e DANIELE DE BONA.
28. BUSCA E APREENSÃO - 604/2007-BANCO SANTANDER BANESPA S/A x STELA MARIS SOUZA BAIL - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção. Int. Advs. BLAS GOMM FILHO e ANA LUCIA FRANCA.
29. IMISSAO DE POSSE - 874/2007-RICARDO MENEZES e outro x UPES - UNIAO PARANAENSE DOS ESTUDANTES SECUNADRIOS - I. A liminar de imissão de posse foi concedida e cumprida. No entanto, a parte autora noticia a retomada ilegal do imóvel pela ré. II. Diante do contido na petição de fls. 490/491 e documentos de fls. 504/505, 509/510, defiro o pedido de expedição de mandado de reintegração de posse, autorizando a utilização de força policial, se for o caso. III. Intime-se. Advs. GABRIEL BARDAL, CARLOS RAIMUNDO DE AZEVEDO FERREIRA e LUIZ EDSON FACHIN.
30. INTERDICAO E CURATELA - 931/2007-JOSE ARI HAACK x SOLANGE APARECIDA XAVIER - Ao curador para cumprir integralmente o despacho de fls. 90: para no prazo de 15 dias, comprovar o registro da interdicão junto ao Cartório de Pessoas Naturais, bem como esclarecer, no mesmo prazo, se a interditada possui bens e/ou rendimentos. E, em havendo, deverá demonstrar a existëncia de tais bens documentalmente Adv. RENATA CRISTINA PALOAN TOESCA.
31. COBRANÇA - 960/2007-WILGA LEVERMANN e outros x BRADESCO SEGUROS S/A - I - Recebo os recursos interpostos nos seus efeitos devolutivo e suspensivo ( art. 520, CPC). II - Vista ao apelado para, querendo, oferecer suas contrarrazões, no prazo legal. III - Apos, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Parana. int. Advs. LUIZ ARMADO CAMISAO, GILMARA FERNANDES MACHADO HEIL, ANGELITA MARIA BATISTA SANTOS, JULIO CEZAR SAMPAIO TEIXEIRA, LUIZ TRINDADE CASSETARI e VITOR PIERANTONI CAMPOS.
32. RESCISÃO DE CONTRATO C/ TUTEL - 1149/2007-ELOIS DA SILVA PAIM x ROGERIO STUMPF LIMA e outro - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. WILSON ROBERTO DE LIMA e PAULO ROBERTO FERREIRA SILVEIRA.
33. DEPÓSITO - 1207/2007-AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x VALDOMIRO DE SOUZA MENDES - Ao autor para dar prosseguimento no feito no prazo de 48:00 horas. Int. Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER.
34. BUSCA E APREENSÃO - 1244/2007-OMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOSE ROBERTO DA SILVA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de 48 horas. Int. Adv. PAULO CESAR TORRES.
35. REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/ PED MED LIMINAR - 1559/2007-LARISSA APARICIO BENITE e outro x MICHELE MENDES URSULANO - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Adv. CLAUDIONOR SIQUEIRA BENITE.
36. EXECUÇÃO - 1737/2007-RJU - COMERCIO E BENEFICIAMENTO DE FRUTAS E VERDUR x HEEL REPRESENTACAO COMERCIAL - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de 48 horas. Int. Advs. MARCELO VARASCHIN e AIRTON JOSÉ ALBERTON.
37. COBRANÇA - 0003285-02.2008.8.16.0001-ANTONIO RENATO VOLIM x LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A - Sobre a baixa dos autos do Tribunal de Justiça, digam os interessados em 10 dias. Int. Advs. FERNANDA PUNCHIROLLI TORRESANI CENS e MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER.
38. DEPÓSITO - 124/2008-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVES x SANDRA MARIA RUDINIK - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção. Int. Advs. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR.
39. DESPEJO C/C COBRANCA ALUGUEIS - 215/2008-MIGUEL LAURINDO FERREIRA x TEODORO JOSE KAMERS - Ao credor sobre o contido no oficio da Delegacia de Receita Federal, o qual encontra-se arquivado em cartorio. Int. Advs. DEMETRIO MARUCH NUNES DA SILVA e RENATO BRUNO FUHRMANN.
40. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 257/2008-MARIO TOBIAS DE CASTRO x AMALIA MARIA NALIN DA MOTTA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de 48 HORAS., iNT.. Int. Advs. HELIO GOMES COELHO JUNIOR, CLEVERSON JOSE GUSSO e SANDRA CARRILHO FERREIRA.
41. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 386/2008-BANCO BRADESCO S/A x RJT TRANSPORTES DE CARGAS LTDA e outros - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM.

42. ALVARÁ JUDICIAL - 407/2008-LAURA LACHOMAN e outros x EMILIA LACHMAN ( DE CUJUS) - Manifeste-se o interessado sobre o prosseguimento do feito. Int. Adv. MAGDA REJANE CRUZ.
43. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO - 453/2008-CELSO FARACO x CATIA ROSANE DOS SANTOS MOTA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. WILSON CARLOS PASSOS BARBOZA e WILSON OLANDOSKI BARBOZA.
44. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 545/2008-AURELIO VICENTE CARNELOSSI e outros x BANCO ITAU S/A - Ao preparo das custas do Sr. Oficial de Justica. Dados para preenchimento da guia: Caixa Economica Federal, Ag. 3984, conta n. 1500135-9. |Int. Adv. OLINTO ROBERTO TERRA.
45. ORDINARIA DE COBRANCA - 634/2008-RENILTON ANTONIO RIBAS x ESPACO DO AUTOMOVEL LTDA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. IVO BERNARDINO CARDOSO e MOEMA CZERWONKA DORIGON.
46. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA - 764/2008-CELSO CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS e outro x MARIA LEONOR DE FREITAS PORTES DOS SANTOS e outro - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Adv. ANTONIO CARLOS GUIMARAES TAQUES.
47. CANCELAMENTO PROTESTO C/TUTEL - 783/2008-ANDREA FABIANE ALVES x MAXCOIL COLCHOES LTDA - Manifeste-se as partes, no prazo comum de 10 dias, acerca do prosseguimento do feito. int. Advs. LUIZ MARCIO FORMIGHIERI RIBAS, SANDRA ELIANE DOS SANTOS RIBAS e SILVENEI DE CAMPOS.
48. EMBARGOS DE TERCEIRO - 804/2008-CPEA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA x GERCON - ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Ao interessado sobre o contido na certidao do Sr. Oficial de Justica. Advs. JOSE DERETTI NETTO, ANA PAULA BAGGIO SALVALAGGIO BIALLY e MARIA CAROLINA MACEDO.
49. REV DE CONTRATO C/C CONSIG EM PAGAMENTO - 961/2008-ANA CAROLINA BIERNASTKI x BV FINANCEIRA - A parte autora para, no prazo de 48 horas, informar acerca do transito em julgado da decisão que reconheceu a nulidade da sentenga proferida na acão de busca e apreensão, bem como da decisão liminar e determinou a remessa dos autos 889/2008 de busca e apreensão para este Juizo. II. Intime-se.Int. Advs. ROBERTO DE CARVALHO PEIXOTO, REINALDO MIRICO ARONIS e JANAINA DE CASSIA ESTEVES.
50. BUSCA E APREENSÃO - 1006/2008-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVES x CARLOS HENRIQUE REZENDE LOPES - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias Int. Adv. PATRICIA PONTAROLI JANSEN.
51. REVISÃO DE CONTRATO - 0005990-70.2008.8.16.0001-HERMINA MIGUEL x CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - GRUPO ITAÚ - 1. Recebo os recursos de apelação em seu duplo efeito. 2. Aos apelados para, querendo, apresentarem contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Diligôncias necessárias. 5. Intimem-se. Advs. IVONE STRUCK e MÁRCIO AYRES DE OLIVEIRA.
52. BUSCA E APREENSÃO - 1136/2008-OMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOEL CAMARGO DOS SANTOS - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Adv. PAULO CESAR TORRES.
53. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0006690-46.2008.8.16.0001-BANCO ABN AMRO REAL S/A x PIZZA BATEL LTDA e outro - As partes celebraram transação (fls. 155/168). Havendo composição amigável, a homologação do acordo com resolução do mérito é medida que se impõe. Diante do exposto, HOMOLOGO a transação para que produza os efeitos legais e de direito, com resolução de mérito (art. 269, III, do CPC). Considerando o cumprimento do acordo entabulado entre as partes e considerando que já foram informados os dados bancários para a transferência bancaria, proceda a escrivania a transferência do numerário depositado em fls.146, para a conta indicada, oficiando-se ao Banco do Brasil para assim proceder. Instrua-se o ofício com cópia desta decisão, bem como do comprovante de depósito juntado nos autos. Deverá o Banco do Brasil comunicar a este Juízo da operação, juntando-se cópia do oficio e comprovante de depósito. Custas e honorários advocatícios nos termos da transação. P.R.I. Oportunamente, arquive-se. Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e GUILHERM LOCATELLI RODRIGUES.
54. MONITÓRIA - 1233/2008-FESP - FUNDACAO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANA x AMANDA DA SILVA BRITO - A parte credora, para se manifestar sobre o que requer, no prazo de 05 (cinco) dias. int. Advs. RODRIGO VISSOTTO JUNKES, CLEUZA VISSOTTO JUNKES e CLEDERBAL ATILA DE ALMEIDA.
55. DEPÓSITO - 1275/2008-BANCO BMG S/A x HALTAIR ODALIO CORREA JUNIOR - Ao autor sobre o contido no oficio da Receita Federal. Int. Adv. MIEKO ITO.
56. EXECUCAO HIPOTECARIA - 1297/2008-BANCO ITAU x LUIZ OTAVIO LAUS e outro - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. CESAR AUGUSTO TERRA e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO.
57. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1325/2008-BANCO BRADESCO S/A x CLINTON & SANTOS LTDA (ME) e outro - Ao interessado sobre o contido na certidao do Sr. Oficial de Justica. Adv. JOAO LEONEL ANTOCHESKI.
58. RESCISÃO DE CONTRATO C/C PERDAS - 1391/2008-DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x RICARDO DIONIZIO DOS SANTOS - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI.
59. BUSCA E APREENSÃO C/ PED. LIMINAR - 1445/2008-BANCO FINASA S/A x JOSE MAURICIO FERREIRA - Ao autor para retirada dos oficios, bem como sobre a resposta do BACENJUD. int. Adv. NORBERTO TARGINO DA SILVA.
60. BUSCA E APREENSÃO C/ PED. LIMINAR - 1542/2008-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x JOAO CORNELHO DA SILVA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. MICHELE SACKSER, EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA, DANIELE DE BONA e RUBEN MADINI.
61. EXECUÇÃO - 1674/2008-BANCO ITAU S/A x ELTON RICARDO GONCALVES - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de 48 horas. Int. Advs. EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, TERESA CELINA ARRUDA ALVIM WAM e LUIZ RODRIGUES WAMBIER.
62. COBRANÇA - SUMÁRIA - 1689/2008-CONJUNTO RESIDENCIAL VILA IZABEL x MARIA ADRIANO - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção. Int. Adv. JEFERSON WEBER.
63. ARROLAMENTO - 1799/2008-IZOLDI ROSMARI GASPARINI FRANCA x ESPOLIO DE NELSON FRANCA - A inventariante para manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, em 05 dias. int. Advs. DEMOCLES PAULO MACHADO, DALVA MARIA MACHADO e DEMOCRITO ANTONIO DE MIRA MACHADO.
64. COBRANÇA - 0006348-35.2008.8.16.0001-CARMEM ROCHA DE SOUZA x BANCO BRADESCO - 1. Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito. 2. Ao apelado para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Diligôncias necessárias. 5. Intimem-se. Advs. DAVI VENÂNCIO, JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO, MARCOS BLANK ALDRIGHI e BRUNO ANDRE DE SOUZA COLODEL.
65. BUSCA E APREENSÃO - 1895/2008-OMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ADRIANO SIDILEI KLIPEL NUNES - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Adv. LILIAN APARECIDA DE JESUS DEL SANTO.
66. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 0007587-40.2009.8.16.0001-JULIANO BELLOTTI CARVALHO x BRASIL TELECOM S/A - 1. Recebo os recursos de apelação em seu duplo efeito. 2. Ao apelado para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Diligôncias necessárias. 5. Intimem-se. Advs. JOSÉ ARI MATOS, DANIEL ANDRADE DO VALE, GRACIENNE DE FATIMA GOES, ALEXANDRE JOSE GARCIA DE SOUZA e ROBERTA CARVALHO DE ROSIS.
67. BUSCA E APREENSÃO - 299/2009-BANCO BMG S/A x ROGERIO DE OLIVEIRA BARBOSA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção. Int. Adv. MIEKO ITO.
68. DECLARATORIA DE PROPRIEDADE - 485/2009-ITO VIEIRA e outro x VICTOR ANTONIACOMI PERETTI - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Advs. ERNESTO TREVISAN e LUIZ FERNANDO CARNEIRO BETTEGA.
69. RESOLUÇÃO CONTRATUAL - 1117/2009-SUDAMERIS ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x MARIA DOS SANTOS BRANDINO - Ao interessado sobre o contido no oficio do DETRAN-PR. int. Advs. ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI.
70. RESOLUÇÃO CONTRATUAL - 1135/2009-LUIZ ALBERTO JUST x ZANUTO VEICULOS LTDA - Ao autor para retirada do edital, para que providencie sua publicação nos jornais de circulação. Int. Adv. ALCIDIO SOARES JUNIOR.
71. RESOLUÇÃO CONTRATUAL - 0007554-50.2009.8.16.0001-ASTRID ZGODA BASTOS e outro x GAFISA S/A - O embargante ofereceu os presentes embargos de declaração sustentando a ocorrência de omissão na decisão lançada. Eo relatório. Trata-se de embargos de declaração ajuizado pelo requerente, ora embargante. Presentes os requisitos legais conheço dos embargos. O embargante, em que pese alegue a ocorrência de omissão e na decisão lançada, na sua fundamentação demonstra que sua insurgência refere-se ao mérito da decisão, uma vez que pretende reformar a decisão. Ainda observa-se que foi analisada a preliminar de prescrição na sentença. Ora, observa-se que esse insurge-se quanto o entendimento exposado pelo Juízo em sua decisão e não por qualquer erro interno que dela conste. Os embargos de declaração tem como escopo corrigir eventual defeito da decisão e não alterar o julgamento nela inserido. Sobre o tema já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça: "1. Os embargos de declaração somente são cabíveis nos casos de obscuridade, contradição ou omissão nas decisões judiciais. 2. Na hipótese dos autos, os embargos declaratórios não buscam a correção de eventual defeito do acórdão, mas a alteração do resultado do julgamento, providência inviável na via recursal eleita." (Embargos de Declaração no Recurso Especial n° 717356/MT (2005/0007676-8), 1" Turma do STJ, Rel. Denise Arruda. j. 26.06.2007, unânime, DJ 02.08.2007). Considerando que os embargos de declaração tem como função a revisão de decisão em decorrência de omissão, obscuridade ou contradição, bem como o fato do embargante não buscar com esses a correção de eventual erro da decisão, mas sim a modificação do mérito, conclui-se que os presentes embargos assumem caráter infringente, o qual é estranho ao instituto. Conclui-se, assim, que o embargante utilizou-se do instrumento processual indevidamente. Por tais razões, os embargos hão de ser rejeitados como, uma vez que se verificou a inocorrência de qualquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada. Diante do exposto, REJEITO os presentes embargos de declaração, persistindo a decisão tal como está lançada. Observe a escrivania, no que couber, o Código de Normas da d. Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Intimem-se. Advs. DANTON ILYUSHIN BASTOS e UBIRAJARA COSTODIO FILHO.
72. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO - 1392/2009-ANA CRISTINA DEBETIR DE SOUZA x INFOCENTRO COMERCIO DE PRODUTOS PARA INFORMATICA E PAPELARIA LTDA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias. Int. Adv. JOCLER JEFERSON PROCOPIO.
73. BUSCA E APREENSÃO C/ PED. LIMINAR - 1452/2009-BANCO GMAC S.A x ALCIDEA DA CONCEIÇÃO SILVA COSTA - Ao procurador para retirada do

Aditamento da Carta Precatoria. Int. Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ e VALÉRIA CARAMURU CICARELLI.

74. REV DE CONTRATO C/C CONSIG EM PAGAMENTO - 0007198-55.2009.8.16.0001-JOSE BETIM ROSA x BANCO OMNI S/A - Remetam-se os autos ao arquivo. int. Advs. CARLOS EDUARDO SCARDUA, ADRIANO MUNIZ REBELLO, LARISSA DA SILVA VIEIRA e RAFAEL HENRIQUE DE OLIVEIRA COSTA.

75. DESPEJO POR DENÚNCIA VAZIA - 1661/2009-BADRI ALI CHAMS x HAMZE AHMAD BARAKAT - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção. Int. Adv. HENRIQUE SCHNEIDER NETO.

76. COMINATORIA - 1783/2009-ANGELA BAGGIO BERBICZ x ROSILDA BALZARETTI - Ao autor para retirada do oficio. Int. Advs. CARLOS HENRIQUE KAMINSKI e FERNANDO JOSE CURI STABEN.

77. REVISÃO DE CONTRATO C/C MANUTENÇÃO DE POSSE - 1808/2009-PATRICK SERENA HANSEN DA SILVA x HSBC BANK BRASIL S/A - Revogo o despacho de fls. 125, uma vez que o petitório de fls. 115/123 não se trata de recurso de apelação. Defiro o levantamento dos valores depositados as fls. 123, portanto, intime-se a parte credora, para que sejam indicados os dados bancários (banco, conta, agência, identificador, CPF/CNPJ etc) para depósito mediante transferência bancária através de ofício judicial. Intime-se, ainda, para que conceda autorização para a cobrança de eventuais tarifas bancárias de transferência, no caso de o banco indicado ser diverso do depósito judicial. Indicados os dados bancários, proceda a escrivania a transferência do numerário depositado em fls. 123, para a conta indicada, oficiando-se ao Banco do Brasil para assim proceder. Instrua-se o ofício com cópia desta decisão, bem como do comprovante de depósito juntado nos autos. Deverá o Banco do Brasil comunicar a este Juízo da operação, juntando-se cópia do oficio e comprovante de depósito. Advs. JÚLIO CÉSAR DALMOLIN, MIEKO ITO e MICHELE GONDIM DE CASTRO.

78. ORDINARIA DE COBRANCA - 0007253-06.2009.8.16.0001-IRMÃOS PASSAÚRA S/A x MARITIMA SEGUROS - 1. Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito. 2. Ao apelado para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Intimem-se. Advs. EMANOEL THEODORO SALLOUM SILVA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, ALESSANDRO DIAS PRESTES e RAFAEL GONÇALVES ROCHA.

79. CAUTELAR DE SUST. DE PROTESTO - 1847/2009-GRÁFICA E EDITORA AQUAPRINT LTDA x UNIBANCO UNIAO DE BANCOS S.A e outro - 1. A primeira requerida pugnou pelo depoimento pessoal do autor às fls.153, com o fim de comprovar que as cobranças se deram de forma regular. Da mesma forma, o curador especial representando a segunda requerida, requereu a produção de prova pericial às fls. 166. Entretanto, entende este juízo ser desnecessária a dilação probatória no presente caso, eis que trata-se de questão de direito já amplamente comprovada através de documentos juntados aos autos. Assim, a produção de provas nada acrescentaria para a elucidação do feito, sendo plenamente possível o julgamento do feito no estado em que se encontra. Vejamos: EMENTA: APELAÇAO CIVEL - INDENIZAÇAO- DANO MORAL E PEDIDO DE RESTITUIÇAO EM DOBRO- CONTRATO DE TELEFONIA FIXA- PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA- INOCORRENCIA- INTELIGENCIA DO ARTIGO 330, INCISO I DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL- O JUIZ PODE REALIZAR O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE SE ENTENDER QUE AS PROVAS CARREADAS NOS AUTOS SAO SUFICIENTES PARA A FORMAÇAO DE SEU CONVENCIMENTO SOBRE A MATERIA- ALEGAÇAO DE PEDIDO DE CANCELAMENTO DE LINHA TELEFONICA- IMPROCEDENCIA- NAO COMPROVAÇAO DO CANCELAMENTO- FALTA NUMERO DO PROTOCOLO- ALEGAÇAO DE DANO MORAL- INSCRIÇAO INDEVIDA DO APELANTE NO SERASA- IMPOSSIBILIDADE- NAO HA NOS AUTOS PROVA DE INSCRIÇAO INDEVIDA- ADUZ COBRANÇA INDEVIDA- IMPOSSIBILIDADE- OBEDIENCIA DA APELADA AO PLANO "PULA- PULA"- RESTITUIÇAO DO VALOR EM DOBRO- IMPROCEDENCIA- COBRANÇA FOI REGULAR- RECURSO DESPROVIDO.( TJ/PR -- Apel Civel n° 0602988-9 - 8" CC - Rel. Denise Kruger Pereira -- J 20/05/2010) Desta forma, sende :as provas juntadas aos autos suficientes para formar o convencimento do julgador e não restando pontos controvertidos a serem analisados, indefiro a.produgão das provas. 2. Diante do exposto, o feito encontra-se apto para julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art.330 do CPC. Contados e preparados vóltem og autbs conclusos para prolação da sentença. 3. Providénciás necessarias: Advs. ELIAS GONCALVES DA LUZ, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA e LUIZ GUSTAVO VERDANEGA VIDAL PINTO.

80. DECLARATORIA RESC.CONTRATUAL - 2123/2009-FÁBIO JÚNIOR PERUZZO x TEREZINHA ANA TEODORO - - Intime-se pessoalmente a parte requerente, para que, em 48 (quarenta e oito) horas, promova o regular andamento do feito, sob pena de abandono. 3. Diligências necessarias Advs. LETICIA LACERDA DE OLIVEIRA SCHAICH, DIEFERSON MEIADO e MARIO ANDRÉ DE SOUZA.

81. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 2125/2009-FÁBIO JÚNIOR PERUZZO x TEREZINHA ANA TEODORO - - Intime-se pessoalmente a parte requerente, para que, em 48 (quarenta e oito) horas, promova o regular andamento do feito, sob pena de abandono. 3. Diligências necessarias Advs. LETICIA LACERDA DE OLIVEIRA SCHAICH, DIEFERSON MEIADO e MARIO ANDRÉ DE SOUZA.

82. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0008501-07.2009.8.16.0001-EDISON LUIS SOARES x ABN AMRO REAL S/A - As partes celebraram transação (fls. 155/156). Havendo composição amigável, a homologação do acordo com resolução do mérito é medida que se impõe. Diante do exposto, HOMOLOGO a transação para que produza os efeitos legais e de direito, com resolução de mérito (art. 269, III, do CPC). Custas e honorários advocatícios nos termos da transação. Intime-se a parte autora, para que sejam indicados os dados bancários (banco, conta, agência, identificador, CPF/CNPJ etc) para depósito mediante transferência bancária através de ofício judicial. Intime-se, ainda, para que conceda autorização para a cobrança de eventuais tarifas bancárias de transferência, no caso de o banco indicado ser diverso do depósito judicial. Ressalte-se que a transferência só poderá ocorrer para conta bancária com CPF da parte beneficiária, ou de seu procurador, nesse último caso, desde que esse tenha procuração com poderes específicos1 e com firma reconhecida e que não seja caso de assistência judiciária gratuita (caso em que a transferência deverá ser feita necessariamente para a conta da parte). Indicados os dados bancários, proceda a escrivania a transferência do numerário depositado em fls. 161, para a conta indicada, oficiando-se ao Banco do Brasil para assim proceder. Instrua-se o ofício com cópia desta decisão, bem como do comprovante de depósito juntado nos autos. Deverá o Banco do Brasil comunicar a este Juízo da operação, juntando-se cópia do oficio e comprovante de depósito. Após, manifeste-se a parte credora sobre o interesse no prosseguimento do feito. Advs. DANIELLE APARECIDA SUKOW ULRICH e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.

83. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS/MORAIS - 0001792-19.2010.8.16.0001-MARCELO LEODORO DA SILVA x RESTAURANTE MEZZA NOTTE NIGHT CLUB - 1. Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito. 2. Ao apelado para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Diligôncias necessárias. 5. Intimem-se. Advs. AIRTON PAULO COSTA, ISIS FERREIRA DA COSTA e DANIELA BRUM DA SILVA.

84. REVISIONAL DE CONTRATO C/ TUTELA - 3727/2010-GIULIANO SANTOS DE ASSIS x HSBC BANK S/A - Manifestem-se as partes sobre os honorários do Sr. Perito, no valor de R$ 2.800,00, no prazo de cinco dias. Int Advs. JULIANA RIBEIRO e SIGISFREDO HOEPERS.

85. MONITÓRIA - 0007361-98.2010.8.16.0001-HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS x JUÇARA DALUZ DALAZUANA - Ao interessado para retirada do mandado e providenciar a sua distribuição, bem como, o preparo das custas do Sr. Oficial de Justiça, junto a central de mandados da Comarca de Almirante tamandaré-PR. Int. Advs. MACAZUMI FURTADO NIWA, CAROLINA MARTINS PEDROL e ISRAEL LIUTTI.

86. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS/MORAIS - 0009161-64.2010.8.16.0001-ANA LUCIA CARDOSO PEREIRA x BANCO SANTANDER S/A - 1. Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito. 2. Ao apelado para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Diligôncias necessárias. 5. Intimem-se. Advs. ADAUTO PINTO DA SILVA e BLAS GOMM FILHO.

87. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0013650-47.2010.8.16.0001-MUTUA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CAIXA DE ASSISTENCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA/PR x DIRCEU SILVEIRA BUENO JUNIOR e outro - Ao procurador para providenciar o preparo das custas do envio da Carta de Citacao, por AR, NO VALOR TOTAL DE R$ 22,40 (POR CARTA), sendo que R$ 9,40 para expedição, por carta e de R$ 13,00 de envio, por carta. (favor especificar os valores no preenchimento da guia). Atende-se o Sr. Procurador que, os valores acima descritos, são referentes a expedição e postagem de UMA carta de citaçao/intimação, sendo que, no caso de mais cartas esses valores deverão ser multiplicados pelo numero de cartas a serem expedidas e encaminhadas. Int. Advs. FERNANDO O`REILLY CABRAL BARRIONUEV e VINICIUS KOBNER.

88. NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - 0016339-64.2010.8.16.0001-RONI MARCOS DE MIRANDA x BANCO ITAUCARD S/A - Ciente da decisão de Instancia Superior. As partes celebraram transação (fls. 70/72). Havendo composição amigável, a homologação do acordo com resolução do mérito é medida que se impõe. Diante do exposto, HOMOLOGO a transação para que produza os efeitos legais e de direito, com resolução de mérito (art. 269, III, do CPC). Custas e honorários advocatícios nos termos da transação. P.R.I. Oportunamente, arquive-se. Advs. JULIANE TOLEDO SANTOS ROSSA e MÁRCIO AYRES DE OLIVEIRA.

89. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0019609-96.2010.8.16.0001-CAVAGNOLLO MANUTENÇÃO DE VEICULOS x BANCO BRADESCO S/A - Ao autor para se manifestar sobre os documentos juntados, no prazo de 10 (dez) dias. Int. Advs. JULIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS e NELSON PASCHOALOTTO.

90. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 0024459-96.2010.8.16.0001-DARIO MILLARCH x JUAREZ SANTANA - Diante do exposto, REJEITO os presentes embargos de declaração, persistindo a sentença tal como está lançada. Observe a escrivania, no que couber, o Código de Normas da d. Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Intimem-se. Advs. LUIS CARLOS BERALDI LOYOLA e JUAREZ SANTANA.

91. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 0031299-25.2010.8.16.0001-VALDEMAR DE ASSIS FACCINI x BANCO SANTANDER S/A - As partes acerca da data designada para realização da pericia, marcada para o dia 12 de outubro de 2011 às 10:00 horas, na Rua Capitão Souza franco, 848, cj. 82. int. Advs. RAFAEL TADEU MACHADO, BLAS GOMM FILHO e JACO IRINEU DE PAULI JUNIOR.

92. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0034570-42.2010.8.16.0001-BANCO BMG S/A x LEONICE PEREIRA CICONE - Ao autor sobre o contido no oficio da Receita Federal. Int. Adv. MIEKO ITO.

93. REVISIONAL DE CONTRATO C/ LIMINAR - 0035833-12.2010.8.16.0001-ITALO ANTONIO FIGUEIREDO MARTINS x BANCO ITAUCARD S/A - 1. Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito. 2. Ao apelado para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Diligôncias necessárias. 5. Intimem-se. Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN, ANA PAULA SCHELLER DE MOURA, GUSTAVO SALDANHA SUCHY e JANAINA GIOZZA AVILA.

94. DEPÓSITO - 0036318-12.2010.8.16.0001-HSBC BANK BRASIL BANCO MULTIPLO x LUIZ REINALDO DA SILVA - A parte autora a se manifestar em seus

termos, no prazo de 05 dias. Int. Advs. FLAVIO SANTANNA VALGAS e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR.

95. MEDIDA CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO - 0041210-61.2010.8.16.0001-CORSO COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA x CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA - Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção. Int. Adv. PAULO JOSE GOZZO.

96. INDENIZACAO - 0041833-28.2010.8.16.0001-MACIEL DE ALMEIDA IWANAGA & CIA LTDA x RICARDO EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS LTDA - Intime-se pessoalmente a parte requerente, para que, em 48 (quarenta e oito) horas, promova o regular andamento do feito, sob pena de abandono. Adv. NEY ROLIM DE ALENCAR FILHO.

97. REVISÃO DE CONTRATO - 0044340-59.2010.8.16.0001-MAURILIO RAPHAEL DOS SANTOS x BANCO ITAU S/A - Intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção. Int. Adv. RAFAEL LOIOLA CARDOSO.

98. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0048748-93.2010.8.16.0001-VERA JAMUR x BRASIL TELECOM S/A - 1. Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito. 2. Ao apelado para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Diligôncias necessárias. 5. Intimem-se. Advs. GEORGIA GOMES DE ARAUJO CHAVES, ANA TEREZA PALHARES BASILIO e JOAQUIM MIRÓ.

99. DECLARATORIA DE INEXIG. DE DÉBITO C/C IND. POR DANOS MORAIS - 0050140-68.2010.8.16.0001-ASTECMAN ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO LTDA - ME e outro x TAMPAFLEX INDUSTRIAL LTDA e outros - Vistos em saneador. Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com cobrança e indenização por danos morais. A primeira requerida não apresentou preliminares. A segunda requerida alegou como preliminar a ilegitimidade passiva. A terceira requerida também alegou como preliminar ilegitimidade passiva. A parte autora rebateu as preliminares argüidas. Passa-se, pois, a análise destas questões. A) Ilegitimidade passiva Sustentam as instituições financeiras, a impossibilidade de figurarem no pólo passivo da demanda, sob o fundamento de serem terceiros de boa-fé e que não agiram de modo negligente ao receber os títulos, utilizando-se de meios cabíveis para averiguação da licitude das cártulas. A duplicata é um título de crédito causal, sua emissão somente poderá ocorrer para documentar crédito com origem em compra e venda mercantil, ou prestação de serviços. A emissão de uma duplicata mercantil exige a existência de negócio comercial subjacente, aperfeiçoado através da emissão de uma fatura (onde se discriminam os produtos) e do comprovante de entrega de mercadorias (comprovação da transferência do domínio dos bens e da efetivação do negócio), a teor do disposto no art. 1°da Lei n°S.474/68. Apesar do princípio da autonomia das cambiais, as instituições financeiras ao receberem a duplicata, através de endosso pleno, mesmo que de boa-fé, têm legitimidade para integrar o pólo passivo da demanda declaratória de inexistência de débito, eis que, exercendo atividade de risco, necessário despender cautela nas operações realizadas, ainda mais, no caso, em que não há demonstração da causa debendi, isto é, da origem negocial do crédito consubstanciado nos títulos de crédito levados a protesto, não se analisando contudo a responsabilidade no caso, que deverá ser avaliada no julgamento do mérito. Colhe-se da doutrina: "Trata-se de endosso que não transfere a propriedade da cártula, mas somente outorga poderes de cobrança ao portador. O endossatário poderá cobrar o título, mas somente em nome do endossante. Desse modo, os coobrigados somente podem opor contra esse endossatário as exceçoes que oporiam ao endossante. Cuida- se de uma modalidade de mandato própria do direito cambial. A lei não exige forma especifica, basta que fique evidenciado que efetivamente a transfarência do titulo ocorreu sob o mandato. São válidas as expressões: "para cobrança"; "por procuração", "valor em cobrança""r Da legislação, vale também destacar o artigo 18 da Lei Uniforme de Genebra: "Artigo 18. Quando o endosso contém a menção "valor a cobrar" (valeur en recouvrement), "para cobrança" (pour encaissement), "por procuração" (par procuration), ou qualquer outra menção que implique um simples mandato, o portador pode exercer todos os direitos emergentes da letra, mas só pode endossá-la na qualidade de procurador." Nesse sentido, a jurisprudência do eg. Tribunal de Justiça do Paraná: "APELAÇAO CIVEL. AÇAO DECLARATORIA DE INEXIGIBILIDADE DE CAMBIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO ENDOSSATARIO. ENDOSSO- MANDATO. NAO COMPROVAÇAO. DESCONTO BANCARIO. DUPLICATA SEM ACEITE. PROTESTO INDEVIDO. SUCUMBENCIA PLENA. APELAÇAO NAO PROVIDA. 1. À ausência de menção expressa de que o endosso é mandato, presume-se que o ato cambial foi translativo da titularidade do crédito. 2. O titular do título
de crédito, ainda que por endosso translativo, é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que objetiva a nulidade da cártula. 3. Apelação conhecida e nño provida"2 Desta forma, as Instituições Financeiras têm legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda. Da prova Pericial: Defiro a produção da prova pericial pleiteada pela requerida às fls.452/453. Apresentem a parte autora e demais requeridas, no prazo de 5 (cinco) dias, o rol de quesitos e, querendo, nomeie assistente técnico. Nomeio o Sr. Carlo Simon Moro, o qual deverá ser intimado para dizer se aceita o encargo, bem como, em aceitando, apresentar sua proposta de honorários. Sobre a proposta de honorários, diga a parte requerida (aquela que pleiteou). Concordando com o valor efetive de pronto o depósito, caso contrário, intime-se o Sr. Perito para se manifestar e a seguir venham os autos conclusos. Providê ncias necessárias. Advs. ANTONIO SERGIO PALU FILHO, KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, RICARDO AUGUSTO MENEZES YOSHIDA, ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA e OTTO JOÃO LYRA NETO.

100. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 0053073-14.2010.8.16.0001-ANA CLAUDIA BRUCZKOWSKI CESSEL x BRASIL TELECOM S/A (Sucessora por Incorporacão da Telelecomunicacões do Paraná S/A, atualmente controlada pela OI S/A) - 1. Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito. 2. Ao apelado para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Diligôncias necessárias. 5. Intimem-se. Advs. JOSÉ ARI MATOS e JOAQUIM MIRÓ.

101. OBRIGAÇÃO DE FAZER - 0061356-26.2010.8.16.0001-AUREA ZILIO x CASSI - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL S/A - 1. Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito. 2. Ao apelado para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Diligôncias necessárias. 5. Intimem-se. Advs. GALVÃO LOPES JUNIOR, LAISE MATROS e RAFAEL NOGUEIRA DA GAMA.

102. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA - 0070791-24.2010.8.16.0001-RADIO TELECOM BRASIL LTDA x BRASIL TELECOM CELULAR S/A (OI) - 1. Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito. 2. Ao apelado para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Diligôncias necessárias. 5. Intimem-se. Advs. SYDNEI MARTINS LECHETA, FABRICIO HIRT e SANDRA REGINA RODRIGUES.

103. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 0006766-65.2011.8.16.0001-ANTONIO ALVES x BRASIL TELECOM S.A - 1. Recebo os recursos de apelaçoes em seu duplo efeito. 2. Aos apelados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Diligôncias necessárias. 5. Intimem-se. Advs. MARILEIA BOSAK, BERNARDO GUEDES RAMINA, ANA TEREZA PALHARES BASILIO e JOAQUIM MIRÓ.

104. RESCISÃO DE CONTRATO - 0069229-77.2010.8.16.0001-IVONE MARGOT GILBERT x LEOMAR VEICULOS - Sobre a contestacao oferecida, diga o autor em dez (10) dias. Int. Advs. LORENA MARINS SCHWARTZ, BRUNO RODRIGUES, CARLOS PZEBEOWSKI e JOSE EDGAR DA CUNHA BUENO FILHO.

105. REVISIONAL DE CONTRATO - 0007777-32.2011.8.16.0001-CARLOS ALEXANDRE SCHULTZ x BV FINANCEIRA S.A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - 1. Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito. 2. Ao apelado para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. 3. Decorrido o prazo acima, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça. 4. Diligôncias necessárias. 5. Intimem-se. Advs. LIDIANA VAZ RIBOVSKI e REINALDO MIRICO ARONIS.

106. DECLARATORIA - 0007307-98.2011.8.16.0001-MARACUJELL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS E ALIMENTICIOS LTDA x BANCO HSBC BANK BRASIL - BANCO MULTIPLO e outro - Diante do exposto, JULGO PROCENDENTE o pedido formulado na inicial, confirmando a liminar anteriormente concedida, para CONDENAR solidariamentea parte requerida, Banco HSBC Bank Brasil, ao pagamento, e TKR Alpha Suporte e Distribuição de Alimentos Ltda ME, em favor do autor, Maracujell Industria e Comércio de Produtos Naturais e Alimentícios Ltda, a título de indenização por danos morais, da importância de R$8.000,00, acrescidos de juros legais de 1% ao mês, nos termos do artigo 406 desse diploma legal c/c artigo 161, §4º, do Código Tributário Nacional, desde a ocorrência do ato ilícito (artigo 398 do CC/02 e Súmula nº 54 do STJ) e correção monetária, na média do INPC/IGP-M, a partir desta sentença. Condeno aos requeridos solidariamente, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios os quais fixo em 12% do valor condenação, com amparo no artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil, levando em conta a simplicidade da matéria, o zelo do profissional e o tempo e local da prestação do serviço. Interposta apelação, ao cartório para que certifique sobre sua tempestividade bem como preparo, observando os casos de gratuidade e de isenção. Implementados, recebo o recurso, em seu efeito devolutivo, nos termos do art. 520, VII. Tendo sido o apelado citado e constituído procurador nos autos, dêse vista à parte contrária para contrarrazões e após, remetam-se os autos à Instância Superior. Caso o apelado não tenha sido citado ou constituído procurador nos autos, remetam-se, diretamente, ou autos à Instância Superior. Não sendo o recurso protocolado dentro do prazo legal ou não estando devidamente preparado, voltem conclusos. Observe a escrivania, no que couber, o Código de Normas da d. Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. OSCAR MASSIMILIANO MAZUCO GODOY e CEZAR EDUARDO ZILIOTO.

107. REVISIONAL DE CONTRATO - 0014056-34.2011.8.16.0001-ELI APARECIDA LEAL DOS REIS x BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial movida por Eli Aparecida Leal dos Reis em face de BV Financeira S/A, e, consequentemente, julgo extinto o feito com resolução de mérito, nos termos do inciso I do artigo 269 do CPC. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em R$550,00, com amparo no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, levando em conta a simplicidade da matéria, o zelo do profissional e o tempo e local da prestação do serviço, ressalvada eventual gratuidade anteriormente concedida. Interposta apelação, ao cartório para que certifique sobre sua tempestividade bem como preparo, observando os casos de gratuidade e de isenção. Implementados, recebo o recurso, em seu duplo efeito. Tendo sido o apelado citado e constituído procurador nos autos, dêse vista à parte contrária para contrarrazões e após, remetam-se os autos à Instância Superior. Caso o apelado não tenha sido citado ou constituído procurador nos autos, remetam-se, diretamente, ou autos à Instância Superior. Não sendo o recurso protocolado dentro do prazo legal ou não estando devidamente preparado, voltem conclusos. Observe a escrivania, no que couber, o Código de Normas da d. Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. ISAC ALÉCIO PROVENZI e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.

108. ANULATORIA DE TITULO - 0008133-27.2011.8.16.0001-GOETZE LOBATO ENGENHARIA LTDA x H. VEIGA ELETROELÉTRICA LTDA - 1. Diante do contido no § 3° do a tigo 331 do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei n° 10.444/02, esclaregam as partes, em cinco dias, se há possibilidade de conciliação e, sendo esta viável, tragam aos autos a respectiva proposta. 2. Outrossim, no mesmo prazo, especifiquem as partes as provas que efetivamente pretendem produzir, indicando a relevância e a pertinência das que forem requeridas, sob pena de indeferimento (CPC, art. 130). 3. Havendo requerimento de prova pericial, no prazo assinalado devem as partes declinar sua importância, alcance e finalidade para o deslinde da causa, pois "descabe confundir o protesto pela produção de prova com o requerimento específico, quando a parte interessada deve justificar a necessidade da prova pretendida" (STF - Pleno - AÇO 445-4-ES, AgREG, rel. Min. Marco Aurélio, j. 4.6.98, DJU 28.8.98, la Seção, p. 4. Intimem-se. Adv. FABIOLA LOPES BUENO.
109. INDENIZAÇÃO - 0007740-05.2011.8.16.0001-FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA x DTL TRANSPORTES LTDA - Diante do exposto, JULGO PROCENDENTE o pedido formulado na inicial para CONDENAR a parte requerida, DTL Transportes LTDA, ao pagamento, em favor do autor, Fiscal Tecnologia e Automação Ltda, da importância de R$45.100,00, acrescidos de juros legais de 1% ao mês, nos termos do artigo 406 desse diploma legal c/c artigo 161, §4º, do Código Tributário Nacional, desde a citação (20/06/2011) e correção monetária, na média do INPC/IGP-M, a partir do fato (19/07/2010). Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios os quais fixo em 12% do valor condenação, com amparo no artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil, levando em conta a simplicidade da matéria, o zelo do profissional e o tempo e local da prestação do serviço. Interposta apelação, ao cartório para que certifique sobre sua tempestividade bem como preparo, observando os casos de gratuidade e de isenção. Implementados, recebo o recurso, em seu duplo efeito. Tendo sido o apelado citado e constituído procurador nos autos, dêse vista à parte contrária para contrarrazões e após, remetam-se os autos à Instância Superior. Caso o apelado não tenha sido citado ou constituído procurador nos autos, remetam-se, diretamente, ou autos à Instância Superior. Não sendo o recurso protocolado dentro do prazo legal ou não estando devidamente preparado, voltem conclusos. Observe a escrivania, no que couber, o Código de Normas da d. Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Advs. LUIZ FERNANDO PEREIRA, FERNANDO VERNALHA GUIMARAES e ADRIANA SZMULIK.
110. REVISIONAL DE CONTRATO - 0023652-42.2011.8.16.0001-MARLENE CELIA JAVORSKI SOARES x BANCO ITAUCARD S/A - ... Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial movida por Marlene Célia Javorski Soares em face do Banco Itaucard S/A, revogando a liminar anteriormente concedida, e, consequentemente, julgo extinto o feito com resolução de mérito, nos termos do inciso I do artigo 269 do CPC. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em R$550,00, com amparo no artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil, levando em conta a simplicidade da matéria, o zelo do profissional e o tempo e local da prestação do serviço, ressalvada eventual gratuidade anteriormente concedida. Interposta apelação, ao cartório para que certifique sobre sua tempestividade bem como preparo, observando os casos de gratuidade e de isenção. Implementados, recebo o recurso, em seu duplo efeito. Tendo sido o apelado citado e constituído procurador nos autos, dêse vista à parte contrária para contrarrazões e após, remetam-se os autos à Instância Superior. Caso o apelado não tenha sido citado ou constituído procurador nos autos, remetam-se, diretamente, ou autos à Instância Superior. Não sendo o recurso protocolado dentro do prazo legal ou não estando devidamente preparado, voltem conclusos. Observe a escrivania, no que couber, o Código de Normas da d. Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquive-se. Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN, ANA PAULA SCHELLER DE MOURA e JOSE CARLOS SKRYSZOESKI JUNIOR.
111. COBRANÇA - 0023799-68.2011.8.16.0001-JULIANO REMOWICZ DOS SANTOS x GENERALI DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS - Ao credor sobre o deposito de fls. 86/91, no vlaor de R$ 5.500,00. Int. Advs. WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA.
112. BUSCA E APREENSÃO - 0022703-18.2011.8.16.0001-BANCO BMG S/A x SERGIO DOS SANTOS ALMEIDA - A parte autora manifestou-se expressamente desistindo da ação (fls. 36). Havendo desistência expressa da parte autora a extinção do processo sem julgamento do mérito é medida que se impõe. Diante do exposto, julgo EXTINTO o processo sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Ao Cartório para baixa da restrição judicial do veiculo objeto da presente ação. A baixa devera ser realizada pelo sistema Renajud. Custas pela parte autora. P.R.I. Oportunamente, arquive-se. Adv. MÁRCIO AYRES DE OLIVEIRA.
113. DECLARATORIA - 0025496-27.2011.8.16.0001-MARCOS VINICIO HHRYSZKO x BANCO IBI S.A BANCO MULTIPLO - Ao autor sobre o retorno negativo do AR. int. Adv. KARYNA CIOTA ZAMBONIN.
114. INDENIZACAO - 0029421-31.2011.8.16.0001-EVERTON ANTONIO PALHANO x RAUL AGOSTINHO MATTANA e outro - Ao autor sobre o retorno negativo do AR. Int. Adv. FABIANO LUIZ SEGATO.
115. REVISIONAL - 0021711-57.2011.8.16.0001-CLAUDEMIR JOSE BORBA x BANCO AYMORE FINANCIAMENTOS S/A (BANCO SANTANDER) - Ao autor sobre o retorno negativo do AR. Int. Adv. EDUARDO FELICIANO DOS REIS.
116. RESCISÃO DE CONTRATO - 0023993-68.2011.8.16.0001-ASSOCIACAO RELIGIOSA PIO XII e outro x NANCY DE BRITO VIEIRA - Ao autor sobre o retorno negativo do AR. int. Advs. FERNANDO RUDGE LEITE NETO e CLEVERSON GOMES DA SILVA.
117. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0037749-47.2011.8.16.0001-EQUILIBRIO CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA x BERTONHA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - Ao preparo das custas do Sr. Oficial de Justica. Dados para preenchimento da guia: Caixa Economica Federal, Ag. 3984, conta n. 1500135-9. | Int. Adv. PAULA NOGARA GUERIOS.
118. DECLARATORIA - 0040767-76.2011.8.16.0001-CARLOS TADEU MARQUES DE OLIVEIRA x SILVIO CARLOS PEREIRA DA SILVA e outros - Ao autor sobre o retorno negativo do AR. int. Adv. JANAINA ZANON.
119. ORDINÁRIA - 0043005-68.2011.8.16.0001-CARLOS RIPCKA x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - ...Diante disso, verificada a verossimilhança das alegações e a possibilidade de ineficácia da decisão se concedida apenas ao final, CONCEDO PARCIALMENTE a tutela postulada para determinar que o requerido se abstenha de reter qualquer parte do salário ou outra verba de natureza salarial (férias, terço constitucional, 13° salário) depositado em sua conta corrente, sob pena de multa de R$ 1.000,00 para cada retenção indevida (art. 461, §5°, do CPC). Em razão do valor atribuido à causa, a presente ação seguiria o rito sumário, o qual, na forma proposta pelo legislador é dotado, em tese, de maior agilidade e rapidez. Entretanto, não é o que se verifica na realidade forense, pois, em virtude do elevado número de feitos, hã uma sobrecarga da pauta de audiência, o que torna o rito ordinâio mais célere. Além disto, o rito ordinário possui um maior elastério, propiciando ampla defesa âs partes e maior dilação probatória, de modo que não se vislumbra qualquer prejuizo às partes com a conversão do rito. Na verdade, a conversão do rito sumário para o ordinário, trarã maior celeridade ao procedimento, atendendo ao principio constitucional da razoável duração do processo (CF, art. 5°, LXXVIII), beneficiando os litigantes. Sendo assim, determino que se processe o feito sob a égide do rito ordinário. Intime-se e cite-se a parte ré, para responder no prazo de quinze dias sob pena de presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, art. 285). Com a resposta, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 dias, independentemente de nova conclusão. Após, sendo viável a conciliação, intimem-se as partes para que tragam aos autos, em 10 dias, propostas concretas de acordo. No mesmo prazo antes referido, especifiquem as provas que pretendem produzir, indicando a sua pertinência e finalidade. Concedem-se os . beneficios da justica gratuita, podendo ser revista no decorrer do feito e, ao final, sendo sucumbente, deverá a parte estar ciente de que arcará com as custas decorrentes do feito, ainda que a ação seja julgada parcialmente procedente, caso em que as custas serão proporcionais, assim como os honorários advocatícios. Intimem-se. Adv. LINCOLN TAYLOR FERREIRA.
120. ORDINÁRIA - 0039477-26.2011.8.16.0001-DILENE LUCIA BORGES x ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLICIA DO ESTADO DO PARANA - Acolho a emenda a inicial. Facam-se as anotacões necessárias. Trata-se de ação ordinária indenizatória, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela para fins de realização de procedimento cirúrgico de coluna cervical. O autor busca a concessão de tutela antecipada com o fim de obrigar o requerido a arcar com todos os gastos referentes ao procedimento cirúrgico recomendado pelo medico da requerente. A tutela antecipada está prevista no artigo 273 do Código de Processo Civil, o qual dispõe: "Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efaitos da tute/a pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I - haja fimdado receio de dano irreparável ou de dificil reparaçao; ou II - fique caracterizado o abuso de direito de defasa ou o mamfesto propósito protelatório do réu. § 1° Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento. § 2° Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado. " Da análise do referido dispositivo legal verifica-se que são requisitos para a concessão da antecipação da tutela a prova inequivoca a ensejar a verossimilhança das alegações eo fundado receio de dano irreparável. Considerando os argumentos expostos pelo demandante, bem como as provas apresentadas, entendo que não encontram-se presentes os requisitos autorizativos para a concessão da tutela antecipada. Depreende-se do atestado medico de fls. 54, que a requerente encontra-se debilitada devido a uma compressão radicular, eo procedimento cirúrgico de revisão tem a função de aliviar a dor decorrente dessa compressão e auxiliar no retorno das atividades laborais da requerente. Dessas provas apresentadas, constata-se a verossimilhança das alegações da requerente. Contudo, depreende-se do petitório inicial que a autora aguarda pela cirurgia desde abril de 2011, e constata-se ainda, que a requerente teve sua licença medica deferida ate o mês de janeiro de 2011, estando no exercício de suas atividades laborais. Considerando esses argumentos, constata-se que não há o fundado receio de dano irreparável considerando que fora indicado o referido procedimento cirúrgico a autora desde o mês de abril, sendo esse indeferido pelo requerido no mês de junho eo pedido de prestação jurisdicional tendo ocorrido apenas no final do mês de agosto. Logo, presume-se que não há urgência no deferimento da tutela, podendo essa ser requerida novamente após oportunizado o contraditório sendo novamente analisada por esse Juízo. Pelo exposto, INDEFIRO por ora a tutela antecipada pleiteada. CITE-SE a parte requerida para, querendo, apresentar resposta, no prazo legal, sob pena de se reputarem verdadeiros os fatos articulados na inicial. Caso seja argüida alguma preliminar ou matéria a que alude o art. 326, do Código de Processo Civil, ou juntando algum documento manifeste-se a parte autora, em 10 (dez) dias (art. 327 do CPC). No caso de revelia, deve o Cartório certificar e a seguir intima a parte autora para que se manifeste em 05 (cinco) dias. A seguir, manifestem-se as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma. Havendo requerimento de prova pericial, apresentem as
partes desde logo o rol de quesitos e, querendo, indiquem assistente técnico. Informem, ainda, sobre a possibilidade de eventual conciliação (art. 331 do CPC), pois, caso contrario, ou no silencio, o feito será saneado diretamente por este Juízo, por economia processual, ou julgado no estado em que se encontra, se for a hipótese. Providências necessátias. Ao procurador para providenciar o preparo das custas do envio da Carta de Citacao, por AR, NO VALOR TOTAL DE R$ 22,40 (POR CARTA),

sendo que R$ 9,40 para expedição, por carta e de R$ 13,00 de envio, por carta. (favor especificar os valores no preenchimento da guia). Atende-se o Sr. Procurador que, os valores acima descritos, são referentes a expedição e postagem de UMA carta de citaçao/intimação, sendo que, no caso de mais cartas esses valores deverão ser multiplicados pelo numero de cartas a serem expedidas e encaminhadas. Int.1 Indefiro o pedido de fl. 91/92, vez que, mesmo a autora ainda estando em licença médica, nao se ve no prpente momento risco de dano irreparável, conforme motivos já expostos na decisão de fls. 86. 2. Providências necessárias. Adv. LEONTAMAR VALVERDE PEREIRA.

121. OBRIGAÇÃO DE FAZER - 0041596-57.2011.8.16.0001-CARLOS AUGUSTO MAZARO x TIM CELULAR S.A - Pelo exposto, DEFIRO a tutela antecipada pleiteada pelo autor, determinado ao requerido, que restabeleça a linha telefônica do autor, no mesmo numero telefônico e caso não seja possível dar cumprimento a determinação, que de explicação convincente para o não cumprimento. Oficie-se a requerida, informando da decisão e determinando o efetivo cumprimento, no prazo de 05 (cinco) dias. - - CITE-SE a parte requerida para, querendo, apresentar resposta, no prazo legal, sob pena de se reputarem verdadeiros os fatos articulados na inicial. Adv. MARCO ANTONIO ANDRAUS.

122. REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/ PED MED LIMINAR - 0038845-97.2011.8.16.0001-BANCO FINASA BMC S/A x CLEBER MARCIO DEON - ... Analisando os autos observa-se que a instituição financeira autora não comprovou a constituição em mora. Assim sendo, intime-se a parte autora para que no prazo de 10 (dez) dias, emende a inicial, comprovando a notificação extrajudicial, para fins de constituição em mora, por meio de Cartório desta Comarca (qualquer dos foros) bem como apresente o Aviso de Recebimento, sob pena de indeferimento da petição inicial (CPC, art. 284) Providências necessárias. Adv. CARLOS PASSOS MELHADO.

123. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER - 0041306-42.2011.8.16.0001-MARCELA MOURA HERNANDES (MENOR) e outro x CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL - CASSI - ... Considerando que a questão é pacificada em Instancia Superior, e considerando-se ainda a presença dos requisitos autorizativos para a concessão da tutela antecipada, DEFIRO a tutela antecipada pleiteada, determinando ao requerido que custeie todos os custos referentes ao procedimento cirúrgico de implante coclear esquerdo da requerente. OFICIE-SE ao requerido informando da decisão, e determinando o seu integral cumprimento no prazo improrrogável de 48 horas, a contar da solicitação do requerente. Em caso de descumprimento fixo desde já multa diária no valor de R$1.000,00 (Mil reais). CITE-SE a parte requerida para, querendo, apresentar resposta, no prazo legal, sob pena de se reputarem verdadeiros os fatos articulados na inicial. Caso seja argüida alguma preliminar ou matéria a que alude o art. 326, do Código de Processo Civil, ou juntando algum documento manifeste-se a parte autora, em 10 (dez) dias (art. 327 do CPC). Ao autor para retirada do oficio. Ao autor para providenciar o complemento das custas de expedição e postagem da carta de citação, no valor de R$ 13,00. Int. Adv. CRISTIANO RICARDO WULFF.

124. REVISIONAL DE CONTRATO - 0039832-36.2011.8.16.0001-CLAUDIMIR DE CASTRO x BV FINANCEIRA - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - I. Considerando que, em muitos casos de Ação Revisional de Contrato fimdada em conträtä de financiärñento, apos a instauração do contraditório, a parte ãontiãria comparece aos autos comprovando a existência de ação de Busca e Apreensão já ajuizada, muitas vezes com imina jã dëferida ë, sendo evidente a conexão entre os feitos, resultando ita reunião determino que o autor junte aos autos dertidão dö Distribuidor comprovando que:nesta Comarca inexiste ação proposta pela parte requerida no toçante ao hoñiräto objëto da presente açao. III. Intime-se. Adv. LIDIANA VAZ RIBOVSKI.

125. REVISIONAL - 0043711-51.2011.8.16.0001-MAGISTRAL IMPRESSORA INDUSTRIAL LTDA x BPN BRASIL BANCO MULTIPLO S/A - ... Diante disto, concedo a tutela antecipada parcialmente, com o fim de determinar que a parte requerida se abstenha de incluir o nome do autor nos cadastros restritivos de crédito (CADIN, SERASA, SPC e análogos) ou, se já o fez, promova a exclusão em 48:00 horas, sob pena de arbitramento de multa diária para o caso de descumprimento da ordem. Oficie-se aos cadastros de restrição de crédito determinando a baixa do apontamento até ulterior deliberação, incumbindo a parte autora promover a entrega do expediente junto aos respectivos órgãos, com posterior comprovação nesses autos. A fim de possibilitar a ampla defesa, deverá o requerido trazer aos autos os contratos em questão, bem como todos os demais documentos relativos à relação contratual, sob pena de aplicacão do disposto no artigo 359 do Código de Processo Civil. Intime-se e cite-se a parte ré, para responder no prazo de quinze dias sob pena de presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, art. 285). Com a contestação juntada, manifeste-se a parte autora em 10 dias. Intime-se. Advs. VICTOR ALBERTO AZI BOMFIM MARINS, GRACIELA I. MARINS e PAULO VINICIUS ACCIOLY C. DA ROSA.

126. LIQUIDACAO DE SENTENCA - 0042234-90.2011.8.16.0001-SANDRA BRENEISSEN FOLTRAN - Do requerimento de liquidação de sentença, a parte requerida, na pessoa de seu advogado, no forma do art. 475-A, §1° do CPC. Int. Advs. LUCIANO MARCHESINI e DENISE MARCHESINI.

CURITIBA, 15/09/2011
P/ESCRIVA

# Crime

## 1ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curitiba 1ª Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Alex Blaschke Romito de Almeida OAB SC020149 | 010 | 2003.0002242-5 |
| Alexsandro Cesar Rodrigues OAB PR057212 | 006 | 2011.0014239-8 |
| Alus Natal Alessi OAB PR024633 | 001 | 2010.0025136-5 |
| Ana Líria Ambonatti OAB PR038683 | 018 | 2010.0006176-0 |
| | 019 | 2010.0006176-0 |
| André Luis Godoy OAB PR048477 | 004 | 2010.0020032-9 |
| Andre Luiz Kravetz OAB PR031217 | 014 | 2007.0002697-5 |
| Antonio Carlos Carnasciali Goulart OAB PR019479 | 013 | 2009.0018939-0 |
| Antonio Henrique Amaral Rabello de Mello OAB | PR01433113 | 2009.0018939-0 |
| Bruno Zampier OAB PR053433 | 020 | 2011.0011134-4 |
| Claudio Melo Colaco OAB PR008612 | 018 | 2010.0006176-0 |
| | 019 | 2010.0006176-0 |
| Debora Maria Cesar de Albuquerque OAB PR012403 | 004 | 2010.0020032-9 |
| Dra. Tirza Amelia Oliveira da Rocha Prestes de Sou OAB PR055672 | 020 | 2011.0011134-4 |
| Edgar Stoski de Albuquerque OAB PR032531 | 013 | 2009.0018939-0 |
| Eduardo Zanoncini Miléo OAB PR034662 | 017 | 2008.0013697-7 |
| Fabio Rogerio Barbosa Fernandes dos Santos - Oab: | 008 | 2006.0001123-2 |
| Gustavo Alberine Pereira OAB PR054908 | 002 | 2010.0021729-9 |
| | 003 | 2010.0021729-9 |
| Haroldo Alves Ribeiro Junior OAB PR023150 | 013 | 2009.0018939-0 |
| Luís Boaventura Goulart Júnior OAB PR055167 | 009 | 2011.0000759-8 |
| Marcelo Arthur Gomes Osti OAB PR019334 | 013 | 2009.0018939-0 |
| Marcio Augusto de Freitas | 012 | 2008.0009345-3 |
| Marcos Antonio Germano OAB PR036571 | 006 | 2011.0014239-8 |
| Mariana Lima de Carvalho OAB PR055112 | 020 | 2011.0011134-4 |
| Moacir Jose Barancelli OAB PR014740 | 011 | 2011.0020595-0 |
| Norberto Bonamin Junior OAB PR031223 | 013 | 2009.0018939-0 |
| Patricia da Fonseca dos Santos OAB PR055156 | 016 | 2010.0002323-0 |
| Rafael Luis Nadaline OAB PR032758 | 002 | 2010.0021729-9 |
| | 003 | 2010.0021729-9 |
| Raquel Regina Bento Farah OAB PR029194 | 013 | 2009.0018939-0 |
| Ricardo Scheidt OAB PR044231 | 002 | 2010.0021729-9 |
| | 003 | 2010.0021729-9 |
| Ronald Mayr Veiga Brandalize OAB PR049018 | 015 | 2009.0018995-1 |
| Rone Marcos Brandalize OAB PR010933 | 015 | 2009.0018995-1 |
| Valcir Muller OAB PR046120 | 013 | 2009.0018939-0 |
| Vinicius Antonio Gasparini OAB PR008802 | 013 | 2009.0018939-0 |
| Viviane de Souza Vicentim OAB PR046602 | 005 | 2011.0010827-0 |
| | 007 | 2010.0020702-1 |

**001** 2010.0025136-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Alus Natal Alessi OAB PR024633
Réu: Maykon de Oliveira
Réu: Maykon de Oliveira
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Julgo parcialmente procedente a denúncia, para DESCLASSIFICAR o delito previsto no art. 157, §2º, incisos I e II, para aquele tipificado no art. 157, §2º, incisos I e II, c/c o art. 14, §único,e como tal condenar MAYKON DE OLIVEIRA, absolvendo-o das penas do art. 244-B da Lei 8.069/90, com fundamento no artigo 386, inciso II do Código de Processo Penal.
SUBSTITUO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR TRÊS RESTRITIVAS DE DIREITOS."
Pena final: 3 anos e 6 meses e 20 dias de reclusão e 8 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Elizabeth de Fatima N. Calmon dos Passos

**002** 2010.0021729-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Gustavo Alberine Pereira OAB PR054908
Advogado: Rafael Luis Nadaline OAB PR032758
Advogado: Ricardo Scheidt OAB PR044231
Réu: Rodrigo Pimentel de Siqueira
Réu: Samuel Alegre
Réu: Tiago Aparecido Rodrigues
Objeto: Pelo presente ficam os doutos intimados a apresentar as Contrarrazões de Recurso, no prazo legal.

**003** 2010.0021729-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Gustavo Alberine Pereira OAB PR054908
Advogado: Rafael Luis Nadaline OAB PR032758
Advogado: Ricardo Scheidt OAB PR044231
Objeto: Despacho em 22/09/2011: "...Recebo o recurso ofertado pelo réu Rodrigo e seu Defensor às fls. 201 e 216. Oportunamente encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens e cautelas de estilo, para os fins do disposto no § 4º do artigo 600 do Código de Processo Penal, intimando-se a Defesa a comprovar o preparo das custas recursais..."

**004** 2010.0020032-9 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: André Luis Godoy OAB PR048477
Advogado: Debora Maria Cesar de Albuquerque OAB PR012403
Réu: Fabiano da Silva Padilha
Réu: Taffarel Claudio Kadanus
Réu: Fabiano da Silva Padilha
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Julgo parcialmente procedente a denúncia para CONDENAR o réu FABIANO DA SILV PADILHA à pena privativa de liberdade de 06 (seis) anos e 07 (sete) meses de reclusão e 510 (quinhentos e dez) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial FECHADO, pela prática do crime previsto no artigo 33, §4º da Lei 11.343/2006 e ABSOLVER o réu FABIANO DA SILVA PADILHA do delito previsto no artigo 35 da Lei 11.343/2006, nos termos do artigo 386, inciso VII do Código de Processo Penal."
Pena final: 6 anos e 7 meses de reclusão e 510 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Fechado
Réu: Taffarel Claudio Kadanus
Objeto: Proferida sentença "Absolutória"
Dispositivo: "Julgo parcialmente procedente a denúncia para ABSOLVER o réu TAFFAREL CLAUDIO KADANUS do delito previsto nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/2006, nos termos do artigo 386, inciso VII do Código de Processo Penal."
Magistrado: Aline Passos

**005** 2011.0010827-0 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Viviane de Souza Vicentim OAB PR046602
Réu: Joao Antonio Mariano de Almeida
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 24/10/2011

**006** 2011.0014239-8 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Alexsandro Cesar Rodrigues OAB PR057212
Advogado: Marcos Antonio Germano OAB PR036571
Réu: Jani Consuelo do Rosario Savio
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 13/10/2011

**007** 2010.0020702-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Viviane de Souza Vicentim OAB PR046602
Réu: Maikon Anderson Caetano
Objeto: "... conforme o artigo 600 do Código de Processo Penal a defensora deveria apresentar as Razões de Apelação até o dia 22 de setembro de 2011, o que, como se observa, não ocorreu. Diante disso, não recebo o recurso de apelação interposto pela Defesa, pois intempestivo."

**008** 2006.0001123-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Fabio Rogerio Barbosa Fernandes dos Santos - Oab:
Réu: Leanderson Santos Sant Ana
Objeto: Fica o douto defensor intimado a comparecer em cartório para providenciar cópia integral dos presentes autos para fins de traslado, ato necessário para que o mesmo seja remetido ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

**009** 2011.0000759-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Luís Boaventura Goulart Júnior OAB PR055167
Réu: Sidnei Pereira Biet
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Julgo procedente a denúncia para CONDENAR o réu SIDNEI PEREIRA BIET, à pena privativa de liberdade de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 13 dias-multa, a ser cumprida em regime inicial SEMIABERTO, pela prática dos delitos de roubo, previsto no artigo 157, §2º, inciso II do Código Penal."
Pena final: 5 anos e 4 meses de reclusão e 13 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Semi-aberto
Réu: Henrique Alexandre da Silva Michelson
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Julgo procedente a denúncia para CONDENAR o réu HENRIQUE ALEXANDRE DA SILVA MICHELSON, à pena privativa de liberdade de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 13 dias-multa, a ser cumprida em regime inicial SEMIABERTO, pela prática dos delitos de roubo, previsto no artigo 157, §2º, inciso II do Código Penal."
Pena final: 5 anos e 4 meses de reclusão e 13 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Semi-aberto
Réu: Carlos Eduardo Vieira
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Julgo procedente a denúncia para CONDENAR o réu CARLOS EDUARDO VIEIRA, à pena privativa de liberdade de 05 (cinco) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 13 dias-multa, a ser cumprida em regime inicial FECHADO, pela prática dos delitos de roubo, previsto no artigo 157, §2º, inciso II do Código Penal."
Pena final: 5 anos e 9 meses e 10 dias de reclusão e 20 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Fechado
Magistrado: Aline Passos

**010** 2003.0002242-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Alex Blaschke Romito de Almeida OAB SC020149
Réu: Roni Telmo Teixeira
Objeto: Fica o douto defensor intimado a apresentar no prazo de 05 (cinco) dias a apresentar instrumento de procuração nos presentes autos, bem como providenciar o pagamento das custar recursais e cópia integral dos autos a fim de formar-se traslado para encaminhamento ao TJ para julgamento do recurso.

**011** 2011.0020595-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Moacir Jose Barancelli OAB PR014740
Réu: Eder Pires de Andrade
Objeto: "... Portanto, aplica-se o disposto no artigo 350 do Código de Processo Penal, com a nova redação dada pela Lei nº 12.403/11, concedendo-se ao acusado a liberdade provisória independente de fiança..."

**012** 2008.0009345-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Marcio Augusto de Freitas
Réu: Marcio Augusto de Freitas
Objeto: Fica pela presente intimada a defesa a apresentar as CONTRARRAZÕES do recurso no prazo legal a contar desta publicação.

**013** 2009.0018939-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Antonio Carlos Carnasciali Goulart OAB PR019479
Advogado: Antonio Henrique Amaral Rabello de Mello OAB PR014331
Advogado: Edgar Stoski de Albuquerque OAB PR032531
Advogado: Haroldo Alves Ribeiro Junior OAB PR023150
Advogado: Marcelo Arthur Gomes Osti OAB PR019334
Advogado: Norberto Bonamin Junior OAB PR031223
Advogado: Raquel Regina Bento Farah OAB PR029194
Advogado: Valcir Muller OAB PR046120
Advogado: Vinicius Antonio Gasparini OAB PR008802
Réu: Edward Christian Goulart
Réu: Fabio Henrique Chemin da Silva
Réu: Fabio Roberto Natel
Réu: Fatima Cristina Correa dos Santos
Réu: Jorge Renann Thives
Réu: Michel Saif
Réu: Patricia Mara Bertolino
Réu: Renata Chuilki dos Santos
Réu: Rosemar da Costa
Réu: Telma Aerozo Mendes
Objeto: Pelo presente ficam os Doutos intimados da data da audiência de inquirição de testemunhas (ato deprecado), A SER REALIZADA PELA COMARCA DE SÃO PAULO/SP, designada para o dia 06/12/2011 às 13h15min.

**014** 2007.0002697-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andre Luiz Kravetz OAB PR031217
Réu: Alan Fabio dos Santos
Objeto: Pelo presente fica o i. Defensor devidamente cientificado e intimado da devolução da Carta Precatória, expedida a Comarca de Guarapuava/PR a fim de ouvir a testemunha de acusação Fernando Anzoategui Tertuliano.

**015** 2009.0018995-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ronald Mayr Veiga Brandalize OAB PR049018
Advogado: Rone Marcos Brandalize OAB PR010933
Réu: Israel Junior Bonfim
Objeto: Fica pela presente intimada a defesa a apresentar a DEFESA PRÉVIA no prazo legal.

**016** 2010.0002323-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Patricia da Fonseca dos Santos OAB PR055156
Réu: Daniel Korczagin
Objeto: Fica a douta defensora intima a apresentar a defesa preliminar do réu no prazo legal.

**017** 2008.0013697-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Eduardo Zanoncini Miléo OAB PR034662
Réu: Marco Aurelio de Souza Lima
Objeto: Pelo presente fica o i. Defensor do acusado devidamente intimado, que em face das testemunhas de acusação Sandra Mara Pinheiro Lentz e Silvio Guilherme Lentz residirem na Comarca de Paranaguá/PR, expediu-se Carta Precatória aquela comarca a fim de ouvir o depoimento das referidas testemunhas.

**018** 2010.0006176-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ana Líria Ambonatti OAB PR038683
Advogado: Claudio Melo Colaco OAB PR008612
Réu: Aparecido Custodio da Silva
Objeto: Pelo presente ficam os Doutos defensores devidamente intimados, que nos autos supra, foram expedidas Cartas Precatórias a Comarca de Matinhos, para ouvir a testemunha Rosenilda Moreira, para a Comarca de Potirendaba/SP a fim de ouvir a testemunha Luiz Schelbauer Filho e por fim para a Comarca de Jundiaí do Sul/PR a fim de ouvir a testemunha Marilza Aparecida da Costa.

**019** 2010.0006176-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ana Líria Ambonatti OAB PR038683
Advogado: Claudio Melo Colaco OAB PR008612
Réu: Aparecido Custodio da Silva
Objeto: Pelo presente ficam os Doutos defensores devidamente intimados, que nos autos supra, foi designada audiência para 20/10/2011, às 14h20min, para a inquirição da testemunha Luiz Schelbauer Filho, no Juízo de Direito da Vara Única do Fórum de Potirendaba/SP, conforme ofício recebido do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ora juntado aos autos.

**020** 2011.0011134-4 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Bruno Zampier OAB PR053433
Advogado: Dra. Tirza Amelia Oliveira da Rocha Prestes de Sou OAB PR055672
Advogado: Mariana Lima de Carvalho OAB PR055112
Réu: Adriano Maciel de Souza
Réu: Honofre Rodrigues Freitas
Réu: Pedro Fernando da Silva
Objeto: PELO PRESENTE FICAM OS DOUTOS DEFENSORES INTIMADOS DE QUE ESTE JUIZO EXPEDIU CARTA PRECATÓRIA PARA A COMARCA DE ITAPOÁ/SC PARA INQUIRIÇÃO DA TESTEMUNHA JHENIFER MOREIRA DE PAULA.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curitiba 1ª Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Leilane Santos Braga OAB PR054165 | 004 | 2011.0018917-3 |
| Paulo Henrique Marques Carvalho OAB PR048951 | 003 | 2000.0010654-2 |
| Sergio Roberto Rodrigues Parigot de Souza OAB PR011078 | 002 | 2007.0010356-2 |
| Valcir Muller OAB PR046120 | 001 | 2000.0001798-1 |

**001** 2000.0001798-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Valcir Muller OAB PR046120
Réu: Cirio Goncalves
Réu: Cirio Goncalves
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Magistrado: Elizabeth de Fatima N. Calmon dos Passos

**002** 2007.0010356-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Sergio Roberto Rodrigues Parigot de Souza OAB PR011078
Réu: Lucas Adriano Junior
Objeto: Pelo presente fica o Douto defensor devidamente intimado a protocolar em cartório o comprovante original do preparo das custas recursais, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme determina o Código de Normas, para que em seguida os presentes autos sejam remetidos a Instância Superior.

**003** 2000.0010654-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Paulo Henrique Marques Carvalho OAB PR048951
Réu: Andre Leandro da Silva
Réu: Andre Leandro da Silva
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Magistrado: Elizabeth de Fatima N. Calmon dos Passos

**004** 2011.0018917-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Leilane Santos Braga OAB PR054165
Réu: Andersen Morais Aquino Pimentel
Objeto: PELO PRESENTE FICA A DOUTA DEFENSORA INTIMADA DE QUE FOI NOMEADA POR ESTE JUIZO A PATROCINAR A DEFESA DO RÉU, BEM COMO, PARA QUE, NO PRAZO LEGAL, APRESENTE AS ALEGAÇÕES PRELIMINARES DESTE

## 4ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curitiba 4ª Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Amadeu Marques Junior OAB PR050646 | 006 | 2010.0003738-0 |
| Ana Carolina Dalcanale OAB PR034161 | 016 | 2009.0009519-1 |
| Ana Renata Machado OAB PR039313 | 008 | 2009.0015974-2 |
| Andrea Rocio da Silva OAB PR025140 | 015 | 2009.0002318-2 |
| Carlos Rodrigo Orlando Villalba OAB PR043036 | 014 | 2008.0014248-9 |
| Debora Maria Cesar de Albuquerque OAB PR012403 | 001 | 2009.0000256-8 |
| | 009 | 2010.0006073-0 |
| Eduardo Zanoncini Miléo OAB PR034662 | 002 | 2003.0001051-6 |
| Felipe Guimarães Moura OAB PR041341 | 013 | 2004.0003486-7 |
| Gustavo Seiji Miatelo Hassumi OAB PR051097 | 002 | 2003.0001051-6 |
| Icaro Andre Machado OAB PR056248 | 010 | 2011.0006102-9 |
| Ivani Floriano Frare Assis OAB PR011337 | 016 | 2009.0009519-1 |
| Luis Carlos Simionato Junior | 011 | 2007.0006045-6 |
| Luiz Claudio Falarz OAB PR022897 | 011 | 2007.0006045-6 |
| Maria Eterna Vidal Rangel OAB PR021789 | 011 | 2007.0006045-6 |
| Nelmon Jose da Silva Junior OAB PR029125 | 012 | 2004.0011496-8 |
| Sandra Regina Rangel Silveira OAB PR013161 | 004 | 2007.0016078-7 |
| Sandra Siomara Borba OAB PR055713 | 007 | 2011.0022246-4 |
| Sergio Augusto Fagundes OAB PR041391 | 003 | 2006.0013564-0 |
| Vera Dias Gomes OAB PR018342 | 005 | 2009.0006228-5 |

**001** 2009.0000256-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Debora Maria Cesar de Albuquerque OAB PR012403
Réu: Dirlei Coutinho da Luz
Réu: Dirlei Coutinho da Luz
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito. Direito de apelar em liberdade."
Pena final: 1 ano e 2 meses de reclusão e 20 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/10 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Melissa de Azevedo Olivas

**002** 2003.0001051-6 Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos

Advogado: Eduardo Zanoncini Miléo OAB PR034662
Advogado: Gustavo Seiji Miatelo Hassumi OAB PR051097
Réu: Bruno Vareschi
Réu: Bruno Vareschi
Objeto: Proferida sentença "Absolutória"
Magistrado: Lourival Pedro Chemim

**003** 2006.0013564-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Sergio Augusto Fagundes OAB PR041391
Réu: Clovis Cesar Bataglin
Objeto: Intima-lo para apresentar os memoriais finais, dentro do prazo legal.

**004** 2007.0016078-7 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Sandra Regina Rangel Silveira OAB PR013161
Réu: Kaio Murilo Ramon
Réu: Marcelo Alves de Souza Santos
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:45 do dia 20/10/2011

**005** 2009.0006228-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Vera Dias Gomes OAB PR018342
Réu: Fabio Gonçalves da Pinho
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:00 do dia 08/12/2011

**006** 2010.0003738-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Amadeu Marques Junior OAB PR050646
Réu: Diego Magalhaes da Cruz
Objeto: Intima-lo para apresentar memoriais finais, dentro do prazo legal.

**007** 2011.0022246-4 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Advogado: Sandra Siomara Borba OAB PR055713
Réu: Dirceu Veloso
Objeto: Intima-lo para que junte aos autos comprovação de que o réu estava recluso na data da citação, bem como comprovante de residencia fixa.

**008** 2009.0015974-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ana Renata Machado OAB PR039313
Réu: Leonardo Brito de Paula
Réu: Ricardo da Silva Saltori
Objeto: Intima-lo para apresentar memoriais finais, dentro do prazo legal.

**009** 2010.0006073-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Debora Maria Cesar de Albuquerque OAB PR012403
Réu: Nelson dos Reis Sanches
Objeto: Inbtima-lo para apresentar memoriais finais, dentro do prazo legal.

**010** 2011.0006102-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Icaro Andre Machado OAB PR056248
Réu: Adriano Francisco de Oliveira
Objeto: Intima-lo para se manifestar sobre a juntada do laudo pericial referente a arma apreendida, no prazo de 03 dias.

**011** 2007.0006045-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Luis Carlos Simionato Junior
Advogado: Luiz Claudio Falarz OAB PR022897
Advogado: Maria Eterna Vidal Rangel OAB PR021789
Réu: Marcelo Antonio da Silva
Réu: Marcos de Jesus Machado
Réu: Paulo Cesar Souza dos Santos
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:15 do dia 06/12/2011

**012** 2004.0011496-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Nelmon Jose da Silva Junior OAB PR029125
Réu: Rodrigo Dani dos Santos Maciel
Réu: Rodrigo Dani dos Santos Maciel
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Direito em apelar em liberdade."
Pena final: 6 anos e 6 meses de reclusão e 75 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Semi-aberto
Magistrado: Melissa de Azevedo Olivas

**013** 2004.0003486-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Felipe Guimarães Moura OAB PR041341
Réu: Julio Cesar de Oliveira
Réu: Julio Cesar de Oliveira
Objeto: Proferida sentença "Absolutória"
Magistrado: Melissa de Azevedo Olivas

**014** 2008.0014248-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Carlos Rodrigo Orlando Villalba OAB PR043036
Réu: Lauro Kac
Objeto: "Intimá-lo para que apresente Memoriais Finais no prazo legal."

**015** 2009.0002318-2 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Andrea Rocio da Silva OAB PR025140
Réu: Joao Alcir Pinto Miranda
Objeto: Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 01 de novembro de 2011 às 13h30min. nos autos da Ação Penal nº 2009.1129-0.

**016** 2009.0009519-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ana Carolina Dalcanale OAB PR034161
Advogado: Ivani Floriano Frare Assis OAB PR011337
Réu: Esmael Cardoso Junior
Réu: Rogerio Lourenco dos Santos
Réu: Rogerio Lourenco dos Santos
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos. Direito de apelar em liberdade."
Pena final: 1 ano de reclusão e 10 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Réu: Esmael Cardoso Junior
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Substituição da pena privativa de liberdade por 02 restritivas de direito. Direito de apelar em liberdade."
Pena final: 2 anos de reclusão e 10 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Melissa de Azevedo Olivas

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curitiba 4ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Dirce de Paula Mion OAB PR006355 | 002 | 2006.0010800-7 |
| Pedro Fratucci Savordelli OAB PR038675 | 001 | 2002.0008456-9 |
| Vera Dias Gomes OAB PR018342 | 003 | 2011.0008811-3 |

**001** 2002.0008456-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Pedro Fratucci Savordelli OAB PR038675
Réu: Raphael Ferreira da Silva
Objeto: Intima-lo para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os Embargos de Terceito nº 2009.0011871-0, em que é Requerente Rafael Alves Garnica.

**002** 2006.0010800-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dirce de Paula Mion OAB PR006355
Réu: Maria Francinete Nascimento dos Santos
Objeto: Intima-lo para apresentar memoriais finais, dentro do prazo legal.

**003** 2011.0008811-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Vera Dias Gomes OAB PR018342
Réu: Fabiano Cavalcanti Leme da Cunha
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:15 do dia 08/12/2011

# 8ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curitiba 8ª Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Analucia Veloso Nantes OAB PR048504 | 009 | 2006.0005110-2 |
| Araripe Serpa Gomes Pereira OAB PR012162 | 009 | 2006.0005110-2 |
| Bruno Cavalcante de Oliveira OAB PR054451 | 014 | 2011.0017953-4 |
| Daniele Carvalho OAB PR041285 | 012 | 2011.0014235-5 |
| Debora Maria Cesar de Albuquerque OAB PR012403 | 012 | 2011.0014235-5 |
| Diogo Antonio Maciel Bello OAB PR005636 | 007 | 2010.0019779-4 |
| Edgard Gomes OAB PR023426 | 005 | 2011.0004103-6 |
| Eduardo Costa Siqueira OAB PR045283 | 011 | 2007.0007136-9 |
| Gilson Bonato OAB PR020589 | 003 | 2010.0019924-0 |
| | 004 | 2010.0022330-2 |
| Juarez Mowka OAB PR013885 | 015 | 2010.0003075-0 |
| Marcos Aurélio de Camargo Vasconcellos OAB PR049564 | 002 | 2009.0014702-7 |
| Maricleia do Rocio Santos OAB PR013209 | 001 | 2008.0001494-4 |
| Pedro Portes Ribeiro Filho OAB PR048588 | 010 | 2011.0014518-4 |
| Raphael Gouveia Rodrigues OAB PR040526 | 012 | 2011.0014235-5 |
| Roberta Sandoval Franca OAB PR023041 | 006 | 2011.0014970-8 |
| Vera Dias Gomes OAB PR018342 | 013 | 2011.0018643-3 |
| Wanderlei Brunoni OAB PR050563 | 004 | 2010.0022330-2 |
| Willian Van Erven da Silva OAB PR027513 | 008 | 2006.0011762-6 |
| Zandaira da Silva OAB PR007321 | 011 | 2007.0007136-9 |

**001** 2008.0001494-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Maricleia do Rocio Santos OAB PR013209
Réu: Ademar Pedro Bom
Objeto: Proferida sentença "Absolutória"
Dispositivo: "JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO DEDUZIDA NA DENÚNCIA PARA O FIM DE ABSOLVER ADEMAR PEDRO BOM NAS PENAS PREVISTAS NO ART. 12, DA LEI 10.826/2003, COM FUNDAMENTO NO ART. 386, INC. VII, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL"
Magistrado: Sayonara Sedano

**002** 2009.0014702-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Marcos Aurélio de Camargo Vasconcellos OAB PR049564
Réu: Carlos Mauricio Bond
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "CONDENADO MOS TERMOS DA DENÚNCIA À PENA DE 02 ANOS DE RECLUSÃO E 10 DIAS-MULTA A BASE DE 1/30 DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. REGIME INICIAL ABERTO, SENDO SUBSTITUÍDA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. O RÉU PODERÁ APELAR EM LIBERDADE."

Pena final: 2 anos de reclusão e 10 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Restritiva de direitos: prestação de serviços
Magistrado: Sayonara Sedano

**003** 2010.0019924-0 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Gilson Bonato OAB PR020589
Réu: Vanderlei Alexandre
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "ABSOLVIDO DA IMPUTAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO PARA A PRÁTICA DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES C/ FUNDAMENTAÇÃO NO ART. 386, INCS. II E V DO CPP E CONDENADO NO ART. 33 CAPUT, DA LEI 11.343/2006 À PENA DE 08 ANOS E 06 MESES DE RECLUSÃO E 850 (OITOCENTOS E CINQUENTA) DIAS-MULTA A BASE DE 1/30 DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. REGIME INICIAL FECHADO. CONVERTIDA A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA."
Pena final: 8 anos e 6 meses de reclusão e 850 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Fechado
Magistrado: João Henrique Coelho Ortolano

**004** 2010.0022330-2 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Gilson Bonato OAB PR020589
Advogado: Wanderlei Brunoni OAB PR050563
Réu: Cintia França Mendonça
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "ABSOLVIDA DA IMPUTAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO PARA A PRÁTICA DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES C/ FUNDAMENTO NO ART. 386, INCS II E V DO CPP E CONDENADA NO ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/2006 À PENA DE 07 ANOS E 06 MESES DE RECLUSÃO E 750 (SETECENTOS E CINQUENTA) DIAS-MULTA A BASE DE 1/30 DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. REGIME INICIAL FECHADO. CONVERTIDA A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA."
Pena final: 7 anos e 6 meses de reclusão e 750 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Fechado
Magistrado: João Henrique Coelho Ortolano

**005** 2011.0004103-6 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Edgard Gomes OAB PR023426
Réu: Cleuza Mariano da Silva
Réu: Edemar de Souza Sa
Réu: Marcelo da Silva Badiak
Objeto: APRESENTAR AS CONTRARRAZÕES DE RECURSO E RAZÕES DE APELAÇÃO NO PRAZO LEGAL

**006** 2011.0014970-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Roberta Sandoval Franca OAB PR023041
Réu: Antonio Carlos do Valle
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Dispositivo: "DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO RÉU ANTONIO CARLOS DO VALLE, QUALIFICADO NOS AUTOS, EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO, COM BASE NOS ARTIGOS 107, IV E 109, VI, AMBOS DO CÓDIGO PENAL."
Magistrado: Sayonara Sedano

**007** 2010.0019779-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Diogo Antonio Maciel Bello OAB PR005636
Réu: Valdemir do Socorro Goncalves Lopes
Réu: Valdemir do Socorro Goncalves Lopes
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "CONDENADO NOS TERMOS DA DENÚNCIA À PENA DE 03 ANOS DE RECLUSÃO E 10 DIAS-MULTA A BASE DE 1/30 DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. REGIME INICIAL ABERTO, SENDO SUBSTITUÍDA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. O RÉU PODERÁ APELAR EM LIBERDADE."
Pena final: 3 anos de reclusão e 10 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Restritiva de direitos: prestação de serviços
Magistrado: Sayonara Sedano

**008** 2006.0011762-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Willian Van Erven da Silva OAB PR027513
Réu: Jose Wilson Kuschinhak
Réu: Jose Wilson Kuschinhak
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Dispositivo: "DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE JOSÉ WILSON KUSCHINHAK, ANTE A OCORRÊNCIA DA PRETENSÃO PUNITIVA, COM FUNDAMENTO NOS ARTIGOS 107 E 109, AMBOS DO CÓDIGO PENAL."
Magistrado: Sayonara Sedano

**009** 2006.0005110-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Analucia Veloso Nantes OAB PR048504
Advogado: Araripe Serpa Gomes Pereira OAB PR012162
Réu: Sebastiao de Lima
Réu: Sebastiao de Lima
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "CONDENADO NOS TERMOS DA DENÚNCIA A PENA DE 06 ANOS DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 30 DIAS-MULTA NA RAZÃO DE 1/30 DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. REGIME INICIAL FECHADO. O RÉU NÃO PODERÁ APELAR EM LIBERDADE."
Pena final: 6 anos de reclusão e 30 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Fechado
Magistrado: Sayonara Sedano

**010** 2011.0014518-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Pedro Portes Ribeiro Filho OAB PR048588
Réu: Leonardo Ereno de Menezes
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:15 do dia 19/04/2012

**011** 2007.0007136-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Eduardo Costa Siqueira OAB PR045283
Advogado: Zandaira da Silva OAB PR007321
Réu: Tania Alves Moreira
Réu: Tania Alves Moreira
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "CONDENADA NO ARTIGO 155, CAPUT, C/C ART. 14, INC. II, AMBOS DO CP À PENA DE 08 MESES DE RECLUSÃO E 07 DIAS MULTA A BASE DE 1/30 DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. REGIME INICIAL ABERTO, SUBSTITUIDA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR UMA RESTRITIVA DE DIREITOS. A RÉ PODERÁ APELAR EM LIBERDADE."
Pena final: 8 anos e 7 meses de reclusão e 7 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Restritiva de direitos: prestação de serviços
Magistrado: Sayonara Sedano

**012** 2011.0014235-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Daniele Carvalho OAB PR041285
Advogado: Debora Maria Cesar de Albuquerque OAB PR012403
Advogado: Raphael Gouveia Rodrigues OAB PR040526
Réu: Douglas Honorio Ferreira
Réu: Jackson Maciel dos Santos
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 12/12/2011

**013** 2011.0018643-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Vera Dias Gomes OAB PR018342
Réu: Fernando da Silva Franklin
Réu: Leandro Fernandes
Réu: Rosenildo Aparecido Fernandes
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:00 do dia 05/12/2011

**014** 2011.0017953-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Bruno Cavalcante de Oliveira OAB PR054451
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 14/11/2011

**015** 2010.0003075-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Juarez Mowka OAB PR013885
Réu: Mauro Henrique Vicentini
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 24/04/2012

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curitiba 8ª Vara Criminal - Relação de 26/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Alan Alberto de Souza | 002 | 2007.0006758-2 |
| Mozarte de Quadros Junior OAB PR048842 | 001 | 2011.0017302-1 |
| Sergio Siu Mon OAB PR047959 | 001 | 2011.0017302-1 |

**001** 2011.0017302-1 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Mozarte de Quadros Junior OAB PR048842
Advogado: Sergio Siu Mon OAB PR047959
Réu: Terezinha Aparecida Ferreira
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 14/11/2011 FOI DECRETADA A PRISÃO PREVENTIVA E NÃO HAVENDO NENHUM FATO NOVO HÁBIL A MODIFICAR ENTENDIMENTO FIRMADO, A CUSTÓDIA CAUTELAR HÁ DE SER MANTIDA

**002** 2007.0006758-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Alan Alberto de Souza
Réu: Flavia Rodrigues Diniz de Almeida
Objeto: MANIFESTAR-SE NO PRAZO DE 48 HORAS COM RELAÇÃO AO ART. 402 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

# 9ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curitiba 9ª Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Abedo Sabra Bhay OAB PR015185 | 002 | 2011.0003993-7 |
| Angelo do Rosário Brotto OAB PR047157 | 001 | 2011.0008562-9 |
| Emerson Nicolau Kulek OAB PR037902 | 002 | 2011.0003993-7 |
| Miriam Regina Lopes Carvalho Kulek OAB PR038459 | 002 | 2011.0003993-7 |

**001** 2011.0008562-9 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Angelo do Rosário Brotto OAB PR047157
Réu: Helen Cristina de Barros Loyola
Objeto: Diante do exposto, deixo de acolher a manifestação ministerial e CONCEDO a liberdade provisória à ré Helen Cristina de Barros Loyola, mediante termo de

compromisso, por não subsistirem os requisitos autorizadores de sua custódia, previstos no artigo 312 da Lei 12.403/2011.

**002** 2011.0003993-7 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Abedo Sabra Bhay OAB PR015185
Advogado: Emerson Nicolau Kulek OAB PR037902
Advogado: Miriam Regina Lopes Carvalho Kulek OAB PR038459
Réu: Deyse Fabiana Wozniak
Objeto: Sentença condenatória: Julgada procedente a denúncia para condenar a ré Deyse Fabiana Wozniak às penas do artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006. Pena definitiva fixada em 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, em regime fechado, e 167 (cento e sessenta e sete) dias-multa, não cabendo substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito. Não concedido o direito de recorrer em liberdade.

# 14ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curitiba 14ª Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Diana Maria Emilio OAB PR009766 | 006 | 2011.0017951-8 |
| Edison de Britto Rangel Junior OAB PR047456 | 005 | 2009.0014917-8 |
| Henrique Maranhão de Loyola Rezler OAB PR032623 | 004 | 2008.0013853-8 |
| João Batista dos Santos OAB PR025989 | 009 | 2010.0014879-3 |
| Lauro Luciano Stall OAB PR056441 | 008 | 2011.0016825-7 |
| Manoel Giovani Abelha OAB PR026846 | 002 | 2011.0010636-7 |
| Marcos Antonio Germano OAB PR036571 | 008 | 2011.0016825-7 |
| Miriam Bispo Cardoso Carvalho OAB PR047316 | 008 | 2011.0016825-7 |
| Peter Amaro de Sousa OAB PR016456 | 001 | 2009.0011319-0 |
| Reinaldo Santos de Almeida Junior OAB PR054600 | 007 | 2001.0008828-7 |
| Sergio Batista Henrichs OAB PR018459 | 003 | 2011.0022687-7 |
| Walter Ronaldo Basso OAB PR014149 | 010 | 2011.0017942-9 |

**001** 2009.0011319-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Peter Amaro de Sousa OAB PR016456
Objeto: "FICA INTIMADO O DEFENSOR PARA QUE PROCEDA A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS."

**002** 2011.0010636-7 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Manoel Giovani Abelha OAB PR026846
Réu: Deoclécio da Rosa Costa
Objeto: "FICA INTIMADO O DEFENSOR PARA QUE PROCEDA A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS."

**003** 2011.0022687-7 Avaliação para atestar dependência de drogas
Paciente: Ricardo Cantelmo Ramos
Advogado: Sergio Batista Henrichs OAB PR018459
Objeto: "FICA INTIMADO O DEFENSOR PARA APRESENTAR OS QUESITOS".

**004** 2008.0013853-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Henrique Maranhão de Loyola Rezler OAB PR032623
Réu: Aline de Lima Santos Timoteo
Objeto: FICA INTIMADA A DEFESA A APRESENTAR AS ALEGAÇÕES FINAIS DA RÉ.

**005** 2009.0014917-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Edison de Britto Rangel Junior OAB PR047456
Réu: Fabiano Araujo dos Santos
Objeto: "FICA A DEFESA INTIMADA PARA QUE SE MANIFESTE ACERCA DO PERDIMENTO DA(S) ARMA(S) APREENDIDA(S) EM FAVOR DA UNIÃO, NO PRAZO DE 48 HORAS."

**006** 2011.0017951-8 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Diana Maria Emilio OAB PR009766
Réu: Mario Zeferino Filho
Objeto: "FICA INTIMADA A DEFENSORA PARA QUE APRESENTE DEFESA PRÉVIA NO PRAZO LEGAL."

**007** 2001.0008828-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Reinaldo Santos de Almeida Junior OAB PR054600
Réu: Isaias Cardoso dos Santos
Réu: Italo Fabricio de Oliveira
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:31 do dia 17/10/2011

**008** 2011.0016825-7 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Lauro Luciano Stall OAB PR056441
Advogado: Marcos Antonio Germano OAB PR036571
Advogado: Miriam Bispo Cardoso Carvalho OAB PR047316
Réu: Antonio Vicente Filho
Réu: Rafael da Silva
Réu: Teofilo Vicente
Objeto: FICAM AS PARTES INTIMADAS DA JUNTADA DO LAUDO DE EXAME DE OBJETO.

**009** 2010.0014879-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: João Batista dos Santos OAB PR025989
Réu: Gilberto Alves
Objeto: "FICA INTIMADA A DEFESA QUE FOI INDEFERIDO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA."

**010** 2011.0017942-9 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Walter Ronaldo Basso OAB PR014149
Réu: Renato Antonio Mendonça de Freitas
Objeto: FICAM AS PARTES INTIMADAS DA JUNTADA DO LAUDO DE EXAME DE OBJETO.

## Fazenda Pública

# 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS

**CARTORIO DA 1º VARA DA FAZENDA PUBLICA**

**RELAÇÃO Nº 214/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABEL ANTONIO REBELLO 0011 037999/1997
ABNER PEREIRA DA SILVA 0131 016873/2010
ACYR DE GERONE 0176 002893/2011
ADAILTON ALVES MACIEL JUN 0054 000811/2007
ADELCIO CERUTI 0141 017844/2010
ADILSON DE CASTRO JUNIOR 0066 003897/2007
ADILSON JOSE DA ROCHA 0101 003648/2009
ADRIANO CARLOS SOUZA VAL 0148 018916/2010
ADRIANO CARLOS SOUZA VALE 0123 013010/2010
0152 019827/2010
0154 020253/2010
ADRIANO MUNIZ REBELLO 0011 037999/1997
ALAN RENE BAUER 0196 042403/2011
ALCEU MACHADO FILHO 0004 026825/1990
ALDAIR TROVA DE OLIVEIRA 0041 004034/2005
ALDO DE MATTOS SABINO JUN 0032 003403/2004
ALESSANDRA DABUL 0019 042503/2000
ALESSANDRO MARCELO MORO R 0031 002181/2004
0043 004101/2005
ALEXANDRE CORREIA OAB/SC 0056 001473/2007
ALEX CAETANO DOS REIS 0171 001734/2011
ALI FERES MESSMAR FILHO 0051 000375/2007
ALLAN PEDROSO 0081 000003/2009
ALTAMIRO ALVES DOS SANTOS 0104 000899/2010
ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA 0096 002438/2009
AMANDA LOUISE RAMAJO CORV 0012 039414/1998
0046 000938/2006
0130 016831/2010
AMARILDO PEDRO GULIN 0037 003064/2005
ANA LUCIA FRANCA 0017 041079/1999
ANA LUIZA DE PAULA XAVIER 0047 001108/2006
0146 018241/2010
0157 021674/2010
0180 011311/2011
0182 023232/2011
0192 040180/2011
ANA LUIZA DE PAULA XAVIER 0134 017211/2010
ANAMARIA BATISTA 0112 006865/2010
ANAMARIA BUENO RIBEIRO GU 0086 001469/2009
ANA MARIA MAXIMILIANO 0143 018055/2010
0147 018293/2010
ANA PAULA SCHNEIDER 0081 000003/2009
ANA PAULA WOLLSTEIN 0050 002976/2006
ANDERSON ARRIVABENE 0004 026825/1990
ANDRE DE MORAES MAXIMINO 0153 020180/2010
ANDRE DINIZ AFFONSO DA CO 0007 033769/1996
ANDRE GONÇALVES ZIPPERER 0114 007993/2010
ANDREIA APARECIDA ZOWTYI 0021 000010/2001
ANDREIA A ZOWTYI TANAKA 0059 002436/2007
ANDREIA STALL 0145 018184/2010
ANDRE LUIS GASPAR 0092 002237/2009
ANDRE LUIZ BAUML TESSER 0020 042819/2000
ANDRE LUIZ PRONER 0195 041629/2011
ANDRE LUIZ SOUZA VALE 0123 013010/2010
0148 018916/2010
0152 019827/2010
0154 020253/2010
ANDRESSA ROSA 0027 003467/2003
0089 001813/2009
ANGELO VIDAL DOS SANTOS M 0008 034065/1996
ANITA CARUSO PUCHTA 0010 035731/1996
0085 000595/2009
ANNETE CRISTINA DE ANDRAD 0145 018184/2010
0159 022594/2010
0191 040045/2011
ANTONIO AUGUSTO GRELLERT 0058 002319/2007
ANTONIO CARLOS CABRAL DE 0004 026825/1990
0097 002497/2009
0106 005283/2010
0115 008273/2010
0116 008708/2010
0150 018936/2010
0151 019697/2010
0162 025995/2010
ANTONIO GLENIO F.M.DE ALB 0016 040671/1999
ARAO MOREIRA SANTOS NETO 0190 036960/2011
ARIVALDIR GASPAR 0092 002237/2009
ARTUR DE ABREU 0122 012968/2010
BEATRIZ ADRIANA DE ALMEID 0111 006752/2010
BERENICE DA APARECIDA GOM 0050 002976/2006
BERNARDO DUARTE ALMEIDA F 0060 002698/2007
BLAS GOMM FILHO (ATUAL SÍ 0017 041079/1999
BRASIL PARANA DE CRISTO I 0091 002037/2009
BRUNO LIBONATI ROCHA 0189 034571/2011
BRUNO ZAMPIER 0180 011311/2011
CAMYLLA DO ROCIO KALED CA 0201 002110/2008
CARLOS ALBERTO FARRACHA D 0153 020180/2010
CARLOS ALBERTO RISKALLA F 0072 002227/2008
Carlos Antonio Lesskiu 0161 024822/2010
CARLOS BERNARDO CARVALHO 0083 000174/2009
CARLOS BUENO RIBEIRO 0086 001469/2009
CARLOS EDUARDO NOGUEIRA 0175 002880/2011
0185 028920/2011
CARLOS HUMBERTO FERNANDES 0119 011993/2010
0165 000260/2011
0166 000261/2011
CARLOS ZUCOLOTTO JUNIOR 0109 005869/2010
CARMEN GLORIA ARRIAGADA A 0061 002786/2007
CAROLINA GUIDOTI LORENZET 0039 003983/2005
CAROLINA MOURA LEBBOS 0025 000451/2003
CAROLINA VILLENA GINI 0156 021471/2010
CASSIANO LUIZ IURK 0028 000655/2004
CELSO ANTONIO ROSSI 0034 001925/2005
CELSO TOZZI FILHO 0029 001136/2004
0030 001140/2004
CHARLES MICHEL LIMA DIAS 0108 005788/2010
0113 007811/2010
0132 016887/2010
0138 017609/2010
0139 017617/2010
CHRISTIAN LAUFER 0169 001505/2011
CHRISTIANNE REGINA LEANDR 0010 035731/1996
CLAUDIA ARZUA 0010 035731/1996
Claudia de Souza Haus 0053 000768/2007
CLAUDINEI BELAFRONTE 0168 001215/2011
Claudio Antonio Ribeiro 0086 001469/2009
CLAUDIO MARCELO BAIAK 0183 024329/2011
CLAUDIO XAVIER PETRYK 0017 041079/1999
CLEVERSON JOSÉ GUSSO 0060 002698/2007
CLOVIS DIAS DE SOUZA 0177 003059/2011
CLOVIS GALVAO PATRIOTA 0027 003467/2003
CONCEICAO A. RIBEIRO CARV 0077 002929/2008
Cristina Hatschbach Maci 0074 002591/2008
CRISTINA LEITÃO TEIXEIRA 0051 000375/2007
0056 001473/2007
DALVA MARVULLE DE CASTILH 0069 000943/2008
DANIELA LUIZ 0057 002283/2007
DANIEL GILBERTO LEMOS PER 0036 002657/2005
DANIEL GODOY JUNIOR 0131 016873/2010
DANIELI MEIRA FERREIRA 0175 002880/2011
0185 028920/2011
DANIEL K MONTOYA 0169 001505/2011
DANIELLA LETICIA BROERING 0066 003897/2007
DANIEL PINHEIRO 0130 016831/2010
DANTON NOVAIS FILHO 0007 033769/1996
DEBORA NUNES 0183 024329/2011
DENISE DE JESUS FERREIRA 0008 034065/1996
DENISE ROSAS NUNES 0058 002319/2007
DIEGO MARTINS CASPARY 0195 041629/2011
DIORGES CHARLES PASSARINI 0120 012309/2010
DJALMA A MULLER GARCIA 0100 002750/2009
DORLEI AUGUSTO TODO BOM 0119 011993/2010
0165 000260/2011
0166 000261/2011
DULCE ESTHER KAIRALLA 0066 003897/2007
0077 002929/2008
0096 002438/2009
EDISON CESAR SANTIAGO DE 0178 005392/2011
EDISON RAUEN VIANNA 0003 022495/1985
EDMAR LUIZ COSTA JR. 0017 041079/1999
EDSON CARLOS VIEIRA RIBAS 0099 002697/2009
EDSON LUIZ AMARAL 0004 026825/1990
0097 002497/2009
0106 005283/2010
0115 008273/2010
0116 008708/2010
0150 018936/2010
EDSON LUIZ DO AMARAL 0151 019697/2010
0162 025995/2010
EDSON ROBERTO DA ROCHA SO 0017 041079/1999
EDUARDO GARCIA BRANCO 0067 000123/2008
ELCELY TEREZINHA FRANKLIN 0033 003670/2004
ELIANA JAVORSKI 0121 012527/2010
ELIANA MEIRA NOGUEIRA 0175 002880/2011
0185 028920/2011
Eliane Cristina Rossi Che 0153 020180/2010
ELISANGELA SPONHOLZ DE SO 0135 017283/2010
ELTON BALOCCO 0153 020180/2010
ELTON LUIZ BRASIL RUTKOWS 0022 000806/2001
EMANUEL DE ANDRADE BARBOS 0102 003734/2009
0186 030030/2011
EMERSON DE MORAIS GRANADO 0053 000768/2007
EMERSON NORIHIKO FUKUSHIM 0164 000199/2011
Emilio Luiz Augusto Prohm 0080 003315/2008
EMMANOEL ASCHIDAMINI DAVI 0145 018184/2010

ERALDO LACERDA JUNIOR 0038 003235/2005
0045 004219/2005
0070 001469/2008
0184 027799/2011
0188 033499/2011
0193 041623/2011
0194 041624/2011
0197 042470/2011
ERENISE DO ROCIO BORTOLIN 0143 018055/2010
Eros Sowinski 0037 003064/2005
0074 002591/2008
0161 024822/2010
EROULTHS CORTIANO JUNIOR 0042 004085/2005
EUGENIO SOBRADIEL FERREIR 0095 002431/2009
EVARISTO ARAGAO FERREIRA 0070 001469/2008
0103 000461/2010
0107 005429/2010
0110 006396/2010
0119 011993/2010
0123 013010/2010
0140 017647/2010
0149 018918/2010
0152 019827/2010
0154 020253/2010
0165 000260/2011
0166 000261/2011
0172 001755/2011
0175 002880/2011
0184 027799/2011
0185 028920/2011
0188 033499/2011
0193 041623/2011
0194 041624/2011
0197 042470/2011
0198 042506/2011
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA 0029 001136/2004
0030 001140/2004
0035 002346/2005
FABIANA DE ALMEIDA PASCHO 0011 037999/1997
FABIANO FREITAS MINARDI 0114 007993/2010
FABIANO PEDRO HOOG KALED 0099 002697/2009
FABIO FREITAS MINARDI 0114 007993/2010
FABIO JOSE DE LIMA PRESTE 0174 002417/2011
FABIOLA CORDEIRO FLEISCHF 0017 041079/1999
FABIO ROBERTO GUSSO 0010 035731/1996
FABIO ROGERIO HARDT 0010 035731/1996
FABRICIA LEMSER MARTINS 0057 002283/2007
FABRICIO GONÇALVES ZIPPER 0114 007993/2010
FABRICIO GRESSANA 0120 012309/2010
FABRICIO LUIZ WESCHENFELD 0174 002417/2011
FATIMA MIRIAN BORTOT 0093 002403/2009
0122 012968/2010
FERNANDA LINHARES WALLBAC 0136 017370/2010
FERNANDO BORGES MANICA 0158 022585/2010
0179 008079/2011
FERNANDO JOSE BONATTO 0127 015851/2010
FERNANDO JOSE CURI STABEN 0025 000451/2003
FERNANDO PAULO MACIEL FIL 0129 016809/2010
FERNANDO PEREIRA DE GOES 0171 001734/2011
FERNANDO SAMPAIO DE ALMEI 0146 018241/2010
0191 040045/2011
FLAVIA FERNANDA NEVES 0201 002110/2008
FLAVIA JULIANA MEIRA NOGU 0175 002880/2011
0185 028920/2011
FLAVIO PEREIRA TEIXEIRA 0035 002346/2005
FLORI ANTONIO TASCA 0012 039414/1998
GABRIELA DE PAULA SOARES 0124 013107/2010
0142 017993/2010
GENEROSO HORNING MARTINS 0093 002403/2009
0122 012968/2010
0181 023128/2011
GERALDO DE OLIVEIRA 0094 002413/2009
GERARD KAGHTAZIAN JUNIOR 0044 004175/2005
GESSIVALDO OLIVEIRA MAIA 0177 003059/2011
GILBERTO MUNHOZ SCHWARTZ 0104 000899/2010
GIL CESAR DANTAS BRUEL 0142 017993/2010
GIOVANA PRICE DE MELO 0107 005429/2010
GISELE DA ROCHA PARENTE 0028 000655/2004
0033 003670/2004
0047 001108/2006
0083 000174/2009
GISELE DA ROCHA PARENTE 0088 001647/2009
0091 002037/2009
0109 005869/2010
0118 009027/2010
0122 012968/2010
0132 016887/2010
0134 017211/2010
GISELE SOARES 0093 002403/2009
0122 012968/2010
0181 023128/2011
GISELE SOARES 30269822 0023 000633/2002
GISELLE PASCUAL PONCE 0089 001813/2009
0118 009027/2010
GISELLE PASCUAL PONCE 0127 015851/2010
GISELLE PASCUAL PONCE 0146 018241/2010
GLAUCIO C. SILVA MOLINO 0017 041079/1999
GÍSELA DIAS 0012 039414/1998
0023 000633/2002
0032 003403/2004
0034 001925/2005
0039 003983/2005
0046 000938/2006
GUATACARA S. SALLES 0068 000171/2008
GUILHERME RODRIGUES 0098 002593/2009
GUSTAVO HENRIQUE J. DE OL 0025 000451/2003
GYSELE VIEIRA SILVA SHAFA 0105 004894/2010
HAMILTON SCHMIDT COSTA FI 0059 002436/2007
HASSAN SOHN 0040 004023/2005
0052 000756/2007
0062 002980/2007
0065 003789/2007
0067 000123/2008
0073 002267/2008
HAYANNE HAGGE 0065 003789/2007
HEGLISSON TADEU MOCELIN N 0123 013010/2010
0152 019827/2010
HELIO DUTRA DE SOUZA 0141 017844/2010
HELIO EDUARDO RICHTER 0061 002786/2007
HELIO PEREIRA CURY FILHO 0125 013144/2010
0143 018055/2010
HELOISA HELENA DE O SOARE 0074 002591/2008
HERON ARZUA 0010 035731/1996
INESCIY KASSUMI HAYASHI I 0175 002880/2011
0185 028920/2011
INES ESTANISLAVA PUCCI 0172 001755/2011
INGRID KUNTZE 0063 003148/2007
ITALO TANAKA JUNIOR 0014 040337/1998
0101 003648/2009
IURI FERRARI COCCICOV 0047 001108/2006
IVAN SERGIO TASCA 0091 002037/2009
IVO BERNARDINO CARDOSO 0100 002750/2009
JACINTO NELSON DE MIRANDA 0050 002976/2006
JACINTO NELSON DE MIRANDA 0129 016809/2010
0160 023749/2010
JACKSON SPONHOLZ 0022 000806/2001
JACSON LUIZ PINTO 0122 012968/2010
0132 016887/2010
0145 018184/2010
0159 022594/2010
0180 011311/2011
JAIR LIMA GEVAERD FILHO 0034 001925/2005
0168 001215/2011
JANAINA CIRINO DOS SANTOS 0183 024329/2011
JANSEN DANIEL DE CARVALHO 0168 001215/2011
JEFERSON ISSAC JOAO SHEER 0039 003983/2005
JEFERSON LUIZ LUCASKI 0063 003148/2007
JEFERSON RIBEIRO 0179 008079/2011
JEFFERSON FURLANETTO MOIS 0146 018241/2010
JEFFERSON ISAAC JOAO SCHE 0064 003191/2007
JEFFERSON RENATO ROSOLEM 0125 013144/2010
0143 018055/2010
JERVIS PUPPI WANDERLEY 0143 018055/2010
JESSICA RIBEIRO ASSUNÇAO 0101 003648/2009
JOAO ANTONIO DA CRUZ 0006 030991/1994
JOAO BATISTA DOS ANJOS 0017 041079/1999
JOAO DOMINGOS CARDOSO 0104 000899/2010
JOAO FRANCISCO MONTEIRO S 0079 003187/2008
JOAO HENRIQUE DE SOUZA AR 0189 034571/2011
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0127 015851/2010
JOAO MARCELO RENK CHAGAS 0201 002110/2008
JOAO PAULO BOMFIM 0037 003064/2005
JOEL MACEDO SOARES PEREIR 0014 040337/1998
JOEL SAMWAYS NETO 0006 030991/1994
0016 040671/1999
0046 000938/2006
JONAS BORGES 0028 000655/2004
JORGE LUIZ GARRET 0098 002593/2009
JOSÉ ANACLETO ABDUCH SANT 0120 012309/2010
JOSE ANACLETO ABDUCH SANT 0039 003983/2005
0114 007993/2010
JOSE ANTONIO FARIA DE BRI 0042 004085/2005
JOSE ANTONIO PERES GEDIEL 0002 009087/1969
0025 000451/2003
0042 004085/2005
0046 000938/2006
0053 000768/2007
0058 002319/2007
0066 003897/2007
0133 016968/2010
JOSE ANTONIO VALE 0148 018916/2010
JOSE CARLOS F DA SILVA JR 0167 001179/2011
JOSE CID CAMPELO 0001 008747/1969
JOSE CLAUDIO DEL CLARO 0124 013107/2010
JOSE DE CESAR FERREIRA 0110 006396/2010
0198 042506/2011
JOSE FERNANDO PUCHTA 0046 000938/2006
JOSE MANOEL DE MACEDO CAR 0008 034065/1996
JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA 0040 004023/2005
0052 000756/2007
0062 002980/2007
0073 002267/2008
JOSE PEREIRA DE MORAES NE 0130 016831/2010
JOSE REINALDO ADAMS 0026 000696/2003
JOSE ROBERTO MARTINS 0108 005788/2010
0113 007811/2010
0117 008905/2010
0132 016887/2010

0134 017211/2010
0138 017609/2010
0139 017617/2010
JOSIANE BECKER 0060 002698/2007
JOSIANE MARIA DE OLIVEIRA 0003 022495/1985
JOSÉ SILVÉRIO SANTA MARIA 0178 005392/2011
JUCIMAR MOURA DOS SANTOS 0156 021471/2010
JULIANA DOMINGUES TANCRED 0148 018916/2010
JULIANA PAOLA PINHEIRO 0120 012309/2010
JULIANNA WIRSCHUM SILVA 0067 000123/2008
JULIANO MARTINS 0112 006865/2010
0133 016968/2010
JULIANO STELA 0076 002880/2008
JULIO CESAR DALMOLIN 0099 002697/2009
JULIO CESAR PINTO D AMICO 0036 002657/2005
JUSSARA OSIK 0086 001469/2009
Karem Oliveira 0075 002878/2008
Karen Oliveira 0010 035731/1996
Karen Vanessa Bottini 0109 005869/2010
LAUREDSON DOS SANTOS 0092 002237/2009
LAURO CAVERSAN JUNIOR 0050 002976/2006
LEANDRO GAYER GUBERT 0057 002283/2007
LEANDRO MORAES 0114 007993/2010
LEILA CUELLAR 0113 007811/2010
LEONARDO ANTONIO FRANCO 0161 024822/2010
LEONEL TREVISAN JÚNIOR 0020 042819/2000
LEONIDAS TABORDA RIBAS JU 0005 027223/1991
LEONI JOSE GALLI 0049 002889/2006
LIDSON JOSE TOMASS 0125 013144/2010
LIGIA SOCREPPA 0010 035731/1996
LILIAM FERRARESI BRIGHENT 0021 000010/2001
0059 002436/2007
LILIAN ACRAS FANCHIN 0071 002021/2008
LILIAN SIMONE FURLANETO 0026 000696/2003
LILLIANA MARIA CERUTI LAS 0141 017844/2010
LINCO KCZAM 0140 017647/2010
LORAINE COSTACURTA 0067 000123/2008
LOUISE RAINER PEREIRA GIO 0005 027223/1991
LUCIANA CORDEIRO D. DE OL 0039 003983/2005
LUCIANNE BERNARDINO CARDO 0100 002750/2009
LUDIMAR RAFANHIM 0089 001813/2009
LUIR CESCHIN 0046 000938/2006
LUIS ANSELMO ARRUDA GARCI 0093 002403/2009
0122 012968/2010
0181 023128/2011
LUIS EDUARDO MIKOWSKI 0013 040189/1998
LUIS PERCI RAYSEL BISCAIA 0178 005392/2011
LUIS RENATO MARTINS DE AL 0163 028134/2010
LUIZ ALBERTO DALCANALE OA 0046 000938/2006
LUIZ ALBERTO ZIOLKOWSKI 0126 015821/2010
LUIZ ANTONIO PINTO SANTIA 0040 004023/2005
0052 000756/2007
0063 003148/2007
0065 003789/2007
0067 000123/2008
0073 002267/2008
LUIZ FELIPE ZAFANELI CUBA 0142 017993/2010
LUIZ FERNANDO DA SILVA CA 0089 001813/2009
LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ 0063 003148/2007
LUIZ GUILHERME MARINONI 0108 005788/2010
LUIZ GUILHERME MULLER PRA 0026 000696/2003
LUIZ GUSTAVO LEME 0112 006865/2010
LUIZ PAULO RIBEIRO DA COS 0060 002698/2007
LUIZ SALVADOR 0170 001540/2011
Luiz Sergio Ferreira Muce 0082 000015/2009
MAJOLY ALINE DOS ANJOS HA 0027 003467/2003
0031 002181/2004
0043 004101/2005
0143 018055/2010
MANOEL CAETANO FERREIRA F 0023 000633/2002
0054 000811/2007
0064 003191/2007
0093 002403/2009
0117 008905/2010
MANOEL HENRIQUE MAINGUÉ 0058 002319/2007
0066 003897/2007
0069 000943/2008
MANOEL HENRIQUE MAINGUE 0032 003403/2004
MANOEL JOSE LACERDA CARNE 0169 001505/2011
Mara Alessandra Reis de C 0081 000003/2009
MARA SANTANA 0118 009027/2010
MARCELENE C DA SILVA RAMO 0009 034182/1996
MARCELLO TABORDA RIBAS 0038 003235/2005
0045 004219/2005
MARCELO FANCHIN 0155 021456/2010
MARCELO ZANON SIMAO (ATUA 0099 002697/2009
0200 003126/2003
MARCIA CARLA PEREIRA RIBE 0177 003059/2011
MARCIA CRISTINA BATISTA C 0091 002037/2009
MARCIA HELENA BADER MALUF 0086 001469/2009
MARCIA MONTALTO ROSSATO 0173 001820/2011
MARCIA REGINA FERREIRA 0104 000899/2010
MARCIO ANDREI GOMES DA SI 0147 018293/2010
MARCIO CARDOSO MARQUES 0123 013010/2010
MARCIO GABRIELLI GODOY 0037 003064/2005
MARCIO GUEDES BERTI 0087 001538/2009
MARCO AURELIO ANGELO DE C 0118 009027/2010
MARCOS RENAN SALVATI 0135 017283/2010
MARCOS WENGERKIEWICZ 0085 000595/2009
MARIA A. RAMINA 0009 034182/1996
MARIA CAROLINA TERRA BLAN 0149 018918/2010
MARIA CRISTINA JOBIM C. D 0007 033769/1996
MARIA HELENA LAZOF 0127 015851/2010
MARIA LUIZA DE CARVALHO R 0004 026825/1990
MARIANA LIMA DE CARVALHO 0180 011311/2011
MARIANA MIEKO TAKEMOTO 0201 002110/2008
MARIANE MELILLO FONTAN 0055 001200/2007
MARIO PRATES 0013 040189/1998
MARISTELA BUSETTI 0068 000171/2008
0079 003187/2008
0087 001538/2009
0105 004894/2010
0135 017283/2010
0155 021456/2010
MARISTELA FREDERICO 0068 000171/2008
0079 003187/2008
0087 001538/2009
0135 017283/2010
Marli Terezinha Ferreira 0161 024822/2010
MARLI TEREZINHA FERREIRA 0037 003064/2005
MAURICIO BELESKI DE CARVA 0084 000537/2009
MAURICIO GOMM F.DOS SANTO 0007 033769/1996
0017 041079/1999
MAURICIO RIBEIRO SCHEAFFE 0064 003191/2007
0187 033496/2011
MAURICIO SOUZA BOCHNIA 0155 021456/2010
MAURO LEITNER GUIMARAES F 0019 042503/2000
MAURO RIBEIRO BORGES 0005 027223/1991
MAYKON JONATHA RICHTER 0112 006865/2010
MELISSA DE CASSIA KANDA D 0125 013144/2010
0143 018055/2010
MICHEL LUIZ PADILHA 0173 001820/2011
MIGUEL ANGELO SALGADO 0045 004219/2005
MILENA EMILYN RAKSA 0063 003148/2007
MILTON MIRO VERNALHA FILH 0136 017370/2010
0159 022594/2010
0199 043786/2011
MOACYR TRAMUJAS DA SILVA 0011 037999/1997
MOISES MONTANHER 0104 000899/2010
MONICA PIMENTEL DE SOUZA 0041 004034/2005
0055 001200/2007
0067 000123/2008
MOZARTE DE QUADROS 0008 034065/1996
MURILO VARASQUIM 0072 002227/2008
NAOTO YAMASAKI 0136 017370/2010
0159 022594/2010
0199 043786/2011
NATANIEL RICCI 0049 002889/2006
0104 000899/2010
NATANOEL ZAHORCAK 0017 041079/1999
NEUDI FERNANDES 0063 003148/2007
NEWTON AMARAL FERREIRA 0100 002750/2009
NICOLE PEREIRA LIMA BETTE 0016 040671/1999
NILCE NEIDE TEIXEIRA DE L 0062 002980/2007
0065 003789/2007
0067 000123/2008
0073 002267/2008
0074 002591/2008
OLDEMAR MARIANO 0017 041079/1999
OSMAR ALFREDO KOHLER 0010 035731/1996
PATRÍCIA DOMINGUES NYMBER 0072 002227/2008
Patricia Ferreira Pomocen 0095 002431/2009
PATRICIA STROBEL PIAZZETT 0155 021456/2010
PAULO AFONSO MAGALHAES NO 0075 002878/2008
PAULO HENRIQUE AREIAS HOR 0128 016663/2010
0137 017448/2010
0158 022585/2010
0182 023232/2011
PAULO HENRIQUE BEREHULKA 0058 002319/2007
PAULO LEONARDO ROMAN OAB/ 0105 004894/2010
PAULO ROBERTO BARBIERI 33 0020 042819/2000
PAULO ROBERTO GOMES 0103 000461/2010
PAULO ROBERTO JENSEN 0044 004175/2005
PAULO ROBERTO MIKIO HEIMO 0146 018241/2010
0191 040045/2011
Paulo Vinicio Fortes Filh 0074 002591/2008
0078 003180/2008
PEDRO HENRIQUE GOBBI MACH 0081 000003/2009
POLYANA RODRIGUES PEDRO 0105 004894/2010
PRISCILA WALLBACH SILVA 0136 017370/2010
0159 022594/2010
0199 043786/2011
RAFAEL ELIAS ZANETTI 0128 016663/2010
0137 017448/2010
0158 022585/2010
0182 023232/2011
RAFAEL LUIS FREITAS HATSC 0196 042403/2011
RAPHAEL DE SOUZA VIEIRA 0069 000943/2008
RAQUEL COSTA DE SOUZA 0027 003467/2003
RAQUEL COSTA DE SOUZA MAG 0089 001813/2009
RAUL ALBERTO DANTAS JUNIO 0064 003191/2007
0128 016663/2010
RAUL ALBERTO DANTAS JUNIO 0131 016873/2010
RAUL ALBERTO DANTAS JUNIO 0137 017448/2010
0139 017617/2010
RAYANNE HAGGE 0067 000123/2008
REGINALDO CASELATO 0103 000461/2010
REJANE MARA S.D ALMEIDA 0170 001540/2011

RENATA FARAH PEREIRA DE C 0186 030030/2011
RENATA GUERREIRO BASTOS D 0088 001647/2009
RENATO PEDROSO 0003 022495/1985
RENATO RIBEIRO SCHMIDT 0007 033769/1996
RENE PELEPIU 0047 001108/2006
0093 002403/2009
0122 012968/2010
RICARDO DE LUCCA MECKING 0072 002227/2008
RITA DE CASSIA RIBAS TAQU 0089 001813/2009
0091 002037/2009
0109 005869/2010
0146 018241/2010
0182 023232/2011
0191 040045/2011
0192 040180/2011
ROBERTA LOPES MACIEL 0195 041629/2011
ROBERTO ANTONIO BUSATO 0017 041079/1999
Roberto Machado Filho 0010 035731/1996
ROBERTO NOLLI 0163 028134/2010
ROBERTO NUNES DE LIMA FIL 0136 017370/2010
0138 017609/2010
RODRIGO PIRONTI AGUIRRE D 0129 016809/2010
RODRIGO POZZOBON 0057 002283/2007
ROGERIA DOTTI 0072 002227/2008
ROGERIO POPLADE CERCAL 0048 002136/2006
ROGERSON LUIZ RIBAS SALGA 0045 004219/2005
ROGÉRIO DISTÉFANO 0174 002417/2011
RONNIE KOHLER 0010 035731/1996
ROSANE BERTOLIN (SC) 0071 002021/2008
ROSANGELA DO SOCORRO ALVE 0072 002227/2008
ROSANGELA DO SOCORRO ALVE 0084 000537/2009
ROSANGELA DO SOCORRO ALVE 0090 001835/2009
ROSANGELO ASSIONE SANTOS 0201 002110/2008
SADI BONATTO 0127 015851/2010
SAIMI SEMIL FURIO 0088 001647/2009
SAMUEL MARQUES 0192 040180/2011
SANDRA JUSSARA KUCHNIR 0015 040451/1999
0018 041591/1999
SANDRA REGINA S. ROMANIEL 0081 000003/2009
SERGIO BATISTA HENRICHS 0014 040337/1998
SERGIO JOSÉ LOPES DOS SAN 0142 017993/2010
SERGIO MELLO ARAUJO 0024 000351/2003
SIMONE APARECIDA LIMA DA 0093 002403/2009
0122 012968/2010
Simone Kohler 0010 035731/1996
0019 042503/2000
STELA MARIS PINTO PETERS 0144 018157/2010
Stella Maris Machado Nata 0078 003180/2008
STELLA MARIS MACHADO NATA 0102 003734/2009
SWELLEN YANO DA SILVA 0160 023749/2010
Tatiana Natal 0078 003180/2008
TATIANA NATAL 0102 003734/2009
TEOFILO L. SANTOS NETO 0017 041079/1999
TERCIO AMARAL DE CAMARGO 0125 013144/2010
0143 018055/2010
TERESA CRISTINA CRUZ CARD 0016 040671/1999
TEREZA CRISTINA B. MARINO 0056 001473/2007
TIAGO MACHADO CORTEZ 0061 002786/2007
VALDIR JULIO ULBRICH - PR 0126 015821/2010
VALDIR LEMOS DE CARVALHO 0017 041079/1999
VALERIA CRISTINA DE OLIVE 0100 002750/2009
VALMIR JORGE COMERLATTO 0090 001835/2009
VALQUIRIA BASSETTI PROCHM 0056 001473/2007
0064 003191/2007
0093 002403/2009
0102 003734/2009
0111 006752/2010
0117 008905/2010
0128 016663/2010
0129 016809/2010
0130 016831/2010
0131 016873/2010
0136 017370/2010
0137 017448/2010
0138 017609/2010
0139 017617/2010
0158 022585/2010
0160 023749/2010
0174 002417/2011
0179 008079/2011
0186 030030/2011
VENINA SABINO DA SILVA E 0142 017993/2010
VERA GRACE PARANAGUA CUNH 0016 040671/1999
VERA LUCIA TAQUES ZATTAR 0017 041079/1999
VICENTE PAULA SANTOS 0109 005869/2010
VINICIUS KLEIN 0057 002283/2007
0086 001469/2009
0111 006752/2010
VIVIAN QUIMELLI ROSA 0045 004219/2005
WAGNER DE JESUS MAGRINI 0005 027223/1991
WAGNER PETER KRAINER JOSE 0095 002431/2009
WALTER JOSE MATHIAS JUNIO 0013 040189/1998
WILTON VICENTE PAESE 0101 003648/2009
WINNICIUS PEREIRA GOES 0171 001734/2011
YEDA VARGAS RIVABEM BONIL 0146 018241/2010

1. ORDINARIA DE COBRANCA-8747/1969-ROSALINO MAZZIOTTI x CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA- Vistos. 1. Primeiramente, necessário esclarecer que nos presentes autos foram expedidos dois precatórios requisitórios: a) o primeiro, referente ao valor da condenação, cuja conta se encontra às fls. 60-v e a certidão de expedição às fls. 64-v (há uma cópia desta requisição às fls. 95); b) o segundo, referente à atualização do valor da condenação, cuja conta se encontra às fls. 70/70-v e a certidão de expedição às fls. 73 (há uma cópia desta requisição às fls. 85). 2. Com relação ao pedido de substituição processual - fls. 97 e seguintes, é necessário que os supostos herdeiros acostem aos autos documento hábil a fim de comprovar a sua condição de herdeiros necessários - art. 1.060, CPC. 3. Com relação ao pedido formulado nos itens 5 e 6 de fls. 98/99, desde logo, impende registrar que se denota de fls. 79/83 que o precatório requisitório mencionado no item "a" acima e de fls. 76/78 e 82/83 que o precatório requisitório tvencionado no item "b" acima já foram cancelados por ordem do Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Jusaça do Estado do Paranã (inclusive, foi revogado pelo despacho de fls. 83 aquele de fls. 77), 3.1. Portanto, eventuais irresignações dos credores quanto a tais ordens de cancelamento devem ser manifestadas diretamente nos autos em que houve a respectiva determinacão. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. JOSE CID CAMPELO-.

2. ORDINARIA-9087/1969-AMADEU TONIN, SUA MULHER E OUTROS x DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANA- Ao patrono do, para que promova a devolução dos autos em cartório, no prazo de 24 horas, sob pena do art. 196 do CPC.-Adv. JOSE ANTONIO PERES GEDIEL-.

3. INDENIZACAO-22495/1985-MIGUEL FURMANN E S/M. x COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA- Preliminarmente, intime-se o requerido para que, no prazo de 10 (dez), junte aos autos cópia da matrícula atualizada do imóvel. Após, voltem-se conclusos. Intimem-se. -Advs. RENATO PEDROSO, JOSIANE MARIA DE OLIVEIRA BRANCO e EDISON RAUEN VIANNA-.

4. ORDINARIA DE COBRANCA-26825/1990-J MALUCELLI CONSTR DE OBRAS LTDA x DEPTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DER/PR- Indefiro o pedido de fls. 311, haja vista que cabe à parte atualizar seu crédito. No mais, aguarde-se o pagamento do precatório. Intimem-se. -Advs. ALCEU MACHADO FILHO, MARIA LUIZA DE CARVALHO RODRIGUES, ANDERSON ARRIVABENE, EDSON LUIZ AMARAL e ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ-.

5. ORDINARIA REVISAO DE PENSAO-27223/1991-ARLETE BENETTI BRAMBILLA x INSTITUTO PREV E ASSIST SERV DO EST- Defiro o pedido de fls. 372/373. Anote-se. Ciente da interposição do recurso de agravo. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Aguarde-se a requisição das informações pelo Eg. Tribunal de Justiça, ocasião em que se deve cientificar quanto ao cumprimento do art. 526 do CPC. Intimem-se. -Advs. LEONIDAS TABORDA RIBAS JUNIOR, WAGNER DE JESUS MAGRINI, MAURO RIBEIRO BORGES e LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS-.

6. COBRANCA DE INDENIZAÇÃO RESCISÓRIA-30991/1994-MOACIR FERREIRA MANFREDINI e outro x ESTADO DO PARANA- Preliminarmente, intime-se o Estado do Paraná para manifestar-se sobre o pedido de habilitação dos herdeiros de fls. 266/273, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Advs. JOAO ANTONIO DA CRUZ e JOEL SAMWAYS NETO-.

7. INDENIZACAO-33769/1996-LUSADIO DE FREITAS x TRANSPORTE COLETIVO GLORIA LTDA e outro- Ante a certidão às fls. 413, manifeste-se o requerido sobre o prosseguimento do feito no prazo de 10 (dez) dias. Após, retornem conclusos. Intimem-se. -Advs. DANTON NOVAIS FILHO, RENATO RIBEIRO SCHMIDT, MARIA CRISTINA JOBIM C. DE MATTOS, ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA e MAURICIO GOMM F.DOS SANTOS-.

8. MANDADO DE SEGURANCA-34065/1996-GASPARINO DOS REIS SILVA x PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA- Ante a petição às fls. 61, defiro vistas no prazo de 05 (cinco) dias ao impetrante. Após, retornem conclusos. Intimem-se. -Advs. DENISE DE JESUS FERREIRA, MOZARTE DE QUADROS, ANGELO VIDAL DOS SANTOS MARQUES e JOSE MANOEL DE MACEDO CARON 3429162-.

9. CORREICAO-34182/1996-CIDALIA DA SILVA FANTINI x IPE- Vistos. Equivocado o despacho de fls. 218, motivo pelo qual o revogo. Revogado o mencionado despacho, restam sem objeto os embargos de declaração de fls. 220/221. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. MARIA A. RAMINA e MARCELENE C DA SILVA RAMOS-.

10. EMBARGOS A EXECUCAO-35731/1996-ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S/A-CASAS PERNAMBUCANAS x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- Ante a petição às fls. 319, defiro vistas no prazo de 05 (cinco) dias a Fazenda Pública do Estado do Paraná. Após, retornem conclusos. Intimem-se. -Advs. FABIO ROBERTO GUSSO, FABIO ROGERIO HARDT, HERON ARZUA, LIGIA SOCREPPA, CLAUDIA ARZUA, OSMAR ALFREDO KOHLER, RONNIE KOHLER, Simone Kohler, Roberto Machado Filho, CHRISTIANNE REGINA LEANDRO POSFALDO, Karen Oliveira e ANITA CARUSO PUCHTA-.

11. EMBARGOS DO DEVEDOR-37999/1997-MADRI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. e outros x RIO PARANA COMP. SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS- Vistos. Renove-se a intimação do exequente - fls. 315-316 - ( Tendo em vista que o executado não cumpriu o determinado no despacho de fl. 313, conforme certidão retro, manifeste-se a exequente, no prazo de 10 (dez) dias). Intimem-se. -Advs. MOACYR TRAMUJAS DA SILVA JUNIOR, ADRIANO MUNIZ REBELLO, ABEL ANTONIO REBELLO e FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTO-.

12. REPARACAO DE DANOS-39414/1998-VALMIR ROGERIO BELTRAMIN x ESTADO DO PARANA- 1. Defiro o pedido de fls. 461. 1.1. Intime-se o devedor, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia que está sendo reclamada pelo credor, sob pena de não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento) - art. 475-J, caput, CPC. Intimem-se. -Advs. FLORI ANTONIO TASCA, GÍSELA DIAS e AMANDA LOUISE RAMAJO CORVELLO BARRETO-.

13. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-40189/1998-BANCO BANESTADO S A x JOMANA ABIDIN- À parte interessada (exequente) para que faça a retirada do valor a ser restituido, conforme recibo em anexo )o qual deverá ser assinado quando do pagamento). Intime-se. -Advs. LUIS EDUARDO MIKOWSKI, WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR e MARIO PRATES-.
14. ORDINARIA DE INDENIZACAO-40337/1998-ATILA VIANNA DE MATOS x MUNICIPIO DE CURITIBA- -Advs. SERGIO BATISTA H Vistos. ' ' 1. O disposto no item 2.6.9 do CN/CGJ-PR impede o pleiteado pelo Município de Curitiba às fls. 1332: "2.6.9 - O levantamento ou a utili#ação das importâncias depositadas, ressalvado o diaposto no CN 2.6.5, será efetuado somente por meio de alvará assinado pelo juiz, devendo o levantamento ser objeto de anotacão no registro constante do reapectivo livro" (grifou-se). 2. Expeca-se o respectivo alvará para o levantamento do depósito. 3. Intime-se. Diligëncias necessárias. ENRICHS, JOEL MACEDO SOARES PEREIRA NETO e ITALO TANAKA JUNIOR-.
15. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-40451/1999-RIO PARANA COMP. SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS x STELLA BUENO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA. e outro- Ante a certidão de fl. 155, manifeste-se a exequente, no prazo de 10 (dez) dias. Após, retornem conclusos. Intime-se. Diligências necessárias. -Adv. SANDRA JUSSARA KUCHNIR-.
16. DECLARATORIA-40671/1999-IVO DE MACEDO GUTIERREZ e outros x ESTADO DO PARANA- Ante a petição às fls. 415, defiro o desarquivamento assim como vistas no prazo de 05 (cinco) dias ao requerente. Após, retornem conclusos. Intimem-se. -Advs. ANTONIO GLENIO F.M.DE ALBUQUERQUE, NICOLE PEREIRA LIMA BETTEGA, TERESA CRISTINA CRUZ CARDOZO, VERA GRACE PARANAGUA CUNHA e JOEL SAMWAYS NETO-.
17. DECLARATORIA-41079/1999-DOURIVAL GONCALVES CORDEIRO E S/M x BANESTADO S/A - CREDITO IMOBILIARIO.- Ante alvará de levantamento às fls. 864, manifeste-se o Banco Meridional do Brasil S/A no prazo de 10 (dez) dias. Após, retornem conclusos. Intimem-se. -Advs. JOAO BATISTA DOS ANJOS, TEOFILO L. SANTOS NETO, EDSON ROBERTO DA ROCHA SOARES, GLAUCIO C. SILVA MOLINO, MAURICIO GOMM F.DOS SANTOS, NATANOEL ZAHORCAK, VERA LUCIA TAQUES ZATTAR, VALDIR LEMOS DE CARVALHO, BLAS GOMM FILHO (ATUAL SÍNDICO), CLAUDIO XAVIER PETRYK, FABIOLA CORDEIRO FLEISCHFRESSER, ANA LUCIA FRANCA, OLDEMAR MARIANO, ROBERTO ANTONIO BUSATO e EDMAR LUIZ COSTA JR.-.
18. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-41591/1999-RIO PARANA COMP. SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS x CEREADUBO COMERCIO E TRANSP. DE MERCADORIAS LTDA. e outro- Tendo em vista o oficio de fls. 242, intime-se o exequente para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Adv. SANDRA JUSSARA KUCHNIR-.
19. ORDINARIA-42503/2000-GERALDO STIVAL x PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA- Vistos. O pleito formulado pelo credor para que parte do valor, honorários de sucumbência, seja pago mediante requisição de pequeno valor e outra parte, valor principal e custas processuais, seja saldado por intermédio de precatório requisitório (fls. 397 e seguintes), encontra óbice no § 8° do art. 100 da Constituição da República ('E vedada a expedição de precatorios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que diapõe o § 3°deste artgo"), motivo pelo qual o indefiro. 'AGRAVO DE INSTRUMENTO ACAO DECLARATORIA EM FASE DE EXECUCÃO DE SENTENCA CONDENACÄO DO MUNICIPIO A REPETICAO DE INDEBITO E HONORARIOS ADVOCATICIOS EXECUÇÄO UNA IMPOSSIBILIDADE DE FRACIONAMENTO PARA PAGAMENTO DO VALOR PRINCIPAL POR PRECATÓRIO E DA VERBA HONORÁRIA POR REQUISICÄO PEQUENO VALOR INTELIGENCIA DO ARTIGO 100, § 8°, DA CF, COM REDACÄO DADA PELA EC N° 62/2009 VERBA ACESSORIA QUE DEVE SEGUIR O PRINCIPAL - PRECEDENTES DO STF E STf - DECISAO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO" (TJPR - 3a C.Cível - Al 0693525-3 - Foro Central da Região Metropohtana de Curitiba - Rel.: Des. Paulo Roberto Vasconcelos - Unänime -). 07.12.2010) 2. Havendo a concordância do Município de Curitiba quanto ao valor do débito (fls. 432/433), expeça-se um único precatório requisitório, destacando-se na requisição as verbas relativas aos honorários de sucumbência, os quais possuem natureza alimentar. 3. Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. MAURO LEITNER GUIMARAES FILHO, ALESSANDRA DABUL e Simone Kohler-.
20. ACAO DE REVISAO DE CONTRATO-42819/2000-CLEUSA MARIANA DA SILVA x BANCO BANESTADO S A- Tendo em vista os requerimentos de fls. 488/489 e 507, intime-se o exequente para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Advs. ANDRE LUIZ BAUML TESSER, PAULO ROBERTO BARBIERI 3389922 e LEONEL TREVISAN JÚNIOR-.
21. CONSTITUICAO DE SERVIDAO-10/2001-SANEPAR - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ x MARCOS ALFREDO FERREIRA FRANCO- No mais, cumpra-se o item 4 do despacho de fls.244: "4. Apresentado o laudo, intimem-se as partes de sua apresentação, cientificando-lhes que os assistentes técnicos deverão apresentar seus pareceres no prazo de 10 dias, nos termos do parágrafo único do art.433,CPC." -Advs. LILIAM FERRARESI BRIGHENTE e ANDREIA APARECIDA ZOWTYI-.
22. EMBARGOS A EXECUCAO-806/2001-INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP x AYDE BARRETO DA SILVA CERON- Ante a baixa dos autos da Superior Instância, manifestem-se as partes no prazo legal. Intimem-se. -Advs. ELTON LUIZ BRASIL RUTKOWSKI e JACKSON SPONHOLZ-.
23. OBRIGACAO DE FAZER-633/2002-APP-SINDIC. DOS TRAB.EM EDUCACAO PUBL.DO PARANA x GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANA- 1. Defiro o pedido de fls. 295/296. 1.1. Intime-se o devedor, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia que está sendo reclamada pelo credor, sob pena de não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento) - art. 475- J, caput, CPC. Intimem-se. -Advs. GISELE SOARES 30269822, MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO e GÍSELA DIAS-.
24. MANDADO DE SEGURANCA-351/2003-LEA CARVALHO MIRO MEDEIROS x SUPERVISOR CHEFE DA PER.MED.DO PARANAPREVIDENCIA e outro- Diante da decisão de fls. 65/68, que extinguiu o feito nos termos do art. 267, do CPC e tendo em vista que as custas remanescentes já foram quitadas, oportunamente arquive-se, cumprindo o disposto no CN/CGJ-PR. Intimem-se. -Adv. SERGIO MELLO ARAUJO-.
25. ORDINARIA ANULACAO ATO JURID.-451/2003-ALEXANDRE DEMETRIO DE SOUZA x ESTADO DO PARANA- Defiro os pedidos de fls. 622. Anote-se e vista dos autos ao Estado do Paraná. Intimem-se. -Advs. FERNANDO JOSE CURI STABEN, GUSTAVO HENRIQUE J. DE OLIVEIRA, CAROLINA MOURA LEBBOS e JOSE ANTONIO PERES GEDIEL-.
26. MANDADO DE SEGURANCA-696/2003-AMBIENTAL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA x MUNICIPIO DE CURITIBA e outro- Ao preparo das custas finais de fls. 540 no valor total de R$ 72,60 (Escrivão R$ 69,60; Ministerio Público R $ 3,00). Int-se. -Advs. JOSE REINALDO ADAMS, LILIAN SIMONE FURLANETO e LUIZ GUILHERME MULLER PRADO - PROCURADOR DO MUNICIPIO-.
27. RITO SUMARIO-3467/2003-AGLAIR DO ROCIO MOLINARI ZEQUINAO e outros x INSTITUTO DE PREVID. DO MUNIC. DE CTBA - IPMC e outro- Vistos. Encaminhem-se os autos ao contador a fim de que atenda ao pleiteado às fls. 471. Manifestem-se as partes acerca dos cálculos apresentados, em 5 (cinco) dias. Intimem-se. -Advs. ANDRESSA ROSA, RAQUEL COSTA DE SOUZA, CLOVIS GALVAO PATRIOTA e MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY-.
28. ORDINARIA-655/2004-VALDOMIRA ALVES DE SOUZA x ESTADO DP PARANA e outro- Intime-se a parte credora para manifestar-se sobre a impugnação de fls. 579/584, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Advs. JONAS BORGES, CASSIANO LUIZ IURK e GISELE DA ROCHA PARENTE-.
29. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL-1136/2004-JOSE SILVIO TRINDADE DE REZENDE e outros x BANCO BANESTADO S A e outro- Apresentado o laudo, dele devem ser ambas as partes intimadas (prazo de 10 dias), devendo, neste mesmo prazo, o devedor efetuar o depósito daquele saldo obtido. Intimem-se. Ao preparo das custas de fls. 185 (em sua respectiva guia - Escrivania: R$ 31,02).-Advs. CELSO TOZZI FILHO e EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS-.
30. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL-1140/2004-ESPOLIO DE AMERICO BONACIN e outros x BANCO BANESTADO S A e outro- Apresentado o laudo, dele devem ser ambas as partes intimadas (prazo de 10 dias), devendo, neste mesmo prazo, o devedor efetuar o depósito daquele saldo obtido. Intime-se. Ao preparo das custas de fls. 217 (em sua respectiva guia - Escrivania: R$ 29,14).-Advs. CELSO TOZZI FILHO e EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS-.
31. SUMARIA DE REPET.DE INDEBITO-2181/2004-MARIA ESTELA GABARDO x MUNICIPIO DE CURITIBA e outro- Tendo em vista o deposito às fls. 277, intime-se o exequente para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Advs. ALESSANDRO MARCELO MORO REBOLI e MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY-.
32. MANDADO DE SEGURANCA-3403/2004-IMPORTADORA DE FRUTAS LA VIOLETERA LTDA. x DELEGADO DA RECEITA ESTADUAL EM CURITIBA-PR e outro- Defiro o pedido de fls. 374. Vista ao Estado do Paraná, pelo prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Advs. ALDO DE MATTOS SABINO JUNIOR, MANOEL HENRIQUE MAINGUE e GÍSELA DIAS-.
33. EMBARGOS A EXECUCAO-3670/2004-ESTADO DO PARANA x ALICE MEHL MULLER- Ao preparo das custas processuais de fls. 120 em sua respectiva guia: (R $ 649,60 - Escrivão, R$ 7,51 - Contador, R$ 49,50 - Oficial de Justiça e R$ 35,63 - Taxa Judiciária - Funrejus). Int-se. -Advs. GISELE DA ROCHA PARENTE e ELCELY TEREZINHA FRANKLIN CAMINHA-.
34. RITO SUMARIO-1925/2005-JORGE KALIL x ESTADO DO PARANA- 1. Defiro o pedido de fls. 452/453. 1.1. Intime-se o devedor, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia que está sendo reclamada pelo credor, sob pena de não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento) - art. 475-J, caput, CPC. Intimem-se. -Advs. CELSO ANTONIO ROSSI, JAIR LIMA GEVAERD FILHO e GÍSELA DIAS-.
35. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL-2346/2005-HILDA SOPHIE FRIEDRICH WONS e outros x BANCO BANESTADO S A- À parte para que promova o pagamento das custas do Sr. Contador no valor de R$ 80,00 (oitenta reais). Int-se. -Advs. FLAVIO PEREIRA TEIXEIRA e EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS-.
36. ACAO MONITORIA-2657/2005-ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIOS LTDA. x CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARNANA- Tendo em vista o depósito de fls. 142, intime-se o exequente para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Advs. JULIO CESAR PINTO D AMICO e DANIEL GILBERTO LEMOS PEREIRA-.
37. ANULATORIA C/ TUTELA ANTECIPADA-3064/2005-LEMBRASUL AGRO FLORESTAL LTDA. x FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CURITIBA- Ao preparo das custas processuais de fls. 131 em sua respectiva guia: (R$ 14,10 - Escrivão e R$ 10,09 - Contador). Int-se. -Advs. MARCIO GABRIELLI GODOY, AMARILDO PEDRO GULIN, JOAO PAULO BOMFIM, Eros Sowinski e MARLI TEREZINHA FERREIRA D'AVILA-.
38. REPETICAO DE INDEBITO-3235/2005-GERALDA SOARES LEAO x PARANAPREVIDENCIA e outro-Providenciar copias para instruirem o mandado de citação. -Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR e MARCELLO TABORDA RIBAS-.
39. ORDINARIA C/PEDIDO DE TUTELA-3983/2005-ANTONIO ALBERTO GOMES DE ARAUJO e outros x ESTADO DO PARANA- Ante a petição às fls. 254, defiro vistas no prazo de 05 (cinco) dias ao Estado do Paraná. Após, retornem conclusos. Intimem-se. -Advs. LUCIANA CORDEIRO D. DE OLIVEIRA, CAROLINA GUIDOTI LORENZETT, JOSE ANACLETO ABDUCH SANTOS, JEFERSON ISSAC JOAO SHEER e GÍSELA DIAS-.

40. RESOLUCAO DE CONTRATO-4023/2005-COHAB-CT CIA. DE HABITACAO POPULAR DE CURITIBA x MARCOS DA SILVA- Tendo em vista o requerimento de fls. 82, após o pagamento das custas processuais remanescentes, arquive-se, cumprindo-se o disposto no CN/CGJ-PR. Intimem-se. -Advs. LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO, JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA e HASSAN SOHN-.

41. EXECUCAO-4034/2005-DETRAN - DEPTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARANA x CLAIMARILU SALVADORI-Providenciar cópias para instruirem mandado e recolhe as diligencias do Sr. Oficial de Justica através da GR gerada no site do TJ no valor de R$99.00, juntado-a(s) nos autos. -Advs. ALDAIR TROVA DE OLIVEIRA e MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO-.

42. -0000340-38.2005.8.16.0004-SANDRA ZANINI MARUR x ESTADO DO PARANA- Defiro os pedidos de fls. 177. Anote-se vista dos autos ao Estado do Paraná, pelo prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Advs. JOSE ANTONIO FARIA DE BRITO, EROULTHS CORTIANO JUNIOR e JOSE ANTONIO PERES GEDIEL-.

43. SUMARIA DE COBRANCA-4101/2005-NEUSA DA COSTA MARTINS x MUNICIPIO DE CURITIBA e outro- Ante petição às fls. 189, manifeste-se a requerente no prazo de 10 (dez) dias. Após, retornem conclusos. Intimem-se. -Advs. ALESSANDRO MARCELO MORO REBOLI e MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY-.

44. ORDINARIA DE COBRANCA-0000244-23.2005.8.16.0004-MUNICIPIO DE CURITIBA x LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A.- Vistos. Diante do depósito de fls. 492/494, por ora, indefiro o pedido de fls. 495/497 formulado pelo Municipio de Curitiba. Manifeste-se o Municipio de Curitiba, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do depósito efetuado. Se pleiteado alvará para o levantamento do valor, desde logo, expeça-se, observando-se se regularizada a respectiva representação processual. Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. PAULO ROBERTO JENSEN e GERARD KAGHTAZIAN JUNIOR-.

45. ORDINARIA C/PEDIDO DE TUTELA-4219/2005-LAR LAPEANO DE SAUDE LTDA. x COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA- Decorrido o prazo previsto no item anterior, sem que seja efetuado o pagamento da divida, de-se ciencia ao exequente e, havendo requerimento deste, expeça-se mandado de penhora e avaliação, sendo licito ao credor indicar, desde logo, em seu requerimento, os bens que pretende ver penhorados (artigo 475-J, caput e par. 3º, do CPC). Intimem-se. Ao preparo das custas processuais de fls. 338 em sua respectiva guia: (R$ 25,90 - Escrivão, R$ 7,51 - Contador, R$ 76,19 e outras Custas R$ 22,50 - Distribuidor, R $ 50,60 - Taxa Judiciária - Funrejus e R$ 3,00 - Ministério Público). Int-se. -Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR, MARCELLO TABORDA RIBAS, VIVIAN QUIMELLI ROSA, MIGUEL ANGELO SALGADO e ROGERSON LUIZ RIBAS SALGADO-.

46. HOMOL.CESSAO DIREITO 11229/73-938/2006-INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFCS. TOQUE DE SEDA LTDA x LUIZ ALBERTO DALCANALE e outro- Ao preparo das custas processuais de fls. 33 em sua respectiva guia: (R$ 624,40 - Escrivão e R$ 7,51- Contador). Int-se. -Advs. LUIZ ALBERTO DALCANALE OAB/PR 1388, JOEL SAMWAYS NETO, LUIR CESCHIN, JOSE FERNANDO PUCHTA, AMANDA LOUISE RAMAJO CORVELLO BARRETO, GÍSELA DIAS e JOSE ANTONIO PERES GEDIEL-.

47. -1108/2006-CLARICE IGNEZ SCARIOT x ESTADO DO PARANA e outro- Defiro vistas ao Estado do Paraná, por 05 (cinco) dias. Anote-se substabelecimento. Intimem-se. -Advs. RENE PELEPIU, IURI FERRARI COCCICOV, GISELE DA ROCHA PARENTE e ANA LUIZA DE PAULA XAVIER-.

48. ACAO TRABALHISTA-2136/2006-REGINA HELENA BONATO DE CAMPOS x ESTADO DO PARANA- Ao preparo das custas processuais de fls. 81 em sua respectiva guia: (R$ 622,30 - Escrivania; R$ 7,51 - Contador e R$ 55,74 - Taxa Judiciária - Funrejus). Intimem-se. -Adv. ROGERIO POPLADE CERCAL-.

49. PRESTACAO DE CONTAS-2889/2006-FUNDACAO CULTURAL DE CURITIBA x LENIDA PERSUHN DOS SANTOS- Ao preparo das custas processuais de fls. 190 em sua respectiva guia: (R$ 632,80 - Escrivão; R$ 7,51 - Contador e R$ 77,19 - Taxa Judiciária - Funrejus). Intimem-se. -Advs. NATANIEL RICCI e LEONI JOSE GALLI-.

50. ANUL. ATO ADMIN. C/PED.LIMIN.-0000155-63.2006.8.16.0004-JOSE GENTIL DE CASTRO x ESTADO DO PARANA- Ao preparo das custas processuais de fls. 435 em sua respectiva guia: (R$ 437,10 - Escrivão, R$ 30,25 - Distribuidor, R $ 20,17 - Contador, R$ 135,50 - Oficial de Justiça e R$ 23,25 - Taxa Judiciária - Funrejus). Intimem-se. -Advs. ANA PAULA WOLLSTEIN, LAURO CAVERSAN JUNIOR, BERENICE DA APARECIDA GOMES RIBEIRO e JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO-.

51. OBRIG. DE FAZER C/ PEDIDO DE LIMINAR-375/2007-MARIA CRISTINA MATE GRECCA x ESTADO DO PARANA- Vistos. 1. A autora requereu a complementação do pedido liminar a fim de que, haja vista o relatório médico a atualizado juntado aos autos, seja incluído o fornecimento do medicamento de uso contínuo TYKERB - 250mg na quantidade 150 (cento e cinquenta) comprimidos por mês (fls. 208/222). 2. Diante dos documentos acostados às fls. 211/213, os quais são subscritos por médico oncologista, que assevera a necessidade do medicamento e que este é o único bloqueador do receptor HER-2 que penetra no sistema nervoso central, sendo vital à autora, sob pena de óbito, bem como considerando que a tutela antecipada pode ser modificada a qualquer tempo (arts. 273, § 4º e 461, § 3º, CPC), adotando com razão para decidir os fundamentos expostos na decisão que inicialmente antecipou os efeitos da tutela (fls. 31/33), defiro o pedido de fls. 208, determinando ao Estado do Paraná que, além dos medicamentos que já são fornecidos, forneça à autora, no prazo de 10 (dez) dias, em quantidade e frequência recomendadas na prescrição médica (fls. 211/213), o medicamento TYKERB - 250 mg. 3. Por outro lado, haja vista a desistência da prova pericial, manifestem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da necessidade da produção da prova oral - depoimento pessoal da autora e testemunhas - deferida às fls. 140/143. 3.1. Se houver desistência da prova oral, dê-se vista dos autos ao Ministério Público a fim que ofereça sua manifestação acerca do mérito da demanda. 3.2. Persistindo o interesse na produção da prova oral, retornem conclusos para designação de audiência de instrução e julgamento. 4. Intimem-se, com urgência. 5. Diligências necessárias. -Advs. ALI FERES MESSMAR FILHO e CRISTINA LEITÃO TEIXEIRA DE FREITAS-.

52. RESOL. CONT.C/C.IND. PERDAS DANOS C/LIMINAR-756/2007-COHAB-CT CIA. DE HABITACAO POPULAR DE CURITIBA x EDSON TRAVASSO e outro- .... III - DISPOSITIVO - EXPOSTAS ESTAS RAZÕES, julgo procedentes os pedido da inicial, para: a) rescindir o contrato celebrado entre as partes (Cód. Mutuário n° 076.00090-5 - fls.31/33); b) determinar a reintegracão da autora na posse do imóvel descrito na inicial, (Rua Adolfo Rocha de Almeida, n° 82, lote 01 da quadra 11, CIC); c) determinar que os pagamentos efetuados pelos réus sejam revertidos à autora a título de indenização pelo uso e gozo do imóvel. Por consequência, julgo extinto o processo, o que faço com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Observa- se no mais o disposto na fundamentação supra e retro expendida. Condeno os réus ao pagamento das despesas do processo, bem como dos honorários advocatícios, compensados entre si 1, em favor do patrono judicial da parte contrária, que fixo em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), o que faço com base no art. 20, § 4°, observados a razoável complexidade da demanda, o tempo decorrido desde a propositura do feito. Condeno ainda os réus, no pagamento de honorários advocatícios a Curadora Especial, os quais fixo no valor de R$ 1.000,00, (mil reais). Expeça-se o mandado de Reintegração de Posse. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente aplique-se o Código Normas e, inexistindo recurso, arquivem-se. -Advs. LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO, JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA e HASSAN SOHN-.

53. ANULAÇÃO ATO JUR. C/ DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA-0000097-26.2007.8.16.0004-DISTRIBUIDORA NELORE LTDA. x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- Ante a petição às fls. 198, defiro vistas requeridas no prazo de 5 (cinco) dias. Após, retornem conclusos. Intimem-se. -Advs. EMERSON DE MORAIS GRANADO, Claudia de Souza Haus e JOSE ANTONIO PERES GEDIEL-.

54. MANDADO DE SEGURANCA-811/2007-MARCELO DIAS CARVALHO x CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELECAO DA PMPR e outro- Ciência as partes quanto a baixa dos autos. Nada sendo requerido, oportunamente arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. Int-se. -Advs. ADAILTON ALVES MACIEL JUNIOR e MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO-.

55. EXECUCAO-1200/2007-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN/PR x CLODOALDO DOS SANTOS COSTA- Deixo de analisar o pedido de fls. 95, tendo em vista que o executado apresentou bens a penhora às fls. 33/34. Desta forma, intime-se o exequente para manifestar-se sobre o referido bem apresentado, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Advs. MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO e MARIANE MELILLO FONTAN-.

56. COBRANCA-1473/2007-MIGUEL DOMINGOS DE LARA x ESTADO DO PARANA- .... III - DISPOSITIVO - EXPOSTAS ESTAS RAZÕES, nos termos do artigo 58 da Lei n° 6.5417/73 JULGO IMPROCEDENTE o pedido pleiteado na presente demanda. Por conseqüência, julgo e×tinto o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, bem assim dos honorários advocaticios ao procurador do réu, estes arbitrados em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), considerando a desnecessidade de produção de provas em audiencia eo tempo de tramite do processo conforme dispõe o art. 20, § 4°, do Código de Processo Civil. A execucão das verbas acima fica condicionada ao disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50, ante a assistência judiciária gratuita deferida ao autor. Publique-se. Registre-se. intimem-se. Oportunamente aplique-se o Código de Normas e, inexistindo recurso, arquivem-se. -Advs. ALEXANDRE CORREIA OAB/SC 19951, CRISTINA LEITÃO TEIXEIRA DE FREITAS, VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN e TEREZA CRISTINA B. MARINONI-.

57. ANULAÇÃO ATO JUR. C/ DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA-2283/2007-SENAI - SERVIÇO NACIONAL DA INDUSTRIA x ESTADO DO PARANA- Diante da decisão que extinguiu o feito nos termos do art. 267, VI do CPC e tendo em vista que as custas remanescentes já foram quitadas, oportunamente arquive-se. Cumpra-se o disposto no CN/CGJ-PR. Intimem-se. -Advs. RODRIGO POZZOBON, FABRICIA LEMSER MARTINS, LEANDRO GAYER GUBERT, VINICIUS KLEIN e DANIELA LUIZ-.

58. MANDADO DE SEGURANCA-2319/2007-AUTO POSTO MONTE BELLO LTDA. x INSPETOR DA INSPETORIA REG. DE ARREC. 1ª DEL. REG.- Defiro os pedidos de fls. 447. Anote-se e vista dos autos ao Estado do Parana, pelo prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Advs. DENISE ROSAS NUNES, ANTONIO AUGUSTO GRELLERT, PAULO HENRIQUE BEREHULKA, MANOEL HENRIQUE MAINGUÉ e JOSE ANTONIO PERES GEDIEL-.

59. SERVIDAO ADMINISTRATIVA-2436/2007-SANEPAR - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ x IRENE GASPARIN- Às partes para que manifestem-se quanto a proposta de honorários do Sr. Avaliador fls. 96. Intimem-se. -Advs. LILIAM FERRARESI BRIGHENTE, ANDREIA A ZOWTYI TANAKA e HAMILTON SCHMIDT COSTA FILHO-.

60. ORDINARIA C/PEDIDO DE TUTELA-2698/2007-ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA x SANEPAR - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ- Sobre os esclarecimentos prestados pela contadoria judicial às fls. retro, manifestem-se as partes. Após, voltem os autos à conclusão para deliberações. Intime-se. -Advs. BERNARDO DUARTE ALMEIDA FONSECA, CLEVERSON JOSÉ GUSSO, LUIZ PAULO RIBEIRO DA COSTA e JOSIANE BECKER-.

61. RESTITUICAO DE INDEBITO-2786/2007-BRASWEY S/A. INDUSTRIA E COMERCIO x COPEL DISTRIBUICAO S/A.- Às partes para que manifestem-se quanto a proposta de honorários do Sr. Perito às fls. 274/275. Intimem-se. -Advs. CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI, TIAGO MACHADO CORTEZ e HELIO EDUARDO RICHTER-.

62. RESOL. CONT.C/C.IND. PERDAS DANOS C/LIMINAR-2980/2007-COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA COHAB/CT x LUCIANE

CRISTINA ARRUDA e outros- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, declinando necessidade e pertinência. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Int.-se. -Advs. HASSAN SOHN, JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA e NILCE NEIDE TEIXEIRA DE LIMA (Curadora Especial)-.

63. COBRANCA DE INDENIZAÇÃO RESCISÓRIA-3148/2007-MORADIAS EUCALIPTOS XIII ARACA x LICIA MARA BORBA e outro- À parte interessada para que promova o recolhimento referente à (s) diligência (s) do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50. -Advs. INGRID KUNTZE, LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ, NEUDI FERNANDES, MILENA EMILYN RAKSA, LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO e JEFERSON LUIZ LUCASKI-.

64. MANDADO DE SEGURANCA-0000417-76.2007.8.16.0004-EUNICE APARECIDA DE SOUZA e outros x DIRETORA DE REC. HUM. SECRET. DE EST. ADM. PREV.- Ciência as partes da baixa dos autos. Intimem-se.- Advs. MAURICIO RIBEIRO SCHEAFFER, MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO, JEFFERSON ISAAC JOAO SCHEER, RAUL ALBERTO DANTAS JUNIOR e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

65. REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C PED. LIMINAR-3789/2007-COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA COHAB/CT x ELIAS KURITZA FILHO e outros- ... EXPOSTAS ESTAS RAZÕES, julgo procedentes os pedido da inicial, para: a) rescindir o contrato celebrado entre as partes (Cód. Mutuário nº 295.16.0022-2 - fls.30/31); b) determinar a reintegração da autora na posse do imóvel descrito na inicial, (Rua Marcos Antonio Malucelli, n° 972, lote A-04 da quadra 41, CIC); c) determinar que os pagamentos efetuados pelos réus sejam revertidos à autora a título de indenização pelo uso e gozo do imóvel. Por consequência, julgo extinto o processo, o que faço com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Observa-se no mais o disposto na fundamentação supra e retro expendida. Condeno os réus ao pagamento das despesas do processo, bem como dos honorários advocatícios, compensados entre si , em favor do patrono judicial da parte contrária, que fixo em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), o que faço com base no art. 20, § 4º, observados a razoável complexidade da demanda, o tempo decorrido desde a propositura do feito. Condeno ainda os réus, no pagamento de honorários advocatícios a Curadora Especial, os quais fixo no valor de R$ 800,00, (oitocentos reais), a qual se ateve a negativa geral dos fatos Expeça-se o mandado de Reintegração de Posse. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente aplique-se o Código de Normas e, inexistindo recurso, arquivem-se. -Advs. LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO, HASSAN SOHN, HAYANNE HAGGE e NILCE NEIDE TEIXEIRA DE LIMA (Curadora Especial)-.

66. MANDADO DE SEGURANCA-0000229-83.2007.8.16.0004-POLIMIX CONCRETO LTDA x DIRETOR DE COORD DA SECRET DO ESTADO DA FAZENDA PR- Defiro os pedidos de fls. 144. Anote-se e vista dos autos ao Estado do Paraná, pelo prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Advs. DANIELLA LETICIA BROERING, ADILSON DE CASTRO JUNIOR, MANOEL HENRIQUE MAINGUÉ, DULCE ESTHER KAIRALLA e JOSE ANTONIO PERES GEDIEL-.

67. REINT. POSSE C/C PERD. DANOS-123/2008-COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA COHAB/CT x JOSE ORLANDO STUDZUSKI- Os embargos declaratórios opostos por Cornpanhia de Habitação Popular de Curitiba COHAB/CT são tempestivos, devendo ser apreciados por este Juízo. Entretanto, devem ser rejeitados, pois busca-se através dos mesmos efeito modificativo, o que não é possível, ja que a parte dispõe de recurso adequado para tanto. Registre-se, por oportuno, que na r. sentença de fls. 86/91 não há qualquer obscuridade, tendo sido esta devidamente fundamentada, de acordo com o principio do livre convencimento. Por fim, saliento que eventual desacerto ou erro na decisão é justamente o que possibilita o manejo do recurso pertinente. Ante o brevemente exposto, e com'fundamento no artigo 535 e seguintes do Código de Processo Civil, conheço os embargos de fls. 93/97, pois ternpestivos, porém no mérito os rejeito. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO, HASSAN SOHN, EDUARDO GARCIA BRANCO, LORAINE COSTACURTA, RAYANNE HAGGE, MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, JULIANNA WIRSCHUM SILVA e NILCE NEIDE TEIXEIRA DE LIMA (Curadora Especial)-.

68. COMINATORIA C/ COBRANÇA-171/2008-ALBERTO ALVARO DUTRA x DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO PARANA - DETRAN- Contados e preparados, voltem conclusos para prolação de sentença. Intimem-se. Ao preparo das custas de fls. 80 (em sua respectiva guia - Escrivania: R$ 14,10).-Advs. GUATACARA S. SALLES, MARISTELA FREDERICO e MARISTELA BUSETTI-.

69. MANDADO DE SEGURANCA-943/2008-AGROINDUSTRIAL DOIS RIOS LTDA x DIRETOR GERAL DA SECR. DA FAZENDA DO ESTADO DO PR- 1. Ante a prolação de sentença - fls. 253/259, o pedido de fls. 262/264 restou sem objeto. 2. Recebo o recurso de apelação interposto às fis. 267/293, nos efeitos devolutivo e suspensivo. 3. Intime-se o(s) recorrido(s) para, querendo, no prazo de quinze dias, apresentar contrarrazões ao recurso interposto. 4. Após, oferecidas as contrarrazões ou sem elas, o que, no segundo caso, deve ser certificado, encaminhem-se os autbs ao Egrégio Tribunal de justiça do Estado do Paraná. 5. Intimem-se. 6. Diligências necessárias. -Advs. DALVA MARVULLE DE CASTILHO, RAPHAEL DE SOUZA VIEIRA e MANOEL HENRIQUE MAINGUÉ-.

70. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-1469/2008-ALEXANDRE SECH e outros x BANCO BANESTADO S A e outro- Publique-se a decisão retro (fls. 169/171). Intime-se. DESPACHO DE FLS. 169/171 - Parte Final: ..... Portanto, sendo vintenário o prazo prescricional para a reivindicação dos juros remuneratórios, descabe a afirmação de que a execução de sentença estaria prescrita. Desta forma, rejeito a exceção de prescrição e indefiro o requerimento de suspensão da presente execução, nos termos acima delineados. No mais, prossiga-se a presente execução nos termos de decisão em apenso. Intime-se.-Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

71. EMBARGOS A EXECUCAO-2021/2008-TRANSPORTES ALVIERO LTDA x ESTADO DO PARANA- À parte interessada para que promova o preparo das custas de fls. 150 (em sua respectiva guia - Escrivania: R$ 666,46; Contador: R$ 10,09; Taxa Judiciária: R$ 36,17).-Advs. ROSANE BERTOLIN (SC) e LILIAN ACRAS FANCHIN-.

72. INDENIZACAO-2227/2008-LONDINO ZELLA e outros x ESTADO DO PARANA e outro- Intimem-se as partes para que, querendo, apresentem memoriais, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, a começar pelos autores. Intimem-se. -Advs. ROGERIA DOTTI, MURILO VARASQUIM, PATRÍCIA DOMINGUES NYMBERG, ROSANGELA DO SOCORRO ALVES, RICARDO DE LUCCA MECKING e CARLOS ALBERTO RISKALLA FILHO-.

73. RESOL. CONT.C/C.IND. PERDAS DANOS C/LIMINAR-2267/2008-COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA COHAB/CT x HEITOR EDUARDO RODRIGUES- ... EXPOSTAS ESTAS RAZÕES, com fulcro na Escritura de Compra e Venda, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados nesta ação para: a) declarar a resolução do contrato n°380.00.183-9; b) conceder a reintegração de posse da autora no imóvel em questão; c) determinar, que os pagamentos efetuados pelo réu sejam revertidos à autora a título de indenização pelo uso e gozo do imóvel. Por consequência, julgo extinto o processo, o que faço com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Observa-se no mais o disposto na fundamentação supra e retro expendida. Condeno o réu ao pagamento das despesas do processo, bem nos honorários advocatícios em favor do patrono judicial da autora, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), e da Curadora Especial estes arbitrados no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), considerando a negativa geral dos fatos, o que faço com base no art. 20, § 4º, observado o tempo decorrido desde a propositura do feito. Expeça-se o mandado de Reintegração de Posse. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente aplique-se o Código de Normas e, inexistindo recurso, arquivem-se. -Advs. LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO, JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA, HASSAN SOHN e NILCE NEIDE TEIXEIRA DE LIMA (Curadora Especial)-.

74. EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL-2591/2008-TEOBALDO VITORIO MACHADO x PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA- VISTOS EM SANEADOR 1. TEOBALDO VITÓRIO MACHADO, opôs Embargos à Execução Fiscal, em face do MUNICÍPIO DE CURITIBA. 2. Julgamento Antecipado O julgamento antecipado se aplica nas hipóteses de revelia e naquelas em que a discussão verse sobre matéria de direito ou de direito e de fato, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência. Tal instituto faz homenagem ao princípio da economia processual, em razão da célere prestação da tutela jurisdicional às partes, evitando-se longas e desnecessárias instruções. No caso dos autos, as provas documentais já foram oportunamente realizadas (art. 396 e 397 ambos do CPC), sendo as mesmas suficientes para o julgamento do feito, pelo que entendo que o mesmo comporta julgamento antecipado, na forma do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. Neste prisma não há que se falar ainda, em cerceamento de defesa. Pondere-se: PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - NORMAS E CONDIÇÕES DE EDITAL - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA - SÚMULA Nº 07/STJ - IMPOSSIBILIDADE - DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO - ACERVO DOCUMENTAL SUFICIENTE - NÃO-OCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA - PRECEDENTES - 1. Agravo regimental contra decisão que não-proveu o agravo de instrumento da agravante. 2. O acórdão a quo apreciou ação declaratória de nulidade de edital, cumulada com cautelar. 3. O critério de fixação dos honorários advocatícios enseja reexame de matéria de fato, o que é vedado nesta instância superior, atraindo, dessa forma, a incidência da Súmula nº 07/STJ. 4. Demonstrado, de modo evidente, que a procedência do pedido, quanto à matéria de fundo, está rigorosamente vinculada ao exame das provas depositadas nos autos. A questão nodal acerca da verificação se houve, ou não, o cumprimento das normas e condições do edital constitui matéria de fato e não de direito, o que não se coaduna com a via estreita da súplica excepcional. Na via especial não há campo para revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, nos termos do verbete sumular nº 07 referenciado. 5. Nos termos da reiterada jurisprudência desta corte superior, "a tutela jurisdicional deve ser prestada de modo a conter todos os elementos que possibilitem a compreensão da controvérsia, bem como as razões determinantes de decisão, como limites ao livre convencimento do juiz, que deve formá-lo com base em qualquer dos meios de prova admitidos em direito material, hipótese em que não há que se falar cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide" e que "o magistrado tem o poder-dever de julgar antecipadamente a lide, desprezando a realização de audiência para a produção de prova testemunhal, ao constatar que o acervo documental acostado aos autos possui suficiente força probante para nortear e instruir seu entendimento" (RESP nº 102303/PE, Rel. Min. Vicente Leal, DJ de 17/05/99) 6. Precedentes no mesmo sentido: MS nº 7834/DF, Rel. Min. Félix Fischer; RESP nº 330209/SP, Rel. Min. Ari Pargendler; RESP nº 66632/SP, Rel. Min. Vicente Leal, RESP nº 67024/SP, Rel. Min. Vicente Leal; RESP nº 132039/PE, Rel. Min. Vicente Leal; agreg no AG nº 111249/GO, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira; RESP nº 39361/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca; EDCL nos EDCL no RESP nº 4329/SP, Rel. Min. Milton Luiz Pereira; agreg no AG nº 14952/DF, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira. 7. Inexistência de cerceamento de defesa em face do indeferimento de prova pericial pleiteada. 8. Agravo regimental não-provido. (STJ - AGEDAG 200500386209 - (664359 RS) - 1ª T. - Rel. Min. José Delgado - DJU 10.10.2005 - p. 00230) Assim, estou convencido de que a prova documental trazida aos autos é suficiente para o regular julgamento do feito. Anote-se no sistema de acompanhamento processual a conclusão destes autos para fins de prolação de sentença. Intimações e diligências necessárias. -Advs. NILCE NEIDE TEIXEIRA DE LIMA (Curadora Especial), Paulo Vinicio Fortes Filho, HELOISA HELENA DE O SOARES CORVELLO, Eros Sowinski e Cristina Hatschbach Maciel-.

75. DECLARATORIA COM PEDIDO DE LIMINAR-2878/2008-AUTO POSTO FLOCAR LTDA. x SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARANA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, declinando necessidade e pertinência. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Intime-se.-Advs. PAULO AFONSO MAGALHAES NOLASCO e Karem Oliveira-.
76. MANDADO DE SEGURANCA-0000572-45.2008.8.16.0004-ROGERIO NATIVIDADE TAVARES DE PINHO x DELEGADO TIT. DA DEL. DE FURTOS E ROUBOS DE VEIC.- Ciência as partes da baixa dos autos. Intimem-se.-Adv. JULIANO STELA-.
77. MANDADO DE SEGURANCA-2929/2008-EXPRESSO ADORNO LTDA. x DIRETOR DA COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO PR. e outro- À parte interessada para que promova o recolhimento referente à (s) diligência (s) do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 99,00. -Advs. CONCEICAO A. RIBEIRO CARVALHO MOURA e DULCE ESTHER KAIRALLA-.
78. EMBARGOS-3180/2008-SANDRA MARA CAMPOS NOGOSSEK e outros x MUNICIPIO DE CURITIBA- ... EXPOSTAS ESTAS RAZOES, nos termos das sumulas 206 e 409 do STJ JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos feitos nesta demanda de Embargos à Execução Fiscal somente para pronunciar a prescriçao do débito tributário relativo ao exercício de 1995, julgando extinta a execução fiscal em reação a tal débito. Por conseqüência, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, o que faço com fulcro no artigo, 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Ante a sucumbência recíproca, mas não em igual proporção, condeno os embargantes ao pagamento de 75% das despesas do processo, cabendo ao embargado o pagamento dos 25% restantes. Condeno as partes ainda, na proporção da sua sucumbência, ao pagamento de honorários advocatícios, compensados entre si¹, em favor do patrono judicial da parte contrária, que fixo em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), o que faço com base no art. 20, § 4°, observada a simplicidade do caso. A execução das verbas acima fica condicionada ao disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50, ante a assistência judiciária gratuita deferida aos embargantes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. Tatiana Natal, Stella Maris Machado Natal e Paulo Vinicio Fortes Filho-.
79. EMBARGOS A EXECUCAO SENTENCA-3187/2008-DETRAN - DEPTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARANA x JOAO FRANCISCO MONTEIRO SAMPAIO- ... EXPOSTAS ESTAS RAZÕES, com fulcro na fundamentação acima JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes nos presentes embargos para: a) reconhecer a incidência de juros moratórios dos honorários de sucumbência somente a partir do transito em julgado da sentença; b) determinar ao embargado que reformule o calculo relativo à multa de R$ 100,00 aplicada nos autos principais, a qual deverá incidir de 01/09/2007 até 21/01/2008, totalizando somente 141 dias e não 143 conforme aduz em impugnação. Por conseqüência, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo, 269, I, do CPC. Ante a sucumbência recíproca, mas não em igual proporção, condeno o embargante ao pagamento de 40% das despesas do processo, cabendo ao embargado o pagamento dos 60% restantes. Condeno as partes, ainda, na proporção da sua sucumbência, ao pagamento de honorários advocatícios, compensados entre si , em favor do patrono judicial da parte contrária, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), o que faço com base no art. 20, § 4º, observada a simplicidade do caso e o razoável tempo decorrido desde a propositura do feito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente aplique-se o Código de Normas e, inexistindo recurso, arquivem-se. -Advs. MARISTELA BUSETTI, MARISTELA FREDERICO e JOAO FRANCISCO MONTEIRO SAMPAIO-.
80. REPARACAO DE DANOS-3315/2008-CLEUSA MARCIA TOMAZ x MUNICIPIO DE CURITIBA-Recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$247,50, através da GR gerada no site do TJ, na conta 01.500.304-3 Agência 2939 da Caixa Econômica Federal, juntado-a(s) nos autos. -Adv. Emilio Luiz Augusto Prohmann-.
81. DECLARATORIA COM PEDIDO DE LIMINAR-3/2009-LAMMY COMPENSADOS CURITIBA LTDA e outro x COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA- Tendo em vista o pedido de fls. 550, defiro o pedido de reabertura de prazo ao requerido. Intimem-se. -Advs. Mara Alessandra Reis de Carvalho, ALLAN PEDROSO, SANDRA REGINA S. ROMANIELLO, ANA PAULA SCHNEIDER e PEDRO HENRIQUE GOBBI MACHADO-.
82. MANDADO DE SEGURANCA-15/2009-ADRIANO MACIEL SILVERIO x COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO EST. PARANA- À parte impetrante para que promova a preparo das custas de fls. 46 (em sua respectiva guia - Escrivania: R$ 4,20).-Adv. Luiz Sergio Ferreira Mucelin-.
83. EMBARGOS A EXECUCAO-174/2009-ESTADO DO PARANA x SANDRO UBIRATA NIGOSKI e outro- ... EXPOSTAS ESTAS RAZÕES, com fulcro na fundamentação acima JULGO IMPROCEDENTES os pedidos constantes nos presentes embargos em razão da ausência de excesso de execução e da correção dos cálculos exequendos. Por conseqüência, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo, 269, I, do CPC. Condeno o embargante ao pagamento das despesas do processo, bem como dos honorários advocatícios em favor do procurador dos embargados, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), o que faço com base no art. 20, § 4º, observada a simplicidade do caso. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente aplique-se o Código de Normas e, inexistindo recurso, arquivem-se. -Advs. GISELE DA ROCHA PARENTE e CARLOS BERNARDO CARVALHO DE ALBUQUE-.
84. REPARACAO DE DANOS-537/2009-ARISTIDES GERONIMO DA SILVA x ESTADO DO PARANA- Diante da possibilidade de efeito infringente nos presentes embargos de declaração apresentados pelo Estado do Paraná, intime-se o requerente para que, caso deseje, apresente resposta, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, voltem-me conclusos. Intimem-se. -Advs. MAURICIO BELESKI DE CARVALHO e ROSANGELA DO SOCORRO ALVES-.
85. ANULATORIA C/ TUTELA ANTECIPADA-595/2009-ÁGUIA SISTEMA DE ARMAZENAGEM S/A. x ESTADO DO PARANA- Caso seja argüida alguma preliminar ou matéria a que alude o art. 326 do CPC, manifeste-se a parte autora. Intime-se.-Advs. MARCOS WENGERKIEWICZ e ANITA CARUSO PUCHTA-.
86. NULIDADE E COBRANÇA-1469/2009-ALFREDO LOPES DA COSTA MOREIRA NETO e outros x ESTADO DO PARANA- Vistos. Ciente do agravo retido interposto às fls. 583/584. Mantenho a decisão recorrida por seus próprios fundamentos. Intime-se o agravado para querendo, no prazo legal, apresentar contrarazões recursais. Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. Claudio Antonio Ribeiro, MARCIA HELENA BADER MALUF, CARLOS BUENO RIBEIRO, ANAMARIA BUENO RIBEIRO GUIMARAES, JUSSARA OSIK e VINICIUS KLEIN-.
87. MANDADO DE SEGURANCA-1538/2009-ELMIR PORT x DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO PARANA e outro- ... Expostas estas razões, ante a norma estabelecida no artigo 38, inciso III, da Constituição Federal, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de tornar definitiva a liminar lançada (fls. 52/54), bem como garantir o direito do impetrante ao exercício cumulativo da função de despachante do DETRAN/PR com o mandato de vereador, independentemente de opção. Condeno o impetrado ao pagamento das custas processuais e, a teor do disposto nas Súmulas n° 512 do STF e n° 105 do STJ, deixo de fixar a verba honorária. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Sentença sujeita ao reexame necessário. -Advs. MARCIO GUEDES BERTI, MARISTELA BUSETTI e MARISTELA FREDERICO-.
88. DECLARATORIA-1647/2009-DIRCE HEPPNER DALDIN e outros x ESTADO DO PARANA e outro- À parte interessada para que promova o preparo das custas de fls. 156 (em sua respectiva guia - Escrivania: R$ 11,28).-Advs. SAIMI SEMIL FURIO, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA e GISELE DA ROCHA PARENTE-.
89. DECLARATÓRIA C/ TUTELA ANTECIPADA-1813/2009-ELIZABETE DUMAS DA SILVA e outros x PARANAPREVIDENCIA e outro- Recebo o agravo interposto às fls. 1321/1324, determinando fique retido nos autos. Colha-se a manifestação da parte contraria, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Advs. LUDIMAR RAFANHIM, RAQUEL COSTA DE SOUZA MAGRIN, ANDRESSA ROSA, LUIZ FERNANDO DA SILVA CAMBELLINI, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES e GISELLE PASCUAL PONCE-.
90. INDENIZACAO-1835/2009-IVAIR ALMEIDA x ESTADO DO PARANA- ... EXPOSTAS ESTAS RAZÕES nos termos da Lei 14.268/2003 JULGO PROCEDENTES os pedidos pleiteados na inicial para condenar o réu a indenizar o autor no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais). Referido valor deverá ser corrigido monetariamente e acrescido de juros na forma estabelecida pelo art. 1º - F da Lei n.º 9494/97, com a nova redação dada pela Lei n.º 11960/09. Por conseqüência, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, o que faço com fulcro no artigo, 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno o réu no pagamento das custas processuais, bem assim dos honorários advocatícios ao patrono do autor, os quais fixo em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), considerando a desnecessidade de produção de provas em audiência e o tempo de tramitação do feito, conforme dispõe o art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Hipótese sujeita ao reexame necessário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente aplique-se o Código de Normas e, inexistindo recurso, arquivem-se. -Advs. VALMIR JORGE COMERLATTO e ROSANGELA DO SOCORRO ALVES-.
91. ORDINARIA C/PEDIDO DE TUTELA-2037/2009-ANTONIO AGUINALDO SOARES DA SILVA x ESTADO DO PARANA e outro- ... Expostas estas razões, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulado na petição inicial pelo autor, para o fim de, reconhecer o seu direito revisão de aposentadoria no que concerne a gratificação do terço de risco de vida, bem como condenar os réus, solidariamente, ao pagamento da referida gratificação no valor equivalente a 33,33% sobre os seus proventos, valor este que deverá ser acrescido de juros de mora de acordo com o previsto na caderneta de poupança, em razão da nova redação dada pela Lei n° 11.960/2009 que revogou o artigo 1°-F da Lei 9494/1997 e corrigidos monetariamente pelo INPC, tudo a ser calculado em sede de liquidação de sentença por cálculo. Por fim, diante da sucumbência dos réus, condeno-os ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes em favor do procurador judicial da parte adversa, ora arbitrados, por eqüidade, em R$ 2.000,00 (dois mil reais), considerando o grau de zelo do profissional, o tempo despendido com a causa e a natureza da matéria em discussão (artigo 20, par.4º, do CPC). Sem necessidade de reexame necessário, nos termos do artigo 475 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Não havendo recurso, arquivem-se. -Advs. IVAN SERGIO TASCA, BRASIL PARANA DE CRISTO II, MARCIA CRISTINA BATISTA CABRERA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES e GISELE DA ROCHA PARENTE-.
92. DECLARATORIA COM PEDIDO DE LIMINAR-2237/2009-ASSIANE CLARETE ADADA x DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO EST. PARANA-DETRAN/PR e outro- À parte requerente para que promova o preparo das custas de fls. 87 (em sua respectiva guia - Escrivania: R$ 17,86).-Advs. ARIVALDIR GASPAR, ANDRE LUIS GASPAR e LAUREDSON DOS SANTOS-.
93. DECLARATÓRIA C/ TUTELA ANTECIPADA-2403/2009-GELDON DE LIMA SANTOS x ESTADO DO PARANA- ... Expostas estas razões, com base no acima delineado, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na petição inicial, para o fim de, confirmar a antecipação de tutela anteriormente deferida às fls. 73/74, determinar ao réu que providencie a exclusão do nome do autor da relação dos candidatos excluídos do certame, objeto desta lide, bem como proceda à continuação deste no concurso, com a realização da etapa seguinte consignada no Edital n°. 09/2007. E, por conseqüência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno o réu ao pagamento de das custas processuais e dos honorários advocaticios devidos ao patrono do autor, ora arbitrados em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), em apreciação equitativa, ante o tempo da demanda e trabalho desenvolvido, nos termos do art. 20, §4", do CPC. Havendo interposição de recurso, no prazo legal, processe-se. Se decorrido in albis o prazo recursal, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, para o reexame necessário da matéria,

observadas as cautelas de estilo e com as homenagens deste Juízo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. -Advs. RENE PELEPIU, LUIS ANSELMO ARRUDA GARCIA, GISELE SOARES, FATIMA MIRIAN BORTOT, GENEROSO HORNING MARTINS, SIMONE APARECIDA LIMA DA CRUZ, MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

94. MANDADO DE SEGURANCA-2413/2009-PEDRO VILMAR BLEIN x COORDENADOR DE VEICULOS DO DETRAN/PR- À parte impetrante para que promova o preparo das custas de fls. 75 (em sua respectiva guia - Escrivania: R$ 226,54; Distribuidor: R$ 30,25; Contador: R$ 10,09; Taxa Judiciária: R$ 20,00).-Adv. GERALDO DE OLIVEIRA-.

95. MANDADO DE SEGURANCA-2431/2009-SILVIO NAME e outros x SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA DE CURITIBA-PR- ... EXPOSTAS ESTAS RAZÕES, nos termos artigo 9º do Decreto 406/68 e do artigo 7º da Lei Complementar nº 116/2003 DENEGO a SEGURANÇA pretendida na presente demanda. Por conseqüência, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, o que faço com fulcro no artigo, 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Custas processuais pelos impetrantes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. EUGENIO SOBRADIEL FERREIRA, WAGNER PETER KRAINER JOSE e Patricia Ferreira Pomoceno-.

96. MANDADO DE SEGURANCA-2438/2009-GONÇALVES & MOREIRA LTDA x DIRETOR DA COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO PARANA- À parte interessada para que promova o recolhimento referente à (s) diligência (s) do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50. -Advs. ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA e DULCE ESTHER KAIRALLA-.

97. EXECUÇÃO FISCAL-2497/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO EST. DO PARANA DER/PR x IRINEU TELESKI- Indefiro o pedido de fls. 44/46, já que ainda não esgotados os meios ordinários de localização de bens do devedor, como, por exemplo, o sistema BACENJUD. Neste sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO - ACAO MONITORIA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENCA - EXPEDICAO DE OFICIOS A RECEITA FEDERAL PARA LOCALIZACAO DE BENS DO DEVEDOR - IMPOSSIBILIDADE - MEDIDA EXCEPCIONAL - NECESSIDADE DE ESGOTAR OS DEMAIS MEIOS PARA ENCONTRÁ-LOS - DESCONSIDERACÃO DA PERSONALIDADE JURIDICA - MATERIA OUE NAO FOI OBJETO DA DECISAO AGRAVADA - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSAO, NAO PROVIDO. - "A furisprudência do STJ admite, excepcionalmente, o cabimento de expedicão de ofício às instituições detentoras de informações sigilosas em que se busque a obtenção de dados a respeito da localização de bens do devedor quando esgotadas as vias ordinárias para encontrá-los (..)". (Superior Tribunal de Justiça, AgRg no AR 960145 / SP, Rel. Humberto Martins, Julg. 25.03.08, Pub. DJe 03.04.08) (TJPR - 6ª C.Cível - AI 0564228-2 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Reb Des. Francisco Luiz Macedo Junior - Unânime - J. 14.04.2009) (grifou-se). Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ e EDSON LUIZ AMARAL-.

98. NULIDADE ATO ADMINISTRATIVO C/ LIMINAR-2593/2009-HELEN PATRICIA FURQUIM x INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA-TECPAR- ... EXPOSTAS ESTAS RAZÕES, nos termos do Edital 001/2005 JULGO IMPROCEDENTES os pedidos pleiteados na inicial. Por conseqüência, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, o que faço com fulcro no artigo, 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do artigo 20, §4º do Código de Processo Civil, considerando a simplicidade da causa e a desnecessidade da produção de provas em audiência. A execução das verbas acima fica condicionada ao disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50, ante a assistência judiciária gratuita deferida a autora. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente aplique-se o Código de Normas e, inexistindo recurso, arquivem-se. -Advs. JORGE LUIZ GARRET e GUILHERME RODRIGUES-.

99. USUCAPIAO-2697/2009-RUY FIDELIS DE PAULA XAVIER e outro- 1)- Recebo o recurso de apelação (fls. 299/314) no duplo efeito. 2)- Intime-se o apelado para responder ao recurso, querendo, no prazo legal. 3)- Após, abra-se vista ao Ministério Público. 4)- Finalmente, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça, observadas as demais formalidades de estilo. Int.-se. -Advs. FABIANO PEDRO HOOG KALED, EDSON CARLOS VIEIRA RIBAS, MARCELO ZANON SIMAO (ATUAL SÍNDICO) e JULIO CESAR DALMOLIN-.

100. ORDINARIA C/PEDIDO DE TUTELA-2750/2009-JANDIR TROYNER DE ARRUDA - ME x MUNICIPIO DE CURITIBA- Já apresentada impugnação à contestação, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir declinando necessidade e pertinência de cada uma, sob pena de indeferimento. Intimem-se. -Advs. NEWTON AMARAL FERREIRA, IVO BERNARDINO CARDOSO, LUCIANNE BERNARDINO CARDOSO, VALERIA CRISTINA DE OLIVEIRA e DJALMA A MULLER GARCIA-.

101. INDENIZACAO POR DANOS MORAIS-3648/2009-DALVA CELESTINA GAIA x ESTADO DO PARANA e outros- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, declinando necessidade e pertinência. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Intimem-se.-Advs. ADILSON JOSE DA ROCHA, JESSICA RIBEIRO ASSUNÇAO, WILTON VICENTE PAESE e ITALO TANAKA JUNIOR-.

102. DECLARATORIA-3734/2009-TANIA MARIA COLLODEL x ESTADO DO PARANA- Observados os termos do art. 327 do CPC, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 dias, se manifeste acerca da contestação apresentada. Intime-se.-Advs. TATIANA NATAL, STELLA MARIS MACHADO NATAL, EMANUEL DE ANDRADE BARBOSA e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

103. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0000461-90.2010.8.16.0004-ADONAI CAMARGO e outros x BANCO ITAÚ S/A- À parte exeqüente para que promova o pagamento das custas do Sr. Contador no valor de R$ 20,91 (fls. 34).-Advs. PAULO ROBERTO GOMES, REGINALDO CASELATO e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

104. EMBARGOS A EXECUCAO-0000899-19.2010.8.16.0004-MUNICIPIO DE CURITIBA x SAMUEL JORGE BARCIK- Cumpra-se os itens 4 e 5 do despacho de fls. 14/15. Após, às partes para especificarem as provas que pretendem produzir, declinando necessidade e pertinência no prazo de 05 (cinco) dias. Por fim, vista ao Ministério Público. Intimem-se. DESPACHO DE FLS. 14 item "4": Intime-se o embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias¹, manifeste-se sobre os embargos. Intime-se. -Advs. NATANIEL RICCI, JOAO DOMINGOS CARDOSO, MARCIA REGINA FERREIRA, ALTAMIRO ALVES DOS SANTOS, MOISES MONTANHER e GILBERTO MUNHOZ SCHWARTZ-.

105. MANDADO DE SEGURANCA-0004894-40.2010.8.16.0004-CENTRO DE FORMAÇAO DE CONDUTORES MAXTRAN LTDA x DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO PARANA-DETRAN/PR- ... Expostas estas razões, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de tornar sem efeito o ato coator exarado pelo impetrado no ofício sob n° 112/2010, bem como determinar que a Resolução sob n° 168/2004, artigo 33, não possa ser oposta ao impetrante, como fundamento para revogação da licença para realização de cursos especializados de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência e de produtos perigosos. Por conseqüência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno o impetrado ao pagamento das custas processuais. Sem condenação em honorários advocatícios, ex vi do enunciado cristalizado na Súmula 105, do Superior Tribunal de Justiça. Sentença sujeita ao reexame necessário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente aplique-se o Código de Normas e, inexistindo recurso, arquivem-se. -Advs. PAULO LEONARDO ROMAN OAB/PR 28235, MARISTELA BUSETTI, POLYANA RODRIGUES PEDRO e GYSELE VIEIRA SILVA SHAFA-.

106. EXECUÇÃO FISCAL-0005283-25.2010.8.16.0004-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANA - DER/PR x GOULART TUR TRANSPORTES S/C LTDA- Sendo negativa a diligência ordenada, intime a parte credora para manifestar-se a respeito, em cinco dias. Intime-se.-Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ e EDSON LUIZ AMARAL-.

107. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0005429-66.2010.8.16.0004-AUGUSTA ROSINELLI DE OLIVEIRA e outros x BANCO ITAÚ S/A- Intime-se o exequente para que forneça o número do CNPJ, correto. Após, voltem conclusos para penhora on line via BACENJUD. Intime-se. -Advs. GIOVANA PRICE DE MELO e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

108. DECLARATORIA-0005788-16.2010.8.16.0004-VALDECIR BOTEGA NEVES x ESTADO DO PARANA- Recebo a Apelação de fls. 62/71no duplo efeito; Intime-se a apelada para oferecimento de resposta, no prazo 15 (quinze) dias; Finalmente, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Intimem-se.-Advs. JOSE ROBERTO MARTINS, CHARLES MICHEL LIMA DIAS e LUIZ GUILHERME MARINONI-.

109. ORDINARIA C/PEDIDO DE TUTELA-0005869-62.2010.8.16.0004-ANGELA CRISTINA KRUK x ESTADO DO PARANA e outro- 1. Não havendo prova oral a ser produzida perante este juízo, cancelo a audiência designada às fls. 298/299. 2. Expeça-se carta precatória a fim de que as testemunhas arroladas às fls. 301/303 sejam inquiridas. 3. Certifique-se se o Estado do Paraná cumpriu a determinação contida no item 4.1 de fls. 298/299. 3.1. Em caso negativo, intime-se para cumprimento no prazo de 10 (dez) dias. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. VICENTE PAULA SANTOS, CARLOS ZUCOLOTTO JUNIOR, Karen Vanessa Bottini, GISELE DA ROCHA PARENTE e RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES-.

110. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0006396-14.2010.8.16.0004-CARLOS HENRIQUE BARBOSA KASUYA e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A-I. Nestes autos de Execução por Quantia Certa o BANCO BANESTADO S/A interpõe IMPUGNAÇÃO À EXECUÇAO onde, em síntese, questiona a prescrição de executar a sentença coletiva proferida nos autos de Ação Civil Pública n° 38.765/98, tendo em vista que tal pretensão encontra-se prescrita desde 12 de janeiro de 2006, e alega também a ilegitimidade ativa da parte exeqüente, pois não teria comprovado o vínculo associativo com a APADECO quando do ajui2amento da ação coletiva, de sorte que a execução encontra óbice no disposto no art. 2°-A da Lei n° 9.494/97. No mérito alegou excesso de execução face a aplicação do expurgo de IPC de 10,14% em fevereiro de 1989. IL Decido A - Da Impugnação à Sentença De início cumpre salientar que desnecessário se mostra, no caso em apreço, o chamamento do credor para se manifestar sobre o incidente, seja porque prejuizo algum lhe advirá, seja pelos reiterados pronunciamentos judiciais em torno da matéria que, gerando entendimento pacífico sobre o tema, autori2a o emprego analógico do art. 285-A do CPC. Vale dizer, se em ação de conhecimento autorizado é pela ordem jurídica a imediata prestação jurisdicional às lides reiteradamente julgadas improcedentes, mais razão haverá para tal proceder em caso de mera decisão em incidente à execução, prática esta, aliás, que nada mais visa do que dar efetividade ao princípio da celeridade e economia processual. Passo então a análise do incidente. B) Da preliminar de prescrição: Analisando-se detidamente os autos, constata-se que a sentença coletiva, cujo cumprimento se pede nesta demanda de execução, nos termos do artigo 475 -J, do Código de Processo Civil, foi prolatada em Ação Civil Pública movida por APADECO - Associação Paranaense de Defesa do Consumidor em face do executado, ora Banco do Estado do Paraná, condenando este, ao pagamento de expurgos inflacionários aplicados às cadernetas de poupança de seus correntistas. Desta forma, iniciada a fase de execução e intimado o executado para efetuar o pagamento da quantia requerida pelo exeqüente, aquele apresentou exceção de prescrição, na qual afirmou que por força do artigo 206, § 3°, incisos IV, Ve artigo 2.028 do Código Civil a pretensão de executar a sentença coletiva estaria prescrita desde 12.01.2006. Requereu desta forma, a suspensão dos atos executivos, especialmente daqueles de constrição patrimonial e, conseqüentemente, a declaração de extinção do presente feito executório. Entretanto, em que pese os argumentos ventilados pelo executado, estes não merecem ser acolhidos. Ora, tratando-se de fase de execução de sentença o prazo prescricional para a

propositura da execução de sentença é o mesmo para a propositura da demanda de conhecimento (no caso, os autos de ação civil pública sob n° 38.765/98). Afirma-se isso porque, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal encontra-se consolidada no enunciado da Súmula 150: "A ação de execução prescreve no mesma prazo da ação de conhecimento." Explica-se, embora o prazo prescricional nas ações pessoais tenha sido reduzido de vinte para dez anos, conforme o artigo 205 do Novo Código Civil, aplica-se à hipótese em exame a regra contida no código anterior (artigo 177 CC/1916), nos termos do art. 2.028 do CC/2002, pois a cobrança de juros remuneratórios de conta poupança, incidentes mensalmente e capitalizados, constituem-se no principal da dívida e, portanto, incidindo o prazo prescricional vintenário e não o prazo de três anos previsto no art. 206, §3°, IV, do Código Civil de 2002. Importante mencionar, que na data de entrada em vigor do Novo Código Civil, o lapso prescricional vintenário já havia ultrapassado seu termo médio, contado a partir de junho de 1987 e janeiro de 1989. Assim, tendo a ação civil pública sob n° 38.765/98 ajuizada em 1998, torna-se evidente que o prazo prescricional não se escôo. Neste sentido: "CIVIL. POUPANÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO RECURSO ESPECIAL. DIFERENÇA DE APLICAÇÃO DE ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO. VINTENÁRIA. - A cobrança judicial da correção monetária e dos juros remuneratórios em caderneta de poupança prescreve em vinte anos. Precedentes. (...). Agravo no recurso especial não provido." (ST) AgRg no REsp 1073190/MG 3^ Turma ReL Ministra Nancy Andrighi Julg.: 06/04/2010 PubL: DJe 14/04/2010) "APELAÇÃO CÍVEL. PLANOS BRESSER E VERÃO. COBRANÇA DE DIFERENÇA DE RENDIACENTO EM CADERNETA DE POUPANÇA. CARACTERIZAÇÃO DE RELAÇÃO DE CONSUMO. ILEGITIMIDADE ATIVA. INOCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO DA DECISÃO TERRITORIAL À COMARCA DE CURITIBA. ESNECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO decisões, o DOS ASSOCIADOS. INTERESSES INDIVIDUJUS HOMOGENEOS EXISTENTES. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA DOS JUROS E CORICEÇÃO MONETÁRIA. DIREITO PESSOAL. RECURSO DE APELAÇAO CONHECIDO E DESPROVIDO. A decisão proferida em ação civil pública produziu eficácia erga omnes, abrangendo todos os poupadores do Estado do Parani que maatinham caderneta de poupança no Banco Banestado no período em discussão, conforme art. 16 da Lei n° 7.347/85, sendo, portanto, correta a interposição da presente execução na Comarca de Nova Esperança. E desnecessária a autorização nominal dos agravados para que a APADECO possa ingressar com ação, assim como o é a existância de vínculo com esta entidade associativa, posto que esta age em nome próprio, não em representação de seus associados. Os juros e a correção monetátia não são meros acessários dos valores depositados nas cademetas de poupança, mas integram o principal, pois visam a manter a integridade do capital. Assim, a matéria em questão versa sobre direito pessoal, sendo a prescrição vintenária, consoante art. 177 do Código Civil de 1916. (TJPR Acórdão 25916 ApCv 420753-0 5° Câmara Cível ReL: Edison de Oliveira Macedo Filho Julg.: 15/12/2009 PubL: 08/01/2010) Importante também ser mencionado, que em recentes eminente Relator Eduardo Sarrão (Agravo de Instrumento sob n° 676.781-7), bem como a eminente Relatora Lélia Samardã Giacomet (Agravo de Instrumento sob n° 677.010-7), já adotaram o entendimento de que o prazo prescricional a ser observado para hipóteses como a que se apresenta é o de 20 (vinte) anos. Portanto, sendo vintenário o prazo prescricional para a reivindicação dos juros remuneratórios, descabe a afirmação de que a execução de sentença estaria prescrita. Desta forma, rejeito a preliminar de prescrição e indefiro o requerimento de suspensão da presente execução, nos termos acima delineados. c) Da preliminar de ilegitimidade ativa da parte Exeqüente deve ser afastada. Com efeito, o comando sentencial na ação civil púbica atingiu os interesses e direitos individuais e homogéneos dos poupadores do Estado do Paraná de modo a, nos termos do art. 103, inc. III c/c art. 81, parágrafo único, inciso III da Lei n° 8.078/90, gerar eficácia erga omnes da coisa julgada. Em outras palavras, a sentença decide sobre determinada relação jurídica e todos aqueles que nela se enquadrem são beneficiados pelo dispositivo, podendo promover a execução do julgado. Embora não tenha sido parte, o beneficiado foi substituído, no processo, pela entidade legitimada, conforme rol do art. 82 da referida Lei. Os direitos individuais dos substituídos têm origem comum, qual seja, as cadernetas de poupança mantidas com a mesma instituição bancária, daí a sua homogeneidade. Por isso também é que não se exige autoti2ação expressa para a substituição processual e muito menos que os beneficiados sejam associados da entidade autora da ação coletiva, não subsistindo, assim, a alegação de inexeqüibilidade do título judicial. Nem se diga, por fim, que a questão ora em enfoque é regulada pela Lei 9.494/97. A esse respeito Antonio Herman V. Benjamin assevera que "(...) houve daro objetivo de limitar os efeitos à competênda temtorial do juiz Entretanto, permaneceram intocadas as redapies do art. 90 e 91 do CPC e do art. 21 da LACP, que paveem a aplicação das normas do Código à tutela coletiva. Assim, ainda que a tentativa tenha sido de limitar a eficáda das normas do Código em relação, sobretudo, à tutela dos interesses e direitos individuais homogêneos, não obteve éxito, uma ve# que em relação a estes o CDC estabelece regime proprio, não modifiicado pela nova redação do art. 16 da LACP.(..). Ora, é preciso afirmar mais uma vez que o CDC é lei especial, de hierarquia constitucional, e por esta razão, nas matérias que trata, seja em direito material, seja em direito processual, aplica-se prioritariamente.(...)1. Grifei. Esta matéria, aliás, já foi objeto de análise pelo Superior Tribunal de Justiça, restando assentado que a sentença proferida na ação civil pública estendeu seus efeitos a todos os poupadores do Estado do Paraná que mantiveram contas de caderneta de poupança iniciadas ou renovadas até 15.06.1987 e 15.01.1989, a eles devem ser estendidos os efeitos da coisa julgada, e não somente aos poupadores vinculados à associação proponente da ação.2 d) Quanto a alegada aplicação equivocado do expurgo do IPC de 10,14% em Fevereiro/89. O índice inflacionário IPC aplicado no mês de fevereiro/89 pelos exeqüentes, conforme cálculo apresentado na exordial dos autos de execução, foi utilizado corretamente, estando adequado para a atualização monetária no referido mês, de acordo com a realidade inflacionária do período, com o fim de repor o valor real da moeda. 1 Comentários ao Código de Defesa do Consumidor, 2a Edição, RT, P.1129 2 STJ - Ag-Al 601827/PR - Rel: Nancy Andrighi - j.21.10.2004. ac Por oportuno, saliente-se que os índices que realmente repõem o valor da moeda no período discutido nesta demanda são os seguintes: IPC (junho/87 - 26,06%); OTN (julho/87 a dezembro/88); IPC (janeiro/89 a fevereiro/89 - 42,72% e 10,14%, respectivamente); BTN (março/89 a fevereiro/90); IPC (março/90 a maio/90 - 84,32%, 44,80% e 7,87%, respectivamente); BTN (junho/90 a janeiro/91); IPC (fevereiro/91 - 21,87%); INPC (março/91 a junho/94); IPC-r (julho/94 a junho/95); e Média do INPC e IGP/DI (julho/95 a maio/06). Nesse sentido, inúmeras jurisprudências corroboram deste raciocínio, inclusive no tocante ao índice questionado: "EMBARGOS DE DECLARAÇAO EM RECURSO ESPECIAL - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - IMPOSTO DE RENDA - CORREÇÃO MONETÁRIA - REDUÇÃO PELO TRIBUNAL DO IPC DE JANEIRO DE 1989 DE 70,28% PARA 42,72% - RESÍDUO DE FEVEREIRO DE 10,14% - MUDANÇA NA METODOLOGIA DO CÁLCULO - EMBARGOS DE DECIARAÇÃO - PRETENSA OMISSÃO ACERCA DO ÍNDICE A SER APLICADO EM FEVEREIRO/89. Não há necessidade de pedido expresso para o Tribunal a quo analisar a aplicação do IPC referente a fevereiro/89, dada a conseqüência material da mudança nos critérios de cálculo do IPC de janeiro de 1989. Consoante jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, o IPC de janeiro importava em um resíduo para o mês seguinte. A mudança no critério de cálculo do IPC de janeiro de 1989, consoante jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, importa em um resíduo para o mês seguinte, no valor de 10,14%. Predecentes: REsp 170.776/PR, relatado pelo subscritor deste, DJU 9.4.2001, AGA 453.842/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJU 10.03.2003, e EREsp 170.776/PR, Rel. Min. Ruy Rosado Aguiar, julgado em 16.06.2003. Dessa forma, é devido o percentual de 10,14 relativo a fevereiro de 1989, com a ressalva do ponto de vista deste Relator, que entende correto o índice de 23,61% para o referido mês, na hipótese de ser aplicado 42,72% em janeiro do mesmo ano. Na mesma vereda, é o pensamento de Romualdo Wilson Cançado e Orlei Claro de Lima, que defendem a mesma tese (cf "Juros. Correção Monetária. Danos Financeiros Irreparáveis", 3. ed., Ed. Del Rey, p. 278 e seguintes). Embargos de declaração acolhidos para conhecer do agravo de instrumento e dar parcial provimento ao recurso especial, tão-somente para admitir a aplicação do indice de 10,14% em fevereiro/89. (ST) - T2 - Edcl no Ag 350209/SP - Rel. Min. Franciulli Netto - DJ. 13/12/2004) Por conseguinte, infere-se que o IPC foi adequadamente aplicado para reposição monetária no período de fevereiro/89, razão pela qual não devem ser acatadas as alegações expostas pelos executados na impugnaçao, no tocante a este ponto. III - POSTO ISSO, rejeito a impugnação a execuçao. De conseqüência, deverá o executado arcar integralmente com as custas processuais da execução e deste incidente, bem como os honorários que são devidos ao procurador da parte adversa, os quais mantenho em R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), considerando sua simplicidade eo seu valor (artigo 20, par. 4°, do CPC), estando neste percentual incluídos tanto os honorários deste incidente (impugnação) quanto os relativos ao processo de execução. Lavre-se o termo de penhora. Após decorrido o prazo recursal, autorizo à parte autora o levantamento do valor depositado pelo executado, mediante recibo nos autos, desde que esteja regularizada a representação processual dos exequentes. Por cautela, lembro ao patrono da parte que somente poderá efetuar o levantamento do numerario em seu nome desde que possua expressos poderes para tal finalidade (receber e/ou levantar numerârio) pois, do conttário, sairá alvará em nome da parte. Intimem-se. -Advs. JOSE DE CESAR FERREIRA e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

111. COBRANCA-0006752-09.2010.8.16.0004-MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO e outros x ESTADO DO PARANA- Devem ser ambas as partes intimadas para, no prazo comum de 5 dias, especificarem objetivamente as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade de cada uma, sob pena de indeferimento do respectivo pleito probatório. Em seguida, vista ao Ministério Público e, após, voltem para deliberação. Intimem-se.-Advs. BEATRIZ ADRIANA DE ALMEIDA, VINICIUS KLEIN e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

112. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL-0006865-60.2010.8.16.0004-MARIA AUXILIADORA TALMELLI x ESTADO DO PARANA- À parte interessada para que promova o preparo das custas de fls. 79 (em sua respectiva guia - Escrivania: R $ 299,60; Distribuidor: R$ 22,53; Contador: R$ 7,51).-Advs. MAYKON JONATHA RICHTER, LUIZ GUSTAVO LEME, JULIANO MARTINS e ANAMARIA BATISTA-.

113. DECLARATORIA-0007811-32.2010.8.16.0004-PAULO CESAR JANUARIO x ESTADO DO PARANA- O presente feito comporta julgamento antecipado nos termos do disposto no art. 330, I do CPC. Para efeito de controle interno da Escrivania, anote-se no sistema de acompanhamento processual a conclusão destes autos para fins de prolação de sentença. Intime-se.-Advs. JOSE ROBERTO MARTINS, CHARLES MICHEL LIMA DIAS e LEILA CUELLAR-.

114. ORDINARIA-0007993-18.2010.8.16.0004-ALESSANDRO HORTMAN DA SILVA x ESTADO DO PARANA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, declinando sobre sua necessidade e pertinência e, ainda, informem sobre a possibilidade de conciliação em audiência. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Diligência necessárias. Intimem-se. -Advs. FABIANO FREITAS MINARDI, ANDRE GONÇALVES ZIPPERER, FABIO FREITAS MINARDI, FABRICIO GONÇALVES ZIPPERER, LEANDRO MORAES e JOSE ANACLETO ABDUCH SANTOS-.

115. EXECUÇÃO FISCAL-0008273-86.2010.8.16.0004-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANA - DER/PR x M. HERMES & CIA LTDA- Tendo em vista o retorno da Carta Precatória às fls. 19/25, intime-se o exequente para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. -Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ e EDSON LUIZ AMARAL-.

116. EXECUÇÃO FISCAL-0008708-60.2010.8.16.0004-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANA - DER/PR x MUHANTUR TRANSPORTES E LOCAÇAO DE VEICULOS LTDA- Á parte exeqüente para que

manifeste quanto à devolução da Carta Precatória. Intime-se.-Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ e EDSON LUIZ AMARAL-.

117. DECLARATORIA-0008905-15.2010.8.16.0004-LUIS CARLOS HAMBRUSCH x ESTADO DO PARANA- Indiquem as partes as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma e sobre a possibilidade de conciliação em audiência; Após, dê-se vista ao Ministério Público. Int.-Advs. JOSE ROBERTO MARTINS, MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

118. RESTABELECIMENTO/MANUT. DE BENEF. C/ TUTELA-0009027-28.2010.8.16.0004-MARIA NEGOCEKI x PARANAPREVIDENCIA e outro- VISTOS EM SANEADOR Trata-se de Ação Previdenciária de Restabelecimento/Manutenção de Benefício Cumulado Com Pedido de Tutela Antecipada manejado por MARIA NEGOCEKI em face de PARANAPREVIDÊNCIA e ESTADO DO PARANÁ em que se requer "determinar a reintegração da autora nos quadros de pensionista, confirmando-se a concessão da tutela antecipada (...) na eventualidade da não concessão da tutela antecipada, no mérito, sejam condenados os requeridos, solidariamente, a pagar a ela - autora - desde 15 de março de 2010, data do comunicado de cancelamento do benefício de pensão, os valores indevidamente inadimplidos a título de pensão por morte de Alaertes Alves" (fl. 19). Juntou documentos (fls. 21-109). Em decisão de fls. foi negada a concessão da tutela antecipada. Em contestação (fls. 129 e ss) o ParanaPrevidência aduz pela regularidade do processo administrativo que cancelou a pensão anteriormente concedida e, por fim, pugna pela improcedência da demanda. O Estado do Paraná contesta às fls. 354 e ss. alegando regularidade do processo administrativo pela falta de vínculo estável entre a autora e o "de cujus", pugnando pela improcedência da demanda. A respeito da produção de provas, as partes pugnam pela realização de prova testemunhal. Pois bem. Inexistem preliminares a serem apreciadas. Ante o exposto, estando presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, sendo as partes legítimas e estando devidamente representadas, declaro saneado o processo. PONTOS CONTROVERTIDOS Fixo como pontos controvertidos: a) Existência de união estável entre a autora e o "de cujus"; b) Direito ao restabelecimento do pagamento da pensão recebida pela autora. DAS PROVAS 1. Defiro o pedido de produção de prova testemunhal pugnada pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de novembro de 2011, às 14:00 horas, única data viável na pauta, na qual serão inquiridas as testemunhas, desde que arroladas em tempo hábil. Intime-se com as advertências do artigo 412, e 343, § 1º todos do C.P.C. Intimem-se. -Advs. MARA SANTANA, MARCO AURELIO ANGELO DE CARLOS SANTANA, GISELE DA ROCHA PARENTE e GISELLE PASCUAL PONCE-.

119. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0011993-61.2010.8.16.0004-ESPOLIO DE ADELINO CANDIDO ANTONIACOMI e outro x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- 1 . Frente à discordância da parte exeqüente, indefiro a penhora das cotas apresentada pelo banco, haja vista a parte executada ter deixado de observar a ordem estabelecida pelo art. 655 do CPC. Neste sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE ENTENDE OUE O OFERECIMENTO A PENHORA DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO DE EMPRESA COLIGADA PARA GARANTIA DO JUÍZO, SUBVERTE O OBJETIVO DA EXECUÇAO E NÃO OBSERVA GRADAÇÃO LEGAL. OUTRA DECISAO QUE NAO ATRIBUI EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS PELA NAO CARACTERIZAÇAO DA EXCEPCIONALIDADE PREVISTA NO § 1° DO ART. 739-A DO CPC. II. - QUOTA DE FUNDO DE INVESTIMENTO NAO E SINONIMO DE DINHEIRO. INADMISSIVEL A NOMEAÇAO A PENHORA DE QUOTAS DE FUNDO INSTITUCIONAL, QUANDO DEVEDOR POSSUI NUMERARIO SUFICIENTE PARA ARCAR COM O DEBITO, SEM PREJUIZO DE SUAS ATIVIDADES. OFENSA AO PRINCIPIO DA MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA. AUSENTE COMPROVAÇAO DA GARANTIA DO JUÍZO E DE DEMONSTRAÇAO EFETIVA DE QUE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO MANIFESTAMENTE POSSA CAUSAR AO EXECUTADO GRAVE DANO OU DE INCERTA REPARAÇAO, AOS EMBARGOS NAO SE ATRIBUI EFEITO SUSPENSIVO. III. - RECURSO NÃO PROVIDO. (...) O recurso foi interposto e preparado tempestivamente, mas não merece provimento porque: a uma, a toda evidencia quota de Fundo de Investimento não é sinônimo de dinheiro. Nesse sentido, "o juiz pode recusar a nomeação do bem oferecido, desde que o devedor tenha disponibilidade em dinheiro (JTA 103/171);l a duas, não se pode admitir a nomeação à penhora de quotas de fundo institucional, quando o devedor possui numerário suficiente para arcar com o débito, sem prejuízo de suas atividades" (TJPR Agravo de Instrumento n° 0394401-6, 2ª Câmara Cível. Rel. Luis Carlos Xavier. D.M. 02.01.2007, DJ 7283); a três, "Não se configura ofensa ao principio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente" (STJ - 3ª T., REsp 332.584- SP, rel. Min. Nancy Andrighi, j. 12.11.01, não conheceram, v.u., DJU 18.2.02, p. 422). (TJPR - Agravo de Instrumento n° 467072-0 - Rel. Des. Jorge Vargas - 8ª CC - Julgado em 12/06/2008 grifos nossos) 2. Assim, intime-se a parte executada para que, em 05 (cinco) dias, ofereça novo bem a penhora, observando a ordem do art. 655 do CPC. Intime-se. -Advs. CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA, DORLEI AUGUSTO TODO BOM e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

120. MANDADO DE SEGURANCA-0012309-74.2010.8.16.0004-VALDIR COZER x DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (DP/PMPR) e outro- À parte impetrante para que promova a retirada da Carta Precatória, bem como, o envio da mesma. Intime-se. -Advs. FABRICIO GRESSANA, DIORGES CHARLES PASSARINI, JULIANA PAOLA PINHEIRO e JOSÉ ANACLETO ABDUCH SANTOS-.

121. MANDADO DE SEGURANCA-0012527-05.2010.8.16.0004-PAULO ROGÉRIO DO CARMO e outro x COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARANA- Mantenho a decisão de fls. 151 e 152; Cumpra-se os itens 4 e 5 do referido despacho. Intimem-se. À parte interessada para que promova o recolhimento referente à (s) diligência (s) do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50. -Adv. ELIANA JAVORSKI-.

122. DECLARATORIA-0012968-83.2010.8.16.0004-VERONICA RODRIGUES x ESTADO DO PARANA e outro- Indiquem as partes as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma e sobre a possibilidade de conciliação em audiência; Após, dê-se vista ao Ministério Público. Intimem-se.-Advs. FATIMA MIRIAN BORTOT, GISELE SOARES, LUIS ANSELMO ARRUDA GARCIA, RENE PELEPIU, GENEROSO HORNING MARTINS, ARTUR DE ABREU, SIMONE APARECIDA LIMA DA CRUZ, GISELE DA ROCHA PARENTE e JACSON LUIZ PINTO-.

123. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0013010-35.2010.8.16.0004-ACIR DE ALMEIDA GAUDENCIO e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Defiro a emenda à incial. Anotações necessárias. Intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia que está sendo reclamada, sob pena de, não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de 10%. Arbitro os honorários advocatícios em R$ 6.000,00 (seis mil reais), tão- somente para a hipótese de pronto pagamento. Observo que quando do depósito referido acima (item 2), agregado ao valor do principal também deverão estar aqueles relativos aos honorários e custas processuais. Intime-se. -Advs. ADRIANO CARLOS SOUZA VALE, ANDRE LUIZ SOUZA VALE, MARCIO CARDOSO MARQUES, HEGLISSON TADEU MOCELIN NEVES e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

124. EMBARGOS A EXECUCAO-0013107-35.2010.8.16.0004-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x FRIGORIFICO CALIFORNIA LTDA- Vistos. Manifeste-se o Estado do Paraná em 10 (dez) dias. Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. GABRIELA DE PAULA SOARES e JOSE CLAUDIO DEL CLARO-.

125. DECLAR.C/C REPET.DE INDEBITO-0013144-62.2010.8.16.0004-MARIA JOANA GOMES DALAZEN x ICS - INSTITUTO CURITIBA DE SAÚDE e outro- Os réus-reconvintes deverão recolher o depósito inicial da reconvenção e a taxa relativa ao Funrejus, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intimem-se. -Advs. HELIO PEREIRA CURY FILHO, MELISSA DE CASSIA KANDA DIETRICH, TERCIO AMARAL DE CAMARGO, JEFFERSON RENATO ROSOLEM ZANETI e LIDSON JOSE TOMASS-.

126. EMBARGOS A EXECUCAO-0015821-65.2010.8.16.0004-MARIA TEREZA CIDADE MORGADO x MUNICIPIO DE CURITIBA- Pois bem, na hipótese dos autos, o embargante não indicou qualquer possibilidade de "grave dano de difícil ou incerta reparação". Ressalte-se que não basta dizer que sofrerá prejuízo, já que isto é mero efeito processual de qualquer execução. Deverá, isto sim, indicar qual é o grave dano de difícil ou incerta reparação que a execução lhe trará. Intime-se. -Advs. LUIZ ALBERTO ZIOLKOWSKI e VALDIR JULIO ULBRICH - PROCURADOR-.

127. SUMARIA C/PEDIDO TUTELA ANTECIPADA-0015851-03.2010.8.16.0004-LEOBERTO DOMINGOS DA SILVA x PARANAPREVIDENCIA e outros- Manifeste-se a autora acerca das contestações e documentos. Intime-se. -Advs. MARIA HELENA LAZOF, SADI BONATTO, FERNANDO JOSE BONATTO, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e GISELLE PASCUAL PONCE-.

128. DECLARATÓRIA C/ TUTELA ANTECIPADA-0016663-45.2010.8.16.0004-JOAO LUIZ KLAPOWSKA x ESTADO DO PARANA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, indicando necessidade e relevância. Por fim, ao Ministério Público. Intimem-se. -Advs. RAFAEL ELIAS ZANETTI, PAULO HENRIQUE AREIAS HORACIO, RAUL ALBERTO DANTAS JUNIOR e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

129. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/TUT. ANTECIPADA-0016809-86.2010.8.16.0004-REINALDO SIDUOVSKI x ESTADO DO PARANA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, indicando necessidade e relevância. Por fim, ao Ministério Público. Intimem-se. -Advs. FERNANDO PAULO MACIEL FILHO, RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO, JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

130. MANDADO DE SEGURANCA-0016831-47.2010.8.16.0004-FERNANDO MACIEL DA SILVA x COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARANA- À parte interessada para que promova o recolhimento referente à (s) diligência (s) do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50. -Advs. JOSE PEREIRA DE MORAES NETO, DANIEL PINHEIRO, AMANDA LOUISE RAMAJO CORVELLO BARRETO e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

131. DECLARATORIA-0016873-96.2010.8.16.0004-MARIA FLORA GIMENEZ PERSIANI x ESTADO DO PARANA- Observados os termos do art. 327 do CPC, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 dias, se manifeste acerca da contestação apresentada. Intime-se. -Advs. DANIEL GODOY JUNIOR, ABNER PEREIRA DA SILVA, RAUL ALBERTO DANTAS JUNIOR e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

132. INEXIGIBILIDADE C/ REP. DE INDEBITO C/ TUTELA-0016887-80.2010.8.16.0004-PAULO RICARDO IANESKO e outro x ESTADO DO PARANA e outro- Indiquem as partes as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma e sobre a possibilidade de conciliação em audiência; Após, dê-se vista ao Ministério Público. Int. -Advs. JOSE ROBERTO MARTINS, CHARLES MICHEL LIMA DIAS, GISELE DA ROCHA PARENTE e JACSON LUIZ PINTO-.

133. EMBARGOS A EXECUCAO-0016968-29.2010.8.16.0004-ESTADO DO PARANA x MARIA AUXILIADORA TALMELLI- Indiquem as partes as provas que pretendem produzir, informando necessidade e pertinência de cada uma. Em seguida, dê-se vista ao Dr. Promotor de Justiça. Intimem-se. -Advs. JOSE ANTONIO PERES GEDIEL e JULIANO MARTINS-.

134. INEXIGIBILIDADE C/ REP. DE INDEBITO C/ TUTELA-0017211-70.2010.8.16.0004-FERNANDO CORREA MARTINS e outro x ESTADO DO PARANA e outro- Indiquem as partes as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma e sobre a

possibilidade de conciliação em audiência; Após, dê-se vista ao Ministério Público. Intime-se.-Advs. JOSE ROBERTO MARTINS, ANA LUIZA DE PAULA XAVIER - PROCURADORA DO ESTADO e GISELE DA ROCHA PARENTE-.

135. MANDADO DE SEGURANCA-0017283-57.2010.8.16.0004-MARCIO BRESSAN x DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO PARANA - DETRAN/PR- Ante as informações prestadas pela parte impetrante, manifeste-se o impetrado em 05 (cinco) dias. Após, contados e preparados, voltem conclusos para prolação de sentença. Intime-se. Ao preparo das custas de fls. 103 (em sua respectiva guia - Escrivania: R$ 220,90; Distribuidor: R$ 30,25; Contador: R $ 10,09; Oficial de Justiça: R$ 49,50; Taxa Judiciária: R$ 20,00).-Advs. ELISANGELA SPONHOLZ DE SOUZA, MARCOS RENAN SALVATI, MARISTELA BUSETTI e MARISTELA FREDERICO-.

136. DECLARATÓRIA C/ TUTELA ANTECIPADA-0017370-13.2010.8.16.0004-MARIA EPAMINONDAS SILVEIRO x ESTADO DO PARANA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, indicando necessidade e relevância. Por fim, ao Ministério Público. Int.-se.-Advs. MILTON MIRO VERNALHA FILHO, NAOTO YAMASAKI, FERNANDA LINHARES WALLBACH, PRISCILA WALLBACH SILVA, ROBERTO NUNES DE LIMA FILHO e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

137. DECLARATÓRIA C/ TUTELA ANTECIPADA-0017448-07.2010.8.16.0004-ARTUR DA SILVA x ESTADO DO PARANA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, indicando necessidade e relevância. Por fim, ao Ministério Público. Int.-se.-Advs. RAFAEL ELIAS ZANETTI, PAULO HENRIQUE AREIAS HORACIO, RAUL ALBERTO DANTAS JUNIOR e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

138. DECLARATORIA-0017609-17.2010.8.16.0004-FRANCISCO EUGENIO CANESIN x ESTADO DO PARANA- Indiquem as partes as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma e sobre a possibilidade de conciliação em audiência; Após, dê-se vista ao Ministério Público. Int.-Advs. JOSE ROBERTO MARTINS, CHARLES MICHEL LIMA DIAS, ROBERTO NUNES DE LIMA FILHO e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

139. DECLARATORIA-0017617-91.2010.8.16.0004-DANIEL PAIM x ESTADO DO PARANA- Indiquem as partes as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma e sobre a possibilidade de conciliação em audiência; Após, dê-se vista ao Ministério Público. Int.-Advs. JOSE ROBERTO MARTINS, CHARLES MICHEL LIMA DIAS, RAUL ALBERTO DANTAS JUNIOR e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

140. EXECUCAO DE SENTENCA-0017647-29.2010.8.16.0004-CLEONALDO ALVES DOS SANTOS e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- 1 . Frente à discordância da parte exeqüente, indefiro a penhora das cotas apresentada pelo banco, haja vista a parte executada ter deixado de observar a ordem estabelecida pelo art. 655 do CPC. Neste sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE ENTENDE OUE O OFERECIMENTO A PENHORA DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO DE EMPRESA COLIGADA PARA GARANTIA DO JUÍZO, SUBVERTE O OBJETIVO DA EXECUÇAO E NÃO OBSERVA GRADAÇÃO LEGAL. OUTRA DECISAO QUE NAO ATRIBUI EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS PELA NAO CARACTERIZAÇAO DA EXCEPCIONALIDADE PREVISTA NO § 1° DO ART. 739-A DO CPC. II. - QUOTA DE FUNDO DE INVESTIMENTO NAO E SINONIMO DE DINHEIRO. INADMISSIVEL A NOMEAÇAO A PENHORA DE QUOTAS DE FUNDO INSTITUCIONAL, QUANDO DEVEDOR POSSUI NUMERARIO SUFICIENTE PARA ARCAR COM O DEBITO, SEM PREJUIZO DE SUAS ATIVIDADES. OFENSA AO PRINCIPIO DA MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA. AUSENTE COMPROVAÇAO DA GARANTIA DO JUÍZO E DE DEMONSTRAÇAO EFETIVA DE QUE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO MANIFESTAMENTE POSSA CAUSAR AO EXECUTADO GRAVE DANO OU DE INCERTA REPARAÇAO, AOS EMBARGOS NAO SE ATRIBUI EFEITO SUSPENSIVO. III. - RECURSO NÃO PROVIDO. (...) O recurso foi interposto e preparado tempestivamente, mas não merece provimento porque: a uma, a toda evidencia quota de Fundo de Investimento não é sinônimo de dinheiro. Nesse sentido, "o juiz pode recusar a nomeação do bem oferecido, desde que o devedor tenha disponibilidade em dinheiro (JTA 103/171);I a duas, não se pode admitir a nomeação à penhora de quotas de fundo institucional, quando o devedor possui numerário suficiente para arcar com o débito, sem prejuízo de suas atividades" (TJPR Agravo de Instrumento n° 0394401-6, 2ª Câmara Cível. Rel. Luis Carlos Xavier. D.M. 02.01.2007, DJ 7283); a três, "Não se configura ofensa ao principio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente" (STJ - 3ª T., REsp 332.584- SP, rel. Min. Nancy Andrighi, j. 12.11.01, não conheceram, v.u., DJU 18.2.02, p. 422). (TJPR - Agravo de Instrumento n° 467072-0 - Rel. Des. Jorge Vargas - 8ª CC - Julgado em 12/06/2008 grifos nossos) 2. Assim, intime-se a parte executada para que, em 05 (cinco) dias, ofereça novo bem a penhora, observando a ordem do art. 655 do CPC. 2.1 Havendo depósito, lavre-se o Termo de Penhora (TERMO DE PENHORA LAVRADO FLS. 182) e venham os autos conclusos para apreciação da impugnação. Intimem-se. -Advs. LINCO KCZAM e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

141. MANDADO DE SEGURANCA-0017844-81.2010.8.16.0004-TROPICAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. x DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA e outro- Contados e preparados, retornem conclusos para sentença. Intimem-se. Diligências necessárias. Ao preparo das custas de fls. 100 (em sua respectiva guia - Escrivania: R$ 2,82).-Advs. LILLIANA MARIA CERUTI LASS, ADELCIO CERUTI e HELIO DUTRA DE SOUZA-.

142. DECLARATORIA DE COBRANCA-0017993-77.2010.8.16.0004-TERESA CRISTINA BRITO VOJCIK x PARANAPREVIDENCIA e outro- Caso seja argüida alguma preliminar ou matéria a que alude o art. 326 do CPC, manifeste-se a parte autora. Intime-se. -Advs. GIL CESAR DANTAS BRUEL, LUIZ FELIPE ZAFANELI CUBAS, SERGIO JOSÉ LOPES DOS SANTOS FILHO, GABRIELA DE PAULA SOARES e VENINA SABINO DA SILVA E DAMASCENO-.

143. DECLARATORIA-0018055-20.2010.8.16.0004-ANDRE ANTONIO GIRALDELLO x INSTITUTO CURITIBA DE SAUDE - ICS e outro- Observados os termos do art. 327 do CPC, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 dias, se manifeste acerca da contestação apresentada. Intime-se. -Advs. HELIO PEREIRA CURY FILHO, JEFFERSON RENATO ROSOLEM ZANETI, MELISSA DE CASSIA KANDA DIETRICH, TERCIO AMARAL DE CAMARGO, JERVIS PUPPI WANDERLEY, ERENISE DO ROCIO BORTOLINI, MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY e ANA MARIA MAXIMILIANO-.

144. MANDADO DE SEGURANCA-0018157-42.2010.8.16.0004-MAYSA DEYDRE HERZER x PRESIDENTE DA COMISSAO DO CONCURSO PUBLICO DA SANEPAR- À parte interessada para que promova o recolhimento referente à (s) diligência (s) do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50. -Adv. STELA MARIS PINTO PETERS-.

145. DECLARATÓRIA C/ TUTELA ANTECIPADA-0018184-25.2010.8.16.0004-MARIO CELSO LISBOA DE MIRANDA x PARANAPREVIDENCIA e outro- Caso seja argüida alguma preliminar ou matéria a que alude o art. 326 do CPC, manifeste-se a parte autora. Intime-se.-Advs. EMMANOEL ASCHIDAMINI DAVID, ANDREIA STALL, ANNETE CRISTINA DE ANDRADE GAIO e JACSON LUIZ PINTO-.

146. INEXIGIBILIDADE C/TUTELA ANTECIPADA-0018241-43.2010.8.16.0004-JAMYLE NOILTHALENE SADOSKI DE SOUZA x ESTADO DO PARANA e outro- O presente feito comporta julgamento antecipado nos termos do disposto no art. 330, I do CPC. Para efeito de controle interno da Escrivania, anote-se no sistema de acompanhamento processual a conclusão destes autos para fins de prolação de sentença. Intime-se.-Advs. FERNANDO SAMPAIO DE ALMEIDA FILHO, PAULO ROBERTO MIKIO HEIMOSKI, JEFFERSON FURLANETTO MOISES, GISELLE PASCUAL PONCE, YEDA VARGAS RIVABEM BONILHA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES e ANA LUIZA DE PAULA XAVIER-.

147. MANDADO DE SEGURANCA-0018293-39.2010.8.16.0004-DENISE NEUBURGER DA SILVA x SECRETARIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS DE CURITIBA- Contados e preparados, retornem conclusos para sentença. Intimem-se. Ao preparo das custas de fls. 96 (em sua respectiva guia - Escrivania: R$ 223,72; Distribuidor: R$ 30,25; Contador: R$ 10,09; Taxa Judiciária: R$ 20,00).-Advs. MARCIO ANDREI GOMES DA SILVA e ANA MARIA MAXIMILIANO-.

148. INDENIZACAO-0018916-06.2010.8.16.0004-JAIR SANTANA x MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL- Ante petição às fls. 24, defiro o requerido, concedendo prazo de mais 20 (vinte) dias para o requerente. Em seguida, retornem conclusos. Intimem-se. -Advs. ADRIANO CARLOS SOUZA VALE, ANDRE LUIZ SOUZA VALE, JULIANA DOMINGUES TANCREDO e JOSE ANTONIO VALE-.

149. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0018918-73.2010.8.16.0004-EZENIR GABARDO e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia que está sendo reclamada, sob pena de, não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de dez por cento. Arbitro os honorários advocatícios em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), tão- somente para a hipótese de pronto pagamento. Observo que quando do depósito referido acima (item 1), agregado ao valor do principal também deverão estar aqueles relativos aos honorários e custas processuais. Intime-se. -Advs. MARIA CAROLINA TERRA BLANCO e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

150. EXECUÇÃO FISCAL-0018936-94.2010.8.16.0004-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANA - DER/PR x MAXICAL LTDA- Á parte exeqüente para que manifeste quanto à devolução da Carta Precatória. Intime-se.-Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ e EDSON LUIZ AMARAL-.

151. EXECUÇÃO FISCAL-0019697-28.2010.8.16.0004-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANA - DER/PR x FONTANA S.A- Á parte exeqüente para que manifeste quanto à devolução da Carta Precatória. Intime-se.-Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ e EDSON LUIZ DO AMARAL-.

152. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0019827-18.2010.8.16.0004-CERIACO MARTINS MACHADO e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA - BANESTADO S/A e outro- Havendo discordância da parte exeqüente, intime-se o banco réu para que, em 05 (cinco) dias, substitua a penhora das cotas por dinheiro, nos termos do art. 655-A do CPC. Intime-se. -Advs. ADRIANO CARLOS SOUZA VALE, HEGLISSON TADEU MOCELIN NEVES, ANDRE LUIZ SOUZA VALE e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

153. ANULATORIA C/C INDENIZAÇÃO-0020180-58.2010.8.16.0004-EMPOEL ENGENHARIA LTDA x MUNICIPIO DE CURITIBA- Observados os termos do art. 327 do CPC, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 dias, se manifeste acerca da contestação apresentada. Intime-se. -Advs. CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO, ANDRE DE MORAES MAXIMINO, ELTON BALOCCO e Eliane Cristina Rossi Chevalier-.

154. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0020253-30.2010.8.16.0004-ESPOLIO DE ANTONIO GUBERT e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia que está sendo reclamada, sob pena de, não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de dez por cento. Arbitro os honorários advocatícios em R$ 6.000,00 (seis mil reais), tão- somente para a hipótese de pronto pagamento. Observo que quando do depósito referido acima (item 1), agregado ao valor do principal também deverão estar aqueles relativos aos honorários e custas processuais. Intime-se. -Advs. ADRIANO CARLOS SOUZA VALE, ANDRE LUIZ SOUZA VALE e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

155. DECLARATORIA-0021456-27.2010.8.16.0004-ROBERTO PONTAROLO x DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO PARANA - DETRAN/PR-

Observados os termos do art. 327 do CPC, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 dias, se manifeste acerca da contestação apresentada. Intime-se.-Advs. MAURICIO SOUZA BOCHNIA, MARCELO FANCHIN, MARISTELA BUSETTI e PATRICIA STROBEL PIAZZETTA-.

156. ORD DECL C/ PEDIDO TUTELA ANTECIPADA-0021471-93.2010.8.16.0004-DJALMA PIRES e outros x ESTADO DO PARANA- Observados os termos do art. 327 do CPC, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 dias, se manifeste acerca da contestação apresentada. Intime-se.-Advs. JUCIMAR MOURA DOS SANTOS e CAROLINA VILLENA GINI-.

157. MANDADO DE SEGURANCA-0021674-55.2010.8.16.0004-INES IORA STOCK x DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAPREVIDENCIA e outro- Ante petição às fls. 111/118, intime-se o Estado do Paraná para que regularize a mesma, tendo em vista que está sem assinatura. -Adv. ANA LUIZA DE PAULA XAVIER-.

158. DECLARATÓRIA C/ TUTELA ANTECIPADA-0022585-67.2010.8.16.0004-CELSO DZIURKOSKI x ESTADO DO PARANA- Sobre a contestação apresentada, manifeste-se o autor. Intime-se. -Advs. RAFAEL ELIAS ZANETTI, PAULO HENRIQUE AREIAS HORACIO, FERNANDO BORGES MANICA e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

159. DECLARATÓRIA C/ TUTELA ANTECIPADA-0022594-29.2010.8.16.0004-ELIZEU PEREIRA DOS SANTOS x ESTADO DO PARANA e outro- Sobre a contestação apresentada, manifeste-se o autor. Intime-se. -Advs. MILTON MIRO VERNALHA FILHO, NAOTO YAMASAKI, PRISCILA WALLBACH SILVA, ANNETE CRISTINA DE ANDRADE GAIO e JACSON LUIZ PINTO-.

160. ORDINARIA DE COBRANCA-0023749-67.2010.8.16.0004-ALAN ROCHA DOS SANTOS e outros x ESTADO DO PARANA- Devem ser ambas as partes intimadas para, no prazo comum de 5 dias, especificarem objetivamente as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade de cada uma, isso sob pena de indeferimento do respectivo pleito probatório. Por fim, vistas ao Ministério Público e, após, voltem para deliberação. Intimem-se.-Advs. SWELLEN YANO DA SILVA, JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

161. DECLARATÓRIA C/ TUTELA ANTECIPADA-0024822-74.2010.8.16.0004-ALKEPS PARTICIPAÇOES S/A x PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA- Indiquem as partes as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma e sobre a possibilidade de conciliação em audiência; Após, dê-se vista ao Ministério Público. Int.-Advs. LEONARDO ANTONIO FRANCO, Eros Sowinski, Carlos Antonio Lesskiu e Marli Terezinha Ferreira D Avila-.

162. EXECUÇÃO FISCAL-0025995-36.2010.8.16.0004-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANA - DER/PR x AMBEV BRASIL BEBIDAS LTDA - JUND - 892- Á parte exeqüente para que manifeste quanto à devolução da Carta Precatória. Intime-se.-Advs. EDSON LUIZ DO AMARAL e ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ-.

163. ORDINARIA C/PEDIDO DE TUTELA-0028134-58.2010.8.16.0004-SUELLEN DOS SANTOS MENDES e outro x COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA- Intimem-se as partes para especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando-as, sob pena de indeferimento. Por fim, ao Ministério Público. Intimem-se.-Advs. ROBERTO NOLLI e LUIS RENATO MARTINS DE ALMEIDA-.

164. ORDINARIA-0000199-09.2011.8.16.0004-MARILIA THEREZA DENOVARO BACILLA x ESTADO DO PARANA e outro- Intime-se a requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, traga aos autos a cópia do documento de identificação de Marília Thereza Denovaro. Após, retornem conclusos. Intime-se. Diligências necessárias. -Adv. EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA-.

165. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0000260-64.2011.8.16.0004-CLEVERSON LUIS LEPPER e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Nestes autos, o BANCO BANESTADO S/A. oferece Exceção de Pré-Executividade no qual alega, em breve síntese, que as contas n° 125.019.294-0, 125.036.756-2 e 125.041.156-5, objeto da presente execução, não possuem contrato de caderneta de poupança, pois se tratam de contas destinadas a depósitos judiciais não sendo cabível a correção monetária advinda dos expurgos inflacionários referentes aos Planos Bresser e Verão, já que não alcançadas pela Ação Civil Pública n° 38.765/1998. Está pacificado pela jurisprudência que, quanto aos depósitos judiciais deve incidir a correção monetária que compense a desvalorização da moeda, inclusive, com a aplicação dos expurgos inflacionários das cadernetas de poupança Ora, não poderia ser outro entendimento senão o de que, estando a Instituição Financeira de posse de valores depositados em decorrência de ação e/ou decisão judicial, cabe a ela promover a atualização de tais valores, inclusive, refletindo as correções e expurgos inflacionários aplicáveis à época. Ademais, é imperioso ressaltar que o dinheiro ao ser depositado, seja em caderneta de poupança ou através de depósito judicial, não permanece "parado", sendo utilizado pelo Banco em suas operações financeiras, o que, desta forma, acaba gerando o respectivo rendimento. Assim, auferindo o executado lucro, é seu dever corrigir o valor depositado, devendo empregar índices que restituam à quantia inicial o seu original poder de compra. Neste sentido, traz-se à baila recente decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO .ESPECIAL. DEPÓSITO JUDICIAL. [...] Discute-se, a ausência de restituição integral cumulada com atualização dos valores confiados à instituição financeira em razão de depósito judicial. 5. O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correção monetária relativa aos valores recolhidos." Súmula 179/STJ. 6. Aplica-se o IPC como índice de atualização dos depósitos judiciais por ser o indicador que melhor refletiu a inflação no período em debate. Precedentes. 7. O banco depositário, ao conservar o capital pertencente ao agravado, obteve lucro em detrimento da perda acarretada ao mesmo, incorrendo na prática de ilícito extracontratual, razão pela qual os juros moratórios incidem a partir do evento danoso, in casu, a data da injusta recusa em restituir integralmente o valor depositado, conforme inteligência da súmula 54 do STJ: "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual." (AgRg no REsp 703839/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2011, DJe 23/03/2011). Ainda neste sentido: ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO - DEPÓSITOS JUDICIAIS - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - CORREÇÃO MONETÁRIA COM BASE NO IPC - SÚMULA 179/STJ. 1. A correção monetária deve ser aplicada integralmente aos depósitos judiciais, inclusive com os expurgos inflacionários. Incidência da Súmula 179/STJ. 2. Correto está o Tribunal de origem, pois aplicou o IPC como índice de correção monetária incidente sobre os depósitos judiciais, variável conforme os percentuais dos expurgos inflacionários por ocasião da instituição dos Planos Governamentais, a saber: I) janeiro/99 - 42,72% e fevereiro/89 - 10,14% (Verão); II) março/90 - 84,32%, abril/90 - 44,80%, junho/90 - 9,55% e julho/90 - 12,92% (Collor I); III) janeiro/91 - 13,69% e março/91 - 13,90% (Collor II). Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1093687/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2009, DJe 25/06/2009) Ante o exposto, não há qualquer respaldo que justifique a apresentação da presente exceção de pré-executividade, tendo em conta que já é pacifico o entendimento que cabe aos depósitos judiciais a mesma correção monetária aplicável às cadernetas de poupança, motivo pelo qual a REJEITO. Intimem-se. -Advs. CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA, DORLEI AUGUSTO TODO BOM e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

166. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0000261-49.2011.8.16.0004-CLEVERSON LUIS LEPPER e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Nestes autos, o BANCO BANESTADO S/A. oferece Exceção de Pré-Executividade no qual alega, em breve síntese, que as contas n° 125.019.294-0, 125.036.756-2 e 125.041.156-5, objeto da presente execução, não possuem contrato de caderneta de poupança, pois se tratam de contas destinadas a depósitos judiciais não sendo cabível a correção monetária advinda dos expurgos inflacionários referentes aos Planos Bresser e Verão, la que nao alcançadas pela Ação Civil Pública n° 38.765/1998. Está pacificado pela jurisprudência que, quanto aos depósitos judiciais deve incidir a correção monetária que compense a desvalorização da moeda, inclusive, com a aplicação dos expurgos inflacionários das cadernetas de poupança Ora, não poderia ser outro entendimento senão o de que, estando a Instituicão Financeira de posse de valores depositados em decorrência de ação e/ou decisão judicial, cabe a ela promover a atualização de tais valores, inclusive, refletindo as correções e expurgos inflacionários aplicáveis à época. Ademais, é imperioso ressaltar que o dinheiro ao ser depositado, seja em caderneta de poupança ou através de depósito judicial, não permanece "parado", sendo utilizado pelo Banco em suas operações financeiras, o que, desta forma, acaba gerando o respectivo rendimento. Assim, auferindo o executado lucro, é seu dever corrigir o valor depositado, devendo empr~egar indices que restituam à quantia inicial o seu original poder de compra. Neste sentido, traz-se à baila recente decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justica: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO .ESPECIAL. DEPÓSITO JUDICIAL. [...] Discute-se, a ausência de restituição integral cumulada com atualização dos valores confiados à instituicão financeira em razão de depósito judicial. 5. O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correcão monetária relativa aos valores recolhidos." Súmula 179/STJ. 6. Aplica-se o IPC como indice de atualização dos depósitos judiciais por ser o indicador que melhor refletiu a inflação no periodo em debate. Precedentes. 7. O banco depositário, ao conservar o capital pertencente ao agravado, obteve lucro em detrimento da perda acarretada ao mesmo, incorrendo na prática de ilicito extracontratual, razão pela qual os juros moratórios incidem a partir do evento danoso, in casu, a data da injusta recusa em restituir integralmente o valor depositado, conforme inteligência da súmula 54 do STJ: "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual." (AgRg no REsp 703839/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALDMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2011, DJe 23/03/2011). Ainda neste sentido: ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO - DEPÓSITOS JUDICIAIS - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - CORREÇÃO MONETÁRIA COM BASE NO IPC - SÚMULA 179/STJ. 1. A correção monetária deve ser aplicada integralmente aos depósitos judiciais, inclusive com os expurgos inflacionários. Incidência da Súmula 179/STJ. 2. Correto está o Tribunal de origem, pois aplicou o IPC como indice de correção monetária incidente sobre os depósitos judiciais, variável conforme os percentuais dos expurgos inflacionários por ocasião da instituição dos Planos Governamentais, a saber: I) janeiro/99 - 42,72% e fevereiro/89 - 10,14% (Verão); II) março/90 - 84,32%, abril/90 - 44,80%, junho/90 - 9,55% e julho/90 - 12,92% (Collor I); III) janeiro/91 - 13,69% e março/91 - 13,90% (Collor II). Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1093687/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2009, DJe 25/06/2009) Ante o exposto, não há qualquer respaldo que justifique a apresentação da presente exceção de pré- executividade, tendo em conta que já é pacifico o entendimento que cabe aos depósitos judiciais a mesma correção monetária aplicável às cadernetas de poupança, motivo pelo qual a REJEITO. Intimem-se. -Advs. CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA, DORLEI AUGUSTO TODO BOM e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

167. MANDADO DE SEGURANCA-0001179-53.2011.8.16.0004-QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA x PREFEITO DO MUNICIPIO DE CURITIBA e outro- 1. O Impetrante requereu a desistência fls. 52. 2. Contudo, não trouxe aos autos o instrumento do mandato que lhe confere poderes especiais para desistir - art. 38, CPC. 2.1. Aliás, sequer há nos autos procuração outorgada ao advogado. 3. Deste modo, intime o Impetrante para, no prazo de 10 (dez) dias: a) acostar aos autos a procuração que lhe foi outorgada com os poderes especiais; b) efetuar o preparo das eventuais custas remanescentes. 4. Diligências necessárias. -Adv. JOSE CARLOS F DA SILVA JR-.

168. DECLARATORIA DE INEXISTENCIA-0001215-95.2011.8.16.0004-ANA LUCIA MARCASSA BARRA BALBINOT x ESTADO DO PARANA- Caso seja argüida alguma preliminar ou matéria a que alude o art. 326 do CPC, manifeste-se a

parte autora. Intime-se. -Advs. CLAUDINEI BELAFRONTE, JANSEN DANIEL DE CARVALHO e JAIR LIMA GEVAERD FILHO-.

169. INDENIZACAO P/DANOS MATERIAIS E MORAIS-0001505-13.2011.8.16.0004-EDSON LÚDIO x ESTADO DO PARANA- Devem ser ambas as partes intimadas para, no prazo comum de 5 dias, especificarem objetivamente as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade de cada uma, isso sob pena de indeferimento do respectivo pleito probatório. Por fim, vistas ao Ministério Público e, após, voltem para deliberação. Intimem-se.-Advs. CHRISTIAN LAUFER, DANIEL K MONTOYA e MANOEL JOSE LACERDA CARNEIRO-.

170. MEDIDA CAUTELAR-0001540-70.2011.8.16.0004-MARIA LÚCIA STADLER FARIAS x COPEL DISTRIBUICAO S/A.- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir declinando a necessidade e pertinência de cada uma. Por fim, vista ao Ministério Público. Int. -Advs. LUIZ SALVADOR e REJANE MARA S.D ALMEIDA-.

171. ORDINARIA-0001734-70.2011.8.16.0004-DIVALDO DE ANDRADE e outros x ESTADO DO PARANA-Recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$49,50, através da GR gerada no site do TJ, na conta 01.500.304-3 Agência 2939 da Caixa Econômica Federal, juntado-a(s) nos autos. -Advs. ALEX CAETANO DOS REIS, FERNANDO PEREIRA DE GOES e WINNICIUS PEREIRA GOES-.

172. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0001755-46.2011.8.16.0004-MARIA MADALENA CAMPANHA DE OLIVEIRA x BANCO ITAÚ S/A- Intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia que está sendo reclamada, sob pena de, não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de dez por cento. Arbitro os honorários advocatícios em R$ 1.000,00 (hum mil reais), tão- somente para a hipótese de pronto pagamento. Observo que quando do depósito referido acima (item 1), agregado ao valor do principal também deverão estar aqueles relativos aos honorários e custas processuais. Intime-se. -Advs. INES ESTANISLAVA PUCCI e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

173. REPARACAO DE DANOS-0001820-41.2011.8.16.0004-WILSON GIEHL x MARCIO GREICH BUENO e outro- 1. Emende-se a inicial, em 10 (dez) dias, no sentido de incluir o Estado do Paraná no pólo passivo da presente, tendo em vista que se trata de litisconsorte passivo necessário. 2. Intime-se a requerente para que, no mesmo prazo supra, traga a cópia do documento de identificacão de Wilson Giehl. Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. MARCIA MONTALTO ROSSATO e MICHEL LUIZ PADILHA-.

174. ORDINARIA DE COBRANCA-0002417-10.2011.8.16.0004-CHIRLEI ROTTA e outros x ESTADO DO PARANA- Caso seja argüida alguma preliminar ou matéria a que alude o art. 326 do CPC, manifeste-se a parte autora. Intime-se. -Advs. FABRICIO LUIZ WESCHENFELDER, FABIO JOSE DE LIMA PRESTES, ROGÉRIO DISTÉFANO e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

175. EXECUCAO DE SENTENCA-0002880-49.2011.8.16.0004-YUKIKO TAKIMURA x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia que está sendo reclamada, sob pena de, não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de dez por cento. Arbitro os honorários advocatícios em R $ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), tão- somente para a hipótese de pronto pagamento. Observo que quando do depósito referido acima (item 1), agregado ao valor do principal também deverão estar aqueles relativos aos honorários e custas processuais. Intime-se. -Advs. ELIANA MEIRA NOGUEIRA, INESCIY KASSUMI HAYASHI IOSHII, FLAVIA JULIANA MEIRA NOGUEIRA, DANIELI MEIRA FERREIRA, CARLOS EDUARDO NOGUEIRA e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

176. MANDADO DE SEGURANCA-0002893-48.2011.8.16.0004-EUGENIA MARCIA DE FARIAS RODRIGUES x SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICIPIO DE CURITIBA- À parte interessada para que promova o recolhimento referente à (s) diligência (s) do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50, bem como, providência cópias dos documentos necessários a fim de instruir o mandado. Intime-se. -Adv. ACYR DE GERONE-.

177. INDENIZACAO POR ATO ILICITO-0003059-80.2011.8.16.0004-JEAN CARLOS FARIAS DOS SANTOS x ESTADO DO PARANA- Caso seja argüida alguma preliminar ou matéria a que alude o art. 326 do CPC, manifeste-se a parte autora. Intime-se. -Advs. GESSIVALDO OLIVEIRA MAIA, CLOVIS DIAS DE SOUZA e MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO-.

178. DECLARATORIA-0005392-05.2011.8.16.0004-REMYR PAULO VANZO x FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CURITIBA- Intime-se a requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, traga a cópia do documento de identificação de Remyr Paulo vanzo. Após, retornem conclusos. Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. LUIS PERCI RAYSEL BISCAIA, JOSÉ SILVÉRIO SANTA MARIA e EDISON CESAR SANTIAGO DE SOUZA JUNIOR-.

179. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/TUT. ANTECIPADA-0008079-52.2011.8.16.0004-RAFAEL PASTORE MINIKOWSKI x ESTADO DO PARANA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, declinando necessidade e real pertinência de cada uma. Por fim, ao Ministério Público. Intimem-se.-Advs. JEFERSON RIBEIRO, FERNANDO BORGES MANICA e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

180. ORDINARIA DE REVISÃO DE PENSÃO-0011311-72.2011.8.16.0004-ILDA SOUZA DE ALMEIDA GARRET x PARANAPREVIDENCIA e outro- Caso seja argüida alguma preliminar ou matéria a que alude o art. 326 do CPC, manifeste-se a parte autora. Intime-se.-Advs. BRUNO ZAMPIER, MARIANA LIMA DE CARVALHO, ANA LUIZA DE PAULA XAVIER e JACSON LUIZ PINTO-.

181. DECLARATÓRIA C/ TUTELA ANTECIPADA-0023128-36.2011.8.16.0004-NILCE DUENHAS SANCHES x ESTADO DO PARANA- À parte interessada para que promova o recolhimento referente à (s) diligência (s) do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 49,50. -Advs. GISELE SOARES, LUIS ANSELMO ARRUDA GARCIA e GENEROSO HORNING MARTINS-.

182. REPETICAO DE INDEBITO-0023232-28.2011.8.16.0004-JOÃO BATISTA BOTEON x PARANAPREVIDENCIA e outro- Observados os termos do art. 327 do CPC, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 dias, se manifeste acerca da contestação apresentada. Intime-se.-Advs. RAFAEL ELIAS ZANETTI, PAULO HENRIQUE AREIAS HORACIO, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES e ANA LUIZA DE PAULA XAVIER-.

183. ORDINARIA C/PEDIDO DE TUTELA-0024329-63.2011.8.16.0004-AMAURI DE OLIVEIRA x ESTADO DO PARANA- 1. Ciente da interposição de agravo de instrumento. 1.1. Mantenho a decisão recorrida por seus próprios e jurídicos fundamentos. 1.2. Eventuais informações, se requisitadas, serão oportunamente prestadas ao Egrégio Tribunal de justiça do Estado do Paraná. 1.2. Não havendo notícia da concessão de efeito suspensivo, deve-se prosseguir com o tramite do feito. 2. Cumpra-se integralmente a decisão de fls. 26/27. 3. Intimem-se. Diligências necessárias. -Advs. CLAUDIO MARCELO BAIAK, JANAINA CIRINO DOS SANTOS e DEBORA NUNES-.

184. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0027799-05.2011.8.16.0004-ADARCY MORO e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia que está sendo reclamada, sob pena de, não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de dez por cento. Arbitro os honorários advocatícios em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), tão- somente para a hipótese de pronto pagamento. Observo que quando do depósito referido acima (item 1), agregado ao valor do principal também deverão estar aqueles relativos aos honorários e custas processuais. Intime-se. -Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

185. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0028920-68.2011.8.16.0004-IZABEL CRISTINA PESSOA x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia que está sendo reclamada, sob pena de, não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de dez por cento. Arbitro os honorários advocatícios em R $ 600,00 (seiscentos reais), tão- somente para a hipótese de pronto pagamento. Observo que quando do depósito referido acima (item 1), agregado ao valor do principal também deverão estar aqueles relativos aos honorários e custas processuais. Intime-se. -Advs. FLAVIA JULIANA MEIRA NOGUEIRA, DANIELI MEIRA FERREIRA, CARLOS EDUARDO NOGUEIRA, ELIANA MEIRA NOGUEIRA, INESCIY KASSUMI HAYASHI IOSHII e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

186. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/TUT. ANTECIPADA-0030030-05.2011.8.16.0004-ISABELA PAULO LOUREIRO x ESTADO DO PARANA- Apresentada a resposta ou decorrido o prazo concedido, o que, no segundo caso, deve ser certificado nos autos, intime-se a Autora para, querendo, manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. -Advs. RENATA FARAH PEREIRA DE CASTRO, EMANUEL DE ANDRADE BARBOSA e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.

187. ANULATORIA C/C INDENIZAÇÃO-0033496-07.2011.8.16.0004-FÉLIX RIBEIRO x ESTADO DO PARANA e outro- Intime-se a requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, traga a cópia do documento de identificação de Felix Ribeiro. Após, retornem conclusos. Intime-se. Diligências necessárias. -Adv. MAURICIO RIBEIRO SCHEAFFER-.

188. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0033499-59.2011.8.16.0004-ADEMAR MANOEL DE FREITAS e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Preliminarmente, junte o exeqüente certidão do trânsito em julgado da sentença dos autos principais (nº. 38.765/98). Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

189. INDENIZACAO P/DANOS MATERIAIS E MORAIS-0034571-81.2011.8.16.0004-CLEITON BORGES DOS SANTOS x ESTADO DO PARANA- Intime-se a parte requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, traga documentos que comprovem a sua situação econômica a fim de justificar o pedido de Justiça Gratuita indicando, inclusive, se há gratuidade nos serviços advocatícios prestados por seus patronos, por força do disposto no art. 4° da Lei n° 1.060/50, sob pena de indeferimento do referido pedido. Por outro lado, no caso do pagamento das custas, anote-se junto ao Distribuidor. Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. BRUNO LIBONATI ROCHA e JOAO HENRIQUE DE SOUZA ARCO-VERDE-.

190. DECLARATORIA-0036960-39.2011.8.16.0004-JOSE MARIA FERREIRA e outro x ESTADO DO PARANA- Intime-se a requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, traga as cópias dos documentos de identificação de José Maria Ferreira e Ricardo de Freitas. Após, retornem conclusos. Intime-se. Diligências necessárias. -Adv. ARAO MOREIRA SANTOS NETO-.

191. INEXIGIBILIDADE C/ REP. DE INDEBITO C/ TUTELA-0040045-33.2011.8.16.0004-FABIO ROBERTO LEITORLES x ESTADO DO PARANA e outro- Caso seja argüida alguma preliminar ou matéria a que alude o art. 326 do CPC, manifeste-se a parte autora. Intime-se. -Advs. FERNANDO SAMPAIO DE ALMEIDA FILHO, PAULO ROBERTO MIKIO HEIMOSKI, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES e ANNETE CRISTINA DE ANDRADE GAIO-.

192. REPETICAO DE INDEBITO C/PED. TUT. ANTECIPADA-0040180-45.2011.8.16.0004-MARCOS AURÉLIO GABRIEL DE GRACIA x ESTADO DO PARANA e outro- Caso seja argüida alguma preliminar ou matéria a que alude o art. 326 do CPC, manifeste-se a parte autora. Intime-se.-Advs. SAMUEL MARQUES, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES e ANA LUIZA DE PAULA XAVIER-.

193. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0041623-31.2011.8.16.0004-IOLANDA HORN GOULART e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia que

está sendo reclamada, sob pena de, não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de dez por cento. Arbitro os honorários advocatícios em R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), tão- somente para a hipótese de pronto pagamento. Observo que quando do depósito referido acima (item 1), agregado ao valor do principal também deverão estar aqueles relativos aos honorários e custas processuais. Intime-se. -Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

194. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0041624-16.2011.8.16.0004-LENI KUHL DE SOUZA e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia que está sendo reclamada, sob pena de, não o fazendo, ser o montante da condenação acrescido de multa no percentual de dez por cento. Arbitro os honorários advocatícios em R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), tão- somente para a hipótese de pronto pagamento. Observo que quando do depósito referido acima (item 1), agregado ao valor do principal também deverão estar aqueles relativos aos honorários e custas processuais. Intime-se. -Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

195. AÇÃO ACIDENTÁRIA-0041629-38.2011.8.16.0004-ELIZETE HRUBA x PARANAPREVIDENCIA- 1. Defiro, por ora, os benefícios da justica gratuita. Procedam-se as anotações necessárias. 2. Emende-se a inicial, em 10 (dez) dias, no sentido de incluir o Estado do Paraná no pólo passivo da presente, tendo em vista que se trata de litisconsorte passivo necessario. Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. DIEGO MARTINS CASPARY, ANDRE LUIZ PRONER e ROBERTA LOPES MACIEL-.

196. ACAO DE CONHECIMENTO-0042403-68.2011.8.16.0004-GERALDO LOURENÇO x ESTADO DO PARANA- Intime-se a parte requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, traga documentos que comprovem a sua situação econômica a fim de justificar o pedido de Justiça Gratuita indicando, inclusive, se há gratuidade nos serviços advocatícios prestados por seus patronos, por força do disposto no art. 4° da Lei n° 1.060/50, sob pena de indeferimento do referido pedido. Por outro lado, no caso do pagamento das custas, anote-se junto ao Distribuidor. Intime-se. Diligências necessárias.-Advs. ALAN RENE BAUER e RAFAEL LUIS FREITAS HATSCHBACH-.

197. CUMPRIMENTO DA SENTENCA-0042470-33.2011.8.16.0004-JOÃO ALBERTO SCHECHENSKI e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- 1. Intime-se a exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, esclareça se deseja a inclusão no pólo ativo da demanda do Espólio de Mario Babiuke, tendo em vista os documentos juntados nos autos às fls. 27/42. 2. Em caso positivo, a parte deve juntar os extratos bancários em nome de Mario Babiuke. 3. Considerando que o espólio é representado em juízo, ativa e passivamente, pelo inventariante (art. 12, V do CPC), necessário se faz que se comprove quem exerce o cargo, visto que só é possível admitir requerimento por parte dos herdeiros quando o inventário do de cujus já findou, ou reste comprovado que o falecido não deixou bens a inventariar. Emende-se, pois, a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, a fim de se regularizar a representação do espólio de Mario Babiuke. 4. Após, retornem conclusos. Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

198. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0042506-75.2011.8.16.0004-AIRES ROSA ROMAQUELA e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- 1. Defiro a prioridade de julgamento nos termos do artigo 71 da Lei 10.741/2003. Procedam-se as anotações necessárias. 2. Considerando que o espólio é representado em juízo, ativa e passivamente, pelo inventariante (art. 12, V do CPC), necessário se faz que se comprove quem exerce o cargo, visto que so e possível admitir requerimento por parte dos herdeiros quando o inventário do de cujus já findou, ou reste comprovado que o falecido não deixou bens a inventariar. Emende-se, pois, a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, a fim de se regularizar a representação do espólio de Manoel Pereira Junior. Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. JOSE DE CESAR FERREIRA e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

199. INDENIZACAO-0043786-81.2011.8.16.0004-EVALDO CLEMENTINO RIOS x ESTADO DO PARANA e outro- 1. Defiro, por ora, os benefícios da justiça gratuita. Procedam-se as anotações necessárias. 2. Intime-se a requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, traga a cópia do documento de identificacão de Evaldo Clementino Rios. 3. Após, retornem conclusos. Intime-se. Diligências necessárias. -Advs. MILTON MIRO VERNALHA FILHO, NAOTO YAMASAKI e PRISCILA WALLBACH SILVA-.

200. HABILITACAO DE CREDITO-3126/2003-MARCOS LUIZ DE OLIVEIRA COSTA x GRAMARCOS - CONSTRUCOES PRE-FABRICADAS LTDA- Manifeste-se o Sindico da massa falida acerca da inscrição do crédito, ora homologado, no pquadro-geral de credores. fM-Adv. MARCELO ZANON SIMAO (ATUAL SÍNDICO)-.

201. FALENCIA-2110/2008-FERRAGENS 3F DO BRASIL LTDA. x C.T.B. COML.ATAC. DE MATERIAL DE CONS. LTDA.- 1. Primeiramente, ante o equívoco verificado pelo Juízo no que toca à determinação no item "2" do despacho à fl. 371, que requereu a certificação somente acerca do pagamento das custas processuais, por cautela, determino:

Certifique-se acerca da eventual ausência de pagamento pela parte do valor aludido no item "3" do despacho à fl. 357 (devidamente publicado, cf. fl. 369); 2. No mais, independentemente da certificação, passo a dispor; 3. Com a implantação do Sistema BACENJUD, os numerosos pedidos de bloqueios e consultas de ativos financeiros de devedores passou a fazer parte do dia-a-dia deste Juízo, cabendo ao Magistrado, pessoalmente, a efetivação de eventual ordem; 4. A alimentação do Sistema, seja para consultas de ativos financeiros, seja para bloqueio de valores é composta de várias informações, as quais são invariavelmente, buscadas por este Magistrado no bojo dos autos. Tal providência demanda considerável tempo, pois às vezes é necessário o manuseio dos autos por completo para tentar a localização do n.ºdo CNPJ ou CPF do exeqüente ou do executado. E, em muitas vezes tais informações não chegam a constar do processo, o que redunda em perda de valioso tempo de serviço. Da mesma forma, muitos dos pedidos de bloqueios não se encontram acompanhados de informação quanto ao valor da execução, circunstância que também impõe consulta aos autos, oportunidade em que, não raro, se encontram valores desatualizados; 5. Diante disto, a fim de agilizar e promover a correta alimentação de dados do Sistema BACENJUD, evitar considerável perda de tempo com o manuseio integral dos autos, bem como prevenir a necessidade de posteriores intimações para complementação dos dados não localizados, determino que o exeqüente preste as seguintes informações: a) CPF/CNPJ do exeqüente; b) NOME e CPF/CNPJ do executado e; c) planilha de cálculo devidamente atualizada e com valor discriminado; 6. Após venham conclusos para as providências necessárias junto ao Sistema BACENJUD; 7. Intimações e diligências necessárias; Int.-Advs. ROSANGELO ASSIONE SANTOS, CAMYLLA DO ROCIO KALED CAMELO, JOAO MARCELO RENK CHAGAS, FLAVIA FERNANDA NEVES e MARIANA MIEKO TAKEMOTO-.

202. INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL- ROSENI BORGES TEXCA FERREIRA x ESTADO DO PARANÁ- Tendo em vista implantação do sistema de digitalização Resolução 03/2009 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a partir de 14/07/2011, esta serventia não está autorizada a receber processos para novas autuações fora do sistema do PROJUDI, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou seja, todas as peças para instrução de novas autuações devem ser encaminhadas digitalmente. Sendo assim intime-se o advogado para que retire da serventia as peças e documentações do processo referido, para que este digitalize e distribua de forma que possamos aceitar. Intime-se. -Adv. GENEROSO HORNING MARTINS-.

203. EXCEÇÃO DE PRÉ EXECUTIVIDADE- CLAMOM INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA x ESTADO DO PARANÁ - FAZENDA ESTADUAL- Tendo em vista implantação do sistema de digitalização Resolução 03/2009 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a partir de 14/07/2011, esta serventia não está autorizada a receber processos para novas autuações fora do sistema do PROJUDI, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou seja, todas as peças para instrução de novas autuações devem ser encaminhadas digitalmente. Sendo assim intime-se o advogado para que retire da serventia as peças e documentações do processo referido, para que este digitalize e distribua de forma que possamos aceitar. Intime-se. -Adv. DEMETRIO BEREHULKA e LUIZ RENATO BEREHULKA-.

Curitiba, 29 de setembro de 2011.

# 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS

**CARTÓRIO DA 2ª. VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DE CURITIBA - PARANÁ**
**DESPACHOS PROFERIDOS PELOS MM. JUIZES DE DIREITO**
**ROSSELINI CARNEIRO**
**LUCIANE PEREIRA RAMOS**

**RELAÇÃO Nº 148/2011**

ADRIANA MIKRUT RIBEIRO DE 0001 118268/1992
0002 000026/2009
ALEXANDRE DALLA VECCHIA 0004 000409/2011
ANA CRISTINA H. XAVIER 0009 036886/1999
CARLOS EDUARDO ORTEGA 0005 008000/2011
CRISTINA ABGAIL IVANKIW 0002 000026/2009
DENI CRISPIN CORREA JUNIO 0004 000409/2011
EROS SOWINSKI 0033 073450/2007
0034 073548/2007
0035 073578/2007
0036 073788/2007
0037 073978/2007
0038 075700/2008
0039 076538/2008
0040 076868/2008
0041 077228/2008
0042 077598/2008
0043 077748/2008
0048 080228/2008
0049 080478/2008
0050 081258/2009
0051 082304/2009
0052 082708/2009
0053 082994/2009
0054 083318/2009
0055 083398/2009
0056 084188/2009
0057 084258/2009
0058 084518/2009
0059 085418/2009
0060 085448/2009
0061 085578/2009

0062 085858/2009
0063 086088/2009
0064 086178/2009
0065 086468/2009
0066 086778/2009
0067 087238/2009
0068 087578/2009
0071 021818/2010
0072 023038/2010
0073 023548/2010
0074 026138/2010
0075 024246/2011
FABIANA CARICATI 0002 000026/2009
FERNANDA ANDRADE SILVA E 0023 066468/2005
FERNANDO ALMEIDA DE OLIVE 0019 064220/2005
JOELCIO SANTOS MADUREIRA 0032 073054/2007
JOSE ALBERTO FERREIRA TRI 0001 118268/1992
JULIO CESAR RIBAS BOENG 0002 000026/2009
LUCIANE CAMARGO KUJO MONT 0001 118268/1992
0002 000026/2009
LUIZ ANTÔNIO PEREIRA RODR 0009 036886/1999
LUIZ CELSO BRANCO 0007 029478/1998
MAGNO ALEXANDRE SILVEIRA 0003 028552/2010
MARCELO PEREIRA COSTA 0003 028552/2010
OSCAR SILVÉRIO DE SOUZA 0011 047390/2001
PAULO VINICIO FORTES FILH 0007 029478/1998
0010 043220/2001
0011 047390/2001
0012 050564/2002
0013 050948/2002
0014 054738/2004
0015 057864/2004
0016 060608/2005
0017 061168/2005
0018 063178/2005
0020 064278/2005
0021 064768/2005
0022 065808/2005
0023 066468/2005
0024 066678/2005
0025 066748/2005
0026 067108/2005
0027 068318/2005
0028 070178/2007
0030 070668/2007
0031 071248/2007
0076 030898/2011
PAULO VINICIUS FORTES FIL 0006 027000/1998
0008 032554/1999
0009 036886/1999
0029 070438/2007
0032 073054/2007
0044 077868/2008
0045 078078/2008
0046 078158/2008
0047 078388/2008
0069 089098/2009
0070 090098/2009
PEDRO DE NORONHA DA COSTA 0001 118268/1992
RAPHAEL BERNARDES DA SILV 0006 027000/1998
0008 032554/1999
RODRIGO AFONSO BRESSAN 0019 064220/2005
RODRIGO FERNANDES 0015 057864/2004
RONILDO GONÇALVES DA SILV 0001 118268/1992
0002 000026/2009
ROSA DAUM MACHADO 0007 029478/1998
SANTIAGO LOSSO 0010 043220/2001
WALLACE SOARES PUGLIESE 0004 000409/2011
0005 008000/2011

1. EXECUÇÃO FISCAL-118268/1992-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x VALESIA SOARES-Diante do exposto,
1. Rejeito a exceção de pré-executividade oposta.
2. Defiro (fls. 107, item II), suspendo a presente execução pelo prazo de 12 meses.
3.Transcorrido o referido prazo, abra-se vista ao exequente.
4. Intime-se.
-Advs. ADRIANA MIKRUT RIBEIRO DE GODOY, PEDRO DE NORONHA DA COSTA BISPO, LUCIANE CAMARGO KUJO MONTEIRO, RONILDO GONÇALVES DA SILVA e JOSE ALBERTO FERREIRA TRINDADE-.
2. EXECUÇÃO FISCAL-26/2009-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x FADALEAL SUPERMERCADOS LTDA e outro-Ante o exposto:
1. Indefiro o pedido de extinção do feito executivo, conforme fundamentação supra.
2. Declaro ineficaz a nomeação à penhora perpetrada.
3. Defiro requerimento de fls. 98.
4. Elabore-se cálculo de custas.
5. Após, proceda-se a penhora.
-Advs. LUCIANE CAMARGO KUJO MONTEIRO, ADRIANA MIKRUT RIBEIRO DE GODOY, RONILDO GONÇALVES DA SILVA, JULIO CESAR RIBAS BOENG, FABIANA CARICATI e CRISTINA ABGAIL IVANKIW-.
3. EXECUÇÃO FISCAL-0028552-93.2010.8.16.0004-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x ANDREA ROWIECKI-Intime-se o procurador da parte executada para que tome ciência da manifestação de fls. 13/14.
Intime-se.
-Advs. MARCELO PEREIRA COSTA e MAGNO ALEXANDRE SILVEIRA BATISTA-.
4. EXECUÇÃO FISCAL-0000409-60.2011.8.16.0004-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x AVENIDA 7 MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-Ante o exposto:
1. Tenho por ineficaz a nomeação à penhora perpetrada.
2. Defiro requerimento de fl.17
3. Elabore-se cálculo de custas.
4. Após, proceda-se a penhora.
-Advs. WALLACE SOARES PUGLIESE, ALEXANDRE DALLA VECCHIA e DENI CRISPIN CORREA JUNIOR-.
5. EXECUÇÃO FISCAL-0008000-73.2011.8.16.0004-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x TRANSVALTER LTDA-Ante o exposto:
1. Indefiro o pedido de extinção do feito executivo, conforme fundamentação supra.
2. Declaro ineficaz a nomeação à penhora perpetrada.
3. Defiro requerimento de fls. 62.
4. Elabore-se cálculo de custas.
5. Após, proceda-se a penhora.
-Advs. WALLACE SOARES PUGLIESE e CARLOS EDUARDO ORTEGA-.
6. EXECUÇÃO FISCAL-27000/1998-MUNICIPIO DE CURITIBA x GILBERTO BORTOLOZZI-Tendo em vista o contido na petição de fls. 25, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Advs. PAULO VINICIUS FORTES FILHO e RAPHAEL BERNARDES DA SILVEIRA-.
7. EXECUÇÃO FISCAL-29478/1998-MUNICIPIO DE CURITIBA x L C BRANCO EMP IMOBILIARIOS LTDA-1. Observe-se decisão de instância superior (fls. 142/152) que deu provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto pela executada.
2. Manifestem-se as partes.
Int.-se
-Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO, ROSA DAUM MACHADO e LUIZ CELSO BRANCO-.
8. EXECUÇÃO FISCAL-32554/1999-MUNICIPIO DE CURITIBA x GILBERTO BORTOLOZZI-Tendo em vista o contido na petição de fls. 32, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Advs. PAULO VINICIUS FORTES FILHO e RAPHAEL BERNARDES DA SILVEIRA-.
9. EXECUÇÃO FISCAL-36886/1999-MUNICIPIO DE CURITIBA x CENTRO MEDICO ODONT JOAO PAULO II-1. Anote-se (fls. 52).
2. Após, abra-se vista.
3. Em seguida, voltem para análise da exceção de pré-executividade oposta.
4. Intime-se.
-Advs. PAULO VINICIUS FORTES FILHO, LUIZ ANTÔNIO PEREIRA RODRIGUES e ANA CRISTINA H. XAVIER-.
10. EXECUÇÃO FISCAL-43220/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x CARLOS DE VINCE LOSSO-Em atenção a decisão de instância superior de fls. 122/144 e manifestação de fls. 145/146, remetam-se os autos de recurso de agravo de instrumento n. 0657047-8 ao Egrégio Tribunal de Justiça, conforme requerido.
Após, ao exequente.
Intime-se.
-Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e SANTIAGO LOSSO-.
11. EXECUÇÃO FISCAL-47390/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOAO VALTER JUNGLES-Sobre o cálculo elaborado pela contadoria, manifestem-se as partes.
Intime-se.
-Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e OSCAR SILVÉRIO DE SOUZA-.
12. EXECUÇÃO FISCAL-50564/2002-MUNICIPIO DE CURITIBA x LUIZ CARLOS MANFIO DE SOUZA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
13. EXECUÇÃO FISCAL-50948/2002-MUNICIPIO DE CURITIBA x CZESLAW WIECKO-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
14. EXECUÇÃO FISCAL-54738/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x CZESLAW WIECKO-Tendo em vista o contido na petição de fls. 09, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.

Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
15. EXECUÇÃO FISCAL-57864/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARIANA GARCIA-Isto posto, rejeito a exceção de pré-executividade oposta e determino o normal prosseguimento do feito.
-Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e RODRIGO FERNANDES-.
16. EXECUÇÃO FISCAL-60608/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x ABDO I MOHAMED CHARCHICH-Tendo em vista o contido na petição de fls. 09, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/ c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
17. EXECUÇÃO FISCAL-61168/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x FREDERICO JULIO REGINATO-Tendo em vista o contido na petição de fls. 03, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
18. EXECUÇÃO FISCAL-63178/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x ALFREDO GERMANO ROEHRIG-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/ c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
19. EXECUÇÃO FISCAL-64220/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x CLADIO PRODOCIMO-Tendo em vista o contido na petição de fls. 14, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Advs. RODRIGO AFONSO BRESSAN e FERNANDO ALMEIDA DE OLIVEIRA-.
20. EXECUÇÃO FISCAL-64278/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x MIGUEL VIEIRA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 06, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
21. EXECUÇÃO FISCAL-64768/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x ODIR GOMES DA ROCHA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
22. EXECUÇÃO FISCAL-65808/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x GUILHERME CONOR-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
23. EXECUÇÃO FISCAL-66468/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x DENILSON PEREIRA ALVES e outro-Tendo em vista o contido na petição de fls. 30, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/ c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se. -Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e FERNANDA ANDRADE SILVA E BARION-.
24. EXECUÇÃO FISCAL-66678/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x CRISTHIANE APARECIDA DAS CHAGAS LIMA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 10, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
25. EXECUÇÃO FISCAL-66748/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x IMOB TERRILAR LTDA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
26. EXECUÇÃO FISCAL-67108/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x JUREMAR COSTA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 16, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
27. EXECUÇÃO FISCAL-68318/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x ABACO CONSTRUÇÕES LTDA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 09, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/ c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
28. EXECUÇÃO FISCAL-70178/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x CLEANI DE CAMARGO MARANHAO SALOMON e outro-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
29. EXECUÇÃO FISCAL-70438/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x PEDRO CECIL DE MATTOS e outro-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.
30. EXECUÇÃO FISCAL-70668/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x ANTONIO GORSKI e outro-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
31. EXECUÇÃO FISCAL-71248/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x LINEU PRADO BELTRAO e outro-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.
32. EXECUÇÃO FISCAL-73054/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x LAERTE CLADEMIR DA ROSA JUNIOR-I. Recebo o recurso de apelação de fls. 180/184, no duplo efeito, pois tempestivo e atendidos os requisitos do artigo 514 do Código de Processo Civil.
II. À parte apelada para, querendo, ofertar resposta, no prazo legal.
III. Finalmente, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, observadas as formalidades de estilo.
-Advs. PAULO VINICIUS FORTES FILHO e JOELCIO SANTOS MADUREIRA-.
33. EXECUÇÃO FISCAL-73450/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x DALVA SCROCARO-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

34. EXECUÇÃO FISCAL-73548/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/ c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
35. EXECUÇÃO FISCAL-73578/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOSE DA SILVA AMARAL-Tendo em vista o contido na petição de fls. 06, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
36. EXECUÇÃO FISCAL-73788/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x ROMUALDO FELIX NEVES-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
37. EXECUÇÃO FISCAL-73978/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x EISAKU MIURA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 09, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
38. EXECUÇÃO FISCAL-75700/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x RODOLFO KOERBEL-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
39. EXECUÇÃO FISCAL-76538/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x CLAUDIO FRANCO DE MACEDO-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/ c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
40. EXECUÇÃO FISCAL-76868/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x AMELIA WAINTUK KUSOSKY-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/ c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
41. EXECUÇÃO FISCAL-77228/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x MIGUEL VIEIRA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 06, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
42. EXECUÇÃO FISCAL-77598/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x HEBERTO JOSE CHONG ARBUROLA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
43. EXECUÇÃO FISCAL-77748/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x CLOTILDE MARIA SLOBODA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
44. EXECUÇÃO FISCAL-77868/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOSE ROMAO MANCANO-Tendo em vista o contido na petição de fls. 05, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.
45. EXECUÇÃO FISCAL-78078/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x HAFIL EMPREENDIMENTOS LTDA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.
46. EXECUÇÃO FISCAL-78158/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x FREDERICO ROSSETTI-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.
47. EXECUÇÃO FISCAL-78388/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x SULIMAR TODT CARBONIERI-Vistos, etc. Tendo em vista o contido na petição de fls. , julgo extinta a execução fiscal, com base no art. 794, I, do CPC cc as disposições da LEF. Custas na forma da lei. Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto. P.R.I. transitada em julgado, arquive-se.- -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.
48. EXECUÇÃO FISCAL-80228/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x EDERSON MARCONDES-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
49. EXECUÇÃO FISCAL-80478/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x EVANITO LUDWIG-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
50. EXECUÇÃO FISCAL-81258/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOSE DE BARROS FONSECA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
51. EXECUÇÃO FISCAL-82304/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x JORGE JOSE R ROSSI-Tendo em vista o contido na petição de fls. 09, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
52. EXECUÇÃO FISCAL-82708/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOSE OSMAR KAISER-Tendo em vista o contido na petição de fls. 03, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
53. EXECUÇÃO FISCAL-82994/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x IRMAOS THA S/A CONSTRUCOES E COMERCIO-Tendo em vista o contido na petição de fls. 13, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.

Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

54. EXECUÇÃO FISCAL-83318/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x JACOB ZWEIFEL-Tendo em vista o contido na petição de fls. 06, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

55. EXECUÇÃO FISCAL-83398/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x HELIO DARCY TOREGIANI-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

56. EXECUÇÃO FISCAL-84188/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x PAULO ROBERTO LAGOS-Tendo em vista o contido na petição de fls. 05, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

57. EXECUÇÃO FISCAL-84258/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x GILBERTO DE ALMEIDA RODRIGUES-Tendo em vista o contido na petição de fls. 08, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

58. EXECUÇÃO FISCAL-84518/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARIA MAGALI F RIBEIRO-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

59. EXECUÇÃO FISCAL-85418/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x WILLIAN DE PADUA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 09, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

60. EXECUÇÃO FISCAL-85448/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ADELIRIO DA VEIGA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 09, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

61. EXECUÇÃO FISCAL-85578/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x JULIO CESAR DA SILVA CARNEIRO-Tendo em vista o contido na petição de fls. 09, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

62. EXECUÇÃO FISCAL-85858/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x JUAREZ GABARDO-Tendo em vista o contido na petição de fls. 06, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

63. EXECUÇÃO FISCAL-86088/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ANILTO FREDERICO DE SOUZA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

64. EXECUÇÃO FISCAL-86178/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x WILNOR LUIZ BASSI-Tendo em vista o contido na petição de fls. 09, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

65. EXECUÇÃO FISCAL-86468/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x REJANE MAESTRELLI STIVAL-Tendo em vista o contido na petição de fls. 05, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

66. EXECUÇÃO FISCAL-86778/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x CARLOS EMIDIO-Tendo em vista o contido na petição de fls. 09, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

67. EXECUÇÃO FISCAL-87238/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x FELIX MAZUR-Tendo em vista o contido na petição de fls. 07, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

68. EXECUÇÃO FISCAL-87578/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ABACO PARTICIPACOES LTDA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 03, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

69. EXECUÇÃO FISCAL-89098/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x BETTIOL IND COM MADEIRAS LTDA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 06, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

70. EXECUÇÃO FISCAL-90098/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARGARETH DOMINGUES GARCIA PERDONSINI-Tendo em vista o contido na petição de fls. 03, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

71. EXECUÇÃO FISCAL-0021818-29.2010.8.16.0004-MUNICIPIO DE CURITIBA x CONCLUSAO INCORPORACOES LTDA-Tendo em vista o contido na petição de fls. 03, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.

72. EXECUÇÃO FISCAL-0023038-62.2010.8.16.0004-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARIA DE FATIMA DA S MARQUES-Tendo em vista o contido na petição de fls. 03, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.

Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
73. EXECUÇÃO FISCAL-0023548-75.2010.8.16.0004-MUNICIPIO DE CURITIBA x BERENICE XAVIER MESSIAS-Tendo em vista o contido na petição de fls. 03, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
74. EXECUÇÃO FISCAL-0026138-25.2010.8.16.0004-MUNICIPIO DE CURITIBA x PAULO ISSAMU UTIME-Tendo em vista o contido na petição de fls. 03, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
75. EXECUÇÃO FISCAL-0024246-47.2011.8.16.0004-MUNICIPIO DE CURITIBA x RUBENS FERNANDES CLEMENTE-Tendo em vista o contido na petição de fls. 03, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. EROS SOWINSKI-.
76. EXECUÇÃO FISCAL-0030898-80.2011.8.16.0004-MUNICIPIO DE CURITIBA x HGP INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS-Tendo em vista o contido na petição de fls. 03, julgo extinta a execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil c/c as disposições da L.E.F.
Custas na forma da lei.
Dê-se baixa na distribuição e levante-se eventual penhora/arresto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Transitada em julgado, arquive-se.
-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

CURITIBA, 29 de Setembro de 2011.

# 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS

**COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANA**
**JUIZO DA TERCEIRA VARA DA FAZENDA PUBLICA, FALENCIA E RECUPERACOES DE EMPRESAS**
**Juiz:Dr. Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira**
**Juiz:Dr. Carolina Delduque Sennes Basso**

**RELAÇAO Nº 182 / 2011**

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
0004 020217/0000
ABNER PEREIRA DA SILVA 0032 030814/0000
0035 032124/0000
0067 010878/0106
0068 010878/0204
ADILSON DE CASTRO JR 0118 022327/0000
ADM - OKSANDRO O. GONÇALV 0115 021435/0000
ADRIANA DA COSTA RICARDO 0080 013060/2010
ADRIANA DE FRANCA 0109 052019/2003
ADRIANO DALEFFE 0072 002784/2010
ADRIANO HENRIQUE GOHR 0025 027379/0000
ADYR RAITANI JUNIOR 0095 021375/2010
ALESSANDRA DABUL GUIMARAE 0005 020379/0000
ALESSANDRO MARCELO MORO R 0017 025397/0000
ALESSANDRO RENATO DE OLIV 0011 023619/0000
0090 017117/2010
0096 022603/2010
ALEXANDRE BILIERI 0109 052019/2003
ALEXANDRE CORREA NASSER D 0001 000842/0000
ALEXANDRE TORRES VEDANA 0006 021893/0000
ALLYSON DOMINGUES MILITAO 0102 026165/2011
ALTIVO AUGUSTO ALVES MEYE 0122 002123/2010
AMANDA DE LIMA GODOI 0025 027379/0000
ANA CRISTINA ANGULSKI 0033 030983/0000
ANAMARIA BATISTA 0007 022055/0000
0008 022259/0000
ANAMARIA BUENO RIBEIRO GU 0048 037594/0000
ANANIAS CEZAR TEIXEIRA 0069 000324/2010
ANA PAULA MAGALHAES 0118 022327/0000
ANDERSON HATAQUEIAMA 0008 022259/0000
ANDREA MARGARETHE ROGOSKI 0011 023619/0000
0032 030814/0000
0035 032124/0000
0041 034493/0000
0101 017011/2011
ANDRESSA GOMES DE CAMPOS 0007 022055/0000
ANDREZA CRISTINA CHROPACZ 0010 022663/0000
0103 027279/2011
ANE GONCALVES DE RESENDE 0032 030814/0000
0035 032124/0000
ANELISE BOURGUIGNON MACIE 0111 071502/2007
ANNETE CRISTINA DE ANDRAD 0016 025383/0000
0078 011004/2010
ANTONIO AUGUSTO GRELLERT 0046 036513/0000
ANTONIO CARLOS CABRAL DE 0021 026349/0000
0030 028914/0000
0037 033140/0000
0038 033143/0000
0092 019759/2010
AQUILES MORAES 0032 030814/0000
0035 032124/0000
ARISTIDES ALBERTO TIZZOT 0007 022055/0000
0008 022259/0000
ARLYVAN PROBST 0032 030814/0000
0035 032124/0000
ARNALDO ALVES DE CAMARGO 0073 005408/2010
ARNO JUNG 0118 022327/0000
BARBARA RIBEIRO VICENTE 0100 002922/2011
CAMILA FERNANDA MOREIRA A 0097 000036/2011
CAMILA MONTEIRO PULLIN MI 0006 021893/0000
CAMILE CLAUDIA HEBESTREIT 0018 025532/0000
0028 028004/0000
0029 028005/0000
CARLA BEUX 0006 021893/0000
CARLA VALERIA DE CARVALHO 0015 025336/0000
0027 027902/0000
CARLOS ANTONIO LESSKIU 0108 047616/2001
CARLOS EDUARDO FERREIRA M 0045 036364/0000
CARLOS EDUARDO MANFREDINI 0006 021893/0000
CASSIANO LUIZ IURK 0017 025397/0000
CELSO HILGERT JUNIOR 0118 022327/0000
CELSO LUCINDA 0013 024287/0000
CHARLES MICHEL LIMA DIAS 0078 011004/2010
CIBELE KOEHLER CABRAL 0111 071502/2007
CLAUDIA ELIANE LEONARDI S 0074 005928/2010
CLAUDIA MONTEIRO REGINATO 0117 021789/0000
CLAUDIA REGINA MORALES DO 0116 021467/0000
CLAUDIO ANTONIO RIBEIRO 0048 037594/0000
CLAUDIO MELO COLACO 0039 033525/0000
CRISTIANE FERNANDES 0004 020217/0000
CRISTIANE PEIXOTO DE OLIV 0116 021467/0000
CRISTIANO ROVEDA 0032 030814/0000
0035 032124/0000
CYNTHIA GARCEZ RABELLO 0025 027379/0000
0046 036513/0000
0069 000324/2010
0082 014435/2010
0083 014436/2010
0084 014437/2010
0085 014438/2010
0086 014439/2010
0087 014440/2010
0088 014441/2010
0104 030025/2011
0120 133746/0000
0121 133775/0000
0122 002123/2010
DAIANE MARIA BISSANI 0017 025397/0000
DANIELA LUIZ 0041 034493/0000
DANIELA PAULA DOMINGUES T 0027 027902/0000
DANIELE VALANDRO FARINA 0116 021467/0000
DANIEL GODOY JUNIOR 0032 030814/0000
0035 032124/0000
0067 010878/0106
0068 010878/0204
DANIEL JOSE BITTENCOURT G 0012 023942/0000
DANIELLA LETICIA BROERING 0118 022327/0000
DANIELLE CHRISTIANNE DA R 0023 026673/0000
DANIEL LOURENCO BARDDAL F 0027 027902/0000
DANIEL ROMANIUK PINHEIRO 0095 021375/2010
DANIEL WUNDER HACHEM 0080 013060/2010
DARIANE PAMPLONA 0047 036632/0000
DEBORA FRANCO DE GODOY AN 0009 022329/0000
DELVANI ALVES LEME 0011 023619/0000
DENIS GRADOWSKI RODRIGUES 0072 002784/2010
DIEGO ARTURO RESENDE URRE 0049 037603/0000
DJALMA ANTONIO MULLER GAR 0045 036364/0000
EDEGARD AUGUSTO CRUZ ZARA 0014 025329/0000
EDEMAR ANTONIO ZILIO JUNI 0018 025532/0000
EDSON LUIZ AMARAL 0021 026349/0000
0030 028914/0000
0037 033140/0000
0038 033143/0000
EDUARDO CASILLO JARDIM 0115 021435/0000

EDUARDO GARCIA BRANCO 0071 002488/2010
EDWIL CALIANI 0054 018203/0019
ELCI BOZZA 0116 021467/0000
ELIANE CRISTINA ROSSI CHE 0005 020379/0000
ELTON LUIZ BRASIL RUTKOWS 0048 037594/0000
EMANUELLE CAROLINA BAGGIO 0025 027379/0000
EMERSON CORAZZA DA CRUZ 0046 036513/0000
ERIAN KARINA NEMETZ 0032 030814/0000
0035 032124/0000
EROS GRADOWSKI JUNIOR 0072 002784/2010
EROS SOWINSKI 0005 020379/0000
0012 023942/0000
0109 052019/2003
EUNICE FUMAGALLI M E SCHE 0080 013060/2010
EURICO ORTIS DE LARA FILH 0018 025532/0000
EVELLYN DAL POZZO YUGUE 0010 022663/0000
0015 025336/0000
0027 027902/0000
0040 034043/0000
FABIANE CRISTINA SENISKI 0082 014435/2010
0083 014436/2010
0086 014439/2010
0087 014440/2010
FABIANO JORGE STAINZACK 0016 025383/0000
0019 025558/0000
FABIO ARTIGAS GRILLO 0006 021893/0000
FABIO GAMA DE OLIVEIRA 0032 030814/0000
0035 032124/0000
FABRICIO JOSE BABY 0022 026622/0000
FABRICIO NEDEL SCALZILLI 0007 022055/0000
FELIPE BARRETO FRIAS 0032 030814/0000
0035 032124/0000
0044 036130/0000
FELIPE MENDONÇA MONTENEGR 0095 021375/2010
FERNANDA BASTOS KAMMRADT 0101 017011/2011
FERNANDA LINHARES WALLBAC 0077 010414/2010
FERNANDO ALMEIDA DE OLIVE 0113 081642/2009
FERNANDO AUGUSTO DE SOUZA 0019 025558/0000
FERNANDO GAMA DE OLIVEIRA 0032 030814/0000
FERNANDO GUSTAVO KNOERR 0117 021789/0000
FERNANDO SAMPAIO DE ALMEI 0094 020311/2010
GASTAO SCHEFER FILHO 0017 025397/0000
GECE SOARES CHAISE 0001 000842/0000
GERSON MASSIGNAN MANSANI 0008 022259/0000
GIORGIA ENRIETTE BIN 0011 023619/0000
GISELLE PASCUAL PONCE 0070 000985/2010
0078 011004/2010
0091 017995/2010
GLAUCIA LOURENCO STENCEL 0022 026622/0000
GUILHERME CALVO CAVALCANT 0109 052019/2003
GUILHERME CORDEIRO NETO 0104 030025/2011
HAROLDO ALVES RIBEIRO JUN 0010 022663/0000
HARRI KLAIS 0114 021258/0000
HASSAN SOHN 0024 026745/0000
0033 030983/0000
0071 002488/2010
0093 020282/2010
0100 002922/2011
HELIO EDUARDO RICHTER 0011 023619/0000
HELOISA HELENA DE O SOARE 0109 052019/2003
HELOISA RIBEIRO LOPES 0010 022663/0000
0103 027279/2011
HENDERSON V B BARANIUK 0117 021789/0000
IDAMARA ROCHA FERREIRA 0003 017190/0000
INGER KALBEM SILVA 0022 026622/0000
ISETE MOREIRA 0105 040058/2011
ITALO TANAKA JUNIOR 0039 033525/0000
ITO TARAS 0116 021467/0000
IURI FERRARI COCICOV 0016 025383/0000
0031 030569/0000
IVO DYNIEWICZ 0052 034388/0009
0053 034388/0014
0055 034388/0035
0056 034388/0047
0057 034388/0048
0058 034388/0050
0059 034388/0052
0060 034388/0057
0061 034388/0064
0062 034388/0065
0063 034388/0066
0064 034388/0073
0065 034388/0082
0066 034388/0088
IVO FERREIRA DE OLIVEIRA 0040 034043/0000
IZABEL CRISTINA MARQUES 0011 023619/0000
JACSON LUIZ PINTO 0070 000985/2010
0075 005938/2010
JANICE KELLER ARAUJO 0014 025329/0000
JEFERSON LUIZ LUCASKI 0033 030983/0000
JEFFERSON LUIS BIANCOLINI 0029 028005/0000
JOAO CASILLO 0115 021435/0000
JOAO F. E. PEIXOTO DE OLI 0116 021467/0000
JOAO GUALBERTO PINHEIRO J 0001 000842/0000
JONAS BORGES 0016 025383/0000
0031 030569/0000
JOSE ALVES BACELLAR 0001 000842/0000
JOSE ANTONIO PEIXOTO DE O 0116 021467/0000
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NO 0109 052019/2003
JOSE CARLOS PEREIRA MARCO 0098 000267/2011
JOSE EDUARDO GRITTES MANZ 0100 002922/2011
JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA 0024 026745/0000
0033 030983/0000
0049 037603/0000
0071 002488/2010
JOSE ROBERTO MARTINS 0078 011004/2010
JOZELIA NOGUEIRA BROLIANI 0011 023619/0000
JUCIMAR MOURA DOS SANTOS 0026 027667/0000
JULIANA DA SILVA 0100 002922/2011
JULIANNA WIRSCHUM SILVA 0033 030983/0000
0071 002488/2010
0093 020282/2010
0100 002922/2011
JULIANO FRANCA TETTO 0081 013249/2010
JUSSARA OSIK 0048 037594/0000
KARINA L WOITOWICZ 0117 021789/0000
KATIA DALBELLO DOS SANTOS 0001 000842/0000
KATIE FRANCIELLE CARLESSE 0034 031144/0000
LADISMARA TEIXEIRA 0033 030983/0000
0049 037603/0000
LAURA ROSA DA FONSECA FUR 0025 027379/0000
0046 036513/0000
0082 014435/2010
0083 014436/2010
0084 014437/2010
0085 014438/2010
0086 014439/2010
0087 014440/2010
0088 014441/2010
0104 030025/2011
0119 131084/0000
0120 133746/0000
0121 133775/0000
0122 002123/2010
LAURO ROCHA HOFF 0037 033140/0000
0047 036632/0000
0092 019759/2010
LEANDRO SCHULZ 0040 034043/0000
LEILA MIRANDA 0024 026745/0000
LEONARDO DA COSTA 0117 021789/0000
LEONARDO VINICIUS TOLEDO 0022 026622/0000
LORAINE COSTACURTA 0093 020282/2010
LOUISE RAINER PEREIRA GIO 0089 014514/2010
LUCIANA PEREZ GUIMARAES D 0003 017190/0000
LUCIANE CAMARGO KUJO MONT 0046 036513/0000
LUCIANE CAMARGO KUJO MONT 0069 000324/2010
0120 133746/0000
0121 133775/0000
LUCIANO M. RIBAS MACHADO 0108 047616/2001
0109 052019/2003
LUDIMAR RAFANHIM 0091 017995/2010
LUDOVINA LUCIANE DERING 0010 022663/0000
LUIS ANSELMO ARRUDA GARCI 0009 022329/0000
LUIS FERNANDO DA SILVA TA 0002 009800/0000
0009 022329/0000
0016 025383/0000
0017 025397/0000
0019 025558/0000
0031 030569/0000
0070 000985/2010
0078 011004/2010
0079 011352/2010
0089 014514/2010
0091 017995/2010
LUIS MIGUEL DE CARCOVA GU 0110 052430/2004
LUIZ ALBERTO FONTANA FRAN 0007 022055/0000
LUIZ ANTONIO PEREIRA RODR 0025 027379/0000
LUIZ ANTONIO PINTO SANTIA 0033 030983/0000
0049 037603/0000
0071 002488/2010
0093 020282/2010
0100 002922/2011
LUIZ ANTONIO P. SANTIAGO 0024 026745/0000
LUIZ ANTONIO TEIXEIRA 0006 021893/0000
LUIZ CARLOS MANZATO 0095 021375/2010
LUIZ DANIEL FELIPPE 0118 022327/0000
LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ 0100 002922/2011
LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VI 0109 052019/2003
LUIZ RENATO PERRONE GELBC 0032 030814/0000
0035 032124/0000
LUIZ SALVADOR 0090 017117/2010
0096 022603/2010
0099 001542/2011
MANOEL PEDRO HEY PACHECO 0035 032124/0000
MARCELLO TRAJANO DA ROCHA 0023 026673/0000
MARCELO ANTONIO OHRENN MA 0095 021375/2010
MARCELO TRAJANO DA ROCHA 0075 005938/2010
MARCIA DOS SANTOS BARAO 0110 052430/2004
MARCIO ARI VENDRUSCOLO 0036 032809/0000
MARCO ANTONIO DE SOUZA 0019 025558/0000
0020 026179/0000
MARCOS WENGERKIEWICZ 0043 035914/0000
0082 014435/2010
0083 014436/2010
0084 014437/2010
0085 014438/2010
0086 014439/2010
0087 014440/2010

0088 014441/2010
MARCUS VINICIUS SPOSITO 0022 026622/0000
MARIA APARECIDA SOUZA E S 0001 000842/0000
MARIA AUGUSTA CORREA LOBO 0025 027379/0000
0046 036513/0000
0082 014435/2010
0083 014436/2010
0084 014437/2010
0085 014438/2010
0086 014439/2010
0087 014440/2010
0088 014441/2010
0104 030025/2011
0121 133775/0000
0122 002123/2010
MARIA AUGUSTINHO ROCHA 0042 035141/0000
MARIA CLAUDIA SANCHO MORE 0022 026622/0000
0029 028005/0000
MARIA DE LOURDES P.CARDON 0101 017011/2011
MARIANA POSSAS PEREIRA 0025 027379/0000
MARIA OTILIA GUERREIRO JO 0117 021789/0000
MARIA REGINA DISCINI 0106 043670/2011
MARICLEIA R SANTOS 0049 037603/0000
MARINELI DE SAMPAIO 0072 002784/2010
MARIO JORGE SOBRINHO 0021 026349/0000
0047 036632/0000
MARISTELA BUSETTI 0095 021375/2010
MARISTELA FREDERICO 0036 032809/0000
MARLI TEREZINHA FERREIRA 0005 020379/0000
MARLUS JORGE DOMINGOS 0116 021467/0000
MAURO LEITNER GUIMARAES F 0005 020379/0000
MELISSA BURATTO SCHAIKOSK 0044 036130/0000
MICHELE TATIANE SOUTO COS 0025 027379/0000
MICHEL GUERIOS NETTO 0115 021435/0000
MIEKO ITO 0004 020217/0000
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0008 022259/0000
0011 023619/0000
MILTON MIRO VERNALHA FILH 0077 010414/2010
MONICA PIMENTEL DE SOUZA 0036 032809/0000
0076 007597/2010
MURILO CLEVE MACHADO 0011 023619/0000
NAOTO YAMASAKI 0077 010414/2010
NATANIEL RICCI 0042 035141/0000
NELISSA ROSA MENDES 0018 025532/0000
0028 028004/0000
0029 028005/0000
NELSON JOAO SCHAIKOSKI 0044 036130/0000
NIVALDO JOSE DO NASCIMENT 0118 022327/0000
ODILON REINHARDT 0074 005928/2010
OKSANDRO GONCALVES 0007 022055/0000
0008 022259/0000
OMIRES PEDROSO DO NASCIME 0044 036130/0000
OSNILDO PACHECO JUNIOR 0008 022259/0000
0115 021435/0000
PATRICIA CORREA GOBBI BAT 0003 017190/0000
PATRICIA FERREIRA POMOCEN 0081 013249/2010
PATRICIA LISE 0033 030983/0000
PAULO ANDRE ALVES DE RESE 0030 028914/0000
PAULO ANESIO FRANCA DE MA 0115 021435/0000
PAULO CESAR CRUZ 0110 052430/2004
PAULO GOMES JUNIOR 0017 025397/0000
PAULO HENRIQUE BEREHULKA 0046 036513/0000
PAULO HENRIQUE PIMENTA 0036 032809/0000
PAULO ROBERTO FERREIRA MO 0009 022329/0000
PAULO ROBERTO F. PEREIRA 0034 031144/0000
PAULO ROBERTO JENSEN 0072 002784/2010
PAULO VINICIO FORTES FILH 0012 023942/0000
0081 013249/2010
0107 018727/0000
0108 047616/2001
0109 052019/2003
0110 052430/2004
0112 072158/2007
PEDRO GOMES MIRANDA E MOR 0069 000324/2010
PEDRO HENRIQUE SCHERNER R 0015 025336/0000
PEDRO MARCOLINO COSTA 0071 002488/2010
RAFAEL DE BRITES COSTA PI 0113 081642/2009
RAMIRO DIAS COSTA 0001 000842/0000
RAMONN BALDINO GARCIA 0079 011352/2010
REGIS GRITTEM ZULTANSKI 0040 034043/0000
RENATA CRISTINA PALOAN TO 0112 072158/2007
RENATO DA SILVA OLIVEIRA 0033 030983/0000
RENE ARIEL DOTTI 0050 011632/0001
RICARDO CHEANG 0052 034388/0009
0053 034388/0014
0055 034388/0035
0056 034388/0047
0057 034388/0048
0058 034388/0050
0059 034388/0052
0060 034388/0057
0061 034388/0064
0062 034388/0065
0063 034388/0066
0064 034388/0073
0065 034388/0082
0066 034388/0088
RICARDO LUCAS CALDERON 0101 017011/2011
RITA DE CASSIA PILONI 0116 021467/0000
RITA DE CASSIA RIBAS TAQU 0031 030569/0000
0091 017995/2010
ROBERTO MACHADO FILHO 0025 027379/0000
0046 036513/0000
0082 014435/2010
0083 014436/2010
0084 014437/2010
0085 014438/2010
0086 014439/2010
0087 014440/2010
0088 014441/2010
0104 030025/2011
0120 133746/0000
0121 133775/0000
0122 002123/2010
RODRIGO BINOTTO GREVETTI 0040 034043/0000
RODRIGO DA ROCHA ROSA 0012 023942/0000
RODRIGO FONTANA FRANÇA 0008 022259/0000
RODRIGO MARCO LOPES DE SE 0016 025383/0000
RODRIGO MENDES DOS SANTOS 0122 002123/2010
ROGERIA DOTTI 0050 011632/0001
0051 018542/0001
RONY MARCOS DE LIMA 0095 021375/2010
ROQUE PORFIRIO 0105 040058/2011
RUBENS DE ALMEIDA 0115 021435/0000
SAMUEL MACHADO DE MIRANDA 0105 040058/2011
SANDRA CARRILHO FERREIRA 0024 026745/0000
0070 000985/2010
SANDRA MARA PEREIRA 0116 021467/0000
SANDRA REGINA MARCOLINO C 0071 002488/2010
SANDRO HENRIQUE TROVAO 0074 005928/2010
SAULO VINICIUS DE ALCANTA 0069 000324/2010
SERGIO GOMES 0099 001542/2011
SIDNEY MARTINS 0010 022663/0000
0015 025336/0000
SILVIO HENRIQUE MARQUES J 0095 021375/2010
SIMONE KOHLER 0012 023942/0000
SIMONE RITA ZIBETTI DE SO 0006 021893/0000
SIND- BLAS GOMM FILHO 0117 021789/0000
SIND- MAURICIO DE PAULA S 0116 021467/0000
SOLON BRASIL JUNIOR 0027 027902/0000
TALES DE SODRÉ E MACEDO 0081 013249/2010
TARCISIO ARAUJO KROETZ 0006 021893/0000
TATIANA KALKO T.C.BARRETO 0006 021893/0000
TATIANA VILLORDO CALDERON 0101 017011/2011
TATIANY ZANATTA SALVADOR 0028 028004/0000
TIAGO DE LIMA ALMEIDA 0069 000324/2010
TOBIAS DE MACEDO FILHO 0001 000842/0000
TOMAZ DA CONCEICAO 0117 021789/0000
VALDEMAR LEITE MORAES 0047 036632/0000
VALIANA WARGHA CALLIARI 0016 025383/0000
0079 011352/2010
VALQUIRIA BASSETTI PROCHM 0080 013060/2010
VENINA SABINO DA SILVA E 0078 011004/2010
VICTOR BENGHI DEL CLARO 0109 052019/2003
VIVIAN PIOVEZAN SCHOLZ TO 0016 025383/0000
YARA ALEXANDRA DIAS CHRIS 0098 000267/2011
YEDA VARGAS RIVABEM BONIL 0089 014514/2010
ZULEIS KNOTH ADAM 0040 034043/0000

1. ORDINARIA DE INDENIZACAO-842/0-JULIO DE SOUZA DIAS e outro x DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANA DER/PR- FL. 582: Concedo vista dos autos ao requerente, pelo prazo de cinco dias. -Advs. MARIA APARECIDA SOUZA E SILVA, ALEXANDRE CORREA NASSER DE MELO, KATIA DALBELLO DOS SANTOS, GECE SOARES CHAISE, RAMIRO DIAS COSTA, JOAO GUALBERTO PINHEIRO JUNIOR, TOBIAS DE MACEDO FILHO e JOSE ALVES BACELLAR-.

2. ORDINARIA DE COBRANCA-9800/0-ALICE LACERDA DE ARAUJO PEREIRA e outros x INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO-Em conformidade com o artigo 196 do C.P.C., intimamos o(a) Sr(a). Advogado(a) para a devolução no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob as penas da Lei. -Adv. LUIS FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI-.

3. ACAO MONITORIA-17190/0-RIO PARANA CIA SECURITIZADORA DE CRED. FINANC. x BETALAB PRODUTOS MEDICOS LTDA e outro- FL. 205: Sobre a resposta do ofício de fls. 204, manifeste-se a parte autora, em cinco dias. -Advs. PATRICIA CORREA GOBBI BATISTELA, IDAMARA ROCHA FERREIRA e LUCIANA PEREZ GUIMARAES DA COSTA-.

4. ACAO MONITORIA-20217/0-RIO PARANA CIA SECURITIZADORA DE CRED. FINANC. x SIVALDO DA SILVA JARDIM- FL. 134; Sobre a resposta do ofício de fls. 132/133, manifeste-se a parte autora, em cinco dias. -Advs. MIEKO ITO, e CRISTIANE FERNANDES-.

5. ORDINARIA-20379/0-ELOIR JOAO STIVAL e outros x MUNICIPIO DE CURITIBA- FL. 842: Sobre o ofício de fls.840, manifeste-se o exequente, em cinco dias. -Advs. MAURO LEITNER GUIMARAES FILHO, ALESSANDRA DABUL GUIMARAES, MARLI TEREZINHA FERREIRA D AVILA, EROS SOWINSKI e ELIANE CRISTINA ROSSI CHEVALIER-.

6. ORDINARIA-21893/0-DAVID ALEXANDRE ALZAO JUNIOR x BANESTADO S/A CREDITO IMOBILIARIO e outro- Manifeste-se a autora em cinco dias- Advs. CARLA BEUX, LUIZ ANTONIO TEIXEIRA, SIMONE RITA ZIBETTI DE SOUZA, ALEXANDRE TORRES VEDANA, TATIANA KALKO T.C.BARRETO, CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER, TARCISIO ARAUJO KROETZ, FABIO ARTIGAS GRILLO e CAMILA MONTEIRO PULLIN MILAN-.

7. REINTEGRACAO DE POSSE-22055/0-BANESTADO LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL x METAL VEICULOS LTDA - MASSA FALIDA- FL. 306: Sobre a resposta do ofício de fls. 304/305, manifeste-se a parte autora, em cinco dias. -Advs. ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA, OKSANDRO GONCALVES, ANAMARIA BATISTA, ANDRESSA GOMES DE CAMPOS, LUIZ ALBERTO FONTANA FRANÇA e FABRICIO NEDEL SCALZILLI-.

8. REINTEGRACAO DE POSSE-22259/0-BANESTADO LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL x FAM FABRICA DE ARTEFATOS METALICOS LTDA- FL. 663: À parte interessada para atender o petitório de fl. 663.-Advs. MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, ANDERSON HATAQUEIAMA, ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA, OKSANDRO GONCALVES, ANAMARIA BATISTA, RODRIGO FONTANA FRANÇA, GERSON MASSIGNAN MANSANI e OSNILDO PACHECO JUNIOR-.

9. ORDINARIA-22329/0-ROSA LETICIA FERREIRA TEODOSIO e outros x ESTADO DO PARANA- DESPACHO DE FL. 789: Dou por cumprida a obrigação de fazer. Defiro o pedido de fls. 731 item 01. Diligências necessárias. -Advs. LUIS ANSELMO ARRUDA GARCIA, PAULO ROBERTO FERREIRA MOTTA, DEBORA FRANCO DE GODOY ANDREIS e LUIS FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI-.

10. ORDINARIA-22663/0-AMADOR CARDOSO x URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S/A- DESPACHO DE FL. 364: Defiro o pedido de devolução de prazo (fls. 351). -Advs. HAROLDO ALVES RIBEIRO JUNIOR, SIDNEY MARTINS, LUDOVINA LUCIANE DERING, EVELLYN DAL POZZO YUGUE, ANDREZA CRISTINA CHROPACZ e HELOISA RIBEIRO LOPES-.

11. ORDINARIA-23619/0-MUNICIPIO DE ITAUNA DO SUL x ESTADO DO PARANA e outro- FL. 457: Sobre o retorno da carta precatória, manifeste-se a exequente, em cinco dias. -Advs. MURILO CLEVE MACHADO, GIORGIA ENRIETTE BIN, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, HELIO EDUARDO RICHTER, JOZELIA NOGUEIRA BROLIANI, DELVANI ALVES LEME, IZABEL CRISTINA MARQUES, ALESSANDRO RENATO DE OLIVEIRA e ANDREA MARGARETHE ROGOSKI ANDRADE-.

12. EMBARGOS A EXECUCAO-23942/0-CONCORDE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. x MUNICIPIO DE CURITIBA- DESPACHO DE FL. 616: Sobre o ofício de fls.840, manifeste-se o requerido, em cinco dias. -Advs. RODRIGO DA ROCHA ROSA, DANIEL JOSE BITTENCOURT GAIDESKI, PAULO VINICIO FORTES FILHO, EROS SOWINSKI e SIMONE KOHLER-.

13. DECLARATORIA-24287/0-BENNY CAMLOT x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Adv. CELSO LUCINDA-.

14. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-25329/0-BRDE BANCO REGIONAL DE DESENV DO EXTREMO SUL x VASCONCELOS E BELLATO LTDA e outros- FL. 111: Sobre a resposta do ofício de fls. 107/110, manifeste-se a parte autora, em cinco dias. -Advs. JANICE KELLER ARAUJO e EDEGARD AUGUSTO CRUZ ZARA LESSNAU-.

15. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-25336/0-URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S/A x COMERCIO KRAFT EMBALAGENS E ARTEFATOS DE PAPEL LTD- fl. 120: Manifeste-se a parte autora sobre a informação de fls. 118/119, no prazo de cinco dias. -Advs. SIDNEY MARTINS, CARLA VALERIA DE CARVALHO, EVELLYN DAL POZZO YUGUE e PEDRO HENRIQUE SCHERNER ROMANEL-.

16. ORDINARIA-25383/0-JOAO NUNES LEMES PINHEIRO x ESTADO DO PARANA e outro- DESPACHO DE FL. 427: Promova-se o levantamento da penhora de fls. 364. Sobre a impugnação manifeste-se a parte exequente. -Advs. JONAS BORGES, FABIANO JORGE STAINZACK, LUIS FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI, IURI FERRARI COCICOV, ANNETE CRISTINA DE ANDRADE GAIO, VIVIAN PIOVEZAN SCHOLZ TOHME, RODRIGO MARCO LOPES DE SEHLI e VALIANA WARGHA CALLIARI-.

17. SUMARIA DECLARATORIA-25397/0-ARLINDO LUCINDA x ESTADO DO PARANA e outro- DECISÃO DE FL. 286: Indefiro os pedidos de fls. 232/233, uma vez que o documento de fls. 231, comprova o efetivo pagamento pelo executado em tempo hábil. Ante a satisfação da dívida, julgo extinta, por sentença, a presente execução, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Custas pelo executado. Oportunamente, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias, cumprindo-se, no que couber, o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná. -Advs. ALESSANDRO MARCELO MORO REBOLI, GASTAO SCHEFER FILHO, LUIS FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI, CASSIANO LUIZ IURK, DAIANE MARIA BISSANI e PAULO GOMES JUNIOR-.

18. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-25532/0-AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S/A x ADRIANA STANDNIK PAVAN e outro- DESPACHO DE FL. 150: Defiro o pedido de busca eletrônica de automóveis formulado pela exequente à fl. 147. Segue, em separado, o comprovante da solicitação do bloqueio de veículos. Quanto ao protocolo, manifeste-se a exequente no prazo de cinco dias. Após, conclusos. -Advs. NELISSA ROSA MENDES, CAMILE CLAUDIA HEBESTREIT PAULA, EURICO ORTIS DE LARA FILHO e EDEMAR ANTONIO ZILIO JUNIOR-.

19. SUMARIA DE RESTITUICAO-25558/0-MARIA CRISTINA GOMES x ESTADO DO PARANA e outro- DESPACHO DE FL. 196: AO exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, traga aos autos planilha com os valores atualizados que entende devidos. -Advs. MARCO ANTONIO DE SOUZA, FERNANDO AUGUSTO DE SOUZA, LUIS FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI e FABIANO JORGE STAINZACK-.

20. RESTITUICAO-26179/0-ANGELO RICARDO DE SANT' ANNA SILVA e outros x ESTADO DO PARANA e outro-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Adv. MARCO ANTONIO DE SOUZA-.

21. EXECUCAO FISCAL-26349/0-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANA DER/PR x AGENCIA DE TURISMO GRANDE LAGO LTDA- DESPACHO DE FL. 82: Defiro o pedido de realização de penhora online pelo sistema BacenJud. Sugue em Seperado, o comprovante da solocitação do bloqueio de valores. Aguarde-se por 3 dias e após conclusos para verificação das respostasdas instituições financeiras quanto a efetivação do bloqueio.- DESPACHO DE FL. 84: Verificando o resultado da solicitação do bloqueio, o documento em anexo demonstra que não foram encontrados valores disponíveis. Sobre o prosseguimento do feito, manifeste-se o exeqüente em cinco dias. -Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ, EDSON LUIZ AMARAL e MARIO JORGE SOBRINHO-.

22. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-26622/0-AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S/A x COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SAO JOSE DOS PINHA- despacho de fl. 250: Manifeste-se o exequente em cinco dias.- Advs. LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE, MARIA CLAUDIA SANCHO MOREIRA, FABRICIO JOSE BABY, MARCUS VINICIUS SPOSITO, INGER KALBEM SILVA e GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI-.

23. DECLARATORIA-26673/0-ADRIANA GIGLIO DE OLIVEIRA e outros x ESTADO DO PARANA e outro-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. MARCELLO TRAJANO DA ROCHA e DANIELLE CHRISTIANNE DA ROCHA-.

24. SUMARIA-26745/0-COHAB CT COMPANHIA DE HAB POP DE CURITIBA x CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL BELEM III- DESPACHO DE FL. 151: Diante da certidão de fls. 149, intime-se o exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se quanto ao prosseguimento do feito.-Advs. JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA, LUIZ ANTONIO P. SANTIAGO, LEILA MIRANDA, HASSAN SOHN e SANDRA CARRILHO FERREIRA-.

25. EMBARGOS A EXECUCAO-27379/0-M F GRANEMAM COM DE IMOVEIS E ELETRODOMESTICO LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- DESPACHO DE FL. 233/234: Isto posto, rejeito os embargos de declaração e condeno a embargante à multa de 1% sobre o valor da causa, diante do mero caráter protelatório dos presentes embargos, com fulcro ao artigo 538, parágrafo único, c/c art. 14, II e III e art. 17, VII, todos do CPC-Advs. LUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES, MICHELE TATIANE SOUTO COSTA, AMANDA DE LIMA GODOI, EMANUELLE CAROLINA BAGGIO, ADRIANO HENRIQUE GOHR, MARIANA POSSAS PEREIRA, ROBERTO MACHADO FILHO, CYNTHIA GARCEZ RABELLO, LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM e MARIA AUGUSTA CORREA LOBO-.

26. SUMARIA-27667/0-IONICE BATISTA LEITE x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Adv. JUCIMAR MOURA DOS SANTOS-.

27. EMBARGOS A EXECUCAO-27902/0-COM KRAFT EMBALAGENS E ARTEFATOS DE PAPEL LTDA x URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S/A- fl. 50: Sobre a certidão de fls. 119(verso), manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias. -Advs. DANIEL LOURENCO BARDDAL FAVA, DANIELA PAULA DOMINGUES TOME, CARLA VALERIA DE CARVALHO, EVELLYN DAL POZZO YUGUE e SOLON BRASIL JUNIOR-.

28. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-28004/0-AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S/A x OEDES DE JESUS ONESKO E CIA LTDA- FL. 236: Sobre a resposta do ofício de fls. 231/235, manifeste-se a parte autora, em cinco dias. -Advs. NELISSA ROSA MENDES, TATIANY ZANATTA SALVADOR FOGAÇA e CAMILE CLAUDIA HEBESTREIT PAULA-.

29. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-28005/0-AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S/A x CLAUDIO LUIZ LEDUR e outro- FL. 104: Manifeste-se a autora em cinco dias,-Advs. MARIA CLAUDIA SANCHO MOREIRA, NELISSA ROSA MENDES, CAMILE CLAUDIA HEBESTREIT PAULA e JEFFERSON LUIS BIANCOLINI-.

30. EXECUCAO FISCAL-28914/0-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANA DER/PR x MAXTUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA- FL. 157; Sobre a resposta do ofício de fls. 153/156, manifeste-se a parte autora, em cinco dias. -Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ, EDSON LUIZ AMARAL e PAULO ANDRE ALVES DE RESENDE-.

31. ORDINARIA-30569/0-IVONE ELIAS DO NASCIMENTO DA SILVA x ESTADO DO PARANA e outro- FL. 167: Às partes para que tomem ciência da data designada para a perícia, dia 21/10/2011, às 14:00 horas, a realizar-se à Rua Nunes Machado, 472, sala 1801 18º andar. -Advs. JONAS BORGES, LUIS FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI, IURI FERRARI COCICOV e RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES-.

32. CESSAO DE CREDITO-30814/0-VALDINO BOENG x CONDOR SUPER CENTER LTDA- FL. 116: Concedo vista dos autos ao Estado do Paraná, pelo prazo de cinco dias. -Advs. DANIEL GODOY JUNIOR, ERIAN KARINA NEMETZ, ABNER PEREIRA DA SILVA, ANE GONCALVES DE RESENDE FERNANDES, ARLYVAN PROBST, AQUILES MORAES, ANDREA MARGARETHE ROGOSKI ANDRADE, LUIZ RENATO PERRONE GELBCKE, FELIPE BARRETO FRIAS, CRISTIANO ROVEDA, FABIO GAMA DE OLIVEIRA e FERNANDO GAMA DE OLIVEIRA-.

33. RESOLUCAO DE CONTRATO-30983/0-COHAB CT COMPANHIA DE HAB POP DE CURITIBA x ADEMIR ALVES e outros- FL. 160: Sobre a contestação de fls. 149/159, manifestem-se a autora, no prazo de 05 dias. -Advs. JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA, HASSAN SOHN, JEFERSON LUIZ LUCASKI, LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO, LADISMARA TEIXEIRA, JULIANNA WIRSCHUM SILVA, ANA CRISTINA ANGULSKI, PATRICIA LISE e RENATO DA SILVA OLIVEIRA-.

34. OBRIGACAO DE FAZER-31144/0-JOANA DARCK WYSOCZYNSKI x MUNICIPIO DE CURITIBA- FL. 135: Sobre esclarecimentos prestados pelo Sr. Perito, manifestem-se as partes. -Advs. KATIE FRANCIELLE CARLESSE e PAULO ROBERTO F. PEREIRA-.

35. CESSAO DE CREDITO-32124/0-SUELI DOS SANTOS x CONDOR SUPER CENTER LTDA- FL. 94: Concedo vista dos autos ao Estado do Paraná, pelo prazo de cinco dias. -Advs. DANIEL GODOY JUNIOR, ERIAN KARINA NEMETZ, ABNER PEREIRA DA SILVA, ANE GONCALVES DE RESENDE FERNANDES, ARLYVAN PROBST, AQUILES MORAES, LUIZ RENATO PERRONE GELBCKE, ANDREA MARGARETHE ROGOSKI ANDRADE, FELIPE BARRETO FRIAS,

MANOEL PEDRO HEY PACHECO FILHO, CRISTIANO ROVEDA e FABIO GAMA DE OLIVEIRA-.

36. ACAO DE EXECUCAO-32809/0-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DETRAN PR x ALEXANDRE ALVES TIBURCIO- FL. 110: Sobre a resposta do ofício de fls. 107/109, manifeste-se a parte autora, em cinco dias. -Advs. MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, MARISTELA FREDERICO, MARCIO ARI VENDRUSCOLO e PAULO HENRIQUE PIMENTA-.

37. EXECUCAO FISCAL-33140/0-DER DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM/PR x ALCINO RODRIGUES DO PRADO FILHO- DESPACHO DE FL. 50: Defiro o pedido de fls. 46/47. Suspendo o presente feito pelo prazo de 30 (trinta) dias. -Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ, EDSON LUIZ AMARAL e LAURO ROCHA HOFF-.

38. EXECUCAO FISCAL-33143/0-DER DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM/PR x JOSE CARLOS ZAMARQUE- FL. 86: Recolha o exequente as custas devidas ao Sr. Oficial de Justiça, diretamente no Juízo Deprecado, em cinco dias. -Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ e EDSON LUIZ AMARAL-.

39. EMBARGOS A EXECUCAO-33525/0-MUNICIPIO DE CURITIBA x CELSO FAVORITO- FL. 48: Manifeste-se o requerido ,no prazo de cinco dias. -Advs. ITALO TANAKA JUNIOR e CLAUDIO MELO COLACO-.

40. SUMARIA DE COBRANCA-34043/0-URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S/A x MARIA CRISTINA DE MORAES DELAY- fl. 274: Sobre o retorno negativo do AR (fls. 273), manifeste-se a exequente, no prazo de cinco dias. -Advs. EVELLYN DAL POZZO YUGUE, RODRIGO BINOTTO GREVETTI, IVO FERREIRA DE OLIVEIRA, REGIS GRITTEM ZULTANSKI, ZULEIS KNOTH ADAM e LEANDRO SCHULZ-.

41. EMBARGOS DO DEVEDOR-34493/0-ESTADO DO PARANA x MARGARETH ALFERES DE OLIVEIRA MOTA- FL. 60: Sobre o ofício de fls.58, manifeste-se o exequente, em cinco dias. -Advs. ANDREA MARGARETHE ROGOSKI ANDRADE e DANIELA LUIZ-.

42. INDENIZACAO-35141/0-MAURICIO DE CASTRO NETO e outros x MUNICIPIO DE CURITIBA- DESPACHO DE FL. 281: Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. -- DESPACHO DEO FL. 288: Sobre a proposta de honorários do Sr.Perito (R$ 4.896,00), manifestem-se as partes, no prazo de cinco dias. -Advs. MARIA AUGUSTINHO ROCHA e NATANIEL RICCI-.

43. CAUTELAR INOMINADA-35914/0-VITORIA REMOLDAGEM, IMP E EXP DE PNEUS LTDA x ESTADO DO PARANA- FL. 164: Sobre a contestação de fls. 139/162, manifestem-se a autora, no prazo de 05 dias. -Adv. MARCOS WENGERKIEWICZ-.

44. HOMOLOGAÇÃO DE CESSÃO DE CRÉDITO-0000174-64.2009.8.16.0004-TRAVIS LTDA x MARIA APARECIDA ANDRADE RIBAS e outro- FL. 394: Concedo vista dos autos ao Estado do Paraná, pelo prazo de cinco dias. -Advs. NELSON JOAO SCHAIKOSKI, MELISSA BURATTO SCHAIKOSKI, OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO e FELIPE BARRETO FRIAS-.

45. USUCAPIAO-36364/0-JOAO ARNALDO GORZ e outro x MUNICIPIO DE CURITIBA- DESPACHO DE FL. 194: Expeça-se alvará para levantamento pelo Sr. Perito, do valor depositado às fls. 192/193, referente à última parcela dos honorários periciais. -Advs. CARLOS EDUARDO FERREIRA MOTTA e DJALMA ANTONIO MULLER GARCIA-.

46. EMBARGOS A EXECUCAO-36513/0-COMERCIAL DE MÓVEIS HUNTER LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- DESPACHO DE FL. 380: Da simples leitura dos presentes autos, constata-se que o autor foi intimado da sentença por publicação pela imprensa, conforme certidão de fls. 366. O prazo de quinze dias para apelação começou a contar em 10 de junho de 2011 e se findou, portanto, em 24 de junho de 2011. A certidão do protocolo de fls. 367, entretanto, deixa claro que a petição do recurso foi protocolada em 27 de junho de 2011, isto é, depois de já decorrido o prazo de quinze dias previsto no artigo 508 do Código de Processo Civil. Deixo, por isso, de receber o recurso de apelação da cessionária, por considerar ausente o pressuposto objetivo da tempestividade. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença para ambas as partes e, após, conclusos. -Advs. EMERSON CORAZZA DA CRUZ, ANTONIO AUGUSTO GRELLERT, PAULO HENRIQUE BEREHULKA, ROBERTO MACHADO FILHO, CYNTHIA GARCEZ RABELLO, LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM, MARIA AUGUSTA CORREA LOBO e LUCIANE CAMARGO KUJO MONTEIRO-.

47. EXECUCAO FISCAL-36632/0-DER DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM x NEIDE APARECIDA DIGIORGIO MIYAMOTO- DECISÃO DE FLS. 55/58: ... Por todo o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE a exceção de pré-executividade instaurada por Neide Aparecida Digiorgio Miyamoto em face de Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná DER/PR, a fim de reconhecer a prescrição do crédito não tributário constituído na certidão de dívida ativa nº. 00017926, bem como rejeitar a argüição de prescrição do crédito não tributário constituído na certidão do termo de inscrição da dívida ativa nº.00019107, devendo a execução prosseguir no seu ulterior termo, com relação a este débito fiscal remanescente não prescrito. Condeno as partes, pro rata, ao pagamento das despesas processuais oriundas do incidente, deixando contudo de haver condenação em verba honorária, porque estamos diante de um simples incidente, não sobrevindo aqui a norma contida no artigo 20 do Código de Processo Civil. Cumpra-se, no que couber, o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná. À excipiente para que, no prazo de 05 dias, efetue o pagamento do débito, ou nomeie bens à penhora. Tudo nos termos das disposições contidas nos artigos 214 do Código de Processo Civil e 8º da Lei de Execuções Fiscais nº 6.830/80. -Advs. LAURO ROCHA HOFF, MARIO JORGE SOBRINHO, DARIANE PAMPLONA e VALDEMAR LEITE MORAES-.

48. ORDINARIA-37594/0-ROBERTO DAL SASSO x INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP- FL. 305: Dê-se ciência as partes sobre o ofício de fls. 304. -Advs. CLAUDIO ANTONIO RIBEIRO, JUSSARA OSIK, ANAMARIA BUENO RIBEIRO GUIMARAES e ELTON LUIZ BRASIL RUTKOWSKI-.

49. MANUTENCAO DE POSSE-37603/0-CIDALIA IOLANDA MINIKOSKI x COHAB CT COMPANHIA DE HAB POP DE CURITIBA e outro- FL. 179: Sobre a contestação de fls. 175/178, manifestem-se a autora, no prazo de 05 dias. -Advs. MARICLEIA R SANTOS, DIEGO ARTURO RESENDE URRESTA, LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO, JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA e LADISMARA TEIXEIRA-.

50. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-11632/1-NATALIA HERVIS SONDAHL x I P E-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. RENE ARIEL DOTTI e ROGERIA DOTTI-.

51. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-18542/1-PAULO EDISON DOS SANTOS ZABLOSKI x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Adv. ROGERIA DOTTI-.

52. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/9-APARECIDO RODRIGUES x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

53. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/14-CLAUDIO HENRIQUE DOS SANTOS x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

54. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-18203/19-NESIA PINHEIRO MACHADO GAIA x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Adv. EDWIL CALIANI-.

55. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/35-IRINEU DE LAZARI IACHINSKI x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

56. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/47-JOSE FRANCISCO DA SILVA x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

57. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/48-JOSE FLORIVALDO MANHOLER x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

58. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/50-LAIS FERNANDES MACIEL x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

59. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/52-LEONYL RIBEIRO x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

60. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/57-MARIO JORGE SIECIECHOWICZ x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

61. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/64-OLIVA SCHIOCHET x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

62. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/65-OLORBI DOS SANTOS PINHEIRO x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

63. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/66-ORLANDO BORGES x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

64. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/73-PEDRO NICOLAU PINTO x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

65. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/82-VALDEMIRO DOS SANTOS VEIGA x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.

66. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-34388/88-DARLI RAFAEL x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. IVO DYNIEWICZ e RICARDO CHEANG-.
67. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-10878/106-DIORACI FRANCISCO RIBEIRO x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. DANIEL GODOY JUNIOR e ABNER PEREIRA DA SILVA-.
68. PAGAMENTOS DE CREDORES PREFERENCIAIS DE PRECATÓRIOS REQUISITORIOS-10878/204-RENATO ANTONIO NEGOSSEQUE x ESTADO DO PARANA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. DANIEL GODOY JUNIOR e ABNER PEREIRA DA SILVA-.
69. ANULATORIA-0000324-11.2010.8.16.0004-DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA PANARELLO LTDA x ESTADO DO PARANA- DESPACHO DE FL. 1363: Compulsando os autos, denota-se que as partes estão devidamente representadas nos autos. Presentes as condições da ação e pressupostos processuais, de modo que declaro o processo por saneado. Como ponto controvertido, fixo: que a autora utilizou créditos de ICMS referentes à aquisição de mercadorias oriundas do Estado de Goiás, sem a observância do limite de crédito determinado pela legislação. Diante disso, defiro o pedido de produção de prova pericial. Nomeio como perito do Juízo GILBERTO MARTL para realizar a perícia em tela, devendo, após aceitação do encargo, cumprir escrupulosamente o encargo, independentemente de termo de compromisso (artigo 422, do Código de Processo Civil). Intime-se o Sr. Perito nomeado, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias para dizer se aceita o encargo e, desde já, apresentar proposta de seus honorários, isto após cumprimento pelas partes do parágrafo abaixo. Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos e formulação de quesitos, no prazo de 05 (cinco) dias. Atento ao disposto no artigo 33 do CPC, os honorários periciais serão pagos pela autora. Se houver aceitação, concedo a partir dela o prazo de trinta (30) dias para a realização da perícia, lembrando aos eventuais assistentes técnicos o delineado no artigo 433, parágrafo único, do CPC. -Advs. PEDRO GOMES MIRANDA E MOREIRA, SAULO VINICIUS DE ALCANTARA, ANANIAS CEZAR TEIXEIRA, TIAGO DE LIMA ALMEIDA, CYNTHIA GARCEZ RABELLO e LUCIANE CAMARGO KUJO MONTEIRO-.
70. COBRANÇA-0000985-87.2010.8.16.0004-ISIS MARIANA COLLODEL x ESTADO DO PARANA e outro- DESPACHO DE FL. 153: Recebo o recurso de apelação das partes requeridas no seu duplo efeito. Ao apelado para suas contrarrazões, no prazo de lei. -Advs. SANDRA CARRILHO FERREIRA, GISELLE PASCUAL PONCE, LUIS FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI e JACSON LUIZ PINTO-.
71. RESOLUCAO DE CONTRATO-0002488-46.2010.8.16.0004-COHAB CT COMPANHIA DE HAB POP DE CURITIBA x DAGOBERTO DE MOURA e outro- FL. 71: Converto o feito em diligência para determinar à parte requerida para que se manifeste sobre o pedido de fls. 58. -Advs. JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA, EDUARDO GARCIA BRANCO, LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO, HASSAN SOHN, JULIANNA WIRSCHUM SILVA, PEDRO MARCOLINO COSTA e SANDRA REGINA MARCOLINO COSTA-.
72. MANDADO DE SEGURANCA-0002784-68.2010.8.16.0004-TIBAGI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA x PRES DO CONS INTERM P/GESTAO DOS RES SOL REGIAO METROPOLITANA DE CTBA e outro- DESPACHO DE FL. 1011: Á impetrante para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se quanto a petição de fls. 879/886. -Advs. DENIS GRADOWSKI RODRIGUES, EROS GRADOWSKI JUNIOR, ADRIANO DALEFFE, MARINELI DE SAMPAIO e PAULO ROBERTO JENSEN-.
73. EXECUCAO FISCAL-0005408-90.2010.8.16.0004-INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP x VICENTE GABRIEL ISOPPO- DESPACHO DEO FL. 28: Indefiro o pedido de fls. 26 pois o recolhimento de custas para cumprimento de carta precatória deve ser feito diretamente no juízo deprecado. Sobre o prosseguimento do feito manifeste a exequente. -Adv. ARNALDO ALVES DE CAMARGO NETO-.
74. ANULATORIA-0005928-50.2010.8.16.0004-CONSTRUTORA PATAMAR LTDA x SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA- DESPACHO DE FL. 359: A questão da irregularidade da representação processual da autora restou superada com a juntada da procuração de fls. 354. Em sendo assim e compulsando os autos, denota-se que inexistem preliminares a serem analisadas. As partes estão devidamente representadas nos autos. Presentes as condições da ação e pressupostos processuais, de modo que declaro o processo por saneado. Como ponto controvertido, fixo: que o atraso na entrega das obras decorreu da paralisação da execução em razão do nível das precipitações pluviométricas no período do contrato. Diante disso, defiro tão-somente a produção da prova pericial de engenharia. Para a realização da perícia, nomeio como perito do Juízo FELIPE RIBEIRO SMIDERLE para realizar a perícia em tela, devendo, após aceitação do encargo, cumprir escrupulosamente o encargo, independentemente de termo de compromisso (artigo 422, do Código de Processo Civil). Intime-se o Sr. Perito nomeado, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias para dizer se aceita o encargo e, desde já, apresentar proposta de seus honorários, isto após cumprimento pelas partes do parágrafo abaixo. Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos e formulação de quesitos, no prazo de 05 (cinco) dias. Atento ao disposto no artigo 33 do CPC, a parte autora deverá arcar com os custos dos honorários periciais. Se houver aceitação, fazendo o depósito em Juízo do valor, concedo a partir dela o prazo de trinta (30) dias para a realização da perícia, lembrando aos eventuais assistentes técnicos o delineado no artigo 433, parágrafo único, do CPC. -Advs. SANDRO HENRIQUE TROVAO, CLAUDIA ELIANE LEONARDI SARTORI e ODILON REINHARDT-.
75. COBRANÇA-0005938-94.2010.8.16.0004-TECLA BARRETO x PARANAPREVIDENCIA- DESPACHO DE FL. 95: Atendo a previsão contida no artigo 110 da Lei 12.398/98, determino a intimação da parte autora para que emende a inicial incluindo no pólo passivo da demanda o Estado do Paraná. -Advs. MARCELO TRAJANO DA ROCHA e JACSON LUIZ PINTO-.
76. ACAO DE EXECUCAO-0007597-41.2010.8.16.0004-DEPTO ESTADUAL DE TRANSITO DETRAN/PR x E M SOUZA E SOUZA LTDA- DESPACHO DE FL. 26: Defiro o pedido de fls. 22. Diligências necessárias. -Adv. MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO-.
77. REPETICAO DE INDEBITO-0010414-78.2010.8.16.0004-LUIZ CARLOS DOS SANTOS x ESTADO DO PARANA e outro- DESPACHO DE FL. 68: À parte autora para dar atendimento ao que restou determinado na decisão de fls. 64/65. -Advs. NAOTO YAMASAKI, MILTON MIRO VERNALHA FILHO e FERNANDA LINHARES WALLBACH-.
78. DECLARATORIA-0011004-55.2010.8.16.0004-LAERTES ALBINI x ESTADO DO PARANA e outro- DECISÃO DE FLS. 79/82: ... Isso posto, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo procedentes os pedidos para: a) declarar o direito do autor de ver calculado o ATS sobre os seus vencimentos/ benefícios, compostos pela soma do vencimento base e do TIDE; b) determinar a implantação dessa forma de cálculo em folha de pagamento; c) condenar os réus, solidariamente, a procederem ao pagamento da diferença entre o que foi pago e o que deveria ser pago com o cálculo do ATS na forma determinada no item "a", a partir de 15/06/2005 até a data da implantação do novo cálculo. O valor da condenação deverá ser atualizado monetariamente pelo índice oficial de atualização da caderneta de poupança desde a época em que cada pagamento deveria ter sido feito e acrescido de juros de mora pela variação do índice oficial de juros também da caderneta de poupança a partir da citação até o efetivo pagamento, nos termos do artigo 1°- F da Lei n° 9.494/97. Diante do princípio da sucumbência, condeno os réus, solidariamente, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do advogado do autor, que fixo em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), com fundamento no artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil, levando em conta o trabalho realizado, a matéria controvertida e o tempo exigido para o serviço. O valor dos honorários advocatícios também deverá ser corrigido monetariamente pela variação do índice oficial de atualização da caderneta de poupança desde a data da fixação e acrescido dos juros de mora pela variação do índice de juros da caderneta de poupança a partir do trânsito em julgado até o pagamento. Como o valor da condenação depende de cálculo aritmético, com base no valor da causa, não há que se falar no reexame necessário, nos termos da disposição contida no artigo 475, § 2°, do Código de Processo Civil. -Advs. JOSE ROBERTO MARTINS, CHARLES MICHEL LIMA DIAS, GISELLE PASCUAL PONCE, ANNETE CRISTINA DE ANDRADE GAIO, LUIS FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI e VENINA SABINO DA SILVA E DAMASCENO-.
79. SUMARIA-0011352-73.2010.8.16.0004-ELIAS NALEVAIKO DA CUNHA x ESTADO DO PARANA- DECISÃO DE FLS. 91/99: ... Posto isto, atento aos fundamentos colocados nesta fundamentação, na forma do artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, enfrentando o mérito do litígio, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado nesta Ação Sumária ajuizada por ELIAS NALEVAIKO DA CUNHA contra o ESTADO DO PARANÁ, condenando o réu ao pagamento de licença especial não gozada, nos períodos de 03.01.2002 a 02.01.2007, no valor de R$11.630,67 (onze mil seiscentos e trinta reais e sessenta e sete centavos), bem como a férias não gozadas, referentes ao ano de 2010, no valor de R$3.876,89 (três mil oitocentos e setenta e seis reais e oitenta e nove centavos), tudo corrigido em conformidade com o artigo 5.º da Lei n.º 11.960/09, aqui a partir da citação até o pagamento. Pelo princípio da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento das custas e das despesas processuais, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios do Patrono do requerente, os quais fixo em R$2.000,00 (dois mil reais), na forma do artigo 20, §4.º do CPC, levando-se em consideração a natureza da causa, o tempo de duração da demanda, o grau de dificuldade e o zelo do profissional, tudo a ser corrigido conforme a Lei n.º 11.960/09 artigo 5.º, aqui a partir do trânsito em julgado, até o pagamento. Não se aplica na hipótese o reexame necessário, em razão do valor da condenação, na forma do artigo 475, §2.º do CPC. -Advs. RAMONN BALDINO GARCIA, VALIANA WARGHA CALLIARI e LUIS FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI-.
80. ORDINARIA-0013060-61.2010.8.16.0004-CELSO HENRIQUE AZEVEDO e outros x ESTADO DO PARANA- DECISÃO DE FLS. 298/300: ... Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos por CELSO HENRIQUE AZEVEDO e outros em face do ESTADO DO PARANÁ, extinguindo o processo com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em razão da improcedência do pedido inicial, condeno os requerentes ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), ante a baixa complexidade da causa e o trabalho desempenhado pelo procurador do requerido. -Advs. ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER, DANIEL WUNDER HACHEM, EUNICE FUMAGALLI M E SCHEER e VALQUIRIA BASSETTI PROCHMANN-.
81. EMBARGOS A EXECUCAO-0013249-39.2010.8.16.0004-FEDERACAO PARANAENSE DE FUTEBOL x MUNICIPIO DE CURITIBA- DESPACHO DE FL. 245: Não obstante os fundamentos trazidos pela parte embargante, não há na decisão que determinou o julgamento antecipado do feito, nenhuma omissão, obscuridade ou contradição a justificar a oposição dos embargos declaratórios (fls. 241/243), devendo eventual inconformismo ser manifestado pela via recursal própria. Rejeito, pois, os embargos de declaração. Preparados registrem-se para sentença. -Advs. JULIANO FRANCA TETTO, TALES DE SODRÉ E MACEDO, PAULO VINICIO FORTES FILHO e PATRICIA FERREIRA POMOCENO-.
82. EMBARGOS A EXECUCAO-0014435-97.2010.8.16.0004-KUSMA & CIA LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANA- FL. 161: Recebo o recurso de

agravo retido interposto pelo embargante às fls. 154/160, eis que tempestivo. Ao agravado para suas contrarrazões, no prazo comum de dez dias, nos termos da disposição contida no art. 523, § 2º, do CPC. -Advs. MARCOS WENGERKIEWICZ, CYNTHIA GARCEZ RABELLO, ROBERTO MACHADO FILHO, LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM, MARIA AUGUSTA CORREA LOBO e FABIANE CRISTINA SENISKI-.

83. EMBARGOS A EXECUCAO-0014436-82.2010.8.16.0004-KUSMA E CIA LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANA- FL. 139: Recebo o recurso de agravo retido interposto pelo embargante às fls. 132/1138, eis que tempestivo. Ao agravado para suas contrarrazões, no prazo comum de dez dias, nos termos da disposição contida no art. 523, § 2º, do CPC. -Advs. MARCOS WENGERKIEWICZ, CYNTHIA GARCEZ RABELLO, ROBERTO MACHADO FILHO, LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM, MARIA AUGUSTA CORREA LOBO e FABIANE CRISTINA SENISKI-.

84. EMBARGOS A EXECUCAO-0014437-67.2010.8.16.0004-KUSMA E CIA LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANA- FL. 162: Recebo o recurso de agravo retido interposto pelo embargante às fls. 155/161, eis que tempestivo. Ao agravado para suas contrarrazões, no prazo comum de dez dias, nos termos da disposição contida no art. 523, § 2º, do CPC. -Advs. MARCOS WENGERKIEWICZ, CYNTHIA GARCEZ RABELLO, ROBERTO MACHADO FILHO, LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM e MARIA AUGUSTA CORREA LOBO-.

85. EMBARGOS A EXECUCAO-0014438-52.2010.8.16.0004-MINI MERCADO SANTA TEREZA DAVILA LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANA- FL. 120: Recebo o recurso de agravo retido interposto pelo embargante às fls. 113/119, eis que tempestivo. Ao agravado para suas contrarrazões, no prazo comum de dez dias, nos termos da disposição contida no art. 523, § 2º, do CPC. -Advs. MARCOS WENGERKIEWICZ, CYNTHIA GARCEZ RABELLO, MARIA AUGUSTA CORREA LOBO, ROBERTO MACHADO FILHO e LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM-.

86. EMBARGOS A EXECUCAO-0014439-37.2010.8.16.0004-KUSMA E CIA LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANA- FL. 190; Recebo o recurso de agravo retido interposto pelo embargante às fls. 183/189, eis que tempestivo. ao agravado para suas contrarrazões, no prazo comum de dez dias, nos termos da disposição contida no art. 523, § 2º, do CPC. -Advs. MARCOS WENGERKIEWICZ, CYNTHIA GARCEZ RABELLO, ROBERTO MACHADO FILHO, LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM, MARIA AUGUSTA CORREA LOBO e FABIANE CRISTINA SENISKI-.

87. EMBARGOS A EXECUCAO-0014440-22.2010.8.16.0004-KUSMA E CIA LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANA- FL. 160: Recebo o recurso de agravo retido interposto pelo embargante às fls. 153/159, eis que tempestivo. ao agravado para suas contrarrazões, no prazo comum de dez dias, nos termos da disposição contida no art. 523, § 2º, do CPC. -Advs. MARCOS WENGERKIEWICZ, CYNTHIA GARCEZ RABELLO, ROBERTO MACHADO FILHO, LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM, MARIA AUGUSTA CORREA LOBO e FABIANE CRISTINA SENISKI-.

88. EMBARGOS A EXECUCAO-0014441-07.2010.8.16.0004-KUSMA & CIA LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANA- FL. 135: Recebo o recurso de agravo retido interposto pelo embargante às fls. 128/134, eis que tempestivo. Ao agravado para suas contrarrazões, no prazo comum de dez dias, nos termos da disposição contida no art. 523, § 2º, do CPC. -Advs. MARCOS WENGERKIEWICZ, CYNTHIA GARCEZ RABELLO, ROBERTO MACHADO FILHO, LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM e MARIA AUGUSTA CORREA LOBO-.

89. RESTAURACAO DE AUTOS-0014514-76.2010.8.16.0004-GISELA SCHEUER LEITE x ESTADO DO PARANA- DESPACHO DE FL. 310: À parte autora quanto à pretensão de fls. 298/306. -Advs. LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, YEDA VARGAS RIVABEM BONILHA e LUIS FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI-.

90. MEDIDA CAUTELAR-0017117-25.2010.8.16.0004-MARIA JOSE RODRIGUES MARQUES x COPEL DISTRIBUICAO S/A- DESPACHO DE FL. 140: Sobre o aduzido às fls. 119/125 e documentos que se seguem manifeste-se a parte autora em 5 dias. -Advs. LUIZ SALVADOR e ALESSANDRO RENATO DE OLIVEIRA-.

91. DECLARATORIA-0017995-47.2010.8.16.0004-AMAURI PADILHA x ESTADO DO PARANA e outro- DESPACHO DE FL. 401: Isto posto, rejeito os embargos de declaração. -Advs. LUDIMAR RAFANHIM, GISELLE PASCUAL PONCE, LUIS FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI e RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES-.

92. EXECUCAO FISCAL-0019759-68.2010.8.16.0004-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANA DER/PR x M CASSAB COM E IND LTDA-DECISÃO DEO FL. 20: Tendo em vista a manifestação de fls. 15, julgo extinta a presente execução, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias, cumprindo-se, no que couber, o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná. Expeça-se ofício ao Juízo da Vara Cível da Comarca de Jurubatuba, São Paulo para que devolva a Carta Precatória aos autos em virtude da extinção deste executivo fiscal. -Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ e LAURO ROCHA HOFF-.

93. RESOLUCAO DE CONTRATO-0020282-80.2010.8.16.0004-COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB x LUIZ ANTONIO GUIMARAES-DESPACHO DE FL. 75: Cite-se o requerido, endereço de fls. 72, com as cautelas legais, para que ofereça defesa no prazo legal. -- FL. 76: À pate interessada para recolher custas de Oficial de Justiça.-Advs. HASSAN SOHN, LORAINE COSTACURTA, LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO e JULIANNA WIRSCHUM SILVA-.

94. RECLAMACAO TRABALHISTA-0020311-33.2010.8.16.0004-TISSIANE MENDES DE BRITO x ESTADO DO PARANA e outro- DESPACHO DE FL. 240: Concedo a autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Registre-se para sentença. -Adv. FERNANDO SAMPAIO DE ALMEIDA FILHO-.

95. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0021375-78.2010.8.16.0004-DISTRIBUIDORA DE VIDROS SSB LTDA x MUNICIPIO DE MARINGA e outro-DESPACHO DE FL. 161: A questão do efetivo direito da autora é matéria que pertence ao mérito. Indefiro, portanto, a preliminar de inépcia da inicial. Em sendo assim e compulsando os autos, denota-se que inexistem preliminares a serem analisadas. As partes estão devidamente representadas nos autos. Presentes as condições da ação e pressupostos processuais, de modo que declaro o processo por saneado. Como pontos controvertidos, fixo: a) que a infração objeto do auto de infração 276910-Z000079830 foi cometida por veículo clonado; b) que na data da ocorrência da infração, o veículo da autora estava realizando entregas na cidade de Curitiba. Diante disso, defiro a produção das provas pericial e oral (consistente em oitiva de testemunhas). Para a realização da perícia, nomeio como perito do Juízo ANTONIO CARLOS LIPINSKI_ para realizar a perícia em tela, devendo, após aceitação do encargo, cumprir escrupulosamente o encargo, independentemente de termo de compromisso (artigo 422, do Código de Processo Civil). Intime-se o Sr. Perito nomeado, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias para dizer se aceita o encargo e, desde já, apresentar proposta de seus honorários, isto após cumprimento pelas partes do parágrafo abaixo. Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos e formulação de quesitos, no prazo de 05 (cinco) dias. Atento ao disposto no artigo 33 do CPC, os honorários periciais serão pagos pela autora. Se houver aceitação, concedo a partir dela o prazo de trinta (30) dias para a realização da perícia, lembrando aos eventuais assistentes técnicos o delineado no artigo 433, parágrafo único, do CPC. A audiência de instrução e julgamento será designada oportunamente -Advs. MARCELO ANTONIO OHRENN MARTINS, ADYR RAITANI JUNIOR, FELIPE MENDONÇA MONTENEGRO, RONY MARCOS DE LIMA, MARISTELA BUSETTI, LUIZ CARLOS MANZATO, DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA e SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR-.

96. MEDIDA CAUTELAR-0022603-88.2010.8.16.0004-LUIZ CLAUDIO GUERRA x COPEL DISTRIBUICAO S/A- DESPACHO DE FL. 115: Sobre o aduzido às fls. 95/101 e documentos que se seguem diga a parte autora. -Advs. LUIZ SALVADOR e ALESSANDRO RENATO DE OLIVEIRA-.

97. OBRIGACAO DE FAZER-0000036-29.2011.8.16.0004-TEREZINHA CORTIANI DA SILVA x ESTADO DO PARANA e outros- FL. 1101: Sobre a contestação de fls.46/52-58/73 e a reconvenção de fls. 53/57, manifeste-se a autora, no prazo de 05 dias. -Adv. CAMILA FERNANDA MOREIRA ANTUNES-.

98. CONSTITUICAO DE SERVIDAO-0000267-56.2011.8.16.0004-SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA x MARIA FERNANDES SALES DE SOUZA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA e YARA ALEXANDRA DIAS CHRISTÓFOLLI-.

99. MEDIDA CAUTELAR-0001542-40.2011.8.16.0004-ELOI GALO x COPEL DISTRIBUIDORA S.A- DESPACHO DE FL. 131: Sobre o aduzido às fls. 119/125 e documentos que se seguem manifeste-se a parte autora em 5 dias. -Advs. LUIZ SALVADOR e SERGIO GOMES-.

100. COBRANÇA-0002922-98.2011.8.16.0004-CONJUNTO RESL MORADIAS PIRINEUS - COND III e outro x COHAB CT COMPANHIA DE HAB POP DE CURITIBA- DESPACHO DE FL. 407: A questão relativa à possibilidade de substituição processual na fase de execução já foi decidida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgamento de agravo de instrumento oposto pela COHAB. Nessa decisão, que já transitou em julgado, restou decidido que poderia haver a substituição processual dos então executados pela COHAB, ainda na fase de execução. Desta forma, afasto toda a argumentação expedida pela ora executada (COHAB) nesse sentido, inclusive as alegações de ofensa à coisa julgada e aos princípios do contraditório, da ampla defesa, da estabilidade da demanda e dos limites da lide. No caso dos autos, penhorado bem imóvel, o exequente solicitou a realização de penhora pelo Sistema BacenJud, já que a dívida teria valor muito inferior àquele do bem penhorado. O artigo 655, do Código de Processo Civil, prevê que a penhora deve recair, preferencialmente, em dinheiro. De outro lado, a execução deve sempre prestigiar os meios menos onerosos para o devedor. Ademais, o artigo 652, § 2º, também do Código de Processo Civil, estabelece que a escolha do bem sobre o qual deve recair a penhora cabe ao credor. Por esses fundamentos, defiro o pedido de penhora de dinheiro pelo Sistema BacenJud. Para tanto, deve a exequente fornecer demonstrativo atualizado do débito. -Advs. LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ, JOSE EDUARDO GRITTES MANZOCHI, JULIANA DA SILVA, LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO, HASSAN SOHN, JULIANNA WIRSCHUM SILVA e BARBARA RIBEIRO VICENTE-.

101. EMBARGOS A EXECUCAO-0017011-29.2011.8.16.0004-ESTADO DO PARANA x MARIA APARECIDA DOS SANTOS e outro- FL., 86: Sobre a impugnação e documentos de fls. 38/75, manifeste-se o autor, em cinco dias. -Advs. ANDREA MARGARETHE ROGOSKI ANDRADE, RICARDO LUCAS CALDERON, MARIA DE LOURDES P.CARDON REINHARDT, FERNANDA BASTOS KAMMRADT e TATIANA VILLORDO CALDERON-.

102. ADJUDICACAO COMPULSORIA-0026165-71.2011.8.16.0004-SEBASTIAO IZAIAS x COHAB CT COMPANHIA DE HAB POP DE CURITIBA- DESPACHO DE FL. 49: Considerando-se os termos da manifestação de fls. 28/33, informando a impossibilidade de conciliação, deixo de realizar a audiência prevista no artigo 277 do Código de Processo Civil. Ao procurador da autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos de fls. 28/47. Em seguida, abra-se vistas a Representante do Ministério Público Posteriormente, conclusos. -Adv. ALLYSON DOMINGUES MILITAO-.

103. SUMARIA DE COBRANCA-0027279-45.2011.8.16.0004-URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S/A x JANE MARISA DE ANDRADE- FL. 791: Sobre o retorno negativo do AR (fls. 729), manifeste-se a exequente, no prazo de cinco dias. -Advs. HELOISA RIBEIRO LOPES e ANDREZA CRISTINA CHROPACZ-.

104. EMBARGOS A EXECUCAO-0030025-80.2011.8.16.0004-ACIPE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANA-DESPACHO DE FL. 137: Conforme certidão de fls. 73 há ação anulatória, distribuída antes da execução fiscal, para o fim de anular-se o auto de infração 6381073-8, o qual é o objeto da inscrição em dívida ativa (fls. 02/03 dos autos de execução fiscal em apenso). Assim sendo, reconheço a existência de conexão destes com os autos em tramite na 2ª Vara da Fazenda Pública, determinando o envio destes àquela Vara para serem julgados lá ante a prevenção daquele Juízo, com as homenagens de estilo. -Advs. GUILHERME CORDEIRO NETO, LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM, ROBERTO MACHADO FILHO, CYNTHIA GARCEZ RABELLO e MARIA AUGUSTA CORREA LOBO-.

105. RECLAMACAO TRABALHISTA-0040058-32.2011.8.16.0004-CELIO POTRICH x INSTITUTO PARANAENSE DE ASSIST TECNICA E EXTENSAO RURAL EMATER/R- despacho de fl. 268: Ao requerido para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se quanto a desistência de fls. 266. -Advs. ROQUE PORFIRIO, ISETE MOREIRA e SAMUEL MACHADO DE MIRANDA-.

106. EXECUCAO DE SENTENCA-0043670-75.2011.8.16.0004-YARA MARIA DARU x ESTADO DO PARANA- DECISÃO DE FLS. 450/452: ... Posto isso, levando em conta as considerações em destaque, REJEITO A INICIAL e por consequência JULGO EXTINTO O PROCESSO, na forma do artigo 267, inciso I, combinado com o artigo 295, inciso IV, ambos do Código de Processo Civil, ante o reconhecimento da prescrição na hipótese. Não há que se falar em ônus (custas especificamente) para a parte autora, pois concedo a ela os benefícios da justiça gratuita, o que faço na forma do contido na Lei n.º 1.060/50. -Adv. MARIA REGINA DISCINI-.

107. EXECUCAO FISCAL-0000065-41.1995.8.16.0004-MUNICIPIO DE CURITIBA x ESPOLIO DE ACIR MACEDO GUIMARAES- DESPACHO DE FL. 163: Considerando averbação 04 de fls. 102 determino que o laudo de avaliação de fls. 98 faça referência à matricula 18.988. Indefiro o pedido de cancelamento do leilão visto que o arrematante poderia comprovar a situação do bem antes da arrematação, não só pela averbação como também pela descrição do mesmo, constante do edital de leilão. Além disso, resta a questão da preclusão, conforme enfatizado pelo exequente. Quanto à questão do registro da escritura (fls. 142/143), deve haver provocação do Cartório respectivo ao juízo competente para resolvê-la. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

108. EXECUCAO FISCAL-47616/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x CLEUSA DA ROCHA DE OLIVEIRA- DESPACHO DE FL. 31: Defiro o pedido de fls. 28. -Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO, CARLOS ANTONIO LESSKIU e LUCIANO M. RIBAS MACHADO-.

109. EXECUCAO FISCAL-52019/2003-MUNICIPIO DE CURITIBA x COMISSARIA GALVAO S/A- DESPACHO DE FL. 262: Em que pese todo o argumentado pela Construtora San Roman S/A no agravo de instrumento por ela interposto, entendo que a execução em tela deve ter a sua continuidade, conforme deliberado no despacho de fl.224. Deste modo, proceda-se à atualização do débito, ao pagamento do exequente e posterior liberação do quinhão pertencente ao Espólio de Joaquim Ferreira do Amaral, conforme pleiteado a fl.232, mesmo porque inexiste impedimento para o prosseguimento do executivo fiscal. --DESPACHO DE FL. 274: Deve ser garantido aos requerentes de fls.263/265 o direito constitucional de propriedade, levando em conta os argumentos insuperáveis ali explanados, bem como atento aos documentos anexos ao pleito, em que se vê a necessidade de reserva do quinhão. No contexto, constata-se que o imóvel foi arrematado por R$1.510.000,00 (um milhão e quinhentos e dez mil reais), de modo que o quinhão dos ora requerentes chega ao valor de R$241.317,68 (duzentos e quarenta e um mil trezentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos), seguindo a mesma sistemática, aliás, adotada com relação ao Espólio de Joaquim Ferreira do Amaral. Portanto, defiro o pedido de fl.265 item 5. -Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO, HELOISA HELENA DE O SOARES CORVELLO, EROS SOWINSKI, LUCIANO M. RIBAS MACHADO, ALEXANDRE BILIERI, LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO, ADRIANA DE FRANCA, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, GUILHERME CALVO CAVALCANTE e VICTOR BENGHI DEL CLARO-.

110. EXECUCAO FISCAL-52430/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x COLEGIO IMPACTO S/C LTDA- DESPACHO DE FL. 47: Defiro o pedido de busca eletrônica de automóveis formulado pela exequente à fl. 43. Segue, em separado, o comprovante da solicitação do bloqueio de veículos. Quanto ao protocolo, manifeste-se a exequente no prazo de cinco dias. Após, conclusos. -Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO, LUIS MIGUEL DE CARCOVA GUTIERREZ, MARCIA DOS SANTOS BARAO e PAULO CESAR CRUZ-.

111. EXECUCAO FISCAL-71502/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x COMISSARIA BOURGUIGNON S/C LTDA-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. CIBELE KOEHLER CABRAL e ANELISE BOURGUIGNON MACIEL-.

112. EXECUCAO FISCAL-72158/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x TOESCA & ALVES SOCIEDADE DE ADVOGADOS- DESPACHO DE FL. 29: Defiro novo pedido da realização da penhora on line pelo sistema Bacen Jud. Segue, em separado, o comprovante da solicitação do bloqueio de valores. Aguarde-se por três dias e, após, conclusos para a verificação das respostas das instituições financeiras quanto à efetivação do bloqueio. -- DESPACHO DE FL. 34: Da consulta realizada junto ao Banco Central do Brasil, constatou-se o bloqueio de valores inferiores ao da dívida, razão pela qual se determinou a transferência do montante para o Banco do Brasil S.A., agência Poder Judiciário, conforme documento em anexo. Aguarde-se, portanto, por dez dias, a comunicação do Banco do Brasil S.A. acerca da efetivação da transferência. Após a informação da transferência, proceda-se a penhora por termo nos autos. Em seguida, intime-se a devedora da realização da penhora. Sobre o prosseguimento do feito, manifeste-se a exeqüente no prazo de cinco dias. -Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e RENATA CRISTINA PALOAN TOESCA-.

113. EXECUCAO FISCAL-81642/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x LUIZ CARLOS FARIA SANTOS DE ALBUQUERQUE-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Advs. FERNANDO ALMEIDA DE OLIVEIRA e RAFAEL DE BRITES COSTA PINTO-.

114. HABILITACAO-21258/0-HARRI KLAIS e outro x ARMDO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-À parte interessada para que proceda junto a esta Serventia a retirada do alvará. -Adv. HARRI KLAIS-.

115. HABILITACAO DE CREDITO-21435/0-MIRALVO ALVES FERREIRA x CONSORCIO NACIONAL GARIBALDI S/C LTDA- DESPACHO DE FL. 82: Do aduzido às fl. 79/80 dê-se ciência ao requerente. -Advs. PAULO ANESIO FRANCA DE MATOS, RUBENS DE ALMEIDA, JOAO CASILLO, OSNILDO PACHECO JUNIOR, MICHEL GUERIOS NETTO, EDUARDO CASILLO JARDIM e ADM - OKSANDRO O. GONÇALVES-.

116. HABILITACAO DE CREDITO-21467/0-NIRO PIRES BATISTA x ARMDO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA- DESPACHO DE FL. 33: Defiro o pedido de fls. 31. Expeça-se alvará. Saliente-se que caso o habilitante requeira a expedição de alvará em nome de seu procurador deverá este apresentar via original e atualizada de procuração com poderes para tanto, uma vez que a procuração de fls. 03 é cópia e datada de 1998. -Advs. JOAO F. E. PEIXOTO DE OLIVEIRA, JOSE ANTONIO PEIXOTO DE OLIVEIRA, DANIELE VALANDRO FARINA, CRISTIANE PEIXOTO DE OLIVEIRA, SANDRA MARA PEREIRA, ITO TARAS, ELCI BOZZA, SIND- MAURICIO DE PAULA SOARES GUIMARAES, CLAUDIA REGINA MORALES DOS SANTOS, MARLUS JORGE DOMINGOS e RITA DE CASSIA PILONI-.

117. HABILITACAO DE CREDITO-21789/0-ROSENI GONCALVES x LABRA INDUSTRIA BRASILEIRA DE LAPIS SA- DESPACHO DE FL. 65: Se o pedido de expedição de alvará já está deferido cabe a aparte buscar junto a serventia o cumprimento do determinado. -Advs. TOMAZ DA CONCEICAO, HENDERSON V B BARANIUK, CLAUDIA MONTEIRO REGINATO, LEONARDO DA COSTA, FERNANDO GUSTAVO KNOERR, MARIA OTILIA GUERREIRO JORGE, KARINA L WOITOWICZ e SIND- BLAS GOMM FILHO-.

118. FALENCIA-22327/0-USIMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA x R MANCINI E CIA LTDA- FL. 636: Sobre a resposta do ofício de fls. 633/635, manifeste-se a parte autora, em cinco dias. -Advs. NIVALDO JOSE DO NASCIMENTO, ADILSON DE CASTRO JR, ANA PAULA MAGALHAES, DANIELLA LETICIA BROERING, CELSO HILGERT JUNIOR, ARNO JUNG e LUIZ DANIEL FELIPPE-.

119. EXECUCAO FISCAL-131084/0-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANA x ALCIONE GABARDO JUNIOR-Ao(s) interessado(s) para que proceda(m) o levantamento da importância depositada, junto ao Banco do Brasil - Agência Poder Judiciário. -Adv. LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM-.

120. EXECUCAO FISCAL-133746/0-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANA x FARMACIA E DROGARIA NISSEI LTDA-DESPACHO DE FL. 54: À Fazenda Pública para que informe em que fase processual encontra-se o processo informado na petição de fls. 50/51 para posterior análise dos pedidos. -Advs. CYNTHIA GARCEZ RABELLO, LUCIANE CAMARGO KUJO MONTEIRO, ROBERTO MACHADO FILHO e LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM-.

121. EXECUCAO FISCAL-133775/0-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANA x FARMACIA E DROGARIA NISSEI LTDA- DESPACHO DE FL. 53: Expeça-se alvará em favor da Fazenda Pública como requerido às fls. 50 (item i). À Fazenda Pública para que informe em que fase processual encontra-se o processo informado na petição de fls. 50/51 para posterior análise do pedido de item ii. -Advs. CYNTHIA GARCEZ RABELLO, LUCIANE CAMARGO KUJO MONTEIRO, ROBERTO MACHADO FILHO, LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM e MARIA AUGUSTA CORREA LOBO-.

122. EXECUCAO FISCAL-0002123-89.2010.8.16.0004-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANA x COMERCIO DE MEDICAMENTOS MAEOKA LTDA-DESPACHO DE FL. 136: Constata-se que houve a penhora de crédito de precatório no feito em questão. No entanto, após a Emenda Constitucional n.º 62/09, inegável a necessidade de substituição da penhora, com o intuito de que haja efetividade à execução, posto que retirado o poder liberatório dos créditos de precatórios (estes passaram a ter valor de mercado irrisório). Por isso, com fulcro no artigo 656, V do CPC, indubitável a possibilidade de substituição da penhora, ante a baixa liquidez noticiada. Surgiu até a Súmula 20 do TJPR, que pode ser aplicada ao caso concreto, já que não se admite mais a compensação de créditos oriundos de precatórios com tributos estaduais. No agravo de instrumento n.º 752.060-3 a 3.ª Câmara Cível do TJPR trilhou o caminho seguido pela exequente na presente execução fiscal. Sendo assim, em atenção aos dispositivos da LEF e do CPC, ora apontados pela Fazenda Estadual (fls. 125/130), defiro o pedido de fls. 130, determinando a substituição do crédito advindo de precatório requisitório penhorado nestes autos, pela constrição judicial e remoção dos bens que compõem o estoque da parte executada em depósito da devedora (conforme documentação trazida pela credora), até o limite do valor da execução (valor de R$2.917,57), com ordem para a expedição de mandado a um dos Oficiais de Justiça desta 3.ª Vara, para que realize de imediato a diligência. Desde logo nomeio como leiloeiro oficial para trabalhar no caso o Sr. Daniel Vicente Menon, com endereço na Rua Antonina, 986, Francisco Beltrão - Paraná. Intime-se-o para que, em conjunto com a Serventia, designe data(s) para a hasta pública, expedindo editais, com as cautelas legais. Deve ser atendido o Código de Normas e a Portaria n.º 03/2010 deste Juízo. -Advs. ROBERTO MACHADO FILHO, CYNTHIA GARCEZ RABELLO, LAURA ROSA DA FONSECA FURQUIM, MARIA AUGUSTA CORREA LOBO, ALTIVO AUGUSTO ALVES MEYER e RODRIGO MENDES DOS SANTOS-.

Adicionar um(a) Data

# 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS

COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ

CARTÓRIO DA QUARTA VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUIZ DE DIREITO:DRA. VANESSA DE SOUZA CAMARGO

DRA.MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO

RELAÇÃO Nº 176/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ADAUTO PINTO DA SILVA | 00169 | 010165/2011 |
| ADMINIST. GILBERTO HARTL | 00100 | 048708/0000 |
| ADMINIST. JOAQUIM JOSE GRUBHOFER RAULI | 00102 | 049501/0000 |
| ADMINISTRADOR. CLEMENCEAU CALIXTO | 00119 | 052796/0000 |
| | 00165 | 001768/2011 |
| | 00173 | 026221/2011 |
| ADRIANO MUNIZ REBELLO | 00008 | 022377/0000 |
| AFONSO CELSO RABELLO BATISTA | 00051 | 044294/0000 |
| AIRTON PASSOS DE SOUZA | 00030 | 031810/0000 |
| ALBERTO DENIS AOKI | 00159 | 021557/2010 |
| ALBERTO LUIZ ABERTI | 00089 | 046991/0000 |
| | 00101 | 048727/0000 |
| | 00111 | 052074/0000 |
| | 00112 | 052079/0000 |
| | 00113 | 052080/0000 |
| | 00117 | 052415/0000 |
| ALCIO MANOEL DE SOUZA FIGUEIREDO | 00107 | 051072/0000 |
| ALESSANDRO MARCELO MORO REBOLI | 00045 | 043504/0000 |
| | 00048 | 043699/0000 |
| ALEXANDRE CHAMBO JUNIOR | 00038 | 041190/0000 |
| ALEXANDRE FIDALSKI | 00215 | 043725/2001 |
| ALEXANDRE MENONCIN DE C. PEREIRA | 00006 | 019688/0000 |
| ALEX CAETANO DOS REIS | 00157 | 017889/2010 |
| ALFREDO AMBROSIO JUNIOR | 00047 | 043681/0000 |
| ALIDO DEPINE | 00014 | 024900/0000 |
| ALTINO DE OLIVEIRA FRANCO | 00005 | 019381/0000 |
| ALVARO JOSE MONDINI | 00089 | 046991/0000 |
| AMANDA LOUISE R. CORVELLO | 00032 | 033780/0000 |
| ANA CELIA PIRES CURUCA LOURENÇAO | 00083 | 046594/0000 |
| ANA CLAUDIA FINGER | 00134 | 054919/0000 |
| ANA CRISTINA KLOSTERMANN | 00159 | 021557/2010 |
| ANA LUCIA BARRANCO LICHESKI | 00017 | 025561/0000 |
| | 00018 | 025562/0000 |
| | 00019 | 025639/0000 |
| ANA MARIA MAXIMILIANO | 00146 | 008593/2010 |
| ANA PAULA GUARENGHI | 00031 | 033772/0000 |
| ANA PAULA WOLLSTEIN | 00085 | 046779/0000 |
| ANDERSON ARRIVABENE | 00063 | 045416/0000 |
| ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI | 00100 | 048708/0000 |
| ANDREA CRISTINE ARCEGO | 00045 | 043504/0000 |
| ANDRE RENATO MIRANDA ANDRADE | 00053 | 044377/0000 |
| | 00068 | 045678/0000 |
| ANDRE SILVEIRA RIBAS | 00071 | 045815/0000 |
| ANDRÉ LUIZ ACHE MANSUR | 00036 | 038837/0000 |
| ANGELA CASSIA C. CAETANO FERREIRA | 00002 | 016596/0000 |
| ANGELICA DUARTE MARTINESKI | 00075 | 045947/0000 |
| ANITA CARUSO PUCHTA | 00029 | 031205/0000 |
| | 00032 | 033780/0000 |
| | 00040 | 042103/0000 |
| | 00061 | 045397/0000 |
| | 00068 | 045678/0000 |
| | 00085 | 046779/0000 |
| ANNETE CRISTINA DE ANDRADE GAIO | 00084 | 046600/0000 |
| | 00158 | 018021/2010 |
| ANTONIO AUGUSTO GRELLERT | 00097 | 048069/0000 |
| | 00120 | 052986/0000 |
| ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ | 00093 | 047574/0000 |
| | 00135 | 055143/0000 |
| ANTONIO CELSO PINTO | 00006 | 019688/0000 |
| ANTONIO HENRIQUE AMARAL R. DE MELLO | 00089 | 046991/0000 |
| ANTONIO IVANIR GONÇALVES DE AZEVEDO | 00175 | 040105/2011 |
| ANTONIO JOSE URIAS | 00159 | 021557/2010 |
| ARIANNA DE NICOLAI PETROVSKY | 00124 | 053349/0000 |
| | 00125 | 053427/0000 |
| | 00143 | 006947/2010 |
| ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA | 00023 | 029467/0000 |
| ARMANDO CASA | 00071 | 045815/0000 |
| ARNO JUNG | 00050 | 044168/0000 |
| | 00077 | 046134/0000 |
| | 00102 | 049501/0000 |
| | 00161 | 000188/2011 |
| | 00164 | 001362/2011 |
| ARNOLDO DA SILVA FILHO | 00038 | 041190/0000 |
| AUREO ZAMPRONIO FILHO | 00129 | 054151/0000 |
| AYRTON COSTA LOYOLA | 00043 | 043189/0000 |
| BLAS GOMM FILHO | 00008 | 022377/0000 |
| CAMILA RIBEIRO CARAMUJO MORAES VALEIXO | 00152 | 013191/2010 |
| CARLOS AUGUSTO ANTUNES | 00063 | 045416/0000 |
| CARLOS AUGUSTO FRANZO WEINAND | 00045 | 043504/0000 |
| CARLOS AUGUSTO M. VIEIRA DA COSTA | 00035 | 036338/0000 |
| CARLOS FREDERICO MARES DE S. FILHO | 00006 | 019688/0000 |
| CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO | 00008 | 022377/0000 |
| CARLOS FREDERICO VIANA REIS | 00006 | 019688/0000 |
| CARLOS ROBERTO CLARO | 00010 | 024385/0000 |
| | 00011 | 024386/0000 |
| | 00012 | 024745/0000 |
| | 00013 | 024746/0000 |
| | 00014 | 024900/0000 |
| | 00015 | 025224/0000 |
| | 00016 | 025412/0000 |
| | 00017 | 025561/0000 |
| | 00018 | 025562/0000 |
| | 00019 | 025639/0000 |
| | 00020 | 026524/0000 |
| | 00021 | 026525/0000 |
| | 00024 | 030234/0000 |
| | 00025 | 030243/0000 |
| | 00026 | 030244/0000 |
| | 00027 | 030246/0000 |
| | 00028 | 030514/0000 |
| | 00038 | 041190/0000 |
| | 00087 | 046869/0000 |
| | 00096 | 048065/0000 |
| | 00105 | 050274/0000 |
| | 00163 | 001361/2011 |
| | 00170 | 011315/2011 |
| | 00171 | 011320/2011 |
| CARLOS ROBERTO DE MATOS | 00030 | 031810/0000 |
| CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA | 00095 | 047794/0000 |
| CARLOS ROBERTO MENOSSO | 00102 | 049501/0000 |
| CARLOS VITOR MARANHAO DE LOYOLA | 00121 | 053053/0000 |
| | 00122 | 053054/0000 |
| | 00123 | 053056/0000 |
| | 00224 | 045889/2001 |
| CARMELINDA CARNEIRO | 00135 | 055143/0000 |
| | 00174 | 034524/2011 |
| CAROLINE FERRAZ DA COSTA | 00191 | 028947/0098 |
| CAROLINE FRANCESCHI ANDRE | 00120 | 052986/0000 |
| CAROLINE SAID DIAS | 00056 | 044657/0000 |
| CASSIANO ANDRE KAMINSKI | 00040 | 042103/0000 |
| CELIO HEITOR GUIMARAES | 00134 | 054919/0000 |
| CELSO ROLIM ROSA | 00075 | 045947/0000 |
| CEZAR EUCLIDES MELLO | 00034 | 035777/0000 |
| CHRISTIANE ENGELMANN BALADÃO | 00071 | 045815/0000 |
| CINTIA MARA GUILEHRME FORTUCE | 00096 | 048065/0000 |
| CIRILO MILAK | 00081 | 046439/0000 |
| CLAUDIA MARIA LIMA SCHEIDWEILER | 00103 | 049693/0000 |
| | 00127 | 053797/0000 |
| CLAUDIR JOSE SCHWARZ | 00096 | 048065/0000 |
| CLEBER MARCONDES | 00053 | 044377/0000 |
| CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO - ADMINISTRADO | 00159 | 021557/2010 |
| CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO) | 00009 | 023285/0000 |
| | 00010 | 024385/0000 |
| | 00011 | 024386/0000 |
| | 00012 | 024745/0000 |
| | 00013 | 024746/0000 |
| | 00014 | 024900/0000 |
| | 00015 | 025224/0000 |
| | 00016 | 025412/0000 |
| | 00017 | 025561/0000 |
| | 00018 | 025562/0000 |
| | 00019 | 025639/0000 |
| | 00020 | 026524/0000 |
| | 00021 | 026525/0000 |
| | 00024 | 030234/0000 |
| | 00025 | 030243/0000 |
| | 00026 | 030244/0000 |
| | 00027 | 030246/0000 |
| | 00028 | 030514/0000 |
| | 00038 | 041190/0000 |
| | 00071 | 045815/0000 |
| | 00077 | 046134/0000 |
| | 00079 | 046205/0000 |
| | 00087 | 046869/0000 |
| | 00089 | 046991/0000 |
| | 00096 | 048065/0000 |
| | 00101 | 048727/0000 |
| | 00105 | 050274/0000 |
| | 00111 | 052074/0000 |
| | 00112 | 052079/0000 |
| | 00113 | 052080/0000 |
| | 00117 | 052415/0000 |
| | 00147 | 008619/2010 |
| | 00161 | 000188/2011 |
| | 00162 | 001341/2011 |
| | 00163 | 001361/2011 |
| | 00164 | 001362/2011 |
| | 00166 | 001866/2011 |
| | 00167 | 005382/2011 |
| | 00168 | 010148/2011 |

| | | |
|---|---|---|
| | 00170 | 011315/2011 |
| | 00171 | 011320/2011 |
| | 00176 | 042391/2011 |
| CLEMERSON MERLIN CLEVE | 00004 | 017697/0000 |
| CLEVERSON ALEX HERZ SELHORST | 00094 | 047735/0000 |
| COMISSARIO: CLEMENCEAU CALIXTO | 00107 | 051072/0000 |
| CRISTIANA HELENA SILVEIRA REIS | 00075 | 045947/0000 |
| CRISTIANE DE OLIVEIRA A. NOGUEIRA | 00224 | 045889/2001 |
| CRISTINA DE MATTOS BARROS | 00189 | 022172/0097 |
| CRISTINA HATSCHBACH MACIEL | 00204 | 040991/2000 |
| CRISTINA LEITAO TEIXEIRA DE FREITAS | 00081 | 046439/0000 |
| CURADOR | 00036 | 038837/0000 |
| DAIANE MARIA BISSANI | 00052 | 044363/0000 |
| | 00065 | 045434/0000 |
| | 00073 | 045902/0000 |
| | 00084 | 046600/0000 |
| DAIANE TRENTINI | 00042 | 043006/0000 |
| DALCIA PIERBON LESSNAU | 00090 | 047344/0000 |
| DALMI MARIA DE OLIVEIRA | 00003 | 017480/0000 |
| DAMASCENO M. DA ROCHA JUNIOR | 00096 | 048065/0000 |
| DANIELA DAS CHAGAS OLIVEIRA | 00071 | 045815/0000 |
| DANIELA DE SOUZA GONÇALVES | 00029 | 031205/0000 |
| | 00081 | 046439/0000 |
| | 00154 | 013292/2010 |
| DANIELE LUCY LOPES DE SEHLI | 00051 | 044294/0000 |
| DANIEL HACHEM | 00101 | 048727/0000 |
| DARCI KASPRZAK | 00003 | 017480/0000 |
| DEBORA FRANCO DE GODOY ANDREIS | 00060 | 045390/0000 |
| DENISE MARTINS AGOSTINI | 00154 | 013292/2010 |
| DIEFFERSON MEIADO | 00133 | 054780/0000 |
| DINO ZAMBENEDETTI | 00065 | 045434/0000 |
| DIOGO BENRADT CARDOSO | 00131 | 054517/0000 |
| DIOGO MATTÉ AMARO | 00131 | 054517/0000 |
| DIVONSIR BORBA CORTES FILHO | 00007 | 020695/0000 |
| DJALMA A. MULLER GARCIA | 00030 | 031810/0000 |
| DULCE ESTHER KAIRALLA | 00049 | 043925/0000 |
| | 00131 | 054517/0000 |
| EDGAR LENZI | 00100 | 048708/0000 |
| EDIVALDO APARECIDO DE JESUS | 00029 | 031205/0000 |
| | 00032 | 033780/0000 |
| | 00055 | 044581/0000 |
| EDSON CENTANINI FILHO | 00234 | 049336/2002 |
| EDSON JOSE DA SILVA | 00088 | 046889/0000 |
| EDSON LUIZ AMARAL | 00135 | 055143/0000 |
| EDUARDO DUARTE FERREIRA | 00042 | 043006/0000 |
| EDUARDO GARCIA BRANCO | 00070 | 045719/0000 |
| | 00197 | 036579/0099 |
| EDUARDO PIRES GOMES CRUZ | 00302 | 072811/2007 |
| ELAINE C DOS SANTOS | 00155 | 015550/2010 |
| ELIONORA HARUMI TAKESHIRO | 00060 | 045390/0000 |
| ELIZABETH BERTINATO | 00039 | 041451/0000 |
| ELIZABETH VIEIRA DIAS | 00009 | 023285/0000 |
| | 00010 | 024385/0000 |
| | 00011 | 024386/0000 |
| | 00012 | 024745/0000 |
| | 00013 | 024746/0000 |
| | 00015 | 025224/0000 |
| | 00020 | 026524/0000 |
| | 00021 | 026525/0000 |
| | 00024 | 030234/0000 |
| | 00025 | 030243/0000 |
| | 00026 | 030244/0000 |
| | 00027 | 030246/0000 |
| | 00028 | 030514/0000 |
| ELMO SAID DIAS | 00056 | 044657/0000 |
| ELOINA DA CRUZ MACHADO | 00002 | 016596/0000 |
| ELSO CARDOSO BITENCOURT | 00123 | 053056/0000 |
| ELYSE BACILA BATISTA DE MATOS | 00041 | 042703/0000 |
| ERALDO LACERDA JR | 00069 | 045714/0000 |
| EROULTHS CORTIANO JUNIOR | 00156 | 015803/2010 |
| ESTEVAM CAPRIOTTI FILHO | 00033 | 035020/0000 |
| | 00095 | 047794/0000 |
| EVELLYN DAL POZZO YUGUE | 00036 | 038837/0000 |
| | 00129 | 054151/0000 |
| | 00153 | 013288/2010 |
| FABIANO HALUCH MAOSKI | 00139 | 003144/2010 |
| FABIANO JORGE STAINSACK | 00045 | 043504/0000 |
| | 00047 | 043681/0000 |
| FABIANO MILANI PIECHNIK | 00094 | 047735/0000 |
| FABIO HENRIQUE PIRES DE TOLEDO ELIAS | 00041 | 042703/0000 |
| FABIO ROBERTO QUINATO | 00080 | 046434/0000 |
| FATIMA MIRIAN BORTOT | 00062 | 045399/0000 |
| FERNANDA C. TEIXEIRA COSTA | 00041 | 042703/0000 |
| FERNANDA LINHARES WALLBACH | 00144 | 007950/2010 |
| | 00149 | 010224/2010 |
| | 00150 | 010411/2010 |
| | 00151 | 011262/2010 |
| FERNANDO BORGES MANICA | 00085 | 046779/0000 |
| FLAVIO ROSENDO DOS SANTOS | 00049 | 043925/0000 |
| | 00085 | 046779/0000 |
| | 00125 | 053427/0000 |
| FRANCHIELLE STRESSER GIOPPO | 00073 | 045902/0000 |
| FRANCISCO FERNANDO B. DE CAMARGO | 00110 | 052029/0000 |
| FUAD SALIM NAJI | 00099 | 048589/0000 |
| GASTAO SCHEFER NETO | 00048 | 043699/0000 |
| GAZZI YOUSSEF CHARROUF | 00006 | 019688/0000 |
| | 00061 | 045397/0000 |
| | 00080 | 046434/0000 |
| | 00120 | 052986/0000 |
| | 00124 | 053349/0000 |
| | 00128 | 053865/0000 |
| GEORGE LUIZ H. C. GUMIEL | 00057 | 044734/0000 |
| GEROLDO AUGUSTO HAUER | 00119 | 052796/0000 |
| | 00165 | 001768/2011 |
| | 00173 | 026221/2011 |
| GILES SANTIAGO JUNIOR | 00366 | 054257/2006 |
| | 00367 | 055108/2006 |
| | 00368 | 056182/2007 |
| GILMAR LONGO DA ROCHA - ADMINISTRADOR | 00160 | 021619/2010 |
| GISELE DA ROCHA PARENTE | 00177 | 042494/2011 |
| GISELE DA ROCHA PARENTE VENANCIO | 00001 | 016322/0000 |
| | 00002 | 016596/0000 |
| | 00004 | 017697/0000 |
| GISELE HAUER ARGENTON | 00103 | 049693/0000 |
| | 00127 | 053797/0000 |
| GLAUCIA DA SILVA ALBERTI | 00070 | 045719/0000 |
| GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR | 00050 | 044168/0000 |
| GUILHERME MANA ROCHA | 00030 | 031810/0000 |
| | 00099 | 048589/0000 |
| GUILHERME M. RODRIGUES | 00041 | 042703/0000 |
| GUILHERME NAVARRO LINS DE SOUZA | 00068 | 045678/0000 |
| GUSTAVO HENRIQUE BATISTA QUINTÃO | 00092 | 047523/0000 |
| GUSTAVO HENRIQUE J. DE OLIVEIRA | 00040 | 042103/0000 |
| HAROLDO ALVES RIBEIRO JUNIOR | 00099 | 048589/0000 |
| HASSAN SOHN | 00094 | 047735/0000 |
| HELIO EDUARDO RICHTER | 00138 | 002422/2010 |
| HELIO LUIZ VITORINO BARCELOS | 00072 | 045899/0000 |
| HELIO PEREIRA CURY FILHO | 00146 | 008593/2010 |
| HYPERIDES ZANELLO NETO | 00048 | 043699/0000 |
| IDAMARA ROCHA FERREIRA | 00008 | 022377/0000 |
| IGUACIMIR GONCALVES FRANCO | 00105 | 050274/0000 |
| ILANA GUILGEN | 00191 | 028947/0098 |
| INGRID KUNTZE | 00070 | 045719/0000 |
| | 00092 | 047523/0000 |
| ISABELA CRISTINE MARTINS RAMOS | 00003 | 017480/0000 |
| | 00004 | 017697/0000 |
| | 00043 | 043189/0000 |
| | 00045 | 043504/0000 |
| | 00052 | 044363/0000 |
| | 00065 | 045434/0000 |
| | 00075 | 045947/0000 |
| | 00078 | 046165/0000 |
| IURI FERRARI COCICOV | 00075 | 045947/0000 |
| | 00078 | 046165/0000 |
| IVAN DE LIMA | 00133 | 054780/0000 |
| IVO BERNADINO CARDOSO | 00058 | 045047/0000 |
| IVO FERREIRA DE OLIVEIRA | 00036 | 038837/0000 |
| | 00046 | 043506/0000 |
| | 00118 | 052505/0000 |
| IZABEL CRISTINA MARQUES | 00185 | 044078/2011 |
| JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO | 00002 | 016596/0000 |
| | 00003 | 017480/0000 |
| JACQUELINE BINI | 00093 | 047574/0000 |
| JACSON LUIZ PINTO | 00149 | 010224/2010 |
| | 00150 | 010411/2010 |
| | 00151 | 011262/2010 |
| | 00152 | 013191/2010 |
| | 00158 | 018021/2010 |
| JAEME GONÇALVES DOS SANTOS | 00160 | 021619/2010 |
| JAIME LUIZ SCHLUGA | 00130 | 054161/0000 |
| JEAN CARLO DE ALMEIDA | 00008 | 022377/0000 |
| JEFFERSON RENATO R. ZANETI | 00146 | 008593/2010 |
| | 00227 | 047611/2001 |
| JOAO BATISTA DOS ANJOS | 00138 | 002422/2010 |
| JOAO CASILLO | 00009 | 023285/0000 |
| | 00010 | 024385/0000 |
| | 00011 | 024386/0000 |
| | 00012 | 024745/0000 |
| | 00013 | 024746/0000 |
| | 00014 | 024900/0000 |
| | 00015 | 025224/0000 |
| | 00016 | 025412/0000 |
| | 00017 | 025561/0000 |
| | 00018 | 025562/0000 |
| | 00019 | 025639/0000 |
| | 00020 | 026524/0000 |
| | 00021 | 026525/0000 |
| | 00024 | 030234/0000 |
| | 00025 | 030243/0000 |
| | 00026 | 030244/0000 |
| | 00027 | 030246/0000 |
| | 00028 | 030514/0000 |
| | 00038 | 041190/0000 |
| JOAO DE BARROS TORRES | 00029 | 031205/0000 |
| JOAO HENRIQUE DA SILVA | 00016 | 025412/0000 |
| JOAO NELSON KINAL | 00079 | 046205/0000 |
| JOAO PAULO C. BARBOSA LIMA | 00081 | 046439/0000 |
| JOCELINO ALVES DE FREITAS | 00035 | 036338/0000 |
| JOEL MACEDO SOARES PEREIRA NETO | 00033 | 035020/0000 |
| JONADABE RODRIGUES LAURINDO | 00127 | 053797/0000 |
| JONAS BORGES | 00039 | 041451/0000 |
| | 00052 | 044363/0000 |
| | 00076 | 045956/0000 |
| JORGE JOSE DOMINGOS NETO | 00053 | 044377/0000 |
| JOSE ALEXANDRE SARAIVA | 00110 | 052029/0000 |
| JOSE ANTONIO PERES GEDIEL | 00058 | 045047/0000 |
| JOSE CARLOS SOUZA RIBEIRO | 00008 | 022377/0000 |
| JOSE DE ARAUJO NOVAES NETO | 00057 | 044734/0000 |

| | | |
|---|---|---|
| JOSE DEVANIR FRITOLA | 00107 | 051072/0000 |
| JOSE FERNANDO PUCHTA | 00006 | 019688/0000 |
| | 00029 | 031205/0000 |
| | 00175 | 040105/2011 |
| | 00370 | 056796/2007 |
| JOSE GUILHERME ROLIM ROSA | 00075 | 045947/0000 |
| JOSELIA NOGUEIRA BROLIANI | 00056 | 044657/0000 |
| JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA | 00094 | 047735/0000 |
| JOSÉ ROBERTO MARTINS | 00143 | 006947/2010 |
| JULIANE ZANCANARO | 00119 | 052796/0000 |
| | 00165 | 001768/2011 |
| | 00173 | 026221/2011 |
| JULIO ASSIS GEHLEN | 00022 | 028196/0000 |
| | 00147 | 008619/2010 |
| | 00166 | 001866/2011 |
| | 00168 | 010148/2011 |
| | 00176 | 042391/2011 |
| JULIO CEZAR RODRIGUES | 00034 | 035777/0000 |
| JULIO JACOB JUNIOR | 00076 | 045956/0000 |
| KARINA LOCKS PASSOS | 00149 | 010224/2010 |
| LACIR GUARENGHI | 00031 | 033772/0000 |
| LAURA ISABEL NOGAROLLI | 00119 | 052796/0000 |
| | 00173 | 026221/2011 |
| LAURO CAVERSAN JUNIOR | 00085 | 046779/0000 |
| LAURO ROCHA HOFF | 00054 | 044420/0000 |
| | 00059 | 045212/0000 |
| | 00093 | 047574/0000 |
| | 00104 | 050186/0000 |
| | 00108 | 051207/0000 |
| | 00109 | 051584/0000 |
| | 00116 | 052404/0000 |
| | 00126 | 053598/0000 |
| | 00136 | 055162/0000 |
| | 00137 | 055165/0000 |
| | 00145 | 008283/2010 |
| | 00148 | 009259/2010 |
| LEANDRO SCHULZ | 00129 | 054151/0000 |
| LEILA CUELLAR | 00157 | 017889/2010 |
| | 00172 | 011418/2011 |
| LEONARDO BICA DE FREITAS REZENDE | 00060 | 045390/0000 |
| LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE | 00091 | 047391/0000 |
| | 00132 | 054534/0000 |
| LEONTAMAR VALVERDE PEREIRA | 00156 | 015803/2010 |
| LETICIA FERREIRA DA SILVA | 00053 | 044377/0000 |
| | 00068 | 045678/0000 |
| | 00362 | 019851/0084 |
| | 00363 | 039119/0093 |
| | 00364 | 051636/2003 |
| | 00365 | 052829/2004 |
| | 00366 | 054257/2006 |
| | 00367 | 055108/2006 |
| | 00369 | 056184/2007 |
| | 00371 | 057318/2008 |
| | 00372 | 058789/2009 |
| | 00373 | 058946/2009 |
| | 00374 | 058974/2009 |
| | 00375 | 059121/2009 |
| | 00376 | 059387/2009 |
| | 00377 | 059392/2009 |
| | 00378 | 059450/2009 |
| | 00379 | 059672/2009 |
| | 00380 | 059920/2009 |
| | 00381 | 000825/2010 |
| | 00382 | 000836/2010 |
| | 00383 | 002165/2010 |
| | 00384 | 002182/2010 |
| | 00385 | 002191/2010 |
| | 00386 | 004444/2010 |
| | 00387 | 004501/2010 |
| | 00388 | 004662/2010 |
| | 00389 | 005677/2010 |
| | 00390 | 005685/2010 |
| | 00391 | 005692/2010 |
| | 00392 | 014121/2010 |
| LEUREMAR AMDERSON TALAMINI | 00050 | 044168/0000 |
| LILIAN BATISTA DE LIMA | 00376 | 059387/2009 |
| LILIAN DIDONE | 00006 | 019688/0000 |
| LISIMAR VALVERDE PEREIRA | 00050 | 044168/0000 |
| LORENA MARY SILVEIRA FONTOURA | 00050 | 044168/0000 |
| LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA | 00140 | 004828/2010 |
| LUCIANA PEREZ GUIMARAES DA COSTA | 00007 | 020695/0000 |
| LUCIANE CAMARGO KUJO MONTEIRO | 00053 | 044377/0000 |
| | 00369 | 056184/2007 |
| LUCIANE R. KANIGOSKI QUINTINO | 00086 | 046855/0000 |
| LUCIANO MARCHESINI | 00074 | 045904/0000 |
| | 00082 | 046509/0000 |
| LUCIANO ROCHA WOISKI | 00001 | 016322/0000 |
| | 00002 | 016596/0000 |
| | 00004 | 017697/0000 |
| LUCIANO SOARES PEREIRA | 00121 | 053053/0000 |
| | 00122 | 053054/0000 |
| | 00123 | 053056/0000 |
| LUCIA TRINDADE | 00005 | 019381/0000 |
| LUCIUS MARCUS OLIVEIRA | 00100 | 048708/0000 |
| LUDIMAR RAFANHIM | 00103 | 049693/0000 |
| | 00127 | 053797/0000 |
| LUIS ROBERTO FRANCO RODRIGUES | 00142 | 005926/2010 |
| LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA DE LUCA | 00190 | 027833/0098 |
| LUIZ ALBERTO GIOMBELLI SIMONI | 00131 | 054517/0000 |
| LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO | 00092 | 047523/0000 |
| | 00197 | 036579/0099 |
| LUIZ BRESOLIN | 00044 | 043223/0000 |
| LUIZ CARLOS COELHO DA CUNHA | 00107 | 051072/0000 |
| LUIZ CELSO BRANCO | 00195 | 035895/0099 |
| LUIZ DILSON PINTO | 00006 | 019688/0000 |
| LUIZ EDSON FACHIN | 00072 | 045899/0000 |
| LUIZ FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI | 00151 | 011262/2010 |
| LUIZ FERNANDO M. SERAFIM | 00066 | 045483/0000 |
| LUIZ F. MARTINS BONETTE | 00089 | 046991/0000 |
| LUIZ FRANCISCO DE CASTRO LEAL | 00001 | 016322/0000 |
| LUIZ GUILHERME BITTENCOURT MARINONI | 00006 | 019688/0000 |
| | 00044 | 043223/0000 |
| | 00056 | 044657/0000 |
| LUIZ PAULO RIBEIRO DA COSTA | 00110 | 052029/0000 |
| LUIZ ROSELI NETO | 00057 | 044734/0000 |
| LUIZ WALDEMAR PORTELA | 00379 | 059672/2009 |
| MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY | 00048 | 043699/0000 |
| | 00076 | 045956/0000 |
| | 00103 | 049693/0000 |
| MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO | 00080 | 046434/0000 |
| | 00128 | 053865/0000 |
| MANOEL DINIZ NETO | 00032 | 033780/0000 |
| MANOEL JOSE LACERDA CARNEIRO | 00029 | 031205/0000 |
| | 00133 | 054780/0000 |
| MARA ANGELITA NESTOR FERREIRA | 00037 | 040693/0000 |
| MARA DENISE VASSELAI | 00009 | 023285/0000 |
| | 00010 | 024385/0000 |
| | 00011 | 024386/0000 |
| | 00012 | 024745/0000 |
| | 00013 | 024746/0000 |
| | 00014 | 024900/0000 |
| | 00015 | 025224/0000 |
| | 00017 | 025561/0000 |
| | 00018 | 025562/0000 |
| | 00019 | 025639/0000 |
| | 00020 | 026524/0000 |
| | 00021 | 026525/0000 |
| | 00024 | 030234/0000 |
| | 00025 | 030243/0000 |
| | 00026 | 030244/0000 |
| | 00027 | 030246/0000 |
| | 00028 | 030514/0000 |
| | 00087 | 046869/0000 |
| | 00112 | 052079/0000 |
| | 00113 | 052080/0000 |
| MARCELENE CARVALHO DA SILVA RAMOS | 00001 | 016322/0000 |
| | 00002 | 016596/0000 |
| | 00003 | 017480/0000 |
| | 00004 | 017697/0000 |
| | 00056 | 044657/0000 |
| MARCELO KUTUDJIAN | 00041 | 042703/0000 |
| MARCELO MARTINS | 00051 | 044294/0000 |
| MARCELO NASSIF MALUF | 00363 | 039119/0093 |
| MARCELO ZANON SIMAO (SÍNDICO) | 00121 | 053053/0000 |
| | 00122 | 053054/0000 |
| | 00123 | 053056/0000 |
| | 00185 | 044078/2011 |
| MARCIA ADRIANA MANSANO | 00079 | 046205/0000 |
| | 00111 | 052074/0000 |
| | 00112 | 052079/0000 |
| | 00113 | 052080/0000 |
| | 00117 | 052415/0000 |
| | 00163 | 001361/2011 |
| | 00170 | 011315/2011 |
| | 00171 | 011320/2011 |
| MARCIA A. MANSANO | 00071 | 045815/0000 |
| MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO | 00049 | 043925/0000 |
| | 00097 | 048069/0000 |
| | 00106 | 050584/0000 |
| MARCIA DA SILVA PAISANA | 00108 | 051207/0000 |
| MARCIO LUIZ FERREIRA DA SILVA | 00060 | 045390/0000 |
| | 00141 | 005181/2010 |
| | 00175 | 040105/2011 |
| | 00365 | 052829/2004 |
| | 00368 | 056182/2007 |
| | 00369 | 056184/2007 |
| MARCO ANTONIO DE SOUZA | 00003 | 017480/0000 |
| MARCO AURELIO SCHLICHTA | 00050 | 044168/0000 |
| MARCOS ALEXANDRE GABARDO MARTINS | 00365 | 052829/2004 |
| MARCOS BUENO GOMES | 00199 | 039464/2000 |
| MARCOS WENGERKIEWICZ | 00141 | 005181/2010 |
| | 00388 | 004662/2010 |
| MARCUS VENICIO CAVASSIN | 00005 | 019381/0000 |
| MARIA ALBA MENDES SILVA G.B. XAVIER | 00042 | 043006/0000 |
| MARIA CRISTINA J. CASTOR DE MATTOS | 00090 | 047344/0000 |
| | 00134 | 054919/0000 |
| MARIA DO CARMO PINHATARI FERREIRA | 00061 | 045397/0000 |
| MARIA JOSE TAVORA GIL BELEM | 00042 | 043006/0000 |
| MARIA REGINA DISCINI | 00001 | 016322/0000 |
| | 00002 | 016596/0000 |
| MARINA CERQUEIRA LEITE DE FREITAS LUIS | 00002 | 016596/0000 |
| MARINA CODAZZI DA COSTA | 00022 | 028196/0000 |
| | 00060 | 045390/0000 |
| | 00062 | 045399/0000 |
| | 00063 | 045416/0000 |
| | 00072 | 045899/0000 |
| | 00085 | 046779/0000 |
| | 00097 | 048069/0000 |

| | | |
|---|---|---|
| MARIO JORGE SOBRINHO | 00093 | 047574/0000 |
| | 00174 | 034524/2011 |
| MARISTELA BUSETTI | 00115 | 052106/0000 |
| MARIZE SENES RIBEIRO | 00078 | 046165/0000 |
| MARLISE FARIAS TAROUCO | 00071 | 045815/0000 |
| MAURICIO DE PAULA S. GUIMARAES (SÍNDICO) | 00051 | 044294/0000 |
| MAURICIO VIEIRA | 00055 | 044581/0000 |
| MELISSA DE C. KANDA DIETRICH | 00146 | 008593/2010 |
| MICHEL GUERIOS NETTO | 00087 | 046869/0000 |
| MICHELLE SELEME LEONE | 00097 | 048069/0000 |
| MIGUEL RAMOS CAMPOS | 00086 | 046855/0000 |
| MILTON MIRO VERNALHA FILHO | 00144 | 007950/2010 |
| | 00149 | 010224/2010 |
| | 00150 | 010411/2010 |
| | 00151 | 011262/2010 |
| | 00158 | 018021/2010 |
| | 00177 | 042494/2011 |
| MILTON TEODORO DA SILVA | 00043 | 043189/0000 |
| MÁRCIA A. MANSANO | 00089 | 046991/0000 |
| NAOTO YAMASAKI | 00144 | 007950/2010 |
| | 00149 | 010224/2010 |
| | 00150 | 010411/2010 |
| | 00151 | 011262/2010 |
| | 00158 | 018021/2010 |
| | 00177 | 042494/2011 |
| NELISSA ROSA MENDES | 00064 | 045423/0000 |
| | 00132 | 054534/0000 |
| NELSON SCARPIM JUNIOR | 00040 | 042103/0000 |
| NIVEO PERSIO FERREIRA VIEIRA | 00004 | 017697/0000 |
| OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO | 00370 | 056796/2007 |
| OSVALDO CONTO JUNIOR | 00072 | 045899/0000 |
| PABLO JOSE DE BARROS LOPES | 00139 | 003144/2010 |
| PATRICIA MARONEZE STIPP | 00121 | 053053/0000 |
| | 00122 | 053054/0000 |
| | 00123 | 053056/0000 |
| PAULA FELIZ THOMS | 00049 | 043925/0000 |
| PAULO CORTELLINI | 00001 | 016322/0000 |
| | 00002 | 016596/0000 |
| PAULO HENRIQUE BEREHULKA | 00097 | 048069/0000 |
| PAULO HENRIQUE VIEIRA DA COSTA | 00093 | 047574/0000 |
| PAULO MOSER | 00016 | 025412/0000 |
| PAULO ROBERTO FERREIRA PEREIRA | 00083 | 046594/0000 |
| PAULO ROBERTO JENSEN | 00095 | 047794/0000 |
| PAULO ROBERTO VASCONCELOS FILHO | 00023 | 029467/0000 |
| PAULO VINICIO FORTES FILHO | 00035 | 036338/0000 |
| | 00130 | 054161/0000 |
| | 00140 | 004828/2010 |
| | 00186 | 004055/0090 |
| | 00187 | 014745/0093 |
| | 00188 | 020905/0096 |
| | 00189 | 022172/0097 |
| | 00190 | 027833/0098 |
| | 00191 | 028947/0098 |
| | 00192 | 031479/0098 |
| | 00193 | 033479/0099 |
| | 00194 | 034463/0099 |
| | 00195 | 035895/0099 |
| | 00196 | 036059/0099 |
| | 00197 | 036579/0099 |
| | 00198 | 039457/2000 |
| | 00199 | 039464/2000 |
| | 00200 | 040317/2000 |
| | 00201 | 040583/2000 |
| | 00202 | 040809/2000 |
| | 00203 | 040817/2000 |
| | 00204 | 040991/2000 |
| | 00205 | 041201/2000 |
| | 00206 | 041589/2000 |
| | 00207 | 041831/2000 |
| | 00208 | 041839/2000 |
| | 00209 | 042175/2000 |
| | 00210 | 042265/2000 |
| | 00211 | 043061/2001 |
| | 00212 | 043119/2001 |
| | 00213 | 043277/2001 |
| | 00214 | 043301/2001 |
| | 00215 | 043725/2001 |
| | 00216 | 044091/2001 |
| | 00217 | 044175/2001 |
| | 00218 | 044547/2001 |
| | 00219 | 044899/2001 |
| | 00220 | 044943/2001 |
| | 00221 | 045179/2001 |
| | 00222 | 045220/2001 |
| | 00223 | 045391/2001 |
| | 00224 | 045889/2001 |
| | 00225 | 046771/2001 |
| | 00226 | 047409/2001 |
| | 00227 | 047611/2001 |
| | 00228 | 047913/2001 |
| | 00229 | 048295/2002 |
| | 00230 | 048571/2002 |
| | 00231 | 048649/2002 |
| | 00232 | 048853/2002 |
| | 00233 | 048991/2002 |
| | 00234 | 049336/2002 |
| | 00235 | 049999/2002 |
| | 00236 | 050021/2002 |
| | 00237 | 050461/2002 |
| | 00238 | 051577/2003 |
| | 00239 | 053099/2004 |
| | 00240 | 053675/2004 |
| | 00241 | 053679/2004 |
| | 00242 | 053745/2004 |
| | 00243 | 053955/2004 |
| | 00244 | 054183/2004 |
| | 00245 | 054543/2004 |
| | 00246 | 054747/2004 |
| | 00247 | 054753/2004 |
| | 00248 | 054793/2004 |
| | 00249 | 054833/2004 |
| | 00250 | 054867/2004 |
| | 00251 | 054939/2004 |
| | 00252 | 055037/2004 |
| | 00253 | 055365/2004 |
| | 00254 | 055431/2004 |
| | 00255 | 055455/2004 |
| | 00256 | 055589/2004 |
| | 00257 | 055657/2004 |
| | 00258 | 055733/2004 |
| | 00259 | 055947/2004 |
| | 00260 | 056061/2004 |
| | 00261 | 056333/2004 |
| | 00262 | 056461/2004 |
| | 00263 | 056463/2004 |
| | 00264 | 056493/2004 |
| | 00265 | 056529/2004 |
| | 00266 | 056659/2004 |
| | 00267 | 056729/2004 |
| | 00268 | 056849/2004 |
| | 00269 | 056883/2004 |
| | 00270 | 057641/2004 |
| | 00271 | 059139/2005 |
| | 00272 | 059163/2005 |
| | 00273 | 059293/2005 |
| | 00274 | 059635/2005 |
| | 00275 | 059639/2005 |
| | 00276 | 059685/2005 |
| | 00277 | 059733/2005 |
| | 00278 | 059873/2005 |
| | 00279 | 061019/2005 |
| | 00280 | 062633/2005 |
| | 00281 | 062807/2005 |
| | 00282 | 063173/2005 |
| | 00283 | 063211/2005 |
| | 00284 | 063921/2005 |
| | 00285 | 065751/2006 |
| | 00286 | 066737/2006 |
| | 00287 | 066897/2006 |
| | 00288 | 067247/2006 |
| | 00289 | 067339/2006 |
| | 00290 | 067441/2006 |
| | 00291 | 067511/2006 |
| | 00292 | 069506/2007 |
| | 00293 | 069851/2007 |
| | 00294 | 070423/2007 |
| | 00295 | 070517/2007 |
| | 00296 | 070627/2007 |
| | 00297 | 070749/2007 |
| | 00298 | 071159/2007 |
| | 00299 | 071279/2007 |
| | 00300 | 072209/2007 |
| | 00301 | 072409/2007 |
| | 00302 | 072811/2007 |
| | 00303 | 073673/2007 |
| | 00304 | 073687/2007 |
| | 00305 | 074081/2007 |
| | 00306 | 074197/2007 |
| | 00307 | 074495/2007 |
| | 00308 | 075375/2008 |
| | 00309 | 075475/2008 |
| | 00310 | 076259/2008 |
| | 00311 | 076919/2008 |
| | 00312 | 076955/2008 |
| | 00313 | 076993/2008 |
| | 00314 | 077027/2008 |
| | 00315 | 077300/2008 |
| | 00316 | 077391/2008 |
| | 00317 | 077471/2008 |
| | 00318 | 077563/2008 |
| | 00319 | 077617/2008 |
| | 00320 | 078027/2008 |
| | 00321 | 078099/2008 |
| | 00322 | 079384/2008 |
| | 00323 | 079539/2008 |
| PAULO VINICIUS FORTES FILHO | 00324 | 080305/2008 |
| | 00325 | 080321/2008 |
| | 00326 | 080571/2009 |
| | 00327 | 080577/2009 |
| | 00328 | 080579/2009 |
| | 00329 | 080595/2009 |
| | 00330 | 080681/2009 |
| | 00331 | 080763/2009 |
| | 00332 | 080847/2009 |
| | 00333 | 080857/2009 |
| | 00334 | 080867/2009 |
| | 00335 | 080873/2009 |
| | 00336 | 081257/2009 |

| | | |
|---|---|---|
| | 00337 | 081435/2009 |
| | 00338 | 081773/2009 |
| | 00339 | 081873/2009 |
| | 00340 | 082225/2009 |
| | 00341 | 082481/2009 |
| | 00342 | 082641/2009 |
| | 00343 | 082831/2009 |
| | 00344 | 083431/2009 |
| | 00345 | 083767/2009 |
| | 00346 | 084029/2009 |
| | 00347 | 084647/2009 |
| | 00348 | 084795/2009 |
| | 00349 | 085071/2009 |
| | 00350 | 086023/2009 |
| | 00351 | 086373/2009 |
| | 00352 | 086617/2009 |
| | 00353 | 087053/2009 |
| | 00354 | 087209/2009 |
| | 00355 | 087441/2009 |
| | 00356 | 087951/2009 |
| | 00357 | 088160/2009 |
| | 00358 | 088477/2009 |
| | 00359 | 088690/2009 |
| | 00360 | 090357/2009 |
| | 00361 | 090621/2009 |
| PEDRO DE NORONHA DA COSTA BISPO | 00362 | 019851/0084 |
| PEDRO MATIAS VILAR JUNIOR | 00093 | 047574/0000 |
| PLINIO LUIZ BONANÇA | 00339 | 081873/2009 |
| PRISCILA WALLBACH SILVA | 00158 | 018021/2010 |
| | 00177 | 042494/2011 |
| RACHEL ORDONIO DOMINGOS | 00030 | 031810/0000 |
| RAFAEL DRIESSEN | 00035 | 036338/0000 |
| RAFAEL HOFFMANN MAGALHÃES | 00135 | 055143/0000 |
| | 00174 | 034524/2011 |
| RAFAEL STEC TOLEDO | 00005 | 019381/0000 |
| RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA | 00224 | 045889/2001 |
| REGIANE ANTUNES DEQUECHE | 00060 | 045390/0000 |
| REGIS GRITTEM ZULTANSKI | 00118 | 052505/0000 |
| RENATA CARLOS STEINER | 00106 | 050584/0000 |
| RENATO DEGANI LAU | 00060 | 045390/0000 |
| RENE PELEPIU | 00172 | 011418/2011 |
| RICARDO BORTOLOZZI | 00008 | 022377/0000 |
| RICARDO DOS SANTOS ABREU | 00008 | 022377/0000 |
| RICCARDO BERTOTTI | 00023 | 029467/0000 |
| RILTON ALEXANDRE GUIMARAES | 00049 | 043925/0000 |
| RITA DE CASSIA PILONI | 00051 | 044294/0000 |
| RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES | 00052 | 044363/0000 |
| | 00084 | 046600/0000 |
| | 00177 | 042494/2011 |
| ROBERTO BRAGA FIGUEIREDO | 00004 | 017697/0000 |
| ROBERTO MARTINS LOPES | 00077 | 046134/0000 |
| ROBERTO MELHMANN | 00135 | 055143/0000 |
| | 00174 | 034524/2011 |
| ROBERTO PONTES CARDOSO JUNIOR | 00014 | 024900/0000 |
| | 00111 | 052074/0000 |
| | 00112 | 052079/0000 |
| | 00113 | 052080/0000 |
| RODRIGO BINOTTO GREVETTI | 00142 | 005926/2010 |
| RODRIGO MARCO LOPES DE SEHLI | 00043 | 043189/0000 |
| | 00047 | 043681/0000 |
| | 00075 | 045947/0000 |
| ROGERIO ANDREOTTI ERREIRIAS | 00163 | 001361/2011 |
| ROGERIO CALAZANS DA SILVA | 00169 | 010165/2011 |
| | 00178 | 043948/2011 |
| | 00179 | 043963/2011 |
| | 00180 | 043969/2011 |
| | 00181 | 044009/2011 |
| | 00182 | 044015/2011 |
| | 00183 | 044051/2011 |
| | 00184 | 044069/2011 |
| ROGERIO DANTE DE OLIVEIRA JUNIOR | 00057 | 044734/0000 |
| ROGERIO DISTEFANO | 00144 | 007950/2010 |
| | 00150 | 010411/2010 |
| ROGER OLIVEIRA LOPES | 00044 | 043223/0000 |
| ROMARIO SELBMANN | 00104 | 050186/0000 |
| RONILDO GONCALVES DA SILVA | 00053 | 044377/0000 |
| RONY MARCOS DE LIMA | 00039 | 041451/0000 |
| | 00067 | 045676/0000 |
| | 00114 | 052100/0000 |
| | 00115 | 052106/0000 |
| ROSA DAUM MACHADO | 00195 | 035895/0099 |
| ROSANA MALHEIROS GAERTNER | 00093 | 047574/0000 |
| ROSANGELA DO SOCORRO ALVES | 00106 | 050584/0000 |
| ROSEMERI PEREIRA DA SILVA | 00083 | 046594/0000 |
| SABRINA ZEIN | 00051 | 044294/0000 |
| SAIMI SEMIL FURIO | 00065 | 045434/0000 |
| SAMANTA SILVEIRA RIBAS | 00071 | 045815/0000 |
| SAMUEL LEGER SUSS | 00049 | 043925/0000 |
| SAMUEL MACHADO DE MIRANDA | 00064 | 045423/0000 |
| | 00091 | 047391/0000 |
| SANDRO LUIZ KZYZANOSKI | 00368 | 056182/2007 |
| SANDRO RICARDO SANTOS DE BORBA | 00060 | 045390/0000 |
| SERGIO BOTTO DE LACERDA | 00066 | 045483/0000 |
| SERGIO DE A. FERREIRA | 00121 | 053053/0000 |
| | 00122 | 053054/0000 |
| | 00123 | 053056/0000 |
| SERGIO TOSCANO DE OLIVEIRA | 00093 | 047574/0000 |
| SEVERINO ERNESTO DE SOUZA | 00083 | 046594/0000 |
| SHIRLEY R. DE MORAES | 00075 | 045947/0000 |
| SILVANA APARECIDA CEZAR PONTE | 00008 | 022377/0000 |
| SILVANA MARTA GOMES DA SILVA | 00119 | 052796/0000 |
| SILVIO ANDRE BRAMBILLA RODRIGUES | 00098 | 048110/0000 |
| SIMONE BUSKEI MARINO | 00363 | 039119/0093 |
| SIMONE KOHLER | 00033 | 035020/0000 |
| SINDICO. PAULO V. DE BARROS MARTINS JR | 00050 | 044168/0000 |
| SUMAYA CHEDE CANSINI | 00111 | 052074/0000 |
| | 00112 | 052079/0000 |
| | 00113 | 052080/0000 |
| | 00170 | 011315/2011 |
| | 00171 | 011320/2011 |
| SUZANA GUIMARAES MARANHO | 00044 | 043223/0000 |
| SUZANE MARIE ZAWADZKI | 00078 | 046165/0000 |
| TADEU DONIZETI BARBOSA RZNISKI | 00005 | 019381/0000 |
| | 00088 | 046889/0000 |
| TATIANY ZANATTA S. FOGAÇA | 00132 | 054534/0000 |
| TERCIO AMARAL DE CAMARGO | 00076 | 045956/0000 |
| THIERRY PIERRE EL OMAIRI | 00165 | 001768/2011 |
| | 00173 | 026221/2011 |
| TONY EDEM SOARES DA ROCHA | 00016 | 025412/0000 |
| TONY ROCHA | 00016 | 025412/0000 |
| VALDIR JULIO ULBRICH | 00140 | 004828/2010 |
| VALERIA CORTES CHAVES FRANÇA | 00043 | 043189/0000 |
| VALIANA WARGHA CALIIARI | 00003 | 017480/0000 |
| | 00062 | 045399/0000 |
| VALQUIRIA BASSETI PROCHMANN | 00061 | 045397/0000 |
| | 00066 | 045483/0000 |
| VALQUIRIA GONÇALVES | 00127 | 053797/0000 |
| VANETE STEIL VILLATORI | 00162 | 001341/2011 |
| | 00167 | 005382/2011 |
| VANIA DE FATIMA CESAR LUIZ CARTA | 00008 | 022377/0000 |
| VANIO GHISI | 00176 | 042391/2011 |
| VANISE MELGAR TALAVERA | 00089 | 046991/0000 |
| VERA LUCIA DE PAULA XAVIER | 00037 | 040693/0000 |
| | 00041 | 042703/0000 |
| VICTOR GERALDO JORGE | 00034 | 035777/0000 |
| VINICIUS A. GASPARINI | 00031 | 033772/0000 |
| VIVIAN PIOVEZAN SCHOLZ TOHMÉ | 00045 | 043504/0000 |
| VIVIAN QUIMELLI ROSA | 00069 | 045714/0000 |
| WALERIA CHRISTINA DE OLIVEIRA MAIDA | 00040 | 042103/0000 |
| WILLIAN ROWEN SOARES | 00084 | 046600/0000 |
| WILSON REDONDO AVILA | 00073 | 045902/0000 |
| WILTON VICENTE PAESE | 00072 | 045899/0000 |
| WINNICIUS PEREIRA DE GÓES | 00157 | 017889/2010 |
| YEDA VARGAS RIVABEM BONILHA | 00001 | 016322/0000 |
| | 00045 | 043504/0000 |
| | 00047 | 043681/0000 |
| | 00052 | 044363/0000 |
| | 00143 | 006947/2010 |
| | 00152 | 013191/2010 |
| ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA | 00124 | 053349/0000 |
| | 00125 | 053427/0000 |
| | 00128 | 053865/0000 |

1. ORDIN. DE REVISAO DE PENSAO-16322/0-BERNADINA LAURA MARTINS x IPE e outro-CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(ais) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007). -Advs. PAULO CORTELLINI, MARIA REGINA DISCINI, LUCIANO ROCHA WOISKI, LUIZ FRANCISCO DE CASTRO LEAL, GISELE DA ROCHA PARENTE VENANCIO, MARCELENE CARVALHO DA SILVA RAMOS e YEDA VARGAS RIVABEM BONILHA-.

2. ORDIN. DE REVISAO DE PENSAO-16596/0-NAIR CONTI NAUMANN x IPE e outro-CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007). -Advs. PAULO CORTELLINI, MARIA REGINA DISCINI, ELOINA DA CRUZ MACHADO, ANGELA CASSIA C. CAETANO FERREIRA, LUCIANO ROCHA WOISKI, JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO, GISELE DA ROCHA PARENTE VENANCIO, MARCELENE CARVALHO DA SILVA RAMOS e MARINA CERQUEIRA LEITE DE FREITAS LUIS-.

3. ORDINARIA DE COBRANCA-17480/0-MARIA ANTONIA RIBAS x IPE e outro-CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007). -Advs. MARCO ANTONIO DE SOUZA, DARCI KASPRZAK, DALMI MARIA DE OLIVEIRA, JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO, MARCELENE CARVALHO DA SILVA RAMOS, ISABELA CRISTINE MARTINS RAMOS e VALIANA WARGHA CALIIARI-.

4. ORDINARIA DE COBRANCA-17697/0-ORTENCIA DO AMARAL DIAS x IPE e outro-CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s),

pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007). -Advs. ROBERTO BRAGA FIGUEIREDO

5. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-19381/0-ALTINO HYRAN DE OLIVEIRA FRANCO x SANEPAR - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, não foi atendida por inexistência de relacionamento, conforme extrato retro. -Advs. ALTINO DE OLIVEIRA FRANCO, LUCIA TRINDADE, MARCUS VENICIO CAVASSIN, TADEU DONIZETI BARBOSA RZNISKI e RAFAEL STEC TOLEDO-.

6. ORDINARIA DE INDENIZACAO-19688/0-MARCIA CRISTINA PERARO x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA)- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. ALEXANDRE MENONCIN DE C. PEREIRA, CARLOS FREDERICO VIANA REIS, LUIZ DILSON PINTO, ANTONIO CELSO PINTO, LILIAN DIDONE, LUIZ GUILHERME BITTENCOURT MARINONI, CARLOS FREDERICO MARES DE S. FILHO, JOSE FERNANDO PUCHTA e GAZZI YOUSSEF CHARROUF-.

7. ACAO MONITORIA-20695/0-RIO SAO FRANCISCO COMPANHIA SECURITIZADORA CREDIT x JOSE CARLOS DO AMARAL- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. LUCIANA PEREZ GUIMARAES DA COSTA e DIVONSIR BORBA CORTES FILHO-.

8. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-22377/0-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A e outro x ANTONIO LUIZ DA SILVA MIRANDA- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. VANIA DE FATIMA CESAR LUIZ CARTA, SILVANA APARECIDA CEZAR PONTE, JOSE CARLOS SOUZA RIBEIRO, RICARDO BORTOLOZZI, ADRIANO MUNIZ REBELLO, IDAMARA ROCHA FERREIRA, CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO, BLAS GOMM FILHO, RICARDO DOS SANTOS ABREU e JEAN CARLO DE ALMEIDA-.

9. HABILITACAO DE CREDITO-23285/0-VALDEVINO PERDIGUES x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Defiro o pedido de fls.28/30. Expeça-se Alvará de Levantamento, em favor do procurador do Habilitante, a fim de que seja retido nos autos o equivalente a 20% do valor em prol da Dra Elizabeth Vieira Dias. Ressalte-se que a parte poderá perseguir o restante de seu crédito, nos termos dos artigos 33 e 133 do Decreto-Lei n.° 7.661/45. (CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007).- Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

10. HABILITACAO DE CREDITO-24385/0-JAIME JEREMIAS x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Diante da ausência de manifestação da procuradora originária do habilitante, bem como, em face da manifestação de fls. 40, diga o síndico. -Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

11. HABILITACAO DE CREDITO-24386/0-CLAUDINO TABORDA FERREIRA x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS-Defiro o pedido de fls.25/26, a fim de que seja retido nos autos o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor liberado em prol da Dra. Elizabeth Vieira Dias. Expeça-se Alvará de Levantamento, em favor do procurador do Habilitante. Ressalte-se que a parte poderá perseguir o restante de seu crédito, nos termos dos artigos 33 e 133 do Decreto-Lei n.° 7.661/45. Diligências necessárias. Intimem-se. (CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007). -Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

12. HABILITACAO DE CREDITO-24745/0-JUAREZ TABORDA x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Defiro o pedido de fls.26/28. Expeça-se Alvará de Levantamento, em favor do procurador do Habilitante, procedendo-se a retenção de 20% (vinte por cento) do valor em favor da Dra Elizabeth Vieira Dias. Ressalte-se que a parte poderá perseguir o restante de seu crédito, nos termos dos artigos 33 e 133 do Decreto-Lei n.° 7.661/45. (CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007).- Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, CARLOS ROBERTO CLARO, JOAO CASILLO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

13. HABILITACAO DE CREDITO-24746/0-REGINALDO GONCALVES x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Defiro o pedido de fls.25/27, a fim de que seja retido nos autos o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor liberado em prol da Dra. Elizabeth Vieira Dias. Ressalte-se que a parte poderá perseguir o restante de seu crédito, nos termos dos artigos 33 e 133 do Decreto-Lei n.° 7.661/45. Diligências necessárias. Intimem-se. (CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007). -Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

14. HABILITACAO DE CREDITO-24900/0-NORBERTO MOHR x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS-1. Avoco os autos. 2. Verifico que a procuração de fl. 04 é mera cópia simples. Assim, intime-se o procurador (substabelecimento de fl. 33) para que traga aos autos instrumentos de mandato atualizado e com poderes para receber e dar quitação. 3. O alvará deverá permanecer retido em cartório até que seja cumprido o item supra. -Advs. ALIDO DEPINE, MARA DENISE VASSELAI, ROBERTO PONTES CARDOSO JUNIOR, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

15. HABILITACAO DE CREDITO-25224/0-GILBERTO ZAMPIERI x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Defiro o pedido de fls.25/26, a fim de que seja retido nos autos o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor liberado em prol da Dra. Elizabeth Vieira Dias. Expeça-se Alvará de Levantamento, em favor do procurador do Habilitante. Ressalte-se que a parte poderá perseguir o restante de seu crédito, nos termos dos artigos 33 e 133 do Decreto-Lei n.° 7.661/45. Diligências necessárias. Intimem-se. (CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007). -Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

16. HABILITACAO DE CREDITO-25412/0-AIRTON CEZAR HIREISEMNOU x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS-CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007). -Advs. TONY ROCHA, PAULO MOSER, JOAO HENRIQUE DA SILVA, TONY EDEM SOARES DA ROCHA, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

17. HABILITACAO DE CREDITO-25561/0-CIRLETE APARECIDA DE ALMEIDA SOUZA x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Em face do contido em fls. 35, manifeste-se o síndico. -Advs. ANA LUCIA BARRANCO LICHESKI, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

18. HABILITACAO DE CREDITO-25562/0-LUCIA HELENA DOS SANTOS x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Em face do contido em fls. 34, manifeste-se o Síndico. -Advs. ANA LUCIA BARRANCO LICHESKI, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

19. HABILITACAO DE CREDITO-25639/0-PAULO SERGIO AMARAL x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Em face do contido em fls. 32, manifeste-se o Síndico. -Advs. ANA LUCIA BARRANCO LICHESKI, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

20. HABILITACAO DE CREDITO-26524/0-JOSE ANTONIO MADOENHO x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Defiro o pedido de fls.25/26, a fim de que seja retido nos autos o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor liberado em prol da Dra. Elizabeth Vieira Dias. Expeça-se Alvará de Levantamento, em favor do procurador do Habilitante. Ressalte-se que a parte poderá perseguir o restante de seu crédito, nos termos dos artigos 33 e 133 do Decreto-Lei n.° 7.661/45. Diligências necessárias. Intimem-se. (CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007).- Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

21. HABILITACAO DE CREDITO-26525/0-ODAIR PERRI ROCATO x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Defiro o pedido de fls.21/22. Efetuadas eventuais

retençoes, expeça-se Alvará de Levantamento, com as devidas cautelas legais. Ressalte que deverá ficar retido nos autos 20% do valor em favor da Dra Elizabeth Vieira Dias. (CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007).-Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

22. DECLARATORIA C/ PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA-28196/0-COOPERATIVA DOS CAFEIC DA ZONA NORTE DE CORN PROC x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA)- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen-Jud, conforme extrato retro. -Advs. JULIO ASSIS GEHLEN e MARINA CODAZZI DA COSTA-.

23. EXECUÇÃO TITULO EXTRAJUDICIAL-29467/0-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A x SUELI TEREZINHA VESOLOVSKI MARQUES e outro- Quanto ao cumprimento do acordo noticiado à fls. 224, bem como quanto ao petitório de fçs. 249, manifeste-se o exequente, no prazo legal. -Advs. ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA, RICCARDO BERTOTTI e PAULO ROBERTO VASCONCELOS FILHO-.

24. HABILITACAO DE CREDITO-30234/0-ELCIAS DOS SANTOS BARBOSA x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Defiro o pedido de fls.24/24, a fim de que seja retido nos autos o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor liberado em prol da Dra. Elizabeth Vieira Dias. Expeça-se Alvará de Levantamento, em favor do procurador do Habilitante. Ressalte-se que a parte poderá perseguir o restante de seu crédito, nos termos dos artigos 33 e 133 do Decreto-Lei n.° 7.661/45. Diligências necessárias. Intimem-se. (CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007). -Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

25. HABILITACAO DE CREDITO-30243/0-SILAS DOS SANTOS x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Defiro o pedido de fls.25/27. Expeça-se Alvará de Levantamento, em favor do procurador do Habilitante, a fim de que seja retido nos autos o equivalente a 20% do valor em prol da Dra Elizabeth Vieira Dias. Ressalte-se que a parte poderá perseguir o restante de seu crédito, nos termos dos artigos 33 e 133 do Decreto-Lei n.° 7.661/45. (CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007).-Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

26. HABILITACAO DE CREDITO-30244/0-DORIVAL PERRI ROCATTO x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Defiro o pedido de fls.24/25, a fim de que seja retido nos autos o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor liberado em prol da Dra. Elizabeth Vieira Dias. Expeça-se Alvará de Levantamento, em favor do procurador do Habilitante. Ressalte-se que a parte poderá perseguir o restante de seu crédito, nos termos dos artigos 33 e 133 do Decreto-Lei n.° 7.661/45. Diligências necessárias. Intimem-se. (CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007).-Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

27. HABILITACAO DE CREDITO-30246/0-EZEQUIEL ANTUNES MOREIRA x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Defiro o pedido de fls.24/25, a fim de que seja retido nos autos o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor liberado em prol da Dra. Elizabeth Vieira Dias. Expeça-se Alvará de Levantamento, em favor do procurador do Habilitante. Ressalte-se que a parte poderá perseguir o restante de seu crédito, nos termos dos artigos 33 e 133 do Decreto-Lei n.° 7.661/45. Diligências necessárias. Intimem-se. (CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007).-Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

28. HABILITACAO DE CREDITO-30514/0-ILTON ZURICA FERRAO x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Em face do contido em fls. 33, manifeste-se o Síndico. -Advs. ELIZABETH VIEIRA DIAS, MARA DENISE VASSELAI, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

29. SUMARISSIMA DE INDENIZACAO-31205/0-ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA) x MILTON STIEGLER- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. MANOEL JOSE LACERDA CARNEIRO, JOSE FERNANDO PUCHTA, JOAO DE BARROS TORRES, ANITA CARUSO PUCHTA, EDIVALDO APARECIDO DE JESUS e DANIELA DE SOUZA GONÇALVES-.

30. PRECEITO COMINATORIO-31810/0-MUNICIPIO DE CURITIBA x CONCEICAO ALVES DE PAULA OLIVEIRA- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen-Jud, não foi atendida por inexistência de relacionamento, conforme extrato retro. -Advs. DJALMA A. MULLER GARCIA, CARLOS ROBERTO DE MATOS, AIRTON PASSOS DE SOUZA, RACHEL ORDONIO DOMINGOS e GUILHERME MANA ROCHA-.

31. FALENCIA-33772/0-CASANOVA DECORACOES LTDA x LAS VEGAS ADMINISTR E PARTIC ESPORTIVAS LTDA- Considerando a informação contida na certidão retro; renove-se a intimação de fls. 187, desta vez, intimando-se o procurador da parte, via Diário da Justiça. (Intime-se pessoalmente o requerente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direne, los prazo ae 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do feito, com fulcro no artigo 267, II e III, do CPC). -Advs. LACIR GUARENGHI, ANA PAULA GUARENGHI e VINICIUS A. GASPARINI-.

32. ORDINARIA DE COBRANCA-33780/0-EDITORA ARLEQUIM LTDA x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA)- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. MANOEL DINIZ NETO, ANITA CARUSO PUCHTA, AMANDA LOUISE R. CORVELLO e EDIVALDO APARECIDO DE JESUS-.

33. COMINATORIA-35020/0-MUNICIPIO DE CURITIBA x BORBA IMOVEIS LTDA- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. JOEL MACEDO SOARES PEREIRA NETO, ESTEVAM CAPRIOTTI FILHO e SIMONE KOHLER-.

34. FALENCIA-35777/0-ACOS CONTINENTE LTDA x JOAO ROQUE ALVES NUNES METALURGICA LTDA-CERTIFICO que expedi alvará(s), conforme cópia(s) retro, o qual será(ão) encaminhado(s) ao Banco do Brasil S/A - Prefixo 3793-1 - Agência Setor Público Curitiba, o(s) qual(als) permanecerá(ão) à disposição da(s) parte(s) interessada(s), pelo prazo de noventa dias (Acórdão n° 10.341/2007). -Advs. VICTOR GERALDO JORGE, JULIO CEZAR RODRIGUES e CEZAR EUCLIDES MELLO-.

35. DECLARATORIA DE NULIDADE-36338/0-FLAVIO RENATO VISNIEVSKI x MUNICIPIO DE CURITIBA- I. Primeiramente, concedo ao Requerente os benefícios da assistência judiciária gratuita. II. Após, sobre os pedidos de fls.449/450, manifeste-se o Município de Curitiba. III. Diligências necessárias. Intimem-se -Advs. JOCELINO ALVES DE FREITAS, RAFAEL DRIESSEN, CARLOS AUGUSTO M. VIEIRA DA COSTA e PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

36. REPARAÇÃO DE DANOS-38837/0-URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A x GILBERTO OSSOSWICKI- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. IVO FERREIRA DE OLIVEIRA, EVELLYN DAL POZZO YUGUE, ANDRÉ LUIZ ACHE MANSUR

37. EXECUÇÃO TITULO EXTRAJUDICIAL-40693/0-COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A x OFICEL TELECOMUNICACAOES E INFORMATICA LTDA- (...) Portanto, em decorrência da demonstração do abuso na gestão da empresa, defiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica e determino a inclusão de Natair Bueno do Pilar Cavalheiro. 8. Cite-se, para que no prazo de três dias pague a dívida ora exequenda. 9. Antes da expedição do mandado de citação deve a parte autora juntar aos autos memória atualizada e discriminada do débito. (Intime-se o exequente para cumprir o contido no artigo 9.4.6 do CN, referente as custas do Oficial de Justiça, para que seja expedido o mandado de citação do executado). -Advs. MARA ANGELITA NESTOR FERREIRA e VERA LUCIA DE PAULA XAVIER-.

38. HABILITACAO DE CREDITO-41190/0-JOSE FERNANDES x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- (....) Tendo em vista o decurso do prazo de validade, expeça-se novo alvará para levantamento das quantias depositadas às fls. 19. -Advs. ALEXANDRE CHAMBO JUNIOR, ARNOLDO DA SILVA FILHO, JOAO CASILLO, CARLOS ROBERTO CLARO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

39. DECLARATORIA DE NULIDADE-41451/0-JOSE ALVES DE SOUZA x DETRAN/PR - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ-Manifeste-se o interessado sobre oficio retro . -Advs. JONAS BORGES, RONY MARCOS DE LIMA e ELIZABETH BERTINATO-.

40. PEDIDO DE REVOGACAO-42103/0-ZENILDA REICHARDT x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA)- Defiro fls. 299. Suspendo o feito por sessenta dias. -Advs. WALERIA CHRISTINA DE OLIVEIRA MAIDA, NELSON SCARPIM JUNIOR, GUSTAVO HENRIQUE J. DE OLIVEIRA, ANITA CARUSO PUCHTA e CASSIANO ANDRE KAMINSKI-.

41. ORDINARIA DE COBRANCA-42703/0-COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA DO PARANÁ S/A x FRATELLO COOK ALIMENTOS LTDA e outro-(....) Pelo exposto, julgo procedente o feito, condenando as rés, solidariamente ao pagamento do valor R$147.786,16 (cento e quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e seis reais e dezesseis centavos), que deverá ser corrigido monetariamente pelo decreto 1.544/95 e acrescido de juros de mora desde a data em que houve a comunicação do sinistro para a seguradora. Pela sucumbência, pagarao as res, solidariamente, as custas e despesas do processo, mais honorários do advogado da autora, que fixo em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), ante o disposto no artigo 20, § 4°, do CPC, tendo em consideração o valor dado à causa e o zelo do profissional. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. VERA LUCIA DE PAULA XAVIER, FABIO HENRIQUE PIRES DE TOLEDO ELIAS, GUILHERME M. RODRIGUES, ELYSE BACILA BATISTA DE MATOS, MARCELO KUTUDJIAN e FERNANDA C. TEIXEIRA COSTA-.

42. ACAO POPULAR-43006/0-JOSE ROSA FILHO x ASSOCIACAO PARANAENSE DAS SENHORAS DOS DEP EST- Defiro fls. 1124. Abra-se vista dos autos ao auto' como pretendido. -Advs. MARIA JOSE TAVORA GIL BELEM, MARIA ALBA MENDES SILVA G.B. XAVIER, EDUARDO DUARTE FERREIRA e DAIANE TRENTINI-.

43. AÇÃO DE COBRANÇA-0000393-53.2004.8.16.0004-IRALCIDA SILVA SERTORIO e outros x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA) e outro- 1. Defiro a habilitação de Eloisa Maria Garcez de Azevedo em sucessão a José Cardoso de Azevedo. Anote-se, inclusive junto ao Distribuidor. 2. Devem ser juntados RG e CPF de Joana Lima de Oliveira e José Carlos Pereira Paiva, no prazo de quinze dias. 3. Intimem-se. -Advs. MILTON TEODORO DA SILVA, AYRTON COSTA LOYOLA, VALERIA CORTES CHAVES FRANÇA, ISABELA CRISTINE MARTINS RAMOS e RODRIGO MARCO LOPES DE SEHLI-.

44. ACAO ORDINARIA-43223/0-FRANCISCA BERENICE DIAS GIL x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA) e outro- Aguarde-se por trinta dias o preparo das custas processuais. (R$54,79). -Advs. LUIZ BRESOLIN, ROGER OLIVEIRA LOPES, SUZANA GUIMARAES MARANHO e LUIZ GUILHERME BITTENCOURT MARINONI-.

45. DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE-43504/0-ARICLE MATTOS CARON x PARANAPREVIDÊNCIA e outro- Ante ao contido no extrato retro, determino a transferência dos valores bloqueados junto ao Banco Itaú S/A, em conformidade com o item 5.8.7.2, do Código de Normas. Após, reduza-se a termo de penhora, com as devidas cautelas legais. Com relação aos valores bloqueados em excesso, desbloqueio "on-line" solicitado através do convênio BACEN-Jud, conforme extrato em anexo. Após, manifeste-se a parte Exequente acerca do prosseguimento do feito. -Advs. ALESSANDRO MARCELO MORO REBOLI, FABIANO JORGE STAINSACK, ISABELA CRISTINE MARTINS RAMOS, YEDA VARGAS RIVABEM BONILHA, ANDREA CRISTINE ARCEGO, VIVIAN PIOVEZAN SCHOLZ TOHMÉ e CARLOS AUGUSTO FRANZO WEINAND-.

46. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-43506/0-URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A x PEDRO SALES- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Adv. IVO FERREIRA DE OLIVEIRA-.

47. REPETICAO DE INDEBITO-43681/0-ANTONIO SIMIAO SOUZA x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA) e outro- Sobre o contido no expediente de fls. 169/175, manifestem-se as partes no prazo de quinze dias. -Advs. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR, YEDA VARGAS RIVABEM BONILHA, RODRIGO MARCO LOPES DE SEHLI e FABIANO JORGE STAINSACK-.

48. REPETICAO DE INDEBITO-43699/0-SEBASTIAO DOS SANTOS x MUNICIPIO DE CURITIBA e outro- Intime-se a parte credora para que se manifeste acerca do depósito (fls. 202/204), bem como informe sobre a satisfação do débito. No caso de não manifestação, presumir-se-á que o depósito esta satisfeito. -Advs. ALESSANDRO MARCELO MORO REBOLI, GASTAO SCHEFER NETO, MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY e HYPERIDES ZANELLO NETO-.

49. INDENIZ POR DANOS MAT E MOR-43925/0-GILBERTO SUSS x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA)- Defiro fls. Abra-se vistas dos autos ao Estado do Paraná, por cindo dias. -Advs. SAMUEL LEGER SUSS, RILTON ALEXANDRE GUIMARAES, PAULA FELIZ THOMS, MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO, DULCE ESTHER KAIRALLA e FLAVIO ROSENDO DOS SANTOS-.

50. HABILITACAO DE CREDITO-44168/0-JOSE ROBERTO ERNESTO x BOSCA S/A TRANSPORTES COMERCIO E REPRESENTACOES- Posto isso, julgo procedente o pedido e declaro habilitado o crédito do autor, no valor de R$11.185,99 (onze mil cento e oitenta e cinco reais e noventa e nove centavos), de natureza privilegiada, condicionada a exigibilidade dos juros incidentes após a decretação da quebra, à disponibilidade do ativo da massa. Custas da lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR, LISIMAR VALVERDE PEREIRA, LEUREMAR AMDERSON TALAMINI, ARNO JUNG, LORENA MARY SILVEIRA FONTOURA, MARCO AURELIO SCHLICHTA e SINDICO. PAULO V. DE BARROS MARTINS JR-.

51. HABILITACAO DE CREDITO-44294/0-SUZETE BOLETA x MAHAVIUS COMERCIO DE ROUPAS LTDA-Manifeste-se o interessado sobre oficio retro. -Advs. DANIELE LUCY LOPES DE SEHLI, SABRINA ZEIN, MAURICIO DE PAULA S. GUIMARAES (SÍNDICO), RITA DE CASSIA PILONI, MARCELO MARTINS e AFONSO CELSO RABELLO BATISTA-.

52. ACAO ORDINARIA-44363/0-RUBENS SPELTZ x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA) e outro- Sobre o pedido de fls,. 425/427, manifestem-se os executados. -Advs. JONAS BORGES, ISABELA CRISTINE MARTINS RAMOS, YEDA VARGAS RIVABEM BONILHA, DAIANE MARIA BISSANI e RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES-.

53. EMBARGOS À EXECUCAO-44377/0-INDUSTRIAS TODESCHINI S/A x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. CLEBER MARCONDES, JORGE JOSE DOMINGOS NETO, RONILDO GONCALVES DA SILVA, LETICIA FERREIRA DA SILVA, ANDRE RENATO MIRANDA ANDRADE e LUCIANE CAMARGO KUJO MONTEIRO-.

54. EXECUÇÃO FISCAL-44420/0-DER PR x EVA A. LUCAS CUNHA & CIA LTDA-Intime-se a parte interessada para retirar ofício. -Adv. LAURO ROCHA HOFF-.

55. ACAO DE RESPONSABIL. CIVIL-44581/0-HUMBERTO ANTONIO GOVEIA x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA)-Intime-se a parte executada na forma pretendida às fls. 208/212, para que no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da dívida espontaneamente, conforme o disposto no artigo 475 - J, do Código de Processo Civil, acrescido pela Lei nº 11.232/05. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento), caso não haja pronto pagamento. -Advs. MAURICIO VIEIRA e EDIVALDO APARECIDO DE JESUS-.

56. ACAO ORDINARIA-44657/0-ALFREDO DIB JUNIOR e outros x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA)- Sobre o contido no expediente de fls. 652/660, manifestem-se as partes no prazo de quinze.-Advs. CAROLINE SAID DIAS, ELMO SAID DIAS, MARCELENE CARVALHO DA SILVA RAMOS, LUIZ GUILHERME BITTENCOURT MARINONI e JOSELIA NOGUEIRA BROLIANI-.

57. ORDINARIA DE COBRANCA-0000090-05.2005.8.16.0004-COMPANHIA DE INFORMATICA DO PARANA - CELEPAR x INTERBRAZIL SEGURADORA- Atenta as informações contidas no expediente retro, à escrivania para observar e anotar a revogação noticiada. Na seqüência, manifeste-se a parte autora acerca da habilitação pretendida. -Advs. GEORGE LUIZ H. C. GUMIEL, LUIZ ROSELI NETO, JOSE DE ARAUJO NOVAES NETO e ROGERIO DANTE DE OLIVEIRA JUNIOR-.

58. ACAO DE OBRIGACAO DE FAZER-0000139-46.2005.8.16.0004-LUCIANO GONÇALVES DA CUNHA x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA)- Sobre o contido no expediente de fls. 298/328, manifestem-se as partes no prazo de quinze dias. -Advs. IVO BERNADINO CARDOSO e JOSE ANTONIO PERES GEDIEL-.

59. EXECUÇÃO FISCAL-45212/0-DER PR x ASSOCIACAO ESTUDANTIL BELAVISTENSE AEB- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Adv. LAURO ROCHA HOFF-.

60. REPETICAO DE INDEBITO-45390/0-DM TRANSPORTE E LOGISTICA INTERNACIONAL S/A x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- Em face da certtidão retro, manifeste-se o Exequente. -Advs. RENATO DEGANI LAU, SANDRO RICARDO SANTOS DE BORBA, ELIONORA HARUMI TAKESHIRO, REGIANE ANTUNES DEQUECHE, LEONARDO BICA DE FREITAS REZENDE, MARCIO LUIZ FERREIRA DA SILVA, DEBORA FRANCO DE GODOY ANDREIS e MARINA CODAZZI DA COSTA-.

61. MANDADO DE SEGURANCA-45397/0-LAERCIO DOS SANTOS LUZ x PRESIDENTE DA COMISSAO DE AVAL DE TITULOS EXEC e outro- Arquivem-

se os autos com as baixas necessárias, inclusive na distribuição. -Advs. MARIA DO CARMO PINHATARI FERREIRA, VALQUIRIA BASSETI PROCHMANN, ANITA CARUSO PUCHTA e GAZZI YOUSSEF CHARROUF-.

62. DECLARATORIA DE NULIDADE-45399/0-MARILI APARECIDA MARTINS DE CASTRO x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA)- Decorrido o prazo acima indicado (susensão). Abra-se vista ao Estado do Paraná. -Advs. FATIMA MIRIAN BORTOT, VALIANA WARGHA CALIIARI e MARINA CODAZZI DA COSTA-.

63. MANDADO DE SEGURANCA-45416/0-CEZER AUGUSTO MANICA & CIA LTDA x COORDENADOR DA RECEITA DO EST PR- Sobre a manifestação do Estado do Paraná (fls. 216/220), diga o impetrante. -Advs. ANDERSON ARRIVABENE, CARLOS AUGUSTO ANTUNES e MARINA CODAZZI DA COSTA-.

64. EXECUÇÃO TITULO EXTRAJUDICIAL-45423/0-AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S/A x GAZZI INFORMATICA e outros-Manifeste-se o interessado sobre oficios retro . -Advs. SAMUEL MACHADO DE MIRANDA e NELISSA ROSA MENDES-.

65. DECLAR. CUMULADA COM COBRANCA-45434/0-ALCIDIA NOGUEIRA DE LIMA ESTEVES e outros x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA) e outro-Aguarde-se por trinta dias a manifestação da parte interessada. No silêncio, arquivem-se os autos com as baixas necessárias, inclusive na distribuição. -Advs. DINO ZAMBENEDETTI, SAIMI SEMIL FURIO, DAIANE MARIA BISSANI e ISABELA CRISTINE MARTINS RAMOS-.

66. ACAO ORDINARIA-45483/0-REGINALDO FERRARI e outros x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA)- Arquivem-se os autos com as baixas necessárias, inclusive na distribuição. -Advs. LUIZ FERNANDO M. SERAFIM, SERGIO BOTTO DE LACERDA e VALQUIRIA BASSETI PROCHMANN-.

67. EXECUÇÃO-45676/0-DETRAN/PR - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ x ELISEU LUIS IESBIK- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen-Jud, conforme extrato retro. -Adv. RONY MARCOS DE LIMA-.

68. EMBARGOS À EXECUCAO FISCAL-45678/0-EDUARDO ANTONIO MARTINS CRAVO x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- Em face da certidão retro, manifeste-se o Estado do Paraná. -Advs. GUILHERME NAVARRO LINS DE SOUZA, ANDRE RENATO MIRANDA ANDRADE, LETICIA FERREIRA DA SILVA e ANITA CARUSO PUCHTA-.

69. REPETICAO DE INDEBITO-45714/0-KAZUYKI HAYASHI x COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA DO PARANÁ S/A-Aguarde-se por trinta dias a manifestação da parte interessada. No silêncio, arquivem-se os autos com as baixas necessárias, inclusive na distribuição. -Advs. ERALDO LACERDA JR e VIVIAN QUIMELLI ROSA-.

70. ACAO DE COBRANCA (RITO SUMAR)-45719/0-CONJUNTO MORADIAS JURUA x ROSELI SHIRLEI DA CRUZ e outro- Diante do contido na certidão de fls 447, manifeste-se o exequente em prosseguimento no pazo de quinze dias. -Advs. INGRID KUNTZE, EDUARDO GARCIA BRANCO e GLAUCIA DA SILVA ALBERTI-.

71. ORDINARIA DE INDENIZACAO-45815/0-ROGERIO GIORDANI FAGUNDES x DISAPEL ELETRODOMESTICOS LTDA-Aguarde-se por trinta dias a manifestação da parte interessada. No silêncio, arquivem-se os autos com as baixas necessárias, inclusive na distribuição. -Advs. ANDRE SILVEIRA RIBAS, ARMANDO CASA, MARLISE FARIAS TAROUCO, SAMANTA SILVEIRA RIBAS, CHRISTIANE ENGELMANN BALADÃO, DANIELA DAS CHAGAS OLIVEIRA, CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO) e MARCIA A. MANSANO-.

72. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO-45899/0-ARI DA LUZ ROSA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- Recebo a presente execução de sentença, iniciada as fls. 549/551 nos próprios autos, atento à memória do cálculo apresentada. Anote-se, seguindo o Código de Normas. Cite-se o réu, na forma do artigo 730, do CPC. (Intime-se o exequente para cumprir o contido no artigo 9.4.6 do CN, relativo as custas do Oficial de Justiça). -Advs. OSVALDO CONTO JUNIOR, HELIO LUIZ VITORINO BARCELOS, LUIZ EDSON FACHIN, WILTON VICENTE PAESE e MARINA CODAZZI DA COSTA-.

73. CARTA DE SENTENCA-45902/0-SORAIA PORTUGAL MONTEIRO x PARANAPREVIDÊNCIA- Manifeste-se o requerido acerca do contido em fls. 158. -Advs. WILSON REDONDO AVILA, FRANCHIELLE STRESSER GIOPPO e DAIANE MARIA BISSANI-.

74. EXECUÇÃO FISCAL-45904/0-IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA x AMAURI TOMAZ DA SILVA-Manifeste-se o interessado sobre oficios retro . -Adv. LUCIANO MARCHESINI-.

75. ACAO ORDINARIA-45947/0-LEOCADIA MARTINS e outros x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA) e outro- Ciente da decisão de fls. 1532/1539. Manifestem-se os exequentes em prosseguimento, no prazo de quinze dias. -Advs. CELSO ROLIM ROSA, JOSE GUILHERME ROLIM ROSA, CRISTIANA HELENA SILVEIRA REIS, SHIRLEY R. DE MORAES, ANGELICA DUARTE MARTINESKI, ISABELA CRISTINE MARTINS RAMOS, RODRIGO MARCO LOPES DE SEHLI e IURI FERRARI COCICOV-.

76. ACAO ORDINARIA-45956/0-LEILA RICHA EDDE DA COSTA x PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA e outros- CERTIFICO que, tendo em vista a penhora tomada por termo, encaminho os presentes autos para intimação da parte executada, através de seu procurador judicial, para oferecerem impugnação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias (Art. 475-J, § 1° do CPC). -Advs. JONAS BORGES, MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY, JULIO JACOB JUNIOR e TERCIO AMARAL DE CAMARGO-.

77. HABILITACAO DE CREDITO-46134/0-GILDO DE MATOS DA SILVA x BANCO ARAUCARIA S/A EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL- Sobre a cota ministerial retro manifeste-se o Síndico. -Advs. ROBERTO MARTINS LOPES, ARNO JUNG e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

78. ACAO ORDINARIA-46165/0-ARLINDO MILHORETTO x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA) e outro- Manifeste-se o Estado do Paraná. -Advs. MARIZE SENES RIBEIRO, ISABELA CRISTINE MARTINS RAMOS, IURI FERRARI COCICOV e SUZANE MARIE ZAWADZKI-.

79. HABILITACAO DE CREDITO-46205/0-7ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA e outros x INSACAR INDUSTRIAS DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA- Manifeste-se o síndico. -Advs. JOAO NELSON KINAL, MARCIA ADRIANA MANSANO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

80. MANDADO DE SEGURANCA-46434/0-VASNI MARTINS DE ANDRADE JUNIOR x CHEFE DO SETOR DE RECRUTAMENTO DA PMPR e outro-Aguarde-se por 30 (trinta) dias a manifestação da parte interessada. No silêncio, arquivem-se os autos com as baixas necessárias, inclusive na distribuição. -Advs. FABIO ROBERTO QUINATO, MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO e GAZZI YOUSSEF CHARROUF-.

81. DECLARATORIA-46439/0-LUIS GUSTAVO DE CARVALHO MORAES x POLICIA MILITAR DO PARANA- Decorido prazo acima (suspensão), manifeste-se o Estado do Paraná. -Advs. JOAO PAULO C. BARBOSA LIMA, CIRILO MILAK, CRISTINA LEITAO TEIXEIRA DE FREITAS e DANIELA DE SOUZA GONÇALVES-.

82. EXECUÇÃO FISCAL-46509/0-IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA x TRANSPORTE MAITAS LTDA- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen-Jud, conforme extrato retro. -Adv. LUCIANO MARCHESINI-.

83. DECLARATORIA-46594/0-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOAO MARIA ERCEGO e outros- Recebo o recurso de apelação interposto às fls. 389/403, no seu duplo efeito. Exegese do artigo 520, caput, do CPC. Amoldando-se no artigo 518 do CPC, dê ciência à parte apelada, para, querendo, no prazo de quinze dias, apresente contra-razões recursais. Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Presentes os pressupostos de admissibilidade recursais e cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as cautelas de praxe. -Advs. PAULO ROBERTO FERREIRA PEREIRA, SEVERINO ERNESTO DE SOUZA, ANA CELIA PIRES CURUCA LOURENÇAO e ROSEMERI PEREIRA DA SILVA-.

84. EXECUCAO DE HIPOTECA-46600/0-NEREIDA ALMEIDA DE OLIVEIRA x PARANAPREVIDÊNCIA- Intimem-se as partes da pericia médica designada no dia 22 de outubro de 2011, às 10.00 horas, na Av. Batel, nº 1.230, bairro Batel. -Advs. WILLIAN ROWEN SOARES, DAIANE MARIA BISSANI, ANNETE CRISTINA DE ANDRADE GAIO e RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES-.

85. ACAO SUMARIA-46779/0-EDISON VANDER CAMPOS x ESTADO DO PARANÁ (SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA)- 1. Requer o executado o desbloqueio dos valores encontrados via sistema Bacen-Jud, uma vez que se trata de quantia impenhorável, e bem também a concessão de assistência judiciária gratuita. 2. O exequente, instado a se manifestar, concordou com o desbloqueio requerido, mas requereu o indeferimento do pedido de assistência judiciária. 3. Primeiramente, quanto a alegada impenhorabilidade da quantia encontrada no Banco do Brasil, entendo que assiste razão ao executado, em vista do que prevê o artigo

649, IV do CPC. 4. Portanto, determinei o desbloqueio da quantia encontrada, conforme recibo em anexo. 5. Já no que tange ao pedido de assistência judiciária gratuita, é entendimento pacífico na jurisprudência que tal requerimento pode ser feito em qualquer momento do processo. 6. Entretanto, mesmo que deferido, os efeitos não retroagem para alcançar a condenação em custas e honorários. 7. Neste sentido: 8. "É admissível a concessão dos benefícios da assistência gratuita na fase da execução, entretanto, os seus efeitos não podem retroagir para alcançar a condenação nas custas e honorários fixados na sentença do processo de conhecimento transitado em julgado". (RSTJ 179/34: Corte Especial, ED no Resp 255.057). 9. Justamente é o caso dos autos. O executado foi condenado a pagar custas e honorários advocatícios no acordão que deu provimento a apelação interposta pelo Estado do Paraná. 10. Portanto, concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita ao executado, ressalvando que esta se aplica daqui para adiante, não retroagindo a condenação havida. 11. Assim, determinei a transferência dos demais valores encontrados via sistema Bacen-Jud, conforme recibo em anexo. 12. Confirmada a transferência, lavre-se termo de penhora. Deixo de intimar o executado para oferecimento de impugnaçao porque o juizo não se encontra garantido. 13. Intime-se o Estado do Paraná para que informe outros bens passíveis de penhora. 14. Intimem-de. -Advs. ANA PAULA WOLLSTEIN, LAURO CAVERSAN JUNIOR, FERNANDO BORGES MANICA, ANITA CARUSO PUCHTA, MARINA CODAZZI DA COSTA e FLAVIO ROSENDO DOS SANTOS-.

86. MANDADO DE SEGURANCA-46855/0-ROSSANA LOPES PEREIRA DE SOUZA x DIRETORA DO DPTO DE RH DA SEC DE EST ADM E PREV e outro- Arquivem-seos autos coma s baixas necessárias, inclusive na distribuição. -Advs. LUCIANE R. KANIGOSKI QUINTINO e MIGUEL RAMOS CAMPOS-.

87. HABILITACAO DE CREDITO-46869/0-JOSE APARECIDO SILVERIO x GRONAU S/A INDUSTRIAS TEXTEIS- Em face do contido em fls. 82, manifeste-se o Síndico. -Advs. MARA DENISE VASSELAI, CARLOS ROBERTO CLARO, CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO) e MICHEL GUERIOS NETTO-.

88. REPARAÇÃO DE DANOS-46889/0-SANEPAR - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ x EULALIO EVANGELISTA SILVA e outro- Manifeste-se a autora em prosseguimento. -Advs. TADEU DONIZETI BARBOSA RZNISKI e EDSON JOSE DA SILVA-.

89. EXECUÇÃO TITULO EXTRAJUDICIAL-46991/0-SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL PR x NUTRIS NUTRICAO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA- Decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se o exequente em prosseguimento. -Advs. VANISE MELGAR TALAVERA, CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO), ANTONIO HENRIQUE AMARAL R. DE MELLO, LUIZ F. MARTINS BONETTE, ALVARO JOSE MONDINI, MÁRCIA A. MANSANO e ALBERTO LUIZ ABERTI-.

90. PRESTACAO DE CONTAS-47344/0-FUNDACAO CULTURAL DE CURITIBA x SANDRA REGINA PEREIRA- CERTIFICO que, tendo em vista a penhora tomada por termo, encaminho os presentes autos para intimação da parte executada, através de seu procurador judicial, para oferecerem impugnação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias (Art. 475-J, § 1° do CPC). -Advs. MARIA CRISTINA J. CASTOR DE MATTOS e DALCIA PIERBON LESSNAU-.

91. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-47391/0-AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S/A x LOURENÇO DE PAULA BARBOSA e outro- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. SAMUEL MACHADO DE MIRANDA e LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE-.

92. ACAO DE COBRANCA (RITO SUMAR)-47523/0-MORADIAS CAIUA I COND XI x SALVADOR DOS SANTOS e outros- CERTIFICO que, tendo em vista a penhora tomada por termo, encaminho os presentes autos para intimação da parte executada, através de seu procurador judicial, para oferecerem impugnação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias (Art. 475-J, § 1° do CPC). -Advs. INGRID KUNTZE, LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO e GUSTAVO HENRIQUE BATISTA QUINTÃO-.

93. ACAO CIVIL PUBLICA-47574/0-SINAENCO - SINDICATO NAC. DAS EMP. DE ARQ. E ENG. x DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR e outros- Diante da certidão retro, manifeste-se o Requerente. -Advs. SERGIO TOSCANO DE OLIVEIRA, ROSANA MALHEIROS GAERTNER, JACQUELINE BINI, PAULO HENRIQUE VIEIRA DA COSTA, ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ, PEDRO MATIAS VILAR JUNIOR, MARIO JORGE SOBRINHO e LAURO ROCHA HOFF-.

94. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE VINCULO JURIDICO TRIBUTARIO-47735/0-SANDRO MAGNO DOS SANTOS x COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB CT- Deve o autor dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção. -Advs. FABIANO MILANI PIECHNIK, CLEVERSON ALEX HERZ SELHORST, JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA e HASSAN SOHN-.

95. ORD. DE PRECEITO COMINATORIO-47794/0-MUNICIPIO DE CURITIBA x ESTACIONAMENTO FAYAD LTDA- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. ESTEVAM CAPRIOTTI FILHO, PAULO ROBERTO JENSEN e CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA-.

96. HABILITACAO DE CREDITO-48065/0-CLEVERSON LOURENÇO LEAL x THA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA- Intime-se o síndico como requer. -Advs. DAMASCENO M. DA ROCHA JUNIOR, CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO), CINTIA MARA GUILEHRME FORTUCE, CLAUDIR JOSE SCHWARZ e CARLOS ROBERTO CLARO-.

97. ACAO MONITORIA-48069/0-ESTADO DO PARANÁ x HONEYMOON COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e outros- Diante do contido na certidão de fs. 245, manifeste-se o exequente em prosseguimento no prazo de quinze dias. -Advs. MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO, MARINA CODAZZI DA COSTA, ANTONIO AUGUSTO GRELLERT, PAULO HENRIQUE BEREHULKA e MICHELLE SELEME LEONE-.

98. AÇÃO DE COBRANÇA-48110/0-MUNICIPIO DE CURITIBA x ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA-Manifeste-se o interessado sobre oficios retro . -Adv. SILVIO ANDRE BRAMBILLA RODRIGUES-.

99. ORDINÁRIA-48589/0-ASSEFACRE - ASSOC. DOS SERV. DA SEC. DA FAZ E COOR x ESTADO DO PARANÁ-Da chegada dos autos a este Juízo, dê-se ciência às partes. -Advs. FUAD SALIM NAJI, GUILHERME MANA ROCHA e HAROLDO ALVES RIBEIRO JUNIOR-.

100. HABILITACAO DE CREDITO-48708/0-BANCO ABN AMRO REAL S A x MASSA FALIDA DE BEAT BAGS LTDA Abra-se vista dos autos a Falida e ao Sindico. -Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI, LUCIUS MARCUS OLIVEIRA, ADMINIST. GILBERTO HARTL e EDGAR LENZI-.

101. HABILITACAO DE CREDITO-48727/0-BANCO BRADESCO S/A x NUTRIS - NUTRICAO, TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA- Manifeste-se o síndico. -Advs. DANIEL HACHEM, CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO) e ALBERTO LUIZ ABERTI-.

102. HABILITACAO DE CREDITO-49501/0-MARIA APARECIDA FERREIRA GONÇALVES x INDUSTRIA TREVO LTDA- Manifeste-se a Falida e o Síndico. -Advs. CARLOS ROBERTO MENOSSO, ARNO JUNG e ADMINIST. JOAQUIM JOSE GRUBHOFER RAULI-.

103. DECLARATORIA DE DIREITOS-49693/0-ALICE CID PEREIRA e outros x MUNICIPIO DE CURITIBA e outro-Aguarde-se por trinta dias a manifestação da parte interessada. No silêncio, arquivem-se os autos com as baixas necessárias, inclusive na distribuição. -Advs. LUDIMAR RAFANHIM, CLAUDIA MARIA LIMA SCHEIDWEILER, GISELE HAUER ARGENTON e MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY-.

104. EXECUÇÃO FISCAL-50186/0-DER - DEPTO DE ESTRADAS DE RODAGEM x TRANSPORTADORA TISSI LTDA- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. LAURO ROCHA HOFF e ROMARIO SELBMANN-.

105. HABILITACAO DE CREDITO-50274/0-4ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA e outro x FORRO LANCAMENTO DE MODAS LTDA- Dessa forma, julgo extinta a habilitação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficie-se ao Juízo habilitante, para que tome ciência desta decisão. Observadas as formalidades legais, feitas as baixas na distribuição e diligências necessárias, arquive-se o feito, oportunamente.-Advs. CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO), CARLOS ROBERTO CLARO e IGUACIMIR GONCALVES FRANCO-.

106. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-50584/0-ESTADO DO PARANÁ x TRANSPORTADORA RELÓGIO LTDA- Primeiramente, indefiro o pedido de citação do Espólio de Juraci Batista Vantroba, uma vez que não há nos autos comprovante de seu falecimento. Quanto à penhora de bens dos executados, defiro o pedido, determinando a expedição de Mandado nos termos postulados (fls.116/118). Por fim, indefiro o pedido de expedição de ofício a Receita Federal, uma vez que a consulta a Declarações de Imposto de Renda se configura como quebra de sigilo fiscal, já que não existem motivos suficientemente relevantes para justificar tal medida. Diligências necessárias. Intimem-se. -Advs. MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO, RENATA CARLOS STEINER e ROSANGELA DO SOCORRO ALVES-.

107. PRESTACAO DE CONTAS-51072/0-CLEMENCEAU M.CALIXTO MASSA FALIDA DE SAN MARCO LTD e outro-Defiro o pedido de fls. 217/218. Observe-se e anote-se. Primeiramente, intime-se a Falida para que se manifeste sobre as contas já apresentadas. -Advs. LUIZ CARLOS COELHO DA CUNHA, JOSE DEVANIR FRITOLA, ALCIO MANOEL DE SOUZA FIGUEIREDO e COMISSARIO: CLEMENCEAU CALIXTO-.

108. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0000436-48.2008.8.16.0004-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR x MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO OESTE- 1. Ao exequente para que traga aos autos a memória de cálculos atualizada que mencionou à fl. 45. 2. Em seguida, diga o executado quanto ao cálculo apresentado. 3. Havendo concordância, expeça-se a competente requisição de pequeno valor. -Advs. LAURO ROCHA HOFF e MARCIA DA SILVA PAISANA-.

109. EXECUÇÃO FISCAL-51584/0-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR x QUINALHA & BILOTTI LTDA-Intime-se o autor para retirar carta precatoria. '-Adv. LAURO ROCHA HOFF-.

110. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR-52029/0-GIOVANI MARCEL TEIXEIRA x DIRETOR PRES. DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ- Sobre o pedido de fls. 559/559, manifeste-se a parte impetrada, no prazo de quinze dias. -Advs. JOSE ALEXANDRE SARAIVA, FRANCISCO FERNANDO B. DE CAMARGO e LUIZ PAULO RIBEIRO DA COSTA-.

111. HABILITACAO DE CREDITO-52074/0-ANTONIO EDUARDO MIQUELASSO x NUTRIS NUTRIÇÃO E TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA- Defiro o pedido de fls. 25. Intime-se o habilitante conforme requerido. -Advs. SUMAYA CHEDE CANSINI, ROBERTO PONTES CARDOSO JUNIOR, CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO), ALBERTO LUIZ ABERTI e MARCIA ADRIANA MANSANO-.

112. HABILITACAO DE CREDITO-52079/0-EDIVALDO AMERICO DA SILVA x NUTRIS NUTRIÇÃO E TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA- Defiro o pedido de fls. 23. Intime-se o habilitante conforme requerido. -Advs. SUMAYA CHEDE CANSINI, ROBERTO PONTES CARDOSO JUNIOR, MARA DENISE VASSELAI, CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO), ALBERTO LUIZ ABERTI e MARCIA ADRIANA MANSANO-.

113. HABILITACAO DE CREDITO-52080/0-JOSE LOPES ROCHA x NUTRIS NUTRIÇÃO E TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA- Defiro o pedido de fls. 24. Intime-se o habilitante conforme requerido. -Advs. SUMAYA CHEDE CANSINI, ROBERTO PONTES CARDOSO JUNIOR, MARA DENISE VASSELAI, CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO), ALBERTO LUIZ ABERTI e MARCIA ADRIANA MANSANO-.

114. EXECUÇÃO FISCAL-52100/0-DETRAN/PR - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ x CINTIA DE PAULA BASTOS- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Adv. RONY MARCOS DE LIMA-.

115. EXECUÇÃO FISCAL-52106/0-DETRAN/PR - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ x MARCIO ADRIANO BUENO- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen-Jud, conforme extrato retro. -Advs. MARISTELA BUSETTI e RONY MARCOS DE LIMA-.

116. EXECUÇÃO FISCAL-52404/0-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR x BONDESPACHO TURISMO LTDA-Intime-se o autor para retirar carta precatoria. -Adv. LAURO ROCHA HOFF-.

117. HABILITACAO DE CREDITO-52415/0-VARA DO TRABALHO DE PINHAIS e outro x NUTRIS NUTRIÇÃO E TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA- Dessa forma, julgo extinta a habilitação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficie-se ao Juízo habilitante, para que tome ciência desta decisão. Observadas as formalidades legais, feitas as baixas na distribuição e diligências necessárias, arquive-se o feito, oportunamente.-Advs. CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO), ALBERTO LUIZ ABERTI e MARCIA ADRIANA MANSANO-.

118. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-52505/0-URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A x RONALDO ADRIANO MUZIOL- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. IVO FERREIRA DE OLIVEIRA e REGIS GRITTEM ZULTANSKI-.

119. IMPUGNACAO AO CREDITO DECLARADO-52796/0-ANA CLAUDIA BINO ALVES e outros x R.R. FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA-Sobre a cota ministerial retro, manifeste-se o Síndico. -Advs. SILVANA MARTA GOMES DA SILVA, LAURA ISABEL NOGAROLLI, ADMINISTRADOR. CLEMENCEAU CALIXTO, JULIANE ZANCANARO e GEROLDO AUGUSTO HAUER-.

120. CESSAO DE CREDITOS-52986/0-BENATO & FILHOS LTDA x CICOMAC APIOIO EMPRESARIAL LTDA e outro- (...) Posto isso, não mais subsiste a necessidade de inclusão, de modo que também se verifica a perda do objeto no que tange a este pedido. Pelo exposto, acolho os embargos interpostos, a fim de sanar a omissão apontada, nos termos delineados. Diligências e intimações necessárias -Advs. CAROLINE FRANCESCHI ANDRE, GAZZI YOUSSEF CHARROUF e ANTONIO AUGUSTO GRELLERT-.

121. HABILITACAO DE CREDITO-53053/0-VICENTE VIEIRA DE ALMEIDA x ALIANCA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA- Defiro o pedido de fls. 14. Intime-se o Requerente conforme requerido. -Advs. PATRICIA MARONEZE STIPP, MARCELO ZANON SIMAO (SÍNDICO), SERGIO DE A. FERREIRA, LUCIANO SOARES PEREIRA e CARLOS VITOR MARANHAO DE LOYOLA-.

122. HABILITACAO DE CREDITO-53054/0-ROMILDO BARRA x ALIANCA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA- Defiro o pedido de fls. 14. Intime-se o Requerente conforme requerido. -Advs. PATRICIA MARONEZE STIPP, MARCELO ZANON SIMAO (SÍNDICO), SERGIO DE A. FERREIRA, LUCIANO SOARES PEREIRA e CARLOS VITOR MARANHAO DE LOYOLA-.

123. HABILITACAO DE CREDITO-53056/0-IVAN JOSE PEREIRA x ALIANCA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA- Defiro o pedido de fls. 14. Intime-se o requerente conforme requerido. -Advs. PATRICIA MARONEZE STIPP, ELSO CARDOSO BITENCOURT, MARCELO ZANON SIMAO (SÍNDICO), SERGIO DE A. FERREIRA, LUCIANO SOARES PEREIRA e CARLOS VITOR MARANHAO DE LOYOLA-.

124. ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE HORAS EXTRAS-53349/0-DELMAR FERREIRA DOS SANTOS x ESTADO DO PARANÁ- Defiro fls. 236. Abra-se dos autos ao Estado do Paraná. -Advs. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, ARIANNA DE NICOLAI PETROVSKY e GAZZI YOUSSEF CHARROUF-.

125. ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE HORAS EXTRAS-0000482-03.2009.8.16.0004-LUIZ CARLOS ARMACHUSKI x ESTADO DO PARANÁ- Defiro fls. 231. Abra-se vista dos autos a Estado do Paraná. -Advs. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, ARIANNA DE NICOLAI PETROVSKY e FLAVIO ROSENDO DOS SANTOS-.

126. EXECUÇÃO FISCAL-53598/0-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR x M D ROSSI BOICA- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen-Jud, conforme extrato retro. -Adv. LAURO ROCHA HOFF-.

127. DECLARATÓRIA C/C COBRANÇA-0000431-89.2009.8.16.0004-CRISTIANE REGINA FIOR e outros x MUNICIPIO DE CURITIBA- Sobre a manifestação e documentos (fls. 266/303), digam as autora no prazo de quinze dias. -Advs. LUDIMAR RAFANHIM, CLAUDIA MARIA LIMA SCHEIDWEILER, GISELE HAUER ARGENTON, JONADABE RODRIGUES LAURINDO e VALQUIRIA GONÇALVES-.

128. ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE HORAS EXTRAS-0000023-98.2009.8.16.0004-ALDEMIR SILVEIRA DA SILVA x ESTADO DO PARANÁ- Defiro fls. 235. Abra-se vista dos autos ao Estado do Paraná. -Advs. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO e GAZZI YOUSSEF CHARROUF-.

129. COBRANÇA PELO RITO SUMÁRIO-54151/0-URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A x ESPOLIO DE GREVY G. DE OLIVEIRA REP POR RUTH L. DE OLIVEIRA- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. EVELLYN DAL POZZO YUGUE, LEANDRO SCHULZ e AUREO ZAMPRONIO FILHO-.

130. EMBARGOS DO DEVEDOR-54161/0-FRANCISCO MACHADO DE GODOI e outro x MUNICIPIO DE CURITIBA- Manifeste-se o autor sobre o contido na certidao fls. 121. -Advs. JAIME LUIZ SCHLUGA e PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

131. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO-54517/0-COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS MAXXI LTDA e outros x DIRETOR DA COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ- Arquivem-se por trinta dias o preparo das

custas processuais. -Advs. LUIZ ALBERTO GIOMBELLI SIMONI, DIOGO MATTÉ AMARO, DIOGO BENRADT CARDOSO e DULCE ESTHER KAIRALLA-.

132. ACAO MONITORIA-54534/0-AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S/A x EVERSON DOS SANTOS e outro- Defiro fls. 104. Cite-se o réu no endereço indicado. (Intime-se o autor para pagar as custas do Oficial de Justiça). -Advs. TATIANY ZANATTA S. FOGAÇA, NELISSA ROSA MENDES e LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE-.

133. ACAO ORDINARIA-0001672-98.2009.8.16.0004-MARIA AMELIA POSTIGO MEIADO e outros x ESTADO DO PARANA- Ciente da determinação de fl.1.086 Recebo o recurso de apelação interpostos pelo Requerido às fls. 1.060/1.061, no duplo efeito, exegese do artigo 520, caput, do CPC. Amoldando-se no artigo 518 do CPC, dê ciência à parte apelada, para, querendo, no prazo de quinze dias, apresente contra-razões recursais. Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Presentes os pressupostos de admissibilidade recursais e cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as cautelas de praxe. -Advs. DIEFFERSON MEIADO, IVAN DE LIMA e MANOEL JOSE LACERDA CARNEIRO-.

134. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR-54919/0-TEESAL TERRAPLANAGENS E ESCAVACOES LTDA x PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA e outro- Intime-se pessoalmente a impetrante para efetuar o preparo das custas processuais, em quarenta e oito horas, sob pena de extinção.-Advs. ANA CLAUDIA FINGER, CELIO HEITOR GUIMARAES e MARIA CRISTINA J. CASTOR DE MATTOS-.

135. EMBARGOS À EXECUCAO-55143/0-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR x JACIRA ANTUNES e outros-Intime-se a parte credora para que se manifeste acerca do depósito (fls. 61/65), bem como informe sobre a satisfação do débito. No caso de não manifestação, presumir-se-á que o depósito esta satisfeito. -Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ, EDSON LUIZ AMARAL, CARMELINDA CARNEIRO, RAFAEL HOFFMANN MAGALHÃES e ROBERTO MELHMANN-.

136. EXECUÇÃO FISCAL-55162/0-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR x ANTONIOTUR TRANSPORTE RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen-Jud, não foi atendida por inexistência de relacionamento, conforme extrato retro. -Adv. LAURO ROCHA HOFF-.

137. EXECUÇÃO FISCAL-55165/0-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR x ANTONIO MARTINS NETO-Intime-se o autor para retirar carta precatoria. -Adv. LAURO ROCHA HOFF-.

138. ACAO MONITORIA-0002422-66.2010.8.16.0004-COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A x SABOIA HOTEIS E TURISMO LTDA- CERTIFICO que em conformidade ao C.N. 5.8.7.1, que não foram encontrados valores para atendimento a solicitação de bloqueio realizada através do sistema Bacen--Jud, conforme extrato retro. -Advs. HELIO EDUARDO RICHTER e JOAO BATISTA DOS ANJOS-.

139. MANDADO DE SEGURANCA-0003144-03.2010.8.16.0004-VISION DISTRIBUIDORA LTDA x SECRETARIO DE ESTADO DA FAZENDA DO PARANA e outro- Recebo o recurso de apelação, em ambos os efeitos. Intime-se a parte apelada, para apresentar suas contrarrazoes em quinze dias. Em seguida, subam os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (caso não seja interposto recurso na forma adesiva). Diligências e intimaçoes necessárias. -Advs. PABLO JOSE DE BARROS LOPES e FABIANO HALUCH MAOSKI-.

140. ANULATORIA DE LANCAMENTO FISCAL-0004828-60.2010.8.16.0004-FABIANA LUZIA DE OLIVEIRA x MUNICIPIO DE CURITIBA- Pelo exposto, rejeito os embargos interpostos, uma vez que ausentes quaisquer dos vicios previstos art. 535, do Código de Processo Civil. Diligências e intimações necessárias -Advs. LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA, PAULO VINICIO FORTES FILHO e VALDIR JULIO ULBRICH-.

141. ANULATORIA DE DIVIDA FISCAL-0005181-03.2010.8.16.0004-METALURGICA SANTA CECILIA S/A x ESTADO DO PARANA-Recebo o recurso de apelação, em ambos os efeitos. Intime-se a parte apelada, para apresentar suas contrarrazoes em quinze dias. Em seguida, subam os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (caso não seja interposto recurso na forma adesiva). Diligências e intimaçoes necessárias. -Advs. MARCOS WENGERKIEWICZ e MARCIO LUIZ FERREIRA DA SILVA-.

142. REPARAÇÃO DE DANOS-0005926-80.2010.8.16.0004-URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A x HERSIO ATAIDE ANDRADE e outro- Pelo exposto, acolho os embargos interpostos, nos termos já definidos. -Advs. RODRIGO BINOTTO GREVETTI e LUIS ROBERTO FRANCO RODRIGUES-.

143. DIFERENÇAS DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO-0006947-91.2010.8.16.0004-CARLOS ANTONIO DE SOUZA x ESTADO DO PARANA-Recebo o recurso de apelação interposto às fis. 69/79, no seu duplo efeito, exegese do artigo 520, caput, do CPC. Amoldando-se no artigo 518 do CPC, dê ciência à parte apelada, para, querendo, no prazo de quinze dias, apresente contra-razões recursais. Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Presentes os pressupostos de admissibilidade recursais e cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as cautelas de praxe. Diligências necessárias. Intimem-se. -Advs. JOSÉ ROBERTO MARTINS, ARIANNA DE NICOLAI PETROVSKY e YEDA VARGAS RIVABEM BONILHA-.

144. ACAO DECLARATORIA-0007950-81.2010.8.16.0004-RAFAEL VINICIUS D´OTAVIANO DE CASTRO VILANI x ESTADO DO PARANÁ-Recebo o recurso de apelação, em ambos os efeitos. Intime-se a parte apelada, para apresentar suas contrarrazoes em quinze dias. Em seguida, subam os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (caso não seja interposto recurso na forma adesiva). Diligências e intimaçoes necessárias. -Advs. MILTON MIRO VERNALHA FILHO, NAOTO YAMASAKI, FERNANDA LINHARES WALLBACH e ROGERIO DISTEFANO-.

145. EXECUÇÃO FISCAL-0008283-33.2010.8.16.0004-DER/PR - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM x PPG INDUSTRIAL DO BRASIL - TINTAS E VERNIZES LTDA-Intime-se o autor para retirar carta precatoria. -Adv. LAURO ROCHA HOFF-.

146. DECLARATORIA DE ILEGALIDADE-0008593-39.2010.8.16.0004-SCHEILA MARA VALENTE DE OLIVEIRA x INSTITUTO CURITIBA DE SAUDE - ICS e outro- Recebo os recursos de apelação fls. 142/148 e 150/154, em ambos os efeitos nos termos do disposto no artigo 520, do Código de Processo Civil. Intime-se a parte contrária, para querendo, ofertar contrarrazoes aos recursos. Após, em não havendo a interposição de recurso adesivo, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as cautelas de praxe. -Advs. HELIO PEREIRA CURY FILHO, ANA MARIA MAXIMILIANO, JEFFERSON RENATO R. ZANETI e MELISSA DE C. KANDA DIETRICH-.

147. HABILITACAO DE CREDITO-0008619-37.2010.8.16.0004-01ª VARA DO TRABALHO DE MARINGA e outro x DISAPEL ELETRODOMESTICOS LTDA- Dessa forma, julgo extinta a habilitação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficie-se ao Juízo habilitante, para que tome ciência desta decisão. Observadas as formalidades legais, feitas as baixas na distribuição e diligências necessárias, arquive-se o feito, oportunamente.-Advs. JULIO ASSIS GEHLEN e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

148. EXECUÇÃO FISCAL-0009259-40.2010.8.16.0004-DER/PR - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM x SAO DOMINGOS MATERIAL DE CONSTRUÇAO - ME-Manifeste-se o interessado sobre oficio retro . -Adv. LAURO ROCHA HOFF-.

149. REPETICAO DE INDEBITO-0010224-18.2010.8.16.0004-FLORIDES GREGORIO DE LIMA x ESTADO DO PARANÁ e outro- Recebo os recursos de apelação interpostos às fls. 117/123 e 125/133, no efeito devolutivo, exegese do artigo 520, VII, do CPC. Amoldando-se no artigo 518 do CPC, dê ciência à parte apelada, para, querendo, no prazo de quinze dias, apresente contra-razões recursais. Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Presentes os pressupostos de admissibilidade recursais e cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as cautelas de praxe. Diligências necessárias. Intimem-se. -Advs. NAOTO YAMASAKI, FERNANDA LINHARES WALLBACH, MILTON MIRO VERNALHA FILHO, JACSON LUIZ PINTO e KARINA LOCKS PASSOS

150. DECLARATORIA C/ PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA-0010411-26.2010.8.16.0004-MARIA RAMOS SUNAGA x ESTADO DO PARANÁ- Recebo os recursos de apelação interpostos às fls. 146/157 e 146/157, no efeito devolutivo, exegese do artigo 520, VII, do CPC. Amoldando-se no artigo 518 do CPC, dê ciência à parte apelada, para, querendo, no prazo de quinze dias, apresente contra-razões recursais. Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Presentes os pressupostos de admissibilidade recursais e cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as cautelas de praxe. Diligências necessárias. Intimem-se. -Advs. MILTON MIRO VERNALHA FILHO, FERNANDA LINHARES WALLBACH, NAOTO YAMASAKI, JACSON LUIZ PINTO e ROGERIO DISTEFANO-.

151. REPETICAO DE INDEBITO-0011262-65.2010.8.16.0004-CIRO JOSE VICELLI x ESTADO DO PARANÁ e outro- Recebo os recursos de apelação interpostos às fis. 98/105 e 107/113, no seu duplo efeito, exegese do artigo 520, caput, do CPC. Amoldando-se no artigo 518 do CPC, dê ciência à parte apelada, para, querendo, no prazo de quinze dias, apresente contra-razões recursais. Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Presentes os pressupostos de

admissibilidade recursais e cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as cautelas de praxe. -Advs. NAOTO YAMASAKI, MILTON MIRO VERNALHA FILHO, FERNANDA LINHARES WALLBACH, JACSON LUIZ PINTO e LUIZ FERNANDO DA SILVA TAMBELLINI-.

152. DECLARATORIA C/ PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA-0013191-36.2010.8.16.0004-DANIEL VINICIOS SCHNEIDER SILVA x PARANAPREVIDÊNCIA e outro- Recebo os recursos de apelação interpostos às fls. 93/102 e 103/110, no efeito devolutivo. Exegese do artigo 520, VII, do CPC. Amoldando-se no artigo 518 do CPC, dê ciência à parte apelada, para, querendo, no prazo de quinze dias, apresente contra-razões recursais. Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Presentes os pressupostos de admissibilidade recursais e cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as cautelas de praxe. Diligências necessárias. Intimem-se. -Advs. CAMILA RIBEIRO CARAMUJO MORAES VALEIXO, YEDA VARGAS RIVABEM BONILHA e JACSON LUIZ PINTO-.

153. SUMARIA DE COBRANÇA-0013288-36.2010.8.16.0004-URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A x ELIER SILVA DOS SANTOS- Manifeste-se o autor sobre o Ar devolvido. -Adv. EVELLYN DAL POZZO YUGUE-.

154. EMBARGOS À EXECUCAO-0013292-73.2010.8.16.0004-ESTADO DO PARANÁ x AMBROSINA MARIA FREIRE e outros-Aguarde-se por trinta dias, eventual pedido de execução das verbas de sucumbência fixadas neste processo. No silêncio, arquivem-se os autos com as anotações e baixas necessárias, inclusive no distribuidor. -Advs. DANIELA DE SOUZA GONÇALVES e DENISE MARTINS AGOSTINI-.

155. ORDINARIA DE CONCESSAO DE PENSAO POR MORTE-0015550-56.2010.8.16.0004-SUELI TERESINHA WALLES x ESTADO DO PARANÁ e outro- 1. Acolho a petição de emenda a inicial (fls. 87/89). 2. Defiro os beneficios da assistência judiciária gratuita. 3. Examinando o pedido de antecipação de tutela formulado e não obstante as razões deduzidas na inicial, não se verifica presente o requisito do receio de dano grave e de difícil reparação, para que se defira o provimento jurisdicional pleiteado antecipadamente pela autora. Observe-se que foi publicado o despacho que determinou a emenda a inicial em 22/09/2010, no entanto, a petição de emenda somente foi apresentada em 02/09/2011, ou seja, quase um ano apos a determinação, o que demonstra não haver receio de dano irreparável ou de difícil reparação em caso de demora no provimento jurisdicional. Posto isso e não vislumbrando, de plano, o requisito do perigo na demora, indefiro o pedido de antecipação de tutela. 4. Cite-se o requerido com as advertëncias legais. Diligências e intimações necessárias. -Adv. ELAINE C DOS SANTOS-.

156. ORDINARIA DE ANULACAO-0015803-44.2010.8.16.0004-FERNANDO ARMANDO SCHAURICH x ESTADO DO PARANÁ- Intime-se o autor para retirar carta precatoria. -Advs. LEONTAMAR VALVERDE PEREIRA e EROULTHS CORTIANO JUNIOR-.

157. ORDINARIA DE COBRANCA-0017889-85.2010.8.16.0004-PAULO SERGIO CHAGAS TERRA e outros x ESTADO DO PARANÁ - Especifiquem as partes as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando-as. -Advs. ALEX CAETANO DOS REIS, WINNICIUS PEREIRA DE GÓES e LEILA CUELLAR-.

158. DECLARATORIA-0018021-45.2010.8.16.0004-OSVALDO SILVA BRASIL x ESTADO DO PARANÁ e outro- Recebo os recursos de apelação interpostos às fls. 112/116, 117/125 e 127/133, no seu duplo efeito, exegese do artigo 520, caput, do CPC. Amoldando-se no artigo 518 do CPC, dê ciência à parte apelada, para, querendo, no prazo de quinze dias, apresente contrarrazões recursais. Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Presentes os pressupostos de admissibilidade recursais e cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as cautelas de praxe. Diligências necessárias. Intimem-se. -Advs. MILTON MIRO VERNALHA FILHO, NAOTO YAMASAKI, PRISCILA WALLBACH SILVA, JACSON LUIZ PINTO e ANNETE CRISTINA DE ANDRADE GAIO-.

159. HABILITACAO DE CREDITO-0021557-64.2010.8.16.0004-18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA e outro x PROINSTEL IND E COM DE EQUIP ELET LTDA- Dessa forma, julgo extinta a habilitação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficie-se ao Juízo habilitante, para que tome ciência desta decisão. Observadas as formalidades legais, feitas as baixas na distribuição e diligências necessárias, arquive-se o feito, oportunamente.-Advs. ANA CRISTINA KLOSTERMANN, ALBERTO DENIS AOKI, CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO - ADMINISTRADOR e ANTONIO JOSE URIAS-.

160. HABILITACAO DE CREDITO-0021619-07.2010.8.16.0004-ROBERTO ALVES PRESTES x CEREALISTA GRANDO LTDA- Defiro o pedido de fls. 19. Conceda-se o prazo de 15 (quinze) para o habilitante apresentar os documentos requerido. -Advs. JAEME GONÇALVES DOS SANTOS e GILMAR LONGO DA ROCHA - ADMINISTRADOR-.

161. HABILITACAO DE CREDITO-0000188-77.2011.8.16.0004-5ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA e outro x EMPARI ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Dessa forma, julgo extinta a habilitação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficie-se ao Juízo habilitante, para que tome ciência desta decisão. Observadas as formalidades legais, feitas as baixas na distribuição e diligências necessárias, arquive-se o feito, oportunamente.-Advs. ARNO JUNG e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

162. HABILITACAO DE CREDITO-0001341-48.2011.8.16.0004-13ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA e outro x COMPANHIA ESTEARINA PARANAENSE- Dessa forma, julgo extinta a habilitação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficie-se ao Juízo habilitante, para que tome ciência desta decisão. Observadas as formalidades legais, feitas as baixas na distribuição e diligências necessárias, arquive-se o feito, oportunamente. -Advs. VANETE STEIL VILLATORI e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

163. HABILITACAO DE CREDITO-0001361-39.2011.8.16.0004-JOSE PARIDE TORTELLA JUNIOR x TRAHCON TRATORES E EQUIPAMENTOS LTDA- Defiro o pedido de fl. 25. Intime-se o habilitante conforme requerido. -Advs. ROGERIO ANDREOTTI ERREIRIAS, CARLOS ROBERTO CLARO, MARCIA ADRIANA MANSANO e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

164. HABILITACAO DE CREDITO-0001362-24.2011.8.16.0004-09ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA e outro x BANCO ARAUCARIA S/A EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL- Dessa forma, julgo extinta a habilitação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficie-se ao Juízo habilitante, para que tome ciência desta decisão. Observadas as formalidades legais, feitas as baixas na distribuição e diligências necessárias, arquive-se o feito, oportunamente.-Advs. ARNO JUNG e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

165. HABILITACAO DE CREDITO-0001768-45.2011.8.16.0004-16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA e outro x R.R. FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA- Dessa forma, julgo extinta a habilitação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficie-se ao Juízo habilitante, para que tome ciência desta decisão. Observadas as formalidades legais, feitas as baixas na distribuição e diligências necessárias, arquive-se o feito, oportunamente.-Advs. GEROLDO AUGUSTO HAUER, ADMINISTRADOR. CLEMENCEAU CALIXTO, JULIANE ZANCANARO e THIERRY PIERRE EL OMAIRI-.

166. HABILITACAO DE CREDITO-0001866-30.2011.8.16.0004-09ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA e outro x DISAPEL ELETRODOMESTICOS LTDA- Dessa forma, julgo extinta a habilitação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficie-se ao Juízo habilitante, para que tome ciência desta decisão. Observadas as formalidades legais, feitas as baixas na distribuição e diligências necessárias, arquive-se o feito, oportunamente.-Advs. JULIO ASSIS GEHLEN e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

167. HABILITACAO DE CREDITO-0005382-58.2011.8.16.0004-13ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA e outro x COMPANHIA ESTEARINA PARANAENSE- Dessa forma, julgo extinta a habilitação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficie-se ao Juízo habilitante, para que tome ciência desta decisão. Observadas as formalidades legais, feitas as baixas na distribuição e diligências necessárias, arquive-se o feito, oportunamente.-Advs. VANETE STEIL VILLATORI e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

168. HABILITACAO DE CREDITO-0010148-57.2011.8.16.0004-2ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE e outro x DISAPEL ELETRODOMESTICOS LTDA- Dessa forma, julgo extinta a habilitação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficie-se ao Juízo habilitante, para que tome ciência desta decisão. Observadas as formalidades legais, feitas as baixas na distribuição e diligências necessárias, arquive-se o feito, oportunamente.-Advs. JULIO ASSIS GEHLEN e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

169. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0010165-93.2011.8.16.0004-WERNER ROGERIO MUNDT x ESTADO DO PARANÁ- Intime-se o autor para que apresente cópias dos documentos a serem desentranhados.-Advs. ADAUTO PINTO DA SILVA e ROGERIO CALAZANS DA SILVA-.

170. HABILITACAO DE CREDITO-0011315-12.2011.8.16.0004-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. QUIM E FARMAC x NUTRIS NUTRIÇÃO E TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA- Defiro o pedido de fls. 23. Intime-se o habilitante conforme requerido. -Advs. SUMAYA CHEDE CANSINI, CLEMENCEAU

MERHEB CALIXTO (SÍNDICO), CARLOS ROBERTO CLARO e MARCIA ADRIANA MANSANO-.

171. HABILITACAO DE CREDITO-0011320-34.2011.8.16.0004-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. QUIM E FARMAC x NUTRIS NUTRIÇÃO E TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA- Defiro o pedido de fls. 22. Intime-se o Habilitante conforme requerido. -Advs. SUMAYA CHEDE CANSINI, CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO), CARLOS ROBERTO CLARO e MARCIA ADRIANA MANSANO-.

172. DECLARATORIA C/ PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA-0011418-19.2011.8.16.0004-JOSE ROBERTO EGEA ALCANTARA x ESTADO DO PARANÁ- Intime-se o autor para que manifeste quanto à contestação no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. RENE PELEPIU e LEILA CUELLAR-.

173. HABILITACAO DE CREDITO-0026221-07.2011.8.16.0004-02ª VARA DO TRABALHO DE PARANAGUA e outro x R.R. FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA- Dessa forma, julgo extinta a habilitação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oficie-se ao Juízo habilitante, para que tome ciência desta decisão. Observadas as formalidades legais, feitas as baixas na distribuição e diligências necessárias, arquive-se o feito, oportunamente.- Advs. LAURA ISABEL NOGAROLLI, ADMINISTRADOR. CLEMENCEAU CALIXTO, JULIANE ZANCANARO, GEROLDO AUGUSTO HAUER e THIERRY PIERRE EL OMAIRI-.

174. EMBARGOS À EXECUCAO-0034524-10.2011.8.16.0004-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR x JACIRA ANTUNES e outros-Recebo os embargos para discussão. Intime-se o embargado para apresentar impugnação, querendo, no prazo legal. -Advs. MARIO JORGE SOBRINHO, CARMELINDA CARNEIRO, ROBERTO MELHMANN e RAFAEL HOFFMANN MAGALHÃES-.

175. EMBARGOS À EXECUCAO FISCAL-0040105-06.2011.8.16.0004-APOLO COMERCIO IMP E EXP LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- Sobre a impugnação apresentada às fls. 20/48, manifeste-se a Embargante. -Advs. ANTONIO IVANIR GONÇALVES DE AZEVEDO, JOSE FERNANDO PUCHTA e MARCIO LUIZ FERREIRA DA SILVA-.

176. HABILITACAO DE CREDITO-0042391-54.2011.8.16.0004-JOSOEL MARTINS SAMPAIO x DISAPEL ELETRODOMESTICOS LTDA- Sobre a cota ministerial retro manifeste-se o Síndico; -Advs. VANIO GHISI, JULIO ASSIS GEHLEN e CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO (SÍNDICO)-.

177. REPETICAO DE INDEBITO-0042494-61.2011.8.16.0004-MAUREL KRANBECK JUNIOR x ESTADO DO PARANÁ e outro- Apresentadas as contestações, intime-se o autor para manifestação no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. MILTON MIRO VERNALHA FILHO, PRISCILA WALLBACH SILVA, NAOTO YAMASAKI, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES e GISELE DA ROCHA PARENTE-.

178. EXECUÇAO POR TITULO JUDICIAL-0043948-76.2011.8.16.0004-ODAIR ALVES DA SILVA x ESTADO DO PARANÁ- Pelo exposto, rejeito os embargos interpostos, uma vez que ausentes quaisquer dos vícios previstos art. 535, do Código de Processo Civil. Ainda, indefiro o pedido de fls. 106/107, uma vez que o feito já se encontra extinto, sendo impossível a emenda à inicial. Diligências e intimações necessárias -Adv. ROGERIO CALAZANS DA SILVA-.

179. EXECUÇAO POR TITULO JUDICIAL-0043963-45.2011.8.16.0004-ROSENILDA DOS SANTOS x ESTADO DO PARANÁ- Pelo exposto, rejeito os embargos interpostos, uma vez que ausentes quaisquer dos vícios previstos art. 535, do Código de Processo Civil. Ainda, indefiro o pedido de fls. 106/107, uma vez que o feito já se encontra extinto, sendo impossível a emenda à inicial. Diligências e intimações necessárias -Adv. ROGERIO CALAZANS DA SILVA-.

180. EXECUÇAO POR TITULO JUDICIAL-0043969-52.2011.8.16.0004-CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA x ESTADO DO PARANÁ- Pelo exposto, rejeito os embargos interpostos, uma vez que ausentes quaisquer dos vícios previstos art. 535, do Código de Processo Civil. Ainda, indefiro o pedido de fls. 108/109, uma vez que o feito já se encontra extinto, sendo impossível a emenda à inicial. Diligências e intimações necessárias. -Adv. ROGERIO CALAZANS DA SILVA-.

181. EXECUÇAO POR TITULO JUDICIAL-0044009-34.2011.8.16.0004-ADILSON OLIVETTI MARTINS x ESTADO DO PARANÁ- Indefiro o pedido de fls.95/96, uma vez que, pretendendo a reforma da decisão, deve o autor se valer do recurso cabível. Ademais, com a extinção do feito se torna impossível a sua redistribuição por dependência. -Adv. ROGERIO CALAZANS DA SILVA-.

182. EXECUÇAO POR TITULO JUDICIAL-0044015-41.2011.8.16.0004-EDMIR CARDOSO DA SILVA x ESTADO DO PARANÁ- Pelo exposto, rejeito os embargos interpostos, uma vez que ausentes quaisquer dos vícios previstos art. 535, do Código de Processo Civil. Ainda, indefiro o pedido de fls. 107/108, uma vez que o feito já se encontra extinto, sendo impossível a emenda à inicial. Diligências e intimações necessárias -Adv. ROGERIO CALAZANS DA SILVA-.

183. EXECUÇAO POR TITULO JUDICIAL-0044051-83.2011.8.16.0004-NIXON DIOCELITO PINHEIRO x ESTADO DO PARANÁ- Pelo exposto, rejeito os embargos interpostos, uma vez que ausentes quaisquer dos vícios previstos art. 535, do Código de Processo Civil. Ainda, indefiro o pedido de fls. 106/107, uma vez que o feito já se encontra extinto, sendo impossível a emenda à inicial. Diligências e intimações necessárias -Adv. ROGERIO CALAZANS DA SILVA-.

184. EXECUÇAO POR TITULO JUDICIAL-0044069-07.2011.8.16.0004-WASHINGTON LUIZ ABELHA x ESTADO DO PARANÁ- Pelo exposto, rejeito os embargos interpostos, uma vez que ausentes quaisquer dos vícios previstos art. 535, do Código de Processo Civil. Ainda, indefiro o pedido de fls. 106/107, uma vez que o feito já se encontra extinto, sendo impossível a emenda à inicial. Diligências e intimações necessárias -Adv. ROGERIO CALAZANS DA SILVA-.

185. EMBARGOS À EXECUCAO FISCAL-0044078-66.2011.8.16.0004-LEMBRASUL SUPERMERCADOS LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- Sobre a impugnação apresentada às fls. 38/58, manifeste-se a Embargante. -Advs. MARCELO ZANON SIMAO (SÍNDICO) e IZABEL CRISTINA MARQUES-.

186. EXECUÇÃO FISCAL-4055/90-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARLENE ALVES e outro- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 44, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

187. EXECUÇÃO FISCAL-14745/93-MUNICIPIO DE CURITIBA x ANTONIO MAURO MARTINS e outro- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 47, suspenda-se o feito pelo prazo de 20 (vinte) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

188. EXECUÇÃO FISCAL-20905/96-MUNICIPIO DE CURITIBA x CARLOS CESAR GIOVANELLA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.15, suspenda-se o feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

189. EXECUÇÃO FISCAL-22172/97-MUNICIPIO DE CURITIBA x TALMAI ZANINI- Defiro o pedido de fls. 56. Assim, suspenda-se o leilão. -Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e CRISTINA DE MATTOS BARROS-.

190. EXECUÇÃO FISCAL-27833/98-MUNICIPIO DE CURITIBA x MTANYOUS YOUSSEF- Pelo exposto, REJEITO a exceção de pré-executividade instaurada, tendo em vista não ter ocorrido à prescrição, conforme já exposto. Condeno a excipiente ao pagamento das custas e despesas processuais provenientes do incidente instaurado, deixando, contudo, de condená-la quanto à verba honorária porque estamos diante de um simples incidente, não incidindo aqui a norma contida no artigo 20 do Código de Processo Civil. Cumpra-se, no que couber, o Código de Normas da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná. -Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA DE LUCA-.

191. EXECUÇÃO FISCAL-28947/98-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARCO AURELIO DE FRANÇA-Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 50, suspenda-se o feito pelo prazo de 30 (trinta e seis) meses.-Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO, ILANA GUILGEN e CAROLINE FERRAZ DA COSTA-.

192. EXECUÇÃO FISCAL-31479/98-MUNICIPIO DE CURITIBA x LAERTES DOS SANTOS- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 34, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

193. EXECUÇÃO FISCAL-33479/99-MUNICIPIO DE CURITIBA x GERALDO CAMPANHOLI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 14, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

194. EXECUÇÃO FISCAL-34463/99-MUNICIPIO DE CURITIBA x CARLOS UMBERTO DUTRA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 12, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

195. EXECUÇÃO FISCAL-35895/99-MUNICIPIO DE CURITIBA x L C BRANCO EMP IMOBILIARIOS LTDA- Defiro o pedido de fls. 44. Suspenda-se o feito pelo prazo de 17 (dezessete) meses. -Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO, LUIZ CELSO BRANCO e ROSA DAUM MACHADO-.

196. EXECUÇÃO FISCAL-36059/99-MUNICIPIO DE CURITIBA x ANTONIO PEREIRA SANDOVAL- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 27, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (dezoito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

197. EXECUÇÃO FISCAL-36579/99-MUNICIPIO DE CURITIBA x COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB CT- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 44, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO, LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO e EDUARDO GARCIA BRANCO-.

198. EXECUÇÃO FISCAL-39457/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x DICELAINE SILVA MACHADO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 15, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (dezoito) meses. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

199. EXECUÇÃO FISCAL-39464/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x VERGINIA LUIZA MACEDO e outros- Pelo exposto, rejeito o pedido formulado na exceção de pré-executividade, devendo a execução prosseguir em seus ulteriores termos. Pela sucumbência, pagará o excipiente as custas e as despesas processuais, que sobrevieram em razão do incidente. Diligencie-se. Intimem-se. -Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e MARCOS BUENO GOMES-.

200. EXECUÇÃO FISCAL-40317/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x CLAUDIONOR ALVES DE OLIVEIRA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 19, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

201. EXECUÇÃO FISCAL-40583/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x ANTONIO ARLEI BROTTO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 18, suspenda-se o feito pelo prazo de 90 (noventa) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

202. EXECUÇÃO FISCAL-40809/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x KAZUE WADA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 25, suspenda-se o feito pelo prazo de 60 (sessenta) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

203. EXECUÇÃO FISCAL-40817/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x FRANCISCO CARLOS STOFELLA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 11, suspenda-se o feito pelo prazo de 60 (sessenta) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

204. EXECUÇÃO FISCAL-40991/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x JONAS BATISTA DE SOUZA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 24, suspenda-se o feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) meses. -Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e CRISTINA HATSCHBACH MACIEL-.

205. EXECUÇÃO FISCAL-41201/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x PEDRO DEZONET- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 19, suspenda-se o feito pelo prazo de 90 (noventa) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

206. EXECUÇÃO FISCAL-41589/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x SANDRA REGINA H DE ANDRADE- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 24, suspenda-se o feito pelo prazo de 26 (vinte e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

207. EXECUÇÃO FISCAL-41831/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x ERNESTO PONTONI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 52, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

208. EXECUÇÃO FISCAL-41839/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x ERNESTO PONTONI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.28, suspenda-se o feito pelo prazo de 16 (dezesseis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

209. EXECUÇÃO FISCAL-42175/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x ANAIR SCHUANBACHI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 23, suspenda-se o feito pelo prazo de 10 (dez) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

210. EXECUÇÃO FISCAL-42265/2000-MUNICIPIO DE CURITIBA x IMOB S LUIZ LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 13, suspenda-se o feito pelo prazo de 30 (trinta) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

211. EXECUÇÃO FISCAL-43061/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x MOACIR MARCHIORI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 12, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

212. EXECUÇÃO FISCAL-43119/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOAO MELNIK BLECHARSKI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 27, suspenda-se o feito pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

213. EXECUÇÃO FISCAL-43277/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x HAROLDO PIAZZETTA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 17, suspenda-se o feito pelo prazo de 34 (trinta e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

214. EXECUÇÃO FISCAL-43301/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x MORO CONST CIVIS LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.20, suspenda-se o feito pelo prazo de 12 (doze) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

215. EXECUÇÃO FISCAL-43725/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x CONSTR CARLOS MENEZES LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 22, suspenda-se o feito pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses.-Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e ALEXANDRE FIDALSKI-.

216. EXECUÇÃO FISCAL-44091/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x JULIO GOES MILITAO DA SILVA e outro- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 19, suspenda-se o feito pelo prazo de 32 (trinta e dois) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

217. EXECUÇÃO FISCAL-44175/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x DALTON LUIZ DE FREITAS MACENO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 08, suspenda-se o feito pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

218. EXECUÇÃO FISCAL-44547/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x AGLEMIR DE SOUZA CORREIA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 12, suspenda-se o feito pelo prazo de 10 (dez) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

219. EXECUÇÃO FISCAL-44899/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x SEBASTIAO STELLA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 21, suspenda-se o feito pelo prazo de 72 (setenta e dois) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

220. EXECUÇÃO FISCAL-44943/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x LUIZ ADILSON DE ANDRADE- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 11, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

221. EXECUÇÃO FISCAL-45179/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOAO MANOEL FELICIO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 11, suspenda-se o feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

222. EXECUÇÃO FISCAL-45220/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x ONDINA GOMES JULINSKI- Ante a notícia de falecimento do executado (fl. 06- verso), suspendo o feito nos termos do artigo 265, I do CPC, pelo prazo de 30 (trinta) dias para que se promova a substituição processual (art. 43 do CPC). Manifeste-se o exequente. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

223. EXECUÇÃO FISCAL-45391/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARIA DO CARMO DOS SANTOS- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 13, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

224. EXECUÇÃO FISCAL-45889/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x BANCO REAL S/A- Intimem-as as partes das custas de fls. 169. (R$ 363,20). -Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO, CARLOS VITOR MARANHAO DE LOYOLA, RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA e CRISTIANE DE OLIVEIRA A. NOGUEIRA-.

225. EXECUÇÃO FISCAL-46771/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x JUAREZ DE PAULA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 31, suspenda-se o feito pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

226. EXECUÇÃO FISCAL-47409/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x MILTON CARLOS HELLER FILHO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às

fls. 21, suspenda-se o feito pelo prazo de 10 (dez) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

227. EXECUÇÃO FISCAL-47611/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x NASCAR COMERCIO DE RODAS E ACESSO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 21, suspenda-se o feito pelo prazo de 04 (quatro) meses.-Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e JEFFERSON RENATO R. ZANETI-.

228. EXECUÇÃO FISCAL-47913/2001-MUNICIPIO DE CURITIBA x ROGER LUIZ MILLEO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 16, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

229. EXECUÇÃO FISCAL-48295/2002-MUNICIPIO DE CURITIBA x LUIZ SAMPAIO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 14, suspenda-se o feito pelo prazo de 66 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

230. EXECUÇÃO FISCAL-48571/2002-MUNICIPIO DE CURITIBA x HAROLD AMADEU GROENITZ- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 17, suspenda-se o feito pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

231. EXECUÇÃO FISCAL-48649/2002-MUNICIPIO DE CURITIBA x DEVONIR TEREZIO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 25, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

232. EXECUÇÃO FISCAL-48853/2002-MUNICIPIO DE CURITIBA x ERNESTO PONTONI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 27, suspenda-se o feito pelo prazo de 13 (treze) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

233. EXECUÇÃO FISCAL-48991/2002-MUNICIPIO DE CURITIBA x DARCI DOS SANTOS FERREIRA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 10, suspenda-se o feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

234. EXECUÇÃO FISCAL-49336/2002-MUNICIPIO DE CURITIBA x MICESLAU BELNIAKI- Tendo em vista não ter ocorrido a citação e nem a intimação da cânjuge do Executado conforme consta na certidão de fl.19, defiro o pedido de fls.23/33. Assim suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Diligências necessárias. Intimem-se. -Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e EDSON CENTANINI FILHO-.

235. EXECUÇÃO FISCAL-49999/2002-MUNICIPIO DE CURITIBA x AMELIA MARIA CARMEN ZANCHI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.20, suspenda-se o feito pelo prazo de 60 (sessenta) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

236. EXECUÇÃO FISCAL-50021/2002-MUNICIPIO DE CURITIBA x LEONY LIMA MACHADO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 15, suspenda-se o feito pelo prazo de 30 (trinta meses) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

237. EXECUÇÃO FISCAL-50461/2002-MUNICIPIO DE CURITIBA x RAUL SPONHOLZ- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 18, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

238. EXECUÇÃO FISCAL-51577/2003-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARCIO DAVID DOTTO ORTEGGA e outro-"Nos termos do contido no Cap. 2.10.2.1, do Código de Normas, proceda-se a devoluçao dos autos em 24 horas". -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

239. EXECUÇÃO FISCAL-53099/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x VICTOR WINTER- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 14, suspenda-se o feito pelo prazo de 60 (sessenta) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

240. EXECUÇÃO FISCAL-53675/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x CARLOS FERNANDES GOMES- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 12, suspenda-se o feito pelo prazo de 12 (doze) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

241. EXECUÇÃO FISCAL-53679/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOSE ROBERTO REUS- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 11, suspenda-se o feito pelo prazo de 10 (dez) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

242. EXECUÇÃO FISCAL-53745/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x ALZIRA AMARO SOARES POLLETTI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 11, suspenda-se o feito pelo prazo de 12 (doze) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

243. EXECUÇÃO FISCAL-53955/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x JUVENAL MARTINS- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 13, suspenda-se o feito pelo prazo de 40 (quarenta) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

244. EXECUÇÃO FISCAL-54183/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x JUSSARA DEVOYNO ARRAES- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 07, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

245. EXECUÇÃO FISCAL-54543/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOSEFINA MACHADO FAGUNDES- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 21, suspenda-se o feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

246. EXECUÇÃO FISCAL-54747/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOAO JOSE SERUR- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 13, suspenda-se o feito pelo prazo de 10 (dez) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

247. EXECUÇÃO FISCAL-54753/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x YOLANDA TURRA CANI- Homologo o acordo noticiado a fls. 13. Sendo assim, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

248. EXECUÇÃO FISCAL-54793/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x ALEXANDRE CIESLAK- Homologo o acordo noticiado à fls. 08. Sendo assim. suspenda-se o feito pelo prazo de 90 (noventa) meses. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

249. EXECUÇÃO FISCAL-54833/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x HEITOR AMATUZZI- Defiro o pedido de fls. 19. Suspenda-se o feito pelo prazo de 90 (noventa) meses. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

250. EXECUÇÃO FISCAL-54867/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x BRASIM BRASILEIRA DE IMOVEIS LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 08, suspenda-se o feito pelo prazo de 05 (cinco) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

251. EXECUÇÃO FISCAL-54939/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOAO VITORIANO DOS SANTOS- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 23, suspenda-se o feito pelo prazo de 32 (trinta e dois) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

252. EXECUÇÃO FISCAL-55037/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x ROBERTO MANOEL CORREA FILHO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 10, suspenda-se o feito pelo prazo de 90 (noventa) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

253. EXECUÇÃO FISCAL-55365/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x CRISTIANE ELIZA VELERIO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 10, suspenda-se o feito pelo prazo de 10 (dez) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

254. EXECUÇÃO FISCAL-55431/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x ARMINDA FREITAS SANTOS- Homologo o acordo noticiado à fls. 10. Sendo assim, suspenda-se o feito pelo prazo de 46 (quarenta e seis) meses. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

255. EXECUÇÃO FISCAL-55455/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x PEDRO E JULIA SKORA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 20, suspenda-se o feito pelo prazo de 30 (trinta) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

256. EXECUÇÃO FISCAL-55589/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARIA ASPAZIA BORLICOSKI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 15, suspenda-se o feito pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

257. EXECUÇÃO FISCAL-55657/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x ISSAMU OUCHI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 12, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

258. EXECUÇÃO FISCAL-55733/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x PAULO CEPHAS DE C E CUNHA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 15, suspenda-se o feito pelo prazo de 30 (trinta meses) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

259. EXECUÇÃO FISCAL-55947/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x RUBENS APARECIDO GENARO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 07, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

260. EXECUÇÃO FISCAL-56061/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x BENJAMIN LOPES DE OLIVEIRA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 14, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

261. EXECUÇÃO FISCAL-56333/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x LAERCIO OPALINSKI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 08, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

262. EXECUÇÃO FISCAL-56461/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x ERNESTO LUIZ PELLANDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 15, suspenda-se o feito pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

263. EXECUÇÃO FISCAL-56463/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x ANAIR BATISTA CARNEIRO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 16, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

264. EXECUÇÃO FISCAL-56493/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x JAIR ALFREDO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 16, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

265. EXECUÇÃO FISCAL-56529/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x MANOEL JESUS SANTOS- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 16, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

266. EXECUÇÃO FISCAL-56659/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x LABORAL RERCURSOS HUMANOS LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 22, suspenda-se o feito pelo prazo de 60 (sessenta) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

267. EXECUÇÃO FISCAL-56729/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x CENTRO DE FORMACAO DE CONDUT DE VEIC AUTOMOTORES F- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 32, suspenda-se o feito pelo prazo de 60 (sessenta) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

268. EXECUÇÃO FISCAL-56849/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARASCKI E CIA LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 23, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

269. EXECUÇÃO FISCAL-56883/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x REFORMAD DE MOV CALEGARI S/C LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 13, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

270. EXECUÇÃO FISCAL-57641/2004-MUNICIPIO DE CURITIBA x THAYS VENANCIO DE OLIVEIRA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 09, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (dezoito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

271. EXECUÇÃO FISCAL-59139/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x WALKIRIA CHAVES SILVEIRA DA MOTA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 10, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

272. EXECUÇÃO FISCAL-59163/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x ERNESTINA SUNCHOMEL- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 24, suspenda-se o feito pelo prazo de 30 (trinta) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

273. EXECUÇÃO FISCAL-59293/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOAO REGIS FASSBENDER TEIXEIRA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 25, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

274. EXECUÇÃO FISCAL-59635/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARIO ICHIKAWA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 14, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

275. EXECUÇÃO FISCAL-59639/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x RUTH CORDEIRO MALUCELLI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 98, suspenda-se o feito pelo prazo de 42 (quarenta e dois) meses-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

276. EXECUÇÃO FISCAL-59685/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x CELIA MARA NOVACK- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 15, suspenda-se o feito pelo prazo de 10 (dez) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

277. EXECUÇÃO FISCAL-59733/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARIA DO CARMO FIGUEIREDO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 18, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

278. EXECUÇÃO FISCAL-59873/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x SOLANGE DAS GRACAS AQUINO BARBOSA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 32, suspenda-se o feito pelo prazo de 12 (doze) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

279. EXECUÇÃO FISCAL-61019/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x ALMANZOR SOFIATTI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 15, suspenda-se o feito pelo prazo de 12 (doze) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

280. EXECUÇÃO FISCAL-62633/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x APOLONIA LANGAWSKI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 15, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (dezoito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

281. EXECUÇÃO FISCAL-62807/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x PEDRO MIKOS HDS- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 18, suspenda-se o feito pelo prazo de 20 (vinte) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

282. EXECUÇÃO FISCAL-63173/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x VILMA OLIVEIRA FRANCA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 20, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

283. EXECUÇÃO FISCAL-63211/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x FRANCISCO BAGGIO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 13, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

284. EXECUÇÃO FISCAL-63921/2005-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOSEFINA MACHADO FAGUNDES- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 12, suspenda-se o feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) meses-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

285. EXECUÇÃO FISCAL-65751/2006-MUNICIPIO DE CURITIBA x ROSA DAIS DE BRITO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 20, suspenda-se o feito pelo prazo de 05 (cinco) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

286. EXECUÇÃO FISCAL-66737/2006-MUNICIPIO DE CURITIBA x CESAR CAVALI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 16, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

287. EXECUÇÃO FISCAL-66897/2006-MUNICIPIO DE CURITIBA x COLONIZADORA NACIONAL LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 07, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

288. EXECUÇÃO FISCAL-67247/2006-MUNICIPIO DE CURITIBA x AURELIO FERREIRA DA COSTA e outro- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 35, suspenda-se o feito pelo prazo de 20 (vinte) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

289. EXECUÇÃO FISCAL-67339/2006-MUNICIPIO DE CURITIBA x LUIZ SITONIO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 15, suspenda-se o feito pelo prazo de 05 (cinco) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

290. EXECUÇÃO FISCAL-67441/2006-MUNICIPIO DE CURITIBA x ELIANA T DES DA SILVA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 16, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

291. EXECUÇÃO FISCAL-67511/2006-MUNICIPIO DE CURITIBA x NAILTON FRANCISCO DE SOUZA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 120, suspenda-se o feito pelo prazo de 05 (cinco) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

292. EXECUÇÃO FISCAL-69506/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x TEREZA SCHWANSEE TORRES e outro- Defiro o pedido de fls. 16. Suspenda-se o feito pelo prazo de duração do acordo. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

293. EXECUÇÃO FISCAL-69851/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOSE VEDOLIN e outro- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 21, suspenda-se o feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

294. EXECUÇÃO FISCAL-70423/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x RODOLPHO BELZ e outro- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 18, suspenda-se o feito pelo prazo de 90 (noventa) meses. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

295. EXECUÇÃO FISCAL-70517/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x IND E CMR P M FERRO PARQUEFER LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.13, suspenda-se o feito pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

296. EXECUÇÃO FISCAL-70627/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x EDEVILSON DOMINGOS ALMAGRO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.17, suspenda-se o feito pelo prazo de 40 (quarenta) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

297. EXECUÇÃO FISCAL-70749/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARCELLO ALESSIO e outro- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 14, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (dezoito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

298. EXECUÇÃO FISCAL-71159/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x REMAC S A TRANSPORTES RODOVIARIOS e outro- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 16, suspenda-se o feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

299. EXECUÇÃO FISCAL-71279/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x CLAUDIO ALVES DOS SANTOS e outro- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 16, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (dezoito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

300. EXECUÇÃO FISCAL-72209/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x JORDALI TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 19, suspenda-se o feito pelo prazo de 32 (trinta e dois) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

301. EXECUÇÃO FISCAL-72409/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x ULLER & SILVA LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 18, suspenda-se o feito pelo prazo de 32 (trinta e dois) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

302. EXECUÇÃO FISCAL-72811/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x MORO CONSTRUCOES CIVIS LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 26, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Advs. PAULO VINICIO FORTES FILHO e EDUARDO PIRES GOMES CRUZ-.

303. EXECUÇÃO FISCAL-73673/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x JONIVAL SOARES DOS ANJOS- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 15, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (dezoito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

304. EXECUÇÃO FISCAL-73687/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARIO LUIZ PEREIRA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 22, suspenda-se o feito pelo prazo de 12 (doze) meses-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

305. EXECUÇÃO FISCAL-74081/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x ADALBERTO RODRIGUES- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.21, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

306. EXECUÇÃO FISCAL-74197/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x JAIME A PIRES- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.13, suspenda-se o feito pelo prazo de 30 (trinta) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

307. EXECUÇÃO FISCAL-74495/2007-MUNICIPIO DE CURITIBA x HAMILSON JORGE e outro- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 17, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

308. EXECUÇÃO FISCAL-75375/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x ESTACIONAMENTO MERCES LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.26, suspenda-se o feito pelo prazo de 10 (dez) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

309. EXECUÇÃO FISCAL-75475/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x HELIO DA SILVA BRUSQUE- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.23, suspenda-se o feito pelo prazo de 12 (doze) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

310. EXECUÇÃO FISCAL-76259/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOSE VEDOLIN- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 21, suspenda-se o feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

311. EXECUÇÃO FISCAL-76919/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x ANTONIO BOMBILIO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 17, suspenda-se o feito pelo prazo de 20 (vinte meses) meses-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

312. EXECUÇÃO FISCAL-76955/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x WILSON MARCELINO FILHO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 19, suspenda-se o feito pelo prazo de 12 (doze) meses-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

313. EXECUÇÃO FISCAL-76993/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x LIRIO JACOMEL- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.14, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

314. EXECUÇÃO FISCAL-77027/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x MANOEL VASCO GARCIA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 10, suspenda-se o feito pelo prazo de 30 (trinta meses) meses-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

315. EXECUÇÃO FISCAL-77300/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x ARNO FELICIANO DE CASTILHO- Ante a notícia de falecimento do executado (fl. 10), suspendo o feito nos termos do artigo 265, I do CPC, pelo prazo de 30 (trinta) dias para que se promova a substituição processual (art. 43 do CPC). Manifeste-se o exequente. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

316. EXECUÇÃO FISCAL-77391/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x ERNESTO BAILLO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 15, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (dezoito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

317. EXECUÇÃO FISCAL-77471/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x ARTUR DE OLIVEIRA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.19, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

318. EXECUÇÃO FISCAL-77563/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x ANTONIO ALVES BARBOSA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 16, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (dezoito) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

319. EXECUÇÃO FISCAL-77617/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x EDGARD MAGNO ZEQUINAO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 16, suspenda-se o feito pelo prazo de 15 (quinze) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

320. EXECUÇÃO FISCAL-78027/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x SEBASTIANA RODRIGUES MACHADO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 09, suspenda-se o feito pelo prazo de 35 (trinta e cinco) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

321. EXECUÇÃO FISCAL-78099/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x DENERVAL BASTOS DE OLIVEIRA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 14, suspenda-se o feito pelo prazo de 12 (doze) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

322. EXECUÇÃO FISCAL-79384/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A - EM LIQUIDACAO- Com fulcro no artigo 109 da Constituição Federal, declaro a incompetência absoluta deste Juízo para processamento do feito, pelo que determino a remessa dos autos à Justiça Federal deste foro. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

323. EXECUÇÃO FISCAL-79539/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x FADA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 12, suspenda-se o feito pelo prazo de 10 (dez) meses.-Adv. PAULO VINICIO FORTES FILHO-.

324. EXECUÇÃO FISCAL-80305/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x IGNEZ MANICKA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 06, suspenda-se o feito pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

325. EXECUÇÃO FISCAL-80321/2008-MUNICIPIO DE CURITIBA x ANTONIO JOAO DA SILVA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 14, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (dezoito) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

326. EXECUÇÃO FISCAL-80571/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ORUAL ADM DE BENS E EMPREENDIMENTOS LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 06, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

327. EXECUÇÃO FISCAL-80577/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x RENE JOSE SALDANHA- Tendo em vista o aocrdo de parcelamento noticiado à fls. 09, suspenda-se o feito pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

328. EXECUÇÃO FISCAL-80579/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x NLW INFORMATICA LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 06, suspenda-se o feito pelo prazo de 90 (noventa) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

329. EXECUÇÃO FISCAL-80595/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x MARASCKI & CIA LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 12, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

330. EXECUÇÃO FISCAL-80681/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ALEXANDER GUALBERTO DE PAIVA- Tendo em vista oa cordo de parcelamento noticiado à fls. 06, suspenda-se o feito pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

331. EXECUÇÃO FISCAL-80763/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x RIOLANDO FRANSOLINO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 08, suspenda-se o feito pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

332. EXECUÇÃO FISCAL-80847/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x TANIA MARA SCHINZEL- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.15, suspenda-se o feito pelo prazo de 10 (dez) meses. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

333. EXECUÇÃO FISCAL-80857/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ACACIO ROBERTO ARNAS- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 08, suspenda-se o feito pelo prazo de 08 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

334. EXECUÇÃO FISCAL-80867/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ALBERTO HENRIQUE DLUHOSCH- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 08, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

335. EXECUÇÃO FISCAL-80873/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x SERGIO DONIAK- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 08, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

336. EXECUÇÃO FISCAL-81257/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x AUREUM PARTIC E ADM DE BENS LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 08, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

337. EXECUÇÃO FISCAL-81435/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ELTON DA SILVA GUIMARAES- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 14, suspenda-se o feito pelo prazo de 15 (quinze) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

338. EXECUÇÃO FISCAL-81773/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x EROS J DE A TABORDA RIBAS- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 11, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

339. EXECUÇÃO FISCAL-81873/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x JOSE BRUNO-"Ante o exposto, julgo extinto o presente feito em relação ao Executado supracitado, em que faço com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Defiro a dispensa do prazo recursal, caso requerido, bem como o cancelamento da penhora ou arresto, se houver. Cumpram-se no que couberem, os dispostos do Código de Normas da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se com as baixas necessarias". -Advs. PAULO VINICIUS FORTES FILHO e PLINIO LUIZ BONANÇA-.

340. EXECUÇÃO FISCAL-82225/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x RUTH CORDEIRO MALUCELLI- Tendo em vista o aocrdo de parcelamento noticiado à fls. 08, suspenda-se o feito pelo prazo de 42 (quarenta e dois) meses. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

341. EXECUÇÃO FISCAL-82481/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ALEXANDRE DE ASSIS GOMES- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 09, suspenda-se o feito pelo prazo de 46 (quarenta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

342. EXECUÇÃO FISCAL-82641/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x LEONOR ANDRADE TOCARSKI- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 17, suspenda-se o feito pelo prazo de 51 (cinquenta e um) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

343. EXECUÇÃO FISCAL-82831/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x GILDA ALBERTINA BACILI DO PRADO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 12, suspenda-se o feito pelo prazo de 20 (vinte) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

344. EXECUÇÃO FISCAL-83431/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ALBERTO DA CONCEICAO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 08, suspenda-se o feito pelo prazo de 12 (doze) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

345. EXECUÇÃO FISCAL-83767/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ULISSES WANDEUR- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 13, suspenda-se o feito pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

346. EXECUÇÃO FISCAL-84029/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x SVS ADM E PARTIC DE BENS LTDA- Primeiramente, reordenem-se as páginas de acordo com a data das petições. Após, tendo em vista o acordo de parcelamento de fl.08, suspenda-se o feito pelo prazo de 07 (sete) meses. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

347. EXECUÇÃO FISCAL-84647/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ADA WILLUMSEN- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.16, suspenda-se o feito pelo prazo de 09 (nove) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

348. EXECUÇÃO FISCAL-84795/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x CAOA SEGUROS DO BRASIL S/A- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls.06, suspenda-se o feito pelo prazo de 28 (vinte e oito) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

349. EXECUÇÃO FISCAL-85071/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ROSALINA BATISTA DA SILVA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 12, suspenda-se o feito pelo prazo de 20 (vinte) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

350. EXECUÇÃO FISCAL-86023/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x VIENA IMOVEIS LTDA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 08,

suspenda-se o feito pelo prazo de 15 (quinze) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

351. EXECUÇÃO FISCAL-86373/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x JEOVA SOUZA MACHADO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 12, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (dezoito) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

352. EXECUÇÃO FISCAL-86617/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ADEMIR GOMES DA SILVA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 11, suspenda-se o feito pelo prazo de 30 (trinta) meses. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

353. EXECUÇÃO FISCAL-87053/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x JULIO SOBENKO- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 05, suspenda-se o feito pelo prazo de 14 (quatorze) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

354. EXECUÇÃO FISCAL-87209/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x CLEMENTINO ZELLA- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 11, suspenda-se o feito pelo prazo de 18 (dezoito) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

355. EXECUÇÃO FISCAL-87441/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x MIRIAN GONÇALVES- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 05, suspenda-se o feito pelo prazo de 14 (quatorze) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

356. EXECUÇÃO FISCAL-87951/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x RICARDO LUIZ GREIN- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado à fls. 13, suspenda-se o feito pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

357. EXECUÇÃO FISCAL-88160/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x LINNEAR REPRESENT COMERCIAIS LTDA- Defiro o pedido de fls. 08. Suspenda-se o feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

358. EXECUÇÃO FISCAL-88477/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x BAR E LANCHONETE MEKA LTDA- Defiro o pedido de. 08. Suspenda-se o feito pelo prazo de 120 (centoe vinte) dias. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

359. EXECUÇÃO FISCAL-88690/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x MODA LIVRE-IND COM CONFEC LTDA- Defiro o pedido de fls. 08. Suspenda-se o feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias. -Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

360. EXECUÇÃO FISCAL-90357/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x ADAO AURELIO ALVES DE MORAES- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 09, suspenda-se o feito pelo prazo de 25 (vinte e cinco) meses-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

361. EXECUÇÃO FISCAL-90621/2009-MUNICIPIO DE CURITIBA x SANTANA E SILVA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME- Tendo em vista o acordo de parcelamento noticiado às fls. 05, suspenda-se o feito pelo prazo de 05 (cinco) meses.-Adv. PAULO VINICIUS FORTES FILHO-.

362. EXECUÇÃO FISCAL-19851/84-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x MODAS SIBRAMA LTDA-"Ante ao exposto, homologo o cancelamento da inscrição, e, via de conseqüência, declaro a extinção do feito, o que faço com fundamento no art.26 da Lei 6.830/80. Defiro a dispensa do prazo recursal, bem como o cancelamento da penhora, se houver. Cumpram-se no que couberem, os dispostos do Código de Normas da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se com as baixas necessárias". -Advs. PEDRO DE NORONHA DA COSTA BISPO e LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

363. EXECUÇÃO FISCAL-39119/93-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x SCHIMANSKI INDUSTRIA E COM DE ESCOVAS LTDA- Defiro os pedidos de fl.31. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 30 (trinta) dias. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Advs. LETICIA FERREIRA DA SILVA, MARCELO NASSIF MALUF e SIMONE BUSKEI MARINO-.

364. EXECUÇÃO FISCAL-51636/2003-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x LOJA DE MOVEIS 5200 LTDA e outro- "Nos termos do contido no Cap. 2.10.2.1, do Código de Normas, proceda-se a devoluçao dos autos em 24 horas". -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

365. EXECUÇÃO FISCAL-52829/2004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x UNILAV COM DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA- Defiro o pedido de fl. 110. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Advs. LETICIA FERREIRA DA SILVA, MARCIO LUIZ FERREIRA DA SILVA e MARCOS ALEXANDRE GABARDO MARTINS-.

366. EXECUÇÃO FISCAL-54257/2006-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA SERENA LTDA- Defiro o pedido de fls. 76. Reabra-se o prazo para a Executada conforme requerido. -Advs. GILES SANTIAGO JUNIOR-.

367. EXECUÇÃO FISCAL-55108/2006-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA SERENA LTDA- Defiro o pedido de fls. 36. Observe-se anote-se (fls. 36/37. -Advs. LETICIA FERREIRA DA SILVA e GILES SANTIAGO JUNIOR-.

368. EXECUÇÃO FISCAL-56182/2007-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA SERENA LTDA- Indefiro o pedido de fl. 57/62 tendo em vista que os autos devem permanecer apensados a fim de evitar decisões divergentes. Quanto ao pedido de bloqueio on line, indefiro tendo em consideração que já há penhora perfectibilizada nos autos. Observe-se e anote-se (fl.54). -Advs. MARCIO LUIZ FERREIRA DA SILVA, SANDRO LUIZ KZYZANOSKI e GILES SANTIAGO JUNIOR-.

369. EXECUÇÃO FISCAL-56184/2007-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x MAXIKORTE COM DE ACO LTDA- Defiro o pedido de fl.53. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias. -Advs. MARCIO LUIZ FERREIRA DA SILVA, LUCIANE CAMARGO KUJO MONTEIRO e LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

370. EXECUÇÃO FISCAL-56796/2007-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x ULTRA INDÚSTRIA COM. IMP. E EXP. DE PLÁSTICOS LTDA- Defiro o pedido de fl. 119. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. -Advs. JOSE FERNANDO PUCHTA e OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO-.

371. EXECUÇÃO FISCAL-57318/2008-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x MAXIKORTE COM DE ACO LTDA- Defiro o pedido de fl. 62. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

372. EXECUÇÃO FISCAL-58789/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x TECNICA HIDROBOMBAS MASSUDA LTDA- Defiro o pedido de fl. 32. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

373. EXECUÇÃO FISCAL-58946/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x TECNICA HIDROBOMBAS MASSUDA LTDA- Defiro os pedidos de fl.22. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

374. EXECUÇÃO FISCAL-58974/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x METALGAMICA PRODUTOS GRAFICOS LTDA- Defiro os pedidos de fl.24. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

375. EXECUÇÃO FISCAL-59121/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x JURANDIR SANTOS SACHET- Defiro o pedido de fl. 31. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

376. EXECUÇÃO FISCAL-59387/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x BANCO IBI S/A - BANCO MULTIPLO- Defiro os pedidos de fis. 31/31. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Ainda, intime-se a parte Executada conforme requerido. Diligências necessárias. Intimem-se. -Advs. LETICIA FERREIRA DA SILVA e LILIAN BATISTA DE LIMA-.

377. EXECUÇÃO FISCAL-59392/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x INDUSTRIA DE ESQUADRIAS DE FERRO MOSSUNGUE LTDA- Defiro os pedidos de fl. 37. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

378. EXECUÇÃO FISCAL-59450/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x TECNICA HIDROBOMBAS MASSUDA LTDA- Defiro o pedido de fl.25. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

379. EXECUÇÃO FISCAL-59672/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x FERRAMENTAL - FERRAMENTAS TECNICAS E SERVICOS LTDA- Defiro o pedido de fls. 24. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. -Advs. LETICIA FERREIRA DA SILVA e LUIZ WALDEMAR PORTELA-.

380. EXECUÇÃO FISCAL-59920/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x KASUL TRANSPORTES RODOVIARIO DE CARGAS LTDA- Defiro o pedido de fl.28. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

381. EXECUÇÃO FISCAL-0000825-62.2010.8.16.0004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x KASUL TRANSPORTES RODOVIARIO DE CARGAS LTDA- Defiro o pedido de fl.28. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

382. EXECUÇÃO FISCAL-0000836-91.2010.8.16.0004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x METALGAMICA PRODUTOS GRAFICOS LTDA- Defiro o pedido de fl.26. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

383. EXECUÇÃO FISCAL-0002165-41.2010.8.16.0004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x TECNICA HIDROBOMBAS MASSUDA LTDA- Defiro o pedido de fl. 25. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências e intimações necessárias. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

384. EXECUÇÃO FISCAL-0002182-77.2010.8.16.0004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x KASUL TRANSPORTES RODOVIARIO DE CARGAS LTDA- Defiro o pedido de fl. 30. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

385. EXECUÇÃO FISCAL-0002191-39.2010.8.16.0004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x METALGAMICA PRODUTOS GRAFICOS LTDA- Defiro o pedido de fl.26. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

386. EXECUÇÃO FISCAL-0004444-97.2010.8.16.0004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x MARIO GOLEMBA- Defiro o pedido de fl.27. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

387. EXECUÇÃO FISCAL-0004501-18.2010.8.16.0004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x DENISE LORENA MACHUCA PEREIRA- Defiro o pedido de fl. 32. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

388. EXECUÇÃO FISCAL-0004662-28.2010.8.16.0004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x TOP SPEED AUTO CENTER LTDA- Ante o contido na certidão supra, determino a suspensão do leilão de fls. 24. Apensem-se os embargos. -Advs. LETICIA FERREIRA DA SILVA e MARCOS WENGERKIEWICZ-.

389. EXECUÇÃO FISCAL-0005677-32.2010.8.16.0004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x JURANDIR SANTOS SACHET- Defiro o pedido de fl.23. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

390. EXECUÇÃO FISCAL-0005685-09.2010.8.16.0004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x PANIFICADORA CHUEIRI LTDA- Defiro o pedido de fl.29. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

391. EXECUÇÃO FISCAL-0005692-98.2010.8.16.0004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x KASUL TRANSPORTES RODOVIARIO DE CARGAS LTDA- Defiro o pedido de fl. 30. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Após, abra-se vista a parte Exequente pelo prazo de 10 (dez) dias. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

392. EXECUÇÃO FISCAL-0014121-54.2010.8.16.0004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x INDUSTRIA DE ESQUADRIAS DE FERRO MOSSUNGUE LTDA- Defiro o pedido de fl.29. Suspenda-se o leilão. Intime-se o Sr. Leiloeiro da suspensão do leilão. Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 (seis) meses. Diligências necessárias. Intimem-se. -Adv. LETICIA FERREIRA DA SILVA-.

Curitiba, 29 de Setembro de 2011.

Regina Estela Pereira Piasecki

Escrivã

## 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, RECURAÇÃO JUDICIAL, DO FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DA COMARCA DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, SITO NA RUA MAUÁ, 920, 18º ANDAR, ED. ESSENFELDER.-
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE CREDORES, TERCEIROS E INTERESSADOS NO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE **DACIR ANTONIO ADDAD & CIA LTDA.**, PELO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.-
Através do presente EDITAL, expedido nos autos de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL,** sob o n.°41.704/2011, requerida por **DACIR ANTONIO ADDAD & CIA LTDA,** faz saber aos credores sujeitos aos efeitos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** e a **TERCEIROS INTERESSADOS**, que foi dirigida a este Juízo, cujos tópicos principais do pedido do devedor ora transcrevo: **Dacir Antonio Addad & Cia Ltda,** pessoa jurídica de direito privado, inscrito Dacir Antônio Addad e Paulo César Finger. **Da Tutela Jurisdicional postulada:** Requer seja recebido e deferido o processamento do pedido de recuperação judicial, para o fim de: **a)** deferir o prazo legal de 60 (sessenta) dias para apresentação do plano de recuperação, conforme art. 53, Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005; **b)** nomear o administrador judicial, conforme art. 21 , Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005; **c)** determinar a dispensa da apresentação de certidões negativas para o exercício das atividades, de acordo com art. 52, II, Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005; **d)** ordenar a suspensão de todas as ações ou execuções contra a requerente, pelo prazo de 180 dias, conforme art. 6º, e art. 52, III, Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005; **e)** ordenar a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, conforme determina o art. 52, § 1º, observando o prazo de quinze dias para habilitação ou divergência dos créditos, de acordo com o art. 7º, § 1º, ambos da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005; **g)** que sejam tomadas as demais providencias elencadas no art. 52 da Lei n.° 11.101, de 09 de fevereiro de 2005; **h)** conceder a recuperação judicial nos termos do art. 58, da Lei n.° 11.101, de 09 de fevereiro de 2005; **i)** determinar aos Cartórios de Protestos onde a requerente possui sede e/ou filiais e demais órgão de restrição de crédito, em especial SERASA, que se abstenha da divulgação de informações relativas à autora, inclusive aos já existentes , propiciando assim, a possibilidade desta prestar caução nos contratos celebrados com a administração pública, permitindo a continuidade das atividades exploradas pela mesma.
RELAÇÃO DE CREDORES

| FORNECEDOR | CNPJ | VALOR |
|---|---|---|
| 21 DDD EMBRATEL | 33.530.486/0001-29 | R$341.49 |
| A M S PASSAGENS | 07.573.788/0001-75 | R$5016,00 |
| ABAV - ASSOC. BRASILEIRA DE AG DE V - PR | 77.521.649/0001-82 | R$75,00 |
| ABAZZATUR VIAG E TUR | 05.910.332/0001-27 | R$754,80 |
| ADVAL TUR | 40.610.883/0001-76 | R$2.010,00 |
| ADVAL TUR | 40.610.883/0001-76 | R$1.262,52 |
| ADVAL TUR | 40.610.883/0001-76 | R$1.268,40 |
| AERODINAMICA TUR | 04.802.201/0001-63 | R$75.00 |
| AEROPARK | 02.229.143/0001-03 | R$325,48 |
| AEROPARK | 02.229.143/0001-03 | R$325,48 |
| AEROPARK | 02.229.143/0001-03 | R$325,48 |
| AEROSPACE | 00.081.681/0001-60 | R$3.200,00 |
| AEROWAY VIAGENS | 04153853/0001-14 | R$762.22 |
| AES ELETROPAULO | 61.695.227/0001-93 | R$789,04 |
| AES- ELETROPAULO | 61.695.227/0001-93 | R$789,04 |
| AG DE VIAG TUR E REP JORDAN | 00.996.840/0001- 56 | R$963,48 |
| AG DE VIAG TUR E REP JORDAN | 00.996840/0001-56 | R$1.350,66 |
| AG1 TURISMO | 95,428,561/0001-00 | R$872,08 |
| ALFA TRAVE L OPER. | 07.141.168/0001-66 | R$105,72 |
| ALLIANCE INTERCAMBIO E TURISMO | 03.610.444/0001-37 | R$2.734,20 |
| AMERICA TRAVEL VIAGEN | 08.977058/0001-00 | R$1.082,40 |
| ANC VIAG E TUR | 09.136.947/0001-07 | R$415,65 |
| ARRECIFES HTL E TUR | | R$901,95 |
| POUSADA ATALAIA | 41.051.343/0001-42 | R$90,00 |
| ATLANTICA HOTELS- SLEEP IN RIBEIRAO PRETC | | R$145,00 |
| ATLANTICA HTL | | R$868,00 |
| ATLANTICA HTL | | R$159,00 |
| ATLANTICA HTL's INTERN. | 04.730.654/0008-06 | R$790,00 |
| ATRIO HOTEIS - Mercure Platz | 80732928/0001-71 | R$138,02 |
| BAIA NORTE PALACE | 78818291/0001/17 | R$154,50 |
| BAIA NORTE PALACE | 78.818.291/0001/17 | R$38,50 |
| BELLA VIA VIAG | 07.787.216/0001-98 | R$465,40 |
| BELLA VIA VIAG | 07.787.216/0001-98 | R$362,77 |
| BE LLA VIA VIAG | 07.787.216/0001-98 | R$200,00 |
| BELLA VISTA TURISMO | 86.723.145/0001-36 | R$216,00 |
| BHS ORG. | 06187957/0001-75 | R$5.284,26 |
| BHS ORG. | 06187957/0001-75 | R$793,59 |
| BHS ORG. | 06187957/0001-75 | R$416,00 |
| BLP VIAG E TURISMO | 08.407.795/0001-69 | R$60.00 |
| BLUE TREE H&R do Brasil | 66.542002/0001-73 | R$3.339,00 |
| BLUE TREE MILLENIUM FLAT | 66.542.002/0022-45 | R$196,65 |
| BLUE TREE MY PLACE SAVASSI | 66.542.002/0031-36 | R$258,30 |
| BLUE TREE MY PLACE SAVASSI | 66.542002/0031-36 | R$258,30 |
| BLUE TREE MY PLACE SAVASSI | 66.542002/0031-36 | R$258,30 |
| BLUE TREE RESORTS DO BRASIL | 66542002/001-10 | R$558,67 |
| BLUE TREE TOWERS CURITIBA | 66542002/0028-30 | R$240,00 |
| BLUE TREE TOWERS CURITIBA | 66.542.002/0028-30 | R$480,00 |
| BLUE TREE TOWERS CURITIBA | 66.542.002/0028-30 | R$969,65 |
| BOULEVARD LTDA | 10.552.413/0001-32 | R$490,00 |
| BOURBON ADM HOTELEIRA | 03.069.059/0004-77 | R$499,20 |
| BOURBON CONVETION IBIRAPUERA | 08.998.246/0001-06 | R$1.212,00 |
| BRADESCO CONSORCIO | 52.568.821/0001-22 | R$428,22 |
| BRADESCO CONSORCIO | 52.568.821/0001-22 | R$428,22 |
| BRASIL DAS AGUAS | | R$1.034,00 |
| BRASSE TRAVEL | 00.000.460/1359-88 | R$104,76 |
| BRASTOL ADM DE HTL brislol brasil 500 | 04167801/0002-88 | R$422,24 |
| BRAZTOA | 00.287.519/0001/00 | R$525,00 |
| BRAZTOA | 00.287.519/0001/00 | R$772,00 |
| BRISA MAR HTL | 01322.793/0001-29 | R$308,00 |
| BROCKER | 00.737.669/0001-60 | R$27,49 |
| BROCKER | 00.737.669/0001-60 | R$240,00 |
| BROCKER | 00.737.669/0001-60 | R$4.016,00 |
| BTG HOTEIS | 13480993/0002-79 | R$94,50 |
| C FARAH PASSAGENS | 00.035.898/0979-53 | R$244,50 |
| CANTUR PASSAGENS E TUR | | R$4.166,14 |
| CAPRAM | 04.165.535/0001-73 | R$333,00 |
| CASA BLANCA TURISMO | 07.775.990/0005-02 | R$1.585,79 |
| CASA DA MONTANHA | 00.420.255/0001-30 | R$9.783,00 |
| CATUSSABA RESORT | 96.827.639/0007-14 | R$750,00 |
| CELIMAR HOTEIS | 02476318/001-79 | R$1.275,00 |
| CELIMAR HOTEIS | 02476318/001-79 | R$2.218,00 |
| CENTRAL DE INTERCAMBIO | 59.164.996/0004-66 | R$179,28 |
| CENTRAL DE INTERCAMBIO E VIAG. | | R$179,28 |
| CG TUR | | R$2.000,00 |
| CHALE TUR | | R$1.468,30 |
| CIA HTS DO LEME | 33.200.106/0002-79 | R$808,14 |
| CJ AG DE VIAG E TURS | 05.046.186/0001-33 | R$620,88 |
| CM3 | 82055468/0001-48 | R$3.127,48 |
| CM3 | 82055468/0001-48 | R$333,00 |
| COMFORT FLAMBOYANT | 08.568.622/0001-22 | R$1.340,35 |
| COND. ED SHERATON BARRA | 06275513/0001-91 | R$3.855,60 |
| CONSTANTINO HTL | 07.406.837/0001-84 | R$330,00 |
| CONSULTAR AG DE VIA | 00.178.654/0001-00 | R$597,90 |
| COPACABANA PALACE | 33.374.984/0001-20 | R$6.664,36 |
| COPEL | 04.368.898/0001 | R$378,45 |
| COPEL | 04.368.898/0001 | R$243,39 |
| COPEL | 04.368.898/0001 | R$648,51 |
| COPEL | 04.368.898/0001 | R$739,37 |
| COPEL | 04.368.898/0001 | R$295,24 |
| COPEL | 04.368.898/0001 | R$315,45 |
| COSTA BLANCA TUR | 82.362.914/0001-67 | R$137,00 |
| D BEACH RESORT | 11.549.092/0001-80 | R$300,00 |
| DE PASQUAL HTL- COMFORT -MANAUS | 05424423/0001-52 | R$1.407,00 |
| DE PAULA & KIOSHIMA L TDA | | R$743,04 |
| DECISAO PASSAGENS E TURISMO LTDA | 81.733.883/0001 | R$466,20 |
| DECISAO PASSAGENS E TURISMO LTDA | 81.733.883/0001 | R$648,12 |
| DOM RICARDO HTL | | R$984,93 |
| DOM RICARDO HTL | | R$748,82 |
| DOM RICARDO HTL | | R$947,15 |
| DOM RICARDO HTL | | R$126,65 |
| E A DE ALENCAR ME | 00.869.927/0001-95 | R$366,00 |
| EDITORA GAZETA DO POVO | 76.530.047/0001-29 | R$37,10 |
| EDUARDO RODRIGUES AG DE VIAG | 07.454.238/0001 | R$348,77 |
| EDUARDO RODRIGUES AG DE VIAG | 07.454.238/0001 | R$183,86 |
| EDUARDO RODRIGUES AG DE VIAG | 07.454.238/0001 | R$360,08 |
| EQUIPE DIVISAO JOVEM | 07.075.265/0001-06 | R$100,00 |
| ERLITA TURISMO | | R$871,08 |
| ERNANITUR | 08.695889/0001 | R$2.436,00 |
| ERNANITUR | 08.695889/0001 | R$1.675,00 |
| ERNANITUR | 08.695889/0001 | R$9.538,29 |
| ERNANITUR | 08.695889/0001 | R$3.726,77 |
| EUROPARK EST. E LOC. | | R$200,00 |
| EUROUSA AG DE VIAG E TUR | 72.104.896/0001-60 | R$ 388,00 |
| EVIDÊNCIA AG DE VIAG | 01.041.602/001-50 | R$ 333,65 |
| FERRONATO E CIA | 83.853.572/0001-40 | R$ 198,00 |
| FLEXSOLUTION INFORMÁTICA | | R$ 1.023,08 |
| GAIA AG DE VIAG E TUR | | R$ 4.903,14 |
| GLAUCIA DE OLIVEIRA BIRRO | | R$ 85,50 |
| GLAUCIA DE OLIVEIRA BIRRO | | R$ 85,50 |
| GLOBOTUR VIAG | 09.026.156/0001-16 | R$ 4.394,50 |
| GOLDEN WAY | 70063094/001-23 | R$ 160,90 |
| GOLDEN WAY | 70063094/001-23 | R$ 160,90 |
| GOMES & GOMES TUR | 08.103.132/0001-50 | R$ 487,10 |
| GOMES COELHO HOTELARIA | 09071748/001-50 | R$ 680,00 |
| GRES EMP. | 03.733.910/0001-71 | R$ 2.996,00 |
| GRES EMP. | 03.733.910/0001-71 | R$ 994,00 |
| GVT | 03.420.926/0004-771 | R$ 443,82 |
| GVT | 03.420.926/0004-771 | R$ 658,17 |
| GVT | 03.420.926/0004-771 | R$ 679,30 |
| GVT | 03.420.926/0004-771 | R$ 1.387,72 |
| GVT | 03.420.926/0004-771 | R$ 1.538,08 |
| GVT | 03.420.926/0004-771 | R$ 2.164,09 |
| GVT | 03.420.926/0004-771 | R$ 2.273,74 |
| GVT | 03.420.926/0004-771 | R$ 5.348,16 |
| HOTÉIS DEVILLE | 75162156/0004-101 | R$ 349,60 |
| HOTÉIS DEVILLE | 75162156/0004-101 | R$ 459,08 |
| HOTÉIS DEVILLE | 75162156/0004-101 | R$ 459,08 |
| HOTÉIS PERNAMBUCO | 09850173/0002-54 | R$ 642,60 |
| HOTÉIS PONTES | 00.338.915/001-01 | R$ 467,25 |
| HOTEL BOURBON SÃO PAULO | 77.707.099/0001-90 | R$ 181,60 |
| HOTEL DEVILLE GUARULHOS | 81.071623/0004-08 | R$ 4.394,95 |
| HOTEL SAGRES | 83.492.330/0001-79 | R$ 202,40 |
| HOTELARIA ACCOR | 04389953-001-04 | R$ 168,30 |
| HOTELARIA ACCOR | 04389953-001-04 | R$ 168,30 |
| HOTELARIA ACCOR | 04389953-001-04 | R$ 250,45 |
| HOTELARIA ACCOR | 04389953-001-04 | R$ 215,22 |
| HOTELARIA ACCOR | 04389953-001-04 | R$ 892,05 |
| HOTELARIA ACCOR | 09.967.852/0068-34 | R$ 579,60 |
| HOTELARIA ACCOR | 09.967.852/0001-27 | R$ 544,95 |
| HOTELARIA ACCOR | 04389953-001-04 | R$ 168,30 |
| HOTELINVEST FIVE LTDA. | 05.634.705/0002-65 | R$ 607,50 |
| HOTISA HTS | 88.713.250/0001-18 | R$ 2.585,21 |
| HOTISA HTS | 88.713.250/0001-18 | R$ 2.585,21 |
| HOTSUL HTL | 73.869.430/0001-18 | R$ 355,20 |
| HOTSUL HTL | 73.869.430/0001-18 | R$ 281,60 |
| HTL ADVANCE | | R$ 99,00 |
| HTL ARMAÇÃO | | R$ 976,00 |
| HTL BOURBON SP | 77707099/0001-90 | R$ 420,00 |
| HTL BOURBON SP | 77707099/0001-90 | R$ 181,60 |
| HTL BRISA | | R$ 7.007,00 |
| HTL DE NADAI | 75.608.620/0001-07 | R$ 480,00 |
| HTL DEBRET | 31.109.652/0001-80 | R$ 43.402,00 |
| HTL DELLA VOLPE | 04.364.546/0001/82 | R$ 4.844,75 |
| HTL DEVILLE GRU | 81.071.623/0004-08 | R$ 876,00 |
| HTL FAIAL | | R$ 934,00 |
| HTL FANG | 01.014.140/0001/81 | R$ 492,25 |
| HTL LANG PALACE | 01.014.140/0001/81 | R$ 308,28 |
| HTL OTHON | | R$ 513,45 |
| HTL PONTES | | R$ 467,25 |
| HTL REGENTE SUITES | | R$ 460,80 |
| HTL VALLER | 03777989/0001-32 | R$ 170,00 |
| HTL VILLA MAYOR | 23.467.012/0001-26 | R$ 8.426,00 |

| | | |
|---|---|---|
| HTLs DEVILLE | | R$ 458,78 |
| IANNONI EMP | 53.647.004/000-22 | R$ 89,25 |
| IANNONI EMP | 53.647.004/000-22 | R$ 975,25 |
| INVESTAR HTL - BLUE TREE FORTALEZA | 04.160025/0001-03 | R$ 862,78 |
| JOSÉ RIBAMAR CARNEIRO ARAUJO | 076..913.352-53 | R$ 2.200,00 |
| JOAQUIM & KONDO | 02.599700/0001-70 | R$ 6.916,54 |
| N.T. PEREIRA PROCESSAMENTO DE DADOS ME | 06787124/0001-45 | R$ 3.000,00 |
| IBAGY IMÓVEIS - IMÓVEL FLN LOCAÇÃO | 92.749878/0001-42 | R$ 2.830,00 |
| JOAQUIM & KONDO | 02599700/0001-70 | R$ 6.186,76 |
| H. LARA - REPRESENTAÇÕES E ADM LTD | 60.868.193/0001-12 | R$ 14.302,00 |
| KAUAI VIAG E TUR | 05.256.360/0001/72 | R$ 189,45 |
| LAURA LIVIA MARQUES FORRER GARCIA | 11.943.956/0001-43 | R$ 1.477,22 |
| LE MONDE PASSAGENS E TUR | 79.794.442/0001-07 | R$ 396,00 |
| LUCK RECEPTIVO JPA | | R$ 1.513,00 |
| LUCK RECEPTIVO JPA | | R$ 1.513,00 |
| LUCK VIAGENS | 10.866.549/0001-17 | R$ 1.560,00 |
| LUCK VIAGENS - REC | 10.866.549/0001-17 | R$ 3.512,00 |
| LUCSIM | 10.476.828/0002-55 | R$ 1.054,20 |
| MAJESTIC PALACE HOTEL | 00.762.199.0002-76 | R$ 1.004,28 |
| MAJESTIC PALACE HOTEL | 00.762.199.0002-76 | R$ 808,45 |
| MAPA COMUNICAÇÃO | 04911895/0001-77 | R$ 4.860,78 |
| MARABA PALACE HTL | 08.250.671/0001-12 | R$ 416,00 |
| MARC AG DE VIAG | 94.378.403/0001-12 | R$ 79,92 |
| MAREDOMIS | 02.905.530/0001-04 | R$ 978,00 |
| MARI LUCIA ANIN AG DE VIA E TUR | 02.650.230/0003-38 | R$ 818,72 |
| MARIA CRISTINA RIBEIRO DA COSTA | 00.072.913/5179-00 | R$ 468,00 |
| MARTUR | | R$ 408,00 |
| MARTUR | | R$ 50,00 |
| MBR AG DE VIA | 00.241.789/0001-72 | R$ 1.401,11 |
| MBR AGENCIA DE VIA E TUR | | R$ 1.401,11 |
| MEDLINE | | R$ 60,00 |
| MELIA ANGRA | 62.413.877/0038-53 | R$ 5.705,93 |
| MERCURE RECIFE | | R$ 557,55 |
| METRATON VIAGENS | 03.206.718/0001-27 | R$ 660,09 |
| METRATON VIAGENS E TUR | 03.206.718/0001-27 | R$ 423,14 |
| MUNDIAL TURISMO | 04.209.105/0001-06 | R$ 479,40 |
| MOGANO HTL | 04.942.044/0001-91 | R$ 391,04 |
| MOGANO HTL | 04.942.044/0001-91 | R$ 391,04 |
| MOGANO HTL | 04.942.044/0001-91 | R$ 391,04 |
| MOGANO HTL | 04.942.044/0001-91 | R$ 1.173,12 |
| MULTIDISTRIBUIDORA | | R$ 309,01 |
| MULTIDISTRIBUIDORA | | R$ 386,46 |
| NEILATUR VIAG E TUR | 06.272.105/0001-86 | R$ 604,00 |
| NEXTEL | 66.970.229/0001-67 | R$ 1.933,28 |
| NEXTEL | 66.970.229/0001-67 | R$ 2.315,04 |
| NEXTEL | 66.970.229/0001-67 | R$ 145,32 |
| NEXTEL | 66.970.229/0001-67 | R$ 369,80 |
| NEXTEL | 66.970.229/0001-67 | R$ 985,81 |
| NLAT EMPRE - Luck Noronha | | R$ 912,00 |
| NOBILLE HOTELS | 09.405.789/0005-69 | R$ 378,00 |
| NOLANDISE EMP. PART | 05581720/0001-01 | R$ 7.926,80 |
| NOLANDISE EMP. PART | 05581720/0001-01 | R$ 1.698,60 |
| NOVOS VENTOS TURISMO | 01.233.118/001-22 | R$ 167,72 |
| OI-BRASIL TELECOM | 76.535.764/0321-85 | R$ 82,83 |
| ORANGE TUR | 07.307.238/0001-03 | R$ 285,27 |
| ORANGE TUR | 07.307.238/0001-03 | R$ 285,27 |
| ORION TURISMO | 85.060.416/0001-58 | R$ 187,00 |
| OTHON SUITES | 04342707/0006-41 | R$ 513,45 |
| P1 ADM DE COMPLEXOS | 00.205.375/0002-79 | R$ 426,00 |
| PAULISTA PRAIA HOTEL | 00338915/0006-16 | R$ 467,25 |
| PELIZZER VIAG E TUR | 05.908.018/0001-00 | R$ 3.944,99 |
| POJUCA | 42.517.862/0001-36 | R$ 1.017,00 |
| POJUCA | 42.517.862/0001-36 | R$ 742,65 |
| POJUCA S/A | 42.517.862/0001-36 | R$ 1.253,70 |
| POJUCA S/A | 42.517.862/0001-36 | R$ 1.324,53 |
| POJUCA S/A | 42.517.862/0001-36 | R$ 1.357,30 |
| POJUCA S/A | 42.517.862/0001-36 | R$ 1.138,67 |
| POJUCA S/A | 42.517.862/0001-36 | R$ 738,20 |
| POJUCA S/A | 42.517.862/0001-36 | R$ 3.019,58 |
| POJUCA S/A | 42.517.862/0001-36 | R$ 673,89 |
| POJUCA S/A | 42.517.862/0001-36 | R$ 675,76 |
| POJUCA S/A | 42.517.862/0001-36 | R$ 845,39 |
| POJUCA S/A | 42.517.862/0001-36 | R$ 1.626,48 |
| POJUCA S/A | 42.517.862/0001-36 | R$ 10.075,27 |
| PONTO DO TURISMO | | R$ 3.000,00 |
| PREMIER TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 81.708.497/0001-07 | R$ 7.793,87 |
| PRESERVAR ARQUIVOS | | R$ 1.699,11 |
| RADISSON VITORIA | | R$ 2.934,00 |
| REALIZAÇÕES TURISITICAS RIO COPA | | R$ 655,20 |
| RECPTIVO RIO BRASIL | 03.537.954/0001-26 | R$ 2.915,00 |
| REGINA AP PEGORARO | 00.838.999/0001-42 | R$ 1.795,38 |
| RENTAL CAR LM | | R$ 1.025,00 |
| RG EMPREENDIMENTOS | 11.041.853/0001-98 | R$ 1.660,00 |
| ROSE TURISMO LTDA. | 02.266.769/0001-81 | R$ 399,17 |
| SANDRA MACARIAN TUR | 00.038.563/1697-34 | R$ 537,90 |
| SÉCULO XXI TURISMO | 77.134.294/0001-79 | R$ 30,00 |
| SENAC | 03.743.301/0002-84 | R$ 432,00 |
| SHELTON INN SP | | R$ 1.384,00 |
| SHELTON INN | | R$ 1.943,96 |
| SIENA TURISMO | | R$ 3.412,68 |
| SIERRA VIAGENS E TUR | 07.200.776/0001-02 | R$ 211,94 |
| SIERRA VIAGENS E TUR | 07.200.776/0001-02 | R$ 211,94 |
| SLAVIEIRO EXEC. PONTA GROSSA | 03149170/0001-54 | R$ 152,22 |
| SLAVIEIRO EXEC. PONTA GROSSA | 03149170/0001-54 | R$ 152,22 |
| SUPPORT ADM E SERV | 04030735/0001-19 | R$ 1.340,00 |
| SUPPORT ADM E SERV | 04030735/0001-19 | R$ 852,00 |
| SUPPORT ADM E SERV | 04030735/0001-19 | R$ 852,00 |
| SUPPORT ADM E SERV | 04030735/0001-19 | R$ 852,00 |
| SUPPORT ADM E SERV | 04030735/0001-19 | R$ 1.106,00 |
| TAGUATUR | 05.746.375/0001-19 | R$ 5.555,97 |
| TAGUATUR | 05.746.375/0001-19 | R$ 1.458,00 |
| TAGUATUR | 05.746.375/0001-19 | R$ 2.270,00 |
| TAIPE TURISMO | 03.803.819/0001-85 | R$ 1.450,00 |
| TAQUARI TURISMO | 04.230.099/0001/79 | R$ 1.421,63 |
| TBR VIAGENS E TUR | 06.536.554/0001-94 | R$ 506,88 |
| TKL - TRAVEL SYSTEM | 02.264.402/0001-29 | R$ 844,03 |
| TOP TUR | 01.070.464/0001-37 | R$ 306,78 |
| TOUR COMPANY | 00.205.290/0001-00 | R$ 1.892,80 |
| TRANSAMERICA EXECUTIVE | 004094931/0007-42 | R$ 3.647,70 |
| TRANSAMERICA FLATS | 004094931/0007-42 | R$ 266,70 |
| TRANSAMERICA FLATS | 004094931/0007-42 | R$ 19,90 |
| TRANSAMERICA FLATS | 004094931/0015-52 | R$ 3.638,25 |
| TRAVEL ACE SEGUROS | 03.502.099/0001-18 | R$ 2.080,42 |
| TREVISO AG DE VIA E TUR | 02.323.375/0001-84 | R$ 337,80 |
| TRIPLE M RIO | 04.721.947/0001-42 | R$ 1.270,00 |
| TRIPOLI TURISMO | 80.280.598/0001-48 | R$ 2.051,56 |
| TROPICAL TRAVEL VIAG E TUR | 02.302.593/0001-20 | R$ 3.163,06 |
| TURISMO HOLZMANN | 82.641.051/0001-67 | R$ 1.280,00 |
| TURISMO HOLZMANN | 82.641.051/0001-67 | R$ 1.280,00 |
| VERA LUCIA DE MELLO | 04.980.022/0001-46 | R$ 312,93 |
| VICTORIA TURISMO | 72.278.807/0001-00 | R$ 143,49 |
| VIESCA VIAG E TUR | 00.153.167/0001-92 | R$ 203,28 |
| VIESCA VIAGENS E TUR | 00.153.167/0001-92 | R$ 203,28 |
| VIESCA VIAGENS E TUR | 00.153.167/0001-92 | R$ 135,93 |
| VIESCA VIAGENS E TUR | 00.153.167/0001-92 | R$ 385,00 |
| VILLA AZUL HTL | 01.159.213/0001-23 | R$ 1.218,00 |
| VISIT AG DE TUR | 79.105.060/0001-29 | R$ 112,60 |
| VISIT AG DE TUR | 79.105.060/0001-29 | R$ 578,20 |
| VISUAL PRAIA HOTEL | 00.998.136/0001/32 | R$ 2.160,00 |
| VIVO | 02.449.992/0001-64 | R$ 169,90 |
| VRG - LINHAS AÉREAS | 07.575.651/0004-00 | R$ 25.364,89 |
| WORLD TOUR AG DE VIAG | 11.905.266/0001-08 | R$ 101,55 |
| YAREM TURISMO | 03.585.119/0001-61 | R$ 11.381,50 |
| ZIP AGENCIA DE VIAG | 10.248.036/0001-42 | R$ 267,00 |
| ARAR TOURS - TURQUIA | | R$ 77.047,70 |
| GTA - GULLIVERS TRAVEL ASSOCIATES | | R$ 770.920,25 |
| KING HOLIDAYS - ITALIA | | R$ 37.292,20 |
| RING TOURS - FRANÇA | utilizado cotação | R$ 81.629,21 |
| SELECTA TRAVELS SERVICES - USA | Informado Dacir | R$ 29.107,20 |
| TRANSHOTEL - URUGUAI | 24/JUN | R$ 26.572,72 |
| VIPS TRAVEL SERVICE - CHILE | | R$ 229.618,40 |
| IBERIA | 13115840/0001-41 | R$ 18.074,75 |
| AVIANCA | 33712837/0001-21 | R$ 1.759,23 |
| AEROMEXICO | 01369588/0001/18 | R$ 13.776,95 |
| QUATAR ARWAYS | 08734301/0001-50 | R$ 1.629,12 |
| LUFTHANSA | 33461740/0001-84 | R$ 1.618,28 |
| EMIRATES AIRLINE | 07892051/0001-14 | R$ 8.133,64 |
| BRITISH AIRWAYS | 50710730/0001-54 | R$ 15.618,22 |
| TURKISH AIRLINES INC | 10576103/0001-58 | R$ 935,96 |
| TURKISH AIRLINES INC | 10576103/0001-58 | R$ 1.106,90 |
| PLUMA | 33537622/0001-02 | R$ 4.849,40 |
| COPA AIRLINES | 03834757/0001-79 | R$ 136.326,86 |
| AMERICAN AIRLINES | 36.212637/0001-99 | R$ 68.110,28 |
| TAM LINHAS AÉRES S/A | 02.012.862/0001-60 | R$ 479.466,19 |
| AIR FRANCE | 33013988/0001-82 | R$ 2.324,96 |
| DELTA AIRLINES | 0014646/0004-10 | R$ 117.917,08 |
| AIROLINEAS ARGENTINA | 3360529/0001-44 | R$ 10.585,78 |
| LAN AIRLINES S/A | 33937681/0001-78 | R$ 14.716,53 |
| TAP | 33136896/0009-47 | R$ 134.068,09 |
| ALITALIA SPA | 10829577/0001-64 | R$ 7.575,45 |
| INTERPRO INT PROMOTIONS | 45.879.939/0001-06 | R$ 36.693,75 |
| INTERPRO INTERNATIONAL PROMOTIONS | 45.879.939/0001-06 | R$ 12.000,00 |
| INTERPRO INTERNATIONAL PROMOTIONS | 45.879.939/0001-06 | R$ 146.775,00 |
| BANCO HSBC (0054-66022-58) | | R$ 133.949,81 |
| BANCO HSBC (0054-88781-02) | | R$ 4.675,85 |
| BANCO HSBC (0054-88762-07) | | R$ 5.000,00 |
| BANCO HSBC (0054-79402-46) | | R$ 4.779,78 |
| BANCO HSBC (0054-88761-26) | | R$ 4.336,97 |
| BANCO HSBC (0054-54436-40) | | R$ 4.959,95 |
| BRADESCO (095-295865-1) | | R$ 21.540,77 |
| BRADESCO (3645-10022-6) | | R$ 389.060,78 |
| CEF (0368-0227-1) | | R$ 39.744,90 |
| CITIBANK (2XXXX061) | | R$ 99.055,04 |
| BANCO ITAÚ (3835-43509-4) | | R$ 212.765,24 |
| BANCO ITAÚ (0098-46235-1) | | R$ 103.000,03 |
| BANCO SANTANDER (3945-13-00280-9) | | R$ 135.658,75 |
| BANCO HSBC (0054-66022-58) | | R$ 239.026,00 |

| | |
|---|---|
| BRADESCO (3645-10022-6) | R$ 845.034,00 |
| CITIBANK (0046 22686061) | R$ 56.791,00 |
| BANCO SANTANDER (3945-13-00280-9) | R$ 771.628,00 |
| BANCO SANTANDER (1270-13-0008293) | R$ 62.852,00 |
| BANCO SAFRA (0009 122388-1) | R$10.472.000,00 |
| INSS - Curitiba | R$ 1.612.199,95 |
| RECEITA FEDERAL DO BRASIL | R$ 700.000,00 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA | R$ 160.000,00 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE Fortaleza | R$ 6.000,00 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU/SC | R$ 46.000,00 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS | R$ 35.000,00 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SP | R$ 45.000,00 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE/RS | R$ 36.000,00 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS/AM | R$ 35.000,00 |

... Diante do exposto, defiro o processamento do pedido de recuperação judicial efetuado por **DACIR ANTONIO ADDAD & CIA LTDA. (NEW LINE TOUR OPERATOR),** nos termos do art. 52 da lei 11.101/05. Isto posto, nomeio como administrador judicial o Sr. Ademar Nitschke Junior, assinando-lhe o prazo de vinte e quatro horas para, aceitando o encargo, firmar compromisso em cartório. Desse modo, determino: a) que o devedor ficará dispensado de apresentar certidões negativas para o exercício de suas atividades, **exceto** para contratação com o poder público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme previsto no art. 52, II, da LRF; b) que o devedor deverá apresentar mensalmente o demonstrativo de suas contas, sob pena de destituição de seus administradores; c) sejam suspensas todas as ações e execuções movidas contra o devedor, com exceção das previstas no art. 52, III, da LFR; d) seja oficiado aos Cartórios de Protestos da capital, bem como ao 1º Oficio distribuidor, para que se abstenha de proceder qualquer protesto em face da empresa requerente em quanto estiver em tramite a presente recuperação judicial; e) seja oficial aos Cartórios de protesto da capital e aos órgãos de controle de inadimplência (SERASA, SPC, BACEN/CCF ETC) para que suspendam, enquanto perdurar a presente demanda, todos os protestos e/ou registros de inadimplência em nome da empresa requerente; e f) seja oficiado à JUCEPAR para que faça constar no registro da empresa que a mesma encontra-se em Recuperação Judicial. Ordeno, ainda, a) a intimação do Ministério Público para que se manifeste sobre o processamento da presente; b) a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal, do Estado do Paraná, do Município de Curitiba, do Estado de Santa Catarina, Municípios de Blumenau/SC e Florianópolis/SC, do Estado do Rio Grande do Sul, Município de Porto Alegre/RS, do Estado de São Paulo, Município de São Paulo-SP, do Estado do Ceará, Município de Fortaleza/CE, do Estado do Amazonas, Município de Manaus/AM, e c) a expedição de edital para publicação no órgão oficial, contendo todos os dados previstos no parágrafo primeiro do art. 52 da LRF, inclusive constando que possuem os credores o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao Administrador Judicial suas habilitações ou suas divergências. Em, 2 de agosto de 2011. Juiz(a) MARCEL GUIMARÃES ROTOLI DE MACEDO- Juiz Titular de Direito." PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS CREDORES E TERCEIROS INTERESSADOS O PRESENTE EDITAL será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume. Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos vinte seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze.

Eu, _____, MARA REGINA DE OLIVEIRA TREVIZAN, Escrivã , que o fiz digitar e assino.

MARCEL GUIMARÃES ROTOLI DE MACEDO

**JUIZ TITULAR DE DIREITO**

---

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, RECURAÇÃO DE EMPRESAS, DO FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DA COMARCA DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, SITO NA RUA MAUÁ, 920, 18º ANDAR, ED. ESSENFELDER.-

A V I S O

FAÇO CIÊNCIA aos interessados, em conformidade com o art. 155, parágrafo 1º da Lei 7661/1945, para que no prazo de 10 (dez) dias, apresentem manifestação que entenderem sobre os cálculos, sendo que o silêncio será interpretado como renúncia dos respectivos créditos, tudo conforme consta dos autos de CONCORDATA PREVENTIVA sob nº 34.360/1996, em que é requerente PIT STOP COM. DE PNEUS, PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA. que se encontram neste Cartório da 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação de Empresas, sito à Rua Mauá, 920, 18° andar - Ed. Essenfelder - Bairro Alto da Gloria. DADO E PASSADO, nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos vinte seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze. Eu, _____, MARA REGINA DE OLIVEIRA TREVIZAN, Escrivã, o fiz digitar e assino.

---

Família

# 1ª VARA DE FAMÍLIA

**1ª SECRETARIA DE FAMÍLIA**
**FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ.**
**JUIZ DE DIREITO:LAURO AUGUSTO FABRICIO DE MELO FILHO e VANESSA BASSANI**

**RELAÇÃO Nº170/2011.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALESSANDRA NEUSA SAMBUGARO DE MATOS 00036 000904/2009
AMARILDO LOPES 00056 004325/2010
AMIRA YOUSSIF NASR 00042 001699/2009
ANA BEATRIZ ANTUNES 00034 000166/2009
ANA SILVIA EVANGELISTA GEBELUCA 00022 002898/2007
ANDREA C. CHAVES DE OLIVEIRA 00012 002047/2006
ANNE CRISTINE RODRIGUES 00021 002797/2007
ANTONIO DILSON PEREIRA 00003 002519/2002
ARLETE ANA BELNIAKI 00048 002419/2009
ARTUR GABRIEL FERREIRA 00004 000270/2003
AUREO ZAMPRONIO FILHO 00051 000333/2010
CARISI MARA ARPINI MIGUEL 00010 000897/2006
CARLA ROBERTA SILVA PEREIRA 00057 004550/2010
CAROLINA BORGES CORDEIRO 00055 004087/2010
CELIA INES DA SILVA 00007 004252/2005
00011 001031/2006
CLARICE IGNACIO CAMARGO 00023 003017/2007
DARCI JOSE FINGER 00059 006400/2010
DINAMIR PRUENCA MONTEIRO MACHADO 00004 000270/2003
DIOCLECIO ALVES DE OLIVEIRA 00021 002797/2007
EDNA TANIA FERNANDES SOUZA 00026 003731/2007
EDVALDO IRINEU REINERT 00031 002418/2008
ELAINE CYLOA CARVALHO MARQUES 00055 004087/2010
ELENI MORAES BARROS 00058 006169/2010
ELOIZA MARIA DE SOUZA ALVIANO 00009 000114/2006
ERICH HUTTNER 00049 002533/2009
ERLON ROBERVAL KONOPACKI 00028 000740/2008
FABIO GIL ANACLETO 00014 002155/2006
FABIO REIMANN 00010 000897/2006
FATIMA LUIZA GEBARA CASABURI 00005 002398/2004
FERNANDA PEDERNEIRAS 00015 000341/2007
GEORGIA SABBAG MALUCELLI 00018 001409/2007
GISELE GERBER 00040 001438/2009
GISELLE R. SANTOS 00037 001204/2009
HERMINIA LUPION MELLO 00035 000379/2009
IVAIR JUNGLOS 00019 002211/2007
IVANDRA KARLA TAVARES DA CUNHA 00016 000345/2007
IVO BRUGNOLO MACEDO 00025 003729/2007
JIMENA CRISTINA GOMES ARANDA OLIVA 00031 002418/2008
JOAO CLAUDIO FRANZO WEINAND 00045 002009/2009
JONAS BORGES 00032 002778/2008
JORGE DURVAL DA SILVA 00020 002791/2007
JOSÉ INÁCIO ZANATTA DA SILVA 00059 006400/2010
JOSE NAZARENO GOULART 00026 003731/2007
JOSE RONALDO CARVALHO SADDI 00037 001204/2009
JOSIANE LASKOSKI 00001 000981/2000
JULIANA LYCZACOWSKI MALVEZZI 00019 002211/2007
JULIANA MIGUEL REBEIS 00049 002533/2009
JULIANO DEFFUNE FLENIK 00008 004335/2005
KARLO MESSA VETTORAZZI 00038 001309/2009
LÁZARA DANIELE GUIDIO BIONDO 00061 009051/2010
LUIZ EDSON FACHIN 00002 002148/2002
MAIRA BIANCA BELEM TOMASONI 00046 002053/2009
00047 002054/2009
MARA DENISE VASSELAI 00006 000783/2005
MARCELO DE CAMPOS COSTA 00050 002967/2009
MARCELO LASPERG DE ANDRADE 00023 003017/2007
MARCO ANTONIO DE SOUZA 00032 002778/2008
MARCOS ANTONIO GERMANO 00052 001139/2010
MARIA CHRISTINA DE ALMEIDA 00003 002519/2002
MARIA ONEIDE FERNANDES 00062 005059/2011
MARIELLE MAZALOTTI NEJM TOSTA 00027 000540/2008
MARILZA MOREIRA 00027 000540/2008
MELINA GIRARDI FACHIN 00041 001653/2009
MIRIELLE ELOIZE NETZEL 00009 000114/2006
NELSON JOAO KLAS JUNIOR 00002 002148/2002
00041 001653/2009
NEUDI FERNANDES 00014 002155/2006
OTHON BISPO DOS SANTOS 00047 002054/2009
PATRÍCIA BRENNER LOPES 00048 002419/2009
RAFAEL ERNANI CABRAL BROCHER 00043 001739/2009
RAFAEL LUIS FREITAS HATSCHBACH 00053 002175/2010
RAQUEL ANGELICA DIAS BUENO 00008 004335/2005
00012 002047/2006
REGINA APARECIDA CAMPOS 00057 004550/2010
REGINA CARDOSO DE ALMEIDA ANDRADE COSTA 00013 002075/2006
RICARDO SALINI ABRAHÃO 00054 003091/2010
ROBERTO FADE 00017 001271/2007
ROBSON LUIZ SANTIAGO 00030 002381/2008
RODRIGO FREITAS BARBIERI 00044 002005/2009
ROSE MARY BASTOS IACOMINI 00015 000341/2007
00016 000345/2007
SAMEQUE GUERRART 00060 006985/2010
SEBASTIAO FERREIRA DO PRADO 00050 002967/2009
SHEILA MACHADO DE JESUS 00058 006169/2010
SIBHELLE KATHERINE NASCIMENTO MELHEM 00039 001371/2009
SIDNEY MARTINS 00028 000740/2008
SILVIO ALEXANDRE MARTO 00011 001031/2006
SIMONE MARIA MALUCELLI PINTO SCHELLENBER 00017 001271/2007
00024 003600/2007
TIAGO STAINKE 00029 001107/2008
TONY AUGUSTO PARANA DA SILVA E SENE 00001 000981/2000
WANDA MARLI BETEZEK DA ROSA 00033 000116/2009

1. ALIMENTOS-981/2000-A.F.P.S. e outro x C.A.S.- Manifestem-se as partes sobre o contido nas fls.312/314. Intime-se a parte autora para que apresente certidão de nascimento atualizada do requerente. -Advs. JOSIANE LASKOSKI e TONY AUGUSTO PARANA DA SILVA E SENE-.

2. ALTERACAO DE CLAUSULA-2148/2002-F.I.B. x C.T.P.- Certifique-se eventual manifestação dos exequentes acerca da deliberação de fls. 128/129. Cumpra-se o despacho exarado nesta data nos autos em apenso. Obs: Ciência às partes da certidão de fls. 137, de que não houve manifestação dos exequentes acerca da deliberação de fls. 128/129. -Advs. NELSON JOAO KLAS JUNIOR e LUIZ EDSON FACHIN-.

3. DECLARATORIA DE UNIAO ESTAVEL-2519/2002-S.P.S. x J.S.R.C.- 1. Certifique-se acerca de eventual resposta ao oficio expedido à fl. 823. 2. Diante dos relatos da petição retro, notadamente quanto à informação de que a inventariante "vem negociando amigavelmente com o réu a venda dos bens comuns, o que atenderá, sem sombra de dúvidas, os interesses das partes", defiro, antes da lavratura do termo de primeiras declarações, a suspensão do processo por 60 (sessenta) dias. 3. Após, manifeste-se a Requerente.-Advs. ANTONIO DILSON PEREIRA e MARIA CHRISTINA DE ALMEIDA-.

4. DIVÓRCIO DIR. JUD. CONSENSUAL-270/2003-M.M.S. e outro- Intime-se a parte interessada a exibir, no prazo de 10 (dez) dias, certidões negativas de débito nas três esferas (CPC, art. 1.031), a fim de possibilitar a expedição dos formais de partilha.-Advs. ARTUR GABRIEL FERREIRA e DINAMIR PRUENCA MONTEIRO MACHADO-.

5. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-2398/2004-B.M.M. e outros x B.E.M.- 01. Primeiramente, intime-se a parte exequente para que traga planilha atualizada do débito discriminando mês a mês os valores devidos e pagos pelo executado, considerando somente o período exequendo destes autos. 02. Proceda-se à penhora de bens e a sua avaliação (munido de Segunda via do mandado), conforme fls. 217, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Ressalto, que com o mandado deverá estar anexada cópia do cálculo constante dos autos. 03. Ciência ao Ministério Público.-Adv. FATIMA LUIZA GEBARA CASABURI-.

6. ALIMENTOS-783/2005-E.C.S.N. e outro x J.C.N.- Intime-se a parte interessada para, em 5 dias, se manifestar acerca de respostas de ofícios juntados aos autos de fls. 32/33.-Adv. MARA DENISE VASSELAI-.

7. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-4252/2005-H.R.G. e outro x D.R.G.- Manifeste-se a parte requerente, dando prosseguimento ao feito. -Adv. CELIA INES DA SILVA-.

8. EXECUÇAO DE OBRIGAÇAO DE FAZER-4335/2005-E.C.F. x A.M.-Intime-se a parte interessada a comprovar o pagamento das custas, fls.89, no valor de R$ 394,34.-Advs. JULIANO DEFFUNE FLENIK e RAQUEL ANGELICA DIAS BUENO-.

9. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-114/2006-L.R.D.S. e outro x E.P.C.- 1. Suspendo a ordem de prisão até a manifestação da parte exequente quanto ao contido às fls. 219/231, documentos juntados fls. 232/304 e a realização da audiência de conciliação. 2. Intime-se a parte exequente para que se manifeste, querendo, no prazo de dez dias, sob o contido às fls. 219/231 e documentos de fls. 232/304.-Advs. ELOIZA MARIA DE SOUZA ALVIANO e MIRIELLE ELOIZE NETZEL-.

10. DIVÓRCIO DIRETO JUDICIAL-897/2006-M.P.S. x M.S.P.-Intimem-se as partes para cumprir o disposto às fls.362/363, conforme determinação da Fazenda Pública. Ciência, ainda, às partes, quanto ao Laudo de Avaliação, fls. 366/367.-Advs. FABIO REIMANN e CARISI MARA ARPINI MIGUEL-.

11. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-1031/2006-H.C.C. e outros x V.A.B.- 1. Não obstante a manifestação favorável do Ministério Público (fls. 160), não entendo cabível a penhora de bens da referida empresa, sendo que possui personalidade própria e distinta daquela do executado. Havendo, no entanto, a possibilidade de realização de penhora das cotas sociais pertencentes ao executado. 2. Tendo em vista o supra, intime-se a exequente para manifestação. 3. Oficie-se a Caixa Econômica Federal, conforme informações de fls. 161-162, para que proceda a penhora dos valores referentes ao FGTS depositados em nome do executado - enviando juntamente com o ofício cópia da decisão.-Advs. CELIA INES DA SILVA e SILVIO ALEXANDRE MARTO-.

12. EMBARGOS A EXECUÇÃO-2047/2006-A.M. x A.M. e outro-Intime-se a parte interessada a comprovar o pagamento das custas, fls.151, no valor de R$ 279,19. -Advs. RAQUEL ANGELICA DIAS BUENO e ANDREA C. CHAVES DE OLIVEIRA-.

13. REVISÃO DE ALIMENTOS-2075/2006-J.C.M.B. e outro x R.L.B.- 1. Considerando que até o presente momento não houve o retorno do oficio enviado, expeça-o novamente, em conformidade com o despacho de fl. 78. 2. No mais,

intimem-se as partes para apresentarem memoriais, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias. 3, Após, ao Ministério Público para parecer final. 4. Intimem-se. Diligências necessárias.-Adv. REGINA CARDOSO DE ALMEIDA ANDRADE COSTA-.

14. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-2155/2006-D.B.D.P. x J.S.D.P.- Defiro os pedidos de fls. 513-515. Expeça-se alvará de levantamento dos valores depositados pelo executado em nome da exequente. Ainda, tendo em vista as informações constantes no item 2 de fls. 514, atente-se a Secretaria para que o mandado de prisão expedido seja devidamente instruído com cópia da planilha atualizada (fls. 516-520) e as demais disposições contidas na decisão de fls. 474.-Advs. FABIO GIL ANACLETO e NEUDI FERNANDES-.

15. SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA-341/2007-C.P.S.C. x O.J.C.N.- Intime-se a parte interessada para, em 5 dias, se manifestar acerca de respostas de ofícios juntados aos autos de fls. 1132/1189.-Advs. ROSE MARY BASTOS IACOMINI e FERNANDA PEDERNEIRAS-.

16. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-345/2007-V.P.S.F. e outros x V.P.D.S.- Intime-se o executado, cientificando-o de que qualquer pagamento a título de pensão alimentícia devido aos menores deverá ser pago nas contas de titularidade dos menores, observada a devida proporção - conforme informações contidas à fls. 1262. Cumpra-se o item 13 de fls. 1232, haja vista o cálculo já constante nos autos (fls. 1234-1241). Em tempo, a Secretaria para que providencie nova capa aos autos, tendo em vista precariedade da atual. Int. D. n.-Advs. IVANDRA KARLA TAVARES DA CUNHA e ROSE MARY BASTOS IACOMINI-.

17. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-1271/2007-C.A.S.J. e outros x C.A.S.- 1.Indefiro o pedido de fls. 156, sendo que não se verifica a legitimidade ad causam da Caixa Econômica Federal. 2.A legitimidade é caracterizada quando o autor da ação é o titular do direito ao qual a prestação da atividade jurisdicional protegerá, sendo o réu o responsável pelo fato que lesou, ou mesmo ameaçou de lesão, o direito do autor. No entanto a verificação deste pressuposto processual encontra algumas nuances, conforme se verifica no posicionamento doutrinário de Liebman, para o qual "o problema da legitimação consiste em individualizar a pessoa a quem pertence o interesse de agir e a pessoa com referência à qual ele existe". Desta feita, deve-se isolar a causa remota da razão de pedir e verificar sua pertinência em relação ao autor bem como em relação ao réu. Se ambos estiverem relacionados com a matéria, a conclusão que se impõe é de que a legitimação está presente. No caso em tela, portanto, não há que se falar em legitimidade postulatória ou interesse do feito pela Caixa Econômica Federal, sendo que se trata de execução oriunda de uma relação obrigacional exclusiva entre autor e réu. A Secretaria para que reitere o ofício de f. 154, advertindo o oficiado das cominações legais em caso de descumprimento. Sobre o contido às fls. 156/157, diga a parte exequente.-Advs. SIMONE MARIA MALUCELLI PINTO SCHELLENBER e ROBERTO FADE-.

18. DIVÓRCIO C/C GUARDA/VISITAS/ALIMENTOS-1409/2007-R.R. x E.F.G.R.- Anuncio o julgamento antecipado do processo, vez que a questão de mérito prescinde da produção de provas em audiência. Dê-se ciência às partes e, em seguida, abra-se vista ao Ministério Público -Adv. GEORGIA SABBAG MALUCELLI-.

19. ALIMENTOS-0000028-97.2007.8.16.0002-A.P.F. e outro x P.C.F.- Tendo em vista o fato de que o executado é beneficiário de assistência judiciária gratuita, o valor cobrado a título de sucumbência torna-se inexível. Nada mais sendo requerido e observadas as devidas cautelas, remetam-se ao arquivo.-Advs. JULIANA LYCZACOWSKI MALVEZZI e IVAIR JUNGLOS-.

20. ALT.GUARDA C/C EXO.ALIMENTOS-2791/2007-A.B. x S.P.S.-Considerando que já foram esgotados todos os meios para tentativa de localização da parte requerida, defiro a citação por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias. Obs: à parte autora, comprovar o pagamento referente à expedição de um edital de citação, no valor de R$ 9,40.-Adv. JORGE DURVAL DA SILVA-.

21. MOD.DE CLAUSULA DE VISITAS-2797/2007-T.M.R. x B.T.O.-Intime-se a parte interessada a comprovar o pagamento das custas remanescentes, fls.382, no valor de R$ 50,76. -Advs. ANNE CRISTINE RODRIGUES e DIOCLECIO ALVES DE OLIVEIRA-.

22. ANU. C/ RET. C/C REC. DE PATERN.-2898/2007-B.G.T.D.S. e outro x R.S. e outro-Intime-se a parte interessada a comprovar o pagamento das custas, fls.147, no valor de R$ 690,42. -Adv. ANA SILVIA EVANGELISTA GEBELUCA-.

23. REVISÃO DE ALIMENTOS-3017/2007-G.F.S. e outro x E.F.S.- 1.Intimem-se as partes para que, no prazo de 10 dias tragam aos autos as provas documentais que julgarem pertinentes. 2.Transcorrido o prazo supra, com ou sem manifestação, neste último caso, devidamente certificado, voltem-me conclusos para análise.-Advs. MARCELO LASPERG DE ANDRADE e CLARICE IGNACIO CAMARGO-.

24. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-3600/2007-V.M.H. e outros x S.H.-Manifeste-se a parte exequente acerca da certidão de fls.73, dando prosseguimento ao feito. -Adv. SIMONE MARIA MALUCELLI PINTO SCHELLENBER-.

25. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-3729/2007-T.K.F.S.S. e outro x F.T.S.- Intime-se a parte interessada, por seu procurador, para se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça de fl. 91, em 5 dias. -Adv. IVO BRUGNOLO MACEDO-.

26. REVISÃO DE ALIMENTOS-3731/2007-E.S. x E.T.- Julgo o pedido de exoneração procedente, exonerando o alimentante E.T. da obrigação de pagar pensão alimentícia à alimentanda E.T., como impunha anterior decisão. Ressalto que os alimentos continuam sendo devidos à T.F.T., no importe de 1/2 salário mínimo, com anteriormente estabelecido, posto que nestes autos está a se discutir o quinhão devido à E.Por força do princípio da sucumbência, condeno a ré a pagar as custas processuais e os honorários do d. advogado do autor, que arbitro em R$ 600,00 (seiscentos reais), atenta ao zelo do profissional, ao trabalho realizado, à natureza e valor da causa, ficando a exigibilidade de tais verbas condicionada à prevista no art. 12, da Lei nº 1.060/50, tendo em vista a situação econômica das partes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpridas as formalidades legais, oportunamente, arquivem-se.-Advs. JOSE NAZARENO GOULART e EDNA TANIA FERNANDES SOUZA-.

27. GUARDA E RESPONSABILIDADE-540/2008-A.M.P. x H.C.D.R.- 1. Intime-se pessoalmente a Requerida, a fim de que, nos períodos de visitação pactuados (termo de audiência de fls. 183/184), abstenha-se de proferir comentários depreciativos da figura patema, sob pena de serem adotadas medidas tendentes a salvaguardar a integridade emocional da criança, inclusive restrição nos contatos.-Advs. MARILZA MOREIRA e MARIELLE MAZALOTTI NEJM TOSTA-.

28. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-740/2008-Y.L.G.K. e outro x E.R.K.- Intime-se a parte interessada para, em 5 dias, se manifestar acerca de respostas de ofícios juntados aos autos de fls. 129/132.-Advs. SIDNEY MARTINS e ERLON ROBERVAL KONOPACKI-.

29. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-1107/2008-N.R.B. x J.P.B.-Defiro o pedido de penhora eletrônica, com fulcro no artigo 655-A, "caput", e inciso I, do Código de Processo Civil, segundo valor indicado na planilha de fls. 115. Aguarde-se a resposta do BACEN conforme protocolo ora apresentado que deverá ser imediatamente juntado aos autos. -Adv. TIAGO STAINKE-.

30. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS-2381/2008-D.R.G. x H.R.G.- Para a defesa da ré, nomeio a Douta Defensora Eliane Tessali Ribas, sob o compromisso de seu grau, para tanto intime-se para que apresente defesa no prazo legal.-Adv. ROBSON LUIZ SANTIAGO-.

31. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-2418/2008-L.S.R. e outro x S.R.-Defiro o pedido de penhora eletrônica, com fulcro no artigo 655-A, "caput", e inciso I, do Código de Processo Civil, segundo valor indicado na planilha de fls. 75. Aguarde-se a resposta do BACEN conforme protocolo ora apresentado que deverá ser imediatamente juntado aos autos. -Advs. JIMENA CRISTINA GOMES ARANDA OLIVA e EDVALDO IRINEU REINERT-.

32. REVISÃO DE ALIMENTOS-2778/2008-C.C.A. e outro x S.N.A.-Intimem-se as partes para que se manifestem sobre o teor do estudo social (fl.112/113). -Advs. JONAS BORGES e MARCO ANTONIO DE SOUZA-.

33. DIVÓRCIO DIRETO JUDICIAL-116/2009-D.F.M. x M.C.M.-Intime-se a parte interessada a comprovar o pagamento das custas remanescentes, fls.93, no valor de R$ 95,88. -Adv. WANDA MARLI BETEZEK DA ROSA-.

34. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE-166/2009-L.M.N. e outro x M.B.R.A. e outros- 1. O prosseguimento deste feito depende, ainda, da citação dos Réus L.A.R.A. e F.R.R.A. 2. Assim, intime-se o Autor a se manifestar, em 10 (dez) dias, sobre as respostas aos oficios expedidos (fls. 74 e 75).-Adv. ANA BEATRIZ ANTUNES-.

35. DIVORCIO DIRETO JUDICIAL LITIGIOSO-379/2009-A.F.S.S. x A.S.-Ante a informação de fl. 80 e tendo em vista que já foram esgotados todos os meios para tentativa de localização do réu, defiro a citação por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias. -Adv. HERMINIA LUPION MELLO-.

36. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-904/2009-R.V.M.S. x F.T.S.- Intime-se a parte interessada, por seu procurador, para se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça de fl. 58, em 5 dias. -Adv. ALESSANDRA NEUSA SAMBUGARO DE MATOS-.

37. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-1204/2009-J.F.S.L. x S.T.- 1. Cuida-se de embargos de declaração opostos por J.F.da S.L., sob a alegação de que a decisão de fls. 110 foi omissa ao converter a execução do rito do art. 733 do CPC para aquele previsto no art. 732 do mesmo códex. 2. Não procedem os embargos de declaração, não padecendo a decisão de contradição, obscuridade ou omissão. 3. Ressalte-se que não houve qualquer omissão no ato decisório, sendo que o mesmo fundamentou-se nos pedidos realizados pela própria parte exequente (fls. 104-106) e orientou-se pelo princípio da menor onerosidade ao executado, frente à situação trazida às fls. 92-96. 4. O embargante tem entendimento diferente daquele esposado na decisão, embora respeitável. Sucede que os embargos de declaração não constituem via para revisão de julgado, mas apenas para sanar contradição, obscuridade ou omissão do próprio ato decisório. 5. Nesse sentido são incabíveis embargos de declaração utilizados "com a indevida finalidade de instaurar uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada" (grifo meu) (RTJ 164/793). 6. Nunca é demais ressaltar que os embargos de declaração não são palco para a parte descontente se insurgir contra o julgado e requerer sua alteração. Para isso, outro é o recurso cabível, que não este. Por isso, "não se admite embargos de declaração com efeitos modificativos quando ausente qualquer dos requisitos do art. 535 do CPC" (STJ - Corte Especial, ED no REsp 437.380, reI. Menezes Direito, j. 20.04.05, DJU 23.05.05, p. 119). 7. Ante o exposto, rejeito os presentes embargos declaratórios. 8. Tendo em vista a manifestação de fls. 118-121, diga a exequente. 9. Após, abra-se vistas ao Ministério Público.-Advs. GISELLE R. SANTOS e JOSE RONALDO CARVALHO SADDI-.

38. GUARDA E RESP.C/ TUTELA ANTECIPADA-1309/2009-T.S.C. x L.F.S.-Ante a informação de fl. 78 e tendo em vista que á foram esgotados todos os meios para tentativa de localização do réu, defiro a citação por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias. -Adv. KARLO MESSA VETTORAZZI-.

39. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE-1371/2009-A.F.B. e outros- Intime-se a parte autora a promover o prosseguimento do feito em 5 dias, sob pena de extinção.-Adv. SIBHELLE KATHERINE NASCIMENTO MELHEM-.

40. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-1438/2009-R.F.B.D.S. e outro x S.B.D.S.- Manifeste-se a parte interessada acerca da certidão de fls.80 (decurso de prazo), dando prosseguimento ao feito. -Adv. GISELE GERBER-.

41. ALTERAÇAO DE CLAUSULA DE VISITAS-1653/2009-C.T.P. x F.I.B.- Diante do pedido de fls. 245, cumpra-se a sindicância ordenada no despacho de fl.239 (item 02), em 05 (cinco) dias.-Advs. MELINA GIRARDI FACHIN e NELSON JOAO KLAS JUNIOR-.

42. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-1699/2009-L.H.S. e outro x A.R.S.-Manifeste-se a parte exequente acerca da certidão de fls.48 (decurso de prazo), dando prosseguimento ao feito. -Adv. AMIRA YOUSSIF NASR-.
43. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-1739/2009-N.N.D.M. e outro x S.M.-Defiro o pedido de penhora eletrônica, com fulcro no artigo 655-A, "caput", e inciso I, do Código de Processo Civil, segundo valor indicado na planilha de fls. 82/83. Aguarde-se a resposta do BACEN conforme protocolo ora apresentado que deverá ser imediatamente juntado aos autos. -Adv. RAFAEL ERNANI CABRAL BROCHER-.
44. ALIMENTOS-2005/2009-A.V.B.P. e outro x S.G.P.- Intime-se a parte interessada para, em 5 dias, se manifestar acerca de respostas de ofícios juntados aos autos de fls. 70/76.-Adv. RODRIGO FREITAS BARBIERI-.
45. ALIMENTOS C/ TUTELA ANTECIPADA-2009/2009-S.C.M.A. e outro x N.L.S.A.-Manifeste-se a parte interessada acerca da certidão de fls.85 (decurso de prazo), dando prosseguimento ao feito. -Adv. JOAO CLAUDIO FRANZO WEINAND-.
46. EXEC. DE ALIMENTOS C/C REVISIONAL-2053/2009-J.S.M. e outro x P.M.-Defiro o pedido de penhora eletrônica, com fulcro no artigo 655-A, "caput", e inciso I, do Código de Processo Civil, segundo valor indicado na planilha de fls. 60/78. Aguarde-se a resposta do BACEN conforme protocolo ora apresentado que deverá ser imediatamente juntado aos autos. -Adv. MAIRA BIANCA BELEM TOMASONI-.
47. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-2054/2009-M.D.S. x E.J.D.S.- Primeiramente, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente nova planilha de débito, nos termos do art. 206, §2º, do CC.-Advs. MAIRA BIANCA BELEM TOMASONI e OTHON BISPO DOS SANTOS-.
48. ALIMENTOS-2419/2009-J.C.C.C. e outros x M.S.C.-Intime-se a parte interessada a comprovar o pagamento das custas remanescentes, fls.138, no valor de R$ 41,36. -Advs. PATRÍCIA BRENNER LOPES e ARLETE ANA BELNIAKI-.
49. ALIMENTOS C/ PEDIDO DE LIMINAR-2533/2009-I.R.P. e outros x L.F.I.P.-Oficie-se o empregador do requerido conforme petitório de fls. 181-182. Após, abra-se novas vistas ao Ministério Público.-Advs. ERICH HUTTNER e JULIANA MIGUEL REBEIS-.
50. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-2967/2009-L.A.J.G. e outro x A.L.G.-Manifeste-se a parte interessada acerca da certidão de fls.59 (decurso de prazo), dando prosseguimento ao feito. -Advs. MARCELO DE CAMPOS COSTA e SEBASTIAO FERREIRA DO PRADO-.
51. GUARDA E RESPONS C/ PEDIDO DE LIMINAR-0000333-76.2010.8.16.0002-A.M.F. e outro x G.F.F. e outro-Manifeste-se a parte interessada acerca da certidão de fls.90 (decurso de prazo), dando prosseguimento ao feito. -Adv. AUREO ZAMPRONIO FILHO-.
52. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-0001139-14.2010.8.16.0002-C.I.K.V. e outros x C.H.W.V.- 1. Ressalto que a expedição de ofício ao Tribunal Regional Eleitoral não é possível, eis que o referido órgão somente presta informações para fins criminais e de investigação de paternidade, o que não é o caso. 2. Oficie-se à Sanepar, bem como à Copel, Previdência Social, Receita Federal e empresas de telefonia fixo e móvel, para que informe a este juízo, caso possua, o endereço do requerido C.H.W.V. Obs: À parte interessada, comprovar os pagamentos referentes à expedição de 8 (oito) ofícios, no valor de R$ 9,40 (cada um), mais o das custas de remessa postal, no valor de R$ 7,15 (cada uma), se desejar que esta Secretaria envie os documentos.-Adv. MARCOS ANTONIO GERMANO-.
53. DIVORCIO DIRETO JUDICIAL LITIGIOSO-0002175-91.2010.8.16.0002-D.C.A. x B.F.S.L.-No prazo comum de 5 (cinco) dias, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, declinando o objetivo e a pertinência, sob pena de indeferimento. -Adv. RAFAEL LUIS FREITAS HATSCHBACH-.
54. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-0003091-28.2010.8.16.0002-F.R.A. e outro x F.A.-Manifeste-se a parte interessada acerca da certidão de fls.29 (decurso de prazo), dando prosseguimento ao feito. -Adv. RICARDO SALINI ABRAHÃO-.
55. MOD.GUARDA C/TUTELA ANTECIPADA-0004087-26.2010.8.16.0002-L.R.L. x L.J.F.L.- 1. Informe a parte interessada, em 5 (cinco) dias, se houve o trânsito em julgado do Agravo de Instrumento n° 763.210-0. 2. Sem prejuízo da providência supra, determino a realização de elucidativa sindicância, com prazo de 15 (quinze) para a apresentação de relatório. 3. Esclareça-se à Requerida, desde logo, que a deliberação de fl. 174 apenas assentou que este Juízo não tolerará descumprimento do regime de visitação - sem impor, por ora, qualquer sanção -, comando que se aplica a ambas as partes.-Advs. CAROLINA BORGES CORDEIRO e ELAINE CYLOA CARVALHO MARQUES-.
56. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-0004325-45.2010.8.16.0002-M.G.R. e outros x S.R.D.R.-Defiro o pedido de penhora eletrônica, com fulcro no artigo 655-A, "caput", e inciso I, do Código de Processo Civil, segundo valor indicado na planilha de fls. 34/39. Aguarde-se a resposta do BACEN conforme protocolo ora apresentado que deverá ser imediatamente juntado aos autos. -Adv. AMARILDO LOPES-.
57. MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL DE SEQUESTRO-0004550-65.2010.8.16.0002-S.F.L.S. x J.A.C.- 1. Defiro o pedido de fls. 151/153. 2. A fim de dar cumprimento à determinação emanada do v. Acórdão de fls. 158/161, oficie-se ao Itaú Unibanco S.A., solicitando-se o desbloqueio dos valores bloqueados - conforme resposta de fl. 164 -, a pedido do oficio n° 979/2011, nas contas de titularidade de J.A.C., CPF n° 1... 3. Junte-se o recibo de protocolamento de desbloqueio de valores efetuado nesta data pelo sistema BACEN-JUD.-Advs. CARLA ROBERTA SILVA PEREIRA e REGINA APARECIDA CAMPOS-.
58. ALIMENTOS-0006169-30.2010.8.16.0002-L.F.L. x L.B.N.-Intime-se a parte interessada a comprovar o pagamento das custas remanescentes, fls.101, no valor de R$ 17,86. -Advs. SHEILA MACHADO DE JESUS e ELENI MORAES BARROS-.
59. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-0006400-57.2010.8.16.0002-L.B.B.D.S. e outros x C.B.D.S.-Defiro o pedido de penhora eletrônica, com fulcro no artigo 655-A, "caput", e inciso I, do Código de Processo Civil, segundo valor indicado na planilha de fls. 68. Aguarde-se a resposta do BACEN conforme protocolo ora apresentado que deverá ser imediatamente juntado aos autos. -Advs. DARCI JOSE FINGER e JOSÉ INÁCIO ZANATTA DA SILVA-.
60. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS-0006985-12.2010.8.16.0002-P.S. x C.F.S.-Intime-se a parte interessada, por seu procurador, para se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça de fl. 43, em 5 dias. -Adv. SAMEQUE GUERRART-.
61. ARROLAMENTO DE BENS-0009051-62.2010.8.16.0002-T.S.S. x E.C.F. e outros- Defiro a gratuidade à autora. Defiro o pedido de vista pelo prazo de 5 (cinco) dias.-Adv. LÁZARA DANIELE GUIDIO BIONDO-.
62. MANDADO DE SEGURANÇA-0005059-59.2011.8.16.0002-R.F.S. x B.B.- A emenda a inicial. Isso porque, de acordo com os fatos narrados o que se pretende é uma execução de alimentos com base no artigo 732 do CPC, com pedido de penhora de valores, contra o devedor. Assim, a ação deverá ser adequada ao rito processual mencionado, com a alteração do polo passivo. Na mesma oportunidade, deverá a parte autora, trazer aos autos copia do título judicial que fixou os alimentos, devidamente assinado e homologado pelo juiz e, se for o caso, também pelas partes bem como, planilha de débitos atualizada.-Adv. MARIA ONEIDE FERNANDES-.

Curitiba, 29 de setembro de 2011.

# NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO DAS VARAS DE FAMÍLIA

Autos 1306/2009, 4ª Vara de Família, Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável c/c Separação de Corpos." Designo audiência de Conciliação para o dia 25.10.2011 às 15h30min, a se realizar no Núcleo de Conciliação." Despacho proferido pela Juíza de Direito Substituta Luciana Varella Carrasco em 27 de setembro de 2011. INTIMEM-SE. ADV. - REGINA CARDOSO DE ALMEIDA ANDRADE COSTA OAB/PR 12.710., FLAVIO WARUMBY LINS OAB/PR 31.832, ALCENIR TEIXEIRA OAB/PR 50.626.
Autos 6712-33/2010, 4ª Vara de Família, Ação de Declaração de Reconhecimento e Dissolução de União Estável c/c Partilha de Bens, E.N.D.F.V. x C.F." Designo audiência de Conciliação para o dia 25.10.2011 às 15h30min, a se realizar no Núcleo de Conciliação." Despacho proferido pela Juíza de Direito Substituta Luciana Varella Carrasco em 27 de setembro de 2011. INTIMEM-SE. ADV. -OZIRES FRANCISCO SCHIAVON JUNIOR OAB/PR, ODEMIRO J.B. FABIAS OAB/PR 29471.
Autos 3788/2008, 4ª Vara de Família, Ação de Alimentos, I.G.P.D.S. x E.P.D.S. " Designo audiência de Conciliação para o dia 25.10.2011 às 15h30min, a se realizar no Núcleo de Conciliação." Despacho proferido pela Juíza de Direito Substituta Luciana Varella Carrasco em 27 de setembro de 2011. INTIMEM-SE. ADV. - ALEXANDRE TOMASCHITZ OAB/PR 39.911
Autos 2948-39/2010, 4ª Vara de Família, Ação de Separação Litigiosa, R.S.A.F x J.A.F. " Designo audiência de Conciliação para o dia 25.10.2011 às 15h30min, a se realizar no Núcleo de Conciliação." Despacho proferido pela Juíza de Direito Substituta Luciana Varella Carrasco em 27 de setembro de 2011. INTIMEM-SE. ADV. -KARLO MESSA VETTORAZZI OAB/PR 36.7

Delitos de Trânsito

# 1ª VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curitiba 1ª Vara de Delitos de Trânsito - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Adriano Minor Uema OAB PR033413 | 001 | 2010.0024825-9 |

**001** 2010.0024825-9 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Adriano Minor Uema OAB PR033413
Réu: Valdir Ferreira do Nascimento
Objeto: Despacho. Não há que se falar em rejeição da denuncia nesta fase, pois a mesma já foi recebida pelo despacho de fls. 43, cabendo tão somente a análise de eventual absolvição sumária, o que não é o caso, uma vez que o denunciado não se enquandra em qualquer das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. Também não merece prosperar a tese defensiva de falta de justa causa, já que os autos encontram-se instruídos com o laudo de dosagem alcólica de fls. 17, compementado pelo boletim de ocorrência de fls. 09/10, possibilitando, assim, o pleno exercicio da ação penal pela acusação. III- Isto posto, sendo as demais alegações da Defesa relativas ao mérito da causa, o feito deve prosseguir com a produção de prova testemunhal requerida pela acusação e pela defesa. Para a audiência de instrução e julgamento, designo o dia 29 de março de 2012, às 15:00 horas.

Execuções Penais

Tribunal do Júri

Infância e Juventude

Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis

# VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E ACIDENTES DO TRABALHO E PRECATÓRIAS CÍVEIS

**VARA DE REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO, CARTAS PRECATÓRIAS CIVEIS**
**E CORREGEDORIA EXTRAJUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA-PR - DR. IRAJÁ PIGATTO RIBEIRO - JUIZ DE DIREITO**
**DRA.LETÍCIA GUIMARÃES - JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA**

**RELAÇÃO Nº 409/2011 - ADM**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALISSON LUIZ NICHEL 1 212/2010
CLEITON SACOMAN 1 212/2010
DANIELLE ROSA E SOUZA 1 212/2010
FERNANDO BUENO DE CASTRO 1 212/2010
JULIO CESAR BROTTO 1 212/2010
OSCAR SILVERIO DE SOUZA 1 212/2010
RENE ARIEL DOTTI 1 212/2010
ROGERIA DOTTI 1 212/2010

1. PROCESSO ADMINISTRATIVO-212/2010-C.F.E.C. x C.R.J. e outro- (...). No mais, embora as anotações do cadastro pessoal (f 51/74 de O. R. F. J. e f 751103 de C. R. J.) não indiquem hipótese de reincidência própria, apontam sim atuar por vezes claudicante, bastante a impor adequada e proporcional resposta. Doutra forma, a pena imposta tem, além do caráter repreensivo que lhe é inerente, natureza educativa e de alerta ao auxiliar que pontualmente esquece que o poder e a fidúcia depositados em suas mãos estão necessariamente atrelados à correspondente responsabilidade e exação. 3.2. Destarte, sopesando os critérios acima descritos e considerando, afinal, que não há razão para definição de penas distintas para os acusados, pois que praticaram igual conduta e em circunstâncias, objetivos e resultados similares, e no escopo de impor retribuição justa e adequada ao ilícito praticado, com fundamento nos artigos 38, inciso II, e 40, inciso II, do Regulamento das Penalidades (Acórdão 7. 556/CM), artigos 194, inciso II, e 196, inciso II, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, e artigos 32, inciso II, e 33, inciso II, da Lei n. 8.935/94, e seguindo o disposto no artigo 197, caput, do Código de Organização e Divisão Judiciárias, fixo a pena de multa em 50 (cinqüenta) dias- multa, na razão de R$ 80.00 (oitenta reais) cada um, ínfimo percentual do rendimento registrado em livro próprio, totalizando R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para serem pagos por cada um dos acusados, bastantes a coibir a conduta irregular e servir de alerta e orientação do agente delegado para a atuação futura. Condeno os acusados, ademais, ao pagamento em igual proporção das despesas deste Processo e do procedimento de Providências antecedente. Registre-se. Intimem-se os apenados, por seus advogados, via publicação em Diário. -Advs. CLEITON SACOMAN, FERNANDO BUENO DE CASTRO, OSCAR SILVERIO DE SOUZA, DANIELLE ROSA E SOUZA, RENE ARIEL DOTTI, ROGERIA DOTTI, JULIO CESAR BROTTO e ALISSON LUIZ NICHEL-.

ELIANE LEOCADIA PORRAT IVANOSKI
ESCRIVÃ

**Relção 405/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADELINO VENTURI JUNIOR 0088 041453/2011
ADILSON APARECIDO MORAIS 0041 037819/2010
ADONIRAN PEDROSO DE OLIVE 0059 004555/2011
ADRIANA MARTINS SILVA 0040 032320/2010
ADRIANO BARBOSA 0074 032000/2011
ADYR RAITANI JUNIOR 0030 001127/2009
ALBERTO KOPYTOWSKI 0026 001040/2009
ALCENIR TEIXEIRA 0009 000463/2006
ALESSANDRO RAVAZZANI 0022 000778/2009
ALEXANDRE FANTI CORREIA 0082 038433/2011
ALEXANDRE GAMBINI PEREIRA 0031 001139/2009
ALEXANDRE MARTINS 0022 000778/2009
ALI HADDAD 0001 000485/1972
ALTIVO JOSE SENISKI 0003 000742/2001
AMIRA YOUSSIF NASR 0073 029329/2011
ANA ELISA VIEIRA NAVARRO 0019 000540/2009
ANA SILVIA EVANGELISTA GE 0073 029329/2011
ANDREIA MARINA LATREILLE 0053 063375/2010
ANTONINHO PEREIRA DA SILV 0084 039572/2011
ANTONIO ALVES DE SOUZA FI 0017 000386/2009
ARIONE PEREIRA 0077 036499/2011
ARNALDO CONCEICAO JUNIOR 0003 000742/2001
AURORA CUSTODIO DOS SANTO 0035 008728/2010
BRUNA CATTANI 0089 042041/2011
BRUNO ARCIE EPPINGER 0003 000742/2001
BRUNO MARTIN BATISTA 0010 000057/2007
CAMILA SASAKI 0064 011989/2011
CARLA ANGELICA HEROSO GOM 0004 000219/2002
CARLOS EDUARDO FERREIRA M 0006 000600/2004
CARLOS RENATO SOARES SEBA 0082 038433/2011
CAROLINA JANZ COSTA SILVA 0003 000742/2001
CAROLINA MARTINS PEDROL 0081 038398/2011
CELIA INES DA SILVA 0073 029329/2011
CELIA INÊS DA SIILVA 0054 067631/2010
0066 016139/2011
CESAR ANTONIO TUOTO SILVE 0018 000436/2009
CLEBERSON CONSTANTE MACHA 0080 037710/2011
CLEVERSON MARCOS MACHADO 0080 037710/2011
DAIANE SANTANA RODRIGUES 0039 017856/2010
DANIELE POTRICH LIMA 0026 001040/2009
DEBORA CECHET FAICONE 0012 000629/2007
DEBORA OCIMARA SCHROEDER 0046 049184/2010
DINAMIR PRUENCIA MONTEIRO 0043 039686/2010
DIONE MARA SOUTO DA ROSA 0015 000533/2008
DJANIR PEDRO PALMEIRA 0065 013625/2011
ELADIO PINHEIRO LIMA JUNI 0034 006386/2010
ELIZABETH B. LOPES MURAKA 0006 000600/2004
ESTEVAM CAPRIOTTI FILHO 0007 000209/2005
FABIANA CARLA DE SOUZA 0085 040431/2011
FABIANA KELLY ATALLAH 0003 000742/2001
FABIANO BINHARA OAB/PR 24 0008 000514/2005
FABIANO DA ROSA 0048 054146/2010
FERNANDA MONÇATO FLORES 0044 041942/2010
FERNANDO JOSÉ BREDA PESSO 0013 000699/2007
0040 032320/2010
FLAVIA OLIVIA SILVA ROSA 0051 058580/2010
FLAVIO WARUMBY LINS 0009 000463/2006
FRANCISCO MARTINS NETO 0076 035466/2011
GABRIEL MARCONDES KARAN 0016 000344/2009
GELSON BARBIERI 0089 042041/2011
GENESIO TAVARES 0007 000209/2005
GEROLDO AUGUSTO HAUER 0003 000742/2001
0032 001148/2009
GIOVANNY VITORIO BARATTO 0033 005338/2010
GISELE KASPRZAK 0050 056631/2010
GISLAINE FERNANDA DE PAUL 0042 039666/2010
GUILHERME FRAZÃO NADALIN 0056 069798/2010
GUILHERME SCHEIDT MADER 0057 001369/2011
HELIO GOMES DE MEIRELLES 0038 016890/2010
IRIA EMILIA EVANGELISTA B 0089 042041/2011
ISRAEL LIUTTI 0081 038398/2011
IVAN SZABELIM DE SOUZA 0015 000533/2008
JAIR APARECIDO AVANSI 0044 041942/2010
JESSICA AGDA DA SILVA 0003 000742/2001
JORGE DURVAL DA SILVA 0022 000778/2009
JORGE LUIZ MAZETO 0003 000742/2001
JOSE DOMINGUES 0062 009452/2011
JOSE MARÇAL ANTONIO 0002 000284/1998
JOSE MARIO TAFURI 0005 000241/2004
JOSE MAURICIO GNATA TELLE 0007 000209/2005
JOSE VALTER RODRIGUES 0039 017856/2010
JULIANA KOQUE DE MUZIO CO 0003 000742/2001
JULIANE ZANCANARO BERTASI 0003 000742/2001
0032 001148/2009
JULIO CESAR PINTO D'AMICO 0034 006386/2010
KARIN HASSI 0011 000373/2007
LACIR GUARENGHI 0007 000209/2005
LIBIAMAR DE SOUZA 0085 040431/2011
LINDOLFO REITZ 0067 021250/2011
LUANA STEINKIRCH DE OLIVE 0003 000742/2001
LUCELENE OLIVEIRA DE FREI 0003 000742/2001
LUCIANA CALVO WOLFF 0061 008915/2011
LUCIANE LAWIN 0025 000965/2009

LUCIANO VIEIRA LINHARES 0086 041109/2011
LUIS CARLSO LOMBA JÚNIOR 0070 024178/2011
LUIS FERNANDO BUBA 0063 011167/2011
LUIZ ANTONIO MARIANO 0034 006386/2010
LUIZ EDUARDO FACHINI 0018 000436/2009
LUZARDO THOMAZ DE AQUINO 0023 000835/2009
MAÇAZUMI FURTADO NIWA 0081 038398/2011
MARCELO A. OHRENN MARTIN 0030 001127/2009
MARCELO MARQUES MUNHOZ 0003 000742/2001
MARCELO TAVARES GUMY SILV 0070 024178/2011
MARCIA TERESINHA SECCHI P 0036 012720/2010
MARCOS PAULO DA SILVA 0022 000778/2009
MARIA ELIZABETH HOHMANN R 0037 016829/2010
MARIA IZABELLA GULLO ANTO 0047 051422/2010
MARIANA FERNANDA FERRI 0069 024059/2011
MARIELLE MAZALOTTI NEJM T 0078 036500/2011
MARILZA DA SILVA MOREIRA 0078 036500/2011
MARIO BAPTISTA DE SOUZA F 0085 040431/2011
MARKLEA DA CUNHA FERST 0006 000600/2004
MARLIZE DALTRO ASSUNÇÃO 0029 001095/2009
MARLY BORGES DOMINGUES 0062 009452/2011
MIRIAM KLAHOLD 0035 008728/2010
MÁRCIA ADRIANA MANSANO 0068 023876/2011
NADIA REGINA DE CARVALHO 0040 032320/2010
NELSON JOÃO KLAS JUNIOR 0061 008915/2011
NELSON PIETNICKA 0087 041452/2011
ÂNGELA MARIA MARCELO 0071 026244/2011
NILCE NEIDE TEIXEIRA DE L 0079 036799/2011
PALOMA TEIXEIRA WENDLING 0075 035217/2011
PAULO CELSO NOGUEIRA DA S 0024 000959/2009
PAULO HENRIQUE LOPES FURT 0003 000742/2001
PAULO HENRIQUE PETROCINI 0003 000742/2001
PAULO MAINGUE NETO 0003 000742/2001
PAULO ROBERTO GUSSO FILHO 0029 001095/2009
PAULO ROBERTO LOPES 0022 000778/2009
PAULO YVES TEMPORAL OAB/P 0040 032320/2010
PEDRO SCHNIRMANN 0003 000742/2001
RAFAEL DA SILVA GOMES 0069 024059/2011
REGINA YURICO TAKAHASHI-D 0021 000705/2009
RENATA CAROLINE KROSKA 0090 042688/2011
RENATA JOHNSSON STRAPASSO 0091 000230/2010
RENATA SPINARDI FIUZA 0083 039059/2011
ROBERTA DEL VALLE 0003 000742/2001
ROBERTA PEDROSO FERREIRA 0060 006646/2011
ROBERTO DEL CLARO 0072 027474/2011
RODOLFO MENDES SOCCIO 0070 024178/2011
RODRIGO GAIAO 0003 000742/2001
ROGÉRIO SANTOS 0049 055974/2010
ROSANA MARIA AMATO MONTIN 0028 001080/2009
ROSIANE FOLLADOR ROCHA EG 0076 035466/2011
RUSLAN LUIS TORRICO SCHWA 0052 061654/2010
SHEYLA DAROLT BOLSI DOS S 0014 000435/2008
SILVIO BATISTA 0010 000057/2007
SILVIO BINHARA OAB/PR 24. 0008 000514/2005
SIMONE CERETTA LIMA 0005 000241/2004
0020 000541/2009
SONIA DE OLIVEIRA 0088 041453/2011
SÉRGIO DE ARAGÓN FERREIRA 0033 005338/2010
TATIANA DE AZEVEDO LAHOZ 0033 005338/2010
TATIANA LAUAND DE PAULA 0091 000230/2010
TRAUDI MARTIN 0014 000435/2008
UMBERTO GIOTTO NETO 0027 001058/2009
VAGNER ROBERTO MOCELIN 0029 001095/2009
VALDIR JULIO ULBRICH 0039 017856/2010
VALERIA HATSCHBACH FERREI 0033 005338/2010
VINICIO PEDRO CEMIN 0058 001919/2011
VINICIUS DANIEL MORETTI 0018 000436/2009
VITORIO KARAN 0016 000344/2009
WILMAR EPPINGER 0003 000742/2001
0032 001148/2009
WILSON BENINI 0045 047031/2010
WILSON CARLOS PASSOS BARB 0055 069143/2010

1. CANCELAMENTO DE REGISTRO CIVIL-485/1972-ORONDINA AMARAL CACILHA- Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por Maria Ernília Pereira Felix em face da decisão proferida às fis. 165. Alega a embargante que a decisão é contraditória em sua fundamentação e não é clara quanto ao conteúdo e extensão do dispositivo. Vieram-me os autos conclusos. Relatado, brevemente, decido. O recurso oposto pelo embargante obedeceu todos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos, em especial a tempestividade. Sendo assim, os embargos de declaração devem ser conhecidos. No mérito, contudo, os embargos não merecem ser acolhidos. Não há omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada, sendo que a parte apesar de afirmar que há contradição na fundamentação não demonstrou em que consiste tal contradição e apesar de afirmar que o dispositivo não é claro não especifica qual a obscuridade existente. Se a parte discorda da decisão proferida, deve interpor o recurso cabível. Diante do exposto, CONHEÇO os embargos de declaração e, no mérito, REJEITOS- OS. P.R.I. -Adv. ALI HADDAD-.
2. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-284/1998-NELSON SANDRO CAUNETO E OUTROS- Intime-se o doutor advogado a, em cinco dias, sob pena de desconsideração, subscrever a petição de fl. 147/149. -Adv. JOSE MARÇAL ANTONIO-.
3. ALTERAÇÃO DE REG. DE IMOVEL C/C DECLARATORIA DE DIREITO E DE CONST. DE USUFRUTO-742/2001-IZIDORO TONIOLO E OUTROS- Ao requerente ante a promoção ministerial retro (fl. 567). Int. -Advs. GEROLDO AUGUSTO HAUER, WILMAR EPPINGER, ALTIVO JOSE SENISKI, ARNALDO CONCEICAO JUNIOR, PAULO MAINGUE NETO, MARCELO MARQUES MUNHOZ, PAULO HENRIQUE PETROCINI, JULIANE ZANCANARO BERTASI, JORGE LUIZ MAZETO, LUANA STEINKIRCH DE OLIVEIRA, LUCELENE OLIVEIRA DE FREITAS, RODRIGO GAIAO, FABIANA KELLY ATALLAH, JESSICA AGDA DA SILVA, PAULO HENRIQUE LOPES FURTADO FILHO, JULIANA KOQUE DE MUZIO CONTE, CAROLINA JANZ COSTA SILVA, BRUNO ARCIE EPPINGER, ROBERTA DEL VALLE e PEDRO SCHNIRMANN-.
4. ALTERAÇÃO DE REG. DE IMOVEL C/C DECLARATORIA DE DIREITO E DE CONST. DE USUFRUTO-219/2002-IVANDO DE CAMPOS SISCATO- Vistos e exqaminados... O processo está paralisado há bem mais de 30 (trinta dias). Os requerentes, não obstante intimados, por seu advogado e pessoalmente, a promover o regular andamento, quedaram-se inertes, conforme a certidão de fl. 148. Destarte, à vista do exposto e consoante a manifestação ministerial de fl. 150, com fundamento no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Custas de lei pelos requerentes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. CARLA ANGELICA HEROSO GOMES AUST-.
5. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-241/2004-AURIDETE BARBOSA SPELMEIER- 2. Outrossim, em 10 (dez) dias junte a requerente certidão do 1° distribuidor da Capital referente Às Varas de familia, criminais e da Fazenda pública. Intime-se. -Advs. SIMONE CERETTA LIMA e JOSE MARIO TAFURI-.
6. ALTERAÇÃO DE REG. DE IMOVEL C/C DECLARATORIA DE DIREITO E DE CONST. DE USUFRUTO-600/2004-HANS WINTER- Aos requerentes para se manifestarem quanto ao contido na cota ministerial retro, promovendo o que de seu interesse, no pazo de dez dias. Intimem-se. -Advs. CARLOS EDUARDO FERREIRA MOTTA, ELIZABETH B. LOPES MURAKAMI e MARKLEA DA CUNHA FERST-.
7. ALTERAÇÃO DE REG. DE IMOVEL C/C DECLARATORIA DE DIREITO E DE CONST. DE USUFRUTO-209/2005-CENTRO COMERCAIL JOAO FALARZ x GENIRO DE OLIVEIRA CARVALHO- Uma vez que a manifestação de fl. 122/123 não atende , reitere-se ao requerente a intimação de fl. 124, remissiva à manifestação ministerial de fl. 122/123. -Advs. GENESIO TAVARES, ESTEVAM CAPRIOTTI FILHO, LACIR GUARENGHI e JOSE MAURICIO GNATA TELLES-.
8. ALTERAÇÃO DE REG. DE IMOVEL C/C DECLARATORIA DE DIREITO E DE CONST. DE USUFRUTO-514/2005-NORVALPA IMOVEIS LTDA S/C- Citem-se, conforme promoção de fl. 180 letra a, antecipando a requerente as despesas pertinentes. Int. -Advs. SILVIO BINHARA OAB/PR 24.459 e FABIANO BINHARA OAB/PR 24.460-.
9. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO PÚBLICO-463/2006-GEOVANNI DA SILVA DE SOUZA e outro- 1. Intime-se o advogado Murilo Francisco do Amaral para em, 10 (dez) dias, comprovar poderes para representar os requerentes Geovanni da Silva de Souza e Eduardoda Silva de Souza. 2. Na oportunidade, intimem-se oa requerentes a juntarem certidão em inteiro teordo assento de nascimento de sua genitora da qual deve constar a averbação do reconhecimento inicialmente noticiado. -Advs. MURILO FRANCISCO DO AMARAL, FLAVIO WARUMBY LINS e ALCENIR TEIXEIRA-.
10. AÇÃO DECLARATÓRIIA-57/2007-MAURICIO ESTEFANO PERRETO e outro- Antes de tratar do prosseguimento, colham-se dos requerentes as manifestações que reputarem devidas em face da intervenção de fl. 106/112 e documentos juntos e da manifestação ministerial retro (125/126). Prazo 10 (dez) dias. Int. -Advs. SILVIO BATISTA e BRUNO MARTIN BATISTA-.
11. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-373/2007-LUCINEIA SOARES DE OLIVEIRA- Trata-se de ação de restauração de assento de nascimento ajuizada por Lucineia Soares de Oliveira. O processo está paralisado há mais de 30 (trinta) dias. A Requerente mesmo intimada, por seu advogado, a promover o regular andamento, quedou-se inerte. Saliento que houve a tentativa de intimação da Requerente por carta, com Aviso de Recebimento, e por Oficial de Justiça, para promover o regular andamento do feito, mas o endereço fornecido nos autos não corresponde ao da parte autora. Diante do exposto, com fundamento no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Custas pela parte requerente, restando sobrestada a sua cobrança em razão dos benefícios da justiça gratuita ora concedidos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. -Adv. KARIN HASSI-.
12. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-629/2007-JOSE OTAVIO CARDOSO CONSONI e outros- Intime-se as partes para que se manifestem acerca do cálculo apresentado pela Sr° Contadora no valor de R$ 170,98. -Adv. DEBORA CECHET FAICONE-.
13. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-699/2007-HAIRTON CORTIANO- Não havendo limitação a priori para tanto, aguarde-se por 30 (trinta) dias pela possível manifestação de sucessores do requerente, promovendo a sua habilitação e o andamento do processo. -Adv. FERNANDO JOSÉ BREDA PESSOA-.
14. RET. DE ESC. PUBLICA DE COMPRA E VENDA-435/2008-CARMEN LUCIA ASSUNÇAO e outros- Por mera liberalidade, determino que se intimem os requerentes na pessoa de sua advogada para, no prazo de 10 (dez) dias, dar cumprimento ao determinado à fl. 206. -Advs. SHEYLA DAROLT BOLSI DOS SANTOS e TRAUDI MARTIN-.
15. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-533/2008-MARILEA KEINERT CASTOR- O mandado retificatório está a disposição do requerente para a devida averbação, bem como para o devido preparo das custas no valor de R$62,49 . -Advs. DIONE MARA SOUTO DA ROSA e IVAN SZABELIM DE SOUZA-.
16. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-344/2009-LUERLLEN MACIEL DE AGUIAR- 3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de f. 89/90, para o efeito de determinar, para todos os fins de direito, que no assento de nascimento de Arthur Banck de Aguiar, lavrado no Serviço Distrital do Uberaba nesta Capital (matrícula n° 082446 01 55 2008 1 00342 022 0086824 21 - f. 92), faça-se anotar que o genitor do registrado, em razão do decidido nestes autos, passou a se chamar "LUCAS MACIEL DE AGUIAR". Custas de lei pelo Requerente. Publique-

se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. GABRIEL MARCONDES KARAN e VITORIO KARAN-.
17. DÚVIDA INVERSA-386/2009-VIAÇÃO XAVANTE LTDA x ANGELO VOLPI TABELIÃO DO CARTÓRIO DO 7° TABEL.VOLP- Ressalvada, por quem de direito, a cobrança das custas remanescentese, por outro lado, pela requerentea indicação de forma de restituição das custas devidamente destinadas a Oficial de Justiça, arquivem-se. Intime-se. -Adv. ANTONIO ALVES DE SOUZA FILHO-.
18. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-436/2009-ROSANE SCHMIDLIN x CARLOS ALBERTO SCHMIDLIN- Vistos e examinados... 3. Nestes termos , à vista do exposto, julgo improcedente o pedido inicial. Custas de lei pela requerente, dispensadas por ora em face do benefício da justiça gratuita que lhe defiro em face da declaração de fl. 43 (LAJ, art. 12). Publique-se. Registre-se. Intime-se. -Advs. LUIZ EDUARDO FACHINI, CESAR ANTONIO TUOTO SILVEIRA MELLO e VINICIUS DANIEL MORETTI-.
19. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-540/2009-EVELYN CRISTINA KERN e outros- Aguarde-se por 30 (trinta) dias. Int. -Adv. ANA ELISA VIEIRA NAVARRO-.
20. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-541/2009-MARIA DIRCE CARVALHO PERTCEM e outros- 1. Intimem-se os requerentes CARLOS AUGUSTO PERTECEN, HALYSSAN LOUISY PERTECEN, KAYQUE RYAN PERTECEN e DHYLAN RENAN PERTECEN para, se essa for de fato a sua vontade, expressamente, por seu advogado, desistir do pedido inicial. Intimem-se. 2. Intimem-se os requerentes para que diligenciem a juntada de certidão do assento de nascimento (ou de casamento) de seu antecessor "Carlos Frederico Petersen", prova necessária e essencial do que afirma em relação ao patronímico familiar, observando para tanto, conforme o seu interesse, o sugerido na cota ministerial de f. 157/158, números 4 e 5. 3. Atendam os requerentes, outrossim, o contido na cota do Ministério Público à f. 156/157, n. 1 (certidões atualizadas e autênticas). Intimem-se. -Adv. SIMONE CERETTA LIMA-.
21. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0001765-70.2009.8.16.0001-LUIZ CARLOS DOS SANTOS ALVES e outro- O processo está paralisado há mais de 30 (trinta) dias. Os Requerentes não obstante intimados, por seu advogado e pessoalmente, a promover o regular andamento do feito, permaneceram inertes, conforme a certidão de f. 58. Diante do exposto, com fundamento no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Custas de lei pelos Requerentes, dispensadas, por ora, em face do benefício da Justiça gratuita deferido às fls. 13, 1. Publique-se. Registre-se. Intimem- se. -Adv. REGINA YURICO TAKAHASHI-DEFENS. PUBLICA-.
22. CANCELAMENTO DE REGISTRO CIVIL-778/2009-MARCIA BEATRIZ BUHRER- 1. Dos documentos de f. 102/106 dê-se ciência à requerente. -Advs. JORGE DURVAL DA SILVA, ALEXANDRE MARTINS, ALESSANDRO RAVAZZANI, MARCOS PAULO DA SILVA e PAULO ROBERTO LOPES-.
23. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-835/2009-ROSELI FREI- Atenda-se a cota retro (fl. 44). Int. -Adv. LUZARDO THOMAZ DE AQUINO-.
24. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-959/2009-AHMED ABDUL RAHMAN HAJAR e outro- 3. Nestes termos, à vista do exposto e do parecer ministerial de f.57/58, julgo PROCEDENTE em termos o pedido inicial e emenda à f. 54/55, para o efeito de determinar, para todos os fins de direito, que se averbe no assento de nascimento de Ale Ahmed dc Souza Antunes o reconhecimento de paternidade firmado à f. 37, passando o registrado a se chamar "ALE AHMED ANTUNES RAHMAN HAJAR", filho de "AHMED ABDUL RAHMAN HAJAR" e neto, pela linhagem paterna, de "ABDUL RAHMAN AHMAD SAI1) HAJAR e MOIISNE ABIJUL RAHMAN HAJAR", e que sua genitora após o casamento com Ahmed Abdul Rahman Hajar, em data de 07/12/2000, passou a se chamar "PATRÍCIA ANTUNES RAHMAR HAJAR", mantendo-se inalterados os demais dados. Custas de lei, pelo Requerente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. PAULO CELSO NOGUEIRA DA SILVA-.
25. RETIFICAÇAO REG. IMOBILIARIO E CIVIL-965/2009-RACHEL ALBUQUERQUE MACHADO- Aguarde-se como requer fl. 116 (... prazo de 90 dias..). -Adv. LUCIANE LAWIN-.
26. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-1040/2009-RODRIGO FRANCO DE SOUZA- 1. Atenda o requerente o proposto na cota ministerial de fl. 28. 1.1. Intime-se. -Advs. DANIELE POTRICH LIMA e ALBERTO KOPYTOWSKI-.
27. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-1058/2009-PAOLLA BEATRIZ DOS SANTOS SILVA e outro- Aos requerentes pára se manifestarem quanto ao contido na cota ministaerial retro, promovendo o que de seu interesse, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. -Adv. UMBERTO GIOTTO NETO-.
28. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-1080/2009-LAURO DOS SANTOS e outros- ... 3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, a fim de determinar que se anote: 1 - no assento de nascimento de Lauro dos Santos (f.44), lavrado sob matrícula n. 079939 01 55 1965 1 00329 518 0001550 66, no 10 Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais de Curitiba, que o registrado passa a se chamar LAURO MARCHIORO DOS SANTOS"; II - no assento de casamento dc Lauro dos Santos e de Cleusa Paul (f.45), lavrado sob matrícula n. 105130 01 55 1989 3 00022 045 0012647 87, no Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais de Joinville, SC, que o nubente passa a se chamar "LAURO MARCHIORO DOS SANTOS" e a nubente "CLEUSA PAUL MARCHIORO DOS SANTOS"; III - no assento de nascimento de Lauro Paul dos Santos (f.49), lavrado sob matrícula n. 080457 01 55 1989 1 00154 387 0003387 81, no 3° Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais de Curitiba, que o registrado passa a se chamar "LAURO PAUL MARCHIORO DOS SANTOS"; e IV - no assento de nascimento de Kelvin Paul dos Santos (f. 50), lavrado sob matrícula n. 105130 01 55 1991 1 00081 020 0095010 72, no Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais de Joinville - SC, que o registrado passa a se chamar "KELVIN PAUL MARCHIORO DOS SANTOS". Custas na forma da lei, pelos requerentes. Expeça-se edital dando notícia da alteração, a ser publicado na imprensa oficial e afixado no local de costume. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. ROSANA MARIA AMATO MONTINGELLI-.
29. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-1095/2009-LAURETE ZANLORENZI BASSO e outros- Vistos e examinados... Homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a desistência manifestada pelos requerentes às fl. 64 e, nos termos do artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Custas de lei pelos requerentes. P.R.I. -Advs. MARLIZE DALTRO ASSUNÇÃO, VAGNER ROBERTO MOCELIN e PAULO ROBERTO GUSSO FILHO-.
30. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-1127/2009-JANE MAZUR- 3. Pelo exposto, julgo PROCEDENTE a ação para o fim de determinar as seguintes retificações: a) no assento de óbito de MERCEDES MILANO, lavrado na matricula n° 080457 01 55 1995 4 00084 007 0017707 33, do 3° Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - PR. no qual consta que a falecida era viúva de Jeronimo Milano, e deixou 2 (dois) filhos: Amo e Jerônimo Freitas Junior, passe a constar que a de cujus era viúva de Jeronimo Milano de Freitas Junior, e deixou 2 (dois) filhos: Amo Ivan Milano e Jeronimo Hiran Milano Neto, mantendo-se inalterados os demais dados. b) na matricula n° 42.762 (fl.38) lavrada no 1° Serviço de Registro de Imóveis de São José dos Pinhais - PR, na qual consta o nome de "Mercedes Hauer Milano", passe a constar o nome de "Mercedes Milano". Custas de lei, pelos requerentes. Publique-se, registre-se e intimem-se. -Advs. MARCELO A. OHRENN MARTINS e ADYR RAITANI JUNIOR-.
31. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-1139/2009-MARIA ELIANE MENON FORNECK- A parte requerente para que efetue o pagamento das custas de fl. 78 (R $ 11,28) e de fl. 79 (R$ 265,08). -Adv. ALEXANDRE GAMBINI PEREIRA-.
32. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-1148/2009-TERCIO BERGEL GRITSCH- ... Vistos e examinados... 3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo improcedente o pedido inicial. Custas de lei pelo requerente. P.R.I. -Advs. JULIANE ZANCANARO BERTASI, GEROLDO AUGUSTO HAUER e WILMAR EPPINGER-.
33. RETIFICAÇÃO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO-0005338-82.2010.8.16.0001-SERGIO RODRIGUES TREVISAN- Ao requerente, para no prazo de dez dias, promover a juntada de proposta registrária, na forma determinada no despacho de fl.116. Intime-se. -Advs. SÉRGIO DE ARAGÓN FERREIRA, VALERIA HATSCHBACH FERREIRA, GIOVANNY VITORIO BARATTO COCICOV e TATIANA DE AZEVEDO LAHOZ-.
34. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0006386-76.2010.8.16.0001-MARCO ANTONIO BRANCO DA CUNHA x YURI YACISHIN DA CUNHA e outro- Intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar comprovante da postagem dos expediente de fl. 51-2. -Advs. LUIZ ANTONIO MARIANO, JULIO CESAR PINTO D'AMICO e ELADIO PINHEIRO LIMA JUNIOR-.
35. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0008728-60.2010.8.16.0001-ALANA MACHADO DA SILVA e outro- ... 3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, para o efeito de determinar, para todos os fins de direito, que no assento de nascimento de Alana Machado da Silva, lavrado sob 0 079573, à f. 171 do livro A-305 do Serviço Distrital do Uberaba do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba (f. 15), faça-se constar que a registrada passe a se chamar "ALANA MACHADO KLAHOLI) DA SILVA", que sua mãe, em razão de decidido nos autos n. 177/2009 da 2 Vara de Família de Curitiba, passou a se chamar 'ALBA MARILIA MACHADO KLAHOLD" e que seu avô materno se chama WALTER KLAHOLD'. Custas pela Requerente, dispensadas, por agora, em face do beneficio que lhe foi deferido à f. 22 (LAJ, art. 12). Publique-se. Registre-se. Intimem-se (observe-se, anotando-o, o substabelecimento de f. 55). -Advs. MIRIAM KLAHOLD-.
36. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0012720-29.2010.8.16.0001-JAIME RUBENS LICHTENSZTEJN LEVINSKA- Aguarde-se como requer fl. (100). 2. Intime-se. -Adv. MARCIA TERESINHA SECCHI PEREIRA-.
37. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0016829-86.2010.8.16.0001-ROSENI DE JESUS MIRANDA- 1. À requerente para, em mais cinco dias, promover a juntada dos socumentos solicitados pela Doutora Promotora de Justiça no item "c" do parecer ministerial de fls. 18/9. 2. Intime-se. -Adv. MARIA ELIZABETH HOHMANN RIBEIRO-.
38. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0016890-44.2010.8.16.0001-TRAJANO BERNARDINO DOS SANTOS- Diga o requerente. Int. -Adv. HELIO GOMES DE MEIRELLES-.
39. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0017856-07.2010.8.16.0001-ELZA ANTASZCZYSZYN- Aguarde-se por 30 (trinta) dias. Int. -Advs. JOSE VALTER RODRIGUES, VALDIR JULIO ULBRICH e DAIANE SANTANA RODRIGUES-.
40. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0032320-36.2010.8.16.0001-LETICIA DA ROSA GOES e outro-... 3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo procedente o pedido inicial, para o efeito de determinar, para todos os fins de direito, que no assento de nascimento de Letícia da Rosa Goes, lavrado no Livro A-28, fl. 240, sob n° 008966, do Serviço Distrital do Tatuquara do Foro Central da Comarca da Região Metropolitanade Curitiba-Pr, faça-se constar, em retificação, que o genitor da registrada se chama EVERTON DE PAULO GOES. Custas de lei pela requerente, dispensadas por agora, em face do benefício que lhe é deferido (LAJ, art.12). Publique-se. Registre-se. Intime-se. -Advs. FERNANDO JOSÉ BREDA PESSOA, ADRIANA MARTINS SILVA, NADIA REGINA DE CARVALHO MIKOS e PAULO YVES TEMPORAL OAB/PR 17.715-.
41. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0037819-98.2010.8.16.0001-LINDALVA JULIAO CEZARIO FERREIRA e outro- 3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, para o efeito de determinar, para todos os fins de direito, que: a) no assento de nascimento de Maria de Lourdes Julião, lavrado no Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais de Terra Roxa, PR (matricula n° 087007 01 55 1965 1 00003 094 0002588 14 - f. 35), passe a constar, em retificação, que a genitora da assentada se chama "ANTONIA FRANCISCA DOS SANTOS", mantendo-se inalterados os demais dados. b) no assento de nascimento de Lindalva

Julião, lavrado no Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais de Terra Roxa, PR (matricula n° 087007 01 55 1961 1 00001 063 0000126 81 - f. 36), passe a constar, em retificação, que a genitora da assentada se chama "ANTONIA FRANCISCA DOS SANTOS", mantendo-se inalterados os demais dados. c) no assento de casamento de Maria de Lourdes Julião e Nilton Moreira Lima, lavrado no 4° Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR (matricula n° 129759 01 55 1988 3 00025 026 0014449 11 - f. 27), passe a constar, em retificação, que a genitora da nubente se chama "ANTONIA FRANCISCA DOS SANTOS", mantendo-se inalterados os demais dados. d) no assento de casamento de Lindalva Julião e Messias Cezario Ferreira, lavrado no 4° Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR (matricula n° 129759 01 55 1983 3 00018 040 0010277 48 - f. 29), passe a constar, em retificação, que a genitora da nubente se chama "ANTONIA FRANCISCA DOS SANTOS", mantendo-se inalterados os demais dados. Custas de lei, pelas requerentes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Adv. ADILSON APARECIDO MORAIS-.

42. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0039666-38.2010.8.16.0001-ROSANA CAETANO DA SILVA- Vistos e examinados... 3. Pelo exposto, julgo PROCEDENTE o pedido e, de consequência, determino a retificação no assento de óbito de JUSTINO CAETANO DA SILVA, no Serviço Distrital do Tatuquara do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - PR (matricula n° 080663 01 55 2010 4 00050 016 0014967 53 - f. 06), no qual consta que o falecido deixou 2 (dois) filhos, sendo eles: Fernando (29 anos) e Sabrina (27 anos), para nele fazer constar que o de cujus deixou 1 (uma) filha, Sabrina com 27 anos de idade, mantendo-se inalterados os demais dados. Custas de Lei, pela requerente. Publique-se, registre-se e intimem-se. -Adv. GISLAINE FERNANDA DE PAULA-.

43. RETIFICAÇÃO DE ESCRITURA PÚBLICA-0039686-29.2010.8.16.0001-CARLOS KRAUCHUKI FELIPE- ... Vistos e examinados... 3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, para o efeito de determinar, para todos os fins de direito, que, na Escritura Pública de Pacto Antenupcial de f. 147, livro n° 026, do Serviço Distrital da Barreirinha do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - PR (f.08), passe a constar, em retificação, que o outorgante se chama "CARLOS KRAUCHUKI FELIPE", mantendo-se inalterados os demais dados. Custas de lei, pelo Requerente. Publique-se, registre-se e intimem-se.-Adv. DINAMIR PRUENCIA MONTEIRO DE MORAES-.

44. RETIFICAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEL-0041942-42.2010.8.16.0001-ILZA DE SOUZA MANFRE- À requerente para que, em complemento ao trazido e em atenção ao determinado à fl. 214/215, apresente: A) proposta registrária, nos termos do artigo 225 da lei dos registros públicos e; B) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente recolhida e assinada. Intime-se. -Advs. JAIR APARECIDO AVANSI e FERNANDA MONÇATO FLORES-.

45. REGISTRO DE CASAMENTO REALIZADO NO EXTERIOR-0047031-46.2010.8.16.0001-HAMZEH HACHEM e outro- Atendam os requerentes o propugnado na cota ministerial retro (fl. 38/39). Int. -Adv. WILSON BENINI-.

46. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0049184-52.2010.8.16.0001-MÁRIO ALEX PONTES RIBEIRO- Reitere-se a intimação do requeernte para cumprir o determinado à fl. 31. -Adv. DEBORA OCIMARA SCHROEDER DA SILVA LOPES-.

47. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0051422-44.2010.8.16.0001-LAURENT JADOUL e outro- Vistos e examinados.. 3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo procedente o pedido inicial, para o efeito de autorizar a inclusão do sobrenome materno nos nomes dos requerentes determinando ao Oficialde Registro Civil de Pessoas Naturais do 17° Subdistritoda Bela Vista, São Paulo, Capital, de corolário que faça anotar: 1. No assento de nascimento lavrado sos matrícula n. 111286 01 55 1987 1 00156 213 0094356-90 (fl. 47), que o registrado Laurent Jadoul passa a se chamar LAURENT MASSARI JADOUL; e 2. no assento de nascimento lavrado sob matrícula n. 111286 01 55 1989 1 00192 233 0116099-71 (fl. 48), que o registrado Pierre Jadoul passa a se chamar PIERRE MASSARI JADOUL. Custas de lei, pelos requerentes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. MARIA IZABELLA GULLO ANTONIO LUIZ BRAIN-.

48. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0054146-21.2010.8.16.0001-CLAUDIA DYBAS DA NATIVIDADE e outros- Aguarde-se como requer (fl. 45). Intime-se. -Adv. FABIANO DA ROSA-.

49. REGISTRO DE CASAMENTO REALIZADO NO EXTERIOR-0055974-52.2010.8.16.0001-LEANDRO GEMAIL e outro- Digam os requerentes se persiste interesse no pedido, cumprindo-seo caso, o determinadoàs fls. 22/24. Int. -Adv. ROGÉRIO SANTOS-.

50. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0056631-91.2010.8.16.0001-FERNANDA QUADRADO DE CARVALHO- 2. Em face do que acima certificado, intime-se o requerente para, em cinco dias, promover o andamento do processo, cumprindo o que já determinado. -Adv. GISELE KASPRZAK-.

51. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0058580-53.2010.8.16.0001-LISANDRO GONÇALVES- Trata-se de ação de retificação de registro civil ajuizada por Lisandro Gonçalves na qual o autor pretende a inclusão do patronímico materno em seu nome. Em petição juntada às fls. 17 o autor requereu a desistência da ação, informando que não possui interesse no prosseguimento do feito. Tendo em vista a manifestação do autor, julgo extinto o processo sem resolução de mérito com fulcro no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Considerando, ainda, que não foi cumprida a determinação contida no despacho de fis. 13, condeno o requerente ao pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Adv. FLAVIA OLIVIA SILVA ROSA-.

52. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0061654-18.2010.8.16.0001-FERNANDA LI MINKU- ... Vistos e examinados... 3. Nestes termos, à vista do exposto e um avez que se trata de competência não prorrogável, determino, realizadas as anotações e baixas devidas, inclusive no Distribuidor, a remessa dos autos a uma das varas de família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com competência para conhecer e julgar a ação. Intime-se. -Adv. RUSLAN LUIS TORRICO SCHWAB-.

53. RETIFICAÇÃO NO REGISTRO CIVIL E IMOBILIÁRIO-0063375-05.2010.8.16.0001-JOÃO CARLOS NETZEL e outro- 3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo PROCEDENTE em termos o pedido inicial para o efeito de determinar, que: 1 - na transcrição n° 1.205 do livro 3 do 40 Serviço de Registro de Imóveis da Capital (f. 23), faça-se constar, em retificação, que a adquirente Filomena Brante Nctzel na verdade se chama(va) MARTHA PHELOMENA NETZEL; II - na transcrição n° 26.449 do livro 3-J do 30 Serviço de Registro de Imóveis da Capital (f. 24), faça-se constar, em retificação, que a adquirente Filomena Branta Netzel a rigor se chama(va) MARTHA PHELOMENA NETZEL; e 111 - finalmente, no assento de óbito lavrado sob n. 075259, à f. 100 do livro C-333 do Serviço Distrital de Uberaba do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR, faça-se constar, em retificação, que a falecida se chamava MARTHA PHELOMENA NETZEL. Custas de lei pelos requerentes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. ANDREIA MARINA LATREILLE-.

54. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0067631-88.2010.8.16.0001-VALDEMAR RODRIGUES DE MOURA- 3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, para o efeito de determinar, para todos os fins de direito, que no assento dc óbito de Silvio Rodrigues dc Moura, lavrado sob n. 060030, à f. 071 do livro C-257 do Serviço Distrital do Uberaba do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR. passe a constar, cm retificação, que o falecido teve 06 (seis) filhos, Valdemar, com 56 anos de idade, Valdir, com 54 anos de idade, Valdemir, com 49 anos de idade, Valdeli, com 48 anos de idade. e Vanilda, com 43 anos de idade na data do falecimento, além de Waldomiro, pré-morto, mantendo-se inalterados os demais dados. Custas pelo Requerente, dispensadas, por agora, em face do beneficio que lhe foi deferido à f. 42 (LAJ, art. 12). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. CELIA INÊS DA SIILVA-.

55. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0069143-09.2010.8.16.0001-ZÉLIA MARIA CORREA BENEVIDES REZENDE- À requerente, para o que devido e de direito, ante o informado à fl. 22, certificada, ademais, do teor da manifestação ministerial retro (f. 24/25). Int. -Adv. WILSON CARLOS PASSOS BARBOZA-.

56. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0069798-78.2010.8.16.0001-RICARDO CAVASSIN- Vistos e examinados ...3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos, para o efeito de determinar, para todos os fins de direito, que: 1. no assento de óbito (f. 10), lavrado no 1° Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR, matrícula n° 079939 01 55 1944 4 00103 273 0000730 41, passe a constar que o falecido se chama "BORTOLO GIUSEPPE CAVAZZIN", mantendo-se inalterados os demais dados. Custas de lei, pelo requerente. Publique-se. Registre-se. Intimem- se. -Adv. GUILHERME FRAZÃO NADALIN-.

57. RETIFICAÇÃO DO REGISTRO DE ÓBITO-0001369-25.2011.8.16.0001-SADAO NAMIZAKI e outro-... Vistos e examinados... 3. Nestes termos, a vista do exposto , julgo PROCEDENTE o pedido, determinando ao Oficial do 1° Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais deste Foro Central da Comarcada Região Metropolitana de Curitiba que proceda ao traslado do assento de óbito de ALEXANDRE MARCEL NAMIZAKI. Custas de lei pelos requerentes. Publique-se. Registre-se. Intime-se. -Adv. GUILHERME SCHEIDT MADER-.

58. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0001919-20.2011.8.16.0001-JULIA AGATHA RODRIGUES- À requerente para se manifestar quanto ao contido no parecer ministerial retro, promovendo o que de seu interesse, no prazo de dez dias. Intime-se. -Advs. VINICIO PEDRO CEMIN e VINICIO PEDRO CEMIN-.

59. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0004555-56.2011.8.16.0001-SERGIO APARECIDO DOS SANTOS- 1. Ao requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar certidões do 1° Distribuidor (família, fazenda e crime), 2° Distribuidor, 3° Distribuidor, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Seproc, todas em nome de SERJO APARECIDO DOS SANTOS. Intime-se. -Adv. ADONIRAN PEDROSO DE OLIVEIRA-.

60. RETIFICAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEL-0006646-22.2011.8.16.0001-ESPÓLIO DE NILTON GEHRKE e outro- Aos requerentes para: 1. apresentar proposta registrária nos termos do artigo 225 da lei dos registros públicos; 2. providenciar o reconhecimento da assinatura do profissional responsável no memorial descritivo e na planta juntados. 3. juntar a correspndente anotação de responsabilidade técnica (ART), devidamente quitada. 4. promover a citação dos confrontantes; e 5. finalmente, promover a inclusão dos demais proprietários do imóvel retificando no pedido, já não se podendo falar afinal , com a homologação da partilha, em espólio. Intime-se. -Adv. ROBERTA PEDROSO FERREIRA-.

61. REGISTRO DE CASAMENTO REALIZADO NO EXTERIOR-0008915-34.2011.8.16.0001-ANGELA FONSECA ESPINOLA GUGELMIN- Aguarde-se como requer (fl.24). Intime-se. -Advs. NELSON JOÃO KLAS JUNIOR e LUCIANA CALVO WOLFF-.

62. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0009452-30.2011.8.16.0001-GAMALIEL RODRIGUES DOS SANTOS e outro- Concedo aos requerentes o prazo de dez dias para que juntem aos autos declaração de anuência da pessoa declarante do óbito (Renilda Lopes dos Santos Leite) com a retificação solicitada no feito ou, então, para que informem o endereço desta para que a mesma seja intimada para se manifestar nos autos. Sem prejuízo disso, oficie-se, por meio do sistema mensageiro, ao Cartório Distrital do Umbará, nesta Capital, solicitando, no prazo de cinco dias, fotocópia de todos os documentos que instruíram a lavratura do assento de óbito objeto da matrícula n. 084756 01 55 2011 400009 100 0002112 75. Intimações e diligências necessárias. -Advs. JOSE DOMINGUES e MARLY BORGES DOMINGUES-.

63. RETIFICAÇÃO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO-0011167-10.2011.8.16.0001-PAULO ANTONIO FISCHER- 1. Dos documentos de fl. 53/55, que instruem a

manifestação da senhora registradora, dê-se ciência ao Requerente. 2. Intime-se.- Adv. LUIS FERNANDO BUBA-.

64. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0011989-96.2011.8.16.0001-NATHAN SASAKI NEIER e outros- 3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, para o efeito de deferir a mudança de nome do Requerente, a fim de que passe a se chamar NATHAN SASAKI NEIER DE SOUZA E SILVA, determinando ao competente Oficial (Serviço Distrital das Mercês, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR), de corolário, que promova a devida averbação no assento de nascimento de n. 0024271, à f. 075 do livro n° A-070. Custas de lei pelo Requerente. Publique-se, registre-se e intimem-se. -Adv. CAMILA SASAKI-.

65. REGISTRO DE ÓBITO TARDIO-0013625-97.2011.8.16.0001-MARILU BONATO DE OLIVEIRA- A respeito dos documentos de fl. 44/46 dê-se ciência a requerente. Int. -Adv. DJANIR PEDRO PALMEIRA-.

66. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0016139-23.2011.8.16.0001-NATHÁLIA FAUSTINA RESPLANDE- Vistos e examinados... 3. Nestes termos, à vista do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, para o efeito de deferir a mudança do nome da Requerente, a fim de que passe a se chamar NATHALIA PEREIRA PINHO, determinando ao competente Oficial do 1° Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais de Goiânia, GO, que promova a devida averbação no assento de nascimento cuja matrícula é 024729 01 55 1998 1 00155 240 0167386 28. Custas de lei pela Requerente, restando sobrestada a sua cobrança em razão do benefício da justiça gratuita já concedido. Publique, registre e intimem-se. -Adv. CELIA INÊS DA SIILVA-.

67. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0021250-85.2011.8.16.0001-MARIANNE BINDÃO REITZ e outro- 1. Às requerentes para se manifestarem quanto ao contido na cota ministerial retro, promovendo o que de seu interesse, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Intimem-se. -Adv. LINDOLFO REITZ-.

68. REGISTRO DE ÓBITO LAVRADO NO EXTERIOR-0023876-77.2011.8.16.0001-WANDERLEY RICARDO MARTINS SOARES- Atenda a requerente o propugnado na cota retro (fl. 23). Int. -Adv. MÁRCIA ADRIANA MANSANO-.

69. RETIFICAÇÃO DE ESCRITURA PÚBLICA-0024059-48.2011.8.16.0001-JOSÉ LUIZ LIMA DUARTE e outro- Aos requerentes para se manifestarem quanto ao contido na cota ministerial reto, promovendo o que de seu interesse, no prazo de (10) dias. Intime-se. -Advs. MARIANA FERNANDA FERRI e RAFAEL DA SILVA GOMES-.

70. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0024178-09.2011.8.16.0001-TAYSA REGINA MAIORKY- Atenda a requerente o propugnado na cota ministerial retro (fl. 34). Int. -Advs. LUIS CARLSO LOMBA JÚNIOR, MARCELO TAVARES GUMY SILVA e RODOLFO MENDES SOCCIO-.

71. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0026244-59.2011.8.16.0001-VAGNER RIBEIRO DO PRADO e outro- A orientar o prosseguimento deste procedimento, até mesmo o seu julgamento desde logo, esclareçam os requerentes qual efetivamente a sua pretensão: se a alteração do regime de bens na forma do artigo 1639, § 2°, do Código Civil (observando que já são casados pelo regime da separação, no seu caso imposto em razão da causa suspensiva anotada no procedimento de habilitação e no assento) , se não, se o que querem é a retificação do registro do casamento, quando deverão adequadamente fundamentar a sua pretensão, indicando o erro corrigível. Intimem-se. -Adv. ÂNGELA MARIA MARCELO-.

72. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0027474-39.2011.8.16.0001-DJALMA NOGUEIRA PRECILIANO e outros- Em face do certificado à fl. 21, ao pé, e considerando o afirmado à fl. 19 no que diz respeito à qualificação do requerente, indefiro o pedido de justiça gratuita. 2. Em 10 (dez) dias sob pena do cancelamento da distribuição, recolha o requerente as custas e taxas devidas em antecipação. 3. Intime-se.-Adv. ROBERTO DEL CLARO-.

73. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0029329-53.2011.8.16.0001-M.G.R. e outro- 1. Defiro ao requerente o benefício da justiça gratuita. 2. Em 10 (dez) dias, junte o requerente certidão atualizada e em inteiro teor de seu assento de nascimento. -Advs. AMIRA YOUSSIF NASR, ANA SILVIA EVANGELISTA GEBELUCA e CELIA INES DA SILVA-.

74. ANULAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0032000-49.2011.8.16.0001-LUIS SOARES- Reitere-se ao requerente LUÍS SOARES o despachado à fl. 20, não suprido pelo instrumento juntado à fl. 24, outorgado por "Luiz Moreira Gomes dos Santos".... Despacho de fls. 20... Em dez dias, regularize o requerente a sua representação nos autos, juntando procuração por instrumento público, imprecindível para o analfabeto. -Adv. ADRIANO BARBOSA-.

75. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0035217-03.2011.8.16.0001-ELISEU DE OLIVEIRA- 1. Defiro ao requerente o benefício da justiça gratuita. 2. Em dez dias, junte o requerente o original ou cópia autenticada da certidão de óbito do assento retificando (fl. 12), além de certidão atualizada e em inteiro teor do assento de seu casamento com a falecida Emília da Silva. Intime-se. -Adv. PALOMA TEIXEIRA WENDLING-.

76. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0035466-51.2011.8.16.0001-SIMONE RIBEIRO MENDANHA e outro- Defiro ao requerente o benefício da justiça gratuita. 2. Em 10 (dez) dias, junte o requerente certidão atualizada de seu assento de nascimento e do assento de nascimento de sua genitora. -Advs. ROSIANE FOLLADOR ROCHA EGG e FRANCISCO MARTINS NETO-.

77. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0036499-76.2011.8.16.0001-ARLEIDE DA CUNHA SANTIAGO- 1. Em 10 (dez) dias, junte a requerente certidões atualizadas dos assentos de seu nascimento e de seu casamento (retificandos) e do assento de nascimento (/ou de casamento) de seu genitor. Intime-se. -Adv. ARIONE PEREIRA-.

78. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA-0036500-61.2011.8.16.0001-ROSIANE FERREIRA DA SILVA- 1. Defiro à Requerente, por ora, o benefício da Justiça gratuita. 2. Em 10 (dez) dias, junte a Requerente certidão atualizada e em inteiro teor do assento de óbito retificando e do registro de seu nascimento. 3. Por fim, considerando que a competência deste Juízo limita-se a matéria intrinsecamente registral e que o objeto deste procedimento é, meramente, a retificação de registro público, indefiro, por absoluta falta de fundamento para tanto, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela inicialmente requerido para que terceiro se abstenha de receber quaisquer valores, matéria estranha ao tema registral e, de corolário, sem a necessária correlação com o objeto do pedido. Nada obsta, evidentemente, que na via própria e adequada promova a Requerente medida a preservar o direito que alega fazer jus. 4. Intime-se. -Advs. MARILZA DA SILVA MOREIRA e MARIELLE MAZALOTTI NEJM TOSTA-.

79. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0036799-38.2011.8.16.0001-KARIZE EDUARDA CALGAROTO e outro- 1. GABRIELLA CALGAROTO ROCHA GONÇALVES requer que se exclua do assento de seu nascimento o nome de Hiury Rocha Gonçalves que, segundo afirma, não é seu pai, conforme recentemente descobriu através de exame de genética. 2. Não se trata, portanto, de mera retificação de registro realizado em equívoco, mas sim, de alteração do estado de filiação da Requerente, medida que exige que se reconheça, ainda que com o assentimento do interessado, que Hiury Rocha Gonçalves, ao contrário do assentado, não é seu pai. 3. Nestes termos, e na expectativa de eventual aproveitamento do pedido, com as emendas que aquele juízo reputar necessárias, encaminhem-se os autos, com as cautelas e anotações de estilo, via Distribuidor, a uma das varas de família da Capital, com competência para o seu processamento (Res. 07/2008, art. 30, IV). Intime-se. -Adv. NILCE NEIDE TEIXEIRA DE LIMA-.

80. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0037710-50.2011.8.16.0001-MELCI RIBEIRO DA SILVA e outro- Defiro ao requerente , por ora, o benefício da justiça gratuita. Em 10 (dez) dias, junte o requerente certidão atualizada e autêntica de seu assento de nascimento e certidão atualizada e em inteiro teor do assento de casamento de sua genitora Melci Ribeiro com Eurico Aparecido Leite. Intime-se. -Advs. CLEBERSON CONSTANTE MACHADO e CLEVERSON MARCOS MACHADO-.

81. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0038398-12.2011.8.16.0001-SERGIO VALDECIR DE SOUZA e outros- 1. Em 10 (dez) dias, regularize a requerente a sua representação nos autos, eis que a tanto não serve o instrumento outorgado por seus genitores (f. 07). 1.1. No mesmo decêndio acima, juntem os genitores da requerente declaração firmada de próprio punho dizendo necessitar, por carentes e sob pena de respnsabilização por falsa afirmação , do benefício da justiça gratuita. Se o caso, e agora possível, recolha a requerente as custas e taxas devidas em antecipação. 2. Intime-se. -Advs. MAÇAZUMI FURTADO NIWA, ISRAEL LIUTTI e CAROLINA MARTINS PEDROL-.

82. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0038433-69.2011.8.16.0001-LUCIANO APARECIDO FERREIRA DA SILVA- Considerando que Requerente tem domicílio e residência em São Paulo, Capital, e que o registro retificando ocorreu na comarca de Grandes Rios, PR, não se justificando, à vista do disposto nos artigos 109 e seguintes da Lei n° 6.015/73 e dos requisitos de eficácia e segurança da atividade retificadora do registro público, a apresentação do pedido neste Foro (v. STJ 2ª Seção, CC 33.172-SC, rel. Min. NANCY ANDRIGHI, j. 28.11.01, v.u., DJU-RT 800/215), com as baixas e cautelas de estilo encaminhem-se os autos ao Juízo de Registros Públicos do Foro do domicílio do Requerente, competente para conhecer e julgar o pedido, conforme, a princípio, lhe favorece. Intime-se. -Advs. ALEXANDRE FANTI CORREIA e CARLOS RENATO SOARES SEBASTIÃO-.

83. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0039059-88.2011.8.16.0001-DORALICE DAS GRAÇAS SPINARDI- 1. Em 10 (dez) dias, junte a requerente declaração firmada de próprio punho dizendo necessitar, por carente do benefício da justiça gartuita e ter e com ciência das consequências criminais e processuais da falsa afirmação, sob pena do indeferimento da gratuidade, ou promova o recolhimento das custas e taxas devidas em antecipação. Intime-se. -Adv. RENATA SPINARDI FIUZA-.

84. RETIFICAÇÃO DE ESCRITURA PÚBLICA-0039572-56.2011.8.16.0001-ANTONINHO PEREIRA DA SILVA- A retificação de escritura pública se faz por outra, admitindo-se, apenas excepicionalmente, quando jurídica ou de fato impossível a sua alteração pelas próprias partes, a atuação judicial. Destarte, em dez dias e antes do indeferimento da inicial, faculto ao requerente prestar os esclarecimentos que reputar cabíveis a justificar a intervenção proposta. Intime-se. -Adv. ANTONINHO PEREIRA DA SILVA-.

85. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0040431-72.2011.8.16.0001-TEREZINHA SERVINO DOS SANTOS- 1. Defiro a requerente o benefício da assistência judiciária gratuita. 2. A requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar certidão autêntica do assento de óbito de Jonival Severino dos Santos (fl. 05), e certidão em inteiro teor e autêntica do assento de casamento de Jonival dos Santos e Therezinha Severino dos Santos (fl. 06). Intime-se. -Advs. LIBIAMAR DE SOUZA, FABIANA CARLA DE SOUZA e MARIO BAPTISTA DE SOUZA FILHO-.

86. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0041109-87.2011.8.16.0001-GISLAINE BAY LINHARES- 1. Defiro à requerente, por ora, o benefíci oda justiça gratuita. 2. Em dez dias junte a requerente certidão atualizada e em inteiro teor de seu assento de casamento. Intime-se. -Adv. LUCIANO VIEIRA LINHARES-.

87. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0041452-83.2011.8.16.0001-MARIANA PIRIH DA SILVA- Em dez dias junte a requerente ceridão atualizada e em inteiro teor de seu assento de nascimento. Intime-se. -Adv. NELSON PIETNICKA-.

88. RETIFICAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEL-0041453-68.2011.8.16.0001-LEONIDAS TERENCIO DE SOUZA- 1. Em 10 (dez) dias, junte o requerente: I. certidão atualizada e em inteiro teor de seu assento de nascimento, e II. certidão atualizada e na íntegra da transcrição retificanda.. 2. No mesmo decêndio junte o requerente documentohábil a regularizar a sua representação nos autos, uma vez que o intrumentode fl. 07 foi outorgado com fins específicos distintos.3. Intime-se. -Advs. SONIA DE OLIVEIRA e ADELINO VENTURI JUNIOR-.

89. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0042041-75.2011.8.16.0001-ANGELA PAULA MERENIUK COSTA- -Em dez dias regularize-se o pólo ativo do pedido, uma

vez que legitimada ao pedido é a própria Sofia Mereniuk Costa.; Intime-se. -Advs. GELSON BARBIERI, IRIA EMILIA EVANGELISTA BEZERRA BARBIERI e BRUNA CATTANI-.
90. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL-0042688-70.2011.8.16.0001-MARIA DE LOURDES OLIVEIRA SASSA- 1.- A requerente para, no prazo de 10 (dez) diasm juntar certidões autênticas dos assentos de nascimento Maria de Lourdes Oliveira (f. 13), e de casamento de Maria de Lourdes Oliveira e Edson Sassá (fl. 19), e Moisés de Oliveira e AlbertinaMatias de Oliveira (fl. 15). Intime-se. -Adv. RENATA CAROLINE KROSKA-.
91. CONSULTA-230/2010-8.S.R.I.C.- 1. O objeto da consulta formulado foi resolvido na decisão de f. 09 e verso. De outra banda, à f. 17 ficou assentado que, além do que já anteriormente firmado, nenhuma outra medida cabia por este Juízo e na seara limitada de sua atuação, em particular em relação aos ofícios de registro deste Foro. Tal assertiva se reafirma neste momento, uma vez que, como disseram os interessados, em relação à procuração impugnada já foram tomadas medidas pela Corregedoria-Geral da Justiça, inclusive em relação ao 8° Registrador de Imóveis (f. 141). No mais, evidentemente nada obsta, em princípio, que na ação civil noticiada pelos intervenientes obtenham, como pediram, medida judicial de cautela em relação ao seu imóvel. 2. Assim, e como na petição de f. 27/29 nada se requer ou se apresenta a exigir ação distinta da que já acontecida, sigam os autos, conforme determinado à f. 17, ao arquivo. 3. Intimem-se os senhores Odilon de Loyola e Silva Filho e Vera Lúcia dc Loyola e Silva, por sua advogada, via publicação em Diário. -Advs. RENATA JOHNSSON STRAPASSON e TATIANA LAUAND DE PAULA-.

29.09.2011 - ELIANE LEOCADIA PORRAT IVANOSKI
ESCRIVÃ

---

**VARA DE REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO, CARTAS PRECATÓRIAS CIVEIS
E CORREGEDORIA EXTRAJUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA-PR - DR. IRAJÁ PIGATTO RIBEIRO - JUIZ DE DIREITO**

**RELAÇÃO Nº 408/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ANDREA TATTINI ROSA 0003 039904/2011
CECILIO LUZ JR. 0001 030567/2010
EMERSON LUZ 0001 030567/2010
ERNANI SAMMARCO ROSA 0003 039904/2011
JAIME DE SOUZA JUNIOR 0003 039904/2011
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE 0001 030567/2010
MARCIANO E. BRANCO NETO 0002 010016/2011
MARIANA FILGUEIRAS DOS RE 0003 039904/2011
PEDRO ROBERTO ROMAO 0003 039904/2011
SAMIRA ZEINEDIN 0002 010016/2011
VERIDIANA FUMEGALLI PAIVA 0003 039904/2011

1. CARTA PRECATÓRIA-0030567-44.2010.8.16.0001-Oriundo da Comarca de APUCARANA - PR - 2ª VARA CÍVEL -PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS x FERNANDO CESAR STABILE MENDES-- Intimam-se as partes da designação da audiência para a data de 04/10/2011 às 14:15, a realizar-se na sala de audiências deste Juízo, sito no endereço da Rua Mauá, nº 920, 4º andar, Bairro Alto da Glória, CEP 80030-200, Curitiba - PR. - (sistema audiovisual de gravação - Ver Código de Normas: item 1.8.4.2 - "As partes terceiras intervenientes, Ministério Público e Assistente de Acusação conforme caso poderão obter cópia do material gravado CABENDO AO INTERESSADO apresentar à Serventia o CD gravável") - "Site" para consultas: www.assejepar.com.br). *** -1.Observe-se e anote-se o contido as fls.114/116. 2.Estando o mandado em poder da oficial, dê-se ciencia a auxiliar do contido na petição de fls.108/109, solicitando o cumprimento com premencia a vista da proximidade do ato designado (fl.102). 3.Ciencia as partes, via e_DJPR. -Advs. JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS, EMERSON LUZ e CECILIO LUZ JR.-.
2. CARTA PRECATÓRIA-0010016-09.2011.8.16.0001-Oriundo da Comarca de MEDIANEIRA - PR - VARA CÍVEL-ELIZANDRA INES LUNKES x COSTA OESTE CLUBE-- Intimam-se as partes da designação da audiência para a data de 31/01/2012 às 14:30, a realizar-se na sala de audiências deste Juízo, sito no endereço da Rua Mauá, nº 920, 4º andar, Bairro Alto da Glória, CEP 80030-200, Curitiba - PR. - (sistema audiovisual de gravação - Ver Código de Normas: item 1.8.4.2 - "As partes terceiras intervenientes, Ministério Público e Assistente de Acusação conforme caso poderão obter cópia do material gravado CABENDO AO INTERESSADO apresentar à Serventia o CD gravável") - "Site" para consultas: www.assejepar.com.br). -Advs. SAMIRA ZEINEDIN e MARCIANO E. BRANCO NETO-.
3. CARTA PRECATÓRIA-0039904-23.2011.8.16.0001-Oriundo da Comarca de NOVO HAMBURGO - RS - 1ª VARA CIVEL-LEANDRO DA ROCHA LORETO x BRASIL SUL LINHAS RODOVIÁRIAS LTDA. e outro-- Intimam-se as partes da designação da audiência para a data de 31/01/2012 às 14:45, a realizar-se na sala de audiências deste Juízo, sito no endereço da Rua Mauá, nº 920, 4º andar, Bairro Alto da Glória, CEP 80030-200, Curitiba - PR. - (sistema audiovisual de gravação - Ver Código de Normas: item 1.8.4.2 - "As partes terceiras intervenientes, Ministério Público e Assistente de Acusação conforme caso poderão obter cópia do material gravado CABENDO AO INTERESSADO apresentar à Serventia o CD gravável") - "Site" para consultas: www.assejepar.com.br). -Advs. VERIDIANA FUMEGALLI PAIVA, JAIME DE SOUZA JUNIOR, MARIANA FILGUEIRAS DOS REIS, PEDRO ROBERTO ROMAO, ANDREA TATTINI ROSA e ERNANI SAMMARCO ROSA-.

ELIANE LEOCADIA PORRAT IVANOSKI
ESCRIVÃ

Precatórias Criminais

# VARA DE PRECATÓRIAS CRIMINAIS

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curitiba Vara de Precatórias Criminais - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Cleonilton Josué de Santa Clara OAB PR042305 | 003 | 2011.0020855-0 |
| Cristiane de Miranda OAB PR057217 | 004 | 2011.0021040-7 |
| Daniel Gilberto Lemos Pereira OAB PR025947 | 006 | 2011.0020597-7 |
| Daniela Teixeira Sinhorini OAB PR039639 | 002 | 2011.0020584-5 |
| | 005 | 2011.0020416-4 |
| Marinês de Andrade OAB PR046149 | 007 | 2011.0021049-0 |
| Odenir Borges OAB PR009200 | 001 | 2011.0021091-1 |
| Regina Celi Manfrin OAB PR044809 | 008 | 2011.0021971-4 |

**001** 2011.0021091-1 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / UNIÃO DA VITÓRIA / PR
Autos de origem: 2011.552-8
Advogado: Odenir Borges OAB PR009200
Réu: Alvir Inácio de Oliveira
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 14:35 do dia 06/12/2011

**002** 2011.0020584-5 Carta Precatória
Juízo deprecante: Única Vara Criminal / Guaíra / PR
Autos de origem: 2011.168-9
Advogado: Daniela Teixeira Sinhorini OAB PR039639
Réu: Gilmar Luiz dos Santos
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 16:00 do dia 07/12/2011

**003** 2011.0020855-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / IRATI / PR
Autos de origem: 2011.408-4
Advogado: Cleonilton Josué de Santa Clara OAB PR042305
Réu: Joemilson de Assiz
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 15:45 do dia 06/12/2011

**004** 2011.0021040-7 Carta Precatória
Juízo deprecante: Única Vara Criminal / MALLET / PR
Autos de origem: 2011.153-0
Advogado: Cristiane de Miranda OAB PR057217
Réu: José Itacir Lucindo
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 15:55 do dia 06/12/2011

**005** 2011.0020416-4 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal e Anexos / GUAÍRA / PR
Autos de origem: 2011.811-0
Advogado: Daniela Teixeira Sinhorini OAB PR039639
Réu: Alessandro Cipriano Lopera
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 15:30 do dia 07/12/2011

**006** 2011.0020597-7 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal e Anexos / MATINHOS / PR
Autos de origem: 2011.779-2
Advogado: Daniel Gilberto Lemos Pereira OAB PR025947
Réu: Cleverson Evandro da Cruz
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 15:45 do dia 07/12/2011

**007** 2011.0021049-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal e Anexos / MATINHOS / PR
Autos de origem: 2011.800-4
Advogado: Marinês de Andrade OAB PR046149
Réu: Joselia Alves Ramos
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 15:25 do dia 06/12/2011

**008** 2011.0021971-4 Carta Precatória
Juízo deprecante: 2ª Vara Criminal / TOLEDO / PR
Autos de origem: 2011.74-7
Advogado: Regina Celi Manfrin OAB PR044809
Réu: Flabert Antônio de Souza
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 15:26 do dia 28/11/2011

## Auditoria da Justiça Militar

## VARA DA AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curitiba Vara da Auditoria da Justiça Militar - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Eduardo Zanoncini Miléo OAB PR034662 | 002 | 2011.0003323-8 |
| Gustavo Seiji Miatelo Hassumi OAB PR051097 | 002 | 2011.0003323-8 |
| Jorge Rivadavia Vargas Neto OAB PR055141 | 001 | 2010.0024106-8 |
| Jose Carlos Claudino da Silva OAB PR024734 | 003 | 2010.0010173-8 |
| Marco Antonio Vieira OAB PR006820 | 004 | 2011.0001341-5 |
| Petronio Cardoso OAB PR024439 | 005 | 2011.0004135-4 |
| Vilson Osmar Martins Junior OAB PR023864 | 003 | 2010.0010173-8 |

**001** 2010.0024106-8 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário
Advogado: Jorge Rivadavia Vargas Neto OAB PR055141
Réu: Leciani Oliveira Cruz
Objeto: Fase do artigo 428 do Código de Processo Penal Militar

**002** 2011.0003323-8 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário
Advogado: Eduardo Zanoncini Miléo OAB PR034662
Advogado: Gustavo Seiji Miatelo Hassumi OAB PR051097
Réu: Elinson Chitiko
Réu: Irineu Lori Ribeiro Junior
Objeto: Fase do artigo 428 do Código de Processo Penal Militar

**003** 2010.0010173-8 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário
Advogado: Jose Carlos Claudino da Silva OAB PR024734
Advogado: Vilson Osmar Martins Junior OAB PR023864
Réu: Jorge Luiz da Silva
Objeto: Fase do artigo 428 do Código de Processo Penal Militar

**004** 2011.0001341-5 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário
Advogado: Marco Antonio Vieira OAB PR006820
Réu: Ricardo Mateus Favaretto
Objeto: Fase do artigo 427 do Código de Processo Penal Militar

**005** 2011.0004135-4 Execução da Pena
Advogado: Petronio Cardoso OAB PR024439
Réu: Antonio Manoel de França
Objeto: Expedida Carta PrecatóriaJuízo deprecado: Ivaiporã/PR
Finalidade: Admonitória e Fiscalização
Réu: Antonio Manoel de França
Prazo: dias

---

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curitiba Vara da Auditoria da Justiça Militar - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Marco Antonio Vieira OAB PR006820 | 001 | 2011.0009958-1 |

**001** 2011.0009958-1 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário
Advogado: Marco Antonio Vieira OAB PR006820
Réu: Marcos Vinícius Domingues
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:30 do dia 23/11/2011

---

## Central de Inquéritos

## Central de Penas Alternativas

## Juizados Especiais - Cíveis/Criminais

# 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis

COMARCA DE CURITIBA — 4º Juizado Especial Cível - Relação N: 110/2011

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| ADRIANO HENRIQUE GOHR | 011 | 2009.0007956-4/0 |
| ALFEU CICARELLI DE MELO | 047 | 2010.0023936-8/0 |
| ALMIR SIQUEIRA MENDES | 019 | 2010.0001189-3/0 |
| ALMIR TADEU BOTELHO | 044 | 2010.0022069-7/0 |
| ANA MARIA SILVERIO LIMA | 002 | 2002.0011972-5/0 |
| ANDERSON CUNHA MOREIRA | 027 | 2010.0010995-6/0 |
| ANDRE BALBINO BONNES | 044 | 2010.0022069-7/0 |
| ANDRE BALBINO BONNES | 044 | 2010.0022069-7/0 |
| ANDRE BALBINO BONNES | 044 | 2010.0022069-7/0 |
| ANDRE DIAS ANDRADE | 013 | 2009.0026473-8/0 |
| ANDRE DIAS ANDRADE | 013 | 2009.0026473-8/0 |
| ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA | 027 | 2010.0010995-6/0 |
| ANDRE FLEURY DE CAMPOS LIMA | 041 | 2010.0019930-3/0 |
| ANDREA REGINA SCHWENDLER CABEDA | 030 | 2010.0013189-0/0 |
| ANDREIA KOCHANNY DE FREITAS | 043 | 2010.0020111-0/0 |
| ANDRESSA C. BLENK | 008 | 2008.0016391-2/0 |
| ANGELIZE SEVERO FREIRE | 008 | 2008.0016391-2/0 |
| ANTONIO ELOY BERNARDIN | 002 | 2002.0011972-5/0 |
| BARBARA CASALES GIONGO RODRIGUES | 007 | 2008.0011042-4/0 |
| BARBARA FRACARO LOMBARDI | 022 | 2010.0001866-6/0 |
| BLAS GOMM FILHO | 009 | 2008.0029167-6/0 |
| BRUNO ALVES DE JESUS | 022 | 2010.0001866-6/0 |
| CAMILA FERNANDA MOREIRA ANTUNES | 046 | 2010.0023331-9/0 |
| CARLOS DELAI | 050 | 2010.0026538-9/0 |
| CARLOS EDUARDO MAYERLE TREGLIA | 047 | 2010.0023936-8/0 |
| CARLOS PZEBEOWSKI | 016 | 2009.0028666-0/0 |
| CAROLINA BORGES CORDEIRO | 015 | 2009.0028630-7/0 |
| CESAR AUGUSTO TERRA | 034 | 2010.0015451-0/0 |
| CHRISTIANI MARIA SARTORI BARBOSA | 036 | 2010.0016318-9/0 |
| CLAUBER JULIO DE OLIVEIRA | 035 | 2010.0015759-5/0 |
| CLOVIS DE GOUVEA FRANCO | 033 | 2010.0015375-0/0 |
| CRISTIANO LUSTOSA | 007 | 2008.0011042-4/0 |
| DANIELE CARVALHO | 011 | 2009.0007956-4/0 |
| DEBORA AMBROSINI GUICHARD | 008 | 2008.0016391-2/0 |
| DÉBORA CRISTINA VENERAL | 025 | 2010.0010297-0/0 |
| DÉBORA CRISTINA VENERAL | 025 | 2010.0010297-0/0 |
| DENISE DUARTE SILVA MOREIRA - Defensora Pública | 036 | 2010.0016318-9/0 |
| DIEGO DE ANDRADE | 031 | 2010.0013214-4/0 |
| DIEGO DE ANDRADE | 032 | 2010.0013992-8/0 |
| DIEGO DE ANDRADE | 037 | 2010.0016668-3/0 |
| DIEGO RIBEIRO DE BARROS | 030 | 2010.0013189-0/0 |
| DIONE BERNARDIN | 002 | 2002.0011972-5/0 |
| DIVALMIRO OLEGARIO MAIA PEREIRA | 033 | 2010.0015375-0/0 |
| DR. ALTAMIRANO PEREIRA NETO | 005 | 2008.0010118-3/0 |
| DR. LEONARDO RAMOS PINTO | 014 | 2009.0026965-0/0 |
| DR. LUIZ CARLOS GEMIN | 020 | 2010.0001225-0/0 |
| DRA. PATRICIA DE CASSIA PEREIRA JORGE PA | 034 | 2010.0015451-0/0 |
| ELIÉZER CASTRO DE QUEIROZ | 016 | 2009.0028666-0/0 |
| ELIÉZER CASTRO DE QUEIROZ | 029 | 2010.0012842-4/0 |
| FABIANA B. O. PEDROZO | 004 | 2007.0004773-2/0 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 037 | 2010.0016668-3/0 |
| FERNANDA BELOTTI ALICE | 044 | 2010.0022069-7/0 |
| FERNANDA BENDER | 009 | 2008.0029167-6/0 |
| FERNANDA MARCASSA CARPINELLI | 013 | 2009.0026473-8/0 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 037 | 2010.0016668-3/0 |
| FLAVIA BALDUINO DA SILVA | 010 | 2009.0001620-6/0 |
| FLÁVIA CORREA BALSAMÃO LUCAS | 040 | 2010.0019286-9/0 |
| FRANCISCO CARLOS DUARTE | 048 | 2010.0024912-8/0 |
| GERARD KAGHTAZIAN JUNIOR | 030 | 2010.0013189-0/0 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 037 | 2010.0016668-3/0 |
| GILBERTO STINGLIN LOTH | 014 | 2009.0026965-0/0 |
| GILMAR FERNANDO DE CRISTO | 005 | 2008.0010118-3/0 |
| GUSTAVO FRAZAO NADALIN | 020 | 2010.0001225-0/0 |
| HERMANN SCHAICH IV | 028 | 2010.0012694-2/0 |
| IVONE PAVATO BATISTA | 003 | 2007.0002552-0/0 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 032 | 2010.0013992-8/0 |
| JAIME SCHMITT KREUSCH | 038 | 2010.0018231-6/0 |
| JAIR FRANCISCO VERDI | 002 | 2002.0011972-5/0 |
| JEDDY DOBROWOLSKI RUELA | 038 | 2010.0018231-6/0 |
| JOAO LEONELHO GABARDO FILHO | 024 | 2010.0010024-8/0 |
| JOAO LEONELHO GABARDO FILHO | 034 | 2010.0015451-0/0 |
| JOAQUIM LOPES | 046 | 2010.0023331-9/0 |
| JOELCIO FLAVIANO NIELS | 027 | 2010.0010995-6/0 |
| José Vicente Filippon Sieczkowski | 048 | 2010.0024912-8/0 |
| JULIANA MICHELE DE ASSUNÇÃO | 003 | 2007.0002552-0/0 |
| JULIANE ZANCANARO | 017 | 2009.0030667-8/0 |
| JULIANO FRANCISCO ROSA | 008 | 2008.0016391-2/0 |
| JULIO BROTTO | 020 | 2010.0001225-0/0 |
| JÚLIO CESAR GOULART LANES | 022 | 2010.0001866-6/0 |
| KARINE KLOSTER | 040 | 2010.0019286-9/0 |
| LEANDRA M. CAMPANHOLO | 006 | 2008.0010883-0/0 |
| LENILSON DOS SANTOS | 048 | 2010.0024912-8/0 |
| LEONARDO XAVIER ROUSSENQ | 006 | 2008.0010883-0/0 |
| LILIAN ROMAGNA | 012 | 2009.0013332-7/0 |
| LILLIAN MARA PADUAN SANTOS | 009 | 2008.0029167-6/0 |
| LUCAS AMARAL DASSAN | 012 | 2009.0013332-7/0 |
| LUCIA HELENA F. STALL | 010 | 2009.0001620-6/0 |
| LUCIANO RODRIGO DUARTE | 043 | 2010.0020111-0/0 |
| LUIZ ROBERTO ROMANO | 035 | 2010.0015759-5/0 |
| MARCELO DE SOUZA TEIXEIRA | 009 | 2008.0029167-6/0 |
| MARCELO RAYES | 011 | 2009.0007956-4/0 |
| MARCOS ANTONIO NUNES DA SILVA | 012 | 2009.0013332-7/0 |
| MARIA DE LOURDES VIEGAS GEORG | 021 | 2010.0001546-4/0 |
| MARIA JULIANA SCHENKEL | 028 | 2010.0012694-2/0 |
| MARIA JULIANA SCHENKEL | 029 | 2010.0012842-4/0 |
| MARIANA MARÇAL DE ARAUJO | 009 | 2008.0029167-6/0 |
| MARLÚCIO LEDO VIEIRA | 012 | 2009.0013332-7/0 |
| MAURICIO BELESKI DE CARVALHO | 012 | 2009.0013332-7/0 |

| | | |
|---|---|---|
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 031 | 2010.0013214-4/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 049 | 2010.0025909-9/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 049 | 2010.0025909-9/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 049 | 2010.0025909-9/0 |
| MOZART ALBUQUERQUE BRITES | 018 | 2010.0001092-1/0 |
| MURILO CARNEIRO | 023 | 2010.0007664-7/0 |
| NILCELI ARAUJO | 008 | 2008.0016391-2/0 |
| NILTON MARTOS | 013 | 2009.0026473-8/0 |
| OSCAR FLEISCHFRESSER | 001 | 2001.0020688-1/0 |
| OZIRES FRANCISCO SCHIAVON JUNIOR | 024 | 2010.0010024-8/0 |
| PABLO HENRIQUE MELLO SILVA | 040 | 2010.0019286-9/0 |
| PAULO CESAR BRAGA MENESCAL | 010 | 2009.0001620-6/0 |
| PAULO HENRIQUE LOPES FURTADO FILHO | 025 | 2010.0010297-0/0 |
| PAULO MARCELO SEIXAS | 005 | 2008.0010118-3/0 |
| PAULO SERGIO DE OLIVEIRA BORGES | 016 | 2009.0028666-0/0 |
| RAFAEL BAGGIO BERBICZ | 047 | 2010.0023936-8/0 |
| RAFAEL BUCCO ROSSOT | 006 | 2008.0010883-0/0 |
| RAFAEL FURTADO MADI | 009 | 2008.0029167-6/0 |
| RAPHAEL GOUVEIA RODRIGUES | 011 | 2009.0007956-4/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 023 | 2010.0007664-7/0 |
| RENATO RIBEIRO SCHMIDT | 027 | 2010.0010995-6/0 |
| RENE ARIEL DOTTI | 020 | 2010.0001225-0/0 |
| RENOLDA AMELIA DA SILVEIRA SOLHEID | 001 | 2001.0020688-1/0 |
| ROBERTO PELLINI JUNIOR | 039 | 2010.0018902-5/0 |
| RODRIGO DOS PASSOS VIVIANI | 015 | 2009.0028630-7/0 |
| RODRIGO DOS PASSOS VIVIANI | 049 | 2010.0025909-9/0 |
| RODRIGO HENRIQUES TOCANTINS | 045 | 2010.0022460-0/0 |
| RODRIGO SCOPEL | 008 | 2008.0016391-2/0 |
| ROGERIA DOTTI DORIA | 020 | 2010.0001225-0/0 |
| ROSICLER REGINA MULLER MOREIRA ANTUNES | 046 | 2010.0023331-9/0 |
| SANDRA BERNADETE GEARA CARDOSO | 012 | 2009.0013332-7/0 |
| SANDRA CALABRESE SIMÃO | 009 | 2008.0029167-6/0 |
| SÉRGIO LEAL MARTINEZ | 028 | 2010.0012694-2/0 |
| SÉRGIO LEAL MARTINEZ | 029 | 2010.0012842-4/0 |
| SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA | 026 | 2010.0010517-2/0 |
| SILVANA APARECIDA CEZAR PONTE | 004 | 2007.0004773-2/0 |
| SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES | 006 | 2008.0010883-0/0 |
| STELA MARIS PINTO PETERS | 042 | 2010.0020035-9/0 |
| TATIANA VILLORDO CALDERÓN | 039 | 2010.0018902-5/0 |
| UBIRATAN GUIMARAES TEIXEIRA | 026 | 2010.0010517-2/0 |
| VANIA DE FATIMA CESAR LUIZ | 004 | 2007.0004773-2/0 |
| WAGNER CARDEAL OGANAUSKAS | 010 | 2009.0001620-6/0 |
| WILMAR ALVINO DA SILVA | 015 | 2009.0028630-7/0 |
| WILMAR ALVINO DA SILVA | 015 | 2009.0028630-7/0 |

001 2001.0020688-1/0 - Processo de Conhecimento — CRISTINA BASTOS PEQUENO X ANDREI WELLINGTON FELIPPO DEOLA PIANEZZER

Manifestar-se sobre a certidão de fl. 259, prazo de 15 (quinze) dias.

Adv(s) OSCAR FLEISCHFRESSER, RENOLDA AMELIA DA SILVEIRA SOLHEID

002 2002.0011972-5/0 - Execução Título Extrajudicial — ANTENOR J DE PAULI X MADELON LARISSA DE ABREU

Defiro o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Após, independentemente de intimação, deverá o exequente providenciar o prosseguimento do feito e indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção.

Adv(s) ANTONIO ELOY BERNARDIN, DIONE BERNARDIN, ANA MARIA SILVERIO LIMA, JAIR FRANCISCO VERDI

003 2007.0002552-0/0 - Execução de Título Judicial — MARCELO ZANDONA X OLIVIA BRANCA RODRIGUES

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) IVONE PAVATO BATISTA, JULIANA MICHELE DE ASSUNÇÃO

004 2007.0004773-2/0 - Processo de Conhecimento — CONDOMINIO EDIFICIO MORADIAS D'AMPEZZO X CLEVERSON ZANETTI

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) VANIA DE FATIMA CESAR LUIZ, SILVANA APARECIDA CEZAR PONTE, FABIANA B. O. PEDROZO

005 2008.0010118-3/0 - Processo de Conhecimento — JULIO CARLOS GUIMARAES X JORGE QUARESMA DOS SANTOS (E OUTRO)

Intimação do executado para que, no prazo de quinze dias, indique quais são e onde se encontram os bens de sua titularidade sujeitos à penhora, bem como seus respectivos valores.

Adv(s) DR. ALTAMIRANO PEREIRA NETO, GILMAR FERNANDO DE CRISTO, PAULO MARCELO SEIXAS

006 2008.0010883-0/0 - Execução Título Extrajudicial — DECORALE DECORACOES LTDA X CONDOMINIO EDIFICIO CARLOS LAGE

À parte exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito.

Adv(s) RAFAEL BUCCO ROSSOT, SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES, LEONARDO XAVIER ROUSSENQ, LEANDRA M. CAMPANHOLO

007 2008.0011042-4/0 - Processo de Conhecimento — OPTNEWS INTERNATIONAL GROUP X OPTIFOX INDUSTRIA E COMERCIO DE OCULOS LTDA

Tendo em vista que as partes transigiram, HOMOLOGO por sentença, para que produza todos os efeitos legais o acordo de fls. 41-45, entabulado entre as partes, por consequência JULGANDO EXTINTO o processo nos termos do art. 269, III do Código de Processo Civil.

Adv(s) CRISTIANO LUSTOSA, BARBARA CASALES GIONGO RODRIGUES

008 2008.0016391-2/0 - Execução de Título Judicial — MARCOS ROBERTO DIAS X SUL FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Apesar do presente juízo manter o entendimento de que o recurso inominado interposto às fls. 88-95, com base no Enunciado 80 do FONAJE e no art. 22 da Resolução 01/2005 do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Paraná é deserto; ao reclamante para apresentar contrarrazões ao recurso interposto no prazo de 10 (dez) dias.

Adv(s) ANDRESSA C. BLENK, NILCELI ARAUJO, DEBORA AMBROSINI GUICHARD, ANGELIZE SEVERO FREIRE, RODRIGO SCOPEL, JULIANO FRANCISCO ROSA

009 2008.0029167-6/0 - Processo de Conhecimento — MARISE CORDEIRO BOCHENEK X BANCO SANTANDER S/A (E OUTROS)

Intimação das partes para que, no prazo comum de quinze dias, manifestem-se acerca de cálculos de fls. 347.

Adv(s) FERNANDA BENDER, Sandra Calabrese Simão, BLAS GOMM FILHO, LILLIAN MARA PADUAN SANTOS, MARIANA MARÇAL DE ARAUJO, RAFAEL FURTADO MADI, MARCELO DE SOUZA TEIXEIRA

010 2009.0001620-6/0 - Execução de Título Judicial — HILDA BELCHIOR FERRAZ X LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A

Intimação da parte requerida para pagamento do valor remanescente, no prazo de cinco dias, sob pena de penhora de bens.

Adv(s) LUCIA HELENA F. STALL, PAULO CESAR BRAGA MENESCAL, WAGNER CARDEAL OGANAUSKAS, FLAVIA BALDUINO DA SILVA

011 2009.0007956-4/0 - Processo de Conhecimento — AEROVAN TRANSPORTES LTDA X PUBLICAR DO BRASIL LISTAS TELEFONICAS LTDA

Pagar o valor do débito no prazo de 15d, sob pena de incidência de multa de 10%(art.475-J CPC) e penhora de bens

Adv(s) DANIELE CARVALHO, RAPHAEL GOUVEIA RODRIGUES, ADRIANO HENRIQUE GOHR, MARCELO RAYES

012 2009.0013332-7/0 - Execução de Título Judicial — RODRIGO RITMANN FEIJO X BANCO BRADESCO FINASA ARRENDAMENTO MERCANTIL

À parte exequente para manifestar-se sobre o pagamento de fls. 166. Prazo: 15 (quinze) dias.

Adv(s) MAURICIO BELESKI DE CARVALHO, MARCOS ANTONIO NUNES DA SILVA, LUCAS AMARAL DASSAN, MARLÚCIO LEDO VIEIRA, LILIAN ROMAGNA, SANDRA BERNADETE GEARA CARDOSO

013 2009.0026473-8/0 - Processo de Conhecimento — FERNANDO ALANI MAIA ARRUDA (E OUTRO) X MGM AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO (E OUTRO)

Pagar o valor do débito no prazo de 15d, sob pena de incidência de multa de 10%(art.475-J CPC) e penhora de bens

Adv(s) NILTON MARTOS, FERNANDA MARCASSA CARPINELLI, ANDRE DIAS ANDRADE, ANDRE DIAS ANDRADE

014 2009.0026965-0/0 - Processo de Conhecimento — NOELY SALETE FRARE RAMOS PINTO X BANCO ABN AMRO REAL S/A

Ao reclamante e ao reclamado para apresentarem manifestação acerca do ofício do Banco do Brasil de fl. 153, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Adv(s) DR. LEONARDO RAMOS PINTO, GILBERTO STINGLIN LOTH

015 2009.0028630-7/0 - Processo de Conhecimento — CARLOS ALEXANDRE CAPOTI PIMENTA X SINDICATO DOS METALURGICOS DE CURITIBA (E OUTROS)

Conforme prevê o item 2.10.2.1 do CN, devolver autos em Cartório no prazo de 24 horas, sob pena prevista no art.196(CPC)

Adv(s) RODRIGO DOS PASSOS VIVIANI, WILMAR ALVINO DA SILVA, WILMAR ALVINO DA SILVA, CAROLINA BORGES CORDEIRO

016 2009.0028666-0/0 - Processo de Conhecimento — ANDRESA VIEIRA X CARROAGEM AUTOMOVEIS

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) CARLOS PZEBEOWSKI, ELIÉZER CASTRO DE QUEIROZ, PAULO SERGIO DE OLIVEIRA BORGES

017 2009.0030667-8/0 - Processo de Conhecimento — JOANA MORIMITSU HASSE X TAM LINHAS AEREAS

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) JULIANE ZANCANARO

018 2010.0001092-1/0 - Processo de Conhecimento — EMERSON NEI JORGE X HOTEL CARLINHOS II

Audiência de Conciliação redesignada para 29/11/2011 às 16h00min, a ser realizada na nova sede dos Juizados Especiais Cíveis: Av. Presidente Getúlio Vargas, 2826 - Água Verde, Curitiba/PR.

Adv(s) MOZART ALBUQUERQUE BRITES

019 2010.0001189-3/0 - Processo de Conhecimento — MARCIA HYPOLITO COELHO X ANDREIA OLIVA DE SOUZA

Sentença julgando procedente o pedido

Adv(s) ALMIR SIQUEIRA MENDES

020 2010.0001225-0/0 - Processo de Conhecimento — POLLYANNA RIBAS DE BRITTO X CORITIBA FOOTBALL CLUB ENTIDADE DESPORTIVA PRÁTICA

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) GUSTAVO FRAZAO NADALIN, DR. LUIZ CARLOS GEMIN, RENE ARIEL DOTTI, ROGERIA DOTTI DORIA, JULIO BROTTO

021 2010.0001546-4/0 - Execução de Título Judicial — DIRCE JULIA FONTES X LOJAS AMERICANAS S/A

À PROCURADORA DA LOJAS AMERICANAS PARA QUE SE MANIFESTE NOS AUTOS, POIS HÁ UM ALVARÁ PARA SER RETIRADO (já vencido)

Adv(s) MARIA DE LOURDES VIEGAS GEORG

022 2010.0001866-6/0 - Processo de Conhecimento — HUGO JOSE SELLMER X CLARO S/A

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) BARBARA FRACARO LOMBARDI, JÚLIO CESAR GOULART LANES, BRUNO ALVES DE JESUS

023 2010.0007664-7/0 - Execução de Título Judicial — WELLINGTON OLIVEIRA SANTANA X BV FINANCEIRA S/A

Considerando o contido nos arts. 736, 738 e 739-A do CPC, recebo as alegações e pedidos de fls. 75 na forma de embargos do devedor, não havendo efeito suspensivo. À parte exequente para querendo manifestar-se com relação a estes embargos do devedor, no prazo de 15 (quinze) dias.

Adv(s) MURILO CARNEIRO, REINALDO MIRICO ARONIS

024 2010.0010024-8/0 - Processo de Conhecimento — MARCELO JULIANO CURCIO X BANCO REAL S/A

(...) Ante o exposto e em razão da matéria objeto da lide se tratar de expurgo inflacionário relativo aos referidos planos econômicos, em cumprimento às referidas decisões do STF, e considerando que já instruído os autos, suspendo o presente feito tendo em vista que até o presente momento não houve decisão sobre o tema pelo STF, de modo que não se faz possível o julgamento da demanda. Diante disso, aguarde-se o julgamento do feito.

Adv(s) OZIRES FRANCISCO SCHIAVON JUNIOR, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO

025 2010.0010297-0/0 - Processo de Conhecimento — ALGACIR MIKALOVSKI (E OUTRO) X TAM COMPANHIA AEREA S/A

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) DÉBORA CRISTINA VENERAL, PAULO HENRIQUE LOPES FURTADO FILHO, DÉBORA CRISTINA VENERAL

026 2010.0010517-2/0 - Processo de Conhecimento — SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA X TOTAL FLEET S/A

Sentença julgando procedente o pedido

Adv(s) SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA, UBIRATAN GUIMARAES TEIXEIRA

027 2010.0010995-6/0 - Processo de Conhecimento — SEVERINO RAMIRO DA SILVA X TRANSPORTE COLETIVO GLORIA LTDA (E OUTRO)

Sentença conhecendo dos embargos de declaração e , no mérito, julgando-os procedentes, sem contudo atribuir-lhes qualquer efeito infrigente e para os fins de que o dispositivo passe a ter a seguinte redação: " Diante do acima exposto, julgo procedente em parte o pedido do autor aos fins de condenar as reclamadas, solidariamente, a indenizar-lhe, exclusivamente a título de danos morais, pela quantia de R$12.000,00(doze mil reais), independentemente de qualquer benefício eventualmente auferido pela vítima em relação ao seguro DPVAT e a ser acrescido de juros e correção monetária a contar desta data " .

Adv(s) JOELCIO FLAVIANO NIELS, ANDERSON CUNHA MOREIRA, RENATO RIBEIRO SCHMIDT, ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA

028 2010.0012694-2/0 - Processo de Conhecimento — HERMANN SCHAICH X TIM CELULAR S/A

À parte exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 66-68. Prazo: 15 (quinze) dias.

Adv(s) HERMANN SCHAICH IV, MARIA JULIANA SCHENKEL, SÉRGIO LEAL MARTINEZ

029 2010.0012842-4/0 - Processo de Conhecimento — ZP1 LTDA X JOTAGIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA (E OUTRO)

Sentença julgando procedente o pedido inicial para os fins de declarar cancelado por culpa da reclamada, em cobrar valores não consentâneos com o que foi ajustado, o contrato firmado e tenho assim por indevido qualquer dos valores supostamente pendentes, o que é fundamento também para a improcedência do pedido contraposto. Mais do que isso, com base na fundamentação, julgo procedente também a pretensão de indenização por danos morais, fixando a condenação em R$ 5.000,00(cinco mil reais) na forma da fundamentação, acrescida de juros e correção monetária a contar desta data. Por fim, torno definitiva a liminar de fls. 135/136.

Adv(s) ELIÉZER CASTRO DE QUEIROZ, MARIA JULIANA SCHENKEL, SÉRGIO LEAL MARTINEZ

030 2010.0013189-0/0 - Processo de Conhecimento — PRISCILA NIELSEN FILLA X ITAU SEGUROS S/A (E OUTRO)

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) DIEGO RIBEIRO DE BARROS, GERARD KAGHTAZIAN JUNIOR, ANDREA REGINA SCHWENDLER CABEDA

031 2010.0013214-4/0 - Processo de Conhecimento — VANDERLEY PAULUK X MBM SEGURADORA S/A

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) DIEGO DE ANDRADE, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER

032 2010.0013992-8/0 - Processo de Conhecimento — MARIA LEONEIDE CARVALHO DE FREITAS X MBM SEGURADORA S/A

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) DIEGO DE ANDRADE, JAIME OLIVEIRA PENTEADO

033 2010.0015375-0/0 - Execução de Título Judicial — ANTONIO MAGALHAES DOS SANTOS X JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA

Pagar o valor do débito no prazo de 15d, sob pena de incidência de multa de 10%(art.475-J CPC) e penhora de bens

Adv(s) DIVALMIRO OLEGARIO MAIA PEREIRA, CLOVIS DE GOUVEA FRANCO

034 2010.0015451-0/0 - Execução de Título Judicial — CARLA PATINO CRUZATTI DIZ X BANCO SANTANDER

Pagar o valor do débito no prazo de 15d, sob pena de incidência de multa de 10%(art.475-J CPC) e penhora de bens

Adv(s) DRA. PATRICIA DE CASSIA PEREIRA JORGE PA, CESAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO

035 2010.0015759-5/0 - Processo de Conhecimento — PAULO RODRIGO MARTINS X VICTORIA CWB EVENTOS

Sentença julgando procedente o pedido

Adv(s) CLAUBER JULIO DE OLIVEIRA, LUIZ ROBERTO ROMANO

036 2010.0016318-9/0 - Processo de Conhecimento — KATIA MARA SILVA CUNHA X SECID SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) CHRISTIANI MARIA SARTORI BARBOSA, DENISE DUARTE SILVA MOREIRA - Defensora Pública

037 2010.0016668-3/0 - Processo de Conhecimento — JOSE MARTINS X MBM SEGURADORA S/A

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) DIEGO DE ANDRADE, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI, FERNANDO MURILO COSTA GARCIA

038 2010.0018231-6/0 - Processo de Conhecimento — LANCHONETE PIMENTEL LTDA X AVES ALIANCA PRODUCAO E COMERCIALIZACAO DE FRANGOS PARA CORTES LTDA

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) JAIME SCHMITT KREUSCH, JEDDY DOBROWOLSKI RUELA

039 2010.0018902-5/0 - Processo de Conhecimento — RAMIRO PERES PENHA X ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS BRASIL LTDA (E OUTRO)

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) ROBERTO PELLINI JUNIOR, TATIANA VILLORDO CALDERÓN

040 2010.0019286-9/0 - Processo de Conhecimento — JORGE LUIZ WENDLER (E OUTRO) X CBLC CENTRO BRASILEIRO LINGUISTICO DE CURITIBA LTDA

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) KARINE KLOSTER, FLÁVIA CORREA BALSAMÃO LUCAS, PABLO HENRIQUE MELLO SILVA

041 2010.0019930-3/0 - Execução de Título Judicial — VIVIAN ANE VERCESI BARDDAL X MONDIAL ELETRODOMESTICOS

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) ANDRE FLEURY DE CAMPOS LIMA

042 2010.0020035-9/0 - Processo de Conhecimento — DORALICE ROSA DE JESUS X VIP COLCHAO

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) STELA MARIS PINTO PETERS

043 2010.0020111-0/0 - Execução Título Extrajudicial — ANA PAULA KOCHANNY DE FREITAS X EVERTON VINICIUS BORGES

Dê-se vistas dos autos pelo prazo de 05 (cinco) dias, conforme dispõe o art. 40, II, do CPC, ao procurador do Executado.

Adv(s) ANDREIA KOCHANNY DE FREITAS, LUCIANO RODRIGO DUARTE

044 2010.0022069-7/0 - Processo de Conhecimento — DENISIANE RAMOS LEANDRO X TRANSRODAX TRANSPORTES LTDA (E OUTROS)

Às partes manifestarem-se sobre o retorno do ofício de fls. 157/158, bem como se pronunciarem quanto aos documentos anexados às fls. 151-152, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, com início pela autora.

Adv(s) FERNANDA BELOTTI ALICE, ANDRE BALBINO BONNES, ANDRE BALBINO BONNES, ANDRE BALBINO BONNES, ALMIR TADEU BOTELHO

045 2010.0022460-0/0 - Processo de Conhecimento — MARCELLUS GONCALVES CORREIA X BUD COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA BRASTEMP UT DOMESTICAS

Sentença julgando parcialmente procedente o pedido

Adv(s) RODRIGO HENRIQUES TOCANTINS

046 2010.0023331-9/0 - Processo de Conhecimento — EDISON LUIZ BERNARDES DE OLIVEIRA X JOAQUIM LOPES

Sentença julgando parcialmente procedente o pedido

Adv(s) JOAQUIM LOPES, ROSICLER REGINA MULLER MOREIRA ANTUNES, CAMILA FERNANDA MOREIRA ANTUNES

047 2010.0023936-8/0 - Processo de Conhecimento — LEDA MARIA RABELO X ARTEFACTO MULTICOMERCIAL LTDA

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) ALFEU CICARELLI DE MELO, RAFAEL BAGGIO BERBICZ, CARLOS EDUARDO MAYERLE TREGLIA

048 2010.0024912-8/0 - Processo de Conhecimento — FRANCISCO CARLOS DUARTE X WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) LENILSON DOS SANTOS, FRANCISCO CARLOS DUARTE, José Vicente Filippon Sieczkowski

049 2010.0025909-9/0 - Processo de Conhecimento — SIDNEY MIRANDA X SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (E OUTROS)

Manifeste-se sobre interesse no prosseguimento do feito

Adv(s) RODRIGO DOS PASSOS VIVIANI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER

050 2010.0026538-9/0 - Processo de Conhecimento — EVA SAVCHUCK X CLOTILDE SANTOS

Manifestar-se nos autos no prazo de quinze dias, sobre retorno negativo do AR. Sob pena de extinção do feito

Adv(s) CARLOS DELAI

# 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis

COMARCA DE CURITIBA — 5º Juizado Especial Cível - Relação N: 118/2011

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| AMAURY JOSE SOARES | 001 | 2005.0024509-2/0 |
| CAMILA PRADO REGADAS TREGLIA | 001 | 2005.0024509-2/0 |
| FERNANDA FORTUNATO MAFRA | 001 | 2005.0024509-2/0 |
| GILBERTO VILAS BOAS | 002 | 2010.0022152-3/0 |
| RODRIGO RAMOS ABRITTA | 002 | 2010.0022152-3/0 |
| TATIANA KALKO | 001 | 2005.0024509-2/0 |

001 2005.0024509-2/0 - Processo de Conhecimento — AMAURY JOSE SOARES X ITAUTEC PHILCO S/A

Pagar o valor do débito no prazo de 15d, sob pena de incidência de multa de 10%(art.475-J CPC) e penhora de bens

Adv(s) AMAURY JOSE SOARES, TATIANA KALKO, CAMILA PRADO REGADAS TREGLIA, FERNANDA FORTUNATO MAFRA

002 2010.0022152-3/0 - Processo de Conhecimento — RAPHAEL RIBEIRO JACINTO (E OUTROS) X TOP LINE ADM E ASS IMOVEIS LTDA

Às partes para que tomem ciência da audiência de oitiva das testemunhas ADRIANA LIMA DA SILVA e MÔNICA ALVES FRANCO na Primeira Vara de Precatórias do Distrito Federal, SRTCS QD 701, BLOCO N, 6º ANDAR, SALA 606, ED. INTERCON, Brasília - DF, às 16h30min do dia 18 de outubro de 2011.

Adv(s) GILBERTO VILAS BOAS, RODRIGO RAMOS ABRITTA

# 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis

COMARCA DE CURITIBA — 6º Juizado Especial Cível - Relação N: 098/2011

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| MARIA LUIZA SOUZA DUARTE | 011 | 2005.0030532-4/0 |
| ADRIANA PIRES HELLER | 028 | 2008.0004210-7/0 |
| ADRIANE PIECHNIK BARROS | 013 | 2005.0034495-1/0 |
| ADRIANE PIECHNIK BARROS | 013 | 2005.0034495-1/0 |
| ADRIANO BARBOSA | 046 | 2008.0027699-4/0 |
| ADRIANO RODRIGO BROLIN MAZINI | 070 | 2009.0028773-6/0 |
| AIRTON SAVIO VARGAS | 020 | 2007.0011322-7/0 |
| ALBERTO AUGUSTO DE POLI | 010 | 2005.0027377-2/0 |
| ALCEU RODRIGUES CHAVES | 013 | 2005.0034495-1/0 |
| ALESSANDRA PEREZ DE SIQUEIRA | 036 | 2008.0014438-1/0 |
| ALESSANDRO MESTRINER FELIPE | 105 | 2010.0027192-2/0 |
| ALEXANDRE BLEY RIBEIRO BONFIM | 075 | 2010.0002693-2/0 |
| ALEXANDRE CORREA NASSER DE MELO | 041 | 2008.0019362-9/0 |
| AMANDA GROB TOMAZ | 069 | 2009.0028216-6/0 |
| ANA LUCIA AIRES AZEVEDO | 036 | 2008.0014438-1/0 |
| ANA CAROLINA DALCANALE | 060 | 2009.0019383-8/0 |
| ANA ELISA VIEIRA NAVARRO | 033 | 2008.0011961-4/0 |
| ANA MARIA HARGER | 074 | 2010.0002194-4/0 |
| ANDERSON DE MORAIS LOPES | 101 | 2010.0025860-8/0 |
| ANDRÉ RICARDO BALDO PACHOLEK | 071 | 2009.0030456-5/0 |
| ANDREA TATTINI ROSA | 075 | 2010.0002693-2/0 |
| ANDRESSA CRISTINA BECKER | 046 | 2008.0027699-4/0 |
| ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO | 027 | 2008.0003860-2/0 |
| ANTÔNIO CARLOS BONET | 030 | 2008.0008287-2/0 |
| ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE | 040 | 2008.0017344-2/0 |
| Antônio Marcos Rocha Caxambu | 032 | 2008.0011108-1/0 |
| BÁRBARA PUKANSKI DE OLIVEIRA | 073 | 2010.0001747-6/0 |
| BERNARDO GUEDES RAMINA | 054 | 2009.0010982-4/0 |
| BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ | 026 | 2008.0001406-0/0 |
| BRUNO MILANO CENTA | 045 | 2008.0027463-0/0 |
| CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA | 047 | 2008.0031460-9/0 |
| CARLOS EDUARDO DIPP SCHOEMBAKLA | 076 | 2010.0002928-5/0 |
| CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET | 074 | 2010.0002194-4/0 |
| CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI | 051 | 2009.0005743-0/0 |
| CASSIO LEAO BUCHMANN | 059 | 2009.0018812-0/0 |
| CAUE PYDD NECHI | 088 | 2010.0014560-0/0 |
| CELSO DAVID ANTUNES | 027 | 2008.0003860-2/0 |
| CIBELE ANTONIA KLOC E SILVA | 104 | 2010.0026300-1/0 |
| CLAITON LUIS BORK | 049 | 2009.0001845-7/0 |
| CLAUDIOMIRO PRIOR | 026 | 2008.0001406-0/0 |
| DALTON ANTONIO SCHULTZ GABARDO | 019 | 2007.0010758-1/0 |
| DANIEL FERNANDO PASTRE | 093 | 2010.0019396-0/0 |
| DANIELLE ROSA E SOUZA | 034 | 2008.0012039-5/0 |
| DANIELLE ROSA E SOUZA | 035 | 2008.0012039-5/0 |
| DANIELLE ROSA E SOUZA | 100 | 2010.0023974-8/0 |
| DARCI JOSE FINGER | 006 | 2002.0001397-8/0 |
| DARCY NASSER DE MELO | 041 | 2008.0019362-9/0 |
| DÉBORA CECHET FALCONE | 034 | 2008.0012039-5/0 |
| DÉBORA CECHET FALCONE | 035 | 2008.0012039-5/0 |
| DEBORAH FRANCIELLE MESQUITA CLEVE MACHADO | 043 | 2008.0023578-4/0 |
| DENISE DUARTE SILVA MOREIRA - Defensora Pública | 043 | 2008.0023578-4/0 |
| DENISE DUARTE SILVA MOREIRA - Defensora Pública | 061 | 2009.0021685-7/0 |
| Diego Augusto Valim Dias | 016 | 2006.0016549-1/0 |
| DIEGO DE ANDRADE | 080 | 2010.0008214-1/0 |
| DIGELAINE MEYRE SANTOS | 005 | 2001.0006616-8/0 |
| DORVAL ANGELO CURY SIMOES | 005 | 2001.0006616-8/0 |
| DORVAL ANGELO CURY SIMOES | 009 | 2005.0022938-5/0 |
| DR. LUIZ RODRIGUES WAMBIER | 049 | 2009.0001845-7/0 |
| DYLLA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA | 072 | 2010.0001650-4/0 |
| EDUARDO FRANCA ROMEIRO | 044 | 2008.0027367-8/0 |
| EDUARDO HENRIQUE VEIGA | 056 | 2009.0014178-0/0 |

| | | |
|---|---|---|
| EDUARDO PENA DE MOURA FRANÇA | 062 | 2009.0023387-9/0 |
| EDUARDO TADEU GONÇALVES | 073 | 2010.0001747-6/0 |
| ELAINE DE FATIMA COSTA GUERIOS | 089 | 2010.0015814-2/0 |
| ELIANE ANDREA CHALATA | 055 | 2009.0011269-4/0 |
| ELIAZER ANTONIO MEDEIROS | 029 | 2008.0004211-9/0 |
| ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO | 044 | 2008.0027367-8/0 |
| ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO | 073 | 2010.0001747-6/0 |
| ELISABETH REGINA VENANCIO TANIGUCHI | 056 | 2009.0014178-0/0 |
| ELISANGELA SOARES | 022 | 2007.0019150-9/0 |
| ERNANI TEIXEIRA DOS SANTOS | 010 | 2005.0027377-2/0 |
| EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS | 026 | 2008.0001406-0/0 |
| EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS | 049 | 2009.0001845-7/0 |
| EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS | 050 | 2009.0001969-6/0 |
| EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS | 063 | 2009.0023390-7/0 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 080 | 2010.0008214-1/0 |
| FÁBIO CHEMIN GADENS | 082 | 2010.0008903-9/0 |
| FABIO FERNANDESLEONARDO | 079 | 2010.0005190-4/0 |
| FABIO FERNANDESLEONARDO | 079 | 2010.0005190-4/0 |
| FABIO HENRIQUE NEGRAO FERREIRA DIAS | 084 | 2010.0009994-8/0 |
| FÁBIO ZANON SIMÃO | 008 | 2005.0018534-4/0 |
| FABRÍCIO COIMBRA CHESCO | 050 | 2009.0001969-6/0 |
| FABRÍCIO SILVA LIMA | 064 | 2009.0025289-0/0 |
| FERNANDA MACIEL GARCEZ | 054 | 2009.0010982-4/0 |
| FERNANDA SCHECHELI BUSSOLO | 069 | 2009.0028216-6/0 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 080 | 2010.0008214-1/0 |
| FERNANDO PREVIDI MOTTA | 092 | 2010.0017301-4/0 |
| FLAVIA DE SOUZA VILELA | 026 | 2008.0001406-0/0 |
| FLAVIO PENTEADO GEROMINI | 030 | 2008.0008287-2/0 |
| FRANZ HERMANN NIEUWENHOF JUNIOR | 016 | 2006.0016549-1/0 |
| GABRIEL YARED FORTE | 079 | 2010.0005190-4/0 |
| GELSON BARBIERI | 083 | 2010.0009221-6/0 |
| GERMANO LAERTES NEVES | 063 | 2009.0023390-7/0 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 030 | 2008.0008287-2/0 |
| GIOVANI ZORZI RIBAS | 075 | 2010.0002693-2/0 |
| GLAUBER GUIMARÃES DE OLIVEIRA | 085 | 2010.0010690-7/0 |
| GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT | 026 | 2008.0001406-0/0 |
| GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA | 034 | 2008.0012039-5/0 |
| GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA | 035 | 2008.0012039-5/0 |
| HAMILTON MAIA DA SILVA FILHO | 025 | 2007.0022420-0/0 |
| HENRIQUE FREIRE DE OLIVEIRA SOUZA | 097 | 2010.0023155-8/0 |
| IDELANIR ERNESTI | 021 | 2007.0019044-5/0 |
| IRIA EMILIA EVANGELISTA BEZERRA | 083 | 2010.0009221-6/0 |
| IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO | 052 | 2009.0007576-6/0 |
| IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO | 053 | 2009.0007640-2/0 |
| IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO | 058 | 2009.0018559-7/0 |
| JACKSON SONDAHL DE CAMPOS | 079 | 2010.0005190-4/0 |
| JACKSON SONDAHL DE CAMPOS | 079 | 2010.0005190-4/0 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 030 | 2008.0008287-2/0 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 080 | 2010.0008214-1/0 |
| JAMILLE GUILHERME MIRANDA | 021 | 2007.0019044-5/0 |
| JOANES EVERALDO DE SOUSA | 026 | 2008.0001406-0/0 |
| JOAO CARLOS FLOR JUNIOR | 030 | 2008.0008287-2/0 |
| JOAO CESARIO MOTA | 011 | 2005.0030532-4/0 |
| JOAO LEONEL ANTOCHESKI | 047 | 2008.0031460-9/0 |
| JONES MARCIANO DE SOUZA JUNIOR | 103 | 2010.0026018-7/0 |
| Jorge Andre Ritzmann de Oliveira | 061 | 2009.0021685-7/0 |
| JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO | 077 | 2010.0003724-7/0 |
| JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO | 091 | 2010.0016617-7/0 |
| JOSE BASILIO GUERRART | 031 | 2008.0009952-0/0 |
| José Vicente Filippon Sieczkowski | 060 | 2009.0019383-8/0 |
| José Vicente Filippon Sieczkowski | 065 | 2009.0025341-2/0 |
| JOSLAINE MONTANHEIRO ALCÂNTARA DA SILVA | 061 | 2009.0021685-7/0 |
| JOYCE MARIA VINHAS VILLANUEVA | 048 | 2009.0001555-8/0 |
| JULIANA DERVICHE GUELFI | 097 | 2010.0023155-8/0 |
| JULIANA SANDOVAL LEAL | 070 | 2009.0028773-6/0 |
| JULIANE ZANCANARO | 071 | 2009.0030456-5/0 |
| JULIANO LOCATELLI SANTOS | 012 | 2005.0033850-0/0 |
| JULIANO PESCUMA RODRIGUEZ | 103 | 2010.0026018-7/0 |
| JÚLIO CESAR GOULART LANES | 038 | 2008.0015125-4/0 |
| JÚLIO CESAR GOULART LANES | 039 | 2008.0015125-4/0 |
| JÚLIO CESAR GOULART LANES | 064 | 2009.0025289-0/0 |
| JÚLIO CESAR GOULART LANES | 072 | 2010.0001650-4/0 |
| JUSCELINO CLAYTON CASTARDO | 093 | 2010.0019396-0/0 |
| KAREN PRISCILA DA ROSA | 102 | 2010.0025888-4/0 |
| KARINE BARANCZUK | 045 | 2008.0027463-0/0 |
| KARINE ROMERO ALTHAUS | 020 | 2007.0011322-7/0 |
| KARLA FERREIRA DE CAMARGO FISCHER | 101 | 2010.0025860-8/0 |
| KARLA NEMES YARED | 079 | 2010.0005190-4/0 |
| KELLY CRISTINA WORM COTLINSKI CANZAN | 037 | 2008.0014500-4/0 |
| LAOLA MARINHO DE OLIVEIRA | 096 | 2010.0021451-2/0 |
| LAURI JOAO ZAMBONI | 017 | 2007.0004169-2/0 |
| LEANDRA DIEGA WAGNER | 095 | 2010.0020682-8/0 |
| LEANDRO ZAMBONI | 017 | 2007.0004169-2/0 |
| LETICIA SEVERO SOARES | 092 | 2010.0017301-4/0 |
| LEUREMAR ANDERSON TALAMINI | 004 | 2001.0006591-9/0 |
| LUCIANO DE SOUZA CASTELANI | 019 | 2007.0010758-1/0 |
| LUCIANO HINZ MARAN | 013 | 2005.0034495-1/0 |
| LUIS FERNANDO NADOLNY LOYOLA | 014 | 2006.0002657-4/0 |
| Luís Gustavo Calliari Monteiro | 031 | 2008.0009952-0/0 |
| LUÍS OSCAR SIX BOTTON | 027 | 2008.0003860-2/0 |
| LUIZ CARLOS LAURENÇO | 027 | 2008.0003860-2/0 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 042 | 2008.0020882-7/0 |
| LUIZ FERNANDO DIETRICH | 045 | 2008.0027463-0/0 |
| LUIZ FRANCISCO MORAIS LOPES | 097 | 2010.0023155-8/0 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 030 | 2008.0008287-2/0 |
| LUIZ ROBERTO RECH | 045 | 2008.0027463-0/0 |
| LUIZA DE ARAUJO FURIATTI | 098 | 2010.0023474-8/0 |
| MANOELE KRAHN | 098 | 2010.0023474-8/0 |
| MARA CLAUDIA DIB DE LIMA | 045 | 2008.0027463-0/0 |
| MARCEL SOUZA DE OLIVEIRA | 074 | 2010.0002194-4/0 |
| MARCELO LASPERG DE ANDRADE | 051 | 2009.0005743-0/0 |
| MARCELO MUSSI CORREA | 105 | 2010.0027192-2/0 |
| MARCELO PENTEADO GARBELINI | 029 | 2008.0004211-9/0 |

| | | |
|---|---|---|
| MARCIA ENEIDA BUENO | 057 | 2009.0015074-2/0 |
| MARCIO EDUARDO MORO | 027 | 2008.0003860-2/0 |
| MARCIO ROGERIO DEPOLLI | 026 | 2008.0001406-0/0 |
| Marcos Vinícius Ulaf | 088 | 2010.0014560-0/0 |
| MARIA CLARINDA MENDES FERRAZ | 015 | 2006.0011547-2/0 |
| MARIA DE LOURDES VIEGAS GEORG | 087 | 2010.0014120-7/0 |
| MARIA HELENA DOS SANTOS | 017 | 2007.0004169-2/0 |
| MARIA LETICIA BRÜSCH | 058 | 2009.0018559-7/0 |
| MARILEIA BOSAK | 049 | 2009.0001845-7/0 |
| MARILEIA BOSAK | 081 | 2010.0008507-6/0 |
| MARIO KRIEGER NETO | 100 | 2010.0023974-8/0 |
| MAURICIO MUSSI CORREA | 105 | 2010.0027192-2/0 |
| MAURO CAVALCANTE DE LIMA | 012 | 2005.0033850-0/0 |
| MAYARA LETÍCIA FREITAS DA SILVA | 036 | 2008.0014438-1/0 |
| MELINA BRECKENFELD RECK | 076 | 2010.0002928-5/0 |
| MESAEL CAETANO DOS SANTOS | 024 | 2007.0021037-5/0 |
| MICHEL LAUREANTI | 014 | 2006.0002657-4/0 |
| MICHEL TOMIO MURAKAMI | 001 | 1994.0001091-0/0 |
| MICHELLI SAYURI MURAKAMI | 066 | 2009.0025834-7/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 078 | 2010.0004499-1/0 |
| MOACIR TADEU FURTADO | 015 | 2006.0011547-2/0 |
| MONICA CRISTINA BIZINELI | 036 | 2008.0014438-1/0 |
| ODACYR CARLOS PRIGOL | 070 | 2009.0028773-6/0 |
| OLINTO ROBERTO TERRA | 050 | 2009.0001969-6/0 |
| OLINTO ROBERTO TERRA | 052 | 2009.0007576-6/0 |
| OLINTO ROBERTO TERRA | 053 | 2009.0007640-2/0 |
| OLINTO ROBERTO TERRA | 058 | 2009.0018559-7/0 |
| OSCAR MASSIMILIANO MAZUCO GODOY | 007 | 2005.0005824-8/0 |
| OSCAR MASSIMILIANO MAZUCO GODOY | 021 | 2007.0019044-5/0 |
| OSCAR SILVERIO DE SOUZA | 034 | 2008.0012039-5/0 |
| OSCAR SILVERIO DE SOUZA | 035 | 2008.0012039-5/0 |
| PATRICIA GOMES IWERSEN | 074 | 2010.0002194-4/0 |
| PAULA A.F. BUSTAMANTE | 059 | 2009.0018812-0/0 |
| PAULA CRISTINA DIAS | 064 | 2009.0025289-0/0 |
| PAULO BENEDITO PANTOJA LOPES | 097 | 2010.0023155-8/0 |
| PEDRO ROBERTO ROMÃO | 075 | 2010.0002693-2/0 |
| PLINIO ALOISIO BACH | 002 | 1997.0001508-3/0 |
| Rafael da Rocha Goazelli de Jesus | 024 | 2007.0021037-5/0 |
| RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA | 078 | 2010.0004499-1/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 081 | 2010.0008507-6/0 |
| RENATO DACILIO FLORES | 002 | 1997.0001508-3/0 |
| RICARDO ALEX LAMB | 102 | 2010.0025888-4/0 |
| RICARDO AUGUSTO MENEZES YOSHIDA | 026 | 2008.0001406-0/0 |
| RICARDO COSTA MAGUETAS | 023 | 2007.0020574-4/0 |
| RICARDO RIGOTTI ALICE | 008 | 2005.0018534-4/0 |
| RICARDO VINHAS VILLANUEVA | 048 | 2009.0001555-8/0 |
| RITA PASINATO | 083 | 2010.0009221-6/0 |
| ROBERTO DE OLIVEIRA GUIMARAES | 090 | 2010.0016422-9/0 |
| ROBERTO YAMASHITA | 066 | 2009.0025834-7/0 |
| ROMILDO NUNES FERREIRA | 037 | 2008.0014500-4/0 |
| ROSIANE ADELINA FERRO | 084 | 2010.0009994-8/0 |
| SAMEQUE GUERRART | 031 | 2008.0009952-0/0 |
| SANDRA CALABRESE SIMÃO | 056 | 2009.0014178-0/0 |
| SANDRA REGINA RODRIGUES | 083 | 2010.0009221-6/0 |
| SERGIO MORES | 003 | 1999.0006264-2/0 |
| SERGIO PENTEADO FERREIRA FILHO | 027 | 2008.0003860-2/0 |
| SIBHELLE KATHERINE NASCIMENTO | 089 | 2010.0015814-2/0 |
| SIDNEI DE QUADROS | 016 | 2006.0016549-1/0 |
| SILENE HIRATA | 051 | 2009.0005743-0/0 |
| SILVIO CESAR BARBOSA | 020 | 2007.0011322-7/0 |
| SYLVANO ALVES DA ROCHA LOURES NETO | 034 | 2008.0012039-5/0 |
| SYLVANO ALVES DA ROCHA LOURES NETO | 035 | 2008.0012039-5/0 |
| TATIANE DE BARROS MACEDO | 011 | 2005.0030532-4/0 |
| THAÍS DE PAULA GONÇALVES OLIVEIRA FIPKE | 032 | 2008.0011108-1/0 |
| THAIS MICHELLE WINKLER JUNG | 068 | 2009.0027885-1/0 |
| TIAGO BUFFERLI BARBOSA | 041 | 2008.0019362-9/0 |
| TONY AUGUSTO PARANA DA SILVA E SENE | 038 | 2008.0015125-4/0 |
| TONY AUGUSTO PARANA DA SILVA E SENE | 039 | 2008.0015125-4/0 |
| VALDECYR BORGES | 099 | 2010.0023740-8/0 |
| VANESSA JANKE DE CASTRO | 090 | 2010.0016422-9/0 |
| VICENTE MAGALHAES | 036 | 2008.0014438-1/0 |
| VICENTE MAGALHAES | 096 | 2010.0021451-2/0 |
| VIVIANE POLETTO | 042 | 2008.0020882-7/0 |
| WANDA JOANA SLUCZANOWSKI | 067 | 2009.0025981-6/0 |
| WANDA JOANA SLUCZANOWSKI | 092 | 2010.0017301-4/0 |
| WANDA JOANA SLUCZANOWSKI | 094 | 2010.0019499-5/0 |
| WASHINGTON YAMANE | 025 | 2007.0022420-0/0 |
| WILLIAM MOREIRA CASTILHO | 086 | 2010.0012473-9/0 |
| ZANDAIRA DA SILVA | 018 | 2007.0007710-9/0 |

001 1994.0001091-0/0 - Execução de Título Judicial — JOSE CARLOS LABHARDT X ADAO JAIR DE ALMEIDA

Retirar Certidão de Dívida

Adv(s) MICHEL TOMIO MURAKAMI

002 1997.0001508-3/0 - Execução Título Extrajudicial — NOYTON RAMOS DE VASCONCELOS X JOSE CARLOS LERMEN

Manifestar-se sobre o retorno do ofício

Adv(s) RENATO DACILIO FLORES, PLINIO ALOISIO BACH

003 1999.0006264-2/0 - Execução de Título Judicial — AUSILIA MORES AIRES X FLAVIO HENRIQUE CARDOSO

Retirar ofício em Cartório

Adv(s) SERGIO MORES

004 2001.0006591-9/0 - Execução de Título Judicial — EDERALDO CORREIA DA SILVA (E OUTRO) X JETHUR CRISTUR CRISTO REI VEICULOS E TURISMO (E OUTROS)

Deferida a desconsideração da pessoa jurídica. Ao exequente para informar se o endereço atual das sócias da empresa é o mesmo constante no contrato social e quais os meios expropriatórios pretende.

Adv(s) LEUREMAR ANDERSON TALAMINI

005 2001.0006616-8/0 - Execução de Título Judicial — DORVAL ANGELO CURY SIMOES X WHAYNER CHARLES SOBRE

ao Dr.DORVAL ANGELO CURY SIMOES para retirar o alvará de levantamento em cinco dias.

Adv(s) DORVAL ANGELO CURY SIMOES, DIGELAINE MEYRE SANTOS

006 2002.0001397-8/0 - Execução de Título Judicial — ROBSON CALIXTO DOS REIS (E OUTRO) X EDISON NUNES DOS SANTOS (E OUTROS)

Retirar Certidão de Dívida

Adv(s) DARCI JOSE FINGER

007 2005.0005824-8/0 - Processo de Conhecimento — IRENI CECILIA PETTER X CONSTRUTORA PARANOA LTDA (E OUTROS)

Manifestar-se sobre o retorno do ofício

Adv(s) OSCAR MASSIMILIANO MAZUCO GODOY

008 2005.0018534-4/0 - Processo de Conhecimento — LUIZ EDUARDO CECCON X ESTACIONAMENTO FAMILIA (E OUTROS)

Manifestar-se sobre o retorno do ofício

Adv(s) RICARDO RIGOTTI ALICE, FÁBIO ZANON SIMÃO

009 2005.0022938-5/0 - Execução Título Extrajudicial — DORVAL ANGELO CURY SIMOES X RODRIGO DE OLIVEIRA MOREIRA

Não foram encontrados bens/veículos em nome da parte requerida. Ao requerente para o que entender de direito no prazo de dez dias.

Adv(s) DORVAL ANGELO CURY SIMOES

010 2005.0027377-2/0 - Processo de Conhecimento — DEISE MAUER X MARASSATI MOVEIS E DECORAÇOES LTDA

ao Dr.ERNANI TEIXEIRA DOS SANTOS para retirar o alvará de levantamento.

Adv(s) ALBERTO AUGUSTO DE POLI, ERNANI TEIXEIRA DOS SANTOS

011 2005.0030532-4/0 - Execução de Título Judicial — ANDRE RICARDO COSTA DE JESUS X BRASPRESS BRASIL TRANSPORTES INTERMODAL LTDA

Ao requerente para que se manifeste spbre fl. 142, no prazo de 10 dias.

Adv(s) TATIANE DE BARROS MACEDO, JOAO CESARIO MOTA, MARIA LUIZA SOUZA DUARTE

012 2005.0033850-0/0 - Execução de Título Judicial — IRACI DA SILVA FRANCISCO X CONSTRUTEC CASAS PRÉ FABRICADAS - através de seu proprietário JOSIMAR GAZOLLA PICANÇO

Manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito

Adv(s) MAURO CAVALCANTE DE LIMA, JULIANO LOCATELLI SANTOS

013 2005.0034495-1/0 - Processo de Conhecimento — ADRIANE PIECHNIK BARROS VARDANEGA (E OUTRO) X PORTOFINO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Despacho de fls.: "(...), intime-se o devedor via AR ou por meio de seu procurador para, querendo, impugnar a penhora on-line, no prazo de quinze dias."

Adv(s) ADRIANE PIECHNIK BARROS, ADRIANE PIECHNIK BARROS, ALCEU RODRIGUES CHAVES, LUCIANO HINZ MARAN

014 2006.0002657-4/0 - Execução Título Extrajudicial — RENE DALITZ X PAULO ROBERTO WISNIEWSKI LIMA

Retirar ofício em Cartório

Adv(s) MICHEL LAUREANTI, LUIS FERNANDO NADOLNY LOYOLA

015 2006.0011547-2/0 - Execução Título Extrajudicial — JOAO SOARES DE OLIVEIRA X JOSE MAURILHO LOPES

Manifestar-se sobre o retorno do ofício

Adv(s) MARIA CLARINDA MENDES FERRAZ, MOACIR TADEU FURTADO

016 2006.0016549-1/0 - Processo de Conhecimento — ERACI DE QUADROS DE PEREIRA X AVON COSMETICOS LTDA

Manifestar-se sobre o retorno do ofício

Adv(s) FRANZ HERMANN NIEUWENHOF JUNIOR, Diego Augusto Valim Dias, SIDNEI DE QUADROS

017 2007.0004169-2/0 - Processo de Conhecimento — LETICIA LICINIO VENANCIO X RHODIUS COMERCIO E IMPORTACAO

Manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito

Adv(s) MARIA HELENA DOS SANTOS, LAURI JOAO ZAMBONI, LEANDRO ZAMBONI

018 2007.0007710-9/0 - Execução Título Extrajudicial — ZANDAIRA DA SILVA X ELIS ANGELA CORREA DA SILVA

Ante a reposta do BACENJUD que não encontrou valores substanciais nas contas dos requeridos, intime-se a parte exequente para o que entender de direito no prazo de quinze dias. .

Adv(s) ZANDAIRA DA SILVA

019 2007.0010758-1/0 - Execução de Título Judicial — PEDRO ROCHA DE ASSIS (E OUTRO) X MILENA MARIA PACHECO DE OLIVEIRA (E OUTRO)

ao reclamante para retirar o alvará de levantamento e trazer aos autos planilha de cálculo atualizada a fim de ser expedida certidão de dívida.

Adv(s) DALTON ANTONIO SCHULTZ GABARDO, LUCIANO DE SOUZA CASTELANI

020 2007.0011322-7/0 - Execução de Título Judicial — AIRTON SAVIO VARGAS X SANDRA MARA BULOW BERTAGNOLLI (E OUTROS)

Homologado o acordo entabulado entre a exequente e a executada ALEXANDRINA DOS SANTOS. Prossiga-se normalmente a execução em face dos demais executados, pelo saldo remanescente da dívida, devendo o exequente indicar os meios expropriatórios que prentende.

Adv(s) SILVIO CESAR BARBOSA, KARINE ROMERO ALTHAUS, AIRTON SAVIO VARGAS

021 2007.0019044-5/0 - Processo de Conhecimento — MARCOS AURELIO BEZERRA X INFOCENTRO COMERCIO DE PRODUTOS PARA INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (E OUTROS)

Manifestar-se sobre o retorno do ofício

Adv(s) JAMILLE GUILHERME MIRANDA, OSCAR MASSIMILIANO MAZUCO GODOY, IDELANIR ERNESTI

022 2007.0019150-9/0 - Processo de Conhecimento — TELMA RODRIGUES DE HOLANDA X GENECI SAUSEN

Sentença julgando improcedente o pedido do requerente

Adv(s) ELISANGELA SOARES

023 2007.0020574-4/0 - Execução de Título Judicial — RICARDO COSTA MAGUETAS X RODRIGO TOSTA GIROLDO

Ao exequente, manifeste-se para o que entender de direito, no prazo de dez dias.

Adv(s) RICARDO COSTA MAGUETAS

024 2007.0021037-5/0 - Processo de Conhecimento — JOSE TEIXEIRA DE LIMA X LUIZ CARLOS BRIZOLA

Redesignação de Audiência de Conciliação as 14:30 do dia 05/10/2011

Adv(s) Rafael da Rocha Goazelli de Jesus, MESAEL CAETANO DOS SANTOS

025 2007.0022420-0/0 - Processo de Conhecimento — TATHIANE ABREU SARAIVA X BANCO DO BRASIL S/A

ao Dr. HAMILTON MAIA DA SILVA FILHO para retirar o alvará de levantamento em cinco dias.

Adv(s) HAMILTON MAIA DA SILVA FILHO, WASHINGTON YAMANE

026 2008.0001406-0/0 - Processo de Conhecimento — IRENE BRONOSKI X OUROCARD VISA (E OUTRO)

Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) RICARDO AUGUSTO MENEZES YOSHIDA, GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT, FLAVIA DE SOUZA VILELA, CLAUDIOMIRO PRIOR, JOANES EVERALDO DE SOUSA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS

027 2008.0003860-2/0 - Processo de Conhecimento — VALDEREZ PENTEADO FERREIRA X BANCO ITAU S/A

Conforme prevê o item 2.10.2.1 do CN, devolver autos em Cartório no prazo de 24 horas, sob pena prevista no art.196(CPC)

Adv(s) SERGIO PENTEADO FERREIRA FILHO, LUIZ CARLOS LAURENÇO, CELSO DAVID ANTUNES, ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO, LUÍS OSCAR SIX BOTTON, MARCIO EDUARDO MORO

028 2008.0004210-7/0 - Processo de Conhecimento — DEISE APARECIDA STACHUK X BANCO CITIBANK S/A

Sentença julgando improcedente o pedido

Adv(s) ADRIANA PIRES HELLER

029 2008.0004211-9/0 - Processo de Conhecimento — CAROLINA LEAL ROCHA LAGO X TIAGO CIPRIANO (E OUTRO)

Sentença julgando improcedente o pedido do requerente

Adv(s) ELIAZER ANTONIO MEDEIROS, MARCELO PENTEADO GARBELINI

030 2008.0008287-2/0 - Processo de Conhecimento — ISMAEL ROGERIO ALVES DA CRUZ X CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) JOAO CARLOS FLOR JUNIOR, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, ANTÔNIO CARLOS BONET, FLAVIO PENTEADO GEROMINI

031 2008.0009952-0/0 - Processo de Conhecimento — AGOSTINHO FERREIRA (E OUTRO) X MICHELE MENDES URSULANO

Ao requerido para, querendo, apresentar impugnação ao bloqueio dos veículos de sua propriedade, no prazo de quinze dias.

Adv(s) JOSE BASILIO GUERRART, SAMEQUE GUERRART, Luís Gustavo Calliari Monteiro

032 2008.0011108-1/0 - Processo de Conhecimento — PRUDENCIA BORTOLAN X LUIZ CEZAR FRANCO (E OUTRO)

Manifestar-se sobre o retorno do ofício

Adv(s) THAÍS DE PAULA GONÇALVES OLIVEIRA FIPKE, Antônio Marcos Rocha Caxambu

033 2008.0011961-4/0 - Execução de Título Judicial — NUCLEO HABITACIONAL EUCALIPTOS IX X ALEXANDRE TADEU PAMPLONA

À parte requerente para que se manifeste acerca das certidões de fls. 103 e 104, no prazo de dez dias.

Adv(s) ANA ELISA VIEIRA NAVARRO

034 2008.0012039-5/0 - Processo de Conhecimento — CINTIA MARSCHNER DE SIQUEIRA X SNF MEDIACAO CONSULTORIA S/C (E OUTRO)

Ao requerente para que se manifeste acerca do prosseguimento do feito, no prazo de quinze dias.

Adv(s) OSCAR SILVERIO DE SOUZA, DANIELLE ROSA E SOUZA, DÉBORA CECHET FALCONE, SYLVANO ALVES DA ROCHA LOURES NETO, GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA

035 2008.0012039-5/0 - Processo de Conhecimento — CINTIA MARSCHNER DE SIQUEIRA X SNF MEDIACAO CONSULTORIA S/C (E OUTRO)

Não foram encontrados bens/veículos em nome da parte requerida. Ao requerente para o que entender de direito no prazo de dez dias.

Adv(s) OSCAR SILVERIO DE SOUZA, DANIELLE ROSA E SOUZA, DÉBORA CECHET FALCONE, SYLVANO ALVES DA ROCHA LOURES NETO, GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA

036 2008.0014438-1/0 - Processo de Conhecimento — JATIR CRUZETTA ZAKRZEWSKI (E OUTRO) X BAGGIO COMERCIO VAREJISTA DE PORTAS E PISOS LTDA (E OUTRO)

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) ANA LUCIA AIRES AZEVEDO, MONICA CRISTINA BIZINELI, VICENTE MAGALHAES, ALESSANDRA PEREZ DE SIQUEIRA, MAYARA LETÍCIA FREITAS DA SILVA

037 2008.0014500-4/0 - Execução de Título Judicial — HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO X SILVIO MLENEK

Ao requerido para que, querendo, apresente impugnação à penhora on line no prazo de quinze dias.

Adv(s) KELLY CRISTINA WORM COTLINSKI CANZAN, ROMILDO NUNES FERREIRA

038 2008.0015125-4/0 - Processo de Conhecimento — AILTON DA CONCEICAO X LOJAS RENNER S/A

À parte autora, para que se manifeste sobre o pagamento efetuado.

Adv(s) TONY AUGUSTO PARANA DA SILVA E SENE, JÚLIO CESAR GOULART LANES

039 2008.0015125-4/0 - Processo de Conhecimento — AILTON DA CONCEICAO X LOJAS RENNER S/A

À parte recorrente para que se manifeste acerca do levantamento das custas recursais.

Adv(s) TONY AUGUSTO PARANA DA SILVA E SENE, JÚLIO CESAR GOULART LANES

040 2008.0017344-2/0 - Execução de Título Judicial — ANGELO ZAGONEL NETO X STAR GLASS COMERCIO DE VIDROS LTDA (E OUTROS)

TEOR DA SENTENÇA: Julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, condenando a parte reclamada ao pagamento da quantia de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), devidamente atualizados. Deve a parte requerida promover o pronto e voluntário pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos moldes do Enunciado 105 do FONAJE e demais atos executórios [penhora de bens, etc...]

Adv(s) ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE

041 2008.0019362-9/0 - Execução Título Extrajudicial — TERRA AGRO SUL COMERCIO DE INSUMOS LTDA (E OUTRO) X ERNANI PECHMANN

Defiro a expedição de ofícios. Ao procurador do reclamante para retirar o mesmo em cartório para endereçamento.

Adv(s) TIAGO BUFFERLI BARBOSA, DARCY NASSER DE MELO, ALEXANDRE CORREA NASSER DE MELO

042 2008.0020882-7/0 - Processo de Conhecimento — MARCO ANTONIO GUEDES X AYMORE CREDITO FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS S/A

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) VIVIANE POLETTO, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

043 2008.0023578-4/0 - Processo de Conhecimento — SILVIA MARA ANDRADE X TIM COMENDADOR

TEOR DA SENTENÇA: Julgo PROCEDENTE O FEITO, para DECLARAR inexigível as cobranças efetuadas, bem como para que a requerida TRANSFIRA a titularidade da conta telefônica, bem como PROCEDA a mudança de plano, conforme originalmente postulada pela requerente, sob pena de aplicação de multa prevista pelo art. 461 do CPC Deve a parte requerida promover o pronto e voluntário pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos moldes de Enunciado 105 do FONAJE e demais atos executórios [penhora de bens, etc...]

Adv(s) DENISE DUARTE SILVA MOREIRA - Defensora Pública, DEBORAH FRANCIELLE MESQUITA CLEVE MACHADO

044 2008.0027367-8/0 - Processo de Conhecimento — CLEUSA GAZOLA RIBEIRO X BANCO ITAUCARD S/A

A requerida para que informe a finaldiade e origem do deposito de fl. 139.

Adv(s) EDUARDO FRANCA ROMEIRO, ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO

045 2008.0027463-0/0 - Processo de Conhecimento — JORGE LUIZ DIAS X PK SERVICE S/C LTDA COPERVAN GESTAO DE TRANSPORTES

Às partes para que dêem prosseguimento ao feito.

Adv(s) BRUNO MILANO CENTA, KARINE BARANCZUK, LUIZ FERNANDO DIETRICH, LUIZ ROBERTO RECH, MARA CLAUDIA DIB DE LIMA

046 2008.0027699-4/0 - Processo de Conhecimento — NILZA DE FREITAS SILVA X SANTINOR DOS SANTOS LIMA (E OUTRO)

Homologo por sentença o acordo efetuado entre as partes

Adv(s) ADRIANO BARBOSA, ANDRESSA CRISTINA BECKER

047 2008.0031460-9/0 - Processo de Conhecimento — JURANDIR BARBOSA X BANCO FINASA S/A

Sentença julgando improcedente o pedido

Adv(s) CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA, JOAO LEONEL ANTOCHESKI

048 2009.0001555-8/0 - Execução Título Extrajudicial — ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU CARROSSEL DOURADO INTEGRACAO LTDA ME X LETICIA SIEWERT

Retirar ofício em Cartório

Adv(s) JOYCE MARIA VINHAS VILLANUEVA, RICARDO VINHAS VILLANUEVA

049 2009.0001845-7/0 - Processo de Conhecimento — YOKISHIQUI FUGEKAMI X BANCO ITAU S/A

TEOR DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: "(...) REJEITO liminarmente os embargos declaratórios, eis que protelatórios.

Adv(s) MARILEIA BOSAK, CLAITON LUIS BORK, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, DR. LUIZ RODRIGUES WAMBIER

050 2009.0001969-6/0 - Processo de Conhecimento — DIRCEU SILVA X BANCO ITAU S/A (E OUTRO)

TEOR DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: "(...) conheço dos embargos de declaração, julgando-os, porém, IMPROCEDENTES em seu mérito.

Adv(s) OLINTO ROBERTO TERRA, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, FABRÍCIO COIMBRA CHESCO

051 2009.0005743-0/0 - Processo de Conhecimento — JOSE FRANCISCO BARRETO DA CUNHA X VIVO S/A

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) SILENE HIRATA, MARCELO LASPERG DE ANDRADE, CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI

052 2009.0007576-6/0 - Processo de Conhecimento — MARIA ALZIRA FERREIRA ANDRADE X HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO

TEOR DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: "(...) conheço dos embargos de declaração, julgando-os, porém, IMPROCEDENTES em seu mérito.

Adv(s) OLINTO ROBERTO TERRA, IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO

053 2009.0007640-2/0 - Processo de Conhecimento — RODRIGO ANTONIO PEDROSO X HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO

TEOR DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: "(...) conheço dos embargos de declaração, julgando-os, porém, IMPROCEDENTES em seu mérito. Recurso interposto pela reclamada, ao reclamante para querendo apresentar às contrarazões.

Adv(s) OLINTO ROBERTO TERRA, IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO

054 2009.0010982-4/0 - Execução Título Extrajudicial — FUNERARIA CAMPO DO TENENTE LTDA X ILDA APARECIDA IARROCHESKI

Diante da inércia da requerente, arquivem-se.

Adv(s) BERNARDO GUEDES RAMINA, FERNANDA MACIEL GARCEZ

055 2009.0011269-4/0 - Processo de Conhecimento — DISQUE FITAS COMERCIAL LTDA X VALMIR FELIX

Conforme despacho de fl. 49: " I - Defiro o pedido retro. Aguarde-se pelo prazo de 30 (trinta) dias para manifestação".

Adv(s) ELIANE ANDREA CHALATA

056 2009.0014178-0/0 - Processo de Conhecimento — WAGNER MILANEZ PASSOS X GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA

À parte executada, para, querendo,impugnar a penhora on-line, no prazo de 15(quinze) dias.

Adv(s) EDUARDO HENRIQUE VEIGA, Sandra Calabrese Simão, ELISABETH REGINA VENANCIO TANIGUCHI

057 2009.0015074-2/0 - Processo de Conhecimento — MARCIA ENEIDA BUENO X ADRIANO CORREA ANDRADE

Retirar ofício em Cartório

Adv(s) MARCIA ENEIDA BUENO

058 2009.0018559-7/0 - Processo de Conhecimento — ESPOLIO DE JOAO CLOVIS COSTA X HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO

TEOR DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: "(...) conheço dos embargos de declaração, julgando-os, porém, IMPROCEDENTES em seu mérito

Adv(s) OLINTO ROBERTO TERRA, IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO, MARIA LETICIA BRÜSCH

059 2009.0018812-0/0 - Processo de Conhecimento — VERA LUCIA MACHADO X ASA BRANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Retirar Certidão de Dívida

Adv(s) PAULA A.F. BUSTAMANTE, CASSIO LEAO BUCHMANN

060 2009.0019383-8/0 - Processo de Conhecimento — GIOVANDRO BENDLIN X SUPERMERCADO MERCADORAMA

Ao requerido para que, querendo, apresente impugnação à penhora on line no prazo de quinze dias.

Adv(s) ANA CAROLINA DALCANALE, José Vicente Filippon Sieczkowski

061 2009.0021685-7/0 - Processo de Conhecimento — LUCINDA GONCALVES PARAGUASSU X CARTAO TAI (FAI FINANCEIRA AMERICANA ITAU S/A)

TEOR DA SENTENÇA: Julgo PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, condenando a parte reclamada ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), devidamente atualizados. AINDA, DEVE O REQUERIDO DAR BAIXA DEFINITIVAMENTE DO NOME DA REQUERENTE DOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO, SOB PENA DE INDICIDÊNCIA DE MULTA. Deve a parte requerida promover o pronto e voluntário pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos moldes de Enunciado 105 do FONAJE e demais atos executórios [penhora de bens, etc...]

Adv(s) DENISE DUARTE SILVA MOREIRA - Defensora Pública, Jorge Andre Ritzmann de Oliveira, JOSLAINE MONTANHEIRO ALCÂNTARA DA SILVA

062 2009.0023387-9/0 - Processo de Conhecimento — ROSILENE APARECIDA DO LIVRAMENTO PALMA X OMNI S/A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Sentença julgando improcedente o pedido do requerente

Adv(s) EDUARDO PENA DE MOURA FRANÇA

063 2009.0023390-7/0 - Processo de Conhecimento — MARIA INES BUCZAK X BANCO ITAU S.A

TEOR DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: "(...) conheço dos embargos de declaração, julgando-os PARCIALMENTE PROCEDENTES em seu mérito, a fim de DETERMINAR A EXCLUSÃO da condenação relativa às correções monetárias de 84,32%, referentes ao mês de março de 1990, e 7,87%, referente ao mês de maio de 1990.

Adv(s) GERMANO LAERTES NEVES, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS

064 2009.0025289-0/0 - Processo de Conhecimento — RODRIGO HENRIQUE PAVELISKI X CLARO S/A (E OUTRO)

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) JÚLIO CESAR GOULART LANES, PAULA CRISTINA DIAS, FABRÍCIO SILVA LIMA

065 2009.0025341-2/0 - Processo de Conhecimento — ANGELA MARA DOS SANTOS X MERCADORAMA S/A

À parte recorrente para que se manifeste acerca do levantamento das custas recursais.

Adv(s) José Vicente Filippon Sieczkowski

066 2009.0025834-7/0 - Processo de Conhecimento — ILSON GEGLINE X CONSORCIO NACIONAL SERVOPA

Sentença julgando improcedente o pedido do requerente

Adv(s) ROBERTO YAMASHITA, MICHELLI SAYURI MURAKAMI

067 2009.0025981-6/0 - Execução Título Extrajudicial — OFICINA DE CONSERTOS GANZ S/C LTDA X THOMAS DE FREITAS MADEIRA GUIMARO (E OUTRO)

Retirar Certidão de Dívida

Adv(s) WANDA JOANA SLUCZANOWSKI

068 2009.0027885-1/0 - Processo de Conhecimento — RONALDO JUNG X CETEPISOS LTDA

Despacho de fls.: (...) intime-se a parte exequente para o que entender de direito, no prazo de quinze dias.

Adv(s) THAIS MICHELLE WINKLER JUNG

069 2009.0028216-6/0 - Execução Título Extrajudicial — AUGUSTO CESAR DA CRUZ FERNANDES X JANETE DOS SANTOS LEAL

À parte requerente para que se manifeste acerca da proposta de fl.50.

Adv(s) FERNANDA SCHECHELI BUSSOLO, AMANDA GROB TOMAZ

070 2009.0028773-6/0 - Processo de Conhecimento — ALEXANDRE FRANCA SALOMAO X LAPIS LAZULI VIAGENS E TURUSMO LTDA

À parte recorrente para que se manifeste acerca do levantamento das custas recursais.

Adv(s) ADRIANO RODRIGO BROLIN MAZINI, ODACYR CARLOS PRIGOL, JULIANA SANDOVAL LEAL

071 2009.0030456-5/0 - Processo de Conhecimento — PAULO DE JESUS NIGRO JUNIOR X TAM LINHAS AEREAS S/A

ao Dr.ANDRÉ RICARDO BALDO PACHOLEK para retirar o alvará de levantamento em cinco dias.

Adv(s) ANDRÉ RICARDO BALDO PACHOLEK, JULIANE ZANCANARO

072 2010.0001650-4/0 - Processo de Conhecimento — CLAUDIO WEISS X CLARO

à Dra. DYLLA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA para retirar o alvará de levantamento em cinco dias.

Adv(s) JÚLIO CESAR GOULART LANES, DYLLA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA

073 2010.0001747-6/0 - Processo de Conhecimento — OTAVIO GALDINO DA SILVA (E OUTRO) X CETELEM BRASIL S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (E OUTRO)

TEOR DA SENTENÇA: Julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, reconhecendo o pagamento referente à fatura do mês de fevereiro de 2009, declarando a inexigibilidade da cobrança feita.

Adv(s) BÁRBARA PUKANSKI DE OLIVEIRA, EDUARDO TADEU GONÇALVES, ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO

074 2010.0002194-4/0 - Processo de Conhecimento — MARIA DE LOURDES BLEY GOMES X HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO

TEOR DA SENTENÇA: Julgo PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, condenando a parte reclamada ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), devidamente atualizados. Deve a parte requerida promover o pronto e voluntário pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos moldes de Enunciado 105 do FONAJE e demais atos executórios [penhora de bens, etc...]

Adv(s) PATRICIA GOMES IWERSEN, ANA MARIA HARGER, MARCEL SOUZA DE OLIVEIRA, CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET

075 2010.0002693-2/0 - Processo de Conhecimento — ADALTO GONCALVES DOS SANTOS (E OUTRO) X ARAUCARIA TRANSPORTES COLETIVOS (E OUTRO)

TEOR DA SENTENÇA: Homologo por sentença a decisão do(a) JUIZ(A) LEIGO(A) que: (...) Declara a ilegitimidade da segunda requerida para ocupar o polo passivo da presente demanda, ante a vedação legal a denunciação a lide que restou erroneamente operada, extinguindo-se contra essa o feito, sem julgamento do mérito, nos termos do inciso VI do artigo 267 do CPC. No mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRESENTE DEMANDA para condenar o requerido a indenizar o requerente a título de indenização por dano material no valor de R$ 663,33 (seiscentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos), devidamente atualizados. Deve a parte requerida promover o pronto e voluntário pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos moldes do Enunciado 105 do FONAJE e demais atos executórios [penhora de bens, etc...]

Adv(s) PEDRO ROBERTO ROMÃO, ANDREA TATTINI ROSA, ALEXANDRE BLEY RIBEIRO BONFIM, GIOVANI ZORZI RIBAS

076 2010.0002928-5/0 - Processo de Conhecimento — RITA DE KASSIA DOS SANTOS X COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL LTDA

Aos patronos da reclamada para que regularizem a representação processual, no prazo de cinco dias.

Adv(s) CARLOS EDUARDO DIPP SCHOEMBAKLA, MELINA BRECKENFELD RECK

077 2010.0003724-7/0 - Processo de Conhecimento — ARLINDO BERNERT X NET

TEOR DA SENTENÇA: Julgo PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, condenando a parte reclamada ao pagamento da quantia de R$ 2.320,00 (dois mil, trezentos e vinte reais), devidamente atualizados. Deve a parte requerida promover o pronto e voluntário pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos moldes de Enunciado 105 do FONAJE e demais atos executórios [penhora de bens, etc...]

Adv(s) JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO

078 2010.0004499-1/0 - Processo de Conhecimento — ALINE DE FATIMA CARDOSO X CENTAURO SEGURADORA S/A

ao Dr.RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA para retirar o alvará de levantamento em cinco dias.

Adv(s) RAPHAEL GIULLIANO LARSEN SANTOS DA SILVA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER

079 2010.0005190-4/0 - Processo de Conhecimento — ANAOR RAIMUNDO X BANCO MAXINVEST S/A (E OUTRO)

Ao autor para manifestar-se acerca do retorno de ofício, no prazo de cinco dias.

Adv(s) JACKSON SONDAHL DE CAMPOS, FABIO FERNANDESLEONARDO, FABIO FERNANDESLEONARDO, JACKSON SONDAHL DE CAMPOS, GABRIEL YARED FORTE, KARLA NEMES YARED

080 2010.0008214-1/0 - Processo de Conhecimento — CLAUDEMIR APARECIDO DA SILVA X MBM SEGURADORA S/A

ao Dr.FERNANDO MURILO COSTA GARCIA para retirar o alvará de levantamento em cinco dias.

Adv(s) DIEGO DE ANDRADE, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, FABIANO NEVES MACIEYWSKI, FERNANDO MURILO COSTA GARCIA

081 2010.0008507-6/0 - Processo de Conhecimento — CLAITON WILSON MIRANDA BITTENCOURT X BANCO DO BRASIL S/A

Sentença julgando procedente o pedido

Adv(s) MARILEIA BOSAK, REINALDO MIRICO ARONIS

082 2010.0008903-9/0 - Processo de Conhecimento — ARISTEU GONCALVES X MULTILOJA

Sentença julgando improcedente o pedido do requerente

Adv(s) FÁBIO CHEMIN GADENS

083 2010.0009221-6/0 - Processo de Conhecimento — CLIP GUAPAS TURISMO LTDA X OI BRASIL TELECOM SA

ao Dr.RITA PASINATO para retirar o alvará de levantamento em cinco dias.

Adv(s) GELSON BARBIERI, IRIA EMILIA EVANGELISTA BEZERRA, RITA PASINATO, SANDRA REGINA RODRIGUES

084 2010.0009994-8/0 - Processo de Conhecimento — ALEXANDRE AUGUSTO FERRO X INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR CAMOES

Conforme despacho de fl. 97: "Ante a resposta do BACENJUD, que não encontrou valores substanciais nas contas dos requeridos, intime-se a parte exequente para o que entender de direito no prazo de quinze dias".

Adv(s) ROSIANE ADELINA FERRO, FABIO HENRIQUE NEGRAO FERREIRA DIAS

085 2010.0010690-7/0 - Processo de Conhecimento — GLAUBER GUIMARAES DE OLIVEIRA X JORGE RICARDO FAGUNDES

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) GLAUBER GUIMARÃES DE OLIVEIRA

086 2010.0012473-9/0 - Processo de Conhecimento — FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS X JULIANA BERTOLIN GONCALVES (E OUTRO)

TEOR DA SENTENÇA: Julgo PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, condenando os reclamados a efetuarem solidariamente o pagamento da quantia de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), devidamente atualizados. Deve a parte requerida promover o pronto e voluntário pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos moldes de Enunciado 105 do FONAJE e demais atos executórios [penhora de bens, etc...]

Adv(s) WILLIAM MOREIRA CASTILHO

087 2010.0014120-7/0 - Processo de Conhecimento — MARIA ELISABETE FECENKO X LOJAS AMERICANAS S.A (E OUTRO)

TEOR DA SENTENÇA: Julgo PROCEDENTE a presente reclamação, para DECLARAR indevidas as cobranças pertinentes aos cartões enviados pelas reclamadas à parte reclamatne, bem como DETERMINAR o cancelamento do contrato referente aos cartões objeto da inicial, e CONDENAR as reclamadas ao pagamento solidário do valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de danos morais em favor da autora, com juros moratórios de 1%, cuja correção deve incidir a partir da prolação da presente sentença. Intime-se as reclamadas, com urgência, ainda que a segunda seja revel, para que cumpram a persente decisão, SOB PENA DE CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER EM PERDAS E DANOS E/OU MULTA. Deve a parte requerida promover o pronto e voluntário pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos moldes de Enunciado 105 do FONAJE e demais atos executórios [penhora de bens, etc...]

Adv(s) MARIA DE LOURDES VIEGAS GEORG

088 2010.0014560-0/0 - Processo de Conhecimento — FELIPE AUGUSTO MICHELS X INFINITY GAMES

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) Marcos Vinícius Ulaf, CAUE PYDD NECHI

089 2010.0015814-2/0 - Processo de Conhecimento — FERNANDA CAROLINA PINHEIRO WITKOWSKI X URBANA CONSTRUCOES E MANUTENCAO PREDIAL LTDA (E OUTRO)

Manifestar-se sobre o retorno do ofício

Adv(s) ELAINE DE FATIMA COSTA GUERIOS, SIBHELLE KATHERINE NASCIMENTO

090 2010.0016422-9/0 - Processo de Conhecimento — ELIZIANE ALFERES X UNILANCE ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/C LTDA

Sentença julgando improcedente o pedido do requerente

Adv(s) ROBERTO DE OLIVEIRA GUIMARAES, VANESSA JANKE DE CASTRO

091 2010.0016617-7/0 - Processo de Conhecimento — SUSAN DOS SANTOS X NET TV A CABO NET PARANA COMUNICACOES

TEOR DA SENTENÇA: Homologo por sentença a decisão do(a) JUIZ(A) LEIGO(A) que Julgou PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS DA AUTORA, para inexigíveis as cobranças condizentes às ligações para telefones ficos e a integralidade da franquia complementar, constantes da fatura de fls. 68/70, bem assim julgo parcialmente procedente o pedido contraposto, ao fim de condenar a autora à pagar a requerida a importância de R$ 14,87 (quatorze reais e oitenta e sete centavos). Deve a parte requerida promover o pronto e voluntário pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos moldes do Enunciado 105 do FONAJE e demais atos executórios [penhora de bens, etc...]

Adv(s) JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO

092 2010.0017301-4/0 - Execução Título Extrajudicial — MARCIO DOLIZETE MUGNOL SANTOS X CARLOS HENRIQUE SCHNEIKER TREYSSE (E OUTROS)

Conforme despacho de fl. 67: "INDEFIRO o pedido de vista dos autos fora de cartório, eis que corre prazo para o reclamante. O executado, querendo, pode obter cópias dos autos mediante apresentação de documento hábil à retirada temporária".

Adv(s) FERNANDO PREVIDI MOTTA, LETICIA SEVERO SOARES, WANDA JOANA SLUCZANOWSKI

093 2010.0019396-0/0 - Execução Título Extrajudicial — DANIEL FERNANDO PASTRE (E OUTRO) X FRANCISCO CARLOS DA FONSECA

À parte autora para que se manifeste acerca da certidão de fl. 41, eis que o CPF/MF informado pertence a terceiro.

Adv(s) DANIEL FERNANDO PASTRE, JUSCELINO CLAYTON CASTARDO

094 2010.0019499-5/0 - Execução Título Extrajudicial — LIZANDRO PEYERL X SIMAO ALVES

à procuradora da parte exequente , por gentileza, para avisar ao executado de que os alvarás de levantamento estão disponíveis para retirada.

Adv(s) WANDA JOANA SLUCZANOWSKI

095 2010.0020682-8/0 - Processo de Conhecimento — MONICA CESAR MACHADO X EMPRESA SEM PARAR VIA FACIL

Sentença julgando improcedente o pedido do requerente

Adv(s) LEANDRA DIEGA WAGNER

096 2010.0021451-2/0 - Execução Título Extrajudicial — ELIAS MORAES COSTA X IVANDEL VELLASQUES

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) VICENTE MAGALHAES, LAOLA MARINHO DE OLIVEIRA

097 2010.0023155-8/0 - Processo de Conhecimento — FLAVIO JOSE DAMASCENO RODRIGUES X HOSPITAL MILTON MURICY

Às partes para que dêem prosseguimento ao feito.

Adv(s) PAULO BENEDITO PANTOJA LOPES, JULIANA DERVICHE GUELFI, HENRIQUE FREIRE DE OLIVEIRA SOUZA, LUIZ FRANCISCO MORAIS LOPES

098 2010.0023474-8/0 - Processo de Conhecimento — ISIDORO CELSO STANISCHESK X RODEAL VIDROS

Conforme despacho de fl. 59: "I - Indefiro o pedido retro, tendo em vista que cabe a parte diligência. II - Intime-se o requerente par que junte aos autos cópia do contrato social da empresa requerida, em 15 dias".

Adv(s) MANOELE KRAHN, LUIZA DE ARAUJO FURIATTI

099 2010.0023740-8/0 - Processo de Conhecimento — ROSANGELA SERRA PARANA SICURO X LA BELLE UNISSEX

TEOR DA SENTENÇA: Julgo PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, condenando a parte reclamada ao pagamento da quantia de R$ 860,00 a título de danos materiais e R$ 1.200,00

a título de dano moral, devidamente atualizados. Deve a parte requerida promover o pronto e voluntário pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos moldes de Enunciado 105 do FONAJE e demais atos executórios [penhora de bens, etc...]

Adv(s) VALDECYR BORGES

100 2010.0023974-8/0 - Processo de Conhecimento — CONDOMINIO EDIFICIO NEW CONCEPT SMART OFFICE X DANILO DOS SANTOS RAMOS

Conforme despacho de fl. 87: "Ante a resposta do BACENJUD, que não encontrou valores substanciais nas contas dos requeridos, intime-se a parte exequente para o que entender de direito no prazo de quinze dias".

Adv(s) DANIELLE ROSA E SOUZA, MARIO KRIEGER NETO

101 2010.0025860-8/0 - Processo de Conhecimento — MAGNO FERDINANDO ZENI X CRISTIANE LAGOS SISTI

"(...) JULGO PROCEDENTE a presente reclamação, para DECLARAR INEXISTENTE o débito oriundo dos cheques objetos da petição inicial, e INDEVIDO o protesto dos 02 títulos mencionados, bem como a inscrição do nome da reclamante dos cadastros de proteção ao crédito, e CONDENO a requerida ao pagamento de R$ 500,00 (quinhentos reais), a título de danos morais, devidamente atualizados(...)."

Adv(s) KARLA FERREIRA DE CAMARGO FISCHER, ANDERSON DE MORAIS LOPES

102 2010.0025888-4/0 - Processo de Conhecimento — SADY WALTER LAMB X M C NEVES RESTAURANTE VILA DA GULA

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito - "(...) julgo EXTINTA a presente execução de título extrajudicial, sem julgamento de mérito, (...) com relação ao pedido contraposto julgo IMPROCEDENTE o pedido (...)".

Adv(s) RICARDO ALEX LAMB, KAREN PRISCILA DA ROSA

103 2010.0026018-7/0 - Processo de Conhecimento — CLEUSA MARIA CORREA LOPES X CASA BAHIA COMERCIAL LTDA

TEOR DA SENTENÇA: Julgo PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, condenando a parte reclamada ao pagamento da quantia de R$ 913,90 (novecentos e treze reais e noventa centavos), devidamente atualizados. Deve a parte requerida promover o pronto e voluntário pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos moldes de Enunciado 105 do FONAJE e demais atos executórios [penhora de bens, etc...]

Adv(s) JULIANO PESCUMA RODRIGUEZ, JONES MARCIANO DE SOUZA JUNIOR

104 2010.0026300-1/0 - Processo de Conhecimento — CARLOS EDUARDO GOMES DA SILVA X OMMA ESCOLA DE MANEQUINS E MODELOS LTDA

Manifestar-se sobre o retorno do ofício

Adv(s) CIBELE ANTONIA KLOC E SILVA

105 2010.0027192-2/0 - Processo de Conhecimento — DAVI CRUZ X LUIZ CARLOS CHIMURE MOREIRA

ao Dr.ALESSANDRO MESTRINER FELIPE para retirar o alvará de levantamento em cinco dias.

Adv(s) ALESSANDRO MESTRINER FELIPE, MAURICIO MUSSI CORREA, MARCELO MUSSI CORREA

# 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis

COMARCA DE CURITIBA — 7º Juizado Especial Cível - Relação N: 102/2011

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| ARNALDO FERREIRA MULLER | 005 | 2004.0011492-7/0 |
| ADAUTO PINTO DA SILVA | 022 | 2008.0025144-2/0 |
| ADERLAN ANGELO CAMARGO | 056 | 2010.0012352-5/0 |
| ADILSON MALUCELLI | 003 | 2000.0015526-8/0 |
| ADILSON MENAS FIDELIS | 054 | 2010.0010478-0/0 |
| ADRIANO ANTONIO BERTOLIN | 051 | 2010.0008725-4/0 |
| ADRIANO ANTONIO BERTOLIN | 052 | 2010.0009353-2/0 |
| ADRIANO CARLOS SOUZA VALE | 026 | 2009.0007832-5/0 |
| ADRIANO MUNIZ REBELLO | 047 | 2010.0004017-0/0 |
| ALBERTO SILVA GOMES | 060 | 2010.0015121-8/0 |
| ALDO GALICIOLI JUNIOR | 040 | 2009.0024300-8/0 |
| ALLAN OLIVEIRA DE NORONHA | 048 | 2010.0005208-0/0 |
| ALVARO PINTO CHAVES | 030 | 2009.0014462-9/0 |
| ALVARO PINTO CHAVES | 031 | 2009.0014462-9/0 |
| ANA MARIA SILVERIO LIMA | 020 | 2008.0016851-9/0 |
| ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS | 007 | 2004.0024707-3/0 |
| ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS | 008 | 2005.0008864-9/0 |
| ANDERSON DE MORAIS LOPES | 032 | 2009.0014819-7/0 |
| ANDERSON DE MORAIS LOPES | 032 | 2009.0014819-7/0 |
| ANDRÉ LUIS AGNER MACHADO MARTINS | 017 | 2008.0010431-2/0 |
| ANDREI DE OLIVEIRA RECH | 055 | 2010.0012174-0/1 |
| ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO | 030 | 2009.0014462-9/0 |
| ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO | 031 | 2009.0014462-9/0 |
| ANTONIO DE OLIVEIRA TAVARES | 003 | 2000.0015526-8/0 |
| ANTONIO ELOY BERNARDIN | 020 | 2008.0016851-9/0 |
| ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO | 054 | 2010.0010478-0/0 |
| ARNALDO FORTES ALCANTARA FILHO | 062 | 2010.0016805-2/0 |
| BRUNO HUREN | 036 | 2009.0019918-0/0 |
| BRUNO HUREN | 036 | 2009.0019918-0/0 |
| BRUNO M. MARTINS | 012 | 2006.0018800-0/0 |
| CAMYLLA DO ROCIO KALED CAMELO | 021 | 2008.0017206-2/0 |
| CARLISE ZASSO POSSEBON | 024 | 2008.0031638-0/0 |
| CARLOS ANDRE RODBARD MOREIRA | 046 | 2010.0003461-5/0 |
| CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS NASCIMENTO MARTINS | 020 | 2008.0016851-9/0 |
| CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER | 027 | 2009.0009138-4/0 |
| CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER | 049 | 2010.0006932-1/0 |
| CARLOS EDUARDO QUADROS DOMINGOS | 024 | 2008.0031638-0/0 |
| CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI | 017 | 2008.0010431-2/0 |
| CAROLINA ANTUNES VILLANOVA | 058 | 2010.0014774-9/0 |
| CAROLINA ANTUNES VILLANOVA | 058 | 2010.0014774-9/0 |
| CAROLINA ANTUNES VILLANOVA | 059 | 2010.0014774-9/0 |
| CAROLINA ANTUNES VILLANOVA | 059 | 2010.0014774-9/0 |
| CAROLINA BORGES CORDEIRO | 041 | 2009.0028404-1/0 |
| CASSIANA VIRGINIA BEREZA | 035 | 2009.0019088-7/0 |
| CASSIANO LUIZ IURK | 027 | 2009.0009138-4/0 |
| CESAR ANTONIO AGUILAR RIOS | 025 | 2008.0031928-0/0 |
| CESAR CHICHON BISCAIA | 043 | 2009.0029035-5/0 |
| CESAR CHICHON BISCAIA | 044 | 2009.0029035-5/0 |
| CEZAR EDUARDO ZILIOTTO | 053 | 2010.0010265-3/0 |
| CHARLES PARCHEN | 024 | 2008.0031638-0/0 |
| CLAITON LUIS BORK | 019 | 2008.0016718-8/0 |
| CLARINDA MARQUES DE ANDRADE | 027 | 2009.0009138-4/0 |
| CLAUDIO MARCELO BAIAK | 025 | 2008.0031928-0/0 |
| CRISTIANE PINHEIRO DE FREITAS | 057 | 2010.0013781-5/0 |
| D'ANGELE ALBERTO DOS SANTOS | 048 | 2010.0005208-0/0 |
| DANI LEONARDO GIACOMINI | 048 | 2010.0005208-0/0 |
| DANI LEONARDO GIACOMINI | 048 | 2010.0005208-0/0 |
| DANIELE CARVALHO | 061 | 2010.0016256-9/0 |
| DARIO BORGES DE LIZ NETO | 065 | 2010.0020006-8/0 |
| DEBORA NUNES | 025 | 2008.0031928-0/0 |
| DEBORA SCHEIFFER SORDI | 023 | 2008.0027566-6/0 |
| DIONE MARA SOUTO D ROSA | 030 | 2009.0014462-9/0 |
| DIONE MARA SOUTO D ROSA | 031 | 2009.0014462-9/0 |
| DIONE MARA SOUTO DA ROSA | 025 | 2008.0031928-0/0 |
| DIONE SCHENFELD | 061 | 2010.0016256-9/0 |
| DR. IVO DYNIWICZ | 007 | 2004.0024707-3/0 |
| DR. LEONARDO RAMOS PINTO | 042 | 2009.0028833-2/0 |
| DR. LUIZ RODRIGUES WAMBIER | 022 | 2008.0025144-2/0 |
| DRA. DIVA RIBEIRO LIMA | 037 | 2009.0020978-2/0 |

| | | |
|---|---|---|
| EDSON CENTANINI FILHO | 016 | 2008.0009744-2/0 |
| EDUARDO LUIZ BROCK | 048 | 2010.0005208-0/0 |
| ELEDIR HELENA PASSOS | 036 | 2009.0019918-0/0 |
| ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO | 026 | 2009.0007832-5/0 |
| ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO | 045 | 2010.0001193-3/0 |
| ELISABETH REGINA VENANCIO TANIGUCHI | 035 | 2009.0019088-7/0 |
| ELIZABET NASCIMENTO | 028 | 2009.0009834-7/0 |
| ELOI CONTINI | 019 | 2008.0016718-8/0 |
| EMANUEL FERNANDO CASTELLI RIBAS | 039 | 2009.0023206-0/0 |
| ERIKA MEDEIROS KRUGEL | 020 | 2008.0016851-9/0 |
| EUSTAQUIO MOREIRA DOS SANTOS | 069 | 2010.0026434-1/0 |
| EUSTAQUIO MOREIRA DOS SANTOS | 069 | 2010.0026434-1/0 |
| EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS | 022 | 2008.0025144-2/0 |
| FABIANO NICOLA MACHADO | 047 | 2010.0004017-0/0 |
| FABIOLA P. CORDEIRO FLEISCHFRESSER | 027 | 2009.0009138-4/0 |
| FABIOLA P. CORDEIRO FLEISCHFRESSER | 049 | 2010.0006932-1/0 |
| FABIOLA P. J. PEDRO | 017 | 2008.0010431-2/0 |
| FELIPE ROSSATO FARIAS | 060 | 2010.0015121-8/0 |
| FERNANDA COUTINHO RABELLO ISOLANI | 015 | 2007.0009432-2/0 |
| FLAVIA BALDUINO DA SILVA | 040 | 2009.0024300-8/0 |
| Flavio Olimpio de Azevedo | 065 | 2010.0020006-8/0 |
| FLAVIO W. LINS | 029 | 2009.0013738-8/0 |
| FRANCELIZE ALVES MORKING | 021 | 2008.0017206-2/0 |
| FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR | 026 | 2009.0007832-5/0 |
| FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR | 045 | 2010.0001193-3/0 |
| FREDERICO AUGUSTUS LOPES DE OLIVEIRA | 030 | 2009.0014462-9/0 |
| FREDERICO AUGUSTUS LOPES DE OLIVEIRA | 031 | 2009.0014462-9/0 |
| GABRIEL BARDAL | 054 | 2010.0010478-0/0 |
| GABRIELA MARIA DA SILVA PINHEIRO | 045 | 2010.0001193-3/0 |
| GEANDRO LUIZ SCOPEL | 048 | 2010.0005208-0/0 |
| GERSON LUIZ DE OLIVEIRA | 040 | 2009.0024300-8/0 |
| GISELE DE OLIVEIRA COSTA | 034 | 2009.0018613-2/0 |
| GLEUCIO ROGERIO SILVA | 042 | 2009.0028833-2/0 |
| HEITOR HENRIQUE PEDROSO | 011 | 2006.0009311-3/0 |
| ISMAEL GONCALVES CHRISTINO | 017 | 2008.0010431-2/0 |
| IVAN CESAR A. BORGES DE LIS | 065 | 2010.0020006-8/0 |
| IVAN DE AZEVEDO GUBERT | 038 | 2009.0022333-8/0 |
| IVAN SZABELIM DE SOUZA | 025 | 2008.0031928-0/0 |
| IVONE STRUCK | 009 | 2005.0014722-3/0 |
| IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO | 062 | 2010.0016805-2/0 |
| JAIR MOSCARDINI | 066 | 2010.0020442-4/0 |
| JAIR MOSCARDINI | 066 | 2010.0020442-4/0 |
| JANAINA CIRINO DOS SANTOS | 025 | 2008.0031928-0/0 |
| JANAINA ROVARIS | 052 | 2010.0009353-2/0 |
| JANAINA ROVARIS | 057 | 2010.0013781-5/0 |
| JEAN CARLO SIQUEIRA KASPRZAK | 020 | 2008.0016851-9/0 |
| JEFFERSON HALLES DOS SANTOS | 048 | 2010.0005208-0/0 |
| JOANITA FARYNIAK | 024 | 2008.0031638-0/0 |
| JOAO LEONEL ANTOCHESKI | 056 | 2010.0012352-5/0 |
| JOAO LEONEL ANTOCHESKI | 063 | 2010.0017091-2/0 |
| JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES | 030 | 2009.0014462-9/0 |
| JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES | 031 | 2009.0014462-9/0 |
| JOAQUIM JOSE PEREIRA FILHO | 004 | 2003.0019511-5/0 |
| JORGE DURVAL DA SILVA | 064 | 2010.0019312-5/0 |
| JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO | 034 | 2009.0018613-2/0 |
| JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO | 034 | 2009.0018613-2/0 |
| JOSE ANTONIO NASCIMENTO DA SILVA PUPO FILHO | 002 | 2000.0014761-3/0 |
| JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA | 014 | 2007.0000496-3/0 |
| JOSE CESAR VALEIXO NETO | 070 | 2010.0027040-4/0 |
| JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO | 021 | 2008.0017206-2/0 |
| JOSE EDUARDO FONTOURA BINI | 043 | 2009.0029035-5/0 |
| JOSE EDUARDO FONTOURA BINI | 044 | 2009.0029035-5/0 |
| JOSÉ ROBERTO WANDEMBRUCK FILHO | 021 | 2008.0017206-2/0 |
| JUAN MARCIANO DOMBECK VIEIRA | 046 | 2010.0003461-5/0 |
| JULIANA DOMINGUES TANCREDO | 026 | 2009.0007832-5/0 |
| JULIANE ZANCANARO | 058 | 2010.0014774-9/0 |
| JULIANE ZANCANARO | 059 | 2010.0014774-9/0 |
| JULIANO MENEGUZZI DE BERNERT | 021 | 2008.0017206-2/0 |
| JÚLIO CESAR GOULART LANES | 023 | 2008.0027566-6/0 |
| JÚLIO CESAR GOULART LANES | 061 | 2010.0016256-9/0 |
| KARINE PEREIRA | 009 | 2005.0014722-3/0 |
| KARLA TIEMI SAIMI CUNHA | 048 | 2010.0005208-0/0 |
| KAUÊ LUSTOSA | 067 | 2010.0023628-0/0 |
| LAURO MULLER | 066 | 2010.0020442-4/0 |
| LAYLA ANDRESSA MATOS DE LARA | 041 | 2009.0028404-1/0 |
| LILIANA MARIA CERUTI | 058 | 2010.0014774-9/0 |
| LILIANA MARIA CERUTI | 059 | 2010.0014774-9/0 |
| LILIANA ORTH DIEHL | 064 | 2010.0019312-5/0 |
| LILLIANA BORTOLINI RAMOS | 045 | 2010.0001193-3/0 |
| LIVIA CABRAL GUIMARÃES | 024 | 2008.0031638-0/0 |
| LUCIANA GABRIEL CHEMIM | 017 | 2008.0010431-2/0 |
| LUCIANA KISHINO | 045 | 2010.0001193-3/0 |
| LUIS GUILHERME POHL HESSEL | 068 | 2010.0026187-1/0 |
| LUIS OSCAR SIX BOTTON | 030 | 2009.0014462-9/0 |
| LUIS OSCAR SIX BOTTON | 031 | 2009.0014462-9/0 |
| LUIS OSCAR SIX BOTTON | 052 | 2010.0009353-2/0 |
| LUIS OSCAR SIX BOTTON | 057 | 2010.0013781-5/0 |
| LUIZ BRESOLIN | 065 | 2010.0020006-8/0 |
| LUIZ CARLOS CHECOZZI | 064 | 2010.0019312-5/0 |
| LUIZ DE MIRANDA | 018 | 2008.0014467-2/0 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 051 | 2010.0008725-4/0 |
| LUIZ GONZAGA MOREIRA CORREIA | 060 | 2010.0015121-8/0 |
| LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS | 030 | 2009.0014462-9/0 |
| LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS | 031 | 2009.0014462-9/0 |
| LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO | 014 | 2007.0000496-3/0 |
| LUIZ LOPES BARRETO | 020 | 2008.0016851-9/0 |
| LUIZ LOPES BARRETO | 020 | 2008.0016851-9/0 |
| LUIZ ROBERTO RECH | 068 | 2010.0026187-1/0 |
| MANUELA DE CARVALHO SANCHES | 014 | 2007.0000496-3/0 |
| MARA CLAUDIA DIB DE LIMA | 068 | 2010.0026187-1/0 |
| MARCELO RIBEIRO DE ALMEIDA | 057 | 2010.0013781-5/0 |
| MARCIA REJANE TOMIAZZI | 023 | 2008.0027566-6/0 |
| MARCIO ADRIANO PINHEIRO | 030 | 2009.0014462-9/0 |
| MARCIO ADRIANO PINHEIRO | 031 | 2009.0014462-9/0 |
| MARCIO KRUSSEWSKI | 021 | 2008.0017206-2/0 |
| MARCO AURELIO SCHETINO DE LIMA | 015 | 2007.0009432-2/0 |
| MARCO JULIANO FELIZARDO | 015 | 2007.0009432-2/0 |
| MARCOS P. DA SILVA | 064 | 2010.0019312-5/0 |
| MARCOS VINICIUS RODRIGUES DE ALMEIDA | 013 | 2006.0024277-0/0 |
| MARIA DE LOURDES VIEGAS GEORG | 026 | 2009.0007832-5/0 |
| MARIA HELENA DE CASTRO | 021 | 2008.0017206-2/0 |

| | | |
|---|---|---|
| MARIA IZABEL BRUGINSKI | 056 | 2010.0012352-5/0 |
| MARIA IZABEL BRUGINSKI | 063 | 2010.0017091-2/0 |
| maria juliana schenkel | 048 | 2010.0005208-0/0 |
| MARIANA WEINHART GONÇALVES | 025 | 2008.0031928-0/0 |
| MARILEIA BOSAK | 019 | 2008.0016718-8/0 |
| MARILENA LUZIA DE AZEVEDO DE LIZ | 065 | 2010.0020006-8/0 |
| MARILENA LUZIA DE AZEVEDO DE LIZ | 065 | 2010.0020006-8/0 |
| MARIO JOSE DALCANALE | 056 | 2010.0012352-5/0 |
| MARLUS JORGE DOMINGOS | 024 | 2008.0031638-0/0 |
| MARTHA LEAL | 047 | 2010.0004017-0/0 |
| MAURÍCIO BARROSO GUEDES | 042 | 2009.0028833-2/0 |
| MAURICIO BELESKI DE CARVALHO | 006 | 2004.0012264-7/0 |
| MAURICIO VIEIRA | 001 | 1997.0014053-8/0 |
| MAURO FONSECA DE MACEDO | 042 | 2009.0028833-2/0 |
| MICHELI PEREIRA | 014 | 2007.0000496-3/0 |
| MIGUEL ANGELO RASBOLD | 010 | 2005.0026167-2/0 |
| MURILO CARNEIRO | 070 | 2010.0027040-4/0 |
| NELSON JUNKI LEE | 017 | 2008.0010431-2/0 |
| NEUSA MARIA DE OLIVEIRA COSTA | 034 | 2009.0018613-2/0 |
| ORIDES NEGRELLO FILHO | 053 | 2010.0010265-3/0 |
| PATRICIA DE MELLO | 008 | 2005.0008864-9/0 |
| PATRICIA HOLANDA RAMIRES | 019 | 2008.0016718-8/0 |
| PATRICIA REIS DE BORBA | 028 | 2009.0009834-7/0 |
| PAULO BENEDITO PANTOJA LOPES | 016 | 2008.0009744-2/0 |
| PAULO CESAR BRAGA MENESCAL | 040 | 2009.0024300-8/0 |
| PAULO HENRIQUE LOPES FURTADO FILHO | 058 | 2010.0014774-9/0 |
| PAULO HENRIQUE LOPES FURTADO FILHO | 059 | 2010.0014774-9/0 |
| PAULO ROBERTO MARQUES DE MACEDO | 042 | 2009.0028833-2/0 |
| PAULO SERGIO BANDEIRA | 068 | 2010.0026187-1/0 |
| PAULO SILAS TAPOROSKY | 055 | 2010.0012174-0/1 |
| PEDRO FRATUCCI SAVORDELLI | 021 | 2008.0017206-2/0 |
| PRISCILA GONCALVES GABASA PEREZ | 006 | 2004.0012264-7/0 |
| RACHEL FISCHER PIRES DE CAMPOS | 042 | 2009.0028833-2/0 |
| RAQUEL ABDO EL ASSAD | 050 | 2010.0008668-3/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 024 | 2008.0031638-0/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 058 | 2010.0014774-9/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 059 | 2010.0014774-9/0 |
| RENATO ANTUNES VILLANOVA | 058 | 2010.0014774-9/0 |
| RENATO ANTUNES VILLANOVA | 059 | 2010.0014774-9/0 |
| RENATO DE OLIVEIRA | 015 | 2007.0009432-2/0 |
| RENATO LUIZ DE AVELAR BANDINI | 041 | 2009.0028404-1/0 |
| ROBERTO EURICO SCHMIDT JUNIOR | 006 | 2004.0012264-7/0 |
| ROBERTO ROCHA GOMES FILHO | 033 | 2009.0014906-0/0 |
| RODRIGO DOS PASSOS VIVIANI | 041 | 2009.0028404-1/0 |
| RODRIGO R. CORDEIRO | 041 | 2009.0028404-1/0 |
| RODRIGO ROQUETTE PORTINHO | 047 | 2010.0004017-0/0 |
| ROSANA VIDOLIN MARQUES | 001 | 1997.0014053-8/0 |
| SAMUEL MARTINS | 006 | 2004.0012264-7/0 |
| SANDRA CALABRESE SIMÃO | 035 | 2009.0019088-7/0 |
| SANDRA REGINA RODRIGUES | 010 | 2005.0026167-2/0 |
| SANDRA REGINA RODRIGUES | 021 | 2008.0017206-2/0 |
| SANDRO LUIZ KZYZANOSKI | 029 | 2009.0013738-8/0 |
| SERGIO ROBERTO DE OLIVEIRA | 037 | 2009.0020978-2/0 |
| SERGIO SOUZA ALVES | 067 | 2010.0023628-0/0 |
| SILVIA FATIMA SOARES | 006 | 2004.0012264-7/0 |
| SOCRATES JOSE NICLEVISK | 057 | 2010.0013781-5/0 |
| SOLANGE MARIA DE SOUZA CHUEIRI | 001 | 1997.0014053-8/0 |
| SONIA MARIA BARROS ROSA | 004 | 2003.0019511-5/0 |
| SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES | 024 | 2008.0031638-0/0 |
| TANIA VALERIA DE OLIVEIRA | 020 | 2008.0016851-9/0 |
| TANIA VALERIA DE OLIVEIRA | 020 | 2008.0016851-9/0 |
| TARCISIO ARAUJO KROETZ | 027 | 2009.0009138-4/0 |
| TARCISIO ARAUJO KROETZ | 049 | 2010.0006932-1/0 |
| TÉLIA CRISTIANE OLIVEIRA ALVES | 046 | 2010.0003461-5/0 |
| TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER | 022 | 2008.0025144-2/0 |
| TICIANA CUNHA PIZATTO | 045 | 2010.0001193-3/0 |
| TOMMY FARAGO ANDRADE WIPPEL | 068 | 2010.0026187-1/0 |
| VALERIA SUSANA RUIZ | 038 | 2009.0022333-8/0 |
| VINICIUS LUDWIG VALDEZ | 048 | 2010.0005208-0/0 |
| VIVIANE BURGER BALAROTTI | 032 | 2009.0014819-7/0 |
| WAGNER CARDEAL OGANAUSKAS | 040 | 2009.0024300-8/0 |
| WALDIR SIQUEIRA | 057 | 2010.0013781-5/0 |
| WILMAR ALVINO DA SILVA | 041 | 2009.0028404-1/0 |

001 1997.0014053-8/0 - Execução de Título Judicial — MANOEL HENRIQUE DE MATOS X ATLANTA CAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito

Adv(s) ROSANA VIDOLIN MARQUES, SOLANGE MARIA DE SOUZA CHUEIRI, MAURICIO VIEIRA

002 2000.0014761-3/0 - Execução de Título Judicial — MARIA NADIR BLOOT FERREIRA X LUCIA MARIA PUPO

Retirar alvará.

Adv(s) JOSE ANTONIO NASCIMENTO DA SILVA PUPO FILHO

003 2000.0015526-8/0 - Execução de Título Judicial — AMARILDO FERREIRA DE MELO X INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR CAMOES

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito - Penhora de fl 59. foi levantada.

Adv(s) ANTONIO DE OLIVEIRA TAVARES, ADILSON MALUCELLI

004 2003.0019511-5/0 - Processo de Conhecimento — MARIA CLEUNICE NEULS X ECONOMAX LOGICO INDUSTRIA E COMERCIO DE FORNOS PARA PANIFIC

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito - Penhora de fl 69. levantada.

Adv(s) JOAQUIM JOSE PEREIRA FILHO, SONIA MARIA BARROS ROSA

005 2004.0011492-7/0 - Processo de Conhecimento — ROSIMARI LOBAS X CARLOS ROBERTO FERREIRA

Ao autor para que se manifeste acerca do levantamento das custas recursais, tendo em vista o provimento do recurso interposto.

Adv(s) ARNALDO FERREIRA MULLER

006 2004.0012264-7/0 - Execução de Título Judicial — SIMONE SAMPAIO LEME X CIA DE HABITACAO DO PARANA COHAPAR

Retirar alvará.

Adv(s) SAMUEL MARTINS, PRISCILA GONCALVES GABASA PEREZ, SILVIA FATIMA SOARES, MAURICIO BELESKI DE CARVALHO, ROBERTO EURICO SCHMIDT JUNIOR

007 2004.0024707-3/0 - Processo de Conhecimento — LICIR MARIANO BONETO - ESPOLIO X BRASIL TELECOM S/A

Retirar alvará.

Adv(s) DR. IVO DYNIWICZ, ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS

008 2005.0008864-9/0 - Processo de Conhecimento — PATRICIA DE MELLO X BRASIL TELECOM S/A

Tendo em vista que não ocorreu a interposição de recurso por parte da requerida, indefiro o levantamento das custas.Oportunamente, arquivem-se.

Adv(s) PATRICIA DE MELLO, ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS

009 2005.0014722-3/0 - Processo de Conhecimento — GIOVANA SIMONE STRUCK GUAREZI X BRASIL TELECOM S/A

Retirar alvará.

Adv(s) IVONE STRUCK, KARINE PEREIRA

010 2005.0026167-2/0 - Execução de Título Judicial — MARIA APARECIDA SANTOS DA SILVA X BRASIL TELECOM S/A

Indefiro o pedido de fl.205/206, vez que a exequente dispunha de sentença judicial declarando a inexigibilidade da cobrança de assinatura básica, e mesmo assim não manteve em seu poder as faturas que lhe serviriam para comprovar a cobrança indevida.(...)

Adv(s) MIGUEL ANGELO RASBOLD, SANDRA REGINA RODRIGUES

011 2006.0009311-3/0 - Execução de Título Judicial — GOLDEN TOUR LTDA X HOTEL COLONIAL PALACE ITAPEVA LTDA

Retirar Certidão de dívida.

Adv(s) HEITOR HENRIQUE PEDROSO

012 2006.0018800-0/0 - Execução de Título Judicial — SILVANA SCHUARTZ X RODRIGO PIANOVSKI CABRAL

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito - "...2. Ainda, friso que se aplicao ao caso em tela o enunciado 13.19 da Turma Recursal, quem assim dispõe: Inexistindo bens passíveis de constrição judicial, a execução será extinta, podendo, contudo, ser renovada se indicados pelo credor novos bens dentro do prazo prescricional."Retirar certidão de dívida.

Adv(s) BRUNO M. MARTINS

013 2006.0024277-0/0 - Execução Título Extrajudicial — ARNALDO TRELINSKI X CLAUDINO APARECIDO DE OLIVEIRA (E OUTRO)

Autos disponíveis em cartório pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Adv(s) MARCOS VINICIUS RODRIGUES DE ALMEIDA

014 2007.0000496-3/0 - Processo de Conhecimento — DANIELLE DE OLIVEIRA X BANCO CACIQUE S/A

TENDO EM VISTA O VALOR RESIDUAL EXPEDIDOS ALVARÁS AO RECLAMANTE E RECLAMADO

Adv(s) JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO, MANUELA DE CARVALHO SANCHES, MICHELI PEREIRA

015 2007.0009432-2/0 - Processo de Conhecimento — MURILO MURADAS X ORINTER RETRESENTACOES VIAGENS E TURISMO LTDA (E OUTRO)

Ao recorrente, para que solicite o alvará correspondente as custas recursas.

Adv(s) MARCO AURELIO SCHETINO DE LIMA, MARCO JULIANO FELIZARDO, FERNANDA COUTINHO RABELLO ISOLANI, RENATO DE OLIVEIRA

016 2008.0009744-2/0 - Processo de Conhecimento — SHEILA DE JESUS RIBEIRO DA SILVA X OSMAR RODRIGUES DE SOUSA

Avoquei os autos. Ante a realização de acordo entre as partes, levante-se a penhora de fl. 65.Através do convênio Renajud, procedi ao desbloqueio da transferência do veículo de propriedade do executado, placas AAO - 4328, conforme documento anexo ao presente despacho. Ao reclamado para que manifeste seu interesse no levantamento dos valores penhorados à fl. 48.

Adv(s) PAULO BENEDITO PANTOJA LOPES, EDSON CENTANINI FILHO

017 2008.0010431-2/0 - Processo de Conhecimento — GIOVAN KARZESKI X SIEMENS ELETRO ELETRONICA (E OUTRO)

Retirar alvará.

Adv(s) NELSON JUNKI LEE, FABIOLA P. J. PEDRO, ANDRÉ LUIS AGNER MACHADO MARTINS, ISMAEL GONCALVES CHRISTINO, LUCIANA GABRIEL CHEMIM, CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI

018 2008.0014467-2/0 - Processo de Conhecimento — ALEXANDRE MARQUES DA ROCHA X DAISY STIVELMAN

Ao requeirdo para efetue o deposito do saldo devedor no valor de R$ 1.672,28

Adv(s) LUIZ DE MIRANDA

019 2008.0016718-8/0 - Execução de Título Judicial — MARCOS ROBERTO VIERKORN X BANCO DO BRASIL S/A

Pagar o valor do débito no prazo de 15d, sob pena de incidência de multa de 10%(art.475-J CPC) e penhora de bens

Adv(s) PATRICIA HOLANDA RAMIRES, MARILEIA BOSAK, CLAITON LUIS BORK, ELOI CONTINI

020 2008.0016851-9/0 - Processo de Conhecimento — DARCIZIO BARABACZE X INDUSTRIAS E COMERCIO DE CHURRASQUEIRAS ALPHA GRILL ANTONIO PEREIRA LOPES E CIA LTDA (E OUTROS)

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) ANTONIO ELOY BERNARDIN, LUIZ LOPES BARRETO, TANIA VALERIA DE OLIVEIRA, ERIKA MEDEIROS KRUGEL, LUIZ LOPES BARRETO, TANIA VALERIA DE OLIVEIRA, JEAN CARLO SIQUEIRA KASPRZAK, CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS NASCIMENTO MARTINS, ANA MARIA SILVERIO LIMA

021 2008.0017206-2/0 - Processo de Conhecimento — DEVANIR COLMAN RIBEIRO X BRASIL TELECOM S/A (E OUTROS)

Ao requerido para que retire o alvará.

Adv(s) SANDRA REGINA RODRIGUES, MARCIO KRUSSEWSKI, PEDRO FRATUCCI SAVORDELLI, FRANCELIZE ALVES MORKING, JOSÉ ROBERTO WANDEMBRUCK FILHO, JULIANO MENEGUZZI DE BERNERT, JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO, MARIA HELENA DE CASTRO, CAMYLLA DO ROCIO KALED CAMELO

022 2008.0025144-2/0 - Execução de Título Judicial — ZENILDA TRINDADE COSTA X BANCO ITAUCARD S/A

Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos (CPC, art.158), diante da manifesta concordância pela parte autora do valor depositado em pagamento ao julgado (fls.84), apresentado pelo reclamado (fls.83), julgando, de consequencia, extinto o presente processo com fundamento no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil.

Adv(s) ADAUTO PINTO DA SILVA, DR. LUIZ RODRIGUES WAMBIER, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS

023 2008.0027566-6/0 - Processo de Conhecimento — MIGUEL GERMANO NETO X LOJAS RENNER S/A

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) MARCIA REJANE TOMIAZZI, JÚLIO CESAR GOULART LANES, DEBORA SCHEIFFER SORDI

024 2008.0031638-0/0 - Processo de Conhecimento — LUIZ SERGIO NEIVA DE LIMA VIEIRA X BANCO SANTANDER BANESPA S/A

Ao reclamante para que se manifeste acerca de petição de fls.174/175.

Adv(s) MARLUS JORGE DOMINGOS, CARLOS EDUARDO QUADROS DOMINGOS, LIVIA CABRAL GUIMARÃES, JOANITA FARYNIAK, SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES, REINALDO MIRICO ARONIS, CHARLES PARCHEN, CARLISE ZASSO POSSEBON

025 2008.0031928-0/0 - Processo de Conhecimento — WANDERLEIA LOPES DE SOUZA X ASSISCOM ADMINISTRADORA DE CONDOMINIOS LTDA

AO RECLAMADO PARA QUE REALIZE O PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO NO PRAZO DE 15 DIAS, SOB PENA DE CONSTRIÇÃO.

Adv(s) DIONE MARA SOUTO DA ROSA, IVAN SZABELIM DE SOUZA, DEBORA NUNES, CESAR ANTONIO AGUILAR RIOS, MARIANA WEINHART GONÇALVES, JANAINA CIRINO DOS SANTOS, CLAUDIO MARCELO BAIAK

026 2009.0007832-5/0 - Processo de Conhecimento — MARIA DE LOURDES ALMEIDA PEREZ X FINANCEIRA AMERICANAS ITAU (E OUTRO)

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) MARIA DE LOURDES VIEGAS GEORG, FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR, ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO, JULIANA DOMINGUES TANCREDO, ADRIANO CARLOS SOUZA VALE

027 2009.0009138-4/0 - Processo de Conhecimento — VANDERLEIA SLONSKI KATAIAMA X SMA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) CLARINDA MARQUES DE ANDRADE, CASSIANO LUIZ IURK, CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER, TARCISIO ARAUJO KROETZ, FABIOLA P. CORDEIRO FLEISCHFRESSER

028 2009.0009834-7/0 - Carta Precatória — SIRLEI RODRIGUES CHOCI X COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR

Redesignação de Audiência de Instrução e Julgamento as 16:30 do dia 20/10/2011

Adv(s) PATRICIA REIS DE BORBA, ELIZABET NASCIMENTO

029 2009.0013738-8/0 - Execução de Título Judicial — RAFAEL FERNANDO STANGER X CACILDA MORAES (E OUTRO)

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) SANDRO LUIZ KZYZANOSKI, FLAVIO W. LINS

030 2009.0014462-9/0 - Processo de Conhecimento — ELIEZER ARIVAL DOS SANTOS X UNICARD BANCO MULTIPLO S/A (E OUTRO)

Audiência UNA de Conciliação, Instruição e Julgamento para o dia 25/11/2011 às 14h30min.

Adv(s) DIONE MARA SOUTO D ROSA, MARCIO ADRIANO PINHEIRO, ALVARO PINTO CHAVES, LUIS OSCAR SIX BOTTON, ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO, FREDERICO AUGUSTUS LOPES DE OLIVEIRA, LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS, JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES

031 2009.0014462-9/0 - Processo de Conhecimento — ELIEZER ARIVAL DOS SANTOS X UNICARD BANCO MULTIPLO S/A (E OUTRO)

Redesignação de Audiência de Instrução e Julgamento as 14:30 do dia 25/11/2011

Adv(s) DIONE MARA SOUTO D ROSA, MARCIO ADRIANO PINHEIRO, ALVARO PINTO CHAVES, LUIS OSCAR SIX BOTTON, ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO, FREDERICO AUGUSTUS LOPES DE OLIVEIRA, LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS, JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES

032 2009.0014819-7/0 - Processo de Conhecimento — JOSE ROBERTO MARTINS X SPACE CAR IMR COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA (E OUTRO)

AOS RECLAMADOS PARA QUE PAGEM O VALOR DA CONDENAÇÃO EM 15 (QUINZE) DIAS, SOB PENA DE CONSTRIÇÃO FORÇADA

Adv(s) VIVIANE BURGER BALAROTTI, ANDERSON DE MORAIS LOPES, ANDERSON DE MORAIS LOPES

033 2009.0014906-0/0 - Execução Título Extrajudicial — PATRICIA KERN DI SCALA X ALINE R. DE SOUZA

Retirar alvará.

Adv(s) ROBERTO ROCHA GOMES FILHO

034 2009.0018613-2/0 - Processo de Conhecimento — MARIA CLAUDIA GUIMARAES LOPES X NET EMBRATEL S/A (E OUTRO)

AO REQUERENTE PARA QUE SE MANIFESTE SOBRE O PAGAMENTO EFETUADO.

Adv(s) NEUSA MARIA DE OLIVEIRA COSTA, JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO, JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO, GISELE DE OLIVEIRA COSTA

035 2009.0019088-7/0 - Processo de Conhecimento — JOSE LIBERO CARDOSO X GVT - GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA

Redesignação de Audiência de Instrução e Julgamento as 13:45 do dia 25/11/2011

Adv(s) CASSIANA VIRGINIA BEREZA, Sandra Calabrese Simão, ELISABETH REGINA VENANCIO TANIGUCHI

036 2009.0019918-0/0 - Execução de Título Judicial — HAMILTON DE MELLO JUNIOR X SINEIDE BARBOSA DE CARVALHO (E OUTRO)

Ao requerente para que manifeste-se referente ao acordo proposto fl.46.

Adv(s) ELEDIR HELENA PASSOS, BRUNO HUREN, BRUNO HUREN

037 2009.0020978-2/0 - Processo de Conhecimento — DEAMIRO ANDRE DE OLIVEIRA X CONDOMINIO EDFICIO WALDEMAR DE ABREU

Ao recorrente (requerido) para que se manifeste sobre o levantamento das custas recursais, tendo em vista o provimento do recurso interposto.

Adv(s) SERGIO ROBERTO DE OLIVEIRA, DRA. DIVA RIBEIRO LIMA

038 2009.0022333-8/0 - Execução Título Extrajudicial — CELINA KIOE SUGAHARA WERNICK X CETE PISOS LTDA

Certidão disponível em cartório.

Adv(s) IVAN DE AZEVEDO GUBERT, VALERIA SUSANA RUIZ

039 2009.0023206-0/0 - Execução Título Extrajudicial — MULLER CONTADORES ASSOCIADOS LTDA X IDADE DA PELE ESTETICA LTDA

Ao requerente para que se manifeste referente à petição de fls. 113/114.

Adv(s) EMANUEL FERNANDO CASTELLI RIBAS

040 2009.0024300-8/0 - Processo de Conhecimento — JANIR DE JESUS DE SOUZA X NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

Ao recorrente (requerido) para que se manifeste acerca do levantamento das custas recursais, ante o PROVIMENTO do recurso interposto.

Adv(s) GERSON LUIZ DE OLIVEIRA, ALDO GALICIOLI JUNIOR, PAULO CESAR BRAGA MENESCAL, WAGNER CARDEAL OGANAUSKAS, FLAVIA BALDUINO DA SILVA

041 2009.0028404-1/0 - Processo de Conhecimento — PEDRO LUIZ SCHUSTER X SINDICATO DOS METALURGICO CTBA - SALVADOR ANTONIO VATRIM

Sentença julgando improcedentes os embargos

Adv(s) RENATO LUIZ DE AVELAR BANDINI, RODRIGO R. CORDEIRO, RODRIGO DOS PASSOS VIVIANI, WILMAR ALVINO DA SILVA, CAROLINA BORGES CORDEIRO, LAYLA ANDRESSA MATOS DE LARA

042 2009.0028833-2/0 - Execução de Título Judicial — JOAO BORGES NETO X AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.

JUNTAR PROCURAÇÃO COM PODERES PARA RECEBER E DAR QUITAÇÃO

Adv(s) DR. LEONARDO RAMOS PINTO, GLEUCIO ROGERIO SILVA, PAULO ROBERTO MARQUES DE MACEDO, MAURO FONSECA DE MACEDO, RACHEL FISCHER PIRES DE CAMPOS, MAURÍCIO BARROSO GUEDES

043 2009.0029035-5/0 - Processo de Conhecimento — JOSE EDUARDO FONTOURA BINI X PENSIONATO VENEZA (E OUTROS)

Redesignação de Audiência de Instrução e Julgamento as 14:45 do dia 01/12/2011

Adv(s) JOSE EDUARDO FONTOURA BINI, CESAR CHICHON BISCAIA

044 2009.0029035-5/0 - Processo de Conhecimento — JOSE EDUARDO FONTOURA BINI X PENSIONATO VENEZA (E OUTROS)

Retirar ofício em Cartório

Adv(s) JOSE EDUARDO FONTOURA BINI, CESAR CHICHON BISCAIA

045 2010.0001193-3/0 - Processo de Conhecimento — SILVANA INOCENCIO SILVA DE MELLO X HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES

Extinto com base no art. 794 do CPC (satisfação da obrigação)

Adv(s) TICIANA CUNHA PIZATTO, LUCIANA KISHINO, GABRIELA MARIA DA SILVA PINHEIRO, FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR, ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO, LILLIANA BORTOLINI RAMOS

046 2010.0003461-5/0 - Processo de Conhecimento — TEXAS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA X MARMORARIA OURO NOBRE LTDA

Sentença julgando procedente o pedido do requerente

Adv(s) TÉLIA CRISTIANE OLIVEIRA ALVES, CARLOS ANDRE RODBARD MOREIRA, JUAN MARCIANO DOMBECK VIEIRA

047 2010.0004017-0/0 - Processo de Conhecimento — ARNALDO DE OLIVEIRA X BANCO PANAMERICANO S/A

Pagar o valor do débito no prazo de 15d, sob pena de incidência de multa de 10%(art.475-J CPC) e penhora de bens

Adv(s) ADRIANO MUNIZ REBELLO, MARTHA LEAL, FABIANO NICOLA MACHADO, RODRIGO ROQUETTE PORTINHO

048 2010.0005208-0/0 - Processo de Conhecimento — VANESSA DE FATIMA CUNHA MALUF X APPLE COMPUTER BRASIL (E OUTROS)

Mutirão dos Juizados Especiais Cíveis: "Ante a possibilidade de se atribuir efeitos infringentes aos embargos de declaração opostos, objetivando evitar qualquer nulidade processual por cercamento de defesa, com amparo no artigo 531 do CPC, abram-se vistas aos interessados para que, querendo, manifestem-se a respeito, no prazo de cinco dias.".

Adv(s) D'ANGELE ALBERTO DOS SANTOS, JEFFERSON HALLES DOS SANTOS, maria juliana schenkel, VINICIUS LUDWIG VALDEZ, DANI LEONARDO GIACOMINI, EDUARDO LUIZ BROCK, GEANDRO LUIZ SCOPEL, DANI LEONARDO GIACOMINI, KARLA TIEMI SAIMI CUNHA, ALLAN OLIVEIRA DE NORONHA

049 2010.0006932-1/0 - Processo de Conhecimento — MOYSES SALOMAO NETO X CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

Pagar o valor do débito no prazo de 15d, sob pena de incidência de multa de 10%(art.475-J CPC) e penhora de bens

Adv(s) CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER, TARCISIO ARAUJO KROETZ, FABIOLA P. CORDEIRO FLEISCHFRESSER

050 2010.0008668-3/0 - Processo de Conhecimento — MULTI DATA LOGISTICA E REPRESENTACAO LTDA X FABIANO MICHEL GOMES

Manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito

Adv(s) RAQUEL ABDO EL ASSAD

051 2010.0008725-4/0 - Processo de Conhecimento — LETICIA CHARVET MACHADO X BANCO DO BRASIL S/A

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) ADRIANO ANTONIO BERTOLIN, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

052 2010.0009353-2/0 - Processo de Conhecimento — HUBERT EISENBERG X BANCO ITAU S/A

Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) ADRIANO ANTONIO BERTOLIN, LUIS OSCAR SIX BOTTON, JANAINA ROVARIS

053 2010.0010265-3/0 - Processo de Conhecimento — LORITA ROSA DALL STELLA (E OUTRO) X HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO

Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) ORIDES NEGRELLO FILHO, CEZAR EDUARDO ZILIOTTO

054 2010.0010478-0/0 - Processo de Conhecimento — FABIANA GEZISKI X CONJUNTO RESIDENCIAL NOVA PRIMAVERA I

Sentença julgando improcedente o pedido do requerente - Sentença julgando procedente o pedido contraposto.

Adv(s) GABRIEL BARDAL, ADILSON MENAS FIDELIS, ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO

055 2010.0012174-0/1 - Execução de Título Judicial — SEBASTIAO VIEIRA DA SILVA X COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA

EXTRAÍDA CARTA DE SENTENÇA/ EXECUÇÃO PROVISÓRIA. AO EXEQUENTE PARA QUE CUMPRA O CONTIDO NA PUBLICAÇÃO 90/2011 NESTES AUTOS.

Adv(s) ANDREI DE OLIVEIRA RECH, PAULO SILAS TAPOROSKY

056 2010.0012352-5/0 - Processo de Conhecimento — JORGE LUIZ ZIELONKA PINTO X BANCO BRADESCO S/A

Sentença julgando improcedentes os embargos

Adv(s) ADERLAN ANGELO CAMARGO, MARIO JOSE DALCANALE, MARIA IZABEL BRUGINSKI, JOAO LEONEL ANTOCHESKI

057 2010.0013781-5/0 - Processo de Conhecimento — FABIO JOSE LIMA FERNANDES (E OUTRO) X SOCIEDADE COMERCIAL IMP HERMES S/A (E OUTRO)

Autos disponíveis em cartório pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Adv(s) CRISTIANE PINHEIRO DE FREITAS, LUIS OSCAR SIX BOTTON, WALDIR SIQUEIRA, MARCELO RIBEIRO DE ALMEIDA, SOCRATES JOSE NICLEVISK, JANAINA ROVARIS

058 2010.0014774-9/0 - Processo de Conhecimento — ANA MARY TEIXEIRA MENDONCA DE PAULA (E OUTRO) X BANCO ABN AMRO REAL (E OUTROS)

Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) RENATO ANTUNES VILLANOVA, CAROLINA ANTUNES VILLANOVA, REINALDO MIRICO ARONIS, LILIANA MARIA CERUTI, PAULO HENRIQUE LOPES FURTADO FILHO, CAROLINA ANTUNES VILLANOVA, JULIANE ZANCANARO

059 2010.0014774-9/0 - Processo de Conhecimento — ANA MARY TEIXEIRA MENDONCA DE PAULA (E OUTRO) X BANCO ABN AMRO REAL (E OUTROS)

Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) RENATO ANTUNES VILLANOVA, CAROLINA ANTUNES VILLANOVA, REINALDO MIRICO ARONIS, LILIANA MARIA CERUTI, PAULO HENRIQUE LOPES FURTADO FILHO, CAROLINA ANTUNES VILLANOVA, JULIANE ZANCANARO

060 2010.0015121-8/0 - Processo de Conhecimento — ANA PAULA FARIAS X VRG LINHAS AEREAS GOL

Sentença julgando improcedente o pedido do requerente

Adv(s) FELIPE ROSSATO FARIAS, ALBERTO SILVA GOMES, LUIZ GONZAGA MOREIRA CORREIA

061 2010.0016256-9/0 - Execução de Título Judicial — JOSE LUIZ COLDIBELI X BCP TELECOM

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) DIONE SCHENFELD, DANIELE CARVALHO, JÚLIO CESAR GOULART LANES

062 2010.0016805-2/0 - Processo de Conhecimento — ARNALDO FORTES ALCANTARA FILHO X HSBC BANK BRASIL S/A

A RECLAMADA PARA QUE DEPOSITE O VALOR REMANESCENTE DE R$516,25, SOB PENA DE CONSTRIÇÃO FORÇADA

Adv(s) ARNALDO FORTES ALCANTARA FILHO, IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO

063 2010.0017091-2/0 - Processo de Conhecimento — MIRIAM RODRIGUES PAULUS X BANCO BRADESCO S/A

Sentença julgando procedente o pedido do requerente

Adv(s) MARIA IZABEL BRUGINSKI, JOAO LEONEL ANTOCHESKI

064 2010.0019312-5/0 - Processo de Conhecimento — JUVENIL BRAGA DE OLIVEIRA X MANCHESTER LOGISTICA INTEGRADA LTDA

Retirar alvará.

Adv(s) JORGE DURVAL DA SILVA, MARCOS P. DA SILVA, LUIZ CARLOS CHECOZZI, LILIANA ORTH DIEHL

065 2010.0020006-8/0 - Processo de Conhecimento — DENILSON SAMUEL DE ARAUJO X ITAU TEC S/A (E OUTRO)

Retirar alvará.

Adv(s) MARILENA LUZIA DE AZEVEDO DE LIZ, MARILENA LUZIA DE AZEVEDO DE LIZ, IVAN CESAR A. BORGES DE LIS, DARIO BORGES DE LIZ NETO, LUIZ BRESOLIN, Flavio Olimpio de Azevedo

066 2010.0020442-4/0 - Processo de Conhecimento — ELY DE JESUS (E OUTRO) X REKSIDLER E CIA LTDA (E OUTROS)

Sentença julgando procedente o pedido do requerente

Adv(s) JAIR MOSCARDINI, JAIR MOSCARDINI, LAURO MULLER

067 2010.0023628-0/0 - Execução de Título Judicial — ANDRESSA WOELLNER DUARTE PEREIRA X FLAVIA BAGGIO BIZINELLI

AO RECLAMADO PARA QUE, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS EFETUE O PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO, SOB PENA DE CONSTRIÇÃO FORÇADA.

Adv(s) SERGIO SOUZA ALVES, KAUÊ LUSTOSA

068 2010.0026187-1/0 - Processo de Conhecimento — SERGIO NUNES CAMARGO JUNIOR X SCHREINERS ESTACIONAMENTO LTDA

Sentença julgando improcedentes os embargos

Adv(s) LUIS GUILHERME POHL HESSEL, TOMMY FARAGO ANDRADE WIPPEL, LUIZ ROBERTO RECH, MARA CLAUDIA DIB DE LIMA, PAULO SERGIO BANDEIRA

069 2010.0026434-1/0 - Processo de Conhecimento — JOEL MOREIRA DE SOUZA (E OUTRO) X MARINEI ZILIOTTO

Sentença julgando procedente o pedido do requerente

Adv(s) EUSTAQUIO MOREIRA DOS SANTOS, EUSTAQUIO MOREIRA DOS SANTOS

070 2010.0027040-4/0 - Processo de Conhecimento — ARNALDO LACERDA X TRANS ISAAK TURISMO LTDA

Sentença julgando improcedentes os embargos

Adv(s) MURILO CARNEIRO, JOSE CESAR VALEIXO NETO

---

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis

COMARCA DE CURITIBA — 7º Juizado Especial Cível - Relação N: 103/2011

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO | 012 | 2003.0003830-2/0 |
| HOMERO RASBOLD | 006 | 1998.0015403-2/0 |
| JOSE DANTAS LOUREIRO NETO | 012 | 2003.0003830-2/0 |
| RONY CESAR CENTENARO VALENZA | 004 | 1998.0000743-9/0 |
| RONY CESAR CENTENARO VALENZA | 023 | 2005.0016848-4/0 |
| ADOLFO MARCIO SUAREZ REAL DE AZUA | 027 | 2006.0007349-2/0 |
| Adriele Luft | 046 | 2008.0014043-3/0 |
| AGEU TENORIO DA SILVA | 092 | 2010.0023134-4/0 |
| ALBERTO SILVA GOMES | 073 | 2010.0000076-8/0 |
| ALCEU MACIEL D AVILA | 100 | 2010.0027524-0/0 |
| ALESSANDRA MARA SILVEIRA | 049 | 2008.0024883-5/0 |
| ALEXANDRE ADACHI | 080 | 2010.0005668-6/0 |
| ALINE AMARAL UCHOA | 059 | 2009.0016130-0/0 |
| ANA MARIA SILVERIO LIMA | 054 | 2009.0006317-3/0 |
| ANA PAULA VIANA BARMANN | 021 | 2005.0003391-0/0 |
| ANDRE GUILHERME ZAIA | 084 | 2010.0012212-1/0 |
| ANDRÉ LUIZ FERREIRA RIBEIRO | 085 | 2010.0012619-4/0 |
| ANDREA CRISTINE SCHLICHTA | 071 | 2009.0028855-8/0 |
| ANDREA TATTINI ROSA | 091 | 2010.0021144-7/0 |
| ANDREIA DA ROSA RACHE | 060 | 2009.0017345-0/0 |
| ANTONIO ELOY BERNARDIN | 054 | 2009.0006317-3/0 |
| ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE | 031 | 2007.0006260-4/0 |
| ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA | 097 | 2010.0024921-7/0 |
| ANTONIO NUNES NETO | 084 | 2010.0012212-1/0 |
| ARIBERT JOAO RANNOW | 041 | 2008.0006883-7/0 |
| ARISTON CARLOS GHIDIN | 098 | 2010.0026861-9/0 |
| ARTUR GABRIEL FERREIRA | 002 | 1996.0011495-2/0 |
| AUREO VINHOTI | 027 | 2006.0007349-2/0 |
| BENEMEY SERAFIM ROSA | 066 | 2009.0021212-5/0 |
| BLAS GOMM FILHO | 058 | 2009.0013741-6/0 |
| BLAS GOMM FILHO | 085 | 2010.0012619-4/0 |
| BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ | 078 | 2010.0001720-1/0 |
| BRUNA ALEXANDRA RADOLL | 074 | 2010.0000831-5/0 |
| BRUNO BRAGA BETTEGA | 088 | 2010.0016456-9/0 |
| BRUNO GUISS | 074 | 2010.0000831-5/0 |
| BRUNO GUISS | 074 | 2010.0000831-5/0 |
| CARLOS BERNARDO CARVALHO DE ALBUQUERQUE | 096 | 2010.0024625-4/0 |
| CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER | 059 | 2009.0016130-0/0 |
| CARLOS EDUARDO PARUCKER E SILVA | 041 | 2008.0006883-7/0 |
| CARLOS EDUARDO PEZZETTE LORO | 069 | 2009.0026107-9/0 |
| CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO | 027 | 2006.0007349-2/0 |
| CARLOS PZEBEOWSKI | 047 | 2008.0016670-9/0 |
| CAROLINA MARCELA FRANCIOSI BITTENCOURT | 075 | 2010.0001359-0/0 |
| CESAR AUGUSTO TERRA | 054 | 2009.0006317-3/0 |
| CEZAR ANDRE KOSIBA | 087 | 2010.0014851-1/0 |
| CEZAR EDUARDO ZILIOTTO | 055 | 2009.0009620-9/0 |
| CIBELLE SANTOS DE OLIVEIRA | 096 | 2010.0024625-4/0 |
| CICERO BRAZ PORTUGAL | 088 | 2010.0016456-9/0 |
| CÍNTIA MOLINARI STEDILE | 080 | 2010.0005668-6/0 |
| CLAUDIO ADRIANO BOMFATI | 084 | 2010.0012212-1/0 |
| CLAYTON CARSTENS JUNIOR | 004 | 1998.0000743-9/0 |
| CLEVERSON ALEX HERZ SELHORST | 009 | 2002.0014859-8/0 |
| CLOVIS GALVAO PATRIOTA | 096 | 2010.0024625-4/0 |
| CRISTHOFER PINTO OLIVEIRA | 035 | 2007.0024433-5/0 |
| CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA | 009 | 2002.0014859-8/0 |
| CRISTIANE MARIA AGNOLETTO | 045 | 2008.0011823-4/0 |
| CRISTIANE MARIA AGNOLETTO | 067 | 2009.0021578-1/0 |
| CRISTIANO GUERIOS NARDI | 063 | 2009.0019817-9/0 |
| DANIELA BRANDT SANTOS KOGISKI | 028 | 2006.0014721-7/0 |
| DANIELA BRANDT SANTOS KOGISKI | 057 | 2009.0013543-0/0 |
| DARCI JOSE FINGER | 038 | 2008.0001327-3/0 |
| DARLISA DA SILVA | 094 | 2010.0023617-8/0 |
| DARLISA DA SILVA | 094 | 2010.0023617-8/0 |
| DARLISA DA SILVA | 094 | 2010.0023617-8/0 |
| DEBORA LEMOS GUMURSKI | 093 | 2010.0023286-2/0 |
| DEBORA MARIA CESAR DE ALBUQUERQUE | 047 | 2008.0016670-9/0 |
| DENIO LEITE NOVAES JUNIOR | 039 | 2008.0003516-9/0 |
| DENISE DUARTE SILVA MOREIRA - Defensora Pública | 040 | 2008.0004605-5/0 |
| DENISE DUARTE SILVA MOREIRA - Defensora Pública | 062 | 2009.0019487-5/0 |
| DENISE SCOPARO | 049 | 2008.0024883-5/0 |
| DIEGO DE PAULI PIRES | 046 | 2008.0014043-3/0 |
| DIONE BERNARDIN | 054 | 2009.0006317-3/0 |
| DR. DANIEL HACHEM | 009 | 2002.0014859-8/0 |
| DRA. DELOA MULLER | 004 | 1998.0000743-9/0 |
| DRA. KARINA A . DA CRUZ | 004 | 1998.0000743-9/0 |
| EDEMILSON PINTO VIEIRA | 091 | 2010.0021144-7/0 |
| EDENAN MARTINEZ BASTOS | 052 | 2008.0030772-4/0 |
| EDUARDO FELICIANO DOS REIS | 084 | 2010.0012212-1/0 |
| EDUARDO MOTIEJAUS JUODIS STREMEL | 075 | 2010.0001359-0/0 |
| EDUARDO STABILE | 065 | 2009.0020294-7/0 |
| ELADIO PINHEIRO LIMA JUNIOR | 090 | 2010.0021071-4/0 |
| ELAINE CRISTINA JANKOVSKI | 046 | 2008.0014043-3/0 |
| ELAINE DE FATIMA COSTA GUERIOS | 082 | 2010.0006128-1/0 |
| ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO | 083 | 2010.0006561-2/0 |
| ELISABETH REGINA VENANCIO TANIGUCHI | 069 | 2009.0026107-9/0 |
| ELOI CONTINI | 080 | 2010.0005668-6/0 |
| ELOISA FONTES TAVARES | 072 | 2009.0028975-0/0 |
| ELOISA FONTES TAVARES | 072 | 2009.0028975-0/0 |
| ELTON ALAVER BARROSO | 022 | 2005.0006179-0/1 |
| EMILI CRISTINA DA FREITAS | 094 | 2010.0023617-8/0 |
| EXPEDITO ARNAUD FORMIGA FILHO | 001 | 1994.0004512-8/2 |
| FABIANO DA ROSA | 074 | 2010.0000831-5/0 |
| FABIANO MARTINI | 027 | 2006.0007349-2/0 |
| FABIANO MILANI PIECHNIK | 009 | 2002.0014859-8/0 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 079 | 2010.0001936-3/0 |
| Fábio de Souza | 095 | 2010.0024124-2/0 |
| FABIO LUIS DE LIMA | 051 | 2008.0030063-5/0 |
| FABIO LUIS DE LIMA | 055 | 2009.0009620-9/0 |
| FABRICIO COSTA SELLA | 006 | 1998.0015403-2/0 |
| FABRICIO FABIAN PEREIRA | 026 | 2006.0004363-6/0 |
| FABRICIO PASSOS AZEVEDO | 005 | 1998.0004783-0/0 |
| Fagner Shneider | 061 | 2009.0018484-0/0 |
| FATIMA APARECIDA ZULIANI FIGUEIRA | 043 | 2008.0009076-9/0 |
| FATIMA LUIZA GEBARA CASABURI | 099 | 2010.0027182-1/0 |
| FELIPE MENDONÇA MONTENEGRO | 072 | 2009.0028975-0/0 |
| Felipe Meur Jorge | 045 | 2008.0011823-4/0 |
| FERNANDO FERREIRA ELIAS | 025 | 2006.0000309-5/0 |
| FERNANDO JOSÉ GASPAR | 021 | 2005.0003391-0/0 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 079 | 2010.0001936-3/0 |
| FLAVIO W. LINS | 071 | 2009.0028855-8/0 |
| FLORIANO TERRA FILHO | 039 | 2008.0003516-9/0 |
| FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR | 083 | 2010.0006561-2/0 |

| | | |
|---|---|---|
| GABRIELA ROCHA NUNES | 059 | 2009.0016130-0/0 |
| GENESIO SELLA | 006 | 1998.0015403-2/0 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 051 | 2008.0030063-5/0 |
| GILBERTO STINGLIN LOTH | 054 | 2009.0006317-3/0 |
| GIOVANI ZORZI RIBAS | 093 | 2010.0023286-2/0 |
| GISELE MARIA REIS AZEVEDO | 024 | 2005.0030701-0/0 |
| GISELI RIBEIRO DA SILVA | 084 | 2010.0012212-1/0 |
| GISELI RIBEIRO DA SILVA | 084 | 2010.0012212-1/0 |
| GRASIELE CORREA | 048 | 2008.0021507-8/0 |
| GUILHERME DA COSTA PERIOTTO | 076 | 2010.0001693-3/0 |
| GUILHERME DA COSTA PERIOTTO | 077 | 2010.0001693-3/0 |
| GUILHERME DE SALLES GONCALVES | 093 | 2010.0023286-2/0 |
| GUILHERME RENAN DREYER | 085 | 2010.0012619-4/0 |
| GUSTAVO SALDANHA SUCHY | 044 | 2008.0010854-0/0 |
| Gustavo Sartor de Oliveira | 096 | 2010.0024625-4/0 |
| HAMILTON SCHMIDT COSTA FILHO | 020 | 2004.0015570-8/0 |
| HEITOR ALCANTARA DA SILVA | 091 | 2010.0021144-7/0 |
| HEITOR SACHSER | 021 | 2005.0003391-0/0 |
| HELENA ANNES | 100 | 2010.0027524-0/0 |
| HÉLIO PEREIRA CURY FILHO | 034 | 2007.0022581-8/0 |
| HERCULES LUIZ | 092 | 2010.0023134-4/0 |
| HERICK PAVIN | 009 | 2002.0014859-8/0 |
| IDELANIR ERNESTI | 046 | 2008.0014043-3/0 |
| ILZE REGINA APARECIDA PINTO | 061 | 2009.0018484-0/0 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 051 | 2008.0030063-5/0 |
| JANAINA GIOZZA AVILA | 044 | 2008.0010854-0/0 |
| JANAYNA FERREIRA LUZZI | 068 | 2009.0022917-3/0 |
| JANETE DE FATIMA S. B. BRINGHNTI | 011 | 2002.0023981-0/0 |
| JEAN ANDERSON ALBUQUERQUE | 050 | 2008.0027594-5/0 |
| JEAN CARLOS CAMOZATO | 065 | 2009.0020294-7/0 |
| JOAO LEONELHO GABARDO FILHO | 054 | 2009.0006317-3/0 |
| JOAO RAIMUNDO FORMIGUIERI MACHADO PEREIR | 056 | 2009.0012232-8/0 |
| JOAQUIM JOSE PEREIRA FILHO | 014 | 2003.0019511-5/0 |
| JOAREZ DA NATIVIDADE | 052 | 2008.0030772-4/0 |
| JOICE KORMANN BERALDI | 036 | 2007.0025846-0/0 |
| JONAS BORGES | 061 | 2009.0018484-0/0 |
| JORGE CLARO BADARO | 061 | 2009.0018484-0/0 |
| JORGE FAM NETO | 032 | 2007.0007956-3/0 |
| JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO | 076 | 2010.0001693-3/0 |
| JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO | 077 | 2010.0001693-3/0 |
| JOSÉ DA COSTA VALIM NETO | 078 | 2010.0001720-1/0 |
| JOSE DO CARMO BADARO | 061 | 2009.0018484-0/0 |
| JOSE LEOCADIO DE CAMARGO | 033 | 2007.0013031-4/0 |
| JOSIANE KANASHIRO BRANTES FERREIRA | 071 | 2009.0028855-8/0 |
| JOSLAINE MONTANHEIRO ALCÂNTARA DA SILVA | 080 | 2010.0005668-6/0 |
| JULIANA LIMA PONTES | 064 | 2009.0020265-6/0 |
| JULIANA PETCHEVIST | 095 | 2010.0024124-2/0 |
| JÚLIO CESAR GOULART LANES | 056 | 2009.0012232-8/0 |
| JULIO JACOB JUNIOR | 012 | 2003.0003830-2/0 |
| JUSSARA ROSA FLORES | 052 | 2008.0030772-4/0 |
| KARINE CRISTINA DA COSTA | 021 | 2005.0003391-0/0 |
| KARLA FERREIRA DE CAMARGO FISCHER | 083 | 2010.0006561-2/0 |
| LARISSA GOMES | 097 | 2010.0024921-7/0 |
| LAURO CARNEIRO DE SIQUEIRA | 100 | 2010.0027524-0/0 |
| LEANDRA NEGRELLI | 050 | 2008.0027594-5/0 |
| LEONARDO DA SILVA ARMSTRONG | 093 | 2010.0023286-2/0 |
| LILIAN ROMAGNA | 044 | 2008.0010854-0/0 |
| LILIANE APARECIDA COELHO | 096 | 2010.0024625-4/0 |
| LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS | 065 | 2009.0020294-7/0 |
| LUCAS AMARAL DASSAN | 039 | 2008.0003516-9/0 |
| LUCIANE APARECIDA DE ABREU MANFRON | 070 | 2009.0026764-9/0 |
| LUCIANO DE LIMA | 051 | 2008.0030063-5/0 |
| LUCIANO DE LIMA | 055 | 2009.0009620-9/0 |
| LUCIANO DE LIMA | 079 | 2010.0001936-3/0 |
| LUCIANO DE LIMA | 094 | 2010.0023617-8/0 |
| LUIR CESCHIN | 017 | 2003.0025850-9/0 |
| LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES | 095 | 2010.0024124-2/0 |
| LUIS FERNANDO NADOLNY LOYOLA | 013 | 2003.0016011-8/0 |
| LUIZ ALBERTO GONCALVES | 052 | 2008.0030772-4/0 |
| LUIZ CONSTANTINO FILIPIN | 037 | 2007.0027743-3/0 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 022 | 2005.0006179-0/1 |
| LUIZ FERNANDO CACHOEIRA | 018 | 2004.0007802-5/0 |
| LUIZ FERNANDO DIETRICH | 009 | 2002.0014859-8/0 |
| LUIZ FERNANDO MARTINS ALVES | 035 | 2007.0024433-5/0 |
| LUIZ GONZAGA MOREIRA CORREIA | 073 | 2010.0000076-8/0 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 051 | 2008.0030063-5/0 |
| MARCELO ARTHUR MENEGASSI FERNANDES | 068 | 2009.0022917-3/0 |
| MARCELO BUZATO | 059 | 2009.0016130-0/0 |
| MARCELO DE BORTOLO | 027 | 2006.0007349-2/0 |
| MARCELO LUIZ DREHER | 083 | 2010.0006561-2/0 |
| MARCIA ENEIDA BUENO | 052 | 2008.0030772-4/0 |
| MARCIA REGIA MORSELLI | 086 | 2010.0012894-2/0 |
| MARCIA SATIL PARREIRA | 055 | 2009.0009620-9/0 |
| MARCIO ROGERIO DEPOLLI | 078 | 2010.0001720-1/0 |
| MARCOS A P TOLEDO | 093 | 2010.0023286-2/0 |
| MARCOS MAURICIO BERNARDINI | 057 | 2009.0013543-0/0 |
| MARCOS ROBERTO DOS SANTOS | 053 | 2009.0002065-8/0 |
| MARGARETH DA SILVA LIMA ALVES | 007 | 1999.0000365-4/0 |
| MARIA ANGELA DE SOUZA | 080 | 2010.0005668-6/0 |
| MARIA GABRIELA M. GONCALVES | 035 | 2007.0024433-5/0 |
| MARIANA BASTOS DALLA VECCHIA | 059 | 2009.0016130-0/0 |
| MARIANA CARNEIRO GIANDON | 063 | 2009.0019817-9/0 |
| MARINA GLORIGIANO TARRICONE | 083 | 2010.0006561-2/0 |
| MARLENE PAES GUARESCHI | 004 | 1998.0000743-9/0 |
| MARLI CHAVES VIANNA DE OLIVEIRA | 047 | 2008.0016670-9/0 |
| MAURICIO BELESKI DE CARVALHO | 044 | 2008.0010854-0/0 |
| MAURICIO KAVINSKI | 022 | 2005.0006179-0/1 |
| MAURO CURTI | 046 | 2008.0014043-3/0 |
| MERCEDES IZABEL FAVRETO PAIM | 003 | 1997.0007941-3/0 |
| MEURIS JOAO CARON CASSOU | 081 | 2010.0006106-6/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 080 | 2010.0005668-6/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 095 | 2010.0024124-2/0 |
| MIRIAM KLAHOLD | 017 | 2003.0025850-9/0 |
| MONICA FERREIRA MELLO BIORA | 095 | 2010.0024124-2/0 |
| MONICA REGINA LUCION | 016 | 2003.0020247-5/0 |
| NATANAEL DA SILVA | 076 | 2010.0001693-3/0 |
| NATANAEL DA SILVA | 077 | 2010.0001693-3/0 |
| NATHALIA KOWALSKI FONTANA | 065 | 2009.0020294-7/0 |
| NELSON PEREIRA MENDES | 097 | 2010.0024921-7/0 |
| NILSU JOSE MIGUEL MALUF JUNIOR | 057 | 2009.0013543-0/0 |
| NOEMI TEREZINHA VIANNA | 047 | 2008.0016670-9/0 |
| OCTAVIO CAMPOS FISCHER | 083 | 2010.0006561-2/0 |

| | | |
|---|---|---|
| OLINTO ROBERTO TERRA | 039 | 2008.0003516-9/0 |
| OSCAR MASSIMILIANO MAZUCO GODOY | 008 | 2002.0006649-4/0 |
| OSVALDO BECKER CORDEIRO | 010 | 2002.0022973-3/0 |
| OTAVIO AUGUSTO LOEPPER | 064 | 2009.0020265-6/0 |
| OTTO AUGUSTO KESSELI | 091 | 2010.0021144-7/0 |
| OTTO CARLOS POHL | 003 | 1997.0007941-3/0 |
| PATRICIA REGINA PIASECKI | 075 | 2010.0001359-0/0 |
| PATRICK HUESI BOEHM | 057 | 2009.0013543-0/0 |
| PAULO ANDRE ALVES DE RESENDE | 043 | 2008.0009076-9/0 |
| PAULO ROBERTO SILVEIRA | 003 | 1997.0007941-3/0 |
| PAULO SERGIO PIASECKI | 042 | 2008.0008555-6/0 |
| PAULO SILAS TAPOROSKY | 062 | 2009.0019487-5/0 |
| PEDRO PORTES RIBEIRO FILHO | 095 | 2010.0024124-2/0 |
| PEDRO ROBERTO BELONE | 022 | 2005.0006179-0/1 |
| PEDRO ROBERTO ROMÃO | 091 | 2010.0021144-7/0 |
| PERCY BOSTELMANN | 021 | 2005.0003391-0/0 |
| PETER AMARO DE SOUSA | 006 | 1998.0015403-2/0 |
| Rafael Mosele | 065 | 2009.0020294-7/0 |
| RAFAEL SCHIER GUERRA | 021 | 2005.0003391-0/0 |
| RAPHAEL MARCONDES KARAN | 071 | 2009.0028855-8/0 |
| RAPHAELA MAIA RUSSI FRANCO | 075 | 2010.0001359-0/0 |
| RAQUEL DE ANDRADE KRAUSE | 036 | 2007.0025846-0/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 060 | 2009.0017345-0/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 064 | 2009.0020265-6/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 089 | 2010.0016731-8/0 |
| REJANE ULIANA ALVES DA SILVA | 035 | 2007.0024433-5/0 |
| RENATA MARIA CANDIDO | 033 | 2007.0013031-4/0 |
| RICARDO AUGUSTO MENEZES YOSHIDA | 078 | 2010.0001720-1/0 |
| RICARDO REIMANN | 029 | 2006.0021056-0/0 |
| RICARDO VINHAS VILLANUEVA | 048 | 2008.0021507-8/0 |
| ROBERTA ONISHI | 083 | 2010.0006561-2/0 |
| ROBSON MAIOCHI | 097 | 2010.0024921-7/0 |
| RODRIGO AUGUSTO DE ARRUDA | 094 | 2010.0023617-8/0 |
| RODRIGO HENRIQUES TOCANTINS | 063 | 2009.0019817-9/0 |
| ROGERIO SADY BEGE | 088 | 2010.0016456-9/0 |
| ROGERIO XAVIER RIVA | 019 | 2004.0015330-4/0 |
| RONE MARCOS BRANDALIZE | 015 | 2003.0019769-4/0 |
| RUBYO DANILO BRITO DOS ANJOS | 058 | 2009.0013741-6/0 |
| SANDRA BERNADETE GEARA CARDOSO | 044 | 2008.0010854-0/0 |
| Sandra Calabrese Simão | 069 | 2009.0026107-9/0 |
| SANDRA REGINA RODRIGUES | 066 | 2009.0021212-5/0 |
| SANDRA REGINA RODRIGUES | 075 | 2010.0001359-0/0 |
| SÉRGIO LEAL MARTINEZ | 100 | 2010.0027524-0/0 |
| SILVIO CESAR BARBOSA | 082 | 2010.0006128-1/0 |
| SILVIO CEZAR MICHELETTI | 026 | 2006.0004363-6/0 |
| SIMONE ALVES DE SEIXAS | 063 | 2009.0019817-9/0 |
| SIMONE BUENO DE SOUZA | 052 | 2008.0030772-4/0 |
| SIMONE DE LARA | 097 | 2010.0024921-7/0 |
| SIVONEI MAURO HASS | 026 | 2006.0004363-6/0 |
| SONIA MARIA BARROS ROSA | 014 | 2003.0019511-5/0 |
| Tadeu Cerbaro | 080 | 2010.0005668-6/0 |
| TARCISIO ARAUJO KROETZ | 059 | 2009.0016130-0/0 |
| THIAGO DAHLKE MACHADO | 072 | 2009.0028975-0/0 |
| Tiago Carniel | 100 | 2010.0027524-0/0 |
| TIAGO STAINKE | 009 | 2002.0014859-8/0 |
| TIAGO STAINKE | 100 | 2010.0027524-0/0 |
| UDO HAUSNER | 030 | 2007.0000144-5/0 |
| VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA | 021 | 2005.0003391-0/0 |
| VICTOR GERALDO JORGE | 045 | 2008.0011823-4/0 |
| VIVIAN QUIMELLI ROSA | 026 | 2006.0004363-6/0 |
| WALKYRIA LACERDA ARLANT | 002 | 1996.0011495-2/0 |
| WILLIAN MARCONDES SANTANA | 028 | 2006.0014721-7/0 |
| ZILDA SUIZANI CIAGNIWODA | 017 | 2003.0025850-9/0 |

001 1994.0004512-8/2 - Execução de Título Judicial — JOEL ALFREDO VENDRAMIN X EDGAR ANTUNES

Retirar ofício em Cartório

Adv(s) EXPEDITO ARNAUD FORMIGA FILHO

002 1996.0011495-2/0 - Execução de Título Judicial — MARILIA ROSA DOS SANTOS X SOCIEDADE CONSTRUTORA CIDADELA LTDA

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito - Penhora de fl 123 levantada.

Adv(s) WALKYRIA LACERDA ARLANT, ARTUR GABRIEL FERREIRA

003 1997.0007941-3/0 - Execução de Título Judicial — MARISA POCKRANDT DO AMARAL X TELECOMUNICACOES DO PARANA S/A TELEPAR

Retirar Alvará.

Adv(s) OTTO CARLOS POHL, PAULO ROBERTO SILVEIRA, MERCEDES IZABEL FAVRETO PAIM

004 1998.0000743-9/0 - Execução de Título Judicial — NARA REGINA MATTEI X TC ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) MARLENE PAES GUARESCHI, RONY CESAR CENTENARO VALENZA, CLAYTON CARSTENS JUNIOR, DRA. DELOA MULLER, DRA. KARINA A . DA CRUZ

005 1998.0004783-0/0 - Execução de Título Judicial — THIAGO JACSON DA COSTA WAESS (E OUTRO) X LEILA SHARGAWI

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) FABRICIO PASSOS AZEVEDO

006 1998.0015403-2/0 - Execução de Título Judicial — ROSELI DO ROCIO GOLDBACH (E OUTRO) X JERRY MORELAND

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) GENESIO SELLA, PETER AMARO DE SOUSA, HOMERO RASBOLD, FABRICIO COSTA SELLA

007 1999.0000365-4/0 - Execução de Título Judicial — REGINALDO APARECIDO DA SILVA X ATLANTA CAR

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) MARGARETH DA SILVA LIMA ALVES

008 2002.0006649-4/0 - Execução de Título Judicial — LUIZ ROBERTO CORREA X LENI MARINA YAGUI

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) OSCAR MASSIMILIANO MAZUCO GODOY

009 2002.0014859-8/0 - Execução de Título Judicial — MARIA IVONE TEIXEIRA DE CARVALHO KONYAMA X BANCO ABN AMRO REAL S/A

Retirar Alvará.

Adv(s) DR. DANIEL HACHEM, CLEVERSON ALEX HERZ SELHORST, FABIANO MILANI PIECHNIK, CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA, LUIZ FERNANDO DIETRICH, TIAGO STAINKE, HERICK PAVIN

010 2002.0022973-3/0 - Execução de Título Judicial — JOSE VALDEVINO CASSIANO X EDSON LUIS GARRETT ADAMANTE (E OUTRO)

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) OSVALDO BECKER CORDEIRO

011 2002.0023981-0/0 - Processo de Conhecimento — ERIVELTON LADWIG X VITTORAZZI AUTOMOVEIS (E OUTRO)

Designe-se leilão para a venda do bem constrito. Nomeio "ad hoc" o leiloeiro Plínio Barroso.

Adv(s) JANETE DE FATIMA S. B. BRINGHNTI

012 2003.0003830-2/0 - Processo de Conhecimento — IVANA DA SILVA X APOLAR IMOVEIS ASSESSORIA IMOBILIARIA CONSELHEIRO LAURINDO (E OUTRO)

Ao procurador do reclamado, para que se manifeste sobre o depósito efetuado.

Adv(s) FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO, JOSE DANTAS LOUREIRO NETO, JULIO JACOB JUNIOR

013 2003.0016011-8/0 - Processo de Conhecimento — RUTE GRUBER DE ARAUJO X LUIZ FLOR IMOVEIS LTDA

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) LUIS FERNANDO NADOLNY LOYOLA

014 2003.0019511-5/0 - Processo de Conhecimento — MARIA CLEUNICE NEULS X ECONOMAX LOGICO INDUSTRIA E COMERCIO DE FORNOS PARA PANIFIC

AO REQUERIDO PARA QUE LEVANTE A PENHORA DE FL.69.

Adv(s) JOAQUIM JOSE PEREIRA FILHO, SONIA MARIA BARROS ROSA

015 2003.0019769-4/0 - Processo de Conhecimento — JUAREZ SANTIN X MECANICA IDEAL

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) RONE MARCOS BRANDALIZE

016 2003.0020247-5/0 - Execução de Título Judicial — DOUGLAS GONÇALVES X BRUNA GARCIA AZEVEDO

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) MONICA REGINA LUCION

017 2003.0025850-9/0 - Execução Título Extrajudicial — MARCELO CAVALHEIRO DALL ACQUA X GERSON LOBO RIBEIRO PISKE

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito - PENHORA DE FL. 19 FOI LEVANTADA.

Adv(s) MIRIAM KLAHOLD, ZILDA SUIZANI CIAGNIWODA, LUIR CESCHIN

018 2004.0007802-5/0 - Execução Título Extrajudicial — ALVARO CESAR CASTRO JUNHO BAYAO X LAURO OLEINIK

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) LUIZ FERNANDO CACHOEIRA

019 2004.0015330-4/0 - Execução Título Extrajudicial — ROGERIO XAVIER RIVA (E OUTRO) X ADRIANO DA SILVA

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) ROGERIO XAVIER RIVA

020 2004.0015570-8/0 - Processo de Conhecimento — OSMAIR VENDRAMIN X MARCIO CRISTOVAM SILVA

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) HAMILTON SCHMIDT COSTA FILHO

021 2005.0003391-0/0 - Execução de Título Judicial — YEDA ROTEMBERG X BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Recurso interposto pelo requerente, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) PERCY BOSTELMANN, HEITOR SACHSER, ANA PAULA VIANA BARMANN, RAFAEL SCHIER GUERRA, FERNANDO JOSÉ GASPAR, KARINE CRISTINA DA COSTA, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA

022 2005.0006179-0/1 - Execução de Título Judicial — MARIA APARECIDA DE SOUZA BREMER X SAFRA LEASING S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

AO PROCURADOR LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN: RETIRAR CÓPIA DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS,QUE COMPROVAM A CARGA DOS AUTOS, BEM COMO A RESPECTIVA AUTORIZAÇÃO QUE SEENCONTRAM NA CONTRACAPA DOS AUTOS.

Adv(s) ELTON ALAVER BARROSO, MAURICIO KAVINSKI, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, PEDRO ROBERTO BELONE

023 2005.0016848-4/0 - Execução de Título Judicial — LAURO ARAUJO PIMENTEL X LEOCADIO JOSE MARTINS

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) RONY CESAR CENTENARO VALENZA

024 2005.0030701-0/0 - Execução de Título Judicial — PAULO MAGNO SCHIMIEGUEL X GLOBAL STUDY INTERCAMBIO CULTURAL LTDA (E OUTROS)

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) GISELE MARIA REIS AZEVEDO

025 2006.0000309-5/0 - Execução Título Extrajudicial — MELISSA MARI OKIHIRO X ISRAEL ARAUJO DE OLIVEIRA

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) FERNANDO FERREIRA ELIAS

026 2006.0004363-6/0 - Execução de Título Judicial — CIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL X LINDAMIR PIRES DE ANHAIA

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) SILVIO CEZAR MICHELETTI, VIVIAN QUIMELLI ROSA, SIVONEI MAURO HASS, FABRICIO FABIAN PEREIRA

027 2006.0007349-2/0 - Execução Título Extrajudicial — TELMA FURTADO - ME X FERRESA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (E OUTROS)

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) MARCELO DE BORTOLO, ADOLFO MARCIO SUAREZ REAL DE AZUA, AUREO VINHOTI, CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO, FABIANO MARTINI

028 2006.0014721-7/0 - Execução de Título Judicial — OSVALDO BARBOSA DA FONSECA X SIEMENS ELETROELETRONICA LTDA

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) WILLIAN MARCONDES SANTANA, DANIELA BRANDT SANTOS KOGISKI

029 2006.0021056-0/0 - Execução de Título Judicial — ADILSON SCHIMIDT DE SOUZA X AUTOLUZ COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito - Penhora de fl. 37 levantada.

Adv(s) RICARDO REIMANN

030 2007.0000144-5/0 - Execução Título Extrajudicial — ROSANGELA DO ROCIO ADAO RODEGE X HIRAN DELLAGNOLI

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) UDO HAUSNER

031 2007.0006260-4/0 - Processo de Conhecimento — WALDEMIRO DE TOLEDO PIZA X TOP AVESTRUZ S/A IMPORTACAO E EXPORTACAO (E OUTRO)

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE

032 2007.0007956-3/0 - Execução Título Extrajudicial — JEAN FAM FILHO X PAULO ANDRADE

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) JORGE FAM NETO

033 2007.0013031-4/0 - Execução Título Extrajudicial — HIGIEXPRESS PRODUTOS DE HIGIENE LTDA X CARLOS MAXIMA SANTOS NUNES

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) RENATA MARIA CANDIDO, JOSE LEOCADIO DE CAMARGO

034 2007.0022581-8/0 - Execução Título Extrajudicial — MARCELO NALEVAIKO X VILMA LUCIA ARAUJO

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) HÉLIO PEREIRA CURY FILHO

035 2007.0024433-5/0 - Execução Título Extrajudicial — CONDOMINIO DOM RODRIGO FLAT SERVICE X RENASSINDO ODENIR FAGUNDES

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) LUIZ FERNANDO MARTINS ALVES, CRISTHOFER PINTO OLIVEIRA, REJANE ULIANA ALVES DA SILVA, MARIA GABRIELA M. GONCALVES

036 2007.0025846-0/0 - Processo de Conhecimento — SUELI BARBOSA DE SOUZA X PACE CAR COMERCIO DE VEICULOS (E OUTRO)

Retirar ofício em Cartório

Adv(s) RAQUEL DE ANDRADE KRAUSE, JOICE KORMANN BERALDI

037 2007.0027743-3/0 - Execução Título Extrajudicial — STEINSACK E STEINSACK LTDA X ENIR FRANKOWSKI ME

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) LUIZ CONSTANTINO FILIPIN

038 2008.0001327-3/0 - Execução de Título Judicial — DILSON VIEIRA SOUZA X RAFAEL CANDIDO FERREIRA

Manifestar-se sobre o retorno do ofício

Adv(s) DARCI JOSE FINGER

039 2008.0003516-9/0 - Execução de Título Judicial — INES SLOMPO X BANCO BRADESCO S/A

AO RECLAMADO PARA QUE, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS EFETUE O PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO, SOB PENA DE CONSTRIÇÃO FORÇADA.

Adv(s) OLINTO ROBERTO TERRA, FLORIANO TERRA FILHO, LUCAS AMARAL DASSAN, DENIO LEITE NOVAES JUNIOR

040 2008.0004605-5/0 - Processo de Conhecimento — ADRIANA ALVES DE BASTOS X EMRSON ANÍZIO LIMA MEURER

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) DENISE DUARTE SILVA MOREIRA - Defensora Pública

041 2008.0006883-7/0 - Execução Título Extrajudicial — DARLEY DE JESUS PROENCA X FRANCISCO CARLOS PEREIRA

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) ARIBERT JOAO RANNOW, CARLOS EDUARDO PARUCKER E SILVA

042 2008.0008555-6/0 - Processo de Conhecimento — TERESA HIROCO BANCHO X VIVIANE D F FARIAS DA SILVA

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) PAULO SERGIO PIASECKI

043 2008.0009076-9/0 - Execução Título Extrajudicial — PAULO ANDRE ALVES DE RESENDE (E OUTRO) X GIL BUENO DE MAGALHAES

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) FATIMA APARECIDA ZULIANI FIGUEIRA, PAULO ANDRE ALVES DE RESENDE

044 2008.0010854-0/0 - Processo de Conhecimento — ALTAIR MONEGAGLIA X CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Retirar Alvará.

Adv(s) MAURICIO BELESKI DE CARVALHO, GUSTAVO SALDANHA SUCHY, JANAINA GIOZZA AVILA, LILIAN ROMAGNA, SANDRA BERNADETE GEARA CARDOSO

045 2008.0011823-4/0 - Execução de Título Judicial — WALDOMIRO PATRIAL JUNIOR X BANCO DO BRASIL S/A

Retirar Alvará.

Adv(s) CRISTIANE MARIA AGNOLETTO, VICTOR GERALDO JORGE, Felipe Meur Jorge

046 2008.0014043-3/0 - Processo de Conhecimento — CLEONE APARECIDA BATISTA DA CRUZ X BIC BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A

Extinto com base no art. 794 do CPC (satisfação da obrigação)

Adv(s) Adriele Luft, IDELANIR ERNESTI, MAURO CURTI, ELAINE CRISTINA JANKOVSKI, DIEGO DE PAULI PIRES

047 2008.0016670-9/0 - Processo de Conhecimento — PAULO VICENTE DA SILVA X LANK AUTOMOVEIS (E OUTRO)

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) NOEMI TEREZINHA VIANNA, DEBORA MARIA CESAR DE ALBUQUERQUE, MARLI CHAVES VIANNA DE OLIVEIRA, CARLOS PZEBEOWSKI

048 2008.0021507-8/0 - Processo de Conhecimento — ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU CARROSSEL DOURADO INTEGRACAO LTDA X ADEMAR JOSE BIZETTO

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) RICARDO VINHAS VILLANUEVA, GRASIELE CORREA

049 2008.0024883-5/0 - Processo de Conhecimento — SERGIO PAULO DE OLIVEIRA (E OUTRO) X COPEL DISTRIBUICAO S/A

Extinto com base no art. 794 do CPC (satisfação da obrigação)

Adv(s) DENISE SCOPARO, ALESSANDRA MARA SILVEIRA

050 2008.0027594-5/0 - Processo de Conhecimento — REGINALDO CESAR MARTINS X CIDALIA ODETE HAUFFE

Conforme prevê o item 2.10.2.1 do CN, devolver autos em Cartório no prazo de 24 horas, sob pena prevista no art.196(CPC)

Adv(s) LEANDRA NEGRELLI, JEAN ANDERSON ALBUQUERQUE

051 2008.0030063-5/0 - Processo de Conhecimento — JOSE ERIDON DA SILVA X BRADESCO SEGUROS S/A

Retirar Alvará.

Adv(s) LUCIANO DE LIMA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, FABIO LUIS DE LIMA

052 2008.0030772-4/0 - Execução de Título Judicial — MARIA ANTONIA DE SOUZA X BANCO DO BRASIL S/A

Retirar Alvará.

Adv(s) EDENAN MARTINEZ BASTOS, LUIZ ALBERTO GONCALVES, MARCIA ENEIDA BUENO, JOAREZ DA NATIVIDADE, JUSSARA ROSA FLORES, SIMONE BUENO DE SOUZA

053 2009.0002065-8/0 - Execução de Título Judicial — JOSE LUIZ LOPES TORALBA X NILZETHE TORRES BANDEIRA

Os prazos para o Réu revel correm a partir da publicação do ato decisório, nos termos do art. 322, do Código de Processo Civil. A sentença foi devolvida ao cartório em 10/11/2009, prazo inicial do recurso.O Reclamado interpôs recurso em 17/02/2011.Sendo assim, deixo de receber o recurso, eis que intempestivo.No entanto, em atenção ao princípio da instrumentalidade das formas, recebo a petição de fls. 29/32 como exceção de pré-executividade. (...)

Adv(s) MARCOS ROBERTO DOS SANTOS

054 2009.0006317-3/0 - Processo de Conhecimento — ILKA MARLI LORENZETI X BANCO ABN AMRO REAL S/A

Ante a petição de fl. 89, desentranhado dos autos a contestação e documentos de fls. 19/51.Ao reclamante para que, querendo, apresente impugnação à contestação no prazo de 10 (dez) dias. Após,voltem conclusos para sentença.

Adv(s) ANTONIO ELOY BERNARDIN, ANA MARIA SILVERIO LIMA, DIONE BERNARDIN, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA, GILBERTO STINGLIN LOTH

055 2009.0009620-9/0 - Processo de Conhecimento — LUIZ ANTONIO KUTZ X BRADESCO SEGUROS S/A

Retirar Alvará.

Adv(s) LUCIANO DE LIMA, MARCIA SATIL PARREIRA, CEZAR EDUARDO ZILIOTTO, FABIO LUIS DE LIMA

056 2009.0012232-8/0 - Execução de Título Judicial — LUIZ MANZI NETO X CLARO S/A - BCP TELECOMUNICAÇOES S/A

Inexistem valores a serem levantados pela Reclamada nos presentes autos.

Adv(s) JOAO RAIMUNDO FORMIGUIERI MACHADO PEREIR, JÚLIO CESAR GOULART LANES

057 2009.0013543-0/0 - Execução de Título Judicial — BEATRIZ MARISA HEUSI BOEHM X CAPANEMA CIRURGIAS ODONTOLOGICAS LTDA

A Reclamante para que, no prazo de 10 dias, informe se a Reclamada cumpriu a obrigação de fazer, conforme decisão de fl. 55.

Adv(s) PATRICK HUESI BOEHM, DANIELA BRANDT SANTOS KOGISKI, NILSU JOSE MIGUEL MALUF JUNIOR, MARCOS MAURICIO BERNARDINI

058 2009.0013741-6/0 - Processo de Conhecimento — RUBYO DANILO BRITO DOS ANJOS X ATLANTICO FUNDOS DE INVESTIMENTO

Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) RUBYO DANILO BRITO DOS ANJOS, BLAS GOMM FILHO

059 2009.0016130-0/0 - Processo de Conhecimento — DAURA BASTOS XAVIER X CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

Ao requerido para informar o número da conta judicial em que foi efetuado o depósito de fl 190.

Adv(s) GABRIELA ROCHA NUNES, ALINE AMARAL UCHOA, TARCISIO ARAUJO KROETZ, CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER, MARCELO BUZATO, MARIANA BASTOS DALLA VECCHIA

060 2009.0017345-0/0 - Execução de Título Judicial — CONCEIÇÃO FERNANDES ATHANASIO X BANCO DO BRASIL S/A

Retirar Alvará.

Adv(s) ANDREIA DA ROSA RACHE, REINALDO MIRICO ARONIS

061 2009.0018484-0/0 - Processo de Conhecimento — JULIO CEZAR GOMES JUNIOR X SUPERMERCADO TOTAL

Sentença julgando improcedente o pedido do requerente - Sentença julgando improcedente o pedido contraposto.

Adv(s) JONAS BORGES, Fagner Shneider, ILZE REGINA APARECIDA PINTO, JOSE DO CARMO BADARO, JORGE CLARO BADARO

062 2009.0019487-5/0 - Processo de Conhecimento — MIGUEL FERREIRA BATISTA X PAULO SILAS TAPOROSKY (E OUTRO)

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) PAULO SILAS TAPOROSKY, DENISE DUARTE SILVA MOREIRA - Defensora Pública

063 2009.0019817-9/0 - Processo de Conhecimento — RUBEN DE SEIXAS NETO (E OUTRO) X WHIRLPOOL S.A (E OUTRO)

À RECLAMADA PARA INDICAR EM NOME DE QUAL ADVOGADO DEVERÁ SER EXPEDIDO ALVARÁ

Adv(s) SIMONE ALVES DE SEIXAS, MARIANA CARNEIRO GIANDON, RODRIGO HENRIQUES TOCANTINS, CRISTIANO GUERIOS NARDI

064 2009.0020265-6/0 - Processo de Conhecimento — ANATAIR DALVA DE MATOS BOASCZYK X SOLAR AUTOMOVEIS (E OUTRO)

Sentença julgando procedente o pedido do requerente

Adv(s) JULIANA LIMA PONTES, OTAVIO AUGUSTO LOEPPER, REINALDO MIRICO ARONIS

065 2009.0020294-7/0 - Processo de Conhecimento — FRANCISCA TEREZINHA TZECIUK X BANCO DO BRASIL (E OUTRO)

Sentença julgando procedentes os embargos

Adv(s) EDUARDO STABILE, Rafael Mosele, JEAN CARLOS CAMOZATO, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, NATHALIA KOWALSKI FONTANA

066 2009.0021212-5/0 - Execução de Título Judicial — EDIELMA DA SILVA KAUJON FONSECA X BRASIL TELECOM S/A

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) BENEMEY SERAFIM ROSA, SANDRA REGINA RODRIGUES

067 2009.0021578-1/0 - Execução Título Extrajudicial — JASCAN OFICINA MECANICA E COMERCIO DE PEÇAS LTDA X JARBAS NUNE DE AVEIRO ROSA

Informar o correto endereço da parte requerido no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito

Adv(s) CRISTIANE MARIA AGNOLETTO

068 2009.0022917-3/0 - Processo de Conhecimento — JANAYNA COMICHOLLI SOUZA X ESCOLA DE INGLES WIZARD

Retirar Alvará.

Adv(s) JANAYNA FERREIRA LUZZI, MARCELO ARTHUR MENEGASSI FERNANDES

069 2009.0026107-9/0 - Processo de Conhecimento — CARLOS EDUARDO PEZZETTE LORO X GVT GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA

Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) CARLOS EDUARDO PEZZETTE LORO, Sandra Calabrese Simão, ELISABETH REGINA VENANCIO TANIGUCHI

070 2009.0026764-9/0 - Processo de Conhecimento — JORGE BRAUN NETO X PAULO CESAR GAY (E OUTRO)

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) LUCIANE APARECIDA DE ABREU MANFRON

071 2009.0028855-8/0 - Processo de Conhecimento — TRALALA DECORACAO INFANTIL LTDA X DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS NOVA GERACAO

Retirar Alvará.

Adv(s) FLAVIO W. LINS, RAPHAEL MARCONDES KARAN, ANDREA CRISTINE SCHLICHTA, JOSIANE KANASHIRO BRANTES FERREIRA

072 2009.0028975-0/0 - Execução de Título Judicial — WAGNER CHIAROTTI SOARES X ARMAZEM DA BOLA

Conforme prevê o item 2.10.2.1 do CN, devolver autos em Cartório no prazo de 24 horas, sob pena prevista no art.196(CPC)

Adv(s) FELIPE MENDONÇA MONTENEGRO, ELOISA FONTES TAVARES, THIAGO DAHLKE MACHADO, ELOISA FONTES TAVARES

073 2010.0000076-8/0 - Processo de Conhecimento — ALINE NINA WOJTCZAK BOEIRA X GOL VIAS AEREAS (E OUTRO)

Redesignação de Audiência de Instrução e Julgamento as 14:00 do dia 01/12/2011

Adv(s) ALBERTO SILVA GOMES, LUIZ GONZAGA MOREIRA CORREIA

074 2010.0000831-5/0 - Execução Título Extrajudicial — ALEXANDRE DA ROSA X DENISE COELHO MARTINS LACHOWSKI (E OUTRO)

Recurso interposto pelo requerente, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) FABIANO DA ROSA, BRUNA ALEXANDRA RADOLL, BRUNO GUISS, BRUNO GUISS

075 2010.0001359-0/0 - Processo de Conhecimento — DANIEL HOFFMANN FAVRETO X BRASIL TELECOM CELULAR S/A

Retirar Alvará.

Adv(s) PATRICIA REGINA PIASECKI, SANDRA REGINA RODRIGUES, EDUARDO MOTIEJAUS JUODIS STREMEL, RAPHAELA MAIA RUSSI FRANCO, CAROLINA MARCELA FRANCIOSI BITTENCOURT

076 2010.0001693-3/0 - Processo de Conhecimento — JESULINO MADOENHO X NET PARANA COMUNICACOES LTDA

Extinto com base no art. 794 do CPC (satisfação da obrigação)

Adv(s) GUILHERME DA COSTA PERIOTTO, JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO, NATANAEL DA SILVA

077 2010.0001693-3/0 - Processo de Conhecimento — JESULINO MADOENHO X NET PARANA COMUNICACOES LTDA

Retirar Alvará.

Adv(s) GUILHERME DA COSTA PERIOTTO, JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO, NATANAEL DA SILVA

078 2010.0001720-1/0 - Processo de Conhecimento — LUCIANE PEREIRA DO PRADO X BANCO ITAUCARD S/A

Recurso interposto pelo requerente, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) RICARDO AUGUSTO MENEZES YOSHIDA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, JOSÉ DA COSTA VALIM NETO

079 2010.0001936-3/0 - Processo de Conhecimento — CARINA LOPES DOS SANTOS X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Considerando a decisão liminar nos autos da Reclamação nº 5272/SP (2011/0022506-8) proferida pelo Ministro Sidnei Beneti do Superior Tribunal de Justiça, que determinou a suspensão em todos os Juizados Especiais Cíveis do país de todos os processos que versem sobre a data inicial da incidência dos juros moratórios na indenização do seguro DPVAT, suspendo os presentes autos até posterior decisão da Reclamação em comento no âmbito do STJ.

Adv(s) LUCIANO DE LIMA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI, FERNANDO MURILO COSTA GARCIA

080 2010.0005668-6/0 - Processo de Conhecimento — ANDREA MOLINA TIBA X BRASIL VEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS (E OUTRO)

Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) JOSLAINE MONTANHEIRO ALCÂNTARA DA SILVA, MARIA ANGELA DE SOUZA, ELOI CONTINI, ALEXANDRE ADACHI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, Tadeu Cerbaro, CÍNTIA MOLINARI STEDILE

081 2010.0006106-6/0 - Processo de Conhecimento — SERGIO LUIZ PREVEDELLO X JOSE APARECIDO DA SILVA (E OUTRO)

Retirar ofício em Cartório

Adv(s) MEURIS JOAO CARON CASSOU

082 2010.0006128-1/0 - Processo de Conhecimento — MARISA DA SILVA TIBUCHESKI X ADMINISTRADORA DE IMOVEIS GONZAGA LTDA

Sentença julgando parcialmente procedente o pedido do requerente

Adv(s) ELAINE DE FATIMA COSTA GUERIOS, SILVIO CESAR BARBOSA

083 2010.0006561-2/0 - Processo de Conhecimento — ANGELA BEATRIZ NOLLI DE MORAES X ANGELONI E CIA LTDA (E OUTRO)

Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) KARLA FERREIRA DE CAMARGO FISCHER, MARINA GLORIGIANO TARRICONE, MARCELO LUIZ DREHER, ROBERTA ONISHI, ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO, FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR, OCTAVIO CAMPOS FISCHER

084 2010.0012212-1/0 - Processo de Conhecimento — THIAGO ALENCAR RIBAS X DEBORA CRISTINA RONDON SALGUEIRO (E OUTRO)

Sentença julgando improcedente o pedido do requerente - Sentença julgando improcedente o pedido contraposto.

Adv(s) EDUARDO FELICIANO DOS REIS, CLAUDIO ADRIANO BOMFATI, ANDRE GUILHERME ZAIA, GISELI RIBEIRO DA SILVA, GISELI RIBEIRO DA SILVA, ANTONIO NUNES NETO

085 2010.0012619-4/0 - Processo de Conhecimento — GUARACI MACHADO CORREIA X BANCO SANTANDER S/A

Ao recorrente (requerido) para que se manifeste acerca do levantamento de 30% das custas recursais, ante o provimento parcial do recurso interposto.

Adv(s) GUILHERME RENAN DREYER, BLAS GOMM FILHO, ANDRÉ LUIZ FERREIRA RIBEIRO

086 2010.0012894-2/0 - Processo de Conhecimento — MARCIA REGINA MORSELLI X JUACIR LINDOR DE LIMA

Redesignação de Audiência de Conciliação as 17:00 do dia 24/11/2011

Adv(s) MARCIA REGIA MORSELLI

087 2010.0014851-1/0 - Processo de Conhecimento — CEZAR ANDRE KOSIBA X RAFAEL FRANCISCO COSTETTI

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) CEZAR ANDRE KOSIBA

088 2010.0016456-9/0 - Processo de Conhecimento — JIMENES AUTOMOVEIS LTDA X IONARA ANZANELLO ABS DA CRUZ

Sentença julgando procedente o pedido do requerente

Adv(s) ROGERIO SADY BEGE, CICERO BRAZ PORTUGAL, BRUNO BRAGA BETTEGA

089 2010.0016731-8/0 - Execução de Título Judicial — RENATO FERREIRA DE ALMEIDA X BANCO POPULAR DO BRASIL S/A (E OUTRO)

Manifestar-se sobre o pagamento efetuado

Adv(s) REINALDO MIRICO ARONIS

090 2010.0021071-4/0 - Processo de Conhecimento — RUAN FELIPE DOS SANTOS MARTINS X MARCIA NOATO TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME

Sentença julgando procedente o pedido do requerente

Adv(s) ELADIO PINHEIRO LIMA JUNIOR

091 2010.0021144-7/0 - Processo de Conhecimento — ELZA GOBETTI X TRANSPORTE COLETIVO GLORIA (E OUTRO)

AO RECLAMADO PARA QUE NO PRAZO DE 15 DIAS EFETUE O PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO SOB PENA DE CONSTRIÇÃO FORÇADA

Adv(s) OTTO AUGUSTO KESSELI, PEDRO ROBERTO ROMÃO, ANDREA TATTINI ROSA, EDEMILSON PINTO VIEIRA, HEITOR ALCANTARA DA SILVA

092 2010.0023134-4/0 - Processo de Conhecimento — JULIANO ANDRADE FRANCA X MAURO JUNG

Sentença julgando parcialmente procedente o pedido do requerente

Adv(s) HERCULES LUIZ, AGEU TENORIO DA SILVA

093 2010.0023286-2/0 - Processo de Conhecimento — ELUIR BARBOSA X JOSE DA SILVA (E OUTRO)

Sentença julgando parcialmente procedente o pedido do requerente - para condenar a ré Viação Tamandaré Ltda na quantia de R$ 14.581,00 (quatorze mil quinhentas e oitenta e um reais) a título de reparação dos danos materiais.

Adv(s) MARCOS A P TOLEDO, LEONARDO DA SILVA ARMSTRONG, DEBORA LEMOS GUMURSKI, GUILHERME DE SALLES GONCALVES, GIOVANI ZORZI RIBAS

094 2010.0023617-8/0 - Processo de Conhecimento — JOSE ROBERTO DO NASCIMENTO X TRANSPORTES E ENTREGAS RAPIDAS A LTDA (E OUTROS)

AOS REQUERIDOS PARA QUE PAGUEM O VALOR DA CONDENAÇÃO NO PRAZO DE 15 DIAS SOB PENA DE CONSTRIÇÃO FORÇADA.

Adv(s) LUCIANO DE LIMA, DARLISA DA SILVA, DARLISA DA SILVA, DARLISA DA SILVA, RODRIGO AUGUSTO DE ARRUDA, EMILI CRISTINA DA FREITAS

095 2010.0024124-2/0 - Processo de Conhecimento — ALVARO RANGEL PEREIRA NETO X JOSE APARECIDO MOREIRA LEME (E OUTRO)

Sentença julgando parcialmente procedente o pedido do requerente

Adv(s) PEDRO PORTES RIBEIRO FILHO, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, MONICA FERREIRA MELLO BIORA, JULIANA PETCHEVIST, Fábio de Souza, LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES

096 2010.0024625-4/0 - Processo de Conhecimento — DANIELE MARTINS SODRE (E OUTRO) X ELZA MARIA GALVAO CIFFONI ARNS

Sentença julgando parcialmente procedente o pedido do requerente - Sentença julgando extinto sem julgamento do mérito com relação ao 2º requerente, nos termos do art.51, I, da lei 9.099/95.

Adv(s) LILIANE APARECIDA COELHO, CARLOS BERNARDO CARVALHO DE ALBUQUERQUE, CIBELLE SANTOS DE OLIVEIRA, CLOVIS GALVAO PATRIOTA, Gustavo Sartor de Oliveira

097 2010.0024921-7/0 - Processo de Conhecimento — BRUNO ALEXANDRE SANTOS PURCOTE X DANIELLE TATIANE A PORTELA

Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) LARISSA GOMES, ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA, NELSON PEREIRA MENDES, ROBSON MAIOCHI, SIMONE DE LARA

098 2010.0026861-9/0 - Processo de Conhecimento — JULIANA ABDON X WALTER RESENDE DE OLIVEIRA

Sentença julgando procedente o pedido do requerente

Adv(s) ARISTON CARLOS GHIDIN

099 2010.0027182-1/0 - Processo de Conhecimento — JOENICE LOPES SILVA E SOUZA X INTEL MASTER COMERCIO E INFORMATICA LTDA (E OUTRO)

Sentença julgando improcedente o pedido do requerente - Sentença julgando improcedente o pedido contraposto.

Adv(s) FATIMA LUIZA GEBARA CASABURI

100 2010.0027524-0/0 - Processo de Conhecimento — JOAO REMPEL X TIM CELULAR S/A

Sentença julgando procedente o pedido do requerente

Adv(s) TIAGO STAINKE, Tiago Carniel, HELENA ANNES, ALCEU MACIEL D AVILA, LAURO CARNEIRO DE SIQUEIRA, SÉRGIO LEAL MARTINEZ

Concursos

Comarcas do Interior

Plantão Judiciário

## CONGONHINHAS

| | |
|---|---|
| **Período:** | 01/10/2011 a 10/10/2011 |
| **Juiz:** | Rita Borges Leão Monteiro |
| **Responsável:** | OSVALDO SAÚGO- CARMEN LÚCIA RAMOS ASSUNÇÃO |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | FORÚM |
| **Telefone:** | (043) 84295966 84265730 |
| **Fax:** | (043) 35541289 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 10/10/2011 a 17/10/2011 |
| **Juiz:** | Rita Borges Leão Monteiro |
| **Responsável:** | ANDERSON ROSA E ERMELINO DURÃES DA LUZ |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | FORÚM |
| **Telefone:** | (43) 8835-5068/ 3554-1112 |
| **Fax:** | 3554-1266 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 17/10/2011 a 24/10/2011 |
| **Juiz:** | Rita Borges Leão Monteiro |
| **Responsável:** | OSVALDO SAÚGO- CARMEN LÚCIA RAMOS ASSUNÇÃO |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | FORÚM |
| **Telefone:** | (043) 84295966 84265730 |
| **Fax:** | (043) 35541289 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 24/10/2011 a 31/10/2011 |
| **Juiz:** | Rita Borges Leão Monteiro |
| **Responsável:** | ANDERSON ROSA E ERMELINO DURÃES DA LUZ |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | FORÚM |
| **Telefone:** | (43) 8835-5068/ 3554-1112 |
| **Fax:** | (043) 35541266 |

## GOIOERÊ

| | |
|---|---|
| **Período:** | 30/09/2011 a 03/10/2011 |
| **Juiz:** | Fabiana Matie Sato |
| **Responsável:** | JEAN CARLO FAVA |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Fórum da Comarca de Goioerê (Av. Santa Catarina, s/nº., Jd. Lindóia., CEP: 87360-000 - Goioerê-PR) |
| **Telefone:** | 44-9831-5600 ou 44-8855-1400 |
| **Fax:** | 44-3522-1414 |

## GRANDES RIOS

| | |
|---|---|
| **Período:** | 01/10/2011 a 08/10/2011 |
| **Juiz:** | Rodrigo do Amaral Barboza |
| **Responsável:** | Celso Rosnei Osório Martins |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Av. José Monteiro de Noronha, 306 |
| **Telefone:** | (43) 8845-3679 |
| **Fax:** | (43) 3474-1224 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 09/10/2011 a 15/10/2011 |
| **Juiz:** | Rodrigo do Amaral Barboza |
| **Responsável:** | Juliano Borba Siqueira |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Rua Vita Brasil, 988 |
| **Telefone:** | (43) 8845-3679 |
| **Fax:** | (43) 3474-1433 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 17/10/2011 a 23/10/2011 |
| **Juiz:** | Rodrigo do Amaral Barboza |
| **Responsável:** | JOANA DARQUES VIANA MARQUES SILVA |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Av. Brasil, n° 530 - fundos |
| **Telefone:** | (43) 8845-3679 |
| **Fax:** | (43) 3474-1224 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 24/10/2011 a 31/10/2011 |
| **Juiz:** | Rodrigo do Amaral Barboza |
| **Responsável:** | Carla Fernanda de Almeida |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Rua Vita Brasil, 942 |
| **Telefone:** | (43) 8845-3679 |
| **Fax:** | (43) 3474-1433 |

## IMBITUVA

| | |
|---|---|
| **Período:** | 01/10/2011 a 09/10/2011 |
| **Juiz:** | Antonio Jose Carvalho da Silva Filho |
| **Responsável:** | KARIN JOSIANI JANISKI TOMAL |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Rua Santo Antonio, 915- Edifício do Fórum |
| **Telefone:** | 042- 9962-77-05 |
| **Fax:** | 042-3436-11-13- ramal 235 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 10/10/2011 a 16/10/2011 |
| **Juiz:** | Antonio Jose Carvalho da Silva Filho |
| **Responsável:** | JOSIANE APARECIDA GOMES KIESKI |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Rua Santo Antonio, 915- Edifício do Fórum |
| **Telefone:** | 042- 9916-11-46 |
| **Fax:** | 042-3436-11-13- ramal 235 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 17/10/2011 a 23/10/2011 |
| **Juiz:** | Antonio Jose Carvalho da Silva Filho |
| **Responsável:** | BIANCA CAGGIANO |

| | |
|---|---|
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Rua Santo Antonio, 915- Edifício do Fórum |
| **Telefone:** | 042- 9924-85-95 |
| **Fax:** | 042-3436-11-13- ramal 235 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 24/10/2011 a 31/10/2011 |
| **Juiz:** | Antonio Jose Carvalho da Silva Filho |
| **Responsável:** | JOEL PEREIRA DA CRUZ |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Rua Santo Antonio, 915- Edifício do Fórum |
| **Telefone:** | 042- 9974-90-94 |
| **Fax:** | 042-3436-11-13- ramal 235 |

## MARIALVA

| | |
|---|---|
| **Período:** | 26/09/2011 a 03/10/2011 |
| **Juiz:** | Victor Schmidt Figueira dos Santos |
| **Responsável:** | Priscila Cristina dos Santos de Oliveira |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (17h) e o início do expediente do dia seguinte (8h30) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | FÓRUM |
| **Telefone:** | 9908-4517 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 03/10/2011 a 10/10/2011 |
| **Juiz:** | Victor Schmidt Figueira dos Santos |
| **Responsável:** | Danilo Frazatto Berton |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (17h) e o início do expediente do dia seguinte (8h30) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | FÓRUM |
| **Telefone:** | 9145-9110 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 10/10/2011 a 17/10/2011 |
| **Juiz:** | Victor Schmidt Figueira dos Santos |
| **Responsável:** | EDSON FELIPE MIGLIORINI |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (17h) e o início do expediente do dia seguinte (8h30) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | FÓRUM |
| **Telefone:** | 9929-7153 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 17/10/2011 a 24/10/2011 |
| **Juiz:** | Victor Schmidt Figueira dos Santos |
| **Responsável:** | THALITA IZZO BELASQUE |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (17h) e o início do expediente do dia seguinte (8h30) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | FÓRUM |
| **Telefone:** | 9145-9110 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 24/10/2011 a 31/10/2011 |
| **Juiz:** | Victor Schmidt Figueira dos Santos |
| **Responsável:** | CAROLINA CLEÓPATRA CODONHO DA SILVA |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (17h) e o início do expediente do dia seguinte (8h30) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | FÓRUM |
| **Telefone:** | 8446-6924 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 31/10/2011 a 07/11/2011 |
| **Juiz:** | Victor Schmidt Figueira dos Santos |
| **Responsável:** | Carlos Zucolin Belasque |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | FÓRUM |
| **Telefone:** | 3232-3744 / 9145-9110 |

## PARANAGUÁ

| | |
|---|---|
| **Período:** | 26/09/2011 a 03/10/2011 |
| **Juiz:** | Débora Demarchi Mendes de Melo |
| **Responsável:** | Carlos Martins |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Avenida Gabriel de Lara, nº 771 |
| **Telefone:** | (41) 9998-0376 |
| **Fax:** | (41) 3422-5294 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 03/10/2011 a 10/10/2011 |
| **Juiz:** | Alexandre Moreira Van Der Broocke |
| **Responsável:** | Dennis Gonçalves Pinheiro |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Avenida Gabriel de Lara, nº 771 |
| **Telefone:** | (41) 9914-4613 |
| **Fax:** | (41) 3423-2799 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 10/10/2011 a 17/10/2011 |
| **Juiz:** | Walter Ligeiri Junior |
| **Responsável:** | Vanessa Spadoto Alves |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Avenida Gabriel de Lara, nº 771 |
| **Telefone:** | (41) 9699-8596 |
| **Fax:** | (41) 3038-2770 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 17/10/2011 a 24/10/2011 |
| **Juiz:** | Débora Demarchi Mendes de Melo |
| **Responsável:** | Helio Silvano Biaggi |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Avenida Gabriel de Lara, nº 771 |
| **Telefone:** | (41) 9695-4492 |
| **Fax:** | (41) 3038-2889 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 24/10/2011 a 31/10/2011 |
| **Juiz:** | Helio Tsutomu Arabori |
| **Responsável:** | Ciro Antonio Taques |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Avenida Gabriel de Lara, nº 771 |
| **Telefone:** | (41) 9138-5298 |
| **Fax:** | (41) 3422-4055 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 31/10/2011 a 07/11/2011 |
| **Juiz:** | Helio Tsutomu Arabori |
| **Responsável:** | Ciro Antonio Taques |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Avenida Gabriel de Lara, nº 771 |
| **Telefone:** | (41) 9138-5298 |
| **Fax:** | (41) 3422-4055 |

## PATO BRANCO

| | |
|---|---|
| **Período:** | 01/09/2011 a 06/10/2011 |
| **Juiz:** | Daniela Maria Kruger |
| **Responsável:** | Paulo César Caruso |

| | |
|---|---|
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Forum de Pato Branco |
| **Telefone:** | 046-9916-0179 |
| **Fax:** | 046-9916-0179 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 07/10/2011 a 13/10/2011 |
| **Juiz:** | Eduardo Faoro |
| **Responsável:** | Ana Paula Santos Pereira |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Forum de Pato Branco |
| **Telefone:** | 046-9916-0179 |
| **Fax:** | 046-9916-0179 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 14/10/2011 a 20/10/2011 |
| **Juiz:** | Udenir Sgarbi |
| **Responsável:** | Simone Sangaletti da Silva |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Fórum de Pato Branco |
| **Telefone:** | 046-9916-0179 |
| **Fax:** | 046-9916-0179 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 21/10/2011 a 27/10/2011 |
| **Juiz:** | Jurema Carolina da Silveira Gomes |
| **Responsável:** | Maricele Spagnollo |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Fórum de Pato Branco |
| **Telefone:** | 046-9916-0179 |
| **Fax:** | 046-9916-0179 |

| | |
|---|---|
| **Período:** | 28/10/2011 a 04/11/2011 |
| **Juiz:** | Flávia Molfi de Lima |
| **Responsável:** | Dorildes A C Mendes |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Forum de Pato Branco |
| **Telefone:** | 046-9916-0179 |
| **Fax:** | 046-9916-0179 |

## SERTANÓPOLIS

| | |
|---|---|
| **Período:** | 01/10/2011 a 31/10/2011 |
| **Juiz:** | Fernando Moreira Simoes Junior |
| **Responsável:** | Mara Cristina Galles Calsavara |
| **Horário:** | entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense. |
| **Local:** | Rua São Paulo nº853 |
| **Telefone:** | (043)88245733-(043)91165830 |
| **Fax:** | (043) 3232.1170 - Ramal 23 |

Cível

# FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

# VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**Cartório da Vara Cível e Anexos**
**Foro Regional de Almirante Tamandaré**
**Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR**
**Gilberto Charin**
**Escrivão**

**RELAÇAO DO DIARIO DA JUSTICA nº 107/2011**

Índice de Publicação

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANA TEIXEIRA DE FREITAS NASSAR 00089 007860/2011
ADRIANO CARLOS SOUZA VALE 00071 002050/2011
ALBERT DO CARMO AMORIM 00057 009892/2010
00070 002040/2011
00087 007530/2011
ALESSANDRA CRISTINA RAMIRO DE FRANÇA 00063 001272/2011
ALESSANDRA LABIAK 00031 001130/2008
ALESSANDRO MESTRINER FELIPE 00006 000670/2003
ALEXSANDRO GOMES DE OLIVEIRA 00008 000880/2004
AMANDA TOLEDO CORTIANO 00027 000792/2008
ANA CLAUDIA FRANÇA PODOLAK 00054 009100/2010
ANA CRISTINA GRANATO ROSSI 00002 000750/1997
00065 001332/2011
ANDRE LUIZ SOUZA VALE 00071 002050/2011
ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI 00052 008210/2010
ANDREA HERTEL MALUCELLI 00007 001140/2003
ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA 00084 007090/2011
ANDREIA DAMASCENO 00075 002400/2011
00078 003910/2011
ANDREIA MALUCELLI 00030 001030/2008
ANDREIA MARINA LATREILLE 00062 001050/2011
ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA 00081 005322/2011
AQUILE ANDERLE 00059 010200/2010
ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA 00086 007460/2011
ARNALDO CONCEICAO JUNIOR 15741/PR 00020 000692/2007
BENJAMIM PEDRO ZONATO 8.233 00043 000490/2010
BRUNO LOFHAGEN CHERUBINO 00056 009870/2010
CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN 00078 003910/2011
CARLOS ALBERTO ARAUJO ROVEL 00009 000806/2005
CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA 00081 005322/2011
CARLOS BERKENBROCK 00046 001390/2010
CARMEM GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI 00003 002020/1998
CESAR ANTONIO AGUILAR RIOS 00080 005042/2011
CESAR RICARDO TUPONI 00088 007830/2011
CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO 00076 002810/2011
CRISTIAN MIGUEL 00058 010160/2010
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES 00009 000806/2005
00031 001130/2008
00058 010160/2010
00077 003372/2011
00081 005322/2011
00083 006070/2011
CRISTIANO RICARDO WULFF 00082 006060/2011
CRYSTIANE LINHARES 00049 005270/2010
DANIEL DAMMSKI HACKBART 00015 001060/2006
DANIELE ALBANIZ JUNGLES DE CARVALHO 00016 001200/2006
DANIELE ALMEIDA NUNES JUDEIKIS 00023 000082/2008
DANIELE DE BONA 00012 000372/2006
00017 000012/2007
DANIELLE MADEIRA 00085 007210/2011
DANIELLE TEDESKO 00024 000316/2008
DENISE VAZQUEZ PIRES 00019 000648/2007
00073 002220/2011
DIEGO RUBENS GOTTARDI 00012 000372/2006
DIOGO CORSO DE SOUZA 00010 000960/2005
DIOGO LOPES VILELA BERBEL 00066 001570/2011
DIONE MARA SOUTO DA ROSA 00080 005042/2011
EDSON APARECIDO DA SILVA 00003 002020/1998
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 00088 007830/2011
ELAINE DE CAMPOS 00065 001332/2011
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES 00038 000812/2009
00058 010160/2010
00083 006070/2011
ELMIRA MULLER 00053 008390/2010
EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA 00042 001450/2009
ERIKA HIKISHIMA FRAGA 00029 000890/2008
00037 000692/2009
EUGENIA JUNQUEIRA VICTORELLI 00094 006340/2000
FABIANO NEVES MACIEYWSKI 00071 002050/2011
FERNANDO FERNANDES BERRISCH 00062 001050/2011
FERNANDO FERREIRA SERAFIM 00070 002040/2011
FERNANDO JOSÉ GASPAR 00017 000012/2007
00061 000120/2011
FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ 00058 010160/2010
FLAVIO SANTANNA VALGAS 00031 001130/2008
FRANCISCO MACHADO DE JESUS 6217 00001 000392/1996
GERSON MASSIGNAN MANSANI 00048 004092/2010
00068 001842/2011
GERSON VANZIN MOURA DA SILVA 00076 002810/2011
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 00036 000682/2009
00051 007750/2010
IRINEU PALMA PEREIRA 00006 000670/2003
JANE CELIA DA SILVA 21.125 00005 000502/2003
JOAO BOAVENTURA DE CRISTO 00048 004092/2010
JOAO HENRIQUE DA SILVA 00022 000932/2007
JOEL KRAVTCHENKO 20892/ PR 00064 001330/2011
JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA 00035 000660/2009
JOSE CARLOS ROSA 00050 005328/2010
00069 002030/2011
JOSE VALTER RODRIGUES 00004 000390/2000
KARINE CRISTINA DA COSTA 00017 000012/2007
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00021 000870/2007
00028 000850/2008
00033 000550/2009
00038 000812/2009
00040 001210/2009
00047 002042/2010
00060 010210/2010
00067 001780/2011
KLAUS SCHNITZLER 00012 000372/2006
LEA BORTOLON 00079 004170/2011
LEANDRO NEGRELLI 00074 002332/2011
00077 003372/2011
LETICIA PELLEGRINO DA ROCHA ROSSI 00014 000950/2006
LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO 00019 000648/2007
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00024 000316/2008
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00007 001140/2003
00018 000320/2007
00026 000730/2008
00030 001030/2008
00088 007830/2011
MARIA LUCILA GOMES 00091 007872/2011
MARIANE CARDOSO MACAREVICH 00092 008042/2011
MARIO TADEU SANTOS 00023 000082/2008
MARTINHO CARLOS DE SOUZA 00065 001332/2011
MAURICIO ALCÂNTARA DA SILVA 00061 000120/2011
MAURICIO DE SANTA CRUZ ARRUDA 00044 000500/2010
MAURICIO HANKE BANDOLIN 00041 001340/2009
00090 007862/2011
MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO 00093 004379/2000
MAYLIN MAFFINI 00074 002332/2011
MICHELLE CHRISTINE DE SIQUEIRA 00072 002140/2011
MICHELLE SCHUSTER NEUMANN 00031 001130/2008
00036 000682/2009
MIEKO ITO 00029 000890/2008
00039 000890/2009
MILKEN JACQUELINE C JACOMINI 00031 001130/2008
MURILO CELSO FERRI 00042 001450/2009
NATALIA DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS 00041 001340/2009
NILSON INACIO KUFFEL 00045 001002/2010
NILTON BUSSI 00048 004092/2010
NORBERTO TARGINO DA SILVA 00025 000520/2008
OSNILDO PACHECO JUNIOR 00048 004092/2010
OTTO JOÃO LYRA NETO 00016 001200/2006
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 00058 010160/2010
PEDRO DAVI BENETI 00096 002740/2009
PRECIR KYUJI KAWASAKI OAB/PR 44.775 00096 002740/2009
RAFAEL AMBROSIO DIAS 00005 000502/2003
RAFAEL DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS 00041 001340/2009
RAFAEL DE REZENDE GIRALDI 00066 001570/2011
REGIANE R. FERNANDES BERRISCHI 00062 001050/2011
REINALDO MIRICO ARONIS 00082 006060/2011
REJANE FONTES 17299/PR 00041 001340/2009
RODRIGO CADEMARTORI LISE 00057 009892/2010
00070 002040/2011
RODRIGO FONTANA FRANCA 00086 007460/2011
RONALDO MARECA 00011 000190/2006
ROSANGELA CORREA 00092 008042/2011
SALVADOR OLIVA NETO 00095 001722/2006
SANDRA JUSSARA KUCHNIR 00013 000700/2006
SERGIO SCHULZE 7629 00033 000550/2009
00038 000812/2009
SILVANA TORMEM 00025 000520/2008
00055 009780/2010
SIMONE MARQUES SZESZ 00039 000890/2009
SUZANA DANHONI ELISIO 00005 000502/2003
TATIANA VALESCA VROBLEWSKI 00028 000850/2008
00040 001210/2009
TATIANE PARZIANELLO 00034 000560/2009
TONI MENDES DE OLIVEIRA 00014 000950/2006

VALDECIR PAGANI 00032 001140/2008
VICTOR VITELCI DE SOUZA ALVES 00065 001332/2011
VIRGINIA MAZZUCCO 00051 007750/2010
VIVIANE KARINA TEIXEIRA 00076 002810/2011

1. USUCAPIAO-0000543-52.1996.8.16.0024-PERI FERREIRA DIAS- Ao requerido para manifestar-se, tendo em vista os documentos juntados com a impugnação.-Adv. FRANCISCO MACHADO DE JESUS 6217-.
2. DECLAR NULIDADE ATO JURIDICO-750/1997-MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARE x SANTA CLARA IND E COM DE ESQUADRIAS LTDA-A parte autora, para que compareça em Cartório, a fim de retirar o ofício expedido, no prazo de 05 (cinco) dias,comprovando a postagem. -Adv. ANA CRISTINA GRANATO ROSSI-.
3. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0004546-93.2009.8.16.0024-ANTONIO EDISON CUNICO BACH x METALURGICA SENNA LTDA- "Defiro a suspensão requerida." -Advs. CARMEM GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI e EDSON APARECIDO DA SILVA-.
4. EXECUCAO-0000514-60.2000.8.16.0024-RONI STRAPASSON x ALEXANDRE VOROBI-Ao autor para que compareça em cartório para retirar carta de intimação, comprovando a sua postagem. -Adv. JOSE VALTER RODRIGUES-.
5. INDENIZACAO-0001176-19.2003.8.16.0024-PAMELA INGRID COSTA ROSA e outros x PONTO JOIA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUCAO LTDA- Ao autor para dar andamento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, conforme dispõe o § 1º do artigo 267 do CPC.-Advs. SUZANA DANHONI ELISIO, RAFAEL AMBROSIO DIAS e JANE CELIA DA SILVA 21.125-.
6. INDENIZACAO-0001178-86.2003.8.16.0024-BRASILSAT LTDA x ARGEDAN COMERCIAL LTDA e outros-"Considerando que aperícia a ser realizada nos autos é a grafotécnica, bem como dentre as atribuições típicas do IML estão os exames de necropsia e demais exames laboratoriais, indefiro nova expedição de ofício àquele instituto pelo fato do mesmo ser composto tão somente de médicos legistas, que não preenchem o quadro profissional necessário para o deslinde da perícia em tela. 2. Determino a expedição de ofício ao Instituto de Criminalística, na forma anteriormente requerida (fls. 437), a fim de que encaminhe a este Juízo a listagem dos peritos que atuam na área de investigação de autenticidade de assinaturas." A parte requerida, para que compareça em Cartório, a fim de retirar o ofício expedido, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovando a postagem. -Advs. IRINEU PALMA PEREIRA e ALESSANDRO MESTRINER FELIPE-.
7. DEPOSITO-0001158-95.2003.8.16.0024-BANCO ITAU S/A x ANA MARLENE CLAUDINO- Ao autor para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e ANDREA HERTEL MALUCELLI-.
8. SERVIDAO-0001847-08.2004.8.16.0024-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA x ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES DO COLEGIO SANTA MARI- " Ao autor para que compareça em cartório para retirada de alvará."-Adv. ALEXSANDRO GOMES DE OLIVEIRA-.
9. BUSCA E APREENSAO-0002879-14.2005.8.16.0024-BV FINANCEIRA S.A x MANOEL PINTO- "1) Tendo em vista a petição de fl. 17 e documentos seguintes, HOMOLOGO, para que surta juridicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, e julgo extinto o presente feito, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil."-Advs. CARLOS ALBERTO ARAUJO ROVEL e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.
10. ORDINARIA-0002770-97.2005.8.16.0024-JOSE RUBENS FERREIRA e outros x MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO- Retirar certidão.-Adv. DIOGO CORSO DE SOUZA-.
11. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0003267-77.2006.8.16.0024-WALTER SCHNAIDER x R S MOTO BOY LTDA-1) Efetivada a tentativa de bloqueio, o resultado foi negativo ou de valor insignificante, conforme cópia da minuta em anexo. 2) Assim, efetivou-se o imediato desbloqueio das contas, conforme comprovante em anexo. 3) Desta forma, intime-se a parte exeqüente para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar regular andamento ao feito. -Adv. RONALDO MARECA-.
12. REINTEGRACAO DE POSSE-372/2006-ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCATIL x NORMANDO EVANGELISTA SANTOS- Ao autor para retirar carta precatória, e ainda comprocar a distribuição.-Advs. DIEGO RUBENS GOTTARDI, KLAUS SCHNITZLER e DANIELE DE BONA-.
13. DEPOSITO-0003237-42.2006.8.16.0024-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NÃO PADRONIZADOS PCG BRASIL MULTICARTEIRA x MARIA DA GLORIA CALIBERDA ALMEIDA GOES- Ao autor para que compareça em cartório para retirar carta de intimação,comprovando a sua postagem.-Adv. SANDRA JUSSARA KUCHNIR-.
14. EMBARGOS DE TERCEIRO-0003191-53.2006.8.16.0024-JOSE CARLOS DOS SANTOS x HSBC BANK BRASIL S/A- "...Posto isso, independentemente de qualquer outra diligência, julgo extinto o presente feito, nos termos do artigo 267, inciso II do CPC. Custas pelo requerente."-Advs. LETICIA PELLEGRINO DA ROCHA ROSSI e TONI MENDES DE OLIVEIRA-.
15. INVENTARIO-0003395-97.2006.8.16.0024-PALOMA FERREIRA SANTOS x ESPOLIO DE JOAO MARCOLINO FERREIRA-A inventariante para que compareça em cartório para assinar termo de primeiras declarações. -Adv. DANIEL DAMMSKI HACKBART-.
16. EXECUCAO-0003262-55.2006.8.16.0024-CALCIT CALCAREOS INDUSTRIALIZADOS TAMANDARE S/A x CALPLAN INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCARIO LTDA-Ao autor para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. -Advs. OTTO JOÃO LYRA NETO e DANIELE ALBANIZ JUNGLES DE CARVALHO-.
17. REINTEGRACAO DE POSSE-0003574-94.2007.8.16.0024-ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x JONATAS DOS SANTOS DA SILVEIRA- "Tendo em vista a localização de endereço, conforme teor da minuta em anexo, manifeste-se o autor requerendo o que de direito."-Advs. KARINE CRISTINA DA COSTA, DANIELE DE BONA e FERNANDO JOSÉ GASPAR-.
18. DEPOSITO-0003253-59.2007.8.16.0024-BANCO ITAU S/A x JEFERSON RIBEIRO PINTO DIETZSC-Ao autor para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.
19. BUSCA E APREENSAO-0003242-30.2007.8.16.0024-OMNI S/A x FULVIO JOAO PIRES- Ao autor para se manifestar acerca das respostas dos ofícios, especialmente aquele de fls. 75.-Advs. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO e DENISE VAZQUEZ PIRES-.
20. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-0003615-61.2007.8.16.0024-ESSENE COMERCIO INTERNACIONAL LTDA x FAZENDA ESTADUAL- A parte devedora por meio de seus advogados para que, em quinze dias, faça o pagamento espontâneo da quantia demonstrada pela petição de fl. 369, sob pena de incidir multa de 10% sobre o valor do débito (art. 475-J, CPC).-Adv. ARNALDO CONCEICAO JUNIOR 15741/PR-.
21. DEPOSITO-0003283-94.2007.8.16.0024-BV FINANCEIRA S.A x JOSIEL CAMPOS LEITE MARQUES-Ao autor para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.
22. RESCISAO DE CONTRATO-0003430-23.2007.8.16.0024-AZ IMOVEIS LTDA x FRANCISCO ASSIS PEREIRA FAÇANHA e outro-A parte autora, para que compareça em Cartório, a fim de retirar o ofício expedido, no prazo de 05 (cinco) dias,comprovando a postagem. -Adv. JOAO HENRIQUE DA SILVA-.
23. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0003433-41.2008.8.16.0024-PADOVEZE COMERCIO TRANSPORTE DE MADEIRAS LTDA x VALEBRAS TRADING S/A-Ao autor para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. -Advs. DANIELE ALMEIDA NUNES JUDEIKIS e MARIO TADEU SANTOS-.
24. REVISAO DE CONTRATO-0007450-23.2008.8.16.0024-HENRIQUE FARIA DA CRUZ x BANCO ABN AMBRO REAL S/A- "Cumpra-se o V. Acórdão."-Advs. DANIELLE TEDESKO e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.
25. BUSCA E APREENSAO-0003241-11.2008.8.16.0024-BANCO FINASA BMC SA x VITOR CONSTANTE KADES-Ao autor para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. -Advs. SILVANA TORMEM e NORBERTO TARGINO DA SILVA-.
26. REINTEGRACAO DE POSSE-0003338-11.2008.8.16.0024-CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL-GRUPO ITAÚ x FRANCISCO PEIXOTO DE LIMA- "Indefiro o pedido de desbloqueio do bem, tendo em vista que referido pedido será analisado quando da prolatação da sentença." Ao autor para retirar a carta de citação expedida, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento.-Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.
27. INVENTARIO-0003675-97.2008.8.16.0024-BEATRIZ APARECIDA TANCK x ESPOLIO DE NELSON TANCK- Ao auto para se manifestar acerca da resposta do ofício.-Adv. AMANDA TOLEDO CORTIANO-.
28. DEPOSITO-0003768-60.2008.8.16.0024-BV FINANCEIRA S.A x RICARDO DE PROENÇA- Ao autor para que compareça em cartório para retirar carta de citação, comprovando a sua postagem. -Advs. TATIANA VALESCA VROBLEWSKI e KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.
29. DEPOSITO-0003356-32.2008.8.16.0024-BANCO BMG S/A x JOSE FAUSTINO DO NASCIMENTO-Ao autor para que compareça em cartório para retirar carta de citação,comprovando a sua postagem. -Advs. MIEKO ITO e ERIKA HIKISHIMA FRAGA-.
30. REINTEGRACAO DE POSSE-0003193-52.2008.8.16.0024-CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOSE GONCALVES DA LUZ-"1) Efetivada a tentativa de bloqueio, o resultado foi negativo ou de valor insignificante, conforme cópia da minuta em anexo. 2) Assim, efetivou-se o imediato desbloqueio das contas, conforme comprovante em anexo. 3) Desta forma, intime-se a parte exeqüente para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar regular andamento ao feito." -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e ANDREIA MALUCELLI-.
31. DEPOSITO-0003715-79.2008.8.16.0024-HSBC BANK BRASIL S/A x ADRIANO FERREIRA DE SOUZA- "Ao réu para que cumpra o disposto no item 2 da decisão de fl. 124 no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento do pedido de conexão."-Advs. ALESSANDRA LABIAK, MILKEN JACQUELINE C JACOMINI, FLAVIO SANTANNA VALGAS, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES e MICHELLE SCHUSTER NEUMANN-.
32. ACAO MONITORIA-0003551-17.2008.8.16.0024-AGRO INDUSTRIAL PARATI LTDA x STEDILE E THOMAZINI LTDA- Ao credor para dar andamento ao feito, tendo em vista, a não manifestação do devedor.-Adv. VALDECIR PAGANI-.
33. DEPOSITO-0003017-39.2009.8.16.0024-BV FINANCEIRA S.A x EZEQUIEL CORDEIRO SOARES- "Fundamente-se o pedido de fls. 86, comprovando-se documentalmente a cessão de direitos, se for o caso."-Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e SERGIO SCHULZE 7629-.
34. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0004772-98.2009.8.16.0024-ROÇA GRANDE PARTICIPAÇOES E EMPREEND LTDA x ZILDA APARECIDA PRUDENTE-Ao autor para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. -Adv. TATIANE PARZIANELLO-.
35. SERVIDAO-0004803-21.2009.8.16.0024-SANEPAR x JOAO ANTONIO RODRIGUES e outros-Ao autor para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. -Adv. JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA-.
36. REVISAO DE CONTRATO-0004547-78.2009.8.16.0024-LEANDRO MENGARDO GOMES x CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL-Ao requerido para depositar as custas processuais conforme o acordo homologado.-Advs. MICHELLE SCHUSTER NEUMANN e GUSTAVO SALDANHA SUCHY-.

37. REINTEGRACAO DE POSSE-0004509-66.2009.8.16.0024-BANCO BMG S/A x ROSANGELA UEBEL-A parte autora, para que compareça em Cartório, a fim de retirar os ofícios expedidos, no prazo de 05 (cinco) dias,comprovando a postagem. (03 ofícios) -Adv. ERIKA HIKISHIMA FRAGA-.
38. DEPOSITO-0004391-90.2009.8.16.0024-BV FINANCEIRA S.A x BEIJAMIN RIGO- "Tendo em vista a localização de endereço, conforme teor da minuta em anexo, manifeste-se o autor requerendo o que de direito."-Advs. ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES, KARINE SIMONE POFAHL WEBER e SERGIO SCHULZE 7629-.
39. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0004308-74.2009.8.16.0024-HSBC BANK BRASIL S/A x MORAES MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA e outro- A parte autora, para que compareça em Cartório, a fim de retirar os ofícios expedidos, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovando a postagem.-Advs. MIEKO ITO e SIMONE MARQUES SZESZ-.
40. BUSCA E APREENSAO-0004525-20.2009.8.16.0024-BV FINANCEIRA SA CFI x ARIEL ARNDT- A parte autora para se manifestar acerca dos documentos juntados.-Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.
41. REINTEGRACAO DE POSSE-0002728-09.2009.8.16.0024-ILDO DOMINGOS GRANDE e outros x JOSE SMOKANYTZ- As partes para dizer se concorda com a proposta de honorários no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), havendo concordância dos honorários ao requerido para depositar as custas no prazo de 10 dias.-Advs. MAURICIO HANKE BANDOLIN, REJANE FONTES 17299/PR, RAFAEL DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS e NATALIA DA ROCHA GUAZELLI DE JESUS-.
42. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0003405-39.2009.8.16.0024-BANCO BRADESCO S/A x RIVAIR ROSA DOS SANTOS- A parte autora, para que compareça em Cartório, a fim de retirar os ofícios expedidos, no prazo de 05 (cinco) dias,comprovando a postagem. (06 ofícios)-Advs. MURILO CELSO FERRI e EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA-.
43. DESPEJO P/ FALTA DE PAGAMENTO-0000490-80.2010.8.16.0024-IDA MARAFON TIEMANN x VALDECI CLARO DA LUZ- Depositar as custas do Sr. oficial de Justiça.-Adv. BENJAMIM PEDRO ZONATO 8.233-.
44. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-500/2010-ELIZABETE TEREZINHA OGIONI x EDINEZ BILK- Ao autor para se manifestar acerca da contestação da requerida.-Adv. MAURICIO DE SANTA CRUZ ARRUDA-.
45. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0001002-63.2010.8.16.0024-JURITI ASSOCIACAO DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR x ENFLOTOPO COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA e outro- Ao autor para se manifestar acerca da resposta do ofício.-Adv. NILSON INACIO KUFFEL-.
46. REVISAO DE BENEFICIO-0001390-63.2010.8.16.0024-SEBASTIAO DE ANDRADE x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Sobre o petitório de fls. 57, manifeste-se o autor no prazo de 10 dias." -Adv. CARLOS BERKENBROCK-.
47. BUSCA E APREENSAO-0002042-80.2010.8.16.0024-BV FINANCEIRA S.A x JOSE ANDRADE DE OLIVEIRA FILHO- "Efetivada a tentativa de localização de endereço, o resultado foi negativo, conforme cópia da minuta em anexo."-Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.
48. REINTEGRACAO DE POSSE-0004092-79.2010.8.16.0024-CAL CHIMELLI LTDA e outro x FURQUIM BEZERRA E CIA LTDA- "Ante ao contido na certidão de fls.125, bem como diante das informações trazidas às fls. 128/129, item 4, aguarde-se os autos em Cartório a devolução da carta precatória anteriormente expeida."-Advs. NILTON BUSSI, JOAO BOAVENTURA DE CRISTO, OSNILDO PACHECO JUNIOR e GERSON MASSIGNAN MANSANI-.
49. REINTEGRACAO DE POSSE-0005270-63.2010.8.16.0024-BANCO BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOSE VANI DA SILVA- "Tendo em vista que a inicial foi indeferida, conforme se observa às fls. 70/71, resta prejudicada a apreciação do pedido retro."-Adv. CRYSTIANE LINHARES-.
50. HABILITACAO DE CREDITO-0005328-66.2010.8.16.0024-EDUARDO JOSE ZANELLO x MADEIREIRA PASSAUNA LTDA- Retirar cartas para ciência.-Adv. JOSE CARLOS ROSA-.
51. REINTEGRACAO DE POSSE-0007750-14.2010.8.16.0024-BFB LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL x LISLIE GRAZIELA AZZOLIM-"Em contrato de arrendamento mercantil, notificado o devedor inadimplente para quitar o débito, se este não o faz, resta configurada a mora e caracterizado o esbulho. Os documentos constantes nos autos demonstram a celebração do contrato de arrendamento mercantil, bem como que foi expedida e recebida notificação extrajudicial para que o devedor liquidasse o débito vencido. Não tendo sido purgada a mora, configumu-se o vencimento antecipado da dívida eo esbulho possessário. Desta forma, diante da inadimplência do devedor com a conseqüente caracterização da posse injusta, defiro liminarmente o pedido de reintegração de posse do bem arrendado. Expeça-se mandado, citando-se o requerido para, querendo, apresentar defesa, no prazo legal." Depositar as custas do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. VIRGINIA MAZZUCCO e GUSTAVO SALDANHA SUCHY-.
52. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0008210-98.2010.8.16.0024-BANCO SANTANDER BRASIL S.A x CARLOS TADEU JOROSKI-Ao autor para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. -Adv. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.
53. REVISIONAL DE TRIBUTO-0008390-17.2010.8.16.0024-ÁLAMO ADMINISTRADORA DE BENS S/C LTDA x MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO-Ao autor para que efetue o pagamento das custas do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. ELMIRA MULLER-.
54. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0009100-37.2010.8.16.0024-PELKOTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA x ECOPRINT INDUSTRIA GRAFICA LTDA- "1. Tendo em vista a certidão de fl. 60, depreende-se que não foi realizada a citação do executado, o que inpede que sejam feitos bloqueios de quaisquer tipo. 2. Deve o exequente, portanto, diligenciar no sentido de indicar novo endereço para que se proceda a citação e posteriormente, em caso de não serem encontrados bens, formular novo pedido de bloqueio."-Adv. ANA CLAUDIA FRANÇA PODOLAK-.
55. BUSCA E APREENSAO-0009780-22.2010.8.16.0024-BANCO FINASA S.A. x MAIKON LENO LINS-A parte autora, para que compareça em Cartório, a fim de retirar os ofícios expedidos, no prazo de 05 (cinco) dias,comprovando a postagem. (07 ofícios) -Adv. SILVANA TORMEM-.
56. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0009870-30.2010.8.16.0024-BANCO ITAU S.A. x AAC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e outros- Ao autor para depositar as custas do Sr. Oficial de Justiça.-Adv. BRUNO LOFHAGEN CHERUBINO-.
57. BUSCA E APREENSAO-0009892-88.2010.8.16.0024-BV FINANCEIRA S.A x NEIDE GUSMAO-A parte autora, para que compareça em Cartório, a fim de retirar os ofícios expedidos, no prazo de 05 (cinco) dias,comprovando a postagem. (03 ofícios) -Advs. ALBERT DO CARMO AMORIM e RODRIGO CADEMARTORI LISE-.
58. BUSCA E APREENSAO-0010160-45.2010.8.16.0024-BV FINANCEIRA S.A x GUILHERME CAMILO DE ARAUJO-"Vistos e examinados, em razão do acordo entre as partes, JULGO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 269,III, do Código de Processo Civil. Custas conforme acordado." -Advs. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, CRISTIAN MIGUEL, ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES, PATRICIA PONTAROLI JANSEN e FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ-.
59. ORDINARIA-0010200-27.2010.8.16.0024-CONFEDERACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO BRASIL - CSPB e outro x MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARE- Ao autor para depositar as custas do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento.-Adv. AQUILE ANDERLE-.
60. REINTEGRACAO DE POSSE-0010210-71.2010.8.16.0024-BV LEASING S/A x WILSON FAUSTINO DA SILVA- A parte autora, para que compareça em Cartório, a fim de retirar o ofício expedido, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovando a postagem. (03 ofícios)-Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.
61. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0000120-67.2011.8.16.0024-DANIEL ALEXANDRE DA SILVA x BANCO SOFISA S/A-As partes para, no prazo de 05 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando, de forma concreta e objetiva, sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, bem como para que digam se pretendem a realização da audiência conciliatória, prevista no artigo 331 do CPC (portaria 01/2009 deste Juízo) -Advs. MAURICIO ALCÂNTARA DA SILVA e FERNANDO JOSÉ GASPAR-.
62. REVISAO CONTRATUAL-0001050-85.2011.8.16.0024-FRANCISCO CEZAR BAPTISTA KUROVSKI x SOUZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- As partes para, no prazo de 05 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando, de forma concreta e objetiva, sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, bem como para que digam se pretendem a realização da audiência conciliatória, prevista no artigo 331 do CPC (portaria 01/2009 deste Juízo).-Advs. FERNANDO FERNANDES BERRISCH, REGIANE R. FERNANDES BERRISCHI e ANDREIA MARINA LATREILLE-.
63. REVISAO CONTRATUAL-0001272-53.2011.8.16.0024-GEZUE DOS SANTOS x BV FINANCEIRA S.A- Ao autor para se manifestar acerca da contestação e documentos.-Adv. ALESSANDRA CRISTINA RAMIRO DE FRANÇA-.
64. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0001330-56.2011.8.16.0024-PAULO DAMBRAT ME x MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO- Ao autor para dar andamento ao feito, tendo em vista a não manifestação do executado.-Adv. JOEL KRAVTCHENKO 20892/ PR-.
65. DESAPROPRIACAO-0001332-26.2011.8.16.0024-MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARE x GABRIEL ANTONIO MAZZAROTO e outros- "Verifica-se a intimação da parte autora para dar andamento ao feito é para recolhimento da guia do Sr. Oficial de Justiça para citação dos requeridos. Assim, indefiro o pedido de suspensão e determino que a parte autora recolha as custas do Sr. Oficial de Justiça no prazo de 48 horas."-Advs. MARTINHO CARLOS DE SOUZA, VICTOR VITELCI DE SOUZA ALVES, ANA CRISTINA GRANATO ROSSI e ELAINE DE CAMPOS-.
66. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0001570-45.2011.8.16.0024-APARECIDO LIRA FILHO x BANCO BANESTADO S/A e outro- Ao autor para que cumpra integralmente o disposto no despacho de fls. 29/31, no prazo de 10 dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257 CPC).-Advs. DIOGO LOPES VILELA BERBEL e RAFAEL DE REZENDE GIRALDI-.
67. BUSCA E APREENSAO-0001780-96.2011.8.16.0024-BV FINANCEIRA S.A x JONAS CADENA DE ANDRADE-Ao autor para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.
68. AVALIACAO DE DANOS-0001842-39.2011.8.16.0024-DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL e outro x DNPM Nº 826.418/2008- Ao autor para retirar carta precatória, comprovando a distribuição no Juízo competente.-Adv. GERSON MASSIGNAN MANSANI-.
69. HABILITACAO DE CREDITO-0002030-32.2011.8.16.0024-SIDNEY EMILIANO BANHOS x MASSA FALIDA DE MADEIREIRA PASSAUNA- Retirar cartas de ciência.-Adv.JOSE CARLOS ROSA-
70. BUSCA E APREENSAO-0002040-76.2011.8.16.0024-BV FINANCEIRA S.A x ANTENOR FERNANDES DE SOUZA- As partes para, no prazo de 05 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando, de forma concreta e objetiva, sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, bem como para que digam se pretendem a realização da audiência conciliatória, prevista no artigo 331 do CPC (portaria 01/2009 deste Juízo).-Advs. ALBERT DO CARMO AMORIM, FERNANDO FERREIRA SERAFIM e RODRIGO CADEMARTORI LISE-
71. COBRANCA (ORD)-0002050-23.2011.8.16.0024-VANDERSON DA SILVA MARTINS x CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A-As partes para, no prazo de 05 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando, de forma concreta e objetiva, sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, bem como para que digam se pretendem a realização da audiência conciliatória, prevista

no artigo 331 do CPC (portaria 01/2009 deste Juízo) -Advs. ANDRE LUIZ SOUZA VALE, ADRIANO CARLOS SOUZA VALE e FABIANO NEVES MACIEYWSKI-.
72. COBRANCA (ORD)-0002140-31.2011.8.16.0024-JULIA MARIA DA SILVA e outro x AMAL - PECULIO ABRAHAM LINCOLN- Ao autor para se manifestar acerca da contestação.-Adv. MICHELLE CHRISTINE DE SIQUEIRA-.
73. BUSCA E APREENSAO-0002220-92.2011.8.16.0024-OMNI S/A x JOAB ALVES DA SILVA- Ao autor para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento.-Adv. DENISE VAZQUEZ PIRES-.
74. REVISAO CONTRATUAL-0002332-61.2011.8.16.0024-ADILSON DA SILVA x BV FINANCEIRA S.A- "Tendo em vista a apresentação do contrato, a para autora para requerer o que de direito."-Advs. LEANDRO NEGRELLI e MAYLIN MAFFINI-.
75. REVISAO CONTRATUAL-0002400-11.2011.8.16.0024-HELIO NASLOWSKI x BV FINANCEIRA S.A- "Mantenho a decisão agravada, por seus próprios fundamentos." Manifeste-se o autor, acerca do retorno da carta postal de fls. 53, com a observação "mudou-se".-Adv. ANDREIA DAMASCENO-.
76. REVISAO CONTRATUAL-0002810-69.2011.8.16.0024-LUIZ ADRIANO DE BARROS x BANCO BV FINANCEIRA S/A-As partes para, no prazo de 05 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando, de forma concreta e objetiva, sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, bem como para que digam se pretendem a realização da audiência conciliatória, prevista no artigo 331 do CPC (portaria 01/2009 deste Juízo) -Advs. CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO, VIVIANE KARINA TEIXEIRA e GERSON VANZIN MOURA DA SILVA-.
77. REVISAO CONTRATUAL-0003372-78.2011.8.16.0024-ANDERSON JOSIAS DE MORAES GASPAR x BANCO ITAUCARD S/A-As partes para, no prazo de 05 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando, de forma concreta e objetiva, sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, bem como para que digam se pretendem a realização da audiência conciliatória, prevista no artigo 331 do CPC (portaria 01/2009 deste Juízo) -Advs. LEANDRO NEGRELLI e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.
78. REVISAO CONTRATUAL-0003910-59.2011.8.16.0024-OZEIAS MARINHO DE LARA x BFB LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL- As partes para, no prazo de 05 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando, de forma concreta e objetiva, sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, bem como para que digam se pretendem a realização da audiência conciliatória, prevista no artigo 331 do CPC (portaria 01/2009 deste Juízo).-Advs. ANDREIA DAMASCENO e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-
79. USUCAPIAO-0004170-39.2011.8.16.0024-TEREZINHA MOREIRA DOS SANTOS x O JUIZO- "1. Citem-se, via mandado, as pessoas que figuram como proprietárias do imóvel, os confrontantes e interessados certos, advertindo-os que o prazo para resposta é de quínze dias, constando ainda as advertências dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. 2. Citem-se por edital, e com o prazo de 20 dias, que deverá ser publicado em jomal de circufação focal por duas vezes e no Diário da Justiça, por uma vez, no prazo previsto no inciso III do artigo 232 do Código de Processo Civil, com os requisitos legais. os réus em lugar incerto e não sabido e eventuais interessados, com as mesmas advertidas explicitas no item anterior, constando ainda que o prazo para resposta começará a fluir a partir do término do prazo do edital devidamente publicado. 3. Intimem-se via postal, para que manifestem eventual interesse na causa, a União, o Estado eo Município, encaminhando-se a cada um cópia da inicial e dos documentos que a instruíram. 4. Após, vista ao Ministério Público." Depositar as custas do Sr. Oficial de Justiça e ofícios.-Adv. LEA BORTOLON-.
80. INDENIZACAO POR DANOS MORAIS-0005042-54.2011.8.16.0024-ADRIANO MARCELOO SANTOS AMARAL e outro x ATOL DAS ROCAS APART HOTEL LTDA- "Designo audiência de conciliação para o dia 31/01/2012 às 13h30min. (art. 277, caput). Cite-se(m) o(s) réu(s), com antecedência mínima legal e com a advertência de que, deixando injustificadamente de comparecer à audiência, repurtar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC), salvo o contrário resultar da prova dos autos. As partes deverão comparecer pessoalmente à audiência, podendo fazer-se representar por prepostos ou procurador com poderes para transigir." Ao autor para que compareça em cartório para retirar carta de citação, comprovando a sua postagem.-Advs. DIONE MARA SOUTO DA ROSA e CESAR ANTONIO AGUILAR RIOS-.
81. REVISAO CONTRATUAL-0005322-25.2011.8.16.0024-DONATIL BRAZ RODRIGUES x BV LEASING S/A- As partes para, no prazo de 05 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando, de forma concreta e objetiva, sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, bem como para que digam se pretendem a realização da audiência conciliatória, prevista no artigo 331 do CPC (portaria 01/2009 deste Juízo).-Advs. ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA, CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.
82. REVISAO CONTRATUAL-0006060-13.2011.8.16.0024-EMERSON RICARDO KUSS RIBAS x BV FINANCEIRA S.A- As partes para, no prazo de 05 dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando, de forma concreta e objetiva, sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, bem como para que digam se pretendem a realização da audiência conciliatória, prevista no artigo 331 do CPC (portaria 01/2009 deste Juízo).-Advs. CRISTIANO RICARDO WULFF e REINALDO MIRICO ARONIS-.
83. BUSCA E APREENSAO-0006070-57.2011.8.16.0024-BV FINANCEIRA S.A x DAVID OSCAR RIBEIRO-As partes para que no prazo de 10 dias juntem o acordo celebrado entre as mesmas. -Advs. ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.
84. BUSCA E APREENSAO-0007090-83.2011.8.16.0024-BANCO ITAUCARD S/A x CARLOS PINTO DOS SANTOS-Tratando-se de busca e apreensão, pode a mora restar comprovada pelo protesto do título ou pela notificação do devedor inadimplente, a qual deve ser realizada por Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigência do artigo 2º, § 2º do Dec. Lei 911/69. No caso dos autos a notificação (fls. 10) não foi realizada pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Desta forma, intime-se o autor para que emende a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, comprovando a mora do requerido, sob pena de indeferimento da inicial. -Adv. ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA-.
85. REVISAO CONTRATUAL-0007210-29.2011.8.16.0024-CILENE CORDEIRO DO NASCIMENTO x BANCO PANAMERICANO- Ao autor para se manifestar acerca da contestação.-Adv. DANIELLE MADEIRA-.
86. BUSCA E APREENSAO-0007460-62.2011.8.16.0024-ITAU UNIBANCO S/A x CLOVIS PEREIRA ALIMENTICIOS ME-"A aparência do bom direito do Autor está evidenciada pelos documentos juntados com a inicial, que demonstram a existência do negócio descrito, a garantia fiducária firmada e a inadimplência do Réu. O perigo da demora está na própria natureza do bem, vez que móvel, de fácil deterioração e perda. Presentes os motivos autorizadores de medida pretendida, defiro-a, por conseqüência. Expeça-se mandado de Busca e Apreensão. Efetivada a medida, deposite-se o bem em mãos do Requerente e cite-se o Requerido para; a) quitar integralmente o débito correspondente às parcelas vencidas até a data do pagamento, encargos contratuais, custas processuais e honorários advovatícios de 10% sobre o valor da dívida vencida, no prazo de cinco dias, restituindo-se a ele, neste caso, o bem livre de ônus; ou b) apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (Lei 10.931 de 2004). Defiro os benefícios do artigo 172 do CPC." Depositar as custas do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA e RODRIGO FONTANA FRANCA-.
87. BUSCA E APREENSAO-0007530-79.2011.8.16.0024-BV FINANCEIRA S.A x TEREZINHA MARIA RUDYCHI-"Tratando-se de busca e apreensão, pode a mora restar comprovada pelo protesto do título ou pela notificação do devedor inadimplente. Ocorre que, no caso dos autos, o protesto do título se fez mediante expedição de edital, sem que fossem esgotados os meios necessários para localização do devedor, logo, não restou comprovada a mora, requisito essencial à propositura da demanda (Súmula 72 e 369 do STJ). Desta forma, intime-se o autor para que emende a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, comprovando a mora do requerido, sob pena de indeferimento da inicial." -Adv. ALBERT DO CARMO AMORIM-.
88. REVISAO CONTRATUAL-0007830-41.2011.8.16.0024-MARILENE LEMES DA SILVA x BANCO ITAU S.A.- "Ciência as partes da chegada dos presentes autos neste Juízo, devendo postular o que de direito."-Advs. CESAR RICARDO TUPONI, MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA-.
89. REPARACAO DE DANOS-0007860-76.2011.8.16.0024-LINDASIR LIMA DOS SANTOS PACHECO x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR e outro- A parte autora para que emende a petição inicial, no prazo de 10 dias, trazendo declaração de próprio punho da impossibilidade de arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento, sob pena de indeferimento do pedido.-Adv. ADRIANA TEIXEIRA DE FREITAS NASSAR-.
90. DECLARATORIA-0007862-46.2011.8.16.0024-GISLAINE APARECIDA BERGER x BANCO PANAMERICANO S/A-"Emende-se a inicial, em dez dias, elevando-se o valor da causa em parâmetros compativeis com o rito ordinário, complementando neste caso, o depósito de cusas e FUNREJUS, ou adequando-se a petição inicial ao rito sumário, indicando-se testemunhas e assistentes técnicos e formulando quesitos, caso pretenda a produção de prova oral e pericial." -Adv. MAURICIO HANKE BANDOLIN-.
91. BUSCA E APREENSAO-0007872-90.2011.8.16.0024-BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x ELISANGELA GULIN- "Ao requerente para comprovar a mora do requerido, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial."-Adv. MARIA LUCILA GOMES-.
92. REINTEGRACAO DE POSSE-0008042-62.2011.8.16.0024-PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x MARCELO RAFAEL CZELUSNIAK-"A aparência do bom direito do Autor está evidenciada pelos documentos juntados com a inicial, que demonstram a existência do negócio descrito, a garantia fiducária firmada e a inadimplência do Réu. O perigo da demora está na própria natureza do bem, vez que móvel, de fácil deterioração e perda. Presentes os motivos autorizadores de medida pretendida, defiro-a, por conseqüência. Expeça-se mandado de Busca e Apreensão. Efetivada a medida, deposite-se o bem em mãos do Requerente e cite-se o Requerido para; a) quitar integralmente o débito correspondente às parcelas vencidas até a data do pagamento, encargos contratuais, custas processuais e honorários advovatícios de 10% sobre o valor da dívida vencida, no prazo de cinco dias, restituindo-se a ele, neste caso, o bem livre de ônus; ou b) apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (Lei 10.931 de 2004). Defiro os benefícios do artigo 172 do CPC." Depositar as custas do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. ROSANGELA CORREA e MARIANE CARDOSO MACAREVICH-.
93. EXECUÇOES FISCAIS - I.N.S.S.-0000996-08.2000.8.16.0024-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS x INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCAREO CALZATO LTDA e outros- "Manifeste-se a parte exequente, no prazo de 15 dias (quinze) dias, acerca da petição de fls. 85/91."-Adv. MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO-.
94. EXECUÇOES FISCAIS - I.N.S.S.-0001039-42.2000.8.16.0024-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS x VOGT INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA - ME e outro- Ao exequente para manifestar-se sobre a petição de fls. 82 e seguintes.-Adv. EUGENIA JUNQUEIRA VICTORELLI-.
95. EXECUCAO FISCAL-0003995-21.2006.8.16.0024-INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA INMETRO x EB INDUSTRIAS E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA- "Ante o pedido constante em petição de fls. 33, manifeste-se a exequente, informando o Banco, agência, conta-corrente, bem como as demais informações necessárias para possibilitar a transferência."-Adv. SALVADOR OLIVA NETO-.

96. EXECUCAO FISCAL-0006142-15.2009.8.16.0024-CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA AGRONO x ITAIPU IND COM DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA- Processo disponível para carga.-Advs. Precir Kyuji Kawasaki OAB/PR 44.775 e PEDRO DAVI BENETI-.

Almirante Tamandaré, 29/09/2011.

# ANTONINA

# JUÍZO ÚNICO

**Adicionar um(a) TítuloVARA CIVEL DA COMARCA DE ANTONINA - ESTADO DO PARANÁ**
**SIDERLEI OSTRUFKA CORDEIRO**
**JUIZ DE DIREITO**

**RELAÇÃO Nº 99/2011**

Adicionar um(a) ÍndiceADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABILIO VIEIRA NETO 00002 000095/1989
00003 000201/1998
00009 002018/2004
00021 000510/2008
ALESSANDRO GRUNER 00015 000293/2007
ANA LÚCIA MACEDO MANSUR 00030 001135/2010
ARNALDO ALVES DE CAMARGO NETO 00046 000004/2006
ARNALDO FERREIRA MULLER 00015 000293/2007
BRUNA ANGELICA FERREIRA SALVÁTICO 00010 002049/2004
00011 002050/2004
00012 002053/2004
CARINE DE MEDEIROS MARTINS 00026 000090/2010
00032 001847/2010
CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN 00037 001455/2011
CLEVERSON JOSE GUSSO 00006 000104/2001
00007 001093/2002
DENISE REGINA FERRARINI 00031 001231/2010
DIOGO CORSO DE SOUZA 00008 000006/2004
ELIAN PRADO CAETANO 00010 002049/2004
00012 002053/2004
ERNESTO HAMANN 00021 000510/2008
FABIANA MARTINS 00010 002049/2004
00011 002050/2004
00012 002053/2004
FABIANO NEVES MACIEYWISKI 00018 000187/2008
FABRICIO DE SOUZA 00035 002089/2010
00036 001448/2011
GABRIEL G. VALE 00007 001093/2002
HEROLDS BAHR NETO 00018 000187/2008
HUMBERTO FELIX SILVA 00017 000703/2007
IWERSON LUIZ WRONSKI 00011 002050/2004
JAIME BELMIRO TASCA 00020 000250/2008
JANE MARY SILVEIRA 00038 001602/2011
JOSE LUIZ COSTA TABORDA RAUEN 00006 000104/2001
JOSE SECUNDINO DE OLIVEIRA FILHO 00002 000095/1989
00004 000272/1999
00013 000300/2006
JULIANE CRISTINA CORREA DA SILVA 00016 000369/2007
JULIO ANTONIO SIMAO FERREIRA 00010 002049/2004
00011 002050/2004
00012 002053/2004
00014 000008/2007
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00022 000575/2008
KEITI REGINA DO VALE 00008 000006/2004
KEITY SUTO TROMBELI 00031 001231/2010
KLEVER ARAKEM W. FERNANDES 00039 001620/2011
L.R.LEVEN SIANO 00010 002049/2004
00011 002050/2004
00012 002053/2004
LISIENNE DO ROCIO M. MARON M. LIMA 00002 000095/1989
LIZIA CEZARIO DE MARCHI 00042 001645/2011
LUDMILA LUDOVICO DE QUEIROZ 00038 001602/2011
LUIZ ANTONIO MORES 00029 000727/2010
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00027 000124/2010
MAGDA L. R. EGGER 00031 001231/2010
MARCELO ROSEMBACK RIBEIRO 00039 001620/2011
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00025 000508/2009
MARCIO HAIS DE NATAL BALERA 00014 000008/2007
MARILI RIBEIRO TABORDA 00031 001231/2010
MARIO DE NATAL BALERA 00001 000159/1986
00014 000008/2007
MICHELI CRISTINA SAIF 00007 001093/2002
MÁRCIO AYRES DE OLIVEIRA 00023 001065/2008
NADIEGE MARCHETTI 00005 000269/2000
NELSON PASCHOALOTTO 00013 000300/2006
00042 001645/2011
NILSON MAGALHÃES DOS SANTOS 00029 000727/2010
NORBERTO TREVISAN BUENO 00005 000269/2000
NOÊMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ 00030 001135/2010
PRISCILA GONCALVES GABASA PEREZ 00045 000046/2005
PRISCILA KOWALTSCHUK 00045 000046/2005
RAFAEL CEZAR RAMOS 00017 000703/2007
ROBSON FRANCO 00008 000006/2004
RUTH FERNANDES DE OLIVEIRA 00028 000646/2010
SANDRO MARCELO KOZIKOSKI 00040 001641/2011
00041 001642/2011
SAULO BONAT DE MELLO 00018 000187/2008
SILVANA TORMEM 00024 000377/2009
SILVIO MARTINS VIANNA 00043 000030/2004
TADEU COELHO CAMPOS ROCHA 00019 000221/2008
TATIANA SCHMIDT MANZOCHI 00044 000022/2005
THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS 00033 001973/2010
VANESSA F. FRANSOZI 00007 001093/2002
VIRGINIA MAZZUCCO 00034 001984/2010
WALDIR COELHO DE LOIOLA 00006 000104/2001
WALTER JOSÉ DE FONTES 00027 000124/2010
WELLINGTON SILVEIRA 00038 001602/2011

A1. ORDINARIA R.DE PERDAS E DANOS-159/1986-PAM - PARANA ANTONINA MELHOR. EMPREEND. IMOB. LTDA x ENIO BRITES FRANCA e outro- (...) Julgada extinta, sem resolução de mérito a presente ação movida pela PAM em face de Enio Brites França e Joaquim Albano Ramos, o que faço com fundamento no art. 267, inciso III, do Código de Processo Civil. -Adv. MARIO DE NATAL BALERA-.
2. DESAPROPRIACAO-95/1989-MUNICIPIO DE GUARAQUEÇABA x THOME GABRIEL SOBRINHO e outro- As fls. 125 foi certificado, que em 17/08/2009, o municipio efetuou um depósito no valor NCZ$ 4.00,000(quatro mil cruzado). Nadecisão de fl. 297, foi declarado que não havia nenhum numerário depositado nos autos, pendente de levantamento, donde se conclui que o pagamento já foi realizado, e desde então 04/05/2007, os autos encontram-se em arquivo, aguardando manifestação do interessado, em relaçãoÀ questão pendente relacionada a cessão dos bens móveis que guarneciam a residÇencia na área desapropriada pela municipalidade. Na oportunidade foi exarado que o interessado não deu andamento ao feito, depositando o valor das custas de avaliação, e determinando a remessa ao arquivo. Ora, se a desapropriação ocorreu há mais de 20 anos, e o processo encontra-se parado a mais de 4 anos sem qualquer manifestação por parte do interessado, e sendo que a discussão remanescente, refere-se aos móveis que guarneciam a residência, que é provável que nem mais existam, por lógico, que nã há que se esperar, ad perpetuam, a manifestação do interessado. Em face do exposto, diante do pagamento do valor devido pela executada, e diante do manifesto desídia do interessado, em relação à pendencia relativa aos imóveis que guarneciam a residência , com fundamento no art. 794, inciso I, declaro extinta a execução, detrminando que após baixas e anotações necessárias, sejam os autos remetidos ao arquivo definitivo-Advs. JOSE SECUNDINO DE OLIVEIRA FILHO, ABILIO VIEIRA NETO e LISIENNE DO ROCIO M. MARON M. LIMA-.
3. SEPARAÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL-201/1998-S.D.S. e outro- Deferido o pedido de exoneração do pagamento de alimentos na forma pleitada na petição de fls. 25/29. -Adv. ABILIO VIEIRA NETO-.
4. ARROLAMENTO ( SOBREPARTILHA)-272/1999-NATHALLY MARIA DE CASTRO ROBERTO e outros x JOACIL ROBERTO- (...) Em consequencia, julgo extinto, sem resolução de mérito, o presente autos de arrolamento, que faço com fundamento no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. -Adv. JOSE SECUNDINO DE OLIVEIRA FILHO-.
5. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-269/2000-ESPOLIO DE FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO e outro x MARIA DE FATIMA LOPES DE OLIVEIRA- Procedam-se as anotações conforme solicitado às fls. 114. Tendo em vista que nada foi requerido retornem os autos ao arquivo. -Advs. NADIEGE MARCHETTI e NORBERTO TREVISAN BUENO-.
6. CONSTITUICAO DE SERVIDAO-104/2001-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR x LUIZ ANTONIO DE PADUA e outro- (...) Julgado procedente o pedido inicial para o fim de declarar constituída a servidão para implatação de parte da Adutora de Água Bruta do Sistema de Abastecimento de Água de Guaraqueçaba-PR, nos termos do pedido inicial, confirmando aliminar anteriormente concedida, fixado o valor da indenização pela servidão em R$ 834,49 (oitocentos e trinta e quatro reaise quarenta e nove centavos), em 26/02/2007, data do Laudo Pericial (fls. 109/148). Em razão sucumbência, condeno os requeridos ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 500,00(quinhentos reais), considerando o disposto no artigo 20 § 4º do CPC, em especial, a baixa complexidade do feito, posto que sequer foi apresentada contestação. Considerando o Principio da sucumbência, os requerido somente terão

direito a eventual levantamento de valor residual, apos pagamento das custas e despesas processuais, incluindo os honorários do perito. . -Advs. WALDIR COELHO DE LOIOLA, CLEVERSON JOSE GUSSO e JOSE LUIZ COSTA TABORDA RAUEN-.

7. DESAPROPRIACAO-1093/2002-COMPANHIA DE SANEAMNETO DO PARANA - SANEPAR x ANTONIO INACIO NATAL E HERMINIA RODRIGUES NATAL e outros- (...) Julgado procedente o pedido inicial e decreto a desapropriação dos imóveis descritos na inicial, e declaro-os incorparados ao patrimônio do autor, mediante o depósito do valor complementar, descontados os débitos (ITBI) anteriores à ocupação provisória, nestes autos e das despesas processuais. -Advs. CLEVERSON JOSE GUSSO, MICHELI CRISTINA SAIF, VANESSA F. FRANSOZI e GABRIEL G. VALE-.

8. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-6/2004-JOAO PADILHA DOS SANTOS e outros x MUNICÍPIO DE ANTONINA- A exequente para que no prazo de cinco dias, apresente a planilha de cálculo, haja vista que a memória de cálculo não acompanhou a inicial de execução. -Advs. ROBSON FRANCO, KEITI REGINA DO VALE e DIOGO CORSO DE SOUZA-.

9. REINTEGRACAO DE POSSE-2018/2004-FRANCISCO ALBERTO MONTAGNA e outro x VANDERLEI FERNANDES DE ABREU e outro- (...) Diante do exposto , julgo extinto, por sentença sem resolução de mérito, a presente execução, com fundamento nos art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas processuais. -Adv. ABILIO VIEIRA NETO-.

10. INDENIZAÇÃO-2049/2004-AELSON ALVES SANTOS e outros x WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e outro- Homologado o acordo celebrado entre os autores e a empresa Cattalini Terminais Marítimo Ltda, para que surtam seus jurídico e legais efeitos, bem como, na forma do art. 269, inc. III do CPC, julgo extinta a presente ação em relação a empresa supra mencionada. As custas deverão ser calculada no total devendo a requerida Cattalini Terminais Marítimo Ltda arcar com 50% deste valor, com exceção do FUNREJUS que deverá ser pago integralmente, com base no valor acordado. -Advs. JULIO ANTONIO SIMAO FERREIRA, BRUNA ANGELICA FERREIRA SALVÁTICO, ELIAN PRADO CAETANO, FABIANA MARTINS e L.R.LEVEN SIANO-.

11. INDENIZAÇÃO-2050/2004-ANTONIO RICARDO e outros x WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e outro- As partes para especificarem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada sob pena de preclusão. Manifestem-se ainda acercad da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do art. 331, § 3º do CPC. -Advs. JULIO ANTONIO SIMAO FERREIRA, BRUNA ANGELICA FERREIRA SALVÁTICO, FABIANA MARTINS, L.R.LEVEN SIANO e IWERSON LUIZ WRONSKI-.

12. INDENIZAÇÃO-2053/2004-ACIOLE DOS SANTOS CACILHA e outros x WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e outro- Homologado o acordo celebrado entre os autores e a Empresa Cattalini Terminais Marítimos Ltda, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, bem como, na forma do art. 269, inc. III do CPC, julgo extinta a presente ação em relação a empresa supra mencionada. As custas deverão ser calculadas no total devendo a requerida Cattalini Terminais Marítimos Ltda arcar com 50% deste valor, com exceção do FUNREJUS que deverá ser pago integralmente, com base no valor acordado. -Advs. JULIO ANTONIO SIMAO FERREIRA, BRUNA ANGELICA FERREIRA SALVÁTICO, L.R.LEVEN SIANO, FABIANA MARTINS e ELIAN PRADO CAETANO-.

13. INDENIZACAO P/ DANOS PATRIMONIAIS E MORAIS-300/2006-ELIAS PEREIRA DANTAS x BANCO ITAU S/A- (...) Ante o exposto, reconheço o abandono da causa e julgo, em consequencia extinto o presente processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Custas na forma da lei. -Advs. JOSE SECUNDINO DE OLIVEIRA FILHO e NELSON PASCHOALOTTO-.

14. DESPEJO-0000242-62.2007.8.16.0043-IND. E COM.DE PRODUTOS ALIMENTICIOS CARDOSO LIMA L e outro x IND. E COM.DE CONSERVAS NG LTDA e outro- As partes acerca da baixa dos autos, bem como requeiram o que entenderem pertinente. -Advs. JULIO ANTONIO SIMAO FERREIRA, MARCIO HAIS DE NATAL BALERA e MARIO DE NATAL BALERA-.

15. EMBARGOS A ARREMATACAO-293/2007-AGROPECUARIA FAZENDA CALDEIRAO LTDA x ARNALDO FERREIRA MULLER e outro- (...) Em face do exposto, julgo imporcedentes os embargos à arrematação porpostos por Agropecuária Fazenda Caldeirão Ltda em face de Arnaldo Ferreira Mullere outros, e, de consequencia declaro o auto de praça de fls. 101, ato jurídico perfeito, condenando a embargante nas custas processuais e em honorários advocatícios, estes fixados em 15% sobre o valor da causa, na forma do disposto no art. 20 § 4º do CPC, considerando, especialmente, o tempo de serviço dos advogados e a complexidade da causa. Não obstante, não tenha sido atribuído efeito suspensivo aos embargos, verifica-se que os autos principais ficaram paralisados, fundamento pelo qual detrmino que o exequente manifeste-se, naqueles autos, no przo de cinco dias, requerendo o que entender pertinente. -Advs. ALESSANDRO GRUNER e ARNALDO FERREIRA MULLER-.

16. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-369/2007-BANCO FINASA BMC S/A x VANDERLEIA IZIDIO- A parte autora para que no prazo de 48 horas promova o seguimento do feito, sob pena de extinção. -Adv. JULIANE CRISTINA CORREA DA SILVA-.

17. ORD. DE OBRIGACAO DE FAZER-703/2007-FERNANDO JERÔNIMO BAPTISTETE MATARAZZO x SERVICOS AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO-SAMAE- Indeferido o pedido de inclusão de F. Matarazzo Armazéns erais no polo ativo e com fundamento no art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil , julgado extinto o processo, sem resolução de mérito, porquanto patente a ilegitimidade ativa ad causam do autor. Outrossim, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em em 1000,00 (mil reais), o que faço com base no art. 20, § 4º do Código de processo Civil. ressalte-se, todavia que o autor é beneficiário da assitência judiciária gratuita, devendo ser observado o disposto no artigo 12, da Lei n. 1.060/50. -Advs. RAFAEL CEZAR RAMOS e HUMBERTO FELIX SILVA-.

18. EXECUCAO DE SENTENCA-187/2008-VILSON BARBOSA CORDEIRO x PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS- Ao Impugnado para que manifeste-se acerca da impugnação apresentada, no prazo de 15 dias. -Advs. SAULO BONAT DE MELLO, HEROLDS BAHR NETO e FABIANO NEVES MACIEYWISKI-.

19. USUCAPIAO-221/2008-WAGNER MOREIRA DE ARAÚJO- Ao procurador da autora para que, no prazo de trinta dias, dê cumprimento ao item 5 do despacho 79/80, trazendo documentos solicitado pelo Ministério Público, às fls. 66/68, sob pena de extinção do feito. -Adv. TADEU COELHO CAMPOS ROCHA-.

20. NUNCIACAO DE OBRA NOVA-250/2008-NELSON FERNANDES DE SOUZA JUNIOR e outro x IRONALDO PEREIRA DE DEUS e outro- A parte autora para que no prazo de dez dias manifeste-se acerca da contestação apresentada. -Adv. JAIME BELMIRO TASCA-.

21. NULIDADE DE ATO JURIDICO-0000484-84.2008.8.16.0043-TROPICAL DITRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. x INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP- ACiência as partes da baixa dos autos, requerendo o que entenderem pertinente. -Advs. ABILIO VIEIRA NETO e ERNESTO HAMANN-.

22. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-575/2008-BANCO FINASA BMC S/A x NELMA PIRES DE CARVALHO- (...) Diante do exposto, nos termos do art. 269, I, do CPC, julgo procedente o pedido encartado na inicial, para fim de consolidar em mãos da parte autora o domínio e a posse plena e exclusiva sobre o bem fiduciariamente alienadoconsoante art. 3, paragrafo 4º a 6º do Decreto-lei nº 911/69, cuja apreensão liminar torno definitiva. Outrossim detrmino que a parte autora informe À Requerida o valor da venda extrajudicial do bem e a utilização do preço da venda no pagamento do seu crédito e despesas decorrentes da cobrança, acompanhado de planilha da evolução do débito, uma vez que o saldo porventura apurado deverá ser devolvido ao devedor, conforme previsão do art. 4º do decreto-lei nº 911/69. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e em honorários advocatícios, os quais arbitro em R$500, 00(quinhentos reais) , ex vi do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil(RTJ, 81:996 e RT, 521:284), corrigidos até o efetivo pagamento. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

23. REINTEGRACAO DE POSSE-1065/2008-ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x KÁTIA CHRISTINA WAGNER HAIS- Homologado para que surta seus jurícos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formuladao pela parte autora, e, com fulcro no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. -Adv. MÁRCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

24. REINTEGRACAO DE POSSE-377/2009-BANCO FINASA BMC S/A x CLEITON NERI VELOSO- A parte autora para manifestar-se acerca do prosseguimento do feito, no prazo de 48 horas, sob pena extinção. -Adv. SILVANA TORMEM-.

25. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-508/2009-BANCO BV FINANCEIRA S/A C.F.I. x JOEL ALVES PEREIRA- Julgado procedente a pretensão do requerente, em face do requerido, ja qualificada nos autos, para fim de consolidar em mãos do requerente o domínio e a posse plena e exclusiva sobre o veiculo, finduciariamente alienado, consoante artigo 3º, parágrafo 4º e 6º do Decreto-lei nº 911/69, cuja apreensão liminar torno definitiva. Determinado que a parte autora informe ao Juízo o valor da venda no pagamento no seu crédito e despesas decorrentes da cobrança acompanhados de planilha da evolução do débito, uma vez que o saldo porventura apurado deverá ser devolvido ao devedor, conforme previsão do art. 4º do Código de Processo Civil,(RTJ, 81:996 e RT, 521:284), corrigidos até o efetivo pagamento. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

26. REINTEGRACAO DE POSSE-0000090-09.2010.8.16.0043-BANCO ITAULEASING S/A x MAURO HENRIQUE PINTO BERNARDO- As partes da baixa dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, requerendo o que entederem pertinente. -Adv. CARINE DE MEDEIROS MARTINS-.

27. REINTEGRACAO DE POSSE-0000124-81.2010.8.16.0043-SANTANDER LEASING S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL x JONAS NASCIMENTO- Ao autor-reconvindo, para que no prazo de 15(quinze) dias, ofereça resposta, sob pena de assim não fizer serem-lhe considerado como verdadeiro os fatos alegados pelo reconvivente. No mesmo prazo deverá manifestar-se sobre a contestação, no que tange a tempestividade da resposta. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e WALTER JOSÉ DE FONTES-.

28. REINTEGRACAO DE POSSE-0000646-11.2010.8.16.0043-SOILI DIAS DE CASTRO x NOELI NUNES PEREIRA- A parte autora para regularize o pólo ativo da ação face o falecimento da parte autora. -Adv. RUTH FERNANDES DE OLIVEIRA-.

29. DECLAR. INEXIGIBILIDADE TIT.-0000727-57.2010.8.16.0043-MÁRIO KERETCH-FIRMA INDIVIDUAL e outro x FRILAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA e outro- A parte autora acerca da contestação apresentada.-Advs. LUIZ ANTONIO MORES e NILSON MAGALHÃES DOS SANTOS-.

30. FALENCIA-0001135-48.2010.8.16.0043-PLÁSTICOS METALMA S/A x CLS PEREIRA & CIA LTDA- A parte autora para retirar em cartório os documentos desentranhados. -Advs. NOÊMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ e ANA LÚCIA MACEDO MANSUR-.

31. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0001231-63.2010.8.16.0043-BANCO SANTANDER BANESPA S/A x ABÍLIO VIEIRA NETO- A parte autora para que no prazo de 10 dias, manifeste-se4 acerca do contido nas certidões de fls. 51-v e 53, bem como para que promova o seguimento do feito. -Advs. MARILI RIBEIRO TABORDA, MAGDA L. R. EGGER, KEITY SUTO TROMBELI e DENISE REGINA FERRARINI-.

32. REINTEGRACAO DE POSSE-0001847-38.2010.8.16.0043-BANCO ITAUCARD S/A x JOSIEL PORTELA ANTUNES- Ao autor para que no prazo de 10 dias, traga aos autos endereço atualizao do requerido, posto que conforme certificado nos autos pelo Sr. Oficial de Justiça, o autor encontra-se residindo na cidade de Curitiba em lugar incerto e não sabido. -Adv. CARINE DE MEDEIROS MARTINS-.

33. REINTEGRACAO DE POSSE-0001973-88.2010.8.16.0043-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x ANTONIO ROCHA DE LIMA- A parte autora para que no prazo de 10 dias, manifeste-se acerca do contido na certidão de fls. 38-v, bem como para que promova o seguimento do feito. -Adv. THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS-.
34. REINTEGRACAO DE POSSE-0001984-20.2010.8.16.0043-BANCO ITAULEASING S/A x RAFAEL PINHEIRO ALVES- (...) Julgado por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, conforme manifestação de fls. -Adv. VIRGINIA , e por consequencia, julgado extinto com resolução do mérito, com fundamento no art. /, inc. III do Código de Processo Civil. Custas remanescentes nos termos do acordo. VIGINIA MAZZUCCO-.
35. ALVARA JUDICIAL-0002089-94.2010.8.16.0043-FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA x EDIMAR ALVES DE OLIVEIRA- (...) Julgo procedente o pedido encartado na incial, autorizando o autor a proceder ao levantamento dos valores depositados junto a Caixa Econômica Federal a título de PIS-PASEP e FGTS em do falecido. -Adv. FABRICIO DE SOUZA-.
36. INTERDIÇÃO-0001448-72.2011.8.16.0043-LORINHA DOS SANTOS DO ROSÁRIO x MARIANE DOS SANTOS DIAS- A parte autora acerca da contestação apresentada. -Adv. FABRICIO DE SOUZA-.
37. REINTEGRACAO DE POSSE-0001455-64.2011.8.16.0043-BANCO ITAULEASING S/A x AYRTON WERNER SOARES- A parte autora para, que no prazo de dez dias comprovar a mora de devedor, na medida em que não consta nos autos cópia do aviso de recebimento da correspondecia encaminhada à parte devedora, não possuindo eficácia almejada de dar ciência a notificação, sendo, portanto irregular, vale dizer, inábil para constituí-la em mora, sob pena de indeferimento. -Adv. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.
38. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS-0001602-90.2011.8.16.0043-MARIA CÂNDIDA FELISBINO x VIACAO GARCIA LTDA- A parte autora acerca da contestação e documentos apresentados. -Advs. WELLINGTON SILVEIRA, JANE MARY SILVEIRA e LUDMILA LUDOVICO DE QUEIROZ-.
39. NUNCIACAO DE OBRA NOVA-0001620-14.2011.8.16.0043-IRENE DA IGREJA BRANDES x FERNANDO SANTANA SALVADOR-Ao que parece, o acordo de fls. 79/80, cujo valor de R$ 100,000,00 deveria ser pago até o dia 14/09/2011, porém o comprador não efetuou o pagamento. Indefiro o pedido de fls. 84/86, posto que a sentença ainda não transitou em julgado e sequer foi publicada. Em face o exposto, considerando que o acordo de fato não foi cumprido as partes para que no prazo de 48 horas, ratifiquem os termos do acordo de fls. 83, sob pena de revogação da decisão homologatória, posto que esta sequer foi publicada, portanto não ingressou no mundo jurídico. -Advs. KLEVER ARAKEM W. FERNANDES e MARCELO ROSEMBACK -.
40. ACAO POPULAR-0001641-87.2011.8.16.0043-FERNANDO JERÔNIMO BAPTISTETE MATARAZZO x MUNICÍPIO DE ANTONINA e outros- (...) Compulsando os autos, verifico que não obstante a ação tenha sido distribuída em 23/10/2008, ou seja, há 3 anos, até o momento não houve citação, e nem mesmo a inicial foi recebida; registre-se, inclusive, que nem mesmo o pedido de liminar, no qual buscava a paralisão imediata da obra dentro do r. triangulo ferroviário, foi apreciado, donde se conclui pela não presença do periculum im mora suscitado na inicial. Em face do exposto visando racionalização dop procedimento, detrmino a intimação do autor, para que no prazo de 05 dias, sob pena de extinção, manifeste-se objetivamente sobre o prosseguimento do feito, em especial, sobre o pedido liminar. A parte autora para que no prazo de cinco dias-Adv. SANDRO MARCELO KOZIKOSKI-.
41. ACAO POPULAR-0001642-72.2011.8.16.0043-FERNANDO JERÔNIMO BAPTISTETE MATARAZZO x MUNICÍPIO DE ANTONINA e outro- Compulsando os autos, verifico que não obstante a ação tenha sido distribuída em 08/10/2008, ou seja, há 3 anos, até o momento não houve citação, e nem mesmo a inicial foi recebida; registre-se, inclusive, que nem mesmo o pedido de liminar, no qual buscava a paralisão imediata da obra dentro do r. triangulo ferroviário, foi apreciado, donde se conclui pela não presença do periculum im mora suscitado na inicial. Em face do exposto visando racionalização dop procedimento, detrmino a intimação do autor, para que no prazo de 05 dias, sob pena de extinção, manifeste-se objetivamente sobre o prosseguimento do feito, em especial, sobre o pedido liminar. A parte autora para que no prazo de cinco dias--Adv. SANDRO MARCELO KOZIKOSKI-.
42. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0001645-27.2011.8.16.0043-BANCO FIAT S/A x FÁBIO ROBERTO GALDINO SILVEIRA- (...) Não havendo documento hábil a comprovar a mora do devedor, e tratando-se de documento indispensável à propositura da ação (art. 283 do Código de Processo Civil) faculto ao requerente a apresentação de tal prova, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da petição incial. -Advs. LIZIA CEZARIO DE MARCHI e NELSON PASCHOALOTTO-.
43. EXECUCAO FISCAL-30/2004-UNIÃO x AGROPECUARIA SAUL MACEDO LTDA e outro- Ao procurador do executado para subscrever a petição ( EXCEÇÃO DE PRE-EXECUTIVIDADE). -Adv. SILVIO MARTINS VIANNA-.
44. EXECUCAO FISCAL-22/2005-A UNIÃO x PROSPERIDADE PARTICIPACOES LTDA- (...) Assim, atendendo-se ao disposto no art. 795, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente ação de Execução Fiscal movida por Fazenda Nacional (UNIÃO) contra Prosperidade Participações Ltda, autorizando, em consequencia, os necessários levantamentos. Sem condenação em custas e honorários advocatício, uma vez que o artigo 26 da Lei 6830/80 é expresso ao declarar que o cancelamento da execução fiscal, sem qualquer título, i,põe a extinção da execução fiscal, sem qualquer ônus para as partes. Quanto a CDA nº 90205000209-42, requereu o Exequente (união) a suspensão pelo periodo de 24 meses (fls.) 126, defiro o pedido de suspensão. -Adv. TATIANA SCHMIDT MANZOCHI-.
45. EXECUCAO FISCAL-46/2005-CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA-CREA x SAMAE-SERVICO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO- A parte autora acerca da certidão de fls. 64, bem como para que promova o seguimento do feito. -Advs. PRISCILA GONCALVES GABASA PEREZ e PRISCILA KOWALTSCHUK-.
46. EXECUCAO FISCAL-4/2006-INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP x CARLITO DUDEK- A parte autora para que manifeste nos autos, promovendo o seguimento do feito. -Adv. ARNALDO ALVES DE CAMARGO NETO-.

Antonina, 28 de Setembro de 2011.

# ARAPONGAS

## VARA CÍVEL

**COMARCA DE ARAPONGAS - ESTADO DO PARANA**
**CARTORIO DO CÍVEL E ANEXOS**
**RELACAO Nº123/2011**
**JUIZ TITULAR: EVANDRO LUIZ CAMPAROTO**
**ESCRIVÃO: PETERSON ADRIANO MIGLIORINI**

**Re lação de intimação de Advogados n.123/2011**

ABEL ANTONIO REBELLO 0010 000916/2007
ADALBERTO FONSATTI 0013 001253/2007
0014 001343/2007
ADEMIR SIMÕES 0001 000724/1999
ADRIANO MUNIZ REBELLO 0006 000878/2004
0010 000916/2007
ALEXANDER VIEIRA 0009 000453/2007
ALEXANDRE DUTRA 0001 000724/1999
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0030 001503/2009
ALEXANDRE SUTKUS DE OLIVE 0006 000878/2004
AMILTON DOMINGUES DE MORA 0020 001204/2008
ANA LOUISE RAMOS DOS SANT 0010 000916/2007
ANA LUCIA FRANCA 0043 007764/2010
ANA ROSA DE LIMA LOPES BE 0049 007126/2011
0050 007132/2011
ANDREIA CHARLISE ANDRE 0008 000755/2006
ANDREZA GOMES DARÉ NAVARR 0022 001501/2008
ANDRÉ LUIZ DONEGA VERRI 0028 001203/2009
0030 001503/2009
ANTONIO CARLOS CANTONI 0007 000238/2006
ANTONIO SAONETTI 0039 004368/2010
BEATRIZ TEREZINHA DA SILV 0018 000290/2008
BLAS GOMM FILHO 0043 007764/2010
CARLA PASSOS MELHADO 0048 005314/2011
CARLOS EDUARDO TUDINO 0014 001343/2007
CARLOS HENRIQUE BEVILACQU 0014 001343/2007
CARLOS HENRIQUE DOS SANTO 0010 000916/2007
CICERO ALESSANDRO GUERIOS 0066 008748/2011
CIRO BRUNING 0007 000238/2006
CLAUDIO CEZAR ORSI 0012 001139/2007
CLAUDIO GUILHERME TESHEIN 0027 001090/2009
CLAUDIO HENRIQUE STOEBERL 0011 001099/2007
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0042 007553/2010
DENISE DE PINHO TAVARES F 0040 005423/2010
0041 006055/2010
DIRCEU DE ALMEIDA REZENDE 0016 000111/2008
EDUARDO LUIZ CORREIA 0004 000335/2003
ELIANE GIMENEZ SCOPARO PE 0034 001952/2009
ELISABETH REGINA VENÂNCIO 0024 000530/2009
ELVIO FLAVIO DE FREITAS L 0063 000412/2001
ENEIDA WIRGUES 0036 002517/2009
FABIANA DE ALMEIDA PASCHO 0010 000916/2007
FABIANO FABRIS DA SILVA 0065 000813/2009
FABIO VIANA BARROS 0034 001952/2009
FELIPE TURNES FERRARINNI 0043 007764/2010
FERNANDO AUGUSTO SARTORI 0029 001365/2009
FERNANDO LUZ PEREIRA 0005 000850/2004
FRANCIELLE KARINA DURÃES 0057 008775/2011
GERMANO JORGE RODRIGUES 0056 008740/2011
GILBERTO PEDRIALI 0014 001343/2007
GIOVANA CHRISTIE FAVORETT 0028 001203/2009
GIOVANNA BENVENUTTI 0010 000916/2007
GISELE VERÍSSIMO PAES 0053 007953/2011
GIULIANO DA COSTA PERIM 0013 001253/2007
GUSTAVO VISSOCI REICHE 0023 000172/2009
HELDER MASQUETE CALIXTI 0032 001811/2009
IRENE DE FATIMA SUREK DE 0034 001952/2009
IVAN ARIOVALDO PEGORARO 0029 001365/2009
IVAN SERGIO RIBEIRO 0024 000530/2009
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0058 008820/2011

JAQUELINE DO ESPÍRITO SAN 0064 000357/2007
JOAO FERNANDO DE ALVARENG 0028 001203/2009
0030 001503/2009
JOSE ANTONIO CORDEIRO CAL 0019 000772/2008
JULIO CESAR GUILHEN AGUIL 0059 008890/2011
JULIO CESAR RODRIGUES 0015 000045/2008
JULIO CÉSAR DALMOLIN 0058 008820/2011
LAURO FERNANDO ZANETTI 0021 001209/2008
0045 000370/2011
0060 008933/2011
LEONEL EDUARDO DE ARAÚJO 0007 000238/2006
0033 001909/2009
0040 005423/2010
LUCIANA APARECIDA TOZZATT 0023 000172/2009
LUCIANA RODRIGUES MENDONÇ 0036 002517/2009
LUIZ ROBERTO WERNER ROCHA 0066 008748/2011
MAGDA LUIZA RIGODANZO EGG 0054 008189/2011
MARCIA CRISTINA SANTOS 0062 009083/2011
MARCIA LORENI GUND 0058 008820/2011
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0028 001203/2009
MARCO AURELIO ALVES TEIXE 0046 000412/2011
MARCOS CIBISCHINI DO AMAR 0014 001343/2007
0017 000238/2008
0023 000172/2009
MARCUS VINICIUS CABULON 0027 001090/2009
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0035 002259/2009
MARILI RIBEIRO TABORDA 0054 008189/2011
MAURICI ANTONIO RUY 0003 000288/2001
MAURICIO ETTORI ZAFFALÃO 0034 001952/2009
MAURO COMINATO MEN 0002 000193/2001
NEIRI DAVANSO 0038 002519/2010
NEWTON DORNELES SARATT 0039 004368/2010
ODAIR CORDEIRO DOS SANTOS 0041 006055/2010
OLDEMAR MARIANO 0061 009077/2011
OMIRES PEDROSO DO NASCIME 0064 000357/2007
OSVALDO DAMIÃO VEIGA FILH 0002 000193/2001
0009 000453/2007
PEDRO HENRIQUE WALDRICH N 0062 009083/2011
RAFAEL AVANZI PRAVATO 0055 008355/2011
RAFAEL C. SOEIRO DE SOUZA 0048 005314/2011
REGIS LUIS JACQUES BOHRER 0025 000632/2009
REINALDO MIRICO ARONIS 0033 001909/2009
0037 001282/2010
0044 010459/2010
RENATA DEQUECH 0026 000758/2009
RENATA STRAPASSON 0066 008748/2011
RENNÉ FUGANTI MARTINS 0047 003026/2011
ROSICLER CRISTINA RICOLDI 0008 000755/2006
ROSÂNGELA DA ROSA CORREA 0035 002259/2009
SANDRA CALABRESE SIMÃO 0024 000530/2009
SANDRA REGINA GASPAROTTI 0038 002519/2010
SHEALTIEL L. PEREIRA FILH 0001 000724/1999
SILMARA REGINA LAMBOIA 0051 007699/2011
SÉRGIO SCHULZE 0049 007126/2011
0050 007132/2011
TALES ANDRE FRANZIN 0014 001343/2007
TERUO JORGE HIRANO 0016 000111/2008
THIAGO BARBOZA DE FARIA F 0046 000412/2011
THIAGO CAVERSAN ANTUNES 0031 001634/2009
TIAGO SALVADOR BOTELHO 0028 001203/2009
0030 001503/2009
VINICIUS GABRIEL ZANONI D 0046 000412/2011
VLADIMIR STASIAK 0052 007853/2011
ÉLITON MARQUES DE OLIVEIR 0024 000530/2009

1. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-724/1999-BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A. x PALMO CARANI NETO e outro- Mantém a decisão recorrida; determina aguardar a decisão do agravo. -Advs. SHEALTIEL L. PEREIRA FILHO, ADEMIR SIMÕES e ALEXANDRE DUTRA-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
2. AÇÃO MONITÓRIA CONVERTIDA EM EXECUÇÃO-193/2001-REVELUX INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA. x PAULO ROBERTO PAIANO e outro-1. Face o contido na certidão acima lavrada, determino a suspensão da tramitação (artigo 791, III, do Código de Processo Civil). 2. Aguardem no arquivo provisório da Escrivania eventual manifestação das partes, cumprindo-se o disposto no item 5.8.20, do Código de Normas. __ À parte autora para comprovar o recolhimento das custas remanescentes, conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: custas remanescentes (R$.9,40); Distribuidor/Contador Judicial (R$.27,87). -Advs. MAURO COMINATO MEN e OSVALDO DAMIÃO VEIGA FILHO-.
3. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-288/2001-SANEPAR - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA x VALERIA CARVALHO DA SILVA DROGARIA = ME-À parte autora sobre o(s) expediente(s) juntado(s) às fls.86, resposta de ofício. -Adv. MAURICI ANTONIO RUY-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
4. EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO-335/2003-BIKE HOUSE - INDUSTRIA E COMERCIO DE BICICLETAS E e outros x BANCO DO BRASIL S.A.- Ao Executado para que efetue o pagamento do débito (R$,4.552,06), no prazo de 24 horas, sob pena de penhora. -Adv. EDUARDO LUIZ CORREIA-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
5. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO-850/2004-BANCO PANAMERICANO S.A x SILVIA LUCIA NAVES-À parte autora para comprovar o recolhimento das custas remanescentes, Distribuidor/Contador Judicial (R$.10,09). -Adv. FERNANDO LUZ PEREIRA-.
6. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-878/2004-SILVIA LUCIA NAVES x BANCO PANAMERICANO S.A-1. Verifico que o processo comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que devidamente instruído por prova documental, o que torna desnecessária a produção de outras provas. 2. À conta e preparo das custas remanescentes (já recebidas). 3. Após, decorrido o prazo para eventual inconformismo, voltem conclusos para julgamento. -Advs. ALEXANDRE SUTKUS DE OLIVEIRA e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.
7. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS POR ATO ILICITO (ord)-238/2006-GERALDO MARTINS FERNANDES x TIMOTEO DAVANSO- Manifestem-se as partes, conforme opinou-se do Ministério Público às fls.352 parte final. -Advs. ANTONIO CARLOS CANTONI, LEONEL EDUARDO DE ARAÚJO e CIRO BRUNING-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
8. AÇÃO MONITÓRIA CONVERTIDA EM EXECUÇÃO-755/2006-AUTO ARAPONGAS COMERCIO DE VEICULOS LTDA x JOAO PAULO DOS SANTOS-1. Face o contido na certidão acima lavrada, determino a suspensão da tramitação (artigo 791, III, do Código de Processo Civil). 2. Aguardem no arquivo provisório da Escrivania eventual manifestação das partes, cumprindo-se o disposto no item 5.8.20, do Código de Normas. 3.À parte autora para comprovar o recolhimento das custas remanescentes, conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: custas remanescentes (R$.18,80); Distribuidor/Contador Judicial (R$.53,36), bem como o recolhimento no valor de R$.37,00, referente à diligência do oficial de justiça adiante assinalado: (X) Sérgio de Araújo Feitosa - conta corrente nº. 43.545-7, agência nº. 0359-X, do Banco do Brasil S.A. -Advs. ANDREIA CHARLISE ANDRE e ROSICLER CRISTINA RICOLDI-.
9. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-453/2007-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL - CENTRO NORTE DO PAR x JORGE LUIZ ROSA- Ante o silêncio da parte credora, aguardem no arquivo provisório da Serventia eventual manifestação das partes, cumprindo-se o disposto no item 5.8.20, do Código de Normas.-___À parte autora para comprovar o recolhimento das custas remanescentes, conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: custas remanescentes (R$.9,40); Distribuidor/Contador Judicial/Avaliador (R$.140,67), bem como o recolhimento no valor de R$.132,00, referente à diligência do oficial de justiça adiante assinalado: (X) Sérgio de Araújo Feitosa - conta corrente nº. 43.545-7, agência nº. 0359-X, do Banco do Brasil S.A. -Advs. OSVALDO DAMIÃO VEIGA FILHO e ALEXANDER VIEIRA-.
10. AÇÃO DE DEPÓSITO-916/2007-OMNI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x NABIA NAIF ABDLLAH HAMMAD-À parte autora sobre o(s) expediente(s) juntado(s) às fls.108/116, respostas de ofícios. -Advs. ABEL ANTONIO REBELLO, ADRIANO MUNIZ REBELLO, ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS, CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS ALCÂNTARA, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTO e GIOVANNA BENVENUTTI-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
11. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1099/2007-NORTOX S.A. x LIVIO EDSON PEDRINI e outros-À parte autora para comprovar o recolhimento das custas remanescentes, conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: custas remanescentes (R$.80,20); Distribuidor/Contador Judicial (R$.35,57). -Adv. CLAUDIO HENRIQUE STOEBERL-.
12. EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO-1139/2007-TATIANA APARECIDA VERONEZ x GEREVI PNEUS LTDA.- À manifestação do exequente sobre o prosseguimento, com a indicação de bens passíveis de penhora. -Adv. CLAUDIO CEZAR ORSI-.
13. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-1253/2007-EMBALAGENS ARAPONGAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. x BRASLPEC - EMPRESA BRASILEIRA DE PAPEL E CELULOSE e outros- À parte autora para comprovar o recolhimento das custas remanescentes, conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: custas remanescentes (R$.9,40).-Advs. GIULIANO DA COSTA PERIM e ADALBERTO FONSATTI-.
14. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO (ord)-1343/2007-EMBALAGENS ARAPONGAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. x BRASPELC - EMPRESA BRASILEIRA DE PAPEL E CELULOSE e outros-1. Verifico que o processo comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que devidamente instruído por prova documental, o que torna desnecessária a produção de outras provas. 2. À conta e preparo das custas remanescentes. 3. Após, decorrido o prazo para eventual inconformismo, voltem conclusos para julgamento. À parte autora para comprovar o recolhimento das custas remanescentes, conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: custas remanescentes (R$.139,99). -Advs. ADALBERTO FONSATTI, TALES ANDRE FRANZIN, CARLOS HENRIQUE BEVILACQUA, GILBERTO PEDRIALI, MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELOS e CARLOS EDUARDO TUDINO-.
15. INVENTÁRIO (arrolamento sumário)-45/2008-LAURO DARIO x LUCAS DARIO e outro-À parte autora sobre o(s) expediente(s) juntado(s) às fls. 327/329, resposta de ofício. -Adv. JULIO CESAR RODRIGUES-.
16. REMOÇÃO DE INVENTARIANTE-111/2008-S.A.C.C. x J.C.C.F.- Ministério Público requer manifestação do novo patrono da inventariante; pugna que diga o patrono de Júlio Cunha Cabeiro Júnior, sobre o pedido de fls.525/526, quanto à antecipação da legítima. -Advs. TERUO JORGE HIRANO e DIRCEU DE ALMEIDA REZENDE-.

17. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO (sum)-238/2008-THIAGO GASPARINO x BANCO BRADESCO S. A. e outro-À parte ré sobre o(s) expediente(s) juntado(s) às fls.129/131, resposta de ofício. -Adv. MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELOS-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
18. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS (ord)-290/2008-CLAUDIO BELGAMO x BANCO DO BRASIL S.A.- À parte requerida para o devido pagamento do débito (R$.18.350,92), conforme condenação de fls.172, no prazo de 15 dias, sob pena de execução judicial. -Adv. BEATRIZ TEREZINHA DA SILVEIRA MOURA-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
19. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO (sum)-0005229-04.2008.8.16.0045-CLEITON FANTIN REZENDE x NET SUL COMUNICACOES- À parte requerida para efetuar o pagamento do débito (R $.17.634,46), no prazo de 15 dias, sob pena de Execução Judicial. -Adv. JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
20. EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO-1204/2008-TRUMP CONSULTORIA, REPRESENTAÇÕES E PARTICIPAÇÕES e outros x SAO FELIPE AGROPECUARIA COMERCIAL S.A.-À parte embargante para retirar a carta precatória expedida, visando o respectivo cumprimento. -Adv. AMILTON DOMINGUES DE MORAIS-.
21. AÇÃO MONITÓRIA CONVERTIDA EM EXECUÇÃO-1209/2008-BANCO ITAÚ S.A. x AUTO POSTO ANDORINHAS LTDA. e outros-À parte autora sobre o(s) expediente(s) juntado(s) às fls.105/107 e 110/112. -Adv. LAURO FERNANDO ZANETTI-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
22. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL (SUMARIO)-1501/2008-GERALDO BARBOSA x FIDELIS CANGUCU RODRIGUES JUNIOR-À parte autora sobre o(s) expediente(s) juntado(s) às fls.97, resposta de ofício. -Adv. ANDREZA GOMES DARÉ NAVARRO-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
23. EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO-172/2009-PREMIATTA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e outros x BANCO BRADESCO S. A.-1. Verifico que o processo comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que devidamente instruído por prova documental, o que torna desnecessária a produção de outras provas, mesmo porque somente será apreciada a legalidade ou não das cobranças, ficando a apuração de eventual saldo em sede de liquidação. 2. À parte embargante para comprovar o recolhimento das custas remanescentes (R$.9,40). 3. Após, decorrido o prazo para eventual inconformismo, voltem conclusos para julgamento. -Advs. LUCIANA APARECIDA TOZZATTO DE ALMEIDA, MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELOS e GUSTAVO VISSOCI REICHE-.
24. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO (sum)-530/2009-OZANA DA COSTA SORECCHIA x GVT - GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA-Juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Londrina-PR, informa que foi designado o dia 20/10/2011 às 14:00 horas, para inquirição da testemunha arrolada. -Advs. IVAN SERGIO RIBEIRO, ÉLITON MARQUES DE OLIVEIRA, SANDRA CALABRESE SIMÃO e ELISABETH REGINA VENÂNCIO-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
25. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (duplicata)-632/2009-SANTOS ANDIRÁ INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA x ADINEVA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP- 1. Face o contido na certidão acima lavrada, determino a suspensão da tramitação (artigo 791, III, do Código de Processo Civil). 2. Aguardem no arquivo provisório da Escrivania eventual manifestação das partes, cumprindo-se o disposto no item 5.8.20, do Código de Normas. À parte autora para comprovar o recolhimento das custas remanescentes, conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: custas remanescentes (R$.9,40); Distribuidor/Contador Judicial (R$.17,79), bem como o recolhimento no valor de R$.37,00, referente à diligência do oficial de justiça adiante assinalado: (X) Sérgio de Araújo Feitosa - conta corrente nº. 43.545-7, agência nº. 0359-X, do Banco do Brasil S.A. -Adv. REGIS LUIS JACQUES BOHRER-.
26. AÇÃO REVISIONAL (ordinário)-758/2009-GAIGUER & TUDINO LTDA e outros x ITAU UNIBANCO S.A.- Sobre os documentos juntados às fls.2267/3252, manifestem-se os Requerentes. -Adv. RENATA DEQUECH-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
27. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONV. EM DEPÓSITO-1090/2009-RANDON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA x LUIZ ROBERTO CECONELLO-1. Verifico que o processo comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que devidamente instruído por prova documental, o que torna desnecessária a produção de outras provas. 2. À parte autora para comprovar o recolhimento das custas remanescentes em favor do Escrivão do Cível (R$.431,90). 3. Após, decorrido o prazo para eventual inconformismo, voltem conclusos para julgamento. -Advs. CLAUDIO GUILHERME TESHEINER e MARCUS VINICIUS CABULON-.
28. EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO-1203/2009-UNIMOVEIS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA e outros x BANCO ITAÚ S.A.- Diante do silêncio dos embargantes (fls.147), presume-se aceitação em relação à nova proposta de honorários periciais. Aos embargantes a efetuarem o depósito dos honorários respectivos (R$.3.400,00), no prazo de 10 dias, conforme determinado no saneador, sob pena de presunção de desistência da prova requerida. -Advs. ANDRÉ LUIZ DONEGA VERRI, JOAO FERNANDO DE ALVARENGA REIS, TIAGO SALVADOR BOTELHO, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO-.
29. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER (ord)-1365/2009-ORLANDO GRECCO e outro x LUIZ VIDOTTI e outro- Juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Londrina-PR, designa o dia 19/10/2011, às 14:00 horas, para audiência de inquirição da testemunha Nicola de Lúcio. -Advs. IVAN ARIOVALDO PEGORARO e FERNANDO AUGUSTO SARTORI-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
30. AÇÃO MONITÓRIA-1503/2009-BANCO SAFRA S.A. x JOSE NATAL FERRARI - MADEIRAS e outros- Diante do silêncio dos embargantes, presume-se que houve aceitação em relação à forma de pagamento dos honorários periciais. Aos réus para o devido recolhimento da metade do valor mencionado (R$.1.200,20), no prazo de 10 dias, cientes de que a inércia implicará na presunção de desistência da prova requerida. -Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ, ANDRÉ LUIZ DONEGA VERRI, JOAO FERNANDO DE ALVARENGA REIS e TIAGO SALVADOR BOTELHO-.
31. EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO FISCAL-1634/2009-LUIZ CARLOS RASERA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ-1. Verifico que o processo comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que devidamente instruído por prova documental, o que torna desnecessária a produção de outras provas. 2. À conta e preparo das custas remanescentes (já recebidas). 3. Após, decorrido o prazo para eventual inconformismo, voltem conclusos para julgamento. -Adv. THIAGO CAVERSAN ANTUNES-.
32. AÇÃO PREVIDÊNCIÁRIA (tempo de contribuição)-1811/2009-DURVALINA BASSANI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-À parte autora para apresentação de memoriais, bem como manifestar-se sobre o expediente juntado às fls.176/186, resposta de ofício. -Adv. HELDER MASQUETE CALIXTI-.
33. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS-1909/2009-PEDRO DE AGUIAR ORTEGA x H D I SEGUROS S.A.-Às partes para manifestação sobre o laudo pericial juntado pelo perito, pelo prazo de dez dias. (Conforme Portaria n.01/2010 deste Juízo). -Advs. LEONEL EDUARDO DE ARAÚJO e REINALDO MIRICO ARONIS-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
34. ALVARÁ JUDICIAL-1952/2009-GENESIO ARNALDO LANZA e outros x JUIZO DE DIREITO DA VARA CIVEL DE ARAPONGAS-Às partes sobre o(s) expediente(s) juntado(s) às fls.88, resposta de ofício do Banco Itaú. -Advs. FABIO VIANA BARROS, IRENE DE FATIMA SUREK DE SOUZA, MAURICIO ETTORI ZAFFALÃO e ELIANE GIMENEZ SCOPARO PEREIRA-.
35. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-2259/2009-RECOVERY DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISETORIAL x JANE ARLENE WASEM-À parte autora para retirar a carta precatória expedida, visando o respectivo cumprimento. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSÂNGELA DA ROSA CORREA-.
36. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO-2517/2009-BANCO FINASA S/A x MARIA APARECIDA DE PAIVA CAMINHA-1. Verifico que o processo comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que devidamente instruído por prova documental, o que torna desnecessária a produção de outras provas. 2. À parte autora para efetuar o pagamento das custas remanescentes em favor do Escrivão do Cível (R$.11,00). 3. Após, decorrido o prazo para eventual inconformismo, voltem conclusos para julgamento. -Advs. ENEIDA WIRGUES e LUCIANA RODRIGUES MENDONÇA-.
37. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (contrato bancário)-0001282-68.2010.8.16.0045-BANCO DO BRASIL S.A. x DRUMMOND CHAGAS & ULIAN LTDA - ME e outros-À parte autora sobre o(s) expediente(s) juntado(s) às fls. 104/116., respostas de ofícios. -Adv. REINALDO MIRICO ARONIS-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
38. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0002519-40.2010.8.16.0045-MARCOS ROBERTO GONÇALVES x ALEXANDRE HONORIO MOREIRA e outros-Determina aguardar no arquivo provisório eventual prosseguimento. À parte autora para comprovar o recolhimento das custas remanescentes, conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: custas remanescentes (R$.9,40); Distribuidor/Contador Judicial (R $.27,87). -Advs. SANDRA REGINA GASPAROTTI DE SOUZA e NEIRI DAVANSO-.
39. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C COBRANÇA (sumário)-0004368-47.2010.8.16.0045-DOLORES GARCIA COLONELLO x BANCO BRADESCO S. A.-1. Verifico que o processo comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que devidamente instruído por prova documental, o que torna desnecessária a produção de outras provas. 2. À conta e preparo das custas remanescentes (já recebidas). 3. Após, decorrido o prazo para eventual inconformismo, voltem conclusos para julgamento. -Advs. ANTONIO SAONETTI e NEWTON DORNELES SARATT-.
40. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO (sum)-0005423-33.2010.8.16.0045-MARIA CELESTE DE SOUZA FERREIRA DE MELO e outro x AUGUSTO GONÇALVES GUDINHO- Designa o dia 09/11/2011, às 16:15 horas, para a tentativa de conciliação, determinando o comparecimento das partes. -Advs. LEONEL EDUARDO DE ARAÚJO e DENISE DE PINHO TAVARES FILLA-.
41. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS (ord)-0006055-59.2010.8.16.0045-NEUZA CRISTINA AMARAL x ULTEC - CENTRO MEDICO ODONTOLOGICO ULTRA-SOM LTDA e outro-Por vislumbrar a possibilidade de acordo, designa o dia 09/11/2011, às 16:00 horas, para tentativa de conciliação, determinando o comparecimento das partes. -Advs. ODAIR CORDEIRO DOS SANTOS e DENISE DE PINHO TAVARES FILLA-.
42. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO-0007553-93.2010.8.16.0045-B. V. FINANCEIRA S.A. C.F.I. x EVERSON APARECIDO DE SOUZA-À parte autora

sobre o(s) expediente(s) juntado(s) às fls.54, resposta de ofício. -Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
43. AÇÃO MONITÓRIA-0007764-32.2010.8.16.0045-BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. x AUTO POSTO KOYOTE LTDA e outro-À parte autora sobre o(s) expediente(s) juntado(s) às fls.61/66, respostas de ofícios. -Advs. ANA LUCIA FRANCA, FELIPE TURNES FERRARINNI e BLAS GOMM FILHO-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
44. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (contrato bancário)-0010459-56.2010.8.16.0045-HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO x MARCIO SEBASTIAO GOUVEA e outro-À parte autora para juntar aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$.55,50, referente à diligência do oficial de justiça adiante assinalado: (X) Sérgio de Araújo Feitosa - conta corrente nº. 43.545-7, agência nº. 0359-X, do Banco do Brasil S.A. -Adv. REINALDO MIRICO ARONIS-.
45. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0000370-37.2011.8.16.0045-BANCO ITAÚ S.A. x ANTONIO JULIO DE OLIVEIRA & CIA. LTDA.-À parte autora sobre o contido na certidão lavrada pelo oficial de justiça às fls.44v, não localizou bens pasíveis de penhora. -Adv. LAURO FERNANDO ZANETTI-.
Obs: A Escrivania dispõe do serviço de fornecimento de fotocópias (xerox) e remessa via correio. Fone: (43) 3055 2202.
46. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO (ord)-0000412-86.2011.8.16.0045-JOSE CARLOS DE ANDRADE x M. DOS SANTOS TRASSI & CIA LTDA ( ARENITO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO )-Aos subscritores da impugnação de fls.63/71, para regularizar sua representação processual, sob pena de desentranhamento. -Advs. VINICIUS GABRIEL ZANONI DE OLIVEIRA, THIAGO BARBOZA DE FARIA FRANCO e MARCO AURELIO ALVES TEIXEIRA-.
47. AÇÃO DE COBRANÇA (sumário)-0003026-64.2011.8.16.0045-GUSTAVO SELLA MENDONÇA x JERONIMO HIRATA & CIA. LTDA.-À parte autora para antecipar as depesas com a expedição e postagem da carta-citação com AR/MP (R $.23,00), ou proceder a retirara da carta-citação expedida visando seu cumprimento. -Adv. RENNÉ FUGANTI MARTINS-.
48. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO-0005314-82.2011.8.16.0045-BANCO FINASA BMC S/A x GILSON RICARDO PEREIRA FLORENCIO-À parte autora para comprovar o recolhimento das custas devidas conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: conferência e reprodução (R$.8,46); outras custas/fotocópias p/ formação dos autos suplementares (R$.10,00). -Advs. RAFAEL C. SOEIRO DE SOUZA e CARLA PASSOS MELHADO-.
49. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO-0007126-62.2011.8.16.0045-B. V. FINANCEIRA S.A. C.F.I. x NOEL HIPOLITO DA SILVA-À parte autora para comprovar o recolhimento das custas devidas conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: conferência e reprodução (R$.8,46); outras custas/fotocópias p/ formação dos autos suplementares (R$.12,25). -Advs. SÉRGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.
50. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO-0007132-69.2011.8.16.0045-AYMORÉ - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A x LEONARDO DE JESUS SQUILINO-À parte autora para comprovar o recolhimento das custas devidas conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: conferência e reprodução (R$.5,64); outras custas/fotocópias p/ formação dos autos suplementares (R$.10,00). -Advs. SÉRGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.
51. EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO FISCAL-0007699-03.2011.8.16.0045-SILVIO RICARDO MARCHINI & CIA LTDA x FAZENDA NACIONAL - UNIAO FEDERAL-À parte embargante para comprovar o recolhimento das custas devidas conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: Distribuidor/Contador Judicial (R$.40,32); taxa judiciária (R$.32,31), no prazo de 10 dias. -Adv. SILMARA REGINA LAMBOIA-.
52. EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO-0007853-21.2011.8.16.0045-H.L. INDUSTRIAL LTDA. e outros x COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO AGROEMPRESÁRIAL - SICREDI AGROEMPRESARIAL- Providencie, a parte embargante, a instrução dos presentes embargos com cópias das peças processuais relevantes da execução, que poderão ser declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal (art. 736, § único, CPC). Prazo: 15 dias. -Adv. VLADIMIR STASIAK-.
53. EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO FISCAL-0007953-73.2011.8.16.0045-LYS ANGELICA HIRATA x FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE ARAPONGAS- A parte autora almeja a obtenção da gratuidade quanto às custas processuais. Como tem sido requeridos demasiados pedidos de concessão do benefício da justiça gratuita o Superior Tribunal de Justiça tem entendido que as normas da Lei 1.060/50 devem ser analisadas caso a caso. Nesse sentido a jurisprudência: "PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA. INDEFERIMENTO. 1. Dispõe art. 4º. da Lei 1.060/50 que, para obtenção do benefício da gratuidade, é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza, que poderá ser elidida por prova em contrário. 2. Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária. Precedentes jurisprudenciais. 3. Recurso especial desprovido" (STJ, 1ª. Turma, REsp 544021/BA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, julgado em 21.10.2003, DJ 10.11.2003, p. 168) - sublinhou-se. Igualmente decidido também na Apelação Cível n. 476.609-6, TJ/PR, Des. EUGÊNIO ACHILLE GRANDINETTI, em 10.03.2008. Assim sendo, entendo necessário que a parte autora efetue a juntada das cópias dos seus rendimentos (três últimas declarações de imposto de renda e três últimas folhas de pagamento), para apreciação do pedido de assistência judiciária gratuita. -Adv. GISELE VERÍSSIMO PAES-.
54. AÇÃO MONITÓRIA-0008189-25.2011.8.16.0045-BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. x ADRIANA DE SOUZA CALIXTO SANCHES-À parte autora para comprovar o recolhimento das custas devidas conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: conferência e reprodução (R$.5,64); outras custas/fotocópias p/ formação dos autos suplementares (R$.10,00), bem como o recolhimento no valor de R$.37,00, referente à diligência do oficial de justiça adiante assinalado: (X) Nílson Sérgio da Silva - conta corrente nº. 1.357-9, agência nº. 0359-X, do Banco do Brasil S.A. -Advs. MARILI RIBEIRO TABORDA e MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA-.
55. EMBARGOS DE TERCEIRO-0008355-57.2011.8.16.0045-ILCA SOUTO DE SOUZA x WESLLEY ADRIANI SITTA- A parte autora almeja a obtenção da gratuidade quanto às custas processuais. Como tem sido requeridos demasiados pedidos de concessão do benefício da justiça gratuita o Superior Tribunal de Justiça tem entendido que as normas da Lei 1.060/50 devem ser analisadas caso a caso. Nesse sentido a jurisprudência: "PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA. INDEFERIMENTO. 1. Dispõe art. 4º. da Lei 1.060/50 que, para obtenção do benefício da gratuidade, é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza, que poderá ser elidida por prova em contrário. 2. Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária. Precedentes jurisprudenciais. 3. Recurso especial desprovido" (STJ, 1ª. Turma, REsp 544021/BA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, julgado em 21.10.2003, DJ 10.11.2003, p. 168) - sublinhou-se. Igualmente decidido também na Apelação Cível n. 476.609-6, TJ/PR, Des. EUGÊNIO ACHILLE GRANDINETTI, em 10.03.2008. Assim sendo, entendo necessário que a parte autora efetue a juntada das cópias dos seus rendimentos (três últimas declarações de imposto de renda e três últimas folhas de pagamento), para apreciação do pedido de assistência judiciária gratuita. -Adv. RAFAEL AVANZI PRAVATO-.
56. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (sum)-0008740-05.2011.8.16.0045-SILVANA PEREIRA THIODORO x B. V. FINANCEIRA S.A. C.F.I.- 1. Preambularmente, convém trazer à baila a orientação do S.T.J. sobre várias das questões postas ao debate nos autos: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO. Constatada a multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, foi instaurado o incidente de processo repetitivo referente aos contratos bancários subordinados ao Código de Defesa do Consumidor, nos termos da ADI n.º 2.591-1. Exceto: cédulas de crédito rural, industrial, bancária e comercial; contratos celebrados por cooperativas de crédito; contratos regidos pelo Sistema Financeiro de Habitação, bem como os de crédito consignado. Para os efeitos do § 7º do art. 543-C do CPC, a questão de direito idêntica, além de estar selecionada na decisão que instaurou o incidente de processo repetitivo, deve ter sido expressamente debatida no acórdão recorrido e nas razões do recurso especial, preenchendo todos os requisitos de admissibilidade. Neste julgamento, os requisitos específicos do incidente foram verificados quanto às seguintes questões: i) juros remuneratórios; ii) configuração da mora; iii) juros moratórios; iv) inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes e v) disposições de ofício. PRELIMINAR O Parecer do MPF opinou pela suspensão do recurso até o julgamento definitivo da ADI 2.316/DF. Preliminar rejeitada ante a presunção de constitucionalidade do art. 5º da MP n.º 1.963-17/00, reeditada sob o n.º 2.170-36/01. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. ORIENTAÇÃO 3 - JUROS MORATÓRIOS Nos contratos bancários, não-regidos por legislação específica, os juros moratórios poderão ser convencionados até o limite de 1% ao mês. ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. ORIENTAÇÃO 5 - DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO É vedado aos juízes de primeiro e segundo graus de jurisdição julgar, com fundamento no art. 51 do

CDC, sem pedido expresso, a abusividade de cláusulas nos contratos bancários. Vencidos quanto a esta matéria a Min. Relatora e o Min. Luis Felipe Salomão. II- JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO (REsp 1.061.530/RS) A menção a artigo de lei, sem a demonstração das razões de inconformidade, impõe o não-conhecimento do recurso especial, em razão da sua deficiente fundamentação. Incidência da Súmula 284/STF. O recurso especial não constitui via adequada para o exame de temas constitucionais, sob pena de usurpação da competência do STF. Devem ser decotadas as disposições de ofício realizadas pelo acórdão recorrido. Os juros remuneratórios contratados encontram-se no limite que esta Corte tem considerado razoável e, sob a ótica do Direito do Consumidor, não merecem ser revistos, porquanto não demonstrada a onerosidade excessiva na hipótese. Verificada a cobrança de encargo abusivo no período da normalidade contratual, resta descaracterizada a mora do devedor. Afastada a mora: i) é ilegal o envio de dados do consumidor para quaisquer cadastros de inadimplência; ii) deve o consumidor permanecer na posse do bem alienado fiduciariamente e iii) não se admite o protesto do título representativo da dívida. Não há qualquer vedação legal à efetivação de depósitos parciais, segundo o que a parte entende devido. Não se conhece do recurso quanto à comissão de permanência, pois deficiente o fundamento no tocante à alínea "a" do permissivo constitucional e também pelo fato de o dissídio jurisprudencial não ter sido comprovado, mediante a realização do cotejo entre os julgados tidos como divergentes. Vencidos quanto ao conhecimento do recurso a Min. Relatora e o Min. Carlos Fernando Mathias. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido, para declarar a legalidade da cobrança dos juros remuneratórios, como pactuados, e ainda decotar do julgamento as disposições de ofício. Ônus sucumbenciais redistribuídos" (REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009 - destaquei). A capitalização dos juros é admitida, desde que contratada: "AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. MEDIDA PROVISÓRIA. APLICABILIDADE. 1. Nos contratos celebrados a partir de 31.3.2000, data da edição da Medida Provisória 1.963-17/2000, atualmente reeditada pela 2.170-36/2001, é exigível a capitalização mensal de juros, desde que pactuada. Precedente: AgRg no EREsp 930.544/DF, Rel. Min. Ari Pargendler, Segunda Seção, DJe 10.4.2008. 2. Agravo Regimental improvido" (AgRg nos EDcl no REsp 733.548/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/03/2010, DJe 12/04/2010 -grifei). A comissão de permanência é lícita, desde que não cumulada com outros encargos (multa, juros de mora e juros remuneratórios), nos termos da Súmula 294, devendo ser calculada pela taxa média do mercado e limitada à taxa do contrato: "Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato". No período da inadimplência, os juros remuneratórios são devidos à taxa média do mercado, conforme Súmula 296 do S.T.J.: "Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado". 2. No caso em apreço, segundo a inicial, a autora contratou empréstimo junto à ré para aquisição de veículo. Porém, a ré está exigindo comissão de permanência c/c. outros encargos, juros capitalizados e cobrando valores indevidos (TAC/TEC/ IOF e outros serviços de terceiros). Assim, pretende a revisão do contrato, a adequação do valor da prestação mensal, a exclusão de seu nome do cadastro de inadimplentes, o depósito dos valores que entende devidos e a manutenção na posse do veículo. A pretensão de antecipação da tutela não merece acolhida, porquanto não verifico a presença dos pressupostos necessários. Entendo que não há prova inequívoca em torno do direito, que conduza à verossimilhança do alegado. 2.1. Em primeiro lugar, o contrato contém previsão expressa para a capitalização dos juros. 2.2. Segundo a inicial, a autora pretende depositar apenas o valor que entende devido. Não há qualquer impedimento para que faça o depósito de valores inferiores ao contratado. Todavia, tal depósito não possui o alcance pretendido, qual seja, afastar os efeitos da mora. Convém lembrar que o cálculo realizado pela autora é unilateral. Além disso, está manifestamente equivocado, como demonstrado anteriormente, posto que a capitalização dos juros é devida. Não é só. A apuração dos valores supostamente indevidos depende de dilação probatória, com inteira observância do contraditório e da ampla defesa. Além disso, não se tratam de valores líquidos e exigíveis. Demais disso, não é dado ao autor da revisional promover a pretendida compensação de valores supostamente pagos a maior, com a dívida reconhecidamente em aberto. Esta restituição por compensação antecipada não pode ser admitida, por faltar liquidez e exigibilidade ao crédito, que somente poderá assim ser reconhecido após final decisão, mesmo porque "a compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas ..." tal como prevê o art. 369, do Código Civil vigente. Sobre o assunto, recente julgado do TJ/PR: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. FINANCIAMENTO. INSCRIÇÃO EM CADASTROS NEGATIVOS. DEPÓSITO DE VALORES INCONTROVERSOS. ORIENTAÇÕES STJ. ALTERAÇÃO DA TAXA DE JUROS. IMEDIATA COMPENSAÇÃO NÃO DEMONSTRAÇÃO DAS ILEGALIDADES ALEGADAS. MORA NÃO AFASTADA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA. 1. Não é dado à parte proceder a imediata dedução de eventuais excessos que entenda ter efetuado no pagamento das contraprestações exigidas pela instituição financeira, para efeito de compensação com valores que reconhece como devidos, dada que a compensação exige créditos de mesma natureza (art. 369/CC/02). 2... 3... 4. Agravo de instrumento à que se dá provimento" (TJ/PR - 17ª C. Cível - A.I. 0772727-9 - Rel. Francisco Jorge - 25.04.2011 - DJ 619 - grifei). . Com efeito, então, embora se admita o depósito de valor inferior ao da parcela contratada, é certo que isso não significa que reste aceito de pronto como efetivamente devido. Há o depósito, mas não a quitação do valor nominal da parcela, de modo que a instituição financeira não está obrigada a ficar inerte diante de tal situação, mormente porque tal depósito não elide a mora. Logo, emerge naturalmente a impossibilidade de excluir seu nome dos cadastros de proteção ao crédito. A inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito é providência prevista na legislação vigente. Assim, tal prática não caracteriza procedimento abusivo, como, aliás, decidiu o S.T.J.: "AÇÃO CAUTELAR - EXCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - PREVISÃO LEGAL - CONSTRANGIMENTO INEXISTENTE - NÃO CONSTITUI PROCEDIMENTO ABUSIVO A INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, UMA VEZ EXPRESSAMENTE PREVISTO EM LEI" (REsp 476.399 / SC - Rel. Min. Barros Monteiro - 4ª Turma - DJU 30.05.2005 - pág. 382). "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. MEDIDA QUE NÃO SE REVELA ABUSIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, DO CDC, QUANDO INADIMPLENTE O DEVEDOR, E NÃO DEMONSTRADA A VEROSSIMILHANÇA DO DIREITO ALEGADO. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, COM FULCRO NO ARTIGO 557, `CAPUT', DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Inadimplente o devedor, e não demonstrada a verossimilhança do direito alegado, já que sua demonstração depende de dilação probatória, lícita a conduta do credor em cadastrar o nome nos órgãos de proteção ao crédito" TJ/PR - Decisão monocrática - Relator/Juiz Substituto em 2º Grau Luis Espíndola - 18ª C. Cível - AI 0768451-1 - DJ 648 - grifei). Como corolário lógico, também é inviável a manutenção do autor na posse do veículo, sob pena de premiar-se a inadimplência e de obstar o direito constitucional de ação outorgado ao credor. 2.3. Na realidade, ao que parece, trata-se de mais um capítulo da infindável e costumeira mania brasileira de não honrar os compromissos assumidos, ao argumento de que os bancos só cometem ilicitudes. Firmou-se o entendimento de que o C.D.C. veio amparar o hipossuficiente, em defesa de seus direitos, não servindo, contudo, de escudo para a perpetuação de dívidas. Por outro lado, não ignoro que existam decisões contrárias, no sentido de não ser admissível a inserção em cadastros de inadimplentes, até que solucionada a controvérsia em torno da dívida. Porém, também é certo que muitos devedores, numa autêntica e indisfarçável litigância de má-fé, passaram a tirar proveito de tal situação, protelando ao máximo o cumprimento de suas obrigações através das revisionais de contratos. Com muita propriedade, em dado momento do julgado colacionado acima, conclui o Relator Luís Espíndola: "Ademais, ressalte-se que o caso em julgamento se assemelha a dezenas de outros já apreciados, em que o indivíduo toma determinado crédito, adquire bem de seu exclusivo interesse, e quando já não pode mais suportar o ônus contratual, ingressa com ação visando revisar o pacto então celebrado, para, em grande parte das vezes, protelar o cumprimento integral da obrigação que assumiu, ou mesmo usufruir do bem até que finalmente venha ser apreendido. E com isso não se pode concluir que esteja de boa-fé tão somente pelo fato de ter depositado determinada quantia em juízo, valores esses, não raras às vezes, incrivelmente inferiores ao pactuado, como se disse. Aliás, boa-fé efetivamente haveria caso a parte adimplisse as prestações a tempo e modo contratados, até que sobreviesse ordem judicial autorizando a proceder diversamente, ou mesmo que se dispusesse a devolver o bem, conduta que, infelizmente, tem se mostrado cada vez menos frequente. Destarte, não evidenciada a verossimilhança do direito alegado, cumpre que seja mantida a r. decisão agravada nesse aspecto, até porque, a inclusão do nome do inadimplente em referidos cadastros é medida lícita, amparada, inclusive, pelo CDC, em seu art. 43. 3. Diante do exposto, nego seguimento ao recurso, o que faço com fulcro no art. 557, `caput', CPC". Isto posto, indefiro a antecipação da tutela. 3. Nos processos de rito sumário, via de regra, tem sido inócua a audiência conciliatória (art. 277 do CPC), pois na quase totalidade dos casos não há acordo entre as partes. Além disso, grande parte desses processos versa sobre acidentes de veículos, nos quais é muito frequente a denunciação da lide, o que também inviabiliza a conciliação naquele momento. Há, ainda, o grande volume de processos em andamento nesta Vara, cerca de 13.000, o que estende a pauta de audiências pelos próximos quatro ou cinco meses, impedindo, obviamente, a realização da conciliação no prazo previsto. Com efeito, então, entendo possível a supressão da audiência de conciliação, relegando-a para momento oportuno, como, v.g., antes do início da instrução processual. Certamente os processos ganharão celeridade, o que, por óbvio, redundará em benefício aos jurisdicionados, proporcionando a efetiva prestação da tutela jurisdicional em tempo mais satisfatório. Outrossim, vale lembrar que, diante do quadro antes descrito, o rito ordinário tem se revelado mais célere em sua fase inicial, pois não depende da exacerbada pauta de audiências. No entanto, se constatada a real possibilidade de conciliação, certamente será designada audiência para tal fim, tal qual permite o art. 125, IV, do CPC. Isto posto, cite-se, com as cautelas legais (art.277, §§ 2º e 3º, do C.P.C.), ciente de que, no prazo de 15 dias, poderá apresentar contestação e também eventual proposta de conciliação. -Adv. GERMANO JORGE RODRIGUES-.

57. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL (sum)-0008775-62.2011.8.16.0045- SILAS SERGIO DO NASCIMENTO x AYMORÉ - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A- 1. Preambularmente, convém trazer à baila a orientação do S.T.J. sobre várias das questões postas ao debate nos autos: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO. Constatada a multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, foi instaurado o incidente de processo repetitivo referente aos contratos bancários subordinados ao Código de Defesa do Consumidor, nos termos da ADI n.º 2.591-1. Exceto: cédulas de crédito rural, industrial, bancária e comercial; contratos celebrados por cooperativas de crédito; contratos regidos pelo Sistema Financeiro de Habitação, bem como os de crédito consignado. Para os efeitos do § 7º do art.

543-C do CPC, a questão de direito idêntica, além de estar selecionada na decisão que instaurou o incidente de processo repetitivo, deve ter sido expressamente debatida no acórdão recorrido e nas razões do recurso especial, preenchendo todos os requisitos de admissibilidade. Neste julgamento, os requisitos específicos do incidente foram verificados quanto às seguintes questões: i) juros remuneratórios; ii) configuração da mora; iii) juros moratórios; iv) inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes e v) disposições de ofício. PRELIMINAR O Parecer do MPF opinou pela suspensão do recurso até o julgamento definitivo da ADI 2.316/DF. Preliminar rejeitada ante a presunção de constitucionalidade do art. 5º da MP n.º 1.963-17/00, reeditada sob o n.º 2.170-36/01. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. ORIENTAÇÃO 3 - JUROS MORATÓRIOS Nos contratos bancários, não-regidos por legislação específica, os juros moratórios poderão ser convencionados até o limite de 1% ao mês. ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. ORIENTAÇÃO 5 - DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO É vedado aos juízes de primeiro e segundo graus de jurisdição julgar, com fundamento no art. 51 do CDC, sem pedido expresso, a abusividade de cláusulas nos contratos bancários. Vencidos quanto a esta matéria a Min. Relatora e o Min. Luis Felipe Salomão. II- JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO (REsp 1.061.530/RS) A menção a artigo de lei, sem a demonstração das razões de inconformidade, impõe o não-conhecimento do recurso especial, em razão da sua deficiente fundamentação. Incidência da Súmula 284/STF. O recurso especial não constitui via adequada para o exame de temas constitucionais, sob pena de usurpação da competência do STF. Devem ser decotadas as disposições de ofício realizadas pelo acórdão recorrido. Os juros remuneratórios contratados encontram-se no limite que esta Corte tem considerado razoável e, sob a ótica do Direito do Consumidor, não merecem ser revistos, porquanto não demonstrada a onerosidade excessiva na hipótese. Verificada a cobrança de encargo abusivo no período da normalidade contratual, resta descaracterizada a mora do devedor. Afastada a mora: i) é ilegal o envio de dados do consumidor para quaisquer cadastros de inadimplência; ii) deve o consumidor permanecer na posse do bem alienado fiduciariamente e iii) não se admite o protesto do título representativo da dívida. Não há qualquer vedação legal à efetivação de depósitos parciais, segundo o que a parte entende devido. Não se conhece do recurso quanto à comissão de permanência, pois deficiente o fundamento no tocante à alínea "a" do permissivo constitucional e também pelo fato de o dissídio jurisprudencial não ter sido comprovado, mediante a realização do cotejo entre os julgados tidos como divergentes. Vencidos quanto ao conhecimento do recurso a Min. Relatora e o Min. Carlos Fernando Mathias. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido, para declarar a legalidade da cobrança dos juros remuneratórios, como pactuados, e ainda decotar do julgamento as disposições de ofício. Ônus sucumbenciais redistribuídos" (REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009 - destaquei). A capitalização dos juros é admitida, desde que contratada: "AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. MEDIDA PROVISÓRIA. APLICABILIDADE. 1. Nos contratos celebrados a partir de 31.3.2000, data da edição da Medida Provisória 1.963-17/2000, atualmente reeditada pela 2.170-36/2001, é exigível a capitalização mensal de juros, desde que pactuada. Precedente: AgRg no EREsp 930.544/DF, Rel. Min. Ari Pargendler, Segunda Seção, DJe 10.4.2008. 2. Agravo Regimental improvido" (AgRg nos EDcl no REsp 733.548/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/03/2010, DJe 12/04/2010 -grifei). A comissão de permanência é lícita, desde que não cumulada com outros encargos (multa, juros de mora e juros remuneratórios), nos termos da Súmula 294, devendo ser calculada pela taxa média do mercado e limitada à taxa do contrato: "Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato". No período da inadimplência, os juros remuneratórios são devidos à taxa média do mercado, conforme Súmula 296 do S.T.J.: "Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado". 2. No caso em apreço, segundo a inicial, o autor contratou empréstimo junto à ré para aquisição de veículo. Porém, a ré está exigindo comissão de permanência c/c. outros encargos, juros capitalizados e cobrando valores indevidos (TAC/TEC/IOF e outros serviços de terceiros). Assim, pretende a revisão do contrato, a adequação do valor da prestação mensal, a exclusão de seu nome do cadastro de inadimplentes, o depósito dos valores que entende devidos e a manutenção na posse do veículo. A pretensão de antecipação da tutela não merece acolhida, porquanto não verifico a presença dos pressupostos necessários. Entendo que não há prova inequívoca em torno do direito, que conduza à verossimilhança do alegado, em especial porque o autor não juntou o contrato ou qualquer outro documento que demonstre a existência da relação jurídica em apreço. Assim, não é possível saber o que realmente foi contratado. 2.1. Segundo a inicial, o autor pretende depositar apenas o valor que entende devido. Não há qualquer impedimento para que faça o depósito de valores inferiores ao contratado. Todavia, tal depósito não possui o alcance pretendido, qual seja, afastar os efeitos da mora. Convém lembrar que o cálculo realizado pelo autor é unilateral. Não é só. A apuração dos valores supostamente indevidos depende de dilação probatória, com inteira observância do contraditório e da ampla defesa. Além disso, não se tratam de valores líquidos e exigíveis. Demais disso, não é dado ao autor da revisional promover a pretendida compensação de valores supostamente pagos a maior, com a dívida reconhecidamente em aberto. Esta restituição por compensação antecipada não pode ser admitida, por faltar liquidez e exigibilidade ao crédito, que somente poderá assim ser reconhecido após final decisão, mesmo porque "a compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas ..." tal como prevê o art. 369, do Código Civil vigente. Sobre o assunto, recente julgado do TJ/PR: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. FINANCIAMENTO. INSCRIÇÃO EM CADASTROS NEGATIVOS. DEPÓSITO DE VALORES INCONTROVERSOS. ORIENTAÇÕES STJ. ALTERAÇÃO DA TAXA DE JUROS. IMEDIATA COMPENSAÇÃO NÃO DEMONSTRAÇÃO DAS ILEGALIDADES ALEGADAS. MORA NÃO AFASTADA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA. 1. Não é dado à parte proceder a imediata dedução de eventuais excessos que entenda ter efetuado no pagamento das contraprestações exigidas pela instituição financeira, para efeito de compensação com valores que reconhece como devidos, dada que a compensação exige créditos de mesma natureza (art. 369/CC/02). 2... 3... 4. Agravo de instrumento à que se dá provimento" (TJ/PR - 17ª C. Cível - A.I. 0772727-9 - Rel. Francisco Jorge - 25.04.2011 - DJ 619 - grifei). . Com efeito, então, embora se admita o depósito de valor inferior ao da parcela contratada, é certo que isso não significa que reste aceito de pronto como efetivamente devido. Há o depósito, mas não a quitação do valor nominal da parcela, de modo que a instituição financeira não está obrigada a ficar inerte diante de tal situação, mormente porque tal depósito não elide a mora. Logo, emerge naturalmente a impossibilidade de excluir seu nome dos cadastros de proteção ao crédito. A inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito é providência prevista na legislação vigente. Assim, tal prática não caracteriza procedimento abusivo, como, aliás, decidiu o S.T.J.: "AÇÃO CAUTELAR - EXCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - PREVISÃO LEGAL - CONSTRANGIMENTO INEXISTENTE - NÃO CONSTITUI PROCEDIMENTO ABUSIVO A INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, UMA VEZ EXPRESSAMENTE PREVISTO EM LEI" (REsp 476.399 / SC - Rel. Min. Barros Monteiro - 4ª Turma - DJU 30.05.2005 - pág. 382). "DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. MEDIDA QUE NÃO SE REVELA ABUSIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, DO CDC, QUANDO INADIMPLENTE O DEVEDOR, E NÃO DEMONSTRADA A VEROSSIMILHANÇA DO DIREITO ALEGADO. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, COM FULCRO NO ARTIGO 557, `CAPUT', DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Inadimplente o devedor, e não demonstrada a verossimilhança do direito alegado, já que sua demonstração depende de dilação probatória, lícita a conduta do credor em cadastrar o nome nos órgãos de proteção ao crédito" TJ/PR - Decisão monocrática - Relator/Juiz Substituto em 2º Grau Luis Espíndola - 18ª C. Cível - AI 0768451-1 - DJ 648 - grifei). Como corolário lógico, também é inviável a manutenção do autor na posse do veículo, sob pena de premiar-se a inadimplência e de obstar o direito constitucional de ação outorgado ao credor. 2.2. Na realidade, ao que parece, trata-se de mais um capítulo da infindável e costumeira mania brasileira de não honrar os compromissos assumidos, ao argumento de que os bancos só cometem ilicitudes. Firmou-se o entendimento de que o C.D.C. veio amparar o hipossuficiente, em defesa de seus direitos, não servindo, contudo, de escudo para a perpetuação de dívidas. Por outro lado, não ignoro que existam decisões contrárias, no sentido de não ser admissível a inserção em cadastros de inadimplentes, até que solucionada a controvérsia em torno da dívida. Porém, também é certo que muitos devedores, numa autêntica e indisfarçável litigância de má-fé, passaram a tirar proveito de tal situação, protelando ao máximo o cumprimento de suas obrigações através das revisionais de contratos. Com muita propriedade, em dado momento do julgado colacionado acima, conclui o Relator Luís Espíndola: "Ademais, ressalte-se que o caso em julgamento se assemelha a dezenas de outros já apreciados, em que o indivíduo toma determinado crédito, adquire bem de seu exclusivo interesse, e quando já não pode mais suportar o ônus contratual, ingressa com ação visando revisar o pacto então celebrado, para, em grande parte das vezes, protelar o cumprimento integral da obrigação que assumiu, ou mesmo usufruir do bem até que finalmente venha ser apreendido. E com isso não se pode concluir que esteja de boa-fé tão somente pelo fato de ter depositado determinada quantia em juízo, valores esses, não raras às vezes, incrivelmente inferiores ao pactuado, como se disse. Aliás, boa-fé efetivamente haveria caso a parte adimplisse as prestações a tempo e modo contratados, até que sobreviesse ordem judicial autorizando a proceder diversamente, ou mesmo que se dispusesse a devolver o bem, conduta que, infelizmente, tem se mostrado cada vez

menos frequente. Destarte, não evidenciada a verossimilhança do direito alegado, cumpre que seja mantida a r. decisão agravada nesse aspecto, até porque, a inclusão do nome do inadimplente em referidos cadastros é medida lícita, amparada, inclusive, pelo CDC, em seu art. 43. 3. Diante do exposto, nego seguimento ao recurso, o que faço com fulcro no art. 557, `caput', CPC". Isto posto, indefiro a antecipação da tutela. 3. Nos processos de rito sumário, via de regra, tem sido inócua a audiência conciliatória (art. 277 do CPC), pois na quase totalidade dos casos não há acordo entre as partes. Além disso, grande parte desses processos versa sobre acidentes de veículos, nos quais é muito frequente a denunciação da lide, o que também inviabiliza a conciliação naquele momento. Há, ainda, o grande volume de processos em andamento nesta Vara, cerca de 13.000, o que estende a pauta de audiências pelos próximos quatro ou cinco meses, impedindo, obviamente, a realização da conciliação no prazo previsto. Com efeito, então, entendo possível a supressão da audiência de conciliação, relegando-a para momento oportuno, como, v.g., antes do início da instrução processual. Certamente os processos ganharão celeridade, o que, por óbvio, redundará em benefício aos jurisdicionados, proporcionando a efetiva prestação da tutela jurisdicional em tempo mais satisfatório. Outrossim, vale lembrar que, diante do quadro antes descrito, o rito ordinário tem se revelado mais célere em sua fase inicial, pois não depende da exacerbada pauta de audiências. No entanto, se constatada a real possibilidade de conciliação, certamente será designada audiência para tal fim, tal qual permite o art. 125, IV, do CPC. Isto posto, cite-se, com as cautelas legais (art.277, §§ 2º e 3º, do C.P.C.), ciente de que, no prazo de 15 dias, poderá apresentar contestação e também eventual proposta de conciliação. -Adv. FRANCIELLE KARINA DURÃES SANTANA-.

58. EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO-0008820-66.2011.8.16.0045-CLAUDIA REGINA DE ALMEIDA MERCI x BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.-À parte autora para comprovar o recolhimento das custas devidas conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: Depósito inicial de custas (R$.817,80); autuação (R$.9,40); outras custas/fotocópias p/ formação dos autos suplementares (R$.26,00). -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CÉSAR DALMOLIN e MARCIA LORENI GUND-.

59. AÇÃO REVISIONAL (sumário)-0008890-83.2011.8.16.0045-LUIZ FREDERICO STEPHAN x PARANA BANCO S.A.- 1. Defiro a gratuidade. 2. A inversão do ônus probatório será analisada por ocasião do saneador. 3. Nos processos de rito sumário, via de regra, tem sido inócua a audiência conciliatória (art. 277 do CPC), pois na quase totalidade dos casos não há acordo entre as partes. Além disso, grande parte desses processos versa sobre acidentes de veículos, nos quais é muito frequente a denunciação da lide, o que também inviabiliza a conciliação naquele momento. Há, ainda, o grande volume de processos em andamento nesta Vara, cerca de 13.000, o que estende a pauta de audiências pelos próximos quatro ou cinco meses, impedindo, obviamente, a realização da conciliação no prazo previsto. Com efeito, então, entendo possível a supressão da audiência de conciliação, relegando-a para momento oportuno, como, v.g., antes do início da instrução processual. Certamente os processos ganharão celeridade, o que, por óbvio, redundará em benefício aos jurisdicionados, proporcionando a efetiva prestação da tutela jurisdicional em tempo mais satisfatório. Outrossim, vale lembrar que, diante do quadro antes descrito, o rito ordinário tem se revelado mais célere em sua fase inicial, pois não depende da exacerbada pauta de audiências. No entanto, se constatada a real possibilidade de conciliação, certamente será designada audiência para tal fim, tal qual permite o art. 125, IV, do CPC. Isto posto, cite-se, com as cautelas legais (art.277, §§ 2º e 3º, do C.P.C.), ciente de que, no prazo de 15 dias, poderá apresentar contestação e também eventual proposta de conciliação. -Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA-.

60. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO-0008933-20.2011.8.16.0045-ITAU UNIBANCO S.A. x MAGNIFIKA INDÚSTRIA MOVELEIRA LTDA. (Falida)-À parte autora para comprovar o recolhimento das custas devidas conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: Depósito inicial de custas (R$.408,90); autuação (R$.9,40); Distribuidor/ Contador Judicial (R$.40,32); taxa judiciária (R$.532,48). -Adv. LAURO FERNANDO ZANETTI-.

61. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0009077-91.2011.8.16.0045-HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO x AURELIO OTERO PRUDENCIATE-À parte impugnante/executada para juntar aos autos o comprovante de recolhimento das custas devidas ao Escrivão do Cível (R$.408,90); taxa judiciária (R$.20,00); autuação (R$.9,40); Distribuidor Judicial (R$.40,32); outras custas/fotocópias p/ formação dos autos suplementares (R$.10,00), pela impugnação ao cumprimento de sentença, conforme Instrução Normativa n.05/2008, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. -Adv. OLDEMAR MARIANO-.

62. AÇÃO PREVIDÊNCIÁRIA (pessoa deficiente)-0009083-98.2011.8.16.0045-TEULI MAGALI FERREIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- A antecipação da tutela será apreciada após a audição do réu; determina citação. -Advs. PEDRO HENRIQUE WALDRICH NICASTRO e MARCIA CRISTINA SANTOS-.

63. EXECUÇÃO FISCAL-412/2001-FAZENDA NACIONAL - UNIAO FEDERAL x ALFA MOVEIS TUBULARES LTDA.- Julga extinto as presentes as presentes execuções fiscais, com a resolução do mérito, pelo reconhecimento da prescrição interconrrente reconhecida; deixa de condenar ao pagamento de honorários advocatícios. P.R.I. -Adv. ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI-.

64. EXECUÇÃO FISCAL-357/2007-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x CANAA INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA- À parte Executada para firmar o termo de penhora dos bens oferecidos às fls.50/51. -Advs. OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO e JAQUELINE DO ESPÍRITO SANTO PATRUNI-.

65. EXECUÇÃO FISCAL-813/2009-MUNICIPIO DE ARAPONGAS x PAULO CESAR FERRELI- A parte Executada almeja a obtenção da gratuidade quanto às custas processuais. Como tem sido requeridos demasiados pedidos de concessão do benefício da justiça gratuita o Superior Tribunal de Justiça tem entendido que as normas da Lei 1.060/50 devem ser analisadas caso a caso. Nesse sentido a jurisprudência: "PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA. INDEFERIMENTO. 1.Dispõe art. 4º. da Lei 1.060/50 que, para obtenção do benefício da gratuidade, é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza, que poderá ser elidida por prova em contrário. 2. Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária. Precedentes jurisprudenciais. 3. Recurso especial desprovido" (STJ, 1ª. Turma, REsp 544021/BA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, julgado em 21.10.2003, DJ 10.11.2003, p. 168) - sublinhou-se. Igualmente decidido também na Apelação Cível n. 476.609-6, TJ/PR, Des. EUGÊNIO ACHILLE GRANDINETTI, em 10.03.2008. Assim sendo, entendo necessário que a parte autora efetue a juntada das cópias dos seus rendimentos (três últimas declarações de imposto de renda e três últimas folhas de pagamento), para apreciação do pedido de assistência judiciária gratuita. -Adv. FABIANO FABRIS DA SILVA-.

66. CARTA PRECATÓRIA-0008748-79.2011.8.16.0045-Oriundo da Comarca de VARA CIVEL DO FORO REG. DE ARAUCÁRIA- PR-BERNECK AGLOMERADOS S.A. x FERNANDO FORTUNATO-À parte autora para comprovar o recolhimento das custas devidas conforme TABELA IX - Escrivão do Cível: Depósito inicial de custas (R $.141,00); autuação (R$.9,40); despesas postais (R$.13,00); Distribuidor/Contador Judicial (R$.30,24); outras custas/fotocópias (R$.5,00), bem como o recolhimento no valor de R$.37,00, referente à diligência do oficial de justiça adiante assinalado: (X) Marcos Cassitas Barbosa - conta poupança nº. 55.000-0, agência nº. 0359-X, do Banco do Brasil S.A. -Advs. LUIZ ROBERTO WERNER ROCHA, CICERO ALESSANDRO GUERIOS e RENATA STRAPASSON-.

ARAPONGAS, 29 de Setembro de 2011
Peterson Adriano Migliorini

# FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## VARA CÍVEL

**FORO REGIONAL DE ARAUCARIA - PR**
**VARA CIVEL - RELACAO Nº 0595/2011**
**JUIZ DE DIREITO-DR. EVANDRO PORTUGAL.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0006 000337/2009
CAMILA REDIVO 0004 000187/2007
CESAR AUGUSTO TERRA 0005 001084/2008
CRISTINA LUISA HEDLER 0009 000141/2009
FABIO AUGUSTO ODPPIS 0006 000337/2009
FAUSTO GOMES ALVAREZ - SC 0009 000141/2009
FLAVIO WARUMBY LINS 0004 000187/2007
GILBERTO STINGLIN LOTH 0005 001084/2008
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0005 001084/2008
JOAREZ DA NATIVIDADE 0004 000187/2007
JONAS GOULART 0004 000187/2007
KATIA ROVARIS DE AGOSTINI 0003 001542/2006
LIZETE RODRIGUES FEITOSA 0007 003720/2010
LUIZ ALBERTO GONCALVES 0004 000187/2007
LUZIA BESEN 0009 000141/2009
MARCIA CRISTINA JONSON 0003 001542/2006
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0006 000337/2009
MARIANA STRONA WIEBE 0001 000497/2001
MARLON FABIANO FERREIRA F 0004 000187/2007
MONIQUE FERREIRA BUENO 0006 000337/2009
MOZARTE DE QUADROS JUNIOR 0005 001084/2008
SERGIO TERNUS 0001 000497/2001
SHEILA CAROL CHRIST 0001 000497/2001
SHEILA FAUSTER EGIDIO DE 0005 001084/2008
SILVIO ANDRE BRAMBILA ROD 0003 001542/2006
SIMON GUSTAVO CALDAS DE Q 0005 001084/2008
ULISSSES CABRAL BISPO FER 0007 003720/2010
VIVIANE MAZEPPA SIMIONI 0007 003720/2010
VIVIANE MAZEPPA SIMIONI 0008 005894/2011
WALTER BRUNETTA FILHO 0002 000041/2006

1. EXECUCAO DE HIPOTECA DO SFH-497/2001-ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/A x EMILIO CARLOS NICHELE e outro- Vistos e examinados estes embargos de declaração em face da decisão de f. 361/363, que julgou improcedente a exceção de pré executividade. O embargante alega que a decisão foi omissa em relação a alegação de excesso à execução, ao

inobservar o erro material apontado e demonstrado através de planilha de cálculo apresentadas por ambas as partes. Fundamenta os Embargos Declaratórios no artigo 535,II do CPC. Dispõe o artigo 535 do CPC. "Cabem embargos de declaração quando: I- há na sentença, obscuridade, dúvida ou contradição; II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se a sentença." Outrossim o artigo 536 do CPC dispõe sobre o prazo dos embargos. "Art. 536. Os embargos serão opostos, no prazo de 5(cinco) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omisso, não estando sujeito a preparo." Os embargos são tempestivos pelo que devem ser conhecidos e no mérito improvidos. Quanto à alegação de que houve omissão na decisão que decidiu a exceção de pré executividade, em relação ao pedido de excesso de execução, entendo que não assiste razão à embargante. Ficou claro na sentença que o valor da ora execução se coaduna com o anteriormente contratado, eis que o presente cálculo restou elaborado pelo contador do juízo, chegando ao valor notadamente contratado, não havendo omissão quanto a esse ponto. Ademais, a alegação de excesso de execução é matéria a ser discutida em sede de embargos, visto que estes são os meios previstos em lei para a defesa do devedor, além de se possibilitar a dilação probatória, sendo portanto, incomportável a apreciação dessa matéria no âmbito da exceção de pré executividade. Nesse sentido, não vislumbro omissão em relação a sentença quanto a alegação de excesso de execução. Portanto o pleito do embargante deve ser resolvido através do recurso próprio, como dispõe o artigo 522 do C.P.C: "Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de dez dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento". Conforme entendimento jurisprudencial: "EMENTA: DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE DEFERIU PARCIALMENTE O EFEITO SUSPENSIVO PRETENDIDO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. DECISÃO MANTIDA, EMBARGOS REJEITADOS.". (0651236-1/01 - Embargos de Declaração - 18ª Câmara Cível - Relator: JOSE CARLOS DALACQUA). Portanto não vislumbro qualquer contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada. Ante o exposto, conheço dos Embargos, pois tempestivo, para no mérito, JULGAR IMPROCEDENTES, conforme fundamentação. Tendo em vista o comparecimento e peticionamento voluntário dos executados no atual andamento dos presentes autos, declaro-os intimados da penhora realizada. Certifique o Cartório se houve impugnação pelo executado em relação a penhora realizada. -Advs. MARIANA STRONA WIEBE, SERGIO TERNUS e SHEILA CAROL CHRIST-.

2. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-41/2006-JOSE WELGACZ JUNIOR - FI x MADBEL - BENEFICIADORA DE MADEIRAS ESPECIAIS LTDA- Posto isso, julgo procedentes os pedidos iniciais, ao efeito de declarar inexistente a relação jurídica entre as partes, em relação às duplicatas em comento, bem assim determinar a exclusão do nome do autor dos cadastros de proteção ao crédito em definitivo, no que toca ao contrato em questão, além de condenar a requerida ao pagamento de indenização ao requerente, a título de danos morais, que arbitro em R$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescidos de juros moratórios desde a publicação desta decisão e correção monetária, pelo índice legal adotado por este Juízo (INPC-IBGE), a partir da citação. Ante a sucumbência, condeno a requerida ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo em 20% do valor da condenação, ante a qualidade do serviço prestado, o zelo do profissional, a duração da demanda e o local da prestação, de acordo com o art. 20, § 3.º, a, b e c, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oficie-se, havendo necessidade. Cumpra-se, no que cabível, o Código de Normas da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. -Adv. WALTER BRUNETTA FILHO-.

3. RES. CONT.C/C R.POSSE E IND.-1542/2006-EMPREENDIMENTOS IMOB PARAISO LTDA x VALDEIR ROCHA e outro- I - Intime-se a parte requerida Valdeir Rocha e Antonio Rocha, para que no prazo de dez dias, manifeste-se sobre a intervenção de Marcia Cristina Gomes como terceira interessada.-Advs. SILVIO ANDRE BRAMBILA RODRIGUES, KATIA ROVARIS DE AGOSTINI e MARCIA CRISTINA JONSON-.

4. ALVARA-187/2007-ESPOLIO DE GERALDO CANDIDO DA SILVA- I - Intime-se a requerida Maria Clarice Cândido da Silva, para que no prazo de dez dias, manifeste-se sobre a petição de f. 64/65.-Advs. LUIZ ALBERTO GONCALVES, FLAVIO WARUMBY LINS, CAMILA REDIVO, MARLON FABIANO FERREIRA FREITAS, JOAREZ DA NATIVIDADE e JONAS GOULART-.

5. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-1084/2008-ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A. x ARNALDO GOMES BARBOSA- Ante o exposto, julgo improcedente o pedido inicial, diante da ausência de comprovação da mora do requerido e, de consequência, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, na forma do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, o requerente ao pagamento das despesas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), dada a qualidade do serviço prestado, o zelo do profissional, a distância do local da prestação e a duração da demanda, na forma do art. 20, § 4.º, c.c. § 3.º, a, b e c, do Código de Processo Civil. Julgo, ainda, extinto o processo de consignação em pagamento, pela perda do interesse processual, já que inexistente a relação contratual entre as partes, na forma do art. 267, VI, do Código de Processo Civil. Traslade-se cópia desta decisão, juntando-se-á aos autos em apenso. Ante a sucumbência na ação de consignação, condeno o autor ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), dada a qualidade do serviço prestado, o local da prestação, a complexidade da causa e a duração da demanda, na forma do art. 20, §4.º, c.c. §3.º, a, b e c, do Código de Processo Civil. Expeça-se o competente alvará de levantamento dos valores depositados na ação de consignação em pagamento em favor do autor. Em relação à ação de reintegração de posse, bem assim os valores de direito a cada parte, estes deverão ser calculados em sede de liquidação de sentença, por simples cálculo, na forma do art. 475-B, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, no que cabível, o Código de Normas da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. Oportunamente, arquivem-se os presentes autos. -Advs. CESAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, GILBERTO STINGLIN LOTH, SHEILA FAUSTER EGIDIO DE QUADROS, MOZARTE DE QUADROS JUNIOR e SIMON GUSTAVO CALDAS DE QUADROS-.

6. DECLAR.INEXTENCIA REL.JURID.-337/2009-EZEQUIEL MARCIO LOURENÇAO x ITAÚ UNIBANCO S.A.- I - Intime-se a Sra. Perita Cyntia Lia Piegel de Oliveira, para que no prazo de dez dias, manifeste-se sobre a impugnação em relação à proposta de honorários apresentada.-Advs. FABIO AUGUSTO ODPPIS, MONIQUE FERREIRA BUENO, BRAULIO BELINATI GARCIA PERES e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

7. REPARACAO DE DANOS-0003720-30.2010.8.16.0025-ANTONIO ROSIN e outro x UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MEDICOS- Posto isto, julgo improcedente o pedido inicial, conforme fundamentação supra e, de consequência, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, na forma do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Ante a sucumbência, condeno o autor ao pagamento das despesas processuais, além dos honorários advocatícios da parte adversa, que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), dada a qualidade do serviço prestado, a complexidade da causa, o zelo do profissional e a duração da demanda, nos termos do art. 20, §4.º c.c. §3.º, a, b e c, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, no que cabível, o Código de Normas da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. Oportunamente, arquivem-se os presentes autos. -Advs. VIVIANE MAZEPPA SIMIONI, LIZETE RODRIGUES FEITOSA e ULISSSES CABRAL BISPO FERREIRA-.

8. ALVARA-0005894-75.2011.8.16.0025-SERGIO CLEITO WOCHE x ANSELMO MAYER DOS SANTOS- Intime-se a parte requerente, para que no prazo de dez dias, junte ao presente feito certidão do INSS de inexistência de dependentes habilitados à pensão por morte, em relação ao "de cujus".-Adv. VIVIANE MAZEPPA SIMIONI-.

9. EXECUCOES FISCAIS-DIVERSOS-141/2009-FAZENDA NACIONAL x REDECRED PROMOTORA DE VENDAS E EVENTOS LTDA- " O executado por meio da petição de f. 148 requer a liberação dos valores bloqueados, tendo em vista a suspensão da tramitação do presente feito pelo tempo de parcelamento da dívida ativa. Assiste razão o executado uma vez que já fora revogado o despacho determinando o bloqueio judicial de valores nas contas do executado. Assim, como os valores bloqueados já foram transferidos para conta vinculada ao juízo (conforme extrato em anexo), determino que expeça-se alvará para levantamento dos valores bloqueados e transferidos pelo próprio sistema Bacen, ao Banco do Brasil, agência de Araucária, devendo o representante do executado informar à escrivania os respectivos números das contas para confecção dos alvarás. "" Tendo em vista a decisão proferida no despacho de f. 147 onde fora revogado o despacho determinando o bloqueio de valores em contas do executado, defiro o pedido de f. 148 e desde já efetuo a liberação dos valores bloqueados "-Advs. CRISTINA LUISA HEDLER, LUZIA BESEN e FAUSTO GOMES ALVAREZ - SC-.

ARAUCARIA, 28 DE SETEMBRO DE 2011.
IDILSON ANTONIO DE MELO - EMP. JURAMENTADO

**FORO REGIONAL DE ARAUCARIA - PR**
**VARA CIVEL - RELACAO Nº 0596/2011**
**JUIZ DE DIREITO-DR. EVANDRO PORTUGAL.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABEL ANTONIO REBELLO 0003 000278/1995
ADRIANO LUIZ FERREIRA 0008 000808/2003
0010 000379/2004
ADSON GABINO DE MORAES JU 0007 000191/2003
0013 000348/2006
ALCEU MACIEL D'AVILA 0027 002101/2009
ALESSANDRA MADUREIRA DE O 0018 003173/2007
0021 002706/2008
ALINE CARNEIRO DA CUNHA D 0018 003173/2007
0021 002706/2008
ALTIVO JOSE SENISKI 0002 000290/1994
ALVARO JOSE EHLKE CZARNIK 0027 002101/2009
ANA CAROLINA BUSATTO MACE 0023 001129/2009
ANA CAROLINA STADLER BURA 0007 000191/2003
ANA LUCIA FRANCA 0020 000556/2008
ANA PAULA RODRIGUES DOS S 0011 000054/2005
ANDRE LUIS FRANÇA DE NARD 0007 000191/2003
ANDREA CRISTIANE GRABOVSK 0034 004691/2010
ANDREA MILANI 0010 000379/2004
ANDREIA SALGUEIRO SCHENFE 0002 000290/1994
ANGELA ESSER PULZATO DE P 0031 003584/2010
ANGELO PROVESKI 0001 000281/1989
ANTONIO SILVEIRA BRASIL F 0010 000379/2004
ARIOVALDO HEBERT DA CRUZ 0002 000290/1994
ARTHUR RICARDO SILVA TRAV 0020 000556/2008
AUREO VINHOTI 0003 000278/1995
BARTOLOMEU PEREIRA 0017 002472/2007

BERNARDO GUEDES RAMINA 0027 002101/2009
BLAS GOMM FILHO 0016 001303/2006
BLAS GOMM FILHO 0020 000556/2008
BRASILIO VICENTE DE CASTR 0025 001512/2009
CARLA MARIA KOHLER 0031 003584/2010
CARLOS HENRIQUE ZIMMERMAN 0016 001303/2006
CESAR AUGUSTO TERRA 0005 000214/2001
CESAR HENRIQUE M. CORDEIR 0023 001129/2009
CHRISTIANNE REGINA LEANDR 0039 002848/2006
0040 000016/2008
CLAIR DA FLORA MARTINS. 0006 000735/2002
CRISTIANE CIBELI DE FREIT 0005 000214/2001
CRISTIANE F. RAMOS 0031 003584/2010
CRISTIANNE MARIA GONZAGA 0008 000808/2003
CYNTHIA MARIA COSTA SCHAF 0033 004170/2010
DANIEL ANDRADE DO VALE 0025 001512/2009
DANIEL MORENO PORTELLA 0010 000379/2004
DAVID ANTONIO BADUY 0003 000278/1995
0006 000735/2002
0015 000507/2006
DIEGO ARTURO RESENDE URRE 0014 000420/2006
EDSON SHOITI FUGIE 0010 000379/2004
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 0037 002809/2011
ELAINE CRISTINA DE SOUSA 0033 004170/2010
ELIAS ASSAD 0001 000281/1989
ELIAS MATTAR ASSAD 0001 000281/1989
EMERSON LUIZ LAURENTI 0004 000028/2001
ESTEFANO ULANDOWSKI 0010 000379/2004
EVELYZE GINIESCKI DIAS 0009 000179/2004
FELIPE TURNES FERRARINI 0020 000556/2008
FILIPE ALVES DA MOTA 0003 000278/1995
FLORESBA PAIM VIEIRA 0014 000420/2006
GELSON BARBIERI 0024 001342/2009
GENESIO FELIPE DE NATIVID 0008 000808/2003
GILBERTO GOMES DE LIMA 0008 000808/2003
GILBERTO RODRIGUES BAENA 0009 000179/2004
GIOVANNA BENVENUTTI 0003 000278/1995
GISELLE LOPES DE SOUZA 0033 004170/2010
GLAUCIO BADUY GALIZE 0010 000379/2004
GRAZIELA MARIA RIGO 0010 000379/2004
GUILHERME FREIRE DE MELO 0039 002848/2006
0040 000016/2008
HANY KELLY GUSSO 0023 001129/2009
HELENA ANNES 0027 002101/2009
HELOISA DO ROCIO ULANDOWS 0010 000379/2004
IDAMARA ROCHA FERREIRA 0003 000278/1995
IGOR RAFAEL MAYER 0003 000278/1995
IRIA EMILIA EVANGELISTA B 0024 001342/2009
IVANISE NEIVA DOZORETZ KO 0010 000379/2004
IZABEL BALBINO LAIBIDA 0032 003813/2010
JOAO CAETANO SALIBA OLIVE 0005 000214/2001
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0005 000214/2001
JOAO RICARDO MANSUR FRANC 0008 000808/2003
0029 001088/2010
JOAQUIM MIRO 0027 002101/2009
JOCELINO ALVES DE FREITAS 0012 000298/2005
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NO 0025 001512/2009
JOSE EDILSON GONÇALVES 0004 000028/2001
JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA 0014 000420/2006
JOSÉ GOLIN JUNIOR 0038 003399/2011
KARINE PEREIRA 0011 000054/2005
KATHLEEN SCHOLZE 0020 000556/2008
LEILANE TREVISAN MORAES 0007 000191/2003
0013 000348/2006
LILIANA BORTOLINI RAMOS 0003 000278/1995
LUCIANA PEREZ GUIMARAES D 0003 000278/1995
LUCIANE FERREIRA GUIMARAE 0008 000808/2003
0010 000379/2004
LUIS FERNANDO NADOLNY LOY 0010 000379/2004
LUIZ ANTONIO PINTO SANTIA 0014 000420/2006
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0020 000556/2008
0034 004691/2010
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI 0022 003628/2008
LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VI 0025 001512/2009
LUIZ REMY M. MUCHINSKI 0027 002101/2009
MAGDA LUIZA RIGODANZO EGG 0036 011926/2010
MANOEL ALEXANDRE S. RIBAS 0004 000028/2001
MANOEL FRANCISCO MARTINS 0010 000379/2004
MARCEL RODRIGO ALEXANDRIN 0020 000556/2008
MARCELO DE BORTOLO 0003 000278/1995
MARCIA CRISTINA SIGWALT V 0033 004170/2010
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0037 002809/2011
MARCO AURELIO B. DA SILVA 0003 000278/1995
MARCOS HENRIQUE MATTIOLI 0010 000379/2004
MARIA CHRISTINA DE ALMEID 0002 000290/1994
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0018 003173/2007
0019 004480/2007
0021 002706/2008
MARILI RIBEIRO TABORDA 0036 011926/2010
MARINA C. L. DE FREITAS L 0040 000016/2008
MARIO ANDRE DE SOUZA 0005 000214/2001
0028 001067/2010
MARIO SERGIO ROCHA 0014 000420/2006
MARLI JANKOVSKI 0028 001067/2010
MAURICIO KAVINSKI 0020 000556/2008
MICHEL SALIBA OLIVEIRA 0017 002472/2007
MIGUEL CESAR SETIM 0004 000028/2001
MOISES MOURA SAURA 0039 002848/2006
0040 000016/2008
NATACHA MACHADO FERREIRA 0010 000379/2004
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 0030 003106/2010
PAULO SERGIO VITAL 0007 000191/2003
PETRUCIO GUERRA 0011 000054/2005
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 0030 003106/2010
REGINA BEATRIZ NEGRÃO 0038 003399/2011
RICARDO ALBERTO ESCHER 0014 000420/2006
RICARDO BOERNGEN DE LACER 0020 000556/2008
ROBERTO NELSON BRASIL POM 0010 000379/2004
RODRIGO GARCIA SANT`ANNA 0008 000808/2003
RODRIGO GUIMARAES 0010 000379/2004
RODRIGO TAKAKI 0020 000556/2008
ROSANGELA DA ROSA CORREA 0018 003173/2007
0019 004480/2007
0021 002706/2008
RUBENS SILVA - SP 0009 000179/2004
SANDRA JUSSARA KUCHNIR 0026 001995/2009
SILVIA ARRUDA GOMM 0020 000556/2008
SILVIA ASSUNCAO DAVET ALV 0011 000054/2005
SILVIANI IWERSON BARONE 0011 000054/2005
SILVIO SEGURO 0035 006468/2010
SIMONE ALVES DE FREITAS 0012 000298/2005
SORAYA DOS SANTOS PEREIRA 0023 001129/2009
THAIS FORTES FONTES 0027 002101/2009
THIAGO AISLAN PEREIRA 0017 002472/2007
THIAGO DE FREITAS MARCOLI 0020 000556/2008
THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS 0021 002706/2008
TIAGO KARAS SUREK 0014 000420/2006
VIVIANE CASTELLI 0020 000556/2008
WILLIAN MODESTO DE OLIVEI 0039 002848/2006

1. EMBARGOS DE TERCEIRO-281/1989-MELANIA OLICOSKI BELNIAK x OSNIR GAI- "Intime-se o exequente para que promova a atualização dos valores da presente execução, após voltem conclusos para análise dos requerimentos de f. 148/149."-Advs. ELIAS ASSAD, ELIAS MATTAR ASSAD e ANGELO PROVESKI-.

2. DECLARATORIA-290/1994-LAMINORT INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINAS S/A x COMERCIO DE MADEIRAS D`OEST LTDA- " 1. Petição de f. 300/301, defiro a penhora on-line dos valores apresentados pelo exequente. 2. O requerimento foi devidamente protocolado, aguarde-se o decurso de prazo de 05 (cinco) dias, e retornem conclusos para consulta do bloqueio, bem como, apreciação dos embargos de f. 307/309. "-Advs. MARIA CHRISTINA DE ALMEIDA, ANDREIA SALGUEIRO SCHENFELDER SALLE, ALTIVO JOSE SENISKI e ARIOVALDO HEBERT DA CRUZ-.

3. PEDIDO DE RESTITUIÇAO DE BENS-278/1995-RIO PARANA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS x BELKA - ADUBOS E DEFENSIVOS LTDA- Avoco os autos.
Por um equivoco deste juízo, no despacho de f. 405 faltou constar o horário da audiência designada.
Diante disso retifico o despacho, designando audiência de conciliação para o dia 04/11/2011, às 15:00 horas.
Intimem-se.
-Advs. ABEL ANTONIO REBELLO, GIOVANNA BENVENUTTI, IDAMARA ROCHA FERREIRA, IGOR RAFAEL MAYER, AUREO VINHOTI, FILIPE ALVES DA MOTA, MARCELO DE BORTOLO, LUCIANA PEREZ GUIMARAES DA COSTA, DAVID ANTONIO BADUY, MARCO AURELIO B. DA SILVA MATOS e LILIANA BORTOLINI RAMOS-.

4. AÇÃO DE COBRANÇA (RITO SUMÁRIO)-28/2001-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL SERRA DOURADA x SEBASTIAO MOACIR GONÇALVES e outro- Por cautela, certifique a Escrivania se houve o decurso do trânsito em julgado da decisão de f. 154/155. Após, voltem para análise do pedido de f. 157/165. Intime-se. -Advs. MANOEL ALEXANDRE S. RIBAS, MIGUEL CESAR SETIM, EMERSON LUIZ LAURENTI e JOSE EDILSON GONÇALVES-.

5. BUSCA E APREENSÃO-214/2001-BANCO BMC S.A. x VALMIR DA SILVA RUIZ- Manifeste-se o exequente sobre petição de f. 169/171. Intimem - se. -Advs. JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA, CRISTIANE CIBELI DE FREITAS, JOAO CAETANO SALIBA OLIVEIRA e MARIO ANDRE DE SOUZA-.

6. HABILITACAO DE CREDITO-735/2002-ANTONIO ROGERIO ALBINO x FRIGOLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA- Manifeste-se o requerente sobre petição do Intime-se. -Advs. CLAIR DA FLORA MARTINS. e DAVID ANTONIO BADUY-.

7. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-191/2003-COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL SUDESTE PR - SICREDI x UNIAO ARA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA- "Manifeste-se o exequente"-Advs. ADSON GABINO DE MORAES JUNIOR, LEILANE TREVISAN MORAES, ANA CAROLINA STADLER BURAK, ANDRE LUIS FRANÇA DE NARDE e PAULO SERGIO VITAL-.

8. ACAO DE MANUTENCAO DE POSSE-808/2003-MUNICIPIO DE ARAUCARIA x PAULO MOLL- "1. O pedido da exequente se reveste de legalidade, pois a penhora pretendida por meio eletrônico, tem previsão no ordenamento e assim entendo que merece deferimento do pedido formulado. Dessa forma, defiro a penhora on-line no valor da presente execução. 2. O requerimento foi devidamente protocolado, aguarde-se o decurso de prazo de 05 (cinco) dias, e retornem conclusos para consulta do bloqueio, bem como, para análise dos demais requerimentos. "-Advs. ADRIANO LUIZ FERREIRA, JOAO RICARDO MANSUR FRANCESCHI, RODRIGO GARCIA SANT`ANNA BEVILAQUA, GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE, LUCIANE FERREIRA GUIMARAES, GILBERTO GOMES DE LIMA e CRISTIANNE MARIA GONZAGA NATAL-.

9. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-179/2004-GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA. x RODOVIA PAVIMENTAÇAO E TERRAPLENAGEM LTDA e

outro- Manifeste-se a requerente sobre o prosseguimento do feito, atentando-se para o ofício de f. 342. Intimem-se. -Advs. GILBERTO RODRIGUES BAENA, EVELYZE GINIESCKI DIAS e RUBENS SILVA - SP-.

10. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO-379/2004-MUNICIPIO DE ARAUCARIA x DARCI JOAO CASAGRANDE- Intime-se pessoalmente o requerido para regularizar documentação processual, informando a constituição de novos procuradores nos autos. Intimem - se. -Advs. ADRIANO LUIZ FERREIRA, ANTONIO SILVEIRA BRASIL FILHO, LUCIANE FERREIRA GUIMARAES, DANIEL MORENO PORTELLA, GLAUCIO BADUY GALIZE, LUIS FERNANDO NADOLNY LOYOLA, MANOEL FRANCISCO MARTINS DE PAULA, IVANISE NEIVA DOZORETZ KORNELHUK, NATACHA MACHADO FERREIRA, MARCOS HENRIQUE MATTIOLI ROSALINSKI, EDSON SHOITI FUGIE, GRAZIELA MARIA RIGO, ANDREA MILANI, ROBERTO NELSON BRASIL POMPEO FILHO, RODRIGO GUIMARAES, ESTEFANO ULANDOWSKI, HELOISA DO ROCIO ULANDOWSKI, ESTEFANO ULANDOWSKI e HELOISA DO ROCIO ULANDOWSKI-.

11. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0002297-11.2005.8.16.0025-ANISIO ANDRE LENART e outros x BRASIL TELECOM S.A.- Manifeste-se o exequente sobre certidão de f. 550. Intime-se. -Advs. PETRUCIO GUERRA, SILVIANI IWERSON BARONE, SILVIA ASSUNCAO DAVET ALVES, KARINE PEREIRA e ANA PAULA RODRIGUES DOS SANTOS-.

12. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-298/2005-COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA x LUBECKK`S BAR E RESTAURANTE LTDA - ME- "Defiro o pedido de requisição de informações de f. 88. Como o requerimento foi devidamente protocolado, aguarde-se o decurso de prazo de 05 (cinco) dias, e retornem conclusos. "-Advs. JOCELINO ALVES DE FREITAS e SIMONE ALVES DE FREITAS-.

13. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-348/2006-COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL SUDESTE PR - SICREDI x PAULO ANTONIO FERREIRA DE SOUZA- Defiro o pedido de f. 111. Cumpra-se. Intimem-se. -Advs. LEILANE TREVISAN MORAES e ADSON GABINO DE MORAES JUNIOR-.

14. ADJUDICACAO COMPULSORIA-420/2006-ENIO DE MATOS VERMELHO e outro x GERALDO ALVES DA CRUZ e outro- " Tendo em vista que não foram encontrados valores à bloquear, manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito "-Advs. MARIO SERGIO ROCHA, TIAGO KARAS SUREK, RICARDO ALBERTO ESCHER, FLORESBA PAIM VIEIRA, JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA, DIEGO ARTURO RESENDE URRESTA e LUIZ ANTONIO PINTO SANTIAGO-.

15. HABILITACAO DE CREDITO-0002499-51.2006.8.16.0025-FAZENDA NACIONAL x IND E COM DE PRODUTOS QUIMICOS OURO VERDE LTDA- Manifeste-se o requerente sobre petição do síndico da massa falida de f. 62/63. Intimem-se. -Adv. DAVID ANTONIO BADUY-.

16. MONITORIA-1303/2006-FUNDO DE INV EM DIREITOS CRED NÃO PAD AMERICA MULT x CIDINIR SANTOS BASTOS- "Sobre a resposta enviada pelo Bacen manifeste-se a parte autora"-Advs. BLAS GOMM FILHO e CARLOS HENRIQUE ZIMMERMANN-.

17. COBRANCA-0003327-13.2007.8.16.0025-INCALMEC CALDEIRARIA E MONTAGEM IND LTDA x SALIBA OLIVEIRA & ADVOGADOS ASSOCIADOS- "Tendo em vista que os valores bloqueados (R$ 761,77), são inferiores ao da presente execução, manifeste-se o exequente"-Advs. THIAGO AISLAN PEREIRA, BARTOLOMEU PEREIRA e MICHEL SALIBA OLIVEIRA-.

18. BUSCA E APREENSÃO-3173/2007-BANCO FINASA S.A. x ADRIANA BATISTA ARNAUD AMARAL- "Sobre a resposta enviada pelo Bacen manifeste-se a parte autora"-Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA, ALINE CARNEIRO DA CUNHA DINIZ PIANARO e ALESSANDRA MADUREIRA DE OLIVEIRA-.

19. BUSCA E APREENSÃO-4480/2007-BANCO FINASA S.A. x ORLEI DA LUZ- "Sobre a resposta enviada pelo Bacen manifeste-se a parte autora"-Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

20. AÇÃO DE DEPÓSITO-0003381-42.2008.8.16.0025-BANCO ABN AMRO REAL S/A x VIVIAN CARLA NEVES DE SOUZA- "Defiro o pedido de requisição de informações de f. 49, informo que o juízo dispõe do sistema Bacen. Como o requerimento foi devidamente protocolado, aguarde-se o decurso de prazo de 05 (cinco) dias, e retornem conclusos. "-Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, MAURICIO KAVINSKI, BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANCA, SILVIA ARRUDA GOMM, VIVIANE CASTELLI, KATHLEEN SCHOLZE, FELIPE TURNES FERRARINI, RODRIGO TAKAKI, RICARDO BOERNGEN DE LACERDA, ARTHUR RICARDO SILVA TRAVAGLIA, THIAGO DE FREITAS MARCOLINI e MARCEL RODRIGO ALEXANDRINO-.

21. BUSCA E APREENSÃO-2706/2008-BANCO FINASA S.A. x LUIZ EDUARDO RIOS SILVEIRA- Defiro o pedido de f. 47. Intime-se o requerido LUIZ EDUARDO RIOS SILVEIRA, sobre os valores bloqueados. Intimem-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS, ALESSANDRA MADUREIRA DE OLIVEIRA e ALINE CARNEIRO DA CUNHA DINIZ PIANARO-.

22. INVENTARIO-3628/2008-LUCIA HELENA FEUSER JUSTEN e outros x SANTILHO JOSE JUSTEN- Tendo em vista a apresentação do derradeiro Plano de Partilha, não há outra providência a ser tomada que não a sua homologação. Pelo exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA o plano de partilha como apresentado. Após o trânsito em julgado expeça-se o competente Formal de Partilha para os herdeiros necessários e a Carta de Adjudicação para os herdeiros cessionários. Cumpra-se o contido no item 5.10.4 do Código de Normas da Corregedoria - Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente arquive-se. -Adv. LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI-.

23. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-1129/2009-AÇO IDEAL LTDA x TOWERCOM ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA- Manifestem-se as partes, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, sobre os cálculos apresentados às f. 97/98. Intime-se. -Advs. HANY KELLY GUSSO, ANA CAROLINA BUSATTO MACEDO, CESAR HENRIQUE M. CORDEIRO e SORAYA DOS SANTOS PEREIRA-.

24. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-1342/2009-CASSOL - PRE-FABRICADOS LTDA x OPIS & OPIS LTDA ME- "Tendo em vista que não foram encontrados valores à bloquear, manifeste-se o exequente sobre o prosseguimento do feito"-Advs. IRIA EMILIA EVANGELISTA BEZERRA BARBIERI e GELSON BARBIERI-.

25. MEDIDA CAUTELAR-1512/2009-ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A x AVANT LOGISTICA E ARMAZENS GERAIS LTDA- " 1. Defiro o pedido de nova tentativa de bloqueio como requerido às f. 155. 2. O requerimento foi devidamente protocolado, aguarde-se o decurso de prazo de 05 (cinco) dias, e retornem conclusos para consulta do bloqueio. "-Advs. JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, BRASILIO VICENTE DE CASTRO NETO, LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO e DANIEL ANDRADE DO VALE-.

26. BUSCA E APREENSÃO-1995/2009-FUNDO DE INV. EM DIR. CRED. NÃO PADRONIZADOS - PCG x RICARDO NATANAEL LAZZARIN- "Sobre a resposta enviada pelo Bacen manifeste-se a parte autora"-Adv. SANDRA JUSSARA KUCHNIR-.

27. MEDIDA CAUTELAR-2101/2009-ANDERSON RIGON LEMOS e outro x TIM CELULAR S.A e outro- Encaminhem os presentes autos à Contadoria Judicial, para que verifique o montante já pago pela executada, através de depósito judicial, bem como atualize os valores remanescentes. Intime-se. -Advs. ALVARO JOSE EHLKE CZARNIK, BERNARDO GUEDES RAMINA, LUIZ REMY M. MUCHINSKI, HELENA ANNES, ALCEU MACIEL D'AVILA, THAIS FORTES FONTES e JOAQUIM MIRO-.

28. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-0001067-55.2010.8.16.0025-HOTEL COLONIA - HANNA HISSAN DEHAINI x BRAIN TECNOLOGIA LTDA- "1. O pedido da exequente se reveste de legalidade, pois a penhora pretendida por meio eletrônico, tem previsão no ordenamento e assim entendo que merece deferimento do pedido formulado. Dessa forma, defiro a penhora on-line no valor da presente execução. 2. O requerimento foi devidamente protocolado, aguarde-se o decurso de prazo de 05 (cinco) dias, e retornem conclusos para consulta do bloqueio, bem como, para análise dos demais requerimentos. "-Advs. MARLI JANKOVSKI e MARIO ANDRE DE SOUZA-.

29. ARROLAMENTO-0001088-31.2010.8.16.0025-MARIA ELIZA DA SILVA e outros x PAULO CICER DA SILVA- Defiro o pedido de f. 71/72. Expeça-se novo alvará, dirigido ao Banco Itáu, autorizando o levantamento, pela inventariante Maria Eliza da Silva, de todos os valores depositados na conta corrente nº 00316-8, agência 0952, conforme postulado. Intimem-se. -Adv. JOAO RICARDO MANSUR FRANCESCHI-.

30. BUSCA E APREENSÃO-0003106-25.2010.8.16.0025-BANCO FINASA BMC S/A x LEIVA DE LIMA- Intime-se o requerente para esclarecer conteúdo de petição de f. 64/67, tendo em vista que o processo não está em fase de execução de sentença. Intimem - se. -Advs. PATRICIA PONTAROLI JANSEN e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR-.

31. BUSCA E APREENSÃO-0003584-33.2010.8.16.0025-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x FRANCIELE DA ROSA DE CARVALHO- O pleito atende os requisitos legais, com especial atenção ao contido no artigo 4º do Decreto-Lei 911/69 e presentes os pressupostos de admissibilidade do pedido, hei por bem, DEFERIR a medida pleiteada e CONVERTO A AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO. Efetuem-se as necessárias anotações e retificações, inclusive junto ao Distribuidor. CITE-SE, por A.R., A REQUERIDA, na forma do artigo 902 do CPC, para em cinco dias: A- ENTREGAR A COISA, OU DEPOSITÁ-LA EM JUÍZO. B- CONTESTAR A AÇÃO. Consigne-se na carta de citação que, não sendo contestada presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo autor, sob pena de incidência das disposições legais. Oficie-se ao DETRAN/PR para que faça constar o bloqueio judicial no registro do veículo. Mantenho a liminar de busca e apreensão para ser aplicada em caso de eventual localização do veículo. Intimem-se. -Advs. ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA, CARLA MARIA KOHLER e CRISTIANE F. RAMOS-.

32. INVENTARIO-0003813-90.2010.8.16.0025-TEREZINHA DE JESUS VALLE DOS SANTOS e outro x AFONSO PRCZYBILKA- Esclareça a Fazenda Pública sobre o conteúdo da petição de f. 70, uma vez que o ITCMD corresponde ao causa mortis e não ao inter vivos. Intimem - se. -Adv. IZABEL BALBINO LAIBIDA-.

33. AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO-0004170-70.2010.8.16.0025-ROGÉLIO VIEIRA NUNES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Deve o requerente cumprir o determinado pelo despacho de f. 73, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de Intime-se. -Advs. GISELLE LOPES DE SOUZA, ELAINE CRISTINA DE SOUSA, MARCIA CRISTINA SIGWALT VALEIXO e CYNTHIA MARIA COSTA SCHAFFER-.

34. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-0004691-15.2010.8.16.0025-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x GEZIANE DE C. O. BASILIO e outro- Defiro o pedido de suspensão do presente feito pelo prazo de 10 (dez) dias, conforme postulado às f. 22. Decorrido o prazo intimem-se. Intime-se. -Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

35. ALVARA-0006468-35.2010.8.16.0025-PEDRINA BERTOJA CHIBICHESKI e outros x MIGUEL CHEBICHESKI- Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito. Intime-se. -Adv. SILVIO SEGURO-.

36. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0011926-33.2010.8.16.0025-BANCO FIDIS DE INVESTIMENTO S/A x AVANT LOGISTICA E ARMAZENS GERAIS LTDA- "Sobre a resposta enviada pelo Bacen manifeste-se a parte autora"-Advs. MARILI RIBEIRO TABORDA e MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER-.

37. BUSCA E APREENSÃO-0002809-81.2011.8.16.0025-BANCO BV FINANCEIRA S/A C.F.I x RENANI LECH- "(...) Daí porque, entendo suficientemente provados os fatos articulados inicialmente pelo autor, presentes os pressupostos de admissibilidade do pedido, independente de justificação, artigos 839 e 841, c.c. artigo 804, todos do CPC, e artigo 3º do Decreto-Lei 911/69 (nova redação - art.56 da Lei

nº 10.931/2004), hei por bem, DEFERIR LIMINARMENTE A MEDIDA PLEITEADA DE BUSCA E APREENSÃO."-Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA-.

38. AÇÃO DE DESPEJO-0003399-58.2011.8.16.0025-SILVESTRE KAMINSKI x OSÉIAS DE LARA DOS SANTOS- REQUERENTE: SILVESTRE KAMINSKI. REQUERIDO: OSEIAS DE LARA SANTOS. Alegou a requerente, em ação de despejo com pedido liminar, que firmaram contrato verbal de locação de imóvel residencial situado na Rua Santa Catarina Encole, s/n.º, bairro Jardim Tropical, nesta cidade, em 2004. Ocorre que o requerente, proprietário do imóvel, não tem mais interesse no prosseguimento da locação, uma vez que reside em um imóvel, também alugado, e deverá desocupá-lo o quanto antes, pois a proprietária já enviou uma notificação para desocupação do imóvel. Requerido notificado para desocupação do imóvel. O locador permanece no imóvel. É o relatório. DECIDO Trata - se de pedido liminar de desocupação de imóvel em sede de Ação de Despejo. A Lei do inquilinato possibilita a concessão de liminar para desocupação em seu artigo 59, § 1º, V, desde que oferecida caução no valor equivalente a três meses de aluguel nas ações com fundamento exclusivo no término do prazo de locação não residencial, tendo sido proposta a ação em até 30 dias do termo ou de notificação comunicando o intento de retomada. O requerente cumpriu todos os requisitos exigidos pela lei, prestando a devida caução, conforme comprovante de depósito de f. 81 e notificou o requerido conforme f. 54. Pelo exposto, presentes os pressupostos de admissibilidade do pedido, DEFIRO LIMINARMENTE A MEDIDA PLEITEADA, determinando a desocupação do imóvel pelo réu, no prazo de 15 dias. Expeça-se o competente mandado de intimação para desocupação. Cite-se o requerido para apresentar resposta no prazo legal, advertindo de que, não sendo contestado o pedido, serão aceitas como verdadeiras as razões vindas com a inicial (arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil), ocorrendo a revelia. Intimem - se. -Advs. REGINA BEATRIZ NEGRÃO e JOSÉ GOLIN JUNIOR-.

39. EXECUCAO FISCAL-FAZ. PUBLICA-2848/2006-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x TRANSPORTES DALÇÓQUIO LTDA- "Os valores bloqueados foram transferidos para conta vinculada ao juízo, assim intime-se a executada da penhora realizada, cientificando-a de que poderá opor-se à penhora por meio de Embargos (art. 745, inc. II, CPC)."-Advs. CHRISTIANNE REGINA LEANDRO POSFALDO, MOISES MOURA SAURA, GUILHERME FREIRE DE MELO BARROS e WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA-.

40. EXECUCAO FISCAL-FAZ. PUBLICA-16/2008-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x TRANSPORTES BORGO S/A- Defiro pedido para que seja efetuado o apensamento do feito. À escrivania para que proceda o apensamento dos presentes autos aos de nº 414/2007. Intime-se. -Advs. MARINA C. L. DE FREITAS LUIS, CHRISTIANNE REGINA LEANDRO POSFALDO, MOISES MOURA SAURA e GUILHERME FREIRE DE MELO BARROS-.

ARAUCARIA, 28 DE SETEMBRO DE 2011.
IDILSON ANTONIO DE MELO - EMP. JURAMENTADO

---

**FORO REGIONAL DE ARAUCARIA - PR**
**VARA CIVEL - RELACAO Nº 0592/2011**
**JUIZ DE DIREITO-DR. EVANDRO PORTUGAL.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANA NEGRINI 0022 002122/2009
ALMIR LEMOS 0025 003472/2011
ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA 0013 002793/2007
ANA PAULA DOMINGUES DOS S 0015 004060/2007
ANA PAULA SCHELLER DE MOU 0024 003014/2011
ANDERLISE DE CASSIA TOSO 0001 000164/2005
ANDERSON CLEBER OKUMURA Y 0010 002192/2007
0014 004023/2007
ANDERSON KLEBER OKUMURA Y 0004 001272/2006
ANDREA MORAES SARMENTO 0006 001119/2007
BENEDITA LUZIA DE CARVALH 0022 002122/2009
BRUNO WAHL GOEDERT 0010 002192/2007
CARLOS EDUARDO QUADROS D 0016 004537/2007
CARLOS RAUL DA COSTA PINT 0006 001119/2007
CAROLINE TEIXEIRA MENDES 0006 001119/2007
CESAR AUGUSTO TERRA 0007 001314/2007
CLAUDINEI DOMBROSKI 0019 003079/2008
CLEDERBAL ATILA DE ALMEID 0019 003079/2008
CLEIDE DE OLIVEIRA 0004 001272/2006
0005 001002/2007
0010 002192/2007
CRYSTIANE LINHARES 0021 000777/2009
DANIEL HACHEM 0001 000164/2005
DANIEL MORENO PORTELLA 0025 003472/2011
DANIELE DE BONA 0017 000790/2008
DANIELE NEVES POPIKA 0002 000792/2006
DANIELE NEVES POPIKA 0004 001272/2006
DENILSON JANDERSON TROMBE 0012 002685/2007
DICESAR BECHES VIEIRA 0003 001176/2006
DICESAR BECHES VIEIRA JUN 0003 001176/2006
DIEGO RUBENS GOTTARDI 0017 000790/2008
DINO COSTACURTA 0003 001176/2006
DOUGLAS NOBORU NIEKAWA 0006 001119/2007
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 0024 003014/2011
ELIZA SCHIAVON 0006 001119/2007
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI 0027 004914/2011
EMERSON TAKAYUKI KIMURA 0015 004060/2007
FERNANDO VALENTE COSTACUR 0024 003014/2011
FERNANDO WILSON ROCHA MAR 0019 003079/2008
FRANCISCO MACHADO DE JESU 0012 002685/2007
GENEROSO HORNING MARTINS 0011 002283/2007
GENESIO SELLA 0026 003930/2011
GILBERTO GOMES DE LIMA 0025 003472/2011
GISELI RIBEIRO DA SILVA 0021 000777/2009
GLAUCIO BADUY GALIZE 0025 003472/2011
HEITOR OTAVIO DE JESUS LO 0012 002685/2007
HERICK PAVIN 0014 004023/2007
HILGO GONÇALVES JUNIOR 0028 005697/2011
IVO CEZARIO GOBBATO DE CA 0012 002685/2007
JEAN CARLOS CAMOZATO - 40 0023 004450/2010
JEDDY DOBROWOLSKI RUELA 0016 004537/2007
JOAO DE FREITAS MIRANDA J 0006 001119/2007
JOAO FLAVIO MADALOZO 0001 000164/2005
JORDÃO VIOLIN 0025 003472/2011
JORGE JOSÉ DOMINGOS NETO 0016 004537/2007
JOSE AUGUSTO PEREIRA 0020 000128/2009
JOSE CARLOS PEREIRA MARCO 0022 002122/2009
JOSE DA COSTA VALIM NETO 0020 000128/2009
JOSE FRANCISCO RODRIGUES 0001 000164/2005
JÚLIO CESÁR FAGUNDES DOS 0006 001119/2007
KARINE CRISTINA DA COSTA 0017 000790/2008
KATHERINE SCHREINER - SC 0006 001119/2007
KATIA CRISTINA GRACIANO J 0022 002122/2009
LACIR GUARENGHI 0002 000792/2006
LAURO BARROS BOCCACIO 0007 001314/2007
LORNA LOREDANA LASCOWSKI 0006 001119/2007
LUCIANA KOVALSKI MESSIAS 0020 000128/2009
LUCIANE LOPES ALVES 0013 002793/2007
LUIS ANSELMO ARRUDA GARCI 0011 002283/2007
LUIS FERNANDO DIETRICH 0014 004023/2007
LUIZ CARLOS JAVOSCHY 0004 001272/2006
0005 001002/2007
0010 002192/2007
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0008 001510/2007
0009 001918/2007
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0024 003014/2011
MARCO AURELIO BAPTISTA DA 0025 003472/2011
MARCO JULIANO FELIZARDO 0018 001061/2008
MARCOS DOS SANTOS MARINHO 0014 004023/2007
MARIA AMELIA C. MASTROROS 0023 004450/2010
MARIA FERNANDA SIMÕES BEL 0002 000792/2006
MARIA LUIZA AMALIA C. FER 0006 001119/2007
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0013 002793/2007
MARIO SERGIO ROCHA 0012 002685/2007
MARLI JANKOVSKI 0021 000777/2009
MARLUS JORGE DOMINGOS 0016 004537/2007
MAURICIO BARROSO GUEDES 0028 005697/2011
MAURICIO KAVINSKI 0008 001510/2007
0009 001918/2007
MAURO CURY FILHO 0002 000792/2006
0004 001272/2006
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0002 000792/2006
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0004 001272/2006
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0005 001002/2007
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0010 002192/2007
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0014 004023/2007
MICHEL LUIZ PADILHA 0025 003472/2011
MICHELLE SCHUSTER NEUMANN 0024 003014/2011
MIEKO ITO 0024 003014/2011
MIRIAN REGINA KNAPIK 0018 001061/2008
NATHALIA KOWALSKI FONTANA 0023 004450/2010
ODACYR CARLOS PRIGOL 0002 000792/2006
OSVALDO CHRISTO JUNIOR 0022 002122/2009
OSVALDO W. BRASIL 0025 003472/2011
PAULO EDUARDO F. DA COSTA 0006 001119/2007
RAFAEL DEBRITEZ COSTA PIN 0028 005697/2011
RAFAEL MOSELE 0023 004450/2010
RAPHAEL MARCONDES KARAN 0012 002685/2007
RENATO ANDRE DE KERSTEN 0025 003472/2011
RENATO MACHADO ROCHA PERE 0028 005697/2011
RENE PELEPIU 0011 002283/2007
RICARDO ALBERTO ESCHER 0026 003930/2011
RICARDO HUMBERTO DE ALENC 0021 000777/2009
RICHARDT ANDRE ALBRECHT 0023 004450/2010
RUBENS CESAR SFENDRYCH 0023 004450/2010
SABRINA CAMARGO DE OLIVEI 0013 002793/2007
SANDRA REGINA RODRIGUES 0015 004060/2007
SERGIO DA CRUZ 0012 002685/2007
THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS 0013 002793/2007
VANESSA MARIA RIBEIRO BAT 0017 000790/2008
ZALNIR CAETANO JUNIOR 0012 002685/2007
ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA 0024 003014/2011

1. ANULACAO DE TITULO-164/2005-FURLAN INDUSTRIA E COMERCIO DE IMOVEIS LTDA x ARGUS SISTEMAS DE CLIMATIZACAO LTDA e outro- Aguarde-se decisão do Tribunal de Justiça com relação ao Agravo de Instrumento. Intime-se. -Advs. JOSE FRANCISCO RODRIGUES, ANDERLISE DE CASSIA TOSO, DANIEL HACHEM e JOAO FLAVIO MADALOZO-.

2. REVISÃO DE CONTRATOS-792/2006-NILVA MELO x VIGAFORTE INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA- Recebo o recurso de apelação, em seus

regulares efeitos, eis que tempestivo e regularmente preparado, na forma do artigo 520 do Código de Processo Civil. Ao apelado para contra razões, após subam para o Egrégio Tribunal de Justiça. Intime-se. -Advs. MAURO CURY FILHO, MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, MARIA FERNANDA SIMÕES BELLEI, DANIELE NEVES POPIKA, LACIR GUARENGHI e ODACYR CARLOS PRIGOL-.

3. REPARACAO DE DANOS-0002475-23.2006.8.16.0025-EMERSON NASCIMENTO ROSA x LOJAS DUDONY LTDA- Manifeste-se o requerido sobre petição retro. Intime-se. -Advs. DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR, DICESAR BECHES VIEIRA e DINO COSTACURTA-.

4. COBRANCA-1272/2006-O C BITTENCOURT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA x CLAUDINEI ROBERTO BIALESKI e outros- Defiro o pedido de produção de prova pericial postulado pela parte ré. Nomeio como perito para atuar no presente feito Péricles Alves Pìnto. Manifestem-se as partes para indicar assistente técnico bem como apresentar os quesitos que desejarem, nos termos do artigo 421, §1.º, I e II do CPC. Após, independentemente de nova conclusão, intime-se o perito para apresentação de sua proposta de honorários e também para que diga se aceita receber ao final da demanda. Intimem-se. -Advs. LUIZ CARLOS JAVOSCHY, CLEIDE DE OLIVEIRA, MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, MAURO CURY FILHO, DANIELE NEVES POPIKA e ANDERSON KLEBER OKUMURA YUGE-.

5. REVISÃO DE CONTRATOS-1002/2007-GUISILA HORT DA MAIA x O C BITTENCOURT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- Manifeste-se a parte autora sobre o parcelamento proposto pelo Sr. Perito. Intime-se. -Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, CLEIDE DE OLIVEIRA e LUIZ CARLOS JAVOSCHY-.

6. REIVINDICATORIA-0003441-49.2007.8.16.0025-COMPANHIA SAO MANUEL - BENEFICIAMENTO DE LINHO x ARAUCARIA ASSESSORIA LTDA- Defiro o pedido de prorrogação por mais 60 dias. Intime-se. -Advs. CARLOS RAUL DA COSTA PINTO, PAULO EDUARDO F. DA COSTA PINTO, MARIA LUIZA AMALIA C. FERREIRA CHARVET, LORNA LOREDANA LASCOWSKI, ELIZA SCHIAVON, DOUGLAS NOBORU NIEKAWA, JÚLIO CESÁR FAGUNDES DOS SANTOS, JOAO DE FREITAS MIRANDA JUNIOR, CAROLINE TEIXEIRA MENDES, ANDREA MORAES SARMENTO e KATHERINE SCHREINER - SC-.

7. BUSCA E APREENSÃO-1314/2007-BANCO ABN AMRO REAL S/A x JESIELE FRIGOTTO- Manifeste-se o requerente pelo prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. CESAR AUGUSTO TERRA e LAURO BARROS BOCCACIO-.

8. BUSCA E APREENSÃO-1510/2007-BANCO ABN AMRO REAL S/A x JOSE MARIA MIRANDA DE FREITAS- Manifeste-se o requerente pelo prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e MAURICIO KAVINSKI-.

9. BUSCA E APREENSÃO-1918/2007-BANCO ABN AMRO REAL S/A x VALDIVINO ALVES DOS SANTOS- Manifeste-se o requerente pelo prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e MAURICIO KAVINSKI-.

10. RESCISAO DE CONTRATO-2192/2007-O C BITTENCOURT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA x DIVOSNIR SILVA DOS SANTOS e outro- Manifeste-se o requerido sobre proposta de acordo apresentada pelo requerente. Intime-se. -Advs. CLEIDE DE OLIVEIRA, LUIZ CARLOS JAVOSCHY, MAURO SERGIO GUEDES NASTARI, BRUNO WAHL GOEDERT e ANDERSON CLEBER OKUMURA YUGE-.

11. INDENIZACAO-2283/2007-DIRCEU FERREIRA x BANCO DO BRASIL S/A.- À conta e preparo. Após, voltem conclusos para sentença. Intime-se. -Advs. GENEROSO HORNING MARTINS, LUIS ANSELMO ARRUDA GARCIA e RENE PELEPIU-.

12. EMBARGOS DE TERCEIRO-2685/2007-ALBERTO THEODORO DE SALES x GERSON LUIZ BUCZENKO- Manifeste-se o requerente pelo prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. FRANCISCO MACHADO DE JESUS, DENILSON JANDERSON TROMBETTA, IVO CEZARIO GOBBATO DE CARVALHO, RAPHAEL MARCONDES KARAN, HEITOR OTAVIO DE JESUS LOPES, SERGIO DA CRUZ, ZALNIR CAETANO JUNIOR e MARIO SERGIO ROCHA-.

13. BUSCA E APREENSÃO-2793/2007-BANCO SANTANDER BANESPA S.A. x JOSE RONALDO BUENO- Manifeste-se o requerente pelo prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA, LUCIANE LOPES ALVES, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS e ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA-.

14. RESCISAO DE CONTRATO-4023/2007-QUEIROZ MONTEIRO EMPREENDIMENTOS IMBILIARIOS LTDA x GUILHERME ORENCIO- Manifeste-se o Sr. Perito sobre impugnação de f.359. Intime-se. -Advs. MARCOS DOS SANTOS MARINHO, LUIS FERNANDO DIETRICH, HERICK PAVIN, MAURO SERGIO GUEDES NASTARI e ANDERSON CLEBER OKUMURA YUGE-.

15. INDENIZACAO-0003326-28.2007.8.16.0025-RICARDO ALBERTO ESCHER x BRASIL TELECOM S.A.- Defiro o pedido retro. Ao contador judicial para que sejam apuradas eventuais custas devidas pelas partes. Intime-se. -Advs. EMERSON TAKAYUKI KIMURA, ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS e SANDRA REGINA RODRIGUES-.

16. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-4537/2007-AVES ALIANÇA PRODUCAO E COMERCIALIZACAO DE FRANGOS PARA CORTE LTDA x AMAURI VENÂNCIO DE MELO- Defiro o pedido retro. Expeça-se conforme postulado. Intime-se. -Advs. MARLUS JORGE DOMINGOS, JORGE JOSÉ DOMINGOS NETO, CARLOS EDUARDO QUADROS DOMINGOS e JEDDY DOBROWOLSKI RUELA-.

17. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-790/2008-BANCO ITAULEASING S.A. x LURDES DOMINGUES- Manifeste-se o requerente pelo prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. DANIELE DE BONA, DIEGO RUBENS GOTTARDI, KARINE CRISTINA DA COSTA e VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA-.

18. CAUTELAR INOMINADA-1061/2008-VCR VIDOFER CENTRAL DE RECICLAGEM LTDA. x NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA- À conta e preparo. Após, voltem conclusos para sentença. Intime-se. -Advs. MIRIAN REGINA KNAPIK e MARCO JULIANO FELIZARDO-.

19. EMBARGOS A EXECUCAO-0003466-28.2008.8.16.0025-SULTANKS IND E COM DE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA x BANCO DO BRASIL S/A.- Designo audiência de conciliação para o dia 22 de Fevereiro de 2012 às 14:00 horas. Intime-se. -Advs. CLAUDINEI DOMBROSKI, CLEDERBAL ATILA DE ALMEIDA e FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO-.

20. ORDINARIA-128/2009-LIS KELY ROCHA MIKOS x FRANCISCA MIKOSZ e outro- À conta e preparo. Após, voltem conclusos para sentença. Intime-se. -Advs. JOSE AUGUSTO PEREIRA, JOSE DA COSTA VALIM NETO e LUCIANA KOVALSKI MESSIAS-.

21. REVISÃO DE CONTRATOS-777/2009-EUNICE APARECIDA PEREIRA ESTEVAM x FLORENÇA VEICULOS S/A e outro- Tendo em vista que houve acordo a f.196-198, a sua homologação é medida de rigor, uma vez que preenche os requisitos legais e preserva o interesse das partes. Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo formulado a f.196-198, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, de conseqüência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito na forma do artigo 269, III do CPC. Custas e honorários advocatícios conforme acordado. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, observadas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos. -Advs. MARLI JANKOVSKI, RICARDO HUMBERTO DE ALENCAR SANTOS SILVA, GISELI RIBEIRO DA SILVA e CRYSTIANE LINHARES-.

22. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO-0002902-15.2009.8.16.0025-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR x TAFISA BRASIL S.A- Manifestem-se as partes acerca da possibilidade de conciliação e especifiquem as provas que pretendem produzir. Após, voltem conclusos para saneador ou designação de audiência. Intime-se. -Advs. KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, BENEDITA LUZIA DE CARVALHO, ADRIANA NEGRINI e OSVALDO CHRISTO JUNIOR-.

23. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-0004450-41.2010.8.16.0025-LUIS ELEANDRO DOS SANTOS x BANCO DO BRASIL S/A- Re-designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22 de Fevereiro de 2012 às 15:00 horas. Havendo interesse na intimação pessoal de testemunhas, deverão as partes apresentar rol no prazo de até 30 dias antes da audiência. Intime-se. -Advs. RUBENS CESAR SFENDRYCH, MARIA AMELIA C. MASTROROSA VIANNA, NATHALIA KOWALSKI FONTANA, RICHARDT ANDRE ALBRECHT, JEAN CARLOS CAMOZATO - 40.539/PR e RAFAEL MOSELE-.

24. BUSCA E APREENSÃO-0003014-13.2011.8.16.0025-BANCO BMG S.A. x JOÃ0 BATISTA XAVIER GONZAGA- Defiro o pedido retro. Intime-se conforme postulado. Intime-se. -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, EDUARDO JOSE FUMIS FARIA, MIEKO ITO, ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA, MICHELLE SCHUSTER NEUMANN, ANA PAULA SCHELLER DE MOURA e FERNANDO VALENTE COSTACURTA-.

25. CIVIL PUBLICA-0003472-30.2011.8.16.0025-MUNICIPIO DE ARAUCARIA x OLIZANDRO JOSE FERREIRA- Defiro o pedido retro para dilação do prazo para apresentação de impugnações por mais 20 dias. Intime-se. -Advs. ALMIR LEMOS, GILBERTO GOMES DE LIMA, RENATO ANDRE DE KERSTEN, JORDÃO VIOLIN, OSVALDO W. BRASIL, GLAUCIO BADUY GALIZE, DANIEL MORENO PORTELLA, MARCO AURELIO BAPTISTA DA SILVA MATOS e MICHEL LUIZ PADILHA-.

26. ACAO DE USUCAPIAO-0003930-47.2011.8.16.0025-GILBERTO DO VALLE e outro x ESPÓLIO DE JOÃO E ROSA STRUGALLA e outro- Inexistem preliminares ao mérito a serem analisadas, as partes são legítimas, bem assim legítimo é o interesse que demonstram. Concorrem os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo. Inexistem nulidades ou irregularidades a serem sanadas ou supridas. Dou por saneado o feito. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21 de Fevereiro de 2012 às 15:00 horas. Havendo interesse na intimação pessoal de testemunhas, deverão as partes apresentar rol no prazo de até 30 dias antes da audiência. Intime-se. -Advs. RICARDO ALBERTO ESCHER e GENESIO SELLA-.

27. BUSCA E APREENSÃO-0004914-31.2011.8.16.0025-BANCO FINASA BMC S/A x SANDRA DE LUCCA- Manifeste-se o requerente sobre contestação apresentada. Intime-se. -Adv. ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES-.

28. EXCECAO DE INCOMPETENCIA-0005697-23.2011.8.16.0025-AZUL LINHAS AÉREAS BRSILEIRAS S/A (AZUL CARGO) x AGF ENGENHARIA LTDA- Tendo em vista a apresentação de exceção de incompetência, suspendo a ação principal até ulterior julgamento desta demanda, na forma do art. 306, do Código de Processo Civil. Intime-se o excepto para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a exceção apresentada, com fulcro no art. 308, do Código de Processo Civil. Intimem-se. -Advs. RENATO MACHADO ROCHA PERES, MAURICIO BARROSO GUEDES, RAFAEL DEBRITEZ COSTA PINTO e HILGO GONÇALVES JUNIOR-.

ARAUCARIA, 26 DE SETEMBRO DE 2011.
IDILSON ANTONIO DE MELO - EMP. JURAMENTADO

---

**FORO REGIONAL DE ARAUCARIA - PR**
**VARA CIVEL - RELACAO Nº 0594/2011**
**JUIZ DE DIREITO-DR. EVANDRO PORTUGAL.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADALBERTO MUSSI 0025 001954/2009
ADRIANO LUIZ FERREIRA 0015 003576/2007
ALCIO MANOEL DE SOUSA FIG 0029 003198/2010
ALCIO MANOEL DE SOUSA FIG 0029 003198/2010
ALESSANDRA MADUREIRA DE O 0013 002902/2007

ALINE CARNEIRO DA CUNHA D 0013 002902/2007
ALINE RODRIGUES 0002 000671/2002
ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA 0013 002902/2007
0014 003113/2007
ANA GABRIELA BECKER SALA 0015 003576/2007
ANA PAULA GUARENGHI 0020 001645/2009
ANDREA REGINA SCHWENDLER 0034 009539/2010
ANDRESSA ROSA 0023 001787/2009
ANDRÉA LOPES GERMANO PERE 0032 005309/2010
ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORT 0022 001726/2009
ANTONIO CARLOS CARNASCIAL 0015 003576/2007
ARNALDO FERREIRA MULLER 0008 001171/2006
BIANCA CAROLINA HILGERT B 0040 001612/2011
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0039 005766/2011
CARLOS ARAUZ FILHO 0016 000275/2009
CINTHYA DELAINE DE MELO S 0034 009539/2010
CLAIR DA FLORA MARTINS. 0001 000799/2001
0004 000284/2003
CLAUBER JULIO DE OLIVEIRA 0030 003296/2010
CLAUDIA POLITANSKI 0034 009539/2010
CLEIDE DE OLIVEIRA 0019 001274/2009
CLEVERSON MARCEL SPONCHIA 0032 005309/2010
CLOVIS SUPLICY WIEDMER FI 0016 000275/2009
CRYSTIANE LINHARES 0032 005309/2010
CYNTHIA MARIA GRECA SCHAF 0026 000010/2010
DANIEL HACHEM 0030 003296/2010
DANIEL MORENO PORTELLA 0015 003576/2007
DANIELA BENES SENHORA HIR 0034 009539/2010
DANIELA DA COSTA GIARDINO 0034 009539/2010
DANYELLE DA SILVA GALVÃO 0002 000671/2002
DAVID ANTONIO BADUY 0001 000799/2001
0004 000284/2003
EDISON RENATO TEIXEIRA DE 0018 000530/2009
EDMYLSON PENA DOS SANTOS 0025 001954/2009
ELISANGELA DE A. KAVATA 0039 005766/2011
EMANUEL VITOR CANEDO DA S 0005 000257/2005
FABIO AUGUSTO ODPPIS 0015 003576/2007
FERNANDA ANDREAZZA 0002 000671/2002
FLAVIA AGUILHAR DA CRUZ 0027 000950/2010
GENESIO FELIPE DE NATIVID 0023 001787/2009
0033 006466/2010
GERALDO CORDEIRO NETO 0038 003392/2011
GILBERTO GOMES DE LIMA 0023 001787/2009
GISELE CONSALTER SOLER 0008 001171/2006
GISSELY CARLA BIUHNA 0031 003425/2010
GLAUCIO BADUY GALIZE 0015 003576/2007
GUILHERME FREIRE DE MELO 0033 006466/2010
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0011 000869/2007
HERIBELTON ALVES 0002 000671/2002
IONEIA ILDA VERONEZE 0032 005309/2010
JANAINA GIOZZA 0011 000869/2007
JOAO ALBERTO NIECKARS 0035 002993/2011
JOAO RICARDO MANSUR FRANC 0022 001726/2009
JOAO ROAS DA SILVA 0038 003392/2011
JOSE CARLOS DA SILVA TRIS 0003 000019/2003
JOSE CARLOS DIZIDEL MACHA 0029 003198/2010
JOSE CARLOS MENDONÇA MART 0016 000275/2009
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI 0032 005309/2010
JOSE CHIEZI DE OLIVEIRA 0006 000374/2006
JOSE MAURICIO GNATA TELLE 0020 001645/2009
JULIANA MARTINS PEREIRA 0004 000284/2003
KATIA CRISTINA GRACIANO J 0031 003425/2010
KAUE MARCIO MELO MYASAVA 0035 002993/2011
KELLY WORM COTLINSK CANZA 0008 001171/2006
KLEBER DOURADO LOPES 0034 009539/2010
LACIR GUARENGHI 0020 001645/2009
LARISSA ARAUJO BRAGA AMOR 0032 005309/2010
LEONILDA ZANARDINI DEZEVE 0031 003425/2010
LILLIANA BORTOLINI RAMOS 0001 000799/2001
0004 000284/2003
LUCAS B. LIZMAYER OTSUKA 0002 000671/2002
LUCIA LIEBLING KOPITTKE 0040 001612/2011
LUCIANA SEZANOWSKI MACHAD 0009 000037/2007
LUCIANE FERREIRA GUIMARAE 0015 003576/2007
0023 001787/2009
LUCIANE LOPES ALVES 0013 002902/2007
0014 003113/2007
LUCIANO DANIEL CHEMIN 0018 000530/2009
LUDIMAR RAFANHIM 0023 001787/2009
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0008 001171/2006
0022 001726/2009
LUIZ ANTONIO SILVA 0017 000517/2009
LUIZ CARLOS CASARA 0025 001954/2009
LUIZ CARLOS JAVOSCHY 0019 001274/2009
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0012 001970/2007
LUIZ FERNANDO CHEMIM 0019 001274/2009
0021 001688/2009
LUIZ FERNANDO RIBEIRO FRA 0016 000275/2009
LUIZ RENATO PEREIRA SANTA 0011 000869/2007
MARCELO FERNANDES POLAK 0002 000671/2002
MARCELO HENRIQUE FERREIRA 0036 003166/2011
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0039 005766/2011
MARCUS VINICIUS SALES PIN 0034 009539/2010
MARIA LUCILIA GOMES 0036 003166/2011
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0007 000458/2006
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0013 002902/2007
0014 003113/2007
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0017 000517/2009
MARIELLE MAZALOTTI NEJM T 0008 001171/2006
MARIO MASAHAR SUZUKI 0037 003168/2011
MARLUS H. ARNS DE OLIVEIR 0002 000671/2002
MAURICIO KAVINSKI 0012 001970/2007
MERCIA REGINA DE OLIVEIRA 0006 000374/2006
MURILO CELSO FERRI 0005 000257/2005
NEILA ROCHA DE OLIVEIRA 0028 001872/2010
NELSON KNOB 0023 001787/2009
OLIMPIO DE OLIVERIA CARDO 0035 002993/2011
OSCAR FLEISHFRESSER 0038 003392/2011
OSLEIDE MARA LAURINDO 0034 009539/2010
OSWALDO DOS SANTOS JUNIOR 0006 000374/2006
PAULINO CESAR GASPAR 0029 003198/2010
PAULO CELSO POMPEU 0029 003198/2010
PAULO CESAR DE LARA 0031 003425/2010
PAULO GUILHERME PFAU 0010 000739/2007
PAULO ROBERTO GOMES 0039 005766/2011
PETRUCIO GUERRA 0035 002993/2011
RAFAEL BRITO LOSSO 0015 003576/2007
RAQUEL COSTA DE SOUZA 0023 001787/2009
RENATO DA SILVA OLIVEIRA 0024 001830/2009
RICARDO WILCZAK 0026 000010/2010
ROBERTA CRISTINA FREITAS 0034 009539/2010
ROBERTO CESAR LEONELLO 0025 001954/2009
RODRIGO AUGUSTO KALINOWSK 0035 002993/2011
RODRIGO C. VALLEJO BÓRIO 0038 003392/2011
ROMARA COSTA BORGES 0009 000037/2007
ROSANGELA DA ROSA CORREA 0007 000458/2006
0013 002902/2007
0014 003113/2007
0017 000517/2009
RUTH LOMONACO GUIDOTI KAS 0015 003576/2007
0023 001787/2009
SABRINA CAMARGO DE OLIVEI 0013 002902/2007
0014 003113/2007
SANDRA REGINA RODRIGUES 0028 001872/2010
0035 002993/2011
SERGIO DA CRUZ 0020 001645/2009
SERGIO EDUARDO GOMES SAYA 0013 002902/2007
0014 003113/2007
SILVIA AVELINA ARIAS MONG 0023 001787/2009
SORAYA DOS SANTOS PEREIRA 0027 000950/2010
THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS 0013 002902/2007
0014 003113/2007
TIAGO RAFAEL KARAS SUREK 0009 000037/2007
0019 001274/2009
TOBIAS DE MACEDO 0008 001171/2006
VICTOR AUGUSTO BENES SENH 0034 009539/2010
VIRGINIA MAZZUCCO 0011 000869/2007
VIVIAN DA COSTA GIARINO 0034 009539/2010
WILSON SANCHES MARCONI 0029 003198/2010
ZALNIR CAETANO 0020 001645/2009
ZALNIR CAETANO JUNIOR 0020 001645/2009
ÉLCIO LUIZ KOVALHUK 0008 001171/2006

1. HABILITACAO DE CREDITO-799/2001-JAIR BARBOSA x FRIGOLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA- Abra-se vista ao Ministério Público. Intimem-se. -Advs. CLAIR DA FLORA MARTINS., LILLIANA BORTOLINI RAMOS e DAVID ANTONIO BADUY-.

2. EXECUCAO CONTRA DEVEDOR SOLVE-671/2002-SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL IND COM DIVISAO SUMARE x TROPICAL IND E COM DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA- Defiro o pedido de f. 140/146. Intime-se para apresentar os bens sujeitos à penhora e onde se encontram, conforme postulado. Intimem-se. -Advs. HERIBELTON ALVES, ALINE RODRIGUES, MARLUS H. ARNS DE OLIVEIRA, FERNANDA ANDREAZZA, MARCELO FERNANDES POLAK, DANYELLE DA SILVA GALVÃO e LUCAS B. LIZMAYER OTSUKA-.

3. EXECUCAO CONTRA DEVEDOR SOLVE-19/2003-PEDRO VICENTE RICCIARDI x ELIAS ARAUJO E SILVA- Intime-se o executado acerca da penhora realizada, para querendo, no prazo de lei, opor-se por meio de embargos. Expeça-se o competente mandado. Intimem-se. -Adv. JOSE CARLOS DA SILVA TRISTAO-.

4. HABILITACAO DE CREDITO-284/2003-IRENE GONCALVES FELICIANO CORDEIRO x FRIGOLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA- Abra-se vista ao Ministério Público. Intimem-se. -Advs. JULIANA MARTINS PEREIRA, CLAIR DA FLORA MARTINS., LILLIANA BORTOLINI RAMOS e DAVID ANTONIO BADUY-.

5. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-257/2005-BANCO BRADESCO S/ A. x ARAUFER ESTRUTURAS METALICAS LTDA e outros- Defiro o pedido de suspensão do presente feito pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme postulado às f. 97. Decorrido o prazo intimem-se. Intime-se. -Advs. MURILO CELSO FERRI e EMANUEL VITOR CANEDO DA SILVA-.

6. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-374/2006-VISCARDI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA x ADAMY TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA ME- Defiro o pedido de f. 108. Proceda o desentranhamento do mandado para o Oficial de Justiça dar cumprimento. Intimem-se. -Advs. MERCIA REGINA DE OLIVEIRA, JOSE CHIEZI DE OLIVEIRA e OSWALDO DOS SANTOS JUNIOR-.

7. BUSCA E APREENSÃO-458/2006-UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. x HENGUELBER DOS SANTOS- Manifeste-se a requerente sobre as respostas aos ofícios expedidos. Intimem-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

8. COBRANCA-1171/2006-ESPOLIO DE JOAO DZIKOWICZ e outros x HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO e outro- Certifique a escrivania se os autos foram remetidos à conclusão dentro do prazo de manifestação do requerido, conforme

informado às f. 463/464. Intimem-se. -Advs. ARNALDO FERREIRA MULLER, TOBIAS DE MACEDO, LUIS OSCAR SIX BOTTON, ÉLCIO LUIZ KOVALHUK, GISELE CONSALTER SOLER, MARIELLE MAZALOTTI NEJM TOSTA e KELLY WORM COTLINSK CANZAN-.

9. BUSCA E APREENSÃO-37/2007-BANCO FINASA S.A. x CAIO JACOB DE SOARES- Tendo em vista o cumprimento da tutela jurisdicional, arquive-se. Intime-se. -Advs. LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO, ROMARA COSTA BORGES e TIAGO RAFAEL KARAS SUREK-.

10. BUSCA E APREENSÃO-739/2007-BANCO ABN AMRO REAL S/A x LOURIVAL JAIME VIEIRA- Considerando o que foi informado pelo requerente às f. 57, a extinção desta é medida de absoluto rigor na hipótese. Ante o exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, na forma do artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, no que cabível, o Código de Normas da Egrégia Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná. Oportunamente, observadas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos. -Adv. PAULO GUILHERME PFAU-.

11. BUSCA E APREENSÃO-869/2007-BANCO ITAULEASING S.A. x ORIDES DE LIMA- Manifeste-se a requerente sobre ofício da Comarca de São Miguel do Iguaçu de f. 79. Intimem-se. -Advs. LUIZ RENATO PEREIRA SANTA RITTA, JANAINA GIOZZA, GUSTAVO SALDANHA SUCHY e VIRGINIA MAZZUCCO-.

12. BUSCA E APREENSÃO-1970/2007-BANCO SAFRA LEASING S/A C.F.I. x JUAREZ KLIMEK- Certifique-se a escrivania se houve manifestação por parte do requerido, uma vez que foi citado, conforme certidão de f. 25 verso. Intime-se. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e MAURICIO KAVINSKI-.

13. BUSCA E APREENSÃO-2902/2007-BANCO FINASA S.A. x MARIO EVANOVITTI- Manifeste-se a requerente sobre as respostas aos ofícios expedidos. Intimem-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA, SERGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO, SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA, LUCIANE LOPES ALVES, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS, ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA, ALINE CARNEIRO DA CUNHA DINIZ PIANARO e ALESSANDRA MADUREIRA DE OLIVEIRA-.

14. BUSCA E APREENSÃO-3113/2007-HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO x JOSE CARLOS DA FONSECA- Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA, SERGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO, SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA, LUCIANE LOPES ALVES, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS e ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA-.

15. CIVIL PUBLICA-3576/2007-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x MUNICIPIO DE ARAUCARIA- Abra-se vista ao Ministério Público. Intime-se. -Advs. GLAUCIO BADUY GALIZE, ADRIANO LUIZ FERREIRA, ANA GABRIELA BECKER SALA, ANTONIO CARLOS CARNASCIALI GOULART, DANIEL MORENO PORTELLA, FABIO AUGUSTO ODPPIS, LUCIANE FERREIRA GUIMARAES, RAFAEL BRITO LOSSO e RUTH LOMONACO GUIDOTI KASECKER-.

16. INDENIZACAO-275/2009-VIA DUPLA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA x LAURO NOGUEIRA DA ROSA e outro- Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. CLOVIS SUPLICY WIEDMER FILHO, CARLOS ARAUZ FILHO, JOSE CARLOS MENDONÇA MARTINS JUNIOR e LUIZ FERNANDO RIBEIRO FRANCO-.

17. BUSCA E APREENSÃO-517/2009-HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO x ANDRE LUIZ LUCAS RODRIGUES- Deve a parte autora depositar o valor complementar, conforme determinado às f. 102, sob pena de aplicação de multa por dia de atraso. Intimem-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA e LUIZ ANTONIO SILVA-.

18. MONITORIA-530/2009-CONGREGAÇÃO DA MISSÃO PROVINCIA DO SUL-COL. SÃO VI x SEBASTIAO CORDEIRO CALADO- Tendo em vista que houve proposta de acordo às f. 77/78, a homologação é medida de rigor, uma vez que preenche os requisitos legais e preserva o interesse das partes. Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, de conseqüência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito na forma do artigo 269, III do CPC. Custas e honorários advocatícios conforme acordado. Oportunamente, observadas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. -Advs. EDISON RENATO TEIXEIRA DE BRITTO FILHO e LUCIANO DANIEL CHEMIN-.

19. COBRANCA-1274/2009-GRANITO ENGENHARIA DE CONSTRUCOES E PLANEJAMENTO L x JOÃO RIBEIRO DE MATOS- Defiro o pedido de f. 127. Intime-se o requerido para pagar as custas remanescentes apresentadas às f. 125. Intimem-se. -Advs. CLEIDE DE OLIVEIRA, LUIZ CARLOS JAVOSCHY, LUIZ FERNANDO CHEMIM e TIAGO RAFAEL KARAS SUREK-.

20. INVENTARIO-1645/2009-JOSE LUIZ BROGIAN RODRIGUES e outros x JOSE RODRIGUES- Aguarde-se resposta ao ofício expedido ao Banco Itaú S.A. Intime-se. -Advs. ZALNIR CAETANO, ZALNIR CAETANO JUNIOR, SERGIO DA CRUZ, ANA PAULA GUARENGHI, JOSE MAURICIO GNATA TELLES e LACIR GUARENGHI-.

21. ACAO DE USUCAPIAO-1688/2009-ROSA OPATSKI MACHADO x VITORIA SOCZEK e outro- Defiro o pedido de fl. 116. Intime-se. -Adv. LUIZ FERNANDO CHEMIM-.

22. DECLARATORIA-0002865-85.2009.8.16.0025-IRACEMA CIELI FRANCESCHI ALVES PINTO x BANCO ITAUCARD S.A.- Manifeste-se a requerente sobre petição de f. 203/204. Intimem-se. -Advs. JOAO RICARDO MANSUR FRANCESCHI, LUIS OSCAR SIX BOTTON e ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO-.

23. ORDINARIA-1787/2009-SISMMAR - SIND. SERVIDORES MAGISTERIO MUNIC. ARAUC x MUNICIPIO DE ARAUCARIA- A requerida contestou a ação não apresentando qualquer preliminar ao mérito. As partes são legítimas, bem assim, legítimo é o interesse que demonstram. Concorrem os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo. Inexistem nulidades ou irregularidades a serem sanadas ou supridas. Dou por saneado o feito. Defiro o pedido de produção de provas orais, por ambas as partes, pelo que designo audiência de instrução para o dia 23/02/2012, às 15:00 horas. Rol de testemunhas no prazo de 30 dias antes da data designada. Caso as partes queiram que as testemunhas arroladas sejam intimadas, devem apresentar tal pedido juntamente com o rol, caso contrário, deverão trazer as testemunhas independentemente de intimação. Intimem-se. -Advs. SILVIA AVELINA ARIAS MONGELÓS, LUDIMAR RAFANHIM, RAQUEL COSTA DE SOUZA, ANDRESSA ROSA, GILBERTO GOMES DE LIMA, LUCIANE FERREIRA GUIMARAES, RUTH LOMONACO GUIDOTI KASECKER, NELSON KNOB e GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE-.

24. REVISÃO DE CONTRATOS-1830/2009-SERGIO ADRIANO VIEIRA x BANCO ABN AMRO REAL S/A- Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito. Intime-se. -Adv. RENATO DA SILVA OLIVEIRA-.

25. ANULATORIA-1954/2009-S L DIMBARRE & CIA. LTDA x CREDIMASTER FOMENTO MERCANTIL LTDA- A requerida contestou a ação não apresentando qualquer preliminar ao mérito. As partes são legítimas, bem assim, legítimo é o interesse que demonstram. Concorrem os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo. Inexistem nulidades ou irregularidades a serem sanadas ou supridas. Dou por saneado o feito. Manifestem-se as partes no prazo comum de 10 dias, informando sobre o interesse em produzir novas provas. Intime-se. -Advs. LUIZ CARLOS CASARA, ADALBERTO MUSSI, EDMYLSON PENA DOS SANTOS e ROBERTO CESAR LEONELLO-.

26. AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO-0000010-02.2010.8.16.0025-LUIS CARLOS STADLER x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Nomeio como perito para atuar no presente feito o Dr. Geraldo Celso Rocha Manifestem-se as partes para indicar assistente técnico bem como apresentar os quesitos que desejarem, nos termos do artigo 421, §1.º, I e II do CPC. Após, independentemente de nova conclusão, intime-se o perito para apresentação de sua proposta de honorários. Intimem-se. -Advs. RICARDO WILCZAK e CYNTHIA MARIA GRECA SCHAFFER-.

27. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-0000950-64.2010.8.16.0025-LISY - INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA x TOWERCOM ENGENHARIA E TELECOMINICACOES LTDA- Manifeste-se a exequente sobre as alegações da executada de f. 50/51. Prazo de 10 dias. Intimem-se. -Advs. FLAVIA AGUILHAR DA CRUZ e SORAYA DOS SANTOS PEREIRA-.

28. REPARACAO DE DANOS-0001872-08.2010.8.16.0025-ALESSANDRO BRITTO x BRASIL TELECOM S.A.- Certifique-se a escrivania se a parte ré deixou transcorrer o prazo sem apresentação de sua manifestação. Em caso positivo, registre-se o feito para sentença, sendo desnecessário o preparo do feito pela fato de que as custas serão recolhidas ao final pela vencida. Intimem-se. -Advs. NEILA ROCHA DE OLIVEIRA e SANDRA REGINA RODRIGUES-.

29. ORDINARIA-0003198-03.2010.8.16.0025-ANTONIO CARLOS PUSKA x BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL- Manifeste-se a parte autora sobre contestação e os documentos. Intime-se. -Advs. ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO, JOSE CARLOS DIZIDEL MACHADO, ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO JUNIOR, PAULINO CESAR GASPAR, PAULO CELSO POMPEU e WILSON SANCHES MARCONI-.

30. REVISÃO DE CONTRATOS-0003296-85.2010.8.16.0025-LUIS CARLOS XAVIER x ITAÚ UNIBANCO S.A.- (...) Dou por saneado o feito. (...) Assim, ante a presença dos requisitos elencados no artigo 273 do CPC, DEFIRO o pleito de tutela antecipada para determinar a exclusão do nome do requerente dos cadastros de inadimplentes, no prazo de 24 horas, pelo débito em questão. Oficie-se como postulado após a lavratura do competente termo de caução. (...) Nesse passo, aplico a regra da inversão do ônus da prova, reabrindo prazo para manifestação das partes quanto ao desejo de produzir novas provas, para que não se alegue desrespeito ao princípio da Ampla Defesa. Prazo comum de 10 dias. Intimem-se. -Advs. CLAUBER JULIO DE OLIVEIRA e DANIEL HACHEM-.

31. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO-0003425-90.2010.8.16.0025-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR x ESPOLIO DE ROSALIA WZOREK e outros- I - Defiro o pedido do requerido para levantamento do valor incontroverso depositado pelo requerente. Expeça-se o competente alvará. II - Defiro o pedido do requerente para produção de prova pericial. Nomeio como perito para atuar no presente feito o engenheiro civil Péricles Alves Pinto. Manifestem-se as partes para indicar assistente técnico bem como apresentar os quesitos que desejarem, nos termos do artigo 421, §1.º, I e II do CPC. Após, independentemente de nova conclusão, intime-se o perito para apresentação de sua proposta de honorários. Intimem-se. -Advs. KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, LEONILDA ZANARDINI DEZEVECKI, PAULO CESAR DE LARA e GISSELY CARLA BIUHNA-.

32. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0005309-57.2010.8.16.0025-BANCO FINASA BMC S/A x CLEVERSON TUSSOLINI- Acolho ambos os Embargos de Declaração apresentados por ambas as partes para revogar a decisão de f. 65 que extinguiu o presente, eis que fundamentada em acordo estranho aos autos. À escrivania para que desentranhe a petição de f. 63/64 e a protocole nos autos correlatos. Após, voltem os autos conclusos para providências necessárias. Intimem-se. -Advs. JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR, ANDRÉA LOPES GERMANO PEREIRA, LARISSA ARAUJO BRAGA AMORAS, IONEIA ILDA VERONEZE, CRYSTIANE LINHARES e CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO-.

33. DECLARATORIA-0006466-65.2010.8.16.0025-MUNICIPIO DE ARAUCARIA x ESTADO DO PARANA e outro- Nomeio como peritos para atuarem no presente feito o contador Paulo Villaça Lins e o Engenheiro Civil Péricles Alves Pinto. Manifestem-se as partes para indicar assistente técnico bem como apresentar os quesitos que desejarem, nos termos do artigo 421, §1.º, I e II do CPC. Intimem-se. -Advs. GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE e GUILHERME FREIRE DE MELO BARROS-.

34. AÇÃO DE COBRANÇA (RITO SUMÁRIO)-0009539-45.2010.8.16.0025-JUARES ANTONIO DE AVELAR x UNIBRANCO AIG SEGUROS S/A- Manifeste-se a parte autora sobre contestação e os documentos. Intime-se. -Advs. MARCUS

VINICIUS SALES PINTO, CLAUDIA POLITANSKI, DANIELA BENES SENHORA HIRSCHFELD, VIVIAN DA COSTA GIARINO, CINTHYA DELAINE DE MELO SOUSA, ROBERTA CRISTINA FREITAS FARIAS DE SOUZA, DANIELA DA COSTA GIARDINO, VICTOR AUGUSTO BENES SENHORA - SP, ANDREA REGINA SCHWENDLER CABEDA, OSLEIDE MARA LAURINDO e KLEBER DOURADO LOPES-.

35. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002993-37.2011.8.16.0025-BRASIL TELECOM S.A. x APARECIDA DE OLIVEIRA DOS SANTOS- "Os valores bloqueados foram nesta data foram determinados (via Bacen) a liberação"-Advs. JOAO ALBERTO NIECKARS, SANDRA REGINA RODRIGUES, PETRUCIO GUERRA, KAUE MARCIO MELO MYASAVA, OLIMPIO DE OLIVERIA CARDOSO e RODRIGO AUGUSTO KALINOWSKI-.

36. BUSCA E APREENSÃO-0003166-61.2011.8.16.0025-BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x CLAUDIO LUIZ SCHWASS- Defiro o pedido de f. 34/35. Concedo a dilação de prazo de 30 (trinta) dias para o requerente comprovar a mora do requerido Intime-se. -Advs. MARCELO HENRIQUE FERREIRA SIQUEIRA DE MATOS e MARIA LUCILIA GOMES-.

37. ALVARA-0003168-31.2011.8.16.0025-ANTONIO KRINSKI- ANTONIO KRINSKI, já qualificado nos autos, requer Alvará Judicial para levantamento de valores depositados em sua conta bancária junto à Caixa Econômica Federal. Informa que o requerente aposentou-se em 24.07.1995 e constatou que possui R$1.029,22 em sua conta. Junta documentos (f. 04/12). O Ministério Público pronunciou-se dispensando sua intervenção às f. 16. É o relatório. DECIDO. Defiro o pedido de justiça gratuita. Trata-se de pedido de Alvará Judicial para levantamento de valores depositados na conta de ANTONIO KRINSKI junto à Caixa Econômica Federal. Como o requerente é aposentado e necessita de alvará para levantar um valor que está retido em sua conta bancária, portanto, possui legitimidade para fazer o levantamento dos valores retidos na Caixa Econômica Federal. Tendo em vista a documentação inclusa, e o fato de que o requerente pode efetuar o levantamento dos valores, JULGO PROCEDENTE o pedido de Alvará Judicial postulado pelo requerente levantamento dos valores retidos pela Caixa Econômica Federal. Expeça-se o competente alvará em favor do requerente ANTONIO KRINSKI. Publique-se. Registre-se. Intime-se. -Adv. MARIO MASAHAR SUZUKI-.

38. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-0003392-66.2011.8.16.0025-IZAIAS SANTOS DO PARAIZO x BANCO INTERMEDIUM- (...) Nesse passo, aplico a regra da inversão do ônus da prova, determinando que as partes se manifestem acerca da possibilidade de conciliação e se desejam produzir outras provas além das já produzidas na demanda. Prazo comum de 10 dias. Intime-se. -Advs. OSCAR FLEISHFRESSER, GERALDO CORDEIRO NETO, JOAO ROAS DA SILVA e RODRIGO C. VALLEJO BÓRIO-.

39. EXCECAO DE INCOMPETENCIA-0005766-55.2011.8.16.0025-BANCO ITAU S/A x ERIKA DALDEGAN DE ALMEIDA- 1. Tendo vista a exceção de incompetência relativa apresentada e autuada em apartado nos autos de Cumprimento de Sentença nº. 6097/2010, suspendo o feito principal. 2. Ouça - se o excepto, que deve se manifestar em 10 dias, nos termos do artigo 308 do CPC. "Art. 308. Conclusos os autos, o juiz mandará processar a exceção, ouvindo o excepto dentro em 10 (dez) dias e decidindo em igual prazo." Intime-se. -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, ELISANGELA DE A. KAVATA e PAULO ROBERTO GOMES-.

40. CARTA PRECATORIA-0001612-91.2011.8.16.0025-Oriundo da Comarca de VARA CIVEL DA COMARCA DE CANOAS-MINISTERIO PUBLICO x SIMONE MARIN LISBOA- Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. BIANCA CAROLINA HILGERT BENITEZ e LUCIA LIEBLING KOPITTKE-.

ARAUCARIA, 26 DE SETEMBRO DE 2011.
IDILSON ANTONIO DE MELO - EMP. JURAMENTADO

---

**FORO REGIONAL DE ARAUCARIA - PR**
**VARA CIVEL - RELACAO Nº 0593/2011**
**JUIZ DE DIREITO-DR. EVANDRO PORTUGAL.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALAN ARIOVALDO CANALI GUE 0008 000692/2007
ANA ROSA DE LIMA LOPES BE 0018 005531/2011
ANA TEREZA PALHARES BASÍL 0012 000866/2009
ARNALDO FERREIRA MULLER 0016 006316/2010
ARNO APOLINARIO JUNIOR 0005 000176/2006
0008 000692/2007
CARLOS JUAREZ WEBER 0011 000661/2009
CORNELIO AFONSO CAPAVERDE 0012 000866/2009
DANIELE DE BONA 0015 002725/2010
DICESAR BECHES VIEIRA 0006 000920/2006
DIOGO LOPES CAVALCANTE 0008 000692/2007
EDEMAR SORATTO - SC 0005 000176/2006
EDSON CICHELLA 0005 000176/2006
EMIR BARANIUK CONCEICAO 0004 001814/2005
FABIO PACHECO GUEDES 0002 000983/2000
FABIOLA LOPES BUENO 0003 000815/2003
FERNANDO DO REGO BARROS F 0008 000692/2007
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0010 000378/2009
IGO IWANT LOSSO 0006 000920/2006
IRAPUAN Z. DE NORONHA 0012 000866/2009
JANAINA GIOZZA 0010 000378/2009
JOAO LEONEL ANTOCHESKI 0016 006316/2010
JOAO MIGUEL RAFFAELLI 0004 001814/2005
JOAQUIM MIRO 0012 000866/2009
JOSE CARLOS DA SILVA TRIS 0003 000815/2003
JULIANA BOMBANA BRASOLIN 0005 000176/2006
JULIANE ZANCANARO BERTASI 0012 000866/2009
JULIANO GEMELLI 0008 000692/2007
JULIANO LAGO 0008 000692/2007
LEONARDO RAMOS PINTO 0017 000390/2011
LINDSAY LAGINESTRA 0016 006316/2010
LUIGI MIRO ZILIOTTO 0012 000866/2009
LUIZ CARLOS COELHO DA CUN 0011 000661/2009
LUIZ KNOB 0006 000920/2006
LUIZ REMY M. MUCHINSKI 0012 000866/2009
LUIZ ROBERTO LOPES 0003 000815/2003
MARIANA CRISTINA BARTNACK 0008 000692/2007
MARINA BLASKOVSKI FONSAKA 0018 005531/2011
MARIZA HELSDINGEN 0018 005531/2011
MAURICIO JOSE LOPES 0003 000815/2003
MOZARTE DE QUADROS JUNIOR 0001 000677/1998
NEIL DOGLAS FRANCISCO CHA 0009 000150/2009
OMAR RODRIGUES CHAVES 0007 000205/2007
PAULO ROBERTO CHIQUITA 0005 000176/2006
0008 000692/2007
ROBERTO SANTOS OLIVEIRA 0006 000920/2006
RODRIGO ANTOSZ 0008 000692/2007
ROSANE SILVEIRA DA COSTA. 0006 000920/2006
SEBASTIAO CARNEIRO DE SOU 0007 000205/2007
SERGIO SCHULZE 0018 005531/2011
SIMON GUSTAVO CALDAS DE Q 0001 000677/1998
SUZANA VALENZA MANOCCHIO 0002 000983/2000
TIAGO RAFAEL KARAS SUREK 0013 001104/2009
TOMAZ DA CONCEIÇAO 0004 001814/2005
VANESSA CRISTINA PASQUALI 0014 001807/2009
VANESSA MARIA RIBEIRO BAT 0015 002725/2010

1. ARROLAMENTO-677/1998-PETRONILIA THOME x JOAO THOME FILHO- Defiro pedido de fls. 74, para que seja aberta vistas tão somente à Fazenda Estadual, a fim de que confirme recolhimento do ITCMD, conforme postulado. Intime-se. -Advs. SIMON GUSTAVO CALDAS DE QUADROS e MOZARTE DE QUADROS JUNIOR-.

2. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-983/2000-GERALDO J. COAN & CIA. LTDA. x S.D.M. SUL ENGENHARIA LTDA- Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Intime-se. -Advs. FABIO PACHECO GUEDES e SUZANA VALENZA MANOCCHIO-.

3. ADJUDICACAO COMPULSORIA-815/2003-JOSE LUIZ GRACIANO e outro x EDSON LUIZ CYS e outros- Manifeste-se o requerente sobre certidão de fls. 202 verso. Intime-se. -Advs. FABIOLA LOPES BUENO, JOSE CARLOS DA SILVA TRISTAO, MAURICIO JOSE LOPES e LUIZ ROBERTO LOPES-.

4. INVENTARIO-1814/2005-MARCOS MARIANO KOSINSKI x LUIZ CARLOS KOSINSKI- Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Intime-se. -Advs. TOMAZ DA CONCEIÇAO, EMIR BARANIUK CONCEICAO e JOAO MIGUEL RAFFAELLI-.

5. ACAO DE RESSARCIMENTO-176/2006-PETROLEO BRASILEIRO S.A-PETROBRAS x USIPE INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS LTDA- Intime-se o Sr. Perito para que manifeste sobre os quesitos apresentados pelas partes às fls. 503/514. Intime-se. -Advs. ARNO APOLINARIO JUNIOR, PAULO ROBERTO CHIQUITA, EDSON CICHELLA, JULIANA BOMBANA BRASOLIN - SC e EDEMAR SORATTO - SC-.

6. ACAO DE DIVISAO-920/2006-ROSA DE LIMA x ALBANO PERINE e outros- Certifique-se a escrivania se houve cumprimento ao despacho de fls. 540, que reitera o despacho de fls. 523. Intime-se. -Advs. LUIZ KNOB, DICESAR BECHES VIEIRA, IGO IWANT LOSSO, ROBERTO SANTOS OLIVEIRA e ROSANE SILVEIRA DA COSTA.-.

7. FALENCIA-205/2007-IRMAOS ABAGE & CIA LTDA x INSERMA SERVICOS TECNICOS IMP E EXP LTDA- Manifeste-se o requerente sobre resposta de Ofício de fls. 50/62. Intime-se. -Advs. SEBASTIAO CARNEIRO DE SOUZA e OMAR RODRIGUES CHAVES-.

8. ORDINARIA DE COBRANCA-692/2007-PETROLEO BRASILEIRO S.A-PETROBRAS x GUARA ENGENHARIA E INDUSTRIA- Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. ARNO APOLINARIO JUNIOR, PAULO ROBERTO CHIQUITA, ALAN ARIOVALDO CANALI GUEDES, DIOGO LOPES CAVALCANTE, FERNANDO DO REGO BARROS FILHO, MARIANA CRISTINA BARTNACK, RODRIGO ANTOSZ, JULIANO LAGO e JULIANO GEMELLI-.

9. MONITORIA-150/2009-SANTILHA DA SILVA BARTEZIKI ARAUCÁRIA x MARIA APARECIDA CARVALHO- Manifeste-se o requerente sobre certidão de fls. 49 verso. Intime-se. -Adv. NEIL DOGLAS FRANCISCO CHAGAS-.

10. BUSCA E APREENSÃO-378/2009-BANCO SANTANDER BANESPA S.A. x KATHIA CILENE DE OLIVEIRA- Manifeste-se o requerente sobre certidão de fls. 46 verso. Intime-se. -Advs. GUSTAVO SALDANHA SUCHY e JANAINA GIOZZA-.

11. EMBARGOS A EXECUCAO-661/2009-OCIDENTAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. x AUTO POSTO VANTROBA LTDA- Intime-se o requerido, conforme fls. 454, para que cumprido o pagamento da condenação sob pena de execução, conforme postulado. Intime-se. -Advs. CARLOS JUAREZ WEBER e LUIZ CARLOS COELHO DA CUNHA-.

12. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-866/2009-IRENE IVANKIU x BRASIL TELECOM S.A.- APELANTE: BRASIL TELECOM S/A APELADO: IRENE IVANKIU Recebo o

recurso de apelação apresentado às f. 139/190, nos seus regulares efeitos, pois tempestivo e regularmente preparado. Ao apelado para que apresente as contra-razões. Após, encaminhe - se ao EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com as homenagens de estilo. Intimem - se. -Advs. CORNELIO AFONSO CAPAVERDE, JULIANE ZANCANARO BERTASI, JOAQUIM MIRO, IRAPUAN Z. DE NORONHA, LUIZ REMY M. MUCHINSKI, LUIGI MIRO ZILIOTTO e ANA TEREZA PALHARES BASÍLIO-.

13. ACAO DE USUCAPIAO-1104/2009-JOSE IDALINO GONÇALVES RUAS e outro x IMOVEIS LOWRY LTDA- Defiro pedido de fls. 87. Cite-se conforme postulado. Intime-se. -Adv. TIAGO RAFAEL KARAS SUREK-.

14. REVISÃO DE APOSENTADORIA-1807/2009-VALDINEI ROMANOSKI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito. Intime-se. -Adv. VANESSA CRISTINA PASQUALINI-.

15. BUSCA E APREENSÃO-0002725-17.2010.8.16.0025-BANCO BGN S/A x ALEXANDRO OLIVEIRA DA SILVA- Considerando a petição do requerente, fls. 35, cumpre dar pela extinção do feito, em respeito ao artigo 267, VIII, do CPC. Diante do exposto, JULGO EXTINTO O FEITO, com base no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Ao distribuidor, para as baixas das anotações. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, arquive - se. -Advs. VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA e DANIELE DE BONA-.

16. IMPUG. AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA-0006316-84.2010.8.16.0025-BANCO BRADESCO S/A x ESPOLIO DE ALFREDO BAZIA- Manifeste-se a requerente sobre impugnação de fls. 02/23. Intime-se. -Advs. JOAO LEONEL ANTOCHESKI, LINDSAY LAGINESTRA e ARNALDO FERREIRA MULLER-.

17. MONITORIA-0000390-88.2011.8.16.0025-PNEUFLEX RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA x SERGIO DUDA- Manifeste-se o requerente sobre o prosseguimento do feito. Intime-se. -Adv. LEONARDO RAMOS PINTO-.

18. BUSCA E APREENSÃO-0005531-88.2011.8.16.0025-BANCO BV FINANCEIRA S/A C.F.I x CESAR GONÇALVES- Considerando o acordo informado pelas partes às f. 50/53. Preenchidos os requisitos legais. Daí porque, de se homologar o acordo e dar pela extinção do feito, com julgamento de mérito. Ante o exposto, HOMOLOGO, POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo formulado, que passa a integrar esta decisão e de conseqüência JULGO EXTINTO O FEITO, com apoio no artigo 269, III, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente arquive-se. -Advs. SERGIO SCHULZE, MARINA BLASKOVSKI FONSAKA, MARIZA HELSDINGEN e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.

ARAUCARIA, 26 DE SETEMBRO DE 2011.
IDILSON ANTONIO DE MELO - EMP. JURAMENTADO

---

**FORO REGIONAL DE ARAUCARIA - PR**
**VARA CIVEL - RELACAO Nº 0597/2011**
**JUIZ DE DIREITO-DR. EVANDRO PORTUGAL.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ANA LUCIA FRANCA 0011 001146/2008
ANDRE FONTOLAN SCARAMUZZA 0003 000269/2005
ANTONIO ALEIXO WAGNER 0002 000467/2003
ARTHUR RICARDO SILVA TRAV 0011 001146/2008
BLAS GOMM FILHO 0011 001146/2008
CARINA PESCAROLO 0003 000269/2005
CARLA PASSOS MELHADO 0023 002056/2011
CARLOS ANDRE AMORIM LEMOS 0025 002831/2011
CARLOS DANIEL PIOL TAQUES 0026 000127/2007
CIDALIA DE SOUZA SILVA 0026 000127/2007
CLAUDIA LEAL TINO 0005 001882/2005
DANIELE DE BONA 0010 000199/2008
DANIELE DE BONA 0016 001066/2009
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR 0003 000269/2005
DICESAR BECHES VIEIRA 0017 001238/2009
DIEGO RUBENS GOTTARDI 0010 000199/2008
0016 001066/2009
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 0012 002488/2008
FELIPE TURNES FERRARINI 0011 001146/2008
FLORESBA PAIM VIEIRA 0020 003020/2010
GIOVANNY VITÓRIO B. COCIC 0025 002831/2011
GIZELLE DE ASSIS - SP 0003 000269/2005
GUI ANTONIO DE ANDRADE MO 0001 000434/1999
GUILHERME FREIRE DE MELO 0004 000676/2005
IDA REGINA PEREIRA DE BAR 0015 000773/2009
JOAO MARIA SOBRINHO MAIA 0020 003020/2010
JOAO MIGUEL RAFFAELLI 0002 000467/2003
JOCELINO ALVES DE FREITAS 0006 000106/2006
0013 002927/2008
0018 002111/2009
JOSE BRUN JUNIOR 0026 000127/2007
KARINE CRISTINA DA COSTA 0010 000199/2008
KATHLEEN SCHOLZE 0011 001146/2008
KATIA CRISTINA GRACIANO J 0001 000434/1999
KLAUS SCHNITZLER 0024 002829/2011
LEONARDO MECENI 0003 000269/2005
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0007 000828/2007
0008 001912/2007
0009 002272/2007
LUIZ FERNANDO CHEMIM 0015 000773/2009
LUIZ GUILHERME CAVALCANTI 0026 000127/2007
MARCEL RODRIGO ALEXANDRIN 0011 001146/2008
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0012 002488/2008
MARCUS VENICIO CAVASSIN 0015 000773/2009
MARIA CANDIDA DO AMARAL K 0014 000081/2009
MARLI JANKOVSKI 0019 002415/2010
MARTA REGINA LUIZ DOMINGU 0026 000127/2007
MAURICIO KAVINSKI 0007 000828/2007
0008 001912/2007
0009 002272/2007
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0021 004456/2010
MICHELE SACKSER 0010 000199/2008
MIRIAN REGINA KNAPIK 0002 000467/2003
MOACIR LUCAS PEREIRA 0014 000081/2009
NELSON PASCHOALOTTO 0022 000150/2011
PEDRO FRATUCCI SAVORDELLI 0014 000081/2009
RAFAEL MARQUES GANDOLFI 0019 002415/2010
RICARDO ALBERTO ESCHER 0004 000676/2005
RICARDO BOERNGEN DE LACER 0011 001146/2008
RODRIGO TAKAKI 0011 001146/2008
SANDRA JUSSARA KUCHNIR 0012 002488/2008
SIDNEY AZARIAS INACIO 0002 000467/2003
SILVIA ARRUDA GOMM 0011 001146/2008
SILVIO ANDRE BRAMBILA ROD 0019 002415/2010
SIMONE ALVES DE FREITAS 0006 000106/2006
0018 002111/2009
THIAGO DE FREITAS MARCOLI 0011 001146/2008
TIAGO KARAS SUREK 0015 000773/2009
0025 002831/2011
TIAGO RAFAEL KARAS SUREK 0005 001882/2005
VANESSA MARIA RIBEIRO BAT 0010 000199/2008
VILSON ZANELLA GUDOSKI 0003 000269/2005
VIVIANE CASTELLI 0011 001146/2008
WALDIR COELHO DE LOIOLA 0001 000434/1999

1. ACAO DE SERVIDAO-434/1999-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR x JOSE MAURILIO RIBEIRO BAPTISTA e outro- Defiro o pedido retro. Expeça-se conforme postulado. Intime-se. -Advs. WALDIR COELHO DE LOIOLA, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE e GUI ANTONIO DE ANDRADE MOREIRA-.

2. INVENTARIO-467/2003-EDGAR LUIZ HUTTNER x ALBINO ADELINO HUTTENER e outro- Defiro o pedido retro. Cite-se conforme postulado. Intime-se. -Advs. ANTONIO ALEIXO WAGNER, SIDNEY AZARIAS INACIO, JOAO MIGUEL RAFFAELLI, MIRIAN REGINA KNAPIK e MIRIAN REGINA KNAPIK-.

3. INDENIZACAO-269/2005-ELIANE APARECIDA STANGHERLIN BORTULUZZI ME x S/A FABRICA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS VIGOR- Defiro o pedido retro. Intime-se conforme postulado. Intime-se. -Advs. VILSON ZANELLA GUDOSKI, ANDRE FONTOLAN SCARAMUZZA - SP, GIZELLE DE ASSIS - SP, DENIO LEITE NOVAES JUNIOR, CARINA PESCAROLO e LEONARDO MECENI-.

4. INVENTARIO-676/2005-ROSA DE LIMA POLACHINI x CLELIO DIRCEU POLACHINI FILHO- Abra-se vista à Fazenda Pública Estadual. Intime-se. -Advs. RICARDO ALBERTO ESCHER e GUILHERME FREIRE DE MELO BARROS-.

5. ACAO DE USUCAPIAO-1882/2005-VALDECIR BARBOSA DOS SANTOS x JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS- Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 24 de Fevereiro de 2012 às 14:00 horas. Havendo interesse na intimação pessoal de testemunhas, deverão as partes apresentar rol no prazo de até 30 dias antes da audiência. Intime-se. -Advs. TIAGO RAFAEL KARAS SUREK e CLAUDIA LEAL TINO-.

6. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-106/2006-COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA x COMGAS COMERCIO E TRANSPORTE LTDA ME- Manifeste-se o requerente pelo prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. JOCELINO ALVES DE FREITAS e SIMONE ALVES DE FREITAS-.

7. BUSCA E APREENSÃO-828/2007-BANCO ABN AMRO REAL S/A x ELIANE STRASSAMANN SILVA- Manifeste-se o requerente pelo prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e MAURICIO KAVINSKI-.

8. BUSCA E APREENSÃO-1912/2007-BANCO ABN AMRO REAL S/A x VANIA GUTIERRE- Defiro o pedido retro para vista dos autos pelo prazo de 20 dias. Intime-se. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e MAURICIO KAVINSKI-.

9. BUSCA E APREENSÃO-2272/2007-BANCO ABN AMRO REAL S/A x ALZIRA MAIA DA ANUNCIAÇÃO- Recebo o recurso de apelação, em seus regulares efeitos, eis que tempestivo e regularmente preparado, na forma do artigo 520 do Código de Processo Civil. Ao apelado para contra razões, após subam para o Egrégio Tribunal de Justiça. Intime-se. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e MAURICIO KAVINSKI-.

10. BUSCA E APREENSÃO-199/2008-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CIRINEU BONFIM DOS SANTOS- Defiro o pedido retro. Desentranhe-se conforme postulado. Intime-se. -Advs. DIEGO RUBENS GOTTARDI, DANIELE DE BONA, KARINE CRISTINA DA COSTA, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA e MICHELE SACKSER-.

11. AÇÃO DE DEPÓSITO-0003360-66.2008.8.16.0025-FUNDO DE INV. EM DIR. CRED. NÃO PADRONIZADOS - PCG x JEFFERSON LUIZ TRAYDE- À Escrivania para que certifique se houve manifestação da parte ré. Intime-se. -Advs. BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANCA, VIVIANE CASTELLI, KATHLEEN SCHOLZE, RICARDO BOERNGEN DE LACERDA, ARTHUR RICARDO SILVA TRAVAGLIA, THIAGO DE FREITAS MARCOLINI, MARCEL RODRIGO ALEXANDRINO, FELIPE TURNES FERRARINI, RODRIGO TAKAKI e SILVIA ARRUDA GOMM-.

12. BUSCA E APREENSÃO-2488/2008-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CLEVERSON PADER DE REZENDE- Defiro o pedido de substituição no pólo ativo da demanda. Após, manifeste-se o requerente sobre certidão de f.28. Intime-se. -Advs. EDUARDO JOSE FUMIS FARIA, MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e SANDRA JUSSARA KUCHNIR-.
13. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-2927/2008-COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA x FACHINELLO COM VAREJISTA DE GAS E AGUA LTDA- Defiro o pedido retro. Expeça-se conforme postulado. Intime-se. -Adv. JOCELINO ALVES DE FREITAS-.
14. REIVINDICATORIA-81/2009-IOLANDA JUVENIRA TERRES TEIXEIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Defiro o pedido retro. Expeça-se conforme postulado. Intime-se. -Advs. PEDRO FRATUCCI SAVORDELLI, MOACIR LUCAS PEREIRA e MARIA CANDIDA DO AMARAL KROETZ-.
15. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-773/2009-OBEDE RORIGUES DE FREITAS x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR- Defiro o pedido de produção de prova pericial postulado pelas partes. Nomeio como perito para atuar no presente feito Péricles Alves Pinto. Manifestem-se as partes para indicar assistente técnico bem como apresentar os quesitos que desejarem, nos termos do artigo 421, §1.º, I e II do CPC. Após, independentemente de nova conclusão, intime-se o perito para apresentação de sua proposta de honorários e também para que diga se aceita receber ao final da demanda. Intimem-se. -Advs. LUIZ FERNANDO CHEMIM, TIAGO KARAS SUREK, IDA REGINA PEREIRA DE BARROS e MARCUS VENICIO CAVASSIN-.
16. BUSCA E APREENSÃO-1066/2009-BANCO BGN S/A x ROSANA CAMPADRE- Considerando a petição da requerente, f. 60, cumpre dar pela extinção do feito, em respeito ao artigo 267, VIII, do CPC. Diante do exposto, JULGO EXTINTO O FEITO, com base no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Ao distribuidor, para as baixas das anotações. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, arquive - se -Advs. DIEGO RUBENS GOTTARDI e DANIELE DE BONA-.
17. ALVARA-1238/2009-WLADISLAVA WOZNIAK MARTINS- Defiro o pedido retro. Intime-se conforme postulado. Intime-se. -Adv. DICESAR BECHES VIEIRA-.
18. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-2111/2009-COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA x DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA BRUSCH LTDA- Defiro o pedido retro. Expeça-se conforme postulado. Intime-se. -Advs. SIMONE ALVES DE FREITAS e JOCELINO ALVES DE FREITAS-.
19. DECLAR.INEXTENCIA REL.JURID.-0002415-11.2010.8.16.0025-EDEIDE COSTA ALEXANDRE x AZ IMOVEIS LTDA- Intime-se o requerente para que, no prazo de 10 dias, justifique as provas que pretende produzir, sob pena de indeferimento. Intime-se. -Advs. MARLI JANKOVSKI, RAFAEL MARQUES GANDOLFI e SILVIO ANDRE BRAMBILA RODRIGUES-.
20. REIVINDICATORIA-0003020-54.2010.8.16.0025-ROBSON WAGNER SANT'ANNA BATISTA x FRANCISCA MARIA IVONETE DE ABREU- Inexistem preliminares ao mérito a serem analisadas, as partes são legítimas, bem assim legítimo é o interesse que demonstram. Concorrem os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo. Inexistem nulidades ou irregularidades a serem sanadas ou supridas. Dou por saneado o feito. Especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, iniciando pelo requerente, justificando-se-as, sob pena de indeferimento. Intime-se. -Advs. JOAO MARIA SOBRINHO MAIA e FLORESBA PAIM VIEIRA-.
21. PRESTACAO DE CONTAS-0004456-48.2010.8.16.0025-CARLOS ANTONIO GIACOMANI x BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Manifeste-se o requerente sobre contestação apresentada. Intime-se. -Adv. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI-.
22. BUSCA E APREENSÃO-0000150-02.2011.8.16.0025-BANCO BRADESCO S/A. x SERGIO ROBERTO DE OLIVEIRA- Considerando a petição da requerente, f. 55, cumpre dar pela extinção do feito, em respeito ao artigo 267, VIII, do CPC. Diante do exposto, JULGO EXTINTO O FEITO, com base no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Ao distribuidor, para as baixas das anotações. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, arquive - se. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.
23. BUSCA E APREENSÃO-0002056-27.2011.8.16.0025-BANCO FINASA BMC S/ A x JOSÉ MOISES GARCIA- À Escrivania para que realize as alterações solicitadas à f.41. Intime-se. -Adv. CARLA PASSOS MELHADO-.
24. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0002829-72.2011.8.16.0025-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A x CLAUDIANE TEIXEIRA- Manifeste-se a parte autora, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção. Intime-se. -Adv. KLAUS SCHNITZLER-.
25. INTERDITO PROIBITORIO-0002831-42.2011.8.16.0025-VERA LUCIA PEREIRA ROSA x LORENA, MAURO E MAURINHO- Manifeste-se a parte autora sobre contestação e documentos apresentados. Intime-se. -Advs. CARLOS ANDRE AMORIM LEMOS, TIAGO KARAS SUREK e GIOVANNY VITÓRIO B. COCICOV-.
26. CARTA PRECATORIA-127/2007-Oriundo da Comarca de 3º VARA DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO-GILBERTO RODRIGUES MONTEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Intime-se o requerido para que deposite o valor referente aos honorários do Sr. Perito. Intime-se. -Advs. JOSE BRUN JUNIOR, MARTA REGINA LUIZ DOMINGUES, CARLOS DANIEL PIOL TAQUES, LUIZ GUILHERME CAVALCANTI MADER SUNYÉ e CIDALIA DE SOUZA SILVA-.
27. CARTA PRECATORIA-0012179-21.2010.8.16.0025-Oriundo da Comarca de 2ª VARA DA FAZENDA PUBLICA-ESTADO DE SANTA CATARINA x MAURO NARDINO- Defiro o pedido retro. Intime-se conforme postulado. Intime-se. -Adv. -.

ARAUCARIA, 28 DE SETEMBRO DE 2011.
IDILSON ANTONIO DE MELO - EMP. JURAMENTADO

**FORO REGIONAL DE ARAUCARIA - PR**
**VARA CIVEL - RELACAO Nº 0601/2011**
**JUIZ DE DIREITO-DR. EVANDRO PORTUGAL.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALCINDO LIMA NETO 0015 001986/2008
ALEXANDRE DE ALMEIDA 0006 001094/2007
ALEXANDRE N. FERRAZ 0034 004362/2011
0036 004763/2011
0037 005035/2011
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0024 004049/2010
ALINE CARNEIRO DA CUNHA D 0012 000646/2008
ALINE PLOCHARSKI PEDROSO 0011 000587/2008
ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA 0009 000351/2008
0010 000377/2008
0014 001503/2008
0016 002028/2008
AMANDA DE LIMA GODOI 0003 001018/2005
0004 001034/2005
ANA LUCIA FRANÇA 0009 000351/2008
0015 001986/2008
ANDRE CARNEIRO DE AZEVEDO 0033 004165/2011
ANDRE LUIZ ACHE MANSUR 0009 000351/2008
ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORT 0027 005873/2010
ANTONIO AUGUSTO FERREIRA 0027 005873/2010
ANTONIO ERNESTO DE LIMA 0023 002606/2010
ANTONIO RUDOLFO HANAUER 0002 001304/2004
ARNALDO APARECIDO CORACAO 0002 001304/2004
BLAS GOMM FILHO 0009 000351/2008
BLAS GOMM FILHO 0010 000377/2008
BLAS GOMM FILHO 0015 001986/2008
BRUNO MIRANDA QUADROS 0012 000646/2008
CARLOS ALEXANDRE DIAS DA 0035 004613/2011
CAROLINA BETTE TONIOLO BO 0039 005969/2011
CESAR AUGUSTO TERRA 0013 001082/2008
CHARLES MICHEL LIMA DIAS 0031 001928/2011
CHRISTIANNE REGINA LEANDR 0004 001034/2005
CLEIDE DE OLIVEIRA 0005 000454/2007
CRISTIANE PUCHEVAILLO SOU 0015 001986/2008
CRYSTIANE LINHARES 0007 002524/2007
DANIEL BARBOSA MAIA 0009 000351/2008
0015 001986/2008
DANIEL MORENO PORTELLA 0001 000406/1996
0038 005545/2011
DAVID ANTONIO BADUY 0003 001018/2005
0004 001034/2005
DECIO FERREIRA DE BRITO 0018 003435/2008
DENISE DE JESUS FERREIRA 0020 001931/2009
DICESAR BECHES VIEIRA 0033 004165/2011
DICESAR BECHES VIEIRA JUN 0033 004165/2011
DIORGE SCHNEIDER JULKOWSK 0022 002092/2009
ELENITA IGNEZ BODANEZE 0019 000239/2009
ELIZEU LUIZ TOPOROSKI 0012 000646/2008
ELIZEU MENDES DA SILVA 0027 005873/2010
0028 005877/2010
FABIO AUGUSTO ODPPIS 0023 002606/2010
FABIO LUIZ CUSTODIO 0011 000587/2008
FELIPE TURNES FERRARINI 0009 000351/2008
0015 001986/2008
FRANCIELE A NATEL GLASER 0011 000587/2008
FRANCIELLE SANTOS PEREIRA 0030 001148/2011
FRANCISCO CARLOS DUARTE 0003 001018/2005
GENESIO FELIPE DE NATIVID 0001 000406/1996
GILBERTO STINGLIN LOTH 0013 001082/2008
GLAUCIO BADUY GALIZE 0038 005545/2011
GUILHERME FREIRE DE MELO 0003 001018/2005
0004 001034/2005
GUILHERME RENAN DREYER 0025 004934/2010
HEITOR ALCANTARA DA SILVA 0006 001094/2007
HENRY HASSE 0008 003207/2007
IDAMARA ROCHA FERREIRA 0009 000351/2008
0015 001986/2008
IGOR RAFAEL MAYER 0009 000351/2008
0015 001986/2008
JADER SCHLICKMANN DE SOUZ 0012 000646/2008
JANAINA PATRICIA S. SERPA 0009 000351/2008
0015 001986/2008
JANICE XAVIER PEREIRA 0032 002448/2011
JESSICA GHELFI 0016 002028/2008
JOAO HENRIQUE DA SILVA 0008 003207/2007
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0013 001082/2008
JOAO RICARDO MANSUR FRANC 0001 000406/1996
JORGE DURVAL DA SILVA 0031 001928/2011
JOSE CARLOS RIBEIRO DE SO 0009 000351/2008
JOSE CARLOS RIBEIRO SOUZA 0015 001986/2008
JOSE EDGARD DA CUNHA BUEN 0018 003435/2008
JOSE EDUARDO GONÇALVES DO 0011 000587/2008
KARINA OSTERNACK GLAPINSK 0022 002092/2009
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0021 002086/2009
KELLY WORM COTLINSK CANZA 0019 000239/2009
LUCIANE LOPES ALVES 0009 000351/2008
0010 000377/2008
0012 000646/2008

0014 001503/2008
LUCIANE LOPES ALVES 0016 002028/2008
LUIS ANSELMO ARRUDA GARCI 0001 000406/1996
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0027 005873/2010
LUIZ ANTONIO PEREIRA RODR 0003 001018/2005
0004 001034/2005
LUIZ ANTONIO SILVA 0006 001094/2007
LUIZ CARLOS JAVOSCHY 0005 000454/2007
LUIZ FERNANDO CACHOEIRA 0012 000646/2008
MAGDA FERRARI 0009 000351/2008
0015 001986/2008
MAGDA LUIZA R. EGGER 0011 000587/2008
MARCEL RODRIGO ALEXANDRIN 0009 000351/2008
0015 001986/2008
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0029 007354/2010
MARCOS PAULO DA SILVA 0031 001928/2011
MARIA ALICE CARNEIRO DE F 0002 001304/2004
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0009 000351/2008
0010 000377/2008
0012 000646/2008
0014 001503/2008
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0016 002028/2008
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0017 002556/2008
MARILAN DE SOUZA 0009 000351/2008
0015 001986/2008
MARILI DA LUZ RIBEIRO TAB 0011 000587/2008
MARLIZE IZUTA DE LIMA 0011 000587/2008
MAYLIN MAFFINI 0009 000351/2008
MICHELE TATIANE SOUTO COS 0003 001018/2005
0004 001034/2005
MICHELLY CRISTINA ALVES N 0011 000587/2008
MIRNA LUCHMANN 0009 000351/2008
0015 001986/2008
NELSON KNOB 0001 000406/1996
NELSON PASCHOALOTTO 0006 001094/2007
ODACYR CARLOS PRIGOL 0026 005459/2010
RAMIRO JOÃO PREIS VARASCH 0011 000587/2008
RICARDO ALBERTO ESCHER 0003 001018/2005
0004 001034/2005
RICARDO BOERNGEN DE LACER 0009 000351/2008
0015 001986/2008
RICARDO GONÇALVES DO AMAR 0011 000587/2008
ROBERTO ZANDAVALI CARNASC 0018 003435/2008
RODRIGO TAKAKI 0009 000351/2008
0015 001986/2008
ROSANGELA DA ROSA CORREA 0009 000351/2008
0010 000377/2008
0012 000646/2008
0014 001503/2008
0016 002028/2008
0017 002556/2008
ROSSANO EGIDIO MENDES 0023 002606/2010
RUTH LOMONACO GUIDOTI KAS 0001 000406/1996
SABRINA CAMARGO DE OLIVEI 0009 000351/2008
0010 000377/2008
0012 000646/2008
0014 001503/2008
0016 002028/2008
SEBASTIÃO MENDES DA SILVA 0027 005873/2010
0028 005877/2010
SILVANA APARECIDA CEZAR P 0002 001304/2004
SILVIA ARRUDA GOMM 0009 000351/2008
0015 001986/2008
SILVIA RIBEIRO 0015 001986/2008
SIMONE R. P. FONSATTI 0009 000351/2008
0015 001986/2008
SIRLENE ELIAS RIBEIRO 0009 000351/2008
0015 001986/2008
THIAGO DE FREITAS MARCOLI 0009 000351/2008
THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS 0009 000351/2008
0010 000377/2008
0014 001503/2008
0016 002028/2008
THIAGO JOSE MANTOVANI 0015 001986/2008
THIAGO JOSE MANTOVANI DE 0009 000351/2008
VANIA DE FATIMA CESAR LUI 0002 001304/2004
VIVIANE KARINA TEIXEIRA 0015 001986/2008
VIVIANE MACIEL FERREIRA 0011 000587/2008

1. ORDINARIA-406/1996-SISMMAR - SIND. SERVIDORES MAGISTERIO MUNIC. ARAUC x MUNICIPIO DE ARAUCARIA- Defiro o pedido retro. Expeça-se conforme postulado. Intime-se. -Advs. LUIS ANSELMO ARRUDA GARCIA, JOAO RICARDO MANSUR FRANCESCHI, DANIEL MORENO PORTELLA, NELSON KNOB, RUTH LOMONACO GUIDOTI KASECKER e GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE-.

2. DECLARATORIA-1304/2004-MAGALY DREHER FERREIRA ME x BANCO DO BRASIL S/A.- Defiro o pedido retro para dilação do prazo. Decorrido o prazo, intime-se. Intime-se. -Advs. ANTONIO RUDOLFO HANAUER, MARIA ALICE CARNEIRO DE FIGUEIREDO, VANIA DE FATIMA CESAR LUIZ CARTA, SILVANA APARECIDA CEZAR PONTE e ARNALDO APARECIDO CORACAO-.

3. EMBARGOS A EXECUCAO-1018/2005-IND E COM DE PRODUTOS QUIMICOS OURO VERDE LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- Abra-se vista ao Ministério Público.-Advs. LUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES, MICHELE TATIANE SOUTO COSTA, AMANDA DE LIMA GODOI, RICARDO ALBERTO ESCHER, DAVID ANTONIO BADUY, FRANCISCO CARLOS DUARTE e GUILHERME FREIRE DE MELO BARROS-.

4. EMBARGOS A EXECUCAO-1034/2005-IND E COM DE PRODUTOS QUIMICOS OURO VERDE LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- Abra-se vista ao Ministério Público.-Advs. LUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES, MICHELE TATIANE SOUTO COSTA, AMANDA DE LIMA GODOI, RICARDO ALBERTO ESCHER, DAVID ANTONIO BADUY, CHRISTIANNE REGINA LEANDRO POSFALDO e GUILHERME FREIRE DE MELO BARROS-.

5. DECLARATORIA-454/2007-O C BITTENCOURT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA x SILVIO MACHADO- Tendo em vista que o executado já foi citado por edital, nomeio como Curadora Dra. Claudete Fila, OAB/PR 50.201, 9979-0372/9193-7239, que, aceitando o encargo, deverá apresentar resposta no prazo legal. Intime-se. -Advs. CLEIDE DE OLIVEIRA e LUIZ CARLOS JAVOSCHY-.

6. COBRANCA-1094/2007-ANTONIO DE PAULA E SILVA x ITAÚ UNIBANCO S.A.- À conta e preparo. Após, voltem conclusos para sentença. Intime-se. -Advs. LUIZ ANTONIO SILVA, NELSON PASCHOALOTTO, ALEXANDRE DE ALMEIDA e HEITOR ALCANTARA DA SILVA-.

7. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-2524/2007-SAFRA LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL x ADIR RODRIGUES PAULINO- Considerando a petição da requerente, f. 30, cumpre dar pela extinção do feito, em respeito ao artigo 267, VIII, do CPC. Diante do exposto, JULGO EXTINTO O FEITO, com base no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Ao distribuidor, para as baixas das anotações. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, arquive - se. -Adv. CRYSTIANE LINHARES-.

8. RESCISAO DE CONTRATO-3207/2007-AZ IMOVEIS LTDA x ROQUE JOSE DURAU e outro- Defiro o pedido retro para devolução do prazo recursal ao Peticionário. Intime-se. -Advs. JOAO HENRIQUE DA SILVA e HENRY HASSE-.

9. BUSCA E APREENSÃO-351/2008-BANCO SANTANDER BANESPA S.A. x VALDECIR PACHECO- Manifeste-se o requerente pelo prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA, SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA, LUCIANE LOPES ALVES, ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS, JANAINA PATRICIA S. SERPA, DANIEL BARBOSA MAIA, MIRNA LUCHMANN, IDAMARA ROCHA FERREIRA, IGOR RAFAEL MAYER, JOSE CARLOS RIBEIRO DE SOUZA, SIMONE R. P. FONSATTI, SIRLENE ELIAS RIBEIRO, BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANÇA, SILVIA ARRUDA GOMM, FELIPE TURNES FERRARINI, RODRIGO TAKAKI, RICARDO BOERNGEN DE LACERDA, THIAGO DE FREITAS MARCOLINI, MARCEL RODRIGO ALEXANDRINO, MARILAN DE SOUZA, MAGDA FERRARI, THIAGO JOSE MANTOVANI DE AZEVEDO, ANDRE LUIZ ACHE MANSUR e MAYLIN MAFFINI-.

10. BUSCA E APREENSÃO-377/2008-BANCO SANTANDER BANESPA S.A. x ANTONIO FAGUNDES DE OLIVEIRA- Manifeste-se a parte autora sobre certidão retro. Intime-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA, SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA, LUCIANE LOPES ALVES, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS, ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA e BLAS GOMM FILHO-.

11. MONITORIA-587/2008-BANCO VOLKSWAGEN S/A x REGINALDO VIEIRA DE LIMA- À conta e preparo. Após, voltem conclusos para sentença. Intime-se. -Advs. MAGDA LUIZA R. EGGER, MARILI DA LUZ RIBEIRO TABORDA, VIVIANE MACIEL FERREIRA, RAMIRO JOÃO PREIS VARASCHIN, MICHELLY CRISTINA ALVES NOGUEIRA TALLEVI, FABIO LUIZ CUSTODIO, ALINE PLOCHARSKI PEDROSO, JOSE EDUARDO GONÇALVES DO AMARAL, FRANCIELE A NATEL GLASER DA SILVA, MARLIZE IZUTA DE LIMA e RICARDO GONÇALVES DO AMARAL-.

12. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-646/2008-HSBC LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. x MILTON COELHO MARTINS JUNIOR- Expeçam-se as cartas de citação com A.R. conforme solicitadas. Intime-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA, SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA, BRUNO MIRANDA QUADROS, LUCIANE LOPES ALVES, ALINE CARNEIRO DA CUNHA DINIZ PIANARO, ELIZEU LUIZ TOPOROSKI, JADER SCHLICKMANN DE SOUZA e LUIZ FERNANDO CACHOEIRA-.

13. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-1082/2008-ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A. x JONATHAN COSTA DENIS- Defiro o pedido retro. Expeça-se conforme postulado. Intime-se. -Advs. CESAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

14. BUSCA E APREENSÃO-1503/2008-BANCO FINASA S.A. x ALEXANDRA DUDCOSCHI- Defiro o pedido de suspensão do presente feito. Decorrido o prazo intime-se. Intime-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA, SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA, LUCIANE LOPES ALVES, ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA e THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS-.

15. BUSCA E APREENSÃO-0003470-65.2008.8.16.0025-FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDUSTRIA EXODUS x JOEL EPORMUCENA- Defiro o pedido retro. Expeça-se conforme postulado. Intime-se. -Advs. JANAINA PATRICIA S. SERPA, DANIEL BARBOSA MAIA, MIRNA LUCHMANN, IDAMARA ROCHA FERREIRA, IGOR RAFAEL MAYER, JOSE CARLOS RIBEIRO SOUZA, SIMONE R. P. FONSATTI, SIRLENE ELIAS RIBEIRO, BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANÇA, SILVIA ARRUDA GOMM, FELIPE TURNES FERRARINI, RODRIGO TAKAKI, RICARDO BOERNGEN DE LACERDA, MARCEL RODRIGO ALEXANDRINO, MARILAN DE SOUZA, MAGDA FERRARI, THIAGO JOSE MANTOVANI, VIVIANE KARINA TEIXEIRA, ALCINDO LIMA NETO, CRISTIANE PUCHEVAILLO SOUZA e SILVIA RIBEIRO-.

16. BUSCA E APREENSÃO-2028/2008-BANCO FINASA S.A. x JHONES MIRANDA- À conta e preparo. Após, voltem conclusos para sentença. Intime-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA,

SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA, LUCIANE LOPES ALVES, JESSICA GHELFI, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS e ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA-.
17. BUSCA E APREENSÃO-2556/2008-BANCO FINASA S.A. x LUIZ FERNANDO DOS SANTOS- Defiro o pedido retro para vista dos autos pelo prazo de 10 dias. Intime-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.
18. ANULATORIA-3435/2008-AMELIA DE PAULA WOSNE x BANCO BRADESCO S/A.- Defiro o pedido de f.104. Expeça-se conforme postulado. Oportunamente, arquivem-se os presentes autos. Intime-se. -Advs. ROBERTO ZANDAVALI CARNASCIALI, DECIO FERREIRA DE BRITO e JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO-.
19. SUMARISSIMA DE COBRANCA-239/2009-SERGIO LUIZ MICHEL x HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO- Recebo o recurso de apelação, em seus regulares efeitos, eis que tempestivo e regularmente preparado, na forma do artigo 520 do Código de Processo Civil. Ao apelado para contra razões, após subam para o Egrégio Tribunal de Justiça. Intime-se. -Advs. ELENITA IGNEZ BODANEZE e KELLY WORM COTLINSK CANZAN-.
20. REVISÃO DE CONTRATOS-1931/2009-ESRAEL DIAS DE LIMA x OMNI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Considerando a petição da requerente, f. 30, cumpre dar pela extinção do feito, em respeito ao artigo 267, VIII, do CPC. Diante do exposto, JULGO EXTINTO O FEITO, com base no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Ao distribuidor, para as baixas das anotações. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, arquive - se. -Adv. DENISE DE JESUS FERREIRA-.
21. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-2086/2009-SANTANDER LEASING S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL x ELEANDRO AMANCIO DOS REIS- Defiro o pedido retro. Expeça-se conforme postulado. Intime-se. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.
22. EMBARGOS DE TERCEIRO-2092/2009-WYLLYAN GUILHERME DIAS GONÇALVES x BANCO ABN AMRO REAL S/A- Manifeste-se o requerente sobre contestação apresentada. Intime-se. -Advs. KARINA OSTERNACK GLAPINSKI e DIORGE SCHNEIDER JULKOWSKI-.
23. REPARACAO DE DANOS-0002606-56.2010.8.16.0025-ROGERIO CIBIN e outro x CONSTRUTORA ANDRADE RIBEIRO LTDA e outro- Manifeste-se o requerente sobre contestação apresentada. Intime-se. -Advs. ANTONIO ERNESTO DE LIMA, ROSSANO EGIDIO MENDES e FABIO AUGUSTO ODPPIS-.
24. BUSCA E APREENSÃO-0004049-42.2010.8.16.0025-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. x EVANILDA LOPES DE OLIVEIRA- À conta e preparo. Após, voltem conclusos para sentença. Intime-se. -Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.
25. ACAO SUMARIA-0004934-56.2010.8.16.0025-JOSE FIRMINO FILHO x BANCO ITAULEASING S.A.- Manifeste-se a parte autora pelo prosseguimento do feito. Intime-se. -Adv. GUILHERME RENAN DREYER-.
26. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0005459-38.2010.8.16.0025-PENINSULA AGRO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA x AGRODEFE DEFENSIVOS AGRICOLAS CAÇADOR LTDA- Tendo em vista que houve acordo a f.546-548, a sua homologação é medida de rigor, uma vez que preenche os requisitos legais e preserva o interesse das partes. Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo formulado a f.546-548, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, de conseqüência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito na forma do artigo 269, III do CPC. Custas e honorários advocatícios conforme acordado. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, observadas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos. -Adv. ODACYR CARLOS PRIGOL-.
27. ACAO SUMARIA-0005873-36.2010.8.16.0025-VITOR INCONTT e outros x BANCO BANESTADO S.A.- Manifestem-se as partes acerca da possibilidade de conciliação e especifiquem as provas que pretendem produzir. Após, voltem conclusos para saneador ou designação de audiência. Intime-se. -Advs. ELIZEU MENDES DA SILVA, SEBASTIÃO MENDES DA SILVA, ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO, LUIS OSCAR SIX BOTTON e ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO-.
28. ACAO SUMARIA-0005877-73.2010.8.16.0025-MARIA NATALIA STARON e outros x BANCO BANESTADO S.A.- Manifestem-se as partes acerca da possibilidade de conciliação e especifiquem as provas que pretendem produzir. Após, voltem conclusos para saneador ou designação de audiência. Intime-se. -Advs. ELIZEU MENDES DA SILVA e SEBASTIÃO MENDES DA SILVA-.
29. BUSCA E APREENSÃO-0007354-34.2010.8.16.0025-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x EDIVALDO ARAUJO RODRIGUES- Tendo em vista a decisão de f.24-25, expeça-se competente mandado. Intime-se. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.
30. ACAO DE USUCAPIAO-0001148-67.2011.8.16.0025-CECILIA FABIENSKI RAMOS- Manifeste-se a parte autora sobre certidão retro. Intime-se. -Adv. FRANCIELLE SANTOS PEREIRA-.
31. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO-0001928-07.2011.8.16.0025-IRMAOS BOCCHI E CIA LTDA. x PAULO HENRIQUE CASAGRANDE & CIA LTDA ME- Defiro o pedido retro. Intime-se a requerida para que apresente o que solicitado. Intime-se. -Advs. JORGE DURVAL DA SILVA, CHARLES MICHEL LIMA DIAS e MARCOS PAULO DA SILVA-.
32. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-0002448-64.2011.8.16.0025-JOSAFA GUEDES DA SILVA e outro x COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA- Intime-se o embargante para que se manifeste em ralação à petição de f.80. Intime-se. -Adv. JANICE XAVIER PEREIRA-.
33. INVENTARIO-0004165-14.2011.8.16.0025-TEREZINHA DE FÁTIMA ANDRADE e outros- Nomeio inventariante o requerente PEDRO IVANOR DA SILVEIRA. Lavre-se o termo. Apresente a inventariante as primeiras declarações e plano de partilha. Após, independente de nova conclusão, abra-se vista ao Ministério Público. Intime-se. -Advs. DICESAR BECHES VIEIRA, DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR e ANDRE CARNEIRO DE AZEVEDO-.
34. BUSCA E APREENSÃO-0004362-66.2011.8.16.0025-COMPANHIA DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI DO BRASIL x JOAO XAVIER SIMOES- Manifeste-se o requerente pelo prosseguimento do feito. Intime-se. -Adv. ALEXANDRE N. FERRAZ-.
35. ORDINARIA-0004613-84.2011.8.16.0025-SADIPE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIST DE PETROLEO LTDA x RML CONSULTORIA TRIBUTARIA E EMPRESARIAL LTDA- Manifeste-se o requerente pelo prosseguimento do feito. Intime-se. -Adv. CARLOS ALEXANDRE DIAS DA SILVA-.
36. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-0004763-65.2011.8.16.0025-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x MURILLO MOREIRA PAES & CIA LTDA ME e outros- Recebo o recurso de apelação, em seus regulares efeitos, eis que tempestivo e regularmente preparado, na forma do artigo 520 do Código de Processo Civil. Ao apelado para contra razões, após subam para o Egrégio Tribunal de Justiça. Intime-se. -Adv. ALEXANDRE N. FERRAZ-.
37. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-0005035-59.2011.8.16.0025-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x DALL PEL S.A IND. E COM. DE MADEIRAS E PA e outros- Tendo em vista que houve acordo a f.20-22, a sua homologação é medida de rigor, uma vez que preenche os requisitos legais e preserva o interesse das partes. Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo formulado a f.20-22, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, de conseqüência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito na forma do artigo 269, III do CPC. Custas e honorários advocatícios conforme acordado. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, observadas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos. -Adv. ALEXANDRE N. FERRAZ-.
38. INDENIZACAO-0005545-72.2011.8.16.0025-SEVERINO RAMOS DA SILVA x ALEXANDRE GADELHA FERNANDES e outro- Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Cite-se a ré, para apresentar resposta no prazo legal, advertindo de que, não sendo contestado o pedido, serão aceitas como verdadeiras as razões vindas com a inicial (arts. 385 e 319 do CPC), ocorrendo a revelia. Intime-se. -Advs. GLAUCIO BADUY GALIZE e DANIEL MORENO PORTELLA-.
39. INDENIZACAO-0005969-17.2011.8.16.0025-ALVINO EDUARDO DA SILVA x BANCO FINASA BMC S/A- Defiro o pedido retro para dilação do prazo por mais 20 dias. Intime-se. -Adv. CAROLINA BETTE TONIOLO BOLZON-.

ARAUCARIA, 28 DE SETEMBRO DE 2011.
IDILSON ANTONIO DE MELO - EMP. JURAMENTADO

---

**FORO REGIONAL DE ARAUCARIA - PR**
**VARA CIVEL - RELACAO Nº 0600/2011**
**JUIZ DE DIREITO-DR. EVANDRO PORTUGAL.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALESSANDRA MADUREIRA DE O 0006 001395/2008
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0015 002019/2009
ALINE CARNEIRO DA CUNHA D 0006 001395/2008
ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA 0006 001395/2008
ANDRE CARNEIRO DE AZEVEDO 0019 004164/2011
BEATRIZ DINIZ VITORINO DO 0009 000669/2009
CESAR AUGUSTO TERRA 0016 002097/2009
CLAIR DA FLORA MARTINS. 0001 000286/2003
DANIELE DE BONA 0018 004048/2011
DAVID ANTONIO BADUY 0001 000286/2003
0009 000669/2009
DENISE DE JESUS FERREIRA 0012 001659/2009
DICESAR BECHES VIEIRA 0003 001998/2005
0019 004164/2011
DICESAR BECHES VIEIRA JUN 0003 001998/2005
0019 004164/2011
ELENI RIBAS FREIRE 0003 001998/2005
FERNANDA VIEIRA SALIBA OL 0007 003751/2008
FRANCISCO FERLEY 0013 001661/2009
GILBERTO STINGLIN LOTH 0016 002097/2009
HENDERSON VILAS BOAS BARA 0009 000669/2009
INGRID MATTOS 0013 001661/2009
JANETE ILIBRANTE 0005 002747/2007
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0016 002097/2009
JORGE LUIS GOMES VIANNA 0011 001330/2009
JOSE DA COSTA VALIM NETO 0004 002176/2007
JULIANA MARTINS PEREIRA 0001 000286/2003
LILIANA BORTOLINE RAMOS 0009 000669/2009
LILLIANA BORTOLINI RAMOS 0001 000286/2003
LUCIANE LOPES ALVES 0006 001395/2008
LUCIMARA GONÇALVES 0005 002747/2007
LUIZ FERNANDO CHEMIM 0007 003751/2008
0010 000787/2009
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0008 000481/2009
0013 001661/2009
MARIA CIBELI CORRÊA RIBEI 0005 002747/2007
MARIA IZABELLA GULLO ANTO 0014 001886/2009
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0005 002747/2007
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0006 001395/2008
MAURO SERGIO GUEDES NASTA 0017 013592/2010

NELMON JOSE DA SILVA JUNI 0004 002176/2007
NORBERTO TARGINO DA SILVA 0011 001330/2009
PAULO SERGIO WINCKLER 0015 002019/2009
PETRUCIO GUERRA 0002 001753/2004
ROSANGELA DA ROSA CORREA 0005 002747/2007
0006 001395/2008
ROSANGELA MARIA FONSACA 0009 000669/2009
SABRINA CAMARGO DE OLIVEI 0006 001395/2008
SANDRA REGINA RODRIGUES 0002 001753/2004
SILVANA TORMEM 0011 001330/2009
SILVIA ASSUNCAO DAVET ALV 0002 001753/2004
SILVIANI IWERSON BARONE 0002 001753/2004
THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS 0006 001395/2008
THIAGO TEIXEIRA DA SILVA 0016 002097/2009
TIAGO KARAS SUREK 0007 003751/2008
0010 000787/2009
TOMAZ DA CONCEIÇAO 0009 000669/2009
VALERIA CARAMURU CICARELL 0015 002019/2009

1. HABILITACAO DE CREDITO-286/2003-JOSE LOPES DA SILVA x FRIGOLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA- Manifeste-se a requente pelo prosseguimento, tendo em vista o contido às f. 37. Intimem-se. -Advs. CLAIR DA FLORA MARTINS., JULIANA MARTINS PEREIRA, LILLIANA BORTOLINI RAMOS e DAVID ANTONIO BADUY-.
2. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-1753/2004-WALMOR HEINZ e outros x BRASIL TELECOM S.A.- I - Primeiramente, não há o que ser analisado e deferido com relação ao cumprimento de sentença apresentado pelo requerido, uma vez que a decisão do Tribunal de Justiça de f. 284/296 julgou parcialmente procedente o Recurso de Apelação dos requerentes, condenando a Brasil Telecom S.A. ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, decisão esta que não foi reformada por Instâncias Superiores. II - Manifestem-se os requerentes sobre o prosseguimento do feito. -Advs. PETRUCIO GUERRA, SILVIANI IWERSON BARONE, SILVIA ASSUNCAO DAVET ALVES e SANDRA REGINA RODRIGUES-.
3. REPARACAO DE DANOS-1998/2005-LIDIA SKURNI BORGES x WILMA ARLETE PERUSSOLO DRUZIK e outros- Tendo em vista a petição de f. 180, em que o perito afirma não ter interesse em atuar nos presentes autos, urge substituí-lo. Nomeio para a presente lide o Perito RUI BOCCHINO MACEDO. Após, intime-se o perito para apresentação de proposta de honorários e para que informe se aceita receber seus honorários ao final da demanda pela parte vencida. Intime-se. -Advs. DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR, DICESAR BECHES VIEIRA e ELENI RIBAS FREIRE-.
4. INDENIZACAO-2176/2007-ISRAEL ANTONIASSI e outro x KARSATI BRINQUEDOS E ARTIGOS DE ÉPOCA LTDA.- (...)Nesse passo, aplico a regra da inversão do ônus da prova, reabrindo prazo para manifestação das partes quanto a produção das provas, para que não se alegue desrespeito ao princípio da Ampla Defesa. Prazo comum de 10 dias. Intime-se. -Advs. JOSE DA COSTA VALIM NETO e NELMON JOSE DA SILVA JUNIOR-.
5. BUSCA E APREENSÃO-2747/2007-BANCO SANTANDER BANESPA S.A. x SADY DOS SANTOS FAGUNDES- Por cautela, certifique a Escrivania se houve oposição de embargos por parte da executada, conforme decisão de f. 136. Após, voltem para análise do pedido de f. 139/141. Intime-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA, MARIA CIBELI CORRÊA RIBEIRO, LUCIMARA GONÇALVES e JANETE ILIBRANTE-.
6. BUSCA E APREENSÃO-1395/2008-BANCO SANTANDER BANESPA S.A. x APARECIDA CORDEIRO VIEIRA- Defiro o pedido de f. 65. Expeça-se ofício à COPEL e Receita Federal, para fornecer endereço atualizado do requerido. Intime-se. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA, SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA, LUCIANE LOPES ALVES, ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS, ALESSANDRA MADUREIRA DE OLIVEIRA e ALINE CARNEIRO DA CUNHA DINIZ PIANARO-.
7. INTERDICAO-3751/2008-TEREZINHA PAVONI DE FREITAS x ANTONIA CENCI PAVONI- Manifeste-se a requerente sobre certidão de f. 41 verso. Intimem-se. -Advs. FERNANDA VIEIRA SALIBA OLIVEIRA, LUIZ FERNANDO CHEMIM e TIAGO KARAS SUREK-.
8. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-481/2009-BANCO ITAUCARD S.A. x PATRICIA REGINA IGNACIO- Defiro o pedido de f. 42. Remeta-se o mandando ao Foro Central de Curitiba para que o mesmo seja cumprido no endereço informado. Intimem-se. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.
9. HABILITACAO DE CREDITO-669/2009-ODAIR JOSE DA SILVA x INCOL INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA- Defiro o pedido de f. 29. Expeça-se novo alvará. Intimem-se. -Advs. TOMAZ DA CONCEIÇAO, HENDERSON VILAS BOAS BARANIUK, ROSANGELA MARIA FONSACA, BEATRIZ DINIZ VITORINO DOS SANTOS, LILIANA BORTOLINE RAMOS e DAVID ANTONIO BADUY-.
10. ALVARA ASSISTENCIA JUDICIARIA-787/2009-LUIS PAULO PEREIRA CORDEIRO x PAULO BOTELHO CORDEIRO- Tendo em vista o cumprimento da tutela jurisdicional, arquive-se. Intime-se. -Advs. LUIZ FERNANDO CHEMIM e TIAGO KARAS SUREK-.
11. BUSCA E APREENSÃO-1330/2009-BANCO FINASA S.A. x ELTON COELHO AMORIM- REQUERENTE: BANCO FINASA S.A. REQUERIDO: ELTON COELHO AMORIN O requerido contestou a ação não apresentando qualquer preliminar ao mérito. As partes são legítimas, bem assim, legítimo é o interesse que demonstram. Concorrem os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo. Inexistem nulidades ou irregularidades a serem sanadas ou supridas. Dou por saneado o feito. Intimem-se. -Advs. SILVANA TORMEM, NORBERTO TARGINO DA SILVA e JORGE LUIS GOMES VIANNA-.
12. REVISÃO DE CONTRATOS-1659/2009-ELSON GONÇALVES x BANCO FINASA S.A.- 1. Especifiquem as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, dizendo, detalhadamente, qual o objetivo da produção, sob pena de indeferimento, caso não haja o convencimento da real necessidade. 2. Manifestem-se as partes se há interesse em realizar audiência de conciliação nos termos do Art. 331 do CPC. Intimem-se. -Adv. DENISE DE JESUS FERREIRA-.
13. BUSCA E APREENSÃO-1661/2009-BANCO FINASA S.A. x LUIZ ANTONIO SELINGA- Manifeste-se a requerente sobre certidão de f. 100. Intimem-se. -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, INGRID MATTOS e FRANCISCO FERLEY-.
14. ACAO DE USUCAPIAO-1886/2009-SUL DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA. x REFINADORA DE OLEOS BRASIL LTDA- Manifeste-se a requerente sobre certidão de f. 97. Intimem-se. -Adv. MARIA IZABELLA GULLO ANTONIO LUIZ-.
15. REVISÃO DE CONTRATOS-2019/2009-MARIA EDILENE VERNICK OLIVEIRA x SUDAMERIS ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A- Manifeste-se a parte autora sobre contestação e os documentos. Intime-se. -Advs. PAULO SERGIO WINCKLER, ALEXANDRE NELSON FERRAZ e VALERIA CARAMURU CICARELLI-.
16. REVISÃO DE CONTRATOS-2097/2009-CLARICE MARIA FRAPORTI SANTOS x BANCO ABN AMRO REAL S/A- Defiro o pedido de f. 131. Expeça-se alvará de levantamento, conforme postulado. Intimem-se. -Advs. THIAGO TEIXEIRA DA SILVA, CESAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e GILBERTO STINGLIN LOTH-.
17. PRESTACAO DE CONTAS-0013592-69.2010.8.16.0025-OSNI JOSÉ SCHEIFFER x CIFRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- 1. O requerente, em respeito ao disposto no art. 526 do Código de Processo Civil, atravessa petição informando a interposição de agravo de instrumento contra as decisões de f. 27, que indeferiu os benefícios da justiça gratuita. No que tange à matéria de fundo, não há como reconsiderar a decisão agravada em sede de retratação, pois persistem as circunstâncias, motivos e condições que levaram à decisão atacada, pelo que MANTENHO A DECISÃO AGRAVADA. 2. Manifeste-se o requerido. Intime-se. -Adv. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI-.
18. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0004048-23.2011.8.16.0025-BANCO BGN S/A x ADRIANO INOCENCIO DE MOURA- Considerando o que foi informado pelo requerente às f. 40, a extinção desta é medida de absoluto rigor na hipótese. Ante o exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, na forma do artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes pelo requerente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, no que cabível, o Código de Normas da Egrégia Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná. Oficie-se ao DETRAN/CIRETRAN para determinar o desbloqueio do veículo. Oportunamente, observadas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos. -Adv. DANIELE DE BONA-.
19. INDENIZACAO-0004164-29.2011.8.16.0025-INES FATIMA CEZIMBRA CANTADOR x HOSPITAL VITA BATEL S.A- Recebo o pedido de aditamento à inicial, tão somente para que fique constando da inicial, o pedido de inversão do ônus da prova. Quanto ao pedido de tutela antecipatória, este já foi apreciado, de acordo com a decisão de f. 44/46. Intime-se. -Advs. DICESAR BECHES VIEIRA, DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR e ANDRE CARNEIRO DE AZEVEDO-.

ARAUCARIA, 28 DE SETEMBRO DE 2011.
IDILSON ANTONIO DE MELO - EMP. JURAMENTADO

# VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, FAMÍLIA, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba**
**Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial**

**Juíza de Direito Titular: Dra. Maria Cristina Franco Chaves**
**Diretora de Secretaria: Claudia Leal Tino**
**Relação Vara de Infância nº 33/2011**

| ADVOGADO | Ord | Nº Autos |
|---|---|---|
| MARIO MASAHAR SUZUKI | 01 | 14/2008 |
| JOÃO MARIA SOBRINHO MAIA | 02 | 19/2008 |
| PAULO HENRIQUE AREIAS HORÁCIO | 02 | 19/2008 |
| SANDRA REGINA FIGUEIREDO | 03 | 146/2010 |

| | | |
|---|---|---|
| SONIA REGINA SANTOS SILVEIRA | 04 | 47/2009 |

**01. GUARDA Nº 14/2008**. - E.A.S. e T.M.T.S. Menor: T.A.O. - "Ante do exposto e por tudo que dos autos constam, a prova e o **direito** invocado, JULGO PROCEDENTE este procedimento para CONCEDER a guarda e responsabilidade da criança T.A.O., aos requerentes E.A.S e T.M.T.S. os quais deverão comparecer a este Juízo para prestarem o devido compromisso legal." Adv.: **MARIO MASAHAR SUZUKI.**

**02. GUARDA E RESPONSABILIDADE Nº 19/2008**. - Requerentes: N.S.G. e . G.C.N. Menor: J.G.N.P. - Requeridos: J.P e D.N "... **I-** Defiro o pedido de fls. 71, referente ao adiamento da audiência, uma vez que o advogado foi intimado da audiência na Justiça do trabalho em data anterior (...) **III** - Redesigno o ato para a data de 31 de outubro de 2011, às 14:30 horas; **IV -** Manifeste-se o procurador da parte requerida acerca da testemunha Geralda Cortin, a qual não foi localizada conforme certidão de fls. 69 dos autos." Adv.: **JOÃO MARIA SOBRINHO MAIA; PAULO HENRIQUE AREIAS HORÁCIO.**

**03. REPRESENTAÇÃO Nº 146/2010 -** E.G. - "Ante o exposto e considerando o que mais nos autos consta, julgo procedente a representação, aplicando ao **adolescente** E.G., qualificado nos autos, a medida Socioeducativa de liberdade assistida, cumulada com Prestação de Serviços a **Comunidade**, pelo prazo de 06 (seis) meses, com jornada máxima de 08 (oito) horas, com base nos artigos 112, IV, 117 e 118 da Lei 8.069/90." Adv.: **SANDRA REGINA FIGUEIREDO.**
**04. REPRESENTAÇÃO Nº 47/2009 -** m.d.s. - "Acolho a promoção como forma de educar e reprimir posterior conduta **ilícita** do **adolescente** M.D.S., aplicando-lhe a medida de prestação de serviços à comunidade, pelo prazo de 06 (seis) meses, sendo 04 (quatro) horas semanais, nos termos dos artigos 126, caput, 127, 128 c/c 112, III do ECA". Adv.: **SONIA REGINA SANTOS SILVEIRA**

Araucária, 29 de setembro de 2.011

# BANDEIRANTES

# VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**COMARCA DE BANDEIRANTES-PR**
**CARTORIO DA VARA CIVEL, COMERCIO E ANEXOS**
**AV. EDELINA MENEGHEL RANDO Nº 425 BAIRRO I.B.C.**
**0**43-3542-1739 - CEP 86360-000**

**RELAÇÃO 82/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANO ANDRES ROSSATO 00010 000099/2009
00013 000652/2009
00036 000160/2011
00041 000406/2011
00044 000747/2011
ADRIANO ANDRES ROSSATO A 00003 000175/2006
ALESSANDRO MAGNO MARTINS 00005 000276/2007
ANDRE CRISTINA BRABOVSKI 00042 000663/2011
CARLOS ALBERTO BIAGGI 00029 001025/2010
CARMEM LUCIA VOLTA BRABO 00002 000348/2005
CESAR AUGUSTO TERRA 00017 001098/2009
CLAUDIA CECILIA CAMACHO ROJAS 00003 000175/2006
DANIELA F. D. M. DOS REIS 00042 000663/2011
DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA 00020 000121/2010
DIEGO RAFAEL RICHTER 00007 000869/2008
DINARTE BITTENCOURT 00016 001058/2009
DOVIGLIO FURLAN NETO 00021 000274/2010
00028 000923/2010
EDSON HELIO BERNARDES DA SILVA 00039 000343/2011
ELLEN KARINA BORGES SANTOS 00041 000406/2011
EVALDO GONCALVES LEITE 00013 000652/2009
GERSON LUIZ DE OLIVEIRA 00013 000652/2009
GILBERTO JOSE RODRIGUES 00006 000745/2008
GILBERTO STINGLIN LOTH 00017 001098/2009
GLAUCO IWERSEN 00041 000406/2011
GUSTAVO PELEGRINI RANUCCI 00009 001322/2008
00029 001025/2010
00031 001206/2010
HELIO HATISUKA 00011 000110/2009
00015 001047/2009
00019 001145/2009
00022 000277/2010
00043 000713/2011
IRACELES GARRETE LEMOS PEREIRA 00037 000192/2011
ISABEL CRISTINA REZENDE YAMASHITA 00011 000110/2009
IVAN ARIOVALDO PEGORARO 00021 000274/2010
IVONEI STORER 00019 001145/2009
00022 000277/2010
00043 000713/2011
IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO 00022 000277/2010
JEAN CARLOS CAMOZATO 00044 000747/2011
JEFFERSON BRUNO PEREIRA 00003 000175/2006
JOAO ANTONIO SARTORI JUNIOR 00045 001158/2011
JOAO JOAQUIM MARTINELLI 00026 000844/2010
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO 00017 001098/2009
JOAO PEDRO DA FONSECA 00011 000110/2009
JOAO TAVARES DE LIMA FILHO 00030 001057/2010
JORGE LUIS RIBEIRO REZENDE 00010 000099/2009
JOSE CARLOS ALVES FERREIRA E SILVA 00008 001287/2008
00018 001120/2009
JOSE CARLOS PEREIRA 00006 000745/2008
JOSE CARLOS PEREIRA DE GODOY 00032 001689/2010
JOSE GLAUCO CARULA 00029 001025/2010
JOSÉ CARLOS DIAS NETO 00002 000348/2005
00034 001966/2010
00039 000343/2011
JOÃO JOSÉ DA FONSECA JUNIOR 00016 001058/2009
JULIANO CESAR LAVANDOSKI 00015 001047/2009
00024 000497/2010
JULIANO MARTINS 00005 000276/2007
00023 000432/2010
00033 001778/2010
00035 002010/2010
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 00019 001145/2009
00023 000432/2010
JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA 00013 000652/2009
LAURO FERNANDO ZANETTI 00009 001322/2008
00031 001206/2010
LORIVAL DE SOUZA 00001 000034/1995
00040 000404/2011
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00033 001778/2010
LUIZ GUSTAVO LEME 00005 000276/2007
00023 000432/2010
00035 002010/2010
MAGDA LUIZ RIGODONZO EGGER 00035 002010/2010
MARCIO MANFREDINI POSSEBON 00020 000121/2010
MARCOS ANTONIO ODA FILHO 00027 000874/2010
MARCUS VINICIUS DE ANDRADE 00009 001322/2008
00029 001025/2010
MARILI RIBEIRO TABORDA 00035 002010/2010
MAURÍCIO BORBA 00043 000713/2011
MAYKON JONATHA RICHTER 00007 000869/2008
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 00007 000869/2008
00041 000406/2011
MONICA MARÍ DE CARVALHO PEREIRA 00030 001057/2010
NATALIA FURLAN 00028 000923/2010
NELSON MALANGA FILHO 00010 000099/2009
NELSON ROSA DOS SANTOS 00020 000121/2010
00034 001966/2010
ODAIR BUZATO 00001 000034/1995
00036 000160/2011
ORACI TSUYOSHI MIAKI 00012 000311/2009
PATRICIA NUNES ROMANO TRISTAO PEPINO 00017 001098/2009
PAULO AUGUSTO MOREIRA BIAGGI 00004 000205/2007
PAULO BUZATO 00030 001057/2010
RAFAEL ALEXANDRE STORER 00019 001145/2009
00022 000277/2010
00043 000713/2011
RAFAEL MOSELE 00044 000747/2011
RAFAELA POLYDORO KUSTER 00005 000276/2007
00007 000869/2008
RAPHAEL SZNAJDER 00038 000268/2011
RICARDO OSSOVSKI RICHTER 00026 000844/2010
SONIA DEGUCHI 00012 000311/2009
TADEU KARASEK JUNIOR 00011 000110/2009
THAIS TAKAHASHI 00014 000977/2009
00025 000688/2010
VALDIR BITTENCOURT 00040 000404/2011
VANDERLEI DINIZ DA LUZ 00040 000404/2011
VINICIUS OSSOVSKI RICHTER 00017 001098/2009

1. INDENIZACAO E PERDAS E DANOS - 34/1995-MUNICIPIO DE SANTA AMÉLIA x HERMES E ALEXANDRE LTDA e outro - Manifeste-se o(a,s) Requerente(s) no prazo legal, SOBRE A INFORMAÇÃO DO SR. CONTADOR. Advs. LORIVAL DE SOUZA e ODAIR BUZATO.
2. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAL - 348/2005-BANCO DO BRASIL S/A x JOSE CARLOS PEDROSO - Sobre o Oficio do Sr. Avaliador juntado nos autos, manifestem as partes interessadas no prazo de 10 (dez) dias. Advs. JOSÉ CARLOS DIAS NETO e CARMEM LUCIA VOLTA BRABO.
3. DECLARATORIA DE NULIDADE - 175/2006-SEBASTIAO RAMOS x COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - Solicitamos a gentileza por parte do requerido BRADESCO SEGUROS S/A, em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de

R$ 290,62 (CÍVEL: 230,30; DISTRIBUIDOR: 40,32; TAXA JUDICIÁRIA 20,00 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Advs. ADRIANO ANDRES ROSSATO A, CLAUDIA CECILIA CAMACHO ROJAS e JEFFERSON BRUNO PEREIRA.

4. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAL - 205/2007-CICERO ROBERTO ANTUNES x SABRINA MANZOLI - Trata-se de ação de Título Extrajudicial proposta por Cícero Roberto Antunes em face de Sabrina Manzoli. Conforme petição de fls. 86, o exequente formulou pedido de desistência do feito. Diante do exposto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do CPC. Deixo de condenar a parte executada no pagamento de honorários advocaticios. Condeno a parte executada no pagamento de eventuais custas remanescentes. Levante-se a penhora, se houver, bem como desentranhe-se o cheque de fl. 06, conforme requerido à ft 86. Oportunamente, arquivem-se, fazendo-se as baixas necessárias, cumprindo-se o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Bandeirantes, 23 de agosto de 2011. Adv. PAULO AUGUSTO MOREIRA BIAGGI.

5. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 276/2007-OLIVIO DOMINGOS ZANCO e outro x HSBC SEGUROS (BRASIL) S/A - 1. Trata-se de Ação de cobrança de seguro DPVAT proposta por Olivo Domingos Zanco e Zélia Maria Rigo Zanco em face HSBC Seguros S.A, visando o recebimento do seguro DPVAT, em razão de acidente automobilístico, que resultou na morte do filho dos exequentes. Percorridos os trâmites legais, houve bloqueio pelo Sistema Bacenjud do valor da diferença devida pela executada (fis. 230 e 236), e às fls. 235 houve o depósito pela executada de idêntico valor. Na sequencia, o executado requereu o levantamento do valor bloqueado (fls. 236), tendo em vista o depósito efetuado às fls. 235. Por outro lado, o exequente requereu a expedição do alvará (fis. 246/247). 2. Considerando a duplicidade do pagamento do valor de R$2.568,23, referente a diferença devida pela executada, defiro o levantamento do valor pago a maior, correspondente àquele bloqueado por meio do sistema bacenjud. 3. Diante do pagamento efetuado pelo executado, julgo EXTINTA a presente execução, o que faço com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. 4. Expeça-se alvará em favor da exequente do valor depositado às fis. 235. 5. Expeça-se alvará em favor do executado para levantamento do valor depositado à fl. 236. 6. Condeno a parte executada no pagamento de eventuais custas remanescentes. Oportunamente, arquivem-se, fazendo-se as baixas necessárias, cumprindo-se o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 14 de setembro de 2011.6. Condeno a parte executada no pagamento de eventuais custas remanescentes. Oportunamente, arquivem-se, fazendo-se as baixas necessárias, cumprindo-se o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 14 de setembro de 2011. Advs. LUIZ GUSTAVO LEME, ALESSANDRO MAGNO MARTINS, JULIANO MARTINS e RAFAELA POLYDORO KUSTER.

6. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 745/2008-ARI DA SILVA POVOA x MOMASO MERC. DE SACARIAS E RESIDUOS PARA RACOES - Solicitamos a gentileza por parte do AUTORA em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 517,80 (CÍVEL: 451,20 DISTRIBUIDOR: 40,32; TAXA JUDICIÁRIA 26,28 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Advs. GILBERTO JOSE RODRIGUES e JOSE CARLOS PEREIRA.

7. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 869/2008-JOELMA GAMAS DA SILVA e outros x SANTANDER SEGURADORA S/A - 1. O requerente interpôs embargos de declaração sustentando contradição e obscuridade, contra a decisão de fis. 89/91 que reconheceu a incompetência absoluta do juízo, determinando a remessa dos autos à Araguaína - TO. 2. Em que pese os argumentos all colacionados, conforme dispõe o art. 535, le II, do CPC, somente cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição ou omissão, o que não ocorreu no caso. 3. O embargante pretende seja alterada a decisão proferida às fis. 89/91 com a procedência dos embargos e consequente alteração do julgado, sustentando tratar-se de competência relativa, quando, em verdade o entendimento do juízo acerca da incompetência absoluta restou exposto na decisão embargada. 4. Assim, não há o que esclarecer na decisão embargada, ressalto que, em momento algum, o embargante, destacou omissão, obscuridade ou contradição, aptas a enselarem a propositura dos presentes embarqos, mas error in judicand" da magistrada ao proferir a decisão embargada, desta forma o remédio processual para o caso encontra-se previsto no artigo 522 e seguintes do Código de Processo Civil, motivo pelo qual rejeito os presentes embargos. 5. Isto posto, por entender a inexistência da alegada obscuridade e contradição na sentença, rejeito os presentes embargos declaratórios. 6. Cumpra-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. P. R. I. Bandeirantes, 15 de setembro de 2011. Advs. MAYKON JONATHA RICHTER, DIEGO RAFAEL RICHTER, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER.

8. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 0002411-64.2008.8.16.0050-LUZIA VITORINA CAMPOS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Adv. JOSE CARLOS ALVES FERREIRA E SILVA. FICA A PARTE AUTORA DEVIDAMENTE INTIMADA DA DEC ISÃO DE FLS. 152 E VERSO, PARA MANIFESTAÇÃO NO PRAZO LEGAL.

9. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 1322/2008-JARBAS GOMES DOS SANTOS x BANCO ITAU S/A - Diante do exposto, julgo procedente a pretensão formulada na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para determinar ao requerido a exibição de todos os extratos da conta-poupança n° 008.609-0, relativamente ao período apontado pelo autor, os quais foram exibidos no curso da demanda. Em observância ao princípio da sucumbência, condeno o requerido no pagamento das custas, despesas e honorários advocaticios, os quais fixo em R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), atendendo-se ao disposto no art. 20, § 4° do Código de Processo Civil, sopesando-se o grau de zelo do profissional, a natureza e importância da causa, mas, por outro lado, a facilidade do lugar da prestação do serviço, o curto espaço de tempo exigido para o serviço e a desnecessidade de audiências. Cumpram-se as disposiçöes do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, e, oportunamente, após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 12 de setembro de 2011. Advs. GUSTAVO PELEGRINI RANUCCI, MARCUS VINICIUS DE ANDRADE e LAURO FERNANDO ZANETTI.

10. COBRANCA C/C DANOS MORAIS - 99/2009-MAURO VICENTE MARQUEZ x NB IMOVEIS LOTEADORA E INCORPORADORA LTDA - Trata-se de ação de cobrança cumulada com indenização por danos, ajuizada por mauro Vicente Marquez em face de NB Imóveis Loteadora e Incorporadora LTDA., na qual se verifica a notícia de celebração de composição amigável entre as partes. Considerando a disponibilidade do direito ora envolvido, homologo por sentença, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, o acordo celebrado pelos litigantes às fls. 59-61 e, por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, na forma dos art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes suportadas pela parte requerida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, comunique-se ao cartório distribuidor, e, após as anotações necessárias, arquivem-se. Bandeirantes, 13 de setembro de 2011. Advs. ADRIANO ANDRES ROSSATO, JORGE LUIS RIBEIRO REZENDE e NELSON MALANGA FILHO.

11. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAL - 110/2009-FREMHI - FABRICAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS x AÇÚCAR E ÁLCOOL BANDEIRANTES S/A - Vistos e examinados os autos em epígrafe. 1. O exeqüente ingressou com a presente Ação de Execução de Titulo Extrajudicial, visando o recebimento do valor de R$ 70.219,68 (setenta mil, duzentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos) relativos ao crédito consubstanciado no título executivo juntado aos autos. 2. No decorrer da demanda, as parte informaram a composição amigável, requerendo, em consequência a extinção e arquivamento do feito. 3. Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 569, "caput", do Código de Processo Civil. 4. Custas pelo executado. 5. Após o trânsito em julgado da presente decisão, procedidas as diligências necessárias (inclusive ao levantamento da penhora, se for o caso), arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 12 de setembro de 2011. Advs. JOAO PEDRO DA FONSECA, HELIO HATISUKA, TADEU KARASEK JUNIOR e ISABEL CRISTINA REZENDE YAMASHITA.

12. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 311/2009-ESPOLIO DE JORGE MIAKE x LUIZA MIOKO ALVES - I - Relatório Trata-se de Embargos à Execução, opostos em face da execução autuada sob n. 68/97, na qual pretendem os exequentes, ora embargados o recebimento da importância de R$116.541,89 (cfr. consta às fls. 572/573 da carta precatória n. 49/2002), sustendo o embargante em síntese: a) excesso de execução, argumentando que os valores relativos a honorários advocatícios, honorários periciais, custas processuais e juros moratórios já foram contemplados; b) excesso de execução, residente especialmente nos juros aplicados sobre o saldo devedor; c) insurgiu-se ainda acerca da cobrança de despesas relacionadas na planilha de fl. 5/8, o que totaliza o valor de R$ 8.934,92. Acompanharam a inicial os documentos de fls. 12/28. Recebidos os embargos, determinou-se a citação do embargado e a suspensão do processo de execução (fls. 33). Citado, o embargado apresentou impugnação, alegando, preliminarmente, intempestividade do recolhimento das custas de preparo, requerendo a extinção da ação sem julgamento de mérito. Alegou ainda que ao cálculo da dívida deverá ser aplicado 1% (um por cento) ao mês de juros de mora a partir de 04/2001, data do cálculo apresentado pelo contador do juízo, bem como data que os devedores recusaram-se a cumprir a obrigação. Impugnou ainda o valor apresentado pelo devedor, visto que as despesas processuais serão suportadas por quem tenha dado causa ao processo e a parte vencida. Manifestou-se o embargante sobre a impugnaçao. Na sequência, cumprindo determinação do juízo, a parte embargada carreou aos autos os recibos comprovando as despesas apontadas pelos embargantes (fis. 91/117). As fls. 179-185, o contador judicial juntou o cálculo atualizado da dívida, sobre o qual as partes se manifestaram (fis. 189/190 e 193-194). Viram-me, então, conclusos os autos. Sucintamente relatado o que consta dos autos, passo a decidir. II - Fundamentação A controvérsia cinge-se ao excesso de execução, e, por final, à ilegalidade da cobrança de despesas relacionadas na planilha de fl. 5/8. No que concerne a preliminar alegada pelo embargado, em relação à intempestividade do recolhimento das custas do preparo, não merece prosperar. Vislumbra-se que os embargos à execução foram protocolados em 19/08/2005 na Comarca de Formosa do Oeste sendo que a certidão de fl. 32 informa que houve o deposito inicial de 100%(cem por cento), e recolhida do FUNREJUS, considera-se tempestivo o recolhimento das custas do preparo. Quanto ao mérito, os embargos devem ser julgados improcedentes. Observa-se que os valores relativos a honorários advocatícios, honorários periciais e custas processuais foram estipulados na sentença de fis. 992/994, sendo devidamente executado pelo credor, não havendo qualquer irregularidade na pretensão dos exequentes. Quanto ao excesso da execução, na hipótese, os embargantes, após a juntada do cálculo atualizado da dívida (fls. 179-185), impugnaram somente os valores referentes às "despesas gerais", sustentando que foram apresentadas em duplicidade, sem qualquer relação com o processo de execução. No entanto, não comprovou quais despesas estariam sendo cobradas em duplicidade. Por sua vez, a embargada carreou aos autos os comprovantes das despesas apontadas pelos embargantes, conforme documento de fls. 96-177. Vale dizer, a inicial trouxe apenas alegações genéricas relativas aos juros moratórios e a duplicidade na cobrança de despesas, não apresentando,

entretanto, qualquer planilha que demonstrasse sua ocorrência, violando por completo o disposto no art. 739- A, §5° do CPC1 Ademais, é inadmissível a impugnação genérica dos cálculos de liquidação, uma vez que, cabe ao executado, ao opor embargos à i Art. 739. O juiz rejeitará liminarmente os embargos: § 5° Quando

o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento. execução, demonstrar pormenorizadamente os erros de cálculo que constam da conta apresentada pelo credor, não bastando para tanto a simples afirmação do equívoco, mas também a devida fundamentação, bem como a indicação do valor correto a ser executado. Aplica-se a essa situação o brocardo latino "allegare nihil et allegatum non probare paria sunt", ou seja, alegar e não provar é o mesmo que não alegar". (Cf. STJ, REsp 260.842/SP, Sexta Turma, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 12.02.2001; TRF 1, AC 1998.01.00.006387-5/MG, Primeira Turma Suplementar, Juiz João Carlos Costa Mayer Soares, DJ 30.09.2004; AC 1999.38.00.020458-5/MG, Quarta Turma, Desembargador Federal Hilton Queiroz, DJ 15.05.2003; AC 1998.01.00.005134-6/MG, Primeira Turma Supfementar, Juiz Manoel José Ferreira Nunes, DJ 24.04.2003; AC 1997.01.00.038932-0/MG, Primeira Turma Suplementar, Juiz Antônio Cláudio Macedo da Silva, DJ 10.04.2003; AC 1998.01.00.033108-8/MG, Primeira Turma, Juiza convocada Mônica Neves Aguiar Castro, DJ 26.06.2000). Outrossim, e esta questão não poderia ser delegada para posterior produção de provas, posto que, tratando-se de embargos à execução, caberia aos embargantes, 'ab inicio' fazer a demonstração do excesso alegado, o que não ocorreu no presente caso. A postulação por todos os meios de prova em direito admitidas não socorre os embargantes, posto que em embargos não há fase de indicação probatória, que deve ser feita já na inicial, conforme art. 740 do CPC. Desta feita, não tendo a parte embargante sequer atendido o comando do art. 739-A, §5° do CPC, não demonstrando efetivamente onde se encontraria o excesso, não pode alegar cerceamento de defesa por não lhe ter sido permitida a produção da prova pericial, documental e testemunhal, apenas indicada de forma geral na inicial. Em que pese tramitem em apenso, como regra, a execução e os embargos, tratam-se de ações autônomas, com o que cumpre ao embargante a juntada dos documentos essenciais à análise do direito alegado com a inicial. Impõe acrescentar que a insurgência dos executados em relação as despesas com viagem, copias reprográficas, etc, não merecem ser excluídas da conta apresentada pelos exequentes, visto que se encontram abrangidos na condenação conforme preceitua o art. 20, §2° do Código de Processo Civil Att 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria. § 2° As despesas abrangem não só as custas dos atos do processo, como também a indenização de viagem, diária de testemunha e remuneração do assistente técnico. A melhor leitura a ser feita do artigo acima citado é a de abrangência de todas as despesas do vencedor para obtenção da tutela final, desde que necessanas, ou seja, não tenham sido realizadas para simples comodidade do litigante. Neste sentido: A enumeração não é taxativa: "Por
despesas processuais hão de ser entendidos todos os fatos necessariamente feitos para levar um processo às suas finalidades", diz acordão que mandou incluir, em ação de despejo julgada procedente, as despesas efetuadas pelo locador com a remoção de bens do locatário, em cumprimento ao mandado de despejo (RT 621/168). Ressalte-se, por oportuno, que o débito original, em 24/04/2001 era de R$137.547,02 (cento e trinta e sete mil quinhentos e quarenta e sete reais e dois centavos), com acréscimo dos juros moratórios ao mês, bem como os depósitos judiciais referentes a leilões, o débito, em maio de 2011, era de R$136.481,63, sendo este valor não impugnado pelas partes. Já em relação às despesas comprovadas às fls. 91 e seguintes, impugnadas pelo embargante, observa-se que estas persistem, pois foram comprovadas, não apresentando prova em contrario. Observa-se, ainda, que as diferenças básicas entre os cálculos dos embargantes (fl. 10) e dos embargados (fis. 93/95), residem no percentual de juros, conforme observação do contador judicial às fis. 180. De outro viés, a "conta" trazida à fl. 05-06 dos autos para nada se presta, posto que não apenas deixa de demonstrar como se obteve o valor all apontado, como também não se mostra suficiente a comprovar qualquer irregularidade na conta juntada com a execução. Por fim, quanto ao excesso da execução, como dito, não há nos autos com a inicial dos embargos, qualquer demonstrativo que indique sua ocorrência eo valor que entenderia os embargantes devidos. E, tratando-se de excesso, cumpria aos embargantes apontá-lo e demonstrá-lo desde o início, o que não ocorreu no caso concreto. III - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo improcedente o pedido formulado na petição inicial, com fundamento no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de determinar o prosseguimento da execução embargada. Condeno os embargantes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixados estes em R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), abrangendo a execução, o que faço com base no art. 20, §4°, do Código de Processo Civil, eis que a presente sentença não tem natureza condenatória. Publique-se, registre-se e intimem-se, promovendo-se as diligências necessárias. Bandeirantes, 15 de setembro de 2011. Advs. ORACI TSUYOSHI MIAKI e SONIA DEGUCHI.

13. INDENIZAÇÃO - 0002195-69.2009.8.16.0050-MARIA APARECIDA FARIAS LANGAME x BANCO DO BRASIL S/A - Isto posto, quanto a primeira ré, Feedback Cobrança Brasil Ltda., considerando a inexistência de responsabilidade desta com o apontamento do nome da autora nos cadastros de devedores, julgo improcedente o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Por sua vez, diante da inocorrência de conduta ilícita pela segunda ré, Banco do Brasil S.A, na inclusão do nome da autora nos cadastros de inadimplentes, julgo improcedente o pedido formulado pela autora, o que faço com fulcro no art. 269, inciso I do Código de Processo Civil. Em razão da sucumbência, condeno a parte autora no pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), atendendo-se o disposto no artigo 20, § 3°, do Código de Processo Civil. Oportunamente arquivem-se, fazendo-se as baixas e anotações necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 19 de setembro de 2011. Advs. ADRIANO ANDRES ROSSATO, EVALDO GONCALVES LEITE, JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA e GERSON LUIZ DE OLIVEIRA.

14. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 977/2009-JOSÉ PIRES DE OLIVEIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Adv. THAIS TAKAHASHI. fica a parte autora devidamente intimada da decião de fls. 113/115, para manifestação no prazo legal.

15. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 1047/2009-IOKAKO HATISUKA x FINANCEIRA ALFA S.A. C.F.I. - Solicitamos a gentileza por parte do requerido, em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 194,27 (CÍVEL: 133,95 DISTRIBUIDOR: 40,32; TAXA JUDICIÁRIA 20,00 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Advs. HELIO HATISUKA e JULIANO CESAR LAVANDOSKI.

16. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - 1058/2009-EPAMINONDAS APARECIDO SIMÕES TEIXEIRA x LIBERTY SEGUROS S/A - Trata-se de Ação Cobrança, ajuizada por Epiminondas Aparecido Simões Teixeira em face de Liberty Seguros S/A. Após a prolação de sentença e decisão do acórdão, que negou provimento ao recurso de Apelação, as partes juntaram instrumento de transação às fls. 161/163 pugnando pela extinção do processo. É o sucinto relatório. Passo a decidir. O pedido de homologação da transação, para que esta produza efeitos em relação ao presente processo, merece ser acolhida. Isto porque o acordo celebrado entre as partes, por petição ou termo nos autos, mediante concessões mútuas sobre direitos patrimoniais disponíveis, visando por fim ao litigio, pode ser homologado pelo juízo em qualquer fase processual, inclusive, após a protação da sentença. Neste sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - INSURGÈNCIA CONTRA A DECISÃO QUE, SEM HOMOLOGAR O ACORDO DAS PARTES DETERMINOU O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS - HOMOLOGACAO POSSIVEL EM QUALQUER FASE DO PROCESSO - DIREITO DISPONÍVEL - DECISÃO REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. As partes podem celebrar acordo amiqável em relação ao direito disponível em qualguer fase do processo, ainda que a sentença tenha transitado em julgado" (TJ/PR, Al n ° 452.715-7, 14a Câmara Civel, Rel. Des. Celso Seikiti Saito, DJ de 16/01/2008). Diante do exposto, homologo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls. 161/163 e, em consequência, julgo EXTINTO o processo, COM RESOLUÇAO DE MERITO, na forma do art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas remanescentes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, procedidas as baixas e comunicações necessárias, arquivem-se os presentes autos. Bandeirantes, 25 de agosto de 2011. Advs. DINARTE BITTENCOURT e JOÃO JOSÉ DA FONSECA JUNIOR.

17. ANULAÇÃO DE ATOS JURIDICOS - 1098/2009-ARANTES & ALMEIDA LTDA ME e outro x ALIMENKO IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e outro - 3 - Dispositivo isto posto, julgo procedente o pedido formulado pelo autor, Arantes e Almeida Ltda. ME, para o fim de declarar a inexistência da dívida representada pelos títulos de fls. 22/23, tendo em vista o pagamento já efetuado, bem como para condenar os réus, Alimenko Importadora e Exportadora Ltda. e Banco Real (Grupo Santander), solidariamente, ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC do IBGE, a partir desta data e de juros moratórios à razão de 1%, ao mês, nos termos do artigo 406 do Código Civil c/c artigo 161, § 1° do Código Tributário Nacional (Nesse sentido: Enunciado n° 20 do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal), a partir da citação. Diante da sucumbência condeno os requeridos ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 20, parágrafo 3°, do CPC, atendendo o grau de zelo profissional do advogado do autor, a relativa complexidade da demanda e em especial o tempo gasto para a sua solução. Oportunamente arquivem-se, fazendo-se as baixas e anotações necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 19 de setembro de 2011. Advs. VINICIUS OSSOVSKI RICHTER, GILBERTO STINGLIN LOTH, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA e PATRICIA NUNES ROMANO TRISTAO PEPINO.

18. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 1120/2009-MARIA LUCIA DA SILVA MARTINS CORREA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Adv. JOSE CARLOS ALVES FERREIRA E SILVA. fica a parte autora devidamente intimada da decisão de fls. 75/77 para manifestação no prazo legal.

19. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 1145/2009-APARECIDO SIMÃO DE OLIVEIRA x BANCO ITAU S/A - Solicitamos a gentileza por parte do requerido banco itau S/A, em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 300,02 (CÍVEL: 239,70 DISTRIBUIDOR: 40,32; TAXA JUDICIÁRIA 20,00 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Advs. IVONEI STORER, HELIO HATISUKA, RAFAEL ALEXANDRE STORER e JULIANO MIQUELETTI SONCIN.

20. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 0000121-08.2010.8.16.0050-MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDENCIA S/A x SIRLEI MESSIAS DA SILVA e outros - III - Dispositivo Isto posto, julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo embargante, conforme fundamentação acima, mantendo-se, em consequência a execução na forma proposta. Condeno a embargante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$2.000,00 (dois mil reais), o que faço com esteio no artigo 20, §4°, do Código de Processo Civil, considerando o zelo do profissional, o lugar de prestação de serviço, a natureza e a relevância da causa. Bandeirantes, 16 de setembro de 2011. Advs. MARCIO MANFREDINI POSSEBON, DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA e NELSON ROSA DOS SANTOS.

21. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA - 0000274-41.2010.8.16.0050-BANCO FINASA S/A x CLAUDINEI LIMA GOULARTE - Sobre a manifestação da Sr. Perita juntada nos autos, manifestem as partes no prazo de 10 (dez) dias. Advs. IVAN ARIOVALDO PEGORARO e DOVIGLIO FURLAN NETO.

22. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0000277-93.2010.8.16.0050-EDUARDO RODRIGO ROSA x HSBC BANK BRASIL S/A - Solicitamos a gentileza por parte

do requerido BRADESCO SEGUROS S/A, em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 300,71 (CÍVEL: 230,30; DISTRIBUIDOR: 50,41; TAXA JUDICIÁRIA 20,00 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Advs. IVONEI STORER, HELIO HATISUKA, RAFAEL ALEXANDRE STORER e IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO.

23. REVISÃO DE CONTRATO - 0000983-76.2010.8.16.0050-ALEX LUCAS DE SOUZA x BFB LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL - Solicitamos a gentileza por parte do requerido BFB LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 740,56 (CÍVEL: 672,10 DISTRIBUIDOR: 40,32; TAXA JUDICIÁRIA 20,00 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Advs. JULIANO MARTINS, LUIZ GUSTAVO LEME e JULIANO MIQUELETTI SONCIN.

24. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA - 0001084-16.2010.8.16.0050-AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x DOUGLAS JORGE - Trata-se de Busca e apreensão proposta por Aymoré Crédito Financiamento e Investimento em face de Douglas Jorge. Conforme petição de fls. 60, o requerente formulou pedido de desistência do feito. Diante do exposto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do CPC. Expeça-se alvará em favor do procurador do exequente do valor depositado às fls. 34, conforme fis. 60. Condeno a parte requerente no pagamento de eventuais custas remanescentes. Oportunamente, arquivem-se, fazendo-se as bai×as necessárias, cumprindo-se o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Bandeirantes, 15 de setembro de 2011. Adv. JULIANO CESAR LAVANDOSKI.

25. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 0001431-49.2010.8.16.0050-ALECIO POSSINELLI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Adv. THAIS TAKAHASHI. fica a parte autora devidamente intimada da decisão de fls. 98/100, para manifestação no prazo legal.

26. RESTABELECIMENTO DE AUXILIO - 0001843-77.2010.8.16.0050-ANDRÉ GOMES DA COSTA x REFER - FUNDAÇÃO REDE FERREOVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - A parte autora, devidamente representada, requereu a extinção do feito com base no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil (fls. 95). Em manifestação, o requerido discordou do pedido do autor (fls. 98/99), pugnando pelo julgamento do feito com resolução do mérito. Vieram os autos conclusos. Decido. O fato de o requerido não concordar com a extinção do feito sem resolução de mérito, não impossibilita o julgador de assim proceder. Neste sentido a jurisprudência: "PROCESSUAL. DESISTÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO. CONCORDANCIA DOS PROCURADORES DO INSS CONDICIONADA À RENÚNCIA AO DIREITO. LEI 9.469/97 1. Após a citação, a desist6ncia da ação está condicionada à anuência do réu. 2. O fato de os representantes judiciais da Autarquia não estarem autorizados a concordar com a desistência, se o autor näo renunciar ao direito em que se funda a ação, não vincula o juizo e não o impede de homologar a desistência. (TRF4a Região, Apelação Civel, processo no.200272050055152, Sexta Turma, Relator Vitor Luiz dos Santos Laus, D.E. 17/8/2007)." Diante do exposto, acolho o pedido da parte autora e iulgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, com fulcro no que dispõe o artigo 267, inciso Vlli, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de benefício da justiça gratuita. Com fulcro no disposto no artigo 26 do Código de Processo Civil, condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, das quais resta dispensada por estar sob as benesses da assistência judiciária (Lei 1.060/50, art. 12). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 14 de setembro de 2011. Advs. RICARDO OSSOVSKI RICHTER e JOAO JOAQUIM MARTINELLI.

27. AÇÃO DECLARATÓRIA - 0001906-05.2010.8.16.0050-MARIA APARECIDA CAMPOS DE OLIVEIRA x BANCO FINASA S/A - Solicitamos a gentileza por parte do requerido BANCO FINASA S/A, em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 300,02 (CÍVEL: 239,70 DISTRIBUIDOR: 40,32; TAXA JUDICIÁRIA 20,00 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Adv. MARCOS ANTONIO ODA FILHO.

28. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 0002078-44.2010.8.16.0050-MARIA FERNANDES FELICIANO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Advs. DOVIGLIO FURLAN NETO e NATALIA FURLAN. fica a parte autora devidamente intimada da decisão de fls. 93/95, para manifestação no prazo legal.

29. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAL - 0002302-79.2010.8.16.0050-BANCO BRADESCO S/A x CLAUDIO YASUSHI TAJI e outro - Vistos e examinados os autos em epígrafe. 1. O exequente ingressou com a presente demanda objetivando o recebimento do valor representado pela cédula de crédito (fls. 06/11). 2. Percorridos os trâmites legais, as partes informaram a celebração de acordo pugnando pela extinção do feito (fls. 31/32). 3. Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇAO, nos termos do artigo 794, I e lll do Código de Processo Civil. 4. Condeno a parte executada no pagamento de eventuais custas remanescentes. 5. Levante-se a penhora, se houver. 6. Oficie-se o juízo deprecado, determinando a devolução da Carta Precatória. 7. Oportunamente, arquivem-se, fazendo-se as baixas necessárias, cumprindo-se o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. PRI. Bandeirantes, 19 de setembro de 2011. Advs. CARLOS ALBERTO BIAGGI, JOSE GLAUCO CARULA, GUSTAVO PELEGRINI RANUCCI e MARCUS VINICIUS DE ANDRADE.

30. AÇÃO MONITÓRIA - 0002386-80.2010.8.16.0050-SEARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA x ANTONIO CARLOS PAVINATTO - Trata-se de ação de cobrança, por meio de ação monitória, de cheque prescrito, ajuizada por Seara indústria e Comércio de Produtos e Agropecuária Ltda. em face de Antonio Carlos Pavinatto, na qual se verifica a notícia de celebração de composição amigável entre as partes. Considerando a disponibilidade do direito ora envolvido, homologo por sentença, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, o acordo celebrado pelos litigantes às fls. 32-33 e, por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, na forma do art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Autorizo o desentranhamento do documento de fls. 15, mediante recibo, permanecendo cópia autenticada nos autos. Eventuais custas remanescentes pela parte ré Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 21 de setembro de 2011. Advs. JOAO TAVARES DE LIMA FILHO, MONICA MARÍ DE CARVALHO PEREIRA e PAULO BUZATO.

31. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0002824-09.2010.8.16.0050-PEDRO MALUTA x BANCO ITAU S/A - 3 - Dispositivo Em face ao exposto, com fulcro no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Pedro Maluta em face de Banco Itaú S.A., para o fim de: a) limitar a taxa de juros mensal nos meses compreendidos entre 6/8/1987 a 31/12/1999 à média mensal praticada no mercado; b) excluir a capitalização de juros durante todo o período da releção ora discutida, devendo ser aplicada a taxa de juros mensal definida no item anteior; c) excluir a cobrança dos débitos efetuados sob n° 54, 58, 59, 60, 63, 64, 67, 76, 77, 79, 80, 81, 87, 88 e 97, no período de 6/8/1987 a 31/12/1999; d) excluir as cobranças de juros remuneratórios identificadas pelo n° 62, debitadas duas ou mais vezes no período acima compreendido; e) determinar o recálculo dos valores pagos pelo autor no período compreendido entre 6/8/1987 a 31/12/1999, de acordo com o estabelecido nos itens acima e, havendo crédito em favor do autor, condenar o réu ao pagamento do indébito, de forma simples, com exceção às cobranças identificadas no item "d", que deverão ocorrer em dobro, a ser apurado em liquidação de sentença, corrigido monetariamente pelo INPC do IBGE a partir da data do respectivo desembolso e acrescido de juros moratórios no percentual de 1%, ao mês, a partir da citação. Em observância ao princípio da sucumbência, condeno o réu no pagamento das custas, despesas e honorários advocatícios, os quais fixo em 1.000,00 (um mil reais), atendendo-se ao disposto no art. 20, § 4° do Código de Processo Civil, sopesando-se o grau de zelo do profissional, a natureza e importância da causa, mas, por outro lado, a facilidade do lugar da prestação do serviço, o curto espaço de tempo exigido para o serviço e a desnecessidade de audiências. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Bandeirantes, 12 de setembro de 2011. Advs. GUSTAVO PELEGRINI RANUCCI e LAURO FERNANDO ZANETTI.

32. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAL - 0004223-73.2010.8.16.0050-COMERCIO DE VEICULOS BRANCO ANDIRA LTDA x PAULO ROBERTO BALLA - Manifeste-se o(a,s) Requerente(s) no prazo legal,S OBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. Adv. JOSE CARLOS PEREIRA DE GODOY.

33. REVISÃO DE CONTRATO - 0004625-57.2010.8.16.0050-ANTONIO RENSI x BV FINANCEIRA - CREDITO FINANCIAMENTO INVESTIMENTO - III - Dispositivo Por todo o exposto, conforme fundamentação acima, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido do autor Antonio Rensi, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré na devolução à parte autora das importâncias pagas a título de Tarifa de Abertura de Crédito (TAC/TC), Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e Tarifa por Serviço de Terceiro, na avença celebrada pelas partes e, por conseguinte, condenar a instituição na devolução das importâncias pagas a esses títulos, de forma simples, corrigida monetariamente pelo INPC do IBGE, a partir da data do respectivo desembolso, e acrescidas de juros moratórios no percentual de 1%, ao mês, a partir da citação, sendo que, para fins de liquidação de sentença, devem ser devolvidos à parte os valores que lhe são devidos, conforme comprovação nesses autos, incidindo o indébito somente às indevidas cobranças comprovadas documentalmente pelos documentos juntados pelo autor e/ou pela ré. No tocante à Tarifa de Emissão de Carnê, esta se encontra prevista no instrumento contratual com a denominação de tarifa de cobrança. Ante a sucumbência recíproca (condenação no montante inferior àquele pleiteado na petição inicial), condeno as partes no pagamento das custas processuais, na proporção de metade para cada uma, e de honorários advocatícios, que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, com fundamento no artigo 20, § 3°, do Código de Processo Civil, levando-se em conta o grau de zelo profissional, o trabalho realizado, a curta duração do processo, diante do julgamento antecipado, sendo objeto de discussão apenas matéria de direito e de simples indagação, mas, por outro lado, a pequena repercussão econômica da demanda, autorizada a devida compensação, nos termos da Súmula 306 do Superior Tribunal de Justiça. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária ao autor, razão pela qual fica ele dispensado do pagamento das verbas referentes às custas e despesas processuais, bem como aos honorários advocatícios, enquanto não reunir condições para suportá-las (Lei n° 1.060/50, art. 12). Cumpra-se o previsto no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná e, oportunamente, após as formalidades legais, transcorrido o prazo previsto no artigo 475-J, §5°, do CPC, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 12 de setembro de 2011. Advs. JULIANO MARTINS e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.

34. MANDADO DE SEGURANÇA - 0005469-07.2010.8.16.0050-ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SANTA AMÉLIA x PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA AMELIA e outro - Isto posto, considerando a ilegalidade do ato que determinou o fechamento da rádio impetrante, concedo a segurança, anulando o Decreto Municipal n° 28/2010 e os efeitos por ele gerados, reconhecendo o direito líquido e certo do impetrante. Diante da sucumbência condeno a autoridade coatora ao pagamento das custas processuais. Deixo de impor condenação ao pagamento de honorários advocaticios, ante o entendimento externado nas súmulas n° 105 do STJ e 512 do STF, que adoto. Decorrido o prazo para recurso voluntário, remetam-se estes autos ao egrégio Tribunal de Justiça, para reexame necessário, n forma do parágrafo único do artigo 14, §1° da Lei n° 12.016, de 7-8-2009', m prejuízo do imediato cumprimento da determinação aqui contida. Ciência ao Ministério Público. PRI. Bandeirantes, 12 de setembro de 2011. Advs. NELSON ROSA DOS SANTOS e JOSÉ CARLOS DIAS NETO.

35. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0005662-22.2010.8.16.0050-ISLENE ROSSI x BANCO VOLKSWAGEM S/A - III - Dispositivo Por todo o exposto,

conforme fundamentação acima: Julgo proceclente a pretensão formulada na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para determinar ao requerido à exibição do documento, providência, aliás, já cumprida nos presentes autos. Em observância ao princípio da causalidade, condeno a requerente no pagamento das custas, despesas e honorários advocatícios ao procurador da parte requerida, os quais fixo em R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), atendendo-se ao disposto no art. 20, § 4° do Código de Processo Civil, sopesando-se o grau de zelo do profissional, a natureza e importância da causa, mas, por outro lado, a facilidade do lugar da prestação do serviço, o curto espaço de tempo exigido para o serviço e a desnecessidade de audiências. A requerente, entretanto, fica dispensado do pagamento das verbas referentes às custas e despesas processuais, bem como, dos honorários advocatícios, enquanto não reunir condições para suportá-las (art. 12 da Lei n° 1.060/50). Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, e, oportunamente, após as formalidades legais, transcorrido o prazo previsto no artigo 475-J, §5°, do CPC, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se mem-se. Bandeirantes, 19 de setembro de 2011. Advs. LUIZ GUSTAVO LEME, JULIANO MARTINS, MARILI RIBEIRO TABORDA e MAGDA LUIZ RIGODONZO EGGER.

36. AÇÃO DE COBRANÇA - 0000535-69.2011.8.16.0050-HILDA GOMES DA CRUZ x ANTENOR JOSE TEIXEIRA - Determino às partes que, no prazo de 05 (cinco) dias: 1) digam sobre a possibilidade de obter transação em audiência preliminar, sendo que seu silêncio evidenciará a improbabilidade de sua obtenção, passando o juízo a sanear o feito e ordenar a produção de prova, na forma do artigo 331, § 3º, CPC; 2) especifiquem, fundamentadamente, as provas que pretendem produzir, pena de indeferimento daquelas reputadas inútgeis. Advs. ADRIANO ANDRES ROSSATO e ODAIR BUZATO.

37. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA - 0000575-51.2011.8.16.0050-BANCO ITAUCARD S/A x ROGERIO DA COSTA ORTEGA - Solicitamos a gentileza por parte do AUTOR em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 827,20 (CÍVEL: 827,20), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Adv. IRACELES GARRETE LEMOS PEREIRA.

38. EXECUÇÃO - 0000845-75.2011.8.16.0050-BABY FASHION C. R. INFANTIS LTDA x DORIAN SABAINI GUSMÃO DE OLIVEIRA-ME - Intimada a proceder o preparo das custas iniciais da ação deflagrada para promover o andamento do feito (fis. 26), a exequente deixou de fazê- lo (f Is. 26/v.). Ante o exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento nos arts. 257 e 267, inciso lll, ambos do Código de Processo Civil, determinando o cancelamento da distribuição. Deixo de condenar a exequente no pagamento dos honorários, vez que a relação jurídica processual não se triangularizou. Procedida as anotações necessárias e cumprido o previsto no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, arquive-se. Publique-se, registre-se e intimem-se. Bandeirantes, 15 de setembro de 2011. Adv. RAPHAEL SZNAJDER.

39. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 0001193-93.2011.8.16.0050-MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES x JAIR PEREIRA DA SILVA - III - Dispositivo Assim se passando os fatos eo direito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os presentes embargos à execução opostos pelo Município de Bandeirantes para o fim exclusivo de determinar a exclusão dos honorários advocatícios arbitrados às fis. 374v, determinando o prosseguimento da Execução nos moldes propostos, devendo os valores em execução observar a conta de fis. 331/336, devidamente homologada, atualizando-se o débito a partir de outubro/2007. Deixo de condenar o embargante no pagamento de honorários advocaticios, tendo em vista a ausência de apresentação de defesa pelo embargado, condeno, entretanto, o embargante no pagamento das custas despesas processuais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 05 de setembro de 2011. Advs. JOSÉ CARLOS DIAS NETO e EDSON HELIO BERNARDES DA SILVA.

40. EMBARGOS - 0001349-81.2011.8.16.0050-MUNICIPIO DE SANTA AMÉLIA x CASA DE FERRAGENS RENASCENCA LTDA - III - DISPOSITIVO Assim se passando os fatos eo direito, JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos à execução opostos pelo Município de Santa Amélia, em face de Casa de Ferragens Renascença LTDA. Condeno o embargante nas custas e despesas processuais, bem como ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em R$ 800,00 (oitocentos reais), com base no parágrafo 4°, do artigo 20 do Código de Processo Civil, levando em consideração o trabalho desenvolvido pelo profissional e a singeleza da causa. Condeno ainda o embargante no pagamento de multa por litigância de má-fé no importe de 1% sobre o valor da execução. PRI. Bandeirantes, 13 de setembro de 2011. Advs. VANDERLEI DINIZ DA LUZ, LORIVAL DE SOUZA e VALDIR BITTENCOURT.

41. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - 0001360-13.2011.8.16.0050-DIONICE DOS SANTOS e outros x LIBERTY SEGUROS S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, para que produza os legais e jurídicos efeitos, o presente acordo realizado pelas partes. Julgo EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III, do CPC. Custas processuais e honorários advocatícios nos termos do acordo. Dou esta por publicada e os presentes por intimados. Advs. ADRIANO ANDRES ROSSATO, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, GLAUCO IWERSEN e ELLEN KARINA BORGES SANTOS.

42. HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL - 0002336-20.2011.8.16.0050-BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e outros x O JUIZO - Trata-se de pedido de Homologação Judicial, ajuizada por Banco Santander Brasil S.A, na qual se verifica a notícia de celebração de composição amigável entre as partes. Considerando a disponibilidade do direito ora envolvido, homologo por sentença, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, o acordo celebrado às fis. 03-06 e, por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, na forma dos art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, comunique-se ao cartório distribuidor, e, após as anotações necessárias, arquivem-se. Bandeirantes, 12 de setembro de 2011 Advs. ANDRE CRISTINA BRABOVSKI e DANIELA F. D. M. DOS REIS.

43. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 0002594-30.2011.8.16.0050-ISRAEL VIEIRA DA SILVA e outros x CERVEJARIA KAISER BRASIL S.A. - Determino às partes que, no prazo de 05 (cinco) dias: 1) digam sobre a possibilidade de obter transação em audiência preliminar, sendo que seu silêncio evidenciará a improbabilidade de sua obtenção, passando o juízo a sanear o feito e ordenar a produção de prova, na forma do artigo 331, § 3º, CPC; 2) especifiquem, fundamentadamente, as provas que pretendem produzir, pena de indeferimento daquelas reputadas inútgeis. Advs. IVONEI STORER, HELIO HATISUKA, RAFAEL ALEXANDRE STORER e MAURÍCIO BORBA.

44. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 0002717-28.2011.8.16.0050-MARIA APARECIDA FARIAS LANGAME x ATIVOS S.A. SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS FINANCEIROS - Determino às partes que, no prazo de 05 (cinco) dias: 1) digam sobre a possibilidade de obter transação em audiência preliminar, sendo que seu silêncio evidenciará a improbabilidade de sua obtenção, passando o juízo a sanear o feito e ordenar a produção de prova, na forma do artigo 331, § 3º, CPC; 2) especifiquem, fundamentadamente, as provas que pretendem produzir, pena de indeferimento daquelas reputadas inútgeis. Advs. ADRIANO ANDRES ROSSATO, JEAN CARLOS CAMOZATO e RAFAEL MOSELE.

45. USUCAPIAO - 0004090-94.2011.8.16.0050-ANTONIO DOS SANTOS x HELIO CORREIA - em cumprimento a Portaria 10/2009 item A-1 a Serventia procedeu à intimação da parte autora pelo Diário da Justiça para recolhimento de custas iniciais, em trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Adv. JOAO ANTONIO SARTORI JUNIOR.

1. INDENIZACAO E PERDAS E DANOS - 34/1995-MUNICIPIO DE SANTA AMÉLIA x HERMES E ALEXANDRE LTDA e outro - Manifeste-se o(a,s) Requerente(s) no prazo legal, SOBRE A INFORMAÇÃO DO SR. CONTADOR. Advs. LORIVAL DE SOUZA e ODAIR BUZATO.

2. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAL - 348/2005-BANCO DO BRASIL S/A x JOSE CARLOS PEDROSO - Sobre o Oficio do Sr. Avaliador juntado nos autos, manifestem as partes interessadas no prazo de 10 (dez) dias. Advs. JOSÉ CARLOS DIAS NETO e CARMEM LUCIA VOLTA BRABO.

3. DECLARATORIA DE NULIDADE - 175/2006-SEBASTIAO RAMOS x COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - Solicitamos a gentileza por parte do requerido BRADESCO SEGUROS S/A, em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 290,62 (CÍVEL: 230,30; DISTRIBUIDOR: 40,32; TAXA JUDICIÁRIA 20,00 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Advs. ADRIANO ANDRES ROSSATO A, CLAUDIA CECILIA CAMACHO ROJAS e JEFFERSON BRUNO PEREIRA.

4. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAL - 205/2007-CICERO ROBERTO ANTUNES x SABRINA MANZOLI - Trata-se de ação de Título Extrajudicial proposta por Cícero Roberto Antunes em face de Sabrina Manzoli. Conforme petição de fls. 86, o exequente formulou pedido de desistência do feito. Diante do exposto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 267, inciso Vlll, do CPC. Deixo de condenar a parte executada no pagamento de honorários advocaticios. Condeno a parte executada no pagamento de eventuais custas remanescentes. Levante-se a penhora, se houver, bem como desentranhe-se o cheque de fl. 06, conforme requerido à ft 86. Oportunamente, arquivem-se, fazendo-se as baixas necessárias, cumprindo-se o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Bandeirantes, 23 de agosto de 2011. Adv. PAULO AUGUSTO MOREIRA BIAGGI.

5. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 276/2007-OLIVIO DOMINGOS ZANCO e outro x HSBC SEGUROS (BRASIL) S/A - 1. Trata-se de Ação de cobrança de seguro DPVAT proposta por Olivo Domingos Zanco e Zélia Maria Rigo Zanco em face HSBC Seguros S.A, visando o recebimento do seguro DPVAT, em razão de acidente automobilístico, que resultou na morte do filho dos exequentes. Percorridos os trâmites legais, houve bloqueio pelo Sistema Bacenjud do valor da diferença devida pela executada (fis. 230 e 236), e às fls. 235 houve o depósito pela executada de idêntico valor. Na sequencia, o executado requereu o levantamento do valor bloqueado (fls. 236), tendo em vista o depósito efetuado às fls. 235. Por outro lado, o exequente requereu a expedição do alvará (fis. 246/247). 2. Considerando a duplicidade do pagamento do valor de R$2.568,23, referente a diferença devida pela executada, defiro o levantamento do valor pago a maior, correspondente àquele bloqueado por meio do sistema bacenjud. 3. Diante do pagamento efetuado pelo executado, julgo EXTINTA a presente execução, o que faço com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. 4. Expeça-se alvará em favor da exequente do valor depositado às fis. 235. 5. Expeça-se alvará em favor do executado para levantamento do valor depositado à fl. 236. 6. Condeno a parte executada no pagamento de eventuais custas remanescentes. Oportunamente, arquivem-se, fazendo-se as baixas necessárias, cumprindo-se o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 14 de setembro de 2011.6. Condeno a parte executada no pagamento de eventuais custas remanescentes. Oportunamente, arquivem-se, fazendo-se as baixas necessárias, cumprindo-se o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 14 de setembro de 2011. Advs. LUIZ GUSTAVO LEME, ALESSANDRO MAGNO MARTINS, JULIANO MARTINS e RAFAELA POLYDORO KUSTER.

6. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 745/2008-ARI DA SILVA POVOA x MOMASO MERC. DE SACARIAS E RESIDUOS PARA RACOES - Solicitamos a gentileza por parte do AUTORA em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 517,80 (CÍVEL: 451,20 DISTRIBUIDOR: 40,32; TAXA JUDICIÁRIA 26,28 ), devidamente atualizadas no

ato do efetivo pagamento. Advs. GILBERTO JOSE RODRIGUES e JOSE CARLOS PEREIRA.

7. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 869/2008-JOELMA GAMAS DA SILVA e outros x SANTANDER SEGURADORA S/A - 1. O requerente interpôs embargos de declaração sustentando contradição e obscuridade, contra a decisão de fis. 89/91 que reconheceu a incompetência absoluta do juízo, determinando a remessa dos autos à Araguaína - TO. 2. Em que pese os argumentos all colacionados, conforme dispöe o art. 535, le ll, do CPC, somente cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição ou omissão, o que não ocorreu no caso. 3. O embargante pretende seja alterada a decisão proferida às fis. 89/91 com a procedência dos embargos e consequente alteração do julgado, sustentando tratar-se de competência relativa, quando, em verdade o entendimento do juízo acerca da incompetência absoluta restou exposto na decisão embargada. 4. Assim, não há o que esclarecer na decisão embargada, ressalto que, em momento algum, o embargante, destacou omissão, obscuridade ou contradição, aptas a enselarem a propositura dos presentes embarqos, mas error in judicand" da magistrada ao proferir a decisão embargada, desta forma o remédio processual para o caso encontra-se previsto no artigo 522 e seguintes do Código de Processo Civil, motivo pelo qual rejeito os presentes embargos. 5. Isto posto, por entender a inexistência da alegada obscuridade e contradição na sentença, rejeito os presentes embargos declaratórios. 6. Cumpra-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. P. R. l. Bandeirantes, 15 de setembro de 2011. Advs. MAYKON JONATHA RICHTER, DIEGO RAFAEL RICHTER, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER.

8. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 0002411-64.2008.8.16.0050-LUZIA VITORINA CAMPOS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Adv. JOSE CARLOS ALVES FERREIRA E SILVA. FICA A PARTE AUTORA DEVIDAMENTE INTIMADA DA DEC ISÃO DE FLS. 152 E VERSO, PARA MANIFESTAÇÃO NO PRAZO LEGAL.

9. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 1322/2008-JARBAS GOMES DOS SANTOS x BANCO ITAU S/A - Diante do exposto, julgo procedente a pretensão formulada na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para determinar ao requerido a exibição de todos os extratos da conta-poupança n° 008.609-0, relativamente ao período apontado pelo autor, os quais foram exibidos no curso da demanda. Em observância ao princípio da sucumbência, condeno o requerido no pagamento das custas, despesas e honorários advocaticios, os quais fixo em R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), atendendo-se ao disposto no art. 20, § 4° do Código de Processo Civil, sopesando-se o grau de zelo do profissional, a natureza e importância da causa, mas, por outro lado, a facilidade do lugar da prestação do serviço, o curto espaço de tempo exigido para o serviço e a desnecessidade de audiências. Cumpram-se as disposiçöes do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, e, oportunamente, após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 12 de setembro de 2011. Advs. GUSTAVO PELEGRINI RANUCCI, MARCUS VINICIUS DE ANDRADE e LAURO FERNANDO ZANETTI.

10. COBRANCA C/C DANOS MORAIS - 99/2009-MAURO VICENTE MARQUEZ x NB IMOVEIS LOTEADORA E INCORPORADORA LTDA - Trata-se de ação de cobrança cumulada com indenização por danos, ajuizada por mauro Vicente Marquez em face de NB Imóveis Loteadora e Incorporadora LTDA., na qual se verifica a notícia de celebração de composição amigável entre as partes. Considerando a disponibilidade do direito ora envolvido, homologo por sentença, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, o acordo celebrado pelos litigantes às fls. 59-61 e, por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, na forma dos art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes suportadas pela parte requerida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, comunique-se ao cartório distribuidor, e, após as anotações necessárias, arquivem-se. Bandeirantes, 13 de setembro de 2011. Advs. ADRIANO ANDRES ROSSATO, JORGE LUIS RIBEIRO REZENDE e NELSON MALANGA FILHO.

11. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAL - 110/2009-FREMHI - FABRICAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS x AÇÚCAR E ÁLCOOL BANDEIRANTES S/A - Vistos e examinados os autos em epígrafe. 1. O exeqüente ingressou com a presente Ação de Execução de Titulo Extrajudicial, visando o recebimento do valor de R$ 70.219,68 (setenta mil, duzentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos) relativos ao crédito consubstanciado no título executivo juntado aos autos. 2. No decorrer da demanda, as parte informaram a composição amigável, requerendo, em consequência a extinção e arquivamento do feito. 3. Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, com fulcro no artigo 569, "caput", do Código de Processo Civil. 4. Custas pelo executado. 5. Após o trânsito em julgado da presente decisão, procedidas as diligências necessárias (inclusive ao levantamento da penhora, se for o caso), arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 12 de setembro de 2011. Advs. JOAO PEDRO DA FONSECA, HELIO HATISUKA, TADEU KARASEK JUNIOR e ISABEL CRISTINA REZENDE YAMASHITA.

12. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 311/2009-ESPOLIO DE JORGE MIAKE x LUIZA MIOKO ALVES - I - Relatório Trata-se de Embargos à Execução, opostos em face da execução autuada sob n. 68/97, na qual pretendem os exequentes, ora embargados o recebimento da importância de R$116.541,89 (cfr. consta às fls. 572/573 da carta precatória n. 49/2002), sustendo o embargante em síntese: a) excesso de execução, argumentando que os valores relativos a honorários advocatícios, honorários periciais, custas processuais e juros moratórios já foram contemplados; b) excesso de execução, residente especialmente nos juros aplicados sobre o saldo devedor; c) insurgiu-se ainda acerca da cobrança de despesas relacionadas na planilha de fl. 5/8, o que totaliza o valor de R$ 8.934,92. Acompanharam a inicial os documentos de fls. 12/28. Recebidos os embargos, determinou-se a citação do embargado e a suspensão do processo de execução (fls. 33). Citado, o embargado apresentou impugnação, alegando, preliminarmente, intempestividade do recolhimento das custas de preparo, requerendo a extinção da ação sem julgamento de mérito. Alegou ainda que ao cálculo da dívida deverá ser aplicado 1% (um por cento) ao mês de juros de mora a partir de 04/2001, data do cálculo apresentado pelo contador do juízo, bem como data que os devedores recusaram-se a cumprir a obrigação. Impugnou ainda o valor apresentado pelo devedor, visto que as despesas processuais serão suportadas por quem tenha dado causa ao processo e a parte vencida. Manifestou-se o embargante sobre a impugnaçao. Na sequência, cumprindo determinação do juízo, a parte embargada carreou aos autos os recibos comprovando as despesas apontadas pelos embargantes (fis. 91/117). As fls. 179-185, o contador judicial juntou o cálculo atualizado da dívida, sobre o qual as partes se manifestaram (fis. 189/190 e 193-194). Viram-me, então, conclusos os autos. Sucintamente relatado o que consta dos autos, passo a decidir. II - Fundamentação A controvérsia cinge-se ao excesso de execução, e, por final, à ilegalidade da cobrança de despesas relacionadas na planilha de fl. 5/8. No que concerne a preliminar alegada pelo embargado, em relação à intempestividade do recolhimento das custas do preparo, não merece prosperar. Vislumbra-se que os embargos à execução foram protocolados em 19/08/2005 na Comarca de Formosa do Oeste sendo que a certidão de fl. 32 informa que houve o deposito inicial de 100%(cem por cento), e recolhida do FUNREJUS, considera-se tempestivo o recolhimento das custas do preparo. Quanto ao mérito, os embargos devem ser julgados improcedentes. Observa-se que os valores relativos a honorários advocatícios, honorários periciais e custas processuais foram estipulados na sentença de fis. 992/994, sendo devidamente executado pelo credor, não havendo qualquer irregularidade na pretensão dos exequentes. Quanto ao excesso da execução, na hipótese, os embargantes, após a juntada do cálculo atualizado da dívida (fls. 179-185), impugnaram somente os valores referentes às "despesas gerais", sustentando que foram apresentadas em duplicidade, sem qualquer relação com o processo de execução. No entanto, não comprovou quais despesas estariam sendo cobradas em duplicidade. Por sua vez, a embargada carreou aos autos os comprovantes das despesas apontadas pelos embargantes, conforme documento de fls. 96-177. Vale dizer, a inicial trouxe apenas alegações genéricas relativas aos juros moratórios e a duplicidade na cobrança de despesas, não apresentando,

entretanto, qualquer planilha que demonstrasse sua ocorrência, violando por completo o disposto no art. 739- A, §5° do CPC1 Ademais, é inadmissível a impugnação genérica dos cálculos de liquidação, uma vez que, cabe ao executado, ao opor embargos à i Art. 739. O juiz rejeitará liminarmente os embargos: § 5° Quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento. execução, demonstrar pormenorizadamente os erros de cálculo que constam da conta apresentada pelo credor, não bastando para tanto a simples afirmação do equívoco, mas também a devida fundamentação, bem como a indicação do valor correto a ser executado. Aplica-se a essa situação o brocardo latino "allegare nihil et allegatum non probare paria sunt", ou seja, alegar e não provar é o mesmo que não alegar". (Cf. STJ, REsp 260.842/SP, Sexta Turma, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 12.02.2001; TRF 1, AC 1998.01.00.006387-5/MG, Primeira Turma Suplementar, Juiz João Carlos Costa Mayer Soares, DJ 30.09.2004; AC 1999.38.00.020458-5/MG, Quarta Turma, Desembargador Federal Hilton Queiroz, DJ 15.05.2003; AC 1998.01.00.005134-6/MG, Primeira Turma Supfementar, Juiz Manoel José Ferreira Nunes, DJ 24.04.2003; AC 1997.01.00.038932-0/MG, Primeira Turma Suplementar, Juiz Antônio Cláudio Macedo da Silva, DJ 10.04.2003; AC 1998.01.00.033108-8/MG, Primeira Turma, Juiza convocada Mônica Neves Aguiar Castro, DJ 26.06.2000). Outrossim, e esta questão não poderia ser delegada para posterior produção de provas, posto que, tratando-se de embargos à execução, caberia aos embargantes, 'ab inicio' fazer a demonstração do excesso alegado, o que não ocorreu no presente caso. A postulação por todos os meios de prova em direito admitidas não socorre os embargantes, posto que em embargos não há fase de indicação probatória, que deve ser feita já na inicial, conforme art. 740 do CPC. Desta feita, não tendo a parte embargante sequer atendido o comando do art. 739-A, §5° do CPC, não demonstrando efetivamente onde se encontraria o excesso, não pode alegar cerceamento de defesa por näo lhe ter sido permitida a produção da prova pericial, documental e testemunhal, apenas indicada de forma geral na inicial. Em que pese tramitem em apenso, como regra, a execução e os embargos, tratam-se de ações autônomas, com o que cumpre ao embargante a juntada dos documentos essenciais à análise do direito alegado com a inicial. Impõe acrescentar que a insurgência dos executados em relação as despesas com viagem, copias reprográficas, etc, não merecem ser excluídas da conta apresentada pelos exequentes, visto que se encontram abrangidos na condenação conforme preceitua o art. 20, §2° do Código de Processo Civil Att 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria. § 2° As despesas abrangem näo só as custas dos atos do processo, como também a indenização de viagem, diária de testemunha e remuneração do assistente técnico. A melhor leitura a ser feita do artigo acima citado é a de abrangência de todas as despesas do vencedor para obtenção da tutela final, desde que necessanas, ou seja, não tenham sido realizadas para simples comodidade do litigante. Neste sentido: A enumeração não é taxativa: "Por

despesas processuais hão de ser entendidos todos os fatos necessariamente feitos para levar um processo às suas finalidades", diz acordão que mandou incluir, em ação de despejo julgada procedente, as despesas efetuadas pelo locador com a remoção de bens do locatário, em cumprimento ao mandado de despejo (RT 621/168). Ressalte-se, por oportuno, que o débito original, em 24/04/2001 era de R$137.547,02 (cento e trinta e sete mil quinhentos e quarenta e sete reais e dois

centavos), com acréscimo dos juros moratórios ao mês, bem como os depósitos judiciais referentes a leilões, o débito, em maio de 2011, era de R$136.481,63, sendo este valor não impugnado pelas partes. Já em relação às despesas comprovadas às fls. 91 e seguintes, impugnadas pelo embargante, observa-se que estas persistem, pois foram comprovadas, não apresentando prova em contrario. Observa-se, ainda, que as diferenças básicas entre os cálculos dos embargantes (fl. 10) e dos embargados (fis. 93/95), residem no percentual de juros, conforme observação do contador judicial às fis. 180. De outro viés, a "conta" trazida à fl. 05-06 dos autos para nada se presta, posto que não apenas deixa de demonstrar como se obteve o valor all apontado, como também não se mostra suficiente a comprovar qualquer irregularidade na conta juntada com a execução. Por fim, quanto ao excesso da execução, como dito, não há nos autos com a inicial dos embargos, qualquer demonstrativo que indique sua ocorrência eo valor que entenderia os embargantes devidos. E, tratando-se de excesso, cumpria aos embargantes apontá-lo e demonstrá-lo desde o início, o que não ocorreu no caso concreto. III - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo improcedente o pedido formulado na petição inicial, com fundamento no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de determinar o prosseguimento da execução embargada. Condeno os embargantes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixados estes em R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), abrangendo a execução, o que faço com base no art. 20, §4°, do Código de Processo Civil, eis que a presente sentença não tem natureza condenatória. Publique-se, registre-se e intimem-se, promovendo-se as diligências necessárias. Bandeirantes, 15 de setembro de 2011. Advs. ORACI TSUYOSHI MIAKI e SONIA DEGUCHI.

13. INDENIZAÇÃO - 0002195-69.2009.8.16.0050-MARIA APARECIDA FARIAS LANGAME x BANCO DO BRASIL S/A - Isto posto, quanto a primeira ré, Feedback Cobrança Brasil Ltda., considerando a inexistência de responsabilidade desta com o apontamento do nome da autora nos cadastros de devedores, julgo improcedente o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Por sua vez, diante da inocorrência de conduta ilícita pela segunda ré, Banco do Brasil S.A, na inclusão do nome da autora nos cadastros de inadimplentes, julgo improcedente o pedido formulado pela autora, o que faço com fulcro no art. 269, inciso I do Código de Processo Civil. Em razão da sucumbência, condeno a parte autora no pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), atendendo-se o disposto no artigo 20, § 3°, do Código de Processo Civil. Oportunamente arquivem-se, fazendo-se as baixas e anotações necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 19 de setembro de 2011. Advs. ADRIANO ANDRES ROSSATO, EVALDO GONCALVES LEITE, JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA e GERSON LUIZ DE OLIVEIRA.

14. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 977/2009-JOSÉ PIRES DE OLIVEIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Adv. THAIS TAKAHASHI. fica a parte autora devidamente intimada da decião de fls. 113/115, para manifestação no prazo legal.

15. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 1047/2009-IOKAKO HATISUKA x FINANCEIRA ALFA S.A. C.F.I. - Solicitamos a gentileza por parte do requerido, em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 194,27 (CÍVEL: 133,95 DISTRIBUIDOR: 40,32; TAXA JUDICIÁRIA 20,00 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Advs. HELIO HATISUKA e JULIANO CESAR LAVANDOSKI.

16. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - 1058/2009-EPAMINONDAS APARECIDO SIMÕES TEIXEIRA x LIBERTY SEGUROS S/A - Trata-se de Ação Cobrança, ajuizada por Epiminondas Aparecido Simões Teixeira em face de Liberty Seguros S/A. Após a prolação de sentença e decisão do acórdão, que negou provimento ao recurso de Apelação, as partes juntaram instrumento de transação às fls. 161/163 pugnando pela extinção do processo. É o sucinto relatório. Passo a decidir. O pedido de homologação da transação, para que esta produza efeitos em relação ao presente processo, merece ser acolhida. Isto porque o acordo celebrado entre as partes, por petição ou termo nos autos, mediante concessões mútuas sobre direitos patrimoniais disponíveis, visando por fim ao litigio, pode ser homologado pelo juízo em qualquer fase processual, inclusive, após a protação da sentença. Neste sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - INSURGÈNCIA CONTRA A DECISÃO QUE, SEM HOMOLOGAR O ACORDO DAS PARTES DETERMINOU O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS - HOMOLOGACAO POSSIVEL EM QUALQUER FASE DO PROCESSO - DIREITO DISPONÍVEL - DECISÃO REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. As partes podem celebrar acordo amiqável em relação ao direito disponível em qualguer fase do processo, ainda que a sentença tenha transitado em julgado" (TJ/PR, Al n ° 452.715-7, 14a Câmara Civel, Rel. Des. Celso Seikiti Saito, DJ de 16/01/2008). Diante do exposto, homologo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls. 161/163 e, em consequência, julgo EXTINTO o processo, COM RESOLUÇAO DE MERITO, na forma do art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas remanescentes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, procedidas as baixas e comunicações necessárias, arquivem-se os presentes autos. Bandeirantes, 25 de agosto de 2011. Advs. DINARTE BITTENCOURT e JOÃO JOSÉ DA FONSECA JUNIOR.

17. ANULAÇÃO DE ATOS JURIDICOS - 1098/2009-ARANTES & ALMEIDA LTDA ME e outro x ALIMENKO IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e outro - 3 - Dispositivo isto posto, julgo procedente o pedido formulado pelo autor, Arantes e Almeida Ltda. ME, para o fim de declarar a inexistência da dívida representada pelos títulos de fls. 22/23, tendo em vista o pagamento já efetuado, bem como para condenar os réus, Alimenko Importadora e Exportadora Ltda. e Banco Real (Grupo Santander), solidariamente, ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC do IBGE, a partir desta data e de juros moratórios à razão de 1%, ao mês, nos termos do artigo 406 do Código Civil c/c artigo 161, § 1° do Código Tributário Nacional (Nesse sentido: Enunciado n° 20 do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal), a partir da citação. Diante da sucumbência condeno os requeridos ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 20, parágrafo 3°, do CPC, atendendo o grau de zelo profissional do advogado do autor, a relativa complexidade da demanda e em especial o tempo gasto para a sua solução. Oportunamente arquivem-se, fazendo-se as baixas e anotações necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 19 de setembro de 2011. Advs. VINICIUS OSSOVSKI RICHTER, GILBERTO STINGLIN LOTH, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA e PATRICIA NUNES ROMANO TRISTAO PEPINO.

18. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 1120/2009-MARIA LUCIA DA SILVA MARTINS CORREA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Adv. JOSE CARLOS ALVES FERREIRA E SILVA. fica a parte autora devidamente intimada da decisão de fls. 75/77 para manifestação no prazo legal.

19. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 1145/2009-APARECIDO SIMÃO DE OLIVEIRA x BANCO ITAU S/A - Solicitamos a gentileza por parte do requerido banco itau S/A, em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 300,02 (CÍVEL: 239,70 DISTRIBUIDOR: 40,32; TAXA JUDICIÁRIA 20,00 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Advs. IVONEI STORER, HELIO HATISUKA, RAFAEL ALEXANDRE STORER e JULIANO MIQUELETTI SONCIN.

20. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 0000121-08.2010.8.16.0050-MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDENCIA S/A x SIRLEI MESSIAS DA SILVA e outros - III - Dispositivo Isto posto, julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo embargante, conforme fundamentação acima, mantendo-se, em consequência a execução na forma proposta. Condeno a embargante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$2.000,00 (dois mil reais), o que faço com esteio no artigo 20, §4°, do Código de Processo Civil, considerando o zelo do profissional, o lugar de prestação de serviço, a natureza e a relevância da causa. Bandeirantes, 16 de setembro de 2011. Advs. MARCIO MANFREDINI POSSEBON, DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA e NELSON ROSA DOS SANTOS.

21. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA - 0000274-41.2010.8.16.0050-BANCO FINASA S/A x CLAUDINEI LIMA GOULARTE - Sobre a manifestação da Sr. Perita juntada nos autos, manifestem as partes no prazo de 10 (dez) dias. Advs. IVAN ARIOVALDO PEGORARO e DOVIGLIO FURLAN NETO.

22. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0000277-93.2010.8.16.0050-EDUARDO RODRIGO ROSA x HSBC BANK BRASIL S/A - Solicitamos a gentileza por parte do requerido BRADESCO SEGUROS S/A, em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 300,71 (CÍVEL: 230,30; DISTRIBUIDOR: 50,41; TAXA JUDICIÁRIA 20,00 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Advs. IVONEI STORER, HELIO HATISUKA, RAFAEL ALEXANDRE STORER e IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO.

23. REVISÃO DE CONTRATO - 0000983-76.2010.8.16.0050-ALEX LUCAS DE SOUZA x BFB LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL - Solicitamos a gentileza por parte do requerido BFB LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 740,56 (CÍVEL: 672,10 DISTRIBUIDOR: 40,32; TAXA JUDICIÁRIA 20,00 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Advs. JULIANO MARTINS, LUIZ GUSTAVO LEME e JULIANO MIQUELETTI SONCIN.

24. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA - 0001084-16.2010.8.16.0050-AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x DOUGLAS JORGE - Trata-se de Busca e apreensão proposta por Aymoré Crédito Financiamento e Investimento em face de Douglas Jorge. Conforme petição de fls. 60, o requerente formulou pedido de desistência do feito. Diante do exposto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do CPC. Expeça-se alvará em favor do procurador do exequente do valor depositado às fls. 34, conforme fis. 60. Condeno a parte requerente no pagamento de eventuais custas remanescentes. Oportunamente, arquivem-se, fazendo-se as bai×as necessárias, cumprindo-se o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Bandeirantes, 15 de setembro de 2011. Adv. JULIANO CESAR LAVANDOSKI.

25. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 0001431-49.2010.8.16.0050-ALECIO POSSINELLI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Adv. THAIS TAKAHASHI. fica a parte autora devidamente intimada da decisão de fls. 98/100, para manifestação no prazo legal.

26. RESTABELECIMENTO DE AUXILIO - 0001843-77.2010.8.16.0050-ANDRÉ GOMES DA COSTA x REFER - FUNDAÇÃO REDE FERREOVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - A parte autora, devidamente representada, requereu a extinção do feito com base no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil (fls. 95). Em manifestação, o requerido discordou do pedido do autor (fls. 98/99), pugnando pelo julgamento do feito com resolução do mérito. Vieram os autos conclusos. Decido. O fato de o requerido não concordar com a extinção do feito sem resolução de mérito, não impossibilita o julgador de assim proceder. Neste sentido a jurisprudência: "PROCESSUAL. DESISTÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO. CONCORDANCIA DOS PROCURADORES DO INSS CONDICIONADA À RENÚNCIA AO DIREITO. LEI 9.469/97 1. Após a citação, a desist6ncia da ação está condicionada à anuência do réu. 2. O fato de os representantes judiciais da Autarquia não estarem autorizados a concordar com a desistência, se o autor não renunciar ao direito em que se funda a ação, não vincula o juizo e não o impede de homologar a desistência. (TRF4a Região, Apelação Civel, processo no.200272050055152, Sexta Turma, Relator Vitor Luiz dos Santos Laus, D.E. 17/8/2007)." Diante do exposto, acolho o pedido da parte autora e iulgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, com fulcro no que dispõe o artigo 267, inciso

Vlli, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de benefício da justiça gratuita. Com fulcro no disposto no artigo 26 do Código de Processo Civil, condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, das quais resta dispensada por estar sob as benesses da assistência judiciária (Lei 1.060/50, art. 12). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 14 de setembro de 2011. Advs. RICARDO OSSOVSKI RICHTER e JOAO JOAQUIM MARTINELLI.

27. AÇÃO DECLARATÓRIA - 0001906-05.2010.8.16.0050-MARIA APARECIDA CAMPOS DE OLIVEIRA x BANCO FINASA S/A - Solicitamos a gentileza por parte do requerido BANCO FINASA S/A, em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 300,02 (CÍVEL: 239,70 DISTRIBUIDOR: 40,32; TAXA JUDICIÁRIA 20,00 ), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Adv. MARCOS ANTONIO ODA FILHO.

28. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 0002078-44.2010.8.16.0050-MARIA FERNANDES FELICIANO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Advs. DOVIGLIO FURLAN NETO e NATALIA FURLAN. fica a parte autora devidamente intimada da decisão de fls. 93/95, para manifestação no prazo legal.

29. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAL - 0002302-79.2010.8.16.0050-BANCO BRADESCO S/A x CLAUDIO YASUSHI TAJI e outro - Vistos e examinados os autos em epígrafe. 1. O exequente ingressou com a presente demanda objetivando o recebimento do valor representado pela cédula de crédito (fls. 06/11). 2. Percorridos os trâmites legais, as partes informaram a celebração de acordo pugnando pela extinção do feito (fls. 31/32). 3. Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇAO, nos termos do artigo 794, I e Ill do Código de Processo Civil. 4. Condeno a parte executada no pagamento de eventuais custas remanescentes. 5. Levante-se a penhora, se houver. 6. Oficie-se o juízo deprecado, determinando a devolução da Carta Precatória. 7. Oportunamente, arquivem-se, fazendo-se as baixas necessárias, cumprindo-se o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. PRI. Bandeirantes, 19 de setembro de 2011. Advs. CARLOS ALBERTO BIAGGI, JOSE GLAUCO CARULA, GUSTAVO PELEGRINI RANUCCI e MARCUS VINICIUS DE ANDRADE.

30. AÇÃO MONITÓRIA - 0002386-80.2010.8.16.0050-SEARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA x ANTONIO CARLOS PAVINATTO - Trata-se de ação de cobrança, por meio de ação monitória, de cheque prescrito, ajuizada por Seara indústria e Comércio de Produtos e Agropecuária Ltda. em face de Antonio Carlos Pavinatto, na qual se verifica a notícia de celebração de composição amigável entre as partes. Considerando a disponibilidade do direito ora envolvido, homoloqo por sentença, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, o acordo celebrado pelos litigantes às fls. 32-33 e, por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, na forma do art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Autorizo o desentranhamento do documento de fls. 15, mediante recibo, permanecendo cópia autenticada nos autos. Eventuais custas remanescentes pela parte ré Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 21 de setembro de 2011. Advs. JOAO TAVARES DE LIMA FILHO, MONICA MARÍ DE CARVALHO PEREIRA e PAULO BUZATO.

31. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0002824-09.2010.8.16.0050-PEDRO MALUTA x BANCO ITAU S/A - 3 - Dispositivo Em face ao exposto, com fulcro no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Pedro Maluta em face de Banco Itaú S.A., para o fim de: a) limitar a taxa de juros mensal nos meses compreendidos entre 6/8/1987 a 31/12/1999 à média mensal praticada no mercado; b) excluir a capitalização de juros durante todo o período da releção ora discutida, devendo ser aplicada a taxa de juros mensal definida no item anteior; c) excluir a cobrança dos débitos efetuados sob n° 54, 58, 59, 60, 63, 64, 67, 76, 77, 79, 80, 81, 87, 88 e 97, no período de 6/8/1987 a 31/12/1999; d) excluir as cobranças de juros remuneratórios identificadas pelo n° 62, debitadas duas ou mais vezes no período acima compreendido; e) determinar o recálculo dos valores pagos pelo autor no período compreendido entre 6/8/1987 a 31/12/1999, de acordo com o estabelecido nos itens acima e, havendo crédito em favor do autor, condenar o réu ao pagamento do indébito, de forma simples, com exceção às cobranças identificadas no item "d", que deverão ocorrer em dobro, a ser apurado em liquidação de sentença, corrigido monetariamente pelo INPC do IBGE a partir da data do respectivo desembolso e acrescido de juros moratórios no percentual de 1%, ao mês, a partir da citação. Em observância ao princípio da sucumbência, condeno o réu no pagamento das custas, despesas e honorários advocatícios, os quais fixo em 1.000,00 (um mil reais), atendendo-se ao disposto no art. 20, § 4° do Código de Processo Civil, sopesando-se o grau de zelo do profissional, a natureza e importância da causa, mas, por outro lado, a facilidade do lugar da prestação do serviço, o curto espaço de tempo exigido para o serviço e a desnecessidade de audiências. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Bandeirantes, 12 de setembro de 2011. Advs. GUSTAVO PELEGRINI RANUCCI e LAURO FERNANDO ZANETTI.

32. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAL - 0004223-73.2010.8.16.0050-COMERCIO DE VEICULOS BRANCO ANDIRA LTDA x PAULO ROBERTO BALLA - Manifeste-se o(a,s) Requerente(s) no prazo legal,S OBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. Adv. JOSE CARLOS PEREIRA DE GODOY.

33. REVISÃO DE CONTRATO - 0004625-57.2010.8.16.0050-ANTONIO RENSI x BV FINANCEIRA - CREDITO FINANCIAMENTO INVESTIMENTO - III - Dispositivo Por todo o exposto, conforme fundamentação acima, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido do autor Antonio Rensi, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré na devoluçáo à parte autora das importâncias pagas a título de Tarifa de Abertura de Crédito (TAC/TC), Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e Tarifa por Serviço de Terceiro, na avença celebrada pelas partes e, por conseguinte, condenar a instituição na devolução das importâncias pagas a esses títulos, de forma simples, corrigida monetariamente pelo INPC do IBGE, a partir da data do respectivo desembolso, e acrescidas de juros moratórios no percentual de 1%, ao mês, a partir da citação, sendo que, para fins de liquidação de sentença, devem ser devolvidos à parte os valores que lhe são devidos, conforme comprovação nesses autos, incidindo o indébito somente às indevidas cobranças comprovadas documentalmente pelos documentos juntados pelo autor e/ou pela ré. No tocante à Tarifa de Emissão de Carnê, esta se encontra prevista no instrumento contratual com a denominação de tarifa de cobrança. Ante a sucumbência recíproca (condenação no montante inferior àquele pleiteado na petição inicial), condeno as partes no pagamento das custas processuais, na proporção de metade para cada uma, e de honorários advocatícios, que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, com fundamento no artigo 20, § 3°, do Código de Processo Civil, levando-se em conta o grau de zelo profissional, o trabalho realizado, a curta duração do processo, diante do julgamento antecipado, sendo objeto de discussão apenas matéria de direito e de simples indagação, mas, por outro lado, a pequena repercussão econômica da demanda, autorizada a devida compensação, nos termos da Súmula 306 do Superior Tribunal de Justiça. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária ao autor, razão pela qual fica ele dispensado do pagamento das verbas referentes às custas e despesas processuais, bem como aos honorários advocatícios, enquanto não reunir condições para suportá-las (Lei n° 1.060/50, art. 12). Cumpra-se o previsto no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná e, oportunamente, após as formalidades legais, transcorrido o prazo previsto no artigo 475-J, §5°, do CPC, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 12 de setembro de 2011. Advs. JULIANO MARTINS e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.

34. MANDADO DE SEGURANÇA - 0005469-07.2010.8.16.0050-ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SANTA AMÉLIA x PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA AMELIA e outro - Isto posto, considerando a ilegalidade do ato que determinou o fechamento da rádio impetrante, concedo a segurança, anulando o Decreto Municipal n° 28/2010 e os efeitos por ele gerados, reconhecendo o direito líquido e certo do impetrante. Diante da sucumbência condeno a autoridade coatora ao pagamento das custas processuais. Deixo de impor condenação ao pagamento de honorários advocaticios, ante o entendimento externado nas súmulas n° 105 do STJ e 512 do STF, que adoto. Decorrido o prazo para recurso voluntário, remetam-se estes autos ao egrégio Tribunal de Justiça, para reexame necessário, n forma do parágrafo único do artigo 14, §1° da Lei n° 12.016, de 7-8-2009', m prejuízo do imediato cumprimento da determinação aqui contida. Ciência ao Ministério Público. PRI. Bandeirantes, 12 de setembro de 2011. Advs. NELSON ROSA DOS SANTOS e JOSÉ CARLOS DIAS NETO.

35. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0005662-22.2010.8.16.0050-ISLENE ROSSI x BANCO VOLKSWAGEM S/A - III - Dispositivo Por todo o exposto, conforme fundamentação acima: Julgo proceclente a pretensão formulada na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para determinar ao requerido à exibição do documento, providência, aliás, já cumprida nos presentes autos. Em observância ao princípio da causalidade, condeno a requerente no pagamento das custas, despesas e honorários advocatícios ao procurador da parte requerida, os quais fixo em R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), atendendo-se ao disposto no art. 20, § 4° do Código de Processo Civil, sopesando-se o grau de zelo do profissional, a natureza e importância da causa, mas, por outro lado, a facilidade do lugar da prestação do serviço, o curto espaço de tempo exigido para o serviço e a desnecessidade de audiências. A requerente, entretanto, fica dispensado do pagamento das verbas referentes às custas e despesas processuais, bem como, dos honorários advocatícios, enquanto não reunir condições para suportá-las (art. 12 da Lei n° 1.060/50). Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, e, oportunamente, após as formalidades legais, transcorrido o prazo previsto no artigo 475-J, §5°, do CPC, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se mem-se. Bandeirantes, 19 de setembro de 2011. Advs. LUIZ GUSTAVO LEME, JULIANO MARTINS, MARILI RIBEIRO TABORDA e MAGDA LUIZ RIGODONZO EGGER.

36. AÇÃO DE COBRANÇA - 0000535-69.2011.8.16.0050-HILDA GOMES DA CRUZ x ANTENOR JOSE TEIXEIRA - Determino às partes que, no prazo de 05 (cinco) dias: 1) digam sobre a possibilidade de obter transação em audiência preliminar, sendo que seu silêncio evidenciará a improbabilidade de sua obtenção, passando o juízo a sanear o feito e ordenar a produção de prova, na forma do artigo 331, § 3º, CPC; 2) especifiquem, fundamentadamente, as provas que pretendem produzir, pena de indeferimento daquelas reputadas inútgeis. Advs. ADRIANO ANDRES ROSSATO e ODAIR BUZATO.

37. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA - 0000575-51.2011.8.16.0050-BANCO ITAUCARD S/A x ROGERIO DA COSTA ORTEGA - Solicitamos a gentileza por parte do AUTOR em comparecer em Cartorio e comprovar o preparo das custas processuais, apuradas pelo Sr. Contador, no importe de R$ 827,20 (CÍVEL: 827,20), devidamente atualizadas no ato do efetivo pagamento. Adv. IRACELES GARRETE LEMOS PEREIRA.

38. EXECUÇÃO - 0000845-75.2011.8.16.0050-BABY FASHION C. R. INFANTIS LTDA x DORIAN SABAINI GUSMÃO DE OLIVEIRA-ME - Intimada a proceder o preparo das custas iniciais da ação deflagrada para promover o andamento do feito (fis. 26), a exequente deixou de fazê- lo (f ls. 26/v.). Ante o exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento nos arts. 257 e 267, inciso Ill, ambos do Código de Processo Civil, determinando o cancelamento da distribuição. Deixo de condenar a exequente no pagamento dos honorários, vez que a relação jurídica processual não se triangularizou. Procedida as anotações necessárias e cumprido o previsto no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, arquive-se. Publique-se, registre-se e intimem-se. Bandeirantes, 15 de setembro de 2011. Adv. RAPHAEL SZNAJDER.

39. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 0001193-93.2011.8.16.0050-MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES x JAIR PEREIRA DA SILVA - III - Dispositivo Assim se passando os fatos eo direito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os presentes embargos à execução opostos pelo Município de Bandeirantes para o fim exclusivo de determinar

a exclusão dos honorários advocatícios arbitrados às fis. 374v, determinando o prosseguimento da Execução nos moldes propostos, devendo os valores em execução observar a conta de fis. 331/336, devidamente homologada, atualizando-se o débito a partir de outubro/2007. Deixo de condenar o embargante no pagamento de honorários advocaticios, tendo em vista a ausência de apresentação de defesa pelo embargado, condeno, entretanto, o embargante no pagamento das custas despesas processuais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Bandeirantes, 05 de setembro de 2011. Advs. JOSÉ CARLOS DIAS NETO e EDSON HELIO BERNARDES DA SILVA.
40. EMBARGOS - 0001349-81.2011.8.16.0050-MUNICIPIO DE SANTA AMÉLIA x CASA DE FERRAGENS RENASCENCA LTDA - III - DISPOSITIVO Assim se passando os fatos eo direito, JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos à execução opostos pelo Município de Santa Amélia, em face de Casa de Ferragens Renascença LTDA. Condeno o embargante nas custas e despesas processuais, bem como ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em R$ 800,00 (oitocentos reais), com base no parágrafo 4°, do artigo 20 do Código de Processo Civil, levando em consideração o trabalho desenvolvido pelo profissional e a singeleza da causa. Condeno ainda o embargante no pagamento de multa por litigância de má-fé no importe de 1% sobre o valor da execução. PRI. Bandeirantes, 13 de setembro de 2011. Advs. VANDERLEI DINIZ DA LUZ, LORIVAL DE SOUZA e VALDIR BITTENCOURT.
41. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - 0001360-13.2011.8.16.0050-DIONICE DOS SANTOS e outros x LIBERTY SEGUROS S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, para que produza os legais e jurídicos efeitos, o presente acordo realizado pelas partes. Julgo EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III, do CPC. Custas processuais e honorários advocatícios nos termos do acordo. Dou esta por publicada e os presentes por intimados. Advs. ADRIANO ANDRES ROSSATO, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, GLAUCO IWERSEN e ELLEN KARINA BORGES SANTOS.
42. HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL - 0002336-20.2011.8.16.0050-BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e outros x O JUIZO - Trata-se de pedido de Homologação Judicial, ajuizada por Banco Santander Brasil S.A, na qual se verifica a notícia de celebração de composição amigável entre as partes. Considerando a disponibilidade do direito ora envolvido, homologo por sentença, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, o acordo celebrado às fis. 03-06 e, por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, na forma dos art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, comunique-se ao cartório distribuidor, e, após as anotações necessárias, arquivem-se. Bandeirantes, 12 de setembro de 2011 Advs. ANDRE CRISTINA BRABOVSKI e DANIELA F. D. M. DOS REIS.
43. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 0002594-30.2011.8.16.0050-ISRAEL VIEIRA DA SILVA e outros x CERVEJARIA KAISER BRASIL S.A. - Determino às partes que, no prazo de 05 (cinco) dias: 1) digam sobre a possibilidade de obter transação em audiência preliminar, sendo que seu silêncio evidenciará a improbabilidade de sua obtenção, passando o juízo a sanear o feito e ordenar a produção de prova, na forma do artigo 331, § 3º, CPC; 2) especifiquem, fundamentadamente, as provas que pretendem produzir, pena de indeferimento daquelas reputadas inútgeis. Advs. IVONEI STORER, HELIO HATISUKA, RAFAEL ALEXANDRE STORER e MAURÍCIO BORBA.
44. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 0002717-28.2011.8.16.0050-MARIA APARECIDA FARIAS LANGAME x ATIVOS S.A. SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS FINANCEIROS - Determino às partes que, no prazo de 05 (cinco) dias: 1) digam sobre a possibilidade de obter transação em audiência preliminar, sendo que seu silêncio evidenciará a improbabilidade de sua obtenção, passando o juízo a sanear o feito e ordenar a produção de prova, na forma do artigo 331, § 3º, CPC; 2) especifiquem, fundamentadamente, as provas que pretendem produzir, pena de indeferimento daquelas reputadas inútgeis. Advs. ADRIANO ANDRES ROSSATO, JEAN CARLOS CAMOZATO e RAFAEL MOSELE.
45. USUCAPIAO - 0004090-94.2011.8.16.0050-ANTONIO DOS SANTOS x HELIO CORREIA - em cumprimento a Portaria 10/2009 item A-1 a Serventia procedeu à intimação da parte autora pelo Diário da Justiça para recolhimento de custas iniciais, em trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Adv. JOAO ANTONIO SARTORI JUNIOR.

Bandeirantes, 26 de setembro de 2011.
CLEIDE NUNES SANTOS - ESCRIVA DA VARA CIVEL
FRANCIELLY SANTOS DARIVA - ESCREVENTE JURAMENTADA

# BARRACÃO

# JUÍZO ÚNICO

**Lista de advogados intimados**

**61/2011**

LISTA DE ADVOGADOS INTIMADOS NA RELAÇÃO ABAIXO
DR(A). ALEXANDRE AUGUSTO ZABOT DE MELLO
DR(A). ANA PAULA VERONA
DR(A). ANDREY LUIZ GELLER
DR(A). ANGELIZE SEVERO FREIRE
DR(A). ARISTOGNO ESPINDOLA DA CUNHA
DR(A). BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ
DR(A). CACIA DE DORDI TRES
DR(A). CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN
DR(A). CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELÉM
DR(A). CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SILVA
DR(A). CASSIANO RICARDO WURZIUS
DR(A). CHARLES HERMANN LIMÕES
DR(A). CIRO ALBERTO PIASECKI
DR(A). CLEBER HAEFLIGER
DR(A). CLEITON CARLOS MARTINELLI
DR(A). CLEYTON ADRIANO MORESCO
DR(A). CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES
DR(A). DAVID ALEXANDRE AUGUSTO ZABOT DE MELLO
DR(A). DEBORA CRISTINA DE SOUZA MACIEL
DR(A). EDGARD SIMÕES
DR(A). EDVAN ALEXANDRE DE OLIVEIRA BRASIL
DR(A). ELISANDRA FUNGHETTO
DR(A). ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA
DR(A). FABIANE T. SAVOLDI
DR(A). FELIPE OSVALDO DE SOUZA
DR(A). FRANCIELE DA ROZA COLLA
DR(A). GERSON VANZIN MOURA DA SILVA
DR(A). GIOVANA CEZALLI MARTINS
DR(A). JAIME OLIVEIRA PENTEADO
DR(A). JOSÉ LUIZ FAVERO
DR(A). JOSÉ RODRIGO MACHADO
DR(A). JOSIANE GONÇALVES DE ALMEIDA
DR(A). JULIANO MIQUELETTI SONCIN
DR(A). LEOMAR ANTONIO JOHANN
DR(A). LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
DR(A). LUIZ HENRIQUE BONA TURRA
DR(A). MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH
DR(A). MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI
DR(A). MARCOS DANIEL HAEFLIEGER
DR(A). MARCOS PAULO GAYARDO
DR(A). MARIANE MACAREVICH
DR(A). MARLUZA LACERDA PAIM
DR(A). NORMÉLIO PÉRCIO
DR(A). OLIDE JOÃO GANZER
DR(A). PATRICIA P. JANSEN
DR(A). PAULO CESAR GNOATTO
DR(A). PAULO GIOVANI FORNAZARI
DR(A). RAFAEL NIENOW
DR(A). REINALDO MIRICO ARONIS
DR(A). ROSALINA SACRINI PIMENTEL
DR(A). ROSÂNGELA DA ROSA CORREA
DR(A). ROSELILCE FRANCELI CAMPANA
DR(A). TATIANA VALESCA VROBLEWSKI
DR(A). TULIO MARCELO DENIG BANDEIRA

Comarca de Barracão - Estado do Paraná - Única Vara Cível - Relação n.º 61/2011 - Meritíssima Juíza de Direito, Dra. BRANCA BERNARDI
01. AUXILIO DOENÇA - 1769/10 - VALDOMIRO DIAS x INSS - fica intimado o apelado para, no prazo legal, responder a apelação de fls. 84/90, que foi recebida no efeito devolutivo. - Adv. FELIPE OSVALDO DE SOUZA.
02. APOSENTADORIA POR IDADE - 485/10 - MARIA FRANCISCA ANTUNES DO NASCIMENTO x INSS - fica intimada a parte autora da baixa dos autos do egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região e para que, no prazo de 5 dias, requeiram o que entenderem de direito. - Advs. PAULO CESAR GNOATTO e CLEYTON ADRIANO MORESCO.
03. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - 784/10 - FRANCISCO ELIAS MOREIRA x INSS - fica intimado o apelado para, no prazo legal, responder a apelação de fls. 156/169, que foi recebida no efeito devolutivo. - Adv. FABIANE T. SAVOLDI.
04. REVISIONAL CONTRATUAL - 1781/10 - DORVALINO DOS SANTOS GODOI x BANCO DO BRASIL S/A - fica intimada a parte ré par, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 742,11 para o Cartório Cível e R$ 28,96 para o Contador/Distribuidor. - Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.
05. BUSCA E APREENSÃO - 1015/10 - BV FINANCEIRA S/A x FLAVIO AFONSO FRITZEN - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 1,41 para o Cartório Cível e R$ 127,08 para o Contador/Distribuidor. - Adv. FRANCIELE DA ROZA COLLA.
06. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 117/10 - ADIRLANO CARLOS CARBONERA e outros x BANCO ITAÚ S/A - fica intimada a parte autora para, no prazo legal, se manifestar quanto a impugnação e documentos de fls. 183/209. - Advs. JOSÉ RODRIGO MACHADO e ALEXANDRE AUGUSTO ZABOT DE MELLO.

07. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1979/10 - SICREDI FRONTEIRA x FERNANDES DUARTE e outro - fica intimada a parte autora para indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. - Adv. CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SILVA.
08. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE - 821/10 - ALVINA CASTANHA x INSS - ficam intimadas as partes da baixa dos autos do egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região e para que, no prazo de 5 dias, requeiram o que entenderem de direito. - Advs. CASSIANO RICARDO WURZIUS e JOSIANE GONÇALVES DE ALMEIDA.
09. BENEFICIO PREVIDENCIARIO - 2504/10 - ALFREDO ALVES JACKS x INSS - fica intimado o apelado para, no prazo legal, responder a apelação de fls. 61/67, que foi recebida no efeito devolutivo. - Adv. MARCOS DANIEL HAEFLIEGER e ANDREY LUIZ GELLER.
10. BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - 2177/10 - ILDO GLIENKE x INSS - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 42/46, cujo tópico final é o seguinte: "**POSTO ISSO - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, com fundamento na Lei n.° 8.742/1993, art. 2°. DETERMINO A IMEDIATA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA para pessoas portadoras de deficiência a HILDO GLIENKE, concedendo ainda a antecipação da tutela, com fundamento no art. 273, I. 1)** O benefício deverá ser pago no valor de 1 salário mínimo. Por haver requerimento administrativo, o benefício a contar de 21-12-2006, data de entrada do requerimento (...) As parcelas vencidas deverão ser pagas atualizadas pelos índices do IGP-DI, com incidência de juros no importe de 1% ao mês, a contar da citação. **2)** Custas e honorários advocatícios pelo réu. Os honorários, fixo-os em 10% sobre o valor da condenação, excluídas as prestações vincendas, observado o CPC, art. 20, § 3°, alíneas a, b, c. **3)** Não havendo recursos voluntários, subam os autos ao eg. TRF da 4ª região (...) em razão de esta decisão estar sujeita ao reexame necessário, **salvo a ocorrência da previsão do CPC, art. 475, § 2°, por prova da parte. 4)** Oportunamente, arquivem-se, observadas as disposições do Código de Normas da eg. CGJ paranaense. P.R.I. Barracão, 28 de junho de 2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito". - Advs. MARCOS DANIEL HAEFLIEGER e ANDREY LUIZ GELLER.
11. REVISIONAL CONTRATUAL - 646/10 - NELSON SUGARI x BANCO DO ESTADO DO PARANÁ - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. despacho de fls. 72, seguinte: "Indefiro o pedido de fls. 71, nos termos do CPC, art. 614, II. O credor poderá, querendo, propor "Cumprimento de Sentença", cuja medida inicial é a penhora de bens. Arq. Em 27/8/11. Sábado. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito". - Advs. ELISANDRA FUNGHETTO, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI.
12. REVISIONAL CONTRATUAL - 1091/10 - TRANSPORTADORA NOSCHANG LTDA ME x BANCO FINASA S/A - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. despacho de fls. 148, seguinte: "Considerado o acordo de fls. 123/125, bem assim a homologação judicial de fls. 126, oficie-se, novamente, ao DETRAN, com o fim específico de: a) baixar a anotação de arrendamento mercantil (fls. 131); (fls. 132). b) promover a substituição na titularidade dos bens para constar o autor, como proprietário. Arq. Em 27/8/11. Sábado. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito". - Advs. DAVID ALEXANDRE AUGUSTO ZABOT DE MELLO e CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELÉM.
13. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - 609/08 - VALDECIR BONCOSKI x INSS - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, se manifestar quanto ao Ofício do INSS de fls. 94. - Adv. ROSELILCE FRANCELI CAMPANA.
14. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 513/07 - SICREDI FRONTEIRA x MC GNATTA ZAMIN e outros - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. despacho de fls. 149/150, cujo tópico final é o seguinte: "**POSTO ISSO - DEFIRO O PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO, com fundamento no CPC, art. 612, 620, 791, 792; Lei de Execução Fiscal, art. 40, caput.** Arquivem-se provisoriamente. Deem-se as baixas necessárias no boletim mensal de movimentação forense. Mantenham-se os autos no arquivo provisório, aguardando a manifestação da parte credora. Barracão, 28-9-2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito". - Adv. CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SILVA.
15. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 286/08 - SICREDI FRONTEIRA x SOELI PFEIFER e outro - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. despacho de fls. 104/105, cujo tópico final é o seguinte: "**POSTO ISSO - DEFIRO O PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO, com fundamento no CPC, art. 612, 620, 791, 792; Lei de Execução Fiscal, art. 40, caput.** Arquivem-se provisoriamente. Deem-se as baixas necessárias no boletim mensal de movimentação forense. Mantenham-se os autos no arquivo provisório, aguardando a manifestação da parte credora. Barracão, 28-9-2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito". - Adv. CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SILVA.
16. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 1088/10 - ABRILINO BONIFÁCIO e outros x BANCO ITAU S/A - ficam intimadas as partes para, no prazo de 5 dias, se manifestarem quanto ao cálculo de fls. 243/326. - Advs. JOSÉ RODRIGO MACHADO, ALEXANDRE AUGUSTO ZABOT DE MELLO, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI.
17. REVISIONAL CONTRATUAL - 1825/10 - ALBINO PIERI x ITAUCARD S/A - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 678,52 para o Cartório Cível e R$ 176,17 para o Contador/Distribuidor. - Adv. CHARLES HERMANN LIMÕES.
18. REVISIONAL CONTRATUAL - 568/10 - IZIDIO JOSÉ DA SILVA x BANCO FINASA BMC S/A - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 678,52 para o Cartório Cível e R$ 145,81 para o Contador/Distribuidor. - Adv. CHARLES HERMANN LIMÕES.
19. REVISIONAL CONTRATUAL - 1235/10 - GS IMP. E EXP. DE ALIMENTOS LTDA x CIA ITAU LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 18,22 para o Cartório Cível e R$ 30,71 para o Contador/Distribuidor. - Adv. EDVAN ALEXANDRE DE OLIVEIRA BRASIL.
20. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 2382/10 - BANCO ITAULEASING S/A x VALDECIR BATTISTI - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 819,21 para o Cartório Cível e R$ 285,41 para o Contador/Distribuidor. - Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN.
21. REVISIONAL CONTRATUAL - 1090/10 - TRANSPORTADORA NOSCHAHG LTDA ME x BANCO FINASA S/A - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 313,52 para o Cartório Cível e R$ 161,00 para o Contador/Distribuidor. - Adv. DAVID ALEXANDRE WOICHIKOWSKI DE MATTOS.
22. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 2302/10 - R & G FACTOR FOMENTO COMERCIAL LTDA x COMERCIAL ATACADISTA FRIZZO LTDA - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 828,61 para o Cartório Cível e R$ 377,29 para o Contador/Distribuidor. - Adv. EDGARD SIMÕES.
23. EMBARGOS DE TERCEIRO - 2931/10 - SICOOB SÃO MIGUEL/SC x ROBERTO CARLOS ZAHILKOWICZ RUTKOWSKI - fica intimada a parte autora para, no prazo legal, se manifestar quanto a impugnação e documentos de fls. 43/109. - Advs. JOSÉ LUIZ FAVERO e RAFEL NIENOW.
24. REVISIONAL CONTRATUAL - 1265/10 - OLI DAMBROSIO x BANCO ITAU S/A - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 391,51 para o Cartório Cível e R$ 85,60 para o Contador/Distribuidor. - Adv. CHARLES HERMANN LIMÕES.
25. BUSCA E APREENSÃO - 2274/10 - PANAMERICANO S/A x VALDERY FLORES DE QUADROS - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 1,41 para o Cartório Cível e R$ 30,40 para o Contador/Distribuidor. - Adv. PATRICIA P. JANSEN.
26. REVISIONAL CONTRATUAL - 495/10 - DIONI GRISS x BANCO FINASA S/A - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 62,81 para o Cartório Cível e R$ 105,21 para o Contador/Distribuidor. - Adv. TULIO MARCELO DENIG BANDEIRA.
27. REVISIONAL CONTRATUAL - 1262/10 - DOLORES MARIA MANFRIN ALENDE x BANCO BMG S/A - fica intimada a parte ré para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 47,81 para o Cartório Cível e R$ 106,01 para o Contador/Distribuidor. - Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.
28. BUSCA E APREENSÃO - 2190/10 - BV FINANCEIRA S/A x VILSON LUIZ CONTE - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 1,41 para o Cartório Cível e R$ 30,47 para o Contador/Distribuidor. - Adv. FRANCIELE DA ROZA COLLA.
29. AÇÃO MONITÓRIA - 1790/10 - BREGOMAR VEÍCULOS LTDA x LUCAS DERNER CARNEIRO - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 1,41 para o Cartório Cível e R$ 30,47 para o Contador/Distribuidor. - Adv. MARLUZA LACERDA PAIM.
30. COBRANÇA - 1355/10 - MASSA FALIDA DO SUPERMERCADO SLONGO LTDA x ROZALINA AZELIDE FRIZON CASAGRANDE - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 631,21 para o Cartório Cível, R$ 31,00 para o Oficial de Justiça e R$ 111,29 para o Contador/Distribuidor. - Adv. LUIZ FERNANDO GUARESCHI.
31. REVISIONAL CONTRATUAL - 2857/10 - RUI PIFER ME x BANCO DIBENS S/A - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes, no valor de R$ 888,80 para o Cartório Cível e R$ 311,00 para o Contador/Distribuidor. - Adv. LEOMAR ANTONIO JOHANN.
32. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 450/09 - ESTADO DO PARANÁ x JUCILEINE KREUTZ DE LIMA - ficam intimadas as partes da baixa dos autos do eg. TJ-PR e para que, no prazo de 5 dias, requeiram o que entenderem de direito. - Adv. LUIZ FERNANDO GUARESCHI.
33. USUCAPIÃO - 412/11 - VANDA DE FÁTIMA GOMES x CLEONISE ANA KLEIN - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. despacho de fls. 156, seguinte: "Concedo a gratuidade judiciária (fls. 146/151). Arq. Em 25/8/11. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito". - Advs. CACIA DE DORDI TRES e CIRO ALBERTO PIASECKI.
34. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 1697/11 - BFB LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL x ODETH TEREZINHA BOTTINI - fica intimada a parte autora o recolhimento das custas, sob pena de extinção. - Adv. ARISTOGNO ESPINDOLA DA CUNHA.
35. REVISIONAL CONTRATUAL - 1616/10 - ODETH TEREZINHA BOTTINI x BFB LEASING - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 75/76, cujo tópico final é o seguinte: "POSTO ISSO - JULGO PROCEDENTES OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS, para incluir no dispositivo da r. sentença de fls. 52/62: LIMITO OS JUROS AO PATAMAR DE 12% a.a. Oportunamente, arquivem-se, observadas as recomendações da eg. CGJ paranaense. P.R.I. Barracão, 19-9-2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito". - Adv. CHARLES HERMANN LIMÕES.
36. REVISIONAL CONTRATUAL - 2292/11 - NILTON DO AMARAL x BV LEASING - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, informar o atual endereço da parte ré, tendo em vista a correspondência devolvida. - Adv. LEOMAR ANTONIO JOHANN.
37. REVISIONAL CONTRATUAL - 2929/10 - MARTINHO ANGONESE x BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S/A - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 194/206, cujo tópico final é o seguinte: "**POSTO ISSO - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, COM FUNDAMENTO NO ART. 269, I, CONFIRMO A LIMINAR CONCEDIDA ÀS FLS. 101/103. 1) DECLARO NULA A (a) cobrança**

**de comissão de permanência; (b) cobrança de juros capitalizados; (c) declaro nula a cobrança de TAC e TEC; 2) LIMITO a multa contratual ao patamar de 2%; 2) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao(à)(s) autor(a)(s) os valores pagos indevidamente em face das cláusulas contratuais nulas, corrigidos pelos índices do INPC e juros de mora legais, a partir do pagamento indevido, admitida a compensação de valores devidos entre as partes. 3) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao autor os valores cobrados a maior (n.º 2), em dobro, na previsão da Lei n.º 8.078, de 11-9-1990, art. 42, parágrafo 2º; 4) Por ter(em) o(a)(s) autor(a)(es) decaído em parte mínima do pedido - bem como ante o princípio da causalidade - custas e honorários advocatícios a cargo do (a) ré(u). Os honorários advocatícios, fixo-os em 10% sobre o valor total da condenação (soma dos valores obtidos no n.º 2 mais n.º 3, acima), nos termos do Código Processual Civil, artigo 20, parágrafo 3º;5)** Considerado o disposto na Lei n.º 11.232, de 2005, inserindo a alteração no Código Processual Civil, art. 475-J, intimo a ré, neste ato, para, 15 dias do trânsito em julgado desta sentença (independentemente de nova intimação judicial), pagar o valor aqui fixado, sob pena de multa no importe de 10% sobre o valor total da condenação; **6)Oportunamente, arquivem-se, observadas as recomendações da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça paranaense. P.R.I. Barracão, 08-04-2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito".** - Advs. OLIDE JOÃO GANZER, PAULO GIOVANI FORNAZARI e GIOVANA CEZALLI MARTINS.

38. PRESTAÇÃO CONTINUADA - 995/11 - SEVERINA BIANCHI CAROLLO x INSS - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 57/61, cujo tópico final é o seguinte: "**POSTO ISSO - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, com fundamento na Lei n.° 8.742/1993, art. 2°. DETERMINO A IMEDIATA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇAÕ CONTINUADA para pessoas portadoras de deficiência a SEVERINA BIANCHI CAROLLO, concedendo ainda a antecipação da tutela, com fundamento no art. 273, I. Mantenho íntegra a r. decisão de fls. 18/22. )** O benefício deverá ser pago no valor de 1 salário mínimo. Por haver requerimento administrativo, o benefício a contar de 21-12-2006, data de entrada do requerimento (...) As parcelas vencidas deverão ser pagas atualizadas pelos índices do IGP-DI, com incidência de juros no importe de 1% ao mês, a contar da citação. **2)** Custas e honorários advocatícios pelo réu. Os honorários, fixo-os em 10% sobre o valor da condenação, excluídas as prestações vincendas, observado o CPC, art. 20, § 3°, alíneas a, b, c. **3)** Não havendo recursos voluntários, subam os autos ao eg. TRF da 4ª região (...) em razão de esta decisão estar sujeita ao reexame necessário, **salvo a ocorrência da previsão do CPC, art. 475, § 2°, por prova da parte. 4)** Oportunamente, arquivem-se, observadas as disposições do Código de Normas da eg. CGJ paranaense. P.R.I. Barracão, 28 de junho de 2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito". - Adv. ANA PAULA VERONA.

39. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE - 652/11 - RUI MANTELLI x INSS - fica intimado o apelado para, no prazo legal, responder a apelação de fls. 344/358, que foi recebida no efeito devolutivo. - Adv. ROSALINA SACRINI PIMENTEL.

40. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1645/10 - SICREDI FRONTEIRA x VALDECIR FRIZZO e outro - fica intimada a pare autora da penhora online realizada e para, no prazo de 5 dias, recolher a diligência do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 74,00 para cumprimento do mandado de citação dos devedores. - Adv. CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SILVA.

41. REVISÃO DE BENEFÍCIO - 25/11 - LEOCIR BLANCO DOS SANTOS x INSS - fica intimado o apelado para, no prazo legal, responder a apelação de fls. 31/44, que foi recebida no efeito devolutivo. - Advs. MARCOS DANIEL HAEFLIEGER e ANDREY LUIZ GELLER.

42. PENSÃO POR MORTE - 1770/10 - ODETE MARIA LOPATIUK x INSS - fica intimada a apelada para, no prazo legal, responder a apelação de fls. 120/122, que foi recebida no efeito devolutivo. - Adv. ROSALINA SACRINI PIMENTEL.

43. REVISIONAL CONTRATUAL - 869/11 - ARLI LUIZ DAHMER x BV FINANCEIRA S/A - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 107/117, cujo tópico final é o seguinte: "**POSTO ISSO - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, COM FUNDAMENTO NO ART. 269, I, CONFIRMO A LIMINAR CONCEDIDA ÀS FLS. 34/37. 1) DECLARO NULA A (a) cobrança de comissão de permanência; (b) cobrança de juros capitalizados; (c) declaro nula a cobrança de TAC e TEC; 2) LIMITO a multa contratual ao patamar de 2%; 2) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao(à)(s) autor(a)(s) os valores pagos indevidamente em face das cláusulas contratuais nulas, corrigidos pelos índices do INPC e juros de mora legais, a partir do pagamento indevido, admitida a compensação de valores devidos entre as partes. 3) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao autor os valores cobrados a maior (n.º 2), em dobro, na previsão da Lei n.º 8.078, de 11-9-1990, art. 42, parágrafo 2º; 4) Por ter(em) o(a)(s) autor(a)(es) decaído em parte mínima do pedido - bem como ante o princípio da causalidade - custas e honorários advocatícios a cargo do (a) ré(u). Os honorários advocatícios, fixo-os em 10% sobre o valor total da condenação (soma dos valores obtidos no n.º 2 mais n.º 3, acima), nos termos do Código Processual Civil, artigo 20, parágrafo 3º;5)** Considerado o disposto na Lei n.º 11.232, de 2005, inserindo a alteração no Código Processual Civil, art. 475-J, intimo a ré, neste ato, para, 15 dias do trânsito em julgado desta sentença (independentemente de nova intimação judicial), pagar o valor aqui fixado, sob pena de multa no importe de 10% sobre o valor total da condenação; **6)Oportunamente, arquivem-se, observadas as recomendações da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça paranaense. P.R.I. Barracão, 9-6-2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito".** - Advs. CHARLES HERMANN LIMÕES e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES.

44. EMBARGOS A EXECUÇAO - 1086/10 - INSS x ALBINO PRA - ficam intimadas as partes para, no prazo de 5 dias, se manifestarem quanto a Conta de fls. 15/16. - Advs. PAULO CESAR GNOATTO e CLEYTON ADRIANO MORESCO.

45. REVISIONAL CONTRATUAL - 1129/11 - MARIONES SILVA DE MOURA x BV FINANCEIRA S/A - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 72/83, cujo tópico final é o seguinte: "**POSTO ISSO - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, COM FUNDAMENTO NO ART. 269, I, CONFIRMO A LIMINAR CONCEDIDA ÀS FLS. 36/38. 1) DECLARO NULA A (a) cobrança de comissão de permanência; (b) cobrança de juros capitalizados; (c) declaro nula a cobrança de TAC e TEC; 2) LIMITO a multa contratual ao patamar de 2%; 2) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao(à)(s) autor(a)(s) os valores pagos indevidamente em face das cláusulas contratuais nulas, corrigidos pelos índices do INPC e juros de mora legais, a partir do pagamento indevido, admitida a compensação de valores devidos entre as partes. 3) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao autor os valores cobrados a maior (n.º 2), em dobro, na previsão da Lei n.º 8.078, de 11-9-1990, art. 42, parágrafo 2º; 4) Por ter(em) o(a)(s) autor(a)(es) decaído em parte mínima do pedido - bem como ante o princípio da causalidade - custas e honorários advocatícios a cargo do (a) ré(u). Os honorários advocatícios, fixo-os em 10% sobre o valor total da condenação (soma dos valores obtidos no n.º 2 mais n.º 3, acima), nos termos do Código Processual Civil, artigo 20, parágrafo 3º;5)** Considerado o disposto na Lei n.º 11.232, de 2005, inserindo a alteração no Código Processual Civil, art. 475-J, intimo a ré, neste ato, para, 15 dias do trânsito em julgado desta sentença (independentemente de nova intimação judicial), pagar o valor aqui fixado, sob pena de multa no importe de 10% sobre o valor total da condenação; **6)Oportunamente, arquivem-se, observadas as recomendações da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça paranaense. P.R.I. Barracão, 22-6-2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito".** - Advs. CHERLES HERMANN LIMÕES e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.

46. REVISIONAL CONTRATUAL - 633/11 - SERGIO ANTONIO DALLA COSTA x BV FINANCEIRA S/A - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 283/293, cujo tópico final é o seguinte: "**POSTO ISSO - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, COM FUNDAMENTO NO ART. 269, I, CONFIRMO A LIMINAR CONCEDIDA ÀS FLS. 66/68. 1) DECLARO NULA A (a) cobrança de comissão de permanência; (b) cobrança de juros capitalizados; (c) declaro nula a cobrança de TAC e TEC; 2) LIMITO a multa contratual ao patamar de 2%; 2) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao(à)(s) autor(a)(s) os valores pagos indevidamente em face das cláusulas contratuais nulas, corrigidos pelos índices do INPC e juros de mora legais, a partir do pagamento indevido, admitida a compensação de valores devidos entre as partes. 3) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao autor os valores cobrados a maior (n.º 2), em dobro, na previsão da Lei n.º 8.078, de 11-9-1990, art. 42, parágrafo 2º; 4) Por ter(em) o(a)(s) autor(a)(es) decaído em parte mínima do pedido - bem como ante o princípio da causalidade - custas e honorários advocatícios a cargo do (a) ré(u). Os honorários advocatícios, fixo-os em 10% sobre o valor total da condenação (soma dos valores obtidos no n.º 2 mais n.º 3, acima), nos termos do Código Processual Civil, artigo 20, parágrafo 3º;5)** Considerado o disposto na Lei n.º 11.232, de 2005, inserindo a alteração no Código Processual Civil, art. 475-J, intimo a ré, neste ato, para, 15 dias do trânsito em julgado desta sentença (independentemente de nova intimação judicial), pagar o valor aqui fixado, sob pena de multa no importe de 10% sobre o valor total da condenação; **6)Oportunamente, arquivem-se, observadas as recomendações da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça paranaense. P.R.I. Barracão, 30-6-2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito".** - Advs. DEBORA CRISTINA DE SOUZA MACIEL, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA.

47. REVISIONAL CONTRATUAL - 825/11 - RONALDO DA SILVA SOUZA x BANCO FINASA BMC S/A - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 95/105, cujo tópico final é o seguinte: "**POSTO ISSO - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, COM FUNDAMENTO NO ART. 269, I, CONFIRMO A LIMINAR CONCEDIDA ÀS FLS. 47/49. 1) DECLARO NULA A (a) cobrança de comissão de permanência; (b) cobrança de juros capitalizados; (c) declaro nula a cobrança de TAC e TEC; 2) LIMITO a multa contratual ao patamar de 2%; 2) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao(à)(s) autor(a)(s) os valores pagos indevidamente em face das cláusulas contratuais nulas, corrigidos pelos índices do INPC e juros de mora legais, a partir do pagamento indevido, admitida a compensação de valores devidos entre as partes. 3) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao autor os valores cobrados a maior (n.º 2), em dobro, na previsão da Lei n.º 8.078, de 11-9-1990, art. 42, parágrafo 2º; 4) Por ter(em) o(a)(s) autor(a)(es) decaído em parte mínima do pedido - bem como ante o princípio da causalidade - custas e honorários advocatícios a cargo do (a) ré(u). Os honorários advocatícios, fixo-os em 10% sobre o valor total da condenação (soma dos valores obtidos no n.º 2 mais n.º 3, acima), nos termos do Código Processual Civil, artigo 20, parágrafo 3º;5)** Considerado o disposto na Lei n.º 11.232, de 2005, inserindo a alteração no Código Processual Civil, art. 475-J, intimo a ré, neste ato, para, 15 dias do trânsito em julgado desta sentença (independentemente de nova intimação judicial), pagar o valor aqui fixado, sob pena de multa no importe de 10% sobre o valor total da condenação; **6)Oportunamente, arquivem-se, observadas as recomendações da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça paranaense. P.R.I. Barracão, 9-6-2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito".** - Advs. OLIDE JOÃO DE GANZER, MARIANE MACAREVICH e ROSÂNGELA DA ROSA CORREA.

48. REVISIONAL CONTRATUAL - 1229/11 - THAIS ANDREIA KUNZ DARIVA x BV FINANCEIRA S/A - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 191/202, cujo tópico final é o seguinte: "**POSTO ISSO - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, COM FUNDAMENTO NO ART. 269, I, CONFIRMO A LIMINAR CONCEDIDA ÀS FLS. 66/68. 1) DECLARO NULA A (a) cobrança de comissão de permanência; (b) cobrança de juros capitalizados; (c) declaro nula a cobrança de TAC e TEC; 2) LIMITO a multa contratual ao patamar de 2%; 2) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao(à)(s) autor(a)(s) os valores pagos indevidamente em face das cláusulas contratuais nulas, corrigidos pelos índices do INPC e juros de mora legais, a partir do pagamento indevido, admitida a compensação de valores devidos entre as partes. 3) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao autor os**

**valores cobrados a maior (n.º 2), em dobro, na previsão da Lei n.º 8.078, de 11-9-1990, art. 42, parágrafo 2º; 4) Por ter(em) o(a)(s) autor(a)(es) decaído em parte mínima do pedido - bem como ante o princípio da causalidade - custas e honorários advocatícios a cargo do (a) ré(u). Os honorários advocatícios, fixo-os em 10% sobre o valor total da condenação (soma dos valores obtidos no n.º 2 mais n.º 3, acima), nos termos do Código Processual Civil, artigo 20, parágrafo 3º;5)** Considerado o disposto na Lei n.º 11.232, de 2005, inserindo a alteração no Código Processual Civil, art. 475-J, intimo a ré, neste ato, para, 15 dias do trânsito em julgado desta sentença (independentemente de nova intimação judicial), pagar o valor aqui fixado, sob pena de multa no importe de 10% sobre o valor total da condenação; **6)Oportunamente, arquivem-se, observadas as recomendações da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça paranaense. P.R.I. Barracão, 22-6-2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito".** - Advs. DÉBORA CRISTINA DE SOUZA MACIEL e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI.

49. REVISIONAL CONTRATUAL - 1127/11 - NILZA MARIA DE CAMARGO DEZAN x BFB LEASING S/A - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 40, seguinte: "JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no CPC, art. 267, VIII, observado o pedido de fls. 35. Faculto ao autor o direito de extrair os documentos constantes dos autos, mediante cópia e recibo nos autos. Oportunamente, arquivem-se, observadas, detalhadamente, as recomendações da eg. CGJ paranaense. P.R.I. Barracão, 10/6/2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito". - Adv. CHARLES HERMANN LIMÕES.

50. REVISIONAL CONTRATUAL - 375/11 - IZOLDE ANTUNES DA COSTA x BV FINANCEIRA S/A - fica intimada a apelada para, no prazo legal, responder a apelação de fls. 157/171, que foi recebida no efeito devolutivo. - Adv. CHARLES HERMANN LIMÕES.

51. NOTIFICAÇÃO JUDICIAL - 1121/11 - JORGE LOVATTO MACHADO e outro x MICHEL MARTINS MACHADO - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 13, seguinte: "JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no CPC, art. 267, VIII, observado o pedido de fls. 10. Faculto ao autor o direito de extrair os documentos constantes dos autos, mediante cópia e recibo nos autos. Custas pela parte autora. Oportunamente, arquivem-se, observadas, detalhadamente, as recomendações da eg. CGJ paranaense. P.R.I. Barracão, 30/6/2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito". - Adv. ANA PAULA VERONA.

52. ALVARÁ JUDICIAL - 400/11 - PAMELA CAROLAINE DE OLIVEIRA LOPES e outros x ESTE JUIZO - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 31/32, cujo tópico final é o seguinte: "Tendo em vista que o presente pedido encontra-se devidamente instruído, defiro-o, autorizando a requerente a proceder ao levantamento das importâncias acima descritas. Expeça-se alvará em nome da Sra. ROSI DE OLIVEIRA, representante dos menores PAMELA CAROLINE DE OLIVEIRA LOPES; ALEXSANDRO PIETRO DE OLIVEIRA LOPES; ALEX PATRICK DE OLIVEIRA LOPES, com prazo de validade para prestação de contas de trinta (30) dias. Oportunamente, arquivem-se, observadas as recomendações da eg. CGJ paranaense. P.R.I. Barracão, 16 de junho de 2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito". - Adv. ANA PAULA VERONA.

53. REVISIONAL CONTRATUAL - 2202/10 - SILVANA DE OLIVEIRA BELO x BFB LEASING S/A - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R$ 73,82 para o Cartório Cível e R$ 105,18 para o Contador/Distribuidor. - Adv. DEBORA CRISTINA DE SOUZA MACIEL.

54. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 735/10 - JARDELINO ALVES BRANDÃO SOBRINHO e outros x BANCO ITAÚ S/A - fica intimada a parte autora para, no prazo legal, se manifestar quanto a impugnação e documentos de fls. 212/264. - Advs. ALEXANDRE AUGUSTO ZABOT DE MELLO e JOSÉ RODRIGO MACHADO.

55. INDENIZATÓRIA - 1045/10 - GIOVANI ITAMAR WUNSCHI x DECORAL TINTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - ficam intimadas as partes para, no prazo de 5 dias, efetuarem o pagamento das custas processuais remanescentes, pro rata, no valor de R$ 860,42 para o Cartório Cível, R$ 62,00 para o Oficial de Justiça e R$ 167,76 para o Contador/Distribuidor. - Advs. CLEITON CARLOS MARTINELLI, MARCOS PAULO GAYARDO e CLEBER HAEFLIGER.

56. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 395/10 - ALAOR DE MELLO e outros x BANCO ITAÚ S/A - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, se manifestar quanto a petição e documentos de fls. 284/307. - Adv. CLEBER HAEFLIGER.

57. REVISIONAL CONTRATUAL - 1990/11 - CAROLINA FERREIRA DOS SANTOS PINTO x BANCO BMG S/A - ficam intimadas as pares por todo conteúdo de r. despacho de fls. 174, seguinte: "Considerada a prevenção firmada pelo douto Juizado Especial Cível da Comarca de Francisco Beltrão - Estado do Paraná, eis que naquele foro a citação aconteceu em 8 de novembro de 2010, enquanto neste foro somente em 19 de agosto de 2011, encaminho os autos àquele douto Juízo, com as nossas homenagens e votos de Saúde e Paz. Com os nosso respeitos, BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito". - Advs. DEBORA CRISTINA DE SOUZA MACIEL e ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA.

58. SUMÁRIA DE ADJUDICAÇÃO DE COMPULSÓRIA - 2730/11 - EUCLIDES CÍCERO DE MOURA x IRACEMA REGINA DE ALMEIDA RODRIGUES - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, informar o atual endereço da parte ré, tendo em vista a correspondência devolvida de fls. 32. - Advs. NORMÉLIO PÉRCIO e ALEXANDRE AUGUSTO ZABOT DE MELLO.

59. REVISIONAL CONTRATUAL - 1262/11 - AUTO POSTO DIAMANTE DO SUL LTDA x BV FINANCEIRA S/A - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 83/94, cujo tópico final é o seguinte: "**POSTO ISSO - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, COM FUNDAMENTO NO ART. 269, I, CONFIRMO A LIMINAR CONCEDIDA ÀS FLS. 52/54. 1) DECLARO NULA A (a) cobrança de comissão de permanência; (b) cobrança de juros capitalizados; (c) declaro nula a cobrança de TAC e TEC; 2) LIMITO a multa contratual ao patamar de 2%; 2) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao(à)(s) autor(a)(s) os valores pagos indevidamente em face das cláusulas contratuais nulas, corrigidos pelos índices do INPC e juros de mora legais, a partir do pagamento indevido, admitida a compensação de valores devidos entre as partes. 3) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao autor os valores cobrados a maior (n.º 2), em dobro, na previsão da Lei n.º 8.078, de 11-9-1990, art. 42, parágrafo 2º; 4) Por ter(em) o(a)(s) autor(a)(es) decaído em parte mínima do pedido - bem como ante o princípio da causalidade - custas e honorários advocatícios a cargo do (a) ré(u). Os honorários advocatícios, fixo-os em 10% sobre o valor total da condenação (soma dos valores obtidos no n.º 2 mais n.º 3, acima), nos termos do Código Processual Civil, artigo 20, parágrafo 3º;5)** Considerado o disposto na Lei n.º 11.232, de 2005, inserindo a alteração no Código Processual Civil, art. 475-J, intimo a ré, neste ato, para, 15 dias do trânsito em julgado desta sentença (independentemente de nova intimação judicial), pagar o valor aqui fixado, sob pena de multa no importe de 10% sobre o valor total da condenação; **6)Oportunamente, arquivem-se, observadas as recomendações da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça paranaense. P.R.I. Barracão, 8-7-2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito".** - Advs. OLIDE JOÃO DE GANZER e ANGELIZE SEVERO FREIRE.

60. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 2358/11 - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A x IRCEU PICCINI ME - fica intimada a parte autora para, no prazo de 5 dias, se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, tendo em vista que foi negativa a tentativa de bloqueio de valores pelo sistema BacenJud. - Adv. REINALDO MIRICO ARONIS.

61. BUSCA E APREENSÃO - 362/11 - BV FINANCEIRA S/A x JAIR DA COSTA - fica intimada a parte autora do recebimento da apelação de fls. 20/28, que foi recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo. - Adv. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN.

62. REVISIONAL CONTRATUAL - 992/11 - MILTON JOSÉ BINOTTO x BANCO DO BRASIL - ficam intimadas as partes por todo conteúdo de r. sentença de fls. 100/110, cujo tópico final é o seguinte: "**POSTO ISSO - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, COM FUNDAMENTO NO ART. 269, I, CONFIRMO A LIMINAR CONCEDIDA ÀS FLS. 26/28. 1) DECLARO NULA A (a) cobrança de comissão de permanência; (b) cobrança de juros capitalizados; (c) declaro nula a cobrança de TAC e TEC; 2) LIMITO a multa contratual ao patamar de 2%; 2) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao(à)(s) autor(a)(s) os valores pagos indevidamente em face das cláusulas contratuais nulas, corrigidos pelos índices do INPC e juros de mora legais, a partir do pagamento indevido, admitida a compensação de valores devidos entre as partes. 3) CONDENO o(a) ré(u) a restituir ao autor os valores cobrados a maior (n.º 2), em dobro, na previsão da Lei n.º 8.078, de 11-9-1990, art. 42, parágrafo 2º; 4) Por ter(em) o(a)(s) autor(a)(es) decaído em parte mínima do pedido - bem como ante o princípio da causalidade - custas e honorários advocatícios a cargo do (a) ré(u). Os honorários advocatícios, fixo-os em 10% sobre o valor total da condenação (soma dos valores obtidos no n.º 2 mais n.º 3, acima), nos termos do Código Processual Civil, artigo 20, parágrafo 3º;5)** Considerado o disposto na Lei n.º 11.232, de 2005, inserindo a alteração no Código Processual Civil, art. 475-J, intimo a ré, neste ato, para, 15 dias do trânsito em julgado desta sentença (independentemente de nova intimação judicial), pagar o valor aqui fixado, sob pena de multa no importe de 10% sobre o valor total da condenação; **6)Oportunamente, arquivem-se, observadas as recomendações da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça paranaense. P.R.I. Barracão, 9-6-2011. BRANCA BERNARDI - Juíza de Direito".** - Advs. OLIDE JOÃO DE GANZER e MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH.

Barracão, 29 de setembro de 2011.

**GERALDO TAZONIERO**
**Escrivão do Cível e Anexos**

Barracão, 29 de setembro de 2011.

# CAMBARÁ

## JUÍZO ÚNICO

**COMARCA DE CAMBARÁ - ESTADO DO PARANÁ**
**JUIZ DE DIREITO - RENATO GARCIA**

**RELAÇÃO Nº 36/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANO MORO BITTENCOURT 00014 000309/2004
ALCIDES APARECIDO FERRAZ 00006 000206/2000
00008 000406/2001

00042 000720/2009
00101 000012/1996
00102 000097/1998
ALESSANDRO MAGNO MARTINS 00028 000461/2008
ALEXEY GASTÃO CONSELVAN 00024 000347/2007
00105 002336/2010
ALMEIRINDO BARREIROS JÚNIOR 00017 000078/2006
ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA 00049 001439/2010
ANDRÉ ROBERTO MISCHIATTI 00012 000217/2003
00039 000325/2009
00040 000326/2009
00046 000022/2010
ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ 00104 000271/2009
ANTONIO EDUARDO CASQUEL OLIVEIRA 00026 000383/2008
00064 003033/2010
00065 003039/2010
00069 000544/2011
00073 001122/2011
BOLESLAU SLIVIANY 00096 000025/1995
BRAULIO B. GARCIA PEREZ 00032 000732/2008
CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN 00079 001811/2011
CARLA PASSOS MELHADO 00087 002058/2011
CARLOS ALBERTO BIAGGI 00005 000310/1999
00017 000078/2006
00027 000408/2008
00030 000547/2008
CIBELE KUMAGAI 00066 000082/2011
CLAUDIONOR SIQUEIRA BENITE 00049 001439/2010
DAVID SALOMÃO JUSTINO JUNIOR 00071 000992/2011
DELMO LUIZ CARDOSO DA SILVEIRA 00006 000206/2000
DENISE SCOPARO PENITENTE 00038 000250/2009
EDER GORINI 00001 000225/1997
EDUARDO BENINI 00019 000226/2006
EDVALDO DE ALBUQUERQUE MELO 00016 000774/2004
00048 000744/2010
00068 000472/2011
00078 001809/2011
EGÍDIO FERNANDO ARGÜELO JUNIOR 00027 000408/2008
ERIEL BARREIROS 00033 000788/2008
FLAVIO SANTANNA VALGAS 00033 000788/2008
00035 000046/2009
FRANCISCO CARLOS MAINARDES DA SILVA 00097 000044/1995
00098 000046/1995
00099 000048/1995
00100 000049/1995
FÁBIO CARBELOTI DALA DÉA 00072 000995/2011
GERVASIO SCHEID 00105 002336/2010
GILBERTO ANTÔNIO RAPONI 00067 000231/2011
GILBERTO BORGES DA SILVA 00094 002077/2011
ILMO TRISTÃO BARBOSA 00039 000325/2009
00040 000326/2009
00047 000618/2010
00053 002371/2010
00054 002372/2010
00055 002373/2010
00056 002374/2010
00057 002375/2010
00058 002376/2010
00059 002377/2010
IVAN PEGORARO 00029 000539/2008
IVO PEGORETTI ROSA 00021 000547/2006
JAIME DOMINGUES BRITO 00002 000341/1997
JOAO ANTONIO SARTORI JUNIOR 00007 000318/2000
JOSE CARLOS COSTA LIMA 00012 000217/2003
JOSE CARLOS DIAS NETO 00004 000301/1998
00010 000379/2002
00013 000446/2003
JOSE CARLOS PINOTTI FILHO 00101 000012/1996
JOSE FERNANDO LEMOS RODRIGUES 00088 002065/2011
00089 002066/2011
00090 002067/2011
00091 002068/2011
00092 002069/2011
00093 002070/2011
JOSÉ CARLOS PEREIRA DE GODOY 00011 000475/2002
00015 000739/2004
00022 000783/2006
JOSÉ GLAUCO CARULA 00020 000521/2006
00025 000096/2008
00034 000837/2008
00050 001445/2010
00082 001913/2011
00086 001949/2011
JOÃO GARBELINI NETO 00046 000022/2010
KELLY CRISTINA SOUZA SANTOS MARZENTA 00034 000837/2008
LAURO FERNANDO ZANETTI 00060 002642/2010
00061 002680/2010
00063 002862/2010
LEILA MATTAR OLIVATO 00026 000383/2008
LEILA REGINA DIOGO GONÇALVES MEDINA 00013 000446/2003
LEONARDO NUNES PEREZ 00045 001000/2009
LUIZ FERNANDO DA SILVA 00095 002097/2011
LÉIA FERNANDA DE SOUZA RITTI RICCI 00022 000783/2006
MARCELO CONSTANTINO MALAGUIDO 00060 002642/2010
00061 002680/2010
00063 002862/2010
MARCO AURÉLIO FERNANDES LIMA 00031 000712/2008
MARIA LUCILIA GOMES 00074 001241/2011
MARISILVIA APARECIDA FONSECA 00012 000217/2003
MAÍSA DIAS PIMENTA 00080 001830/2011
MILENE REGINA AMORIELLO 00009 000280/2002
MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER 00028 000461/2008
MOACIR ALVES DE ALMEIDA 00025 000096/2008
MURILO ROMANINI LEITE 00077 001468/2011
00085 001948/2011
NEWTON DORNELES SARATT 00041 000500/2009
PAULO CÉSAR LIMA BASTOS 00037 000209/2009
00044 000884/2009
PEDRO ALONSO ROMERO 00070 000850/2011
RAFAEL JUSTO REBELATO 00037 000209/2009
RAFAEL OTAVIO DETONE DO NASCIMENTO 00023 000159/2007
00030 000547/2008
00068 000472/2011
RAPHAEL DIAS SAMPAIO 00023 000159/2007
RENE JOSÉ STUPAK 00024 000347/2007
RENÉ FADEL NOGUEIRA 00076 001365/2011
ROBERTO CARLOS DE ALMEIDA SILVA 00041 000500/2009
00043 000725/2009
RODOLFO LUIZ PEREIRA 00003 000039/1998
00048 000744/2010
00052 001975/2010
RODRIGO MENEZES 00103 000063/2001
ROGÉRIO TADEU DA SILVA 00026 000383/2008
00062 002820/2010
RONALDO REBELLATO 00019 000226/2006
ROSA MARIA STRADIOTTO 00007 000318/2000
00018 000215/2006
00053 002371/2010
00054 002372/2010
00055 002373/2010
00056 002374/2010
00057 002375/2010
00058 002376/2010
00059 002377/2010
SAULO ROBERTO DE ANDRADE 00044 000884/2009
SÉRGIO ANTONIO MEDA 00020 000521/2006
00021 000547/2006
00036 000068/2009
00070 000850/2011
SÉRGIO SCHULZE 00075 001358/2011
00081 001885/2011
00083 001916/2011
TALITA JAMBERSE PIRES 00051 001918/2010
TALITA SANTOS GATTI SIQUEIRA 00084 001946/2011

1. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-225/1997-RIO PARANA CIA SEURITIZADORA DE CRED.FINANCEIROS x FAEDA & AMADEI LTDA e outro- Indefiro o pedido de penhora on line. Observo que a pretensão já foi exercida por duas vezes nos autos sem qualquer sucesso. Já foi encaminhado ofício à Receita Federal sem qualquer sucesso, ff. 94-109. Já foi encaminhado ofício ao Detran ff. 44-45-46, sem resultado prático. Assim sendo, promova a exequente o regular andamento do feito sob pena de extinção e arquivamento.-Adv. EDER GORINI-.
2. INDENIZAÇÃO (ORD)-0000016-70.1997.8.16.0055-AIRTON KOTARO ANABUKI x MINEKO NAGASSAWA- Indique o exequente o local onde o veículo se encontra para viabilizar o ato de constrição. Quanto ao pedido de intimação do executado para indicação de bens, indefiro. Não obstante exista disposição legal a respeito, caberá ao exequente a indicação. Isso porque, se o devedor não indicou bens é porque não os tem, tanto que o feito tramita desde 1997. Ademais, havendo prova em contrário, ai sim, caberá a incidência do disposto no 600, inciso IV, do CPC.-Adv. JAIME DOMINGUES BRITO-.
3. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0000086-53.1998.8.16.0055-BANCO DO BRASIL S/A x WILSON BETTINI JÚNIOR e outro- Com fundamento no disposto no art. 9º, inc. II, do CPC, nomeio à requerida citada por edital, curador especial, o Dr. Rodolfo Luiz Pereira, o qual deverá ser intimado para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. -Adv. RODOLFO LUIZ PEREIRA-.
4. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-301/1998-BANCO BANESTADO S/A x CASQUEL AGRÍCOLA E INDUSTRIAL S/A e outros- Intime-se a parte autora no prazo de 05

(cinco) dias para manifestação sobre a carta devolvida.-Adv. JOSE CARLOS DIAS NETO-.

5. AÇÃO MONITÓRIA-0000068-95.1999.8.16.0055-BB - FINANCEIRA S/A CREDITO FIN. E INVESTIMENTO x CARLOS ALBERTO DEGA- F. 431 Indefiro. Tal providência de atualização do débito compete à parte, conforme artigo 614, inciso II, do CPC. Intime-se o requerente para apresentar a atualização do débito.-Adv. CARLOS ALBERTO BIAGGI-.

6. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0000078-08.2000.8.16.0055-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A x MICHELATO ALIMENTOS LTDA e outros- Sobre o laudo de avaliação de ff.179/189 manifestem as partes.-Advs. DELMO LUIZ CARDOSO DA SILVEIRA e ALCIDES APARECIDO FERRAZ-.

7. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0000067-76.2000.8.16.0055-COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL PARANAPANEMA x JORGE LUIZ DA CRUZ e outros- Considerando a notícia do agravo de instrumento, cuja cópia foi apresentada às ff. 277-284, MANTENHO A DECISÃO AGRAVADA PELOS PROPRIOS FUNDAMENTOS, SALVO DECISÃO CONTRARIA DA INSTANCIA SUPERIOR. De fato, no forma do artigo 243, do CPC, a suposta nulidade levantada pelo agravante foi causada por ele próprio. Não pode alegar a própria torpeza para anular o ato (veire contra factum proprium). No mais requeira a exequente em termos de prosseguimento. -Advs. ROSA MARIA STRADIOTTO e JOAO ANTONIO SARTORI JUNIOR-.

8. EMBARGOS À EXECUÇÃO-406/2001-ARAÚJO MARTINS & CIA LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- Intime-se o exequente para que apresente cálculo atualizado do débito, bem como CPF/CNPJ para viabilizar o pedido de constrição online.-Adv. ALCIDES APARECIDO FERRAZ-.

9. EMBARGOS À EXECUÇÃO-280/2002-FÁTIMA REGINA AMORIELLO e outro x COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL PARANAPANEMA- Com efeito, tem-se que o "status" dos embargantes, comerciantes, não justifica a concessão do benefício, principalmente quando o pedido é formulado sem qualquer base probatória e efetiva da alegada necessidade e já militavam nos autos há mais de oitos anos em a concessão de qualquer benefício. Em arremate, o artigo 5º, inciso LXXIV, da CF é expresso em declinar que apenas os que demonstrarem insuficiência de recursos é que farão jus ao benefício, o que constitui razão bastante para o indeferimento do pedido. Ante o exposto, denego o pedido de gratuidade processual. -Adv. MILENE REGINA AMORIELLO-.

10. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0000101-80.2002.8.16.0055-COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL PARANAPANEMA x EDUARDO LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA e outro- Considerando que os autos dos embargos à execução retornaram no Tribunal e o Agravo de Instrumento de decisão denegatória de recurso excepcional não tem efeito suspensivo, requeira o exequente em termo de prosseguimento. -Adv. JOSE CARLOS DIAS NETO-.

11. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0000049-84.2002.8.16.0055-COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL PARANAPANEMA x CLARICE DE BARROS e outro- Sobre a certidão de f. 130, verso, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento.-Adv. JOSÉ CARLOS PEREIRA DE GODOY-.

12. IMISSÃO NA POSSE-0000128-29.2003.8.16.0055-JOSE CARLOS COSTA LIMA e outro x AGROPECUARIA AGUA LIMPA LTDA e outros- Ante o exposto, julgo extinto o processo, de acordo com o que dispõe o artigo 794, inciso II, do CPC. Custas na forma da lei. Não há honorários.-Advs. JOSE CARLOS COSTA LIMA, MARISILVIA APARECIDA FONSECA e ANDRÉ ROBERTO MISCHIATTI-.

13. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0000182-92.2003.8.16.0055-LUIGGI & BARTH LTDA e outro x COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL PARANAPANEMA- Remeto as partes às Alegações Finais, com prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, a iniciar pelos embargantes. -Advs. LEILA REGINA DIOGO GONÇALVES MEDINA e JOSE CARLOS DIAS NETO-.

14. ALIENACAO DE COISA COMUM-0000239-76.2004.8.16.0055-DANTE GAZOLI CONSELVAN x MÁRIO CONSELVAN- Sobre o pedido e documentos juntados às ff. 265-296, intime-se à contrária-Adv. ADRIANO MORO BITTENCOURT-.

15. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-739/2004-COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL PARANAPANEMA x ADRIANO DA SILVA GARNE e outro- Na forma do art. 614, II, do CPC, apresente a exequente a conta atualizada da execução, requerendo em termos de prosseguimento.-Adv. JOSÉ CARLOS PEREIRA DE GODOY-.

16. AÇÃO MONITÓRIA-0000268-29.2004.8.16.0055-ARNALDO DE CASTRO x GARNE & GARNE LTDA-ME- Intime-se o requerente para dar andamento ao feito, sob pena de extinção e arquivamento.-Adv. EDVALDO DE ALBUQUERQUE MELO-.

17. USUCAPIÃO-0000310-10.2006.8.16.0055-CIRILO CARDOSO DA SILVA e outro x JUÍZO LOCAL- Ante o exposto, conheço dos embargos pela sua tempestividade. No mérito, acolho-os para arbitrar honorários ao curador especial nomeado às f. 41. Havendo atuação de advogado nomeado, é de rigor fixação de honorários advocatícios. Não obstante a controvérsia jurisprudencial a respeito, entendo que o dever de prestar assistência jurídica aos necessitados é do Estado e não dos nobres advogados que militam na comarca, empenhados no dever cívico de colaborar com a justiça. Na comarca não existe defensor público. O nobre causídico que patrocinou a defesa do acusado não pode arcar com um ônus que é atribuição exclusiva do Estado, art. 5º, inciso LXXIV, da CRFB. Assim, é mister o arbitramento dos devidos honorários ao curador especial, os quais fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), condenando o Estado do Paraná a pagá-los na forma da legislação vigente. Importante frisar que o valor arbitrado corresponde à tabela da OAB-PR, a qual, nesse aspecto, possui efeito vinculante, na forma prevista pelos artigos 22 e seguintes da Lei 8906/94.-Advs. CARLOS ALBERTO BIAGGI e ALMEIRINDO BARREIROS JÚNIOR-.

18. AÇÃO MONITÓRIA-0000223-54.2006.8.16.0055-COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL PARANAPANEMA x MARIA MONICA BARBOSA DE SOUZA e outro- F. 212 Indefiro. Tal providência de atualização do cálculo do débito compete à parte, conforme artigo 614, inciso II do CPC. Intime-se o exequente para apresentar a atualização do débito.-Adv. ROSA MARIA STRADIOTTO-.

19. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0000239-08.2006.8.16.0055-SEPROTEC - COM., PROD. E TÉCNICA DE SEMENTES LTDA x SEMENTES CONSELVAN LTDA e outro- Sobre o laudo de avaliação de fls. 103/111, manifestem as partes.-Advs. EDUARDO BENINI e RONALDO REBELLATO-.

20. AÇÃO ORDINARIA (DIVERSA)-521/2006-MÁRIO ANTÔNIO BERNARDELLI x BANCO DO BRASIL S/A- Cumpra-se o v. aresto. Ciência às partes. Requeiram em termos de prosseguimento. Nada sendo requerido, ao arquivo com as baixas necessárias.-Advs. SÉRGIO ANTONIO MEDA e JOSÉ GLAUCO CARULA-.

21. AÇÃO ORDINARIA (DIVERSA)-0000357-81.2006.8.16.0055-A.R.M. METALÚRGICA LTDA x SERASA - CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS BANCOS S.A.- Cumpra-se o v. aresto. Ciência às partes. Requeiram em termos de prosseguimento. Nada sendo requerido, ao arquivo com as baixas necessárias.-Advs. SÉRGIO ANTONIO MEDA e IVO PEGORETTI ROSA-.

22. AÇÃO MONITÓRIA-0000216-62.2006.8.16.0055-COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL PARANAPANEMA x JANETE APARECIDA DE BARROS RODRIGUES e outros- Ante o exposto, julgo extinto o processo, de acordo com o que dispõe o artigo 794, inciso I, do CPC. Custas na forma da lei. Honorários em conformidade com o ajustado entre as partes. Indefiro o pedido de baixa das restrições lançadas no serasa, pois tal atribuição compete ao credor e não ao Poder Judiciário. -Advs. JOSÉ CARLOS PEREIRA DE GODOY e LÉIA FERNANDA DE SOUZA RITTI RICCI-.

23. AÇÃO MONITÓRIA-0000490-89.2007.8.16.0055-DIMASA S.A x ROMÃO & IGNOCENTE LTDA - EPP- Trata-se de ação monitória em que o requerente pede que se oficie à Receita Federal para que forneça relação de bens do executado nas últimas declarações de rendas. É a síntese do necessário. O pedido de ofício à Receita Federal, não pode ser deferido, já que o exequente não demonstrou ter esgotados todos os meios possíveis para obtenção de bens passíveis de penhora. Indefiro, pois, o pedido. Requeira em termos de prosseguimento, sob pena de extinção e arquivamento.-Advs. RAPHAEL DIAS SAMPAIO e RAFAEL OTAVIO DETONE DO NASCIMENTO-.

24. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0000400-81.2007.8.16.0055-SEMENTES CONSELVAN LTDA x DENORPI DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA- Ante o exposto, julgo improcedente os embargos interpostos, com a resolução do mérito e na forma do artigo 269, inciso I, do CPC. Determino o prosseguimento da execução, dando a executada por citada, na forma prevista pelo artigo 214, §1º do CPC. Determino a extração de cópias, às custas da exequente, dos instrumentos de procuração encartados nestes autos e inserção no processo executivo, inclusive com cópia desta decisão. Indefiro o pedido de gratuidade processual do embargante, eis que não demonstrada a efetiva necessidade ao benefício. Responderá o embargante pelas custas, despesas processuais e honorários advocatícios de R$ 3.000,00 (três mil reais), que fixo na forma do artigo 20 § 4º, do CPC, considerando o tempo de duração da demanda, trabalho realizado e local da prestação dos serviços. -Advs. ALEXEY GASTÃO CONSELVAN e RENE JOSÉ STUPAK-.

25. DECLAR.NULIDADE ATO JURIDICO-0001438-94.2008.8.16.0055-VALDEMIR NOVELLI x BANCO DO BRASIL S/A- Não havendo provas à alegações finais, no prazo de 15 dias, a iniciar pelo requerente (prazo sucessivo).-Advs. MOACIR ALVES DE ALMEIDA e JOSÉ GLAUCO CARULA-.

26. INDENIZAÇÃO - SUMÁRIA-0001343-64.2008.8.16.0055-ROMILDO EUZEBIO x ANDERSON ALVES MARCELO e outro- Indefiro a petição de ff. 53-54. A sentença de ff. 35-37 foi omissa em relação ao capítulo das verbas sucumbenciais em face da extinção sem julgamento do mérito. Em face do afirmado, revogo a decisão de f. 41. F.F. 44-47. Determino a retificação do cálculo apresentado, aplicando-se a compensação dos valores determinada na sentença.-Advs. LEILA MATTAR OLIVATO, ROGÉRIO TADEU DA SILVA e ANTONIO EDUARDO CASQUEL OLIVEIRA-.

27. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0001284-76.2008.8.16.0055-MILTON PASCHOALINO JÚNIOR e outro x BANCO BRADESCO S/A- Cumpra-se o v. aresto. Ciência às partes. Requeiram em termos de prosseguimento. Nada sendo requerido, ao arquivo com as baixas necessárias.-Advs. EGÍDIO FERNANDO ARGÜELO JUNIOR e CARLOS ALBERTO BIAGGI-.

28. ACAO DE COBRANCA (SUM)-461/2008-TEREZINHA ALVES MENEZES MORAES x AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS- Ante o exposto, julgo extinta a execução com base no artigo 794, inciso I, do CPC. Expeçam-se alvarás na forma determinada acima e após a juntada dos instrumentos de procuração atualizados e com firmas reconhecidas, se o caso for. Custas e honorários na forma da decisão executada.-Advs. ALESSANDRO MAGNO MARTINS e MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER-.

29. ACAO DE DEPOSITO-539/2008-BANCO FINASA S/A x ZEZIONITO DOMINGUES RODRIGUES- Ante o exposto, julgo procedente o pedido deduzido na presente ação de depósito por conversão da busca e apreensão, com a resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso I, do CPC. Condeno o requerido a restituir ao requerente o veículo descrito na inicial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ou depositar o seu equivalente em dinheiro, correspondente ao valor estimado do bem, tudo na forma dos artigos 4º, do Decreto Lei nº 911/69 e art. 902 do CPC. Arcará o requerido com as custas processuais e honorários advocatícios em favor da parte autora, estes que fixo em R$ 1.500,00, considerando, sobretudo, o trabalho desenvolvido, o tempo de prestação de serviços e o fato da demanda não ter sido julgada antecipadamente (art. 20, §4º, do CPC).-Adv. IVAN PEGORARO-.

30. INVENTÁRIO-0001362-70.2008.8.16.0055-ELZA FRANCIOLI NOBILE x ISIDORO FRANCIOLI e outro- Diante da manifesta violação das normas processuais e procedimentais, indefiro o exame do pedido de usucapião nestes autos. Remeto as partes às vias ordinárias, para que ali, de forma adequada e efetiva, se dê o processamento do pedido de usucapião. Intime-se a inventariante para promover o

regular andamento do feito.-Advs. CARLOS ALBERTO BIAGGI e RAFAEL OTAVIO DETONE DO NASCIMENTO-.

31. EMBARGOS À EXECUÇÃO-712/2008-JOSÉ RODRIGUES FERREIRA x INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- O processo aguarda o depósito dos honorários periciais há mais de cinco meses. Intime-se o embargante para promover o depósito dos honorários no prazo de dez dias, sob pena de preclusão da prova.-Adv. MARCO AURÉLIO FERNANDES LIMA-.

32. AÇÃO INOMINADA C/C DANOS MORAIS-0001264-85.2008.8.16.0055-MARILDA BENETTO IKEGAMI x BANCO ITAÚ S/A- Intime-se o banco executado para promover o pagamento voluntário da obrigação, sob pena de adoção de medidas construtivas.-Adv. BRAULIO B. GARCIA PEREZ-.

33. ACAO DE DEPOSITO-0001346-19.2008.8.16.0055-BV FINANCEIRA S/A CRÉD, FINANC. E INVESTIMENTO x VICENTE CARLOS BALDINO- Especifiquem as partes as provas que pretendam produzir, justificando o conteúdo de cada uma delas, sob pena de preclusão.-Advs. FLAVIO SANTANNA VALGAS e ERIEL BARREIROS-.

34. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0001501-22.2008.8.16.0055-CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES III MILÊNIO LTDA x BANCO DO BRASIL S/A- Manifeste-se as partes sobre o documento de fls. 131. -Advs. KELLY CRISTINA SOUZA SANTOS MARZENTA e JOSÉ GLAUCO CARULA-.

35. BUSCA E APREENSAO (FID)-46/2009-BANCO FINASA S/A x MARLENE CIMA- Ante o exposto e na esteira da manifestação ministerial, julgo extinta a presente demanda, sem a resolução do mérito, art. 267, inciso III, do CPC. Custas pelo requerente. Não há honorários. -Adv. FLAVIO SANTANNA VALGAS-.

36. ACAO DE COBRANÇA (ORD)-0001529-53.2009.8.16.0055-BANCO BRADESCO S/A x SNUG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA- Inicialmente, observo que a requerida pessoa de direito privado que atua no ramo de alimentos. Observo ainda que, aparentemente, não se mostra cabível o pedido de gratuidade processual, já que nada a respeito foi demonstrado nos autos. Assim sendo, determino sob pena de indeferimento/preclusão: a) Comprove a requerente alegada miserabilidade no prazo de 48 horas, indeferimento da gratuidade pretendida. Persistindo a ausência de comprovação, será negado o benefício da gratuidade pretendida. Persistindo a ausência de comprovação, será negado o benefício da gratuidade processual, na forma do Provimento 135, da CGJ/TJPR e item 2.7.9.1 A 2.7.9.3.1, sem prejuízo das sanções constantes do artigo 4º, §1º, da Lei 1.060/50. b) Arbitro os honorários periciais em R$ 3.500,00 (três mil reais e quinhentos reais), atendo aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. c) Diante da petição de f. 270, mostra-se inviável a produção da prova se o devedor, pessoa jurídica de direito privado, não se dispuser a custear os encargos da perícia. Com efeito, a decisão de f. 271 se encontra equivocada. Quem deverá comprovar a alegada miserabilidade é a requerida e não a requerente. -Adv. SÉRGIO ANTONIO MEDA-.

37. AÇÃO CIVIL PÚBLICA-209/2009-MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ x JOSÉ SALIM HAGGI NETO e outro-Trata-se de ação civil pública. Considerando que as partes não manifestaram interesse na produção de outras provas e que a solução do objeto da lide é eminentemente de direito, declaro encerrada a instrução processual. Remeto às partes às alegações finais a iniciar pelo Ministério Público. Observa-se que o MP já o fez de forma remissiva às f. 1020. Dessa forma intimem-se os requeridos para apresentarem alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias. Com a apresentação de alegações finais ou o decurso do prazo, conclusos para exame e decisão. -Advs. RAFAEL JUSTO REBELATO e PAULO CÉSAR LIMA BASTOS-.

38. EMBARGOS DE TERCEIRO-250/2009-MARCIA CRISTINA SALOMÃO x AGROBAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Intime-se o exequente para que apresente cálculo atualizado do débito, bem como CPF/CNPJ para viabilizar o pedido de constrição online.-Adv. DENISE SCOPARO PENITENTE-.

39. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0001977-26.2009.8.16.0055-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ANTONIO CARLOS DOS ANJOS e outros- Sobre a certidão de f. 110 manifestem-se as partes. Desde já indefiro o pedido de expedição de ofício ao Serasa para baixa das restrições em nome dos devedores, eis que tal providência compete à parte.-Advs. ILMO TRISTÃO BARBOSA e ANDRÉ ROBERTO MISCHIATTI-.

40. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0001980-78.2009.8.16.0055-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ANTONIO CARLOS DOS ANJOS e outro- Sobre a certidão de f. 098 manifestem-se as partes. Desde já indefiro o pedido de expedição de ofício ao Serasa para baixa das restrições em nome dos devedores, eis que tal providência compete à parte.-Advs. ILMO TRISTÃO BARBOSA e ANDRÉ ROBERTO MISCHIATTI-.

41. ACAO DE COBRANÇA (ORD)-0001428-16.2009.8.16.0055-CANDIDA BUENO VIDAL COCO x BANCO BRADESCO S/A- Cumpra-se o v. aresto. Ciência às partes. Requeiram em termos de prosseguimento. Nada sendo requerido, ao arquivo com as baixas necessárias.-Advs. ROBERTO CARLOS DE ALMEIDA SILVA e NEWTON DORNELES SARATT-.

42. PROTESTO POR PREFERÊNCIA-0001678-49.2009.8.16.0055-BANCO DO BRASIL S/A x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro- Sobre a petição inicial do presente processo manifestem-se as partes.-Adv. ALCIDES APARECIDO FERRAZ-.

43. ACAO DE COBRANÇA (ORD)-0001426-46.2009.8.16.0055-JOSÉ ALVES FARIA e outros x BANCO DO BRASIL S/A- Intime-se a parte autora do depósito efetuado.-Adv. ROBERTO CARLOS DE ALMEIDA SILVA-.

44. OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR C/C REPARAÇÃO DE DANOS-0001867-27.2009.8.16.0055-PAULO CÉSAR LIMA BASTOS x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR- Manifestem-se as partes se há interesse na produção de prova oral. Havendo interesse, concluso para designação de audiência de instrução e julgamento. Não havendo interesse, à conta e preparo.-Advs. PAULO CÉSAR LIMA BASTOS e SAULO ROBERTO DE ANDRADE-.

45. AÇÃO CIVIL PÚBLICA-0001471-50.2009.8.16.0055-MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ x PAULO EVANGELISTA BARREIROS SOBRINHO e outros- Com fundamento no disposto no artigo 9º,inc. II, do CPC, nomeio aos requeridos citados por edital, curador especial, o Dr. Leonardo Nunes Perez, o qual deverá ser intimado para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. -Adv. LEONARDO NUNES PEREZ-.

46. REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C DANOS MORAIS-0000022-23.2010.8.16.0055-APARECIDO LEONEL PEDROSO e outro x AMILTON FLAUSINO e outro- Para audiência de instrução e julgamento designo o dia 16/12/2011, às 15 horas. Intimem-se as partes e as testemunhas eventualmente anotadas após o depósito das diligências do Sr. Oficial de Justiça.-Advs. JOÃO GARBELINI NETO e ANDRÉ ROBERTO MISCHIATTI-.

47. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0000618-07.2010.8.16.0055-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x PAULO MIGUEL ALBERTINI e outros- F. 87. Indefiro. A conta deve ser apresentada pelo credor (art. 614, II do CPC). Requeiro em termo de prosseguimento soc pena de extinção e arquivamento. -Adv. ILMO TRISTÃO BARBOSA-.

48. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0000744-57.2010.8.16.0055-SARAH MARIA DA SILVA - ME e outro x LUIZ CORREA PEREIRA- Digam a respeito do cumprimento do acordo noticiado às ff. 77-78.-Advs. EDVALDO DE ALBUQUERQUE MELO e RODOLFO LUIZ PEREIRA-.

49. INDENIZAÇÃO (ORD)-0001439-11.2010.8.16.0055-MITRA DIOCESANA DE JACAREZINHO - PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS x BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS- Trata-se de pedido de indenização decorrente decorrente de contrato de seguro de responsabilidade civil, ajuizado pela requerente em face da requerida. Verifico que não existem preliminares a serem analisadas. Outrossim, o processo está devidamente em ordem. As partes são legítimas e estão bem representadas. Portanto, concorrem na espécie dos autos as condições da ação, assim como os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Assim, dou o feito por saneado. Fixo como pontos controvertidos a conduta ilícita da requerida mencionada na petição inicial, os prejuízos materiais e morais sofridos pelo requerente e o nexo de causalidade entre a conduta da requerida e os danos. Defiro a produção das provas requeridas pela parte autora consistente na produção de prova oral, depoimento pessoal e testemunhal (f. 99) e pelo réu consistentes em depoimento pessoal do autor e oitiva de testemunha (f. 101). Sob pena de preclusão, deverá o rol de testemunhas ser apresentado no prazo de cinco dias, à contar da intimação da presente decisão. Nos termos do art. 200, do CPC, depreque-se a oitiva das testemunhas eventualmente resistentes em outras Comarcas. Para audiência de instrução e julgamento designo o dia 09 de fevereiro de 2012, às 14:30 horas.-Advs. CLAUDIONOR SIQUEIRA BENITE e ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA-.

50. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0001445-18.2010.8.16.0055-BANCO BRADESCO S/A x TRANSJULIA LTDA - ME e outros- Sobre a certidão de f. 91, verso, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento.-Adv. JOSÉ GLAUCO CARULA-.

51. INVENTÁRIO-0001918-04.2010.8.16.0055-GIOVANA TERESINHA CASSIANO x TEREZINHA SEBASTIANA FELIPE- Trata-se de ação de inventário pelo rito do arrolamento. Analisando o feito observo que existem irregularidades a serem sanadas, sem as quais não será possível o prosseguimento do feito. Determini: a) Aditamento da inicial, cumprindo o que dispõe o artigo 282, II do CPC. (inventariante e inventariado), sob pena de remoção; b) Comprove a inventariante a alegada hipossuficiência no prazo de 48 horas. Persistindo a ausência de comprovação, será indeferido/revogado o benefício da gratuidade processual, na forma do Provimento 135 da CGJ/TJPR e item 2.7.9.1 a 2.7.9.3.1, sem prejuízo das sanções constantes do artigo 4°, § 1°, do Lei 1.060/50. -Adv. TALITA JAMBERSE PIRES-.

52. AÇÃO DE COBRANÇA-0001975-22.2010.8.16.0055-TRANSPORTADORA SILVA & DIAS LTDA x CASQUEL AGRÍCOLA E INDUSTRIAL S/A- Com fundamento no disposto no art. 9°. , inc. II, do CPC, nomeio aos requeridos citados por edital, curador especial, o Dr. Rodolfo Luiz Pereira, o qual deverá ser intimado para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. -Adv. RODOLFO LUIZ PEREIRA-.

53. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0002371-96.2010.8.16.0055-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ADRIANO CESAR PAVAN- Desde já indefiro o pedido de expedição de ofício ao Serasa para baixa das restrições em nome dos devedores, eis que tal providência compete à parte.-Advs. ILMO TRISTÃO BARBOSA e ROSA MARIA STRADIOTTO-.

54. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0002372-81.2010.8.16.0055-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x DELVAIR ANTONIO PAVAN e outros- Sobre a certidão de f. 101. Manifestem-se as partes. Desde já indefiro o pedido de expedição de ofício ao Serasa para baixa das restrições, já que tal providência compete à parte.-Advs. ILMO TRISTÃO BARBOSA e ROSA MARIA STRADIOTTO-.

55. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0002373-66.2010.8.16.0055-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ARIVALDO VITALINO PAVAN- Sobre a certidão de f. 101 manifestem-se as partes. Desde já indefiro o pedido de expedição de ofício ao Serasa para baixa das restrições em nome dos devedores, eis que tal providência compete à parte.-Advs. ILMO TRISTÃO BARBOSA e ROSA MARIA STRADIOTTO-.

56. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0002374-51.2010.8.16.0055-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x DELVAIR ANTONIO PAVAN- Sobre a certidão de f. 109 manifestem-se as partes. Desde já indefiro o pedido de expedição de ofício ao Serasa para baixa das restrições em nome dos devedores,

eis que tal providência compete à parte.-Advs. ILMO TRISTÃO BARBOSA e ROSA MARIA STRADIOTTO-.

57. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0002375-36.2010.8.16.0055-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ADRIANO CESAR PAVAN e outro- Sobre a certidão de f. 084 manifestem-se as partes. Desde já indefiro o pedido de expedição de ofício ao Serasa para baixa das restrições em nome dos devedores, eis que tal providência compete à parte.-Advs. ILMO TRISTÃO BARBOSA e ROSA MARIA STRADIOTTO-.

58. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0002376-21.2010.8.16.0055-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x VALDEMIR APARECIDO PAVAN e outros- Sobre a certidão de f. 111. Manifestem-se as partes. Desde já indefiro o pedido de expedição de ofício ao Serasa para baixa das restrições em nome dos devedores, eis que tal providência compete à parte.-Advs. ILMO TRISTÃO BARBOSA e ROSA MARIA STRADIOTTO-.

59. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0002377-06.2010.8.16.0055-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ARIVALDO VITALINO PAVAN e outros- Desde já indefiro o pedido de expedição de ofício ao Serasa para baixa das restrições em nome dos devedores, eis que tal providência compete à parte.-Advs. ILMO TRISTÃO BARBOSA e ROSA MARIA STRADIOTTO-.

60. EXECUÇAO DE TITULO JUDICIAL-0002642-08.2010.8.16.0055-ALDO ANTONIO GUIMARAES e outros x BANCO ITAÚ S/A- Não havendo obediência da ordem prevista pelo artigo 655 e na forma do artigo 656, inciso I, ambos do Código de Processo Civil, declaro ineficaz a nomeação de bens à penhora. Acolho o questionamento apresentado pelo credor, concedendo ao executado o prazo de dez dias para efetivar o depósito em dinheiro do valor executado, conforme o cálculo de ff., sob pena de penhora "on line". Quanto ao agravo interposto pelo banco executado, mantenho a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, não havendo o que ser acrescentado.-Advs. MARCELO CONSTANTINO MALAGUIDO e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

61. EXECUÇAO DE TITULO JUDICIAL-0002680-20.2010.8.16.0055-CLAUDINO PESCAROLO x BANCO ITAÚ S/A- Não havendo obediência da ordem prevista pelo artigo 655 e na forma do artigo 656, inciso I, ambos do Código de Processo Civil, declaro ineficaz a nomeação de bens à penhora. Acolho o questionamento apresentado pelo credor, concedendo ao executado o prazo de dez dias para efetivar o depósito em dinheiro do valor executado, conforme o cálculo de ff., sob pena de penhora "on line". Quanto ao agravo interposto pelo banco executado, mantenho a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, não havendo o que ser acrescentado.-Advs. MARCELO CONSTANTINO MALAGUIDO e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

62. AÇÃO DE COBRANÇA-0002820-54.2010.8.16.0055-SUPERMERCADO CAMPIÃO LTDA x UNICOM AGRONEGÓCIOS LTDA- Com fundamento no disposto no art. 9º, inc. II, do CPC, nomeio aos requeridos citados por edital, curador especial, o Dr. Rogério Tadeu da Silva, o qual deverá ser intimado para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.-Adv. ROGÉRIO TADEU DA SILVA-.

63. EXECUÇÃO DE TIT.EXTRAJUDICIAL-0002862-06.2010.8.16.0055-PAULO ROBERTO CAMARGO CAETANO DINIZO e outro x BANCO ITAÚ S/A- Não havendo obediência da ordem prevista pelo artigo 655 e na forma do artigo 656, inciso I, ambos do Código de Processo Civil, declaro ineficaz a nomeação de bens à penhora. Acolho o questionamento apresentado pelo credor, concedendo ao executado o prazo de dez dias para efetivar o depósito em dinheiro do valor executado, conforme o cálculo de ff., sob pena de penhora "on line". Quanto ao agravo interposto pelo banco executado, mantenho a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, não havendo o que ser acrescentado.-Advs. MARCELO CONSTANTINO MALAGUIDO e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

64. AÇÃO DECLARATÓRIA-0003033-60.2010.8.16.0055-PAULO LEITE x BV FINANCEIRA S/A CRÉD, FINANC. E INVESTIMENTO- Determino ao requerente para que, no prazo de 48 horas e sob pena de extinção e arquivamento: Emende a inicial, complementando sua qualificação, conforme dispõe o art. 282, II, do CPC; Comprove a alegada hipossuficiência com exibição de documentos idôneos (declarações do imposto de renda dos três últimos anos) sob pena de indeferimento do benefício pretendido (Prov. 135 CGJ).-Adv. ANTONIO EDUARDO CASQUEL OLIVEIRA-.

65. AÇÃO DECLARATÓRIA-0003039-67.2010.8.16.0055-CELSO FERREIRA RIBEIRO x OMNI S/A - CRÉDITO FINANC. E INVESTIMENTO- Considerando o pedido de assistência judiciária gratuita feito pelo requerente (f. 09), comprove nos autos a alegada hipossuficiência, no prazo de 48 horas, sob pena de indeferimento do benefício pretendido. (Prov. 135 CGJ).-Adv. ANTONIO EDUARDO CASQUEL OLIVEIRA-.

66. RECLAMACAO TRABALHISTA-0000082-23.2011.5.09.0017-JOSÉ MARCONDES DE OLIVEIRA x UNICOM AGRONEGÓCIOS LTDA e outro- Intime-se a parte autora comprovar a alegada hipossuficiência no prazo de 48 horas, sob pena do indeferimento do benefício pretendido. Sem prejuízo, intime-se, pessoalmente, o requerente para que promova o regular prosseguimento do feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento.-Adv. CIBELE KUMAGAI-.

67. BUSCA E APREENSAO (FID)-0000231-55.2011.8.16.0055-OMNI S/A - CRÉDITO FINANC. E INVESTIMENTO x LUIS PAULO FERRAZ DE ALMEIDA- Intime-se o requerente, pessoalmente, para promover o andamento do feito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento.-Adv. GILBERTO ANTÔNIO RAPONI-.

68. DESPEJO-0000472-29.2011.8.16.0055-COOPERATIVA REGIONAL AGRICOLA MISTA DE CAMBARA LTDA x PANEMA IND. E COM. DE ESTEIRAS P/ ALIMENTOS LTDA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as.-Advs. RAFAEL OTAVIO DETONE DO NASCIMENTO e EDVALDO DE ALBUQUERQUE MELO-.

69. DECL. INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇA C/C REP. INDÉB-0000544-16.2011.8.16.0055-KLEBER AHMAD DALI x CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A- Comprove o requerente o prévio exaurimento da via administrativa para requisição dos documentos debatidos nestes autos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.-Adv. ANTONIO EDUARDO CASQUEL OLIVEIRA-.

70. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO-0000850-82.2011.8.16.0055-CASQUEL AGRÍCOLA E INDUSTRIAL S/A x PEDRO ALONSO ROMERO- Ratifico a decisão de ff. 127, pelos seus próprios fundamentos. Na sequência e sem prejuízo das determinações anteriores, deverão as partes especificar as provas que pretendam produzir, justificando o conteúdo de cada uma delas. -Advs. SÉRGIO ANTONIO MEDA e PEDRO ALONSO ROMERO-.

71. USUCAPIÃO-0000992-86.2011.8.16.0055-MARIA CACILDA DOS SANTOS DADONA x JUÍZO LOCAL- Analisando o aditamento de ff. 26-27, observo que a inicial ainda padece de vícios. Assim sendo, determino o aditamento para que se cumpra o disposto no art. 282, II, do CPC, no prazo de dez dias sob pena de indeferimento.-Adv. DAVID SALOMÃO JUSTINO JUNIOR-.

72. INDENIZAÇÃO (ORD)-0000995-41.2011.8.16.0055-NEIDE ROSA GUTIERREZ e outros x PETRYMAR TRANSPORTES LTDA e outro- Considerando o pedido de assistência judiciária gratuita feito pela requerente e pelo requerido Vilmar Ferreira da Silva (ff. 10 e 114), comprovem nos autos a alegada hipossuficiência, no prazo de 48 horas, sob pena de indeferimento do benefício pretendido (Prov. 135 CGJ).-Adv. FÁBIO CARBELOTI DALA DÉA-.

73. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0001122-76.2011.8.16.0055-ANGELA MARIA BOSCO x BANCO FINASA S/A- Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. A fim de se aferir o interesse de agir, comprove a requerente o prévio exaurimento da via administrativa para requisição dos documentos debatidos nestes autos.-Adv. ANTONIO EDUARDO CASQUEL OLIVEIRA-.

74. BUSCA E APREENSAO (FID)-0001241-37.2011.8.16.0055-BANCO BRADESCO S/A x CARREGAMENTO E TRANSPORTES R M G LTDA- Em atenção ao item 5.4.5 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, manifeste-se a parte interessada no prazo de 10 (dez) dias.-Adv. MARIA LUCILIA GOMES-.

75. BUSCA E APREENSAO (FID)-0001358-28.2011.8.16.0055-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x CLÁUDIO DOS SANTOS-Sobre a certidão do Sr.Oficial de Justiça de f. 38 verso manifeste-se o requerente. -Adv. SÉRGIO SCHULZE-.

76. INVENTÁRIO-0001365-20.2011.8.16.0055-JENI DA SILVA FÁVARO x MAURÍCIO FÁVARO- Trata-se de inventário dos bens deixados pelo falecido Maurício Fávaro. Inicialmente, recebo a petição de ff. 17-21, como aditamento à inicial. Diante do documento de ff. 20-21, concedo provisoriamente a gratuidade processual, podendo esta decisão ser modificada se alterarem as circunstâncias fáticas. Determino as seguintes providências: Nomeio para o cargo a requerente Jeni da Silva Fávaro que deverá: prestar o compromisso legal no prazo de 5 (cinco) dias - art. 990, parágrafo único, do Código de Processo Civil; prestar declarações no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 993 do citado diploma legal.-Adv. RENÉ FADEL NOGUEIRA-.

77. ALVARÁ-0001468-27.2011.8.16.0055-CLAUDEMIR RUFINO x JUÍZO LOCAL- Avoco estes autos. Revogo a decisão do anverso eis que indevida. Cumpra-se integralmente a decisão de f. 13, sob pena de indeferimento da petição inicial.-Adv. MURILO ROMANINI LEITE-.

78. INVENTÁRIO-0001809-53.2011.8.16.0055-LUANA DIAS COSTA x JOSÉ COSTA- Trata-se de inventário dos bens deixados pelo falecido José Costa. Após, não havendo interesse na assunção do encargo pelo cônjuge sobrevivente, determino as seguintes providências: Nomeio para o cargo a requerente Luana Dias Costa que deverá: prestar o compromisso legal no prazo de 5 (cinco) dias - art. 990, parágrafo único, do Código de Processo Civil; prestar declarações no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 993 do citado diploma legal.-Adv. EDVALDO DE ALBUQUERQUE MELO-.

79. BUSCA E APREENSAO (FID)-0001811-23.2011.8.16.0055-BANCO PAULISTA S/A x PEDRO SÉRGIO CORDEIRO- Em conformidade com a Portaria nº 19/2011, de 16 de setembro de 2011, a notificação extrajudicial (f. 12/14) foi realizada em domicílio diverso do indicado no art. 2º, XI, item 89.2 da referida portaria, devendo ser emendada, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial.-Adv. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

80. INVENTÁRIO-0001830-29.2011.8.16.0055-JOSÉ CARLOS FURLAN x MARIA APARECIDA PAULINA DA SILVA FURLAN- Trata-se de inventário dos bens deixados pela falecida Maria Aparecida Paulina da Silva Furlan. Após, não havendo interesse na assunção do encargo pelo cônjuge sobrevivente, determino as seguintes providências: Nomeio para o cargo o requerente José Carlos Furlan que deverá: prestar o compromisso legal no prazo de 5 (cinco) dias - art. 990, parágrafo único, do Código de Processo Civil; prestar declarações no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 993 do citado diploma legal.-Adv. MAÍSA DIAS PIMENTA-.

81. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0001885-77.2011.8.16.0055-BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x JULIO FERNANDO MARQUES- Trata-se de pedido de reintegração de posse formulado pela Financeira requerida. Analisando os autos, observo que a notificação foi realizada por cartório situado na cidade de Joaquim Gomes, estado de Alagoas. Atento à determinação no Oficio D.J. nº 38010/2011 - Oficio Circular, protocolo nº 2011.0191384/000, da Corregedoria Geral de Justiça, c.c Ofício Circular 37/2010 e 69/2010, deverá o requerente comprovar a notificação por cartório de títulos e documentos do domicílio de uma das partes, (requerente ou requerido), sob pena de indeferimento da liminar.-Adv. SÉRGIO SCHULZE-.

82. EXECUÇAO-0001913-45.2011.8.16.0055-BANCO BRADESCO S/A x DUDU CAMBARA PROMOÇÕES E EVENTOS S/C LTDA e outros- Certifique-se nos autos se houve o recolhimento das guias do Sr. Oficial de Justiça.-Adv. JOSÉ GLAUCO CARULA-.

83. BUSCA E APREENSAO (FID)-0001916-97.2011.8.16.0055-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x ANA ROSA DE ANDRADE BIZOLATTI- Comprove o requerente, sob pena de indeferimento da inicial, haver procedido à notificação do requerido em Serviço de Títulos e Documentos da residência de uma das partes da presente demanda, tudo na forma do Pedido de Providências nº 2011.0191384-3/000, Ofício D.J. nº 38010/2011 - Ofício Circular. Prazo, dez dias.-Adv. SÉRGIO SCHULZE-.

84. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0001946-35.2011.8.16.0055-ANTONIO SCHIAVON x BANCO BANESTADO S/A- Trata-se de procedimento de execução de sentença. Inicialmente determino ao requerente que comprove domicílio nesta comarca, em documento original e contemporâneo à data de ajuizamento desta demanda, sob pena de extinção e arquivamento (art. 283 e 284, do CPC). Sem prejuízo, nos termos do Provimento 135, da CGJ/TJPR comprove a alegada hipossuficiência financeira documentalmente, apresentando declarações de rendas dos últimos cinco anos, sob pena de indeferimento da gratuidade pretendida. Fica advertido de que comprovado o abuso no pedido, responderá por litigância de má-fé e ainda a pena prevista pelo artigo 4º § 1º, da Lei 1.060/50 (última parte).-Adv. TALITA SANTOS GATTI SIQUEIRA-.

85. AÇÃO CIVIL PÚBLICA-0001948-05.2011.8.16.0055-MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ x ENDO CHOPERIA E EVENTOS-ME- Determino ao requerido que junte aos autos cópias autenticadas dos documentos que acompanharam a contestação, ainda que na forma do art. 365, IV, do CPC. Junte o alvará de funcionamento do estabelecimento emitido pelo Município e o "habite-se" do prédio onde exerce suas atividades. Junte também licença da vigilância sanitária que autorize o regular funcionamento do estabelecimento.-Adv. MURILO ROMANINI LEITE-.

86. INVENTÁRIO-0001949-87.2011.8.16.0055-GERALDA MOREIRA DA SILVA e outros x PEDRO SOARES DA SILVA- Trata-se de inventário dos bens deixados pelo falecido Pedro Soares da Silva. Nomeio para o cargo de inventariante a requerente Maria Augusta da Silva que deverá: prestar o compromisso legal no prazo de 5 (cinco) dias - art. 990, parágrafo único, do Código de Processo Civil; prestar declarações no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 993 do citado diploma legal.-Adv. JOSÉ GLAUCO CARULA-.

87. BUSCA E APREENSAO (FID)-0002058-04.2011.8.16.0055-BANCO FINASA BMC S.A. x RENATA DOS SANTOS SILVA- Diante da certidão de f. 32, determino a requerente que junte aos autos documentos originais ou atenticados, ainda que na forma do artigo 365, inciso IV, sob pena de indeferimento da inicial. Determino ainda que promova o recolhimento das diligências do Sr. Oficial de Justiça, sob as penas do artigo 257, do CPC. -Adv. CARLA PASSOS MELHADO-.

88. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO-0002065-93.2011.8.16.0055-CASQUEL AGRÍCOLA E INDUSTRIAL S/A x AUTO POSTO RIO BOM LTDA- Determino à embargante que regularize a representação processual na forma do artigo 13, do CPC, juntando o instrumento original de procuração com poderes específicos para atuar no presente feito, sob pena de rejeição liminar dos embargos. Concedo efeito suspensivo aos embargos arrematação até que seja esclarecida a questão da venda do produto objeto de alienação em hasta pública da Justiça do Trabalho.-Adv. JOSE FERNANDO LEMOS RODRIGUES-.

89. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO-0002066-78.2011.8.16.0055-CASQUEL AGRÍCOLA E INDUSTRIAL S/A x CARLOS ANTONIO DOS SANTOS- Determino à embargante que regularize a representação processual na forma do artigo 13, do CPC, juntando o instrumento original de procuração com poderes específicos para atuar no presente feito, sob pena de rejeição liminar dos embargos. Indefiro o pedido de efeito suspensivo aos embargos à arrematação, já que a impugnação apresentada não tem o condão de afastar a alienação realizada. Além do mais, eventual procedência dos presentes embargos caberá sub-rogação do valor depositado, sem prejuízo de eventuais perdas e danos contra o credor exequente.-Adv. JOSE FERNANDO LEMOS RODRIGUES-.

90. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO-0002067-63.2011.8.16.0055-CASQUEL AGRÍCOLA E INDUSTRIAL S/A x ELIDA APARECIDA B. DOS REIS- Determino à embargante que regularize a representação processual na forma do artigo 13, do CPC, juntando o instrumento original de procuração com poderes específicos para atuar no presente feito, sob pena de rejeição liminar dos embargos. Concedo efeito suspensivo aos embargos arrematação exclusivamente em relação ao imóvel matriculado sob o nº 331 e somente sobre a cota parte arrematada, ff. 23-25, até que seja esclarecida a questão da venda parcial do imóvel junto à Justiça do Trabalho.-Adv. JOSE FERNANDO LEMOS RODRIGUES-.

91. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO-0002068-48.2011.8.16.0055-CASQUEL AGRÍCOLA E INDUSTRIAL S/A x METALÚRGICA PÉROLA LTDA- Determino à embargante que regularize a representação processual na forma do artigo 13, do CPC, juntando o instrumento original de procuração com poderes específicos para atuar no presente feito, sob pena de rejeição liminar dos embargos. Indefiro o pedido de efeito suspensivo aos embargos à arrematação, já que a impugnação apresentada não tem o condão de afastar a alienação realizada. Além do mais, eventual procedência dos presentes embargos caberá sub-rogação do valor depositado, sem prejuízo de eventuais perdas e danos contra o credor exequente. -Adv. JOSE FERNANDO LEMOS RODRIGUES-.

92. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO-0002069-33.2011.8.16.0055-ADALGISO ANTONIO DA SILVA CASQUEL x PAULO ANTONIO DOS SANTOS- Determino à embargante que regularize a representação processual na forma do artigo 13, do CPC, juntando o instrumento original de procuração com poderes específicos para atuar no presente feito, sob pena de rejeição liminar dos embargos. Indefiro o pedido de efeito suspensivo aos embargos à arrematação, já que a impugnação apresentada não tem o condão de afastar a alienação realizada. Além do mais, eventual procedência dos presentes embargos caberá sub-rogação do valor depositado, sem prejuízo de eventuais perdas e danos contra o credor exequente.-Adv. JOSE FERNANDO LEMOS RODRIGUES-.

93. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO-0002070-18.2011.8.16.0055-CASQUEL AGRÍCOLA E INDUSTRIAL S/A x JAZIEL GODINHO DE MORAIS- Determino à Embargante que regularize a representação processual na forma do artigo 13, do CPC, juntando o instrumento original de procuração com poderes específicos para atuar no presente feito, sob pena de rejeição liminar dos embargos. Indefiro o pedido de efeito suspensivo aos embargos à arrematação, já que a impugnação apresentada não tem o condão de afastar a alienação realizada. Além do mais, eventual procedência dos presentes embargos caberá sub-rogação do valor depositado, sem prejuízo de eventuais perdas e danos contra o credor exequente. Art. 694, caput e § 2º, do CPC.-Adv. JOSE FERNANDO LEMOS RODRIGUES-.

94. BUSCA E APREENSAO (FID)-0002077-10.2011.8.16.0055-BV FINANCEIRA S/A CRÉD, FINANC. E INVESTIMENTO x ANDERSON ALBANO PEREIRA- Trata-se de ação de busca e apreensão fincada em contrato de alienação fiduciária. Diante da certidão de f. 26, determino a requerente que junte aos autos documentos originais ou autenticados, ainda que na forma do artigo 365, inciso IV, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial. Determino ainda que promova o recolhimento das diligências do Sr. Oficial de Justiça, sob as penas do artigo 257, do CPC. Determino finalmente, que o requerente comprove a regular notificação do requerido, realizada em cartório de domicílio das partes, em conformidade com o Pedido de Providências 2011.0191384-3/00, Ofício DJ nº 38010/2011 - Ofício Circular da Corregedoria Geral da Justiça.-Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

95. REVISIONAL C/C REPETIÇÃO INDÉBITO-0002097-98.2011.8.16.0055-REGINALDO GUIMARÃES FILHO x BANCO FINASA S/A- Inicialmente, determino ao requerente que proceda ao aditamento da petição inicial, art. 282, inc. II, do CPC, pois o polo ativo deve ser ocupado pela empresa Carregamento e Transporte RMG Ltda e não polo seu sócio, sob pena de extinção e arquivamento. Sem prejuízo, determino à empresa requerente que junte aos autos seus atos constitutivos que legitimem o suposto sócio, Reginaldo Guimarães Filho a representá-la, na forma do artigo 13, do CPC, e também sob pena de indeferimento. Sem prejuízo, determino ao requerente que promova a juntada de guia própria para viabilizar a citação pelo correio, pretendida, sob penas do artigo 257, do CPC.-Adv. LUIZ FERNANDO DA SILVA-.

96. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-25/1995-CONSELHO REG. CONTABILIDADE DO PARANA x ADENIR GARCIA SENCIO- Os embargos interpostos, ff. 45-45 são mera reiteração da matéria posta em discussão nos autos. Na decisão recorrida não há omissão, contradição ou obscuridade. Os embargos são meramente protelatórios e visam apenas tumultuar o feito. Insiste o embargante em novo incidente, manifestamente procrastinatório em verdadeiro atentado à dignidade da justiça, art. 600, incisos II e III, do CPC. Eventual incorfomismo da parte deverá ser manifestado através da via própria e não pela interposição de embargos declaratórios manifestamente protelatórios, e mesmo sem qualquer efeito de prequestionamento expresso. Assim sendo, rejeito os embargos interpostos, ff. 44-45. Na forma do artigo 538, parágrafo único do CPC, primeira parte, condeno o embargante ao pagamento de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa à parte contrária.-Adv. BOLESLAU SLIVIANY-.

97. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-0000012-04.1995.8.16.0055-CONSELHO REG. DE ENG. ARQ. E AGRONOMIA - CREA x CLAUDINEY GUMERCINDO- Intime-se o exequente para efetuar o preparo das custas.-Adv. FRANCISCO CARLOS MAINARDES DA SILVA-.

98. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-0000013-86.1995.8.16.0055-CONSELHO REG. DE ENG. ARQ. E AGRONOMIA - CREA x JOSE APARECIDO FREITAS- Intime-se o exequente para efetuar o preparo das custas processuais.-Adv. FRANCISCO CARLOS MAINARDES DA SILVA-.

99. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-0000009-49.1995.8.16.0055-CONSELHO REG. DE ENG. ARQ. E AGRONOMIA - CREA x DAVID LEMES- Intime-se o exequente para efetuar o preparo das custas processuais.-Adv. FRANCISCO CARLOS MAINARDES DA SILVA-.

100. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-0000011-19.1995.8.16.0055-CONSELHO REG. DE ENG. ARQ. E AGRONOMIA - CREA x SEBASTIAO GOMES PINHEIRO- Intime-se o exequente para efetuar o preparo das custas processuais.-Adv. FRANCISCO CARLOS MAINARDES DA SILVA-.

101. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-12/1996-CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF x CASQUEL AGRÍCOLA E INDUSTRIAL S/A- Sobre os laudos apresentados pelo contador, digam as partes.-Advs. JOSE CARLOS PINOTTI FILHO e ALCIDES APARECIDO FERRAZ-.

102. EXECUCAO FISCAL - ESTADUAL-0000047-56.1998.8.16.0055-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x S. F. COSTA & CIA LTDA e outro- Sobre os documentos juntados, intime-se à contrária.-Adv. ALCIDES APARECIDO FERRAZ-.

103. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-0000094-25.2001.8.16.0055-CONSELHO REG. DE FARMACIA DO ESTADO DO PARANA x OVANIR DOS ANJOS & CIA LTDA- Intime-se o exequente para efetuar o preparo das custas processuais.-Adv. RODRIGO MENEZES-.

104. EXECUCAO FISCAL - ESTADUAL-0001683-71.2009.8.16.0055-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/PR x MUNICÍPIO DE CAMBARÁ- Requeira a exequente em termos de prosseguimento.-Adv. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ-.

105. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002336-39.2010.8.16.0055-Oriundo da Comarca de DOURADOS/MS 2ª VARA CIVEL-BONANZA ARMAZENS GERAIS LTDA x SEMENTES CONSELVAN LTDA e outros- Não há como se acolher a impugnação de ff. 45-48. A avaliação realizada levou em consideração o preço médio de mercado dos bens avaliados. Quanto aos acessórios (benfeitorias e acessões) não avaliados, não há sobre eles penhora não podendo ser computados na conta. As especulações apresentadas pela devedora não procedem, pois a destinação futura da área a ser alienada não poderá ser considerada na avaliação atual, sob pena de inviabilizar o procedimento de alienação. Ademais, não se apresentou qualquer

avaliação divergente capaz de macular o laudo apresentado pelo contador judicial. Assim rejeito a impugnação apresentada e homologo a avaliação judicial. Requeira a exequente em termos de prosseguimento.-Advs. GERVASIO SCHEID e ALEXEY GASTÃO CONSELVAN-.

Cambará, 29 de Setembro de 2011
Roberto Lúcio Cia Rodrigues Vilar
Auxiliar Juramentado

---

**COMARCA DE CAMBARÁ - ESTADO DO PARANÁ**
**JUIZ DE DIREITO - RENATO GARCIA**

**RELAÇÃO Nº 20/2011-A**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALMEIRINDO BARREIROS JÚNIOR 00002 000362/2007
00008 000496/2010
00018 000010/2009
ERIEL BARREIROS 00002 000362/2007
00016 000008/2008
LEILA MATTAR OLIVATO 00003 000424/2007
00004 000537/2007
00014 001956/2010
MARISILVIA APARECIDA FONSECA 00013 001822/2010
MAÍSA DIAS PIMENTA 00019 000046/2009
PATRÍCIA SCANDOLO MANO 00011 001585/2010
RAFAEL OTAVIO DETONE DO NASCIMENTO 00001 000833/2004
00004 000537/2007
00005 000590/2008
00006 000340/2009
00017 000050/2008
ROGÉRIO TADEU DA SILVA 00003 000424/2007
00009 000856/2010
00010 001211/2010
RONALDO REBELLATO 00020 001311/2010
TALITA JAMBERSE PIRES 00007 000469/2010
00012 001646/2010
00015 002411/2010

1. SEPARAÇAO JUDIC. CONSENSUAL-0000146-16.2004.8.16.0055-N.J.M. e outro x J.L.- F. 92. Indefiro. O feito já conta com o transito em julgado sendo que o pagamento das custas pelo requerido não poderá ser afastado. -Adv. RAFAEL OTAVIO DETONE DO NASCIMENTO-.
2. SEPARAÇAO JUDIC. CONSENSUAL-362/2007-L.C.A. e outro x J.L.- Ante exposto, Homologo o acordo a que chegaram as partes, ff. 26-29, e julgo extinto o processo com resolução do mérito, artigo 269, III, do CPC. Não há custas nem honorarios. -Advs. ALMEIRINDO BARREIROS JÚNIOR e ERIEL BARREIROS-.
3. INVESTIGAÇAO DE PAT.C/C ALIM.-0000418-05.2007.8.16.0055-O.E.I. x A.D.S.- Especifiquem as partes as provas que pretendam produzir, justificando-as. -Advs. LEILA MATTAR OLIVATO e ROGÉRIO TADEU DA SILVA-.
4. DISSOLUCAO SOCIEDADE CONJUGAL-0000324-57.2007.8.16.0055-D.P.G. x J.M.F.- Cumpra-se integralmente o despacho de f. 124-verso, intimando as partes para que promovam o regular andamento do feito.-Advs. RAFAEL OTAVIO DETONE DO NASCIMENTO e LEILA MATTAR OLIVATO-.
5. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-0001389-53.2008.8.16.0055-I.V.S. x L.R.F.- F. 35-36. Indefiro, Tal providência compete à parte e não a este juízo. Intime-se o exequente, para promover o andamento do feito no prazo de 48 horas sob pena de extinção e arquivamento.-Adv. RAFAEL OTAVIO DETONE DO NASCIMENTO-.
6. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-0001354-59.2009.8.16.0055-P.H.G.C. x M.L.C.- Promova o exequente o regular andamento do feito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento.-Adv. RAFAEL OTAVIO DETONE DO NASCIMENTO-.
7. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-0000469-11.2010.8.16.0055-M.E.L.R. x C.A.R.- Intime-se o exequente para promover o regular andamento do feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento.-Adv. TALITA JAMBERSE PIRES-.
8. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-0000496-91.2010.8.16.0055-B.T. e outros x N.T.- Com fundamento no disposto no art. 9º, inc. II, do CPC, nomeio ao requerido citado por edital, curador especial, o Dr. Almeirindo Barreiros Júnior, o qual deverá ser intimado para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.-Adv. ALMEIRINDO BARREIROS JÚNIOR-.
9. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-0000856-26.2010.8.16.0055-M.M.A. x M.A.- Apresente a exequente cálculo atualizado da obrigação. -Adv. ROGÉRIO TADEU DA SILVA-.
10. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0001211-36.2010.8.16.0055-BRUNO EDUARDO GARCIA x VINÍCIUS EDUARDO GARCIA- Na certidão de f. 23, verso há informação de que o requerido não cumpriu com sua obrigação. Apresente o advogado do requerente cálculo atualizado da obrigação.-Adv. ROGÉRIO TADEU DA SILVA-.
11. SEPARAÇAO JUDIC. CONSENSUAL-0001585-52.2010.8.16.0055-E.N.A.S. e outro x J.L.- Atenda a requerente à determinação de f. 38, sob pena de arquivamento do feito. -Adv. PATRÍCIA SCANDOLO MANO-.
12. RECONHECIMENTO SOCIEDADE DE FATO C/C PARTILHA DE BENS-0001646-10.2010.8.16.0055-M.S. x M.A.P.- Defiro o prazo de 20 (vinte) dias para efetivação das diligências pretendidas.-Adv. TALITA JAMBERSE PIRES-.
13. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-0001822-86.2010.8.16.0055-A.A.S. x M.L.C.- Sobre a certidão de f. 44, intime-se à exequente.-Adv. MARISILVIA APARECIDA FONSECA-.
14. NEGATÓRIA DE PATERNIDADE-0001956-16.2010.8.16.0055-N.V.C. x V.H.S.C.- Diante da inércia da parte em providenciar o regular recolhimento das despesas para a nova perícia, dou por preclusa a prova, na forma da decisão de f. 24. Trata-se de direito indisponíveis não havendo que se falar em revelia. Especifiquem as partes as provas que pretendam produzir, -Adv. LEILA MATTAR OLIVATO-.
15. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-0002411-78.2010.8.16.0055-K.V.A.S. x D.A.S.- Ante exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM A RESOLUÇÃO DO MERITO, nos termo do artigo 267, inciso III do Codigo de Processo Civil. Custas na forma da lei. Não há honorarios haja vista que o requerido ainda não foi citado. Trasidata em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. -Adv. TALITA JAMBERSE PIRES-.
16. AÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA-8/2008-J.P. x J.C.M.- Manifeste-se a defesa. -Adv. ERIEL BARREIROS-.
17. AÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA-0001223-21.2008.8.16.0055-JUSTIÇA PÚBLICA x GLEISTON JUNIOR DA SILVA e outro- Em substituição nomeio o Dr. Rafael Otávio Detone do Nascimento que deverá ter vista dos autos. Para audiência de instrução e julgamento designo o dia 31.10.2011, às 13h:30min. Intimem-se as testemunhas arroladas na representação. Considerando que o infrator foi citado por edital, nomeio como Curador Especial o advogado nomeado nos autos para o exercício do mister, o qual poderá apresentar defesa prévia e, se o quiser, arrolar testemunhas.-Adv. RAFAEL OTAVIO DETONE DO NASCIMENTO-.
18. AÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA-0001759-95.2009.8.16.0055-J.P. x C.H.O. Cumpra-se o contido no termo de audiência às f. 75, intimando o defensor do adolescente para apresentação de alegações finais.-Adv. ALMEIRINDO BARREIROS JÚNIOR-.
19. AÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA-46/2009-J.P. x O.A.D.- Indefiro o pedido de extinção da presente demanda, eis que até a conclusão da dilação probatória a autoria e a materialidade poderão ser demonstradas. Ademais, tratando-se de ato infracional, ao contrário do processo penal, não se exige prova pré-constituída da autoria e materialidade, artigo 182 §2º do ECA. Para audiência de instrução e julgamento, designo o dia 07 de dezembro de 2011, às 15:00 horas. Intimem-se as partes e eventuais testemunhas arroladas.-Adv. MAÍSA DIAS PIMENTA-.
20. GUARDA E RESPONSABILIDADE-0001311-88.2010.8.16.0055-M.R.F. x P.R.S. e outro- Sobre o retorno da carta precatória de f. 35-47, manifeste-se a parte autora.-Adv. RONALDO REBELLATO-.

Cambará, 29 de Setembro de 2011
Roberto Lúcio Cia Rodrigues Vilar
Auxiliar Juramentado

---

**COMARCA DE CAMBARÁ - ESTADO DO PARANÁ**
**JUIZ DE DIREITO - RENATO GARCIA**

**RELAÇÃO Nº 29/2011-P**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
JOSÉ CARLOS ALVES FERREIRA E SILVA 00002 000199/2011
00003 000200/2011
00004 000235/2011
LUIZ CARLOS MAGRINELLI 00001 003010/2010
REINALDO CARAM 00005 000579/2011
00006 000684/2011
00007 000733/2011
00008 000808/2011

1. PREVIDENCIÁRIA - AP. IDADE-0003010-17.2010.8.16.0055-ANA MARIA DA SILVEIRA RUFINO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Para a comprovação do alegado, defiro a oitiva de testemunhas e o depoimento pessoal da parte autora sem do qe esta deverá trazer sua Carteira de Trabalho original em audiência, devendo, também, as partes, depositarem em cartório o rol respectivo, constando o nome, profissão, residência e local de trabalho, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da intimação desta decisão (art 407 do CPC) sob pena de reclusão. Para audiência de instrução e julgamento, designo o dia 06 de fevereiro de 2012 às 14:00 hrs. -Adv. LUIZ CARLOS MAGRINELLI-.
2. PREVIDENCIÁRIA - PENSÃO-0000199-50.2011.8.16.0055-SILVIA ELIANE FAGANELI DESTRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Para a comprovação do alegado, defiro a oitiva de testemunhas e o depoimento pessoal da parte autora, sendo que esta deverá trazer a Carteira de Trabalho original do

"de cujus" em audiência, devendo, também, as partes depositarem em cartório o rol respectivo, constando o nome, profissão, residência e local de trabalho, no prazo de 5 (cinco) dias da data da intimação desta decisão (art 407 do CPC) sob pena de preclusão. Para audiência de instrução e julgamento, designo o dia 06 de fevereiro de 2012 às 14:30 hrs. -Adv. JOSÉ CARLOS ALVES FERREIRA E SILVA-.
3. PREVIDENCIARIA-TEMPO SERVIÇO-0000200-35.2011.8.16.0055-PAULO GOZZI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Para a comprovação do alegado, defiro a oitiva de testemunhas e o depoimento pessoal da parte autora sem do qe esta deverá trazer sua Carteira de Trabalho original em audiência, devendo, também, as partes, depositarem em cartório o rol respectivo, constando o nome, profissão, residência e local de trabalho, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da intimação desta decisão (art 407 do CPC) sob pena de reclusão. Para audiência de instrução e julgamento, designo o dia 13/02/2012 às 13:30 hrs. . -Adv. JOSÉ CARLOS ALVES FERREIRA E SILVA-.
4. PREVIDENCIÁRIA - AP. IDADE-0000235-92.2011.8.16.0055-MARIA IZABEL FERNANDES MALANDRIN x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Para a comprovação do alegado, defiro a oitiva de testemunhas e o depoimento pessoal da parte autora sem do qe esta deverá trazer sua Carteira de Trabalho original em audiência, devendo, também, as partes, depositarem em cartório o rol respectivo, constando o nome, profissão, residência e local de trabalho, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da intimação desta decisão (art 407 do CPC) sob pena de reclusão. Para audiência de instrução e julgamento, designo o dia 06 de fevereiro de 2012 às 16:30 hrs. -Adv. JOSÉ CARLOS ALVES FERREIRA E SILVA-.
5. PREVIDENCIARIA-TEMPO SERVIÇO-0000579-73.2011.8.16.0055-HELENA DA PALMA MACHADO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Para a comprovação do alegado, defiro a oitiva de testemunhas e o depoimento pessoal da parte autora sem do qe esta deverá trazer sua Carteira de Trabalho original em audiência, devendo, também, as partes, depositarem em cartório o rol respectivo, constando o nome, profissão, residência e local de trabalho, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da intimação desta decisão (art 407 do CPC) sob pena de reclusão. Para audiência de instrução e julgamento, designo o dia 06 de fevereiro de 2012 às 13:30 hrs. -Adv. REINALDO CARAM-.
6. PREVIDENCIÁRIA - AP. IDADE-0000684-50.2011.8.16.0055-MARIA APARECIDA SPANHOL LOPES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Para a comprovação do alegado, defiro a oitiva de testemunhas e o depoimento pessoal da parte autora sem do qe esta deverá trazer sua Carteira de Trabalho original em audiência, devendo, também, as partes, depositarem em cartório o rol respectivo, constando o nome, profissão, residência e local de trabalho, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da intimação desta decisão (art 407 do CPC) sob pena de reclusão. Para audiência de instrução e julgamento, designo o dia 06 de fevereiro de 2012 às 15:30 hrs. -Adv. REINALDO CARAM-.
7. PREVIDENCIÁRIA - AP. IDADE-0000733-91.2011.8.16.0055-PAULO ANTONIO DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Para a comprovação do alegado, defiro a oitiva de testemunhas e o depoimento pessoal da parte autora sem do qe esta deverá trazer sua Carteira de Trabalho original em audiência, devendo, também, as partes, depositarem em cartório o rol respectivo, constando o nome, profissão, residência e local de trabalho, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da intimação desta decisão (art 407 do CPC) sob pena de reclusão. Para audiência de instrução e julgamento, designo o dia 06 de fevereiro de 2012 às 15:00 hrs. -Adv. REINALDO CARAM-.
8. PREVIDENCIÁRIA - AP. IDADE-0000808-33.2011.8.16.0055-MARIA ELENA ROSA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Para a comprovação do alegado, defiro a oitiva de testemunhas e o depoimento pessoal da parte autora sem do qe esta deverá trazer sua Carteira de Trabalho original em audiência, devendo, também, as partes, depositarem em cartório o rol respectivo, constando o nome, profissão, residência e local de trabalho, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da intimação desta decisão (art 407 do CPC) sob pena de reclusão. Para audiência de instrução e julgamento, designo o dia 06 de fevereiro de 2012 às 16:00 hrs. -Adv. REINALDO CARAM-.

Cambará, 29 de Setembro de 2011
Roberto Lúcio Cia Rodrigues Vilar
Auxiliar Juramentado

# CAMBÉ

# VARA CÍVEL

**COMARCA DE CAMBE - ESTADO DO PARANA.**
**JUIZO DE DIREITO DA VARA CIVEL.**
**Av. Roberto Conceicao, 532 CEP 86182-550 (0-43) 3254-5064**
**PATRÍCIA DE MELLO BRONZETTI - JUÍZA DE DIREITO**
**HILARIO ALEIXO - Escrivão**

**RELACAO Nº 047/2011.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABEL FERREIRA 0056 000651/2006
ADALGISA APARECIDA DARCIN 0275 000195/2011
ADILSON DE CASTRO JUNIOR 0267 002783/2009
ADRIANA JOSE MECCHI 0094 001088/2008
0152 000740/2010
0254 001449/2011
ADRIANE SANTOS SELLA 0121 002702/2009
ADRIANO MARRONI 0040 000527/2004
0101 000135/2009
ADRIANO MUNIZ REBELLO 0129 000045/2010
AFONSO PROENCO BRANCO FIL 0269 000199/2011
AGNALDO MUNHOZ DA SILVA 0090 000838/2008
ALBERTO RODRIGUES ALVES 0042 000600/2004
ALCEU MACIAL D'ÁVILA 0112 001221/2009
ALDAIR TROVA DE OLIVEIRA 0262 000259/2005
ALESSANDRA MARIA MARGAR.L 0091 000872/2008
ALESSANDRA NOEMI SPOLADOR 0103 000147/2009
ALEX CLEMENTE BOTELHO 0210 000633/2011
0227 000923/2011
ALEXANDRE HAULY CAMARGO 0193 000492/2011
0259 000061/2000
ALEXANDRE N. FERRAZ 0114 002303/2009
0150 000687/2010
0170 001844/2010
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0096 001176/2008
ALINE CRISTINA ALVES 0114 002303/2009
ALINE PERES PANARO 0248 001417/2011
ALINOR ELIAS NETO 0173 000009/2011
0225 000771/2011
ALTAIR RODRIGUES DE PAULA 0260 000080/2002
ALVARO AUGUSTO COSTA NUNE 0061 000187/2007
0062 000188/2007
0193 000492/2011
0229 000992/2011
AMANDA FREIRE DE FREITAS 0172 001865/2010
0257 001496/2011
AMANDA GODA GIMENES 0180 000168/2011
ANA LUISA MORELI PANGOI 0139 000437/2010
ANA MARIA KONDRAT DA SILV 0078 000036/2008
ANA PAULA DOMINGUES DOS S 0042 000600/2004
ANA TEREZA PALHARES BASIL 0042 000600/2004
ANDERSON CROZARIOLLI TAVA 0054 000456/2006
ANDREA LOPES GERMANO PERE 0184 000199/2011
ANTONIO AUGUSTO POMPEU DE 0104 000187/2009
ANTONIO CARLOS BATISTELA 0075 002835/2007
0095 001091/2008
0118 002644/2009
0186 000298/2011
0255 001457/2011
ANTONIO CARLOS CANTONI 0057 000720/2006
ANTONIO CARLOS OLIVEIRA D 0038 000362/2004
ANTONIO CELSO C.DE ALBURQ 0269 000199/2011
ANTONIO EDSON MARTINS NOG 0005 000427/1991
0011 000711/1996
0097 001361/2008
ANTONIO EDUARDO GONÇALVES 0149 000652/2010
APARECIDO MEDEIROS DOS SA 0177 000112/2011
ARISTIDES RODRIGUES RODRI 0012 001057/1996
0022 000515/2000
0031 000757/2002
0097 001361/2008
ARNALDO SAMPAIO DE MORAES 0259 000061/2000
ARY BENEDITO SILVA 0071 000708/2007
AULO AUGUSTO PRATO 0180 000168/2011
0272 000315/2010
AURELIO SEVERINO DE SOUZA 0115 002327/2009
BEATRIZ HELENA DOS SANTOS 0165 001489/2010
BEATRIZ SP RUFINO 0079 000156/2008
BEATRIZ T.DA SILVEIRA MOU 0131 000097/2010
0132 000098/2010
0134 000300/2010
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0009 000320/1996
0015 000583/1998
0054 000456/2006
0055 000457/2006
0166 001575/2010
0217 000693/2011
BRUNA MAIRA ROCHA ALMEIDA 0068 000555/2007
BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUG 0196 000536/2011
BRUNO PULPOR CARVALHO PER 0161 001431/2010
0162 001432/2010
0182 000188/2011
0183 000190/2011
0217 000693/2011
0218 000694/2011
CAMILLA SCARAMAL DE ANGEL 0125 002995/2009
CAMILLA SILVA LIMA 0180 000168/2011
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 0187 000374/2011
0242 001237/2011
CARLOS ALBERTO FRANCOVIG 0031 000757/2002
0116 002389/2009
CARLOS ALBERTO GROLLI 0168 001608/2010
0202 000590/2011
0203 000591/2011
0205 000609/2011

CARLOS ARAÚZ FILHO 0110 000456/2009
CARLOS RAFAEL MENEGAZO 0208 000618/2011
CARLOS ROBERTO LUNARDELLI 0018 000232/2000
CARLOS SERGIO CAPELIN 0012 001057/1996
CESAR AUGUSTO DE FRANÇA 0144 000619/2010
0145 000622/2010
0149 000652/2010
CESAR AUGUSTO TERRA 0226 000785/2011
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 0188 000416/2011
CIBELLE DIANA MAPELLI COR 0271 000173/2010
CIBELY COSTA DE QUEIROZ 0152 000740/2010
CLARISSA LICHIARD SALINET 0207 000612/2011
CLAUDINEY DOS SANTOS 0079 000156/2008
CLAUDIO PAVAN 0098 000024/2009
CLEUSA SOARES DE ALMEIDA 0157 001119/2010
CRISTIANE BELINATTI GARCI 0103 000147/2009
0119 002695/2009
0120 002697/2009
0136 000364/2010
0166 001575/2010
CRISTIANE CARLA CLARO FRA 0097 001361/2008
CRISTIANE DE OLIVEIRA AZI 0133 000110/2010
CRYSTIANE LINHARES 0085 000562/2008
DANIEL HACHEM 0003 000497/1987
0026 000008/2002
0028 000399/2002
DANIEL TOLEDO DE SOUSA 0024 000520/2001
DEBORAH FRANCIELLE MESQUI 0076 003011/2007
DIOGO DE ARAUJO LIMA 0133 000110/2010
DIOGO DINIZ LOPES SOLA 0231 001050/2011
EDCASSIO DOS SANTOS PEREI 0104 000187/2009
EDERALDO SOARES 0060 000153/2007
0117 002511/2009
EDGAR KINDERMANN SPECK 0110 000456/2009
EDIVAN JOSÉ CUNICO 0133 000110/2010
EDSON ALVES DA CRUZ 0180 000168/2011
EDSON LUIS BRANDÃO 0007 000195/1995
0020 000246/2000
EDUARDO FERNANDO LACHIMIA 0001 000085/1980
0070 000624/2007
0072 002307/2007
0125 002995/2009
0168 001608/2010
0202 000590/2011
0203 000591/2011
0205 000609/2011
0255 001457/2011
0265 000686/2009
0266 002507/2009
0267 002783/2009
EDUARDO LUIZ CORREIA 0223 000735/2011
0261 000257/2002
EDUARDO TOMAZINI HOFFMEIS 0035 000846/2003
ELAINE DE PAULA MENEZES 0023 000541/2000
0167 001596/2010
ELDBERTO MARQUES 0072 002307/2007
ELDBERTO MARQUES 0073 002338/2007
ELISANGELA GUIMARAES DE A 0158 001284/2010
ELISE GASPAROTTO DE LIMA 0060 000153/2007
0076 003011/2007
0181 000181/2011
ELISEU ALVES FORTE 0151 000730/2010
ELISÂNGELA GUIMARÃES DE A 0191 000481/2011
0204 000594/2011
ELLEN KARINA BORGES DOS S 0195 000525/2011
ELSON SUGIGAN 0151 000730/2010
EMERSON LAUTENSCHLAGER SA 0107 000267/2009
ENEIDA WIRGUES 0128 003068/2009
ERICA HIKISHIMA FRAGA 0142 000535/2010
EUCLIDES GUIMARAES JUNIOR 0114 002303/2009
EVARISTO ARAGAO FERREIRA 0155 001053/2010
EVARISTO ARAGAO SANTOS 0156 001058/2010
EVERTON SANTANA ALVES 0201 000588/2011
0206 000611/2011
0207 000612/2011
0224 000761/2011
FABIANO SILVA DANTAS 0181 000181/2011
FABIO BOMFIM DA SILVA 0081 000403/2008
FABIOLA PATRICIA SOARES 0060 000153/2007
FABRICIO JOSE BABY 0270 000110/2010
FABRICIO RESENDE CAMARGO 0029 000421/2002
FERNANDO DOS SANTOS LIMA 0141 000528/2010
0211 000651/2011
FERNANDO MEDEIROS DE ALBU 0040 000527/2004
FERNANDO RUMIATO 0090 000838/2008
0122 002731/2009
0171 001854/2010
FERNANDO ZUAN ESTEVES 0212 000654/2011
FLAVIA RIBEIRO E SILVA GA 0198 000541/2011
FLAVIO SANTANNA VALGAS 0119 002695/2009
0120 002697/2009
FRANCESCO AMORESE 0223 000735/2011
FRANCISCO CESAR SALINET 0207 000612/2011
FRANCISCO LOPES 0008 000162/1996
0017 000540/1999
0039 000497/2004
0108 000284/2009
FREDERICO MOREIRA CAMARGO 0029 000421/2002
FÁBIO RICARDO RODRIGUES B 0050 000531/2005
0064 000347/2007
0070 000624/2007
0113 002291/2009
0133 000110/2010
0251 001439/2011
GABRIEL DA ROSA VASCONCEL 0218 000694/2011
GEISA PASTUCH FARHAT 0017 000540/1999
GERALDO SAVIANI DA SILVA 0130 000078/2010
GERMANO JORGE RODRIGUES 0129 000045/2010
0187 000374/2011
GILBERTO ANDREASSA JUNIOR 0112 001221/2009
GILBERTO CIPULLO 0104 000187/2009
GILBERTO PEDRIALI 0111 000478/2009
GIOVANA CHRISTIE FAVORETT 0054 000456/2006
GIOVANI MARCELO RIOS 0133 000110/2010
GIOVANI PIRES DE MACEDO 0103 000147/2009
GLAUCE KELLY GONÇALVES FO 0190 000464/2011
0197 000537/2011
0214 000671/2011
GLAUCIUS CAVALCANTI SILVA 0057 000720/2006
GLAUCO IWERSEN 0123 002772/2009
0152 000740/2010
0191 000481/2011
0204 000594/2011
GRAZIELA SANTANA DAMANTE 0087 000631/2008
GUILHERME PEGORARO 0059 000007/2007
GUILHERME RESS BARBOZA 0039 000497/2004
GUSTAVO PORFIRIO CARNEIRO 0189 000448/2011
0192 000491/2011
0209 000626/2011
0234 001079/2011
0249 001421/2011
GUSTAVO SILVEIRA SIQUEIRA 0039 000497/2004
GUSTAVO VERISSIMO LEITE 0119 002695/2009
GUSTAVO ZANELLI FERREIRA 0266 002507/2009
HEITOR WOLFF JUNIOR 0268 000083/2011
HELENA ANNES 0112 001221/2009
HELLISON EDUARDO ALVES 0063 000335/2007
0084 000443/2008
HENRIQUE CAVALHEIRO RICCI 0179 000133/2011
HERICK PAVIN 0182 000188/2011
HUGO FRANCISCO GOMES 0123 002772/2009
HYLEA MARIA FERREIRA 0127 003002/2009
IDEVAR CAMPANERUTI 0002 000329/1987
0003 000497/1987
0006 000103/1993
0039 000497/2004
0044 000685/2004
0046 000175/2005
0052 000593/2005
0053 000117/2006
0201 000588/2011
0206 000611/2011
0207 000612/2011
0221 000719/2011
IHGOR JEAN REGO 0243 001292/2011
IRACELES GARRETE LEMOS PE 0228 000970/2011
IRINEU ANTONIO BERTAN 0017 000540/1999
0026 000008/2002
ISABELA VIANA REIS 0004 000158/1989
ISABELE BRUNA BARBIERI 0212 000654/2011
IVAN PEGORARO 0059 000007/2007
0082 000409/2008
0105 000214/2009
0174 000013/2011
IVO ALVES DE ANDRADE 0147 000638/2010
IVONE DE CASTRO RUHMANN 0030 000522/2002
JACQUES NUNES ATTIÉ 0123 002772/2009
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0178 000131/2011
JANETE APARECIDA DE OLIVE 0004 000158/1989
JANETE FLUGEL 0104 000187/2009
JEAN CARLOS MARTINS FRANC 0123 002772/2009
JEFFERSON CARLOS RABELO 0057 000720/2006
JOAO EUGENIO FERNANDES DE 0099 000076/2009
JOAO HENRIQUE QUEIROZ 0024 000520/2001
JOAO MIGUEL FERNANDES FIL 0087 000631/2008
JOAO ODAIR PELISSON 0149 000652/2010
JOAO TAVARES DE LIMA 0033 000741/2003
0035 000846/2003
0041 000591/2004
JOAQUIM MIRO 0042 000600/2004
JORGE BRANDALIZE 0176 000107/2011
JORGE DURVAL DA SILVA 0017 000540/1999
JOSE ANTONIO FAUSTINO CAR 0202 000590/2011
0203 000591/2011
JOSE CARLOS DIAS NETO 0012 001057/1996
JOSE CARLOS PINOTTI FILHO 0260 000080/2002
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI 0222 000732/2011
JOSE DE CESAR FERREIRA 0057 000720/2006
JOSE DORIVAL PEREZ 0014 000508/1998
0037 000098/2004
JOSE FERNANDO VIALLE 0111 000478/2009
JOSE FRANCISCO PEREIRA 0084 000443/2008
JOSE HENRIQUE LONGO 0104 000187/2009
JOSE LUIZ NUNES DA SILVA 0034 000845/2003
0035 000846/2003
0039 000497/2004
0041 000591/2004
0044 000685/2004

0046 000175/2005
0052 000593/2005
JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA 0179 000133/2011
JOSE ROBERTO BEFFA 0230 001044/2011
JOSE VALNIR ZAMBRIM 0011 000711/1996
JOSE VIEIRA DA SILVA FILH 0100 000130/2009
JOSINALDO DA SILVA VEIGA 0004 000158/1989
0027 000078/2002
0049 000484/2005
0158 001284/2010
0258 000184/1988
JOSÉ ADALBERTO ALMEIDA DA 0264 001557/2008
JOSÉ CARLOS FERREIRA 0243 001292/2011
JOSÉ SUBTIL OLIVEIRA 0043 000649/2004
JOSÉ THIAGO DOS REIS SILV 0250 001433/2011
JOÃO EUGENIO FERNANDES DE 0101 000135/2009
JOÃO MARCELO MARTINS BAND 0018 000232/2000
JULIANA PEGORARO BAZZO 0174 000013/2011
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 0102 000143/2009
JULIANO TOMANAGA 0077 003053/2007
JULIO CESAR DALMOLIN 0178 000131/2011
JULIO CESAR GUILHEN AGUIL 0245 001313/2011
JÉSSICA FRANCIANE CONTIJO 0247 001405/2011
KARINA ANAMI 0137 000390/2010
KARINA DE PAULA 0273 000320/2010
KARINA HASHIMOTO 0130 000078/2010
KUMIO NAKABAYASHI 0056 000651/2006
LAURO FERNANDO ZANETTI 0011 000711/1996
LAURO FERNANDO ZANETTI 0040 000527/2004
0068 000555/2007
LAURO FERNANDO ZANETTI 0071 000708/2007
LAURO FERNANDO ZANETTI 0095 001091/2008
LAURO FERNANDO ZANETTI 0121 002702/2009
LAURO FERNANDO ZANETTI 0131 000097/2010
0132 000098/2010
LAURO FERNANDO ZANETTI 0143 000579/2010
0194 000508/2011
LEANDRO FRASSATO PEREIRA 0004 000158/1989
LEANDRO JOSÉ CABULON 0252 001446/2011
0253 001447/2011
LEANDRO ROGÉRIO BERTOSSE 0125 002995/2009
0267 002783/2009
LEONARDO DE ALMEIDA ZANET 0121 002702/2009
LEONARDO DE LIMA E SILVA 0123 002772/2009
LEONARDO MANARIN DE SOUZA 0147 000638/2010
0201 000588/2011
LEONARDO VINICIUS TOLEDO 0270 000110/2010
LIANA SARMENTO DE M.QUARE 0271 000173/2010
LILIAM APARECIDA DE JESUS 0058 000727/2006
LIZ CRISTINA CHIARI 0159 001365/2010
LORRAINE MILANI LOPES 0132 000098/2010
LUCELI CERQUEIRA LOPES 0048 000403/2005
LUCIANA APARECIDA AZEREDO 0079 000156/2008
LUCIANA MARTINS ZUCOLI 0015 000583/1998
LUCIANA PASQUETTO BURANEL 0252 001446/2011
0253 001447/2011
LUCIANO BECKER DE SOUZA S 0018 000232/2000
LUCIANO BIGNATTI NIERO 0096 001176/2008
LUIS EDUARDO PALLIARINI 0061 000187/2007
LUIS FELIPE LEMOS MACHADO 0065 000406/2007
LUIS FLAVIO NETO 0051 000541/2005
LUIS GUSTAVO MARCONDES AM 0202 000590/2011
0203 000591/2011
0205 000609/2011
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0138 000410/2010
0163 001463/2010
LUIZ FABIANI RUSSO 0013 000064/1997
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0066 000455/2007
LUIZ PEREIRA DA SILVA 0025 000560/2001
LUIZ PEREIRA DA SILVA 0032 000451/2003
LUIZ PEREIRA DA SILVA 0169 001784/2010
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0155 001053/2010
0156 001058/2010
MAGDA LUIZA R. EGGER 0048 000403/2005
MARCELA BERLINCK PEREIRA 0052 000593/2005
MARCELINO BISPO DOS SANTO 0027 000078/2002
MARCELO ARANDA GARCIA DE 0258 000184/1988
MARCELO AUGUSTO DA SILVA 0112 001221/2009
MARCELO BERVIAN 0018 000232/2000
MARCELO DE LIMA CASTRO DI 0180 000168/2011
0270 000110/2010
MARCELO GOMES DOS SANTOS 0027 000078/2002
MARCELO HENRIQUE F. S. MA 0216 000682/2011
MARCELO MASCHIO CARDOZO C 0111 000478/2009
MARCELO PEREIRA DE CARVAL 0272 000315/2010
MARCELO ROITMAN 0104 000187/2009
MARCIA L. GUND 0178 000131/2011
MARCIO RODRIGO CANTONI 0057 000720/2006
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0009 000320/1996
0015 000583/1998
0054 000456/2006
0055 000457/2006
MARCO ANTONIO CAMPANELLI 0032 000451/2003
MARCO ANTONIO DIAS LIMA C 0121 002702/2009
MARCO ANTONIO GONCALVES V 0274 000180/2011
MARCO ANTONIO TILLVITZ 0219 000696/2011
MARCO AURELIO GRESPAN 0219 000696/2011
MARCO HENRIQUE DAMIAO BEF 0230 001044/2011
MARCOS AURÉLIO ALVES TEIX 0212 000654/2011
MARCOS C AMARAL VASCONCEL 0148 000650/2010
MARCOS C. AMARAL VASCONCE 0111 000478/2009
MARCOS DE LIMA CASTRO DIN 0180 000168/2011
MARCOS DE MORAIS 0224 000761/2011
MARCOS JOSE OLIVEIRA ZAMB 0139 000437/2010
MARCOS LEATE 0059 000007/2007
0105 000214/2009
0174 000013/2011
MARCOS ROBERTO BOEING 0075 002835/2007
MARCUS AURELIO LIOGI 0021 000469/2000
0025 000560/2001
0032 000451/2003
0048 000403/2005
MARCUS AURELIO LIOGI 0169 001784/2010
0171 001854/2010
MARIA BEATRIZ CARVALHO LU 0047 000394/2005
MARIA ELIZABETH JACOB 0144 000619/2010
0145 000622/2010
0146 000625/2010
MARIA JOSE STANZANI 0029 000421/2002
0101 000135/2009
0140 000506/2010
0160 001406/2010
0243 001292/2011
MARIA LUCILIA GOMES 0216 000682/2011
MARIA LUIZA GARIB 0246 001317/2011
MARIA T. NAVARRO 0153 000815/2010
MARIANA GAMBA MARZOCHI 0067 000536/2007
MARILI DALUZ RIBEIRO TABO 0048 000403/2005
0200 000544/2011
MARILI RIBEIRO TABORDA 0183 000190/2011
0198 000541/2011
MARINA DE OLIVEIRA 0004 000158/1989
MARIO GERALDO COSTA BARRO 0001 000085/1980
MARISA DA SILVA SIGULO 0271 000173/2010
MARLOS LUIZ BERTONI 0124 002993/2009
MAURI BEVERVANÇO 0155 001053/2010
0156 001058/2010
MAURICI ANTONIO RUY 0172 001865/2010
0257 001496/2011
MAURO APARECIDO 0149 000652/2010
MAURO ZARPELAO 0060 000153/2007
0117 002511/2009
MAURÍCIO BELESKI DE CARVA 0220 000709/2011
MAYRA DE MIRANDA FAHUR 0239 001125/2011
MELINI PONTES RODRIGUES 0237 001090/2011
MICHEL FEGURY JUNIOR 0106 000221/2009
0127 003002/2009
MIEKO ITO 0142 000535/2010
MIGUEL SALIH EL KADRI TEI 0010 000537/1996
0018 000232/2000
0094 001088/2008
MILKEN JACQUELINE C.JACOM 0107 000267/2009
0119 002695/2009
0120 002697/2009
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0123 002772/2009
0152 000740/2010
0191 000481/2011
0195 000525/2011
0196 000536/2011
0204 000594/2011
MIRELLE NEME BUZALAF 0010 000537/1996
MOACI MENDES LEITE 0009 000320/1996
MOACIR MANSUR MARUM 0166 001575/2010
0248 001417/2011
MOACIR MARIO KRETSCHMAR 0023 000541/2000
MONICA AKEMI IGARASHI T. 0004 000158/1989
MONICA CESARIO PEREIRA CO 0025 000560/2001
MONICA PIMENTEL DE SOUZA 0262 000259/2005
0263 000131/2008
MURILLO ESPINOLA DE OLIVE 0010 000537/1996
MÁRIO MARCONDES NASCIMENT 0123 002772/2009
NAIARA POLISELI RAMOS 0120 002697/2009
NANCI TEREZINHA ZIMMER R. 0127 003002/2009
NATHALIA IMAZU 0186 000298/2011
0255 001457/2011
NELSON ALCIDES DE OLIVEIR 0126 002998/2009
0213 000667/2011
0232 001054/2011
0238 001106/2011
0240 001182/2011
NELSON MALANGA FILHO 0250 001433/2011
NELSON PASCHOALOTTO 0017 000540/1999
0067 000536/2007
0080 000324/2008
0083 000419/2008
0092 000939/2008
NESTOR FRESCHI FERREIRA 0029 000421/2002
NEUCI APARECIDA ALLIO 0141 000528/2010
0241 001183/2011
NEUZA MARIA ROSA 0017 000540/1999
NILZA RUIVA DA SILVA 0215 000677/2011
NOE APARECIDO DA COSTA 0081 000403/2008
ORLANDO GOMES 0008 000162/1996
OSMILDO BUENO DE OLIVEIRA 0200 000544/2011
OSVALDO ESPINOLA JUNIOR 0116 002389/2009
0199 000543/2011
PAULA VALERIO TIMOTEO 0137 000390/2010
PAULO C. DE HOLANDA GUERR 0016 000277/1999

PAULO CESAR TORRES 0058 000727/2006
0069 000604/2007
PAULO EDUARDO M.O. DE BAR 0047 000394/2005
PAULO HENRIQUE BORNIA SAN 0118 002644/2009
0159 001365/2010
PAULO JOSE OLIVEIRA DE NA 0090 000838/2008
0122 002731/2009
PAULO PEREZ FANHANI 0035 000846/2003
PAULO ROBERTO FERREIRA SI 0086 000628/2008
PAULO ROBERTO LUVISETI 0033 000741/2003
0034 000845/2003
0036 000867/2003
0038 000362/2004
PAULO SERGIO MECCHI 0254 001449/2011
PEDRO GUILHERME KRELING V 0104 000187/2009
PEDRO KHATER FONTES 0188 000416/2011
PEDRO RODRIGO KHATER FONT 0256 001468/2011
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 0136 000364/2010
PRISCILA LOUREIRO STRICAG 0216 000682/2011
0236 001084/2011
RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMAR 0179 000133/2011
RAFAEL RICCI FERNANDES 0122 002731/2009
0171 001854/2010
RAFAELA DENES VIALLE 0111 000478/2009
RAFAELA FRAZAO KIREFF 0104 000187/2009
RAFAELA POLYDORO KUSTER 0195 000525/2011
0196 000536/2011
0204 000594/2011
RAPHAEL ANDRE NETO 0013 000064/1997
REGIS PANIZZON ALVES 0190 000464/2011
0197 000537/2011
0214 000671/2011
REINALDO EMILIO AMADEU HA 0003 000497/1987
0026 000008/2002
0028 000399/2002
REINALDO MIRICO ARONIS 0060 000153/2007
0215 000677/2011
0219 000696/2011
REJANE KIMAID GOMES 0089 000800/2008
RENATA DEQUECH 0104 000187/2009
0272 000315/2010
RENATA DEQUÊCH 0180 000168/2011
RENATA SILVA BRANDÃO 0088 000648/2008
0158 001284/2010
RENATO ABUJAMRA FILLIS 0059 000007/2007
0105 000214/2009
RENATO OLIVEIRA DE ARAUJO 0164 001485/2010
RENATO TAVARES YABE 0176 000107/2011
RICARDO DOMINGUES BRITO 0256 001468/2011
RICARDO DOS SANTOS ABREU 0094 001088/2008
RICARDO FURLAN 0024 000520/2001
RICARDO KIFER AMORIM 0060 000153/2007
RICARDO NOGUEIRA DE SOUZA 0074 002730/2007
RICHARDSON CARVALHO 0135 000316/2010
ROBERTA ELISA DAMIAO BEFF 0230 001044/2011
ROBERTO WAGNER MARQUESI 0013 000064/1997
0068 000555/2007
ROBSON SOUZA NEUBA 0170 001844/2010
RODAVLAS LHAMAS FERREIRA 0045 000017/2005
RODRIGO BIEZUS 0133 000110/2010
RODRIGO JOSE CELESTE 0001 000085/1980
RODRIGO MOREIRA DE ALMEID 0129 000045/2010
RODRIGO RUH 0114 002303/2009
ROGERIO GROHMANN SFOGGIA 0129 000045/2010
ROGERIO NUNES DE OLIVEIRA 0001 000085/1980
0125 002995/2009
ROGÉRIO RESINA MOLEZ 0130 000078/2010
ROSANGELA DIAS GUERREIRO 0130 000078/2010
ROSANGELA KHATER 0188 000416/2011
ROSANGELA LELIS DELIBERAD 0131 000097/2010
0132 000098/2010
0134 000300/2010
ROSILENE LAMBERTI ELVIRA 0078 000036/2008
SANDRA REGINA RODRIGUES 0042 000600/2004
SANTO MANOEL MARQUEZI 0068 000555/2007
SAULO ROBERTO DE ANDRADE 0172 001865/2010
SERGIO EDUARDO CANELLA 0158 001284/2010
SERGIO SCHULZE 0209 000626/2011
SHEALTIEL LOURENCO PEREIR 0121 002702/2009
SHIROKO NUMATA 0019 000233/2000
SILMARA REGINA LAMBOIA 0039 000497/2004
SILVIA BENADUCE CASELLA 0034 000845/2003
0036 000867/2003
SILVIA REGINA GAZDA 0106 000221/2009
0117 002511/2009
0195 000525/2011
SILVIO JOSE FARINHOLI ARC 0018 000232/2000
SIMONE ANDREATTI E SILVA 0091 000872/2008
SIVONEI MAURO HASS 0016 000277/1999
SORAIA ARAUJO PINHOLATO 0151 000730/2010
SUELI CRISTINA GALLELI 0011 000711/1996
0068 000555/2007
0071 000708/2007
SUSANA TOMOE YUYAMA 0040 000527/2004
SUZY SATIE K. TAMAROZZI 0128 003068/2009
0159 001365/2010
TALITA SANTOS GATTI SIQUE 0244 001312/2011
TATIANA TAVARES DE CAMPOS 0149 000652/2010
TATIANA VALESCA VROBLEWSK 0093 001018/2008
0199 000543/2011
0209 000626/2011
TATIANE VALESCA VROBLEWSK 0109 000352/2009
TATIANY ZANATTA SALVADOR 0270 000110/2010
TEREZA ARRUDA ALVIM WANBI 0155 001053/2010
0156 001058/2010
THAIS ARANDA BARROZO 0001 000085/1980
THAISA CRISTINA CANTONI M 0057 000720/2006
THIAGO BRUNETTI RODRIGUES 0180 000168/2011
TIAGO CARNIEL 0112 001221/2009
TIRONE CARDOSO DE AGUIAR 0138 000410/2010
0154 000907/2010
0155 001053/2010
0156 001058/2010
0163 001463/2010
0175 000051/2011
0194 000508/2011
0235 001083/2011
VALERIA CARAMURU CICARELL 0096 001176/2008
VICENTE DE PAULA MARQUES 0180 000168/2011
0270 000110/2010
VILMA THOMAL 0042 000600/2004
VINICIUS GABRIEL ZANONI D 0212 000654/2011
WAGNER BARROS 0087 000631/2008
WAGNER LUIZ DE ANDRADE 0104 000187/2009
WALTER BRUNO CUNHA DA ROC 0233 001063/2011
WANDERLEY PAVAN 0057 000720/2006
0181 000181/2011
WILLIAM CANTUARIO DA SILV 0185 000265/2011
WILLIAN CANTUARIA DA SILV 0243 001292/2011
ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA 0043 000649/2004

1. DESAPROPRIACAO-85/1980-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBE x WALDEMAR BERTIPAGLIA e outros- "Apos as formalidades, arquive-se".-Advs. EDUARDO FERNANDO LACHIMIA, MARIO GERALDO COSTA BARROZO, ROGERIO NUNES DE OLIVEIRA, THAIS ARANDA BARROZO e RODRIGO JOSE CELESTE-.

2. DESAPROPRIACAO-329/1987-MUNICIPIO DE CAMBÉ x DOMINGOS BARBARA MAIA- "Sobre a peticao de fls. 133/136, fale o requerido em 05 dias, especialmente acerca do pedido de desistencia".-Adv. IDEVAR CAMPANERUTI-.

3. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-497/1987-BANCO ITAU x ANTONIO PAULO TRINTIN E ROBERTO DIOGENES TRINTIN- "Feito suspenso na forma requerida".-Advs. DANIEL HACHEM, REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM e IDEVAR CAMPANERUTI-.

4. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-158/1989-MERCANTIL ALGODAO VALE DO TIETE LTDA x ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS E MARIA REIS DOS SANTO- "...mesmo sendo indeferido carga ao autor, a procuradora realizou carga rapida, devolvendo os autos 03 dias depois...sendo que conforme portaria, a carga rapida deve ser devolvida no mesmo dia, e nao podem os autos serem retirados do Forum. Assim, caso isto ocorra novamente, fica a procurador ciente de que sera impedida de realizar carga dos autos, e eventualmente sera responsabilizada por crime de desobediencia...Assim, defiro carga ao procurador do executado, restituindo o prazo de recurso (05 dias). Apos, voltem conclusos"-Advs. JANETE APARECIDA DE OLIVEIRA, MARINA DE OLIVEIRA, MONICA AKEMI IGARASHI T. DE AQUINO, ISABELA VIANA REIS, LEANDRO FRASSATO PEREIRA e JOSINALDO DA SILVA VEIGA-.

5. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-427/1991-BANCOBRA BANCO DE COBRANCAS PARANAENSE S/C LTDA x P.L. ANDRE & CIA LTDA e outro- "Deve o procurador informar o local onde se encontram os bens penhorados"-Adv. ANTONIO EDSON MARTINS NOGUEIRA-.

6. INVENTARIO-103/1993-RENATO FREDERICO SIMONI REPRES. POR LUZIA SERAFIM x RENATO SIMONI-"O pedido de alvara ja foi decidido. Deve o(a) autor(a), em 10 dias, apresentar declaração de próprio punho de que não tem condições de arcar com as custas processuais, sem prejuizo de seu sustento ou de sua familia, sob pena de indeferimento da inicial". -Adv. IDEVAR CAMPANERUTI-.

7. RESCISAO DE CONTRATO-195/1995-ROTA - INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA x ELETRONICA WALGRAN COMERCIO E INDUSTRIA LTDA- Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- - Adv. EDSON LUIS BRANDÃO-.

8. REPARACAO DE DANOS-SUMARIO-162/1996-JOSE MARQUES NEVES x GLECI JOSE FERREIRA-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Advs. ORLANDO GOMES e FRANCISCO LOPES-.

9. -320/1996-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A x ROSECAL COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e outros-"Recebo a apelação no duplo efeito. De-se vista a parte recorrida para apresentar contra-razoes em 15 dias. Com a resposta, e nao havendo pedido de reconsideração deste despacho (art. 518, par. unico do CPC), encaminhe-se ao Egregio TJPR, com as homenagens de estilo". - Advs. MOACI MENDES LEITE, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

10. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-537/1996-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A x W.B.D. COMERCIO DE MOVEIS LTDA e outros- "Sobre o deposito de R$ 600,88, fale a parte interessada em 05 dias, sob pena de ser considerada como satisfeita a obrigacao".-Advs. MIRELLE NEME BUZALAF, MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA e MIGUEL SALIH EL KADRI TEIXEIRA-.

11. ORDINARIA-711/1996-J.N. ARAUJO E CIA LTDA x BANESTADO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL- "Levantados os alvaras, fale a parte interessada

em 05 dias requerendo o que de direito. Nao havendo requerimentos, arquive-se os autos".-Advs. ANTONIO EDSON MARTINS NOGUEIRA, SUELI CRISTINA GALLELI, JOSE VALNIR ZAMBRIM e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

12. CONCORDATA PREVENTIVA-1057/1996-ELETRO SOLDA PARANAENSE LIMITADA x JUIZO DE DIREITO- "Sobre os honorarios periciais no importe de R$ 11.500,00, fale a parte interessada em 05 dias".-Advs. JOSE CARLOS DIAS NETO, CARLOS SERGIO CAPELIN e ARISTIDES RODRIGUES RODRIGUES-.

13. REPARACAO DE DANOS-SUMARIO-64/1997-LUIZ CARLOS NEGRI x REBESQUINI S.A. TRANSPORTES- "Oficie-se ao TJPR. Sem prejuizo, deve o autor informar o atual endereco do Sr. Alcides Rebesquini, socio da empresa, bem como da sucessora (H.R. Grupo), em 10 dias, vez que ainda nao foram citados..."-Advs. ROBERTO WAGNER MARQUESI, RAPHAEL ANDRE NETO e LUIZ FABIANI RUSSO-.

14. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-508/1998-RIO SAO FRANCISCO CIA SECURIT.DE CRED.FINANCEIROS x INDUSTRIA E COM. ARTEFATOS CIMENTO MARACANA LTDA e outros- "Sobre a excecao de pre-executividade, fale o autor no prazo legal".-Adv. JOSE DORIVAL PEREZ-.

15. REINTEGRACAO DE POSSE-0000069-14.1998.8.16.0056-BANESTADO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x MINERACAO PORTO RICO LTDA-"Deve o procurador assinar a peticao em 05 dias sob pena de desentrahamento".-Advs. LUCIANA MARTINS ZUCOLI, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

16. INDENIZACAO - ORDINARIO-277/1999-ALEX ROMANO RAMOS e outro x COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA- "Defiro pedido de carga por 10 dias. Apos autorizo vista ao exequente pelo mesmo prazo".-Advs. PAULO C. DE HOLANDA GUERRA e SIVONEI MAURO HASS-.

17. ORDINARIA-540/1999-WALDOMIRO GARCIA e outro x BANCO BRADESCO S/A e outro-"Fica o executado devidamente intimado da penhora on line efetivada no importe de R$ 135.133,08, podendo oferecer impugnacao no prazo legal. No mais, cumpra-se o despacho de fls. 587/590 (...) - nomeio a perita Jacqueline C. Rodrigues, para realizar a pericia...Deve os requeridos arcarem com os honorarios da perita nomeada no prazo legal (R$ 4.800,00)" -Advs. FRANCISCO LOPES, IRINEU ANTONIO BERTAN, GEISA PASTUCH FARHAT, NEUZA MARIA ROSA, JORGE DURVAL DA SILVA e NELSON PASCHOALOTTO-.

18. FALENCIA-232/2000-FERRAMENTAS GERAIS COMERCIO E IMPORTACAO S/A x SPIRAL IND.COMERCIO EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA- "Manifeste-se a parte interessada em 05 dias, acerca da satisfacao do credito. Apos, com ou sem manifestacao, voltem conclusos".-Advs. MARCELO BERVIAN, SILVIO JOSE FARINHOLI ARCURI, JOÃO MARCELO MARTINS BANDEIRA, LUCIANO BECKER DE SOUZA SOARES, CARLOS ROBERTO LUNARDELLI, SILVIO JOSE FARINHOLI ARCURI e MIGUEL SALIH EL KADRI TEIXEIRA-.

19. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-233/2000-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A x CLEONICE FATIMA TUMELERO DE MELLO E CIA LTDA e outro-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. SHIROKO NUMATA-.

20. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-246/2000-ROTA INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA x ARTEFORTE IND.COM.ARTEFATOS FERRO E CIMENTO LTDA e outro- "Feito suspenso na forma requerida".-Adv. EDSON LUIS BRANDÃO-.

21. COBRANCA-469/2000-PAULO SERGIO CASTANHO e outro x CARNIATO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA- "Considerando que o comprovante de deposito esta em nome do proprio advogado, manifeste-se em 05 dias, bem como sobre o valor das custas (R$ 341,83)"-Adv. MARCUS AURELIO LIOGI-.

22. DESPEJO-515/2000-ADELINA TEIXEIRA DE SOUZA x GENIVALDO DA SILVA e outro-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. ARISTIDES RODRIGUES RODRIGUES-.

23. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-541/2000-T.C.P.S.R.S. x W.D.P.L.-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. ELAINE DE PAULA MENEZES e MOACIR MARIO KRETSCHMAR-.

24. COBRANCA-520/2001-CONDOMINIO CENTRO HABITACIONAL CASTELO BRANCO x CLEMENCIO TEODORO DOTTO- "Feito suspenso na forma requerida".-Advs. RICARDO FURLAN, DANIEL TOLEDO DE SOUSA e JOAO HENRIQUE QUEIROZ-.

25. REINTEGRACAO DE POSSE-560/2001-BB. LEASING S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL x FREEZY INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA- "Feito suspenso na forma requerida".-Advs. MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA e MONICA CESARIO PEREIRA COTELO-.

26. MONITORIA-8/2002-BANCO ITAU x SIDNEI LUCARI- "Feito suspenso por 15 dias".-Advs. DANIEL HACHEM, REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM e IRINEU ANTONIO BERTAN-.

27. REPARACAO DE DANOS-ORDINARIA-78/2002-LARISSA GABRIELA TOMAZ GOVEA REP.POR SUA MAE x SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CAMBE e outro- "Face o retorno da CP, fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito".-Advs. MARCELO GOMES DOS SANTOS, JOSINALDO DA SILVA VEIGA e MARCELINO BISPO DOS SANTOS-.

28. MONITORIA-399/2002-BANCO ITAU x JULIO CESAR MARTINS- "Feito suspenso na forma requerida".-Advs. DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM-.

29. REVISIONAL-421/2002-AUTOMOLAS EQUIPAMENTOS LTDA x BANCO BRADESCO S/A-"Deve a parte interessada retirar o oficio do perito, e providenciar sua postagem, em 05 dias, sob pena de extinção, na forma da portaria nº 04/2009, deste juízo." -Advs. NESTOR FRESCHI FERREIRA, FREDERICO MOREIRA CAMARGO, FABRICIO RESENDE CAMARGO e MARIA JOSE STANZANI-.

30. EMBARGOS DE TERCEIRO-522/2002-CELIA MARIA GARCIA SILVA x BANCO DO BRASIL S/A-"Face o retorno infrutifero da carta de citacao/intimacao (AR como "desconhecido"), deve a procurador informar o atual endereco de sua constituinte em 05 dias" -Adv. IVONE DE CASTRO RUHMANN-.

31. COBRANCA-757/2002-BANCO DO BRASIL S/A x MAURELO SALACHE & CIA LTDA e outros- "Em que pese o acolhimento da inicial, na sentença de fls. 165/166, os autores foram condenados ao pagamento das custas e honorarios em virtude da citacao por edital dos requeridos, razao pela qual a intimacao de fls. 179, de quitacao das custas esta correta. Intime a autora para que efetue o pagamento em 05 dias. Quanto ao pedido de cumprimento de sentença, este devera ser realizado em peticao propria, de forma fundamentada e com especificacao dos pedidos".-Advs. CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO e ARISTIDES RODRIGUES RODRIGUES-.

32. COBRANCA-451/2003-BANCO DO BRASIL S/A x ATRAENTE SERVICOS SC LTDA e outros-"Tendo em vista o advento da lei 11232/05, vigente a partir de 23.06.06, na forma do art. 475-J do CPC, intime-se a parte devedora para que pague a quantia apontada pelo credor no prazo de 15 dias. Se nao efetuado o pagamento, independentemente de nova conclusao, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Formalizado o respectivo auto, intime-se o devedor para que ofereça impugnação, em 15 dias, (art. 475-J, §1ºdo CPC). Nao sendo efetuado o pagamento, aplico a multa de 10%, a que alude o caput do art. 475-J. Total R$ 200.785,17 + 39,13. Intimem-se". -Advs. MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA e MARCO ANTONIO CAMPANELLI-.

33. CAUTELAR INOMINADA-741/2003-MARIA ISABEL ROMERO DIAS x PEDRO ROSA DE OLIVEIRA- "...Homologo, por sentenca, a fim de que produza seus efeitos legais, a transacão noticiada nos autos em referencia, e, via de consequencia, declaro extinto o presente processo, com julgamento do merito, o que faço com fulcro no art. 269, III, do CPC. Havendo pedido de desistencia do prazo recursal, defiro desde já. Custas na forma da lei. PRI. Transitada em julgado, arquivem-se. Custas R$ 33,24 (Civel, R$ 28,20; Distrib.R$ 5,04)".-Advs. PAULO ROBERTO LUVISETI e JOAO TAVARES DE LIMA-.

34. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-845/2003-HUGO MARGONAR x AUTO POSTO PORTELAO LTDA-"Contados e preparados, arquive-se. Custas R$ 43,37 (Civel, R$ 28,24; Distrib.R$ 15,13)".- -Advs. SILVIA BENADUCE CASELLA, PAULO ROBERTO LUVISETI e JOSE LUIZ NUNES DA SILVA-.

35. ORDINARIA-846/2003-MARIA ISABEL ROMERO DIAS x PEDRO ROSA DE OLIVEIRA- "...Homologo, por sentenca, a fim de que produza seus efeitos legais, a transacão noticiada nos autos em referencia, e, via de consequencia, declaro extinto o presente processo, com julgamento do merito, o que faço com fulcro no art. 269, III, do CPC. Havendo pedido de desistencia do prazo recursal, defiro desde já. Custas na forma da lei. PRI. Transitada em julgado, arquivem-se. Custas R$ 794,04 (Civel, R$ 667,40; Distrib.R$ 5,04; funrejus, R$ 122,50)"-Advs. EDUARDO TOMAZINI HOFFMEISTER, PAULO PEREZ FANHANI, JOSE LUIZ NUNES DA SILVA e JOAO TAVARES DE LIMA-.

36. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-867/2003-HUGO MARGONAR x AUTO POSTO PORTELAO LTDA-...Homologo, por sentenca, a fim de que produza seus efeitos legais, a transacão noticiada nos autos em referencia, e, via de consequencia, declaro extinto o presente processo, com julgamento do merito, o que faço com fulcro no art. 269, III, do CPC. Havendo pedido de desistencia do prazo recursal, defiro desde já. Custas na forma da lei. PRI. Transitada em julgado, arquivem-se. sem custas". -Advs. SILVIA BENADUCE CASELLA e PAULO ROBERTO LUVISETI-.

37. DEPOSITO-98/2004-BV.FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANC.E INVESTIMENTO x IDENILSON GOMES DE OLIVEIRA-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Adv. JOSE DORIVAL PEREZ-.

38. OBRIGACAO DE NAO FAZER-362/2004-HUGO MARGONAR & CIA LTDA x AUTO POSTO PORTELAO LTDA- "Contados e preparados, arquive-se. Custas R $ 83,40 (Civel, R$ 9,40; Distrib.R$ 74,00)'-Advs. ANTONIO CARLOS OLIVEIRA DE ARAUJO e PAULO ROBERTO LUVISETI-.

39. CAUTELAR INOMINADA-497/2004-AUTO POSTO PORTELAO LTDA e outro x PEDRO ROSA DE OLIVEIRA e outros- "...Homologo, por sentenca, a fim de que produza seus efeitos legais, a transacão noticiada nos autos em referencia, e, via de consequencia, declaro extinto o presente processo, com julgamento do merito, o que faço com fulcro no art. 269, III, do CPC. Havendo pedido de desistencia do prazo recursal, defiro desde já. Custas na forma da lei. PRI. Transitada em julgado, arquivem-se. Custas R$ 1.004,96 (Civel, R$ 827,20; Distrib.R$ 32,13; Funrejus, R $ 144,63)'-Advs. JOSE LUIZ NUNES DA SILVA, GUILHERME RESS BARBOZA, GUSTAVO SILVEIRA SIQUEIRA, FRANCISCO LOPES, IDEVAR CAMPANERUTI e SILMARA REGINA LAMBOIA-.

40. MONITORIA-527/2004-BANCO ITAU x CAMBEFRIOS IND. E COMERCIO LTDA e outros-"...tendo havido a contratacao e utilizacao dos serviços financeiros prestados pela instituicao financeira aos reus, que inadimplidos perfazem o debito no montante de R$ 23.565,64...Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido dos embargos monitorios, com fulcro no Art. 269, I, e 333, I do CPC, e condeno os réus ao pagamento do debito de R$ 23.565,64, constituindo titulo executivo, aplicando sobre o valor correcao pelo INPC, a partir do vencimento, e juros de 1% ao mes a partir da citacao na acao monitoria. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorarios advocaticios que com base no Art. 20, §3º do CPC, arbitro em R$ 2.500,00, corrigidos pelo INPC, a contar desta data, e juros de 1% ao mes, a partir do transito, ante o bom trabalho realizado pelo procurador do autor e o

tempo dispendido. PRI" -Advs. LAURO FERNANDO ZANETTI, SUSANA TOMOE YUYAMA, FERNANDO MEDEIROS DE ALBUQUERQUE e ADRIANO MARRONI-.
41. DISSOLUCAO DE SOCIEDADE-591/2004-PEDRO ROSA DE OLIVEIRA x MARIA ISABEL ROMERO DIAS e outro- "...Homologo, por sentenca, a fim de que produza seus efeitos legais, a transacão noticiada nos autos em referencia, e, via de consequencia, declaro extinto o presente processo, com julgamento do merito, o que faço com fulcro no art. 269, III, do CPC. Havendo pedido de desistencia do prazo recursal, defiro desde já. Custas na forma da lei. PRI. Transitada em julgado, arquivem-se". Contados e preparados, arquive-se. Custas R$ 42,64 (Civel, R$ 37,60; Distrib.R$ 5,04)'-Advs. JOAO TAVARES DE LIMA e JOSE LUIZ NUNES DA SILVA-.
42. DECLARATORIA-600/2004-EDSON MOREIRA REGO e outros x BRASIL TELECOM S.A-"...O pedido de oficio nao merece prosperar. No que concerne a quebra so sigilo fiscal, nao ha justificativa para tanto. Quanto aos demais, registro que a parte exequente poderia produzi-los. Alem disso, o pedido de revogacao da AJG, deve vir acompanhada de fato concreto, sendo inadimissivel que se faça uma verdadeira devassa na vida do beneficiario, como expedicao de oficio a Receita Federal e orgaos publicos, como o unico proposito de obter algum elemento que demonstre que ele nao faz jus ao beneficio...Os patronos querem que a propria justiça produza provas por eles, com a expedicao de oficio a Receita Federal, para que sejam apuradas as condicoes socio-economicas dos sucumbentes, o que é inadimissivel. Por fim, se a parte nao concorda com a AJG, deve apresentar o incidente de impugnacao a AJG...Nestes termos, indefiro o pedido de fls. 583/584, devendo permanecer suspensa a cobrança dos honorarios de sucumbencia. Intimem-se. Op. arquive-se" -Advs. VILMA THOMAL, ALBERTO RODRIGUES ALVES, ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS, SANDRA REGINA RODRIGUES, ANA TEREZA PALHARES BASILIO e JOAQUIM MIRO-.
43. PRESTACAO DE CONTAS-649/2004-ROBERTO FARIA DA SILVA e outro x JOSE CARLOS TIBURCIO- "Considerando que mesmo apos intimado o requerido nao prestou as contas, intime o autor a apresenta-las em 10 dias".-Advs. JOSÉ SUBTIL OLIVEIRA e ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA-.
44. ORDINARIA-685/2004-AUTO POSTO PORTELAO LTDA e outro x PEDRO ROSA DE OLIVEIRA e outros- "...Homologo, por sentenca, a fim de que produza seus efeitos legais, a transacão noticiada nos autos em referencia, e, via de consequencia, declaro extinto o presente processo, com julgamento do merito, o que faço com fulcro no art. 269, III, do CPC. Havendo pedido de desistencia do prazo recursal, defiro desde já. Custas na forma da lei. PRI. Transitada em julgado, arquivem-se. Custas R$ 99,04 (Civel, R$ 94,00; Distrib.R$ 5,04)-Advs. JOSE LUIZ NUNES DA SILVA e IDEVAR CAMPANERUTI-.
45. INDENIZACAO - ORDINARIO-17/2005-VIVIANE FERREIRA DA COSTA e outros x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL e outros-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. RODAVLAS LHAMAS FERREIRA-.
46. IMPUGNACAO A ASSIT.JUDICIARIA-175/2005-AUTO POSTO PORTELAO LTDA x PAULINO ZUCOLOTO- "Custas R$ 67,23 (Civel, R$ 14,10; Distrib.R $ 33,13; Funrejus, R$ 20,00)"-Advs. JOSE LUIZ NUNES DA SILVA e IDEVAR CAMPANERUTI-.
47. MONITORIA-394/2005-COMPANHIA DE CRED.FIN.E INV.RENAULT DO BRASIL x JMC PARTICIPACOES LTDA e outros- "Sobre a impugnacao aos embargos, fale o embargante no prazo legal"-Advs. PAULO EDUARDO M.O. DE BARCCELLOS e MARIA BEATRIZ CARVALHO LUMINATI-.
48. REVISIONAL DE CONTRATO-403/2005-CARNIATTO TRANSPORTES DE CARGAS LTDA x SANTANDER BANESPA-BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A-...Homologo, por sentenca, a fim de que produza seus efeitos legais, a transacão noticiada nos autos em referencia, e, via de consequencia, declaro extinto o presente processo, com julgamento do merito, o que faço com fulcro no art. 269, III, do CPC. Custas na forma do acordo. PRI. Op, arquivem-se". -Advs. MARCUS AURELIO LIOGI, LUCELI CERQUEIRA LOPES, MARILI DALUZ RIBEIRO TABORDA e MAGDA LUIZA R. EGGER-.
49. EMBARGOS A EXECUCAO-484/2005-ESPÓLIO DE WILSON LUIZ BARUSSO x RIO PARANA CIA DE SECURITIZ. CREDITOS FINANCEIROS- "Deve o autor retirar o alvara".-Adv. JOSINALDO DA SILVA VEIGA-.
50. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-531/2005-RUFFO CONFECCOES LTDA x VALDIRENE ALVES SILVA - ME-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. FÁBIO RICARDO RODRIGUES BRASILINO-.
51. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-541/2005-MULTICOOPER SAO PAULO COOP.INTEGRADA DE ATIV.MULT. x RIAL INDUSTRIA E COM.DE PRODUTOS ALIMENT.LTDA-ME-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Adv. LUIS FLAVIO NETO-.
52. DECLARATORIA-593/2005-AUTO POSTO PORTELAO LTDA x PEDRO ROSA DE OLIVEIRA e outros- "...Homologo, por sentenca, a fim de que produza seus efeitos legais, a transacão noticiada nos autos em referencia, e, via de consequencia, declaro extinto o presente processo, com julgamento do merito, o que faço com fulcro no art. 269, III, do CPC. Havendo pedido de desistencia do prazo recursal, defiro desde já. Custas na forma da lei. PRI. Transitada em julgado, arquivem-se. Custas R$ 221,24 (Civel, R$ 216,20; Distrib.R$ 5,04)"-Advs. JOSE LUIZ NUNES DA SILVA, MARCELA BERLINCK PEREIRA e IDEVAR CAMPANERUTI-.
53. ALVARA-117/2006-ESPOLIO DE EUGENIO MISERIQUE FADEL e outro x JUIZO DE DIREITO- "Deve a autora cumprir as determinacoes da Fazenda Estadul (fls. 59/60)".-Adv. IDEVAR CAMPANERUTI-.
54. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-456/2006-BANCO ITAU x NORTPAR CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA e outro- "O feito sera arquivado provisoriamente, sem prejuizo de reativamento pela parte interessada".-Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e ANDERSON CROZARIOLLI TAVARES-.
55. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-457/2006-BANCO ITAU x CONFECCOES CONTEMPORANEA LTDA e outro- "Feito suspenso na forma requerida".-Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.
56. MONITORIA-651/2006-REDELEASE PRODUTOS PARA INDUSTRIA LTDA x VIDAL & CRUZ IND.E COMERCIO DE PISCINAS LTDA - ME e outro-"Tendo em vista o advento da lei 11232/05, vigente a partir de 23.06.06, na forma do art. 475-J do CPC, intime-se a parte devedora para que pague a quantia apontada pelo credor no prazo de 15 dias. Se nao efetuado o pagamento, independentemente de nova conclusao, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Formalizado o respectivo auto, intime-se o devedor para que ofereça impugnação, em 15 dias, (art. 475-J, §1ºdo CPC). Nao sendo efetuado o pagamento, aplico a multa de 10%, a que alude o caput do art. 475-J. Total R$ 203.394,01. Intimem-se". -Advs. KUMIO NAKABAYASHI e ABEL FERREIRA-.
57. REPARACAO DE DANOS-SUMARIO-720/2006-NEUSA MOREIRA DE CASTRO x SERTAGRO - DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA e outro- "Face o retorno das CP's, fale a parte interessada em 05 dias, sob pena de extincao".-Advs. ANTONIO CARLOS CANTONI, THAISA CRISTINA CANTONI MANHAS, MARCIO RODRIGO CANTONI, JEFFERSON CARLOS RABELO, JOSE DE CESAR FERREIRA, GLAUCIUS CAVALCANTI SILVA e WANDERLEY PAVAN-.
58. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-727/2006-OMNI S.A.-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ANTONIO CARLOS DOS SANTOS-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Advs. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO e PAULO CESAR TORRES-.
59. COBRANCA-7/2007-MARAJO BELLA VIA VEICULOS LTDA x VANESSA SERRATO- "Devem os procuradores juntar procuracao especifica, autorizando o levantamento de valores. Prazo 10 dias. Apos voltem conclusos".-Advs. IVAN PEGORARO, MARCOS LEATE, GUILHERME PEGORARO e RENATO ABUJAMRA FILLIS-.
60. INVENTARIO-153/2007-MARIA DO CARMO PINATT x JOAQUIM PINATT-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Advs. RICARDO KIFER AMORIM, EDERALDO SOARES, REINALDO MIRICO ARONIS, FABIOLA PATRICIA SOARES, MAURO ZARPELAO e ELISE GASPAROTTO DE LIMA-.
61. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-187/2007-INDUSTRIA E COMERCO DE FRIOS NOVA DANTZIG LTDA x TIAGO FUKUSAWA ALVES RIBEIRO-"Total do debito, R$ 46.606,08. Deve o(a) Autor(a) recolher a GRC do Sr. Oficial de Justica, em tempo hábil, para que possamos entregar o respectivo mandado para as diligências. -Advs. ALVARO AUGUSTO COSTA NUNES e LUIS EDUARDO PALLIARINI-.
62. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-188/2007-INDUSTRIA E COMERCIO DE FRIOS NOVA DANTZING LTDA x EDENILSON LARINI- "Deve o autor retirar o edital e publica-lo novamente, conforme determina a lei".-Adv. ALVARO AUGUSTO COSTA NUNES-.
63. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-335/2007-UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. x UMUPETRO COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO e outros-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. HELLISON EDUARDO ALVES-.
64. MONITORIA-347/2007-SARDI - COMERCIO DE GAS LTDA x V.A.FRANCISCO E CIA LTDA- "Intime o autor a complemantar o pedido de desconsideracao da PJ, com a certidao da JUCEPAR, em 10 dias. Nao havendo manifestacao, intime o autor via ARMP".-Adv. FÁBIO RICARDO RODRIGUES BRASILINO-.
65. MONITORIA-406/2007-ALISUL ALIMENTOS S/A x C F GOMES PROD.AGROPECUARIOS e outro- "...intime a autora para que informe o atual endereco da Sra. Cassia F. Gomes, com o intuito de possibilitar sua citacao. Prazo 10 dias".-Adv. LUIS FELIPE LEMOS MACHADO-.
66. PROTESTO INTERRUP. PRESCRICAO-455/2007-BANCO DO BRASIL S/A x OMODEI TEXTIL LTDA e outros-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.
67. DEPOSITO-536/2007-BANCO BRADESCO S/A x E S F DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE CONFEE-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Advs. NELSON PASCHOALOTTO e MARIANA GAMBA MARZOCHI-.
68. EXECUCAO DE SENTENCA-555/2007-MOACIR SELLA x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A - (BANCO ITAU S/A)-Colha-se a manifestaçao da parte interessada, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Advs. ROBERTO WAGNER MARQUESI, SANTO MANOEL MARQUEZI, SUELI CRISTINA GALLELI, LAURO FERNANDO ZANETTI e BRUNA MAIRA ROCHA ALMEIDA COELHO-.
69. DEPOSITO-604/2007-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x LOURDES DA SILVA- "Feito suspenso na forma requerida".-Adv. PAULO CESAR TORRES-.
70. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-624/2007-SAO FRANCISCO INSTITUTO VIDA x MARIA DE LOURDES CASTRO SANTOS-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Advs. EDUARDO FERNANDO LACHIMIA e FÁBIO RICARDO RODRIGUES BRASILINO-.
71. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-708/2007-FUMICO SATO e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A (BANCO ITAU S/A)-"Ciente da interposicao do agravo. Mantenho a decisao do agravo nos seus proprios fundamentos, que bem

resistem as razoes do recurso. Oportunamente, voltem para prestar informacoes. Intimem-se". -Advs. ARY BENEDITO SILVA, SUELI CRISTINA GALLELI e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

72. DECLARATORIA-2307/2007-EUCLIDES MANCINI x MUNICIPIO DE CAMBÉ-"...considerando que os autores nao juntaram copia da declaracao de IR, nao comprovaram nenhum gasto pessoal, e ainda contrataram advogados particulares, o que evidencia de possui condicoes de arcar com as despesas processuais...assim, mantenho a decisao agravada nos seus proprios fundamentos... indefiro o pedido de assistencia judiciaria gratuita, devendo os autores efeturem o pagamento das custas em 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuicao" -Advs. ELDBERTO MARQUES e EDUARDO FERNANDO LACHIMIA-.

73. DECLARATORIA-2338/2007-OSVALDO GONCALVES DE OLIVEIRA x MUNICIPIO DE CAMBÉ-"Deve a parte interessada retirar o oficio, e providenciar sua postagem, em 05 dias, sob pena de extinção, na forma da portaria nº 04/2009, deste juízo." -Adv. ELDBERTO MARQUES-.

74. DECLAR.INEXTENCIA REL.JURID.-2730/2007-GRANINORTE COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA ME x INTERNACIONAL MINERACAO LTDA-Sobre a certidao negativa do Oficial de Justica de fls. (...Deixei de proceder a citação do(a) requerido(a), em virtude do imovel estar fechado, em estado de abandono...); manifeste-se a parte autora, no prazo legal -Adv. RICARDO NOGUEIRA DE SOUZA MACEDO-.

75. DECLARATORIA-2835/2007-ASSOCIACAO DOS MORADORES DO JARDIM ANA ROSA e outro x ROBERTO PALHARE-"...Havendo comprovacao do falecimento do requerido, fato notorio na cidade...julgo EXTINTO o feito com resolução do merito, com fulcro no art. 267, IV do CPC. Custas de lei. Sem honorarios, dada a nao citacao do requerido. PRI" -Advs. ANTONIO CARLOS BATISTELA e MARCOS ROBERTO BOEING-.

76. RESCISAO DE COMPRA E VENDA-3011/2007-FERNANDO MARQUES x ODAIR TABORDA RIBAS-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. DEBORAH FRANCIELLE MESQUITA e ELISE GASPAROTTO DE LIMA-.

77. REPARACAO DE DANOS-SUMARIO-3053/2007-TEREZA SOARES DE AMORIM e outros x GIOVANNI DIEGO CAUDURO BAGATINI e outro- "Deve o autor recolher as custas da CP expedida para Apucarana, para cumprimento da mesma"-Adv. JULIANO TOMANAGA-.

78. EMBARGOS DO DEVEDOR-36/2008-JABUR RECAPAGENS DE PENUS LTDA x ABC ARTEFATOS DE BORRACHA COELHO LTDA-"Manifeste-se a embargada em 05 dias, requerendo que de direito".-Advs. ROSILENE LAMBERTI ELVIRA e ANA MARIA KONDRAT DA SILVA-.

79. PREVIDENCIARIA-156/2008-JOSE CARLOS MACHADO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO NACIONAL - INSS- "Em que pese o fato da dificuldade de encontrar perito que atue na area de medicina do trabalho que aceite o encargo, entendo nao ser o caso de remessa do feito a JF, haja vista que os peritos que aqui atuam, sao os mesmos que lá atuam, e tal medida nao solucionaria o entrave do feito. Assim, observando a recusa de dois peritos medicos ja nomeados, bem como verificando que o IML se recusou em realizar a pericia sob a alegacao de nao ser de sua alçada, nomeio o Dr. Mario Machado Junior, que devera ser notificado, inclusive da AJG do autor, e aceitando o encargo, designar dia e hora para pericia". -Advs. CLAUDINEY DOS SANTOS, LUCIANA APARECIDA AZEREDO e BEATRIZ SP RUFINO-.

80. DEPOSITO-324/2008-BANCO PANAMERICANO S/A x REGINALDO FERNANDES-Sobre a certidao negativa do Oficial de Justica de fls. (...Deixei de proceder a citação do(a) requerido(a), em virtude de nao encontra-lo(a), eis que o mesmo encontra-se em local desconhecido...); manifeste-se a parte autora, no prazo legal -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

81. ALVARA-403/2008-LAURA LALESKA SAVAREGO CAMPOS x JUIZO DE DIREITO- "Intime o autor para fazer prova do recolhimento do Funrejus relativo as custas remanescentes, (calculo de fls. 68), conforme despacho de fls. 60. Fazer prova da efetivacao das vendas autorizadas, juntando copia das respectivas escrituras publicas. É que nas matriculas (fls. 300 e verso e 301/303), nada consta a respeito. Esclarecer a razao da qual, tendo o imovel constituido da Q07, D05, area de 300,00 mts2, Jd. Taruma, ter sido avaliado em R$ 110.000,00, e foi adquirido por apenas R$ 19.500,00. Tal esclarecimento se faz necessario, para aferir o que foi feito com o restante do dinheiro, que devera ser objeto da prestacao de contas".-Advs. NOE APARECIDO DA COSTA e FABIO BOMFIM DA SILVA-.

82. DEPOSITO-409/2008-BANCO FINASA S/A x SIDNEI DE CARVALHO-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. IVAN PEGORARO-.

83. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-419/2008-BANCO PANAMERICANO S/A x MANOEL FRANCISCO ROSA PRADO-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

84. EMBARGOS A EXECUCAO-443/2008-UMUPETRO COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA x UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A-"...considerando que devidamente intimado, o autor nao efetuou o preparo das custas...determino o cancelamento da distribuicao, na forma do art. 257 do CPC, sem a condenacao ao pagamento das despesas processuais. PRI. Desapem-se os autos de execucao, intimando o exequente a requerer o que de direito" -Advs. JOSE FRANCISCO PEREIRA e HELLISON EDUARDO ALVES-.

85. REINTEGRACAO DE POSSE-562/2008-BANCO ITAULEASING S/A x DENIS ALMEIDA CHIAVELLI- "Feito suspenso na forma requerida".-Adv. CRYSTIANE LINHARES-.

86. FALENCIA-628/2008-OURO PETRO COMECIO DE FERRO E ACO LTDA e outro x METALURGICA ACORES LTDA- "Face os comprovantes de pagamento juntados pela requerida, e pedido de arquivamento, fale a autora em 05 dias, sob pena de ser consideracao como aceito o pedido".-Adv. PAULO ROBERTO FERREIRA SILVEIRA-.

87. INVENTARIO-631/2008-ANTONIO CANDIDO DA SILVA x IRACY ALVES DA SILVA- "Indefiro o pedido, vez que o autor pode pedir administrativamente a copia das certidoes, sendo tais cartorios obrigados a fornecer as copias".-Advs. WAGNER BARROS, JOAO MIGUEL FERNANDES FILHOS e GRAZIELA SANTANA DAMANTE-.

88. INTERDICAO-648/2008-ZAMARIAN DONADON x ROSELENE JULIO DONADON-"Em face do exposto, na forma dos arts. 1767 e 1776 do CC e 1177 do CPC, julgo procedente o pedido inicial e decreto a interdição de ROSELENE JULIO DONADON, declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil (art. 5º, II do CC). Lavre-se o respectivo termo de compromisso legal...Nao existindo bens em nome do interditando, dispenso a especialização de hipoteca legal. Inscreva a presente decisao no registro Civil local, e TRE, para os devidos fins. Publique-se na forma do art. 1184 do CPC. Custas de lei, suspensas pela AJG. Ao curador especial nomeado, fixo os honorarios em R$ 300,00 a serem suportados pelo Estado do PR, ante a ausencia de defensoria publica...PRI. Oportunamente, arquive-se" -Adv. RENATA SILVA BRANDÃO-.

89. ARROLAMENTO-800/2008-MARIA MORANO PEREIRA e outros x LUIZ RODRIGUES FERREIRA-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. REJANE KIMAID GOMES-.

90. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-838/2008-LABORATORIO EXATO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e outro x BELGA INDUSTRIA E COM.DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTD-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Advs. PAULO JOSE OLIVEIRA DE NADAI, AGNALDO MUNHOZ DA SILVA e FERNANDO RUMIATO-.

91. MONITORIA-872/2008-KASINSKI ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x CARMONA MARIA PEREIRA DOS SANTOS-"Deve a parte interessada retirar a carta de citacao/intimacao e providenciar sua postagem, em 05 dias, sob pena de extinção, na forma da portaria nº 04/2009, deste juízo." -Advs. SIMONE ANDREATTI E SILVA e ALESSANDRA MARIA MARGAR.LA REGINA-.

92. DEPOSITO-939/2008-BANCO CREDIBEL S/A x LORIVAL RODRIGUES DOS SANTOS-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

93. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-1018/2008-BANCO PANAMERICANO S/A x MICHEL MAX DE LIMA BATISTA-"Cumpra-se o mandado. Defiro o bloqueio via RenaJud. Deve o(a) Autor(a) recolher a GRC do Sr. Oficial de Justica, em tempo hábil, para que possamos entregar o respectivo mandado para as diligências. -Adv. TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

94. INDENIZACAO - ORDINARIO-1088/2008-AIRTON FERREIRA DOS SANTOS x BONYPLUS IND. COM. DE COSMETICOS- "Ficam as partes intimadas da pericia designada para 26/10/2011 as 08h.30min, na Av. Duque de Caxias, 1980, Sl 204, Ed. Angelo Meranca, Londrina (fone 3323-9784)".-Advs. MIGUEL SALIH EL KADRI TEIXEIRA, ADRIANA JOSE MECCHI e RICARDO DOS SANTOS ABREU-.

95. CAUTELAR-1091/2008-MARILZA APARECIDA RODRIGUES x BANCO ITAU-"Sobre o deposito de R$ 581,22, fale o autor em 05 dias, sob pena de ser considerada como satisfeita a obrigacao".-Advs. ANTONIO CARLOS BATISTELA e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

96. ORDINARIA-1176/2008-VALDEMIR DOS SANTOS ANDRADE e outro x BANCO SANTANDER ( BRASIL ) S.A. e outro- "Feito suspenso pelo prazo requerido".-Advs. LUCIANO BIGNATTI NIERO, VALERIA CARAMURU CICARELLI e ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

97. COBRANCA-1361/2008-JOSE MARCELINO DA CRUZ x BANCO DO BRASIL S/A-"Recebo a apelação no duplo efeito. De-se vista a parte recorrida para apresentar contra-razoes em 15 dias. Com a resposta, e nao havendo pedido de reconsideração deste despacho (art. 518, par. unico do CPC), encaminhe-se ao Egregio TJPR, com as homenagens de estilo". -Advs. ARISTIDES RODRIGUES RODRIGUES, CRISTIANE CARLA CLARO FRASSON e ANTONIO EDSON MARTINS NOGUEIRA-.

98. USUCAPIAO-24/2009-AUREA MARIA ANTUNES DA SILVA x JOSE GABRIEL DA SILVA e outro-"Face as certidoes do oficial, fale o autor, requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. CLAUDIO PAVAN-.

99. DECLARATORIA-76/2009-R.L.A. MORAES & CIA LTDA-ME x JONAS AGUIAR LTDA ME e outro-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. JOAO EUGENIO FERNANDES DE OLIVEIRA-.

100. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-130/2009-BV FINANCEIRA S.A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVES. x JOAO JACOB DOS SANTOS- "Defiro pedido de vista".-Adv. JOSE VIEIRA DA SILVA FILHO-.

101. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-135/2009-BANCO BRADESCO S/A x CAMBEFRIOS - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e outro-"Recebo o recurso adesivono duplo efeito. De-se vista a parte recorrida para apresentar contra-razoes em 15 dias. Com a resposta, e nao havendo pedido de reconsideração deste despacho (art. 518, par. unico do CPC), encaminhe-se ao Egregio TJPR, com as homenagens de estilo". -Advs. MARIA JOSE STANZANI, JOÃO EUGENIO FERNANDES DE OLIVEIRA e ADRIANO MARRONI-.

102. REINTEGRACAO DE POSSE-143/2009-BANCO ITAULEASING S/A x R SANTOS ATACADO DE CONFECÇÕES ME-"...Julgo, por sentença, para que produza seus juridicos e legais efeitos o pedido de desistencia, declarando extinta a presente ação, sem resolução de merito, na forma disposta no artigo 267,VIII do CPC. Oficie-se ao Detran e Serasa. Custas de lei. Sem honorarios. PRI".- -Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

103. DEPOSITO-147/2009-BANCO FINASA S/A x LUIZ CARLOS DA SILVA- "O feito sera arquivado provisoriamente, sem prejuizo de futura reativacao pela parte interessada".-Advs. ALESSANDRA NOEMI SPOLADORE, CRISTIANE BELINATTI GARCIA LOPES e GIOVANI PIRES DE MACEDO-.

104. DECLARATORIA-187/2009-SANDOZ DO BRASIL INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA x STOCKVAL TECNO COMERCIAL LTDA- "Designo oitiva de testemunhas para 18/11/2001 as 14h.00min".-Advs. EDCASSIO DOS SANTOS PEREIRA, ANTONIO AUGUSTO POMPEU DE TOLEDO, JOSE HENRIQUE LONGO, GILBERTO CIPULLO, MARCELO ROITMAN, RAFAELA FRAZAO KIREFF, PEDRO GUILHERME KRELING VANZELLA, JANETE FLUGEL, WAGNER LUIZ DE ANDRADE e RENATA DEQUECH-.

105. DEPOSITO-214/2009-BANCO FINASA S.A x LUIZ FERNANDO TAVARES DE LIMA-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Advs. MARCOS LEATE, IVAN PEGORARO e RENATO ABUJAMRA FILLIS-.

106. PREVIDENCIARIA-221/2009-SERGIO ANTONIO TARDIOLI x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- "Feito suspenso na forma requerida".-Advs. SILVIA REGINA GAZDA e MICHEL FEGURY JUNIOR-.

107. DEPOSITO-267/2009-BANCO ITAUCARD S.A. x CLAUDINEI GONÇALVES SANTOS- "O feito sera arquivado provisoriamente, sem prejuizo de futura reativacao pela parte interessada".-Advs. EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e MILKEN JACQUELINE C.JACOMINI-.

108. OBRIGACAO DE FAZER-284/2009-JOSE PARANHOS DA SILVA x ESTADO DO PARANÁ e outro-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. FRANCISCO LOPES-.

109. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-352/2009-BANCO PANAMERICANO S/A x MARCIA DA SILVA ROCHA- "Deve o autor comprovar a publicacao do edital".-Adv. TATIANE VALESCA VROBLEWSKI-.

110. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-456/2009-ARAU CAR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS - EPP x ISC EQUIPAMENTOS LTDA- "Deve o autor complementar a GRC do oficial, para cumprimento do mandado".-Advs. CARLOS ARAÚZ FILHO e EDGAR KINDERMANN SPECK-.

111. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO-478/2009-BASSETI CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP x BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS S/A- "Ficam as partes intimadas da oitiva de testemunhas, designada para 08/11/2011 as 14h.00min, na 4ª VC de Londrina".-Advs. MARCELO MASCHIO CARDOZO CHAGAS, MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS, GILBERTO PEDRIALI, JOSE FERNANDO VIALLE e RAFAELA DENES VIALLE-.

112. NULIDADE ATO ADMINISTRATIVO-1221/2009-MGL MECÂNICA DE PRECISÃO LTDA x TIM CELULAR S.A.- "Sobre o deposito de R$ 6.000,00, fale o autor em 05 dias, sob pena de ser considerada como satisfeita a obrigacao".-Advs. MARCELO AUGUSTO DA SILVA, GILBERTO ANDREASSA JUNIOR, HELENA ANNES, ALCEU MACIAL D'ÁVILA e TIAGO CARNIEL-.

113. DESPEJO-2291/2009-LUIZ FREDIANE x VALDIR ALVES DE SILVA e outros-Deve o(a) Autor(a) recolher a GRC do Sr. Oficial de Justica, em tempo hábil, para que possamos entregar o respectivo mandado para as diligências. -Adv. FÁBIO RICARDO RODRIGUES BRASILINO-.

114. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-2303/2009-FUNDO DE INVESTIMENTO EM D.CRED.NAO PADRON.PCG-BRASIL MULTICARTEIRA x NATAL DUCATI-"Deve a parte interessada retirar o oficio, e providenciar sua postagem, em 05 dias, sob pena de extinção, na forma da portaria nº 04/2009, deste juízo." -Advs. ALEXANDRE N. FERRAZ, ALINE CRISTINA ALVES, EUCLIDES GUIMARAES JUNIOR e RODRIGO RUH-.

115. EMBARGOS DE TERCEIRO-2327/2009-MARIA APARECIDA MARTINS e outro x COMPLOND-COMERCIO DE COMPENSADOS LONDRINA LTDA- "Para analise da AJG, intime os embargantes a trazerem as 03 ultimas declaracoes de renda, em 10 dias. Decorrido o prazo sem manifestacao, reitee-se a intimacao para pagamento das custas".-Adv. AURELIO SEVERINO DE SOUZA-.

116. REVISIONAL-2389/2009-CARLOS RIBEIRO DA CUNHA x BANCO DO BRASIL S/A-"Posto Isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da autora, nos termos do Art. 269, I, do CPC, para determinar a exclusao do contrato de financiamento, mencionado na inicial, da Capitalizacao de Juros, e condenar a ré a restituir a autora as quantias cobradas indevidamente, de forma simples, cujo quantum sera apurado na forma do art. 475-B do CPC (...), acrescidas de juros de mora de 1% ao mes a contar da citacao, e corrigida monetariamente pelo INPC, da data de cada pagamento, autorizada a compensacao. Sopesando o alcance da sentença, considerando que as partes foram vencedores e vencidos, condeno-os ao pagamento de 50% das custas para cada parte. Arbitro os honorarios em R$ 800,00 para cada advogado, devendo tal valor ser compensado...Mantenho a AJG a autora. Ressalto que o pagamento do autor ficara suspenso pela lei 1060/50. PRI" -Advs. OSVALDO ESPINOLA JUNIOR e CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO-.

117. IMPUGNAÇÃO Á EXECUÇÃO-2511/2009-BANCO DO BRASIL S/A x ESPÓLIO DE LUIZ MORELLI-"Ciente da interposicao do agravo. Mantenho a decisao do agravo nos seus proprios fundamentos, que bem resistem as razoes do recurso. Oportunamente, voltem para prestar informacoes. Intimem-se". -Advs. EDERALDO SOARES, MAURO ZARPELAO e SILVIA REGINA GAZDA-.

118. PRESTACAO DE CONTAS-2644/2009-ANDRE ANTONIO SARAIVA NUNES x BANCO FINASA S/A-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. ANTONIO CARLOS BATISTELA e PAULO HENRIQUE BORNIA SANTORO-.

119. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-2695/2009-B.V. FINANCEIRA S.A. C.F.I x JOCENIR FONCECA DE OLIVEIRA- "O pedido de conversao em acao de deposito é cabivel, mas somente sera analisado apos o recolhimento da GRC do Oficial, para nova tentativa de busca e apreensao, ja que requerida anteriormente pela autora. Resultando negativa a busca, voltem para analise do pedido de conversao".-Advs. MILKEN JACQUELINE C.JACOMINI, FLAVIO SANTANNA VALGAS, CRISTIANE BELINATTI GARCIA LOPES e GUSTAVO VERISSIMO LEITE-.

120. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-2697/2009-B.V. FINANCEIRA S.A. C.F.I x DONIZETE FERREIRA BRITIS-"...pelo exposto, reconheço e declaro a incompetencia deste juizo para julgamento do presente feito, vez que conexa com a acao revisional 1066/09, que tramita na 7ª VC de Londrina, declinando a competencia para a 7ª VC de Londrina, razao pela qual determino o encaminhamento dos autos aquele juizo, com o registro de nossas homenagens efetuando as baixas e anotações necessarias. Intimem-se. Preclusa a presente decisao, encaminhe-se os autos à 7ª VC de Londrina, com as cautelas de estilo". -Advs. MILKEN JACQUELINE C.JACOMINI, FLAVIO SANTANNA VALGAS, CRISTIANE BELINATTI GARCIA LOPES e NAIARA POLISELI RAMOS-.

121. DECLARATORIA-2702/2009-GUILHERMINA CARVALHO SARTORELLI x BANCO ESTADO DO PARANA S/A-"...Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, com fulcro no Art. 269, I, do CPC, e condeno o reu ao pagamento das diferenças entre os indices do IPC, e aqueles efetivamente praticados durante o periodo de MAI/90, e FEV/91. Pela sucumbencia, condeno o requerido ao pagamento das custas e honorarios advocaticios que com base no Art. 20, §3º do CPC, fixo em 15% sobre o valor da condenação, ante o bom trabalho realizado pelo procurador do autor e o tempo dispendido. As diferenças deverao ser atualizadas monetariamente pelos indices oficiais, desde que passaram a ser devidas; acrescidas de juros remuneratorios capitalizados anualmente em 6% ao ano (0,5% ao mes, devidos em razao do contrato de deposito em caderneta de poupança, a partir da data em cada credito seria devido); e ainda sobre a condenacao deverao incidir juros de mora na base de 1% ao mes (art. 406 do CC), desde a citacao. Mantenho a AJG a autora. PRI" -Advs. ADRIANE SANTOS SELLA, MARCO ANTONIO DIAS LIMA CASTRO, LAURO FERNANDO ZANETTI, SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO e LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI-.

122. ARROLAMENTO-2731/2009-LEUDINA DE OLIVEIRA CANOVA e outros x MARCÍLIO DE OLIVEIRA- "Feito suspenso na forma requerida".-Advs. PAULO JOSE OLIVEIRA DE NADAI, FERNANDO RUMIATO e RAFAEL RICCI FERNANDES-.

123. ORDINARIA DE RESPONSABILIDADE-2772/2009-AUGUSTO GASPAR x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS-"Recebo a apelação no duplo efeito. De-se vista a parte recorrida para apresentar contra-razoes em 15 dias. Com a resposta, e nao havendo pedido de reconsideração deste despacho (art. 518, par. unico do CPC), encaminhe-se ao Egregio TJPR, com as homenagens de estilo". -Advs. MÁRIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO, HUGO FRANCISCO GOMES, GLAUCO IWERSEN, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, JACQUES NUNES ATTIÉ e LEONARDO DE LIMA E SILVA BAGNO-.

124. CANCELAMENTO DE PROTESTO-2993/2009-OSVALDO SADÃO MARUYAMA x JABUR RECAPAGEM DE PNEUS LTDA e outros-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. MARLOS LUIZ BERTONI-.

125. RECLAMATORIA-2995/2009-RITA DE CASSIA OLIVEIRA x MUNICIPIO DE CAMBÉ- "Recebo o agravo retido (art. 523 do CPC). Intime a parte agravada a se manifestar no prazo legal".-Advs. CAMILLA SCARAMAL DE ANGELO HATTI, EDUARDO FERNANDO LACHIMIA, LEANDRO ROGÉRIO BERTOSSE OLINTO e ROGERIO NUNES DE OLIVEIRA-.

126. DEPOSITO-2998/2009-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x MONICA CRISTINA DOS SANTOS-Deve o(a) Autor(a) recolher a GRC do Sr. Oficial de Justica, em tempo hábil, para que possamos entregar o respectivo mandado para as diligências. -Adv. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA-.

127. PREVIDENCIARIA-3002/2009-EDER CORREIA DE ASSIS x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-...Homologo, por sentenca, a fim de que produza seus efeitos legais, a transacão noticiada nos autos em referencia, no tocante a revisao do RMI, e pagamento dos valores atrasados, realizado pela requerida, e aceito pela autora...Autorizo a expedicao da RPV, caso necessario. Devem as partes especificarem as provas que pretende produzir, especificando sua importancia, alcance e finalidade..., no prazo de 10 dias. PRI." -Advs. HYLEA MARIA FERREIRA, NANCI TEREZINHA ZIMMER R.LOPES e MICHEL FEGURY JUNIOR-.

128. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-3068/2009-B.V. FINANCEIRA S.A. C.F.I x MARIA CÉLIA SILVA DE BRITO- "Sobre a decisao do agravo, que negou seguimento ao recurso, falem as partes em 10 dias. Nao havendo manifestacao, contados e preparados, voltem para decisao".-Advs. ENEIDA WIRGUES e SUZY SATIE K. TAMAROZZI-.

129. REVISIONAL DE CONTRATO-0000228-34.2010.8.16.0056-FLAVIO RODRIGO RIZZI x BANCO PANAMERICANO S/A.-"Posto Isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da autora, nos termos do Art. 269, I, do CPC, para determinar a exclusao do contrato de financiamento, mencionado na inicial, da TAC, TEC, Taxa de Retorno, e Capitalizacao de Juros, e condenar a ré a restituir a autora as quantias cobradas indevidamente, de forma simples, cujo quantum sera apurado na forma do art. 475-B do CPC, acrescidas de juros de mora de 1% ao mes a contar da citacao, e corrigida monetariamente pelo INPC, da data

de cada pagamento, autorizada a compensacao. Como foi reconhecida a ilegalidade da capitalizacao de juros e alguns encargos, mantenho a liminar de fls. 65/69, pois, embora reconhecida a ilicitude de algumas cobranças, tais nao impedem o credor de inscrever o nome do autor nos cadastros de restricao ao credito. Sopesando o alcance da sentença, considerando que as partes foram vencedores e vencidos, condeno o autor ao pagamento de 80% das custas, e o reu aos 20% restantes. Arbitro os honorarios em R$ 800,00 para cada advogado, devendo tal valor ser compensado...Ressalto que o pagamento do autor ficara suspenso pela lei 1060/50. PRI" -Advs. GERMANO JORGE RODRIGUES, RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO, ADRIANO MUNIZ REBELLO e ROGERIO GROHMANN SFOGGIA-.

130. INDENIZACAO - ORDINARIO-0000390-29.2010.8.16.0056-NILDE TEIXEIRA CASTILHO e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS- "Defiro pedido de vista a CEF por 60 dias".-Advs. ROGÉRIO RESINA MOLEZ, KARINA HASHIMOTO, ROSANGELA DIAS GUERREIRO e GERALDO SAVIANI DA SILVA-.

131. COBRANCA-0000463-98.2010.8.16.0056-JULIETA CERQUEIRA C. BARBOSA e outros x BANCO ESTADO DO PARANA S/A e outro- "...afasto as demais preliminares...FIXO OS PONTOS CONTROVERTIDOS - a) a data de aniversario das contas; a correta aplicacao do indice de correcao aos valores bloqueados por ocasiao do plano collor, eventual diferença a ser restituida ao autor. Em que pese a materia ser de direito, o que coaduna para o julgamento antecipado, um fato impede por ora tal apreciacao. Depreende-se dos autos, que mesmo tendo sido determinado prazo certo para apresentacao dos extratos, este nao o fez....Assim, presentes os requisitos...DEFIRO a inversao do onus da prova, nos termos do art. 6 VIII, do CDC, e determino ao reu que traga os extratos referentes aos meses de MAR/ABR/MAI/JUN/1990, e FEV/91, em 10 dias, sob as penas do art. 359 do CPC. Como o reu nao demonstrou interesse na conciliacao, tambem nao havera audiencia de instrucao e julgamento...Dessa forma, contados e preparados, voltem para decisao".-Advs. BEATRIZ T.DA SILVEIRA MOURA, ROSANGELA LELIS DELIBERADOR e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

132. COBRANCA-0000462-16.2010.8.16.0056-IZABEL SOLA LOPES e outros x BANCO ITAÚ S.A.- "...face o lapso de tempo, concedo prazo de 20 dias para que o banco apresente os extratos da conta nos meses de MAR/ABR/MAI/JUN/90 e FEV/91, sob as penas do art. 359 do CPC".-Advs. BEATRIZ T.DA SILVEIRA MOURA, LORRAINE MILANI LOPES, ROSANGELA LELIS DELIBERADOR e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

133. INDENIZACAO - ORDINARIO-0000497-73.2010.8.16.0056-MARLI MARQUES BESSON x VIZIVALI - FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU e outro- Deve a denunciante retirar a carta precatoria expedida, instruí-la com as pecas necessárias, e providenciar sua distribuicao e seu cumprimento no Juízo deprecado. -Advs. FÁBIO RICARDO RODRIGUES BRASILINO, CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA, DIOGO DE ARAUJO LIMA, RODRIGO BIEZUS, GIOVANI MARCELO RIOS e EDIVAN JOSÉ CUNICO-.

134. COBRANCA-0001375-95.2010.8.16.0056-CARLOS LUSSARI FILHO x BANCO ITAU- "Sobre os documentos juntados pelo Banco, fale o autor em 05 dias".-Advs. BEATRIZ T.DA SILVEIRA MOURA e ROSANGELA LELIS DELIBERADOR-.

135. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-0001479-87.2010.8.16.0056-DIFRIPAR DITRIBUIÇÃO E LOGISTICA LTDA x ANDREA LOPES CASTRO PELISSARI - SUPERMERCADO LTDA-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Adv. RICHARDSON CARVALHO-.

136. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0001684-19.2010.8.16.0056-CLÁUDIO ROBERTO BOATTO x BANCO BRADESCO S/A- "Conforme determinado as fls. 22, deve a requerida apresentar os contratos e extratos da referida conta, no prazo de 05 dias, sob pena de eventual crime de desobediencia e busca e apreensao"-Advs. PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR e CRISTIANE BELINATTI GARCIA LOPES-.

137. ALVARA-0001779-49.2010.8.16.0056-JOSÉ MAZZIERO e outros x JUIZO DE DIREITO- "Devem os autores comparecerem em Cartorio e assinarem o termo de renuncia".-Advs. PAULA VALERIO TIMOTEO e KARINA ANAMI-.

138. MEDIDA CAUTELAR EXIB.DOCUMEN.-0001843-59.2010.8.16.0056-PAULO CESAR LEME x BANCO ITAU S.A-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR e LUIS OSCAR SIX BOTTON-.

139. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-0001915-46.2010.8.16.0056-COBRAFAS CIA SECURITIZADORA x FILETO COM.E REPR.COM.PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Advs. ANA LUISA MORELI PANGOI e MARCOS JOSE OLIVEIRA ZAMBOLIM-.

140. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-0002172-71.2010.8.16.0056-B.B. x D.S.J. e outro-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Adv. MARIA JOSE STANZANI-.

141. DECLARATORIA-0002310-38.2010.8.16.0056-ALTAMIRO DORIVAL DA SILVA x DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO PARANÁ - DETRAN - PR e outros-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Advs. FERNANDO DOS SANTOS LIMA e NEUCI APARECIDA ALLIO-.

142. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002326-89.2010.8.16.0056-BANCO BMG S/A x CARLOS ROGERIO FIEL NUNES-"Deve a parte interessada retirar o oficio, e providenciar sua postagem, em 05 dias, sob pena de extinção, na forma da portaria nº 04/2009, deste juízo." -Advs. MIEKO ITO e ERICA HIKISHIMA FRAGA-.

143. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002433-36.2010.8.16.0056-BANCO ITAU x R. PEREIRA MAT. CONST./SOLIFORT-Deve o(a) Autor(a) recolher a GRC do Sr. Oficial de Justica, em tempo hábil, para que possamos entregar o respectivo mandado para as diligências. -Adv. LAURO FERNANDO ZANETTI-.

144. ORDINARIA DE RESPONSABILIDADE-0002581-47.2010.8.16.0056-GENY GUASSU DE OLIVEIRA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-"Intime a CEF a se manifestar no feito...Apos, com ou sem resposta, voltem para saneamento".-Advs. MARIA ELIZABETH JACOB e CESAR AUGUSTO DE FRANÇA-.

145. ORDINARIA DE RESPONSABILIDADE-0002584-02.2010.8.16.0056-ELSON VANDERLEI COSTA FIORI e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-"Intime a CEF a se manifestar no feito. Apos, com ou sem resposta, voltem para saneamento".-Advs. MARIA ELIZABETH JACOB e CESAR AUGUSTO DE FRANÇA-.

146. ORDINARIA DE RESPONSABILIDADE-0002588-39.2010.8.16.0056-MARIA TEREZINHA SOEIRO e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. MARIA ELIZABETH JACOB-.

147. COBRANCA-0002612-67.2010.8.16.0056-CONDOMINIO VILLAGGIO DO ENGENHO x JORGE CAMILO ISPER JUNIOR-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. LEONARDO MANARIN DE SOUZA e IVO ALVES DE ANDRADE-.

148. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-0002680-17.2010.8.16.0056-B.B. x R.B.C.F.I. e outro- "Feito suspenso na forma requerida".-Adv. MARCOS C AMARAL VASCONCELLOS-.

149. ORDINARIA DE RESPONSABILIDADE-0002697-53.2010.8.16.0056-ADAO AUGUSTO LEANDRO e outros x CIA EXCELSIOR DE SEGUROS-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. JOAO ODAIR PELISSON, MAURO APARECIDO, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e CESAR AUGUSTO DE FRANÇA-.

150. REINTEGRACAO DE POSSE-0002849-04.2010.8.16.0056-SANTANDER LEASING S.A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x DIEGO DEIVITTES BOLGNA-"Indefiro o pedido, pois conforme informado na certidao, o requerido reside no local, nao havendo necessidade de expedir oficio para localizacao do mesmo. Fale o autor em 05 dias, requerendo o que de direito".-Adv. ALEXANDRE N. FERRAZ-.

151. INDENIZACAO - ORDINARIO-0003014-51.2010.8.16.0056-ANTONIO RAFAEL ANDRÉ x RUBENS JOSE ESCALIANTE e outro-"...Diante do exposto, JULGO EXTINTA a presente acao apenas em face de Elson Suggian, ja qualificado, o que faço com fulcro no art. 267, VI do CPC, ante o reconhecimento da ilegitimidade passiva do segundo réu, acima nominado. Adiante, pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na acao indenizatoria, que o autor move contra Rubens Jose Escaliante, deixando de condenar o réu as indenizacoes de cunho material e moral, pela nao configuracao do ilicito, dano e nexo, como tambem JULGO IMPROCEDENTES o pedido posto na reconvencao apresentada por Elson Suggian, em face de Rubens Jose Escaliante, o que faço na forma do art. 269, I e 333, I do CPC, deixando de aplicar a litigancia de má-fé. Pela sucumbencia em maior parte do autor, ja considerando a ilegitimidade da parte, e a improcedencia da acao, condeno-o ao pagamento das custas e honorarios advocaticios que com base no Art. 20, §3º do CPC, arbitro em R$ 2.000,00, corrigidos pelo INPC, e juros de 1% ao mes a partir do transito, ante o bom trabalho realizado pelo procurador do autor e o tempo dispendido. PRI". -Advs. SORAIA ARAUJO PINHOLATO, ELSON SUGIGAN e ELISEU ALVES FORTE-.

152. ORDINARIA DE RESPONSABILIDADE-0003048-26.2010.8.16.0056-JOSE MARIO DE OLIVEIRA e outros x CAIXA SEGURADORA S.A-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. CIBELY COSTA DE QUEIROZ, ADRIANA JOSE MECCHI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e GLAUCO IWERSEN-.

153. ARROLAMENTO-0003362-69.2010.8.16.0056-GENEROSA FLORIZA DE ANDRADE JUSTINO x CAETANO JUSTINO-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. MARIA T. NAVARRO-.

154. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO-0003758-46.2010.8.16.0056-ALCIONE MOREIRA DA SILVA x BANCO ITAÚ S/A-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR-.

155. MEDIDA CAUTELAR EXIB.DOCUMEN.-0004416-70.2010.8.16.0056-JORGE LUIS LOIOLA x BANCO ITAÚ- "Sobre o deposito de R$ 401,34, fale o autor em 05 dias, sob pena de ser considerada como satisfeita a obrigacao. Deve ainda

o requerido efetuar o preparo das custas no importe de R$ 268,99 (Civel R $ 220,90; Distrib.R$ 28,09; Funrejus R$ 20,00)".-Advs. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR, TEREZA ARRUDA ALVIM WANBIER, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e MAURI BEVERVANÇO-.

156. MEDIDA CAUTELAR EXIB.DOCUMEN.-0004421-92.2010.8.16.0056-LUCIA MAKIKO NIHEI SHIGUEMATSU x BANCO ITAÚ-"Sobre o deposito de R$ 400,00, e documentos, fale o autor em 05 dias. Deve ainda o requerido efetuar o pagamento das custas finais. Custas R$ 268,99 (Civel, R$ 220,90; Distrib.R$ 28,09; Funrejus R$ 20,00)".- -Advs. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR, EVARISTO ARAGAO SANTOS, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, MAURI BEVERVANÇO e TEREZA ARRUDA ALVIM WANBIER-.

157. USUCAPIAO-0004715-47.2010.8.16.0056-CARLA DE ALMEIDA ZAMBON x GEORGINA PINHEIRO DA SILVA PASSONI e outros-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Adv. CLEUSA SOARES DE ALMEIDA-.

158. INDENIZACAO - ORDINARIO-0005451-65.2010.8.16.0056-ANTÔNIA SILLA DE BRITO x SANTA CASA DE CAMBÉ-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. SERGIO EDUARDO CANELLA, RENATA SILVA BRANDÃO, ELISANGELA GUIMARAES DE ANDRADE e JOSINALDO DA SILVA VEIGA-.

159. REPETICAO DE INDEBITO-0005757-34.2010.8.16.0056-MARIA APARECIDA GOMES OKADA x BANCO FINASA BMC SA-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. SUZY SATIE K. TAMAROZZI, PAULO HENRIQUE BORNIA SANTORO e LIZ CRISTINA CHIARI-.

160. MONITORIA-0005983-39.2010.8.16.0056-BANCO BRADESCO S/A x DOISD MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA e outros-"Sobre a certidao negativa do Oficial de Justica de fls. (...efetivada a citacao da Dois D e do Sr. Ivo, deixei de proceder a citação do Sr. Alcino, em virtude deste estar residindo em SP, desconhecendo seu endereco...); manifeste-se a parte autora, em 05 dias, sob pena de extincao" -Adv. MARIA JOSE STANZANI-.

161. REVISIONAL DE CONTRATO-0006060-48.2010.8.16.0056-LOURIVAL RISSI x BANCO ITAUCARD S.A.-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA-.

162. REVISIONAL DE CONTRATO-0006061-33.2010.8.16.0056-RENATO BITTENCOURT CARNEIRO x BV FINANCEIRA S/A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA-.

163. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO-0006248-41.2010.8.16.0056-ELIZABETH MARNIERI x BANCO ITAU S/A-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR e LUIS OSCAR SIX BOTTON-.

164. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-0006341-04.2010.8.16.0056-PAULO POMINI x CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO PARANÁ - CREA-PR- "Defiro o pedido de carga por 10 dias (art. 25 LEF)".-Adv. RENATO OLIVEIRA DE ARAUJO-.

165. MONITORIA-0006353-18.2010.8.16.0056-SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA x RUBENS APARECIDO ALVES-Deve o(a) Autor(a) recolher a GRC do Sr. Oficial de Justica, em tempo hábil, para que possamos entregar o respectivo mandado para as diligências. -Adv. BEATRIZ HELENA DOS SANTOS-.

166. REVISIONAL DE CONTRATO-0006689-22.2010.8.16.0056-CASSIANE DE BRITO PEIXOTO x BV FINANCEIRA- "Intime a autora para juntar o termo de acordo em 05 dias. Nada alegando, intime a requerida para confirmar ou nao a veracidade das informacoes da autora".-Advs. MOACIR MANSUR MARUM, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e CRISTIANE BELINATTI GARCIA LOPES-.

167. EMBARGOS A EXECUCAO-0006772-38.2010.8.16.0056-BRIANEZI COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS PARA POSTO DE COMBUSTÍVEL LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "Sobre a informacao de que a autor aderiu ao REFIS, fale a autora em 05 dias, requerendo o que de direito, inclusive quanto a execucao em apenso".-Adv. ELAINE DE PAULA MENEZES-.

168. COBRANCA-0006900-58.2010.8.16.0056-ZUMADAR DE FATIMA CORDIBELLI x MUNICIPIO DE CAMBÉ e outro-"Em que pese os requeridos tenham pleiteado o julgamento antecipado da demanda, entendo que para o julgamento do feito, a analise do processo administrativo da requerente. Assim, determino que os requeridos tragam aos autos, copia integral do processo administrativo, em 10 dias, sob as penas do art. 359 do CPC". -Advs. CARLOS ALBERTO GROLLI e EDUARDO FERNANDO LACHIMIA-.

169. MONITORIA-0007863-66.2010.8.16.0056-BUSSADORI, GARCIA & CIA. LTDA x GERALDO ANTONIO GUIZELINI- "Sobre os embargos monitorios, fale o autor no prazo legal".-Advs. MARCUS AURELIO LIOGI e LUIZ PEREIRA DA SILVA-.

170. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0008120-91.2010.8.16.0056-SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x ALISSON DINIZ DA SILVA-"...Julgo, por sentença, para que produza seus juridicos e legais efeitos o pedido de desistencia, declarando extinta a presente ação, sem resolução de merito, na forma disposta no artigo 267,VIII do CPC. Custas de lei. Sem honrarios. PRI".- -Advs. ALEXANDRE N. FERRAZ e ROBSON SOUZA NEUBA-.

171. MONITORIA-0008163-28.2010.8.16.0056-BUSSADORI, GARCIA & CIA. LTDA x GERALDO ANTONIO GUIZELINI JUNIOR-"Recebo os embargos a monitoria. Fale o embargado no prazo legal"-Advs. MARCUS AURELIO LIOGI, FERNANDO RUMIATO e RAFAEL RICCI FERNANDES-.

172. CONSTITUICAO DE SERVIDAO-0008826-74.2010.8.16.0056-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR x HELIO DUTRA DE SOUZA e outro-"Efetivada a imissao na posse, fale o autor em 05 dias, requerendo o que de direito".-Advs. MAURICI ANTONIO RUY, SAULO ROBERTO DE ANDRADE e AMANDA FREIRE DE FREITAS FERREIRA-.

173. REPETICAO DE INDEBITO-0000186-48.2011.8.16.0056-EDNA DE SOUZA x BV FINANCEIRA S/A-CRÉD. FINANC. E INVESTIMENTO-"Sobre o retorno infrutifero da carta de citacao/intimacao (AR como "nao existe o nº"), fale a parte interessada em 05 dias" -Adv. ALINOR ELIAS NETO-.

174. DESPEJO-0000199-47.2011.8.16.0056-SANDRA MARA CILIÃO BARIÃO x RODRIGO ZIRONDI e outros- "Deve o autor retirar o alvara".-Advs. IVAN PEGORARO, MARCOS LEATE e JULIANA PEGORARO BAZZO-.

175. SUMARIA-0000445-43.2011.8.16.0056-GILBERTO ELIAS TEODORO x PARANÁ PREVIDÊNCIA e outro-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR-.

176. USUCAPIAO-0000683-62.2011.8.16.0056-MASACHI KANETA e outro x JORGE BRANDALIZE e outros-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. RENATO TAVARES YABE e JORGE BRANDALIZE-.

177. INVENTARIO-0000708-75.2011.8.16.0056-LOURDES APARECIDA GUIMARAES DE JESUS x ISAURA CECILIA LEONCINI- "Feito suspenso na forma requerida".-Adv. APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS-.

178. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDIC-0000797-98.2011.8.16.0056-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-ABEC (COLÉGIO MARISTA DE LONDRINA) x DURVALINA ARAUJO FERREIRA e outro- "Apos a citacao das requeridas, fale a autora em 05 dias, requerendo o que de direito (GRC para penhora)".-Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN e MARCIA L. GUND-.

179. MONITORIA-0000805-75.2011.8.16.0056-BANCO ITAÚ - UNIBANCO S.A x M. BORTOLI DA SILVA & CIA LTDA.(MONALISA MÓVEIS)-"Em face do contido na certidao supra intime-se o requerente, para que efetue o preparo das custas iniciais (R$ 897,70), no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC 257)". -Advs. JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA, HENRIQUE CAVALHEIRO RICCI e RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARAES-.

180. MEDIDA CAUTELAR DE SUSTACAO DE PROTESTO-0000948-64.2011.8.16.0056-PADO S.A. INDUSTRIAL, COMERCIAL E IMPORTADORA x ZELOSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-"...Julgo, por sentença, para que produza seus juridicos e legais efeitos o pedido de desistencia, declarando extinta a presente ação, sem resolução de merito, na forma disposta no artigo 267,VIII do CPC. Custas de lei. Sem honorarios. Diante do pedido de desistencia, entendo desnecessario o cumprimento das determinacoes da decisao de fls. 93/94. PRI".- -Advs. AMANDA GODA GIMENES, MARCELO DE LIMA CASTRO DINIZ, MARCOS DE LIMA CASTRO DINIZ, VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO, EDSON ALVES DA CRUZ, THIAGO BRUNETTI RODRIGUES, CAMILLA SILVA LIMA, AULO AUGUSTO PRATO e RENATA DEQUÊCH-.

181. COBRANÇA - SUMÁRIO-0000990-16.2011.8.16.0056-ROGERIO LEAL DA SILVA x ALLIANZ SEGUROS S/A-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. ELISE GASPAROTTO DE LIMA, FABIANO SILVA DANTAS e WANDERLEY PAVAN-.

182. REVISIONAL DE CONTRATO-0001067-25.2011.8.16.0056-FABIO JEVERSON MAFRA x AYMORE CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO S.A.-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA e HERICK PAVIN-.

183. REVISIONAL DE CONTRATO-0001069-92.2011.8.16.0056-FABIO JEVERSON MAFRA x SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo

justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA e MARILI RIBEIRO TABORDA-.

184. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0001090-68.2011.8.16.0056-BANCO ITAUCARD S/A x IVAN PEREIRA DOS SANTOS-Sobre a certidao negativa do Oficial de Justica de fls. (...Deixei de proceder a citação do(a) requerido(a), em virtude de nao encontra-lo(a), eis que a requerida disse desconhecer tal veiculo, alegando que nunca assinou nenhum contrato....); manifeste-se a parte autora, no prazo legal -Adv. ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA-.

185. MONITORIA-0001437-04.2011.8.16.0056-ITAÚ UNIBANCO S.A x GHL - COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA- "Sobre a impugnacao e documentos juntados, fale o requerido em 05 dias".-Adv. WILLIAM CANTUARIO DA SILVA-.

186. ANULATORIA-0001596-44.2011.8.16.0056-ILVA BERNARDES CAMARIM e outro x ISMAR BERNARDI e outros-"Sobre o retorno infrutifero da carta de citacao/ intimacao (AR como "mudou-se"), fale a parte interessada em 05 dias" -Advs. ANTONIO CARLOS BATISTELA e NATHALIA IMAZU-.

187. REVISIONAL DE CONTRATO-0001910-87.2011.8.16.0056-REGINA LOPES x BANCO ITAUCARD S.A.-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º).

Manifeste-se ainda a requerida sobre o deposito de R$ 1.628,40" -Advs. GERMANO JORGE RODRIGUES e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

188. COBRANCA-0002060-68.2011.8.16.0056-LUIZ ANTONIO SCARAMAL x SEGURADORA LIDER DOS CONS. DO SEGURO DPVAT S.A.-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. ROSANGELA KHATER, PEDRO KHATER FONTES e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

189. MEDIDA CAUTELAR EXIB.DOCUMEN.-0002167-15.2011.8.16.0056-CLEBER ALVES GUIMARÃES x BV FINANCEIRA S/A- "Face a juntada do contrato, fale o autor em 05 dias, requerendo o que de direito".-Adv. GUSTAVO PORFIRIO CARNEIRO-.

190. MEDIDA CAUTELAR DE SUSTACAO DE PROTESTO-0002199-20.2011.8.16.0056-IRMÃOS MUFFATO & CIA LTDA x RODNEY ANTONIO RUBIO EPP-"Deve a parte interessada retirar a carta de citacao/ intimacao, instrui-lo(a) com as copias necessarias, e providenciar sua postagem, em 05 dias, sob pena de extinção, na forma da portaria nº 04/2009, deste juízo." -Advs. GLAUCE KELLY GONÇALVES FONÇATTI e REGIS PANIZZON ALVES-.

191. ORDINARIA DE RESPONSABILIDADE-0002251-16.2011.8.16.0056-BENEDITO PEREIRA e outros x CAIXA SEGURADORA S.A-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. ELISÂNGELA GUIMARÃES DE ANDRADE, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e GLAUCO IWERSEN-.

192. MEDIDA CAUTELAR EXIB.DOCUMEN.-0002318-78.2011.8.16.0056-PATRICIA FERNANDES x BANCO FINASA S/A (BANCO BRADESCO S/A)-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. GUSTAVO PORFIRIO CARNEIRO-.

193. PRESTACAO DE CONTAS-0002319-63.2011.8.16.0056-ALBANO LUCHETTE CATARINO x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Advs. ALEXANDRE HAULY CAMARGO e ALVARO AUGUSTO COSTA NUNES-.

194. ORDINARIA-0002400-12.2011.8.16.0056-LAURA FERNANDES PEDRO VIEIRA x BANCO ITAÚ S.A e outro-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

195. COBRANCA-0002460-82.2011.8.16.0056-JOAQUINA AMERICO DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. SILVIA REGINA GAZDA, ELLEN KARINA BORGES DOS SANTOS, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

196. COBRANCA-0002480-73.2011.8.16.0056-ALMIR GARCIA SALLAS e outros x MAPFRE - VERA CRUZ SEGURADORA S/A-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, RAFAELA POLYDORO KUSTER e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

197. MEDIDA CAUTELAR DE SUSTACAO DE PROTESTO-0002485-95.2011.8.16.0056-IRMÃOS MUFFATO E CIA LTDA x RODNEY ANTONIO RUBIO EPP-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Advs. GLAUCE KELLY GONÇALVES FONÇATTI e REGIS PANIZZON ALVES-.

198. REVISIONAL DE CONTRATO-0002534-39.2011.8.16.0056-WILSON BERNARDO DE SOUZA x BANCO CREDIBEL S/A e outro-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. FLAVIA RIBEIRO E SILVA GARCIA e MARILI RIBEIRO TABORDA-.

199. REVISIONAL-0002538-76.2011.8.16.0056-OSÉAS DE PAULA COSTA x BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. OSVALDO ESPINOLA JUNIOR e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

200. ORDINARIA-0002539-61.2011.8.16.0056-RICARDO DOMINGUES x BANCO VOLKSWAGEN S.A-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. OSMILDO BUENO DE OLIVEIRA e MARILI DALUZ RIBEIRO TABORDA-.

201. COBRANCA-0002836-68.2011.8.16.0056-CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CASTELO BRANCO II x ESPÓLIO DE JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES FORMIGONI-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. LEONARDO MANARIN DE SOUZA, IDEVAR CAMPANERUTI e EVERTON SANTANA ALVES-.

202. DECLARATORIA-0002838-38.2011.8.16.0056-ANTONIA LAINETTI TIEPPO x MUNICIPIO DE CAMBÉ e outro-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. LUIS GUSTAVO MARCONDES AMORESE, CARLOS ALBERTO GROLLI, EDUARDO FERNANDO LACHIMIA e JOSE ANTONIO FAUSTINO CARVALHO ANDRADE NETO-.

203. DECLARATORIA-0002839-23.2011.8.16.0056-IRACY APARECIDA CORREA x MUNICIPIO DE CAMBÉ e outro-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. LUIS GUSTAVO MARCONDES AMORESE, EDUARDO FERNANDO LACHIMIA, JOSE ANTONIO FAUSTINO CARVALHO ANDRADE NETO e CARLOS ALBERTO GROLLI-.

204. ORDINARIA-0002858-29.2011.8.16.0056-MARIA APARECIDA DE SOUZA e outros x CAIXA SEGURADORA S/A-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. ELISÂNGELA GUIMARÃES DE ANDRADE, GLAUCO IWERSEN, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

205. DECLARATORIA-0002933-68.2011.8.16.0056-MARIA APARECIDA PINHEIRO BODNARIUC x MUNICIPIO DE CAMBÉ e outro-"Intimem-se as partes

para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. LUIS GUSTAVO MARCONDES AMORESE, EDUARDO FERNANDO LACHIMIA e CARLOS ALBERTO GROLLI-.

206. ARBITRAMENTO DE HONORARIOS-0002942-30.2011.8.16.0056-IDEVAR CAMPANERUTI x ESPOLIO DE PAULO VICENTE DE AZEVEDO e outro-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Advs. IDEVAR CAMPANERUTI e EVERTON SANTANA ALVES-.

207. ARBITRAMENTO DE HONORARIOS-0002943-15.2011.8.16.0056-IDEVAR CAMPANERUTI x ESPOLIO DE PAULO VICENTE DE AZEVEDO e outro-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. IDEVAR CAMPANERUTI, EVERTON SANTANA ALVES, CLARISSA LICHIARD SALINET e FRANCISCO CESAR SALINET-.

208. REVISIONAL DE CONTRATO-0002984-79.2011.8.16.0056-JOSIAS PEREIRA DOS SANTOS x BANCO VOLKSWAGEN S.A-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. CARLOS RAFAEL MENEGAZO-.

209. MEDIDA CAUTELAR EXIB.DOCUMEN.-0003024-61.2011.8.16.0056-CLAUDIA CRISTINA DE ARAUJO x BV FINANCEIRA S.A-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. GUSTAVO PORFIRIO CARNEIRO, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI e SERGIO SCHULZE-.

210. REVISIONAL DE CONTRATO-0003057-51.2011.8.16.0056-FÁBIO HENRIQUE HUFLER x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. ALEX CLEMENTE BOTELHO-.

211. REVISIONAL DE CONTRATO-0003106-92.2011.8.16.0056-RICARDO INNVINNCHL x BANCO PANAMERICANO S/A-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. FERNANDO DOS SANTOS LIMA-.

212. OBRIGACAO DE FAZER-0003114-69.2011.8.16.0056-WILLIAM CESAR APARECIDO x CIAVENA COMERCIAL ARAPONGAS DE VEICULO NACIONAL LTDA-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. ISABELE BRUNA BARBIERI, FERNANDO ZUAN ESTEVES, MARCOS AURÉLIO ALVES TEIXEIRA e VINICIUS GABRIEL ZANONI DE OLIVEIRA-.

213. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0003184-86.2011.8.16.0056-OMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x RICARDO LUCAS DOMINGUES-"...em termos de emenda a inicial, intime o autor para que comprove em 10 dias, a notificacao extrajudicial do requerido, EXPEDIDA PELO CARTORIO COMPETENTE, para o fim de constitui-lo em mora, sob pena de extincao do feito sem julgamento do merito". -Adv. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA-.

214. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO-0003198-70.2011.8.16.0056-IRMÃOS MUFFATO E CIA LTDA x RODNEY ANTONIO RUBIO EPP-"Deve a parte interessada retirar a carta de citacao/intimacao e/ou oficio, instrui-lo(a) com as copias necessarias, e providenciar sua postagem, em 05 dias, sob pena de extinção, na forma da portaria nº 04/2009, deste juízo." -Advs. GLAUCE KELLY GONÇALVES FONÇATTI e REGIS PANIZZON ALVES-.

215. REVISIONAL DE CONTRATO-0003232-45.2011.8.16.0056-ANTONIO MARCIO DEVARA x B.V.FINANCEIRA S.A C.F.I-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. NILZA RUIVA DA SILVA e REINALDO MIRICO ARONIS-.

216. MEDIDA CAUTELAR EXIB.DOCUMEN.-0003250-66.2011.8.16.0056-CLAUDIOMIRO FIEL NUNES x BANCO FINASA S.A-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO, MARIA LUCILIA GOMES e MARCELO HENRIQUE F. S. MATOS-.

217. REVISIONAL DE CONTRATO-0003318-16.2011.8.16.0056-DIRCELIA APARECIDA NOGUEIRA SILVA x BANCO ITAUCARD S.A.-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

218. REVISIONAL DE CONTRATO-0003319-98.2011.8.16.0056-IVONE MARIA SARAIVA DE LIMA x B.V. FINANCEIRA S.A. C.F.I-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA e GABRIEL DA ROSA VASCONCELOS-.

219. COBRANCA-0003321-68.2011.8.16.0056-TEOTONIO DOS SANTOS COSTA x HSBC SEGUROS S/A-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. MARCO AURELIO GRESPAN, MARCO ANTONIO TILLVITZ e REINALDO MIRICO ARONIS-.

220. EXECUCAO DE HIPOTECA-0003396-10.2011.8.16.0056-COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR x APARECIDO BUENO DA CUNHA e outros-Sobre a certidao do Oficial de Justica de fls. (...CITEI o executado SERGIO DE ARAUJO...DEIXEI DE CITAR a Sra. ANEZIA, em virtude desta ter falecido (certidao anexo), DEIXEI DE CITAR os executados APARECIDO E MARIA em virtude destes serem desconhecidos no local...); manifeste-se a parte autora, no prazo legal -Adv. MAURÍCIO BELESKI DE CARVALHO-.

221. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-0003434-22.2011.8.16.0056-VENEZA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMÉTICOS LTDA x MUNICIPIO DE CAMBÉ-"Ciente da interposicao do agravo. Mantenho a decisao do agravo nos seus proprios fundamentos, que bem resistem as razoes do recurso. Oportunamente, voltem para prestar informacoes. Intimem-se". -Adv. IDEVAR CAMPANERUTI-.

222. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0003497-47.2011.8.16.0056-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A x CELIA PEREIRA-Deve o(a) Autor(a) recolher a GRC do Sr. Oficial de Justica, em tempo hábil, para que possamos entregar o respectivo mandado para as diligências. -Adv. JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR-.

223. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO-0003500-02.2011.8.16.0056-VITELMINA MARIANO DE SOUZA PRAXEDES x DAROM MOVEIS LTDA-"Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 05 dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, sob pena de preclusao (CPC, art. 130). Havendo requerimento de prova pericial, devem as partes declinar sua importancia, alcance e finalidade. Assinalo que descabe confundir o protesto pela producao de prova com o requerimento especifico, devendo justificar a necessidade da prova. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliacao (CPC, art. 331, § 3º)" -Advs. FRANCESCO AMORESE e EDUARDO LUIZ CORREIA-.

224. MONITORIA-0003638-66.2011.8.16.0056-WANDER PEREIRA DA SILVA x JOSEANE BALBINO DE SOUZA-Deve o(a) Autor(a) recolher a GRC do Sr. Oficial de Justica, em tempo hábil, para que possamos entregar o respectivo mandado para as diligências. -Advs. EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS-.

225. INDENIZACAO - ORDINARIO-0003682-85.2011.8.16.0056-GABRIELLA LUCIANO QUIRINO x DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO PARANA DETRAN-PR e outro-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. ALINOR ELIAS NETO-.

226. REINTEGRACAO DE POSSE-0003763-34.2011.8.16.0056-SANTANDER LEASING S.A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x PAULO DONIZETE CARDOSO DE MOURA-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. CESAR AUGUSTO TERRA-.

227. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO-0004473-54.2011.8.16.0056-ROSANGELA MARIA DOS SANTOS x BANCO SEMEAR S/A-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. ALEX CLEMENTE BOTELHO-.

228. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0004732-49.2011.8.16.0056-B.V. FINANCEIRA S.A. C.F.I x RENATO GONÇALVES BARBOSA-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. IRACELES GARRETE LEMOS PEREIRA-.

229. ALVARA-0004867-61.2011.8.16.0056-MARILENE CESÁRIO SANTOS DO AMARAL x JUIZO DE DIREITO-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. ALVARO AUGUSTO COSTA NUNES-.

230. EMBARGOS A EXECUCAO-0005060-76.2011.8.16.0056-JOÃO GIMENES XAVIER x BANCO DO BRASIL S.A- "Sobre a impugnacao aos embargos, fale o embargante no prazo legal".-Advs. JOSE ROBERTO BEFFA, MARCO HENRIQUE DAMIAO BEFFA e ROBERTA ELISA DAMIAO BEFFA-.

231. REVISIONAL DE CONTRATO-0005082-37.2011.8.16.0056-HELIO LEÃO DA SILVA x SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL- "...admito o deposito integral dos valores, determinando que o réu se abstenha de incluir o nome do autor nos cadastros de protecao ao credito, bem como mantenho o veiculo na posse do autor".-Adv. DIOGO DINIZ LOPES SOLA-.
232. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0005100-58.2011.8.16.0056-OMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x GERALDO SIMONI- "Antes de analisar o pedido de liberacao dos valores, deve o autor comprovar a restituicao do bem ao requerido".-Adv. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA-.
233. ORDINARIA-0062792-78.2010.8.16.0014-ELZA DE JESUS BONIFÁCIO TRINDADE x CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA- "Aguarde-se a decisao do TJPR, quanto ao conflito de competencia. Oficie-se ao TJPR".-Adv. WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA-.
234. MEDIDA CAUTELAR EXIB.DOCUMEN.-0005221-86.2011.8.16.0056-NEUZA DE OLIVEIRA SANTOS GIMENES x AYMORÉ FINANCIAMENTOS-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. GUSTAVO PORFIRIO CARNEIRO-.
235. MEDIDA CAUTELAR EXIB.DOCUMEN.-0005245-17.2011.8.16.0056-MARIA SALETE BORTHOLAZZI ALMEIDA x BANCO ITAÚ S/A-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR-.
236. REVISIONAL DE CONTRATO-0005246-02.2011.8.16.0056-GENIVALDO DE OLIVEIRA CONCEIÇÃO x BANCO SANTADER S/A-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO-.
237. PRESTACAO DE CONTAS-0005260-83.2011.8.16.0056-MARCELO ADRIANO BELTRANE x BANCO ABN AMRO REAL S/A-"Sobre a contestacao e documentos apresentados, fale o autor no prazo legal". -Adv. MELINI PONTES RODRIGUES-.
238. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0005313-64.2011.8.16.0056-OMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x SIMONE DE ALMEIDA-"Sobre a certidao negativa do Oficial de Justica de fls. (...Deixei de proceder a apreensao do bem, em virtude de nao te-lo encontrado, estando o mesmo em local incerto e nao sabido...); manifeste-se a parte autora, em 05 dias, sob pena de extincao" -Adv. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA-.
239. REPETICAO DE INDEBITO-0005497-20.2011.8.16.0056-MURILO GUEDES MATIAS x BANCO SANTANDER S/A SUCESSOR DO BANCO ABN - AMRO AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.-"Sobre o retorno infrutifero da carta de citacao/intimacao (AR como "mudou-se"), fale a parte interessada em 05 dias" -Adv. MAYRA DE MIRANDA FAHUR-.
240. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0005735-39.2011.8.16.0056-OMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ELISSON RIOS CAMPINA-"Sobre a certidao negativa do Oficial de Justica de fls. (...Deixei de proceder a apreensao do bem, em virtude de nao te-lo encontrado, sendo o requerido desconhecido naquele local, estando o mesmo em local incerto e nao sabido...); manifeste-se a parte autora, em 05 dias, sob pena de extincao" -Adv. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA-.
241. EMBARGOS DO DEVEDOR-0005755-30.2011.8.16.0056-RIDÃO & CIA LTDA x CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CASTELO BRANCO II- "Sobre a manifestacao do condominio, fale o autor no prazo legal".-Adv. NEUCI APARECIDA ALLIO-.
242. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0006125-09.2011.8.16.0056-BV FINANCEIRA S/A. CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOSE DE ANDRADE SILVA JUNIOR-Colha-se a manifestaçao da parte promovente, viabilizando o prosseguimento do feito e requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extincao".- -Adv. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.
243. EMBARGOS DO DEVEDOR-0006387-56.2011.8.16.0056-GHL - COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA e outro x BANCO BRADESCO S/A-"...considerando o disposto no art. 739-A do CPC, nao restou demonstrada a existencia de perigo da execucao causar dano grave de dificil e incerta reparacao. A parte sequer esboçou qualquer argumentacao sobre o tema. Verifica-se ainda que nao foi preenchida a garantia do juizo, haja vista nao constarem nos autos, documentos comprobatorios da existencia de constricao de bens da embargante ou de deposito judicial no valor da execucao. Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO aos embargos, via de consequencia, determino a realizacao dos atos executorios dos autos de execucao em apenso n.º 922/11. Certifique-se nos autos. Intime a parte embargada para querendo, apresentar impugnacao aos embargos no prazo de 15 dias. Intimem-se". -Advs. WILLIAN CANTUARIA DA SILVA, JOSÉ CARLOS FERREIRA, IHGOR JEAN REGO e MARIA JOSE STANZANI-.
244. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0006484-56.2011.8.16.0056-LAUDEONOR JOAQUIM DA SILVA x BANCO BANESTADO S/A SUCESSOR BANCO ITAU S/A-"O juiz nao esta obrigado a conceder indiscriminadamente a AJG. Isto porque o mero requerimento do beneficio nao enseja a sua concessao. Assim, intime o autor para que em 10 dias junte aos autos suas 03 ultimas declaracoes de renda, para melhor convencimento do juizo". -Adv. TALITA SANTOS GATTI SIQUEIRA-.
245. REVISIONAL DE CONTRATO-0006486-26.2011.8.16.0056-PAULO AUGUSTO MENDES x BV FINANCEIRA-"...considerando que os autores nao juntaram copia da declaracao de IR, nao comprovaram nenhum gasto pessoal, e ainda contrataram advogados particulares, o que evidencia de possui condicoes de arcar com as despesas processuais...Ademais, as custas consistem na remuneracao dos servidores, e seria injusto impor-lhes trabalho gratuito...assim, indefiro o pedido de assistencia judiciaria gratuita, devendo os autores efeturem o pagamento das custas em 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuicao' -Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA-.
246. USUCAPIAO-0006491-48.2011.8.16.0056-VERÔNICA APARECIDA FERREIRA x RUY MACEDO DE MIRANDA- '...em termos de emenda, intime o autor para que em 10 dias, junte - a) planta atualizada do imovel, elaborada por profissional do CREA, contendo a localizacao exata do imovel, confrontacoes, medidas, area...b) certidao atualizada do cartorio Distribuidor. -Adv. MARIA LUIZA GARIB-.
247. IMPUGNACAO A ASSIT.JUDICIARIA-0006643-96.2011.8.16.0056-MARIA ALICE LOPES x RENATO WILLIANS SAMPAIO e outro- "Sobre a impugnacao a AJG, fale a impugnada -Adv. JÉSSICA FRANCIANE CONTIJO-.
248. REVISIONAL DE CONTRATO-0006699-32.2011.8.16.0056-JULIANE GONÇALVES TEIXEIRA x BV FINANCEIRA- "Na forma do art. 37, deve o autor em 10 dias, juntar a procuracao outorgando poderes a seu subscritor..."-Advs. MOACIR MANSUR MARUM e ALINE PERES PANARO-.
249. MEDIDA CAUTELAR EXIB.DOCUMEN.-0006721-90.2011.8.16.0056-RODRIGO RAFAEL ANDRE x BV FINANCEIRA S/A-"O juiz nao esta obrigado a conceder indiscriminadamente a AJG. Isto porque o mero requerimento do beneficio nao enseja a sua concessao. Assim, intime o autor para que em 10 dias junte aos autos suas 03 ultimas declaracoes de renda, para melhor convencimento do juizo". -Adv. GUSTAVO PORFIRIO CARNEIRO-.
250. ADJUDICACAO COMPULSORIA-0006763-42.2011.8.16.0056-OSVALDO MASIERO e outro x PAULO DE GODOY MOREIRA e outros-"O juiz nao esta obrigado a conceder indiscriminadamente a AJG. Isto porque o mero requerimento do beneficio nao enseja a sua concessao. Assim, intime o autor para que em 10 dias junte aos autos suas 03 ultimas declaracoes de renda, para melhor convencimento do juizo". -Advs. JOSÉ THIAGO DOS REIS SILVA e NELSON MALANGA FILHO-.
251. USUCAPIAO-0006795-47.2011.8.16.0056-MANOEL MESSIAS DE SOUZA x SIZUCO TSUZUKI e outro- "...em termos de emenda, intime o autor para que em 10 dias, junte - a) planta atualizada do imovel, elaborada por profissional do CREA, contendo a localizacao exata do imovel, confrontacoes, medidas, area...b) certidao atualizada do cartorio Distribuidor. Na mesma oporunidade, intime a requerente para juntar as 03 ultimas declaracoes de renda, a fim de comprovar sua hipossuficiencia. Apos, conclusos".-Adv. FÁBIO RICARDO RODRIGUES BRASILINO-.
252. EMBARGOS A EXECUCAO-0006818-90.2011.8.16.0056-ESTADO DO PARANÁ x LUCIANA PASQUETTO BURANELLO- -"...considerando o disposto no art. 739-A do CPC, nao restou demonstrada a existencia de perigo da execucao causar dano grave de dificil e incerta reparacao. .... Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO aos embargos, via de consequencia, determino a realizacao dos atos executorios dos autos de execucao em apenso n.º 031/2009. Certifique-se nos autos. Intime a parte embargada para querendo, apresentar impugnacao aos embargos no prazo de 15 dias. Intimem-se"-Advs. LEANDRO JOSÉ CABULON e LUCIANA PASQUETTO BURANELLO-.
253. EMBARGOS A EXECUCAO-0006819-75.2011.8.16.0056-ESTADO DO PARANÁ x LUCIANA PASQUETTO BURANELLO-"...considerando o disposto no art. 739-A do CPC, nao restou demonstrada a existencia de perigo da execucao causar dano grave de dificil e incerta reparacao. .... Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO aos embargos, via de consequencia, determino a realizacao dos atos executorios dos autos de execucao em apenso n.º 031/2009. Certifique-se nos autos. Intime a parte embargada para querendo, apresentar impugnacao aos embargos no prazo de 15 dias. Intimem-se". -Advs. LEANDRO JOSÉ CABULON e LUCIANA PASQUETTO BURANELLO-.
254. INDENIZACAO - ORDINARIO-0006834-44.2011.8.16.0056-RUTE DE OLIVEIRA MOURA x VALBNER GONÇALVES e outros-"O juiz nao esta obrigado a conceder indiscriminadamente a AJG. Isto porque o mero requerimento do beneficio nao enseja a sua concessao. Assim, intime o autor para que em 10 dias junte aos autos suas 03 ultimas declaracoes de renda, para melhor convencimento do juizo". -Advs. ADRIANA JOSE MECCHI e PAULO SERGIO MECCHI-.
255. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-0006862-12.2011.8.16.0056-OSIRES CAVALETTI x MUNICIPIO DE CAMBÉ-"...considerando o disposto no art. 739-A do CPC, nao restou demonstrada a existencia de perigo da execucao causar dano grave de dificil e incerta reparacao. A parte sequer esboçou qualquer argumentacao sobre o tema. Verifica-se ainda que nao foi preenchida a garantia do juizo, haja vista nao constarem nos autos, documentos comprobatorios da existencia de constricao de bens da embargante ou de deposito judicial no valor da execucao. Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO aos embargos, via de consequencia, determino a realizacao dos atos executorios dos autos de execucao em apenso n.º 294/2009. Certifique-se nos autos. Intime a parte embargada para querendo, apresentar impugnacao aos embargos no prazo de 15 dias. Intimem-se". -Advs. ANTONIO CARLOS BATISTELA, NATHALIA IMAZU e EDUARDO FERNANDO LACHIMIA-.
256. DECLARATORIA INEX.OBRIGACAO-0006939-21.2011.8.16.0056-AMCOR FLEXIBLES BRASIL LTDA x MGM EDITORA LTDA - ME-"Em face do contido na certidao supra intime-se o requerente, para que efetue o preparo das custas iniciais (R$ 488,80), no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC 257)". -Advs. RICARDO DOMINGUES BRITO e PEDRO RODRIGO KHATER FONTES-.
257. REPARACAO DE DANOS-SUMARIO-0007012-90.2011.8.16.0056-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR x SUZY NATALINI DA ROSA FERREIRA-"Em face do contido na certidao supra intime-se o requerente, para que efetue o preparo das custas iniciais (R$ 227,95), no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC 257)". -Advs. MAURICI ANTONIO RUY e AMANDA FREIRE DE FREITAS FERREIRA-.
258. EXECUTIVO FISCAL - I.N.S.S-184/1988-INSTITUTO DE ADM. FIN. DA PREV. E ASSIST. SOCIAL - x DARCAL ELETRONICA E COML. IMP. E EXP. LTDA E OUTRO-"...revogo a decisao de fls. 31, vez que transcorrido prazo superior a 05 anos entre a citacao e o pedido de redirecionamento. Da mesma forma, reconheço a prescricao do direito reclamado pela autora, e julgo EXTINTO o feito com resolução do merito, com fulcro no art. 269, IV do CPC. Pela sucumbencia, condeno o autor ao pagamento das custas e honorarios em favor do patrono do réu, que arbitro em R$

300,00, levando-se em conta a natureza da acao, e a complexidade da causa, nos termos do art. 20 do CPC. PRI" -Advs. MARCELO ARANDA GARCIA DE SOUZA e JOSINALDO DA SILVA VEIGA-.
259. EXECUTIVO FISCAL - NACIONAL-61/2000-UNIÃO x JOSE CARLOS DE FARIA-"Recebo a apelação no duplo efeito. De-se vista a parte recorrida para apresentar contra-razoes em 15 dias. Com a resposta, e nao havendo pedido de reconsideração deste despacho (art. 518, par. unico do CPC), encaminhe-se ao Egregio TJPR, com as homenagens de estilo". -Advs. ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY e ALEXANDRE HAULY CAMARGO-.
260. EXECUTIVO FISCAL-FGTS-80/2002-CAIXA ECONÔMICA FEDERAL x CENTRO EDUCACIONAL RENASCER e outros-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Advs. ALTAIR RODRIGUES DE PAULA e JOSE CARLOS PINOTTI FILHO-.
261. EXECUTIVO FISCAL - OUTROS-257/2002-CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQ.AGRONOMIA-CREA x ARISTIDES BARION-"Sobre a resposta do(s) oficio(s), fale a parte interessada em 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de extincao" -Adv. EDUARDO LUIZ CORREIA-.
262. EXECUTIVO FISCAL - ESTADUAL-259/2005-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PR x ELIAS ANACLETO- "Sobre a excecao de pre-executividade apresentada, fale o autor no prazo legal".-Advs. ALDAIR TROVA DE OLIVEIRA e MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO-.
263. EXECUTIVO FISCAL - OUTROS-131/2008-O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PR x RICARDO JOSE GOMES-"Sobre a certidao negativa do Oficial de Justica de fls. (...Deixei de proceder a apreensao do bem, em virtude de nao te-lo encontrado, estando o mesmo em local incerto e nao sabido...); manifeste-se a parte autora, em 05 dias, sob pena de extincao" -Adv. MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO-.
264. EXECUTIVO FISCAL - MUNICIPIO-1557/2008-MUNICIPIO DE CAMBÉ x NILTON CESAR DE OLIVEIRA-"Valor para pagamento total do debito, R$ 1.706,18 (IPTU, R$ 1.288,20; Honorarios R$ 128,82; Civel R$ 220,90; Distrib.R$ 58,26; Funrejus R$ 20,00)". -Adv. JOSÉ ADALBERTO ALMEIDA DA CUNHA-.
265. EXECUTIVO FISCAL - MUNICIPIO-686/2009-MUNICIPIO DE CAMBÉ x EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIO E TELEGRAFOS-"Considerando que a Vara entrou em funcionamento em 29/05/2009, conforme portaria n.º 0873 do Dpto de Magistratura...pelo exposto, em se tratando de competancia material, portanto de ordem publica e que deve ser declarada ex officio, sob pena de nulidade absoluta, na forma do art. 113 do CPC, reconheço a incompetencia deste juizo para julgamento do presente feito, declinando a competencia para a Justiça Federal de Londrina, razao pela qual determino o encaminhamento dos autos aquele juizo, com o registro de nossas homenagens efetuando as baixas e anotações necessarias. Intimem-se. Preclusa a presente decisao, encaminhe-se os autos à Justiça Federal de Londrina, com as cautelas de estilo". -Adv. EDUARDO FERNANDO LACHIMIA-.
266. EXECUTIVO FISCAL - MUNICIPIO-2507/2009-MUNICIPIO DE CAMBÉ x MÁRCIA CRISTINA MARQUES MENDONCA- "Defiro a AJG a executada...."-Advs. EDUARDO FERNANDO LACHIMIA e GUSTAVO ZANELLI FERREIRA-.
267. EXECUTIVO FISCAL - MUNICIPIO-2783/2009-MUNICIPIO DE CAMBÉ x BANCO ITAULEASING S/A-"Ciente da interposicao do agravo. Mantenho a decisao do agravo nos seus proprios fundamentos, que bem resistem as razoes do recurso. Oportunamente, voltem para prestar informacoes. Intimem-se". -Advs. EDUARDO FERNANDO LACHIMIA, LEANDRO ROGÉRIO BERTOSSE OLINTO e ADILSON DE CASTRO JUNIOR-.
268. EXECUTIVO FISCAL - OUTROS-0001612-95.2011.8.16.0056-CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ - CRA/PR x ENGENHO EMPREITERA LTDA-Sobre a certidao negativa do Oficial de Justica de fls. (...Efetivada a citacao do executado, deixei de proceder a penhora, face ser necessario a GRC no importe de R$ 209,00...); manifeste-se a parte autora, no prazo legal -Adv. HEITOR WOLFF JUNIOR-.
269. EXECUTIVO FISCAL - OUTROS-0003210-84.2011.8.16.0056-CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANA x JOÃO AIRTON LOPES SOLA-Sobre a certidao negativa do Oficial de Justica de fls. (...Deixei de proceder a citação do(a) requerido(a), em virtude do mesmo ter falacido ha mais de 15 anos...); manifeste-se a parte autora, no prazo legal -Advs. ANTONIO CELSO C.DE ALBURQUERQUE e AFONSO PROENCO BRANCO FILHO-.
270. CARTA PRECATORIA-0003193-82.2010.8.16.0056-Oriundo da Comarca de 4ª V. FAZ. PUB. FAL. CONC. CURITIBA-PR-AGENCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A x PADO S/A INDUSTRIAL, COMERCIAL E IMPORTADORA e outro-"Feito suspenso na forma requerida"-Advs. LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE, TATIANY ZANATTA SALVADOR FOGAÇA, FABRICIO JOSE BABY, MARCELO DE LIMA CASTRO DINIZ e VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO-.
271. CARTA PRECATORIA-0004520-62.2010.8.16.0056-Oriundo da Comarca de NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA-O ESTADO DO PARANÁ x ANTONIO CARLOS DE TOLEDO TITO e outros- "Feito suspenso na forma requerida".-Advs. CIBELLE DIANA MAPELLI CORRAL BÓIA, LIANA SARMENTO DE M.QUARESMA e MARISA DA SILVA SIGULO-.
272. CARTA PRECATORIA-0008176-27.2010.8.16.0056-Oriundo da Comarca de 32ª VARA SAO PAULO - SP-VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA x CEAR VEÍCULOS LTDA e outros- "Feito suspenso na forma requerida".-Advs. MARCELO PEREIRA DE CARVALHO, RENATA DEQUECH e AULO AUGUSTO PRATO-.
273. CARTA PRECATORIA-0009809-73.2010.8.16.0056-Oriundo da Comarca de 2ª V.C. DA COMARCA DE CAMPINAS-MARIA FERNANDA TESSARI x MARCELO MARTINS-Sobre a certidao negativa do Oficial de Justica de fls. (...Deixei de proceder a citação do(a) requerido(a), em virtude de nao encontra-lo(a), eis que o mesmo mudou-se para SP, conforme me informou a irma do mesmo...); manifeste-se a parte autora, no prazo legal -Adv. KARINA DE PAULA-.
274. CARTA PRECATORIA-0005611-56.2011.8.16.0056-Oriundo da Comarca de 4º VARA CIVEL COM. LONDRINA-BETÂNIA MERCANTIL E AGRO INDUSTRIAL LTDA x ANDRÉIA DURÃES e outro-Sobre a certidao negativa do Oficial de Justica de fls. (...Deixei de proceder a citação do(a) requerido(a), em virtude da mesma ser desconhecida no local...); manifeste-se a parte autora, no prazo legal -Adv. MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE-.
275. CARTA PRECATORIA-0006174-50.2011.8.16.0056-Oriundo da Comarca de JUIZO DE DIREITO DA COM. DE SERTANÓPOLIS-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICIPIO DE SERTANÓPOLIS x MARCO ANTONIO PEREIRA-Deve o(a) Autor(a) recolher a GRC do Sr. Oficial de Justica, em tempo hábil, para que possamos entregar o respectivo mandado para as diligências. -Adv. ADALGISA APARECIDA DARCIN ALSOUZA-.

Cambé, 27/09/2011

# CAMPINA DA LAGOA

## JUÍZO ÚNICO

**COMARCA DE CAMPINA DA LAGOA ESTADO DO PARANA**
**JUIZ DE DIREITO: GYORDANO BRENNO W. BORDIGNON**
**CARTÓRIO DO CÍVEL, COMÉRCIO E ANEXOS**
**ESCRIVÃ: CHRISTIANE ANGÉLICA KIZERLLA VILLELA**

**RELACAO Nº 30/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALEXANDRE RAMOS 0003 000258/1997
0008 000364/2005
0025 000040/2010
ANA CLAUDIA CERICATTO 0012 000185/2007
ANA CLAUDIA PIRAJA BANDEI 0005 000120/2004
ANA MYRTHES ESTEVAM DA SI 0033 000404/2010
ANTONIO LUIZ BRUNNING PAR 0012 000185/2007
ANTONIO NUNES NETO 0012 000185/2007
ARMANDO KENJI KOTO 0011 000123/2007
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0004 000037/2004
CARLA FABIANA H. ZAGOTTO 0025 000040/2010
CARLOS ALVES 0014 000329/2007
CARLOS ARAÚZ FILHO 0015 000517/2008
0029 000322/2010
0032 000402/2010
CARLOS RANGEL BANDEIRA BA 0008 000364/2005
CARLOS ROBERTO PEREIRA 0022 000016/2010
CLAYTON LUIZ RODRIGUES 0019 000232/2009
0026 000141/2010
DANIELE LUCCHESI FOLLE 0033 000404/2010
DANILO REZENDE LOPES 0009 000013/2006
DAVIO SOCRATES DE SOUSA N 0008 000364/2005
DIVONSIR GRAF 0006 000096/2005
0018 000198/2009
EDISON BUENO 0026 000141/2010
EDOEL ROCHA 0006 000096/2005
EDSON DAL POZ JÚNIOR 0031 000326/2010
EDSON HENRIQUE DO AMARAL 0010 000105/2006
0024 000031/2010
0034 000438/2010
0035 000002/2011
EVILÁSIO CARVALHO JUNIOR 0029 000322/2010
0032 000402/2010
EWERTON SOLER CONSALTER 0025 000040/2010
FABIANE BIGOLIN WEIRICH A 0024 000031/2010
FABIO SEBASTIÃO DOS SANTO 0016 000520/2008
0037 000122/2011
FERNANDO ALBERTO SANTIN P 0030 000324/2010
FIDELCINO TOLENTINO 0022 000016/2010
GILBERTO HILARIO PRADO 0002 000226/1995
GUILHERME JOSE CARLOS DA 0001 000142/1990
0003 000258/1997
0005 000120/2004
0008 000364/2005
0025 000040/2010
IDEVAR CAMPANERUTI 0018 000198/2009
IDILIO BERNARDO DA SILVA 0009 000013/2006

JAIR ANTONIO WIEBELLING 0017 000118/2009
0020 000277/2009
JOEL PINTO RIBEIRO 0003 000258/1997
JOSE FERNANDO VIALLE 0014 000329/2007
JOSE FRANCISCO PEREIRA 0014 000329/2007
JULIANO FRANCO DRUGOVICH 0012 000185/2007
JULIO CÉSAR DALMOLIN 0020 000277/2009
KENJI DELLA PRIA HATAMOTO 0030 000324/2010
LEIA L. ERDMANN GONCALVES 0010 000105/2006
LENIR ROSA GOBO 0036 000077/2011
LEONARDO SANTANA DE ABREU 0007 000145/2005
LETICIA SANTANA DE ABREU 0007 000145/2005
LUIZ CARLOS MONTANS BRAGA 0025 000040/2010
MARCELO DA SILVEIRA E SIL 0009 000013/2006
MARCIA L. GUND 0017 000118/2009
0020 000277/2009
MARCO ANTONIO BARBOSA 0010 000105/2006
MARIA ROSALIA MODESTO RAM 0031 000326/2010
MARIO AUGUSTO CASTANHA 0013 000203/2007
MARIO KESSLER DA SILVA NE 0007 000145/2005
MICHELI GONDIM DE CASTRO 0033 000404/2010
MILTON LUIZ ALVES 0001 000142/1990
0012 000185/2007
MIRIA MARIA BOLL PERES 0031 000326/2010
MISLENE DE ASSIS MICHALSK 0007 000145/2005
0022 000016/2010
0023 000022/2010
0026 000141/2010
NELSON PASCHOALOTTO 0017 000118/2009
NILSON SARAIVA DOS SANTOS 0010 000105/2006
0024 000031/2010
0034 000438/2010
0035 000002/2011
PATRICIA MACUCH 0007 000145/2005
PEDRO RICARDO PIANARO 0009 000013/2006
0027 000194/2010
RAFAEL GONCALVES ROCHA 0007 000145/2005
REGINA AGDA CANDIDA DOS P 0003 000258/1997
RENATA GASPAROTTO APOLONI 0005 000120/2004
RICARDO DA SILVEIRA E SIL 0009 000013/2006
RICARDO GRACIOLLI CORDEIR 0010 000105/2006
RICARDO VENDRAMIN GRABOSK 0028 000285/2010
RICARDO VENDRAMIN GRABOSK 0029 000322/2010
ROBERTO CHIMANSKI 0001 000142/1990
RONALDO GÓIS ALMEIDA 0024 000031/2010
ROSSANDRA PAVANI NAGAI 0030 000324/2010
RUBENS SANCHES HERNANDES 0006 000096/2005
SILVANA ZAVODINI VANZ 0014 000329/2007
SILVIO CESAR CALCINONI 0020 000277/2009
0021 000336/2009
STEPHANIE ZAGO DE CARVALH 0012 000185/2007
TATIANA MESSIAS DA SILVA 0025 000040/2010
THIAGO RIBCZUK 0028 000285/2010
0029 000322/2010
TONI MENDES DE OLIVEIRA 0033 000404/2010
VALMIR SCHREINER MARAN 0013 000203/2007
VINICIUS FORONI CONSANI 0016 000520/2008
0017 000118/2009
0020 000277/2009
WAGNER RODRIGUES GONÇALVE 0028 000285/2010
0029 000322/2010

1. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUD.-142/1990-PAULO DE FREITAS x ANTONIO PADOVAN- Ante o exposto, PRONUNCIO A PRESCRIÇÃO do título executivo que embasou a presente demanda, extinguindo o feito, com resolução de mérito, na forma do inciso IV do art. 269 do Código de Processo Civil. Condeno o exeqüente a arcar com as custas processuais, sem condená-lo em honorários ante a ausência de defesa nos autos. Com o trânsito em julgado, levante-se a penhora, observadas as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, e traslade se cópia desta sentença para os autos de reclamação n° 152/2009 do Juizado Especial Cível desta Comarca. Após, arquivem-se. -Advs. GUILHERME JOSE CARLOS DA SILVA, ROBERTO CHIMANSKI e MILTON LUIZ ALVES-.

2. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUD.-226/1995-GRAFICA BOAVENTURA LTDA x SINVAL APARECIDO F. SILVEIRA-... Ante o exposto, com fulcro nos arts. 33 e 59 da Lei 7.357/85, decreto a prescrição intercorrente da pretensão executória relativa ao cheque posto em execução nos presentes autos, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inciso IV, do CPC. Condeno o exeqüente em eventuais custas processuais, deixando de arbitrar honorários ante a ausência de citação da parte executada. Oportunamente, arquivem-se. Diligências necessárias. -Adv. GILBERTO HILARIO PRADO-.

3. ALIMENTOS-258/1997-G.J.C.S. e outros x E.N.-... Diante do exposto, nos termos do art. 267, inc. VIII, do CPC, julgo EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de mérito. Custas na forma da lei, ressalvado se a parte Autora for Beneficiaria da Assistência Judiciária Gratuita. Diligências cabíveis, arquivando-se oportunamente os autos com a observação das formalidades legais e cautelas de estilo. -Advs. GUILHERME JOSE CARLOS DA SILVA, REGINA AGDA CANDIDA DOS PASSOS PIANARO, ALEXANDRE RAMOS e JOEL PINTO RIBEIRO-.

4. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA-37/2004-BANCO BANESTADO S/A x JOSE MARIA DE JESUS COSTA CORDEIRO e outro-...Diante de todo o exposto, uma vez atendido ao disposto no art. 842, do Código Civil/2002, e preenchidos os demais requisitos legais, homologo a transação celebrada nestes autos, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência, tendo a transação ora homologada efeito de sentença entre as partes, julgo extinto o presente feito, com análise do mérito, nos termos do art. 794, inc. II, do CPC. Proceda-se baixa nas penhoras realizadas se houver. Eventuais custas processuais remanescentes a cargo do Requerido, conforme pactuado no acordo acosta do nos autos. Desde já requerida pelas partes defiro a dispensa do prazo recursal. Cumpra-se o CN, no que couber. -Adv. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

5. INDENIZ. DANO MORAL/MATERIAL-120/2004-CRISTIANE APARECIDA DE LIMA x JOSE CARLOS MARQUES e outro-... Diante de todo o exposto, uma vez atendido ao disposto no art. 842, do Código Civil/2002, e preenchidos os demais requisitos legais, homologo a transação celebrada, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Em conseqüência, tendo a transação ora homologada efeito de sentença entre as partes e considerando a satisfação da obrigação, julgo extinto o presente feito, com análise do mérito, nos termos do art. 269, inc. III, do CPC. Eventuais custas processuais remanescentes a cargo do Requerido. Desde já defiro o levantamento de penhora se houver. -Advs. GUILHERME JOSE CARLOS DA SILVA, RENATA GASPAROTTO APOLONI e ANA CLAUDIA PIRAJA BANDEIRA-.

6. COBRANÇA-0000122-45.2005.8.16.0057-DAVI ANASTACIO DE SOUZA e outros x MUNICIPIO DE NOVA CANTU -...DISPOSITIVO Ante o exposto, com fulcro no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido dos autores, julgando o processo extinto com resolução de mérito, para o fim de CONDENAR o requerido MUNICÍPIO DE NOVA CANTU/PR, qualificado nos autos, ao pagamento, aos autores, dos valores relativos aos salários, 13º salários, férias acrescidas dos respectivos terços referentes aos períodos em que estiveram afastados, ou seja, 20.10.1997 a 13.04.1998 e 06.05.1999 a 06.04.2005, correspondendo a cada um dos autores, conforme explicado acima, as seguintes quantias: Ao autor Davi Anastácio de Souza, o valor de R$ 86.572.15 (oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e dois reais, e quinze centavos); Ao autor Israel Vieira da Silva, o valor de R$ 45.524.04 (quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e quatro reais, e quatro centavos); À autora Elaine Vieira, o valor de R$ 73.681,34 (setenta e três mil, seiscentos e oitenta e um reais, e trinta e quatro centavos); Ao autor José Aparecido Guimarães, o valor de R$ 19.650,40 (dezenove mil, seiscentos e cinqüenta reais, e quarenta centavos). Considerando que a correção monetária (desde cada vencimento) e os juros de mora (desde a citação) já foram incluídos no cálculo do Sr. Perito, os valores agora devem ser atualizados monetariamente até a data do pagamento pelo INPC, e acrescidos de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, a partir de 31.12.2009, que é data final do cálculo (fls. 277). Considerando a sucumbência mínima da parte autora, condeno a parte ré a arcar com a integralidade das custas processuais e honorários advocatícios da parte autora, que fixo em R $ 15.000,00 (quinze mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC até a data do pagamento, levando em conta o grau de complexidade da causa, o zelo do profissional, a realização de instrução e o tempo exigido para a realização dos serviços, com base no artigo 20, § 4°, do Código de Processo Civil, observadas as disposições do art. 12 da Lei 1.060/50 com relação aos autores, relativas à Justiça Gratuita que já foi concedida. Sentença sujeita a reexame necessário, eis que ultrapassado o valor de alçada previsto no art. 475, § 2º, do Código de Processo Civil. Cumpram-se as determinações do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. RUBENS SANCHES HERNANDES, EDOEL ROCHA e DIVONSIR GRAF-.

7. REINTEGRACAO DE POSSE-145/2005-XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA x MUNICIPIO DE CAMPINA DA LAGOA-...DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido inicial, par ao fim de: a) confirmar a liminar antes concedida e reintegrar definitivamente o autor na posse do bem especificado nos autos; b) decretar a resolução do contrato litigioso; c) condenar o réu ao pagamento do valor relativo aos alugueres do bem durante o período de inadimplência, ou seja, duas parcelas mensais de R$ 595,08 (quinhentos e noventa e cinco reais e oito centavos), acrescidos de multa moratória de 02% (dois por cento), atualizados monetariamente desde a data do vencimento de cada parcela (01.05.02 e 01.06.02) até a data do efetivo pagamento, com base na variação do IGP-M, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês (art. 406 do CC/02 c/c art. 161, § 1º, do CTN), contados da data da citação; d) condenar o réu ao pagamento do valor relativo aos alugueres vincendos desde o ajuizamento da demanda (27 de maio de 2005) até o data da efetiva devolução do bem (22 de setembro de 2008), acrescidos de multa moratória de 02% (dois por cento), atualizados monetariamente desde a data do vencimento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, com base na variação do IGP-M, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês (art. 406 do CC/02 c/c art. 161, § 1º, do CTN), contados da data da citação, valores a serem apurados em sede de liquidação de sentença; e) condenar o réu ao pagamento da cláusula penal no valor equivalente a três alugueres mensais, atualizado com base na variação do IGP-M desde a data do inadimplemento, ocorrido em 01.05.2002, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês (art. 406 do CC/02 c/c art. 161, § 1º, do CTN), contados da data da citação, valores a serem apurados em sede de liquidação de sentença. Considerando a sucumbência mínima da parte autora, condeno o requerido a arcar com as custas processuais e honorários advocatícios do patrono do autor, no montante correspondente a 10% do valor da condenação, considerando o trabalho realizado, a natureza da causa, e a desnecessidade de

instrução, com base no art. 20, § 3º, do CPC." No mais, permanece a sentença tal qual está lançada. -Advs. LEONARDO SANTANA DE ABREU, LETICIA SANTANA DE ABREU, MARIO KESSLER DA SILVA NETO, RAFAEL GONCALVES ROCHA, PATRICIA MACUCH e MISLENE DE ASSIS MICHALSKI-.

8. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-364/2005-G.C.G.Z. e outro x C.A.M.Z.-...Diante do exposto, nos termos do art. 267, inc. VIII, do CPC, julgo EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de mérito, não havendo in casu custas ou despesas processuais remanescentes, tampouco honorários advocatícios a arbitrar. Diligências cabíveis, arquivando-se oportunamente os autos com a observação das formalidades legais e cautelas de estilo.-Advs. GUILHERME JOSE CARLOS DA SILVA, ALEXANDRE RAMOS, CARLOS RANGEL BANDEIRA BARROS e DAVIO SOCRATES DE SOUSA NASCIMENTO-.

9. DEMARCATORIA-13/2006-JOAO MARIA PEREIRA e outro x OZORIO DAL POZ FILHO e outro-... DISPOSITIVO Pelo exposto, e por tudo mais que dos autos consta: a) JULGO PARCIALMENTE EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, quanto aos pedidos de demarcação do imóvel e divisão dos bens móveis descritos na inicial, por falta de interesse de agir, extinguindo o processo também quanto aos autores Edineuton Santos Pereira e sua esposa, por ilegitimidade ativa, com base no art. 267, inciso VI, do CPC; b) JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DIVISÓRIO DE BEM IMÓVEL deduzido pelos autores João Maria Pereira e sua esposa, para o fim de determinar a divisão do imóvel por eles descrito na inicial. Considerando que nos autos operou-se a sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas processuais e dos honorários da parte adversa, relativos à primeira fase do procedimento divisório, que fixo, com base no § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, e considerando o grau de zelo e as intervenções que o feito exigiu, em R$ 2.000,00 (dois mil reais), reconhecendo, desde logo, a compensação entre essas, na forma da Súmula nº 306 do Superior Tribunal de Justiça. Considerando o dever constitucional do Estado em prover a assistência judiciária aos necessitados, com fundamento no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal e art. 22, § 1º, da Lei 8.906/94, determino que o Estado do Paraná pague ao Ilustre Curador nomeado nestes autos, Dr. Pedro Ricardo Pianaro, os honorários advocatícios, que fixo em R $ 600,00 (seiscentos reais). Expeça-se certidão quando requerido. Com o trânsito em julgado, voltem os autos conclusos para nomeação de arbitrador e agrimensor que farão a divisão do imóvel. -Advs. IDILIO BERNARDO DA SILVA, RICARDO DA SILVEIRA E SILVA, MARCELO DA SILVEIRA E SILVA, DANILO REZENDE LOPES e PEDRO RICARDO PIANARO-.

10. INDENIZAÇÃO-105/2006-GRACIELI SOUZA DOS SANTOS e outros x ANDREOLI & GONCALVES LTDA-HOSP.E MATER.IRMAOS VIDA e outro- Designado o dia 01/12/2011, às 08:00 horas da manhã, para realização da perícia na requerente, pelo Perito Dr. Eduardo Canella Vallin. Local: Consultório localizado na Línea Centro Médico e Diagnóstico, Rua Brasília, 929, Centro, Ubiratã/Pr. -Advs. NILSON SARAIVA DOS SANTOS, EDSON HENRIQUE DO AMARAL, MARCO ANTONIO BARBOSA, LEIA L. ERDMANN GONCALVES e RICARDO GRACIOLLI CORDEIRO-.

11. DECLARATORIA-123/2007-HELIO CHELNI x MUNICIPIO DE NOVA CANTU - CAMARA MUNICIPAL-... DISPOSITIVO Ante ao exposto, com base no art. 269, inciso VI, do CPC, por falta de interesse de agir superveniente, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais. Sem condenação em honorários, ante a ausência de defesa nos autos. Oportunamente, arquivem-se. -Adv. ARMANDO KENJI KOTO-.

12. INDENIZ. DANO MORAL/MATERIAL-185/2007-RAULINDO MANOEL NOVAES x VALDECI VAPLAK-...DISPOSITIVO Ante o exposto, com fulcro no art. 269, inciso II, do Código de Processo Civil e nos demais fundamentos expostos nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido do autor, para CONDENAR o réu VALDECI VAPLACK, qualificados nos autos, a pagar ao autor os seguintes valores: a) indenização por danos materiais, nos valores das despesas de pedágio, combustível, alimentação, medicamentos anexadas às fls. 33/58 dos autos, totalizando R$ 637,53 (seiscentos e trinta e sete reais e cinqüenta e três centavos), e despesa com aquisição de novo animal eqüino, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), atualizados monetariamente a partir da data de cada desembolso, até a data do efetivo pagamento, pela variação do INPC/IGP-DI, índice utilizado para correção dos cálculos judiciais, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) (art. 406 do CC/02 c/c art. 161, § 1º, do CTN), contados da data da citação. b) indenização por danos morais, no importe de 15 (quinze) salários mínimos, atualmente correspondentes a R$ 8.175,00 (oito mil, cento e setenta e cinco reais), atualizados monetariamente pela variação do INPC/IGP-DI, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês (art. 406 do CC/02 c/c art. 161, § 1º, do CTN), a partir da data da publicação desta sentença, até a data do efetivo pagamento. Pela aplicação do princípio da sucumbência, tendo em vista que a parte autora teve julgado parcialmente procedentes os pedidos de indenização por danos materiais, condeno cada uma das partes a arcar com 50% (cinqüenta por cento) das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15 % (quinze por cento) sobre o valor da condenação, corrigidos monetariamente pelo INPC/IGP-DI, levando em conta o grau de complexidade da causa, o zelo do profissional e o tempo exigido para a realização dos serviços, com base no artigo 20, § 3°, do Código de Processo Civil, facultada a compensação, e observadas as disposições relativas à gratuidade processual, já deferida à autora no despacho inicial. No mais, com base no art. 269, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a denunciação à lide, para condenar a litisdenunciada a pagar ao réu denunciante todas as despesas por estes incorridas em razão da lide principal, incluindo-se os ônus da sucumbência, no limite da apólice, conforme o disposto na fundamentação. Condeno a litisdenunciada a pagar as custas e honorários em relação ao denunciante, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da condenação, corrigidos monetariamente pelo INPC/IGP-DI, levando em conta o grau de complexidade da causa, o zelo do profissional e o tempo exigido para a realização dos serviços, com base no artigo 20, § 3°, do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. MILTON LUIZ ALVES, ANTONIO NUNES NETO, STEPHANIE ZAGO DE CARVALHO, ANTONIO LUIZ BRUNNING PARIZOTTO, ANA CLAUDIA CERICATTO e JULIANO FRANCO DRUGOVICH-.

13. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-203/2007-BORGIO E SERAFIM LTDA x FAZENDA NACIONAL-...Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a desistência requerida às fls. 145/146 dos presentes autos, e julgo extinto o presente processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Eventuais custas pelo autor. Sem condenação em honorários advocatícios. Oportunamente, anote-se nos autos principais, desapensem-se e arquivem-se No mais, permanece a sentença tal qual lançada. -Advs. VALMIR SCHREINER MARAN e MARIO AUGUSTO CASTANHA-.

14. REPARACAO DE DANOS-329/2007-JOSE BARBOSA DOS SANTOS x FREE WAY COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA e outro-...DISPOSITIVO Ante o exposto, com base no art. 267, inciso V, do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente processo sem resolução de mérito, ante o reconhecimento da coisa julgada material, condenando ainda a parte autora em multa de 01% (um por cento) do valor atualizado da causa, multa esta a ser rateada entre os dois requeridos. Pela aplicação do princípio da sucumbência, condeno a parte autora a arcar com as custas e despesas processuais, e honorários advocatícios do patrono dos requeridos, que fixo em 05 % (cinco por cento) do valor atualizado da causa para cada requerida, corrigidos monetariamente pelo INPC/IGP-DI a partir desta data, levando em conta o grau de complexidade da causa, o zelo profissional e o tempo exigido para a realização dos serviços, com base no artigo 20, § 4°, do Código de Processo Civil, devendo ser observadas as regras da gratuidade processual já deferida nestes autos. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. CARLOS ALVES, JOSE FRANCISCO PEREIRA, JOSE FERNANDO VIALLE e SILVANA ZAVODINI VANZ-.

15. DEPOSITO-517/2008-COOPER. CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO VALE DO PIQUIRI - SICREDI x CLOVIS FRUHAUF-...3. DISPOSITIVO Ante o exposto, com esteio no artigo 4º do Dec. Lei nº 911/69 e artigo 902 do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido, condenando a parte ré CLOVIS FRUHAUF a restituir, em 24 horas, ao autor, o veículo CLHEITADERA, DIESEL, VERMELHA, MARCA IDEAL, ANO DE FABRICAÇÃO 1978, MODELO 1978, CHASSI Nº. 11753866, Nº. DO MOTOR 0329067224, ou depositar em juízo o seu equivalente em dinheiro, segundo estimativas do autor (fls. 58/60), devidamente atualizada. Condeno-a, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da estimativa do valor do bem, devidamente corrigidos. Oportunamente, arquivem-se. -Adv. CARLOS ARAÚZ FILHO-.

16. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA-520/2008-COMERCIO DE COMBUSTIVEIS HERVEIRA LTDA - ME x M.J. DOS SANTOS EMPREENDIMENTOS-... Com efeito, as partes chegaram numa conciliação nos autos em apenso, conforme anunciado em petição nos autos nº 461/2008 e já homologado. Em consequência, tendo sido noticiado o cumprimento do acordo nos autos em apenso, acolho o pedido de fls. 83/84 como desistência, e julgo extinto o presente feito, com análise de mérito, nos termos do art. 794, inc. III, do CPC. -Advs. FABIO SEBASTIÃO DOS SANTOS e VINICIUS FORONI CONSANI-.

17. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-118/2009-BANCO BRADESCO S.A x TORNEARIA CAMPINA LTDA-...Diante de todo o exposto, uma vez atendido ao disposto no art. 842, do Código Civil/2002, e preenchidos os demais requisitos legais, homologo a transação, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Em conseqüência, tendo a transação ora homologada efeito de sentença entre as partes, julgo extinto o presente feito, com análise do mérito, nos termos do art. 269, inc. III, do CPC. Eventuais custas processuais remanescentes a cargo do Requerido. Oficie-se ao DETRAN/PR para que, desbloqueio o veiculo descrito na inicial. -Advs. NELSON PASCHOALOTTO, JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND e VINICIUS FORONI CONSANI-.

18. ACAO ORDINARIA-198/2009-JOAO CARLOS DA CUNHA x PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANTU-PR-...DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e condeno o réu a restituir à autora R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), corrigidos monetariamente pela variação do INPC/IGP-DI desde 04.02.2005 (data do recolhimento, fls. 11), e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. O réu arcará com o pagamento das custas e dos honorários de advogado, que fixo em 10% do valor total da condenação. Oportunamente, arquivem-se os autos, observadas as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.-Advs. IDEVAR CAMPANERUTI e DIVONSIR GRAF-.

19. RETIF DE CERTIDAO DE OBITO-232/2009-MOACIR CARDOSO DE LIMA e outro x ESTE JUIZO-...DISPOSITIVO Diante do exposto, corroborando a cota ministerial, na forma do art. 269, inc. I, do CPC, e art. 109 da Lei 6015/73, julgo PROCEDENTE o pedido de fls. 02/06, para determinar a retificação pretendida, no sentido de passar a constar no registro de óbito de Pedro Cardoso de Lima como sendo sua esposa Maria Pereira, retificação esta a ser realizada, respectivamente, no Livro C-072, fls. 146, termo nº. 023104, junto ao Cartório de 1º Oficio de Registro Civil de Pessoas Naturais com sede em Cascavel, Estado do Paraná. Sem custas. Defiro os beneficiários da Assistência Judiciária Gratuita, caso em que a cobrança fica suspensa na forma do art. 12 da lei 1060/50. Oportunamente, expeçam-se os atinentes mandados de retificação aos respectivos Cartórios, arquivando-se os autos. -Adv. CLAYTON LUIZ RODRIGUES-.

20. MEDIDA CAUTELAR-277/2009-LUIZ GARBUGIO x COAGRU - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL UNIAO-...DISPOSITIVO Ante o exposto, com fundamento no art. 269, inciso I, do CPC, julgo procedente o pedido, extinguindo o processo com resolução de mérito, para o fim de determinar que a parte requerida exiba os documentos solicitados e descritos às fls. 05, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação, sob pena de multa pecuniária diária que fixo no valor de R

$ 300,00 (trezentos reais). Pela aplicação do princípio da sucumbência, condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios do patrono da parte autora, os quais, atendendo o grau de complexidade da causa, o zelo do profissional e o local e tempo exigidos para a realização do serviço (artigo 20, § 4º Código de Processo Civil), arbitro em R$ 600,00 (seiscentos reais), atualizáveis monetariamente pelo INPC/IGP-DI a partir desta data. Cumpram-se as determinações do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado, no que forem pertinentes. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND, JULIO CÉSAR DALMOLIN, VINICIUS FORONI CONSANI e SILVIO CESAR CALCINONI-.

21. MANDADO DE SEGURANCA-336/2009-COAGRU COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL UNIAO x SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA DE CAMPINA DA LAGOA/PR-...DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para CONCEDER A SEGURANÇA, confirmando a liminar de fls. 142/145, declarando a nulidade do auto de Infração n° 23/2009, acostado às fls. 34 dos autos, com a extinção do crédito tributário respectivo, cancelando-se em definitivo a cobrança do ISSQN sobre a impetrante relativa ao período de 01.01.2004 até 31.12.2008, constante do referido auto de infração. Condeno o impetrado ao pagamento das custas e despesas processuais, deixando de condenar em honorários advocaticios, em face da ausencia de previsão legal e do teor da Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça. Oportunamente, arquivem-se. -Adv. SILVIO CESAR CALCINONI-.

22. ORD. DIVORCIO CONTENCIOSO-0000063-81.2010.8.16.0057-M.M. x M.M.L.M.-...DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo procedente a pretensão articulada, extinguindo o processo com fundamento no art. 269, inciso I, do CPC, para decretar a divorcio do casal M. M. e M.M.L.M., determinando seja partilhado o único bem do casal descrito às 19, ou seja, o Lote de terra nº 18-B, subdivisão do Lote nº 18, matrícula nº 2.276 do RI de Campina da Lagoa, à ordem de 50% (cinqüenta por cento) para cada parte (art. 262 do Código Civil de 1916). Por sucumbente, condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da requerente, estes fixados em R$ 700,00 (setecentos reais), atualizáveis a partir desta data pelo INPC. Oportunamente, expeça-se mandado de averbação. Cumpram-se, no mais, as determinações preconizadas pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. FIDELCINO TOLENTINO, CARLOS ROBERTO PEREIRA e MISLENE DE ASSIS MICHALSKI-.

23. ALVARA JUDICIAL-0000065-51.2010.8.16.0057-MARCIANO PADILHA DE LIMA e outros x ESTE JUIZO-...Diante de todo o exposto, na forma do art. 1109 do CPC, c.c. o art. 2º, caput, este da Lei nº 6.858/80, considerando ainda a documentação juntada, julgo PROCEDENTE o pedido de fls. 02/05 e 31/32 para DEFERIR a expedição do competente ALVARÁ em nome de Luzia Batista de Lima já qualificada, autorizando ao levantamento da totalidade dos valores existente no FGTS e PIS, do já falecido Valdecir Jose Padilha de Lima, tudo devidamente atualizado até a efetiva data do saque. Expeça-se alvará com o prazo de 60 (sessenta) dias. Desde já requerido pela parte autora defiro a dispensa do prazo recursal. Sem custas para a Autora, vez que defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. Oportunamente arquive-se. -Adv. MISLENE DE ASSIS MICHALSKI-.

24. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0000099-26.2010.8.16.0057-MILENE DIANA BENAGLIA DE MELO DO AMARAL x BANCO DAYCOVAL-...DISPOSITIVO Posto isso, julgo procedente o pedido contido na ação de consignação em pagamento aforada por MILENE DIANA BENAGLIA DE MELO DO AMARAL contra BANCO DAYCOVAL para, com fundamento nos artigos 269, inciso I, c/c o artigo 890, "caput", ambos do CPC, declarar extinta a obrigação relacionada com o valor consignado, declarando ainda o direito da parte autora em ser restituída no valor de R$ 14,46 (quatorze reais e quarenta e seis centavos). Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do consignante, que arbitro em 10% (dez por cento) do valor consignado, nos termos do artigo 20, § 4º do Código de Processo Civil, ante a singeleza da causa e a desnecessidade de instrução. Com o trânsito em julgado, expeçam-se alvarás: a)em favor da parte requerida para liberação de R$ 833,50 (oitocentos e trinta e três reais e cinqüenta centavos) depositados; b) em favor da parte autora no valor de R$ 14,46 (quatorze reais e quarenta e seis centavos). Oportunamente, arquivem-se. -Advs. EDSON HENRIQUE DO AMARAL, NILSON SARAIVA DOS SANTOS, RONALDO GÓIS ALMEIDA e FABIANE BIGOLIN WEIRICH ALMEIDA-.

25. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUD.-0000119-17.2010.8.16.0057-COOPERMIBRA - COOP. MISTA AGROPECUARIA DO BRASIL x GUILHERME LUNARDELLI DA SILVA-... Ante o exposto, com fulcro no artigo 794, I, do CPC, julgo extinta a execução. Proceda-se eventual baixa na penhora realizada se houver. Custas na forma da lei. -Advs. CARLA FABIANA H. ZAGOTTO CONSALTER, LUIZ CARLOS MONTANS BRAGA, EWERTON SOLER CONSALTER, TATIANA MESSIAS DA SILVA, GUILHERME JOSE CARLOS DA SILVA e ALEXANDRE RAMOS-.

26. EXONERACAO OBRIG. ALIMENTAR-0000534-97.2010.8.16.0057-I.S.M. x T.L.I.A.O.M. e outro-... DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedente o pedido formulado pelo autor na inicial nos termos do artigo 269, inc. I do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários do procurador do réu, os quais arbitro em R$ 800,00 (oitocentos reais), nos termos do artigo 20, §4°, do Código de Processo Civil, verbas estas que só poderão ser exigidas caso se comprove que perdeu ele a condição de necessitado, como determina o artigo 11, §2°, da Lei 1.060/50. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. MISLENE DE ASSIS MICHALSKI, EDISON BUENO e CLAYTON LUIZ RODRIGUES-.

27. HOMOLOGACAO DE ACORDO-FAMILIA-0000730-67.2010.8.16.0057-R.F. e outros x E.J.-... Diante do exposto, nos termos do art. 267, inc. VIII, do CPC, julgo EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de mérito, não havendo in casu custas ou despesas processuais remanescentes, tampouco honorários advocatícios a arbitrar. Diligências cabíveis, arquivando-se oportunamente os autos com a observação das formalidades legais e cautelas de estilo. -Adv. PEDRO RICARDO PIANARO-.

28. PRESTACAO DE CONTAS-0001096-09.2010.8.16.0057-JOAO FIRMINO DE SOUZA x COOPER. CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO VALE DO PIQUIRI - SICREDI-...Diante de todo o exposto, uma vez atendido ao disposto no art. 842, do Código Civil/2002, e preenchidos os demais requisitos legais, homologo a transação celebrada, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, englobando os autos nº 285/2010, 402/2010 e 322/2010. Determino a extinção dos autos de prestação de contas nº. 285/2010, com análise do mérito, nos termos do art. 794, inc. II, do CPC, arquivando-se. Determino a suspensão dos autos de execução nº. 402/201, bem como a realização de penhora a termo nestes autos de execução, do bem informado no acordo, até o seu final cumprimento, devendo então vir conclusos para extinção. Determino a suspensão dos autos de Busca e Apreensão nº. 322/210, até a juntada do comprovante de transferência definitiva da propriedade do veículo mencionado no acordo, devendo vir conclusos com a juntada do aludido documento. 4. Eventuais custas processuais remanescentes a cargo da parte Requerida 5. Junte-se cópia da presente decisão nos autos em apenso, desapensando-se. 6. Cumpra-se o CN, no que couber. -Advs. WAGNER RODRIGUES GONÇALVES, RICARDO VENDRAMIN GRABOSKI e THIAGO RIBCZUK-.

29. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0001241-65.2010.8.16.0057-COOPER. CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO VALE DO PIQUIRI - SICREDI x JOAO FIRMINO DE SOUZA-...Diante de todo o exposto, uma vez atendido ao disposto no art. 842, do Código Civil/2002, e preenchidos os demais requisitos legais, homologo a transação celebrada, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, englobando os autos nº 285/2010, 402/2010 e 322/2010. Determino a extinção dos autos de prestação de contas nº. 285/2010, com análise do mérito, nos termos do art. 794, inc. II, do CPC, arquivando-se. Determino a suspensão dos autos de execução nº. 402/201, bem como a realização de penhora a termo nestes autos de execução, do bem informado no acordo, até o seu final cumprimento, devendo então vir conclusos para extinção. Determino a suspensão dos autos de Busca e Apreensão nº. 322/210, até a juntada do comprovante de transferência definitiva da propriedade do veículo mencionado no acordo, devendo vir conclusos com a juntada do aludido documento. 4. Eventuais custas processuais remanescentes a cargo da parte Requerida 5. Junte-se cópia da presente decisão nos autos em apenso, desapensando-se. 6. Cumpra-se o CN, no que couber. -Advs. EVILÁSIO CARVALHO JUNIOR, CARLOS ARAÚZ FILHO, THIAGO RIBCZUK, RICARDO VENDRAMIN GRABOSKI e WAGNER RODRIGUES GONÇALVES-.

30. COBRANÇA-0001244-20.2010.8.16.0057-MANOEL MESSIAS FILHO x SEGURADORA LIDER DE CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A... DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial para o fim de condenar a parte ré ao pagamento em favor do autor da diferença da indenização devida referente ao seguro obrigatório DPVAT, equivalente a 40 salários mínimos vigente à época do sinistro, corrigido monetariamente a partir do pagamento a menor, pela média do INPC/IGP-DI (Dec.Lei 1544/95) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação. Condeno a ré, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (Súmula 450 do Supremo Tribunal Federal), que fixo, forte no § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, e considerada a singeleza da demanda, e, por outro lado, o bom nível dos trabalhos prestados pelo patrono do autor, em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação. Cumpram-se, no mais, as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça aplicáveis à espécie. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. FERNANDO ALBERTO SANTIN PORTELA, KENJI DELLA PRIA HATAMOTO e ROSSANDRA PAVANI NAGAI-.

31. PRODUCAO ANTECIPADA DE PROVAS-0001247-72.2010.8.16.0057-ROBERTO CELSO MORAES x INACIO KOITI NAGAI-...Diante de todo o exposto, uma vez atendido ao disposto no art. 842, do Código Civil/2002, e preenchidos os demais requisitos legais, homologo a transação celebrada, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Em conseqüência, tendo a transação ora homologada efeito de sentença entre as partes, julgo extinto o presente feito, com análise do mérito, nos termos do art. 269, inc. I, do CPC. Proceda-se baixa na penhora realizada se houver. Custas na forma da lei. -Advs. EDSON DAL POZ JÚNIOR, MIRIA MARIA BOLL PERES e MARIA ROSALIA MODESTO RAMOS-.

32. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUD.-0001448-64.2010.8.16.0057-COOPER. CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO VALE DO PIQUIRI - SICREDI x JOAO FIRMINO DE SOUZA-...Diante de todo o exposto, uma vez atendido ao disposto no art. 842, do Código Civil/2002, e preenchidos os demais requisitos legais, homologo a transação celebrada, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, englobando os autos nº 285/2010, 402/2010 e 322/2010. Determino a extinção dos autos de prestação de contas nº. 285/2010, com análise do mérito, nos termos do art. 794, inc. II, do CPC, arquivando-se. Determino a suspensão dos autos de execução nº. 402/201, bem como a realização de penhora a termo nestes autos de execução, do bem informado no acordo, até o seu final cumprimento, devendo então vir conclusos para extinção. Determino a suspensão dos autos de Busca e Apreensão nº. 322/210, até a juntada do comprovante de transferência definitiva da propriedade do veículo mencionado no acordo, devendo vir conclusos com a juntada do aludido documento. 4. Eventuais custas processuais remanescentes a cargo da parte Requerida 5. Junte-se cópia da presente decisão nos autos em apenso, desapensando-se. 6. Cumpra-se o CN, no que couber. -Advs. CARLOS ARAÚZ FILHO e EVILÁSIO CARVALHO JUNIOR-.

33. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0001462-48.2010.8.16.0057-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x FERNANDO TOME FELIZ DA SILVA-...Não há óbice ao pedido de desistência formulado pela parte autora, implicando assim na extinção e arquivamento dos autos. Diante do exposto, com fulcro no art. 267, inc. VIII, do CPC, julgo EXTINTO O PROCESSO sem análise de mérito. Custa na forma da lei. Diligencie-se no que for necessário, com as

comunicações cabíveis, arquivando-se oportunamente os autos com a observação das formalidades legais e cautelas de estilo. -Advs. TONI MENDES DE OLIVEIRA, DANIELE LUCCHESI FOLLE, MICHELI GONDIM DE CASTRO e ANA MYRTHES ESTEVAM DA SILVEIRA-.
34. REPARACAO DE DANOS-0001584-61.2010.8.16.0057-DAYANE GESUALDO GOMES x GEANDRE CORTEZ BRAIDO e outro-...Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a desistência requerida às fls. 67 dos presentes autos, e julgo extinto o presente processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Eventuais custas pelo autor. Sem condenação em honorários advocatícios, ante a ausência de sucumbência. Oportunamente, arquivem-se. Juiz de Direito -Advs. NILSON SARAIVA DOS SANTOS e EDSON HENRIQUE DO AMARAL-.
35. MANDADO DE SEGURANCA-0000017-58.2011.8.16.0057-INACIO INKOT PINTO e outros x ZEILA LAPORTE-...Dispositivo Ante o exposto, havendo ofensa a direito Ïquido e certo do impetrante, CONCEDO A SEGURANÇA ora pretendida neste Mandamus, confirmando a liminar de fis. 65/67 dos autos, nos termos da fundamentação acima exposta. Condeno a impetrada ao pagamento das custas processuais, deixando de arbitrar honorários advocaticios ante o teor da Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. EDSON HENRIQUE DO AMARAL e NILSON SARAIVA DOS SANTOS-.
36. ACAO MONITORIA-0000447-10.2011.8.16.0057-IHEC - INSTITUTO DE HEMATOLOGIA DE CASCAVEL S/C LTDA x APARECIDO ESTRUZANI PEDRO e outro-...Diante da satisfação da obrigação, julgo extinta, por sentença, o presente embargos de terceiros, com fundamento no artigo 794, Inciso I, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará para o levantamento dos valores depositados. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as baixas e anotações necessárias. -Adv. LENIR ROSA GOBO-.
37. ALVARA JUDICIAL-0000678-37.2011.8.16.0057-JOSÉ GONÇALVES DA SILVA x ESTE JUIZO-Diante de todo o exposto, na forma do art. 1109 do CPC, c.c. o art. 2º, caput, este da Lei nº 6.858/80, considerando ainda a documentação juntada, julgo PROCEDENTE o pedido de fls. 02/06 para DEFERIR a expedição do competente ALVARÁ em nome de Jose Gonçalves da Silva, já qualificado, autorizando ao levantamento da totalidade dos valores existente no FGTS, do já falecido Jose Gonçalves da Silva filho do requerente, depositados junto a Caixa Econômica Federal, tudo devidamente atualizado até a efetiva data do saque. Expeça-se alvará com o prazo de 60 (sessenta) dias. Desde já requerido pela parte autora defiro a dispensa do prazo recursal. Sem custas para a Autora, vez que defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. Oportunamente arquive-se. -Adv. FABIO SEBASTIÃO DOS SANTOS-.
CHRISTIANE ANGELICA KIZERLLA VILLELA
Escriva do Civel

Campina da Lagoa, 28 de setembro de 2011

# FORO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## JUÍZO ÚNICO

**Dr.ª PAULA PRISCILA CANDEO HADDAD FIGUEIRA - Juiz de Direito**
**CARTÓRIO DA VARA CÍVEL E ANEXOS**
**FORO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR**
**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANDA DE CURITIBA**

**RELAÇÃO DE PUBLICAÇÃO 99/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR) 00001 000316/2002
00002 000320/2002
00003 000352/2002
00004 000409/2002
00006 000440/2002
00007 000441/2002
00008 000805/2002
00009 000806/2002
00010 000808/2002
00011 000894/2002
00012 000896/2002
00013 000897/2002
00014 000901/2002
00015 000902/2002
00016 000903/2002
00018 001183/2002
00019 001191/2002
AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR) 00001 000316/2002
00002 000320/2002
00003 000352/2002
00004 000409/2002
00005 000439/2002
00006 000440/2002
00007 000441/2002
00008 000805/2002
00009 000806/2002
00010 000808/2002
00011 000894/2002
00012 000896/2002
00013 000897/2002
00014 000901/2002
00015 000902/2002
00016 000903/2002
00017 000939/2002
00018 001183/2002
00019 001191/2002
LILLIANA CERUTI 00015 000902/2002
LILLIANA MARIA CERUTI LASS 00001 000316/2002
00002 000320/2002
00003 000352/2002
00004 000409/2002
00008 000805/2002
00010 000808/2002
00012 000896/2002
00014 000901/2002
LILLIANA MARIA CERUTTI LASS 00005 000439/2002
00006 000440/2002
00007 000441/2002
00009 000806/2002
00011 000894/2002
00013 000897/2002
00016 000903/2002
00018 001183/2002
00019 001191/2002
ODAIR SABOIA CORDEIRO 00005 000439/2002
ODILA VOIDELO 00013 000897/2002
TELM0 DORNELLES - SINDICO 00001 000316/2002
00002 000320/2002
00003 000352/2002
00006 000440/2002
00012 000896/2002
TELMO DORNELLES (OAB: 000008-272/PR) 00007 000441/2002
00008 000805/2002
00009 000806/2002
00010 000808/2002
00011 000894/2002
00013 000897/2002
00014 000901/2002
00015 000902/2002
00016 000903/2002
00018 001183/2002
00019 001191/2002
TELMO DORNELLES SINDICO 00004 000409/2002

1. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-316/2002-ARI DOS SANTOS. x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A- "VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I."-Advs. TELM0 DORNELLES - SINDICO, ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR) e LILLIANA MARIA CERUTI LASS-.
2. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-320/2002-ANTONIO ROGERIO VENEROSKI. x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A-"VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Advs. TELM0 DORNELLES - SINDICO, ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR) e LILLIANA MARIA CERUTI LASS-.
3. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-352/2002-NELSON CARDOSO DOS SANTOS. x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A-"VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Advs. ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR), LILLIANA MARIA CERUTI LASS e TELM0 DORNELLES - SINDICO-.

4. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-409/2002-SONIA FERREIRA DE FREITAS. x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A-"VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Advs. TELMO DORNELLES SINDICO (OAB: 000008-272/PR), ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
5. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-439/2002-MANOEL FERNANDES DA COSTA. x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A- "VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I."-Advs. ODAIR SABOIA CORDEIRO, LILLIANA MARIA CERUTTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
6. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-440/2002-JULIO TADEU DE ASSUNCAO. x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A-"VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Advs. TELM0 DORNELLES - SINDICO, ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
7. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-441/2002-JOAO ADIR ANTUNES ANDRADE. x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A-"VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Advs. TELMO DORNELLES (OAB: 000008-272/PR), ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
8. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-805/2002-IRACI SANGUINO SANTOS. x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A- "VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Advs. TELMO DORNELLES (OAB: 000008-272/PR), ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
9. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-806/2002-VALDECIR FURTADO DE SOUZA. x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A- "VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45." -Advs. TELMO DORNELLES (OAB: 000008-272/PR), ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
10. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-808/2002-JOSUE FERNANDES. x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A-"VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Advs. TELMO DORNELLES (OAB: 000008-272/PR), ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
11. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-894/2002-JUSTO REINALDO CHEMIM x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A-"VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Advs. TELMO DORNELLES (OAB: 000008-272/PR), ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
12. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-896/2002-JUSTO REINALDO CHEMIM x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A-"VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Advs. TELM0 DORNELLES - SINDICO, ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
13. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-897/2002-JUSTO REINALDO CHEMIM x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A- "VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I."-Advs. ODILA VOIDELO, TELMO DORNELLES (OAB: 000008-272/PR), ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
14. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-901/2002-JUSTO REINALDO CHEMIM x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A-"VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Advs. TELMO DORNELLES (OAB: 000008-272/PR), ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
15. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-902/2002-JUSTO REINALDO CHEMIM x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A-"VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Advs. TELMO DORNELLES (OAB: 000008-272/PR), ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
16. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-903/2002-JUSTO REINALDO CHEMIM x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A- "VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I."-Advs. TELMO DORNELLES (OAB: 000008-272/PR), ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
17. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-939/2002-CICERO DA CRUZ x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A-"VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Adv. AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
18. HABLIT.DE CREDITO TRABALHISTA-1183/2002-ILDO MARTINS DE OLIVEIRA x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A-"VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I." -Advs. TELMO DORNELLES (OAB: 000008-272/PR), ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.
19. HABILITACAO DE CREDITO-1191/2002-EDMAR ERNESTO LEHMANN x MASSA FALIDA DE POPASA POTINGA PAPEIS S/A- "VISTOS, Considerando a liquidação dos bens da massa falida de Popasa Potinga Papeis S/A e o pagamento dos credores já habilitados, com o encerramento dos recursos, julgo extinto o presente feito, assegurando ao credor a faculdade do Art 133, do Decreto-Lei 7.661/45. P.R.I."-Advs. TELMO DORNELLES (OAB: 000008-272/PR), ADELCIO CERUTI (OAB: 000005-643/PR), LILLIANA MARIA CERUTTI LASS e AFONSO CELSO NUNES (OAB: 12.378 - PR)-.

Campina Grande do Sul,29 de Setembro de 2011
GILCIANE LUZIA MELLO DO NASCIMENTO FONSECA
Interventora

---

**Dr.ª PAULA PRISCILA CANDEO HADDAD FIGUEIRA - Juiz de Direito**
**CARTÓRIO DA VARA CÍVEL E ANEXOS**
**FORO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR**
**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANDA DE CURITIBA**

**RELAÇÃO DE PUBLICAÇÃO 100/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
BIHL ELERIAN ZANETTI 00005 004065/2010
LISIANE CORDEIRO TRINKEL 00002 000955/2002
LORIANE LEISLI AZEREDO 00001 000032/2001
00003 000333/2008
00004 000230/2009
LUCIANA MUGIATTI DOS SANTOS (OAB: 85261) 00002 000955/2002
MILZE TIMI BUQUERA 00001 000032/2001

1. EXECUCAO FISCAL - ESTADUAL-32/2001-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x WEIGERT EMBALAGENS E COM DE MADEIRAS LTDA e outros-32/2001 e apensos. - " Vistos e examinados... Cujo o objeto é a cobrança das Certidões de Dívidas Ativas n.º 02464860-5, 02471619-8. Pago o valor do débito pelo executado, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Proceda-se a baixa de eventuais penhora ou arresto. " -Advs. LORIANE LEISLI AZEREDO (OAB: 000030-805/PR) e MILZE TIMI BUQUERA-.
2. EXECUCAO FISCAL - I.N.S.S.-955/2002-INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x AUTO PECAS GIACOMITTI LTDA e outro-" Vistos e examinados... Cujo o objeto é a cobrança da Certidão de Dívida Ativa n.º

60.010.620-9. Pago o valor do débito pelo executado, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Proceda-se a baixa de eventuais penhora ou arresto. " -Advs. LUCIANA MUGIATTI DOS SANTOS (OAB: 85261) e LISIANE CORDEIRO TRINKEL (OAB: 000035-355/PR)-.
3. EXECUCAO FISCAL - ESTADUAL-333/2008-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x WEIGERT EMBALAGENS E COM DE MADEIRAS LTDA e outros-" Vistos e examinados... Cujo o objeto é a cobrança das Certidões de Dívidas Ativas n.º 02855917-8, 028587776-7, 02886667-4, 028866682, 02886669-0. Pago o valor do débito pelo executado, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Proceda-se a baixa de eventuais penhora ou arresto. "-Adv. LORIANE LEISLI AZEREDO (OAB: 000030-805/PR)-.
4. EXECUCAO FISCAL - FEDERAL-230/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x WEIGERT EMBALAGENS E COM DE MADEIRAS LTDA e outros-" Vistos e examinados... Cujo o objeto é a cobrança das Certidões de Dívidas Ativas n.º 02890094-5, 02908935-3, 02908936-1, 02908937-0 e 02908938-8. Pago o valor do débito pelo executado, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Proceda-se a baixa de eventuais penhora ou arresto. " -Adv. LORIANE LEISLI AZEREDO (OAB: 000030-805/PR).
5. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0004065-57.2010.8.16.0037 e apenso n.º 4599-98.2010.8.16.0037-MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL x ANDERSON ANTONIO PEREIRA DOS e outro-" Vistos e examinados... Cujo o objeto é a cobrança de Contribuição de Melhoria, referente aos anos de 2004, 2006, 2007 e 2008 e IPTU referente aos anos de 2002, 2003, 2005 e 2009, do imóvel com indicação fiscal nº 2.02.067.0425.01.01.-0. Pago o valor do débito pelo executado, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Proceda-se a baixa de eventuais penhora ou arresto. " -Adv. BIHL ELERIAN ZANETTI (OAB: 000028-481/PR)-.

Campina Grande do Sul,29 de Setembro de 2011
GILCIANE LUZIA MELLO DO NASCIMENTO FONSECA
Interventora

---

**Dr.ª PAULA PRISCILA CANDEO HADDAD FIGUEIRA - Juiz de Direito**
**CARTÓRIO DA VARA CÍVEL E ANEXOS**
**FORO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR**
**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANDA DE CURITIBA**

**RELAÇÃO DE PUBLICAÇÃO 98/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALCIDES LACOURT JUNIOR 00020 000502/2008
ALINNE KERYMI SANTOS 00014 000035/2009
ANGELA DE CASTRO CARMANI (OAB: ) 00003 000465/2004
ANTONIO MARCOS BALDÃO 00010 002189/2007
ANTONIO MARCOS WENTZ BRUM (OAB: ) 00021 000001/2009
BIHL ELERIAN ZANETTI 00007 000051/2007
00022 000024/2009
CLAUBER JULIO DE OLIVEIRA 00009 001448/2007
00022 000024/2009
EDSON LUIZ ROCHA ANNUNZIATO 00001 000134/2001
ELERSON GALIOTTO (OAB: 000032-847/PR) 00006 001538/2006
00011 000202/2008
00018 000140/2008
00019 000188/2008
00027 002515/2010
FERNANDA MUGNAINI MARCONDES 00017 003304/2010
JOSE FELDHAUS (OAB: 000021-577/PR) 00024 000532/2010
JOSE MARIA MARTINS DO NASCIMENTO 00019 000188/2008
JOSE MARIO RABELLO FILHO 00014 000035/2009
00016 002662/2010
KIELLEN SANTOS ZIMMERMANN DA SILVA 00025 000618/2010
LOUISE HAGE (OAB: 000042-231/PR) 00008 001147/2007
LOUISE HAGE CERKUNVIS 00004 000865/2005
LUCIA M. BELONI CORREA DIAS 00002 000275/2001
LUIR CESCHIN 00011 000202/2008
MAGDA REJANE CRUZ 00003 000465/2004
MANOEL VALDEMAR BARBOSA FILHO 00012 002671/2011
00013 003027/2011
MARCOS AURELIO DE LIMA JUNIOR 00011 000202/2008
MARIO ROGERIO DIAS (OAB: 000025-626/PR) 00007 000051/2007
00023 000376/2009
00026 002176/2010
RAFAEL MAYER CESAR 00003 000465/2004
SAMUEL CESAR DE OLIVEIRA NETO 00015 000061/2009
SEBASTIAO M. M. NETO 00005 000574/2006
SONIA REGINA SANTOS SILVEIRA 00014 000035/2009
SORAYA LOPES GONÇALVES 00005 000574/2006
STEEVE BELONI C.DIELLE DIAS 00002 000275/2001
TELMO DORNELLES SINDICO 00003 000465/2004
VIVIANE AMORIM CASTILHO 00002 000275/2001

1. USUCAPIAO-134/2001-FRANCISCO MANOEL DA SILVA e outros x ESTE JUIZO.- "Em observância às Portarias 001/2010 e 003/2010 deste Juízo: ... Fica intimada a parte autora para recolher as custas do Sr. Oficial de Justiça, bem como para manifestar-se sobre a petição de fls. 195/196."-Adv. EDSON LUIZ ROCHA ANNUNZIATO-.
2. INVESTIGACAO PAT.C/C/ALIMENTO-275/2001-J.B.R.C. e outro x J.L.F.J. "Homologo a desistência da ação (fls. 110), com a anuência do Ministério Público, destes autos de INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTO, em que é requerente ... e outro, em face de ..., para os fins do artigo 158, parágrafo único do CPC, julgando, em consequência, extinto o processo, com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do mesmo diploma legal. P.R.I. Oportunamente, dê-se baixa na distribuição e arquive-se." -Advs. VIVIANE AMORIM CASTILHO, STEEVE BELONI C.DIELLE DIAS e LUCIA M. BELONI CORREA DIAS-.
3. RECUPERACAO JUDICIAL-0000838-69.2004.8.16.0037-MOVEIS OGGI S/A. x ESTE JUIZO- "Vistos etc. Considerando o contido na manifestação do Administrador Judicial de fls. 4076/4079. Expeça-se alvará naquele valor em favor da ADESIL DE VINHEDO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. conforme decisão de fls. 4061. Sobre o pedido de fls. 4085, manifestem-se o Administrador Judicial e Ministério Público. /34, ao mandado, que deve ser cumprido em 05 dias sob as penas da lei. Intimem-se." /// (A parte interessada poderá retirar o alvará judicial que encontra-se disponível neste Juízo). -Advs. MAGDA REJANE CRUZ, ANGELA DE CASTRO CARMANI (OAB: ), RAFAEL MAYER CESAR e TELMO DORNELLES SINDICO (OAB: 000008-272/PR)-.
4. EXONERACAO DE PENSAO-865/2005-A.J.G. x E.L. -"Atribua-se numeração única ao presente feito. Redesigno audiência prevista nos presente autos para o dia 03/11/11, às 14:30 horas. Intimem-se. Diligêncais necessárias." -Adv. LOUISE HAGE CERKUNVIS (OAB: 000042-231/PR)-.
5. REVISAO PENSAO ALIMENTICIA-574/2006-M.D.F. M. x L. F. D. M. e outro-"Vistos e examinaodos... Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido adequando o valor da prestação para o equivalente a um salário mínimo mensal, sem prejuízo do ajustado no tocante ao plano de saúde. Como o autor decaiu do pedido, condeno-o ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios ao patrono do réu que arbitro em R$ 550,00. P.R.I." -Advs. SEBASTIAO M. M. NETO e SORAYA LOPES GONÇALVES (OAB: 000040-500/PR)-.
6. PED.GUARDA RESP.C/PED.LIMINAR-0002029-81.2006.8.16.0037-P. J. V. x L. M. DA S. "... DECIDO. Antes de mais nada, lamentável a demora no andamento do feito. De fato, a presente ação tramita há mais de cinco anos, estando no aguardo tão somente do estudo social, sem qualquer providência concreta do autor com vistas a dar impulso ao feito. Não bastasse seu desinteresse, o estudo social juntado aos autos demonstra que a criança está sendo bem cuidada, não obstante sua atividade, enquanto que o pai não participa da vida da filha. Diante do exposto, indefiro a liminar pretendida. Antes de determinar a citação da mãe, determino a intimação do autor para declarar se tem interesse no prosseguimento do feito." -Adv. ELERSON GALIOTTO (OAB: 000032-847/PR)-.
7. EXECUCAO DE ALIMENTOS-0002209-63.2007.8.16.0037-C.G.C. e outros x F.C. - "Atenta ao parecer ministerial retro e satisfeita a obrigação, julgo extinta a presente execução com amparo no artigo 794, inciso I, do código de Processo Civil. P.R.I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se." /// "A jurisdição foi encerrada pela sentença de fls. 149. Recolha-se o mandado expedido e arquive-se." -Advs. MARIO ROGERIO DIAS (OAB: 000025-626/PR) e BIHL ELERIAN ZANETTI (OAB: 000028-481/PR)-.
8. SEPARACAO LITIGIOSA-1147/2007-E. A. R. DE L. x J.M.S. "Arbitro honorários advocatícios à curadora nomeada, para fins de recebimento do Estado do Paraná, tendo em vista a ausência de Defensoria Pública constituída, em R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais). Expeça-se certidão e voltem ao arquivo." -Adv. LOUISE HAGE (OAB: 000042-231/PR)-.
9. REVISAO PENSAO ALIMENTICIA-1448/2007-G.DE R.P.e outro x G.DOS S.P. "Fica intimada a parte autora a impugnar a contestação no prazo de 10 dias." -Adv. CLAUBER JULIO DE OLIVEIRA (OAB: 000042-336/PR)-.
10. EXECUCAO DE ALIMENTOS-0002305-78.2007.8.16.0037-A.N.B. e outro x P.S.B. - "Sobre a certidão negativa, manifeste-se a parte autora." -Adv. ANTONIO MARCOS BALDÃO (OAB: 000041-465/PR)-.
11. USUCAPIAO-0002200-67.2008.8.16.0037-JOEL JOAQUIM DE ALMEIDA x LILA TERRA BERTOLI.- "Nomeio curador à ré o advogado subscrevente da presentes a fim de representa-lá neste feito e redesigno o ato para o dia 14/12/2011, às 14:30h. Int."-Advs. LUIR CESCHIN, MARCOS AURELIO DE LIMA JUNIOR e ELERSON GALIOTTO (OAB: 000032-847/PR)-.
12. DESAPRO. P/ UTILID.PUBLICA-0002671-78.2011.8.16.0037-MUNICIPIO DE QUATRO BARRAS x VIAREGGIO CONSULTORIA LTDA.- "Citem-se e dê-se ciência aos ocupantes. Nomeio perito deste Juízo o Engenheiro Claudimor Lino Faé, sob a fé do seu grau. Intime-se para vistoria imediata, devendo colher dados para o laudo, inclusive extraindo foros e aguardar novas determinações. Declarada a urgência e depositada a oferta, defiro a imissão. " (A parte autora deverá recolher as custas do Oficial de Justiça para cumprimento do mandado nesta comarca e retirar o mandado para ser cumprido em Curitiba, devendo recolher as custas de diligência deste, na Central de mandados). -Adv. MANOEL VALDEMAR BARBOSA FILHO (OAB: 000011-040/PR)-.

13. DESAPRO. P/ UTILID.PUBLICA-0003027-73.2011.8.16.0037-MUNICIPIO DE QUATRO BARRAS x ANTONIO MABILE FILHO e outro- (Para cumprimento do mandado, a parte autora deverá recolher as custas do Sr. Oficial de Justiça).-Adv. MANOEL VALDEMAR BARBOSA FILHO (OAB: 000011-040/PR)-.
14. REPRESENTACAO-35/2009-M.P.E.P. x A.C.F. e outro- "Vistos e examinados... Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a representação contida nestes autos e, em consequência, APLICO aos representados A.C.P. e W.B.S.N., anteriormente qualificados, pela prática do ato infracional ali descrito, as medidas sócio educativas previstas no artigo 112, incisos III e IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente, consistentes de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, ambas pelo prazo de um ano, a segunda durante quatro horas semanais de modo a não prejudicar sua jornada de trabalho ou estudo, sob a fiscalização do Conselho da Comunidade. P.R.I. Oficie-se." -Advs. SONIA REGINA SANTOS SILVEIRA, JOSE MARIO RABELLO FILHO (OAB: 000032-352/PR) e ALINNE KERYMI SANTOS (OAB: 000044-786/PR)-.
15. GUARDA E RESP.C/C TUT.ANTEC.-0001973-43.2009.8.16.0037-M.L.B. x L.I.B.L.- "Intime-se o autor a emendar a inicial adequando o polo passivo e esclarecendo se pretende a guarda das duas menores ou se apenas da menor M." -Adv. SAMUEL CESAR DE OLIVEIRA NETO (OAB: 000022-899/PR)-.
16. REPRESENTACAO-0002662-53.2010.8.16.0037-M.P.E.P. x J.L.R. - "... Intime-se a defesa dos representados para apresentação de alegações finais, em cinco dias." -Adv. JOSE MARIO RABELLO FILHO (OAB: 000032-352/PR)-.
17. ADOÇÃO-0003304-26.2010.8.16.0037-V.M. e outro x E.J.- "Procedi as anotações em relação à juntada da procuração retro. Fica intimada a parte autora a comprovar o cumprimento do mandado de cancelamento e registro, retirado em 01/07/2011." -Adv. FERNANDA MUGNAINI MARCONDES (OAB: 058556-OAB/PR)-.
18. INTERDICAO-140/2008-A. DE J. G. x E. A. G.- "Fica novamente intimado o advogado da autora a retirar o mandado de averbação." -Adv. ELERSON GALIOTTO (OAB: 000032-847/PR)-.
19. DECLARATORIA DE UNIAO ESTAVEL-188/2008-C.M.D.S. x E.J.M.C.- "Atenta à informação retro, redesigno a audiência prevista nestes autos para o dia 19/12/2011, às 14:00 horas. Renovem-se as diligências." -Advs. ELERSON GALIOTTO (OAB: 000032-847/PR) e JOSE MARIA MARTINS DO NASCIMENTO (OAB: 000014-847/PR)-.
20. CONVERSAO EM DIVORCIO-502/2008-E.W.P.W. e outro x E.J.- "Fica intimada a parte autora a manifestar-se sobre a devolução da correspondência que teria por objeto enviar o mandado de averbação ao Cartório do Pinheirinho." -Adv. ALCIDES LACOURT JUNIOR (OAB: 000044-505/PR)-.
21. SEPARACAO DE CORPOS-1/2009-G.L.C. x R.C.C.- (...) Converto em divórcio a separação do casal, decretando-o com fundamento na Emenda Constitucional nº 66/2010, e determinando em definitivo a retirada da requerida do lar conjugal. Defiro a guarda do filho menor do casal, B.C.C., à requerida, devendo o requerente continuar a pagar mensalmente a título de alimentos o valor fixado às fls. 16. Fica livre o direito de visitas. A ré voltará a usar o nome de solteira. Sem custas. Expeçam-se os mandados necessários e arquive-se. P.R.I." -Adv. ANTONIO MARCOS WENTZ BRUM (OAB: )-.
22. SEPARACAO LITIGIOSA-0002449-81.2009.8.16.0037-V.F.D.S. x A.B.D.S.J.- (A parte interessada deverá retirar o mandado de averbação que encontra-se disponível). -Advs. CLAUBER JULIO DE OLIVEIRA (OAB: 000042-336/PR) e BIHL ELERIAN ZANETTI (OAB: 000028-481/PR)-.
23. EXECUCAO DE ALIMENTOS-376/2009-E.S. e outro x C.J.F.- "Para que se possa proceder à penhora "on line" é necessário informar o CPF do requerido e da requerente. Intime-se a requerente para prestar a informação." -Adv. MARIO ROGERIO DIAS (OAB: 000025-626/PR)-.
24. SUBSTITUICAO DE CURADOR-0000532-90.2010.8.16.0037-J.F.C. x E.J.- "Atribua a escrivania numeração única ao presente feito. Intime-se a juntar cópia da sentença de interdição e, após, voltem conclusos." -Adv. JOSE FELDHAUS (OAB: 000021-577/PR)-.
25. SEPARACAO LITIGIOSA-0000618-61.2010.8.16.0037-R.A.R. x M.E.A.M.- "Fica intimada a parte autora a comprovar a verbação". -Adv. KIELLEN SANTOS ZIMMERMANN DA SILVA (OAB: 000047-301/PR)-.
26. SEPARACAO LITIGIOSA-0002176-68.2010.8.16.0037-M.P.L.C. x A.D.C.C.- "Vistos e examinados... Ante o exposto, nos termos do inciso III do artigo 269 do CPC, presentes os requisitos legais, JULGO PROCEDENTE a pretensão dos requerentes ..., e assim procedendo com resolução do mérito, para o fim de homologar o acordo de vontades celebrado pelas partes e, em consequência, decretar sua separação judicial, naforma do art. 1124 do CPC, expedindo-se o competente mandado de averbação para as anotações necessárias ao registro de casamento, devendo ser alterado o nome da requerente para aquele de solteira, qual seja M.P.deL. Sem custas. Atenda-se, no que couber, o disposto no Código de Normas da Douta Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado. P.R.I." -Adv. MARIO ROGERIO DIAS (OAB: 000025-626/PR)-.
27. ADOÇÃO-0002515-27.2010.8.16.0037-A.F. x E.J.- "Intime-se como requerido retro." (Requerente deverá juntar aos autos certidões da Jutiça Estadual (cartório cível, criminal, distribuidor e cartório de protesto) e Federal (distribuidor, cível e criminal), em nome da adotanda, a fim de rerificar se terceiros não serão prejudicados). -Adv. ELERSON GALIOTTO (OAB: 000032-847/PR)-.

Campina Grande do Sul,29 de Setembro de 2011
GILCIANE LUZIA MELLO DO NASCIMENTO FONSECA
Interventora

# FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## VARA CÍVEL

**FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO - VARA CÍVEL - COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANA**
**SECRETARIA DO CÍVEL**
**DIRETORA DE SECRETARIA: CRISTINA POLLI BITTENCOURT GAIDESKI**
**JUIZ DE DIREITO: EDUARDO NOVACKI.**
**JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO: SILVIO ALLAN KARDEC TORRALBO SIQUEIRA.**

**RELAÇAO Nº: 151/2011.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADÃO NATALINO DA SILVA JUNIOR 00008 000675/2005
00054 000285/2011
ADRIANO LUIZ FERREIRA MURARO 00058 002218/2011
ALBERT DO CARMO AMORIM 00056 002021/2011
00059 002238/2011
00068 002595/2011
00069 002596/2011
ALESSANDRA NOEMI SPOLADORE 00064 002489/2011
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 00018 001218/2007
ALEXANDRE RODRIGO MAZZETTO 00009 000054/2006
00051 010368/2010
AMANDA CRISTHINA ALMEIDA SAVA 00049 009358/2010
ANDREZA CRISTINA CHROPACZ 00049 009358/2010
ANGELA ESSER P. DE PAULA 00048 007995/2010
ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA 00046 007584/2010
ANÍSIO DOS SANTOS 00050 009817/2010
ANNA LUCIA ANDRADE DE ALMEIDA BARBOSA 00001 000353/1983
ANTONIO CARLOS DOS SANTOS 00001 000353/1983
00026 000283/2009
ANTONIO CARLOS DOS SANTOS JUNIOR 00026 000283/2009
ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE 00042 004724/2010
ANTONIO GOMES DA SILVA JUNIOR 00052 000107/2011
00058 002218/2011
AUREO ZAMPRONIO FILHO 00038 001630/2010
BEATRIZ SEIDEL CASAGRANDE 00050 009817/2010
BLAS GOMM FILHO 00031 001323/2009
BRUNO BRAGA ZOTTO 00049 009358/2010
CARLA MARIA KÖHLER 00046 007584/2010
00048 007995/2010
CARLOS EDUARDO CARDOSO BANDEIRA 00053 000207/2011
CASSIANE COSTA 00026 000283/2009
CELSO ANTONIO ROSSONI 00066 002500/2011
CELSO VEDOLIM TEIXEIRA 00037 001048/2010
00045 007103/2010
CLAUDIA MARA GRUBER 00015 001064/2007
CLAUDIA MARIA MASSUQUETTO 00064 002489/2011
CLECIO FERREIRA HIDALGO 00038 001630/2010
CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES 00064 002489/2011
CRISTIANE FERREIRA RAMOS 00046 007584/2010
CRISTIANE F. RAMOS 00048 007995/2010
CRISTIANE MAINARDES 00020 000822/2008
DAYSI REGINA BRITO 00012 000464/2006
DELMAR SELMAR METZ 00025 000092/2009
DIRCEU AUGUSTINHO ZANLORENZI 00031 001323/2009
00044 006891/2010
EDSON GONCALVES 00009 000054/2006
00051 010368/2010
ELISABETH TESKE 00052 000107/2011
ELIZAH ANDRADE DE ALMEIDA BARBOSA 00001 000353/1983
EVALDO PISSAIA 00028 000983/2009
FELIPE SÁ FERREIRA 00018 001218/2007
FERNANDO ARAKEN GEVAERD KRUGER 00038 001630/2010
FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO 00006 000353/2004
FLAVIO SANTANNA VALGAS 00064 002489/2011
FRANCHIELLE STRESSER GIOPPO 00071 002991/2011
FRANCIELE STIVAL 00004 000171/2002
FRANCIELLE NEGRÃO PEREIRA 00053 000207/2011
GENNARO CANNAVACCIUOLO 00057 002190/2011
GEORGIA GOMES DE ARAUJO CHAVES 00018 001218/2007
GILBERTO GAESKI 00020 000822/2008
GORGON NÓBREGA 00071 002991/2011
GUILHERME DE SALLES GONÇALVES 00037 001048/2010
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 00022 001806/2008
00024 001981/2008

HEITOR OTAVIO DE JESUS LOPES 00032 001390/2009
HELOISA GONÇALVES ROCHA 00060 002252/2011
HELOISA HELENA BENATO 00045 007103/2010
HUGO DE ALMEIDA BARBOSA 00001 000353/1983
IDILMARA PATRICIA VALTER CHIGUEIRA 00066 002500/2011
IGOR FERNANDO RUTHES 00067 002553/2011
IVO CEZARIO GOBBATO DE CARVALHO 00009 000054/2006
00013 000548/2006
00014 000191/2007
00032 001390/2009
JANAINA ALVES PEREIRA 00032 001390/2009
JANAINA GIOZZA ÁVILA 00022 001806/2008
00024 001981/2008
JOAO GERALDO PATRICIO 00013 000548/2006
JOAO HENRIQUE DA SILVA 00021 001447/2008
JOAO HORTMANN 00003 000742/2001
JOAO ILSON RUBENS FRANCISCO 00016 001174/2007
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO 00039 001869/2010
JOEL MACEDO S. P. JUNIOR 00001 000353/1983
JOSÉ CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA 00035 000562/2010
JOSE LUIZ ALMIRAO 00002 000264/1999
JOSE LUIZ COSTA TABORDA RAUEN 00035 000562/2010
JOSE NAZARENO GOULART 00007 000434/2005
JOVENTINO VIEIRA 00027 000764/2009
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00019 000217/2008
00063 002389/2011
KATHIA LANUSA WIEZZER 00049 009358/2010
LIA DIAS GREGÓRIO 00064 002489/2011
LUCIANO MAIA BASTOS 00017 001192/2007
LUIGI MIRO ZILIOTTO 00027 000764/2009
LUIS ALBERTO DOS SANTOS PACHECO 00051 010368/2010
LUIS AUGUSTO DE QUEIROZ 00030 001257/2009
LUIS MOLOSSI 00041 003572/2010
LUIZ ADAO MARQUES 00011 000444/2006
00017 001192/2007
LUIZ ALBERTO GLASER JUNIOR 00001 000353/1983
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00047 007875/2010
00055 002018/2011
LUIZ LYCURGO LEITE NETO 00053 000207/2011
MANIF ANTONIO TORRES JULIO 00003 000742/2001
MARCELO DE SOUZA TEIXEIRA 00023 001832/2008
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00061 002261/2011
00062 002290/2011
MARCIO RUBENS PASSOLD 00018 001218/2007
MARCIO TADEU BRUNETTA 00007 000434/2005
00013 000548/2006
MARCOS PUPPI RACHINSKI 00025 000092/2009
00033 001424/2009
00043 005910/2010
00070 002913/2011
MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA 00065 002491/2011
MARIANNA PARANA REZENDE 00021 001447/2008
MARINA BLASKOVSKI 00019 000217/2008
MAURICIO ROBERTO RIVABEM 00013 000548/2006
MAURO SOVIERSOSKI TATARA 00004 000171/2002
MAYLIN MAFFINI 00053 000207/2011
MAYRA DE OLIVEIRA COSTA 00028 000983/2009
MOISES BATISTA DE SOUZA 00053 000207/2011
MURILO CARNEIRO 00041 003572/2010
NELSON SCHIAVON RACHINSKI 00001 000353/1983
00043 005910/2010
00070 002913/2011
NILTON JOSÉ DO NASCIMENTO 00027 000764/2009
OSMAR ANDRADE ZOTTO 00049 009358/2010
PATRICIA FRANÇA BENATO 00046 007584/2010
PATRICIA NANTES MARCONDES DO AMARAL DE T 00053 000207/2011
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 00034 001809/2009
PATRICIA SCHMIDT 00014 000191/2007
00029 001007/2009
00037 001048/2010
00040 002255/2010
00045 007103/2010
PAULO CELSO POMPEU 00053 000207/2011
PAULO EDUARDO BREVE 00002 000264/1999
PAULO ROBERTO GLASER (PGE) 00001 000353/1983
00012 000464/2006
00020 000822/2008
00029 001007/2009
PAULO RODRIGO FERREIRA PINTO 00012 000464/2006
PAULO SERGIO WINCKLER 00022 001806/2008
00024 001981/2008
PRYSCILLA A. DA MOTA PAES 00023 001832/2008
RAPHAEL MARCONDES KARAN 00003 000742/2001
00005 000901/2003
00016 001174/2007
00023 001832/2008
00032 001390/2009
REGINALDO RIBAS 00009 000054/2006
00051 010368/2010
RENATO CELSO BERALDO JR 00010 000273/2006
ROBERLEI ALDO QUEIROZ 00006 000353/2004
RODRIGO FORLANI LOPES 00032 001390/2009
ROGÉRIO BUENO DA SILVA 00008 000675/2005
ROMEU AUGUSTO SIMON JUNIOR 00021 001447/2008
SILVIO SEGURO 00036 000749/2010
SIMON GUSTAVO DE CALDAS DE QUADROS 00011 000444/2006
TATIANA VALESCA VROBLEWSKI 00028 000983/2009
VALERIA CARAMURU CICARELLI 00018 001218/2007
VALTER LUIZ DE ALMEIDA JUNIOR 00042 004724/2010
VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA 00053 000207/2011
VILSON ZANELLA GUDOSKI 00009 000054/2006
WALDIR DONIZETE DE OLIVEIRA 00019 000217/2008
WALTER JOSÉ DE FONTES 00047 007875/2010
WASHINGTON YAMANE 00005 000901/2003
WELLINGTON DANIEL MUNHOZ 00025 000092/2009
WILMAR ALOISIO PEREIRA DOS SANTOS 00010 000273/2006
WILSON ANTONIO XAVIER KUSTER JUNIOR 00026 000283/2009
WILSON REDONDO ÁVILA 00071 002991/2011

1. INVENTÁRIO-353/1983-ARYETTE BARBOSA FERREIRA e outros x VICTOR DE ALMEIDA BARBOSA S/M- Intime-se o inventariante para juntar aos autos o plano de partilha. Na sequência, abra-se vistas à Fazenda Pública. Ressalta-se que o cumprimento da Carta Precatória deixou de ser necessário, visto que houve concordância do inventariante perante a avaliação de fls. 457. Intime-se. Diligências necessárias.-Advs. NELSON SCHIAVON RACHINSKI, LUIZ ALBERTO GLASER JUNIOR, PAULO ROBERTO GLASER (PGE), HUGO DE ALMEIDA BARBOSA, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, JOEL MACEDO S. P. JUNIOR, ANNA LUCIA ANDRADE DE ALMEIDA BARBOSA e ELIZAH ANDRADE DE ALMEIDA BARBOSA-.

2. INVENTARIO-0000450-78.1999.8.16.0026-SILVIA DA FONSECA FERRAZ E JHESICA FERRAS ARANTES x JOÃO CARLOS ARANTES- Aguarde-se em arquivo provisório, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, a manifestação da parte interessada. Após o decurso do prazo, independentemente de novo despacho, intime-se a parte interessada para dar prosseguimento do feito. Intimações e diligências necessárias.-Advs. JOSE LUIZ ALMIRAO e PAULO EDUARDO BREVE-.

3. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000641-55.2001.8.16.0026-P.C.A.C.E.L. x U.S.L.-À parte interessada para que proceda com a retirarda do Ofício disponível na secretaria. -Advs. JOAO HORTMANN, MANIF ANTONIO TORRES JULIO e RAPHAEL MARCONDES KARAN-.

4. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0000555-50.2002.8.16.0026-FREDERICO BORGE BASSO e outro x LUIZ CORDEIRO E OUTROS- Vistos. Considerando-se que o valor bloqueado é irrisório, promovo o desbloqueio. Manifeste-se o credor sobre a frustração do bloqueio de valores, consoante Relatório em anexo.-Advs. FRANCIELE STIVAL e MAURO SOVIERSOSKI TATARA-.

5. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0001161-44.2003.8.16.0026-JOAO GILMAR GIONDIS e outro x BANCO DO BRASIL S/A- Intime-se a parte credora para que, em 05 dias, se manifeste acerca do contido em folhas 234.-Advs. RAPHAEL MARCONDES KARAN e WASHINGTON YAMANE-.

6. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-353/2004-BANCO DO BRASIL S/A x IZAIAS LEOCADIO RAMOS- Ao Exequente para que apresente, em 05 (cinco) dias, cálculo atualizado da dívida. Intime-se.-Advs. ROBERLEI ALDO QUEIROZ e FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO-.

7. REPARAÇÃO DE DANOS SUMÁRIA-434/2005-IRINEU GOMES DE MORAIS e outro x MUNICIPIO DE CAMPO LARGO- Manifestem-se as partes, em 05(cinco) dias, sobre a petição do Sr. Perito. -Advs. JOSE NAZARENO GOULART e MARCIO TADEU BRUNETTA-.

8. CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-675/2005-ALCEU FALARZ x FABIANO FALARZ- Fica o autor intimado para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre o retorno do aviso de recebimento. -Advs. ADÃO NATALINO DA SILVA JUNIOR e ROGÉRIO BUENO DA SILVA-.

9. USUCAPIAO CONSTITUCIONAL RURAL-0001539-92.2006.8.16.0026-ANTONIO VASICK e outro x ESTE JUIZO- Manifeste-se dando o devido prosseguimento ao feito.-Advs. VILSON ZANELLA GUDOSKI, ALEXANDRE RODRIGO MAZZETTO, EDSON GONCALVES, REGINALDO RIBAS e IVO CEZARIO GOBBATO DE CARVALHO-.

10. INVENTARIO-273/2006-NILVA TEREZINHA DE OLIVEIRA x AMELIO FRANCISCO DE OLIVEIRA- Intime-se a parte autora para que promova os atos necessários ao regular andamento do feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. -Advs. RENATO CELSO BERALDO JR e WILMAR ALOISIO PEREIRA DOS SANTOS-.

11. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0001616-04.2006.8.16.0026-LUIZ FELIPE MEROTO e outros x JOSE OLANDO AFANIO e outro- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de fls. 155.-Advs. SIMON GUSTAVO DE CALDAS DE QUADROS e LUIZ ADAO MARQUES-.

12. USUCAPIAO CONSTITUCIONAL RURAL-464/2006-JOSE RIBEIRO SOBRINHO e outro x ESTE JUIZO- Intime-se a parte requerente para que, em 05 dias, se manifeste acerca do contido em folhas 185. Intimações e diligências necessárias.-Advs. PAULO RODRIGO FERREIRA PINTO, DAYSI REGINA BRITO e PAULO ROBERTO GLASER (PGE)-.

13. ORD DECLARATORIA-0001430-78.2006.8.16.0026-ANTONIO IVO ZANIN x PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO- Intime-se a parte requerida para que, em 05 dias, se manifeste acerca do contido em folhas 576.-Advs. JOAO GERALDO PATRICIO, MAURICIO ROBERTO RIVABEM, MARCIO TADEU BRUNETTA e IVO CEZARIO GOBBATO DE CARVALHO-.

14. NUNCIACAO DE OBRA NOVA-191/2007-MUNICIPIO DE CAMPO LARGO x CLOVIS PAULART- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de folhas 265/v. -Advs. IVO CEZARIO GOBBATO DE CARVALHO e PATRICIA SCHMIDT-.

15. INTERDIÇÃO-1064/2007-MARIA DA PIEDADE FERREIRA LEAL x WANDERLEI FERREIRA LEAL- À parte interessada para que Lavre o Termo de Curadora.-Adv. CLAUDIA MARA GRUBER-.

16. EMBARGOS À EXECUÇÃO-1174/2007-JK INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS LTDA x INPLASUL - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS SUDOESTE LTDA- Manifestem-se as partes sobre a baixa dos autos das instâncias superiores, pelo prazo de 30 dias. -Advs. RAPHAEL MARCONDES KARAN e JOAO ILSON RUBENS FRANCISCO-.
17. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0001522-22.2007.8.16.0026-O.C.E.L. x E.L.R.S. e outro- À parte interessada para que lavre o Termo.-Advs. LUCIANO MAIA BASTOS e LUIZ ADAO MARQUES-.
18. MONITORIA-0001452-05.2007.8.16.0026-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x COMERCIO DE ROUPAS FEITAS DAYANY LTDA ME e outro- Intime-se a curadora especial para que, em 5 dias, se manifestar acerca do contido em folhas 227/228.-Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ, MARCIO RUBENS PASSOLD, VALERIA CARAMURU CICARELLI, FELIPE SÁ FERREIRA e GEORGIA GOMES DE ARAUJO CHAVES-.
19. BUSCA E APREENSÃO-0002046-82.2008.8.16.0026-FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO x VINICIUS QUEIROZ DE OLIVEIRA- Defiro a substituição do pólo ativo, devendo constar o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados PCG - Brasil Muticarteira, como autor. Retifique-se a autuação e comunique-se o distribuidor. Intime-se o réu na forma requerida às fls. 116. .À parte interessada para que proceda com o recolhimento das custas referentes à expedição da(s) Carta(s) com AR em guia própria retirada no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. -Advs. Marina Blaskovski, KARINE SIMONE POFAHL WEBER e WALDIR DONIZETE DE OLIVEIRA-.
20. EMBARGOS DE TERCEIRO-0001772-21.2008.8.16.0026-INÊS LUCHESE x ESTADO DO PARANA- Manifestem-se as partes sobre a baixa dos autos das instâncias superiores, pelo prazo de 30 dias. -Advs. GILBERTO GAESKI, CRISTIANE MAINARDES e PAULO ROBERTO GLASER (PGE)-.
21. RESCISÃO CONTRATUAL C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0002022-54.2008.8.16.0026-AZ IMOVEIS LDTA x GERSON ARCHANJO MORVAN-À parte interessada para que proceda com o recolhimento das custas referentes à expedição da(s) Carta(s) com AR em guia própria retirada no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. -Advs. JOAO HENRIQUE DA SILVA, ROMEU AUGUSTO SIMON JUNIOR e MARIANNA PARANA REZENDE-.
22. REVISIONAL DE CONTRATO-0001957-59.2008.8.16.0026-VALDIR DA SILVA x BANCO ITAULEASING S/A- Anote-se a representação do banco, como postulado à fl. 276. Antes de deferir o pedido de fl. 268, diga o autor sobre a petição de fl. 274.-Advs. PAULO SERGIO WINCKLER, GUSTAVO SALDANHA SUCHY e JANAINA GIOZZA ÁVILA-.
23. EXECUCAO DE TITULO-1832/2008-PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A x POSTO DE GASOLINA SAGUARU LTDA- Ao Exequente para que apresente, em 05 (cinco) dias, cálculo atualizado da dívida. Intime-se.-Advs. MARCELO DE SOUZA TEIXEIRA, PRYSCILLA A. DA MOTA PAES e RAPHAEL MARCONDES KARAN-.
24. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0001958-44.2008.8.16.0026-BANCO ITAULEASING S/A x VALDIR DA SILVA- O feito será julgado juntamente com a ação revisional em apenso.-Advs. GUSTAVO SALDANHA SUCHY, JANAINA GIOZZA ÁVILA e PAULO SERGIO WINCKLER-.
25. MANDADO DE SEGURANCA-0001628-13.2009.8.16.0026-DANIELE MARIA BUBNIAK x SEC. MUNIC. DE EDUC., CULTURA E ESPORTE BALSA NOVA e outro- Manifestem-se as partes sobre a baixa dos autos das instâncias superiores, pelo prazo de 30 dias. -Advs. WELLINGTON DANIEL MUNHOZ, DELMAR SELMAR METZ e MARCOS PUPPI RACHINSKI-.
26. MANUTENCAO DE POSSE-283/2009-EDUARDO SERGIO KANAMURA x MONICA PORTUGAL GUIMARÃES e outro- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de folhas 144. -Advs. CASSIANE COSTA, WILSON ANTONIO XAVIER KUSTER JUNIOR, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS e ANTONIO CARLOS DOS SANTOS JUNIOR-.
27. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA-0001814-36.2009.8.16.0026-ATE IV SÃO MATEUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A x TIMBITUVA EMPREENDIMENTOS LTDA- Intime-se a parte requerente para que, em 05 dias, se manifeste acerca do contido em folhas 403/404. Intimações e diligências necessárias.-Advs. NILTON JOSÉ DO NASCIMENTO, JOVENTINO VIEIRA e LUIGI MIRO ZILIOTTO-.
28. ORD DE REVISAO DE CONTRATO-983/2009-RICARDO CEQUINEL x BV FINANCEIRA S.A - CFI- Intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o depósito realizado em fls. 181. -Advs. EVALDO PISSAIA, MAYRA DE OLIVEIRA COSTA e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.
29. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL-0001684-46.2009.8.16.0026-SCHMIDT INDUSTRIA, COM, IMP E EXP LTDA x ESTADO DO PARANA- Manifestem-se as partes sobre a baixa dos autos das instâncias superiores, pelo prazo de 30 dias. -Advs. PATRICIA SCHMIDT e PAULO ROBERTO GLASER (PGE)-.
30. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-1257/2009-GL ELETRO - ELETRÔNICOS LTDA x USINAGEM DE PRECISÃO KUNER LTDA- Fica o autor intimado para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre o retorno do aviso de recebimento. -Adv. LUIS AUGUSTO DE QUEIROZ-.
31. REVISAO DE CONTRATO-1323/2009-CLEVERSON ADÃO FERREIRA x BANCO SANTANDER BANESPA S/A- Intime-se a parte requerida para que, em 05 dias, se manifeste acerca do contido em folhas 214. Intimações e diligências necessárias.-Advs. DIRCEU AUGUSTINHO ZANLORENZI e BLAS GOMM FILHO-.
32. DECLARATORIA-1390/2009-GL ELETRO - ELETRÔNICOS LTDA x USINAGEM DE PRECISÃO KUNER LTDA- Intime-se a parte requerida para que, em 05 dias, se manifeste acerca do contido em folhas 88/89.-Advs. RODRIGO FORLANI LOPES, JANAINA ALVES PEREIRA, IVO CEZARIO GOBBATO DE CARVALHO, HEITOR OTAVIO DE JESUS LOPES e RAPHAEL MARCONDES KARAN-.
33. INVENTÁRIO-1424/2009-MUNICIPIO DE BALSA NOVA x VITORIA ROMPAVA SAKOVICZ- Intime-se o inventariante para que, em 05 dias, se manifeste acerca do retorno negativo do AR.-Adv. MARCOS PUPPI RACHINSKI-.
34. DEPÓSITO-0002100-14.2009.8.16.0026-BANCO FINASA S/A x JACKSON DIAS DA SILVA- Visto que não se obteve êxito em localizar o devedor, defiro a conversão do pedido de Busca e Apreensão em Ação de Depósito, com as anotações necessárias. Cite-se para, em cinco dias, entregar a coisa, depositá-la em juízo ou consignar-lhe o equivalente em dinheiro ou, em igual prazo, contestar a ação, sob as cominações legais. Ainda proceda com o recolhimento das custas da Carta AR.-Adv. PATRICIA PONTAROLI JANSEN-.
35. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO-0000562-61.2010.8.16.0026-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR x IMOBILIÁRIA PAPAL LTDA- Fica o autor intimado para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre o retorno do aviso de recebimento. -Advs. JOSE LUIZ COSTA TABORDA RAUEN e JOSÉ CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA-.
36. USUCAPIÃO-0000749-69.2010.8.16.0026-LEOCÁDIA KRUPA MOCELIN e outros- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de folhas 73. -Adv. SILVIO SEGURO-.
37. REPARAÇÃO DE DANOS SUMÁRIO-0001048-46.2010.8.16.0026-FABIO KEIKICHI UWABE x ATRIUM MÁRMORES E GRANITOS LTDA- Manifestem-se a partes, em 05 dias, acerca da proposta de honorários apresentada pelo Sr. Perito.-Advs. CELSO VEDOLIM TEIXEIRA, PATRICIA SCHMIDT e GUILHERME DE SALLES GONÇALVES-.
38. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0001630-46.2010.8.16.0026-SILVANA MAESTRELI HARSEVOORT x HENRIQUE CONTIERI NETO- Mantenho a decisão agravada, por seus próprios fundamentos. Recebido ofício do i. Relator, informe-se sobre a manutenção da decisão, bem como sobre o cumprimento ou não do disposto no artigo 526 do CPC pelo agravante. Caso tenha sido concedido efeito suspensivo, observe-se. Do contrário, prossiga-se como anteriormente determinado. Intimem-se.-Advs. AUREO ZAMPRONIO FILHO, CLECIO FERREIRA HIDALGO e Fernando Araken Gevaerd Kruger-.
39. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0001869-50.2010.8.16.0026-SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x SILVANA DO ROCIO FERREIRA- Fica o autor intimado para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre o retorno do aviso de recebimento. -Adv. JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.
40. INVENTÁRIO-0002255-80.2010.8.16.0026-MARIA MARLENE GUSSO RIVABEM e outros x JOAO ANSELMO RIVABEM- Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a partilha dos bens deixados por JOÃO ANSELMO RIVABEM, atribuindo aos nela contemplados os respectivos quinhões, salvo erro ou omissão, e ressalvados direitos de terceiros. À Fazenda Pública, como requer à fl. 165, fazendo-se vista conjunta dos autos de alvará em apenso. Transitada em julgado, após manifestação favorável da Fazenda, expeça-se Carta de Adjudicação, e, a seguir, arquivem-se. Publique-se, registre-se e intimem-se.-Adv. PATRICIA SCHMIDT-.
41. INVENTÁRIO-0003572-16.2010.8.16.0026-RUBENS ARNS NEUMANN e outros x ZILDA ARNS NEUMANN- Intime-se o inventariante para que, em 05 dias, se manifeste acerca do contido em folhas 69/70.-Advs. LUIS MOLOSSI e MURILO CARNEIRO-.
42. REPARAÇÃO DE DANOS SUMÁRIA-0004724-02.2010.8.16.0026-SILVANIRA DE JESUS GONCALVES TEIXEIRA, x MADEIRAS E CASAS PRÉ FABRICADAS LTDA- Defiro o pedido de vista pelo prazo de 10 dias. -Advs. VALTER LUIZ DE ALMEIDA JUNIOR e ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE-.
43. USUCAPIAO DE COISA MOVEL-0005910-60.2010.8.16.0026-JOÃO EZEQUIEL DE ANDRADE x EDSON WEHMUTH- Fica o autor intimado para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre o retorno do aviso de recebimento. -Advs. NELSON SCHIAVON RACHINSKI e MARCOS PUPPI RACHINSKI-.
44. ALVARA JUDICIAL-0006891-89.2010.8.16.0026-ALINE GABRIELLI TEXCA- Recebo os recursos em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Ao Ministério Público. Após, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça do Paraná. -Adv. DIRCEU AUGUSTINHO ZANLORENZI-.
45. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL-0007103-13.2010.8.16.0026-SCHMIDT INDUSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPOR LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- Intime-se a parte embargada para manifestar-se a respeito, querendo em 5 dias (CPC, art. 398).-Advs. CELSO VEDOLIM TEIXEIRA, PATRICIA SCHMIDT e HELOISA HELENA BENATO-.
46. BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0007584-73.2010.8.16.0026-BV FINANCEIRA S.A - CFI x ADIR ROSA PRESTES- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de folhas 52. -Advs. ANGELA ESSER PULZATO DE PAULA, CARLA MARIA KÖHLER, CRISTIANE FERREIRA RAMOS e PATRICIA FRANÇA BENATO-.
47. BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0007875-73.2010.8.16.0026-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. x ANDREA VIEIRA LIMA DA SILVA- Intime-se a parte requerente para que, em 05 dias, se manifeste acerca do contido em folhas 44.-Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e WALTER JOSÉ DE FONTES-.
48. DEPÓSITO-0007995-19.2010.8.16.0026-BV FINANCEIRA S.A - CFI x MARCIO ALESSANDRE DOS SANTOS-À parte interessada para que proceda com o recolhimento das custas referentes à expedição da(s) Carta(s) com AR em guia própria retirada no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. -Advs. ANGELA ESSER P. DE PAULA, CARLA MARIA KÖHLER e CRISTIANE F. RAMOS-.
49. INDENIZAÇÃO-0009358-41.2010.8.16.0026-RENATO FLORES x URBS - URBANIZACAO DE CURITIBA SA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência e esclarecendo quais os fatos

juridicamente relevantes que através de cada modalidade de prova indicada pretendem demonstrar, no prazo de 10 dias. No mesmo prazo, manifestem-se sobre a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação. -Advs. OSMAR ANDRADE ZOTTO, KATHIA LANUSA WIEZZER, BRUNO BRAGA ZOTTO, Amanda Cristhina Almeida Sava e Andreza Cristina Chropacz-.

50. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0009817-43.2010.8.16.0026-ESPOLIO DE OTTO PARCHEN E PAULINA BUSEMAYER PARCHEN x JOEL MACEDO SOARES PEREIRA JUNIOR e outros-À parte interessada para que proceda com o recolhimento das custas referentes à expedição da(s) Carta(s) com AR em guia própria retirada no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. -Advs. ANÍSIO DOS SANTOS e BEATRIZ SEIDEL CASAGRANDE-.

51. ORDINÁRIA DE COBRANCA-0010368-23.2010.8.16.0026-INSTITUTO BRASILEIRO DE TERAPIAS MANUAIS VIVER SEM DOR SS LTDA e outro x ELIANE FATIMA FIST MAESKI- Fica o autor intimado para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre a contestação e documentos apresentados pelo requerido. Após, ou em não havendo manifestação do autor, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência e esclarecendo quais os fatos juridicamente relevantes que através de cada modalidade de prova indicada pretendem demonstrar, no prazo de 10 dias. No mesmo prazo, manifestem-se sobre a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação. Intimações e diligências necessárias. -Advs. LUIS ALBERTO DOS SANTOS PACHECO, EDSON GONCALVES, ALEXANDRE RODRIGO MAZZETTO e REGINALDO RIBAS-.

52. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0000107-62.2011.8.16.0026-TUPER S/A x AR CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA- Intime-se a parte credora para que se manifeste, em 10 (dez) dias, acerca da exceção de pré-executividade oposta pelo réu. -Advs. ELISABETH TESKE e ANTONIO GOMES DA SILVA JUNIOR-.

53. REVISÃO CONTRATUAL C.C. REP. DE INDÉBITO-0000207-17.2011.8.16.0026-DANIEL DOS SANTOS SANTELI x BANCO FINASA BMC S/A- Fica o autor intimado para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre a contestação e documentos apresentados pelo requerido. Após, ou em não havendo manifestação do autor, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência e esclarecendo quais os fatos juridicamente relevantes que através de cada modalidade de prova indicada pretendem demonstrar, no prazo de 10 dias. No mesmo prazo, manifestem-se sobre a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação. Intimações e diligências necessárias.-Advs. MAYLIN MAFFINI, FRANCIELLE NEGRÃO PEREIRA, Luiz Lycurgo Leite Neto, Paulo Celso Pompeu, Patricia Nantes Marcondes do Amaral de Toledo Piza, Moises Batista de Souza, CARLOS EDUARDO CARDOSO BANDEIRA e VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA-.

54. REVISÃO CONTRATUAL C.C. REP. DE INDÉBITO-0000285-11.2011.8.16.0026-LUIZ CARLOS FERNANDO AGUILAR x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.- Fica o autor intimado para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre o retorno do aviso de recebimento. -Adv. ADÃO NATALINO DA SILVA JUNIOR-.

55. BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0001342-64.2011.8.16.0026-AYMORÉ CRED FINANC E INVESTIMENTOS S.A x IGOR RODRIGUES HERMANN- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de folhas 56/v. -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

56. BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0001349-56.2011.8.16.0026-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x GILBERTO TRAVASSOS DE ASSUNCAO- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de folhas 36/v. -Adv. ALBERT DO CARMO AMORIM-.

57. REVISAO DE CONTRATO-0002154-09.2011.8.16.0026-ELIZABETH FATIMA GARCIA MARQUES x ITAU UNIBANCO S/A- Considerando-se que a gratuidade da Justiça também compreende a isenção dos honorários do advogado, e uma vez não tendo sido juntada a declaração do causídico, conforme exposto na decisão de fls. 52/53, indefiro o benefício da Justiça gratuita. A respeito: HONORÁRIOS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. PATROCINADO QUE ERA BENEFICIÁRIO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INEXIGIBILIDADE. 1. Nos termos do art. 3º, V, da Lei n. 1.060/1950, a assistência judiciária compreende a isenção dos honorários de advogado. 2. À semelhança do que ocorre com os honorários sucumbenciais, os honorários convencionais somente serão exigíveis nos casos em que o êxito obtido na demanda venha a alterar as condições financeiras da parte. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70026532721, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 13/11/2008). APELAÇÃO CÍVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. O demandante que é beneficiário da AJG goza de isenção relativa ao pagamento de honorários advocatícios, inclusive em relação ao seu próprio patrono. Impossibilidade de cobrança ou arbitramento. Ausência de prova no sentido de que houve alteração positiva do estado econômico da ré, capaz de ensejar a possibilidade de arbitramento de verba honorária. VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL majorada. APELO DESPROVIDO. PROVIDO O RECURSO ADESIVO. (Apelação Cível Nº 70013272059, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Helena Ruppenthal Cunha, Julgado em 30/11/2005). Intimem-se para recolhimento das custas e FUNREJUS no prazo de 10 dias, sob pena de cancelamento da distribuição.-Adv. GENNARO CANNAVACCIUOLO-.

58. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0002301-35.2011.8.16.0026-ELETRO BALA COMERCIAL LTDA x AGISA CONTAINNERS LTDA- Intime-se a parte credora para que se manifeste, em 10 (dez) dias, acerca da exceção de pré-executividade oposta pelo réu. -Advs. ADRIANO LUIZ FERREIRA MURARO e ANTONIO GOMES DA SILVA JUNIOR-.

59. BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0002405-27.2011.8.16.0026-BV FINANCEIRA S.A - CFI x MURILO SOARES- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de folhas 37/v. -Adv. ALBERT DO CARMO AMORIM-.

60. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA-0002478-96.2011.8.16.0026-ITAU UNIBANCO S/A x TABORDA TRASNSPORTES LTDA ME e outro- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de folhas 36. -Adv. HELOISA GONÇALVES ROCHA-.

61. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0002529-10.2011.8.16.0026-BANCO ITAULEASING S/A x FCF COMERCIO OBRAS E TRANSPORTES LTDA -ME- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de folhas 35. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

62. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0002700-64.2011.8.16.0026-BANCO BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x MARCOS JOSE DE BRITO SOBRINHO LACERDA- Expeça-se Alvará em favor da parte autora para que providencie o recolhimento das custas das diligências do Sr. Oficial de Justiça utilizando guia gerada no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Ainda proceda com o recolhimento das custas do alvará.-Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

63. BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0003214-17.2011.8.16.0026-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x LAUDIR CARLOS CICKAZESKI- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de folhas 43/v. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

64. REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR-0003782-33.2011.8.16.0026-BANCO FIAT S.A x JOSE CARLOS RAMOS- Defiro o pedido de suspensão pelo prazo requerido. Decorrido o prazo, intime-se a parte independentemente de despacho para dar prosseguimento ao feito, em 5 dias. Intime-se.-Advs. FLAVIO SANTANNA VALGAS, LIA DIAS GREGÓRIO, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, ALESSANDRA NOEMI SPOLADORE e Claudia Maria Massuquetto-.

65. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0003639-44.2011.8.16.0026-BANCO DO BRASIL S.A x ANTONIO DIOGO DA SILVEIRA- Expeça-se Alvará em favor da parte autora para que providencie o recolhimento das custas das diligências do Sr. Oficial de Justiça utilizando guia gerada no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Ainda proceda com o recolhimento das custas do alvará.-Adv. MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA-.

66. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0003836-96.2011.8.16.0026-CAMPOFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP e outros x ITAU UNIBANCO S/A- Concedo o prazo improrrogável de dez dias para cumprimento do determinado à fl. 33, sob pena de indeferimento da inicial. Observe-se que mesmo tendo havido manifestação às fls. 35 e seguintes, até o momento sequer foi juntada cópia da inicial da execução, não foi declinado de forma objetiva o valor do suposto excesso da execução e não foi adequado o valor da causa, com a complementação do depósito. Escoado o prazo, certificado o atendimento ou não da determinação, voltem. -Advs. CELSO ANTONIO ROSSONI e IDILMARA PATRICIA VALTER CHIGUEIRA-.

67. MONITORIA-0004035-21.2011.8.16.0026-RJR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA e outro x TIAGO AUGUSTO STOCO- TRANSPORTES ME e outro- A ação visa a cobrança de débito representado por título escrito representativo da dívida, que, contudo, não possui força executiva, sendo a ação monitória o instrumento hábil ao atendimento da pretensão do autor. Expeça-se mandado de pagamento, com prazo de 15 dias, nele cientificando-se o réu de que: nesse mesmo prazo, poderá efetuar o pagamento, caso em que ficará dispensado do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios. caso não efetue o pagamento, poderá o réu oferecer embargos, os quais suspenderão a eficácia do mencionado mandado. em caso de não pagamento nem de interposição de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial. Intimem-se. Ainda proceda com o recolhimento das custas do mandado.-Adv. IGOR FERNANDO RUTHES-.

68. BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0004378-17.2011.8.16.0026-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOÃO MARIA VIEIRA- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de folhas 30. -Adv. ALBERT DO CARMO AMORIM-.

69. BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0004379-02.2011.8.16.0026-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ZULEIKA RADATZ- Fica a parte autora intimada para se manifestar, em cinco dias, acerca do retorno do mandado, bem como sobre a certidão de folhas 28/v. -Adv. ALBERT DO CARMO AMORIM-.

70. USUCAPIÃO-0005964-89.2011.8.16.0026-LUIZ CARLOS RACHINSKI- Intime-se o autor para que, em 10 dias, adeque a inicial providenciando o cumprimento dos requisitos apontados na certidão de folhas 81/82 na forma do artigo 81 incisos I e II da portaria 01/2011. Ainda, intime-se o autor para que, no mesmo prazo, comprove se o valor do imóvel corresponde ao valor atribuído à causa. Em caso negativo, adeque o valor dado à causa, consoante artigo 81, inciso II, item F, da portaria 01/2011, e para que providencie tantas cópias da inicial quanto bastem para a citação dos confinantes e interessados.-Advs. NELSON SCHIAVON RACHINSKI e MARCOS PUPPI RACHINSKI-.

71. REVISIONAL-0006355-44.2011.8.16.0026-DOLBLES DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA e outros x BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A- Vistos e examinados. Indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, quanto a órgãos de proteção ao crédito, ante falta de interesse processual, pois nem sequer existe indício de possibilidade de inserção do nome dos autores em órgãos de proteção ao crédito. Indefiro, outrossim, o pedido de antecipação de tutela, relativo a determinação de abstenção de lançamentos na conta bancária mencionada na inicial, pois não há prova inequívoca para convencimento da verossimilhança da alegação de cobrança excessiva: o "laudo pericial" que acompanha a inicial é unilateral. Autorizo depósito monetário mensal nestes autos, porém sem afastar os efeitos da mora, ante termos do item 2 supra. 3. Apresentem os autores procuração outorgada pelos autores Cristiano e Marcio, em dez dias, sob pena de indeferimento parcial da inicial. Após a referida apresentação (item 3 supra), cite-se e intime-se para oferecimento de resposta no prazo de lei, conforme procedimento ordinário, sob pena de revelia. Int.-Advs. WILSON REDONDO ÁVILA, FRANCHIELLE STRESSER GIOPPO e GORGON NÓBREGA-.

SECRETARIA DO CÍVEL DE CAMPO LARGO, 29 DE SETEMBRO DE 2011.

# CASCAVEL

## 1ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE CASCAVEL - ESTADO DO PARANA**
**CARTORIO DA PRIMEIRA VARA CIVEL**

**RELACAO Nº 78/2011**
**JUIZ DE DIREITO CARLOS EDUARDO STELLA ALVES**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADAIR JOSE ALTISSIMO 0037 000176/2006
ADANI PRIMO TRICHES 0127 000957/2010
ADAUTO DALPIZZOL 0125 000857/2010
ADELINO MARCON 0067 000782/2000
0089 001250/2009
ADEMIR GIORDANI 0084 000676/2009
ADEMIR JESUS DA VEIGA 0011 000836/2000
ADILSON DE CASTRO JUNIOR 0090 001273/2009
ADRIANA VIEIRA BERNARDINO 0148 001944/2010
0157 002174/2010
ADRIANE TURIN DOS SANTOS 0038 000333/2006
ADRIANO LUIS SANDRI 0079 000253/2009
ALAIDE RODRIGUES BALIERO 0067 000571/2011
ALBADILO SILVA CARVALHO 0114 000476/2010
0166 000088/2011
ALBINO NARDELLI 0067 000948/2002
ALCEU MACIEL D'AVILA 0079 000253/2009
ALDAIR TROVA DE OLIVEIRA 0213 000016/2006
ALDO JOSE PARZIANELLO 0194 001066/2011
ALESANDRA PAGANINI 0067 000948/2002
ALESSANDRA MACHADO DE OLI 0044 001136/2006
ALESSANDRO PIERO LUCCA 0039 000451/2006
ALEX GRANDO 0067 001347/2010
ALEX SANDRO SONDA 0067 000286/2010
0084 000676/2009
ALEXANDRE BARBOSA DA SILV 0006 000407/1998
0009 000215/2000
0086 001067/2009
0104 000169/2010
0105 000170/2010
0162 002369/2010
0195 000026/1998
0196 000148/1998
0197 000306/1998
0198 000155/2000
0214 000002/2008
0215 000068/2011
ALEXANDRE DE ALMEIDA 0170 000205/2011
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0043 001057/2006
0062 001763/2007
0119 000560/2010
0217 000106/2011
ALEXANDRE VETTORELLO 0013 000545/2001
0147 001895/2010
ALINE GUERKE SANTOS CRUZ 0183 000748/2011
ALINE PEREIRA DOS SANTOS 0152 002034/2010
ALVARO F. KREFTA 0049 000625/2007
AMAURI CARLOS ERZINGER 0013 000545/2001
0147 001895/2010
ANA CAROLINE DIAS LIBANIO 0131 001037/2010
ANA CLAUDIA FINGER 0022 000346/2004
ANA CLAUDIA FINGER FRANÇA 0022 000346/2004
0054 001095/2007
0099 002333/2009
0111 000327/2010
0150 001972/2010
0177 000615/2011
ANA PAULA AMARAL BARROS L 0067 001347/2010
0071 001335/2008
ANA PAULA BERTUSSO FRANZO 0091 001436/2009
ANA PAULA FEDRIGO 0003 000027/1996
ANA PAULA FINGER MASCAREL 0054 001095/2007
0099 002333/2009
0111 000327/2010
0150 001972/2010
0177 000615/2011
ANA PAULA MAGALHÃES 0090 001273/2009
ANA PAULA SABATOSKI 0058 001379/2007
ANA ROSA DE LIMA LOPES BE 0130 001022/2010
ANDRE ABREU DE SOUZA 0018 000231/2003
0166 000088/2011
ANDRE DE ARAUJO SIQUEIRA 0051 000922/2007
0218 000194/2011
ANDRE LUIZ RAMOS DE CAMAR 0090 001273/2009
ANDRE VINICIUS BECK LIMA 0098 002267/2009
ANDREA CRISTIANE GRABOVSK 0164 000036/2011
ANDREA PAULA DA ROCHA ESC 0090 001273/2009
ANDREIA FEDERLE 0040 000554/2006
ANDRÉIA APARECIDA BIAZOTO 0159 002271/2010
ANDRÉIA FACIONI 0083 000526/2009
0163 002967/2010
ANGELA MARINA ARSEGO LEIT 0067 001226/2007
ANGELIZA NEIVERTH 0172 000341/2011
ANNA CAROLINA DE BARROS 0067 000944/2008
ANNA PAULA BAGLIOLI DOS S 0157 002174/2010
ANTONIO ANZOLIN NETO 0164 000036/2011
ANTONIO AUGUSTO SOBRINHO 0108 000236/2010
ANTONIO CARLOS MARTELI 0098 002267/2009
ANTONIO CARLOS SILVA KUHN 0001 000453/1993
0198 000155/2000
ANTONIO COLPO 0067 001013/2009
ANTONIO LUIZ BRUNING PARI 0075 001812/2008
ANTONIO NUNES NETO 0136 001252/2010
ANTONIO PAULO DA SILVA 0110 000305/2010
ANTONYO LEAL JUNIOR 0021 000281/2004
0080 000294/2009
ANTÔNIO CARLOS CABRAL DE 0086 001067/2009
ANY C. S. MASSARANDUBA 0139 001365/2010
ARI AMARO VIEIRA DE SOUZA 0024 000759/2004
ARLEY MOZEL 0049 000625/2007
ARLINDO RIALTO JUNIOR 0098 002267/2009
ARMANDO LUIZ MARCON 0013 000545/2001
0067 000782/2000
ARMANDO RICARDO DE SOUZA 0076 000205/2009
AUGUSTO JOSE BITTENCOURT 0001 000453/1993
0003 000027/1996
0067 001013/2009
0067 000885/2004
0100 002340/2009
BERNARDO MOREIRA DOS SANT 0006 000407/1998
0006 000407/1998
BRASILIO VICENTE DE CASTR 0050 000854/2007
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0005 000882/1997
0007 000786/1998
0067 000072/2001
0081 000358/2009
0096 002014/2009
0112 000365/2010
0118 000557/2010
0145 001843/2010
0146 001869/2010
0152 002034/2010
BRUNO BOCKMANN MOREIRA 0008 000363/1999
CAMILA CRYSTINA SCHLICKMA 0011 000836/2000
CAMILA VALERETO ROMANO 0175 000613/2011
CAMYLLA DO ROCIO KALED CA 0014 000815/2001
CAREN REGINA JAROSZUK 0126 000939/2010
CARLA KELLI SCHONS 0002 000035/1995
CARLA REGINA KALONKI 0171 000273/2011
CARLA ROBERTA DOS SANTOS 0071 001335/2008
0103 000155/2010
0142 001701/2010
0160 002304/2010
CARLOS ALEXANDRE PERIN 0006 000407/1998
CARLOS FERNANDO BOMFIM 0163 002967/2010
CARLOS VITOR MARANHAO DE 0020 000040/2004
CARLOS WERZEL 0078 000228/2009
CARMELA MANFROI TISSIANI 0057 001276/2007
0070 001186/2008
CAROLINA ALVES CHAGAS 0173 000399/2011
CAROLINA ERZINGER PEIXER 0050 000854/2007
CAROLINE KOVARA SAROLLI V 0115 000482/2010
0117 000523/2010
0118 000557/2010
CAROLINE SAID DIAS 0006 000407/1998
CARY CESAR MONDINI 0130 001022/2010
CASSIANO GARCIA DA SILVA 0078 000228/2009
0125 000857/2010
CELSO CORDEIRO 0148 001944/2010
0157 002174/2010

CELSO SOUZA GUERRA JUNIOR 0098 002267/2009
CERINO LORENZETTI 0087 001179/2009
CHANDER ALONSO MANFREDI M 0130 001022/2010
CHARLES PEREIRA LUSTOSA S 0140 001378/2010
0198 000155/2000
CINTHIA ZACHARIAS PREISNE 0030 000069/2005
CIRLENE LIBRELATO SANTOS 0030 000069/2005
CIRO BRUNING 0129 001002/2010
CLAUDEMIR SCHIMIDT 0160 002304/2010
CLAUDIA ULIANA ORLANDO 0080 000294/2009
0177 000615/2011
0220 000693/2011
CLAUDIO DE LARA JUNIOR 0051 000922/2007
CLAUDIO JOSÉ ABREU DE FIG 0039 000451/2006
CLERSON ANDRE ROSSATO 0049 000625/2007
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0094 001637/2009
CRISTIANE DE OLIVEIRA AZI 0020 000040/2004
CRISTIANE LOMBARDO 0067 001347/2010
CRISTIANE ZARDO QUEIROZ 0070 001186/2008
CRISTIANO JOSE FERREIRA 0014 000815/2001
0031 000078/2005
CRISTIANO ROQUE SPAGNOL 0125 000857/2010
CYBELE DE FATIMA OLIVEIRA 0008 000363/1999
CYNARA APARECIDA DE ALMEI 0046 000212/2007
0164 000036/2011
CÉSAR AUGUSTO TERRA 0123 000770/2010
0135 001251/2010
DAGOBERTO SILVERIO DA SIL 0125 000857/2010
DANIEL ANDRADE DO VALE 0063 000318/2008
DANIEL HACHEM 0018 000231/2003
0073 001548/2008
DANIEL MARTINS 0099 002333/2009
DANIELLA LETICIA BROERING 0090 001273/2009
DANIELLE MAGNABOSCO 0032 000317/2005
0033 000318/2005
DANUBIO CUNHA DA SILVA 0045 001414/2006
DARCI LUIZ MARIN 0006 000407/1998
DEBORA SEGALA 0067 001226/2007
DEISE SAMARA WARKEN DE SO 0014 000815/2001
DENISE SORDI 0067 001013/2009
DIRCEU EDSON WOMMER 0120 000682/2010
DOMINGOS BORDIN 0006 000407/1998
EDER WAINE CUARELI 0023 000661/2004
EDINALDO LINHARES DE OLIV 0040 000554/2006
0212 000426/2004
EDMAR LUIZ COSTA JUNIOR 0017 000027/2003
0019 000976/2003
EDSON LUIZ DO AMARAL 0086 001067/2009
EDUARDO JESUS BORDIGNON 0219 000692/2011
EDUARDO LUIZ BUSSATTA 0215 000068/2011
EDUARDO OLEINIK 0049 000625/2007
EDUARDO RODRIGO COLOMBO 0051 000922/2007
EGIDIO FERNANDO ARGUELLO 0155 002154/2010
0169 000134/2011
ELCIO KOVALHUK 0017 000027/2003
0018 000231/2003
ELIO REZENDE DE OLIVEIRA 0040 000554/2006
0067 000782/2000
ELISABETE KLAJN 0059 001482/2007
0067 000995/2006
ELIZANDRA S. MALLAMANN 0076 000205/2009
ELVIS BITTENCOURT 0067 001013/2009
0067 000885/2004
0070 001186/2008
0100 002340/2009
EMERSON LAUTENSCHLAGER SA 0082 000428/2009
EMILI CRISTINA DE FREITAS 0178 000639/2011
0179 000641/2011
ENEIDA TAVARES DE LIMA FE 0149 001962/2010
ENIO EXPEDITO FRANZONI 0067 000072/2001
ERIKA SHIMAKOISHI 0171 000273/2011
EVALDO XAVIER DOS SANTOS 0160 002304/2010
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA 0222 000695/2011
EVÂNIO CARLOS SOLANHO 0086 001067/2009
FABIANA SILVEIRA 0224 000697/2011
FABIO MOREIRA CONSTANTINO 0017 000027/2003
FABIO NAPOLI MARTINS 0057 001276/2007
FABIO PALAVER 0145 001843/2010
0170 000205/2011
FABIO SZESZ 0050 000854/2007
FABIULA MULLER KOENIG 0148 001944/2010
FABRICIO MASSI SALLA 0156 002164/2010
FABRICIO TAPXURE SCARAMUZ 0050 000854/2007
FELIPE ALVES PACHECO 0173 000399/2011
FELIZ GURGACZ JUNIOR 0127 000957/2010
FERNANDA ASSIS SOUZA 0173 000399/2011
FERNANDA CRISTINA PARZIAN 0048 000580/2007
0090 001273/2009
0192 000911/2011
FERNANDO ANDRE SILVA 0108 000236/2010
FERNANDO ANTONIO ZETOLA 0006 000407/1998
FERNANDO AUGUSTO OGURA 0066 000922/2008
FERNANDO LOPES PEDROSO 0110 000305/2010
FERNANDO LUIZ JOHANN 0076 000205/2009
FLAVIO SANTANNA VALGAS 0082 000428/2009
0094 001637/2009
FRANCIELE APARECIDA DA SI 0120 000682/2010
FREDERICO SEFRIN 0123 000770/2010
FÁBIO JUNIOR BUSSOLARO 0088 001220/2009
GEANDRO LUIZ SCOPEL 0079 000253/2009
GERALDO NOGUEIRA DA GAMA 0067 001226/2007
GERSON LUIZ ARMILIATO 0180 000699/2011
0181 000701/2011
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0067 001226/2007
GIBSON MARTINE VICTORINO 0082 000428/2009
GILBERTO GIGLIO VIANNA 0161 002352/2010
GILBERTO STINGLIN LOTH 0123 000770/2010
0135 001251/2010
GILCEO JAIR KLEIN 0061 001721/2007
0194 001066/2011
GILMAR ANTONIO OLTRAMARI 0063 000318/2008
0180 000699/2011
0181 000701/2011
GILSON ROBERTO CECATTO SA 0001 000453/1993
GIORGIA PAULA MESQUITA 0036 001193/2005
0157 002174/2010
0175 000613/2011
GIOVANA CHRISTIE FAVORETT 0067 000072/2001
0096 002014/2009
GIOVANI WEBBER 0025 000838/2004
0027 000931/2004
0068 001089/2008
0080 000294/2009
0177 000615/2011
GISAH MYARA MAYSONNAVE 0038 000333/2006
GISELA KOPS FERRI 0132 001073/2010
GISELE CAETANO PINTO MAFE 0030 000069/2005
GISELLE M. V. RIEPENHOFF 0082 000428/2009
GISSELDA GESSI MARODIN GO 0032 000317/2005
0041 000919/2006
0176 000614/2011
GLORIA NAOKO SUZUKI 0031 000078/2005
GLÁUCIO JOSAFAT BORDUN 0166 000088/2011
GUSTAVO HENRIQUE DIETRICH 0057 001276/2007
GUSTAVO LOMBARDI FERREIRA 0067 002063/2010
0157 002174/2010
GUSTAVO R. GOES NICOLADEL 0148 001944/2010
HARRY FRANÇOIA JUNIOR 0143 001777/2010
HARRY FRANÇÓIA 0143 001777/2010
HARYSSON ROBERTO TRES 0187 000782/2011
HELENA ANNES 0079 000253/2009
HELLISON EDUARDO ALVES 0019 000976/2003
HERBES ANTONIO PINTO VIEI 0101 002369/2009
HERIBERTO RODRIGUES TEIXE 0036 001193/2005
0161 002352/2010
0166 000088/2011
HERICK PAVIN 0020 000040/2004
0113 000447/2010
HIGOR OLIVEIRA FAGUNDES 0034 000584/2005
0065 000864/2008
0146 001869/2010
HIVONETE S. L. C. PICCOLI 0082 000428/2009
HÉLIO LUIZ VITORINO BARCE 0136 001252/2010
IDIONE TERESINHA PIZZATO 0002 000035/1995
IGOR RAFAEL MAYER 0078 000228/2009
ILSOMAR ANTONIO LUNARDI 0125 000857/2010
INES APARECIDA DE PAULA D 0014 000815/2001
ISABELA MARQUES HAPNER 0021 000281/2004
0080 000294/2009
ISMAR ANTONIO PAWELAK 0059 001482/2007
0067 000995/2006
IVAN ANDRIGO SCHREINER 0067 000948/2002
IVAN PAIM DA SILVEIRA 0163 002967/2010
IVANIR AFONSO BERTE 0067 000782/2000
IVY MANFREDINI BARBOSA 0090 001273/2009
JACIR DA SILVA DIAS 0067 000181/2010
JACKSON MAFFESSONI 0147 001895/2010
JAIME CIRINO GONÇALVES NE 0148 001944/2010
0157 002174/2010
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0067 001226/2007
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0018 000231/2003
0019 000976/2003
0020 000040/2004
0022 000346/2004
0028 000953/2004
0029 001104/2004
0047 000435/2007
0052 001089/2007
0053 001093/2007
0054 001095/2007
0064 000378/2008
0067 000831/2010
0073 001548/2008
0088 001220/2009
0095 002007/2009
0112 000365/2010
0113 000447/2010
0121 000690/2010
0131 001037/2010
0141 001516/2010
0142 001701/2010
0150 001972/2010
0152 002034/2010
0154 002076/2010
0158 002257/2010
0165 000078/2011
0172 000341/2011
0175 000613/2011

JAIR VANI DE ARAGÃO 0082 000428/2009
JAIRO LUIS PASQUALINI 0067 000948/2002
JALCEMIR DE OLIVEIRA BUEN 0167 000090/2011
JANAINA MOSCATTO ORSINI 0112 000365/2010
JANAINA ROVARIS 0018 000231/2003
0114 000476/2010
0166 000088/2011
JANDIR SCHMITT 0067 000116/2011
0133 001081/2010
0182 000706/2011
0185 000773/2011
JANE MARA DA SILVA PILATT 0091 001436/2009
JANE MARIA VOISKI PRONER 0142 001701/2010
0160 002304/2010
JANE MARIA VOISKI PRONER 0189 000789/2011
JANETE MARIA CLASER SILVA 0128 000979/2010
JANICE ANA PIENIAK 0008 000363/1999
JEAN CARLOS CONFORTIN 0225 000698/2011
JEAN CARLOS MARTINS FRANC 0120 000682/2010
JEANINE HEINZELMANN FORTE 0081 000358/2009
JESSICA APARECIDA DEFACCI 0120 000682/2010
JHONNATH WILLIAM SIMON 0128 000979/2010
JOAO CESAR SILVEIRA PORTE 0034 000584/2005
JOAO DOMINGOS TONELLO 0003 000027/1996
0011 000836/2000
0016 001050/2002
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0116 000512/2010
0123 000770/2010
0135 001251/2010
JOAO TAVARES DE LIMA FILH 0156 002164/2010
JOAQUIM PEREIRA ALVES JUN 0057 001276/2007
JOEL VIDAL DE OLIVEIRA 0148 001944/2010
0157 002174/2010
JOICE KELER DE JESUS 0067 002241/2009
JONAS ADALBERTO PEREIRA 0025 000838/2004
0027 000931/2004
JORGE LUIZ DE MELO 0053 001093/2007
0088 001220/2009
JOSE ALBERTO DIETRICH FIL 0057 001276/2007
JOSE ANDERSON SCHLEMPER 0129 001002/2010
JOSE ANTONIO CORDEIRO CAL 0108 000236/2010
JOSE ANTONIO LARA DIAS 0077 000218/2009
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NO 0050 000854/2007
0088 001220/2009
JOSE BOLIVAR BRETAS 0067 000571/2011
JOSE CARLOS PEDROZA 0077 000218/2009
JOSE ELI SALAMACHA 0078 000228/2009
JOSE FERNANDO MARUCCI 0084 000676/2009
0102 000016/2010
0165 000078/2011
JOSE FERNANDO VIALLE 0066 000922/2008
0067 001412/2008
0100 002340/2009
JOSE RENACIR MARCONDES 0043 001057/2006
JOSE RICARDO MESSIAS 0127 000957/2010
JOSE SCHELL JUNIOR 0107 000227/2010
JOSIANE BORGES PRADO 0014 000815/2001
0163 002967/2010
JOÃO PAULO PYL 0167 000090/2011
JULIANA FABYULA ZANELLA C 0214 000002/2008
JULIANA MIGUEL REBEIS 0148 001944/2010
JULIANO CONTE 0099 002333/2009
JULIANO HUCK MURBACH 0098 002267/2009
JULIANO MENEGUZZI DE BERN 0143 001777/2010
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 0091 001436/2009
JULIANO RICARDO TOLENTINO 0022 000346/2004
0054 001095/2007
0099 002333/2009
0111 000327/2010
0150 001972/2010
0177 000615/2011
JULIO CESAR PIUCI CASTILH 0110 000305/2010
JURANDIR RICARDO PARZIANE 0001 000453/1993
JURANDIR RICARDO PARZIANE 0059 001482/2007
0067 000995/2006
JUSSARA PALMIRA BILIBIO 0082 000428/2009
JÚLIO CÉSAR DALMOLIN 0020 000040/2004
0022 000346/2004
0029 001104/2004
0047 000435/2007
0052 001089/2007
0053 001093/2007
0054 001095/2007
0064 000378/2008
0067 000831/2010
0073 001548/2008
0088 001220/2009
0095 002007/2009
0112 000365/2010
0113 000447/2010
0121 000690/2010
0131 001037/2010
0141 001516/2010
0142 001701/2010
0150 001972/2010
0152 002034/2010
0154 002076/2010
0158 002257/2010
0165 000078/2011
0172 000341/2011
0175 000613/2011
KAREN FABRICIA VENAZZI 0056 001258/2007
KARIN LOISE HOLLER MUSSI 0029 001104/2004
0064 000378/2008
0159 002271/2010
0171 000273/2011
KATIA VALQUIRIA BORILLE B 0066 000922/2008
KELLY CRISTINA RIBEIRO 0081 000358/2009
KENNEDY MACHADO 0008 000363/1999
0016 001050/2002
0030 000069/2005
0039 000451/2006
0068 001089/2008
0127 000957/2010
KLEBER DE OLIVEIRA 0013 000545/2001
0067 000782/2000
0089 001250/2009
KLEBER VELTRINI TOZZI 0020 000040/2004
KÁTYA MARIA ALVES HERMISD 0067 000944/2008
KÉTI JAQUELINE PRESTES 0135 001251/2010
LAURI DA SILVA 0100 002340/2009
LAURO FERNANDO ZANETTI 0028 000953/2004
0064 000378/2008
LAURO HENRIQUE LUNA DOS A 0045 001414/2006
LEANDRO CABRERA GALBIATI 0047 000435/2007
LEANDRO DE QUADROS 0054 001095/2007
0099 002333/2009
0111 000327/2010
0133 001081/2010
0150 001972/2010
0177 000615/2011
LEANDRO GODINES DO AMARAL 0067 000885/2004
LEANDRO PARRAS ABBUD 0067 000885/2004
LEANDRUS ABELIRIO BRAZ AM 0167 000090/2011
LENIR ROSA GOBO 0032 000317/2005
0033 000318/2005
0041 000919/2006
0176 000614/2011
LEONARDO DE ALMEIDA ZANET 0028 000953/2004
0064 000378/2008
LEONARDO DOLFINI AUGUSTO 0108 000236/2010
LEONARDO PARZIANELLO 0067 000995/2006
0098 002267/2009
LIANA MARIA GOBO NOGUEIRA 0032 000317/2005
0041 000919/2006
0176 000614/2011
LILIAN BATISTA DE LIMA 0115 000482/2010
LILIAN NOVAKOSKI 0221 000694/2011
LONGINO J.DE CHAVES FILHO 0051 000922/2007
LOSIANE LARA DIAS 0077 000218/2009
LOUISE RAINER PEREIRA GIO 0083 000526/2009
0141 001516/2010
LOURIVAL CAETANO 0011 000836/2000
0024 000759/2004
LUCIANA ANDRÉA M. DE OLIV 0067 000944/2008
LUCIANA CARLA SUTILE SOND 0067 000286/2010
0084 000676/2009
LUCIANO SOARES PEREIRA 0020 000040/2004
LUCILENE SMITH 0162 002369/2010
LUCIO MAURO NOFFKE 0028 000953/2004
0029 001104/2004
LUCIUS MARCUS OLIVEIRA 0104 000169/2010
0105 000170/2010
LUILSON FELIPE GONÇALVES 0067 002063/2010
LUIS CARLOS MIGLIAVACCA 0041 000919/2006
0067 001412/2008
LUIS FERNANDO DIETRICH 0020 000040/2004
0113 000447/2010
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0004 000721/1997
0017 000027/2003
0018 000231/2003
0073 001548/2008
0114 000476/2010
0166 000088/2011
LUIZ ASSI 0036 001193/2005
0131 001037/2010
0157 002174/2010
0175 000613/2011
LUIZ AUGUSTO BROETTO 0147 001895/2010
LUIZ CARLOS ALVES DE OLIV 0076 000205/2009
LUIZ CARLOS PROVIN 0100 002340/2009
LUIZ CARLOS QUEIROZ 0070 001186/2008
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0113 000447/2010
0164 000036/2011
0223 000696/2011
LUIZ FERNANDO MOSER 0061 001721/2007
LUIZ GUSTAVO LOPES FERIAN 0018 000231/2003
LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEI 0173 000399/2011
LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VI 0050 000854/2007
0088 001220/2009
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0067 001226/2007
LUIZ PAULO WILLE 0051 000922/2007
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0117 000523/2010
LUÍZ FERNANDO BRUSAMOLIM 0169 000134/2011
MANOEL DE SOUZA LEITE 0147 001895/2010
MANUELA RENNER CASARIL 0102 000016/2010
MARCELA SPINELLA DE OLIVE 0119 000560/2010
0193 000930/2011

MARCELO AUGUSTO SELLA 0060 001705/2007
0147 001895/2010
MARCELO BARZOTTO 0056 001258/2007
0190 000793/2011
MARCELO DE OLIVEIRA NICOL 0046 000212/2007
0046 000212/2007
MARCELO FABIANO FLOPAS 0038 000333/2006
MARCELO HONJO 0017 000027/2003
MARCELO OSCAR KUSMIRSKI 0136 001252/2010
MARCELO TESHEINER CAVASSA 0126 000939/2010
MARCIA CRISTINA VAZ 0130 001022/2010
MARCIA DA SILVA CAVALCANT 0075 001812/2008
MARCIA FERNANDA DA CRUZ R 0076 000205/2009
MARCIA LORENI GUND 0018 000231/2003
0019 000976/2003
0020 000040/2004
0022 000346/2004
0028 000953/2004
0029 001104/2004
0047 000435/2007
0052 001089/2007
0053 001093/2007
0054 001095/2007
0064 000378/2008
0067 000831/2010
0073 001548/2008
0088 001220/2009
0095 002007/2009
0112 000365/2010
0113 000447/2010
0121 000690/2010
0131 001037/2010
0141 001516/2010
0142 001701/2010
0150 001972/2010
0152 002034/2010
0154 002076/2010
0158 002257/2010
0165 000078/2011
0175 000613/2011
MARCIO ALEXANDRE CAVENAGU 0084 000676/2009
MARCIO GOBBO COSTA 0213 000016/2006
MARCIO LUIZ BLAZIUS 0087 001179/2009
MARCIO RODRIGO FRIZZO 0087 001179/2009
MARCIO RUBENS PASSOLD 0217 000106/2011
MARCIO SETENARESKI 0046 000212/2007
MARCO ANTONIO BARZOTTO 0057 001276/2007
0063 000318/2008
0144 001794/2010
0180 000699/2011
0181 000701/2011
MARCO ANTONIO PADOVANI 0079 000253/2009
MARCOS LUCIANO GOMES 0127 000957/2010
MARCOS VINICIUS BOSCHIROL 0006 000407/1998
0092 001612/2009
MARIA JULIANA SCHENKEL 0079 000253/2009
MARIA REGINA DA COSTA 0156 002164/2010
MARIA REGINA ZARATE NISSE 0050 000854/2007
MARIA SALUTE SOMARIVA 0008 000363/1999
0016 001050/2002
0039 000451/2006
0040 000554/2006
0068 001089/2008
0075 001812/2008
0198 000155/2000
0199 000135/2002
0200 000432/2002
0201 000011/2003
0202 000026/2003
0203 000027/2003
0204 000028/2003
0205 000045/2003
0206 000047/2003
0207 000054/2003
0208 000061/2003
0209 000392/2003
0210 000394/2003
0211 000395/2003
0212 000426/2004
0216 000113/2011
MARINA BLASKOVSKI 0224 000697/2011
MARINA JULIETI MARINI 0151 001976/2010
MARINEZ FERREIRA 0017 000027/2003
MARION SALVATI P. SONDA 0031 000078/2005
MARIZA HELENA TEIXEIRA 0213 000016/2006
MARLENE JORDAO DA MOTTA A 0074 001742/2008
MARLENE LEITHOLD 0095 002007/2009
MARLI RIBEIRO TABORDA 0018 000231/2003
MATHEUS DIACOV 0043 001057/2006
0062 001763/2007
MAUREN FERNANDA MILIS 0067 002063/2010
MAURI MARCELO BEVERVANÇO 0117 000523/2010
0222 000695/2011
MAURICIO MONTEIRO DE BARR 0005 000882/1997
0007 000786/1998
MAURO CARAMICO 0031 000078/2005
MAURÍLIO ROSSETO JUNIOR 0035 000923/2005
0115 000482/2010
0117 000523/2010
0139 001365/2010
MICHELLY ALBERTI 0163 002967/2010
MIGUEL LUCIANO PEZZINI 0122 000739/2010
MIGUELITO REGIS CARGNIN 0067 000571/2011
0083 000526/2009
0163 002967/2010
MILKEN JACCQUELINE CENERI 0094 001637/2009
MILKEN JACQUELLINE C. JAC 0082 000428/2009
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0067 000286/2010
0067 000181/2010
0084 000676/2009
MOACIR FRANCISCO VOZNIAK 0164 000036/2011
MOISÉS BATISTA DE SOUZA 0142 001701/2010
MONALISA MICHEL 0013 000545/2001
MONICA PIMENTEL DE SOUZA 0213 000016/2006
MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI 0005 000882/1997
0007 000786/1998
0067 000072/2001
0081 000358/2009
0096 002014/2009
0112 000365/2010
0118 000557/2010
0145 001843/2010
0146 001869/2010
0152 002034/2010
MÁRIO MARCONDES NASCIMENT 0120 000682/2010
NADIA CARENINA PARCIANELL 0030 000069/2005
NADIA MAZUREK 0025 000838/2004
0027 000931/2004
0151 001976/2010
NARADIBA S. GUERRA DE SOU 0081 000358/2009
NELSON PASCHOALOTTO 0137 001255/2010
NELSON PILLA FILHO 0169 000134/2011
NEUSA MARA LEMOS 0066 000922/2008
NEWTON DORNELES SARATT 0066 000922/2008
NILBERTO RAFAEL VANZO 0084 000676/2009
0102 000016/2010
NORTON EMMEL MUHLBEIER 0011 000836/2000
OLAVO DAVID JUNIOR 0084 000676/2009
OLDEMAR MARIANO 0037 000176/2006
0044 001136/2006
OLIMPIO MARCELO PICOLI 0058 001379/2007
OMAR GUERKE SANTOS CRUZ 0183 000748/2011
OMAR SFAIR 0006 000407/1998
ORILDO VOLPIN 0035 000923/2005
ORLEY JUNIOR ZANATTA 0021 000281/2004
OSMAR CODOLO FRANCO 0018 000231/2003
OSMARINA DELLA TORRE BOMB 0147 001895/2010
OTHELO DILON CASTILHOS 0009 000215/2000
PASCOAL MUZELI NETO 0127 000957/2010
PATRICIA C. V. R. BORGES 0095 002007/2009
PATRICIA FRANCISCO DE SOU 0100 002340/2009
PATRICIA FRANCISCO DE SOU 0067 001013/2009
PATRICIA LILIANA SCHROEDE 0089 001250/2009
0184 000758/2011
PATRICIA MACEDO SILVA BER 0107 000227/2010
PATRICIA MARA GUIMARÃES 0110 000305/2010
PATRICIA NANTES MARCONDE 0142 001701/2010
PATRICIA PIEROZAN CARDOSO 0067 001013/2009
PATRICIA TRENTO 0071 001335/2008
0103 000155/2010
PATRYCIA EMÍLIA SOUZA DOS 0129 001002/2010
PAULO FERNANDO PAZ ALARCO 0067 000944/2008
PAULO GIOVANI FORNAZARI 0052 001089/2007
0057 001276/2007
PAULO GUILHERME PFAU 0130 001022/2010
PAULO ROBERTO CORREA 0164 000036/2011
PAULO ROBERTO FADEL 0036 001193/2005
0131 001037/2010
0175 000613/2011
PAULO ROBERTO PEGORARO JU 0089 001250/2009
PAULO ROGERIO T.DE MAEDA 0031 000078/2005
PRISCILA HELLEN SOUZA ERR 0170 000205/2011
RAFAEL AUGUSTO SILVA DOMI 0214 000002/2008
RAFAEL BARONI 0067 001226/2007
RAFAEL SANTOS CARNEIRO 0151 001976/2010
RAFAEL SARTORI ÁLVARES 0035 000923/2005
0115 000482/2010
0117 000523/2010
0118 000557/2010
RAFAELA DENES VIALLE 0066 000922/2008
0100 002340/2009
RAMIRO DE LIMA DIAS 0051 000922/2007
RAMON DE MEDEIROS NOGUEIR 0020 000040/2004
RAQUEL SALGADO 0014 000815/2001
RAQUEL SOBOLESKI CAVALHEI 0067 001226/2007
REGINA GUTIERREZ ARBALLO 0213 000016/2006
REGIS PANIZZON ALVES 0067 001013/2009
0100 002340/2009
REINALDO EMILIO AMADEU HA 0018 000231/2003
0073 001548/2008
REINALDO MIRICO ARONIS 0036 001193/2005
0121 000690/2010
0131 001037/2010
0154 002076/2010
0157 002174/2010
0175 000613/2011
RENATA CERCI POMPERMAYER 0043 001057/2006
RENATA PEREIRA COSTA DE O 0047 000435/2007

0130 001022/2010
0134 001084/2010
0191 000888/2011
RICARDO DILON CASTILHOS 0009 000215/2000
RICARDO RUH 0078 000228/2009
RITA DE CASSIA CORREA DE 0117 000523/2010
ROBERTA NALEPA 0130 001022/2010
ROBERTA SOARES CARDOZO 0021 000281/2004
0080 000294/2009
ROBERTO LUIZ CELUPPI 0061 001721/2007
0221 000694/2011
ROBERTO WYPYCH JUNIOR 0013 000545/2001
0147 001895/2010
RODRIGO AUGUSTO ALVES DE 0081 000358/2009
RODRIGO AUGUSTO DE ARRUDA 0178 000639/2011
0179 000641/2011
RODRIGO CARLESSO MORAES 0067 001412/2008
RODRIGO CESAR CALDEIRA 0051 000922/2007
RODRIGO DE ABREU GONZALES 0125 000857/2010
RODRIGO JONAS SAVALHIA 0226 000699/2011
RODRIGO TESSER 0060 001705/2007
ROGERIO AUGUSTO DA SILVA 0155 002154/2010
0169 000134/2011
ROGERIO GROHMANN SFOGGIA 0049 000625/2007
ROGERIO GROHMANN SFOGGIA 0143 001777/2010
RONALDO LUIZ BARBOZA 0011 000836/2000
RONY MARCOS DE LIMA 0213 000016/2006
ROSANE MARQUES DE SOUZA 0144 001794/2010
ROSANGELA M. FONSECA 0018 000231/2003
ROSILENY VANZELLA DE ASSI 0128 000979/2010
ROSSANA DO NASCIMENTO SCH 0067 000571/2011
0067 000948/2002
RUBEM DARLAN FERRARI MORE 0039 000451/2006
RUBENS JOSE DE SOUZA JUNI 0076 000205/2009
RUBIA MOURA PANISSA 0035 000923/2005
0115 000482/2010
0117 000523/2010
0118 000557/2010
RUI DA FONSECA 0038 000333/2006
0048 000580/2007
RUY JOSÉ MIRANDA RATTON 0104 000169/2010
0105 000170/2010
SABRINA LIMA DE SOUZA 0058 001379/2007
SAMANTHA BEATRIZ FRACAROL 0155 002154/2010
0169 000134/2011
SANDRO MATTEVI DAL BOSCO 0057 001276/2007
SELEMARA BERCKEMBROCK FER 0129 001002/2010
SERGIO LEAL MARTINEZ 0079 000253/2009
SERGIO LUIZ BELOTTO JR. 0044 001136/2006
SERGIO RICARDO TINOCO 0001 000453/1993
0077 000218/2009
0149 001962/2010
SERGIO SCHULZE 0130 001022/2010
SHEALTIEL L.PEREIRA FILHO 0028 000953/2004
0064 000378/2008
SHIRLEI DALVA BENTO 0198 000155/2000
SHIRLEY NUNES 0126 000939/2010
SIGISFREDO HOEPERS 0093 001620/2009
SILMARA BORGHELOT MILANEZ 0067 000948/2002
SILMARA STROPARO 0067 002063/2010
SILVIA ELISABETH NAIME 0090 001273/2009
SILVIA FATIMA SOARES 0008 000363/1999
0038 000333/2006
0069 001182/2008
SILVIA HELENA DE ASSIS ES 0114 000476/2010
SILVIA MELONI DE OLIVEIRA 0061 001721/2007
SILVIO SILVA 0024 000759/2004
SIMONE ANGÉLICA GRÉGIOS 0139 001365/2010
SIMONE BORGUESAM DA SILVA 0066 000922/2008
SIMONE DAIANE ROSA 0118 000557/2010
SIMONE HANSEN ALVES GROSS 0063 000318/2008
SIMONE MONTEIRO FLEIG 0056 001258/2007
SOLANGE DA SILVA MACHADO 0067 001226/2007
0075 001812/2008
STELA MARLENE SCHWERZ 0090 001273/2009
SUELEN PATRICIA BUTTENBEN 0067 001226/2007
SUELI MARIA OLTRAMARI 0067 001412/2008
SULLY VILARINHO 0067 000181/2010
SYRLEI APARECIDA LUIZ PRE 0149 001962/2010
SÉRGIO BOND REIS 0023 000661/2004
0067 000181/2010
TADEU KARASEK JUNIOR 0074 001742/2008
TANIA CRISITINA DE PAULA 0186 000778/2011
TANIA CRISTINA DE PAULA S 0091 001436/2009
0107 000227/2010
TANIA ELIZA MACIEL ALVES 0067 002063/2010
TANIA MARA FERRES 0129 001002/2010
TATHIANA MARCONDES 0043 001057/2006
0045 001414/2006
TATIANA PIASECKI KAMINSKI 0029 001104/2004
0064 000378/2008
0159 002271/2010
0171 000273/2011
TATIANA VALESCA VROBLEWSK 0067 002063/2010
TATIANE APARECIDA LANGE 0053 001093/2007
0088 001220/2009
TERESINHA DEPUBEL DANTAS 0188 000784/2011
TIAGO DAVI TELÓ 0148 001944/2010
URSULA ERNLUND SALAVERRY 0152 002034/2010
VAGNER POLO 0061 001721/2007
VALDEMAR BERNARDO JORGE 0050 000854/2007
VALDIR CEZAR MILANI 0084 000676/2009
VALDIR VANZIN 0067 000072/2001
VALENTIM NARDELLI 0067 000948/2002
VALERIA CARAMURU CICARELL 0043 001057/2006
VALMIR LUCKMANN 0086 001067/2009
VANDERLEI DE PAULA BARRET 0051 000922/2007
VANESSA BORGES DOS SANTOS 0014 000815/2001
0031 000078/2005
VICENTE REINALDO TEIXEIRA 0038 000333/2006
VIRGILIO JOSE BERTELLI 0107 000227/2010
VITOR CESAR BONVINO 0110 000305/2010
VITOR HUGO SCARTEZINI 0084 000676/2009
VIVIANA BIANCONI 0030 000069/2005
0089 001250/2009
VIVIANE CONSOLIN SMARZARO 0213 000016/2006
WAGNER TAPOROSKI MORELI 0079 000253/2009
WANDERLEIA PEREIRA GOMES 0030 000069/2005
0065 000864/2008
WELTON DE FARIAS FOGAÇA 0008 000363/1999
0039 000451/2006
0075 001812/2008
ZENINHO GOLDONI 0043 001057/2006

1. DECLARATÓRIA - 453/1993-ULISSES ANTONIO CESCO e outro x ESPOLIO DE MIGUEL GERMANO SCHERER e outros - À parte interessada para que retire o ALVARÁ, no prazo de cinco (05) dias. - Adv. do Requerente GILSON ROBERTO CECATTO SANTOS e Advs. do Requerido SERGIO RICARDO TINOCO, AUGUSTO JOSE BITTENCOURT, ANTONIO CARLOS SILVA KUHN e JURANDIR RICARDO PARZIANELLO.

2. INVENTÁRIO - 35/1995-ALVIRA BRUXEL x ARSEMIRO BRUXEL - À parte interessada para que retire o ALVARÁ, no prazo de cinco (05) dias. - Advs. do Requerente IDIONE TERESINHA PIZZATO e CARLA KELLI SCHONS.

3. INCIDENTE DE FALSIDADE - 27/1996-AGROPASTORIL MIROCA LTDA x MADEIREIRA CUNHATAIPORA - IND. E COM. LTDA e outros - 1. Aos Requeridos citados por edital (Joap Arthur Festugato Horta, Myrian Marcondes Festugatto e Madereira Festugato Ltda), nomeio Curador(a) Especial a(o) Dr.(a) ANA PAULA FEDRIGO , OAB/PR. n.22.491 e telefone 45-3222-0077 sob a fé de seu grau, independentemente de compromisso por termo. 2. Arbitro os honorarios da Curadora Especial em R$-400.00, os quais deverão ser pagos ao final. 3. Intime-se-a, para oferecimento de defesa, no prazo de vinte (20) dias. Int. Adv. do Requerente AUGUSTO JOSE BITTENCOURT e Advs. do Requerido JOAO DOMINGOS TONELLO e ANA PAULA FEDRIGO.

4. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 721/1997-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A - UNIBANCO x FILIPINI - DISTRIBUIÇAO IMP. E EXP. DE ALIM. LTDA e outro - Sobre a penhora Renajud realizada às fls. 169, intimem-se o executado para querendo, impugnar. (item 17.2.9.8.1, do CN do TJ/PR). Adv. do Exequente LUIS OSCAR SIX BOTTON.

5. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA - 882/1997-BANCO BANESTADO ITAÚ S/A. x CARLOS CESAR PALMIRO - Contados e preparadas as custas pelo executado CARLOS CESAR PALMIRO, conforme acordo, voltem conclusos. R$-737.84. Advs. do Requerente BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI e Adv. do Requerido MAURICIO MONTEIRO DE BARROS VIEIRA.

6. ARROLAMENTO - 407/1998-LARIESDA SFAIR e outros x EMIR SFAIR - 1.Ante a deliberação precedente de fls. 757, defiro a expedição de alvará para levantamento dos valores devidos a título de ITCMD e demais tributos. 2.Prestação de contas em 60 dias. 3.Após, apresentem a partilha para homologação. Advs. do Requerente CARLOS ALEXANDRE PERIN, OMAR SFAIR, DOMINGOS BORDIN, DARCI LUIZ MARIN, MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI, FERNANDO ANTONIO ZETOLA, BERNARDO MOREIRA DOS SANTOS MACEDO e CAROLINE SAID DIAS e Advs. de Terceiro BERNARDO MOREIRA DOS SANTOS MACEDO e ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA.

7. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA - 786/1998-CARLOS CESAR PALMIRO x BANCO BANESTADO ITAÚ S/A. - Contados e preparados, voltem conclusos. R $-14.10 . Adv. do Requerente MAURICIO MONTEIRO DE BARROS VIEIRA e Advs. do Requerido BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI.

8. EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL - 363/1999-COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR x MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR - 1. Diante do pagamento efetuado pelo Executado, com fundamento no art. 794, inciso I do CPC, julgo extinto o processo. P.R.I. Baixas necessárias. arquive-se. Advs. do Embargante BRUNO BOCKMANN MOREIRA, CYBELE DE FATIMA OLIVEIRA e SILVIA FATIMA SOARES e Advs. do Embargado JANICE ANA PIENIAK, WELTON DE FARIAS FOGAÇA, KENNEDY MACHADO e MARIA SALUTE SOMARIVA.

9. ANULATÓRIA - 0000789-18.2000.8.16.0021-ANTONINHO RICARDO SABBI x ESTADO DO PARANÁ - Diante do pagamento efetuado pelo Executado, com fundamento no artigo 794, I do CPC, julgo Extinto o processo. P.R.I. baixas necessárias, arquive-se. Advs. do Requerente OTHELO DILON CASTILHOS e RICARDO DILON CASTILHOS e Adv. do Requerido ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA.

10. REVISAO DE CONTRATO - 782/2000-W. FERRARI COMERCIO DE SUINOS LTDA x RURAL LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL - Defiro a suspensão requerida por l80 (cento e oitenta) dias, decorridos, diga a requerente. Advs. do Requerente ELIO REZENDE DE OLIVEIRA e IVANIR AFONSO BERTE e Advs. do Requerido ADELINO MARCON, KLEBER DE OLIVEIRA e ARMANDO LUIZ MARCON.

11. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO - 836/2000-JOSE DOS SANTOS FILHO x ANTONIO PIASSON - Ciência às partes, da decisão do agravo. Advs. do Requerente RONALDO LUIZ BARBOZA, ADEMIR JESUS DA VEIGA, JOAO DOMINGOS TONELLO e CAMILA CRYSTINA SCHLICKMANN e Advs. do Requerido NORTON EMMEL MUHLBEIER e LOURIVAL CAETANO.
12. EMBARGOS DO DEVEDOR - 72/2001-SERRALHERIA PARANA LTDA e outro x BANCO BANESTADO ITAÚ S/A. - À parte autora para completar o pagamento das custas de fls.712, no valor de R$-14.10, no prazo de 48 horas. Advs. do Requerente VALDIR VANZIN e ENIO EXPEDITO FRANZONI e Advs. do Requerido BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI e GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO SHCAIRA.
13. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 545/2001-BANCO BANESTADO ITAÚ S/A. x ALCIDES BONATO e outros - À parte interessada para que retire os ALVARÁs, no prazo de cinco (05) dias. - Advs. do Embargante KLEBER DE OLIVEIRA, ARMANDO LUIZ MARCON e MONALISA MICHEL e Advs. do Embargado ROBERTO WYPYCH JUNIOR, AMAURI CARLOS ERZINGER e ALEXANDRE VETTORELLO.
14. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 815/2001-SERGIO DE OLIVEIRA SALGADO x OI - BRASIL TELECOM S/A - Manifestem-se as partes sobre o cálculo de fls. 287/289. Int. Advs. do Requerente INES APARECIDA DE PAULA DIAS, DEISE SAMARA WARKEN DE SOUZA, VANESSA BORGES DOS SANTOS, CRISTIANO JOSE FERREIRA e RAQUEL SALGADO e Advs. do Requerido CAMYLLA DO ROCIO KALED CAMELO e JOSIANE BORGES PRADO.
15. ANULATÓRIA - 948/2002-CELINO PRANDI x ESPOLIO DE MILTON LUIZ PRANDI - Aguarde-se a realização da audiencia nos autos n. 1208/09. Int. Advs. do Requerente JAIRO LUIS PASQUALINI, ALBINO NARDELLI e VALENTIM NARDELLI, Advs. do Requerido ALESANDRA PAGANINI e SILMARA BORGHELOT MILANEZE e Advs. de Terceiro ROSSANA DO NASCIMENTO SCHREINER e IVAN ANDRIGO SCHREINER.
16. EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL - 1050/2002-ALFREDO IRAPUAN MABA e outro x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR - Calculo geral fls. 312/316. Apos, digam. Intimem-se. R$-24.749.35. Adv. do Embargante JOAO DOMINGOS TONELLO e Advs. do Embargado KENNEDY MACHADO e MARIA SALUTE SOMARIVA.
17. AÇÃO COLETIVA - 27/2003-INSTITUTO VIRTUS DE COOPERAÇAO DESENVOL. E CIDAD. x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO S/A. e outro - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Advs. do Requerente MARINEZ FERREIRA, FABIO MOREIRA CONSTANTINO e MARCELO HONJO e Advs. do Requerido EDMAR LUIZ COSTA JUNIOR, LUIS OSCAR SIX BOTTON e ELCIO KOVALHUK.
18. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0005232-07.2003.8.16.0021-AUTO CASCAVEL LTDA x UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A - UNIBANCO - Ciência às partes sobre a baixa dos autos. - Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND, OSMAR CODOLO FRANCO e LUIZ GUSTAVO LOPES FERIANI e Advs. do Requerido MARLI RIBEIRO TABORDA, ROSANGELA M. FONSECA, LUIS OSCAR SIX BOTTON, ELCIO KOVALHUK, ANDRE ABREU DE SOUZA, JANAINA ROVARIS, DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM.
19. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0005195-77.2003.8.16.0021-MOACIR ARPINI x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO S/A. - À parte interessada para que retire o ALVARÁ, no prazo de cinco (05) dias. - Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING e MARCIA LORENI GUND e Advs. do Requerido EDMAR LUIZ COSTA JUNIOR e HELLISON EDUARDO ALVES.
20. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0006913-75.2004.8.16.0021-NELI MARIA BAVARESCO DE SOUZA - FI x BANCO REAL S.A - Defiro o pedido de fls.621/631 pelo Exequente. Cumpra-se o C.N., Seção 8,5.8.1, remetendo os autos ao Cartório do Distribuidor para as devidas anotações, quanto ao ínicio da fase em cumprimento da sentença. À conta de custas e despesas processuais, bem como da execução de sentença (em cumprimento da sentença). Intime-se o DEVEDOR, por seu Procurador, para o pagamento em quinze (15) dias - R$-1.921.99 + R$-233.40 de custas. Caso não o faça, ciente o executado que sobre o débito incidirá a multa de 10% (CPC, art. 475-A, § 1°) e mais 10% de verba honoraria sobre o valor da execução. Havendo pagamento e com a concordância da parte credora, expeça-se Alvará Judicial, e havendo custas a liberação para a Escrivania. Decorrido o prazo sem cumprimento, proceda-se bloqueio "on-line", sistema BACEN-JUD, para garantia do débito, até o seu limite. Feito o bloqueio, reduza-se a penhora, e de imediato intimem-se o executado, na pessoa de seu advogado, para oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze (15) dias (CPC, artigo 475-J § 1°) . Int. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Advs. do Requerido CARLOS VITOR MARANHAO DE LOYOLA, RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA, CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA, KLEBER VELTRINI TOZZI, LUCIANO SOARES PEREIRA, LUIS FERNANDO DIETRICH e HERICK PAVIN.
21. COBRANÇA - 281/2004-UNIOESTE - UNIV EST DO PR - HOSPITAL UNIVERSITARIO x HELLEN RIZOTTO - À parte interessada, para que retire a CARTA PRECATÓRIA e efetue o pagamento das fotocópias no valor de R$-30.40 , para seu devido cumprimento, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente ISABELA MARQUES HAPNER, ROBERTA SOARES CARDOZO e ANTONYO LEAL JUNIOR e Adv. do Requerido ORLEY JUNIOR ZANATTA.
22. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 346/2004-POLSTER COMERCIO DE MAQUINAS DE COSTURA LTDA x BANCO BRADESCO S/A - À parte interessada para que retire o ALVARÁ, no prazo de cinco (05) dias. - Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Advs. do Requerido ANA CLAUDIA FINGER, ANA CLAUDIA FINGER FRANÇA e JULIANO RICARDO TOLENTINO.
23. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO - 661/2004-ARLINDO FRANCISCO BRUN (ESPOLIO) x MARCILIO FUKUDA BATISTA e outro - À parte interessada para que retire o ALVARÁ, no prazo de cinco (05) dias. - Adv. do Requerente EDER WAINE CUARELI e Adv. do Requerido SÉRGIO BOND REIS.
24. EMBARGOS A PENHORA - 759/2004-SANTOS & MENEGON LTDA x DANIEL HONORIO TAVARES - Sobre a penhora Renajud realizada às fls. 94, intimem-se o executado para querendo, impugnar. (item 17.2.9.8.1, do CN do TJ/PR). Adv. do Requerente ARI AMARO VIEIRA DE SOUZA e Advs. do Requerido SILVIO SILVA e LOURIVAL CAETANO.
25. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO - 838/2004-LETICIA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA x LUCI DE ALMEIDA E CIA LTDA - ME e outros - 1.Não se verifica no bojo deste caderno processual a citação dos demandados, o que, à evidência, impede o desenvolvimento válido e regular do presente feito. 2.Manifeste-se, pois, a parte autora. 3.Não se justifica, por outro lado, o apensamento dos embargos mencionado se não houve neles a atribuição de efetio suspensivo a execução ora em apenso. 4.Deve, todavia, o cartório, consignar na autuação as demandas conexas aventadas no petitório retro, certificando-se, outrossim, a fase processual dos autos 923/2004. Int. Dil. Advs. do Requerente JONAS ADALBERTO PEREIRA, GIOVANI WEBBER e NADIA MAZUREK.
26. DECLARATORIA DE INEXIGIBILIDADE - 885/2004-IZALEU BRINDES LTDA x M. C. M. INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINDES LTDA - Defiro a suspensão requerida por 90 (noventa) dias, decorridos, diga a requerente. Advs. do Requerente ELVIS BITTENCOURT e AUGUSTO JOSE BITTENCOURT e Advs. do Requerido LEANDRO GODINES DO AMARAL e LEANDRO PARRAS ABBUD.
27. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 931/2004-LETICIA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA x LUCI DE ALMEIDA E CIA LTDA - ME e outros - 1.Cite(m)-se o(s) devedores, por edital, para pagar a dívida e encargos processuais, no prazo de três(03) dias, sob pena de lhe serem penhorados pelo Oficial de Justiça tantos bens quantos bastem para esse pagamento. 2.Fixo os honorários do advogado(a) da parte credora em 10% do valor da dívida, que serão reduzidos à metade se houver pagamento integral no prazo acima mencionado (CPC, art. 659-A e paragráfo único). 3.Conste no mandado citatório a advertência de que o prazo para oposição de embargos à execução pelo devedor é de 15(quinze) dias, contado da juntada aos autos do comprovante de sua citação (CPC, art. 738). Int.Dil. Advs. do Exequente GIOVANI WEBBER, JONAS ADALBERTO PEREIRA e NADIA MAZUREK.
28. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0007206-45.2004.8.16.0021-AUTO POSTO MAÇARICO LTDA x BANCO ITAÚ S/A - Ciência as partes da baixa dos autos do TJ. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e LUCIO MAURO NOFFKE e Advs. do Requerido LAURO FERNANDO ZANETTI, SHEALTIEL L.PEREIRA FILHO e LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI.
29. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0004199-45.2004.8.16.0021-DARLEI DAL AGNOL x BANCO ITAÚ S/A - 1. Cuida-se da segunda fase da ação de prestação de contas que DARLEI DALL AGNOL move contra BANCO ITAÚ S/A na qual este foi condenado a prestar contas de forma contábil. O Banco prestou as contas e juntou aos autos os extratos bancários da conta corrente do autor (fls.557/775). O Autor manifestou concordância às (fls. 776/777), com as contas apresentadas pelo réu e pediu isenção do pagamento das verbas de sucumbência da segunda fase. ANTE O EXPOSTO, JULGO BOAS AS CONTAS APRESENTADAS PELO BANCO (FLS.557/775). Sucumbência: como não houve litígio na segunda fase, não há condenação em honorários e custas. Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Após, com o trânsito em julgado, arquive-se. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND, LUCIO MAURO NOFFKE e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Advs. do Requerido TATIANA PIASECKI KAMINSKI e KARIN LOISE HOLLER MUSSI BERSOT.
30. USUCAPIÃO - 69/2005-LOURDES MACHADO x DILCEU DE OLIVEIRA - Sobre a certidão do Sr.Oficial de Justiça (fls.125), negativa de intimação das testemunhas, manifeste-se o(a) Requerente. Advs. do Requerente CINTHIA ZACHARIAS PREISNER, GISELE CAETANO PINTO MAFESSONI e WANDERLEIA PEREIRA GOMES GAIDARJI, Adv. do Requerido VIVIANA BIANCONI e Advs. de Terceiro NADIA CARENINA PARCIANELLO, CIRLENE LIBRELATO SANTOS e KENNEDY MACHADO.
31. DECLARATÓRIA - 0012052-71.2005.8.16.0021-TRANSBEME TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS x JABUR PNEUS e outro - Baixem para o cálculo das custas processuais, em relação a execuçao de sentença. Apresente o Exequente o cálculo do débito atualizado. Ante a concordância do Exequente, reduza-se a termo a penhora ofertada. Intimem-se. Custas R$-253.14. Advs. do Requerente MARION SALVATI P. SONDA, VANESSA BORGES DOS SANTOS e CRISTIANO JOSE FERREIRA e Advs. do Requerido PAULO ROGERIO T.DE MAEDA, GLORIA NAOKO SUZUKI e MAURO CARAMICO.
32. ALVARÁ JUDICIAL - 317/2005-ELAINE APARECIDA SCALCON x JUÍZO DESTA COMARCA - Contados e preparados, voltem conclusos. R$-193.00 . Advs. do Requerente DANIELLE MAGNABOSCO, LENIR ROSA GOBO, LIANA MARIA GOBO NOGUEIRA e GISSELDA GESSI MARODIN GOBO.
33. INVENTÁRIO - 318/2005-ELAINE APARECIDA SCALCON e outros x MAURO BUENO - Contados e preparados, voltem conclusos. R$-1.133.60 . Advs. do Requerente DANIELLE MAGNABOSCO e LENIR ROSA GOBO.
34. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 584/2005-ALMIR ROGERIO VORPAGEL x FENIX GRAFICA E EDITORA S/C - 1.Defiro os beneficios da justiça gratuita para fins recursais. Recebo no duplo efeito o recurso de apelação manejado pelo(a)Autor (a) às fls.87/95 . Intime-se o apelado para as contra-razões no prazo legal. 3. Após, subam os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado com as nossas homenagens. - Adv. do Requerente JOAO CESAR SILVEIRA PORTELA e Adv. do Requerido HIGOR OLIVEIRA FAGUNDES.

35. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 923/2005-CAL SEED SEMENTES LTDA e outro x TUICIAL - GRAFICA E EDITORA LTDA - EM FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA: Sobre a penhora renajud de fls. 131/132, manifeste-se os requeridos Cal Seed Sementes Ltda e Maria Irenilde Batista de Paula. Adv. do Embargante ORILDO VOLPIN e Advs. do Embargado RAFAEL SARTORI ÁLVARES, MAURÍLIO ROSSETO JUNIOR e RUBIA MOURA PANISSA.
36. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 1193/2005-POMPIER INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA x OI - BRASIL TELECOM S/A e outro - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas do Sr. CONTADOR JUDICIAL, em CONTA PRÓPRIA, no valor de R$-201.72 , as quais deverao ser recolhidas através de guia própria, na CONTA DO MESMO (Cartorio distribuidor/contador) . Após, será efetuada a devida conta de custas. Adv. do Requerente HERIBERTO RODRIGUES TEIXEIRA e Advs. do Requerido REINALDO MIRICO ARONIS, LUIZ ASSI, GIORGIA PAULA MESQUITA e PAULO ROBERTO FADEL.
37. ORDINÁRIA - 176/2006-JOAO HELIO ALTISSIMO x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO S/A. - 1. Recebo no duplo efeito o recurso de apelação manejado pelo(a)Requerido (a) às fls.351/362 . Intime-se o apelado para as contra-razões no prazo legal. 3. Após, subam os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado com as nossas homenagens. - Adv. do Requerente ADAIR JOSE ALTISSIMO e Adv. do Requerido OLDEMAR MARIANO.
38. ORDINARIA DE RESCISAO CONTRATO - 333/2006-COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR x JAIR ALEIXO DE PAULA e outros - À parte Requerida, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente VICENTE REINALDO TEIXEIRA PUGLIESI, GISAH MYARA MAYSONNAVE e SILVIA FATIMA SOARES e Advs. do Requerido MARCELO FABIANO FLOPAS, RUI DA FONSECA e ADRIANE TURIN DOS SANTOS.
39. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 0012144-15.2006.8.16.0021-PAULO ROGERIO DE SOUZA LUZ x MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls.390/391 e julgo extinto o processo com base no art. 269 III do Código de Processo Civil. Custas pelo Município P. R. I. Baixas necessárias, arquive-se. Advs. do Requerente ALESSANDRO PIERO LUCCA e RUBEM DARLAN FERRARI MOREIRA e Advs. do Requerido CLAUDIO JOSÉ ABREU DE FIGUEIREDO, KENNEDY MACHADO, MARIA SALUTE SOMARIVA e WELTON DE FARIAS FOGAÇA.
40. EMBARGOS DE TERCEIRO - 554/2006-CARMEN VARGAS DE CASTILHO x MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR - Manifeste-se a Fazenda Publica. Advs. do Embargante EDINALDO LINHARES DE OLIVEIRA e ELIO REZENDE DE OLIVEIRA e Advs. do Embargado ANDREIA FEDERLE e MARIA SALUTE SOMARIVA.
41. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 919/2006-VERA CRUZ VIDA E PREVIDENCIA S/A x DIONISIO BUENO e outros - Contados e preparados, voltem conclusos. R$-13.44 . Adv. do Requerente LUIS CARLOS MIGLIAVACCA e Advs. do Requerido LENIR ROSA GOBO, LIANA MARIA GOBO NOGUEIRA e GISSELDA GESSI MARODIN GOBO.
42. COBRANÇA - 995/2006-CONDOMINIO TORRE DO SOL II x FERNANDO F.G. DOS REIS - Contados e preparados, voltem conclusos. R$-19.74 . Advs. do Requerente JURANDIR RICARDO PARZIANELLO JUNIOR e LEONARDO PARZIANELLO e Advs. do Requerido ELISABETE KLAJN e ISMAR ANTONIO PAWELAK.
43. ORDINARIA DE INDENIZACAO - 1057/2006-SIBELE ROCHA MARIN x BANCO SAFRA S/A e outro - Defiro o prazo de 10 dias ao requerido. Int. Adv. do Requerente ZENINHO GOLDONI e Advs. do Requerido JOSE RENACIR MARCONDES, VALERIA CARAMURU CICARELLI, ALEXANDRE NELSON FERRAZ, RENATA CERCI POMPERMAYER CICARELLI, MATHEUS DIACOV e TATHIANA MARCONDES.
44. REVISIONAL - 1136/2006-SILVIA REGINA ESTEVES DE ANDRADE x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO S/A. - Defiro o pedido de fls.218/237 pelo Exequente. Cumpra-se o C.N., Seção 8,5.8.1, remetendo os autos ao Cartório do Distribuidor para as devidas anotações, quanto ao ínicio da fase em cumprimento da sentença. À conta de custas e despesas processuais, bem como da execução de sentença (em cumprimento da sentença). Intime-se o DEVEDOR, por seu Procurador, para o pagamento em quinze (15) dias - R$-9.892.82 + R$-1.186.51 de custas. Caso não o faça, ciente o executado que sobre o débito incidirá a multa de 10% (CPC, art. 475-A, § 1°) e mais 10% de verba honoraria sobre o valor da execução. Havendo pagamento e com a concordância da parte credora, expeça-se Alvará Judicial, e havendo custas a liberação para a Escrivania. Decorrido o prazo sem cumprimento, proceda-se bloqueio "on-line", sistema BACEN-JUD, para garantia do débito, até o seu limite. Feito o bloqueio, reduza-se a penhora, e de imediato intimem-se o executado, na pessoa de seu advogado, para oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze (15) dias (CPC, artigo 475-J § 1°) . Int. Adv. do Requerente ALESSANDRA MACHADO DE OLIVEIRA e Advs. do Requerido OLDEMAR MARIANO e SERGIO LUIZ BELOTTO JR..
45. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 1414/2006-JOSE RENACIR MARCONDES x SOUZA & ZANCAN LTDA - ME - Pelo exposto e mais que dos autos constam, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inserido na presente ação, fiando o embargante adstrito ao pagamento das custas e despesas processuais bem como pela verba honorária da parte adversa que fixo, consoante apreciação equitativa, em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), ex vi do art. 20, § 4° do Digesto Processual. P.R.I. Advs. do Embargante LAURO HENRIQUE LUNA DOS ANJOS e TATHIANA MARCONDES e Adv. do Embargado DANUBIO CUNHA DA SILVA.
46. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 212/2007-CONDOMINIO EDIFICIO METROPOLIS x LUIZ ANGELO CERILO BARBOSA - Retire-se da pauta de Leilão. Diga o Exequente sobre o prosseguimento do feito, intime-se. Advs. do Exequente CYNARA APARECIDA DE ALMEIDA ANZOLIN, MARCELO DE OLIVEIRA NICOLAU e MARCELO DE OLIVEIRA NICOLAU e Adv. do Executado MARCIO SETENARESKI.
47. ORDINÁRIA - 435/2007-RICARDO AUGUSTO SMARCZEWSKI x BANCO ALVORADA S/A - Contados e preparados, voltem conclusos. R$-8.46 . Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Advs. do Requerido RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA e LEANDRO CABRERA GALBIATI.
48. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 580/2007-FORMATO CONSTRUÇÕES LTDA x JAIME VIEIRA PIZZONI - Intime-se o autor pessoalmente e seu Procurador pelo DJ a dar andamento no feito, no prazo de quarenta e oito (48.00) horas , sob pena de extinção do feito. Int. Adv. do Requerente FERNANDA CRISTINA PARZIANELLO e Adv. do Requerido RUI DA FONSECA.
49. DEPÓSITO - 625/2007-OMNI S/A - C. F. I. x ANTONIO ARILDO DA LUZ - 1.Em cumprimento ao disposto no art. 267, §1º, determino a intimação pessoal do requerente, no endereço constante nos autos, e seu advogado pelo DJ, para dar andamento no feito em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. 2. Em caso de certidão negativa, expeça-se edital de intimação para os mesmos fins. 3.Certificado o decurso do prazo sem manifestação, voltem conclusos para extinção. 4.Int. Advs. do Requerente CLERSON ANDRE ROSSATO, ROGERIO GROHMANN SFOGGIA e EDUARDO OLEINIK e Advs. do Requerido ALVARO F. KREFTA e ARLEY MOZEL.
50. COBRANÇA - 0014331-59.2007.8.16.0021-JOSÉ BONIFÁCIO MOREIRA e outros x UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A - UNIBANCO - Contados e preparadas as custas pelo requerido UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS, voltem conclusos. R$-1.187.84. Sobre o deposito de fls. 227, manifeste-se o Autor. Int . Advs. do Requerente VALDEMAR BERNARDO JORGE e FABIO SZESZ e Advs. do Requerido JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO, MARIA REGINA ZARATE NISSEL, FABRICIO TAPXURE SCARAMUZZA, CAROLINA ERZINGER PEIXER e BRASILIO VICENTE DE CASTRO NETO.
51. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - 922/2007-EUCATUR - EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA x RODOSILVA TRANSPORTES E SERVIÇOS FLORESTAIS - A notificação deverá ser feita nos termos do Art. 45 do CPC. Int. Advs. do Requerente LUIZ PAULO WILLE, CLAUDIO DE LARA JUNIOR, RODRIGO CESAR CALDEIRA, ANDRE DE ARAUJO SIQUEIRA, EDUARDO RODRIGO COLOMBO e RAMIRO DE LIMA DIAS e Advs. de Terceiro LONGINO J.DE CHAVES FILHO e VANDERLEI DE PAULA BARRETO.
52. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 1089/2007-CASCAVEL DISTRIBUIDORA DE VIDROS E ACESSÓRIOS LTDA x BANCO RURAL S/A - Contados e preparadas as custas pelo requerido BANCO RURAL S.A, no prazo de 48 horas, sob as penas da Lei, voltem conclusos. R$-224.94 . Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Adv. do Requerido PAULO GIOVANI FORNAZARI.
53. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 1093/2007-LATIAL - LATICINIO AMPERE LIMITADA x BANCO BANESTADO ITAÚ S/A. - 1. Recebo no duplo efeito o recurso de apelação manejado pelo(a)Requerido (a) às fls.1714/1728 . Contra-razões do autor, juntada às fls. 1744/1769. 3. Recebo o recurso adesivo formulado pelo requerente às fls. 1729/1743. Vista ao Requerido para suas contra-razoes. 4. Após, subam os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado com as nossas homenagens. 5. Intimem.- Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Advs. do Requerido JORGE LUIZ DE MELO e TATIANE APARECIDA LANGE.
54. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0014387-92.2007.8.16.0021-WILSON SHIUNDY AMANO x BANCO BRADESCO S/A - À parte interessada para que retire o ALVARÁ, no prazo de cinco (05) dias. - Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Advs. do Requerido JULIANO RICARDO TOLENTINO, LEANDRO DE QUADROS, ANA PAULA FINGER MASCARELLO e ANA CLAUDIA FINGER FRANÇA.
55. AÇÃO DE COBRANÇA - 1226/2007-VERA LUCIA THOMANN MOREIRA x ITAÚ SEGUROS S/A - Digam as partes se pretendem a produção de outras provas, justificando sua pertinência e caso pretendam produzir prova testemunhal, apresentem desde logo o rol. Intimem-se. Adv. do Requerente SOLANGE DA SILVA MACHADO e Advs. do Requerido ANGELA MARINA ARSEGO LEITE, RAFAEL BARONI, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, SUELEN PATRICIA BUTTENBENDER, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, DEBORA SEGALA, GERALDO NOGUEIRA DA GAMA e RAQUEL SOBOLESKI CAVALHEIRO.
56. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 1258/2007-PLASTMANIA RECICLADORA DE PLÁSTICOS LTDA x BANCO DO BRASIL S/A - À parte interessada para que compareça em Cartorio para retirar os documentos desentranhados. Adv. do Requerente MARCELO BARZOTTO e Advs. do Requerido SIMONE MONTEIRO FLEIG e KAREN FABRICIA VENAZZI.
57. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1276/2007-BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A x OPA AGÊNCIA DE TURISMO LTDA e outros - Intime-se o executado para que, em cinco (05) dias, indique bens à penhora, sob pena de multa que fixo em 20% do valor executado nos termos do artigo 601 do CPC. Int. Advs. do Requerente PAULO GIOVANI FORNAZARI, JOSE ALBERTO DIETRICH FILHO, GUSTAVO HENRIQUE DIETRICH, JOAQUIM PEREIRA ALVES JUNIOR, CARMELA MANFROI TISSIANI, SANDRO MATTEVI DAL BOSCO e FABIO NAPOLI MARTINS e Adv. do Requerido MARCO ANTONIO BARZOTTO.
58. DECLARATÓRIA - 1379/2007-ANDREI MAXIMO PEDRO x TIAGO DA SILVA SENE - 1. Aos Requeridos citados por edital, nomeio Curador(a) Especial a(o) Dr. (a)ANA PAULA SABATOSKI , OAB/PR. n.47.500 e telefone 45-3035-1398 sob a fé de seu grau, independentemente de compromisso por termo. 2. Arbitro os honorarios da Curadora Especial em R$-400.00, os quais deverão ser pagos ao final. 3. Intime-se-

a, para oferecimento de defesa, no prazo de vinte (20) dias. Int. Advs. do Requerente OLIMPIO MARCELO PICOLI e SABRINA LIMA DE SOUZA e Adv. do Requerido ANA PAULA SABATOSKI.

59. CAUTELAR INOMINADA - 1482/2007-FERNANDO FERREIRA GONÇALVES DOS REIS x CONDOMINIO TORRE DO SOL II - Conforme certidões de fls. 63/64, o condomínio réu já foi intimado da decisão relativa ao agravo de instrumento, que determinou a imediata ligação do gás (fls. 55/61). Nesta esteira, de modo a viabilizar o objeto da cautelar, intime-se pessoalmente o condomínio réu, por meio de seu síndico, para que no prazo improrrogável de cinco (05) dias, dê imediato e integral cumprimento a determinação judicial de fls. 55/61, sob pena de multa diária no importe de R$-200.00 (duzentos reais), até o limite do dobro do valor da dívida constante nos autos em apenso (n. 995/2006), devidamente atualizada. Int. Advs. do Requerente ELISABETE KLAJN e ISMAR ANTONIO PAWELAK e Adv. do Requerido JURANDIR RICARDO PARZIANELLO JUNIOR.

60. AÇÃO MONITÓRIA - 1705/2007-IRMAOS HUBER LTDA x SALETE F. JAGELISKI DA SILVA E CIA. LTDA. - 1. Recebo os embargos (fls.46/47) para discussão, suspendendo a eficácia do mandado inicial. (anote-se). 2. Intime-se a(o) embargada(o), para impugná-los em 15 (quinze) dias. Adv. do Requerente RODRIGO TESSER e Adv. do Requerido MARCELO AUGUSTO SELLA.

61. SUSTACAO DE PROTESTO - 1721/2007-GRÃO FERTIL - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA x BASF S/A - Ao requerente, para que efetue o preparo dos valores descritos, no prazo de 10 (dez) dias, a serem recolhidos através de Boleto Bancário disponível no site do TJPR (www.tjpr.jus.br). Diligência do Sr. Oficial de Justiça: R$49,50 (Guia de Oficial de Justiça, Banco: Caixa Econômica, Agência: 3983, Conta: 3940-6, Zona: 2); Expedição de Mandado: R$9,40 (Guia de Recolhimento Judicial). Para que seja dado integral cumprimento no que fora requerido/determinado. Para confirmação do pagamenento do Sr. Oficial de Justiça, é necessário que a 1ª, 3ª e 5ª vias originais sejam apresentadas em cartório, devidamente protocoladas pela unidade arrecadadora ou acompanhadas de recibo. - Advs. do Requerente GILCEO JAIR KLEIN e LUIZ FERNANDO MOSER e Advs. do Requerido VAGNER POLO, SILVIA MELONI DE OLIVEIRA e ROBERTO LUIZ CELUPPI.

62. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 1763/2007-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x ROSENIR NARCIZO DA SILVA - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente ALEXANDRE NELSON FERRAZ e MATHEUS DIACOV.

63. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0016017-52.2008.8.16.0021-CARLOS BAZZO x OI - BRASIL TELECOM S/A - Ciência às partes sobre a baixa dos autos. - Advs. do Requerente MARCO ANTONIO BARZOTTO, GILMAR ANTONIO OLTRAMARI e SIMONE HANSEN ALVES GROSSI e Adv. do Requerido DANIEL ANDRADE DO VALE.

64. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 378/2008-MARIA DE LOURDES KONEK x BANCO ITAÚ S/A - À parte interessada para que retire o ALVARÁ, no prazo de cinco (05) dias. - Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Advs. do Requerido TATIANA PIASECKI KAMINSKI, KARIN LOISE HOLLER MUSSI BERSOT, LAURO FERNANDO ZANETTI, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI e SHEALTIEL L.PEREIRA FILHO.

65. USUCAPIÃO - 864/2008-MARIA STELA WEBBER RODRIGUES x JESUS RIBEIRO COUTINHO e outro - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R$-1.322.54. Adv. do Requerente WANDERLEIA PEREIRA GOMES GAIDARJI e Adv. do Requerido HIGOR OLIVEIRA FAGUNDES.

66. DECLARATÓRIA - 922/2008-VALDECIR APARECIDO COLONTONIO x BRADESCO CONSÓRCIO LTDA. e outro - Inicialmente defiro a prova pericial. Intimem-se as partes, para querendo, apresentarem seu(s) quesito(s) e indicarem assistente(s) técnico(s). Para realização da Perícia, nomeio o Doutor CARLOS ALBERTO ROVER CRM/PR N° 16192, à Rua Maranhao 790, ED. GREEN 3° andar, telefone 3224-7677, sob a fé de seu grau. Intime-se-o e abra-se-lhe vista dos autos para que apresente proposta de honorários, que serão arcados pela(o) requerida(o). Intimem-se. Adv. do Requerente NEUSA MARA LEMOS e Advs. do Requerido SIMONE BORGUESAM DA SILVA, JOSE FERNANDO VIALLE, RAFAELA DENES VIALLE, KATIA VALQUIRIA BORILLE BUSETTI, NEWTON DORNELES SARATT e FERNANDO AUGUSTO OGURA.

67. AÇÃO ORDINÁRIA DE CONHECIMENTO CONDENATÓRIO - 944/2008-ELCIO YAMASHIRO x PREVI - CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNC.BCO BRASIL - Defiro a prova pericial Contábil . Faculto às partes o direito de indicação de assistentes-técnicos e a formularem quesitos no prazo de dez (10) dias. Nomeio Perito NELSON NESTOR HICKMANN, residente nesta Cidade, fone 045 -9921-7016 e 45-3278-7703 . Ofertado os quesitos, intime-se o Sr. Perito para apresentação de proposta de honorarios. Apresentada a referida proposta, intimem-se as partes a manifestarem-se em cinco (05) dias e efetuarem o depósito. Após, expeça-se alvará de levantamento em favor do(a) Sr(a) Perito(a). Com a juntada do laudo, manifestem-se as partes. Int. Adv. do Requerente KÁTYA MARIA ALVES HERMISDORFF e Advs. do Requerido PAULO FERNANDO PAZ ALARCON, ANNA CAROLINA DE BARROS e LUCIANA ANDRÉA M. DE OLIVEIRA.

68. EMBARGOS DO DEVEDOR - 1089/2008-N F SEGURANÇA SC LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R$-632.80. Adv. do Embargante GIOVANI WEBBER e Advs. do Embargado KENNEDY MACHADO e MARIA SALUTE SOMARIVA.

69. HABILITAÇÃO - 1182/2008-COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR x MARINA ALEIXO DE PAULA e outro - O pedido já foi indeferido, de plano, pela deliberação de fls. 14, razão pela qual, JULGO EXTINTO o presente, com fulcro no art. 267, VI do CPC. Custas pelo demandante. Adv. do Requerente SILVIA FATIMA SOARES.

70. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURIDICA - 1186/2008-EVALDO ZORZI x JOÃO MANFROI TISSIANI - "1. Torno sem efeito a decisão de fls.122 pelo inequívoco erro material ocorrido na confecção da deliberação judicial, passível pois de correção, ex officio (art.463, I do CPC). 2. Com efeito, a executada é beneficiária da assistência judiciária gratuíta, conforme se desprende da sentença de fls.116, razão pela qual não há como deferiro pedido para cumprimento de sentença, nos moldes lá estabelecidos. 3. Com efeito, efetuem-se as retificações e baixas necessárias. Após, remetam-se os presentes autos ao arquiveo. Int. Dilg. Advs. do Requerente LUIZ CARLOS QUEIROZ e CRISTIANE ZARDO QUEIROZ e Advs. do Requerido CARMELA MANFROI TISSIANI e ELVIS BITTENCOURT.

71. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 1335/2008-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x SIDNEY MARCONDES EVANGELISTA - 1 - NOMEIO EM SUBSTITUIÇÃO AO RÉU CITADO POR EDITAL, NOMEIO CURADOR(A) ESPECIAL O(A) ANA PAULA AMARAL B. LISBOA, OAB/PR Nº. 43.591, TELEFONE 3038-09-30, SOB A FÉ DE SEU GRAU, INDEPENDENTEMENTE DE COMPROMISSO POR TEMO. INTIME-SE PARA PROMOVER A DEFESA, NA FORMA DO DESPACHO ANTERIOR. INT. Advs. do Requerente CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELEM e PATRICIA TRENTO e Adv. do Requerido ANA PAULA AMARAL BARROS LISBOA.

72. AÇÃO DE RESSARCIMENTO - 1412/2008-LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A x ALESSANDRO RODRIGO PEDROSO TOMASI e outro - Sobre os documentos juntados às fls. 103/342, diga a Autora. Intime-se. Advs. do Requerente JOSE FERNANDO VIALLE e RODRIGO CARLESSO MORAES e Advs. do Requerido LUIS CARLOS MIGLIAVACCA e SUELI MARIA OLTRAMARI.

73. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0015930-96.2008.8.16.0021-GILSON BOMM x UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A - UNIBANCO - À parte interessada para que retire o ALVARÁ, no prazo de cinco (05) dias. - Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Advs. do Requerido LUIS OSCAR SIX BOTTON, DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM.

74. MEDIDA INCIDENTAL CAUTELAR INOMINADA - 1742/2008-IVONETE ROCHA DE CASTRO e outros x SEMENTES STOCKER LTDA - "Manifestem-se os autores. Int." Adv. do Requerente MARLENE JORDAO DA MOTTA ARMILIATO.

75. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - 1812/2008-MARIA CLEIDE PEREIRA GONÇALVES x MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR - À parte Requerente, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente ANTONIO LUIZ BRUNING PARIZOTTO e SOLANGE DA SILVA MACHADO e Advs. do Requerido WELTON DE FARIAS FOGAÇA, MARCIA DA SILVA CAVALCANTI e MARIA SALUTE SOMARIVA.

76. DESCONSTITUTIVA DE NEG. JUR. - 205/2009-SERVIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA x ÁUREO ALVES DE OLIVEIRA e outro - 1. Considerando o curso de medidas cautelares em Curitiba/PR, em que este magistrado foi convocado, nos dias 29 e 30 de setembro de 2011, redesigno a audiência para o dia 31 de outubro de 2011, às 15:30 horas. 2. Intimem-se. Advs. do Requerente MARCIA FERNANDA DA CRUZ RICARDO JOHANN e FERNANDO LUIZ JOHANN e Advs. do Requerido LUIZ CARLOS ALVES DE OLIVEIRA, ARMANDO RICARDO DE SOUZA, RUBENS JOSE DE SOUZA JUNIOR e ELIZANDRA S. MALLAMANN.

77. REPARAÇÃO DE DANOS - 218/2009-ANISIO ELESBÃO x SÃO FRANCISCO TRANSPORTES E SONORIZAÇÕES LTDA- ME (MUSICAL SAN FRANCISCO) e outro - 1. Recebo no duplo efeito o recurso de apelação manejado pelo(a)Requerente (a) às fls.112/130 . Intime-se o apelado para as contra-razões no prazo legal. 3. Após, subam os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado com as nossas homenagens. - Adv. do Requerente SERGIO RICARDO TINOCO e Advs. do Requerido JOSE CARLOS PEDROZA, JOSE ANTONIO LARA DIAS e LOSIANE LARA DIAS.

78. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 228/2009-AYMORÉ - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x LUIS ANDRE ALEIXO - Homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls. 127/132 e julgo extinto o processo com base no art. 269 III do Código de Processo Civil. Fica revogada a liminar inicialmente deferida. Expeça-se alvará conforme acordo. P. R. I. Baixas necessárias. Advs. do Requerente IGOR RAFAEL MAYER, RICARDO RUH, CARLOS WERZEL e JOSE ELI SALAMACHA e Adv. do Requerido CASSIANO GARCIA DA SILVA.

79. DECLARATÓRIA - 0016596-63.2009.8.16.0021-ESTAÇÃO DE ÁGUAS MINERAIS VALE DAS ARAUCÁRIAS LTDA x TIM SUL S/A - "1. Extraí-se dos autos quea executada foi intimada para cumprimento voluntário, deixando de fazê-lo no prazo legal. 2. Não houve equívoco na expedição do mandado, sendo que o mesmo foi expedido nos exatos termos do pedido do Credor. 3. Defiro o levantamento do valor depositado, intimando-se oe xecutado para complemento no prazo de (05) cinco dias, sob pena de penhora. 4. Certificado o decurso do prazo acima, desentranhe-se o mandado para cumprimemnto. 5. Intimem-se. Complemento do pagamento R$ 2.509,33 mais custas processuais no valor de R$ 812,78 um total de R$ 3.322,1. 1 Adv. do Requerente MARCO ANTONIO PADOVANI, Advs. do Requerido. SERGIO LEAL MARTINEZ e GEANDRO LUIZ SCOPEL e Adv. de Terceiro ADRIANO LUIS SANDRI.

80. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 294/2009-MARIA ESTER RODRIGUES e outro x UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - 1. Considerando o curso de medidas cautelares em Curitiba/PR, em que este magistrado foi convocado, nos dias 29 e 30 de setembro de 2011, redesigno a

audiência para o dia 05 de dezembro de 2011, às 15:00 horas. 2. Intimem-se. Advs. do Requerente GIOVANI WEBBER e CLAUDIA ULIANA ORLANDO e Advs. do Requerido ISABELA MARQUES HAPNER, ROBERTA SOARES CARDOZO e ANTONYO LEAL JUNIOR.

81. DECLARATÓRIA - 358/2009-SOLO IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA. x BANCO ITAÚ S/A - Sobre a proposta de honorários de fls.187, digam as partes - R$-2.145.00. Advs. do Requerente KELLY CRISTINA RIBEIRO, RODRIGO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE e JEANINE HEINZELMANN FORTES BUSS e Advs. do Requerido MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e NARADIBA S. GUERRA DE SOUZA.

82. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 428/2009-BANCO ITAUCARD S/A x JUSSARA SANTOS DA ROSA - Homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de tIs.70 e julgo extinto o processo com base no art. 269 Ill do Código de Processo Civil. Fica revogada a liminar inicialmente deferida. P. R. I. Baixas necessárias. arquivem-se Advs. do Requerente MILKEN JACQUELLINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e FLAVIO SANTANNA VALGAS e Advs. do Requerido HIVONETE S. L. C. PICCOLI, GIBSON MARTINE VICTORINO, JAIR VANI DE ARAGÃO, GISELLE M. V. RIEPENHOFF e JUSSARA PALMIRA BILIBIO.

83. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - 526/2009-CLÓVIS FERREIRA DE ALBUQUERQUE x LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDA LTDA - Homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls. 82/85 e julgo extinto o processo com base no art. 269 Ill do Código de Processo Civil. Fica revogada a liminar inicialmente deferida. Expeça-se ai vará conforme acordo. P. R. I. Baixas necessárias. arquirvem-se. Advs. do Requerente MIGUELITO REGIS CARGNIN e ANDRÉIA FACIONI e Adv. do Requerido LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS.

84. REPARAÇÃO DE DANOS - 676/2009-ANDERSON CLAYTON DA SILVA e outros x REYNALDO FAGUNDES e outros - 1) À parte Requerente, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. 2) Ao requerido, VIAÇÃO CAPITAL DO OESTE, faz-se necessário o depósito de R$75,00 referente às Despesas Postais e R$28,20 referente à Expedição de Ofício, para intimação pessoal dos autores, no prazo de 10 (dez) dias. - Advs. do Requerente ALEX SANDRO SONDA e LUCIANA CARLA SUTILE SONDA, Advs. do Requerido VITOR HUGO SCARTEZINI, OLAVO DAVID JUNIOR, ADEMIR GIORDANI, VALDIR CEZAR MILANI, NILBERTO RAFAEL VANZO e JOSE FERNANDO MARUCCI e Advs. de Terceiro MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e MARCIO ALEXANDRE CAVENAGUE.

85. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1013/2009-BRAZIL CREDITT MERCANTIL E NEGÓCIOS LTDA. x IRMÃOS MUFFATO & CIA LTDA - Manifeste-se o Exequente. Int. Advs. do Requerente ANTONIO COLPO, DENISE SORDI e PATRICIA PIEROZAN CARDOSO e Advs. do Requerido PATRICIA FRANCISCO DE SOUZA ZINI, AUGUSTO JOSE BITTENCOURT, ELVIS BITTENCOURT e REGIS PANIZZON ALVES.

86. INDENIZAÇÃO - 1067/2009-EVAIR SCHORR x DEPARTAMENTO DE ESTADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR e outro - Defiro a prova pericial requerida pelo DER . Faculto às partes o direito de indicação de assistentes-técnicos e a formularem quesitos no prazo de dez (10) dias. Nomeio Perito Dr. JOSE GILMAR DOS SANTOS, residente nesta Cidade, fone 045 - 3224-6221 . Ofertado os quesitos, intime-se o Sr. Perito para apresentação de proposta de honorarios. Apresentada a referida proposta, intimem-se as partes a manifestarem-se em cinco (05) dias e efetuarem o depósito. Após, expeça-se alvará de levantamento em favor do(a) Sr(a) Perito(a). Com a juntada do laudo, manifestem-se as partes. Int. Advs. do Requerente EVÂNIO CARLOS SOLANHO e VALMIR LUCKMANN e Advs. do Requerido ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA, EDSON LUIZ DO AMARAL e ANTÔNIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ.

87. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1179/2009-COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO CATARATAS x PAULO RICARDO INÁCIO & CIA LTDA. e outros - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente MARCIO LUIZ BLAZIUS, MARCIO RODRIGO FRIZZO e CERINO LORENZETTI.

88. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 1220/2009-DIONISIO CZERNIEJ x UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A - UNIBANCO - À parte interessada para que retire o ALVARÁ, no prazo de cinco (05) dias. - Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Advs. do Requerido JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO, JORGE LUIZ DE MELO, TATIANE APARECIDA LANGE e FÁBIO JUNIOR BUSSOLARO.

89. COBRANÇA - 1250/2009-HOSPITAL POLICLÍNICA CASCAVEL LTDA x JOSENICE FERNANDA FRANCO BOMBOSSARO e outro - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R $-11.28. Advs. do Requerente PAULO ROBERTO PEGORARO JUNIOR, ADELINO MARCON e KLEBER DE OLIVEIRA e Advs. do Requerido PATRICIA LILIANA SCHROEDER TAKAQUI e VIVIANA BIANCONI.

90. ORDINÁRIA - 1273/2009-DPK - COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA x EBENEZER LISTAS E GUIAS COMERCIAIS LTDA - À parte interessada, para que retire a CARTA PRECATÓRIA e efetue o pagamento das fotocópias no valor de R$-33.40 , para seu devido cumprimento, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente FERNANDA CRISTINA PARZIANELLO, ADILSON DE CASTRO JUNIOR, DANIELLA LETICIA BROERING, ANA PAULA MAGALHÃES, IVY MANFREDINI BARBOSA, ANDREA PAULA DA ROCHA ESCORSIN, ANDRE LUIZ RAMOS DE CAMARGO, SILVIA ELISABETH NAIME e STELA MARLENE SCHWERZ.

91. USUCAPIÃO - 1436/2009-MONICA BRAGA FERREIRA DE LIMA x CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A e outro - 1. Aos Requeridos citados por edital ( ALMIR DA SILVA SARDINHA), nomeio Curador(a) Especial a(o) Dr.(a) ANA PAULA BERTUSSO FRANZOLINI , OAB/PR. n.45.707 e telefone 45-3225-4237, sob a fé de seu grau, independentemente de compromisso por termo. 2. Arbitro os honorarios da Curadora Especial em R$-400.00, os quais deverão ser pagos ao final. 3. Intime-se-a, para oferecimento de defesa, no prazo de vinte (20) dias. Int. Advs. do Requerente TANIA CRISTINA DE PAULA SOMARIVA e JANE MARA DA SILVA PILATTI e Advs. do Requerido JULIANO MIQUELETTI SONCIN e ANA PAULA BERTUSSO FRANZOLINI.

92. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1612/2009-BANCO DO BRASIL S/A x K.C.M SOSSMEIER & CIA LTDA e outros - À parte interessada, para que retire a CARTA PRECATÓRIA e efetue o pagamento das fotocópias no valor de R$-24.40 , para seu devido cumprimento, no prazo de cinco (05) dias. Adv. do Exequente MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI.

93. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 1620/2009-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO S/A. x TATIANE SILVA DE SOUZA - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Adv. do Requerente SIGISFREDO HOEPERS.

94. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1637/2009-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x MARCELO BIANCHI LOPES - Em cumprimento ao disposto no art. 267, § 1º, determino a intimação pessoal do requerente, no endereço constante nos autos, e seu advogado pelo DJ, para dar andamento no feito em 48 horas (indicar bens à penhora), sob pena de extinção e arquivamento. 2.Em caso de certidão negativa, expeça-se edital de intimação para os mesmos fins. 3.Certificado o decurso do prazo sem manifestação, voltem conclusos para extinção. 4.Int. Advs. do Exequente MILKEN JACCQUELINE CENERINI, FLAVIO SANTANNA VALGAS e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES.

95. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 2007/2009-BANCO DO BRASIL S/A x KARINA BEVILAQUA e outros - Intime-se os executados para comparecer em Juízo assinar o termo de penhora de fls. 60. Advs. do Exequente MARLENE LEITHOLD e PATRICIA C. V. R. BORGES e Advs. do Executado JAIR ANTONIO WIEBELLING, JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e MARCIA LORENI GUND.

96. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 2014/2009-BANCO ITAÚ S/A x PACHECO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA e outro - Defiro a suspensão requerida por 90 (noventa) dias, decorridos, diga a requerente. Advs. do Requerente BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI e GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO SHCAIRA.

97. AÇÃO MONITÓRIA - 2241/2009-JOICE KELER DE JESUS x R. D. PESSOA & CIA LTDA - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Adv. do Requerente JOICE KELER DE JESUS.

98. ORDINÁRIA DE COBRANÇA - 2267/2009-POLIBAGS PLÁSTICOS INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA. x IDINELSON RIBEIRO e outros - 1. Especifiquem as partes, querendo, as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de indeferimento, manifestando-se, os pontos que entendam controvertidos, na presente demanda. Intimem-se. Advs. do Requerente ANTONIO CARLOS MARTELI, JULIANO HUCK MURBACH, CELSO SOUZA GUERRA JUNIOR, ANDRE VINICIUS BECK LIMA e ARLINDO RIALTO JUNIOR e Adv. do Requerido LEONARDO PARZIANELLO.

99. RESTITUICAO DE INDEBITO - 2333/2009-ALEXANDRA MACHADO x BANCO FINASA BMC S/A - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R$-552.84. Advs. do Requerente DANIEL MARTINS e JULIANO CONTE e Advs. do Requerido LEANDRO DE QUADROS, JULIANO RICARDO TOLENTINO, ANA PAULA FINGER MASCARELLO e ANA CLAUDIA FINGER FRANÇA.

100. ORDINÁRIA DE COBRANÇA - 2340/2009-NUTRIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA x BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS S/A - Ao requerente, para que efetue o preparo dos valores descritos, no prazo de 48:00 horas, a serem recolhidos através de Boleto Bancário disponível no site do TJPR (www.tjpr.jus.br). Diligência do Sr. Oficial de Justiça: R$99,00 (Guia de Oficial de Justiça, Banco: Caixa Econômica, Agência: 3983, Conta: 3940-6, Zona: 2); Expedição de Mandado: R$9,40 (Guia de Recolhimento Judicial). Para que seja dado integral cumprimento no que fora requerido/determinado. Para confirmação do pagamenento do Sr. Oficial de Justiça, é necessário que a 1ª, 3ª e 5ª vias originais sejam apresentadas em cartório, devidamente protocoladas pela unidade arrecadadora ou acompanhadas de recibo + R$24,00, referente expedição e fotocópias de Carta Precatória, no prazo de 48:00 horas. - Advs. do Requerente ELVIS BITTENCOURT, AUGUSTO JOSE BITTENCOURT, LAURI DA SILVA, PATRICIA FRANCISCO DE SOUZA e REGIS PANIZZON ALVES e Advs. do Requerido JOSE FERNANDO VIALLE, LUIZ CARLOS PROVIN e RAFAELA DENES VIALLE.

101. COBRANÇA - 2369/2009-ASSOCIAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO OESTE DO PARANÁ - AMIC x ROMMEL E CIA. LTDA. - Defiro o pedido de fls.68/69 pelo Exequente. Cumpra-se o C.N., Seção 8,5.8.1, remetendo os autos ao Cartório do Distribuidor para as devidas anotações, quanto ao ínício da fase em cumprimento da sentença. À conta de custas e despesas processuais, bem como da execução de sentença (em cumprimento da sentença). Intime-se o DEVEDOR, por seu Procurador, para o pagamento em quinze (15) dias - R$-9.573.23 + R$-523.00 de custas. Caso não o faça, ciente o executado que sobre o

débito incidirá a multa de 10% (CPC, art. 475-A, § 1°) e mais 10% de verba honoraria sobre o valor da execução. Havendo pagamento e com a concordância da parte credora, expeça-se Alvará Judicial, e havendo custas a liberação para a Escrivania. Decorrido o prazo sem cumprimento, proceda-se bloqueio "on-line", sistema BACEN-JUD, para garantia do débito, até o seu limite. Feito o bloqueio, reduza-se a penhora, e de imediato intimem-se o executado, na pessoa de seu advogado, para oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze (15) dias (CPC, artigo 475-J § 1°) . Int. Adv. do Requerente HERBES ANTONIO PINTO VIEIRA.

102. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0006935-60.2009.8.16.0021-COOPAVEL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LTDA x JAIMIR SERGIO ZDEBSKI e outros - À parte interessada para que retire o ALVARÁ, no prazo de cinco (05) dias. - Advs. do Exequente JOSE FERNANDO MARUCCI, MANUELA RENNER CASARIL e NILBERTO RAFAEL VANZO.

103. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 0000865-90.2010.8.16.0021-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x DIONES TABORDA MULLER - Homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls. 74/77 e julgo extinto o processo com base no art. 269, III do CPC. Fica revogada a liminar inicialmente deferida. P R I. Baixas Necessárias. Advs. do Requerente PATRICIA TRENTO e CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELEM.

104. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 169/2010-BARCEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - Defiro o pedido de fls.226 pelo Exequente. Cumpra-se o C.N., Seção 8,5.8.1, remetendo os autos ao Cartório do Distribuidor para as devidas anotações, quanto ao ínício da fase em cumprimento da sentença. À conta de custas e despesas processuais, bem como da execução de sentença (em cumprimento da sentença). Intime-se o DEVEDOR, por seu Procurador, para o pagamento em quinze (15) dias - R$-1.000.00 + R $-227.76 de custas. Caso não o faça, ciente o executado que sobre o débito incidirá a multa de 10% (CPC, art. 475-A, § 1°) e mais 10% de verba honoraria sobre o valor da execução. Havendo pagamento e com a concordância da parte credora, expeça-se Alvará Judicial, e havendo custas a liberação para a Escrivania. Decorrido o prazo sem cumprimento, proceda-se bloqueio "on-line", sistema BACEN-JUD, para garantia do débito, até o seu limite. Feito o bloqueio, reduza-se a penhora, e de imediato intimem-se o executado, na pessoa de seu advogado, para oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze (15) dias (CPC, artigo 475-J § 1°) . Int. Advs. do Embargante LUCIUS MARCUS OLIVEIRA e RUY JOSÉ MIRANDA RATTON e Adv. do Embargado ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA.

105. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 170/2010-BARCEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - Defiro o pedido de fls.336 pelo Exequente. Cumpra-se o C.N., Seção 8,5.8.1, remetendo os autos ao Cartório do Distribuidor para as devidas anotações, quanto ao ínício da fase em cumprimento da sentença. À conta de custas e despesas processuais, bem como da execução de sentença (em cumprimento da sentença). Intime-se o DEVEDOR, por seu Procurador, para o pagamento em quinze (15) dias R$-300.00 + R$-227.76 de custas. Caso não o faça, ciente o executado que sobre o débito incidirá a multa de 10% (CPC, art. 475-A, § 1°) e mais 10% de verba honoraria sobre o valor da execução. Havendo pagamento e com a concordância da parte credora, expeça-se Alvará Judicial, e havendo custas a liberação para a Escrivania. Decorrido o prazo sem cumprimento, proceda-se bloqueio "on-line", sistema BACEN-JUD, para garantia do débito, até o seu limite. Feito o bloqueio, reduza-se a penhora, e de imediato intimem-se o executado, na pessoa de seu advogado, para oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze (15) dias (CPC, artigo 475-J § 1°) . Int. Advs. do Embargante LUCIUS MARCUS OLIVEIRA e RUY JOSÉ MIRANDA RATTON e Adv. do Embargado ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA.

106. COBRANÇA - 0002245-51.2010.8.16.0021-CAMILA BRUSKI SKALSKI x SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT - Sobre o pedido de desistência, diga o Requerido. Advs. do Requerente SÉRGIO BOND REIS e JACIR DA SILVA DIAS, Adv. do Requerido MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e Adv. de Terceiro SULLY VILARINHO.

107. COBRANÇA - 0002561-64.2010.8.16.0021-PEDRO PROVIN x CARGA PESADA TRANSPORTES LTDA e outros - Homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls.63 e julgo extinto o processo com base no art. 269 Ill do Código de Processo Civil. P. R. I. Baixas necessárias Adv. do Requerente TANIA CRISTINA DE PAULA SOMARIVA e Advs. do Requerido VIRGILIO JOSE BERTELLI, PATRICIA MACEDO SILVA BERTELLI e JOSE SCHELL JUNIOR.

108. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - 0002962-63.2010.8.16.0021-RAINILDA BENDER x NET DO BRASIL S/A - Sobre a proposta de acordo e fls, 76, diga o autor. Advs. do Requerente ANTONIO AUGUSTO SOBRINHO e LEONARDO DOLFINI AUGUSTO e Advs. do Requerido FERNANDO ANDRE SILVA e JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO.

109. COBRANÇA - 0003666-76.2010.8.16.0021-LUCAS MENDES x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A - 1. Atenda o o contido na cota Ministerial. Intime-se. Advs. do Requerente ALEX SANDRO SONDA e LUCIANA CARLA SUTILE SONDA e Adv. do Requerido MILTON LUIZ CLEVE KUSTER.

110. RESCISÃO DE CONTRATO - 0004038-25.2010.8.16.0021-MILICIO VICENTE STROHER e outro x RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e outro - Contados e preparadas as custas pela EMPRESA RODOBENS AD. CONS. LTDA, conforme acordo, no prazo de 48 horas , sob as penas da Lei, voltem conclusos para homologaçõ do acordo. R$-959.46 + R$-2.82 . Advs. do Requerente FERNANDO LOPES PEDROSO, PATRICIA MARA GUIMARÃES e ANTONIO PAULO DA SILVA e Advs. do Requerido JULIO CESAR PIUCI CASTILHO e VITOR CESAR BONVINO.

111. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0000894-43.2010.8.16.0021-BANCO BRADESCO S/A x S MARTINS SUPERMERCADO E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e outro - À parte interessada, para que retire a CARTA PRECATÓRIA e efetue o pagamento das fotocópias no valor de R$-35.40 , para seu devido cumprimento, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Exequente LEANDRO DE QUADROS, JULIANO RICARDO TOLENTINO, ANA PAULA FINGER MASCARELLO e ANA CLAUDIA FINGER FRANÇA.

112. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0002036-82.2010.8.16.0021-PIZZARIA PIRES LTDA x BANCO ITAÚ S/A - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC). Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R$-2.82. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Advs. do Requerido JANAINA MOSCATTO ORSINI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI.

113. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0004453-08.2010.8.16.0021-AGROPAF COM. E REPRESENTAÇÃO DE PROD. AGROPECUÁRIOS LTDA. x AYMORÉ FINANCIAMENTO S/A - 1. Especifiquem as partes, querendo, as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de indeferimento, manifestando-se, os pontos que entendam controvertidos, na presente demanda. Intimem-se. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e MARCIA LORENI GUND e Advs. do Requerido LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, HERICK PAVIN e LUIS FERNANDO DIETRICH.

114. COBRANÇA - 0006682-38.2010.8.16.0021-ASSUNTA TOIGO GRAPEGIA x UNIBANCO CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A - O feito encontra-se apto ao julgamento no estado processual em que se encontra, na forma do 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental) já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Intimem-se. R $- 331.48 . Adv. do Requerente SILVIA HELENA DE ASSIS ESPINDOLA e Advs. do Requerido LUIS OSCAR SIX BOTTON, JANAINA ROVARIS e ALBADILO SILVA CARVALHO.

115. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0006673-76.2010.8.16.0021-SELIA RITA COSTI x BANCO BRADESCO S/A - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R$-304.39. Advs. do Requerente RAFAEL SARTORI ÁLVARES, CAROLINE KOVARA SAROLLI VILAR, MAURÍLIO ROSSETO JUNIOR e RUBIA MOURA PANISSA e Adv. do Requerido LILIAN BATISTA DE LIMA.

116. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 0005488-03.2010.8.16.0021-AYMORÉ - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x MARA CRISTINA PERES - Homologo por sentença, a desistência manifestada pelo requerente às fls. 44 nos termos do art. 267 VIII, do CPC, e julgo extinto o processo. Fica revogada a liminar inicialmente deferida. Oficie-se ao Detran. Libere-se. P R I. Oportunamente, baixas necessárias, arquivem-se. Adv. do Requerente JOAO LEONELHO GABARDO FILHO.

117. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0006873-83.2010.8.16.0021-ADEVILIO JOÃO SARTORI x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO S/A. - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R$-304.39. Advs. do Requerente RAFAEL SARTORI ÁLVARES, CAROLINE KOVARA SAROLLI VILAR, MAURÍLIO ROSSETO JUNIOR e RUBIA MOURA PANISSA e Advs. do Requerido MAURI MARCELO BEVERVANÇO JÚNIOR, RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS e LUIZ RODRIGUES WAMBIER.

118. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0007451-46.2010.8.16.0021-ANDRE HEITOR COSTI e outros x BANCO BANESTADO S.A - À parte interessada para que retire o ALVARÁ, no prazo de cinco (05) dias. - Advs. do Requerente RAFAEL SARTORI ÁLVARES, CAROLINE KOVARA SAROLLI VILAR e RUBIA MOURA PANISSA e Advs. do Requerido BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI e SIMONE DAIANE ROSA.

119. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0006323-88.2010.8.16.0021-SAFRA LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x TAPEVEL AUTOMOTIVA LTDA - À parte interessada, para que retire a CARTA PRECATÓRIA e efetue o pagamento das fotocópias no valor de R$-19.90 , para seu devido cumprimento, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente MARCELA SPINELLA DE OLIVEIRA e ALEXANDRE NELSON FERRAZ.

120. ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA - 0008780-93.2010.8.16.0021-ADALBERTO ASSIS MEMBRIVE e outro x SUL AMÉRICA - SEGUROS DE VIDA E PREVIDÊNCIA - 1. Especifiquem as partes, querendo, as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de indeferimento, manifestando-se, os pontos que entendam controvertidos, na presente demanda. Intimem-se. Advs. do Requerente MÁRIO MARCONDES NASCIMENTO, DIRCEU EDSON WOMMER e JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO e Advs. do Requerido FRANCIELE APARECIDA DA SILVA e JESSICA APARECIDA DEFACCI.

121. REVISÃO DE CONTRATO - 0008954-05.2010.8.16.0021-TIAGO BERNARDELLI x BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A - À parte interessada para QUE DESTA VEZ EFETUE O PAGAMENTO DAS CUSTAS DO SR. CONTADOR , CORRETAMENTE, EM CONTA PROPRIA, no valor de R$-2.48 , as quais deverao ser recolhidas através de guia própria, na CONTA DO MESMO (Cartorio distribuidor/contador) . Após, será efetuada a devida conta de custas. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e MARCIA LORENI GUND e Adv. do Requerido REINALDO MIRICO ARONIS.

122. DESPEJO C/C COBRANÇA ALUGUEIS - 0009423-51.2010.8.16.0021-GABRIEL HENRIQUE SIMON x MICHAEL TADEU ANTUNES - Defiro o pedido de fls.38/41 pelo Exequente. Cumpra-se o C.N., Seção 8,5.8.1, remetendo os autos ao Cartório do Distribuidor para as devidas anotações, quanto ao ínício da fase em cumprimento da sentença. À conta de custas e despesas processuais, bem como

da execução de sentença (em cumprimento da sentença). Intime-se o DEVEDOR, por seu Procurador, para o pagamento em quinze (15) dias - R$-1.359.00 + R $-235.01 de custas. Caso não o faça, ciente o executado que sobre o débito incidirá a multa de 10% (CPC, art. 475-A, § 1°) e mais 10% de verba honoraria sobre o valor da execução. Havendo pagamento e com a concordância da parte credora, expeça-se Alvará Judicial, e havendo custas a liberação para a Escrivania. Decorrido o prazo sem cumprimento, proceda-se bloqueio "on-line", sistema BACEN-JUD, para garantia do débito, até o seu limite. Feito o bloqueio, reduza-se a penhora, e de imediato intimem-se o executado, na pessoa de seu advogado, para oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze (15) dias (CPC, artigo 475-J § 1°) . Int. Adv. do Requerente MIGUEL LUCIANO PEZZINI.

123. REVISAO DE CONTRATO - 0006455-48.2010.8.16.0021-LEONIR MACHADO DE LIMA x AYMORÉ FINANCIAMENTO S/A - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas do Sr. CONTADOR JUDICIAL, em CONTA PRÓPRIA, no valor de R$-2.49 , as quais deverao ser recolhidas através de guia própria, na CONTA DO MESMO (Cartorio distribuidor/contador) . Após, será efetuada a devida conta de custas. Adv. do Requerente FREDERICO SEFRIN e Advs. do Requerido JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CÉSAR AUGUSTO TERRA e GILBERTO STINGLIN LOTH.

124. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0007969-36.2010.8.16.0021-IND. E COM. DE EMBALAGENS PLÁSTICAS ACACIO LTDA x BANCO ITAÚ S/A - Diga o requerente, se tem interesse no prosseguimento do feito. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e MARCIA LORENI GUND.

125. INDENIZAÇÃO - 0011076-88.2010.8.16.0021-V. SILVA E CANDIDO LTDA. x FW DISTRIBUIDORA LTDA - Contados e preparados, voltem conclusos. R$-2.82 . Advs. do Requerente ADAUTO DALPIZZOL, ILSOMAR ANTONIO LUNARDI e CRISTIANO ROQUE SPAGNOL e Advs. do Requerido DAGOBERTO SILVERIO DA SILVA, CASSIANO GARCIA DA SILVA e RODRIGO DE ABREU GONZALES.

126. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - 0012801-15.2010.8.16.0021-ALIZDETE BRUNO DOS SANTOS BATISTA x BANCO PECÚNIA S/A - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R$-301.57. Advs. do Requerente SHIRLEY NUNES e CAREN REGINA JAROSZUK e Adv. do Requerido MARCELO TESHEINER CAVASSANI.

127. INTERDITO PROIBITORIO - 0012852-26.2010.8.16.0021-ADRIANI APARECIDA FERREIRA e outros x MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR - 1. Recebo no duplo efeito o recurso de apelação manejado pelo(a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL (a) às fls.796/815 . Intime-se o apelado para as contra-razões no prazo legal. 3. Após, subam os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado com as nossas homenagens. - Advs. do Requerente PASCOAL MUZELI NETO, ADANI PRIMO TRICHES e FELIZ GURGACZ JUNIOR, Advs. do Requerido KENNEDY MACHADO e JOSE RICARDO MESSIAS e Adv. de Terceiro MARCOS LUCIANO GOMES.

128. REPARAÇÃO DE DANOS - 0013145-93.2010.8.16.0021-ALVARO SILVA DOS SANTOS e outro x NAIR TRESSOLDI e outro - Ante a concordancia do autor em relação ao pedido feito pelo requerido, defiro a denunciação da lide (f. 181) a qual deverá providenciada pela Ré denunciante no prazo de trinta (30) dias. Cite-se a denunciada para contestarem a ação no prazo de quinze (15) dias. Com a resposta, abra-se vista ao réu-denunciante e autor. Advs. do Requerente JANETE MARIA CLASER SILVA e ROSILENY VANZELLA DE ASSIS PONTES e Adv. do Requerido JHONNATH WILLIAM SIMON.

129. INDENIZAÇÃO - 0013463-76.2010.8.16.0021-ADELIR DONDONI e outros x GUSTAVO CARDOSO MELO e outro - 1. Assiste razão à parte quanto ao prazo de antecedência para a audiência de instrução e julgamento, sendo que a perícia será realizada em prazo inferior ao artigo 433 do CPC. Redesigno a audiência para o dia 07 de dezembro de 2011, às 16:00 horas. Intimem-se. Advs. do Requerente SELEMARA BERCKEMBROCK FERREIRA GARCIA e TANIA MARA FERRES, Adv. do Requerido JOSE ANDERSON SCHLEMPER e Advs. de Terceiro PATRYCIA EMÍLIA SOUZA DOS SANTOS e CIRO BRUNING.

130. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 0005653-50.2010.8.16.0021-AYMORÉ - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x JONAS RODRIGO AGAPITO DE LIMA - Homologo por sentença, a desistência manifestada pelo requerente às fls. 69 nos termos do art. 267, VIII do CPC, e julgo extinto o processo. Fica revogada a liminar inicialmente deferida. Oficie-se ao detran. Libere-se. P.R.I. Oportunamente, baixas necessárias, arquivem-se. Advs. do Requerente ROBERTA NALEPA, PAULO GUILHERME PFAU, CARY CESAR MONDINI, MARCIA CRISTINA VAZ, RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA, ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, SERGIO SCHULZE e CHANDER ALONSO MANFREDI MENEGOLLA.

131. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0011583-49.2010.8.16.0021-GILBERTO ANGELO BALSAN x BANCO DO BRASIL S/A - Contados e preparados, voltem conclusos. R$-2.82 . Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Advs. do Requerido REINALDO MIRICO ARONIS, ANA CAROLINE DIAS LIBANIO SILVA, LUIZ ASSI e PAULO ROBERTO FADEL.

132. INVENTÁRIO - 0014699-63.2010.8.16.0021-GERTRUDES MARIA KOPS x ASTOR KOPS - Homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos a partilha de fls. 44/53, destes autos de Inventario dos bens deixados por Astor Kops, atribuindo aos contemplados o seu respectivo quinhão. Custas devidas. P.R.I. Comprovado o pagamento do imposto devido (fl. 55), dêem ciência da Fazenda credora nos autos. Após, expeçam-se os formais e arquivem-se os autos. Adv. do Requerente GISELA KOPS FERRI.

133. REVISIONAL DE CONTRATO - 0015135-22.2010.8.16.0021-JOSÉ SITA x BANCO FINASA BMC S/A - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R$-389.08. Adv. do Requerente JANDIR SCHMITT e Adv. do Requerido LEANDRO DE QUADROS.

134. DEPÓSITO - 0014717-84.2010.8.16.0021-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x LUIR PAULO JOHANN - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Adv. do Requerente RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA.

135. REVISIONAL DE CONTRATO - 0017602-71.2010.8.16.0021-EVA RODRIGUES DE OLIVEIRA x AYMORÉ - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Defiro o pedido de fls. pelo Exequente. Cumpra-se o C.N., Seção 8,5.8.1, remetendo os autos ao Cartório do Distribuidor para as devidas anotações, quanto ao ínicio da fase em cumprimento da sentença. À conta de custas e despesas processuais, bem como da execução de sentença (em cumprimento da sentença). Intime-se o DEVEDOR, por seu Procurador, para o pagamento em quinze (15) dias - R$-2.626.92 + R$-512.74 de custas. Caso não o faça, ciente o executado que sobre o débito incidirá a multa de 10% (CPC, art. 475-A, § 1°) e mais 10% de verba honoraria sobre o valor da execução. Havendo pagamento e com a concordância da parte credora, expeça-se Alvará Judicial, e havendo custas a liberação para a Escrivania. Decorrido o prazo sem cumprimento, proceda-se bloqueio "on-line", sistema BACEN-JUD, para garantia do débito, até o seu limite. Feito o bloqueio, reduza-se a penhora, e de imediato intimem-se o executado, na pessoa de seu advogado, para oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze (15) dias (CPC, artigo 475-J § 1°) . Int. Adv. do Requerente KÉTI JAQUELINE PRESTES e Advs. do Requerido CÉSAR AUGUSTO TERRA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e GILBERTO STINGLIN LOTH.

136. COBRANÇA - 0017597-49.2010.8.16.0021-WALTER MARTINS DE OLIVEIRA ANDREIS - ME x BANCO MERCEDES e outro - Especifiquem as partes, querendo, as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de indeferimento, manifestando-se, outrossim, quanto à possibilidade de acordo, indicando, se assim quiserem, os pontos que entendam controvertidos, na presente demanda. 1. Designo audiência de INSTRUÇÃO para o dia 25/05/2012, às 14:00 horas, a fim de tomar o depoimento pessoal das partes e inquirir as testemunhas arroladas. 2. Depreque-se a inquirição das testemunhas fora da Comarca. 3. Intimem-se. Cumpram-se as diligências necessárias, intimando-se o Douto Representante do Ministério Público se necessário. Int. - Adv. do Requerente MARCELO OSCAR KUSMIRSKI e Advs. do Requerido ANTONIO NUNES NETO e HÉLIO LUIZ VITORINO BARCELOS.

137. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 0016871-75.2010.8.16.0021-BANCO BRADESCO S/A x RODAL PARANÁ - TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA - Homologo por sentença pra que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls. 74/77 e julgo extinto o processo com vase no art. 269 III do CPC. Fica revogada a liminar inicialmente deferida. P R I. Baixas necessárias. Arquivem-se. Adv. do Requerente NELSON PASCHOALOTTO.

138. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA - 0018709-53.2010.8.16.0021-LEONTINA ALELUIA SEQUINEL x MALVINA SALETE JORGE e outro - 1. Aos Requeridos citados por edital, nomeio Curador(a) Especial a(o) Dr.(a) ANA PAULA AMARAL BARROS LISBOA , OAB/PR. n.43.591 e telefone 45-3224-2203 sob a fé de seu grau, independentemente de compromisso por termo. 2. Arbitro os honorarios da Curadora Especial em R$-400.00, os quais deverão ser pagos ao final. 3. Intime-se-a, para oferecimento de defesa, no prazo de vinte (20) dias. Int. Advs. do Requerente ALEX GRANDO e CRISTIANE LOMBARDO e Adv. do Requerido ANA PAULA AMARAL BARROS LISBOA.

139. EXECUÇAO QUANTIA C.C/D.SOLV. - 0018320-68.2010.8.16.0021-ANANDA METAIS LTDA. x VIPIANA IND. COM. DE ESTRUTURA METÁLICA LTDA - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas do Sr. CONTADOR JUDICIAL, em CONTA PRÓPRIA, no valor de R$-2.49 , as quais deverao ser recolhidas através de guia própria, na CONTA DO MESMO (Cartorio distribuidor/contador) . Após, será efetuada a devida conta de custas. Adv. do Requerente SIMONE ANGÉLICA GRÉGIOS e Advs. do Requerido MAURÍLIO ROSSETO JUNIOR e ANY C. S. MASSARANDUBA.

140. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0018156-06.2010.8.16.0021-HOSPITAL SÃO LUCAS DE CASCAVEL LTDA x ERNANI GEBARA - Contados e preparadas as custas pelo requerido Hospital Sao Lucas, voltem conclusos para homologação do acordo. R$-112.80 . Adv. do Exequente CHARLES PEREIRA LUSTOSA SANTOS.

141. REVISAO DE CONTRATO - 0019660-47.2010.8.16.0021-ELISEO PRESA x BANCO DO BRASIL S/A - À parte interessada para efetuar o pagamento das custas do Sr. CONTADOR JUDICIAL, em CONTA PRÓPRIA, no valor de R$- 2.49, as quais deverao ser recolhidas através de guia própria, na CONTA DO MESMO (Cartorio distribuidor/contador) . Após, será efetuada a devida conta de custas. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Adv. do Requerido LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS.

142. COBRANÇA - 0023445-17.2010.8.16.0021-CRISTIANE DA SILVA CAMPOS x ITAULEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R $-605.04. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e Advs. do Requerido CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELEM, PATRICIA NANTES MARCONDE DO AMARAL DE TOLEDO PIZA, MOISÉS BATISTA DE SOUZA e JANE MARIA VOISKI PRONER.

143. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 0023782-06.2010.8.16.0021-OMNI S/A - C. F. I. x CONSTANTINA ELIAS RIBEIRO - Homologo por sentença, a desistência manifestada pelo requerente às fl.36 nos termos do artigo 267 VIII do Código de Processo Civil, e julgo extinto o processo. Fica revogada a liminar inicialmente deferida. Oficie-se ao Detran. Libere-se. P. R.1. Oportunamente,

baixas necessárias, arquivem-se. Advs. do Requerente JULIANO MENEGUZZI DE BERNERT, HARRY FRANÇÓIA, HARRY FRANÇOIA JUNIOR e ROGERIO GROHMANN SFOGGIA.

144. DECLARATORIA DE INEXIGIBILIDADE - 0023641-84.2010.8.16.0021-SEMENTES CONDOR LTDA x MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR - Contados e preparados, voltem conclusos. R$-2.82 . Adv. do Requerente MARCO ANTONIO BARZOTTO e Adv. do Requerido ROSANE MARQUES DE SOUZA.

145. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0024971-19.2010.8.16.0021-BRUNO TREVISO e outros x BANCO ITAÚ S/A - Calculo geral fls. 180/186 R$-30.954.44. Apos, digam. Intimem-se. Adv. do Requerente FABIO PALAVER e Advs. do Requerido BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI.

146. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0026003-59.2010.8.16.0021-DIOMAR NICOLAU HENZ x BANCO ITAÚ S/A - À parte interessada para que retire o ALVARÁ, no prazo de cinco (05) dias. - Adv. do Requerente HIGOR OLIVEIRA FAGUNDES e Advs. do Requerido BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI.

147. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO DE ALUGUEIS - 0025978-46.2010.8.16.0021-JUSTINA MENDES ZARDO x MARIO RUBEN AYALA NUNEZ - Homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls. 27/28 e Julgo Extinto o processo com base no art. 269, III do CPC. PRI. baixas necessárias. arquivem-se. Advs. do Requerente AMAURI CARLOS ERZINGER, ROBERTO WYPYCH JUNIOR, LUIZ AUGUSTO BROETTO, ALEXANDRE VETTORELLO, MARCELO AUGUSTO SELLA, JACKSON MAFFESSONI, OSMARINA DELLA TORRE BOMBARDI e MANOEL DE SOUZA LEITE.

148. REVISAO DE CONTRATO - 0027050-68.2010.8.16.0021-ELENER MOSTÁCIO x OMNI S/A - C. F. I. - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R$-329.77. Advs. do Requerente JAIME CIRINO GONÇALVES NETO, CELSO CORDEIRO, JOEL VIDAL DE OLIVEIRA, ADRIANA VIEIRA BERNARDINO e TIAGO DAVI TELÓ e Advs. do Requerido GUSTAVO R. GOES NICOLADELLI, FABIULA MULLER KOENIG e JULIANA MIGUEL REBEIS.

149. CUMPRIMENTO CONTRATUAL - 0026673-97.2010.8.16.0021-LUCI OLEINIK e outros x UNIMED CASCAVEL - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. - Manifeste-se a(o) requerida(o) . Adv. do Requerente SYRLEI APARECIDA LUIZ PREZOTTO e Advs. do Requerido SERGIO RICARDO TINOCO e ENEIDA TAVARES DE LIMA FETTBACK.

150. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0023436-55.2010.8.16.0021-L S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS LTDA x BANCO BRADESCO S/A - Contados e preparados, voltem conclusos. R$-2.82 . Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e MARCIA LORENI GUND e Advs. do Requerido LEANDRO DE QUADROS, JULIANO RICARDO TOLENTINO, ANA PAULA FINGER MASCARELLO e ANA CLAUDIA FINGER FRANÇA.

151. COBRANÇA - 0027497-56.2010.8.16.0021-ALVARO MARIANO CARDOSO x SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT - Sobre a contestação apresentada, diga o autor. Adv. do Requerente MARINA JULIETI MARINI e Advs. do Requerido NADIA MAZUREK e RAFAEL SANTOS CARNEIRO.

152. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0023791-65.2010.8.16.0021-M. S. GOUVEA & CIA LTDA - ME. x BANCO ITAÚ S/A - Contados e preparados, voltem conclusos. R$-2.82 . Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e MARCIA LORENI GUND e Advs. do Requerido BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI, URSULA ERNLUND SALAVERRY GUIMARÃES e ALINE PEREIRA DOS SANTOS MARTINS.

153. REVISAO DE CONTRATO - 0025814-81.2010.8.16.0021-ANTONIO GHELERE x BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. - Especifiquem as partes, querendo, as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de indeferimento, manifestando-se, outrossim, quanto a possibilidade de acordo, indicando, se assim quiserem, os pontos que entendam controvertidos, na presente demanda. Intimem-se. - Advs. do Requerente TANIA ELIZA MACIEL ALVES, LUILSON FELIPE GONÇALVES e SILMARA STROPARO e Advs. do Requerido GUSTAVO LOMBARDI FERREIRA, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI e MAUREN FERNANDA MILIS.

154. REVISAO DE CONTRATO - 0027501-93.2010.8.16.0021-ROBERTO KIMIO KABAYASHI x BANCO DE LANGE LANDEN BRASIL S/A - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R$-820.62. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e MARCIA LORENI GUND e Adv. do Requerido REINALDO MIRICO ARONIS.

155. REVISIONAL DE CONTRATO - 0029489-52.2010.8.16.0021-MAURO GRANDRA DA CRUZ x ABN AMRO REAL S/A - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente ROGERIO AUGUSTO DA SILVA, EGIDIO FERNANDO ARGUELLO JUNIOR e SAMANTHA BEATRIZ FRACAROLLI DAMIANO.

156. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 0026909-49.2010.8.16.0021-CAZEG CONSTRUTORA LTDA x CERSEF EMPREITEIRA DE OBRAS S/S LTDA. - Sobre a impugnação apresentada, diga o embargante. Adv. do Embargante MARIA REGINA DA COSTA e Advs. do Embargado JOAO TAVARES DE LIMA FILHO e FABRICIO MASSI SALLA.

157. REVISIONAL DE CONTRATO - 0029749-32.2010.8.16.0021-ERNESTO DARCI DE LARA x PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R$-329.77. Advs. do Requerente JAIME CIRINO GONÇALVES NETO, CELSO CORDEIRO, JOEL VIDAL DE OLIVEIRA e ADRIANA VIEIRA BERNARDINO e Advs. do Requerido GUSTAVO LOMBARDI FERREIRA, REINALDO MIRICO ARONIS, LUIZ ASSI, GIORGIA PAULA MESQUITA e ANNA PAULA BAGLIOLI DOS SANTOS.

158. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0027850-96.2010.8.16.0021-LUSIA ROLDÃO MACUCO x BANCO SANTANDER DO BRASIL S/A - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN.

159. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0027447-30.2010.8.16.0021-BANCO ITAÚ S/A x ELIZABETE ALVES e outro - Manifeste-se o autor sobre a pesquisa de endereço realizada às fls. 52/54 através do Bacen Jud. Advs. do Exequente TATIANA PIASECKI KAMINSKI, KARIN LOISE HOLLER MUSSI BERSOT e ANDRÉIA APARECIDA BIAZOTO.

160. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 0032034-95.2010.8.16.0021-NILVO MANTEY x BANCO ITAULEASING S/A - 1.Indiscutível a natureza consumerista da relação jurídica firmada entre o consumidor, enquanto beneficiário do serviço prestado, e ré, que aufere os valores decorrentes da prestação de serviço (art. 3º, CDC). 2.Caracterizada a incidência da legislação consumerista, imperiosa a inversão do ônus da prova dada a verossimilhança da adução inaugural e a hipossuficiência técnica da parte autora (art. 6, VIII, do CDC). 3.Por esta razão, acolho o pedido retro (fls. 59/60), e, em vista da inversão do ônus probandi ora operada, imperioso oportunizar nova especificação de provas às partes, no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a evitar eventual arguição de cerceamento de defesa. 4. Int. Dil. Advs. do Requerente EVALDO XAVIER DOS SANTOS e CLAUDEMIR SCHIMIDT e Advs. do Requerido CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELEM e JANE MARIA VOISKI PRONER.

161. COBRANÇA - 0032403-89.2010.8.16.0021-EMPRESA PARANAENSE DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS - CLASPAR x RODAL PARANÁ - TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA - Sobre os documentos juntados, diga a requerida. Intime-se. Adv. do Requerente GILBERTO GIGLIO VIANNA e Adv. do Requerido HERIBERTO RODRIGUES TEIXEIRA.

162. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 0031235-52.2010.8.16.0021-IRMÃOS MUFFATO & CIA LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - Sobre a impugnação apresentada, diga o embargante. Adv. do Requerente LUCILENE SMITH e Adv. do Requerido ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA.

163. INDENIZAÇÃO - 0034731-89.2010.8.16.0021-MARCELO BATISTA CORREIA x OI - BRASIL TELECOM S/A - O feito encontra-se apto ao julgamento (art.330, inciso I do CPC), não havendo, pois, necessidade de produzir provas em audiência, pois a prova necessária ao deslinde do feito (documental), já se encontra nos autos. Contados e preparados, voltem para sentença. Int. R$-308.15. Advs. do Requerente MIGUELITO REGIS CARGNIN e ANDRÉIA FACIONI e Advs. do Requerido MICHELLY ALBERTI, JOSIANE BORGES PRADO, CARLOS FERNANDO BOMFIM e IVAN PAIM DA SILVEIRA.

164. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 0000169-20.2011.8.16.0021-JACKELINE FATIMA DA ROSA e outro x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - Ao Embargado para impugnar , querendo, no prazo legal. Int. Advs. do Requerente ANTONIO ANZOLIN NETO, CYNARA APARECIDA DE ALMEIDA ANZOLIN, PAULO ROBERTO CORREA e MOACIR FRANCISCO VOZNIAK e Advs. do Requerido ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.

165. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 0033168-60.2010.8.16.0021-AUTO VIDROS CASCAVEL LTDA x BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A - 1. Especifiquem as partes, querendo, as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de indeferimento, manifestando-se, os pontos que entendam controvertidos, na presente demanda. Intimem-se. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e MARCIA LORENI GUND e Adv. do Requerido JOSE FERNANDO MARUCCI.

166. REVISIONAL DE CONTRATO - 0035540-79.2010.8.16.0021-RENATO HIDEAKI TAMEHIRO x BANCO ITAÚ S/A - 1. Especifiquem as partes, querendo, as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de indeferimento, manifestando-se, os pontos que entendam controvertidos, na presente demanda. Intimem-se. Adv. do Requerente HERIBERTO RODRIGUES TEIXEIRA e Advs. do Requerido ALBADILO SILVA CARVALHO, ANDRE ABREU DE SOUZA, GLÁUCIO JOSAFAT BORDUN, JANAINA ROVARIS e LUIS OSCAR SIX BOTTON.

167. IMISSÃO DE POSSE - 0001903-06.2011.8.16.0021-CLADEMIR FERREIRA e outro x ARMERINDO GOMES DA SILVA - Manifeste-se o Réu-reconvinte sobre a contestaçao, bem como, efetue o pagamento da mesma (RECONVENÇAO) no valor de R$-817.80, no prazo de 48 horas. Int . Int. Advs. do Requerente LEANDRUS ABELIRIO BRAZ AMARAL e JALCEMIR DE OLIVEIRA BUENO e Adv. do Requerido JOÃO PAULO PYL.

168. REVISIONAL DE CONTRATO - 0002926-84.2011.8.16.0021-WILSON BEZ FONTANA x BANCO VOLKSWAGEN S/A - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Adv. do Requerente JANDIR SCHMITT.

169. REVISIONAL DE CONTRATO - 0003340-82.2011.8.16.0021-FAUSTO ALVES x BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. - Sobre a contestação apresentada, diga o autor. Advs. do Requerente ROGERIO AUGUSTO DA SILVA, EGIDIO FERNANDO ARGUELLO JUNIOR e SAMANTHA BEATRIZ FRACAROLLI DAMIANO e Advs. do Requerido NELSON PILLA FILHO e LUÍZ FERNANDO BRUSAMOLIM.

170. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0004533-35.2011.8.16.0021-JUVENTINO GONÇALVES DOS SANTOS NETO e outros x BANCO ITAÚ S/A - Calculo geral R$-119/124 R$-28.906.41. Apos, digam. Intimem-se. Adv. do Requerente FABIO

PALAVER e Advs. do Requerido ALEXANDRE DE ALMEIDA e PRISCILA HELLEN SOUZA ERRERIAS.

171. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0002924-17.2011.8.16.0021-BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A x DANTE CESAR BASSO e outros - Homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls.37/38 e julgo extinto o processo com base no art. 269 Ill do Código de Processo Civil. P. R. L Baixas necessárias. arqUlvem-se.; Advs. do Exequente TATIANA PIASECKI KAMINSKI, KARIN LOISE HOLLER MUSSI BERSOT, ERIKA SHIMAKOISHI e CARLA REGINA KALONKI.

172. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - 0008451-47.2011.8.16.0021-REI COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS E BOMBAS INJETORAS PARA VEÍCULO AUTOMOTORES LTDA x GUND WIEBELLING E DALMOLIN ADVOGADOS ASSOCIADOS - 1. Manifeste-se o Excipiente sobre a impugnaçao. Intime-se. Adv. do Requerente ANGELIZA NEIVERTH e Advs. do Requerido JAIR ANTONIO WIEBELLING e JÚLIO CÉSAR DALMOLIN.

173. MANDADO DE SEGURANÇA - 0010589-84.2011.8.16.0021-LINDE GASES LTDA x PREGOEIRA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE - Sobre o pedido de desistência, diga o Impetrado. Advs. do Requerente LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA, FELIPE ALVES PACHECO, CAROLINA ALVES CHAGAS e FERNANDA ASSIS SOUZA.

174. INTERDIÇAO E CURATELA - 0012725-54.2011.8.16.0021-JOSIELE DE OLIVEIRA VICENTE x JOSIEL JONATAS FABIANO - Atendam o contido no oficio de fls. 50. Advs. do Requerente JOSE BOLIVAR BRETAS, ROSSANA DO NASCIMENTO SCHREINER, ALAIDE RODRIGUES BALIERO BRETAS e MIGUELITO REGIS CARGNIN.

175. REVISAO DE CONTRATO - 0011143-19.2011.8.16.0021-VALDECIR JOSE CAZETTA x BANCO DO BRASIL S/A - Sobre a contestação apresentada, diga o autor. Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JÚLIO CÉSAR DALMOLIN e MARCIA LORENI GUND e Advs. do Requerido REINALDO MIRICO ARONIS, CAMILA VALERETO ROMANO, LUIZ ASSI, GIORGIA PAULA MESQUITA e PAULO ROBERTO FADEL.

176. REPARAÇÃO DE DANOS - 0013755-27.2011.8.16.0021-IEDA MARILDA BORGESDE LIMA ZUCATTI e outro x MARIA CLEONICE PEREIRA - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente LENIR ROSA GOBO, LIANA MARIA GOBO NOGUEIRA e GISSELDA GESSI MARODIN GOBO.

177. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0012735-98.2011.8.16.0021-BANCO BRADESCO S/A x CLAUDIO KOPP & CIA LTDA. e outros - Sobre a penhora Renajud realizada às fls. 38, intimem-se os executados para querendo, impugnar. (item 17.2.9.8.1, do CN, do TJ/PR). Advs. do Exequente JULIANO RICARDO TOLENTINO, LEANDRO DE QUADROS, ANA PAULA FINGER MASCARELLO e ANA CLAUDIA FINGER FRANÇA e Advs. do Executado GIOVANI WEBBER e CLAUDIA ULIANA ORLANDO.

178. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 0014331-20.2011.8.16.0021-VALDEMAR ANGELO RENOSTO x BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS S/A - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente RODRIGO AUGUSTO DE ARRUDA e EMILI CRISTINA DE FREITAS.

179. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 0014324-28.2011.8.16.0021-ROBERTA KELLY GRACIANO x BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS S/A - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente RODRIGO AUGUSTO DE ARRUDA e EMILI CRISTINA DE FREITAS.

180. COBRANÇA - 0016117-02.2011.8.16.0021-ANA MARIA VENZON x OI - BRASIL TELECOM S/A - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente MARCO ANTONIO BARZOTTO, GERSON LUIZ ARMILIATO e GILMAR ANTONIO OLTRAMARI.

181. COBRANÇA - 0016120-54.2011.8.16.0021-MOACIR BARBIERI x OI - BRASIL TELECOM S/A - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Advs. do Requerente MARCO ANTONIO BARZOTTO, GERSON LUIZ ARMILIATO e GILMAR ANTONIO OLTRAMARI.

182. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0016236-60.2011.8.16.0021-VOLMIR DE OLIVEIRA x BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Adv. do Requerente JANDIR SCHMITT.

183. INTERDIÇAO E CURATELA - 0017138-13.2011.8.16.0021-MARIA TEREZINHA DE JESUS x FRANCISCA CARDOSO - MARIA TEREZINHA DE JESUS, requereu a CURATELA de sua irmã FRANCISCA CARDOSO nascido aos 08/12/1955, alegando ser o interditando incapaz de gerir, por si, os atos da vida civil. Colheu-se informação técnica (f.50/51) e foi o interditando interrogado (fl.44), opinando o Ministério Público pelo deferimento do pedido (fl.53/62). É O RELATÓRIO. DECIDO. FRANCISCA CARDOSO deve realmente ser interditada pois, examinada concluiu-se que a mesma é portadora de moléstia: CID: I 63 Acidente vascular cerebral, e é incapaz para os atos da vida civil. ANTE ° EXPOSTO, decreto a interdição de FRANCISCA CARDOSO, declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma Art. 1780, CCB, nomeio-lhe Curadora sua irmã: MARIA TEREZINHA DE JESUS, brasileira, amasiada, empregada doméstica, RG 5.993.675-1 SSPIPR. e CPF n. 839.714.329-72 residente na Rua Suécia, 498 Cascavel Velho, Cascavel - Pr. que deverá prestar o compromisso legal. Em obediência ao disposto no Art. 1184 CPC, e 9° Ill, CCB, inscreva-se a presente no Registro Civil e Publique-se no órgão oficial. Sem notícia de bens em nome do interditando, deixo de determinar a especialização da hipoteca. P. R. I.e arquive-se sem custas. Advs. do Requerente ALINE GUERKE SANTOS CRUZ e OMAR GUERKE SANTOS CRUZ.

184. INVENTÁRIO - 0017439-57.2011.8.16.0021-DALILA MEDINA PEREIRA e outros x ESPÓLIO DE GERVASIO NUNES PEREIRA - À Inventariante para que compareça em Cartorio para assinar o Termo de Compromisso de Inventariante. Int. Adv. do Requerente PATRICIA LILIANA SCHROEDER TAKAQUI.

185. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0018027-64.2011.8.16.0021-JOSE FERREIRA x BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Adv. do Requerente JANDIR SCHMITT.

186. SUMÁRIA DE COBRANÇA - 0018431-18.2011.8.16.0021-RODRIGO ALVES PASSIDONIO x MBM SEGURADORA S/A - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Adv. do Requerente TANIA CRISITINA DE PAULA SOMARIVA.

187. ORDINÁRIA - 0018715-26.2011.8.16.0021-VERA LUCIA BORCHARTT FELISBINO x ABN AMRO BANK - AYMORÉ FINANCIAMENTOS S/A - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Adv. do Requerente HARYSSON ROBERTO TRES.

188. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO - 0018724-85.2011.8.16.0021-FÁTIMA ELIANE DE SOUZA x OSMAR VASCELAI - 1. Defiro em parte a gratuidade para determinar o recolhimento das custas ao final. 2. Em dez (10) dias: Proceda-se a retificação do valor da causa observando-se o valor dado ao imovel no lançamento fiscal (RJTJESP 114/363). Após, cite-se a Ré e eventuais interessados, por edital, com prazo de vinte (20) dias, com as advertencias legais, consignando-se que o prazo para resposta é de quinze (15) dias. Citem-se os confinantes dos imoveis, bem como os respectivos conjuges, também com as advertencias legais e consignando-se o prazo para resposta. Cientifiquem-se os representantes das Fazendas Públicas da União, Estado e Municipio. Dê-se ciencia ao MP. Int. Adv. do Requerente TERESINHA DEPUBEL DANTAS.

189. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 0017117-37.2011.8.16.0021-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x CRISTINA DE ASSIS SAVELLI - Junte o autor em dez (10) dias, cópia da notificaçao recebida pela própria parte ré, ou com comprovação de entrega no endereço constante no contrato, sob pena de extinção. Intime-se. Adv. do Requerente JANE MARIA VOISKI PRONER.

190. EXIBIÇÃO JUDICIAL - 0019093-79.2011.8.16.0021-MARCELO DOS SANTOS LEONARDO x BANCO CREDIBEL S/A. - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Adv. do Requerente MARCELO BARZOTTO.

191. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 0021755-16.2011.8.16.0021-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x MAURILIO PEREIRA TEIXEIRA - Homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls. 42/44 e julgo extinto o processo com base no art. 269 III do Código de Processo Civil. Fica revogada a liminar inicialmente deferida. P. R. I. Baixas necessárias. Adv. do Requerente RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA.

192. CURATELA - 0021991-65.2011.8.16.0021-ADÃO CLEMENTE DA SILVA FILHO x LUCIANA NERY DA SILVA - À parte interessada, para que retire a correspondência para seu devido cumprimento ou efetue o pagamento das despesas postais, no prazo de cinco (05) dias. Adv. do Requerente FERNANDA CRISTINA PARZIANELLO.

193. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 0022527-76.2011.8.16.0021-BANCO PSA FINANCE BRASIL S.A. x CLAUDIO DE LARA JUNIOR - Homologo por sentença, a desistência manifestada pelo requerente às fl.28 nos termos do artigo 267 VIII do Código de Processo Civil, e julgo extinto o processo. Oficie-se ao Detran. P. R. I Oportunamente, baixas necessárias, arquivem-se. Adv. do Requerente MARCELA SPINELLA DE OLIVEIRA.

194. DECLARATÓRIA DE NULIDADE - (1.066/2011) 0027555-25.2011.8.16.0021 - ALDO JOSE PARZIANELLO x COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO - CETTRANS e outros - Ao requerente, para que efetue o preparo dos valores descritos, no prazo de 10 (dez) dias, a serem recolhidos através de Boleto Bancário disponível no site do TJPR (www.tjpr.jus.br). Diligência do Sr. Oficial de Justiça: R$49,50 (Guia de Oficial de Justiça, Banco: Caixa Econômica, Agência: 3983, Conta: 3940-6, Zona: 2), para que seja dado integral cumprimento no que fora requerido/determinado. Para confirmação do pagamenento do Sr. Oficial de Justiça, é necessário que a 1ª, 3ª e 5ª vias originais sejam apresentadas em cartório, devidamente protocoladas pela unidade arrecadadora ou acompanhadas de recibo. - Advs. do Requerente ALDO JOSE PARZIANELLO e GILCEO JAIR KLEIN.

195. EXECUÇÃO FISCAL - ESTADUAL - 26/1998-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x COMERCIO DE MANGUEIRAS E RADIADORES FORMULA UM LTD e outros - Informe o exequente a quem pertence o bem mencionado as fls. 146. Adv. do Exequente ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA.

196. EXECUÇÃO FISCAL - ESTADUAL - 148/1998-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x TIEMI SHIMOHIRO TAKEMOTO - Mantenho a decisão por seus fundamentos. Aguarde-se provocação no arquivo. Int. Adv. do Exequente ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA.

197. EXECUÇÃO FISCAL - ESTADUAL - 306/1998-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x JR FRACARO INFORMATICA LTDA - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Adv. do Exequente ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA.

198. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 155/2000-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x NELSON ANTONIO SABADIN - Trata-se de

execução fiscal municipal em que houve arrematação e depósito do valor em juízo. DECIDO. O Estado do Paraná não comprovou que houve penhora sobre o bem e, aSSIm, não é possível reconhecer a sua preferência sobre o resultado da arrematação. O E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná já se manifestou nesse sentido: AGRAV ANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ AGRAV ADO: INFIBRA DO PARANÁ CIMENTO AMIANTO LTDA E MUNICÍPIO DE LONDRINA RELATOR: DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL PROMOVIDA PARA A COBRANÇA DE TRIBUTOS ESTADUAIS ARREMATAÇÃO EM HASTA PÚBLICA EXPEDIÇÃO DE CARTA DE ARREMATAÇÃO INTELIGÊNCIA DO ART. 130 E PARÁGRAFO ÚNICO DO CTN SUB-ROGAÇÃO NO VALOR ARREMATADO QUANTIA SUFICIENTE PARA COBRIR A QUANTIA EXECUTADA E A QUITAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS CONCURSO DE CREDORES PREFERÊNCIA INAPLICABILIDADE DO ART. 187, DO CTN E ART. 29, DA LEI N° 6.830/80 NO CASO EM QUESTÃO RECURSO IMPROVIDO. I É pacífico o entendimento de que, a teor do que prescreve o art. 130 e parágrafo único do CTN, alienado o bem em hasta pública, a sub-rogação faz-se no valor do bem arrematado. tributários, insculpida no art. 137, do CTN e art. 29, da LEF, aplica-se quando houver execução promovida por entes públicos distintos, em que haja a penhora sobre o mesmo bem imóvel. (TJPR - Ia C.Cível - AI 0607479-5 - Londrina - Rel.: Des. Rubens Oliveira Fontoura - Unânime - J. 15.12.2009) Assim, deverá haver a seguinte ordem de pagamento: Custas processuais, Honorários da Curadora, em valor atual de R$545,OO, Crédito do Município de CascavellPR Preclusa esta decisão, expeçam-se os alvarás de levantamento e manifeste-se a exequente quanto à extinção do feito. Intimem-se. Advs. do Exequente ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA e MARIA SALUTE SOMARIVA e Advs. do Executado SHIRLEI DALVA BENTO, CHARLES PEREIRA LUSTOSA SANTOS e ANTONIO CARLOS SILVA KUHN.

199. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 135/2002-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x DORALINO FRANCISCO SABADIN e outro - Indefiro o apensamento, diga a exequente o que pretende. Intime-se. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

200. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 432/2002-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x AGRO PECUARIA DELTA LTDA - A decisão já transitou em julgado e assim, nada a reconsiderar, intime-se e arquivem-se Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

201. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 11/2003-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x SANDRA TODESCATT & CIA LTDA - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

202. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 26/2003-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x TEIXEIRA & PASSOS LTDA - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

203. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 27/2003-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x OXLEY REPRESENTAÇOES COMERCIAIS LTDA - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

204. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 28/2003-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x COMERCIO DE FERRO VELHO ZANIN LTDA - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

205. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 45/2003-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x PEREIRA & CALADO LTDA - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

206. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 47/2003-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x J OLIVEIRA E M MOREIRA LTDA - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

207. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 54/2003-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x FERREIRA LINS & CIA LTDA - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

208. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 61/2003-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x CENTRO DE UMBANDA CABOCLO GUARACY - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

209. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 392/2003-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x VILMAR FROEDER - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

210. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 394/2003-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x PHENIX ASSESSORIA E VISTORIAS DE SINISTROS - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

211. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 395/2003-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x O PENA - CARTOGRAFIA E TOPOGRAFIA LTDA - julgo EXTINTA a execução com base no art. 269 IV, do CPC, diante da prescrição. Sem custas processuais, pois o fisco não tem opção em ajuizar ou não qualquer execução (art. 141 do CTN) bem como art. 39 da LEF. Sentença SEM reexame necessário, por ser inferior a 60 salários mínimos. Publique-se, registre-se e Intimem-se. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

212. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 426/2004-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x OSCAR SORBARA - Manifeste-se o exequente. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA e Adv. do Executado EDINALDO LINHARES DE OLIVEIRA.

213. EXECUÇÃO FISCAL - OUTRAS - 16/2006-DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ - DETRAN/PR x LUIZ CARLOS PEREIRA - Sobre os valores bloqueados via Sistema BACEN-JUD, (R$ 63,62), diga o exequente. Advs. do Exequente ALDAIR TROVA DE OLIVEIRA, RONY MARCOS DE LIMA, MARCIO GOBBO COSTA, MARIZA HELENA TEIXEIRA, REGINA GUTIERREZ ARBALLO, VIVIANE CONSOLIN SMARZARO e MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO.

214. EXECUÇÃO FISCAL - ESTADUAL - 2/2008-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x TRANSBEME TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA. - É legitima a penhora de parte da renda de empresa, observando-se percentual que não inviabilize a continuidade dos negócios, razão pela qual, estimado o quantum debeatur, fixo em 30% sobre o valor do débito, o que deverá ocorrer até a satisfação da execução. Int. Dil. Advs. do Exequente RAFAEL AUGUSTO SILVA DOMINGUES e ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA e Adv. do Executado JULIANA FABYULA ZANELLA CLAUMANN.

215. EXECUÇÃO FISCAL - ESTADUAL - 0013455-65.2011.8.16.0021-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x SONIA APARECIDA LANGER TOSCAN - RECEBO OS EMBARGOS INFRINGENTES interpostos pelo Estado do Paraná, eis que tempestivos (art. 34, § 2, LEFJ. Reexaminando a sentença de extinção atacada, a mesma mio deve ser modificada, razão pela qual mantenho osfundamentos nela presentes, que resistem tis razões recursais, nos termos do art. 34, §2° LEF)e, via de conseqüência, REJEITO OS EMBARGOS OPOSTOS, ficando dispensada a manifestação do embargado diante da rejeição dos embargos e manutenção da decisão por seus próprios fundamentos. Intimem-se. Oportunamente, a rquivem-se. Advs. do Exequente ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA e EDUARDO LUIZ BUSSATTA.

216. EXECUÇÃO FISCAL - MUNICIPAL - 0023603-38.2011.8.16.0021-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR x UNICARD BANCO MÚLTIPLO S/A - Sobre a conta de fls. 46, digam as partes. Adv. do Exequente MARIA SALUTE SOMARIVA.

217. CARTA PRECATÓRIA - (106/2011) 0026048-29.2011.8.16.0021 - Oriundo da Comarca de SANTA HELENA/PR - BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x ILMO JOSE DAL SOTTO e outros - Ao requerente, para que efetue o preparo dos valores descritos, no prazo de 10 (dez) dias, a serem recolhidos através de Boleto Bancário disponível no site do TJPR (www.tjpr.jus.br). Diligência do Sr. Oficial de Justiça: R$198,00 (Guia de Oficial de Justiça, Banco: Caixa Econômica, Agência: 3983, Conta: 3940-6, Zona: 2), para que seja dado integral cumprimento no que fora requerido/determinado. Para confirmação do pagamenento do Sr. Oficial de Justiça, é necessário que a 1ª, 3ª e 5ª vias originais sejam apresentadas em cartório, devidamente protocoladas pela unidade arrecadadora ou acompanhadas de recibo. - Advs. do Requerente ALEXANDRE NELSON FERRAZ e MARCIO RUBENS PASSOLD.

218. CARTA PRECATÓRIA - 0028573-81.2011.8.16.0021-Oriundo da Comarca de CORNELIO PROCOPIO - PARANA - (194/2011) EXPEDITA MARIA VENDRAMINI e outro x EUCATUR - EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA - Aguardando custas iniciais no valor de R$-408.90 + R$- 9.40 de autuação + R$- 9.40 de expedição ofício/mandado e R$-50.00 de postagem, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL + diligências do Sr.Oficial de Justiça no valor de R$-49.50, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Banco 104, Agência 3983, Conta Corrente 3940-6, Zona 2, no prazo legal de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. - Adv. do Requerido ANDRE DE ARAUJO SIQUEIRA.

219. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS - 0028417-93.2011.8.16.0021-(692/2011) CEU AZUL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS

AGROPECUARIOS LTDA. x DAVI APARECIDO DE OLIVEIRA e outro - Aguardando custas iniciais no valor de R$-239.70 + R$- 9.40 de autuação + R$- 18.80 de expedição ofício/mandado e R$-50.00 de postagem, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL + diligências do Sr.Oficial de Justiça no valor de R $-, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Banco 104, Agência 3983, Conta Corrente 3940-6, Zona 2, no prazo legal de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. - Adv. do Requerente EDUARDO JESUS BORDIGNON.

220. MANDADO DE SEGURANÇA - 0028510-56.2011.8.16.0021- (693/2011) MARIA ESTER RODRIGUES x DIRETOR GERAL DA UNIOESTE CAMPUS DE CASCAVEL e outro - Aguardando custas iniciais no valor de R$-211.50 + R$- 9.40 de autuação + R$- 18.80 de expedição ofício/mandado e R$-25.00 de postagem, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL + diligências do Sr.Oficial de Justiça no valor de R$-99.00, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Banco 104, Agência 3983, Conta Corrente 3940-6, Zona 2, no prazo legal de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. - Adv. do Requerente CLAUDIA ULIANA ORLANDO.

221. ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO - 0028278-44.2011.8.16.0021- (694/2011) RODRIGO RODYNEY RODRIGUES x BANCO BRADESCO S/A e outro - Aguardando custas iniciais no valor de R$-352.50 + R$- 9.40 de autuação + R$-18.80 de expedição ofício/mandado e R$-50.00 de postagem, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL + diligências do Sr.Oficial de Justiça no valor de R $-, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Banco 104, Agência 3983, Conta Corrente 3940-6, Zona 2, no prazo legal de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. - Advs. do Requerente LILIAN NOVAKOSKI e ROBERTO LUIZ CELUPPI.

222. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0028753-97.2011.8.16.0021- (695/2011) BANCO ITAÚ S/A x WALDIR RICARDO SARTORETTO - Aguardando custas iniciais no valor de R$-817.80 + R$- 9.40 de autuação + R$- 9.40 de expedição ofício/mandado e R$-25.00 de postagem, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL + diligências do Sr.Oficial de Justiça no valor de R $-247.50, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Banco 104, Agência 3983, Conta Corrente 3940-6, Zona 2, no prazo legal de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. - Advs. do Exequente EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS e MAURI MARCELO BEVERVANÇO JÚNIOR.

223. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 0028749-60.2011.8.16.0021- (696/2011) AYMORÉ - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x APARECIDA PEREIRA BATISTA - Aguardando custas iniciais no valor de R$-817.80 + R$- 9.40 de autuação + R$- 9.40 de expedição ofício/mandado e R$-25.00 de postagem, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL + diligências do Sr.Oficial de Justiça no valor de R$-247.50, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Banco 104, Agência 3983, Conta Corrente 3940-6, Zona 2, no prazo legal de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. - Adv. do Requerente LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.

224. BUSCA E APREENSÃO (CONTENCIOSA) - 0028735-76.2011.8.16.0021- (697/2011) BANCO PANAMERICANO S.A. x ANTONIO CEZAR MIERSCH - Aguardando custas iniciais no valor de R$-592.20 + R$- 9.40 de autuação + R$- 9.40 de expedição ofício/mandado e R$-25.00 de postagem, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL + diligências do Sr.Oficial de Justiça no valor de R $-247.50, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Banco 104, Agência 3983, Conta Corrente 3940-6, Zona 2, no prazo legal de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. - Advs. do Requerente MARINA BLASKOVSKI e FABIANA SILVEIRA.

225. REPARACAO DE DANOS MORAIS - 0028915-92.2011.8.16.0021- (698/2011) S PRADO CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA. e outro x WAGNER PEREIRA DA MOTTA - Aguardando custas iniciais no valor de R$- + R$- 9.40 de autuação + R$- 9.40 de expedição ofício/mandado e R $-25.00 de postagem, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL + diligências do Sr.Oficial de Justiça no valor de R$-, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Banco 104, Agência 3983, Conta Corrente 3940-6, Zona 2, no prazo legal de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. - Adv. do Requerente JEAN CARLOS CONFORTIN.

226. OBRIGAÇÃO DE FAZER - 0029098-63.2011.8.16.0021- (699/2011) PEDRO PEGORARO e outro x BANESTADO PARTICIPAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO LTDA. - Aguardando custas iniciais no valor de R$-817.80 + R$- 9.40 de autuação + R$- 9.40 de expedição ofício/mandado e R$-25.00 de postagem, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL + diligências do Sr.Oficial de Justiça no valor de R$-, a ser recolhido por guia na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Banco 104, Agência 3983, Conta Corrente 3940-6, Zona 2, no prazo legal de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. - Adv. do Requerente RODRIGO JONAS SAVALHIA.

Cascavel, 29 de Setembro de 2011.
ELIZABETH AMARAL LOPES VILAR
ESCRIVA

# 2ª VARA CÍVEL

**P O D E R J U D I C I A R I O**
**COMARCA DE CASCAVEL - 2ª VARA CIVEL**
**JUÍZA DE DIREITO DRA. SANDRA REGINA BITTENCOURT SIMÕES**

**RELAÇÃO Nº134/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ACACIO PERIN 0080 001881/2008
ADELINO MARCON 0007 001312/1995
0134 000737/2010
ADEMIR GIORDANI 0157 001249/2010
ADOLFO JOSE FRANCIOLI CEL 0065 000923/2008
0178 002406/2010
0193 000644/2009
ADONIRAN RIBEIRO DE CASTR 0049 001636/2007
ADRIANA LAGNADO 0063 000696/2008
ADRIANA TONET 0123 000552/2010
ADRIANE TURIN DOS SANTOS 0194 000060/2011
AFONSO CELSO DOMINGUES CI 0005 000202/1995
ALCEU SCHWEGLER 0071 001022/2008
ALESSANDRA CRISTINA COELH 0094 001100/2009
ALESSANDRO PIERO LUCCA 0181 000204/2011
ALEX SANDER GALLIO 0110 001848/2009
ALEX WILSON DUARTE FERREI 0074 001207/2008
ALEXANDRE AUGUSTO DEVICCH 0155 001235/2010
ALEXANDRE DE AGUIAR MARIO 0024 000771/2004
ALEXANDRE DE ALMEIDA 0053 000348/2008
0055 000383/2008
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0033 000499/2006
0064 000845/2008
ALICE CUSTÓDIO 0091 001073/2009
ALVARO FABIO KREFTA 0052 000126/2008
ALVARO SCHENATO 0074 001207/2008
ALVARO SCHENATO 0076 001637/2008
ANA CAROLINA ROHR 0194 000060/2011
ANA CLAUDIA FINGER 0012 000990/1999
0048 001594/2007
0077 001742/2008
ANA CLAUDIA FINGER FRANCA 0076 001637/2008
ANA CLAUDIA FRANCA PODOLA 0061 000682/2008
ANA LETICIA FELLER 0008 000687/1996
ANA MARIA KONDRAT DA SILV 0144 001065/2010
ANA PAULA FEDRIGO 0020 000135/2002
0106 001689/2009
ANA PAULA FINGER MASCAREL 0012 000990/1999
0048 001594/2007
0076 001637/2008
0077 001742/2008
ANA PAULA GUARENGHI 0112 002210/2009
ANA ROSA DE LIMA LOPES BE 0172 001868/2010
ANA TEREZA PALHARES BASIL 0128 000599/2010
ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANET 0172 001868/2010
0177 002404/2010
ANDRE VINICIUS BECK LIMA 0074 001207/2008
ANDREA CRISTIANE GRABOSVK 0127 000593/2010
0168 001682/2010
ANDREIA APARECIDA AGUILAR 0114 000084/2010
ANDREY DE JESUS ZORNITTA 0079 001817/2008
ANDREY HERGET 0074 001207/2008
0076 001637/2008
ANDRÉIA FEDERLE 0029 000226/2005
ANGELA FABIANA BUENO DE S 0008 000687/1996
ANGELA MARIA SANCHEZ 0015 000267/2000
ANGELO OVILDO ZANUZO DENA 0006 000852/1995
ANTONIO CARLOS MARTELI 0074 001207/2008
ANTONIO CARLOS S.KUHN 0039 000342/2007
ANTONIO PAULO DA SILVA 0121 000455/2010
0138 000827/2010
ANTONYO LEAL JUNIOR 0128 000599/2010
ARI CARLOS CANTELE 0071 001022/2008
ARIANE FERRAIOLO DE FREIT 0096 001214/2009
ARLEY MOZEL 0052 000126/2008
ARLINDO RIALTO JUNIOR 0099 001258/2009
ARMANDO LUIS MARCON 0007 001312/1995
ARMANDO RICARDO DE SOUZA 0115 000183/2010
0139 000879/2010
ARTHUR SABINO DAMASCENO 0060 000654/2008
ARY DA SILVA FILHO 0097 001224/2009
AUGUSTINHO DA SILVA 0032 000286/2006
AUGUSTO JOSÉ BITTENCOURT 0013 001002/1999
0049 001636/2007
0072 001152/2008
0149 001128/2010
AUGUSTO JOSÉ BITTENCOURT 0055 000383/2008
AUGUSTO PASTUCH DE ALMEID 0016 000381/2000
BLAS GOMM FILHO 0037 000284/2007
0043 000581/2007
BRAULIO BELINATI GARCIA 0017 000745/2000
0068 000962/2008
0162 001614/2010
0163 001616/2010
0164 001617/2010
0165 001618/2010
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0161 001462/2010
BRUNO DI MARINO 0128 000599/2010
CAIO FAVA FOCACCIA 0128 000599/2010

CAMILA PASQUAL 0113 000027/2010
CARLA ROBERTA DOS SANTOS 0093 001091/2009
CARLISE ZASSO POSSEBON DO 0159 001360/2010
CARLOS ALBERTO BORTOLOTO 0046 001531/2007
0050 001695/2007
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIR 0007 001312/1995
CARLOS ALBERTO SILIPRANDI 0123 000552/2010
CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SI 0151 001182/2010
CARLOS EDUARDO DOS SANTOS 0148 001098/2010
CARLOS EDUARDO QUADROS DO 0159 001360/2010
CARLOS JOSE DAL PIVA 0067 000957/2008
0078 001752/2008
CAROLINA CECÍLIA PICCININ 0052 000126/2008
CAROLINA MIZUTTA 0096 001214/2009
CAROLINE SPADER 0074 001207/2008
0076 001637/2008
CASSIANO RICARDO RÉGIAS 0083 000184/2009
CELSO SOUZA GUERRA JUNIOR 0099 001258/2009
CERINO LORENZETTI 0136 000777/2010
CESAR AUGUSTO DE FRANÇA 0084 000188/2009
CESAR AUGUSTO TERRA 0101 001310/2009
CHAIANY BATISTA 0077 001742/2008
0138 000827/2010
CHRISTIANE MASSARO LOHMAN 0034 000851/2006
CIBELLE DE AZEVEDO 0096 001214/2009
CIRO BRÜNING 0112 002210/2009
0194 000060/2011
CLARA VAINBOIM 0174 001958/2010
CLAUDIA DENARDIN DONA 0006 000852/1995
CLAUDIA E. C. VAN HEESEWI 0060 000654/2008
CLAUDIA MONTARDO RIGONI 0060 000654/2008
CLAUDIO JOSE ABREU FIGUEI 0065 000923/2008
CLEBER HAEFLIGER 0047 001569/2007
CLEVERTON LORDANI 0148 001098/2010
CRESTIANE ANDREIA ZANROSS 0022 000872/2003
0077 001742/2008
0138 000827/2010
CRISTIANE AGATTI STANOGA 0098 001238/2009
CRISTIANE FABIANA DE LIMA 0064 000845/2008
DANIELA CAROLINE TECCHIO 0030 000868/2005
DANIELI MICHELON DO VALLE 0142 001003/2010
DANUBIO CUNHA DA SILVA 0003 000359/1994
DARLON CARMELITO DE OLIVE 0191 000318/2008
DAYANE POLETTI DE MATTOS 0030 000868/2005
DESIREE L MUNIZ SANTOS GO 0149 001128/2010
DIEGO GURGACZ 0181 000204/2011
DIOGENES BERGAMIN DOS SAN 0151 001182/2010
DIRCEU EDSON WOMMER 0133 000676/2010
DOMINGOS BORDIN 0098 001238/2009
DORALICE FAGUNDES DOS SA 0125 000586/2010
EDSON RUBENS ANDRADE 0003 000359/1994
EDUARDO CHALFIN 0174 001958/2010
EDUARDO DESIDÉRIO 0182 000450/2011
EDUARDO OLEINIK 0125 000586/2010
0144 001065/2010
ELISABETE KLAJN 0032 000286/2006
ELISABETH REGINA VENÂNCIO 0154 001228/2010
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI 0086 000913/2009
0090 001064/2009
0102 001349/2009
ELLIAS ZORDAN 0002 000115/1994
ELVIS BITTENCOURT 0013 001002/1999
0049 001636/2007
0055 000383/2008
0072 001152/2008
0117 000254/2010
0135 000747/2010
0149 001128/2010
ELÓI CONTINI 0126 000591/2010
EMANUEL CARDOZO 0156 001247/2010
EMERSON ALFREDO FOGAÇA DE 0117 000254/2010
EMERSON DEUNER 0050 001695/2007
EMERSON RODRIGUES DA SILV 0071 001022/2008
ERLON ANTONIO MEDEIROS 0074 001207/2008
0076 001637/2008
ESTEVAO RUCHINSKI 0022 000872/2003
EVANDRO LUIZ CONTERNO 0116 000197/2010
EVARISTO ARAGAO SANTOS 0019 000895/2001
0023 000972/2003
0179 002476/2010
FABIANA ARAUJO TOMADON DA 0049 001636/2007
FABIANO CAMILLO 0155 001235/2010
FABIO ANDRÉ MARTINS ZAKSE 0120 000446/2010
FABIO JUNIOR BUSSOLARO 0094 001100/2009
FABIO LUIS ANTONIO 0182 000450/2011
FABIO PALAVER 0095 001150/2009
0140 000953/2010
0141 000956/2010
0162 001614/2010
0163 001616/2010
0164 001617/2010
0165 001618/2010
FABRICIO ROGERIO BECEGATO 0077 001742/2008
0106 001689/2009
FELIPE CORONA MENEGASSI 0174 001958/2010
FELLIPE BARROS DO REGO 0013 001002/1999
FERNANDA RIBEIRETE DE SOU 0112 002210/2009
FERNANDO LOPES PEDROSO 0121 000455/2010
0138 000827/2010
FERNANDO LUIZ JOHANN 0044 000922/2007
0050 001695/2007
FLÁVIO PENTEADO GEROMINI 0060 000654/2008
FRANCIELI DIAS 0123 000552/2010
FRANCIOLI BAGATIN 0021 001079/2002
FRANCISCO LEITE DA SILVA 0089 001003/2009
GABRIELA FAGUNDES GONÇALV 0060 000654/2008
GERSON DA LUZ SOUZA 0038 000295/2007
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0060 000654/2008
GILBERTO NALON GONZAGA 0158 001251/2010
GILBERTO STINGLIN LOTH 0028 000185/2005
GILCEO JAIR KLEIN 0005 000202/1995
0031 001090/2005
GILVANA PESSI MAYORCA CAM 0022 000872/2003
GIOVANA LAZZARIN BAVARESC 0130 000647/2010
GIOVANA PICOLI 0138 000827/2010
GIOVANI WEBBER 0082 000055/2009
GIOVANNI ANTÔNIO DE LUCA 0186 000857/2011
GISELE KARINE COSTA 0155 001235/2010
GUILHERME JOSÉ CARLOS DA 0039 000342/2007
GUSTAVO DE ALMEIDA FLESSA 0016 000381/2000
GUSTAVO HENRIQUE DIETRICH 0008 000687/1996
0018 000300/2001
GUSTAVO HENRIQUE DIETRICH 0175 002232/2010
HELENA DE TOLEDO COELHO G 0173 001910/2010
HELIO LUIZ VITORINO BARCE 0124 000561/2010
HELIO QUERINO JOST 0005 000202/1995
HERIBERTO RODRIGUES TEIXE 0036 000241/2007
0112 002210/2009
HIGOR OLIVEIRA FAGUNDES 0088 000997/2009
HUMBERTO OTTO MAHLMANN 0067 000957/2008
ILAN GOLDBERG 0174 001958/2010
ILDO FORCELINI 0015 000267/2000
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0060 000654/2008
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0023 000972/2003
0025 000993/2004
0033 000499/2006
0054 000360/2008
0087 000979/2009
0104 001440/2009
0108 001724/2009
0161 001462/2010
0177 002404/2010
0179 002476/2010
0183 000454/2011
JAMIL IBRAHIM TAWIL FILHO 0105 001582/2009
JANE CHIRLEY BRANDÃO 0080 001881/2008
JANE MARIA VOISKI PRONER 0093 001091/2009
JANETE MARIA CLASER DA SI 0170 001713/2010
JEAN CARLO JACUBOWSKI 0151 001182/2010
JEAN CARLOS CAMOZATO 0059 000653/2008
JEAN CARLOS MARTINS FRANC 0111 002081/2009
0133 000676/2010
JEFFERSON KAMINSKI 0071 001022/2008
JESUS FERRAZ RIBEIRO 0015 000267/2000
JOAO DOMINGOS TONELLO 0012 000990/1999
JOAO PAULO STRAUB 0049 001636/2007
JONATHAN MICHELSON ESTEVE 0116 000197/2010
JORGE ANDRÉ RITZMANN DE O 0103 001391/2009
0072 001152/2008
JORGE APPI DE MATTOS 0018 000300/2001
0131 000657/2010
JORGE JOSÉ DOMINGOS NETO 0159 001360/2010
JORGE LUIZ DE MELLO 0054 000360/2008
0094 001100/2009
JORGE LUIZ DE MELO 0176 002248/2010
JOSE ALBERTO DIETRICH FIL 0008 000687/1996
0175 002232/2010
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NO 0087 000979/2009
JOSE FERNANDO MARUCCI 0159 001360/2010
JOSE FERNANDO VIALLE 0113 000027/2010
0120 000446/2010
JOSE LEOCADIO LUSTOSA DOS 0014 000133/2000
JOSE MAURICIO GNATA TELLE 0112 002210/2009
JOSE RICARDO MESSIAS 0100 001305/2009
JOSE VICENTE GUTIERRES 0018 000300/2001
JOSLAINE MONTANHEIRO ALCÂ 0072 001152/2008
JOSLAINE MONTENHEIRO ALCÂ 0103 001391/2009
JOSMAR SOLISNKI 0105 001582/2009
JOSÉ MAURICIO LUNA DOS AN 0009 000829/1997
0187 000624/2007
JOSÉ RENACIR MARCONDES 0029 000226/2005
0070 000980/2008
JULIANE BUBLITZ FERREIRA 0017 000745/2000
JULIANE FEITOSA SANCHES 0060 000654/2008
JULIANO ANDRESSO PAESE 0014 000133/2000
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 0166 001658/2010
JULIANO RICARDO TOLENTINO 0012 000990/1999
0048 001594/2007
0076 001637/2008
0077 001742/2008
0146 001092/2010
0147 001096/2010
JULIO CESAR DA ROCHA 0182 000450/2011
JULIO CESAR DALMOLIN 0023 000972/2003
0033 000499/2006
0054 000360/2008
0087 000979/2009
0104 001440/2009

0108 001724/2009
0161 001462/2010
0177 002404/2010
0179 002476/2010
0183 000454/2011
JULIO CESAR PIUCI CASTILH 0121 000455/2010
JURANDIR RICARDO PARZIANE 0035 001138/2006
KARINA WEBER CARDOZO 0156 001247/2010
KENNEDY MACHADO 0008 000687/1996
KENNEDY MACHADO 0026 001029/2004
0065 000923/2008
KLEBER DE OLIVEIRA 0007 001312/1995
0134 000737/2010
KLEBER FRANCO DE LIMA 0075 001429/2008
LAERCIO ALCANTARA DOS SAN 0016 000381/2000
LAERCION ANTONIO WRUBEL 0018 000300/2001
0145 001077/2010
LARISSA ELIDA SASS 0152 001208/2010
LAURI DA SILVA 0072 001152/2008
LAURO BALDI DA SILVA 0044 000922/2007
LAURO FERNANDO ZANETTI 0025 000993/2004
LAURO HENRIQUE LUNA DOS A 0139 000879/2010
LEANDRO DE OLIVEIRA 0041 000394/2007
LEANDRO DE QUADROS 0048 001594/2007
0077 001742/2008
0146 001092/2010
0147 001096/2010
LEILA REGINA FUSINATTO 0027 001052/2004
LEONARDO PARZIANELLO 0035 001138/2006
LETICIA CRISTINA BEISEK 0102 001349/2009
LINO MASSAYUKI ITO 0042 000558/2007
0057 000536/2008
0066 000940/2008
LISMARA DAILEY KULKA VACA 0088 000997/2009
LOUISE RAINER PEREIRA GIO 0129 000611/2010
0132 000662/2010
LUANA DE SOUSA COSTA ZANA 0040 000362/2007
LUCIANA CRISTIANE NOVAKOS 0077 001742/2008
0138 000827/2010
0142 001003/2010
LUCIANA SEZANOWSKI MACHAD 0058 000554/2008
LUCIANO ANGHINONI 0060 000654/2008
LUCIANO BRAGA CÔRTES 0105 001582/2009
LUCIANO MEDEIROS PASA 0192 000547/2009
LUCILEI ORIBKA 0144 001065/2010
LUCILENE SMITH 0173 001910/2010
LUCIO BAGIO ZANUTO JUNIOR 0016 000381/2000
LUCIO MAURO NOFFKE 0082 000055/2009
LUCIUS MARCUS OLIVEIRA 0071 001022/2008
0085 000756/2009
0118 000297/2010
LUIS CARLOS MIGLIAVACCA 0005 000202/1995
0024 000771/2004
LUIS FELIPE LEMOS MACHADO 0091 001073/2009
LUIS HENRIQUE TORTOLA 0049 001636/2007
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0007 001312/1995
LUIZ ALBERTO DOS SANTOS 0113 000027/2010
LUIZ CARLOS PASQUALINI 0008 000687/1996
LUIZ FELIPE RODRIGUES FAL 0035 001138/2006
0100 001305/2009
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0168 001682/2010
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0185 000848/2011
LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VI 0019 000895/2001
0087 000979/2009
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0060 000654/2008
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSK 0128 000599/2010
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0023 000972/2003
0179 002476/2010
LUÍS ALBERTO BORDIN 0098 001238/2009
MARCELO BARZOTTO 0048 001594/2007
0053 000348/2008
MARCELO MOCO CORREA 0135 000747/2010
MARCELO POSSAMAI 0073 001166/2008
MARCELO RICARDO URIZZI DE 0148 001098/2010
MARCELO VIEIRA DE PAULA 0083 000184/2009
MARCIA FERNANDA C. R. JOH 0044 000922/2007
MARCIA LORENI GUND 0023 000972/2003
0025 000993/2004
0033 000499/2006
0054 000360/2008
0087 000979/2009
0104 001440/2009
0108 001724/2009
0161 001462/2010
MARCIO ALEXANDRE CAVENAGU 0111 002081/2009
0133 000676/2010
MARCIO LUIZ BLAZIUS 0136 000777/2010
MARCIO RODRIGO FRIZZO 0136 000777/2010
MARCO ANTONIO PADOVANI 0158 001251/2010
MARCOS ABIMAEL DE FREITAS 0181 000204/2011
MARCOS ANTONIO GRALHA 0021 001079/2002
MARCOS RODRIGUES DA MATA 0042 000558/2007
0057 000536/2008
0066 000940/2008
MARCOS VINICIUS BOSCHIROL 0046 001531/2007
0079 001817/2008
0082 000055/2009
0092 001081/2009
0110 001848/2009
0134 000737/2010
MARIA AMELIA CASSIANA MAS 0169 001683/2010
MARIA EUGENIA MORITZ TRAM 0021 001079/2002
MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃ 0019 000895/2001
MARIA LUCILIA GOMES 0058 000554/2008
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0171 001793/2010
MARIO MARCONDES NASCIMENT 0111 002081/2009
0133 000676/2010
MARISTELA BUSETTI 0190 000317/2008
MARLENE JORDÃO DA MOTTA A 0028 000185/2005
MARLENE LEITHOLD 0095 001150/2009
MARLUS JORGE DOMINGOS 0159 001360/2010
MARTA DIAS DE FRANÇA 0020 000135/2002
0167 001676/2010
MATHEUS DIACOV 0064 000845/2008
MAURI MARCELO BEVERVANÇO 0023 000972/2003
0179 002476/2010
MAURICIO BERTO 0055 000383/2008
0056 000385/2008
MAURO ALEXANDRE KRAISMANN 0118 000297/2010
MAURÍCIO BELESKI DE CARVA 0178 002406/2010
MAYKON CRISTIANO JORGE 0050 001695/2007
MICHEL ARON PLATCHEK 0016 000381/2000
MICHELI TONET POPIOLEK 0144 001065/2010
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0111 002081/2009
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0133 000676/2010
MILTON OLIZAROSKI 0111 002081/2009
MONALISA MICHEL 0029 000226/2005
MONICA PIMENTEL DE SOUZA 0188 000314/2008
0189 000316/2008
0190 000317/2008
0191 000318/2008
MORIANE PORTELLA GARCIA 0060 000654/2008
MURILO FRANCISCO TEODORO 0011 000574/1999
0015 000267/2000
MÁRCIA L. GUND 0177 002404/2010
0179 002476/2010
0183 000454/2011
MÁRCIA REGINA LOPES DA CO 0149 001128/2010
MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI 0017 000745/2000
0068 000962/2008
0161 001462/2010
0163 001616/2010
MÔNICA MOLIN 0167 001676/2010
NADIA MAZUREK 0098 001238/2009
NANCI T ZIMMER RIBEIRO LO 0007 001312/1995
NATHALIA KOWALSKI FONTANA 0132 000662/2010
NEIMAR BATISTA 0105 001582/2009
NELSON FAGUNDES 0088 000997/2009
NERI LUIZ SIMON 0138 000827/2010
NESTOR VALDO VISINTIM 0022 000872/2003
NEUSA FATIMA REFATTI 0123 000552/2010
NEUSA MARA LEMOS 0001 000314/1991
NILBERTO RAFAEL VANZO 0027 001052/2004
0142 001003/2010
NILTON LUIZ ANDRASCHKO 0041 000394/2007
OKSANDRO OSDIVAL GONCALVE 0173 001910/2010
OLAVO DAVID JUNIOR 0157 001249/2010
OLIVALDO BATISTA DA SILVA 0049 001636/2007
ORILDO VOLPIN 0010 000982/1997
ORIVAL CORREA DE SIQUEIRA 0017 000745/2000
ORIVALDO LUZETTI 0003 000359/1994
ORLEY JUNIOR ZANATTA 0040 000362/2007
OSCAR JOAO MUGNOL 0020 000135/2002
OSORIO ALBERTO CARAZZAI 0004 000443/1994
PATRICIA FRANCISCO DE SOU 0072 001152/2008
PATRICIA MARA GUIMARÃES 0121 000455/2010
0138 000827/2010
PATRICIA SILVANA EINHARDT 0039 000342/2007
PAULO AUGUSTO CHEMIN 0176 002248/2010
PAULO GIOVANI FORNAZARI 0008 000687/1996
0018 000300/2001
PAULO JOSE GIARETA 0080 001881/2008
PAULO MAXIMILIAN W M SCHO 0174 001958/2010
PAULO RENATO FEDRIGO 0020 000135/2002
PAULO RENEU SIMOES DOS SA 0009 000829/1997
0018 000300/2001
0029 000226/2005
PAULO ROBERTO ANGHINONI 0060 000654/2008
PAULO ROBERTO PEGORARO JU 0134 000737/2010
PETRONIUS BRASIL LUCONI 0100 001305/2009
PRISCILA DO NASCIMENTO SE 0142 001003/2010
RAFAEL BARONI 0060 000654/2008
RAFAEL JACSON DA SILVA HE 0046 001531/2007
RAFAEL MOSELE 0059 000653/2008
RAFAEL PELLIZZETTI 0051 000103/2008
0075 001429/2008
RAFAELA DENES VIALLE 0120 000446/2010
RANGEL FONSECA DE BRITO 0013 001002/1999
REGINA MARIA TONNI MUGNOL 0065 000923/2008
0109 001756/2009
REGIS PANIZZON ALVES 0072 001152/2008
0149 001128/2010
REINALDO MIRICO ARONIS 0065 000923/2008
RENATA PEREIRA COSTA DE O 0090 001064/2009
0172 001868/2010
0180 002485/2010
RITA DE CASSIA CORREA DE 0023 000972/2003
0179 002476/2010

ROBERTO TRES 0039 000342/2007
ROBSON FERNANDO BARROS DE 0107 001719/2009
RODRIGO CESAR CALDEIRA 0113 000027/2010
RODRIGO CORONA MENEGASSI 0174 001958/2010
ROGACIANO SARAIVA DE OLIV 0008 000687/1996
ROGERIO AUGUSTO DA SILVA 0122 000493/2010
0137 000797/2010
0143 001050/2010
0160 001366/2010
ROGERIO GHOHMANN SFOGGIA 0062 000689/2008
ROGERIO LOPES MELO 0021 001079/2002
ROGERIO PETRONILHO 0042 000558/2007
ROMARA COSTA BORGES DA SI 0058 000554/2008
RONALDO JOSE E SILVA 0008 000687/1996
ROSANE MARQUES DE SOUZA 0008 000687/1996
0026 001029/2004
0065 000923/2008
ROSANGELA CORREA DA ROCHA 0171 001793/2010
ROSANGELA DIAS GUERREIRO 0084 000188/2009
ROSANI ROTTA MORETTI 0069 000976/2008
ROSEMAR ANGELO MELO 0047 001569/2007
ROSILEI NUNES DOS ANJOS 0187 000624/2007
ROSILENY VANZELLA DE ASSI 0170 001713/2010
RUBEM DARLAN FERRARI MORE 0153 001209/2010
0181 000204/2011
RUBENS JOSÉ DE SOUZA JUNI 0115 000183/2010
RUI DA FONSECA 0116 000197/2010
SANDRA CALABRESE SIMÃO 0154 001228/2010
SANDRO LUIZ WERLANG 0018 000300/2001
0145 001077/2010
SANDRO MATTEVI DAL BOSCO 0175 002232/2010
SANTINO RUCHINSKI 0022 000872/2003
0077 001742/2008
0138 000827/2010
0142 001003/2010
SERGIO RICARDO TINOCO 0009 000829/1997
0018 000300/2001
0184 000787/2011
SERGIO SCHULZE 0045 001471/2007
0081 000025/2009
0086 000913/2009
0102 001349/2009
SERGIO SOARES DE JESUS MO 0004 000443/1994
SHIRLEY NUNES 0144 001065/2010
SIDINEI JOAO STRAUS 0036 000241/2007
SIGISFREDO HOEPERS 0119 000403/2010
SILVERIO PETRONILHO 0042 000558/2007
SIRLEI ROSSI KISSULA 0038 000295/2007
SOLANGE DA SILVA MACHADO 0130 000647/2010
SORAIA DE FARIA LEITE LAC 0080 001881/2008
SUELI BEVILAQUA SELLA 0148 001098/2010
SUELI MARIA OLTRAMARI 0010 000982/1997
SYLVIO LUIZ ROSSI KISSULA 0038 000295/2007
SYLVIO TADDEU DE CARVALHO 0144 001065/2010
SÉRGIO DOS SANTOS SILVEIR 0115 000183/2010
TADEU CERBARO 0126 000591/2010
TADEU KARASEK JUNIOR 0150 001146/2010
TATHIANA MARCONDES 0070 000980/2008
TATIANA VALESCA VROBLEWSK 0045 001471/2007
0081 000025/2009
TATIANE A. LANGE 0176 002248/2010
TATIANE APARECIDA LANGE 0054 000360/2008
0094 001100/2009
TATIANE MUNCINELLI 0060 000654/2008
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBI 0019 000895/2001
TERESINHA DEPUBEL DANTAS 0008 000687/1996
TEREZINHA DEPUBEL DANTAS 0130 000647/2010
TIAGO ALEXANDRE GRANDO 0024 000771/2004
0077 001742/2008
TIAGO DAMIANI 0155 001235/2010
VALDIR CEZAR MILANI 0111 002081/2009
VALERIA CARAMURU CICARELL 0033 000499/2006
VANESSA BARROS DE SOUSA 0107 001719/2009
VICTOR DANIEL MORETTI 0069 000976/2008
VICTOR HUGO LOHMANN 0034 000851/2006
VILMAR ZORNITTA 0079 001817/2008
VITOR CESAR BONVINO 0121 000455/2010
VITOR HUGO SCARTEZINI 0157 001249/2010
VLADIMIR DE MARCK 0036 000241/2007
WALTER BORGES CARNEIRO 0016 000381/2000
WALTER LUIS ANTONIASSI 0015 000267/2000
WIVIANE CRISTINA PERIN 0033 000499/2006

1. DECLARACAO DE AUSENCIA-314/1991-LUCILIA DULCI HACHMANN LUERSEN x WALTER LUERSEN-Despacho de fls. 287. 'Defiro o pedido de suspensão de fl. 286. Aguarde-se por trinta (30) dias. Decorrido o prazo, manifeste-se a exequente. Int. Dil.' -Adv. NEUSA MARA LEMOS-.

2. INDENIZACAO-115/1994-MARA LUCIA GASPARINI MARTINI x IUNG TRANSPORTADORA LTDA-Despacho de fls. 389. '1. Intime-se o autor através do advogado, para impulsionar o feito no prazo de dez (10) dias, sob pena de extinção (art. 267, II e III, do CPC). 2. Decorrido o prazo não havendo manifestação, voltem para extinção.' -Adv. ELLIAS ZORDAN-.

3. EMBARGOS A EXECUCAO-359/1994-CELSO ANTONIO BREDA x ARNALDO VIEIRA DE BARROS-Despacho de fls. 389. 'Indefiro o retro requerido posto que a questão já restou analisada no despacho de fls. 367 e novamente às fls. 384. Arquivem-se os autos.' -Advs. DANUBIO CUNHA DA SILVA, EDSON RUBENS ANDRADE e ORIVALDO LUZETTI-.

4. REPARACAO DE DANOS-443/1994-SERGIO LUIZ CECHIM x JOAO MARIA BRASIL MONTEIRO e outro- Despacho de fls.261. Defiro o pedido de fl.260, intimem-se os executados conforme requerido.-Advs. OSORIO ALBERTO CARAZZAI e SERGIO SOARES DE JESUS MORAES-.

5. RECONHEDC.DE SOCIED.DE FATO-202/1995-ANA LUIZA STRAPASSON x WALFRIDO VARGAS e outros-A conta e preparo de fls. 234. 'Total do Escrivão: R$ 11,28; Total do Distribuidor: R$ 11,49; Total do Contador: R$ 10,09; Total das Custas: R$ 32,86.' ===>Guias disponíveis no Portal TJ/PR. -Advs. HELIO QUERINO JOST, GILCEO JAIR KLEIN, LUIS CARLOS MIGLIAVACCA e AFONSO CELSO DOMINGUES CID-.

6. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-852/1995-CLAIR BERTOGLIO x EUGENIO LAMB e outro-Despacho de fls. 142. 'Defiro o pedido de fls. 135/136. Oficie-se para penhora no rosto dos autos. Após, manifeste-se a exequente. Intimem-se.' -Advs. ANGELO OVILDO ZANUZO DENARDIN e CLAUDIA DENARDIN DONA-.

7. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-1312/1995-UNIBANCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x HERMINIO PINTO VIEIRA e outros-Despacho de fls. 193. 'Arquive-se.' -Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON, CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA FRAGA, NANCI T ZIMMER RIBEIRO LOPES, ADELINO MARCON, ARMANDO LUIS MARCON e KLEBER DE OLIVEIRA-.

8. INDENIZACAO-687/1996-VESPASIANO SARAIVA DE OLIVEIRA e outros x MUNICIPIO DE CASCAVEL e outro-Despacho de fls. 490. 'Ante o contido à fls. 433, manifestem-se as partes em cinco (05) dias.' -Advs. ROGACIANO SARAIVA DE OLIVEIRA, JOSE ALBERTO DIETRICH FILHO, GUSTAVO HENRIQUE DIETRICH, PAULO GIOVANI FORNAZARI, TERESINHA DEPUBEL DANTAS, KENNEDY MACHADO, ROSANE MARQUES DE SOUZA, RONALDO JOSE E SILVA, ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO, LUIZ CARLOS PASQUALINI e ANA LETICIA FELLER-.

9. RESCISAO DE CONTRATO-829/1997-CLOVER EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA x JANETA SILVEIRA MARTINS - ME-Despacho de fls.93. Defiro o pedido de suspensão de fl.92. Aguarde-se por seis (06) meses. Decorrido o prazo, manifeste-se a exequente. Int.Dil. -Advs. SERGIO RICARDO TINOCO, PAULO RENEU SIMOES DOS SANTOS e JOSÉ MAURICIO LUNA DOS ANJOS-.

10. EMBARGOS DE TERCEIROS-982/1997-MARIA SALVINI e outro x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A-Despacho de fls. 108. '1. Baixem os autos ao Cartório Distribuidor para cumprimento do contido no Código de Normas item 5.8.1, bem como ao Contador Judicial para elaboração das custas processuais. 2. Intime-se o executado, através seu Procurador Judicial, para o pagamento em 15 dias, ciente o executado que sobre o débito incidirá multa de 10% (art. 475-J do CPC) e mais 10% de verba honorária sobre o valor da execução. Nesta hipótese, proceda-se a penhora e avaliação, intimando-se o executado, que poderá oferecer impugnação em 15 dias (Art. 475-J, parágrafo 1°, do CPC). Expeça-se mandado ou carta precatória.' -Advs. SUELI MARIA OLTRAMARI e ORILDO VOLPIN-.

11. HABILITACAO DE CREDITO-574/1999-MURILO FRANCISCO TEODORO x AUTO POSTO FOX LTDA-Certidão de fls. 82. 'CERTFICIO que de acordo com o Art. 162 § 4° do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria n° 01/09 de 14/04/09, encaminho os presentes autos a veiculação a fim de intimar a parte autora para manifestar-se acerca da petição juntada de fls. 65/81.' -Adv. MURILO FRANCISCO TEODORO-.

12. REVISIONAL DE CONTRATO-990/1999-CELSO CARNEIRO SOUTO e outro x BANCO BRADESCO SA-Despacho de fls. 339. 'Indefiro o requerimento de fls. 302 e 338 por não haver na sentença qualquer ressalva neste sentido, certo que eventual 'lacuna' deveria ter sido suprida mediante a oposição de embargos diante a oposição de embargos de declaração. Digam as partes. Nada sendo requerido, arquivem-se.' -Advs. JOAO DOMINGOS TONELLO, ANA PAULA FINGER MASCARELLO, ANA CLAUDIA FINGER e JULIANO RICARDO TOLENTINO-.

13. ORDINARIA DE TUTELA ANTECIPAT-1002/1999-IGUACU POCOS ARTESIANOS LTDA x COOPERATIVA AGROPECUARIA DE CANDIBA RESP. LTDA-Despacho de fls. 224. 'Proceda-se o bloqueio vis Sistema RENAJUD conforme requerido.' ===>Certidão de fls. 225. 'Certifico que em cumprimento ao r. despacho de fls. 224, procedi o bloqueio de transferência do veículo em nome do executado, conforme segue adiante.' -Advs. AUGUSTO JOSÉ BITTENCOURT, ELVIS BITTENCOURT, RANGEL FONSECA DE BRITO e FELLIPE BARROS DO REGO-.

14. RESCISAO DE CONTRATO-133/2000-JURUATAN JUBEL PEREIRA DA SILVA e outro x JOSE ANTONIO BASSO-Despacho de fls. 181. '1. A conta de custas e despesas processuais. 2. Feita à conta intime-se o réu para preparo da conta de custas de cinco (05) dias, não havendo manifestação intime-se pessoalmente.' ===>A conta e preparo de fls. 195. 'Total do Escrivão: R$ 11,28; Total do Distribuidor: R$ 6,53; Total do Contador: R$ 10,09; Total das Custas: R$ 27,90.' -Advs. JOSE LEOCADIO LUSTOSA DOS SANTOS e JULIANO ANDRESSO PAESE-.

15. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-267/2000-IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A x IRMAOS WIRTTI LTDA e outros-Despahco de fls. 459. '(...) À conta de custas. A seguir, nada sendo requerido, arquivem-se.' ===>A conta e preparo de fls. 466. 'Total do Escrivão: R$ 25,38; Total das Custas: R$ 25,38.' ===>Guia disponível no Portal TJ/PR. -Advs. ANGELA MARIA SANCHEZ, WALTER LUIS ANTONIASSI, JESUS FERRAZ RIBEIRO, MURILO FRANCISCO TEODORO e ILDO FORCELINI-.

16. COMINATORIA-0000844-66.2000.8.16.0021-COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA x H J LAURINDO & CIA LTDA-Despacho de fls. 1160. '1. Recebo o recurso adesivo de fls. 1152/1156 em seus efeitos legais. 2. Vista a parte contrária para, querendo, apresentar contra razões no prazo legal. 3. Após, cumpra-se o despacho de fls. 1138. 4. Intimem-se.' ===>O Autor apresentou recurso de apelação adesiva às fls. 1152. -Advs. GUSTAVO DE ALMEIDA FLESSAK,

AUGUSTO PASTUCH DE ALMEIDA, WALTER BORGES CARNEIRO, LAERCIO ALCANTARA DOS SANTOS, MICHEL ARON PLATCHEK e LUCIO BAGIO ZANUTO JUNIOR-.

17. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-745/2000-LOURENCO EUCLIDES MALUCELLI JUNIOR e outro x BANCO ITAU S/A-A conta e preparo de fls. 193. 'Total do Escrivão: R$ 5,64; Total do Distribuidor: R$ 6,53; Total das Custas: R$ 12,17.' ===>Guias disponíveis no Portal TJ/PR. -Advs. JULIANE BUBLITZ FERREIRA, ORIVAL CORREA DE SIQUEIRA JUNIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI-.

18. INDENIZATORIA DE DANOS-300/2001-BYOFLORA FARMACIA E MANIPULACAO LTDA x JORNAL HOJE LTDA e outro-Despacho de fls. 608. 'Defiro o pedido de fl. 602 e 607, intime-se conforme requerido.' ===>Petição do Exequente às fls. 607. '... reitera o seguinte pedido, já formulado à fl. 602, pugnando pela intimação da executada para que indique bens passíveis de penhora ou prove, por meio de Declaração de Imposto de Renda ou certidões negativas dos Cartórios de Registros de Imóveis, que não os possui (§ 1° do art. 656 do CPC), sob pena de praticar ato atentatório à dignidade da justiça (inc. IV do art. 600 do CPC) e lhe ser imposta multa (art. 601 do CPC).' -Advs. PAULO RENEU SIMOES DOS SANTOS, SERGIO RICARDO TINOCO, JOSE VICENTE GUTIERRES, JORGE APPI DE MATTOS, LAERCION ANTONIO WRUBEL, SANDRO LUIZ WERLANG, GUSTAVO HENRIQUE DIETRICH e PAULO GIOVANI FORNAZARI-.

19. REVISIONAL DE CONTRATO-895/2001-UNIMED DE CASCAVEL-COOP.DE TRABALHO MEDICO LTDA x BANCO BANDEIRANTES S.A e outro-Certidão de fls. 2363. 'CERTIFICO mais que de acordo com o Art. 162 § 4° do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria n° 01/09 de 14/04/09, encaminho os presentes autos ao peticionário de fls. 2353/2355 para requerer o que for de direito.' -Advs. LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO, MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃO, EVARISTO ARAGAO SANTOS e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER-.

20. DECLARATORIA-135/2002-GERALDO DO RIO x DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO e outro-Despacho de fls. 312. 'Defiro o pedido retro. Oficie-se solicitando o pagamento. Int. Dil.' ===>Certidão de fls. 312v°. 'Certifico que, deixei de dar cumprimento ao r. despacho retro, tendo em vista qeu não foram computadas as custas e despesas processuais remanescentes, bem como de que deverá o requerente apresentar o cálculo atualizado do seu crédito e a que se destina.' -Advs. ANA PAULA FEDRIGO, MARTA DIAS DE FRANÇA, OSCAR JOAO MUGNOL e PAULO RENATO FEDRIGO-.

21. RESCISAO DE CONTRATO-1079/2002-POSTO DE GASOLINA DOS EUCALITOS LTDA x FOX DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA-Despacho de fls. 1617. 'Designo audiencia nos termos retro requeridos para o dia 28/10/2011 às 14:00 horas. Int. e dil. nec.' -Advs. ROGERIO LOPES MELO, MARCOS ANTONIO GRALHA, FRANCIOLI BAGATIN e MARIA EUGENIA MORITZ TRAMUJAS-.

22. MONITORIA-0005333-44.2003.8.16.0021-FIORINDO LUIZ TURCATTO x C.S. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETRO-Despacho de fls. 247. '1. Recebo a apelação nos efeito devolutivo e suspensivo. 2. Vista ao apelado para responder, querendo, no prazo legal. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. Int.' ===>O Requerido apresentou apelação às fls. 236. -Advs. NESTOR VALDO VISINTIM, ESTEVAO RUCHINSKI, SANTINO RUCHINSKI, GILVANA PESSI MAYORCA CAMARGO e CRESTIANE ANDREIA ZANROSSO-.

23. PRESTACAO DE CONTAS-0005444-28.2003.8.16.0021-DISPESUL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS SUDOESTE LTDA x HSBC BAMERINDUS LEASING S/A ARRENTAMENTO MERCANTIL-Despacho de fls. 639. '1. Recebo os recursos interpostos pelas partes nos efeitos, devolutivo e suspensivo. 2. Vista aos apelados para responderem, querendo, no prazo legal, iniciando-se o prazo pela primeiro apelado. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. Int. Dil.' -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND, JULIO CESAR DALMOLIN, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, EVARISTO ARAGAO SANTOS, RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS e MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR-.

24. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-771/2004-BANCO ABN AMRO REAL S/A x T M M N GRANDO RELOGIOS ME-Despacho de fls. 165. 'Defiro a conversão retro requerida. Intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias.' ===>Petição do Exequente às fls. 161/162. '(...) requer seja convertido em perdas e danos nos termos da execução por quantia certa determinando a intimação do executado para que no prazo de 15 dias pague o débito devidamente atualizado no valor de R$ 16.241,60 (dezesseis mil duzentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), conforme planilha de cálculo anexa sob pena da incidência de multa de 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação nos termos do art. 475, J e seguintes do CPC.' -Advs. LUIS CARLOS MIGLIAVACCA, ALEXANDRE DE AGUIAR MARIOTTO e TIAGO ALEXANDRE GRANDO-.

25. PRESTACAO DE CONTAS-0007308-67.2004.8.16.0021-ESTHER ANGELI DE OLIVEIRA x BANCO ITAU S/A-Despacho de fls. 1866. '1. Recebo os recursos interpostos pelas partes nos efeitos, devolutivo e suspensivo. 2. Vista aos apelados para responderem, querendo, no prazo legal, iniciando-se o prazo pelo primeiro apelado. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homengens e as cautelas de estilo. Int. Dil.' -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

26. EXECUCAO DE TITULOS JUDICIAL-1029/2004-CODEVEL - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CASCAVEL x EFREM LUCAS BRISOLLA- Despacho de fl.101.Abra-se vista a exequente,para se manifestar,querendo,sobre o contido na contestação de fl.99/100.-Advs. KENNEDY MACHADO e ROSANE MARQUES DE SOUZA-.

27. COBRANCA-1052/2004-WALTER IVO SCHULTZ x COOPERATIVA AGROPECUARIA CASCAVEL - COOPAVEL- Despacho de fl.438.Tendo em vista que o exequente é beneficiário da AJG,intime-se o executado para o depósito da verba honorária do Sr.Perito.Int.-Advs. NILBERTO RAFAEL VANZO e LEILA REGINA FUSINATTO-.

28. REVISIONAL DE CONTRATO-185/2005-MARLENE JORDAO DA MOTTA ARMILIATO x BANCO SANTANDER S/A-Certidão de fls. 761. 'CERTIFICO que de acordo com o Art. 162 § 4° do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria n° 01/09 de 14/04/09. 'Ciência às partes ante a juntada do laudo pericial de fls. 724/757, no prazo de 10 (dez) dias.' -Advs. MARLENE JORDÃO DA MOTTA ARMILIATO e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

29. INDENIZACAO P/DANOS MORAIS-226/2005-FERNANDO PRECHLAK x SILVA E RISSO LTDA e outro-A conta e preparo de fls. 436. 'Total do Escrivão: R$ 1.699,52; Total do Distribuidor: R$ 4,98; Total dos Oficiais de Justiça: R$ 297,00; Total de Outras Custas: R$ 133,64; Total das Custas: R$ 2.135,14.' ===>Guias disponíveis no Portal TJ/PR. -Advs. MONALISA MICHEL, JOSÉ RENACIR MARCONDES, PAULO RENEU SIMOES DOS SANTOS e ANDRÉIA FEDERLE-.

30. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-868/2005-BRUGIM & CARLESSO LTDA - IMOBILIARIA CIDADE x ANA PAULA SYPERRECK- Certidão de fl.99. Certifico que de acordo com o Art.162§ 4° do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria n° 01/09 de 1/04/09. Ao interessado para manifestar-se em 05 (cinco) dias acerca dos ofício(s) respondido(s).-Advs. DANIELA CAROLINE TECCHIO e DAYANE POLETTI DE MATTOS RODRIGUES-.

31. REVISIONAL-1090/2005-NEIDE FABRI DA CUNHA x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR- Despacho de fls.326. Ante o depósito de fls.318/319, abra-se vista ao autor pelo prazo de cinco (05) dias.-Adv. GILCEO JAIR KLEIN-.

32. CAUTELAR DE EXIBICAO-0012357-55.2005.8.16.0021-ATLANTA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DOMESTICOS LTDA e outro x CENTERCRED - SERVICOS E COBRANCAS LTDA e outros-Sentença de fls. 113. ' (...) III - Decisão: Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, em consequência, ficam os requerentes responsáveis pelo pagamento das custas e despesas processuais e pela verba honorária ao patrono da parte adversa, em montante que fixo em R $ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o disposto no art. 20, § 4°, do CPC, observadas as alíneas 'a', 'b' e 'c', do § 3°, do mesmo dispositivo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.' -Advs. ELISABETE KLAJN e AUGUSTINHO DA SILVA-.

33. PRESTACAO DE CONTAS-499/2006-SAMOEL ANTONIO DE MATTOS x BANCO ABN AMRO REAL S/A-Despacho de fls. 412. 'Defiro a dilação do prazo, ao requerido (fl. 411), por sessenta (60) dias.' -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND, JULIO CESAR DALMOLIN, ALEXANDRE NELSON FERRAZ, VALERIA CARAMURU CICARELLI e WIVIANE CRISTINA PERIN-.

34. INVENTARIO-851/2006-LUAN FRANCIELLI DE SOUZA BATALHA x RODRIGO RAZOTO BATALHA ESPOLIO- Despacho de fls.229. Defiro a dilatação do prazo, eo requerente, por quinze (15) dias.-Advs. CHRISTIANE MASSARO LOHMANN e VICTOR HUGO LOHMANN-.

35. EXECUCAO DE SENTENCA-1138/2006-ADRIANA GUIMARAES e outro x TANCREDAO COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA e outros-Despacho de fl.163.Em 05(cinco) dias,especifiquem,as partes as provas que pretendem produzir,esclarecendo a finalidade a que se destinam,sob pena de indeferimento.Nada sendo requerido,anote-se e voltem conclusos para sentença.Int.-Advs. JURANDIR RICARDO PARZIANELLO JUNIOR, LEONARDO PARZIANELLO e LUIZ FELIPE RODRIGUES FALCÃO-.

36. MONITORIA-241/2007-CARTOBRAS INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA x VIETNAM MASSAS LTDA-A conta e preparo de fls. 374. 'Total do Escrivão: R$ 40,42; Total das Custas: R$ 40,42.' ===>Guia disponível no Portal TJ/PR. -Advs. VLADIMIR DE MARCK, SIDINEI JOAO STRAUS e HERIBERTO RODRIGUES TEIXEIRA-.

37. BUSCA/APREENSAO CONV. DEPOSIT-284/2007-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NP AMÉRICA MULTICARTEIRA x TANIA DE FATIMA ARAUJO UNSER- Certidão de fl.122.Certifico que,decorreu o prazo legal sem que houvesse manifestação da parte autora acerca da requisição de Informações juntadas ás fls.119/120,apesar de devidamente intimada conforme certidão de veiculação no e-DJ ás fls.121,razão pela qual em cumprimento a Portaria 01/09 de 14/04/09 levo os presentes autos á veiculação no e-DJ para que a parte autora dê prosseguimento ao feito em 05(cinco)dias,sob pena de extinção.-Adv. BLAS GOMM FILHO-.

38. DESPEJO C/C COBRANCA-295/2007-JOSE CARLOS HICKEMBICK x DELGADO E TONINI LTDA e outro- Despacho de fl.359.Ante a impugnação apresentada,diga o exequente.-Advs. SYLVIO LUIZ ROSSI KISSULA, SIRLEI ROSSI KISSULA e GERSON DA LUZ SOUZA-.

39. RES. CONTRAT C/C PERDAS E DAN-0014427-74.2007.8.16.0021-CLINICA MEDICA NOSSA SENHORA DA SALETE LTDA x SAI - SISTEMA DE APOIO INSTITUCIONAL- Despacho de fl.209.Dê-se ciência as partes da baixa dos autos.Nada sendo,requerido,arquive-se.Int.Dil.-Advs. GUILHERME JOSÉ CARLOS DA SILVA, ROBERTO TRES, PATRICIA SILVANA EINHARDT MEULAM e ANTONIO CARLOS S.KUHN-.

40. REPARACAO DE DANOS-362/2007-MARLI APARECIDA BENCZ COUTINHO x MUNICIPIO DE CASCAVEL-Despacho de fls. 216. 'Cite-se o executado, para, querendo, opor embargos em 30 dias.' Int. Dil.' ===>Fica intimado o procurador judicial do requerente, para efetuar o depósito das diligências do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 49,50 (Citação), conforme determina o Provimento 01/99 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. Guia disponível no Portal do TJ/PR. ===>A conta e preparo de fls. 217. 'Total do Escrivão: R$ 777,38; Total do Distribuidor: R$ 4,98; Total do Contador: R$ 10,09; Total do Oficial de Justiça: R$ 148,50; Total de Outras Custas: R$ 60,89; Total das Custas: R$ 1.001,84.' ===>Guias diponíveis no Portal TJ/PR. -Advs. LUANA DE SOUSA COSTA ZANATTA e ORLEY JUNIOR ZANATTA-.

41. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-394/2007-HSBC BAMERINDUS LEASING S/A ARRENTAMENTO MERCANTIL x VERDE E BRANCO

DECORAÇÕES LTDA e outro- Certidão de fl.132.Certifico que,decorreu o prazo legal sem que houvesse manifestação acerca da resposta de ofício juntada aos presentes autos,apesar de devidamente intimado conforme certidão de veiculação no e-DJ ás fls.131,razão pela qual em cumprimento a Portaria 01/09 de 14/04/09 levo os presentes autos á veiculação no e-DJ para que o exequente dê prosseguimento ao feito.-Advs. LEANDRO DE OLIVEIRA e NILTON LUIZ ANDRASCHKO-.

42. MONITORIA-558/2007-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x VINICIUS GUSTAVO PETRONILHO- Despacho de fl.93.Em cinco dias especifiquem as partes,com clareza e objetividade,as provas que efetivamente pretendem produzir,indicando a finalidade a que se destinam,sob pena de indeferimento.Intimem-se.-Advs. LINO MASSAYUKI ITO, MARCOS RODRIGUES DA MATA, ROGERIO PETRONILHO e SILVERIO PETRONILHO-.

43. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-581/2007-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADO AMÉRICA MULTICARTEIRA ("FIDC") x WILSON GOMES REIS- Certidão de fl.71.Certifico que de acordo com o Art.162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09,encaminho os presentes autos com vista a exequente,para que de prosseguimento ao feito.-Adv. BLAS GOMM FILHO-.

44. DESPEJO C/C COBRANCA-922/2007-WANDA WONS x PAULO ROBERTO A. BEZERRA- Despacho de fl.104.Defiro em parte o pedido de fl.102.Aguarde-se suspenso por seis(06) meses.Decorrido o prazo,manifeste-se a exequente.Int.Dil.-Advs. FERNANDO LUIZ JOHANN, MARCIA FERNANDA C. R. JOHANN e LAURO BALDI DA SILVA-.

45. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-1471/2007-AYMORE FINANCIAMENTOS S/A x NILTON RENEVILL-Despacho de fls. 100. '1. Nomeio curador especial ao réu citado por edital, o Dr. Thiago Nishimura, sob a fé e compromisso de seu grau, o qual deverá ser intimado pessoalmente da presente nomeação e apresentar a defesa do citado fictamente, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da lei. 2. Arbitro em favor do douto Curador Especial, ora nomeado, honorários advocatícis que arbitro no montante de R$ 400,00 (quatrocentos reais), os quais deverão ser antecipados pela autora. 3. nesta quadra, orientação sufragada pelo Superior Tribunal de Justiça: 'PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS DO CURADOR À LIDE ANTECIPAÇÃO - Os honoráris do curador à lide seguem o regime dos honorários do perito; o autor antecipa-os, e cobra do réu, posteriomente, se procedente a ação. Recurso Especial conhecido, mas não provido. (STJ. REsp. 142624. SP. Terceira Turmal. Relator: Ministro Ari Pargendler. DJU 04.06.2001. p. 00167). 4. Pelo exposto, determino à parte autora que proceda o depósito dos honorários supra fixados em favor do Curador Especial, no prazo de 05 (cinco) dias, sem o qual o processo ficará paralisado, tendo em vista a inexistência de Defensoria Pública na Comarca, não havendo, por outro lado, como se obrigar o advogado nomeado a trabalhar gratuitamente ou sem a antecipação dos seus honorários. Int. Dil.' -Advs. SERGIO SCHULZE e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

46. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-1531/2007-UNIAO EDUCACIONAL DE CASCAVEL UNIVEL x JORGE LUIS OLIVEIRA BANDEIRA e outro-Despacho de fl.144.Defiro o pedido de suspensão de fl.143.Aguarde-se por seis(06)meses.Decorrido o prazo,manifeste-se a exequente.Int.Dil.-Advs. MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI, RAFAEL JACSON DA SILVA HECH e CARLOS ALBERTO BORTOLOTO-.

47. CAUTELAR EXIBICAO DOCUMENTO-0014318-60.2007.8.16.0021-ANA MARIA GERMANO x HSBC BAMERINDUS LEASING S/A ARRENTAMENTO MERCANTIL-Despacho de fls. 149. 'Expeça-se alvará do montante depositado a título de honorários ao patrono do autor.' ===>Fica intimado o Procurador Judicial do Requerente comparecer em cartório retirar o Alvará e efetuar o pagamento no valor de R$ 9,40, ref. expedição de alvará. -Advs. CLEBER HAEFLIGER e ROSEMAR ANGELO MELO-.

48. PRESTACAO DE CONTAS-0005625-87.2007.8.16.0021-EDIRLEI JOSE STREHL BATISTA x BANCO BRADESCO SA-Despacho de fls. 317. '(...) 4. Havendo pagamento e com a concordância da parte credora, expeça-se Alvará Judicial, e havendo custas a liberação também através de alvará judicial a escrivania.' ===>Petição do Requerido BANCO BRADESCO S.A. às fls. 322. '(...) requerer a juntada das guias anexas, sendo uma no valor de R$ 1.149,90 (mil cento e quarenta e nove reais e noventa centavos), referente aos honorários advocarícios e sucumbência, querendo ainda, a juntada da guia referente ao pagamento da vara cível no importante de R$ 1.062,20 (mil e sessenta e dois reais e vinte centavos), contador no valor de R$ 101,87 (cento e um reais e oitenta e sete centavos), e distribuidor no valor de R$ 4,96 (quatro reais e noventa e seis centavos).'-Advs. MARCELO BARZOTTO, ANA PAULA FINGER MASCARELLO, ANA CLAUDIA FINGER, LEANDRO DE QUADROS e JULIANO RICARDO TOLENTINO-.

49. EMBARGOS A EXECUCAO-1636/2007-ROVILIO MASCARELLO x ESPOLIO DE ALZIRO POZZI e outros-Ofício do Cartório Cível da Comarca de Realeza. 'Pelo presente, expedido nos autos de CARTA PRECATÓRIA - CÍVEL sob n° 032/2011 - 0000547-04.2011.8.16.0141 oriunda desse juízo, extraída dos autos n° 001636/2007 de Embargos à execução, em que é embargante ROVILIO MASCARELLO contra o espólio de ALZIRO POZZI FILHO, ALZIRO POZZI, CLAUDIO FERREIRA JANTALIA, DENISE POZZI, ESMERALDA STERLNIEK POZZI, IRANI POZZI JANTALIA, JESSY VANIN POZZI, MARIA LUCIA MULLER POZZI e ROBERTO POZZI, INFORMO a Vossa Excelência que por este Juízo foi redesignada audiência de inquirição da testemunha arrolada pelo embargante Walter Disney Muller Rochembach, para o dia 17/01/2012, às 16h15min.' -Advs. AUGUSTO JOSÉ BITTENCOURT, ELVIS BITTENCOURT, OLIVALDO BATISTA DA SILVA, JOAO PAULO STRAUB, FABIANA ARAUJO TOMADON DA SILVA, LUIS HENRIQUE TORTOLA e ADONIRAN RIBEIRO DE CASTRO-.

50. USUCAPIAO-1695/2007-JOSE EXTEKOETTER e outro x OLINDA SILIPRANDI e outros- Certidão de fl.359.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte autora,para manifestar-se acerca da contestação e documentos apresentados.-Advs. CARLOS ALBERTO BORTOLOTO, FERNANDO LUIZ JOHANN, EMERSON DEUNER e MAYKON CRISTIANO JORGE-.

51. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-103/2008-VITAMIX NUTRICAO ANIMAL LTDA x CREOSMAR FERNANDES RAMOS e outro-Ofício do Juízo Único da Comarca de Pérola. 'Em resposta ao ofício mencionado, cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Senhoria que a Carta Precartória 76/2008 oriunda dessa Comarca, extraída dos Autos n° 103/2008 de Execução, movida por Vitamix Nutrição Animal Ltda x Creosmar Fernandes Ramos e Osmarildo Neri, que os leilões realizados nos autos foram negativos. Foi intimado por publicações a parte exequente para se manifestar, não tendo feito até a presente data. Os autos foram conclusos para as deliberações necessárias.' -Adv. RAFAEL PELLIZZETTI-.

52. RESPONSABILIDADE CIVIL-126/2008-ESPOLIO DE GABRIEL GRANDO x ANDRE CHECHELAKI FONTANA e outros- Certidão de fl.391.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte autora,para manifestar-se acerca da contestação e documentos apresentados.-Advs. ALVARO FABIO KREFTA, CAROLINA CECÍLIA PICCININ BORGES e ARLEY MOZEL-.

53. CAUTELAR DE EXIBICAO-0016021-89.2008.8.16.0021-INES MARIA TOCHETTO VALIATI DE CARVALHO x UNICARD BANCO MULTIPLO S/A-Despacho de fl.172.Dê-se ciência as partes da baixa dos autos.Nada sendo requerido,arquive-se.Int.Dil.-Advs. MARCELO BARZOTTO e ALEXANDRE DE ALMEIDA-.

54. PRESTACAO DE CONTAS-0015954-27.2008.8.16.0021-MECANICA DIESEL BARONI LTDA x BANCO ITAU S/A-Despacho de fls. 697. '1. Ante o depósito feito pelo devedor às fls. 679, para pagamento voluntário da sucumbência, expeça-se alvará judicial, com prazo de trinta (30) dias. 2. A seguir manifestem-se as partes. Nada sendo requerido, arquivem-se. Custas de lei. Int.' ===>Fica intimado o Procurador Judicial do Requerente comparecer em cartório retirar o Alvará e efetuar o pagamento no valor de R$ 9,40, ref. expedição de alvará. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA LORENI GUND, JULIO CESAR DALMOLIN, JORGE LUIZ DE MELLO e TATIANE APARECIDA LANGE-.

55. PRESTACAO DE CONTAS-383/2008-MARTA TESCHIMA x BANCO UNIBANCO - CARTAO UNIBANCO VISA-Despacho de fls. 391. '1. Baixem os autos ao Cartório Distribuidor para cumprimento do contido no Código de Normas item 8.5.8.1, para as devidas anotações, quanto ao início da fase de cumprimento de sentença. 2. À conta de custas e despesas processuais, bem como da execução de sentença (em cumprimento da sentença). 3. Intime-se o executado através seu Procurador Judicial para cumprir voluntariamente o julgado (art. 475-A, § 1°, do CPC) fazendo o pagamento do débito apresentado mais o pagamento das custas e despesas processuais contadas, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de aplicação do disposto no art. 475-J, do CPC.' -Advs. MAURICIO BERTO, AUGUSTO JOSÉ BITTENCOURT, ELVIS BITTENCOURT e ALEXANDRE DE ALMEIDA-.

56. PRESTACAO DE CONTAS-0015986-32.2008.8.16.0021-AFONSO CELSO TESCHIMA x BANCO DO BRASIL S/A-Certidão de fls. 237. 'CERTIFICO mais que de acordo com o Art. 162 § 4° do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria n ° 01/09 de 14/04/09, levo os presentes autos a veiculação a fim a parte autora para que no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste acerca do deposito efetuado, com a advertência de que em caso de inércia será presumida como satisfeita a pretensão.' -Adv. MAURICIO BERTO-.

57. MONITORIA-536/2008-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x MARCIA CRISTINA DE MORAES- Certidão de fl.204.Certifico que de acordo com o Art.162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09,Cumpra-se conforme o pedido retro.==>>Fica intimado o procurador Judicial do Requerente para que efetue o pagamento no valor de R$34,40rf despesas postais para envio de Ofício.-Advs. MARCOS RODRIGUES DA MATA e LINO MASSAYUKI ITO-.

58. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-554/2008-BANCO FINASA S A x CRISTINA DE ARAUJO MAIA- Despacho de fl.60.1-Intime-se o autor,por seu advogado,para impulsionar o feito no prazo de dez(10)dias,sob pena de extinção(art.267,II e III,do CPC).-Advs. ROMARA COSTA BORGES DA SILVA, LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO e MARIA LUCILIA GOMES-.

59. EXECUCAO C/ PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR-653/2008-CAIXA SEGURADORA S/A x BOARETTO E IRMAO LTDA e outros- Despacho de fls.183. Diga o exequente.-Advs. RAFAEL MOSELE e JEAN CARLOS CAMOZATO-.

60. COBRANCA-654/2008-ALMIR MARTINEZ x HSBC SEGUROS S/A- Fica intimado o procurador judicial do requerido, para efetuar o depósito das diligências do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 49,00 (intimação) + R $ 2,00rf (fotocópias), "pagar em cartório", conforme determina o Provimento 01/99 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. Guia disponível no Portal do TJ/PR.-Advs. RAFAEL BARONI, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, LUCIANO ANGHINONI, FLÁVIO PENTEADO GEROMINI, CLAUDIA E. C. VAN HEESEWIJK, GABRIELA FAGUNDES GONÇALVES, TATIANE MUNCINELLI, ARTHUR SABINO DAMASCENO, PAULO ROBERTO ANGHINONI, MORIANE PORTELLA GARCIA, CLAUDIA MONTARDO RIGONI e JULIANE FEITOSA SANCHES-.

61. MONITORIA CONV. EM EXECUCAO-682/2008-IDEAL DISTRIBUIDORA DE FIOS E ARMARINHOS LTDA x COMERCIO DE PLASTICOS PLASVEL LTDA-Despacho de fls.65. Proceda-se o bloqueio via Sistema Renajud.===>>> Certidão de fls.66. Certifico que em cumprimento ao r.despacho de fls.65, deixei de proceder o bloqueio de transferência do veículo em nome do executado, conforme segue adiante. Juntado em fls.67.-Adv. ANA CLAUDIA FRANCA PODOLAK-.

62. BUSCA E APREENSAO-689/2008-OMNI S.A FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x VILMAR ROBERTO WIVIAN- Fica intimado o procurador Judicial do requerente para que efetue o pagamento no Valor de R$275,20 (Despesas Postais) para envio de ofícios.-Adv. ROGERIO GHOHMANN SFOGGIA-.

63. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-696/2008-POLIPEC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA x ILUPAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

LTDA-Despacho de fls. 90. 'Defiro o pedido de fl. 86/87, oficie-se conforme requerido. Int.' ===>Fica intimado o Procurador Judicial do Exequente comparecer em cartório retirar o ofício, bem como efetaur o pagamento no valor de R$ 34,40, ref. despesas postais. -Adv. ADRIANA LAGNADO-.

64. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-845/2008-AYMORE FINANCIAMENTOS S/A x JOSÉ MARIA INÁCIO- Despacho de fls.85. Comprove o autor a publicação do edital de citação nos jornais de circulação local. Int.-Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ, MATHEUS DIACOV e CRISTIANE FABIANA DE LIMA RODRIGUES-.

65. AÇÃO DE ANULAÇÃO-0016706-96.2008.8.16.0021-BANCO SANTANDER NOROESTE S/A x ESTADO DO PARANA e outros-Despacho de fls. 252. '1. Recebo a apelação nos efeito devolutivo e suspensivo. 2. Vista ao apelado para responder, querendo, no prazo legal. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. Int.' ===> O Autor apresentou apelação às fls. 240.-Advs. REINALDO MIRICO ARONIS, REGINA MARIA TONNI MUGNOL, CLAUDIO JOSE ABREU FIGUEIREDO, ROSANE MARQUES DE SOUZA, KENNEDY MACHADO e ADOLFO JOSE FRANCIOLI CELINSKI-.

66. MONITORIA-940/2008-UNIVERSIDADE PARANAENSE UNIPAR x JOSE LUIZ FERREIRA- Certidão de fls.79. Certifico que de acordo com o Art. 162§ 4° do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria n° 01/09 de 14/04/09."Ao interessado para manifestar-se em 05 (cinco) dias acerca dos ofício(s) respondido(s).-Advs. LINO MASSAYUKI ITO e MARCOS RODRIGUES DA MATA-.

67. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-0016781-38.2008.8.16.0021-PUDELL TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA x FAZENDA PUBLICA DE ESTADO DO PARANA-Despacho de fls. 211. 'Recebo o recurso de apelação no efeito devolutivo. Às contrarrazões. Após, com ou sem as mesmas, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Intimem-se.' -Advs. CARLOS JOSE DAL PIVA e HUMBERTO OTTO MAHLMANN-.

68. EXECUCAO DE HIPOTECA-962/2008-BANCO ITAU S/A x ESTACIO ADEMIR DE ROSSI-Ofício da 2ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava. 'Em resposta ao ofício infra, informo a Vossa Senhoria que o referido feito encontra-se aguardando manifestação da parte acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça, a qual informo que a diligência a fim de citar o requerido foi infrutífera.' -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI-.

69. DESPEJO-976/2008-TIRSO MEIRELLES x FLORICULTURA MIL FLORES LTDA e outro- Despacho de fls.99. oficie-se na forma requerida ás fls.97/98, ao Unibanco. Indefiro a expedição de ofício ao INSS ema vez que os proventos da aposentadoria são impenhoráveis.===>>> Fica intimado o Procurador Judicial do Requerente para que efetue o Pagamento no Valor de R$ 34,40 (Despesas Postais) para envio de ofício.-Advs. VICTOR DANIEL MORETTI e ROSANI ROTTA MORETTI-.

70. CAUTELAR DE BUSCA E APREENSAO-980/2008-JOSE RENACIR MARCONDES x EREMITO FERREIRA DE SOUZA- Certidão de fls.190. Certifico que de acordo com o Art.162§ 4° do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria n° 01/09 de 14/04/09. 'Ao interessado para manifestar-se em 05 (cinco) dias acerca dos ofício(s) respondido(s)'.-Advs. JOSÉ RENACIR MARCONDES e TATHIANA MARCONDES-.

71. EMBARGOS A EXECUCAO-1022/2008-V PILATI EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ-Despacho de fls. 385. 'Recebo o recurso de apelação no efeito devolutivo. Às contrarrazões. Após, com ou sem as mesmas, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Intimem-se.' -Advs. ALCEU SCHWEGLER, JEFFERSON KAMINSKI, LUCIUS MARCUS OLIVEIRA, EMERSON RODRIGUES DA SILVA e ARI CARLOS CANTELE-.

72. RESCISAO DE CONTRATO-1152/2008-DGF REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA x CONFIANCA COMPANHIA DE SEGUROS S/A-Informação do Cartório Distribuidor às fls. 2322. 'MM Juiz, Com o devido respeito, ante a remessa dos autos para a elaboração da conta, venho informar que dei total cumprimento à r. determinação em 26/09/2011. Outrossim, solicito à Vossa Excelência se digne em determinar a intimação da parte interessada, para depositar as custas respectivas, nos termos do artigo 19 e seus parágrafos do Código de Processo Civil, conforme demonstrativo que segue, para posteriormente ser encaminhada a respectiva conta atualizada. Total R$ 2,49; Total VRC 17,66.' ===>Custas do Cartório Distribuidor. -Advs. AUGUSTO JOSÉ BITTENCOURT, ELVIS BITTENCOURT, LAURI DA SILVA, PATRICIA FRANCISCO DE SOUZA, REGIS PANIZZON ALVES, JOSLAINE MONTANHEIRO ALCÂNTARA DA SILVA e JORGE ANDRÉ RIZMANN DE OLIVEIRA-.

73. EMBARGOS A EXECUCAO-0016572-69.2008.8.16.0021-ROBERTO ZACARIAS DE SOUZA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ-Despacho de fls. 59. 'Recebo o recurso de apelação no efeito devolutivo. Às contrarrazões. Após, com ou sem as mesmas, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Intimem-se.' -Adv. MARCELO POSSAMAI-.

74. EMBARGOS A EXECUCAO-1207/2008-GENNARI, RENOSTO E CIA LTDA e outro x BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A-Certidão de fls. 184. 'CERTIFICO que, decorreu o prazo legal sem que houvesse manifestação das partes acerca da manifestação do Sr. Perito juntada às fls. 181, apesar de devidamente intimadas conforme certidão de veiculação no e-DJ às fls. 183, razão pela qual em cumprimento a Portaria 01/09 de 14/04/09 levo os presentes autos a veiculação no e-DJ para que os embargantes efetuem o depósito dos honorários do Sr. Perito.' -Advs. ANDREY HERGET, ERLON ANTONIO MEDEIROS, ALEX WILSON DUARTE FERREIRA, ALVARO SCHENATO, ANDRE VINICIUS BECK LIMA, ANTONIO CARLOS MARTELI e CAROLINE SPADER-.

75. EMBARGOS DE TERCEIROS-0016592-60.2008.8.16.0021-SEBASTIÃO CARLOS SANTA ANA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ-Despacho de fls. 102. '1. Recebo o recurso interposto nos efeitos suspensivo e devolutivo. 2. Vista ao apelado para responder, querendo, no prazo legal. 3. Vista ao Ministério Público. 4. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. 5. Intimem-se.' -Advs. KLEBER FRANCO DE LIMA e RAFAEL PELLIZZETTI-.

76. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-1637/2008-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x GENNARI RENOSTO E CIA LTDA e outro- Certidão de fl.117.Certifico que de acordo com o Art.162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09,Ao interessado para manifestar-se em 05(cinco)dias acerca dos ofícios(s) respondido(s).-Advs. JULIANO RICARDO TOLENTINO, ANA PAULA FINGER MASCARELLO, ANA CLAUDIA FINGER FRANCA, ANDREY HERGET, ERLON ANTONIO MEDEIROS, CAROLINE SPADER e ALVARO SCHENATO-.

77. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-1742/2008-BANCO BRADESCO SA x RICARDO RUZZA e outro- Despacho de fls.164. Defiro o pedido de suspensão de fl.163. Aguarde-se por trinta (30) dias. Desorrido o prazo, manifeste-se a exequente. Int.Dil.-Advs. JULIANO RICARDO TOLENTINO, LEANDRO DE QUADROS, ANA PAULA FINGER MASCARELLO, ANA CLAUDIA FINGER, SANTINO RUCHINSKI, CRESTIANE ANDREIA ZANROSSO, FABRICIO ROGERIO BECEGATO, CHAIANY BATISTA, LUCIANA CRISTIANE NOVAKOSKI e TIAGO ALEXANDRE GRANDO-.

78. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-1752/2008-VIDROCAP - COMERCIAL DE ACESSORIOS PARA VEICULOS x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ-Despacho de fls. 174. 'Recebo o recurso de apelação no efeito devolutivo. Às contrarrazões. Após, com ou sem as mesmas, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Intimem-se.' -Adv. CARLOS JOSE DAL PIVA-.

79. MONITORIA-0017259-46.2008.8.16.0021-UNIÃO EDUCACIONAL DE CASCAVEL - UNIVEL x LUCIANE ZORNITTA ROSSI-Despacho de fls. 99. '1. Recebo a apelação nos efeito devolutivo e suspensivo. 2. Vista ao apelado para responder, querendo, no prazo legal. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. Int.' ===>O Requerido apresentou apelação às fls. 87. -Advs. MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI, VILMAR ZORNITTA e ANDREY DE JESUS ZORNITTA-.

80. DECLARATORIA DE INEXIGIBILIDADE-1881/2008-WEBBER CALÇADOS LTDA x GERALDO JORGE DE OLIVEIRA-Despacho de fls. 76. '(...) 3. Não havendo impugnação pelo executado, expeça-se alvará judicial conforme requerido (fl. 75). Int.' ===>Alvará a disposição do Requerente. -Advs. ACACIO PERIN, PAULO JOSE GIARETA, JANE CHIRLEY BRANDÃO e SORAIA DE FARIA LEITE LACERDA-.

81. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-25/2009-BANCO PANAMERICANO S A x ADEMAR ARAUJO-Despacho de fls. 56. '1. Nomeio curador especial ao réu citado por edital, o Dr. Thiago Nishimura, sob a fé e compromisso de seu grau, o qual deverá ser intimado pessoalmente da presente nomeação e apresentar a defesa do citado fictamente, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da lei. 2. Arbitro em favor do douto Curador Especial, ora nomeado, honorários advocatícios que arbitro no montante de R$ 400,00 (quatrocentos reais), os quais deverão ser antecipados pela autora. 3. Nesta quadra, orientação sufragada pelo Superior Tribunal de Justiça: 'PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS DO CURADOR À LIDE. ANTECIPAÇÃO - Os honorários do curador à lide seguem o regime dos honorários do perito; o autor antecipa-os, e cobre do réu, posteriormente, se procedente a ação. Recurso Especial conhecido, mas não provido. (STJ. REsp. 142624. SP. Terceira Turmal. Relator: Ministro Ari Pargendler. DJU 04.06.2001. p. 00167). 4. Pelo exposto, determino à parte autora que proceda o depósito dos honorários supra fixados em favor do Curador Especial, no prazo de 05 (cinco) dias, sem qual o processo ficará paralisado, tendo em vista a inexistência de Defensoria Pública na Comarca, não havendo, por outro lado, como se obrigar o advogado noemado a trabalhar gratuitamente ou sem a antecipação dos seus honorários. Int. Dil.' -Advs. TATIANA VALESCA VROBLEWSKI e SERGIO SCHULZE-.

82. REVISIONAL-0016962-39.2008.8.16.0021-ZORDAN COMERCIO DE VIDROS LTDA x BANCO DO BRASIL S/A-Despacho de fls. 431. '1. Recebo a apelação nos efeito devolutivo e suspensivo. 2. Vista ao apelado para responder, querendo, no prazo legal. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. Int.' ===>O Requerido apresentou apelação às fls. 413. -Advs. GIOVANI WEBBER, LUCIO MAURO NOFFKE e MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI-.

83. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0016233-13.2008.8.16.0021-POLYMEDICAL IMPORTAÇAO E COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA x CLINICA MEDICA NOSSA SENHORA DA SALETE LTDA-Despacho de fls. 87. 'Expeça-se alvará do montante depositado ao exequente.' ===>Alvará a disposição. -Advs. MARCELO VIEIRA DE PAULA e CASSIANO RICARDO RÉGIAS-.

84. ORDINARIA-0017262-64.2009.8.16.0021-JOAO MARIA NUNES e outro x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-Despacho de fls. 385. 'Intime-se a seguradora requerida para que se esclareça se a apólice pública discutida nos autos se refere ao (ramo 66) ou (ramo68). Caso seja ramo 66, justifica-se o interesse da Caixa Ecônomica Federal e neste caso deverão os autos serem remetidos á Justiça Federal. Em caso contrario voltem conclusos.' -Advs. ROSANGELA DIAS GUERREIRO e CESAR AUGUSTO DE FRANÇA-.

85. EMBARGOS A EXECUCAO-0017569-18.2009.8.16.0021-V PILATI EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ-Despacho de fls. 476. 'Recebo o recurso de apelação no efeito devolutivo. Às contrarrazões. Após, com ou sem as mesmas, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Intimem-se.' -Adv. LUCIUS MARCUS OLIVEIRA-.

86. REINTEGRACAO DE POSSE-913/2009-BANCO FINASA S A x ANTONIO EDENILSON RODRIGUES DA SILVA- Certidão de fl.93.Certifico que de acordo com o Art.162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09,Vista ao requerente da resposta do ofício juntado aos presentes autos.-Advs. ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES e SERGIO SCHULZE-.

87. MEDIDA CAUTELAR-979/2009-ALEXANDRE KANT x BANCO UNIBANCO - CARTAO UNIBANCO VISA-Despacho de fls. 147. '1. Baixem os autos ao Cartório

Distribuidor para cumprimento do contido no Código de Normas item 8.5.8.1, para as devidas anotações, quanto ao início da fase de cumprimento da sentença. 2. À conta de custas e despesas processuais, bem como da execução de sentença (em cumprimento da sentença). 3. Intime-se o executado através seu Procurador Judicial, caso não tenha constituído, intime-se o executado pessoalmente, para cumprir voluntariamente o julgado (art. 475-A, §1°, do CPC) fazendo o pagamento do débito apresentado mais o pagamento das custas e despesas processuais contadas, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de aplicação do disposto no art. 475-J, do CPC.' -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN, MARCIA LORENI GUND, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA e LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO-.

88. INDENIZATORIA DE DANOS-997/2009-FABIO ROBERTO LIELL x JOSE DONIZETI PEDRONI e outros- Despacho de fl.104.Abra-se vista a requerente,para se manifestar,querendo,sobre o contido na contestação de fl.79/95.Dil.Int.-Advs. NELSON FAGUNDES, HIGOR OLIVEIRA FAGUNDES e LISMARA DAILEY KULKA VACARI TEZINI-.

89. COBRANCA-0017712-07.2009.8.16.0021-MARIA HELENA GONÇALVES FERREIRA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS e outro-Despacho de fls. 499. 'Intime-se a Caixa Econômica Federal para que esclareça se a apólice pública discutuda nos autos se refere ao (ramo 66) ou (ramo 68). Caso seja do ramo 66, justifica-se o interesse da Caixa Econômica Federal e neste caso deverão os autos serem remetido à Justiça Federal. Em caso contrário voltem conclusos.' ===>Fica intimado o Procurador Judicial do Requerente comparecer em cartório retirar o ofício e fotocópias necessárias para instruir ofício. -Adv. FRANCISCO LEITE DA SILVA-.

90. BUSCA/APREENSAO CONV. DEPOSIT-1064/2009-BANCO FINASA S A x LEE ANDERSON RIGO- Certidão de fl.81.Certifico que de acordo com o Art.162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09,Cumpra-se conforme o pedido retro.==>>Fica intimado o procurador Judicial do Requerente para que efetue o pagamento no valor de R$137,60rf despesas postais para envio de Ofícios.-Advs. ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES e RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA-.

91. EXECUÇÃO-1073/2009-ALISUL ALIMENTOS S.A. x AGROPECUÁRIA STUZATA LTDA- Despacho de fl.56.Citem-se na forma retro requerido.==>>Fica intimado o procurador Judicial do Exequente para que compareça em Cartório a fim de retirar Carta Precatória e efetuar o pagamento no valor de R$25,38rf cópias autenticadas e R$9,40rf Expedição.==>>Fica intimado o procurador judicial do Exequente, para efetuar o depósito das diligências do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$49,50 e R$2,50rf cópias(Pagar em Cartório),conforme determina o Provimento 01/99 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná-Advs. ALICE CUSTÓDIO e LUIS FELIPE LEMOS MACHADO-.

92. MONITORIA CONV. EM EXECUCAO-1081/2009-HSBC BAMERINDUS LEASING S/A ARRENTAMENTO MERCANTIL x DANIELA CARLA ZEFERINO PACHECO- Despacho de fl.106.Proceda-se o bloqueio via Sistema RENAJUD conforme requerido.==>>Certidão de fl.107.Certifico que em cumprimento ao r. despacho de fls.106,deixei de proceder o bloqueio de transferência do veículo em nome do executado conforme juntado as fls.108.-Adv. MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI-.

93. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-1091/2009-B.V. FINANCEIRA S.A C.F.I x JAIRO APARECIDO LEONEL- Certidão de fl.44.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte autora,para manifestar-se ante:A certidão negativa do Sr.Oficial de Justiça de fls.43...deixei de proceder a apreensão do bem descrito na inicial em razão de não ter localizado o mesmo e no endereço mencionado reside o Sr.Francisco Assis Alcântara e informou não conhecer o Sr.Jairo Aparecido Leonel e nem,informou a respeito do bem a ser apreendido.-Advs. CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELEM e JANE MARIA VOISKI PRONER-.

94. BUSCA E APREENSAO-1100/2009-BANCO ITAU S/A x GIOVANI PASQUALOTTO & CIA LTDA- Certidão de fl.37.Certifico que,até a presente data não houve informação se o acordo celebrado entre as partes foi devidamente cumprido,razão pela qual,em cumprimento a Portaria 01/09 de 14/04/09 levo os presentes autos á veiculação no e-DJ para que o requerente informe sobre o cumprimento do acordo.-Advs. JORGE LUIZ DE MELLO, TATIANE APARECIDA LANGE, FABIO JUNIOR BUSSOLARO e ALESSANDRA CRISTINA COELHO-.

95. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0017747-64.2009.8.16.0021-ADELAR MARTINELLO e outros x BANCO DO BRASIL S/A-Despacho de fls. 257. 'Suspenso a parte final de fls. 170/173, no que tange a expedição de alvará de levantamento da quantia depositada. Intimem-se os exequentes para se manifestar quanto ao pedido de compensação feita pelo executado. Após, voltem os autos conclusos para apreciação e análise do valor a ser levantado pelos exequentes.' ===>Decisão de fls. 280/281. '(...) 3. Desta forma, ACOLHO em parte a manifestação do executado, apenas para determinar a remessa dos autos ao contador judicial, para apuração de eventual saldo devedor em favor dos exequentes. Expeça-se alvará de levantamento do valor tido como incontroverso (R$ 187.362,54 - cento e oitenta e sete mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos - fls. 86), em favor dos exequentes. Intimem-se.' -Advs. FABIO PALAVER e MARLENE LEITHOLD-.

96. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-1214/2009-TIM CELULAR S/A x MUNICIPIO DE CASCAVEL-Despacho de fls. 238. 'Recebo o recurso de apelação no efeito devolutivo. Às contrarrazões. Após, com ou sem as mesmas, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Intimem-se.' ===>O Autor apresentou apelação às fls. 212. -Advs. CAROLINA MIZUTTA, ARIANE FERRAIOLO DE FREITAS e CIBELLE DE AZEVEDO-.

97. DESPEJO-1224/2009-PAULO SERGIO DE SOUZA x REGINALDO DE SOUZA BARBOSA- Certidão de fl.43.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte autora,para manifestar-se acerca da contestação e documentos apresentados.-Adv. ARY DA SILVA FILHO-.

98. COBRANCA-0018061-10.2009.8.16.0021-FERNANDO PIRES ARRUDA x SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓCIOS DO SEGURO DPVAT S/A- Certidão de fl.208.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar ás partes da baixa dos autos em cartório.-Advs. DOMINGOS BORDIN, LUÍS ALBERTO BORDIN, CRISTIANE AGATTI STANOGA e NADIA MAZUREK-.

99. MONITORIA-1258/2009-I.J. TURISMO LTDA x SÔNIA MARGARIDA BAUTITZ BRONCA- Despacho de fl.87.Abra-se vista a requerente,para se manifestar,querendo,sobre o contido na contestação de fl.84/86.Dil.Int.-Advs. CELSO SOUZA GUERRA JUNIOR e ARLINDO RIALTO JUNIOR-.

100. DECLARATORIA INEXISTENCIA-1305/2009-R BUCHATTI & CIA LTDA x MARIA JOSE CHISTE DE FARIA (POSTO E CHURRASCARIA DOM DIEGO)-Certidão de fl.53.Certidão de fl.53.Certifico que,decorreu o prazo legal sem que houvesse manifestação da parte requerente acerca da Carta Precatória devolvida sem cumprimento juntada aos presentes autos,apesar de devidamente intimada conforme certidão de veiculação no e-DJ ás fls.52,razão pela qual em cumprimento a Portaria 01/09 de 14/04/09 levo os presentes autos á veiculação no e-DJ para que a parte requerente dê prosseguimento ao feito em 05(cinco) dias,sob pena de extinção.-Advs. LUIZ FELIPE RODRIGUES FALCÃO, JOSE RICARDO MESSIAS e PETRONIUS BRASIL LUCONI-.

101. REINTEGRACAO DE POSSE-1310/2009-REAL LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x FRANCISCO DOURADO- Certidão de fl.45.Certifico que de acordo com o Art.162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09 Item I.26)Ao requerente,para manifestação quanto ao prosseguimento do feito.-Adv. CESAR AUGUSTO TERRA-.

102. BUSCA/APREENSAO CONV. DEPOSIT-1349/2009-BANCO FINASA S A x DANIELE CRISTINA FARDOSKI- Certidão de fl.84.Certifico que,até a presente data o requerente não retirou os ofícios expedidos ás fls.78vº,apesar de devidamente intimado conforme certidão de veiculação no e-DJ ás fls.83,razão pela qual em cumprimento a Portaria 01/09 de 14/04/09,levo os presentes autos a veiculação no e-DJ para que o requerente dê prosseguimento ao feito em 05(cinco) dias,sob pena de extinção.-Advs. ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES, SERGIO SCHULZE e LETICIA CRISTINA BEISEK-.

103. PRESTACAO DE CONTAS-1391/2009-LUCION & CIA LTDA x BANCO UNIBANCO - CARTAO UNIBANCO VISA-Despacho de fls. 286. 'Defiro por 05 (cinco) dias.' ===>Petição do Requerido às fls. 286. 'I. Requerer vistas dos autos, considerando o recente substabelecimento do mesmo, para que possa tomar ciência da atual situação processual e dar-lhe o devido andamento.' -Advs. JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA e JOSLAINE MONTENHEIRO ALCÂNTARA DA SILVA-.

104. PRESTACAO DE CONTAS-0016762-95.2009.8.16.0021-ADESIMAIS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA x BANCO ITAÚ S/A- BANESTADO- Despacho de fl.273.1-Verifico que á fl.201 foi feito depósito pelo devedor,intime-se o requerente para se manifestar qaunto ao depósito e quanto á prestação de contas apresentada.-Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN e MARCIA LORENI GUND-.

105. INDENIZACAO-1582/2009-ALCIR DOS SANTOS x IVAIR SCHIROFF-Termo de audiências às fls. 194. 'Expeça-se carta precatória para a inquirição da testemunha arrolda pelo requerente. Designo o dia 16/11/2011 às 16:00 horas.' ===>Fica intimado o Procurador Judicial do Requerente comparecer em cartório retirar a Carta Precatória e efetuar o pagamento no valor de R$ 9,40 (expedição) mais R$ 135,36 (cópias autenticadas); retirar o ofício, bem como efetuar o pagamento no valor de R$ 34,40 (despesas postais). ===>Fica intimado o Procurador Judicial do Requerido comparecer em cartório retirar o ofício, bem como efetuar o pagamento no valor de R$ 34,40 (despesas postais). -Advs. NEIMAR BATISTA, JAMIL IBRAHIM TAWIL FILHO, LUCIANO BRAGA CÔRTES e JOSMAR SOLISNKI-.

106. EMBARGOS A EXECUCAO-0018047-26.2009.8.16.0021-MUNICIPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE x GILBERTO ROGLIN-Despacho de fls. 82. 'Arquivem-se.' -Advs. FABRICIO ROGERIO BECEGATO e ANA PAULA FEDRIGO-.

107. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-1719/2009-BOTELHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA x FABIO LINARES CASTELLO e outro-Despacho de fls. 186. 'Expeça-se alvará de levantamento na forma retro requerida.' ===>Fica intimado o Procurador Judicial do Requerente comparecer em cartório retirar o Alvará e efetuar o pagamento no valor de R$ 9,40, ref. expedição de alvará. -Advs. VANESSA BARROS DE SOUSA e ROBSON FERNANDO BARROS DE SOUSA-.

108. PRESTACAO DE CONTAS-1724/2009-ODENILDE DE SOUZA x BANCO UNIBANCO - CARTAO UNIBANCO VISA-Despacho de fls. 147. 'Expeça-se alvará de levantamento na forma retro requerida.' ===>Fica intimado o Procurador Judicial do Requerente comparecer em cartório retirar o Alvará e efetuar o pagamento no valor de R$ 9,40, ref. expedição de alvará. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN e MARCIA LORENI GUND-.

109. USUCAPIAO-1756/2009-VALMIR CARLOS KRUGER e outro x MYRIAM MARCONDES FESTUGATO e outros-Certidão de fls. 363. 'CERTIFICO que de acordo com o Art. 162 § 4° do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria n° 01/09 de 14/04/09, encaminho os presentes autos a veiculação a fim de intimar a parte autora, para manifestar-se acerca da contestação e documentos apresentados.' -Adv. REGINA MARIA TONNI MUGNOL-.

110. INDENIZACAO P/DANOS MORAIS-1848/2009-ALGACIR MIKALOVSKI x FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS - FENAPEF-Fica intimado o Procurador Judicial do Requerente comparecer em cartório retirar as Cartas Precatórias e efetuar o pagamento no valor de R$ 18,80 (expedição de cp) mais R $ 141,00 (cópias autenticadas). -Advs. MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI e ALEX SANDER GALLIO-.

111. ORDINARIA-0017575-25.2009.8.16.0021-ARISTIDES MAGALHÃES e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-Despacho de fls. 817. 'Nos termos da Medida Provisória n. 513 de 26 de novembro de 2010, convertida na Lei n. 12.409 de 25 de maio de 2011, os contratos de financiamento celebrados pelo SFH com cláusula securitária passarão a ter cobertura pelo FCVS, inclusive no que diz respeito às despesas decorrente de danos físicos ao imóvel e à responsabilidade civil do construtor, ou seja, exatamente a hipótese tratada neste feito. A Lei n. 12.409/2011 conferiu à Caixa Econômica Federal a qualidade de administradora do Fundo de Compensação de Variações Salariais, criado em 1967 pela Resolução n.° 25 do extinto BNH. Já o art. 2° da lei precitada permitiu a renegociação das dívidas vencidas até a data da edição da Medida Provisória n.° 513/2010. Portanto, é possível a aplicação da legislação em comento nos contrato firmado antes da referida norma, mesmo porque eventual indenização devida por vícios de construção, como no caso dos autos, deverá ser suportada pelo fundo financeiro precitado, o qual é administrado pela Caixa Econômica Federal. Desta forma, independente do tipo de garantia dada para o consumidor ou deste em relação ao agente financeiro (vícios de construção ou mútuo hipotecário), assim, em tese, a Caixa Econômica Federal responde pelas obrigações de indenizar daí decorrentes, na condição de gestora do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), atinentes à apólice SH/SFHC. Assim, manifesto o interesse no resultado da lide, pois poderá suportar a restituição dos valores de eventual indenização a que venha a ser condenada a seguradora, na condição de gestora do fundo precitado. Assim, havendo o interesse da União e de empresa pública, qual seja, a Caixa Econômica Federal, ainda que apenas um ou alguns dos autores se enquadre no ramo de apólice 66, a remessa dos autos à Justiça Federal é medida que se impõe. Encaminhem-se os autos procedendo-se as baixas e anotações necessárias. Intimem-se.' -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO, MILTON OLIZAROSKI, VALDIR CEZAR MILANI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e MARCIO ALEXANDRE CAVENAGUE-.

112. REPARACAO DE DANOS-0017703-45.2009.8.16.0021-ODAIR RUBENS GIMENEZ x PILECCO E CIA LTDA e outro- Certidão de fl.657.Certifico que de acordo com o Art.162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09,Ciência ás partes ante a juntada do laudo pericial de fls.653/656,no prazo de 10(dez)dias.-Advs. HERIBERTO RODRIGUES TEIXEIRA, JOSE MAURICIO GNATA TELLES, ANA PAULA GUARENGHI, CIRO BRÜNING e FERNANDA RIBEIRETE DE SOUZA-.

113. REPARACAO DE DANOS-27/2010-EUCATUR - EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANP. E TURIS x BERTIN S/A e outro-Despacho de fls. 504. 'Em cinco dias especifiquem as partes, com clareza e objetividade, as provas que efetivamente pretendem produzir, indicando a finalidade a que se destinam, sob pena de indeferimento. Intimem-se.' -Advs. RODRIGO CESAR CALDEIRA, CAMILA PASQUAL, LUIZ ALBERTO DOS SANTOS e JOSE FERNANDO VIALLE-.

114. INVENTARIO-0000871-97.2010.8.16.0021-JULITA FRANCISCA DE ALMEIDA x ESPOLIO DE JOSE GOMES FILHO- Despacho de fl.49.1-Intime-se o autor através do advogado,para impulsionar o feito no prazo de dez(10) dias,sob pena de extinção(art.267,II e III,do CPC)-Adv. ANDREIA APARECIDA AGUILAR-.

115. POSSESSORIA-0001712-92.2010.8.16.0021-DELVA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS x JORGE BORESQUI-Despacho de fls.205. Em cinco dias especifiquem as partes com clareza e objetividade, as provas que efetivamente pretendem produzir, indicando a finalidade a que se destinam, sob pena de indeferimento. Intimem-se. -Advs. ARMANDO RICARDO DE SOUZA, RUBENS JOSÉ DE SOUZA JUNIOR e SÉRGIO DOS SANTOS SILVEIRA-.

116. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-0002197-92.2010.8.16.0021-ALEXANDRE SEBASTIAN HAUS DA SILVA x UNIPAN - UNIAO PAN-AMERICANA DE ENSINO LTDA-Despacho de fls. 107. '1. Recebo a apelação no efeito devolutivo e suspensivo. 2. Vista ao apelado para responder, querendo, no prazo legal. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. Int.' ===>O Autor apresentou apelação às fls. 101. -Advs. EVANDRO LUIZ CONTERNO, JONATHAN MICHELSON ESTEVES e RUI DA FONSECA-.

117. INDEN.P/DANOS MATERIAIS E MOR-0002566-86.2010.8.16.0021-DIOGO PAULO GRAZIOLI e outro x RADIO CONTINENTAL LTDA e outro-Despacho de fls. 155. 'J. Defiro pelo prazo de 05 (cinco) dias.' ===>Petição do Autor de fls. 155. '(...) vem, por intermédio de seu advogado ao final assinado, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com o fim de requerer carga dos autos, tendo em vista que a seguradora acenou no sentido de fazer uma composição amigável para po fim ao processo.' -Advs. EMERSON ALFREDO FOGAÇA DE AGUIAR e ELVIS BITTENCOURT-.

118. EMBARGOS A EXECUCAO-0001369-96.2010.8.16.0021-V PILATI EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA-Despacho de fls. 339. 'Recebo os recursos de apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo. Às contrarrazões. Após, com ou sem as mesmas, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Intimem-se.' -Advs. LUCIUS MARCUS OLIVEIRA e MAURO ALEXANDRE KRAISMANN-.

119. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0004468-74.2010.8.16.0021-BANCO FINASA S A x JOSE PIRES- Despacho de fl.51.Defiro o pedido de fl.48/50,expeça-se ofício conforme requerido==>>Fica intimado o procurador Judicial do Requerente para que efetue o pagamento no valor de R$206,40rf despesas postais,para envio de Ofícios.-Adv. SIGISFREDO HOEPERS-.

120. INDENIZACAO DE PERDAS E DANOS-0005500-17.2010.8.16.0021-SALES ROBERTO SILVA x BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS-A conta e preparo de fls. 204. 'Total do Escrivão: R$ 845,06; Total do Distribuidor: R$ 2,49; Total de Outras Custas: R$ 337,33. ===>Total das Custas: R$ 1.184,88.' ===>Guia disponível no Portal TJ/PR. -Advs. FABIO ANDRÉ MARTINS ZAKSESKI, JOSE FERNANDO VIALLE e RAFAELA DENES VIALLE-.

121. RES. CONTRAT C/C PERDAS E DAN-0005552-13.2010.8.16.0021-MAURI KETNER BERTON e outro x RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A. e outro-Despacho de fls. 286. 'Em cinco dias especifiquem as partes, com clareza e objetividade, as provas que efetivamente pretendem produzir, indicando a finalidade a que se destinam, sob pena de indeferimento. Intimem-se.' -Advs. PATRICIA MARA GUIMARÃES, FERNANDO LOPES PEDROSO, ANTONIO PAULO DA SILVA, JULIO CESAR PIUCI CASTILHO e VITOR CESAR BONVINO-.

122. REVISIONAL DE CONTRATO-0006112-52.2010.8.16.0021-HONORIO BOMBARDA x BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIME-Certidão de fl.76.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte interessada,para manifestar-se acerca da contestação e documentos apresentados.-Adv. ROGERIO AUGUSTO DA SILVA-.

123. HABILITACAO DE CREDITO-0007044-40.2010.8.16.0021-SOELI DE FATIMA PEREIRA x ESPÓLIO DE EDI SILIPRANDI e outro-Despacho de fls. 296. '1. Recebo a apelação nos efeito devolutivo e suspensivo. 2. Vista ao apelado para responder, querendo, no prazo legal. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. Int.' ===>O Requerido apresentou recurso de apelação às fls. 276. -Advs. NEUSA FATIMA REFATTI, FRANCIELI DIAS, ADRIANA TONET e CARLOS ALBERTO SILIPRANDI-.

124. REINTEGRACAO DE POSSE-0005570-34.2010.8.16.0021-MERCEDES BENZ LEASING DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x EDUARDO BALZZAN DOCES- Despacho de fl.101.Impossível acolhimento do retro requerido posto que,muito embora e reintegração de posse tenha sido deferida posto este juízo,sobre o bem se encontram pendentes outras restrições oriundas de outra esfera,de modo que,apenas após resolvida as questões sobre ele pendentes é que poderá ser cumprida a liminar.-Adv. HELIO LUIZ VITORINO BARCELOS-.

125. REPARACAO DE DANOS-0007203-80.2010.8.16.0021-VALDERI MARCOS ROSSI x AGESANDRO PEREIRA e outros-Certidão de fl.344.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte autora,para manifestar-se acerca da contestação e documentos apresentados.-Advs. DORALICE FAGUNDES DOS SANTOS MARCHIORO e EDUARDO OLEINIK-.

126. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0007429-85.2010.8.16.0021-ALBANO LUIS GOSSMANN x BANCO DO BRASIL S/A- Despacho de fl.34.Intime-se na forma retro requerida.==>>Pedido de fl.30/32(...)Requer seja efetuada a intimação do Banco Réu,a fim de que informe acerca da existência ou não de extratos no período do Plano Collor I.-Advs. ELÓI CONTINI e TADEU CERBARO-.

127. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0004906-03.2010.8.16.0021-BANCO SANTANDER NOROESTE S/A x EDSON JOSE KAISER- Certidão de fl.44.Certifico que,decorreu o prazo legal sem que houvesse manifestação do exequente acerca da certidão negativa do Sr.Oficial de Justiça ás fls.40vº,apesar de devidamente intimado conforme certidão de veiculação no e-DJ ás fls.42,razão pela qual em cumprimento a Portaria 01/09 de 14/04/09,levo os presentes autos a veiculação no e-DJ para que o exequente dê prosseguimento ao feito.-Adv. ANDREA CRISTIANE GRABOSVKI-.

128. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0007589-13.2010.8.16.0021-SAMARA LICIANE MAZZETO x BRASIL TELECOM CELULAR S/A-Despacho de fls. 189. '1. Baixem os autos ao Cartório Distribuidor para cumprimento do contido no Código de Normas item 8.5.8.1, para as devidas anotações, quanto ao início da fase de cumprimento de sentença. 2. À conta de custas e despesas processuais, bem como da execução de sentença (em cumprimentoda sentença). 3. Intime-se o executado através seu Procurador Judicial, caso não tenha constituído, intime-se o executado pessoalmente para cumprir voluntariamente o julgado (art. 475-A, § 1° do CPC) fazendo o pagamento do débito apresentado mais o pagamento das custas e despesas processuais contadas, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de aplicação do dispoto no art. 475-J, do CPC.' -Advs. ANTONYO LEAL JUNIOR, LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI, ANA TEREZA PALHARES BASILIO, BRUNO DI MARINO e CAIO FAVA FOCACCIA-.

129. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0007551-98.2010.8.16.0021-ADEMAR VALDIR LANGE e outros x BANCO DO BRASIL S/A-Certidão de fl.117.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação,a fim de intimar a parte executado para manifestar-se ante o contido na petição juntada ás fls.115/116(conforme o despacho de fls.112).-Adv. LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS-.

130. REPARACAO DE DANOS-0008073-28.2010.8.16.0021-LEONDINA RODRIGUES VIEIRA x GIORGIO DEPUBEL DANTAS- Despacho de fl.59.Em cinco dias especifiquem as partes,com clareza e objetividade,as provas que efetivamente pretendem produzir,indicando a finalidade a que se destinam,sob pena de indeferimento.Intimem-se.-Advs. SOLANGE DA SILVA MACHADO, GIOVANA LAZZARIN BAVARESCO e TEREZINHA DEPUBEL DANTAS-.

131. CURATELA-0007440-17.2010.8.16.0021-ALFONSO ISODORO TOMASI x ANGELO ARI TOMASI- Despacho de fl.86.Arquive-se.-Adv. JORGE APPI DE MATTOS-.

132. REVISIONAL-0006658-10.2010.8.16.0021-RONALDO MICHAEL HEINEMANN x BANCO DO BRASIL S/A- Certidão de fl.553.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte requerida,para que efetue o depósito no valor de R$18,80 referente á abertura de 02(dois)volumes.-Advs. LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS e NATHALIA KOWALSKI FONTANA-.

133. ORDINARIA-0008610-24.2010.8.16.0021-ALICE MACHADO GONÇALVES e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-Despacho de fls. 673. 'Nos termos da Medida Provisória n. 513 de 26 de novembro de 2010, convertida na Lei n. 12.409 de 25 de maio de 2011, os contratos de financiamento celebrados pelo SFH com cláusula securitária passarão a ter cobertura pelo FCVS, inclusive no que diz respeito às despesas decorrente de danos físicos ao imóvel e à responsabilidade civil do construtor, ou seja, exatamente a hipótese tratada neste feito. A Lei n. 12.409/2011 conferiu à Caixa Econômica Federal a qualidade de administradora do Fundo de Compensação de Variações

Salariais, criado em 1967 pela Resolução n.° 25 do extinto BNH. Já o art. 2° da lei precitada permitiu a renegociação das dívidas vencidas até a data da edição da Medida Provisória n.° 513/2010. Portanto, é possível a aplicação da legislação em comento nos contrato firmado antes da referida norma, mesmo porque eventual indenização devida por vícios de construção, como no caso dos autos, deverá ser suportada pelo fundo financeiro precitado, o qual é administrado pela Caixa Econômica Federal. Desta forma, independente do tipo de garantia dada para o consumidor ou deste em relação ao agente financeiro (vícios de construção ou mútuo hipotecário), assim, em tese, a Caixa Econômica Federal responde pelas obrigações de indenizar daí decorrentes, na condição de gestora do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), atinentes à apólice SH/SFHC. Assim, manifesto o interesse no resultado da lide, pois poderá suportar a restituição dos valores de eventual indenização a que venha a ser condenada a seguradora, na condição de gestora do fundo precitado. Assim, havendo o interesse da União e de empresa pública, qual seja, a Caixa Econômica Federal, ainda que apenas um ou alguns dos autores se enquadre no ramo de apólice 66, a remessa dos autos à Justiça Federal é medida que se impõe. Encaminhem-se os autos procedendo-se as baixas e anotações necessárias. Intimem-se.' -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO, DIRCEU EDSON WOMMER, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e MARCIO ALEXANDRE CAVENAGUE-.

134. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0007745-98.2010.8.16.0021-HSBC BAMERINDUS LEASING S/A ARRENTAMENTO MERCANTIL x SOLMAQUINAS EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E INDUSTRIAIS LTDA e outros- Certidãp de fl.87.Certifico que de acordo com o Art.162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09,Ao interessado para manifestar-se em 05(cinco)dias acerca dos ofício(s) respondido(s).-Advs. MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI, ADELINO MARCON, PAULO ROBERTO PEGORARO JUNIOR e KLEBER DE OLIVEIRA-.

135. EMBARGOS DE TERCEIROS-0009103-98.2010.8.16.0021-JC E JK COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA x FRANCISCO DE OLIVEIRA E CIA LTDA- Despacho de fl.58.Em cinco dias especifiquem as partes,com clareza objetividade ,as provas que efetivamente pretendem produzir,indicando a finalidade a que se destinam,sob pena de indeferimento.Intimem-se.-Advs. MARCELO MOCO CORREA e ELVIS BITTENCOURT-.

136. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0008409-32.2010.8.16.0021-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CATARATAS DO IGUAÇU - SICREDI x MAHGE COMERCIO DE PRODUTOS PARA MARCENARIA LTDA - ME e outro- Certidão de fl.80.Certifico que de acordo com o Art.162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09,Cumpra-se conforme o pedido retro.==>>Fica intimado o procurador judicial do Exequente, para efetuar o depósito das diligências do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$198,00,conforme determina o Provimento 01/99 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná-Advs. MARCIO RODRIGO FRIZZO, MARCIO LUIZ BLAZIUS e CERINO LORENZETTI-.

137. REVISIONAL DE CONTRATO-0009798-52.2010.8.16.0021-NELSON VIEIRA x BANCO DO BRASIL S/A- Certidão de fl.61.Certifico que até a presente data o requerente não retirou o ofício expedido ás fls.54vº,apesar de devidamente intimado conforme certidão de veiculação no e-DJ ás fls.56,razão pela qual em cumprimento a Portaria 01/09 de 14/04/09,levo os presentes autos a veiculação no e-DJ para que o requerente dê prosseguimento ao feito em 05(cinco)dias,sob pena de extinção.-Adv. ROGERIO AUGUSTO DA SILVA-.

138. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO-0010420-34.2010.8.16.0021-ANDERSON MANESCO JACONETTI x R. G. COMERCIAL E IMOBILIARIA LTDA-Despacho de fls. 283. '1. Recebo a apelação nos efeito devolutivo e suspensivo. 2. Vista ao apelado para responder, querendo, no prazo legal. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. Int.' ===>O Requerido apresentou apelação às fls. 254. -Advs. ANTONIO PAULO DA SILVA, PATRICIA MARA GUIMARÃES, NERI LUIZ SIMON, FERNANDO LOPES PEDROSO, SANTINO RUCHINSKI, CRESTIANE ANDREIA ZANROSSO, CHAIANY BATISTA, LUCIANA CRISTIANE NOVAKOSKI e GIOVANA PICOLI-.

139. DECLARATORIA-0009276-25.2010.8.16.0021-RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA x LENI MARIA DE JESUS SIMONETTO- Despacho de fl.78.Em cinco dias especifiquem as partes,com clareza e objetividade,as provas que efetivamente pretendem produzir,indicando a finalidade a que se destinam,sob pena de indeferimento.Intimem-se.-Advs. ARMANDO RICARDO DE SOUZA e LAURO HENRIQUE LUNA DOS ANJOS-.

140. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0011575-72.2010.8.16.0021-AFONSO PEREIRA DA COSTA e outros x BANCO ITAÚ S/A- BANESTADO- Despacho de fl.205.Ante a impugnação oposta,digam os exequentes.-Adv. FABIO PALAVER-.

141. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0011572-20.2010.8.16.0021-ALDO YASHUO WAKIMOTO e outros x BANCO ITAÚ S/A- BANESTADO-Certidão de fls. 204. 'CERTIFICO que de acordo com o Art. 162 § 4° do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria n° 01/09 de 14/04/09. 'Vista ao exequente sobre a nomeação de bens a penhora fls. 198/203.' ' -Adv. FABIO PALAVER-.

142. CARTA DE SENTENCA-0012874-84.2010.8.16.0021-AGRICOLA SPERAFICO LTDA x BANCO AMERICA DO SUL LTDA-Despacho de fls. 1216. 'Recebo o recurso de fls. 1175 no efeito devolutivo. Às contrarrazões. Recebo o recurso de fls. 1200 no efeito devolutivo. Às contrarrazões. Anote-se fls. 1213/1214. Na sequência, ao E. Tribunal de Justiça. Intimem-se.' -Advs. SANTINO RUCHINSKI, LUCIANA CRISTIANE NOVAKOSKI, PRISCILA DO NASCIMENTO SEBASTIAO, NILBERTO RAFAEL VANZO e DANIELI MICHELON DO VALLE-.

143. DECLARATORIA-0012911-14.2010.8.16.0021-GENIVAL SABINO DA SILVA x EDUARDO DA SILVEIRA- Despacho de fl.70.Cumpra-se o item 2 do despacho de fls.27.==>>Despacho de fl.27 Item 2-Cite-se o requerido para responder,querendo,no prazo de 15(quinze)dias,com as advertências legais.==>>Fica intimado o procurador judicial do autor, para efetuar o depósito das diligências do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$49,50, conforme determina o Provimento 01/99 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná-Adv. ROGERIO AUGUSTO DA SILVA-.

144. REGRESSIVA-0013207-36.2010.8.16.0021-SAMP CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA x ANACLETO FERNANDO NAZARI-Certidão de fls. 248. 'Certifico que expedi carta precatória para as comarcas de Santa Helena/PR e Maringá/PR com a finalidade de inquirição das testemunhas arroladas pelo requerente às fls. 234/235. ' ===>Fica intimado o Procurador Judicial do Requerente comparecer em cartório retirar as Cartas Precatórias e efetuar o pagamento no valor de R$ 18,80 (expedição) mais R$ 298,92 (cópias autenticadas). -Advs. ANA MARIA KONDRAT DA SILVA, MICHELI TONET POPIOLEK, SYLVIO TADDEU DE CARVALHO TORRES, LUCILEI ORIBKA, EDUARDO OLEINIK e SHIRLEY NUNES-.

145. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0013208-21.2010.8.16.0021-MINERACAO PORTO CAMARGO LTDA x AUTO POSTO GAUDERIO LTDA-Despacho de fl.111.Ante o retro requerido diga o executado.-Advs. SANDRO LUIZ WERLANG e LAERCION ANTONIO WRUBEL-.

146. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0013228-12.2010.8.16.0021-BANCO BRADESCO S/A x LUAR COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA e outro- Despacho de fl.31.(...)2-Em sendo negativo o item acima,proceda-se o bloqueio via Sistema RENAJUD conforme requerido.3-Efetuado ou não os bloqueios de valores,certifique-se nos autos e manifestem-se,a seguir,as partes.Intimem-se.==>>Certidão de fl.39.Certifico que em cumprimento ao r. despacho de fls.31,deixei de proceder o bloqueio de veículos em nome do executado,conforme juntado as fls.40/41.-Advs. JULIANO RICARDO TOLENTINO e LEANDRO DE QUADROS-.

147. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0012496-31.2010.8.16.0021-BANCO BRADESCO S/A x HILARIO MELNIK NAKONECZNI e outro- Certidão de fl.70.Certifico que de acordo com o Art.162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09,Vista ao requerente da certidão do Sr.Oficial de Justiça de fls.63,parte final(negativa)....DEIXEI DE CITAR o requerido HILARIO MELNIK NAKONECZNY em virtude de não localizá-lo,conforme informações de seu irmão e requerido Sr.Pedro,o mesmo é motorista de caminhão e encontra-se viajando e não tem previsão de retorno a esta cidade.-Advs. JULIANO RICARDO TOLENTINO e LEANDRO DE QUADROS-.

148. INDEN.P/DANOS MATERIAIS E MOR-0014239-76.2010.8.16.0021-SOLANGE LOPES DA LUZ e outro x PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A e outro- Despacho de fl.228.Em cinco dias especifiquem as partes,com clareza e objetividade as provas que efetivamente pretendem produzir,indicando a finalidade a que se destinam,sob pena de indeferimento.Intimem-se.-Advs. SUELI BEVILAQUA SELLA, CARLOS EDUARDO DOS SANTOS BOCARDI, MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA e CLEVERTON LORDANI-.

149. EMBARGOS A EXECUCAO-0014236-24.2010.8.16.0021-ESPÓLIO DE TERTULIANA MARIA BICUDO MACCAGNAN x IRMAOS MUFFATO & CIA LTDA- Despacho de fl.106.Em cinco dias especifiquem as partes,com clareza e objetividade,as provas que efetivamente pretendem produzir,indicando a finalidade a que se destinam,sob pena de indeferimento.Intimem-se.-Advs. DESIREE L MUNIZ SANTOS GOMES, MÁRCIA REGINA LOPES DA COSTA NOBREGA, AUGUSTO JOSÉ BITTENCOURT, REGIS PANIZZON ALVES e ELVIS BITTENCOURT-.

150. REPETICAO DE INDEBITO-0011293-34.2010.8.16.0021-INDUSTRIA DE COMPENSADOS POLIPLAC LTDA x MARIZETE DOS SANTOS INVITTI - ME-Certidão de fl.22.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte interessada ante:Aguarde-se por 60(sessenta) dias,conforme o contido na petição retro.-Adv. TADEU KARASEK JUNIOR-.

151. INCIDENTE DE FALSIDADE-0015462-64.2010.8.16.0021-VALDECIR DOS SANTOS SILVA e outro x VILSON ROBERTO ANZOATEGUI- Despacho de fl.60.Defiro a prova pericial requerida pelos autores.Faculto ás partes o direito de indicação de peritos assistêntes e a formularem quesitos.Nomeio perito o DR.Sérgio Henrique Miranda de Souza(grafotécnico)o qual deverá ser intimado,a apresentar proposta de honorários.Apresentada referida proposta,intimem-se as partes a se manifestarem em cinco(05)dias,e os autores a efetuarem o depósito dos honorários periciais.Efetuado o depósito,proceda-se á pericia,que fixo o prazo de (30)trinta dias,para entrega do laudo.Após,expeça-se alvará em favor do Sr.Perito.Com a juntada do laudo.Após,expeça-se alvará em favor do Perito.Com a juntada do laudo,manifestem-se as partes.Intimem-se.-Advs. JEAN CARLO JACUBOWSKI, DIOGENES BERGAMIN DOS SANTOS e CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SILVA-.

152. INVENTARIO-0015128-30.2010.8.16.0021-LIDIA JERACINA AMADOR SCHEREINER x ESPÓLIO DE TIDE FREDERICO GIESEL SCHREINER- Certidão de fl.51.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte autora,para manifestar-se acerca da contestação e documentos apresentados.-Adv. LARISSA ELIDA SASS-.

153. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0016070-62.2010.8.16.0021-DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S/A x CLINICA MEDICA NOSSA SENHORA DA SALETE LTDA- Despacho de fl.123.Expeça-se mandado de penhora na forma retro requerida.==>>Fica intimado o procurador judicial do Exequente, para efetuar o depósito das diligências do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$49,50(Penhora na Boca do Caixa), conforme determina o Provimento 01/99 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná.-Adv. RUBEM DARLAN FERRARI MOREIRA-.

154. ORDINARIA DECLARAT.INEXISTENC-0016304-44.2010.8.16.0021-YOSHITAKA YAMASAKI x GLOBAL VILAGE TELECOM LTDA (GVT)- Despacho de fl.151.Ante o contido á fl.145,abra-se vista ao réu,pelo prazo de cinco(05)dias.Nada sendo requerido,voltem para extinção.-Advs. SANDRA CALABRESE SIMÃO e ELISABETH REGINA VENÂNCIO-.

155. SUMARISSIMA DE COBRANCA-0011088-05.2010.8.16.0021-PROVENCE VEICULOS LTDA x MARCOS DA SILVA- Certidão de fl.90.Certifico que de acordo

com o Art;162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09,Ao interessado para manifestar-se em 05(cinco)dias acerca dos ofício(s) respondido(s).-Advs. FABIANO CAMILLO, ALEXANDRE AUGUSTO DEVICCHI, GISELE KARINE COSTA e TIAGO DAMIANI-.

156. USUCAPIAO-0008796-47.2010.8.16.0021-DERLI BRESSAN x ZUCO COMERCIO E T RODOVIARIO TR LTDA- Certidão de fl.47.Certifico que,até a presente data o requerente não retirou o edital de citação do requerido,expedido ás fls.112vº,apesar de devidamente intimado conforme certidão de veiculação no e-DJ ás fls.116,razão pela qual,em cumprimento a Portaria 01/09 de 14/04/09 levo os presentes autos á veiculação no e-DJ para que o requerente dê prosseguimento ao feito em 05(cinco)dias,sob pena de extinção.-Advs. EMANUEL CARDOZO e KARINA WEBER CARDOZO-.

157. REVISIONAL-0016703-73.2010.8.16.0021-GIOVANNI FABRICIO GIORDANI x BANCO FINASA BMC S/A- Despacho de fl.223.Abra-se vista a requerente,para se manifestar,querendo sobre o contido na contestação de fl151/179.-Advs. ADEMIR GIORDANI, OLAVO DAVID JUNIOR e VITOR HUGO SCARTEZINI-.

158. INVENTARIO EM F/ARROLAMENTO-0016284-53.2010.8.16.0021-TEREZINHA VASCELAI ZARDO e outros x SÉRGIO ZARDO-Despacho de fls. 182. '(...) 2. Defiro o pedido de fls. 107/108. Expeça-se alvará.' ===>Fica intimado o Procurador Judicial do Inventariante comparecer em cartório retirar o Alvará e efetuar o pagamento no valor de R$ 9,40, ref. expedição de alvará. -Advs. GILBERTO NALON GONZAGA e MARCO ANTONIO PADOVANI-.

159. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0017453-75.2010.8.16.0021-COOPAVEL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x BRASIL ANDRADE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA e outros- Certidão de fl.102.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte interessada acerca da devolução da Carta Precatória não cumprida juntada ás fls.86/101.-Advs. JOSE FERNANDO MARUCCI, MARLUS JORGE DOMINGOS, JORGE JOSÉ DOMINGOS NETO, CARLOS EDUARDO QUADROS DOMINGOS e CARLISE ZASSO POSSEBON DO AMARAL-.

160. REVISIONAL DE CONTRATO-0018177-79.2010.8.16.0021-NELSON ANTONIO SCHWANN x BANCO ABN AMRO REAL S/A- Certidão de fl.72.Certifico que de acordo com o Art.162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09,Cumpra-se conforme o pedido retro.==>>Fica intimado o procurador Judicial do Requerente para que efetue o pagamento no valor de R $34,40rf despesas postais para envio do ofício,ou compareça em Cartório a fim de retira-lo.-Adv. ROGERIO AUGUSTO DA SILVA-.

161. PRESTACAO DE CONTAS-0016313-06.2010.8.16.0021-TRANSPORTADORA SOLIMAX LTDA - ME x BANCO ITAU S/A-Despacho de fls. 130. '1. Recebo a apelação nos efeito devolutivo e suspensivo. 2. Vista ao apelado para responder, querendo, no prazo legal. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. Int.' ===>O Requerido apresentou apelação às fls. 112. -Advs. MARCIA LORENI GUND, JULIO CESAR DALMOLIN, JAIR ANTONIO WIEBELLING, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI-.

162. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0020785-50.2010.8.16.0021-ALBINA SEGATTO MORIN e outros x BANO ITAÚ S/A-Decisão de fls. 201/203. '(...) Assim, sem que tenha havido a concordância dos credores acerca do bem indicado a penhora, deve-se ser declarada a ineficácia da nomeação realizada pelo executado. Portanto, os bens nomeados à penhora pelo executado, não tem o condão de afastar a multa prevista no artigo 475-J do CPC, tendo em vista que para tal fim deveria o executado ter efetuado o depósito do valor reclamado em moeda corrente, não tendo a nomeação de bens à penhora o condão de afastar a referida multa. 3. Desta forma, tendo em vista a discordância dos exeqüentes torno ineficaz a nomeação de bens à penhora feita pelo executado. (...). Intimem-se.' -Advs. FABIO PALAVER e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

163. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0020788-05.2010.8.16.0021-ARLINDO MARIANO ALVES e outros x BANCO ITAÚ S/A-Decisão de fls. 156/169. '(...) 3. Desta forma, ACOLHO em parte a impugnação à liquidação, apenas para declarar a possibilidade de cobrança de juros remuneratórios sobre os expurgos inflacionários desde a data do lançamento a menor na caderneta de poupança até a data em que foi encerrada a conta poupança dos exeqüentes, ficando o impugnante responsável pelo pagamento das custas, despesas e pela verba honorária ao patrono da parte adversa, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor devido, de acordo com o art. 20, §3º, observadas as alíneas "a", "b" e "c", do CPC. Tendo em vista a discordância dos exequentes torno ineficaz a nomeação de bens à penhora feita pelo executado. Intimem-se os exequentes para apresentar planilha do valor do débito com a devida retificação e atualizado. (...). Intimem-se.' -Advs. FABIO PALAVER, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI-.

164. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0020860-89.2010.8.16.0021-ALCIDES MAURER e outros x BANCO ITAÚ S/A-Decisão de fls. 103/105. '(...) Assim, sem que tenha havido a concordância dos credores acerca do bem indicado a penhora, deve-se ser declarada a ineficácia da nomeação realizada pelo executado. Portanto, os bens nomeados à penhora pelo executado, não tem o condão de afastar a multa prevista no artigo 475-J do CPC, tendo em vista que para tal fim deveria o executado ter efetuado o depósito do valor reclamado em moeda corrente, não tendo a nomeação de bens à penhora o condão de afastar a referida multa. 3. Desta forma, tendo em vista a discordância dos exeqüentes torno ineficaz a nomeação de bens à penhora feita pelo executado. (...). Intimem-se.' -Advs. FABIO PALAVER e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

165. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0020782-95.2010.8.16.0021-BETINA BLUHM SCHIER e outros x BANCO ITAÚ S/A-Decisão de fls. 191/204. '(...) 3. Desta forma, ACOLHO em parte a impugnação à liquidação, apenas para declarar a possibilidade de cobrança de juros remuneratórios sobre os expurgos inflacionários desde a data do lançamento a menor na caderneta de poupança até a data em que foi encerrada a conta poupança dos exeqüentes, ficando o impugnante responsável pelo pagamento das custas, despesas e pela verba honorária ao patrono da parte adversa, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor devido, de acordo com o art. 20, §3º, observadas as alíneas "a", "b" e "c", do CPC. Tendo em vista a discordância dos exequentes torno ineficaz a nomeação de bens à penhora feita pelo executado. Intimem-se os exequentes para apresentar planilha do valor do débito com a devida retificação e atualizado. (...). Intimem-se.' -Advs. FABIO PALAVER e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

166. REINTEGRACAO DE POSSE-0020803-71.2010.8.16.0021-BANCO ITAUCARD S/A x EDSON BARBOSA DE QUEIROZ- Certidão de fl.54.Certifico que,até a presente data o requerente não retirou a Carta Precatória itinerante expedida ás fls.49vº para a Comarca de Foz do Iguaçu/PR para reintegração de posse e citação do requerido,apesar de devidamente intimado conforme certidão de veiculação no e-DJ ás fls.51,razão pela qual em cumprimento a Portaria 01/09 de 14/04/09,levo os presentes autos a veiculação no e-DJ para que o requerente dê prosseguimento ao feito em 05(cinco) dias,sob pena de extinção.-Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

167. REVISIONAL DE CONTRATO-0022200-68.2010.8.16.0021-LURDES KINAUTT FRITZEN x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A- Despacho de fl.108.Abra-se vista a requerente,para se manifestar,querendo,sobre o contido na contestação de fl.52/84.Dil.Int.-Advs. MARTA DIAS DE FRANÇA e MÔNICA MOLIN-.

168. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0020256-31.2010.8.16.0021-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x FERNANDO ANTONIO MANFREDI- Certidão de fl.48.Certifico que,até a presente data o exequente não retirou a Carta Precatória expedida ás fls.46vº para a Comarca de Foz do Iguaçu/PR para citação do executado e demais atos,apesar de devidamente intimado conforme certidão de veiculação no e-DJ ás fls.47,razão pela qual em cumprimento a Portaria 01/09 de 14/04/09,levo os presentes autos a veiculação no e-DJ,para que o exequente dê prosseguimento ao feito.-Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOSVKI e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

169. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0021068-73.2010.8.16.0021-BANCO DO BRASIL S/A x LATICÍNIOS VENEZA LTDA- ME e outros-Certidão de fls. 174. 'CERTIFICO que de acordo com o Art. 162 § 4° do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria n° 01/09 de 14/04/09, encaminho os presentes autos à veiculação a fim 'Intimar o signatário da petição de fls. 372, não assinada para firmá-la em 05 (cinco) dias, sob pena de desentranhamento.' -Adv. MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA-.

170. COBRANCA-0022633-72.2010.8.16.0021-NOEMIA DE LIMA x PARANÁ PREVIDÊNCIA e outro- Despacho de fl.210.Em cindo dias especifiquem as partes,com clareza e objetividade,as provas que efetivamente pretendem produzir,indicando a finalidade a que se destinam,sob pena de indeferimento.Intimem-se.-Advs. JANETE MARIA CLASER DA SILVA e ROSILENY VANZELLA DE ASSIS PONTES-.

171. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0022558-33.2010.8.16.0021-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO S/A x VALDIR GOMES CORDEIRO-Despacho de fl.40.Proceda-se o bloqueio via Sistema RENAJUD conforme requerido.==>>Certidão de fl.41.Certifico que em cumprimento ao r. despacho de fls.40,procedi o bloqueio do veículo em nome do executado conforme juntado as fl.42.-Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA CORREA DA ROCHA-.

172. BUSCA/APREENSAO CONV. DEPOSIT-0024861-20.2010.8.16.0021-BANCO FINASA BMC S/A x DANUBIO RODRIGUES DA LUZ- Certidão de fl.51.Certifico que de acordo com o Art.162 § 4º do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria nº 01/09 de 14/04/09,encaminho os presentes autos a veiculação a fim de intimar o autor para que se manifestem em 05(cinco)dias acerca da(s)correspondência(s) devolvida(s).-Advs. ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANETTI e RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA-.

173. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-0025002-39.2010.8.16.0021-IRMÃOS MUFFATTO & CIA LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ-Despacho de fls. 455. 'Recebo o recurso de apleção no efeito devolutivo. Às contrarrazões. Após, com ou sem as mesmas, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Intimem-se.' -Advs. LUCILENE SMITH, OKSANDRO OSDIVAL GONCALVES e HELENA DE TOLEDO COELHO GONÇALVES-.

174. PRESTACAO DE CONTAS-0025543-72.2010.8.16.0021-TRANSPORTADORA FERLIN LTDA x BANCO HSBC BANK MULTIPLO-Despacho de fls. 80. '1. Recebo a apelação nos efeito devolutivo e suspensivo. 2. Vista ao apelado para responder, querendo, no prazo legal. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. Int.' ===>O Requerido apresentou apelação às fls. 69. -Advs. RODRIGO CORONA MENEGASSI, FELIPE CORONA MENEGASSI, EDUARDO CHALFIN, CLARA VAINBOIM, PAULO MAXIMILIAN W M SCHONBLUM e ILAN GOLDBERG-.

175. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0029231-42.2010.8.16.0021-POSTO DAS AMERICAS LTDA x OTMAR GUINTHER JESKE-Fica intimado o procurador judicial do requerente, para efetuar o depósito das diligências do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 198,00 (Citação), conforme determina o Provimento 01/99 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. Guia disponível no Portal do TJ/PR. -Advs. SANDRO MATTEVI DAL BOSCO, JOSE ALBERTO DIETRICH FILHO e GUSTAVO HENRIQUE DIETRICH-.

176. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0027944-44.2010.8.16.0021-BANCO ITAU S/A x LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DRA VERÔNICA LTDA e outros-Despacho de fls. 56. 'Proceda-se o bloqueio via Sistema RENAJUD conforme requerido.' ===>Certidão de fls. 57. 'Certifico que em cumprimento ao r. despacho de fls. 56, procedi o bloqueio de veículos em nome dos executados, conforme segue adiante.' -Advs. JORGE LUIZ DE MELO, TATIANE A. LANGE e PAULO AUGUSTO CHEMIN-.

177. REVISIONAL DE CONTRATO-0031900-68.2010.8.16.0021-ALETHEA PREVIATO COSTA x BANCO ITAÚCARD S/A-Despacho de fls. 121. '1. Recebo a apelação nos efeito devolutivo e suspensivo. 2. Vista ao apelado para responder, querendo, no prazo legal. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. Int.' ===>O Autor apresentou apelação às fls. 105. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MÁRCIA L. GUND, JULIO CESAR DALMOLIN e ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANETTI-.

178. EMBARGOS A EXECUCAO-0030900-33.2010.8.16.0021-COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA - COHAPAR x FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CASCAVEL - PR-Despacho de fls. 78. 'Recebo o recurso de apelação no efeito devolutivo. Às contrarrazões. Após, com ou sem as mesmas, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Intimem-se.' ===>O Autor apresentou apelação às fls. 61. -Advs. MAURÍCIO BELESKI DE CARVALHO e ADOLFO JOSE FRANCIOLI CELINSKI-.

179. PRESTACAO DE CONTAS-0030039-47.2010.8.16.0021-ALCENO MERTZ x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO-Despacho de fls. 108. '1. Recebo a apelação nos efeito devolutivo e suspensivo. 2. Vista ao apelado para responder, querendo, no prazo legal. 3. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens e as cautelas de estilo. Int.' ===>O Requerido apresentou apelação às fls. 74. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MÁRCIA L. GUND, JULIO CESAR DALMOLIN, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, EVARISTO ARAGAO SANTOS, RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS e MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR-.

180. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0033453-53.2010.8.16.0021-BV FINANCEIRA S/A CFI x ROSICLER DE ARAUJO COUTINHO-Despacho de fls. 40. 'Proceda-se o bloqueio via Sistema RENAJUD conforme requerido.' -Adv. RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA-.

181. EMBARGOS A EXECUCAO-0005006-21.2011.8.16.0021-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DO PARANÁ - CISOP x HALLEY - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-Certidão de fls. 188. '1. Certifique-se nos autos de execução a existência dos presentes embargos bem como nos efeitos em que foram recebidos. 2. No mais, a suspenão da execução em razão dos embarogs é via excepcional e exige a segurança do juízo, mais o risco de dano de incerta reparação e o fundamento relevante, nos termos do art. 739-A, § 1°, CPC, incluído pela Lei n° 11.382, de 2006: O juíz poderá, ao requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes. Na espécie, não se verifica a relevância da fundamentação que carece de prova a ser efetuada em juízo, certo que sequer foi alegado o grave prejuízo de incerta reparação pelo embargante, que de qualquer maneira não pode consistir em tão somente a desapropriação de seus bens, já que intrínseco ao procesimento executivo, certo, ainda, não estar segura a execução por penhora ou caução. 3. Assim, deixo de atribuir efeito suspensivo aos embargos. 4. Intime-se o exequente para responder, querendo, em 15 dias.' -Advs. MARCOS ABIMAEL DE FREITAS, ALESSANDRO PIERO LUCCA, RUBEM DARLAN FERRARI MOREIRA e DIEGO GURGACZ-.

182. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0006942-81.2011.8.16.0021-VEGRANDE VEICULOS CASAGRANDE S/A x NAKONECZNY E CIA LTDA e outros-Vista, da certidão do Sr. Oficial de Justiça. - Certidão de fls. 54: '...DEIXEI de CITAR Carla Natalia Nakoneczny, em virtude de ter sido informada de que a mesma encontra-se estudando em outro Estado, e não possui determinado para retorno a esta Comarca.' -Advs. EDUARDO DESIDÉRIO, FABIO LUIS ANTONIO e JULIO CESAR DA ROCHA-.

183. PRESTACAO DE CONTAS-0010745-72.2011.8.16.0021-PONDEL INDÚSTRIA DE CABOS LTDA x BANCO ITAÚ S/A-Certidão de fls. 84. 'CERTIFICO que de acordo com o Art. 162 § 4° do CPC e em cumprimento autorizado pela Portaria n° 01/09 de 14/04/09. 'Intime-se a parte recorrida para apresentação das contra-razões recursais, no prazo de 10 (dez) das.' -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN e MÁRCIA L. GUND-.

184. EMBARGOS A EXECUCAO-0023756-71.2011.8.16.0021-ESTADO DO PARANA x GERALDO APOLINARIO FERREIRA-Despacho de fls. 34. 'Em cinco dias especifiquem as partes, com clareza e objetividade, as provas que efetivamente pretendem produzir, indicando a finalidade a que se destinam, sob pena de indeferimento. Intimem-se.' -Adv. SERGIO RICARDO TINOCO-.

185. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0025196-05.2011.8.16.0021-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x KELLI HOTZ CAZANGI-Despacho de fls. 42. 'Compulsando os autos verifico que a notificação para a constituição do réu em mora, foi encaminhada à residência deste, no entanto, a correspondência foi devolvido pelo motivo 'ausente' (fls. 28) e não pelo motivo 'mudou-se', não restando provado, portanto, que o réu não mais reside no endereço declinado no contrato de fls. 14/15. Sobre o assunto, é a Jurisprudência: Agravo em apelação cível. Busca e apreensão. Mora não comprovada. Notificação por carta expedida por intermédio do cartório de títulos e documento frustada. Destinatário ausente. Notificação por edital. Insuficiência. Circunstância em que cabia à financeira providenciar o pretesto do título, para só então, sendo este também infrutífero, recorrer à via editalícia. Recurso conhecido e não provido. (Agravo n° 0533819-0/02 (10897), 18ª Câmara Cível do TJPR, Rel. Lenice Bodstein. j. 03.12.2008, unânime, DJ 13.01.2009). Busca e apreensão. Alienação fiduciária em garantia. Autor que tem a obrigação de, nos termos do que determina a legislação pertinente, comprovar a constituição em mora do devedor. Dever de diligenciar em busca do devedor. Notificação extrajudicial devolvida sem a notificação do devedor. Protesto do título não comprovado. Notificação simples por edital que não supre o protesto do título. Ausência de pressuposto para a constituição válida e regular do processo. Extinção sem julgamento do mérito. Sentença mantida. Recurso desprovido. (Apelação Cível n° 0421706-5 (6692), 18ª Câmara Cível do TJPR, Rel. Lenice Bodstein. j. 08.08.2007, unânime). Deste modo, intime-se o autor para que emende a inicial, em dez dias, juntando aos autos documento que demonstre a efetiva constituição em mora do devedor. Intimações e diligências necessárias.' -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

186. NOTIFICACAO JUDICIAL-0023101-02.2011.8.16.0021-GIRO INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA x TV TAROBA CASCAVEL-Despacho de fls. 18. 'Notifique-se, como requerido. Após, contados e preparados, decorrido o prazo legal de 48:00 horas, independentemente de translado entregue-se os autos ao requerente.' ===>Fica intimado o procurador judicial do requerente, para efetuar o depósito das diligências do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 49,50 (Notificação), conforme determina o Provimento 01/99 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. Guia disponível no Portal do TJ/PR. -Adv. GIOVANNI ANTÔNIO DE LUCA-.

187. EXECUCAO FISCAL - ESTADO-624/2007-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x AUTO POSTO QUEBRA GALHO LTDA-Despacho de fls. 55. 'Lavre-se Termo de Penhora. Após, intime-se o executado. Int.' ===>Termo de Penhora às fls. 58. -Advs. JOSÉ MAURICIO LUNA DOS ANJOS e ROSILEI NUNES DOS ANJOS-.

188. EXECUCAO FISCAL - OUTROS-314/2008-CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN x CARLA FABIANA DE SOUZA- Certidão de fl.23.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte autora,para manifestar-se ante:A certidão negativa do Sr.Oficial de Justiça de fls.22....DEIXEI de proceder a PENHORA,em razão de não ter localizado bens em nome da mesma,quer seja móveis e imóveis.-Adv. MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO-.

189. EXECUCAO FISCAL - OUTROS-316/2008-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN x MARCOS ANTONIO CREMA- Certidão de fl.53.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte autora,para manifestar-se ante:A certidão negativa do Sr.Oficial de Justiça de fls.51...DEIXEI de proceder a CITAÇÃO do executado MARCOS ANTONIO CREMA,tendo em vista não ter encontrado ele no local(Casa desocupada á mais ou menos oito meses),indaguei a moradora da casa ao lado de nº 1475,a qual informou que o imóvel encontra-se fechado á mais ou menos oito meses,disse ainda desconhecer a pessoa demandada.CERTIFICO AINDA,que DEIXEI de proceder ARRESTO em bens de propriedade do devedor,por motivo de não ter localizado,quer seja móveis ou imóveis.-Adv. MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO-.

190. EXECUCAO FISCAL - OUTROS-317/2008-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN x JOEL FLORENCIO BONFIM- Certidão de fl.41.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte autora,para manifestar-se ante: A certidão negativa do Sr.Oficial de Justiça de fls.40-verso...deixei de proceder a PENHORA e AVALIAÇÃO dos veículos indicados pela exequente,por motivo de não ter localizado os mesmos e nem obtive informações onde os mesmos podem serem localizados.-Advs. MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO e MARISTELA BUSETTI-.

191. EXECUCAO FISCAL - OUTROS-318/2008-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN x CLODOALDO BATISTA DE OLIVEIRA- Certidão de fl.50.Certifico e dou fé,que encaminho os presentes autos á veiculação a fim de intimar a parte interessada acerca do Laudo de Avaliação de fl.49.-Advs. MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO e DARLON CARMELITO DE OLIVEIRA-.

192. EXECUCAO FISCAL - ESTADO-547/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x EXPRESSO VITORIA DO XINGU LTDA-Despacho de fls. 40. '2. Defiro o requerimento de bloqueio de valores na conta bancária do executado até o limite do crédito exequendo e de seus acessórios. Adote a Escrivania as providências necessárias através do BACEN JUD, após o que será por este juízo confirmado o bloqueio, mediante a utilização de senha exclusiva. 3. Efetuado ou não o bloqueio de valores, certifique-se nos autos e manifestem-se, a seguir, as partes. Intimem-se.' ===>Certidão de fls. 42. 'Certifico que em cumprimento ao r. despacho de fls. 40, não foi bloqueado nenhum valor tendo em vista as informações do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores que junto adiante.' -Adv. LUCIANO MEDEIROS PASA-.

193. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPIO-644/2009-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CASCAVEL/PR x NEW FENIX CONFECCOES LTDA-Despacho de fls. 30. '1. A empresa executada encontra-se inapta. Isso é indício de dissolução irregular, pelo que defiro o redirecionamento do feito em nome dos sócios. 2. Defiro o pedido de inclusão do(s) sócio(s) no pólo passivo da presente ação (fl. 21/23). Proceda-se as anotações necessárias. 3. Após, citem-se os sócios.' ===>Certidão de fls. 30v°. 'Certifico que, deixei de dar cumprimento ao determinado no item 3 do r. despacho retro, tendo em vista que não há endereço fornecido nos autos, sendo que, o pedido de fls. 21/23 refere-se a solicitação de endereço via sistema Bacen Jud.' -Adv. ADOLFO JOSE FRANCIOLI CELINSKI-.

194. CARTA PRECATORIA-0013009-62.2011.8.16.0021-Oriundo da Comarca de CURITIBA - PR - 2ª VARA CIVEL-VALMIR SIMEÃO x EVANDRO ANDRE PIOVESAN e outro-Despacho de fls. 62. 'Ante o retro alegado redesigno para o dia 27/10/2011, às fls. 13:45 horas. Int. e dil. nec.' ===>Fica intimado o procurador judicial do requerido, para efetuar o depósito das diligências do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 74,25 (intimação), conforme determina o Provimento 01/99 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. Guia disponível no Portal do TJ/PR. -Advs. ANA CAROLINA ROHR, ADRIANE TURIN DOS SANTOS e CIRO BRÜNING-.

Cascavel 29 de Setembro de 2011
EDI RONALD ALTHEIA
ESCRIVÃO

# 3ª VARA CÍVEL

**P O D E R J U D I C I A R I O**
**COMARCA DE CASCAVEL / PARANA**
**JUIZ DE DIREITO: DR. FABRICIO PRIOTTO MUSSI**
**CARTORIO DA TERCEIRA VARA CIVEL**

**RELACAO N. 90/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADANI PRIMO TRICHES 0074 001032/2010
0083 002028/2010
0130 000567/2011
ADELINO MARCON 0010 001117/2004
0019 000249/2007
0043 000048/2009
ADILSON MORGADO 0041 001832/2008
ADRIANA GIOVANNI D. E SIL 0010 001117/2004
ADRIANA PEDROSO DOS SANTO 0088 002199/2010
ALBERTO KOPYTOWSKI 0084 002065/2010
ALEX SANDRO SONDA 0034 000732/2008
ALEXANDRE ADACHI 0113 000269/2011
ALEXANDRE BARBOSA DA SILV 0009 000540/2004
ALEXANDRE MORAES GALVAO 0092 002271/2010
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0035 001193/2008
0067 000373/2010
ALINE CARNEIRO DA CUNHA D 0108 000230/2011
ALINE CRISTINA BOND REIS 0104 000187/2011
0112 000268/2011
ALINE PEREIRA DOS SANTOS 0119 000515/2011
AMANDA DO AMARAL SANTI 0023 000727/2007
ANA LUCIA FRANÇA 0049 000843/2009
ANA LUCIA PEREIRA 0070 000552/2010
0077 001523/2010
ANDRE FUSTAINO COSTA 0142 000112/2011
ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANET 0090 002249/2010
ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANET 0107 000219/2011
ANDREA REGINA SCHWENDLER 0069 000452/2010
ANDREIA BELO ROSSO 0089 002216/2010
ANGELA MARINA ARSEGO LEIT 0032 000310/2008
ANNA CAROLINA ARALDI ZACA 0049 000843/2009
ANTONIO CARLOS DE CASTILH 0016 000950/2006
ARLINDO RIALTO JUNIOR 0032 000310/2008
AUGUSTO JOSE BITTENCOURT 0005 000999/2003
0076 001450/2010
BERNARDO DUARTE ALMEIDA F 0057 001855/2009
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0091 002252/2010
0119 000515/2011
BRUNA MISCHIATTI PAGOTTO 0103 000180/2011
CAREN REGINA JAROSZUK 0131 000568/2011
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 0060 002040/2009
0125 000556/2011
CARLA ROBERTA DOS SANTOS 0081 001911/2010
CAROLINA VILLENA GINI 0009 000540/2004
CARY CESAR MONDINI 0066 000366/2010
CASSIANO CESAR DOS SANTOS 0137 000137/2007
CESAR AUGUSTO TERRA 0041 001832/2008
0044 000140/2009
0097 000091/2011
CHARLES PARCHEN 0053 001615/2009
CIBELLE FERRO RAMOS DE PA 0142 000112/2011
CIRLENE LIBRELATO SANTOS 0004 000082/2003
CLAUDIO JOSE ABREU DE FIG 0043 000048/2009
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0029 001616/2007
0036 001211/2008
0060 002040/2009
CRISTIANE DE OLIVEIRA AZI 0057 001855/2009
DANIEL QUAESNER TOLEDO 0098 000099/2011
DANIELE POTRICH LIMA 0084 002065/2010
DEIVIDH VIANEI RAMALHO DE 0114 000290/2011
DIEGO GURGACZ 0069 000452/2010
DIOGENES BERGAMIN DOS SAN 0022 000692/2007
DIORGES CHARLES PASSARINI 0047 000723/2009
DR. ADRIANO DE QUADROS 0080 001875/2010
DR. ADRIANO MUNIZ REBELLO 0138 000138/2007
DR. ALEXANDRE NELSON FERR 0010 001117/2004
DR. ANGELO OVILDO ZANUZO 0011 000087/2005
DR. ANTONIO CARLOS CABRAL 0037 001262/2008
0038 001464/2008
DR. ANTONIO ROBERTO DOS S 0003 000493/2002
DR. ARMANDO LUIZ MARCON 0010 001117/2004
DR. BRAULIO BELINATI GARC 0002 000852/1995
0048 000840/2009
0109 000242/2011
DR. CARLOS A. NOGUEIRA DA 0020 000412/2007
DR. CARLOS AUGUSTO AZEVED 0022 000692/2007
DR. CARLOS VITOR MARANHAO 0057 001855/2009
DR. CARLOS WALTER MOREIRA 0006 000223/2004
DR. CLEBER A. DE LIMA EVA 0118 000507/2011
DR. CRISTIANO J. FERREIRA 0026 001120/2007
DR. DARCI LUIZ MARIN 0037 001262/2008
0038 001464/2008
DR. DOMINGOS BORDIN 0038 001464/2008
DR. DONIZETTI DE OLIVEIRA 0017 001024/2006
DR. EDSON LUIZ AMARAL 0038 001464/2008
DR. EDSON LUIZ MASSARO 0034 000732/2008
DR. EDSON RUBENS ANDRADE 0007 000338/2004
DR. EGIDIO FERNANDO ARGUE 0054 001662/2009
DR. ELCIO LUIZ KOVALHUK 0011 000087/2005
DR. EVERSON OHSIMA PUTINA 0003 000493/2002
DR. FABIANO JOSE BORDIGNO 0002 000852/1995
DR. FLAVIANO BELLINATI GA 0036 001211/2008
DR. GUSTAVO LOMBARDI FERR 0074 001032/2010
DR. GUSTAVO VIANA CAMATA 0051 001383/2009
DR. IGOR FILUS LUDKEVITCH 0006 000223/2004
DR. IVO HENRIQUE BAIRROS 0002 000852/1995
DR. JOAO DOMINGOS TONELLO 0001 000268/1990
0136 000053/2000
DR. JOAO EDMIR DE LIMA PO 0017 001024/2006
DR. JONATHAN MICHELSON ES 0069 000452/2010
DR. JORGE LUIS ZANON 0055 001680/2009
DR. JORGE LUIZ DE MELO 0096 000056/2011
DR. JOSE LEOCADIO L. DOS 0008 000452/2004
0101 000173/2011
DR. JULIANO RICARDO TOLEN 0014 000624/2006
0061 000033/2010
0062 000048/2010
0080 001875/2010
0093 002401/2010
0116 000358/2011
DR. KENNEDY MACHADO 0001 000268/1990
0004 000082/2003
0008 000452/2004
0042 000009/2009
DR. LAURI DA SILVA 0076 001450/2010
DR. LEANDRO DE QUADROS 0014 000624/2006
0061 000033/2010
0062 000048/2010
0085 002140/2010
0093 002401/2010
0110 000243/2011
0111 000247/2011
0116 000358/2011
0120 000530/2011
DR. LEONARDO KOVARA BOARE 0075 001142/2010
DR. LINO MASSAYUKI ITO 0024 001021/2007
0040 001826/2008
0065 000272/2010
DR. LOTHARIO HERMES KOBER 0003 000493/2002
DR. LUCIANO BRAGA CORTES 0012 000895/2005
DR. LUIS FERNANDO DIETRIC 0031 000160/2008
DR. LUIS FERNANDO MOSER 0045 000361/2009
0121 000533/2011
DR. LUIZ GUSTAVO LOPES FE 0007 000338/2004
DR. MARCELO BARZOTTO 0063 000167/2010
DR. MARCELO HONJO 0004 000082/2003
DR. MARCELO ZACHARIAS 0007 000338/2004
DR. MARCIO ANTONIO SASSO 0021 000488/2007
0050 001221/2009
DR. MARCIO ROGERIO DE POL 0091 002252/2010
DR. MARCO ANDRE S. BACELA 0019 000249/2007
DR. MARCO DENILSON MEULAM 0056 001739/2009
DR. MARCOS ROBERTO DE SOU 0114 000290/2011
DR. MARCOS RODRIGUES DA M 0024 001021/2007
0065 000272/2010
DR. MAURICIO IZZO LOSCO 0031 000160/2008
DR. MIGUEL LUCIANO PEZZIN 0019 000249/2007
DR. MILTON LUIZ CLEVE KUS 0017 001024/2006
0047 000723/2009
0113 000269/2011
DR. NEWTON DORNELES SARAT 0094 002466/2010
DR. NILTON LUIZ ANDRASCHK 0022 000692/2007
0025 001109/2007
DR. OLIDES BERTICELLI 0073 000828/2010
DR. OLIMPIO MARCELO PICOL 0059 002035/2009
DR. OMAR SFAIR 0037 001262/2008
0038 001464/2008
DR. ORIVAL CORREA DE SIQU 0010 001117/2004
DR. OSCAR JOAO MUGNOL 0057 001855/2009
DR. OSMAR MARGARIDO DOS S 0031 000160/2008
DR. OTHELO DILON CASTILHO 0001 000268/1990
DR. RAFAEL AUGUSTO SILVA 0141 000143/2008
DR. RAFAEL BARONI 0007 000338/2004
0032 000310/2008
DR. REINALDO MIRICO ARONI 0053 001615/2009
0064 000268/2010
0068 000389/2010
0103 000180/2011
DR. RICARDO ZANLORENZI CE 0044 000140/2009
DR. ROBSON ADRIANO DE OLI 0010 001117/2004
DR. RODRIGO SILVESTRI MAR 0017 001024/2006
DR. ROGERIO PETRONILHO 0032 000310/2008
DR. RONALDO NESVES DE MOU 0092 002271/2010
DR. RUI DA FONSECA 0044 000140/2009
DR. SHEALTIEL L. PEREIRA 0015 000781/2006
DR. VAGNER MARCEL BOER 0059 002035/2009
DR. VILMAR COZER 0071 000744/2010
DR. VINICIUS ALEXANDRE GO 0005 000999/2003

DR. ZELINDO TIBOLA 0094 002466/2010
DRA. ANA PAULA FINGER MAS 0093 002401/2010
DRA. ANDREA HERTEL MALUCE 0078 001528/2010
DRA. CAMILLA PASQUAL 0016 000950/2006
DRA. CHRISTIANE MASSARO L 0007 000338/2004
DRA. CLAUDIA DENARDIN DON 0011 000087/2005
DRA. CRISTIANE AGATTI STA 0037 001262/2008
0038 001464/2008
DRA. DANIELA BENES SENHOR 0069 000452/2010
DRA. ELOA REGINA B. RAMOS 0009 000540/2004
DRA. FERNANDA CRISTINA PA 0021 000488/2007
DRA. FLAVIA GOTARDO SEIDE 0028 001512/2007
DRA. GIANI LANZARINI DA R 0050 001221/2009
DRA. GIOVANA CHRISTIE FAV 0048 000840/2009
DRA. HELEN CARNEIRO SOMAV 0018 000170/2007
DRA. JULIANE BUBLITZ FERR 0010 001117/2004
DRA. KATIA V. BORILLE BUS 0033 000524/2008
DRA. LUCIANA CARLA SUTILE 0034 000732/2008
DRA. LUCIANA SEZANOWSKI M 0039 001511/2008
DRA. LYSLAINE C. DE MOURA 0043 000048/2009
DRA. MARCIA LORENI GUND 0013 000215/2006
0014 000624/2006
0015 000781/2006
0021 000488/2007
0055 001680/2009
0068 000389/2010
0111 000247/2011
DRA. MARIBEL ANDRADE DE O 0094 002466/2010
DRA. MONICA DALMOLIN 0021 000488/2007
DRA. NADIA CARENINA P. TA 0004 000082/2003
DRA. NADIA MAZUREK 0095 000048/2011
0104 000187/2011
DRA. PATRICIA EINHARDT ME 0056 001739/2009
DRA. RENATA PEREIRA C. DE 0028 001512/2007
DRA. ROMARA COSTA BORGES 0039 001511/2008
DRA. ROSANE MARQUES DE SO 0042 000009/2009
DRA. SCHEILA PRISCILA QUI 0134 000808/2011
DRA. SIMONE M. S. MONTEIR 0050 001221/2009
DRA. TANIA C. DE PAULA SO 0129 000565/2011
DRA. TANIA CRISTINA DE P. 0095 000048/2011
DRA. TANIA MARA FERRES 0007 000338/2004
DRA. TATIANA PIASECKI KAM 0015 000781/2006
0020 000412/2007
DRA. TATIANA VALESCA VROB 0090 002249/2010
0107 000219/2011
DRA. TEREZINHA NEIDI ANSE 0059 002035/2009
DRA. THAIANNA KLAIME 0059 002035/2009
DRA. VALERIA CARAMURU CIC 0010 001117/2004
DRA. VANIA REGINA M. LUDK 0006 000223/2004
DRA. VERONICA M. RATUCHEN 0003 000493/2002
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 0018 000170/2007
0078 001528/2010
EDUARDO LUIZ BUSSATTA 0086 002162/2010
0118 000507/2011
0136 000053/2000
0140 000047/2008
EGÍDIO FERNANDO ARGUELLO 0099 000102/2011
0106 000215/2011
0108 000230/2011
ELIANE APARECIDA DA COSTA 0135 000824/2011
0139 000853/2007
ELISA MARIA LOSS MEDEIROS 0083 002028/2010
ELVIS BITTENCOURT 0005 000999/2003
0076 001450/2010
EMERSON ALFREDO F. DE AGU 0003 000493/2002
0076 001450/2010
EMERSON LAUTENSCHLAGER SA 0060 002040/2009
EMMELINE MOURA COSTA 0092 002271/2010
ERIKA SHIMAKOISHI 0099 000102/2011
EVANDRO LUIZ CONTERNO 0069 000452/2010
FABIANO PAULO CONSTANTINI 0047 000723/2009
FABIO PALAVER 0101 000173/2011
FABRICIO ROGERIO BECEGATO 0052 001600/2009
0059 002035/2009
FELIPE TURNES FERRARINI 0049 000843/2009
FELIZ GURGACZ JUNIOR 0074 001032/2010
0130 000567/2011
FERNANDA FORTUNATO MAFRA 0010 001117/2004
FERNANDO ARIOSTO SOUZA SI 0074 001032/2010
FERNANDO AUGUSTO OGURA 0094 002466/2010
FERNANDO MORO 0084 002065/2010
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 0105 000198/2011
FLAVIO SANTANA VALGAS 0060 002040/2009
FLAVIO SANTANNA VALGAS 0029 001616/2007
FRANCIELO BINSFELD 0079 001613/2010
GEORGEA VANESSA GAIOSKI 0113 000269/2011
GERSON LUIZ ARMILIATO 0056 001739/2009
0117 000487/2011
0119 000515/2011
0122 000541/2011
0123 000544/2011
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0032 000310/2008
0105 000198/2011
GIANNI DIAS AGUILLAR NOGU 0069 000452/2010
GILBERTO STINGLIN LOTH 0041 001832/2008
0044 000140/2009
GILCEO JAIR KLEIN 0045 000361/2009
GIOVANA LAZARIN BAVARESCO 0113 000269/2011
GIOVANI GIONEDIS 0051 001383/2009
GUILHERME JOSE CARLOS DA 0043 000048/2009
GUILHERME MARTINS HOFFMAN 0140 000047/2008
0141 000143/2008
HARYSSON ROBERTO TRES 0126 000559/2011
HELOISA GONÇALVES ROCHA 0001 000268/1990
HERICK PAVIN 0031 000160/2008
0100 000127/2011
HIGOR O. FAGUNDES 0128 000563/2011
IGOR FERLIN 0080 001875/2010
ISABEL CRISTINA SPODE FLO 0027 001257/2007
JACKSON MAFFESSONI 0021 000488/2007
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0032 000310/2008
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0032 000310/2008
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0046 000540/2009
0105 000198/2011
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0013 000215/2006
0014 000624/2006
0015 000781/2006
0021 000488/2007
0050 001221/2009
0051 001383/2009
0053 001615/2009
0055 001680/2009
0068 000389/2010
0091 002252/2010
0109 000242/2011
0110 000243/2011
0111 000247/2011
JAKELINE FERNANDES STEFAN 0032 000310/2008
JANAINA MOSCATTO ORSINI 0109 000242/2011
JANDIR SCHMITT 0054 001662/2009
0100 000127/2011
0107 000219/2011
0132 000575/2011
JANE MARIA VOISKI PRONER 0081 001911/2010
0115 000294/2011
0124 000552/2011
JOANNI APARECIDA HENRICHS 0052 001600/2009
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0041 001832/2008
0044 000140/2009
0097 000091/2011
JORGE ANDRE RITZMANN DE O 0073 000828/2010
JOSE ALBERTO DIETRICH FIL 0023 000727/2007
JOSE FERNANDO VIALLE 0033 000524/2008
0058 001918/2009
JOSLAINE MONTANHEIRO ALCA 0073 000828/2010
JOSÉ AUGUSTO PEDROSO 0052 001600/2009
JOÃO LUIZ CUNHA DOS SANTO 0095 000048/2011
JOÃO SILVA DOS SANTOS 0135 000824/2011
JULIANA DA COSTA MENDES 0121 000533/2011
JULIANA MUGNOL 0057 001855/2009
JULIANO CONTE 0052 001600/2009
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 0018 000170/2007
0078 001528/2010
JULIANO RICARDO TOLENTINO 0085 002140/2010
0110 000243/2011
0111 000247/2011
0120 000530/2011
JULIANO SIQUEIRA DE OLIVE 0074 001032/2010
JULIO CESAR DALMOLIN 0013 000215/2006
0014 000624/2006
0015 000781/2006
0021 000488/2007
0050 001221/2009
0051 001383/2009
0053 001615/2009
0055 001680/2009
0068 000389/2010
0109 000242/2011
0110 000243/2011
0111 000247/2011
JULIO CÉSAR HENRICHS 0052 001600/2009
JURACI ANTONIO BORTOLOTTO 0007 000338/2004
KARIN LOIZE H. MUSSI BERS 0099 000102/2011
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0066 000366/2010
KEYLA MONQUERO 0002 000852/1995
KLEBER DE OLIVEIRA 0010 001117/2004
0019 000249/2007
0043 000048/2009
LARISSA ELIDA SASS 0050 001221/2009
LEANDRO DE OLIVEIRA 0022 000692/2007
0025 001109/2007
LEANDRO PIEREZAN 0079 001613/2010
LEONARDO PARZIANELLO 0133 000668/2011
LUCIANA MARTINS ZUCOLI 0091 002252/2010
LUCIANO DE ALMEIDA GONÇAL 0088 002199/2010
LUCIANO PEREIRA VIEIRA 0043 000048/2009
LUILSON FELIPE GONÇALVES 0085 002140/2010
0090 002249/2010
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0011 000087/2005
LUIZ ALEXANDRE G. DO AMAR 0005 000999/2003
LUIZ ASSI 0064 000268/2010
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0001 000268/1990
0013 000215/2006
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0032 000310/2008
0046 000540/2009
0105 000198/2011
LUIZ HENRIQUE SALADINI 0046 000540/2009
LUIZ PAULO WILLE 0016 000950/2006

MARCELA SPINELLA DE OLIVE 0067 000373/2010
MARCELLE GUIMARÃES DA MAT 0086 002162/2010
MARCELO AUGUSTO DE SOUZA 0081 001911/2010
0115 000294/2011
0124 000552/2011
MARCELO LOCATELLI 0029 001616/2007
0036 001211/2008
MARCELO LOPES VALENTE 0023 000727/2007
MARCIA CRISTINA VAZ 0066 000366/2010
MARCIA DA SILVA CAVALCANT 0042 000009/2009
MARCIA L. GUND 0050 001221/2009
0051 001383/2009
0091 002252/2010
0109 000242/2011
0110 000243/2011
MARCIA SATIL PARREIRA 0104 000187/2011
MARCIO ALEXANDRE CAVENAGU 0017 001024/2006
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0018 000170/2007
0078 001528/2010
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0002 000852/1995
0048 000840/2009
0119 000515/2011
MARCO ANTONIO BARZOTTO 0056 001739/2009
0117 000487/2011
0119 000515/2011
0122 000541/2011
0123 000544/2011
MARCOS AURELIO CIELLO 0057 001855/2009
0071 000744/2010
MARCOS VINICIUS BOSCHIROL 0007 000338/2004
0021 000488/2007
0026 001120/2007
0080 001875/2010
MARIA DE CASSIA CESAR NOV 0142 000112/2011
MARIA DEL CARMEN SANCHES 0100 000127/2011
MARIA LUCILIA GOMES 0082 001972/2010
MARIANA CRISTINA SCORSIN 0049 000843/2009
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0108 000230/2011
MARISTELA BUSETTI 0139 000853/2007
MATHEUS DIACOV 0035 001193/2008
MAURO JOVANI DUARTE 0127 000561/2011
MILKEN JACQUELINE C. JACO 0125 000556/2011
MILKEN JACQUELINE CENERIN 0060 002040/2009
MILTON MACHADO 0052 001600/2009
MOISES VALERIO GHINELLI 0077 001523/2010
MONICA CRISTINA BIZINELI 0047 000723/2009
MONICA PIMENTEL DE SOUZA 0137 000137/2007
0138 000138/2007
MÁRCIA L. GUND 0053 001615/2009
NATALIA RIETH 0030 001721/2007
NELSON PASCHOALOTTO 0070 000552/2010
0077 001523/2010
NELSON PILLA FILHO 0001 000268/1990
NERI RODRIGUES DA SILVA 0098 000099/2011
NESTOR VALDO VISINTIN 0094 002466/2010
OCTAMYR JOSE TELLES DE AN 0104 000187/2011
PASCOAL MUZELI NETO 0074 001032/2010
0083 002028/2010
0130 000567/2011
PATRICIA FRANCISCO DE SOU 0076 001450/2010
PATRICIA MARA GUIMARAES 0058 001918/2009
PATRICIA PAZOS VILAS BOAS 0090 002249/2010
0103 000180/2011
PATRÍCIA KARINA DA SILVA 0094 002466/2010
PAULA KUSTER ANDRIATA 0017 001024/2006
PAULO GIOVANI FORNAZARI 0023 000727/2007
PAULO ROBERTO PEGORARO JU 0019 000249/2007
RAFAEL SARTORI ALVARES 0013 000215/2006
RAFAEL VINICIUS MASSIGNAN 0007 000338/2004
REGINA DE SOUZA PREUSSLER 0068 000389/2010
REGINA MARIA TONNI MUGNOL 0057 001855/2009
REGIS PANIZZON ALVES 0076 001450/2010
RICARDO FERREIRA DA SILVA 0011 000087/2005
RICARDO J. CARNIELETTO 0069 000452/2010
RICARDO LASMAR SODRE 0104 000187/2011
RICARDO RUH 0035 001193/2008
RITA DE CASSIA RIBAS TAQU 0086 002162/2010
ROBERTA NALEPA 0066 000366/2010
RODRIGO GARCIA BASTOS 0021 000488/2007
RODRIGO RUH 0035 001193/2008
RODRIGO TESSER 0025 001109/2007
ROGERIO AUGUSTO DA SILVA 0054 001662/2009
0087 002174/2010
0099 000102/2011
0102 000178/2011
0103 000180/2011
0105 000198/2011
0106 000215/2011
0108 000230/2011
ROSSANA DO NASCIMENTO SCH 0016 000950/2006
SAMANTHA BEATRIZ FRACAROL 0054 001662/2009
0099 000102/2011
SANI CRISTINA GUIMARAES 0021 000488/2007
SERGIO BOND REIS 0104 000187/2011
0112 000268/2011
SERGIO RICARDO TINOCO 0128 000563/2011
SERGIO SCHULZE 0066 000366/2010
0090 002249/2010
0107 000219/2011
SHIRLEY NUNES 0133 000668/2011
SILMARA STROPARO 0085 002140/2010
0090 002249/2010
SILVANA ZAVODINI VANZ 0058 001918/2009
SILVANO FERREIRA DA ROCHA 0049 000843/2009
SOLANGE DA SILVA MACHADO 0113 000269/2011
TACIO DE MELO DO AMARAL C 0072 000764/2010
TANIA ELIZA MACIEL ALVES 0085 002140/2010
0090 002249/2010
TATIANE APARECIDA LANGE 0096 000056/2011
TATIANE MUNCINELLI 0105 000198/2011
TERESINHA DEPUBEL DANTAS 0024 001021/2007
THIAGO SALVATTI 0004 000082/2003
TIAGO JOSE WLADYKA 0084 002065/2010
TRAJANO B. DE OLIVEIRA NE 0113 000269/2011
URSULA ERNLUND SALAVERRY 0119 000515/2011
VERGILIO SILIPRANDI 0021 000488/2007
VERGINIA BERNARDO JORGE P 0074 001032/2010
VITOR AUGUSTO DE SOUZA BA 0006 000223/2004
WALTER JONES RODRIGUES FE 0092 002271/2010
WANDERLEIA PEREIRA GOMES 0029 001616/2007
0138 000138/2007
WERNER AUMANN 0021 000488/2007
0050 001221/2009

1. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0000051-79.1990.8.16.0021-BANCO DO BRASIL S/A x FERTIBOM AGRICOLAS LTDA e outros-DESPACHO DIGITAL==>1. Com lançamento de baixa exclusivamente no boletim mensal (CN, item 5.8.12), arquivem-se provisoriamente estes autos, onde aguardarão a iniciativa da parte credora (CPC, art. 791, inc. III).2. Intimem-se.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais).====>Vista as partes da resposta do oficio de fls. 289. (art. 162, paragrafo 4º doCPC). -Advs. do Exequente DR. OTHELO DILON CASTILHOS, DR. KENNEDY MACHADO, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, HELOISA GONÇALVES ROCHA e NELSON PILLA FILHO e Adv. do Executado DR. JOAO DOMINGOS TONELLO-.

2. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-852/1995-BANCO ITAU S/A x LUZE ALIMENTOS LTDA e outros- ...2. Decorrido o prazo, sem manifestação, intime-se a parte para dar andamento ao processo, advertindo-se-a de que o processo permanecerá em Cartório por (06) seis meses, e depois será arquivado.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais).
-Advs. do Requerente DR. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, DR. FABIANO JOSE BORDIGNON, DR. IVO HENRIQUE BAIRROS e KEYLA MONQUERO-.

3. REPA. DE DANOS - RITO SUMARIO-493/2002-DANIEL DIAS GUSMAO e outro x MUNICIPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND e outro- Intimação da parte interessada, para comprovar a distribuição da carta precatória, e/ou informar sobre o seu andamento. (art. 162, § 4º do CPC).-Adv. do Requerente EMERSON ALFREDO F. DE AGUIAR e Advs. do Requerido DR. ANTONIO ROBERTO DOS SANTOS, DR. LOTHARIO HERMES KOBER, DR. EVERSON OHSIMA PUTINATTI e DRA. VERONICA M. RATUCHENEI-.

4. DECL.C/TUT.ANTECIPADA-SUMARIO-0003066-36.2002.8.16.0021-JOSE DE PAULA SILVA e outros x MUNICIPIO DE CASCAVEL - PR- Vista aos autores da impugnaçao pelo reu MUNICIPIO fls. 545 do pedido de complementaçao do deposito de fls. 536/537, prazo de 10 dias.(art. 162, § 4º do CPC).-Advs. do Autor DR. MARCELO HONJO e THIAGO SALVATTI e Advs. do Reu CIRLENE LIBRELATO SANTOS, DRA. NADIA CARENINA P. TANIGUTI e DR. KENNEDY MACHADO-.

5. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-999/2003-CLASSIS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA x CORBEC COMERCIO DE MADEIRAS E TRANSPORTES LTDA- Intimação da parte interessada, para comprovar a distribuição da carta precatória, e/ou informar sobre o seu andamento. (art. 162, § 4º do CPC).
-Advs. do Exequente DR. VINICIUS ALEXANDRE GODOY, ELVIS BITTENCOURT e AUGUSTO JOSE BITTENCOURT e Adv. do Executado LUIZ ALEXANDRE G. DO AMARAL-.

6. ACAO MONITORIA-223/2004-CAPEMI-CAIXA DE PECULIOS PENSOES E MONTEPIOS x PAULO RIOS DE LIMA e outro-Vista a parte credora, da certidao de fls. 155 verso.(artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente VITOR AUGUSTO DE SOUZA BAPTISTA, DR. IGOR FILUS LUDKEVITCH e DRA. VANIA REGINA M. LUDKEVITCH e Adv. do Requerido DR. CARLOS WALTER MOREIRA-.

7. INDENIZACAO - RITO SUMARIO-338/2004-EVANDRO ROGERIO ROMAN x COMERCIAL DESTRO LTDA e outro-Termo de penhora lavrado as fls.558, intimaçao de devedor para oferecimento de impugnaçao no prazo de 15 dias. (artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente DR. EDSON RUBENS ANDRADE e DRA. TANIA MARA FERRES e Advs. do Requerido MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI, DRA. CHRISTIANE MASSARO LOHMANN, JURACI ANTONIO BORTOLOTTO, DR. LUIZ GUSTAVO LOPES FERIANI, DR. MARCELO ZACHARIAS, DR. RAFAEL BARONI e RAFAEL VINICIUS MASSIGNANI-.

8. EMBARGOS A EXECUCAO SENTENCA-452/2004-MUNICIPIO DE CASCAVEL - PR x ANTONIO URSOLINO DOS SANTOS e outros-DESPACHO DIGITAL==>O feito prossegue apenas para a cobrança das custas adiantadas pelo embargante.Ocorre que aos embargados foi concedido a AJG, benefício ainda não revogado.Assim, suspendo o cumprimento da sentença em relação a eles, no que se refere às custas, até que sobrevenha a revogação do benefício.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Adv. do Requerente DR. KENNEDY MACHADO e Adv. do Requerido DR. JOSE LEOCADIO L. DOS SANTOS-.

9. INDEN.P/DANO MATERIAL E MORAL-540/2004-MARIA CLEIDE MENEZES x ESTADO DO PARANA-Vista as partes dos oficios de fls.398, 400/403. (art. 162, paragrafo 4º doCPC). -Adv. do Requerente DRA. ELOA REGINA B. RAMOS PINTO e Advs. do Requerido ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA e CAROLINA VILLENA GINI-.

10. EXECUCAO-1117/2004-BANCO BANESTADO S/A x BENJAMIN LUPATINI e outro- Vista as partes, para se manifestarem a respeito do prosseguimento do feito, ante o decurso do prazo de suspensao. (art. 162, paragafo 4º do CPC).
-Advs. do Requerente DR. ARMANDO LUIZ MARCON, ADELINO MARCON, KLEBER DE OLIVEIRA, DR. ALEXANDRE NELSON FERRAZ, DRA. VALERIA CARAMURU CICARELLI, DR. ROBSON ADRIANO DE OLIVEIRA, FERNANDA FORTUNATO MAFRA e ADRIANA GIOVANNI D. E SILVA e Advs. do Requerido DR. ORIVAL CORREA DE SIQUEIRA JR. e DRA. JULIANE BUBLITZ FERREIRA-.

11. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-87/2005-UNIBANCO - AIG SEGUROS S/A x GILMAR PEREIRA SERRA PINTO-Intimação do executado-credor para dar prosseguimento ao feito. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Exequente DRA. CLAUDIA DENARDIN DONA, DR. ANGELO OVILDO ZANUZO DENARDIN, LUIS OSCAR SIX BOTTON e DR. ELCIO LUIZ KOVALHUK e Adv. do Executado RICARDO FERREIRA DA SILVA-.

12. RESCISAO DE CONTRATO-895/2005-IRLEI MARIA SAROLLI PREISNER e outro x CLAUDIO VENDRUSCOLO- Vista ao autor da informacao de fls.98, pelo Sr. Contador Judicial. (art.162, paragrafo 4º do CPC).-Adv. do Requerente DR. LUCIANO BRAGA CORTES-.

13. REVISAO DE CONTRATO C/TUT-SUM-215/2006-WILMA BERNAL SILVA BERTOGLIO x BANCO SUDAMERIS BRASIL S.A-Ante o transito em julgado da sentenca retro, digam os interessados, em (30) trinta dias. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Autor JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN e DRA. MARCIA LORENI GUND e Advs. do Reu RAFAEL SARTORI ALVARES e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

14. PRESTACAO DE CONTAS-624/2006-ELISEBETE MARIA HEIDRICH DA SILVA e outro x BRADESCO LEASING S/A-ARENDAMENTO MERCANTIL-Vista as partes da juntada de fls.815/920, pelo Sr. Perito, do laudo pericial complementar.Prazo de dez (10) dias. (art. 162, paragrafo 4º, do CPC). . -Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN e DRA. MARCIA LORENI GUND e Advs. do Requerido DR. JULIANO RICARDO TOLENTINO e DR. LEANDRO DE QUADROS-.

15. PRESTACAO DE CONTAS-781/2006-IVO CEZIMBRA CEZAR x BANCO ITAU S/A-Vista a parte autora, da certidao de fls.315 verso. (artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN e DRA. MARCIA LORENI GUND e Advs. do Requerido DRA. TATIANA PIASECKI KAMINSKI e DR. SHEALTIEL L. PEREIRA FILHO-.

16. OBRIGACAO DE FAZER-0012072-28.2006.8.16.0021-APARECIDO CLARO DE SOUZA x MAURI CHAVES e outro-Vista as partes para ciência do retorno dos autos e V. Acordão. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente ROSSANA DO NASCIMENTO SCHREINER, LUIZ PAULO WILLE e DRA. CAMILLA PASQUAL e Adv. do Requerido ANTONIO CARLOS DE CASTILHO-.

17. REPA. DE DANOS - RITO SUMARIO-1024/2006-ADEMAR RIBEIRO x JOACI BEZERRA DE MEDEIROS e outro- 1.Intime-se o perito para se manifestar sobre contradiçao alegada pelos reus as fls. 217/218. 2.Designo audiencia de instruçao e julgamento para o dia 1º/11/2011 as 14:00 horas, oportunidade em que serao tomados os depoimentos pessoais das partes e ouvidas as testemunhas arroladas (fls.12, itens 1,2 e 3), cumpridas as diligencias necessarias 3. Depreque-se a inquiriçao das testemunhas as fls. 12, item 4, e fls. 95, salvo se os advogados das partes quiserem traze-las para serem ouvidas nesta Comarca. Intimem-se.=====>Oficio ARMP a disposição do autor e do reu, mediante o preparo das despesas de expedição/despesas postais no valor de R$ 34,40 cada oficio (R$ 9,40 expedição e R$ 25,00 despesas postais), em Cartório para cumprimento.-Adv. do Requerente DR. DONIZETTI DE OLIVEIRA, Advs. do Requerido DR. JOAO EDMIR DE LIMA PORTELA e DR. RODRIGO SILVESTRI MARCONDES e Advs. de Terceiro DR. MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, MARCIO ALEXANDRE CAVENAGUE e PAULA KUSTER ANDRIATA-.

18. ACAO DE DEPOSITO-170/2007-BANCO ITAU S/A x REGISON LUIZ RIBEIRO DE ARAUJO-Vista ao credor, da certidao de fls.104 verso. (artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente JULIANO MIQUELETTI SONCIN, MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA e Adv. do Requerido DRA. HELEN CARNEIRO SOMAVILLA-.

19. INDENIZACAO - RITO ORDINARIO-249/2007-EDSON DARLAN RODRIGUES e outro x RUBEN ALBURQUERQUE DE OLIVEIRA e outro-Intimação das partes da certidao de fls. 217, bem como para diligenciarem junto ao perito as respostas dos quesitos solicitados, prazo de 30 dias. (art. 162, § 4º do CPC). -Adv. do Requerente DR. MIGUEL LUCIANO PEZZINI e Advs. do Requerido ADELINO MARCON, KLEBER DE OLIVEIRA, PAULO ROBERTO PEGORARO JUNIOR e DR. MARCO ANDRE S. BACELAR-.

20. PRESTACAO DE CONTAS-412/2007-JOSE VALDENIR BARTINIK x BANCO ITAU S/A-Vista a parte credora, da certidao de fls.91.(artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Adv. do Requerente DR. CARLOS A. NOGUEIRA DA SILVA e Adv. do Requerido DRA. TATIANA PIASECKI KAMINSKI-.

21. DECLARATORIA - RITO SUMARIO-488/2007-VANDIR LOTARIO KINDLER x BANCO DO BRASIL S/A e outro-Intimação da parte autora da juntada de deposito de fls. 249/250. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Autor JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN, DRA. MARCIA LORENI GUND, DRA. MONICA DALMOLIN e VERGILIO SILIPRANDI e Advs. do Reu DR. MARCIO ANTONIO SASSO, WERNER AUMANN, MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI, SANI CRISTINA GUIMARAES, DRA. FERNANDA CRISTINA PARZIANELLO, JACKSON MAFFESSONI e RODRIGO GARCIA BASTOS-.

22. ACAO MONITORIA-0014639-95.2007.8.16.0021-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x ITACIL COSTA-Vista ao embargante, da juntada de documentos de fls. 107/116. (art. 398 CPC). (artigo 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente DR. NILTON LUIZ ANDRASCHKO e LEANDRO DE OLIVEIRA e Advs. do Requerido DIOGENES BERGAMIN DOS SANTOS e DR. CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SILVA-.

23. ANULACAO DE NEGOCIO JURIDICO-727/2007-ROBERTO MOCELIN E CIA LTDA x EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA- DESPACHO DIGITAL==>1. Encerrada a fase de instrução o feito será julgado.2. Faculto as partes, no prazo sucessivo de 20 dias, para que apresentem, querendo, seus memoriais com suas alegações finais.3. Após, voltem conclusos para sentença.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente PAULO GIOVANI FORNAZARI e JOSE ALBERTO DIETRICH FILHO e Advs. do Requerido MARCELO LOPES VALENTE e AMANDA DO AMARAL SANTI-.

24. ACAO MONITORIA-0014661-56.2007.8.16.0021-UNIPAR - UNIVERSIDADE PARANAENSE x VILMA PEREIRA DE MACEDO ALENCAR e outro-Vista a parte autora, da certidao de fls.73 verso. (artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente DR. LINO MASSAYUKI ITO e DR. MARCOS RODRIGUES DA MATA e Adv. do Requerido TERESINHA DEPUBEL DANTAS-.

25. ACAO MONITORIA-0014684-02.2007.8.16.0021-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x GLOBAL WEST LTDA e outro-Intimação do credor do pedido de fls. 99/100. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente DR. NILTON LUIZ ANDRASCHKO e LEANDRO DE OLIVEIRA e Adv. do Requerido RODRIGO TESSER-.

26. COBRANCA-1120/2007-BANCO DO BRASIL S/A x NILTO LEANDRO DE MORAES & CIA LTDA e outros-Ante o transito em julgado da sentenca retro, digam os interessados, em (30) trinta dias. (art. 162, § 4º do CPC). -Adv. do Requerente MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI e Adv. do Requerido DR. CRISTIANO J. FERREIRA-.

27. INDENIZACAO POR DANO MORAL-1257/2007-ESPOLIO DE FRANCISCO ALVES DE ANDRADE x BANCO DO BRASIL S/A-Ante o transito em julgado da sentenca retro, digam os interessados, em (30) trinta dias. (art. 162, § 4º do CPC). -Adv. do Requerente ISABEL CRISTINA SPODE FLORES-.

28. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-1512/2007-BANCO FINASA S/A x ZEFIEL GUEDES DA SILVA-Vista as partes da resposta do oficio de fls. 56/61 (art. 162, paragrafo 4º doCPC). -Advs. do Requerente DRA. RENATA PEREIRA C. DE OLIVEIRA e DRA. FLAVIA GOTARDO SEIDEL-.

29. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0014706-60.2007.8.16.0021-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA x JOAO AMAURI DE OLIVEIRA-DESPACHO DIGITAL==>1. Defiro o pedido de fls. 96.Retifique-se a autuação e anote-se junto ao Cartório Distribuidor.2. Dê-se vistas aos novos procuradores do autor, pelo prazo de (10) dez dias.3. Não havendo interesse em prosseguir com a execução de sentença, ARQUIVE-SE.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente MARCELO LOCATELLI, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES e FLAVIO SANTANNA VALGAS e Adv. do Requerido WANDERLEIA PEREIRA GOMES-.

30. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-1721/2007-MULLER COMERCIAL INDUSTRIAL LTDA x ROLPEMA ROLAMENTOS E PEÇAS AGRICOLAS LTDA-DESPACHO DIGITAL==>1. Defiro o pedido de fls. 122/126 pelo exequente.Intime-se o executado para que indique bens possíveis de serem penhorados para garantia do débito.2. Após, voltem para demais deliberações. ====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Adv. do Exequente NATALIA RIETH-.

31. REPETICAO DE INDEBITO-0016544-04.2008.8.16.0021-EZIRO MUROFUSE x BANCO ABN AMRO REAL S/A-DESPACHO DIGITAL==>1. Recebo os recursos de apelação interpostos pelo réu às fls. 88/100 e pelo autor às fls. 101/119, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. 2. Vista as partes contrárias, para responderem, querendo, no prazo legal.3. Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça, com as cautelas de estilo.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Adv. do Requerente DR. OSMAR MARGARIDO DOS SANTOS e Advs. do Requerido DR. LUIS FERNANDO DIETRICH, HERICK PAVIN e DR. MAURICIO IZZO LOSCO-.

32. COB. C/DANOS MORAIS - RIT.ORD-0016267-85.2008.8.16.0021-EDSON MOREIRA MACHADO x HSBC SEGUROS S/A-DESPACHO DIGITAL==>1. Em face da manifestação de fls. 165, pelo Sr. Perito nomeado, indefiro o pedido de fls. 151/152.2. Intime-se a ré/seguradora para que efetue o pagamento dos honorários periciais arbitrados fls. 157.3. Em seguida, dê-se vista ao Sr. Perito para a designação de data e horário, informando a este Juízo.Int.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente DR. ROGERIO PETRONILHO e JAKELINE FERNANDES STEFANELLO e Advs. do Requerido ANGELA MARINA ARSEGO LEITE, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, DR. RAFAEL BARONI, ARLINDO RIALTO JUNIOR, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA-.

33. EXECUCAO-0017408-42.2008.8.16.0021-DEBELLA E GIORDANI LTDA - ME x TMD - CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA- Vista as partes da juntada da Carta Precatória de fls. 62/104.(artigo 162, § 4º, do CPC).Advs. do Requerente JOSE FERNANDO VIALLE e DRA. KATIA V. BORILLE BUSETTI-.

34. INVENTARIO-0017455-16.2008.8.16.0021-IONE MARIA BOTTINI e outros x VIDOMAR ALBANO GOTARDO-DESPACHO DIGITAL==>1. Intime-se a inventariante para se manifestar e dizer como será efetuada a partilha dos bens.2. Apresentada a partilha, tome-se por termo.3. Voltem para homologação. ====>(a

versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente ALEX SANDRO SONDA, DRA. LUCIANA CARLA SUTILE e DR. EDSON LUIZ MASSARO-.

35. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0016360-48.2008.8.16.0021-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS AMÉRICA MULTICARTEIRA x EYSAQUE DE ALMEIDA-Vista ao autor da certidao de fls. 70, positiva no bloqueio pelo sistema RENAJUD. (Art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente ALEXANDRE NELSON FERRAZ, MATHEUS DIACOV, RODRIGO RUH e RICARDO RUH-.

36. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0017419-71.2008.8.16.0021-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x NADIR DE FATIMA PETROW PONTES-Intime-se a parte para dar andamento ao processo, advertindo-se-a de que o processo permanecerá em Cartório por mais (06) seis meses, e após será arquivado provisoriamente, independentemente de nova intimação. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente MARCELO LOCATELLI, DR. FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

37. COBRANCA - RITO SUMARIO-0016373-47.2008.8.16.0021-CLEMENTE RIBEIRO DA COSTA x DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO PARANA-DESPACHO DIGITAL==>1. Recebo igualmente o recurso de apelação interposto pelo réu às fls. 229/235, em seus efeitos devolutivo e suspensivo.2. Vista ao autor, para responder, querendo, no prazo legal.3. Prossiga-se em cumprimento aos itens 3 e 4 do despacho de fls. 256.

====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente DR. DARCI LUIZ MARIN, DR. OMAR SFAIR e DRA. CRISTIANE AGATTI STANOGA e Adv. do Requerido DR. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ-.

38. COBRANCA - RITO SUMARIO-0016400-30.2008.8.16.0021-EDSON CARLOS FREDERICO x DER - DEP.DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PR-DESPACHO DIGITAL==>1. Recebo igualmente o recurso de apelação interposto pelo réu às fls. 244/250, em seus efeitos devolutivo e suspensivo.2. Vista ao autor, para responder, querendo, no prazo legal.

3. Prossiga-se em cumprimento aos itens 3 e 4 do despacho de fls. 271.

====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente DR. DARCI LUIZ MARIN, DR. DOMINGOS BORDIN, DR. OMAR SFAIR e DRA. CRISTIANE AGATTI STANOGA e Advs. do Requerido DR. EDSON LUIZ AMARAL e DR. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ-.

39. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0017446-54.2008.8.16.0021-BANCO FINASA S/A x SANDERSON BALAN-Vista a parte autora, da certidao de fls. 69 verso.(artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente DRA. ROMARA COSTA BORGES DA SILVA e DRA. LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO-.

40. ACAO MONITORIA-0017274-15.2008.8.16.0021-UNIPAR - UNIVERSIDADE PARANAENSE x BELARMINO FERREIRA DE ALBUQUERQUE-Vista as partes da resposta do oficio de fls.66 (art. 162, paragrafo 4º doCPC). -Adv. do Requerente DR. LINO MASSAYUKI ITO-.

41. ACAO DE DEPOSITO-0017278-52.2008.8.16.0021-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA x SANDRO MARCIO V. DA CRUZ-Vista a parte autora, da certidao de fls.56 verso, pelo Sr. Oficial de Justica, negativa no cumprimento da CITAÇÃO.(artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente CESAR AUGUSTO TERRA, ADILSON MORGADO, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

42. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0016207-15.2008.8.16.0021-CODEVEL - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CASCAVEL x DJALMA DOS SANTOS-Vista ao exequente da certidao de fls.78, positiva no bloqueio pelo sistema RENAJUD. (Art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Exequente DR. KENNEDY MACHADO, MARCIA DA SILVA CAVALCANTE e DRA. ROSANE MARQUES DE SOUZA-.

43. INDEN.P/DANO MATERIAL E MORAL-0017297-58.2008.8.16.0021- NYCOLAS PIVA DA SILVA e outros x CLINICA MEDICA NOSSA SENHORA DA SALETE LTDA e outros-Vista ao AUTOR, da contestacao e documentos juntos de fls.541/564, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Adv. do Requerente DRA. LYSLAINE C. DE MOURA REIJRINK e Advs. do Requerido KLEBER DE OLIVEIRA, ADELINO MARCON, LUCIANO PEREIRA VIEIRA, GUILHERME JOSE CARLOS DA SILVA e CLAUDIO JOSE ABREU DE FIGUEIREDO-.

44. ACAO DE DEPOSITO-0018706-35.2009.8.16.0021-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA x EVERTON RIBEIRO-Vista a parte autora, da certidao de fls.56 verso, pelo Sr. Oficial de Justica, negativa no cumprimento da CITAÇÃO. (artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente CESAR AUGUSTO TERRA, GILBERTO STINGLIN LOTH e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e Advs. do Requerido DR. RUI DA FONSECA e DR. RICARDO ZANLORENZI CERANTO-.

45. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0016223-66.2008.8.16.0021-GRAO FERTIL COM. IMP. E EXP. LTDA x LAURI DE OLIVEIRA-Aguarde-se por (30) trinta dias o interesse das partes. (art. 162, paragrafo4º do CPC). -Advs. do Exequente GILCEO JAIR KLEIN e DR. LUIS FERNANDO MOSER-.

46. INDENIZACAO POR DANO MORAL-0018579-97.2009.8.16.0021-SALETE LUCIA NONEMACHER SANDRI e outro x BANCO FINASA BMC S/A-DESPACHO DIGITAL==>1. À conta de custas e despesas processuais.

2. Libere-se ao credor o valor depositado, deduzido às custas e despesas processuais contadas, que deverá ser levantada pela escrivania, mediante quitação.Expeçam-se alvarás.3. Havendo valor remanescente do débito, intime-se o devedor para o preparo no prazo de 05 dias.4. Após, voltem para demais deliberações.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais).======>Conta no valor total de R$ 307,21 que deverá ser recolhida por guia diferenciada de recolhimento da seguinte forma: Cartório R$ 244,40; Funrejus R$ 20,00; Distribuidor R$ 42,81-Adv. do Requerente LUIZ HENRIQUE SALADINI e Advs. do Requerido JAIME OLIVEIRA PENTEADO e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA-.

47. COBRANCA - RITO SUMARIO-0017117-08.2009.8.16.0021-JAQUELINA MATHEUS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A-DESPACHO DIGITAL==>1. Ante a manifestação pela autora de fls. 97 e o decurso do prazo de mais de 60 dias, oficie-se ao IML solicitando informações se foi realizada a perícia. (anexar cópia do ofício de fls. 91). Prazo para resposta 30 dias.2. Com a resposta, digam as partes, no prazo de 10 dias.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente FABIANO PAULO CONSTANTINI e DIORGES CHARLES PASSARINI e Advs. do Requerido DR. MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e MONICA CRISTINA BIZINELI-.

48. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-840/2009-BANCO ITAU S/A x ONILSO DOTI PACHECO e outro- DESPACHO DIGITAL==>...2. Decorrido o prazo, sem manifestação, intime-se a parte para dar andamento ao processo, advertindo-se-a de que o processo permanecerá em Cartório por (06) seis meses, e depois será arquivado. ====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais).-Advs. do Exequente DR. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, DRA. GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

49. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-843/2009-BANCO SANTANDER S/A-SUCESSOR DO BANCO NOROESTE S/A x LEONEY DE SOUZA BUCO e outros- Intimação da parte interessada, para comprovar a distribuição da carta precatória, e/ou informar sobre o seu andamento. (art. 162, § 4º do CPC).-Advs. do Exequente ANA LUCIA FRANÇA, SILVANO FERREIRA DA ROCHA, FELIPE TURNES FERRARINI, MARIANA CRISTINA SCORSIN TEIXEIRA e ANNA CAROLINA ARALDI ZACARCHUCA-.

50. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0018752-24.2009.8.16.0021-ELDA GRAVA PIMENTA DOS REIS x BANCO DO BRASIL S/A-DESPACHO DIGITAL==>1. Recebo o recurso de apelação interposto pelo réu às fls. 62/71, em seus efeitos devolutivo e suspensivo.2. Vista a parte contrária, para responder, querendo, no prazo legal.3. Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça, com as cautelas de estilo.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND e JULIO CESAR DALMOLIN e Advs. do Requerido DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA, LARISSA ELIDA SASS, DR. MARCIO ANTONIO SASSO, WERNER AUMANN e DRA. SIMONE M. S. MONTEIRO FLEIG-.

51. PRESTACAO DE CONTAS-0016735-15.2009.8.16.0021-LASERMAR ORIGINAIS GRAFICOS E EDITORA LTDA x BANCO DO BRASIL S/A-Intimação da parte autora na pessoa de seu advogado para assinar petiçao de fls. 147/161. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND e JULIO CESAR DALMOLIN e Advs. do Requerido DR. GUSTAVO VIANA CAMATA e GIOVANI GIONEDIS-.

52. DESCONSTITUTIVA DE ATO ADMINISTRATIVO C/ TUTELA ANTECIP.-0016638-15.2009.8.16.0021-FRANCISCO MENIN x CAMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE-Vista as partes para ciência do retorno dos autos e V. Acordão. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente JULIO CÉSAR HENRICHS, JOSÉ AUGUSTO PEDROSO e JOANNI APARECIDA HENRICHS e Advs. do Requerido MILTON MACHADO, JULIANO CONTE e FABRICIO ROGERIO BECEGATO-.

53. PRESTACAO DE CONTAS-0016857-28.2009.8.16.0021-MARIO BENEDITO DO CARMO x BANCO DO BRASIL S/A-Vista as partes para ciência do retorno dos autos e V. Acordão. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, MÁRCIA L. GUND e JULIO CESAR DALMOLIN e Advs. do Requerido CHARLES PARCHEN e DR. REINALDO MIRICO ARONIS-.

54. REVISAO DE CONTRATO-0016915-31.2009.8.16.0021-MARCIA DE FATIMA GOULARTE x BANCO ITAU S/A-Vista as partes para ciência do retorno dos autos e V. Acordão. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente ROGERIO AUGUSTO DA SILVA, DR. EGIDIO FERNANDO ARGUELLO JUNIOR, SAMANTHA BEATRIZ FRACAROLLI DAMIANO e JANDIR SCHMITT-.

55. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-1680/2009-JOSINA RENI VIER x BANCO JOHN DEERE S/A-DESPACHO DIGITAL==>1. Recebo o recurso de apelação interposto pelo autor às fls. 100/123, em seus efeitos devolutivo e suspensivo.

2. Vista a parte contrária, para responder, querendo, no prazo legal.3. Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça, com as cautelas de estilo. ====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN e DRA. MARCIA LORENI GUND e Adv. do Requerido DR. JORGE LUIS ZANON-.

56. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0018734-03.2009.8.16.0021-BANCO DO BRASIL S/A x OTACILIO FOLADOR e outro-Vista ao exequente, da informaçao de fls.87, pelo Sr. Oficial de Justica. -Advs. do Exequente DRA. PATRICIA EINHARDT MEULAM e DR. MARCO DENILSON MEULAM e Advs. do Executado MARCO ANTONIO BARZOTTO e GERSON LUIZ ARMILIATO-.

57. USUCAPIAO-0018788-66.2009.8.16.0021-NOEMI TORMES MARIANO x JOAO ANTONIO MYLLA e outros-DESPACHO DIGITAL==>1. Afasto a alegada intempestividade das contestações, pois foram ofertadas antes de ser aberto vista ao Curador Especial para oferecer resposta em nome dos réus. E, com o comparecimento dos réus, seguido da oferta de resposta, resta superada a questão da nulidade de sua citação por edital. No mais, não vejo inépcia da inicial, vez que a autora pretende usucapir parte do lote dos réus e junta mapa e memorial descrevendo onde se situa tal parte do lote - na esquina, sendo possível precisar

de forma suficiente o objeto que se quer usucapir.Com relação aos confinantes, presume-se sejam os próprios réus, já que área usucapienda está encravada no seu imóvel. De qualquer forma, a autora deverá providenciar a citação pessoal da empresa que ocupa a área remanescente.Paralelamente, oficie-se ao INCRA, dando-lhe ciência da presente ação.2. Aos demais reús citados por edital, Nilda Florinda Cabral Spinatto e Altamiro Pedro cabral Spinatto, nomeio curador especial o Dr. MARCOS AURELIO CIELLO.3. Feito isso, as questões controvertidas são 1) a veracidade da assinatura imputada à autora nos contratos de locação; 2) o tempo e o ânimo da posse da autora O ônus da prova é dos réus, quanto ao item 01, e da autora, quanto ao item 02. Especifiquem as partes em 30 dias se têm outras provas a produzir em função do que aqui foi decidido, justificando a sua pertinência (indicando o fato a ser demonstrado); e, caso pretendam produzir prova oral e/o pericial, apresentem desde logo o respectivo rol e quesitos.Intimem-se.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais).====>Oficio ARMP a disposição do autor, em Cartório para cumprimento. -Advs. do Requerente DR. OSCAR JOAO MUGNOL, REGINA MARIA TONNI MUGNOL e JULIANA MUGNOL e Advs. do Requerido BERNARDO DUARTE ALMEIDA FONSECA, DR. CARLOS VITOR MARANHAO DE LOYOLA, CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA e MARCOS AURELIO CIELLO-.

58. EMBARGOS A EXECUCAO-1918/2009-BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A x JOSIMERI APARECIDA MOCELIN SOBENKO-Vista ao embargado, da juntada de documentos pela embargante de fls.403/435. (art. 398 CPC). (artigo 162, § 4º do CPC). -Advs. do Embargante SILVANA ZAVODINI VANZ e JOSE FERNANDO VIALLE e Adv. do Embargado PATRICIA MARA GUIMARAES-.

59. EMBARGOS DO DEVEDOR-2035/2009-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE x JORGE ALBINO DOS SANTOS e outro- Vista ao embargado da impugnaçao ao calculode fls. 31/40 pelo embargante de fls. 42/43, no prazo de 10 dias.-Advs. do Embargante DR. VAGNER MARCEL BOER, DR. OLIMPIO MARCELO PICOLI e FABRICIO ROGERIO BECEGATO e Advs. do Embargado DRA. TEREZINHA NEIDI ANSELMI TABOZA e DRA. THAIANNA KLAIME-.

60. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-2040/2009-BANCO FINASA BMC S/A x JOSIAS BRASIL DE LIMA ALMEIDA- ...2. Decorrido o prazo, sem manifestação, intime-se a parte para dar andamento ao processo, advertindo-se-a de que o processo permanecerá em Cartório por (06) seis meses, e depois será arquivado. ====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais).-Advs. do Requerente MILKEN JACQUELINE CENERINI, FLAVIO SANTANA VALGAS, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

61. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0023251-17.2010.8.16.0021-BRADESCO LEASING S/A-ARENDAMENTO MERCANTIL x SERVIL SEGURADORA E VIGILANCIA LTDA e outros-Vista a parte credora, da certidão de fls.59, negativa no cumprimento do bloqueio pelo sistema BACEN JUD. (artigo 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente DR. JULIANO RICARDO TOLENTINO e DR. LEANDRO DE QUADROS-.

62. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0016884-11.2009.8.16.0021-BRADESCO LEASING S/A-ARENDAMENTO MERCANTIL x ALCINDO PLACK-Vista ao exequente, da certidao de fls.44.(artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Exequente DR. JULIANO RICARDO TOLENTINO e DR. LEANDRO DE QUADROS-.

63. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0001587-27.2010.8.16.0021-ELIO NATAL TOZZO x HSBC BANK BRASIL S/A-Vista a parte autora, da devolucao do oficio AR de fls. 38/40, para intimação, tendo sido devolvido sem cumprimento, com a informação MUDOU-SE. (art. 162, paragrafo 4º do CPC). . -Adv. do Requerente DR. MARCELO BARZOTTO-.

64. ACAO MONITORIA-0001736-23.2010.8.16.0021-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x ROGERIO VALICZIKI-Intimação do autor para que efetue o preparo da diligência do Sr. Oficial de Justiça, na quantia de R$ 49,50, para possibilitar o desentranhamento do mandado. (item 11 da Portaria nº 01/2009) (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente DR. REINALDO MIRICO ARONIS e LUIZ ASSI-.

65. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0001970-05.2010.8.16.0021-UNIPAR - UNIVERSIDADE PARANAENSE x KAROLINE ROMAN-Vista ao exequente, da certidao de fls.51. (artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Exequente DR. LINO MASSAYUKI ITO e DR. MARCOS RODRIGUES DA MATA-.

66. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0003411-21.2010.8.16.0021-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. x SAMUEL DO PRADO-DESPACHO DIGITAL==>...2. Decorrido o prazo, sem manifestação, intime-se a parte para dar andamento ao processo, advertindo-se-a de que o processo permanecerá em Cartório por (06) seis meses, e depois será arquivado====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente ROBERTA NALEPA, CARY CESAR MONDINI, MARCIA CRISTINA VAZ, KARINE SIMONE POFAHL WEBER e SERGIO SCHULZE-.

67. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0004471-29.2010.8.16.0021-BANCO SANTANDER S/A-SUCESSOR DO BANCO NOROESTE S/A x ANDRADE & MICHEL LTDA ME-DESPACHO DIGITAL==>1. Defiro o pedido de fls. 64 de suspensão.Aguarde-se por ((180) cento e oitenta dias.2. Decorrido o prazo, sem manifestação, intime-se a parte para dar andamento ao processo, advertindo-se-a de que não havendo manifestação o processo será arquivado.
====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente ALEXANDRE NELSON FERRAZ e MARCELA SPINELLA DE OLIVEIRA-.

68. PRESTACAO DE CONTAS-0002035-97.2010.8.16.0021-PIZZARIA PIRES LTDA x BANCO DO BRASIL S/A-Intimação da parte re do pedido de fls. 141/142. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN e DRA. MARCIA LORENI GUND e Advs. do Requerido REGINA DE SOUZA PREUSSLER e DR. REINALDO MIRICO ARONIS-.

69. INDEN.P/DANO MATERIAL E MORAL-0005481-11.2010.8.16.0021-JOSE SANTINO ESPINDOLA x MARIO ENAMI e outro- Vista as partes da contestação de fls. 137/190 e documentos juntos, apresentada pela denunciada a lide, no prazo deb (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC). (art. 162, § 4º do CPC).-Advs. do Requerente DR. JONATHAN MICHELSON ESTEVES, DIEGO GURGACZ e EVANDRO LUIZ CONTERNO, Advs. do Requerido GIANNI DIAS AGUILLAR NOGUEIRA e RICARDO J. CARNIELETTO e Advs. de Terceiro ANDREA REGINA SCHWENDLER CABEDA e DRA. DANIELA BENES SENHORA-.

70. EXECUCAO DE CED. CRED. RURAL-0005572-04.2010.8.16.0021-BANCO BRADESCO S.A x VALDIRIO KUSSLER e outros-Intimação da parte interessada, para comprovar a distribuição da carta precatória, e/ou informar sobre o seu andamento. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente NELSON PASCHOALOTTO e ANA LUCIA PEREIRA-.

71. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0006306-52.2010.8.16.0021-LIVINO BEIJAMIM STURMER x INDUSTRIAL MADEIREIRA DO PARANA S/A-DESPACHO DIGITAL==>Nomeio o DR. MARCOS AURELIO CIELLO, em substiuticao a curadora anteriormente nomeada, para atuar como curador especial em favor da ré INDUSTRIAL MADEIREIRA DO PARANÁ S/A, apresentando defesa em seu favor, nem que seja por negativa geral, nos termos do § único do artigo 302 do CPC.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Adv. do Requerente DR. VILMAR COZER e Adv. do Requerido MARCOS AURELIO CIELLO-.

72. DESPEJO C/C COBR DE ALUGUERES-0009512-74.2010.8.16.0021-DAURY AUGUSTO x CLAYTON JOSE DE LIMA e outro- DESPACHO DIGITAL ==>...2. Decorrido o prazo, sem manifestação, intime-se a parte para dar andamento ao processo, advertindo-se-a de que o processo permanecerá em Cartório por (06) seis meses, e depois será arquivado.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais).-Adv. do Requerente TACIO DE MELO DO AMARAL CAMARGO-.

73. RESSARCIMENTO DE DANOS - ORD.-0008949-80.2010.8.16.0021-CONFIANCA COMPANHIA DE SEGUROS x VALDIR POHL-Vista a parte autora, da devolucao do oficio AR de fls.108/110, para intimação tendo sido devolvido sem cumprimento, com a informação MUDOU-SE. (art. 162, paragrafo 4º do CPC). . -Advs. do Requerente JOSLAINE MONTANHEIRO ALCANTARA DA SILVA, JORGE ANDRE RITZMANN DE OLIVEIIRA e DR. OLIDES BERTICELLI-.

74. INDEN.P/DANO MATERIAL E MORAL-0013937-47.2010.8.16.0021 -PATRIZIA KARLA RIBEIRO SOARES x ATLANTAFOZ ALARMES MONITORADOS LTDA-Vista as partes da contestação de fls.125/157 e documentos juntos, apresentada pela denunciada a lide, no prazo deb (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC). (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente PASCOAL MUZELI NETO, ADANI PRIMO TRICHES e FELIZ GURGACZ JUNIOR, Advs. do Requerido DR. GUSTAVO LOMBARDI FERREIRA e VERGINIA BERNARDO JORGE PATERNO e Advs. de Terceiro JULIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA e FERNANDO ARIOSTO SOUZA SILVA-.

75. CURATELA-0015206-24.2010.8.16.0021-DOLORES YOLANDA CORSO x CARLOS ALBINO CORSO-Intime-se a parte para dar andamento ao processo, advertindo-se-a de que o processo permanecerá em Cartório por mais (06) seis meses, e após será arquivado provisoriamente, independentemente de nova intimação. (art. 162, § 4º do CPC). -Adv. do Requerente DR. LEONARDO KOVARA BOARETTO-.

76. ACAO MONITORIA-0018833-36.2010.8.16.0021-ALIMENTOS ITASA LTDA x COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS VAZ LTDA- Vista as partes, para se manifestarem a respeito do prosseguimento do feito, ante o decurso do prazo de suspensao. (art. 162, paragafo 4º do CPC).-Advs. do Requerente AUGUSTO JOSE BITTENCOURT, ELVIS BITTENCOURT, DR. LAURI DA SILVA, PATRICIA FRANCISCO DE SOUZA ZINI, EMERSON ALFREDO F. DE AGUIAR e REGIS PANIZZON ALVES-.

77. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0019282-91.2010.8.16.0021-BANCO BRADESCO S.A x PEDRO COSTA-Vista a parte autora, da certidao de fls. 44 verso, pelo Sr. Oficial de Justica. (artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente NELSON PASCHOALOTTO, MOISES VALERIO GHINELLI e ANA LUCIA PEREIRA-.

78. REINTEGRACAO DE POSSE-0020353-31.2010.8.16.0021-BANCO ITAULEASING S/A x CARLOS RIEGER-O mandado encontra-se expedido em Cartório, aguardando o depósito da diligencia do Sr. Oficial de Justiça, pelo autor, de acordo com o Provimento n. 01/99, na quantia de R$ 247,50. -Advs. do Requerente JULIANO MIQUELETTI SONCIN, MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, EDUARDO JOSE FUMIS FARIA e DRA. ANDREA HERTEL MALUCELLI-.

79. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0021177-87.2010.8.16.0021-FIPAL LOCADORA DE VEICULOS LTDA x ROGERIO VALICZIKI-Vista ao exequente, da certidao de fls.44.(artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Exequente LEANDRO PIEREZAN e FRANCIELO BINSFELD-.

80. PRESTACAO DE CONTAS-0025371-33.2010.8.16.0021- TRANSPORTADORA FERLIN LTDA x BANCO BRADESCO S.A-DESPACHO DIGITAL==>1. Recebo o recurso adesivo de fls. 130/136, interposto pelo autor, em seus efeitos devolutivo e suspensivo.2. Vista a parte contrária para responder, querendo, no prazo legal.3. Após prossiga-se em cumprimento ao despacho de fls. 124, item 3.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente IGOR FERLIN e MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI e Advs. do Requerido DR. JULIANO RICARDO TOLENTINO e DR. ADRIANO DE QUADROS-.

81. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0026017-43.2010.8.16.0021 - B.V.FINANCEIRA S.A. C.F.I x MARCOS CORDEIRO-Intimação do autor para que

providencie o pagamento da diligência do Sr.Oficial de Justiça, no prazo de (30) trinta dias, para possibilitar o prosseguimento do feito. (art. 162, § 4º do CPC) . -Advs. do Requerente JANE MARIA VOISKI PRONER, MARCELO AUGUSTO DE SOUZA e CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELEM-.

82. REINTEGRACAO DE POSSE-0026931-10.2010.8.16.0021-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x EDENILDE TEIXEIRA DA COSTA- ...2. Decorrido o prazo, sem manifestaçao, intime-se a parte para dar andamento ao processo, advertindo-se-a, de que o processo permanecera em Cartorio por (06) seis meses, e depois sera arquivado-Adv. do Requerente MARIA LUCILIA GOMES-.

83. EMBARGOS A EXECUCAO-0027727-98.2010.8.16.0021-GRUPO NOVA INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e outros x BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A-DESPACHO DIGITAL==>1. Recebo o recurso de apelação interposto pelo autor às fls. 68/80, em seus efeitos devolutivo e suspensivo.2. Vista a parte contrária, para responder, querendo, no prazo legal.3. Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça, com as cautelas de estilo.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Embargante ADANI PRIMO TRICHES e PASCOAL MUZELI NETO e Adv. do Embargado ELISA MARIA LOSS MEDEIROS-.

84. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0024727-90.2010.8.16.0021-RUBBER NEW PRODUTOS DE BORRACHA LTDA x M. L. MEIRA & FILHO LTDA-Vista ao exequente, da certidao de fls.47.(artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Exequente DANIELE POTRICH LIMA, ALBERTO KOPYTOWSKI, TIAGO JOSE WLADYKA e FERNANDO MORO-.

85. REV. DE CLAUSULAS CONTRATUAIS-0027581-57.2010.8.16.0021-AILTON KLEIN x BANCO FINASA S/A-Vista ao AUTOR, da contestacao de fls.50/67, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente SILMARA STROPARO, TANIA ELIZA MACIEL ALVES e LUILSON FELIPE GONÇALVES e Advs. do Requerido JULIANO RICARDO TOLENTINO e DR. LEANDRO DE QUADROS-.

86. DECLARATORIA C/T. ANTECIPADA-0028955-11.2010.8.16.0021-LUANA FERNANDES e outros x ESTADO DO PARANA e outro-Vista ao AUTOR, da contestacao e documentos juntos de fls.132/137, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Adv. do Requerente MARCELLE GUIMARÃES DA MATA e Advs. do Requerido RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES e EDUARDO LUIZ BUSSATTA-.

87. REVISAO DE CONTRATO-0029353-55.2010.8.16.0021-SEBASTIAO GIL x BANCO FINASA S/A-Oficio ARMP a disposição do autor, mediante o preparo das despesas de expedição/despesas postais no valor de R$ 34,40 cada oficio (R$ 9,40 expedição e R$ 25,00 despesas postais), em Cartório para cumprimento. -Adv. do Requerente ROGERIO AUGUSTO DA SILVA-.

88. REP. DE DANOS C/C TUT-SUMARIO-0030608-48.2010.8.16.0021 -MARLENE PORTELA x ESPOLIO DE WILSON ANTONIO ECKER-
Vista as partes da juntada da Carta Precatória de fls.132/137.(artigo 162, § 4º, do CPC).-Advs. do Autor LUCIANO DE ALMEIDA GONÇALVES e ADRIANA PEDROSO DOS SANTOS SILVA-.

89. COBRANCA-0029651-47.2010.8.16.0021-CHARLES GARBIN x BANCO HSBC BAMERINDUS S/A-Intime-se a parte para dar andamento ao processo, advertindo-se-a de que o processo permanecerá em Cartório por mais (06) seis meses, e após será arquivado provisoriamente, independentemente de nova intimação. (art. 162, § 4º do CPC). -Adv. do Requerente ANDREIA BELO ROSSO-.

90. REV. DE CLAUSULAS CONTRATUAIS-0031035-45.2010.8.16.0021 - VALDENOR LEITE DE MORAES x B.V.FINANCEIRA S.A. C.F.I-Intimação da parte autora na pessoa de seu advogado para assinar petiçao em cartorio. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente SILMARA STROPARO, LUILSON FELIPE GONÇALVES e TANIA ELIZA MACIEL ALVES e Advs. do Requerido SERGIO SCHULZE, DRA. TATIANA VALESCA VROBLEWSKI, ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANETTI e PATRICIA PAZOS VILAS BOAS DA SILVA-.

91. REINTEGRACAO DE POSSE-0030778-20.2010.8.16.0021-BANCO ITAULEASING S/A x GRAOS PARANA TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS- Vista ao réu da impugnação a contestação pelo autor, de fls.82/90, no prazo de 10 (dez) dias. (artigo 162, § 4º do CPC).-Advs. do Requerente BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, DR. MARCIO ROGERIO DE POLLI e LUCIANA MARTINS ZUCOLI e Advs. do Requerido JAIR ANTONIO WIEBELLING e MARCIA L. GUND-.

92. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-0030295-87.2010.8.16.0021-VIACAO MARAPE NORTE SUL LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE SAO PAULO-Vista ao embargante da impugnação apresentada pelo embargado as fls. 26/30, no prazo de 10 (dez) dias. (artigo 162, § 4º do CPC).-Advs. do Requerente EMMELINE MOURA COSTA, ALEXANDRE MORAES GALVAO e WALTER JONES RODRIGUES FERREIRA e Adv. do Requerido DR. RONALDO NESVES DE MOURA FILHO-.

93. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0032416-88.2010.8.16.0021-BANCO SANTANDER S/A x CONSTRUTORA DENNOBRAS LTDA e outro-Vista ao exequente, da certidao de fls.36/37, pelo Sr. Oficial de Justica, negativa no cumprimento da CITAÇÃO/ARRESTO.(artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Exequente DR. JULIANO RICARDO TOLENTINO, DR. LEANDRO DE QUADROS e DRA. ANA PAULA FINGER MASCARELLO-.

94. RESC. DE CONTR. C/PERDAS-SUMA-0033829-39.2010.8.16.0021 - CEREALISTA TURCATTO LTDA x KONRAD COMERCIO DE CAMINHOES LTDA e outros-Vista ao AUTOR, das contestaçoes de fls.211/225 e 226/234, apresentada pelos REUS, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Autor NESTOR VALDO VISINTIN e DR. ZELINDO TIBOLA e Advs. do Reu DRA. MARIBEL ANDRADE DE OLIVEIRA, PATRÍCIA KARINA DA SILVA JARDIM CASTELAN, FERNANDO AUGUSTO OGURA e DR. NEWTON DORNELES SARATT-.

95. COBRANCA - RITO SUMARIO-0001196-38.2011.8.16.0021-MARIA JANETE REZES DE CASTILHO x MBM SEGURADORA S/A-Vista ao AUTOR, da contestacao e documentos juntos de fls.47/72, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Adv. do Requerente DRA. TANIA CRISTINA DE P. SOMARIVA e Advs. do Requerido JOÃO LUIZ CUNHA DOS SANTOS e DRA. NADIA MAZUREK-.

96. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0032735-56.2010.8.16.0021-BANCO ITAU S/A x CLEBSON FERNANDO N CIA LTDA e outros-Aguarde-se por (30) trinta dias o interesse das partes. (art. 162, paragrafo4º do CPC). -Advs. do Exequente DR. JORGE LUIZ DE MELO e TATIANE APARECIDA LANGE-.

97. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0001686-60.2011.8.16.0021-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. x ALMIR ROGERIO DA SILVA-Vista ao autor da certidao de fls. 28, positiva no bloqueio pelo sistema RENAJUD. (Art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente CESAR AUGUSTO TERRA e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.

98. EMBARGOS A EXECUCAO-0002175-97.2011.8.16.0021-INDUSTRIA DE CONFECCOES BENDLIN LTDA x COOPERATIVA DE CREDITO DOS EMPRESARIOS DE CASCAVEL - SICOOB CASCAVEL- Vista ao embargante da impugnação apresentada pelo embargado as fls.43/54, no prazo de 10 (dez) dias. (artigo 162, § 4º do CPC)-Adv. do Embargante NERI RODRIGUES DA SILVA e Adv. do Embargado DANIEL QUAESNER TOLEDO-.

99. REVIS.CONTR.C/PEDIDO LIMINAR-0002186-29.2011.8.16.0021-H. BOMBARDA & CIA LTDA x BANCO ITAU S/A-Vista ao AUTOR, da contestacao e documentos juntos de fls.84/164, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente EGÍDIO FERNANDO ARGUELLO JUNIOR, SAMANTHA BEATRIZ FRACAROLLI DAMIANO e ROGERIO AUGUSTO DA SILVA e Advs. do Requerido KARIN LOIZE H. MUSSI BERSOT e ERIKA SHIMAKOISHI-.

100. REVIS. CONTR. FIN. C/REP.IND.-0002929-39.2011.8.16.0021-VALDIR COLAÇO x BANCO ABN AMRO REAL S/A- Vista a parte autora, da certidao de fls.33.====>Vista ao AUTOR, da contestacao e documentos juntos de fls. 34/55, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC) (artigo162, paragrafo 4º do CPC).-Adv. do Requerente JANDIR SCHMITT e Advs. do Requerido HERICK PAVIN e MARIA DEL CARMEN SANCHES DA SILVA-.

101. COBRANCA-0004031-96.2011.8.16.0021-JOSÉ TAVARES CAVALCANTE e outros x BANCO DO BRASIL S.A-Oficio ARMP a disposição do autor, mediante o preparo das despesas de expedição/despesas postais no valor de R$ 34,40 cada oficio (R$ 9,40 expedição e R$ 25,00 despesas postais), em Cartório para cumprimento. -Advs. do Requerente DR. JOSE LEOCADIO L. DOS SANTOS e FABIO PALAVER-.

102. REVISIONAL DE CONTRATO C/TUT.-0003338-15.2011.8.16.0021-SELVINA APARECIDA LEMES DE CAMPO x BANCO BV FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Intimação da parte autora para para informar a respeito o oficio de fls.58, que lhe foi entregue. (art. 162, § 4º do CPC). -Adv. do Requerente ROGERIO AUGUSTO DA SILVA-.

103. REVISIONAL DE CONTRATO C/TUT.-0003345-07.2011.8.16.0021-GIOVANI LUIZ DECARLIS x BANCO BV FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Vista ao AUTOR, da contestacao e documentos juntos de fls.105/126, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Adv. do Requerente ROGERIO AUGUSTO DA SILVA e Advs. do Requerido BRUNA MISCHIATTI PAGOTTO, DR. REINALDO MIRICO ARONIS e PATRICIA PAZOS VILAS BOAS DA SILVA-.

104. COBRANCA-0003764-27.2011.8.16.0021-IRACI AUGUSTO DE CENA PONTES e outros x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Vista ao AUTOR, da contestacao de fls.36/53, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente SERGIO BOND REIS e ALINE CRISTINA BOND REIS e Advs. do Requerido DRA. NADIA MAZUREK, OCTAMYR JOSE TELLES DE ANDRADE JUNIOR, RICARDO LASMAR SODRE e MARCIA SATIL PARREIRA-.

105. REVISIONAL DE CONTRATO C/TUT.-0004817-43.2011.8.16.0021-FRANCISCO CARLOS TURECK x BANCO BV FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Vista ao AUTOR, da contestacao e documentos juntos de fls.96/152, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Adv. do Requerente ROGERIO AUGUSTO DA SILVA e Advs. do Requerido JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, FLAVIO PENTEADO GEROMINI e TATIANE MUNCINELLI-.

106. REVIS.CONTR.C/PEDIDO LIMINAR-0005196-81.2011.8.16.0021-ANTONIO MARIO ALENSKI x BARIGUI S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS-DESPACHO DIGITAL==>1. Defiro o pedido de fls. 59.
Aguarde-se por (30) trinta dias o pagamento das custas.2. Decorrido o prazo, sem manifestação, intime-se a parte para dar andamento ao processo, advertindo-se-a de que o processo permanecerá em Cartório por (06) seis meses, e depois será arquivado.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente ROGERIO AUGUSTO DA SILVA e EGÍDIO FERNANDO ARGUELLO JUNIOR-.

107. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0005394-21.2011.8.16.0021-JOSE CELSO BUENO x BV FINANCEIRA S.A-Vista a parte autora, da juntada de documentos pela re de fls.19/42. (art. 398 CPC). (artigo 162, § 4º do CPC). -Adv. do Requerente JANDIR SCHMITT e Advs. do Requerido ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANETTI, SERGIO SCHULZE e DRA. TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

108. REVIS.CONTR.C/PEDIDO LIMINAR-0005765-82.2011.8.16.0021 - ANDERSON FERREIRA DIAS x BANCO FINASA S/A-Vista ao AUTOR, da contestacao e documentos juntos de fls.58/82, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do

Requerente ROGERIO AUGUSTO DA SILVA e EGÍDIO FERNANDO ARGUELLO JUNIOR e Advs. do Requerido MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ALINE CARNEIRO DA CUNHA DINIZ PIANARO-.

109. PRESTACAO DE CONTAS-0000703-61.2011.8.16.0021-MALUAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME x BANCO ITAU S/A-Vista ao AUTOR, da contestacao e documentos juntos de fls.38/79, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN e MARCIA L. GUND e Advs. do Requerido JANAINA MOSCATTO ORSINI e DR. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

110. PRESTACAO DE CONTAS-0000704-46.2011.8.16.0021-BELLA FAB INDÚSTRIA & COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA x BANCO BRADESCO S.A-Vista ao AUTOR, da contestacao de fls. 45/71, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN e MARCIA L. GUND e Advs. do Requerido JULIANO RICARDO TOLENTINO e DR. LEANDRO DE QUADROS-.

111. PRESTACAO DE CONTAS-0001547-11.2011.8.16.0021-LUIZ NORA RIBEIRO x BANCO BRADESCO S.A-Vista ao AUTOR, da contestacao e fls. 27/53, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN e DRA. MARCIA LORENI GUND e Advs. do Requerido JULIANO RICARDO TOLENTINO e DR. LEANDRO DE QUADROS-.

112. ANULACAO DE ATO JURIDICO-0006178-95.2011.8.16.0021-RITA LUIZ LOURENÇO x JOAO LUIZ BATISTA LOURENÇO-Intimação da parte autora para dar cumprimento ao parecer do Ministério Público de fl.53. (art. 162, § 4º do CPC). -Advs. do Requerente SERGIO BOND REIS e ALINE CRISTINA BOND REIS-.

113. COBRANCA-0006294-04.2011.8.16.0021-EDGAR MARQUES DE SOUZA x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEG. DPVAT S.A-Vista ao AUTOR, da contestacao e documentos juntos de fls.54/74, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Requerente GIOVANA LAZARIN BAVARESCO e SOLANGE DA SILVA MACHADO e Advs. do Requerido DR. MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, TRAJANO B. DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH, GEORGEA VANESSA GAIOSKI e ALEXANDRE ADACHI-.

114. REPETICAO DE INDEBITO-0006786-93.2011.8.16.0021-JORGE KWIATKOSKI x BV FINANCEIRA S/A CFI-Oficio ARMP a disposição do autor, em Cartório para cumprimento. -Advs. do Requerente DR. MARCOS ROBERTO DE SOUZA PEREIRA e DEIVIDH VIANEI RAMALHO DE SA-.

115. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0006857-95.2011.8.16.0021-BV FINANCEIRA S/A CFI x CINIRA GONÇALVES DA SILVA-O mandado encontra-se expedido em Cartório, aguardando o depósito da diligencia do Sr. Oficial de Justiça, pelo autor, de acordo com o Provimento n. 01/99, na quantia de R$ 247,50. -Advs. do Requerente JANE MARIA VOISKI PRONER e MARCELO AUGUSTO DE SOUZA-.

116. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0008607-35.2011.8.16.0021-BANCO BRADESCO S.A x GRAOS PARANA TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS e outros-Vista ao exequente, da certidao de fls.35.(artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Advs. do Exequente DR. JULIANO RICARDO TOLENTINO e DR. LEANDRO DE QUADROS-.

117. REVIS. CONTR. FIN. C/REP.IND.-0012859-81.2011.8.16.0021-VILSON WENDT x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-Oficio ARMP a disposição do autor, mediante o preparo das despesas de expedição despesas postais no valor de R$ 34,40 cada oficio (R$ 9,40 expedição e R$ 25,00 despesas postais), em Cartório para cumprimento. -Advs. do Requerente MARCO ANTONIO BARZOTTO e GERSON LUIZ ARMILIATO-.

118. EMBARGOS A EXECUCAO-0014343-34.2011.8.16.0021-ESTADO DO PARANA x RAFAELA ZULMIRA DE OLIVEIRA-Intimação do embargante do pedido de fls. 15/17. (art. 162, § 4º do CPC). -Adv. do Embargante EDUARDO LUIZ BUSSATTA e Adv. do Embargado DR. CLEBER A. DE LIMA EVANGELISTA-.

119. PRESTACAO DE CONTAS-0009291-57.2011.8.16.0021-CARLOS ALVES x BANCO ITAU S/A-Oficio ARMP a disposição do autor, mediante o preparo das despesas de expedição/despesas postais no valor de R$ 34,40 cada oficio (R$ 9,40 expedição e R$ 25,00 despesas postais), em Cartório para cumprimento. -Advs. do Requerente MARCO ANTONIO BARZOTTO e GERSON LUIZ ARMILIATO e Advs. do Requerido BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, URSULA ERNLUND SALAVERRY GUIMARAES e ALINE PEREIRA DOS SANTOS MARTINS-.

120. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0014497-52.2011.8.16.0021-BANCO BRADESCO S.A x MARIZA MACHADO E CIA LTDA - ME e outro-Vista ao exequente, da certidao de fls.32 verso, pelo Sr. Oficial de Justica, negativa no cumprimento da CITAÇÃO.(artigo162, paragrafo 4º do CPC).-Advs. do Exequente JULIANO RICARDO TOLENTINO e DR. LEANDRO DE QUADROS-.

121. REV. DE CLAUSULAS CONTRATUAIS-0014716-65.2011.8.16.0021-LEIZA AMANTCHUK x BV FINANCEIRA S/A CFI-Oficio ARMP a disposição do autor, em Cartório para cumprimento. -Advs. do Requerente DR. LUIS FERNANDO MOSER e JULIANA DA COSTA MENDES-.

122. COBRANCA-0015443-24.2011.8.16.0021-NAIR GERBER PRANDO x BRASIL TELECOM S.A (OI TELEFONE FIXO)-Oficio ARMP a disposição do autor, em Cartório para cumprimento. -Advs. do Requerente MARCO ANTONIO BARZOTTO e GERSON LUIZ ARMILIATO-.

123. COBRANCA-0015478-81.2011.8.16.0021-DANILO LUIZ GRZEBIELUCKA x BRASIL TELECOM S.A (OI TELEFONE FIXO)-Oficio ARMP a disposição do autor, em Cartório para cumprimento. -Advs. do Requerente MARCO ANTONIO BARZOTTO e GERSON LUIZ ARMILIATO-.

124. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0014845-70.2011.8.16.0021-BV FINANCEIRA S/A CFI x SANDRA APARECIDA FARIAS-DESPACHO DIGITAL==>1. Indefiro a liminar. Conforme certidão de fls. 16, o AR não foi entregue no destino.2. Assim sendo, intime-se o autor para dizer se tem interesse no prosseguimento da presente ação no prazo de 10 (dez) dias.
====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente JANE MARIA VOISKI PRONER e MARCELO AUGUSTO DE SOUZA-.

125. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0015278-74.2011.8.16.0021-BANCO ITAUCARD S/A x DIEGO MAYCON MADEIRA VIEIRA-DESPACHO DIGITAL==>A notificação de fls. 13/14, não foi enviada por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos (§ 2º do artigo 2º do Decreto Lei 911/69).
Assim, INDEFIRO A LIMINAR. Diga a autora sobre o seu interesse no prosseguimento do feito no prazo de 10 (dez) dias.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN e MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI-.

126. REVIS. CONTR. FIN. C/REP.IND.-0015828-69.2011.8.16.0021-ADEILDO CAMILO FARIAS x BV FINANCEIRA S/A CFI-Oficio ARMP a disposição do autor, em Cartório para cumprimento. -Adv. do Requerente HARYSSON ROBERTO TRES-.

127. REVISAO DE CONTRATO-0015835-61.2011.8.16.0021-REGINALDO MARTINS DO NASCIMENTO x BANCO FINASA S/A-DESPACHO DIGITAL ==>...3. Portanto, indefiro o pedido de assistência judiciária e concedo o prazo de dez (10) dias para o preparo das custas iniciais, segundo os artigos 19 e 257 do CPC; e, caso a autora insista na obtenção da benesse deverá comprovar o alegado, sem prejuízo de que o Juízo possa autorizar diligências de averiguação, inclusive in loco, a serem cumpridas pelos Auxiliares da Justiça (escrivão ou meirinho).INTIME-SE.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais).-Adv. do Requerente MAURO JOVANI DUARTE-.

128. INDEN.P/DANO MATERIAL E MORAL-0015940-38.2011.8.16.0021 - AMARILDO CARDOSO MOREIRA x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A-Oficio ARMP a disposição do autor, mediante o preparo das despesas de expedição/ despesas postais no valor de R$ 34,40 cada oficio (R$ 9,40 expedição e R$ 25,00 despesas postais), em Cartório para cumprimento. -Advs. do Requerente SERGIO RICARDO TINOCO e HIGOR O. FAGUNDES-.

129. COBRANCA-0015961-14.2011.8.16.0021-GERSON APARECIDO DOS SANTOS x TRANSPORTADORA DELTA LTDA e outros-Oficio ARMP a disposição do autor, em Cartório para cumprimento. -Adv. do Requerente DRA. TANIA C. DE PAULA SOMARIVA-.

130. ANUL. ATO ADMNISTRATIVO-R.ORD-0016099-78.2011.8.16.0021-VALTER PAGLIOSA x ESTADO DO PARANA-Carta precatoria a disposição do autor, em Cartório para ser devidamente cumprida. -Advs. do Autor PASCOAL MUZELI NETO, ADANI PRIMO TRICHES e FELIZ GURGACZ JUNIOR-.

131. PRESTACAO DE CONTAS-0016110-10.2011.8.16.0021-JUCINÉIA DA SILVA x BANCO BRADESCO S.A-DESPACHO DIGITAL==>1. Cuida-se de pedido de antecipação de tutela para exclusão do SERASA.2. O parágrafo sétimo do art. 273 CPC autoriza a concessão de tutela cautelar em sede de antecipação de tutela de procedimento ordinário.3. A tutela cautelar protege a aparência do direito para resguardar a sua efetividade. Para a concessão, basta que o direito alegado seja verossímil e haja risco da ocorrência de danos de incerta reparação com a demora na tramitação do processo; e, em sede de liminar, basta que exista risco de a futura sentença tornar-se ineficaz caso a antecipação não seja de pronto deferida.A segunda Seção do Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp nº 527.618/RS, entendeu que não há respaldo legal para obstaculizar o credor do registro nos cadastros de proteção ao crédito apenas e tão-somente pelo fato de o débito estar sendo discutido em juízo, ainda que no afã de proteger o consumidor, e fixou os seguintes parâmetros para exclusão do nome de devedores dos cadastros de inadimplentes: a) que haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado.4. Na espécie, o autor não aponta nenhuma irregularidade concreta na montante da divida, pois recém está em fase de prestação de contas. Desse modo, não há como aferir o abuso da noticia da inadimplência, pois eventual discussão a respeito somente será possível após prestação e examinadas as contas, donde, na falta de depósito do valor efetivamente devido, o qual sequer foi especificado pelo autor (ou prestação de caução idônea), INDEFIRO A LIMINAR para excluir o seu nome do SERASA.5. Cite-sea ré para responder, querendo, aos termos da demanda em 5 dias, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados na inicial Em desejando reconhecer o pedido e prestar desde logo as contas devidas, o réu poderá solicitar dilação de prazo. Intime-se.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais).======>Oficio ARMP a disposição do autor, em Cartório para cumprimento. -Adv. do Requerente CAREN REGINA JAROSZUK-.

132. REPETICAO DE INDEBITO-0016237-45.2011.8.16.0021-JOSÉ VALDIR POLIDO x BANCO SAFRA S/A-Oficio ARMP a disposição do autor, em Cartório para cumprimento. -Adv. do Requerente JANDIR SCHMITT-.

133. DESPEJO C/C COBR DE ALUGUERES-0018825-25.2011.8.16.0021-JOSE CARLOS ALBERTO OREJUELA USCOCOVICH e outro x C. A. ANJOS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS e outros-Vista ao AUTOR, da contestacao e documentos juntos de fls.38/52, apresentada pelo REU, no prazo de (10) dez dias. (art. 327 e 398 do CPC) (art. 162, paragrafo 4º do CPC). -Adv. do Requerente LEONARDO PARZIANELLO e Adv. do Requerido SHIRLEY NUNES-.

134. OBRIG. DE NAO FAZER C/TUT.ANT-0025116-41.2011.8.16.0021-BLOCKBUILDING ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA x MECÂNICA STORRER LTDA-DESPACHO DIGITAL==>...Conclusão:Nesses termos, defiro a liminar para ordenar à ré mantenha/preste a assistência técnica à autora em relação ao segundo equipamento adquirido, nos prazos do contrato, sob pena de multa que arbitro em R$ 20.000,00 por chamada não atendida. Isso não isenta a autora de arcar com os valores das visitas dos técnicos da ré, nos termos do contrato de garantia.Indefiro, todavia, o pedido para a prorrogação da garantia, pois a finalidade invocada - preservação da coisa para a prova - pode ser obtida mediante a antecipação da própria prova, se for o caso.E a não prorrogação da garantia da segunda máquina não esvazia a ação, como alega a autora, já que o seu pedido é a substituição deste equipamento.No mais, tendo em vista o disposto no art. 125, IV, CPC, e que as chances de autocomposição do litígio são maiores antes da resposta do réu, designo audiência de tentativa de conciliação, a ser conduzida pela equipe de conciliadores deste Juízo, em data a ser agendada pelo Cartório.Cite-se a ré para comparecer ao ato, e também para responder, querendo, aos termos da demanda no prazo de 15 dias, a contar da data da audiência, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pelo autor.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais).======>Audiencia de CONCILIAÇAO designada para o dia 25/10/2011, as 14:00 horas.-Adv. do Requerente DRA. SCHEILA PRISCILA QUIROLLI-.

135. OBRIGACAO DE FAZER C/LIMINAR-0025206-49.2011.8.16.0021-CIRO RICARDO ZAMPIER x BANCO SANTANDER BRASIL S/A-DESPACHO DIGITAL==>1. Cuida-se de pedido de retificação da decisão de fls. 27/28., alegando em síntese, que consta da decisão que "(...) porém não efetuou o pagamento de dois cheques nº 000234 e 000243. (...), "(...) Alega que o réu não efetuou a devolução dos cheques 000234 e 000243 (...)", "(...) Pede liminarmente que o banco devolva os cheques nº 000234 e 000243 (...) e "(...) referente aos cheques nº 000234 e 000243, porém o autor não efetuou o pagamento de dez cheques nº 000234 a 000243.2 De fato houve erro material, assim retifico a decisão e, onde se lê "(...) nº 000234 e 000243 (...)", leia-se "(...) 000234 a 000243 (...)".Esclareço que o erro material em nada altera o conteúdo da decisão.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Advs. do Requerente JOÃO SILVA DOS SANTOS e ELIANE APARECIDA DA COSTA SILVA-.

136. EXECUCAO FISCAL - ESTADUAL-53/2000-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x PRO LIMP IND. COM. ESCOVAS E VASSOURAS CVEL LTDA e outros- Sobre fls. 198, manifeste-se a parte executada. Silento ou concordancia, expeça-se alvara. Int.-Adv. do Exequente EDUARDO LUIZ BUSSATTA e Adv. do Executado DR. JOAO DOMINGOS TONELLO-.

137. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-137/2007-DETRAN-PR - DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO-PR x LAURI ANTONIO REMONTI CHAVES - DESPACHO DIGITAL==>Informa que em 7.8.2009 foi realizado bloqueio judicial em sua conta corrente no valor de R$ 1.250,86. Alega que o valor bloqueado é proveniente de seu trabalho, de jardineiro autônomo - Alvará de licença nº 1396/2000 e depende deste valor para garantir o sustento de sua família. Aduz que em 18.12.2001 entregou o veículo como pagamento da compra de um imóvel, e as infrações são posteriores a este fato. Logo, não e parte legitima para figurar na execução. Pede o desbloqueio dos valores e seja extinto o feito ante sua ilegitimidade. Em resposta o Estado, rebate a pretensão do executado informado que as multas tiveram autuação, notificação, imposição de penalidades, sendo oportunizados todos os recursos ao executado. Alega que o executado não efetuou a comunicação da venda junto ao DETRAN, logo responde ante a inobservância da lei. Por fim o executado não demonstrou que o valor bloqueado seja decorrente do salário. Pede a rejeição do pedido e, seja intimado o executado para completar o valor remanescente (fls. 67/77).Em suma, é o relatório.Passo a motivar.Extrai-se dos autos que embora o executado tenha comprovado a tradição (fls. 57), não há noticia da comunicação da venda ao DETRAN. Daí que de acordo com o art. 134 do CTB, se o vendedor não comunicar a venda, ele responderá solidariamente pelas penalidades impostas."Art. 134 CTB - No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação"
Assim, não há que se falar em ilegitimidade do polo passivo.No mais, o executado também alega que o valor bloqueado e decorrente de verba salarial, porém não há nada nos autos que comprove essa alegação, ou seja, para sua comprovação depende de dilação provatória o que é incompatível com o rito da exceção de pré-executividade.ANTE O EXPOSTO, REJEITO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE Intimem-se.====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Adv. do Exequente MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO e Adv. do Executado CASSIANO CESAR DOS SANTOS-.

138. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-0014603-53.2007.8.16.0021-DETRAN-PR - DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO-PR x NELSON ANTONIO DA ROCHA- Trata-se de exceçao de pre-executividade com negativa geral. A exequente nao concordou com o pedido. DECIDO. O executado alegou negativa geral. Ao contrario do que alega, a CDA possui presunçao de liquidez e certeza, sendo exigivel. Isto posto, REJEITO a exceçao de pre-executividade. Sem condenaçao em verba honoraria (STJ, EREsp 1048043/SP, 2ª T., Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 29/06/2009). Aguarde-se localizaçao de bens no arquivo. Intimem-se.-Adv. do Exequente MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO e Advs. do Executado DR. ADRIANO MUNIZ REBELLO e WANDERLEIA PEREIRA GOMES-.

139. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-853/2007-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN/PR x FABIANA CASTANHA-Vista ao exequente, da certidao de fls.87. (artigo162, paragrafo 4º do CPC). -Adv. do Exequente MARISTELA BUSETTI e Adv. do Executado ELIANE APARECIDA DA COSTA SILVA-.

140. EXECUCAO FISCAL - ESTADUAL-0017299-28.2008.8.16.0021-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x PAULO FERNANDO QUINTELA & CIA LTDA e outros- Trata-se de execuçao de preexecutividade em que se alega o irregular redirecionamento da execuçao aos socios. O exequente nao concordou com o pedido. DECIDO. Nao assiste razao o executado. O oficial de justiça certificou a fls. 10/v que o executado esta em lugar incerto e nao sabido, bem como consta a situaçao cadastral de baixa. Os elementos sao suficientes de irregularidade, tendo em vista a propria existencia do debito executado. A materia ja se encontra sumulada pelo E. STJ, conforme s. 435. Isto posto, REJEITO a exceçao de preexecutividade. defiro o pedido de BacenJud. Intimem-se.-Adv. do Exequente EDUARDO LUIZ BUSSATTA e Adv. do Executado GUILHERME MARTINS HOFFMANN-.

141. EXECUCAO FISCAL - ESTADUAL-0017302-80.2008.8.16.0021-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x PAULO FERNANDO QUINTELA & CIA LTDA e outros- DESPACHO DE FL. 78====>...Isto posto JULGO IMPROCEDENTE a exceçao de pre-executividade. Sem condenaçao de verba honoraria (STJ, ERsp 1048043/SP, 2ªT., Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 29/06/2009). Defiro o pedido de fls. 75. Oficie-se. Intimem-se.-Adv. do Exequente DR. RAFAEL AUGUSTO SILVA DOMINGUES e Adv. do Executado GUILHERME MARTINS HOFFMANN-.

142. CARTA PRECATORIA-0026849-42.2011.8.16.0021-Oriundo da Comarca de 9A. VARA CIVEL DE LONDRINA - PR-ANDERSON SILVESTRE BASTOS x REGINALDO APARECIDO DA SILVA e outro-DESPACHO DIGITAL==>1. Para inquirição das testemunhas arroladas pelo Juízo deprecante, designo o dia 07 de novembro de 2011, às 14:00 horas.2. Intimem-se. Requisite-se.
3. Oficie-se comunicando ao Juízo deprecante.4. Cumprido o ato deprecado, preparadas as custas processuais, devolva-se com as cautelas de estilo.
====>(a versão digital deste Documento pode ser acessada em http://www.tjpr.jus.br no link Sentenças e Despacho Digitais). -Adv. do Requerente MARIA DE CASSIA CESAR NOVAES SOLEO e Advs. do Requerido CIBELLE FERRO RAMOS DE PAULA e ANDRE FUSTAINO COSTA-.

CASCAVEL, 27 DE SETEMBRO DE 2011
ORIGINAL ASSINADO EM CARTORIO
FERNANDA FINATO BELEZE
= Funcionária Juramentada =

# VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

**JUIZO DE DIREITO DA VARA DA INF. E JUVENTUDE**
**DA COMARCA DE CASCAVEL- PARANA**
**JUIZ DE DIREITO: SERGIO LUIZ KREUZ**

**RELAÇAO Nº 005/2011**

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADYR TACLA FILHO 0004 000372/2009
ALINE CRISTINA BOND REIS 0003 000312/2009
ANTONIO CARLOS DE CASTILH 0002 000225/2009
EDSON PEREIRA DE SOUZA 0004 000372/2009
0005 025863/2010
JANETE MARIA CLASER DA SI 0004 000372/2009
SERGIO BOND REIS 0001 000235/2008

1. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA-235/2008-M.P. x J.-... Considerando que o adolescente cumpriu integralmente a medida aplicada,julgo extinta a medida socioeducativa aplicada nestes autos, determinando o arquivamento. -Adv. SERGIO BOND REIS-.
2. PEDIDO DE TUTELA-225/2009-S.R. x J.- "A tutora para que se manifeste sobre as observações da auditoria, com prazo de 10 (DEZ) dias para resposta-Adv. ANTONIO CARLOS DE CASTILHO-.
3. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA-312/2009-M.P. x J.-Pelas razões expostas, julgo extinta a medida socioeducativa aplicada nestes autos, com fundamento no artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil, determinando o arquivamento. -Adv. ALINE CRISTINA BOND REIS-.
4. PEDIDO DE GUARDA-372/2009-E.L.S.J. x J.- "...Designo audiência para homologação do acordo para o dia 10/10/11 às 14:40 hs -Advs. ADYR TACLA FILHO e JANETE MARIA CLASER DA SILVA-.
5. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA-25863/2010-M.P. x J.L.D.S.M.-Pelas razões expostas, julgo extinta a medida socioeducativa aplicada nestes autos, com fundamento no artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil, determinando o arquivamento. -Adv. EDSON PEREIRA DE SOUZA-.

Cascavel,29 de setembro de 2011.

# CASTRO

## VARA CÍVEL

**COMARCA DE CASTRO - ESTADO DO PARANA.**

**RELACAO Nº 122/2011.**
**JUIZA SUBSTITUTA:**
**JULIANA OLANDOSKI BARBOZA.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANE GUASQUE 22 900/2010
52 891/2011
ADRIELI FERREIRA RIBAS 32 146/2011
ALEXANDRE AUGUSTO DEVICCH 62 169/2011
ANA LUCIA FRANÇA 27 1267/2010
ANA PAULA SCHAFRANSKI FER 15 977/2009
ANTONIO LUIZ KASTELIJNS 14 715/2009
ARTHUR CARLOS PERALTA NET 59 59/2011
BIANCA REGINA RODRIGUES D 18 382/2010
46 833/2011
BLAS GOMM FILHO 27 1267/2010
BRUNO MIRANDA QUADROS 6 576/2006
CAMILA DA SILVA RYBU 45 792/2011
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 33 163/2011
53 916/2011
CARLOS EDUARDO MARTINS BI 39 462/2011
CEZAR IANCKOVISKI 25 1120/2010
CHARLINE LARA AIRES 27 1267/2010
CLAUDIO ITO 54 959/2011
CLAUDIO LUIZ F. C. FRANCI 4 347/2003
9 787/2007
13 572/2009
DANIEL RODRIGUES BRIANEZ 54 959/2011
DANIELLE MADEIRA 30 1480/2010
40 494/2011
DAYELLI MARIA ALVES DE SO 49 867/2011
DENISE VAZQUEZ PIRES 20 553/2010
26 1215/2010
29 1402/2010
44 737/2011
DONIZETE GELINSKI 25 1120/2010
DOUGLAS OSAKO 11 1023/2008
35 188/2011
EDEGARD A. C. LESSNAU 55 111/2009
EDUARDO TORRES MACEDO 8 714/2007
ENEIDA WIRGUES 12 25/2009
ERIKA HIKISHIMA FRAGA 23 950/2010
FABIO JOSE DE FARIAS 13 572/2009
15 977/2009
50 876/2011
FELIPE ALBERTO KUPSKI MOR 24 1019/2010
FERNANDO GIL DOS SANTOS 36 197/2011
FLAVIO SANTANNA VALGAS 33 163/2011
GILBERTO BORGES DA SILVA 53 916/2011
GLAUCIA SEVERO DE CASTRO 17 241/2010
HILTON CARDOSO DOS SANTOS 15 977/2009
JANICE KELLER ARAUJO 55 111/2009
JEAN CARLOS CAMOZATO 47 850/2011
JOAO FLAVIO MADALOZO 32 146/2011
34 172/2011
JOAO FRANCISCO GLIZT 3 19/2002
JOAO NEY MARÇAL 5 196/2006
JORGE LUIZ MARTINS 10 576/2008
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NO 4 347/2003
JOSE AUGUSTO P. PASTORELL 57 158/2010
JOSE ELI SALAMACHA 2 182/1995
38 293/2011
JUAHIL MARTINS DE OLIVEIR 1 104/1992
JULIO CEZAR DALCOL 14 715/2009
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 31 112/2011
KIVAL DELLA BIANCA PAQUET 58 35/2011
LILIAM APARECIDA DE JESUS 20 553/2010
LUCIANA PEREZ GUIMARAES D 1 104/1992
LUIS HENRIQUE LOPES DE SO 25 1120/2010
LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VI 4 347/2003
MARCIO MACHADO TEIXEIRA 10 576/2008
MARCOS ANTONIO FERREIRA B 3 19/2002
7 1122/2006
MARCOS CESAR DAS CHAGAS L 19 494/2010
MARCOS VINICIUS MOLINA VE 42 563/2011
43 571/2011
MARIA AMELIA CASSIANA MAS 16 1059/2009
MEIRE ANNE SQUIBA 34 172/2011
MILKEN JACQUELINE C. JACO 33 163/2011
NELSON PASCHOALOTTO 41 520/2011
49 867/2011
51 887/2011
NEMESIO FERREIRA DIAS JUN 61 159/2011
OLDEMAR MARIANO 9 787/2007
PAULO FERNANDO PAZ ALARCO 60 147/2011
PERICLES LANDGRAF ARAUJO 55 111/2009
RAFAEL MOSELE 47 850/2011
RAPHAEL TOSTES 41 520/2011
RENATA DE SOUZA POLETTI 9 787/2007
RICARDO RUH 37 292/2011
38 293/2011
RITA DE CASSIA BRITO BRAG 31 112/2011
ROGERIO ZARPELAM XAVIER 54 959/2011
SAMANTHA TAKAHASHI GONÇAL 56 96/2010
SERGIO RODRIGUES DA LUZ 21 622/2010
SERGIO SCHULZE 28 1345/2010
SILVIO RUBENS MEIRA PRADO 24 1019/2010
SONNY BRASIL DE CAMPOS GU 63 172/2011
SYLVIA HELENA FERREIRA CA 59 59/2011
TABATA NOBREGA BONGIORNO 48 865/2011
TATIANA VALESCA VROBLEWSK 28 1345/2010
THIAGO BUENO RECHE 54 959/2011
THIAGO FARIA 55 111/2009
THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS 6 576/2006
VINICIUS MORAES CHAGAS LI 19 494/2010

1. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-104/1992-SEMENTES CARGILL LTDA x EZAGRO COM.E REPRESENT.DE PROD.AGROPECUARIOS LTDA e outros- As partes, em cinco dias, para manifestação ante a informação de fçs. 342 verso da Sra. Avaliadora Judicial Designada e conta geral de fls. 347/348. -Advs. JUAHIL MARTINS DE OLIVEIRA e LUCIANA PEREZ GUIMARAES DA COSTA-.

2. BUSCA E APREENSAO (FID)-182/1995-BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A x MOVEIS AGABEN LTDA.- Ao requerente, em cinco dias, para que efetue o recolhimento das custas processuais remanescentes no valor de R$ 72,39 (setenta e dois reais e trinta e nove centavos) custas cartório; R$ 10,09 (dez reais e nove centavos) custas contador e R$ 221,50 (duzentos e vinte e um reais e cinquenta centavos) diligência Oficial de Justiça Jose Elias Tetar. Para emissão de guias acessar o site www.tj.pr.gov.br, link guias de recolhimento. -Adv. JOSE ELI SALAMACHA-.

3. REPARACAO DE DANOS-0000148-27.2002.8.16.0064-NELSON VICENTE PINHEIRO x CLAUDINE IRANILSON GANZERT FERREIRA- Da baixa dos autos, ciência as partes. -Advs. MARCOS ANTONIO FERREIRA BUENO e JOAO FRANCISCO GLIZT-.

4. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-347/2003-BANCO BANESTADO S/A x PAULO ROBERTO NOCERA e outros- Trata-se de pedido de alvará para levantamento da quantia de R$ 4.032,53 bloqueado nas contas dos executados via Bacenjud e de pedido de que seja feita nova avaliação do bem imóvel penhorado para que posteriormente seja realizada a praça do imóvel.
Os pedidos merecem deferimento, eis que o valor executado é de R$ 62.625,36 (em 24/07/2003). Sendo assim, expeça-se alvará em nome do procurador Dr. José Augusto Araújo de Noronha para que levante os valores bloqueados na conta dos executados via Bacenjud. Cobrem-se informações acerca da Carta Precatória expedida para a Comarca de Piraí do Sul, por força da decisão de fl. 164, para fim de avaliar o imóvel penhorado. Com as informações certificadas nestes autos, façam-se conclusos para apreciação.
Diligências necessárias.-Advs. JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO e CLAUDIO LUIZ F. C. FRANCISCO-.

5. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-196/2006-RETIMAQ RETIFICA DE MAQUINAS LTDA x GOLTZ AUTO PEÇAS LTDA- Ao exequente, ante o auto de penhora e depósito de fls. 111, laudo de avaliação e certidão de fls. 112 da Sra. Oficial de Justiça. -Adv. JOAO NEY MARÇAL-.

6. BUSCA E APREENSAO (FID)-576/2006-BANCO FINASA S/A x ELIEL GONÇALVES- Ao requerente, em cinco dias, para que efetue o recolhimento das custas processuais remanescentes no valor de R$ 255,73 (duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos) custas cartório e R$ 10,09 (dez reais e nove centavos) custas contador. Para emissão de guias acessar o site www.tj.pr.gov.br, link guias de recolhimento. -Advs. BRUNO MIRANDA QUADROS e THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS-.

7. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-1122/2006-J A DA SILVA CARAMBEI ME x COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DO CENTRO SUL DO PR. e outro- Ao requerente, em cinco dias, para que efetue o recolhimento das custas processuais remanescentes no valor de R$ 334,66 (trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos) custas cartório e R$ 60,52 (sessenta reais e cinquenta e dois centavos) custas constador. Para emissão de guias acessar o site www.tj.pr.gov.br, link guias de recolhimento. -Adv. MARCOS ANTONIO FERREIRA BUENO-.

8. ANULATORIA-714/2007-ANICE FADEL RIBAS x YO BRASIL COMERCIO E CONFECÇÕES- Ao exequente, ante a certidão de fls. 120, deixou de encaminhar minuta para bloqueio no sistema Bacen jud, tendo em vista que nos autos não consta o número do CNPJ da executada. -Adv. EDUARDO TORRES MACEDO-.

9. INDENIZACAO (ORD)-787/2007-ANDRE LUIZ PETRESKI x PEDRO PAULO RANKEL- "Nos termos do item 4 de fls. 54, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 15/12/2011, às 14:00h. Intimem-se as partes para que compareçam ao ato, acompanhadas de seus procuradores. Acaso pretendam a inquirição de testemunhas, as partes deverão apresentar o rol com até 45 dias de antecedência ao ato, sob pena de preclusão (salvo se já o tenham feito)." -Advs. CLAUDIO LUIZ F. C. FRANCISCO, RENATA DE SOUZA POLETTI e OLDEMAR MARIANO-.

10. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-576/2008-AFONSO CELSO MARINHO BALDRATI x UNIAO- Ao embargante, em cinco dias, para manifestação ante os esclarecimentos prestados pelo Sr. Perito, às fls. 352/359.-Advs. JORGE LUIZ MARTINS e MARCIO MACHADO TEIXEIRA-.
11. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1023/2008-LUISE FABIANA DOS SANTOS OLIVEIRA x PIETER GYSBERT SLINGERLAND- Ao exequente, ante o bloqueio de fls. 45 através do Sistema Bacenjud. -Adv. DOUGLAS OSAKO-.
12. BUSCA E APREENSAO (FID)-25/2009-BV FINANCEIRA S/A x GILSON DA ROSA- Ao requerente, em cinco dias, para manifestação ante o retorno da carta oficial de Gilson da Rosa, informação fornecida pelo correio (desconhecido). -Adv. ENEIDA WIRGUES-.
13. REIVINDICATORIA DE BEM MOVEL-572/2009-HILDA MARIA ZELAZOWSKI x SILVIO ALVES DOS SANTOS- Designada a data de 19 de janeiro de 2012, às 14:00 horas, para audiência de conciliação - Advs. CLAUDIO LUIZ F. C. FRANCISCO e FABIO JOSE DE FARIAS-.
14. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA-715/2009-MARCOS MULLER e outros x JOACI ADAO CUBES e outro- "Para a audiência de que trata o art. 331 do CPC, designo o dia 10/01/2012, às 15:15h." - Advs. JULIO CEZAR DALCOL e ANTONIO LUIZ KASTELIJNS-.
15. DECLARATORIA-977/2009-MARCOS ANTONIO DE LARA x CISCARD S/A- "1. Para o ato postergado, redesigno o dia 1º/02/2012, às 14:00 horas" -Advs. FABIO JOSE DE FARIAS, HILTON CARDOSO DOS SANTOS e ANA PAULA SCHAFRANSKI FERREIRA-.
16. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1059/2009-BANCO DO BRASIL S/A x TEODORO GEORG DEGGER- Ao exequente, em cinco dias, para manifestação acerca da elaboração do laudo de avaliação e conta geral de fls. 89/91. -Adv. MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA-
17. COMINATORIA-0001071-72.2010.8.16.0064-ITC DO BRASIL INDUSTRIA, COMERCIO E IMPORTAÇAO PRODUTOS AGROPECUARIOS x GILMAR OSNI DE ARAUJO e outros- Ao requerente, em dez dias, para manifestação acerca da contestação apresentada. -Adv. GLAUCIA SEVERO DE CASTRO DINIZ-.
18. USUCAPIAO-0001567-04.2010.8.16.0064-JOSANE IMACULADA RODRIGUES e outro- Ao requerente, em cinco dias, para manifestação ante o retorno da carta oficial de ALL, informação fornecida pelo correio (recusado). -Adv. BIANCA REGINA RODRIGUES DA SILVA MARIANO-.
19. REPARACAO DE DANOS-0001953-34.2010.8.16.0064-MARIA LEONI MEDEIRA e outro x J R BECK & CIA LTDA- Ao requerido, em cinco dias, para que efetue o recolhimento das custas processuais no percentual de 50% (cinquenta por cento) nos valores de R$ 424,88 (quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos) custas cartório; R$ 17,12 (dezessete reais e doze centavos) custas distribuidor; R$ 5,04 (cinco reais e quatro centavos) custas contador; R$ 166,50 (cento e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) diligência Oficial de Justiça Harumi Cristiane Propheta Someya e R$ 38,96 (trinta e oito reais e noventa e seis centavos) taxa judiciária. Para emissão de guias acessar o site www.tj.pr.gov.br, link guias de recolhimento. -Advs. MARCOS CESAR DAS CHAGAS LIMA e VINICIUS MORAES CHAGAS LIMA-.
20. BUSCA E APREENSAO (FID)-0002276-39.2010.8.16.0064-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x RONALDO VALCREI RODRIGUES- Ao requerente, em cinco dias, para manifestação acerca da certidão negativa de fls. 75 do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO e DENISE VAZQUEZ PIRES-.
21. ALVARA-0002500-74.2010.8.16.0064-JOAO QUINAIA e outro- Ao requerente, em cinco dias, para retirada do alvará judicial expedido nos autos. -Adv. SERGIO RODRIGUES DA LUZ-.
22. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0003401-42.2010.8.16.0064-BANCO BRADESCO S/A x JC RICARDO E CIA LTDA e outro- Ao exequente, para retirada da Carta Precatória expedida para citação dos requeridos, comprovando, nos autos, a distribuição da mesmo, prazo de 15 (quinze) dias -Adv. ADRIANE GUASQUE-.
23. BUSCA E APREENSAO (FID)-0003506-19.2010.8.16.0064-BANCO BMG S/A x MARCOS ELIZANDRO DOS SANTOS-A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça Jose Carlos Stabile: RG 1.145.527, CPF/MF 209.097.139-87, no valor de R$ 279,50 (duzentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos), junto ao Banco do Brasil, agência 0485-5, conta poupança nº 28.437-8. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que deverá juntar aos autos o respectivo comprovante do depósito. -Adv. ERIKA HIKISHIMA FRAGA-.
24. RESTITUICAO-0003756-52.2010.8.16.0064-WILSON DE OLIVEIRA x COPEL DISTRIBUIÇAO S/A-Especifiquem as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, justificando sua necessidade e pertinência de forma concreta e precisa, sob pena de indeferimento, bem como para que não obstante se entenderem que é caso de julgamento antecipado, digam desde logo. -Advs. FELIPE ALBERTO KUPSKI MOREIRA e SILVIO RUBENS MEIRA PRADO-.
25. DECLARATORIA-0003984-27.2010.8.16.0064-HILDA APARECIDA DA SILVA e outros x MUNICIPIO DE CASTRO- Ao requerente, em dez dias, para manifestação acerca da contestação apresentada. -Advs. LUIS HENRIQUE LOPES DE SOUZA, DONIZETE GELINSKI e CEZAR IANCKOVISKI-.
26. BUSCA E APREENSAO (FID)-0004383-56.2010.8.16.0064-OMNI S/A CREDITO FINACIAMENTO E INVESTIMENTO x JOAO ALVES FERREIRA- À requerente, em cinco dias, para retirada do alvará judicial expedido para saque dos valores depositados em favor do Sr. Oficial de Justiça (Alvará expedido em nome de ALAN BORBA) - prazo de validade do alvará: 45 dias, contados do dia 23/09/11 -Adv. DENISE VAZQUEZ PIRES-.
27. EXECUCAO DE SENTENCA-0004579-26.2010.8.16.0064-SILVIA CORADIN x BANCO SANTANDER BRASIL S/A- Ao requerente, em 10 (dez) dias, para que regularize sua representação processual, vez que não houve juntada aos autos do instrumento de procuração, bem como, para que em igual prazo, esclareça em que agência bancária está depositada a quantia referente ao principal (R$ 18.550,26), informando, inclusive, o endereço da Agência (Agência 485-9) - Advs. BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANÇA e CHARLINE LARA AIRES-.
28. DECLARATORIA-0005236-65.2010.8.16.0064-GILMAR ROBERTO BANISKI CORREA x BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A-Especifiquem as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, justificando sua necessidade e pertinência de forma concreta e precisa, sob pena de indeferimento, bem como para que não obstante se entenderem que é caso de julgamento antecipado, digam desde logo. -Advs. SERGIO SCHULZE e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.
29. BUSCA E APREENSAO (FID)-0005925-12.2010.8.16.0064-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x GILSON MARQUES RIBAS- A requerente, para retirada do alvará judicial expedido para saque dos valores depositados em favor do Sr. Oficial de Justiça (Alvará expedido em nome de ALAN BORBA) - prazo de validade do alvará: 45 dias, contados do dia 23/09/11 -Adv. DENISE VAZQUEZ PIRES-.
30. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0006155-54.2010.8.16.0064-MARCOS AURELIO PADILHA x OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Ao requerente, em dez dias, para manifestação acerca da contestação apresentada. -Adv. DANIELLE MADEIRA-.
31. BUSCA E APREENSAO (FID)-0000468-62.2011.8.16.0064-BANCO PANAMERICANO S/A x RAFAEL GUIMARAES - Ao requerente, em cinco dias, para retirada do alvará judicial expedido para levantamento das diligências do Sr. Oficial de Justiça (alvará expedido em nome da Dra. Rita de Cassia Brito Braga) - prazo de validade do alvará: 30 dias, contados do dia 23/09/11 -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e RITA DE CASSIA BRITO BRAGA-.
32. INDENIZACAO (ORD)-0000602-89.2011.8.16.0064-SANDRA MARA FARIAS x HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO- Ao requerente, em dez dias, para manifestação acerca da contestação apresentada. -Advs. ADRIELI FERREIRA RIBAS e JOAO FLAVIO MADALOZO-.
33. BUSCA E APREENSAO (FID)-0000765-69.2011.8.16.0064-BV FINANCEIRA S/A CFI x ROSELI DA APARECIDA XAVIER MACHADO- À requerente, para retirada do Ofício expedido à Delegacia da Receita Federal, para obtenção do endereço da requerida -Advs. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN, FLAVIO SANTANNA VALGAS e MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI-.
34. INDENIZACAO (ORD)-0000788-15.2011.8.16.0064-IZABEL CRISTINA BABI x PARANA BANCO S/A- Ao requerente, em cinco dias, para que efetue o recolhimento das custas processuais no valor de R$ 835,66 (oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos) custas cartório; R$ 30,25 (trinta reais e vinte e cinco centavos) custas distribuidor; R$ 10,09 (dez reais e nove centavos) custas contador e R$ 76,92 (setenta e seis reais e noventa e dois centavos) taxa judiciaria. Para emissão de guias acessar o site www.tj.pr.gov.br, link guais de recolhimento. -Advs. MEIRE ANNE SQUIBA e JOAO FLAVIO MADALOZO-.
35. INVENTARIO-0000897-29.2011.8.16.0064-ROBERTO KATUMI FUJIMOTO x AYAKO MURAO- Ao inventariante, no prazo legal, para que junte aos autos os carnês de IPTU e/ou Declaração completa de ITR, conforme requerido pela Fazenda Pública às fls. 50/52. -Adv. DOUGLAS OSAKO-.
36. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0000941-48.2011.8.16.0064-TRATORNEW S/A x TEODORO GEORG DEGGER e outro- Ao exequente, em dez dias, para manifestação acerca da exceção de pré-executividade apresentada às fls. 34/43. -Adv. FERNANDO GIL DOS SANTOS-.
37. EXECUCAO DE CEDULA RURAL PIG-0001333-85.2011.8.16.0064-COOPERATIVA AGROPECUARIA CASTROLANDA x REINALDO HUSCH e outros- Ao exequente, ante o auto de penhora de depósito de fls. 71, laudo de avaliação de fls. 72 e certidão de fls. 72 verso, da Sra. Oficial de Justiça. -Adv. RICARDO RUH-.
38. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0001334-70.2011.8.16.0064-COOPERATIVA AGROPECUARIA CASTROLANDA x HENRIQUE HUSCH JUNIOR e outros- Ao exequente, ante o auto de penhora e depósito de fls. 54, laudo de avaliação de fls. 55 e certidão de fls. 55 verso da Sra. Oficial de Justiça. -Advs. JOSE ELI SALAMACHA e RICARDO RUH-.
39. BUSCA E APREENSAO (FID)-0002013-70.2011.8.16.0064-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CAMPOS GERAIS - SICREDI CAMPOS GERAIS x JOAO CARLOS DE OLIVEIRA CASTRO - ME e outro- Ao requerente, em cinco dias, para manifestação acerca da certidão negativa de fls. 98 verso do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. CARLOS EDUARDO MARTINS BIAZETTO-.
40. REVISIONAL-0002080-35.2011.8.16.0064-GIULIANO DE ALMEIDA x BANCO CIFRA S/A (GRUPO SCHAHIN)- Ao requerente, em dez dias, para manifestação acerca da contestação apresentada. -Adv. DANIELLE MADEIRA-.
41. REINTEGRACAO DE POSSE-0002159-14.2011.8.16.0064-BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x A S PITTHAN ME- Ao requerente, em cinco dias, para manifestação ante a certidão negativa de fls. 67 verso do Sr.Oficial de Justiça. -Advs. NELSON PASCHOALOTTO e RAPHAEL TOSTES-.
42. BUSCA E APREENSAO (FID)-0002333-23.2011.8.16.0064-BV FINANCEIRA S/A CFI x EDSON FERNANDES OLIVEIRA ALVES- Ao requerente, em cinco dias, para manifestação acerca da certidão negativa de fls. 35 do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. MARCOS VINICIUS MOLINA VERONEZE-.
43. BUSCA E APREENSAO (FID)-0002341-97.2011.8.16.0064-BV FINANCEIRA S/A CFI x DIRCEU ALMEIDA FERREIRA- Ao requerente, em cinco dias, para manifestação acerca da certidão negativa de fls. 34 verso do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. MARCOS VINICIUS MOLINA VERONEZE-.
44. BUSCA E APREENSAO (FID)-0003133-51.2011.8.16.0064-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ANDREIA DE CASTRO- "1. Retifique-se a autuação, o registro e a distribuição, fazendo constar que o valor da causa é aquele indicado às fls. 17, equivalente ao valor das prestações vencidas e

vincendas. Se houver necessidade, intime-se o autor a complementar o pagamento das custas processuais. 2. Na forma do art. 3° do Decreto-Lei 911/69 (com a redação dada pela Lei 10.931/04) e comprovada a mora do devedor por meio dos documentos acostados à petição inicial, defiro a busca e apreensão liminar do veículo dado em garantia fiduciária descrito na petição inicial. 3. Cite-se o requerido para: a) no prazo de 05 (cinco) dias contados da execução da liminar, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na iniciat, hipótese em que o bem Ihe será restituído livre do ônus (art. 3°, § 2°, do DecretoLei 911/69); b) faça-se constar no mandado que, não ocorrendo o pagamento no prazo acima, apficar-se-ão as conseqüências previstas no art. 3°, § 1°, do Decreto-Lei 911/69; c) querendo, e independentemente do pagamento, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia (art. 3°, §§ 1° e 2°). 4. Expeça-se o mandado de busca e apreensão e de citação, e, após o cumprimento da diligência, lavre-se termo de entrega. 5. Se houver contestação, com a apresentação de preliminares, manifeste-se o demandante em réplica, no prazo tegal. Se com a réplica forem juntados documentos novos, cumpra-se o disposto no artigo 398 do CPC, ficando vedada, sob pena de desentranhamento, a juntada de ulterior documentação." - A requerente, em cinco dias, para recolhimento das diligências do Sr. Oficial de Justiça - Adv. DENISE VAZQUEZ PIRES-.

45. COBRANCA (ORD)-0003405-45.2011.8.16.0064-COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO SAO JOSE LTDA x NOELI RIBEIRO RAIMUNDO ME-A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça Jose Elias Tetar: RG 1.911.900, CPF/MF 340.630.569-53, no valor de R$ 64,50 (sessenta e quatro reais e cinquenta centavos), junto ao Banco do Brasil, agência 0485-5, conta corrente nº 18.435-7. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que deverá juntar aos autos o respectivo comprovante do depósito. -Adv. CAMILA DA SILVA RYBU-.

46. DECLARATORIA C/PED.INDENIZAC.-0003598-60.2011.8.16.0064-ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA x MEGA ODONTO- CLÍNICA ODONTOLÓGICA QUADROS LTDA- Ao requerente, em dez dias, para manifestação acerca da contestação apresentada. -Adv. BIANCA REGINA RODRIGUES DA SILVA MARIANO-.

47. EXECUCAO-0003702-52.2011.8.16.0064-CAIXA SEGURADORA S/A x LUCAS DAVI PINHEIRO-A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça Jose Elias Tetar: RG 1.911.900, CPF/MF 340.630.569-53, no valor de R$ 152,27 (cento e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), junto ao Banco do Brasil, agência 0485-5, conta corrente nº 18.435-7. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que deverá juntar aos autos o respectivo comprovante do depósito. -Advs. JEAN CARLOS CAMOZATO e RAFAEL MOSELE-.

48. BUSCA E APREENSAO (FID)-0003723-28.2011.8.16.0064-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x JOSE CARLOS PIRES PONTES-A parte autora para recolher a diligência da Oficial de Justiça Harumi Cristiane Propheta Someya: RG 5.453.972-0, CPF/MF 805.600.839-04, no valor de R$ 221,50 (duzentos e vinte e um reais e cinquenta centavos), junto ao Banco do Brasil, agência 0485-5, conta nº 16.973-0. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que deverá juntar aos autos o respectivo comprovante do depósito. -Adv. TABATA NOBREGA BONGIORNO-.

49. REINTEGRACAO DE POSSE-0003743-19.2011.8.16.0064-BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOSEMAR IANK- Ao requerente, em cinco dias, para que formalize a indicação do preposto a quem deverá ser entregue o bem -Advs. NELSON PASCHOALOTTO e DAYELLI MARIA ALVES DE SOUZA-.

50. DECLARATORIA C/PED.INDENIZAC.-0003756-18.2011.8.16.0064-WILSON CORDEIRO DA PAIXÃO x ATIVOS S/A SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS e outro- Ao requerente, em dez dias, para manifestação acerca da contestação apresentada. -Adv. FABIO JOSE DE FARIAS-.

51. REINTEGRACAO DE POSSE-0003820-28.2011.8.16.0064-BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x CRISTIAN MAIA FONTOURA TRANSPORTES- Ao requerente, em cinco dias, para que formalize a indicação do preposto a quem o bem deverá ser entregue -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

52. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0003835-94.2011.8.16.0064-BANCO BRADESCO S/A x GIOVANI ZAPPE JORGE-A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça Jose Carlos Stabile: RG 1.145.527, CPF/MF 209.097.139-87, no valor de R$ 37,00 (trinta e sete reais), junto ao Banco do Brasil, agência 0485-5, conta poupança nº 28.437-8. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que deverá juntar aos autos o respectivo comprovante do depósito. -Adv. ADRIANE GUASQUE-.

53. BUSCA E APREENSAO (FID)-0003984-90.2011.8.16.0064-BV FINANCEIRA S/A CFI x PATRICIA DE SOUZA ROZA-A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça Jose Carlos Stabile: RG 1.145.527, CPF/MF 209.097.139-87, no valor de R$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais), junto ao Banco do Brasil, agência 0485-5, conta poupança nº 28.437-8. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que deverá juntar aos autos o respectivo comprovante do depósito. -Advs. GILBERTO BORGES DA SILVA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

54. PREVIDENCIARIA-0004128-64.2011.8.16.0064-ADRIANE MILINKOVIC x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL- À requerente, em cinco dias, para retirada da Carta Precatória expedida para citação do INSS, devendo comprovar a distribuição da mesma, na Comarca de Ponta Grossa, no prazo de quinze dias - Advs. ROGERIO ZARPELAM XAVIER, DANIEL RODRIGUES BRIANEZ, THIAGO BUENO RECHE e CLAUDIO ITO-.

55. CARTA PRECATORIA - CIVEL-111/2009-Oriundo da Comarca de 4 VARA FAZENDA PUBLICA CURITIBA-BANCO REGIONAL DE DESENV. DO EXTREMO SUL - BRDE x PEDRO CORNELIO DE GEUS GREYDANUS e outro- Às partes, em cinco dias, sobre o laudo de avaliação de fls. 123 = R$ 47.226,00 -Advs. JANICE KELLER ARAUJO, EDEGARD A. C. LESSNAU, THIAGO FARIA e PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

56. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002645-33.2010.8.16.0064-Oriundo da Comarca de IBAITI - PARANA-DOMINGOS BERTOTI x EMERSON JOSE SPERANDIO- À exequente, em cinco dias, para recolhimento das custas de avaliação, no valor de R$ 268,95 (OBS: as custas mencionadas deverão ser recolhidas em favor do Cartório Distribuidor, Avaliador e anexos) - Adv. SAMANTHA TAKAHASHI GONÇALVES LIMA-.

57. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0004393-03.2010.8.16.0064-Oriundo da Comarca de CAPAO BONITO - 1ª VARA JUDICIAL-MATIAS RODRIGUES DA CRUZ x SILMAR CRISTIANO MOISSA e outros- Ao requerente, em dez (10) dias, ante a certidão negativa de fls. 12 - Não havendo manifestação no prazo acima, a Carta Precatória será devolvida no estdo em que se encontra -Adv. JOSE AUGUSTO P. PASTORELLI-.

58. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0001034-11.2011.8.16.0064-Oriundo da Comarca de LAPA-LEONI DEMBISKI x MARCOS ANTONIO MENDES PINTO- À requerente, ante a certidão negativa de fls. 34 do Sr. Oficial de Justiça -Adv. KIVAL DELLA BIANCA PAQUETE JUNIOR-.

59. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0001703-64.2011.8.16.0064-Oriundo da Comarca de 18ª VARA CIVEL DA COMARCA DE CURITIBA-VITAGRI INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA x AVES ALIANCA PRODUCAO E COMERCIALIZACAO DE FRANGOS PARA CORTE LTDA-A parte autora para recolher a diligência da Oficial de Justiça Harumi Cristiane Propheta Someya: RG 5.453.972-0, CPF/MF 805.600.839-04, no valor de R$ 327,11 (trezentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), junto ao Banco do Brasil, agência 0485-5, conta nº 16.973-0. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que deverá juntar aos autos o respectivo comprovante do depósito. -Advs. ARTHUR CARLOS PERALTA NETO e SYLVIA HELENA FERREIRA CAMPOS-.

60. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0003795-15.2011.8.16.0064-Oriundo da Comarca de 4 VARA CIVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA-CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI x JAMIL MARTINS GUIMARAES e outro-A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça Jose Carlos Stabile: RG 1.145.527, CPF/MF 209.097.139-87, no valor de R$ 55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), junto ao Banco do Brasil, agência 0485-5, conta poupança nº 28.437-8. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que deverá juntar aos autos o respectivo comprovante do depósito. -Adv. PAULO FERNANDO PAZ ALARCON-.

61. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0004030-79.2011.8.16.0064-Oriundo da Comarca de SOROCABA - 5ª VARA-ADILSON PIRES DE CAMARGO VOTORANTIM - ME x BATAVIA S/A-A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça Jose Elias Tetar: RG 1.911.900, CPF/MF 340.630.569-53, no valor de R$ 205,14 (duzentos e cinco reais quatorze centavos), junto ao Banco do Brasil, agência 0485-5, conta corrente nº 18.435-7. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que deverá juntar aos autos o respectivo comprovante do depósito. -Adv. NEMESIO FERREIRA DIAS JUNIOR-.

62. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0004205-73.2011.8.16.0064-Oriundo da Comarca de 3 VARA CIVEL DE PONTA GROSSA-SUSANA AKEMI KUBO KOJIMA x ENIO FERREIRA DE LIMA e outros- À requerente, em cinco dias, para recolhimento das custas iniciais, inclusive diligência do Sr. Oficial de Justiça, sob pena de devolução da Carta Precatória (Telefone para contato: 42-3233-3608) -Adv. ALEXANDRE AUGUSTO DEVICCHI-.

63. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0004313-05.2011.8.16.0064-Oriundo da Comarca de CURITIBA - 17 ª VARA CIVEL-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x DISTRIBUIDORA DE DOCES ALEGRIA LTDA e outro- Ao exequente, em cinco dias, para recolhimento das custas iniciais, inclusive diligências do Sr. Oficial de Justiça, sob pena de devolução da carta precatória (Telefone para contato: 42-3233-3608) - Adv. SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARÃES-.

Castro, 29 de setembro de 2011
Cleuza Marlene Resseti Guiloski
Funcionária Juramentada

# CIANORTE

# VARA CÍVEL

**COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANA**
**UNICA VARA CIVEL**
**RELACAO Nº 126/2011**
**STELA MARIS PEREZ RODRIGUES - JUIZA DE DIREITO**
**BEL. VIRGILINO FERREIRA VARELLA - SERVENTUÁRIO**

**RELACAO Nº 126/2011**

ADRIANE HAKIM PACHECO 0116 004506/2011
ADRIANO MUNIZ REBELLO 0058 002642/2011
0059 002648/2011
0061 002698/2011
0062 002739/2011
0065 002831/2011

0079 003195/2011
0102 004074/2011
ADÃO ANTÔNIO PEREIRA LAGO 0130 005460/2011
0133 005501/2011
AGNALDO JUAREZ DAMASCENO 0057 002580/2011
ALBERTO EUSTÁQUIO PINTO S 0168 006251/2011
ALCIDES DOS SANTOS 0006 000647/2009
ALDEBARAN ROCHA FARIA NET 0013 003232/2010
ALEXANDRE DA SILVA LEME 0011 001448/2009
ALEXANDRE DE ALMEIDA 0086 003469/2011
0119 004735/2011
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0005 000617/2009
0110 004274/2011
ALINE C.C. DINIZ PIANARO 0054 002396/2011
ANA LUCIA FRANCA 0021 000472/2011
0034 001661/2011
ANA PAULA CARDOSO MOMESSO 0009 000822/2009
ANA ROSA DE LIMA LOPES BE 0149 006047/2011
0153 006197/2011
ANA TEREZA PALHARES BASIL 0029 001293/2011
ANDREIA CARVALHO DA SILVA 0005 000617/2009
ANDRÉ ESCAME BRANDANI 0070 003031/2011
ANGELA DE SOUZA HESPANHOL 0009 000822/2009
ANGELIZE SEVERO FREIRE 0066 002832/2011
0072 003171/2011
ANTONIO DE SOUZA PEDROSO 0107 004186/2011
0159 006694/2011
ANTONIO EDUARDO GONÇALVES 0006 000647/2009
ANTONIO PEREIRA DO LAGO 0133 005501/2011
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0028 001237/2011
0052 002239/2011
0085 003430/2011
BRUNA MISCHIATTI PAGOTTO 0023 001111/2011
CARLA HELIANA V.MENEGOSSI 0017 000122/2011
0071 003170/2011
0082 003314/2011
0090 003556/2011
0126 005193/2011
0148 006037/2011
CATARINA DA SILVA MATOS M 0083 003410/2011
CESAR AUGUSTO DE FRANCA 0006 000647/2009
CINTIA SHIGUETA FECCHIO D 0132 005497/2011
CIRLENE ALEXANDRE CIZESKI 0030 001311/2011
0033 001605/2011
CLAUDIOMAR APARECIDO ANDR 0052 002239/2011
0146 005961/2011
CLEITON DAHMER 0157 006587/2011
CRISAINE MIRANDA GRESPAN 0016 000118/2011
0019 000213/2011
0020 000305/2011
0024 001185/2011
0025 001187/2011
0026 001195/2011
0032 001465/2011
0042 001919/2011
0043 001924/2011
0047 001941/2011
0048 001943/2011
0049 001952/2011
0060 002687/2011
0066 002832/2011
0067 002835/2011
0075 003185/2011
0076 003188/2011
0078 003193/2011
0084 003429/2011
0085 003430/2011
0086 003469/2011
0091 003846/2011
0092 003850/2011
0093 003852/2011
0094 003853/2011
0095 003860/2011
0096 003868/2011
0097 003870/2011
0100 004058/2011
0101 004066/2011
0109 004267/2011
0113 004284/2011
0116 004506/2011
0118 004674/2011
0119 004735/2011
0120 004806/2011
0121 004808/2011
0124 005103/2011
0127 005221/2011
0129 005290/2011
0134 005523/2011
0135 005527/2011
0136 005530/2011
0139 005635/2011
0140 005650/2011
0141 005652/2011
0142 005653/2011
0143 005654/2011
0144 005656/2011
0161 006701/2011
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0027 001197/2011
0045 001938/2011
0069 002916/2011
0071 003170/2011
0090 003556/2011
0111 004278/2011
0122 004811/2011
0125 005187/2011
0126 005193/2011
0148 006037/2011
DANIEL HACHEM 0088 003548/2011
DARLAN SEGABINAZI SILVEST 0154 006243/2011
DEWTON VICENTE BARBOSA 0168 006251/2011
DIEGO MAGALHÃES ZAMPIERI 0016 000118/2011
0025 001187/2011
0042 001919/2011
0048 001943/2011
0096 003868/2011
0100 004058/2011
0119 004735/2011
DOUGLAS DANTAS MORETI 0128 005228/2011
DOUGLAS L.COSTA MAIA 0010 000992/2009
EDIMAR FINATTI 0133 005501/2011
EDNA MARIA ARDENGHI DE C 0115 004396/2011
EDUARDO PACHECO 0057 002580/2011
EDVALDO CARLOS LIMA VALÉR 0147 006010/2011
ELIZEU LUIZ TOPOROSKI 0054 002396/2011
ELZA DE FÁTIMA DA SILVA C 0165 006952/2011
EVARISTO ARAGÃO F.DOS SAN 0096 003868/2011
EVELISE SIMONE DE MELO 0167 006131/2011
FABIANE GIMENEZ NISHIYAMA 0162 006710/2011
FABIULA MÜLLER KOENIG 0037 001695/2011
FERNANDO CESAR GALLO 0014 003513/2010
FERNANDO GRECCO BEFFA 0021 000472/2011
0106 004180/2011
0145 005948/2011
0150 006137/2011
FERNANDO JOSÉ GASPAR 0118 004674/2011
FLAVIO SANTANNA VALGAS 0017 000122/2011
0027 001197/2011
0051 002164/2011
FLÁVIO STEINBERG BEXIGA 0013 003232/2010
0029 001293/2011
0030 001311/2011
0033 001605/2011
0039 001791/2011
0040 001793/2011
0055 002407/2011
0056 002408/2011
0114 004375/2011
FRANCISCO ANDERSON RIBEIR 0067 002835/2011
GABRIEL LOPES MOREIRA 0016 000118/2011
GILBERTO ALVES DA SILVA 0007 000799/2009
0008 000804/2009
GILBERTO BORGES DA SILVA 0148 006037/2011
GILBERTO JULIO SARMENTO 0050 001985/2011
GLÁUCIO MIAKI 32.349/PR 0068 002841/2011
GRAZZIELA PICANCO DE SEIX 0128 005228/2011
GUILHERME CAMILLO KRUGEN 0081 003312/2011
GUILHERME VANDRESEN - OAB 0015 000083/2011
GUSTAVO RODRIGO GÓES NICO 0037 001695/2011
HAMILTON JOSÉ DE OLIVEIRA 0013 003232/2010
HELENA ANNES 0009 000822/2009
HELLISON EDUARDO ALVES 0005 000617/2009
HERON ANDERSON 0014 003513/2010
0163 006768/2011
HÉLIO LUIZ VITORINO BARCE 0140 005650/2011
IRACI SOUZA DE SARGES 0004 000480/2009
0131 005480/2011
IVAN LUIZ CASTRESE 0021 000472/2011
JEAN GUSTAVO SILVA NUNES 0070 003031/2011
JEFFERSON RENATO ZANETI 0034 001661/2011
JOAQUIM MIRO 0029 001293/2011
JORGE HARUO NISHIYAMA JUN 0162 006710/2011
JOSÉ ANTONIO CORDEIRO CAL 0130 005460/2011
JOSÉ IVAN GUIMARÃES PEREI 0077 003190/2011
JOYCE CRISTINA FERRAZ 0037 001695/2011
JOÃO CARLOS SILVEIRA 0064 002798/2011
JOÃO JOSÉ DA FONSECA JUNI 0128 005228/2011
JULIANA RIGOLON DE MATOS 0031 001437/2011
0149 006047/2011
0153 006197/2011
JULIANO CESAR LAVANDOSKI 0019 000213/2011
JÚLIO CESAR GOULART LANES 0106 004180/2011
KARINA DE ALMEIDA BATISTU 0109 004267/2011
0114 004375/2011
KENNYA RUIZ COUTINHO 0132 005497/2011
LEONARDO ARDENGHI DE CARV 0115 004396/2011
LEONARDO RUIZ DE ALEMAR 0021 000472/2011
0106 004180/2011
0145 005948/2011
0150 006137/2011
LINO MASSAYUKI ITO 0001 000197/2009
0002 000199/2009
0098 004005/2011
0103 004083/2011
0104 004094/2011
0105 004102/2011
LUCIANO AURÉLIO GOMES DOS 0011 001448/2009
LUCIANO BIGNATTI NIERO 0012 002584/2010
LUCIANY MICHELLI P. SANTO 0128 005228/2011

LUCIMAR ZANNE NOVO 0155 006258/2011
LUIS GUILHERME VANIN TURC 0009 000822/2009
LUIS GUSTAVO TROVON DE CA 0041 001887/2011
LUIZ CARLOS BIAGGI 0021 000472/2011
0106 004180/2011
0145 005948/2011
0150 006137/2011
LUIZ CARLOS FRANCO 0003 000357/2009
0083 003410/2011
0096 003868/2011
LUIZ CARLOS PROENÇA 0013 003232/2010
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0123 005042/2011
LUIZ GUILHERME DE SOUZA L 0035 001671/2011
LUIZ HENRIQUE CABANELLOS 0016 000118/2011
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0096 003868/2011
MAGDA LUIZA RIGODONZO EGG 0048 001943/2011
MARCELO CAVALHEIRO SCHAUR 0116 004506/2011
MARCIA CRISTINA BOEING 0012 002584/2010
MARCIA REGINA GONÇALVES G 0039 001791/2011
0040 001793/2011
0055 002407/2011
0056 002408/2011
0100 004058/2011
MARCIA REGINA R. GONÇALVE 0018 000143/2011
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0095 003860/2011
MARCIO DINIZ FANCELLI 0151 006158/2011
MARCIO ROQUE DA SILVA 0152 006177/2011
MARCO ANTONIO OLIVEIRA SI 0154 006243/2011
MARCOS RODRIGUES DA MATA 0001 000197/2009
0002 000199/2009
0098 004005/2011
0103 004083/2011
0105 004102/2011
MARCOS VINICIUS MOLINA VE 0087 003476/2011
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0038 001698/2011
0044 001935/2011
0054 002396/2011
MARILI DA LUZ RIBEIRO TAB 0048 001943/2011
MARILI R TABORDA 0112 004283/2011
MARINA NEVES ROTHBARTH 0166 005793/2011
MARIO RAMOS LUBASKI 0057 002580/2011
MATEUS MARTINS ZANIBONI 0152 006177/2011
MAURÍCIO GONÇALVES PEREIR 0021 000472/2011
0106 004180/2011
0145 005948/2011
0150 006137/2011
MIGUEL CASADO SÚDA JÚNIOR 0034 001661/2011
MILKEN JACQUELINE CENERIN 0051 002164/2011
MILKEN JACQUELINE CENERIN 0087 003476/2011
0126 005193/2011
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0007 000799/2009
0008 000804/2009
MONICA FERREIRA MELLO BIO 0007 000799/2009
0008 000804/2009
MÁRCIA CRISTINA DA SILVA 0012 002584/2010
MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI 0028 001237/2011
0052 002239/2011
0085 003430/2011
NASSIM MARIA ISMAIL 0007 000799/2009
0008 000804/2009
NELSON ALCIDES DE OLIVEIR 0138 005621/2011
0156 006490/2011
NELSON PASCHOALOTTO 0080 003267/2011
NEWTON DORNELES SARATT 0063 002747/2011
OLDEMAR MARIANO 0005 000617/2009
OLIVIO GAMBOA PANUCCI 0164 006821/2011
PLINIO AMARO MARTINS PALM 0041 001887/2011
PRISCILLA C. DE OLIVEIRA 0117 004656/2011
RAFAEL VIVA GONZALEZ 0014 003513/2010
0163 006768/2011
RAQUEL VIVA GONZALEZ NEGR 0014 003513/2010
0053 002351/2011
REGIANE CRISTINA LIMA FAR 0131 005480/2011
REGINALDO ANDRE NERY 0164 006821/2011
REINALDO MIRICO ARONIS 0023 001111/2011
0073 003173/2011
0074 003182/2011
0108 004191/2011
RICARDO DOMINGUES BRITO.2 0137 005548/2011
RICARDO RIBEIRO 0121 004808/2011
0144 005656/2011
ROBERTA IARA BUZZINARO ME 0014 003513/2010
0036 001676/2011
ROBERTO RESQUETTI CERQUEI 0154 006243/2011
RODRIGO AUGUSTO BEGO SOAR 0012 002584/2010
ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA 0046 001940/2011
0089 003554/2011
ROSANA CHRISTINE HASSE CA 0099 004057/2011
ROSELAINE STOCK 0022 000917/2011
ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA 0038 001698/2011
0044 001935/2011
RUBENS PEREIRA DE CARVALH 0003 000357/2009
0115 004396/2011
SAMUEL SILVATI 0159 006694/2011
SERGIO LUIZ BELOTTO JUNIO 0005 000617/2009
SERGIO SCHULZE 0149 006047/2011
SERGIO SCHULZE 0153 006197/2011
SIMONE CHIODEROLLI NEGREL 0005 000617/2009
SÉRGIO NEVES DE OLIVERA J 0057 002580/2011
TATIANA TAVARES DE CAMPOS 0006 000647/2009
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBI 0096 003868/2011
THAISA ZANNE NOVO 0158 006650/2011
TITO LÍVIO SEABRA 0169 006318/2011
VAGNER FERRAREZI PEREIRA 0160 006697/2011
VALERIA CARAMURU CICARELL 0110 004274/2011
VINICIUS BERTUSSI VELOZO 0152 006177/2011
VIVIAN APARECIDA MARQUES 0052 002239/2011
0146 005961/2011
WALTER GONÇALVES 0018 000143/2011
0040 001793/2011
0055 002407/2011
0056 002408/2011
0100 004058/2011

GONÇALVES DOS SANTOS-Manifestem-se as partes no seguimento feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. -Advs. LINO MASSAYUKI ITO e MARCOS RODRIGUES DA MATA-.

2. MONITÓRIA-199/2009-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x ROSANGELA PEREIRA LIMA-Manifestem-se as partes no seguimento feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. -Advs. LINO MASSAYUKI ITO e MARCOS RODRIGUES DA MATA-.

3. EMBARGOS À EXECUÇÃO-357/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ x JOAO BENTO ANTONIO- Manifestem-se as partes acerca do esclarecimentos vcomplemento do laudo pericial de fls. 271/ 277. -Advs. LUIZ CARLOS FRANCO e RUBENS PEREIRA DE CARVALHO-.

4. ABERTURA DE INVENTÁRIO-480/2009-ANTONIO LUCAS DE FREITAS x MARIA ROSA DE FREITAS- Considerando o pedido de extinção do processo pelo inventariante, a concordância do i. representante do Ministério Público e ausência de qualquer prejuízo, dada a existência de outro inventário, autos n° 483/2009, homologo por sentença a desistência da ação para que surta todos os efeitos legais, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito, o que faço com esteio no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes pelo inventariante, art. 26, CPC. Oportunamente arquivem-se, anote-se, dando-se baixa nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. IRACI SOUZA DE SARGES-.

5. MONITÓRIA-617/2009-HSBC BANK BRASIL S.A. x EDNO RODRIGUES DE ALMEIDA e outro-À parte para, em cinco dias, efetuar o recolhimento da GRC-Oficial de Justiça no valor de R$ 241,70, bem como providenciar fotocópias necessárias para instruí-lo. OBS: O recolhimento é feito por GRC, que se encontra disponível em cartório ou pelo site do TJPR (Caixa Econômica Federal, agência 0569, operação 040, conta 01500099-4), apresentando aos autos a via ORIGINAL do Oficial de Justiça para levantamento. -Advs. HELLISON EDUARDO ALVES, OLDEMAR MARIANO, SERGIO LUIZ BELOTTO JUNIOR, ALEXANDRE NELSON FERRAZ, SIMONE CHIODEROLLI NEGRELLI e ANDREIA CARVALHO DA SILVA-.

6. ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA-647/2009-JOSMAR FIORI e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-Os autos encontram-se suspensos, aguardando decurso de prazo em cartório. -Advs. ALCIDES DOS SANTOS, CESAR AUGUSTO DE FRANCA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA-.

7. ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA-799/2009-WILSON MOREIRA DOS SANTOS e outros x CAIXA SEGURADORA S/A e outro-Às partes para oferecerem alegações finais no prazo alternado e sucessivo de quinze dias, iniciando pelo Requerente/Exequente. -Advs. GILBERTO ALVES DA SILVA, NASSIM MARIA ISMAIL, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e MONICA FERREIRA MELLO BIORA-.

8. ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA-804/2009-BENEDITO FERNANDES DA SILVA e outros x CAIXA SEGURADORA S/A e outro-Às partes para oferecerem alegações finais no prazo alternado e sucessivo de quinze dias, iniciando pelo Requerente/Exequente. -Advs. GILBERTO ALVES DA SILVA, NASSIM MARIA ISMAIL, MONICA FERREIRA MELLO BIORA e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

9. OBRIGAÇÃO DE FAZER-822/2009-CONAPI INSTRUMENTAÇÃO INDUSTRIAL LTDA x TIM CELULAR S/A-Manifestem-se as partes, no prazo legal, o interesse no cumprimento da sentença. Caso inertes, aguarde-se em arquivo provisório por seis meses e, após arquive-se definitivamente, nos termos do art. 475-J, § 5º, do CPC. -Advs. ANA PAULA CARDOSO MOMESSO, ANGELA DE SOUZA HESPANHOL, LUIS GUILHERME VANIN TURCHIARI e HELENA ANNES-.

10. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL-0004137-79.2009.8.16.0069-BANCO ITAU S/A x PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ- Ao Município diante de fls. 161, após voltem para extinção. -Adv. DOUGLAS L.COSTA MAIA-.

11. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1448/2009-EXCIM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A x MORASSI E CIA LTDA - ME- Manifestem-se as partes acerca da resposta da receita federal de fls. 212/ 224. -Advs. ALEXANDRE DA SILVA LEME e LUCIANO AURÉLIO GOMES DOS SANTOS LOPES-.

12. ORDINÁRIA-0002584-60.2010.8.16.0069-EXCAPARE COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA x VALTER LUIZ TUNIN - EMPRESÁRIO INDIVIDUAL- O Juízo precisa conhecer o pedido das partes de provas para, somente depois, sanear o processo e deferi-las ou não. Assim, à especificação das provas. Int.-Advs. LUCIANO BIGNATTI NIERO, MARCIA CRISTINA BOEING, RODRIGO AUGUSTO BEGO SOARES e MÁRCIA CRISTINA DA SILVA-.

13. DECLARATÓRIA INEXIGIBILIDADE-0003232-40.2010.8.16.0069-C.D. AUTO POSTO LTDA e outros x COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A-1. Ao executado, na pessoa de seu advogado, para cumprir a sentença no prazo de quinze dias, sob pena de

acréscimo da multa de 10% prevista no artigo 475-J, como requerido, no valor de R$ 424,76 (fls. 461/462), devendo o executado esclarecer se o depósito é para quitação imediata ou para discussão posterior do débito, sob pena de ser imediatamente liberado ao credor. 2. Em caso de pagamento no prazo de quinze (15) dias, fixo honorários de 10%. // Ao Requerente/Exeqüente para que no prazo de cinco dias, efetuar o pagamento das custas do cumprimento de sentença, conforme fls. 461/462: Vara Cível no valor de R$ 230,30; Distribuidor no valor de R$ 35,22; Contador no valor de R$21,42, bem como apresentar o Funrejus devidamente recolhido no valor de R$ 20,00. OBS: os depósitos devem ser recolhidos através de boletos que encontram-se disponíveis no site do TJPR no item recolhimento judicial. -Advs. FLÁVIO STEINBERG BEXIGA, HAMILTON JOSÉ DE OLIVEIRA, LUIZ CARLOS PROENÇA e ALDEBARAN ROCHA FARIA NETO-.

14. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0003513-93.2010.8.16.0069-AIRTON CASTANHEIRA x SALETE HUMBERTO NALIN- DISPOSITIVO: Diante do exposto, julgo procedentes os pedidos formulados nos Embargos à Execução de Título Extrajudicial opostos pelo Airton Castanheira em face de Salete Humberto Nalin, para o fim de, por via transversas, extinguir a execução de título extrajudicial em face do embargante pelo reconhecimento da nulidade dos títulos exeqüendos, o que faço com esteio nos artigos 269, I do CPC e LUG. Nos termos do artigo 20,§4º do CPC, a embargada suportará as despesas processuais e os honorários advocatícios ora fixados em dezenove mil reais (R$19.000,00) para ambas as ações, atendendo ao trabalho dos procuradores das partes, complexidade da matéria e o tempo decorrido desde a propositura da ação. P. R. I. -Advs. HERON ANDERSON, RAFAEL VIVA GONZALEZ, RAQUEL VIVA GONZALEZ NEGRI, ROBERTA IARA BUZZINARO MEIER e FERNANDO CESAR GALLO-.

15. MEDIDA CAUTELAR PREPARATÓRIA-0000083-02.2011.8.16.0069-LOURIVAL AFONSO PEREIRA x BANCO ITAÚ S/A-À parte para em cinco dias, retirar ALVARÁ DE LEVANTAMENTO, que será entregue mediante o recolhimento da taxa de expedição no valor de R$42,30 (isento de pagamento da taxa em caso de Justiça Gratuita). -Adv. GUILHERME VANDRESEN - OAB/PR 40.768-.

16. REVISIONAL DE CONTRATO-0000118-59.2011.8.16.0069-MARCO ANTONIO FANHANI x BANCO DE LAGE LANDEN FINANCIAL SERVICES BRASIL S/A-Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos. Ao Apelado para suas contrarrazões, no prazo legal. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN, DIEGO MAGALHÃES ZAMPIERI, LUIZ HENRIQUE CABANELLOS SCHUH 18.673 e GABRIEL LOPES MOREIRA-.

17. BUSCA E APREENSÃO-0000122-96.2011.8.16.0069-BANCO ITAÚCARD S/A x FRANCIS SOTA GENTIL-Manifestem-se as partes no seguimento feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. -Advs. CARLA HELIANA V.MENEGOSSI TANTIN e FLAVIO SANTANNA VALGAS-.

18. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0000143-72.2011.8.16.0069-BANCO BRADESCO S/A x CLAUDIANA F. BRIGANO ME e outros-Manifestem-se as partes no seguimento feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. -Advs. WALTER GONÇALVES e MARCIA REGINA R. GONÇALVES GASPAR-.

19. REVISÃO DE CONTRATO-0000213-89.2011.8.16.0069-EDIO ANTÔNIO DOS SANTOS e outros x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO-Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos. Ao Apelado para suas contrarrazões, no prazo legal. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN e JULIANO CESAR LAVANDOSKI-.

20. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0000305-67.2011.8.16.0069-ADEMIR OLEGÁRIO MARQUES x BANCO DO BRASIL S/A- Manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias, acerca da petição juntada de fls. 1201/1298. - Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

21. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO-0000472-84.2011.8.16.0069-MAURÍCIO GONÇALVES PEREIRA x OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS CVC TUR LTDA e outro- Não há como se acolher os embargos de declaração. Isto porque a insurgência do embargante é no tocante à
correção da tese exposta na sentença. Tal posicionamento deve ser alterado somente por meio de recurso, não podendo se atribuído efeito infringente a recurso que não o tem. Por tais motivos, rejeito estes embargos de declaração, nos termos acima, o que faço com esteio no artigo 535 do Código de Processo Civil . -Advs. MAURÍCIO GONÇALVES PEREIRA, LUIZ CARLOS BIAGGI, FERNANDO GRECCO BEFFA, LEONARDO RUIZ DE ALEMAR, ANA LUCIA FRANCA e IVAN LUIZ CASTRESE-.

22. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0000917-05.2011.8.16.0069-J.S. COMÉRCIO DE PNEUS LTDA x CARLOS JOSÉ CORREIA- Considerando o pedido de extinção do processo pelo autor e ausência de citação do réu, homologo por sentença a desistência da ação para que surta todos os efeitos legais, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito, o que faço com esteio no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes pelo autor, art. 26, CPC. Oportunamente arquivem-se, anote-se, dando-se baixa nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. ROSELAINE STOCK-.

23. REVISÃO DE CONTRATO-0001111-05.2011.8.16.0069-ADEMIR MARCELINO DE ASSIS e outros x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO-Ao requerido para apresentar os contratos firmados com os autores, sob pena de multa diária. -Advs. REINALDO MIRICO ARONIS e BRUNA MISCHIATTI PAGOTTO-.

24. REVISIONAL DE CONTA CORRENTE-0001185-59.2011.8.16.0069-JOÃO DIRCEU DE OLIVEIRA x BANCO DO BRASIL S/A- Manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias, acerca da petição juntada de fls. 601/ 800. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

25. REVISIONAL DE CONTA CORRENTE-0001187-29.2011.8.16.0069-ADEMIR RIBELO MAGRI x BANCO ITAÚ S/A-À parte para, em cinco dias, efetuar o recolhimento da GRC-Oficial de Justiça no valor de R$ 43,00, bem como providenciar fotocópias necessárias para instruí-lo. OBS: O recolhimento é feito por GRC, que se encontra disponível em cartório ou pelo site do TJPR (Caixa Econômica Federal, agência 0569, operação 040, conta 01500099-4), apresentando aos autos a via ORIGINAL do Oficial de Justiça para levantamento. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN e DIEGO MAGALHÃES ZAMPIERI-.

26. REVISÃO DE CONTRATO-0001195-06.2011.8.16.0069-ARMELINDO MOLINA HERNANDES e outros x BANCO ITAÚCARD S/A- Manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias, acerca da petição juntada de fls. 210/ 233 -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

27. BUSCA E APREENSÃO-0001197-73.2011.8.16.0069-BANCO ITAÚCARD S/A x ANA CANDIDA DE OLIVEIRA MENDES-Os autos encontram-se suspensos, aguardando decurso de prazo em cartório. -Advs. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES e FLAVIO SANTANNA VALGAS-.

28. MONITÓRIA-0001237-55.2011.8.16.0069-ITAÚ UNIBANCO S/A x JAIME OCHI-Suspendo o feito pelo por de 06 meses. Após, manifeste-se a parte autora, no seguimento do feito, no prazo de quarenta e oito (48) horas, sob pena de extinção por inércia. Ao arquivo provisório. -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI-.

29. INDENIZAÇÃO-0001293-88.2011.8.16.0069-ALCIDES CHILANTI e outros x OI BRASIL TELECOM S/A-Especifiquem as partes, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, com objetividade e pertinência, sob pena de preclusão. No mesmo prazo deverão as partes se manifestar sobre a possibilidade de conciliação em audiência para aplicação do artigo 331, § 3º, CPC. -Advs. FLÁVIO STEINBERG BEXIGA, ANA TEREZA PALHARES BASILIO e JOAQUIM MIRO-.

30. DECLARATÓRIA-0001311-12.2011.8.16.0069-GERLINDO BELUCO x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE- Não há como se acolher os embargos de declaração. Isto porque não houve qualquer omissão na sentença. Isto porque se a parte pediu a repetição de 2006 a 2010, não há como o Julgador acolher a pretensão em prazo maior, não necessitando especificar tal questão no dispositivo. Por tais motivos, rejeito estes embargos de declaração, nos termos acima, o que faço com esteio no artigo 535 do Código de Processo Civil. P.R.I. -Advs. FLÁVIO STEINBERG BEXIGA e CIRLENE ALEXANDRE CIZESKI-.

31. BUSCA E APREENSÃO-0001437-62.2011.8.16.0069-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x MARISA MONTEIRO-Manifestem-se as partes no seguimento feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. -Adv. JULIANA RIGOLON DE MATOS-.

32. REVISÃO DE CONTRATO-0001465-30.2011.8.16.0069-ALECSANDRO TONIN BIUDES e outros x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO-Manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias, acerca da petição juntada de fls. 185/327. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

33. DECLARATÓRIA-0001605-64.2011.8.16.0069-ANGELA MARIA FADONI BELUCO e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE- Não há como se acolher os embargos de declaração. Isto porque não houve qualquer omissão na sentença. Isto porque se a parte pediu a repetição de 2006 a 2010, não há como o Julgador acolher a pretensão em prazo maior, não necessitando especificar tal questão no dispositivo. Por tais motivos, rejeito estes embargos de declaração em relação à tese do embargante, nos termos acima, ao tempo que determino a retificação da sentença a f. 98 onde constou que Edvânio, Reginaldo e Regina desistiram da ação para constar somente ORACÍLIO, o que faço com esteio no artigo 535 do Código de Processo Civil. P.R.I. -Advs. FLÁVIO STEINBERG BEXIGA e CIRLENE ALEXANDRE CIZESKI-.

34. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO-0001661-97.2011.8.16.0069-MIGUEL CASADO SÚDA JÚNIOR x CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S/A e outro- 1. Recebo os recursos de apelação em ambos os efeitos. 2. Intime-se a parte contrária para contrarrazões. - Advs. MIGUEL CASADO SÚDA JÚNIOR, ANA LUCIA FRANCA e JEFFERSON RENATO ZANETI-.

35. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0001671-44.2011.8.16.0069-MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A x RESTAURANTE E BUFFET KALAHU LTDA-À parte para efetuar o pagamento das custas processuais, conforme fls. 36: Vara Cível no valor de R$ 352,50; Distribuidor no valor de R$35,22; Contador no valor de R$21,42; bem como apresentar o Funrejus devidamente recolhido no valor de R$21,26. OBS: tais depósitos poderão ser recolhidos mediante boleto que se encontra disponível no site do TJPR no item recolhimento judicial. -Adv. LUIZ GUILHERME DE SOUZA LIMA-.

36. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0001676-66.2011.8.16.0069-HUDSON CÂNDIDO x SATURNINO MENDES FERREIRA- Ao executado para se manifestar acerca da exceção de pre-executividade de fls. 41/95. -Adv. ROBERTA IARA BUZZINARO MEIER-.

37. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA-0001695-72.2011.8.16.0069-BANCO DO BRASIL S/A x ÓTICA E RELOJOARIA NOVA AVENIDA LTDA e outros- Ao Banco para comprovar a distribuição da Carta Precatoria de fls. 62. -Advs. FABIULA MÜLLER KOENIG, GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI e JOYCE CRISTINA FERRAZ-.

38. BUSCA E APREENSÃO-0001698-27.2011.8.16.0069-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x E.C. SILVA E LOURENÇO LTDA - ME-Manifestem-se as partes no seguimento feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA-.

39. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0001791-87.2011.8.16.0069-PRISCILA TOLVAY DA SILVA x BANCO BRADESCO S/A- 1.É sabido que a ação de prestação de contas não tem função de revisão de contrato bancário, já que para tanto existiria a ação revisional com procedimento diverso da prestação de contas (TJPR - AC 408312-5 - Rel. Des. Guido Döbeli - 14ª CC - julg. em 09.05.07). A segunda fase somente tem como escopo se aquilatar se as contas apresentadas pelo réu seguiram o pactuado com o autor, apurando-se saldo devedor ou credor pela natureza dúplice da ação de prestação de contas. Nada mais. Se assim o é, não tem como este Juízo

verificar as contas apresentadas pelas partes. Por isso, necessária a prova pericial tão-somente para verificar se todos os lançamentos tiveram como contrapartida o contratado entre as partes. Se algum lançamento foi realizado sem pactuação deverá ser excluído para fins de verificação de saldo devedor/credor. Defiro, pois, a prova pericial contábil. 2. Nomeio como perito contábil o Sr. Jair Ercoles, devendo ser intimado para dizer se aceita a nomeação, formulando sua proposta de honorários. Os honorários periciais serão pagos pelos autores, independente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, eis que hipossuficiência técnica não significa a financeira, sendo que a inversão do ônus da prova não induz que o Banco tenha que adiantar os honorários. O prazo de entrega do laudo é de trinta dias contados a partir da intimação do expert. As partes deverão apresentar seus quesitos em dez dias, sendo que somente após isso o Cartório deverá intimar o sr. perito para manifestação, podendo as partes também indicar assistentes técnicos. Não poderão ser objeto de perícia na ação de prestação de contas supostas ilegalidades nos contratos e que ensejariam sua exclusão pela revisão do contrato. O sr. Perito deverá responder aos seguintes quesitos do Juízo: a)O sr. Perito deverá proceder aos cálculos com os contratos e extratos existentes nos autos, sendo que a falta de alguma documentação deverá ser esclarecida e constatada a não pactuação do referido lançamento. b) todos os lançamentos na conta do autor foram pactuados pelas partes? c) Caso positiva a resposta acima, verificar saldo devedor ou credor. d) Caso negativa, especificar quais são os lançamentos realizados desprovidos de pactuação entre as partes, excluindo-os do cálculo final para verificação de saldo devedor ou credor. e) foi contratada e utilizada a capitalização dos juros? Caso não pactuada, excluí-la das contas e verificar saldo devedor ou credor. f) observar a sentença e acórdão e exclusão, se houver, de alguns lançamentos. g) elaborar cálculo com juros à taxa média de mercado, com capitalização e sem capitalização; h) se houve débito de contrato de seguro e sua autorização, declinando valores cobrados separadamente; i) declinar débitos de valores de taxas e tarifas cobradas. 3.Intimem-se. -Advs. FLÁVIO STEINBERG BEXIGA e MARCIA REGINA GONÇALVES GASPAR 34263/PR-.

40. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0001793-57.2011.8.16.0069-TOWAY & TOLVAY LTDA EPP x BANCO BRADESCO S/A-Os autos encontram-se suspensos, aguardando decurso de prazo em cartório. -Advs. FLÁVIO STEINBERG BEXIGA, WALTER GONÇALVES e MARCIA REGINA GONÇALVES GASPAR 34263/PR-.

41. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO-0001887-05.2011.8.16.0069-AVENORTE - AVÍCOLA CIANORTE LTDA x MARCIO ANTONIO GASBARRO ALIMENTOS EPP- Concedo o prazo de 10 dias, após contados e preparados venham para sentença. -Advs. PLINIO AMARO MARTINS PALMEIRA e LUIS GUSTAVO TROVON DE CARVALHO-.

42. REVISÃO DE CONTRATO-0001919-10.2011.8.16.0069-ADRIANA ANGELICE DE SOUZA SUMIOSHI e outros x OMNI FINANCEIRA S/A-Manifeste-se a parte no seguimento do feito, no prazo de cinco dias, pois decorreu o prazo para manifestação da parte interessada. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN e DIEGO MAGALHÃES ZAMPIERI-.

43. REVISÃO DE CONTRATO-0001924-32.2011.8.16.0069-EDSON MELVINO DA SILVA e outros x BV FINANCEIRA S/A-Manifeste-se a parte no seguimento do feito, no prazo de cinco dias, pois decorreu o prazo para manifestação da parte interessada. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

44. REVISÃO DE CONTRATO-0001935-61.2011.8.16.0069-ADRIANO RODRIGUES CALEFI e outros x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A- Ao banco para cumprir decisão de fls. 109 exceto Adriano Rodrigues Calefi, sob pena de multa diaria. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA-.

45. REVISÃO DE CONTRATO-0001938-16.2011.8.16.0069-JAIR VICENTE DOS SANTOS e outros x FINÁUSTRIA CIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Ao requerido para apresentar os contratos firmados com os autores. -Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

46. REVISÃO DE CONTRATO-0001940-83.2011.8.16.0069-AGNALDO MARCIO BONINI e outros x BANCO PANAMERICANO S/A- Ao Banco para apresentar o contrato firmado com o autor Gilmar Nazario. -Adv. ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA-.

47. REVISÃO DE CONTRATO-0001941-68.2011.8.16.0069-SILAS CRISTO IVANOVITCH e outro x BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A- A Parte Requerente para manifestar-se acerca da petição de fls. 89/97. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

48. REVISÃO DE CONTRATO-0001943-38.2011.8.16.0069-ANDERSON MANOEL SORIAS DOS SANTOS e outros x BANCO VOLKSWAGEN S/A-Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos. Ao Apelado para suas contrarrazões, no prazo legal. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN, DIEGO MAGALHÃES ZAMPIERI, MARILI DA LUZ RIBEIRO TABORDA e MAGDA LUIZA RIGODONZO EGGER-.

49. REVISÃO DE CONTRATO-0001952-97.2011.8.16.0069-ABEL MARIA DE AQUINO e outros x BANCO FIAT S/A-Manifeste-se a parte no seguimento do feito, no prazo de cinco dias, pois decorreu o prazo para manifestação da parte interessada. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

50. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA-0001985-87.2011.8.16.0069-PEDRO DA SILVA REZENDE FILHO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 38/56.-Adv. GILBERTO JULIO SARMENTO-.

51. BUSCA E APREENSÃO-0002164-21.2011.8.16.0069-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x WESLLEY DOURADO BAPTISTA DOS SANTOS- D I S P O S I T I V O: Diante do exposto, julgo procedente o pedido formulado nesta ação de busca e apreensão ajuizada por BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento em face de Weslley Dourado Baptista dos Santos, fazendo-o para o fim de declarar rescindido o contrato e consolidar a posse e propriedade plenas em mãos do proprietário fiduciário de um automóvel Marca Chevrolet, Celta Hatch, ano/ modelo 2007/ 2008, cor preta, placa AOV-9121, chassi 9BGRZ48908G116644, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil e Decreto-Lei nº 911/69. Incumbe ao autor cumprir o disposto no artigo 2º do Decreto-lei nº 911/69, valendo a presente sentença como título hábil perante qualquer repartição pública, para efeito de domínio e de posse do bem. Condeno o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), corrigidos por ocasião do pagamento pelo INPC, tendo em vista o grau de zelo do patrono da autora e o tempo exigido do ilustre causídico para a prestação de seus serviços, notadamente em face da relativa facilidade encontrada para o deslinde, o que faço com esteio no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. MILKEN JACQUELINE CENERINI e FLAVIO SANTANNA VALGAS-.

52. ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CONTRATO-0002239-60.2011.8.16.0069-FRANCIANE ALINE RODRIGUES BRAZ e outro x BANCO ITAÚ S/A-Especifiquem as partes, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, com objetividade e pertinência, sob pena de preclusão. No mesmo prazo deverão as partes se manifestar sobre a possibilidade de conciliação em audiência para aplicação do artigo 331, § 3º, CPC. -Advs. VIVIAN APARECIDA MARQUES DA SILVA, CLAUDIOMAR APARECIDO ANDREAZI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI-.

53. REPARAÇÃO DE DANOS-0002351-29.2011.8.16.0069-MARCELO QUERUBIM LONGO x PAULO DE TARSO LOURENÇO MONASSI- Considerando o pedido de extinção do processo pelo autor e ausência de citação do réu, homologo por sentença a desistência da ação para que surta todos os efeitos legais, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito, o que faço com esteio no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes pelo autor, art. 26, CPC. Oportunamente arquivem-se, anote-se, dando-se baixa nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. RAQUEL VIVA GONZALEZ NEGRI-.

54. BUSCA E APREENSÃO-0002396-33.2011.8.16.0069-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x TRANS BERTHOLASSO LTDA-À parte para em cinco dias, retirar ALVARÁ DE LEVANTAMENTO, que será entregue mediante o recolhimento da taxa de expedição no valor de R$42,30 (isento de pagamento da taxa em caso de Justiça Gratuita). -Advs. ELIZEU LUIZ TOPOROSKI, MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ALINE C.C. DINIZ PIANARO-.

55. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0002407-62.2011.8.16.0069-POSTO TREVÃO LTDA x BANCO BRADESCO S/A- 1. É sabido que a ação de prestação de contas não tem função de revisão de contrato bancário, já que para tanto existiria a ação revisional com procedimento diverso da prestação de contas (TJPR - AC 408312-5 - Rel. Des. Guido Döbeli - 14ª CC - julg. em 09.05.07). A segunda fase somente tem como escopo se aquilatar se as contas apresentadas pelo réu seguiram o pactuado com o autor, apurando-se saldo devedor ou credor pela natureza dúplice da ação de prestação de contas. Nada mais. Se assim o é, não tem como este Juízo verificar as contas apresentadas pelas partes. Por isso, necessária a prova pericial tão-somente para verificar se todos os lançamentos tiveram como contrapartida o contratado entre as partes. Se algum lançamento foi realizado sem pactuação deverá ser excluído para fins de verificação de saldo devedor/credor. Defiro, pois, a prova pericial contábil. 2.Nomeio como perito contábil o Sr. Jair Ercoles, devendo ser intimado para dizer se aceita a nomeação, formulando sua proposta de honorários. Os honorários periciais serão pagos pelos autores, independente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, eis que hipossuficiência técnica não significa a financeira, sendo que a inversão do ônus da prova não induz que o Banco tenha que adiantar os honorários. O prazo de entrega do laudo é de trinta dias contados a partir da intimação do expert. As partes deverão apresentar seus quesitos em dez dias, sendo que somente após isso o Cartório deverá intimar o sr. perito para manifestação, podendo as partes também indicar assistentes técnicos. Não poderão ser objeto de perícia na ação de prestação de contas supostas ilegalidades nos contratos e que ensejariam sua exclusão pela revisão do contrato. O sr. Perito deverá responder aos seguintes quesitos do Juízo: a)O sr. Perito deverá proceder aos cálculos com os contratos e extratos existentes nos autos, sendo que a falta de alguma documentação deverá ser esclarecida e constatada a não pactuação do referido lançamento. b) todos os lançamentos na conta do autor foram pactuados pelas partes? c) Caso positiva a resposta acima, verificar saldo devedor ou credor. d) Caso negativa, especificar quais são os lançamentos realizados desprovidos de pactuação entre as partes, excluindo-os do cálculo final para verificação de saldo devedor ou credor. e) foi contratada e utilizada a capitalização dos juros? Caso não pactuada, excluí-la das contas e verificar saldo devedor ou credor. f) observar a sentença e acórdão e exclusão, se houver, de alguns lançamentos. g) elaborar cálculo com juros à taxa média de mercado, com capitalização e sem capitalização; h) se houve débito de contrato de seguro e sua autorização, declinando valores cobrados separadamente; i) declinar débitos de valores de taxas e tarifas cobradas. 3.Intimem-se. -Advs. FLÁVIO STEINBERG BEXIGA, MARCIA REGINA GONÇALVES GASPAR 34263/PR e WALTER GONÇALVES-.

56. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0002408-47.2011.8.16.0069-JEAN CARLOS MENEGUIN x BANCO BRADESCO S/A- 1.É sabido que a ação de prestação de contas não tem função de revisão de contrato bancário, já que para tanto existiria a ação revisional com procedimento diverso da prestação de contas (TJPR - AC 408312-5 - Rel. Des. Guido Döbeli - 14ª CC - julg. em 09.05.07). A segunda fase somente tem como escopo se aquilatar se as contas apresentadas pelo réu seguiram o pactuado com o autor, apurando-se saldo devedor ou credor pela natureza dúplice da ação de prestação de contas. Nada mais. Se assim o é, não tem como este Juízo verificar as contas apresentadas pelas partes. Por isso, necessária a prova pericial tão-somente para verificar se todos os lançamentos tiveram como contrapartida o contratado entre as partes. Se algum lançamento foi realizado sem pactuação deverá ser excluído para fins de verificação de saldo devedor/credor. Defiro, pois, a prova pericial contábil. 2.Nomeio como perito contábil o Sr. Jair Ercoles, devendo ser

intimado para dizer se aceita a nomeação, formulando sua proposta de honorários. Os honorários periciais serão pagos pelos autores, independente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, eis que hipossuficiência técnica não significa a financeira, sendo que a inversão do ônus da prova não induz que o Banco tenha que adiantar os honorários. O prazo de entrega do laudo é de trinta dias contados a partir da intimação do expert. As partes deverão apresentar seus quesitos em dez dias, sendo que somente após isso o Cartório deverá intimar o sr. perito para manifestação, podendo as partes também indicar assistentes técnicos. Não poderão ser objeto de perícia na ação de prestação de contas supostas ilegalidades nos contratos e que ensejariam sua exclusão pela revisão do contrato. O sr. Perito deverá responder aos seguintes quesitos do Juízo: a)O sr. Perito deverá proceder aos cálculos com os contratos e extratos existentes nos autos, sendo que a falta de alguma documentação deverá ser esclarecida e constatada a não pactuação do referido lançamento. b) todos os lançamentos na conta do autor foram pactuados pelas partes? c) Caso positiva a resposta acima, verificar saldo devedor ou credor. d) Caso negativa, especificar quais são os lançamentos realizados desprovidos de pactuação entre as partes, excluindo-os do cálculo final para verificação de saldo devedor ou credor. e) foi contratada e utilizada a capitalização dos juros? Caso não pactuada, excluí-la das contas e verificar saldo devedor ou credor. f) observar a sentença e acórdão e exclusão, se houver, de alguns lançamentos. g) elaborar cálculo com juros à taxa média de mercado, com capitalização e sem capitalização; h) se houve débito de contrato de seguro e sua autorização, declinando valores cobrados separadamente; i) declinar débitos de valores de taxas e tarifas cobradas. 3. Intimem-se.-Advs. FLÁVIO STEINBERG BEXIGA, MARCIA REGINA GONÇALVES GASPAR 34263/PR e WALTER GONÇALVES-.

57. EMBARGOS DE TERCEIRO-0002580-86.2011.8.16.0069-PAULO HENRIQUE MARIA x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE- Preconiza o artigo 331, § 3º, do CPC que 'se o direito em litígio não admitir transação, ou se as circunstancias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção, o juiz poderá, desde logo, sanear o processo e ordenar a produção da prova, nos termos do § 2º'. No caso dos autos a parte embargante averbou a impossibibilidade de conciliação em audiência, além de estar no polo passivo a Fazenda, sendo impossível a conciliação. 2 - Não há preliminares a serem analisadas. 3 - Como ponto controvertido a ser objeto de instrução do processo fixo: a) a posse e propriedade do embargante; b) ciência da execução quando da compra; c) má-fé na aquisição. Defiro a prova oral consistente no depoimento pessoal do embargante e inquirição das testemunhas, devendo as partes as partes o rol de testemunhas, em dez dias a contar da publicação deste ato, sob pena de preclusão (artigo 407 do CPC). Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 16 de novembro de 2011, às 15h00min. 5 - Intimem-se. // À(s) parte(s) para em cinco dias retirar(em) a(s) carta(s) de INTIMAÇÃO, que será(ão) entregue(s) mediante o recolhimento da taxa de expedição no valor de R$9,40 cada uma (isento da taxa de expedição em caso de Justiça Gratuita), devendo ainda tirar as fotocópias necessárias para instruí-las, bem como providenciar o A.R. que está disponível no site dos Correios e preenchê-lo com os dados necessários para sua identificação. -Advs. EDUARDO PACHECO, SÉRGIO NEVES DE OLIVERA JÚNIOR, AGNALDO JUAREZ DAMASCENO e MARIO RAMOS LUBASKI-.

58. REVISÃO DE CONTRATO-0002642-29.2011.8.16.0069-ALEXANDRO BARRETO DOS SANTOS e outros x OMNI FINANCEIRA S/A- Ao banco para cumprir decisão de fls. 127 (apresentar os contratos firmados entre as partes), sob pena de multa diaria.-Adv. ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

59. REVISÃO DE CONTRATO-0002648-36.2011.8.16.0069-BRUNO GUSTAVO DIAS e outros x OMNI FINANCEIRA S/A- Ao requerido para cumprir decisão de fls. 125 (apresentar os contratos firmados com os autores), sob pena de multa diária. -Adv. ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

60. REVISÃO DE CONTRATO-0002687-33.2011.8.16.0069-CRISTIANE MARTINS DOS SANTOS MATTOS e outros x BV FINANCEIRA S/A- Manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias, acerca da petição juntada de fls.167/172. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

61. REVISÃO DE CONTRATO-0002698-62.2011.8.16.0069-ARMANDO MACEDO DE OLIVEIRA e outros x OMNI FINANCEIRA S/A- Ao requerido para cumprir decisão de fls. 130 (apresentar os contratos firmados com os autores), sob pena de multa diaria. -Adv. ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

62. REVISÃO DE CONTRATO-0002739-29.2011.8.16.0069-ANTÔNIO SOUZA DE ALMEIDA e outros x OMNI FINANCEIRA S/A- Ao requerido para cumprir decisão de fls. 139 (ao Banco para apresentar os contratos firmados com os autores), sob pena e multa diaria.-Adv. ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

63. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0002747-06.2011.8.16.0069-ADRIANO RICARDO CUNHA e outros x BANCO BMC S/A- Ao executado para apresentar impugnação, no prazo de 15 dias - Adv. NEWTON DORNELES SARATT-.

64. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0002798-17.2011.8.16.0069-ISSAMO OBANA e outros x BANCO CNH CAPITAL S/A- A parte autora para se manifestar acerca da Impugnação aos Embargos à Execução, apresentada as fls. 202/244. -Adv. JOÃO CARLOS SILVEIRA-.

65. REVISÃO DE CONTRATO-0002831-07.2011.8.16.0069-ANTÔNIO DAMIÃO SOARES DA SILVA e outros x OMNI FINANCEIRA S/A- Ao requerido para cumprir decisão de fls. 140 (ao Banco para apresentar os contratos firmados com as partes), sob pena de multa diaria. -Adv. ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

66. REVISÃO DE CONTRATO-0002832-89.2011.8.16.0069-CLINEU APARECIDO ALVES e outros x BV FINANCEIRA S/A-Os autos encontram-se suspensos, aguardando decurso de prazo em cartório. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN e ANGELIZE SEVERO FREIRE-.

67. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0002835-44.2011.8.16.0069-IRAIDES BATISTA RAMOS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS-Manifeste-se a parte no seguimento do feito, no prazo de cinco dias, pois decorreu o prazo para manifestação da parte interessada. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN e FRANCISCO ANDERSON RIBEIRO DE ALMEIDA - PROCURADOR FEDERAL-.

68. COBRANÇA-0002841-51.2011.8.16.0069-VIRGILINO FERREIRA VARELLA x HSBC LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A- D I S P O S I T I V O: Diante do exposto, julgo procedente o pedido formulado nesta ação de cobrança ajuizada por Virgilino Ferreira Varella em face de HSBC Leasing Arrendamento Mercantil S/A, fazendo-o para o fim de condenar a ré ao pagamento do valor de R$ 860,06, devidamente atualizado pelo INPC a partir da última conta, bem como acrescido de juros no importe de 1% ao mês, a contar da citação, resolvendo-se o mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, corrigidos por ocasião do pagamento pelo INPC, tendo em vista o grau de zelo do patrono da autora e o tempo exigido do ilustre causídico para a prestação de seus serviços, notadamente em face da relativa facilidade encontrada para o deslinde, o que faço com esteio no artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. GLÁUCIO MIAKI 32.349/PR-.

69. REVISÃO DE CONTRATO-0002916-90.2011.8.16.0069-FERNANDO LUIZ MARTINS e outros x BV FINANCEIRA S/A- Ao requerido para cumprir decisão de fls. 133 (ao Requerido para apresentar o contrato firmado com Fernando Luiz Martinhs), sob pena de multa diária. -Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

70. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0003031-14.2011.8.16.0069-CARLA NAIARA DE OLIVEIRA x HÉLIO DOS ANJOS BRITO- As partes entabularam acordo, f. 27-32, onde resolveram pôr fim ao litígio. Verifica-se do documento de transação a sua regularidade, sendo as partes capazes. Posto isso, homologo a transação, ao tempo em que julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com esteio no artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes pelo executado, consoante disposto no acordo. Levantem-se eventuais restrições. Expeça-se como requer. Oportunamente arquivem-se, anote-se, dando-se baixa nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. ANDRÉ ESCAME BRANDANI e JEAN GUSTAVO SILVA NUNES-.

71. REVISIONAL DE CONTRATO-0003170-63.2011.8.16.0069-ADEVANIR FRANCISCO DOS SANTOS e outros x BANCO FIAT S/A- Ao Banco para cumprir decisão de fls. 138 (apresentar os contratos firmados entre as partes), sob pena de multa diaria. -Advs. CARLA HELIANA V.MENEGOSSI TANTIN e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

72. REVISIONAL DE CONTRATO-0003171-48.2011.8.16.0069-ANTÔNIO SOUZA DE ALMEIDA e outros x BV FINANCEIRA S/A- Ao Banco para apresentar o contrato firmado com os autores Antonio e Julio Cesar. -Adv. ANGELIZE SEVERO FREIRE-.

73. REVISIONAL DE CONTRATO-0003173-18.2011.8.16.0069-ANDRE ALVES DE MORAIS e outros x BANCO PANAMERICANO S/A- Ao banco para trazer aos autos as clausulas e condições de cada contrato. -Adv. REINALDO MIRICO ARONIS-.

74. REVISIONAL DE CONTRATO-0003182-77.2011.8.16.0069-ANTONIO ALVES PEREIRA e outros x BV FINANCEIRA S/A- Ao requerido para cumprir decisão de fls. 124 (apresentar os contratos firmados com os autores Clarice, Deli e Genivaldo), sob pena e multa diaria. -Adv. REINALDO MIRICO ARONIS-.

75. REVISIONAL DE CONTRATO-0003185-32.2011.8.16.0069-GENI DOS SANTOS e outros x BANCO ITAÚCARD S/A-Manifeste-se a parte no seguimento do feito, no prazo de cinco dias, pois decorreu o prazo para manifestação da parte interessada. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

76. REVISIONAL DE CONTRATO-0003188-84.2011.8.16.0069-AILTON PIRES DOS SANTOS e outros x OMNI FINANCEIRA S/A-Manifeste-se a parte no seguimento do feito, no prazo de cinco dias, pois decorreu o prazo para manifestação da parte interessada. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

77. REVISIONAL DE CONTRATO-0003190-54.2011.8.16.0069-APARECIDO GALHO BENEDITO e outros x CONTINENTAL BANCO S/A- Ao requerido para apresentar os contratos firmados com os autores. -Adv. JOSÉ IVAN GUIMARÃES PEREIRA-.

78. REVISIONAL DE CONTRATO-0003193-09.2011.8.16.0069-ADAO MACHADO DA SILVA e outros x OMNI FINANCEIRA S/A-Manifeste-se a parte no seguimento do feito, no prazo de cinco dias, pois decorreu o prazo para manifestação da parte interessada. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

79. REVISIONAL DE CONTRATO-0003195-76.2011.8.16.0069-ANTONIO TIAGO DE FREITAS e outros x OMNI FINANCEIRA S/A- Ao Banco para cumprir decisão de fls. 147 (apresentar os contratos firmados com os autores) sob pena de multa diaria. - Adv. ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

80. REVISIONAL DE CONTRATO-0003267-63.2011.8.16.0069-ANDERSON RIBEIRO DA COSTA e outros x BANCO SAFRA S/A- Ao Banco para apresentar o contrato firmado com o autor Anderson Ribeiro. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

81. REVISIONAL DE CONTRATO-0003312-67.2011.8.16.0069-ALCIDES ZAMPAR e outros x BV FINANCEIRA S/A- Concedo o prazo de 30 dias, nos termos requeridos -Adv. GUILHERME CAMILLO KRUGEN-.

82. REVISIONAL DE CONTRATO-0003314-37.2011.8.16.0069-JOAO QUARESMA DE MORAIS e outros x BANCO ITAÚCARD S/A- Ao Banco para cumprir a decisão de fls. 125, (apresentar os contratos firmados) sob pena de multa diária. -Adv. CARLA HELIANA V.MENEGOSSI TANTIN-.

83. ARROLAMENTO DE BENS-0003410-52.2011.8.16.0069-MARIA ZANFERRARI FRANCO x ESPÓLIO DE PEDRO FRANCO-À parte para em cinco dias retiraro FORMAL DE PARTILHA, que será entregue mediante o recolhimento da taxa de expedição no valor de R$ 141,00, devendo ainda tirar as fotocópias necessárias para instruí-lo // À parte para pagamento das custas remanescentes conforme fls. 31: Vara Cível no valor de R$160,00 - Advs. CATARINA DA SILVA MATOS MARTINS e LUIZ CARLOS FRANCO-.

84. REVISÃO DE CONTRATO-0003429-58.2011.8.16.0069-DOUGLAS FERRAREZI e outros x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A- A parte

autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 73/122. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

85. REVISIONAL DE CONTA CORRENTE-0003430-43.2011.8.16.0069-OTACÍLIO GONÇALVES DA COSTA x BANCO ITAÚ S/A- 1. A revelia é de ser decretada, já que o Banco, devidamente citado, ofertou contestação a destempo, já que o prazo teve início em 29.06.11 e a resposta somente foi protocolada em 14.07.11, quando não mais podia fazê-lo. Mas não é caso de julgamento antecipado porque há necessidade da prova pericial contábil para se conhecer a tese do autor. No mérito propriamente dito há necessidade de análise agora da incidência ou não do Código de Defesa do Consumidor para possibilitar a prova pericial consistente na verificação de encargos ilegais em todos os contratos. E a matéria é tranqüila no trato dos Tribunais, inclusive com a Súmula nº 297 do Superior Tribunal de Justiça e a decisão do Supremo Tribunal Federal que pacificou a questão nesse sentido de aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários. Assim considerando, igualmente incidente a Súmula nº 286 do Superior Tribunal de Justiça que preconiza que "a renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores". Evidente que com tal orientação, há possibilidade da discussão de todos os contratos, mesmo existindo novação. E por isso mesmo há necessidade da prova pericial invocada pelo autor, sob pena de cerceamento de defesa. A prescrição, de outro vértice, não operou. Não tem aplicação o prazo previsto no artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor por não se tratar de vício do produto ou má prestação de serviço do Banco. Veja-se o seguinte acórdão que trata das questões levantadas pelo credor: (...) Igualmente, o autor pediu a revisão do contrato a partir de maio de 1991, ou seja, desde os vinte anos anteriores ao ajuizamento da ação. E por ter a revisional natureza de ação pessoal, por certo que o prazo previsto no Código Civil de 1916 era de 20 anos que, de acordo com a regra do Novo Código Civil no artigo 2.028, por ter decorrido mais da metade do prazo, prescreveria em 20 anos antes do ajuizamento da ação, o que observou o autor. Traga o réu todos os contratos e extratos entre as partes existentes e a partir de maio de 1991, em 15 dias. 2. Defiro a prova pericial contábil para verificação dos pontos levantados pela parte autora. Nomeio como perito contábil o Sr. Jair Ercoles, devendo ser intimado para dizer se aceita a nomeação, formulando sua proposta de honorários. O sr. Perito deverá apresentar planilhas nos contratos: a) que demonstrem a conta sem a capitalização dos juros e com juros de 1% ao mês, além dos juros de mora de 1% ao mês, demonstrando saldo devedor ou credor; b) outra com os encargos incidentes previstos nos contratos, mas sem capitalização, com saldo devedor ou credor; c) planilha idêntica ao item 'b', com capitalização de juros; d) planilha contendo juros pela média praticada no mercado, sem capitalização e outra com capitalização. Os honorários periciais serão pagos pelo requerido, diante da inversão do ônus da prova pela revelia ocorrida. O prazo de entrega do laudo é de trinta dias contados a partir da intimação do expert. As partes deverão apresentar seus quesitos em dez dias e após a apresentação dos documentos necessários à prova, sendo que somente após isso o Cartório deverá intimar o sr. perito para manifestação, podendo também indicar assistentes técnicos. 3. Intimem-se. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI-.

86. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0003469-40.2011.8.16.0069-GILMAR JOÃO PENITENTE x BANCO ITAÚ S/A-Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos. Ao Apelado para suas contrarrazões, no prazo legal. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN e ALEXANDRE DE ALMEIDA-.

87. BUSCA E APREENSÃO-0003476-32.2011.8.16.0069-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x PAULO SERGIO DE SOUZA SANTOS - Tendo em vista a não localização do veículo pelo Sr. meirinho, converto a ação de busca e apreensão em ação de depósito, conforme artigo 4º do Decreto-Lei n. 911/69. Cite-se o réu para que, em cinco dias, entregue o bem, deposite-o em juízo ou consigne-lhe o equivalente em dinheiro (artigo 902, CPC), podendo, no mesmo prazo, oferecer contestação. // À parte para, em cinco dias, efetuar o recolhimento da GRC-Oficial de Justiça no valor de R$ 64,50, bem como providenciar fotocópias necessárias para instruí-lo. OBS: O recolhimento é feito por GRC, que se encontra disponível em cartório ou pelo site do TJPR (Caixa Econômica Federal, agência 0569, operação 040, conta 01500099-4), apresentando aos autos a via ORIGINAL do Oficial de Justiça para levantamento. -Advs. MARCOS VINICIUS MOLINA VERONEZE e MILKEN JACQUELINE CENERINI JACOMINI-.

88. EXECUÇÃO-0003548-19.2011.8.16.0069-BANCO ITAÚ S/A x JONAS DE ALENCAR- O autor foi intimado para o recolhimento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição. E quedou-se inerte, não tendo cumprido a determinação judicial. Assim o fazendo, infringiu o artigo 257 do Código de Processo Civil, abandonando a causa (art. 267, III). Diante do exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, por ter deixado o autor de preparar as custas processuais, conforme determinação, o que faço com base nos artigos 257 e 267, III, do Código de Processo Civil. Cancele-se a distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. DANIEL HACHEM-.

89. REVISÃO DE CONTRATO-0003554-26.2011.8.16.0069-DIOGO RAIMUNDO UNGARO e outros x BANCO PANAMERICANO S/A- Ao banco para apresentar os contratos firmados com os autores Jose Ungaro e Soeli Gomes. -Adv. ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA-.

90. REVISÃO DE CONTRATO-0003556-93.2011.8.16.0069-CARLOS ALBERTO FRANCISCA ROCHA e outros x BANCO ITAÚ S/A- Ao Banco para cumprir decisao de fls. 213 (apresentar os contratos firmados entre os autores Ivone, José Carlos, Leonel, Marcos Antonio, Maria Alice e Suzana), sob pena de multa diaria.- Advs. CARLA HELIANA V.MENEGOSSI TANTIN e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

91. REVISÃO DE CONTRATO-0003846-11.2011.8.16.0069-VALDEMIRO FELICIANO DA SILVA x BANCO ALVORADA S/A (BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL)-Manifeste-se a parte no seguimento do feito, no prazo de cinco dias, pois decorreu o prazo para manifestação da parte interessada. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

92. REVISÃO DE CONTRATO-0003850-48.2011.8.16.0069-AILDO FERNANDO DO CARMO e outros x BANCO ITAÚCARD S/A-Manifeste-se a parte no seguimento do feito, no prazo de cinco dias, pois decorreu o prazo para manifestação da parte interessada. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

93. REVISÃO DE CONTRATO-0003852-18.2011.8.16.0069-CLEONICE DA SILVA e outros x SANTANDER LEASING S.A - ARRENDAMENTO MERCANTIL-Manifeste-se a parte no seguimento do feito, no prazo de cinco dias, pois decorreu o prazo para manifestação da parte interessada. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

94. REVISÃO DE CONTRATO-0003853-03.2011.8.16.0069-VERA LÚCIA BUSCARIOLLI x BB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL- Manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias, acerca da petição juntada de fls. 83/ 91. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

95. REVISIONAL DE CONTRATO-0003860-92.2011.8.16.0069-CARLOS ALVES DA SILVA e outros x BANCO ITAÚCARD S/A-Especifiquem as partes, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, com objetividade e pertinência, sob pena de preclusão. No mesmo prazo deverão as partes se manifestar sobre a possibilidade de conciliação em audiência para aplicação do artigo 331, § 3º, CPC. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN e MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

96. REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0003868-69.2011.8.16.0069-JOÃO ALDEVINO NICHELE x BANCO ITAÚ S/A- 1.Preconiza o artigo 331, § 3º, do CPC que 'se o direito em litígio não admitir transação, ou se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção, o juiz poderá, desde logo, sanear o processo e ordenar a produção da prova, nos termos do §2º". No caso dos autos é nítido que as partes não chegarão a um consenso, até diante da matéria invocada e a habitualidade da instituição financeira em não realizar acordos, razão do saneamento nesta fase processual. 2. A preliminar de inépcia da inicial não prospera porque o autor pediu a revisão de todos os contratos bancários desde 1991 e também informou que no que toca às taxas e tarifas seriam porque não teriam sido contratadas. A prescrição, de outro vértice, não operou. Não tem aplicação o prazo previsto no artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor por não se tratar de vício do produto ou má prestação de serviço do Banco. Veja-se o seguinte acórdão que trata das questões levantadas pelo credor: (...) Igualmente, o autor pediu a revisão do contrato a partir de maio de 1991, ou seja, desde os vinte anos anteriores ao ajuizamento da ação. E por ter a revisional natureza de ação pessoal, por certo que o prazo previsto no Código Civil de 1916 era de 20 anos que, de acordo com a regra do Novo Código Civil no artigo 2.028, por ter decorrido mais da metade do prazo, prescreveria em 20 anos antes do ajuizamento da ação, o que observou o autor. No mérito propriamente dito há necessidade de análise agora da incidência ou não do Código de Defesa do Consumidor para possibilitar a prova pericial consistente na verificação de encargos ilegais em todos os contratos. E a matéria é tranqüila no trato dos Tribunais, inclusive com a Súmula nº 297 do Superior Tribunal de Justiça e a decisão do Supremo Tribunal Federal que pacificou a questão nesse sentido de aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários. Assim considerando, igualmente incidente a Súmula nº 286 do Superior Tribunal de Justiça que preconiza que "a renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores". Evidente que com tal orientação, há possibilidade da discussão de todos os contratos, mesmo existindo novação. E por isso mesmo há necessidade da prova pericial invocada pelo autor, sob pena de cerceamento de defesa. 4.Defiro a prova pericial contábil para verificação dos pontos invocados pelas partes. Nomeio como perito contábil o Sr. Jair Ercoles, devendo ser intimado para dizer se aceita a nomeação, formulando sua proposta de honorários. Os honorários periciais serão pagos pelo autor, independentemente de aplicação do Código de Defesa do Consumidor, eis que hipossuficiência técnica não se confunde com financeira. O prazo de entrega do laudo é de trinta dias contados a partir da intimação do expert. O sr. Perito deverá apresentar planilhas nos contratos: a) que demonstrem a conta sem a capitalização dos juros e com juros de 1% ao mês, além dos juros de mora de 1% ao mês, demonstrando saldo devedor ou credor; b) outra com os encargos incidentes previstos nos contratos, mas sem capitalização, com saldo devedor ou credor; c) planilha idêntica ao item 'b', com capitalização de juros; d) planilha contendo juros pela média praticada no mercado, sem capitalização e outra com capitalização; e) valores de tarifas e taxas cobradas, corrigidas; f) valores corrigidos dos produtos comercializados e não pactuados. As partes deverão apresentar seus quesitos em dez dias, após a apresentação dos documentos, sendo que somente após isso o Cartório deverá intimar o sr. perito para manifestação, podendo também indicar assistentes técnicos. 5. Intimem-se. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN, LUIZ CARLOS FRANCO, DIEGO MAGALHÃES ZAMPIERI, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER.22129/A, EVARISTO ARAGÃO F.DOS SANTOS e LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.

97. REVISÃO DE CONTRATO-0003870-39.2011.8.16.0069-ANTONIO MARCOS MOLINA & CIA LTDA- ME e outros x BANCO FINASA BMC S/A-Manifeste-se a parte no seguimento do feito, no prazo de cinco dias, pois decorreu o prazo para manifestação da parte interessada. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

98. MONITÓRIA-0004005-51.2011.8.16.0069-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x MARCO ANTONIO MALAMAN GOMES- Manifestem-se as partes interessadas acerca da resposta da receita federal de fls. 52/ 56. -Advs. LINO MASSAYUKI ITO e MARCOS RODRIGUES DA MATA-.

99. REVISIONAL DE CONTA CORRENTE-0004057-47.2011.8.16.0069-FRANCISCO CARLOS MANO x BANCO DO BRASIL S/A- Ao banco para substituir extratos conforme fls. 423, vez que os extratos relativos a setembro 1997 até fevereiro de 199 (fls. 106/117) são ilegíveis - Adv. ROSANA CHRISTINE HASSE CARDOZO-.

100. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0004058-32.2011.8.16.0069-DALVA TEREZINHA BARAVIEIRA x BANCO BRADESCO S/A-Os autos encontram-se suspensos, aguardando decurso de prazo em cartório. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN, DIEGO MAGALHÃES ZAMPIERI, MARCIA REGINA GONÇALVES GASPAR 34263/PR e WALTER GONÇALVES-.

101. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0004066-09.2011.8.16.0069-VALDENICIO BARBOSA x BANCO ITAÚ S/A- Manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias, acerca da petição juntada de fls. 51/ 178. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

102. REVISÃO DE CONTRATO-0004074-83.2011.8.16.0069-CLAUDINEI OTAVIANO DA CRUZ e outros x OMNI FINANCEIRA S/A- Ao requerido para apresentar os contratos firmados com os autores. -Adv. ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

103. MONITÓRIA-0004083-45.2011.8.16.0069-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CRISTIANO GOMES DA SILVA- Manifeste-se a parte Requerente acerca da devolução da Carta Precatória de fls. 37/51. -Advs. LINO MASSAYUKI ITO e MARCOS RODRIGUES DA MATA-.

104. MONITÓRIA-0004094-74.2011.8.16.0069-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x RAFAELA FRANCINI DOS SANTOS-À(s) parte(s) para em cinco dias retirar(em) o(s) OFÍCIO(s), que será(ão) entregue(s) mediante o recolhimento da taxa de expedição no valor de R$18,80, devendo ainda tirar as fotocópias necessárias para instruí-las, bem como providenciar o A.R. que está disponível no site dos Correios e preenchê-lo com os dados necessários para sua identificação. -Adv. LINO MASSAYUKI ITO-.

105. MONITÓRIA-0004102-51.2011.8.16.0069-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x VALDECIR JOSÉ DE ALMEIDA- Manifeste-se a parte Requerente acerca da devolução da Carta Precatória de fls. 41/53. -Advs. LINO MASSAYUKI ITO e MARCOS RODRIGUES DA MATA-.

106. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO-0004180-45.2011.8.16.0069-CARLOS ALVINO STOCHI x CLARO S/A-Especifiquem as partes, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, com objetividade e pertinência, sob pena de preclusão. No mesmo prazo deverão as partes se manifestar sobre a possibilidade de conciliação em audiência para aplicação do artigo 331, § 3º, CPC. -Advs. LUIZ CARLOS BIAGGI, MAURÍCIO GONÇALVES PEREIRA, FERNANDO GRECCO BEFFA, LEONARDO RUIZ DE ALEMAR e JÚLIO CESAR GOULART LANES-.

107. DESPEJO-0004186-52.2011.8.16.0069-RAQUEL VIVA GONZALES NEGRI x DILMA APARECIDA DE SOUZA- Considerando o pedido de extinção do processo pelo autor e ausência de manifestação em sentido contrário pela ré, homologo por sentença a desistência da ação para que surta todos os efeitos legais, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito, o que faço com esteio no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes pelo autor, art. 26, CPC. Oportunamente arquivem-se, anote-se, dando-se baixa nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. ANTONIO DE SOUZA PEDROSO-.

108. REVISÃO DE CONTRATO-0004191-74.2011.8.16.0069-ALEX FERREIRA DOS SANTOS e outros x BV FINANCEIRA S/A- Ao banco para apresentar os contratos firmados com os autores Claudenir José Biggi e Paulo Herminio. -Adv. REINALDO MIRICO ARONIS-.

109. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0004267-98.2011.8.16.0069-SANTO EXPEDITO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-ME x BANCO DO BRASIL S/A-1. Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos. 2. Intime-se a parte contraria para contrarrazões. - Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN e KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI-.

110. REVISÃO DE CONTRATO-0004274-90.2011.8.16.0069-DEVAIR GERALDO PREVIATTI e outros x BANCO GMAC S/A - GENERAL MOTORS ACCEPTANCE CORPORATION- Ao Banco para apresentar os contratos firmados com os autores DEVAIR G. PREVIATTI e ORESTES DE PAULA DALBERTO. -Advs. VALERIA CARAMURU CICARELLI e ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

111. REVISÃO DE CONTRATO-0004278-30.2011.8.16.0069-ADRIANO CAMPAGNOLO e outros x BV FINANCEIRA S/A- Ao requerido para apresentar o contrato firmado com o autor JOSÉ APARECIDO BISPO.-Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

112. REVISÃO DE CONTRATO-0004283-52.2011.8.16.0069-ANTONIO CESAR BIGGI e outro x BANCO VOLKSWAGEN S/A- Ao requerido para apresentar o cointrato firmado com o autor FÁBIO JOSÉ. -Adv. MARILI R TABORDA-.

113. REVISÃO DE CONTRATO-0004284-37.2011.8.16.0069-CÉLIO MAURÍCIO FROIS e outros x BANCO ITAÚCARD S/A- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 84/ 110. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

114. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0004375-30.2011.8.16.0069-GILSON ELLER x BANCO DO BRASIL S/A-Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos. Ao Apelado para suas contrarrazões, no prazo legal. -Advs. FLÁVIO STEINBERG BEXIGA e KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI-.

115. PETIÇÃO DE HERANÇA-0004396-06.2011.8.16.0069-ALESSANDRA GOMES KITAMURA x WILSON YUJI KITAMURA e outros-À parte para em cinco dias retirar a(s) carta(s) de CITAÇÃO, que será(ão) entregue(s) mediante o recolhimento da taxa de expedição no valor de R$9,40 cada uma (isento da taxa de expedição em caso de Justiça Gratuita), devendo ainda tirar as fotocópias necessárias para instruí-las, bem como providenciar o A.R. que está disponível no site dos Correios e preenchê-lo com os dados necessários para sua identificação. -Advs. EDNA MARIA ARDENGHI DE CARVALHO, RUBENS PEREIRA DE CARVALHO e LEONARDO ARDENGHI DE CARVALHO-.

116. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0004506-05.2011.8.16.0069-ERICO TORMENA JUNIOR x BANCO DO BRASIL S/A- 1-Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos.2-Intime-se a parte contraria para contrarrazões. - Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN, ADRIANE HAKIM PACHECO e MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH-.

117. CONCESSÓRIA DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO-0004656-83.2011.8.16.0069-JOSÉ MARTELLI SANTIAGO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 170/336. -Adv. PRISCILLA C. DE OLIVEIRA DANTAS NABHAN-.

118. REVISIONAL DE CONTRATO-0004674-07.2011.8.16.0069-ELIZEU RODRIGUES e outros x BANCO FINASA BMC S/A-Especifiquem as partes, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, com objetividade e pertinência, sob pena de preclusão. No mesmo prazo deverão as partes se manifestar sobre a possibilidade de conciliação em audiência para aplicação do artigo 331, § 3º, CPC. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN e FERNANDO JOSÉ GASPAR-.

119. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0004735-62.2011.8.16.0069-JAIRO ANIZELLI x BANCO ITAÚ S/A-Os autos encontram-se suspensos, aguardando decurso de prazo em cartório. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN, DIEGO MAGALHÃES ZAMPIERI e ALEXANDRE DE ALMEIDA-.

120. REVISIONAL DE CONTRATO-0004806-64.2011.8.16.0069-CLEDIO UMBELINO DOS SANTOS e outros x BANCO PANAMERICANO S/A- Manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias, acerca da petição juntada de fls. 86/ 94.-Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

121. REVISIONAL DE CONTRATO-0004808-34.2011.8.16.0069-DIRCE CREPALDI PINTO e outro x BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A - BANCO SICREDI- Ao banco para apresentar o contrato firmado com o autor -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN e RICARDO RIBEIRO-.

122. REVISIONAL DE CONTRATO-0004811-86.2011.8.16.0069-ADRIANO LAURIANO RAMOS e outros x BANCO ITAÚCARD S/A- Ao Banco para apresentar os contratos firmados com os autores. -Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

123. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0005042-16.2011.8.16.0069-BANCO ITAÚLEASING S/A x J.L. CORREIA - ME- As partes entabularam acordo, f. 37-38, onde resolveram pôr fim ao litígio. Verifica-se do documento de transação a sua regularidade, sendo as partes capazes. Posto isso, homologo a transação, ao tempo em que julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com esteio no artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes em 50% para cada parte, segundo previsto pelo art. 26, § 2°, CPC. Defiro a renúncia ao prazo recursal. Oportunamente arquivem-se, anote-se, dando-se baixa nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

124. REVISÃO DE CONTRATO-0005103-71.2011.8.16.0069-ANTONIO LEOPOLDINO BACCULE e outros x BANCO FINASA BMC S/A- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 72/132. - Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

125. BUSCA E APREENSÃO-0005187-72.2011.8.16.0069-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x ELIEL LOPES DE OLIVEIRA-Manifestem-se as partes no seguimento feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. -Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

126. BUSCA E APREENSÃO-0005193-79.2011.8.16.0069-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x OSNEI BARBOSA ANDRADE- As partes entabularam acordo, f. 36-38, onde resolveram pôr fim ao litígio. Verifica-se do documento de transação a sua regularidade, sendo as partes capazes. Posto isso, homologo a transação, ao tempo em que julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com esteio no artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes pelo réu, consoante disposto no acordo. Oportunamente arquivem-se, anote-se, dando-se baixa nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. CARLA HELIANA V.MENEGOSSI TANTIN, MILKEN JACQUELINE CENERINI JACOMINI e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

127. REVISÃO DE CONTRATO-0005221-47.2011.8.16.0069-JOEL DE ABREU DA CUNHA e outro x BANCO SAFRA S/A- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 42/127. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

128. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0005228-39.2011.8.16.0069-ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A x FERNANDO DE SOUZA- 1. Recebo os embargos para discussão, devendo a parte contrária ser intimada para impugnação em 15 dias. 2. O embargante alega ser a invalidade apenas parcial e não total. Se assim o é e para evitar maior prejuízo ao embargante, atribuo efeito suspensivo a estes embargos, suspendendo o curso da execução até final decisão, já que a próxima fase na execução seria a alienação das cotas. 3. Anote-se na execução esta decisão. 4. Intimem-se. -Advs. GRAZZIELA PICANCO DE SEIXAS BORBA, LUCIANY MICHELLI P. SANTOS, JOÃO JOSÉ DA FONSECA JUNIOR e DOUGLAS DANTAS MORETI-.

129. REVISÃO DE CONTRATO-0005290-79.2011.8.16.0069-APARECIDA ALVES RICARDO e outros x BV FINANCEIRA S/A- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 72/ 140. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

130. DECLARATÓRIA DE RESCISÃO DE CONTRATO-0005460-51.2011.8.16.0069-ADÃO ANTÔNIO PEREIRA DO LAGO x NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A-Especifiquem as partes, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, com objetividade e pertinência, sob pena de preclusão. No mesmo prazo deverão as partes se manifestar sobre a possibilidade de conciliação em audiência para aplicação do artigo 331, § 3º, CPC. -Advs. ADÃO ANTÔNIO PEREIRA LAGO e JOSÉ ANTONIO CORDEIRO CALVO-.

131. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO-0005480-42.2011.8.16.0069-JANETE ZAFFONATO x IMOBILIÁRIA BRUGIN S/C LTDA- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 60/ 93. -Advs. REGIANE CRISTINA LIMA FARINA e IRACI SOUZA DE SARGES-.

132. ALVARÁ JUDICIAL-0005497-78.2011.8.16.0069-RUTELINA RODRIGUES x ESTE JUIZO- 3. Diante do exposto, julgo procedente o pedido para o fim de autorizar a requerente a levantar os saldos referentes ao FGTS, junto à Caixa Econômica

Federal, depositados em nome do falecido Sr. Rafael Aparecido Rodrigues. Expeça-se alvará com prazo de noventa dias. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. KENNYA RUIZ COUTINHO e CINTIA SHIGUETA FECCHIO DOS SANTOS-.

133. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO CAMBIAL-0005501-18.2011.8.16.0069-SEBASTIANA FELIX DA SILVA x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO e outro- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 62/85. -Advs. ADÃO ANTÔNIO PEREIRA LAGO, ANTONIO PEREIRA DO LAGO e EDIMAR FINATTI-.

134. REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO-0005523-76.2011.8.16.0069-DENILSON LUCCA e outro x PARANÁ BANCO S/A- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 38/106. - Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

135. REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO-0005527-16.2011.8.16.0069-DENILSON LUCCA x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 48/ 72. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

136. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL-0005530-68.2011.8.16.0069-ANTONIO CARLOS XAVIER DE MACEDO e outros x BRASIL TELECOM S/A - OI- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 60/181. - Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

137. COBRANÇA-0005548-89.2011.8.16.0069-EUSANIRA ZULMIRA DA SILVA x SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 29/76. - Adv. RICARDO DOMINGUES BRITO.25.825-PR-.

138. BUSCA E APREENSÃO-0005621-61.2011.8.16.0069-OMNI S/A-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x MAURO FERNANDES- D I S P O S I T I V O: Diante do exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, desta ação de busca e apreensão ajuizada por Banco Honda S/A em face de Rosana Mirian Luchette, em decorrência da purgação da mora o que resultou na ausência de interesse processual superveniente, nos termos do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil e Decreto-Lei nº 911/69 com as alterações recentes. Custas pagas. Honorários advocatícios já incluídos no depósito feito pelo réu. Expeçam-se o alvará como requerido, bem como os ofícios necessários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA-.

139. REVISÃO DE CONTRATO-0005635-45.2011.8.16.0069-ADRIANO FERNANDES CANABRAVA x BANCO SAFRA S/A- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 37/ 56. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

140. REVISÃO DE CONTRATO-0005650-14.2011.8.16.0069-ARCEO DONADELI x BANCO DAIMLERCHRYSLER S/A (BANCO MERCEDES BENZ)-Especifiquem as partes, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, com objetividade e pertinência, sob pena de preclusão. No mesmo prazo deverão as partes se manifestar sobre a possibilidade de conciliação em audiência para aplicação do artigo 331, § 3º, CPC. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN e HÉLIO LUIZ VITORINO BARCELOS-.

141. REVISÃO DE CONTRATO-0005652-81.2011.8.16.0069-CARLOS APARECIDO DA SILVA RONDON - EPP e outros x BANCO DO BRASIL S/A- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 46/ 63. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

142. REVISÃO DE CONTRATO-0005653-66.2011.8.16.0069-AGNALDO ALBERTO TONIOLO e outro x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 41/ 64. -Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

143. REVISÃO DE CONTRATO-0005654-51.2011.8.16.0069-ADEMIR MESSIAS DANTAS e outro x BANCO CIFRA (BANCO SCHAHIN S/A)- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 40/64. - Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.

144. REVISÃO DE CONTRATO-0005656-21.2011.8.16.0069-ARCEO DONADELI e outro x BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A - BANCO SICREDI-Especifiquem as partes, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, com objetividade e pertinência, sob pena de preclusão. No mesmo prazo deverão as partes se manifestar sobre a possibilidade de conciliação em audiência para aplicação do artigo 331, § 3º, CPC. -Advs. CRISAINE MIRANDA GRESPAN e RICARDO RIBEIRO-.

145. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO-0005948-06.2011.8.16.0069-SPEED TRANSPORTES LTDA x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO- A parte autora para se manifestar acerca da contestação apresentada as fls. 21/73.-Advs. MAURÍCIO GONÇALVES PEREIRA, LUIZ CARLOS BIAGGI, FERNANDO GRECCO BEFFA e LEONARDO RUIZ DE ALEMAR-.

146. REPARAÇÃO DE DANOS-0005961-05.2011.8.16.0069-ROGÉRIO VAZ x JOSÉ SIDENEI ACORDES - 1.Nos termos do Provimento 135 foram procedidas buscas no RENAJUD, tendo sido encontrados os bens descritos às fls. 30. 2. Portanto, indefiro o pedido de Justiça Gratuita requerida na inicial. 3. Remetam-se os autos ao Sr. Contador Judicial para elaboração das custas iniciais, intimando-se para recolhimento, no prazo de trinta (30) dias. 4. Diligencias necessárias. // À parte para efetuar o pagamento das custas processuais, conforme fls. 33: Vara Cível no valor de R$ 460,60; Distribuidor no valor de R$35,22; Contador no valor de R$ 10,09; bem como apresentar o Funrejus devidamente recolhido no valor de R$ 28,20. OBS: tais depósitos poderão ser recolhidos mediante boleto que se encontra disponível no site do TJPR no item recolhimento judicial. -Advs. CLAUDIOMAR APARECIDO ANDREAZI e VIVIAN APARECIDA MARQUES DA SILVA-.

147. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS-0006010-46.2011.8.16.0069-ANDREIA DO NASCIMENTO FERREIRA DE FREITAS e outros x JOSÉ SILVESTRE GALEGO - Designo audiência de conciliação para o dia 01/11/11 às 13h15min.Cite-se a parte Ré para os termos da inicial, bem como a intime a comparecer na audiência supra designada. Conste do mandado a advertência de que, caso não compareça, injustificadamente, ou se comparecer, frustrada a conciliação, deixar de oferecer contestação, serão reputados como verdadeiros os fatos articulados na petição inicial. Caso queira produzir prova oral, deverá na defesa arrolar as testemunhas que pretende ouvir, e, se quiser pericia, terá de formular, desde logo os quesitos, indicando assistente técnico.Defiro por ora a Justiça Gratuita. Intimem-se. // À parte para em cinco dias retirar a(s) carta(s) de CITAÇÃO, que será(ão) entregue(s) mediante o recolhimento da taxa de expedição no valor de R$9,40 cada uma (isento da taxa de expedição em caso de Justiça Gratuita), devendo ainda tirar as fotocópias necessárias para instruí-las, bem como providenciar o A.R. que está disponível no site dos Correios e preenchê-lo com os dados necessários para sua identificação. -Adv. EDVALDO CARLOS LIMA VALÉRIO-.

148. BUSCA E APREENSÃO-0006037-29.2011.8.16.0069-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x MAURO FERNANDES- Considerando o pedido de extinção do processo pelo autor e ausência de citação do réu, homologo por sentença a desistência da ação para que surta todos os efeitos legais, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito, o que faço com esteio no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes pelo autor, art. 26, CPC. Oportunamente arquivem-se, anote-se, dando-se baixa nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. GILBERTO BORGES DA SILVA, CARLA HELIANA V.MENEGOSSI TANTIN e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

149. BUSCA E APREENSÃO-0006047-73.2011.8.16.0069-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIMANTO E INVESTIMENTO S/A x VICENTE LOPES JUNIOR- Considerando o pedido de extinção do processo pelo autor e ausência de citação do réu, homologo por sentença a desistência da ação para que surta todos os efeitos legais, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito, o que faço com esteio no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes pelo autor, art. 26, CPC. Oportunamente arquivem-se, anote-se, dando-se baixa nos registros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. JULIANA RIGOLON DE MATOS, SERGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.

150. CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0006137-81.2011.8.16.0069-LAÇOS & TIRAS - CONFECÇÕES DE ROUPAS LTDA x MARCELO SCHLINDWEIN e outro-Manifeste-se a parte, no prazo de cinco dias, acerca da devolução da correspondência (fls. 56 - ALEXANDRE DE OLIVEIRA ME), com a seguinte informação dos Correios: "Mudou-se". -Advs. LEONARDO RUIZ DE ALEMAR, LUIZ CARLOS BIAGGI, MAURÍCIO GONÇALVES PEREIRA e FERNANDO GRECCO BEFFA-.

151. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO-0006158-57.2011.8.16.0069-CLAUDEMIR PEREIRA MARTINS x COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA - 1.A autora pede, em antecipação da tutela, a abstenção da ré em suspender o fornecimento da energia elétrica por conta da pretensão ora intentada que objetiva a declaração de inexistência da dívida oriunda de aumento imoderado de consumo num mês. E nos termos do artigo 273 e seus parágrafos o juiz poderá antecipar a tutela desde que exista prova inequívoca e se convença da verossimilhança da alegação, restringindo a sua incidência quando houver irreversibilidade do provimento antecipado. Do escólio de HUMBERTO THEODORO JÚNIOR colhe-se: (...) Neste caso, a controvérsia posta nos autos está a merecer a antecipação da tutela, eis que efetivamente deve a ré comprovar cabalmente a situação antes de cobrar do consumidor a diferença e cortar a energia elétrica. E para que não haja maior agravamento da situação da autora que depende do fornecimento da energia elétrica para o cotidiano, concedo a tutela antecipada, determinando que a ré emita nova fatura no valor equivalente à média dos últimos três meses de consumo, excluindo-se a diferença, abstendo-se de cortar o fornecimento da energia elétrica desde que haja o regular pagamento mensal pela autora, sob pena de multa diária de R$100,00.Intime-se. 2.Cite-se para responder no prazo legal e por meio do procedimento ordinário que resta mais célere na Comarca. // À parte para em cinco dias retirar a(s) carta(s) de CITAÇÃO, que será(ão) entregue(s) mediante o recolhimento da taxa de expedição no valor de R$9,40 cada uma (isento da taxa de expedição em caso de Justiça Gratuita), devendo ainda tirar as fotocópias necessárias para instruí-las, bem como providenciar o A.R. que está disponível no site dos Correios e preenchê-lo com os dados necessários para sua identificação. -Adv. MARCIO DINIZ FANCELLI-.

152. INVENTÁRIO-0006177-63.2011.8.16.0069-JEFERSON GUEDES DE OLIVEIRA x ESPÓLIO DE JURANDIR GUEDES DE OLIVEIRA- Nomeio como inventariante, o Sr. JEFERSON G. DE OLIVEIRA. Intimem-o pois, a prestar compromisso, no prazo de cinco dias e declarações nos 20 dias subsequentes. Após, cite-se o cônjuge, os herdeiros não representados, se houver, a Fazenda Pública, após o Ministério Público, para se manifestar, no prazo e 10 dias, voltando - me os autos conclusos, em seguida.-Advs. MARCIO ROQUE DA SILVA, MATEUS MARTINS ZANIBONI e VINICIUS BERTUSSI VELOZO-.

153. BUSCA E APREENSÃO-0006197-54.2011.8.16.0069-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x SELMA SUELI FARIA CHUDEK- Manifeste-se a parte acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls.39/v: "(...) Por derradeiro, abordei a moradora do local, sendo que então, fui atendido pela Sra. Selma Sueli, que declarou dizendo que fez entrega amigavel com a Autora" - Advs. JULIANA RIGOLON DE MATOS, SERGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.

154. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0006243-43.2011.8.16.0069-QUITÉRIA AZEVEDO DA CONCEIÇÃO x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO- A parte autora para se manifestar acerca da contestação

apresentada as fls. 25/ 51. -Advs. MARCO ANTONIO OLIVEIRA SILVA, ROBERTO RESQUETTI CERQUEIRA e DARLAN SEGABINAZI SILVESTRE-.
155. ALVARÁ JUDICIAL-0006258-12.2011.8.16.0069-ADAUTO RODRIGUES GARCIA x ESTE JUIZO- Manifeste-se a parte Requerente acerca da petição do Ministério Público de fl. 14/verso. -Adv. LUCIMAR ZANNE NOVO-.
156. BUSCA E APREENSÃO-0006490-24.2011.8.16.0069-OMNI S/A-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x PAULO ANTONIO ALMEIDA- Manifeste-se a parte acerca da informação do sr oficial de fls. 23, requerendo a intimação da parte para recolher a diferença de R$86,00, vez que recolhido apenas R$258,00 onde o valor correto é de R$344,00 - Adv. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA-.
157. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0006587-24.2011.8.16.0069-AUGUSTA VALENTINA MACEDO e outros x BANCO MERCANTIL FINASA- Ao procurador dos requerentes para juntar aos autos, no prazo de dez dias copia do RG e CPF dos requerentes, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. -Adv. CLEITON DAHMER-.
158. REPARAÇÃO DE DANOS-0006650-49.2011.8.16.0069-NILDA BATISTA DE OLIVEIRA e outro x FUNDAÇÃO FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU e outros-À parte para em cinco dias retirar a(s) carta(s) de CITAÇÃO e PRECATÓRIA, que será(ão) entregue(s) mediante o recolhimento da taxa de expedição no valor de R $9,40 cada uma (isento da taxa de expedição em caso de Justiça Gratuita), devendo ainda tirar as fotocópias necessárias para instruí-las, bem como providenciar o A.R. que está disponível no site dos Correios e preenchê-lo com os dados necessários para sua identificação. -Adv. THAISA ZANNE NOVO-.
159. COBRANÇA-0006694-68.2011.8.16.0069-DEOLICIO ALVES DE SOUZA x FERNANDO BUENO FRANCO-À parte para em cinco dias retirar a(s) carta(s) de CITAÇÃO, que será(ão) entregue(s) mediante o recolhimento da taxa de expedição no valor de R$9,40 cada uma (isento da taxa de expedição em caso de Justiça Gratuita), devendo ainda tirar as fotocópias necessárias para instruí-las, bem como providenciar o A.R. que está disponível no site dos Correios e preenchê-lo com os dados necessários para sua identificação. -Advs. ANTONIO DE SOUZA PEDROSO e SAMUEL SILVATI-.
160. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0006697-23.2011.8.16.0069-ESPÓLIO DE ALAN GILBERTO DA CONCEIÇÃO x GISELE CRISTINA ALVES- Ao que transparece dos fatos narrados, a autora nunca teve a posse do imóvel para sofrer o esbulho e pedir a reintegração de posse. Emende a autora a inicial para esclarecimentos ou mesmo novo pedido. Int. -Adv. VAGNER FERRAREZI PEREIRA-.
161. PREVIDENCIÁRIA-0006701-60.2011.8.16.0069-BRUNO CÉSAR SOARES PEREIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS- O presente pedido tem fundo em acidente de trabalho, portanto, a competencia para conhecimento e julgamento é da Vara de Familia e Anexos.
Encaminhem-se com as baixas de estilo. Intime-se.-Adv. CRISAINE MIRANDA GRESPAN-.
162. DECLARATÓRIA-0006710-22.2011.8.16.0069-LOTEADORA SAN RAFAEL LTDA x DORIVAL FERREIRA e outro-À parte para em cinco dias retirar a(s) carta(s) de CITAÇÃO, que será(ão) entregue(s) mediante o recolhimento da taxa de expedição no valor de R$18,80, devendo ainda tirar as fotocópias necessárias para instruí-las, bem como providenciar o A.R. que está disponível no site dos Correios e preenchê-lo com os dados necessários para sua identificação. -Advs. FABIANE GIMENEZ NISHIYAMA PRAXEDES e JORGE HARUO NISHIYAMA JUNIOR-.
163. DECLARATÓRIA-0006768-25.2011.8.16.0069-JAVA MATERIAIS ELÉTRICOS EPP LTDA x VIVO S/A- À parte para em cinco dias retirar o(s) OFÍCIO(s), que será(ão) entregue(s) mediante o recolhimento da taxa de expedição no valor de R $84,60, e da CARTA DE CITAÇÃO, que será entregue mediante pagamento da taxa de expedição no valor de R$9,40, devendo ainda tirar as fotocópias necessárias para instruí-las, bem como providenciar o A.R. que está disponível no site dos Correios e preenchê-lo com os dados necessários para sua identificação. -Advs. HERON ANDERSON e RAFAEL VIVA GONZALEZ-.
164. EXECUÇÃO-0006821-06.2011.8.16.0069-PAULO CEZAR LUCIO e outros x BANCO BANESTADO S/A- Ao procurador dos requerentes para juntar aos autos, no prazo de dez dias copia do RG e CPF dos requerentes, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. -Advs. OLIVIO GAMBOA PANUCCI e REGINALDO ANDRE NERY-.
165. DESPEJO-0006952-78.2011.8.16.0069-ARASMINO ANTONIO DE OLIVEIRA x ELZA PEREIRA DE OLIVEIRA e outros- Ao autor para adequar o valor da causa a 12 meses de aluguel, recolhendo custas e Funrejus em complementação. Int. -Adv. ELZA DE FÁTIMA DA SILVA CABELEIRA-.
166. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0005793-03.2011.8.16.0069-Oriundo da Comarca de 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE CURITIBA - PR-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT x A. GUIDELI CONFECÇÕES - DELIBERAÇÃO: Diante a não citação do Requerido, redesigno a audiência para o dia 13 de outubro de 2011, às 13h20min. // À parte para, em cinco dias, efetuar o recolhimento da GRC-Oficial de Justiça no valor de R$ 37,00, bem como providenciar fotocópias necessárias para instruí-lo. OBS: O recolhimento é feito por GRC, que se encontra disponível em cartório ou pelo site do TJPR (Caixa Econômica Federal, agência 0569, operação 040, conta 01500099-4), apresentando aos autos a via ORIGINAL do Oficial de Justiça para levantamento. -Adv. MARINA NEVES ROTHBARTH-.
167. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0006131-74.2011.8.16.0069-Oriundo da Comarca de 2ª VARA CÍVEL DE MOGI-GUAÇU-SP-MARIA APARECIDA DISPERATI DE OLIVEIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS- Para o ato deprecado designo o dia 01/11/2011, às 17h30min.
Comuniquem-se e intimem-se. - Adv. EVELISE SIMONE DE MELO-.
168. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0006251-20.2011.8.16.0069-Oriundo da Comarca de 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FRUTAL - MG-SELMA MARIA DOS SANTOS e outro x TRANSQUATRO TRANSPORTADORA LTDA e outro - Para o ato deprecado designo o dia 20/10/2011, às 13h10min. Comuniquem-se e intimem-se. // À parte REQUERIDA para, em cinco dias, efetuar o recolhimento da GRC-Oficial de Justiça no valor de R$ 64,50 , bem como providenciar fotocópias necessárias para instruí-lo. OBS: O recolhimento é feito por GRC, que se encontra disponível em cartório ou pelo site do TJPR (Caixa Econômica Federal, agência 0569, operação 040, conta 01500099-4), apresentando aos autos a via ORIGINAL do Oficial de Justiça para levantamento. -Advs. DEWTON VICENTE BARBOSA e ALBERTO EUSTÁQUIO PINTO SOARES-.
169. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0006318-82.2011.8.16.0069-Oriundo da Comarca de 5ª VARA FEDERAL - PRESIDENTE PRUDENTE/SP-MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL x MIGUEL MARCOS VIDOTTI- Para o ato deprecado designo o dia 16/11/2011, às 13h15min. Comuniquem-se e intimem-se. Diligências necessárias. -Adv. TITO LÍVIO SEABRA-.

Cianorte, 28 de setembro de 2011.

# CORNÉLIO PROCÓPIO

## VARA CÍVEL

**VARA CÍVEL DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PARANÁ**
**AV. SANTOS DUMONT, 903**
**43- 3524- 2275**
**86300-970**

**RELAÇÃO 89/2011 - CORNÉLIO PROCÓPIO**

COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO - ESTADO DO PARANA
RELAÇÃO Nº 89 /2011
JUIZ DE DIREITO - GUSTAVO TINÔCO DE ALMEIDA
Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ACIR ANGELO SCHIABEL 61 2020/2010
ADRIANO MUNIZ REBELLO 15 529/2007
50 1490/2010
ADRIANO SANDRO DE LIMA 11 185/2006
66 2311/2010
77 605/2011
84 1128/2011
ALESSANDRO EDISON MARTINS 97 380/2006
ALEXANDRE ALVES BAZANELLA 24 498/2009
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 25 652/2009
30 1138/2009
110 819/2011
ALFREDO JOSE DE CARVALHO 98 695/2006
ANA KARINA MAINARDES DA S 63 2085/2010
ANDERSON VELOSO DE MENDON 5 74/2002
ANDREA LOPES GERMANO PERE 43 1108/2010
ANGELINO LUIZ RAMALHO TAG 81 932/2011
ANGELO PAULO FADONI 68 177/2011
116 806/2007
ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORT 102 357/2008
ANTONIO AUGUSTO FERREIRA 102 357/2008
ANTONIO SEVERO DE CASTRO 4 439/2001
ANTÔNIO AUGUSTO DELLA CÔR 113 499/2001
APARECIDO MEDEIROS DOS SA 82 992/2011
BEATRIZ TEREZINHA DA SILV 21 61/2009
BRAULIO BELINATI GARCIA P 94 523/2002
BRUNA MAIRA ROCHA ALMEIDA 37 101/2010
BRUNO PONICH RUZON 101 337/2008
CARINE ENDO OUGO TAVARES 9 8/2006
55 1740/2010
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 59 1879/2010
71 296/2011
CARLA PASSOS MELHADO 64 2204/2010
CARLOS APARECIDO DE CARVA 83 994/2011
CAROLINA FERRI DUTRA SILV 32 1433/2009
CELSO MASSASHI MOGARI 96 1150/2005
CILIANE CARLA SELLA DE AL 14 364/2007
CLAUDIO GUIMARÃES 23 288/2009
CLÁUDIO LEITE PIMENTEL 113 499/2001
CLÁUDIO MAURO HENRIQUE DA 4 439/2001
CÉSAR AUGUSTO TERRA 41 726/2010
77 605/2011
84 1128/2011
109 1734/2010
DANIEL RODRIGUES BRIANEZ 96 1150/2005
DANIELA PEPES CARDOSO DE 92 155/2011
DANTE GASTONI SWAIN CONSE 6 320/2003
DANTE MARIANO GREGNANIN S 73 365/2011
DELMO LUIZ CARDOSO DA SIL 100 291/2007

DOUGLAS DOS SANTOS 30 1138/2009
EDER ROMEL 91 197/2009
EDUARDO TONDINELLI DE CIL 20 1014/2008
ELISABETE MIE YAMADA GUIM 23 288/2009
EMERSON CARAZZAI FONSECA 10 146/2006
EMILSON DE OLIVEIRA 83 994/2011
ENEIDA WIRGUES 45 1313/2010
EUCLER GIRALDI JUNIOR 4 439/2001
EVALDO GONÇALVES LEITE 16 863/2007
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA 31 1316/2009
FABIO GOMES MESQUITA 4 439/2001
FABRÍCIO CASSIO DE CARVAL 96 1150/2005
FLAVIO SANTANNA VALGAS 52 1563/2010
FRANCISCO BARBOSA 2 372/1990
FRANCISCO CARLOS MAINARDE 63 2085/2010
FÁBIO HENRIQUE NEGRÃO FER 36 72/2010
GILBERTO STINGLIN LOTH 77 605/2011
84 1128/2011
GUILHERME PONTARA PALAZZI 49 1440/2010
51 1533/2010
62 2068/2010
78 696/2011
79 870/2011
89 1865/2011
GUSTAVO DE ALMEIDA FLESSA 113 499/2001
GUSTAVO VISSOCI REICHE 27 822/2009
HERICK PAVIN 56 1781/2010
57 1785/2010
IVAN ROGÉRIO DA SILVA 58 1814/2010
JEAN CARLOS CAMOZATO 108 1366/2010
JORGE LUIZ DEOLIVEIRA LOV 90 136/2009
JOSÉ APARECIDO NOGUEIRA D 93 677/1998
JOSÉ ARREBOLA GONÇALVES 10 146/2006
JOSÉ CARLOS PEREIRA DE GO 28 1068/2009
JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI 49 1440/2010
JOSÉ CARLOS VIEIRA 1 702/1988
JOSÉ FÁBIO PAULO GABRIEL 74 397/2011
JOÃO EDSON LANÇAS CAPUTO 6 320/2003
JOÃO GONÇALVES DE OLIVEIR 23 288/2009
JOÃO LEONELHO GABARDO FIL 109 1734/2010
JOÃO NEONELHO GABARDO FIL 77 605/2011
84 1128/2011
JOÃO SANTOS DE MELLO 3 640/2000
JOÃO TAVARES DE LIMA FILH 1 702/1988
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 39 517/2010
JULIANO RICARDO TOLENTINO 111 1849/2011
JUVENTINO ANTONIO DE MOUR 103 1017/2008
JÚLIO BROTTO 4 439/2001
JÚLIO CEZAR SHUBER 36 72/2010
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 18 74/2008
KLAUS SCHNITZLER 80 884/2011
LANA MEIRI NAVARRO 29 1118/2009
LAURO FERNANDO ZANETTI 37 101/2010
60 1972/2010
LEANDRO AMBRÓSIO ALFIERI 96 1150/2005
LEANDRO DE QUADROS 111 1849/2011
LENICE ARBONELLI MENDES T 104 1167/2008
LILIAN ARAÚJO MANSO 12 679/2006
LUCIANA MARTINS ZUCOLI 94 523/2002
LUCIANO SALIMENE 8 740/2005
86 1163/2011
LUCIMARA PLAZA TENA 19 860/2008
LUIS ENRIQUE BRUNO SERVIL 115 523/2006
LUIS OGUEDES ZAMARIAN 70 212/2011
LUIS OSCAR SIX BOTTON 102 357/2008
LUIZ ANGELO PIPOLO 5 74/2002
LUIZ CARLOS RAIMUNDO 33 1448/2009
LUIZ ROBERTO RECH 34 1464/2009
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 31 1316/2009
LUIZ SGANZELLA LOPES 25 652/2009
LÍGIA DO NASCIMENTO 69 201/2011
MAIKO LUÍS ODIZIO 35 1482/2009
42 831/2010
44 1150/2010
46 1406/2010
47 1409/2010
48 1411/2010
65 2241/2010
MARA CLAUDIA DIB DE LIMA 34 1464/2009
MARCELO FARINHA 60 1972/2010
MARCELO SENEFONTES MOURA 55 1740/2010
MARCIA SATIL PARREIRA 82 992/2011
MARCIO MIATTO 6 320/2003
MARCIO PEREIRA DA SILVA 34 1464/2009
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 94 523/2002
MARCOS CEZAR KAIMEN 85 1139/2011
MARCOS CIBISCHINI DO AMAR 6 320/2003
7 383/2003
27 822/2009
116 806/2007
MARCUS VINICIUS ALI AMIN 81 932/2011
MARCUS VINICIUS BOSSA GRA 34 1464/2009
MARIANA PIOVEZANI MORETI 37 101/2010
MAURI BEVERVANÇO 31 1316/2009
MILKEN JACQUELINE CENERIN 54 1661/2010
MÁRCIO AURÉLIO DO CARMO 53 1572/2010
61 2020/2010
NELSON PASCHOALOTTO 26 790/2009
29 1118/2009
38 328/2010
75 464/2011
NELSON PILLA FILHO 42 831/2010
NELSON SAHYUN 14 364/2007
NELSON SAHYUN JUNIOR 14 364/2007
OMAR JOSÉ BADDAUY 101 337/2008
OSSIVAL ANTONIO CASSAROTT 23 288/2009
PATRÍCIA GRASSANO PEDALIN 34 1464/2009
PATRÍCIA MATTOS MELLE TIB 115 523/2006
PATRÍCIA PONTAROLI JANSEN 52 1563/2010
PAULO CÉSAR TORRES 13 287/2007
15 529/2007
PAULO HENRIQUE BORNIA SAN 74 397/2011
76 506/2011
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 52 1563/2010
RAFAEL MOSELE 108 1366/2010
RAFAEL SANTOS CARNEIRO 25 652/2009
61 2020/2010
82 992/2011
RAMEZ AMIN 81 932/2011
RAPHAEL DIAS SAMPAIO 72 337/2011
REINALDO MIRICO ARONIS 66 2311/2010
106 305/2010
RICARDO DOMINGUES BRITO 99 768/2006
ROBERTO CHINCEV ALBINO 3 640/2000
RODRIGO LICHTENBERGER CAT 28 1068/2009
ROGERIA DOTTI 4 439/2001
ROMEU SACCANI 1 702/1988
114 1015/2005
RUBENS SIZENANDO LISBÔA F 88 1343/2011
95 897/2005
SANDRA MARIA KAIRUZ YOSHI 37 101/2010
104 1167/2008
SEBASTIÃO DA SILVA FERREI 34 1464/2009
SHIGUEO MATSUBARA 6 320/2003
SILVIA FÁTIMA SOARES 17 8/2008
SONIA APARECIDA YADOMI 87 1284/2011
SÂMIA MARUCH MASSUD AMIN 112 1268/2009
SÉRGIO ANTONIO MEDA 6 320/2003
SÉRGIO LUIZ BELOTTO JUNIO 20 1014/2008
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBI 31 1316/2009
THAIS TAKAHASHI 22 250/2009
VAGNER CESAR TEIXEIRA ROM 39 517/2010
40 706/2010
VALDEMIR BARSALINI 107 523/2010
VINÍCIUS BONDARENKO PERE 105 1173/2009
WALTER BORGES CARNEIRO 113 499/2001
ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA 67 135/2011

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 702/1988-TORQUATO DUCCI x GENI LANDGRAF DUCCI - A parte requerida para manifestar sobre o pedido de substituição , no prazo de 3 dias. Advs. JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, ROMEU SACCANI e JOSÉ CARLOS VIEIRA.

2. REPARAÇÃO DE DANOS - 372/1990-SIMERIE APARECIDA PEREIRA GALLI x ESTADO DO PARANÁ - ACERCA DA MANIFESTAÇÃO DO CONTADOR , AS PARTES EM 05 (CINCO) DIAS.

AUTOS N° 372/1990
REQUERENTE - SIMERIE APARECIDA PEREIRA GALLI
REQUERIDO - ESTADO DO PARANÁ
INFORMAÇÃO
MM JUIZ:

Em atenção ao respeitável despacho retro, bem como petitória da parte autora, temos a informar o seguinte:

a) A autora concordou, conforme petição de fls, em recebem em outubro de 2004, o equivalente à 40 (quarenta) salários mínimos, à época cujo salário mínimo era de R $ 260,00, o que importaria em R$ 10.400,00 (cez mil e quatrocentos reais);

b) A parte requerida - executada - às fls 281, em 06/06/2005, realizou um depósito equivalente à R$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais), época em que o salário mínimo estava e ou havia alterado para R$ 300,00, o que deveria corresponder os 40 salários mínimos um montante de R$ 12.000,00 (doze mil reais);

c) Diante do acima enunciado, verificou-se que houve uma diferença depositada a menor de R$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) o que corresponde a 5,33 salários mínimos depositados a menor. -

Diante do contido acima e do que consta dos autos, entendemos que ainda resta, conforme petitório de fls e despacho o qual determinou o depósito de 40 (quarenta) salários mínimos, uma diferença a ser depositada no equivalente à 5,33 (cinco vírgula trinta e três) salários mínimos.

Por ser expressão da verdade firmamos a presente.
Cornélio Procópio, 30 de junho de 2 01
Adv. FRANCISCO BARBOSA.

3. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 640/2000-W.S.BARROS & CIA. LTDA. - EPP x UNIFIOS - UNIÃO DE FIOS LTDA - Às partes acerca da manifestação do contador, no prazo legal. INFORMAÇÃO Em atenção ao contido do petitório de fls 315 retro, tenho a informar que o cálculo de fls 310/311, fora elaborado em concordância com o respeitável despacho de fls 307/398. Cumpre-me informar, que, para a realização do cálculo conforme requerido pela parte executada, necessário se faz, com que a parte exeqüente junte aos autos cópia do Alvará expedido em seu favor, bem como extrato bancário do levantamento do valor devido, para posterior realização do cálculo requerido. Por ser expressão da verdade firmo a presente informação.

Comélio Procópio, 01 de agosto de 2 011.- Advs. JOÃO SANTOS DE MELLO e ROBERTO CHINCEV ALBINO.

4. INVENTÁRIO - 439/2001-RICARDO MORAES DE CASTRO x MARIA CONCEIÇÃO SEVERO DE CASTRO - APRESENTE A INVENTARIANTE A RETIFICAÇÃO DA PARTILHA NA FORMA QUE SE PRETENDE PARTILHAR OS BENS. Advs. FABIO GOMES MESQUITA, EUCLER GIRALDI JUNIOR, JÚLIO BROTTO, ROGERIA DOTTI, CLÁUDIO MAURO HENRIQUE DAÓLIO e ANTONIO SEVERO DE CASTRO JUNIOR.

5. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS - 74/2002-JOSE ALBERTINO CASELATO x SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ASSIS e outro - Ao exequente para retirar Carta Ar de citação e proceder a sua devida postagem, em 05 dias. Advs. ANDERSON VELOSO DE MENDONÇA e LUIZ ANGELO PIPOLO.

6. PAULIANA - 320/2003-BANCO BRADESCO S.A. x ADEMIR ROTTER e outros - Autos do Processo n° 320/2003 1. Nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil HOMOLOGO para todos os fins o acordo das partes constante de íls. 821, julgando extinta a presente ação com resolução de mérito. 2. Custas pelo requeridos, na forma do acordo. 3. P.R.I. 4. Oportunamente, arquivem-se. Cornélio Procópio - PR, 14 de setembro de 2011. Raphaella Benetti da Cunha Juíza Substituta Advs. MARCIO MIATTO, JOÃO EDSON LANÇAS CAPUTO, MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS, SÉRGIO ANTONIO MEDA, SHIGUEO MATSUBARA e DANTE GASTONI SWAIN CONSELVAN.

7. MONITÓRIA - 383/2003-BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S.A x ROTTERPLAK COM. DE FERRAGENS E MADEIRAS LTDA e outros - Ao exequente para retirar Carta Ar de citação e proceder a sua devida postagem, em 05 dias. Adv. MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS.

8. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 740/2005-NATANAELTTO ANSELMO DE CRISTO x MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO - 1. Intime-se o requerente, por seu procurador, para dar continuidade ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção do feito.
3. Intimem-se. Diligências necessárias. Adv. LUCIANO SALIMENE.

9. MANDADO DE SEGURANÇA - 8/2006-NEUSA ENDOH OUGO TAVARES x PREFEITO MUNICIPAL DE SERTANEJA - Ao requerente acerca da certidão , requerendo o que for pertinente no prazo legal. Certifico e dou fé, que deixo por ora de dar cumprimento integral ao r. despacho de fl.243/244, tendo em vista que não consta nos autos o endereço atual dos executados. Cornéiio Procópio, 16 de setembfodg_2011 Adv. CARINE ENDO OUGO TAVARES.

10. ARROLAMENTO - 146/2006-NEUZA MARTINS CARAZZAI DUCCI x REINALDO CARAZZAI e outro - Autos n° 146/2006: 1. Reitere-se o ofício de fl. 102 expedido ao Supremo Tribunal Federal. 2. Na forma do artigo 1043 do Código de Processo Civil, determino que os bens deixados por NEUZA MARTINS CARAZZAI sejam inventariados e partilhados nestes autos. 3. A inventariante deverá, em 20 (vinte) dias apresentar novas primeiras declarações, atentando, quanto a estas, para os requisitos contidos no artigo 993, do Código de Processo Civil, apresentando as documentações necessárias. 4. Apresentadas novas primeiras declarações, lavre a escrivania termo circunstanciado, que deverá ser assinado pelo juiz, escrivão e inventariante. 5. Após, procedam-se as intimações dos demais herdeiros, por seus advogados, da Fazenda Pública Estadual e do Ministério Público, para que se manifestem, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as novas primeiras declarações. 6. Não havendo impugnação às novas primeiras declarações e havendo resposta do ofício expedido ao Supremo Tribunal Federal, diga a Fazenda Pública em 10 (dez) dias. 7. Não havendo insurgência, lavre-se o termo de últimas declarações (CPC, art. 1.011), intimando-se a inventariante a prestá-las. 8. Após as últimas declarações, digam (CPC, art. 1.012). 9. Em seguida, ao Ministério Público. 10. Não havendo impugnações, ao cálculo do imposto, colhendo-se em seguida manifestação das partes, da Fazenda Pública e do Ministério Público, em 5 dias. Advs. EMERSON CARAZZAI FONSECA e JOSÉ ARREBOLA GONÇALVES.

11. DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO - 185/2006-YOSHIO ONO x SOARES IMÓVEIS S/C. LTDA. - Ao autor para preparo de custas R$ 17,86 , Contador R$ 10,09 em 05 dias. Adv. ADRIANO SANDRO DE LIMA.

12. DEPÓSITO - 679/2006-BANCO FINASA S/A. x MARIA DO CARMO FRANCISCO - Ao exequente para retirar Carta Ar de citação e proceder a sua devida postagem, em 05 dias. Adv. LILIAN ARAÚJO MANSO.

13. BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO - 287/2007-OMNI S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOSÉ LUIZ GALDINO DOS SANTOS - Ao autor para efetuar o preparo de diligências para fins de INTIMAÇÃO , no valor de R$ 37,00 (Banco do Brasil, ag. 0224-0, conta 700.128.420.814) Adv. PAULO CÉSAR TORRES.

14. INDENIZAÇÃO P/ DANOS MORAIS E MATERIAIS - 0003229-72.2007.8.16.0075-ALEXANDRE PEIXOTO CANÔNICO x MULTI EVENTOS SHOW e outro - Certifico e dou fé, que em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cìvel de Cornélio`Procópio - PR, pratiquei o seguinte ato ordinário. As partes para tomarem ciência do acórdão, no prazo legal. Advs. CILIANE CARLA SELLA DE ALMEIDA, NELSON SAHYUN e NELSON SAHYUN JUNIOR.

15. BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO - 529/2007-COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO NORTE DO PR x ODALENO DO COUTO BREGAGNOLO - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório: Ao exequente e/ou autor para se manifestar acerca do prosseguimento do feito, em 05 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito. Advs. PAULO CÉSAR TORRES e ADRIANO MUNIZ REBELLO.

16. COBRANÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DE CADERNETA DE POUPANÇA - 0003137-94.2007.8.16.0075-VALTER MESCHINI e outros x BANCO DO BRASIL S.A. - Ao autor para preparo de custas R$ 45,12 , Oficial R$ 37,00 (Banco do Brasil, ag. 0224-0, conta 600.128.608.511) em 05 dias. Adv. EVALDO GONÇALVES LEITE.

17. DECLARATÓRIA - 8/2008-AFONSO DOS SANTOS e outro x COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR -
Autos n° 1.440/2010
1. Recebo a apelação interposta em seu efeito devolutivo e
suspensivo.
2. Intime (m) - se a (s) parte (s) apelada (s) para oferecimento de contrarrazões, em 15 (quinze) dias.
3. Em seguida, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens.
4. Intime-se. Diligências. Necessárias.
Adv. SILVIA FÁTIMA SOARES.

18. BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO - 74/2008-FUNDO DE INVEST. DE DIR.CRED. NÃO-PADRONIZADOS AMÉ x MÁRCIO FERREIRA - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório: Ao exequente e/ou autor para se manifestar acerca do prosseguimento do feito, em 05 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito. Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER.

19. BUSCA E APREENSÃO * - 860/2008-BANCO FINASA S/A. x LEANDRO MENDES DE OLIVEIRA - Ao autor para preparo de custas R$ 2,82 , Contador R$ 10,09 em 05 dias. Adv. LUCIMARA PLAZA TENA.

20. DECLARATÓRIA DE CRÉDITO C.C. COBRANÇA ORDINÁRIA - 1014/2008-ANGELA FURLAN x BANCO HSBC - Indefiro o pedido de fls. 169/170, uma vez que as decisões proferidas pelo Superior Tribunal Federal nos RE's n.° 591.797/SP e 626.307/SP e no AI n.° 754.745/SP excetuam as causas em fase de execução (com decisão já transitada em julgado), como é o caso dos presentes autos (fl. 167). II - Assim, nada sendo requerido no prazo determinado no art. 475-J, § 5.°, do CPC (seis meses), arquivem-se os autos. III - Intimem-se. Diligências necessárias. Advs. EDUARDO TONDINELLI DE CILLO e SÉRGIO LUIZ BELOTTO JUNIOR.

21. COBRANÇA - 61/2009-NOBUO SHINYE e outros x BANCO DO BRASIL S.A. - Ao REQUERIDO para preparo de custas R$ 460,60 + R$ 29,86 , Contador R$ 10,09 (Banco do Brasil, ag. 0224-0, conta 600.128.608.511) em 05 dias. Adv. BEATRIZ TEREZINHA DA SILVEIRA MOURA.

22. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - 250/2009-JOÃO BARBOSA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -
Ciência ao autor sobre a designação da data de 26/10/2011 ás 14:00 horas, para a realização da perícia
Local de encontro: Em frente a Vara Civel desta Comarca
Adv. THAIS TAKAHASHI.

23. INVENTÁRIO - 288/2009-ACIR MATIASI x ANDRÉ MATHIAZI - Ante o grande lapso temporal (mais de 2 anos) entre o pedido de fls. 81-86 (imissão na posse) e a presente data, manifeste-se o inventariante, no prazo de 05 (cinco) dias, informando especificamente quais os bens de propriedade do falecido que estão de posse de outros herdeiros, e sobre os quais recai o pedido de imissão na posse. II - Intimem-se. Diligências necessárias. Advs. JOÃO GONÇALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR, OSSIVAL ANTONIO CASSAROTTI, CLAUDIO GUIMARÃES e ELISABETE MIE YAMADA GUIMARÃES.

24. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS - 498/2009-PISETTA & GODAS LTDA. ME. x CHEFE DO POSTO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL - Autos n.° 498/2009
1- Inicialmente, cumpre observar que no âmbito do Estado do Paraná as custas processuais pertencem ao concessionário da serventia cível e não às partes.
Malgrado parte da jurisprudência pátria indique o cabimento da fixação de honorários em tal situação, é evidente que esta não pode ser admitida por alguns motivos.
O primeiro remete ao equívoco de interpretação da decisão do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, quando do julgamento do RE 420.816, cuja a ementa é a seguinte:
I. Recurso extraordinário: alínea "b": devolução de toda a questão de constitucionalidade da lei, sem limitação aos pontos aventados na decisão recorrida. Precedente (RE 298.694, Pl. 6.8.2003, Pertence, DJ 23.04.2004). II. Controle incidente de inconstitucionalidade e o papel do Supremo Tribunal Federal. Ainda que não seja essencial à solução do caso concreto, não pode o Tribunal - dado o seu papel de "guarda da Constituição" - se /) furtar a enfrentar o problema de constitucionalidade suscitado incidentemente (v.g. SE 5.206-AgR; MS 20.505). III. Medida ^ provisória: requisitos de relevância e urgência: questão relativa à execução mediante precatório, disciplinada pelo artigo 100 e
parágrafos da Constituição: caracterização de situação relevante de urgência legislativa. IV. Fazenda Pública: execução não embargada: honorários de advogado: constitucional idade declarada pelo Supremo Tribunal, com interpretação conforme ao art. 1°-D da L. 9.494/97, na redação que lhe foi dada pela MPr 2.180-35/2001, de modo a reduzir-lhe a aplicação à hipótese de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública (C. Pr. Civil, art. 730), excluídos os casos de pagamento de obrigações definidos em lei como de pequeno valor (CF/88, art. 100, § 3o).
(RE 420816, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 29/09/2004, DJ 10-12-2006 PP-00050 EMENT VOL-02255-04 PP-00722)
Da leitura do citado julgamento, tem-se o entendimento de que o tratamento dispensado aos precatórios e às requisições de pequeno valor é distinto, sendo que com relação ao primeiro seria necessária a execução e em relação à requisição de pequeno valor, não.
Anotou-se naquele julgamento que cingindo-se a execução na forma do art. 730, do Código de Processo Civil, elemento necessário para que a Fazenda Pública promovesse os pagamentos dos créditos oriundos de decisões judiciais, e sendo o pagamento pelo precatório de curso obrigatório e que não existiria outra opção para satisfazer o credor, a execução contra a Fazenda Pública seria de curso obrigatório e

mero complemento do processo de conhecimento, razão pela qual não se deveriam fixar os honorários advocatícios.
Com relação à Requisição de Pequeno Valor RPV, entendeu-se que a sua execução não seria necessária a execução, da£^>
porque a execução das RPVs deveria ser considerada como verdadeira execução.
Contudo, o acórdão foi incompleto acerca da razão pela qual se considerava distinta a situação da execução em relação aos precatórios e ao RPV.
A resposta, desenganadamente, não está no corretíssimo voto do Ministro Sepulveda Pertence no acórdão retrocitado, mas, sim, na decisão dos embargos declaratórios no Recurso Extraordinário n. 420816, que restou ementado da seguinte maneira:
EMENTA: Execução, contra a Fazenda Pública, não embargada: honorários advocatícios indevidos na execução por quantia certa (CPC, art. 730), excluídos os casos de pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor (CF/88, art. 100, caput e § 3o). Embargos de declaração: ausência de contradição a sanar no acórdão embargado: rejeição. 1. Na media em que o caput do art. 100 condiciona o pagamento dos débitos da Fazenda Publica à "apresentação dos precatórios" e sendo estes provenientes de uma provocação do Poder Judiciário, é razoável que seja a executada desonerada do pagamento de honorários nas execuções não embargadas, às quais inevitavelmente se deve se submeter para adimplir o crédito. 2. O mesmo, no entanto, não ocorre relativamente à execução de quantias definidas em lei como de pequeno valor, em relação às quais o § 3o expressamente afasta a disciplina do caput do art. 100 da Constituição.
(RE 420816 ED, Relator(a): Min. SEPULVEDA PERTENCE,
Tribunal Pleno, julgado em 21/03/2007, DJe-004 DIVULG 26-
04-2007 PUBLIC 27-04-2007 DJ 20-04-2007 PP-000g£
EMENT VOL-02272-05 PP-00946 RCJ v. 21, n. 136, 2007, pv
113) jj
No voto deste importante adendo que é simplesmente
esquecido quando se examina a questão nos Tribunais, por razões
ignoradas por este Juízo, o Eminente Ministro Sepúlveda Pertence esclarece a questão de forma límpida, entendendo que no caso das Requisições de Pequeno Valor, qualquer que seja o Juízo, deve observar a disposição da Resolução 438, do Conselho da Justiça Federal, o qual determina que no caso das requisições de pequeno valor, o Magistrado deve determinar o seu pagamento imediato.
Anotou, ainda, com seu especial tino jurídico, o Ministro Sepúlveda Pertence, que tal procedimento deve ser observado em todos os procedimento e em todos os Juízos e não apenas nos Juizados Especiais, aplicando-se aos Juízos Estaduais cuja competência foi delegada.
Deste modo, aplicável a todos os pagamentos a serem realizados pela RPV a dinâmica do art. 17, da Lei 10.259X01, com a ponderação lançada pelo Ministro Sepúlveda Pertence acerca do procedimento em seu voto no RE 420816 ED: "Esse procedimento a ser observado, não por se tratar de ação movida nos Juizados Especiais, mas, sim, por ser quantia de pequeno valor - que coincide com o valor de alçada fixado em lei; não há justificativa para que, apenas pelo fato de a ação ter sido movida na Justiça Comum - Estadual ou Federal, seja mais dificultoso o procedimento de pagamento de quantias de pequeno valor. Haveria, no caso, uma disparidade de tratamento de situações equivalentes, ou seja, débitos do mesmo valor seriam pagos de forma[ distinta, apenas pelo fato de a ação ter sido apresentada neste ou naquele Juízo (....) Verificado, na Justiça Comum, que a sentença é ilíquida, será dado início à sua liquidação, nos termos da lesislação processual
em visor, oportunidade em que a Fazenda Pública poderá, se o entender, contestar o valor apurado sem o risco de ser condenada em honorários advocatícios." (g.n.)
Por este singelo e irrefutável motivo e observando que no caso em concreto, ainda não foi oportunizada a possibilidade da Fazenda Pública se manifestar sobre os cálculos apresentados pela parte requerente, em obediência ao disposto no art. 17, da Lei 10.259, bem como aos fundamentos expostos pelo Supremo Tribunal Federal na forma indicada acima e, ainda, nos termos das normas da liquidação por arbitramento, intime-se o Estado do Paraná para apresentar impugnação aos cálculos das custas no prazo de 30 dias, sem a necessidade de serem fixados honorários advocatícios em prol do credor e, considerando se tratar de simples procedimento de liquidação, as custas devem observar a tabela referente á liquidação e não à execução.
Decorrido o prazo, sem oposição do Estado do Paranaá, expeça-se o necessário RPV.
Em relação á necessidade de ser requisitado ao ente público a indicação de eventuais débitos do exeqüente a fim de que os mesmos sejam compensados antes da expedição do alvará de levantamento, nos termos do art. 100, §9°, da Constituição Federal por considerá-lo inconstitucional como já tive oportunidade de escrever em artigo publicado pelo conhecido site jurídico Jus Navegandi e que bem indicam a inconstitucionalidade do dispositivo:
"Com efeito, a novel disposição do art. 100, §§9° e 10, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 62X2009 determina que após o trânsito em julgado de eventual decisão relacionada aos embargos à execução , seja requisitado à Fazenda Pública devedora informações acerca de eventual débito que o beneficiário do crédito possua com o referido ente público, devendo este apresentar o valor discriminado do débito no prazo de 30 dias. ainda que não inscrito na Dívida Ativa, a fim de que seja promovido o abatimento do crédito favorável à Fazenda Pública, para posteriormente ser expedido precatório em relação ao saldo remanescente.
Buscou o legislador, por meio deste expediente, impedir que o cidadão que possua débitos com a Fazenda Pública receba os créditos que possui em relação a ela, sem que proceda ao pagamento dos créditos fazendários constituídos. O disposto no citado artigo tem o mesmo teor normativo que a disposição do art. 19, da Lei 11.033 considerado inconstitucional no bojo da ADIN 3453, cuja relatora foi a Ministra Carmen Lúcia.
É certo que a disposição do art. 19, da Lei 11.033

---

era mais agressiva que a nova disposição, eis que exigia a apresentação de todas as certidões negativas para que pudesse ser promovido o levantamento da importância relacionada ao pagamento do precatório, mas o efeito é exatamente o mesmo, ou seja, impedir que o indivíduo que possua débitos com a Fazenda Pública, ainda que não jurisdicionalizada a sua cobrança, possa receber o valor que o Poder Judiciário considerou ser-lhe devido pelo ente público.
Pretendeu-se, deste modo, promover-se a efetivação da intenção do legislador por outra via, eis que nos termos expressos do Voto da Eminente Ministra Carmen Lúcia na Ação Direta de Inconstitucionalidade citada, não se poderia admitir outro meio de restringir a expedição do precatório que não aquele indicado no art. 100, da Constituição Federal.
Assim, visando atender ao indicado no entendimento do E. Supremo Tribunal Federal, promoveram a mesma iniciativa antes buscada pela Lei 11.033X04 por meio da Emenda Constitucional n. 62
25. MONITÓRIA - 652/2009-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x L.C.MINATO E CIA. LTDA. - Ao autor para efetuar o preparo de diligências para fins de INTIMAÇÃO , no valor de R$ 37,00 (Banco do Brasil, ag. 0224-0, conta 700.128.420.814) Advs. RAFAEL SANTOS CARNEIRO, LUIZ SGANZELLA LOPES e ALEXANDRE NELSON FERRAZ.
26. BUSCA E APREENSÃO * - 790/2009-BANCO BRADESCO S.A. x CATSUMI FUSHIMI - Ao autor para preparo de custas R$ 57,12 , em 05 dias. Adv. NELSON PASCHOALOTTO.
27. MONITÓRIA - 822/2009-BANCO BRADESCO S.A. x CLEOSO MARQUES MODAS - ME e outros - AUTOS N° 822/2009
1. Disse o requerente que a (s) parte (s) requerida (s)
satisfez (izeram) integralmente o débito exeqüendo, requerendo a
extinção da execução.
2. Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE
EXECUÇÃO, nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil.
3. Eventuais custas remanescentes pela (s) parte (s)
executada (s).
4. Baixas e anotações necessárias.
5. Caso a escrivania não tenha interesse em promover a execução das custas e não haja o pagamento voluntário por parte do executado, que deverá ser intimado para tanto, extraia-se certidão do débito do Funrejus, remetendo-a para execução ao Conselho de Administração do Funrejus, promovendo-se, a seguir o arquivamento dos autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Comélio Procópio (PR), 05 de setembro de 2011
Gustavo Tinôco de Almeida Juiz de Direito
Advs. MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS e GUSTAVO VISSOCI REICHE.
28. ANULAÇÃO DE TÍTULO DE CRÉDITO - 1068/2009-COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO NORTE DO PR e outro x OFFICER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA S.A. - As partes para apresentação de alegações finais, no prazo sucessivo de 10 dias, iniciando-se pela parte autora. Advs. JOSÉ CARLOS PEREIRA DE GODOY e RODRIGO LICHTENBERGER CATAN.
29. BUSCA E APREENSÃO * - 1118/2009-BANCO BRADESCO S.A. x CATSUMI FUSHIMI - Ao autor para preparo de custas R$ 26,32 , em 05 dias. Advs. NELSON PASCHOALOTTO e LANA MEIRI NAVARRO.
30. MONITÓRIA - 0003075-83.2009.8.16.0075-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x A R F COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. e outros - Ao REQUERIDO para preparo de custas R$ 20,68 , Contador R$ 10,09 em 05 dias. Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ e DOUGLAS DOS SANTOS.
31. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0003433-48.2009.8.16.0075-DALBERTI RIBEIRO DE ARRUDA x BANCO ITAÚ S.A. * - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório:
Ao autor para preparo de custas R$ 271,66 , Distribuidor R$ 30,25 , Contador R $ 10,09 , Outras Custas R$ 20,00 , em 05 dias. Advs. TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e MAURI BEVERVANÇO.
32. INVENTÁRIO - 1433/2009-NILVA DE SOUZA ESPINASSE x ORESTES SPINASSE - Ante o falecimento de uma das herdeiras (inventariante anterior), bem como ausência de plano de partilha ou de primeiras declarações, manifeste- se o inventariante, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que for de direito. II - Intimem-se. Diligências necessárias Adv. CAROLINA FERRI DUTRA SILVA PECORARI.
33. BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR - 1448/2009-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. x ANA MARIA DE FARIA - Ao requerido acerca do cálculo de fls. 89/91, bem como, em 10 dias, complementar o depósito relativo á purgação da mora. Adv. LUIZ CARLOS RAIMUNDO.
34. INDENIZAÇÃO P/DANOS MATERIAIS, MORAIS E COMPENSAÇÃO - 1464/2009-ROBERTO BIANCHINI x TOMITA ITIMURA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS e outro - Diante da petição de fl. 815, nomeio em substituição o Sr. Agostinho E. F. de Oliveira.
2. Intime-se na forma do r. despacho de fls. 778-780.
3. Diligências necessárias.

Advs. SEBASTIÃO DA SILVA FERREIRA, MARCIO PEREIRA DA SILVA, LUIZ ROBERTO RECH, MARA CLAUDIA DIB DE LIMA, MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e PATRÍCIA GRASSANO PEDALINO.

35. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C.DANOS MORAIS E PED.DE ANT.DE TUTEL - 1482/2009-DANIEL AIRES DE OLIVEIRA x TIM CELULAR S.A. * - Ao autor para preparo de custas R$ 2,82 , Contador R$ 10,09 em 05 dias. Adv. MAIKO LUÍS ODIZIO.

36. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE REL.JUR.TRIB.DE ICMS C.C.REP.IND..C.C.ANT.TUTELA - 72/2010-ARMELINDO ORTIZ DE OLIVEIRA ME x ESTADO DO PARANÁ - Ao exequente para retirar Carta Ar de citação e proceder a sua devida postagem, em 05 dias. Advs. FÁBIO HENRIQUE NEGRÃO FERREIRA DIAS e JÚLIO CEZAR SHUBER.

37. IMPUGNAÇÃO - 101/2010-BANCO ITAÚ S.A. * x JOSÉ RÉ LIGEIRO e outros - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório: Ao exequente e/ou autor para se manifestar acerca do prosseguimento do feito, em 05 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito. Advs. LAURO FERNANDO ZANETTI, MARIANA PIOVEZANI MORETI, BRUNA MAIRA ROCHA ALMEIDA COELHO e SANDRA MARIA KAIRUZ YOSHIY.

38. DEPÓSITO - 328/2010-BANCO BRADESCO S.A. x ALEX RUFINO - Ao exequente para, no prazo de 05 dias, retirar 5 (cinco) ofício(s) e proceder a sua devida postagem, bem como recolher eventurais custas. Adv. NELSON PASCHOALOTTO.

39. REVISÃO CONTRATUAL C.C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0001761-68.2010.8.16.0075-GILVAN MAZETE DE ALMEIDA x BANCO ITAÚ S.A. * - Certifico e dou fé, que em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cìvel de Cornélio`Procópio - PR, pratiquei o seguinte ato ordinário. As partes para tomarem ciência do acórdão, no prazo legal. Advs. VAGNER CESAR TEIXEIRA ROMÃO e JULIANO MIQUELETTI SONCIN.

40. RESOLUÇÃO DE CONTRATO C/C.PERDAS E DANOS PED.TUTELA ANTECIPADA - 0002461-44.2010.8.16.0075-DONIZETI SPINASSI e outro x MARCELO SILVA DE OLIVEIRA - Ao exequente para retirar Carta Ar de citação e proceder a sua devida postagem, em 05 dias. Adv. VAGNER CESAR TEIXEIRA ROMÃO.

41. BUSCA E APREENSÃO * - 0002522-02.2010.8.16.0075-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. x JOSÉ RIBEIRO DE SOUZA - Ao exequente para retirar Carta Ar de citação e proceder a sua devida postagem, em 05 dias. Adv. CÉSAR AUGUSTO TERRA.

42. REVISIONAL DE CONTRATO C.C.REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0002912-69.2010.8.16.0075-ÉRICA ALVES FERREIRA x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. - Autos n° 831/2010 Numeração Única: 0002912-69.2010.8.16.0075 Vistos etc. 1. O recurso de embargos de declaração manejado por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A merece conhecimento, uma vez que interposto tempestivamente, atendendo-se aos demais requisitos - extrínsecos e intrínsecos - recursais. 2. Contudo, no que tange ao mérito, não assiste razão à Recorrente. Isso porque, a título de contradição, omissão ou dúvida existentes na decisão embargada, pretende obter efeito infringente com nova apreciação da prova produzida nestes autos. Porém, como cediço, os embargos de declaração não se prestam a que se obtenha um novo julgado sobre questão já decidida (STJ -EDAGA 405871 - DF - 6a T. - Rei. Min. Vicente Leal - DJU 14.10.2002), impondo-se, portanto, o não provimento do recurso. 3. Ante o exposto, conheço, porém nego provimento ao pleito recursal. 4. Com fundamento no art. 17, inciso VII, do Código de Processo Civil, reconheço a prática de litigância de má-fé da parte embargante/ré e aplico-lhes a multa de 1% do valor da ação, que reverterá em favor da parte autora. 5. Intimem-se. Diligências necessárias. Comélio Procópio (PR), 31 de agosto de 2011. Gustavo Tinôco de Almeida Juiz de Direito Advs. MAIKO LUÍS ODIZIO e NELSON PILLA FILHO.

43. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0003616-82.2010.8.16.0075-BANCO ITAUCARD S.A. x JOSÉ WALTER GOMES - Ao exequente para, no prazo de 05 dias, retirar ofício(s) e proceder a sua devida postagem, bem como recolher eventurais custas. Adv. ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA.

44. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0003896-53.2010.8.16.0075-ELIAS BATISTA x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVEST. - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório:
Ao autor para preparo de custas R$ 245,12 , Distribuidor R$ 30,25 , Contador R$ 10,09 , Outras Custas R$ 20,00 , em 05 dias. Adv. MAIKO LUÍS ODIZIO.

45. BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR - 0004369-39.2010.8.16.0075-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVEST. x ANDRÉIA GONÇALVES - Ao autor para preparo de custas R$ 15,04 , Contador R$ 10,09 em 05 dias. Adv. ENEIDA WIRGUES.

46. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0004624-94.2010.8.16.0075-JOSÉ APPOLINÁRIO ALVES x BANCO FINASA BMC S.A. - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório:
Ao autor para preparo de custas R$ 250,76 , Distribuidor R$ 30,25 , Contador R$ 10,09 , Outras Custas R$ 20,00
, em 05 dias. Adv. MAIKO LUÍS ODIZIO.

47. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0004627-49.2010.8.16.0075-LUIZ GOMES DE OLIVEIRA x BANCO FINASA BMC S.A. - Ao Exequente se houve a satisfação do débito exequendo, sendo que, em caso de não manifestação, será entendido como quitação plena. Adv. MAIKO LUÍS ODIZIO.

48. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0004629-19.2010.8.16.0075-MARCO ANTONIO BRUNO x BANCO FINASA BMC S.A. - AO autor para retirar Alvara Judicial e proceder o recolhimento de eventuais custas remanescentes. Adv. MAIKO LUÍS ODIZIO.

49. REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0004615-35.2010.8.16.0075-VICENTE DA SILVA x BANCO ITAUCARD S.A. -
Autos n° 1.440/2010
1. Recebo a apelação interposta em seu efeito devolutivo e
suspensivo.
2. Intime (m) - se a (s) parte (s) apelada (s) para oferecimento de contrarrazões, em 15 (quinze) dias.
3. Em seguida, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens.
4. Intime-se. Diligências. Necessárias.
Advs. GUILHERME PONTARA PALAZZIO e JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR.

50. REVISIONAL DE CONTRATO C.C.REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0004839-70.2010.8.16.0075-ROBERTO GOMES ** x OMNI S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - 2. Determino que a parte ré seja intimada pessoalmente, por seu representante legal (pela via postal - ARMP) e através do advogado que a representa nos autos, para que exiba o contrato descrito na inicial, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, sob pena de ser realizada a busca e apreensão do contrato, posto que sem a sua exibição torna-se impossível a aferição das questões lançadas na inicial, sendo a presente situação anômala e impossível a aplicabilidade da sistemática do artigo 359, do Código de Processo Civil, devendo ser aplicada de forma subsidiária o disposto no artigo 362, do Código de Processo Civil. Adv. ADRIANO MUNIZ REBELLO.

51. REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0004935-85.2010.8.16.0075-IZABEL PULCINELLI FURLANETO x BANCO ABN AMRO REAL S.A - Ao apelado para oferecer contra-razões no prazo legal. Adv. GUILHERME PONTARA PALAZZIO.

52. REVISIONAL DE CONTRATO - 0005030-18.2010.8.16.0075-EDSON ROBERTO DE SOUZA JÚNIOR x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVEST. - Às partes para especificarem as provas que desejam produzir de forma motivada, no prazo de 05 dias, sob pena de julgamento antecipado. Advs. PATRÍCIA PONTAROLI JANSEN, PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR e FLAVIO SANTANNA VALGAS.

53. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/PED.DE ANTECIPAÇÃO LIMINAR DE TUTELA C.C.DANOS MORAIS - 0005210-34.2010.8.16.0075-OSVAIR AUGUSTO SCHIABEL x UNIMED DO ESTADO DO PARANA - FEDERAÇÃO ESTADUAL DA - Ao exequente para retirar Carta Ar de citação e proceder a sua devida postagem, em 05 dias. Adv. MÁRCIO AURÉLIO DO CARMO.

54. BUSCA E APREENSÃO * - 0005434-69.2010.8.16.0075-BANCO ITAUCARD S.A. x EVERTON ROSA DE LIMA - Ao exequente para retirar Carta Ar de citação e proceder a sua devida postagem, em 05 dias. Adv. MILKEN JACQUELINE CENERINI JACOMINI.

55. PREVIDENCIÁRIA P/ OBTENÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE A TRABALHADOR RURAL - 0005626-02.2010.8.16.0075-MARIA DE LOURDES SALES LOPES x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CONCLUSÃO Nesta data faço conclusos os presentes autos ao MM Juiz de Direito desta Vara Cível, Dr. Gustavo Tinôco de Almeida. Cornélio Procópio, 29 de agosto de 2.011. Escrivão/Auxiliar AUTOS N.º 1.740/2010 Vistos e etc. 1. Nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO para todos os fins o acordo das partes constante das fls. 44, julgando, por conseqüência, extinto o presente processo, com resolução de mérito. 2. Custas processuais e honorários na forma acordada. 3. PRI. 4. Elabore-se a conta de custas, colhendo-se a manifestação das partes. Havendo impugnação à conta de custas, diga o senhor escrivão em 5 dias. Não havendo impugnação à conta de custas, certifique-se, oportunamente o trânsito em julgado da presente sentença. 5. Após o trânsito em julgado, expeçam-se as requisições de pequeno valor, devidamente instruídas, para recebimento das quantias mencionadas nos autos. 6. Considero que todas as verbas requisitadas têm cunho remuneratório devem ser consideradas de natureza alimentar. 7. Encaminhem-se as requisições de pequeno valor (RPV) ao TRF da 4ª região, observando-se o disposto na Resolução CJF 438/2005 e uma das vias à Procuradoria do INSS. 8. Vindo aos autos o comprovante de transferência dos valores requisitados, expeçam-se alvarás para que os beneficiários procedam o levantamento dos depósitos, intimando a parte autora, através de seu procurador para o levantamento e manifestação, em 5 dias, sobre a satisfação de seu crédito, advertindo-a que caso permaneça inerte, será presumida a satisfação integral de sua pretensão. 9. A parte credora deverá ser intimada, pessoalmente, sobre a expedição do alvará. 10. Int. Dil. Nec. Cornélio Procópio, 29 de agosto de 2011. Gustavo Tinôco de Almeida Juiz de Direito Advs. CARINE ENDO OUGO TAVARES e MARCELO SENEFONTES MOURA.

56. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0005762-96.2010.8.16.0075-MARCOS ROBERTO STOLBER x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório:
Ao REQUERIDO para preparo de custas R$ 247,94 , Distribuidor R$ 30,25 , Contador R$ 10.09 , , Outras Custas R$ 20,00 , em 05 dias. Adv. HERICK PAVIN.

57. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0005766-36.2010.8.16.0075-MARCOS PEREIRA SANTOS x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. - 1. Intime-se a requerida para que cumpra a referida sentença de fl. 41, para que em 5 (cinco) dias apresente a cópia do contrato de financiamento do veículo descrito na inicial. Adv. HERICK PAVIN.

58. ORDINÁRIA - 0005851-22.2010.8.16.0075-SEVERINO VIEIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CONCLUSÃO Nesta data faço conclusos os presentes autos ao MM Juiz de Direito desta Vara Cível, Dr. Gustavo Tinôco de Almeida. Cornélio Procópio, 29 de agosto de 2.011. Escrivão/Auxiliar AUTOS N.º 1.814/10 Vistos e etc. 1. Nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO para todos os fins o acordo das partes constante das fls. 357/358, julgando, por conseqüência, extinto o presente processo, com resolução de mérito. 2. Custas processuais e honorários na forma acordada. 3. PRI. 4. Elabore-se a conta de custas, colhendo-se a manifestação das partes. Havendo impugnação à conta de custas, diga o senhor escrivão em 5 dias. Não havendo impugnação à conta de custas, certifique-se, oportunamente o trânsito em julgado da presente sentença. 5. Após o trânsito em julgado, expeçam-se as requisições de pequeno valor, devidamente instruídas, para recebimento das quantias mencionadas nos autos. 6. Considero que todas as verbas requisitadas têm cunho remuneratório devem ser consideradas de natureza alimentar. 7. Encaminhem-se as requisições de pequeno valor (RPV) ao TRF da 4ª região, observando-se o disposto na Resolução CJF 438/2005 e uma das vias à Procuradoria do INSS. 8. Vindo aos autos o comprovante de transferência dos valores requisitados, expeçam-se alvarás para que os beneficiários procedam o levantamento dos depósitos, intimando a parte autora, através de seu procurador para o levantamento e manifestação, em 5 dias, sobre a satisfação de seu crédito, advertindo-a que caso permaneça inerte, será presumida a satisfação integral de sua pretensão. 9. A parte credora deverá ser intimada, pessoalmente, sobre a expedição do alvará. 10. Int. Dil. Nec. Cornélio Procópio, 29 de agosto de 2011. Gustavo Tinôco de Almeida Juiz de Direito Adv. IVAN ROGÉRIO DA SILVA.

59. BUSCA E APREENSÃO * - 0006119-76.2010.8.16.0075-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVEST. x APARECIDO MARIANO - Ao autor para efetuar o preparo de diligências para fins de CITAÇÃO , no valor de R$ 37,00 (Banco do Brasil, ag. 0224-0, conta 700.128.420.814) Adv. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN.

60. IMPUGNAÇÃO - 0006362-20.2010.8.16.0075-BANCO ITAÚ S.A. * x NÉSIO DE ANDRADE RESENDE e outro - Especifiquem as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, as provas que efetivamente pretendem produzir, indicando exatamente a necessidade e a pertinência de cada uma delas, sob pena de indeferimento. Eventualmente, manifestem-se as partes, no mesmo prazo, se existe probabilidade de conciliação (com designação de audiência para tanto) e se possuem interesse no julgamento antecipado da lide. II - Intimem-se. Diligências necessárias Advs. LAURO FERNANDO ZANETTI e MARCELO FARINHA.

61. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT C.C.TUTELA ANTECIPADA - 0006557-05.2010.8.16.0075-REGINA APARECIDA MARTINS ESPINDOLA x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT - 1. Esclareço à parte requerida que já fora expedido oficio ao IML, estando sua resposta acostada às fls. 59 dos autos.

2. Ademais, segundo informação da referida resposta, aguarde-se a realização de pericia agendada para o dia 07/11/2011.

Advs. MÁRCIO AURÉLIO DO CARMO, ACIR ANGELO SCHIABEL e RAFAEL SANTOS CARNEIRO.

62. REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0006690-47.2010.8.16.0075-SILVETE DE CARVALHO x BV SERV/BV FINANCEIRA C.F.I. S/A. - Ao apelado para oferecer contra-razões no prazo legal. Adv. GUILHERME PONTARA PALAZZIO.

63. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR - 0006718-15.2010.8.16.0075-RAQUEL ROQUE MOREIRA x CHEFE DA 11ª CIRETRAN, SR. MAURO SÉRGIO CASAGRANDE - Ao impetrante acerca das informações prestadas, no prazo legal. Advs. ANA KARINA MAINARDES DA SILVA e FRANCISCO CARLOS MAINARDES SILVA.

64. BUSCA E APREENSÃO * - 0006953-79.2010.8.16.0075-BANCO ITAUCARD S.A. x GUSTAVO LACERDA AZZOLINI - Ao autor para preparo de custas R$ 17,86 , Contador R$ 10,09 em 05 dias. Adv. CARLA PASSOS MELHADO.

65. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0007044-72.2010.8.16.0075-RONALDO SIVIERO x BANCO SAFRA S.A. - Ao apelado para oferecer contra-razões no prazo legal. Adv. MAIKO LUÍS ODIZIO.

66. REVISÃO CONTRATUAL C.C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0007528-87.2010.8.16.0075-JULIANA BATISTA x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVEST. - Às partes para especificarem as provas que desejam produzir de forma motivada, no prazo de 05 dias, sob pena de julgamento antecipado. Advs. ADRIANO SANDRO DE LIMA e REINALDO MIRICO ARONIS.

67. REVISIONAL DE CONTRATO C.C.REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0000366-07.2011.8.16.0075-FLORIOVALDO HERIBERTO CALDERON x BANCO BANESTADO S.A. - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório: Ao requerente acerca da Certidão, requerendo o que for pertinente, no prazo legal.

Certifico que. em cumprimento à respeitável Carta precatória, me dirigi no município de Corneiio Procópio, no sítio Tashima. e sendo aí. não localizei o trator agrícola New Holland TL 75E. série: 7x4609. para apreendê-lo. e após diversas diligências na tentativa de localizar o bem. sem obter êxito, contatei o Sr. Roberto Tashima. o qual informou que o referido bem encontra-se em sua posse e esta escondido e que o mesmo não ira entregá-lo. pois estaria fa/endo um acordo com o Banco para pagamento da dívida. Diante das informações acima, devolvo cm cartório o presente mandado para os devidos fins. /Adv. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA.

68. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0000481-28.2011.8.16.0075-LATICÍNIOS COSTA PEREIRA LTDA. ME x BANCO SICREDI - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DA RE - Ao autor para preparo de custas R$ 776,86 , em 05 dias. Adv. ANGELO PAULO FADONI.

69. RESCISÃO DE CONTRATO - 0000550-60.2011.8.16.0075-ERICK DA SILVA x CLÁUDIO APARECIDO FERNANDES - Ao exequente para retirar Carta Ar de citação e proceder a sua devida postagem, em 05 dias. Adv. LÍGIA DO NASCIMENTO.

70. DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO - 0000675-28.2011.8.16.0075-MARILÚCIA COBO ZAMARIAN e outro x MARLY ZAMARIAN REZENDE e outros - Ao autor para efetuar o preparo de diligências para fins de CITAÇÃO , no valor de R$ 37,00 (Banco do Brasil, ag. 0224-0, conta 700.128.420.814) Adv. LUIS OGUEDES ZAMARIAN.

71. BUSCA E APREENSÃO * - 0000920-39.2011.8.16.0075-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVEST. x SIMONE ALVES - Ao autor para preparo de custas R$ 15,04 , em 05 dias. Adv. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN.

72. INDENIZAÇÃO - 0001026-98.2011.8.16.0075-DANIEL RODRIGUES x MUNICIPIO DE CORNELIO PROCOPIO - Às partes para especificarem as provas que desejam produzir de forma motivada, no prazo de 05 dias, sob pena de julgamento antecipado. Adv. RAPHAEL DIAS SAMPAIO.

73. MONITÓRIA - 0001131-75.2011.8.16.0075-MARES - MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S.A. x WILSON BAGGIO JÚNIOR - Ao autor para efetuar o preparo de diligências para fins de CITAÇÃO , no valor de R$ 37,00 (Banco do Brasil, ag. 0224-0, conta 700.128.420.814) Adv. DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO.

74. REPETIÇÃO DO INDÉBITO * - 0001260-80.2011.8.16.0075-FRANCISCO APARECIDO BARBOSA LIMA x BANCO FINASA S/A. - Às partes para especificarem as provas que desejam produzir de forma motivada, no prazo de 05 dias, sob pena de julgamento antecipado. Advs. JOSÉ FÁBIO PAULO GABRIEL e PAULO HENRIQUE BORNIA SANTORO.

75. BUSCA E APREENSÃO * - 0001486-85.2011.8.16.0075-BANCO BRADESCO S.A. x SANDRO APARECIDO ANTUNES - Ao exequente para retirar Carta Ar de citação e proceder a sua devida postagem, em 05 dias. Adv. NELSON PASCHOALOTTO.

76. REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0001624-52.2011.8.16.0075-LEANDRO DA SILVA FERRARI x BANCO BRADESCO S.A. - Ao apelado para oferecer contra-razões no prazo legal. Adv. PAULO HENRIQUE BORNIA SANTORO.

77. REVISÃO CONTRATUAL C.C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0001962-26.2011.8.16.0075-IVAN LÚCIO MAZETTI x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. - Às partes para especificarem as provas que desejam produzir de forma motivada, no prazo de 05 dias, sob pena de julgamento antecipado. Advs. ADRIANO SANDRO DE LIMA, GILBERTO STINGLIN LOTH, JOÃO NEONELHO GABARDO FILHO e CÉSAR AUGUSTO TERRA.

78. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0002170-10.2011.8.16.0075-CLAUDINEI VIEIRA DA SILVA x BANCO REAL-ABN-AMRO BANK-AYMORÉ FINANCIAMENTOS - Ao exequente para retirar Carta Ar de citação e proceder a sua devida postagem, em 05 dias. Adv. GUILHERME PONTARA PALAZZIO.

79. REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0002584-08.2011.8.16.0075-AMAURI JOSÉ GERÔNIMO x BV SERV/BV FINANCEIRA C.F.I. S/A. - 1. Ciente da interposição do recurso de Agravo de Instrumento, contudo, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2. Como não houve, até a presente data, notícia da concessão do efeito suspensivo ao recurso, determino o integral cumprimento da decisão objurgada. 3. Intime-se. Diligência. Necessária. Comélio Procópio (PR), 02 de setembro de 2011. Adv. GUILHERME PONTARA PALAZZIO.

80. BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR - 0003050-02.2011.8.16.0075-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. x MARIA APARECIDA DE SOUZA - Ao autor para preparo de custas R$ 12,22 , em 05 dias. Adv. KLAUS SCHNITZLER.

81. INDENIZAÇÃO P/DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C.EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0003104-65.2011.8.16.0075-ISAAC BERNARDINO x BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA e outro - Às partes para especificarem as provas que desejam produzir de forma motivada, no prazo de 05 dias, sob pena de julgamento antecipado. Advs. MARCUS VINICIUS ALI AMIN, RAMEZ AMIN e ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI.

82. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - 0002763-39.2011.8.16.0075-CARLA CRISTINA OLIVEIRA BIANCONI e outros x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT - Às partes para especificarem as provas que desejam produzir de forma motivada, no prazo de 05 dias, sob pena de julgamento antecipado. Advs. APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS, MARCIA SATIL PARREIRA e RAFAEL SANTOS CARNEIRO.

83. INVENTÁRIO NEGATIVO - 0002956-54.2011.8.16.0075-CLÁUDIO PEREIRA DA SILVA x EDVALDO SANTOS - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório: ao requerente para assinar o termo de Compromisso de inventariante, no prazo legal. Advs. EMILSON DE OLIVEIRA e CARLOS APARECIDO DE CARVALHO.

84. REVISÃO CONTRATUAL C.C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 0003382-66.2011.8.16.0075-ADELSO BUENO DE CAMARGO x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. - Às partes para especificarem as provas que desejam produzir de forma motivada, no prazo de 05 dias, sob pena de julgamento antecipado. Advs. ADRIANO SANDRO DE LIMA, JOÃO NEONELHO GABARDO FILHO, GILBERTO STINGLIN LOTH e CÉSAR AUGUSTO TERRA.

85. MEDIDA CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO COM PEDIDO DE LIMINAR - 0003539-39.2011.8.16.0075-VALTER DA SILVA BARROS x CONDOMÍNIO RANCHO DO SOSSEGO - AUTOS N° 1.139/2011 N.U. 3539-39.2011.8.16.0075 3. 4. 5. 6. Homologo o pedido de desistência da ação

formulado pela parte autora, para os fins do artigo 158, parágrafo único do Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, sem resolução de mérito. Custas eventualmente remanescentes pela parte requerente. Expeça-se alvará para levantamento dos valores penhorados nos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Cornélio Procópio (PR), 25 de agosto de 2011. Bem como retirar Alvará. de Almeida Gustavo Tinôco de Almeida Juiz de Almeida Adv. MARCOS CEZAR KAIMEN.

86. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 0003574-96.2011.8.16.0075-KEILA ALVES DA SILVA x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVEST. - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório: Ao requerente acerca da petição de fls. 20/24, requerendo o que de direito no prazo legal. Adv. LUCIANO SALIMENE.

87. DECLARATÓRIA - 0003963-81.2011.8.16.0075-MARIVONE FAJARDO QUINTERO PONTES x ESTADO DO PARANÁ - No presente caso, o documento de fl. 16 comprova que a parte autora tem condições de suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo de seu sustento ou de sua família, pois verifica-se que a autora recebe cerca de 4.968,26 (quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte e seis centavos) como servidora pública estadual, não podendo, assim, ser considerado pobre na acepção jurídica da palavra Diante do exposto, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita e determino que a parte autora efetue o preparo das custas iniciais e o recolhimento do Funreius, em 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. 2. Efetuado o preparo das custas e o recolhimento do Funrejus, voltem-me os autos conclusos. 3. Intimem-se diligências necessárias. Cornélio Procópio/PR), 8 de julho de 2011. Adv. SONIA APARECIDA YADOMI.

88. NOTIFICAÇÃO JUDICIAL - 0004216-69.2011.8.16.0075-COMTRAFO INDÚSTRIA DE TRANSFORMADORES ELÉTRICOS S.A. x USINA PAU D´ÁLHO S/A. - Ao exequente para, no prazo de 05 dias, retirar ofício(s) e proceder a sua devida postagem, bem como recolher eventurais custas. Adv. RUBENS SIZENANDO LISBÔA FILHO.

89. PREVIDENCIÁRIA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL - 0005937-56.2011.8.16.0075-LÚCIA RODRIGUES DE MATTOS x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório: Ao requerente para juntar cpóia do processo administrativo, requerendo o que de direito no prazo legal. Adv. GUILHERME PONTARA PALAZZIO.

90. CARTA PRECATÓRIA - 136/2009-Oriundo da Comarca de 9ª V. DE LONDRINA-PR - MARCELO AUGUSTO ARRABAL x JOSÉ CORREIA PAZ e outro - Ao autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, junte declaração própria para os fins do requerido à fl. 122. Adv. JORGE LUIZ DEOLIVEIRA LOVATO.

91. CARTA PRECATÓRIA - 197/2009-Oriundo da Comarca de CASTRO, PR. - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CASTROLANDA x TADEU GOULART e outro - Indefiro opedido de fls. 47, um a vez que o valor em questão pertence ao banco e não ao executado.

Manifeste-se o exeqüente sobre o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, notadamente devendo indicar bens passíveis de penhora que poderão ser encontrados neste juízo, a fim de justificar a permanência da deprecata Adv. EDER ROMEL.

92. CARTA PRECATÓRIA - 0005917-65.2011.8.16.0075-Oriundo da Comarca de 2ª V. DE ASSIS - SP. - CANAÃ COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA. x ARNALDO VALDECI DE SOUZA e outro - PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO VARA CÍVEL Autos n. 0005917-65.2011.8.16.0075 1- Com efeito, quando da decisão retro anterior, não tinha este Juízo conhecimento do teor da decisão proferida nos autos de arresto, tendo apenas ciência de que a medida já fora extinta e fora promovida a decisão nestes termos, com os elementos disponíveis naquele momento. Contudo, mesmo diante dos novos argumentos lançados pela terceira interessada tem-se que a situação não se altera. Isto porque, ainda que se tenha promovido nos autos do arresto a transferência de propriedade, fato é que o Juízo Deprecante determinou a busca e apreensão do referido montante de soja em poder da terceira interessada. A eventual transferência de propriedade da qual a exequente não participou não indica a perda de eventual garantia em relação aos produtos, ainda que em relação a terceiros, o que é usual nos direitos reais, dentre os quais o penhor indicado pelas Cédulas de Produto Rural-CPR. Deste modo, ainda que se tenha o acordo entre a terceira interessada e o executado, como a exequente dele não participou, não pode o mesmo lhe ser oposto, razão pela qual deve ser cumprida a decisão do Juízo Deprecante. Esclareça-se, ainda, que eventual decisão acerca da propriedade do bem deve ser efetivada pelo Juízo que ordenou o depósito do bem. Eventual inconsistência deve ser examinada pelo Juízo Deprecante, eis que o bem a ser depositado e apreendido foi por ele indicado, sendo este o mesmo princípio que determina que os embargos à execução e de terceiros em relação a penhora de bem indicado pelo Juízo Deprecante devem ser opostos naquele Juízo. Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça: RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO POR CARTA PRECATÓRIA - EFETIVIDADE DA PENHORA DETERMINADA PELO JUÍZO DEPRECADO SOMENTE APÓS DECISÃO DO DEPRECANTE - EMBARGOS DE TERCEIRO - COMPETÊNCIA DO JUÍZO DEPRECANTE -CONFIGURAÇÃO - RECURSO ESPECIAL NÃO-CONHECIDO. 1. Em princípio, o juízo que determinou a prática de um ato executivo é o competente para conhecer dos inconformismos daí decorrentes, tal como ocorre nos embargos à execução por carta (art.747 do CPC) e nos embargos de terceiro (art. 1.049 do CPC). De fato, em tese, seria descabido atribuir tal competência para outro juízo, que não ergueu os fundamentos jurídicos do ato executivo impugnado. 2. Ao juízo deprecante compete apreciar os embargos de terceiro opostos contra penhora de imóvel por ele indicado (Súmula n. 33 do extinto Tribunal Federal de Recursos - TFR). 3. In casu, desinfluente é o fato de que a penhora fora inicialmente determinada pelo juízo deprecado de Bagé/RS, pois ela só se tornou realmente efetiva com a decisão do juízo deprecante de Araranguá/SC, que reconheceu a ocorrência de fraude à execução. 4. Recurso especial não-conhecido. ^ (REsp 1033333/RS, Rei. Ministro MASSAMI UYEDVtf TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2008, DJe 05/09/2008) Assim, mantenho a decisão guerreada porque ainda que alterada a base fática, nos moldes da fundamentação indicada, a situação permanece a mesma, sendo vedada à exequente em despojar-se do bem sem autorização dos Juízos. Encaminhe-se cópia do pedido de fls. 67U02 e cópia da decisão de fls. 578 ao Juízo Deprecante. Intimem-se. Cornélio Procópio, 26 de Setembro de 2010. Adv. DANIELA PEPES CARDOSO DE AL. MINICHIELLO.

93. EXECUÇÃO DE TÍTULO - 677/1998-ESTADO DO PARANÁ x ARI OSVALDO DE SOUZA F.I. e outros - AUTOS N° 677/1998 1. Disse a Fazenda Pública que a (s) parte (s) executada (s) satisfez (izeram) integralmente o débito exeqüendo, requerendo a extinção da execução. 2. Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil. 3. Eventuais custas remanescentes pela (s) parte (s) executada (s). 4. Baixas e anotações necessárias. 5. Caso a escrivania não tenha interesse em promover a execução das custas e não haja o pagamento voluntário por parte do executado, que deverá ser intimado para tanto, extraia-se certidão do débito do Funrejus, remetendo-a para execução ao Conselho de Administração do Funrejus, promovendo-se, a seguir o arquivamento dos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cornélio Procópio (PR), 05 de setembro de 2011 GustavoTinôco de Almeida Juiz de Direito Adv. JOSÉ APARECIDO NOGUEIRA DA CUNHA.

94. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 523/2002-BANCO ITAÚ S.A. * x CHAPARRAL TURISMO LTDA e outros - Ao exequente para, no prazo de 05 dias, retirar 3 (tres) ofício(s) e proceder a sua devida postagem, bem como recolher eventurais custas. Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e LUCIANA MARTINS ZUCOLI.

95. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0001560-52.2005.8.16.0075-ELETROTRAFO PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA x CONSTRUTORA VÉRTICE LTDA - Ao autor e/ou exequente para se manifestar nos autos, em 05 dias, tendo em vista a decorrência do prazo de suspensão . Adv. RUBENS SIZENANDO LISBÔA FILHO.

96. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1150/2005-HERMES GATI x EDNO BRESSAN JÚNIOR - Defiro o pedido de fls. 73/79 e determino o desbloqueio dos valores existentes na conta da parte executada, junto ao Banco do Brasil, tendo em vista que restou comprovado nos autos, por meio dos documentos de fl. 79 que foi bloqueado saldo de conta corrente, oriundo de rendimentos salariais. O desbloqueio foi efetuado nesta oportunidade por este juízo pelo sistema Bacenjud 2.0. 2. Sem prejuízo da diligência acima, intime-se a parte credora para requerer o que reputar pertinente. 3. Diligências necessárias. Advs. CELSO MASSASHI MOGARI, LEANDRO AMBRÓSIO ALFIERI, DANIEL RODRIGUES BRIANEZ e FABRÍCIO CASSIO DE CARVALHO ALVES.

97. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 380/2006-W.S.BARROS & CIA. LTDA. - EPP x SANDRO ROGÉRIO GOMES - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório: Ao EXEQUENTE acerca da carta AR devolvida sem cumprimento no prazo legal. Adv. ALESSANDRO EDISON MARTINS MIGLIOZZI.

98. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 695/2006-COPROAÇO COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE FERRO LTDA. ME. x PEDRO FERNANDES - Ao autor para preparo de custas R$ 99,42 , em 05 dias. Adv. ALFREDO JOSE DE CARVALHO FILHO.

99. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA SENTENÇA - 768/2006-FÁBIO MAURO SEGABINAZZI e outro x UNIMED COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - AO autor para retirar Alvara Judicial e proceder o recolhimento de eventuais custas remanescentes. Adv. RICARDO DOMINGUES BRITO.

100. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0003247-93.2007.8.16.0075-JORGE BARBOSA LEAL JÚNIOR x EDIVALDO GOMES - Ao autor para efetuar o preparo de diligências para fins de CONSTATAÇÃO , (Banco do Brasil, ag. 0224-0, conta 700.128.420.814) Adv. DELMO LUIZ CARDOSO DA SILVEIRA.

101. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 337/2008-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ANTONIO CARLOS DE SOUZA - A fim de se analisar a questão da impenhorabilidade do trator em questão, manifeste-se a parte executada, no prazo de 05 (cinco) dias, juntando aos autos documentos que comprovem sua condição atual de agricultor, bem como de que não possui outros tratores suficientes para não interferir em sua atividade. II - Intimem-se. Diligências necessárias. Advs. OMAR JOSÉ BADDAUY e BRUNO PONICH RUZON.

102. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 357/2008-UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. x CATSUMI FUSHIMI e outro - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório: Ao exequente por não ter sido encontrados ativos financeiros, para indicação de bens penhoráveis, em cinco dias, sob pena de suspensão da execução, na forma do artigo 791,III, do C.P.C. Advs. ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO, LUIS OSCAR SIX BOTTON e ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO.

103. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1017/2008-BANCO ITAÚ S.A. * x JOSEFINA DE FÁTIMA BALARIN DE CARVALHO CORNÉLIO e outro - Ao exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove a postagem dos ofícios de fls. 85/86. Adv. JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA.

104. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA COM BASE EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1167/2008-COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO NORTE DO PR x DORIVAL ALMEIDA FERREIRA e outro - AO autor para retirar Alvara Judicial e proceder o recolhimento de eventuais custas remanescentes. Advs. SANDRA MARIA KAIRUZ YOSHIY e LENICE ARBONELLI MENDES TROYA.

105. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1173/2009-BANCO DO BRASIL S.A. * x TALENT LOGÍSTICA EMPRESARIAL S.S. LTDA. e outros - AO autor para retirar Alvara Judicial e proceder o recolhimento de eventuais custas remanescentes. Adv. VINÍCIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA.
106. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 305/2010-BANCO DO BRASIL S.A. x MARCOS ANTONIO BASTOS e outro - - Antes de se analisar o pedido de fl. 48, DETERMINO que o exequente, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue diligências para localizar o atual endereço dos executados, uma vez que há informação de que os mesmos estão residindo neste município, constando até mesmo o bairro de sua atual morada (fl. 44). II - Intimem-se. Diligências necessárias. Adv. REINALDO MIRICO ARONIS.
107. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0001813-64.2010.8.16.0075-GAPLAN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. x FERNANDO PEREIRA SILVA VESTUÁRIO ME. e outros - Ao autor para se manifestar acerca dos ofícios juntados. , requerendo o que for de direito em 05 dias. Adv. VALDEMIR BARSALINI.
108. EXECUÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR - 0004677-75.2010.8.16.0075-CAIXA SEGURADORA S.A. x COPROLIFE IND. E COM. DE BATERIAS LTDA ME - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório: Ao exequente por não ter sido encontrados ativos financeiros, para indicação de bens penhoráveis, em cinco dias, sob pena de suspensão da execução, na forma do artigo 791,III, do C.P.C. Advs. JEAN CARLOS CAMOZATO e RAFAEL MOSELE.
109. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0005614-85.2010.8.16.0075-BANCO CNH CAPITAL S/A x TADEU GOULART e outro - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório: Ao EXEQUENTE acerca da Certidão , requerendo o que de direito no prazo legal.
PROCEDER A PENHORA E AVAUACÂO sobre os bens indicados na inicial, pelas seguintes razões, assim circunstanciadas:
1. Em diligência no endereço consignado, sito à Av. Minas Gerais n.° 520, nesta, não localizei o bem móvel "Trator Agrícola" indicado na inicial. Indagando ao executado Tadeu Goulart, este me declarou que referido bem se encontra em sua propriedade rural denominada Sítio Banhadinho, Bairro Rnhal ou Água Grande, no município e Comarca de Curiúva/PR;
2. Com relação ao bem imóvel indicado, verifica-se na inicial que o mesmo também se localiza na Comarca de Curiúva/PR.
Ante o exposto, suspendi as diligências e devolvo o presente a Cartório para os devidos fins.
Advs. CÉSAR AUGUSTO TERRA e JOÃO LEONELHO GABARDO FILHO.
110. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0002915-87.2011.8.16.0075-BANCO SANTANDER S.A. x EXPRESSIVA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. e outro - Ao exequente para, no prazo de 05 dias, retirar 10 (DEZ) ofício(s) e proceder a sua devida postagem, bem como recolher eventurais custas. Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ.
111. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0005903-81.2011.8.16.0075-BANCO SANTANDER BRASIL S.A.* x HIRATA & CASSIANO COMÉRCIO DE MÁQUINAS E PEÇAS AGRÍCOLAS LTDA. e outros - Em cumprimento a Portaria 37/08 ao autor e/ou exequente para no prazo de 10 dias, efetuar o preparo das custas iniciais no valor de R$ 827,20 , despesa e/ou diligências para citação, no valor de R$ 111,00 (oficial - Banco do Brasil, ag 0224-0, conta 600.128.608.511), sob pena de cancelamento da distribuição. Advs. LEANDRO DE QUADROS e JULIANO RICARDO TOLENTINO.
112. ALVARÁ JUDICIAL - 1268/2009-GISLAINE MARIA COBIANCHI BUENO e outros - Ao autor para preparo de custas R$ 15,04 , em 05 dias. Adv. SÂMIA MARUCH MASSUD AMIN CARVALHO.
113. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 499/2001-INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTÁRTICA DO SUDESTE S/A x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ AUTOS N. 499/2001 AUTOR: INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTARCTICA DO SUDESTE S/A RÉU: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de embargos de declaração da sentença que julgou extinto o processo sem resolução mérito, alegando omissão pela falta de arbitramento de honorários, considerando que houve a contestação do feito. O recurso é tempestivo, merecendo ser conhecido. Verifico, realmente, que a sentença de fl. 379 não arbitrou honorários advocatícios em favor do patrono da parte embargada, devendo ser sanada tal omissão, pois, a parte embargante deu causa a extinção do feito em face da perda do objeto e provocou a jurisdição chamando a parte ré a contestar a ação. Isso posto, ACOLHO os embargos de declaração de fls. 381-383 para sanar a omissão existente na sentença de fl. 379, condenando a parte embargante ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em R$ 700,00 ESTADO DO PARANÁ (setecentos reais), considerando a extinção do feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 20, §3°, a,bec, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpram-se as disposições pertinentes do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. Comélio Procópio, 13 de julho de 2011. ^ CEPTOÃO o ^" ^"? ? w %vv^Vf "P^^wVP ^^v^ojoy VJojrOo^o^vw^oj WII " CwtéHo i rafptftfol sentença niJ^^)olo-A registrando* no OVD de número ..^1, O)mé"oProtópkCá^-á-Dt20lJ. tscnvsooouwi Advs. WALTER BORGES CARNEIRO, GUSTAVO DE ALMEIDA FLESSAK, ANTÔNIO AUGUSTO DELLA CÔRTE DA ROSA e CLÁUDIO LEITE PIMENTEL.
114. EMBARGOS DE DEVEDOR - 1015/2005-TORQUATO DUCCI x GENI LANDGRAF DUCCI e outro - Certifico e dou fé que, em observância à Portaria nº 37/2008 deste R.Juízo Cível de Cornélio Procópio, pratiquei o seguinte ato ordinatório: Ao embargante acerca do depósito efetuado , requerendo o que de direito no prazo legal. . Adv. ROMEU SACCANI.
115. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 0002556-16.2006.8.16.0075-JOSÉ CORPAS MORENO x MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO - Autos n.° 523/2006 1- Inicialmente, cumpre observar que a presente execução cinge-se à execução contra a Fazenda Pública e, portanto, incabível a fixação de honorários advocatícios. Malgrado parte da jurisprudência pátria indique o cabimento da fixação de honorários em tal situação, é evidente que esta não pode ser admitida por alguns motivos. O primeiro remete ao equívoco de interpretação da decisão do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, quando do julgamento do RE 420.816, cuja a ementa é a seguinte: I. Recurso extraordinário: alínea "b": devolução de toda a questão de constitucionalidade da lei, sem limitação aos pontos aventados na decisão recorrida. Precedente (RE 298.694, PI. 6.8.2003, Pertence, DJ 23.04.2004). II. Controle incidente de inconstitucionalidade e o papel do Supremo Tribunal Federal. Ainda que não seja essencial à solução do caso concreto, não pode o Tribunal - dado o seu papel de "guarda da Constituição" - se furtar a enfrentar o problema de constitucionalidade suscitado incidentemente (v.g. SE 5.206-AgR; MS 20.505). III. Medida provisória: requisitos de relevância e urgência: questão relativa à execução mediante precatório, disciplinada pelo artigo 100 e parágrafos da Constituição: caracterização de situação relevante de urgência legislativa. IV. Fazenda Pública: execução não embargada: honorários de advogado: constitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal, com interpretação conforme ao art. 1°-D da L. 9.494/97, na redação que lhe foi dada pela MPr 2.180-35/2001, de modo a reduzir-lhe a aplicação à hipótese de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública (C. Pr. Civil, art. 730), excluídos os casos de pagamento de obrigações definidos em lei como de pequeno valor (CF/88, art. 100, § 3o). (RE 420816, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 29/09/2004, DJ 10-12-2006 PP-00050 EMENT VOL-02255-04 PP-00722) Da leitura do citado julgamento, tem-se o entendimento de que o tratamento dispensado aos precatórios e às requisições de pequeno valor é distinto, sendo que com relação ao primeiro seria necessária a execução e em relação à requisição de pequeno valor, não. Anotou-se naquele julgamento que cingindo-se a execução na forma do art. 730, do Código de Processo Civil, elemento necessário para que a Fazenda Pública promovesse os pagamentos dos créditos oriundos de decisões judiciais, e sendo o pagamento pelo precatório de curso obrigatório e que não existiria outra opção para satisfazer o credor, a execução contra a Fazenda Pública seria de curso obrigatório e mero complemento do processo de conhecimento, razão pela qual não se deveriam fixar os honorários advocatícios. Com relação à Requisição de Pequeno Valor RPV, entendeu-se que a sua execução não seria necessária a execução, daí porque a execução das RPVs deveria ser considerada como verdadeira execução. Contudo, o acórdão foi incompleto acerca da razão pela qual se considerava distinta a situação da execução em relação aos precatórios e ao RPV. A resposta, desenganadamente, não está no corretíssimo voto do Ministro Sepulveda Pertence no acórdão retrocitado, mas, sim, na decisão dos embargos declaratórios no Recurso Extraordinário n. 420816, que restou ementado da seguinte maneira: EMENTA: Execução, contra a Fazenda Pública, não embargada: honorários advocatícios indevidos na execução por quantia certa (CPC, art. 730), excluídos os casos de pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor (CF/88, art. 100, caput e § 3o). Embargos de declaração: ausência de contradição a sanar no acórdão embargado: rejeição. 1. Na media em que o caput do art. 100 condiciona o pagamento dos débitos da Fazenda Publica à "apresentação dos precatórios" e sendo estes provenientes de uma provocação do Poder Judiciário, é razoável que seja a executada desonerada do pagamento de honorários nas execuções não embargadas, às quais inevitavelmente se deve se submeter para adimplir o crédito. 2. O mesmo, no entanto, não ocorre relativamente à execução de quantias definidas em lei como de pequeno valor, em relação às quais o § 3o expressamente afasta a disciplina do caput do art. 100 da Constituição. (RE 420816 ED, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 21/03/2007, DJe-004 DIVULG 26-04-2007 PUBLIC 27-04-2007 DJ 20-04-2007 PP-00086 EMENT VOL-02272-05 PP-00946 RCJ v. 21, n. 136, 2007, p. 113) No voto deste importante adendo que é simplesmente esquecido quando se examina a questão nos Tribunais, por razões ignoradas por este Juízo, o Eminente Ministro Sepúlveda Pertence esclarece a questão de forma límpida, entendendo que no caso das Requisições de Pequeno Valor, qualquer que seja o Juízo, deve observar a disposição da Resolução 438, do Conselho da Justiça Federal, o qual determina que no caso das requisições de pequeno valor, o Magistrado deve determinar o seu pagamento imediato. Anotou, ainda, com seu especial tino jurídico, o Ministro Sepúlveda Pertence que tal procedimento deve ser observado em todos os procedimento e em todos os Juízos e não apenas nos Juizados Especiais, aplicando-se aos Juízos Estaduais cuja competência foi delegada. Deste modo, aplicável a todos os pagamentos a serem realizados pela RPV a dinâmica do art. 17, da Lei 10.259, com a ponderação lançada pelo Ministro Sepúlveda Pertence acerca do procedimento em seu voto no RE 420816 ED: ((Esse procedimento a ser observado, não por se tratar de ação movida nos Juizados Especiais, mas, sim, por ser quantia de pequeno valor - que coincide com o valor de alçada fixado em lei; não há justificativa para que, apenas pelo fato de a ação ter sido movida na Justiça Comum - Estadual ou Federal, seja mais dificultoso o procedimento de pagamento de quantias de pequeno valor. Haveria, no caso, uma disparidade de tratamento de situações equivalentes, ou seja, débitos do mesmo valor seriam pagos de forma distinta, apenas pelo fato de a ação ter sido apresentada neste ou naquele Juízo (....) Verificado, na Justiça Comum, que a sentença é ilíauida, será dado início à sua liquidação, nos termos da legislação processual em visor, oportunidade em que a Fazenda Pública poderá, se o entender, contestar o valor apurado sem o risco de ser condenada em honorários advocatícios." (g.n.) Por este singelo e irrefutável motivo e observando que no caso em concreto, ainda não foi oportunizada a possibilidade da Fazenda Pública se manifestar sobre os cálculos apresentados pela parte requerente, em obediência ao disposto no art. 17, da Lei 10.259X01, bem como aos fundamentos expostos

pelo Supremo Tribunal Federal na forma indicada acima e, ainda, nos termos das normas da liquidação por arbitramento, intime-se o Município de Cornélio Procópio para apresentar impugnação aos cálculos no prazo de 30 dias, sem a necessidade de serem fixados honorários advocatícios em prol do credor e, considerando se tratar de simples procedimento de liquidação, as custas devem observar a tabela referente á liquidação e não à execução. 2- Decorrido o prazo, sem oposição do Município de Cornélio Procópio, expeça-se o necessário RPV. 3- Em relação á necessidade de ser requisitado ao ente público a indicação de eventuais débitos do exeqüente a fim de que os mesmos sejam compensados antes da expedição do alvará de levantamento, nos termos do art. 100, §9°, da Constituição Federal por considerá-lo inconstitucional como já tive oportunidade de escrever em artigo publicado pelo conhecido site jurídico Jus Navegandi e que bem indicam a inconstitucionalidade do dispositivo: Com efeito, a novel disposição do art. 100, §§9° e 10, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 62Ç9 determina que após o trânsito em julgado de eventual decisão relacionada aos embargos à execução , seja requisitado à Fazenda Pública devedora informações acerca de eventual débito que o beneficiário do crédito possua com o referido ente público, devendo este apresentar o valor discriminado do débito no prazo de 30 dias, ainda que não inscrito na Dívida Ativa, a fim de que seja promovido o abatimento do crédito favorável à Fazenda Pública, para posteriormente ser expedido precatório em relação ao saldo remanescente. Buscou o legislador, por meio deste expediente, impedir que o cidadão que possua débitos com a Fazenda Pública receba os créditos que possui em relação a ela, sem que proceda ao pagamento dos créditos fazendários constituídos. C - í O disposto no citado artigo tem o mesmo teor normativo que a disposição do art. 19, da Lei 11.033V)4 considerado inconstitucional no bojo da ADIN 3453, cuja relatora foi a Ministra Carmen Lúcia. É certo que a disposição do art. 19, da Lei 11.033V)4 era mais agressiva que a nova disposição, eis que exigia a apresentação de todas as certidões negativas para que pudesse ser promovido o levantamento da importância relacionada ao pagamento do precatório, mas o efeito é exatamente o mesmo, ou seja, impedir que o indivíduo que possua débitos com a Fazenda Pública, ainda que não jurisdicionalizada a sua cobrança, possa receber o valor que o Poder Judiciário considerou ser-lhe devido pelo ente público. Pretendeu-se, deste modo, promover-se a efetivação da intenção do legislador por outra via, eis que nos termos expressos do Voto da Eminente Ministra Carmen Lúcia na Ação Direta de Inconstitucionalidade citada, não se poderia admitir outro meio de restringir a expedição do precatório que não aquele indicado no art. 100, da Constituição Federal. Assim, visando atender ao indicado no entendimento do E. Supremo Tribunal Federal, promoveram a mesma iniciativa antes buscada pela Lei 11.033NJ4 por meio da Emenda Constitucional n. 62

116. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 0003165-62.2007.8.16.0075-LATICÍNIOS COSTA PEREIRA LTDA. ME x BANCO BRADESCO S.A. - 1. Considerando o lapso temporal entre a data do protocolo da petição de fls. 173 e a presente data, determino a intimação do exequente, através de seu advogado, para no prazo de 05 dias depositar o montante referente a 50% dos honorários periciais, possibilitando assim o inicio dos trabalhos pelo Sr. Perito. Advs. ANGELO PAULO FADONI e MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS.

Cornélio Procópio, 27 de SETEMBRO de 2011.
PAULO EUGÊNIO LUCCHESE
Escrivão

CORNÉLIO PROCÓPIO, 27 DE SETEMBRO DE 2011

# CORONEL VIVIDA

# JUÍZO ÚNICO

**CARTORIO CIVEL DA COMARCA DE CORONEL VIVIDA**
**LISIANE HEBERLE MATTOS**
**JUÍZA DE DIREITO**

**RELACAO 101/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALEX WILSON DUARTE FERREI 0014 000192/2009
ALVARO SCHENATO 0014 000192/2009
ANA AMELIA NERONE ARAUJO 0010 000033/2008
ANDERSON MANIQUE BARRETO 0006 000087/2003
ANDERSON MANIQUE BARRETO 0007 000115/2005
ANDERSON MANIQUE BARRETO 0009 000290/2007
ANDERSON MANIQUE BARRETO 0014 000192/2009
ANDERSON MANIQUE BARRETO 0017 000002/2010
0019 000281/2010
ANDRE GUSTAVO V. SARTOREL 0028 000049/2009
ANDREY HERGET 0006 000087/2003
0014 000192/2009
ANGELINO LUIZ RAMALHO TAG 0012 000393/2008
AURIMAR JOSE TURRA 0001 000250/1998
0002 000310/1998
0003 000083/1999
0004 000307/2000
0005 000040/2003
0007 000115/2005
0008 000152/2005
0020 000368/2010
0023 000263/2011
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0013 000658/2008
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0021 000577/2010
CRISTIANE RAFAELA DALLAST 0021 000577/2010
0026 000022/2005
DAMIEN PABLO DE OLIVEIRA 0022 000251/2011
0023 000263/2011
DAMIEN PABLO DE OLIVEIRA 0024 000305/2011
DARIO BORGES LIZ NETO 0017 000002/2010
EDUARDO MUNARETTO 0021 000577/2010
EGIDIO MUNARETTO 0002 000310/1998
0011 000057/2008
ELADIO LUIZ ROOS 0005 000040/2003
ELISIO APOLINARIO RIGONAT 0003 000083/1999
0020 000368/2010
EMANOELLA JULIANE DE OLIV 0010 000033/2008
EMIR BENEDETE 0012 000393/2008
0016 000642/2009
ERLON ANTONIO MEDEIROS 0006 000087/2003
0014 000192/2009
GICELE COPATTI 0014 000192/2009
GUILHERME RENAN DREYER 0016 000642/2009
HEBER SUTILI 0010 000033/2008
HENRIQUE GINESTE SCHROEDE 0019 000281/2010
IVAN CESAR AZEVEDO BORGES 0017 000002/2010
JONES MARIO DE CARLI 0022 000251/2011
0024 000305/2011
JORGE ALBERTO ROSA 0001 000250/1998
JORGE LUIZ DE MELO 0001 000250/1998
0002 000310/1998
JULIANO ANDREI BORDIN 0014 000192/2009
0017 000002/2010
0019 000281/2010
LIZEU ADAIR BERTO 0013 000658/2008
LUCIANO MARCHESINI 0026 000022/2005
MARCELO LUIS VICARI 0022 000251/2011
0024 000305/2011
MARCELO MENEZES FERNANDES 0027 000016/2007
0028 000049/2009
MARCELO VINICIUS ZOCCHI 0006 000087/2003
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0013 000658/2008
0021 000577/2010
MAURICIO BELESKI DE CARVA 0015 000530/2009
MAURICIO SIDNEY FAZOLO 0006 000087/2003
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0016 000642/2009
MONICA HELENA RUARO 0011 000057/2008
NELSON PASCHOALOTTO 0018 000198/2010
PATRICIA S.A.TOFANELLI 0014 000192/2009
PAULO ROBERTO RICHARDI 0023 000263/2011
PLINIO ROBERTO DA SILVA 0008 000152/2005
RAFAEL VIGANO 0010 000033/2008
REINALDO MIRICO ARONIS 0020 000368/2010
RENI BAGGIO 0016 000642/2009
ROBSON CARLOS BISCOLI 0002 000310/1998
0025 000317/2011
RONISA BISCOLI 0025 000317/2011
SILVIA FATIMA SOARES 0015 000530/2009
SONIVALTAIR DA SILVA CAST 0008 000152/2005
SUZANA BONAT 0008 000152/2005
TATIANA DE OLIVEIRA NASCI 0010 000033/2008
VALDERICO DALLA COSTA 0003 000083/1999
VINICIUS TEODORO DE OLIVE 0027 000016/2007
0028 000049/2009
WILIMAR BENITES RODRIGUES 0004 000307/2000

1. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICAL-250/1998-BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A x MULCHING SIX DO BRASIL IND.E COM.DE CORRETIVOS. e outros- A parte requerida para que efetue o pagamento das custas processuais no valor de R$347,54 (trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).- Advs. JORGE LUIZ DE MELO, AURIMAR JOSE TURRA e JORGE ALBERTO ROSA-.

2. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICAL-310/1998-BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A x MULCHING SIX DO BRASIL IND.COM.DE CORRETIVOS LTDA

e outros- Intime-se o credor para que diga se houve pagamento.-Advs. EGIDIO MUNARETTO, ROBSON CARLOS BISCOLI, JORGE LUIZ DE MELO e AURIMAR JOSE TURRA-.

3. EMBARGOS A EXECUCAO DE TIT.EX-83/1999-MECANICA INDUSTRIAL LTDA e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Vistos. 1) O cumprimento de sentença que resulte obrigação de pagar quantia certa se dá por execução, a teor do art. 475 - I, do CPC (introduzido pela Lei 11.232/2005), nos termos dos demais artigos do Capítulo que regulou o mencionado cumprimento, conforme determina o art. 475 - B do CPC (introduzido pela mesma Lei). 2) O art. 475-J do CPC não traz qualquer previsão acerca da necessidade de intimação do devedor para a incidência da multa prevista; e o intuito das alterações introduzidas foi a celeridade processual, inclusive em atenção ao princípio fundamental previsto no art. 5º, LXXVIII, da CF (razoável duração do processo e celeridade de sua tramitação). Em sendo assim, a multa incide depois de transcorridos 15 dias do trânsito em julgado da sentença, não havendo necessidade de prévia intimação do devedor para pagamento, pois isto implicaria em mais um trâmite processual que não se coaduna com a reforma processual operada. Como, no entanto, há pedido expresso do credor, intime-se o requerido para que cumpra, espontaneamente, o julgado, depositando o valor apontado pela parte autora. Fica ciente de que o prazo para eventual impugnação somente terá início após a penhora de bens. 3) CASO NÃO OCORRA O PAGAMENTO ESPONTÂNEO: Alterar a classificação do processo, para que conste CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PROCESSO DE EXECUÇÃO. Comunique-se ao Sr. Distribuidor para anotação na ficha do processo (item5.8.1 do Código de Normas). Para pronto pagamento fixo honorários de 10% sobre o valor do débito. Sobre este assunto, vale transcrever parte do voto da Ministra NANCY ANDRIGHI, da TERCEIRA TURMA DO STJ, nos autos do REsp 1028855: "Com efeito, diz a lei, e isso é sintomático, que os honorários serão fixados nas execuções. Não há no texto da norma referência aos 'processos de execução', mas às execuções. Induvidoso, portanto, que existindo execução, deverá haver a fixação de honorários, independentemente do oferecimento da impugnação. "De nada adiantaria a criação de uma multa de 10% sobre o valor da condenação para o devedor que não cumpre voluntariamente a sentença". "se, de outro lado, fosse eliminada a fixação de verba honorária, arbitrada no percentual de 10% a 20%, também sobre o valor da condenação".-Advs. AURIMAR JOSE TURRA, ELISIO APOLINARIO RIGONATO CHAVES e VALDERICO DALLA COSTA-.

4. EXECUCAO DE ALIMENTOS-0000030-83.2000.8.16.0076-G.C.R.R.B.R. x O.L.R.- Manifeste-se a parte autora no prazo legal, acerca do prosseguimento do feito.-Advs. AURIMAR JOSE TURRA e WILIMAR BENITES RODRIGUES-.

5. AÇAO MONITàRIA-0000039-40.2003.8.16.0076-BANCO DO BRASIL S/A x VIVIDA PAPEIS LTDA e outros- Vistos. 1) Tendo em vista que já foram julgados os embargos à monitória, fica constituído de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do art. 1.102c do CPC, prosseguindo-se na forma prevista do Livro I, Título VIII, Capítulo X, do CPC (cumprimento da sentença). 2) O cumprimento de sentença que resulte obrigação de pagar quantia certa se dá por execução, a teor do art. 475 - I, do CPC (introduzido pela Lei 11.232/2005), nos termos dos demais artigos do Capítulo que regulou o mencionado cumprimento, conforme determina o art. 475 - B do CPC (introduzido pela mesma Lei). O art. 475-J do CPC não traz qualquer previsão acerca da necessidade de intimação do devedor para a incidência da multa prevista; e o intuito das alterações introduzidas foi a celeridade processual, inclusive em atenção ao princípio fundamental previsto no art. 5º, LXXVIII, da CF (razoável duração do processo e celeridade de sua tramitação). No caso dos autos, entretanto, como a execução decorre do não pagamento e da não apresentação de embargos à monitória, INTIME-SE O DEVEDOR PARA PAGAR A QUANTIA APONTADA na petição de fls. 226/231, sob pena de ser incluído no débito a multa de 10%. CASO NÃO OCORRA O PAGAMENTO 3) Alterar a classificação do processo, para que conste CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PROCESSO DE EXECUÇÃO. Comunique-se ao Sr. Distribuidor para anotação na ficha do processo (item5.8.1 do Código de Normas). Para pronto pagamento fixo honorários de 10% sobre o valor do débito. Sobre este assunto, vale transcrever parte do voto da Ministra NANCY ANDRIGHI, da TERCEIRA TURMA DO STJ, nos autos do REsp 1028855: "Com efeito, diz a lei, e isso é sintomático, que os honorários serão fixados nas execuções. Não há no texto da norma referência aos 'processos de execução', mas às execuções. Induvidoso, portanto, que existindo execução, deverá haver a fixação de honorários, independentemente do oferecimento da impugnação. "De nada adiantaria a criação de uma multa de 10% sobre o valor da condenação para o devedor que não cumpre voluntariamente a sentença". "se, de outro lado, fosse eliminada a fixação de verba honorária, arbitrada no percentual de 10% a 20%, também sobre o valor da condenação".-Advs. ELADIO LUIZ ROOS e AURIMAR JOSE TURRA-.

6. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICAL-87/2003-COOPERATIVA AGROPECUARIA GUARANI LTDA x CESAR PESSI- Intime-se o leiloeiro para que designe data para o leilão/praceamento do bem penhorado. No 2º leilão a alienação poderá realizar-se mediante lance inferior ao da avaliação, desde que não caracterize preço vil (art. 686, VI, do CPC). CERTIDAO - DESIGNACAO DE LEILÃO: Certifico nesta data que designei os dias 14/10/2011 e 27/10/2011, ambos às 16:00 horas, para realização da praça.-Advs. ANDREY HERGET, ERLON ANTONIO MEDEIROS, MAURICIO SIDNEY FAZOLO, MARCELO VINICIUS ZOCCHI e ANDERSON MANIQUE BARRETO-.

7. MONITORIA-0000117-63.2005.8.16.0076-EDSON NEI SALVADOR DESCONSI x AGENOR ANDREIS (ESPOLIO) e outros- Vistos. 1) Tendo em vista que já foram julgados embargos à monitória, fica constituído de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do art. 1102c do CPC, prosseguindo-se na forma prevista no Livro I, Título VIII, Capítulo X, do CPC (cumprimento da sentença). 2) O cumprimento de sentença que resulte obrigação de pagar quantia certa se dá por execução, a teor do art. 475 - I, do CPC (introduzido pela Lei 11.232/2005), nos termos dos demais artigos do Capítulo que regulou o mencionado cumprimento, conforme determina o art. 475 - B do CPC (introduzido pela mesma Lei). 2) O art. 475-J do CPC não traz qualquer previsão acerca da necessidade de intimação do devedor para a incidência da multa prevista; e o intuito das alterações introduzidas foi a celeridade processual, inclusive em atenção ao princípio fundamental previsto no art. 5º, LXXVIII, da CF (razoável duração do processo e celeridade de sua tramitação). No caso dos autos, entretanto, como a execução decorre do não pagamento e da não apresentação de embargos à monitória, INTIME-SE O DEVEDOR PARA PAGAR A QUANTIA APONTADA na petição de fls. 226/231, sob pena de ser incluído no débito a multa de 10%. CASO NÃO OCORRA O PAGAMENTO 3) Alterar a classificação do processo, para que conste CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PROCESSO DE EXECUÇÃO. Comunique-se ao Sr. Distribuidor para anotação na ficha do processo (item5.8.1 do Código de Normas). Para pronto pagamento fixo honorários de 10% sobre o valor do débito. Sobre este assunto, vale transcrever parte do voto da Ministra NANCY ANDRIGHI, da TERCEIRA TURMA DO STJ, nos autos do REsp 1028855: "Com efeito, diz a lei, e isso é sintomático, que os honorários serão fixados nas execuções. Não há no texto da norma referência aos 'processos de execução', mas às execuções. Induvidoso, portanto, que existindo execução, deverá haver a fixação de honorários, independentemente do oferecimento da impugnação. "De nada adiantaria a criação de uma multa de 10% sobre o valor da condenação para o devedor que não cumpre voluntariamente a sentença". "se, de outro lado, fosse eliminada a fixação de verba honorária, arbitrada no percentual de 10% a 20%, também sobre o valor da condenação".-Advs. AURIMAR JOSE TURRA e ANDERSON MANIQUE BARRETO-.

8. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000131-47.2005.8.16.0076-GILSON LOPES DE SOUZA e outro x CONSORCIO NACIONAL EMBRACON LTDA- Vistos. O exequente requereu o cumprimento da sentença no valor de R$11.643,50. Foi penhorada a quantia de R$7.000,00 (fl. 322), a qual foi levantada pelo exequente à fl. 323. Impugnada a execução, foi proferida sentença estabelecendo os limites da correção monetária e dos juros de mora. Transitada em julgado a decisão, ou autos foram encaminhados à Contadoria, que apurou um saldo devedor de R$4.687,41. Diante do exposto, intime-se a executada para que complemente o valor conforme cálculo de fl. 343, sob pena de prosseguimento da execução. Intimem-se as partes para que efetuem o pagamento das custas da impugnação (fl. 329), na proporção de 50% para cada uma.-Advs. AURIMAR JOSE TURRA, SONIVALTAIR DA SILVA CASTANHA, SUZANA BONAT e PLINIO ROBERTO DA SILVA-.

9. ANULAÇÇO REGISTRO NASCIMENTO-290/2007-ANTONIO CALZA e outro x FRANCINE NERES CALZA- Manifeste-se a parte autora no prazo legal, acerca do Ofício de fls. 127/128.-Adv. ANDERSON MANIQUE BARRETO-.

10. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-33/2008-ALOISIO TORRES DO NASCIMENTO e outro x BERNADETE LOURDES DE OLIVEIRA NASCIMENTO e outro- Vistos. CONSIDERANDO que a nova ordem constitucional quer que se assegure a todos uma razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (art. 5º, inciso LXXVIII, da CF). CONSIDERANDO que a forma conciliada é a mais célere, mais econômica e mais pacificadora, e por isso, a reforma processual de 1994 incluiu-a dentre os poderes/deveres do juiz (art. 125, IV, do CPC). CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, objetivando despertar a cultura da conciliação em nosso meio jurídico como melhor forma de resolução dos conflitos, lançou o "MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO" com o slogan "Conciliar é Legal", e que o Tribunal de Justiça do nosso Estado, por seu Órgão Especial, em sessão do dia 12.09.2008, aprovou Resolução aderindo ao "MOVIMENTO" e dispondo sobre a Conciliação em ambos os graus de jurisdição. CONSIDERANDO que, por disposição constitucional e estatutária, os advogados são indispensáveis à administração da Justiça (art. 133 da CF e 2º do EA) e, por conseguinte, devem contribuir para a celeridade e economia processual; DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (art. 125, IV, do CPC) a ser realizada no dia 28-11-2011, às 15h30min. Intimem-se as partes.-Advs. HEBER SUTILI, TATIANA DE OLIVEIRA NASCIMENTO, EMANOELLA JULIANE DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO, ANA AMELIA NERONE ARAUJO e RAFAEL VIGANO-.

11. INVESTIGACAO DE PATERNIDADE-0000437-11.2008.8.16.0076-K.C. e outro x S.C.D. e outros- Vistos. 1) Foi realizada audiência nos autos de Ação de Investigação de Paternidade na data de 20 de junho de 2011, oportunidade em que as partes juntaram aos autos um acordo (fls. 410/412). As partes acordaram com a realização de exame pericial de DNA com material a ser coletado dos restos mortais do de cujus C.D. e, sendo positivo seu resultado, ficou estipulado que o autor K.C. representado pela sua genitora C.T.C., receberia a quantia de R$540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), a título de herança. Às fls. 424/428 as partes indicaram os bens e as avaliações respectivas de cada um, conforme requerimento do Ministério Público de fl. 418. O Ministério Público, ao se manifestar acerca da homologação do acordo de fls. 410/412, manifestou-se contrário ao pedido, argumentado que tal ato pode prejudicar os direitos do incapaz pelos seguintes fundamentos: - alguns bens do de cujus ainda não foram avaliados, e, dessa forma, não há como saber se o valor de R $540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) é superior ou inferior ao que realmente é de direito do menor; - o feito envolve eventual herdeiro incapaz, devendo-se realizar a avaliação de todos os bens constantes nos autos de inventário, em apenso; - além disso, considerando o grande rol de bens existentes, o autor da herança ainda era sócio de empresa, havendo, assim, uma necessidade de apuração dos haveres. Em que pese a iniciativa das partes em quererem resolver a demanda judicial, os interesses do incapaz não foram observados. Dessa forma, acolho a promoção do Ministério Público, não homologando o acordo de fls. 410/412, tendo em vista a não observancoa dos interesses do menor. 2) Designo o dia 17-11.2011, às 14h45min, para audiência de Instrução e Julgamento. 3) Com amparo no art. 407, do CPC, com a redação que lhe deu a Lei nº. 10.358/2001, fixo o prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação da presente, para depósito de rol de testemunhas, e pagamento das conduções atinentes aos mandados (se for o acaso); no silêncio, intimações

mediante cartas com AR. Sendo arrolado testemunha a ser inquirida por Carta, a parte que a arrolar fica ciente de que em outros 10 (dez) dias, contados da mesma oportunidade, deverá retirar a Precatória e comprovar o preparo em 15 (quinze) dias, sob pena de se presumir renúncia. 3) Intimem-se, as partes pessoalmente, para fins de depoimento pessoal, pena de confissão, e notifiquem-se as testemunhas, nos termos supra.-Advs. MONICA HELENA RUARO e EGIDIO MUNARETTO-.

12. ACAO ORDINARIA-393/2008-CARLOS ROBERTO BUCHNER e outros x BRADESCO SEGUROS S/A- A parte requerida para retirada de expediente (ofício), devendo comprovar o encaminhamento do mesmo no prazo de 10 (dez) dias. Digam as partes sobre o interesse na produção das prova oral. Voltem para análise do pedido de participação do CEF.-Advs. EMIR BENEDETE e ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI-.

13. PRESTACAO DE CONTAS-0000378-23.2008.8.16.0076-LUCIO AFONSO SCHONS x BANCO ITAÚ S/A- Manifeste-se a parte autora.-Advs. LIZEU ADAIR BERTO, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

14. COBRANCA-0000868-11.2009.8.16.0076-COOPERATIVA AGROPECUARIA GUARANY LTDA x ITACIR ALVARO COPATTI e outro- Vistos. Com fundamento no art. 792 do CPC, defiro o pedido de suspensão formulado às fls. 198, durante o prazo concedido pelo credor para que o devedor cumpra a obrigação (até 12-10-2011). Intimem-se.-Advs. ANDREY HERGET, ERLON ANTONIO MEDEIROS, ALEX WILSON DUARTE FERREIRA, ALVARO SCHENATO, PATRICIA S.A.TOFANELLI, ANDERSON MANIQUE BARRETO, JULIANO ANDREI BORDIN e GICELE COPATTI-.

15. RESCISAO DE CONTRATO-530/2009-COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA - COHAPAR x VALDEVINO CORDEIRO DICO e outros- Vistos. A Ação de reintegração de posse foi ajuizada inicialmente em face de Valdevino Cordeiro Rico. Posteriormente, a petição inicial foi emendada, com a inclusão de Vilso Roque Alves Ribeiro e Ceir Silva Ribeiro. Nenhum dos requeridos foi citado. A requerente foi intimada para dizer se pretendia prosseguir com a ação somente em face de Valdevino, diante do teor da petição de fl. 77. Manifestou-se à fl. 81 alegando que não pretende a extinção do processo. Isso posto, intime-se a requerente para que dê regular impulsionamento ao feito, promovendo a citação dos requeridos (não foi realizado o pagamento da condução do Sr. Oficial de Justiça e nem fornecido o extrato da inicial para a citação por edital).-Advs. SILVIA FATIMA SOARES e MAURICIO BELESKI DE CARVALHO-.

16. ORDINARIA DE COBRANÇA-0000740-88.2009.8.16.0076-JOÃO MARIA ROCHA BRUM e outros x CAIXA SEGUROS S/A- Vistos. Defiro o pedido formulado à fl. 496. Para o início dos trabalhos de perícia designo o dia 10-10-2011, às 14h, em Cartório. Nesta data o Sr. Perito deverá comparecer em Cartório, a fim de retirar os autos em carga, bem como para oportunizar o contato com as partes, procuradores e assistentes técnicos. Assino ao Sr. Perito o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o laudo. Intimem-se.-Advs. EMIR BENEDETE, RENI BAGGIO, GUILHERME RENAN DREYER e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

17. INDENIZACAO POR DANO MORAL-0000011-28.2010.8.16.0076-MARIA ROSANGELA DE ANDRADE x FIDC NP MULTISEGMENTOS CREDISTORE- Vistos. Anote-se na capa e no sistema o nome dos novos procuradores do requerido. Arquive-se com baixa.-Advs. ANDERSON MANIQUE BARRETO, JULIANO ANDREI BORDIN, DARIO BORGES LIZ NETO e IVAN CESAR AZEVEDO BORGES DE LIZ-.

18. BUSCA E APREENSAO (CAU)-0000689-43.2010.8.16.0076-BANCO BRADESCO S/A x VITORIO LUIZ MOMOLI- Vistos. Para fins de conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito é imperiosa a citação do requerido e a comprovação de que o bem não está na sua posse. Assim, por ora, oficie-se à Comarca de Chopinzinho a fim de se averiguar sobre o andamento da carta precatória expedida à fl. 49. Intime-se.-Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

19. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000883-43.2010.8.16.0076-SALVADOR NUNES DE OLIVEIRA x BANCO BMG S/A- Vistos. 1) Recebo a Impugnação à Execução, porque tempestiva e seguro o Juízo por penhora regular. Comunique-se ao Distribuidor para anotação (item 5.8.1.2 do Código de Normas). 2) Concedo efeito suspensivo diante da relevância dos fundamentos art. 475-M do CPC), tendo-se em vista o alegado excesso de execução. 3) Intime-se o impugnado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 15 dias.-Advs. ANDERSON MANIQUE BARRETO, JULIANO ANDREI BORDIN e HENRIQUE GINESTE SCHROEDER-.

20. EMBARGOS A EXECUCAO DE TIT.EX-0001124-17.2010.8.16.0076-HSBC SEGUROS BRASIL S.A x ANTONIO LUIZ GUISSO- Vistos. Recebo o apelo, no efeito devolutivo (apresentado pelo embargante) (art. 520, V, CPC). Intimem-se o apelado para contra-arrazoar, querendo. Junte-se cópia da sentença e da presente decisão nos autos da execução. Desapensem-se os autos. Após, sem necessidade de nova conclusão, remetam-se estes autos ao elevado conhecimento do Egrégio Tribunal de Justiça.-Advs. REINALDO MIRICO ARONIS, AURIMAR JOSE TURRA e ELISIO APOLINARIO RIGONATO CHAVES-.

21. COBRANCA DE HONORARIOS-0001665-50.2010.8.16.0076-EGIDIO MUNARETTO x BANCO ITAÚ S/A- Recebo o apelo, no dúplice efeito (apresentado pela parte autora). Intime-se o apelado para contra-arrazoar, querendo. Após, sem necessidade de nova conclusão, remetam-se estes autos ao elevado conhecimento do Egrégio Tribunal de Justiça.-Advs. CRISTIANE RAFAELA DALLASTRA, EDUARDO MUNARETTO, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

22. CONCESSAO DE BENEFICIO-0001382-90.2011.8.16.0076-EVA FATIMA RIBAS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- De acordo com a Portaria nº. 10/09, Art. 2º, A, item 7, tendo em vista ter sido apresentada contestação, intimo a parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se sobre a contestação e documentos juntados às fls. 32/44.-Advs. JONES MARIO DE CARLI, MARCELO LUIS VICARI e DAMIEN PABLO DE OLIVEIRA THEIS-.

23. CONCESSAO DE BENEFICIO-0001433-04.2011.8.16.0076-LEONIR DA SILVA SANTOS x INSTITUTO NACINAL DE SEGURO SOCIAL INSS- De acordo com a Portaria nº. 10/09, Art. 2º, A, item 7, tendo em vista ter sido apresentada contestação, intimo a parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se sobre a contestação e documentos juntados às fls. 33/43.-Advs. AURIMAR JOSE TURRA, PAULO ROBERTO RICHARDI e DAMIEN PABLO DE OLIVEIRA THEIS-.

24. EMBARGOS A EXECUCAO-0001637-48.2011.8.16.0076-INSITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x ARI SOARES- Vistos. 1) Recebo os embargos para discussão (arts. 730 c/c 736 c/c 741 do CPC), ante a ausência das hipóteses previstas no art. 739 do CPC. 2) A Lei nº. 11.382/06 alterou substancialmente o procedimento da execução, em especial a matéria referente aos embargos à execução. Assim, dispõe o novo art. 739-A... De conseguinte, tendo em vista que o prosseguimento da execução pode vir a causar grave dano ao executado, suspendo a execução. 3) Ao embargado para impugnar os embargos, no prazo de 15 dias (art. 740 do CPC com a redação dada pela Lei 11.382/2006). Certifique-se, nos autos do Processo de Execução, o recebimento desta impugnação.-Advs. DAMIEN PABLO DE OLIVEIRA THEIS, JONES MARIO DE CARLI e MARCELO LUIS VICARI-.

25. INTERDICAO-0001673-90.2011.8.16.0076-SANTINA PEREIRA MOREIRA PEREIRA x ALCEU PEREIRA- Vistos. 1) Cite-se o interditando para audiência de interrogatório em 01-12-2011, às 13h30min (art. 1180, do CPC). 2) Considerando ser direito fundamental do indivíduo a razoável duração do processo e os meios que garantem a celeridade de sua tramitação (art. 5º, inciso LXXVIII, da CF), nomeio, desde já, o médico Dr. Sidney C. O. Junior, independentemente de compromisso prévio. Apresentado o laudo, manifeste-se a parte autora e na seqüência, dê-se vista dos autos ao douto representante do Ministério Público. Formulo desde já os seguintes quesitos: 1- O(a) interditando(a) é portador(a) de anomalia psíquica e/ou neurológica? 2- A anomalia psíquica e/ou neurológica da qual é portador(a) o(a) interditando(a) é de caráter transitório ou permanente? 3- É a interditanda portadora de alguma deficiência física? 4- A deficiência física da qual é portador(a) o(a) interditando(a) é de caráter transitório ou permanente? 5- A anomalia psíquica e/ou neurológica e a deficiência física, incapacitam permanentemente para o trabalho o(a) interditando(a)? 6- Possui o(a) interditando(a), em razão da anomalia psíquica ou neurológica e/ou deficiência física, capacidade para reger os seus bens e reger sua pessoa? 3) Realize-se, desde logo, estudo social na residência da autora, a fim de averiguar as condições de exercer a curatela? 4) Oficie-se ao Registro de Imóveis para que informe sobre a existência de bens em nome do requerido. 5) Caso não seja apresentada contestação, fica nomeado, desde já, como curadora, a advogada CRISTIANE DALLASTRA. 6) Tendo em vista que a parte autora declara-se pobre, nos termos da Lei, demonstrando não ter condições de arcar com as custas processuais, defiro-lhe o Benefício da Justiça Gratuita. Intimem-se.-Advs. RONISA BISCOLI e ROBSON CARLOS BISCOLI-.

26. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-22/2005-IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA x ROSANE COPATTI DALLASTRA-Manifeste-se a parte exequente no prazo legal, acerca do prosseguimento do feito.-Advs. LUCIANO MARCHESINI e CRISTIANE RAFAELA DALLASTRA-.

27. EXECUCAO FISCAL - ESTADUAL-16/2007-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x FORCA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA-FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA., requer a suspensão da execução fiscal com fundamento no art. 100, §9º e 13 da CF. Caso não acolhido o pedido, requer seja reconhecida a impenhorabilidade dos bens necessários à continuidade do serviço público prestado pela executada. O art. 78, caput, do ADCCT da CF, permite a cessão de crédito tributário e o parágrafo 2º dispõe que as prestações anuais a que se refere o caput deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora. O art. 170 do CTN, no entanto, estabelece que a lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública. O encontro de contas caracterizados da compensação só pode ocorrer quando expressamente autorizado por lei. A Lei Estadual nº. 11.580/96 delega ao Governador do Estado a discricionariedade de compensar ou não tributo. Este, por sua vez, editou o Decreto 418/2007, vedando o pagamento do ICMS mediante compensação com precatórios. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, em sessão realizada no dia 22 de maio de 2009, por ocasião do julgamento do Incidente de Inconstitucionalidade nº. 429.896-6/01, decidiu, por maioria absoluta de votos (17 a 7), pela constitucionalidade do Decreto Estadual nº. 418/2007.O Decreto Estadual nº. 8022/2010 não revogou o Decreto nº. 418/2007, mas apenas criou um Comitê de Controle de Pagamento de Precatórios, ao qual caberá gerenciar o pagamento e a compensação de precatórios, mas, evidentemente, somente nos casos em que não seja vedada a compensação de precatórios, como ocorre no caso de ICMS e IPVA. Portanto, as leis que tratam especificadamente do ICMS vedam a compensação pretendida pela executada. O art. 100, §9º c/c §3º da CF, prevê que NO MOMENTO DA EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO, deles deverá ser abatido o valor correspondente aos débitos líquidos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública. Tal disposição legal não tem previsão no caso dos autos, porque a execução fiscal se refere ao inadimplemento do ICMS de janeiro/2007 e os precatórios foram emitidos antes do ano de 2007, conforme documentos dos autos. Com relação à alegação de impenhorabilidade, convém ressaltar que este juízo já proferiu decisão não acolhendo a nomeação de precatório para garantia do juízo; desta decisão foi interposto agravo de instrumento, e a decisão foi reformada. Por essas razões, indefiro o pedido de suspensão do processo e julgo prejudicado o pedido de reconhecimento de impenhorabilidade do bem. 2) Tendo em vista que já foi julgado o AI interposto em face da decisão de fls. 295/297, cumpra-se o item 03, da decisão de fls. 276/277. Intime-se. -Advs. MARCELO MENEZES FERNANDES CAIRES CASTAGIN e VINICIUS TEODORO DE OLIVEIRA-.

28. EXECUCAO FISCAL - ESTADUAL-49/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x FORCA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA- Vistos. 1) Cumpram-se, integralmente, as decisões anteriores. Ciência às partes das decisões anteriores. 2) Diante da justificativa de fl. 410, acolho o pedido para que os balancetes contábeis sejam apresentados no dia 12 de cada mês. Expeça-se guia para depósito da quantia informada à fl. 431, na mesma conta em que já há penhora de dinheiro.-Advs. ANDRE GUSTAVO V. SARTORELLI, VINICIUS TEODORO DE OLIVEIRA e MARCELO MENEZES FERNANDES CAIRES CASTAGIN-.

Coronel Vivida, 29 de setembro de 2011.
IVANI UHNO FINGER
ESCRIVA

# DOIS VIZINHOS

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**JUIZO DE DIREITO DA VARA CIVEL**
**DA COMARCA DE DOIS VIZINHOS - PARANA**
**DRA. DANIELLE MARIA BUSATO SACHET**

**RELAÇAO Nº44/2011**

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADAO FERNANDES DA SILVA 0006 000387/2001
0008 000018/2002
0057 002595/2010
0078 000366/2011
ADYR SEBASTIÃO FERREIRA 0026 000558/2007
AFONSO MARANGONI JUNIOR 0037 000083/2009
AGILDO VINICIUS DA ROCHA 0048 000666/2010
0049 000674/2010
ALEXANDRE CADETE MARTINI 0040 000337/2009
ALEXANDRE DE ALMEIDA 0029 000081/2008
0030 000084/2008
ALEXANDRE DOS SANTOS P. V 0026 000558/2007
ALEXANDRE HENRIQUE GUZZO 0024 000474/2007
ALEXANDRE MAFFISSONI 0009 000028/2003
0072 000292/2011
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0068 000265/2011
0072 000292/2011
ALVARO JOSE GUEDES RIBEIR 0075 000338/2011
0079 000367/2011
ALVARO SCHENATO 0046 000110/2010
ANA CLAUDIA FINGER 0036 000080/2009
ANA JUSSARA MORAIS POLANS 0085 000482/2011
ANA PAULA FINGER MASCAREL 0036 000080/2009
ANDERSON MANIQUE BARRETO 0047 000512/2010
0053 001756/2010
ANDRE DA SILVA ANDRINO DE 0026 000558/2007
ANDRE GUSTAVO VALLIM SART 0020 000424/2006
ANDREY HERGET 0012 000486/2003
0046 000110/2010
ANDREY LUIZ GELLER 0052 001322/2010
ANGELINO LUIZ RAMALHO TAG 0060 003393/2010
ARNI DEONILDO HALL 0015 000563/2003
0017 000523/2004
0021 000469/2006
0032 000213/2008
0035 000394/2008
0042 000374/2009
0079 000367/2011
AURIMAR JOSE TURRA 0043 000593/2009
0050 001121/2010
Alessandro Panasolo 0026 000558/2007
BRASILIO VICENTE DE CASTR 0029 000081/2008
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0034 000304/2008
0052 001322/2010
BRUNO PAIVA BARTHOLO 0047 000512/2010
CAMILO DE TONI 0064 000153/2011
CARLA HELIANA V. MENEGOSS 0045 000790/2009
0090 000639/2011
0091 000640/2011
CARLA ROBERTA DOS SANTOS 0037 000083/2009
0056 002430/2010
CARLOS ALBERTO ROMANI 0074 000321/2011
0087 000502/2011
CARLOS FERNANDES 0009 000028/2003
0040 000337/2009
CARMELA MANFROI TISSIANI 0022 000055/2007
0023 000190/2007
CAROLINA ERZINGER PEIXER 0029 000081/2008
0030 000084/2008
CAROLINA VIANNA FERREIRA 0029 000081/2008
CAROLINE SOUZA DE LIMA 0070 000286/2011
CAROLINE SPADER 0046 000110/2010
CELITO LUCAS 0073 000314/2011
CHESLI C. DA SILVA 0042 000374/2009
CLAUDIOMIR FONSECA VINCEN 0017 000523/2004
0021 000469/2006
CRISTIANE PAGNONCELLI DE 0022 000055/2007
0023 000190/2007
0031 000137/2008
0032 000213/2008
0041 000352/2009
0054 002287/2010
0058 003061/2010
0059 003350/2010
0062 004667/2010
0066 000176/2011
0068 000265/2011
0071 000291/2011
0086 000500/2011
DANIELY SABRINA SIMIONI F 0011 000407/2003
0014 000535/2003
0018 000012/2006
DEBORAH SPEROTTO DA SILVE 0039 000218/2009
DELOMAR SOARES GODOI 0073 000314/2011
DENISE VAZQUEZ PIRES 0065 000168/2011
0082 000458/2011
DIEGO LUIZ PASQUALLI 0028 000058/2008
DONATO ACORDI 0051 001260/2010
DOUGLAS EDUARDO B. SCOPEL 0040 000337/2009
DURVANIR ORTIZ JUNIOR 0043 000593/2009
EDINILSON DONISETE MACHAD 0019 000267/2006
EDSON TOME 0092 000650/2011
EGBERTO FANTIN 0028 000058/2008
ELENA BEATRIZ WINCK 0051 001260/2010
ELISIO APOLINARIO RIGONAT 0043 000593/2009
0050 001121/2010
ERLON ANTONIO MEDEIROS 0046 000110/2010
ERNANI CEZAR WERNER 0040 000337/2009
EUCLIDES JOSE VARGAS NETO 0003 000412/1998
EVERTON RODRIGO ZAMARCHI 0064 000153/2011
FABIO HILLESHEIM 0084 000474/2011
FABRICIO TAPXURE SCARAMUZ 0029 000081/2008
FELIPE GERMANO CACICEDO C 0042 000374/2009
FERNANDA NAMI PASTUCH LOP 0055 002374/2010
FERNANDO LUZ PEREIRA 0037 000083/2009
FLAVIA DREHER NETTO 0044 000645/2009
0050 001121/2010
FLAVIO ANTONIO ROMANI 0039 000218/2009
0074 000321/2011
0087 000502/2011
FLAVIO SANTANNA VALGAS 0045 000790/2009
FRANCIELE DA ROZA COLLA 0057 002595/2010
FRANCIELO BINSFELD 0077 000355/2011
GEFERSON LUIS CHETSCO 0042 000374/2009
GELCENOIR LEIRIAS DA SILV 0027 000695/2007
GEONIR EDVARD FONSECA VIN 0015 000563/2003
0017 000523/2004
0021 000469/2006
0032 000213/2008
0035 000394/2008
0042 000374/2009
0079 000367/2011
GILBERTO JAKIMIU 0038 000157/2009
GILBERTO VERALDO SCHIAVIN 0047 000512/2010
0053 001756/2010
GLAUCEA MORETTO SARTORETT 0016 000328/2004
0069 000281/2011
GLAUCIA DA SILVA 0055 002374/2010
HALL & VICENSI ADVOGADOS 0075 000338/2011
IDEVAL INACIO DE PAULA 0001 000284/1996
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0020 000424/2006
0034 000304/2008
JANE MARIA V. PRONER 0037 000083/2009
JEOVANE CORREA DA SILVA 0073 000314/2011
JOAO EDSON LOPES PEIXOTO 0039 000218/2009
JOAO ISRAEL PEREIRA PINTO 0004 000586/1998
JOCELANI PINZON 0006 000387/2001
0077 000355/2011
JOSE ANTONIO CORDEIRO CAL 0087 000502/2011
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NO 0029 000081/2008
0030 000084/2008
JOSE FERNANDO VIALLE 0078 000366/2011
JOSE GUNTHER MENZ 0089 000560/2011
0093 004481/2011
JOSE LUIZ RAMUSKI 0007 000446/2001
0011 000407/2003
0019 000267/2006
JOSE MOACIR SCHIMIDT 0026 000558/2007
JOSIANE BORGES PRADO 0074 000321/2011
JULIANA APARECIDA PONCIO 0056 002430/2010
JULIANA TORRES MILANI 0026 000558/2007
JULIANO RICARDO TOLENTINO 0036 000080/2009
JULIO CESAR DALMOLIN 0020 000424/2006
0034 000304/2008
KARIN L. HOLLER MUSSI BER 0061 004618/2010

KAROLYNE CRISTINA ALBINO 0029 000081/2008
KELLI BERNADETE MATIEVICZ 0003 000412/1998
0008 000018/2002
LEANDRO DE QUADROS 0036 000080/2009
LEANDRO PIEREZAN 0077 000355/2011
LEOMAR ANTONIO JOHANN 0061 004618/2010
0071 000291/2011
LEONARDO SOUZA 0024 000474/2007
LIZEU ADAIR BERTO 0029 000081/2008
0030 000084/2008
LORENA DE CASSIA KLOCK 0029 000081/2008
LUDOVICO ALBINO SAVARIS 0013 000489/2003
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0048 000666/2010
LUIZ GUSTAVO V.VIDAL PINT 0029 000081/2008
0030 000084/2008
LURDES FRANCIELE RIZZO 0080 000378/2011
MARA REGINA JAKOBOVSKI 0019 000267/2006
MARCELO ANDRADE MOREIRA 0009 000028/2003
0010 000272/2003
MARCELO BIENTINEZ MIRO 0032 000213/2008
0035 000394/2008
MARCIA L. GUND 0020 000424/2006
0034 000304/2008
MARCIO FERREIRA INFANTE R 0038 000157/2009
MARCIO MARCON MARCHETTI 0002 000358/1997
0005 000275/1999
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0034 000304/2008
0052 001322/2010
MARCOS DANIEL WEIS 0052 001322/2010
MARCOS ODACIR ASCHIDAMINI 0089 000560/2011
0093 004481/2011
MARIA RAQUEL BELCULFINE S 0080 000378/2011
MARILI DA LUZ RIBEIRO TAB 0073 000314/2011
MARILIA AZAMBUJA DE PAULA 0076 000349/2011
MAURICIO CORREA 0080 000378/2011
MAURICIO SIDNEY FAZOLO 0012 000486/2003
MAYKON C. A. ESPINDOLA 0009 000028/2003
0010 000272/2003
0021 000469/2006
MICHELLY ALBERTI 0074 000321/2011
MILKEN JACQUELLINE C. JAC 0045 000790/2009
MOACIR LUIZ GUSSO 0013 000489/2003
0015 000563/2003
0016 000328/2004
0017 000523/2004
0022 000055/2007
0023 000190/2007
0026 000558/2007
0031 000137/2008
0032 000213/2008
0041 000352/2009
0054 002287/2010
0058 003061/2010
0059 003350/2010
0062 004667/2010
0063 000117/2011
0066 000176/2011
0067 000177/2011
0068 000265/2011
0071 000291/2011
0086 000500/2011
0088 000536/2011
MOISES BATISTA DE SOUZA 0037 000083/2009
NEIMAR JOSE POMPERMAIER 0064 000153/2011
NELCINDO JOSE DE OLIVEIRA 0063 000117/2011
0081 000449/2011
NELSON PASCHOALOTTO 0044 000645/2009
NEREU CARLOS MASSIGNAN 0010 000272/2003
0083 000470/2011
NEVALDO FRANCISCO CAZELLA 0011 000407/2003
0014 000535/2003
0018 000012/2006
NILSO LUIZ FERNANDES 0007 000446/2001
0009 000028/2003
0011 000407/2003
0019 000267/2006
0040 000337/2009
0046 000110/2010
0069 000281/2011
NILTO SALES VIEIRA 0002 000358/1997
0005 000275/1999
NIVALDO JAQUES 0069 000281/2011
NOELI DE SOUZA MACHADO 0001 000284/1996
0003 000412/1998
0008 000018/2002
0025 000557/2007
OLDEMAR MARIANO 0041 000352/2009
OLIDE JOAO DE GANZER 0048 000666/2010
0049 000674/2010
OTAVIO AUGUSTO INACIO MAS 0083 000470/2011
PATRICIA NANDES MARCONDES 0037 000083/2009
PATRICIA S. A. TOFANELLI 0046 000110/2010
PAULO CESAR PIN 0004 000586/1998
0018 000012/2006
PAULO GIOVANI FORNAZARI 0022 000055/2007
0023 000190/2007
PEDRO PROVIN JUNIOR 0024 000474/2007
PEDRO SODRÉ HOLLAENDER 0085 000482/2011
RAUL JOSE PROLO 0017 000523/2004
0032 000213/2008
0035 000394/2008
0042 000374/2009
REGILDA MIRANDA HEIL FERR 0003 000412/1998
REINALDO MIRICO ARONIS 0049 000674/2010
RICARDO COSTELLA 0043 000593/2009
0050 001121/2010
ROBERTO A. BUSATO 0041 000352/2009
RODRIGO MATOS RORIZ 0053 001756/2010
RODRIGO MELLO DA MOTTA LI 0083 000470/2011
RONALDO JOSE E SILVA 0027 000695/2007
RONILSON FONSECA VINCENSI 0032 000213/2008
0035 000394/2008
0042 000374/2009
RONIR IRANI VINCENSI 0017 000523/2004
ROSELILCE FRANCELI CAMPAN 0038 000157/2009
SEGIO SINHORI 0088 000536/2011
SERGIO LUIZ BELOTTO JR 0041 000352/2009
SIDINEI ROQUE CICHOCKI 0007 000446/2001
SIGISFREDO HOEPERS 0081 000449/2011
SILVANA DE MELLO GUZZO 0033 000246/2008
SILVIA LARA DUARTE PAGNON 0076 000349/2011
0089 000560/2011
TATIANA PIASECKI KAMINSKI 0061 004618/2010
TULIO MARCELO D. BANDEIRA 0056 002430/2010
URSULA ERNLUND SALAVERRY 0034 000304/2008
VAGNER ANDREI BRUNN 0027 000695/2007
VALDEMIR BARSALINI 0080 000378/2011
VALERIA CARAMURU CICARELL 0068 000265/2011
0072 000292/2011
VERONI LOURENÇO SCABENI 0032 000213/2008
0035 000394/2008
0042 000374/2009
WALTER LUIZ DAL MOLIN 0039 000218/2009
0074 000321/2011
0087 000502/2011

1. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0000071-80.1996.8.16.0079-BANCO DO BRASIL S/A x ALMIR BASSO SERVICOS FUNERARIOS - ME e outro-"(fls.85 - Parcial) ... Após o decurso do prazo, manifeste-se o credor." -Advs. NOELI DE SOUZA MACHADO e IDEVAL INACIO DE PAULA-.

2. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0000046-33.1997.8.16.0079-RIO SAO FRANCISCO CIA SECURIT. CRED. FINANCEIROS x FRIGORIFICO PICOLLI LTDA e outro-"(fls.112) - Intime-se pessoalmente o exequente para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifeste-se sobre eventual interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento. Diligências necessárias." -Advs. NILTO SALES VIEIRA e MARCIO MARCON MARCHETTI-.

3. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0000113-61.1998.8.16.0079-COMERCINTA ZANCANARO PINZON x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELETRICA - COPEL-"(fls.599 - Integral) - Ante a diligencia acerca do débito, ao contador judicial para elaboração do cálculo nos termos da r. sentença e v. acordão de fls. 452/468. O Sr. contador deverá observar, também, o depósito inicial realizado pelo autor. Após, manifestem-se as partes em cinco dias. Oficie-se conforme requerido ás fls. 597/598. Sobre fls. 592/593 diga a requerida em cinco dias. Dil. Nec." (Calculos apresentado as fls.600/604.) -Advs. EUCLIDES JOSE VARGAS NETO, NOELI DE SOUZA MACHADO, KELLI BERNADETE MATIEVICZ BENITES e REGILDA MIRANDA HEIL FERRO-.

4. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0000184-63.1998.8.16.0079-CLOVIS SCHNEIDER x VALMOR JOSE PERIN M.E.-(Recolher custas remanescentes ao Sr. Escrivão no valor de R$493,50, ao Sr. Oficial de Justiça - Rogério no valor de R $148,00, mediante guias no site do TJPR.) -Advs. JOAO ISRAEL PEREIRA PINTO e PAULO CESAR PIN-.

5. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0000206-87.1999.8.16.0079-RIO SAO FRANCISCO CIA SECURITIZADORA CRED.FINANCEI x ELOI NARCISIO NEGRI e outro- "(fls.83) - Intime-se pessoalmente o requerente para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifeste-se sobre eventual interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento. Diligências necessárias."-Advs. NILTO SALES VIEIRA e MARCIO MARCON MARCHETTI-.

6. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0000264-22.2001.8.16.0079-DEJALME V. GALLO & CIA LTDA e outro x JOSUE FERREIRA DE LIMA-(Manifeste-se a parte autora ante o prosseguimento do feito, sob pena de extinção, em cinco (05) dias, conforme portaria nº.03/2011.) -Advs. JOCELANI PINZON e ADAO FERNANDES DA SILVA-.

7. MONITORIA - EXECUCAO-0000167-22.2001.8.16.0079-VALE DO IGUACU VEICULOS LTDA x ELISANDRA PASQUALOTTO- "(fls.108) - Intime-se pessoalmente o requerente para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifeste-se sobre eventual interesse no prosseguimento do feito. Nada sendo requerido no prazo supra mencionado, intime-se pessoalmente o exequente para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifeste-se sobre eventual interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento. Diligências necessárias."-Advs. JOSE LUIZ RAMUSKI, NILSO LUIZ FERNANDES e SIDINEI ROQUE CICHOCKI-.

8. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0000161-78.2002.8.16.0079-CEIR ANTONIO MESQUITA x FREDY NARCY DA SILVA MATIEVICZ-(Ante a petição e documento de fls.155/156, manifeste-se a parte autora.) -Advs. ADAO FERNANDES DA SILVA, NOELI DE SOUZA MACHADO e KELLI BERNADETE MATIEVICZ BENITES-.

9. BENEFICIO PREVIDENCIARIO-ORD.-0000338-08.2003.8.16.0079-FERNANDA MAFFISSONI e outro x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -

INSS-(Manifeste-se a parte autora ante petição e documentos apresentados as fls.627/630.) -Advs. CARLOS FERNANDES, NILSO LUIZ FERNANDES, ALEXANDRE MAFFISSONI, MARCELO ANDRADE MOREIRA e MAYKON C. A. ESPINDOLA-.

10. BENEFICIO PREVIDENCIARIO-0000416-02.2003.8.16.0079-DORVALINO GALVAO x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-(fls.229)-Ciencia às partes do retorno dos autos, para que requeiram o que for de direito. Int. -Advs. NEREU CARLOS MASSIGNAN, MARCELO ANDRADE MOREIRA e MAYKON C. A. ESPINDOLA-.

11. USUCAPIAO-0000238-53.2003.8.16.0079-JOAO CARLOS PACHECO e outros x LUIZ ALVES DOS SANTOS-(A parte autora para comprovar a Publicação do Edital de Citação do Confinante.) -Advs. JOSE LUIZ RAMUSKI, DANIELY SABRINA SIMIONI FERREIRA TORRES, NEVALDO FRANCISCO CAZELLA e NILSO LUIZ FERNANDES-.

12. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0000433-38.2003.8.16.0079-MAXIMINO PASTORELLO & CIA LTDA x DIRCEU PINZON-"(fls.205) - Intime-se pessoalmente o requerente para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifeste-se sobre eventual interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento. Diligências necessárias." -Advs. ANDREY HERGET e MAURICIO SIDNEY FAZOLO-.

13. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0000490-56.2003.8.16.0079-MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS-PR. x ESCRITORIO CENTRAL DE ARREC. E DISTR. - ECAD-(fls.260)-Ciencia às partes do retorno dos autos, para que requeiram o que for de direito. Int. -Advs. MOACIR LUIZ GUSSO e LUDOVICO ALBINO SAVARIS-.

14. EXECUCAO DE SENTENCA-0000414-32.2003.8.16.0079-JONESMAR FAVIN x PEDRO PROVIN-(Recolher custas remanescentes ao Sr. Escrivão no valor de R $206,50 mais eventuais acrescimos e ao Sr. Oficial de Justiça - Rogério no valor de R$37,00 mais eventuais acrescimos, mediante guias no site do TJPR.) -Advs. NEVALDO FRANCISCO CAZELLA e DANIELY SABRINA SIMIONI FERREIRA TORRES-.

15. ACAO ORDINARIA-0000251-52.2003.8.16.0079-MARTA FERNANDES RODRIGUES e outros x MUNICIPIO DE SAO JORGE DO OESTE - PR-(Manifeste-se a parte autora ante o deposito de fls.233/235.) -Advs. ARNI DEONILDO HALL, GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI e MOACIR LUIZ GUSSO-.

16. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0000296-22.2004.8.16.0079-COOP. CRED. MUTUO SERVIDORES PUBL. DE DV CRESERV x LINDACIR LEOPOLDINO-(Solicito a parte interessada o Resumo do conteúdo para publicação do Edital, no prazo de dez (10) dias, conforme Portaria nº.03/2011.) -Advs. MOACIR LUIZ GUSSO e GLAUCEA MORETTO SARTORETTO-.

17. ACAO ORDINARIA-0000246-93.2004.8.16.0079-ALCEO ANTUNES DO SACRAMENTO x MUNICIPIO DE SAO JORGE DO OESTE - PR-(Manifestem-se as partes ante o Laudo Pericial apresentado as fls.265/295.) -Advs. ARNI DEONILDO HALL, GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI, CLAUDIOMIR FONSECA VINCENSI, RAUL JOSE PROLO, RONIR IRANI VINCENSI e MOACIR LUIZ GUSSO-.

18. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0000744-24.2006.8.16.0079-ELIS REGINA MAZUTTI HERPICH x PEDRINHO CLOVIS PANNO-(Manifeste-se o requerente sobre a negativa de Intimação do devedor, conforme certidão de fls.77.) -Advs. NEVALDO FRANCISCO CAZELLA, DANIELY SABRINA SIMIONI FERREIRA TORRES e PAULO CESAR PIN-.

19. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0000812-71.2006.8.16.0079-ALTAMIR ALBERTON x MOACIR JOAO MUGNOL- (Manifeste-se a parte autora ante o prosseguimento do feito, sob pena de extinção, em cinco (05) dias, conforme portaria nº.03/2011.)-Advs. MARA REGINA JAKOBOVSKI, JOSE LUIZ RAMUSKI, EDINILSON DONISETE MACHADO e NILSO LUIZ FERNANDES-.

20. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0000885-43.2006.8.16.0079-ESTADO DO PARANA x COMERCIAL DE CEREAIS AMIGAO LTDA-(Recolher custas referente ao cumprimento de sentença ao Sr. Escrivão no valor de R$115,15, mediante guia no site do TJPR.) -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN, MARCIA L. GUND e ANDRE GUSTAVO VALLIM SARTORELLI-.

21. DECLARATORIA-0000518-19.2006.8.16.0079-ERCILDA ROLOFF x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"(fls.127) - Recebo o Recurso de Apelação interposto em seu duplo efeito. Intime o apelado para que apresente contrarrazões no prazo legal. Após, encaminhem à Superior Instância, com as homenagens e cautelas de estilo." -Advs. CLAUDIOMIR FONSECA VINCENSI, GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI, ARNI DEONILDO HALL e MAYKON C. A. ESPINDOLA-.

22. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0000661-71.2007.8.16.0079-CASCAVEL MAQUINAS AGRICOLAS S/A x NADIR BATISTELLA-(Recolher custas remanescentes do Sr. Escrivão no valor de R$84,60 e ao Distribuidor no valor de R$243,73, mediante guia no site do TJPR. (www.tjpr.jus.br)) -Advs. CARMELA MANFROI TISSIANI, PAULO GIOVANI FORNAZARI, MOACIR LUIZ GUSSO e CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY-.

23. EMBARGOS A EXECUCAO-0000662-56.2007.8.16.0079-NADIR BATISTELLA x CAMAGRIL - CASCAVEL MAQUINAS AGRICOLAS S/A-(Recolher custas remanescentes ao Sr. Escrivão no valor de R$455,90 e ao Sr. Oficial de Justiça - Rogério no valor de R$37,00, mediante guias no site do TJPR (www.tjpr.jus.br).) -Advs. MOACIR LUIZ GUSSO, CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY, CARMELA MANFROI TISSIANI e PAULO GIOVANI FORNAZARI-.

24. CONCESSAO DE BENEFICIO-0000547-35.2007.8.16.0079-SUELI TEMISTOCLE x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS- "(fls.194) - Recebo o Recurso de Apelação interposto em seu duplo efeito. Intime-se o apelado para que apresente contrarrazões no prazo legal. Após, encaminhem à Superior Instância, com as homenagens e cautelas de estilo."-Advs. ALEXANDRE HENRIQUE GUZZO, PEDRO PROVIN JUNIOR e LEONARDO SOUZA-.

25. INVENTARIO-0000808-97.2007.8.16.0079-ALBERTO DALLA LASTA x ESP. MARINES APARECIDA MARAFON DALLA LASTA-"(fls.73) - Vistos etc. Homologo, por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o plano de partilha amigável apresentado na petição de fls. 63/66. Após a verificação do pagamento de todos os tributos pela Fazenda Pública Estadual, determino a expedição do competente formal de partilha, nos termos do disposto no artigo 1031, §2º, do CPC. Homologo a avaliação judicial de fls.41/43. Expeçam-se os formais de partilha em favor do viúvo meeiro, conforme pleiteado. P.R.I." -Adv. NOELI DE SOUZA MACHADO-.

26. ACAO CIVIL PUBLICA-0000702-38.2007.8.16.0079-MUNICIPIO DE SAO JORGE DO OESTE - PR x TRACTEBEL ENERGIA S/A-"(fls.658) - Considerando o requerimento formulado pelo Ministério Público às fls.629/639, converto o julgamento em diligencia, para analise de eventual prevenção. Para tanto, ante a ausencia de documentos que comprovem o alegado, determino seja oficiado a Comarca de Chopinzinho, solicitando informações acerca das datas em que foram realizadas a distribuição e a citação nos autos ajuizados pelo Município de Sulina e São João em face da requerida, este sob nº.285/2007. Caso algum destes feitos já esteja tramitando neste Juízo, à Escrivania para certifique as informações acima mencionadas. Postergo a decisão acerca do requerimento de cominação de multa diária formulado ás fls. 629/639 para depois do recebimento das informações solicitadas. Intimem-se. Com o retorno das informações, voltem conclusos para decisão. Dil. Nec." -Advs. ADYR SEBASTIÃO FERREIRA, JULIANA TORRES MILANI, MOACIR LUIZ GUSSO, Alessandro Panasolo, ALEXANDRE DOS SANTOS P. VECCHIO, ANDRE DA SILVA ANDRINO DE OLIVEIRA e JOSE MOACIR SCHIMIDT-.

27. REPARACAO DE DANOS-0000945-79.2007.8.16.0079-GILBERTO JOSE BONET x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELETRICA - COPEL e outro-(Manifestem-se as partes ante a proposta de honorarios periciais apresentado as fls.187, no valor de R$4.000,00.) -Advs. VAGNER ANDREI BRUNN, RONALDO JOSE E SILVA e GELCENOIR LEIRIAS DA SILVA-.

28. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0001080-57.2008.8.16.0079-AUTO POSTO SEDE ALVORADA LTDA x LUIZ BERTOLDO NETO- (Manifeste-se a parte autora ante o prosseguimento do feito, sob pena de extinção, em cinco (05) dias, conforme portaria nº.03/2011.)-Advs. EGBERTO FANTIN e DIEGO LUIZ PASQUALLI-.

29. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0001210-47.2008.8.16.0079-KKANO INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA ME x UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A-(Pagar custas referente ao cumprimento de sentença, ao Sr. Escrivão no valor de R$115,15.) -Advs. LIZEU ADAIR BERTO, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, LUIZ GUSTAVO V.VIDAL PINTO, CAROLINA VIANNA FERREIRA DA COSTA, FABRICIO TAPXURE SCARAMUZZA, CAROLINA ERZINGER PEIXER MARTINS, BRASILIO VICENTE DE CASTRO NETO, KAROLYNE CRISTINA ALBINO QUADRI, LORENA DE CASSIA KLOCK e ALEXANDRE DE ALMEIDA-.

30. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0000859-74.2008.8.16.0079-GUARA EMBALAGENS LTDA x UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A-(Pagar custas referente ao cumprimento de sentença, ao Sr. Escrivão no valor de R $115,15.) -Advs. LIZEU ADAIR BERTO, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, LUIZ GUSTAVO V.VIDAL PINTO, CAROLINA ERZINGER PEIXER MARTINS e ALEXANDRE DE ALMEIDA-.

31. INVENTARIO-0001369-87.2008.8.16.0079-FLAVIO BELETINI e outros x ESP. MARIA APARECIDA BELETINI-(Recolher custas remanescentes ao Sr. Escrivão no valor de R$18,80, ao Sr. Distribuidor no valor de R$278,28 e a Taxa Judiciaria no valor de R$18,00, mediante guias no site do TJPR. (www.tjpr.jus.br)) -Advs. MOACIR LUIZ GUSSO e CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY-.

32. AÇÃO DE COBRANÇA-0001289-26.2008.8.16.0079-JOAO PAULO MOREIRA x MUNICIPIO DE SAO JORGE DO OESTE - PR-(Ante a informação de fls.73/74 e verso, manifeste-se a parte exequente.) -Advs. ARNI DEONILDO HALL, GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI, RAUL JOSE PROLO, MARCELO BIENTINEZ MIRO, RONILSON FONSECA VINCENSI, VERONI LOURENÇO SCABENI, MOACIR LUIZ GUSSO e CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY-.

33. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0001112-62.2008.8.16.0079-CERTTUS SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA x DICAVEL-DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA-(Comparecer em cartório para retirar Carta Precatória de Citação, Penhora e demais atos do requerido, para fins de cumprimento.) -Adv. SILVANA DE MELLO GUZZO-.

34. PRESTACAO DE CONTAS-0001074-50.2008.8.16.0079-RAFAEL MOVEIS E MAQUINAS LTDA x BANCO BANESTADO S/A-(Ante a prestação de contas apresentada pelo requerido as fls.209/731, manifeste-se a parte autora.) -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND, JULIO CESAR DALMOLIN, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e URSULA ERNLUND SALAVERRY GUIMARÃES-.

35. BENEFICIO PREVIDENCIARIO-0001381-04.2008.8.16.0079-CECILIA DOS SANTOS MAJOR x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-(fls.147)-Ciencia às partes do retorno dos autos, para que requeiram o que for de direito. Int. -Advs. ARNI DEONILDO HALL, GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI, RAUL JOSE PROLO, MARCELO BIENTINEZ MIRO, RONILSON FONSECA VINCENSI e VERONI LOURENÇO SCABENI-.

36. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0001737-62.2009.8.16.0079-BANCO ABN AMRO REAL S/A x SERGIO DETONI e outros-"(fls.43) - Intime-se a parte exequente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito. Dil. Nec." -Advs. ANA CLAUDIA FINGER, ANA PAULA FINGER MASCARELLO, LEANDRO DE QUADROS e JULIANO RICARDO TOLENTINO-.

37. BUSCA E APREENSAO-0001572-15.2009.8.16.0079-BANCO FINASA S/A x ALBANI RAMOS DA SILVA-"(fls.52) - Intime-se pessoalmente a parte autora para

que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifeste-se sobre eventual interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento. Diligências necessárias." -Advs. MOISES BATISTA DE SOUZA, FERNANDO LUZ PEREIRA, PATRICIA NANDES MARCONDES DO AMARAL PIZA, AFONSO MARANGONI JUNIOR, JANE MARIA V. PRONER e CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELÉM-.

38. BENEFICIO PREVIDENCIARIO-0002041-61.2009.8.16.0079-DOROTILDE ADAMES VARIANI x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"(fls.106) - Recebo o Recurso de Apelação interposto em seu duplo efeito. Intime-se o apelado para que apresente contrarrazões no prazo legal. Após, encaminhem à Superior Instância, com as homenagens e cautelas de estilo."-Advs. ROSELILCE FRANCELI CAMPANA, GILBERTO JAKIMIU e MARCIO FERREIRA INFANTE ROSA-.

39. AÇÃO DE COBRANÇA-0002072-81.2009.8.16.0079-MIOLATINA DO BRASIL EMBUTIDOS LTDA x MAPFRE - VERA CRUZ SEGURADORA S/A e outro-"(fls.279) ...Em seguida, aguarde-se o retorno da carta precatória. Com o retorno, concedo as partes o prazo sucessivo de 10 (dez) dias, para apresentação de alegações finais. Após, venham os autos conclusos para prolação de sentença." -Advs. WALTER LUIZ DAL MOLIN, FLAVIO ANTONIO ROMANI, JOAO EDSON LOPES PEIXOTO e DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA-.

40. ACAO MONITORIA-0001482-07.2009.8.16.0079-CEREALISTA CECCON VERE LTDA x MARINO JULIANI-"(fls.147) ...Em seguida, intimem-se as partes para manifestarem-se acerca das reais possibilidades conciliatórias, em cinco dias. Não sendo possível a conciliação, advirto as partes que o feito será saneado em gabinete. No mesmo prazo, especifiquem as partes as provas que efetiva e justificadamente pretendem produzir. Int. Dil. Nec." -Advs. CARLOS FERNANDES, NILSO LUIZ FERNANDES, ERNANI CEZAR WERNER, DOUGLAS EDUARDO B. SCOPEL e ALEXANDRE CADETE MARTINI-.

41. AÇÃO DE COBRANÇA-0001464-83.2009.8.16.0079-GERONI GERALDO GUZZO e outros x HSBC BANK BRASIL - BANCO MULTIPLO S/A- "(fls.151) - Considerando as decisões liminares prolatadas pelos Ministros relatores do Agravo de Instrumento 754745 (Min. Gilmar Mendes) e do Recurso Extraordinário 591797 (Min. Dias Toffoli), ambos do Supremo Tribunal Federal, determino o sobrestamento do feito até julgamento dos referidos recursos. Int."-Advs. MOACIR LUIZ GUSSO, CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY, OLDEMAR MARIANO, ROBERTO A. BUSATO e SERGIO LUIZ BELOTTO JR-.

42. BENEFICIO PREVIDENCIARIO-0002038-09.2009.8.16.0079-FERMINO LIMA x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS- "(fls.166) - Recebo o Recurso de Apelação interposto em seu duplo efeito. Intime o apelado para que apresente contrarrazões no prazo legal. Após, encaminhem à Superior Instância, com as homenagens e cautelas de estilo."-Advs. ARNI DEONILDO HALL, GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI, RAUL JOSE PROLO, RONILSON FONSECA VINCENSI, VERONI LOURENÇO SCABENI, GEFERSON LUIS CHETSCO, CHESLI C. DA SILVA e FELIPE GERMANO CACICEDO CIDAD-.

43. ORD.DECLAR.INEXIGIBIL.TITULO-0001488-14.2009.8.16.0079-DENARCI PINZON e outro x COOP. DE CREDITO RURAL SUDOESTE - SICREDI IGUACU-(Manifestem-se as partes ante o Laudo Pericial apresentado as fls.535/566.) -Advs. DURVANIR ORTIZ JUNIOR, AURIMAR JOSE TURRA, ELISIO APOLINARIO RIGONATO CHAVES e RICARDO COSTELLA-.

44. REVISAO CONTRATUAL - ORD.-0001939-39.2009.8.16.0079-ARMANDO ANGELO CANTELLI x BANCO BRADESCO S/A-"(fls.149/152 e versos) ...Ante o exposto, julgo improcedente o pedido inicial, extinguindo o presente processo, com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, I do CPC. Condeno o autor o pagamento das custas processuais e honorários advocaticios da parte contrária, que fixo, nos termos do art. 20, §4º do CPC, em R$800,00 (oitocentos reais), levando-se em consideração o grau de zelo do profissional, a complexidade da causa, e a tramitação do feito. P.R.I." -Advs. FLAVIA DREHER NETTO e NELSON PASCHOALOTTO-.

45. BUSCA E APREENSAO-0001574-82.2009.8.16.0079-BANCO FINASA BMC S/A x ITACIR ZENI-"(fls.53) - Ante o exposto, julgo extinto o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso II, do CPC. Condeno o autor a arcar com as custas e despesas processuais. P.R.I." -Advs. CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN, MILKEN JACQUELLINE C. JACOMINI e FLAVIO SANTANNA VALGAS-.

46. AÇÃO DE COBRANÇA-0000110-86.2010.8.16.0079-GENECI VALMORBIDA LIMA e outro x CAMDUL - COOP. AGRICOLA MISTA DUOVIZINHENSE LTDA-"(fls.25) ...III - Sobrevindo a defesa, faculto a manifestação da parte autora, em 10 (dez) dias." (contestação apresentada as fls.35/81.) -Advs. NILSO LUIZ FERNANDES, ANDREY HERGET, ERLON ANTONIO MEDEIROS, CAROLINE SPADER, ALVARO SCHENATO e PATRICIA S. A. TOFANELLI-.

47. BENEFICIO PREVIDENCIARIO-0000512-70.2010.8.16.0079-HUGO GREVENHAGEN x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-(Manifeste-se a parte requerente ante a certidão de fls.125 do Sr. Oficial de Justiça.) -Advs. ANDERSON MANIQUE BARRETO, GILBERTO VERALDO SCHIAVINI e BRUNO PAIVA BARTHOLO-.

48. RESTITUICAO DE INDEBITO-0000666-88.2010.8.16.0079-SUCESSAO DE VICTOR CANTELLI representado por AMÁLIA CANTELLI x BANCO DO BRASIL S/A-(Ante a petição de fls.77, manifeste-se o requerido.) -Advs. OLIDE JOAO DE GANZER, AGILDO VINICIUS DA ROCHA DREYER e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

49. RESTITUICAO DE INDEBITO-0000674-65.2010.8.16.0079-SUCESSAO DE ANGELO GOLIN representado por ILTO PEDRO GOLIN e outro x BANCO DO BRASIL S/A-"(fls.93) - Considerando o decurso do prazo retro pleiteado, intime-se novamente o requerido para que apresente os documentos, como determinado na decisão anterior. (...)" -Advs. OLIDE JOAO DE GANZER, AGILDO VINICIUS DA ROCHA DREYER e REINALDO MIRICO ARONIS-.

50. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0001121-53.2010.8.16.0079-COOP.CRED. LIVRE ADMISSAO SUDOESTE-SICREDI IGUACU x GRAOPAR - GRAOS PARANA LTDA e outros-(Recolher custas remanescentes ao Sr. Escrivão no valor de R$18,80, ao Distribuidor no valor de R$150,86 e ao Sr. Oficial de Justiça - André no valor de R$388,50, mediante guias no site do TJPR (www.tjpr.jus.br).) -Advs. AURIMAR JOSE TURRA, ELISIO APOLINARIO RIGONATO CHAVES, RICARDO COSTELLA e FLAVIA DREHER NETTO-.

51. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0001260-05.2010.8.16.0079-COOP. DE CRED. RURAL C/ INTER. SOLID. DE DV-CRESOL x ARGENTINO LUIZ MORESCHI e outro-(Manifestem-se as partes ante o bloqueio no sistema Bacen/Jud, conforme informação de fls.68/70.)-Advs. DONATO ACORDI e ELENA BEATRIZ WINCK-.

52. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0001322-45.2010.8.16.0079-ANTONIO SCHMITZ x BANCO ITAU S.A-(Ante a certidão do Sr. Oficial de Justiça bem como o deposito de fls.32/36, manifeste-se a parte exequente.) -Advs. ANDREY LUIZ GELLER, MARCOS DANIEL WEIS, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

53. BENEFICIO PREVIDENCIARIO-0001756-34.2010.8.16.0079-LUCIA NUNES DA SILVA MORAES x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-(Ante a negativa de intimação da requerente, conforme certidão de fls. 121, manifeste-se o procurador da mesma.) -Advs. GILBERTO VERALDO SCHIAVINI, ANDERSON MANIQUE BARRETO e RODRIGO MATOS RORIZ-.

54. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0002287-23.2010.8.16.0079-COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO VALE DO IGUAÇU - SICOOB VALE DO IGUAÇU e outros x LEONIR LOCH & CIA LTDA e outro-(Recolher diligencia do Sr. Oficial de Justiça - André no valor de R$166,50 para fins de cumprimento do mandado de penhora.) -Advs. MOACIR LUIZ GUSSO e CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY-.

55. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0002374-76.2010.8.16.0079-UNILANCE ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/C LTDA e outro x MARINETE POLAQUINI-(Manifeste-se a parte exequente ante as certidões de fls.39 e versos.) -Advs. GLAUCIA DA SILVA e FERNANDA NAMI PASTUCH LOPES-.

56. REINTEGRACAO DE POSSE-0002430-12.2010.8.16.0079-BANCO FINASA BMC S/A x MAIRA FATIMA PIZZATTO-(Recolher custas remanescentes ao Sr. Escrivão no valor de R$836,60 e ao Sr. Oficial de Justiça - Rogério no valor de R $184,50, mediante guia no site do TJPR.) -Advs. CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELÉM, TULIO MARCELO D. BANDEIRA e JULIANA APARECIDA PONCIO DE OLIVEIRA-.

57. BUSCA E APREENSAO-0002595-59.2010.8.16.0079-BANCO FINASA BMC S/A x AMAURI DA CUNHA-"(fls.86 - Parcial) ... Diante do exposto, HOMOLOGO a transação para que produza os efeitos legais e de direito, julgando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do inciso III, do art. 269, do CPC, revogando-se a liminar concedida. Expeça-se alvará para levantamento da quantia depositada ás fls.44 na forma acordada. Custas e honorarios advocaticios nos termos da transação. Defiro a dispensa do prazo recursal. P.R.I" -Advs. FRANCIELE DA ROZA COLLA e ADAO FERNANDES DA SILVA-.

58. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0003061-53.2010.8.16.0079-COOP. CRED. MUTUO SERV. PUBL. DV - SICOOB CRESERV x R. M. INFORMATICA LTDA e outro-(Recolher Diligencia do Sr. Oficial de Justiça - Rogerio, no valor de R$166,50 para fins de penhora.) -Advs. MOACIR LUIZ GUSSO e CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY-.

59. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0003350-83.2010.8.16.0079-COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO VALE DO IGUAÇU - SICOOB VALE DO IGUAÇU x R. M. INFORMATICA LTDA e outros-(Recolher Diligencia do Sr. Oficial de Justiça - André no valor de R$166,50 para fins de cumprimento de mandado de Penhora.) -Advs. MOACIR LUIZ GUSSO e CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY-.

60. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0003393-20.2010.8.16.0079-BANCO BRADESCO S/A x GRAOPAR - GRAOS PARANA LTDA e outro-"(fls.41) - Primeiramente, intimem-se as partes para que apresentem o original do acordo entabulado. Em seguida, voltem para homologação. Int." -Adv. ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI-.

61. EMBARGOS A EXECUCAO-0004618-75.2010.8.16.0079-SULFIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e outros x BANCO ITAU S/A-(Ante a impugnação apresentada as fls.83/96, manifeste-se a parte exequente.) -Advs. LEOMAR ANTONIO JOHANN, KARIN L. HOLLER MUSSI BERSOT e TATIANA PIASECKI KAMINSKI-.

62. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0004667-19.2010.8.16.0079-COOP. CRED. LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO IGUAÇU - SICOOB VALE DO IGUAÇU x JOVANIA APARECIDA PIVA-(A parte autora para recolher Diligencia do Sr. Oficial de Justiça para fins de cumprimento do mandado de penhora, no valor de R$111,00.) -Advs. MOACIR LUIZ GUSSO e CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY-.

63. EMBARGOS DE TERCEIRO-0000117-44.2011.8.16.0079-CLEUNICE MARIA LUIZ DA SILVA x COOP. CRED. MUTUO SERV. PUBL. DV - SICOOB CRESERV-"(fls.45) ...Ante o exposto, julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, inciso II, do CPC. Condeno a embargada, por sucumbente, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 400,00 (quatrocentos reais), nos termos do art. 20, § 4º do CPC. P.R.I." -Advs. NELCINDO JOSE DE OLIVEIRA BIAVA e MOACIR LUIZ GUSSO-.

64. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0001370-67.2011.8.16.0079-VEIMOTO COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA x WILSON WANDERLEI FIGUEIREDO DO NASCIMENTO-(Recolher Diligencia do Sr. Oficial de Justiça para fins de proceder a Penhora, conforme solicitado.) -Advs. CAMILO DE TONI, NEIMAR JOSE POMPERMAIER e EVERTON RODRIGO ZAMARCHI-.

65. BUSCA E APREENSAO-0001433-92.2011.8.16.0079-OMNI - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x LUIZ DA ROSA-"(fls.36/37) ...Em face do exposto, reconheço ser a parte autora carecedora de ação, pelo que indefiro a petição inicial, bem como o pedido de concessão de prazo suplementar e julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, com base no art. 267, I e VI, do CPC. Custas pela parte autora. P.R.I." -Adv. DENISE VAZQUEZ PIRES-.
66. USUCAPIAO-0001469-37.2011.8.16.0079-JOAO DANIELSKI e outro x IGNES SCHMITZ-"(fls.30 - Parcial) ...Nos termos do item 5.4.3.1, do CN, INTIME-SE a autora para que, no prazo de cinco (05) dias, apresente o resumo da petição inicial. Após, Expeça-se EDITAL DE CITAÇÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados, devendo ser afixado no átrio do Fórum, publicado por uma vez na imprensa oficial e por duas vezes em jornal local de maior circulação regional (art. 232, do CPC). (...)" -Advs. MOACIR LUIZ GUSSO e CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY-.
67. USUCAPIAO-0001470-22.2011.8.16.0079-MARSILINO RODRIGUES e outros x JULIANO DOS REIS MARTINS-"(fls.38 - Parcial) ...Nos termos do item 5.4.3.1, do CN, INTIME-SE a autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente o resumo da petição inicial. Após, Expeça-se EDITAL DE CITAÇÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados, devendo ser afixado no átrio do Fórum, publicado por uma vez no imprensa oficial e por duas vezes em jornal local de maior circulação regional (art. 232, do CPC)." - (Ante a informação de fls.39/41 e versos, manifeste-se a parte autora.) -Adv. MOACIR LUIZ GUSSO-.
68. REVISIONAL DE CONTRATO-0002053-07.2011.8.16.0079-IARA ANAY CHARLENE PIANA x BANCO ABN AMRO REAL S/A-(Manifeste-se a parte autora ante a contestação apresentada as fls.70/97.) -Advs. MOACIR LUIZ GUSSO, CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY, ALEXANDRE NELSON FERRAZ e VALERIA CARAMURU CICARELLI-.
69. INDENIZAÇÃO DANO MATERIAL E DANO MORAL-0002149-22.2011.8.16.0079-CARMINHA LEMOS DA SILVA x INSTITUTO DE SAÚDE DE DOIS VIZINHOS - HOSPITAL PRÓ-VIDA-"(fls.36) ...IV - Após, esclareçam as partes a possibilidade de conciliação, bem como as provas que efetivamente pretendem produzir, em 10 (dez) dias. Int." -Advs. NIVALDO JAQUES, GLAUCEA MORETTO SARTORETTO e NILSO LUIZ FERNANDES-.
70. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0002231-53.2011.8.16.0079-BOCCHI PICCOLI & CIA LTDA x JOEL HUFF BITTENCOURT-(Manifeste-se a parte exequente ante as certidões de fls.32 verso.) -Adv. CAROLINE SOUZA DE LIMA-.
71. ACAO MONITORIA-0002270-50.2011.8.16.0079-COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO VALE DO IGUAÇU - SICOOB VALE DO IGUAÇU x PAVICER - INDUSTRIA E COMERCIO DE MARAVALHA LTDA - ME e outros-(Manifeste-se a parte autora ante o Embargos à Monitória de fls.120/150.) -Advs. MOACIR LUIZ GUSSO, CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY e LEOMAR ANTONIO JOHANN-.
72. REVISIONAL DE CONTRATO-0002271-35.2011.8.16.0079-JOSE ALUIZIO GERALDO JUNIOR x BANCO GMAC LEASING-(Manifeste-se a parte autora ante a contestação e documentos apresentada as fls.102/137.) -Advs. ALEXANDRE MAFFISSONI, ALEXANDRE NELSON FERRAZ e VALERIA CARAMURU CICARELLI-.
73. AÇÃO ORDINÁRIA-0002457-58.2011.8.16.0079-VILMAR PAIXÃO x BANCO VOLKSWAGEM S/A-(Ante a contestação apresentada as fls.62/116, manifeste-se a parte exequente.) -Advs. DELOMAR SOARES GODOI, JEOVANE CORREA DA SILVA, CELITO LUCAS e MARILI DA LUZ RIBEIRO TABORDA-.
74. DECLARATORIA-0002507-84.2011.8.16.0079-TEREZINHA QUOOS DUARTE x BRASIL TELECOM S/A-(Manifeste-se a parte exequente ante a contestação apresentada bem como documentos as fls.114/189.) -Advs. FLAVIO ANTONIO ROMANI, WALTER LUIZ DAL MOLIN, CARLOS ALBERTO ROMANI, JOSIANE BORGES PRADO e MICHELLY ALBERTI-.
75. BENEFICIO PREVIDENCIARIO-0002598-77.2011.8.16.0079-LINDOMIR CHARNOSKI x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-(Ante a contestação apresentada as fls.38/45, manifeste-se a parte exequente.) -Advs. HALL & VICENSI ADVOGADOS ASSOCIADOS e ALVARO JOSE GUEDES RIBEIRO-.
76. AÇÃO DE COBRANÇA-0002628-15.2011.8.16.0079-DELAIR JOSE BIAVA x BOLICHE VIZI BOWL LTDA - ME e outros-"(fls.125) - Ciente do agravo de instrumento interposto, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Segue anexo, para fins de juntada aos autos, o oficio prestando as informações requisitadas, assinado digitalmente, que deve ser encaminhado pelo cartório imediatamente ao Egrégio Tribunal de Justiça atraves do Sistema Mensageiro. Int." -Advs. SILVIA LARA DUARTE PAGNONCELLI e MARILIA AZAMBUJA DE PAULA PIOVESAN-.
77. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0002656-80.2011.8.16.0079-VILSON DE PARIS x CONSORCIO FIPAL-(Ante a contestação apresentada as fls.43/100, manifeste-se a parte autora.) -Advs. JOCELANI PINZON, LEANDRO PIEREZAN e FRANCIELO BINSFELD-.
78. AÇÃO DE COBRANÇA-0002692-25.2011.8.16.0079-AMAURI DA CUNHA x BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS-"(fls.54) ...IV - Após, esclareçam as partes a possibilidade de conciliação, bem como as provas que efetivamente pretendem produzir, em 10 (dez) dias. Int." -Advs. ADAO FERNANDES DA SILVA e JOSE FERNANDO VIALLE-.
79. BENEFICIO PREVIDENCIARIO-0002698-32.2011.8.16.0079-ALVA NEVE RECHI x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-(Ante a contestação apresentada as fls.35/41, manifeste-se a parte exequente.) -Advs. ARNI DEONILDO HALL, GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI e ALVARO JOSE GUEDES RIBEIRO-.
80. EMBARGOS A EXECUCAO-0002765-94.2011.8.16.0079-OLIVA RIGON REINER e outros x GAPLAN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA-(Ante a impugnação apresentada as fls.32/46, manifeste-se a parte exequente.0 - Advs. LURDES FRANCIELE RIZZO, VALDEMIR BARSALINI, MARIA RAQUEL BELCULFINE SILVEIRA e MAURICIO CORREA-.
81. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NEGATIVA DE DÉBITO-0003205-90.2011.8.16.0079-GISELE MARISTELA FRITSCHE x BANCO CACIQUE S.A-(Ante a contestação apresentada as fls.33/57, manifeste-se a parte exequente.) -Advs. NELCINDO JOSE DE OLIVEIRA BIAVA e SIGISFREDO HOEPERS-.
82. BUSCA E APREENSAO-0003240-50.2011.8.16.0079-OMNI S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOCEMAR DAMACENO-"(fls.28) - compulsando nos autos, verifica-se que o requerido juntou instrumento de protesto em que conta a notificação pessoal do requerido (fls.16), porém deixou de juntar a prova de constituição da mora (comprovante com a assinatura do réu, fornecido pelo cartório). Desta forma, em ultima oportunidade, intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, jutne o comprovante de recebimento da notificação extrajudicial que prove a constituição válida da mora, sob pena de indeferimento (art. 284, paragrafo único do CPC). Int." -Adv. DENISE VAZQUEZ PIRES-.
83. BENEFICIO PREVIDENCIARIO-0003295-98.2011.8.16.0079-CRISPINA PACÍFICO x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-(Ante a contestação apresentada as fls.25/31, manifeste-se a parte autora.) -Advs. NEREU CARLOS MASSIGNAN, OTAVIO AUGUSTO INACIO MASSIGNAN e RODRIGO MELLO DA MOTTA LIMA-.
84. ACAO MONITORIA-0003393-83.2011.8.16.0079-ANDREA DAL BELLO ZENI x ANTÔNIO SIMÕES-(Ante a informação de fls.25 e verso, manifeste-se a parte autora.) -Adv. FABIO HILLESHEIM-.
85. ACAO MONITORIA-0003433-65.2011.8.16.0079-REICHHOLD DO BRASIL LTDA x GP MAIS FORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS E PLASTICOS LTDA-(Manifeste-se a parte exequente ante a certidão de fls.58 verso.) -Advs. ANA JUSSARA MORAIS POLANSKI e PEDRO SODRÉ HOLLAENDER-.
86. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0003569-62.2011.8.16.0079-SANDRA MARA POLTRONIERI OPPERMANN e outros x BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A-"(fls.21) - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, emende a inicial juntando cópia da certidão de Óbito de Paulo Rodolfo Oppermann. Após retornem conclusos para análise da liminar. Int." -Advs. MOACIR LUIZ GUSSO e CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY-.
87. DECLARATORIA-0003580-91.2011.8.16.0079-PEDRO DA SILVA x NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES S/A-"(fls.21 e verso) ...Apresentada respostaq, faculdo a manifestação da parte autora, em dez dias." (contestação apresentada as fls.59/87.) -Advs. CARLOS ALBERTO ROMANI, FLAVIO ANTONIO ROMANI, WALTER LUIZ DAL MOLIN e JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO-.
88. MANUTENCAO DE POSSE-0003846-78.2011.8.16.0079-ROSA BONATO DE CARVALHO E CIA LTDA ME x MUNICIPIO DE SAO JORGE DO OESTE - PR-(Recolher diligencia do Sr. Oficial de Justiça para fins de cumprimento do mandado de Citação do Requerido, no valor de R$55,50.) -Advs. SEGIO SINHORI e MOACIR LUIZ GUSSO-.
89. MANUTENCAO DE POSSE-0004006-06.2011.8.16.0079-COLINA COMERCIO DE CEREAIS LTDA x FABIO OVSIANY-(Ante a contestação apresentada as fls.128/193 bem como o agravo de instrumento de fls.194/212, manifeste-se a parte exequente.) -Advs. JOSE GUNTHER MENZ, MARCOS ODACIR ASCHIDAMINI e SILVIA LARA DUARTE PAGNONCELLI-.
90. BUSCA E APREENSAO-0004358-61.2011.8.16.0079-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x NATALINA DE FATIMA CAMBRUZZI S. DA SILVA-"(fls.28) - Intime(m)-se a(s) parte(s) autora(s) para que no prazo de 10 (dez) dias emende(m) a petição inicial, sob pena de indeferimento (art. 284, parágrafo único, do CPC), regularizando a representação processual mediante a juntada do(s) original(is) ou fotocópia(s) autenticada(s) do(s) instrumento(s) de procuração e/ou substabelecimento apresentado(s) em simples fotocópia(s). Desde já fica esclarecido que a autenticação deverá se dar por tabelião de notas, não sendo aceita por este juízo na hipótese a declaração de autenticidade feita pelo próprio advogado, uma vez que não se tratam de cópias reprográficas de peças dos autos, nem de reproduções digitalizadas (art. 364, IV e VI, do CPC). -Adv. CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN-.
91. BUSCA E APREENSAO-0004359-46.2011.8.16.0079-PANAMERICANO S/A x VIVIANE ALVES DE OLIVEIRA-"(fls.23) - Intime(m)-se a(s) parte(s) autora(s) para que no prazo de 10 (dez) dias emende(m) a petição inicial, sob pena de indeferimento (art. 284, parágrafo único, do CPC), regularizando a representação processual mediante a juntada do(s) original(is) ou fotocópia(s) autenticada(s) do(s) instrumento(s) de procuração e/ou substabelecimento apresentado(s) em simples fotocópia(s). Desde já fica esclarecido que a autenticação deverá se dar por tabelião de notas, não sendo aceita por este juízo na hipótese a declaração de autenticidade feita pelo próprio advogado, uma vez que não se tratam de cópias reprográficas de peças dos autos, nem de reproduções digitalizadas (art. 364, IV e VI, do CPC). -Adv. CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN-.
92. BUSCA E APREENSAO-0004470-30.2011.8.16.0079-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO GRANDES LAGOS DO PARANA - SICREDI x JOAO ALBERTON e outro-"(fls.27) - Intime(m)-se a(s) parte(s) autora(s) para que no prazo de 10 (dez) dias emende(m) a petição inicial, sob pena de indeferimento (art. 284, parágrafo único, do CPC), regularizando a representação processual mediante a juntada do(s) original(is) ou fotocópia(s) autenticada(s) do(s) instrumento(s) de procuração e/ou substabelecimento apresentado(s) em simples fotocópia(s). Desde já fica esclarecido que a autenticação deverá se dar por tabelião de notas, não sendo aceita por este juízo na hipótese a declaração de autenticidade feita pelo próprio advogado, uma vez que não se tratam de cópias reprográficas de peças dos autos, nem de reproduções digitalizadas (art. 364, IV e VI, do CPC). Ainda, deverá a parte autora dentro desse mesmo prazo juntar a cédula de crédito bancária original ou cópia autenticada (art. 283 do CPC), tendo em vista que a que consta dos autos está

ilegível, não sendo caso de apensamento na forma requerida à fl. 05, uma vez que é ônus da parte obter o seu desentranhamento do processo extinto para juntada no presente feito.-Adv. EDSON TOME-.
93. OBRIGACAO DE FAZER-0004481-59.2011.8.16.0079-COLINA COMERCIO DE CEREAIS LTDA x COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DUOVIZINHENSE LTDA- (A parte autora para efetuar o pagamento das custas iniciais, no prazo de trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Assim SOLICITO o recolhimento da Diligencia do Sr. Oficial de Justiça - Rogério no valor de R$37,00 mediante guia no site do Tribunal de Justiça, conforme Portaria nº.03/2011.)-Advs. JOSE GUNTHER MENZ e MARCOS ODACIR ASCHIDAMINI-.
Aux. Juramentada ROSANGELA C. ZANELLA

# FOZ DO IGUAÇU

## 1ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANA**
**RELAÇAO Nº 303/2011 - 1ª VARA CIVEL**
**JUIZ DE DIREITO - DR. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO**

**RELAÇAO Nº 303/2011 - 1ª VARA CIVEL**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADEMAR MARTINS MONTORO 0002 000523/2000
ADENICIA DE SOUZA LIMA 0014 000747/2009
ALBERTO DENIS AOKI 0002 000523/2000
ALEXANDRE BALBINO ALVES D 0001 000389/1998
ALVARO WENDHAUSEN DE ALBU 0001 000389/1998
ANA CLAUDIA FINGER 0005 000563/2006
0020 001382/2009
ANA PAULA FINGER MASCAREL 0005 000563/2006
0020 001382/2009
ANTONIO CARLOS MENDES MAT 0001 000389/1998
BEATRIZ ALVES DOS SANTOS 0014 000747/2009
BEATRIZ BERGAMINI CAVALCA 0019 001348/2009
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0012 000209/2009
CARLOS EDUARDO CARDOSO BA 0018 001123/2009
CARLOS ROBERTO GOMES SALG 0003 000396/2004
CESAR AUGUSTO DE FRANCA 0017 001037/2009
CESAR FRANÇA 0019 001348/2009
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 0018 001123/2009
CIBELE MARINI 0018 001123/2009
CLEDY GONCALVES SOARES DO 0002 000523/2000
CLEVERTON LORDANI 0008 000509/2008
CRISTOVAO COLOMBO DOS REI 0001 000389/1998
DANIEL CURI 0017 001037/2009
DANIELE RIBEIRO COSTA 0011 000125/2009
0013 000599/2009
EDILSON CHIBIAQUI 0017 001037/2009
0019 001348/2009
EDUARDO JOSE DA SILVA BRA 0002 000523/2000
EMERSON CHIBIAQUI 0017 001037/2009
EVERSON MARAN DOS SANTOS 0001 000389/1998
FABIANA CALDEIRA CARBONI 0016 001026/2009
FABIANA CAROLINA GALEAZZI 0009 000607/2008
FABIOLA CLEMENTE DE ARAUJ 0006 000698/2006
FABRICIA ARFELLI MARTINI 0001 000389/1998
FERNANDA SILVA DA SILVEIR 0017 001037/2009
FERNANDO HENRIQUE BECKER 0006 000698/2006
FLAVIO WAKIM 0002 000523/2000
GEORGE HIDAL AVERBACH 0006 000698/2006
GIOVANA CHRISTIE FAVORETT 0012 000209/2009
GUILHERME DI LUCA 0011 000125/2009
0015 000973/2009
0016 001026/2009
ILZA REGINA DEFILIPPI DIA 0019 001348/2009
IVO KRAESKI 0011 000125/2009
0016 001026/2009
JAAFAR AHMAD BARAKAT 0003 000396/2004
JACKSANDERSON FARIAS RIZA 0008 000509/2008
JACKSON ANDRE DE SA 0002 000523/2000
JACQUES NUNES ATTIE 0017 001037/2009
JANAINA BAPTISTA TENTE 0011 000125/2009
0013 000599/2009
0016 001026/2009
JEAN CARLOS MARTINS FRANC 0017 001037/2009
0019 001348/2009
JEFFERSON XAVIER DA SILVA 0018 001123/2009
JORGE AUGUSTO MATOS 0001 000389/1998
JOSE LUIZ CASTAGNA 0002 000523/2000
JOSIMAR DINIZ 0018 001123/2009
JULIANO RICARDO TOLENTINO 0005 000563/2006
0020 001382/2009
JUSILEI SOLEIDE MATICK 0006 000698/2006
KEIT VIVIANE DE SOUZA 0001 000389/1998
LEANDRO DE OLIVEIRA 0010 000945/2008
0014 000747/2009
LEANDRO DE QUADROS 0005 000563/2006
0020 001382/2009
LEONARDO DE LIMA E SILVA 0017 001037/2009
LUCIANO FERNANDES MOTTA 0004 000559/2004
MANUELA BARBOSA PEREIRA 0016 001026/2009
MARCELO RICARDO URIZZI DE 0008 000509/2008
MARCELO ZACHARIAS 0007 000098/2008
MARCELO ZANON SIMÃO 0002 000523/2000
MARCIA SATIL PARREIRA 0018 001123/2009
MARCIO RODRIGO FRIZZO 0002 000523/2000
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0012 000209/2009
MARCOS LUCIANO GOMES 0019 001348/2009
MARIANE MENEGAZZO 0011 000125/2009
MARIO MARCONDES NASCIMENT 0017 001037/2009
0019 001348/2009
MAURICIO DEFASSI 0002 000523/2000
NAJLA SILVA FARES 0002 000523/2000
NELSON LUIZ NOUVEL ALESSI 0019 001348/2009
NILTON LUIZ ANDRASCHKO 0010 000945/2008
OLDEMAR MARIANO 0002 000523/2000
PATRICIA PAMELA CORNELIO 0001 000389/1998
PLINIO RICARDO SCAPPINI J 0004 000559/2004
RAFAEL BARONI 0007 000098/2008
RAFAEL MASSIGNANI 0007 000098/2008
RICARDO JOSE MOREIRA CAMA 0001 000389/1998
ROBERTO BUSATO FILHO 0002 000523/2000
ROBERTO GREJO 0002 000523/2000
RODRIGO PELISSAO DE ALMEI 0012 000209/2009
RONEI GIACOMINI 0002 000523/2000
ROSANGELA DIAS GUERREIRO 0017 001037/2009
RUBIA ANDRADE FAGUNDES 0019 001348/2009
SORAYA DOMENICA LEITE FEI 0006 000698/2006
SUELI ROSA 0002 000523/2000
THIAGO PENAZZO LORENZO 0007 000098/2008
VAGNER DE OLIVEIRA 0014 000747/2009
VIVIANE RODRIGUES DA SILV 0006 000698/2006
WALDEMAR ERNESTO FEIERTAG 0002 000523/2000

1. COMINATORIA-389/1998-WILMA MASSAE IWASHITA x RAFAGNIN,DAMEN & CIA.LTDA.-Aos interessados, ante a avaliação no valor de R$60.233,00 (sessenta mil, duzentos e trinta e três reais).-Advs. ALVARO WENDHAUSEN DE ALBUQUERQUE, FABRICIA ARFELLI MARTINI, KEIT VIVIANE DE SOUZA, PATRICIA PAMELA CORNELIO, RICARDO JOSE MOREIRA CAMARGO, ALEXANDRE BALBINO ALVES DA SILVA, JORGE AUGUSTO MATOS, CRISTOVAO COLOMBO DOS REIS MILLER, EVERSON MARAN DOS SANTOS e ANTONIO CARLOS MENDES MATHEUS-.
2. FALENCIA-523/2000-EXPORTADORA DE MANUFATURADOS MERCURIO LTDA. x EXPORTADORA DE MANUFATURADOS MERCURIO LTDA.-Ao Sr. Administrador para comparecer em cartório para assinar o termo de quadro geral de credores.-Advs. WALDEMAR ERNESTO FEIERTAG JUNIOR, MARCELO ZANON SIMÃO, FLAVIO WAKIM, EDUARDO JOSE DA SILVA BRANDI, ROBERTO GREJO, JACKSON ANDRE DE SA, ALBERTO DENIS AOKI, JOSE LUIZ CASTAGNA, ADEMAR MARTINS MONTORO, OLDEMAR MARIANO, RONEI GIACOMINI, ROBERTO BUSATO FILHO, NAJLA SILVA FARES, CLEDY GONCALVES SOARES DOS SANTOS, MAURICIO DEFASSI, MARCIO RODRIGO FRIZZO e SUELI ROSA-.
3. SUMARIA DE COBRANCA-396/2004-QUINTINO NIERO e outros x BANCO BRADESCO S/A.-Defiro a carga dos autos por 10 (dez) dias, fls.381.-Advs. CARLOS ROBERTO GOMES SALGADO e JAAFAR AHMAD BARAKAT-.
4. RESCISAO DE CONTRATO-559/2004-RONALDO LAW e outro x FERNANDO SEBASTIAO FERRAZ e outro-Manifeste-se o exequente quanto a informação do sistema Renajud.-Advs. LUCIANO FERNANDES MOTTA e PLINIO RICARDO SCAPPINI JUNIOR-.
5. ACAO MONITORIA-563/2006-BANCO BRADESCO S/A. x CIMENTOS ITAIPU LTDA e outro-Suspendo o trâmite do feito, na forma do CN 5.8.20. Aguarde-se a manifestação da parte, sem necessidade de intimação para tanto, e mantenha-se suspenso se for juntada petição requerendo nova suspensão do feito.-Advs. JULIANO RICARDO TOLENTINO, LEANDRO DE QUADROS, ANA PAULA FINGER MASCARELLO e ANA CLAUDIA FINGER-.
6. ACAO MONITORIA-698/2006-SACOPLAS LTDA x REINALDO FERREIRA DA SILVA & CIA LTDA-Defiro o prazo de 10 (dez) dias, fls.134 (juntar aos autos comprovante da publicação do edital).-Advs. GEORGE HIDAL AVERBACH, JUSILEI SOLEIDE MATICK, FABIOLA CLEMENTE DE ARAUJO SIMAS, SORAYA DOMENICA LEITE FEITAL, VIVIANE RODRIGUES DA SILVA LAVINAS e FERNANDO HENRIQUE BECKER SILVA-.
7. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-98/2008-COMERCIAL DESTRO LTDA. x VALMIR SILVEIRA DE FREITAS ME-A(o) requerente para proceder o recolhimento das custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme Provimento nº 01/99, para o cumprimento do mandado de arresto e citação. O valor deverá ser recolhido mediante guia própria, no Banco Itaú, conta nº 00254-3, Agência 3947.-Advs. RAFAEL MASSIGNANI, RAFAEL BARONI, MARCELO ZACHARIAS e THIAGO PENAZZO LORENZO-.
8. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-509/2008-CECM-COMERCIO DE VESTUARIO COSTA OESTE DO PARANA x M.A. LOBREGAT E LOBREGAT LTDA - GRAFICA NADAI e outros-A(o) requerente para proceder o recolhimento das custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme Provimento nº 01/99, para o cumprimento do

mandado de penhora e intimação. O valor deverá ser recolhido mediante guia própria, no Banco Itaú, conta nº 00254-3, Agência 3947.-Advs. MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA, CLEVERTON LORDANI e JACKSANDERSON FARIAS RIZATTI-.

9. AÇÃO DE COBRANÇA-607/2008-CAIRO CAETANO DE SOUZA - PERFECTA SERV AUTOMOTIVOS x ADOLFO RUBSON BARUSSO-Defiro o pedido de fls.67. Manifeste-se pelo prosseguimento.A(o) requerente para proceder o recolhimento das custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme Provimento nº 01/99, para o cumprimento do mandado de penhora. O valor deverá ser recolhido mediante guia própria, no Banco Itaú, conta nº 00254-3, Agência 3947.-Adv. FABIANA CAROLINA GALEAZZI-.

10. ACAO MONITORIA-945/2008-BANCO HSBC BANK BRASIL S/A. - BANCO MULTIPLO x V M CHOU & CIA LTDA e outros-Manifeste-se a parte exequente sobre a exceção de pré-executividade.-Advs. NILTON LUIZ ANDRASCHKO e LEANDRO DE OLIVEIRA-.

11. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-125/2009-EDIFÍCIO RESIDENCIAL CASABLANCA x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR-N o que conceme à competência, a regra geral do art.575, inciso II do CPC não se aplica ao caso em análise, pois a ação de conhecimento tratava de direitos individuais homogêneos, tendo por autor o Ministério Público na defesa dos direitos dos consumidores, incidindo, no caso, o artigo 98, §2°, do Código de Defesa do Consumidor. A rigor, não há conexão, pois a Ação Civil Pública já foi julgada, bem como porque se está a tratar apenas de cumprimento de sentença proferida em ação coletiva. Não há a alegada ofensa à coisa julgada. A execução individual da sentença coletiva estava suspensa em razão de antecipação de tutela concedida em ação rescisória. Posteriormente a ação rescisória foi julgada improcedente, cessando os efeitos da decisão que impedia o ajuizamento das execuções individuais. Não se aplica ao caso a limitação de um ano mencionada pela executada. A decisão mencionou expressamente que os exeqüentes estavam impossibilitados de ajuizar a execução em razão da antecipação de tutela concedida em ação rescisória. De qualquer forma a fluência do prazo não significa que não possam os consumidores executar o julgado. Há aí legitimidade concorrente. Quanto à questão das faturas e cálculos, tem-se que a executada, de forma injustificada, deixou de apresentar o histórico de consumo ou documento equivalente, com a informação sobre os pagamentos realizados pelos exeqüentes a título de tarifa de esgoto, no período compreendido na sentença da ação coletiva. Não é factível que, mesmo tendo ciência do curso da ação civil pública, cuja sentença foi mantida em segunda instância, não tenha a executada guardado em seus bancos de dados as informações requisitadas pelo Juízo. Não arquivou tais informações e documentos possivelmente para dificultar as execuções individuais. No entanto, seja qual for o motivo, aplica-se ao caso o que dispõe o §2° do artigo 475-B do Código de Processo Civil, reputando-se corretos os cálculos apresentados, conforme decisão de liquidação de fls. 118, com as modificações do Acórdão de fls.155. Em outro aspecto, não se trata de prova impossível, tais informações estavam em sua disponibilidade, bem como a informação de data de ligação no sistema. Não pode a executada se escudar em alegação de que os exeqüentes não apresentaram tais informações e nem afirmar que não realizaram pagamentos, sem demonstrar que não havia ligação das residências ao sistema de distribuição e coleta de água e esgoto. Os juros são de 0,5% até a vigência do novo Código Civil e 1% a partir de então. Não há violação ao princípio dispositivo, pois a incidência de juros legais independe de pedido da parte. A liquidação necessária é aquela prevista no artigo 475-B do Código de Processo Civil, realizada por meros cálculos aritméticos, despicienda a comprovação de qualquer outro fato novo. Acolher a tese do executado seria premiar o formalismo processual e criar nova fase processual que, além de totalmente desnecessária, serviria apenas para procrastinar o reconhecimento do direito da parte exeqüente. O título, outrossim, é exigível. A ação rescisória foi julgada improcedente e não há recurso interposto com efeito suspensivo. Por evidente que a improcedência do pedido na ação rescisória toma sem efeito a antecipação de tutela lá concedida. A questão já foi objeto de recurso em processo que tramitou na 4ª Vara Cível desta Comarca: TJPR, Agravo de Instrumento n° 450.230-1, 5ª C.Cível, Relator Des. Luiz Mateus de Lima, j.30.10.2007. Não houve prescrição. A natureza jurídica da tarifa de coleta de esgoto não é tributária. Assim, aplica-se o prazo prescricional de 20 anos, reduzidos para 10 anos com a vigência do novo Código Civil, com início a partir de sua vigência (CC, art. 205 e art.2.028). Deve-se observar, ainda, que os exeqüentes estavam impossibilitados de ajuizar a execução em razão da antecipação de tutela concedida em ação rescisória, o que não mais ocorre. Não incide, assim, por evidente, o artigo 27 do CDC no caso em análise. A execução, outrossim, não é provisória e sim definitiva, pois a pendência de recurso de agravo de instrumento em recurso especial interposto de Acórdão que julgou improcedente ação rescisória não retira o caráter de definitividade da execução. A alegação de excesso de execução é improcedente, mesmo porque, conforme explicitado, aplica-se ao caso o artigo 475-B, §2° do Código de Processo Civil, além do que a planilha de cálculo está de acordo com as alterações tarifárias e a média de consumo mensal, conforme estabeleceu a decisão de liquidação. Diante do exposto, julgo improcedente o pedido formulado na impugnação ao título, nos termos da fundamentação. Condeno a executada no pagamento das custas do cumprimento de sentença coletiva e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da execução. Acresça-se a multa de 10% sobre o valor da execução, antes da incidência dos honorários advocatícios, ante reiteradas decisões do TJPR sobre sua aplicabilidade ao caso em análise.-Advs. JANAINA BAPTISTA TENTE, MARIANE MENEGAZZO, DANIELE RIBEIRO COSTA, GUILHERME DI LUCA e IVO KRAESKI-.

12. ACAO MONITORIA-209/2009-BANCO ITAU S.A. x ENACEX - EMPRESA NACIONAL EXPORTADORA DE ARMARINHOS LTDA.- Defiro a carga dos autos por 10 (dez) dias.-Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO e RODRIGO PELISSAO DE ALMEIDA-.

13. SUMARIA-599/2009-ALESSANDRO DE ARAUJO x CREDI-21 PARTICIPAÇÕES LTDA.-Manifeste-se o exequente sobre o depósito efetibado nos autos.-Advs. DANIELE RIBEIRO COSTA e JANAINA BAPTISTA TENTE-.

14. INDENIZACAO-0015856-78.2009.8.16.0030-ROTAVIO NAPOLEAO PORTES x PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUACU-A parte autora é beneficiária da AJG. Ao arquivo.-Advs. VAGNER DE OLIVEIRA, LEANDRO DE OLIVEIRA, BEATRIZ ALVES DOS SANTOS SILVA e ADENICIA DE SOUZA LIMA-.

15. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-973/2009-ORIDES LEITAO x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR.-Manifeste-se a executada sobre a petição e documentos juntados às fls.266/268.-Adv. GUILHERME DI LUCA-.

16. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-1026/2009-DIMAS CARLOS LUCATEL e outros x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR.-1.Na forma do artigo 709 do CPC, verifica-se que a execução é movida em benefício exclusivo da parte exeqüente. Não há constrições nestes autos sobre o direito de crédito. Por essas razões, autorizo o levantamento do valor penhorado, expedindo-se, para tanto, o necessário alvará, na forma requerida, descontadas eventuais custas processuais. A parte exequente deverá, quando do levantamento, observar o parágrafo único do artigo 709, do CPC. Ciência ao interessado de que foi expedido Alvará de Autorização sob n° 598/2011, com prazo de 90 (noventa dias), o mesmo foi protocolado em data de 15/09/2011, junto ao Banco do Brasil - Fórum/Local, onde encontra-se a disposição da parte, para proceder seu devido levantamento. 2. Manifeste-se a parte exequente quanto à satisfação do crédito. Se nada for requerido, o feito será extinto.-Advs. FABIANA CALDEIRA CARBONI, MANUELA BARBOSA PEREIRA, JANAINA BAPTISTA TENTE, GUILHERME DI LUCA e IVO KRAESKI-.

17. AÇÃO ORDINÁRIA-1037/2009-ANA RODRIGUES DOS SANTOS e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A.-Manifestem-se as partes sobre a proosta de honorários periciais no valor de R$13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), no prazo de 05 (cinco) dias.-Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO, EDILSON CHIBIAQUI, EMERSON CHIBIAQUI, FERNANDA SILVA DA SILVEIRA, ROSANGELA DIAS GUERREIRO, CESAR AUGUSTO DE FRANCA, DANIEL CURI, JACQUES NUNES ATTIE e LEONARDO DE LIMA E SILVA BAGNO-.

18. SUMARIA DE COBRANCA-1123/2009-GILBERTO MOREIRA x CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S.A.-Sobre o laudo pericial, digam as partes, no prazo de dez (10) dias.-Advs. JEFFERSON XAVIER DA SILVA, JOSIMAR DINIZ, CIBELE MARINI, CARLOS EDUARDO CARDOSO BANDEIRA, MARCIA SATIL PARREIRA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

19. RESPONSABILIDADE-1348/2009-CLEIDE APARECIDA DE LIMA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A.-No curso do processo, imprescindível delimitar o lastro obrigacional, ou seja, se o contrato de seguro ou resseguro se vincula ao Sistema Financeiro de Habitação. Ainda, inarredável que se alterou substancialmente a matéria atinente à competência, com a edição da Lei n°. 12.409/2011. Referida lei entrou em vigor na data de sua publicação, ou seja, 25.05.2011. Assim, em que pese decisões do e. Tribunal acolhendo a competência da Justiça Estadual, imprescindível nova manifestação da CEF, administradora do FCVS, para informar se o presente feito encontra respaldo na nova disciplina, eis que o dispositivo dispõe sobre a assunção da obrigação. Portanto, determino seja intimada a Caixa Econômica Federal para manifestação em dez dias sobre o interesse na lide após a edição da Lei n°. 12.409/2011.-Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO, EDILSON CHIBIAQUI, ILZA REGINA DEFILIPPI DIAS, NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO, RUBIA ANDRADE FAGUNDES, CESAR FRANÇA, BEATRIZ BERGAMINI CAVALCANTE GOMES COELHO e MARCOS LUCIANO GOMES-.

20. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1382/2009-BANCO BRADESCO S.A. x ARLOS ELEODORO SEIXAS RISDEN JUNIOR-Ante o decurso do prazo de suspensao, manifeste-se o(a) exequente.-Advs. LEANDRO DE QUADROS, JULIANO RICARDO TOLENTINO, ANA PAULA FINGER MASCARELLO e ANA CLAUDIA FINGER-.

Foz do Iguaçu, 29 de setembro de 2011.
Eliane Safraider
Auxiliar Juramentada

---

**COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANA**
**RELAÇAO Nº 302/2011 - 1ª VARA CIVEL**
**JUIZ DE DIREITO - DR. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO**

**RELAÇAO Nº 302/2011 - 1ª VARA CIVEL**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANO JOSE DE OLIVEIRA 0018 000649/2009
ALESSANDRA RIBEIRO DA FON 0029 010801/2010
ANTONIO CARLOS LOPES DOS 0005 000369/2007
ANTONIO HENRIQUE MARSARO 0022 001116/2009
ANTONIO LU 0028 009796/2010
0031 017629/2010
0036 026648/2010

ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA 0014 000994/2008
BENIGNO CAVALCANTE 0038 027968/2010
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0032 021111/2010
CARLA HELIANA V. MENEGASS 0013 000831/2008
CARLOS ALBERTO NOGUEIRA D 0014 000994/2008
CARLOS ROBERTO GOMES SALG 0007 000529/2007
CARLOS WISLAND SANWAYS 0025 003801/2010
CESAR AUGUSTO TERRA 0037 027152/2010
CEZAR AUGUSTO DALLEGRAVE 0033 022662/2010
CIRO BRUNING 0029 010801/2010
CLAUDIA ELIANE LEONARDI S 0009 000895/2007
CLAUDIA LOPES BORIO 0001 000132/2007
CLECIO ALMEIDA VIANA 0025 003801/2010
CLEVERTON LORDANI 0006 000524/2007
0017 000391/2009
CRISTIAN ANDRE S. KASPER 0034 024294/2010
CRISTIANE BELLINATI GARCI 0013 000831/2008
DANIEL BATISTA DA SILVA 0024 001213/2010
DANIELE LUCCHESI FOLLE 0003 000274/2007
DANIELE RIBEIRO COSTA 0015 001044/2008
0016 000149/2009
DENER PAULO MARTINI 0009 000895/2007
DENISE FERRARINI 0004 000348/2007
DENISE REGINA FERRARINI 0021 001003/2009
DOUGLAS DOS SANTOS 0005 000369/2007
EDIO CHAVAREN 0009 000895/2007
EDSON LUIZ DE FREITAS 0020 000996/2009
EGIDIO FERNANDO ARGUELLO 0039 028341/2010
ELISABETH REGINA VENANCIO 0001 000132/2007
EMERSON L. SANTANA 0013 000831/2008
ERIKA HIKISHIMA FRAGA 0008 000641/2007
FABIA GABRIELA CORTIANO 0029 010801/2010
FABIANA APARECIDA RAMOS L 0003 000274/2007
FABRICIA ARFELLI MARTINI 0029 010801/2010
FERNANDO MASSARDO 0009 000895/2007
FLAVIANO BELINATI GARCIA 0013 000831/2008
FRANCIELE A. NATEL GLASER 0004 000348/2007
FRANCIELE MARIA GEMIN 0001 000132/2007
FRANCISCO EVANDRO DE OLIV 0031 017629/2010
0036 026648/2010
GENESIO XAVIER DA SILVA 0027 009629/2010
GEORGEA VANESSA GAIOSKI 0028 009796/2010
GILBERTO STINGLIN LOTH 0037 027152/2010
GUILHERME DI LUCA 0010 000006/2008
0035 025302/2010
IGNIS CARDOSO DOS SANT0S 0022 001116/2009
IVO KRAESKI 0010 000006/2008
0035 025302/2010
JACKSANDERSON FARIAS RIZA 0017 000391/2009
JANAINA BAPTISTA TENTE 0015 001044/2008
0016 000149/2009
JAVERT RIBEIRO DA FONSECA 0029 010801/2010
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0037 027152/2010
JOSE BRITO DE ALMEIDA SOB 0002 000185/2007
0006 000524/2007
JOSIANE BECKER 0009 000895/2007
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 0019 000900/2009
KEITY S. TROMBELI 0021 001003/2009
LAIDNEY DE L.P. OTERO 0005 000369/2007
LEANDRO VIZINTINI 0001 000132/2007
LUCIANA SEZANOWSKI MACHAD 0011 000274/2008
LUIZ CARLOS PASQUALINI 0027 009629/2010
LUIZ MARCELO SZCZEPANSKI 0034 024294/2010
MAGDA L. R. EGGER 0004 000348/2007
0021 001003/2009
MAGDA LUIZA RIGODANZO EGG 0040 028862/2010
MARCELO HENRIQUE FERREIRA 0011 000274/2008
MARCELO LOCATELLI 0013 000831/2008
MARCELO RICARDO URIZZI DE 0002 000185/2007
0006 000524/2007
0017 000391/2009
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0032 021111/2010
MARIANE MENEGAZZO 0015 001044/2008
MARIANE MENEGAZZO 0016 000149/2009
MARILI DALUZ RIBEIRO TABO 0004 000348/2007
MARILI RIBEIRO TABORDA 0040 028862/2010
MARILI R. TABORDA 0021 001003/2009
MATHEUS CAPOANI MEINE 0027 009629/2010
MICHELI GONDIM DE CASTRO 0003 000274/2007
MIEKO ITO 0003 000274/2007
MILKEN JACQUELINE C. JACO 0013 000831/2008
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0028 009796/2010
0031 017629/2010
0036 026648/2010
NEDI VALDI DAMIATI 0027 009629/2010
NELSON PASCHOALOTTO 0023 001370/2009
NEY MANDIM JUNIOR 0033 022662/2010
ROGERIO STEINEMANN DUMKE 0001 000132/2007
ROMARA COSTA BORGES DA SI 0011 000274/2008
RONALDO JOSE E SILVA 0027 009629/2010
ROSANGELA M. FONSECA 0004 000348/2007
RUBIA MARA CAMANA 0010 000006/2008
SADI MEINE 0027 009629/2010
SAMUEL PELOI JUNIOR 0007 000529/2007
SANDRA CALABRESE SIMAO 0001 000132/2007
SAVINE MERTIG MARTINS PRA 0020 000996/2009
SELMA PACIORNIK 0001 000132/2007
SERGIO BAUMANN DAS NEVES 0033 022662/2010
SILVIO RORATO 0012 000398/2008
THIAGO FERNANDO DOS SANTO 0029 010801/2010
TONI M. DE OLIVEIRA 0003 000274/2007
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIR 0028 009796/2010
0031 017629/2010
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIR 0036 026648/2010
VANISE MELGAR TALAVERA 0026 007020/2010
WELINGTON EDUARDO LUDKE 0030 011222/2010

1. DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO.-132/2007-MARIA ALVES FERREIRA x GLOBAL VILLAGE TELECOM S/A-A executada, para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o depósito do saldo no valor de R$5.127,65 (cinco mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos), sob pena de penhora.-Advs. ROGERIO STEINEMANN DUMKE, FRANCIELE MARIA GEMIN, CLAUDIA LOPES BORIO, SANDRA CALABRESE SIMAO, ELISABETH REGINA VENANCIO, LEANDRO VIZINTINI e SELMA PACIORNIK-.

2. EMBARGOS DE TERCEIRO-185/2007-ROGERIO PALAZZO PANCIER x CECM-COMERCIO DE VESTUARIO COSTA OESTE DO ESTADO D-Ao exequente para proceder o recolhimento das custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme Provimento nº 01/99, para o cumprimento do mandado de penhora e intimação. O valor deverá ser recolhido mediante guia própria, no Banco Itaú, conta nº 00254-3, Agência 3947.-Advs. JOSE BRITO DE ALMEIDA SOBRINHO e MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA-.

3. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-274/2007-BANCO HSBC BANK BRASIL S/A x MARCOS PICOLO DE CARVALHO-Ao autor, sobre a contestação e documentos com ela juntados, em dez (10) dias.-Advs. MIEKO ITO, TONI M. DE OLIVEIRA, FABIANA APARECIDA RAMOS LORUSSO, DANIELE LUCCHESI FOLLE e MICHELI GONDIM DE CASTRO-.

4. DEPOSITO-348/2007-BANCO VOLKSWAGEN S/A. ( CURITIBA) x RITA DE FATIMA CACERES-Ao credor, sobre a certidão do Oficial de Justiça de fls.150-verso: "CERTIFICO E DOU FÉ que em cumprimento ao respeitável mandado retro, dirigi-me nesta cidade e Comarca, ao endereço indicado, sito à Rua Alaíde Borges, atualmente se trata pelo nome de Rua Salgado Filho, nº 641, Três Lagoas, e ai sendo, na data abaixo, às 07:45 horas, deixei de proceder a penhora aqui determinada, uma vez que a residência encontrava-se fechada, aparentemente não tendo ninguém no momento no local. Diante do exposto, diligenciei-me na casa dos fundos do referido nº. 641, a fim de obter alguma informação, e ali fui informado pelo atual morador Sr. Setembrino da Silva Vieira, de que a executada RITA DE FÁTIMA CACERES residia no local, mas que há aproximadamente três anos atrás a mesma mudou-se do local para endereço desconhecido. Ante ao exposto devolvo o presente mandado ao cartório para os devidos fins. O referido é verdade e dou fé."-Advs. MARILI DALUZ RIBEIRO TABORDA, DENISE FERRARINI, MAGDA L. R. EGGER, FRANCIELE A. NATEL GLASER DA SILVA e ROSANGELA M. FONSECA-.

5. ACAO DE COBRANCA (RITO EXEC.)-369/2007-TEREZINHA LURDES DE OLIVEIRA BAIRROS x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A. - BANCO MULTIPLO-Intimem-se as partes, cientificando-as da baixa dos autos.-Advs. ANTONIO CARLOS LOPES DOS SANTOS, LAIDNEY DE L.P. OTERO e DOUGLAS DOS SANTOS-.

6. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-524/2007-CECM-COM.DO VESTUARIO C.OESTE DO ESTADO DO PR. x GLOBAL OPERADORA DE TURISMO LTDA. e outros-Ao exequente para proceder o recolhimento das custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme Provimento nº 01/99, para o cumprimento do mandado de penhora e intimação. O valor deverá ser recolhido mediante guia própria, no Banco Itaú, conta nº 00254-3, Agência 3947.-Advs. JOSE BRITO DE ALMEIDA SOBRINHO, MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA e CLEVERTON LORDANI-.

7. ACAO DE COBRANCA (RITO EXEC.)-529/2007-PEDRO BALISQUI e outros x BANCO HSBC-Manifestem-se os exequentes sobre a petição de fls.469/474, no prazo de cinco dias.-Advs. CARLOS ROBERTO GOMES SALGADO e SAMUEL PELOI JUNIOR-.

8. ACAO DE COBRANCA (RITO EXEC.)-641/2007-MOHAMAD FOUAD FAKIH x CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS e outro-Intimação para pagamento das custas judiciais na "fase de cumprimento de sentença", cotadas com fundamento no Item I, "processos de execução de sentença", Tabela IX, da Lei Estadual n° 13.611/2002, que importam em R$252,31(duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e um centavos).-Adv. ERIKA HIKISHIMA FRAGA-.

9. EMBARGOS A EXECUCAO-895/2007-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA S/A.- SANEPAR x FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU-Desapensar da execução fiscal, certificando lá o resultado até então. Aguardar em arquivo a manifestação da parte interessada.-Advs. DENER PAULO MARTINI, CLAUDIA ELIANE LEONARDI SARTORI, EDIO CHAVAREN, FERNANDO MASSARDO e JOSIANE BECKER-.

10. AÇÃO DE COBRANÇA-6/2008-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA S/A.- SANEPAR x FOZ MAXIMOS CAMPESTRE HOTEL LTDA - HOTEL SUIÇA e outro-A(o) requerente para proceder o recolhimento das custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme Provimento nº 01/99, para o cumprimento do mandado de penhora e intimação. O valor deverá ser recolhido mediante guia própria, no Banco Itaú, conta nº 00254-3, Agência 3947.-Advs. RUBIA MARA CAMANA, GUILHERME DI LUCA e IVO KRAESKI-.

11. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-274/2008-BANCO FINASA S/A. x ANDRE PEREIRA DA CRUZ-Se nada for requerido no prazo de dez (10) dias, arquivem-se os autos, dando baixa na distribuição.-Advs. ROMARA COSTA BORGES DA SILVA, LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO e MARCELO HENRIQUE FERREIRA SIQUEIRA MATOS-.

12. AÇÃO DE COBRANÇA-398/2008-WANTUIR ACIR DE OLIVEIRA x JAIME NAMI e outros-Ciência ao Sr. Procurador de que foi determinada a intimação pessoal da

parte, para que no prazo de 48 horas manifeste interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.-Adv. SILVIO RORATO-.

13. BUSCA E APREENSÃO-831/2008-BANCO FINASA S/A. x TERESINHA GOMES CESAR-Ao patrono do autor para retirar de cartório a Carta Precatória expedida, no prazo de 10 dias.-Advs. MARCELO LOCATELLI, EMERSON L. SANTANA, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, FLAVIANO BELINATI GARCIA PEREZ, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES e CARLA HELIANA V. MENEGASSI TANTIN-.

14. REVISIONAL DE CONTRATO-994/2008-RONALDO NOVAES SANTOS x BANCO ITAU S/A.-Apresente a parte autora o cálculo conforme sentença.-Advs. CARLOS ALBERTO NOGUEIRA DA SILVA e ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA-.

15. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-1044/2008-LUIZ ANTONIO GRANDI e outros x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA S/A. - SANEPAR-Manifestem-se os exequentes sobre a petição e documentos juntados às fls.479/492.-Advs. JANAINA BAPTISTA TENTE, MARIANE MENEGAZZO e DANIELE RIBEIRO COSTA-.

16. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-149/2009-JOÃO PEDRO DA COSTA e outros x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR-Sobre os cálculos de fls.492/504, manifeste-se a parte exequente.-Advs. JANAINA BAPTISTA TENTE, DANIELE RIBEIRO COSTA e MARIANE MENEGAZZO-.

17. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-391/2009-CECM - COMERCIO DO VESTUARIO COSTA OESTE DO ESTADO DO PARANA x MELODIA COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA. e outro-Ao credor, sobre a certidão do Oficial de Justiça de fls.101, efetuando o recolhimento da diligência faltante do Sr. Oficial de Justiça em guia propria no valor de R$113,35.-Advs. MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA, CLEVERTON LORDANI e JACKSANDERSON FARIAS RIZATTI-.

18. INVENTARIO-649/2009-MARIA BEGAIR CORDEIRO DA SILVA x ESP. WILSON JOAQUIM DA SILVA-Ciência ao Sr. Procurador de que foi determinada a intimação pessoal da parte, para que no prazo de 48 horas manifeste interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.-Adv. ADRIANO JOSE DE OLIVEIRA-.

19. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-900/2009-BANCO ITAUCARD S.A. x NOIR DE JESUS COSTA-Ao autor para retirar o oficio expedido.-Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

20. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-996/2009-HIDEO HIGASHIHARA x SANEPAR S/A - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA-Manifeste-se a parte exequente.-Advs. SAVINE MERTIG MARTINS PRADO e EDSON LUIZ DE FREITAS-.

21. DEPOSITO-1003/2009-BANCO VOLKSWAGEN S.A. x PREVENTIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA.-Manifeste-se o exequente ante o decurso do prazo sem que houvesse resposta positiva quanto ao bloqueio de valores pelo sistema Bacen-Jud 2.0.-Advs. MARILI R. TABORDA, MAGDA L. R. EGGER, KEITY S. TROMBELI e DENISE REGINA FERRARINI-.

22. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1116/2009-COOP. DE CRED. DE LIVRE ADMISSAO CATARATAS DO IGUAÇU - SICREDI x CLAUDIO HUMBERTO MATTOS MUTUNAGA-Manifeste-se o exequente no Juízo Deprecante conforme ofício recebido neste Juízo, juntado às fls.55, a seguir transcrito: "Pelo presente, a fim de instruir os autos de CARTA PRECATORIA n.º 048.01.2011.002245-0, que tramita perante este Juízo e Cartório do Segundo Ofício Cível da Comarca de Atibaia, informo a Vossa Excelência que a Deprecata foi distribuída a este juízo em 22/02/2011 e que não houve recolhimento das diligências do oficial de justiça, no valor de R$48,32 (quarenta e oito reais e trinta e dois centavos), referente a duas diligências para cumprimento da citação e penhora, necessárias à consecução do ato. Solicito de Vossa Excelência as providências necessárias no sentindo de INTIMAR o autor para recolhimento da diligência do oficial de justiça, sob pena de devolução da Carta Precatória sem cumprimento."-Advs. ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR e IGNIS CARDOSO DOS SANT0S-.

23. DEPOSITO-1370/2009-BANCO PANAMERICANO S.A. x CARLOS DOS SANTOS-Manifeste-se o requerente, dando andamento ao feito.-Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

24. INVENTARIO-0001213-81.2010.8.16.0030-GENI SCADOLARA e outros x ESP. RENI SCANDOLARA-1. Proceda-se à avaliação dos bens do espólio, incluindo acessões. 2. O advogado de fls.54 deve juntar aos autos procuração, sendo que das menores por instrumento público. Se não juntar, a inventariante deverá promover a citação dos herdeiros, conforme já ordenado. 3. As primeiras declarações estão corretas. A partilha será feita da parte ideal que pertencia ao falecido.- Aos interessados, ante a avaliaçao no valor de R$105.400,00.-Adv. DANIEL BATISTA DA SILVA-.

25. EMBARGOS A EXECUCAO-0003801-61.2010.8.16.0030-MILTON RODRIGUES x FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU-Intimem-se as partes, cientificando-as da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se os autos. Prazo de 10 dias.-Advs. CARLOS WISLAND SANWAYS e CLECIO ALMEIDA VIANA-.

26. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0007020-82.2010.8.16.0030-SERV. NAC. DE APREND. COM. ADM. REG. NO ESTADO DO PR- SENAC-PR x ISABEL CRISTINA ROSA-Ao credor, sobre a certidão do Oficial de Justiça de fls.126: "CERTIFICO que deixei de dar cumprimento ao presente mandado, devolvendo-o em Cartório, requerendo respeitosamente que seja a parte autora intimada, para que recolha o valor correto correspondente ao presente mandado (3 endereços diferentes) conforme legislação vigente. Total do valor das diligências faltante a ser recolhida R$92,50."-Adv. VANISE MELGAR TALAVERA-.

27. AÇAO DECLARATORIA-0009629-38.2010.8.16.0030-V. R. MORESCO & CIA LTDA x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELETRICA - COPEL-Decisão mantida. Cumpriu-se o art. 526 do CPC. Aguarde-se o julgamento do recurso.-Advs. SADI MEINE, NEDI VALDI DAMIATI, MATHEUS CAPOANI MEINE, RONALDO JOSE E SILVA, LUIZ CARLOS PASQUALINI e GENESIO XAVIER DA SILVA-.

28. SUMARIA DE COBRANCA-0009796-55.2010.8.16.0030-ANGELA APARECIDA RAMAO FLORES e outros x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.-Intimação para pagamento das custas remanescentes que importam em R$931,85 (novecentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos).-Advs. TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, GEORGEA VANESSA GAIOSKI e ANTONIO LU-.

29. SUMARIA DE INDENIZACAO-0010801-15.2010.8.16.0030-TUCANO TRAVEL SERVICE LTDA x TOKYO MARINE SEGURADORA S.A-Considerando a interposição de Agravo Retido (fls.215/222), com fulcro no art. 523, parágrafo 2° do CPC, determino a manifestação da requerente, no prazo de dez (10) dias.-A requerida para proceder o recolhimento das custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme Provimento nº 01/99, para o cumprimento dos mandados de intimação. O valor deverá ser recolhido mediante guia própria, no Banco Itaú, conta nº 00254-3, Agência 3947.- A requerida para retirar a Carta Precatória Inquiritória expedida.-Advs. JAVERT RIBEIRO DA FONSECA NETO, ALESSANDRA RIBEIRO DA FONSECA, FABRICIA ARFELLI MARTINI, THIAGO FERNANDO DOS SANTOS, CIRO BRUNING e FABIA GABRIELA CORTIANO-.

30. DESPEJO-0011222-05.2010.8.16.0030-HELIO SERGIO KLAUC x ELOI BECKHAUSER E CIA LTDA-Ao requerido para retirar o oficio expedido.-Adv. WELINGTON EDUARDO LUDKE-.

31. SUMARIA DE COBRANCA-0017629-27.2010.8.16.0030-JANIO FERNANDES DOS SANTOS x CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A.-A manutenção da decisão agravada é medida que se impõe, mesmo porque não houve qualquer alteração fática que justificasse a revogação. Aguarde-se eventual pedido de informações.-Advs. FRANCISCO EVANDRO DE OLIVEIRA, ANTONIO LU, TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

32. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0021111-80.2010.8.16.0030-BANCO ITAU S/A x PIZZARIA PIRES LTDA. e outro-Concedo o prazo de trinta (30) dias.-Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

33. REPARACAO DE DANOS-0022662-95.2010.8.16.0030-MARCIO JOSE GONÇALVES x CARLOS EDUARDO PINHEIRO DINIZ e outro-Às partes para apresentação de alegações finais, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, iniciando-se pela parte requerente.-Advs. CEZAR AUGUSTO DALLEGRAVE GRUBER, NEY MANDIM JUNIOR e SERGIO BAUMANN DAS NEVES-.

34. REVISIONAL DE CONTRATO-0024294-59.2010.8.16.0030-ERASMO TEIXEIRA COSTA x BANCO FINASA BMC S.A.-Ao autor, sobre a contestação e documentos com ela juntados, em dez (10) dias.-Advs. CRISTIAN ANDRE S. KASPER e LUIZ MARCELO SZCZEPANSKI-.

35. SUMARIA-0025302-71.2010.8.16.0030-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR. x ARLINDO ALAMINI e outro-Manifestem-se as partes sobre a proposta de honorários periciais no valor de R$1.500,00(um mil e quinhentos reais), no prazo de 05 (cinco) dias.-A(o) requerente para proceder o recolhimento das custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme Provimento nº 01/99, para o cumprimento do mandado de citação. O valor deverá ser recolhido mediante guia própria, no Banco Itaú, conta nº 00254-3, Agência 3947.-Advs. GUILHERME DI LUCA e IVO KRAESKI-.

36. SUMARIA DE COBRANCA-0026648-57.2010.8.16.0030-CRISTINA PORTILLO PACHECO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.-A manutenção da decisão agravada é medida que se impõe, mesmo porque não houve qualquer alteração fática que justificasse a revogação. Aguarde-se eventual pedido de informações.-Advs. FRANCISCO EVANDRO DE OLIVEIRA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, ANTONIO LU e TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH-.

37. DEPOSITO-0027152-63.2010.8.16.0030-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. x PEDRO PLAU DA SILVA-A(o) requerente para proceder o recolhimento das custas do Sr. Oficial de Justiça, conforme Provimento nº 01/99, para o cumprimento do mandado de citação. O valor deverá ser recolhido mediante guia própria, no Banco Itaú, conta nº 00254-3, Agência 3947.-Advs. CESAR AUGUSTO TERRA, GILBERTO STINGLIN LOTH e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.

38. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0027968-45.2010.8.16.0030-CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA. x BENIGNO CAVALCANTE-Ciência a parte executada de que foi efetivada a penhora de valores, conforme termo de conversão do depósito em penhora de fls.83, via BacenJud, no valor de R$1.795,36 (Um mil, setecentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos).-Adv. BENIGNO CAVALCANTE-.

39. ORDINARIA-0028341-76.2010.8.16.0030-JORGE ALVES DE OLIVEIRA x ABC PRIMO ROSSI ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA.-A parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, junte o contrato de consórcio n.º 00278435.-Adv. EGIDIO FERNANDO ARGUELLO JUNIOR-.

40. BUSCA E APREENSÃO FIDUCIÁRIA-0028862-21.2010.8.16.0030-BANCO VOLKSWAGEM S/A x VALCIR ANTONIO FONTANA - ME-Este feito já foi extinto, fls.45/46.-Advs. MARILI RIBEIRO TABORDA e MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER-.

Foz do Iguaçu, 29 de setembro de 2011.
Eliane Safraider
Auxiliar Juramentada

## 2ª VARA CÍVEL

**JUIZ DE DIREITO DR.GABRIEL LEONARDO S. DE QUADROS**

**RELAÇÃO N.º 407/2011 - 2ª VARA CIVEL**

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADENICIA DE SOUZA LIMA 00004 000548/2002
ALESSANDRO TAKEO PEREIRA SHIRAYAMA 00022 001416/2010
ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO 00024 000195/2011
ANA JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA 00013 000444/2008
ANA PAULA MICHELS OSTROVSKI 00017 000316/2009
ANTONIO AMADEU PALAZZO 00025 000209/2011
ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA 00024 000195/2011
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR 00023 000082/2011
ARIANE DIAS TEIXEIRA LEITE DA MOTTA 00008 000543/2005
BEATRIZ ALVES DOS SANTOS SILVA 00004 000548/2002
BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ 00011 000271/2007
BRUNO RODRIGO LICHTNOW 00027 000393/2011
CARLOS HENRIQUE ROCHA 00019 000149/2010
CARLOS ROBERTO GOMES SALGADO 00011 000271/2007
CESAR AUGUSTO DE FRANÇA 00018 001420/2009
DANIEL FERNANDES APOLINARIO 00009 000613/2006
DANIELLE RIBEIRO 00019 000149/2010
00029 000718/2000
EDILSON CHIBIAQUI 00018 001420/2009
ELIANE DAVILLA SAVIO 00008 000543/2005
ELIZANGELA DAHMER PEREIRA 00020 000493/2010
ELIZEU LUIZ TOPOROSKI 00001 000829/1996
EMERSON CHIBIAQUI 00018 001420/2009
FABIANA CALDEIRA CARBONI 00010 000247/2007
FERNANDA CORONADO F. MARQUES 00013 000444/2008
GUILHERME DI LUCA 00028 000599/2011
HIRAN JOSE DENES VIDAL 00002 000092/2000
IGNIS CARDOSO DOS SANTOS 00023 000082/2011
IVO KRAESKI 00028 000599/2011
JOAO AUGUSTO MARTINS NETO 00007 000102/2004
JOAO JORGE ZIEMANN 00022 001416/2010
JOAO LEONEL ANTOCHESKI 00009 000613/2006
JOEL KRAVTCHENKO 00002 000092/2000
JOSIMAR DINIZ 00027 000393/2011
JULIANO RICARDO TOLENTINO 00005 000342/2003
JUSILEI SOLEIDE MATICK 00009 000613/2006
KEITY SUTO TROMBELI 00016 000276/2009
KENJI D. P. HATAMOTO 00013 000444/2008
LEANDRO DE QUADROS 00005 000342/2003
LINDSAY LAGINESTRA 00009 000613/2006
LUIS OGUEDES ZAMARIAN 00015 000204/2009
MAGDA L. R. EGGER 00016 000276/2009
MARCO JULIANO FELIZARDO 00026 000282/2011
MARIANE CARDOSO MACAREVICH 00012 000936/2007
00014 000708/2008
MARIANE MACAREVICH 00001 000829/1996
MARILI R. TABORDA 00016 000276/2009
MARIO ESPEDITO OSTROVSKI 00017 000316/2009
MARIO MARCONDES NASCIMENTO 00018 001420/2009
MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI 00026 000282/2011
NELSON PASCHOALOTTO 00021 001204/2010
NILTON LUIZ ANDRASCHKO 00025 000209/2011
PAULO BITTENCOURT MARTINS DE ALMEIDA 00022 001416/2010
RICHARD RAMBO PASIN 00008 000543/2005
ROBERTO ANTONIO BUSNELLO 00003 000448/2001
RODRIGO JOSEFI MORAES DE JESUS 00005 000342/2003
ROQUE SUTIL 00009 000613/2006
ROSANGELA DA ROSA CORREA 00001 000829/1996
ROSSANDRA PAVANI NAGAI 00013 000444/2008
SERGIO BARROS DA SILVA 00027 000393/2011
SERGIO SIMÃO DIAS 00006 000775/2003
00030 000342/2003
THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS 00012 000936/2007
00014 000708/2008
WILLY COSTA DOLINSKI 00004 000548/2002

1. EXECUÇÃO - 829/1996 - 0002675-64.1996.8.16.0030- BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA x HELOISA HELENA FERRAZ PINTO e outro - Ciência ao procurador da parte autora, de que seu constituinte está sendo intimado pessoalmente a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção. Advs. MARIANE MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA e ELIZEU LUIZ TOPOROSKI.

2. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 92/2000 - 0005398-17.2000.8.16.0030 -SIEMENS LTDA x INSTITUTO DE RADIOLOGIA DE FOZ DO IGUACU e outro - Ante a negatividade dos leilões, manifestem-se as partes. Advs. JOEL KRAVTCHENKO e HIRAN JOSE DENES VIDAL.

3. IND. POR DANOS MAT. E MORAIS - 448/2001 - 0006333-23.2001.8.16.0030 - EDSON GRILLO e outro x PARKET IGUASSU - INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 409 verso, na qual, solicita o complemento da diligência no valor de R$ 43,00. Adv. ROBERTO ANTONIO BUSNELLO.

4. RESCISAO CONTRATUAL - 548/2002-MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU x COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS PRAIASERVIC LTDA - Manifeste-se o autor acerca das informações prestadas. Advs. WILLY COSTA DOLINSKI, BEATRIZ ALVES DOS SANTOS SILVA e ADENICIA DE SOUZA LIMA.

5. AÇÃO MONITÓRIA - 342/2003 - 0010306-15.2003.8.16.0030 -SUDAMERIS ADMINISTRACAO DE CARTAO DE CRED. SERV. x PENTAGIG EXP. E MANUFATURADOS LTDA - Ante a negatividade do bloqueio de valores através do sistema Bacen Jud, promova-se o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça. Advs. LEANDRO DE QUADROS, JULIANO RICARDO TOLENTINO e RODRIGO JOSEFI MORAES DE JESUS.

6. REPARACAO DE DANOS MORAIS ORDINÁRIO - 775/2003 - 0010353-86.2003.8.16.0030 -ESPOLIO DE JULIO PADILHA e outro x ESTADO DO PARANÁ - Ao réu para, em 10 (dez) dias, oferecer suas alegações finais em forma de memoriais. Adv. SERGIO SIMÃO DIAS.

7. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - 102/2004 - 0012055-33.2004.8.16.0030 - ARMINDO RODRIGUES x MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Manifeste-se sobre o depósito e acerca da satisfação do crédito, no prazo de 05 (cinco) dias, com a advertência de que, em caso de inércia, será presumida como satisfeita a pretensão. Adv. JOAO AUGUSTO MARTINS NETO.

8. INDENIZACAO POR ATO ILICITO - 543/2005 - 0014284-29.2005.8.16.0030 -EAGLE DO BRASIL COMERCIO EXTERIOR x TRES MARCO DESPACHOS ADUANEIROS e outros - Acerca do retorno da Carta Precatória, manifeste-se o autor. Advs. ARIANE DIAS TEIXEIRA LEITE DA MOTTA, ELIANE DAVILLA SAVIO e RICHARD RAMBO PASIN.

9. IND. C/C MATERIAIS E MORAIS - 613/2006 - 0015689-66.2006.8.16.0030 - JULIO CESAR ALVES x HELOISA DE FATIMA DOS SANTOS HOLM - Recebo a apelação de fls. 379/392, bem como, o recurso adesivo de fls. 396/413, em seu efeito devolutivo e suspensivo, ante o contido no art. 520, caput, do CPC. Ao apelado para responder em 15 (quinze) dias (arts. 508 e 518, do CPC). Advs. JUSILEI SOLEIDE MATICK, DANIEL FERNANDES APOLINARIO, ROQUE SUTIL, JOAO LEONEL ANTOCHESKI e LINDSAY LAGINESTRA.

10. EXECUÇÃO DE SENTENCA ARBITRAL - 247/2007 - 0014906-40.2007.8.16.0030 -INVESTFOZ ASSESSORIA IMOBILIARIA LTDA. x JAIR PEREIRA DA CRUZ - Promova o pagamento das custas de avaliação, no valor de R$ 180,48, junto ao Cartório do Distribuidor. Adv. FABIANA CALDEIRA CARBONI.

11. AÇÃO DE COBRANÇA (Ordinário) - 271/2007-HEITOR SIGAKI e outros x BANCO ITAU S/A - Mantenhoa a decisão atacada por seus próprios fundamentos nela contidos. Advs. CARLOS ROBERTO GOMES SALGADO e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ.

12. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 936/2007 - 0014952-29.2007.8.16.0030 -HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x ANARLEI RONNING - Ciência ao procurador da parte autora, de que seu constituinte está sendo intimado pessoalmente a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção. Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS.

13. AÇÃO DE COBRANÇA (Sumário) - 444/2008 - 0015863-07.2008.8.16.0030 - HELVECIO PORTO SILA JUNIOR e outro x CENTAURO VIDA E PREVID NCIA S/A - Ao requerido para que em 15 (quinze) dias, promover o depósito dos honorários do Sr. Perito, seno 5 (cinco) salários mínimos. Advs. KENJI D. P. HATAMOTO, ROSSANDRA PAVANI NAGAI, FERNANDA CORONADO F. MARQUES e ANA JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA.

14. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 708/2008 - 0015110-50.2008.8.16.0030 -HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x FABIO WESCHENFELDER - Manifeste-se a parte autora, em 05 (cinco) dias, sobre o prosseguimento do feito. Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS.

15. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 204/2009 - 0016213-58.2009.8.16.0030 -ALINDA KLEIN x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR - Ao preparo das custas processuais no valor de R$ 277,48, sendo que, R$ 217,14 refere-se as custas desta escrivania, R$ 30,25 refere-se as custas do cartório distribuidor, R$ 10,09 refere-se as custas do Sr. contador e R$ 20,00 refere-se ao funrejus. Adv. LUIS OGUEDES ZAMARIAN.

16. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA -276/2009 - 0016464-76.2009.8.16.0030 -BANCO VOLKSWAGEN S/A x OSÉIAS RODRIGUES ROCHA - Ciência ao procurador da parte autora, de que seu constituinte está sendo intimado pessoalmente a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção. Advs. MARILI R. TABORDA, MAGDA L. R. EGGER e KEITY SUTO TROMBELI.

17. ARROLAMENTO - Sumario - 316/2009 - 0017802-85.2009.8.16.0030 - SOFIA CIUZ KOELBL e outros x ESPOLIO DE FRANCISCO KOELBL - Ciência ao procurador da parte autora, de que seu constituinte está sendo intimado pessoalmente a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção. Advs. MARIO ESPEDITO OSTROVSKI e ANA PAULA MICHELS OSTROVSKI.

18. RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL - 1420/2009 - 0017602-78.2009.8.16.0030 -ANTONINHO GRANELLA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A - Nomeio perito judicial o engenheiro civil Cássio Roberto Pereira Modotte. independentemente de compromisso. Intime-se o perito para, em 05 (cinco) dias, manifestar aceitação para o encargo e fazer sua proposta de honorários, da qual deverão as partes se manifestar no mesmo prazo. Faculto às pafles, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico. O Perito deverá informar o Juízo da data, horário e local de realização da perícia, para que sejam intimadas as partes, em conformidade com o artigo 431- A do Código de Processo Civil.
O laudo deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias da realização da perícia, a qual deverá ser designada dentro do prazo de 30 (trinta) dias da concordância das partes com o valor dos honorários. Ciência às partes acerca do valor requereido

pelo Sr. Perito R$ 18.480,00. Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, EDILSON CHIBIAQUI, EMERSON CHIBIAQUI e CESAR AUGUSTO DE FRANÇA.
19. INDENIZACAO POR DANOS MORAIS - 149/2010 - 0003387-63.2010.8.16.0030 -DANIEL MARQUES DA ROSA x MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Ciente do agravo interposto, entretanto mantenho a decisão por seus próprios fundamentos. No mais, aguarde-se o julgamento do agravo. Advs. CARLOS HENRIQUE ROCHA e DANIELLE RIBEIRO.
20. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 493/2010 - 0009252-67.2010.8.16.0030 - DARLI MARQUES x VERA RUCHDIE BARAKAT - Acerca do pedido de fls. 100/102, manifeste-se o exequente no prazo de 05 (cinco) dias. Adv. ELIZANGELA DAHMER PEREIRA.
21. ACÃO DE DEPOSITO - 1204/2010 - 0023720-36.2010.8.16.0030- PANAMERICANO S/A x ADEMILSON ARRUDA DO NASCIMENTO - ...Se o réu preso, quando pessoalmente citado, deixar de manifestar-se nos autos constituindo patrono para realizar sua defesa, caberá ao juiz nomear curador especial para que o faça, a fim de possibilitar a ampla defesa do demandado, corolário do devido processo legal, consoante inteligência do artigo 9º, inciso II, do Código de Processo Civil. A inércia do requerido não pode gerar os efeitos da revelia, uma vez que, por mais que tenha sido citado, não pode deligenciar a fim de restituir o veículo ao requerente, bem como produzir as provas necessárias a comprovar, eventualmente, a improcedencia da petição inicial da parte contrária. Conforme abalizada doutrina, não se pode punir aquele que não pode se defender do mesmo modo que aquele que optou por não se defender, incidindo também sobre aquele os efeitos da revelia. Ainda que prevaleça do processo civil o princípio da verdade formal, é necessário que se abra às partes a possibilidade de produzirem as provas que julgarem úteis, desde que relevantes e pertinentes. Em face do exposto, realize-se contato telefônico com a PEF II, solicitando informações acerca da subsistência ou não da custódia do requerido naquele ergástulo público mediante certidão nos autos. Adv. NELSON PASCHOALOTTO.
22. MANDADO DE SEGURANÇA - 1416/2010 - 0028870-95.2010.8.16.0030 - SAMANTHA ZIEMANN DE SOUZA LIMA x PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUACU - ...Em face do exposto, concedo a segurança ora pleiteada por Samantha Ziemman de Souza Lima, para conformar a liminar que determinou que a Autoridade Coatora, prorrogasse, por mais 60 (sessenta) dias, a licença-maternidade dqa impetrante, cujo prazo deve ser contado da partir do final dos 120 (cento e vinte) dias de licença já concedidos. Condeno, outrossim, a autoridade coatora ao pagamento das custas processuais. Decorrido o prazo recursal voluntário, encaminhe-se os autos à apreciação do Egrégio Tribunal de justiça do Estado do Paraná. Advs. JOAO JORGE ZIEMANN, ALESSANDRO TAKEO PEREIRA SHIRAYAMA e PAULO BITTENCOURT MARTINS DE ALMEIDA.
23. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 82/2011 - 0002170-48.2011.8.16.0030 -COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR x ARI ORTEGA e outro - Manifeste-se a parte autora acerca da petição de fls. 45/46, no prazo de 10 (dez) dias. Advs. IGNIS CARDOSO DOS SANTOS e ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR.
24. ACAO ORDINARIA - 195/2011 - 0004954-95.2011.8.16.0030 -MARIA MENDES PINHEIRO x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Ao requerido para promover a remessa do(s) ofício(s). Advs. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO.
25. INVENTARIO - 209/2011 - 0005205-16.2011.8.16.0030 -JOSE LIBERO BENEDET x ESPOLIO DE ALVINA ZILLI BENEDET e outro - À inventariante para que, no prazo de 10 (dez) dias, acoste aos autos: a) certidão do Município negativa de tributos dos bens do espólio e sua renda; b) plano de partilha do valor depositado ás fls. 80/81; e, c) comprovante de recolhimento do ITCMD devido. Advs. ANTONIO AMADEU PALAZZO e NILTON LUIZ ANDRASCHKO.
26. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 282/2011 - 0006929-55.2011.8.16.0030 -PARANA BANCO S/A x MARCELO MARTINS PICKLER - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 46, na qual consta que, deixou de proceder a citação do executado tendo em vista que o mesmo não reside mais no local indicado. Advs. MARCO JULIANO FELIZARDO e MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI.
27. RECLAMACAO TRABALHISTA - 393/2011- 0009707-95.2011.8.16.0030 - ITELMO GERMANO DERE x MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Á parte autora se manifestar acerca da contestação apresentada e documentos que a instruem. Advs. JOSIMAR DINIZ, SERGIO BARROS DA SILVA e BRUNO RODRIGO LICHTNOW.
28. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 599/2011 - 0014547-51.2011.8.16.0030 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Ante a apresentação de impugnação pelo embargado, ao embargante para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, inclusive indicando as provas que efetivamente pretende produzir, justificando sua finalidade. Advs. GUILHERME DI LUCA e IVO KRAESKI.
29. EXECUÇÃO FISCAL - 718/2000-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU x LUIZ ALFREDO BERLIM (WORLD LANCHES RESTAURANTE) - Ao signatário às fls. 114, para, em 05 (cinco) dias, subscrever a petição. Adv. DANIELLE RIBEIRO.
30. EXECUÇÃO FISCAL - 342/2003-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x COMERCIAL DESTRO LTDA - Ao signatário às fls. 351, para, em 05 (cinco) dias, subscrever a petição. Adv. SERGIO SIMÃO DIAS.

FOZ DO IGUAÇU, 29 de Setembro de 2011
ANGELA MARIA FRANCISCO
ESCRIVÃ

**COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ**
**JUIZ DE DIREITO DR.GABRIEL LEONARDO S. DE QUADROS**

**RELAÇÃO N.º 409/2011 - 2ª VARA CIVEL**

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADELINO MARCON 00003 000468/2003
ADENICIA DE SOUZA LIMA 00001 000050/1996
00017 000586/2009
ADRIANA BITTENCOURT PEREIRA LOPEZ HEREK 00020 000213/2010
ADRIANA DE OLIVEIRA VASCONCELLOS 00045 000892/2011
ADRIANO MUNIZ REBELLO 00003 000468/2003
ALACIR BORGES 00056 000091/2010
ALANE RODRIGUES DA SILVA 00019 001242/2009
ALESSANDRO ALCINO DA SILVA 00016 000545/2009
ALEXANDRE N. FERRAZ 00013 000901/2008
AMANDA GIMENES DE C. COUTINHO 00021 000775/2010
00023 000967/2010
ANA CHRISTINA HELBLING VIDAL 00001 000050/1996
ANA CLAUDIA FINGER 00044 000829/2011
ANA LUCIA FRANCA 00014 000189/2009
00017 000586/2009
ANA PAULA FINGER MARCARELLO 00044 000829/2011
ANA PAULA MICHELS OSTROVSKI 00017 000586/2009
ANDRE RIBAS DE ALMEIDA 00056 000091/2010
ANELICE DE SAMPAIO 00035 000511/2011
ANGELA PEREIRA DALBOSCO 00032 000389/2011
ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI 00043 000816/2011
ANTONIO CARLOS S. KUHN 00040 000669/2011
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR 00012 000680/2008
00024 001115/2010
ARMANDO LUIZ MARCON 00003 000468/2003
BLAS GOMM FILHO 00006 000402/2007
00014 000189/2009
00017 000586/2009
BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ 00037 000628/2011
BRUNO RODRIGO LICHTNOW 00028 001522/2010
CARLA REGINA KALONKI 00033 000390/2011
CARLOS HENRIQUE ROCHA 00004 000081/2007
CELIO DA LUZ PIRES 00001 000050/1996
CIBELE RAPIS 00058 000104/2011
CLAUDIO CESAR DA CUNHA 00022 000902/2010
CLESTON JIMENES CARDOSO 00058 000104/2011
CâNDICE HELENA MACHADO BERTIN POLICENO 00010 000548/2008
DALVA DE SOUZA ABONDANZA 00001 000050/1996
DANIELE RIBEIRO COSTA 00016 000545/2009
DANIELLE RIBEIRO 00048 000977/2011
DEBORAH GUIMARÃES 00058 000104/2011
EDEMILSON KOJI MOTODA 00031 000266/2011
EDINALDO BESERRA 00046 000924/2011
ELIZANGELA DAHMER PEREIRA 00051 001116/2011
ERIKA SHIMAKOISHI 00033 000390/2011
EVERALDO LARSSEN 00041 000801/2011
FABIANA NAWATE MIYATA 00042 000808/2011
FABIANA SILVEIRA 00053 001120/2011
FABIOLA BUNGENSTAB LAVINICKI 00002 000135/1997
FERNANDA DE SOUZA FREITAS 00029 000162/2011
00032 000389/2011
GIANIZE GALEANO 00026 001492/2010
GUILHERME DI LUCA 00015 000484/2009
00016 000545/2009
IAN ANDERSON S. M. DE SOUZA 00035 000511/2011
IGNIS CARDOSO DOS SANTOS 00012 000680/2008
00024 001115/2010
IVERALDO NEVES 00041 000801/2011
IVILIM KOELBL 00017 000586/2009
JAIR ANTONIO WIEBELLING 00005 000332/2007
JANAINA BAPTISTA TENTE 00015 000484/2009
00016 000545/2009
JANYTO OLIVEIRA SOBRAL DO BOMFIM 00001 000050/1996
JOAO VLADIMIR VILAND POLICENO 00010 000548/2008
JOSE ELI SALAMACHA 00033 000390/2011
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 00011 000631/2008
00023 000967/2010
00052 001119/2011
JULIANO RICARDO TOLENTINO 00044 000829/2011
JULIO CESAR DALMOLIN 00005 000332/2007
KATHLEEN SCHOLZE 00014 000189/2009
KELLY MARINA CAMPOS 00027 001511/2010
KELYN CRISTINA TRENTO 00017 000586/2009
LEANDRO DE OLIVEIRA 00009 000432/2008
00026 001492/2010
LEANDRO DE QUADROS 00044 000829/2011
LUCIANE DE CARVALHO 00039 000644/2011
LUCIMARA ROCHA ERNLUND IEGAS 00025 001209/2010
LUIS FRANCISCO SANGALLI 00055 000174/2010
LUIZ CARLOS DE CARVALHO 00001 000050/1996
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00029 000162/2011
00047 000929/2011
00049 001112/2011
LUIZ HENRIQUE MENSCHI GARCIA 00058 000104/2011

MAGDA L. R. EGGER 00045 000892/2011
MARCEL RODRIGO ALEXANDRINO 00014 000189/2009
MARCIA L. GUND 00005 000332/2007
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00052 001119/2011
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 00037 000628/2011
MARCOS JOSE CHECHELAKY 00017 000586/2009
MARCOS JOSÉ OLIVEIRA ZAMBOLIM 00036 000558/2011
MARIANE MENEGAZZO 00016 000545/2009
MARILI R. TABORDA 00045 000892/2011
MATHEUS CAPOANI MEINE 00050 001115/2011
MONALISA MICHEL 00003 000468/2003
NEDI VALDI DAMIATI 00050 001115/2011
NILTON LUIZ ANDRASCHKO 00026 001492/2010
ODILTON ROGERIO PIOVESAN 00030 000214/2011
POLINA CAVAGLIERI SALDANHA DOS ANJO 00007 000799/2007
REINALDO MIRICO ARONIS 00042 000808/2011
RENATO MARTINS LOPES 00002 000135/1997
RICARDA AGNES CASTAGNARO 00019 001242/2009
RICARDO RUH 00033 000390/2011
ROBSON ANTONIO DE AGUIAR 00030 000214/2011
RODRIGO ALDERETE ONISHI 00015 000484/2009
RODRIGO RUH 00013 000901/2008
00033 000390/2011
RONIZE FANTIN 00057 000094/2011
RUTE GILL 00034 000500/2011
SADI MEINE 00050 001115/2011
SALMA ELIAS EID SERIGATO 00038 000633/2011
SERGIO SIMÃO DIAS 00002 000135/1997
00008 000168/2008
00025 001209/2010
SIDNEI SILVA PRESTES JUNIOR 00054 000243/2008
SILVIA ARRUDA GOMM 00014 000189/2009
SONNY BRASIL DE C. GUIMARAES 00058 000104/2011
SUZINAIRA DE OLIVEIRA 00033 000390/2011
VANESSA MARIA DE CASSSIA RINALDI GAYER 00018 001015/2009
VIVIANE CASTELLI 00014 000189/2009
WASHINGTON LUIZ STELLE TEIXEIRA 00019 001242/2009
00022 000902/2010
WILLIAN SIMOES 00002 000135/1997
WILLY COSTA DOLINSKI 00001 000050/1996

1. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - 50/1996 - 0002680-86.1996.8.16.0030 - NIVALDO FAGUNDES - ESPOLIO e outros x MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Às partes ante a certidão de fl. 442 que em suma: "CERTIFICO e dou fé que, nesta data extraí fotocópias de fls. 72/76 do Precatório Requisitório de nº 189613/2010 que se encontram na contra capa destes autos para fins de intimação dos Procuradores das partes para querendo se manifestarem a respeito requerendo o que de direito (artigo 162, § 4º do CPC)". Advs. WILLY COSTA DOLINSKI, JANYTO OLIVEIRA SOBRAL DO BOMFIM, CELIO DA LUZ PIRES, DALVA DE SOUZA ABONDANZA, LUIZ CARLOS DE CARVALHO, ANA CHRISTINA HELBLING VIDAL e ADENICIA DE SOUZA LIMA.
2. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 135/1997 - 0004149-36.1997.8.16.0030 -BANCO DO BRASIL S/A x JOAO APARECIDO PINHEIRO FILHO e outros - ...Isto posto, defiro o pedido de fls. 436, para determinar o levantamento da constrição sobre o valor da conta poupança de Ivete Pacote Pinheiro, indicados às fls. 437/438. No mais, ao executado para que sob as penas do art. 14, parágrafo único, e art. 601, do CPC, indique em 10 (dez) dias, onde se encontram bens passíveis de penhora (art. 656, § 1º, do CPC). Advs. FABIOLA BUNGENSTAB LAVINICKI, WILLIAN SIMOES, RENATO MARTINS LOPES e SERGIO SIMÃO DIAS.
3. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 468/2003 - 0015847-24.2006.8.16.0030 -BV FINANCEIRA S A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTI x ROSANGELA MARIA DA SILVA - Ciência ao procurador da parte autora, de que seu constituinte está sendo intimado pessoalmente a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção. Advs. ADRIANO MUNIZ REBELLO, ADELINO MARCON, ARMANDO LUIZ MARCON e MONALISA MICHEL.
4. MONITORIA - 81/2007 - 0015294-40.2007.8.16.0030 -ADHMAR ARNDT x MARISA SOARES DE MELO - Ao autor para promover a remessa do(s) ofício(s). Adv. CARLOS HENRIQUE ROCHA.
5. PRESTACAO DE CONTAS - 332/2007-BRASOESTE COMERCIO IMP.E EXP. MANUFATURADOS LTDA x BANCO DO BRASIL S/A - Ante a devolução do alvará nº 110/2011, pelo Banco do Brasil, manifeste-se a parte interessada. Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND e JULIO CESAR DALMOLIN.
6. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - 402/2007 - 0015735-21.2007.8.16.0030 - BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO PARANA S/A BADEP x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Ao autor para promover o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça, junto a conta nº 00602-3, ag. 3947 do Banco Itaú, devendo protocolar junto a este juízo 3 (três) vias devidamente autenticadas pelo referido Banco. Adv. BLAS GOMM FILHO.
7. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 799/2077 - 0015667-71.2007.8.16.0030 -BANCO DO BRASIL S/A x CLOVER EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA. e outros - Manifeste-se o interessado sobre a negatividade da constrição, bem como, sobre o prosseguimento do feito. Adv. POLINA CAVAGLIERI SALDANHA DOS ANJO.
8. INDENIZACAO - 168/2008-JERONIMO DAVALOS x ESTADO DO PARANÁ - Ao réu para, em 10 (dez) dias, oferecer suas alegações finais em forma de memoriais. Adv. SERGIO SIMÃO DIAS.
9. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - 432/2008 - 0016048-45.2008.8.16.0030 - HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x VALMIR SILVEIRA DE FREITAS - Promova-se a complementação da diligência do Sr. Oficial de Justiça, conforme certidão de fls. 92 verso, no valor de R$ 43,00. Adv. LEANDRO DE OLIVEIRA.
10. INVENTARIO NEGATIVO - 548/2008 - 0015193-66.2008.8.16.0030 -ZENILDA BERTOLDO e outros x O JUÍZO - Sobre o prosseguimento do feito, manifeste-se a parte autora. Advs. JOAO VLADIMIR VILAND POLICENO e CâNDICE HELENA MACHADO BERTIN POLICENO.
11. ACÃO DE DEPOSITO -631/2008 - 0016022-47.2008.8.16.0030 -BANCO ITAU S/A x CLEONICE DE GODOY - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 89, sendo negativa a citação, por não residir no local. Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN.
12. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 680/2008 - 0014813-43.2008.8.16.0030 -COOP. DE CRED. DE LIVRE ADMISS O CATARATAS DO IGUA x F. SOUZA CARTOES e outro - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 116. Advs. IGNIS CARDOSO DOS SANTOS e ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR.
13. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 901/2008 - 0015107-95.2008.8.16.0030 -FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NAO PADRONIZADOS AMÉRICA MULTICARTEIRA - FUNDO AMÉRICA x CLAUDIA APARECIDA DOS SANTOS - Ao autor, para comprovar a remessa do(s) ofício(s). Advs. RODRIGO RUH e ALEXANDRE N. FERRAZ.
14. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 189/2009 - 0016098-37.2009.8.16.0030 -FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NAO-PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA x ELSIONE FRITZEN - Sobre o prosseguimento do feito, manifeste-se a parte autora. Advs. BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANCA, SILVIA ARRUDA GOMM, VIVIANE CASTELLI, KATHLEEN SCHOLZE e MARCEL RODRIGO ALEXANDRINO.
15. IMPUGNACAO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA - 484/2009 - 0016119-13.2009.8.16.0030 -COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR x CLEOFE SEGOVIA DE ACUNA e outros - Indefiro a impugnação apresnetada pelo executado às fls., eis que a planilha que a instrui não apta para infirmar o cálculo da contadoria judicial, pois aplica juros de 0.5% a.m. durante todo o período, o que não é admissível, eis que com o advento do novo Código Civil restou estabelecido, no artigo 406, que nova taxa de juros legais é de 1% a.m., o que tem aplicação imediata. Assim, ao requerido para, em 15 (quinze) dias efetuar o depósito do valor indicado pelo Sr. Contador, devidamente atualizado, sob pena de constrição on line. Advs. GUILHERME DI LUCA, JANAINA BAPTISTA TENTE e RODRIGO ALDERETE ONISHI.
16. RESTITUICAO - 545/2009 - 0018166-57.2009.8.16.0030 -JOANITA NEVES DA SILVA ROCHA e outros x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR - Considerando que o presente feito dispensa a produção de outras provas. Ao preparo das custas processuais no valor de R$ 328,24, sendo que, R$ 267,90 refere-se as custas desta escriania, R$ 30,25 refere-se as custas do catório distribuidor, R$ 10,09 refere-se as custas do Sr. contador e R$ 20,00 refere-se ao funrejus. Advs. JANAINA BAPTISTA TENTE, MARIANE MENEGAZZO, DANIELE RIBEIRO COSTA, ALESSANDRO ALCINO DA SILVA e GUILHERME DI LUCA.
17. DECLARATÓRIA - (Ordinária) - 586/2009 - 0018227-15.2009.8.16.0030 -LUIZ CARLOS TEIXEIRA x PARANA BANCO S/A e outros - Recebo as presentes apelações em seus efeitos devolutivo e suspensivo, ante o contido no art. 520, caput, do CPC. Aos apelados para responderem em 15 (quinze) dias (arts. 508 e 518, do CPC). Advs. KELYN CRISTINA TRENTO, MARCOS JOSE CHECHELAKY, IVILIM KOELBL, BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANCA, ADENICIA DE SOUZA LIMA e ANA PAULA MICHELS OSTROVSKI.
18. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1015/2009 - 0016922-93.2009.8.16.0030 -COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO CATARATAS DO IGUAÇU - SICREDI CATARATAS DO IGUAÇU x NELSON RUBENS SACCOMORI e outro - Em substituição, nomeio a Dra. Vanessa Maria de Cássia Rinaldi Gayer Mossane, para funcionar como curadora, o que faço com fulcro no art. 9º, inciso II, do CPC. À curadora nomeada para acompanhar o feito e, querendo oferecer embargos ou exceção no prazo legal, nem que seja por negativa geral. Adv. VANESSA MARIA DE CASSSIA RINALDI GAYER.
19. AÇÃO DE COBRANÇA (Sumário) - 1242/2009 - 0016033-42.2009.8.16.0030 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE ITAIGUAPY x LILIAN MERCEDES PALMA - ...Em face ao exposto e mais o que dos autos constam, julgo PROCEDENTE o pedido para CONDENAR a requerida Lilian Mercedes Palma, ao pagamento da improcedência de R$ 10.685,52 (dez mil, seiscentos e oitenta e cinco reais cinquenta e dois centavos), corrigida monetariamente, a partir do ajuizamento do pedido, pela média aritimética do INPC e IGP-DI, acrescida, ainda, de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, (art. 406 do Código Civil c.c. art. 161, parágrafo 1º, do CTN e art. 219, do CPC). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, tendo em vista o disposto no parágrafo 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil. Advs. WASHINGTON LUIZ STELLE TEIXEIRA, ALANE RODRIGUES DA SILVA e RICARDA AGNES CASTAGNARO.
20. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS (Sumária) - 213/2010 - 0004607-96.2010.8.16.0030 -ANGELA MARIA PEREIRA e outro x CATARINENSE - AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA - Ao requerido para promover o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça, para intimação das testemunhas. Adv. ADRIANA BITTENCOURT PEREIRA LOPEZ HEREK.
21. USUCAPIÃO ESPECIAL URBANO - 775/2010 - 0015208-64.2010.8.16.0030 -TEREZA ARDENGHI DE OLIVEIRA x CONSTRUTORA VALE DO IGUAÇU CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. - Á parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação apresentada. Adv. AMANDA GIMENES DE C. COUTINHO.
22. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 902/2010 - 0017750-55.2010.8.16.0030 -FUNDAÇÃO DE SAÚDE ITAIGUAPY x CICERA

APARECIDA CAZZETA LEITE - Manifeste-se o interessado sobre a negatividade da constrição, bem como, sobre o prosseguimento do feito. Advs. CLAUDIO CESAR DA CUNHA e WASHINGTON LUIZ STELLE TEIXEIRA.

23. REVISIONAL DE CONTRATO - 967/2010 - 0019076-50.2010.8.16.0030 - ANGELITA DAVALOS FONTENELLE x BANCO ITAUCARD S/A -...Em face ao exposto e mais o que dos autos constam, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido interposto por ANGELITA DAVALOS FONTENELLE para a) declarar a ilegalidade da cobrança das tarifas de abertura de crédito (TAC), gravame eletrônico e valores referentes a promotora de vendas extirpando-as do contrato; b) determinar a restituição, em tavor do autor, dos valores pagos a título de ilegalidade da cobrança das tarifas de abertura de crédito (TAC), gravame eletrônico e valores referentes a promotora de vendas, atualizados pelo INPC/FIPE, a partir de cada pagamento, sem, no entanto, repetição em dobro. Considerando a ocorrência de sucumbência recíproca, condeno as partes, na proporção de 60% (sessenta por cento) à parte requerente e 40% (quarenta por cento) à parte requerida, ao paganiento das custas processuais e honorários advocaticios, que fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), o que faço com fuicro no art. 20, § 4º, alíneas "a", b" e "c", do Código de Processo Civil. Os honorários advocaticios se compensam, ante o teor da súmula 306 do STJ. Por fim, em relação as verbas de sucumbência devidas pela parte autora, devera ser observado o disposto no art. 12 da Lei 060/50. Advs. AMANDA GIMENES DE C. COUTINHO e JULIANO MIQUELETTI SONCIN.

24. EXECUÇÃO - 1115/2010 - 0021893-87.2010.8.16.0030 -COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO CATARATAS DO IGUAÇU - SICREDI CATARATAS DO IGUAÇU x ELIZEU FARIA DOS SANTOS - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 81, deixou de proceder a citação por não localizar o endereço indicado. Advs. IGNIS CARDOSO DOS SANTOS e ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR.

25. AÇÃO CIVIL PÚBLICA - 1209/2010 - 0023895-30.2010.8.16.0030 -MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x ESTADO DO PARANÁ - ...Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para o fim de determinar que o réu conceda os medicamentos 'Interferon Peguilado alfa-2 180mg" e"Ríbavirina 250mg' ao paciente Orlando Carlos Delai, nas doses e pelo tempo prescrito pelo respectivos médica, sempre no prazo de 10 dias contados da data do pedido na repartição pública, sem prejuízo de exigência, pelo réu, de termo de consentimento, assinado pelo médico e pelo paciente ou responsável legal, constando os riscos do tratamento com o medicamento, bem como apresentação de documento de idenfificação expedido por órgáo oficial. Com fundamento no artigo 461, § 4º, do Código de Processo Civil, em caso de descumprimento do preceito, fixo multa no valor de R $ 1.000,00 (mil reais) para cada hipótese de recusa em descontormidade com esta sentença, multa a ser imputada ao réu e a qualquer agente público responsável pelo descumprimento, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa e criminal por desobediência á ordem judicial, bem como imposição de outras medidas necessárias para a efetivação da tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, inclusive mediante bloqueio de valores em contas públicas para garantir o custeio de tratamen%o médico indispensável, como meio de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à saúde (STJ, REsp n 861262/ RS, Segunda Turma, Min. Eliana Calmon, j.05.09.2006, DJ de 26.092006, pg.200). Eventual multa será recolhida ao Fundo de Reparação dos Direitos Difusos de que trata o artigo 13 da Lei de Ação Civil Pública, instituído no Estado pela Lei Estadual nº 11.987/1998. Condeno, ainda, a parte ré no pagamento das custas processuais e honorários, estes fixados em R$1 000,00 (mil reais), com fundamento no § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, considerando a complexidade da causa, a natureza da relação jurídica e a desnecessidade de produção de provas em audiência. Os honorários serão revertidos ao Fundo Especial do Ministério Público, a teor do disposto no artigo 3º, XV, da Lei Estadual nº 12.241/1999 (TJPTR, Apelação Cível 147.690-6, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Antônio Lopes de Noronha, j.15.12.2004). A sentença está sujeita ao reexame necessário. Advs. LUCIMARA ROCHA ERNLUND IEGAS e SERGIO SIMÃO DIAS.

26. MONITORIA - 1492/2010 - 0030749-40.2010.8.16.0030 -HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x M. OLIVEIRA - INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES e outro - Ao autor para promover o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça, junto a conta nº 00602-3, ag. 3947 do Banco Itaú, devendo protocolar junto a este juízo 3 (três) vias devidamente autenticadas pelo referido Banco. Advs. LEANDRO DE OLIVEIRA, NILTON LUIZ ANDRASCHKO e GIANIZE GALEANO.

27. REVISIONAL DE CONTRATO - 1511/2010 - 0031216-19.2010.8.16.0030 -EDMILSON PEREIRA LISBOA x BV FINANCEIRA S A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTI - Ao signatário às fls. 61, para, em 05 (cinco) dias, subscrever a petição. Adv. KELLY MARINA CAMPOS.

28. AÇÃO DE COBRANÇA (Sumário) -1522/2010 - 0031430-10.2010.8.16.0030 -SOCIEDADE DE ENSINO SEMEADOR LTDA. x ACIR FERREIRA DE LIMA - Considerando que o réu foi citado por edital e não compareceu nesta audiência, nem apresentou contestação tempestiva, através de advogado constituído, nomeio o Dr. Bruno Rodrigo Lichtnow, para funcionar como curador, o que faço com fulcro no art. 9, inc. II, do CPC. Ao curador nomeado para, no prazo de 15 dias, oferecer contestação, nem que seja por negativa geral. Adv. BRUNO RODRIGO LICHTNOW.

29. REVISIONAL DE CONTRATO - 162/2011 - 0004229-09.2011.8.16.0030 - CLAUDIO LUIS TESSARO x BV FINANCEIRA S A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTI - ...Em face ao exposto e mais o que dos autos constam, julgo IMPROCEDENTE o pedido interposto por Claudio Luis Tessaro, condenando-o ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R $ 1.000,00 (mil reais), o que faço com fulcro no art. 20, § 4º, alineas "a", "b" e "c", do Código de Processo Civil, observando-se porém o disposto no art. 12, da Lei 1060/1950. Advs. FERNANDA DE SOUZA FREITAS e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.

30. INTERDICAO - 214/2011 - 0005221-67.2011.8.16.0030- IZABEL CHRIST x MARCELO CHRIST HUBEL - Diante do pedido de desistência formulado pelo requerente às fls. 36/37, com fulcro no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente processo, sem resolução de mérito. Custas pelo desistente. Advs. ODILTON ROGERIO PIOVESAN e ROBSON ANTONIO DE AGUIAR.

31. MONITORIA - 266/2011 - 0006444-55.2011.8.16.0030 -YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO S/C LTDA x ENIO SANTOS DA ROCHA - Ao autor acerca da certidão: CERTIFICO, que incluo os presentes autos na lista para a publicação via diário eletrônico da Justiça para que a parte autora promova novo recolhimento da guia do Sr. Oficial de Justiça, tendo em vista que o valor recolhido às fls. 38, foi depositado junto a Caixa Econômica Federal onde deveria ser recolhido junto ao Banco Itaú, agência 3947, conta 00602-3. Adv. EDEMILSON KOJI MOTODA.

32. MONITORIA - 389/2011 - 0009685-37.2011.8.16.0030 -RENATO ZAPONI x VANESSA AZEVEDO C DE MACEDO - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça, na qual consta que deixou de citar o requerido, por não localizar o número indicado no mandado. Advs. FERNANDA DE SOUZA FREITAS e ANGELA PEREIRA DALBOSCO.

33. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 390/2011 - 0009689-74.2011.8.16.0030 -BANCO ITAU S/A x CONSTRULOG MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME e outro - A parte interessada para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar a distribuição da carta precatória. Advs. CARLA REGINA KALONKI, ERIKA SHIMAKOISHI, JOSE ELI SALAMACHA, RICARDO RUH, RODRIGO RUH e SUZINAIRA DE OLIVEIRA.

34. INDENIZACAO - 500/2011 - 0012063-63.2011.8.16.0030- ALCEU QUEIROZ BAIRROS x FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - FAESI - Á parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação apresentada. Adv. RUTE GILL.

35. RESCISÃO DE CONTRATO - 511/2011 - 0012304-37.2011.8.16.0030 - COMERCIO DE FERRANGENS RIO PARANA LTDA. x TEREZINHA FONTANA ZINN - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 41, na qual consta que deixou de proceder o despejo da requerida, em virtude de ela já ter desocupado o imóvel, estando o imóvel vazio. Advs. ANELICE DE SAMPAIO e IAN ANDERSON S. M. DE SOUZA.

36. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 558/2011 - 0013451-98.2011.8.16.0030 -COBRAFAS CIA SECURITIZADORA x ADELIR MORESCO & CIA LTDA. - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 41 verso, na qual consta que deixou de citar o executado, por não encontrar tal empresa tão pouco seu representante legal. Adv. MARCOS JOSÉ OLIVEIRA ZAMBOLIM.

37. REINTEGRACAO DE POSSE - 628/2011 - 0014950-20.2011.8.16.0030 -BANCO ITAULEASING S A x ADELIR MORESCO & CIA LTDA. - Ante a apresnetação de 2 novos endereços. Ao autor para promover o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça, junto a conta nº 00602-3, ag. 3947 do Banco Itaú, devendo protocolar junto a este juízo 3 (três) vias devidamente autenticadas pelo referido Banco. Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI.

38. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 633/2011 - 0015041-13.2011.8.16.0030 -UNIÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. x GIOVANA FATIMA PASSARINI - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 37 verso. Adv. SALMA ELIAS EID SERIGATO.

39. ANULATÓRIA - (Ordinária) - 644/2011 - 0015290-61.2011.8.16.0030 -ELIAS ANASTACIO DE OLIVEIRA x MARIA APARECIDA FERNANDA e outro - Promova o autor, a remessa da carta de citação. Adv. LUCIANE DE CARVALHO.

40. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 669/2011 - 0015974-83.2011.8.16.0030 -DISTRIBUIDORA DE CONGELADOS PEIXEMAR LTDA x COMERCIO HORTIGRANJEIROS MORESCO LTDA - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 24 verso. Adv. ANTONIO CARLOS S. KUHN.

41. REVISIONAL DE CONTRATO - 801/2011 - 0018704-67.2011.8.16.0030 - DANIEL RODRIGUES VIEIRA x BV FINANCEIRA S A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTI - Á parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação apresentada. Advs. EVERALDO LARSSEN e IVERALDO NEVES.

42. MONITORIA - 808/2011 - 0018860-55.2011.8.16.0030- HSBC BANK BRASIL S/ A - BANCO MULTIPLO x CLAUDIO COSTA LIMA MONTEIRO - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 68, na qual consta que deixou de proceder a citação do requerido, segunda informações mudou-se a aproximadamente 1 ano. Advs. FABIANA NAWATE MIYATA e REINALDO MIRICO ARONIS.

43. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 816/2011 - 0018963-62.2011.8.16.0030 -BANCO BRADESCO S/A x ADELIR MORESCO e outros - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 67, na qual consta que deixou de proceder a intimação do executado. Adv. ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI.

44. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 829/2011 - 0019223-42.2011.8.16.0030- BANCO BRADESCO S/A x BARBOSA TERRAPLENAGEM E TRANSPORTE LTDA. e outro - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça, na qual consta que deixou de proceder a citação dos requeridos. Advs. ANA CLAUDIA FINGER, ANA PAULA FINGER MARCARELLO, JULIANO RICARDO TOLENTINO e LEANDRO DE QUADROS.

45. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 892/2011 - 0005117-75.2011.8.16.0030 -BANCO VOLKSWAGEN S/A x REGINA LUCIA DE OLIVEIRA - Analisando os autos, verifica-se que este pedido de Busca e Apreensão foi ajuizado em 17.02.2011, ou seja, após o julgamento, em primeiro grau, dos autos nº 1244/2010, em trâmite nesta vara, que motivou a conexão, ocorrido em 08.02.2011 (fls. 106). Portanto, ante o julgamento dos autos nº 1244/2010, não se justifica a

reunião dos feitos, por conexão, conforme dispõe a Súmula 235, do STJ, devendo o presente pedido de Busca e Apreensão ser restituido à 3º Vara Cível desta comarca. Advs. MAGDA L. R. EGGER, MARILI R. TABORDA e ADRIANA DE OLIVEIRA VASCONCELLOS.
46. SUSTAÇÃO DE PROTESTO - 924/2011 - 0021098-47.2011.8.16.0030 -FABIO FRANCISCO MOLINARI DE MIRANDA x OLMIR ANDRE NOVAKOWSKI - Ciência a parte autora acerca da suspensão dos efeitos do protesto. Adv. EDINALDO BESERRA.
47. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 292/2011 - 0021210-16.2011.8.16.0030 -AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A x ROGELSO CARDOSO NUNES - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça, onde consta que deixou de proceder a busca e apreensão por não encontrar o endereço. Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.
48. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 977/2011 - 0022163-77.2011.8.16.0030 -FOZ DO IGUAÇU ESTORIL HOTEL LTDA. x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Ao embargado para impugnar, querendo, os presentes embargos, no prazo legal. Adv. DANIELLE RIBEIRO.
49. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 1112/2011 - 0025902-58.2011.8.16.0030 -AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A x RUDEN MAGNO DA SILVA - Ao autor, para que promova o preparo das custas processuais, no valor de R$ 817,80 e o valor de R$ 9,40 referente a autuação. Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.
50. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 1115/2011 - 0025969-23.2011.8.16.0030 - MERCOEX EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA x CLARO S/A - Ao autor, para que promova o preparo das custas processuais, no valor de R$ 479,40 e o valor de R$ 9,40 referente a autuação. Advs. MATHEUS CAPOANI MEINE, NEDI VALDI DAMIATI e SADI MEINE.
51. EXECUÇÃO DE SENTENÇA - 1116/2011 - 0025973-60.2011.8.16.0030 - INCORPORADORA DE IMOVEIS CARAJAS LTDA. x JORGE BETOLDO - Ao autor, para que promova o preparo das custas processuais, no valor de R$ 817,80 e o valor de R$ 9,40 referente a autuação. Adv. ELIZANGELA DAHMER PEREIRA.
52. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 1119/2011 - 0026104-35.2011.8.16.0030 -BANCO ITAUCARD S/A x NAIR SCHWAAB - Ao autor, para que promova o preparo das custas processuais, no valor de R$ 817,80 e o valor de R$ 9,40 referente a autuação. Advs. JULIANO MIQUELETTI SONCIN e MARCIO AYRES DE OLIVEIRA.
53. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 1120/2011 - 0026183-14.2011.8.16.0030 -BANCO PANAMERICANO S/A x JEAN FRANCISCO ROSSI SERAFINI - Ao autor, para que promova o preparo das custas processuais, no valor de R$ 592,20 e o valor de R$ 9,40 referente a autuação. Adv. FABIANA SILVEIRA.
54. EXECUÇÃO FISCAL - 243/2008 - 0015278-52.2008.8.16.0030- FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU x S.S. PRESTES-CONFECÃ ES - Ante ao termo de penhora de fls. 71, ao executado para querendo dentro do prazo legal opor embargos. Adv. SIDNEI SILVA PRESTES JUNIOR.
55. EXECUÇÃO FISCAL - 174/2010 - 0003152-96.2010.8.16.0030- FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU x MARILZA PAULO e outro - Ante a devolução do Alvará nº 355/2010/AL, pelo Banco do Brasil, manifeste-se a parte interessada. Adv. LUIS FRANCISCO SANGALLI.
56. CARTA PRECATÓRIA - 91/2010 - 0014195-30.2010.8.16.0030 -Oriundo da Comarca de V.COM. DE PLANALTO-RS - FOZ DO CHAPECO ENERGIA S/A x ALFREDO BOITA e outros - Ao requerido para promover o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça, junto a conta nº 00602-3, ag. 3947 do Banco Itaú, devendo protocolar junto a este juízo 3 (três) vias devidamente autenticadas pelo referido Banco. Advs. ALACIR BORGES e ANDRE RIBAS DE ALMEIDA.
57. CARTA PRECATÓRIA -94/2011 - 0016529-03.2011.8.16.0030 -Oriundo da Comarca de V.C. COM DE MATELANDIA PR. - NEUSA DE BARROS DA SILVA e outros x EDER AGUIAR GROTH MEURER - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça, na qual consta que deixou de proceder a intimação autor, tendo em vista que o mesmo mudou-se. Adv. RONIZE FANTIN.
58. CARTA PRECATÓRIA - 104/2011 - 0017590-93.2011.8.16.0030 -Oriundo da Comarca de CASCAVEL - PR - 4ª V. CIVEL - BANCO SANTANDER BRASIL S/A x WOLBER CRISTIAN ALMEIDA RAMOS - Ao autor para promover o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça, junto a conta nº 00602-3, ag. 3947 do Banco Itaú, devendo protocolar junto a este juízo 3 (três) vias devidamente autenticadas pelo referido Banco. Advs. CIBELE RAPIS, CLESTON JIMENES CARDOSO, DEBORAH GUIMARÃES, LUIZ HENRIQUE MENSCHI GARCIA e SONNY BRASIL DE C. GUIMARAES.

FOZ DO IGUAÇU, 29 de Setembro de 2011
ANGELA MARIA FRANCISCO
ESCRIVÃ

---

**COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ**
**JUIZ DE DIREITO DR.GABRIEL LEONARDO S. DE QUADROS**

**RELAÇÃO N.º 408/2011 - 2ª VARA CIVEL**

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADEMAR DA SILVA 00012 000596/2005
ADENICIA DE SOUZA LIMA 00003 000581/2001
ADRIANO JOSE DE OLIVEIRA 00040 000560/2011
ALESSANDRO TAKEO PEREIRA SHIRAYAMA 00037 000035/2011
ALEXANDRA BARP 00026 000982/2008
ALEXANDRA GAZZONI 00029 001204/2009
ANA PAULA MICHELS OSTROVSKI 00026 000982/2008
ANDERSON DE CAMPOS FREIRE 00040 000560/2011
ANDERSON LOVATO 00002 000867/1997
ARMANDO LUIZ MARCON 00011 000437/2005
CAETANO FERREIRA FILHO 00039 000549/2011
CANDICE CAROLINE PICCOLI BACEGA 00010 000548/2004
CARLOS HENRIQUE ROCHA 00003 000581/2001
00004 000599/2001
CESAR AUGUSTO DE FRANÇA 00033 001577/2009
CLAUDIO M. R. IAREMA 00048 000463/2011
00049 000467/2011
CLEDY GONÇALVES SOARES DOS SANTOS 00038 000358/2011
CLEVERSON LEANDRO ORTEGA 00034 000901/2010
CLEVERTON LORDANI 00024 000660/2008
CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES 00011 000437/2005
00019 000125/2007
00025 000707/2008
CRISTIANE MARIA SILVA 00041 000770/2011
00042 000771/2011
DANIEL HACHEM 00007 000179/2004
DANIELA CRISTINA FABRO 00046 000939/2011
DANIELLE APARECIDA SCHREINER MILANI 00034 000901/2010
DANIELLE RIBEIRO 00020 000781/2007
EDUARDO RIBEIRO NETO 00015 000197/2006
ELAINE NOELI DESTRO 00015 000197/2006
ELVIS BITTENCOURT 00014 000086/2006
EMERSON L. SANTANA 00019 000125/2007
EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA 00011 000437/2005
ENIR BECKER 00006 000066/2004
00041 000770/2011
00042 000771/2011
EVARISTO ARAGAO SANTOS 00030 001288/2009
FLAVIANO BELINATI GARCIA PEREZ 00011 000437/2005
00019 000125/2007
FLAVIO SANTANNA VALGAS 00025 000707/2008
GLACI ELZA ISHIKAWA 00041 000770/2011
00042 000771/2011
GUILHERME DI LUCA 00016 000396/2006
INDIA MARA MOURA TORRES 00031 001464/2009
IVANISE MARIA TRATZ MARTINS 00002 000867/1997
IVO KRAESKI 00034 000901/2010
JEFERSON FOSQUIERA 00048 000463/2011
00049 000467/2011
JOAO JORGE ZIEMANN 00037 000035/2011
JOAO MARCOS BRAIS 00044 000830/2011
JOHNNY PASIN 00038 000358/2011
JORGE LUIS F. DE OLIVEIRA 00017 000708/2006
JOÃO CARLOS OLMEDO 00028 001076/2009
KARIN L. HOLLER MUSSI BERSOT 00001 000692/1997
LEILA CRUZ VIEIRA 00032 001492/2009
LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI 00048 000463/2011
00049 000467/2011
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00039 000549/2011
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 00030 001288/2009
MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER 00021 000075/2008
MARCELO GEORGE FERRARI 00027 000102/2009
MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA 00024 000660/2008
MARCIO ALESSANDRO SILVERO AQUINO 00029 001204/2009
MARCIO ARCARI 00050 000075/2011
MARCO ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA 00015 000197/2006
MARIA CLAUDIA RORATO 00018 000074/2007
MARIANGELA MESSIAS PASSINHO 00035 001539/2010
MARILI R.TABORDA 00021 000075/2008
MARIO ESPEDITO OSTROVISKI 00026 000982/2008
MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR 00030 001288/2009
MAURICIO DEFASSI 00038 000358/2011
MAURICIO HUANG SHENG CHIH 00047 000370/2008
MICHELE SELEME LEONE 00005 000247/2003
MIGUEL L. PEZZINI 00005 000247/2003
MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI 00025 000707/2008
MONALISA MICHEL 00011 000437/2005
NALU ALVES SILVEIRA GONÇALVES 00043 000776/2011
NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO 00033 001577/2009
NELSON PASCHOALOTTO 00023 000609/2008
PATRICIA FRANCISCO DE SOUZA 00014 000086/2006
PEDRO DA LUZ 00009 000403/2004
REGIS PANIZZON ALVES 00014 000086/2006
REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM 00007 000179/2004
00013 000038/2006
RICARDO CESAR DA SILVA GRATIERI 00043 000776/2011
RODRIGO MOMBACH CREMONESE 00039 000549/2011
RONALDO JOSE E SILVA 00045 000871/2011
SAMANTHA BEATRIZ FRACAROLLI DAMIANO 00022 000149/2008
SANDRA MARIS DE PASQUALI LEONARDO 00010 000548/2004
TATIANA PIASECKI KAMINSKI 00001 000692/1997
VALERIA CRISTINA RODRIGUES 00035 001539/2010
VANESSA MATHEUS SOARES DE OLIVEIRA 00003 000581/2001
00004 000599/2001
WASHINGTON LUIZ STELLE TEIXEIRA 00008 000272/2004
WELINGTON EDUARDO LUDKE 00036 000028/2011

1. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 692/1997 - 0004148-51.1997.8.16.0030 -BANESTADO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL x ROCHA & FAZOLO LTDA e outro - Manifeste-se o interessado sobre a negatividade da constrição, bem como, sobre o prosseguimento do feito. Advs. TATIANA PIASECKI KAMINSKI e KARIN L. HOLLER MUSSI BERSOT.
2. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 867/1997 - 0004155-43.1997.8.16.0030 -LANCOM EMPREENDIMENTOS DE HABITAÇÃO PYRYS LTDA x MARIA GOMES DA SILVA - Manifeste-se o interessado sobre a negatividade da constrição, bem como, sobre o prosseguimento do feito. Advs. IVANISE MARIA TRATZ MARTINS e ANDERSON LOVATO.
3. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - 581/2001 - 0006380-94.2001.8.16.0030 - CARLOS ALBERTO DE LIMA x MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Às partes ante o despacho proferido às fls. 322 que em suma: "Homologo os cálculos de fls. 302/303. Expeça-se novo RPV/Precatório Requisitório, instruindo-o com os documentos necessários. Após, aguarde-se o pagamento do crédito". Advs. CARLOS HENRIQUE ROCHA, VANESSA MATHEUS SOARES DE OLIVEIRA e ADENICIA DE SOUZA LIMA.
4. AÇÃO DE COBRANÇA - 599/2001 - 0006298-63.2001.8.16.0030 -HOTEL KING LTDA x ALBERTO KOELBL - Ao autor, para comprovar a remessa do(s) ofício(s). Advs. CARLOS HENRIQUE ROCHA e VANESSA MATHEUS SOARES DE OLIVEIRA.
5. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 247/2003 - 0010298-38.2003.8.16.0030 -WAGNER PACZKOWSKI x MAHARA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - Ciência ao procurador da parte autora, de que seu constituinte está sendo intimado pessoalmente a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção. Advs. MICHELE SELEME LEONE e MIGUEL L. PEZZINI.
6. INVENTARIO - 66/2004-NOEMIA NEITZEL x ESPOLIO DE IRACEMA NEITZEL - Sobre o prosseguimento do feito, manifeste-se a parte autora. Adv. ENIR BECKER.
7. ACÃO DE DEPOSITO - 179/2004-BANCO ITAU S/A x NERI JOSE MUXEFELDT - Ciência ao procurador da parte autora, de que seu constituinte está sendo intimado pessoalmente a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção. Advs. DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM.
8. EXECUÇÃO - 272/2004 - 0012107-29.2004.8.16.0030 -FUNDAÇÃO DE SAÚDE ITAIGUAPY x MARIA TEREZINHA CAMARGO - Manifeste-se o interessado sobre a negatividade da constrição, bem como, sobre o prosseguimento do feito. Adv. WASHINGTON LUIZ STELLE TEIXEIRA.
9. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 403/2004 - 0012165-32.2004.8.16.0030 - PEDRO DA LUZ x MOHAMAD KASSEM AHMAD - Ante a negatividade do bloqueio de valores através do sistema Bacen Jud, promova-se o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça. Adv. PEDRO DA LUZ.
10. CONSIGNACAO DE ALUGUEL -548/2004 - 0011987-83.2004.8.16.0030 - VALCIR VALDOVINO DA SILVA x BANCO VOLKSWAGEN S/A - Ciência ao procurador da parte autora, de que seu constituinte está sendo intimado pessoalmente a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção. Advs. SANDRA MARIS DE PASQUALI LEONARDO e CANDICE CAROLINE PICCOLI BACEGA.
11. ACÃO DE DEPOSITO - 437/2005 - 0014600-42.2005.8.16.0030 -FUNDO DE INVEST.EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRON x LAUDISSEIA MANFRIM - Ciência ao procurador da parte autora, de que seu constituinte está sendo intimado pessoalmente a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção. Advs. CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, FLAVIANO BELINATI GARCIA PEREZ, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA, ARMANDO LUIZ MARCON e MONALISA MICHEL.
12. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 596/2005 - 0014580-51.2005.8.16.0030 - CLODOALDO LOPES BOSCO x BRASIL TELECOM S.A. - Ciência ao procurador da parte autora, de que seu constituinte está sendo intimado pessoalmente a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção. Adv. ADEMAR DA SILVA.
13. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 38/2006 - 0015916-56.2006.8.16.0030 -BANCO ITAU S/A x CELSO GUISARD THAUMATURGO e outro - Sobre o prosseguimento do feito, manifeste-se a parte autora. Adv. REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM.
14. CAUTELAR DE ARRESTO - 86/2006 - 0015656-76.2006.8.16.0030 -IRMAOS MUFFATO & CIA LTDA x LUIZ MISTURINI - Manifeste-se o interessado sobre a negatividade da constrição, bem como, sobre o prosseguimento do feito. Advs. ELVIS BITTENCOURT, REGIS PANIZZON ALVES e PATRICIA FRANCISCO DE SOUZA.
15. CONSIGNACAO DE ALUGUEL - 197/2006-MARCOS ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA x CONDOMINIO EDIFICIO AZALEIA - ...Em face ao exposto, com fundamento no ari. 267, no. VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução do mérito, conskierando estar ausente o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), o que faço com fulcro no art. 20, § 4º cc. § 3º, alíneas "a" "b" e "c", do Código de Processo Civil. Por fim, por trataram-se de valores incontroversos, autorizo o levantamento, pelo requerido, das parcelas consignadas nos autos, com a consequente Liberação parcial do autor. Advs. ELAINE NOELI DESTRO, MARCO ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA e EDUARDO RIBEIRO NETO.
16. AÇÃO DE COBRANÇA (Ordinário) - 396/2006-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR x MOURA PALACE HOTEL LTDA - Ante a negatividade do bloqueio de valores através do sistema Bacen Jud, promova-se o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça. Adv. GUILHERME DI LUCA.
17. ACÃO DE DEPOSITO - 708/2006 - 0015711-27.2006.8.16.0030 -SINOSSERA CONSORCIOS S/A x AUGUSTO AJALA KRUGER - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça, na qual consta, que deixou de citar o requerido por não residir mais no local. Adv. JORGE LUIS F. DE OLIVEIRA.
18. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 74/2007 - 0015491-92.2007.8.16.0030 - SAAD ADNAN SLEIMAN e outros x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR - Manifeste-se sobre o depósito e acerca da satisfação do crédito, no prazo de 05 (cinco) dias, com a advertência de que, em caso de inércia, será presumida como satisfeita a pretensão. Adv. MARIA CLAUDIA RORATO.
19. ACÃO DE DEPOSITO - 125/2007 - 0015081-34.2007.8.16.0030 -BANCO ABN AMRO REAL S/A x ROBILAN SUSSAI - Ciência ao procurador da parte autora, de que seu constituinte está sendo intimado pessoalmente a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção. Advs. EMERSON L. SANTANA, FLAVIANO BELINATI GARCIA PEREZ e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES.
20. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 781/2007-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU x AHMAD ALI OSMAN & FILHOS LTDA. - Ante a negatividade do bloqueio de valores através do sistema Bacen Jud, promova-se o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça. Adv. DANIELLE RIBEIRO.
21. ACÃO DE DEPOSITO - 75/2008 - 0016111-70.2008.8.16.0030 -BANCO VOLKSWAGEN S/A x OTAVIO PIRES RODRIGUES - Manifeste-se o interessado sobre a negatividade da constrição, bem como, sobre o prosseguimento do feito. Advs. MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER e MARILI R.TABORDA.
22. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 149/2008 - 0014887-97.2008.8.16.0030 - DEBORA MARCILENE DA SILVA MARTINS x IRMAOS MUFFATO E CIA LTDA - Ante a negatividade do bloqueio de valores através do sistema Bacen Jud, promova-se o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça. Adv. SAMANTHA BEATRIZ FRACAROLLI DAMIANO.
23. ACÃO DE DEPOSITO - 609/2008 - 0014831-64.2008.8.16.0030 -BANCO BRADESCO S/A x ROSANGELA APARECIDA SOARES - Manifeste-se o interessado sobre a negatividade da constrição, bem como, sobre o prosseguimento do feito. Adv. NELSON PASCHOALOTTO.
24. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 660/2008 - 0015095-81.2008.8.16.0030 -COOPERATIVA DE ECONOMIA DE CREDITO MUTUO COMERCIAN x SITE INFORMATICA LTDA EPP e outro - Ao autor para promover o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça, junto a conta nº 00602-3, ag. 3947 do Banco Itaú, devendo protocolar junto a este juízo 3 (três) vias devidamente autenticadas pelo referido Banco. Advs. MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA e CLEVERTON LORDANI.
25. ACÃO DE DEPOSITO - 707/2008 - 0015881-28.2008.8.16.0030- BANCO FINASA S/A x MARLI SALETE DE LIMA - Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça, na qual consta que, deixou de citar o requerido, pois a mesma mudou-se aproximadamente a um ano. Advs. MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, FLAVIO SANTANNA VALGAS e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES.
26. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 982/2008 - 0016116-92.2008.8.16.0030 -OSCAR ENRIQUE VALIATI x SERVICOS ECOCIT LTDA e outros - Manifeste-se o interessado sobre a negatividade da constrição, bem como, sobre o prosseguimento do feito. Advs. MARIO ESPEDITO OSTROVISKI, ANA PAULA MICHELS OSTROVSKI e ALEXANDRA BARP.
27. REINTEGRACAO DE POSSE - 102/2009 - 0017972-57.2009.8.16.0030 - NADIESCA MARICLEIA DA SILVA x LEILA APARECIDA BANCKE - Defiro os benefícios de justiça Gratuita ao requerido. Adv. MARCELO GEORGE FERRARI.
28. REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 1076/2009-LUISA DUARTE DE MARTINEZ e outros x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR - Ao autor para, em 10 (dez) dias, oferecer suas alegações finais em forma de memoriais. Adv. JOÃO CARLOS OLMEDO.
29. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO - 1204/2009 - 0017905-92.2009.8.16.0030 -MSL IMOVEIS LTDA-ME x CELIA BATISTA DE CARVALHO e outros - Promova o autor, a remessa da carta de citação. Advs. MARCIO ALESSANDRO SILVERO AQUINO e ALEXANDRA GAZZONI.
30. BUSCA E APREENSÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 1288/2009 - 0016434-41.2009.8.16.0030 -BANCO ITAU S/A x E.S ANDRADE & CIA LTDA.-ME - Ciência ao procurador da parte autora, de que seu constituinte está sendo intimado pessoalmente a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção. Advs. EVARISTO ARAGAO SANTOS, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR.
31. REVISIONAL DE CONTRATO - 1464/2009 - 0016437-93.2009.8.16.0030 - IRENE CARVALHO x BANCO SANTANDER S/A - Manifeste-se acerca do julgamento do acórdão, requerendo o que de direito. Adv. INDIA MARA MOURA TORRES.
32. AÇÃO DE COBRANÇA (Sumário) - 1492/2009 - 0016811-12.2009.8.16.0030 - CONDOMINIO RESIDENCIAL E COMERCIAL GRAND PRIX x FRANCISCO DE JESUS WARGHA BAPTISTA - Ante o auto de penhora de fls. 107, ao executado para querendo oferecer impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias. Adv. LEILA CRUZ VIEIRA.
33. RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL - 1577/2009 - 0018058-28.2009.8.16.0030 -DONATO ROMAGNA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A - Ao autor para promover a remessa do(s) ofício(s) de notificação. Advs. CESAR AUGUSTO DE FRANÇA e NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO.
34. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 901/2010 - 0017749-70.2010.8.16.0030 - ESPOLIO DE DIRCE DOS SANTOS DA SILVA x FELIX PEREIRA DA SILVA - Especifiquem os litigantes as provas que efetivamente pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, indicando, com objetividade e precisão, que fatos jurídicos buscam demonstrar com cada modalidade probatória requerida, sob pena de indererimento. No mesmo prazo, manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliação, podendo, inclusive, apresentar proposta por escrito. Advs. CLEVERSON LEANDRO ORTEGA, DANIELLE APARECIDA SCHREINER MILANI e IVO KRAESKI.

35. INDENIZACAO - 1539/2010 - 0031943-75.2010.8.16.0030 -MARIA IEDA RODRIGUES DE ALMEIDA RODRIGUES x SONIA VIEIRA - Á parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação apresentada. Advs. MARIANGELA MESSIAS PASSINHO e VALERIA CRISTINA RODRIGUES.
36. DESPEJO - 28/2011 - 0000783-95.2011.8.16.0030 -TECNOGRILL CHURRASQUEIRAS DO BRASIL LTDA. x ADROALDO TAVARES PIZZIO - A parte interessada para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar a distribuição da carta precatória. Adv. WELINGTON EDUARDO LUDKE.
37. DESPEJO C/C COBRANCA - 35/2011 - 0000925-02.2011.8.16.0030 - FOUAD CENTER LL ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. x CLINICA MEDICA CATARATAS C.M.C - Manifeste-se a parte requerida acerca da petição de fls. 106/108. Advs. JOAO JORGE ZIEMANN e ALESSANDRO TAKEO PEREIRA SHIRAYAMA.
38. REVISIONAL C/C REPETICAO INDEBITO -358/2011 - 0008693-76.2011.8.16.0030-SERGIO ROBERTO RODRIGUES x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO - Á parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação apresentada. Advs. CLEDY GONÇALVES SOARES DOS SANTOS, MAURICIO DEFASSI e JOHNNY PASIN.
39. REVISIONAL DE CONTRATO - 549/2011 - 0013300-35.2011.8.16.0030 -IARA REJANE FLORES x BV FINANCEIRA S A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTI - ...Em face ao exposto e mais o que dos autos constam, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido interposto por Iara Rejane Flores para a. declarar a ilegalidade da cobrança das tarifas de abertura de crédito (TAC), de emissão de boleto bancário, extipando-as do contrato; b. determinar a restituição, em favor do autor, dos valores pagos a título de tarifa de abertura de crédito (TAC), de tarifa de emissão de boletos bancários, atualizados pelo INPC/FIPE, a partir de cada pagamento, sem, no entanto, repetição em dobro. Considerando a ocorrência recíproca, condeno as partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento), ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), o que faço com fulcro no art. 20, § 4º, alineas "a", "b" e "c", do Código de Processo Civil. Advs. CAETANO FERREIRA FILHO, RODRIGO MOMBACH CREMONESE e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.
40. AÇÃO ORDINÁRIA -560/2011 - 0013460-60.2011.8.16.0030 -MITRA DIOCESANA DE FOZ DO IGUACU e outros x ECAD - ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DIST. - Á parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação apresentada. Advs. ADRIANO JOSE DE OLIVEIRA e ANDERSON DE CAMPOS FREIRE.
41. CAUTELAR DE EXIBICAO - 770/2011 - 0017966-79.2011.8.16.0030 -MARIA FERNANDO PETERMANN x OI BRASIL TELECOM S/A - Á parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação apresentada. Advs. CRISTIANE MARIA SILVA, ENIR BECKER e GLACI ELZA ISHIKAWA.
42. CAUTELAR DE EXIBICAO - 771/2011 - 0017967-64.2011.8.16.0030 -OSMAR LUIZ BOTTAN x OI BRASIL TELECOM S/A - Á parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação apresentada. Advs. CRISTIANE MARIA SILVA, ENIR BECKER e GLACI ELZA ISHIKAWA.
43. INDENIZACAO - 776/2011 - 0018184-10.2011.8.16.0030 -DOUGLAS PAGNO e outros x ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL IGUAÇU - AEI - Á parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação apresentada e documentos que a instruem. Advs. NALU ALVES SILVEIRA GONÇALVES e RICARDO CESAR DA SILVA GRATIERI.
44. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL -830/2011 - 0019342-03.2011.8.16.0030 -DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ATHENAS LTDA. x LEO BERGMANN - Ao autor para promover o recolhimento da guia referente a diligência do Sr. Oficial de Justiça (R$ 49,50), junto a conta nº 00602-3, ag. 3947 do Banco Itaú, devendo protocolar junto a este juízo 3 (três) vias devidamente autenticadas pelo referido Banco. Adv. JOAO MARCOS BRAIS.
45. EMBARGOS A EXECUÇÃO - 871/2011 - 0020253-15.2011.8.16.0030 -COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELETRICA x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Recebido os embargos, por tempestivos, suspendendo o curso da execução em apenso. Ante a apresentação da impugnação, ao embargante para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, inclusive indicando as provas que efetivamente pretende produzir, justificando sua finalidade. Adv. RONALDO JOSE E SILVA.
46. EMBARGOS DE TERCEIRO - 939/2011 - 0021441-43.2011.8.16.0030 - ALCENIR DA SILVA MACHADO e outros x MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA e outro - Recebo os embargos, para discussão, determinando a suspensão do processo principal (art. 1.052, CPC) em relação ao objeto ora questionado. Á parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação apresentada. Adv. DANIELA CRISTINA FABRO.
47. EXECUÇÃO FISCAL - 370/2008 - 0015290-66.2008.8.16.0030 -FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU x NGO HOC QUANG - Ante o termo de penhora, ao executado para querendo no prazo legal opor embargos. Adv. MAURICIO HUANG SHENG CHIH.
48. EXECUÇÃO FISCAL - 463/2011 - 0018781-76.2011.8.16.0030 -FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU x BFB LEASING DE ARRENDAMENTO MERCATINCAL - Acerca da garantia à execução apresnetada às fls. 18/19, manifeste-se a exequente. Advs. CLAUDIO M. R. IAREMA, JEFERSON FOSQUIERA e LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI.
49. EXECUÇÃO FISCAL - 467/2011 - 0018791-23.2011.8.16.0030 -FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU x ITAUBANK LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL - Ante o retorno da correspondência, manifeste-se a parte interessada. Advs. CLAUDIO M. R. IAREMA, JEFERSON FOSQUIERA e LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI.
50. CARTA PRECATÓRIA - 75/2011 - 0013817-40.2011.8.16.0030 -Oriundo da Comarca de 1 V.C. COM. DE ENCANTADO - RS - COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DA REGIÃO DOS VALES - SICREDI REGIÃO DOS VALES x MOACIR FERDINANDO DI DOMENICO - Manifeste-se o autor acerca das informações prestadas pela Receita Federal. Bem como, acerca da negatividade do cumprimento do mandado. Adv. MARCIO ARCARI.

FOZ DO IGUAÇU, 29 de Setembro de 2011
ANGELA MARIA FRANCISCO
ESCRIVÃ

# 4ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ**
**CARTÓRIO DA QUARTA VARA CÍVEL**
**JUÍZA DE DIREITO: DRA.TRÍCIA CRISTINA SANTOS TROIAN**
**ESCRIVÃO: ARI DE MELO LEMOS JUNIOR**

**RELAÇÃO Nº 185/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADENICIA DE SOUZA LIMA 00010 000732/2009
00022 000234/2010
ADRIANO CANELLI 00039 000146/2011
ALESSANDRA CELANT 00049 001089/2011
ALSIDINEI DE OLIVEIRA 00021 000229/2010
ANA CHIRISTINA HELBLING VIDAL 00011 000925/2009
ANA PAULA CONTI BASTOS 00019 000143/2010
ANA PAULA MICHELS OSTROVSKI 00019 000143/2010
ANA TEREZA PALHARES BASÍLIO 00025 000554/2010
ANDRE LUIS ROMERO DE SOUZA 00041 000228/2011
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR 00043 000491/2011
ANTONIO LEAL JUNIOR 00035 001438/2010
ARACELY DE SOUZA 00015 001117/2009
00019 000143/2010
BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ 00006 000204/2009
BRUNO FERNANDO MARTINS MIGLIOZZI 00018 001432/2009
CAPRICE ANDRETTA CHECHELAKY 00015 001117/2009
CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELÉM 00048 000816/2011
CARLOS HENRIQUE ROCHA 00030 000946/2010
CAROLINA FOURAUX ABREU 00039 000146/2011
CARY CESAR MONDINI 00040 000150/2011
CECY THEREZA CERCAL KREUTZER DE GÓES 00005 001137/2008
CESAR FRANCA 00007 000401/2009
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 00010 000732/2009
CLAUDIA CANZI OAB/PR 15.565 00012 000934/2009
00022 000234/2010
CLEVERTON LORDANI 00024 000497/2010
00049 001089/2011
CÂNDIDA ELAINE AIRES DOS SANTOS 00042 000397/2011
CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES 00002 000384/2008
DANIELLE RIBEIRO 00020 000168/2010
DANIEL SIQUEIRA RIBAS 00028 000757/2010
DANILO SEVERINO D'ALOIA NUNES NETO 00039 000146/2011
DIOGO BIANCHI FAZOLO 00035 001438/2010
EGIDIO FERNANDO ARGUELLO JUNIOR 00044 000518/2011
ELIANE VARGAS ROCHA 00026 000620/2010
ELISIANE ALVES 00012 000934/2009
ELOIR GUETTEN DA BOAVENTURA 00003 000847/2008
00011 000925/2009
EMERSON BACELAR MARINS 00004 000919/2008
ERNESTO HAMANN 00005 001137/2008
EURIDES EUCLIDES DO NASCIMENTO 00039 000146/2011
FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ 00002 000384/2008
FRANCISCO EVANDRO DE OLIVEIRA 00047 000695/2011
GABRIEL BUNGENSTAB COUTINHO 00039 000146/2011
GLACI ELZA ISHIKAWA 00025 000554/2010
GRAZIELA MARTIN MANDARINO GULUDJIAN 00008 000524/2009
GUILHERME DI LUCA 00013 001028/2009
00016 001194/2009
HIRAN JOS DENES VIDAL 00011 000925/2009
IGNIS CARDOSO DO SANTOS 00029 000890/2010
00043 000491/2011
ILZA REGINA DEFILIPPI DIAS 00007 000401/2009
INDIA MARA MOURA TORRES 00037 000019/2011
00045 000646/2011
ISABELA CHRISTINE DAL BO LIMA AGUIRRA 00001 000300/2006
JACKSANDERSON FARIAS RIZATTI 00024 000497/2010
JAIRO MOURA 00003 000847/2008
JANE MARIA VOISKI PRONER 00048 000816/2011
JEAN CARLOS FROGERI 00003 000847/2008
JOANA D"ARC PEREIRA DA SILVA 00021 000229/2010
JOAO OLIMPIO DE OLIVEIRA 00019 000143/2010
JOAQUIM MIRÓ 00025 000554/2010
JORGE AUGUSTO MARTINS SZCZYPIOR 00008 000524/2009
JORGE DA SILVA GIULIAN 00022 000234/2010

JOSE BENTO VIDAL FILHO 00011 000925/2009
JULMARA LUIZA HUBNER ZAMPIER 00026 000620/2010
00036 002845/2010
KARINA HASHIMOTO 00007 000401/2009
KELYN CRISTINA TRENTO 00038 000060/2011
00046 000682/2011
KELYN CRISTINA TRENTO DE MOURA 33582/PR 00005 001137/2008
00009 000705/2009
LEANDRO DE QUADROS 00014 001105/2009
LUIZ ANTONIO IURKIEWIECZ 00041 000228/2011
MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER 00017 001326/2009
MARCELO OSCAR KUSMIRSKI 00031 000994/2010
MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA 00024 000497/2010
00049 001089/2011
00050 001090/2011
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 00006 000204/2009
MARCO AURELIO DE OLIVEIRA ALMEIDA 00035 001438/2010
MARCOS AURELIO MATHIAS D'AVILA 129052/RJ 00004 000919/2008
MARCOS JOSÉ CHECHELAKY OAB/PR 16.300 00015 001117/2009
MARILI RIBEIRO TABORDA 00017 001326/2009
MILKEN JACQUELINE CENERINI JACOMINI 00002 000384/2008
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 00027 000665/2010
MONICA RIBEIRO TAVARES 00012 000934/2009
MÁRCIA SATIL PARREIRA 00010 000732/2009
NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO 00007 000401/2009
NEWTON DORNELES SARATT 00020 000168/2010
NEWTON SCHIMMELPFENG 00012 000934/2009
NILTON LUIZ ANDRASCHKO 00004 000919/2008
RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA 00033 001365/2010
RICARDO ZAMPIER 00001 000300/2006
SAVINE MERTIG MARTINS PRADO 00013 001028/2009
00016 001194/2009
SERGIO BARROS DA SILVA 00003 000847/2008
SIMONE APARECIDA DOS REIS DIAS 50.441 00027 000665/2010
SÉLIA PEREIRA DA ROCHA 00021 000229/2010
VALDECY LONGONIO DE OLIVEIRA 00012 000934/2009
VANISE MELGAR TALAVERA 27316/PR 00023 000478/2010
VERA LUCIA BASTIANI 00034 001378/2010
WALDEMAR ERNESTO FEIERTAG JUNIOR 00001 000300/2006
WANDERLEI FAZZOLO MACHADO 00047 000695/2011
WILLY COSTA DOLINSKI 00032 001019/2010

1. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0015482-67.2006.8.16.0030-RG COMERCIAL E IMOBILIARIA LTDA x FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE FOZ DO IGUACU- Ciência às partes acerca da baixa dos autos. -Advs. WALDEMAR ERNESTO FEIERTAG JUNIOR, RICARDO ZAMPIER e ISABELA CHRISTINE DAL BO LIMA AGUIRRA-.

2. BUSCA E APREENS.CONV.DEPOSITO-384/2008-BANCO FINASA S/A x NELI AP ANTUNES DA SILVA- Manifeste-se a parte autora acerca da resposta do INFOJUD de fls. 64.-Advs. MILKEN JACQUELINE CENERINI JACOMINI, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES e FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ-.

3. COBRANCA (ORDINÁRIO)-847/2008-BARTOLOMEU HORTOLAM x BELMIRO E LOPES LTDA e outros- VISTOS. I - Considerando o que foi determinado à f. 126 e o teor da publicação de f. 127, antes de proferir despacho saneador, determino sejam as partes intimadas a especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a sua relevância para elucidação dos fatos, no prazo de 05 (cinco) dias. -Advs. SERGIO BARROS DA SILVA, JEAN CARLOS FROGERI, ELOIR GUETTEN DA BOAVENTURA e JAIRO MOURA-.

4. NULIDADE DE ATO JURIDICO-919/2008-TOMMASO TAVORMINA e outro x CARLOS SOUZA REIS e outros- Acerca da contestação e documentos juntados, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. NILTON LUIZ ANDRASCHKO, EMERSON BACELAR MARINS e MARCOS AURELIO MATHIAS D'AVILA 129052/RJ-.

5. DECLARATORIA (ORDINÁRIO)-1137/2008-ZALMIR TRENTO E FILHO LTDA - ME x INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens deste Juízo. -Advs. KELYN CRISTINA TRENTO DE MOURA 33582/PR, CECY THEREZA CERCAL KREUTZER DE GÓES e ERNESTO HAMANN-.

6. MONITORIA-204/2009-BANCO ITAU S/A x MARIO APARECIDO ROSSINI CIA. LTDA. - ME- Manifeste-se a parte autora acerca da resposta do INFOJUD de fls. 79/80. -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

7. INDENIZACAO-401/2009-ANTONIO CARLOS AGOSTINHO e outros x ITAÚ SEGUROS S/A- Manifestem-se as partes acerca da proposta do Sr. perito, Semi Farhud, de fls. 478/479: que cobrará os honorários no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) por cada unidade a ser vistoriada, perfazendo um total de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais). -Advs. ILZA REGINA DEFILIPPI DIAS, NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO, KARINA HASHIMOTO e CESAR FRANCA-.

8. COBRANCA (ORDINÁRIO)-524/2009-GILMAR FERREIRA e outros x METLIFE-METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVID NCIA PR- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens deste Juízo. -Advs. JORGE AUGUSTO MARTINS SZCZYPIOR e GRAZIELA MARTIN MANDARINO GULUDJIAN-.

9. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-705/2009-DINALVA NERES DE SOUZA x BANCO BMG S/A- Alvará à disposição junto ao Banco do Brasil pelo prazo de 90 dias, a partir da data do protocolo em 30/08/2011. -Adv. KELYN CRISTINA TRENTO DE MOURA 33582/PR-.

10. COBRANCA (SUMÁRIO)-732/2009-ELI SOUZA MACHADO JUNIOR e outro x CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens deste Juízo. -Advs. ADENICIA DE SOUZA LIMA, MÁRCIA SATIL PARREIRA e Cezar Eduardo Ziliotto-.

11. INDENIZAÇÃO POR DANOS MAT. E MORAL-925/2009-JOSE DE GOES BARBOSA x JULIO CEZAR LUNARDI- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens deste Juízo. -Advs. ELOIR GUETTEN DA BOAVENTURA, JOSE BENTO VIDAL FILHO, HIRAN JOS DENES VIDAL e ANA CHIRISTINA HELBLING VIDAL-.

12. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA (SUMÁRIO)-934/2009-JUAN JAVIER FLEITAS x FOZ DO IGUACU ESTORIL HOTEL LTDA e outros- VISTOS. I - Manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliação, a fim de se verificar a viabilidade ou não de designação de audiência para tanto (art. 331, § 3º, CPC), ressaltando-se que seu silêncio evidenciará a improbidade de obtenção da transação. II - Em caso de resposta negativa, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-se a sua relevância para elucidação dos fatos, no prazo de 05 (cinco) dias. -Advs. VALDECY LONGONIO DE OLIVEIRA, ELISIANE ALVES, NEWTON SCHIMMELPFENG, MONICA RIBEIRO TAVARES e CLAUDIA CANZI OAB/PR 15.565-.

13. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-1028/2009-FIRMINO CALGARO x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para apreciação, com as homenagens deste Juízo.-Advs. SAVINE MERTIG MARTINS PRADO e GUILHERME DI LUCA-.

14. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-1105/2009-BANCO BRADESCO S/A x COMERCIO E RECUP. DE VEICULOS ALMEIDA LTDA e outros-Manifeste-se a parte tendo em vista o decurso do prazo de suspensão requerido. -Adv. LEANDRO DE QUADROS-.

15. REVISAO CONTRATUAL (ORDINÁRIO)-0018310-31.2009.8.16.0030-EUDELEIDE PEREIRA LOPES x BANCO RURAL S/A- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens deste Juízo. -Advs. ARACELY DE SOUZA, CAPRICE ANDRETTA CHECHELAKY e MARCOS JOSÉ CHECHELAKY OAB/PR 16.300-.

16. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-1194/2009-VALERIA VALENTE COSTA x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens deste Juízo. -Advs. SAVINE MERTIG MARTINS PRADO e GUILHERME DI LUCA-.

17. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-1326/2009-BANCO VOLKSWAGEN S/A x DALVANA LARA DE MORAES- Manifeste-se a parte autora acerca da resposta do INFOJUD de fls. 68.-Advs. MARILI RIBEIRO TABORDA e MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER-.

18. USUCAPIAO-1432/2009-ROBSON FERNANDO RISDEN GRIGNET x ASSOCIADOS ENGENHARIA CIVIL LTDA- Acerca da contestação e documentos juntados, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. BRUNO FERNANDO MARTINS MIGLIOZZI-.

19. REVISAO CONTRATUAL (ORDINÁRIO)-0004112-52.2010.8.16.0030-JOAO OLIMPIO DE OLIVEIRA x PARANÁ BANCO S/A- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens deste Juízo. -Advs. ARACELY DE SOUZA, JOAO OLIMPIO DE OLIVEIRA, ANA PAULA MICHELS OSTROVSKI e ANA PAULA CONTI BASTOS-.

20. REVISAO CONTRATUAL (ORDINÁRIO)-0004670-24.2010.8.16.0030-MARIA SELMA FERREIRA GALVAO x BANCO FINASA S/A- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens deste Juízo. -Advs. DANIELLE RIBEIRO e NEWTON DORNELES SARATT-.

21. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0005684-43.2010.8.16.0030-IGUASSUL FOMENTO MERCANTIL S/A x CENTRO DE TREINAMENTO DE INFORMATICA E IDIOMAS LTDA- Manifeste-se a parte executada sobre os cálculos apresentados às fls. 48/51. -Advs. ALSIDINEI DE OLIVEIRA, JOANA D''ARC PEREIRA DA SILVA e SÉLIA PEREIRA DA ROCHA-.

22. COBRANCA (ORDINÁRIO)-0005699-12.2010.8.16.0030-NELSON CARLOS MEZA BARRIOS x MUNICIPIO DE FOZ DO IGUACU - PR- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens deste Juízo. -Advs. JORGE DA SILVA GIULIAN, CLAUDIA CANZI OAB/PR 15.565 e ADENICIA DE SOUZA LIMA-.

23. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0009620-76.2010.8.16.0030-SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL- SENAC x EVA ROSA DE OLIVEIRA ESPINDA- Manifeste-se a parte autora acerca da resposta do Renajud de fls. 93. -Adv. VANISE MELGAR TALAVERA 27316/PR-.

24. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0010358-64.2010.8.16.0030-CECM-COM DO VESTUARIO DA COSTA OESTE DO PARANA x LEANDRO MARASCA-Manifeste-se a parte tendo em vista o decurso do prazo de suspensão requerido.-Advs. MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA, CLEVERTON LORDANI e JACKSANDERSON FARIAS RIZATTI-.

25. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0011239-41.2010.8.16.0030-LUZIA DA CONCEIÇAO OLIVEIRA BENEDET e outros x BRASIL TELECOM S/A / OI- Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens deste Juízo. -Advs. GLACI ELZA ISHIKAWA, ANA TEREZA PALHARES BASÍLIO e JOAQUIM MIRÓ-.

26. INVENTARIO SOB RITO DE ARROL.-0012759-36.2010.8.16.0030-DOLORES DE FATIMA DA SILVA BERNARDI x ESPOLIO DE VANDERLEI JONATHA DA SILVA BERNARDI- Manifeste-se a parte tendo em vista o decurso do prazo de suspensão requerido.
-Advs. ELIANE VARGAS ROCHA e JULMARA LUIZA HUBNER ZAMPIER-.

27. COBRANCA (SUMÁRIO)-0013579-55.2010.8.16.0030-ADELIR SOTILLE e outro x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/- Remetam-

se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens deste Juízo. -Advs. SIMONE APARECIDA DOS REIS DIAS 50.441 e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.
28. MONITORIA-0015634-76.2010.8.16.0030-COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CADORE LTDA. x CLAUS TRANSPORTES LTDA.- Manifeste-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 49: (...em cumprimento ao r. mandado me dirigi ao endereço indicado e ai sendo deixei de citar a requerida CLAUS TRANSPORTES LTDA, pois não localizei tal empresa na rua indicada.) -Adv. DANIEL SIQUEIRA RIBAS-.
29. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0017952-32.2010.8.16.0030-SICREDI - COOPERATIVA DE CREDITO CATARATAS DO IGUAÇU x MARLY VIEIRA DOS SANTOS- Manifeste-se o exequente acerca do decurso do prazo sem resposta positiva pelas instituições financeiras.-Adv. IGNIS CARDOSO DO SANTOS-.
30. REPETICAO DE INDEBITO-0019080-87.2010.8.16.0030-CARLOS BENEDITO PEREIRA x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR- Acerca da contestação e documentos juntados, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. CARLOS HENRIQUE ROCHA-.
31. EMBARGOS A EXECUÇÃO-0019933-96.2010.8.16.0030-VALE AGUA DISTRIBUIDORA E COM. DE AGUA LTDA x CELUTTION IMP. E EXP. DE EQUIPAMENTOS ELET. LTDA- VISTOS. (...) V - Ao embargante para dizer se pretende produzir provas, devendo especificá-las e justificá-las. -Adv. MARCELO OSCAR KUSMIRSKI-.
32. OBRIGAÇAO DE FAZER (RITO SUMARIO)-0020516-81.2010.8.16.0030-EDNILSON DE SOUZA GONÇALVES e outros x VIZIVALI- FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU e outros- Acerca da contestação e documentos juntados, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias. Ainda para a parte autora: Carta Precatória à disposição em cartório. -Adv. WILLY COSTA DOLINSKI-.
33. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0027200-22.2010.8.16.0030-BV FINANCEIRA S/A - C. F. I. x VALDECIR JACOB ZANELA- Manifeste-se a parte autora acerca da resposta do Renajud de fls. 41/43, dando regular andamento ao feito. -Adv. RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA-.
34. REVISAO CONTRATUAL (ORDINÁRIO)-0027485-15.2010.8.16.0030-MUNICIPIO DE FOZ DO IGUACU - PR x SAGGIN & CIA LTDA.- VISTOS. I - Manifestem-se as partes sobre a possibilidade de conciliação, a fim de se verificar a viabilidade ou não de designação de audiência para tanto (art. 331, § 3º, CPC), ressaltando-se que seu silêncio evidenciará a improbidade de obtenção da transação. II - Em caso de resposta negativa, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-se a sua relevância para elucidação dos fatos, no prazo de 05 (cinco) dias.-Adv. VERA LUCIA BASTIANI-.
35. ANULATORIA (RITO SUMÁRIO)-0029092-63.2010.8.16.0030-ANTONIO RAFAEL SABINO PARMEZAN e outros x UNIOESTE - UNIVERSIDADE EST DO OESTE DO PARANA- VISTOS. I - Especifiquem as partes, as provas que pretendem produzir, justificando a sua relevância para a elucidação dos fatos, no prazo de em 05 (cinco) dias. -Advs. DIOGO BIANCHI FAZOLO, MARCO AURELIO DE OLIVEIRA ALMEIDA e ANTONIO LEAL JUNIOR-.
36. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0002845-45.2010.8.16.0030-ALEXANDRE NODARI e outros x BANCO ITAU S/A- Manifeste-se a parte acerca da petição de fls. 340 e seguintes. .-Adv. JULMARA LUIZA HUBNER ZAMPIER-.
37. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0000572-59.2011.8.16.0030-ANGELA MARIA DE OLIVEIRA x PARANÁ BANCO S/A-Acerca da contestação e documentos juntados, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. INDIA MARA MOURA TORRES-.
38. PRESTACAO DE CONTAS-0001343-37.2011.8.16.0030-MARIA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA x FOZ SERVIÇOS DE CADASTRO LTDA- VISTOS. (...) 3. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Acerca da contestação e documentos juntados, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias.-Adv. KELYN CRISTINA TRENTO-.
39. INDENIZACAO-0003822-03.2011.8.16.0030-CRISTIANE APARECIDA SILVA TINTINO x AMAL - PECÚLIO ABRAHAM LINCOLN e outro- VISTOS. I - Especifiquem as partes, as provas que pretendem produzir, justificando a sua relevância para a elucidação dos fatos, no prazo de em 05 (cinco) dias. -Advs. EURIDES EUCLIDES DO NASCIMENTO, ADRIANO CANELLI, DANILO SEVERINO D'ALOIA NUNES NETO, CAROLINA FOURAUX ABREU e GABRIEL BUNGENSTAB COUTINHO-.
40. BUSCA E APREENSAO-0004070-66.2011.8.16.0030-AYMORE - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x SERGIO PEDRO DOS SANTOS- Manifeste-se a parte tendo em vista o decurso do prazo sem que houvesse pagamento ou apresentação de contestação. -Adv. CARY CESAR MONDINI-.
41. DECLARATORIA (ORDINÁRIO)-0005858-18.2011.8.16.0030-ANDREA JAQUELINE BRUNING e outros x MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU- Acerca da contestação e documentos juntados, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. LUIZ ANTONIO IURKIEWIECZ e ANDRE LUIS ROMERO DE SOUZA-.
42. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0010055-16.2011.8.16.0030-MAXIMINIO LONGEN x CONSTRUFOZ LTDA - ME- Manifeste-se a parte tendo em vista o decurso do prazo sem que houvesse pagamento ou oposição de embargos pela parte requerido. -Adv. CÂNDIDA ELAINE AIRES DOS SANTOS-.
43. BUSCA E APREENSAO-0012080-02.2011.8.16.0030-COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CATARATAS DO IGUAÇU - SICREDI CATARATAS DO IGUAÇU x ARLEI MENDES- Manifeste-se a parte tendo em vista o decurso do prazo sem que houvesse pagamento ou apresentação de contestação pelo requerido. -Advs. IGNIS CARDOSO DO SANTOS e ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR-.
44. PRESTACAO DE CONTAS-0012793-74.2011.8.16.0030-MARCO AURÉLIO BREMM x BANCO ITAU S/A- Acerca da contestação e documentos juntados, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. EGIDIO FERNANDO ARGUELLO JUNIOR-.
45. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0015989-52.2011.8.16.0030-JANE GORETI PEDRO x PARANÁ BANCO S/A-Acerca da contestação e documentos juntados, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. INDIA MARA MOURA TORRES-.
46. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0016603-57.2011.8.16.0030-VALDECI GONZAGA x PARANÁ BANCO S/A- Acerca da contestação e documentos juntados, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias.-Adv. KELYN CRISTINA TRENTO-.
47. INDENIZACAO POR DANO MORAL-0016839-09.2011.8.16.0030-DONIZETE APARECIDO DE SOUZA x DENIS DIRCEU MUNCHEM e outro- Manifeste-se acerca da correspondência devolvida. -Advs. WANDERLEI FAZZOLO MACHADO e FRANCISCO EVANDRO DE OLIVEIRA-.
48. BUSCA E APREENSAO-0019692-88.2011.8.16.0030-B. V. FINANCEIRA S.A .C.F.I x MARILENE ANDRADES DA SILVA- Manifeste-se a parte tendo em vista o decurso do prazo sem que houvesse pagamento ou apresentação de contestação. -Advs. JANE MARIA VOISKI PRONER e CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELÉM-.
49. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0026400-57.2011.8.16.0030-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO TRES FRONTEIRA x EXPORTADORA DE MOVEIS IMPERIAL LTDA e outro- Efetuar o preparo das custas processuais no valor de R$ 817,80 (oitocentos e dezessete reais e oitenta centavos), equivalente a 5.800 VRC, 100% das custas. -Advs. MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA, CLEVERTON LORDANI e ALESSANDRA CELANT-.
50. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0026402-27.2011.8.16.0030-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO TRES FRONTEIRA x MARELI DE LIMA DA SILVA e outro- Efetuar o preparo das custas processuais no valor de R$ 817,80 (oitocentos e dezessete reais e oitenta centavos), equivalente a 5.800 VRC, 100% das custas.-Adv. MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA-.

FOZ DO IGUAÇU, 29 de Setembro de 2011
P/ESCRIVA

# VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

**PODER JUDICIÁRIO**
**JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**
**COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ**
**Juíza de Direito Substituta: Dra. LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI**
**Escrivã: JACELYNE WULCZAK**

**RELAÇÃO 42-11**

INTIMAÇÃO AO(S) SENHOR(A)(RES) ADVOGADO(A)(S)

| ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO | | |
|---|---|---|
| ADVOGADO/INTERESSADO | Nº DE ORDEM | Nº dos AUTOS |
| Cleverson Leandro Ortega | 01 | 204/10 |
| Welington Eduardo Lüdke | 02 | 30/09 |

1. Autos de Guarda Provisória sob n.º 204/10: "Fica a parte intimada para que se manifeste acerca da contestação no prazo de 05 (cinco) dias". Adv. Cleverson Leandro Ortega, OAB/PR 43.249.
2. Autos de Ação de Guarda sob o nº 30/09: "Fica a parte intimada para que se manifeste acerca da contestação no prazo de 05 (cinco) dias". Adv. Welington Eduardo Lüdke, OAB/PR 36.906.

Foz do Iguaçu, 29 de setembro de 2011.

# GOIOERÊ

# VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**COMARCA DE GOIOERE ESTADO DO PARANA**

**RELAÇAO Nº. 139/2011**
**JUÍZA DE DIREITO FABIANA MATIE SATO**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABDIAS ABRANTES NETO 0018 000053/2008
ADEMIR ANTONIO DE LIMA 0006 000466/2004
0038 002591/2011
AILSON PEDRO CARPINE 0039 002266/2011
ALESSANDRO DORIGON 0012 000749/2006
AMANDA YOKOHAMA ABRUNHOZA 0018 000053/2008
ANDERSON DOUGLAS G.FALLEI 0003 000318/2002
0008 000175/2005
ANTONIO CARLOS MONTEIRO S 0003 000318/2002
ANTONIO DE JESUS FILHO 0002 000221/2002
0003 000318/2002
BRAULIO BELINATI GARCIA 0011 000739/2006
CARLA HELIANA V. MEGOSSI 0017 000726/2007
CARLOS ARAUZ FILHO 0016 000497/2007
CARLOS HENRIQUE TENORIO C 0030 003453/2010
CARY CESAR MONDINI 0035 001791/2011
CASSIANO RICARDO BOCALAO 0010 000181/2006
0018 000053/2008
CLAUDIO FORTUNATO DOS REI 0005 000336/2003
CLEBER HILGERT 0018 000053/2008
CRISTIANE BERGAMIN MORRO- 0032 000158/2011
0033 001001/2011
EDISON DE MELLO SANTOS>OA 0008 000175/2005
EDSON RIMET DE ALMEIDA 0024 001374/2010
0026 001520/2010
0027 002375/2010
0028 002385/2010
0037 002267/2011
EDSON SCARDUA 0024 001374/2010
0025 001518/2010
0026 001520/2010
0027 002375/2010
0028 002385/2010
0037 002267/2011
EDSON VIOTTO 0036 001986/2011
ELISA GEHLEN PAULA BARROS 0032 000158/2011
FERNANDO MARTINS GONCALVE 0020 000529/2008
0031 004104/2010
FLAVIO SANTANA VALGAS 0017 000726/2007
FRANCISCO ANTONIO FRAGATA 0032 000158/2011
FRANCISCO E. SILVESTRE 0023 000443/2009
GERALDO ALBERTI OAB/PR 16 0040 002432/2011
HAMILTON JOSE OLIVEIRA 0004 000231/2003
ILMO TRISTAO BARBOSA 0030 003453/2010
ISAIAS JUNIOR T. BARBOSA 0030 003453/2010
JAIR APARECIDO ZANIN 0007 000470/2004
JOSE ABEL DO AMARAL FRANÇ 0004 000231/2003
JOSE APARECIDO BORGES DOS 0002 000221/2002
JOSE LUZO DE SOUZA FERNAN 0018 000053/2008
JOSE MARCELO DE JESUS 0002 000221/2002
0003 000318/2002
JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUEN 0032 000158/2011
LUCIANE GUEDES DE CARVALH 0003 000318/2002
0008 000175/2005
LUIZ CARLOS BAISCH 0018 000053/2008
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0015 000193/2007
LUIZ SERGIO DE TOLEDO BAR 0033 001001/2011
MAFALDA GOMES - OAB/PR. 8 0014 000083/2007
MARCELO DE ROCAMORA 0035 001791/2011
MARCOS AURÉLIO CERDEIRA 0001 000127/1990
MARCOS de QUEIROZ RAMALHO 0032 000158/2011
0033 001001/2011
MARIA REGINA V.DE MELO OA 0009 000311/2005
MARISA SIMONE FERREIRA 0040 002432/2011
MARLON DE LIMA CANTERI 0018 000053/2008
MAURI MARCELO BEVERVANCO 0015 000193/2007
MAURICIO BELESKI DE CARVA 0008 000175/2005
MILKEN JACQUELINE C. JACO 0017 000726/2007
NELSON PASCHOALOTTO 0021 000202/2009
NILTON EDUARDO DE SOUZA C 0030 003453/2010
NOBERTO LUIZ GUIMARAES GR 0018 000053/2008
OLDEMAR MARIANO 0015 000193/2007
OSCAR BARBOSA BUENO 0016 000497/2007
PAULO CESAR DE SOUZA 0018 000053/2008
PAULO JUSTINIANO DE SOUZA 0029 003170/2010
REGINALDO FABRÍCIO DOS SA 0029 003170/2010
RENATA P. COSTA DE OLIVEI 0013 000754/2006
RENATA PEREIRA COSTA DE O 0034 001191/2011
RENATO FERNANDES SILVA JU 0025 001518/2010
0026 001520/2010
0027 002375/2010
0028 002385/2010
RICARDO FERREIRA DE MACED 0003 000318/2002
RIVELINO SKURA 0012 000749/2006
ROBERTO A. BUSATO 0015 000193/2007
ROSANA CHRISTINE HASSE CA 0029 003170/2010
ROSANE CRISTINA MAGALHÃES 0038 002591/2011
SILVIO HEMERSON GUERRA 0019 000150/2008
VANDERLEY DOIN PACHECO 0030 003453/2010
WANDERSON MOREIRA ELIZIAR 0022 000366/2009
WILSON RICARDO MOROSINI D 0012 000749/2006
YURI MARCOS DOS SANTOS SI 0012 000749/2006

1. ORDINARIA DE APOSENTADORIA-127/1990-ANTONIO BARBOZA DE MIRANDA e outros x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- 1 Fls. 405, item 01: O acórdão do AI nº 2009.04.00.038279-9, já estava juntado a fls. 383/386. O agravo foi improvido.
2 Da relação de contas judiciais de fls. 343, apenas 04 exequentes receberam: a) DEJANIRA LAGO PELLOI, b) ADAUTO CARLOS DA SILVA,
c) ZEFERINA MOREIRA SANTOS DA SILVA e d) AIMA RODRIGUES FRASSON, segundo os alvarás de fls. 388, 389, 350, 371, 418; e decisão de fls. 405, item 02.
3. O advogado não apresentou o CPF dos demais: a) FRANCISCO JOSÉ MARQUES, b) MARILEIDE VIEIRA DA SILVA MOREIRA, c) CELSO DOS SANTOS e d) AMARILIO DE SOUZA CAVALCANTE, apesar de instado a tal, conforme despacho de fls. 405, e certidão de decurso do prazo a fls. 446, verso.
3.1. Por isso, determino a devolução integral, ao TRF, dos valores depositados em conta judicial, em nome de:
a) FRANCISCO JOSÉ MARQUES, conta judicial nº 927.149.31
b) MARILEIDE VIEIRA DA SILVA MOREIRA, conta judicial nº 927.149.90
c) CELSO DOS SANTOS, conta judicial nº 927.149.40.
d) AMARILIO DE SOUZA CAVALCANTE, conta judicial nº 927.148.93
3.2. Oficie-se ao Presidente do TRF, com cópia desta decisão.
4. Fls. 407, item 09: A cópia da habilitação nº 501/2009 de ANTONIO PAULO DA SILVA foi juntada a fls. 444/446.
5. Desde 2009, fls. 341, o procurado do INSS não toma ciência da tramitação destes autos. Das decisões de fls. 349/352 e 405/408, o INSS não foi cientificado.
5.1. Ao cartório para, com urgência, abrir vista ao INSS para que ele se manifeste segundo decisões de fls. 349/352 e 405/408, inclusive sobre as petições dos exequentes.
6. Intime-se.
-Adv. MARCOS AURÉLIO CERDEIRA-.
2. INDENIZACAO (RITO SUMARIO)-0000390-23.2002.8.16.0084-FRANCISCO LAURINDO e outro x JOAO CARLOS FIOROTO e outro- 1. Tendo o executado satisfeito a obrigação, conforme noticiado às fls. 278 dos autos, julgo EXTINTO o processo, a teor do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
2. Custas pelo autor.
3. Arquive-se após as cautelas legais.
4. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. ANTONIO DE JESUS FILHO, JOSE MARCELO DE JESUS e JOSE APARECIDO BORGES DOS SANTOS-.
3. INDENIZACAO (RITO SUMARIO)-318/2002-APARECIDA BALERONE DE SOUZA x USINA DE ACUCAR E ALCOOL GOIOERE LTDA.- 1. Houve acordo, devidamente homologado (fls. 867), sendo informado pelo exequente o cumprimento a fls. 869/870, portanto, passo para a análise da baixa das penhoras.
2. Exclusivamente com relação a esta indenização nº 318/2002, levantem-se as cotas penhoradas no PASA - Paraná Operações Portuário, em nome da executada USINA DE AÇÚCAR E ALCOOL GOIOERÊ, de fls. 602, item 02; fs. 603-A; fls. 801, item 3.1. fls. 806. Comunique-se a Junta Comercial de Paranaguá e a PASA.
3. Constam ainda alguns bloqueios na, Caixa Econômica Federal, fls. 398, 425, 427, 465 e 467; Banco Bradesco, fls. 442/445 e 456; Banco do Brasil, fls. 407; Banco Itaú, fls. 414, 415 e 417/418; Banco Indusval Multitock, fls. 403; mas alguns deles já foram levantados. Intime-se a Usina para que informe se ainda há bloqueio judicial em conta bancária, nestes autos. Em caso positivo, informe o titular, banco, agência, valor e folha dos autos onde consta o bloqueio.
4. Por fim, retornem os autos cls. -Advs. ANTONIO DE JESUS FILHO, JOSE MARCELO DE JESUS, ANDERSON DOUGLAS G.FALLEIROS, RICARDO FERREIRA DE MACEDO, ANTONIO CARLOS MONTEIRO SILVA DA FILHO e LUCIANE GUEDES DE CARVALHO-.
4. EMBARGOS DE TERCEIRO-231/2003-ALEX SANDRO FAQUIM x COPEL DISTRIBUIDORA S/A.- Embargante: Alex Sandro Faquim.
Embargado: Copel - Companhia Paranaense de Energia.
Embargos de Terceiro nº 231/2003.
I. RELATÓRIO
Trata-se de embargos de terceiro em que o embargante alega que seu imóvel foi penhorado na execução nº. 470/98, embora tenha sido adquirido, em 22 de abril de 1996, mediante escritura pública de compra e venda do Cartório Rosa Lima, livro 02. Noticia que onstruiu uma casa de alvenaria, onde reside juntamente com a sua família. Alega não ser caso de fraude à execução, porque a venda do imóvel se deu em 22.04.1996, a execução, em 1998; e a penhora em 15/03/2000 (fls. 02/08).
A embargada Copel alega ilegitimidade ativa porque o embargante não demonstrou ser o legítimo possuidor do imóvel. Aduz ainda que o contrato de compra e venda apresentado pelo embargante é suficiente para conservar apenas os seus direitos advindos da relação jurídica de compra e venda, sendo que, para ter seus direitos sobre o imóvel, indispensável é o registro da compra do imóvel no Registro de Imóveis. (fls. 64/71).
Réplica (fls. 79/80).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Na audiência de conciliação de fls. 93, houve a informação de que o imóvel objeto desta ação teria sido arrematado no Juizado Especial Civil de Campo Mourão/PR. Esta informação foi confirmada com o ofício nº. 381/11, expedido pelo Juizado de Campo Mourão/PR e juntado na execução em apenso.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO EXTINTO, em razão da falta de interesse superveniente, nos termos do art. 267, VI.

Condeno a embargante em custas e honorários advocatícios de R$ 500,00 (Quinhentos reais).
Junte-se cópia desta sentença na execução nº 470/98.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
-Advs. JOSE ABEL DO AMARAL FRANÇA e HAMILTON JOSE OLIVEIRA-.
5. USUCAPIAO-336/2003-MARLENE DA SILVA DEFASIO e outro x BANCO MERIDIONAL- 2. O autor JOSÉ BRAZ DEFAZIO é falecido, estando representado pelo espólio nos autos (fls. 101).
2.1. A viúva MARLENE DA SILVA DEFAZIO (co-autora), deverá incluir os filhos como sucessores de JOSÉ BRAZ DEFAZIO, porque na eventual procedência do pedido, o espólio não poderá constar como proprietário na matrícula do imóvel junto ao CRI. Intime-se a autora para habilitar os filhos, no prazo de 10 dias.-Adv. CLAUDIO FORTUNATO DOS REIS-.
6. DECLAR.INEXIGIBILIDADE TITULO-466/2004-ODINIVAL MANOEL x COOPERATIVA AGROPECUARIA GOIOERE LTDA. e outro-
Ao exequente para se manifestarse houve cumprimento ao acordo de fls. 425.-Adv. ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.
7. EXECUCAO DE SENTENCA-470/2004-WALMOR JUNIOR DA SILVA x MARIA LUQUE CORREA e outros- 3.Para o cumprimento do(a) sentença/acórdão, quanto à obrigação de pagar, ante a nova sistemática da Lei nº 10.352, de 26.12.2005, intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, via Diário da Justiça, para pagar, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% (CPC, art. 475-J), ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído.
a) Ressalto que ficará a cargo do devedor o cálculo da quantia devida.
b) No caso de pagamento parcial, a multa incidirá sobre a diferença. (CPC, art. 475-J, §4º)
c) A multa é devida a partir e inclusive o 16º dia. Se o 15º dia cair em dia em que não há expediente forense, prorrogar-se-á até o primeiro dia útil subseqüente.-Adv. JAIR APARECIDO ZANIN-.
8. PRESTACAO DE CONTAS-175/2005-JOSE WILSON DE CARVALHO x EDUARDO MITSUGU OTANI- O réu foi condenado a prestar contas do financiamento obtido junto ao BRDE no valor de R$ 350.000,00 para a construção de um hospital em parceria com o autor (sentença de fls. 170-173 e acórdão de fls. 254-261).
Intimado a prestar contas, sob pena de multa mensal de R$ 6.000,00 (fls. 280/281), o réu alegou que as notas fiscais referentes às despesas com a construção foram destruídas (fls. 290-291), mas apresentou uma relação de despesas as fls. 293-309 O autor foi intimado, para, em substituição, prestar contas, nos termos do art. 915, § 2º, do CPC (fls. 490, item 1.1).
Da decisão que fixou multa de R$ 24.000,00, por ausência de prestação de contas (fls. 491, item 3.1), o réu agravou as fls. 499-510, e o recurso foi provido as fls. 515-525, para afastar a multa.
O autor prestou contas as fls. 526-531 e apontou um crédito a seu favor de R$ 40.650,58.
É o relatório.
Já houve julgamento da 1º fase, conforme sentença de fls. 170-173 e acórdão de fls. 254-261, que condenou o réu EDUARDO MITSUGU OTANI a prestar contas do financiamento obtido junto ao BRDE em 17.10.2000 no valor de R$ 350.000,00 para a construção do hospital SANTA MARIA SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (fls. 310) em parceria com o autor e mais três sócios.
Das despesas relacionadas as fls. 293-309, o réu EDUARDO MITSUGU OTANI não apresentou notas fiscais idôneas que comprovem a efetiva prestação dos serviços listados as fls. 527-529, ou recibo de pagamento, devidamente assinado pelos prestadores dos serviços.
1. Após a sentença de 1º fase, o réu alegou que as notas fiscais referentes às despesas com a construção do hospital foram destruídas, (fls. 290-291), mas a conduta do réu indica má-fé ou culpa porque, principalmente em razão do ajuizamento da presente ação de prestação de contas, todos os documentos deveriam ter sido guardados pelo réu (administrador), nos termos do art. 1194 e 206, do CC.
CC, art. 1.194. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e mais papéis concernentes à sua atividade, enquanto não ocorrer prescrição ou decadência no tocante aos atos neles consignados.
CC, art. 206 Prescreve:
§ 3o Em três anos:
VII - a pretensão contra as pessoas em seguida indicadas por violação da lei ou do estatuto, contado o prazo:
b) para os administradores, ou fiscais, da apresentação, aos sócios, do balanço referente ao exercício em que a violação tenha sido praticada, ou da reunião ou assembleia geral que dela deva tomar conhecimento;
Embora não se conheça a data da apresentação do balanço referente ao exercício em que a violação tenha sido praticada, ou da reunião ou assembleia geral que dela deva tomar conhecimento; considero que a obra foi terminada em junho de 2003 por isso, ajuizada a ação de prestação de contas em 2005, não houve o decurso do prazo de 03 anos.
2. Em razão da assertiva do réu de que as notas fiscais referentes às despesas com a construção do hospital foram destruídas (fls. 290-291), vieram as contas do autor de fls. 526-531, com indicação de um total de R$ 180.669,25 de despesas não comprovadas pelo réu (administrador) para a construção do hospital SANTA MARIA SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, e o autor requer a condenação do réu no pagamento de R$ 40.650,48 referente à sua parte na sociedade (22,50%, do total de R$ 180.669,25), mas esta prestação de contas, de fls. 526/531, de igual forma não deve ser acolhida porque ela não foram prestadas de forma mercantil, não tiveram o cronograma das obras, a descrição dos materiais, os gastos com mão-de-obra, ou seja, a prestação de contas do autor não pode ser acolhida.
Em que pese a previsão legal de o réu não poder impugnar as contas prestadas pelo autor, nos termos do art. 915, § 2º, última parte, do CPC; mas tal assertiva não impõe ao juiz a obrigação de acatar uma conta do autor, sem o mínimo de verossimilhança e concretude.
Não é crível que uma obra de R$ 350.000,00 financiada pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, e sem notícia de reprovação de contas pelo fiscalizador, tenha concomitantemente o decreto de desaprovação de contas, com a ordem de pagamento de R$ 180.000,00 aos demais sócios.
3. Necessária a prova pericial contábil para a prestação de contas, e apuração do saldo devedor. Para tanto, nomeio LEÔNIDAS GIL BENETELO, Rua Arapongas, 113; Jardim Dom Bosco, Londrina, CEP 86060-440, telefone (43) 3027.7100, finance@financecontabil.com.br ou finance@sercomtel.com.br.
3.1. Remetam-se os autos ao perito para que enumere os documentos (e a fonte, com endereço) que necessita para a feitura da perícia. Na mesma oportunidade, formule sua proposta de honorários periciais.
3.2. Da proposta de honorários, intime-se o autor para adiantar os honorários periciais, no prazo de 10 dias.
3.3. Do pedido de exibição de documentos, pelo perito, abra-se cls.
4. Foi carreado ao autor, e não ao réu, a antecipação dos honorários periciais pelos seguintes motivos:
O réu restou vencido, na primeira fase e, por isso, foi condenado a prestar contas. Essa obrigação de prestar contas compreende, automaticamente, a responsabilidade pela realização, ou melhor, pelo custeio da perícia contábil. Se o réu, na primeira fase da ação de prestação de contas, foi condenado a prestá-las, na segunda fase é seu o ônus de apresentá-las na forma mercantil e inteligível tanto para o autor, como para o juiz.
O art. 917, parte final, do Código de Processo Civil estabelece a quem compete o ônus de comprovar os lançamentos efetuados, motivo pelo qual, uma vez condenado o réu a prestar contas, a ele incumbe juntar todos os documentos para sua exata compreensão, mas em razão da sua inércia, o autor prestou contas, mas elas não se mostrarem suficientes para esclarecer os lançamentos e movimentos financeiros, impossibilitando ao juiz a correta análise e julgamento das questões que lhe foram postas à apreciação, torna-se imperiosa a realização da perícia.
O ônus da prova da regularidade dos lançamentos é do réu, em virtude da sentença de procedência da ação de prestação de contas, mas como dito anteriormente, no histórico do processo, o réu não as prestou, por isso, foi transferido ao autor prestá-las.
Logo, caberá àquele a quem cumpre a prestação arcar com as despesas dessa prova. No caso dos autos, passou a ser do autor o ônus de apresentar as contas na forma mercantil, e assim, possibilitar a compreensão do magistrado que as irá julgar, em segunda fase.
Não teria lógica transferir o adiantamento dos honorários periciais a quem já não demonstrou interesse em prestá-las. No mais: se ao réu recaísse tal ônus, e ele não adiantasse o pagamento, o juiz teria que acolher a conta do autor, que antecipadamente já se observa que não é verossímil? Justamente, por isso, em razão de todo o encadeamento dos atos processuais historiados é que o ônus da prova pericial deve ser do autor.
5. Apresentem as partes os quesitos e assistente técnico em 05 dias (CPC, art. 421, §1º). Solicito que os advogados, além de apresentarem os quesitos no cartório, ainda remetam cópia dos quesitos no e-mail finance@financecontabil.com.br ou finance@sercomtel.com.br. Solicito que seja indicado o número do processo e nome da ação.
6. Com o depósito judicial, remetam-se os autos ao perito para dar início aos trabalhos, com a apresentação do laudo em 40 dias.
7. Apresentado o laudo, concedo o prazo de 10 dias para que o autor se manifeste; e em seguida, 10 dias para a parte ré.
Intimem-se as partes integralmente deste despacho; e após, conforme a execução dos atos, no momento adequado.
-Advs. MAURICIO BELESKI DE CARVALHO, EDISON DE MELLO SANTOS>OAB/PR.7.045, LUCIANE GUEDES DE CARVALHO e ANDERSON DOUGLAS G.FALLEIROS-.
9. ANULACAO ATO JURIDICO (ORD)-0000893-39.2005.8.16.0084-LUIZ CARLOS RODRIGUES PALLONI x OSMANE DE OLIVEIRA- 1. O autor LUIZ CARLOS RODRIGUES PALLONI pretende anular a procuração de fls. 36, alegando nunca ter assinado.
1.1. JOSÉ EDSON GOMES DE SIQUEIRA figura como representante da empresa FRIPORÃ, na procuração de fls. 36, intime-se o autor para incluí-lo no pólo ativo ou passivo, considerando que todos os participantes do negócio de fls. 36 deverão integrar a lide.
2. Intime-se o autor para retirar os ofícios de fls. 119-128.-Adv. MARIA REGINA V.DE MELO OAB/PR 20561-.
10. ORDINARIA DE COBRANCA-0000842-91.2006.8.16.0084-JOSE JOAQUIM SOARES x MUNICIPIO DE GOIOERE - PR- 4. O réu alegou que já repassou as verbas ao Poder Legislativo para pagamento dos vereadores (fls. 70). Considerando que o ônus de provar o pagamento é do devedor (art. 333, II do CPC), intime-se o Município para demonstrar o repasse da remuneração do autor, referente aos meses de maio/96 a dezembro/96 (ex. extrato bancário).-Adv. CASSIANO RICARDO BOCALAO-.
11. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-739/2006-BANCO ITAU S/A. x H K Z INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA. e outro- 2. Após, intime-se o exequente para que no prazo de 15 dias, indique bens passíveis de penhora.-Adv. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

12. INDENIZACAO (RITO SUMARIO)-749/2006-EDILEUZA LEOPOLDINA SANTOS CPF/MF. 840.971.169-91 e outros x MUNICIPIO DE MOREIRA SALES - PR-
Autoras: Edileuza Leopoldina Santos, Elzi Aleixo Silva e Iracema de Almeida Telles
Réu: Município de Moreira Sales
Ação de Indenização nº 749/2006
I. RELATÓRIO
Trata-se de ação de indenização ajuizada pelas professoras de ensino fundamental (1ª a 4ª séries), concursadas pelo Estado do Paraná, sob a alegação de que desde 2001 não recebem o repasse do FUNDEF, embora o Município receba tais valores. Pretendem o repasse da verba, no valor de R$ 17.052,00, para cada autora.
O réu alegou que as autoras não comprovaram ser pessoas pobres para a concessão da Justiça Gratuita, alegou falta de autenticação das cópias das CTPS, ausência de provas para instruírem o feito e, no mérito, que as autoras são professoras do ensino infantil, e não fundamental, assim, não se enquadram nos requisitos exigidos pelo FUNDEF. (fls. 148-168)
Réplica às fls. 169 - 176.
Audiência de conciliação e saneamento às fls. 184.
O Ministério Público não pretende a intervenção (fls. 204-206).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. Mantenho a justiça gratuita porque aos nobres professores, a quem um país depende para solidificar e educar um povo, inexiste, (infelizmente) remuneração que os tornem uma classe abastada.
2. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização ao Magistério (FUNDEF) foi criado com o objetivo promover a universalização, a manutenção e a melhoria qualitativa do ensino fundamental púbico.
O FUNDEF busca aplicação do percentual de 60% do valor do Fundo destinado ao Município, para remuneração dos professores em exercício no ensino fundamental (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), levando-se em conta, dentre vários requisitos, o número total de alunos no Município e o de professores com atuação nestas séries.
Cabe observar que com a Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB, para abranger não somente a educação fundamental, mas também o ensino infantil e médio, indígena e também a alfabetização de adultos. A duração do FUNDEB é de 14 anos a partir do primeiro ano de sua implantação.
A ação de indenização foi proposta em dezembro de 2006, visando discussão sobre ausência de repasse do FUNDEF às impetrantes entre os anos de 2001 a 2006, portanto, de período anterior à Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.
As autoras alegam que desde o ano de 2001 o Município de Moreira Sales não repassa estes valores, conforme documentos retirados do site da Fazenda Nacional (fls. 86-91).
Por sua vez, o Município alega que nenhum ilícito foi cometido posto que as impetrantes exerciam função no ensino infantil, não abrangido pelo programa do FUNDEF.
Em análise às anotações em CTPS, elas eram concursadas, professoras habilitadas em magistério nível "2M" categoria "A" (fls. 22, 39, 47 e 63).
Na CTPS da impetrante Elzi, às fls. 47, consta "a partir de 10/08/90 em virtude de habilitação em conc. Público passou a exercer o emp. Público de professora habilitada em magistério nível "2M" categoria "A" p/ regência de 1ª à 4ª séries do 1º grau (...)".
O Município réu juntou declarações da Pré Escola Municipal Professor Geraldo Prehl - Educação Infantil no intuito de comprovar que:
1) Elzi da Silva Bezerra Santos (nome adotado após casamento, referente à impetrante Elzi Aleixo Silva) prestou serviços à escola no cargo de professora da educação infantil no período de 2000 a 2006 (fls. 163);
2) Edileuza Leopoldina Santos prestou serviços à escola no cargo de professora da educação infantil no período de 200 a 2006 (fls. 164);
3) Iracema de Almeida Telles prestou serviços à escola no cargo de Coordenadora pedagógica de ensino infantil nos anos de 2005 a 2006 (fls. 165).
A exclusividade no ensino fundamental não é requisito exigido para recebimento do benefício, porém, o ônus da prova de que houve efetiva prestação de serviço no ensino fundamental era das autoras.
Observa-se que Elzi Aleixo Silva, consta às fls. 50 que no ano de 2001, recebeu rateio do fundo. Às fls. 30, Edileuza Leopoldina Santos, no mês de maio de 2004 recebeu adiantamento do fundo no valor de R$ 883,62. Já com relação à Iracema de Almeida, dentre os seus documentos juntados, nenhum repasse foi creditado. Alguns créditos esporádicos não faz prova de que durante todos os anos, de 2001 a 2006, elas realmente ministraram aulas no ensino fundamental.
Licenças ou afastamentos são possíveis, por isso, era ônus das autoras terem provado que trabalharam no ensino fundamental, de 2001 a 2006.
Para tanto, a fls. 207, item 03, foi concedida oportunidade específica para as autores colmatarem a ausência de prova, porém, a fls. 211/212, elas se manifestaram para ratificar a réplica de fls. 169/176 e reafirmar os documentos juntados na contestação. No final, nada provaram.
Por fim no que se refere ao valor do repasse, a fls. 86/91 consta o recebimento do FUNDEF pelo Município de Moreira Sales nos anos de 2001 até 2006. Do valor repassado ao município, 60% deve ser rateado entre os professores do ensino fundamental. O valor recebido pelo Município deve ser rateado entre os professores do ensino fundamental, levando-se em conta o número de alunos cursando 5ª a 8ª séries e 1ª a 4ª séries, uma vez que o valor referente aos alunos de 5ª a 8ª séries e da educação especial é 5% superior ao valor referente aos alunos da 1ª a 4ª séries (fls. 93/94). As autoras indicaram o valor de R$ 17.052,00 para cada uma, mas não explicaram analiticamente como obtiveram este valor.
Em razão dos argumentos acima, o pedido é improcedente.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido.
Condeno as autoras no pagamento de custas e honorários advocatícios, de R$ 1.000,00 (um mil reais) para o advogado do réu. Observe-se o art. 12 da Lei nº 1.060/50.
Registre-se. Publique-se. Intimem-se.
-Advs. YURI MARCOS DOS SANTOS SILVA, ALESSANDRO DORIGON, RIVELINO SKURA e WILSON RICARDO MOROSINI DOS SANTOS-.
13. BUSCA E APREENSAO (FID)-754/2006-BANCO PANAMERICANO S/A. x FABIO BLASQUI CASTO-A autora para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (retirar edital), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. RENATA P. COSTA DE OLIVEIRA-.
14. INTERDIÇÃO-83/2007-MARCIA TIEMI TURUCHIMA x MARIA HIRATA TURUCHIMA-A autora para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (recolher o porte postal), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. MAFALDA GOMES - OAB/PR. 8.738-.
15. PRESTACAO DE CONTAS-193/2007-ALDAIR PERINI & CIA LTDA x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A.- BANCO MULTIPLO-3. Intime-se o réu para efetuar o adiantamento dos honorários periciais de R$ 2.500,00, no prazo de 10 dias. -Advs. OLDEMAR MARIANO, ROBERTO A. BUSATO, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e MAURI MARCELO BEVERVANCO JUNIOR-.
16. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-497/2007-COOP. CRED. LIVRE ADMISSAO V. DO PIQUIRI - SICREDI x FERNANDO TEIXEIRA BUENO e outros- 1. Nesta data foram julgados os embargos à execução nº 647/2007, PARCIALMENTE PROCEDENTE para substituir a TBF pelo INPC, e excluir a comissão de permanência; mas manter os juros remuneratórios de 3% ao mês (por ausência de ilegalidade ou abusividade), a capitalização anual e os juros moratórios de 1% ao mês.
1.1. Junte-se cópia da sentença nesta execução, certifique-se se houve ou não o trânsito em julgado.
2. Eventual interposição de apelação contra a sentença dos embargos à execução será recebida no duplo efeito, por isso, aguarde-se o trânsito em julgado, e após, dê-se seguinte a esta execução. Registro, porém, que a penhora é possível, considerando o teor do CPC, art. 739-A, §6º. Ou seja, se mesmo com a concessão de efeito suspensivo, aos embargos, é possível a penhora; o mesmo raciocínio se aplica após a sentença, com apelação recebida no duplo efeito, devolutivo e suspensivo.
3. Do agravo de instrumento nº 731.818-9, houve provimento para reconhecer a impenhorabilidade dos imóveis rurais penhorados, porém, ainda sem trânsito em julgado em razão da interposição de recurso especial. Por isso, aguarde-se a comunicação de trânsito em julgado.
3.1. De qualquer forma, em razão do efeito meramente devolutivo do recurso especial, o acórdão de provimento do agravo deve ser cumprido imediatamente.
3.2 Assim, baixe-se a penhora de fls. 86, dos imóveis 17.055 e 17.056. Oficie-se o CRI.
3.3 Junte-se o acórdão do agravo de instrumento nº 731.818-9, em anexo.
4. Intime-se o exequente para indicar outros bens penhoráveis, no prazo de 30 dias.
4.1. Após, aguarde-se o trânsito em julgado dos embargos à execução.
-Advs. CARLOS ARAUZ FILHO e OSCAR BARBOSA BUENO-.
17. ACAO DE DEPOSITO-726/2007-FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITO CREDITÁRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG -BRASIL MULTICARTEIRA x MARIA MARTA LIMA-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (retirar o ofício), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Advs. CARLA HELIANA V. MEGOSSI TANTIN, FLAVIO SANTANA VALGAS e MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI-.
18. DESAPROPRIACAO-53/2008-MUNICIPIO DE MOREIRA SALES - PR x COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL-
As partes para comparecimento, designando o dia 11 de novembro de 2010 (5°feira) as 09 h:00 min horas em frente à Vara Cível, para o início da prova da Perícia.
-Advs. PAULO CESAR DE SOUZA, JOSE LUZO DE SOUZA FERNANDES (perito), LUIZ CARLOS BAISCH, MARLON DE LIMA CANTERI, CASSIANO RICARDO BOCALAO, NOBERTO LUIZ GUIMARAES GRUBHOFER (perito), AMANDA YOKOHAMA ABRUNHOZA, ABDIAS ABRANTES NETO e CLEBER HILGERT-.
19. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-150/2008-ANTONIO DOMINGOS DA SILVA x BANCO BMG S/A.-
Ao autor para efetuar o pagamento das custas remanescentes no valor de R$ 492,70.-Adv. SILVIO HEMERSON GUERRA-.
20. MONITORIA-529/2008-GERALDO ROSSI x SEVERINO VELOSO DE ARAÚJO NETO-
Ao autor para indicar o endereço atualizado do requerido no prazo de 10 dias, uma vez que a correspondencia enviada retornou com a advertencia "mudou-se".-Adv. FERNANDO MARTINS GONCALVES-.
21. ACAO DE DEPOSITO-202/2009-BANCO BRADESCO S/A. x IRINEU MARCOS DOS SANTOS-Ao autor para recolher o porte postal e providenciar cópias. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.
22. CAUTELAR INOMINADA-366/2009-VANIA CAVALCANTE CARREÃO x MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE DO OESTE - PR-
2. Defiro o pedido de fls. 51 e determino a intimação do réu, por seu advogado, para a apresentação dos documentos indicados na letra "a" até "i", e assim, comprovar que não é a SONIA ROSSI MEDEIROS ARRABAL que está atuando como orientadora pedagógica, mas sim outra pessoa legalmente investida no cargo.
1.1. Intime-se o Município de Rancho Alegre do Oeste, por seu procurador pelo DJ (fls. 33), com urgência, para apresentar, no prazo de 10 dias, os documentos requisitados no despacho de fls. 64, item 2.

-Adv. WANDERSON MOREIRA ELIZIARIO-.
23. COBRANÇA (ORD)-443/2009-MARIA APARECIDA GONÇALVES DA SILVA e outros x LATICINIO MATINAL LTDA. e outro-
Ao autor para se manifestar sobre a correspondencia devolvida.-Adv. FRANCISCO E. SILVESTRE-.
24. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0001374-26.2010.8.16.0084-LEONCIO NOVELLO e outros x COOPERMIBRA-COOPERATIVA MISTA AGROPEC. DO BRASIL-
A parte autora para efetuar o pagamento das custas remanescentes no valor de R $19,49.-Advs. EDSON SCARDUA e EDSON RIMET DE ALMEIDA-.
25. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0001518-97.2010.8.16.0084-COOPERMIBRA-COOPERATIVA MISTA AGROPEC. DO BRASIL x PEDRO CRUBELATI FILHO- Em razão da transação de fls. 44/46, HOMOLOGO O ACORDO, nos termos do art. 269, III do CPC e extingo o processo, com resolução de mérito.
a) Custas e honorários advocatícios na forma pactuada.
b) Suspendo o processo até 30.03.2015.
c) Apenas após a informação de cumprimento do acordo, determino o arquivamento.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. -Advs. RENATO FERNANDES SILVA JUNIOR e EDSON SCARDUA-.
26. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0001520-67.2010.8.16.0084-COOPERMIBRA-COOPERATIVA MISTA AGROPEC. DO BRASIL x LEONCIO NOVELLO e outro- 1. Tendo o executado satisfeito a obrigação, conforme noticiado às fls. 175/177 dos autos, julgo EXTINTO o processo, a teor do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
2. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
3. Custas pelo executado.
4. Ao cartório para que verifique se os valores bloqueados a fls. 165 e 166, no valor de R$ 3.004,59 e 4.631,03, foram transferidos para a conta judicial de fls. 172.
5. Após, defiro a expedição de alvará judicial em nome do Dr. RENATO FERNANDES SILVA JUNIOR, com prazo de 30 dias, para levantamento de R$ 7.993,86 (R$ 3.004,59; R$ 358,24 e R$ 4.631,03), mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial, a ser localizada acima.
6. Os levantamentos relacionados à Consignação nº. 1374/10 serão decididos naquela ação.
7. Arquive-se após as cautelas legais.-Advs. RENATO FERNANDES SILVA JUNIOR, EDSON SCARDUA e EDSON RIMET DE ALMEIDA-.
27. EMBARGOS A EXECUCAO-0002375-46.2010.8.16.0084-LEONCIO NOVELLO e outro x COOPERMIBRA-COOPERATIVA MISTA AGROPEC. DO BRASIL-
Homologo por sentença a desistência de fls. 175/177, pugnada na execução nº. 1520/2010, para os fins do artigo 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil.
1. Custas pelo embargante.
2. Oportunamente, procedidas às baixas devidas, arquivem-se os autos com as devidas cautelas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Advs. EDSON SCARDUA, EDSON RIMET DE ALMEIDA e RENATO FERNANDES SILVA JUNIOR-.
28. EMBARGOS A EXECUCAO-0002385-90.2010.8.16.0084-PEDRO CRUBELATI FILHO x COOPERMIBRA-COOPERATIVA MISTA AGROPEC. DO BRASIL-
Homologo por sentença a desistência de fls. 170/172, pugnada na execução nº. 2385/2010, para os fins do artigo 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil.
1. Custas pelo embargante.
2. Oportunamente, procedidas às baixas devidas, arquivem-se os autos com as devidas cautelas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
-Advs. EDSON SCARDUA, EDSON RIMET DE ALMEIDA e RENATO FERNANDES SILVA JUNIOR-.
29. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0003170-52.2010.8.16.0084-REINALDO FABRICIO DOS SANTOS x BANCO DO BRASIL S/A- Autor: Reinaldo Fabrício dos Santos
Réu: Banco do Brasil S/A
Consignação em pagamento nº. 3170/2010
I. RELATÓRIO
Trata-se de consignação em pagamento em que o autor alega ser devedor de R $ 12.888,12 do Banco do Brasil, referente ao contrato de Securitização Rural nº 220.500.879, com atraso na parcela do ano de 2009. Vencida a parcela do ano de 2010, o autor, ao tentar realizar seu pagamento, foi negado pelo banco sob alegação de que antes deveria pagar o valor da parcela de 2009, no importe de R$ 39.000,00. Consignação extrajudicial de R$ 12.900,00 (fls. 17).
Emenda da inicial (fls. 29-32).
O autor depositou mais R$ 15.964,36, referente ao que entende ser o valor atualizado da parcela do ano de 2009 (fl. 34). Planilha de cálculo às fls. 36-37.
O réu, Banco do Brasil, alega não haver interesse de agir tendo em vista que o autor não tentou pagar seu débito junto ao banco, tampouco comprovou qualquer recusa deste pagamento. Alega ainda que nenhuma cláusula contratual feriu o Código de Defesa do Consumidor, bem como os juros aplicados foram os estipulados no contrato. Aduz que os valores depositados são inferiores ao devido. Esclarece também a desnecessidade de realização de perícia, posto que o quantum devido é apurável mediante simples cálculo aritmético (fls. 45-58).
Réplica (fls. 62-74).
É o relatório.
I. FUNDAMENTAÇÃO
1. O feito comporta pronto julgamento, uma vez que a matéria nele aventada se resume a questões de direito, sendo que os pontos de fato já se encontram devidamente comprovados, seja pela documentação acostada pelas partes, ou ainda pelas teses já expostas.
2. O autor alega que foi até o Banco do Brasil, em 30/08/2010, para efetuar pagamento da parcela vencida em 30/08/2009, e 30/08/2010. O valor da parcela é de R$ 12.888,12. Todavia, foi dito ao autor, pelo banco réu, que somente poderia receber o valor da parcela que se vencia naquela data se antes pagasse a parcela vencida no ano anterior, no valor de R$ 39.000,00.
O autor consignou, em 31/08/2010, em atraso, o valor referente à parcela 30/08/2010, no valor de R$ 12.900,00 (fls. 17).
Cabe observar que o autor foi à Caixa Econômica Federal consignar o valor no dia 30/08/10 (data do vencimento da parcela), mas o depósito apenas foi efetivado no dia 31/08/2010, porque o CNPJ da matriz do Banco do Brasil não estava cadastrado (fls. 18).
Consignou também o valor que entendia adequado, referente à parcela de 30/08/2009, R$ 15.964,36 (fls. 34), apresentando a memória de cálculo (fls. 36).
O autor não trouxe contrato bancário sob alegação de que pelo banco nada lhe foi entregue. Da mesma forma, nada foi trazido pelo réu.
3. Da consignação em pagamento, o BB se recusou a receber o valor consignado em 31/08/10, referente à parcela vencida em 30/08/10.
Estabelece o CC, artigo 322:
CC, art. 322: Quando o pagamento for em quotas periódicas, a quitação da última estabelece, até prova em contrário, a presunção de estarem solvidas as anteriores.
Com efeito, o banco não estava obrigado a receber a parcela 30/08/2010 se ainda estava pendente a parcela de 30/08/2009. Assim, a recusa do banco foi legítima.
4. Por outro lado, o respectivo valor da parcela de 30/08/2010 foi corretamente depositado (fls. 17). Sendo este incontroverso, cabível o levantamento pelo banco réu.
Quanto à parcela em atraso, no valor de R$ 12.888,12, vencida em 31/08/2009, o autor apresentou memória de cálculo aplicando a taxa de juros de 12% a.a. e multa de 2% (fls. 36), resultando em um total de R$ 15.964,36, valor este consignado às fls. 34. O valor consignado presume-se adequado, já que o BB deixou de impugnar. Assim, os depósitos efetuados pelo autor serão considerados suficientes para quitar a dívida.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido do autor, em razão da recusa legítima do credor.
a) Em razão da suficiência do valores depositados pelo autor para a quitação do contrato de securitização rural nº 220.500.879, com vencimento em 30/08/2009 (R $ 15.964,36) e 30/08/2010 (R$ 12.900,00), autorizo que o BB levante, integralmente a quantia depositada na Caixa Econômica Federal, agência 0966, conta creditada nº 011/00.000.007-6, ao preposto indicado pelo BB, referente à consignação extrajudicial de R$ 12.900,00 (fls. 17) e R$ 15.964,36 (fls. 34), com os rendimentos do capital.
b) Condeno o autor no pagamento de custas e honorários advocatícios de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), nos termos do CPC, art. 20, §4º, considerando o julgamento antecipado, mas sopesada a natureza e a complexidade da ação.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se
-Advs. REGINALDO FABRÍCIO DOS SANTOS, PAULO JUSTINIANO DE SOUZA e ROSANA CHRISTINE HASSE CARDOZO-.
30. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0003453-75.2010.8.16.0084-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ALEXANDRE BIZETTI- O executado alega a impenhorabilidade dos maquinários agrícolas de fls. 36, por constituírem seu instrumento de trabalho em propriedade rural (fls. 44-48).
O exequente alega que a utilização dos maquinários como instrumento de trabalho não restou comprovado (fls. 53-55).
É o relatório.
Há verossimilhança nas alegações do executado, porque ele é agricultor (qualificação na petição inicial de fls. 02 e procuração de fls. 39), e as notas promissórias tem natureza agrícola, fls. 18-22 (registre-se que elas não foram contraída para a compra da plantadeira penhorada).
Pelo auto de fls. 36, foi penhorada uma "plantadeira, nº série 0495711119, modelo OS-T, 11 linhas, marca TATU, ano 1998 e uma "plataforma de milho de 05 linhas, modelo 1114/MP, série 07579, marca Massey Ferguson, ano 1992", equipamentos úteis à atividade produtiva.
1. Assim, defiro o pedido do executado para declarar a impenhorabilidade dos maquinários agrícolas de fls. 36, com base no art. 649, V, do CPC.
2. Levante-se a penhora de fls. 36.
2.1. Comunique-se o distribuidor.
3. Intime-se o exequente para indicar novos bens passíveis de penhora, em 15 dias.-Advs. ILMO TRISTAO BARBOSA, VANDERLEY DOIN PACHECO, ISAIAS JUNIOR T. BARBOSA, CARLOS HENRIQUE TENORIO CAVALCANTE e NILTON EDUARDO DE SOUZA COSTA-.
31. MANDADO DE SEGURANCA-0004104-10.2010.8.16.0084-CELIA BORGES TONELLI e outros x SECRETARIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANA-
Ao autor para retirar a Carta Precatória.
-Adv. FERNANDO MARTINS GONCALVES-.
32. DECLAR.INEXIGIBILIDADE TITULO-0000158-93.2011.8.16.0084-ALAIDE MARTINS DOS SANTOS x BANCO CITICARD S/A e outro- Autora: Alaíde Martins dos Santos
Réu: Banco Citicard S/A e Atlântico - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizados
Ação declaratória de inexigibilidade de título nº 158/2011
I. RELATÓRIO

Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de título c/c danos morais, em razão de cobrança de R$ 14.556,90 por Atlântico Fundo de Investimento em Direitos Creditório NP, referente a uma dívida do cartão de crédito do banco Citicard. Esclarece ainda que jamais possuiu o cartão do Banco Citibank ou qualquer vínculo contratual. Pretende ser ressarcida em danos morais pela inclusão de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito, sugerindo o valor de 100 salários mínimos.
Em contestação, a Atlântico arguiu a preliminar de ilegitimidade passiva sob o fundamento de que não firmou qualquer relação contratual com a autora, mas sim, dela com o Banco Citicard, e que apenas houve cessão dos direitos creditórios por parte do banco ao Atlântico FIDC. No mérito, esclarece que apenas recebeu o crédito já formalizado e constituído pela empresa cedente, no caso, o Citicard. Nega o dano moral porque não houve negativação, afirma ser a simples cobrança um aborrecimento da vida social. Discorda da aplicação do CDC ao caso. (fls. 28-44)
Em contestação, a Citicard alega fraude praticada por terceiro e culpa concorrente da autora. Nega ter inscrito a autora nos órgãos de proteção ao crédito, portanto, o dano moral deve ser visto como mero aborrecimento. Afirma ser impossível aplicação da inversão do ônus da prova ao caso. (fls. 86-107)
Réplica às fls. 191-199.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. O feito comporta pronto julgamento, uma vez que a matéria nele aventada se resume a questões de direito, sendo que os pontos de fato já se encontram devidamente comprovados, seja pela documentação acostada pelas partes, ou ainda pelas teses já expostas.
2. Não há que se falar em incompetência da co-ré Atlântico, porque a cobrança do débito foi realizada em seu próprio nome, conforme se observa dos documentos às fls. 19/20, além do mais, a responsabilidade entre as rés, frente à autora consumidora é solidária e objetiva.
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CONTRATO DE CESSÃO - LEGITIMIDADE PASSIVA DA CESSIONÁRIA - SERVIÇO DE TELEFONIA - RELAÇÃO DE CONSUMO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - AUSÊNCIA DE CONTRATO ENTRE AS PARTES - INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS RESTRITIVOS AO CRÉDITO - ATO DE TERCEIRO - EXCLUDENTE NÃO EVIDENCIADA - FALHA NO DEVER DE DILIGÊNCIA DO SUPOSTO CREDOR - DANO MORAL EVIDENCIADO - QUANTUM COERENTE ÀS PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO - MANUTENÇÃO - RECURSOS DESPROVIDOS. (TJ/PR acórdão nº 24781, relator Domingos José Perfetto, 17/02/2011)
Embora a tese da Atlântico seja de que não há relação de consumo entre ela e a autora, posto ser apenas cessionária de crédito do Banco Citicard e que já recebeu o crédito com as informações necessárias apenas para efetuar a cobrança, a consumidora autora possui direito de insurgir-se contra as duas rés, e, eventual discordância entre as rés deve ser cobrado em ação regressiva própria. A responsabilidade das rés, frente à consumidora, é objetiva e solidária; enquanto que a responsabilidade entre as rés é subjetiva. Admitir tal discussão nos autos prejudicaria o direito do consumidor, em clara violação aos princípios consumeiristas.
EMENTA: Apelação Cível. Responsabilidade civil. Indenização por danos morais. Inscrição indevida. Preliminares de ilegitimidade passiva. Afastadas. Responsabilidade subsidiária. Cessionária de crédito. Não configuração. Responsabilidade solidária. Abalo de crédito. Dever de indenizar. Dano moral presumível. Precedentes jurisprudenciais. Sucumbência recíproca. Súmula 326, STJ. Valor indenizatório. Manutenção. Recursos de Apelação 1 e 2 desprovidos. Recurso Adesivo desprovido. 1. - A relação direta da primeira apelante com os danos causados é suficiente para caracterizá-la como parte legitima para figurar no pólo passivo da ação. Sua Apelação Cível nº 625.719-2 responsabilidade reside também, no fato de ter aberto cadastro em nome do autor, sem a tomada das cautelas necessárias. 2. - Basta a inscrição indevida para que se reconheça a ocorrência do dever de indenizar por danos morais. 3. - A empresa cessionária do crédito deve responder pelos danos causados ao apelado, uma vez que deixou de tomar as cautelas necessárias antes da inscrição indevida do nome do apelado nos órgãos de restrição ao crédito. Tratando-se de relação de consumo, a empresa cessionária responde solidária e objetivamente. 4. - Eventual discussão entre as partes cedente e cessionária, deverá ocorrer em ação regressiva, a fim de não causar prejuízo ao terceiro consumidor. 5. - A Súmula 326 do STJ determina que: "Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca" 6. - Ao arbitrar o "quantum" indenizatório devem ser considerados: as circunstâncias do caso concreto, o alcance da ofensa e a capacidade econômica das partes. Ainda, a indenização pecuniária deve cumprir seu papel punitivo- reparador sem, no entanto, configurar abuso ou provocar enriquecimento ilícito do ofendido. 7. - O fato de o apelado possuir outras anotações em órgãos de restrição ao crédito não descaracteriza o dano moral Apelação Cível nº 625.719-2 existente, haja vista não ter sido demonstrado que as demais inscrições são legítimas. Assim, inaplicável ao presente caso o disposto na Súmula n. 385 do STJ. (TJ/PR Acórdão nº 21756, relator Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima, 13/05/2010)
3. A autora alega que jamais firmou qualquer contrato com o banco Citicard, desta forma, por se tratar de fato negativo, cabe ao réu provar que houve o contrato e a relação jurídica entre eles. Em se tratando de fato negativo, não é sequer necessária a inversão da prova.
O banco réu alega a possível existência de fraude, ou seja, culpa de um terceiro que usou os dados da autora. Alega ainda que tomou todas as medidas possíveis para evitar tais práticas, e que portanto não haveria culpa porque também foi vítima de falsários. Alega ainda que a autora teria culpa concorrente com o terceiro, posto que não guardou seus documentos e forma sigilosa.
É imperioso admitir que o grande número de golpes sendo aplicado por falsários que usam dados de terceiros.
Dos autos, não há qualquer documento que possa provar a existência de contrato entre autora e o banco, por isso, é procedente o pedido para declarar inexigível a dívida de julho de 1994 a abril de 1996 (fls. 122), consubstanciado no boleto de nº 00121302307344, de R$ 14.556,90 (fls. 20), referente à dívida de cartão de crédito nº 61034388, conta nº 5321194 (fls. 122).
4. Quanto ao alegado pela autora de que seu nome estaria negativado (fls. 04, 05, 08, 09), e que fundamenta o dano moral pleiteado, não há nos autos qualquer prova neste sentido (em que pese ser dela o ônus da prova, conforme art. 333 do CPC).
A ré Atlântico negou ter incluído o nome da autora nos órgãos de proteção do crédito (fls. 29). Por sua vez, a ré Citicard também negou qualquer apontamento do nome da autora (fls. 94).
Não houve a inclusão do nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito, caso em que o dano seria presumido. A simples cobrança, sem prejuízo ímpar não gera dano moral.
Assim, o pedido de indenização por dano moral é improcedente.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da autora para reconhecer a inexigibilidade do título nº 00121302307344, de R$ 14.556,90 (fls. 20), referente à dívida de cartão de crédito nº 61034388, conta nº 5321194 (fls. 122), mas afastar a indenização por dano moral.
a) Em razão da sucumbência da autora e do réu, condeno a autora no pagamento de 30% das custas e honorários advocatícios para os réus, de R$ 600,00 (seiscentos reais), ou seja, R$ 300,00 para cada advogado dos reús, observe-se, porém, o art. 12 da Lei nº 1.060/50, eis que a autora é beneficiária da justiça gratuita.
b) Como corolário, condeno os réus no pagamento de 70% das custas e honorários advocatícios de R$ 800,00 (oitocentos reais) à autora.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
-Advs. CRISTIANE BERGAMIN MORRO-OAB 25.454, MARCOS de QUEIROZ RAMALHO, FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR, ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO e JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO-.
33. OBRIGACAO DE FAZER-0001001-58.2011.8.16.0084-MAURO OLIVEIRA SCHITIKOSKI e outro x UNIMED NOROESTE DO PARANA- Obrigação de fazer nº 2001/2011
1 O autor deixou de pagar as prestações do convênio médico de outubro a dezembro de 2007, e pretende em 2011, depois de mais de 3,5 anos de desligamento, uma nova inclusão sem as carências devidas de um plano novo.
Não houve abuso ou ilicitude na rescisão do contrato anterior, em 2007. O autor não contesta a inadimplência ou a forma de notificação para a rescisão. Prima facie, a rescisão estava correta.
1.1 Sem fato superveniente e sem qualquer apontamento de fato novo, é inverossímil a tese jurídica sustentada pelo autor para se isentar da carência, assim, indefiro a tutela antecipada.
2. Em razão do coautor menor e com deficiência mental/física, ao Ministério Público para parecer.
3. Retornem os autos cls para sentença.
-Advs. MARCOS de QUEIROZ RAMALHO, CRISTIANE BERGAMIN MORRO-OAB 25.454 e LUIZ SERGIO DE TOLEDO BARROS-.
34. BUSCA E APREENSAO (FID)-0001191-21.2011.8.16.0084-B.V. FINANCEIRA S/A CFI x EDUARDO CESAR NUNES-A autora para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (certidão negativa do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA-.
35. BUSCA E APREENSAO (FID)-0001791-42.2011.8.16.0084-AYMORÉ CREDITO, FINANCIAM. E INVESTIM. x EUGENIO BERECHAVINSKI-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (recolher a GRC do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Advs. MARCELO DE ROCAMORA e CARY CESAR MONDINI-.
36. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0001986-27.2011.8.16.0084-MUNICIPIO DE MOREIRA SALES - PR x ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DITRIBUIÇÃO - ECAD-
Ao autor para réplica em 10 dias.
-Adv. EDSON VIOTTO-.
37. INVENTARIO E PARTILHA-0002267-80.2011.8.16.0084-ELIAS AUGUSTO NUNES e outros x ANA MARIA NUNES- 1. Nomeio a NEIDE NUNES FAVARÃO para exercer o cargo de inventariante.
2. Tendo em vista a concordância de todos os herdeiros, e inexistindo interesse de menor, intime-se a inventariante para converter o rito do inventário para o de arrolamento, no prazo de 10 dias.
2.1. Concedo o prazo de 20 dias para a juntada de certidões negativas da Fazenda Nacional e Municipal e o comprovante de quitação do ITCMD.
3. Por conseguinte, manifeste-se a Fazenda Estadual acerca do ITCMD recolhido, em 05 dias.
4. Após, cls para homologação da partilha e expedição de formal. -Advs. EDSON SCARDUA e EDSON RIMET DE ALMEIDA-.
38. OBRIGACAO DE FAZER-0002591-70.2011.8.16.0084-ADEMIR ANTONIO DE LIMA x UNIMED NOROESTE DO PARANA-COOP.DE TRABALHO MEDICO-Rejeito os embargos de declaração de fls. 61/64, porque eventual renitência será apurada, no curso do processo, e imediatamente com a comunicação do autor e análise do juiz. Por ora, deixo de impor multa.-Advs. ADEMIR ANTONIO DE LIMA e ROSANE CRISTINA MAGALHÃES-.
39. CARTA PRECATÓRIA CÍVEL-0002266-95.2011.8.16.0084-Oriundo da Comarca de CURITIBA - PR - 7ª VARA DA JUST. FEDERAL-CICERO RAIMUNDO SANTANA

x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro-Ao autor para se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça. -Adv. AILSON PEDRO CARPINE-.
40. CARTA PRECATÓRIA CÍVEL-0002432-30.2011.8.16.0084-Oriundo da Comarca de CRUZEIRO DO OESTE - PR - VARA CIVEL-MARCELO MARQUES DUARTE e outros x DIOCESE DE CAMPO MOURAO/PR-
A requerida para recolher a GRC do oficial de justiça.
1. Para o ato deprecado, designo a audiência para 20/10/2011, às 14:45 horas.
2. Diligências necessárias.
-Advs. GERALDO ALBERTI OAB/PR 16.291-B e MARISA SIMONE FERREIRA-.

Goioerê, 14 de setembro de 2011
Jean Carlo Fava
Escrivão Designado

---

**COMARCA DE GOIOERE ESTADO DO PARANA**

**RELAÇAO Nº. 141/2011**
**JUÍZA DE DIREITO FABIANA MATIE SATO**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABDIAS ABRANTES NETO 0005 000391/2003
0014 000292/2007
0030 001494/2010
ADEMIR ANTONIO DE LIMA 0011 000345/2006
0012 000444/2006
AILSON PEDRO CARPINE 0019 000577/2008
ALCIONE LUIZ DE OLIVEIRA( 0017 000184/2008
ALESANDRA CHRISTIAN ABRAN 0031 002221/2010
ALEXANDRE BARBOSA LEMES 0007 000065/2005
ALVARO MANOEL FURLAN 0041 003576/2010
ANDERSON DOUGLAS G.FALLEI 0013 000575/2006
0028 000084/2010
BEATRIZ HELENA DOS SANTOS 0028 000084/2010
CARLA HELIANA V. MEGOSSI 0038 001875/2011
CARLOS ALBERTO DE MELO 0023 000205/2009
CARLOS ARAUZ FILHO 0032 002368/2010
CARLOS EDUARDO VILA REAL 0039 002597/2011
CARLOS HENRIQUE TENORIO C 0026 000675/2009
CASSIANO RICARDO BOCALAO 0006 000346/2004
0017 000184/2008
0037 000612/2011
CESAR E.MISAEL DE ANDRADE 0008 000127/2005
CRISTIANE BERGAMIN MORRO- 0002 000371/1995
CRISTIANNE GANEM KISNER 0006 000346/2004
DANILO MOURA SCRIPTORE OA 0010 000282/2006
EDALMO DA SILVA - OAB/PR 0009 000186/2005
EDSON RIMET DE ALMEIDA 0017 000184/2008
0029 001102/2010
EDSON SCARDUA 0015 000566/2007
0029 001102/2010
EDSON VIOTTO 0021 000018/2009
ELTON ALAVER BARROSO-OAB/ 0040 000150/2003
EMERSON ARTHUR ESTEVAM-OA 0009 000186/2005
ERIKSON CAMARGO CHANDOHA 0008 000127/2005
EVERALDO BUGHI 0017 000184/2008
EVILASIO DE CARVALHO JR.- 0032 002368/2010
FABIANA AKIKO OMURA 0023 000205/2009
FERNANDO MARTINS GONCALVE 0032 002368/2010
GEORGE EDUARDO KAROLESKI 0035 004246/2010
0036 004248/2010
GIANNY VANESKA GATTI FELI 0006 000346/2004
JEFFERSON FERREIRA FIGUEI 0012 000444/2006
0034 002962/2010
JOAO CARLOS GOMES 0003 000252/1996
0024 000233/2009
0025 000424/2009
JOSE APARECIDO BORGES DOS 0004 000128/2002
LAZARA CRISTINA DA SILVA 0007 000065/2005
LUCIANA SEZANOWSKI MACHAD 0012 000444/2006
LUCIANE GUEDES DE CARVALH 0028 000084/2010
LUIZ CEZAR VIANA PEREIRA 0023 000205/2009
LUIZ JULIO BERTIN 0021 000018/2009
LUIZ OGUEDES ZAMARIAN 0020 000633/2008
MAFALDA GOMES - OAB/PR. 8 0001 000335/1994
MARCOS APARECIDO ALBERTIN 0016 000729/2007
MARCOS AURÉLIO CERDEIRA 0009 000186/2005
0027 000685/2009
MARCUS VENICIO CAVASSIN-O 0006 000346/2004
MARIANGELA CUNHA 0023 000205/2009
MARINO ELIGIO GONÇALVES 0021 000018/2009
NILTON EDUARDO DE SOUZA C 0022 000154/2009
0026 000675/2009
OSCAR BARBOSA BUENO 0037 000612/2011
PAULO JUSTINIANO DE SOUZA 0034 002962/2010
REGINALDO FABRÍCIO DOS SA 0034 002962/2010
RENATO FERNANDES SILVA JU 0008 000127/2005
RIVELINO SKURA 0021 000018/2009
ROZI MARI APOLONI 0018 000371/2008
0033 002683/2010
TADEU DONIZETI B.RZNISKI 0006 000346/2004
WILSON RICARDO MOROSINI D 0021 000018/2009

1. EMBARGOS DE TERCEIRO-335/1994-ANELIO DETONI x UNIBANCO S/A-Ao autor para efetuar o pagamento de R$ 15,03 do contador judicial, no prazo de 05 dias.-Adv. MAFALDA GOMES - OAB/PR. 8.738-.
2. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-371/1995-COOPERATIVA AGRICOLA DE COTIA - EM LIQUIDACAO x NEWTON CARLOS NUNES-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (recolher a GRC do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. CRISTIANE BERGAMIN MORRO-OAB 25.454-.
3. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-252/1996-JOAQUIM GALVAO NETO x PAULO CELIO EVENGELISTA- 1. Fls. 91, letra "a". DEFIRO o renajud.
1.1. Intime-se o exequente para se manifestar em 15 dias.
2. Fls. 91, letra "b": Indefiro o BACENJUD, porque ja reiterado inúmeras vezes.
3. Fls. 94/100: Majoro os honorários advocatícios em 20% sobre o valor do débito principal atualizado, percentual largamente utilizado, em ações análogas.-Adv. JOAO CARLOS GOMES-.
4. EXECUCAO DE SENTENCA-128/2002-JOSE APARECIDO BORGES DOS SANTOS x RETIFICADORA PARANA LTDA.-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (comprovar que houve abuso da personalidade juridica, nos termos do CC, art. 50), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. JOSE APARECIDO BORGES DOS SANTOS-.
5. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA-391/2003-COOPERATIVA AGROPECUARIA GOIOERE LTDA. x ENIO ALVES FARIAS-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (retirar o ofício), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. ABDIAS ABRANTES NETO-.
6. ANULACAO ATO JURIDICO (ORD)-346/2004-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA-SANEPAR x MUNICIPIO DE GOIOERE - PR-
1. Fls. 427/429: Pelo valor de R$ 2.000,00, cumpra-se o item 3.1. de fls. 425.
2. À contadoria judicial para a conta a que se refere o item 3.1. de fls. 425.
3. Fls. 434/435: Mantenho a decisão de fls. 403, item 03 porque inexiste vedação à desistência da renúncia.
4. No mais, cumpra-se o despacho de fls. 423, com expedição de RPV, observe-se o item 06 de fls. 423.
-Advs. TADEU DONIZETI B.RZNISKI OAB-13.058, MARCUS VENICIO CAVASSIN-OAB-23.162, CRISTIANNE GANEM KISNER, GIANNY VANESKA GATTI FELIX CRUZ e CASSIANO RICARDO BOCALAO-.
7. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-65/2005-VALDEMAR PINHEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- 1. Fls. 163/165: Ao contador para cálculo de custas processuais a partir do valor dado á causa corrigido e não pelo valor da condenação final.
Segundo a Tabela de Custas, Lei Estadual n. 16.741/2010, PCAs nºs 549-54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000: Nos processos em geral, o cálculo das custas incidirá sobre o valor legal da ação devidamente corrigido, devendo ser observado, para efeito e atribuição ao valor da causa, o contido nos arts. 258, 259 e 260 do CPC.
2. Pela conta apresentada pelo INSS, com a concordância da autora, o crédito de VALDEMAR PINHEIRO é de R$ 28.787,25; e da advogada R$ 2.878,73 (ambos atualizados até 04.05.2008, fls. 137/139). Trata-se de verba alimentar.
3. Ao contador judicial para aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança ao o crédito do exequente VALDEMAR PINHEIRO é de R$ 28.787,25; e da advogada R$ 2.878,73 (ambos atualizados até 31.05.2008, fls. 139).
3.1. Nos termos da Lei nº 11.960, de 29.06.2009, art. 5º que alterou o art. 1o-F da Lei no 9.494, de 10 de setembro de 1997:
Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança." (NR)
4. À contadoria para observar a Instrução nº 03/08, DA Corregedoria Geral da Justiça: INSTRUÇÃO N.º 03/2008 para estabelecer serem devidas, pela expedição de requisições de pequeno valor nas execuções contra a Fazenda Pública (Constituição Federal, art. 100, § 3º), exclusivamente as custas referidas no item III da Tabela IX do Regimento de Custas, nos seguintes termos: Requisições de Pequeno Valor Primeira folha = 66,66 VRC = R$ 7,00 (art. 100, § 3º, da Constituição Federal). Por folha que exceder = 20,00 VRC = R$ 2,10. Esta instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Instrução nº 1/2005. Publique-se. Cumpra-se. Curitiba, 23 de junho de 2008.
5. Após a conta de atualização e a conta de custas, cientifiquem-se as partes, no prazo de 05 dias.
6. Após, na ausência de oposição das partes, certifique-se a preclusão e REQUISITE ao INSS o pagamento do pequeno valor a que se refere a petição de fls. 42/43, nos termos do art. 17, §1º da Lei nº 10.259/01.
CN, 2.9.2 - Nos débitos de pequeno valor, o juízo da execução deverá requisitar diretamente ao ente devedor o pagamento da obrigação pecuniária, mediante RPV (Requisição de Pequeno Valor).
CN, 2.9.3 - Compete também ao juízo da execução requisitar ao Presidente do Tribunal de Justiça o pagamento das importâncias devidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nas causas relativas a acidente de trabalho.

CN, 2.9.3.1 - Adota-se, para os fins de RPV (Requisição de Pequeno Valor), o limite de 60 (sessenta) salários mínimos, nos termos da Lei Federal n° 10.259, de 12 de julho de 2001, art. 17, § 1º.
-Advs. LAZARA CRISTINA DA SILVA e ALEXANDRE BARBOSA LEMES-.
8. INDENIZACAO (RITO SUMARIO)-127/2005-ALBERTO GONCALVES e outro x COOPERMIBRA-COOPERATIVA MISTA AGROPEC. DO BRASIL- Pelo que consta da proposta de R$ 3.725,00, de fls. 299, o autor pagou metade diretamente ao perito, conforme certidão de fls. 307.
1. Assim, intime-se o autor para depositar JUDICIALMENTE, no prazo de 10 dias, a outra metade, de R$1.826,50, sob pena de se inviabilizar o prosseguimento do feito e a complementação da pericia.
2. Após, remetam-se o autos ao perito para a complementação da perícia.
2.1. Oriento o cartório a entrar em contato com o perito, por e-mail, para que ele confirme o endereço para remessa dos autos, considerando que as correspondencias anteriores retornaram por ausência de pessoa no endereço. Persistindo o problema da ausência, intime-se o perito para retirar os autos, em carga, pessoalmente, no cartório.
O perito será intimado, por e-mail, deste despacho.
Intimem-se as partes pelo DJ.-Advs. CESAR E.MISAEL DE ANDRADE-OAB 17523, ERIKSON CAMARGO CHANDOHA e RENATO FERNANDES SILVA JUNIOR-.
9. EMBARGOS A EXECUCAO-186/2005-ANTONIO CARLOS PLAZZA LOPES x JOSE CARLOS LIBERALI- Trata-se de embargos de declaração de Antonio Carlos Plaza Lopes que alega obscuridade, dúvida, contradição e omissão na sentença de fls. 146/156, sob o argumento de que a própria testemunha do embargado confirma que o gado que foi adquirido pelo embargante era para engorda e abate, e as notas fiscais descrevem garrote, bezerro e novilha. Aduz ainda que não tem como dizer que esse fato é irrelevante para a exigibilidade dos títulos de crédito, principalmente pelo fato de terem sido emitidos com pré-data, o que significa que não eram exigíveis, portanto, inexigíveis e passíveis de discussão.
É o relatório.
Reafirmo que é irrelevante o erro na descrição do gado.
O embargante nega que o gado fosse para recria e engorda, porque era para abate. Tal erro não justifica a inadimplência.
Num primeiro momento, o embargante compra e anuiu com o suposto erro na descrição do gado, mas na hora de pagar, apresenta uma série de empecilhos. Se torpeza houve na descrição do gado para evitar o pagamento de tributo, ela foi dupla; e não se opõe a própria torpeza como argumento de defesa.
Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. -Advs. MARCOS AURÉLIO CERDEIRA, EDALMO DA SILVA - OAB/PR 29.962 e EMERSON ARTHUR ESTEVAM-OAB/PR-19182-.
10. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-282/2006-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x CLIMERIO ANTONIO OLIVEIRA-
1. Nesta data não foram conhecidos os embargos à execução nº 446/2008.
1.1. Junte-se cópia da sentença nesta execução, certifique-se se houve ou não o trânsito em julgado.
1.2. Determino o imediato desapensamento dos embargos 446/2008. Deve o embargante, em caso de apelação, nos embargos, instruir com as peças necessárias.
2. Eventual interposição de apelação contra a sentença dos embargos à execução será recebida no efeito devolutivo, por isso, nada obsta o prosseguimento imediato da execução de título extrajudicial.
2.1. Assim, faculto ao executado renovar (conforme orientação nos embargos) o pedido de impenhorabilidade da pequena propriedade rural e do excesso de penhora sobre cota pertencente a terceiro, em razão do caráter de ordem pública. Intime-se o executado, com prazo de 10 dias.
3. Após, intime-se o exequente, com prazo de 10 dias, para resposta. -Adv. DANILO MOURA SCRIPTORE OABPR-14724B-.
11. PRESTACAO DE CONTAS-345/2006-CIONEK & CIA. LTDA. x BANCO BRADESCO S/A.-
Ao autor sobre o resultado do renajud, no prazo de 15 dias.
-Adv. ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.
12. BUSCA E APREENSAO (FID)-444/2006-YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. x THAYANE PHAZZA ALBUQUERQUE- 1. Houve sentença de procedente, com a condenação da ré no pagamento de custas e honorários fixados em R$ 500,00 (fls. 58); intimada, a ré pagou voluntariamente R$ 1.259,79 a fls. 78, porém, o autor não pretende ser reembolsado, conforme petição de fls. 80/81, por isso, determino a reversão do depósito judicial para a p´ropria depositante.
2. Assim, expeça-se ALVARÁ de levantamento, de R$ 1.259,79 mais rendimentos do capital, com prazo de 30 dias, da conta judicial nº 3.300.104.359.065, de fls. 78, em favor do advogado da ré.
3. Após, ARQUIVE-SE, com observância do Código de Normas:
2.3.12 - Todos os autos de processo, antes do arquivamento, serão remetidos ao contador para o cálculo das custas finais, bem como das receitas devidas ao FUNREJUS, quando for o caso.
5.13.2 - A comunicação ao distribuidor será feita por ofício ou mediante a remessa dos autos, conforme a conveniência local. Em qualquer caso, sempre será certificada nos autos a baixa, antes do arquivamento.-Advs. LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO, JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO e ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.
13. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-575/2006-JOSE TOBIAS VIEIRA x JOSEMAR OLIVEIRA DE QUEIROZ- 1. Nos embargos à execução ficou acordado que o executado/embargante pagaria R$ 8.000,00 em favor do exequente/embargado, em 08 parcelas de R$ 1.000,00, com início em 30.06.10, e término em 30.01.11.
2. Ficou acordo ainda, que pagaria R$ 800,00 a título de honorários, em 10 parcelas de 80,00, com início em 30.06.10, e término em 30.03.11 (fls. 134).
3. Todavia, as fls. 137 o advogado informou o descumprimento das parcelas referente a fevereiro e março, de 2011, referente aos honorários advocatícios.
4. Intime-se o exequente para que informe se houve cumprimento do acordo com relação ao principal.
5. Considerando que não houve cumprimento integral, com relação aos honorários advocatícios (duas parcelas de R$ 80,00, vencidas em 28.02.2011 e 30.03.2011), intime-se o advogado da parte devedora, Dr ANDERSON D. G. FALLEIROS, para que no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento voluntário, sob pena de multa de 10% (CPC, art. 475-J), ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído.
a) Ressalto que ficará a cargo do devedor o cálculo da quantia devida.
b) No caso de pagamento parcial, a multa incidirá sobre a diferença. (CPC, art. 475-J, §4º)
c) A multa é devida a partir e inclusive o 16º dia. Se o 15º dia cair em dia em que não há expediente forense, prorrogar-se-á até o primeiro dia útil subseqüente.
6. No caso de pagamento (total ou parcial) ou na ausência dele (ou seja, decorrido o prazo de 15 dias para pagamento voluntário), intime-se o credor para, querendo, apresentar demonstrativo do débito atualizado (CPC, art. 614,II), e requerer o prosseguimento da execução, nos termos do art. 475-J, "caput", parte final.
a) É facultado ao exeqüente a indicação de bens do devedor (CPC, art. 475-J, §3º).
7. Juntada a planilha (CPC, art. 614, II) com a multa de 10% (é ônus do credor incluí-la, sob pena de se reputar pela renúncia tácita), expeça-se mandado de penhora e avaliação.
8.. Fixo honorários advocatícios de 20% sobre o valor do débito principal atualizado, sem os juros ou a multa de 10%, na base de cálculo.
9. Cumpra-se o item 5.8.1 do CN, alterado pelo Provimento nº 144: Comunique-se o distribuidor para anotação na ficha do processo e noticie-se a ocorrência ou não de inversão nos pólos da relação processual.
10. Efetuada a penhora e avaliação, devolva-se o mandado em cartório a fim de se proceder a intimação do advogado (ou na falta deste, o representante legal, ou pessoalmente o devedor) do executado, para querendo, oferecer IMPUGNAÇÃO, no prazo de 15 dias. (CPC, art. 475-J, §1º), com pagamento de custas, nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2008 , da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná.-Adv. ANDERSON DOUGLAS G.FALLEIROS-.
14. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-292/2007-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x JOÃO CANEZIN-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (recolher a GRC do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. ABDIAS ABRANTES NETO-.
15. DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE DÉBITO-566/2007-L. R. COSTA E CONFECÇÕES - ME e outros x ATLANTICA GOIOERÊ IMOBILIÁRIA- 4. No caso de pagamento (total ou parcial) ou na ausência dele (ou seja, decorrido o prazo de 15 dias para pagamento voluntário), intime-se o credor para, querendo, apresentar demonstrativo do débito atualizado (CPC, art. 614,II), e requerer o prosseguimento da execução, nos termos do art. 475-J, "caput", parte final.
a) É facultado ao exeqüente a indicação de bens do devedor (CPC, art. 475-J, §3º).
b) Não requerida a execução, no prazo de 06 meses, arquivem-se os autos (CPC, art. 475-J, §5º).-Adv. EDSON SCARDUA-.
16. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-729/2007-CEZER AUGUSTO MANICA & CIA. LTDA. x AMAURI DA PAZ-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (retirar a carta de adjudicação), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. MARCOS APARECIDO ALBERTINI-.
17. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-184/2008-ALVARO BARBOSA x MUNICIPIO DE GOIOERE - PR- 1. Fls. 54/61: RECEBO a apelação, em seu efeito devolutivo e suspensivo, nos termos do CPC, art. 520 .
2. Ao(s) apelado(s) para contrarrazões, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 508 do CPC.
3. Oportunamente, subam os autos ao TJ. -Advs. EDSON RIMET DE ALMEIDA, CASSIANO RICARDO BOCALAO, ALCIONE LUIZ DE OLIVEIRA( Perito ) e EVERALDO BUGHI-.
18. EMBARGOS A EXECUCAO-371/2008-H K Z INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA. e outro x BANCO ITAU S/A.- 2. Intime-se a embargante para depositar judicialmente R$ 1.400,00, em 10 dias, sob pena de se presumir pela desistência da prova pericial. -Adv. ROZI MARI APOLONI-.
19. INDENIZACAO (RITO SUMARIO)-0001973-33.2008.8.16.0084-PEDRO PAULO DOS SANTOS x DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PR. - DER-
1. Fls. 93/96: Com razão o DER, visto que o rito a ser seguido é art. 730 do CPC, e não o art. 475-J, por isso, torno sem efeito o despacho de fls. 90/91.
2. Intime-se o autor para que requeira a execução, nos termos do CPC, art. 730. -Adv. AILSON PEDRO CARPINE-.
20. INVENTARIO-633/2008-MARILUCIA COBO ZAMARIAN x OGUEDES FONSECA ZAMARIAN- 1. Intime-se novamente, pelo DJ, a inventariante MARILUCIA COBO ZAMARIAN (fls. 12), para que apresente a partilha amigável, a fim de proceder à conversão da presente ação em arrolamento, ou preste as primeiras declarações, com prazo de 20 dias, sob pena de ser destituída do cargo. -Adv. LUIZ OGUEDES ZAMARIAN-.
21. ACAO ORDINARIA-18/2009-EXPEDITO GOULART BRASIL x MUNICIPIO DE MOREIRA SALES - PR-
3.Após o cumprimento dos itens 1 e 2, intimem-se as partes para se manifestarem comum dee 20 dias.
-Advs. MARINO ELIGIO GONÇALVES, LUIZ JULIO BERTIN, WILSON RICARDO MOROSINI DOS SANTOS, RIVELINO SKURA e EDSON VIOTTO-.
22. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-154/2009-RONY MOTOS LTDA x GIOVANE JOSE RAMOS- 2. Intime-se o exequente, para que informe o endereço

atualizado do executado para fins da intimação da penhora e avaliação (fls. 52/53).-Adv. NILTON EDUARDO DE SOUZA COSTA-.

23. EMBARGOS DE TERCEIRO-205/2009-JANAINA KUSSI NOVAES x MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e outro-As partes no prazo sucessivo e alternado de 10 dias, especificiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de se presumir pelo interesse no julgamento antecipado. -Advs. CARLOS ALBERTO DE MELO, MARIANGELA CUNHA, FABIANA AKIKO OMURA e LUIZ CEZAR VIANA PEREIRA OAB-23.519-.

24. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-233/2009-MARONEZE & FRANCO LTDA-EPP x VALDEMILSON DE JESUS ALMEIDA- 1. A primeira tentativa de citação restou infrutífera por ser insuficiente o endereço fornecido (fls. 24vº). Indicado endereço, houve mais uma tentativa, a qual também restou infrutífera, em face de não localização do executado, visto que é motorista de caminhão, saindo de madrugada e retornando somente à noite (fls. 43).

O exequente requereu citação por ora certa, mas indeferida, com determinação de citação aos domingos e feriados (fls. 46), a qual também restou infrutífera, com a informação de que o executado se mudou (fls. 50vº).

2. Fls. 53/58: Desnecessária a verificação de quem mora na casa dos fundos, visto que o oficial certificou que o executado se mudou (fls. 50v).

3. Manifeste-se o exequente se deseja a citação por edital.

3.1. Se positivo, defiro desde já a citação por edital, com prazo de 30 dias, nos termos do item 01 e 02 de fls. 20.

4. Após, a citação, ao exequente para que indique bens passíveis de penhora, no prazo de 15 dias.

5. Caso não haja indicação de bens, determino a SUSPENSÃO da execução até que sejam localizados bens penhoráveis.

6. Após o prazo de 01 ano, sem que seja localizados bens penhoráveis ou o devedor, remetam-se os autos ao arquivo.-Adv. JOAO CARLOS GOMES-.

25. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-424/2009-AUTO POSTO VITORIA LTDA x ADRIANA FLAUZINO MARQUES e outro- 1. A petição de fls. 53 foi juntada equivocadamente nestes autos, visto que deveria ter sido juntada nos autos 424/08. Ao cartório para que regularize.

2. Fls. 50/51, letra "a": Indefiro a penhora da motocicleta por termo, todavia, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação da motocicleta Honda/Biz 125 ES, placa AQC-0443, bloqueada pelo Renajud a fls. 48.

3. Proceda-se da penhora "on line", em nome dos executados ADRIANA FLAUZINO MARQUES, CPF nº. 029.045.259-71 e DEVANIR RIBEIRO, CPF nº. 916.369.309-72 (fls. 44), conforme determinado no despacho de fls. 47, item 03.-Adv. JOAO CARLOS GOMES-.

26. RETIFICACAO DE REGISTRO CIVIL-675/2009-EVA PINTO DE ANDRADE- 1. Fls. 56: Intime-se a autora para que junte aos autos:

a) Certidão de nascimento da mãe, cujo nome seria Maria Emidia da Silva, e não Emilia da Silva, também de casamento se casados forem;

b) Certidão de óbito do pai, Sebastião José de Souza;

c) Certidão de nascimento e/ou casamento de eventuais irmãos.

2. Após, retornem os autos cls. para análise acerca da necessidade de designação de audiência de instrução para oitiva da autor, sua e mãe e dos irmãos.

. -Advs. CARLOS HENRIQUE TENORIO CAVALCANTE e NILTON EDUARDO DE SOUZA COSTA-.

27. HABILITACAO-685/2009-ESPOLIO DE SEBASTIAO FERREIRA NEVES E OUTROS x CECILIO FERMINO FRAGA e outro- 1. Por ora ainda não houve a juntada de documento de identificação dos herdeiros dos CECILIO FERMINO FRAGA e CARLITO THOMÉ DA SILVA. Foi juntado apenas documentos dos herdeiros do falecido (autor) Sebastião Ferreira Neves, que faltava habilitar uma herdeira, nos autos de usucapião nº 117/86.

2. Compulsando os presentes autos, há a informação do falecimento de JULIO FERREIRA NEVES (fls. 43), e tal fato deverá ser comunicado na ação usucapião 117/86, para habilitação naqueles autos.

3. Intimem-se os autores para que procedam a habilitação dos herdeiros do falecido CECILIO FERMINO FRAGA e CARLITO THOMÉ DA SILVA. -Adv. MARCOS AURÉLIO CERDEIRA-.

28. EMBARGOS A EXECUCAO-0000084-73.2010.8.16.0084-E.T. DE SOUZA & TELES LTDA-ME x SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA- 1. Fls. 135/136: Em razão do acordo, suspendo a audiência de 20.09.2011.

2. Aguarde-se até 20.09.2011, após, intimem-se as partes para que informem em 05 dias se houve o cumprimento do acordo.

3. Após, retornem os autos cls para homologação do acordo, inclusive com a execução nº 578/2009.-Advs. ANDERSON DOUGLAS G.FALLEIROS, LUCIANE GUEDES DE CARVALHO e BEATRIZ HELENA DOS SANTOS-.

29. EMBARGOS A EXECUCAO-0001102-32.2010.8.16.0084-BANDOLIN LETTRARI LTDA - ME e outros x BANCO DO BRASIL S/A- 1. Intimem-se os embargantes para que depositem judicialmente os honorários do perito no valor de R$ 2.000,00, no prazo de 10 dias, sob pena de se reputar pela desistência da prova e a inviabilização da comprovação da tese exposta nos embargos. -Advs. EDSON SCARDUA e EDSON RIMET DE ALMEIDA-.

30. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0001494-69.2010.8.16.0084-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ODAIR TRUJILO TOQUERO e outro-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (recolher a GRC do oficial de justiça e retirar o ofício), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. ABDIAS ABRANTES NETO-.

31. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0002221-28.2010.8.16.0084-CIPAUTO VEÍCULOS LTDA. x ITTOL COMERCIO DE VEICULOS LTDA. e outro-

Ao autor sobre o resultado do RENAJUD, no prazo de 15 dias.-Adv. ALESANDRA CHRISTIAN ABRANTES-.

32. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0002368-54.2010.8.16.0084-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO NOSSA TERRA - SICREDI NOSSA TERRA x CONRADO JOSE CESTAK e outro- Trata-se de exceção de pré-executividade em que o réu alega preliminarmente a necessidade da aplicação do CDC, por se tratar de relação de consumo. Aduz a inexistência da liquidez para configuração do contrato como título executivo, visto que o valor destinado ao crédito não foi utilizado de uma só vez, sendo dividido em parcelas. No mérito alega que a inexistência de contratação quanto à capitalização de juros, bem como, não ser admitida a prática de anatocismo em contratos de Cédula de Crédito Bancário. Aduz obrigatoriedade na cobrança de juros na forma simples. Afirma a existência de cobrança de juros não pactuados, bem como, excesso de execução. Requer provar o alegado, por meio de prova documental, testemunhal e em especial pericial, a fim de auferir a taxa de juro aplicado na operação, bem como a cobrança abusiva e não contratada (fls. 77/89).

Em resposta, a autora alegou em preliminar que a discussão das cláusulas pactuadas deve ser questionada em sede de embargos à execução, defesa esta que não foi manejada pelo devedor. Discorda da aplicação do CDC, por se tratar de relação entre cooperativa e cooperado. Afirma ser o título executivo líquido. Afirma que a questão da capitalização e excesso de execução, não pode ser elucidada via exceção de pré-executividade (fls. 92/114).

É o relatório.

1. Com razão a exequente visto que por se tratar de exceção de pré-executividade não é cabível a analise de matérias que necessitem de produção de prova pericial, como é no presente caso.

Tanto é que o executado pretende provar o alegado por meio de prova documental, testemunhal e especialmente prova pericial, o que não é cabível em exceção.

Ante o exposto, NÃO ACOLHO a exceção de pré-executividade.

2. Intimem-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 10 dias, sobre a conta de fls. 75/76.

3. Cumpra-se na integra o item 04, de fls. 64 (CN, 5.8.14.2).

4. Por fim, retornem os autos cls. para designação de data para o leilão.

Intimem-se as partes integralmente deste despacho; e após, conforme a execução dos atos, no momento adequado.

-Advs. CARLOS ARAUZ FILHO, EVILASIO DE CARVALHO JR.- PR 27.820 e FERNANDO MARTINS GONCALVES-.

33. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0002683-82.2010.8.16.0084-TRANSGOIOERE TRANSPORTES DE CARGAS LTDA. x UNIÃO - FAZENDA NACIONAL-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (comprovar a distribuição da carta precatória), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. ROZI MARI APOLONI-.

34. INDENIZACAO (RITO SUMARIO)-0002962-68.2010.8.16.0084-BRUNA MAYARA DA SILVA x JOSE GERALDO DA SILVA- 1. O áudio da audiência de instrução de fls. 140 agora foi regularizado para incluir o depoimento faltante da testemunha Gildo Martins de Lima.

1.1. Em razão disso, a fim de evitar qualquer prejuízo às partes, (alegações finais), concedo o prazo comum de 15 dias para que as partes complementem as alegações finais.

2. Após, retornem os autos cls para sentença. -Advs. REGINALDO FABRÍCIO DOS SANTOS, PAULO JUSTINIANO DE SOUZA e JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO-.

35. MONITORIA-0004246-14.2010.8.16.0084-CRUZEIRO & CRUZEIRO LTDA - ME. x ESPÓLIO DE JOSÉ ANGELO MACEDO SAPORITI- 1. Para o cumprimento do(a) sentença/acórdão, quanto à obrigação de pagar, ante a nova sistemática da Lei nº 10.352, de 26.12.2005, intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, via Diário da Justiça, para pagar, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% (CPC, art. 475-J), ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído.

a) Ressalto que ficará a cargo do devedor o cálculo da quantia devida.

b) No caso de pagamento parcial, a multa incidirá sobre a diferença. (CPC, art. 475-J, §4º)

c) A multa é devida a partir e inclusive o 16º dia. Se o 15º dia cair em dia em que não há expediente forense, prorrogar-se-á até o primeiro dia útil subseqüente.

-Adv. GEORGE EDUARDO KAROLESKI-.

36. MONITORIA-0004248-81.2010.8.16.0084-CRUZEIRO & CRUZEIRO LTDA - ME. x ESPÓLIO DE JOSÉ ANGELO MACEDO SAPORITI- 1. Para o cumprimento do(a) sentença/acórdão, quanto à obrigação de pagar, ante a nova sistemática da Lei nº 10.352, de 26.12.2005, intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, via Diário da Justiça, para pagar, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% (CPC, art. 475-J), ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído.

a) Ressalto que ficará a cargo do devedor o cálculo da quantia devida.

b) No caso de pagamento parcial, a multa incidirá sobre a diferença. (CPC, art. 475-J, §4º)

c) A multa é devida a partir e inclusive o 16º dia. Se o 15º dia cair em dia em que não há expediente forense, prorrogar-se-á até o primeiro dia útil subseqüente.

-Adv. GEORGE EDUARDO KAROLESKI-.

37. COBRANCA SUMARIA-0000612-73.2011.8.16.0084-MUNICIPIO DE GOIOERE - PR x ALEXANDRE JOSE GATTO e outro-As partes para recolher a G.R.C. do Oficial de Justiça. -Advs. CASSIANO RICARDO BOCALAO e OSCAR BARBOSA BUENO-.

38. BUSCA E APREENSAO (FID)-0001875-43.2011.8.16.0084-BANCO FINASA BMC S/A x ANA PAULA DE SOUZA-

Ao autor para réplica em 10 dias.

-Adv. CARLA HELIANA V. MEGOSSI TANTIN-.

39. USUCAPIAO-0002597-77.2011.8.16.0084-NAIR RODRIGUES x GEROLINO PALMEIRA ROCHA- 1. Intime-se o autor para também juntar certidão negativa de existência de ação possessória que tenha por objeto o imóvel usucapiendo.

2. A autora para juntar, no prazo de 30 dias, prova documental da posse do imóvel, referente ao prazo legal mínimo exigido para o reconhecimento da usucapião, bem como, junte-se matrícula atualizada do imóvel.
3. Cumprido os itens acima, citem-se os réus, os confinantes e respectivos cônjuges, se casados forem, para, no prazo de 15 dias contestarem, com as advertências dos art. 285 e 319, do Código de Processo Civil.
4. Citem-se, ainda, os réus que se achem em lugar incerto e não sabido, bem como eventuais herdeiros e/ou interessados, por edital, com prazo de 30 dias.
5. Intimem-se por via postal, com Aviso de Recebimento, para que manifestem interesse na causa, os representantes das Fazendas Públicas da União, Estado e Município.
6. Intime-se por via postal, com Aviso de Recebimento, para que manifestem interesse na causa, o IAP e INCRA.
7. Se citados por edital não apresentarem contestação, desde já nomeio o Dr. JOSÉ MARCELO DE JESUS como curador especial, para apresentar defesa em 15 dias.
8. Apresentadas as respostas às diligências, digam os autores, em dez dias.
9. Após, vista ao Ministério Público.-Adv. CARLOS EDUARDO VILA REAL-.
40. CARTA PRECATÓRIA CÍVEL-150/2003-Oriundo da Comarca de 6ª VARA CIVEL DA COMARCA DE LONDRINA-PR.-UNIAO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/C. LTDA. x JOSE GILBERTO DOS SANTOS-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (certidão negativa do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. ELTON ALAVER BARROSO-OAB/PR 34.050-.
41. CARTA PRECATÓRIA CÍVEL-0003576-73.2010.8.16.0084-Oriundo da Comarca de MARINGA - PR - 2ª VARA JUSTICA FEDERAL-CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. x NAKAOO FASHION LTDA ME e outros- 1. Fls. 41: Indefiro o pedido de reconsideração e mantenho o despacho de fls. 39, eis que o Bacenjud, Renajud e ofício à Receita Federal devem ser realizados no juízo deprecante, não se fazendo necessário que o juízo externo efetive diligências que o deprecante pode fazer.
2. Intime-se o exequente, pelo DJ, para que indique bens localizados em Goioerê para a penhora, no prazo de 15 dias.
3. Decorrido o prazo de 15 dias, sem indicação de bens penhoráveis, devolva-se a carta precatória, com nossas homenagens.
4. Baixas e comunicações necessárias. -Adv. ALVARO MANOEL FURLAN-.

Goioerê, 19 de setembro de 2011
Jean Carlo Fava
Escrivão Designado

---

**COMARCA DE GOIOERE ESTADO DO PARANA**

**RELAÇAO Nº. 144/2011**
**JUÍZA DE DIREITO FABIANA MATIE SATO**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
1ª E/OU 2ª PROMOTORIA DE 0032 001891/2010
ABDIAS ABRANTES NETO 0005 000088/2000
0023 000674/2008
ADEMIR ANTONIO DE LIMA 0004 000450/1995
0006 000161/2001
0016 000809/2007
0026 000456/2009
0028 000523/2009
AGNALDO ALVES GODOI 0017 000121/2008
ALBERTO FERREIRA ALVIM 0017 000121/2008
ALESSANDRA CHRISTIAN ABRA 0005 000088/2000
ALEXANDRE BARBOSA LEMES 0010 000484/2006
ANASTACIO BORGES DOS SANT 0020 000513/2008
ANDERSON DOUGLAS G.FALLEI 0001 000207/1991
0018 000292/2008
ANTONIO CARLOS ALVES 0038 000313/2011
ARMANDO GARCIA GARCIA 0001 000207/1991
BRAULIO BELINATI GARCIA 0031 000696/2009
CARLOS EDUARDO SCARDUA 0002 000034/1993
0025 000313/2009
CARLOS EDUARDO VILA REAL 0021 000607/2008
CARLOS LUIZ PACAGNAN 0001 000207/1991
CELIO DAL CORSO VIOLADA 0024 000244/2009
CELSO DE MORAES ZANE 0036 002736/2010
CRISTIANE BERGER GUERRA R 0023 000674/2008
0038 000313/2011
EDSON RIMET DE ALMEIDA 0002 000034/1993
0025 000313/2009
EDSON SCARDUA 0002 000034/1993
0025 000313/2009
ELOI ANTONIO POZZATI 0005 000088/2000
ENEZIO FERREIRA LIMA 0008 000500/2005
0029 000566/2009
ERALDO KOVALCZUK 0029 000566/2009
ERCILIO CESAR DUTRA 0018 000292/2008
EVERALDO BUGHI 0027 000511/2009
FERNANDO MARTINS GONCALVE 0035 002708/2010
GABRIEL VELOSO DE ARAUJO- 0005 000088/2000
GEORGE EDUARDO KAROLESKI 0012 000062/2007
HEMERSON SIQUEIRA E SILVA 0021 000607/2008
ILMO TRISTAO BARBOSA 0012 000062/2007
0022 000647/2008
JAIR APARECIDO ZANIN 0007 000385/2005
JEFFERSON FERREIRA FIGUEI 0016 000809/2007
0026 000456/2009
0028 000523/2009
JOAO CARLOS GOMES 0003 000171/1994
0011 000716/2006
0013 000179/2007
0014 000503/2007
0037 000237/2011
JOAO HENRIQUE DA SILVA 0034 002554/2010
JORGE LUIZ DANTAS 0036 002736/2010
JOSE APARECIDO BORGES DOS 0022 000647/2008
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 0019 000435/2008
LAZARA CRISTINA DA SILVA 0008 000500/2005
0009 000404/2006
0010 000484/2006
LEONARDO RODARTE DE ALMEI 0010 000484/2006
LUCIANE GUEDES DE CARVALH 0001 000207/1991
0018 000292/2008
MARCELINO FRANCISCO ALONS 0033 002468/2010
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0031 000696/2009
MARCOS AURÉLIO CERDEIRA 0001 000207/1991
MARCOS DUTRA DE ALMEIDA 0033 002468/2010
MARCOS MARTINS DA COSTA S 0036 002736/2010
MAUDE APARECIDA GONCALVES 0024 000244/2009
OSCAR BARBOSA BUENO 0002 000034/1993
PEDRO FALEIROS CANHAN 0024 000244/2009
PEDRO LUIZ MARQUES 0035 002708/2010
Perito JAIR DEVANIR ERCOL 0006 000161/2001
REYMI SAVARIS JUNIOR 0015 000712/2007
ROQUE ADEMIR KAROLESKI 0012 000062/2007
ROSANGELA DIAS GUERREIRO 0030 000681/2009
ROSSELIO MARCUS SPINDOLA 0039 000463/2011
ROZI MARI APOLONI 0033 002468/2010
WALMOR JUNIOR DA SILVA 0005 000088/2000
0006 000161/2001

1. REPARACAO DE DANOS MORAIS-207/1991-GENERAL ACCIDENT - CIA DE SEGUROS x JOSE CARLOS PACAGNAN e outros- 1. Considerando as reiteradas tentativas de localização de dinheiro, via Bacenjud, intime-se o exeqüente para indicar:
a) se há valores parciais antigos localizados pelo Bacenjud, nos autos, para levantamento.
b) se destes valores parciais o executado foi intimado para se manifestar em 15 dias, e em caso, positivo, manifestar o exeqüente interesse no levantamento.
c) se existe petição pendente de análise.
d) outros meios executórios eficazes e bens penhoráveis para satisfação do crédito.
2. Caso não haja indicação de bens ou o exeqüente não se manifeste quanto ao item 01, determino a SUSPENSÃO de 01 ano da execução até que sejam localizados bens penhoráveis.
a) Após o prazo de 01 ano, sem que seja localizados bens penhoráveis ou o devedor, remetam-se os autos ao ARQUIVO.
3. Com a manifestação do exeqüente quanto ao item 01, retornem os autos cls.
4. Intimem-se as partes, por seus procuradores, integralmente deste despacho.
-Advs. ARMANDO GARCIA GARCIA, MARCOS AURÉLIO CERDEIRA, CARLOS LUIZ PACAGNAN, ANDERSON DOUGLAS G.FALLEIROS e LUCIANE GUEDES DE CARVALHO-.
2. USUCAPIAO-34/1993-LUIS VIANA DE MOURA x THEREZINHA DE JESUS SERAFINI e outros- Autor: LUIS VIANA DE MOURA
Réu: OSVALDO SERAFINI pelos herdeiros Terezinha de Jesus Serafini, André Serafini, Rosana Serafini Casa Nova, ONERO SERAFINI pelos herdeiros Valderez Miguel Serafini Michelleto e Loanda Miguel Serafini Fernandes; e MANSUETO SERAFINI
Usucapião nº. 34/1993
I. RELATÓRIO
Trata-se de ação de usucapião em que o autor afirma ter a posse mansa e pacífica há mais de 20 anos (somada à posse dos seus antecessores JURANDIR NICOLAU DO NASCIMENTO, MARÇAL SOARES MACEDO e MANSUETO SERAFIM e outros), do imóvel urbano, lote 09 da quadra 80, com área de 420 m2, situado em Goioerê, em nome de OSVALDO SERAFINI, ONERO SERAFINI e MANSUETO SERAFINI. Adquiriu o imóvel usucapiendo de JURANDIR NICOLAU DO NASCIMENTO, por meio de contrato de compra e venda, celebrado em 15.12.91 (fls. 02-05).
Por edital, procedeu-se à citação dos réus e de eventuais interessados (fls. 34, 43).
Citados os confinantes (fls. 22 e 41).
Cientificada a Fazenda Nacional (fls. 39), Estadual (fls. 66), e Municipal (fls. 37-40).
Audiência de justificação de posse (fls. 46-47).
O Ministério Público opinou pela não comprovação da posse pelo autor (fls. 50-53).
À fls. 64, foi nomeado curador especial aos réus citados por edital, o Dr. JOÃO CARLOS GOMES, com resposta as fls. 65-70.
Em audiência de conciliação foi determinada a habilitação dos herdeiros dos réus falecidos OSVALDO SERAFINE e ONERO SERAFINE. Habilitação dos herdeiros a fls. 172.
Saneamento as fls. 188-189.

Em audiência de instrução foi tomado o depoimento pessoal do autor (fls. 205). No mesmo ato foi concedido prazo de 30 dias para juntada da matrícula do imóvel e documentos a demonstrar posse (fls. 206).
O autor apresentou memoriais as fls. 207-211, acompanhado da transcrição do imóvel usucapiendo nº 12.299, em nome dos réus OSVALDO SERAFINI, ONERO SERAFINI e MANSUETO SERAFINI (fls. 212-215), e comprovante de energia elétrica (fls. 219).
Substituição de curador a fls. 227, com apresentação de memoriais as fls. 233-236, pelo Dr. EDSON RIMET DE ALMEIDA.
Diligência a fls. 237, com a apresentação de certidão possessória a fls. 240.
O Ministério Público manifestou pela desnecessidade de sua intervenção (fls. 241-244).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. Inicialmente, cumpre observar que deve ser aplicada a disposição contida no art. 550 do CC/1916 (Aquele que, por vinte anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título e boa-fé que, em tal caso, se presume, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para a transcrição no registro de imóveis).
2. As testemunhas ouvidas em 1994 foram contraditórias quanto ao início da posse do autor, pois, enquanto uma mencionou há aproximadamente 18 anos (fls. 46), a outra declarou que o autor nunca residiu no terreno (fls. 47). Ademais, é impossível a posse de 18 anos mencionada pela testemunha de fls. 46, pois se em 1994 o autor tinha 22 anos, 18 anos atrás, ele teria apenas quatro anos de idade.
A testemunha JURANDIR NICOLAU DO NASCIMENTO, que segundo o autor teria exercido posse anterior sobre o imóvel usucapiendo, disse que nunca residiu ali (fls. 47 v), prejudicando a soma das posses pretendida pelo autor, sendo que tampouco há prova documental para caracterizar o início da posse do autor no imóvel, visto que somente foi juntado um comprovante de ativação de energia elétrica em 12.11.96, em nome do autor (fls. 219).
3. O contrato de compra e venda de fls. 07, firmado em 15.12.91, não comprova posse a partir de 15.12.91, considerando que o autor afirmou a fls. 205 que em 1993 residia com os pais (fls. 205). Se o autor em 1993 residia ainda com os pais, impossível ter exercido posse em 1991. O aludido contrato tampouco comprova posse anterior do vendedor JURANDIR NICOLAU DO NASCIMENTO, já que este declarou a fls. 47 v, que nunca residiu no referido imóvel. O documento de fls. 12 que demonstra o pagamento de IPTU, com data de 03.04.93, igualmente, não prova posse, pelo mesmo motivo.
Nenhum outro documento veio aos autos.
4. Sendo assim, utilizarei a data de 12.11.96, de fls. 219 para o início da contagem da posse, presumindo-se que o autor passou a residir no imóvel a partir dessa data (12.11.96), já que a energia elétrica foi instalada nesse dia no imóvel, em nome do autor.
5. Considerando que a posse do autor teve início na vigência do CC/16 e a presente ação foi ajuizada em data de 01.03.93, aplica-se o prazo prescricional de 20 anos previsto no art. 550 do CC/16.
No entanto, verifica-se que o autor não se desincumbiu de demonstrar o efetivo exercício da posse pelo prazo de 20 anos, considerando que do início da posse do autor em 12.11.96 (item 4) até a atualidade (agosto de 2011), o autor conta com uma posse de apenas 14 anos e 9 meses.
Ainda que se aplique a regra de transição do CC, art. 2.028, o autor não logrará êxito. CC, art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.
Os 10 anos do CC, art. 1.238 devem ser contados da data de vigência do CC/02, em 12.01.2003, por isso, apenas em 2013 ele completará o prazo legal.
Por estes motivos, a improcedência do pedido é medida que se impõe.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido do autor.
1. Concedo a justiça gratuita, requerida a fls. 185.
2. Condeno o autor em custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ao Dr. JOÃO CARLOS GOMES, fls. 65-70, e ao Dr. EDSON RIMET DE ALEMIDA, fls. 233-236, curadores nomeados, fixados em R$ 250,00, para cada um. Observe-se o art. 12 da Lei nº 1.060/50.
Publique-se. Registre-se. Intime-se
-Advs. OSCAR BARBOSA BUENO, EDSON SCARDUA, EDSON RIMET DE ALMEIDA e CARLOS EDUARDO SCARDUA-.
3. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-171/1994-ROSAN & ROSAN LTDA x VALDIR MANICARDI- 1. Considerando as reiteradas tentativas de localização de dinheiro, via Bacenjud, intime-se o exeqüente para indicar:
a) se há valores parciais antigos localizados pelo Bacenjud, nos autos, para levantamento.
b) se destes valores parciais o executado foi intimado para se manifestar em 15 dias, e em caso, positivo, manifestar o exeqüente interesse no levantamento.
c) se existe petição pendente de análise.
d) outros meios executórios eficazes e bens penhoráveis para satisfação do crédito.
2. Caso não haja indicação de bens ou o exeqüente não se manifeste quanto ao item 01, determino a SUSPENSÃO de 01 ano da execução até que sejam localizados bens penhoráveis.
a) Após o prazo de 01 ano, sem que seja localizados bens penhoráveis ou o devedor, remetam-se os autos ao ARQUIVO.
3. Com a manifestação do exeqüente quanto ao item 01, retornem os autos cls.
4. Intimem-se as partes, por seus procuradores, integralmente deste despacho.
-Adv. JOAO CARLOS GOMES-.
4. MONITORIA-450/1995-RIO PARANA-CIA.SECURITIZADORA DE CRED.FINANCEIROS. x A. T. FUJII & CIA. LTDA. e outro-
Ao autor para retirar os ofícios.
-Adv. ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.
5. DESPEJO-88/2000-BANCO DO BRASIL S/A. x COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- Considerando acordo na declaratória nº 161/2000, manifestem-se as partes sobre o prosseguimento do despejo, no prazo de 15 dias. -Advs. ELOI ANTONIO POZZATI, GABRIEL VELOSO DE ARAUJO-OAB-25601, ABDIAS ABRANTES NETO, WALMOR JUNIOR DA SILVA e ALESSANDRA CHRISTIAN ABRANTES-.
6. DECLARATORIA DE NULIDADE-161/2001-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x BANCO DO BRASIL S/A.- 1. Homologo, por sentença, a transação realizada pelas partes, conforme inserto às fls. 145/146 dos autos, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, com fundamento no artigo 269, Inc. III, do Código de Processo Civil.
2. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
3. Custas remanescentes pelo Banco do Brasil, conforme acordado.
4. Honorários advocatícios, na forma acordada.
5. Desde que requerido, dispenso o prazo recursal.
6. Indefiro a expedição de ofício para o CRI para desfazimento da dação, porque se trata de ato administrativo a cargo das partes, sem necessidade de interferência judicial.
7. Oportunamente, arquive-se após as cautelas legais.-Advs. WALMOR JUNIOR DA SILVA, Perito JAIR DEVANIR ERCOLES e ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.
7. EXECUCAO DE SENTENCA-385/2005-BANCO DO BRASIL S/A x EDISON LUIZ CELONI- 1. Cumpra-se a Portaria nº 15/2009, deste juízo, item XXIX, §3º: Localizados valores, em seguida, deverá o escrivão intimar o devedor, pelo DJ ou pessoalmente (caso não tenha advogado), para se manifestar no prazo de 15 dias, sob pena de levantamento do dinheiro, em favor do credor.
2. Intime-se na pessoa do advogado; se não constituído, intime-se pessoalmente.
-Adv. JAIR APARECIDO ZANIN-.
8. INTERDICAO E CURATELA-500/2005-OLIVIA JESUS DA SILVA x SAMUEL FRANCA BARBOSA- Autora: OLIVIA JESUS DA SILVA
Réu: SAMUEL FRANCA BARBOSA
Interdição nº 500/05
I. RELATÓRIO
Trata-se de ação de interdição em que a autora (mãe) alega que o interditando (filho) é portador de deficiência mental grave e está internado no Complexo Médico Penal de Curitiba pela prática de homicídio. Pediu a decretação de interdição do réu (fls. 02-04).
Certidão negativa de propriedade a fls. 34.
Citação do interditando a fls. 67.
Interrogatório a fls. 85. Em audiência foi nomeado curador especial ao interditando.
Laudo pericial as fls. 133-136, com manifestação do autor a fls. 143, e do curador especial as fls. 147-148.
O Ministério Público requereu a procedência do pedido (fls. 150-152).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. Foi aplicada medida de segurança de internação ao interditando SAMUEL FRANÇA BARBOSA pela prática de homicídio, e por ser ele portador de retardo mental grave, conforme sentença penal de fls. 21-25.
Conforme perícia de fls. 133-136, realizada por um psiquiatra e uma psicóloga do Complexo Médico Penal de Curitiba, o interditando encontra-se internado desde 1997, e a despeito de tratamentos realizados, ele não apresentou melhora, pelo contrário suas funções mentais pioraram.
Segundo o perito, o interditando possui esquizofrenia residual F20.5 do CID 10, cujas anomalias o tornam incapaz de reger os atos da vida civil e concluiu pela incapacidade definitiva do interditando (fls. 135), por isso é desnecessária a perícia requerida pelo curador a fls. 148 para apurar persistência de sua incapacidade.
O interditando não possui bens, conforme certidão negativa de fls. 34.
A autora OLIVIA JESUS DA SILVA é mãe do interditando (fls. 09), e inexiste qualquer impedimento para que ela seja curadora do seu filho.
III. DISPOSITIVO
Isto posto, com fulcro no art. 1.767, I, do Código Civil, e 1.177 e ss., do CPC, julgo PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de SAMUEL FRANÇA BARBOSA, ante a sua total incapacidade para reger os atos da vida civil e, por conseqüência, nomeio para CURADORA, a mãe, OLIVIA JESUS DA SILVA.
Cumpra-se o disposto no art. 1.184 , do CPC. Publique-se no órgão oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Inscreva-se no Registro Civil a presente sentença (CN 15.9.1 ) e cumpra-se as regras pertinentes previstas no Código de Normas .
Custas ex lege.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Cientifique-se o Ministério Público.
-Advs. LAZARA CRISTINA DA SILVA e ENEZIO FERREIRA LIMA-.
9. ORDINARIA DE APOSENTADORIA-404/2006-ROSA MARIA DUARTE x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- 1. Tendo o executado satisfeito a obrigação, conforme noticiado às fls. 131 dos autos, julgo EXTINTO o processo, a teor do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
2. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

3. Expeça-se alvará judicial em nome do escrivão designado JEAN CARLO FAVA, com prazo de 30 dias, para levantamento R$ 649,82, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 100.125.093.420 (fls. 143).
4. Expeça-se alvará judicial em nome do oficial de justiça ADEMIR RODRIGUES NOVAES, com prazo de 30 dias, para levantamento de R$ 43,14, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 100.125.093.421 (fls. 144).
5. Expeça-se alvará judicial em nome do contador/distribuidor JOSÉ KIMURA, com prazo de 30 dias, para levantamento de R$ 30,14, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. nº. 100.125.093.418 (fls. 141).
6. Por fim, arquive-se. -Adv. LAZARA CRISTINA DA SILVA-.
10. ORDINARIA DE APOSENTADORIA-484/2006-MARIA RODRIGUES DO AMARAL x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- 1. Tendo o executado satisfeito a obrigação, conforme noticiado às fls. 131 dos autos, julgo EXTINTO o processo, a teor do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
2. Publique-se. Registre-se. Intime-se.
3. Expeça-se alvará judicial em nome do escrivão designado JEAN CARLO FAVA, com prazo de 30 dias, para levantamento R$ 635,50, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 3.800.123.986.963 (fls. 141).
4. Expeça-se alvará judicial em nome do oficial de justiça MAURO SETUO MORISAKI, com prazo de 30 dias, para levantamento de R$ 37,59, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 3.8700.123.986.964 (fls. 142).
5. Expeça-se alvará judicial em nome do contador/distribuidor JOSÉ KIMURA, com prazo de 30 dias, para levantamento de R$ 62,34, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. nº. 3.800.123.986.965 (fls. 143).
6. Por fim, arquive-se. -Advs. LAZARA CRISTINA DA SILVA, ALEXANDRE BARBOSA LEMES e LEONARDO RODARTE DE ALMEIDA E SILVA-.
11. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-716/2006-EUDES ANTÔNIO BUSSOLA x APARECIDO RAIMUNDO ÃNGELO- 1. Das reiteradas tentativas de busca de dinheiro, pelo Bacenjud, todas foram frustradas.
Instado o exequente a indicar outras formas executivas eficazes, não houve resultado positivo.
2. Prevê o item 5.8.20 do Código de Normas: Os autos de execuções suspensas pela não-localização de bens penhoráveis ou do próprio devedor poderão aguardar a iniciativa da parte no arquivo. Nesse caso, o feito será lançado na coluna "Processos Suspensos ou Arquivados sem Baixa" do Boletim Mensal de Movimento Forense.
2.1. Portanto, suspenda-se a execução, por um ano.
2.2. Após, remetam-se os autos ao arquivo provisório e aguarde-se iniciativa do exeqüente.
Intimem-se as partes, deste despacho, exclusivamente, pelo DJ. -Adv. JOAO CARLOS GOMES-.
12. EMBARGOS A EXECUCAO-62/2007-JOSÉ DOS SANTOS SILVA x INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- 1. Considerando as reiteradas tentativas de localização de dinheiro, via Bacenjud, intime-se o exeqüente para indicar:
a) se há valores parciais antigos localizados pelo Bacenjud, nos autos, para levantamento.
b) se destes valores parciais o executado foi intimado para se manifestar em 15 dias, e em caso, positivo, manifestar o exeqüente interesse no levantamento.
c) se existe petição pendente de análise.
d) outros meios executórios eficazes e bens penhoráveis para satisfação do crédito.
2. Caso não haja indicação de bens ou o exeqüente não se manifeste quanto ao item 01, determino a SUSPENSÃO de 01 ano da execução até que sejam localizados bens penhoráveis.
a) Após o prazo de 01 ano, sem que seja localizados bens penhoráveis ou o devedor, remetam-se os autos ao ARQUIVO.
3. Com a manifestação do exeqüente quanto ao item 01, retornem os autos cls.
4. Intimem-se as partes, por seus procuradores, integralmente deste despacho.
-Advs. ROQUE ADEMIR KAROLESKI, GEORGE EDUARDO KAROLESKI e ILMO TRISTAO BARBOSA-.
13. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-179/2007-LUIZ AUGUSTO DOMINICE x LEONAN CARLOS BARBOSA-Ao autor para recolher a G.R.C. do Oficial de Justiça, e retirar ofício. -Adv. JOAO CARLOS GOMES-.
14. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-503/2007-CASTELHANI & CASTELHANI LTDA. - E.P.P. x EVALDO MENDES DE CORDOVA- 1. Das reiteradas tentativas de busca de dinheiro, pelo Bacenjud, todas foram frustradas.
Instado o exequente a indicar outras formas executivas eficazes, não houve resultado positivo.
2. Prevê o item 5.8.20 do Código de Normas: Os autos de execuções suspensas pela não-localização de bens penhoráveis ou do próprio devedor poderão aguardar a iniciativa da parte no arquivo. Nesse caso, o feito será lançado na coluna "Processos Suspensos ou Arquivados sem Baixa" do Boletim Mensal de Movimento Forense.
2.1. Portanto, suspenda-se a execução, por um ano.
2.2. Após, remetam-se os autos ao arquivo provisório e aguarde-se iniciativa do exeqüente.
Intimem-se as partes, deste despacho, exclusivamente, pelo DJ. -Adv. JOAO CARLOS GOMES-.
15. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-712/2007-VOLKSWAGEN LEASING S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL x MUNICIPIO DE GOIOERE - PR-Ao autor para recolher a G.R.C. do Oficial de Justiça. -Adv. REYMI SAVARIS JUNIOR-.
16. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-809/2007-CREDIVAL PARTICIPAÇÕES, ADM. E ASSESSORIA LTDA. e outro x ODAIR RORATO e outro- 1. Cumpra-se a Portaria nº 15/2009, deste juízo, item XXIX, §3º: Localizados valores, em seguida, deverá o escrivão intimar o devedor, pelo DJ ou pessoalmente (caso não tenha advogado), para se manifestar no prazo de 15 dias, sob pena de levantamento do dinheiro, em favor do credor.
2. Intime-se na pessoa do advogado; se não constituído, intime-se pessoalmente. -Advs. JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO e ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.
17. DESPEJO C/C COBRANCA-121/2008-ARIVALDO PIMENTEL DE OLIVEIRA e outro x MILTON FERREIRA LIMA-1. Cumpra-se a Portaria nº 15/2009, deste juízo, item XXIX, §3º: Localizados valores, em seguida, deverá o escrivão intimar o devedor, pelo DJ ou pessoalmente (caso não tenha advogado), para se manifestar no prazo de 15 dias, sob pena de levantamento do dinheiro, em favor do credor.
2. Intime-se na pessoa do advogado; se não constituído, intime-se pessoalmente. -Advs. ALBERTO FERREIRA ALVIM e AGNALDO ALVES GODOI-.
18. DECLARATORIA-292/2008-JAILTON DE JESUS DA ROCHA x DEVANIR CANDIDO BATISTA- 1. Fls. 92/108: RECEBO a apelação, em seu efeito devolutivo e suspensivo, nos termos do CPC, art. 520 .
2. Ao(s) apelado(s) para contrarrazões, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 508 do CPC.
3. Oportunamente, subam os autos ao TJ. -Advs. ANDERSON DOUGLAS G.FALLEIROS, LUCIANE GUEDES DE CARVALHO e ERCILIO CESAR DUTRA-.
19. INDENIZACAO (RITO SUMARIO)-0001968-11.2008.8.16.0084-J. L MUNHOZ & MUNHOZ LTDA-ME x BANCO ITAUCARD S/A- 1. Cumpra-se a Portaria nº 15/2009, deste juízo, item XXIX, §3º: Localizados valores, em seguida, deverá o escrivão intimar o devedor, pelo DJ ou pessoalmente (caso não tenha advogado), para se manifestar no prazo de 15 dias, sob pena de levantamento do dinheiro, em favor do credor.
2. Intime-se na pessoa do advogado; se não constituído, intime-se pessoalmente. -Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.
20. EXECUÇAO DE QUANTIA CERTA-513/2008-MARONEZE & FRANCO LTDA-EPP x LUCIANO TRISTÃO DA ROCHA- 1. Cumpra-se a Portaria nº 15/2009, deste juízo, item XXIX, §3º: Localizados valores, em seguida, deverá o escrivão intimar o devedor, pelo DJ ou pessoalmente (caso não tenha advogado), para se manifestar no prazo de 15 dias, sob pena de levantamento do dinheiro, em favor do credor.
2. Intime-se na pessoa do advogado; se não constituído, intime-se pessoalmente. -Adv. ANASTACIO BORGES DOS SANTOS JUNIOR-.
21. MANDADO DE SEGURANCA-0001960-34.2008.8.16.0084-CAMARA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO x REINALDO KRACHINSKI-
Ao autor para recolher as custas no valor de R$ 205,58.-Advs. HEMERSON SIQUEIRA E SILVA-OAB/27472 e CARLOS EDUARDO VILA REAL-.
22. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0001963-86.2008.8.16.0084-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x OSVALDO ANTONIO MARQUES GONÇALVES-
1. Considerando o número excessivo de folhas por volume, cumpra-se o item 2.3.9, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça: Os autos do processo não excederão de duzentas (200) folhas em cada volume, salvo determinação judicial expressa em contrário ou para manter o documento na sua integralidade. O encerramento e a abertura dos volumes serão certificados em folhas suplementares e sem numeração. Os novos volumes serão numerados de forma bem destacada e a sua formação também será anotada na autuação do primeiro volume
2. O agravo de instrumento de fls. 128-137 foi provido para manter os encargos contratados (fls. 160-167).
3. Não foram opostos embargos à execução (fls. 106).
4. Da remessa dos autos à contadoria judicial, com a cópia da decisão do agravo (provido), de fls. 160/167, os autos foram especialmente remetidos para conta conforme agravo, vide fls. 167 verso, porém, a contadoria judicial deixou de observar as diretrizes constantes do agravo e apresentou a conta errada de fls. 168/169, por isso, desautorizo a cobrança desta conta de fls. 168/169, pela contadoria judicial. A conta manifestamente errada não deve ser cobrada da parte.
3.1. Faculto ao credor, no prazo de 15 dias, a apresentação de novo cálculo atualizado.
4. Após, intime-se o executado, por seu advogado, para se manifestar sobre a conta, no prazo de 15 dias.
5. Penhora a fls. 104: Sem prejuízo do cumprimento dos itens anteriores, deve o cartório providenciar os itens 5.8.14.2.,e 5.8.14.3. do Código de Normas, com a redação alterada pelo Provimento 194:
5.8.14.2 - Antes da designação da praça, serão requisitadas:
I - certidão atualizada do registro imobiliário;
II - certidão do depositário público;
III - o CCIR do INCRA em relação à imóvel rural.
5.8.14.3 - A certidão referida no inciso III do item 5.8.14.2 não será requisitada caso o número do CCIR do INCRA já conste da matrícula do imóvel
-Advs. ILMO TRISTAO BARBOSA e JOSE APARECIDO BORGES DOS SANTOS-.
23. DECLARATORIA-0001989-84.2008.8.16.0084-LUIZ ALBERTO BASSETTO x COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outro- Autor: Luiz Alberto Basseto.
Réus: Coagel Cooperativa Agroindustrial e Rioinvest Consultoria Empreendimentos e Participações LTDA.
Declaratória nº 674/2008
I. RELATÓRIO
Trata-se de ação declaratória e condenatória em que o autor alega que por força do "Instrumento Particular de Cessão de Crédito", firmado em 10.11.1996, a Coagel cedeu para a Rioinvest o seu direito de receber a devolução do empréstimo compulsório instituído em favor da Eletrobrás, relativo aos créditos constituídos no período de 01.01.1988 a 31.12.1994. O contrato originalmente celebrado com a Rioinvest foi cedido para o autor que passou a ser o titular dos direitos referentes aos créditos registrados pela Eletrobrás em nome da Coagel. A Coagel ingressou com uma ação em face da Eletrobrás e da União Federal, para discutir a aplicação de índices de correção monetária e dos juros. Da sentença procedente, a Coagel iniciou a Execução Provisória de Sentença de R$ 16.997.568,70, na Justiça Federal. Ao efetuar os cálculos para instruir a execução provisória, a ré incluiu parte dos

valores que pertencem ao autor. Diante do exposto, requer a titularidade sobre os créditos cedidos pela ré em 10.10.1996, referente aos créditos do ECE constituídos entre 01 de janeiro de 1988 e 31 de dezembro de 1994, registrados no CICEs n ° 6538600, 6539902, 6544173, 6540224, 6545918, 6547278, 6544174 e 6544175, inclusive sobre os consectários legais; créditos indevidamente executados em favor da Coagel, nos autos de Execução Provisória de Sentença, referente ao período de contribuição do ECE compreendido entre janeiro de 1987 e dezembro de 1993, e por fim, requer que a Coagel seja condenada a se abster de receber as importâncias que forem pagas pela Eletrobrás nos autos do processo de execução em trâmite perante a 2° Vara Federal de Curitiba/PR, referente à parcela de créditos cedidos e que, consequentemente, os valores sejam pagos diretamente ao autor.
Em contestação, a Coagel alega que em 21.01.2003, foi notificada pela empresa Rioinvest, na qualidade de adquirente dos referidos créditos, com o objetivo de receber da Coagel, R$ 76.921,30, referente aos juros acumulados e recebidos da Eletrobrás. Por isso, em 21/01/2003, a empresa Rioinvest, ainda era a credora, com relação à Coagel, por isso, não compreende a cessão desses direitos e o documento de fls. 16. Supõe uma parceria entre a Rioinvest e o autor, para burlar a coisa julgada material. Aduz que o negócio havido entre Rioinvest e autor parece com uma transação graciosa, pela ausência de qualquer valor financeiro. A Coagel nega que tenha negociado seus créditos tributários, oriundos de empréstimos compulsórios da Eletrobrás, com a Rioinvest. Informa a procedência da ação anulatória nº 25/2003 (fls. 562/564 daqueles autos) em que se declarou a nulidade do contrato de cessão de créditos entre a Coagel e a Rioinvest, assim como anulação do instrumento público de mandato outorgado pela Coagel em favor da Rioinvest.
Réplica a fls. 359/368
O autor pretende ouvir, em audiência de instrução, o Diretor Presidente da ré a época da cessão, Osmar Pomini, e dos diretores da Rioinvest, Gilson Braga Junior e Rene Fleury Chiletto (fls. 374/375)
Despacho para que o autor explique o motivo de ter incluído apenas a Coagel no pólo passivo (fls. 378), com resposta a fls. 380/384.
Conforme despacho de fls. 419, o autor apresenta cópia da anulatória n° 25/2003, fls. 440/579, e a emenda à inicial. (fls. 422/435).
Em contestação, a Rioinvest Consultoria Empreendimentos e Participações LTDA, a fls. 588/590, alega que em 10.10.1996 firmou contrato de cessão de crédito com a Cooperativa Agropecuária Goioerê LTDA - COAGEL (aquisição de créditos do empréstimo compulsório sobre energia elétrica prevista no DL 1512/76 representados por 60.019 UPs da Eletrobrás).Na cláusula 7 do contrato, a Rioinvest poderia, a qualquer época, ceder a terceiros os créditos adquiridos, e assim o fez. Em 21/07/1997, o autor Luiz Alberto Basseto, encaminhou notificação à Coagel. Requer a procedência do pedido, por se tratar de ato jurídico perfeito a Escritura da Cessão de Créditos e Direitos, e a não imputação de honorários sucumbenciais (fls. 588/590).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. O feito comporta pronto julgamento, uma vez que a matéria nele aventada se resume a questões de direito, sendo que os pontos de fato já se encontram devidamente comprovados, seja pela documentação acostada pelas partes, ou ainda pelas teses já expostas.
2. Para compreensão da presente declaratória, faz-se necessário resumir a sentença na anulatória nº 25/2003, de fls. 440/579, em que é autora a Coagel; e ré, a Rioinvest Consultoria Empreendimentos e Participações LTDA.
2.2. Na ação anulatória nº 25/2003, a sentença (cópia a fls. 562/564), com fundamento no Decreto n° 81.668/78, e Decreto-Lei nº 81.668/76, art. 3º, julgou procedente o pedido para declarar a nulidade do contrato de cessão de créditos que a Coagel possuía na Eletrobrás, de 60.019 Up's, baseados nos CICES's nº 6538600, 6539902, 6544173, 6540224, 6545918, 6547278, 6544175 e 6544174, do período de 01.01.77 a 31.12.1994, assim como, em razão do vício de consentimento, decretar a anulação do instrumento público de mandato outorgado pela Coagel em favor da Rioinvest, lavrado a fls. 121, Livro 96-P, do Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos e Documentos, do Goioerê.
3. Posteriormente e em razão do reconhecimento da nulidade do contrato de cessão de créditos que a Coagel possuía na Eletrobrás, de 60.019 Up's, baseados nos CICES's nº 6538600, 6539902, 6544173, 6540224, 6545918, 6547278, 6544175 e 6544174, do período de 01.01.77 a 31.12.1994, a Coagel ajuizou uma ação de cobrança nº 2004.70.00.025954-4, de correção monetária e juros, dos créditos representados por 74.727 UP's (cópia da ação a fls. 20/43).
3.1. A sentença, na ação de cobrança nº 2004.70.00.025954-4, julgou parcialmente procedente para reconhecer a prescrição até 31.12.1986; a correção monetária, desde o dia do recolhimento até a sua efetiva devolução, além de juros de 6% ao ano (fls. 45/60). A apelação foi improvida a fls. 61/77 e o recurso especial parcialmente provido para afastar a Selic.
3.2. Iniciou-se a execução nº 2008.70.00.007843-9, da ação de cobrança nº 2004.70.00.025954-4, com indeferimento do levantamento de valores incontroversos, fls. 212/213.
Delineadas anulatória nº 25/2003, ação de cobrança nº 2004.70.00.025954-4, e execução nº 2008.70.00.007843-9, passo à análise do mérito.
4. Foi declarada nula a cessão de créditos da Coagel para a Rioinvest, das 60.019 Up's, da Eletrobrás, baseados nos CICES's nº 6538600, 6539902, 6544173, 6540224, 6545918, 6547278, 6544175 e 6544174, do período de 01.01.77 a 31.12.1994, por isso, a segunda cessão, da RIOINVEST para o autor LUIZ ALBERTO BASSETO também não gera efeitos.
A RIOINVEST não pode ceder o que não lhe pertencia, por isso, não houve cessão da RIOINVEST para o autor LUIZ ALBERTO BASSETO, e consequentemente, nenhum direito ele deve reivindicar.
A nulidade da primeira cessão macula a segunda, e por isso, o LUIZ ALBERTO BASSETO não é titular dos CICES's nº 6538600, 6539902, 6544173, 6540224, 6545918, 6547278, 6544175 e 6544174, da Eletrobrás, pois eles pertencem exclusivamente à Coagel.
Como corolário, o autor não tem qualquer direito sobre os valores da Coagel, em discussão, na ação de execução provisória de sentença nº 2008.70.00.007843-9.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido porque o autor não é titular dos CICES's nº 6538600, 6539902, 6544173, 6540224, 6545918, 6547278, 6544175 e 6544174, da Eletrobrás, pois eles pertencem exclusivamente à Coagel. Como corolário, o autor não tem qualquer direito sobre os valores da Coagel, em discussão, na ação de execução provisória de sentença nº 2008.70.00.007843-9.
a) Condeno o autor em custas e honorários advocatícios de R$ 10.000,00 (dez mil reais reais), ao advogado da Coagel, considerando o trabalho apresentado e o julgamento antecipado da lide.
b) Sem honorários ao advogado da Rioinvest porque ele requereu a procedência do pedido do autor, e o LUIZ ALBERTO BASSETTO não teve seu pedido acolhido.
c) Apense-se à cautelar de sequestro nº 313/2011, também sentenciada hoje,
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
-Advs. CRISTIANE BERGER GUERRA RECH e ABDIAS ABRANTES NETO-.
24. REINTEGRACAO DE POSSE-244/2009-BOLONHA & BOLONHA LTDA-ME x M.M. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA- 1. Cumpra-se a Portaria nº 15/2009, deste juízo, item XXIX, §3º: Localizados valores, em seguida, deverá o escrivão intimar o devedor, pelo DJ ou pessoalmente (caso não tenha advogado), para se manifestar no prazo de 15 dias, sob pena de levantamento do dinheiro, em favor do credor.
2. Intime-se na pessoa do advogado; se não constituído, intime-se pessoalmente.
-Advs. PEDRO FALEIROS CANHAN, MAUDE APARECIDA GONCALVES-OAB-23572 e CELIO DAL CORSO VIOLADA-.
25. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0002182-65.2009.8.16.0084-BANCO TRIANGULO S/A x MACIEL LOPES DOS SANTOS GOIOERE ME e outros- 1. Cumpra-se a Portaria nº 15/2009, deste juízo, item XXIX, §3º: Localizados valores, em seguida, deverá o escrivão intimar o devedor, pelo DJ ou pessoalmente (caso não tenha advogado), para se manifestar no prazo de 15 dias, sob pena de levantamento do dinheiro, em favor do credor.
2. Intime-se na pessoa do advogado; se não constituído, intime-se pessoalmente.
-Advs. EDSON RIMET DE ALMEIDA, EDSON SCARDUA e CARLOS EDUARDO SCARDUA-.
26. CAUTELAR SUSTACAO PROTESTO-456/2009-VALDIR RIBEIRO x ABC AGRICOLA LTDA.-
Ao autor sobre o resultado do renajud.-Advs. JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO e ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.
27. MONITORIA-511/2009-GERALDO JOAQUIM DE MELLO x OSVALDO LOPES DA SILVA-Ao autor para recolher a G.R.C. do Oficial de Justiça. -Adv. EVERALDO BUGHI-.
28. DECLAR.INEXIGIBILIDADE TITULO-523/2009-VALDIR RIBEIRO x ABC AGRICOLA LTDA.-
Ao autor sobre o resultado do renajud.
-Advs. JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO e ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.
29. MONITORIA-566/2009-WANDERLEI CARLOS ONAKA x MICHELE CRISTINA SIMÕES- Embargante: WANDERLEI CARLOS ONAKA
Embargado: MICHELE CRISTINA SIMÕES
Embargos em ação monitória nº. 566/2009.
I. RELATÓRIO
Na ação monitória, WANDERLEI CARLOS ONAKA alegou ser credor de MICHELE CRISTINA SIMÕES na importância de R$ 49.000,00, representada pela nota promissória de fls. 07, emitida em 28 de setembro de 2006, referente a um empréstimo porque a ré-empresária necessitava de capital de giro para movimentar seu comércio. Informa que foi casado com a ré (fls. 02/06).
Citada, por edital a ré, foi nomeado curador especial, que ajuizou EMBARGOS MONITÓRIOS alegando ser necessário a juntada de cartões de assinatura, acompanhados dos documentos pessoais, a fim de confirmar a assinatura. Aduz que a nota promissória não possui data de vencimento. Requer a produção de prova. Aduz que a nota promissória não tem condições de exeqüibilidade, eis que não foram completados todos os seus dados, tendo sido assinada em branco, tanto a data e emissão quando a data de vencimento. Informa que a nota promissória foi dada apenas para a garantia de um negócio que não se realizou. Em razão da familiaridade entre o autor e a ré e o lapso de tempo, entende que a nota promissória deveria ter sido levada a protesto para conhecimento da devedora. Afirma ainda que o documento trazido aos autos, foi elaborado unilateralmente, não constituindo assim, documentos hábeis a instrução da exordial, bem como inexiste comprovação da origem da dívida. Requer que sejam realizadas provas, com a juntada de documentos, depoimento pessoal, oitiva de testemunhas e provas periciais, a fim de comprovar a abusividade e ilegalidade dos encargos, taxas e comissões incidentes. Requer ainda a apresentação de cartões de assinatura da ré, acompanhadas de RG e CPF, para comparação e exame pericial, a fim de conferir a exatidão da assinatura declinada (fls. 38/42).
Impugnação dos embargos (fls. 46/50).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. O feito comporta pronto julgamento, uma vez que a matéria nele aventada se resume a questões de direito, sendo que os pontos de fato já se encontram devidamente comprovados, seja pela documentação acostada pelas partes, ou ainda pelas teses já expostas.
2. Desnecessária a produção de prova de provas, de cartões de assinatura e documentos pessoais, porque a assinatura na nota promissória de fls. 07, já consta o reconhecimento de firma, pelo Cartório.

APELANTE: JAMARI S.A. PARTICIPAÇÕES. APELADA: MARINA CUNHA MARTINS DE CAMPOS. RELATOR: DES.LUIZ ANTONIO BARRY AÇÃO MONITÓRIA NOTA PROMISSÓRIA DOCUMENTO HÁBIL PARA O AJUIZAMENTO DO FEITO. AGRAVO RETIDO 1 ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL ANTE A NÃO DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM DO DÉBITO TAL EXIGÊNCIA SÓ É APLICÁVEL À EXECUÇÃO E NÃO À MONITÓRIA. OFICIAMENTO DA RECEITA FEDERAL APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA DA PARTE ADVERSA PROCEDIMENTO DESNECESSÁRIO AO DESLINDE DA CAUSA RECURSO DESPROVIDO. AGRAVO RETIDO 2 PERÍCIA CONTÁBIL INDEFERIMENTO DE ACOMPANHAMENTO POR ASSISTENTE TÉCNICO IMPOSSIBILIDADE DE ACOMPANHAMENTO PELA NATUREZA DA PERÍCIA POSSIBILIDADE DE ASSISTENTE TÉCNICO EMITIR PARECER SOBRE A PERÍCIA RECURSO DESPROVIDO. APELAÇÃO CÍVEL ALEGAÇÃO DE QUITAÇÃO DA DÍVIDA JUNTO AO CREDOR ORIGINÁRIO AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO ART. 333,II DO CPC - QUESTIONAMENTO DO PROCEDIMENTO DA PERÍCIA PRECLUSÃO ALEGAÇÃO NÃO CONHECIDA ALEGAÇÃO DE OMISSÕES INTERNAS AO JULGADO VIA ADEQUADA SÃO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ALEGAÇÃO NÃO CONHECIDA QUESTIONAMENTO SOBRE A ORIGEM DA DÍVIDA E A POSSIBILIDADE DE COBRANÇA PELA APELADA DISCUSSÃO ALHEIA À AÇÃO MONITÓRIA RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.
(TJPR - 7ª C.Cível - AC 0761246-2 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Luiz Antônio Barry - Unânime - J. 29.03.2011)
Nas situações em que a nota promissória não possui data de vencimento, considera-se que a dívida será paga à vista, ou seja, desde a emissão. Neste sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA DÍVIDA REPRESENTADA POR NOTA PROMISSÓRIA PROVA ESCRITA HÁBIL (CPC, ART. 1.092-A). EMBARGANTE QUE NÃO SE DESINCUMBE DO ÔNUS DA PROVA DO FATO MODIFICATIVO ALEGADO (CPC, ART. 333, II). TERMO A QUO DA CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA DATA DA EMISSÃO DA CÁRTULA. Apelo desprovido. Recurso adesivo parcialmente provido. 1. Na ação monitória, recai sobre o embargante o ônus da prova do fato impeditivo ou modificativo que aventar (CPC, art. 333, II), sem o que deverá suportar as consequências da constituição do título em favor do credor. 2. Considerando que a nota promissória não discrimina em seu texto a data de vencimento, entende-se que a dívida será paga à vista, ou seja, desde a sua emissão. Conforme a orientação jurisprudencial mais recente do colendo Superior Tribunal de Justiça verbis: "...no sentido da aplicação ampla da correção monetária, que importa apenas, na recomposição do valor da moeda corroído pela inflação, de sorte que inobstante a perda da executividade da nota promissória em face da prescrição, é possível a incidência da atualização não somente a partir do ajuizamento da ação ordinária, mas desde o vencimento do débito, sob pena de enriquecimento sem causa da parte inadimplente." (STJ, REsp nº 430.080-MT, 4ª T., Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 09.12.02.)
(TJPR - 6ª C.Cível - AC 0586313-0 - Assis Chateaubriand - Rel.: Des. Ivan Bortoleto - Unânime - J. 19.04.2010)
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTES os embargos e, por força do CPC, art. 1.102-c,§3º, fica constituído, de pleno direito, o título executivo judicial em R$ 49.000,00 mais correção monetária (pelo INPC), e juros de 1% ao mês, ambos, desde a citação, em 19.10.2010 (fls. 30).
a) Condeno a embargante nas custas e honorários advocatícios, aos quais fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais).
b) Condeno ainda nos honorários do curador especial, aos quais fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais).
c) Com o trânsito em julgado desta sentença, retornem os autos para os fins do CPC, art. 475-J e seguintes.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
-Advs. ERALDO KOVALCZUK e ENEZIO FERREIRA LIMA-.
30. ACAO ORDINARIA-681/2009-SERGIO LUCIANO DE ALMEIDA PRADO e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-
A requerida para depositar a diferença dos honorários periciais uma vez que o valor fixado é de R$ 1.200,00, por casa.-Adv. ROSANGELA DIAS GUERREIRO-.
31. EXECUCAO DE SENTENCA-696/2009-JOSE MARIA DA COSTA FARIA e outros x BANCO BANESTADO S/A. e outro- 1. Cumpra-se a Portaria nº 15/2009, deste juízo, item XXIX, §3º: Localizados valores, em seguida, deverá o escrivão intimar o devedor, pelo DJ ou pessoalmente (caso não tenha advogado), para se manifestar no prazo de 15 dias, sob pena de levantamento do dinheiro, em favor do credor.
2. Intime-se na pessoa do advogado; se não constituído, intime-se pessoalmente.
-Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.
32. EXECUCAO DE SENTENCA-0001891-31.2010.8.16.0084-MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ x AUREA CEREZINE DE SOUZA VILAS BOAS- 1. Considerando as reiteradas tentativas de localização de dinheiro, via Bacenjud, intime-se o exeqüente para indicar:
a) se há valores parciais antigos localizados pelo Bacenjud, nos autos, para levantamento.
b) se destes valores parciais o executado foi intimado para se manifestar em 15 dias, e em caso, positivo, manifestar o exeqüente interesse no levantamento.
c) se existe petição pendente de análise.
d) outros meios executórios eficazes e bens penhoráveis para satisfação do crédito.
2. Caso não haja indicação de bens ou o exeqüente não se manifeste quanto ao item 01, determino a SUSPENSÃO de 01 ano da execução até que sejam localizados bens penhoráveis.
a) Após o prazo de 01 ano, sem que seja localizados bens penhoráveis ou o devedor, remetam-se os autos ao ARQUIVO.
3. Com a manifestação do exeqüente quanto ao item 01, retornem os autos cls.
4. Intimem-se as partes, por seus procuradores, integralmente deste despacho.
-Adv. 1ª E/OU 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA-.
33. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0002468-09.2010.8.16.0084-CIONEK & CIA LTDA e outro x BANCO BRADESCO S/A.- 1. Cumpra-se a Portaria nº 15/2009, deste juízo, item XXIX, §3º: Localizados valores, em seguida, deverá o escrivão intimar o devedor, pelo DJ ou pessoalmente (caso não tenha advogado), para se manifestar no prazo de 15 dias, sob pena de levantamento do dinheiro, em favor do credor.
2. Intime-se na pessoa do advogado; se não constituído, intime-se pessoalmente.
-Advs. MARCELINO FRANCISCO ALONSO TRUCILLO, ROZI MARI APOLONI e MARCOS DUTRA DE ALMEIDA-.
34. EXECUCAO DE SENTENCA-0002554-77.2010.8.16.0084-J.C. FERREIRA & NASCIMENTO LTDA x M.V.A. PARTICIPAÇÕES S/A- 1. Cumpra-se a Portaria nº 15/2009, deste juízo, item XXIX, §3º: Localizados valores, em seguida, deverá o escrivão intimar o devedor, pelo DJ ou pessoalmente (caso não tenha advogado), para se manifestar no prazo de 15 dias, sob pena de levantamento do dinheiro, em favor do credor.
2. Intime-se na pessoa do advogado; se não constituído, intime-se pessoalmente.
-Adv. JOAO HENRIQUE DA SILVA-.
35. ARROLAMENTO-0002708-95.2010.8.16.0084-MATHEUS KUSSI PELOI x NEIDE FERNANDES PELOI- Autor: MATHEUS KUSSI PELOI, representado pela mãe MARLENE KUSSI
Réu: NEIDE FERNANDES PELOU
Cautelar de arrolamento de bens nº 2708/10
I. RELATÓRIO
Trata-se de ação cautelar de arrolamento de bens em que o menor MATHEUS KUSSI PELOI, representado pela mãe MARLENE KUSSI pretende arrolar três bens (imóvel da matrícula 15.801 e dois automóveis) registrados em nome da avó paterna NEIDE FERNANDES PELOI, por considerar que deveriam ser inventariados em razão da morte do seu pai MOACIR CARLOS PELOI, em 23.01.07. Sustenta que tais bens mesmo estando registrados em nome da avó, são de propriedade de MOACIR, uma vez que foram sequestrados no juízo criminal, que à época respondia por tráfico de drogas (fls. 02-08).
Determinada a emenda da inicial para informar a abertura de inventário a fls. 55, tendo o autor informado que sim as fls. 57-58.
O autor incluiu, no pedido, outro imóvel, matrícula 7.716 registrado em nome de MOACIR CARLOS PELOU (fls. 60-61).
Em contestação, a ré NEIDE FERNANDES PELOI alega que os veículos indicados foram retomados em sede de busca e apreensão por inadimplemento do financiamento. Afirma que detém a propriedade exclusiva do imóvel da matrícula 15.801 e quanto ao imóvel da matrícula 7.716, diz que o autor receberá a parte que lhe cabe no inventário (fls. 66-73).
Réplica as fls. 201-204.
O Ministério Público opinou pela improcedência do pedido (fls. 205-209).
É o relatório.
I. FUNDAMENTAÇÃO
1. Não há sinal de possível dilapidação do patrimônio do falecido MOACIR CARLOS PELOI, pela avó paterna do autor, a NEIDE FERNANDES PELOI.
Nota-se que os veículos descriminados a fls. 04 (Golf - placa AJX-7374 e Saveiro - placa AKU-2490), não integram o patrimônio de MOACIR CARLOS PELOI porque foram retomados pelo banco em sede de busca e apreensão por falta de pagamento das parcelas do financiamento, conforme autos de apreensão de fls. 102 e 161.
2. É pouco provável a existência de saldo remanescente com a alienação dos veículos pelo banco fiduciário (fls. 204), porque do financiamento do Golf, de um total de 24 parcelas, apenas 7 foram pagas, conforme fls. 80-82 e 88 e com relação ao financiamento da Saveiro, de um total de 24 parcelas, apenas 3 foram pagas, conforme fls. 138-40, 146-147 e 150.
3. Já o imóvel da matrícula 15.801 registrado em nome da ré NEIDE FERNANDES PELOI (fls. 16) há indícios de que era de propriedade do pai do autor, tendo em vista que o referido imóvel foi sequestrado no juízo criminal, na ação cautelar nº 115/05 que o Ministério Público movia contra o MOACIR, por envolvimento deste com o tráfico de drogas em Goioerê (conforme decisão de fls. 27-31 e auto de sequestro de fls. 42), contudo, este sequestro foi levantado com a extinção da punibilidade de MOACIR com a sua morte (fls. 43). É facultado ao autor a discussão da propriedade do imóvel, matrícula 15.801 em ação específica.
4. Eventual discussão mais aprofundada sobre a propriedade do imóvel da matrícula 15.801, por depender de dilação probatória para sua solução, não pode ser analisada em ação cautelar de arrolamento de bens, mas em ação ordinária na qual será propiciada a produção de provas entre as partes.
5. Quanto ao imóvel da matrícula 7.716, de fls. 62, registrado em nome do pai do autor conjuntamente com a NEIDE FERNANDES PELOI e outras pessoas, ele será objeto do inventário nº 2959/10, de MOACIR CARLOS PELOI ajuizado pelo autor.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido.
Condeno o autor no pagamento das custas e honorários advocatícios de R$ 1.000,00 (mil reais).
Publique-se. Registre-se. Intime-se
-Advs. PEDRO LUIZ MARQUES e FERNANDO MARTINS GONCALVES-.
36. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0002736-63.2010.8.16.0084-METALURGICA DE TUBOS DE PRECISÃO LTDA x USINA DE AÇUCAR E ALCOOL GOIOERE LTDA- 1 Junte-se o resultado do Bacenjud.
2. A USINA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL GOIOERÊ tem ações da PASA - Paraná Operações Portuárias S/A, CNPJ nº 02.725.300/0001-63, conforme noticiado nas ações nº 57/1999 e 318/2002, por isso, manifeste-se o exequente se pretende a

penhora. -Advs. MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS, JORGE LUIZ DANTAS e CELSO DE MORAES ZANE-.
37. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0000237-72.2011.8.16.0084-JOSÉ CARLOS DE ARAUJO x ERNESTO ESPLENDOR SOBRINHO-
Ao autor para retirar os ofícios.-Adv. JOAO CARLOS GOMES-.
38. SEQUESTRO-0000313-96.2011.8.16.0084-LUIZ ALBERTO BASSETTO x COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- Autor: Luiz Alberto Basseto
Réu: Coagel Cooperativa Agroindustrial
Medida Cautelar de Sequestro nº 313/2011
I. RELATÓRIO
Trata-se de medida cautelar em que o autor pleiteia o sequestro da integralidade dos valores e ações depositados e que venham ser depositados, em favor da Coagel, no processo n° 2008.70.00.007843-9, da 2° Vara Federal de Curitiba/PR, em razão de um "instrumento Particular de Cessão de Crédito", firmado em 10.11.1996, em que a Coagel cedeu o seu direito de receber a devolução do empréstimo compulsório instituído em favor da Eletrobrás, relativo aos créditos constituídos no período de 01.01.1988 a 31.12.1994, representados por 60.019 Unidades Padrão (UP). A Coagel, em ação judicial, logrou êxito no reconhecimento da correção monetária e juros. Em 30.04.2008 a ré iniciou a Execução Provisória da sentença n° 2004.70.00.025954-4, de R$ 16.997.568,70. A Eletrobrás alegou excesso na execução e efetuou o depósito de R$ 892.275,12. Em 15.09.2008, a Coagel requereu que fosse liberada a parte incontroversa sem a necessidade de caução, mas o pedido foi indeferido. No dia 18.12.2008, o autor peticionou na Execução Provisória de Sentença n° 2008.70.00.007843-9, para informar o juízo da 2° Vara Federal de Curitiba/PR, assim como as executadas Eletrobrás e Fazenda Nacional, de que o direito que estava sendo executado naqueles autos estava sendo objeto de discussão na ação declaratória n° 674/08, e requereu que fosse bloqueado o levantamento de valores que vierem a ser depositados em favor da Coagel, até o limite da importância correspondente aos direitos que são objeto de discussão na ação declaratória.
Concedida liminar para obstar o levantamento, pela Coagel, de valores no juízo federal (fls. 93/94).
Em sua contestação, a Coagel afirma que o Contrato de Cessão entre a Rioinvest e o autor, foi em 21/07/1997; a notificação da Coagel, da cessão do crédito da Rioinvest ao autor foi recebida em 23/07/1997, tempo muito curto, sendo que em nenhum desses dois documentos o autor cuidou de registrá-lo ou reconhecer firma, em cartório. A pretensa notificação do negócio não foi assinada ou rubricada pelo atual presidente Sr. Osmar Pomini. Aduz ainda que para ter direito às correções e juros advindos do empréstimo da Eletrobrás deveria ter ingressado com ação própria de competência na Justiça Federal.
Agravo de Instrumento as fls. 150/159, sem efeito ativo, conforme fls. 161/163.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. O feito comporta pronto julgamento, uma vez que a matéria nele aventada se resume a questões de direito, sendo que os pontos de fato já se encontram devidamente comprovados, seja pela documentação acostada pelas partes, ou ainda pelas teses já expostas.
2. Para compreensão da presente declaratória, faz-se necessário resumir a sentença na anulatória nº 25/2003, (de fls. 440/579 da declaratória nº 674/2008), em que é autora a Coagel; e ré, a Rioinvest Consultoria Empreendimentos e Participações LTDA.
2.2. Na ação anulatória nº 25/2003, a sentença (cópia a fls. 562/564 da declaratória nº 674/2008), com fundamento no Decreto n° 81.668/78, e Decreto-Lei nº 81.668/76, art. 3º, julgou procedente o pedido para declarar a nulidade do contrato de cessão de créditos que a Coagel possuía na Eletrobrás, de 60.019 Up's, baseados nos CICES's nº 6538600, 6539902, 6544173, 6540224, 6545918, 6547278, 6544175 e 6544174, do período de 01.01.77 a 31.12.1994, assim como, em razão do vício de consentimento, decretar a anulação do instrumento público de mandato outorgado pela Coagel em favor da Rioinvest, lavrado a fls. 121, Livro 96-P, do Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos e Documentos, do Goioerê.
3. Em razão do reconhecimento da nulidade do contrato de cessão de créditos que a Coagel possuía na Eletrobrás, de 60.019 Up's, baseados nos CICES's nº 6538600, 6539902, 6544173, 6540224, 6545918, 6547278, 6544175 e 6544174, do período de 01.01.77 a 31.12.1994, a Coagel ajuizou uma ação de cobrança nº 2004.70.00.025954-4, de correção monetária e juros, dos créditos representados por 74.727 UP's (cópia da ação a fls. 20/43, da declaratória nº 674/2008).
3.1. A sentença, na ação de cobrança nº 2004.70.00.025954-4, julgou parcialmente procedente o pedido para reconhecer a prescrição até 31.12.1986; a correção monetária, desde o dia do recolhimento até a sua efetiva devolução, além de juros de 6% ao ano (fls. 45/60, da declaratória nº 674/2008). A apelação foi improvida a fls. 61/77 (da declaratória nº 674/2008) e o recurso especial parcialmente provido para afastar a Selic.
3.2. Iniciou-se a execução nº 2008.70.00.007843-9, da ação de cobrança nº 2004.70.00.025954-4, com indeferimento do levantamento de valores incontroversos, fls. 212/213 (da declaratória nº 674/2008).
Delineadas a anulatória nº 25/2003, a cobrança nº 2004.70.00.025954-4, e a execução nº 2008.70.00.007843-9, passo à análise do mérito.
4. Foi declarada nula a cessão de créditos da Coagel para a Rioinvest, das 60.019 Up's, da Eletrobrás, baseados nos CICES's nº 6538600, 6539902, 6544173, 6540224, 6545918, 6547278, 6544175 e 6544174, do período de 01.01.77 a 31.12.1994, por isso, a segunda cessão, da RIOINVEST para o autor LUIZ ALBERTO BASSETO também não gera efeitos.
A RIOINVEST não pode ceder o que não lhe pertencia, por isso, não houve cessão da RIOINVEST para o autor LUIZ ALBERTO BASSETO, e consequentemente, nenhum direito ele deve reivindicar.
A nulidade da primeira cessão macula a segunda, e por isso, o LUIZ ALBERTO BASSETO não é titular dos CICES's nº 6538600, 6539902, 6544173, 6540224, 6545918, 6547278, 6544175 e 6544174, da Eletrobrás, pois eles pertencem exclusivamente à Coagel.
Como corolário, o autor não tem qualquer direito sobre os valores da Coagel, em discussão, na ação de execução provisória de sentença nº 2008.70.00.007843-9.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido para determinar, em definitivo, a sustação do protesto da duplicata nº 1005120, no valor de R$ 933,22.
a) Revogo imediatamente a liminar concedida a fls. 93/94 porque o autor não tem direito a receber qualquer valor na execução nº 2008.70.00.007843-9, da ação de cobrança nº 2004.70.00.025954-4, ajuizada pela Coagel contra a Eletrobrás. Oficie-se, com urgência, a 2ª Vara Federal de Curitiba, com cópia desta sentença.
b) Custas e honorários advocatícios de R$ 2.000,00 (dois mil reais).
c) Apense-se à declaratória nº 674/2008, também, com sentença proferida hoje.
Publique-se. Registre-se. Intime-se
-Advs. CRISTIANE BERGER GUERRA RECH e ANTONIO CARLOS ALVES-.
39. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0000463-77.2011.8.16.0084-LUCIANO ALMEIDA MATIAS e outro x BANCO FIBRA S/A- Consignação em pagamento nº 463/11
Determinada a emenda da petição inicial a fls. 43, e intimados os autores LUCIANO ALMEIDA MATIAS e ADELIA ALMEIDA MATIAS, especificamente para efetuarem o depósito judicial de R$ 557.000,00 (fls. 44 e despacho de 68 e 83), eles justificaram a fls. 84-92 a intenção de não depositar o dinheiro.
As cédulas de crédito rural, de fls. 12- e 26, consistem em obrigação pagar em dinheiro, assim, e o credor não pode ser obrigado a receber coisa diversa da pactuada, por isso, incabível o depósito das debêntures de fls. 70, visando à quitação.
Assim, por ausência de dinheiro a ser consignado liminarmente, extingo o processo, sem resolução de mérito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento regular do processo, nos termos do CPC, art. 267, VI combinado com o art. 295, V, art. 284, parágrafo único; e art. 893, I.
Publique-se, registre-se e intime-se.
Custas pelos autores. -Adv. ROSSELIO MARCUS SPINDOLA DE OLIVEIRA-.

Goioerê, 22 de setembro de 2011
Jean Carlo Fava
Escrivão Designado

---

**COMARCA DE GOIOERE ESTADO DO PARANA**

**RELAÇAO Nº. 140/2011**
**JUÍZA DE DIREITO FABIANA MATIE SATO**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABDIAS ABRANTES NETO 0002 000250/1994
0005 000219/2005
0009 000051/2006
0010 000068/2006
0012 000337/2006
0013 000408/2006
ADEMIR ANTONIO DE LIMA 0006 000280/2005
0026 000441/2010
ALESSANDRA CHRISTIAN ABRA 0012 000337/2006
AMANDA CAROLINA SIQUEIRA 0035 001519/2011
ARNO VALERIO FERRARI 0028 001081/2010
AUREA LUCIA A. GERVASIO 0038 001296/2011
BRAULIO BELINATI GARCIA 0004 000033/2002
CARLA HELIANA V. MEGOSSI 0033 000685/2011
CARLOS ARAUZ FILHO 0024 000169/2010
0040 002323/2011
CLEBER HILGERT 0012 000337/2006
EDMUNDO MANOEL SANTANA 0003 000039/2001
EDSON SHOITI FUGIE 0026 000441/2010
EDSON VIOTTO 0014 000505/2006
ELIZEU LUIZ TOPOROSKI 0034 001246/2011
ELOI CONTINI 0028 001081/2010
ENEZIO FERREIRA LIMA 0018 000731/2007
0020 000208/2009
FABIO LUIZ CARDOSO BORBA 0039 001323/2011
FABIO PRANDINE MOLEIRO 0020 000208/2009
FERNANDO MARTINS GONCALVE 0029 001857/2010
GEORGE EDUARDO KAROLESKI 0015 000536/2006
GILBERTO STINGLIN LOTH 0031 002667/2010
GUILHERME TOLENTINO RIBEI 0023 000687/2009
HUGO RICHARD IANCZ 0003 000039/2001
JAIR APARECIDO ZANIN 0007 000398/2005
JOAO CARLOS GOMES 0016 000163/2007
0021 000493/2009
0035 001519/2011
JOSE MATULAITIS JUNIOR 0030 002530/2010
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0025 000415/2010
KEMELLY AGOSTINI DUARTE 0001 000132/1994
LAZARA CRISTINA DA SILVA 0018 000731/2007

LINO MASSAYUKI ITO 0027 001046/2010
LUCIANDRA MONTEIRO FERRAR 0028 001081/2010
MAFALDA GOMES - OAB/PR. 8 0037 000146/2003
MARCELO SERGIO PEREIRA OA 0003 000039/2001
MARCOS RODRIGUES DA MATA 0027 001046/2010
MARIA AMELIA CASSIANA MAS 0022 000643/2009
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0034 001246/2011
NEZIO TOLEDO - OAB/PR 776 0011 000070/2006
NILBERTO RAFAEL VANZO-OAB 0019 000297/2008
PATRICIA PINHEIRO DOS SAN 0038 001296/2011
PEDRO LUIZ MARQUES 0036 002596/2011
REINALDO MIRICO ARONIS 0023 000687/2009
RENATA PEREIRA COSTA DE O 0032 000014/2011
ROQUE ADEMIR KAROLESKI 0015 000536/2006
SADI BONATO - OAB/PR. 10. 0008 000011/2006
TADEU CERBARO 0028 001081/2010
VALDECY SCHON 0014 000505/2006
WALMOR JUNIOR DA SILVA 0026 000441/2010
WANDERSON MOREIRA ELIZIAR 0017 000553/2007

1. DECLARACAO DE AUSENCIA-132/1994-MARIA DEL CONTE TAVELA e outro x ANDRE TAVELA- Trata-se de declaração de ausência em que as autoras alegam que ANDRÉ TAVELA abandou o lar há aproximadamente 18 anos. Afirmam que durante o decurso desse tempo, com autorização judicial, venderam venda de dois imóveis rurais, sendo depositado a cota parte do ausente no valor de CR$ 2.594,29, depositado o banco Banestado, perfazendo um total de CR$ 172.616,92, em 1993. Sentença de abertura de sucessão provisória a fls. 107/108, posteriormente foi deferido o levantamento do valor depositado na conta judicial pela inventariante (fls. 129), e expedido alvará judicial a fls. 165, portanto, arquive-se. -Adv. KEMELLY AGOSTINI DUARTE-.
2. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-250/1994-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x JONAS FERRAZ DE OLIVEIRA-
Ao exequente para retirar a guia do avaliador.
-Adv. ABDIAS ABRANTES NETO-.
3. DECLARATORIA DE NULIDADE-39/2001-AKIHIRO HANADA x PARANA DIESEL VEICULOS LTDA- 4. No caso de pagamento (total ou parcial) ou na ausência dele (ou seja, decorrido o prazo de 15 dias para pagamento voluntário), intime-se o credor para, querendo, apresentar demonstrativo do débito atualizado (CPC, art. 614,II), e requerer o prosseguimento da execução, nos termos do art. 475-J, "caput", parte final.
5. É facultado ao exeqüente a indicação de bens do devedor (CPC, art. 475-J, §3º). Caso a indicação recaia sobre o bem já arrestado a fls. 175, determino a lavratura de termo de penhora.
-Advs. HUGO RICHARD IANCZ, EDMUNDO MANOEL SANTANA e MARCELO SERGIO PEREIRA OAB/PR 17576-.
4. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-33/2002-BANCO BANESTADO S/A. x HELIO DOS ANJOS BRITO e outro-Ao autor para se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça de fl.150/verso. -Adv. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.
5. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-219/2005-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x FRANK ANDREY GASPAROTTO e outros-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (recolher a GRC do avaliador judicial), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. ABDIAS ABRANTES NETO-.
6. EMBARGOS A EXECUCAO-280/2005-NOBUMASSA KATO = ESPOLIO x BANCO DO BRASIL S/A.-
Ao embargado para efetuar o pagamento das custas no valor de R$28,89.-Adv. ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.
7. DECLAR.INEXIGIBILIDADE TITULO-398/2005-FRANCISCO MARCIANO DA SILVA x COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outro-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (indicar o endereço e o nome dos filhos do executado), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. JAIR APARECIDO ZANIN-.
8. ACAO DE DEPOSITO-11/2006-BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A x MARCIO OSVALDO DA SILVA- 3. Intime-se o autor para que informe se tem interesse na execução dos honorários advocatícios (CPC, art. 21). -Adv. SADI BONATO - OAB/PR. 10.011-.
9. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-51/2006-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x VALDECIR FERRAREZI-
Ao exequente para se manifestar sobre a devolução da carta precatória.
-Adv. ABDIAS ABRANTES NETO-.
10. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0002174-93.2006.8.16.0084-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x JOSÉ GONÇALVES MARQUES e outro-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (recolher a GRC do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. ABDIAS ABRANTES NETO-.
11. EMBARGOS DE TERCEIRO-70/2006-RENATO RODRIGUES DE MORAES x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (devolução da carta precatória), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. NEZIO TOLEDO - OAB/PR 7768-.
12. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-337/2006-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x CIRSO FREITAS CORREA-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (retirar os ofícios), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Advs. ABDIAS ABRANTES NETO, ALESSANDRA CHRISTIAN ABRANTES e CLEBER HILGERT-.
13. EXECUCAO OBRIGACAO DE FAZER-408/2006-FRANCISCO VELOSO DE ARAUJO e outros x MAURILIO CANESIN FILHO e outro- 2. Intime-se o advogado dos autores, Dr ABDIAS ABRANTES NETO, no prazo de 05 dias, para informar a localização dos réus, ou para requerer as diligências mínimas para citação dos réus, sob pena de extinção, art. 267, III do CPC.
3. Intime-se o advogado dos autores, Dr ABDIAS ABRANTES NETO, para que providencie a citação dos réus, em 15 dias, sob pena de revogação da liminar concedida na ação cautelar nº 318/2006.-Adv. ABDIAS ABRANTES NETO-.
14. REPARACAO DE DANOS (SUM)-505/2006-JOSÉ VIOTTO e outro x EZONIR PEREIRA JASKIU-
1. Fls. 361: Concedo prazo de 30 dias para a apresentação do acordo.
2. Decorrido o prazo, intimem-se as partes para que junte o suposto acordo.
-Advs. EDSON VIOTTO e VALDECY SCHON-.
15. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-536/2006-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x JOSÉ DOS SANTOS SILVA e outro- 3. Intime-se o advogado dos executados do novo cálculo, pelo exequente, com prazo de 10 dias. Em razão da intimação ter sido pessoal, dos executados, quando eles tinham advogado constituído nos autos, reabro o prazo de 10 dias para se manifestar sobre a avaliação de fls. 69/70.
-Advs. ROQUE ADEMIR KAROLESKI e GEORGE EDUARDO KAROLESKI-.
16. EXEC. ENTREGA DE COISA CERTA-163/2007-MAURO NISHIMURA - ME x LEANDRO BIANCHI e outro-
Ao exequente para se manifestar sobre o ofício respondido.
-Adv. JOAO CARLOS GOMES-.
17. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-553/2007-MARCOS AURELIO DE ANDRADE x OSVALDO CASTRO DE OLIVEIRA-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (retirar carta precatória), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. WANDERSON MOREIRA ELIZIARIO-.
18. INTERDIÇÃO-731/2007-JOAO NOVAES FERREIRA x CESAR NOVAES FERREIRA- 4. Cumprido os itens acima, intime-se o requerente, curador dativo e o Ministério Público para indicarem fundamentadamente a necessidade de outras provas, ou para já apresentarem memoriais.
-Advs. LAZARA CRISTINA DA SILVA e ENEZIO FERREIRA LIMA-.
19. INDENIZACAO (RITO SUMARIO)-297/2008-COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA x JOAO MARQUES e outro- 2. No caso de pagamento (total ou parcial) ou na ausência dele (ou seja, decorrido o prazo de 15 dias para pagamento voluntário), intime-se o credor para, querendo, apresentar demonstrativo do débito atualizado (CPC, art. 614,II), e requerer o prosseguimento da execução, nos termos do art. 475-J, "caput", parte final.
a) É facultado ao exeqüente a indicação de bens do devedor (CPC, art. 475-J, §3º).
b) Não requerida a execução, no prazo de 06 meses, arquivem-se os autos (CPC, art. 475-J, §5º).
-Adv. NILBERTO RAFAEL VANZO-OAB/PR 31.151-.
20. ARROLAMENTO-208/2009-JOÃO ALEXANDRE DE SANTANA x SEVERINO ALEXANDRE DE SANTANA e outro- 2. Intime-se o inventariante para que apresente nova partilha amigável com o valor correto, R$ 20.341,29, fls. 98. -Advs. FABIO PRANDINE MOLEIRO e ENEZIO FERREIRA LIMA-.
21. EMBARGOS A EXECUCAO-493/2009-ORLANDO ALVES x A.C.FRANCO & FRANCO LTDA. - EPP.- 3. No caso de pagamento (total ou parcial) ou na ausência dele (ou seja, decorrido o prazo de 15 dias para pagamento voluntário), intime-se o credor para, querendo, apresentar demonstrativo do débito atualizado (CPC, art. 614,II), e requerer o prosseguimento da execução, nos termos do art. 475-J, "caput", parte final.
a) É facultado ao exeqüente a indicação de bens do devedor (CPC, art. 475-J, §3º).
b) Não requerida a execução, no prazo de 06 meses, arquivem-se os autos (CPC, art. 475-J, §5º).-Adv. JOAO CARLOS GOMES-.
22. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-643/2009-BANCO DO BRASIL S/A x C R BUENO e outros-
2. Sem prejuízo do item anterior, intime-se o BB para que no prazo de 15 dias, indique bens do devedor passíveis de penhora.-Adv. MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA-.
23. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-687/2009-BANCO DO BRASIL S/A x ROSELY MARTINS GARCIA - ME e outros- 1. Fls. 53: Concedo prazo de 30 dias, conforme requerido.
2. Decorrido o prazo, intime-se o exequente para que comprove a distribuição da carta precatória. -Advs. GUILHERME TOLENTINO RIBEIRO DA SILVA e REINALDO MIRICO ARONIS-.
24. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0000169-59.2010.8.16.0084-COOP. CRED. LIVRE ADMISSAO V. DO PIQUIRI - SICREDI x GILSO LOURENÇO DE SOUZA- 2. Defiro o RENAJUD.
3. Intime-se o exequente para se manifestar sobre o resultado do renajud, no prazo de 15 dias.-Adv. CARLOS ARAUZ FILHO-.
25. ACAO DE DEPOSITO-0000415-55.2010.8.16.0084-B.V. FINANCEIRA S/A CFI x GILMAR ALVES-
Ao autor para se manifestar sobre a devolução da carta precatória.
-Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.
26. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0000441-53.2010.8.16.0084-WALMOR JUNIOR DA SILVA x BANCO DO BRASIL S/A- 1. Homologo, por sentença, a transação realizada pelas partes, conforme inserto às fls. 278 e verso dos autos, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, com fundamento no artigo 269, Inc. III, do Código de Processo Civil.
2. Tendo o executado satisfeito a obrigação, conforme noticiado às fls. 278/279 dos autos, julgo EXTINTO o processo, a teor do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
3. Custas pelo exequente.
4. Defiro o pedido de dispensa do prazo recursal.

5. À contadoria para as custas remanescentes. Após intime-se o exequente para pagamento.
6. Após o pagamento das custas remanescente, defiro a expedição de ALVARÁ JUDICIAL, em nome do exequente Dr. WALMOR JÚNIOR DA SILVA, para levantamento de R$ 11.000.000,00 (onze milhões) depositados na conta judicial n° 4700.132.493.496, no prazo de 30 dias.
7. Arquive-se após as cautelas legais.
8. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. WALMOR JUNIOR DA SILVA, ADEMIR ANTONIO DE LIMA e EDSON SHOITI FUGIE-.
27. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0001046-96.2010.8.16.0084-UNIPAR - UNIVERSIDADE PARANAENSE x DAIANE RODRIGUES DELGADO-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (Ofícios respondidos), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Advs. LINO MASSAYUKI ITO e MARCOS RODRIGUES DA MATA-.
28. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0001081-56.2010.8.16.0084-ANTENOR FRANCISCATO e outros x BANCO DO BRASIL S/A-As partes no prazo sucessivo e alternado de 10 dias, especificiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de se presumir pelo interesse no julgamento antecipado. -Advs. ARNO VALERIO FERRARI, LUCIANDRA MONTEIRO FERRARI, ELOI CONTINI e TADEU CERBARO-.
29. REINTEGRACAO DE POSSE-0001857-56.2010.8.16.0084-JOAO ADEMIR PERANDRE x PAULO CARDOSO DA SILVA NETO- Não foi possível a citação do réu/executado, por falta de recolhimento da GRC do oficial de justiça, por isso, ARQUIVE-SE.-Adv. FERNANDO MARTINS GONCALVES-.
30. MONITORIA-0002530-49.2010.8.16.0084-RONY MOTOS LTDA x JOSE RICARDO DAS NEVES RAYMUNDO-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (certidão negativa do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. JOSE MATULAITIS JUNIOR-.
31. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0002667-31.2010.8.16.0084-BANCO CNH CAPITAL S/A x OSVALDO RODRIGUES DE ALMEIDA e outros-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (certidão negativa do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. GILBERTO STINGLIN LOTH-.
32. BUSCA E APREENSAO (FID)-0000014-22.2011.8.16.0084-B.V. FINANCEIRA S/A CFI x MESSIAS MARTINS DOS SANTOS-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (resultado do renajud), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA-.
33. BUSCA E APREENSAO (FID)-0000685-45.2011.8.16.0084-B.V. FINANCEIRA S/A - CRED. FINANC. E INVESTIMENTO x ADEMIR MAESTA-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (certidão negativa do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. CARLA HELIANA V. MEGOSSI TANTIN-.
34. BUSCA E APREENSAO (FID)-0001246-69.2011.8.16.0084-BANCO BRADESCO S/A. x JOSE CARLOS HUBEN-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (certidçao negativa do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Advs. ELIZEU LUIZ TOPOROSKI e MARIANE CARDOSO MACAREVICH-.
35. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0001519-48.2011.8.16.0084-LUIZ DE OLIVEIRA x CASSIANO PICOTTI ZANUTO-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (recolher a GRC do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Advs. JOAO CARLOS GOMES e AMANDA CAROLINA SIQUEIRA GOMES-.
36. INVENTARIO-0002596-92.2011.8.16.0084-LEANDRO SANTIAGO DOS SANTOS x RONILSON SANTIAGO DOS SANTOS-
Ao procurador da parte autora para proceder a regularização da petição inicial, tendo em vista que a advogada subscrita não é a mesma constante procuração.Adv. PEDRO LUIZ MARQUES-.
37. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-146/2003-MUNICIPIO DE GOIOERE - PR x MAFALDA GOMES e outro-
3. Assim, determino a initmação (por carta ou mandado) do executado se manifestar, em 30 dias, sobre a regularização da CDA, assim como restituir o prazo de 30 dias para embargos, limitados ao aspectos da CDA.-Adv. MAFALDA GOMES - OAB/PR. 8.738-.
38. CARTA PRECATÓRIA CÍVEL-0001296-95.2011.8.16.0084-Oriundo da Comarca de JACAREI/SP - 2ª VARA CIVEL-BANCO NOSSA CAIXA S/A x CEREJINHA MODA COMERCIO DE ROUPAS LTDA - ME e outro-Ao autor para se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça de fl.31/verso. -Advs. AUREA LUCIA A. GERVASIO e PATRICIA PINHEIRO DOS SANTOS-.
39. CARTA PRECATÓRIA CÍVEL-0001323-78.2011.8.16.0084-Oriundo da Comarca de PARAISO DO NORTE - PR - VARA CÍVEL-IRACY VITORINO DA SILVA MARINI x JOSÉ DOS SANTOS GOIS-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (certidão negativa do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. FABIO LUIZ CARDOSO BORBA-.
40. CARTA PRECATÓRIA CÍVEL-0002323-16.2011.8.16.0084-Oriundo da Comarca de CAMPO MOURÃO - PR - 2ª VARA CÍVEL-COOPERMIBRA-COOPERATIVA MISTA AGROPEC. DO BRASIL x MARCELO GHIRALDI DE SOUZA e outros-Ao autor para se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça de fl.16/verso. -Adv. CARLOS ARAUZ FILHO-.

Goioerê, 15 de setembro de 2011
Jean Carlo Fava
Escrivão Designado

**COMARCA DE GOIOERE ESTADO DO PARANA**

**RELAÇAO Nº. 143/2011**
**JUÍZA DE DIREITO FABIANA MATIE SATO**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABDIAS ABRANTES NETO 0013 000151/2007
0016 000488/2007
0023 000124/2009
ADEMIR ANTONIO DE LIMA 0003 000487/1998
0009 000384/2005
0012 000573/2006
0014 000204/2007
0015 000352/2007
0026 000652/2009
ADRIANO KAZUO GOTO - OAB/ 0012 000573/2006
0015 000352/2007
ALBERTO JOSE ZERBATO 0008 000337/2005
ALESSANDRA CHRISTIAN ABRA 0013 000151/2007
ALESSANDRO MOREIRA SACRAM 0039 002656/2011
ALEXANDRE BARBOSA LEMES 0005 000400/2003
0006 000424/2004
ANDERSON LUIZ PEREIRA GON 0008 000337/2005
ANTONIO DE JESUS FILHO 0033 000973/2011
AUDICI AUGOSTINHO DA SILV 0005 000400/2003
BRAULIO BELINATI GARCIA 0001 000544/1995
0025 000495/2009
CARLOS ARAUZ FILHO 0017 000647/2007
0022 000680/2008
0032 000053/2011
CLAUDIANA ELISA PEREIRA 0006 000424/2004
CLEBER HILGERT 0016 000488/2007
CRISTIANE BERGAMIN MORRO- 0037 002281/2011
DANIELA SILVA VIEIRA> OAB 0010 000535/2005
EDSON RIMET DE ALMEIDA 0025 000495/2009
EDSON SCARDUA 0024 000451/2009
0025 000495/2009
EDSON VIOTTO 0034 001059/2011
ENEZIO FERREIRA LIMA 0005 000400/2003
0031 000025/2011
EVILASIO DE CARVALHO JR.- 0022 000680/2008
FABIO PRANDINE MOLEIRO 0005 000400/2003
FERNANDO MARTINS GONCALVE 0019 000008/2008
0023 000124/2009
FLAVIA LOPES BASTOS 0035 001762/2011
GIOVANI WEBBER 0018 000803/2007
HAMILTON JOSE OLIVEIRA 0012 000573/2006
0014 000204/2007
0015 000352/2007
0019 000008/2008
HODLEI TATIANE VISCONSINI 0004 000313/2002
HUDSON CARLOS M.GUIMARAES 0001 000544/1995
0002 000269/1996
IAGUI ANTONIO BERNARDES B 0035 001762/2011
JEFFERSON FERREIRA FIGUEI 0002 000269/1996
0012 000573/2006
0014 000204/2007
0015 000352/2007
0026 000652/2009
JOAO CARLOS GOMES 0007 000146/2005
JONNATHAS R. M. TOFANETO 0001 000544/1995
0002 000269/1996
JOSE APARECIDO BORGES DOS 0023 000124/2009
0032 000053/2011
JOSE FERNANDO MARUCCI 0021 000600/2008
JOSE MARCELO DE JESUS 0033 000973/2011
JOSÉ ANTÔNIO BRÓGLIO ARAL 0029 002460/2010
0030 002750/2010
JOSÉ THIAGO MACEDO 0027 000822/2010
JUAREZ PAULO DA SILVA 0011 000352/2006
JUNIOR CARLOS FREITAS MOR 0029 002460/2010
0030 002750/2010
KELLY CHRISTINE SOARES DE 0005 000400/2003
LUCIANE GUEDES DE CARVALH 0035 001762/2011
LUDOVICO ALBINO SAVARIS 0034 001059/2011
LUIS OSCAR SIX BOTTON>OAB 0010 000535/2005
0027 000822/2010
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0029 002460/2010
0030 002750/2010
MARCELO TESHEINER CAVASSA 0039 002656/2011
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0025 000495/2009
MARCOS AURÉLIO CERDEIRA 0003 000487/1998
MARLON DE LIMA CANTERI 0008 000337/2005
NELSON PASCHOALOTTO 0028 002111/2010
NILBERTO RAFAEL VANZO-OAB 0021 000600/2008
OSCAR BARBOSA BUENO 0017 000647/2007
RICARDO AMARAL GOMES FERN 0020 000453/2008
SILVIO HEMERSON GUERRA 0026 000652/2009
0036 002154/2011
SIMONE CHIODEROLLI NEGRE 0038 002651/2011
WASHINGTON FRAGOSO VERAS 0006 000424/2004

1. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-544/1995-BANCO ITAU S/A. x ANTONIO TAKASHI FUJII- Exequente: Banco Bradesco S/A.
Executados: Antonio Takashi Fujii.
Execução de título extrajudicial nº. 544/1995.
I. RELATÓRIO
JULIANE TAMI FUJII apresentou EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE alegando prescrição intercorrente, por ter transcorrido período superior ao previsto no artigo 206, §5º do CPC, sem ser tomado pelo exequente nenhuma providência para prosseguimento do processo. Requer a extinção do processo (fls. 40/42).
Em resposta, o banco alegou que não houve prescrição intercorrente, eis que a paralisação não seu deu por inércia do exequente, mas por dificuldades de encontrar bens do executado (fls. 75/83).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. Com relação à prescrição intercorrente, existem duas correntes distintas na jurisprudência, daqueles que sustentam não correr a prescrição no prazo de suspensão da execução (por exemplo, no caso de não localização de bens penhoráveis); e outros, que adotam a possibilidade de cômputo do prazo prescricional, mesmo que o processo esteja suspenso.
Adoto uma linha intermediária: em razão da previsão legal de suspensão do processo de execução, por ausência de bens, CPC, art. 791, III, o exequente não pode ser prejudicado com a contagem do prazo prescricional se a lei lhe concede a possibilidade de suspensão; por outro lado, esta suspensão não pode ser indefinida. Assim, a solução razoável, é que se admita a suspensão, pelo prazo da prescrição da ação. Após o decurso do prazo de suspensão, inicia-se o prazo efetivamente da prescrição.
Por exemplo, se a execução de um título de crédito tem prazo prescricional de 05 anos (CC, art. 206, §5º, VIII), caso o exequente pretenda a suspensão da execução, com fundamento no CPC, art. 791, III, a suspensão será de 05 anos. Decorrido tal prazo, é iniciado o prazo de 05 anos, efetivamente, da prescrição.
Assim, resta compatibilizada a faculdade de suspensão legal da execução por falta de bens penhoráveis (CPC, art. 791, III), que vigora em prol do credor; assim como viabiliza a contagem da prescrição, em prol do devedor.
O raciocínio se equivale (interpretação analógica) com aquele do CPP, art. 366 que prevê para o réu citado por edital, a suspensão do processo criminal pelo prazo da prescrição, previsto no CP, art. 109; seguido da contagem da prescrição efetivamente.
2. Para o caso concreto, reconheço a PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.
O prazo do antigo CC/16 era de 20 anos, com o novo CC/02 o prazo passou a ser de 05 anos. Não decorreu mais da metade do prazo do código antigo, aplicando-se, portanto o prazo do CC/02, conforme regra de transição do CC/02, art. 2.028.
Nos termos do CC, art. 206, §5º, prescreve em 05 anos a pretensão para haver a cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular, no caso, o contrato, de fls. 05.
Houve penhora a fls. 25, com posterior adjudicação as fls. 54. Os autos ficaram suspensos desde 30.11.1998, fls. 65.
Contados os 05 anos da suspensão a partir de 30.11.1998, o prazo da suspensão (CPC, art. 791, II) encerrou em 30.11.2003; e imediatamente iniciou-se o prazo prescricional, de 05 anos, de maneira que a presente ação foi fulminada pela prescrição em 30.11.2008.
III. DISPOSITIVO
Isto posto, ACOLHO a alegação de PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e extingo a execução, com fundamento no CPC, art. 794, II.
Condeno o exequente ao pagamento das custas, despesas processuais, e honorários advocatícios que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), considerando a baixa complexidade da alegação e sopesado que o advogado apenas atuou para a apresentação da exceção de prescrição.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Oportunamente, arquive-se.
-Advs. HUDSON CARLOS M.GUIMARAES-OABPR2407, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e JONNATHAS R. M. TOFANETO-.
2. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-269/1996-BANCO BRADESCO S/A. x ANTONIO TAKASHI FUJII e outro- Executados: Antonio Takashi Fujii e Elizete Benedita da Silva.
Execução de título extrajudicial nº. 269/1996
I. RELATÓRIO
JULIANE TAMI FUJII apresentou EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE alegando prescrição intercorrente, por ter transcorrido período superior ao previsto no artigo 206, §5º do CPC, sem ser tomado pelo exequente nenhuma providência para prosseguimento do processo. Requer a extinção do processo (fls. 40/42).
Em resposta o banco alegou inexistência da prescrição intercorrente, visto que ficou paralisado ante a inexistência de bens do devedor. Requer a localização de bens pelo Renajud e Bacenjud (fls. 52/54).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. Com relação à prescrição intercorrente, existem duas correntes distintas na jurisprudência, daqueles que sustentam não correr a prescrição no prazo de suspensão da execução (por exemplo, no caso de não localização de bens penhoráveis); e outros, que adotam a possibilidade de cômputo do prazo prescricional, mesmo que o processo esteja suspenso.
Adoto uma linha intermediária: em razão da previsão legal de suspensão do processo de execução, por ausência de bens, CPC, art. 791, III, o exequente não pode ser prejudicado com a contagem do prazo prescricional se a lei lhe concede a possibilidade de suspensão; por outro lado, esta suspensão não pode ser indefinida. Assim, a solução razoável, é que se admita a suspensão, pelo prazo da prescrição da ação. Após o decurso do prazo de suspensão, inicia-se o prazo efetivamente da prescrição.
Por exemplo, se a execução de um título de crédito tem prazo prescricional de 05 anos (CC, art. 206, §5º, VIII), caso o exequente pretenda a suspensão da execução, com fundamento no CPC, art. 791, III, a suspensão será de 05 anos. Decorrido tal prazo, é iniciado o prazo de 05 anos, efetivamente, da prescrição.
Assim, resta compatibilizada a faculdade de suspensão legal da execução por falta de bens penhoráveis (CPC, art. 791, III), que vigora em prol do credor; assim como viabiliza a contagem da prescrição, em prol do devedor.
O raciocínio se equivale (interpretação analógica) com aquele do CPP, art. 366 que prevê para o réu citado por edital, a suspensão do processo criminal pelo prazo da prescrição, previsto no CP, art. 109; seguido da contagem da prescrição efetivamente.
2. Para o caso concreto, reconheço a PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.
Nos termos do CC, art. 206, §3º, prescreve em 03 anos a pretensão para haver o pagamento de título de crédito, no caso, a nota promissória, de fls. 08.
Houve penhora a fls. 18, com posterior adjudicação nos autos de execução nº. 561/95. Os autos ficaram suspensos desde 20.02.1998, fls. 38.
Contados os 03 anos da suspensão a partir de 20.02.1998, o prazo da suspensão (CPC, art. 791, II) encerrou em 20.02.2001; e imediatamente iniciou-se o prazo prescricional, de 03 anos, de maneira que a presente ação foi fulminada pela prescrição em 20.02.2004.
III. DISPOSITIVO
Isto posto, ACOLHO a alegação de PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e extingo a execução, com fundamento no CPC, art. 794, II.
Condeno o exequente ao pagamento das custas, despesas processuais, e honorários advocatícios que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), considerando a baixa complexidade da alegação e sopesado que o advogado apenas atuou para a apresentação da exceção de prescrição.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Oportunamente, arquive-se.
-Advs. HUDSON CARLOS M.GUIMARAES-OABPR2407, JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO e JONNATHAS R. M. TOFANETO-.
3. EMBARGOS A EXECUCAO-487/1998-BENEDITO ANTONIO x BANCO BRADESCO S/A.- 1. Fls. 342/346: RECEBO a apelação, em seu efeito devolutivo e suspensivo, nos termos do CPC, art. 520 .
2. Ao(s) apelado(s) para contrarrazões, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 508 do CPC.
3. Oportunamente, subam os autos ao TJ. -Advs. MARCOS AURÉLIO CERDEIRA e ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.
4. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-313/2002-CAOL - COMERCIAL DE PRODUTOS AGRICOLAS OESTE LTDA. x NELSON BATISTA MENDES e outro- Ao autor para recolher a G.R.C. do Oficial de Justiça. -Adv. HODLEI TATIANE VISCONSINI DINIZ-.
5. ORDINARIA DE APOSENTADORIA-400/2003-ROSALINO BATISTA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- 1. Tendo o executado satisfeito a obrigação, conforme noticiado às fls. 141/145 dos autos, julgo EXTINTO o processo, a teor do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
2. Publique-se. Registre-se. Intime-se.
3. Defiro a expedição de alvará judicial em favor do autor e em nome do novo advogado Dr. ENEZIO FERREIRA LIMA, com prazo de 30 dias, para levantamento de R$ 11.240,16, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 2.200.128.282.265 (fls. 141).
4. Expeça-se alvará judicial em nome da Dra. GRACIELLE GROMANN BOCALÃO, com prazo de 30 dias, para levantamento de R$ 562,01, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 2.200.128.282.268 (fls. 144).
5. Expeça-se alvará judicial em nome do escrivão designado JEAN CARLO FAVA, com prazo de 30 dias, para levantamento de R$ 611,28, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 2.200.128.282.267 (fls. 143).
6. Expeça-se alvará judicial em nome do contador/distribuidor JOSÉ KIMURA, com prazo de 30 dias, para levantamento de R$ 356,78, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 2.200.128.282.266 (fls. 142).
7. Expeça-se alvará judicial em nome do oficial de justiça JOEL DOS SANTOS BARRETOS, com prazo de 30 dias, para levantamento de R$ 37,57, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 2.200.128.282.269 (fls. 145).
8. Por fim, arquive-se. -Advs. AUDICI AUGOSTINHO DA SILVA, KELLY CHRISTINE SOARES DE OLIVEIRA, FABIO PRANDINE MOLEIRO, ENEZIO FERREIRA LIMA e ALEXANDRE BARBOSA LEMES-.
6. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-424/2004-JOAO PEDRO ROSA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- 1. Tendo o executado satisfeito a obrigação, conforme noticiado às fls. 81 e 88 dos autos, julgo EXTINTO o processo, a teor do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
2. Publique-se. Registre-se. Intime-se.
3. Defiro a expedição de alvará judicial em favor do autor e em nome do Dr. JUAREZ DOS SANTOS JUNIOR, com prazo de 30 dias, para o levantamento de R$ 8.231,95, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 3.800.125.043.176 (fls. 90).
4. Defiro a expedição de alvará judicial em nome do Dr. WASHINGTON FRAGOSO VERAS, com prazo de 30 dias, para levantamento de R$ 218,96 (honorários advocatícios), mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 4.600.126.159.333 (fls. 89).

5. Expeça-se alvará judicial em nome do escrivão designado JEAN CARLO FAVA, com prazo de 30 dias, para levantamento R$ 418,88, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 3.800.125.043.178 (fls. 90).
6. Expeça-se alvará judicial em nome do contador/distribuidor JOSÉ KIMURA, com prazo de 30 dias, para levantamento de R$ 181,92, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial nº. 3.800.125.043.177 (fls. 90).
7. Por fim, arquive-se. -Advs. WASHINGTON FRAGOSO VERAS, CLAUDIANA ELISA PEREIRA e ALEXANDRE BARBOSA LEMES-.
7. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-146/2005-CLEBIO APARECIDO MANGOLIN x ANTONIO GUILHERME DA SILVA-
Ao autor sobre o resultado do RENAJUD.
-Adv. JOAO CARLOS GOMES-.
8. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-337/2005-ELETRO MOVEIS IMPERIAL LTDA. e outros x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- Embargantes: IRMÃOS FELIPPE LTDA (ou ELETRO MÓVEIS IMPERIAL) e JÁBER FELIPPE
Embargado: UNIÃO FEDERAL
Embargos à Execução Fiscal nº. 337/2005
I. RELATÓRIO
Trata-se de embargos à execução fiscal em que os embargantes alegam ilegitimidade passiva do sócio na execução. Sustentam a nulidade da CDA, por não atender os requisitos de validade do art. 2º, § 5º, da Lei 6.830/80. Alegam que a ausência desses requisitos legais configura cerceamento de defesa. Sustentam a ausência do processo administrativo. Defendem a inexigibilidade do ICMS "por dentro", por infringir o princípio da não-cumulatividade, bem como da multa aplicada, por sua natureza confiscatória. Aduzem que a Taxa Selic e a UFIR não podem ser cumuladas na atualização dos créditos tributários (fls. 02-36).
Recebido os embargos, com efeito suspensivo (fls. 64).
Em impugnação, a FAZENDA ESTADUAL pugna pela rejeição liminar dos embargos pela ausência de garantia do juízo. Afirma que os valores exigidos são remanescentes da rescisão do parcelamento TAP 09.520027-3 (SPI 3.379.915-2) concedido em 24.11.97 e rescindido em 29.06.00. Defende a legitimidade do sócio em virtude da dissolução irregular da empresa executada. Expõe que houve respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa e junta o processo administrativo. Argumenta que não se trata de ICMS "por dentro", porque o crédito decorre de multa pela emissão de nota fiscal em valor diverso do real devido. Defende a legalidade da Taxa Selic, por existir previsão na Lei Estadual nº 11.580/96 (fls. 68-94).
Intimados, os embargantes não apresentaram réplica (fls. 184).
Determinada perícia as fls. 225-226, mas suspensa para a realização das diligências de fls. 243-244.
Ofício de fls. 248, respondido a fls. 253.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. O embargado alega ausência de garantia para oposição dos embargos, porque o crédito penhorado no rosto dos autos 9900077288 de fls. 55 da execução fiscal 76/00 não é líquido, no entanto, não é caso de rejeição liminar dos embargos porque foi o própria Fazenda quem indicou a penhora tal crédito do executado (fls. 37, da EF 76/00).
LEGITIMIDADE PASSIVA DO SÓCIO
2. Conforme comprovante de situação cadastral da empresa IIRMÃOS FELIPE LTDA, CNPJ 79.688.842/0013-71, a mesma encontra-se baixada e o sócio administrador JABER FELIPE (fls. 13, da EF 76/00) não comprovou a regular liquidação da empresa, motivo pelo qual subsume-se ao caso o art. 135 do CTN .
3. Dispenso a prova pericial de fls. 225-226, porque para verificar a cumulação da taxa Selic com outro índice de correção monetária não é necessária à realização de perícia contábil: da análise da CDA de fls. 03, da execução fiscal nº 76/00, nota-se que houve a incidência conjunta da taxa Selic com o Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, previsto nos artigos 37 e 38, da Lei Estadual nº 11.580/96.
A taxa Selic tem previsão na Lei Estadual 11580/86, em seu art. 38, segundo o qual "O crédito tributário não integralmente pago no vencimento, inclusive o decorrente de multas, será acrescido de juros de mora, correspondente ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, ao mês ou fração, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral, na forma da lei".
Nos termos do Enunciado 12 do Tribunal de Justiça do Paraná: É legítima a utilização da taxa Selic para atualização de créditos tributários, desde que haja previsão específica na legislação tutelar do tributo em cobrança, inadmitida a cumulação com qualquer outro índice de correção monetária ou juros de mora.
A taxa Selic se compõe de correção monetária e juros é vedado sua cumulação com outro índice de correção ou qualquer outro encargo moratório.
3.1. Pela CDA de fls. 03 da execução fiscal 76/00 (vide dispositivo legal), denota-se que houve a incidência conjunta da taxa Selic do art. 38 da Lei 11.580, com o Fator de Conversão e Atualização Monetária (FAC) previsto no art. 37 da mesma lei, portanto, excluo a FAC e mantenho a Selic, para que não haja a cumulação destes dois índices de atualização, nos termos do enunciado 12 do Tribunal de Justiça do Paraná.
CDA
4. A CDA de fls. 03 da execução fiscal 76/00 indica a origem do crédito tributário exigido (rescisão da TAP 009520027-3), a natureza (multa administrativa), o valor originário (R$ 1.163,00), bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora (arts. 37 e 38 da Lei Estadual 11.580), e o número do auto de infração 60033633, cujo processo administrativo encontra-se as fls. 101-181.
Não há que falar em cerceamento de defesa, uma vez que o processo administrativo foi regularmente processado e analisado, tanto que o embargante apresentou a reclamação de fls. 120-132, rejeitada as fls. 138-140 pela Receita Estadual, e o recurso, de fls. 143-163, rejeitado as 169-170 pelo Conselho de Recursos Fiscais.
É impertinente a discussão de que o ICMS não pode ser cobrado na forma do "cálculo por dentro" (quando imposto integra sua própria base de cálculo) porque os valores exigidos na execução fiscal são a título de multa, previsto no art. 66, § 1º, inciso VII, da antiga Lei Estadual nº 8933/89, por ter o embargante consignado em nota fiscal importância diversa do efetivo valor, conforme auto de infração nº 6003363-3, de fls. 113-114, além do mais, o STF definiu a constitucionalidade do método de apuração do ICMS denominada "cálculo por dentro" .
5. A multa aplicada no percentual de 50% pelo fisco, por ter o embargante consignado em nota fiscal importância diversa do efetivo valor, tinha previsão no art. 66, § 1º, inciso VII, da antiga Lei Estadual nº 8933/89, conforme auto de infração de fls. 114.
Todavia, a Lei Estadual nº 11580/86 revogou expressamente a Lei 8933/89 e reduziu referida multa para 40%.
O art. 106, II, alínea "a", do CTN prevê a possibilidade de retroação da lei, quando a lei nova for mais benéfica ao contribuinte, por isso, reduzo a multa de 50% para 40%, nos termos da Lei Estadual nº 11580/86, art. 55, § 1º, X, mais benéfica ao contribuinte.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos dos embargantes para reduzir a multa aplicada de 50% para 40%, nos termos da Lei Estadual nº 11580/86, art. 55, § 1º, X, bem como excluir a cumulação do Fator de Conversão e Atualização Monetária (FAC), e manter a taxa Selic, nos termos do Enunciado 12 do Tribunal de Justiça do Paraná.
a) Nos termos do art. 21 do CPC, o embargante deverá arcar com 40% das custas e o embargado 60%.
b) Fixo honorários de R$ 2.500,00 para o advogado do embargante; assim como R $ 1.800,00 em favor do advogado do embargado. Observe-se a compensação do art. 21 do CPC.
c) Junte-se cópia desta sentença, na execução fiscal nº 76/2000.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Goioerê, 13 de setembro de 2011.
-Advs. ALBERTO JOSE ZERBATO, ANDERSON LUIZ PEREIRA GONZALES e MARLON DE LIMA CANTERI-.
9. EXECUCAO DE SENTENCA-384/2005-BANCO DO BRASIL S/A. e outro x ANTONIO APARECIDO FAQUIM-
Ao autor para retirar a Carta Precatória.
-Adv. ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.
10. EMBARGOS A EXECUCAO-535/2005-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A - EM LIQUIDACAO x MARCOS AURELIO CERDEIRA-Ao autor para recolher a G.R.C. do Oficial de Justiça. -Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON>OAB/PR 28128A e DANIELA SILVA VIEIRA> OAB/PR 32.304-.
11. USUCAPIAO-352/2006-JOVENIL BATISTA e outro x LUIZ RIBEIRO DIAS e outro-
Ao autor para se manifestar sobre a certidão do oficial de justiça 129/verso.-Adv. JUAREZ PAULO DA SILVA-.
12. REPARACAO DE DANOS (SUM)-573/2006-NAYARA FAVARÃO BARBOSA x COPEL DISTRIBUIDORA S/A.- 2. Fls. 204: Segundo a autora ainda necessita de atendimento odontológico, em razão do acidente ocorrido em 2005. Intime-se a autora para juntar, no prazo de 20 dias, um orçamento detalhado dos serviços odontológicos necessários e que tenham relação com o acidente de trânsito de fls. 28.
2.1. Após manifeste-se o réu, no prazo de 20 dias.
3. Considerando que a fls. 156 foi deferida prova oral, designo audiência de instrução para o dia 06 de dezembro de 2011 às 14:00 horas.
3.1. Intimem-se as partes, na pessoa de seus advogados, a fim de comparecerem pessoalmente na audiência.
3.2. Uma testemunha da autora já foi ouvida por carta precatória (fls. 146).
3.3. Rol de testemunhas da autora a fls. 21.
3.4. As testemunhas do réu de fls. 99 comparecerão independente de intimação.
4. Considerando a conexão desta reparação com os autos 352/07 e 204/07, por se tratar do mesmo acidente, a audiência de instrução será comum. Apensem-se os autos conexos nº 352/2007 e 204/2007.
5. Ciência ao Ministério Público, em razão da menoridade da autora.
Intimem-se as partes integralmente desta decisão.-Advs. JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO, ADEMIR ANTONIO DE LIMA, HAMILTON JOSE OLIVEIRA e ADRIANO KAZUO GOTO - OAB/PR nº.21529-.
13. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-151/2007-CIPAUTO VEÍCULOS LTDA. x UELITON MARCIANO DA SILVA-
Ao autor sobre o resultado do renajud.
-Advs. ABDIAS ABRANTES NETO e ALESSANDRA CHRISTIAN ABRANTES-.
14. REPARACAO DE DANOS (SUM)-204/2007-TEREZINHA DE SOUZA FAVARAO x COPEL DISTRIBUIDORA S/A.- 1. Em razão da conexão de fls. 126-127, designo audiência de instrução para o dia 06 de dezembro de 2011 às 14:00 horas, mesma data da instrução dos autos 573/06 e 352/07.
1.1 A testemunha do autor de fls. 17 já foi ouvido nos autos 573/06.
Intimem-se as partes integralmente desta decisão. -Advs. ADEMIR ANTONIO DE LIMA, JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO e HAMILTON JOSE OLIVEIRA-.
15. REPARAÇÃO DE DANOS-352/2007-JOELSON CARLOS FAVARÃO x COPEL DISTRIBUIDORA S/A.- 1. Em razão da conexão reconhecida a fls. 128-129, designo audiência de instrução para o dia 06 de dezembro de 2011 às 14:00 horas, mesma data da instrução dos autos 573/06 e 204/07.
2. A testemunha do autor de fls. 22 já foi ouvida nos autos 573/06.
Intimem-se as partes integralmente desta decisão. -Advs. ADEMIR ANTONIO DE LIMA, JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO, HAMILTON JOSE OLIVEIRA e ADRIANO KAZUO GOTO - OAB/PR nº.21529-.

16. PROTESTO INTERRUPÇÃO DE PRESCRICAO-488/2007-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x OSVALDO ANTONIO MARQUES GONÇALVES e outros-Ao autor para recolher a G.R.C. do Oficial de Justiça, bem como juntar cópia da petição inicial.-Advs. ABDIAS ABRANTES NETO e CLEBER HILGERT-.

17. EMBARGOS A EXECUCAO-647/2007-FERNANDO TEIXEIRA BUENO e outros x COOP. CRED. LIVRE ADMISSAO V. DO PIQUIRI - SICREDI- Embargantes: FERNANDO TEIXEIRA BUENO, MOACIR DE OLIVEIRA BUENO E MARIA APARECIDA TEIXERA

Embargado: COOPERATIVA DE REDITO RURAL VALE DO RIO GOIOERE - SCREDI

Embargos à Execução nº. 647/2007

I. RELATÓRIO

Trata-se de embargos à execução em que os embargantes alegam a prescrição por ter decorrido mais de 3 anos do vencimento antecipado do título, de 12.09.01. Alegam excesso de execução pela cobrança de encargos abusivos e ilegais pelo banco, como comissão de permanência, tarifais ilegais e capitalização dos juros (fls. 02-11).

Em impugnação, o embargado alegou que o crédito não está prescrito, eis que o prazo prescricional é de 05 anos a partir da vigência do CC/02. Não se aplica a limitação de juros. É lícita a capitalização aos contratos posteriores a 30/03/2000. A comissão de permanência é legal quando não acumulada com outros encargos. A multa está sendo cobrando no patamar legal, de 2% (fls. 56-74).

Réplica (fls. 94-103).

O embargado não se manifestou sobre os recibos de pagamento de fls. 112-113, embora intimado (fls. 116v).

Saneamento com fixação dos pontos controvertidos, inversão do ônus da prova no tocante aos documentos que poderão ser exigidos pelo perito, e determinação de perícia contábil (fls. 117-119).

A Cooperativa discordou ando da inversão do ônus da prova de fls. 118, opôs os embargos declaratórios de fls. 125-133, rejeitado a fls. 136. Inconformado, o banco interpôs o agravo retido de fls. 141-158, com resposta as fls. 160-163. Mantida a inversão do ônus da prova (fls. 164).

Intimados, por duas vezes, os embargantes não depositaram os honorários periciais (fls. 120 e 165).

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

PRESCRIÇÃO

1. A Escritura Pública de Confissão de Dívida com garantia hipotecária de fls. 28-29 vinculado ao contrato de empréstimo de fls. 30-32 foi firmada em 24.08.2001, na vigência do CC/16.

Na entra em vigor do CC/02, em 12.01.2003, não havia transcorrido mais da metade do prazo prescricional de 20 anos, por isso deve ser observado o novo prazo prescricional de 05 anos, que começou a fluir a partir da vigência do CC/02, em 12.01.2003. O termo final ocorreria em 12.01.2008.

Ajuizada a execução em 04.07.2007, afasto a prescrição.

EXCESSO DE EXECUÇÃO

2. O contrato de empréstimo de fls. 30-32 no valor de R$ 21.000,00 foi firmado em 13.08.01 pelo mutuário FERNANDO TEIXEIRA BUENO e pelos hipotecantes MOACIR DE OLIVEIRA BUENO e sua esposa MARIA APARECIDA TEIXEIRA BUENO, para ser pago em 06 parcelas, da seguinte forma (fls. 30):

1ª parcela: 12/09/2001 (16.6667%)
2ª parcela: 15/10/2001 (20.0000 %)
3ª parcela: 12/11/2001 (25.0000 %)
4ª parcela: 13/12/2001 (33.3333 %)
5ª parcela: 14/01/2002 (50.0000 %)
6ª parcela: 12/02/2002 (100.0000 %)

A primeira parcela foi paga no vencimento em 12.09.01, conforme cálculo de fls. 22, porém o embargante deixou de pagar a segunda parcela vencida em 15.10.01, o que culminou no vencimento antecipado das parcelas vincendas de 12.11.01, 13.12.01, 14.01.02 e 12.12.02 resultando no saldo devedor de R$ 18.660,96, já acrescido dos juros remuneratórios de 3% ao mês e capitalizados anualmente, desde a liberação do empréstimo em 13.08.01, conforme previsão contratual de fls. 30, item ENCARGOS FINANCEIROS (fls. 22).

Prima facie, e sem perícia, inexiste ilegalidade, considerando que a taxa média de mercado para crédito pessoal em agosto de 2001 (data da celebração do empréstimo de fls. 30-32) foi de 83,07% ao ano (ou 6,9225% ao mês), conforme planilha do BACEN em anexo.

Durante o período de inadimplência de 16.10.01 a 17.07.07, sobre os R$ 18.660,96 (que já incluía juros remuneratórios de 3% ao mês e capitalizados anualmente), o SICREDI aplicou cumulativamente a correção monetária pela Taxa Básica Financeira (TBF), comissão de permanência de 101,2196% ao ano, mais multa de 2%, tendo a dívida de R$ 18.660,96 evoluído para R$ 192.455,35 (fls. 23-27).

3. A Taxa Básica Financeira (TBF) como índice de correção monetária é vedada pela Súmula nº. 287 do STJ , ante o fato de que em sua fórmula estão embutidos juros, por esse motivo, a TBF deve ser substituída pelo INPC.

4. A previsão contratual de comissão de permanência (vide cláusula ENCARGOS FINANCEIROS, letra "a", de fls. 30-31) somente "é admitida desde que não cumulada com multa contratual, juros moratórios ou correção monetária." ( STJ - AGA 442929 - RS - 3ª T. - Relª Min. Nancy Andrighi - DJU 02.09.2002). No mesmo sentido o enunciado da Súmula 30 do STJ: A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis. No caso sub examnine, há aplicação de correção monetária, dupla incidência de juros (juros remuneratórios de 3% ao mês e TBF) e multa (vide cálculo de fls. 22-27), motivo pelo qual a comissão de permanência deve ser afastada.

5. A capitalização dos juros remuneratórios é lícita eis o contrato de empréstimo de fls. 30-32 foi firmado em agosto de 2001 após a edição da MP nº 1.963-17/2000 que a autoriza.

6. Portanto, a conta da execução 497/07 deve ser refeita, com correção monetária pelo INPC (em substituição a TBF), apenas juros remuneratórios de 3% ao mês, capitalizados anualmente, mais a multa de 2% sobre o valor corrigido.

Os pagamentos parciais de R$ 3.541,62 em 12.09.01 (fls. 22); R$ 3.847,54 em 07.11.01 (fls. 24); e R$ 4.083,22 em 20.12.01 (fls. 25) deverão ser atualizados pelo mesmo critério da dívida principal.

III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos dos embargantes para substituir a TBF pelo INPC, e excluir a comissão de permanência. Por outro lado, mantenho os juros remuneratórios de 3% ao mês (por ausência de ilegalidade ou abusividade), a capitalização anual e os juros moratórios de 1% ao mês.

a) Registro que, com a exclusão da comissão de permanência e a TBF, haverá considerável redução do valor da dívida, por isso, os embargantes deverão arcar com 40% das custas e o embargado 60%.

b) Fixo honorários de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para o advogado do embargante; assim como R$ 1.000,00 (mil reais) em favor do advogado da embargada. Observe-se a compensação do art. 21 do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

-Advs. OSCAR BARBOSA BUENO e CARLOS ARAUZ FILHO-.

18. MONITORIA-803/2007-ESTADO DO PARANA x MARIO JOSÉ CORREIA RIBEIRO e outro- 1. A insurgência de fls. 141-146 (inversão do ônus da prova e antecipação dos honorários periciais) já fora rebatida pela decisão de fls. 117, além do mais, o embargante não é beneficiário da justiça gratuita e os honorários periciais de fls. 138 são provisórios.

2. Concedo o prazo especial de 10 dias para que o embargante deposite os honorários periciais de R$ 2.000,00, sob pena de se reputar pela desistência da prova. -Adv. GIOVANI WEBBER-.

19. COBRANCA SUMARIA-8/2008-COPEL DISTRIBUIDORA S/A. x VFP DE LIMA MALHAS - ME- Autor: COPEL Distribuidora S/A

Réu: VFP de Lima Malhas - ME

Ação de cobrança nº 08/2008

I. RELATÓRIO

Trata-se de ação de cobrança de faturas de uso de energia elétrica utilizadas da Copel contra a VFP de Lima Malhas - ME, referente aos meses de dezembro/2001 e janeiro a março/2002, com valor total de R$ 11.684,94.

Citação da empresa, na pessoa de VALDEMIRO DE LIMA, fls. 35 verso. Citação anulada a fls. 74 porque o VALDEMIRO DE LIMA não é sócia, nem representa a empresa/ré.

A proprietária da empresa individual, Vandete Florentino Pimentel de Lima, embora devidamente citada por oficial de justiça (fls. 92 verso), não se manifestou (fls. 93).

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. O feito comporta pronto julgamento, uma vez que a matéria nele aventada se resume a questões de direito, sendo que os pontos de fato já se encontram devidamente comprovados, seja pela documentação acostada pelas partes, ou ainda pelas teses já expostas.

2. A parte ré não contestou a ação (fls. 93). De acordo com o art. 319 do CPC, se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.

3. Trata-se de faturas referente aos períodos de dezembro/2001 e janeiro a março/2002.

O prazo para cobrança no CC/1916 era de 20 anos (Art. 177). Com a entrada em vigor do novo Código Civil em 11/01/2003, o prazo prescricional passou a ser de cinco anos, conforme art. 206, § 5º.

As faturas têm como base de cálculo o total de energia gasto em dez/2001 e janeiro a março/2002. O prazo a ser obedecido, consoante o disposto na regra de transição, art. 2.028 do CC/02, é o de cinco anos, a contar da entrada em vigor no novo Código Civil, em 12.01.2003. Assim, o prazo terminaria em 12.01.2008.

A ação foi proposta em 07/01/2008, portanto, a pretensão não foi atingida pela prescrição.

Da não prescrição, aliada aos efeitos da revelia, tem-se como procedente o pleiteado pelo autor.

A revelia traz a presunção relativa de verdade dos fatos narrados pelo autor (salvo de o contrário resultar da convicção do juiz, daí relativa). Revelia não significa automática procedência do pedido. A análise da prova dos autos pode apontar para a improcedência, mas não é este o caso dos autos. Os fatos descritos na inicial conduzem às consequências jurídicas pretendidas.

III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a ação de cobrança proposta por Copel Distribuição S.A em face de VFP de Lima Malhas - ME na pessoa de sua proprietária Vandete Florentino Pimentel de Lima para condenar a ré no pagamento de

R$ 424,26, desde 30.03.2002
R$ 1.181,34, desde 01.03.2002
R$ 808,01, desde 30.01.2002
R$ 1.435,59, desde 31.12.2001

Todos os quatro itens, com correção monetária, pelo INPC, e juros mensais de 1%, desde o vencimento individual de cada fatura.

Condeno a ré no pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

-Advs. HAMILTON JOSE OLIVEIRA e FERNANDO MARTINS GONCALVES-.

20. ALVARA JUDICIAL-453/2008-LUIZA FAVERO PEREIRA- Autora: LUIZA FAVERO PEREIRA.

Alvará Judicial nº. 453/2008.
I. RELATÓRIO
Trata-se de pedido de alvará formulado por LUIZA FAVERO PEREIRA para efetuar a Escritura de Compra e Venda, de 1/6 dos imóveis em nome do Interditado IRINEU PEREIRA (Lote n° 02, da quadra n° 24 da planta geral da cidade de Goioerê, com área total de 350,00 metros quadrados, matrícula 21.509 e Lote n° 03, da quadra n° 24 da planta geral da cidade de Goioerê, com área total de 350,00 metros quadrados, matrícula 5.147).
Matrículas atualizadas as fls. 23/24.
Avaliação dos imóveis a fls. 29/30.
Manifestação favorável do Ministério Público a fls. 31/32.
A autora requer a instituição do usufruto dos imóveis, objeto do presente pedido em favor dos genitores do curatelado (fls. 34/35 e 37/38).
O Ministério Público opinou pelo deferimento do pleito (fl.39).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
A autora é mãe e curadora do interditando IRINEU PEREIRA, e ajuizou a presente ação para buscar autorização para a compra de 1/6 de dois imóveis de matrícula nº. 21.509 e 5.147, em favor do filho/interditado. Os demais proprietários seriam os irmãos, ficando assim 1/6 para cada um dos seis filhos.
Durante o trâmite da ação, os pais SEBASTIÃO PEREIRA e LUIZA FAVERAO PEREIRA compraram os imóveis (R-2- 21.509, fls. 23; e R-3 5.147, fls. 24), estão em nome do casal, mas eles pretendem que os bens fiquem em nome dos filhos com usufruto em favor dos pais (fls. 37).
Informam que adquiriram os imóveis com recursos da venda de uma propriedade rural da família, mas não juntam a matrícula do imóvel rural vendido, também não há pedido de levantamento de conta judicial.
Conclui-se que os pais agora doarão o terreno aos filhos, já que as propriedades lhes pertencem. Não há que se falar com compra e venda dos pais para o interditado porque ele não dispõe de dinheiro para tanto.
Nos termos do CC, art. 1748, II, e 1781, é necessária a autorização judicial para que o curatelado receba bens em doação.
Inexiste prejuízo na doação dos imóveis 21.509, fls. 23; e 5.147, fls. 24, para os filhos, sendo um deles, o interditado IRINEU PEREIRA.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO procedente, o pedido para autorizar que o interditado IRINEU PEREIRA, receba, dos pais, em doação, 1/6 dos imóveis 21.509, fls. 23; e 5.147, fls. 24. Faculto ainda a instituição de usufruto em favor dos pais SEBASTIÃO PEREIRA e LUIZA FAVERAO PEREIRA
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Ciência ao Ministério Público.
-Adv. RICARDO AMARAL GOMES FERNANDES-.
21. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-600/2008-COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA x ANTONIO FAVARO e outro- Ao autor sobre o resultado do renajud.
-Advs. NILBERTO RAFAEL VANZO-OAB/PR 31.151 e JOSE FERNANDO MARUCCI-.
22. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-680/2008-COOP. CRED. LIVRE ADMISSAO V. DO PIQUIRI - SICREDI x OSVALDO ANTONIO MARQUES GONÇALVES- 2.1. Da atualização, intime-se o exequente, pelo DJ.
-Advs. CARLOS ARAUZ FILHO e EVILASIO DE CARVALHO JR.- PR 27.820-.
23. EXECUÇAO DE QUANTIA CERTA-124/2009-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x JORGE DOS SANTOS- 1. Tendo o executado satisfeito a obrigação, conforme noticiado às fls. 108/109 dos autos, julgo EXTINTO o processo, a teor do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
2. Custas pelo executado.
3. Defiro o desentranhamento do contrato de fls. 11/12, para que o mesmo seja entregue ao autor e substituído por fotocópia.
4. Arquive-se após as cautelas legais.
5. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. ABDIAS ABRANTES NETO, FERNANDO MARTINS GONCALVES e JOSE APARECIDO BORGES DOS SANTOS-.
24. EMBARGOS A EXECUCAO-451/2009-JOSÉ CARLOS VIVAN x LAERCIO DELAIN- 1. Para o cumprimento do(a) sentença/acórdão, quanto à obrigação de pagar, ante a nova sistemática da Lei nº 10.352, de 26.12.2005, intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, via Diário da Justiça, para pagar, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% (CPC, art. 475-J), ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído.
a) Ressalto que ficará a cargo do devedor o cálculo da quantia devida.
b) No caso de pagamento parcial, a multa incidirá sobre a diferença. (CPC, art. 475-J, §4º)
c) A multa é devida a partir e inclusive o 16º dia. Se o 15º dia cair em dia em que não há expediente forense, prorrogar-se-á até o primeiro dia útil subseqüente.
-Adv. EDSON SCARDUA-.
25. EMBARGOS A EXECUCAO-495/2009-MACIEL LOPES DOS SANTOS GOIOERE ME e outro x BANCO ITAU S/A.- Embargantes: MACIEL LOPES DOS SANTOS GOIOERE ME e MACIEL LOPES DOS SANTOS
Embargado: BANCO ITAÚ S/A
Embargos à Execução nº. 495/09
I. RELATÓRIO
Trata-se de embargos à execução em que os embargantes alegam cobrança de juros extorsivos e encargos não previstos, com indevida capitalização mensal, fato que influiu no resultado do saldo devedor e que deu origem à Cédula de Crédito Bancária REFIN (título executivo), de R$ 47.605,00, dividida em 18 parcelas fixas de R$ 4.166,76, encargos remuneratórios de 5,00% ao mês ou 79,5859% ao ano, com o pagamento da primeira em 01.10.2008 e a última em 01.03.2010. Sustentam a nulidade do título executivo, por ausência de apresentação do contrato originário e extratos detalhados. Requereram a limitação dos juros a taxa de 12% ao ano. Alegam ilegalidade/abusividade da Cédula de Crédito Bancária LIS (Abertura de Crédito em Conta Corrente) que originou o título executivo, com juros remuneratórios de 6,90% ao mês ou 122,70% ao ano. Sustentam a dupla incidência de juros remuneratórios sobre o valor de cada parcela fixa de R$ 4.166,76. Requerem a exclusão da capitalização mensal dos juros, bem como o afastamento da mora do devedor. Defendem o termo inicial dos juros a partir da citação. Pleiteiam a restituição em dobro do valor cobrado a maior. Requereram a prorrogação do vencimento do débito. Ao final, pediram tutela antecipada para que o banco não inclua seus nomes em órgão de proteção ao crédito (fls. 02-36).
Os embargos à execução foram recebidos, com efeito suspensivo, por outro lado, foi mantida a negativação do nome dos embargantes (fls. 77-78).
Na impugnação, o embargado requer o não conhecimento do excesso de execução, por ausência de cálculo (art. 739-A, § 5º, do CPC). Alegam que a Cédula de Crédito Bancário REFIN (título executivo) tem como origem a Cédula de Crédito Bancário LIS (Abertura de Crédito em Conta Corrente), documentos estes que se encontram juntados na execução. Defende a inaplicabilidade do CDC. Sustentou que o cliente é informado mensalmente sobre o limite de crédito, a taxa de juros, a data de vencimento etc. Referem não existir cobrança indevida ou aplicação de juros ilegais. Diz que aplicou a taxa de juros contratada (5% ao mês), o que resultou num valor de parcela fixa de R$ 4.166,76, cada uma. Caso o juízo entenda pela inaplicabilidade dos percentuais contratados, os juros devem ser estipulados segundo a taxa média de mercado. Nega a capitalização dos juros. Aduz que inexiste valor cobrado a maior. Sustenta a inexistência de previsão legal para a prorrogação do débito (fls. 80-118).
Réplica (fls. 121-135).
Os embargantes requereram a produção de prova pericial (fls. 137-138), e o embargado o julgamento antecipado da lide (fls. 139-140).
Saneamento com fixação de pontos controvertidos com a possibilidade de discussão da cédula originária, inversão do ônus da prova no tocante aos documentos que poderão ser exigidos pelo perito, e determinação de perícia contábil (fls. 142-143).
O embargado discordando da possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades da cédula originária, bem como da inversão do ônus da prova de fls. 142-143, interpôs o agravo retido de fls. 153-165, com resposta as fls. 188-192, mas, a decisão agravada de fls. 142-143 foi mantida a fls. 193.
Intimados, por duas vezes, os embargantes não depositaram os honorários periciais (fls. 193).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. Determinada a prova pericial contábil, o ônus da antecipação dos honorários periciais era dos embargantes (fls. 142-143). Fixados os honorários periciais provisórios de R$ 2.200,00 (fls. 143), os embargantes foram intimados, duas vezes (fls. 144 e 194), mas não depositaram os honorários. A importância de uma prova pericial para um processo deste porte é notória, mas negligenciaram os embargantes quanto à feitura da prova (CPC, art. 33).
A alegada cobrança de juros extorsivos e encargos não previstos, com indevida capitalização, assim como, a insurgência contra os juros remuneratórios, moratórios e demais encargos financeiros constantes deveriam ser objeto de perícia contábil.
Cabia aos embargantes demonstrarem que a taxa de juros de juros de 6,90% ao mês (ou 122,70% ao ano) prevista na Cédula de Crédito Bancária LIS de fls. 48-50 que originou a Cédula de Crédito Bancária REFIN de fls. 45-47 (título executivo) é abusiva, consoante dispõe o art. 331, I, do CPC, mas, não o fazendo, devem ser mantidas as taxas praticadas.
A alegação de nulidade do título executivo, por ausência de apresentação da cédula originária, não prospera, uma vez que ela está a fls. 48-50, e que deveria ter sido objeto de perícia.
2. Não se observa prima facie, e sem prova pericial, a dupla incidência de juros remuneratórios, pois na Cédula de Crédito Bancária REFIN de fls. 45-47, os juros remuneratórios foram pré-fixados a uma taxa mensal de 5% (ou 79,5859% ao ano), o que resultou na parcela fixa de R$ 4.166,76 (principal e juros), com o pagamento de 18 parcelas, a primeira em 01.10.2008 e a última em 01.03.2010.
Vencida e não paga a parcela de 01.12.08, houve o vencimento antecipado das parcelas vincendas de 01.01.09 a 01.03.10, da Cédula de Crédito Bancária REFIN de fls. 45-47 (fls. 51).
Pela planilha do exequente de fls. 51 (ou fls. 14 da execução nº 338/2009), o total do débito é de R$ 50.304,16, sendo R$ 4.166,76 referente à parcela vencida em 01.12.08, R$ 43.052,41 referente às parcelas vencidas antecipadamente de 01.01.09 a 01.03.10, e mais R$ 3.084,99 dos juros moratórios, a uma taxa mensal de 1% desde 01.12.08 (data do vencimento antecipado da dívida), já computado o desconto dos juros contratuais de R$ 19.448,99.
3. Requerem os embargantes a incidência de juros moratórios a partir da citação, porém, por se tratar de cédula de crédito bancário de obrigação positiva e líquida, os juros de mora devem incidir desde o vencimento antecipado em 01.12.08, conforme art. 397 do CC.
4. Rejeito a pretensão de alongamento da dívida, porque os embargantes não sustentaram nenhum acontecimento superveniente, extraordinário ou anormal, que justificasse o inadimplemento.
5. Não é possível adentrar em mais profundidade nas demais questões trazidas, por ausência de prova pericial, não realizada por ausência de depósito antecipado dos embargantes, contra quem recai o ônus da prova.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos dos embargantes.

a) Condeno os embargantes no pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em R$ 1.500,00, sem prejuízo daqueles já arbitrados na execução.
b) Oportunamente, junte-se cópia desta sentença na execução nº. 338/09.
c) Determino o imediato desapensamento.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
-Advs. EDSON SCARDUA, EDSON RIMET DE ALMEIDA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.
26. EMBARGOS DE TERCEIRO-652/2009-GELCINO DUARTE PINHEIRO e outro x SILVIO HEMERSON GUERRA- Embargantes: Gelcino Duarte Pinheiro e Marineide Borges Pinheiro.
Embargado: Silvio Hemerson Guerra.
Embargos de Terceiro com pedido de liminar nº. 652/2009.
I. RELATÓRIO
Trata-se de embargos de terceiro em que Gelcino Duarte Pinheiro e Marineide Borges Pinheiro alegam ter adquirido, em 27/04/2004, por escritura pública de compra e venda, lavrada em 25/10/2006, no Cartório de Registro Civil, livro n° 0146-E, folhas 222, matrícula 5.862, o imóvel penhorado na execução nº. 289/2001. Na ocasião da lavratura da Escritura foi fornecido pelo Oficial do C.R.I, não havia penhora registrada. Requer a anulação da penhora (fls. 02/11).
Recebidos os embargos de terceiro com suspensão da execução n° 96/03 (fl. 94).
O embargado alega que na ação de despejo nº 96/2003, a citação da devedora foi em 21/05/2003. Houve substituição da penhora para recair sobre 50% do imóvel. O contrato de compra e venda celebrado com os embargantes foi posterior à citação em 21/05/200.
Réplica (fls. 102/107).
As partes especificaram as provas (fls. 109/110 e 112).
Audiência de conciliação infrutífera.
As partes foram intimadas para se manifestarem sobre eventual falta de interesse de agir, considerando o provimento do agravo de instrumento nº 249.411-5, fls. 123, mas eles não concordaram.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. O feito comporta pronto julgamento, uma vez que a matéria nele aventada se resume a questões de direito, sendo que os pontos de fato já se encontram devidamente comprovados, seja pela documentação acostada pelas partes, ou ainda pelas teses já expostas.
2. A executada Elizabeth Maria Ferreira agravou contra a decisão de fls. 76 do despejo nº 172/2003 que indeferiu a nomeação de bens, determinando que a penhora recaísse sobre o imóvel indicado pelo exequente.
O Agravo de Instrumento n° 249.411-5, fls. 104/110, da ação de despejo n° 96/2003 foi provido para admitir os bens móveis nomeados às fls. 62 da ação n° 96/2003, avaliados em R$ 2.250,00, cf. fls. 138 do despejo nº 96/2003.
Posteriormente, em razão do baixo valor dos bens e da má conservação, foi deferida a substituição dos bens penhorados pelo lote de terra n° 10, da quadra n° 05, matrícula n° 5.862, cf. fls. 158 da ação de despejo n° 96/2003.
Por isso, de fato, o provimento do agravo de instrumento n° 249.411-5, devidamente explicado e contextualizado com o andamento processual não implica em falta de interesse de agir superveniente, nestes embargos de terceiros nº 652/2009.
3. A fim de se analisar o pedido de Gelcino Duarte Pinheiro e Marineide Borges Pinheiro que pretendem a liberação da penhora sobre imóvel, matrícula 5.862, comprado em 27/04/2004, faz-se necessário apurar se houve fraude à execução.
A responsabilidade patrimonial recai sobre os bens do executado (art. 591 do Código de Processo Civil), mas, alguma vezes, o devedor aliena o único bem que poderia garantir o pagamento do débito exeqüendo, frustrando, de forma ilegítima, os fins deste processo. Trata-se de atos de disposição patrimonial com o objetivo claro de frustrar direito alheio.
No presente caso, verifica-se que a citação da executada foi em 21/05/2003 (cf. fls. 27 v° no despejo nº 96/2003), e o Contrato de Venda e Compra, em data posterior, em 27/04/2004 (fls. 15), portanto houve fraude à execução, nos termos do CPC, art. 593, II.
CPC, art. 593. Considera-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens:
II - quando, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência;
Na fraude à execução, os atos de alienação ou oneração de bens pelo obrigado são ineficazes.
Citado por ARAKEN DE ASSIS, Humberto Theodoro Júnior ensina:
"O negócio jurídico, que frauda a execução, diversamente do que se passa com o que frauda credores, gera pleno efeito entre alienante e adquirente. Apenas não pode ser oposto ao exeqüente. Assim, a força da execução continuará a atingir o objeto da alienação ou oneração fraudulenta, como se estas não tivessem ocorrido. O bem será de propriedade do terceiro, num autêntico exemplo de responsabilidade sem débito".
"No âmbito da fraude contra a execução, ao invés, dispensável se revela a investigação do estado deficitário do patrimônio, bastando a inexistência de bens penhoráveis. Daí a noção mais adequada de frustração dos meios executórios".
O ato fraudulento, assim declarado, existe e vale entre vendedor e comprador, portanto, é ineficaz perante o exequente o contrato de compra e venda (fls. 15), do lote de terras n° 10, da quadra n° 05, matrícula n° 5.862, realizado entre a executada Elizabeth Maria Ferreira de Araujo Bani e os embargantes Gelcino Duarte Pinheiro e Marineide Borges Pinheiro.
Em que pese os compradores terem juntado a certidão do cartório de registro de imóveis, fls. 29, no sentido de que na matrícula do imóvel inexistiam ônus reais, legais ou convencionais, mas, a diligência de quem compra um imóvel é apurar no Distribuidor do fórum onde se localiza o bem a fim de apurar se há ações judiciais contra o vendedor do terreno, justamente para apurar se corre contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência, nos termos do CPC, art. 593.
Em razão da fraude à execução, é improcedente o pedido dos embargantes para liberação da penhora sobre o imóvel, matrícula 5.862.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código Processual Civil, julgo IMPROCEDENTES os embargos de terceiro e mantenho a penhora sobre o imóvel, matrícula 5.862, na ação de despejo nº. 96/2003.
1. Condeno os embargantes em custas e honorários advocatícios de R$ 1.000,00 (Mil reais).
2. Junte, oportunamente, cópia desta sentença na ação de despejo nº. 96/2003.
3. Prossiga-se o despejo nº. 96/2003.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
-Advs. ADEMIR ANTONIO DE LIMA, JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO e SILVIO HEMERSON GUERRA-.
27. COBRANCA SUMARIA-0000822-61.2010.8.16.0084-JOSE CONRADO DOS SANTOS x BANCO ITAU S/A.- 1. Fls. 101/104: RECEBO a apelação, em seu efeito devolutivo e suspensivo, nos termos do CPC, art. 520 .
2. Ao(s) apelado(s) para contrarrazões, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 508 do CPC.
3. Oportunamente, subam os autos ao TJ. -Advs. JOSÉ THIAGO MACEDO e LUIS OSCAR SIX BOTTON>OAB/PR 28128A-.
28. REINTEGRACAO DE POSSE-0002111-29.2010.8.16.0084-BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x REDUTRONIC M. E L. ME- Ao autor para recolher o porte postal e providenciar cópias. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.
29. EXECUCAO DE SENTENCA-0002460-32.2010.8.16.0084-MARIA ZANQUETA VITORINO e outros x BANCO DO BRASIL S/A- 1. Fls. 240/261: DEIXO DE RECEBER a apelçao, porque inadequada contra decisão interlocutória, mesmo aquela que reconhece a incompetência absoluta.
2. Intime-se o BB para os fins dos itens 03 e 04, de fls. 215/216.-Advs. JUNIOR CARLOS FREITAS MOREIRA, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e JOSÉ ANTÔNIO BRÓGLIO ARALDI-.
30. EXECUCAO DE SENTENCA-0002750-47.2010.8.16.0084-MARIA ZANQUETA VITORINO e outro x BANCO DO BRASIL S/A- 1. Fls. 132/151: Deixo de receber a apelação, porque inadequada contra decisão interlocutória, mesmo aquela que reconhece a incompetência absoluta.
-Advs. JUNIOR CARLOS FREITAS MOREIRA, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e JOSÉ ANTÔNIO BRÓGLIO ARALDI-.
31. ALIENACAO JUDICIAL-0000025-51.2011.8.16.0084-CLARICE SQUISATO DE MELO e outros x DIRCE MARCHI SARISSATO-
Ao autor para réplica em 10 dias.
-Adv. ENEZIO FERREIRA LIMA-.
32. EMBARGOS A EXECUCAO-0000053-19.2011.8.16.0084-WILSON AKIO ABE e outro x COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO VALE DO PIQUIRI - SICREDI VALE DO PIQUIRI- Embargantes: WILSON AKIO ABE e MARIA APARECIDA DE SOUZA ABE
Embargado: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO VALE DO PIQUIRI
Embargos à Execução nº 53/11
I. RELATÓRIO
Trata-se de embargos à execução em que os embargantes alegam que outorgaram uma procuração ao GILSO LOURENÇO DE SOUZA e ele, firmou a CRP nº A92230073-9, na qualidade de mutuário, e incluiu os embargantes, WILSON AKIO ABE e MARIA APARECIDA DE SOUZA ABE como hipotecantes. Explicam que GILSO assinou por WILSON na condição de procurador e que a assinatura de MARIA APARECIDA DE SOUZA ABE no título é falsa. Afirmam que a procuração não autorizava GILSO LOURENÇO DE SOUZA hipotecar bens (fls. 02-10).
Foi concedido efeito suspensivo aos embargos (fls. 272), fato que ensejou a interposição do Agravo de Instrumento de fls. 331-344, cujo seguimento foi negado.
A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO VALE DO PIQUIRI - SICREDI VALOE DO PIQUIRI alegou como preliminar litispendência com a ação de indenização nº 548/09. Alega como prejudicial de mérito a decadência do art. 119 do CC. Alega que os embargantes não são partes na execução, por isso, não possuem legitimidade para embargar. Registra que a assinatura da embargante MARIA APARECIDA DE SOUZA foi reconhecida como verdadeira pelo tabelião. Sustenta que a procuração dos embargantes outorgam poderes para GILSO LOURENÇO DE SOUZA constituir hipoteca. Aduz que existe relação familiar entre os embargantes e GILSO LOURENÇO DE SOUZA e que eles trabalham juntos na agricultura. Alega que os autores se beneficiaram do empréstimo contraído por GILSO LOURENÇO DE SOUZA, pois o empréstimo teve como finalidade o custeio agrícola na propriedade rural dos embargantes (fls. 307-323).
Em réplica, os embargantes sustentam que não há litispendência, porque a ação nº 548/09 tem por objeto outro título. Negam a decadência, porque tiveram conhecimento do negócio após a execução (fls. 345-347).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. O feito comporta pronto julgamento, uma vez que a matéria nele aventada se resume a questões de direito, sendo que os pontos de fato já se encontram devidamente comprovados, seja pela documentação acostada pelas partes, ou ainda pelas teses já expostas.
LITISPENDÊNCIA
2. Inexiste litispendência porque na ação de indenização nº 548/09, já julgada procedente, se discutia o AVAL prestado pelo GILSO LOURENÇO DE SOUZA, em

nome dos embargantes na cédula rural nº A82230346-9, e nos embargos 53/11, se discute a HIPOTECA prestada pelo GILSO, em nome dos embargantes, mas na cédula rural nº A92230073-9.
LEGITIMIDADE
3. Os embargantes figuram no pólo passivo da execução, porque foram citados (fls. 95), e como corolário, possuem legitimidade para oferecer embargos.
DECADÊNCIA
4. O réu alegou que o prazo decadencial para o representado anular o negócio de fls. 68 é de 180 dias, a contar de sua conclusão (assinatura) em 02.09.08, nos termos do parágrafo único do art. 119 do CC (fls. 313).
Na verdade o título foi assinado em 20.02.09 (fls. 66) e o embargante WILSON AKIO ABE (representado) teve conhecimento do negócio de fls. 54/68 celebrado pelo GILSO LOURENÇO DE SOUZA (representante), em razão da execução nº 53/01, com citação em 14.12.10, já que não há notícia de que o embargante tenha sido notificado por outro meio acerca do negócio.
Portanto, os 180 dias para o representado anular o négócio é contado a partir de 14.12.10. Em 10.01.11, os embargantes ofereceram embargos, por isso, nao restou configurada a decadência.
MÉRITO
5. O embargante WILSON AKIO ABE alega a inexistência de poder específico para GILSO LOURENÇO DE SOUZA constituir hipoteca, em seu nome, no uso da procuração de fls. 51-52, mas pelos poderes constantes da procutação (fls. 52), GILSO detinha poderes para constituir garantia hipotecária sobre os imóveis dos embargantes.
O representante GILSO LOURENÇO DE SOUZA contraiu um empréstimo de R $ 24.393,60, representado pelo título executivo de fls. 54-68, e os embargantes WILSON AKIO ABE e MARIA APARECIDA DE SOUZA figuraram como hipotecantes, em razão da procuração outorgada (fls. 54-68).
Não há que se falar em conflito de interesses no negócio de fls. 54-68 concluído pelo representante GILSO, em nome dos embargantes, pois pelo que consta à fls. 324, a hipoteca constituída pelo GILSO, em nome dos embargantes, garante dívida que teve como finalidade o custeio agrícola na propriedade rural destes últimos.
Como os embargantes não provaram que o imóvel rural estava arrendado para o GILSO (fls. 346, último parágrafo), presume-se que os embargantes tiveram participação direta ou indireta na produção agrícola financiada pelo empréstimo de fls. 54-68.
Da assinatura de MARIA APARECIDA DE SOUZA ABE no título a fls. 68, não há indícios de falsidade de assinatura, mormente quando comparada com aquelas constantes das procurações de fls. 52 e 99. Há traços semelhantes. Além disso, o GILSO LOURENÇO DE SOUZA não teria interesse em falsificar a assinatura dela porque ele já detinha poderes (fls. 51-52) por ela outorgados para agir em nome dela. Não vinga a alegação de que MARIA estava no Japão e, por este motivo, não poderia ter assinado o título, porque o documento pode ter sido enviado por correio.
Sem irregularidades na garantia hipotecária prestada pelo GILSO, em nome dos embargantes, firmo a legitimidades destes para figurar no pólo passivo da execução. Entretanto, suas responsabilidades limitar-se-ão ao valor do bem dado em garantia.
Esclareço por fim que, na declaratória nº 548/2009, foi declarada a nulidade do AVAL, prestado pelo GILSO LOURENÇO DE SOUZA, em nome de WILSON AKIO ABE e sua esposa e MARIA APARECIDA DE SOUZA ABE, na CRP nº A82230346-9, e aditivo, por ausência de poderes específico na procuração, para AVALIZAR; porém, nestes embargos à execução, o GILSO LOURENÇO DE SOUZA detinha poder para hipotecar, por isso, foi mantinha a hipoteca dada pelos WILSON AKIO ABE e MARIA APARECIDA DE SOUZA ABE, na CRP nº A92230073-9.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido dos embargantes.
a) Condeno os embargantes no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios de R$ 3.000,00 (Três mil reis).
b) Junte-se cópia da sentença destes embargos, na execução nº 3074/2010.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
-Advs. JOSE APARECIDO BORGES DOS SANTOS e CARLOS ARAUZ FILHO-.
33. ACAO DEMARCATORIA-0000973-90.2011.8.16.0084-MAURICIO DE VECHI e outro x OSMAR DA SILVA e outros- Indefiro a citação por edital, deve o autor proceder à citação do co-réu OSMAR DIAS, no endereço de fls. 23 verso-Advs. ANTONIO DE JESUS FILHO e JOSE MARCELO DE JESUS-.
34. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0001059-61.2011.8.16.0084-MUNICIPIO DE MOREIRA SALES - PR x ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DITRIBUIÇÃO - ECAD-Autor: Município de Moreira Sales - PR
Réu: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD
Consignação em Pagamento nº. 1059/2011
I. RELATÓRIO
O Município de Moreira Sales propôs ação de consignação em pagamento, alegando que o réu ECAD se recusou a dar autorização e emitir as guias para recolhimento das taxas correspondente aos direitos autorais dos artistas que se apresentariam na Expo Sales 2011, nos dias 28 a 30/abril e 01/maio. O Município alega que tentou por várias formas solucionar o impasse, mas o ECAD condicionava o recebimento da taxa se houvesse também o pagamento das taxas da Expo Sales referente aos anos de 2005 a 2010, que já está sendo cobrada em juízo (ação nº 2126/2010) e que o autor ainda não havia sido citado para se manifestar. Esclarece que o critério para arrecadação, de acordo com o Regulamento de Arrecadação do ECAD (Parte II, item 3 'a'), é de 10% do valor total do evento, nos dias em que não houver cobrança de ingresso. Assim, consignou-se R$ 4.370,00.
Emenda à inicial para depósito de mais R$ 1.280,00 (fls. 78).
Liminar concedida (fls. 78 verso).
O réu apresentou contestação (fls. 85-91), afirmando não ser o depósito integral, posto que o critério utilizado seria aquele alegado pelo autor mais os critérios físicos, o que totalizaria R$ 10.019,39. Por consequência, ao depósito realizado pelo autor deve ser acrescido a diferença de R$ 4.369,39, cumulado com juros de mora e multa de 10% com base no Regulamento de Arrecadação. (documentos às fls. 92-134)
Réplica (fls. 137-142).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. O réu alegou, para não emissão das guias de recolhimento das taxas, requerida pelo Município (Expo Sales 2011), débito com o órgão e a ação ordinária nº 2126/10 (fls. 101), de taxas não recolhidas pelo Município, nos anos de 2005 a 2010.
A recusa para a não emissão das guias e o devido recolhimento da taxa não é legítima, porque os débitos anteriores já eram objeto de discussão judicial.
Não se trata de prestação continuada, o que daria amparou ao ECAD de recusar o pagamento de parcela devida sem que antes fosse recolhida as parcelas anteriores (CC, art. 322).
O próprio ECAD considera o Município como usuário eventual, "eis que, no desenvolvimento de suas atividades, eventualmente se utiliza obras musicais protegidas pelo autor, sob a modalidade de ESPETÁCULOS MUSICAIS AO VIVO...". (fls. 101)
Caberia ao réu emitir as guias e informar o valor a ser pago pelo Município, mas na recusa para o recebimento (recusa ilegítima), autor consignou o valor que entendia devido, cabendo, por conseguinte, a análise do valor consignado.
2. O autor pretende a consignação de R$ 5.650,00 (fls. 80) referente às taxas exigidas pelo ECAD quando da realização de shows na Expo Sales 2011.
O réu, em consonância com o disposto no art. 896, IV, CPC, alegou ser tal depósito insuficiente e apontou como devido o valor de R$ 10.019,39, (base de cálculo: parâmetros físicos e sonorização ambiental, página 09 do Regulamento do ECAD - fls. 38 dos autos - Parte II, item 3 'a').
O ECAD afirmou que R$ 8.599,32 refere-se à cobrança por parâmetros físicos, conforme planilha de cálculo juntado à fls. 92, e mais R$ 1.420,07 referente à sonorização ambiental (fls. 89).
O réu apesar de ter indicado o valor de R$ 10.019,39, não juntou planilha de cálculo, nem explicou o percurso aritimético para a obtenção do "quantum" referente ao últim o valor apontado (R$ 1.420,07).
Além do mais, pelo que se infere do item 3, 'a', parte II do Regulamento do ECAD, se tratar de evento musical realizado em ambiente aberto e sem qualquer tipo de receita (como por exemplo a cobrança de ingresso), o ECAD utilizará, em ordem de preferência, o critério do custo ou orçamento total, com base em 15%, composto pelos custos com artistas e músicos, equipamentos de som, montagem de palco e serviços técnicos de qualquer natureza. Apenas em não havendo apresentação do orçamento total pelo usuário é que se dará o uso do critério físico (fls. 38).
Em análise às fls. 52/53, o valor do evento é de R$ 43.700,00, mais R$ 12.800,00 (despesas com hospedagem R$ 12.000,00 e carregadores de R$ 800,00, fls. 52), assim o total é de R$ 56.500,00.
O valor de arrecadação é de 15%, assim, deve ser recolhido para o ECAD, R$ 8.475,00.
O Município consignou R$ 4.370,00, fls. 74, mais R$ 1.280,00, fls. 78, em um total de R$ 5.650,00.
Conclusão, houve recusa injusta do Ecad, mas o valor consignado está incorreto. Registro, porém, que no despacho de fls. 76, houve equívoco desta magistrada, ao determinar a complementação do depósito em apenas R$ 1.280,00 (item 02 de fls. 76), porque era R$ 1.920,00 (15% sobre os R$ 12.800,00), e ainda havia a diferença de 5% (de 10% para 15%), sobre os R$ 43.700,00. Por isso, o autor falta ainda consignar mais R$ 2.825,00.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para determinar que o autor deposite a diferença de R$ 2.825,00, com juros de 1% ao mês, e correção monetária (INPC), desde a citação, em 06.05.2011, a fim de quitar a taxa correspondente aos direitos autorais dos artistas da Expo Sales 2011, dos dias 28 a 30 de abril de 2011 e 01 de maio de 2011.
a) Condeno o réu no pagamento de 70% das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios de R$ 800,00 (oitocentos reais), considerando o valor da consignação, o labor exigido para a causa, a simplicidade da demanda, o julgamento antecipado e o tempo despendido - art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.
b) Por outro lado, condeno o autor, no pagamento de 30% das custas e despesas processuais, além de R$ 300,00 (trezentos reais), de honorários advocatícios. Observe-se o art. 21 do CPC.
c) Expeça-se alvará judicial, independentemente do trânsito em julgado, para a transferência do total depositado, R$ 5.650,00 (mais juros e correção monetária), da conta judicial nº 600.129.265.911, de fls. 80, em favor do Ecad, CNPJ nº 00.474.973/0001-62, em agência e conta bancária, de titularidade do Ecad, a ser informada, pelo advogado.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Autor: Município de Moreira Sales - PR
Réu: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD
Consignação em Pagamento nº. 1059/2011
I. RELATÓRIO
O Município de Moreira Sales propôs ação de consignação em pagamento, alegando que o réu ECAD se recusou a dar autorização e emitir as guias para recolhimento das taxas correspondente aos direitos autorais dos artistas que se apresentariam na Expo Sales 2011, nos dias 28 a 30/abril e 01/maio. O Município alega que tentou por várias formas solucionar o impasse, mas o ECAD condicionava o recebimento da taxa se houvesse também o pagamento das taxas da Expo Sales referente aos anos de 2005 a 2010, que já está sendo cobrada em juízo (ação nº 2126/2010) e que o autor ainda não havia sido citado para se manifestar. Esclarece que o critério para arrecadação, de acordo com o Regulamento de Arrecadação do ECAD (Parte II, item

3 'a'), é de 10% do valor total do evento, nos dias em que não houver cobrança de ingresso. Assim, consignou-se R$ 4.370,00.
Emenda à inicial para depósito de mais R$ 1.280,00 (fls. 78).
Liminar concedida (fls. 78 verso).
O réu apresentou contestação (fls. 85-91), afirmando não ser o depósito integral, posto que o critério utilizado seria aquele alegado pelo autor mais os critérios físicos, o que totalizaria R$ 10.019,39. Por consequência, ao depósito realizado pelo autor deve ser acrescido a diferença de R$ 4.369,39, cumulado com juros de mora e multa de 10% com base no Regulamento de Arrecadação. (documentos às fls. 92-134)
Réplica (fls. 137-142).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
1. O réu alegou, para não emissão das guias de recolhimento das taxas, requerida pelo Município (Expo Sales 2011), débito com o órgão e a ação ordinária nº 2126/10 (fls. 101), de taxas não recolhidas pelo Município, nos anos de 2005 a 2010.
A recusa para a não emissão das guias e o devido recolhimento da taxa não é legítima, porque os débitos anteriores já eram objeto de discussão judicial.
Não se trata de prestação continuada, o que daria amparou ao ECAD de recusar o pagamento de parcela devida sem que antes fosse recolhida as parcelas anteriores (CC, art. 322).
O próprio ECAD considera o Município como usuário eventual, "eis que, no desenvolvimento de suas atividades, eventualmente se utiliza obras musicais protegidas pelo autor, sob a modalidade de ESPETÁCULOS MUSICAIS AO VIVO...". (fls. 101)
Caberia ao réu emitir as guias e informar o valor a ser pago pelo Município, mas na recusa para o recebimento (recusa ilegítima), autor consignou o valor que entendia devido, cabendo, por conseguinte, a análise do valor consignado.
2. O autor pretende a consignação de R$ 5.650,00 (fls. 80) referente às taxas exigidas pelo ECAD quando da realização de shows na Expo Sales 2011.
O réu, em consonância com o disposto no art. 896, IV, CPC, alegou ser tal depósito insuficiente e apontou como devido o valor de R$ 10.019,39, (base de cálculo: parâmetros físicos e sonorização ambiental, página 09 do Regulamento do ECAD - fls. 38 dos autos - Parte II, item 3 'a').
O ECAD afirmou que R$ 8.599,32 refere-se à cobrança por parâmetros físicos, conforme planilha de cálculo juntado à fls. 92, e mais R$ 1.420,07 referente à sonorização ambiental (fls. 89).
O réu apesar de ter indicado o valor de R$ 10.019,39, não juntou planilha de cálculo, nem explicou o percurso aritimético para a obtenção do "quantum" referente ao últim o valor apontado (R$ 1.420,07).
Além do mais, pelo que se infere do item 3, 'a', parte II do Regulamento do ECAD, se tratar de evento musical realizado em ambiente aberto e sem qualquer tipo de receita (como por exemplo a cobrança de ingresso), o ECAD utilizará, em ordem de preferência, o critério do custo ou orçamento total, com base em 15%, composto pelos custos com artistas e músicos, equipamentos de som, montagem de palco e serviços técnicos de qualquer natureza. Apenas em não havendo apresentação do orçamento total pelo usuário é que se dará o uso do critério físico (fls. 38).
Em análise às fls. 52/53, o valor do evento é de R$ 43.700,00, mais R$ 12.800,00 (despesas com hospedagem R$ 12.000,00 e carregadores de R$ 800,00, fls. 52), assim o total é de R$ 56.500,00.
O valor de arrecadação é de 15%, assim, deve ser recolhido para o ECAD, R$ 8.475,00.
O Município consignou R$ 4.370,00, fls. 74, mais R$ 1.280,00, fls. 78, em um total de R$ 5.650,00.
Conclusão, houve recusa injusta do Ecad, mas o valor consignado está incorreto. Registro, porém, que no despacho de fls. 76, houve equívoco desta magistrada, ao determinar a complementação do depósito em apenas R$ 1.280,00 (item 02 de fls. 76), porque era R$ 1.920,00 (15% sobre os R$ 12.800,00), e ainda havia a diferença de 5% (de 10% para 15%), sobre os R$ 43.700,00. Por isso, o autor falta ainda consignar mais R$ 2.825,00.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para determinar que o autor deposite a diferença de R$ 2.825,00, com juros de 1% ao mês, e correção monetária (INPC), desde a citação, em 06.05.2011, a fim de quitar a taxa correspondente aos direitos autorais dos artistas da Expo Sales 2011, dos dias 28 a 30 de abril de 2011 e 01 de maio de 2011.
a) Condeno o réu no pagamento de 70% das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios de R$ 800,00 (oitocentos reais), considerando o valor da consignação, o labor exigido para a causa, a simplicidade da demanda, o julgamento antecipado e o tempo despendido - art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.
b) Por outro lado, condeno o autor, no pagamento de 30% das custas e despesas processuais, além de R$ 300,00 (trezentos reais), de honorários advocatícios. Observe-se o art. 21 do CPC.
c) Expeça-se alvará judicial, independentemente do trânsito em julgado, para a transferência do total depositado, R$ 5.650,00 (mais juros e correção monetária), da conta judicial nº 600.129.265.911, de fls. 80, em favor do Ecad, CNPJ nº 00.474.973/0001-62, em agência e conta bancária, de titularidade do Ecad, a ser informada, pelo advogado.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
-Advs. EDSON VIOTTO e LUDOVICO ALBINO SAVARIS-.
35. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0001762-89.2011.8.16.0084-MERCOSUL REFRATARIOS LTDA x USINA DE AÇUCAR E ALCOOL GOIOERE LTDA-1. Homologo, por sentença, a transação realizada pelas partes, conforme inserto às fls. 62/66 dos autos, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, com fundamento no artigo 269, Inc. III, do Código de Processo Civil.
2. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
3. Custas e honorários advocatícios, na forma acordada.
4. Apenas após o cumprimento do acordo, arquive-se com as cautelas legais. -Advs. IAGUI ANTONIO BERNARDES BASTOS, FLAVIA LOPES BASTOS e LUCIANE GUEDES DE CARVALHO-.
36. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0002154-29.2011.8.16.0084-SILVIO HEMERSON GUERRA x ELIAS OLEGARIO DE ARAUJO-
Ao autor para se manifestar sobre a avaliação.-Adv. SILVIO HEMERSON GUERRA-.
37. REVISIONAL-0002281-64.2011.8.16.0084-LUCIANE PATRICIA PARANDIUC x CIA ITAU LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A- 1. Fls. 24: Concedo novo prazo de 10 dias, para que a autora emende a inicial determinado no depacho de fls. 21.-Adv. CRISTIANE BERGAMIN MORRO-OAB 25.454-.
38. BUSCA E APREENSAO (FID)-0002651-43.2011.8.16.0084-AYMORÉ CREDITO, FINANCIAM. E INVESTIM. x SONIA MARIA DE FARIAS-Conforme Portaria 15/2009, Intime-se a parte autora para efetuar o preparo das custas Civeis iniciais no valor de R$827,20, bem como recolher a GRC do oficial de justiça, em 30 dias (www.tjpr.jus.pr = Recolhimento Judicial), ou comprove que ja o fez, sob pena de extinção do presente feito, nos termos do item 5.2.3 do codigo de Normas da Egregia Corregedoria Geral da Justiça. -Adv. SIMONE CHIODEROLLI NEGRELLI-.
39. BUSCA E APREENSAO (FID)-0002656-65.2011.8.16.0084-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x REINALDO CABRAL VIEIRA-Conforme Portaria 15/2009, Intime-se a parte autora para efetuar o preparo das custas Civeis iniciais no valor de R$545,20, bem como recolher a GRC do oficial de justiça, em 30 dias (www.tjpr.jus.pr = Recolhimento Judicial), ou comprove que ja o fez, sob pena de extinção do presente feito, nos termos do item 5.2.3 do codigo de Normas da Egregia Corregedoria Geral da Justiça. -Advs. MARCELO TESHEINER CAVASSANI e ALESSANDRO MOREIRA SACRAMENTO-.

Goioerê, 21 de setembro de 2011
Jean Carlo Fava
Escrivão Designado

---

**COMARCA DE GOIOERE ESTADO DO PARANA**

**RELAÇAO Nº. 142/2011**
**JUÍZA DE DIREITO FABIANA MATIE SATO**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABDIAS ABRANTES NETO 0003 000521/1995
0008 000393/2002
0013 000284/2006
0014 000305/2006
ADEMIR ANTONIO DE LIMA 0002 000339/1995
0007 000308/2002
0017 000498/2007
0019 000107/2008
0036 000033/1998
ADJAIME MARCELO ALVES DE 0002 000339/1995
ALEXANDRE DE ALMEIDA 0027 003626/2010
AMILTON DOMINGUES DE MORA 0005 000144/1998
ANASTACIO BORGES DOS SANT 0005 000144/1998
ANDERSON DOUGLAS G.FALLEI 0004 000527/1997
0016 000087/2007
ANTONIO HENRIQUE MARSARO 0009 000028/2005
ANTONIO SOARES DE RESENDE 0003 000521/1995
0007 000308/2002
0025 000635/2009
0026 001025/2010
APARECIDO ALBINO DECHICHE 0036 000033/1998
BRAULIO BELINATI GARCIA 0003 000521/1995
0007 000308/2002
0025 000635/2009
0026 001025/2010
CARLOS ARAUZ FILHO 0021 000683/2008
0040 002634/2011
CELIO DAL CORSO VIOLADA 0024 000453/2009
CLAUDIO CAMARGO DE ARRUDA 0005 000144/1998
0038 000277/2010
CLAUDIO FORTUNATO DOS REI 0022 000135/2009
CLEBER HILGERT 0022 000135/2009
DANILO MOURA SCRIPTORE OA 0004 000527/1997
DEBORA MORALINA DE SOUZA 0037 000268/2010
EDNA YOSHIE MIAMOTO 0006 000413/1999
EDSON SCARDUA 0001 000117/1986
ENEZIO FERREIRA LIMA 0023 000336/2009
0033 001485/2011
EVILASIO DE CARVALHO JR.- 0021 000683/2008
EWERTON SOLER CONSALTER-O 0039 002622/2011
FERNANDO ALBERTO SANTIN P 0027 003626/2010
FERNANDO MARTINS GONCALVE 0010 000082/2005
FRANCISCO CANDIDO DE ALME 0006 000413/1999
GIOVANA CHRISTIE FAVORETT 0025 000635/2009
GUSTAVO KLIEMANN SCARPARI 0011 000095/2006
HELIO DIAS FRANCA OAB/PR 0001 000117/1986

IGNIS CARDOSO DOS SANTOS- 0009 000028/2005
ILMO TRISTAO BARBOSA 0024 000453/2009
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0019 000107/2008
0026 001025/2010
JAIR FELIPES 0011 000095/2006
JOAO AUGUSTO DE ALMEIDA 0015 000362/2006
JOAO CARLOS GOMES 0023 000336/2009
JOAO LUIZ SPANCERSKI 0028 003699/2010
JOAO MARCELO PINTO 0032 001327/2011
JOSE CARLOS SKRYSZOWSKI J 0029 000574/2011
JULIANO LUIS ZANELATO 0015 000362/2006
JULIO CERSAR GOULART LANE 0022 000135/2009
JURANDIR FELIPES 0011 000095/2006
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0020 000279/2008
KELLY DEFANI SCOARIZE 0003 000521/1995
KENJI D. P. HATAMOTO 0027 003626/2010
LAIRDE ANDRIAN DE MELO LI 0037 000268/2010
LAIS FERREIRA CABAU 0034 002624/2011
LENON FABIANO MIRANDA 0005 000144/1998
LUCIANE GUEDES DE CARVALH 0016 000087/2007
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0035 002625/2011
LUIZ SGANZELLA LOPES 0018 000701/2007
MARCELO BALLI CURY 0037 000268/2010
MARCIA L. GUND 0026 001025/2010
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0003 000521/1995
0007 000308/2002
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0025 000635/2009
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0026 001025/2010
MARCOS AURÉLIO CERDEIRA 0001 000117/1986
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0031 001046/2011
MAUDE APARECIDA GONCALVES 0024 000453/2009
MELISSA ISABEL FACHINETTO 0009 000028/2005
ODECIO LUIZ PERALTA 0030 000729/2011
PEDRO FALEIROS CANHAN 0024 000453/2009
PERICLES ARAUJO GRACINDO 0008 000393/2002
RIVELINO SKURA 0005 000144/1998
ROSANGELA PERES FRANÇA 0034 002624/2011
ROZI MARI APOLONI 0019 000107/2008
0026 001025/2010
SILVIO HEMERSON GUERRA 0012 000235/2006
WILSON RICARDO MOROSINI D 0005 000144/1998

1. USUCAPIAO-117/1986-SEBASTIAO FERREIRA NEVES = ESPOLIO e outros x CECILIO FERMINO FRAGA E S/ESPOSA e outro- 1. Na habilitação 685/09 há a informação do falecimento de JULIO FERREIRA NEVES, Intimem-se os autores para que procedam à habilitação dos herdeiros do falecido, nestes autos.
2. Concedo novo prazo de 30 dias para os herdeiros já citados de Sebastião Ferreira Neves, para habilitarem a herdeira faltante, MARIA FERREIRA NEVES.
3. Esta ação de usucapião foi ajuizada em 1986, há mais de 25 anos. Em leitura ao processo e a fim de compreender a razão para o processo se arrastar por mais de 20 anos, era esperada a demora injustificável (ou não) de alguns atos processuais e certa complexidade da demanda. O grande problema de processos velhos é que muitas vezes, em razão do encavalamento de atos ou da demora para a efetivação deles, alguns deles, essencialmente e ordinários, em razão do tumulto, são deixados de ser observados.
Da análise das transcrições de fls. 11/12, memorial descritivo de fls. 13, de 1985, e mapa de fls. 16, deflui-se que o lote 64/11 que se pretende usucapir é uma parte do lote 64, mas há duas transcrições do lote 64.
Da forma como consta no memorial descritivo de fls. 13 não será possível o registro. Por se tratar de imóvel rural, de 6 hectares, haverá a necessidade de o imóvel ser georreferenciado.
Pelo que se constata da petição inicial, os confrontantes são CELIO RABELLO (e sua mulher), ROBERTO FERREIRA NEVES, JOSE FRANCISCO LOPE (e sua mulher) e o Rio Piquiri. Considerando a necessidade de concessão de prestação jurisdicional exata e certa para não gerar conflitos futuros com os vizinhos e problemas com o registro da sentença no Cartório de Registro de Imóveis, é imperiosa a verificação "in loco" do terreno, para mediação.
Além do mais, o imóvel faz divisa com o RIO PIQUIRI (bem público), por isso, merece maior atenção e cuidado.
4. Faz-se necessária prova pericial para 1) delimitação exata da área e 2) apuração dos confrontantes para conferência (citação).
5. O georreferenciamento é obrigatório, conforme Lei 6.015/73, art. 225, § 3º, para fins de registro imobiliário, por isso, nomeio o nomeio o engenheiro LUCIANO MATIAS RIBEIRO GUIMARÃES, Rua Valentim Bokowski, 98 , Guabirotuba, Curitiba - PR CEP: 81510-480, Fone: (41) 9838.2470, e-mail: lucianomrguimaraes@gmail.com.
6. Apresentem as partes os quesitos e assistentes técnico em 05 dias (CPC, art. 421, §1º).
7. Solicito que os advogados, além de apresentarem os quesitos no cartório, ainda remetam cópia dos quesitos no e-mail lucianomrguimaraes@gmail.com. Solicito que seja indicado o número do processo e nome da ação.
8. Considerando o georreferenciamento, a confirmação de medições e o geomensuramento com divisas e confrontantes, fixo, provisoriamente, os honorários periciais em R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
9. Concedo o prazo de 10 dias para que a parte autora deposite os honorários periciais, em conta judicial.
10. Não depositados, deve o cartório proceder à nova intimação, com prazo de 10 dias.
11. Advirta o perito que as partes deverão ter ciência da data e local indicados pelo perito para ter início a produção da prova, nos termos do CPC, art. 431-A.
12. Com o depósito, remetam-se os autos ao perito para dar início aos trabalhos, com a apresentação do laudo em 40 dias.
13. Devolvido o laudo, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo sucessivo de 10 dias, a iniciar pelos autores.
Esta juíza já intimou, por e-mail, o perito LUCIANO MATIAS RIBEIRO GUIMARÃES, acerca deste despacho.
Intimem-se as partes integralmente deste despacho; e após, conforme a execução dos atos, no momento adequado.
-Advs. MARCOS AURÉLIO CERDEIRA, HELIO DIAS FRANCA OAB/PR 5.288 e EDSON SCARDUA-.
2. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-339/1995-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A x OLAVO LUIZ DA SILVA e outros- 1. Fls. 141: Pedido prejudicado porque os veículo de fls. 138/139 já estão penhorados as fls. 76/77, sendo que o veículo penhorado as fls. 76, VW/Gol 1000i, placa AFC-7149, cor prata, de propriedade do executado João Joaquim das Neves, se envolveu em sinistro em data de 28/07/2009, com perda total do veículo, falecimento do motorista e desbloqueio as fls. 129.
2. Intime-se o executado João Joaquim das Neves, por seu advogado para que informe se recebeu alguma indenização ou seguro pela perda total do veículo.
3. Ao cartório para cumprir a penhora pelo Bacenjud, de fls. 136.-Advs. ADEMIR ANTONIO DE LIMA e ADJAIME MARCELO ALVES DE CARVALHO-.
3. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-521/1995-BANCO ITAU S/A. x APARECIDA TURIBIO BATISTA e outros- JOÃO BATISTA apresentou exceção de pré-executividade alegando impenhorabilidade dos valores bloqueados na conta corrente nº. 01-020306-2, agência 0165 do banco Santander, que correspondem a verbas de natureza salarial, sendo impenhorável. Aduz nulidade, visto que não foi citado da referida execução. Requer o desbloqueio da conta corrente (fls. 174/177).
O banco afirma que o devedor não comprovou que se trata de conta salário, devendo assim não ser acolhido o pedido do executado. Requer o levantamento do valor bloqueado (fls. 181/182).
DECIDO
1. Dos três executados, apenas o co-executado JOÃO BATISTA não foi citado.
Considerando o fato de que o executado não foi citado até a presente data, faz-se necessária a análise da prescrição.
Segundo o CC/02, art. 206, §5º, prescreve em 05 anos, a cobrança de dívidas líquidas constantes em instrumento particular. Na regra ordinária do CC/16, o prazo era de 20 anos.
Quando entrou em vigor o CC/02, não havia decorrido mais de 10 anos (vide CC. art. 2028), de maneira que o prazo a ser observado era de 05 anos, do CC/02, art. 206, §5º.
A partir de 13.01.2003 (vigência do CC/02), foi iniciado o prazo de 05 anos, encerrando em 14.01.08.
Considerando que até a presente data o executado não foi citado, resta prescrita a dívida.
1.1. Ante o exposto, DECLARO prescrita a dívida do contrato de empréstimo de fls. 05, APENAS com relação ao avalista JOÃO BATISTA, com fundamento no CC/02, art. 206, §5º (CPC, art. 269, I), mas mantenho a execução com relação aos demais co-executados APARECIDA TURÍBIO BATISTA e MAURILO RORATO.
2. Retifique-se a autuação para exclusão do co-executado JOÃO BATISTA do pólo passivo. Comunique-se ao distribuidor.
3. Aguarde-se a preclusão.
3.1. Após, expeça-se ALVARÁ judicial, em favor do co-executado JOÃO BATISTA, em nome do seu advogado Dr. LOURIVALDO DA SILVA JUNIOR, com prazo de 30 dias para levantamento de R$ 14.081,70, mais juros e correção monetária, depositados na conta judicial n. 2.500.124.138.352 (fls. 173).
4. A execução prosseguirá com relação aos demais executados APARECIDA TURÍBIO BATISTA e MAURILO RORATO.
5. Pelo acórdão da apelação (contra a sentença dos embargos à execução º 381/1997, foi dado parcial provimento ao recurso para declarar impenhorável a residência penhorada a fls. 124. Por outro lado, existe dificuldade para que compreender o auto de penhora de fls. 124 porque ele se refere a duas matrículas nº 15.200 e 15.201, sendo que não ficou esclarecido se a residência está sobre a matrícula 15.200 ou 15.201.
5.1. Intime-se o exequente para juntar a matrícula atualizada do imóvel sobre o qual recai a penhora de 50%, o 15.200 ou o 15.201.
6. Após, intime-se o exequente para que recolha a GRC (fls. 158) a fim de intimar o executado MAURILIO RORATO da penhora de fls. 124 (vide endereço do executado a fls. 150), conforme determinado a fls. 138.
7. Intime-se o exeqüente para, querendo, registrar a penhora, nos termos do art. 659, §4º do CPC: A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao exeqüente, sem prejuízo da imediata intimação do executado (art. 652, § 4o), providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, a respectiva averbação no ofício imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.
-Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, ANTONIO SOARES DE RESENDE JUNIOR, KELLY DEFANI SCOARIZE e ABDIAS ABRANTES NETO-.
4. REPARACAO DE DANOS MORAIS-527/1997-ALBERTO SCRIPTORI e outros x SUPERMERCADOS DAIMARU LTDA.- 1. Fls. 646-647: Indefiro a expedição de mandado de penhora de bens pertencentes à instalação do supermercado, por ser público que o SUPERMERCADO DAIMARU não mais funciona em Goioerê.
2. Contudo, intime-se o exequente para comprovar que a empresa continua com registro ativo na junta comercial, em que pese o encerramento das atividades

da empresa, isso porque, o desaparecimento de empresa sem as necessárias baixas e regular liquidação, é presumivelmente considerada como irregularmente extinta. Além disso, o exequente deve comprovar que a encerramento das atividades da empresa ocorreu antes de março de 2001, considerando que o sócio DAIJI TANAKA se retirou das quadros da empresa em 01.03.01, conforme décima terceira alteração de contrato social de fls. 503-504.-Advs. DANILO MOURA SCRIPTORE OABPR-14724B e ANDERSON DOUGLAS G.FALLEIROS-.

5. ACAO CIVIL PUBLICA-144/1998-MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ x MOACIR JOSE ADAO e outros- 3. Após, intimem-se o (s) apelado(s) para contrarrazões, no prazo comum de 30 dias, nos termos do art. 508 do CPC. -Advs. AMILTON DOMINGUES DE MORAIS-8.949, WILSON RICARDO MOROSINI DOS SANTOS, CLAUDIO CAMARGO DE ARRUDA, LENON FABIANO MIRANDA, RIVELINO SKURA e ANASTACIO BORGES DOS SANTOS JUNIOR-.

6. INDENIZACAO (RITO SUMARIO)-413/1999-LUCIMAR BASSO DA SILVA e outros x GEORGE EDUARDO KAROLESKI e outro- 1. Fls. 501/503 e 505/506: Manifestem-se os exequente em 03 dias, acerca dos incidentes de impenhorabilidade. -Advs. FRANCISCO CANDIDO DE ALMEIDA e EDNA YOSHIE MIAMOTO-.

7. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-308/2002-BANCO ITAU S/A. x ARAUJO & BANI LTDA. e outro-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (Recolher o porte postal), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, ADEMIR ANTONIO DE LIMA e ANTONIO SOARES DE RESENDE JUNIOR-.

8. PROT.CONTRA ALIENACAO DE BENS-393/2002-LYBOR LANDGRAF-ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIA e outro x DESTILARIA DE ALCOOL GOIOERE LTDA.- 1. Prejudicada a expedição de ofício ao CRI para baixa deste protesto nas matrículas de fls. 54-88, por falta de pagamento das custas (despacho de fls. 104, item 2).

1.1. Somente com a juntada do recibo de pagamento, cumpra-se o despacho de fls. 104, item 3.

2. Intime-se o réu, para se manifestar, com prazo de 15 dias. -Advs. ABDIAS ABRANTES NETO e PERICLES ARAUJO GRACINDO DE OLIVEIRA.-.

9. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-28/2005-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR x ALEXANDRE PRANDINE MOLEIRO e outro- Ao autor sobre o resultado do renajud.

-Advs. IGNIS CARDOSO DOS SANTOS-OAB-12.415, MELISSA ISABEL FACHINETTO>OAB-36201 e ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR-.

10. CAUTELAR INOMINADA-82/2005-COODETEC-COOPERATIVA CENTRAL DE PESQUISA AGRICOLA x AGROSUL - COMERCIO E ARMAZENAGEM EM GERAL LTDA.- 1. Fls. 575: Anote-se o nome do novo procurador do réu/executado, Dr. FERNANDO MARTINS GONÇALVES, OAB/PR nº. 46.325.

2. Cumpra-se o item 5.8.1 do CN, alterado pelo Provimento nº. 144: Comunique-se o distribuidor para anotação na ficha do processo e noticie-se a ocorrência ou não de inversão nos pólos da relação processual.

3. Resumo: penhora a fls. 563; avaliação a fls. 564: e conta geral a fls. 572.

4. Designo a PRIMEIRA VENDA JUDICIAL, para o dia 05 de dezembro de 2011, às 13:00 horas, dos bens constritados, no átrio do Fórum local, ocasião que terá ela lugar por preço superior ao quantum encontrado no laudo avaliatório, devidamente atualizado.

5. Designo a SEGUNDA DATA, no mesmo local, para o dia 15 de dezembro de 2011, às 13:00 horas.

6. O edital deverá ser afixado no local do costume e publicado, em resumo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, pelo menos uma vez em jornal de ampla circulação local (CPC, art. 687 "caput").

7. Nos termo do art. 687, § 1o do CPC, a publicação do edital será feita no órgão oficial, quando o credor for beneficiário da justiça gratuita.

8. Nos termos do CPC, art. 686, § 3o, , quando o valor dos bens penhorados não exceder 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo vigente na data da avaliação, será dispensada a publicação de editais; nesse caso, o preço da arrematação não será inferior ao da avaliação.

9. Observe-se o CPC, art. 686 para a expedição do edital, que deverá conter: I - a descrição do bem penhorado, com suas características e, tratando-se de imóvel, a situação e divisas, com remissão à matrícula e aos registros; II - o valor do bem; III - o lugar onde estiverem os móveis, veículos e semoventes; e, sendo direito e ação, os autos do processo, em que foram penhorados; IV - o dia e a hora de realização da praça, se bem imóvel, ou o local, dia e hora de realização do leilão, se bem móvel; V - menção da existência de ônus, recurso ou causa pendente sobre os bens a serem arrematados; VI - a comunicação de que, se o bem não alcançar lanço superior à importância da avaliação, seguir-se-á, em dia e hora que forem desde logo designados entre os dez e os vinte dias seguintes, a sua alienação pelo maior lanço (art. 692).

10. Conste do edital que se opostos embargos, a arrematação não será desfeita (art. 694 do Código de Processo Civil), mas poderá o arrematante desistir da aquisição com a restituição da quantia paga (art. 694, § 1º, IV, c/c art. 746, § 2º, do Código de Proc. Civil);

11. Conste ainda, que o arrematante deverá depositar o preço no ato da arrematação. Faculto-lhe, porém, depósito de caução de 30% no ato da arrematação, sendo que os 70% restantes deverão ser depositados em 15 dias (art. 690 do Código de Processo Civil);

12. Designo para o ato, o leiloeiro FERNANDO SERRANO. Fixo comissão de 5% sobre o valor da venda dos bens (a ser paga pelo arrematante), a quem atributo as incumbências dispostas no art. 705 do Código de Processo Civil:

13. Esclareço que no primeiro leilão não se admitirá arrematação por preço não inferior à avaliação, enquanto no segundo, permito a venda em 2ª praça por valor inferior à avaliação (CPC, art. 686, VI), obstado o preço vil, que para a hipótese dos autos arbitro em 60% do valor da avaliação, atualizado.

14. Caso esta data coincida com dia no qual inexista expediente forense, ocorrerá a prorrogação automática, para o dia útil imediatamente após, no mesmo horário

15. Na hipótese de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação e será devida, em qualquer caso, pelo executado, desde que o leiloeiro prove ter iniciado as atividades preliminares para a alienação do bem, como a divulgação/publicação da coisa.

16. Positiva a arrematação, o Leiloeiro deverá lavrar o auto respectivo, na forma do art. 693 do Código de Processo Civil: A arrematação constará de auto que será lavrado de imediato, nele mencionadas as condições pelas quais foi alienado o bem. Parágrafo único. A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel será expedida depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante.

17. Intime-se: a)- o executado, por meio de seu advogado, sendo que apenas na falta de constituição de procurador, a intimação do executado deverá ser pessoal, nos termos do art. 687, §5º do CPC (mandado, AR, edital ou outro meio idôneo, por exemplo, por telefone, com indicação de dia, hora, local).

18. Intime-se o cartório ainda. b)- o credor. c)- o advogado. d)- os eventuais credores hipotecários ou pignoratícios, ou ainda, os terceiros que porventura tenham penhorado, anteriormente, o mesmo bem.

19. Nos termos do CPC, art. 619, a alienação de bem aforado ou gravado por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto será ineficaz em relação ao senhorio direto, ou ao credor pignoratício, hipotecário, anticrético, ou usufrutuário, que não houver sido intimado. Por isso, oriento que o credor indique tais credores pignoratício, hipotecário, anticrético, ou usufrutuário, caso o cartório, inadvertidamente, não proceda à intimação.

20. Nos termos do Código de Normas, item 5.8.14.4., o cartório deve ainda intimar as Fazendas Públicas do Estado e do Município, à Receita Federal e, quando a parte executada for pessoa física, ao INSS, devendo constar do ofício que o imóvel será levado à praça, com indicação precisa do número dos autos, nome das partes e valor do débito; e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

5.8.14.4 - A realização da praça será comunicada mediante correspondência com aviso de recebimento ou por meio digital:

I - Às Fazendas Públicas do Estado e do Município, à Receita Federal e, quando a parte executada for pessoa física, ao INSS, devendo constar do ofício que o imóvel será levado à praça, com indicação precisa do número dos autos, nome das partes e valor do débito;

II - Ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

21. Nos termos do CPC, art. 651, antes de adjudicados ou alienados os bens, pode o executado, a todo tempo, remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios (eventualmente a comissão do leiloeiro).

Intimem-se as partes integralmente deste despacho.

-Adv. FERNANDO MARTINS GONCALVES-.

11. EMBARGOS A EXECUCAO-95/2006-FRANCISCO SCARPARI NETO x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A - EM LIQUIDACAO- 1. A execução dos honorários de fls. 91 está suspensa, por força do despacho de fls. 117.

2. O exequente deverá informar oportunamente o encerramento da liquidação extrajudicial.

3. Ao arquivo provisório.

-Advs. GUSTAVO KLIEMANN SCARPARI OAB 38545, JAIR FELIPES e JURANDIR FELIPES-.

12. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-235/2006-ELIANA REGINA GERALDO x MARLI JOSE SILVA DE SIQUEIRA-

Ao autor para juntar planilha do débito atualizado.-Adv. SILVIO HEMERSON GUERRA-.

13. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-284/2006-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x NERCIRO FERNANDES COSTA- 2. Intime-se o executado acerca da avaliação de fls. 100/101.-Adv. ABDIAS ABRANTES NETO-.

14. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-305/2006-COAGEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x CLAUDOMIRO MOURA DA SILVA- Ao autor para juntar planilha do débito atualizado.-Adv. ABDIAS ABRANTES NETO-.

15. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-362/2006-IRANI SZEREMETA x JEAN FRANCO GASPAROTTO e outro- 5. Das duas avaliações e da conta geral, intime-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 10 dias.

-Advs. JULIANO LUIS ZANELATO e JOAO AUGUSTO DE ALMEIDA-.

16. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-87/2007-ANDERSON DOUGLAS GALI FALLEIROS x BONIFACIO CIONEK FILHO e outro- 1. Intime-se o exequente para apresentar planilha atualizada de débito, segundo sentença dos embargos à execução n° 325/2007, de fls. 49/52.

Ao autor sobre o resultado do renajud.

-Advs. ANDERSON DOUGLAS G.FALLEIROS e LUCIANE GUEDES DE CARVALHO-.

17. PRESTACAO DE CONTAS-498/2007-VIVIANE ROSSETO KFFURI x BANCO DO BRASIL S/A.- 3. Intime-se o banco para que junte planilha atualizada de débito, bem como indique bens passíveis de penhora, no prazo de 15 dias. -Adv. ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.

18. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-701/2007-CREDIVAL PARTICIPAÇÕES, ADM. E ASSESSORIA LTDA. x ALBERTO YUTARO OKAMOTO e outros- 1. Fls. 169/172: Manifeste-se o exequente em 03 dias, acerca dos incidentes de impenhorabilidade. -Adv. LUIZ SGANZELLA LOPES-.

19. PRESTACAO DE CONTAS-107/2008-MOACYR CANAPINI x BANCO DO BRASIL S/A.- 1. Fls. 322/328: RECEBO a apelação, em seu efeito devolutivo e suspensivo, nos termos do CPC, art. 520 .

2. Ao(s) apelado(s) para contrarrazões, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 508 do CPC.
3. Oportunamente, subam os autos ao TJ. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, ROZI MARI APOLONI e ADEMIR ANTONIO DE LIMA-.
20. BUSCA E APREENSAO (FID)-279/2008-BANCO FINASA BMC S/A x JUNIO DA SILVA CAIRES-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (ofícios respondidos), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.
21. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-683/2008-COOP. CRED. LIVRE ADMISSAO V. DO PIQUIRI - SICREDI x LAERCIO APARECIDO GONÇALVES MARQUES e outros-
Ao autor para se manifestar sobre a conta geral no valor de R$238.375,44 e retirar os ofícios.-Advs. CARLOS ARAUZ FILHO e EVILASIO DE CARVALHO JR.- PR 27.820-.
22. DECLARATÓRIO DE INEXISTENCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-135/2009-APARECIDO FURIOSO FILHO x LOJAS RENNER S/A- 1. O acordo homologado a fls. 157, foi devidamente cumprido a fls. 158, portanto, arquive-se. -Advs. CLAUDIO FORTUNATO DOS REIS, JULIO CERSAR GOULART LANES e CLEBER HILGERT-.
23. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-336/2009-FIGUEIREDO & JORDÃO LTDA x ELIAS HEIDRICH- 1. Fls. 59/61: A primeira restrição pelo Bacenjud de R$ 140,23, fls. 37, não comprometia a subsistência do aposentado/executado, conforme decisão de fls. 39/40, e por isso, tal valor foi liberado em favor do exequente.
2. Ao cartório para expedição do alvará de exatos R$ 140,23, conforme decisão de fls. 40, item 3.
3. Na segunda restrição, do Bacenjud, foram localizados mais R$ 402,56, fls. 54 e 63. Em razão do valor módico da primeira constrição, de R$ 140,23, fls. 37, a decisão de fls. 39/40, manteve a penhora. Porém, nesta segunda vez, foram localizados R$ 402,56, que proporcionalmente é relevante, considerando o valor do benefício de aproximadamente R$ 400,00, conforme fls. 55, por isso, nesta segunda constrição, determino a liberação de exatos R$ 402,56, em favor do executado ELIAS HEIDRICH, da conta judicial nº 4700.111.182.194, de fls. 63, por alvará, com prazo de 30 dias, em favor do advogado, Dr ENEZIO FERREIRA LIMA.
4. Observe-se o cartório que a conta judicial do item 02 e 03 é a mesma, por isso, o alvará deve ser de valor exato, a fim de que não haja liberação a mais a quem não é de direito.
Intimem-se as partes integralmente desta decisão.-Advs. JOAO CARLOS GOMES e ENEZIO FERREIRA LIMA-.
24. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-453/2009-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x WILSON RANGEL JOSE e outro- 1 fLS. 76/78: Nos emabrgos à execução n° 522/09 (ref. à execução n° 454/09) como nestes embargos n° 453/2009 (fls. 81/84), a penhora do imóvel de matrícula n° 13.566, por isso, resta prejudicado o pedido de susbstituição do imóvel de matrícula n° 13.566, penhorado a fls. 61 e gravado com usufruto, pela colheitadeira Massey Ferguson/MF 5650, com platafirma corte de 16 pés, ano de fabricação 2002, série 5650110991, porque permanece penhorado o imóvel de matrícula n° 13.566, de fls. 61.
2. Há ainda uma segunda penhora, imóvel, matrícula n° 10.777, de fls. 59.
3. Ao cartório para certificar se houve trânsito em julgado da sentença dos embargos à execução n° 533/2009, de fls. 81/84.
4. Ao exequente para juntar a conta atualizada, nos termos da sentença dos embargos à execução n° 533/09, de fls. 81/84.
5. À conta de custas e despesas.
6. Por fim, initme-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 10 dias, sobre a conta geral.
7. Matrícula 10.777, fls. 59 e matrícula 13.566, fls. 61: Sem prejuízo dos itens acima, deve o cartório imediatamente, cumprir os itens 5.8.14.2, 5.8.14.3 e 5.8.14.4 do Código de Normas, com a redação alterada pelo Provimento 194:
5.8.14.2 - Antes da designação da praça, serão requisitadas:
I - certidão atualizada do registro imobiliário
II- certidão do depositário público.
III- o CCIR do INCRA em relação à imóvel rural.
5.8.14.3- Certidãao referida no inciso III do item 5.8.14.2 não será requisitada caso o número do CCIR do INCRA já conste da matrícula do imóvel.
Intimem-se as partes integralmente desta decisão, e após, conforme a execução dos atos, no momento adequado.-Advs. ILMO TRISTAO BARBOSA, PEDRO FALEIROS CANHAN, MAUDE APARECIDA GONCALVES-OAB-23572 e CELIO DAL CORSO VIOLADA-.
25. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-635/2009-BANCO ITAU S/A. x MACIEL LOPES DOS SANTOS e outro- 3. Ao exequente para apresentar a conta atualizada. -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO SHCAIRA e ANTONIO SOARES DE RESENDE JUNIOR-.
26. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0001025-23.2010.8.16.0084-JOSE TEIXEIRA GOIS e outro x BANCO BANESTADO S/A- 1. Ao cartório para certificar na prestação de contas nº 167/2007, o ajuizamento desta execução de honorários e custas, conforme despacho de fls. 58, item 01.
2. As custas da prestação de contas nº 167/2007 foram pagas a fls. 76/78.
3. Determino ao cartório que mantenha cópia de fls. 76/78 nestes autos, e os originais de fls. 76/78 sejam juntados na prestação de contas nº 167/2007.
4. Dos honorários advocatícios de R$ 500,00, com correção monetária pelo INPC, desde 29.10.2008, e juros de 1% ao mês, a partir de 10.07.2010 eram de 560,44, conforme fls. 69, item 02, porém, o banco/devedor apenas depositou judicialmente 543,11, fls. 66, na conta judicial nº 3000.115.316.876/0001 (já levantado pelo advogado do autor/exequente a fls. 79), por isso, resta apenas uma diferença de 17,33.
5. O reembolso das custas da presente execução, de R$ 157,50, R$ 18,90 (fls. 53/54) e R$ 60,51 (fls. 08) também não foram pagos pelo Banco.
6. As custas da prestação de contas nº 167/2007 foram pagas, conforme fls. 76/8.
7. Por isso, dos itens 04 (R$ 17,33) e 05 (R$ 236,91), deve ainda o banco pagar mais R$ 254,24. Deve-se somar ainda a multa de 10% (R$ 25,42) mais honorários advocatícios de 20% (R$ 50,84). Por isso, a soma de R$ 254,24, R$ 25,42 e R$ 50,84 totaliza R$ 330,50.
8. Porém, o exequente indicou o valor para penhora pelo Bacenjud de R$ 618,09, valor este bloqueado a fls. 88.
9. Fls. 96/97: Como corolário, determino a liberação, por ALVARÁ judicial, de exatos R$ 330,50 para o exequente, por seu advogado, Dr JAIR ANTONIO WIEBELLING, com prazo de 30 dias, da conta judicial nº 3300.116.584.965.
10. Por outro lado, determino a liberação, por alvará judicial, com prazo de 30 dias, do saldo remanescente, da conta judicial nº 3300.116.584.965, para o banco Itaú, em nome do advogado a ser indicado.
11. Aguarde-se a preclusão, e após, expeçam-se os alvarás.
Intimem-se as partes integralmente desta decisão. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND, ROZI MARI APOLONI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e ANTONIO SOARES DE RESENDE JUNIOR-.
27. EXECUCAO DE SENTENCA-0003626-02.2010.8.16.0084-ESPOLIO DE ANTONIO PAULINO DA SILVA e outros x BANCO BANESTADO S/A. e outro-Trata-se de impugnação ao cumprimento da sentença em que o BANCO ITAÚ alega a prescrição para executar a sentença coletiva em 12.01.06, a teor do art. 206, § 3º, IV e art. 2.028 do CC. Alega que o prazo prescricional para o cumprimento da sentença teve início a partir do trânsito em julgado em 03.09.02, estando sujeita à regra do novo CC, incidindo, portanto, os prazos prescricionais deste ordenamento. Afirma tratar-se de pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa, previsto no art. 206, § 3º, IV do CC, com prazo prescricional de 03 anos. Nomeou a penhora 2779.886094 cotas de sua titularidade mantidas perante o Fundo Unibanco DJ Títulos Públicos Fl referenciado DI. Alega excesso de execução por cobrança dúplice de juros remuneratórios (fls. 90-93).
O exequente alega que é pacífico o entendimento de que a cobrança da correção e juros em caderneta de poupança, decorrentes dos planos Bresser e Verão prescrevem em 20 anos, nos termos do art. 177 do CC/16, eis que se referem a direito pessoal. Sustenta que o prazo prescricional da execução é igual ao da ação de conhecimento, nos termos da Súmula 150 do STF. Discordou da nomeação de cotas feita pelo executado e requereu a penhora on line. Sustenta que os juros remuneratórios são devidos até a data do encerramento da conta poupança (fls. 116-194).
DECIDO.
1. Trata-se de execução da sentença proferida na ACP nº 38.765/98 movida pela APADECO contra o BANESTADO referente às diferenças do plano Verão. Intimado, o banco não pagou voluntariamente (fls. 75). Na sequência, o exequente requereu a execução pelo valor de R$ 7.569,73 (fls. 83-88). De conseguinte, o banco nomeou a penhora de 2779.886094 cotas de sua titularidade mantidas perante o Fundo Unibanco DJ Títulos Públicos Fl referenciado DI (fls. 99).
2. O exequente discordou da nomeação das cotas feita pelo banco, visto que está em desacordo com a ordem do art. 655 do CPC e requereu a penhora on line (fls. 124).
3. De fato, o dinheiro está em primeiro lugar na ordem de penhora, mormente quando o executado é um banco. Enquanto o dinheiro é previsto no inciso I do art. 655 do CPC, as cotas de investimento está no inciso X, por isso, não podem ser havidos como equivalentes. Assim, julgo ineficaz a nomeação de cotas feita pelo executado a fls. 92, e defiro a penhora on line de R$ 7.569,73.
PRESCRIÇÃO
4. É pacífico o entendimento de que é de direito pessoal a ação que se pleiteia a complementação do crédito de caderneta de poupança, decorrentes dos planos Bresser e Verão. Desta forma, não se aplica o prazo de 03 anos do art. 206, § 3º, IV do CC/02.
Em se tratando de ação de natureza pessoal, a prescrição é de 20 anos, conforme já decidido na sentença da ACP que deu origem a presente execução. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. POUPANÇA. SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INCLUSÃO DOS JUROS REMUNERATPÓRIOS. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. DIFERENÇA DE RENDIMENTOS EM JUNHO/87 E JANEIRO/89. OFENSA À COISA JULGADA.
Consoante entendimento jurisprudencial desta Corte, é vintenária a prescrição do pedido de incidência de índice de correção monetária e juros remuneratórios em caderneta de poupança, pois estes constituem-se no próprio crédito, perdendo a natureza de acessório (...). (Resp 811.493/PR. Decisão monocrática. Rel. Min. Honildo Amaral de Mello Castro, julgado em 26/03/10).
Sendo a ACP nº 38765/98 movida pela APADECO contra o BANESTADO, uma ação de direito pessoal, aplica-se o prazo prescricional de 20 anos, e sabendo que a prescrição para a execução do julgado é igual ao da ação de conhecimento pela Súmula 150 do STF, segundo o qual "Prescreve a execução no mesmo prazo da ação", não há falar em prescrição.
O exeqüente possui 20 anos para iniciar o cumprimento do julgado, cujo termo inicial é o trânsito em julgado da sentença da ACP 38765, pois é neste momento que se formou o título judicial.
A sentença proferida na ACP 38765 movida pela APADECO transitou em julgado em 03.09.02 (fls. 35) e a presente execução foi ajuizada em 23.11.19.
JUROS REMUNERATÓRIOS
5. Como observa da sentença proferida na ACP nº 38765/98 movida pela APADECO contra o BANESTADO de fls. 36-42, houve condenação expressa da incidência dos juros remuneratórios de 0,5% sobre os rendimentos não depositados nos planos

Bresser e Verão, deste modo, o exequente ao incluir os juros remuneratórios de 0,5% de fls. 34 apenas observou o que foi decidido na aludida ACP.
Pela planilha de cálculo do exequente de fls. 30-34 não há dúplice cobrança de juros remuneratórios, mas tão somente a diferença de correção monetária referente ao plano Verão, os juros remuneratórios de 0,5% decorrentes do contrato de poupança, e os juros moratórios, ambos, contemplados pela ACP 38765/98 de fls. 36-42.
É permitida a cobrança cumulada da diferença de correção monetária referente ao plano Verão com os juros remuneratórios e moratórios, tendo em vista a natureza e a finalidade diversa de cada um.
MULTA DE 10%
6. A multa de 10%, prevista no art. 475-J do CPC é cabível, porque não houve pagamento voluntário pelo banco e a nomeação a penhora das cotas de fls. 156 foi rejeitada pelo exequente.
CONCLUSÃO
Isto posto, afasto a prescrição e mantenho a cobrança dos juros remuneratórios de 0,5% ao mês.
Processe-se a penhora on line de R$ 7.569,63.
Intime-se. -Advs. KENJI D. P. HATAMOTO, FERNANDO ALBERTO SANTIN PORTELA e ALEXANDRE DE ALMEIDA-.
28. ORDINARIA DE APOSENTADORIA-0003699-71.2010.8.16.0084-ANTONIO JOAQUIM DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-
1. Conforme Súmula 149 do STJ, o efetivo exercício de atividade rural deve ser comprovado por meio de início razoável de prova documental, complementado por prova testemunhal.
1.1. Na hipótese dos autos, a única prova documental confiável é a CTPS de fls. 83-84 em que atesta labor rural de 01.02.96 a 06.06.99 e 01.06.02 a 30.08.02, e a certidão de casamento de fls. 14, qualificando o autor como lavrador, porém tais documentos não comprovam minimamente a carência exigida de 120 meses.
A ficha da Secretaria de Saúde de fls. 18 constando profissão de lavrador, não possui data, e a ficha de associação sindical de fls. 19, é de 19.09.03, ou seja, mesmo dia do requerimento do benefício (fls. 12).
1.2. O termo sindical de fls. 15-16, datado de 2003, em que atesta atividade rural de 1985 a 1991 e 1992 a 2003, se baseou na declaração da ex-empregadora do autor, MARIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA RIBEIRO de fls. 17, emitida em 19.09.2003, ou seja, mesmo dia do requerimento do benefício (fls. 12).
2. Intime-se o autor para juntar recibo de pagamento de salário, a fim de corroborar labor rural nos lapsos temporais de 1985 a 1991, e 1992 a 2003, declarados no termo sindical de fls. 15-16. Prazo: 15 dias.
2.1. Junte o autor mais documentos qualificando-o como lavrador, e/ou trabalhador rural, no prazo de 15 dias. -Adv. JOAO LUIZ SPANCERSKI-.
29. REINTEGRACAO DE POSSE-0000574-61.2011.8.16.0084-BANCO DO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A x ANDREIA RODRIGUES DA SILVA-Ao autor para recolher a G.R.C. do Oficial de Justiça. -Adv. JOSE CARLOS SKRYSZOWSKI JUNIOR-.
30. BUSCA E APREENSAO (FID)-0000729-64.2011.8.16.0084-OMNI S/A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x VALDEMIRO DE LIMA-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (recolher a GRC do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. ODECIO LUIZ PERALTA-.
31. BUSCA E APREENSAO (FID)-0001046-62.2011.8.16.0084-BANCO BRADESCO S/A. x JOSE CARLOS HUBEN-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (certidão do oficial de justiça), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. MARIANE CARDOSO MACAREVICH-.
32. USUCAPIAO-0001327-18.2011.8.16.0084-AGRO-PECUARIA SAO LUIZ REY LTDA x CARLOS CAMARGO VERGUEIRO e outros- 1. Fls. 247: Concedo prazo de 15 dias, para que o autor cumpra o despacho de fls. 242/243.
2. Se não cumpridos os itens, retornem os autos cls. para extinção (CPC, art. 284, parágrafo único). -Adv. JOAO MARCELO PINTO-.
33. ALVARA JUDICIAL-0001485-73.2011.8.16.0084-VALTERIO SALVADOR DOS SANTOS x DIOGO FERREIRA DOS SANTOS-Ao autor para se manifestar sobre o prosseguimento no feito (juntar comprovante do saldo do PIS - PASED), no prazo de 10 dias sob pena de extinção do feito. Port. 15/09. -Adv. ENEZIO FERREIRA LIMA-.
34. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0002624-60.2011.8.16.0084-BANCO DO BRASIL S/A x SERGIO NATAL GASPAROTO e outros-Ao autor para recolher a G.R.C. do Oficial de Justiça, bem como juntar cópia da inicial. -Advs. ROSANGELA PERES FRANÇA e LAIS FERREIRA CABAU-.
35. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0002625-45.2011.8.16.0084-BANCO DO BRASIL S/A x CONRADO JOSE CESTAK-Ao autor para recolher a G.R.C. do Oficial de Justiça. -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.
36. CARTA PRECATÓRIA CÍVEL-33/1998-Oriundo da Comarca de CRUZEIRO DO OESTE - PR - VARA CIVEL-BANCO DO BRASIL S/A. x ANTONIO BIANCHI e outros-
1 Pelo que consta no termo de penhora de fls. 06, o imóvel penhorado corresponde a 70% do lote, de matrícula nº 1.312.
2. A avaliação, por perito, de 100% do imóvel foi de R$ 165.000,00, fls. 187, de novembro de 2010 (fls. 170/194).
3. O juízo deprecante de Cruzeiro do Oeste remeteu a conta geral a fls. 143/152, que totalizava, em maio de 2009, cerca de R$ 739.664,38, mais multa de R$ 253,78.
Evidentemente R$ 739.918,16 (maio de 2009) é superior a R$ 165.000,00 (avaliação em novembro de 2010), e por isso, exige-se o reforço da penhora, a fim de que o imóvel seja integralmente penhorado, e não apenas 70%.
3.1. Por isso, acolho o pedido de fls. 250, letra "b", para determinar o reforço da penhora em mais 30% do imóvel matrícula nº 1.312, a fim de que a penhora recaia sobre a integralidade do imóvel (10 alqueires).
3.2. Lavre-se termo de reforço de penhora.
3.3. Desnecessária nova avaliação, porque aquela de R$ 165.000,00 de fls. 187 já considerou a integralidade do imóvel, de 10 alqueires.
4. Intime-se o advogado dos executados, para manifestação, sobre o reforço de penhora, em 15 dias. Registro, porém que é pacífico o entendimento de que, em havendo ampliação, reforço ou substituição da penhora, é admissível, excepcionalmente, a oposição de embargos, cuja discussão deverá se restringir aos aspectos formais da nova constrição.
5. Ao depositário para apresentar a certidão sobre eventual penhora sobre o imóvel matrícula nº 1.312.
6. Ao cartório para dar cumprimento imediato ao item 08, de fls. 228 (expedição de ofícios) e item 09 (intimação dos credores pignoratícios e hipotecários).
7. A fls. 250 verso, o Banco do Brasil impugna a ordem de pagamento exposta no item 10, de fls. 228, sob o argumento de que o BB é credor com garantia hipotecária em 1º grau. De fato, o caso merecerá melhor análise. Aguarde-se a manifestação dos demais credores (item 09 de fls. 228), após, será decidido, com mais propriedade, a questão da ordem de pagamento dos credores.
8. A fls. 252/253, o terceiro interessado DEVANI CARLOS DAL BEM PIRES efetuou o depósito judicial de R$ 175.000,00, manifestando assim expresso e efetivo interesse na compra da integralidade do imóvel.
8.1. Proíbo o levantamento deste valor, até decisão final sobre a ordem de pagamento aos credores e preclusão da decisão que determinou o reforço da penhora.
9. Após o cumprimento integral desta decisão, retornem os autos cls.
10. Junte-se o ofício referente ao Agravo de Instrumento nº 812.083-6, protocolado, neste juízo "a quo" em 19.09.2011.
10.1 Informações prestadas ao Relator do Agravo de Instrumento nº 812.083-6, sem efeito suspensivo.
Intimem-se as partes integralmente desta decisão, com o termo de penhora devidamente lavrado.
-Advs. ADEMIR ANTONIO DE LIMA e APARECIDO ALBINO DECHICHE-.
37. CARTA PRECATÓRIA CÍVEL-0000268-29.2010.8.16.0084-Oriundo da Comarca de UBERLANDIA - 3ª VARA CIVEL-M.P.C. ENGENHARIA LTDA. x ADRELINO VICENTE BILEU DA SILVA e outro- 1. Fls. 38: Indefiro o Renajud porque tal medida deve ser solicitada e efetivada pelo juízo deprecante e não por este deprecado de Goioerê.
2. Intime-se o exequente, por seu advogado, para indicar bens penhoráveis, localizados nesta comarca de Goioerê, no prazo de 15 dias. -Advs. MARCELO BALLI CURY, DEBORA MORALINA DE SOUZA e LAIRDE ANDRIAN DE MELO LIMA-.
38. CARTA PRECATÓRIA CÍVEL-0000277-88.2010.8.16.0084-Oriundo da Comarca de UMUARAMA - PR - 1ª VARA CÍVEL.-JORGE MATIAS DA SILVA x MARIO LUCIO DE CAMARGO-
Ao autor para retirar os ofícios.
-Adv. CLAUDIO CAMARGO DE ARRUDA-.
39. CARTA PRECATÓRIA CÍVEL-0002622-90.2011.8.16.0084-Oriundo da Comarca de CAMPO MOURAO - PR - 1ª VARA CÍVEL-COOPERMIBRA-COOPERATIVA MISTA AGROPEC. DO BRASIL x VALTERLEY TITORIANO e outros-Ao autor para recolher a G.R.C. do Oficial de Justiça. -Adv. EWERTON SOLER CONSALTER-OAB-24.858-.
40. CARTA PRECATÓRIA CÍVEL-0002634-07.2011.8.16.0084-Oriundo da Comarca de CAMPO MOURAO - PR - 1ª VARA CÍVEL-COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA DO BRASIL S/A x RICARDO YOSHIO OKAMOTO e outros-Ao autor para recolher a G.R.C. do Oficial de Justiça. -Adv. CARLOS ARAUZ FILHO-.

Goioerê, 20 de setembro de 2011
Jean Carlo Fava
Escrivão Designado

# GUAÍRA

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**COMARCA DE GUAIRA - ESTADO DO PARANA**
**JUIZ DE DIREITO**

**RELAÇAO Nº 060/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ACYR LOURENCO DE GOUVEIA 00078 004036/2010
00084 000570/2011
ADELIO DRUCIAK - OAB/PR. 10443 00114 000148/2008
ADEMILSON DOS REIS OAB/PR 30.611 00016 000386/2006
ADRIANO MARRONI OAB/PR. 23657 00027 000170/2008

00033 000312/2008
ADRIANO MUNIZ REBELLO 00047 000284/2009
00090 001598/2011
ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556 00035 000427/2008
00042 000194/2009
00081 000330/2011
00082 000331/2011
00099 002359/2011
00105 000164/2007
00107 000163/2008
00110 000459/2011
ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO 00036 000121/2009
00037 000122/2009
00039 000133/2009
ANA PAULA GOUVEIA - OAB N. 29.047 00003 000189/1998
00023 000403/2007
ANA RAQUEL DOS SANTOS - 25.965/PR 00003 000189/1998
ANDERSON MARCIO DE BARROS OAB/31952 00024 000004/2008
ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ 00084 000570/2011
ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA 00036 000121/2009
00037 000122/2009
00038 000132/2009
00039 000133/2009
APARECIDO DA SILVA MARTINS 00078 004036/2010
APARECIDO DA SILVA MARTINS 15498/PR 00084 000570/2011
CARLA ROBERTA DOS S. BELEM 00050 000563/2009
00055 000107/2010
00062 001880/2010
CARLOS ALBERTO MALIZA-OAB/PR 14.713 00011 000166/2005
CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171 00065 002583/2010
00077 003784/2010
00094 002107/2011
00113 000124/2008
CASSIUS ANDRE VILANDE 00099 002359/2011
00100 002628/2011
CESAR AUGUSTO DE FRANÇA 00036 000121/2009
00037 000122/2009
00038 000132/2009
00039 000133/2009
00041 000145/2009
00089 001342/2011
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 00041 000145/2009
CIRO BRUNING-OAB/20336-PR 00013 000359/2005
CLAUDIO MUHAMMAD JABER OAB 33536 PR 00110 000459/2011
CLAUDIO PIZZATTO OAB/PR. 9246 00004 000016/2000
CLEMENTE ALVES DA SILVA 00098 002344/2011
CRISTIANE BELINATI G. LOPES-19937 00057 000240/2010
CRISTIANE R. DE M. VENANCIO DA SILVA 00059 000765/2010
CRISTINE MEIRE WELTER 00033 000312/2008
00074 003433/2010
DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR 00018 000228/2007
00020 000264/2007
00029 000189/2008
00030 000203/2008
00043 000203/2009
00048 000310/2009
00063 002226/2010
00067 002643/2010
00073 003332/2010
DAVID JOSEPH 00014 000218/2006
DEAN JAISON ECCHER 00094 002107/2011
DEBORAH DIETRICH LECHIU 00032 000242/2008
DIEGO GURGACZ 00072 003295/2010
DIEGO LUIZ PASQUALLI 00017 000116/2007
DIETER MICHAEL SEYBOTH-OAB30.706 00007 000254/2002
DILCE BARBOSA DO NASCIMENTO 00109 002690/2010
DORIMAR CLEBER TARGA PEREIRA 00059 000765/2010
DOUGLAS DOS SANTOS OAB/PR. 22966 00024 000004/2008
DOUGLAS RENATO BRZEZINSKI- 22650 00005 000190/2000
EDSON SEGURA BATTILANI-OAB/PR.31306 00005 000190/2000
EDUARDO PENA DE MOURA FRANCA 00044 000239/2009
EDUARDO SUPTITZ 00027 000170/2008
EDUARDO VANZELLA 00022 000378/2007
EDVANDRO AUGUSTO BIER OAB/PR 21.852 00007 000254/2002
EGBERTO FANTIN 00017 000116/2007
ELCIO LUIZ W. FERNANDES/17963/PR 00004 000016/2000
ELISANGELA C. FARIA OAB/PR 21949 00005 000190/2000
ELISANGELA MARIA DE M. VILANDE 00099 002359/2011
00100 002628/2011
EVARISTO ARAGÃO SANTOS 00079 000006/2011
EVELI MARIA PEDROLLO 00052 000570/2009
00089 001342/2011
EVELI MARIA PEDROLLO- OAB/PR 23024 00014 000218/2006
00028 000174/2008
EVILASIO DE CARVALHO JR-OAB 27820 00053 000641/2009
FABIANO NEVES MACIEYWSKI 00064 002574/2010
FABIO TEIXEIRA OZI 00014 000218/2006
FABIO YOSHIHARU ARAKI 00034 000375/2008
FABIOLA DE MOTTA FIGUEIRA 00112 000100/2008
FABIOLA ROSA FERSTEMBERG 00060 000930/2010
FABIULA MAROSO 00102 002809/2011
FERNANDO MURILO COSTA GARCIA 00064 002574/2010
FLAVIA BALDUINO DA SILVA 00076 003755/2010
FLAVIO SANTANA VALGAS 00046 000270/2009
FRANCISCO IRINEU BRZEZINSKI-2381 00005 000190/2000
GERALDO ALBERTI-OAB/PR.16.291-B 00056 000123/2010
GERSON VANZIN MOURA DA SILVA 00059 000765/2010
GILSON R. C. SANTOS - OAB-PR 20.888 00026 000148/2008
GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK 00036 000121/2009
00037 000122/2009
00038 000132/2009
00039 000133/2009
GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547 00006 000177/2002
00034 000375/2008
00071 003174/2010
00085 000940/2011
GIOVANA CEZALLI MARTINS-45.708/PR 00013 000359/2005
GIOVANI BATISTA LOPES 00061 001868/2010
00068 002807/2010
GIVANILDO JOSÉ TIROLTI 00050 000563/2009
GLAUCIO L. CORAIOLA 00001 000051/1993
HAMILTON MARIANO 00112 000100/2008
HASAN VAIS AZARA 00044 000239/2009
00047 000284/2009
00092 001844/2011
HELENA ROSSET GIACOMIN OAB/PR 39638 00017 000116/2007
00022 000378/2007
HENRIQUE HESSEL 00040 000141/2009
00045 000250/2009
HENRIQUE JAMBISKI P. SANTOS 31694 00021 000371/2007
HUGO MIRANDA M. DA SILVA 33833/PR 00031 000239/2008
IJAIR VAMERLATTI - 14.928/PR 00024 000004/2008
ILIANE ROSA PAGLIARINI 00036 000121/2009
ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883 00021 000371/2007
00025 000009/2008
00028 000174/2008
ISAIAS JUNIOR T. BARBOSA- 43.295 00111 000154/2005
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 00059 000765/2010
JAMIL EL KADRI 00049 000421/2009
JANE MARIA V. PRONER 00093 002086/2011
JOAO FERNANDO P.GRECILLO OAB 36337 00026 000148/2008
JOSE BASILIO DE OLIVEIRA 00026 000148/2008
JOSE DANIEL BARBOSA BASTO-OAB-17219 00001 000051/1993
00069 002999/2010
JOSMAR CABRIANA FAJARDO 00029 000189/2008
JULIANO ANDRIOLI - 0AB 29.724 00007 000254/2002
00009 000376/2004
JULIANO CASTELHANO LEMOS 00095 002254/2011
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 00115 002915/2011
JULIANO RICARDO TOLENTINO 00016 000386/2006
LARISSA ELIDA SASS - OAB 47.976 00045 000250/2009
LAURO SOARES DA SILVA-OAB/PR9543 00002 000122/1996
LEANDRO DE QUADROS OAB/PR 31.857 00016 000386/2006
LEONIDAS G. NASCIMENTO 00026 000148/2008
00081 000330/2011
00082 000331/2011
LISIANE DE CAMPOS 00054 000073/2010
LOURENCO CESCA - OAB/PR. 48692 00044 000239/2009
00071 003174/2010
LUANA CAMILA BUENO OAB/PR. 40001 00051 000564/2009
LUDMILA ALVES IMAI 00055 000107/2010
LUIZ CARLOS PASQUALINI/OAB 22670/PR 00031 000239/2008
LUIZ CLAUDIO N. LOURENCO 00050 000563/2009
LUIZ FERREIRA VERGÍLIO 00090 001598/2011
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 00079 000006/2011
LUIZ SEGUNDO GIACOMIN OAB/PR 31017 00017 000116/2007
MACIEL TRISTAO BARBOSA OAB 14.945 00025 000009/2008
00111 000154/2005
MANUEL NUNES LOURENÇO OAB/PR 15351 00007 000254/2002
MARCELO DAVOLI LOPES 00076 003755/2010
MARCELO HENRIQUE F. S. MATOS 00006 000177/2002
MARCIO ARI VENDRUSCOLO OAB/PR 24736 00071 003174/2010
MARCIO ROGERIO DEPOLLI OAB/20456 00010 000059/2005
MARCOS ADRIANO ANTUNES 00101 002688/2011
MARCOS AURELIO COMUNELLO 00001 000051/1993
00003 000189/1998
00104 000122/2006
00105 000164/2007
00106 000145/2008
00107 000163/2008
00108 001870/2010
00109 002690/2010
MARCOS JULIO ANTONIETTI CLAUS 00102 002809/2011
MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI 00009 000376/2004
MARIA ADILIA GOUVEIA 00078 004036/2010
00084 000570/2011
MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA 00091 001712/2011
MARIANA DE OLIVEIRA CANDIDO 00049 000421/2009
MARIANE CARDOSO MACAREVICH 00103 002884/2011
MARIO MARCONDES NASCIMENTO 00052 000570/2009
00089 001342/2011
MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS 00076 003755/2010
MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR 00079 000006/2011
MAURILIA BONALUIMI SANTOS 00052 000570/2009
00089 001342/2011
MAURILIA BONALUMI SANTOS 00010 000059/2005
00014 000218/2006
00054 000073/2010
MAYKON JONATHA RICHTER OAB/PR.36356 00083 000472/2011
00096 002270/2011
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 00056 000123/2010
00066 002616/2010
00075 003533/2010
MILTON OLIZAROSKI 00089 001342/2011
MONICA FERREIRA MELLO BIORA 00052 000570/2009
MONICA FERREIRA MELLO BIORA- 33.111 00056 000123/2010
MONICA P DE SOUZA LOBO OAB/PR 35455 00012 000314/2005
NADIA MAZUREK OAB/PR 27972/PR 00041 000145/2009

NAJLA M. COSTA PEREIRA 00041 000145/2009
00064 002574/2010
00066 002616/2010
00070 003118/2010
NAJLA MARIA ZERAIK 00075 003533/2010
00076 003755/2010
00080 000039/2011
00087 001276/2011
NATALINA INACIO L. PIAZZA-46.634 00066 002616/2010
00076 003755/2010
NILSON DA COSTA LOPES 00012 000314/2005
00061 001868/2010
OSVALDO KRAMES NETO OAB/PR 21186 00080 000039/2011
PATRICIA EINHARDT MEULAM OAB 28.923 00011 000166/2005
PATRICIA TRENTO 00055 000107/2010
00062 001880/2010
PERICLES A. G. DE OLIVEIRA- 18.294 00021 000371/2007
PRISCILA M. PIMENTA MIOTTO 00112 000100/2008
RAFAEL SANTOS CARNEIRO 00072 003295/2010
RAFAELA POLYDORO KUSTER OAB/45057 00075 003533/2010
REGINA ALVES CARVALHO 00060 000930/2010
REINALDO MIRICO ARONIS 00024 000004/2008
RONY MARCOS DE LIMA OAB/PR 10.948 00012 000314/2005
ROSANA CRISTINA L. RECHE OAB/39941 00032 000242/2008
00035 000427/2008
ROSANGELA DIAS GUERREIRO 00089 001342/2011
ROSI MARY MARTELLI 00097 002343/2011
ROSIANE CRISTINA DE SOUSA OAB/33727 00013 000359/2005
SABRINA OLIVEIRA 00103 002884/2011
SANDRA PADILHA MARTINS 00110 000459/2011
SANDRA R. S. TAKAHASHI 00008 000247/2003
00015 000300/2006
00019 000239/2007
00029 000189/2008
00030 000203/2008
00043 000203/2009
00048 000310/2009
00058 000510/2010
00067 002643/2010
00073 003332/2010
00104 000122/2006
SANDRO MATTEVI DAL BOSCO OAB/33.153 00013 000359/2005
SEBASTIAO POLITI OAB/3895 00002 000122/1996
SERGIO LEAL MARTINEZ 00032 000242/2008
SIMONE MONTEIRO FLEIG - OAB 23.747 00045 000250/2009
SUZANE ROSANGELA BUSSATTA 00013 000359/2005
00014 000218/2006
TABATA NOBREGA BONGIORNO 00086 001184/2011
TATIANA TAVARES DE CAMPOS 00036 000121/2009
00037 000122/2009
00038 000132/2009
00039 000133/2009
THIAGO TRISTAO BARBOSA -45.625/PR 00025 000009/2008
ULISSES FALCI JUNIOR 00088 001282/2011
VALERIA DE ALMEIDA BALAN OAB/41077 00049 000421/2009
WILSON DA COSTA LOPES 00059 000765/2010
00060 000930/2010
WILSON DA COSTA LOPES- OAB/PR 9926 00025 000009/2008
00042 000194/2009
00095 002254/2011

1. COBRANCA- ORDINARIA-0000015-31.1993.8.16.0086-JACOVAS ARQU.ASSOCIADOS LTDA x PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA- RETIRAR PRECATORIA PARA CUMPRIR-Advs. GLAUCIO L. CORAIOLA, JOSE DANIEL BARBOSA BASTO-OAB-17219 e MARCOS AURELIO COMUNELLO-.

2. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-122/1996-BANCO DO ESTADO DO PARANA - CGC 76.492.172/0001-91 x INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS BED HOUSE LTDA e outros- "Sobre a resposta do sistema infojud da receita federal, manifeste-se o Autor." - Advs. LAURO SOARES DA SILVA-OAB/PR9543 e SEBASTIAO POLITI OAB/3895-.

3. ACAO CIVIL PUBLICA-0000079-65.1998.8.16.0086-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x ERMINIO VENDRUSCOLO e outros- Ao requerido Pedro Venancio da Silva, MP solicita que pague voluntariamente o restante do debito no valor de R$ 296,00 autos 189/98-C. Sobre a petição e documentos de fls. 82/116, manifeste-se o Municipio de Guaira, e sobre parecer ministerial de fls. 118/120, manifeste-se o executado Jose Eduardo dos Santos - autos 189/98-F.- Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO, ANA PAULA GOUVEIA - OAB N. 29.047 e ANA RAQUEL DOS SANTOS - 25.965/PR-.

4. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-16/2000-COOPERATIVA AGRICOLA MISTA VALE DO PIQUIRI LTDA x MARLON ANDERSON MERINO- "Sobre a resposta do Sistema Infojud da Receita Federal, manifesta-se o Autor." - Advs. CLAUDIO PIZZATTO OAB/PR. 9246 e ELCIO LUIZ W. FERNANDES/17963/PR-.

5. ACAO MONITORIA-190/2000-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL x MOVEIS PALMILAR LTDA e outros- DOIZER SE PRETENDE REATIVAR O FEITO,- Advs. FRANCISCO IRINEU BRZEZINSKI-2381, DOUGLAS RENATO BRZEZINSKI-22650, ELISANGELA C. FARIA OAB/PR 21949 e EDSON SEGURA BATTILANI-OAB/PR.31306-.

6. BUSCA E APREENSAO-0000442-13.2002.8.16.0086-BANCO BRADESCO S.A x ROBERVAL BUENO FERREIRA- "Os Autos foram desarquivados e encontram-se em Cartório à disposição do Douto procurador." - Advs. MARCELO HENRIQUE F. S. MATOS e GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547-.

7. PRESTACAO DE CONTAS-0000469-93.2002.8.16.0086-COMERCIAL BEIRA RIO LTDA x ARIOVALDO LUIZ BIER-Dar andamento ao feito, se inerte, sera intimada a parte pessoalmente e as suas expensas. -Advs. MANUEL NUNES LOURENÇO OAB/PR 15351, JULIANO ANDRIOLI - 0AB 29.724, EDVANDRO AUGUSTO BIER OAB/PR 21.852 e DIETER MICHAEL SEYBOTH-OAB30.706-.

8. ACAO MONITORIA-247/2003-ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSICO E CULTURA - APEC x ANA LUCIA FRASSATO- Nao houve bloqueio no Renajud, manifeste-se o autor.-Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

9. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0000783-68.2004.8.16.0086-BANCO DO BRASIL S.A x LINCOLN VILLI GERKE e outros- Homologado a transação celebrada as fls. 148/155, determino a suspensao deste processo ate do cumprimento do acordo.-Advs. MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI e JULIANO ANDRIOLI - 0AB 29.724-.

10. REVISAO CONTRATUAL-0000762-58.2005.8.16.0086-SANDRO KOTKOVSKI TABORDA x BANCO BRADESCO S.A- Sobre petição de folhas 556 a 558, manifeste-se o requerido ( Banco).-Advs. MAURILIA BONALUMI SANTOS e MARCIO ROGERIO DEPOLLI OAB/20456-.

11. ACAO DE COBRANCA-166/2005-BANCO BRADESCO S.A x AUTO POSTO LA PALOMA LTDA e outros- FALAR EM 10 DIAS SOBRE O LAUDIO PERICIAL-Advs. PATRICIA EINHARDT MEULAM OAB 28.923 e CARLOS ALBERTO MALIZA-OAB/PR 14.713-.

12. ANULATORIA DE CONTR. CC PED.-314/2005-ROBERTINO ROBERTO BRAGA x DETRAN/PR - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO e outro- "O Requerido para que se manifeste acerca do pleito de fls. 352, mormente ao inserto no §4º." - Advs. NILSON DA COSTA LOPES, MONICA P DE SOUZA LOBO OAB/PR 35455 e RONY MARCOS DE LIMA OAB/PR 10.948-.

13. RESSARCIMENTO DE DANOS EM AC.-0000763-43.2005.8.16.0086-PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS x DIOMEDES MIGUEL DA COSTA JUNIOR e outro- "O Autor para retirar a Carta Precatória, instruir e distribuir no Orgão competente para o devido cumprimento." - Advs. CIRO BRUNING-OAB/20336-PR, SANDRO MATTEVI DAL BOSCO OAB/33.153, ROSIANE CRISTINA DE SOUSA OAB/33727, SUZANE ROSANGELA BUSSATTA e GIOVANA CEZALLI MARTINS-45.708/PR-.

14. USUCAPIAO-0000828-04.2006.8.16.0086-LUIZ FERNANDO ALVES e outro x ESPOLIO DE ADOLPHO MUNTOREANU- "SOBRE A PETIÇÃO JUNTADA PELO REQUERIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR NO PRAZO LEGAL" - Advs. MAURILIA BONALUMI SANTOS, EVELI MARIA PEDROLLO- OAB/PR 23024, SUZANE ROSANGELA BUSSATTA, FABIO TEIXEIRA OZI e DAVID JOSEPH-.

15. ACAO MONITORIA-300/2006-ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSICO E CULTURA - APEC x MARIA JOSE DE ARAUJO BOARO- "sobre a resposta do sistema infojud da receita federal, manifeste-se o Autor." - Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

16. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0000727-64.2006.8.16.0086-BANCO BRADESCO S.A x SELSON DE PAULA VIANA & CIA LTDA e outros- "Sobre a resposta do sistema infojud da receita federal, manifeste-se o Autor." - Advs. JULIANO RICARDO TOLENTINO, LEANDRO DE QUADROS OAB/PR 31.857 e ADEMILSON DOS REIS OAB/PR 30.611-.

17. EMBARGOS A EXECUCAO-116/2007-DORVALINO MAZZARO CASARIN e outro x SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA- depositar o valor de r$12.988,27 devendo o embargante depositar no prazo de 10 DIAS, FICANDO ADVERTIDO DO CONTIDO NO ART..599 INCISO I I C.C. ART.600, INCISOS II, III IIV DO cpcAdvs. LUIZ SEGUNDO GIACOMIN OAB/PR 31017, HELENA ROSSET GIACOMIN OAB/PR 39638, EGBERTO FANTIN e DIEGO LUIZ PASQUALLI-.

18. ACAO MONITORIA-0001078-03.2007.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x RODRIGO DIAS SANCHES- "O Autor para recolher as custas do Sr. Oficial de Justiça para efetivação da penhora do veiculo." - Adv. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.

19. ACAO MONITORIA-0000965-49.2007.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CLAUDIO GONCALVES PENTEADO- O autor para retirar oficio e postar com AR.-Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

20. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-264/2007-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CRISTINA ZANELLA- "Sobre a resposta do Sistema Infojud da Receita Federal, manifeste-se o Autor." - Adv. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.

21. EMBARGOS A EXECUCAO-0000968-04.2007.8.16.0086-VARSIDES BRUCH e outro x INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- Deixo de receber apelação.-Advs. PERICLES A. G. DE OLIVEIRA- 18.294, HENRIQUE JAMBISKI P. SANTOS 31694 e ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883-.

22. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0000995-84.2007.8.16.0086-COOPERATIVA AGRICOLA MISTA RONDON - COPAGRIL x MARIA ALEXANDRINA DE JESUS- "Sobre a certidão de fls. 50, manifeste-se o Autor." - Advs. EDUARDO VANZELLA e HELENA ROSSET GIACOMIN OAB/PR 39638-.

23. USUCAPIAO-0001002-76.2007.8.16.0086-TEREZA ARAUJO CAETANO x VICENTE AUGUSTO BRILHANTE- Fornecer endereço dos cartorios para oficiar, conforme requerido as fls. 88, itewm 2.-Adv. ANA PAULA GOUVEIA - OAB N. 29.047-.

24. ACAO MONITORIA-0002148-21.2008.8.16.0086-CREDIVAL PARTICIPACOES, ADMINISTR. E ASSES. LTDA x ADELIR AMBONI- PREPARO DE CONTA R$66,75-Advs. ANDERSON MARCIO DE BARROS OAB/31952, DOUGLAS DOS SANTOS OAB/PR. 22966, REINALDO MIRICO ARONIS e IJAIR VAMERLATTI - 14.928/PR-.

25. ACAO MONITORIA-0002268-64.2008.8.16.0086-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x MANOEL RODRIGUES AGOSTINHO- "...Ante o exposto, com fundamento no art. 269, inc. III do CPC, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO celebrada e relatada às fls. 136 e 140, em seus proprios termos. Em consequencia, face ao atingimento das finalidades processual e social deste caderno processual, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO." - Advs. MACIEL TRISTAO BARBOSA OAB 14.945,

ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883, THIAGO TRISTAO BARBOSA -45.625/PR e WILSON DA COSTA LOPES- OAB/PR 9926-.

26. USUCAPIAO-0002442-73.2008.8.16.0086-EDO LUIZ FRARE e outro x JOSE NIVALDO DA SILVA e outro-Retirar carta precatória para instruir, preparar e cumprir. Obs. o cartório faz esta intimacao da parte para agilizar o feito. Em caso do cartório postar a C.P. e remete-la ao Juizo deprecado, com certeza ela ficará paralizada por falta de documentos e pagamento de custas. -Advs. GILSON R. C. SANTOS - OAB-PR 20.888, LEONIDAS G. NASCIMENTO, JOAO FERNANDO P.GRECILLO OAB 36337 e JOSE BASILIO DE OLIVEIRA-.

27. REPETICAO DE INDEBITO-0002172-49.2008.8.16.0086-LUIZ TURQUINO e outro x AVEBE GUAIRA AMIDOS LTDA- O autor para requerer o que for de seu interesse.-Advs. ADRIANO MARRONI OAB/PR. 23657 e EDUARDO SUPTITZ-.

28. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002397-69.2008.8.16.0086-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x MARIO XAVIER LIMA- O autor para requerer o que for de seu interesse.-Advs. ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883 e EVELI MARIA PEDROLLO- OAB/PR 23024-.

29. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0002165-57.2008.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x JOSMAR CABRIANA FAJARDO-Considerando os pronunciamentos encartados as fls. 121/142 e sem mais delongas, inexiste outro caminho, senão o do acolhimento in totum dos argumentos de fls. 61/66, ate mesmo porque a fundamentação expendida nos autos que tramitaram perante o JEC desta Comarca prevalece sobre os argumentos de fls. 106/109. Contudo com esteio no art. 470 do CPC e em vista das sentenças proferidas nos autos 1087-57.2010 e 3352-32.2010.8.16.0086, ambos do JEC desta Comarca, DECLARO a impenhorabilidade do bem imóvel descrito no auto de fl.37. -Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI, DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR e JOSMAR CABRIANA FAJARDO-.

30. ACAO MONITORIA-0002339-66.2008.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x DAIANE DE SOUZA- Fornecer resumo da inicial para citação por edital.-Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI e DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.

31. DECLARATORIA DE INEXISTENCIA-0002340-51.2008.8.16.0086-MARCELO CAETANO CAVALLIERE x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL- ASPÃRTES PARA APRESENTAREM ALEGAÇOES FINAIIS NO PRAZO SUCESSIVO DE 15 DIAS.-Advs. HUGO MIRANDA M. DA SILVA 33833/PR e LUIZ CARLOS PASQUALINI/OAB 22670/PR-.

32. INDENIZACAO-0002239-14.2008.8.16.0086-PAULO RODRIGUES x TIM CELULAR S.A- "Quanto à diferença apontada pelo Autora, manifeste-se a Requerida no prazo de 10 dias." - Advs. ROSANA CRISTINA L. RECHE OAB/39941, DEBORAH DIETRICH LECHIU e SERGIO LEAL MARTINEZ-.

33. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0002173-34.2008.8.16.0086-LUIZ TURQUINO e outro x AVEBE GUAIRA AMIDOS LTDA- O autor para requerer o que for de seu interesse.-Advs. ADRIANO MARRONI OAB/PR. 23657 e CRISTINE MEIRE WELTER-.

34. ACAO DE COBRANCA-375/2008-RIVEL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x ROSANE TERESINHA HENTZ VIANA- "Sobre petição e documentos juntados aos Autos, manifeste-se o Autor no prazo de 10 dias." - Advs. FABIO YOSHIHARU ARAKI e GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547-.

35. ACAO DE COBRANCA-0002409-83.2008.8.16.0086-PAULO RODRIGUES e outros x MUNICIPIO DE GUAIRA- "O Requerido para que no prazo de 10 dias apresente sua alegações finais." - Advs. ROSANA CRISTINA L. RECHE OAB/39941 e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.

36. ORDINARIA DE COBRANCA-0003304-10.2009.8.16.0086-BENEDITO CARLOS DE OLIVEIRA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS--RETIRAR OFICIO PÁRA POSTAR COIM ARA.dvs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS, ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO e ILIANE ROSA PAGLIARINI-.

37. ORDINARIA DE COBRANCA-0002738-61.2009.8.16.0086-BENEDITA FERREIRA PEREIRA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-RETIRAR OFICIO PARA POSTAR COM AR-Advs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO-.

38. ORDINARIA DE COBRANCA-0002663-22.2009.8.16.0086-AIRTON DOMINGOS CANDIDO e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- A PARTE ADVERSA DEVE FAFLAR SOBRE OETIÇAO DE FLS.485/510-(FAVOR VER EM CARTORIO POR SER MUITO EXTENSO PARA PUBLICAR ...AS PARTES DEVEM FALAR SOBRE LAUDI PERICIAL.Advs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA e TATIANA TAVARES DE CAMPOS-.

39. ORDINARIA DE COBRANCA-0002689-20.2009.8.16.0086-ANDREIA APARECIDA PINAFFI e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-RETIIRAR OFICIILOS PARA POSTAR COM AR-Advs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO-.

40. SUPRIMENTO JUDICIAL-141/2009-VANESSA SILVEIRA DE ALMEIDA x JUIZO DE DIREITO- Julgo extinto este processo sem resolução do merito.-Adv. HENRIQUE HESSEL-.

41. ACAO DE COBRANCA-0002751-60.2009.8.16.0086-ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS CRUZ x ALIANÇA DO BRASIL- DRA NAJLA DEVE ASSINAR PETIÇAO DE FLS.180/181-Advs. NAJLA M. COSTA PEREIRA, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, NADIA MAZUREK OAB/PR 27972/PR e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

42. ANULACAO DE ATOS JURIDICO-194/2009-ANDREA MARIA AGNER QUINTAS e outro x Pierina Candil Bottega- "OS AUTOS BAIXARAM DO TRIBUNAL. ÀS PARTES PARA REQUEREREM O QUE FOR DE SEU INTERESSE." - Advs. ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556 e WILSON DA COSTA LOPES-OAB/PR 9926-.

43. ACAO MONITORIA-0002650-23.2009.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x AGDA DE SOUZA COLEHO SOSNOSKI- "SOBRE A DEVOLUÇÃO DO OFICIO EXPEDIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR." - Advs. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR e SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

44. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-239/2009-JOAO HENRIQUE MOREIRA SANTOS x OMNI S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- falar sobre o laudo pericial.-Advs. HASAN VAIS AZARA, LOURENCO CESCA - OAB/PR. 48692 e EDUARDO PENA DE MOURA FRANCA-.

45. ANULACAO DE ATOS JURIDICO-0002967-21.2009.8.16.0086-LUIZ MAXIMINIANO DA ROSA e outro x BANCO DO BRASIL S.A- Autos baixaram do tribunal-Advs. HENRIQUE HESSEL, SIMONE MONTEIRO FLEIG - OAB 23.747 e LARISSA ELIDA SASS - OAB 47.976-.

46. BUSCA E APREENSAO-0002746-38.2009.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x MIZAEL CARVALHO ROCHA- Julgo Extinta esta ação.-Adv. FLAVIO SANTANA VALGAS-.

47. REVISAO CONTRATUAL-0002648-53.2009.8.16.0086-JOAO HENRIQUE MOREIRA SANTOS x OMNI S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-falar sobre laudo pericial em 10 dias-Advs. HASAN VAIS AZARA e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

48. ACAO MONITORIA-310/2009-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x JOSEANE ROCHA WANDERLEI- Nao a veiculo a ser bloqueado.-Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI e DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.

49. ALIENACAO DE BENS-0003205-40.2009.8.16.0086-ELTON DIOHN DIAS ROCHA e outros x SIMIAO LOPES NEVES e outro- saneador - partes legitimas etc;PONTOS CONTROVERTIDOS -a) a indivisilidade do imovel sub judice; b) existencia dos requisitos do usucapiao quais sejam, posse, tempo, ainimus domini; bem como a fração do imovel porventura usucapida; c) benfeitorias existentes para fins de reteção de indenização;d) definição das cotas partes remanescente para possibilitar aos requeridos o exercicio do direito de preferencia. PROVAS DEFERIDAS - a)depoimentos pessoais dos autores e requeridos; b)prova documentais, testemunhal e periciais. Caso as partes pretendam, ouvir testemunhas devem arrola-las ate 20 dilas antes da audiencia. Nomeado perito Nelson Luiz Felipe Cordeiro -AUDIENCIAS de conciliação dia 19/01/2012 as 13,15 horas- recolher guia oficial de justiçal-Advs. JAMIL EL KADRI, MARIANA DE OLIVEIRA CANDIDO e VALERIA DE ALMEIDA BALAN OAB/41077-.

50. BUSCA E APREENSAO-0002685-80.2009.8.16.0086-BANCO FINASA S.A-BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO-S.A x ELISABETE CRISTINA LANDIM-DIGGA A REQUERIDA SE HOUVE ACORDO ENTRE AS PARTES.-Advs. CARLA ROBERTA DOS S. BELEM, LUIZ CLAUDIO N. LOURENCO e GIVANILDO JOSÉ TIROLTI-.

51. ACAO DE COBRANCA-564/2009-ENILSON BATISTA DANTAS x VALTER ALVES ALBUQUERQUE-Dar andamento ao feito, se inerte, sera intimada a parte pessoalmente e as suas expensas. -Adv. LUANA CAMILA BUENO OAB/PR. 40001-.

52. AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL-0002764-59.2009.8.16.0086-AMELIA GLABA SANTANA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- Retirar oficio e postar com AR.-Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, EVELI MARIA PEDROLLO, MAURILIA BONALUIMI SANTOS e MONICA FERREIRA MELLO BIORA-.

53. BUSCA E APREENSAO-641/2009-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADM. COSTA OESTE- SICREDI COSTA OESTE x RONALDO APARECIDO SODRE- APRESENTAR CALCULO ATUALIZADO-Adv. EVILASIO DE CARVALHO JR-OAB 27820-.

54. INTERDICAO E CURATELA-0000073-38.2010.8.16.0086-JOSE ANTONIO DE MEDEIROS DANTAS e outro x ANA PAULA GONZALES DANTAS- O autor para prestar contas e assinar o termo de curador.-Advs. MAURILIA BONALUMI SANTOS e LISIANE DE CAMPOS-.

55. BUSCA E APREENSAO-0000107-13.2010.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x SOELI DEL VECCHIO- "O Autor para que efetue o pagamento das custas processuais no valor de R$ 856,34, a fim de que os autos sejam encaminhados para prolação de sentença." - Advs. CARLA ROBERTA DOS S. BELEM, PATRICIA TRENTO e LUDMILA ALVES IMAI-.

56. RESPONSABILIDADE CIVIL-0000123-64.2010.8.16.0086-MARIA APARECIDA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- "Sobre as petições e documentos juntados pelo Requerido e pela Caixa Economica Federal, manifeste-se o Autor no prazo de 10 dias." - Advs. GERALDO ALBERTI-OAB/PR.16.291-B, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 e MONICA FERREIRA MELLO BIORA- 33.111-.

57. BUSCA E APREENSAO-0000240-55.2010.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x JOSE RODRIGUES DA SILVA- Dar andamento ao feito. Recolher GRC do oficial de justiça.-Adv. CRISTIANE BELINATI G. LOPES-19937-.

58. ACAO MONITORIA-0000510-79.2010.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CLEISON GARCIA DE AZEVEDO- O autor para recolher guia para diligencia do Sr. Oficial de justiça.-Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

59. INDENIZACAO-0000765-37.2010.8.16.0086-LUCIANA BATISTA x MARINA APARECIDA FERNANDES SUTIL e outro- As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma justificada. -Advs. WILSON DA COSTA LOPES, CRISTIANE R. DE M. VENANCIO DA SILVA, DORIMAR CLEBER TARGA PEREIRA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e GERSON VANZIN MOURA DA SILVA-.

60. INDENIZACAO - SUMARIO-0000930-84.2010.8.16.0086-GABRIELE DIAS WELTER x ALUISIO DONIZETE KUROSKI e outro-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma

objetiva e fundamentada. -Advs. WILSON DA COSTA LOPES, REGINA ALVES CARVALHO e FABIOLA ROSA FERSTEMBERG-.
61. INTERDICAO E CURATELA-0001868-79.2010.8.16.0086-ANTONIO JOSE CAVALCANTE DA SILVA x DONIZETE CAVALCANTE DA SILVA- Sobre o pleito de dispensa do transito em julgado, manifeste-se a parte ré, em tal ato, haver a intimação da parte re quando a r. sentença proferida.-Advs. GIOVANI BATISTA LOPES e NILSON DA COSTA LOPES-.
62. BUSCA E APREENSAO-0001880-93.2010.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x EDSON DE SOUZA- "SOBRE A RESPOSTA DO SISTEMA INFOJUD, MANIFESTE-SE O AUTOR" - Advs. CARLA ROBERTA DOS S. BELEM e PATRICIA TRENTO-.
63. ACAO MONITORIA-0002226-44.2010.8.16.0086-UNIPAR - UNIVERSIDADE PARANAENSE x JULIANA FERNANDES FERREIRA- "SOBRE A CERTIDAO DO SENHOR OFICIAL DE JUSTIÇA, MANIFESTE-SE O AUTOR" - Adv. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
64. ACAO DE COBRANCA-0002574-62.2010.8.16.0086-VALDOMIRO SANTE x CENTAURO SEGURA-DORA- -SENTENÇA - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, E CONDENO A REQUERIDA AO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DO VALOR REFERENTE A INDENIZAÇÃO DO SEGURO dpvat DEVIDO AO AUTOR NO VALOR DE R$11.137,50 COM ACRESCIMOS LEGAIS.PELA SUCUMBENCIA CONDENO A REQUERIDA EM CUSTAS E DESPESAS E VERBA HONORARIA DE ADVOGADO ARBITRADO EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO,CORRIGIDO.-Advs. NAJLA M. COSTA PEREIRA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.
65. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002583-24.2010.8.16.0086-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO VALE DO P x EDSON BARBOSA GUIMARAES- "Sobre a resposta do Sistema Infojud da Receita Federal, manifeste-se o Exequente no prazo legal." - Adv. CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
66. ACAO DE COBRANCA-0002616-14.2010.8.16.0086-MARIA IONE GOULART x CENTAURO SEGURADORA- "FOI DESIGNADO O DIA 14/10/2011 ÀS 11:00 HORAS DA MANHÃ, NO CONSULTÓRIO DO DR. JOÃO FERNANDO LEMES, PARA REALIZAÇÃO DA PERICIA MEDICA." - Advs. NAJLA M. COSTA PEREIRA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 e NATALINA INACIO L. PIAZZA-46.634-.
67. ACAO MONITORIA-0002643-94.2010.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x NATHALY FERNANDA DA SILVA CREMER-Retirar oficio(s) e postar com AR. -Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI e DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
68. ADJUDICACAO COMPULSORIA-0002807-59.2010.8.16.0086-FILOMENA MACHADO DA SILVA x CITYPAR - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-Sobre petição e documentos de fls. 59 a 69, manifeste-se o autor.-Adv. GIOVANI BATISTA LOPES-.
69. USUCAPIAO-0002999-89.2010.8.16.0086-GILMAR HARTMANN e outro x YOSHIDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- O autor para juntar aos autos comprovante do conhecimento da citação dos confinantes, citada na petição de fls. 70. -Adv. JOSE DANIEL BARBOSA BASTO-OAB-17219-.
70. ACAO DE COBRANCA-0003118-50.2010.8.16.0086-ROSIMAR BARROS TELESTE x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Os autos baixaram do tribunal.-Adv. NAJLA M. COSTA PEREIRA-.
71. REINTEGRACAO POSSE-0003174-83.2010.8.16.0086-OLGA GUZELLA e outros x JOSE ALVES MONTES- "Sobre a petição juntada pelo Requerido, manifeste-se o Autor no prazo de 10 dias." - Advs. GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547, MARCIO ARI VENDRUSCOLO OAB/PR 24736 e LOURENCO CESCA - OAB/PR. 48692-.
72. ACAO DE COBRANCA-0003295-14.2010.8.16.0086-MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS JULIAO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT- "O Autor para que informe se compareceu ou nao à pericia designada, bem como para que de prosseguimento ao feito, requerendo o que for de seu interesse." - Advs. DIEGO GURGACZ e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.
73. REGISTRO NASCIMETO/OBITO EXTEMPOR.-0003332-41.2010.8.16.0086-MARIA DO CARMO CAITANO x JUIZO DE DIREITO- RETIRAR PRECATORIA PARA CUMPRIR.-Advs. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR e SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
74. RESCISAO CONTRATUAL-0003433-78.2010.8.16.0086-FRANCIELE BATISTA ESPOSITO x FENICIA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA e outros- Sobre oficio de folhas 64, manifeste-se o autor.-Adv. CRISTINE MEIRE WELTER-.
75. ACAO DE COBRANCA-0003533-33.2010.8.16.0086-LEANDRO ELOI BECKER x CENTAURO SEGURADORA S.A.- "Foi indeferido o postulado pela Douta Procuradora do Autor às fls. 118, tendo em vista que tal diligencia cabe unica e exclusivamente à parte agravada." - Advs. NAJLA MARIA ZERAIK, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 e RAFAELA POLYDORO KUSTER OAB/45057-.
76. ACAO DE COBRANCA-0003755-98.2010.8.16.0086-EUGENIO DA SILVA x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Marcada Pericia para o dia 19/10/2011, as 11:00 horas, no Hospital Santa Rita, com o Dr. Joao Fernando Lemes, o autor para levar os quesitos. -Advs. NAJLA MARIA ZERAIK, MARCELO DAVOLI LOPES, MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, FLAVIA BALDUINO DA SILVA e NATALINA INACIO L. PIAZZA-46.634-.
77. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0003784-51.2010.8.16.0086-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO COSTA OESTE - SICREDI COSTA OESTE x APARECIDO FERNANDES DE LIMA- APRESENTAR CALCULOO ATUAÇIZADO-Adv. CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
78. EXECUCAO-0004036-54.2010.8.16.0086-MARIA JOSE DOS ANJOS e outros x D.E.R. - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS- "Tendo em vista o julgamento dos Embargos à Execução, providencie o Autor ao prosseguimento da Execução, requerendo o que for de seu interesse." - Advs. ACYR LOURENCO DE GOUVEIA, APARECIDO DA SILVA MARTINS e MARIA ADILIA GOUVEIA-.
79. BUSCA E APREENSAO-0000006-39.2011.8.16.0086-BANCO ITAÚ S.A. x SOLANGE DO NASCIMENTO MARQUES PIRES- Efetuar o pagamento das custas ( valor ver em cartorio).-Advs. EVARISTO ARAGÃO SANTOS, MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR e LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.
80. BUSCA E APREENSAO-0000039-29.2011.8.16.0086-RIVEL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x CLARICE MARIA SOSNOSKI SANCHES-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. OSVALDO KRAMES NETO OAB/PR 21186 e NAJLA MARIA ZERAIK-.
81. PRODUCAO ANTECIPADA DE PROVAS-0000330-29.2011.8.16.0086-REGIANE DA SILVA PEREIRA x PREFEITURA MUNCIPAL DE GUAIRA-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. LEONIDAS G. NASCIMENTO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
82. PRODUCAO ANTECIPADA DE PROVAS-0000331-14.2011.8.16.0086-DERLI JOSE FURTADO x PREFEITURA MUNCIPAL DE GUAIRA- "SOBRE A CONTESTAÇÃO DO REQUERIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR NO PRAZO LEGAL" - Advs. LEONIDAS G. NASCIMENTO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
83. REPETICAO DE INDEBITO-0000472-33.2011.8.16.0086-SERGIO ALTAIR FURLAN JUNIOR x OMNI S.A. CRED. FINANC. E INVESTIMENTO-Retirar oficio(s) e postar com AR. -Adv. MAYKON JONATHA RICHTER OAB/PR.36356-.
84. EMBARGOS A EXECUCAO-0000570-18.2011.8.16.0086-D.E.R. - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS x ADAIR FRIEDRICH e outros- "Ao Embargante para que se manifeste sobre sobre a petição juntada pelo Embargado às fls. 20/21." - Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ, ACYR LOURENCO DE GOUVEIA, APARECIDO DA SILVA MARTINS 15498/PR e MARIA ADILIA GOUVEIA-.
85. ACAO DE COBRANCA-0000940-94.2011.8.16.0086-GRAFICA LEX LTDA x TRG DOS ANJOS FARIA - CONFECÇÕES- "O AUTOR PARA QUE RECOLHA AS CUSTAS PROCESSUAIS FINAIS, A FIM DE QUE OS AUTOS SEJAM ENCAMINHADOS PARA PROLAÇÃO DE SENTENÇA." - Adv. GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547-.
86. BUSCA E APREENSAO-0001184-23.2011.8.16.0086-BANCO DO BRASIL S.A x MARCIO RICARDO DA SILVA PAULETTE- "O Autor para recolher as custas do oficial de justiça no valor de R$ 295,50." - Adv. TABATA NOBREGA BONGIORNO-.
87. ACAO DE COBRANCA-0001276-98.2011.8.16.0086-VILMA MARIA DE OLIVEIRA x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Sobre contestação e documentos de folhas 35 a 60, manifeste-se o autor.-Adv. NAJLA MARIA ZERAIK-.
88. ACAO DE DESPEJO-0001282-08.2011.8.16.0086-JOSIANE ESTER PATZLAFF DA SILVA e outro x VANILZA ALVES- Sobre contestação e documentos de folhas 97 a 129, manifeste-se o autor.-Adv. ULISSES FALCI JUNIOR-.
89. ACAO ORDINARIA RESSARC. DANOS-0001342-78.2011.8.16.0086-AUDENIR DORNELLES e outros x FEDERAL DE SEGUROS-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, MILTON OLIZAROSKI, EVELI MARIA PEDROLLO, MAURILIA BONALUIMI SANTOS, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA e ROSANGELA DIAS GUERREIRO-.
90. ORD. DE OBRIGACAO DE FAZER-0001598-21.2011.8.16.0086-WALSIR PERUSSO x BANCO CNH CAPITAL S.A.- As partes litigantes para que especifiquem as provas que pretendem poduzir.-Advs. LUIZ FERREIRA VERGÍLIO e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.
91. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0001712-57.2011.8.16.0086-CLAUDECIR ANTONIO MENEGOTTO e outro x GENI RIBEIRO CORREIA e outros- Deferido o pedido pelo prazo de 20 dias.-Adv. MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA-.
92. INDENIZACAO-0001844-17.2011.8.16.0086-LOURENCO CESCA x HILDO KOREN e outro- Sobre as contestações das denunciadas, manifeste-se o autor, no prazo de 10 dias.-Adv. HASAN VAIS AZARA-.
93. BUSCA E APREENSAO-0002086-73.2011.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I x ELIANE ROCHA WANDERLEI DE JESUS- "Ao Autor para que o mesmo recolha as custas processuais no valor de R$ 853,53, a fim de que os autos sejam encaminhados para prolação de sentença de extinção." - Adv. JANE MARIA V. PRONER-.
94. EMBARGOS A EXECUCAO-0002107-49.2011.8.16.0086-CILSON RIBEIRO CORREIA e outros x C. VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "SOBRE A PETIÇÃO JUNTADA PELO AUTOR, MANIFESTE-SE O REQUERIDO NO PRAZO LEGAL" - Advs. DEAN JAISON ECCHER e CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
95. IMPUGNACAO AO CUMPR. DA SENT.-0002254-75.2011.8.16.0086-BAZAR MELISSA LTDA - ME x C.A.T.M. COMERCIO DE LIVROS LTDA- "SOBRE A PETIÇÃO JUNTADA PELO REQUERIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR." - Advs. WILSON DA COSTA LOPES- OAB/PR 9926 e JULIANO CASTELHANO LEMOS-.
96. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0002270-29.2011.8.16.0086-AMARILDO DA SILVA SANTOS x BANCO PANAMERICANO S.A.- Sobre contestação e documentos de folhas 25 a 46, manifeste-se o autor.-Adv. MAYKON JONATHA RICHTER OAB/PR.36356-.
97. ACAO DE DESPEJO-0002343-98.2011.8.16.0086-GEREMIAS BERBERT e outros x JOAO CARLOS JAMBERSI e outro- Retirar oficio e postar com AR.-Adv. ROSI MARY MARTELLI-.
98. COBRANCA- ORDINARIA-0002344-83.2011.8.16.0086-PILAO QUIMICA LTDA x DSI-DUTCH STARCHES INTERNATIONAL DO BRASIL AMIDOS LTDA- "O

AUTOR PARA RECOLHER AS CUSTAS DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA." - Adv. CLEMENTE ALVES DA SILVA-.

99. RECLAMACAO TRABALHISTA-0002359-52.2011.8.16.0086-CELSO SUTIL x MUNICIPIO DE GUAIRA- JULGO EXTINTO ESTE FEITO SEM RESOLUÇAO DO MERIITO; CONDENO O AUTOR EM BBUSTAS E DESPESAS MAS FICA ISENTA.-Advs. CASSIUS ANDRE VILANDE, ELISANGELA MARIA DE M. VILANDE e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.

100. ACAO DE COBRANCA-0002628-91.2011.8.16.0086-BELMIRO LUIZ DE FREITAS x MUNICIPIO DE GUAIRA- NAO HOUVE CONTESTAÇÃO NO PRAZO LEGAL.-Advs. CASSIUS ANDRE VILANDE e ELISANGELA MARIA DE M. VILANDE-.

101. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002688-64.2011.8.16.0086-NEW FIT INDUSTRIA E COMERCO DE APARELHOS PARA GINASTICA IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA-ME x ZILDA APARECIDA MORTARI FERNANDES e outros- "Ao Autor para que efetue o pagamento das custas de Oficial de Justiça no importe de R$ 333,00 (trezentos e trinta e tres reais), no prazo de 10 dias." - Adv. MARCOS ADRIANO ANTUNES-.

102. ACAO DE COBRANCA-0002809-92.2011.8.16.0086-LAURA MARIA DA SILVA e outro x MUNICIPIO DE GUAIRA- AUIDIENCIA CONCILIAÇAO DIA 19/01/2012 AS 13 HORAS. O AUTOR DEVE JUNTAR COPIA DA INICIAL-Advs. FABIULA MAROSO e MARCOS JULIO ANTONIETTI CLAUS-.

103. BUSCA E APREENSAO-0002884-34.2011.8.16.0086-BANCO PANAMERICANO S.A. x MARIA DAS DORES UHLMANN- "...Pedido Liminar foi deferido pelo Juizo. O Autor para providenciar o recolhimento das custas de Oficial de Justiça no valor de R$ 295,50, a ser depositado em conta judicial junto ao Banco do Brasil S.A, conta esta que deve ser aberta no momento do deposito, vinculada à Agencia de Guaíra/PR, cujo código é 0641-6." - Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e SABRINA OLIVEIRA-.

104. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0000763-09.2006.8.16.0086-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x IVONE SOUZA- Sobre petição de folhas 208, manifeste-se o autor.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

105. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-0001074-63.2007.8.16.0086-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x GUAIRA EQUIPAMENTOS LTDA- "SOBRE O BLOQUEIO BACENJUD, MANIFESTE-SE O AUTOR." - Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.

106. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0002294-62.2008.8.16.0086-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x CONRAD ZAGER JUNIOR- NAO LOCALIZADO VEICULOS NO RENAJUD-Adv. MARCOS AURELIO COMUNELLO-.

107. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-163/2008-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x ROGER FRANCISCO DA ROCHA/PJ e outro- Sobre os expedientes de fls. 95/96 - renajud, manifeste-se o autor.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.

108. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0001870-49.2010.8.16.0086-MUNICIPIO DE GUAIRA x WILSON NHOATTO- Sobre oficio do Juizo Deprecante as folhas 39, manifeste-se o autor.-Adv. MARCOS AURELIO COMUNELLO-.

109. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0002690-68.2010.8.16.0086-MUNICIPIO DE GUAIRA PR x ALEMAR POTT e outro- Julgo improcedente a exceção de pre-executividade.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e DILCE BARBOSA DO NASCIMENTO-.

110. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0000459-34.2011.8.16.0086-MUNICIPIO DE GUAIRA x MECANAUTO - COMERCIO DE PECAS MEC. VEICULOS LTDA- "Sobre a petição do Exequente, manifeste-se o Executado no prazo de 10 dias." - Advs. SANDRA PADILHA MARTINS, ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556 e CLAUDIO MUHAMMAD JABER OAB 33536 PR-.

111. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0000811-02.2005.8.16.0086-Oriundo da Comarca de -COOPERATIVA AGROPECUARIA PROD. INTEGR. PARANA LTDA x VALDIR GAZOLA- DIZER SE PRETENDE A CINTINUAÇAO DO FEITO.-Advs. MACIEL TRISTAO BARBOSA OAB 14.945 e ISAIAS JUNIOR T. BARBOSA- 43.295-.

112. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002506-83.2008.8.16.0086-Oriundo da Comarca de CASCAVEL - PARANA-CELI GONCALVES PARIZZI e outros x GILBERTO MARQUES DE BRITO e outro- "Antes da devolução da carta precatória ao Juizo Deprecante, providencie o Autor ao pagamento das custas finais no valor de R$ 175,87." - Advs. FABIOLA DE MOTTA FIGUEIRA, PRISCILA M. PIMENTA MIOTTO e HAMILTON MARIANO-.

113. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002380-33.2008.8.16.0086-Oriundo da Comarca de UMUARAMA-PR-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADM. COSTA OESTE- SICREDI COSTA OESTE x ROGERIO XAVIER DE LIMA- "ANTES DA DEVOLUÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA, PROVIDENCIE O AUTOR AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS FINAIS." - Adv. CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.

114. CARTA PRECATORIA - CIVEL-148/2008-Oriundo da Comarca de FOZ DO IGUACU - PARANA-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x MINERAÇAO FLORESTA DE GUAIRA LTDA- Sobre deposito de fls. 152, o executado.-Adv. ADELIO DRUCIAK - OAB/PR. 10443-.

115. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002915-54.2011.8.16.0086-Oriundo da Comarca de 3ª VARA CÍVEL DE CASCAVEL - PR-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x EDVALDO PEDRO DOS SANTOS- "O Autor para recolher custas de oficial de justiça no valor de R$ 295,50." - Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

1. COBRANCA- ORDINARIA-0000015-31.1993.8.16.0086-JACOVAS ARQU.ASSOCIADOS LTDA x PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA- RETIRAR PRECATORIA PARA CUMPRIR-Advs. GLAUCIO L. CORAIOLA, JOSE DANIEL BARBOSA BASTO-OAB-17219 e MARCOS AURELIO COMUNELLO-.

2. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-122/1996-BANCO DO ESTADO DO PARANA - CGC 76.492.172/0001-91 x INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS BED HOUSE LTDA e outros- "Sobre a resposta do sistema infojud da receita federal, manifeste-se o Autor." - Advs. LAURO SOARES DA SILVA-OAB/PR9543 e SEBASTIAO POLITI OAB/3895-.

3. ACAO CIVIL PUBLICA-0000079-65.1998.8.16.0086-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x ERMINIO VENDRUSCOLO e outros- Ao requerido Pedro Venancio da Silva, MP solicita que pague voluntariamente o restante do debito no valor de R$ 296,00 autos 189/98-C. Sobre a petição e documentos de fls. 82/116, manifeste-se o Municipio de Guaira, e sobre parecer ministerial de fls. 118/120, manifeste-se o executado Jose Eduardo dos Santos - autos 189/98-F.- Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO, ANA PAULA GOUVEIA - OAB N. 29.047 e ANA RAQUEL DOS SANTOS - 25.965/PR-.

4. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-16/2000-COOPERATIVA AGRICOLA MISTA VALE DO PIQUIRI LTDA x MARLON ANDERSON MERINO- "Sobre a resposta do Sistema Infojud da Receita Federal, manifesta-se o Autor." - Advs. CLAUDIO PIZZATTO OAB/PR. 9246 e ELCIO LUIZ W. FERNANDES/17963/PR-.

5. ACAO MONITORIA-190/2000-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL x MOVEIS PALMILAR LTDA e outros- DOIZER SE PRETENDE REATIVAR O FEITO,- Advs. FRANCISCO IRINEU BRZEZINSKI-2381, DOUGLAS RENATO BRZEZINSKI-22650, ELISANGELA C. FARIA OAB/PR 21949 e EDSON SEGURA BATTILANI-OAB/PR.31306-.

6. BUSCA E APREENSAO-0000442-13.2002.8.16.0086-BANCO BRADESCO S.A x ROBERVAL BUENO FERREIRA- "Os Autos foram desarquivados e encontram-se em Cartório à disposição do Douto procurador." - Advs. MARCELO HENRIQUE F. S. MATOS e GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547-.

7. PRESTACAO DE CONTAS-0000469-93.2002.8.16.0086-COMERCIAL BEIRA RIO LTDA x ARIOVALDO LUIZ BIER-Dar andamento ao feito, se inerte, sera intimada a parte pessoalmente e as suas expensas. -Advs. MANUEL NUNES LOURENÇO OAB/PR 15351, JULIANO ANDRIOLI - 0AB 29.724, EDVANDRO AUGUSTO BIER OAB/PR 21.852 e DIETER MICHAEL SEYBOTH-OAB30.706-.

8. ACAO MONITORIA-247/2003-ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSICO E CULTURA - APEC x ANA LUCIA FRASSATO- Nao houve bloqueio no Renajud, manifeste-se o autor.-Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

9. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0000783-68.2004.8.16.0086-BANCO DO BRASIL S.A x LINCOLN VILLI GERKE e outros- Homologado a transação celebrada as fls. 148/155, determino a suspensao deste processo ate do cumprimento do acordo.-Advs. MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI e JULIANO ANDRIOLI - 0AB 29.724-.

10. REVISAO CONTRATUAL-0000762-58.2005.8.16.0086-SANDRO KOTKOVSKI TABORDA x BANCO BRADESCO S.A- Sobre petição de folhas 556 a 558, manifeste-se o requerido ( Banco).-Advs. MAURILIA BONALUMI SANTOS e MARCIO ROGERIO DEPOLLI OAB/20456-.

11. ACAO DE COBRANCA-166/2005-BANCO BRADESCO S.A x AUTO POSTO LA PALOMA LTDA e outros- FALAR EM 10 DIAS SOBRE O LAUDIO PERICIAL-Advs. PATRICIA EINHARDT MEULAM OAB 28.923 e CARLOS ALBERTO MALIZA-OAB/PR 14.713-.

12. ANULATORIA DE CONTR. CC PED.-314/2005-ROBERTINO ROBERTO BRAGA x DETRAN/PR - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO e outro- "O Requerido para que se manifeste acerca do pleito de fls. 352, mormente ao inserto no §4º." - Advs. NILSON DA COSTA LOPES, MONICA P DE SOUZA LOBO OAB/PR 35455 e RONY MARCOS DE LIMA OAB/PR 10.948-.

13. RESSARCIMENTO DE DANOS EM AC.-0000763-43.2005.8.16.0086-PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS x DIOMEDES MIGUEL DA COSTA JUNIOR e outro- "O Autor para retirar a Carta Precatória, instruir e distribuir no Orgão competente para o devido cumprimento." - Advs. CIRO BRUNING-OAB/20336-PR, SANDRO MATTEVI DAL BOSCO OAB/33.153, ROSIANE CRISTINA DE SOUSA OAB/33727, SUZANE ROSANGELA BUSSATTA e GIOVANA CEZALLI MARTINS-45.708/PR-.

14. USUCAPIAO-0000828-04.2006.8.16.0086-LUIZ FERNANDO ALVES e outro x ESPOLIO DE ADOLPHO MUNTOREANU- "SOBRE A PETIÇÃO JUNTADA PELO REQUERIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR NO PRAZO LEGAL" - Advs. MAURILIA BONALUMI SANTOS, EVELI MARIA PEDROLLO- OAB/PR 23024, SUZANE ROSANGELA BUSSATTA, FABIO TEIXEIRA OZI e DAVID JOSEPH-.

15. ACAO MONITORIA-300/2006-ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSICO E CULTURA - APEC x MARIA JOSE DE ARAUJO BOARO- "sobre a resposta do sistema infojud da receita federal, manifeste-se o Autor." - Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

16. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0000727-64.2006.8.16.0086-BANCO BRADESCO S.A x SELSON DE PAULA VIANA & CIA LTDA e outros- "Sobre a resposta do sistema infojud da receita federal, manifeste-se o Autor." - Advs. JULIANO RICARDO TOLENTINO, LEANDRO DE QUADROS OAB/PR 31.857 e ADEMILSON DOS REIS OAB/PR 30.611-.

17. EMBARGOS A EXECUCAO-116/2007-DORVALINO MAZZARO CASARIN e outro x SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA- depositar o valor de r$12.988,27 devendo o embargante depositar no prazo de 10 DIAS, FICANDO ADVERTIDO DO CONTIDO NO ART..599 INCISO I I C.C. ART.600, INCISOS II, III IIV DO cpcAdvs. LUIZ SEGUNDO GIACOMIN OAB/PR 31017, HELENA ROSSET GIACOMIN OAB/PR 39638, EGBERTO FANTIN e DIEGO LUIZ PASQUALLI-.

18. ACAO MONITORIA-0001078-03.2007.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x RODRIGO DIAS SANCHES- "O Autor para recolher as custas do Sr. Oficial de Justiça para efetivação da penhora do veiculo." - Adv. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.

19. ACAO MONITORIA-0000965-49.2007.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CLAUDIO GONCALVES PENTEADO- O autor para retirar oficio e postar com AR.-Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
20. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-264/2007-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CRISTINA ZANELLA- "Sobre a resposta do Sistema Infojud da Receita Federal, manifeste-se o Autor." - Adv. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
21. EMBARGOS A EXECUCAO-0000968-04.2007.8.16.0086-VARSIDES BRUCH e outro x INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- Deixo de receber apelação.-Advs. PERICLES A. G. DE OLIVEIRA- 18.294, HENRIQUE JAMBISKI P. SANTOS 31694 e ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883-.
22. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0000995-84.2007.8.16.0086-COOPERATIVA AGRICOLA MISTA RONDON - COPAGRIL x MARIA ALEXANDRINA DE JESUS- "Sobre a certidão de fls. 50, manifeste-se o Autor." - Advs. EDUARDO VANZELLA e HELENA ROSSET GIACOMIN OAB/PR 39638-.
23. USUCAPIAO-0001002-76.2007.8.16.0086-TEREZA ARAUJO CAETANO x VICENTE AUGUSTO BRILHANTE- Fornecer endereço dos cartorios para oficiar, conforme requerido as fls. 88, itewm 2.-Adv. ANA PAULA GOUVEIA - OAB N. 29.047-.
24. ACAO MONITORIA-0002148-21.2008.8.16.0086-CREDIVAL PARTICIPACOES, ADMINISTR. E ASSES. LTDA x ADELIR AMBONI- PREPARO DE CONTA R$66,75- Advs. ANDERSON MARCIO DE BARROS OAB/31952, DOUGLAS DOS SANTOS OAB/PR. 22966, REINALDO MIRICO ARONIS e IJAIR VAMERLATTI - 14.928/PR-.
25. ACAO MONITORIA-0002268-64.2008.8.16.0086-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x MANOEL RODRIGUES AGOSTINHO- "...Ante o exposto, com fundamento no art. 269, inc. III do CPC, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO celebrada e relatada às fls. 136 e 140, em seus proprios termos. Em consequencia, face ao atingimento das finalidades processual e social deste caderno processual, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO." - Advs. MACIEL TRISTAO BARBOSA OAB 14.945, ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883, THIAGO TRISTAO BARBOSA -45.625/PR e WILSON DA COSTA LOPES- OAB/PR 9926-.
26. USUCAPIAO-0002442-73.2008.8.16.0086-EDO LUIZ FRARE e outro x JOSE NIVALDO DA SILVA e outro-Retirar carta precatória para instruir, preparar e cumprir. Obs. o cartório faz esta intimacao da parte para agilizar o feito. Em caso do cartório postar a C.P. e remete-la ao Juizo deprecado, com certeza ela ficará paralizada por falta de documentos e pagamento de custas. -Advs. GILSON R. C. SANTOS - OAB-PR 20.888, LEONIDAS G. NASCIMENTO, JOAO FERNANDO P.GRECILLO OAB 36337 e JOSE BASILIO DE OLIVEIRA-.
27. REPETICAO DE INDEBITO-0002172-49.2008.8.16.0086-LUIZ TURQUINO e outro x AVEBE GUAIRA AMIDOS LTDA- O autor para requerer o que for de seu interesse.-Advs. ADRIANO MARRONI OAB/PR. 23657 e EDUARDO SUPTITZ-.
28. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002397-69.2008.8.16.0086-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x MARIO XAVIER LIMA- O autor para requerer o que for de seu interesse.-Advs. ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883 e EVELI MARIA PEDROLLO- OAB/PR 23024-.
29. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0002165-57.2008.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x JOSMAR CABRIANA FAJARDO- Considerando os pronunciamentos encartados as fls. 121/142 e sem mais delongas, inexiste outro caminho, senão o do acolhimento in totum dos argumentos de fls. 61/66, ate mesmo porque a fundamentação expendida nos autos que tramitaram perante o JEC desta Comarca prevalece sobre os argumentos de fls. 106/109. Contudo com esteio no art. 470 do CPC e em vista das sentenças proferidas nos autos 1087-57.2010 e 3352-32.2010.8.16.0086, ambos do JEC desta Comarca, DECLARO a impenhorabilidade do bem imóvel descrito no auto de fl.37. -Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI, DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR e JOSMAR CABRIANA FAJARDO-.
30. ACAO MONITORIA-0002339-66.2008.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x DAIANE DE SOUZA- Fornecer resumo da inicial para citação por edital.-Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI e DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
31. DECLARATORIA DE INEXISTENCIA-0002340-51.2008.8.16.0086-MARCELO CAETANO CAVALLIERE x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL- ASPÃRTES PARA APRESENTAREM ALEGAÇOES FINAIIS NO PRAZO SUCESSIVO DE 15 DIAS.-Advs. HUGO MIRANDA M. DA SILVA 33833/PR e LUIZ CARLOS PASQUALINI/OAB 22670/PR-.
32. INDENIZACAO-0002239-14.2008.8.16.0086-PAULO RODRIGUES x TIM CELULAR S.A- "Quanto à diferença apontada pelo Autora, manifeste-se a Requerida no prazo de 10 dias." - Advs. ROSANA CRISTINA L. RECHE OAB/39941, DEBORAH DIETRICH LECHIU e SERGIO LEAL MARTINEZ-.
33. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0002173-34.2008.8.16.0086-LUIZ TURQUINO e outro x AVEBE GUAIRA AMIDOS LTDA- O autor para requerer o que for de seu interesse.-Advs. ADRIANO MARRONI OAB/PR. 23657 e CRISTINE MEIRE WELTER-.
34. ACAO DE COBRANCA-375/2008-RIVEL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x ROSANE TERESINHA HENTZ VIANA- "Sobre petição e documentos juntados aos Autos, manifeste-se o Autor no prazo de 10 dias." - Advs. FABIO YOSHIHARU ARAKI e GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547-.
35. ACAO DE COBRANCA-0002409-83.2008.8.16.0086-PAULO RODRIGUES e outros x MUNICIPIO DE GUAIRA- "O Requerido para que no prazo de 10 dias apresente sua alegações finais." - Advs. ROSANA CRISTINA L. RECHE OAB/39941 e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
36. ORDINARIA DE COBRANCA-0003304-10.2009.8.16.0086-BENEDITO CARLOS DE OLIVEIRA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS--RETIRAR OFICIO PÁRA POSTAR COIM ARA.dvs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS, ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO e ILIANE ROSA PAGLIARINI-.
37. ORDINARIA DE COBRANCA-0002738-61.2009.8.16.0086-BENEDITA FERREIRA PEREIRA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-RETIRAR OFICIO PARA POSTAR COM AR-Advs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO-.
38. ORDINARIA DE COBRANCA-0002663-22.2009.8.16.0086-AIRTON DOMINGOS CANDIDO e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- A PARTE ADVERSA DEVE FAFLAR SOBRE OETIÇAO DE FLS.485/510-(FAVOR VER EM CARTORIO POR SER MUITO EXTENSO PARA PUBLICAR ...AS PARTES DEVEM FALAR SOBRE LAUDI PERICIAL.Advs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA e TATIANA TAVARES DE CAMPOS-.
39. ORDINARIA DE COBRANCA-0002689-20.2009.8.16.0086-ANDREIA APARECIDA PINAFFI e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-RETIIRAR OFICIILOS PARA POSTAR COM AR-Advs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO-.
40. SUPRIMENTO JUDICIAL-141/2009-VANESSA SILVEIRA DE ALMEIDA x JUIZO DE DIREITO- Julgo extinto este processo sem resolução do merito.-Adv. HENRIQUE HESSEL-.
41. ACAO DE COBRANCA-0002751-60.2009.8.16.0086-ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS CRUZ x ALIANÇA DO BRASIL- DRA NAJLA DEVE ASSINAR PETIÇAO DE FLS.180/181-Advs. NAJLA M. COSTA PEREIRA, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, NADIA MAZUREK OAB/PR 27972/PR e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.
42. ANULACAO DE ATOS JURIDICO-194/2009-ANDREA MARIA AGNER QUINTAS e outro x Pierina Candil Bottega- "OS AUTOS BAIXARAM DO TRIBUNAL. ÀS PARTES PARA REQUEREREM O QUE FOR DE SEU INTERESSE." - Advs. ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556 e WILSON DA COSTA LOPES-OAB/PR 9926-.
43. ACAO MONITORIA-0002650-23.2009.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x AGDA DE SOUZA COLEHO SOSNOSKI- "SOBRE A DEVOLUÇÃO DO OFICIO EXPEDIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR." - Advs. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR e SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
44. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-239/2009-JOAO HENRIQUE MOREIRA SANTOS x OMNI S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- falar sobre o laudo pericial.-Advs. HASAN VAIS AZARA, LOURENCO CESCA - OAB/PR. 48692 e EDUARDO PENA DE MOURA FRANCA-.
45. ANULACAO DE ATOS JURIDICO-0002967-21.2009.8.16.0086-LUIZ MAXIMINIANO DA ROSA e outro x BANCO DO BRASIL S.A- Autos baixaram do tribunal-Advs. HENRIQUE HESSEL, SIMONE MONTEIRO FLEIG - OAB 23.747 e LARISSA ELIDA SASS - OAB 47.976-.
46. BUSCA E APREENSAO-0002746-38.2009.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x MIZAEL CARVALHO ROCHA- Julgo Extinta esta ação.-Adv. FLAVIO SANTANA VALGAS-.
47. REVISAO CONTRATUAL-0002648-53.2009.8.16.0086-JOAO HENRIQUE MOREIRA SANTOS x OMNI S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-falar sobre laudo pericial em 10 dias-Advs. HASAN VAIS AZARA e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.
48. ACAO MONITORIA-310/2009-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x JOSEANE ROCHA WANDERLEI- Nao a veiculo a ser bloqueado.-Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI e DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
49. ALIENACAO DE BENS-0003205-40.2009.8.16.0086-ELTON DIOHN DIAS ROCHA e outros x SIMIAO LOPES NEVES e outro- saneador - partes legitimas etc;PONTOS CONTROVERTIDOS -a) a indivisilidade do imovel sub judice; b) existencia dos requisitos do usucapiao quais sejam, posse, tempo, ainimus domini; bem como a fração do imovel porventura usucapida; c) benfeitorias existentes para fins de reteção de indenização;d) definição das cotas partes remanescente para possibilitar aos requeridos o exercicio do direito de preferencia. PROVAS DEFERIDAS - a)depoimentos pessoais dos autores e requeridos; b)prova documentais, testemunhal e periciais. Caso as partes pretendam, ouvir testemunhas devem arrola-las ate 20 dilas antes da audiencia. Nomeado perito Nelson Luiz Felipe Cordeiro -AUDIENCIAS de conciliação dia 19/01/2012 as 13,15 horas- recolher guia oficial de justiçal-Advs. JAMIL EL KADRI, MARIANA DE OLIVEIRA CANDIDO e VALERIA DE ALMEIDA BALAN OAB/41077-.
50. BUSCA E APREENSAO-0002685-80.2009.8.16.0086-BANCO FINASA S.A-BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO-S.A x ELISABETE CRISTINA LANDIM-DIGGA A REQUERIDA SE HOUVE ACORDO ENTRE AS PARTES.-Advs. CARLA ROBERTA DOS S. BELEM, LUIZ CLAUDIO N. LOURENCO e GIVANILDO JOSÉ TIROLTI-.
51. ACAO DE COBRANCA-564/2009-ENILSON BATISTA DANTAS x VALTER ALVES ALBUQUERQUE-Dar andamento ao feito, se inerte, sera intimada a parte pessoalmente e as suas expensas. -Adv. LUANA CAMILA BUENO OAB/PR. 40001-.
52. AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL-0002764-59.2009.8.16.0086-AMELIA GLABA SANTANA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- Retirar oficio e postar com AR.-Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, EVELI MARIA PEDROLLO, MAURILIA BONALUIMI SANTOS e MONICA FERREIRA MELLO BIORA-.
53. BUSCA E APREENSAO-641/2009-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADM. COSTA OESTE- SICREDI COSTA OESTE x RONALDO APARECIDO SODRE- APRESENTAR CALCULO ATUALIZADO-Adv. EVILASIO DE CARVALHO JR-OAB 27820-.

54. INTERDICAO E CURATELA-0000073-38.2010.8.16.0086-JOSE ANTONIO DE MEDEIROS DANTAS e outro x ANA PAULA GONZALES DANTAS- O autor para prestar contas e assinar o termo de curador.-Advs. MAURILIA BONALUMI SANTOS e LISIANE DE CAMPOS-.
55. BUSCA E APREENSAO-0000107-13.2010.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x SOELI DEL VECCHIO- "O Autor para que efetue o pagamento das custas processuais no valor de R$ 856,34, a fim de que os autos sejam encaminhados para prolação de sentença." - Advs. CARLA ROBERTA DOS S. BELEM, PATRICIA TRENTO e LUDMILA ALVES IMAI-.
56. RESPONSABILIDADE CIVIL-0000123-64.2010.8.16.0086-MARIA APARECIDA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- "Sobre as petições e documentos juntados pelo Requerido e pela Caixa Economica Federal, manifeste-se o Autor no prazo de 10 dias." - Advs. GERALDO ALBERTI-OAB/PR.16.291-B, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 e MONICA FERREIRA MELLO BIORA- 33.111-.
57. BUSCA E APREENSAO-0000240-55.2010.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x JOSE RODRIGUES DA SILVA- Dar andamento ao feito. Recolher GRC do oficial de justiça.-Adv. CRISTIANE BELINATI G. LOPES-19937-.
58. ACAO MONITORIA-0000510-79.2010.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CLEISON GARCIA DE AZEVEDO- O autor para recolher guia para diligencia do Sr. Oficial de justiça.-Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
59. INDENIZACAO-0000765-37.2010.8.16.0086-LUCIANA BATISTA x MARINA APARECIDA FERNANDES SUTIL e outro- As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma justificada. -Advs. WILSON DA COSTA LOPES, CRISTIANE R. DE M. VENANCIO DA SILVA, DORIMAR CLEBER TARGA PEREIRA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e GERSON VANZIN MOURA DA SILVA-.
60. INDENIZACAO - SUMARIO-0000930-84.2010.8.16.0086-GABRIELE DIAS WELTER x ALUISIO DONIZETE KUROSKI e outro-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. WILSON DA COSTA LOPES, REGINA ALVES CARVALHO e FABIOLA ROSA FERSTEMBERG-.
61. INTERDICAO E CURATELA-0001868-79.2010.8.16.0086-ANTONIO JOSE CAVALCANTE DA SILVA x DONIZETE CAVALCANTE DA SILVA- Sobre o pleito de dispensa do transito em julgado, manifeste-se a parte ré, em tal ato, haver a intimação da parte re quando a r. sentença proferida.-Advs. GIOVANI BATISTA LOPES e NILSON DA COSTA LOPES-.
62. BUSCA E APREENSAO-0001880-93.2010.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x EDSON DE SOUZA- "SOBRE A RESPOSTA DO SISTEMA INFOJUD, MANIFESTE-SE O AUTOR" - Advs. CARLA ROBERTA DOS S. BELEM e PATRICIA TRENTO-.
63. ACAO MONITORIA-0002226-44.2010.8.16.0086-UNIPAR - UNIVERSIDADE PARANAENSE x JULIANA FERNANDES FERREIRA- "SOBRE A CERTIDAO DO SENHOR OFICIAL DE JUSTIÇA, MANIFESTE-SE O AUTOR" - Adv. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
64. ACAO DE COBRANCA-0002574-62.2010.8.16.0086-VALDOMIRO SANTE x CENTAURO SEGURA-DORA- -SENTENÇA - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, E CONDENO A REQUERIDA AO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DO VALOR REFERENTE A INDENIZAÇÃO DO SEGURO dpvat DEVIDO AO AUTOR NO VALOR DE R$11.137,50 COM ACRESCIMOS LEGAIS.PELA SUCUMBENCIA CONDENO A REQUERIDA EM CUSTAS E DESPESAS E VERBA HONORARIA DE ADVOGADO ARBITRADO EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO,CORRIGIDO.-Advs. NAJLA M. COSTA PEREIRA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.
65. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002583-24.2010.8.16.0086-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO VALE DO P x EDSON BARBOSA GUIMARAES- "Sobre a resposta do Sistema Infojud da Receita Federal, manifeste-se o Exequente no prazo legal." - Adv. CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
66. ACAO DE COBRANCA-0002616-14.2010.8.16.0086-MARIA IONE GOULART x CENTAURO SEGURADORA- "FOI DESIGNADO O DIA 14/10/2011 ÀS 11:00 HORAS DA MANHÃ, NO CONSULTÓRIO DO DR. JOÃO FERNANDO LEMES, PARA REALIZAÇÃO DA PERICIA MEDICA." - Advs. NAJLA M. COSTA PEREIRA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 e NATALINA INACIO L. PIAZZA-46.634-.
67. ACAO MONITORIA-0002643-94.2010.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x NATHALY FERNANDA DA SILVA CREMER-Retirar oficio(s) e postar com AR. -Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI e DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
68. ADJUDICACAO COMPULSORIA-0002807-59.2010.8.16.0086-FILOMENA MACHADO DA SILVA x CITYPAR - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-Sobre petição e documentos de fls. 59 a 69, manifeste-se o autor.-Adv. GIOVANI BATISTA LOPES-.
69. USUCAPIAO-0002999-89.2010.8.16.0086-GILMAR HARTMANN e outro x YOSHIDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- O autor para juntar aos autos comprovante do conhecimento da citação dos confinantes, citada na petição de fls. 70. -Adv. JOSE DANIEL BARBOSA BASTO-OAB-17219-.
70. ACAO DE COBRANCA-0003118-50.2010.8.16.0086-ROSIMAR BARROS TELESTE x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Os autos baixaram do tribunal.-Adv. NAJLA M. COSTA PEREIRA-.
71. REINTEGRACAO POSSE-0003174-83.2010.8.16.0086-OLGA GUZELLA e outros x JOSE ALVES MONTES- "Sobre a petição juntada pelo Requerido, manifeste-se o Autor no prazo de 10 dias." - Advs. GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547, MARCIO ARI VENDRUSCOLO OAB/PR 24736 e LOURENCO CESCA - OAB/PR. 48692-.
72. ACAO DE COBRANCA-0003295-14.2010.8.16.0086-MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS JULIAO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT- "O Autor para que informe se compareceu ou nao à pericia designada, bem como para que de prosseguimento ao feito, requerendo o que for de seu interesse." - Advs. DIEGO GURGACZ e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.
73. REGISTRO NASCIMETO/OBITO EXTEMPOR.-0003332-41.2010.8.16.0086-MARIA DO CARMO CAITANO x JUIZO DE DIREITO- RETIRAR PRECATORIA PARA CUMPRIR.-Advs. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR e SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
74. RESCISAO CONTRATUAL-0003433-78.2010.8.16.0086-FRANCIELE BATISTA ESPOSITO x FENICIA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA e outros- Sobre oficio de folhas 64, manifeste-se o autor.-Adv. CRISTINE MEIRE WELTER-.
75. ACAO DE COBRANCA-0003533-33.2010.8.16.0086-LEANDRO ELOI BECKER x CENTAURO SEGURADORA S.A.- "Foi indeferido o postulado pela Douta Procuradora do Autor às fls. 118, tendo em vista que tal diligencia cabe unica e exclusivamente à parte agravada." - Advs. NAJLA MARIA ZERAIK, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 e RAFAELA POLYDORO KUSTER OAB/45057-.
76. ACAO DE COBRANCA-0003755-98.2010.8.16.0086-EUGENIO DA SILVA x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Marcada Pericia para o dia 19/10/2011, as 11:00 horas, no Hospital Santa Rita, com o Dr. Joao Fernando Lemes, o autor para levar os quesitos. -Advs. NAJLA MARIA ZERAIK, MARCELO DAVOLI LOPES, MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, FLAVIA BALDUINO DA SILVA e NATALINA INACIO L. PIAZZA-46.634-.
77. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0003784-51.2010.8.16.0086-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO COSTA OESTE - SICREDI COSTA OESTE x APARECIDO FERNANDES DE LIMA- APRESENTAR CALCULOO ATUAÇIZADO-Adv. CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
78. EXECUCAO-0004036-54.2010.8.16.0086-MARIA JOSE DOS ANJOS e outros x D.E.R. - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS- "Tendo em vista o julgamento dos Embargos à Execução, providencie o Autor ao prosseguimento da Execução, requerendo o que for de seu interesse." - Advs. ACYR LOURENCO DE GOUVEIA, APARECIDO DA SILVA MARTINS e MARIA ADILIA GOUVEIA-.
79. BUSCA E APREENSAO-0000006-39.2011.8.16.0086-BANCO ITAÚ S.A. x SOLANGE DO NASCIMENTO MARQUES PIRES- Efetuar o pagamento das custas ( valor ver em cartorio).-Advs. EVARISTO ARAGÃO SANTOS, MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR e LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.
80. BUSCA E APREENSAO-0000039-29.2011.8.16.0086-RIVEL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x CLARICE MARIA SOSNOSKI SANCHES-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. OSVALDO KRAMES NETO OAB/PR 21186 e NAJLA MARIA ZERAIK-.
81. PRODUCAO ANTECIPADA DE PROVAS-0000330-29.2011.8.16.0086-REGIANE DA SILVA PEREIRA x PREFEITURA MUNCIPAL DE GUAIRA-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. LEONIDAS G. NASCIMENTO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
82. PRODUCAO ANTECIPADA DE PROVAS-0000331-14.2011.8.16.0086-DERLI JOSE FURTADO x PREFEITURA MUNCIPAL DE GUAIRA- "SOBRE A CONTESTAÇÃO DO REQUERIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR NO PRAZO LEGAL" - Advs. LEONIDAS G. NASCIMENTO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
83. REPETICAO DE INDEBITO-0000472-33.2011.8.16.0086-SERGIO ALTAIR FURLAN JUNIOR x OMNI S.A. CRED. FINANC. E INVESTIMENTO-Retirar oficio(s) e postar com AR. -Adv. MAYKON JONATHA RICHTER OAB/PR.36356-.
84. EMBARGOS A EXECUCAO-0000570-18.2011.8.16.0086-D.E.R. - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS x ADAIR FRIEDRICH e outros- "Ao Embargante para que se manifeste sobre sobre a petição juntada pelo Embargado às fls. 20/21." - Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ, ACYR LOURENCO DE GOUVEIA, APARECIDO DA SILVA MARTINS 15498/PR e MARIA ADILIA GOUVEIA-.
85. ACAO DE COBRANCA-0000940-94.2011.8.16.0086-GRAFICA LEX LTDA x TRG DOS ANJOS FARIA - CONFECÇÕES- "O AUTOR PARA QUE RECOLHA AS CUSTAS PROCESSUAIS FINAIS, A FIM DE QUE OS AUTOS SEJAM ENCAMINHADOS PARA PROLAÇÃO DE SENTENÇA." - Adv. GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547-.
86. BUSCA E APREENSAO-0001184-23.2011.8.16.0086-BANCO DO BRASIL S.A x MARCIO RICARDO DA SILVA PAULETTE- "O Autor para recolher as custas do oficial de justiça no valor de R$ 295,50." - Adv. TABATA NOBREGA BONGIORNO-.
87. ACAO DE COBRANCA-0001276-98.2011.8.16.0086-VILMA MARIA DE OLIVEIRA x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Sobre contestação e documentos de folhas 35 a 60, manifeste-se o autor.-Adv. NAJLA MARIA ZERAIK-.
88. ACAO DE DESPEJO-0001282-08.2011.8.16.0086-JOSIANE ESTER PATZLAFF DA SILVA e outro x VANILZA ALVES- Sobre contestação e documentos de folhas 97 a 129, manifeste-se o autor.-Adv. ULISSES FALCI JUNIOR-.
89. ACAO ORDINARIA RESSARC. DANOS-0001342-78.2011.8.16.0086-AUDENIR DORNELLES e outros x FEDERAL DE SEGUROS-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, MILTON OLIZAROSKI, EVELI MARIA PEDROLLO, MAURILIA BONALUIMI SANTOS, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA e ROSANGELA DIAS GUERREIRO-.
90. ORD. DE OBRIGACAO DE FAZER-0001598-21.2011.8.16.0086-WALSIR PERUSSO x BANCO CNH CAPITAL S.A.- As partes litigantes para que especifiquem as provas que pretendem poduzir.-Advs. LUIZ FERREIRA VERGÍLIO e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

91. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0001712-57.2011.8.16.0086-CLAUDECIR ANTONIO MENEGOTTO e outro x GENI RIBEIRO CORREIA e outros- Deferido o pedido pelo prazo de 20 dias.-Adv. MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA-.
92. INDENIZACAO-0001844-17.2011.8.16.0086-LOURENCO CESCA x HILDO KOREN e outro- Sobre as contestações das denunciadas, manifeste-se o autor, no prazo de 10 dias.-Adv. HASAN VAIS AZARA-.
93. BUSCA E APREENSAO-0002086-73.2011.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I x ELIANE ROCHA WANDERLEI DE JESUS- "Ao Autor para que o mesmo recolha as custas processuais no valor de R$ 853,53, a fim de que os autos sejam encaminhados para prolação de sentença de extinção." - Adv. JANE MARIA V. PRONER-.
94. EMBARGOS A EXECUCAO-0002107-49.2011.8.16.0086-CILSON RIBEIRO CORREIA e outros x C. VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "SOBRE A PETIÇÃO JUNTADA PELO AUTOR, MANIFESTE-SE O REQUERIDO NO PRAZO LEGAL" - Advs. DEAN JAISON ECCHER e CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
95. IMPUGNACAO AO CUMPR. DA SENT.-0002254-75.2011.8.16.0086-BAZAR MELISSA LTDA - ME x C.A.T.M. COMERCIO DE LIVROS LTDA- "SOBRE A PETIÇÃO JUNTADA PELO REQUERIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR." - Advs. WILSON DA COSTA LOPES- OAB/PR 9926 e JULIANO CASTELHANO LEMOS-.
96. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0002270-29.2011.8.16.0086-AMARILDO DA SILVA SANTOS x BANCO PANAMERICANO S.A.- Sobre contestação e documentos de folhas 25 a 46, manifeste-se o autor.-Adv. MAYKON JONATHA RICHTER OAB/PR.36356-.
97. ACAO DE DESPEJO-0002343-98.2011.8.16.0086-GEREMIAS BERBERT e outros x JOAO CARLOS JAMBERSI e outro- Retirar oficio e postar com AR.-Adv. ROSI MARY MARTELLI-.
98. COBRANCA- ORDINARIA-0002344-83.2011.8.16.0086-PILAO QUIMICA LTDA x DSI-DUTCH STARCHES INTERNATIONAL DO BRASIL AMIDOS LTDA- "O AUTOR PARA RECOLHER AS CUSTAS DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA." - Adv. CLEMENTE ALVES DA SILVA-.
99. RECLAMACAO TRABALHISTA-0002359-52.2011.8.16.0086-CELSO SUTIL x MUNICIPIO DE GUAIRA- JULGO EXTINTO ESTE FEITO SEM RESOLUÇAO DO MERIITO; CONDENO O AUTOR EM BBUSTAS E DESPESAS MAS FICA ISENTA.-Advs. CASSIUS ANDRE VILANDE, ELISANGELA MARIA DE M. VILANDE e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
100. ACAO DE COBRANCA-0002628-91.2011.8.16.0086-BELMIRO LUIZ DE FREITAS x MUNICIPIO DE GUAIRA- NAO HOUVE CONTESTAÇÃO NO PRAZO LEGAL.-Advs. CASSIUS ANDRE VILANDE e ELISANGELA MARIA DE M. VILANDE-.
101. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002688-64.2011.8.16.0086-NEW FIT INDUSTRIA E COMERCO DE APARELHOS PARA GINASTICA IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA-ME x ZILDA APARECIDA MORTARI FERNANDES e outros- "Ao Autor para que efetue o pagamento das custas de Oficial de Justiça no importe de R$ 333,00 (trezentos e trinta e tres reais), no prazo de 10 dias." - Adv. MARCOS ADRIANO ANTUNES-.
102. ACAO DE COBRANCA-0002809-92.2011.8.16.0086-LAURA MARIA DA SILVA e outro x MUNICIPIO DE GUAIRA- AUIDIENCIA CONCILIAÇAO DIA 19/01/2012 AS 13 HORAS. O AUTOR DEVE JUNTAR COPIA DA INICIAL-Advs. FABIULA MAROSO e MARCOS JULIO ANTONIETTI CLAUS-.
103. BUSCA E APREENSAO-0002884-34.2011.8.16.0086-BANCO PANAMERICANO S.A. x MARIA DAS DORES UHLMANN- "...Pedido Liminar foi deferido pelo Juizo. O Autor para providenciar o recolhimento das custas de Oficial de Justiça no valor de R$ 295,50, a ser depositado em conta judicial junto ao Banco do Brasil S.A, conta esta que deve ser aberta no momento do deposito, vinculada à Agencia de Guaíra/PR, cujo código é 0641-6." - Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e SABRINA OLIVEIRA-.
104. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0000763-09.2006.8.16.0086-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x IVONE SOUZA- Sobre petição de folhas 208, manifeste-se o autor.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
105. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-0001074-63.2007.8.16.0086-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x GUAIRA EQUIPAMENTOS LTDA- "SOBRE O BLOQUEIO BACENJUD, MANIFESTE-SE O AUTOR." - Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
106. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0002294-62.2008.8.16.0086-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x CONRAD ZAGER JUNIOR- NAO LOCALIZADO VEICULOS NO RENAJUD-Adv. MARCOS AURELIO COMUNELLO-.
107. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-163/2008-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x ROGER FRANCISCO DA ROCHA/PJ e outro- Sobre os expedientes de fls. 95/96 - renajud, manifeste-se o autor.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
108. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0001870-49.2010.8.16.0086-MUNICIPIO DE GUAIRA x WILSON NHOATTO- Sobre oficio do Juizo Deprecante as folhas 39, manifeste-se o autor.-Adv. MARCOS AURELIO COMUNELLO-.
109. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0002690-68.2010.8.16.0086-MUNICIPIO DE GUAIRA PR x ALEMAR POTT e outro- Julgo improcedente a exceção de pre-executividade.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e DILCE BARBOSA DO NASCIMENTO-.
110. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0000459-34.2011.8.16.0086-MUNICIPIO DE GUAIRA x MECANAUTO - COMERCIO DE PECAS MEC. VEICULOS LTDA- "Sobre a petição do Exequente, manifeste-se o Executado no prazo de 10 dias." - Advs. SANDRA PADILHA MARTINS, ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556 e CLAUDIO MUHAMMAD JABER OAB 33536 PR-.
111. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0000811-02.2005.8.16.0086-Oriundo da Comarca de -COOPERATIVA AGROPECUARIA PROD. INTEGR. PARANA LTDA x VALDIR GAZOLA- DIZER SE PRETENDE A CINTINUAÇAO DO FEITO.-Advs. MACIEL TRISTAO BARBOSA OAB 14.945 e ISAIAS JUNIOR T. BARBOSA- 43.295-.
112. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002506-83.2008.8.16.0086-Oriundo da Comarca de CASCAVEL - PARANA-CELI GONCALVES PARIZZI e outros x GILBERTO MARQUES DE BRITO e outro- "Antes da devolução da carta precatória ao Juizo Deprecante, providencie o Autor ao pagamento das custas finais no valor de R$ 175,87." - Advs. FABIOLA DE MOTTA FIGUEIRA, PRISCILA M. PIMENTA MIOTTO e HAMILTON MARIANO-.
113. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002380-33.2008.8.16.0086-Oriundo da Comarca de UMUARAMA-PR-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADM. COSTA OESTE- SICREDI COSTA OESTE x ROGERIO XAVIER DE LIMA- "ANTES DA DEVOLUÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA, PROVIDENCIE O AUTOR AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS FINAIS." - Adv. CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
114. CARTA PRECATORIA - CIVEL-148/2008-Oriundo da Comarca de FOZ DO IGUACU - PARANA-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x MINERAÇAO FLORESTA DE GUAIRA LTDA- Sobre deposito de fls. 152, o executado.-Adv. ADELIO DRUCIAK - OAB/PR. 10443-.
115. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002915-54.2011.8.16.0086-Oriundo da Comarca de 3ª VARA CÍVEL DE CASCAVEL - PR-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x EDVALDO PEDRO DOS SANTOS- "O Autor para recolher custas de oficial de justiça no valor de R$ 295,50." - Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.
1. COBRANCA- ORDINARIA-0000015-31.1993.8.16.0086-JACOVAS ARQU.ASSOCIADOS LTDA x PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA- RETIRAR PRECATORIA PARA CUMPRIR-Advs. GLAUCIO L. CORAIOLA, JOSE DANIEL BARBOSA BASTO-OAB-17219 e MARCOS AURELIO COMUNELLO-.
2. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-122/1996-BANCO DO ESTADO DO PARANA - CGC 76.492.172/0001-91 x INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS BED HOUSE LTDA e outros- "Sobre a resposta do sistema infojud da receita federal, manifeste-se o Autor." - Advs. LAURO SOARES DA SILVA-OAB/PR9543 e SEBASTIAO POLITI OAB/3895-.
3. ACAO CIVIL PUBLICA-0000079-65.1998.8.16.0086-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x ERMINIO VENDRUSCOLO e outros- Ao requerido Pedro Venancio da Silva, MP solicita que pague voluntariamente o restante do debito no valor de R$ 296,00 autos 189/98-C. Sobre a petição e documentos de fls. 82/116, manifeste-se o Municipio de Guaira, e sobre parecer ministerial de fls. 118/120, manifeste-se o executado Jose Eduardo dos Santos - autos 189/98-F.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO, ANA PAULA GOUVEIA - OAB N. 29.047 e ANA RAQUEL DOS SANTOS - 25.965/PR-.
4. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-16/2000-COOPERATIVA AGRICOLA MISTA VALE DO PIQUIRI LTDA x MARLON ANDERSON MERINO- "Sobre a resposta do Sistema Infojud da Receita Federal, manifesta-se o Autor." - Advs. CLAUDIO PIZZATTO OAB/PR. 9246 e ELCIO LUIZ W. FERNANDES/17963/PR-.
5. ACAO MONITORIA-190/2000-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL x MOVEIS PALMILAR LTDA e outros- DOIZER SE PRETENDE REATIVAR O FEITO,-Advs. FRANCISCO IRINEU BRZEZINSKI-2381, DOUGLAS RENATO BRZEZINSKI-22650, ELISANGELA C. FARIA OAB/PR 21949 e EDSON SEGURA BATTILANI-OAB/PR.31306-.
6. BUSCA E APREENSAO-0000442-13.2002.8.16.0086-BANCO BRADESCO S.A x ROBERVAL BUENO FERREIRA- "Os Autos foram desarquivados e encontram-se em Cartório à disposição do Douto procurador." - Advs. MARCELO HENRIQUE F. S. MATOS e GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547-.
7. PRESTACAO DE CONTAS-0000469-93.2002.8.16.0086-COMERCIAL BEIRA RIO LTDA x ARIOVALDO LUIZ BIER-Dar andamento ao feito, se inerte, sera intimada a parte pessoalmente e as suas expensas. -Advs. MANUEL NUNES LOURENÇO OAB/PR 15351, JULIANO ANDRIOLI - 0AB 29.724, EDVANDRO AUGUSTO BIER OAB/PR 21.852 e DIETER MICHAEL SEYBOTH-OAB30.706-.
8. ACAO MONITORIA-247/2003-ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSICO E CULTURA - APEC x ANA LUCIA FRASSATO- Nao houve bloqueio no Renajud, manifeste-se o autor.-Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
9. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0000783-68.2004.8.16.0086-BANCO DO BRASIL S.A x LINCOLN VILLI GERKE e outros- Homologado a transação celebrada as fls. 148/155, determino a suspensao deste processo ate do cumprimento do acordo.-Advs. MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI e JULIANO ANDRIOLI - 0AB 29.724-.
10. REVISAO CONTRATUAL-0000762-58.2005.8.16.0086-SANDRO KOTKOVSKI TABORDA x BANCO BRADESCO S.A- Sobre petição de folhas 556 a 558, manifeste-se o requerido ( Banco).-Advs. MAURILIA BONALUMI SANTOS e MARCIO ROGERIO DEPOLLI OAB/20456-.
11. ACAO DE COBRANCA-166/2005-BANCO BRADESCO S.A x AUTO POSTO LA PALOMA LTDA e outros- FALAR EM 10 DIAS SOBRE O LAUDIO PERICIAL-Advs. PATRICIA EINHARDT MEULAM OAB 28.923 e CARLOS ALBERTO MALIZA-OAB/PR 14.713-.
12. ANULATORIA DE CONTR. CC PED.-314/2005-ROBERTINO ROBERTO BRAGA x DETRAN/PR - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO e outro- "O Requerido para que se manifeste acerca do pleito de fls. 352, mormente ao inserto no §4º." - Advs. NILSON DA COSTA LOPES, MONICA P DE SOUZA LOBO OAB/PR 35455 e RONY MARCOS DE LIMA OAB/PR 10.948-.
13. RESSARCIMENTO DE DANOS EM AC.-0000763-43.2005.8.16.0086-PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS x DIOMEDES MIGUEL DA COSTA JUNIOR e outro- "O Autor para retirar a Carta Precatória, instruir e distribuir no Orgão competente para o devido cumprimento." - Advs. CIRO BRUNING-OAB/20336-

PR, SANDRO MATTEVI DAL BOSCO OAB/33.153, ROSIANE CRISTINA DE SOUSA OAB/33727, SUZANE ROSANGELA BUSSATTA e GIOVANA CEZALLI MARTINS-45.708/PR-.

14. USUCAPIAO-0000828-04.2006.8.16.0086-LUIZ FERNANDO ALVES e outro x ESPOLIO DE ADOLPHO MUNTOREANU- "SOBRE A PETIÇÃO JUNTADA PELO REQUERIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR NO PRAZO LEGAL" - Advs. MAURILIA BONALUMI SANTOS, EVELI MARIA PEDROLLO- OAB/PR 23024, SUZANE ROSANGELA BUSSATTA, FABIO TEIXEIRA OZI e DAVID JOSEPH-.

15. ACAO MONITORIA-300/2006-ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSICO E CULTURA - APEC x MARIA JOSE DE ARAUJO BOARO- "sobre a resposta do sistema infojud da receita federal, manifeste-se o Autor." - Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

16. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0000727-64.2006.8.16.0086-BANCO BRADESCO S.A x SELSON DE PAULA VIANA & CIA LTDA e outros- "Sobre a resposta do sistema infojud da receita federal, manifeste-se o Autor." - Advs. JULIANO RICARDO TOLENTINO, LEANDRO DE QUADROS OAB/PR 31.857 e ADEMILSON DOS REIS OAB/PR 30.611-.

17. EMBARGOS A EXECUCAO-116/2007-DORVALINO MAZZARO CASARIN e outro x SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA- depositar o valor de r$12.988,27 devendo o embargante depositar no prazo de 10 DIAS, FICANDO ADVERTIDO DO CONTIDO NO ART..599 INCISO I I C.C. ART.600, INCISOS II, III IIV DO cpcAdvs. LUIZ SEGUNDO GIACOMIN OAB/PR 31017, HELENA ROSSET GIACOMIN OAB/PR 39638, EGBERTO FANTIN e DIEGO LUIZ PASQUALLI-.

18. ACAO MONITORIA-0001078-03.2007.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x RODRIGO DIAS SANCHES- "O Autor para recolher as custas do Sr. Oficial de Justiça para efetivação da penhora do veiculo." - Adv. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.

19. ACAO MONITORIA-0000965-49.2007.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CLAUDIO GONCALVES PENTEADO- O autor para retirar oficio e postar com AR.-Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

20. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-264/2007-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CRISTINA ZANELLA- "Sobre a resposta do Sistema Infojud da Receita Federal, manifeste-se o Autor." - Adv. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.

21. EMBARGOS A EXECUCAO-0000968-04.2007.8.16.0086-VARSIDES BRUCH e outro x INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- Deixo de receber apelação.-Advs. PERICLES A. G. DE OLIVEIRA- 18.294, HENRIQUE JAMBISKI P. SANTOS 31694 e ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883-.

22. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0000995-84.2007.8.16.0086-COOPERATIVA AGRICOLA MISTA RONDON - COPAGRIL x MARIA ALEXANDRINA DE JESUS- "Sobre a certidão de fls. 50, manifeste-se o Autor." - Advs. EDUARDO VANZELLA e HELENA ROSSET GIACOMIN OAB/PR 39638-.

23. USUCAPIAO-0001002-76.2007.8.16.0086-TEREZA ARAUJO CAETANO x VICENTE AUGUSTO BRILHANTE- Fornecer endereço dos cartorios para oficiar, conforme requerido as fls. 88, itewm 2.-Adv. ANA PAULA GOUVEIA - OAB N. 29.047-.

24. ACAO MONITORIA-0002148-21.2008.8.16.0086-CREDIVAL PARTICIPACOES, ADMINISTR. E ASSES. LTDA x ADELIR AMBONI- PREPARO DE CONTA R$66,75-Advs. ANDERSON MARCIO DE BARROS OAB/31952, DOUGLAS DOS SANTOS OAB/PR. 22966, REINALDO MIRICO ARONIS e IJAIR VAMERLATTI - 14.928/PR-.

25. ACAO MONITORIA-0002268-64.2008.8.16.0086-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x MANOEL RODRIGUES AGOSTINHO- "...Ante o exposto, com fundamento no art. 269, inc. III do CPC, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO celebrada e relatada às fls. 136 e 140, em seus proprios termos. Em consequencia, face ao atingimento das finalidades processual e social deste caderno processual, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO." - Advs. MACIEL TRISTAO BARBOSA OAB 14.945, ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883, THIAGO TRISTAO BARBOSA -45.625/PR e WILSON DA COSTA LOPES- OAB/PR 9926-.

26. USUCAPIAO-0002442-73.2008.8.16.0086-EDO LUIZ FRARE e outro x JOSE NIVALDO DA SILVA e outro-Retirar carta precatória para instruir, preparar e cumprir. Obs. o cartório faz esta intimacao da parte para agilizar o feito. Em caso do cartório postar a C.P. e remete-la ao Juizo deprecado, com certeza ela ficará paralizada por falta de documentos e pagamento de custas. -Advs. GILSON R. C. SANTOS - OAB-PR 20.888, LEONIDAS G. NASCIMENTO, JOAO FERNANDO P.GRECILLO OAB 36337 e JOSE BASILIO DE OLIVEIRA-.

27. REPETICAO DE INDEBITO-0002172-49.2008.8.16.0086-LUIZ TURQUINO e outro x AVEBE GUAIRA AMIDOS LTDA- O autor para requerer o que for de seu interesse.-Advs. ADRIANO MARRONI OAB/PR. 23657 e EDUARDO SUPTITZ-.

28. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002397-69.2008.8.16.0086-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x MARIO XAVIER LIMA- O autor para requerer o que for de seu interesse.-Advs. ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883 e EVELI MARIA PEDROLLO- OAB/PR 23024-.

29. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0002165-57.2008.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x JOSMAR CABRIANA FAJARDO-Considerando os pronunciamentos encartados as fls. 121/142 e sem mais delongas, inexiste outro caminho, senão o do acolhimento in totum dos argumentos de fls. 61/66, ate mesmo porque a fundamentação expendida nos autos que tramitaram perante o JEC desta Comarca prevalece sobre os argumentos de fls. 106/109. Contudo com esteio no art. 470 do CPC e em vista das sentenças proferidas nos autos 1087-57.2010 e 3352-32.2010.8.16.0086, ambos do JEC desta Comarca, DECLARO a impenhorabilidade do bem imóvel descrito no auto de fl.37. -Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI, DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR e JOSMAR CABRIANA FAJARDO-.

30. ACAO MONITORIA-0002339-66.2008.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x DAIANE DE SOUZA- Fornecer resumo da inicial para citação por edital.-Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI e DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.

31. DECLARATORIA DE INEXISTENCIA-0002340-51.2008.8.16.0086-MARCELO CAETANO CAVALLIERE x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL- ASPÃRTES PARA APRESENTAREM ALEGAÇOES FINAIIS NO PRAZO SUCESSIVO DE 15 DIAS.-Advs. HUGO MIRANDA M. DA SILVA 33833/PR e LUIZ CARLOS PASQUALINI/OAB 22670/PR-.

32. INDENIZACAO-0002239-14.2008.8.16.0086-PAULO RODRIGUES x TIM CELULAR S.A- "Quanto à diferença apontada pelo Autora, manifeste-se a Requerida no prazo de 10 dias." - Advs. ROSANA CRISTINA L. RECHE OAB/39941, DEBORAH DIETRICH LECHIU e SERGIO LEAL MARTINEZ-.

33. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0002173-34.2008.8.16.0086-LUIZ TURQUINO e outro x AVEBE GUAIRA AMIDOS LTDA- O autor para requerer o que for de seu interesse.-Advs. ADRIANO MARRONI OAB/PR. 23657 e CRISTINE MEIRE WELTER-.

34. ACAO DE COBRANCA-375/2008-RIVEL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x ROSANE TERESINHA HENTZ VIANA- "Sobre petição e documentos juntados aos Autos, manifeste-se o Autor no prazo de 10 dias." - Advs. FABIO YOSHIHARU ARAKI e GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547-.

35. ACAO DE COBRANCA-0002409-83.2008.8.16.0086-PAULO RODRIGUES e outros x MUNICIPIO DE GUAIRA- "O Requerido para que no prazo de 10 dias apresente sua alegações finais." - Advs. ROSANA CRISTINA L. RECHE OAB/39941 e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.

36. ORDINARIA DE COBRANCA-0003304-10.2009.8.16.0086-BENEDITO CARLOS DE OLIVEIRA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS--RETIRAR OFICIO PÁRA POSTAR COIM ARA.dvs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS, ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO e ILIANE ROSA PAGLIARINI-.

37. ORDINARIA DE COBRANCA-0002738-61.2009.8.16.0086-BENEDITA FERREIRA PEREIRA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-RETIRAR OFICIO PARA POSTAR COM AR-Advs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO-.

38. ORDINARIA DE COBRANCA-0002663-22.2009.8.16.0086-AIRTON DOMINGOS CANDIDO e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- A PARTE ADVERSA DEVE FAFLAR SOBRE OETIÇAO DE FLS.485/510-(FAVOR VER EM CARTORIO POR SER MUITO EXTENSO PARA PUBLICAR ...AS PARTES DEVEM FALAR SOBRE LAUDI PERICIAL.Advs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA e TATIANA TAVARES DE CAMPOS-.

39. ORDINARIA DE COBRANCA-0002689-20.2009.8.16.0086-ANDREIA APARECIDA PINAFFI e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-RETIIRAR OFICIILOS PARA POSTAR COM AR-Advs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO-.

40. SUPRIMENTO JUDICIAL-141/2009-VANESSA SILVEIRA DE ALMEIDA x JUIZO DE DIREITO- Julgo extinto este processo sem resolução do merito.-Adv. HENRIQUE HESSEL-.

41. ACAO DE COBRANCA-0002751-60.2009.8.16.0086-ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS CRUZ x ALIANÇA DO BRASIL- DRA NAJLA DEVE ASSINAR PETIÇAO DE FLS.180/181-Advs. NAJLA M. COSTA PEREIRA, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, NADIA MAZUREK OAB/PR 27972/PR e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

42. ANULACAO DE ATOS JURIDICO-194/2009-ANDREA MARIA AGNER QUINTAS e outro x Pierina Candil Bottega- "OS AUTOS BAIXARAM DO TRIBUNAL. ÀS PARTES PARA REQUEREREM O QUE FOR DE SEU INTERESSE." - Advs. ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556 e WILSON DA COSTA LOPES-OAB/PR 9926-.

43. ACAO MONITORIA-0002650-23.2009.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x AGDA DE SOUZA COLEHO SOSNOSKI- "SOBRE A DEVOLUÇÃO DO OFICIO EXPEDIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR." - Advs. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR e SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

44. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-239/2009-JOAO HENRIQUE MOREIRA SANTOS x OMNI S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- falar sobre o laudo pericial.-Advs. HASAN VAIS AZARA, LOURENCO CESCA - OAB/PR. 48692 e EDUARDO PENA DE MOURA FRANCA-.

45. ANULACAO DE ATOS JURIDICO-0002967-21.2009.8.16.0086-LUIZ MAXIMINIANO DA ROSA e outro x BANCO DO BRASIL S.A- Autos baixaram do tribunal-Advs. HENRIQUE HESSEL, SIMONE MONTEIRO FLEIG - OAB 23.747 e LARISSA ELIDA SASS - OAB 47.976-.

46. BUSCA E APREENSAO-0002746-38.2009.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x MIZAEL CARVALHO ROCHA- Julgo Extinta esta ação.-Adv. FLAVIO SANTANA VALGAS-.

47. REVISAO CONTRATUAL-0002648-53.2009.8.16.0086-JOAO HENRIQUE MOREIRA SANTOS x OMNI S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-falar sobre laudo pericial em 10 dias-Advs. HASAN VAIS AZARA e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

48. ACAO MONITORIA-310/2009-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x JOSEANE ROCHA WANDERLEI- Nao a veiculo a ser bloqueado.-Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI e DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.

49. ALIENACAO DE BENS-0003205-40.2009.8.16.0086-ELTON DIOHN DIAS ROCHA e outros x SIMIAO LOPES NEVES e outro- saneador - partes legitimas etc;PONTOS CONTROVERTIDOS -a) a indivisilidade do imovel sub judice; b) existencia dos requisitos do usucapiao quais sejam, posse, tempo, ainimus domini; bem como a fração do imovel porventura usucapida; c) benfeitorias

existentes para fins de reteção de indenização;d) definição das cotas partes remanescente para possibilitar aos requeridos o exercicio do direito de preferencia. PROVAS DEFERIDAS - a)depoimentos pessoais dos autores e requeridos; b)prova documentais, testemunhal e periciais. Caso as partes pretendam, ouvir testemunhas devem arrola-las ate 20 dilas antes da audiencia. Nomeado perito Nelson Luiz Felipe Cordeiro -AUDIENCIAS de conciliação dia 19/01/2012 as 13,15 horas- recolher guia oficial de justiçal-Advs. JAMIL EL KADRI, MARIANA DE OLIVEIRA CANDIDO e VALERIA DE ALMEIDA BALAN OAB/41077-.

50. BUSCA E APREENSAO-0002685-80.2009.8.16.0086-BANCO FINASA S.A-BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO-S.A x ELISABETE CRISTINA LANDIM-DIGGA A REQUERIDA SE HOUVE ACORDO ENTRE AS PARTES.-Advs. CARLA ROBERTA DOS S. BELEM, LUIZ CLAUDIO N. LOURENCO e GIVANILDO JOSÉ TIROLTI-.

51. ACAO DE COBRANCA-564/2009-ENILSON BATISTA DANTAS x VALTER ALVES ALBUQUERQUE-Dar andamento ao feito, se inerte, sera intimada a parte pessoalmente e as suas expensas. -Adv. LUANA CAMILA BUENO OAB/PR. 40001-.

52. AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL-0002764-59.2009.8.16.0086-AMELIA GLABA SANTANA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- Retirar oficio e postar com AR.-Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, EVELI MARIA PEDROLLO, MAURILIA BONALUIMI SANTOS e MONICA FERREIRA MELLO BIORA-.

53. BUSCA E APREENSAO-641/2009-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADM. COSTA OESTE- SICREDI COSTA OESTE x RONALDO APARECIDO SODRE- APRESENTAR CALCULO ATUALIZADO-Adv. EVILASIO DE CARVALHO JR-OAB 27820-.

54. INTERDICAO E CURATELA-0000073-38.2010.8.16.0086-JOSE ANTONIO DE MEDEIROS DANTAS e outro x ANA PAULA GONZALES DANTAS- O autor para prestar contas e assinar o termo de curador.-Advs. MAURILIA BONALUMI SANTOS e LISIANE DE CAMPOS-.

55. BUSCA E APREENSAO-0000107-13.2010.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x SOELI DEL VECCHIO- "O Autor para que efetue o pagamento das custas processuais no valor de R$ 856,34, a fim de que os autos sejam encaminhados para prolação de sentença." - Advs. CARLA ROBERTA DOS S. BELEM, PATRICIA TRENTO e LUDMILA ALVES IMAI-.

56. RESPONSABILIDADE CIVIL-0000123-64.2010.8.16.0086-MARIA APARECIDA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- "Sobre as petições e documentos juntados pelo Requerido e pela Caixa Economica Federal, manifeste-se o Autor no prazo de 10 dias." - Advs. GERALDO ALBERTI-OAB/PR.16.291-B, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 e MONICA FERREIRA MELLO BIORA- 33.111-.

57. BUSCA E APREENSAO-0000240-55.2010.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x JOSE RODRIGUES DA SILVA- Dar andamento ao feito. Recolher GRC do oficial de justiça.-Adv. CRISTIANE BELINATI G. LOPES-19937-.

58. ACAO MONITORIA-0000510-79.2010.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CLEISON GARCIA DE AZEVEDO- O autor para recolher guia para diligencia do Sr. Oficial de justiça.-Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

59. INDENIZACAO-0000765-37.2010.8.16.0086-LUCIANA BATISTA x MARINA APARECIDA FERNANDES SUTIL e outro- As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma justificada. - Advs. WILSON DA COSTA LOPES, CRISTIANE R. DE M. VENANCIO DA SILVA, DORIMAR CLEBER TARGA PEREIRA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e GERSON VANZIN MOURA DA SILVA-.

60. INDENIZACAO - SUMARIO-0000930-84.2010.8.16.0086-GABRIELE DIAS WELTER x ALUISIO DONIZETE KUROSKI e outro-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. WILSON DA COSTA LOPES, REGINA ALVES CARVALHO e FABIOLA ROSA FERSTEMBERG-.

61. INTERDICAO E CURATELA-0001868-79.2010.8.16.0086-ANTONIO JOSE CAVALCANTE DA SILVA x DONIZETE CAVALCANTE DA SILVA- Sobre o pleito de dispensa do transito em julgado, manifeste-se a parte ré, em tal ato, haver a intimação da parte re quando a r. sentença proferida.-Advs. GIOVANI BATISTA LOPES e NILSON DA COSTA LOPES-.

62. BUSCA E APREENSAO-0001880-93.2010.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x EDSON DE SOUZA- "SOBRE A RESPOSTA DO SISTEMA INFOJUD, MANIFESTE-SE O AUTOR" - Advs. CARLA ROBERTA DOS S. BELEM e PATRICIA TRENTO-.

63. ACAO MONITORIA-0002226-44.2010.8.16.0086-UNIPAR - UNIVERSIDADE PARANAENSE x JULIANA FERNANDES FERREIRA- "SOBRE A CERTIDAO DO SENHOR OFICIAL DE JUSTIÇA, MANIFESTE-SE O AUTOR" - Adv. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.

64. ACAO DE COBRANCA-0002574-62.2010.8.16.0086-VALDOMIRO SANTE x CENTAURO SEGURA-DORA- -SENTENÇA - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, E CONDENO A REQUERIDA AO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DO VALOR REFERENTE A INDENIZAÇÃO DO SEGURO dpvat DEVIDO AO AUTOR NO VALOR DE R$11.137,50 COM ACRESCIMOS LEGAIS.PELA SUCUMBENCIA CONDENO A REQUERIDA EM CUSTAS E DESPESAS E VERBA HONORARIA DE ADVOGADO ARBITRADO EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO,CORRIGIDO.-Advs. NAJLA M. COSTA PEREIRA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

65. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002583-24.2010.8.16.0086-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO VALE DO P x EDSON BARBOSA GUIMARAES- "Sobre a resposta do Sistema Infojud da Receita Federal, manifeste-se o Exequente no prazo legal." - Adv. CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.

66. ACAO DE COBRANCA-0002616-14.2010.8.16.0086-MARIA IONE GOULART x CENTAURO SEGURADORA- "FOI DESIGNADO O DIA 14/10/2011 ÀS 11:00 HORAS DA MANHÃ, NO CONSULTÓRIO DO DR. JOÃO FERNANDO LEMES, PARA REALIZAÇÃO DA PERICIA MEDICA." - Advs. NAJLA M. COSTA PEREIRA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 e NATALINA INACIO L. PIAZZA-46.634-.

67. ACAO MONITORIA-0002643-94.2010.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x NATHALY FERNANDA DA SILVA CREMER-Retirar oficio(s) e postar com AR. -Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI e DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.

68. ADJUDICACAO COMPULSORIA-0002807-59.2010.8.16.0086-FILOMENA MACHADO DA SILVA x CITYPAR - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-Sobre petição e documentos de fls. 59 a 69, manifeste-se o autor.-Adv. GIOVANI BATISTA LOPES-.

69. USUCAPIAO-0002999-89.2010.8.16.0086-GILMAR HARTMANN e outro x YOSHIDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- O autor para juntar aos autos comprovante do conhecimento da citação dos confinantes, citada na petição de fls. 70. -Adv. JOSE DANIEL BARBOSA BASTO-OAB-17219-.

70. ACAO DE COBRANCA-0003118-50.2010.8.16.0086-ROSIMAR BARROS TELESTE x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Os autos baixaram do tribunal.-Adv. NAJLA M. COSTA PEREIRA-.

71. REINTEGRACAO POSSE-0003174-83.2010.8.16.0086-OLGA GUZELLA e outros x JOSE ALVES MONTES- "Sobre a petição juntada pelo Requerido, manifeste-se o Autor no prazo de 10 dias." - Advs. GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547, MARCIO ARI VENDRUSCOLO OAB/PR 24736 e LOURENCO CESCA - OAB/PR. 48692-.

72. ACAO DE COBRANCA-0003295-14.2010.8.16.0086-MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS JULIAO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT- "O Autor para que informe se compareceu ou nao à pericia designada, bem como para que de prosseguimento ao feito, requerendo o que for de seu interesse." - Advs. DIEGO GURGACZ e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.

73. REGISTRO NASCIMETO/OBITO EXTEMPOR.-0003332-41.2010.8.16.0086-MARIA DO CARMO CAITANO x JUIZO DE DIREITO- RETIRAR PRECATORIA PARA CUMPRIR.-Advs. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR e SANDRA R. S. TAKAHASHI-.

74. RESCISAO CONTRATUAL-0003433-78.2010.8.16.0086-FRANCIELE BATISTA ESPOSITO x FENICIA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA e outros- Sobre oficio de folhas 64, manifeste-se o autor.-Adv. CRISTINE MEIRE WELTER-.

75. ACAO DE COBRANCA-0003533-33.2010.8.16.0086-LEANDRO ELOI BECKER x CENTAURO SEGURADORA S.A.- "Foi indeferido o postulado pela Douta Procuradora do Autor às fls. 118, tendo em vista que tal diligencia cabe unica e exclusivamente à parte agravada." - Advs. NAJLA MARIA ZERAIK, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 e RAFAELA POLYDORO KUSTER OAB/45057-.

76. ACAO DE COBRANCA-0003755-98.2010.8.16.0086-EUGENIO DA SILVA x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Marcada Pericia para o dia 19/10/2011, as 11:00 horas, no Hospital Santa Rita, com o Dr. Joao Fernando Lemes, o autor para levar os quesitos. -Advs. NAJLA MARIA ZERAIK, MARCELO DAVOLI LOPES, MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, FLAVIA BALDUINO DA SILVA e NATALINA INACIO L. PIAZZA-46.634-.

77. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0003784-51.2010.8.16.0086-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO COSTA OESTE - SICREDI COSTA OESTE x APARECIDO FERNANDES DE LIMA- APRESENTAR CALCULOO ATUAÇIZADO-Adv. CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.

78. EXECUCAO-0004036-54.2010.8.16.0086-MARIA JOSE DOS ANJOS e outros x D.E.R. - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS- "Tendo em vista o julgamento dos Embargos à Execução, providencie o Autor ao prosseguimento da Execução, requerendo o que for de seu interesse." - Advs. ACYR LOURENCO DE GOUVEIA, APARECIDO DA SILVA MARTINS e MARIA ADILIA GOUVEIA-.

79. BUSCA E APREENSAO-0000006-39.2011.8.16.0086-BANCO ITAÚ S.A. x SOLANGE DO NASCIMENTO MARQUES PIRES- Efetuar o pagamento das custas ( valor ver em cartorio).-Advs. EVARISTO ARAGÃO SANTOS, MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR e LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.

80. BUSCA E APREENSAO-0000039-29.2011.8.16.0086-RIVEL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x CLARICE MARIA SOSNOSKI SANCHES-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. OSVALDO KRAMES NETO OAB/PR 21186 e NAJLA MARIA ZERAIK-.

81. PRODUCAO ANTECIPADA DE PROVAS-0000330-29.2011.8.16.0086-REGIANE DA SILVA PEREIRA x PREFEITURA MUNCIPAL DE GUAIRA-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. LEONIDAS G. NASCIMENTO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.

82. PRODUCAO ANTECIPADA DE PROVAS-0000331-14.2011.8.16.0086-DERLI JOSE FURTADO x PREFEITURA MUNCIPAL DE GUAIRA- "SOBRE A CONTESTAÇÃO DO REQUERIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR NO PRAZO LEGAL" - Advs. LEONIDAS G. NASCIMENTO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.

83. REPETICAO DE INDEBITO-0000472-33.2011.8.16.0086-SERGIO ALTAIR FURLAN JUNIOR x OMNI S.A. CRED. FINANC. E INVESTIMENTO-Retirar oficio(s) e postar com AR. -Adv. MAYKON JONATHA RICHTER OAB/PR.36356-.

84. EMBARGOS A EXECUCAO-0000570-18.2011.8.16.0086-D.E.R. - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS x ADAIR FRIEDRICH e outros-"Ao Embargante para que se manifeste sobre sobre a petição juntada pelo Embargado às fls. 20/21." - Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ, ACYR LOURENCO DE GOUVEIA, APARECIDO DA SILVA MARTINS 15498/PR e MARIA ADILIA GOUVEIA-.

85. ACAO DE COBRANCA-0000940-94.2011.8.16.0086-GRAFICA LEX LTDA x TRG DOS ANJOS FARIA - CONFECÇÕES- "O AUTOR PARA QUE RECOLHA AS CUSTAS PROCESSUAIS FINAIS, A FIM DE QUE OS AUTOS SEJAM ENCAMINHADOS PARA PROLAÇÃO DE SENTENÇA." - Adv. GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547-.
86. BUSCA E APREENSAO-0001184-23.2011.8.16.0086-BANCO DO BRASIL S.A x MARCIO RICARDO DA SILVA PAULETTE- "O Autor para recolher as custas do oficial de justiça no valor de R$ 295,50." - Adv. TABATA NOBREGA BONGIORNO-.
87. ACAO DE COBRANCA-0001276-98.2011.8.16.0086-VILMA MARIA DE OLIVEIRA x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Sobre contestação e documentos de folhas 35 a 60, manifeste-se o autor.-Adv. NAJLA MARIA ZERAIK-.
88. ACAO DE DESPEJO-0001282-08.2011.8.16.0086-JOSIANE ESTER PATZLAFF DA SILVA e outro x VANILZA ALVES- Sobre contestação e documentos de folhas 97 a 129, manifeste-se o autor.-Adv. ULISSES FALCI JUNIOR-.
89. ACAO ORDINARIA RESSARC. DANOS-0001342-78.2011.8.16.0086-AUDENIR DORNELLES e outros x FEDERAL DE SEGUROS-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, MILTON OLIZAROSKI, EVELI MARIA PEDROLLO, MAURILIA BONALUIMI SANTOS, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA e ROSANGELA DIAS GUERREIRO-.
90. ORD. DE OBRIGACAO DE FAZER-0001598-21.2011.8.16.0086-WALSIR PERUSSO x BANCO CNH CAPITAL S.A.- As partes litigantes para que especifiquem as provas que pretendem poduzir.-Advs. LUIZ FERREIRA VERGÍLIO e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.
91. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0001712-57.2011.8.16.0086-CLAUDECIR ANTONIO MENEGOTTO e outro x GENI RIBEIRO CORREIA e outros- Deferido o pedido pelo prazo de 20 dias.-Adv. MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA-.
92. INDENIZACAO-0001844-17.2011.8.16.0086-LOURENCO CESCA x HILDO KOREN e outro- Sobre as contestações das denunciadas, manifeste-se o autor, no prazo de 10 dias.-Adv. HASAN VAIS AZARA-.
93. BUSCA E APREENSAO-0002086-73.2011.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I x ELIANE ROCHA WANDERLEI DE JESUS- "Ao Autor para que o mesmo recolha as custas processuais no valor de R$ 853,53, a fim de que os autos sejam encaminhados para prolação de sentença de extinção." - Adv. JANE MARIA V. PRONER-.
94. EMBARGOS A EXECUCAO-0002107-49.2011.8.16.0086-CILSON RIBEIRO CORREIA e outros x C. VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "SOBRE A PETIÇÃO JUNTADA PELO AUTOR, MANIFESTE-SE O REQUERIDO NO PRAZO LEGAL" - Advs. DEAN JAISON ECCHER e CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
95. IMPUGNACAO AO CUMPR. DA SENT.-0002254-75.2011.8.16.0086-BAZAR MELISSA LTDA - ME x C.A.T.M. COMERCIO DE LIVROS LTDA- "SOBRE A PETIÇÃO JUNTADA PELO REQUERIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR." - Advs. WILSON DA COSTA LOPES- OAB/PR 9926 e JULIANO CASTELHANO LEMOS-.
96. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0002270-29.2011.8.16.0086-AMARILDO DA SILVA SANTOS x BANCO PANAMERICANO S.A.- Sobre contestação e documentos de folhas 25 a 46, manifeste-se o autor.-Adv. MAYKON JONATHA RICHTER OAB/PR.36356-.
97. ACAO DE DESPEJO-0002343-98.2011.8.16.0086-GEREMIAS BERBERT e outros x JOAO CARLOS JAMBERSI e outro- Retirar oficio e postar com AR.-Adv. ROSI MARY MARTELLI-.
98. COBRANCA- ORDINARIA-0002344-83.2011.8.16.0086-PILAO QUIMICA LTDA x DSI-DUTCH STARCHES INTERNATIONAL DO BRASIL AMIDOS LTDA- "O AUTOR PARA RECOLHER AS CUSTAS DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA." - Adv. CLEMENTE ALVES DA SILVA-.
99. RECLAMACAO TRABALHISTA-0002359-52.2011.8.16.0086-CELSO SUTIL x MUNICIPIO DE GUAIRA- JULGO EXTINTO ESTE FEITO SEM RESOLUÇAO DO MERIITO; CONDENO O AUTOR EM BBUSTAS E DESPESAS MAS FICA ISENTA.-Advs. CASSIUS ANDRE VILANDE, ELISANGELA MARIA DE M. VILANDE e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
100. ACAO DE COBRANCA-0002628-91.2011.8.16.0086-BELMIRO LUIZ DE FREITAS x MUNICIPIO DE GUAIRA- NAO HOUVE CONTESTAÇÃO NO PRAZO LEGAL.-Advs. CASSIUS ANDRE VILANDE e ELISANGELA MARIA DE M. VILANDE-.
101. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002688-64.2011.8.16.0086-NEW FIT INDUSTRIA E COMERCO DE APARELHOS PARA GINASTICA IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA-ME x ZILDA APARECIDA MORTARI FERNANDES e outros- "Ao Autor para que efetue o pagamento das custas de Oficial de Justiça no importe de R$ 333,00 (trezentos e trinta e tres reais), no prazo de 10 dias." - Adv. MARCOS ADRIANO ANTUNES-.
102. ACAO DE COBRANCA-0002809-92.2011.8.16.0086-LAURA MARIA DA SILVA e outro x MUNICIPIO DE GUAIRA- AUIDIENCIA CONCILIAÇAO DIA 19/01/2012 AS 13 HORAS. O AUTOR DEVE JUNTAR COPIA DA INICIAL-Advs. FABIULA MAROSO e MARCOS JULIO ANTONIETTI CLAUS-.
103. BUSCA E APREENSAO-0002884-34.2011.8.16.0086-BANCO PANAMERICANO S.A. x MARIA DAS DORES UHLMANN- "...Pedido Liminar foi deferido pelo Juizo. O Autor para providenciar o recolhimento das custas de Oficial de Justiça no valor de R$ 295,50, a ser depositado em conta judicial junto ao Banco do Brasil S.A, conta esta que deve ser aberta no momento do deposito, vinculada à Agencia de Guaíra/PR, cujo código é 0641-6." - Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e SABRINA OLIVEIRA-.
104. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0000763-09.2006.8.16.0086-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x IVONE SOUZA- Sobre petição de folhas 208, manifeste-se o autor.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
105. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-0001074-63.2007.8.16.0086-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x GUAIRA EQUIPAMENTOS LTDA- "SOBRE O BLOQUEIO BACENJUD, MANIFESTE-SE O AUTOR." - Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
106. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0002294-62.2008.8.16.0086-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x CONRAD ZAGER JUNIOR- NAO LOCALIZADO VEICULOS NO RENAJUD-Adv. MARCOS AURELIO COMUNELLO-.
107. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-163/2008-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x ROGER FRANCISCO DA ROCHA/PJ e outro- Sobre os expedientes de fls. 95/96 - renajud, manifeste-se o autor.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
108. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0001870-49.2010.8.16.0086-MUNICIPIO DE GUAIRA x WILSON NHOATTO- Sobre oficio do Juizo Deprecante as folhas 39, manifeste-se o autor.-Adv. MARCOS AURELIO COMUNELLO-.
109. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0002690-68.2010.8.16.0086-MUNICIPIO DE GUAIRA PR x ALEMAR POTT e outro- Julgo improcedente a exceção de pre-executividade.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e DILCE BARBOSA DO NASCIMENTO-.
110. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0000459-34.2011.8.16.0086-MUNICIPIO DE GUAIRA x MECANAUTO - COMERCIO DE PECAS MEC. VEICULOS LTDA- "Sobre a petição do Exequente, manifeste-se o Executado no prazo de 10 dias." - Advs. SANDRA PADILHA MARTINS, ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556 e CLAUDIO MUHAMMAD JABER OAB 33536 PR-.
111. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0000811-02.2005.8.16.0086-Oriundo da Comarca de -COOPERATIVA AGROPECUARIA PROD. INTEGR. PARANA LTDA x VALDIR GAZOLA- DIZER SE PRETENDE A CINTINUAÇAO DO FEITO.-Advs. MACIEL TRISTAO BARBOSA OAB 14.945 e ISAIAS JUNIOR T. BARBOSA- 43.295-.
112. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002506-83.2008.8.16.0086-Oriundo da Comarca de CASCAVEL - PARANA-CELI GONCALVES PARIZZI e outros x GILBERTO MARQUES DE BRITO e outro- "Antes da devolução da carta precatória ao Juizo Deprecante, providencie o Autor ao pagamento das custas finais no valor de R$ 175,87." - Advs. FABIOLA DE MOTTA FIGUEIRA, PRISCILA M. PIMENTA MIOTTO e HAMILTON MARIANO-.
113. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002380-33.2008.8.16.0086-Oriundo da Comarca de UMUARAMA-PR-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADM. COSTA OESTE- SICREDI COSTA OESTE x ROGERIO XAVIER DE LIMA- "ANTES DA DEVOLUÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA, PROVIDENCIE O AUTOR AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS FINAIS." - Adv. CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
114. CARTA PRECATORIA - CIVEL-148/2008-Oriundo da Comarca de FOZ DO IGUACU - PARANA-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x MINERAÇAO FLORESTA DE GUAIRA LTDA- Sobre deposito de fls. 152, o executado.-Adv. ADELIO DRUCIAK - OAB/PR. 10443-.
115. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002915-54.2011.8.16.0086-Oriundo da Comarca de 3ª VARA CÍVEL DE CASCAVEL - PR-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x EDVALDO PEDRO DOS SANTOS- "O Autor para recolher custas de oficial de justiça no valor de R$ 295,50." - Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.
1. COBRANCA- ORDINARIA-0000015-31.1993.8.16.0086-JACOVAS ARQU.ASSOCIADOS LTDA x PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA- RETIRAR PRECATORIA PARA CUMPRIR-Advs. GLAUCIO L. CORAIOLA, JOSE DANIEL BARBOSA BASTO-OAB-17219 e MARCOS AURELIO COMUNELLO-.
2. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-122/1996-BANCO DO ESTADO DO PARANA - CGC 76.492.172/0001-91 x INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS BED HOUSE LTDA e outros- "Sobre a resposta do sistema infojud da receita federal, manifeste-se o Autor." - Advs. LAURO SOARES DA SILVA-OAB/PR9543 e SEBASTIAO POLITI OAB/3895-.
3. ACAO CIVIL PUBLICA-0000079-65.1998.8.16.0086-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x ERMINIO VENDRUSCOLO e outros- Ao requerido Pedro Venancio da Silva, MP solicita que pague voluntariamente o restante do debito no valor de R$ 296,00 autos 189/98-C. Sobre a petição e documentos de fls. 82/116, manifeste-se o Municipio de Guaira, e sobre parecer ministerial de fls. 118/120, manifeste-se o executado Jose Eduardo dos Santos - autos 189/98-F.- Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO, ANA PAULA GOUVEIA - OAB N. 29.047 e ANA RAQUEL DOS SANTOS - 25.965/PR-.
4. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-16/2000-COOPERATIVA AGRICOLA MISTA VALE DO PIQUIRI LTDA x MARLON ANDERSON MERINO- "Sobre a resposta do Sistema Infojud da Receita Federal, manifesta-se o Autor." - Advs. CLAUDIO PIZZATTO OAB/PR. 9246 e ELCIO LUIZ W. FERNANDES/17963/PR-.
5. ACAO MONITORIA-190/2000-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL x MOVEIS PALMILAR LTDA e outros- DOIZER SE PRETENDE REATIVAR O FEITO,- Advs. FRANCISCO IRINEU BRZEZINSKI-2381, DOUGLAS RENATO BRZEZINSKI-22650, ELISANGELA C. FARIA OAB/PR 21949 e EDSON SEGURA BATTILANI-OAB/PR.31306-.
6. BUSCA E APREENSAO-0000442-13.2002.8.16.0086-BANCO BRADESCO S.A x ROBERVAL BUENO FERREIRA- "Os Autos foram desarquivados e encontram-se em Cartório à disposição do Douto procurador." - Advs. MARCELO HENRIQUE F. S. MATOS e GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547-.
7. PRESTACAO DE CONTAS-0000469-93.2002.8.16.0086-COMERCIAL BEIRA RIO LTDA x ARIOVALDO LUIZ BIER-Dar andamento ao feito, se inerte, sera intimada a parte pessoalmente e as suas expensas. -Advs. MANUEL NUNES LOURENÇO OAB/PR 15351, JULIANO ANDRIOLI - 0AB 29.724, EDVANDRO AUGUSTO BIER OAB/PR 21.852 e DIETER MICHAEL SEYBOTH-OAB30.706-.

8. ACAO MONITORIA-247/2003-ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSICO E CULTURA - APEC x ANA LUCIA FRASSATO- Nao houve bloqueio no Renajud, manifeste-se o autor.-Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
9. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0000783-68.2004.8.16.0086-BANCO DO BRASIL S.A x LINCOLN VILLI GERKE e outros- Homologado a transação celebrada as fls. 148/155, determino a suspensao deste processo ate do cumprimento do acordo.-Advs. MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI e JULIANO ANDRIOLI - 0AB 29.724-.
10. REVISAO CONTRATUAL-0000762-58.2005.8.16.0086-SANDRO KOTKOVSKI TABORDA x BANCO BRADESCO S.A- Sobre petição de folhas 556 a 558, manifeste-se o requerido ( Banco).-Advs. MAURILIA BONALUMI SANTOS e MARCIO ROGERIO DEPOLLI OAB/20456-.
11. ACAO DE COBRANCA-166/2005-BANCO BRADESCO S.A x AUTO POSTO LA PALOMA LTDA e outros- FALAR EM 10 DIAS SOBRE O LAUDIO PERICIAL-Advs. PATRICIA EINHARDT MEULAM OAB 28.923 e CARLOS ALBERTO MALIZA-OAB/PR 14.713-.
12. ANULATORIA DE CONTR. CC PED.-314/2005-ROBERTINO ROBERTO BRAGA x DETRAN/PR - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO e outro- "O Requerido para que se manifeste acerca do pleito de fls. 352, mormente ao inserto no §4º." - Advs. NILSON DA COSTA LOPES, MONICA P DE SOUZA LOBO OAB/PR 35455 e RONY MARCOS DE LIMA OAB/PR 10.948-.
13. RESSARCIMENTO DE DANOS EM AC.-0000763-43.2005.8.16.0086-PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS x DIOMEDES MIGUEL DA COSTA JUNIOR e outro- "O Autor para retirar a Carta Precatória, instruir e distribuir no Orgão competente para o devido cumprimento." - Advs. CIRO BRUNING-OAB/20336-PR, SANDRO MATTEVI DAL BOSCO OAB/33.153, ROSIANE CRISTINA DE SOUSA OAB/33727, SUZANE ROSANGELA BUSSATTA e GIOVANA CEZALLI MARTINS-45.708/PR-.
14. USUCAPIAO-0000828-04.2006.8.16.0086-LUIZ FERNANDO ALVES e outro x ESPOLIO DE ADOLPHO MUNTOREANU- "SOBRE A PETIÇÃO JUNTADA PELO REQUERIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR NO PRAZO LEGAL" - Advs. MAURILIA BONALUMI SANTOS, EVELI MARIA PEDROLLO- OAB/PR 23024, SUZANE ROSANGELA BUSSATTA, FABIO TEIXEIRA OZI e DAVID JOSEPH-.
15. ACAO MONITORIA-300/2006-ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSICO E CULTURA - APEC x MARIA JOSE DE ARAUJO BOARO- "sobre a resposta do sistema infojud da receita federal, manifeste-se o Autor." - Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
16. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0000727-64.2006.8.16.0086-BANCO BRADESCO S.A x SELSON DE PAULA VIANA & CIA LTDA e outros- "Sobre a resposta do sistema infojud da receita federal, manifeste-se o Autor." - Advs. JULIANO RICARDO TOLENTINO, LEANDRO DE QUADROS OAB/PR 31.857 e ADEMILSON DOS REIS OAB/PR 30.611-.
17. EMBARGOS A EXECUCAO-116/2007-DORVALINO MAZZARO CASARIN e outro x SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA- depositar o valor de r$12.988,27 devendo o embargante depositar no prazo de 10 DIAS, FICANDO ADVERTIDO DO CONTIDO NO ART..599 INCISO I I C.C. ART.600, INCISOS II, III IIV DO cpcAdvs. LUIZ SEGUNDO GIACOMIN OAB/PR 31017, HELENA ROSSET GIACOMIN OAB/PR 39638, EGBERTO FANTIN e DIEGO LUIZ PASQUALLI-.
18. ACAO MONITORIA-0001078-03.2007.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x RODRIGO DIAS SANCHES- "O Autor para recolher as custas do Sr. Oficial de Justiça para efetivação da penhora do veiculo." - Adv. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
19. ACAO MONITORIA-0000965-49.2007.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CLAUDIO GONCALVES PENTEADO- O autor para retirar oficio e postar com AR.-Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
20. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-264/2007-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CRISTINA ZANELLA- "Sobre a resposta do Sistema Infojud da Receita Federal, manifeste-se o Autor." - Adv. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
21. EMBARGOS A EXECUCAO-0000968-04.2007.8.16.0086-VARSIDES BRUCH e outro x INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- Deixo de receber apelação.-Advs. PERICLES A. G. DE OLIVEIRA- 18.294, HENRIQUE JAMBISKI P. SANTOS 31694 e ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883-.
22. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0000995-84.2007.8.16.0086-COOPERATIVA AGRICOLA MISTA RONDON - COPAGRIL x MARIA ALEXANDRINA DE JESUS- "Sobre a certidão de fls. 50, manifeste-se o Autor." - Advs. EDUARDO VANZELLA e HELENA ROSSET GIACOMIN OAB/PR 39638-.
23. USUCAPIAO-0001002-76.2007.8.16.0086-TEREZA ARAUJO CAETANO x VICENTE AUGUSTO BRILHANTE- Fornecer endereço dos cartorios para oficiar, conforme requerido as fls. 88, itewm 2.-Adv. ANA PAULA GOUVEIA - OAB N. 29.047-.
24. ACAO MONITORIA-0002148-21.2008.8.16.0086-CREDIVAL PARTICIPACOES, ADMINISTR. E ASSES. LTDA x ADELIR AMBONI- PREPARO DE CONTA R$66,75-Advs. ANDERSON MARCIO DE BARROS OAB/31952, DOUGLAS DOS SANTOS OAB/PR. 22966, REINALDO MIRICO ARONIS e IJAIR VAMERLATTI - 14.928/PR-.
25. ACAO MONITORIA-0002268-64.2008.8.16.0086-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x MANOEL RODRIGUES AGOSTINHO- "...Ante o exposto, com fundamento no art. 269, inc. III do CPC, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO celebrada e relatada às fls. 136 e 140, em seus proprios termos. Em consequencia, face ao atingimento das finalidades processual e social deste caderno processual, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO." - Advs. MACIEL TRISTAO BARBOSA OAB 14.945, ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883, THIAGO TRISTAO BARBOSA -45.625/PR e WILSON DA COSTA LOPES- OAB/PR 9926-.
26. USUCAPIAO-0002442-73.2008.8.16.0086-EDO LUIZ FRARE e outro x JOSE NIVALDO DA SILVA e outro-Retirar carta precatória para instruir, preparar e cumprir. Obs. o cartório faz esta intimacao da parte para agilizar o feito. Em caso do cartório postar a C.P. e remete-la ao Juizo deprecado, com certeza ela ficará paralizada por falta de documentos e pagamento de custas. -Advs. GILSON R. C. SANTOS - OAB-PR 20.888, LEONIDAS G. NASCIMENTO, JOAO FERNANDO P.GRECILLO OAB 36337 e JOSE BASILIO DE OLIVEIRA-.
27. REPETICAO DE INDEBITO-0002172-49.2008.8.16.0086-LUIZ TURQUINO e outro x AVEBE GUAIRA AMIDOS LTDA- O autor para requerer o que for de seu interesse.-Advs. ADRIANO MARRONI OAB/PR. 23657 e EDUARDO SUPTITZ-.
28. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002397-69.2008.8.16.0086-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x MARIO XAVIER LIMA- O autor para requerer o que for de seu interesse.-Advs. ILMO TRISTAO BARBOSA OAB/PR 6883 e EVELI MARIA PEDROLLO- OAB/PR 23024-.
29. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0002165-57.2008.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x JOSMAR CABRIANA FAJARDO- Considerando os pronunciamentos encartados as fls. 121/142 e sem mais delongas, inexiste outro caminho, senão o do acolhimento in totum dos argumentos de fls. 61/66, ate mesmo porque a fundamentação expendida nos autos que tramitaram perante o JEC desta Comarca prevalece sobre os argumentos de fls. 106/109. Contudo com esteio no art. 470 do CPC e em vista das sentenças proferidas nos autos 1087-57.2010 e 3352-32.2010.8.16.0086, ambos do JEC desta Comarca, DECLARO a impenhorabilidade do bem imóvel descrito no auto de fl.37. -Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI, DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR e JOSMAR CABRIANA FAJARDO-.
30. ACAO MONITORIA-0002339-66.2008.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x DAIANE DE SOUZA- Fornecer resumo da inicial para citação por edital.-Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI e DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
31. DECLARATORIA DE INEXISTENCIA-0002340-51.2008.8.16.0086-MARCELO CAETANO CAVALLIERE x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL- ASPÃRTES PARA APRESENTAREM ALEGAÇOES FINAIIS NO PRAZO SUCESSIVO DE 15 DIAS.-Advs. HUGO MIRANDA M. DA SILVA 33833/PR e LUIZ CARLOS PASQUALINI/OAB 22670/PR-.
32. INDENIZACAO-0002239-14.2008.8.16.0086-PAULO RODRIGUES x TIM CELULAR S.A- "Quanto à diferença apontada pelo Autora, manifeste-se a Requerida no prazo de 10 dias." - Advs. ROSANA CRISTINA L. RECHE OAB/39941, DEBORAH DIETRICH LECHIU e SERGIO LEAL MARTINEZ-.
33. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0002173-34.2008.8.16.0086-LUIZ TURQUINO e outro x AVEBE GUAIRA AMIDOS LTDA- O autor para requerer o que for de seu interesse.-Advs. ADRIANO MARRONI OAB/PR. 23657 e CRISTINE MEIRE WELTER-.
34. ACAO DE COBRANCA-375/2008-RIVEL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x ROSANE TERESINHA HENTZ VIANA- "Sobre petição e documentos juntados aos Autos, manifeste-se o Autor no prazo de 10 dias." - Advs. FABIO YOSHIHARU ARAKI e GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547-.
35. ACAO DE COBRANCA-0002409-83.2008.8.16.0086-PAULO RODRIGUES e outros x MUNICIPIO DE GUAIRA- "O Requerido para que no prazo de 10 dias apresente sua alegações finais." - Advs. ROSANA CRISTINA L. RECHE OAB/39941 e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
36. ORDINARIA DE COBRANCA-0003304-10.2009.8.16.0086-BENEDITO CARLOS DE OLIVEIRA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS--RETIRAR OFICIO PÁRA POSTAR COIM ARA.dvs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS, ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO e ILIANE ROSA PAGLIARINI-.
37. ORDINARIA DE COBRANCA-0002738-61.2009.8.16.0086-BENEDITA FERREIRA PEREIRA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-RETIRAR OFICIO PARA POSTAR COM AR-Advs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO-.
38. ORDINARIA DE COBRANCA-0002663-22.2009.8.16.0086-AIRTON DOMINGOS CANDIDO e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- A PARTE ADVERSA DEVE FAFLAR SOBRE OETIÇAO DE FLS.485/510-(FAVOR VER EM CARTORIO POR SER MUITO EXTENSO PARA PUBLICAR ...AS PARTES DEVEM FALAR SOBRE LAUDI PERICIAL.Advs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA e TATIANA TAVARES DE CAMPOS-.
39. ORDINARIA DE COBRANCA-0002689-20.2009.8.16.0086-ANDREIA APARECIDA PINAFFI e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-RETIIRAR OFICIILOS PARA POSTAR COM AR-Advs. GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO-.
40. SUPRIMENTO JUDICIAL-141/2009-VANESSA SILVEIRA DE ALMEIDA x JUIZO DE DIREITO- Julgo extinto este processo sem resolução do merito.-Adv. HENRIQUE HESSEL-.
41. ACAO DE COBRANCA-0002751-60.2009.8.16.0086-ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS CRUZ x ALIANÇA DO BRASIL- DRA NAJLA DEVE ASSINAR PETIÇAO DE FLS.180/181-Advs. NAJLA M. COSTA PEREIRA, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, NADIA MAZUREK OAB/PR 27972/PR e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.
42. ANULACAO DE ATOS JURIDICO-194/2009-ANDREA MARIA AGNER QUINTAS e outro x Pierina Candil Bottega- "OS AUTOS BAIXARAM DO TRIBUNAL. ÀS PARTES PARA REQUEREREM O QUE FOR DE SEU INTERESSE." - Advs. ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556 e WILSON DA COSTA LOPES-OAB/PR 9926-.
43. ACAO MONITORIA-0002650-23.2009.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x AGDA DE SOUZA COLEHO SOSNOSKI- "SOBRE

A DEVOLUÇÃO DO OFICIO EXPEDIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR." - Advs. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR e SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
44. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-239/2009-JOAO HENRIQUE MOREIRA SANTOS x OMNI S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- falar sobre o laudo pericial.-Advs. HASAN VAIS AZARA, LOURENCO CESCA - OAB/PR. 48692 e EDUARDO PENA DE MOURA FRANCA-.
45. ANULACAO DE ATOS JURIDICO-0002967-21.2009.8.16.0086-LUIZ MAXIMINIANO DA ROSA e outro x BANCO DO BRASIL S.A- Autos baixaram do tribunal-Advs. HENRIQUE HESSEL, SIMONE MONTEIRO FLEIG - OAB 23.747 e LARISSA ELIDA SASS - OAB 47.976-.
46. BUSCA E APREENSAO-0002746-38.2009.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x MIZAEL CARVALHO ROCHA- Julgo Extinta esta ação.-Adv. FLAVIO SANTANA VALGAS-.
47. REVISAO CONTRATUAL-0002648-53.2009.8.16.0086-JOAO HENRIQUE MOREIRA SANTOS x OMNI S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- falar sobre laudo pericial em 10 dias-Advs. HASAN VAIS AZARA e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.
48. ACAO MONITORIA-310/2009-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x JOSEANE ROCHA WANDERLEI- Nao a veiculo a ser bloqueado.-Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI e DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
49. ALIENACAO DE BENS-0003205-40.2009.8.16.0086-ELTON DIOHN DIAS ROCHA e outros x SIMIAO LOPES NEVES e outro- saneador - partes legitimas etc;PONTOS CONTROVERTIDOS -a) a indivisilidade do imovel sub judice; b) existencia dos requisitos do usucapiao quais sejam, posse, tempo, ainimus domini; bem como a fração do imovel porventura usucapida; c) benfeitorias existentes para fins de reteção de indenização;d) definição das cotas partes remanescente para possibilitar aos requeridos o exercicio do direito de preferencia. PROVAS DEFERIDAS - a)depoimentos pessoais dos autores e requeridos; b)prova documentais, testemunhal e periciais. Caso as partes pretendam, ouvir testemunhas devem arrola-las ate 20 dilas antes da audiencia. Nomeado perito Nelson Luiz Felipe Cordeiro -AUDIENCIAS de conciliação dia 19/01/2012 as 13,15 horas- recolher guia oficial de justiçal-Advs. JAMIL EL KADRI, MARIANA DE OLIVEIRA CANDIDO e VALERIA DE ALMEIDA BALAN OAB/41077-.
50. BUSCA E APREENSAO-0002685-80.2009.8.16.0086-BANCO FINASA S.A-BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO-S.A x ELISABETE CRISTINA LANDIM-DIGGA A REQUERIDA SE HOUVE ACORDO ENTRE AS PARTES.-Advs. CARLA ROBERTA DOS S. BELEM, LUIZ CLAUDIO N. LOURENCO e GIVANILDO JOSÉ TIROLTI-.
51. ACAO DE COBRANCA-564/2009-ENILSON BATISTA DANTAS x VALTER ALVES ALBUQUERQUE-Dar andamento ao feito, se inerte, sera intimada a parte pessoalmente e as suas expensas. -Adv. LUANA CAMILA BUENO OAB/PR. 40001-.
52. AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL-0002764-59.2009.8.16.0086-AMELIA GLABA SANTANA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- Retirar oficio e postar com AR.-Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, EVELI MARIA PEDROLLO, MAURILIA BONALUIMI SANTOS e MONICA FERREIRA MELLO BIORA-.
53. BUSCA E APREENSAO-641/2009-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADM. COSTA OESTE- SICREDI COSTA OESTE x RONALDO APARECIDO SODRE- APRESENTAR CALCULO ATUALIZADO-Adv. EVILASIO DE CARVALHO JR-OAB 27820-.
54. INTERDICAO E CURATELA-0000073-38.2010.8.16.0086-JOSE ANTONIO DE MEDEIROS DANTAS e outro x ANA PAULA GONZALES DANTAS- O autor para prestar contas e assinar o termo de curador.-Advs. MAURILIA BONALUMI SANTOS e LISIANE DE CAMPOS-.
55. BUSCA E APREENSAO-0000107-13.2010.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x SOELI DEL VECCHIO- "O Autor para que efetue o pagamento das custas processuais no valor de R$ 856,34, a fim de que os autos sejam encaminhados para prolação de sentença." - Advs. CARLA ROBERTA DOS S. BELEM, PATRICIA TRENTO e LUDMILA ALVES IMAI-.
56. RESPONSABILIDADE CIVIL-0000123-64.2010.8.16.0086-MARIA APARECIDA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- "Sobre as petições e documentos juntados pelo Requerido e pela Caixa Economica Federal, manifeste-se o Autor no prazo de 10 dias." - Advs. GERALDO ALBERTI-OAB/PR.16.291-B, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 e MONICA FERREIRA MELLO BIORA- 33.111-.
57. BUSCA E APREENSAO-0000240-55.2010.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x JOSE RODRIGUES DA SILVA- Dar andamento ao feito. Recolher GRC do oficial de justiça.-Adv. CRISTIANE BELINATI G. LOPES-19937-.
58. ACAO MONITORIA-0000510-79.2010.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x CLEISON GARCIA DE AZEVEDO- O autor para recolher guia para diligencia do Sr. Oficial de justiça.-Adv. SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
59. INDENIZACAO-0000765-37.2010.8.16.0086-LUCIANA BATISTA x MARINA APARECIDA FERNANDES SUTIL e outro- As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma justificada. -Advs. WILSON DA COSTA LOPES, CRISTIANE R. DE M. VENANCIO DA SILVA, DORIMAR CLEBER TARGA PEREIRA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e GERSON VANZIN MOURA DA SILVA-.
60. INDENIZACAO - SUMARIO-0000930-84.2010.8.16.0086-GABRIELE DIAS WELTER x ALUISIO DONIZETE KUROSKI e outro-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. WILSON DA COSTA LOPES, REGINA ALVES CARVALHO e FABIOLA ROSA FERSTEMBERG-.
61. INTERDICAO E CURATELA-0001868-79.2010.8.16.0086-ANTONIO JOSE CAVALCANTE DA SILVA x DONIZETE CAVALCANTE DA SILVA- Sobre o pleito de dispensa do transito em julgado, manifeste-se a parte ré, em tal ato, haver a intimação da parte re quando a r. sentença proferida.-Advs. GIOVANI BATISTA LOPES e NILSON DA COSTA LOPES-.
62. BUSCA E APREENSAO-0001880-93.2010.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. x EDSON DE SOUZA- "SOBRE A RESPOSTA DO SISTEMA INFOJUD, MANIFESTE-SE O AUTOR" - Advs. CARLA ROBERTA DOS S. BELEM e PATRICIA TRENTO-.
63. ACAO MONITORIA-0002226-44.2010.8.16.0086-UNIPAR - UNIVERSIDADE PARANAENSE x JULIANA FERNANDES FERREIRA- "SOBRE A CERTIDAO DO SENHOR OFICIAL DE JUSTIÇA, MANIFESTE-SE O AUTOR" - Adv. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
64. ACAO DE COBRANCA-0002574-62.2010.8.16.0086-VALDOMIRO SANTE x CENTAURO SEGURA-DORA- -SENTENÇA - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, E CONDENO A REQUERIDA AO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DO VALOR REFERENTE A INDENIZAÇÃO DO SEGURO dpvat DEVIDO AO AUTOR NO VALOR DE R$11.137,50 COM ACRESCIMOS LEGAIS.PELA SUCUMBENCIA CONDENO A REQUERIDA EM CUSTAS E DESPESAS E VERBA HONORARIA DE ADVOGADO ARBITRADO EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO,CORRIGIDO.-Advs. NAJLA M. COSTA PEREIRA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.
65. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002583-24.2010.8.16.0086-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO VALE DO P x EDSON BARBOSA GUIMARAES- "Sobre a resposta do Sistema Infojud da Receita Federal, manifeste-se o Exequente no prazo legal." - Adv. CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
66. ACAO DE COBRANCA-0002616-14.2010.8.16.0086-MARIA IONE GOULART x CENTAURO SEGURADORA- "FOI DESIGNADO O DIA 14/10/2011 ÀS 11:00 HORAS DA MANHÃ, NO CONSULTÓRIO DO DR. JOÃO FERNANDO LEMES, PARA REALIZAÇÃO DA PERICIA MEDICA." - Advs. NAJLA M. COSTA PEREIRA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 e NATALINA INACIO L. PIAZZA-46.634-.
67. ACAO MONITORIA-0002643-94.2010.8.16.0086-UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR x NATHALY FERNANDA DA SILVA CREMER-Retirar oficio(s) e postar com AR. -Advs. SANDRA R. S. TAKAHASHI e DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR-.
68. ADJUDICACAO COMPULSORIA-0002807-59.2010.8.16.0086-FILOMENA MACHADO DA SILVA x CITYPAR - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-Sobre petição e documentos de fls. 59 a 69, manifeste-se o autor.-Adv. GIOVANI BATISTA LOPES-.
69. USUCAPIAO-0002999-89.2010.8.16.0086-GILMAR HARTMANN e outro x YOSHIDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- O autor para juntar aos autos comprovante do conhecimento da citação dos confinantes, citada na petição de fls. 70. -Adv. JOSE DANIEL BARBOSA BASTO-OAB-17219-.
70. ACAO DE COBRANCA-0003118-50.2010.8.16.0086-ROSIMAR BARROS TELESTE x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Os autos baixaram do tribunal.-Adv. NAJLA M. COSTA PEREIRA-.
71. REINTEGRACAO POSSE-0003174-83.2010.8.16.0086-OLGA GUZELLA e outros x JOSE ALVES MONTES- "Sobre a petição juntada pelo Requerido, manifeste-se o Autor no prazo de 10 dias." - Advs. GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547, MARCIO ARI VENDRUSCOLO OAB/PR 24736 e LOURENCO CESCA - OAB/PR. 48692-.
72. ACAO DE COBRANCA-0003295-14.2010.8.16.0086-MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS JULIAO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT- "O Autor para que informe se compareceu ou nao à pericia designada, bem como para que de prosseguimento ao feito, requerendo o que for de seu interesse." - Advs. DIEGO GURGACZ e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.
73. REGISTRO NASCIMETO/OBITO EXTEMPOR.-0003332-41.2010.8.16.0086-MARIA DO CARMO CAITANO x JUIZO DE DIREITO- RETIRAR PRECATORIA PARA CUMPRIR.-Advs. DANIELA TEIXEIRA SINHORINI 39639/PR e SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
74. RESCISAO CONTRATUAL-0003433-78.2010.8.16.0086-FRANCIELE BATISTA ESPOSITO x FENICIA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA e outros- Sobre oficio de folhas 64, manifeste-se o autor.-Adv. CRISTINE MEIRE WELTER-.
75. ACAO DE COBRANCA-0003533-33.2010.8.16.0086-LEANDRO ELOI BECKER x CENTAURO SEGURADORA S.A.- "Foi indeferido o postulado pela Douta Procuradora do Autor às fls. 118, tendo em vista que tal diligencia cabe unica e exclusivamente à parte agravada." - Advs. NAJLA MARIA ZERAIK, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-OAB/ 7919 e RAFAELA POLYDORO KUSTER OAB/45057-.
76. ACAO DE COBRANCA-0003755-98.2010.8.16.0086-EUGENIO DA SILVA x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Marcada Pericia para o dia 19/10/2011, as 11:00 horas, no Hospital Santa Rita, com o Dr. Joao Fernando Lemes, o autor para levar os quesitos. -Advs. NAJLA MARIA ZERAIK, MARCELO DAVOLI LOPES, MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, FLAVIA BALDUINO DA SILVA e NATALINA INACIO L. PIAZZA-46.634-.
77. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0003784-51.2010.8.16.0086-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO COSTA OESTE - SICREDI COSTA OESTE x APARECIDO FERNANDES DE LIMA- APRESENTAR CALCULOO ATUAÇIZADO-Adv. CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
78. EXECUCAO-0004036-54.2010.8.16.0086-MARIA JOSE DOS ANJOS e outros x D.E.R. - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS- "Tendo em vista o julgamento dos Embargos à Execução, providencie o Autor ao prosseguimento da Execução, requerendo o que for de seu interesse." - Advs. ACYR LOURENCO DE GOUVEIA, APARECIDO DA SILVA MARTINS e MARIA ADILIA GOUVEIA-.
79. BUSCA E APREENSAO-0000006-39.2011.8.16.0086-BANCO ITAÚ S.A. x SOLANGE DO NASCIMENTO MARQUES PIRES- Efetuar o pagamento das custas

( valor ver em cartorio).-Advs. EVARISTO ARAGÃO SANTOS, MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR e LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.
80. BUSCA E APREENSAO-0000039-29.2011.8.16.0086-RIVEL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x CLARICE MARIA SOSNOSKI SANCHES-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. OSVALDO KRAMES NETO OAB/PR 21186 e NAJLA MARIA ZERAIK-.
81. PRODUCAO ANTECIPADA DE PROVAS-0000330-29.2011.8.16.0086-REGIANE DA SILVA PEREIRA x PREFEITURA MUNCIPAL DE GUAIRA-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. LEONIDAS G. NASCIMENTO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
82. PRODUCAO ANTECIPADA DE PROVAS-0000331-14.2011.8.16.0086-DERLI JOSE FURTADO x PREFEITURA MUNCIPAL DE GUAIRA- "SOBRE A CONTESTAÇÃO DO REQUERIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR NO PRAZO LEGAL" - Advs. LEONIDAS G. NASCIMENTO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
83. REPETICAO DE INDEBITO-0000472-33.2011.8.16.0086-SERGIO ALTAIR FURLAN JUNIOR x OMNI S.A. CRED. FINANC. E INVESTIMENTO-Retirar oficio(s) e postar com AR. -Adv. MAYKON JONATHA RICHTER OAB/PR.36356-.
84. EMBARGOS A EXECUCAO-0000570-18.2011.8.16.0086-D.E.R. - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS x ADAIR FRIEDRICH e outros- "Ao Embargante para que se manifeste sobre sobre a petição juntada pelo Embargado às fls. 20/21." - Advs. ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ, ACYR LOURENCO DE GOUVEIA, APARECIDO DA SILVA MARTINS 15498/PR e MARIA ADILIA GOUVEIA-.
85. ACAO DE COBRANCA-0000940-94.2011.8.16.0086-GRAFICA LEX LTDA x TRG DOS ANJOS FARIA - CONFECÇÕES- "O AUTOR PARA QUE RECOLHA AS CUSTAS PROCESSUAIS FINAIS, A FIM DE QUE OS AUTOS SEJAM ENCAMINHADOS PARA PROLAÇÃO DE SENTENÇA." - Adv. GIOVAN VENDRUSCOLO OAB/PR 21547-.
86. BUSCA E APREENSAO-0001184-23.2011.8.16.0086-BANCO DO BRASIL S.A x MARCIO RICARDO DA SILVA PAULETTE- "O Autor para recolher as custas do oficial de justiça no valor de R$ 295,50." - Adv. TABATA NOBREGA BONGIORNO-.
87. ACAO DE COBRANCA-0001276-98.2011.8.16.0086-VILMA MARIA DE OLIVEIRA x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Sobre contestação e documentos de folhas 35 a 60, manifeste-se o autor.-Adv. NAJLA MARIA ZERAIK-.
88. ACAO DE DESPEJO-0001282-08.2011.8.16.0086-JOSIANE ESTER PATZLAFF DA SILVA e outro x VANILZA ALVES- Sobre contestação e documentos de folhas 97 a 129, manifeste-se o autor.-Adv. ULISSES FALCI JUNIOR-.
89. ACAO ORDINARIA RESSARC. DANOS-0001342-78.2011.8.16.0086-AUDENIR DORNELLES e outros x FEDERAL DE SEGUROS-As partes para que, no prazo sucessivo de 05 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada. -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, MILTON OLIZAROSKI, EVELI MARIA PEDROLLO, MAURILIA BONALUIMI SANTOS, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA e ROSANGELA DIAS GUERREIRO-.
90. ORD. DE OBRIGACAO DE FAZER-0001598-21.2011.8.16.0086-WALSIR PERUSSO x BANCO CNH CAPITAL S.A.- As partes litigantes para que especifiquem as provas que pretendem poduzir.-Advs. LUIZ FERREIRA VERGÍLIO e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.
91. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0001712-57.2011.8.16.0086-CLAUDECIR ANTONIO MENEGOTTO e outro x GENI RIBEIRO CORREIA e outros- Deferido o pedido pelo prazo de 20 dias.-Adv. MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA-.
92. INDENIZACAO-0001844-17.2011.8.16.0086-LOURENCO CESCA x HILDO KOREN e outro- Sobre as contestações das denunciadas, manifeste-se o autor, no prazo de 10 dias.-Adv. HASAN VAIS AZARA-.
93. BUSCA E APREENSAO-0002086-73.2011.8.16.0086-BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I x ELIANE ROCHA WANDERLEI DE JESUS- "Ao Autor para que o mesmo recolha as custas processuais no valor de R$ 853,53, a fim de que os autos sejam encaminhados para prolação de sentença de extinção." - Adv. JANE MARIA V. PRONER-.
94. EMBARGOS A EXECUCAO-0002107-49.2011.8.16.0086-CILSON RIBEIRO CORREIA e outros x C. VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "SOBRE A PETIÇÃO JUNTADA PELO AUTOR, MANIFESTE-SE O REQUERIDO NO PRAZO LEGAL" - Advs. DEAN JAISON ECCHER e CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
95. IMPUGNACAO AO CUMPR. DA SENT.-0002254-75.2011.8.16.0086-BAZAR MELISSA LTDA - ME x C.A.T.M. COMERCIO DE LIVROS LTDA- "SOBRE A PETIÇÃO JUNTADA PELO REQUERIDO, MANIFESTE-SE O AUTOR." - Advs. WILSON DA COSTA LOPES- OAB/PR 9926 e JULIANO CASTELHANO LEMOS-.
96. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0002270-29.2011.8.16.0086-AMARILDO DA SILVA SANTOS x BANCO PANAMERICANO S.A.- Sobre contestação e documentos de folhas 25 a 46, manifeste-se o autor.-Adv. MAYKON JONATHA RICHTER OAB/PR.36356-.
97. ACAO DE DESPEJO-0002343-98.2011.8.16.0086-GEREMIAS BERBERT e outros x JOAO CARLOS JAMBERSI e outro- Retirar oficio e postar com AR.-Adv. ROSI MARY MARTELLI-.
98. COBRANCA- ORDINARIA-0002344-83.2011.8.16.0086-PILAO QUIMICA LTDA x DSI-DUTCH STARCHES INTERNATIONAL DO BRASIL AMIDOS LTDA- "O AUTOR PARA RECOLHER AS CUSTAS DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA." - Adv. CLEMENTE ALVES DA SILVA-.
99. RECLAMACAO TRABALHISTA-0002359-52.2011.8.16.0086-CELSO SUTIL x MUNICIPIO DE GUAIRA- JULGO EXTINTO ESTE FEITO SEM RESOLUÇAO DO MERIITO; CONDENO O AUTOR EM BBUSTAS E DESPESAS MAS FICA ISENTA.-Advs. CASSIUS ANDRE VILANDE, ELISANGELA MARIA DE M. VILANDE e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
100. ACAO DE COBRANCA-0002628-91.2011.8.16.0086-BELMIRO LUIZ DE FREITAS x MUNICIPIO DE GUAIRA- NAO HOUVE CONTESTAÇÃO NO PRAZO LEGAL.-Advs. CASSIUS ANDRE VILANDE e ELISANGELA MARIA DE M. VILANDE-.
101. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002688-64.2011.8.16.0086-NEW FIT INDUSTRIA E COMERCO DE APARELHOS PARA GINASTICA IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA-ME x ZILDA APARECIDA MORTARI FERNANDES e outros- "Ao Autor para que efetue o pagamento das custas de Oficial de Justiça no importe de R$ 333,00 (trezentos e trinta e tres reais), no prazo de 10 dias." - Adv. MARCOS ADRIANO ANTUNES-.
102. ACAO DE COBRANCA-0002809-92.2011.8.16.0086-LAURA MARIA DA SILVA e outro x MUNICIPIO DE GUAIRA- AUIDIENCIA CONCILIAÇAO DIA 19/01/2012 AS 13 HORAS. O AUTOR DEVE JUNTAR COPIA DA INICIAL-Advs. FABIULA MAROSO e MARCOS JULIO ANTONIETTI CLAUS-.
103. BUSCA E APREENSAO-0002884-34.2011.8.16.0086-BANCO PANAMERICANO S.A. x MARIA DAS DORES UHLMANN- "...Pedido Liminar foi deferido pelo Juizo. O Autor para providenciar o recolhimento das custas de Oficial de Justiça no valor de R$ 295,50, a ser depositado em conta judicial junto ao Banco do Brasil S.A, conta esta que deve ser aberta no momento do deposito, vinculada à Agencia de Guaíra/PR, cujo código é 0641-6." - Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e SABRINA OLIVEIRA-.
104. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0000763-09.2006.8.16.0086-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x IVONE SOUZA- Sobre petição de folhas 208, manifeste-se o autor.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e SANDRA R. S. TAKAHASHI-.
105. EXECUCAO FISCAL - OUTRAS-0001074-63.2007.8.16.0086-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x GUAIRA EQUIPAMENTOS LTDA- "SOBRE O BLOQUEIO BACENJUD, MANIFESTE-SE O AUTOR." - Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
106. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0002294-62.2008.8.16.0086-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x CONRAD ZAGER JUNIOR- NAO LOCALIZADO VEICULOS NO RENAJUD-Adv. MARCOS AURELIO COMUNELLO-.
107. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-163/2008-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE GUAIRA x ROGER FRANCISCO DA ROCHA/PJ e outro- Sobre os expedientes de fls. 95/96 - renajud, manifeste-se o autor.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556-.
108. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0001870-49.2010.8.16.0086-MUNICIPIO DE GUAIRA x WILSON NHOATTO- Sobre oficio do Juizo Deprecante as folhas 39, manifeste-se o autor.-Adv. MARCOS AURELIO COMUNELLO-.
109. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0002690-68.2010.8.16.0086-MUNICIPIO DE GUAIRA PR x ALEMAR POTT e outro- Julgo improcedente a exceção de pre-executividade.-Advs. MARCOS AURELIO COMUNELLO e DILCE BARBOSA DO NASCIMENTO-.
110. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL-0000459-34.2011.8.16.0086-MUNICIPIO DE GUAIRA x MECANAUTO - COMERCIO DE PECAS MEC. VEICULOS LTDA- "Sobre a petição do Exequente, manifeste-se o Executado no prazo de 10 dias." - Advs. SANDRA PADILHA MARTINS, ALESSANDRO ALVES ANDRADE OAB/48556 e CLAUDIO MUHAMMAD JABER OAB 33536 PR-.
111. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0000811-02.2005.8.16.0086-Oriundo da Comarca de -COOPERATIVA AGROPECUARIA PROD. INTEGR. PARANA LTDA x VALDIR GAZOLA- DIZER SE PRETENDE A CINTINUAÇAO DO FEITO.-Advs. MACIEL TRISTAO BARBOSA OAB 14.945 e ISAIAS JUNIOR T. BARBOSA- 43.295-.
112. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002506-83.2008.8.16.0086-Oriundo da Comarca de CASCAVEL - PARANA-CELI GONCALVES PARIZZI e outros x GILBERTO MARQUES DE BRITO e outro- "Antes da devolução da carta precatória ao Juizo Deprecante, providencie o Autor ao pagamento das custas finais no valor de R$ 175,87." - Advs. FABIOLA DE MOTTA FIGUEIRA, PRISCILA M. PIMENTA MIOTTO e HAMILTON MARIANO-.
113. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002380-33.2008.8.16.0086-Oriundo da Comarca de UMUARAMA-PR-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADM. COSTA OESTE- SICREDI COSTA OESTE x ROGERIO XAVIER DE LIMA- "ANTES DA DEVOLUÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA, PROVIDENCIE O AUTOR AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS FINAIS." - Adv. CARLOS ARAUZ FILHO - OAB/PR.27171-.
114. CARTA PRECATORIA - CIVEL-148/2008-Oriundo da Comarca de FOZ DO IGUACU - PARANA-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x MINERAÇAO FLORESTA DE GUAIRA LTDA- Sobre deposito de fls. 152, o executado.-Adv. ADELIO DRUCIAK - OAB/PR. 10443-.
115. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002915-54.2011.8.16.0086-Oriundo da Comarca de 3ª VARA CÍVEL DE CASCAVEL - PR-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x EDVALDO PEDRO DOS SANTOS- "O Autor para recolher custas de oficial de justiça no valor de R$ 295,50." - Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

Guaíra, 29 de Setembro de 2011
Odeth Juri
Escriva

## GUARAPUAVA

# 1ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE GUARAPUAVA - ESTADO DO PARANA**
**CARTORIO DA 1ª VARA CIVEL**

**RELAÇÃO Nº041/2011**
**ESCRIVÃO: JOÃO CARLOS PRESTES TAQUES**
**JUÍZA DE DIREITO GENEVIEVE PAIM PAGANELLA**

ABRAO JOSE MELHEM 0005 000505/1997
0069 000951/2007
0127 000286/2010
ADRIANO MARTINS DE OLIVEI 0088 000198/2009
ADRIANO ZAGORSKI 0047 000845/2006
ALAIR VALTRIN 0012 000451/1999
ALAN CARLOS ORDAKOVSKI 0227 000941/2011
ALAN RODRIGO SCHINEMANN S 0163 001181/2010
0208 000794/2011
0224 000909/2011
ALAN RODRIGO SCHINERMANN 0174 000107/2011
ALAN RODRIGO SCHINERMANN 0208 000794/2011
0221 000904/2011
0226 000929/2011
ALAN RODRIGO SCHINERMANN 0227 000941/2011
ALAN RODRIGO SCHINERMANN 0227 000941/2011
ALCEDIR VANDERLEI LOVATTO 0069 000951/2007
ALCIONE BASTOS RIBAS 0021 000712/2002
0136 000494/2010
ALENCAR LEITE AGNER 0011 000315/1999
0012 000451/1999
0036 000608/2005
0059 000505/2007
0251 000035/1998
ALESSANDRO FREDERICO DE P 0006 000120/1998
0099 001033/2009
ALEXANDRE DALLA VECCHIA 0155 001030/2010
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0201 000563/2011
ALFREDO MARCOS SILVERIO 0057 000469/2007
0095 000764/2009
ALINE C. C. DINIZ PIANARO 0248 001281/2011
ALISSON ADAO NASCIMENTO 0136 000494/2010
AMAURI DE OLIVEIRA MELO 0049 000181/2007
AMAURI ROBERTO BALAN 0120 000164/2010
AMORITI RIBEIRO 0136 000494/2010
ANA CRISTIANE DE MELLO MO 0038 000030/2006
0212 000856/2011
ANA LUCIA RIBEIRO CARVALH 0107 001288/2009
ANA PAULA TAVARES MASS 0025 000243/2004
ANA VALCI SANQUETA 0003 000065/1991
ANA VALCI SANQUETA 0108 001290/2009
ANA VALCI SANQUETA 0136 000494/2010
ANDRE ABREU DE SOUZA 0056 000437/2007
ANDREA LOPES GERMANO PERE 0240 001047/2011
ANDREIA H. MALUCELLI 0130 000361/2010
0188 000338/2011
ANGELA MUSSIAU YAMASAKI D 0186 000323/2011
ANGELINO LUIZ RAMALHO TAG 0057 000469/2007
ANTONIO CARLOS CHECCO 0057 000469/2007
ANTONIO LIDIO 0004 000154/1994
0134 000398/2010
ARLI PINTO DA SILVA 0093 000644/2009
0094 000759/2009
ARLI PINTO DA SILVA 0099 001033/2009
ARTEMIO PEREIRA 0015 000336/2000
ARTHUR BITTENCOURT JUNIOR 0185 000320/2011
ARTUR BITTENCOURT JUNIOR 0179 000151/2011
AURELIANO JOSE DE AREDES 0009 000660/1998
0012 000451/1999
0037 000691/2005
BEATRIZ HELENA DOS SANTOS 0074 000526/2008
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0098 000982/2009
CAMILLE BAGGIO SCHEIDT BR 0105 001210/2009
CARLA HELIANA V. M. TANTI 0096 000916/2009
0115 001456/2009
0123 000229/2010
0124 000231/2010
CARLOS ALBERTO B. CAGGIAN 0012 000451/1999
CARLOS EDUARDO VANIN KUKC 0024 000119/2004
CARLOS HENRIQUE SILVESTRI 0152 000999/2010
CARLOS LEAL S. JUNIOR 0013 000835/1999
0083 001049/2008
0088 000198/2009
0100 001038/2009
0196 000467/2011
CARMEM LUCIA BUENO TURRA 0002 000552/1987
CASSIO BIZARRO ZANDONAI 0083 001049/2008
CASSIUS ADRIANO CECCON 0078 000666/2008
CESAR A. DA CUNHA 0012 000451/1999
0036 000608/2005
CESAR AUGUSTO TERRA 0118 000060/2010
CESAR FLEISCHER 0165 001195/2010
CLAUDIA APARECIDA KELLY K 0133 000382/2010
CLYCEU CARLOS DE MACEDO F 0180 000173/2011
CLÁUDIA CRISOSTIMO DE ABR 0158 001078/2010
DANIEL DALZOTO 0170 001377/2010
DANIEL DALZOTO DOS SANTOS 0089 000353/2009
DANIEL HACHEM 0128 000334/2010
DANIEL TIELE GAETNER 0117 001500/2009
0141 000656/2010
DANIELA SILVA VIEIRA 0081 000864/2008
DANIELE ARAUJO AGNER 0135 000409/2010
DAYANA T. CAZELLA 0177 000135/2011
DELIO DE JESUS SOUZA 0010 000203/1999
DENI CRISPIN CORREA JUNIO 0155 001030/2010
DENISE VALQUEZ PIRES 0151 000986/2010
DENISE VAZQUES PIRES 0198 000508/2011
0228 000964/2011
DENISE VAZQUEZ PIRES 0229 000973/2011
DIEGO F. S. PAISANI 0100 001038/2009
DIEGO FERNANDO SCHWAB PAI 0100 001038/2009
DINARI ESTRELA PEREIRA 0111 001321/2009
DINOR DA SILVA LIMA 0251 000035/1998
EDGAR JOSE DOS SANTOS 0230 000980/2011
EDNI DE ANDRADE ARRUDA 0009 000660/1998
0029 000538/2004
0062 000629/2007
0113 001377/2009
0125 000237/2010
EDUARDO BASTOS DE BARROS 0016 000014/2002
0027 000369/2004
0061 000570/2007
0147 000852/2010
EDUARDO CHEMIN ZOSCHKE 0110 001305/2009
EDUARDO RAMOS CANON TESSO 0060 000544/2007
EDUARDO TALAMINI 0007 000199/1998
ELCIO JOSE MELHEM 0039 000059/2006
ELCIO JOSE MELHEM FILHO 0035 000549/2005
ELISANGELA TEIXEIRA 0025 000243/2004
ELIZABETE SELL 0001 000097/1963
0120 000164/2010
ELIZANIA CALDAS FARIA 0035 000549/2005
0089 000353/2009
0110 001305/2009
EMANUELA CATAFESTA RIBAS 0043 000389/2006
EMERSON L SANTANA 0085 000019/2009
EMERSON LAUTENSCHLAGER SA 0070 000996/2007
0077 000634/2008
ENEIDA WIRGUES 0250 001287/2011
ERALDO FERREIRA DE LIMA 0001 000097/1963
EVANDRO SEVERINO COLONHI 0038 000030/2006
EVARISTO ARAGÃO SANTOS 0006 000120/1998
FABIANA ANDREA F. L. PERE 0075 000572/2008
FABIANO LIMA PEREIRA 0029 000538/2004
FABIO FERREIRA 0045 000664/2006
0061 000570/2007
FABIO FERREIRA 0159 001122/2010
FABIO MARTINS RIBAS 0021 000712/2002
FERNANDA CORREA 0155 001030/2010
FERNANDA RUSCHEL SANDER 0207 000780/2011
FERNANDO BLASZKOWSKI 0017 000062/2002
0023 000737/2003
FERNANDO DALLA PALMA ANTO 0049 000181/2007
FERNANDO HENRIQUE MACHADO 0129 000338/2010
FERNANDO KAMINSKI DE OLIV 0049 000181/2007
0079 000691/2008
FLAVIA BALDUINO DA SILVA 0159 001122/2010
FLAVIA DIAS DA SILVA 0102 001078/2009
0103 001186/2009
FLAVIO SANTANA VALGAS 0139 000602/2010
0140 000605/2010
0142 000717/2010
FLAVIO SANTANNA VALGAS 0085 000019/2009
0171 000014/2011
FULVIO LUIS STADLER KEIPE 0028 000410/2004
GABRIEL BARDAL 0173 000052/2011
GABRIEL ZANDONAI 0083 001049/2008
GILBERTO RIBAS CAMPOS 0012 000451/1999
0053 000383/2007
GISELE BUQUERA 0181 000180/2011
GRACILIANO RIBEIRO 0091 000428/2009
GUILHERME QUEIROZ 0167 001270/2010
GUILHERME TOPOROSKI 0027 000369/2004
0061 000570/2007
0147 000852/2010
GUSTAVO ALEXANDRE GARCIA 0002 000552/1987
GUSTAVO GUEVARA MALVESTIT 0025 000243/2004
0098 000982/2009
HAMIDY OMAR SAFADI KASSMA 0095 000764/2009
HELDER PILATI 0086 000044/2009
HELDERLIANE MACHADO DA LU 0160 001127/2010
0161 001130/2010
0162 001166/2010
HELENA LANZINI LOSSO 0086 000044/2009
HUMBERTO B. GONGORA FILHO 0040 000165/2006
IBERE EDUARDO SASSO 0027 000369/2004
INGRID DE MATTOS 0130 000361/2010
ISABEL A. HOLM 0082 000943/2008
ISMAEL LUIS DA SILVA 0012 000451/1999
IVANDRO JOEL JOHANN 0153 001017/2010

JAIME JAVORSKI 0038 000030/2006
JAIR DE MEIRA RAMOS 0117 001500/2009
JANAINA BUENO SANTOS 0071 000272/2008
0072 000382/2008
JANETE ILIBRANTE 0011 000315/1999
JANICE IANKE 0137 000533/2010
0144 000771/2010
JAYME ABDANUR 0024 000119/2004
JOAO RIBEIRO NETO 0006 000120/1998
0016 000014/2002
0034 000543/2005
0108 001290/2009
JOAO ROBERTO CHOCIAI 0010 000203/1999
0014 000859/1999
0018 000290/2002
0029 000538/2004
0057 000469/2007
0084 001074/2008
JORGE LUIZ IDERIHA 0081 000864/2008
JORGE VICENTE SIECIECHOWI 0254 000126/2011
JORGE WADIH TAHECH 0006 000120/1998
0093 000644/2009
0094 000759/2009
0099 001033/2009
JORGE WADIT TAHECH 0049 000181/2007
0108 001290/2009
JOSE AMORITI TRINCO RIBEI 0016 000014/2002
0136 000494/2010
JOSE ANTONI0 OGIBOSKI DE 0003 000065/1991
JOSE BONIFACIO DE BARROS 0021 000712/2002
0034 000543/2005
0063 000661/2007
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE 0105 001210/2009
JOSE ELI SALAMACHA 0033 000365/2005
0064 000706/2007
JOSE LUIZ LOUREIRO PALOTA 0002 000552/1987
0225 000927/2011
JOSE PEDRO ANTONIACCI 0195 000459/2011
JOSE PEDRO ANTONIUCCI 0149 000960/2010
JOSE PEDRO RODRIGUES 0206 000767/2011
JOSE PRZEPIORSKI NETO 0121 000183/2010
JOSE ROBERTO GAZOLA 0047 000845/2006
JOSETE FONSECA FORESTI 0076 000631/2008
JOSIANE CALDAS KRAMER 0105 001210/2009
JOSUÉ CORRÊA FERNANDES 0019 000497/2002
JOÃO GUILHERME DE OLIVEIR 0057 000469/2007
JULIANA LUIZA MULLER 0028 000410/2004
JULIANA PERON RIFFEL 0199 000537/2011
JULIANE KAMINSKI DE OLIVE 0079 000691/2008
JULIANO EDUARDO CASALI 0076 000631/2008
JULIO CESAR RIBAS BOENG 0002 000552/1987
0252 000519/2010
JURANDIR FELIPES 0042 000367/2006
KELLY VIEIRA DA SILVA 0223 000907/2011
LIGIA MARY BISCHOF 0008 000347/1998
LILIAM APARECIDA DE JESUS 0041 000365/2006
0044 000566/2006
0048 000854/2006
0058 000501/2007
0101 001053/2009
0114 001412/2009
0146 000807/2010
LILIAN ARAUJO MANSO 0046 000822/2006
LIZA BIANCO CASTOLDI 0113 001377/2009
0197 000484/2011
LORENA MORO DOMINGOS 0017 000062/2002
LORENICE MARIA CIVIEIRO 0150 000962/2010
0182 000230/2011
0193 000455/2011
0200 000561/2011
LORENICE MARIA CIVIERO 0196 000467/2011
LUANA ESTECHE KOROCOSKI 0042 000367/2006
LUCIANA BERRO 0062 000629/2007
LUCIANE MELHEM KARASINSKI 0127 000286/2010
0138 000554/2010
LUCIANO ALVES BATISTA 0013 000835/1999
0021 000712/2002
0083 001049/2008
0095 000764/2009
LUCIMARA PLAZA TENA 0080 000756/2008
LUIS ANTONIO SAPORITI 0012 000451/1999
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0056 000437/2007
0066 000783/2007
0081 000864/2008
LUIS OTAVIO KUSTER ANDRIA 0148 000879/2010
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA 0045 000664/2006
LUIZ ALFREDO DA CUNHA BER 0109 001291/2009
LUIZ CARLOS DE PAULA 0002 000552/1987
LUIZ CLAUDIO SEBRENSKI 0071 000272/2008
0126 000238/2010
LUIZ FELIPE VITORASSI TEI 0133 000382/2010
LUIZ HENRIQUE PERUSSO DA 0122 000188/2010
LUIZ ROBERTO FALCAO 0135 000409/2010
0145 000795/2010
0156 001053/2010
LUIZ ROBERTO FALCÃO 0241 001113/2011
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0006 000120/1998
LUIZ SERGIO KOSTECZA 0042 000367/2006
LUIZ VALMOR SANQUETTA FIL 0012 000451/1999
MARCELE ANDRÉA PRADO 0136 000494/2010
MARCELLE ANDREA PRADO 0108 001290/2009
MARCELO IATSKIU 0089 000353/2009
MARCELO IATSKIU 0119 000160/2010
MARCELO SIMÃO 0012 000451/1999
0049 000181/2007
MARCELO TRINDADE DE ALMEI 0158 001078/2010
MARCELO URBANO 0154 001026/2010
0179 000151/2011
0204 000747/2011
0211 000804/2011
0214 000861/2011
0219 000888/2011
0242 001140/2011
0243 001141/2011
0244 001142/2011
0245 001143/2011
0246 001147/2011
0247 001163/2011
MARCIA REGINA RODACOSKI 0010 000203/1999
MARCIO AUGUSTO VERBOSKI 0113 001377/2009
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0130 000361/2010
0132 000367/2010
0164 001194/2010
0168 001306/2010
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0175 000123/2011
0177 000135/2011
0183 000254/2011
0184 000282/2011
0187 000335/2011
0188 000338/2011
0202 000623/2011
0205 000757/2011
MARCO ANTONIO FARAH 0009 000660/1998
0025 000243/2004
MARCOS A. LARSON 0108 001290/2009
MARCOS RODRIGO DO NASCIME 0030 000687/2004
MARCOS SUNG II JO 0047 000845/2006
0061 000570/2007
MARCUS R. NASCIMENTO 0112 001359/2009
MARGARETE STANG PORTELA 0034 000543/2005
MARIA CECILIA SALDANHA 0138 000554/2010
MARIA DAS GRACAS FOSS CAR 0052 000377/2007
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0075 000572/2008
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0248 001281/2011
MARINES DE ANDRADE 0191 000451/2011
MATHEUS RICARDO JACON MAT 0057 000469/2007
MAURICIO DE LACERDA LOURE 0012 000451/1999
0057 000469/2007
0063 000661/2007
MAURICIO JULIO CAMPOS 0097 000959/2009
MESSIAS ALVES DE ASSIS 0022 000580/2003
MIGUEL SARKIS MELHEM NETO 0109 001291/2009
0116 001476/2009
MILENA KLOSTER SALONSKI A 0109 001291/2009
MILKEN JACQUELINE C. JACO 0064 000706/2007
0065 000719/2007
0067 000794/2007
0068 000900/2007
MILTON LUIS DOS SANTOS TI 0082 000943/2008
MIRIAN APARECIDA DOS SANT 0143 000756/2010
MOACIR IORI JUNIOR 0225 000927/2011
MOARA RODRIGUES FRANÇA 0197 000484/2011
NELSON PASCHOALOTTO 0090 000413/2009
NEWTON DORNELES SARATT 0086 000044/2009
ODACYR CARLOS PRIGOL 0029 000538/2004
OLINDO DE OLIVEIRA 0026 000344/2004
0032 000169/2005
0143 000756/2010
PATRICIA CARLA FERNANDES 0117 001500/2009
0141 000656/2010
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 0104 001195/2009
PAULO CESAR TORRES 0044 000566/2006
0048 000854/2006
0058 000501/2007
PAULO JOSE MACHADO GUEDES 0228 000964/2011
PAULO LEONARDO ROMAN 0006 000120/1998
PAULO ROBERTO CARNEIRO PA 0020 000531/2002
0030 000687/2004
PAULO ROBERTO MARTINS PAC 0013 000835/1999
PAULO ROGERIO MAEDA 0020 000531/2002
PAULO SERGIO DE OLIVEIRA 0057 000469/2007
PEDRO ARMANDO DA SILVA FI 0030 000687/2004
0034 000543/2005
PERICLES LANDGRAF ARAUJO 0066 000783/2007
REINALDO WOELLNER 0012 000451/1999
RENATO GOES PENTEADO FILH 0008 000347/1998
RENATO LUIZ FERNANDES FIL 0019 000497/2002
RENATO PEDRO DE SOUSA 0017 000062/2002
0024 000119/2004
RICARDO DOS SANTOS MASSOQ 0152 000999/2010
RICARDO KAMINSKI 0116 001476/2009
RICARDO MARTINS KAMINSKI 0055 000420/2007
0116 001476/2009
RICARDO RUH 0064 000706/2007
RITA DE CASSIA B.BRAGA 0050 000314/2007
0051 000357/2007
RITA DE CASSIA BRITO BRAG 0176 000129/2011
RITA DE CÁSSIA BRITO BRAG 0190 000446/2011

RIVADALVIO LEMOS DO PRADO 0028 000410/2004
0036 000608/2005
ROBERTA NALEPA 0131 000365/2010
ROBERTO KULKA 0203 000721/2011
RODOLFO VIANA PEREIRA 0006 000120/1998
RODRIGO ALEXANDRE DE CAST 0249 001286/2011
RODRIGO BETTEGA RESSETTI 0174 000107/2011
RODRIGO FONTOURA DA SILVA 0249 001286/2011
RODRIGO JOSE DOS SANTOS 0180 000173/2011
RODRIGO MICHELS OLIVEIRA 0012 000451/1999
RODRIGO RUH 0046 000822/2006
ROMEU FELCHAK 0092 000627/2009
RONEI JULIANO FOGACA WEIS 0073 000424/2008
RONEI JULIANO FOGAÇA WEIS 0087 000099/2009
RONILDO DE OLIVEIRA LIMA 0012 000451/1999
0092 000627/2009
0106 001255/2009
ROSANGELA DA ROSA CORREA 0075 000572/2008
ROSIANE APARECIDA MARTINE 0040 000165/2006
SAIMON CHIOCHETTA FELIPE 0153 001017/2010
SAMUEL FERREIRA XALAO 0031 000755/2004
SANDRO PEREIRA 0160 001127/2010
0161 001130/2010
0162 001166/2010
SERGIO LUIS HESSEL LOPES 0053 000383/2007
0054 000388/2007
SERGIO ROBERTO LOSSO 0084 001074/2008
SERGIO ROBERTO VOSGERAU 0082 000943/2008
SILMARA STROPARO 0178 000139/2011
0231 000997/2011
0232 000999/2011
0233 001000/2011
0234 001001/2011
SILVANA SANTOS TURIN 0181 000180/2011
SILVANEY ISABEL G. DE OLI 0236 001004/2011
0237 001006/2011
SILVANEY ISABEL GOMES DE 0194 000458/2011
0209 000797/2011
0210 000799/2011
0238 001007/2011
TANIA NUNES DE ROCCO BAST 0047 000845/2006
TED MARCO SANDER 0207 000780/2011
THAISA CRISTINA CANTONI 0157 001059/2010
THAISA PEREIRA MELLO 0128 000334/2010
0213 000858/2011
0215 000867/2011
0216 000884/2011
0217 000885/2011
0218 000887/2011
0220 000902/2011
0222 000906/2011
0235 001002/2011
0239 001011/2011
THERCIUS ANTONIO GABRIEL 0002 000552/1987
THERCIUS G. NEIVA REZENDE 0002 000552/1987
THIAGO GABRIEL XALAO 0031 000755/2004
0163 001181/2010
TICIANE DALLA VECCHIA 0166 001216/2010
TICIANE DALLA VECCHIA CEC 0166 001216/2010
TICIANE DALLA VECCHIA CEC 0172 000048/2011
TONI M. DE OLIVEIRA 0169 001350/2010
TORIBIO AUGUSTO PIMENTEL 0059 000505/2007
VALDECY SCHON 0255 000133/2011
VALDEMAR RAMALHO SANTOS 0189 000406/2011
VALDIR RECCANELO 0025 000243/2004
VALTER CARLOS MARQUES 0007 000199/1998
VANESSA DORGIEVICZ ECHEVE 0001 000097/1963
0030 000687/2004
VICTORIO HAUAGE 0052 000377/2007
VILSON STALL 0002 000552/1987
VINICIUS GONÇALVES 0132 000367/2010
VIVIANE DE GOES 0192 000452/2011
WALDIR FIGUEIREDO RECCANE 0025 000243/2004
WALMIR DE SOUZA GIMENEZ 0002 000552/1987
WILSON J. COMEL 0054 000388/2007

1. ARROLAMENTO-97/1963-DELMAR ECHEVERRIA x HIPOLITO FERREIRA DE OLIVEIRA. Sem prejuízo, intimem-se os demais herdeiros e interessados representados nos autos, para que se manifestem sobre a partilha de bens apresentada ás fls. 361/384. Prazo de 10 dias. Advs. ERALDO FERREIRA DE LIMA OAB/PR 15638, VANESSA DORGIEVICZ ECHEVERRIA OAB/PR 42061 e ELIZABETE SELL- OAB/PR 43241, MARCUS RODRIGO DO NASCIMENTO OAB/PR 35092, PEDRO ARMANDO DA SILVA FILHO OAB/PR 35043.

2. INDENIZAÇÃO (ORD)-552/1987-NEWTON MARCONDES DE OLIVEIRA e outros x DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO PARANA-D.E.R. Indefiro o pedido retro, eis que se trata de feito incluído na Meta de Nivelamento n. 02. Sendo assim, à parte autora para que dê efetivo andamento ao feito, sob pena de extinção. Prazo de 10 dias. Advs. THERCIUS G. NEIVA REZENDE OAB/PR 25513.

3. INVENTARIO-65/1991-HYLDA TEREZINHA OGIBOSKI ALMEIDA x SEBASTIAO NEY DA SILVA ALMEIDA e outro. Aguarde-se o julgamento definitivo do agravo. - Adv. ANA VALCI SANQUETA- OAB/PR 11427.

4. ARROLAMENTO-154/1994-JOAO DE O. BAHLS x ISAURA BALHS CARNEIRO. Manifeste-se o inventariante acerca do contido ás fl. 301. Adv. ANTONIO LIDIO-OAB/PR 16976.

5. INVENTARIO-505/1997-DAVINA AMANCIO RATIS x SEBASTIAO RATIS. Pela derradeira vez, intime-se a inventariante para apresentar o plano de partilha amigável, sob pena de remoção. Prazo de 05 dias. Adv. ABRAO JOSE MELHEM-OAB/PR 4425.

6. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-120/1998-MOACIR PAULO ROMAN e outro x ODACIR ANTONELLI e outros. Diante da noticiada transação, HOMOLOGO o acordo celebrado (fls. 957/959), e, com fundamento no art. 794, inciso II CPC, **JULGO EXTINTO** o processo por sentença para que produza seus efeitos jurídicos e legais. Custas conforme acordado fl. 959. Levantem-se eventuais constrições. Advs. RODOLFO VIANA PEREIRA, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, JORGE WADIH TAHECH, PAULO LEONARDO ROMAN, EVARISTO ARAGÃO SANTOS, ALESSANDRO FREDERICO DE PAULA e JOAO RIBEIRO NETO-.

7. EMBARGOS A EXECUCAO-199/1998-SANTA MARIA CIA. PAPEL E CELULOSE x BANCO DO BRASIL S/A. Digam as partes da baixa dos autos. - -Advs. EDUARDO TALAMINI e VALTER CARLOS MARQUES, ADRIANO ZAGORSKI OAB/PR 24524.

8. INVENTARIO-347/1998-ROSALINA DA SILVA LIMA x AGENOR DA SILVA MISSIONEIRO. Manifeste-se o inventariante sobre a petição de fls. 101/102- -Adv. RENATO GOES PENTEADO FILHO OAB/PR 16589 .

9. USUCAPIAO-0002216-88.1998.8.16.0031-GUMERCINDO DE OLIVEIRA x ZEFERINA MORCES MARCONDES. Sobre a baixa dos autos, digam as partes. Nada sendo requerido, arquivem-se. Advs. EDNI DE ANDRADE ARRUDA OAB/PR 3941, MARCO ANTONIO FARAH OAB/PR 18938 e AURELIANO JOSE DE AREDES- OAB/PR 12087.

10. ORDINARIA-203/1999-MARCIO ANTONIO PEREIRA MARCONDES x UNIAO FEDERAL e outro. Diante do exposto, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado por MÁRCIO ANTONIO PEREIRA MARCONDES em face do BANCO DO BRASIL S/A, apenas para o fim de reconhecer a abusividade da cumulação da comissão de permanência com juros moratórios, devendo incidir apenas estes no caso de mora, bem como para reconhecer o direito à sucuritização da dívida constante na cédula rural pignoratícia executada nos autos 834/96 (550-00209900-4), razão pela qual EXTINGO A EXECUÇÃO 834/2006 com fulcro no art. 267 IV CPC. Considerando a sucumbência recíproca, condeno cada parte em 50% das custas dos três processos (834/96, 142/97, 203/99). Cada parte deverá arcar com os honorários advocatícios de seus patronos relativamente ás três causas. Fixo englobamento para cada patrono R $ 3.000,00 (três mil reais), levando em conta a delonga das causas, porém, a desnecessidade de instrução, com fundamento no art. 20 §§ 3º e 4º CPC. Retifiquem-se registros, consignando que somente o Banco Itaú atua no pólo passivo da demanda 203/99, retirando definitivamente a União Federal do mesmo. Corrija-se a ordem do documento de fl. 459 dos autos 203/99, vez que o final da petição referente a esta folha encontra-se após fls. 462. Junte-se nestes autos cópia do acórdão e da certidão de trânsito da sentença de embargos 161/2003 relativa á execução 160/2003. Junte-se cópia da presente sentença em ambos os autos e também no feito executivo 834/96. Apense-se ao feito executivo. Advs. MARCIA REGINA RODACOSKI OAB/PR 13601, DELIO DE JESUS SOUZA e JOAO ROBERTO CHOCIAI-OAB/PR 10991-.

11. HABILITAÇÃO DE CREDITO-315/1999-SILNEIA JOSE DE FREITAS x MECANICA INDUSTRIAL BONSUCESSO LTDA.(MASSA FALIDA). A parte para retirada de alvará.Adv. ALENCAR LEITE AGNER-OAB/PR 10419.

12. HABILITAÇÃO EM FALENCIA-451/1999-JOAO CORREIA DOS SANTOS e outros x MECANICA INDUSTRIAL BONSUCESSO LTDA. Compulsando os autos, verifica-se que nem todos os advogados mencionados no petitório de fl. 564/567, deram atendimento á manifestação do Administrador. Razão pela qual, renove-se a intimação dos subscritores dos petitórios de fls. 527 e 533 para que elaborem novos cálculos conforme determinação de fl. 559. Prazo de 10 dias. Sem prejuízo intimem-se os doutores Ronildo de Oliveira Lima, Rodrigo Michels Oliveira, Gilberto Ribas de Campos, Aureliano José de Arêdes e Gabriel Zandonai para que apresentem memórias conforme pugnado pelo Administrador judicial ás fls. 564/567. Prazo de 10 dias. Advs. CARLOS ALBERTO B. CAGGIANO, REINALDO WOWLLNER, MAURICIO DE LACERDA LOURES, GILBERTO RIBAS CAMPOS, RONILDO DE OLIVEIRA LIMA, RODRIGO MICHELS OLIVEIRA, AURELIANO JOSE DE AREDES, GABRIEL ZANDONAI. .

13. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-835/1999-ARROZEIRA FABIANI LTDA. e outros x BANCO BRADESCO S/A. A parte para retirada de alvará. Adv. PAULO ROBERTO MARTINS PACHECO OAB/PR 19003.

14. BUSCA E APREENSAO (FID)-0002588-03.1999.8.16.0031-BANCO ITAÚ S/A x EDGAR FERREIRA BORELLI. Promova o autor a remoção do bem e cumprimento do mandado de busca e apreensão. Autorizo a expedição da precatória para o cumprimento do mandado. O autor deverá diligenciar junto ao Detran. Observe o autor o contido á fls. 97. Adv. JOAO ROBERTO CHOCIAI-OAB/PR 10991.

15. INVENTARIO-336/2000-JOAO CONCEICAO x MARIA DE LURDES DE OLIVEIRA. Mediante todo o exposto, com fulcro no art. 267, VIII CPC, julgo **EXTINTO** o presente feito sem a apreciação do mérito, condenando a parte autora ao pagamento das custas processuais. Deixo de analisar o pedido de fl. 95, eis que o mesmo restou prejudicado. Adv. ARTEMIO PEREIRA- OAB/PR 8275.

16. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-14/2002-COOPERATIVA AGRARIA MISTA ENTRE RIOS LTDA x MANFRED GOETTEL. Diante do exposto, ante a não impugnação ao cálculo do contador entendo pela concordância, com este, sendo assim, **HOMOLOGO** o cálculo apresentado pelo contador judicial ás fls. 857/861. Retifiquem os registros para constar que o feito encontra-se em fase de liquidação de sentença. Advs. EDUARDO BASTOS DE BARROS OAB/PR 23277, JOSE AMORITI TRINCO RIBEIRO OAB/PR 18440 e JOAO RIBEIRO NETO-OAB/PR 21599.

17. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDAO-62/2002-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA-SANEPAR x MARIA EUGENIA IENKES. A parte autora para retirada de edital. Adv. FERNANDO BLASZKOWSKI-OAB/PR 32738.

18. EXECUÇÃO DE TITULOS EXTRAJUD.-290/2002-BANCO DO ESTADO DO PARANÁ x YOSSAN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA e outros. A parte para retirada de alvará. Adv. JOAO ROBERTO CHOCIAI-OAB/PR 10991.

19. ACAO CIVIL PUBLICA-497/2002-O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x ELIAS J. CURI S/A. Diante do exposto, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, confirmo a liminar e **JULGO PROCEDENTE** o pedido do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ em face de ELIAS J. CURI S/A, determinando que as áreas desmatadas, objeto dos presentes autos, sejam recuperadas por esta com base na orientação contida no parecer técnico do Instituto Ambiental do Paraná - IAP (313/314), restabelecendo-se as condições anteriores á degradação ambiental, observando-se em especial ás seguintes: 1) plantio de 800 árvores nativas diversas na área do auto de infração, 15.603; 2) plantio de 8000 árvores nativas, sendo 4000 de pinheiros e 4000 de árvores nativas diversas, na área do auto de infração n. 19098; 3) plantio de 10.000 árvores nativas diversas na área do auto de infração ambiental n. 19097. Fixo o prazo de máximo de 90 (noventa) dias a partir da intimação da presente para início da recuperação das áreas, sob pena de multa diária no importe R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Fixo como prazo máximo para a conclusão da recuperação das áreas em 01 ano a partir da intimação da presente sentença, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Verificando-se em 90 dias ainda a existência de grupo de invasores (MST) em alguma das áreas, a parte requerida deverá comprovar nos autos dentro deste prazo, e ficará então obrigada a indenização pertinente que deverá ser apurada em liquidação de sentença por arbitramento e conforme termos do art. 13 da Lei 7347/85. Condeno a requerida ao pagamento das despesas processuais e dos honorários de sucumbência. Arbitro os honorários em R$ 3.500,00 (três mil quinhentos reais) levando em consideração a delonga da causa, lugar, qualidade do serviço prestado, necessidade de instrução do feito e dimensão da questão com fundamento no art. 20 §§ 3º e 4º CPC. Advs. RENATO LUIZ FERNANDES FILHO-OAB/PR 34031, MAURICIO LUZ OAB/PR 45759.

20. EXECUÇÃO DE TITULOS EXTRAJUD.-531/2002-JABUR PNEUS S/A x DIRLEI CHERNE DA CRUZ ILIVINSKI. De regra o ofício à Receita Federal não se tem mostrado medida com resultado satisfatório. Assim, considerando que se trata de quebra de sigilo fiscal, portanto, medida extrema, **DETERMINO** ao invés, no sentido de buscar a efetividade a intimação da parte executada para pagamento de 30% do valor atualizado da execução (com custas e honorários em 10%) em 10 dias e do restante em 06 parcelas iguais e sucessivas, com vencimento na mesma data dos meses subsequentes. Advs. PAULO ROGERIO MAEDA OAB/PR 20912 e PAULO ROBERTO CARNEIRO PACENKO-OAB/PR 8368.

21. INDENIZAÇÃO (ORD)-0003706-09.2002.8.16.0031-ANGELO LAMERA x PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Vistos, redesigno o presente ato para o **dia 29 de novembro de 2011, às 13:30 horas,** devendo o requerente manifestar-se antecipadamente se concorda com a juntada do seu prontuário médico, abdicando assim da sua prerrogativa de manter em sigilo o contido em tal documento. Fica a testemunha obrigada a comparecer ao ato designado, acompanhado do prontuário médico requisitado, quando então será deliberado sobre sua juntada aos autos. Advs. JOSE BONIFACIO DE BARROS GARCIA JR. OAB/PR 21275.

22. EXECUÇÃO-580/2003-FILLIP GUIMARAES DEMETERCO x SECRETARIO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GUARAPUAVA. Considerando a desnecessidade de continuidade do feito, eis que o ente público está cumprindo com a sentença de fl. 61/62, JULGO EXTINTO o feito por falta de interesse de agir, com base no artigo 267, inciso VI CPC. Despesas processuais pelo executado. Levante-se eventual constrição. Adv. MESSIAS ALVES DE ASSIS-OAB/PR 14930.

23. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDAO-737/2003-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA-SANEPAR x ARAMIS ANTONIO DE OLIVEIRA. A autora para retirada de edital. Adv. FERNANDO BLASZKOWSKI.

24. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDAO-119/2004-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA-SANEPAR x EMILIA PEDROSO STACIAKI e outro. Ante o certificado á fls. 78v e manifestação de fl. 81, reencaminhe-se o mandado de registr4o de servidão incluindo as peças faltantes. Adv. FERNANDO BLASZKOWSKI OAB/PR 32738.

25. INVENTARIO-243/2004-CASEMIRO HELIO BARCZAK x JOANA SEKULA. O petitório de fl. 267/268 será objeto de análise após o integral cumprimento da deliberação de fl. 264/265, especialmente do item I 1.3. Cumpra-se. Adv. WALDIR FIGUEIREDO RECCANELLO OAB/PR 30804.

26. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-344/2004-JOSE GUILHERME CASTRO x MUNICIPIO DE GUARAPUAVA. Diante da noticia de transação, **HOMOLOGO** o acordo celebrado (fl. 242/243) e, com fundamento no art. 794, inciso II CPC, **JULGO EXTINTO** o processo por sentença para que produza seus efeitos jurídicos e legais. Custas processuais conforme acordado, ou seja, deverão ser arcadas pelo réu. Levantem-se eventuais constrições. Defiro a renúncia do prazo recursal. Adv. OLINDO DE OLIVEIRA-OAB/PR 18664.

27. APURAÇÃO DE HAVERES-369/2004-GEORG SZABO x COOPERATIVA AGRARIA MISTA ENTRE RIOS LTDA. Diante da noticiada transação, **HOMOLOGO** o acordo celebrado (fl. 278/279) e, com fundamento no art. 794, inciso II CPC, **JULGO EXTINTO** o processo por sentença para que produza seus efeitos jurídicos e legais. Cada parte arcará com os honorários de seu patrono, bem como as custas 50% para cada parte. Levantem-se eventuais constrições. Advs. EDUARDO BASTOS DE BARROS OAB/PR 23277 e GUILHERME TOPOROSKI, IBERÊ EDUARDO SASSO OAB/PR 3495-.

28. USUCAPIÃO-0008596-15.2007.8.16.0031-GUSTAVO STADLER e outro. Intime-se pessoalmente, a parte autora e o advogado por nota de expediente, para juntada das certidões imobiliárias dos imóveis confinantes ao imóvel usucapiendo, devendo informar sobre a existência de confinantes possuidores distintos dos detentores dos respectivos domínios, bem como, juntada de certidão negativa de ambas as partes junto ao cartório distribuidor desta Comarca, sob pena de extinção. Advs. JULIANA LUIZA MULLER OAB/PR 44761 e FULVIO LUIS STADLER KEIPERS-.

29. INVENTARIO-538/2004-PAULO ERNESTO SIQUEIRA MARTINS x MARIA RITA SIQUEIRA MARTINS. Sobre o contido á fl. 292, manifeste-se o inventariante em 05 dias. Adv. ODACYR CARLOS PRIGOL-OAB/PR 14451.

30. INVENTARIO-687/2004-GISELE ECHEVERRIA e outros x DELMAR ECHEVERRIA. Mediante todo o exposto, com fulcro no art. 267, VIII CPC, julgo **EXTINTO** o presente feito sem a apreciação do mérito, condenando a parte autora ao pagamento das custas processuais. Defiro a expedição dos alvarás, para levantamento dos valores depositados em Juízo, conta n. 09341086729, agência 3974 do Banco Itaú S/A em nome de WILLIAM ECHEVERRIA e em favor da herdeira JÉSSICA ECHEVERRIA, na conta poupança nº 2200019558344, agência 0299 do Banco do Brasil S/A e na conta poupança nº 09341086729, agência n. 3974 do Banco Itaú S/A, conforme procuração de fl. 228. Dispenso a prestação de contas, ante a inexistência de menores ou incapazes. Adv. VANESSA DORGIEVICZ ECHEVERRIA OAB/PR 42061.

31. ALVARA-755/2004-MARTINHO SCHULZE e outros x OLGA SCHULZE. A parte para retirada de alvará. Advs. SAMUEL FERREIRA XALAO OAB/PR 16061.

32. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-169/2005-LEOMARA BAHLS x MUNICIPIO DE GUARAPUAVA. Diante do exposto, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado por LEOMARA BAHLS em face do MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, revogando a liminar anteriormente concedida, ante a legalidade do Decreto nº 931/2005 que corrigiu irregularidade praticada pela administração. Porém, considerando que deveria efetivamente ser convocada em momento posterior, condeno o Município de Guarapuava/PR ao pagamento de indenização por danos morais cujo valor deve ser equivalente ás remunerações vencidas no período em que a autora esteve fora do cargo (14/03/2005 a 25/07/2005), inclusive equivalente a gratificação natalina e férias vencidas e proporcionais, acrescidas do terço constitucional, corrigida monetariamente pelo IGPM desde cada vencimento e acrescidas de juros legais desde a citação. Condeno o requerido ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 20% do valor total da condenação, levando em consideração o tempo, lugar e qualidade do serviço prestado com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Registro confirmar em favor da autora o benefício da assistência judiciária gratuita. Sentença sujeita ao reexame necessário. Ultrapassado o prazo para recurso voluntário, encaminhem-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Adv. OLINDO DE OLIVEIRA- OAB/PR 18664.

33. DEPOSITO-365/2005-BV FINANCEIRA S/A-CREDITO,FINANCIAMENTO E INVEST. x VALDINEI FERNANDES. Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). Adv. JOSE ELI SALAMACHA- OAB/PR 10244.

34. COBRANCA (ORD)-543/2005-JAURY DOS SANTOS-PINUS MICROEMPRESA x AGUA DA SERRA COMERCIAL EXPLORADORA LTDA. Diante do exposto, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido formulado na inicial por JAURY DOS SANTOS PINUS MICROEMPRESA em face de ÁGUA DA SERRA COMERCIAL EXPLORADORA LTDA e, **JULGO PROCEDENTE** o pedido reconvencional formulado por ÁGUA DA SERRA COMERCIAL EXPLORADORA LTDA em face de JAURY DOS SANTOS PINUS MICROEMPRESA, condenando este ao pagamento dos prejuízos causados a reconvinte pela desvalorização das toras abandonadas, consistente no percentual de 50% do valor das madeiras arroladas á fl. 46, considerado o valor da época de tal documento (13/06/2005), corrigido monetariamente desde então e acrescido de juros legais desde a citação. O valor deverá ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento. Condeno a autora/reconvinda ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 2.500,00 (dois mil, quinhentos reais), abarcando ação principal e reconvenção e levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestação, bem como a instrução do feito, com fundamento no art. 20 § 3º do CPC. Registra-se que se fixa em espécie e não em percentual, uma vez para apuração do valor da condenação necessária liquidação de sentença. Anote-se a reconvenção na autuação. Advs. JOSE BONIFACIO DE BARROS GARCIA JR. OAB/PR 21275, PEDRO ARMANDO DA SILVA FILHO, JOAO RIBEIRO NETO OAB/PR 21599 e MARGARETE STANG PORTELA-OAB/PR 27426.

35. INTERDICAO-549/2005-MICHALINA SENHO x JOSE SENIU. A parte para retirada de alvará. Adv. ELIZANIA CALDAS FARIA.

36. COBRANCA (ORD)-0007050-90.2005.8.16.0031-COOPERATIVA AGRICOLA DE COTIA-COOP.CENTRAL (MASSA x MINORU HONMA e outro. Vistos. Considerando a impossibilidade de acordo até o momento, passo a sanear o feito. Controvertem as partes acerca da origem da dívida (encargos) e também quanto á validade da dação em pagamento. Com isso também se debate acerca da existência de dívida. Em segundo grau houve cassação da sentença por cerceamento de defesa, razão pela qual á fl. 595 determinou-se ás partes que se manifestassem quanto as provas. Pronunciou-se a parte requerida ás fls. 597/601, requerendo depoimento pessoal da Cooperativa, oitiva de testemunhas e produção de prova pericial. A parte autora/reconvinda se pronunciou á fls. 698 pelo julgamento antecipado. Á fl. 699 pronunciou-se novamente a parte requerida/reconvinte para inclusão da pessoa física e jurídica como litisconsortes assistentes da Cooperativa, os quais adquiriram alguns dos bens durante a tramitação do presente processo. Relativamente as preliminares arguidas em sede de contestação pór Yassuo Watanabe, o qual retornou á lide no pólo passivo, considerando a necessidade de verificar a existência de dívida, afasto a preliminar arguida de falta de interesse de agir e pedido juridicamente impossível. Quanto á perempção (falta de pagamento de custas e honorários da execução e embargos extintos), também resta afastar uma vez que se trata de ação distinta. No que pertine ao pedido de inclusão de terceiro como assistentes, indefiro uma vez que a alienação de objeto no decurso do processo não sinaliza necessidade de substituição processual e eventual interesse

pela assistência deveria partir dos próprios terceiros. Quanto ás provas, por ora, julgo apenas necessária a produção de prova oral, razão pela qual designo audiência para o **dia 22 de novembro de 2011, às 14:30 horas,** determinando a intimação pessoal e intimação de ambas as partes para arrolarem suas testemunhas em 10 dias. Defiro ainda, o pedido de juntada dos seguintes depoimentos prestados de Embargos 407/97 e 33/1997 ambos da 2ª Vara Cível desta Comarca (Renê Marcio Carneiro - autos 407/97 porque se encontra na Bolívia, Mario Suenaga por ser falecido 628/00 e Lenita Rosane de Souza em razão de que esta residente em Maringá, por celeridade 407/97). Por ora, para incluir novamente Yassuo Watanabe no pólo passivo da ação de Cobrança. Afixem-se tarjas da Meta.
-Advs. CESAR A. DA CUNHA, ALENCAR LEITE AGNER.

37. INVENTARIO-691/2005-SEBASTIANA CALDAS DE FREITAS e outros x JOAQUIM DE FREITAS. Considerando que o petitório de fl. 126, datado de 18 de julho do corrente ano, já resta decorrido o prazo de suspensão requerido indefiro o pedido. Intime-se a inventariante para dar atendimento à deliberação de fl. 124. Prazo de 10 dias. Adv. AURELIANO JOSE DE AREDES-OAB/PR 12087.

38. DECLARATORIA-30/2006-NEOMI TEREZINHA KLUKESKONSKI e outro x MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO. Pronunciem-se as partes sobre o aproveitamento da mesma prova emprestada, em obediência ao principio da celeridade. Adv. CLEOMARA GONSALVES GONEM OAB/PR 51.552.

39. USUCAPIAO-59/2006-NEIVALDO CARNEIRO x SINGER DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Considerando que o presente feito tramita desde o ano de 2006, devendo ser incluído entre os feitos da Meta de Nivelamento nº 02 do CNJ, indefiro o pedido de fls. 548. Intime-se a parte autora para que no prazo de 10 (dez) dias, dê atendimento à determinação judicial de fls. 545, sob pena de extinção. Adv. ELCIO JOSE MELHEM-7169, ELCIO JOSÉ MELHEM FILHO.

40. DEPOSITO-165/2006-BANCO FINASA S/A e outros x CARLOS SERGIO PELOI. Diante do exposto, **JULGO EXTINTO** o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Oficie-se para desbloqueio se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas processuais. Advs. HUMBERTO B. GONGORA FILHO e ROSIANE APARECIDA MARTINEZ, CARLA HELIANA V. MENEGASSI TANTIN OAB/PR 35785, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB/PR 19937, FLAVIO SANTANNA VALGAS OAB/PR 44331-.

41. BUSCA E APREENSAO (FID)-365/2006-OMNI S/A-CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOILSON JOSE ALVES. Diante do exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência, para fins do disposto no art. 158 § único do CPC, e, portanto, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes e oficie-se para desbloqueio se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas processuais. Adv. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO-OAB/PR 40309-A, DENISE VAZQUEZ PIRES OAB/PR 54836-A.

42. REINTEGRACAO DE POSSE-367/2006-JOAO KOSTECZKA (ESPOLIO) x ELIEZER BAGNOLINI e outro. Sobre os esclarecimentos do Sr. Perito, manifestem-se as partes interessadas. Advs. LUIZ SERGIO KOSTECZA OAB/SP 146198, LUANA ESTECHE KOROCOSKI OAB/PR 41057e JURANDIR FELIPES-OAB/PR 13495.

43. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-389/2006-VADISLAU KOSAK x CORALPLAC COMPENSADOS LTDA. A parte para recolher a importância de R$ 9,40, referente á expedição de deprecata conforme dispõe o art. 19 do CPC. Adv. EMANUELA CATAFESTA RIBAS-OAB/PR 31549.

44. DEPOSITO-566/2006-OMNI S/A-CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JUSINEI JOSE MOREIRA. Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). -Advs. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO, DENISE VAZQUEZ PIRES OAB/PR 54836-A e PAULO CESAR TORRES-.

45. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-664/2006-BANCO ABN AMRO REAL S/A x NEUTON ANTONIO VIEIRA. Intime-se pessoalmente o exequente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48 horas, sob pena de extinção. Adv. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA LIMA OAB/PR 15805. .

46. BUSCA E APREENSAO (FID)-822/2006-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIR CREDIT.NAO PADRONIZAD x BELNIS APARECIDA DOS SANTOS. Indefiro o pedido de suspensão, eis que não há previsão legal que justifique o sobrestamento antes da regular triangulação da relação jurídica processual. -Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). -Advs. LILIAN ARAUJO MANSO e RODRIGO RUH-OAB/PR 45536.

47. MONITORIA-845/2006-TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA x JOHANN PALM e outro. Diante do exposto, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado por TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA em face de MARIA PALM e ESPÓLIO DE JOHANN PALM, para o fim de condenar ambos, solidariamente, ao pagamento de R$ 72.808,00 (setenta e dois mil, oitocentos e oito reais) e R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), que deverão ser corrigidos monetariamente desde as datas de vencimento dos cheques (11/11/2005 e 29/11/2005 respectivamente) e acrescidos de juros legais de 1% ao mês desde a citação. Condeno os requeridos ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios da parte adversa. Fixo os honorários em 20% do valor total a dívida devidamente atualizado, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Advs. JOSE ROBERTO GAZOLA OAB/PR 24827, MARCOS SUNG II JO OAB/PR 26362, ADRIANO ZAGORSKI OAB/PR 24524e TANIA NUNES DE ROCCO BASTOS- OAB/PR 20655.

48. BUSCA E APREENSAO (FID)-854/2006-OMNI S/A-CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ROBERTINHO MALMANN (ESPOLIO). Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). -Advs. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO e PAULO CESAR TORRES, DENISE VAZQUEZ PIRES-.

49. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-181/2007-GVA INDUSTRIA E COMERCIO S/A x ROMÃO BIMIZIO DE RAMMOS. Ante a ausência de manifestação sobre a redução dos honorários periciais e tendo em conta o já deliberado á fl. 541, observe-se de pronto o despacho de fl. 510. Intimem-se derradeiramente ambas as partes para depósito dos honorários, sob pena de preclusão da prova. Advs. FERNANDO DALLA PALMA ANTONIO, FERNANDO KAMINSKI DE OLIVEIRA, AMAURI DE OLIVEIRA MELO, MARCELO SIMÃO e JORGE WADIT TAHECH, SIDNEY MARCOS MIRANDA OAB/PR 12101-.

50. BUSCA E APREENSAO (FID)-314/2007-BV FINANCEIRA S/A- CFI x AMARI DELGADO DA SILVA. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, III CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes, acaso haja. Oficie-se para desbloqueio, se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas processuais. Adv. RITA DE CASSIA B.BRAGA-OAB/PR 33730, FLAVIO SANTANNA VALGAS OAB/PR 44331, RODRIGO RUH OAB/PR 45536.

51. DEPOSITO-357/2007-BANCO ITAÚ S/A x ZENEIDE FATIMA ALMEIDA RIBEIRO. Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). Adv. RITA DE CASSIA B.BRAGA, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB/PR 19937, MILKEN JACQUELINE CENERINI OAB/PR 31722.

52. ORDINARIA-377/2007-CLEITON DOUGLAS NUNES e outro x AGOSTINHO LUBIAN. Manifestem-se as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma. Havendo requerimento de prova pericial, apresentem as partes desde logo o rol de quesitos e, querendo, indiquem assistente técnico. Informem, ainda, sobre a possibilidade de eventual conciliação (art. 331 do CPC), pois caso contrário, ou no silêncio, o feito será saneado diretamente por este Juízo, por economia processual, ou julgado no estado em que se encontra, se for a hipótese. -Advs. VICTORIO HAUAGE 16378 e ALESSANDRO FREDERICO DE PAULA OAB/PR 29326, JORGE WADIH TAHECH OAB/PR 15823 MARIA DAS GRACAS FOSS CARVALHO- OAB/PR 18478.

53. USUCAPIAO-383/2007-JOAO BATISTA MEIRA x ZELNORI LUIS MANTANI. Ante ao exposto, reconheço o abandono da causa e **JULGO** em consequencia **EXTINTO** o presente processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, inciso III CPC. Despesas processuais pela requerente. Defiro a assistência judiciária gratuita. Advs. GILBERTO RIBAS CAMPOS OAB/PR 20209 e SERGIO LUIS HESSEL LOPES- OAB/PR 21419, CICERO RIBAS BACELLAR JUNIOR OAB/PR 29328, NAJLA CHAMMA OAB/PR 55146.

54. IMISSÃO DE POSSE-388/2007-GERSON XAVIER DE LIMA e outro x DANILO ROMANO BERTE NETO. Não havendo possibilidade de composição entre as partes, passo ao saneamento do feito. As partes são legítimas, bem como o interesse que representam. Outrossim, concorrem os pressupostos processuais e as condições da ação. Em sede de contestação de fls. 115/136, o requerido alegou como preliminares a ausência de pressupostos válidos e denunciação á lide do Banco do Estado do Paraná. Quanto a preliminar de ausência de pressupostos processuais, observa-se não ser caso eis que estão presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do feito. Em relação á denunciada à lide esta foi aceita, sendo a denunciada citada, apresentando contestação (fls. 316/327), alegando em síntese a inércia de sua denunciação. Razão não lhe assiste, eis que a parte requerida em sede de contestação apresentou pedido de denunciação á lide, o qual restou cumprido todos os requisitos previstos no CPC. Sendo assim, afasto a preliminar ora levantada, passando ao saneamento do feito. Fixo como pontos controvertidos: arrematação do bem objeto do litigio; b) real valor do imóvel; c) valor dos aluguéis. Defiro o depoimento pessoal das partes, bem como a produção de prova testemunha requerida pelas partes, eis que demonstradas as finalidades e as pertinências. Entretanto, por ora, indefiro a produção de prova pericial, por entender desnecessária. Defiro como requer (fl. 361, item "a"). Intime-se a denunciada por seu procurador, para que em 10 dias, apresente documento hábil capaz de comprovar a intimação pessoal do réu sobre a realização do leilão. Comprove a parte requerida a distribuição da carta precatória para oitiva das testemunhas arroladas á fl. 368 em 30 dias. Advs. JOÃO LEONELHO GABARDO FILHO OAB/PR 16948, CÉSAR AUGUSTO TERRA OAB/PR 17556, GILBERTO RODRIGUES BAENA OAB/PR 24879.

55. ARROLAMENTO-420/2007-ALMERACI CLARA SIELSKI e outros x FLORIANO SIELSKI. Ante a renúncia dos direitos hereditários em favor da cônjuge meeira (fl. 61 e 88), HOMOLOGO para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, ressalvados os direitos de terceiros, da Fazenda Pública, erros ou omissões, o plano de partilha apresentado ás fls. 30/33, nestes 930/1997 de Arrolamento dos bens do de cujus FLORIANO SIELSKI. -Adv. RICARDO MARTINS KAMINSKI-OAB/PR 41119, MIGUEL SARKIS MELHEM NETO OAB/PR 36790.

56. MONITORIA-437/2007-UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A x DILCEU CADORE. Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). -Adv. LUIS OSCAR SIX BOTTON 28128-A.

57. REPARAÇÃO DE DANOS (ORD)-469/2007-KNESOWITSCH & KNESOWITSCH LTDA x TRANSPORTADORA TRANSLIQUIDO LTDA e outro. Diante da noticiada transação, homologo o acordo celebrado entre as partes (fl. 469/471), motivo pelo qual, **JULGO EXTINTO** o presente processo, com resolução de mérito, com fulcro no art. 269, III CPC. Custas e honorários conforme acordado (item 3 de fl. 470). Indefiro o pedido de desistência do prazo recursal (item 7 de fl. 470), eis que prazo peremptório. Transitada em julgado expeça-se alvará de levantamento do depósito de fls. 473/476, em nome do procurador da parte autora. Advs. JOAO ROBERTO

CHOCIAI OAB/PR 10991, ALFREDO MARCOS SILVERIO, JOÃO GUILHERME DE OLIVEIRA, ANTONIO CARLOS CHECCO OAB/SP 21602, MATHEUS RICARDO JACON MATIAS, PAULO SERGIO DE OLIVEIRA, MAURICIO DE LACERDA LOURES e ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI-OAB/PR 29486.

58. BUSCA E APREENSAO (FID)-501/2007-OMNI S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x MIGUEL AMADEU PEREIRA. Diante do exposto, **HOMOLOGO** o pedido de desistência, para fins do disposto no artigo 158 § único CPC, e, portanto, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267 inciso VIII CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes e oficie-se para desbloqueio, se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas processuais. Advs. PAULO CESAR TORRES OAB/PR 42353 e LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO-450309-A, DENISE VAZQUEZ PIRES OAB/PR 54836-A.

59. EMBARGOS A EXECUCAO-505/2007-ARTHUR PIRES DE ALMEIDA e outro x DIMASA-DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS AGRICOLAS S/A. Diante do exposto, com fulcro no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos constantes dos presentes embargos á execução, determinando a continuidade da execução de título extrajudicial 785/2006, no entanto, com refazimento do cálculo do débito nos seguintes termos: R$ 120.000,00 (22/02/2005) com correção monetária pela média IGPM-INPC, juros remuneratórios de 1% ao mês, juros moratórios de 1% ao mês, sem capitalização, e, multa de 10% sobre o débito pendente (esta a incidir uma vez e na data do vencimento da escritura pública de confissão de dívida: 28/02/2006, eis que somente ali prevista). Condeno os embargados em 70% e os embargantes em 30% das despesas processuais e dos honorários advocatícios da parte adversa. Fixo os honorários advocatícios no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para cada profissional, nos termos do art. 20 § 4º CPC, observados o grau de zelo do profissional, a delonga da causa e necessidade de instrução. Ressalta-se a possibilidade de compensação até onde os valores se encontrarem. Junte-se cópia desta sentença nos autos de execução e desapense-se. Naqueles autos deverá o exequente adequar o cálculo nos termos da presente decisão. Advs. ALENCAR LEITE AGNER OAB/PR 10419 e TORIBIO AUGUSTO PIMENTEL BUDAL-OAB/PR OAB/PR 20474.

60. INVENTARIO-544/2007-NEIVA CAMARGO TRACZUK e outros x DORIVAL PEREIRA DE CAMARGO e outro. Intime-se, pessoalmente, a inventariante e o advogado por nota de expediente, para que em 48h, manifeste-se sobre eventual interesse em converter o presente feito para o rito de Arrolamento e, na mesma oportunidade promova a juntada da certidão faltante, qual seja Certidão Negativa municipal referente o espólio de Leonor do Nascimento Camargo, sob pena de remoção. Adv. EDUARDO RAMOS CANON TESSOROLI- OAB/R 42925.

61. EMBARGOS DO DEVEDOR-570/2007-HELMUTH JAKOB WILHELM x COOPERATIVA AGRARIA MISTA ENTRE RIOS LTDA. **ANTE AO EXPOSTO**, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido contido nos Embargos à Execução opostos por HELMUTH JAKOB WILHELM contra COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA ENTRE RIOS LTDA, determinando o prosseguimento da execução 90/2006. Condeno os embargantes ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 20 § 4º CPC, considerando principalmente a delonga da causa e o empenho do profissional. Junte-se cópia desta na execução de título extrajudicial em apenso 90/2006. Desapensem-se. Advs. FABIO FERREIRA OAB/PR 29348, MARCOS SUNG II JO OAB/PR 26362, GUILHERME TOPOROSKI e EDUARDO BASTOS DE BARROS-OAB/PR 23277.

62. DEPOSITO-629/2007-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIR CREDIT.NAO PADRONIZAD x TEREZINHA DE JESUS ZBIERSKI. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece legal no estabelece o artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, a fim de condenar a requerida a entregar o bem em 24hs, ou seu equivalente em dinheiro, sob pena de prosseguimento do feito, não cabendo ao caso a sua prisão civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Advs. EDNI DE ANDRADE ARRUDA OAB/PR 3941, ANA LUCIA FRANÇA OAB/PR 20941, RICARDO BOERNGEN LACERDA OAB/PR 50000 e LUCIANA BERRO-OAB/PR .

63. IMISSAO DE POSSE-661/2007-MARIA CONSUELO DE CAMPOS DEMBISKI e outro x LEUZI RODRIGUES PADILHA e outro. Diante da transação, bem como de seu cumprimento, homologo o acordo celebrado entre as partes (145/146), motivo pelo qual, **JULGO EXTINTO** o presente processo, com resolução de mérito, com fulcro no art. 269, III CPC. Custas e honorários conforme acordado (item "f" fls. 146). Levantem-se eventuais constrições, após ao arquivo. Advs. MAURICIO DE LACERDA LOURES OAB/PR 20840 e JOSE BONIFACIO DE BARROS GARCIA JR.-.

64. BUSCA E APREENSAO (FID)-706/2007-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIR CREDIT.NAO PADRONIZAD x MARINA TATARUK. Diante do exposto, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, III CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes, acaso haja. Oficie-se para desbloqueio, se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas processuais. Advs. RODRIGO RUH OAB/PR 45536, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI e JOSE ELI SALAMACHA-OAB/PR 10244.

65. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-719/2007-COMPANHIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOSE ORDILEI DE SÁ. Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). Adv. MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI- OAB/PR 31722, FLÁVIO SANTANNA VALGAS OAB/PR 44331.

66. EMBARGOS A EXECUCAO-783/2007-MARIO CEZAR BUENO DANGUY e outros x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A. Diante do exposto, com fulcro no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os presentes embargos á execução opostos por MARIO CEZAR BUENO DANGUY, MOZART PACHECO DANGUY E HAIME ROCHA DANGUY, determinando a revisão da contratação entre as partes a partir da cédula rural hipotecária em execução nos autos 544/2006 de n. 809.96.0000092 firmada em 19/07/1996 pelo valor inicial de R$ 40,112,11 (quarenta mil, cento e doze reais e onze centavos) nos seguintes termos: a) juros remuneratórios de 3% ao ano a incidir a partir de 30/11/1995, com capitalização semestral apenas, b) correção monetária pela variação do valor do preço mínimo básico oficial do produto (milho), c) encargos moratórios: juros moratórios de 1% ao ano e multa de 10% sobre o débito pendente e não sobre o débito integral (não incidência de comissão de permanência). Condeno cada parte em 50% das despesas processuais. Cada parte arcará com os honorários de seu patrono. Fixo os honorários no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), nos termos do art. 20 § 4º CPC, observados o grau de zelo dos profissionais, a natureza, o trabalho realizado, tempo exigido pelo seu serviço, e, principalmente pela delonga da demanda. Junte-se cópia desta sentença nos autos de execução e desapense-se. Advs. PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA OAB/PR 18294 e LUIS OSCAR SIX BOTTON-OAB/PR 28128-A.

67. BUSCA E APREENSAO (FID)-794/2007-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIR. CRED. NÃO PADRAN. AMER. MULTICARTEIRA x MARILDA SOUZA DE LARA. Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). -Adv. MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI-OAB/PR 31722, RODRIGO RUH OAB/PR 45536, RICARDO RUH OAB/PR 42945.

68. REINTEGRACAO DE POSSE-900/2007-CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x LUIS CARLOS BRASIL DA ROSA. Revogo a deliberação de fl. 21 eis que baseada no Decreto-Lei 911/69 (busca e apreensão). Junte a parte autora comprovante de colação em mora e cálculo do débito. -Adv. MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, FLAVIO SANTANNA VALGAS OAB/PR 44331.

69. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-951/2007-MALHAS G DOM LTDA x BARCELLOS CONFECÇOES LTDA. Cite-se a empresa, observando-se o contido á fl. 90. A exequente para recolher a importância de R$ 9,40, referente á expedição de deprecata, conforme dispõe o art. 19 CPC. Adv. LEONARDO BORGES OAB/RS 63123.

70. DEPOSITO-996/2007-HSBC BANK BRASIL S/A-BANCO MÚLTIPLO x ANDERSON LUIZ CHEN DE ALMEIDA. Diante do exposto, **JULGO EXTINTO** o processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 267, inciso III CPC. Recolham-se os mandados pendentes caso haja. Condeno o requerente ao pagamento das despesas processuais. Adv. EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA-OAB/PR 27717.

71. INTERDICAO-272/2008-NEULI BATISTA x CLEUZELI BATISTA. Defiro o pedido de fl. 73. Intime-se a parte autora para que forneça o endereço atualizado, possibilitando0 a realização do estudo social pela Secretaria de Promoção Social. Prazo de 05 dias. Advs. JANAINA BUENO SANTOS OAB/PR 34399.

72. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-382/2008-IVO RIBEIRO BATISTA x BANCO DO BRASIL S/A. A parte para retirada de alvará. Adv. JANAINA BUENO SANTOS-OAB/PR 34399.

73. BUSCA E APREENSAO (FID)-424/2008-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIR. CRED. PAD. PCG-BRASIL MULT. (FUNDO) x JOCELIO DE OLIVEIRA. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 66 da Lei 4728/65, Decreto-lei 911/68 e artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, confirmando a liminar concedida e consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, sendo facultada a venda pelo requerente, na forma do art. 3º § 5í do Decreto-Lei 911/69. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Adv. RONEI JULIANO FOGACA WEISS-OAB/PR 41955, JANICE IANKE OAB/PR 45574.

74. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-526/2008-SHARK S/A-DISTRIBUIDORA DE TRATORES E PEÇAS x ALCEU RAMOS PACHECO. Encaminhe-se a precatória de citação e demais atos (fl. 76). Adv. BEATRIZ HELENA DOS SANTOS-OAB/SP 87192.

75. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-572/2008-BANCO SANTANDER S/A x VERA LUCIA DOMBROSKI DE CASTILHO. Diante da notícia de transação, **HOMOLOGO** o acordo celebrado entre as partes (fl. 73/75) motivo pelo qual com fundamento no artigo 794, II CPC, **JULGO EXTINTO** o processo por sentença para que produza seus efeitos jurídicos e legais. Custas e honorários advocatícios conforme acordo. Levantem-se eventuais constrições. Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH OAB/PR 34523-A, ROSANGELA DA ROSA CORREA OAB/PR 34524-Ae FABIANA ANDREA F. L. PEREIRA-.

76. EXECUÇÃO DE TITULOS EXTRAJUD.-631/2008-GRENDENE S/A x BIA COMERCIO DE CALCADOS LTDA. A parte para retirada de alvará. Adv. VIVIANE VARISCO MANTOVANI OAB/RS 51071.

77. BUSCA E APREENSAO (FID)-634/2008-BANCO FINASA S/A x EDINEY CARLOS IDA. Diante do exposto, **JULGO EXTINTO** o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Oficie-se para desbloqueio se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas processuais. Adv. EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI OAB/PR 31722-.

78. USUCAPIAO-666/2008-OLIVIO ANTONIO RIBEIRO DE BRITO e outro x JOSE MAIRA DE OLIVEIRA e outro. Diante do exposto, **INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL** e julgo extinto o processo, na forma do art.2844 § único c/c art. 267, inciso I CPC. Custas pela parte autora. Adv. CASSIUS ADRIANO CECCON-OAB/PR 42983, LIZA BIANCO CASTOLDI OAB/PR 34466.

79. ALVARA-691/2008-ALDA TEREZINHA CASTANHO DE OLIVEIRA x AMARILDO KAMINSKI DE OLIVEIRA. Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido determinando a expedição de alvará judicial, em nome de ALDA TEREZINHA CASTANHO DE OLIVEIRA na qualidade de representante da menor Fernanda Castanho de Oliveira, da importância de R$ 5.073,13 (fl. 63) suficiente para a quitação dos valores pendentes junto á instituição de ensino da representada, devendo prestar contas em 30 dias decorridos da expiração do alvará. Custas pela parte requerente. Concedo-lhe, entretanto AJG. Advs. FERNANDO KAMINSKI DE OLIVEIRA OAB/PR 20202 e JULIANE KAMINSKI DE OLIVEIRA-OAB/PR 39647.

80. DEPOSITO-756/2008-BANCO FINASA S/A x DANIELSON DA SILVA DOMINGUES. Diante do exposto, **JULGO EXTINTO** o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Oficie-se para desbloqueio se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas processuais. Adv. LUCIMARA PLAZA TENA, CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN OAB/PR 35785, FLAVIO SANTANNA VALGAS OAB/PR 44331-.

81. COBRANCA (ORD)-864/2008-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A x JOSE AURIZONAS ROCHA e outro. Diante do exposto, com fulcro no art. 269, I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido de BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A, Sociedade Anônima em Liquidação Extrajudicial, em face de JOSÉ AURIZONAS ROCHA e REJANE MARIA SANTI ROCHA, condeno os requeridos ao pagamento de R$ 78.156,53 (setenta e oito mil, cento e cinquenta e seis reais, cinquenta e três centavos), acrescidos dos juros remuneratórios de 3% ao ano, permitida a capitalização conforme tabela price, desde a data do vencimento da cédula juros moratórios de 1% ao mês desde o inadimplemento, multa de 10% do montante sobre o montante atualizado do débito em aberto. Condeno os requeridos ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor total da condenação, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como o julgamento antecipado da lide, com fundamento no artigo 20 § 3º CPC. Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON OAB/PR 28128-A, DANIELA SILVA VIEIRA OAB/PR 32304 e JORGE LUIZ IDERIHA-OAB/PR 18085.

82. DECLARATORIA-943/2008-ILSON GONÇALVES RIBEIRO x BRASIL TELECOM S/A. A parte para retirada de alvará. Adv. MILTON LUIS DOS SANTOS TIEPOLO OAB/PR 15316.

83. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-1049/2008-BANCO BRADESCO S/A x MATERNIDADE MATER DEI S/C LTDA. A parte para retirada de alvará. - -Adv. CASSIO BIZARRO ZANDONAI OAB/PR 53755.

84. MONITORIA-1074/2008-FUNDO GARANTIDOR DE LIQUIDEZ E R. PATRIMONIAL -FGL x AFONSO GONÇALVES DA SILVA e outro. **ANTE AO EXPOSTO,** com base no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido constante desta Ação Monitória ajuizada por FUNDO GARANTIDOR DE LIQUIDEZ E RECUPERAÇÃO PATRIMONIAL - FGL em face de AFONSO GONÇALVES DA SILVA e JACIRA WICHINHOSKI GONÇALVES DA SILVA, constituindo o crédito relativo a cédula de crédito de fls. 23/25, cujo valor inicial era de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), no entanto, observados os juros remuneratórios em 2% ao mês ou 24% ao ano (sem capitalização). Em função de que se verificou a existência de encargos abusivos, considero a sucumbência recíproca, razão pela qual condeno ambas as partes em 50% das custas e honorários advocatícios, havendo possibilidade de compensação destes. Fixo os honorários em R$ 1.000,00 (mil reais), ante a desnecessidade de prova oral e tempo de tramitação do processo, conforme art. 20 § 4º c/c art. 21 § único0 do CPC. Advs. JOAO ROBERTO CHOCIAI OAB/PR 10991 e SERGIO ROBERTO LOSSO- OAB/PR 19318.

85. DEPOSITO-19/2009-BV FINACEIRA S/A - CRED. FINANC. E INVEST. x MARI CLEIA DE RAMOS DOLINSKI. Diante do exposto, **JULGO EXTINTO** o processo sem julgamento do mérito, na forma do artigo 267, inciso III CPC. Levante-se eventual penhora. Condeno o requerente ao pagamento das despesas processuais. Advs. CARLA HELIANA VIEIRA M. TANTIN OAB/PR 35785, FLAVIO SANTANNA VALGAS e EMERSON L SANTANA-.

86. COBRANCA (ORD)-44/2009-ESPÓLIO DE EDGARD RICKLI x BANCO BRADESCO S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Advs. HELDER PILATI, NEWTON DORNELES SARATT OAB/PR 38023-A e HELENA LANZINI LOSSO-.

87. BUSCA E APREENSAO (FID)-99/2009-BANCO FINASA S/A x JOSOEL SANTOS SILVA. Diante do exposto, **JULGO EXTINTO** o processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 267, inciso III CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Oficie-se para desbloqueio, se já for o caso. Condeno o requerente ao pagamento das despesas processuais. Adv. RONEI JULIANO FOGAÇA WEISS, JANICE IANKE OAB/PR 45574

88. REPARACAO DE DANOS-198/2009-GETÚLIO PIRES CARDOSO x BANCO BRADESCO S/A. Assim conheço dos presentes embargos e dou-lhes provimento, a fim de corrigir a sentença embargada quanto a condenação da parte autora aos honorários advocatícios devidos á parte contrária, os quais arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 20 § 4º CPC, levando em conta o trabalho desenvolvido, a duração da causa e o julgamento antecipado da lide. No mais mantém-se a sentença tal como lançada. Intime-se o recorrente para complementar seu recurso ante o complemento da sentença em 10 dias. Advs. ADRIANO MARTINS DE OLIVEIRA OAB/PR 32765 e CARLOS LEAL S. JUNIOR-OAB/PR 24950, LUCIANO ALVES BATISTA OAB/PR 13969.

89. INTERDICAO-353/2009-JAQUELINE APARECIDA LOPES x ROZILÇO LUIZ ALVES HORSTH. Defiro o pedido de fl., 93. Intime-se a parte autora para que forneça o endereço atualizado, possibilitando o estudo social pela Secretaria de Promoção Social, bem como, indique o nome da pessoa habilitada que tenha interesse em substituí-la no pólo ativo do presente feito. Prazo de 10 dias. Adv. MARCELO IATSKIU OAB/PR 45921.

90. BUSCA E APREENSAO (FID)-413/2009-BANCO SAFRA S/A x LETICIA PIMENTEL BASTOS. Defiro fl. 67. Adv. NELSON PASCHOALOTTO-OAB/PR 42745.

91. ALVARA-428/2009-MARIA CAETANO PANIZZON e outro. Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, determinando a expedição de alvará autorizando o levantamento pleiteado na inicial, junto à Caixa Econômica Federal e junto ao Banco Bamerindus, de titularidade do de cujus. Custas pela parte requerente. Concedo, no entanto, o benefício da assistência judiciária gratuita. Adv. GRACILIANO RIBEIRO-OAB/PR 13820.

92. ORDINARIA-627/2009-GUARAGRO LTDA x ARI DE OLIVEIRA SOARES. Diante do exposto, com fulcro no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido de GUARAGRO LTDA em face de ARI DE OLIVEIRA SOARES, para o fim de: 1) **declarar rescindido** o contrato entre as partes; 2) **confirmar a liminar**, devendo o veículo ser restituído à parte autora definitivamente, 3) **condenar** o requerido em indenização no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), valor este já pago ao autor, pelo que se determina compensação. Condeno o requerido ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 20% do valor total da condenação, levando em consideração o tempo, lugar e qualidade do serviço prestado bem como o julgamento antecipado do feito, a revelia do requerido prestado, bem como o julgamento antecipado do feito, a revelia do requerido e a cláusula contratual firmada entre as partes, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Adv. RONILDO DE OLIVEIRA LIMA OAB/PR 11105.

93. EMBARGOS A EXECUCAO-644/2009-LACERDA & CIA LTDA x ESTADO DO PARANÁ. Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos constantes dos presentes embargos à execução fiscal, determinando a exclusão dos juros de mora e índice de correção monetária do cálculo geral do débito de ICMS devido por LACERDA & CIA LTDA, incidindo tão somente a taxa Selic. Condeno a parte embargante em 70% das despesas processuais e dos honorários advocatícios da parte adversa, possibilitando-se a compensação até onde se encontrarem. Os outros 30% ficam por conta da embargada. Fixo os honorários de cada patrono em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), nos termos do art. 20 § 4º do CPC, observados o grau de zelo do profissional, a natureza, bem como o trabalho realizado e tempo exigido pelo seu serviço, bem como a delonga da causa. Junte-se cópia desta sentença nos autos de execução e desapense-se. Advs. JORGE WADIH TAHECH OAB/PR 15823 e ARLI PINTO DA SILVA-.

94. EMBARGOS A EXECUCAO-759/2009-LACERDA & CIA LTDA x ESTADO DO PARANÁ. Diante do exposto, com fundamento no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos constantes dos presentes embargos á execução fiscal, determinando a exclusão dos juros de mora e índice de correção monetária do cálculo geral do débito de ICMS devido por LACERDA & CIA LTDA, incidindo tão somente a taxa Selic. Condeno a parte embargante em 70% das despesas processuais e dos honorários advocatícios da parte adversa, possibilitando-se a compensação até onde se encontrarem. Os outros 30% ficam por conta da embargada. Fixo os honorários de cada patrono em R$ 1.500,00 (um mil quinhentos reais), nos termos do art. 20 § 4º CPC, observados o grau de zelo do profissional, a natureza, bem como o trabalho realizado e tempo exigido pelo seu serviço, bem como a delonga da causa. Junte-se cópia desta sentença nos autos de execução e desapense-se. Considerando que naqueles autos ainda não se formalizou a penhora, alerta-se que por economia processual deliberou-se nestes autos, ficando prejudicada oposição de novos embargos. Considera-se, ainda, prejudicada a exceção de pré-executividade oposta, eis que com a oposição dos presentes embargos o executado deveria ter exercido toda a sua defesa. Naqueles, autos, promova-se a juntada de cálculo atualizado do débito. Advs. ARLI PINTO DA SILVA OAB/PR 20260 e JORGE WADIH TAHECH- OAB/PR 15823.

95. OPOSICAO-764/2009-MARCIA DE FÁTIMA GIACOMITTI GAVINO x PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA e outro. Digam as partes. Advs. ALFREDO MARCOS SILVERIO OAB/PR 40301, HAMIDY OMAR SAFADI KASSMAS OAB/PR 44400.

96. DEPOSITO-916/2009-BV FINANCEIRA S/A - CFI x TEREZINHA DE JESUS DA SILVA FERRAZ. A parte autora para retirada de edital. Adv. CARLA HELIANA V. M. TANTIN-OAB/PR 35785.

97. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-959/2009-AUTO POSTO VISCONDE DE GUARAPUAVA LTDA x BANCO ITAU LEASING S/A. A parte para retirada de alvará. Adv. MAURICIO JULIO CAMPOS-.

98. EMBARGOS A EXECUCAO-982/2009-BANCO BANESTADO x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICIPIO DE GUARAPUAVA. Assim, diante do exposto, com fundamento no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTES** os presentes embargos á execução e, com fulcro nos artigos 156, V e 174 CTN e art. 269, IV CPC, **JULGO EXTINTA** a execução fiscal 222/2009 pela ocorrência de prescrição. Condeno a parte embargada nas despesas processuais e nos honorários advocatícios do patrono da parte adversa. Fixo os honorários em R$ 1.500,00 nos termos do art. 20 § 4º CPC, observados o grau de zelo do profissional, a natureza, bem como o trabalho realizado e tempo exigido pelo seu serviço, bem como a delonga da causa. Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ OAB/PR 20457.

99. EMBARGOS A EXECUCAO-1033/2009-LACERDA & CIA LTDA x ESTADO DO PARANA. Diante do exposto, com fundamento no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos constantes dos presentes embargos à execução fiscal, determinando a exclusão dos juros de mora e índice

de correção monetária do cálculo geral do débito de ICMS devido por LACERDA & CIA LTDA, incidindo tão somente a taxa Selic. Condeno a parte embargante em 70% das despesas processuais e dos honorários advocatícios da parte adversa, possibilitando-se a compensação até onde se encontrarem. Os outros 30% ficam por conta da embargada. Fixo os honorários de cada patrono em R$ 1.500.00 (mil e quinhentos reais), nos termos do art. 20 § 4º CPC, observados o grau de zelo do profissional, a natureza, bem como o trabalho realizado e tempo exigido pelo seu serviço, bem como a delonga da causa. Junte-se cópia desta sentença nos autos de execução e desapense-se. Advs. JORGE WADIH TAHECH OAB/PR 15823 e ARLI PINTO DA SILVA-.

100. EMBARGOS A EXECUCAO-1038/2009-INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFE MAZON & SILVA LTDA e outros x BANCO BRADESCO S/A. Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os presentes embargos á execução, com a finalidade de determinar o prosseguimento do feito executivo 179/2009, no entanto, com confecção de novo cálculo referentes a todas as cédulas, observando-se o seguinte: 1) juros remuneratórios de todas as cédulas fiquem limitados a 2% ao mês, possibilitada a capitalização desde que sobre este percentual; 2) juros de mora e multa de 2% sobre o débito pendente apenas (e não sobre o débito integral e nem sobre encargos acrescidos). Condeno o embargado em 70% e o embargante em 30% das despesas processuais e dos honorários advocatícios. Fixo os honorários em R$ 800,00 (oitocentos reais), levando em consideração o lapso temporal da causa e o empenho dos profissionais (art. 20 § 4º CPC). Advs. DIEGO FERNANDO SCHWAB PAISANI OAB/PR 41847, CARLOS LEAL S. JUNIOR OAB/PR 24950, LUCIANO ALVES BATISTA OAB/PR 13969.

101. DEPOSITO-1053/2009-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x PAULO CEZAR DOS SANTOS. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, a fim de condenar a requerida a entregar o bem em 24hs (vinte e quatro) horas, ou seu equivalente em dinheiro, sob pena de prosseguimento do feito, não cabendo ao caso a sua prisão civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Adv. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO-OAB/PR 40309-A, DENISE VAZQUEZ PIRES OAB/PR 54836-A.

102. DEPOSITO-1078/2009-BV FINANCEIRA S/A - CFI x MARCIA CRISTINA PEDROSO. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, a fim de condenar a requerida a entregar o bem em 24 horas, ou seu equivalente em dinheiro, sob pena de prosseguimento do feito, não cabendo ao caso a sua prisão civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no artigo 20 § 3º CPC. Adv. FLAVIA DIAS DA SILVA- OAB/SP 222151, JANICE IANKE OAB/PR 45574.

103. DEPOSITO-1186/2009-BV FINANCEIRA S/A - CFI x SANDRO ROBERTO CORDEIRO MORAIS. Diante do exposto, e com fundamento no que estabelece o artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, a fim de condenar a requerida a entregar o bem em 24h ou seu equivalente em dinheiro, sob pena de prosseguimento do feito, não cabendo ao caso a sua prisão civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3+ CPC. Adv. FLAVIA DIAS DA SILVA-OAB/SO 222151, JANICE IANKE OAB/PR 45574.

104. DEPOSITO-1195/2009-BANCO FINASA S/A-CFI x JOSE ODILON DE AMORIN FILHO. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, a fim de condenar a requerida a entregar o bem em 24 horas, ou seu equivalente em dinheiro, sob pena de prosseguimento do feito, não cabendo ao caso a sua prisão civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo. lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º do CPC. Adv. PATRICIA PONTAROLI JANSEN-OAB/PR 33825, FLAVIO SANTANNA VALGAS OAB/PR 44331.

105. REGRESSIVA (SUMARIA)-1210/2009-COMPANHIA DE SEGUROS MINAS BRASIL x FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DA REGIÃO CENTRO OESTE DO PARANA e outro. As partes são legítimas, bem como o interesse que representam. Outrossim, concorrem os pressupostos processuais e as condições da ação. Fixo como pontos controvertidos a responsabilidade civil pelo acidente automobilístico, bem como o dever de indenizar. Quanto as preliminares arguidas na contestação de fls. 87/94, com relação a carência da ação, esta se confunde com o mérito, razão pela qual será analisada quando da prolação de sentença, bem como quanto ao pedido de denunciação a lide este já foi analisado na deliberação de fl. 128. Defiro o pedido de produção de prova oral (depoimento pessoal da 2ª requerida e oitiva de testemunhas), tendo em vista que pertinente para elucidação da presente demanda. Designo audiência de instrução e julgamento para o **dia 24/11/11, às 15:00 horas.** Rol de testemunhas, em 10 dias após a intimação. Sem prejuízo, cancele-se a certidão de fl. 129, eis que apesar do deliberado á fl. 128, verifica-se que á fl. 65 a 2ª requerida contestou em audiência. Advs. JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS OAB/SP 273843, CAMILLE BAGGIO SCHEIDT BRUNSFELD OAB/PR 50388 e JOSIANE CALDAS KRAMER-OAB/PR 46654.

106. ALVARA-1255/2009-CLEMAIR DE JESUS RIBEIRO DOS CAMPOS e outros x SEBASTIÃO ALVES DOS CAMPOS. Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido forte no art. 269, inciso I CPC, determinando a expedição do alvará judicial com prazo de 60 dias, em nome da primeira requerente, autorizando a alienação e transferência do veículo, conforme pleiteado na inicial, depositando-se a cota pertencente à menor LAIS ALVES DOS CAMPOS em conta remunerada e vinculada ao Juízo. Prestação de contas em 30 dias, após o decurso do prazo do alvará. Custas processuais pela parte requerente, cuja cobrança resta sobrestada em virtude da concessão da gratuidade que lhe concedo. Adv. RONILDO DE OLIVEIRA LIMA-OAB/PR 11105.

107. ALVARA-1288/2009-AMÉLIA BLOSQUIEVIS DAL POSSO e outros x CLOVANIR DAL POSSO. Posto isto, **HOMOLOGO** por sentença, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, as contas prestadas pela requerente ás fls. 60/62. Adv. ANA LUCIA RIBEIRO CARVALHO-OAB/PR 43836.

108. INDENIZACAO (ORD)-1290/2009-PAULA LUCIA DA SILVA e outro x HOSPITAL SANTA TEREZA DE GUARAPUAVA LTDA e outro. Diante do exposto, com fulcro no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos formulados por PAULA LÚCIA DA SILVA e LETICIA DA SILVA em face de HOSPITAL SANTA TEREZA DE GUARAPUAVA LTDA e EDSON BRUCK WARPECHOWSKI. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 2.000,00 (setecentos reais) para cada parte requerida, levando em consideração o tempo, lugar e qualidade do serviço presta, a delonga da causa e necessidade de instrução com fundamento no art. 20 § 3º e 4 CPC. Concedo-lhe no entanto, o benefício da assistência judiciária gratuita. Advs. ANA VALCI SANQUETA OAB/PR 11427, MARCELLE ANDREA PRADO OAB/PR 47716, MARCOS A. LARSON OAB/PR 55219e JOAO RIBEIRO NETO-OAB/PR 21599 .

109. EMBARGOS A EXECUCAO-1291/2009-M. A. NASCIMENTO TRANSPORTES LTDA e outros x COOPERATIVA DE CRED.RURAL TERC. PLANALTO-SICREDI. Ante o interesse na audiência para fins do art. 331 CPC, designo o **dia 18/10/2011, às 13:30 horas.** Advs. LUIZ ALFREDO DA CUNHA BERNARDO OAB/PR 14352, MILENA KLOSTER SALONSKI ALVES OAB/PR 37092 e MIGUEL SARKIS MELHEM NETO-OAB/PR 31790.

110. REIVINDICATORIA-1305/2009-ISMAEL ROGÉRIO GUARIZA e outros x MARLENE APARECIDA CASTER GUARIZA. Diante do exposto, com fulcro no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido de ISMAEL ROGÉRIO GUARIZA, ANGELINA PAIM SOARES GUARIZA, HEDER RODRIGO GUARIZA, HELLIN REGINA GUARIZA e NADIA MARIA GUARIZA em face de MARLENE APARECIDA CASTER GUARIZA, determinando que a requerida entregue o veículo Vectra GLS, ano 1998/1998, placas AHS 3460, aos autores, no prazo de 05 dias, sob pena de incorrer em multa diária de R$ 100,00 (cem reais), limitado a R$ 18.000,00 (dezoito mil reais - preço da avaliação - f. 26). Condeno cada parte em 50% das despesas processuais. Cada parte arcará com os honorários de seu patrono, os quais arbitro em R$ 1.500,00 (um mil quinhentos reais), para cada parte, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a instrução do feito, com fundamento no artigo 20 § § 3º e 4º CPC. Revogo o deliberado à fl. 48 quanto á concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, eis que não pleiteado pelos autores. Advs. ELIZANIA CALDAS FARIA OAB/PR 33875.

111. USUCAPIAO-1321/2009-OSNEIDE RODRIGUES SIMÃO e outro x JULIO RIBEIRO CONTIJO e outros. A parte autora para retirada de edital. Adv. DINARI ESTRELA PEREIRA-OAB/PR 50403.

112. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-1359/2009-AIRTON DE MEDEIROS x BANCO REAL ABN-AMRO BANK. Diante do exposto, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, confirmo a liminar e **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado por AIRTON DE MEDEIROS em face do BANCO REAL ABN AMRO, determinando que a parcela devida pelo autor junto ao banco requerido, proveniente de contrato de refinanciamento se limite a importância de R$ 249,37 (duzentos e quarenta e nove reais, trinta e sete centavos), referente ao montante de R$ 10.209,93 (dez mil, duzentos e nove reais, noventa e três centavos), declarando inexigíveis quaisquer outros valores, no que tange ao contrato discutido nos presentes autos. Condeno o requerido ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais), levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como o julgamento antecipado da lide e a revelia do requerido, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Registro confirmar o benefício da assistência judiciária gratuita em favor do autor. Adv. MARCUS R. NASCIMENTO-OAB/PR 35092.

113. INDENIZACAO (ORD)-1377/2009-MARIA DA GLORIA MARTINS MESSIAS x NILSON LUIZ GAZZONI. Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulados por Maria da Glória Martins Messias em face de Nilson Luiz Gazzoni, isto para o fim de reconhecer o ato ilícito e condená-lo ao pagamento dos danos morais em prol da requerente no importe de R$ 15.000,00, afastando-se, contudo o pedido referente á indenização por danos materiais. Sobre o valor fixado a título de indenização por danos morais incidirá correção monetária pelo INPC a partir da sentença, bem como juros moratórios no importe de 1% ao mês a partir da data do fato, nos termos do art. 398 CC e Súmula 54 STJ. Fixo os honorários advocatícios em 20% do valor da condenação, o que faço com fundamento nos § 3º do art. 20 do CPC, considerando a necessidade de produção de prova oral, o trabalho desenvolvido pelos patronos e o tempo decorrido desde o ajuizamento. Reconheço que houve sucumbência recíproca razão porque condeno o requerido no pagamento de 70% das custas processuais e 70% dos honorários advocatícios fixados. Condeno a parte autora no pagamento de 30% das custas processuais e 30% honorários advocatícios fixados. Os honorários advocatícios se compensam, a teor do disposto

no art. 21 do CPC e Súmula 306 STJ. Advs. EDNI DE ANDRADE ARRUDA OAB/PR 3941, MARCIO AUGUSTO VERBOSKI e LIZA BIANCO CASTOLDI- OAB/PR 34466.
114. DEPOSITO-1412/2009-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x SIDINEI SANTOS DA SILVEIRA. Indefiro o pedido de suspensão, eis que não há previsão legal que justifique o sobrestamento antes da regular triangulação da relação jurídica processual. -Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). -Adv. DENISE VAZQUEZ PIRES OAB/PR 54836-A, LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO-.
115. DEPOSITO-1456/2009-BANCO FINASA S/A x LUIZ ANTONIO BIDA. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Oficie-se para desbloqueio se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas processuais. Adv. CARLA HELIANA V. M. TANTIN, FLÁVIO SANTANNA VALGAS OAB/PR 44331, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI OAB/PR 31722.
116. REPARACAO DE DANOS-1476/2009-AGRICOLA CANTELI LTDA x EMPRESA DE TRANSPORTES INHACORA LTDA. Muito embora encaminhados os autos a este Magistrado para prolação de sentença, observo que a requerida ofertou tempestivamente denunciação à lide em face de John Deere Brasil Ltda e Bradesco Autor/RE Companhia de Seguros IRB Brasil Resseguro S/A, atribuindo à primeira denunciada a responsabilidade pelo suposto ilícito por ter recebido a carga acondicionada sobre seu caminhão e, em relação á segunda denunciada, por manter contrato de seguro devidamente formalizado mediante apólice. E, a adoção do rito sumário para processamento da pretensão não impede a denunciação da lide embasada em contrato de seguro, bem como houve a conversão do feito para o rito ordinário por meio da decisão de fls. 60. Com efeito, decreto a suspensão do feito pelo prazo de 60 dias, de modo a propiciar a citação das denunciadas mediante carta com aviso de recebimento para, querendo, contestarem o pedido sob as penas da lei no prazo de 15 dias. Advs. MIGUEL SARKIS MELHEM NETO OAB/PR 36790, RICARDO MARTINS KAMINSKI OAB/PR 41119, IRACILDO BINICHESKI OAB/RS 17322.
117. INTERDICAO-1500/2009-EVANILDA DE OLIVEIRA BINI x CLEUSE MARY BINI. Em sendo assim, com fulcro no artigo 269, inciso I CPC, **DECRETO A INTERDIÇÃO** de CLEUSE MARY BINI, declarando-a absolutamente incapaz de exercer por si só os atos da vida civil, na forma do art. 3º inciso II CC. Nomeio-lhe curadora sua mãe, a requerente EVANILDA DE OLIVEIRA BINI, para todos os fins e efeitos legais. Preste a requerente o compromisso legal de curadora. Advs. JAIR DE MEIRA RAMOS OAB/PR 14350 e DANIEL TIELE GAETNER- OAB/PR 46875.
118. REINTEGRACAO DE POSSE-0000060-10.2010.8.16.0031-SANTANDER LEASING S/A-ARRENDAMENTO MERCANTIL x SIDENEI PACHECO. Ante ao exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação de reintegração de posse formulada por SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL em face de SIDENEI PACHECO para o fim de determinar a rescisão do contrato entabulado entre as partes, bem como a reintegração da autora na posse do bem arrendado. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorário advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no artigo 20 § 3º CPC. Adv. CESAR AUGUSTO TERRA-OAB/PR 17556, GILBERTO STINGLIN LOTH OAB/PR 34230.
119. MANDADO DE SEGURANCA-0002109-24.2010.8.16.0031-PATRICIA PERTSCHY x UNICENTRO-UNIVERS.EST.DO CENTRO-OESTE. Ante ao exposto, **CONCEDO A SEGURANÇA** pleiteada por PATRICIA PERTSCHY contra ato da UNICENTRO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE, representada pelo Reitor, para que os documentos referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso da impetrante sejam retificados, passando a constar a aprovação da mesma, pois restou atingida a nota mínima pela norma regulamentadora dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Nutrição da Instituição impetrada. Adv. MARCELO IATSKIU-OAB/PR 45921.
120. COBRANCA (ORD)-0002185-48.2010.8.16.0031-OSNI CARLOS RAULIK x GENAURI JOSE MIRANDA. Diante do exposto, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado por OSNI CARLOS RAULIK em face GENAURI JOSÉ MIRANDA, para o fim de condenar este último ao pagamento de R$ 4.080,77 (quatro mil oitenta reais, setenta e sete centavos), o qual deverá corrigido monetariamente pelo índice IGPM (artigos 405 e 406 do CPC c/c art. 161 § 1º CTN), desde 18/12/2009 (quando deveria ter concluído a obra) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (02/03/2011). Quanto ao pedido cautelar de bloqueio de veículo, conforme entendimento deste Juízo, se trata verdadeiramente de arresto, de modo que terá validade por mais seis meses, período em que deverá o autor promover a execução do julgado, sob pena de desbloqueio (levantamento da medida). Sem prejuízo, levante-se a contracautela (caução dada pelo autor) desde logo. Condeno o requerido ao pagamento das despesas processuais (incluindo a certidão do Detran: R$ 44,64) e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 15% do valor total da condenação, levando em consideração o tempo, lugar e qualidade do serviço prestado, bem como o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. -Advs. AMAURI ROBERTO BALAN OAB/PR 14600.
121. ALVARA-0002768-33.2010.8.16.0031-MÔNICA MARIA DE OLIVEIRA e outro x ARILDA ROSA. Considerando a documentação acosta aliada ao parecer favorável do representante do Ministério Público, **HOMOLOGO** por sentença, para que surtam os seus efeitos jurídicos e legais efeitos, as contas prestadas pela requerente ás fls. 44/45. Adv. JOSE PRZEPIORSKI NETO-OAB/PR 51377.
122. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0002093-70.2010.8.16.0031-CTS COMÉRCIO DE APARAS LTDA x SANTA CLARA INDUSTRIA DE PASTA E PAPEIS LTDA. Deixo por ora de acolher o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, eis que sequer tentada a penhora. Cumpra-se fls. 56, item 4 (lavre-se o termo de penhora dos bens de fl. 48 e avalia-se, eis que á fl. 61 somente se revelou desacordo com a avaliação. Observe- ainda fl., 74, item 02. Junte o exequente o cálculo atualizado do débito. Adv. LUIZ HENRIQUE PERUSSO DA COSTA-OAB/PR 53446.
123. DEPOSITO-0003384-08.2010.8.16.0031-BV FINANCEIRA S/A - CRED. FINANC. E INVEST. x JOÃO PHILIPE KOVALSKI. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, a fim de condenar a requerida a entregar o bem em 24hs, ou seu equivalente em dinheiro, sob pena de prosseguimento do feito, não cabendo ao caso a sua prisão civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º do CPC. Adv. CARLA HELIANA V. M. TANTIN-OAB/PR 35785, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI OAB/PR 31722, FLAVIO SANTANNA VALGAS.
124. DEPOSITO-0003392-82.2010.8.16.0031-BV FINANCEIRA S/A - CFI x MARCELO FORKEVICZ DA SILVA. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, a fim de condenar a requerida a entregar o bem em 24hs, ou seu equivalente em dinheiro, sob pena de prosseguimento do feito, não cabendo ao caso a sua prisão civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Adv. CARLA HELIANA V. M. TANTIN-OAB/PR 35785, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI OAB/PR 31722.
125. ADJUDICACAO COMPULSORIA-0001913-54.2010.8.16.0031-BELATRIZ HOFFMANN PIETTÁ x BANCO ITAÚ S/A e outros. Precipitado o pedido de citação por edital. Cite-se o Banco por mandado. Quanto a Tecvi Construtora de Obras Ltda, oficie-se a junta comercial para que encaminhe cópia do contrato social atualizado, bem como informe endereço mais recente (05 dias). A parte para recolher a importância de R$ 9,40 referente á expedição de ofício conforme dispõe o art. 19 CPC. Adv. EDNI DE ANDRADE ARRUDA-OAB/PR 3941.
126. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-0002982-24.2010.8.16.0031-CONRADO ERNESTO RICKLI x EVERALDO DE JESUS ROSA e outro. Diante do exposto, com fulcro no art. 269,k inciso I CPC, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos formulados nos autos 903/2009 de Medida de Sustação de Protesto realizado por CONRADO ERNESTO RICKLI em face de EVALDO DE JESUS ROSA e JOSÉ LUIZ ROSA, pelo que revogo a liminar concedida, restabelecendo-se o protesto. Com fundamento no mesmo dispositivo **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido pretendido nos autos 238/2010 de Ação Declaratória de Inexistência c/c Perdas e Danos Morais, almejado por CONRADO ERNESTO RICKLI contra EVALDO DE JESUS ROSA e JOSÉ LUIZ ROSA. Condeno o autor ao pagamento das custas e despesas de ambos os processos e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais) englobando ambos os feitos, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, com fundamento no art. 20 §§ 3º e 4º do CPC. Retifiquem-se os registros para que conste o nome correto do requerido Evandro de Jesus Rosa, retirando o nome Everaldo. Adv. LUIZ CLAUDIO SEBRENSKI- OAB/PR 15651, ELCIO JOSÉ MELHEM FILHO OAB/PR 41779.
127. EMBARGOS A EXECUCAO-0003559-02.2010.8.16.0031-JOÃO ALFREDO RIBAS PENTEADO x ORGANIZAÇÃO DENTAL SUL LTDA. Não havendo possibilidade de composição entre as partes, passo ao saneamento do feito. As partes são legítimas, bem como o interesse que representam. Outrossim, concorrem os pressupostos processuais e as condições da ação. Em sede de impugnação, a embargada alegou a intempestividade dos presentes embargos. Pois bem, em análise junto aos autos de execução de título judicial 231/2009, percebe-se que o mandado de intimação do embargante foi juntado dia 29/04/2009 (fl. 23). Sendo assim, não há que se falar em intempestividade, eis que os presentes embargos foram propostas dia 14/05/2009, último dia do prazo legal. Sendo assim, rejeito a preliminar ora levantada. Fixo como pontos controvertidos possível nulidade da execução por se tratar de dívida ilíquida e incerta. Defiro o depoimento pessoal do representante legal da embargada, bem como oitivas de testemunhas requeridas pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para o **dia 17/11/11, às 15:00 horas.** Rol de testemunhas em 10 dias, após a intimação. -Advs. ABRAO JOSE MELHEM OAB/PR 4425 e LUCIANE MELHEM KARASINSKI-OAB/PR 26365, MAURICIO SIDNEY FAZOLO OAB/PR 27473, DANIEL CARLETTO OAB/PR 41382.
128. REPETICAO DE INDEBITO-0004724-84.2010.8.16.0031-EDUARDO SHIGUEO ENDO x BANCO ITAÚ S/A e outro. Ante ao exposto, **JULGO EXTINTO** o feito relativamente a COOPERATIVA REGIONAL DE CRÉDITO RURAL LTDA, com fulcro no art. 267, inciso VIII CPC, e com base no artigo 267, inciso VI do mesmo diploma legal, em relação ao BANCO ITAÚ S/A em face da ilegitimidade de parte. Condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios. Fixo estes em R$ 600,00 (seiscentos reais), com amparo no art. 20 § § 3º e 4º CPC, levando em conta a simplicidade da matéria, o zelo do profissional e o tempo e local da prestação do serviço. Advs. THAISA PEREIRA MELLO OAB/PR 48543 e DANIEL HACHEM- OAB/PR 11347.
129. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0004984-64.2010.8.16.0031-SERGIO OSANY GARCIA VIEIRA x UNIBANCO - UNIAO BANCO BRASILEIROS S/A. Ante ao exposto, com base no art. 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a Ação Revisional de Contrato formulada por SERGIO OSANY GARCIA VIEIRA em face de UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A, para o fim de: a) **confirmar a liminar** concedida ás fls. 359/362; b) **revisar** o contrato e determinar que o cálculo do débito se paute pelos seguintes termos: juros remuneratórios em 2% ao mês (sendo possível a capitalização mensal, desde

que sobre este percentual), não incidência do percentual de custo efetivo total (189,50%); c) condenar a instituição requerida a restituir á parte autora os valores cobrados indevidamente na forma da fundamentação supra (em dobro), corrigidos monetariamente, a contar do desembolso, pelo INPC, acrescido de juros de mora de 12% ao ano, a contar da citação. O valor da restituição poderá ser compensado em débito pendente. Condeno a parte requerida (eis que decaiu de maior parte) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora, os quais vão fixados em R$ 700,00 (setecentos reais) tendo em vista que não quantificada a repetição de indébito e também porque os pedidos não se restrigiam a esta, conforme art. 20 § 4º c/c art. 21 ambos do CPC. Leva-se em consideração a delonga da causa e desnecessidade de produção de prova oral. Registro revogar o benefício da assistência judiciária gratuita concedido provisoriamente à parte autora, uma vez que o valor da parcela do financiamento acena para a possibilidade de pagamento das custas sem prejuízo de seu sustento. Adv. FERNANDO HENRIQUE MACHADO DE CAMPOS-OAB/PR 46868, DANIELK HACHEM OAB/PR 11347.

130. BUSCA E APREENSAO (FID)-0004365-37.2010.8.16.0031-BANCO FINASA BMC S/A x TIAGO FURQUIM. Diante do exposto, **JULGO EXTINTO** o processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 267 inciso III CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Oficie-se para desbloqueio, se já for o caso. Condeno o requerente ao pagamento das despesas processuais. Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA OAB/PR 32504, INGRID DE MATTOS OAB/PR 39473 e ANDREIA H. MALUCELLI- OAB/PR 31408.

131. REINTEGRACAO DE POSSE-0003938-40.2010.8.16.0031-SANTANDER LEASING S/A-ARRENDAMENTO MERCANTIL x JULIO CESAR STOCO. Ante ao exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação de reintegração de posse formulada por SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL em face de JULIO CESAR STOCO para o fim de determinar a rescisão do contrato entabulado entre as partes, bem como a reintegração da autora na posse do bem arrendado. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no artigo 20 § 3º CPC. Adv. ROBERTA NALEPA-OAB/PR 46206.

132. REINTEGRACAO DE POSSE-0001912-69.2010.8.16.0031-BFB LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x LUIZ CARLOS FERREIRA. Ante ao exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação de reintegração de posse formulada por BFB LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL em face de LUIZ CARLOS FERREIRA para o fim de determinar a rescisão do contrato entabulado entre as partes, bem como a reintegração da autora na posse do bem arrendado. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no artigo 20 § 3º CPC. Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA OAB/PR 32504, ANDREA HERTEL MALUCELLI OAB/PR 31408, EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA OAB/PR 37102 e VINICIUS GONÇALVES-.

133. MONITORIA-0004601-86.2010.8.16.0031-FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ - FUPEF DO PARANÁ x SFC INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. Isso posto, com fulcro no artigo 269, inciso I CPC, **REJEITO** os Embargos opostos por SFC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA contra FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ - FUPEF DO PARANÁ e **JULGO PROCEDENTE** o pedido constante da presente AÇÃO MONITÓRIA, constituindo em favor da autora/embargada, título executivo judicial, no valor de R$ 2.400,00 (dois mil quatrocentos reais), corrigidos monetariamente a contar da data de 23/10/2008 pela média INPC/IGPD-I, acrescido de juros de mora de 12% ao ano a contar da citação. Condeno a parte requerida/embargante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora, os quais vão fixados em 20% do valor atualizado da condenação (valor final), conforme art. 20 § 3º c/c art. 21 ambos do CPC. Leva-se em consideração a delonga da causa e desnecessidade de produção de prova oral. Advs. CLAUDIA APARECIDA KELLY KUROSKI OAB/PR 52627 e LUIZ FELIPE VITORASSI TEIXEIRA- OAB/PR 32702.

134. COBRANÇA DE SEGUROS-0006006-60.2010.8.16.0031-ELIAS OLIVEIRA FREITAS x MARITIMA SEGUROS S/A. Diante do exposto, com fulcro no artigo 269, inciso IV CPC, **DECLARO A PRESCRIÇÃO** da pretensão de ELIAS OLIVEIRA FREITAS em face de MARITIMA SEGUROS S/A, julgando extinto o feito. Condeno o autor ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 700,00 (setecentos reais), levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § § 3º e 4º CPC. Registro confirmar a concessão do benefício da Justiça Gratuita em favor do autor. Adv. ANTONIO LIDIO-OAB/PR 16976, ALESSANDRO DIAS PRESTES OAB/PR 32569.

135. INCIDENTE DE FALSIDADE-0005104-10.2010.8.16.0031-JORGE ELIO BINI x LUIZ EDUARDO GOLDMAN e outro. Diante da notícia de transação, HOMOLOGO o acordo celebrado (fl. 83/84), e, com fundamento no artigo 794, inciso II CPC, **JULGO EXTINTOS** os processos por sentença para que produza seus efeitos jurídicos e legais. Custas finais aos exequentes, conforme acordo. Cada parte arcará com os honorários de seu patrono. Ante o pedido acerca de levantamento dos valores acordados, intime-se o Advogado Alencar Leite Agner para que regularize sua representação processual, juntando aos autos procuração com poderes para receber o qual assinou o acordo. Advs. DANIELE ARAUJO AGNER OAB/PR 37067, ALENCAR LEITE AGNER OAB/PR 10419 e LUIZ ROBERTO FALCAO- OAB/PR 52387.

136. REPARACAO DE DANOS-0007627-92.2010.8.16.0031-JESSICA FERREIRA BATISTA e outro x PREFEITURA DE GUARAPUAVA e outro. As partes são legítimas, bem como o interesse que representam. Outrossim, concorrem os pressupostos processuais e as condições da ação. Fixo como pontos controvertidos: a) existência de erro no diagnóstico do exame de ultrassonografia; b) negligência médica em relação a gravidez de gêmeos; c) dano moral. Defiro o pedido de produção de prova oral (oitiva de testemunhas, bem como depoimento pessoal do segundo requerido), tendo em vista que pertinente para elucidação da presente demanda. Por ora, julgo desnecessária a produção de prova pericial para o deslinde do feito, razão pela qual a denego. Designo audiência de instrução e julgamento para o **dia 13/12/11, às 15:00 horas.** Rol de testemunhas, em 10 dias, após a intimação. Sem prejuízo ao Ministério Público para dizer se intervém. Advs. MARCELE ANDRÉA PRADO OAB/PR 47716, AMORITI RIBEIRO OAB/PR 21599, JOSE AMORITI TRINCO RIBEIRO, ANA VALCI SANQUETA OAB/PR 11427.

137. BUSCA E APREENSAO (FID)-0005923-44.2010.8.16.0031-BV FINANCEIRA S/A - CFI x DALBERTO SIQUEIRA. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o art. 66 da Lei 4728/65, Decreto-lei 911/68 e artigo 269, I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, confirmando a liminar concedida e consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, sendo facultada a venda pelo requerente, na forma do art. 3º § 5º do Decreto-lei 911/69. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Adv. JANICE IANKE-OAB/PR 45574 .

138. ORDINARIA-0008714-83.2010.8.16.0031-ALBARY MARQUARDT RIBEIRO x MUNICIPIO DE GUARAPUAVA e outros. A parte autora para retira de edital. Adv. MARIA CECILIA SALDANHA OAB/PR 27556.

139. DEPOSITO-0009447-49.2010.8.16.0031-BV FINANCEIRA S/A - CRED. FINANC. E INVEST. x ZENI APARECIDA DOS SANTOS. Diante do exposto, **JULGO EXTINTO** o processo sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VIII CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Oficie-se para desbloqueio se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas processuais. Adv. FLAVIO SANTANA VALGAS-OAB/PR 44331, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI OAB/PR 31722.

140. REINTEGRACAO DE POSSE-0009451-86.2010.8.16.0031-HSBC BANK BRASIL - BANCO MULTIPLO x MARIA LUCIA GONÇALVES DENCK. Diante do exposto, determino a remessa dos presentes autos ao Juízo da 2ª Vara para reunião á ação revisional de contrato, registrada sob nº 1647/2010. Adv. FLAVIO SANTANA VALGAS-OAB/PR 44331, MAURICIO JULIO CAMPOS OAB/PR 39779.

141. ALVARA-0010253-84.2010.8.16.0031-ELZIMARIS KRUGER AMARAL e outros x RENATO JOSE MARTINS. Ante o exposto, considerando o parecer favorável do Promotor de Justiça, com fulcro no art. 269, I CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido, determinando a expedição do alvará judicial, autorizando o levantamento pleiteado na inicial, junto à Caixa Econômica Federal desta Comarca. Transitada em julgado, expeça-se o alvará com prazo de 30 dias, em nome de ELZIMARIS KRUGER AMARAL, para levantamento dos valores existentes referentes ao FGTS E PIS, de titularidade de Renato José Martins. Dispensa-se a prestação de contas em relação à cota da menor BARBARA AMARAL MARTINS, presumindo-se seu gasto imediato com a mantença desta, em razão de valor ínfomo. Adv. DANIEL TIELE GAETNER-OAB/PR 46875.

142. DEPOSITO-0010654-83.2010.8.16.0031-BV FINANCEIRA CREDITO, FINANC, E INVESTIMENTO x SONIA MARA TEIXEIRA. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o pedido formulado art. 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, a fim de condenar a requerida a entregar o bem em 24h, ou seu equivalente em dinheiro, sob pena de prosseguimento do feito, não cabendo ao caso a sua prisão civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Adv. FLAVIO SANTANA VALGAS-OAB/PR 44331.

143. COBRANCA (ORD)-0010563-90.2010.8.16.0031-DERLI DE BASTOS x INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO PARANA-PR PREVIDENCIA e outro. Diante do exposto, com fulcro no artigo 269, I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado por DERLI BASTOS em face do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE GUARAPUAVA - GUARAPUAVA PREV e do MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, condenando estes, solidariamente, ao pagamento do indébito correspondente aos efetivos descontos para fins previdenciários das verbas de gratificação por trabalho insalubre, função e produtividade, feriado e plantão, adicional noturno, horas extras e férias acrescidos do terço constitucional, gratificação de função, plantões, gratificação de difícil acesso e de trabalho por portador especial, mas que não foram utilizadas para o cálculo do provento de aposentadoria da autora, referentes ao período de 07/06/2005 até se aposentar (15/05/2009 f. 53). O valor deverá ser apurado em liquidação de sentença, corrigido monetariamente pelo índice IGPM (artigos 405 e 406 CPC combinado com o art. 161 § 1º do CTN), desde a época da cobrança indevida e acrescido de juros de mora desde a citação (até 11/01/2003 em 0,5% ao mês e depois disso em 1% ao mês). Declaro a prescrição quanto à repetição de valores anteriores a 07/06/2005, com fulcro no artigo 269, IV CPC. Condeno a parte requerida, eis que decaiu de maior parte, ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 15% do valor total da condenação, levando em consideração o tempo, lugar a qualidade do serviço prestado, dimensão da causa, bem como o julgamento antecipado da lide, com fundamento no artigo 20 § 3º CPC. Registro conceder o benefício da assistência judiciária gratuita á parte autora. Advs. OLINDO

DE OLIVEIRA OAB/PR 18664 e MIRIAN APARECIDA DOS SANTOS, EDUARDO INÁCIO NEUNDORF OAB/SC 22480.

144. REINTEGRACAO DE POSSE-0010759-60.2010.8.16.0031-BANCO FINASA BMC S/A x JOÃO BATISTA VASCONCELOS JUNIOR. Ante ao exposto, **JULGO PROCEDENTE** ação de reintegração de posse 771/2010 formulada por BANCO FINASA BMC S/A em face de JOÃO BATISTA VASCONCELOS JUNIOR para o fim de determinar a rescisão do contrato entabulado entre as partes, bem como a reintegração da autora na posse do bem arrendado. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º do CPC. Adv. JANICE IANKE- OAB/PR 45574.

145. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0011509-62.2010.8.16.0031-LUIZ ROQUE GALEAZZI x BV FINANCEIRA S/A - CRED. FINANC. E INVEST. Á parte requerida para que junte aos autos cópia integral do contrato firmado entre as partes (05) dias. Adv. REINALDO MIRICO ARONIS OAB/PR 35137-A, WELLINGTON FARINHUKA DA SILVA OAB/PR 53515.

146. DEPOSITO-0011618-76.2010.8.16.0031-OMNI S/A CFI x WILSON CORREIA DE OLIVEIRA. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, a fim de condenar a requerida a entregar o bem em 24hs, ou seu equivalente em dinheiro, sob pena de prosseguimento do feito, não cabendo ao caso a sua prisão civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no artigo 20 § 3º CPC. Adv. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO-OAB/PR 40309-A, DENISE VAZQUEZ PIRES OAB/PR 54836-A.

147. DESPEJO-0014075-81.2010.8.16.0031-COOPERATIVA AGRARIA AGROINDUSTRIAL x MARCIO GARTNER. Diante do exposto, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido de COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL em face de MARCIO GARTNER para o fim de: 1) declarar rescindidos os contratos de arrendamento de terra existentes entre as partes, no que se refere aos imóveis matriculados sob nº 8712 e 8742 no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Guarapuava/PR, determinando o despejo do requerido. Fixo como prazo para desocupação voluntária 20 dias, considerado o tamanho da àrea. Em não desocupação voluntariamente, defiro, desde já força policial. Expeça-se mandado; 2) condenar o requerido ao pagamento dos valores vencidos na safra de 2009/2010 referentes aos contratos de arrendamento de terra questionados, considerado o preço da saca de 60 Kg limpa e seca do mês de maio de 2010 (R$ 32,75 - FL. 73). O valor deverá ser corrigido monetariamente desde a data do vencimento e acrescido de juros de mora de 1% desde a data da citação. Condeno o requerido ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios da parte adversa, os quais arbitro em 10% sobre o valor devido e atualizado, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. -Advs. EDUARDO BASTOS DE BARROS OAB/PR 23277, GUILHERME TOPOROSKI, ALLAN QUARTIERO OAB/PR 41837, JAIR GAVINO FILHO OAB/PR 46125-.

148. BUSCA E APREENSAO (FID)-0014410-03.2010.8.16.0031-COTA SUL ADMINISTRADORA DE CONSORCIO S/C x MARISTELA DO BELEM SOUZA. Diante do exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência, para fins do disposto no art. 158 § único CPC, e, portanto, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267 inciso VIII CPC. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Oficie-se para desbloqueio se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas. Adv. LUIS OTAVIO KUSTER ANDRIATA-OAB/PR 41838.

149. RESTITUICAO-0016390-82.2010.8.16.0031-OSNI DA LUZ DOS SANTOS x OMNI S/A CFI. Ante ao exposto, com base no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** a Ação de Restituição de Valores, formulada por OSNI DA LUZ DOS SANTOS em face de OMNI S/A, para o fim de: a) revisar o contrato e determinar que o cálculo do débito se paute pelos seguintes termos: juros remuneratórios 2% ao mês e 24% ao ano (sem capitalização mensal ou anual), não cobrança de tarifa TAC e de comissão de permanência; b) condenar a instituição requerida a restituir à parte autora os valores cobrados indevidamente na forma da fundamentação supra (em dobro), corrigidos monetariamente, a contar do desembolso pelo INPC, acrescido de juros de mora de 12% ao ano, a contar da citação. O valor da restituição poderá ser compensado em débito pendente. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora, os quais vão fixados em R$ 700,00 (setecentos reais) tendo em vista que não quantificada a repetição de indébito e também porque os pedidos não se restringiam a esta conforme art. 20 § 4º c/c art. 21 ambos do CPC. Leva-se em consideração a delonga da causa e desnecessidade de produção de prova oral. Registro revogar o benefício da assistência judiciária gratuita concedido provisoriamente à parte autora, uma vez que o valor da parcela do financiamento acena para a possibilidade de pagamento das custas sem prejuízo de seu sustento. Retifiquem-se os registros para constar que se trata de ação revisional de contrato. -Adv. JOSE PEDRO ANTONIUCCI-OAB/PR 46114, ADRIANO MUNIZ REBELLO OAB/PR 24730.

150. REPETICAO DE INDEBITO-0013982-21.2010.8.16.0031-NELSON PEREIRA JUNIOR x BV FINANCEIRA. Ante ao exposto, com base no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** a Ação de Repetição de Indébito formulada por NELSON PEREIRA JUNIOR em face de BV FINANCEIRA S/A, para o fim de: a) **revisar o contrato** e determinar que o cálculo do débito se paute pelos seguintes termos: juros remuneratórios 2% ao mês e 24% ao ano (sem capitalização mensal ou anual), não cobrança de comissão de permanência e de tarifas TAC e TEC; b) **condenar** a instituição requerida a restituir á parte autora os valores cobrados indevidamente na forma da fundamentação supra (simples), corrigidos monetariamente a contar do desembolso, pelo INPC, acrescido de juros de mora de 12% ao ano, a contar da citação. O valor da restituição poderá ser compensado em débito pendente. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora, os quais vão fixados em R$ 700,00 (setecentos reais) tendo em vista que não quantificada a repetição de indébito e também porque os pedidos não se restringiam a esta, conforme art. 20 § 4º c/c art. 21 ambos do CPC. Leva-se em consideração a delonga da causa e desnecessidade de produção de prova oral. Registro revogar o benefício da assistência judiciária gratuita concedido provisoriamente à parte autora, uma vez que o valor da parcela do financiamento acena para a possibilidade de pagamento das custas sem prejuízo de seu sustento. Retifiquem-se os registros para constar que se trata de ação revisional de contrato. Adv. LORENICE MARIA CIVIEIRO- OAB/PR 49088, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA OAB/PR 19180, JAIME OLIVEIRA PENTEADO OAB/PR 20835, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA OAB/PR 17427, FLÁVIO PENTEADO GEROMINI OAB/PR 35336.

151. BUSCA E APREENSAO (FID)-0011993-77.2010.8.16.0031-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x MARCOS RODRIGUES. **ANTE AO EXPOSTO**, com base no artigo 269, inciso I CPC, artigo 66 da Lei 4728/65 e Decreto-lei 911/69, JULGO PROCEDENTE o pedido desta Ação de Busca e Apreensão para o fim de determinar a expedição do mandado de busca e apreensão em relação ao bem objeto da demanda e consolidar o domínio e a posse do bem nas mãos do autor, sendo facultada a venda pela instituição financeira autora, na forma do artigo 3º § 5º do Decreto-Lei 911/69. Condeno o requerido no pagamento das custas e honorários advocatícios. Fixo os honorários em R$ 700,00 (setecentos reais), ante a desnecessidade de prova oral e tempo de tramitação do processo, conforme art. 20 § 4º c/c art. 21 § único do CPC. Adv. DENISE VALQUEZ PIRES, ADRIANO MUNIZ REBELLO OAB/PR 24730, JOSÉ BONIFÁCIO DE BARROS GARCIA JUNIOR.

152. REPETICAO DE INDEBITO-0006288-98.2010.8.16.0031-FRANCISCO MAJOWSKI x BANCO DO BRASIL S/A. Ante ao exposto, com base no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado por FRANCISCO MAJOWSKI em face de BANDO DO BRASIL S/A, razão pela qual condeno este último a devolver à parte autora os valores pagos a mais (além do percentual de 41,28%, excluindo os percentuais e valores devidamente pagos, quando observadas as diferenças dos índices fornecidos pelo IPC e pelo BTNF do período de março e abril de 1990, devidamente corrigidos monetariamente pelo índice IGPM (artigos 405 e 406 CPC c/c artigo 161 § 1º CTN), desde a época da contratação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, desde a citação. Os valores deverão ser apurados em liquidação de sentença. Condeno por fim a parte requerida ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios. Fixo estes em 10% sobre o valor da condenação, com amparo no art. 20 § 3º CPC, levando em conta a simplicidade da matéria, o zelo do profissional e o tempo e local da prestação do serviços. Advs. CARLOS HENRIQUE SILVESTRI LUHM OAB/PR 44187, RICARDO DOS SANTOS MASSOQUETI, ROSANA CHRISTINE HASSE CARDOZO OAB/SC 14488, GORGON NÓBREGA OAB/PR 31053-.

153. INVENTARIO-0015247-58.2010.8.16.0031-MARCELO MENDES x ADÃO MENDES. A inventariante para assinatura do termo de declarações de inventariante. Adv. IVANDRO JOEL JOHANN OAB/PR 42576.

154. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0015716-07.2010.8.16.0031-MIGUEL RENATO KATICA x BANCO J. SAFRA S/A. Ante ao exposto, com base no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a Ação Revisão de Cláusulas Contratuais formulada por MIGUEL REANTO KATICA em face de BANCO J SAFRA S/A para o fim de: a) **revisar o contrato** e determinar que o cálculo do débito se paute pelos seguintes termos: juros remuneratórios limitado a até 2% ao mês e 24% ao ano (sem capitalização mensal ou anual) e sem a cobrança de multa de 2% (incidência de tão somente a comissão de permanência no caso de mora); b) **condenar** a instituição requerida a restituir á parte autora os valores cobrados indevidamente na forma da fundamentação supra (simples), corrigidos monetariamente a contar do desembolso pelo INPC, acrescido de juros de mora de 12% ao ano, a contar da citação. O valor da restituição poderá ser compensado em débito pendente. Condeno a parte requerida (eis que decaiu de maior parte) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora, os quais vão fixados em R$ 700,00 (setecentos reais) tendo em vista que não quantificada a repetição de indébito e também porque os pedidos não se restringiam a esta, conforme art. 20 § 4º c/c art. 21 ambos do CPC. Leva-se em consideração a delonga da causa e desnecessidade de produção de prova oral. Registro revogar o benefício da assistência judiciária gratuita concedido provisoriamente à parte autora, uma vez que o valor da parcela do financiamento acena para a possibilidade de pagamento das custas sem prejuízo de seu sustento. Adv. MARCELO URBANO-OAB/PR 42759, JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB/PR 45445.

155. MONITORIA-0016513-80.2010.8.16.0031-NOVA PRATA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA x EVERSON RODRGUES DE BAIRRO. Diante do exposto, **JULGO EXTINTO** o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso II CPC, diante do reconhecimento do pedido. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Condeno a parte requerida nas despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor da causa, conforme art. 20 § 3º CPC. Defiro como requer á fl. 38. Proceda a transferência do valor depositado em juízo para a conta corrente informada no petitório retro, de titularidade da parte autora. Advs. ALEXANDRE DALLA VECCHIA OAB/PR 27170, DENI CRISPIN CORREA JUNIOR OAB/PR 38194 e FERNANDA CORREA-OAB/PR 46570, OKSANDRO GONÇALVES OAB/PR 24590.

156. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0016251-33.2010.8.16.0031-MARIA GENIR CAMARGO x BANCO ITAULEASING S/A. A parte para retirada de alvará. Adv. VINICIUS GONÇALVES OAB/PR 45384.

157. COBRANCA (ORD)-0006606-81.2010.8.16.0031-CARLOS BOROMEUS MITTERER e outros x BANCO ITAU/UNIBANCO S/A. Diante do exposto, com fulcro no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial por CARLOS BOROMEUS MITTERER, AFFONSO WEBER, AMNERIS DAMIANI CANDURO, VANESSA SILVA DA ROSA, JORGE TEIXEIRA, DOMNINA WASTCHUK e ZULEIOCA MONTEIRO BENTO em face do BANCO ITAÚ/UNIBANCO S/A, condenando o requerido ao pagamento das diferenças entre o indexador do BTNFiscal aplicado à época e o indexador correto IPC, a ordem de 44,80% referente ao mês de abril aplicado no mês de maio e 7.87% referente ao mês de maio aplicado ao mês de junho, tudo devidamente corrigido monetariamente pelo índice IGPM (artigos 405 e 406 CPC combinado com o artigo 161 § 1º CTN), desde a época da aplicação errônea do indexador e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, desde a citação. Os valores deverão ser apurados em liquidação de sentença. Condeno o requerido ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 15% , levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como o julgamento antecipado da lide, com fundamento no artigo 20 § 3º CPC.Adv. THAISA CRISTINA CANTONI-OAB/PR 35670, LUIS OSCAR SIX BOTTON OAB/PR 28128-A.

158. ORDINARIA-0020367-82.2010.8.16.0031-SANDRA MARIA ZANELLO DE AGUIAR x UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE - UNICENTRO. Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados por Sandra Maria Zanello de Aguiar em face de Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, isto para o fim de rejeitar a pretensão referente á incorporação da gratificação de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE aos seus vencimentos rejeitar a pretensão visando condenação ao pagamento retroativo da gratificação desde o seu cancelamento, assim como não reconhecer a existência de diferenças a serem pagas em relação ao salário do mês de maio de 2010. Pelo principio da sucumbência, condeno a requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do patrono da parte adversa, os quais fixo em R$ 800,00 (oitocentos reais), em atenção ao grau de zelo do profissional, os trabalhos desenvolvidos e o tempo exigido para tanto, nos termos do artigo 20 § 4º CPC. Advs. MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA OAB/PR 19095e CLÁUDIA CRISOSTIMO DE ABREU- OAB/PR 53724.

159. COBRANCA (ORD)-0022269-70.2010.8.16.0031-GILBERTO BONFIM x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT LT. Diante do exposto, com fulcro no art. 269, I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado por FPABIO CRISTIANO DOS SANTOS em face de CENTAURO SEGURADORA S/A em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT ao autor no valor de R$ 11.137,50 (onze mil, cento e trinta e sete reais, cinquenta centavos) corrigido desde o fato (28/10/2007) e acrescido dos juros legais desde a citação. Condeno a parte requerida ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% do atualizado da condenação, levando em conta o tempo, lugar e qualidade do serviço prestado, bem como a simplicidade da causa e o fato dessa ter sido resolvida em julgamento antecipado. Registro confirmar a gratuidade da justiça em favor da parte autora. -Advs. FABIO FERREIRA OAB/PR 29348 e FLAVIA BALDUINO DA SILVA-OAB/PR 44308.

160. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0020979-20.2010.8.16.0031-ALCIONE LEITE RAMOS x BV FINANCEIRA S/A - CFI. Diante do exposto, na forma do art. 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para: a) **determinar a revisão** do contrato firmado entre as partes, com a recomposição do saldo devedor com exclusão da cobrança da taxa administrativa e da capitalização mensal de juros; b) **declarar** a nulidade das cláusulas que possibilitam as ilegalidades observadas, nulidade limitada ao quanto previsto sobre tais questões, nos termos da fundamentação; c) determinar a restituição dos valores pagos a maior com o saldo devedor recomposto. Os valores pagos em excesso serão atualizados monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros de 1% ao mês a partir da citação. Houve sucumbência recíproca. Fixo os honorários advocatícios em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) com fundamento no § 4º do art. 20 CPC, em apreciação equitativa e considerando a rápida tramitação do processo, a desnecessidade de produção de provas em audiência e a ausência de relevante complexidade da causa. Condeno o réu no pagamento de 50% das custas processuais e 50% dos honorários advocatícios fixados. Condeno a parte autora no pagamento de 50% das custas processuais e 50% dos honorários advocatícios fixados, ressalvada quanto a esta a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Os honorários advocatícios se compensam na forma do art. 21 do CPC e Súmula 306 STJ. Advs. SANDRO PEREIRA OAB/PR 41142 e HELDERLIANE MACHADO DA LUZ RICKLI-OAB/PR 19592, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI OAB/PR 27293, ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES OAB/PR 31073-A.

161. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0018506-61.2010.8.16.0031-OSMAR HORST x BV FINANCEIRA S/A - CFI. Diante do exposto, na forma do art. 269, inciso I CPC, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para: a) **determinar** a revisão do contrato firmado entre as partes, com a recomposição do saldo devedor com exclusão da cobrança da taxa administrativa e da capitalização mensal de juros; b) **declarar** a nulidade das cláusulas que possibilitam as ilegalidade observadas, nulidade limitada ao quanto previsto sobre tais questões, nos termos da fundamentação; c) **determinar** a restituição dos valores pagos a maior com o saldo devedor recomposto. Os valores pagos em excesso serão atualizados monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros de 1% ao mês a partir da citação. Houve sucumbência recíproca. Fixo os honorários advocatícios em R$ 1.500,00 com fundamento no § 4º do art. 20 CPC, em apreciação equitativa e considerando a rápida tramitação do processo, a desnecessidade de produção de provas em audiência e a ausência de relevante complexidade da causa. Condeno o réu no pagamento de 50% das custas processuais e 50% dos honorários advocatícios fixados. Condeno a parte autora no pagamento de 50% das custas processuais e 50% dos honorários advocatícios fixados, ressalvada quanto a esta a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Os honorários advocatícios se compensam na forma do art. 21 do CPC e Súmula 306 STJ. Advs. SANDRO PEREIRA OAB/PR 41142 e HELDERLIANE MACHADO DA LUZ RICKLI-OAB/PR 19592, SERGIO SCHULZE OAB/PR 31034-A, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI OAB/PR 27293, ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNANDES OAB/PR 31073-A.

162. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0021449-51.2010.8.16.0031-ADRIANO REZENDE DA SILVA x BANCO PANAMERICANO S/A. Diante do exposto, na forma do art. 269, inciso I CPC, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para: a) **determinar** a revisão do contrato firmado entre as partes, com a recomposição do saldo devedor com exclusão da cobrança da taxa administrativa e da capitalização mensal de juros; b) **declarar** a nulidade das cláusulas que possibilitam as ilegalidades observadas, nulidade limitada ao quanto previsto sobre tais questões, nos termo da fundamentação; c) **determinar** a restituição dos valores pagos a maior com o saldo devedor recomposto. Os valores pagos em excesso serão atualizados monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros de 1% ao mês a partir da citação. Houve sucumbência recíproca. Fixo os honorários advocatícios em R$ 1.500,00 (mil quinhentos reais), com fundamento no § 4º do art. 20 do CPC, em apreciação equitativa e considerando a rápida tramitação do processo a desnecessidade de produção de provas em audiência e a ausência de relevante complexidade da causa. Condeno o réu no pagamento de 50% das custas processuais e 50% dos honorários advocatícios fixados. Condeno a parte autora no pagamento de 50% das custas processuais e 50% dos honorários advocatícios fixados, ressalvada quanto a esta a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Os honorários advocatícios se compensam na forma do art. 21 do CPC e sumula 306 do STJ. Advs. SANDRO PEREIRA OAB/PR 41142 e HELDERLIANE MACHADO DA LUZ RICKLI OAB/PR 41142, NATALIA SCHWINGEL DE SOUZA OAB/BA 30472- OAB/PR 19592.

163. CURATELA-0021233-90.2010.8.16.0031-OSVALDO BATISTA CORREA x ENEVERCINDA RAMOS CORREA. Em sendo assim, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, **DECRETO A INTERDIÇÃO** de ENEVERCINDA RAMOS CORREA, declarando-a absolutamente incapaz de exercer por si só os atos da vida civil, na forma do art. 3º, inciso II CC. Nomeio-lhe curador, seu filho, o requerente OSVALDO BATISTA CORREA, para todos os fins e efeitos legais. Preste o curador compromisso em 05 dias e hipoteca legal em 30 dias. Custas remanescentes pelo requerente. Advs. THIAGO GABRIEL XALAO OAB/PR 43037 e ALAN RODRIGO SCHINERMANN SANTOS- OAB/PR 52217.

164. BUSCA E APREENSAO (FID)-0018259-80.2010.8.16.0031-BANCO ITAUCARD S/A x LEOMAR ANTONIO ZIMMERMANN. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 66 da Lei 4728/65, Decreto-lei 911/68 e arti. 269, I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, confirmando a liminar concedida e consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, sendo facultada a venda pelo requerente, na forma do art. 3º § 5º do Decreto-Lei 911/69. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no artigo 20 § 3º CPC. Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA- OAB/PR 32504, EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA OAB/PR 37102, INGRID DE MATTOS OAB/PR 39473.

165. MANDADO DE SEGURANCA-0021460-80.2010.8.16.0031-ADEMAR LUIZ CHIQUETTO x ROMEU SCHARZ SOBRINHO e outro. Ante ao exposto, com fulcro no artigo 269, I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido e CONCEDO A SEGURANÇA pleiteada por ADEMAR LUIZ CHIQUITO contra ato do PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DO PSP/2010/UNICENTRO e do REITOR DA UINICENTRO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, para determinar deem acesso ao impetrante da documentação relativa aos fundamentos aqui mencionados e garantiam a possibilidade de revisão da prova de títulos ao impetrante em prazo de dois dias do qualo deverá ser intimado. As custas processuais ficam a cargo dos impetrados, sem imposição de condenação em honorários advocatícios com fundamento nas Súmulas 512, STF e 105 STJ. Adv. CESAR FLEISCHER-OAB/PR 7586, GERALDO NEI TOLEDO CAMARGO OAB/PR 4225.

166. COBRANCA (ORD)-0023766-22.2010.8.16.0031-BENTO FERNANDES DOS SANTOS e outros x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL. Ante ao exposto, com base no art. 269, inciso IV do CPC, **DECLARO PRESCRITOS** os direitos pretendidos com os pedidos de BENTO FERNANDES DOS SANTOS, ALCINDO MENDES HILÁRIO, ANTONIO RODRIGUES DO AMARAL, ARIVONIR RIBEIRO e SEBASTIÃO PAULO DE MORAES em face de COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL, pelo transcorrer do prazo prescricional referente a ação que tem por escopo o ressarcimento de enriquecimento sem causa. Condeno a parte autora nos ônus sucumbenciais (custas processuais e honorários advocatícios). Arbitro os honorários em R$ 700,00 (setecentos reais), levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como o julgamento antecipado do feito, com fulcro no art. 20 §§ 3º e 4º CPC. Registro confirmar benefício da assistência judiciária gratuita. Advs. TICIANE DALLA VECCHIA CECON OAB/PR 42307, DANIELE KARINE COSTA OAB/PR 48573.

167. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0020184-14.2010.8.16.0031-GUILHERME QUEIROZ x BANCO ITAÚ S/A. Intime-se a parte autora para juntada de procuração, sob penas do art. 13, CPC. Adv. GUILHERME QUEIROZ-OAB/PR 29058.

168. BUSCA E APREENSAO (FID)-0019729-49.2010.8.16.0031-BANCO ITAUCARD S/A x JACQUES SOARES MOTTA. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o art. 66 da Lei 4728/65, Decreto-lei 911/68 e artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial,

confirmando a liminar concedida e consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, sendo facultada a venda pelo requerente, na forma do artigo 3º § 5º do Decreto-lei 911/69. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no artigo 20 § 3º CPC. Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-OAB/PR 32504, EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA OAB/PR 37102, ANDREA HERTEL MALUCELLI OAB/PR 31408.

169. BUSCA E APREENSAO (FID)-0019174-32.2010.8.16.0031-PARANÁ BANCO S/A x GERSOM MENEGUSSO. Diante da noticia de transação, **HOMOLOGO** o acordo celebrado entre as partes (fl. 33/34), motivo pelo qual, com fundamento no artigo 269, III CPC, **JULGO EXTINTO** o processo com resolução do mérito. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes e oficie-se para desbloqueio (se já for o caso). Custas processuais conforme artigo 26 § 2º CPC. Cada parte arcará com os honorários advocatícios de seus respectivos patronos. Adv. TONI M. DE OLIVEIRA-OAB/PR 13351, SILVANEY ISABEL GOMES DE OLIVEIRA OAB/PR 42231.

170. ALVARA-0025213-45.2010.8.16.0031-ELISIA LOPES DOS ANJOS x PEDRO DOS ANJOS. A parte para retirada de edital. Adv. DANIEL DALZOTO-OAB/PR 53841.

171. BUSCA E APREENSAO (FID)-0020525-40.2010.8.16.0031-BV FINANCEIRA S/A -CFI x JEFERSON ALVES. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 66 da Lei 4728/65, Decreto-Lei 911/68 e artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, confirmando a liminar concedida e consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, sendo facultada a venda pelo requerente, na forma do art. 3º § 5º do Decreto-lei 911/69. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Adv. FLAVIO SANTANNA VALGAS-OAB/PR 44331.

172. COBRANCA (ORD)-0017689-94.2010.8.16.0031-NEURI JOSE RODRIGUES e outros x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL. Ante ao exposto, com base no artigo 269, inciso IV CPC, **DECLARO PRESCRITOS** os direitos pretendidos com os pedidos de NEURI JOSÉ RODRIGUES, IVONE DE OLIVEIRA SANTOS PRESTES e JUREMA CORDEIRO PRESTES em face de COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL, pelo transcorrer do prazo prescricional. Condeno a parte autora nos ônus sucumbenciais (custas processuais e honorários advocatícios). Arbitro os honorários em R$ 700,00 (setecentos reais), levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como o julgamento antecipado do feito, com fulcro no art. 20 §§ 3º e 4º CPC. Confirmo-lhe porém, o benefício da assistência judiciária gratuita. Retifiquem-se os registros para constar no pólo ativo: Ivone Oliveira Prestes, Espólio de Flavio Marcondes Prestes, Esp. de José Rodrigues Fernandes. Adv. TICIANE DALLA VECCHIA CECON-OAB/PR 42307, DANIELE KARINE COSTA OAB/PR 48573.

173. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0026179-08.2010.8.16.0031-SILVIO MACHADO x ANSELMO LUIZ B CIA LTDA ME. De modo a possibilitar a apreciação do pedido retro, através do Sistema BacenJud 2.0, mister que a parte autora forneça o cálculo atualizado da dívida. Prazo de 05 (cinco) dias. Para a inércia, presumir-se-á que houve a desistência do pedido de bloqueio de valores pelo BacenJud 2.0. Adv. GABRIEL BARDAL-OAB/PR 33233.

174. INTERDICAO-0024177-65.2010.8.16.0031-NEUCY DE SOUZA ROZA x ALINE SUZANE ROZA. Em sendo assim, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, **DECRETO A INTERDIÇÃO** de ALINE SUZANE ROZA, declarando-a absolutamente incapaz de exercer por si só os atos da vida civil, na forma do art. 3º, inciso II CC. Nomeio-lhe curadora sua mãe, a requerente NEUCY DE SOUZA ROZA, para todos os fins e efeitos legais. Dispenso a curadora nomeada de prestar garantia, por inexistir bens a serem administrados. Preste o requerente o compromisso legal de curadora. Adv. ALAN RODRIGO SCHINERMANN SANTOS- OAB/PR 52217.

175. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0025846-56.2010.8.16.0031-BANCO ITAULEASING S/A x EDERSON BATISTA DA ROZA. Ante ao exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação de reintegração de posse formulada por BANCO ITAULEASING S/A em face de EDERSON BATISTA DA ROZA, para o fim de determinar a rescisão do contrato entabulado entre as partes, bem como a reintegração da autora na posse do bem arrendado. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como as revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no artigo 20 § 3º CPC. Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA- OAB/PR 32504, EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA OAB/PR 37102.

176. BUSCA E APREENSAO (FID)-0026507-35.2010.8.16.0031-BANCO FINASA BMC S/A x EDER CARLOS VIGUACHE. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 66 da Lei 4728/65, Decreto-lei 911/68 e artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, confirmando a liminar concedida e consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, sendo facultada a venda pelo requerente, na forma do art. 3º § 5º do Decreto-lei 911/69. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como, a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no artigo 20 § 3º do CPC. Adv. RITA DE CASSIA BRITO BRAGA- OAB/PR 33730.

177. BUSCA E APREENSAO (FID)-0025615-29.2010.8.16.0031-BANCO ITAUCARD S/A x NATALIA ANTUNES LIMA GONÇALVES. Diante do exposto, e com fundamento legal njo que estabelece o art. 66 da Lei 4728/65, Decreto-lei 911/68 e artigo 269, I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, confirmando a liminar concedida e consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, sendo facultada a venda pelo requerente, na forma do art. 3º § 5º do Decreto-lei 911/69. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º do CPC. Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA OAB/PR 32504, ANDREA HERTEL MALUCELLI OAB/PR 31408.

178. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0000133-45.2011.8.16.0031-LUIZ GONCALO LOPES x BANCO ITAU CARD. Ante ao exposto, com base no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a Ação de Revisão de Cláusulas Contratuais formulada por LUIZ GONÇALO LOPES em face de BANCO ITAÚ CARD para o fim de: a) **revisar** o contrato e determinar que o cálculo do débito se paute pelos seguintes termos: juros remuneratórios conforme limitado a 2% ao mês e 24% ao ano (sem capitalização); b) **condenar** a instituição requerida a restituir á parte autora os valores cobrados indevidamente na forma da fundamentação supra, corrigidos monetariamente, a contar do desembolso pelo INPC, acrescido de juros de mora de 12% ao ano, a contar da citação. O valor da restituição poderá ser compensado em débito pendente. Condeno a parte requerida (eis que decaiu de maior parte) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora, os quais vão fixados em R$ 700,00 (setecentos reais) tendo em vista que não quantificada a repetição de indébito e também porque os pedidos não se restrigiam a esta, conforme art. 20 § 4º c/c art. 21 ambos do CPC. Leva-se em consideração a delonga da causa e desnecessidade de produção de prova oral. Adv. SILMARA STROPARO- OAB/PR 49241, MARCIO AYRES DE OLIVEIRA OAB/PR 32504, EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA OAB/PR 37102.

179. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0022694-97.2010.8.16.0031-MARICI APARECIDA DOS ANJOS x BV FINANCEIRA S/A. Ante ao exposto, com base no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a Ação Revisional de Contrato formulada por MARICI APARECIDA DOS ANJOS em face de BV FINANCEIRA S/A, para o fim de: a) **revisar** o contrato e determinar que o cálculo do débito se paute pelos seguintes termos: juros remuneratórios em 2% ao mês e 24% ao ano (sem capitalização mensal ou anual) e nenhum outro encargo de mora que não seja a comissão de permanência e a não cobrança de tarifas de cadastro e de cobrança; b) **condenar** a instituição requerida a restituir á parte autora os valores cobrados indevidamente na forma da fundamentação supra (simples) corrigidos monetariamente, a contar do desembolso, pelo INPC, acrescido de juros de mora de 12% ao ano, a contar da citação. O valor da restituição poderá ser compensado em débito pendente. Condeno a parte requerida (eis que decaiu de maio parte) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora, os quais vão fixados em R$ 700,00 (setecentos reais) tendo em vista que não quantificada a repetição de indébito e também porque os pedidos não se restringiam a esta, conforme art. 20 § 4º c/c art. 21 ambos do CPC. Leva-se em consideração a delonga da causa e desnecessidade de produção de prova oral. Registro revogar o benefício da assistência judiciária gratuita concedido provisoriamente à parte autora, uma vez que o valor da parcela do financiamento acena para a possibilidade de pagamento das custas sem prejuízo de seu sustento. Advs. ARTUR BITTENCOURT JUNIOR OAB/PR 45735, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI OAB/PR 27293, MAYRA DE OLIVEIRA COSTA OAB/PR 47981 e MARCELO URBANO- OAB/PR 42759.

180. EMBARGOS A EXECUÇÃO-0001099-08.2011.8.16.0031-MOACIR CARLOS WEIBER x CECILIA MITIE NAKAGAWA. Digam as partes sobre provas e interesse na audiência de conciliação. Advs. RODRIGO JOSE DOS SANTOS e CLYCEU CARLOS DE MACEDO FILHO OAB/PR 46771, JEAN ÍERRE DANGUI OAB/PR 54311, CLAUDIO SERGIO BALEKIAN OAB/PR 25147.

181. ALVARA-0022697-52.2010.8.16.0031-HERMES ANTUNES DA FONSECA - REPRESENTADO POR SUA PROCURADORA ELTES PACHECO DA FONSECA. Ante o exposto, estando presente a acarência da ação decorrente da falta de interesse de agir, **JULGO EXTINTO** o presente feito, sem resolução do mérito, forte no art. 267, VI CPC. Custas processuais pela parte autora, às quais suspendo ante a assistência judiciária gratuita que lhe concedo. Advs. SILVANA SANTOS TURIN OAB/PR 10818 e GISELE BUQUERA- OAB/PR 24859.

182. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0025954-85.2010.8.16.0031-OSICLEI NUNES MARTINS x BV FINANCEIRA S/A. Ante ao exposto, com base no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a Ação Revisional de Contrato formulada por OSICLEI NUNES MARTINS em face de BV FINANCEIRA S/A, para o fim de: a) **revisar** o contrato e determinar que o cálculo do débito se paute pelos seguintes termos: juros remuneratórios em 2% ao mês, possível a capitalização desde que sobre este percentual, não incidência do percentual previsto como custo efetivo anual (65,93%) e nenhum outro encargo de mora que não seja a comissão de permanência; b) **condenar** a instituição requerida a restituir á parte autora os valores cobrados indevidamente na forma da fundamentação supra (simples), corrigidos monetariamente, a contar do desembolso, pelo INPC, acrescido de juros de mora de 12% ao ano, a contar da citação. O valor da restituição poderá ser compensado em débito pendente. Condeno a parte requerida (eis que decaiu de maior parte) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora, os quais vão fixados em R$ 700,00 (setecentos reais) tendo em vista que não quantificada a repetição de indébito e também porque os pedidos não se restringiam a esta, conforme art. 20 § 4º c/c art. 21 ambos do CPC. Leva-se em consideração a delonga da causa e desnecessidade de produção de prova oral. Registro revogar o benefício da assistência judiciária gratuita concedido provisoriamente á parte autora, uma vez que o valor da parcela do financiamento

acena para a possibilidade de pagamento das custas sem prejuízo de seu sustento. Adv. LORENICE MARIA CIVIEIRO- OAB/PR 49088, LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB/PR 7295, PRISCILA KEI SATO OAB/PR 42074.

183. BUSCA E APREENSAO (FID)-0001710-58.2011.8.16.0031-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A - BANCO FINASA BMC S/A x MARCIANO JOSE MIRANDA MARTINS. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 66 da Lei 4728/65, Decreto-lei 911/68 e artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, confirmando a liminar concedida e consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, sendo facultada a venda pelo requerente, na forma do art. 3º § 5º do Decreto-Lei 911/69. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no artigo 20 § 3º CPC. Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-OAB/PR 32504, EDUARDO FUMIS FARIA 37102.

184. BUSCA E APREENSAO (FID)-0001711-43.2011.8.16.0031-BANCO ITAUCARD S/A x JAMES ERNESTE NICOLODI. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 66 da Lei 4728/65, Decreto-lei 911/68 e artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, confirmando a liminar concedida e consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, sendo facultada a venda pelo requerente, na forma do art. 3º § 5º do Decreto-lei 911/69. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA- OAB/PR 32504, EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA OAB/PR 37102.

185. ALVARA-0001951-32.2011.8.16.0031-ANADIA ALVES DE LARA x JOSE ALVES DE LARA. Ante o exposto, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, determinando a expedição do alvará judicial, autorizando o levantamento pleiteado na inicial, junto á Caixa Econômica Federal desta Comarca. Expeça-se alvará com prazo de 30 dias, em nome da senhora ANADIA ALVES DE LARA, para levantamento dos valores existentes referentes ao FGTS e PIS, de titularidade de José Alves de Lara, dispensando-se a prestação de contas ante a inexistência de menores ou incapazes. Custas pela requerente. Concedo-lhe no entanto, benefício da assistência judiciária gratuita. Adv. ARTHUR BITTENCOURT JUNIOR- OAB/PR 45735.

186. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0003697-32.2011.8.16.0031-MARCO AUGUSTO FACCIN x ESTADO DO PARANA. Mediante todo o exposto, homologo o pedido de desistência para que surta seus efeitos legais (art. 158 § único do CPC) e com fulcro no art. 267, VIII CPC, **JULGO EXTINTO** o presente feito sem a apreciação do mérito. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais. Adv. ANGELA MUSSIAU YAMASAKI DE ROSSI-OAB/PR 45577, OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO 7797.

187. BUSCA E APREENSAO (FID)-0003904-31.2011.8.16.0031-BANCO ITAUCARD S/A x TERESINHA DE CARLI MALOJO. Diante do exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência, para fins do disposto no artigo 158 § único CPC, e, portanto, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Oficie-se para desbloqueio se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas. Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-OAB/PR 32504, EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA OAB/PR 37102.

188. REINTEGRACAO DE POSSE-0003901-76.2011.8.16.0031-BFB LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x VALDIR HUL. Diante da notícia de transação, **HOMOLOGO** o acordo celebrado entre as partes fl. 44/45, motivo pelo qual, com fundamento no art. 269, III CPC, **JULGO EXTINTO** o processo com resolução do mérito. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes e oficie-se para desbloqueio (se já for o caso). Retorne o veículo para o requerido. Custas e honorários advocatícios conforme acordado. Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA OAB/PR 32504 e ANDREIA H. MALUCELLI- OAB/PR 31408, EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA OAB/PR 37102.

189. USUCAPIAO-0004913-28.2011.8.16.0031-ROSA MARTINS NEVES x IRINEU DE PAULA MENDES E SEUS SUCESSORES. -Intime-se pessoalmente a parte autora e o advogado por nota de expediente, para manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça de fl. 28-verso, devendo dar andamento em 48h, sob pena de extinção. Promova a juntada de certidão atualizada do Cartório do distribuidor judicial sobre a existência ou não de inventário promovido por Irineu de Paula Mendes. Prazo de 05 dias. -Adv. VALDEMAR RAMALHO SANTOS-OAB/PR 20489.

190. BUSCA E APREENSAO (FID)-0006033-09.2011.8.16.0031-BV FINANCEIRA S/A - CFI x ELESSANDRO PADILHA NEVES. Diante do exposto, e com fundamento legal no que estabelece o artigo 66 da Lei 4728/65, Decreto-lei 911/68 e artigo 269, I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, confirmando a liminar concedida e consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, sendo facultada a venda pelo requerente, na forma do artigo 3º § 5º do Decreto-lei 911/69. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Adv. RITA DE CÁSSIA BRITO BRAGA-OAB/PR 33730.

191. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0003471-27.2011.8.16.0031-LEONDINA DATSKO x AYMORE FINANCIAMENTOS. Diante do exposto, **HOMOLOGO** o pedido de desistência de fl. 14, para fins do disposto no artigo 158 § único do CPC, e, portanto, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VIII CPC. Recolham-se os mandados, caso haja. Condeno a parte autora nas despesas processuais. Adv. MARINES DE ANDRADE-OAB/PR 46149.

192. ALVARA-0005623-48.2011.8.16.0031-AGNALDO JOSE DOS SANTOS e VANESSA DE ANDRADE SANTOS - REPRES. POR MARIA CEZINA DE ALMEIDA ANDRADE. Ante o exposto, homologo o pedido de desistência do pleito para fins do art. 158 § único do CPC, com fulcro no art. 267, VIII CPC, **JULGO EXTINTO** o presente feito sem apreciação do mérito. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais. Concedo-lhe, entretanto, o benefício da gratuidade da justiça. Adv. VIVIANE DE GOES-OAB/PR 48346.

193. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0004916-80.2011.8.16.0031-NILSON DE BARROS x BV FINANCEIRA S/A. Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). Adv. LORENICE MARIA CIVIEIRO-OAB/PR 49088.

194. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0004891-67.2011.8.16.0031-ARCINDINO DA ROSA x BV FINANCEIRA S/A - CFI. Ante ao exposto, com base no artigo 269, inciso I CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a Ação Revisional de Contrato formulada por ARCINDINO DA ROSA em face de BV FINANCEIRA S/A, para o fim de: a) **revisar o contrato** e determinar que o cálculo do débito se paute pelos seguintes termos: juros remuneratórios em 2% ao mês e 24% ao ano, sem capitalização, e nenhum outro encargo de mora que não seja a comissão de permanência; b) **condenar** a instituição requerida a restituir á parte autora os valores cobrados indevidamente na forma da fundamentação supra (simples), corrigidos monetariamente, a contar do desembolso pelo INPC, acrescido de juros de mora de 12% ao ano, a contar da citação. O valor da restituição poderá ser compensado em débito pendente. Condeno a parte requerida (eis que decaiu de maior parte) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora, os quais vão fixados em R$ 700,00 (setecentos reais) tendo em vista que não quantificada a repetição de indébito e também porque os pedidos não se restringiam a esta, conforme art. 20 § 4º c/c art. 21 ambos do CPC. Leva-se em consideração a delonga da causa e desnecessidade de produção de prova oral. Registro revogar o benefício da assistência judiciária gratuita concedido provisoriamente á parte autora, uma vez que o valor da parcela do financiamento acena para a possibilidade de pagamento das custas sem prejuízo de seu sustento. Adv. SILVANEY ISABEL GOMES DE OLIVEIRA-OAB/PR 42291, LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB/PR 7295, PRISCILA KEI SATO OAB/PR 42074.

195. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0004781-68.2011.8.16.0031-MARIA JOSE CISIELSKI x BANCO ITAULEASING S/A. Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). -Adv. JOSE PEDRO ANTONIUCCI-OAB/PR 46114.

196. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0003698-17.2011.8.16.0031-CHRISTIAN PEDRO DIAZ GRAMUNT x BANCO FINASA S/A. Ante ao exposto, com base no art. 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** a Ação Revisional formulada por CHRISTIAN PEDRO DIAZ GRAMUNT em face de BANCO FINASA S/A para fim de: a) **revisar o contrato** e determinar que o cálculo do débito se paute pelos seguintes termos: juros remuneratórios 2% ao mês e 24% ao ano (sem capitalização em qualquer periodicidade) e sem a cobrança de tarifas (COA); b) **condenar** a instituição requerida a restituir à parte autora os valores cobrados indevidamente na forma da fundamentação supra, corrigidos monetariamente, a contar do desembolso, pelo INPC, acrescido de juros de mora de 12% ao ano, a contar da citação. O valor da restituição poderá ser compensado em débito pendente. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora, os quais vão fixados em R$ 700,00 (setecentos reais) tendo em vista que não quantificada a repetição de indébito e também porque os pedidos não se restringiam a esta, conforme art. 20 § 4º c/c art. 21 ambos do CPC. Leva-se em consideração a delonga da causa e desnecessidade de produção de prova oral. Registro revogar o benefício da assistência judiciária gratuita concedido provisoriamente á parte autora, uma vez que o valor da parcela do financiamento acena para a possibilidade de pagamento das custas sem prejuízo de seu sustento. Advs. LORENICE MARIA CIVIERO OAB/PR 49088 e CARLOS LEAL S. JUNIOR-OAB/PR 24950, LUCIANO ALVES BATISTA OAB/PR 13969.

197. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0003909-53.2011.8.16.0031-VANIR SGUISSARDI DE OLIVEIRA e outro x COOPERATIVA DE CREDITO RURAL - SICREDI. Digam as partes sobre provas e interesse na audiência de conciliação. Advs. LIZA BIANCO CASTOLDI OAB/PR 34466.

198. BUSCA E APREENSAO (FID)-0006778-86.2011.8.16.0031-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CEZAR FRANÇA. Diante da noticia de transação, **HOMOLOGO** o acordo celebrado entre as partes (fl. 30/32), motivo pelo qual, com fundamento no artigo 269, III CPC, **JULGO EXTINTO** o processo com resolução do mérito. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes e oficie-se para desbloqueio (se já for o caso). Custas e honorários advocatícios conforme acordo. Adv. DENISE VAZQUES PIRES-OAB/PR 54836-A.

199. REINTEGRACAO DE POSSE-0008504-95.2011.8.16.0031-SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x RENATA LEASING KAMINSKI CARVALHO. Ante ao exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação de reintegração de posse formulada por SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL em face de RENATA KAMINSKI CARVALHO para o fim de determinar a rescisão do contrato entabulado entre as partes, bem como a reintegração da autora na posse do bem arrendado. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor das parcelas vencidas e não pagas, levando em consideração o tempo, lugar e a qualidade do serviço prestado, bem como a revelia e o julgamento antecipado do feito, com fundamento no art. 20 § 3º CPC. Adv. JULIANA PERON RIFFEL-OAB/PR 44732, NELSON PASCHOALOTTO OAB/PR 42745.

200. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0006380-42.2011.8.16.0031-CLEVERSON DAGA x CIFRA S/A CFI. Mantenho a deliberação de fls. 34/37. Cumpra-se integralmente a referida decisão. Adv. LORENICE MARIA CIVIEIRO- OAB/PR 49088.
201. BUSCA E APREENSAO (FID)-0003875-78.2011.8.16.0031-AYMORE C.F.I x DORIGON BAHLS CORREA. Diante do exposto, determino a remessa dos presentes autos ao Juízo da 2ª Vara Cível, para reunião á ação revisional de contrato sob nº 0004116-52.2011.8.16.0031. Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ-OAB/PR 30890, JULIANA RIBEIRO OAB/PR 47978.
202. REINTEGRACAO DE POSSE-0009389-12.2011.8.16.0031-BANCO ITAULEASING S/A x WENDELL E POLLYYAK LTDA. Diante do exposto, **HOMOLOGO** o pedido de desistência, para fins do disposto no art. 158 § único CPC, e, portanto, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Oficie-se para desbloqueio se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas. Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-OAB/PR 32504, EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA OAB/PR 37102.
203. ALVARA-0010198-02.2011.8.16.0031-ANDERSON VALE DOS SANTOS e outro x CIRLEI MARIA DO VALE SANTOS. Com fundamento no art. 282 do CPC e sob pena de indeferimento da petição inicial, determino que a parte autora emende-a no prazo de 10 dias, providenciando a seguinte diligência: juntada de certidão de inexistência de dependentes habilitados perante o INSS. Adv. ROBERTO KULKA-OAB/PR 20981.
204. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0012035-92.2011.8.16.0031-MARIA CRISTINA VON STAN TLUSCIK x BANCO ITAUCARD S/A. Mantenho a deliberação de fl. 58/59. Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de extinção, para andamento em 48 horas, sob pena de extinção. Adv. MARCELO URBANO-OAB/PR 42759.
205. REINTEGRACAO DE POSSE-0010715-07.2011.8.16.0031-BANCO ITAULEASING S/A x OCELI APARECIDA S. OLIVEIRA. Diante do exposto, **HOMOLOGO** o pedido de desistência, para fins do disposto no art. 158 § único CPC, e, portanto, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII CPC. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Oficie-se para desbloqueio se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas. Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-OAB/PR 32504, ANDREA HERTELK MALUCELLI OAB/PR 31408, EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA OAB/PR 37102.
206. PRESTACAO DE CONTAS-0012767-73.2011.8.16.0031-WILMAR RODRIGUES e outros x GUARAPUAVA ESPORTE e outro. A parte autora ás fls. 223/232 pugnou pela substituição do perito nomeado ás fl. 221/222, informando que o mesmo é sócio do clube, alegando que este possa ter interesse na causa, ainda que indiretamente. Pois bem. O art. 138, III § 1º CPC disciplina de que é lícito levantar a suspeição do perito na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos. Tendo em conta que as partes ficaram intimadas em audiência a respeito da nomeação do perito, considero preclusa a arguição de suspeição, eis que a informação deste ser sócio do clube certamente já deveria ser de seu conhecimento naquele momento. Ainda que não fosse, na hipótese dos autos, a nomeação do perito operou-se em audiência, ou seja, em 07 de julho de 2011, da qual estavam ambas as partes presentes e a objeção ao perito foi externada apenas em 25 de agosto de 2011, note-se, mais de um mês após sua nomeação. Evidente, portanto, que a razão de suspeição alegada, qualidade de sócio do clube requerido do perito nomeado, era perfeitamente possível aos presentes, tendo em vista serem membros da diretoria, os quais devem ter conhecimento de quem são seus associados. Posto isto, considerando os documentos acostados ás fls. 227/232 que demonstra de que o profissional contábil do clube requerido é pessoa diversa do perito questionado, aliado aos motivos supra, deixo de conhecer o incidente de suspeição ante a preclusão. A parte autora ás fl. 233/234 opôs Embargos Declaratórios alegando contradição na deliberação proferida em audiência em 07/07/2011, conforme fl. 221/222. Entretanto deixo de conhecer referidos embargos por serem intempestivos, eis que a audiência foi realizada em 07/07/2011 tendo o mesmo sido protocolado em 22/08/11, portanto fora od prazo previsto pelo artigo 536 do CPC. -Adv. DAYANA TALYTA CAZELLA OAB/PR 45383, FERNANDO KAMINSKI DE OLIVEIRA OAB/PR 20202-.
207. INDENIZAÇÃO POR DANOS-0009981-56.2011.8.16.0031-CRISTIAN KLAUS x EMPRESA DE ONIBUS NOSSA SRA. DA PENHA S/A. Diante da certidão de fl. 890, redesigno a audiência de **conciliação para o dia 30/11/11, às 13:30 horas,** nos termos lançados á fls. 826. Advs. TED MARCO SANDER e FERNANDA RUSCHEL SANDER OAB/PR 50991, FÁBIO FARÉS DECKER OAB/PR 26745, MOACYR CORRÊA NETO OAB/PR 27018, DIANDRA MARCHI G. BARBOSA LIMA OAB/PR 44700-.
208. REPETICAO DE INDEBITO-0009702-70.2011.8.16.0031-NAIR DE CASTRO MARTINS x BANCO SANTANDER S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. ALAN RODRIGO SCHINEMANN SANTOS OAB/PR 52217.
209. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0009397-86.2011.8.16.0031-DOUGLAS PAULENA x BANCO ITAULEASING S/A. Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente para andamento em 48 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). Adv. SILVANEY ISABEL GOMES DE OLIVEIRA-OAB/PR 42291.
210. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0009395-19.2011.8.16.0031-ANAXIMANDRO DE PAULA LOURO x OMNI FINANCEIRA S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. SILVANEY ISABEL GOMES DE OLIVEIRA- OAB/PR 42291.
211. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0012700-11.2011.8.16.0031-LUIZ AUGUSTO DE ABREU x BV FINANCEIRA S/A. Mantenho a deliberação de fls. 47/48. -Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). -Adv. MARCELO URBANO-OAB/PR 42759.
212. ALVARA-0011435-71.2011.8.16.0031-SILVANA MARIA DA LUZ DA SILVA x ALTHAYDE MASSARO. Ante o exposto, com fulcro no art. 269, inciso I CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, determinando a expedição de alvará judicial em nome de SILVANA MARIA DA LUZ DA SILVA, dos valores existentes na conta supramencionada, junto á Caixa Econômica Federal. Dispenso a prestação de contas ante a inexistência de interesse de menores. Custas pela parte requerente, às quais suspendo ante a AJG que defiro. Após o trânsito em julgado da sentença, expeça-se o alvará com prazo de 30 dias. -Adv. ANA CRISTIANE DE MELLO MORELES-OAB/PR 42738.
213. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0010807-82.2011.8.16.0031-EVA MELLO SERBAI x BV FINANCEIRA S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. THAISA PEREIRA MELLO-OAB/PR 48543, CAMILLE BAGGIO SCHEIDT BRUNSFELD OAB/PR 50388.
214. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0010801-75.2011.8.16.0031-ELIO CIESLAK x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. Mantenho a deliberação de fl. 52/53. Intime-se a parte autora pessoalmente e o advogado por nota de expediente, para andamento em 48:00 horas, sob pena de extinção (art. 267 § 1º CPC). -Adv. MARCELO URBANO-OAB/PR 42759.
215. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0010650-12.2011.8.16.0031-KELLY CRISTINA CHAGAS SEMBAY x BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTOS S/A. Mantenho a decisão agravada, por seus próprios fundamentos. Adv. THAISA PEREIRA MELLO-OAB/PR 48543.
216. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0012194-35.2011.8.16.0031-VALDICLEI MORAIS DE LIMA x BV FINANCEIRA S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. THAISA PEREIRA MELLO-OAB/PR 48543.
217. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0012192-65.2011.8.16.0031-REGINALDO PEREIRA COUTINHO x BV FINANCEIRA S/A. Mantenho a decisão por seus próprios fundamentos. Adv. THAISA PEREIRA MELLO-OAB/PR 48543.
218. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0012190-95.2011.8.16.0031-MATEUS MACHADO DOS SANTOS x OMNI S/A CFI. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. THAISA PEREIRA MELLO-OAB/PR 48543, CAMILE BAGGIO SCHEIDT BRUNSFELD OAB/PR 50388.
219. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0011909-42.2011.8.16.0031-ALCEU PEDROSO DO NASCIMENTO x BANCO BRADESCO S/A. Mantenho a deliberação de fl. 41. Cumpra-se integralmente a referida decisão. Adv. MARCELO URBANO-OAB/PR 42759.
220. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0012392-72.2011.8.16.0031-SANDRA APARECIDA DOS SANTOS x BV FINANCEIRA S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. THAISA PEREIRA MELLO-OAB/PR 48543.
221. REPETICAO DE INDEBITO-0012387-50.2011.8.16.0031-ANIZIO LICHESKI x OMNI S/A - CFI. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. ALAN RODRIGO SCHINERMANN SANTOS-OAB/PR 52217.
222. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0012973-87.2011.8.16.0031-LUIZ KARACHOVSKI x BANCO BGN S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. THAISA PEREIRA MELLO-OAB/PR 48543, CAMILLE BAGGIO SCHEIDT BRUNSFELD OAB/PR 50388.
223. INVENTARIO-0012886-34.2011.8.16.0031-EMILIANA DA LUZ AMARAL VIEIRA x ERONDI JOSE VIEIRA. A inventariante para assinatura termo de primeiras declarações de inventariante. Adv. KELLY VIEIRA DA SILVA-OAB/PR 57130.
224. REPETICAO DE INDEBITO-0012683-72.2011.8.16.0031-VITORIO SEGURO PRIMO x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. ALAN RODRIGO SCHINERMANN SANTOS-OAB/PR 52217.
225. DECLARATORIA-0013307-24.2011.8.16.0031-PAULO EDUARDO SCHEIDT x CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. Diante do exposto, defiro parcialmente a liminar requerida para fins de deferir o depósito da quantia apontada pela parte autora como incontroversa a qual, repise-se, não tem o condão de afastar a mora. Advs. JOSE LUIZ LOUREIRO PALOTA OAB/PR 34376 e MOACIR IORI JUNIOR-OAB/PR 53880.
226. REPETICAO DE INDEBITO-0013478-78.2011.8.16.0031-ELIO ZORZI x BANCO FINASA S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. ALAN RODRIGO SCHINERMANN SANTOS-OAB/PR 52217.
227. REPETICAO DE INDEBITO-0013301-17.2011.8.16.0031-ANIZIO LICHESKI x BANCO FINASA S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. ALAN RODRIGO SCHINERMANN SANTOS OAB/PR 52217.
228. BUSCA E APREENSAO (FID)-0014321-43.2011.8.16.0031-OMNI S/A - CFI x WALTER STOETZER JUNIOR. Sobre a contestação e documentos, diga a parte autora, em 10 (dez) dias. -Adv. DENISE VAZQUES PIRES OAB/PR 54836-A.
229. BUSCA E APREENSAO (FID)-0012108-64.2011.8.16.0031-OMNI S/A CFI x ELOI FRANCISCO RIBAS PADILHA. Diante do exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência, para fins do disposto no art. 158 § único do CPC, e, portanto, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VIII CPC. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes, caso haja. Oficie-se para desbloqueio se já for o caso. Condeno a parte autora nas despesas. Adv. DENISE VAZQUEZ PIRES-OAB/PR 54836-A.
230. INVENTARIO-0010800-90.2011.8.16.0031-ELIZEU DE OLIVEIRA FREITAS x JOAQUIM DE OLIVEIRA FREITAS e outro. A inventariante para assinatura do termo de primeiras declarações de inventariante. Adv. EDGAR JOSE DOS SANTOS-OAB/PR 29698.
231. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0013859-86.2011.8.16.0031-SILVIO DE PAULO BEREZOVSKI x BANCO GENERAL MOTORS S/A. Mantenho a decisão agravada por seus seus próprios fundamentos. Adv. SILMARA STROPARO-OAB/PR 49241.

232. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0013734-21.2011.8.16.0031-OSCAR FERREIRA RIBAS x BANCO CIFRA S/A CFI. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. SILMARA STROPARO-OAB/PR 49241.
233. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0013718-67.2011.8.16.0031-JOÃO OSMAR DE CAMARGO x BANCO CIFRA S/A CFI. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. SILMARA STROPARO-O0AB/PR 49241.
234. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0013728-14.2011.8.16.0031-ALICE LEITE MARCONDES x BANCO FINASA BMC S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. SILMARA STROPARO-OAB/PR 49241.
235. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0013621-67.2011.8.16.0031-LUIZ CARLOS RAMOS x BV FINANCEIRA S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. THAISA PEREIRA MELLO-OAB/PR 48543, CAMILLE BAGGIO SCHEIDT BRUNSFELD OAB/PR 50388.
236. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0014566-54.2011.8.16.0031-JOÃO LUIS TRENTIN x BANCO FINASA S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. SILVANEY ISABEL G. DE OLIVEIRA-42291.
237. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0014573-46.2011.8.16.0031-FERNANDA CARDOSO x BANCO ITAUCARD S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. SILVANEY ISABEL G. DE OLIVEIRA-OAB/PR 42291.
238. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0014570-91.2011.8.16.0031-NEUSA MARIA REMES GLUCZKOWSKI x BANCO VOLKSWAGEN S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.Adv. SILVANEY ISABEL GOMES DE OLIVEIRA-OAB/PR 42291.
239. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0013619-97.2011.8.16.0031-SIDENEI DOS SANTOS x BANCO FINASA S/A. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Adv. THAISA PEREIRA MELLO-OAB/PR 48543.
240. BUSCA E APREENSAO (FID)-0014676-53.2011.8.16.0031-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x ANDREA TEREZINHA KUCHAR. Diante da noticia de transação **HOMOLOGO** o acordo celebrado entre as partes (fl. 27/28), motivo pelo qual, com fundamento no art. 269, III CPC, **JULGO EXTINTO** o processo com resolução do mérito. Revogo a liminar. Recolham-se os mandados pendentes e oficie-se para desbloqueio (se já for o caso). Custas finais conforme acordado. Cada parte deverá arcar com os honorários advocatícios de seus respectivos patronos, os quais vão fixados em R$ 700,00 (setecentos reais), conforme artigo 20 § 4º c/c artigo 21 ambos do CPC. Leva-se em consideração a delonga da causa e desnecessidade de produção de prova oral. Adv. ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA- OAB/PR 32835.
241. MEDIDA CAUTELAR DE IMISSÃO DE POSSE-0016163-58.2011.8.16.0031-OZIEL PEREIRA DE CRISTO e outros x ESPOLIO DE JOSE CUPERTINO DE ALMEIDA GÓES e outro. No caso em tela, se faz necessária a designação de audiência de justificação. Desta feita, designo o **dia 25/10/11, às 15:00 horas**, para audiência de justificação. Intime-se o autor para comparecer acompanhado das testemunhas. Adv. LUIZ ROBERTO FALCÃO-OAB/PR 52387.
242. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0015138-10.2011.8.16.0031-BERNARDINO GERALDO DE PAULA x BANCO BRADESCO FINASA S/A. Mantenho a deliberação de fl. 35. Adv. MARCELO URBANO-OAB/PR 42759.
243. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0015136-40.2011.8.16.0031-ALBERTO PEDRO LILER x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO. Mantenho a deliberação de fls. 41. Adv. MARCELO URBANO-OAB/PR 42759.
244. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0015135-55.2011.8.16.0031-OZIRES ANTONIO DE ANDRADE x BANCO BRADESCO FINASA S/A. Mantenho a deliberação de fl. 37. Adv. MARCELO URBANO-OAB/PR 42759.
245. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0015134-70.2011.8.16.0031-NEUSA APARECIDA RONIK x BANCO ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. Mantenho a deliberação de fl. 38. Adv. MARCELO URBANO-OAB/PR 42759.
246. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0015970-43.2011.8.16.0031-RALF JOSE SOUZA GONÇALVES x AYMORE C.F.I. Mantenho a deliberação de fl. 39. Adv. MARCELO URBANO-OAB/PR 42759.
247. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0017158-71.2011.8.16.0031-MARLENE FURQUIM NUNES ROMANIWE x BANCO BRADESCO FINASA S/A. Mantenho a deliberação de fl. 56/57. Adv. MARCELO URBANO-OAB/PR 42759.
248. REINTEGRACAO DE POSSE-0015481-06.2011.8.16.0031-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA. A notificação do requerido, no presente caso, é conditio sine qua non, para o acatamento da pretensão, tendo em vista que convergirá na demonstração "fumus boni iuris" acerca do que alega. No caso dos autos os documentos, não comprovam que houve a notificação extrajudicial do requerido. Assim sendo, nos termos do art. 284 CPC faculto ao requerente, a emenda da inicial, para que, no prazo de dez dias, demonstre que promoveu a notificação do requerido, vias AR/MP ou o protesto a caracterizar sua mora. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, e ALINE C. C. DINIZ PIANARO-OAB/PR 55335.
249. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUD.-0017476-54.2011.8.16.0031-RODDAR PNEUS IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA x JULIO CESAR FONTANELLA. Com fundamento no artigo 284 do CPC e sob pena de indeferimento da petição inicial, determino que a parte autora emende-a, no prazo de 10 dias, juntado o respectivo título executivo aos autos. Advs. RODRIGO ALEXANDRE DE CASTRO OAB/PR 56114 e RODRIGO FONTOURA DA SILVA-OAB/PR 34761.
250. REINTEGRACAO DE POSSE-0016674-56.2011.8.16.0031-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x JOÃO ANTONIO ZARPELON. A notificação do requerido no presente caso, é "conditio sine qua non" para o acatamento da pretensão, tendo em vista que convergirá na demonstração do "fumus boni iuris" acerca do que alega. No caso dos autos os documentos, não comprovam que houve a notificação extrajudicial do requerido. Assim, sendo, nos termos do art. 284 do CPC, faculto ao requerente a emenda da inicial, para que no prazo de dez dias, demonstre que promoveu a notificação do requerido ou o protesto a caracterizar sua mora. Adv. ENEIDA WIRGUES-OAB/PR 27240.
251. EXECUCAO FISCAL - ESTADUAL-35/1998-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x IVO CONRADO PIETOZKA & CIA. LTDA. DIANTE DO EXPOSTO, **CONHEÇO PARCIALMENTE** da objeção de pré-executividade, declarando a nulidade do processo a partir da penhora, eis que a partir dali deveria ter sido nomeado curador especial para embargar querendo, DETERMINO, pois: 1) Em função de que os sócios IVO CONRADOR PIETNOSKA e ROZÉLIA WOLF PIETNOSKA protocolaram exceção de pré-executividade, intime-se a advogada para juntada de procuração em 05 dias, sob as penas legais. Da juntada correrá prazo para embargos. Junte-se documento que comprove representação judicial da empresa executada (massa falida). Deixo de nomear curador especial, eis que determinada a regularização dos autos. Ante o fato de que a arrematação fica sem efeito art. 694 § 1º CPC, tem o arrematante direito a desistir da mesma. Em sendo seu interesse a desistência, preclusa a esfera recursal, defiro a expedição de alvará para levantamento do valor depositado em seu favor. Intimem-se as partes e o arrematante, imediatamente. Advs. DINOR DA SILVA LIMA OAB/PR 10973, VANESSA ECHEVERRIA OAB/PR 42061 e ALENCAR LEITE AGNER-.
252. EXECUCAO FISCAL - ESTADUAL-0006666-54.2010.8.16.0031-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x FACCIN LOGISTICA LTDA. ANTE AO EXPOSTO: DECLARO INEFICAZ a nomeação do precatória à penhora. Mantenho a deliberação de fl. 15. Cumpra-se integralmente. Adv. PAULO JOSÉ MACHADO GUEDES OAB/PR 42932, ANGELA MUSSIAU YAMASAKI DE ROSSI OAB/PR 45577, OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO OAB/PR 7797.
253. EXECUCAO FISCAL - ESTADUAL-0000567-34.2011.8.16.0031-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x FACCIN LOGISTICA LTDA. ANTE AO EXPOSTO: DECLARO A INEFICAZ a nomeação do precatório à penhora. Mantenho a deliberação de fl. 19. Cumpra-se integralmente. Adv. ANGELA MUSSIAU YAMASAKI DE ROSSI OAB/PR 45577, OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO OAB/PR 7797-.
254. CARTA PRECATORIA-0017450-56.2011.8.16.0031-Oriundo da Comarca de VARA CIVEL DE IRATI-FRANK BRUNO DE OLIVEIRA GUILAI e outro x AGNER MARCOS DOS SANTOS LEAL e outro. Redesigno audiência para o dia **10 de novembro de 2011, às 14:00 horas.** Adv. JORGE VICENTE SIECIECHOWICZ NETO-OAB/PR 31847, EMERTON LACERDA FONSECA OAB/PR 47222.
255. CARTA PRECATORIA-0019139-38.2011.8.16.0031-Oriundo da Comarca de PITANGA - VARA UNICA-ALTAIR SCARATTI x JOHN DEERE S/A e outro. Ante o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se a parte interessada em 05 (cinco) dias. (Preparo de custas R$ 43,00). Adv. JOÃO ADILSON MAZUR OAB/PR 44711.

Guarapuava, 28 de Setembro de 2011.

# GUARATUBA

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**RELAÇAO Nº 116/2011**

**VARA CIVEL E ANEXOS**
**COMARCA DE GUARATUBA - ESTADO DO PARANA**
**CONSULTA PROCESSUAL: www.assejepar.com.br**
**Juíza de Direito: GIOVANNA DE SÁ RECHIA**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADELMARIO FRANCA 0009 000111/1999
ADEMIR KALINOSKI RIBEIRO 0008 000082/1999
ADILSON DE CASTRO JUNIOR 0004 000559/1997
ALEXANDRE DALLA VECCHIA 0004 000559/1997
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0005 000029/1998
ALTIVO JOSE SENISKI 0010 000159/1999
0011 000160/1999
0012 000168/1999
AMARYLIS DUTRA WOLFF 0005 000029/1998
ANANIAS CEZAR TEIXEIRA 0007 000004/1999
ANDERSON FERREIRA 0006 000308/1998
ANTONIO GABRIEL SACHSIDA 0011 000160/1999
ANTONIO MARCOS TEIXEIRA S 0003 000409/1995
ARCHIMEDES MACHADO CUNHA 0001 000090/1989
ARNALDO CONCEICAO JUNIOR 0011 000160/1999
ARNO JUNG 0004 000559/1997
ASSIS CORREA 0002 000027/1994
Ana Carolina Brolo de Alm 0011 000160/1999
0012 000168/1999

BRAULIO CESCO FLEURY 0001 000090/1989
0008 000082/1999
BRUNO MIRANDA QUADROS 0007 000004/1999
CARLOS ALBERTO DA SILVA V 0014 006466/1995
CARLOS ALBERTO DE ARRUDA 0008 000082/1999
CAROLINA CARAÍBA NAZARETH 0010 000159/1999
0011 000160/1999
0012 000168/1999
CAROLINA MIZUTA 0010 000159/1999
0011 000160/1999
CHARLES WEBER 0010 000159/1999
0011 000160/1999
0012 000168/1999
DANIEL NUNES ROMERO 0005 000029/1998
DANIEL SOTTILLI MENDES 0003 000409/1995
DARCI FRIGO 0010 000159/1999
0011 000160/1999
0012 000168/1999
DAVI DEUTSCHER 0001 000090/1989
DENI CRISPIN CORREA JUNIO 0004 000559/1997
EDER DANIEL RIFFEL 0010 000159/1999
0011 000160/1999
0012 000168/1999
EDSON GONSALVES ARAUJO 0003 000409/1995
EDUARDO ESPINDOLA CORREA 0002 000027/1994
ELOISA FONTES TAVARES RIV 0013 000258/1999
FABIANO CAMPIGOTTO 0010 000159/1999
0011 000160/1999
0012 000168/1999
FABIO LEANDRO DOS SANTOS 0004 000559/1997
FABRICIO VERDOLIN DE CARV 0003 000409/1995
FELIPE PERITO DE BEM 0001 000090/1989
FERNANDO GALLARDO VIEIRA 0010 000159/1999
0011 000160/1999
0012 000168/1999
GISELE CASSANO 0011 000160/1999
0012 000168/1999
GISELE LUIZA BRITO DOS SA 0010 000159/1999
JACKSON GLADSTON NICOLODI 0003 000409/1995
JEAN COLBERT DIAS 0006 000308/1998
JEFERSON HONORATO MORO 0015 000380/1999
JEFFERSON KEIJI SARUHASHI 0002 000027/1994
JOSE ALVES MACHADO 0013 000258/1999
JOSE DOMINGUES 0013 000258/1999
JOSE MARCAL ANTONIO CAONE 0009 000111/1999
JOSELIR MINOSSO 0006 000308/1998
JUAREZ PIVA 0010 000159/1999
0011 000160/1999
0012 000168/1999
JULIANA LEMES AVANCI 0011 000160/1999
LARISSA AMBROSANO PACKER 0011 000160/1999
0012 000168/1999
LEONEL TREVISAN JUNIOR 0007 000004/1999
LUIS CARLOS BARRETO 0003 000409/1995
LUIZ CARLOS CHECOZZI 0003 000409/1995
LUIZ CARLOS DA SILVA 0003 000409/1995
LUIZ GASTAO MOCELLIN 0006 000308/1998
LUIZ ROBERTO PEREIRA 0014 006466/1995
MANUEL ANTONIO ANGULO LOP 0007 000004/1999
MARCELO MAZUR 0003 000409/1995
MARCIA DIEGUEZ LEUZINGER 0001 000090/1989
MARCO ANTONIO JOHNSON 0010 000159/1999
0011 000160/1999
0012 000168/1999
MARCO AURELIO SCHLICHTA 0004 000559/1997
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0007 000004/1999
MARINA BASSO LACERDA 0010 000159/1999
MARIO BELTRAMIN JUNIOR 0004 000559/1997
MARLY BORGES DOMINGUES 0013 000258/1999
MAURI JOSE ROIKA 0001 000090/1989
MUNIR GUERIOS FILHO 0002 000027/1994
PAULO CESAR PIVA 0010 000159/1999
0011 000160/1999
0012 000168/1999
PAULO SERGIO GUEDES 0005 000029/1998
ROSICLER REGINA BOM DOS S 0009 000111/1999
STEFAN KLAUS GILDEMEISTER 0003 000409/1995
THIAGO MAYER ALVES DA SIL 0004 000559/1997
VAGNER ROBERTO MOCELIN 0004 000559/1997
VINICIUS MOREIRA ZULIAN 0003 000409/1995
WILSON ROBERTO BUENO DA C 0003 000409/1995

1. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0000174-07.1989.8.16.0088-O ESTADO DO PARANA x JORGE MIGUEL AJUZ e outro - Despacho de fl. 1.037: "(...) contados e preparados pelo executado, voltem conclusos para sentença de extinção." -
* INTIMADO o executado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento das custas processuais remanescentes, no importe de R$ 224,56 (duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), sendo que 169,00 (cento e sessenta e nove reais) pertencem ao Cartório da Vara Cível e R$ 55,56 (cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) pertencem ao Cartório Contador. Os referidos valores deverão ser pagos mediante recolhimento de guias que poderão ser retiradas em cartório ou serem impressas no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (www.tjpr.jus.br/custas-judiciais-e-taxa-judiciaria). Outrossim, em todos os casos haverá necessidade de usar como referência o número dos autos e/ou nome das partes. - Advs. BRAULIO CESCO FLEURY, MARCIA DIEGUEZ LEUZINGER, MAURI JOSE ROIKA, ARCHIMEDES MACHADO CUNHA, FELIPE PERITO DE BEM e DAVI DEUTSCHER-.
2. AÇÃO CIVIL PÚBLICA-27/1994-O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x AMILCAR RESENDE DIAS e outros - Despacho de fl. 350: "Intime-se o requerido João Ferreira Filho para que providencie o encaminhamento da documentação requerida pelo IAP às fls. 349, em 15 dias (...)." -
* Documentação requerida: "(...) maiores informações quanto à área, cópia das licenças (...)." - Advs. MUNIR GUERIOS FILHO, JEFFERSON KEIJI SARUHASHI, ASSIS CORREA e EDUARDO ESPINDOLA CORREA-.
3. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0000280-56.1995.8.16.0088-MARITIMA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS x CONSULTE TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA - Despacho de fl. 450: "1. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos." -
Despacho de fl. 457: "Manifeste-se o autor sobre o prosseguimento, em 10 dias." - Advs. JACKSON GLADSTON NICOLODI, LUIZ CARLOS DA SILVA, LUIS CARLOS BARRETO, VINICIUS MOREIRA ZULIAN, ANTONIO MARCOS TEIXEIRA SILVA, LUIZ CARLOS CHECOZZI, EDSON GONSALVES ARAUJO, WILSON ROBERTO BUENO DA COSTA, FABRICIO VERDOLIN DE CARVALHO, MARCELO MAZUR, DANIEL SOTTILLI MENDES e STEFAN KLAUS GILDEMEISTER-.
4. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-559/1997-ASSOCIACAO MARINA DO SOL x HALIM MAKARIUS - Despacho de fl. 400: "I - Contados e preparados pelo executado, voltem conclusos para homologação do acordo celebrado." -
* INTIMADO o executado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento das custas processuais remanescentes, no importe de R$ 1.719,73 (um mil, setecentos e dezenove reais e setenta e três centavos), sendo que 1.041,54 (um mil e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) pertencem ao Cartório da Vara Cível; R$ 110,06 (cento e dez reais e seis centavos) pertencem ao Cartório Distribuidor/Contador; R$ 31,13 (trinta e um reais e treze centavos) pertencem ao Funrejus; R$ 500,00 (quinhentos reais) pertencem ao Sr. Leiloeiro e, enfim, R$ 37,00 (trinta e sete reais) pertencem ao Sr. Oficial de Justiça . Os referidos valores deverão ser pagos mediante recolhimento de guias que poderão ser retiradas em cartório ou serem impressas no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (www.tjpr.jus.br/custas-judiciais-e-taxa-judiciaria). Outrossim, em todos os casos haverá necessidade de usar como referência o número dos autos e/ou nome das partes. - Advs. FABIO LEANDRO DOS SANTOS, MARIO BELTRAMIN JUNIOR, VAGNER ROBERTO MOCELIN, ALEXANDRE DALLA VECCHIA, DENI CRISPIN CORREA JUNIOR, THIAGO MAYER ALVES DA SILVA, ARNO JUNG, ADILSON DE CASTRO JUNIOR e MARCO AURELIO SCHLICHTA-.
5. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0000455-45.1998.8.16.0088-TITO LIVIO BETTINARDI x JULIO CESAR DE OLIVEIRA - * Nos termos do inciso III, item 14, da Portaria nº 09/2011, da Vara Cível e Anexos da Comarca de Guaratuba, fica a parte autora intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste sobre a carta precatória devolvida (fls. 95/350). - Advs. AMARYLIS DUTRA WOLFF, PAULO SERGIO GUEDES, DANIEL NUNES ROMERO e ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.
6. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-308/1998-MIKIO OZAKI e outro x HIPOLITO GUSTACK (ESPOLIO) e outro - Sentença de fl. 536: "Mikio Ozaki, já qualificado nos autos, propôs a presente ação de execução de título judicial, em face de Espólio de Hipólito Gustack, também já qualificado. (...) Diante do exposto, e considerando ainda a disponibilidade do direito ora envolvido, homologo o acordo apresentado, julgando extinta a execução em relação ao exeqüente acima mencionado, prosseguindo em relação ao credor MARCO ANTONIO JOHNSON, que faço com fundamento no artigo 794, inciso II do Código de Processo Civil (...) Custas e honorários na forma do acordo. Por outro lado, defiro o pedido de SUSPENSÃO da execução, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, como requer o exeqüente Marco Antonio Johnson (fl. 532)..." - Advs. JEAN COLBERT DIAS, ANDERSON FERREIRA, LUIZ GASTAO MOCELLIN e JOSELIR MINOSSO-.
7. DEPOSITO-4/1999-BANCO MARTINELLI S/A x JULIO SERGIO MENDES DA COSTA - Decisão de fls. 121/122: "(...) compulsando os autos, observa-se que após a citação do requerido nos presentes autos (fl. 34-verso), houve a entrega e o depósito do bem alienado fiduciariamente à depositária pública, consoante termo de fl. 35. Ainda, à fl. 59, houve a comunicação pela depositária de que o referido bem estaria se deteriorando (em 09 de setembro de 2005), cuja fotografia se encontra às fls. 69. No caso, tendo em vista que a parte autora não providenciará a remoção dos bens, ante a comunicação da sua quebra, cabe aplicar o contido no item 3.14.6, do CN que prevê que "quando os bens depositados foram de facil deterioração, estiverem avariados ou exigirem grandes despesas para a sua guarda, o depositário comunicará o fato ao juiz competente, para fins de alienação judicial antecipada", objetivando assim evitar o perecimento total do objeto. Ainda prevê o artigo 670, do Codigo de Processo Civil que "o juiz autorizará a alienação antecipada dos bens penhorados quando: I - sujeitos a deterioração", justamente o caso em apreço. Desta forma, proceda-se a avaliação dos bens, devendo ainda ser cumprido o item 5.8.14.6 do CN." -
* Nos termos do art. 19, do Código de Processo Civil, fica o autor intimado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a antecipação da diligência da Sra. Avalidora Judicial, no importe de R$ 56,40 (cinquenta e seis reais e quarenta centavos), para fins de elaboração do laudo de avaliação. - Advs. LEONEL TREVISAN JUNIOR, ANANIAS CEZAR TEIXEIRA, MANUEL ANTONIO ANGULO LOPEZ, MARIANE CARDOSO MACAREVICH e BRUNO MIRANDA QUADROS-.
8. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-82/1999-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x RITA MARGARETE STOCCO - Despacho de fl. 125: "1. Intime-se a parte executada para que no prazo de quinze dias efetue o pagamento do devido, sob pena de inclusão no cálculo exeqüendo da multa de 10% prevista no art. 475-J, do CPC. 2. Não efetuado o pagamento, expeça-se mandado de penhora e avaliação (...)." -

* Valor do débito principal: R$ 1.986,58 (um mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos). - Advs. BRAULIO CESCO FLEURY, CARLOS ALBERTO DE ARRUDA SILVEIRA e ADEMIR KALINOSKI RIBEIRO-.

9. INDENIZAÇÃO-0000451-71.1999.8.16.0088-KETELYN ALVES MIRANDA e outro x SILVA BEGHINI CIRC DE ONIBUS e outro - Despacho de fl. 161: "I - Da baixa dos presentes autos, intimem-se as partes. Em nada sendo requerido, após as devidas anotações e baixas, remetam-se os autos ao arquivo." - Advs. ADELMARIO FRANCA, JOSE MARCAL ANTONIO CAONETTO e ROSICLER REGINA BOM DOS SANTOS-.

10. USUCAPIAO ESPECIAL-159/1999-ANTONIO CARLOS MIRANDA x ESTE JUIZO - Despacho de fl. 244: "I - Tendo em vista as justificativas expostas na petição de fls. 236/237, somado ao fato de que se trata de grande extensão de terra, bem como que existem várias demandas em trâmite perante este juízo sobre a mesma área, defiro o prazo de 30 (trinta) dias para juntada dos documentos pertinentes, a fim de que se possa cumprir o acordo formulado, sob pena de multa diária importando em R$ 500,00 (quinhentos reais). II - (...)." -

Despacho de fl. 256: "Tendo em vista a petição retro, manifeste-se a parte contrária em 10 (dez) dias." - (parte contrária: autor). - Advs. DARCI FRIGO, CAROLINA CARAÍBA NAZARETH ALVES, GISELE LUIZA BRITO DOS SANTOS CASSANO, FERNANDO GALLARDO VIEIRA PRIOSTE, MARINA BASSO LACERDA, ALTIVO JOSE SENISKI, MARCO ANTONIO JOHNSON, CAROLINA MIZUTA, JUAREZ PIVA, PAULO CESAR PIVA, EDER DANIEL RIFFEL, FABIANO CAMPIGOTTO e CHARLES WEBER-.

11. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0000458-63.1999.8.16.0088-DEVANIL JAQUES e outro x ZM S/A - Despacho de fl. 317: "Tendo em vista a petição retro, manifeste-se a parte contrária em 10 (dez) dias." - (parte contrária: autores) - Advs. FERNANDO GALLARDO VIEIRA PRIOSTE, JULIANA LEMES AVANCI, DARCI FRIGO, GISELE CASSANO, CAROLINA CARAÍBA NAZARETH ALVES, Ana Carolina Brolo de Almeida, LARISSA AMBROSANO PACKER, ALTIVO JOSE SENISKI, MARCO ANTONIO JOHNSON, CAROLINA MIZUTA, ARNALDO CONCEICAO JUNIOR, ANTONIO GABRIEL SACHSIDA, JUAREZ PIVA, PAULO CESAR PIVA, EDER DANIEL RIFFEL, FABIANO CAMPIGOTTO e CHARLES WEBER-.

12. USUCAPIAO ESPECIAL-0000453-41.1999.8.16.0088-ARNOLDO ALVES JAQUES x MARIA LEOCADIA ALVES ARAUJO - Decisão de fls. 264/265: "(...) O juízo, então, iniciando a execução pelo art. 461 do CPC, intimou ZM/SA para a apresentação de documentos no prazo de trinta dias, sob pena de multa diária no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais). A requerida ZM/SA solicitou a reconsideração desta decisão, com a dilação do prazo. Não merece prosperar o pedido de reconsideração. Saliente-se que o prazo fixado pelo juízo bem como o valor da multa se mostram adequados, tendo em vista o considerável lapso temporal da inadimplência do acordo (desde o ano de 2009 - fl. 234/235). A multa, por sua vez, já está em curso, conforme o despacho de fl. 253." -

Despacho de fl. 279: "Tendo em vista a petição retro, manifeste-se a parte contrária em 10 (dez) dias." - (parte contrária: autor). - Advs. DARCI FRIGO, GISELE CASSANO, FERNANDO GALLARDO VIEIRA PRIOSTE, CAROLINA CARAÍBA NAZARETH ALVES, Ana Carolina Brolo de Almeida, LARISSA AMBROSANO PACKER, ALTIVO JOSE SENISKI, MARCO ANTONIO JOHNSON, JUAREZ PIVA, PAULO CESAR PIVA, EDER DANIEL RIFFEL, FABIANO CAMPIGOTTO e CHARLES WEBER-.

13. EXECUCAO-258/1999-JOAO GONCALVES ANGELO x SILVIA ELAINE DE ALMEIDA SILVA e outro - Despacho de fl. 68: "1. Intime-se o exeqüente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste sobre o prosseguimento do presente feito." - Advs. MARLY BORGES DOMINGUES, JOSE DOMINGUES, ELOISA FONTES TAVARES RIVANI e JOSE ALVES MACHADO-.

14. EXECUCAO FISCAL-6466/1995-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e outro x ASSOCIACAO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPICIONAIS - Decisão de fls. 159/160: "(...) Em razão do exposto defiro a liberação do valor bloqueado constante na referida conta poupança (...)." -

Despacho de fl. 169: "1. Não obstante a petição retro, verifico dos autos que a executada ofereceu bem imóvel a penhora com base em escritura público de doação, não restando esclarecido nos autos se tal documento já foi registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis, providência necessária para que seja a executada considerada proprietária do bem em questão. 2. Assim, intime-se a executada para que informe se já houve registro da escritura em questão e, em caso negativo, providencie tal ato, a fim de que se perfectibilize a penhora e os demais atos do feito (...)." - Advs. LUIZ ROBERTO PEREIRA e CARLOS ALBERTO DA SILVA VIDAL-.

15. EXECUCAO FISCAL-380/1999-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x SANTINI & SANTIHKI LTDA e outros - Despacho de fl. 70: "1 - Nos termos do art. 40, da Lei nº 6.830/80, como não foram localizados bens do devedor, DEFIRO a suspensão da execução e do prazo de prescrição." (prazo de um ano já decorrido) "2 - Decorrido o prazo máximo de 01 (um) ano, sem que seja localizado o devedor, nos termos do § 1º, do art. 40, da Lei nº 6830/80, remetam-se os autos ao ARQUIVO (...)." - Adv. JEFERSON HONORATO MORO-.

Guaratuba, 29 de Setembro de 2011.
Wilson Marcos de Souza
Escrivao

---

**RELAÇAO Nº 115/2011**

**VARA CIVEL E ANEXOS**
**COMARCA DE GUARATUBA - ESTADO DO PARANA**
**CONSULTA PROCESSUAL: www.assejepar.com.br**
**Juíza de Direito: GIOVANNA DE SÁ RECHIA.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADELMARIO FRANCA 0001 000121/2003
ADEMIR KALINOSKI RIBEIRO 0005 000360/2003
0008 000473/2003
0021 000215/2005
0029 000402/2006
ADILSON RODRIGUES FERNAND 0013 000019/2005
ADRIANA D'AVILA OLIVEIRA 0044 000149/2010
ALEXANDRE BLEY RIBEIRO BO 0010 000524/2003
ALFREDO ANTONIO CANEVER 0013 000019/2005
ALINE CRISTINA COLETO 0010 000524/2003
ALVARO CARLOS MEYER 0026 000292/2005
0027 000072/2006
0035 000409/2007
AMILCAR CORDEIRO TEIXEIRA 0033 000366/2007
ANA ELIETE BECKER MACARIN 0001 000121/2003
ANA HELOISA ZAGONEL NEGRA 0010 000524/2003
ANA PAULA OAIDA GABELLINI 0019 000135/2005
ANDERSON FERREIRA 0009 000476/2003
0015 000046/2005
0038 000496/2007
ANDREA DAMASCENO DE BARRO 0040 000636/2008
ANTONIA REGINA CARAZZAI B 0037 000437/2007
ANTONIO CARLOS TAQUES CAM 0045 000076/2003
ANTONIO GABRIEL SACHSIDA 0017 000075/2005
ANTONIO JULIO MACHADO LIM 0020 000152/2005
ANTONIO REINALDO BOSCHETT 0026 000292/2005
ARLETE TEREZINHA DE ANDRA 0047 002830/2007
ATILA SILVA GATTASS 0008 000473/2003
BEATRIZ URIARTE RIERA SUR 0009 000476/2003
BRAULIO CESCO FLEURY 0030 000025/2007
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 0043 000065/2010
CARLOS ALBERTO SOARES NOL 0014 000033/2005
CASEMIRO LAPORTE AMBROZEW 0018 000079/2005
CASSIA CRISTINA HIRATA PA 0042 000458/2009
CECY THEREZA CERCAL KREUT 0046 000061/2005
CESAR ANTONIO TUOTO SILVE 0009 000476/2003
CESAR AUGUSTO PRAXEDES 0013 000019/2005
CEZAR DENILSON MACHADO DE 0011 000138/2004
CEZAR RODRIGO MOREIRA 0023 000237/2005
CICERO DE OLIVEIRA LEMOS 0008 000473/2003
CLARISSA MENDES RIBEIRO 0016 000056/2005
0048 000004/2005
CLEVERSON JOSE GUSSO 0009 000476/2003
COLBERT RIBEIRO DIAS 0015 000046/2005
0018 000079/2005
0022 000225/2005
0024 000247/2005
0038 000496/2007
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0043 000065/2010
CRISTIANE BELLINATI GARCI 0020 000152/2005
CRISTIANE SCHMITT 0008 000473/2003
0009 000476/2003
DANIELA GIOVANELLA GIRARD 0040 000636/2008
DEBORA CRISTINA DE GOIS M 0009 000476/2003
0016 000056/2005
DELMA APARECIDA DA LUZ 0021 000215/2005
DENISE LOPES SILVA 0007 000406/2003
DIOGO BENRADT CARDOSO 0025 000276/2005
DIOGO BERTOLINI 0012 000007/2005
DIOGO MATTE AMARO 0025 000276/2005
DORIVAL TARABAUCA 0040 000636/2008
DURAID YASSIN 0008 000473/2003
EDSON CARLOS PEREIRA DE S 0011 000138/2004
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 0041 000362/2009
ELENI MORAES BARROS NUNES 0025 000276/2005
ELOI CONTINI 0012 000007/2005
ELOY MELNIK 0037 000437/2007
EMERSON LAUTENSCHLAGER SA 0043 000065/2010
EMERSON NORIHIKO FUKUSHIM 0031 000173/2007
ERIC ISSAO URATANI 0002 000284/2003
ERMINIO GIANATTI JUNIOR 0008 000473/2003
0009 000476/2003
EVARISTO ARAGAO FERREIRA 0004 000359/2003
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA 0005 000360/2003
FABIANO BINHARA 0019 000135/2005
FABRICIO FABIANI PEREIRA 0019 000135/2005
FELIPE HENRIQUE PACHECO 0007 000406/2003
0032 000213/2007
FERNANDA G. MARTINS 0003 000339/2003
FERNANDA SCHEIBE ANDERSON 0034 000375/2007
FERNANDO DALLA PALMA ANTO 0031 000173/2007
FLAVIANO BELLINATI GARCIA 0020 000152/2005
FLAVIO SANTANA VALGAS 0043 000065/2010
FLAVIO SANTANNA VALGAS 0020 000152/2005
GABRIELLA ZICARELLI RODRI 0039 000077/2008
GERMANA DE FREITAS PEREIR 0010 000524/2003
GIOVANI ZORZI 0010 000524/2003
GUILHERME DE SALLES GONCA 0010 000524/2003

GUILHERME FERRAZ LEWIN 0039 000077/2008
GUSTAVO GIOVANNI MARINHO 0031 000173/2007
HELDER ARNS PEDRON 0049 000043/2005
HELIO DUTRA DE SOUZA 0046 000061/2005
HÉRIK CHAVES 0044 000149/2010
INGRID DE MATTOS 0041 000362/2009
JANAINA PATRICIA S. SERPA 0042 000458/2009
JANIO SANTOS DE FIGUEIRED 0049 000043/2005
JEAN COLBERT DIAS 0003 000339/2003
0009 000476/2003
0012 000007/2005
0015 000046/2005
0016 000056/2005
0022 000225/2005
0024 000247/2005
0029 000402/2006
0038 000496/2007
JEFERSON HONORATO MORO 0015 000046/2005
0024 000247/2005
JESIEL DE OLIVEIRA SCHEMB 0021 000215/2005
JOAO HENRIQUE DA SILVA 0045 000076/2003
JOAQUIM TRAMUJAS NETO 0018 000079/2005
JORGE CLARO BADARO 0033 000366/2007
JOSE CARLOS BROCHINI 0045 000076/2003
JOSE CARLOS CLAUDINO DA S 0017 000075/2005
JOSE CARLOS PEREIRA MOREI 0008 000473/2003
0009 000476/2003
JOSE DA COSTA VALIM FILHO 0021 000215/2005
JOSE DA COSTA VALIM NETO 0021 000215/2005
JOSE DO CARMO BADARO 0033 000366/2007
JOSE ROBERTO DOS SANTOS J 0019 000135/2005
JOSE VIRGILIO CASTELO BRA 0030 000025/2007
JOSELIR MINOSSO 0013 000019/2005
0014 000033/2005
0017 000075/2005
JOSIANE BECKER 0009 000476/2003
JUAREZ XAVIER KUSTER 0028 000375/2006
JULIANA APARECIDA PACHECO 0021 000215/2005
JULIANE CRISTINA CORREA D 0020 000152/2005
JULIO AUGUSTO GERELUS 0019 000135/2005
KARYME FERNANDA FERRARI S 0040 000636/2008
KRYSTYNA HELENA BONONE 0007 000406/2003
0022 000225/2005
LEONEL TREVISAN JUNIOR 0002 000284/2003
LOUISE RAINER PEREIRA GIO 0006 000397/2003
LUCIANO MARCHESINI 0046 000061/2005
LUIZ A. DE CARLI 0036 000416/2007
LUIZ ANTONIO MICHALISZYN 0009 000476/2003
0015 000046/2005
0024 000247/2005
0036 000416/2007
LUIZ CARLOS GUIESELER JUN 0014 000033/2005
LUIZ CARLOS RAIMUNDO 0048 000004/2005
LUIZ GASTAO MOCELLIN 0017 000075/2005
LUIZ LEANDRO GASPAR DIAS 0010 000524/2003
LUIZ PAULO RIBEIRO DA COS 0009 000476/2003
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0004 000359/2003
MARCELO BOM DOS SANTOS 0029 000402/2006
0030 000025/2007
0032 000213/2007
0033 000366/2007
MARCELO JOSE PERALTA 0010 000524/2003
MARCIA ADRIANA MANSANO 0019 000135/2005
MARCIA S. BADARO 0033 000366/2007
MARCIELE ANDREA HENNIG 0010 000524/2003
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0041 000362/2009
MARCOS ANTONIO FERREIRA B 0012 000007/2005
MARCOS ANTONIO P.BORGES 0019 000135/2005
MARCOS ANTONIO RUIZ 0046 000061/2005
MARCOS VINICIUS MOLINA VE 0043 000065/2010
MARIA LUCIA LINS C DE MED 0004 000359/2003
0005 000360/2003
MICHEL LAUREANTI 0015 000046/2005
0024 000247/2005
MIGUEL ARCHIMEDES RICHTER 0038 000496/2007
MILKEN JACQUELINE CENERIN 0043 000065/2010
MILTON JOAO BETENHEUSER J 0042 000458/2009
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0034 000375/2007
NELSON CORDEIRO JUSTUS 0030 000025/2007
NEREU DE OLIVEIRA 0015 000046/2005
0024 000247/2005
0036 000416/2007
NICANOR ALEXANDRE RAMOS 0026 000292/2005
0027 000072/2006
0028 000375/2006
0035 000409/2007
NOEDI BITTENCOURT MARTINS 0025 000276/2005
ORLEY WILSON PACHECO 0007 000406/2003
0015 000046/2005
0024 000247/2005
0032 000213/2007
OSSIVAL ANTONIO CASSAROTT 0048 000004/2005
PAULA GRECA DRUMMOND DE C 0017 000075/2005
PAULO CESAR VAZ 0034 000375/2007
PAULO MACARINI 0001 000121/2003
PAULO ROBERTO BARBIERI 0002 000284/2003
PEDRO GIROLAMO MACARINI 0001 000121/2003
PRISCILA KEI SATO 0005 000360/2003
PRISCILLA KEI SATO 0004 000359/2003
RAFAEL BOFF ZARPELON 0031 000173/2007
RAQUEL ANGELA TOMEI 0012 000007/2005
REGINALDO MARTINS 0003 000339/2003
RENATA CRISTINA PALOAN TO 0011 000138/2004
RITA DE CASSIA C E VASCON 0004 000359/2003
0005 000360/2003
ROBERTO JOSE ROSOT 0012 000007/2005
ROBERVAL KUGLER MENDES 0039 000077/2008
ROGERSON LUIZ RIBAS SALGA 0019 000135/2005
RONALDO ALBIZU DRUMMOND D 0017 000075/2005
ROSIANE APARECIDA MARTINE 0020 000152/2005
ROSICLER REGINA BOM DOS S 0015 000046/2005
SAMUEL JOSÉ FERREIRA 0021 000215/2005
SHEYLA CRISTINA CHAVES 0018 000079/2005
SILVANA APARECIDA CEZAR P 0012 000007/2005
SILVIO BINHARA 0019 000135/2005
SILVIO OTAVIO DOS SANTOS 0015 000046/2005
0024 000247/2005
SIVONEI MAURO HASS 0019 000135/2005
SUELI RAMOS ARAUJO 0001 000121/2003
TELMA M. ZIBARTH DE MORAI 0025 000276/2005
TELMO DORNELLES 0037 000437/2007
TERESA CELINA ARRUDA A WA 0004 000359/2003
0005 000360/2003
THIAGO AUGUSTUS SIMONI MA 0016 000056/2005
THIAGO RODRIGO PAES 0002 000284/2003
VANIA DE FATIMA CESAR LUI 0012 000007/2005
VILSON OSMAR MARTINS JUNI 0017 000075/2005
VINICIUS DE ANDRADE MENDE 0039 000077/2008
VLADIMIR LUCIANO FERREIRA 0006 000397/2003
0037 000437/2007
WALDIR COELHO DE LOIOLA 0009 000476/2003
WILSON ANTONIO XAVIER KUS 0028 000375/2006

1. EXECUCAO DE SENTENCA-121/2003-ESP GEORGIO BARISON GIOVANNI x ANTENOR JOSE DOMENICO-Despacho de fls.171: " Considerando o petitório retro, intime-se o executado na pessoa de seus advogados (art. 475-J, §1º) para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, impugne o cumprimento de sentença."
* Penhora efetivada sobre o valor de R$ 2.002,51 (dois mil e dois reais e cinquenta e um centavos), conforme o termo de penhora de fls.132. - Advs. PEDRO GIROLAMO MACARINI, ANA ELIETE BECKER MACARINI e PAULO MACARINI-. - Advs. PEDRO GIROLAMO MACARINI, ANA ELIETE BECKER MACARINI, PAULO MACARINI, ADELMARIO FRANCA e SUELI RAMOS ARAUJO-.
2. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-284/2003-BANCO BANESTADO S/A x IRACY RIBEIRO VIANNA NETO e outro- * Nos termos do contido no Inciso XI, item 22, da PORTARIA sob nº 09/2011, desta Vara Civel e Anexos da Comarca de Guaratuba, Estado do Paraná, e expirando o prazo da suspensão, fica intimadas as partes para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias." - Advs. LEONEL TREVISAN JUNIOR, PAULO ROBERTO BARBIERI, ERIC ISSAO URATANI e THIAGO RODRIGO PAES-.
3. INDENIZACAO POR DESAPROP IND-339/2003-RUBENS SOUZA RAMOS FI e outros x O MUNICIPIO DE GUARATUBA- Despacho de fls.555: " Defiro como requerido. (...)."
* Requerido a renovação da suspensão do curso dos presentes autos por mais 120 (cento e vinte) dias. - Advs. REGINALDO MARTINS, FERNANDA G. MARTINS e JEAN COLBERT DIAS-.
4. COBRANÇA (rito ordinário)-359/2003-BANCO BANESTADO S/A x NAGEL RUI LENZI- Despacho de fls.169: " (...) Decorrido o prazo da suspensão, intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove a distribuição e preparo da carta precatória expedida para citação do réu (fls.157)." - Advs. EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, PRISCILLA KEI SATO, TERESA CELINA ARRUDA A WAMBIER, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, MARIA LUCIA LINS C DE MEDEIROS e RITA DE CASSIA C E VASCONCELOS-.
5. COBRANÇA (rito ordinário)-360/2003-BANCO BANESTADO S/A x MORDECAI MAGALHAES DE OLIVEIRA e outro- Despacho de fls.391: " (...) II. Decorrido o prazo da suspensão, intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o prosseguimento do feito." - Advs. EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, PRISCILA KEI SATO, TERESA CELINA ARRUDA A WAMBIER, MARIA LUCIA LINS C DE MEDEIROS, RITA DE CASSIA C E VASCONCELOS e ADEMIR KALINOSKI RIBEIRO-.
6. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-397/2003-BANCO DO BRASIL S/A x SANTIAGO RENATO DA SILVA- Despacho de fls.132: " I. Defiro o pedido de suspensão do processo, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, como requer o autor. (...)." - Advs. LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS e VLADIMIR LUCIANO FERREIRA RUBIO-.
7. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0001247-23.2003.8.16.0088-ANA VERA DE OLIVEIRA DELLA VECHIA x PREFEITO MUNICIPAL DE GUARATUBA e outro- Despacho de fls.179: " Remetam-se os autos a Sra. Contadora judicial, como requer a exequente (fls.177/178), para inclusão do valor inerente aos honorários advocaticios." - Advs. ORLEY WILSON PACHECO, FELIPE HENRIQUE PACHECO, DENISE LOPES SILVA e KRYSTYNA HELENA BONONE-.
8. DECLARATORIA NULIDADE ATO JR-473/2003-ERMINIO GIANATTI JUNIOR e outro x CARLOS ALBERTO VEDOVELI e outros- Despacho de fls.340/341: " (...)O juizo não é incompetente, na medida em que não há conexão entre a ação de inventário e o presente pedido, que justifique a apliação da regra da prevenção. O autor, de outro lado, é parte legitima. Muito embora não tenha comprovado nos autos a qualidade de inventariante, é fato incontroverso que ele é herdeiro e que os bens ainda não foram partilhados, como se vê de fls.335. Nos termos do artigo

1.791, parágrafo único, do Código Civil, a posse e a propriedade da herança ainda não partilha devem ser reguladas pelas normas relativas ao condominio. Em assim sendo e, considerando o disposto no artigo 1.314 do mesmo Código, revela-se perfeitamente possivel que um condômino possa reinvidicar a coisa de terceiro e defender a sua propriedade, (...). Não menos importante é a previsão do artigo 1.784 da Lei Civil, na qual o legislador transmitiiu a herança aos herdeiros logo que aberta a sucessão, ou seja, no momento em que ocorre o falecimento do proprietário dos bens. Assim, comprovada a filiação e a abertura da sucessão fica demonstrada a legitimidade do autor para pleitear a desconstituição do ato juridico que ponha em risco a propriedade dos bens de seu falecido pai. Da mesma forma, os réus são parte legitima para responder a ação, na medida em que o autor pretende a anulação do ato juridico do qual fizeram parte os requeridos, entre outros. Não se está aqui a questionar a boa-fé ou não dos requeridos, mas sim o fato de que o titulo que possuem ser viciado em razão da falsidade da procuração que os originou. A alegada prescrição também não pode ser reconhecida. O direito de ação do autor nasceu quando tomou conhecimento da venda dos bens do espólio e não quando da realização das procurações. Segundo o principio da actio nata, consagrado pela Jurisprudência, somente a partir do conhecimento do ato que violou um direito, dando origem ao direito subjetivo de ação (no caso da prescrição), ou do conhecimento de um direito material (no caso de caduicidade), é que se inicia a contagem do prazo extintivo previsto em Lei. Ao que se conclui dos autos, o autor somente tomou conhecimento dos negócios Juridicos que prentende anular quando da abertura do inventário, ou seja, em 1984 (fls.335). A ação foi proposta em 2003 e, sendo aplicavel o prazo vintenário previsto no artigo 177 do Código Civil de 1916, a prescrição não se consumou. A alegada nulidade da citação em razão da não inclusão da esposa do requerido foi superada com a determinação de fls. 166/167 e comprovante de citação de fls.188. Pelo litisdenunciado Mauro Alexandre não foram arguidas preliminares. Pelos litisdenunciado Orlando e Nilda, foi alegada a carência de ação e iligitimidade de partes (fls.137/143). A alegada carência de ação em razão de não ter sido anulado judicialmente o ato que deu origem as sucessivas transações não merece respaldo, já que é justamente o mérito da presente demanda. O que quer o autor é anular as procurações e todos os atos subsequentes. Da mesma forma, como acima dito, os réus são parte legitima para responder a ação, na medida em que o autor pretende a anulação do ato juridico do qual fizeram parte os requeridos, entre outros. Ademais, a denunciação a lide é requisito necessário para que o adquirente exerça seu direito de evicção sobre o devedor. A alegação da iletimidade ativa já foi afastada. Pelos litisdenunciados Eveline e Luiz Henrique (fls.276/283) foi alegada a carência de ação, em razão da ilegitimidade, em razão do autor ester pedindo dando morais em relação aos herdeiros, inventariante e espólio. Neste ponto, tenho que assiste razão aos requeridos. Primeiramente, cabe asseverar que o pedido feito pelo autor tem natureza pessoal, ou seja, alega-se que os herdeiros e a inventairante teriam sofrido danos morais. Assim sendo, reputo o autor parte manifestamente ilgitima para pedir indenização por danos morais em ralação aos demais herdeiros. Realmente, conforme definição do artigo 6º do Código de Processo Civil, ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei. De modo que o autor é parte ilegitima para pleitear indenização por danos morais em relação aos demais herdeiros e inventariante, podendo tão somente tazê-lo com relação a si próprio. Diante do exposto, julgo parcialmente extinto o pedido com relação aos danos morais sofridos pelos demais herdeiros e inventariante, na forma do artigo 267, VII, do Código de Processo Civil. Registre-se. Com relação ao pedido de denunciação de Aristides Nogueira Soares, verifico que ele já faz parte do processo, pois foi citado como litisdenunciado, como se vê de fls.237. A prescrição já foi afastada, conforme acima dito. Fixo como ponto controvertidos a veracidade ou não da assinatura constante das procurações lavradas ás fls.11, livro 14-E, de 17/03/1975 e ás fls.44, livro 21-E, de 02/10/1981, do Cartório Distrital de Jaracatiá, bem como existência de perda e danos indenizáveis. Sendo pertinente neste caso, defiro a realização da prova pericial. As partes deverão oferecer quesitos em 10 dias, bem como indicar assistentes técnicos. Nomeio o perito o Sr. Dr. SÉRGIO B. GRUCHOVSKI. Intime-se, após a apresentação dos quesitos, para apresentar proposta de honorários, dizendo as partes em seguida em 05 dias, Havendo concordância, deverá a parte autora depositar o valor dos honorários em 10 dias. Após, intime-se o perito para que designe data para a pericia, cumprindo a escrivania o artigo 431-A do Código de Processo Civil. O laudo deverá ser entregue em até 30 dias. (...)." - Advs. JOSE CARLOS PEREIRA MOREIRA, CRISTIANE SCHMITT, ERMINIO GIANATTI JUNIOR, CICERO DE OLIVEIRA LEMOS NETO, DURAID YASSIN, ADEMIR KALINOSKI RIBEIRO e ATILA SILVA GATTASS-.

9. DECLARATORIA NULIDADE ATO JR-476/2003-ESP ERMINIO GIANATTI x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR- Despacho de fls.518: " INTIME-se o requerente, pessoalmente, para que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, cumpra o despacho de fls.514, sob pena de preclusão da prova pericial."
Despacho de fls.514: " I. Em face da concordância do autor com o pedido de adiantamento das despesas da Sra. Perita (fls.513), intime-se para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o depósito do valor em conta judicial vincula a este juizo. (...)." - Advs. ERMINIO GIANATTI JUNIOR, ANDERSON FERREIRA, BEATRIZ URIARTE RIERA SUREDA, WALDIR COELHO DE LOIOLA, DEBORA CRISTINA DE GOIS M LOBO, JOSE CARLOS PEREIRA MOREIRA, CRISTIANE SCHMITT, CESAR ANTONIO TUOTO SILVEIRA MELLO, JEAN COLBERT DIAS, CLEVERSON JOSE GUSSO, LUIZ PAULO RIBEIRO DA COSTA, JOSIANE BECKER e LUIZ ANTONIO MICHALISZYN FILHO-.

10. INDENIZAÇÃO-524/2003-TEREZINHA DE JESUS TIZONI x MELISSA TRANSPORTES E TURISMO- Despacho de fls.493: " (...). IV. Com a elaboração do cálculo, intime-se a requerida para pagamento em 15 dias."
* Conta Geral atualizada no importe de R$ 27.336,36 (vinte e sete mil trezentos e trinta e seis reais e trinta e seis centavos). - Advs. GERMANA DE FREITAS PEREIRA, ALINE CRISTINA COLETO, MARCIELE ANDREA HENNIG, ANA HELOISA ZAGONEL NEGRAO, LUIZ LEANDRO GASPAR DIAS, MARCELO JOSE PERALTA, GUILHERME DE SALLES GONCALVES, ALEXANDRE BLEY RIBEIRO BONFIM e GIOVANI ZORZI-.

11. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-138/2004-JOSÉ ANANIAS DOS SANTOS x MIGUEL JAMUR FILHO- Despacho de fls.155: " I. Considerando o insucesso da alienação do bem por meio da hasta pública, DEFIRO a adjudicação. II. Primeiramente proceda a Sra. Avaliadora Judicial a atualização do valor do imóvel (fls.54), após lavra-se auto de adjudicação, expedindo-se o respectivo mandado de entrega ao adjudicante. III. Compulsando os autos verifica-se que o valor do imóvel é insuficiente para cumprimento integral da obrigação, desta forma, EXPEÇA-SE mandado de penhora e avaliação sobre o bem indicado ás fls.146. Devendo a avaliadora judicial proceder a avaliação do imóvel. (...)."
* Laudo de Avaliação atualizado de fls.161: Em cumprimento ao respeitável despacho retro, avaliamos o lote de terreno nº 40 (quarenta), da planta Jardim Morro do Pinto, nesta cidade e Comarca de Guaratuba, medindo 12,00m de frente para rua: projetada, por 24,00m de extensão em ambos os lados, confrontando pela direita com lote 42, pela esquerda com lote 38, e na linha de fundos medindo 12,00m confronta com terras municipais, com área total de 288,00m², sem benfeitorias, com pouca infraestrutura, terreno pertecente á APA (área de preservação ambiental), no valor de R$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais)." - Advs. RENATA CRISTINA PALOAN TOESCA ELIAS, EDSON CARLOS PEREIRA DE SA e CEZAR DENILSON MACHADO DE SOUZA-.

12. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-7/2005-BANCO DO BRASIL S.A x RAMOS & POLON LTDA e outros- Despacho de fls.191: " I. Defiro o prazo, como requerido."
* Prazo requerido 30 (trinta) dias." - Advs. VANIA DE FATIMA CESAR LUIZ CARTA, SILVANA APARECIDA CEZAR PONTE, RAQUEL ANGELA TOMEI, ELOI CONTINI, DIOGO BERTOLINI, JEAN COLBERT DIAS, ROBERTO JOSE ROSOT e MARCOS ANTONIO FERREIRA BUENO-.

13. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-19/2005-JOAO CARLOS NARVAES x LINDOLPHO PEREIRA DO NASCIMENTO- Despacho de fls.218: " Sobre o pedido de fls.214, manifeste-se o exequente em 10 dias." - Advs. CESAR AUGUSTO PRAXEDES, ALFREDO ANTONIO CANEVER, ADILSON RODRIGUES FERNANDES e JOSELIR MINOSSO-.

14. REIVINDICATORIA-33/2005-MARINA HELENA CAPORALI x RAUL D ANTONIO MADALOSSO- Despacho de fls.623: " i. Considerando que foi indeferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela formulado na ação rescisória (fls.621), expeça-se o imediato mandado de imissão de posse em favor da autora, conforme determinado na r. sentença de fls.402/408." - Advs. CARLOS ALBERTO SOARES NOLLI, JOSELIR MINOSSO e LUIZ CARLOS GUIESELER JUNIOR-.

15. EXECUCAO CONTRA DEVEDOR SOLV.-46/2005-V M ROSARIO & CIA LTDA x ASSOC DOS FUNC PUB MUNICIPAIS DE GUARATUBA - AFPMG- Sentença de fls.248: " Tendo em vista a satisfação do débito, pela ocorrência da remissão (fls.247), JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 794, II, do Código de Processo Civil. Custas pela executada. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Levantem-se eventuais penhoras existentes e arquivem-se." - Advs. JEAN COLBERT DIAS, COLBERT RIBEIRO DIAS, ANDERSON FERREIRA, ROSICLER REGINA BOM DOS SANTOS, ORLEY WILSON PACHECO, JEFERSON HONORATO MORO, SILVIO OTAVIO DOS SANTOS BONONE, MICHEL LAUREANTI, LUIZ ANTONIO MICHALISZYN FILHO e NEREU DE OLIVEIRA-.

16. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-56/2005-MARIA DA LUZ FARIAS LOBO e outros x O MUNICIPIO DE GUARATUBA- Despacho de fls.238: " I. Considerando que foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto pelo executado (fls.232/237), impõe-se o prosseguimento do feito. II. Conforme dispõe o art. 2º da Lei Municipal nº 1402/2010, o pagamento das RPVs deverá ocorrer no prazo de 12 (doze) meses, contados a partir do protocolo do oficio requisitório na Secretária Municipal de Finanças. III. Desta forma, considerando que o oficio requisitório foi protocolado em data de 26/11/2010 (fls.207), determino a suspensão da execução, pelo prazo de 01 (um) ano, contado a partir do referido protocolo. (....)." - Advs. DEBORA CRISTINA DE GOIS M LOBO, CLARISSA MENDES RIBEIRO, THIAGO AUGUSTUS SIMONI MACIAS MONTORO e JEAN COLBERT DIAS-.

17. USUCAPIAO-75/2005-GIOVANI NATALINO e outro x DORCILIO CORREA DA SILVA e outros- Despacho de fls.353: " I. Tendo em vista o contido ás fls.351 e considerando que na conta de fls.344 não foram incluidas as custas iniciais do processo (já pagas), mas os demais atos efetivados no processo (certidões, oficios, conferencias, expedição de precatórias, despesas postais, conta, intimações no curso do processo), não assiste razão ao autor na impugnação de fls.346. II. Assim, renove-se a intimação para preparo das custas remanescentes, em 30 dias. (...)." - Advs. LUIZ GASTAO MOCELLIN, JOSE CARLOS CLAUDINO DA SILVA, VILSON OSMAR MARTINS JUNIOR, ANTONIO GABRIEL SACHSIDA, RONALDO ALBIZU DRUMMOND DE CARVALHO, PAULA GRECA DRUMMOND DE CARVALHO e JOSELIR MINOSSO-.

18. INVENTARIO-79/2005-DANIEL VEIGA DE SOUZA e outros x ESP LUCIANO ALMEIDA DE SOUZA- Despacho de fls.134: " INTIME-SE o inventariante para que dê andamento ao feito, cumprindo o determinado ás fls.128, já que a petição na qual consta o acordo está com uma folha faltante, bem como, para que fique ciente do oficio de fls.132." - Advs. JOAQUIM TRAMUJAS NETO, CASEMIRO LAPORTE AMBROZEWICZ, COLBERT RIBEIRO DIAS e SHEYLA CRISTINA CHAVES-.

19. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0001748-06.2005.8.16.0088-LUIS ANTONIO LEONI MANSUR x COPEL DISTRIBUICAO S/A- Sentença de fls.953: " (...). Diante do exposto, havendo satisfação da obrigação, nos termos do art. 794, I c.c 795, do CPC, JULGO extinta a execução. Custas ja pagas pela executada. Após o trânsitada e as devidas anotações e baixas, ARQUIVEM-SE. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Advs. SILVIO BINHARA, FABIANO BINHARA, MARCIA ADRIANA

MANSANO, ANA PAULA OAIDA GABELLINI, JULIO AUGUSTO GERELUS, JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR, SIVONEI MAURO HASS, MARCOS ANTONIO P.BORGES, ROGERSON LUIZ RIBAS SALGADO e FABRICIO FABIANI PEREIRA-.
20. DEPOSITO-152/2005-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANC E INVESTIMENTO x GABRIEL GONCALVES- Sentença de fls.141: " III. Dispositivo. Diante do exposto, julgo improcedente o pedido, com resolução do mérito, na forma do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, em razão da descaracterização da mora, pela cobrança de encargos ilegais no contrato. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocaticios na base de R$ 1.000,00 (hum mil reais), corrigidos na oportunidade do pagamento pela média do INPC+IGP-DI, considerando o desempenho do causidico e a menor complexidade da causa, consoante orientação do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpram-se as disposições pertinentes contidas no Código de Normas e, oportunamente, arquivem-se." - Advs. CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, ROSIANE APARECIDA MARTINEZ, JULIANE CRISTINA CORREA DA SILVA, FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ, FLAVIO SANTANNA VALGAS e ANTONIO JULIO MACHADO LIMA FILHO-.
21. EMBARGOS DE TERCEIRO-215/2005-G.M.R. x G.A.A. e outro- Despacho de fls.238: " I. Sendo notório, o ocorrido nesta cidade em decorrência das fortes chuvas nos meses de março e abril deste ano de 2011, defiro o pedido, devolvendo o prazo requerido ás fls.232." - Advs. ADEMIR KALINOSKI RIBEIRO, DELMA APARECIDA DA LUZ, JOSE DA COSTA VALIM NETO, JOSE DA COSTA VALIM FILHO, JULIANA APARECIDA PACHECO, JESIEL DE OLIVEIRA SCHEMBERG e SAMUEL JOSÉ FERREIRA-.
22. CAUTELAR INOMINADA-225/2005-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x PREFEITO MUNICIPAL DE GUARATUBA e outro- Despacho de fls.261: " I. Com razão o Ministério Público, eis que analisando detidamente os presentes autos, constata-se que já houve renúncia por parte dos autores sobre eventuais direitos de propriedade da União (fls.144/145), bem como reconhecimento da validade da citação do Estado do Paraná, em face do comparecimento espontâneo (fls.208/209). II. Por outro lado, a fim de evitar futura arguição de nulidade, proceda a intimação do Estado do Paraná acerca do despacho saneador. III. Havendo indicações de quesitos pelo Estado do Paraná, intime-se o Sr. Perito Judicial para que, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo o caso, apresente nova proposta de honorários." - Advs. JEAN COLBERT DIAS, COLBERT RIBEIRO DIAS e KRYSTYNA HELENA BONONE-.
23. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-237/2005-ADRIANA AGIBERT x OILSON BEIRA- Despacho de fls.78: " (...) II. Decorrido o prazo da suspensão, intime-se a parte exequente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito." - Adv. CEZAR RODRIGO MOREIRA-.
24. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-247/2005-SMANIOTO SOUZA E CIA LTDA x ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS DE GUARATUBA- Despacho de fls.176: " I. Defiro o petitório retro. II. Expeça-se mandado de penhora, com a respectiva averbação no rosto dos autos nº 599/2008, nº 617/2008 e nº 651/2008. III. Intimações e diligências necessárias." - Advs. LUIZ ANTONIO MICHALISZYN FILHO, NEREU DE OLIVEIRA, JEFERSON HONORATO MORO, ORLEY WILSON PACHECO, JEAN COLBERT DIAS, COLBERT RIBEIRO DIAS, SILVIO OTAVIO DOS SANTOS BONONE e MICHEL LAUREANTI-.
25. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-276/2005-DIOGO MATTE AMARO x JOSEANE DE FATIMA BUZDILO e outro- Despacho de fls.235: " I. INTIME-SE o exequente pessoalmente, para que em 48 horas confira regular prosseguimento ao feito, sob pena de extinção (art.267, III. do CPC). (...)". - Advs. DIOGO MATTE AMARO, DIOGO BENRADT CARDOSO, NOEDI BITTENCOURT MARTINS, TELMA M. ZIBARTH DE MORAIS e ELENI MORAES BARROS NUNES-.
26. DESPEJO-292/2005-OLAVO EBERHARDT x AQUILINO BERTOTI- Sentença de fls.390/391: " (...). III. DISPOSITIVO. Diante do exposto, julgo extinto o presente feito, em razão da desistência, na forma do artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Nos termos dos artigos 20, §4º, do Código de Processo Civil, arcará a parte autora com as despesas processuais e os honorários advocaticios fixados em R$ 3.000,00, atendendo-se ao trabalho dos procuradores, complexidade da matéria e tempo decorrido desde a propositura da ação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Advs. NICANOR ALEXANDRE RAMOS, ALVARO CARLOS MEYER e ANTONIO REINALDO BOSCHETTO-.
27. RESOLUTORIA-72/2006-OLAVO EBERHARDT e outro x AQUILINO BERTOTI e outro- Sentença de fls.532: " III. DISPOSITIVO. Diante do exposto, julgo improcedentes os pedidos contido na Ação de Resolução de Contrato c/c Reintegração de Posse, resolvendo a lide com apreciação do mérito, o que faço com esteio no artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Nos termos do artigos 20, § 4º, do Código de Processo Civil, arcará a parte autora com as despesas processuais e os hororários advocaticios fixados em R$ 5.000,00, atendendo-se ao trabalho dos procuradores, complexidade da matéria e tempo decorrido desde a propositura da ação - cinco anos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Advs. NICANOR ALEXANDRE RAMOS e ALVARO CARLOS MEYER-.
28. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0002417-25.2006.8.16.0088-GERMER INDUSTRIAL S/A x TURWALD GUSTAVO GANZENMULLER e outros- Despacho de fls.171: " I. Retiifique-se a autuação, registro e distribuição, devendo constar execução de titulo executivo judicial, bem como exequente GERMER INDUSTRIAL S/A e executado TURWALD GUSTAVO GANZENMULHER E OUTROS. II. Intimem-se os executados, mediante seu procurador, para que no prazo de 15 (quinze) dias efetue o pagamento do montante da condenação, sob pena de fixação de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor (art.475-J do CPC). (...)." - Advs. JUAREZ XAVIER KUSTER, WILSON ANTONIO XAVIER KUSTER e NICANOR ALEXANDRE RAMOS-.
29. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-402/2006-ADEMIR KALINOSKI RIBEIRO x MUNICÍPIO DE GUARATUBA- Sentença de fls.72: " (...). DIANTE DO EXPOSTO, havendo satisfação da obrigação, nos termos do art. 794, I c.c 795, do CPC, JULGO extinta a execução. Custas, nos termos da sentença (fls.13/20). Expeça-se alvará em favor da exequente. Após o trânsito em julgado e as devidas anotações e baixas, ARQUIVEM-SE. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Advs. ADEMIR KALINOSKI RIBEIRO, JEAN COLBERT DIAS e MARCELO BOM DOS SANTOS-.
30. ARROLAMENTO-25/2007-MARCILIO FUMIO OISHI e outros x ESPOLIO DE IVONE DE CASSIA MAZON OISHI- Sentença de fls.189: " Homologo, por sentença, para que surta efeitos juridicos e legais, a partilha de fls.114/131, dos bens deixados pelo falecimento de IVONE DE CÁSSIA MAZON OISHI, atribuindo aos nela contemplados os respectivos quinhões, salvo erro ou omissão e ressalvados direitos de terceiros. Paga as custas, expeçam-se os formais de partilha ou certidões de pagamento, se for o caso (artigo 1027 do Código de Processo Civil). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, no que for pertinente, o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça." - Advs. JOSE VIRGILIO CASTELO BRANCO R NETO, NELSON CORDEIRO JUSTUS, MARCELO BOM DOS SANTOS e BRAULIO CESCO FLEURY-.
31. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-173/2007-PROLOJ FINANCAS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA x MOURASUL PISOS INDUSTRIAIS LTDA- Despacho de fls.103: " I. DEFIRO a penhora de dinheiro, mediante ordem de bloqueio do valor suficiente para satisfação da obrigação e por intermédio do sistema BACEN JUD 2.0. II. Cumpra-se, observando os termos do Regulamento BACEN JUD 2.0. (...)".
* INTIMADA a parte requerente para que no prazo de 05 (cinco) se manifeste quanto a resposta negativa do SISTEMA BACEN-JUD 2.0. - Advs. FERNANDO DALLA PALMA ANTONIO, EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA, RAFAEL BOFF ZARPELON e GUSTAVO GIOVANNI MARINHO ALMEIDA-.
32. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0002091-31.2007.8.16.0088-CM PARTICIPACOES E ADMINISTRACOES DE BENS LTDA e outros x RAFAEL HENRIQUE PACHECO e outro- Despacho de fls.62: " (...). II. Após, intimem-se os executados, por intermédio do Advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuem o pagamento da divida, sob pena de fixação da multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor (art.475-J, do CPC). (...)." - Advs. MARCELO BOM DOS SANTOS, FELIPE HENRIQUE PACHECO e ORLEY WILSON PACHECO-.
33. COBRANÇA (rito ordinário)-366/2007-JOSE CARLOS BELUZZI DE OLIVEIRA x RAFAEL CANEPARO GOMES DE ANDRADE-ER3 COM.EVEN.PROM e outros-
* Nos termos do Contido no Inciso I, item 17, da PORTARIA sob nº 09/2011, desta Vara Civel e Anexas da Comarca de Guaratuba, Estado do Paraná, fica intimada as partes para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste sobre a informação do perito de fls.504." - Advs. JOSE DO CARMO BADARO, MARCIA S. BADARO, JORGE CLARO BADARO, AMILCAR CORDEIRO TEIXEIRA FILHO e MARCELO BOM DOS SANTOS-.
34. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0002064-48.2007.8.16.0088-A.B.N. e outros x I.S.- Despacho de fls.138: " (...). II. Após, intime-se o executado, por intermédio do Advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do montante da condenação aos honorários sucumbenciais e, ainda, complemente o depósito referente á condenação principal, correspondente ao valor das despesas processuais deduzidas, sob pena de fixação da multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor (art.475-J, do CPC). (...)." - Advs. FERNANDA SCHEIBE ANDERSON, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e PAULO CESAR VAZ-.
35. DESPEJO-409/2007-OLAVO EBERHARDT x AQUILINO BERTOTI- Sentença de fls.160/161: "(...). Diante do exposto e do mais que consta dos autos, julgo improcedente o pedido de despejo, com esteio no artigo 269 I, do Código de Processo Civil. Condeno o requerente ao pagamento das despesas processuais e dos honorário advocaticios que fixo em R$ 2.000,00, pro rata, considerando a simplicidade da causa, o tempo decorrido e o trabalho desenvolvido, na forma do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Advs. NICANOR ALEXANDRE RAMOS e ALVARO CARLOS MEYER-.
36. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0002078-32.2007.8.16.0088-ALCEU JAREK x APARECIDO JOSE MORTEAN- * INTIMADA a parte requerente para que no prazo de 05 (cinco) dias efetue o pagamento das custas remanescentes no importe de R $ 119,77, sendo R$ 70,44 do Cartório Civel, R$ 12,33 do Contador/Distribuidor e R $ 37,00 do Oficial de Justiça. - Advs. LUIZ A. DE CARLI, NEREU DE OLIVEIRA e LUIZ ANTONIO MICHALISZYN FILHO-.
37. PRESTACAO DE CONTAS-437/2007-E.A.M.B.E.R. e outro x E.J.- Sentença de fls.88-verso: " (....). III. DISPOSITIVO. Assim, pois, rejeito as contas apresentadas pela inventariante, determinando que o valor levantado por esta - R$ 1.096,89 (mil e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos) - seja abatido de seu quinhão na ação de inventários dos bens deixados por Álvaro Machado Bunel, resolvendo a lide com apreciação do mérito, na forma do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno a inventariante ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como os honorários advocaticios que fixo em R$ 600.00, tendo em vista a natureza da demanda, bem como tempo decorrido desde a propositura. Valores suspensos em razão da parte litigar sob o pálio da gratuidade judiciaria. Transitada em julgado a decisção, extraia-se cópia e acoste-se ao processo nº 446/1999. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." - Advs. VLADIMIR LUCIANO FERREIRA RUBIO, ANTONIA REGINA CARAZZAI BUDEL, ELOY MELNIK, TELMO DORNELLES e ANTONIA REGINA CARAZZAI BUDEL-.
38. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-496/2007-CONDOMINIO RESIDENCIAL SANTORINI e outro x MIGUEL ARCHIMEDES RICHTER- Sentença de fls.181: " O exequente requer a extinção da obrigação em razão do pagamento (fls.178/179). Diante do exposto, havendo satisfação da obrigação, nos termos do inciso I, do art. 794, do CPC. Julgo extinta a execução. Custas já pagas pelo executado. Expeça-se alvará de levantamento nos termos do petitório retro. Após o transito em julgado e as devidas anotações e baixas, ARQUIVEM-SE. Publique-se. Registre-se. Intimem-se."

- Advs. COLBERT RIBEIRO DIAS, JEAN COLBERT DIAS, ANDERSON FERREIRA e MIGUEL ARCHIMEDES RICHTER-.
39. INSOLVENCIA-0002317-02.2008.8.16.0088-EIJI IASSAKA- Despacho de fls.265: " I. Nos termos do petitório de fls.252, OFICIE-SE ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná para que, se manifeste sobre o Precatório Requisitório protocolado sob nº 60.021/05."
Despacho de fls.280: " I. Defiro a expedição de alvará para levantamento em favor do requerente, no valor de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para cumprimento do acordo celebrado nos autos nº 149/2010. II. Oficie-se o Banco do Brasil, conforme requerido pelo administrador ás fls.274. III. Após, intime-se o requerente para que no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste sobre o cumprimento do acordo." - Advs. VINICIUS DE ANDRADE MENDES, ROBERVAL KUGLER MENDES, GABRIELLA ZICARELLI RODRIGUES e GUILHERME FERRAZ LEWIN-.
40. REINTEGRACAO DE POSSE-636/2008-ROSI MOLINARI x SERGIO FERREIRA- Sentença de fls.302: " (...). III. DISPOSITIVO. Diante do exposto, julgo procedente a pretensão formulada na inicial e, via de consequência, resolvo a lide com apreciação do mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de, confirmando a liminar deferida, determinar a reintegração de posse em favor da autora. A autora por sua vez, deverá promover o pagamento das benfeitorias necessárias, indicadas na fundamentação, a ser objeto de liquidação de sentença por arbitramento. Condeno ambas as partes na sucumbência, suportando a autora 30% das custas processuais e 30% dos honorários advocatícios fixados em R$ 2.000,00, conforme artigo 20, §4º, do CPC. O réu suportará 70% dos mesmos encargos, compensando-se a verba honorária conforme orientação da Súmula 306 do STJ. A condenação das custas em tela fica suspensa em relação á autora na medida em que foi deferido o beneficio da assistência judiciaria gratuita. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se as disposições pertinentes do Código de Normas." - Advs. ANDREA DAMASCENO DE BARROS, DANIELA GIOVANELLA GIRARDI, KARYME FERNANDA FERRARI SAMAAN PACCINI e DORIVAL TARABAUCA-.
41. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002407-73.2009.8.16.0088-ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NÃO PADRONIZADOS e outro x NILO SERGIO COSTA- Despacho de fls.52: " I. Nos termos do §2º, do art. 42, do CPC, havendo demonstração da alienação da coisa ou do direito litigioso mediante ato inter vivos, defiro o pedido de substituição do autor pelo cessionário ATLÂNTICO FUNDO DE INVESTIMENTO, independentemente da manifestação do réu, eis que ainda não houve citação válida. II. Procedam-se as devidas anotações na autuação, registro e distribuição quanto á substituição da parte. III. Reitere-se a intimação do autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste sobre o prosseguimento do feito." - Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA, EDUARDO JOSE FUMIS FARIA e INGRID DE MATTOS-.
42. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-458/2009-BV FINANCEIRA S/A CFI x IRINEU CARNEIRO DA VEIGA- Despacho de fls.44: " O pedido de conversão da busca e apreensão em depósito não pode ser deferido, na medida em que não foi certificado nos autos que o bem não foi encontrado e pende de cumprimento a precatória para diligências no endereço do réu." - Advs. MILTON JOAO BETENHEUSER JUNIOR, CASSIA CRISTINA HIRATA PARRA e JANAINA PATRICIA S. SERPA-.
43. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0001651-30.2010.8.16.0088-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NÃO PADRONIZADOS NPL I e outro x GUIOMAR UMLAUF- Despacho de fls.44: " I. Nos termos do § 2º, do art. 42, do CPC, havendo demonstração da alienação da coisa ou do direito litigioso mediante ato inter vivos, defiro o pedido de substituição da autora pelo cessionário FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADPS-NPL I, independetemente da manifestação do réu, eis que ainda não houve citação válida. II. Procedam-se as devidas anotações na autuação, registro e distribuição quanto á substituição da parte, bem como no que diz respeito aos novos procuradores. III. Desentranhe-se o petitório juntado ás fls.25/27, eis que se trata da contra-fé. IV. Reitere-se a intimação do autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a retirada e envio do oficio destinado a Receita Federal." - Advs. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLAVIO SANTANA VALGAS, MILKEN JACQUELINE CENERINI JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA, CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN e MARCOS VINICIUS MOLINA VERONEZE-.
44. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0003754-10.2010.8.16.0088-BANCO CITIBANK S/A x EIJI IASSAKA- Sentença de fls.43: " I. Considerando que as partes compuseram, homologo por sentença o acordo celebrado em fls.41/42, para que surtam os efeitos legais, determinando a suspensão do feito até a noticia do cumprimento do acordo, o qual deverá ser feito conforme definido nos autos nº 77/2008 ás fls.280. II. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. III. Custas processuais nos termos do acordo. IV. Ao arquivo provisório, até que decorra o periodo de cumprimento do acordo, intimando-se as partes a se manifestarem." - Advs. ADRIANA D'AVILA OLIVEIRA e HÉRIK CHAVES-.
45. EXECUCAO FISCAL-76/2003-FAZENDA NACIONAL x PAULO CHAVES e outro- Despacho de fls.180: " Nos termos do art. 523, §2º, do CPC, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Aguarde-se eventual pedido de informações." - Advs. JOSE CARLOS BROCHINI, ANTONIO CARLOS TAQUES CAMARGO e JOAO HENRIQUE DA SILVA-.
46. EXECUCAO FISCAL-61/2005-INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP x BERNARDO FRANCISCO ROSA JUNIOR e outro- Despacho de fls.86: " I. Aguarde-se pelo prazo de 60 (sessenta) dias. (...)." - Advs. LUCIANO MARCHESINI, CECY THEREZA CERCAL KREUTZER DE GOES, HELIO DUTRA DE SOUZA e MARCOS ANTONIO RUIZ-.
47. EXECUCAO FISCAL-2830/2007-MUNICÍPIO DE GUARATUBA x FUTURAMA IMOVEIS LTDA e outros-Despacho de fls.27:(...). Assite razão ao exequente. Em casos similares ao presente, em qua não houve o registro do compromisso de compra e venda, o STJ possui jurisprudência assentada da resposabilidade tributária tanto do promissário vendedor como do comprador. (...).Deste modo, deve ser mantido o executado no pólo passivo. Sem prejuizo cite-se o co-executado conforme solicitado pelo exequente." - Advs. EMIDIO BUENO MARQUES, LUCIMARA GONCALVES DA SILVA, JEAN COLBERT DIAS e ARLETE TEREZINHA DE ANDRADE KUMAKURA-. -Adv. ARLETE TEREZINHA DE ANDRADE KUMAKURA-.
48. CARTA PRECATORIA-4/2005-Oriundo da Comarca de CORNELIO PROCOPIO PR VARA CIVEL E COMERC-VICENTE RODRIGUES FROES E OUTRA x HILDEBERTO GONCALVES E OUTRA- Despacho de fls.115: " (...). II. Decorrido o prazo da suspensão, intime-se o exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se." - Advs. LUIZ CARLOS RAIMUNDO, OSSIVAL ANTONIO CASSAROTTI e CLARISSA MENDES RIBEIRO-.
49. CARTA PRECATORIA-43/2005-Oriundo da Comarca de FRANCISCO BELTRAO PR VARA FEDERAL-CONSELHO REGIONAL DE ENG, ARQUIT E AGRON - CREA x SILVERADO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- Despacho de fls.83: " I. Aguarde-se pelo prazo de 60 (sessenta) dias. (...)." - Advs. JANIO SANTOS DE FIGUEIREDO e HELDER ARNS PEDRON-.

Guaratuba, 29 de Setembro de 2011.
Wilson Marcos de Souza
Escrivao

# IBIPORÃ

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**COMARCA DE IBIPORÃ - PR.**
**VARA ÚNICA CÍVEL/JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**RELAÇAO Nº 149/2011.**
**JUIZ DE DIREITO: DR. ELSIO CROZERA**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALESSANDRO MOREIRA DO SAC 0034 003527/2011
ALIFRANCY P.F. ACCORSI 0038 000260/2011
ALISSON MOYA ROSSI 0007 000241/2006
AMANDIO SBRUSSI 0003 000149/2003
ANDERSON DE AZEVEDO 0009 000572/2007
ANTONIO CARLOS DAHER 0035 003598/2011
ANTONIO ELSON SABAINI 0025 003066/2010
CARLOS SERGIO CAPELIN 0024 000565/2010
CINTIA LIBANIO DA SILVA 0016 000393/2009
CLAUDIO CESAR MACHADO MOR 0026 003282/2010
DELFIM SUEMI NAKAMURA 0036 000061/1995
DONIZETTI ANTONIO ZILLI 0023 001198/2009
EDEVALDO HATAMURA 0004 000356/2004
EDGARD LESSNAU SOBRINHO 0030 000798/2011
ELAINE RODRIGUES DA SILVA 0040 001745/2010
ENEIAS DE SOUZA REIS 0002 000153/2002
ENEIDA WIRGUES 0014 000329/2009
ESTER PITTA ZANETTE 0018 000767/2009
FABIO CIUFFI 0039 000931/2011
FLAVIO PIERRO DE PAULA 0012 000766/2008
FRANCISCO ROSSI 0007 000241/2006
GLAUCO IWERSEN 0015 000384/2009
0021 001011/2009
GUILHERME VIEIRA SCRIPES 0040 001745/2010
JACKSON ANDRE DE SÁ 0029 005054/2010
JATHIR EDUARDO MANTOVANI 0028 004651/2010
JOAO EMILIO ZOLA JUNIOR 0005 000189/2005
JOAO ODAIR PELISSON 0015 000384/2009
JOSE FONTOURA DA SILVA 0033 002664/2011
JOSE RICARDO SOARES DAHER 0035 003598/2011
KARINA AYUMI TANNO 0023 001198/2009
LEOPOLDO PIZZOLATO DE SA 0013 001174/2008
LUIZ OTTAVIO VEIGA GRECA 0022 001114/2009
MARCELO TESHEINER CAVASSA 0034 003527/2011
MARIA ELIZABETH JACOB 0019 000852/2009
MAURO APARECIDO 0015 000384/2009
0032 001521/2011
MILTON COUTINHO DE M.GALV 0008 000328/2007
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0015 000384/2009
0021 001011/2009
NEILAR T.LOURENÇON MARTIN 0037 000036/2008
OSVALDO FRANCISCO JUNIOR 0029 005054/2010
PAULO CESAR TORRES 0011 000252/2008
POMPILIO L.VIEIRA LUSTOSA 0024 000565/2010
RAFHAEL WASSERMAN 0022 001114/2009

RAQUEL MERCEDES MOTTA XAV 0038 000260/2011
RENATO BARROS DE CAMARGO 0006 000030/2006
RICARDO JORGE ROCHA PEREI 0022 001114/2009
ROBSON ADRIANO DE OLIVEIR 0022 001114/2009
ROBSON SOUZA NEUBA 0031 000816/2011
RUI FRANCISCO GARMUS 0020 000923/2009
RUI SANTOS DE SA 0017 000637/2009
SANDRO RAFAEL BARIONI DE 0038 000260/2011
SAVIO CEMBRANELI 0010 000017/2008
SEBASTIAO SERRA ZANETTE 0018 000767/2009
SONIA APARECIDA YADOMI 0003 000149/2003
THAIS TAKAHASHI 0027 003996/2010
VICENTE DE PAULA MARQUES 0006 000030/2006
WALTER SEBASTIAO SANTANA 0001 000132/1998
0024 000565/2010

1. EXECUÇÃO DE TÍT. EXTRAJUDICIAL-132/1998-JOAO CORREA x DORVALINO GUANDALINI- 1- Atualize-se a avaliação, se necessário. Autos ao contador em cinco dias. 2- Intime-se o exequente para apresentar débito atualizado e voltem para designação de praças, no prazo identico de cinco dias. 3- Intime-se. -Adv. WALTER SEBASTIAO SANTANA-.

2. RESCISAO DE CONTRATO (ORD)-153/2002-TERRA NOBRE INCORPORAÇOES IMOBILIARIAS LTDA. x SOLANGE NEVES RAMALHO- Tendo em vista que para apreciação da exceção de pré-executividade interposta é necessário que o valor devido seja corretamente apontado, mas que em razão da divergência apresentada nos cálculos de ambas as partes e que não há concordância pela parte requerida, ora exequente, com os cálculos apresentados pelo Contador Judicial, com intuito de solucionar os valores controvertidos, nomeio o perito Bel. em Economia Luis Fernando Borges, para realizar o cálculo de atualização do valor devido, conforme condenação imposta em sentença, devendo o mesmo ser intimado para apresentar proposta de honorários, no prazo de 05 (cinco) dias.2. Esclareço que, apesar da assistência judiciária concedida a exequente, esta deverá arcar com os honorários periciais, vez que é a parte que discorda dos cálculos.3. Intime-se. Cumpra-se. Diligências necessárias. OBS: Às fls. 284 também foi proferido o seguinte despacho (por avocamento): Verifico que houve equívoco no item "02" do despacho de fls. 282, pelo que retifico-o através do presente, para que onde consta: "Esclareço que, apesar da assistência judiciária concedida à exequente..." passe a constar que, "Esclareço que, apesar da assistência judiciária concedida à excipiente Solange Neves Ramalho, esta deverá arcar com os honorários periciais, vez que é a parte que discorda dos cálculos." -Adv. ENEIAS DE SOUZA REIS-.

3. INDENIZAÇAO (SUM)-149/2003-LEYLA MARA GOUVEA TAVARES x MANOEL PAULINO BATISTA- Ante a conta de custa de fls. 388, que importa em R$ 201,72, sendo R$ 90,72 do cartorio do distribuidor, R$ 37,00 do oficial Genauro Leal de Aguiar e R$ 74,00 da oficiala de justiça Geziela Iensue, diga a parte requerida em cinco dias. -Advs. AMANDIO SBRUSSI e SONIA APARECIDA YADOMI-.

4. DECLARATORIA (EXEC.SENTENÇA)-356/2004-EDEVALDO HATAMURA x IRACI IVONE BUENO LEDESMA- DESPACHO DE FLS. 160: 1) Defiro, por ora, somente o pedido de fls. 158, letra a. 2) Os cálculos referidos devam ser elaborados pela parte. -Adv. EDEVALDO HATAMURA-.

5. AÇAO ORD.DE APOSENTADORIA-189/2005-JOSE ASSIS DE FREITAS x INSS - INST. NAC. SEG. SOCIAL- Ao exequente. Intime-se. -Adv. JOAO EMILIO ZOLA JUNIOR-.

6. INDENIZAÇAO (SUM)-0000210-47.2006.8.16.0090-MARIA ESMERIA SILVA DOS SANTOS x TIL - TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.- À requerida, para que em cinco dias, apresente quesitos, em querendo. Intime-se. -Advs. VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO e RENATO BARROS DE CAMARGO JR.-.

7. INDENIZ.P/DANOS MAT.E MORAIS-241/2006-IRENE MOYA ROSSI x ROSMARI ZANONI VACARI e outros-DESPACHO (FLS. 356): 1) Defiro o pedido de fls. 354/355. 2) À exequente para que apresente planilha atualizada do débito, com a supressão do valor a ser levantado. - Deve o Advogado da autora vir em cartório retirar o alvará expedido. -Adv. FRANCISCO ROSSI e ALISSON MOYA ROSSI-.

8. INVENTARIO-328/2007-J.G.T. e outro x J.G.F.-Ao(À) advogado(a) do(a) requerente, para que compareça em cartório, em cinco dias, a fim de retirar os 4 formais de partilha expedidos.-Adv. MILTON COUTINHO DE M.GALVAO-.

9. AÇAO MONITORIA-572/2007-GERDAU AÇOMINAS S/A x INDUSTRIA DE CARROCERIAS METALICAS LONDRINA LTDA. e outro- Diga o requerente acerca do cumprimento integral do acordo. Intime-se. -Adv. ANDERSON DE AZEVEDO-.

10. AÇAO MONITORIA-17/2008-SUPERMERCADOS BAZA LTDA. x DEVILSON SOARES FERREIRA- Decorrido o prazo de suspensão, diga o requerente em cinco dias. Intime-se. -Adv. SAVIO CEMBRANELI-.

11. BUSCA E APR.CONV.AÇ.DEPOSITO-252/2008-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x GELSOM RODRIGUES-Ao(À) advogado(a) do(a) requerente, para que compareça em cartório, em cinco dias, a fim de retirar a carta de intimação, trazendo consigo, devidamente recolhida, a guia no tocante à(s) expedição(ões) no valor de R$.9,40.-Adv. PAULO CESAR TORRES-.

12. COBRANÇA (ORD)-0000977-17.2008.8.16.0090-IRENE BAGNATO x BANCO BRADESCO S/A- Ante a impugnação de fls. diga o exequente, em 05 (cinco) dias. Intime-se. -Adv. FLAVIO PIERRO DE PAULA-.

13. COBRANCA (SUM)-1174/2008-AUTO POSTO IBIPORA LTDA. x JOSE APARECIDO CALEGARI e outro-Deve a exequente comparecer em cartório, para assinatura do termo de adjudicação. -Adv. LEOPOLDO PIZZOLATO DE SA-.

14. BUSCA E APR.CONV.AÇ.DEPOSITO-329/2009-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FIN. E INVEST. x GILSON PEREIRA DA SILVA- Decorrido o prazo de suspensão, diga a parte requerente, em cinco dias. Intime-se. -Adv. ENEIDA WIRGUES-.

15. RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL-384/2009-ARLINDO PUCCI e outros x CAIXA SEGURADORA S/A-Ante o Laudo Pericial apresentado, digam as partes em 05(cinco) dias. -Adv. GLAUCO IWERSEN, MAURO APARECIDO, JOAO ODAIR PELISSON e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

16. RESTABELECIMENTO DE PENSAO-393/2009-JAIR FLORES DA COSTA x INSS - INST. NAC. SEG. SOCIAL- 1- Intime-se, via postal, o perito Dr. Wallinson Morais Silva, da proposta apresentada pelo INSS, esclarecendo-se que sendo o autor beneficiario da assistência judiciária gratuita, a requisição de pequeno valor somente será expedida após o término do prazo das partes para se manifestarem sobre o laudo pericial. 2- Havendo solicitação de esclarecimento por escrito sobre a perícia, a RPV será expedida somente depois de prestados. 3- Encaminhe-se ao perito nomeado, as cópias dos quesitos apresentados pelas partes às fls. 42 (INSS) e fls. 70 (AUTOR). 4- Independente da aceitação do perito, intimem-se as partes para apresentarem seus assistentes técnicos, querendo, em cinco dias. -Adv. CINTIA LIBANIO DA SILVA-.

17. EXECUÇÃO DE TÍT. EXTRAJUDICIAL-637/2009-KURAHY COMERCIO DE PEÇAS P/ TRATORES LTDA. x ODILIA APARECIDA CONTIERO PEDRO- À exequente, face pedidos de fls. 168/169 e 204/205, em cinco dias. Intime-se. -Adv. RUI SANTOS DE SA-.

18. AÇÃO ORD. DE APURAÇÃO DE BENS C/C/ANUL. ATO JURÍDICO-767/2009-M.S.D. x E.C.P.D. e outros-Sobre a petição e docs de fls. 755/776 dos requeridos (revogação da indisponibilidade), determinou o MM.Juiz a manifestação da autora no prazo de cinco dias.-Advs. SEBASTIAO SERRA ZANETTE e ESTER PITTA ZANETTE-.

19. ALVARA JUDICIAL-852/2009-NIVALDO PAULETTI- Tendo decorrido o prazo de suspensão, diga o requerente em cinco dias. Intime-se. -Adv. MARIA ELIZABETH JACOB-.

20. MEDIDA CAUTELAR EXIBIÇÃO-923/2009-RAFAEL FERNANDO BARBOSA x BANCO ITAUCARD ARRENDAMENTO S/A- Intime-se o autor para pagamento das custas, sob pena de execução e não homologação do acordo juntado, em cinco dias. Intime-se. OBS. custas importa em: R$ 230,30 da vara cível, R$ 40,32 do cartório do distribuidor, R$ 20,00 de taxa judiciária. -Adv. RUI FRANCISCO GARMUS-.

21. RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL-1011/2009-HELOISA EMILIA MARQUES DE NOBREGA e outros x CAIXA SEGURADORA S/A- À requerida, face colagem do documentos de fls. 626/629. Intime-se. -Advs. MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e GLAUCO IWERSEN-.

22. EMBARGOS A EXECUCAO-1114/2009-FRIGORIFICO RAINHA DA PAZ LTDA. e outros x BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A- 1- Conforme pedido de fls. 205 e 207, HOMOLOGO o acordo de fls. 208/209, dos presentes Embrgos à Execução, suspendendo o feito, com fulcro no artigo 265, II, do Código de Processo Civil ante a convenção das partes até ulterior e integral cumprimento do acordo. 2- Aguarde-se manifestação do requerido acerca do cumprimento integral do acordo para posterior extinção. 3- Intime-se. Cumpra-se. -Advs. RICARDO JORGE ROCHA PEREIRA, ROBSON ADRIANO DE OLIVEIRA, LUIZ OTTAVIO VEIGA GRECA e RAFHAEL WASSERMAN-.

23. OBRIGAÇÃO DE FAZER (ORD)-1198/2009-MARIA JOSE FERREIRA x MUNICIPIO DE IBIPORA-PR.- 1- Indefiro o pedido lançado às fls. 71, parte final, por não ocorrer nos presentes quaisquer circunstancias no tocante a Intervenção de Terceiros, a que alude a legislação processual civil (art. 56, 80 do CPC.) 2- À conta tão somente. -Advs. DONIZETTI ANTONIO ZILLI e KARINA AYUMI TANNO-.

24. INDENIZAÇÃO POR ATO ILICITO-0000565-18.2010.8.16.0090-MARLENE DE MIRANDA GUSMAO x ROMEU BATISTA DOS SANTOS- DESPACHO DE FLS. 78: Redesigno nova data para audiência final, dia 14/12/2011, às 14:30 horas. -Advs. CARLOS SERGIO CAPELIN, POMPILIO L.VIEIRA LUSTOSA e WALTER SEBASTIAO SANTANA-.

25. EXECUÇÃO DE TÍT. EXTRAJUDICIAL-0003066-42.2010.8.16.0090-ANTONIO ELSON SABAINI x ANTONIO CANTARELI- Ao exequente, face pedido de fls. 28/30. Intime-se-Adv. ANTONIO ELSON SABAINI-.

26. DECLARATORIA (ORD)-0003282-03.2010.8.16.0090-JOSE ALEXANDRE FERREIRA DOS SANTOS x PATRICIO DAMAZIO DE CASTRO- Vistos e examinados estes autos de Ação Declaratória de Nulidade de Protesto c/c Reparação por Danos Morais sob nº. 3282/2010 da Comarca de Ibiporã-Pr.

1. RELATÓRIO:

JOSÉ ALEXANDRE FERREIRA DOS SANTOS ingressou com a presente demanda em face de PATRÍCIO DAMAZIO DE CASTRO, ambos qualificados na exordial, aduzindo, em síntese, que ao realizar negócio jurídico emitiu três cheques (n. 1570, 1615 e 1564), sendo que mesmo após de desfeito o negócio, o requerido recusou a devolvê-los, motivo pelo qual sustou a ordem de pagamento. Aduz ainda que o requerido levou os mesmos cheques a protesto, em 13.05.2010, motivo pelo qual alega ser indevido o protesto realizado, pois ocorreu fora do prazo previsto em lei.

Após delinear acerca dos inclusos requisitos para o acolhimento do pleito, o autor requereu em sede de tutela antecipada a exclusão de seu nome das certidões de protesto e a retirada de seu nome dos cadastros restritivo de débito, além de pedir pela declaração da nulidade do protesto realizado e a condenação do réu em danos morais e ao pagamento de custas processuais se honorários advocatícios. Protestou pela produção de todos os meios de provas admitidos e deu valor à causa e juntou documentos às fls. 12/19.

Após, foi deferido o pedido de antecipação de tutela (fls. 29) e determinada a citação do requerido, que por sua vez veio ofertar sua contestação (fls. 37/45), na qual alega a possibilidade de protestar cheque prescrito, bem como rebateu a ocorrência de dano moral, haja vista que o protesto derivou de ato válido e legal, no entanto, fez considerações acerca do valor dos danos morais, acaso fosse de entendimento deste Juízo a ilicitude do protesto. Ao final requereu pela improcedência do pedido inicial, protestou pela produção de todos os meios de provas admitidos e pleiteou os benefícios da assistência judiciária gratuita.

Ainda, o requerido apresentou reconvenção e demais documentos às fls. 50/60, na qual alegou que possui o direito de receber do reconvindo o valor de R$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais) pela compra de um veículo, pelo qual pagou a importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo assumido as demais prestações e conserto do bem. No entanto, o negócio foi desfeito tendo em vista a impossibilidade de transferência do veículo junto ao DETRAN para seu nome.
Em acordo realizado entre ambos, o reconvinte aceitou o recebimento de R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais) para devolução do veículo, para tanto o reconvindo emitiu três cheques, sendo dois no valor de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) e um no valor de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). Posteriormente, alegou que o reconvinte resgatou os cheques de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), tendo efetuado parte do pagamento em dinheiro, tendo emitido novo cheque no valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), o qual fora devolvido, motivo pelo qual requer o pagamento de R$15.200,00 (quinze mil e duzentos reais).
No mais repisou a possibilidade de se protestar cheque prescrito. Por fim, requereu pela procedência da reconvenção, além da condenação do reconvindo ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios. Pleiteou os benefícios da assistência judiciária gratuita.
O requerente manifestou-se sobre a contestação e a reconvenção às fls. 65/78, na qual afirmou ter havido a negociação do veículo, tendo ele recebido o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) quando da entrega do mesmo, sendo que o reconvinte ficou responsável pelo pagamento das parcelas do financiamento. Alega que o reconvinte não efetuou o pagamento das parcelas e que após dois meses da negociação quis devolver o veículos, segundo o qual, estava com o câmbio trocado e os pneus carecas.
Para efetuar o distrato o reconvindo/requerente alegou ter emitido três cheques, os quais foram levados a protesto pelo reconvinte, vez que sustou o pagamento, alegando que o valor pago pelo veículo serviu para pagar as parcelas em atraso e consertar o carro.
Em relação à contestação, a impugnou, reiterando acerca da impossibilidade de protestar os cheques fora do prazo, bem como a condenação do requerido em danos morais.
Assim, contados e preparados, os autos vieram conclusos para a decisão.
É o relatório.
DECIDO.
2. FUNDAMENTAÇÃO:
Primeiramente insta salientar que ao caso cabe julgamento antecipado, nos moldes do artigo 330, I do Código de Processo Civil.
Pretende o requerente ver declarada a nulidade do protesto realizado e a condenação do réu e danos morais pelo protesto efetuado, vez que efetuado fora do prazo legal.
Observa-se que os 03 (três) cheques especificados no pedido inicial e apresentados às fls. 17/19, foram emitidos nas datas de 05.05.2009, 30.05.2009 e 05.06.2009, e levados a protesto em 13.05.2010, portanto, encontram-se prescritos, pois transcorreu o prazo de 06 (seis) meses contados da expiração do prazo de apresentação, nos termos dos artigos 47, 48 e 59 da Lei n.º 7.357/85.
Assim sendo o protesto é indevido, mas para se configure o dano moral indenizável é necessário existir nexo de causalidade entre o agir culposo e o dano sofrido, tendo a reparação por objetivo amenizar o abalo da imagem a que foi submetido o lesado.
Ou seja, apesar de não ser exigível prova do prejuízo suportado pelo lesado, pois se assim fosse se estaria adentrando na esfera do dano patrimonial, é necessário que fique claro o nexo causal entre o ilícito praticado e as consequências acusadas pelo lesado.
Ocorre que o autor não demonstrou de maneira alguma a gravidade ou a repercussão dos fatos ocorrido em seu cotidiano, mesmo porque o autor já tinha seu nome inscrito nos órgãos de restrição de crédito quando do protesto dos títulos discutidos na presente ação, situação que impossibilita a indenização por danos morais, em conformidade com a Súmula 385 do STJ.
Além disso, fora concedido em caráter liminar a sustação do protesto em relação aos títulos indicados na exordial (fls.29) e, em não sendo comprovado o abalo de crédito na reputação do requerente, não há que se falar em indenização por danos morais.
Sobre o tema, o entendimento jurisprudencial:
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. APELAÇÃO. AÇÃO ANULATÓRIA DE TÍTULO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. CHEQUE. CONTRA-RAZÕES. PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA SENTENÇA. INOCORRÊNCIA. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 514, II, DO CPC. CONHECIMENTO DO APELO PELO TRIBUNAL. NULIDADE DA CÁRTULA. INOCORRÊNCIA. CONTA CONJUNTA. LEGITIMIDADE DE QUALQUER CORRENTISTA PARA EMISSÃO DE CHEQUES. VALIDADE DO TÍTULO DE CRÉDITO. INSUFICIÊNCIA DE FUNDOS. PROTESTO EM FACE DE CORRENTISTA NÃO EMITENTE COM NOME PERSONALIZADO NO CHEQUE. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE CONTA CONJUNTA. ASSINATURA ILEGÍVEL. NEGLIGÊNCIA. INOCORRÊNCIA. DEVER DE INDENIZAR. INEXISTENTE. PROTESTO. APONTAMENTO. SUSTAÇÃO TEMPESTIVA. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA. MANUTENÇÃO DA VERBA HONORÁRIA ARBITRADA NA SENTENÇA (...) 4. Apontamento a protesto. Dano moral. O simples apontamento de título de crédito para protesto não enseja indenização por dano moral quando sustado o protesto por liminar em medida judicial e ausente a divulgação do fato a terceiros. Precedentes da Câmara e do STJ. (...)". (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0542252-4 - Guarapuava - Rel.: Des. Jurandyr Souza Junior - Unânime - J. 04.02.2009).
Quanto ao pedido reconvencional, tendo em vista a total ausência de provas das alegações aduzidas, não é possível dar razão às pretensões ali requeridas, mesmo levando em consideração o fato de que o reconvindo confirma o recebimento do pagamento referente ao negócio realizado, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), uma vez que não há qualquer recibo ou contrato de compra e venda que faça alusão ao numerário apontado nas alegações do reconvinte, bem como o único documento encartado aos autos acerca da discussão em torno da devolução do veículo e a alegada reparação do bem (troca de câmbio e pneus), foi acostado pelo requerente, no entanto, está datado de 21.11.2007, ou seja, muito anterior ao tempo da negociação.
Ressalto que os boletos das parcelas de financiamento do veículo ou os comprovantes de seus respectivos pagamentos, os quais poderiam trazer indícios das alegações do reconvinte não foram acostados aos presentes autos, assim, não é possível aferir o valor eventualmente pago pelo requerente/reconvindo ao requerido/reconvinte e vice-versa, quando da devolução do veículo. Ou seja, os valores pedidos em restituição pelo reconvinte não tem suporte probatório-fático na presente ação, sendo, portanto, improcedente seu pedido, conforme preconiza o art. 333, I e II do CPC.Destaco que tanto o requente como o requerido afirmam a existência do negócio, bem como o distrato deste, no entanto, nenhum deles trouxe prova cabal acerca dos valores pagos e /ou recebidos em virtude da alienação/devolução do veículo.
Desta forma, somente há de se reconhecer a prescrição dos títulos indicados na exordial e levados a protesto, vez ultrapassado o limite temporal legal, permanecendo os mesmos apenas como prova escrita de eventual débito e nascendo para o portador do documento a possibilidade de ingressar com ação monitória ou de conhecimento.
3.DISPOSITIVO:
Diante do exposto e por mais que dos autos constam, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para confirmar a liminar anteriormente deferida e declarar nulo o protesto realizado, haja vista a ocorrência da prescrição, devendo assim, após o trânsito em julgado desta, ser oficiado o cartório de protesto para respectivas providências.
De consequência, condeno ambas as partes nas custas processuais e na verba honorária que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa, devidamente atualizado, conforme o artigo 21 do Código de Processo Civil vigente e aplicável à espécie, se no prazo de 05 anos puder o requerido vir a arcar com tais encargos diante da modificação de sua situação econômica, como preceitua o artigo 12 da Lei 1.060/1950, haja vista que lhe concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Outrossim, JULGO IMPROCEDENTE A RECONVENÇÃO proposta, conforme fundamentação acima exposta e condeno o reconvinte/requerido ao pagamento das custas processuais e verba honorária, que arbitro em R$500,00 (quinhentos reais), se no prazo de 05 anos puder o reconvinte vir a arcar com tais encargos diante da modificação de sua situação econômica, como preceitua o artigo 12 da Lei 1.060/1950, haja vista que concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita ao reconvinte.
P.R.I. Oportunamente averbe-se e arquive-se.-Adv. CLAUDIO CESAR MACHADO MORENO-.
27. AÇÇO DE CONCES.DE BEN.PREVID.-0003996-60.2010.8.16.0090-GERSON DOMINGOS VILAS BOAS x INSS - INST. NAC. SEG. SOCIAL-DESPACHO (FLS. 67): Ante a certidão supra, intime-se a requerente, para que forneça as cópias necessárias, mencionando-as. - Cópia da contestação (fls. 41 a 49); cópia da impugnação (fls 54 a 58) e cópia dos despachos(fls 59 e 60) -Adv. THAIS TAKAHASHI-.
28. DECLARATORIA (ORD)-0004651-32.2010.8.16.0090-DIMAS MUNIZ x ROSÂNGELA RODRIGUES PEREIRA - ME e outro-Ao(À) advogado(a) do(a) requerente, para que compareça em cartório, em cinco dias, a fim de retirar o ofício e a carta de citação expedidos, trazendo consigo, devidamente recolhida, a guia no tocante à(s) expedição(ões) no valor de R$.18,80.-Adv. JATHIR EDUARDO MANTOVANI-.
29. COBRANÇA (ORD)-0005054-98.2010.8.16.0090-MASTERGEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA x KGM COMPOSITES LTDA.-Deve o(a) Procurador(a) do(a) Requerente, vir em Cartório retirar o(a) carta precatória expedida, trazendo recolhidas as taxas, de expedição no valor de R$ 9,40 e de fotocópias e autenticações no valor de R$ 9,36, em 05 (cinco) dias. -Adv. OSVALDO FRANCISCO JUNIOR e JACKSON ANDRE DE SÁ -.
30. IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA-0000798-78.2011.8.16.0090-IAPAR - INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ x SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA e outros-A(o)(s) requerente para providenciar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 1.223,52. Sendo R$ 827,20 de custas cíveis; R$ 40,32 de distribuição e R$ 356,00 de Taxa Judiciária "Funrejus". -Adv. EDGARD LESSNAU SOBRINHO-.
31. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0000816-02.2011.8.16.0090-SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x J.L. MALVEZI E CIA LTDA - EPP-Deve o advogado da requerente vir em cartório para retirar a Carta Precatória expedida, trazendo recolhida a taxa de expedição no valor de R$ 9,40 e R$ 2,88 de fotocópias e autenticações (R$12,28). -Adv. ROBSON SOUZA NEUBA-.
32. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0001521-97.2011.8.16.0090-JOSE CLAUDIO DE MELLO CORREA x BANCO CREDIBEL S/A- Ante a devolução da carta de citação, diga o requerente em 05 (cinco) dias.-Adv. MAURO APARECIDO-.
33. ALVARA JUDICIAL-0002664-24.2011.8.16.0090-CLAUDIR LAUDICENA BATTINI CORNÉLIO e outros- Ante a conta de custas de fls. 42, que importa em R $ 220,90, sendo a mesma referente a custas da vara civel, diga a parte autora em cinco dias. Intime-se. -Adv. JOSE FONTOURA DA SILVA-.
34. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA-0003527-77.2011.8.16.0090-BANCO CITIBANK S.A. x RINALDO FELICIANO ALVES- 1- Em face de não haverem sido depositadas as custas processuais do cartório civel no total de R$ 827,20, sendo R $ 9,40 referente à autuação e R$ 817,20 referente às custas iniciais, aguarde-se o prazo de trinta dias contados da distribuição, para pagamento das mesmas, como

preconiza o Art. 257 do CPC, sob pena de cancelamento da distribuição. 2- Intime-se o procurador do autor deste despacho. -Advs. MARCELO TESHEINER CAVASSANI e ALESSANDRO MOREIRA DO SACRAMENTO-.
35. EXECUÇÃO DE TÍT. EXTRAJUDICIAL-0003598-79.2011.8.16.0090-PRO-HOSPITALAR DISTRIBUITORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP x ASSOCIAÇÃO DA SANTA CASA DE IBIPORÃ- 1- Em face de não haverem sido depositadas integralmente as custas cíveis do presente feito, devendo ser complementado o valor de R$ 239,70 (duzentos e trinta e nove reais e setenta centavos), aguarde-se o prazo de trinta dias contados da distribuição, para pagamento das mesmas, como preconiza o Art. 257 do CPC, sob pena de cancelamento da distribuição. 2- Intime-se o procurador do autor deste despacho. -Advs. ANTONIO CARLOS DAHER e JOSE RICARDO SOARES DAHER-.
36. EXECUÇAO FISCAL-INSS-61/1995-INSS - INST. NAC. SEG. SOCIAL x PVC BRAZIL-IND.TUBOS E CONEXOES LTDA.- Defiro o pedido de fls. 233. OBS. pedido de fls. 233 ... requerer a intimação da executada para que regularize o pagamento das parcelas em atraso sob pena de rescisão do parcelamento. -Adv. DELFIM SUEMI NAKAMURA-.
37. EXECUÇAO FISCAL-FEDERAL-36/2008-UNIAO FEDERAL x PVC BRAZIL-IND.TUBOS E CONEXOES LTDA.- Defiro o pedido de fls. 120. Intime-se. Cumpra-se. OBS. pedido de fls. 120 ... requerer a intimação da executada para que regularize o pagamento das parcelas em atraso sob pena de rescisão do parcelamento. -Adv. NEILAR T.LOURENÇON MARTINS-.
38. EXECUÇAO FISCAL-ESTADUAL-0000260-97.2011.8.16.0090-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA DE CARROCERIAS METALICAS LONDRINA LTDA.-Deve a exequente vir em cartório para assinar o termo de nomeação de bens à penhora, em 03 (três). -Adv. SANDRO RAFAEL BARIONI DE MATOS, ALIFRANCY P.F. ACCORSI e RAQUEL MERCEDES MOTTA XAVIER-.
39. CARTA PRECATÓRIA-0000931-23.2011.8.16.0090-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR. - 3A.V.FEDERAL DE EXECUÇOES-CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANA x PAULO ROBERTO RODRIGUES- Ante a certidão do oficial de justiça de fls. 16 verso, diga o exequente em cinco dias. Intime-se. OBS. certidão do oficial de fls. 16 verso ... em face de o executado não residir mais no endereço indicado, não sabendo a Senhora Carmem Maria da Silva, proprietária, informar onde pode ser encontrado. Certifico ainda, que deixei de proceder o arresto, em face de não localizar bens de propriedade do executado. O referido é verdade e dou fé. -Adv. FABIO CIUFFI-.
40. REP.DANOS - JUIZADO ESP.CIVEL-0001745-69.2010.8.16.0090-SIDIOMAR DE CAMPOS x AILTON VICTORIO BATISTA-DESPACHO DE FLS. 109: "Aguarde-se a provocação da parte interessada no prazo de 30 dias. Não havendo manifestação, averbe-se e arquive-se. Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Ibiporã, 20/09/2011. Deborah Penna Juíza Substituta." -Advs. ELAINE RODRIGUES DA SILVA e GUILHERME VIEIRA SCRIPES-.

Ibiporã, 29 de Setembro de 2011.
Angelo Urquiza Monteiro - Escrivão Cível

# IPIRANGA

## JUÍZO ÚNICO

**COMARCA DE IPIRANGA PARANA**
**CARTORIO DA UNICA VARA CIVEL E ANEXOS**
**ESCRIVÃ - NOEMI RODRIGUES STROMBERG**
**JUIZA DE DIREITO DRª. ALEXANDRA APARECIDA DE SOUZA DALLA BARBA**

**RELAÇÃO 67/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
CAMILA SILVA RYBU 00006 000056/2011
CARLOS EDUARDO MARTINS BIAZETTO OAB/PR 2 00004 000258/2010
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS OAB/ 00002 000040/2010
LUIS OSCAR SIX BOTTON OAB/PR 28128A 00003 000042/2010
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA LIMA OAB/PR 15. 00005 000054/2011
LUIZ CARLOS SILVEIRA OAB/PR 37.553 00001 000042/2006
00004 000258/2010
00008 000096/2011
LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB/PR 7.295 00002 000040/2010
LÍVIA RUMENOS GUIDETTI ZAGATTO OAB/PR 41 00005 000054/2011
MANOEL ANTONIO MOREIRA NETO OAB/PR41.152 00007 000082/2011
00008 000096/2011
MARCELO MARTINS OAB/PR 18.526 00009 000012/2003
MARIA IVONE SCHEIFER RIBEIRO OAB/PR 21.8 00002 000040/2010
00003 000042/2010
ULYSSES DE MATTOS OAB/PR 33.119 00001 000042/2006
VALTER LOURENÇO DE SOUZA OAB/PR 31.771 00001 000042/2006

1. EMBARGOS DE TERCEIRO - 42/2006-ELINTON STORER e outro x CTA-CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE - Advs. LUIZ CARLOS SILVEIRA OAB/PR 37.553, VALTER LOURENÇO DE SOUZA OAB/PR 31.771 e ULYSSES DE MATTOS OAB/PR 33.119. Da análise detida dos autos, evidencia-se que os embargantes tem direito ao levantamento do valor alusivo à venda do fumo, multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa principal, honorários de sucumbência e custas processuais adiantadas, devendo o remanescente ser restituído à empresa embargada. Assim, analisando os cálculos levados a efeito pela Contadoria Judicial às fls. 482/484, evidencia-se que, em 15/02/2011, tais valores eram de R$ 31.062,01 (trinta e um mil e sessenta e dois reais e um centavo) em relação ao fumo, R$ 366,58 (trezentos e sessenta e seis reais e cinqüenta e oito centavos) em relação à multa e R$ 4.640,09 (quatro mil seiscentos e quarenta reais e nove centavos) no tocante aos ônus de sucumbência, totalizando importância equivalente a R$ 36.068,68 (trinta e seis mil e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos). Por conseguinte, tem-se que o valor levantado atualizado resultou em importância equivalente a R$ 36.657,60 (trinta e seis mil seiscentos e cinqüenta e sete reais e sessenta centavos). Feitas tais considerações, tem-se que os embargantes devem restituir à empresa embargada apenas a quantia de R$ 588,92 (quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos), devidamente corrigidos. Com o trânsito em julgado desta decisão, expeça-se alvará de levantamento do valor acima indicado, devidamente corrigido, em nome dos procuradores da embargada (fl. 88). Após, expeça-se alvará de levantamento do remanescente em nome do procurador dos embargantes.
2. CAUTELAR DE EXIBICAO DE DOCUM - 0000040-27.2010.8.16.0093-LUIZ LAZAROTO MOCELIM e outros x BANCO ITAU S/A e outro - Advs. MARIA IVONE SCHEIFER RIBEIRO OAB/PR 21.888, LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB/PR 7.295 e EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS OAB/PR 24.498. O feito está apto a receber julgamento no estado em que se encontra, eis que a matéria enfocada é unicamente de direito, e a questão fática encontra-se suficientemente demonstrada pelos documentos acostados no caderno processual, não sendo necessária a produção de outras provas, adequando-se, pois, ao comando do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. Assim, à conta e preparo das custas remanescentes.
3. COBRANÇA - 0000042-94.2010.8.16.0093-LUIZ LAZAROTO MOCELIM e outros x BANCO ITAU S/A - Advs. MARIA IVONE SCHEIFER RIBEIRO OAB/PR 21.888 e LUIS OSCAR SIX BOTTON OAB/PR 28128A. O presente feito tem por objeto a cobrança de expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I, estando pronto para julgamento no estado em que se encontra. Nesse passo, observa-se que o Supremo Tribunal Federal, em análise de pleito formulado nos autos de RE 591.797 determinou a suspensão de qualquer julgamento de mérito em demandas que se refiram à correção monetária de cadernetas de poupança em decorrência do Plano Collor I. Diante disso, SUSPENDO o presente feito até ulterior deliberação, devendo a Serventia, periodicamente, verificar junto ao site do STF, eventual julgamento proferido nos autos antes referidos.
4. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 0001043-17.2010.8.16.0093-J.S.A. MARTINS & CIA. LTDA. ME e outros x COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DOS CAMPOS GERAIS LTD - Advs. LUIZ CARLOS SILVEIRA OAB/PR 37.553 e CARLOS EDUARDO MARTINS BIAZETTO OAB/PR 22.847. Feitas tais considerações, INDEFIRO o pedido de inversão do ônus probatório e aplicação das normas previstas no Código de Defesa do Consumidor ao caso. De qualquer forma, os documentos existentes nos autos se revelam suficientes para permitir o julgamento da causa, não se olvidando que as matérias debatidas são estritamente de direito. Portanto, o feito está apto a receber julgamento no estado em que se encontra, eis que a matéria enfocada é unicamente de direito e a questão fática encontra-se suficientemente demonstrada pelos documentos acostados no caderno processual, não sendo necessária a produção de provas em audiência, adequando-se, pois, ao comando do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.
5. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0000446-14.2011.8.16.0093-BANCO SANTANDER S/A x MANOEL IRINEU FAGUNDES DE OLIVEIRA - Advs. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA LIMA OAB/PR 15.805 e LÍVIA RUMENOS GUIDETTI ZAGATTO OAB/PR 41.993. Em cumprimento à Portaria 02/2010 deste Juízo, ao exequente para que dê prosseguimento ao feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.
6. INVENTARIO - 0000467-87.2011.8.16.0093-JOSE DONIZETE CANTERI x ESPOLIO DE ALCIDES BLUM - Adv. CAMILA SILVA RYBU. Determino a abertura do inventário dos bens deixados por Alcides Blum. Tendo em vista a ordem prescrita no artigo 990 do Código de Processo Civil, e tendo em conta ainda que nesta comarca não há inventariante judicial, nomeio para proceder à inventariança o herdeiro João Conrado Blum. Assim, ao requerente para que decline o endereço completo de tal pessoa.
7. ANULATÓRIA DE TITULO - 0000618-53.2011.8.16.0093-TRANSPORTADORA BLUM LTDA x BANCO DO BRASIL S/A e outros - Adv. MANOEL ANTONIO MOREIRA NETO OAB/PR41.152. Preliminarmente, ante o acordo celebrado às fl.s 94/95, diga o autor no tocante à continuidade do feito em relação aos demais requeridos.
8. AÇÃO TRABALHISTA - 0000691-25.2011.8.16.0093-ANTONIO OSNI ALVES DA LUZ x MUNICIPIO DE IPIRANGA - Advs. LUIZ CARLOS SILVEIRA OAB/PR 37.553 e MANOEL ANTONIO MOREIRA NETO OAB/PR41.152. Concedo ao autor os benefícios da Justiça Gratuita. Ratifico os atos até então praticados nos autos. Às partes, para que, no prazo comum de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que efetivamente desejam produzir, declinando a pertinência de cada uma delas.

9. CARTA PRECATORIA - CIVEL - 12/2003-Oriundo da Comarca de 2º VARA FEDERAL DE PONTA GROSSA - CAIXA ECONOMICA FEDERAL x IMBIFORMA COMPENSADOS LTDA. - Adv. MARCELO MARTINS OAB/PR 18.526. Preliminarmente, diga a exequente ante o contido no petitório e documento de fls. 492/497, notadamente sobre a arrematação do imóvel em outro feito.

IPIRANGA, 29/09/2011.

# IRATI

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**COMARCA DE IRATI - ESTADO DO PARANA**

**Relação nº 075/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
CARLOS EDUARDO DE SOUZA L 0001 000226/2008
PLINIO ROBERTO FILLUS 0001 000226/2008
VICENTE PAULO HAJAKI RIBA 0001 000226/2008

1. EMBARGOS À EXECUÇÃO-226/2008-CEREALISTA MALANSKI LTDA x INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL- Relação nº 074/2011 publicada por equívoco. Ficam os ilustres Procuradores cientes de que a mesma deverá ser desconsiderada. - Advs. PLINIO ROBERTO FILLUS, VICENTE PAULO HAJAKI RIBAS e CARLOS EDUARDO DE SOUZA LOBO-.

Irati, 28 de setembro de 2011.

**COMARCA DE IRATI - ESTADO DO PARANA**

**RELAÇAO Nº 71/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANE GUASQUE 0014 096602/2010
0017 222158/2011
ADSON GABINO DE MORAES JU 0008 000501/2007
ANDRE DINIZ AFFONSO DA CO 0015 100125/2011
ANDREA VULCANIS 0023 000083/2009
ANESIO ROSSI JUNIOR 0022 000078/2009
BEATRIZ HELENA DOS SANTOS 0018 241813/2011
BRASIL PENTEADO 0026 155727/2011
EDIGARDO MARANHAO SOARES 0001 000176/2003
0002 000249/2003
EDINA BEATRIZ GRUNOW RICK 0007 000553/2005
ELCIO KOVALHUK 0007 000553/2005
ELCIO MARCELO BOM 0025 244275/2010
FABIOLA ROSA FESTEMBERG 0015 100125/2011
FERNANDO ONESKO 0008 000501/2007
FLÁVIO FERNANDES LEONARDO 0011 000017/2009
GILMAR KUHN 0017 222158/2011
IEDA REGINA SCHIMALESKI W 0010 000617/2007
JERDAL A B CARVALHO E MUN 0021 000274/2004
JOSE CARLOS PIAIA 0021 000274/2004
JOSE ELI SALAMACHA 0013 000749/2009
JOÃO JOAQUIM MARTINELLI 0016 115713/2011
KELLEN VANESSA K.R. DE FR 0021 000274/2004
LUCIA AURORA FURTADO BRON 0009 000522/2007
LUIS ARMANDO MAGGIONI 0009 000522/2007
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0007 000553/2005
LUIS SERGIO CHEMIN 0001 000176/2003
LUIZ CARLOS QUEIROZ 0025 244275/2010
MARIA AMELIA CASSIANA M.V 0012 000708/2009
MARIANGELA BAVARESCO 0016 115713/2011
MIGUEL SARKIS MELHEM NETO 0004 000344/2004
0005 000387/2004
Mauricio Gomm Ferreira do 0015 100125/2011
NATHALIA KOWALSKI FONTANA 0012 000708/2009
NELSON ANCIUTTI BRONISLAW 0005 000387/2004
OLDEMAR MARIANO 0003 000256/2003
PAULO FRANCISCO REUSING J 0009 000522/2007
RICARDO RUH 0013 000749/2009
RODOLPHO BENVENUTTI LIMA 0020 398919/2011
RONILDO DE OLIVEIRA LIMA 0020 398919/2011
SILMAR FERREIRA DIETRICH 0006 000402/2004
0015 100125/2011
SILVANE ERDMANN BUCZAK 0019 358395/2011
TATHIANA YUMI ARAI 0024 000185/2009

1. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-176/2003-FRANCISCO CARLOS CORDEIRO x SILVIO STAFIN- Indefiro o pedido de aplicação da multa de 10% sobre o valor executado (art. 475-J, do CPC), uma vez que a mesma é cabivel somente no procedimento de cumprimento de sentença e não na execução de título extrajudicial, caso em que se enquadra a presente ação. Às partes para que se manifestem sobre a avaliação de fls. 23/24. Não havendo impugnação e considerando a dificuldade de venda em hasta pública do bem penhorado e a faculdade concedida ao exequente prevista no art. 706, do CPC. Ao exequente para que se manifeste sobre a nomeação abaixo, no prazo de 10 dias, a qual deverá ser levada à termo somente com a sua concordência, inclusive tácita no caso de omissão: a) Nomeio leiloeiro o Sr. Magno Rocha (JUCEPAR nº 08/020-L); b) Fixo sua comissão em 5% sobre o valor da venda em hasta pública (parágrafo único do art. 24 do Dec. 21.981/32); c) Sendo negativa a hasta pública, o Sr. Leiloeiro terá direito somente ao reembolso das despesas que comprovadamente efetuou para o leilão em relação ao bem (art. 40, Dec. 21.981/32). - Advs. LUIS SERGIO CHEMIN e EDIGARDO MARANHAO SOARES-.
2. EMBARGOS À EXECUÇÃO-249/2003-SILVIO STAFIN x FRANCISCO CARLOS CORDEIRO- Ao executado para que, no prazo de 15 dias efetue o pagamento do valor devido ao exewquente, sob pena de incidencia de multa de 10% sobre o valor da condenação e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 475-J, do CPC, além da fixação de honorários advocatícios. - Adv. EDIGARDO MARANHAO SOARES-.
3. AÇAO MONITORIA-256/2003-UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS x MALANSKI E CIA.LTDA. e outros- Ao autor para que se manifeste quanto à resposta pela Receita Federal. - Adv. OLDEMAR MARIANO-.
4. AÇAO MONITORIA-344/2004-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DO CENTRO SUL DO PR x CESAR CASTRO DE ASSIS e outro- Ao requerente para que providencie o recolhimento do valor de R$ 10,00 DARF, afim de que seja expedido ofício à DRF. - Adv. MIGUEL SARKIS MELHEM NETO-.
5. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-387/2004-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DO CENTRO SUL DO PR x BIELIK COMERCIO DE SEMENTES LTDA.- Às partes para que se manifestem sobbre a avaliação de fls. 82. Ao exequente para que, se desejar o prosseguimento da ação, traga aos autos memória de cálculo observando o disposto na sentença proferida na ação de embargos nº 393/2004 (fls. 67/77). - Advs. MIGUEL SARKIS MELHEM NETO e NELSON ANCIUTTI BRONISLAWSKI-.
6. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-402/2004-FOLHA FERTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES x JOSE ROSSA- Ao exequente par que se manifeste sobre a exceção de pré-executividade, no prazo de 10 dias, bem como se manifeste sobre os pedidos da petição de fls. 81/82. - Adv. SILMAR FERREIRA DIETRICH-.
7. EMBARGOS À EXECUÇÃO-553/2005-NELVIR GERMANO PESCK x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A.- Recebo a apelação de fls. 136/143 somente no efeito devolutivo, nos termos do art. 520, V, do CPC. Ao recorrido para apresentar resposta, no prazo de 15 dias. Após os autos serão encaminhados ao Egrégio Tribunal de Justiça. - Advs. EDINA BEATRIZ GRUNOW RICKLI, LUIS OSCAR SIX BOTTON e ELCIO KOVALHUK-.
8. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-501/2007-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL BOM JESUS x DIRCEU AUGUSTO ZARPELON e outros- Às partes para que se manifestem sobre a conta e avaliação de fls. 88/89. Não havendo impugnação e considerandoa dificuldade de venda em hasta pública dos bens penhorados e a faculdade concedida ao exequente prevista no art. 706, do CPC, ao exequente para que se manifeste sobre a nomeação abaixo, no prazo de 10 dias, a qual será levada a termo smente com sua concordancia, inclusive tácita no caso de omissão: a) Nomeio leiloeiro o Sr. Fernando Martins Serrano (JUCEPAR nº 611); b) Fixo a sua comissão em 5% sobre o valor da venda em hasta pública (parágrafo único do art. 24 do Dec. 21.981/32); c) Sendo negativa a hasta pública, o Sr. leiloeiro terá direito somente ao reembolso das despesas que comprovadamente efetuou para oleião em relação ao bem (art. 40, Dec. 21.981/32). - Advs. ADSON GABINO DE MORAES JUNIOR e FERNANDO ONESKO-.
9. EMBARGOS À EXECUÇÃO-522/2007-DIFERSUL DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA. e outros x DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA- Recebo a apelação de fls. 344/356 no seu efeito devolutivo (art. 520, V do CPC). Ao apelado para apresentar resposta, no prazo de 15 dias, após os autos serão remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça. - Advs. PAULO FRANCISCO REUSING JUNIOR, LUIS ARMANDO MAGGIONI e LUCIA AURORA FURTADO BRONHOLO-.
10. EXECUÇAO P/ ENTREGA COISA INCERTA-617/2007-ALLIANCE ONE EXPORTADORA DE TABACOS LTDA x ELOIR ALVES PAITRA- Homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos a desistência manifestada às fls. 20. Em consequencia, julgo extinto o processo com fundamento no art. 267, VIII, do CPC. Custas pelo autor (art. 26, do CPC). Oportunamente os autos serão arquivados. - Adv. IEDA REGINA SCHIMALESKI WAYDZIK-.
11. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-17/2009-CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A x RITA DE CASSIA HALILA JENZURA-Ao requerente/exequente

para que se manifeste quanto à certidão do(a) Sr(a) Oficial(a) de Justiça, de fls.64v ( ... deixei de penhorar ... ). -Adv. FLÁVIO FERNANDES LEONARDO-.
12. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-708/2009-BANCO DO BRASIL S.A x FRIGORÍFICO DERGI LTDA. e outro- Ao requerente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito. - Advs. MARIA AMELIA CASSIANA M.VIANNA e NATHALIA KOWALSKI FONTANA-.
13. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-749/2009-BANCO ITAU S/A. x COMERCIO DE INSUMOS A.C.M LTDA e outro- Ao requerente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito. - Advs. RICARDO RUH e JOSE ELI SALAMACHA-.
14. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-96602/2010-BANCO BRADESCO S/A x LUIZ ADÃO RUDNIK-ME e outros- Apesar de intimado na pessoa de seu procurador pelo DJ, o autor não providenciou o preparo das custas, no prazo de 30 dias (fls. 25). Sendo assim, determino o cancelamento da distribuição e consequentemente julgo extinto o processo, com fundamento nos artigos 257 e 267, inciso III, ambos do CPC. Custas pelo autor (art. 267, § 2º, CPC). Oportunamente os autos serão arquivados. - Adv. ADRIANE GUASQUE-.
15. EXECUÇÃO PROVISORIA DE SENTENÇA-0001001-25.2011.8.16.0095-IRENE OSINSKI PETCHAK x BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A- POSTO ISTO, conheço e rejeito estes embargos de declaração diante da inexistência da incidência de algum dos casos previstos no art. 535 e incisos do Código de Processo Civil, devendo a mesma persistir em todos os seus termos. Copntudo, como pedido de reconsideração, deve a petição ser examinada. E, assim, verifica-se de pronto que assiste razão aos ilustres subscritores da peça de fls. 40/44, pois é pacífico no STJ o entendimento que é incabível a aplicação da multa prevista no art. 475-J, do CPC em execução provisória de sentença. ... Assim, revogo o contido na última parte do item II do despacho de fls. 36/37, excluindo dele a advertência de aplicação da multa prevista no artigo 475-J, do CPC. - Advs. SILMAR FERREIRA DIETRICH, ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA, Mauricio Gomm Ferreira dos Santos e FABIOLA ROSA FESTEMBERG-.
16. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0001157-13.2011.8.16.0095-ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS S/A x BISS SUPERMERCADO LTDA- Ao autor para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito. - Advs. JOÃO JOAQUIM MARTINELLI e MARIANGELA BAVARESCO-.
17. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0002221-58.2011.8.16.0095-COMÉRCIO DE PNEUS SAESTER LTDA. e outro x BANCO BRADESCO S/A- Recebo os embargos do devedor para discussão, sem suspender a execução, tendo em vista que tal efeito não foi requerido pela embargante. Com fundamento nos artigos 355 e 359 do CPC, defiro o pedido de exibição, para o fim de que a embargada exiba: a) documentação cadastral completa dos embargantes; b) contrato da conta corrente nº 13078-8, agência 1078; c) contratos de empréstimo nº 3400868, bem como outros que possam existir; d) extratos desde a abertura da conta corrente nº 13078-8, agência 1078 que demonstrem a origem da dívida; e) documentos que justifiquem a concessão de crédito em conta corrente, que justifiquem a aplicação e cobrança de juros acima da taxa contratada e de forma capitalizada, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os fatos, que por meio desses documentos, o embargante pretendia provar. Declaro a inversão do ônus, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, passando a ser do interesse do credor a produção das provas, sob pena de não ser elida a presunção que milita em favor do consumidor. Ao embargado par, querendo, impugnar os embargos, no prazo de 15 dias. - Advs. GILMAR KUHN e ADRIANE GUASQUE-.
18. AÇÃO MONITORIA-0002418-13.2011.8.16.0095-SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA x MUNICIPIO DE IRATI-Ao requerente para que providencie o recolhimento das custas do Oficial de Justiça no valor de R$ 37,00 - 1 citação (Depósito Judicial - CEF - ag. 0390 - operação 040 - Conta 01500027-4). -Adv. BEATRIZ HELENA DOS SANTOS-.
19. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUD.-0003583-95.2011.8.16.0095-ARENA TRANSPORTE TERRPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA x SEDRO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-Ao requerente para que providencie o recolhimento das custas nos seguintes valores: R$ 817,80 atos do escrivão; R$ 9,40 autuação; R$ 2,82 aviso de publicação (gerar boleto www.tjpr.jus.br). -Adv. SILVANE ERDMANN BUCZAK-.
20. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0003989-19.2011.8.16.0095-OSMAR SURMACZ e outros x BANCO ITAU S/A.-Ao requerente para que providencie o recolhimento das custas nos seguintes valores: R$ 817,80 atos do escrivão; R$ 9,40 autuação; R$ 2,82 aviso de publicação (gerar boleto www.tjpr.jus.br). -Advs. RODOLPHO BENVENUTTI LIMA e RONILDO DE OLIVEIRA LIMA-.
21. CARTA PRECATORIA - CIVEL-274/2004-Oriundo da Comarca de PINHAO-PR.- BANCO DO BRASIL S.A x ARY JOSE RODRIGUES KAMINSKI-"Considerando a dificuldade de venda em hasta pública dos bens penhorados e a faculdade concedida ao exequente, prevista no art. 706, do CPC, intime-se para que se manifeste a respeito da nomeação abaixo, no prazo de dez (10) dias, a qual será levada a termo, somente com a sua concordância, inclusive tácita no caso de omissão: a) Nomeio leiloeiro o Sr. Magno Rocha (JUCEPAR nº 08/020-L); b) Fixo sua comissão em 5% sobre o valor da venda em hasta pública (art.24 do Dec. 21.981/32); c) sendo negativa a hasta pública o Sr. leiloeiro terá direito somente ao reembolso das despesas que comprovadamente efetuou para o leilão em relação ao bem. -Advs. JERDAL A B CARVALHO E MUNIR ABAGGE, JOSE CARLOS PIAIA e KELLEN VANESSA K.R. DE FRANÇA-.
22. CARTA PRECATORIA - CIVEL-78/2009-Oriundo da Comarca de JEF PONTA GROSSA - PR-CAIXA ECONOMICA FEDERAL x CARMIL COM. EXP. DE MADEIRAS LTDA e outro-"Considerando a dificuldade de venda em hasta pública dos bens penhorados e a faculdade concedida ao exequente, prevista no art. 706, do CPC, intime-se para que se manifeste a respeito da nomeação abaixo, no prazo de dez (10) dias, a qual será levada a termo, somente com a sua concordância, inclusive tácita no caso de omissão: A) Nomeio leiloeiro o Sr. Fernando Martins Serrano (JUCEPAR nº 611); b) Fixo sua comissão em 5% sobre o valor da venda em hasta pública (art.24 do Dec. 21.981/32); csendo negativa a hasta pública o Sr. leiloeiro terá direito somente ao reembolso das despesas que comprovadamente efetuou para o leilão em relação ao bem. -Adv. ANESIO ROSSI JUNIOR-.
23. CARTA PRECATORIA - CIVEL-83/2009-Oriundo da Comarca de VARA FED.DE GUARAPUA-IBAMA - INST.BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E REC.NAT x SEBASTIAO SAMPAIO-"Considerando a dificuldade de venda em hasta pública dos bens penhorados e a faculdade concedida ao exequente, prevista no art. 706, do CPC, intime-se para que se manifeste a respeito da nomeação abaixo, no prazo de dez (10) dias, a qual será levada a termo, somente com a sua concordância, inclusive tácita no caso de omissão: a) Nomeio leiloeiro o Sr. Magno Rocha (JUCEPAR nº 08/020-L); b) Fixo sua comissão em 5% sobre o valor da venda em hasta pública (art.24 do Dec. 21.981/32); c) sendo negativa a hasta pública o Sr. leiloeiro terá direito somente ao reembolso das despesas que comprovadamente efetuou para o leilão em relação ao bem. -Adv. ANDREA VULCANIS-.
24. CARTA PRECATORIA - CIVEL-185/2009-Oriundo da Comarca de 2ª V. FAZ. PÚBLICA DE CURITIBA - PR-AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S/A. x WALDOMIRO DE CASTILHOS e outro-"Considerando a dificuldade de venda em hasta pública dos bens penhorados e a faculdade concedida ao exequente, prevista no art. 706, do CPC, intime-se para que se manifeste a respeito da nomeação abaixo, no prazo de dez (10) dias, a qual será levada a termo, somente com a sua concordância, inclusive tácita no caso de omissão: a) Nomeio leiloeiro o Sr. Magno Rocha (JUCEPAR nº 08/020-L); b) Fixo sua comissão em 5% sobre o valor da venda em hasta pública (art.24 do Dec. 21.981/32); c) sendo negativa a hasta pública o Sr. leiloeiro terá direito somente ao reembolso das despesas que comprovadamente efetuou para o leilão em relação ao bem. -Adv. TATHIANA YUMI ARAI-.
25. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0002442-75.2010.8.16.0095-Oriundo da Comarca de CANTAGALO - PR.-G.V.T. x A.O.B.- Às partes para que se manifestem sobre o requerimento do Sr. Perito nomeado. - Advs. ELCIO MARCELO BOM e LUIZ CARLOS QUEIROZ-.
26. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0001557-27.2011.8.16.0095-Oriundo da Comarca de 4ª V.CV.PONTA GROSSA-CLEIDY APARECIDA OLICHESKI MACHADO x NELSON KUBILINSKI e outros-Ao requerente para que providencie o recolhimento das custas nos seguintes valores: R$ 148,05 atos do escrivão; R$ 9,40 autuação; R$ 2,82 aviso de publicação; R$ 15,00 Porte de Retorno (gerar boleto www.tjpr.jus.br) e oficial de Justiça no valor de R$ 111,00 - 1 penhora - 2 intimações da penhora (Depósito Judicial - CEF - ag 0390 - op. 040 - Conta 01500027-4). -Adv. BRASIL PENTEADO-.

Irati, 28 de setembro de 2011.
HALYNA HOLOLOB KONOWALENKO
ESCRIVÃ

# JAGUARIAÍVA

## JUÍZO ÚNICO

**Adicionar um(a) Título COMARCA DE JAGUARIAÍVA - ESTADO DO PARANA**
**VARA UNICA - RELAÇÃO Nº 29/2011**
**JUIZA DE SUBSTITUTA: JULIANA OLANDOSKI BARBOZA**

Adicionar um(a) Índice Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANA NEGRINI 0014 000586/2007
0065 000012/2011
0091 000279/2011
ADRIANO MUNIZ REBELLO 0053 000476/2010
ALAN CARLOS ORDAKOVSKI 0086 000233/2011
ALBERT DO CARMO AMORIM 0084 000212/2011
ALESSANDRA DE SOUZA CARVA 0094 000409/2011
ALESSANDRA PEDROSO VIANA 0064 000011/2011
ALEXANDRE DOS SANTOS MATO 0092 000355/2011
ALEXANDRE FURTADO DA SILV 0005 000423/2003
ALINE C.C. DINIZ PIANARO 0015 000644/2007
0075 000111/2011
ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA 0026 000617/2008
ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA 0044 000032/2010
0070 000091/2011
ANA CLAUDIA FURQUIM 0020 000286/2008
0021 000341/2008
0022 000431/2008
0031 000226/2009
ANDREA LOPES GERMANO PERE 0051 000447/2010
BENEDITA LUZIA DE CARVALH 0014 000586/2007

0065 000012/2011
BRUNO MIRANDA QUADROS 0015 000644/2007
0099 000100/2010
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 0088 000265/2011
0090 000277/2011
CARLA MYLAINE DE CAMARGO 0044 000032/2010
CARLOS SCHAEFER MEHRET 0019 000220/2008
0038 000800/2009
0040 000939/2009
CELIO APARECIDO RIBEIRO 0080 000163/2011
CELITA ROSENTHAL 0109 000011/2011
CESAR AUGUSTO PESSA FILHO 0011 000630/2006
0052 000455/2010
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0088 000265/2011
0090 000277/2011
CRYSTIANE LINHARES 0051 000447/2010
DAIANE ANTUNES SALGADO 0025 000568/2008
DAIANE RODRIGUES DE MELO 0035 000455/2009
0045 000099/2010
0061 000905/2010
DENISE VAZQUEZ PIRES 0049 000306/2010
0082 000205/2011
DIEGO DE MENTZINGEN GOMES 0095 000423/2011
0096 000424/2011
DILCÉLIO VAZ CAMARGO 0086 000233/2011
DIONE BATISTA DOS SANTOS 0056 000753/2010
EDSON LUIZ AMARAL 0100 000123/2010
EDUARDO HENRIQUE VEIGA 0026 000617/2008
ELIANA LOPES PEREIRA DE A 0104 000149/2010
ELIZEU LUIZ TOPOROSKI 0075 000111/2011
EMANUELA CATAFESTA RIBAS 0107 000215/2010
EMILIA DANIELA C. M. DE O 0109 000011/2011
ENEIDA WIRGUES 0027 000651/2008
0072 000104/2011
0085 000215/2011
EVALDO GONCALVES LEITE 0054 000669/2010
EVARISTO ARAGÃO SANTOS 0067 000036/2011
FABIANO DA SILVA 0030 000181/2009
FABIO JOSE DE CARVALHO 0094 000409/2011
FABIO LINEU LEAL ANTUNES 0006 000744/2003
FABIULA SCHMIDT 0026 000617/2008
FABRICIO GUIMARAES VILAS 0018 000039/2008
FERNANDA CORONADO F. MARQ 0078 000145/2011
FERNANDO FREDERICO 0019 000220/2008
0020 000286/2008
0040 000939/2009
0046 000130/2010
0077 000144/2011
FERNANDO MUNHOZ REQUIÃO 0110 000021/2011
FLAVIA MARIA HRETSIUK 0018 000039/2008
FLAVIA REGINA VALENCIA 0106 000172/2010
FLAVIO SANTANNA VALGAS 0029 000058/2009
0083 000208/2011
FRANCISCO SOLANO TADEU CA 0004 000367/2003
GEOVANE DOS SANTOS FURTAD 0002 000548/2002
0016 000019/2008
0017 000020/2008
0046 000130/2010
GERALDO FRANCISCO POMAGER 0108 000003/2011
GILBERTO ANTONIO RAPONI 0037 000692/2009
0049 000306/2010
0069 000052/2011
GIULIANO MIRANDA 0061 000905/2010
GUILHERME BORBA VIANA 0023 000483/2008
GUSTAVO MARTINI MULLER 0020 000286/2008
0021 000341/2008
0022 000431/2008
0031 000226/2009
HARON GUSMÃO DOUBOVETS PI 0020 000286/2008
HARON GUSMÃO DOUBOVETS PI 0021 000341/2008
HARON GUSMÃO DOUBOVETS PI 0031 000226/2009
ISAURA RIBEIRO DOS SANTOS 0081 000191/2011
IVO PERICLES CALDAS 0059 000875/2010
JANETH NUNES STEFANIAK 0013 000467/2007
JANICE IANKE 0027 000651/2008
0041 000020/2010
0048 000281/2010
0068 000051/2011
0071 000103/2011
0072 000104/2011
0073 000107/2011
0074 000109/2011
JEAN CARLOS CAMOZATO 0036 000556/2009
JOAB TOMAZ TEIXEIRA 0043 000027/2010
0086 000233/2011
JOAO CARLOS LOZESKI FILHO 0028 000673/2008
0033 000434/2009
0034 000436/2009
0056 000753/2010
0087 000261/2011
JOAO LUIZ STEFANIAK 0013 000467/2007
JOAO ROBERTO CHOCIAI 0076 000136/2011
JORGE WADIH TAHECH 0107 000215/2010
JOSE RICARDO CUMINI 0094 000409/2011
JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE 0080 000163/2011
JULIAN DERCIL SOUZA SANTO 0008 000481/2005
0012 000447/2007
0058 000862/2010
JUVENTINO ANTONIO DE MOUR 0054 000669/2010
KLEBER FRANCISCO ALVES 0023 000483/2008
LAERCIO ADEMIR DOS SANTOS 0001 000241/2002
0076 000136/2011
LEONARDO NEGRELLI 0090 000277/2011
LEVI MARTINS 0012 000447/2007
LILIAM APARECIDA DE JESUS 0037 000692/2009
0049 000306/2010
0053 000476/2010
LINCOLN FERREIRA DE BARRO 0003 000199/2003
LUIS GUILHERME PEGORARO 0008 000481/2005
MARCELO DE BORTOLO 0061 000905/2010
MARCELO MARTINS DE SOUZA 0024 000533/2008
0032 000335/2009
MARCELO MUSSI CORREA 0018 000039/2008
MARCELO SCHIAVINI SALOMAO 0023 000483/2008
MARCIA WESGUEBER 0101 000136/2010
MARCIO NOVAES CAVALCANTI 0078 000145/2011
MARCOS APARECIDO BERNARDE 0104 000149/2010
MARCOS DUTRA DE ALMEIDA 0008 000481/2005
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0015 000644/2007
MARISTELA ZIEMER DA CRUZ 0103 000144/2010
MARLI APARECIDA WASEM 0042 000026/2010
0055 000691/2010
MARLI INACIO PORTINHO DA 0098 000084/2010
MAURI MARCELO BEVERVANÇO 0067 000036/2011
MAURICIO BARBOSA DOS SANT 0060 000894/2010
MAURICIO JOSE MATRAS 0063 000951/2010
MAURICIO JOSÉ FERNANDES Q 0008 000481/2005
0057 000844/2010
0111 000050/2011
MAYLIN MAFFINI 0090 000277/2011
MICHELLE HOFFMANN PINHEIR 0012 000447/2007
MILKEN JACQUELINE C JACOM 0029 000058/2009
0090 000277/2011
MILKEN JACQUELINE CENERIN 0083 000208/2011
0088 000265/2011
MURILO ZANETTI LEAL 0097 000152/2009
NATASCHA RAPHAELA POMAGER 0108 000003/2011
NELSON DOS SANTOS 0093 000403/2011
NEWTON DORNELES SARATT 0008 000481/2005
NEWTON MAURICIO FRANCO RO 0102 000139/2010
NIVALDO LUCAS FILHO 0007 000133/2004
0009 000886/2005
OSVALDO CHRISTO JUNIOR 0014 000586/2007
0065 000012/2011
0091 000279/2011
PATRICIA A MARCELI IZIDOR 0001 000241/2002
0076 000136/2011
PAULO MADEIRA 0079 000162/2011
PAULO NALIN 0023 000483/2008
PAULO SÉRGIO FERNANDES DA 0047 000187/2010
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 0083 000208/2011
RAFAEL MOSELE 0036 000556/2009
RAFAELA MARA BARROS SOLEK 0078 000145/2011
RAFAELA SIEIRO QUADROS BE 0077 000144/2011
ROBERTO BALBELA 0006 000744/2003
0044 000032/2010
0066 000017/2011
ROBERTO DE OLIVEIRA GUIMA 0078 000145/2011
RODRIGO CADEMARTORI LISE 0084 000212/2011
RONEI JULIANO FOGACA WEIS 0027 000651/2008
ROSANA RODRIGUES MARTINS 0105 000160/2010
SERGIO LEAL MARTINEZ 0026 000617/2008
SIGISFREDO HOEPERS 0050 000321/2010
SILVANA TORMEM 0039 000925/2009
TANIA MARISTELA MUNHOZ 0010 000241/2006
0056 000753/2010
0064 000011/2011
0065 000012/2011
0066 000017/2011
0089 000269/2011

TATYANE P. PORTES LANTIER 0086 000233/2011
THAIS PRETTI 0109 000011/2011
THIAGO FELIPE R. SANTOS 0015 000644/2007
0062 000913/2010
VALDEMAR BERNARDO JORGE 0110 000021/2011
WALDIR F. RECCANELLO 0107 000215/2010
WILIAM SOUZA ALVES 0086 000233/2011

Adicionar um(a) Conteúdo 1. COBRANÇA-241/2002-BANCO BANESTADO S/A x ORCIVAL HENNING E IARA HENNING- Ao credor para que cumpra o item 2.2 da r. decisão de fls. 683/684, ou seja prazo de 10 (dez) dias para apresentar cálculo atualizado de seu crédito. -Advs. LAERCIO ADEMIR DOS SANTOS e PATRICIA A MARCELI IZIDORO-.
2. Ord.Conc. Benef. Previd. idad-548/2002-MARIA CECILIA GODOI x INSTITUTO NACIONAL SEGURO SOCIAL- INSS- Diante do deposito dos valores requisitos, prazo de 10 (dez) dias para a autora requerer o que entender de direito.-Adv. GEOVANE DOS SANTOS FURTADO-.
3. EMBARGOS A EXECUCAO-199/2003-JOSE DA SILVA REIS E JERSSE DA SILVA REIS x BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A- Tendo em vista que a parte executada não efetuou o pagamento da divida, ao exequente para que apresente o cálculo com a incidência da multa acima referida, bem como o vlaor correspondente a honorários advocaticios que fixado em 10% sobre o valor devido (CPC, art. 20 § 4º). -Adv. LINCOLN FERREIRA DE BARROS-.
4. REINT POSSE PED. TUTELA INT.P-367/2003-BENEDITO NUNES DE BARROS E SUA ESPOSA x SENGES DE PAPEL E CELULOSE- Em cumprimento ao item 06, capitulo IV da Portaria 08/09, deferido o pedido de desarquivamento e vista pelo prazo de 10 (dez) dias. -Adv. FRANCISCO SOLANO TADEU CAMPOS-.
5. REVISÃO CONTRATUAL-423/2003-ORTEC LTDA - ORGANIZACAO DE SERVICOS TECNICOS x BANCO DO BRASIL S/A- Em cumprimento ao item 25, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 5 (cinco) dias para o procurador da parte autora dar prosseguimento ao feito sob pena de extinção sem resolução do mérito. -Adv. ALEXANDRE FURTADO DA SILVA-.
6. MANUTENCAO DE POSSE com LIMINAR-744/2003-ORLANDO DIB e outro x DALILA ALEIXO COSTA- Finda a instrução, prazo comum para que as partes apresentem suas derradeiras alegações. -Advs. ROBERTO BALBELA e FABIO LINEU LEAL ANTUNES-.
7. USUCAPIAO-133/2004-DIONISIO PINHEIRO NETO e outro x O JUIZO- Prazo de 10 (dez) dias para o autor comprovar o óbito da Sra. Ivani Pinheiro Zanão, indicando seus herdeiros e respectivos endereços para citação. -Adv. NIVALDO LUCAS FILHO-.
8. CONS PGTO C/ IND D.-LIM ALIE-481/2005-MAURICIO JOSE FERNANDES QUEIROZ TEIXEIRA x BANCO FINASA S/A- Prazo de 10 (dez) para as partes providenciarem o recolhimento devido ao perito, conforme calculo apresentado pela contadoria judicial. -Advs. JULIAN DERCIL SOUZA SANTOS, MAURICIO JOSÉ FERNANDES Q.TEIXEIRA, LUIS GUILHERME PEGORARO, NEWTON DORNELES SARATT e MARCOS DUTRA DE ALMEIDA-.
9. ACAO DE DESP. C/ COBR. ALUG.-886/2005-MARIO FONSECA FILHO x APARECIDA SANTOS JARDUA- Em cumprimento ao item 25, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 5 (cinco) dias para o procurador da parte autora promover o prosseguimento do feito, sob pena de extinção sem resolução do mérito. -Adv. NIVALDO LUCAS FILHO-.
10. IND POR D MORAL DECOR AC MOBI-241/2006-DIONE EVA MIRANDA x NILSEN DA SILVA CANDIDO- Prazo de 10 (dez) dias para manifestar sobre o laudo trazido aos autos. -Adv. TANIA MARISTELA MUNHOZ-.
11. EXEC DE ALIMENTOS - art. 733-630/2006-M.S.R.P.A. e outros x P.S. e outro- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias paara a parte exequente manifestar sobre a diligência negativa do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. CESAR AUGUSTO PESSA FILHO-.
12. INDENIZACAO-447/2007-ANA LUCIA RIBASKI DA SILVA e outro x GILMAR COSTA PASSOS- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. Oficial de justiça. -Advs. MICHELLE HOFFMANN PINHEIRO MACHADO, LEVI MARTINS e JULIAN DERCIL SOUZA SANTOS-.
13. Peticao de Heranca-467/2007-R.D.S.M. x E.C.F.N.- Prazo de 10 (dez) dias para a autora manifestar sobre o requerimento de fls. 68/73. -Advs. JANETH NUNES STEFANIAK e JOAO LUIZ STEFANIAK-.
14. USUCAPIAO-586/2007-JOAO CARLOS MANCINI DE OLIVEIRA e outros x O JUIZO- A parte autora para que promova o recolhimento das custas no valor de R$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais), sendo que deste valor R$ 128,50 (cento e vinte e oito reais e cinquenta centavos) é da parte do escrivão. -Advs. ADRIANA NEGRINI, OSVALDO CHRISTO JUNIOR e BENEDITA LUZIA DE CARVALHO-.
15. BUSCA E APREENSÃO convertida em DEPOSITO-644/2007-BANCO PANAMERICANO S/A x CLEIDELI BRAZ TEIXEIRA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça.-Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, BRUNO MIRANDA QUADROS, THIAGO FELIPE R. SANTOS e ALINE C.C. DINIZ PIANARO-.
16. CONC DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-19/2008-MARIA DO ESPIRITO SANTO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Diante do deposito dos valores requisitos, prazo de 10 (dez) dias para a autora requerer o que entender de direito. -Adv. GEOVANE DOS SANTOS FURTADO-.
17. CONC DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-20/2008-JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Diante do deposito dos valores requisitos, prazo de 10 (dez) dias para a autora requerer o que entender de direito.-Adv. GEOVANE DOS SANTOS FURTADO-.
18. ORDINARIA INOMINADA-39/2008-TEREZINHA ORTIZ DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Diante do calculo apresentado, prazo de 10 (dez) dias para a autora requerer o que entender de direito.-Advs. MARCELO MUSSI CORREA, FLAVIA MARIA HRETSIUK e FABRICIO GUIMARAES VILAS BOAS-.
19. ORD PREVID DE AMPAR SOCIAL A PESSOA PORT DE DEFICIENCIA-220/2008-ANA FERREIRA LEAL x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Em cumprimento ao item 13, capitulo I da Portaria 08/09, , prazo de 10 (dez) dias para as partes manifestarem sobre o laudo pericial trazidos aos autos pelo perito judicial nomeado -Advs. CARLOS SCHAEFER MEHRET e FERNANDO FREDERICO-.
20. CONC DE AU DOEN C/ ALTERN DE APOS POR INV-286/2008-ADELVINA SANTOS DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Em cumprimento ao item 13, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para as partes manifestarem sobre o laudo pericial trazidos autos pelo perito judicial nomeado. -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER, ANA CLAUDIA FURQUIM, HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO e FERNANDO FREDERICO-.
21. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL-341/2008-OLGA KUBASKI DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Diante do deposito dos valores requisitos, prazo de 10 (dez) dias para a autora requerer o que entender de direito.-Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER, ANA CLAUDIA FURQUIM e HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO-.
22. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-431/2008-EURIDES MARCONDES LEAL x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça, informando o atual endereço de seu cliente. -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER e ANA CLAUDIA FURQUIM-.
23. SEPARACAO JUDICIAL-483/2008-V.R.S.S. x A.S.S.- Prazo de 30 (trinta) dias para as partes atenderem os requerimentos realizados pela Fazenda do Estado do Paraná, conisderando que a expedição do formal de partilha está condicionado à p ´revia manifestação da Fazenda Estadual. -Advs. MARCELO SCHIAVINI SALOMAO, PAULO NALIN, GUILHERME BORBA VIANA e KLEBER FRANCISCO ALVES-.
24. ORDINARIA INOMINADA-533/2008-ANTONIO BOLIVAR MIRANDA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Diante do deposito dos valores requisitos, prazo de 10 (dez) dias para a autora requerer o que entender de direito.-Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA-.
25. PENSAO POR MORTE ACIDENTARIA c/c IND DANOS MOR LIM-568/2008-EDI MARTINS DA COSTA PASSOS e outros x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Diante do deposito dos valores requisitos, prazo de 10 (dez) dias para a autora requerer o que entender de direito.-Adv. DAIANE ANTUNES SALGADO-.
26. DECLAR DE INEX DE DEBITO C/C TUTELA ANTECIPADA-617/2008-MARIA JOZIANE DA COSTA PASSOS- JAGUARIAIVA x TIM CELULAR S/A- Em cumprimento ao item 16, capitulo IV da Portaria 08/09, prazo de 5 (cinco) dias para a parte interessada manifestar sobre o depósito dos honorários advocaticos conforme condenação em sentença, e acerca da satisfação do crédito, ainda sendo a parte ré para que retire em cartorio o alvará do valor depositado às fls. 85/86. -Advs. ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA, FABIULA SCHMIDT, EDUARDO HENRIQUE VEIGA e SERGIO LEAL MARTINEZ-.
27. BUSCA APREENSÃO DEP.C/ LIM.-651/2008-BANCO FINASA S.A. x GISELE MACHADO DOS SANTOS- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Advs. RONEI JULIANO FOGACA WEISS, JANICE IANKE e ENEIDA WIRGUES-.
28. ORD DECL DE NULIDADE E REV CONTRAT C/C ANTEC TUTELA-673/2008-GECI KRUBINIK x BANCO DO BRASIL S/A- Em cumprimento ao item 19, capitulo IV da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte contraria apresentar contra-razões ao recurso de agravo retido apresentado pela parte autora, visto que tempestivamente apresentado. -Adv. JOAO CARLOS LOZESKI FILHO-.
29. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-58/2009-BV FINANCEIRA S/A x ANDREY JOEL RODRIGUES PEDROSO- Convertido a presente ação de busca e apreensão em ação de execução de titulo extrajudicial. Proceder a citação nos termos da Lei -Advs. FLAVIO SANTANNA VALGAS e MILKEN JACQUELINE C JACOMINI-.
30. EXEC DE ALIMENTOS - art. 733-181/2009-M.N.S. x A.M.S.- Pleiteia o executado, seja revogada a sua prisão, diante do deposito efetuado. Entretanto como o valor depositado não correponde à totalidade da dívida em execução (três últimas parcelas vencidas até o ajuizamento da demanda, mais as vencidas no curso do processo), não procede o pedio feito pelo executado. Do exposto, rejeitado a justificativa apresentada e mantido a prisão decretada, expedir competente carta precatoria para que seja efetivada a prisão. -Adv. FABIANO DA SILVA-.
31. RESTAB DE BEN PREVID-AUX DOEN C/ PED ALT DE APOS POR INV-226/2009-MARLENE DE PAULA SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- A parte autora para que promova o recolhimento das custas no valor de R$ 588,79 (quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos). -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER, ANA CLAUDIA FURQUIM e HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO-.
32. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-335/2009-REINALDO RODRIGUES DAS NEVES x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligência negativa do Sr. Oficial de Justiça, informando o novo endereço de seu cliente.-Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA-.

33. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-434/2009-BANCO DO BRASIL S.A x PEDRO PEREIRA FERNANDES- A parte autora para que promova o prosseguimento do feito. -Adv. JOAO CARLOS LOZESKI FILHO-.
34. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-436/2009-BANCO DO BRASIL S.A x PEDRO PEREIRA FERNANDES- A parte autora para que promova o prosseguimento do feito, -Adv. JOAO CARLOS LOZESKI FILHO-.
35. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-455/2009-M.M.M. x M.C.M.- Prazo de 10 (dez) para o requerido manifestar sua concordância quanto ao pedido de fl. 60 -Adv. DAIANE RODRIGUES DE MELO-.
36. EXECUÇÃO-556/2009-CAIXA SEGURADORA S/A x P L DELGADO E W G DELGADO LTDA e outros- Em cumprimento ao item 08, cpaitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. oficial de justiça. -Advs. JEAN CARLOS CAMOZATO e RAFAEL MOSELE-.
37. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-692/2009-OMNI S/A - CFI x GILVAN SILVEIRA E BARROS- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO e GILBERTO ANTONIO RAPONI-.
38. ORDINARIA PREVIDENCIARIA DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL-800/2009-JOÃO MARIA GONÇALVES e outro x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Diante do deposito dos valores requisitos, prazo de 10 (dez) dias para a autora requerer o que entender de direito.-Adv. CARLOS SCHAEFER MEHRET-.
39. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-925/2009-BANCO FINASA S.A x TERESINHA HARMATIUK- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Adv. SILVANA TORMEM-.
40. ORD. PREV. DE TRANS. DE AUXÍLIO-DOENÇA PREV. EM APOS. POR INVALIDEZ-939/2009-MOISES DE PAULA OLIVEIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Em cumprimento ao item 16, capitulo I da Portaria 08/09, aos interessados para que manifestem acerca dos esclarecimentos prestados pelo perito judicial nomeado. -Advs. CARLOS SCHAEFER MEHRET e FERNANDO FREDERICO-.
41. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-20/2010-BV FINANCEIRA S/A - CFI x NELSON MACHADO CORREA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Adv. JANICE IANKE-.
42. EXECUÇÃO DE PENSÃO ALIMENTICIA-26/2010-A.L.L.R.P.M.R.M. x B.S.L.- Prazo de 10 (dez) dias para o exequente requerer o que entender de direito para o prosseguimento do feito. -Adv. MARLI APARECIDA WASEM-.
43. GUARDA E RESPONSABILIDADE C/ TUTELA ANTECIPADA P/ MANUTENÇÃO DE POSSE-27/2010-S. e outro x J.P.- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para o autor manifestar sobre a diligência negativa do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. JOAB TOMAZ TEIXEIRA-.
44. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS C/C PEDIDO DE PRISÃO CIVIL-32/2010-M.P.D.L.R.P.A.M.D. x E.C.L.-Defiro desde ja a expedição de alvara em nome da requerente para autorizar o levantemento de 50% do valor de seguro desemprego e FGTS bloqueado junto à Caixa Economica Federal, em nome do requerido. (PIS 126677684956). Prazo de 15 dias, efeute o pagamento da quantia apontada na memoria de calculo de fl. 192, com acrescimos legais, sob pena de multa de 10% nos termos do art. 475-J do CPC. Sublinho que efetuado o pagamento parcial no prazo referido a multa de dez por cento incidira sobre o retante (art. 475-J, §4º do CPC).-Advs. ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA, CARLA MYLAINE DE CAMARGO e ROBERTO BALBELA-.
45. EXONERACAO DE ALIMENTOS-99/2010-S.R. x E.M.R. e outro- ...Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e declaro extinta a obrigação alimentar do requerente em face da requerida, constituida nos autos nº 92/2003 de ação de separação judicial consensual, assim resolvido o merito do processo (CC, 1634, I, e CPC, 269, I). Condeno a parte requerida (Edilaine Moreira Rosa) ao pagamento das custas processuais e de honorarios ao procurador do requerente, que arbitro em R$ 250,00, devidamente corrigido, em face da simplicidade da questao, tambem do trabalho, zelo e diligencia do profissional e, ainda, considerando que o atual procurador somente atuou no fim do proceso. P.R.I e oportunamente ao arquivo.-Adv. DAIANE RODRIGUES DE MELO-.
46. ORD DE CONCES DE BEN PREV - APOS POR IDADE-130/2010-ONDINA DE MIRANDA GONÇALVES x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS- Diante do calculo apresentado prazo de 10 (dez) dias para a autora requerer o que entender de direito.-Advs. GEOVANE DOS SANTOS FURTADO e FERNANDO FREDERICO-.
47. INVENTÁRIO COM PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO-0000527-73.2010.8.16.0100-VILSON MARCOS TEIXEIRA DE SOUZA e outro x ESPÓLIO DE VANDERLEI PEDROSO DOS SANTOS- Aos requerente para que promovam o recolhimento das custas processuais no valor de R$ 223,68 (trezentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos), sendo que deste valor R$ 161,68 (cento e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos) é da parte da escrivã, conforme condenação em sentença. -Adv. PAULO SÉRGIO FERNANDES DA COSTA-.
48. REINT POSSE COM LIMINAR-0000790-08.2010.8.16.0100-BANCO FINASA BMC S/A x EDIVAN DA SILVA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Adv. JANICE IANKE-.
49. BUSCA E APREENSÃO C/C MEDIDA LIMINAR-0000881-98.2010.8.16.0100-OMNI S/A - CFI x LINDALVA DOS SANTOS- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Advs. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO, DENISE VAZQUEZ PIRES e GILBERTO ANTONIO RAPONI-.
50. BUSCA E APREENSÃO-0000914-88.2010.8.16.0100-BANCO FINASA BMC S/A x CARLITO ANTONIO SIABRA- Ao autor para apresentar impugnaçao no prazo legal. -Adv. SIGISFREDO HOEPERS-.
51. REINTEGRACAO DE POSSE-0001238-78.2010.8.16.0100-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x ELCIO LUIS BARBOSA DUARTE- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça.-Advs. ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA e CRYSTIANE LINHARES-.
52. EXEC DE ALIMENTOS - art. 733-0001300-21.2010.8.16.0100-M.V.S.P.R.P.C.A.M.D.S. x O.C.P.- Acolho a petição de fls. 39/40 e documentos que a acompanham no sentido de que a execução prossiga nos termos do art. 792 do CPC.-Adv. CESAR AUGUSTO PESSA FILHO-.
53. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-0001348-77.2010.8.16.0100-OMNI S/A - CFI x AMILTON VALENTIM SILVÉRIO- Deferido o pedido de fl. 73-Advs. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.
54. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0001791-28.2010.8.16.0100-BANCO ITAU S/A x LUCIANO MATEUS MADEIRAS e outros- Tendo em vista falha cometida anteriormente na publicaçao de n º 24/11, novamente em cumprimento ao item 21, capitulo XII da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte exequente manifestar sobre a exceção de pré-executividade apresentada às fls. 108/125. -Advs. EVALDO GONCALVES LEITE e JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA-.
55. ALVARA JUDICIAL-0001855-38.2010.8.16.0100-ALVARO JOSE FIATKOSKI JUNIOR- Manifeste o interessados sobre o V. Acordão. -Adv. MARLI APARECIDA WASEM-.
56. ANULACAO DE ATO JURIDICO C/C PEDIDO LIMINAR-0002029-47.2010.8.16.0100-MICHELE APARECIDA MACENO x MUNICIPIO DE JAGUARIAIVA- Em cumprimento ao item 10.1 e 10.2, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para as partes especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir de forma obejtiva e fundamentada sob pena de preclusão, bem como manifestem acerca da possibilidade de conciliarem em audiência na forma do art. 331, § 3º do CPC. -Advs. JOAO CARLOS LOZESKI FILHO, DIONE BATISTA DOS SANTOS e TANIA MARISTELA MUNHOZ-.
57. REMOÇÃO DE INVENTARIANTE-0002243-38.2010.8.16.0100-JOSÉ CARLOS DA SILVA- Cumprindo o item 20, capitulo IV da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para o procurador comprovar a ciência da parte sobre a renuncia informada, sob pena de prosseguir na defesa dos interesses do mandante. -Adv. MAURICIO JOSÉ FERNANDES Q.TEIXEIRA-.
58. REC E DIS UNIÃO EST C/C PART BENS E MED CAUT SEP CORPOS-0002300-56.2010.8.16.0100-N.M.R. x F.A.A.- Nos termos do art. 319 di CPC, decretado a revelia do requerido sendo que, antes a natureza da causa, os efeitos estarão limitados ao disposto no art. 322, do CPC (vide art. 320, inc. II do CPC). Atendendo ao item 2 da manifestação manifesterial de fl. 50, designado audiência para o dia 25.10.11 às 14hs30min (VINTE E CINCO DE OUTUBRO DE 2011 ÀS 14:30 HORAS), devendo a parte autora comparecer acompanhada de suas testemunhas ou depositar o rol respectivo em cartorio com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada.-Adv. JULIAN DERCIL SOUZA SANTOS-.
59. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO-0002340-38.2010.8.16.0100-CORREIA NETO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. x MUNICIPIO DE JAGUARIAIVA e outro- Prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar (CPC, arts. 326-327). -Adv. IVO PERICLES CALDAS-.
60. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0002398-41.2010.8.16.0100-MARIO JOSE CARNEIRO ULRICH x MIRACIR FERREIRA PRESTES- Em cumprimento ao item 25, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 5 (cinco) dias para o procurador da parte autora dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção sem resolução do mérito. -Adv. MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS-.
61. INTERDITO PROIBITORIO-0002417-47.2010.8.16.0100-SENGES FLORESTADORA E AGRICOLA LTDA x LUIZ CARLOS DRUZESK e outros- Em cumprimento ao item 10.1 e 10.2, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 5 (cinco) dias para as partes especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir de forma objetiva e fundamentada sob pena de preclusão, bem como manifestem acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência na forma do art. 331, § 3º do CPC. -Advs. MARCELO DE BORTOLO, GIULIANO MIRANDA e DAIANE RODRIGUES DE MELO-.
62. BUSCA E APREENSÃO-0002438-23.2010.8.16.0100-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x RAFAEL GLADE RODRIGUES- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Adv. THIAGO FELIPE R. SANTOS-.
63. DESP FUNDADO EM "DENÚNCIA VAZIA" E PERM DE SUBL NÃO CONS C/ LIMINAR-0002666-95.2010.8.16.0100-HARALDO LOBO SOARES e outro x AUTO POSTO SEROS LTDA- Prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o procurador devolver os autos em cartorio sob as penas da Lei.-Adv. MAURICIO JOSE MATRAS-.
64. DESAPROPRIAÇAO-0000036-32.2011.8.16.0100-MUNICIPIO DE JAGUARIAIVA x TAEDDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.- Diante da petição de fls. 250/254, bem como por todos os argumentos nos autos, face a alegada urgência na emissão da posse e, considerando o depósito do valor da avaliaçao, cumprir o item II do r. despacho de fl. 42, expedindo competente mandado de emissão na posse do imóvel em favor do Municipio de Jaguariaiva, com fundamento no artigo 15 da Lei 3365/41. -Advs. TANIA MARISTELA MUNHOZ e ALESSANDRA PEDROSO VIANA-.
65. DESAPROPRIAÇAO-0000037-17.2011.8.16.0100-MUNICIPIO DE JAGUARIAIVA x ARAUCO FLORESTAL ARAPOTI S/A- Manifestem os interessados sobre a baixa do Agravo de Instrumento. -Advs. TANIA MARISTELA MUNHOZ, ADRIANA NEGRINI, BENEDITA LUZIA DE CARVALHO e OSVALDO CHRISTO JUNIOR-.

66. COBRANÇA-0000050-16.2011.8.16.0100-CISNE COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. - EPP x MUNICIPIO DE JAGUARIAIVA- Em cumprimento ao item 10.1 e 10.2, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 5 (cinco) dias para as partes especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como manifestem acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência nos termos art. 331, § 3º do CPC -Advs. ROBERTO BALBELA e TANIA MARISTELA MUNHOZ-.
67. Busca e Apreensao-Fiduciaria-0000122-03.2011.8.16.0100-BANCO ITAU S/A x ALCIMAR TOMAZ DE MIRANDA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Advs. EVARISTO ARAGÃO SANTOS e MAURI MARCELO BEVERVANÇO JÚNIOR-.
68. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-0000186-13.2011.8.16.0100-BV FINANCEIRA S/A - CFI x ANGELA MARIA BATRACK- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para o autor manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. JANICE IANKE-.
69. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-0000195-72.2011.8.16.0100-OMNI S/A - CFI x PEDRO OLIVEIRA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Adv. GILBERTO ANTONIO RAPONI-.
70. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0000431-24.2011.8.16.0100-AUTO POSTO CORUJINHA LTDA x ADIR DE CAMPOS FERREIRA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça.-Adv. ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA-.
71. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-0000471-06.2011.8.16.0100-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x ANTONIO VILMAR DE OLIVEIRA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Adv. JANICE IANKE-.
72. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-0000472-88.2011.8.16.0100-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x SULIVAN DE CASTILHO ROBERTO- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Advs. JANICE IANKE e ENEIDA WIRGUES-.
73. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-0000496-19.2011.8.16.0100-BV FINANCEIRA S/A - CFI x IBRAIM TOMAZ DE MIRANDA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Adv. JANICE IANKE-.
74. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-0000494-49.2011.8.16.0100-BV FINANCEIRA S/A - CFI x FRANCISCO DARCI ALVES- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça.-Adv. JANICE IANKE-.
75. BUSCA E APREENSÃO-0000497-04.2011.8.16.0100-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x RENATO JOSE PUZIO- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Advs. ELIZEU LUIZ TOPOROSKI e ALINE C.C. DINIZ PIANARO-.
76. ORDINAR DECLAR REVISION C/C TUTELA ANTEC-0000600-11.2011.8.16.0100-CETRO LTDA x BANCO ITAÚ S/A- Mantido a decisão de fl. 324 pelos seus proprios fundamentos, A parte agravada para resposta. Ainda prazo de 5 (cinco) dias para as partes especificarem as provas que pretendem produzir, indicando-a sua pertinencia e relevância. -Advs. LAERCIO ADEMIR DOS SANTOS, PATRICIA A MARCELI IZIDORO e JOAO ROBERTO CHOCIAI-.
77. CONCESSÃO AUXÍLIO ACIDENTE C/ TUT ANTEC-0000621-84.2011.8.16.0100-JOAO MIGUEL RIBEIRO DO VALE x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Em cumprimento ao item 10.1 e 10.2, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 5 (cinco) dias para as partes especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir de forma objetiva e fundamentada sob pena de preclusão, bem como manifestem acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência na forma do art. 331, § 3º do CPC. -Advs. RAFAELA SIEIRO QUADROS BETENHEUSER e FERNANDO FREDERICO-.
78. INDENIZ. DANOS MAT. E MORAIS-0000650-37.2011.8.16.0100-MONISTEL COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME x VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. e outro- Em cumprimento ao item 10.1 e 10.2, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 5 (cinco) dias para as partes especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como manifestem acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência na forma do art. 331, § 3º do CPC; -Advs. RAFAELA MARA BARROS SOLEK TEIXEIRA, ROBERTO DE OLIVEIRA GUIMARAES, MARCIO NOVAES CAVALCANTI e FERNANDA CORONADO F. MARQUES-.
79. REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0000687-64.2011.8.16.0100-DENNIS VAN DEN BERG x FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE JAGUARIAIVA- Prazo de 5 (cinco) dias para a parte autora manifestar (art. 398 do CPC), ficando vedada, sob pena de desentranhamento, ulterior juntada de documentação. -Adv. PAULO MADEIRA-.
80. REIVINDIC DE INISSÃO NA POSSE C/ LIMINAR-0000670-28.2011.8.16.0100-JORGE JOSÉ TEIXEIRA e outro x ESPOLIO DE ANTENOR ROCHA- Em cumprimento ao item 07, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 5 (cinco) dias para a parte autora manifestar (réplica) sobre a contestação, preliminares arguidas e eventuais documentos juntados. -Advs. JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE e CELIO APARECIDO RIBEIRO-.
81. REINTEGRACAO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS C/C LIMINAR-0001161-35.2011.8.16.0100-REINILDA TELES DOS SANTOS x ELAINE KARINA DE SOUZA e outro- A parte autora para manifestar nos autos, requerendo o que for de seu interesse. -Adv. ISAURA RIBEIRO DOS SANTOS-.
82. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-0002328-87.2011.8.16.0100-OMNI S/A - CFI x OLICO MOREIRA DA SILVA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Adv. DENISE VAZQUEZ PIRES-.
83. BUSCA E APREENSÃO-0003029-48.2011.8.16.0100-BV FINANCEIRA S/A - CFI x OLICO MOREIRA DA SILVA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça.-Advs. FLAVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE CENERINI e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR-.
84. BUSCA E APREENSÃO-0003526-62.2011.8.16.0100-BV FINANCEIRA S/A - CFI x ANTONIO CELIO DE OLIVEIRA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Advs. ALBERT DO CARMO AMORIM e RODRIGO CADEMARTORI LISE-.
85. BUSCA E APREENS. PED. LIMINAR-0003779-50.2011.8.16.0100-BV FINANCEIRA S/A - CFI x JOSUE RODRIGUES DE ARAUJO- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar acerca da diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça-Adv. ENEIDA WIRGUES-.
86. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO-0004162-28.2011.8.16.0100-RWR LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA x JOSE APARECIDO DOS SANTOS MERCEARIA- Em cumprimento ao item 10.1 e 1.2 capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 5 (cinco) dias para as partes especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como manifestem acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia na forma do art. 331, § 3º do CPC;. -Advs. TATYANE P. PORTES LANTIER, ALAN CARLOS ORDAKOVSKI, DILCÉLIO VAZ CAMARGO, JOAB TOMAZ TEIXEIRA e WILIAM SOUZA ALVES-.
87. ARROLAMENTO-0004262-80.2011.8.16.0100-ROSELI RODRIGUES e outro x ESPOLIO DE LIVARDO CUSTODIO DE OLIVEIRA- Nomeado Roseli Rodrigues inventariante do espolio de Livardo Custodio de Oliveira, independentemente da lavratura de termo de compromisso (art. 1.032 do CPC). Prazo de 20 (vinte) dias para o inventariante trazer aos autos certidão de óbito de Livardo Custodio de Oliveira, certidões negativas atualizadas de débitos municipais, estaduais e federais, em nome do de cujus, bem como certidão de matricula atualizada do imóvel objeto da partilha. -Adv. JOAO CARLOS LOZESKI FILHO-.
88. BUSCA E APREENSÃO-0004274-94.2011.8.16.0100-BV FINANCEIRA S/A - CFI x JANE CONCEICAO DA SILVA- Julgado procedente, a presente ação de busca e apreensão, com fundamento no artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, consolidando a propridade do bem apreendido em favor do requerente, com fundamento no art. 3º § 1º do Decreto=Lei n º 911/69. Após o transito em julgado, expedir oficio ao órgão competente para que seja expedido novo certificado de registro de propriedade do bem descrito na inicilal em nome do requerente ou de quem ela indicar, livre do ônus da propriedade fiduciária. Condenado a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocaticios, que fixado em 10% (dez por cento), sobre o valor atribuindo à causa, na forma do art. 20º, § 3º do CPC, corrigidos monetariamente e acrescifos de juros legais, os termos do artigo 406 do Código Civil, a partir da publicação desta sentença. Fixado a importância acima destacada em virtude da simplicidade da demanda. Cumprir no que for aplicável, o Código de Normas da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN, MILKEN JACQUELINE CENERINI e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.
89. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RES DE DANO PATRIMONIO PÚBLICO-0004297-40.2011.8.16.0100-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x ADEMAR FERREIRA DE BARROS- Deferido o pedido de vista mediante carga pelo prazo de 5 (cinco) dias. -Adv. TANIA MARISTELA MUNHOZ-.
90. BUSCA E APREENSÃO-0004316-46.2011.8.16.0100-BV FINANCEIRA S/A - CFI x JOÃO MARIA DE OLIVEIRA- Em cumprimento ao item 10.1 e 10.2, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 5 (cinco) dias para as partes especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão bem como manifestem acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência na forma do art. 331, § 3º do CPC. -Advs. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN, MILKEN JACQUELINE C JACOMINI, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, MAYLIN MAFFINI e LEONARDO NEGRELLI-.
91. REVISÃO CONTR BANCÁRIO C/C TUT ANT-0004323-38.2011.8.16.0100-MARCOS ANTONIO LOPES x BANCO ITAÚ S/A- Em cumprimento ao item 07, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar (réplica) sobre a contestação, preliminares arguidas e eventuais documentos juntados. -Advs. ADRIANA NEGRINI e OSVALDO CHRISTO JUNIOR-.
92. RETIF. DE REGISTRO CIVIL-0004615-23.2011.8.16.0100-ULISSES HAIBE PEREIRA DA SILVA JEBEILI e outros- Deferido o pedido inicial e, via de conseqüencia determinado sejam efetuadas as retificações requeridas. Publique-se, registre-se, intime-se e, oportunamente, expedir mandado para averbação e arquivem-se, observadas as formalidades legais pertinentes em especial aquelas contidas no Código de Normas da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. -Adv. ALEXANDRE DOS SANTOS MATOSO-.
93. ARROLAMENTO-0004893-24.2011.8.16.0100-ADRIANO GENARO FERREIRA DOS SANTOS x ESPOLIO DE ESTEFANO WALYLO- Nomeado ADRIANO GENARO FERREIRA DOS SANTOS, inventariante do espólio de Estefano Walylo, Rosalia Walylo e Miguel Walylo, independentemente da lavratura de termo de compromisso (art. 1.032 do CPC). Prazo de 20 (vinte) dias para o inventariante trazer aos autos certidões negativas atualizadas de débitos municipais, estaduais e federais

em nome dos de cujus, bem como certidão de matricula atualizada dos imóveis objeto da partilha. -Adv. NELSON DOS SANTOS-.
94. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR-0004901-98.2011.8.16.0100-CHAMPION ELETRICIDADE LTDA x ILUSTRISSIMO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE JAGUARIAÍVA/PR- Concedido em parte liminar pleiteada, entendendo estarem presentes os pressupostos autorizadores das medidas liminares, pelo que DETERMINADO que a autoridade impetrada expeça a certidão negativa de débito do imovel, sob pena de incidência de multa diária no Valor R$ 250,00. Proceder a notificação para prestar informações. -Advs. ALESSANDRA DE SOUZA CARVALHO, FABIO JOSE DE CARVALHO e JOSE RICARDO CUMINI-.
95. REVISÃO DE CONTR C/C REPET DE INDÉBITO-0004913-15.2011.8.16.0100-MARILENE ASSUMÇÃO FONTANA-ME x BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A- Em cumprimento ao item 01, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 30 (trinta) dias para a parte autora promover o recolhimento das custas processuais no valo de R$ 333,70 (trezentos e trinta e três reais e setenta centavos), sob pena de cancelamento da distribuição. -Adv. DIEGO DE MENTZINGEN GOMES-.
96. REVISÃO DE CONTR C/C REPET DE INDÉBITO-0004912-30.2011.8.16.0100-MARILENE ASSUMÇÃO FONTANA-ME x BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A- Em cumprimento ao item 01, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 30 (trinta) dias para a parte autora promover o recolhimento das custas no valor de R$ 827,20 (oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos), sob pena de cancelamento da distribuição. -Adv. DIEGO DE MENTZINGEN GOMES-.
97. CARTA PRECATORIA CIVEL-152/2009-Oriundo da Comarca de JUIZ DA COMARCA DE SENGES-WILHEM MARQUES DIB x VANDERMAX - COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MADEIRAS LTDA. - EPP- Em cumprimento ao item 05, capitulo IV da Portaria 08/09, ao exequente para que apresente demonstrativo atualizado do débito e seus acrescimos legais, bem como o número do CPC ou CNPJ do devedor. -Adv. MURILO ZANETTI LEAL-.
98. CARTA PRECATORIA CIVEL-0001116-65.2010.8.16.0100-Oriundo da Comarca de 1ª COMARCA DE PORTO FELIZ-OMNI S/A - CFI x JOSE DOMINGOS MACIEL- Em cumprimento ao item 08, cpaitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça " deixado de proceder a citação". -Adv. MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA-.
99. CARTA PRECATORIA CIVEL-0001351-32.2010.8.16.0100-Oriundo da Comarca de JUIZO DE DIREITO DA LAPA - PR-BANCO FINASA S/A. x REGIANE CAMARGO DA SILVA- Em cumprimento ao item 01, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 30 (trinta) dias para a parte autora promover o recolhimento das custas da parte do escrivão, sob pena de cancelamento da distribuição e devolução da precatoria à origem.-Adv. BRUNO MIRANDA QUADROS-.
100. CARTA PRECATORIA CIVEL-0001528-93.2010.8.16.0100-Oriundo da Comarca de 4.VARA CIVEL DA COMARCA DE CURITIBA-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR x BRASPINE MADEIRAS LTDA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça "deixado de proceder o cumprimento do ato deprecado por falta de pagamento das diligencias devidas ao Sr. Meirinho". -Adv. EDSON LUIZ AMARAL-.
101. CARTA PRECATORIA FAMILIA-0001644-02.2010.8.16.0100-Oriundo da Comarca de COMARCA DE SENGES-PR-DANILO SILVERIO FERREIRA LOPES REPRES. POR ROSILDA DE FATIMA FERREIRA x LUCIANO INOCENCIO LOPES- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça "deixado de proceder a citação". -Adv. MARCIA WESGUEBER-.
102. CARTA PRECATORIA CIVEL-0001650-09.2010.8.16.0100-Oriundo da Comarca de 2 VARA DA COMARCA DE PONTA GROSSA-CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF x ELCIO LUIS BARBOSA DUARTE ME e outro- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09,. prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça "deixado de proceder o ato deprecado por falta de pagamento das diligencias "-Adv. NEWTON MAURICIO FRANCO RODRIGUES-.
103. CARTA PRECATORIA CIVEL-0001704-72.2010.8.16.0100-Oriundo da Comarca de VARA CIVEL DE PONTA GROSSA-OLINDA APARECIDA VIEIRA FRANCISCO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça. -Adv. MARISTELA ZIEMER DA CRUZ BANTELE-.
104. CARTA PRECATORIA CIVEL-0001795-65.2010.8.16.0100-Oriundo da Comarca de 2ª VARA DE PARAGUAÇU PAULISTA/SP-FUNDAÇÃO GAMMON DE ENSINO x JOSUE RODRIGUES BISCAIA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça " deixado de proceder o ato deprecado por falta de pagamento das diligencias". -Advs. MARCOS APARECIDO BERNARDES e ELIANA LOPES PEREIRA DE ABREU-.
105. CARTA PRECATORIA FAMILIA-0001876-14.2010.8.16.0100-Oriundo da Comarca de COMARCA DE CURIÚVA-PARANÁ-GUILHERME AUGUSTO DA SILVA PASSOS REP. POR JOSÉLIA DA SILVA x MARCIO CRISTIANO PASSOS- Em cumprimento ao item 08, cpaitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça " deixado de proceder a citaçao". -Adv. ROSANA RODRIGUES MARTINS BORGES-.
106. CARTA PRECATORIA CIVEL-0001986-13.2010.8.16.0100-Oriundo da Comarca de 4ª VARA CIVEL DE ITAPETININGA-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER x LUIZ ALVES DE MIRANDA- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça " deixado de proceder a penhora, deposito e avaliação". -Adv. FLAVIA REGINA VALENCIA-.
107. CARTA PRECATORIA CIVEL-0002735-30.2010.8.16.0100-Oriundo da Comarca de 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARAPUAVA-VIKING GLOBAL BRASIL INVESTIMENTOS FLORESTAIS LTDA. x ESTEFANO ROSA HORNUNG e outros- Em cumprimento ao item 01, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 30 (trinta) dias para a parte autora promover o recolhimento das custas da parte do escrivão, sob pena de cancelamento da distribuição e devolução da precatoria à origem. -Advs. EMANUELA CATAFESTA RIBAS, JORGE WADIH TAHECH e WALDIR F. RECCANELLO-.
108. CARTA PRECATORIA CIVEL-0000070-07.2011.8.16.0100-Oriundo da Comarca de COMARCA DE CASTRO-PR-JMR EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA x ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS- Em cumprimento ao item 08, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 10 (dez) dias para a parte autora manifestar sobre a diligencia negativa do Sr. Oficial de Justiça. -Advs. GERALDO FRANCISCO POMAGERSKI e NATASCHA RAPHAELA POMAGERSKI-.
109. CARTA PRECATORIA CIVEL-0000290-05.2011.8.16.0100-Oriundo da Comarca de 3ª VARA C VEL DE CURITIBA-PARANµ-CREFISA S/A CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS x ELIAS ANTÔNIO DE FREITAS- Em atendimento ao item 01, capitulo I da Portaria 08/09, a parte autora para que promova o recolhimento das custas da parte do escrivão, sob pena de cancelamento da distribuição e devolução da precatoria à origem. -Advs. CELITA ROSENTHAL, THAIS PRETTI e EMILIA DANIELA C. M. DE OLIVEIRA-.
110. CARTA PRECATORIA CIVEL-0000587-12.2011.8.16.0100-Oriundo da Comarca de -RODOPARANÁ IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA. x CLEDIMIL MARTINS DA COSTA - ME e outro- Em cumprimento ao item 01, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 30 (trinta) dias para a parte autora promover o recolhimento das custas da parte do escrivão, sob pena de cancelamento da distribuição e devolução da precatoria à origem-Advs. VALDEMAR BERNARDO JORGE e FERNANDO MUNHOZ REQUIÃO-.
111. CARTA PRECATORIA CIVEL-0004388-33.2011.8.16.0100-Oriundo da Comarca de ARAPOTI-PARANµ-MAURICIO JOSE FERNANDES QUEIROZ TEIXEIRA x LEONIL PINTO DE OLIVEIRA- Em cumprimento ao item 01, capitulo I da Portaria 08/09, prazo de 30 (trinta) dias para a parte autora promover o recolhimento das custas da parte do escrivão, sob pena de cancelamento da distribuição e devolução da precatoria à origem -Adv. MAURICIO JOSÉ FERNANDES Q.TEIXEIRA-.

Adicionar um(a) Data JAGUARIAÍVA, 29 DE SETEMBRO DE 2011
ROSANE APARECIDA DE BARROS

# LAPA

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**COMARCA DA LAPA - ESTADO DO PARANÁ**
**CARTÓRIO DA VARA CÍVEL E ANEXOS**
**JUIZA DE DIREITO: LILIAN RESENDE CASTANHO SCHELBAUER**
**JUIZ SUBSTITUTO: LEANDRO LEITE CARVALHO CAMPOS**
**DESPACHOS PROFERIDOS.**

**RELAÇÃO DE PUBLICAÇÃO Nº 195/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALEX JOSE CIBOTO 0014 001598/2010
ANA LUCIA FRANÇA 0006 001115/2008
ANDREA CRISTIANE GRABOVSK 0015 002653/2010
ANTONIO MARCIO MARCASSI R 0003 000097/2006
BLAS GOMM FILHO 0006 001115/2008
0011 000682/2009
CRYSTIANE LINHARES 0016 003813/2010
DEIVA LUCIA CANALI 0004 000159/2006
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR 0017 001883/2011
ERLON FERNANDO CENI DE OL 0009 000136/2009
FLAVIA CRISTIANE MACHADO 0001 000618/1999
IZABELA RUCKER CURI BERTO 0014 001598/2010
JORGE CARLOS DE OLIVEIRA 0003 000097/2006
LUCAS AMARAL DASSAN 0017 001883/2011
LUIZ CARLOS GEMIN 0001 000618/1999
0002 000922/2005
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0015 002653/2010
LUIZ PEDRO SUCCO 0003 000097/2006

MARCELO HENRIQUE MAGALHAE 0013 001076/2009
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0005 000027/2008
0008 002281/2008
0009 000136/2009
0010 000645/2009
PATRICIA GONÇALVES ROCHA 0007 002033/2008
PAULO SERGIO FERRARI 0002 000922/2005
0007 002033/2008
0013 001076/2009
ROSANGELA DA ROSA CORREA 0005 000027/2008
0008 002281/2008
0009 000136/2009
0010 000645/2009
SILMARA REGINA LAMBOIA 0018 003147/2011
SILVIA ARRUDA GOMM 0006 001115/2008
WILSON SANCHES MARCONI 0012 000769/2009

1. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0000157-71.1999.8.16.0103-BANCO DO BRASIL S/A x JOAO DE JESUS MENDES DE SOUZA e outro- "Da baixa dos autos, manifestem-se as partes." -Advs. FLAVIA CRISTIANE MACHADO e LUIZ CARLOS GEMIN-.
2. DECLARATORIA DE USUCAPIAO-922/2005-POSTO DE MOLAS AMIGAO LTDA ME x RAFAEL KARPINSKI- "...Diante do exposto, com fundamento no artigo 794, I, do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução de sentença, face o pagamento do débito. Transitada em julgado, arquive-se observadas as formalidades legais." -Advs. LUIZ CARLOS GEMIN e PAULO SERGIO FERRARI-.
3. EXECUCAO ENTREGA DE COISA-97/2006-CEREAGRO S.A. x DOMINGOS KUGERATSKI e outro- "...Diante do exposto, com fundamento no artigo 794, I, do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução, face o pagamento do débito, determinando o levantamento da penhora mediante termo, com as respectivas baixas nas anotações. Após, transitada em julgado, arquive-se observadas as formalidades legais." -Advs. LUIZ PEDRO SUCCO, ANTONIO MARCIO MARCASSI RODRIGUES e JORGE CARLOS DE OLIVEIRA BECHTLOFF-.
4. EXECUCAO-159/2006-CLOVIS JOSE GUGELMIN DISTEFANO x VEREDA COMERCIO DE CEREAIS LTDA- "...Diante do exposto, e pelo que demais dos autos consta, julgo, com fundamento no artigo 267, II e III, do Código de Processo Civil, extinta a presente Execução de Honorários Advocatícios, sem julgamento de mérito. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais e com as respectivas baixas." -Adv. DEIVA LUCIA CANALI-.
5. BUSCA E APREENSAO-27/2008-B.F.S. x E.L.- "...Diante do exposto, homologo, para que surta seus efeitos jurídicos, a desistência formulada à fl. 75, julgando, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, extinta a presente ação de busca e apreensão, sem julgamento de mérito, determinando o desbloqueio do veículo junto ao Detran. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais." -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.
6. DEPOSITO-1115/2008-F.I.D.C.-B. x L.C.E.-- "...Diante do exposto, e pelo que demais dos autos consta, julgo procedente o pedido inicial para, com fundamento no artigo 904, do Código de Processo Civil, para determinar a expedição de mandado contra o requerido para a entrega, em vinte e quatro horas, da coisa ou de seu equivalente em dinheiro, reconhecido este como o valor das prestações vencidas até o efetivo pagamento, observado o valor total do vem como limite máximo. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor do débito." -Advs. BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANÇA e SILVIA ARRUDA GOMM-.
7. INDENIZACAO-2033/2008-LUCIANO MARCOS DIOGO x CARTORIO DE REG. CIVIL E TABELIONATO DE CATANDUVAS- Quanto ao cumprimento de sentença de fls. 83/84, embora nada conste do dispositivo da sentença, entendo, com lastro na Súmula nº 306 do STJ, ser automática a compensação da condenação sucumbencial, nos termos do art. 21 do CPC, o que desde já determino. Respaldando nossa decisão, registro:...Destarte, realizada a compensação, evidente que a condenação atinente aos honorários devidos pelo autor deve ser considerada abatida pelo total devido pelo Réu, a título de honorários de sucumbência. Ora. Em acordo com a sentença exequenda, a parte executada, em verdade, é credora de verba honorária em face da parte oposta, além de demais valores atinentes à condenação no mérito, inexistindo óbice à extinção da execução/cumprimento de fls. 83/84, por esvaziamento do interesse processual. Isto posto, ante a compensação operada, julgo extinta a execução/cumprimento de fls. 83/84, com fincas no art. 267, VI do CPC. Sem custas pelo cumprimento supra mencionado, haja vista a boa fé do exequente, e o princípio da causalidade, sendo certo que em não havendo expressa menção acerca da compensação devida, não se poderia exigir tácito acatamento pelas partes. Sem condenação em honorários advocatícios, ex lege. P.R.I. Quanto ao cumprimento de sentença em andamento por Luciano Marcos Diogo, compulsando os autos não localizamos seu petitório inicial. Assim, intime-se o exequente Luciano a regularizar o andamento do feito, devendo formular, expressamente, o requerimento de cumprimento de sentença, apresentando memória de cálculo, atentando-se da compensação supra operada." -Advs. PATRICIA GONÇALVES ROCHA e PAULO SERGIO FERRARI-.
8. BUSCA E APREENSAO-2281/2008-H.B.B.S.B.M. x E.J.Z.E.- "...Diante do exposto, homologo, para que surta seus efeitos jurídicos, a desistência formulada à fl. 55, julgando, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, extinta a presente ação de busca e apreensão, sem julgamento de mérito, determinando o desentranhamento dos documentos requeridos. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais." -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.
9. BUSCA E APREENSAO-136/2009-H.B.B.S.B.M. x E.J.Z.E.- "...Diante do exposto, homologo, para que surta seus efeitos jurídicos, a desistência formulada à fl. 49, julgando, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, extinta a presente ação de busca e apreensão, sem julgamento de mérito, determinando o desentranhamento dos documentos requeridos. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais." -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, ROSANGELA DA ROSA CORREA e ERLON FERNANDO CENI DE OLIVEIRA-.
10. BUSCA E APREENSAO-645/2009-B.F. x A.L.L.- "...Diante do exposto, julgo, com fundamento no artigo 269, III, do Código de Processo Civil, extinta a presente ação de Busca e Apreensão, com julgamento de mérito, homologando, para que surta seus efeitos jurídicos, a transação celebrada entre as partes. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais." -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.
11. BUSCA E APREENSAO-682/2009-F.I.D.C.-.B. x S.T.- "...Diante do exposto, homologo, para que surta seus efeitos jurídicos, a desistência formulada à fl. 57, julgando, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, extinta a presente ação de busca e apreensão, sem julgamento de mérito, determinando o desbloqueio do veículo junto ao Detran. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais." -Adv. BLAS GOMM FILHO-.
12. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-769/2009-BANCO BRADESCO S/A x HELLY REGINA GOOD- "...Diante do exposto, e pelo que demais dos autos consta, julgo, com fundamento no artigo 267, II e III, do Código de Processo Civil, extinta a presente Execução de Título Extrajudicial, sem julgamento de mérito. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais e com as respectivas baixas." -Adv. WILSON SANCHES MARCONI-.
13. INDENIZACAO-1076/2009-NEUSA APARECIDA VACHAKI x RENATO MOREIRA RIBAS- "...Ante o Exposto, homologo o laudo pericial de fls. 131/142, e declaro líquida a condenação, no valor de R$ 25.474,20, o qual deverá ser corrigido monetariamente desde a data da apuração do valor (23/02/2011), pelo INPC, mais juros de mora a 1% ao mês, contados da mesma data, até seu efetivo pagamento. Transitada em julgado, certifique-se e intime-se a credora para o prosseguimento do feito na forma da lei." -Advs. PAULO SERGIO FERRARI e MARCELO HENRIQUE MAGALHAES BATISTA-.
14. CAUTELAR DE EXIBICAO-0001598-04.2010.8.16.0103-ADAO DOS SANTOS x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A- "...Diante do exposto, e pelo que demais dos autos consta, julgo, com fundamento no artigo 267, II e III, do Código de Processo Civil, extinta a presente Cautelar de Exibição, sem julgamento de mérito. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais e com as respectivas baixas." -Advs. ALEX JOSE CIBOTO e IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO-.
15. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0002653-87.2010.8.16.0103-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x VALE SUL ALIMENTOS LTDA e outros- "...Diante do exposto, com fundamento no artigo 794, I, do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução, face o pagamento do débito, determinando o levantamento da penhora mediante termo, com as respectivas baixas nas anotações. Após, transitada em julgado, arquive-se observadas as formalidades legais." -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.
16. REINTEGRACAO DE POSSE-0003813-50.2010.8.16.0103-B.I. x P.I.Z.- "...Diante do exposto, julgo, com fundamento no artigo 269, III, do Código de Processo Civil, extinta a presente ação de Reintegração de Posse, com julgamento de mérito, homologando, para que surta seus efeitos jurídicos, a transação celebrada entre as partes. Transitada em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais." -Adv. CRYSTIANE LINHARES-.
17. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0001883-60.2011.8.16.0103-BANCO BRADESCO S.A x LEANDRO HORNING MENDES e outros- "...Diante do exposto, homologo, para que surta seus efeitos jurídicos, a transação de fls. 32-39, suspendendo, com fundamento no artigo 792, do Código de Processo Civil, a presente execução até final cumprimento do acordo. Custas de lei. Aguarde-se no arquivo provisório o decurso do prazo para cumprimento ou a manifestação das partes." -Advs. LUCAS AMARAL DASSAN e DENIO LEITE NOVAES JUNIOR-.
18. ARRESTO-0003147-15.2011.8.16.0103-PEDRO MUFFATO E CIA LTDA x ZBONIK E BORGES LTDA- "...Diante do exposto, e pelo que demais dos autos consta, julgo, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, extinto o presente Arresto, sem julgamento de mérito, homologando, para que surta seus efeitos jurídicos, a desistência formulada à fl. 52." -Adv. SILMARA REGINA LAMBOIA-.

Lapa, 28 de setembro de 2011.
Flávio de Siqueira da Silveira
Escrivão

# LONDRINA

## 2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - PR.

JUIZ DE DIREITO: LUIZ GONZAGA TUCUNDUVA DE MOURA

RELAÇAO: 312/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ADAM MIRANDA SÁ STEHLING | 00000 | 001152/2008 |
| ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI | 00013 | 000347/2009 |
| ADRIANE SANTOS SELLA | 00001 | 000144/1989 |
| ALEXANDRE NELSON FERRAZ | 00016 | 001321/2009 |
| ALEXANDRINA JULIANA CASARIM | 00027 | 040508/2010 |
| ALFONSO LIBONI PEREZ | 00016 | 001321/2009 |
| ALVINO APARECIDO FILHO | 00013 | 000347/2009 |
| AMANDIO SBRUSSI | 00002 | 000420/1992 |
| ANA LUCIA MACEDO MANSUR | 00013 | 000347/2009 |
| ANAEL FERRARI | 00013 | 000347/2009 |
| ANELISE CHAIBEN | 00014 | 000408/2009 |
| ARISTÓTELES GIORDANI | 00013 | 000347/2009 |
| ARNALDO APARECIDO CORAÇAO | 00008 | 000015/2005 |
| BARBARA MALVEZI BUENO DE OLIVEIRA | 00000 | 001152/2008 |
| | 00024 | 036228/2010 |
| BLAS GOMM FILHO | 00013 | 000347/2009 |
| BRUNA MINUSSE FERNANDES | 00006 | 000668/2003 |
| CAMILLO KEMMER VIANNA | 00008 | 000015/2005 |
| CARLOS ALBERTO DOS SANTOS | 00013 | 000347/2009 |
| CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO | 00013 | 000347/2009 |
| CARLOS FRANCISCO BORGES FERREIRA PIRES | 00040 | 058323/2011 |
| CARLOS FREDERICO VIANA REIS | 00002 | 000420/1992 |
| | 00018 | 001368/2009 |
| CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI | 00014 | 000408/2009 |
| CAROLINI AGOSTINI DURACENSKI | 00013 | 000347/2009 |
| CEZAR EDUARDO ZILIOTTO | 00000 | 001152/2008 |
| | 00021 | 007938/2010 |
| CHRISTOPHER ROMERO FELIZARDO | 00040 | 058323/2011 |
| CIBELLE D. MAPELLI CORRAL BOIA | 00013 | 000347/2009 |
| CLAUDIO HENRIQUE STOEBERL | 00013 | 000347/2009 |
| CLODOALDO JOSE VIGGIANI | 00005 | 000412/1999 |
| DANIEL PUGLIESSI | 00013 | 000347/2009 |
| DJALMA B. DOS SANTOS JUNIOR | 00013 | 000347/2009 |
| DOUGLAS DOS SANTOS | 00000 | 001152/2008 |
| EDERALDO SOARES | 00004 | 000061/1999 |
| EDMAR LUIZ COSTA JR. | 00006 | 000668/2003 |
| EDSON GAMA ALVES | 00001 | 000144/1989 |
| EDSON JOSE VIANNA | 00008 | 000015/2005 |
| EDUARDO CARRARO | 00003 | 000070/1996 |
| EDUARDO TOMAZINI HOFFMEISTER | 00001 | 000144/1989 |
| EDUARDO TOMIO KANAOKA OKUZONO | 00013 | 000347/2009 |
| ELAINE CRISTINA ANDREOTTI | 00039 | 057703/2011 |
| ELISA G. P. DE CARVALHO | 00025 | 037048/2010 |
| ELLEN KARINA BORGES SANTOS | 00024 | 036228/2010 |
| ELZA MEGUMI LIDA | 00013 | 000347/2009 |
| ELÓI CONTINI | 00022 | 021304/2010 |
| ENEIDA WIRGUES | 00020 | 002081/2009 |
| EUCLIDES GUIMARÃES JUNIOR | 00016 | 001321/2009 |
| EVANDRO CORRÊA DA SILVA | 00013 | 000347/2009 |
| FABIO FERNANDO BETTIN | 00013 | 000347/2009 |
| FABIO RENATO DE ASSIS | 00010 | 001198/2006 |
| FABIOLA LARISSA MATOSSO | 00013 | 000347/2009 |
| FABIOLA PEREIRA BAHRUTH | 00013 | 000347/2009 |
| FABRICIO MASSI SALLA | 00013 | 000347/2009 |
| FERNANDA CORONADO FERREIRA MARQUES | 00000 | 001152/2008 |
| FERNANDO HACKMANN RODRIGUES | 00013 | 000347/2009 |
| FERNANDO NASSER DE SOUZA | 00005 | 000412/1999 |
| FERNNANDO HACKMANN RODRIGUES | 00013 | 000347/2009 |
| FLAVIA DIAS DA SILVA | 00020 | 002081/2009 |
| FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR | 00025 | 037048/2010 |
| FÁBIO BARROZO PULLIN DE ARAUJO | 00026 | 040034/2010 |
| GEOVANEI LEAL BANDEIRA | 00015 | 000695/2009 |
| GILBERTO PEDRIALI | 00013 | 000347/2009 |
| GUILHERME REGIO PEGORARO | 00000 | 001152/2008 |
| | 00024 | 036228/2010 |
| GUSTAVO REZENDE DA COSTA | 00006 | 000668/2003 |
| GUSTAVO SALDANHA SUCHY | 00000 | 001152/2008 |
| GUSTAVO VIANA CAMATA | 00013 | 000347/2009 |
| | 00014 | 000408/2009 |
| GUSTAVO ZIMATH | 00038 | 057379/2011 |
| HELENA ANNES | 00017 | 001344/2009 |
| IDEVAM INACIO DE PAULA | 00005 | 000412/1999 |
| ILMO TRISTAO BARBOSA | 00013 | 000347/2009 |
| INAJA MARIA DA C. VIANNA SILVESTRE | 00028 | 055598/2010 |
| INGREDY GONÇALVES TRIDENTE DE JESUS BORG | 00013 | 000347/2009 |
| ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA | 00013 | 000347/2009 |
| IVO ALVES DE ANDRADE | 00015 | 000695/2009 |
| IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL | 00011 | 000093/2007 |
| IZIDORO FLUMIGNAN | 00007 | 000843/2004 |
| JACIRA ROSA TONELLO | 00011 | 000093/2007 |
| JADERSON PORTO | 00028 | 055598/2010 |
| JANAINA GIOZZA ÀVILA | 00000 | 001152/2008 |
| JANAINA ROVARIS | 00015 | 000695/2009 |
| JOAO HENRIQUE FERREIRA BRANDAO | 00007 | 000843/2004 |
| JOAO LOPES DE OLIVEIRA | 00022 | 021304/2010 |
| JOAO TAVARES DE LIMA FILHO | 00013 | 000347/2009 |
| JOSE CARLOS LUCCA | 00003 | 000070/1996 |
| JOSE DORIVAL PEREZ | 00003 | 000070/1996 |
| JOSE FRANCISCO ASSIS | 00010 | 001198/2006 |
| JOSE HISSATO MORI | 00028 | 055598/2010 |
| JOSE ROBERTO SAPATEIRO | 00003 | 000070/1996 |
| JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA | 00013 | 000347/2009 |
| JOÃO EDUARDO CLAUDIO MACHADO | 00013 | 000347/2009 |
| JOÃO MIGUEL FERNANDES FILHO | 00020 | 002081/2009 |
| JULIANO MARTINS | 00021 | 007938/2010 |
| JULIO CESAR GUILHEN AGUILHERA | 00032 | 055621/2011 |
| | 00033 | 055626/2011 |
| | 00034 | 055952/2011 |
| | 00035 | 056589/2011 |
| | 00036 | 056591/2011 |
| JULIO CHRISTIAN LAURE | 00013 | 000347/2009 |
| KARINE DAHER BARROS DE PAULA | 00012 | 000655/2008 |
| KARINE YURI MTSUMOTO | 00003 | 000070/1996 |
| KELI RACHEL BERGAMO | 00013 | 000347/2009 |
| LAILA RAHAL | 00013 | 000347/2009 |
| LAURO AVELLAR MACHADO FILHO | 00004 | 000061/1999 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 00002 | 000420/1992 |
| | 00013 | 000347/2009 |
| LEANDRO AMBROSIO ALFIERI | 00013 | 000347/2009 |
| LENITA TERESINHA WERNER GIORDANI | 00013 | 000347/2009 |
| LEONARDO PEREIRA ROCHA MOREIRA | 00013 | 000347/2009 |
| LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS | 00014 | 000408/2009 |
| LUCIANA PATRICIA MITUGUI | 00013 | 000347/2009 |
| LUIS OSCAR SIX BOTTON | 00015 | 000695/2009 |
| LUIS RAFAELE AMORESE | 00017 | 001344/2009 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 00013 | 000347/2009 |
| | 00027 | 040508/2010 |
| LUIZ GUSTAVO LEME | 00021 | 007938/2010 |
| LUIZ ROSATI | 00013 | 000347/2009 |
| MACIEL TRISTAO BARBOSA | 00013 | 000347/2009 |
| MARCELO HORIE | 00013 | 000347/2009 |
| MARCELO MASCHIO CARDOZO CHAGA | 00013 | 000347/2009 |
| MARCIA REGINA ANTONIASSI | 00017 | 001344/2009 |
| MARCIA SATIL PARREIRA | 00000 | 001152/2008 |
| | 00021 | 007938/2010 |
| MARCILEI GORINI PIVATO | 00023 | 030062/2010 |
| | 00025 | 037048/2010 |
| MARCIO LUIZ NIERO | 00006 | 000668/2003 |
| MARCO ANTONIO DIAS LIMA CASTRO | 00001 | 000144/1989 |
| MARCOS C DO AMARAL VASCONCELOS | 00013 | 000347/2009 |
| MARCOS GONÇALVES SILVA URU | 00013 | 000347/2009 |
| MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO | 00013 | 000347/2009 |
| MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA | 00030 | 006060/2011 |
| MARIANA BENINI SOUTO | 00019 | 001389/2009 |
| MARIO HENRIQUE CORRAL BOIA | 00013 | 000347/2009 |
| MAURO VIOTTO | 00002 | 000420/1992 |
| MAX SIVERO MANTESSO | 00013 | 000347/2009 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 00012 | 000655/2008 |
| | 00024 | 036228/2010 |
| MITHIELE TATIANA RODRIGUES | 00009 | 000152/2006 |
| NELSON DE SOUZA GALVAN | 00003 | 000070/1996 |
| NILTON APARECIDO ANGELINI | 00001 | 000144/1989 |
| NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ | 00013 | 000347/2009 |
| ODILSON ROBERTO DA SILVA | 00039 | 057703/2011 |
| OLDEMAR MARIANO | 00006 | 000668/2003 |
| PAULO ARCOVERDE NASCIMENTO | 00006 | 000668/2003 |
| PAULO WAGNER CASTANHO | 00011 | 000093/2007 |
| PEDRO GUILHERME KRELING VANZELLA | 00013 | 000347/2009 |
| PEDRO HENRIQUE MACHADO MARTINS | 00026 | 040034/2010 |
| PRISCILA DE FIGUEIREDO NETTO | 00013 | 000347/2009 |
| RAFAEL SANTOS CARNEIRO | 00013 | 000347/2009 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 00012 | 000655/2008 |
| | 00024 | 036228/2010 |
| REGINALDO DE SANTANA | 00013 | 000347/2009 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 00013 | 000347/2009 |
| RENAN JULIANO DA SILVEIRA GODOY | 00013 | 000347/2009 |
| RENATA DEQUECH | 00004 | 000061/1999 |
| RENATO BARROS DE CAMARGO JUNIOR | 00001 | 000144/1989 |
| RICARDO LAFFRANCHI | 00009 | 000152/2006 |
| RICHARD ROBERTO FORNASARI | 00023 | 030062/2010 |
| RITA DE CASSIA FERREIRA LEITE | 00029 | 058186/2010 |
| ROBERTA CRUCIOL AVANÇO | 00000 | 001152/2008 |
| ROBSON JESUS NAVARRO SANCHEZ | 00005 | 000412/1999 |
| ROBSON SAKAI GARCIA | 00031 | 037206/2011 |
| RODRIGO BALDO RODRIGUES | 00037 | 057144/2011 |
| RONALDO GOMES NEVES | 00027 | 040508/2010 |
| SABRINA FAVERO | 00027 | 040508/2010 |
| SANDRA R.A. COLOFATTI AUGUSTI | 00013 | 000347/2009 |
| SANDRO PANISIO | 00013 | 000347/2009 |
| SANIA STEFANI | 00025 | 037048/2010 |
| SERGIO LEAL MARTINEZ | 00017 | 001344/2009 |
| SERGIO LUIZ BELOTTO JR | 00006 | 000668/2003 |
| SERGIO SCHULZE | 00023 | 030062/2010 |
| SHIROKO NUMATA | 00013 | 000347/2009 |
| SIMONI TAKAHASHI OLIVEIRA | 00018 | 001368/2009 |
| SOLANGE CRISTINA DE LIMA FROES | 00013 | 000347/2009 |
| SUZANE MEYER CARLOS DA SILVA | 00013 | 000347/2009 |
| TADEU CERBARO | 00022 | 021304/2010 |
| TATIANA VALESCA VROBLEWSKI | 00023 | 030062/2010 |
| TATIANE DOS SANTOS | 00015 | 000695/2009 |
| THAISA COMAR | 00013 | 000347/2009 |
| THIAGO DE FREITAS MARCOLINI | 00013 | 000347/2009 |
| THIAGO TRISTÃO BARBOSA | 00013 | 000347/2009 |

| | | |
|---|---|---|
| VALERIA CARAMURU CICARELLI | 00016 | 001321/2009 |
| VALERIA CRISTINA DOS SANTOS | 00015 | 000695/2009 |
| VANDERLEY DOIN PACHECO | 00013 | 000347/2009 |
| VIRGINIA MAZZUCCO | 00000 | 001152/2008 |
| VITOR FERREIRA DE CAMPOS | 00037 | 057144/2011 |
| WAGNER DE OLIVEIRA BARROS | 00020 | 002081/2009 |
| WILIAN ZENDRINI BUZINGNANI | 00016 | 001321/2009 |

0. COBRANÇA (DPVAT)-1152/2008-JOAO APARECIDO DE SOUZA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A- I - RELATÓRIO Trata-se de ação de cobrança através da qual o autor almeja o pagamento do seguro obrigatório - DPVAT - pela ré. Alega para tanto que sofreu acidente de trânsito, dele resultando ferimentos caracterizados como lesões permanentes. Pretende o pagamento do seguro com base em 40 (quarenta) salários mínimos, atualizando-se o valor por juros de mora e correção monetária. A ré ofertou contestação (fls.26/49), alegando em preliminar a ilegitimidade ativa e ausência de interesse processual. No mérito, faz distinção entre inavlidez permanente e debilidade permanente; defende a aplicação da Lei nº11.482/07; tece considerações acerca do critério que entende correto para fixação do valor e a dinâmica de juros e correção monetária que entende correta para o caso de uma eventual procedência ao pedido do autor. Em réplica (fls.128/144), o autor refuta a defesa indireta da ré, e, no mérito, reitera em linhas gerais os argumentos já expendidos na inicial. Sobreveio a decisão de saneamento (fls.146/147), afastando as preliminares levantada pela ré, e, ordenando a realização de prova pericial pelo IML. Realizada a prova pericial (fls.172), as partes foram intimadas, retornando-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO O feito comporta julgamento antecipado, pois a questão é de direito e não há necessidade da produção de outras provas além da documental já encartada ao processo. Superadas as preliminares na decisão de saneamento (fls.146/147), passo ao exame da matéria de mérito, e, neste passo, tenho que a legislação aplicável ao caso é a de nº 6.194/74, com as modificações da Lei nº 8.441/92, pois o fato gerador do direito da parte autora surgiu em 12.07.2005, data em que o autor sofreu o acidente automobilístico. Portanto, a legislação aplicável é a de nº 6.194/74, com as alterações da Lei nº 8.441/92, que fixa a indenização em até 40 (quarenta) salários mínimos em caso de invalidez permanente (artigo 3º, alínea "b"). Constata-se, contudo, que o artigo 3º, alínea "b", que trata da fixação da indenização em até 40 (quarenta) salários mínimos, não foi revogado pelas Leis no 6.205/75 e 6.424/77, porque estas duas Leis se prestam a evitar a utilização do salário mínimo como índice de correção monetária, o que não é o caso. Veja-se nesse sentido a decisão do STF: "Constitucional. Indenização: Salário mínimo. CF, art. 7º, IV. I. Indenização vinculada ao salário mínimo: impossibilidade. CF, art. 7º, IV. O que a Constituição veda, art. 7º, IV, é a fixação do quantum da indenização em múltiplo de salários mínimos. STF, RE 225.488/PR, Moreira Alves; ADI 1.425. A indenização pode ser fixada, entretanto, em salários mínimos, observado o valor deste na data do julgamento. A partir daí, esse quantum será corrigido por índice oficial. (...)". (STF - RE 409.427-AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 02/04/04). E ainda o julgado paranaense: "A indenização decorrente do seguro obrigatório pode ser fixada em salários mínimos, tendo em vista que o objetivo da Lei nº 6.205/75, foi impedir a vinculação do salário-mínimo como fator de correção monetária, não a sua utilização como quantificador de montante indenizatório (Resp. nº 161185/SP)". (TJPR, Ap. Cív. n° 354405-2, da Vara Cível e Anexos, da comarca de Marialva, Rel. Des. Luiz Lopes). Portanto, o valor estipulado em salário mínimo é utilizado apenas para determinação do valor da indenização e não para substituir a correção monetária. A propósito: "CIVIL - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS - INDENIZAÇÃO LEGAL - CRITÉRIO - VALIDADE - LEI Nº 6194/74 - O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei nº 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. II. Recurso Especial não conhecido" (STJ, RESP 153209/RS, 2ª S., Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJU 02.02.2004, p. 00265). Ressalte-se, que o valor de referência à indenização deve ser o salário mínimo vigente na época do acidente (TJPR - 8ª C.Cível - AC 0637977-5 - Altônia - Rel.: Des. Jorge de Oliveira Vargas - Unânime - J. 29.04.2010). É importante destacar também, que as normas ditadas pela CNSP não se sobrepõem à lei abstrata e geral que fixa indenização em quarenta salários mínimos, por aplicação do princípio da hierarquia das normas, conforme julgado a seguir: "Apelante: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Apelado: ELEANDRO MACHADO Relator: JUIZ SERGIO LUIZ PATITUCCI APELAÇÃO CÍVEL SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT ACIDENTE DE TRÂNSITO RESOLUÇÃO DA CNSP CONTRÁRIA À LEI IMPOSSIBILIDADE PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS QUITAÇÃO RESTRITA AOS VALORES PAGOS PELA SEGURADORA COMPLEMENTAÇÃO POSSIBILIDADE CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO "A QUO" DATA DO EFETIVO PREJUÍZO PAGAMENTO A MENOR RECURSO DE APELAÇÃO NEGA PROVIMENTO". (TJPR - 9ª C.Cível - AC 0737211-4 - Francisco Beltrão - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci - Unânime - J. 02.06.2011). Ademais, é desnecessária a produção de qualquer outra prova, porquanto o autor já foi submetido a exame feito pelos peritos do Instituto Médico Legal do Estado, conforme documento de fls.172. Além da indicação do ferimento e da incapacidade suportada pelo autor, o citado laudo também indica a causa eficiente das lesões, isto é, acidente de trânsito, autorizando, pois, o pagamento da indenização decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Nota-se ainda, que o médico perito revela que da ação contundente (acidente de trânsito), o autor sofreu "...incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, e debilidade permanente da função do ombro à esquerda", concluindo como sendo permanente a invalidez atestada, em porcentual de 12,5%. Ressalte-se, que não se faz distinção entre os termos que se refiram à incapacidade do segurado, de modo que se tem entendido a equivalência entre os termos "debilidade" e "invalidez", o qual é utilizado no texto da lei. Assim, nos termos da súmula 30 do TJPR, os casos de invalidez permanente anteriores à Lei 11.945/2009, a indenização do seguro DPVAT deverá ser proporcional ao grau do dano sofrido. Tendo em conta que à época do sinistro (12.07.2005) o salário mínimo nacional era de R$300,00 (trezentos reais), tem-se que o valor devido ao autor é de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Por fim, quanto aos juros moratórios, estes são contados a partir da efetiva citação da empresa seguradora (Súmula 426 do STJ), no percentual de 1% ao mês (CC, 406). Já a correção monetária (INPC/IGP-M) deve ser contada da data do acidente, quando não efetuado nenhum tipo de pagamento indenizatório. A propósito: "AÇÃO DE COBRANÇA - PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ILEGITIMIDADE PASSIVA - INOCORRÊNCIA - POSSIBILIDADE DE ACIONAMENTO DE QUALQUER SEGURADORA - PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA - O PAGAMENTO DE PARTE DO SEGURO NÃO INIBE O BENEFICIÁRIO DE POSTULAR O RECEBIMENTO DA DIFERENÇA QUE LHE É DEVIDA - VALOR DE COBERTURA - 40 SALÁRIOS MÍNIMOS - UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO BASE DE INDENIZAÇÃO LEGAL, NÃO COMO INDEXADOR - A LEI 6.194/74 NÃO FOI REVOGADA, E PORTANTO, NÃO PODE SER ALTERADA POR RESOLUÇÕES E PORTARIAS DO CNSP - CORREÇÃO MONETÁRIA - MERA RECOMPOSIÇÃO DO PODER AQUISITIVO DA MOEDA CORROÍDA PELA INFLAÇÃO - TERMO A QUO - DATA EM QUE O PAGAMENTO DEVERIA TER SIDO INTEGRAL - JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS INCIDENTES A PARTIR DA CITAÇÃO - ART. 406, CC/2002 - RECURSO DESPROVIDO." (TJPR, Ac. nº 4809, 10ª CC, Ap. Cív. Rel. Des. RONALD SCHULMAN; J. 14/09/2006 - grifei). III - DISPOSITIVO Em face do exposto, nos termos do art. 269, I do CPC, julgo procedente o pedido inicial, e, de consequência, condeno a ré ao pagamento da quantia equivalente a R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), atualizada por correção monetária (INPC/IGP-M) desde a data do acidente e juros de mora contados da citação, no percentual de 1% ao mês. Lembre-se que a liquidação deste valor deverá ser apurada mediante cálculo do credor, na oportunidade do cumprimento à regra do art. 475-B do CPC. Condeno ainda a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do autor, verba que arbitro em R$500,00 (quinhentos reais), atento as diretrizes do art. 20, § 4º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Advs. GUILHERME REGIO PEGORARO, BARBARA MALVEZI BUENO DE OLIVEIRA, GUSTAVO SALDANHA SUCHY, JANAINA GIOZZA ÀVILA, VIRGINIA MAZZUCCO, ADAM MIRANDA SÁ STEHLING, FERNANDA CORONADO FERREIRA MARQUES, ROBERTA CRUCIOL AVANÇO, MARCIA SATIL PARREIRA, DOUGLAS DOS SANTOS e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

1. REPARAÇÃO DE DANOS-144/1989-ELIDIO ANTONIO EUZEBIO x FUJIWARA S/A AGRO COMERCIAL- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formulado pelas partes (fls.1308/1311), nestes autos de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (EM EXECUÇÃO), autuada sob nº. 144/1989, que ELÍDIO ANTONIO EUZÉBIO, move contra FUJIWARA S.A. AGRO COMERCIAL, extinguindo, por conseguinte, o processo, com resolução do mérito, nos moldes do Artigo 269, inciso III, c/c 598 do CPC. Expeça-se ofício, ao Juízo da 2ª Vara da Comarca de Apucarana, solicitando a imediata devolução da carta precatória expedida. Transitada em julgado esta decisão, certifique-se. A baixa junto à distribuição fica vinculada ao respectivo recolhimento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. ADRIANE SANTOS SELLA, MARCO ANTONIO DIAS LIMA CASTRO, NILTON APARECIDO ANGELINI, RENATO BARROS DE CAMARGO JUNIOR, EDSON GAMA ALVES e EDUARDO TOMAZINI HOFFMEISTER-.

2. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-420/1992-RUI JOSE DEBONA x VICENTE TAVEIRA DE SOUZA- Vistos e examinados estes autos de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, autuada sob nº. 420/1992, que RUI JOSÉ DEBONA, move contra VICENTE TAVEIRA DE SOUZA. Tendo em vista o abandono do feito pelo exequente por mais de trinta dias (fl.373), determinou-se a intimação dele para que desse regular andamento em quarenta e oito horas, sob pena de extinção (fls.373 e 381). Regularmente intimado, o exequente manteve-se inerte (fl.381/verso). Posteriormente, em atenção ao que disciplina o art.267, § 1º, do CPC, expediu-se carta AR/MP para intimação pessoal do exequente (fl.382). O exequente, intimado (fl.382/verso), deixou transcorrer o prazo concedido, conforme noticia a certidão de fl.382/verso. Assim, revela-se o abandono processual por parte do exequente, devendo o processo ser extinto. Diante do exposto, julgo extinto este processo, sem resolução do mérito, o que faço com arrimo nos arts. 598 c/c 267, III, do Código de Processo Civil, determinando o arquivamento dos autos, com as anotações de estilo. Custas pelo exequente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. MAURO VIOTTO, LAURO FERNANDO ZANETTI, AMANDIO SBRUSSI e CARLOS FREDERICO VIANA REIS-.

3. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-70/1996-BANCO BANESTADO S.A x VITORIO JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA e outro- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formulado pelas partes (fls.83/87), nestes autos de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, autuada sob nº. 70/1996, que BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A., move contra VITORIO JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA e LUIZ ABI ANTOUN, extinguindo, por conseguinte, o processo, com resolução do mérito, nos moldes do Artigo 269, inciso III, c/c 598 do CPC. Custas satisfeitas. Expeça-se ofício ao Serasa para que proceda a baixa

de qualquer restrição em nome dos executados, exclusivamente no que tange ao processamento dessa execução. Oportunamente, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão, baixando-se junto à distribuição e arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. NELSON DE SOUZA GALVAN, JOSE DORIVAL PEREZ, KARINE YURI MTSUMOTO, EDUARDO CARRARO, JOSE ROBERTO SAPATEIRO e JOSE CARLOS LUCCA-.

4. MONITORIA-61/1999-BANCO BANDEIRANTES S.A. x NEY POLIMENTOS S/C. LTDA.-Sobre a negativa de bloqueio (fls.572/573) e o prosseguiemnto do feito, diga o credor no prazo de cinco dias (Port. 04/2009). -Advs. EDERALDO SOARES, LAURO AVELLAR MACHADO FILHO e RENATA DEQUECH-.

5. ORD.C/C REST.VALORES E INDEN.-412/1999-FERNANDO NASSER DE SOUZA x BANCO DO BRASIL S/A- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formulado pelas partes (fls.661/662), nestes autos de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (EM EXECUÇÃO), autuada sob nº. 412/1999, que FERNANDO NASSER DE SOUZA, move contra ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO DO BRASIL-ASABB, extinguindo, por conseguinte, o processo, com resolução do mérito, nos moldes do Artigo 269, inciso III, do CPC. Custas satisfeitas. Solicito nesta oportunidade o desbloqueio administrativo do veículo junto ao Sistema Renajud, cujo comprovante segue adiante. Homologo nessa mesma oportunidade a desistência do prazo recursal pleiteada. Certifique-se, baixando-se junto à distribuição e arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. FERNANDO NASSER DE SOUZA, IDEVAM INACIO DE PAULA, ROBSON JESUS NAVARRO SANCHEZ e CLODOALDO JOSE VIGGIANI-.

6. REVISÃO DE CONTRATO C/C REPET. INDEB.-668/2003-MARCOS FROSSARD x BANCO HSBC BANCO MULTIPLO S.A- I - RELATÓRIO. Alega o autor que firmou com o réu diversos contratos bancários, e, ao longo da vigência dos pactos houve a cobrança de juros acima do limite de 12% ao ano; juros e encargos capitalizados; comissão de permanência cumulada com outros encargos de mora; juros remuneratórios cumulados com juros de mora; e, multa contratual acima de 2%. Assim, o débito atribuído ao autor seria indevido, razão pela qual pretende a revisão do contrato para o expurgo dos abusos mencionados e a repetição dobrada do valor pago indevidamente, embasando suas pretensões nas regras do Código de Defesa do Consumidor. Em sede de tutela antecipada, pleiteia a concessão de ordem determinando ao réu que se abstenha de incluir o nome do autor em órgãos de proteção ao crédito Sobreveio a audiência de conciliação (fls.75), oportunidade em que o réu ofertou contestação (fls. 76/96), sustentando, em síntese a legalidade dos contratos e de todos os índices utilizados na indexação do débito, negando a prática de juros capitalidos. Em réplica (fls.104/1036), o autor refuta os termos da contestação e reitera, em linhas gerais, os argumentos já expendidos na inicial. As fls. 137/138 o feito foi convertido ao rito ordinário e deferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Na oportunidade do art.331 do CPC (fls.140) as partes não se conciliaram, seguindo-se a decisão de saneamento (fls.142/143) que ordenou a produção da prova pericial. O laudo pericial foi apresentado às fls.268/354, seguindo-se as manifestações do autor (fls. 355) e do réu (fls. 355 e 356/359), bem como os esclarecimentos do perito (fls. 363/444). Após novas manifestações das partes (fls. 441 e 443/444), vieram-me os autos conclusos para sentença. II - FUNDAMENTAÇÃO. Ao exame dos autos, tenho que a pretensão do autor merece parcial acolhida. Com efeito, nos termos do despacho saneador (fls.142/143) os pontos controvertidos são: a) cobrança de juros acima do limite permitido legalmente; b) capitalização mensal de juros; c) cobrança de comissão de permanência cumulada com correção monetária; d) cumulação de juros moratórios com juros remuneratórios; e) cobrança de multa contratual acima do coeficiente legal. Quanto aos juros remuneratórios, é sabido que na ausência do contrato ou não havendo pactuação sobre a taxa aplicada, adota-se a taxa média do Banco Central ao longo do período de apuração do débito. A propósito: "EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. JURISPRUDÊNCIA QUE SE FIRMOU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA STJ/168. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. PERCENTUAL NÃO PREVISTO NO CONTRATO. REMUNERAÇÃO PELA TAXA MÉDIA DO MERCADO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. NECESSIDADE DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE OS CASOS CONFRONTADOS. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NÃO PROVIDOS. 1. Ausente a contratação do percentual dos juros, estes devem incidir pela taxa média do mercado estabelecida pelo Banco Central do Brasil. Precedentes.(...)." (EREsp 695436/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/03/2011, DJe 28/03/2011) "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. 1. Na falta do contrato ou não havendo pactuação de taxa de juros remuneratórios, prevalece a taxa média de mercado. 2. Agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg nos EDcl nos EDcl no Ag 1059546/SE, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2010, DJe 25/11/2010) Pondere-se que nos termos da Súmula 596 do STF as instituições financeiras não estão submissas à chamada "lei de usura", no que tange à estipulação da taxa de juros em seus contratos. Por outro lado, a limitação constitucional do art.192, § 3º, da CF, está superada pela EC n.40, que suprimiu do ordenamento constitucional o referido dispositivo. Trata-se, aliás, de matéria pacífica no STF, por meio da súmula vinculante n° 7, assim redigida: "A norma do §3º do artigo 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar". Além disso, também restou sumulado pelo STJ, através do enunciado 382, que "A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade". Na hipótese dos autos, a prova pericial constatou que na "proposta de abertura de conta corrente (folhas. 177/181) não há especificação acerca da taxa de juros que será cobrada pela utilização dos limites colocados à disposição do Requerente" (fls. 270). Sendo assim, tenho que deve incidir os juros à taxa média de mercado nos casos em que as taxas efetivamente aplicadas pelo réu não tenham excedido este patamar. Neste passo: "BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. (...)." (REsp 1112880/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 19/05/2010) Com relação à capitalização de juros, lembre-se que é prática autorizada somente quando há previsão legal expressa para tanto, como nas cédulas de crédito rural, industrial, comercial e de crédito bancário, o que não é o caso dos autos. Isto acontece porque o atual entendimento jurisprudencial do TJPR (Órgão Especial, IDI 0579047-0/01, rel. Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, j. 05.02.2010), o qual passo a me filiar é no sentido de que o art. 5º da Medida Provisória 2.170-36 que autoriza a contratação de juros capitalizados em periodicidade inferior à anual é inconstitucional por vício formal e material. Deste modo, ao meu sentir permanece válida a regra estabelecida na Súmula 121 do STF, que veda a cobrança de juros capitalizados ainda que expressamente contratados, excluídos os casos autorizados por lei (cédula de crédito rural, industrial, comercial e de crédito bancário). E, no caso vertente, a prática de capitalização diária foi detectada pela perícia (fls. 269), razão pela qual o valor dos juros apurados a este título deve ser expurgado do débito atribuído ao autor. Quanto à cobrança de comissão de permanência, o entendimento jurisprudencial consolidado pela súmula 294 do STJ é no sentido de que é lícita quando observada a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato. Entretanto, o que não se admite é a cobrança da comissão de permanência cumulada com juros remuneratórios, juros moratórios, correção monetária ou multa contratual. Neste rumo: "RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. DISPOSIÇÕES ANALISADAS DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO AFASTADA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LICITUDE DA COBRANÇA. CUMULAÇÃO VEDADA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. NECESSIDADE. (...) 4. É admitida a cobrança da comissão de permanência durante o período de inadimplemento contratual, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo BACEN, limitada à taxa do contrato, não podendo ser cumulada com a correção monetária, com os juros remuneratórios e moratórios, nem com a multa contratual. 5. Agravo regimental desprovido". (AgRg no REsp 995.990/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2008, DJe 02/02/2009) "PROCESSUAL CIVIL. BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO LIMITAÇÃO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PERIODICIDADE. MENSAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. SÚMULAS N. 294 E 296 DO STJ. VEDADA CUMULAÇÃO COM JUROS REMUNERATÓRIOS, JUROS MORATÓRIOS, MULTA MORATÓRIA E CORREÇÃO MONETÁRIA. AGRAVO IMPROVIDO". (AgRg no Ag 1028459/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 02/02/2009) No caso em tela, não houve a cobrança recíproca de comissão de permanência com correção monetária na evolução dos saldos da conta corrente e dos contratos de financiamentos (fls. 269), razão pela qual não há que se falar em cumulação indevida de comissão de permanência com outros encargos. No que tange à cumulação de juros de mora com juros remuneratórios e multa contratual acima do coeficiente legal, tais práticas não restaram comprovadas pela perícia. Assim, a solução correta ao caso em debate é a procedência parcial dos pedidos constantes da inicial, para efeito de ordenar-se a revisão do contrato, para limitar os juros remuneratórios à taxa média de mercado, ressalvada a hipótese das taxas efetivamente praticadas pelo réu serem inferiores a este patamar, bem como determinar o expurgo dos juros capitalizados. Ressalte-se, ainda, que os valores referentes à indexação reputada ilegal nesta sentença, devem ser restituídos ao autor na forma simples, e não em dobro como pleiteia a inicial, em razão da falta de prova de má-fé por parte da instituição financeira. A respeito do tema: "CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÇÃO REVISIONAL. JUROS. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. REPETIÇÃO AO INDÉBITO. RESTITUIÇÃO SIMPLES DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CUSTAS E HONORÁRIOS RATEADOS NA MESMA PROPORÇÃO ENTRE AS PARTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 4. Não comprovada a má-fé, a repetição do indébito deve ser calculada de forma simples, afastando a incidência do art. 42 do CDC".(TJPR - 17ª C.Cível - AC 0667411-1 - Barracão - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 02.06.2010) III - DISPOSITIVO. Em face do exposto, julgo procedentes em parte os pedidos constantes da inicial, para efeito de: a) limitar a taxa de juros remuneratórios à taxa média de mercado, caso as praticadas pelo banco não sejam inferiores a elas; e, b) determinar o expurgo dos juros capitalizados (admitida a capitalização anual). Condeno o réu a restituir ou a compensar com o saldo devedor os encargos ora excluídos da dívida. Os valores do indébito deverão ser atualizados pelo INPC/IBGE a contar do desembolso, e acrescidos de juros à taxa do art. 406 do CC a partir da citação. A revisão retroagirá à data da abertura da conta corrente, apurando-se o valor em liquidação por arbitramento. Tendo em conta a sucumbência recíproca

e a sua proporção, as custas processuais devem ser rateadas em 60% para o autor e 40% para o réu. No tocante aos honorários advocatícios, já considerando a compensação em face da sucumbência recíproca, e, levando em conta a proporção respectiva, condeno o autor ao pagamento do valor de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais) ao patrono do réu, por apreciação equitativa (CPC, art.20, § 4o). Considerando que o autor é beneficiário de assistência judiciária, fica isento do pagamento das verbas de sucumbência, ressalvada a hipótese do art.12 da Lei nº 1060/50. Por fim, declaro extinto o processo na forma do art. 269, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. MARCIO LUIZ NIERO, PAULO ARCOVERDE NASCIMENTO, BRUNA MINUSSE FERNANDES, EDMAR LUIZ COSTA JR., OLDEMAR MARIANO, SERGIO LUIZ BELOTTO JR e GUSTAVO REZENDE DA COSTA-.

7. COBRANÇA DE CONDOMINIO-843/2004-CONDOMINIO COMPLEXO EMPRESARIAL OSCAR FUGANTI x JULIO MESSIAS BISPO FILHO- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formulado pelas partes (fls.144/147), nestes autos de AÇÃO DE COBRANÇA, autuada sob nº. 843/2004, que CONDOMINIO COMPLEXO EMPRESARIAL OSCAR FUGANTI, move contra JULIO MESSIAS BISPO FILHO, extinguindo, por conseguinte, o processo, com resolução do mérito, nos moldes do Artigo 269, inciso III, c/c 598 do CPC. Custas satisfeitas. Oportunamente, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão, levantando-se eventuais constrições pendentes, baixando-se junto à distribuição e arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. IZIDORO FLUMIGNAN e JOAO HENRIQUE FERREIRA BRANDAO-.

8. DECLARATORIA C/C REPETIÇÃO DE INDEBITO-15/2005-PAULO ROBERTO BONIFACIO x YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/C LTDA-Sobre a proposta de honorários (fl.231/236) e arrazoado, digam as partes no prazo de cinco (05) dias (em conformidade com a Portaria nº 04/2009). -Advs. EDSON JOSE VIANNA, CAMILLO KEMMER VIANNA e ARNALDO APARECIDO CORAÇAO-.

9. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-152/2006-UNOPAR - UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO S/C LTDA x MAURO BRAGHINI- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de extinção formulado pela exequente (fls.133/134), ante a integral satisfação da obrigação pelo executado, nestes autos de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, autuada sob nº. 152/2006, que UNOPAR-UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO S/C, move contra MAURO BRAGHINI, extinguindo, por conseguinte, o processo, sem julgamento do mérito, nos moldes do Artigo 794, inciso I, do CPC. Custas satisfeitas. Desentranhe-se o documento solicitado, entregando-o ao executado mediante recibo nos autos. Homologo nessa mesma oportunidade a desistência do prazo recursal pleiteada. Certifique-se, baixando-se junto à distribuição e arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. RICARDO LAFFRANCHI e MITHIELE TATIANA RODRIGUES-.

10. ADJUDICACAO COMPULSORIA-1198/2006-LENI DE LIMA x CONSTRUTORA BRASIL SUL LTDA.-Deva a parte autora informar cartório que esteja registrado o imóvel adjudicado, bem ainda o numero de sua matrícula. Prazo de 10 (dez) dias. (em conformidade com a Portaria nº 04/2009 deste juízo).-Advs. JOSE FRANCISCO ASSIS e FABIO RENATO DE ASSIS-.

11. COBRANÇA-93/2007-CONDOMINIO EDIFICIO CORAL GABLES x ATILA IMÓVEIS LTDA- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formulado pelas partes (fls.126/128), nestes autos de AÇÃO DE COBRANÇA, autuada sob nº. 93/2007, que CONDOMINIO EDIFICIO CORAL GABLES, move contra ATILA IMÓVEIS LTDA, extinguindo, por conseguinte, o processo, com resolução do mérito, nos moldes do Artigo 269, inciso III, c/c 598 do CPC. Custas satisfeitas. Oportunamente, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão, levantando-se eventuais constrições pendentes, baixando-se junto à distribuição e arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. PAULO WAGNER CASTANHO, IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL e JACIRA ROSA TONELLO-.

12. COBRANÇA-655/2008-VALMIR WEVERSON BARBOSA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A- I - RELATÓRIO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT, devido em razão de lesões permanentes provocados em acidente de veículos de via terrestre. Pretende o pagamento de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos por juros de mora e correção monetária. Contestada a ação (fls.26/41), com preliminar de ausência de interesse processual e inépcia da inicial. No mérito, defende a aplicação da Lei nº 11.482/07; tece considerações acerca do critério que entende correto para fixação do valor e a dinâmica de juros e correção monetária que entende correta para o caso de uma eventual procedência ao pedido do autor. Em réplica (fls.55/69), o autor refuta a defesa indireta da ré, e, reitera em linhas gerais os argumentos já expendidos na inicial. O saneador (fls.97/98) afastou as preliminares levantadas pela ré, e, deferiu a realização de prova pericial pelo Instituto Médico Legal. Realizada a prova pericial (fl.101), as partes foram intimadas, retornando-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO O feito comporta julgamento antecipado, pois a questão é de direito e não há necessidade da produção de outras provas além da documental já encartada ao processo. Superadas as preliminares na decisão de saneamento encartada às fls.97/98, passo ao exame da matéria de mérito, e, neste passo, tenho que a legislação aplicável ao caso é a de nº 6.194/74, com as modificações da Lei nº 11.482/07, pois o fato gerador do direito da parte autora surgiu em 31.07.2007, data em que o autor sofreu o acidente automobilístico. Portanto, a legislação aplicável é a de nº 6.194/74, com as modificações da Lei nº 11.482/07, que fixa a indenização em até R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em caso de invalidez permanente (artigo 3º, inciso II). Ressalte-se, que as normas ditadas pela CNSP não se sobrepõem à lei abstrata e geral, por aplicação do princípio da hierarquia das normas, conforme julgado a seguir: "Apelante: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Apelado: ELEANDRO MACHADO Relator: JUIZ SERGIO LUIZ PATITUCCI APELAÇÃO CÍVEL SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT ACIDENTE DE TRÂNSITO RESOLUÇÃO DA CNSP CONTRÁRIA À LEI IMPOSSIBILIDADE PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS QUITAÇÃO RESTRITA AOS VALORES PAGOS PELA SEGURADORA COMPLEMENTAÇÃO POSSIBILIDADE CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO "A QUO" DATA DO EFETIVO PREJUÍZO PAGAMENTO A MENOR RECURSO DE APELAÇÃO NEGA PROVIMENTO". (TJPR - 9ª C.Cível - AC 0737211-4 - Francisco Beltrão - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci - Unânime - J. 02.06.2011). Ademais, entendo desnecessária a produção de qualquer outra prova, porquanto o autor já foi submetido a exame feito pelos peritos do Instituto Médico Legal do Estado, conforme documento de fl.101. Nota-se ainda, que o médico perito revela que da ação contundente, o autor sofreu "... incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias e perigo de vida (...) invalidez, com perda da capacidade funcional global superior a 60%". Assim, o valor referente a indenização deverá ser proporcional ao grau do dano sofrido (súmula 30 do TJPR), aferindo-se para o presente caso, o valor de R$8.100,00 (oito mil e cem reais), ou seja, 60% do teto indenizatório (R$13.500,00). Por fim, quanto aos juros moratórios, estes são contados a partir da efetiva citação da empresa seguradora (Súmula 426 do STJ), no percentual de 1% ao mês (CC, 406). Já a correção monetária (INPC/IGP-M) deve ser contada da data do acidente, quando não efetuado nenhum tipo de pagamento indenizatório. A propósito: "AÇÃO DE COBRANÇA - PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ILEGITIMIDADE PASSIVA - INOCORRÊNCIA - POSSIBILIDADE DE ACIONAMENTO DE QUALQUER SEGURADORA - PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA - O PAGAMENTO DE PARTE DO SEGURO NÃO INIBE O BENEFICIÁRIO DE POSTULAR O RECEBIMENTO DA DIFERENÇA QUE LHE É DEVIDA - VALOR DE COBERTURA - 40 SALÁRIOS MÍNIMOS - UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO BASE DE INDENIZAÇÃO LEGAL, NÃO COMO INDEXADOR - A LEI 6.194/74 NÃO FOI REVOGADA, E PORTANTO, NÃO PODE SER ALTERADA POR RESOLUÇÕES E PORTARIAS DO CNSP - CORREÇÃO MONETÁRIA - MERA RECOMPOSIÇÃO DO PODER AQUISITIVO DA MOEDA CORROÍDA PELA INFLAÇÃO - TERMO A QUO - DATA EM QUE O PAGAMENTO DEVERIA TER SIDO INTEGRAL - JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS INCIDENTES A PARTIR DA CITAÇÃO - ART. 406, CC/2002 - RECURSO DESPROVIDO." (TJPR, Ac. nº 4809, 10ª CC, Ap. Cív. Rel. Des. RONALD SCHULMAN; J. 14/09/2006 - grifei). III - DISPOSITIVO Em face do exposto, nos termos do art. 269, I do CPC, julgo procedente o pedido inicial, e, de consequência, condeno a ré ao pagamento da quantia equivalente a R$8.100,00 (oito mil e cem reais), atualizada por correção monetária (INPC/IGP-M) desde a data do acidente e juros de mora contados da citação, no percentual de 1% ao mês. Lembre-se que a liquidação deste valor deverá ser apurada mediante cálculo do credor, na oportunidade do cumprimento à regra do art. 475-B do CPC. Condeno ainda a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do autor, verba que arbitro em R$500,00 (quinhentos reais), atento as diretrizes do art. 20, § 4º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Advs. KARINE DAHER BARROS DE PAULA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

13. RECUPERAÇÃO JUDICIAL-347/2009-GARÇA RURAL - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA- Defiro os pedidos formulados pela Administradora Judicial (fls., 1061/1062). Assim, "para fins de aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial (art.35,I, "a", Lei 11.101/05)" convoco nova assembléia-geral (art.36, Lei 11.101/2005), a realizar-se no dia, hora e local indicado pela Administradora Judicial (vide fls., 1062-primeiro parágrafo - DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2011, DAS 8:30 ÀS 11:00 HORAS, NO AUDITÓRIO DO EDIFÍCIO TORRE MONTELLO, LOCALIZADO NA AVENIDA AYRTON SENNA DA SILVA, N. 550, GLEBA PALHANO, LONDRINA-ESTADO DO PARANÁ - TELEFONE DO ESCRITÓRIO DA ADMINISTRADORA: 43-3037-2900 -e-mail= contato@bcf.adv.br), determinando, para tanto, a expedição do competente edital de convocação de todos os interessados, notadamente credores. Intime-se a empresa requerente, na pessoa de seu advogado e pelo e-DJ., para que providencie a regular publicação do edital, bem como para que deposite em juízo - ou disponibilize diretamente à Administradora-, em 05 dias, o valor necessário ao pagamento devido pelo uso do espaço onde será realizada assembléia (R $-250,00). Compete à Serventia providenciar a publicação do edital no e-DJ. Intimem-se. -Advs. JOAO TAVARES DE LIMA FILHO, FABRICIO MASSI SALLA, LEANDRO AMBROSIO ALFIERI, MARCOS C DO AMARAL VASCONCELOS, ANA LUCIA MACEDO MANSUR, MARCOS GONÇALVES SILVA URU, GUSTAVO VIANA CAMATA, LEONARDO PEREIRA ROCHA MOREIRA, NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ, SHIROKO NUMATA, JULIO CHRISTIAN LAURE, SUZANE MEYER CARLOS DA SILVA, CIBELLE D. MAPELLI CORRAL BOIA, SANDRO PANISIO, CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO, KELI RACHEL BERGAMO, RAFAEL SANTOS CARNEIRO, JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA, ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, JOÃO EDUARDO CLAUDIO MACHADO, ELZA MEGUMI LIDA, ILMO TRISTAO BARBOSA, MACIEL TRISTAO BARBOSA, ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA, THIAGO TRISTÃO BARBOSA, VANDERLEY DOIN PACHECO, THIAGO DE FREITAS MARCOLINI, ANAEL FERRARI, LENITA TERESINHA WERNER GIORDANI, ARISTÓTELES GIORDANI, FABIO FERNANDO BETTIN, DANIEL PUGLIESSI, RENAN JULIANO

DA SILVEIRA GODOY, BLAS GOMM FILHO, CAROLINI AGOSTINI DURACENSKI, FABIOLA PEREIRA BAHRUTH, MAX SIVERO MANTESSO, REINALDO MIRICO ARONIS, PEDRO GUILHERME KRELING VANZELLA, REGINALDO DE SANTANA, SOLANGE CRISTINA DE LIMA FROES, LUIZ ROSATI, MARCELO HORIE, FABIOLA LARISSA MATOSSO, MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO, EDUARDO TOMIO KANAOKA OKUZONO, LAURO FERNANDO ZANETTI, INGREDY GONÇALVES TRIDENTE DE JESUS BORGES, CLAUDIO HENRIQUE STOEBERL, FERNNANDO HACKMANN RODRIGUES, MARIO HENRIQUE CORRAL BOIA, EVANDRO CORRÊA DA SILVA, FERNANDO HACKMANN RODRIGUES, PRISCILA DE FIGUEIREDO NETTO, GILBERTO PEDRIALI, MARCELO MASCHIO CARDOZO CHAGA, LUCIANA PATRICIA MITUGUI, LAILA RAHAL, CARLOS ALBERTO DOS SANTOS, SANDRA R.A. COLOFATTI AUGUSTI, ALVINO APARECIDO FILHO, THAISA COMAR e DJALMA B. DOS SANTOS JUNIOR-.

14. DECLARATORIA C/C INDENIZAÇAO-408/2009-MAURICIO MASSAO ABE x VIVO S/A- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formulado pelas partes (fls.86/88), nestes autos de AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO, autuada sob nº. 408/2009, que MAURICIO MASSAO ABE, move contra VIVO S.A., extinguindo, por conseguinte, o processo, com resolução do mérito, nos moldes do Artigo 269, inciso III, do CPC. Custas satisfeitas. Oportunamente, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão, levantando-se eventuais constrições pendentes, baixando-se junto à distribuição e arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. ANELISE CHAIBEN, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI e GUSTAVO VIANA CAMATA-.

15. DECLARATORIA C/C INDENIZAÇAO-695/2009-EDGAR FRITZEN x UNICARD BANCO MÚLTIPLO S.A - CARTÃO UNIBANCO LTDA- I - RELATÓRIO Alega o autor, em síntese, que firmou contrato de cartão de crédito com a ré, utilizando-se do serviço desde o ano de 2006. Realça que desde então a ré vem descumprindo os limites do contrato, pois tem efetuado reiteradamente a cobrança de tarifas e encargos não pactuados. Sustenta, ainda, que a ré promove a cobrança de juros de mora indevidos, uma vez que o atraso no pagamento de algumas faturas ocorreu pela ausência do envio dos respectivos boletos com a devida antecedência. Relata, ademais, que em face dos excessos alegados passou a efetuar o pagamento dos boletos exclusivamente no valor das compras feitas com o cartão, excluindo os valores que reputa indevidos. E, visando a solução definitiva do problema, dirigiu-se ao PROCON e obteve a promessa de expurgo dos valores questionados. A ré, todavia, além de não cumprir o compromisso assumido no PROCON, promoveu a inscrição do nome do autor nos registros do SERASA e SCPC. Em conta de tais fatos, o ator pede a declaração de inexigibilidade do débito referente às inscrições do SERASA e SCPC, cumulando tal pleito com o de condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais e repetição de indébito sobre os valores cobrados indevidamente. Em sede de tutela antecipada, requer a concessão de ordem para suspensão das mencionadas inscrições enquanto tramita o processo. O pedido de tutela antecipada foi deferido (fls.77) e a ré ofertou contestação (fls.84/131). Sustenta-se a peça de resposta, em resenha, no argumento de que o débito atribuído ao autor está corretamente dimensionado, pois atende á indexação de um contrato por ele firmado de livre vontade. Ademais, a contestação pondera sobre a inaplicabilidade do CDC ao caso vertente, bem como a impossibilidade de revisão do contrato em debate. Por outro lado, a ré pugna pela improcedência do pedido de indenização, alegando ausência de conduta ilícita de sua parte e de provas ao dano moral reclamado pelo autor. Encerra seus argumentos, abordando critérios de dimensionamento do dano moral na hipótese de eventual procedência do pedido neste aspecto. Em réplica (fls.191/198), o ator ressalta inicialmente que a contestação não atende à exigência do art.302 "caput" do CPC, e, no mais, refuta os argumentos da ré e reitera, em linhas gerais, os termos da inicial. Consultadas sobre a possibilidade de acordo, as partes recusaram esta solução (fls.199 e 200), sendo anunciada a hipótese de julgamento antecipado da lide, retornando-me então os autos conclusos para sentença. II - FUNDAMENTAÇÃO Ao exame do processo, tenho que os pedidos do autor revelam-se procedentes. Com efeito, a inicial é bastante clara ao questionar a ilegalidade dos valores cobrados pela ré no cartão de crédito, descrevendo tais índices ilegais como tarifa não contratada (tarifa de perda e roubo) e índices indevidos (juros moratórios e tarifa de excesso de limite) por terem sido causados pela desídia da própria ré. A extensa contestação, entretanto, restringe-se a expor argumentos como a inaplicabilidade do CDC ao caso em debate, impossibilidade de revisão do contrato e impossibilidade de discussão sobre as taxas de juros e anatocismo. A peça de defesa da ré, entretanto, abordou aspectos sequer mencionados pelo autor (taxa de juros remuneratórios e anatocismo), porém não impugnou de maneira específica a questão do alegado atraso no envio dos boletos de cobrança do cartão de crédito, tampouco dos itens questionados em sua legalidade, como os juros de mora indevidos e as tarifas não contratadas, aspectos que foram abordados na audiência do PROCON, oportunidade em que a ré reconheceu alguns excessos, admitindo estornar valores (documento de fls.31). Assim, em conta da ausência de impugnação especificada pelo réu no tocante à ilegalidade dos valores reclamados pelo autor, entendo que tais argumentos devem ser reputados verdadeiros em face da presunção de veracidade a que se refere a regra do art.302 "caput" do CPC. Por outro lado, no que tange à pretensão de indenização, tenho que deve ser igualmente recepcionada senão vejamos. Com efeito, quando procurou solucionar a questão no âmbito administrativo (PROCON - fls.70/71), o autor impugnou os valores das faturas de seu cartão de crédito, expondo e questionado com clareza os itens que reputava indevidos. A ré por sua vez, solicitou um prazo para análise do pedido do autor (fls.71), porém não lhe enviou sequer uma proposta de acordo (fls.72), mantendo a anotação já lançada no SERASA (fls.75) e promovendo nova inscrição no SCPC (fls.75). Assim, o caso em análise revela os matizes da conduta negligente da ré, e, ademais, considerando que o débito referente às mencionadas inscrições é reconhecido como indevido, conforme fundamentação acima, é forçoso reconhecer que tais registros são abusivos e causam o chamado dano moral puro. Neste sentido: "...A inclusão indevida do nome do autor nos cadastros de maus pagadores sem justo motivo, causadora do chamado dano moral puro ("in re ipsa"), já é prova suficiente para abalar os valores da personalidade e ocasionar lesão à honra e a reputação..." (TJPR - AC 0473497-4 - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Marcos de Luca Fanchin - DJPR 03.07.2008). No tocante ao dimensionamento desta indenização, lembre-se que o juiz deve nortear-se pelo critério de razoabilidade, levando em estima fatores como a gravidade da lesão, o grau de culpa do ofensor, o caráter de sanção e desestímulo à reiteração da conduta ilícita, a capacidade financeira das partes e o cuidado para que o dano moral não se transforme em objeto de lucro fácil e desmedido. Neste contexto, tenho que o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) retrata uma indenização justa. III - DISPOSITIVO Em face do exposto julgo procedentes os pedidos constantes da inicial, e, de conseqüência: a) declaro inexigível o débito atribuído ao autor, referente às inscrições lançadas no SCPC e SERASA (fls.74 e 75 respectivamente), ordenando o cancelamento definitivo de tais registros; b) condeno a ré a pagar ao autor o valor de R$1.385,29 (um mil trezentos e oitenta e cinco reais e vinte nove centavos) a título de repetição de indébito. Esclareça-se que esta quantia deve ser atualizada por correção monetária (INPC-IBGE) desde a data do vencimento da obrigação indevidamente imputada ao autor (07/04/2008) e juros de mora legais contados da citação da ré; c) condeno a ré a pagar ao autor o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, valor que deve ser atualizado por correção monetária (INPC-IBGE) contada desta data (prolação da sentença) e juros de mora legais contados da primeira inscrição indevida (07/04/2008 - fls.75). Ressalte-se que a liquidação desses valores pode ser feita mediante simples cálculo do credor na fase de cumprimento de sentença. No tocante á sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do autor, verba que arbitro em 15% do valor da condenação, atento às diretrizes do art.20, § 3º do CPC. Por fim, declaro extinto o processo na forma do art.269, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. IVO ALVES DE ANDRADE, VALERIA CRISTINA DOS SANTOS, GEOVANEI LEAL BANDEIRA, TATIANE DOS SANTOS, LUIS OSCAR SIX BOTTON e JANAINA ROVARIS-.

16. PRESTAÇÃO DE CONTAS-1321/2009-MANOEL LOPES DE ALBUQUERQUE x BANCO SANTANDER BANESPA S.A- I - RELATÓRIO. Alega o autor que firmou com o réu contrato de administração de cartão de crédito e durante a relação contratual a instituição financeira jamais prestou contas de forma satisfatória. Por isso, ajuizou a presente ação a fim de que o réu apresente os "documentos concernentes ao contrato firmado, bem como preste conta da relação jurídica levada a efeito, considerando a necessidade imprescindível de análise quanto à legalidade da mesma e seus reflexos na esfera de direitos do requerente" (fls. 03). O réu ofertou contestação (fls.22/54) alegando em tema de preliminar a impossibilidade jurídica do pedido, falta de interesse de agir e inépcia da inicial. Como prejudicial de mérito alega a ocorrência da decadência na forma do art. 26, II, do CDC. No mérito, defende a legalidade na indexação do contrato em todos os índices livremente pactuados. Em réplica (fls.70/81), o autor refuta a defesa indireta oposta na contestação e reitera, em linhas gerais, os argumentos já expendidos na inicial. Consultadas sobre a possibilidade de acordo (fls. 81-v), o réu afastou esta hipótese (fls.105), ao passo que o autor não se manifestou a respeito (fls.106-v). Vieram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO. O feito comporta julgamento antecipado, pois a questão é de direito e não há necessidade da produção de outras provas além da documental já encartada ao processo. No mais, lembre-se que a ação de prestação de contas, quando ajuizada por quem alega o direito de exigi-las (art.914, I), oferece ao réu a oportunidade de prestar contas ou contestar este pleito (art.915). E, no caso em tela, o réu contesta a obrigação lhe imputada, ofertando, porém, antes das razões de mérito, defesa indireta. Ao exame da preliminar aventada pelo réu, todavia, conclui-se que não comporta recepção, senão vejamos. A alegada impossibilidade jurídica do pedido não merece ser recepcionada, pois o pedido é juridicamente possível quando a ele não se opõe, expressamente, o ordenamento jurídico, sendo esta a hipótese dos autos. Quanto à falta de interesse de agir por inadequação da presente ação para o efeito de discutir cláusulas contratuais também não merece guarida, pois o autor não deduziu esta pretensão na inicial, restringindo-se a solicitar esclarecimentos a respeito da evolução do débito, sem externar a pretensão de discutir a indexação do contrato, ao menos nesta primeira fase da prestação de contas. Do mesmo modo, não procede a alegada carência de ação por ausência de interesse processual assentada no fato de que o réu sempre enviou as faturas do cartão de crédito ao autor, as quais dão conta de toda a evolução do débito. Isto porque, o fato do banco enviar as faturas ao titular do cartão de crédito não o elide da prestação de contas na forma mercantil, quando solicitada pelo cliente. A respeito: "APELAÇÃO CÍVEL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRIMEIRA FASE. CARTÃO DE CRÉDITO. INTERESSE DE AGIR. ENVIO DE EXTRATOS. PRETENSÃO REVISIONAL. 1. O envio de extratos mensais não exime o banco de prestar contas, de modo que há interesse processual do usuário do cartão de crédito de exigir a prestação das contas. (...).". (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0702268-4 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Hayton Lee Swain Filho - Unânime - J. 29.09.2010) "APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PRIMEIRA FASE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO SENTENÇA QUE JULGA EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR FORNECIMENTO DE FATURAS QUE NÃO AFASTA O DEVER DE PRESTAR CONTAS PRELIMINAR AFASTADA APLICAÇÃO

DO DISPOSTO NO ART. 515, §3º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS SÚMULA 259 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DECADÊNCIA SERVIÇOS BANCÁRIOS PRAZO DECADENCIAL ARTIGO 26, INCISO II, DO CDC INAPLICABILIDADE SENTENÇA REFORMADA RECURSO CONHECIDO E PROVIDO". (TJPR - 16ª C.Cível - AC 0684999-4 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto - Unânime - J. 29.09.2010) Também não merece ser recepcionada a aventada inépcia da inicial pela formulação de pedido genérico, ao argumento de que o autor não especifica quais os lançamentos efetuados na indexação do débito de que discorda. Isto porque de acordo com a orientação jurisprudencial não se afigura razoável exigir que o autor especifique, na petição inicial, as datas, lançamentos e itens sobre os quais pretende obter esclarecimentos, sob pena de inviabilizar-se o exercício do direito de ação, fundado, exatamente, na insuficiência de informações. Pondere-se que na petição inicial o autor menciona a necessidade de ter conhecimento acerca dos encargos que lhe foram exigidos, bem como pretende ver apresentados os documentos relativos à relação contratual. Assim, o pedido de prestação de contas não é genérico, pois há indicação do número do cartão de crédito, comprovação de sua titularidade, e, da leitura da inicial, percebe-se com facilidade que a pretensão do autor diz respeito aos encargos incidentes na apuração do saldo devedor em todo o período do contrato. Neste sentido: "APELAÇÃO CÍVEL PRESTAÇÃO DE CONTAS CARTÃO DE CRÉDITO - PRIMEIRA FASE - FALTA DE INTERESSE DE AGIR INOCORRÊNCIA DEVER DE PRESTAR CONTAS EXEGESE DA SÚMULA 259 DO STJ PRETENSÃO EXCLUSIVAMENTE REVISIONAL NÃO VISLUMBRADA - PRAZO DE DECADÊNCIA DO ART. 26, II, CDC INAPLICABILIDADE TAXAS E TARIFAS REFEREM-SE A VÍCIOS OCULTOS O PRAZO DECADENCIAL APENAS SE INICIA APÓS A EFETIVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PRECEDENTES - ALEGAÇÃO DE PEDIDO GENÉRICO PEDIDO EXARADO NA INICIAL DE MODO A AFASTAR QUALQUER DÚVIDA QUANTO À PRETENSÃO - PRAZO LEGAL DE 48 HORAS - POSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PRAZO PEREMPTÓRIO VERBA HONORÁRIA CORRETAMENTE FIXADA DECISÃO REFORMADA. (...) Prestação de contas. Pedido genérico. Inexistência. Desnecessidade de Apontamento pormenorizado das irregularidades: Na ação de prestação de contas, inexiste pedido genérico se o autor indica o período e os lançamentos de débito efetuados pela instituição financeira a serem esclarecidos. Esta Corte de Uniformização já decidiu no sentido da negativa do direito ao exercício da ação em exame na hipótese de se exigir do autor detalhada descrição, na petição inicial, de datas, itens e lançamentos realizados em sua conta-corrente em desconformidade com o contrato celebrado entre as partes. Ademais, é direito do correntista solicitar informações acerca dos lançamentos realizados unilateralmente pelo Banco. (...)". (REsp 242204/RJ, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 04.08.2005, DJ 22.08.2005 p. 275) (...)". (TJPR - 13ª C.Cível - AC 0729433-5 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Gamaliel Seme Scaff - Unânime - J. 20.07.2011) "APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PRIMEIRA FASE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO ALEGAÇÃO DE NÃO-CONHECIMENTO DO RECURSO AFASTADA AUSÊNCIA DE INTERESSE DE PROCESSUAL FORNECIMENTO DE EXTRATOS E INFORMAÇÕES QUE NÃO AFASTA O DEVER DO BANCO EM PRESTAR CONTAS PEDIDO GENÉRICO IMPUGNAÇÃO A LANÇAMENTO ESPECÍFICO DESNECESSIDADE DEVER DO BANCO DE PRESTAR CONTAS EM VISTA DA RELAÇÃO DE CRÉDITO/DÉBITO QUE POSSUI COM O CONSUMIDOR DECADÊNCIA SERVIÇOS BANCÁRIOS TAXAS E TARIFAS PRAZO DECADENCIAL ARTIGO 26, INCISO II, DO CDC INAPLICABILIDADE SENTENÇA MANTIDA RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO". (TJPR - 16ª C.Cível - AC 0758430-9 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Desª Maria Mercis Gomes Aniceto - Unânime - J. 04.05.2011) Por fim, não assiste razão ao réu quando tenta impedir o exame da pretensão do autor pelo obstáculo da decadência, pois não se aplica ao caso em tela o disposto no artigo 26 do CDC, senão vejamos: "Ação de prestação de contas - Primeira fase. Decadência - CDC, art. 26, inc. II - Reconhecimento afastado neste passo procedimental - Demanda em que não há reclamação contra vício aparente no serviço prestado pelo banco - Situação, de todo modo, de vício oculto, que somente no futuro (com a efetiva prestação de contas) será conhecido pelo correntista, e apenas a partir daí terá curso o prazo decadencial para que o consumidor reclame do vício (CDC, art. 26, § 3.º). Apelação provida". (TJPR - 13ª C.Cível - AC 0491999-1 - Maringá - Rel.: Des. Rabello Filho - Unânime - J. 20.08.2008) "(...) 3) 'O art. 26 do Código de Defesa do Consumidor destina-se a vícios aparentes ou de fácil constatação e vícios ocultos, regulando a decadência, não tendo aplicação em ação de prestação de contas onde o autor, ora recorrente, busca revisar ou questionar os lançamentos efetuados em sua conta-corrente. Recurso não provido'. (STJ AgRg nos EDcl no REsp 1011822/PR Rel. Min.ª Nancy Andrighi 3ª T. DJ 03.11.2008). (...)." (TJPR - 16ª C.Cível - AC 0684087-9 - Maringá - Rel.: Des. Shiroshi Yendo - Unânime - J. 18.08.2010) Vencida, portanto, a defesa indireta lançada na contestação. No mais, a razão está com o autor, pois, ainda que o banco tenha fornecido mensalmente as faturas do cartão de crédito, tal fato não exime o direito deste último em obter uma prestação de contas na forma do rito estabelecido no CPC. Sobre o tema, confira os seguintes julgados: "(...) IV - Independente do recebimento de faturas mensais e do pagamento de tarifa, é legítima a pretensão do titular do cartão de crédito à prestação de contas em face da administradora de cartão de créditos. Precedentes do STJ. (...)". (TJPR - 16ª C.Cível - AC 0587575-4 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Shiroshi Yendo - Unânime - J. 24.06.2009) "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRIMEIRA FASE. CONTA CORRENTE. CARTÃO DE CRÉDITO. PEDIDO GENÉRICO. NÃO VERIFICAÇÃO. DESNECESSIDADE DE INDICAÇÃO PORMENORIZADA DAS INFORMAÇÕES PEDIDAS. DECADÊNCIA. ART. 26, II, CDC. INAPLICABILIDADE. PRESCRIÇÃO. ALEGAÇÃO. AFASTAMENTO. DEVER DO BANCO DE PRESTAR CONTAS. INSUFICIÊNCIA DOS EXTRATOS DISPONIBILIZADOS NORMALMENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. (...) 4. O banco tem o dever de prestar contas da administração da conta corrente e do cartão de crédito, independentemente de disponibilizar ao cliente extratos da movimentação financeira. (...)". (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0693508-2 - Londrina - Rel.: Des. Luiz Carlos Gabardo - Unânime - J. 10.11.2010) Portanto, a solução de procedência ao pedido constante da inicial é medida que se impõe ao caso dos autos. III - DISPOSITIVO. Em face do exposto, nos termos do art. 269, I, do CPC, julgo procedente o pedido inicial, e, condeno o réu a prestar as contas solicitadas pelo autor (na forma mercantil) no prazo de 48 horas, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar (CPC, art. 915, § 2o). Ressalte-se que o prazo relativo à prestação de contas terá início com o trânsito em julgado da sentença e será contado a partir da intimação pessoal do réu. Neste sentido: "(...) É nula a segunda fase da ação de prestação de contas quando o réu não foi intimado pessoalmente a prestar as contas devidas, nos termos do artigo 915, § 2º do Código de Processo Civil, uma vez que o ato deve ser praticado por ele e não por seu advogado". (TJPR - 12ª C.Cível - AC 0470460-5 - Curitiba - Rel.: Des. Costa Barros - Unânime - J. 23.07.2008) Em face da sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do autor, verba que arbitro em R$800,00 (oitocentos reais) por apreciação eqüitativa (CPC, art.20, § 4o). Publique-se. Registre-se. Intimem-se-Advs. WILIAN ZENDRINI BUZINGNANI, ALEXANDRE NELSON FERRAZ, EUCLIDES GUIMARÃES JUNIOR, VALERIA CARAMURU CICARELLI e ALFONSO LIBONI PEREZ-.

17. DECLARAT. C/C REP. DANO MORAL-1344/2009-MARILZA APARECIDA DA LUZ SANTOS x TIM CELULAR S.A- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formulado pelas partes (fls.98/99), nestes autos de DECLARATÓRIA C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, autuada sob nº. 1344/2009, que MARILZA APARECIDA DA LUZ SANTOS, move contra TIM CELULAR S.A., extinguindo, por conseguinte, o processo, com resolução do mérito, nos moldes do Artigo 269, inciso III, do CPC. Custas satisfeitas. Oportunamente, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão, baixando-se junto à distribuição e arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. - Advs. LUIS RAFAELE AMORESE, HELENA ANNES, SERGIO LEAL MARTINEZ e MARCIA REGINA ANTONIASSI-.

18. COBRANCA-1368/2009-PROSURG PRODUTOS MÉDICOS LTDA. x MARCIA YARA DOS SANTOS- I - RELATÓRIO Alega a autora, em síntese, que forneceu produtos médico-hospitalares em caráter particular ao pai da ré, cuja internação foi solicitada por ela, que firmou termo de responsabilidade pelas despesas respectivas. Ocorre que tais despesas não foram pagas, razão pela qual a autora pede a condenação da ré ao pagamento da quantia referente aos materiais utilizados no tratamento hospitalar mencionado. A ré ofertou contestação (fls.27/31), pleiteando a denunciação da lide da Unimed - Londrina, na forma do art. 70, III, do CPC. No mérito, sustenta, em resenha, que o termo de responsabilidade mencionado na inicial foi assinado por erro, pois segundo seu entendimento as despesas hospitalares eram de responsabilidade do plano de assistência médico-hospitalar - Unimed. Além disso, assevera que assinou o termo de responsabilidade sob forte tensão em conta da urgência do atendimento ao seu pai (estado de perigo) e que o documento teria sido firmado sem que lhe fosse devidamente esclarecido sobre a ausência de cobertura do plano de saúde. Por isso, almeja a nulidade do negócio que embasa a cobrança, por força da ocorrência dos vícios de vontade: erro e estado de perigo. Embora intimada, a autora não ofertou réplica (fls. 184-v). Consultadas sobre a possibilidade de acordo a autora afastou esta hipótese (fls. 185/195). Anunciado o julgamento antecipado da lide (fls. 196), a ré interpôs agravo retido (fls. 197/198). Após a resposta da autora ao recurso (fls. 200/203), retornaram-me os autos conclusos para sentença. II - FUNDAMENTAÇÃO De partida, não procede a denunciação da lide do plano de assistência médico-hospitalar - Unimed sugerida pela ré. Isto acontece porque a denunciação, na hipótese do art.70, III, do CPC, exige que a garantia de regresso ao denunciante esteja expressamente firmada na lei ou em contrato. No caso dos autos isso não ocorre, pois, tanto a lei quanto o contrato de fls.33/45 não prevêem a mencionada garantia de regresso, no caso da denunciante ser condenada ao pagamento dos materiais utilizados no tratamento hospitalar em processo judicial, o que faz inadequada a denunciação proposta. Neste sentido: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. ART. 70, III, DO CPC. DESCABIMENTO. INOVAÇÃO. PRECLUSÃO. 1. Não se admite a denunciação da lide com fundamento no art. 70, III, do CPC se o denunciante objetiva eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso, atribuindo-o com exclusividade a terceiro. 2. Não havendo preceito normativo ou instrumento contratual que estabeleça vínculo obrigacional entre o denunciante e o denunciado, não se admite a denunciação da lide com fundamento no art. 70, III, do CPC. 3. A parte, em sede de regimental, não pode, em face da preclusão consumativa, inovar em sua argumentação, trazendo questões não expostas no recurso especial. 4. Agravo regimental desprovido". (AgRg no REsp 1115952/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 30/06/2010) "PROCESSUAL CIVIL - DENUNCIAÇÃO DA LIDE - ART. 70, III, DO CPC - HIPÓTESE NÃO CONFIGURADA - INDEFERIMENTO. 1. Nos termos do art. 70, III, do CPC, para que se defira a denunciação da lide, é necessário que o litisdenunciado esteja obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar a parte autora, em ação regressiva, o que não ocorre na hipótese. 2. Recurso não provido". (REsp 948.553/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2008, DJe 18/02/2009) Ressalte-se, entretanto, que a impossibilidade do pleito de regresso no âmbito da denunciação não afasta, logicamente, a hipótese da propositura de ação autônoma da ré contra o denunciado. No mérito, tenho que o pedido da autora revela-se procedente. Com efeito, o pai da ré foi internado no Hospital Evangélico de Londrina e recebeu tratamento

médico em caráter particular, mediante termo firmado pela ré, optando pelo caráter particular do atendimento. Entretanto, a ré sustenta que o termo referido foi assinado sob vícios de vontade, pois pensava que as despesas hospitalares seriam pagas pelo plano de assistência médico-hospitalar - Unimed, bem como por força das circunstâncias (urgência do atendimento), caracterizando-se as hipóteses de erro e estado de perigo a invalidar o ato. Estes argumentos não prosperam, todavia, pois ao meu sentir a ré não foi compelida a contratar o serviço, pois procurou hospital privado e escolheu o atendimento em caráter particular quando renunciou ao tratamento pelo SUS, responsabilizando-se, ainda, pelas despesas eventualmente não cobertas pelo "plano de saúde" (documento de fls.50). Assim, o alegado erro e estado de perigo não podem ser utilizados como instrumento de anulação do contrato. Neste rumo: "...O alegado 'estado de perigo' não tem o condão de eximir a responsabilidade do pagamento dos serviços prestados pelo hospital particular. Ao adentrar no nosocômio, o paciente, ou aquele que, por força das circunstâncias, o encaminha para o tratamento, sabe que o serviço lá prestado não é gratuito, devendo, portanto, assegurar-se que possui condições financeiras para tanto ou plano de saúde que porventura possua a cobertura pretendida, pois é sabido que hospital particular atua mediante remuneração..." (20090020064065AGI, Relator MARIO-ZAM BELMIRO, 3ª Turma Cível, julgado em 18/11/2009, DJ 15/12/2009 p. 69). Ademais, lembre-se que no estado de perigo há temor de grave dano moral ou material à própria pessoa, ou a parente seu, que compele o declarante a concluir contrato, mediante prestação exorbitante. E, no caso dos autos, a ré sequer menciona que a prestação exigida pela autora é exorbitante em relação aos serviços prestados, descaracterizando-se a figura do estado de perigo. A respeito: "...CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA - DESPESAS HOSPITALARES (...) ASSINATURA DE TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ONEROSIDADE EXCESSIVA NÃO CARACTERIZADA - INOCORRÊNCIA DE ESTADO DE PERIGO (...) Não configura extorsão a prática dos hospitais particulares em exigir a assinatura de documentos que lhes assegurem o pagamento, pois, enquanto agentes econômicos, têm o ônus de remunerar seus serviços, ressalvando-se, contudo, a intervenção judicial em caso de abusividade na cobrança (...) A teor do disposto no art. 156 do Código Civil, o estado de perigo depende, para sua configuração, da demonstração de que a prestação assumida é excessivamente onerosa..." (TJDFT - AC 2006 01 1 109135-9 - (305278) - Rel. Des. Mario Zam Belmiro - DJe 15.05.2008). Portanto, tenho que a procedência ao pedido da autora é medida que se impõe ao caso dos autos. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, julgo procedente o pedido da autora e condeno a ré ao pagamento do valor de R$4.280,00 (quatro mil, duzentos e oitenta reais), importância que deve ser atualizada por correção monetária contada da data de alta do paciente e juros de mora legais contados da citação. Ressalte-se que o valor atualizado da condenação pode ser apurado pela autora através de simples cálculo na fase de cumprimento de sentença. Condeno a ré, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono da autora, verba que arbitro em 10% do valor da condenação, atento às diretrizes do art.20, § 3º, do CPC. Entretanto, concedo à ré o benefício da Assistência Judiciária Gratuita, isentando-a do pagamento das verbas de sucumbência, ressalvada a hipótese do art.12 da Lei nº 1060/50. Por fim, declaro extinto o processo na forma do art.269, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. SIMONI TAKAHASHI OLIVEIRA e CARLOS FREDERICO VIANA REIS-.

19. REVISIONAL DE CLAUSULAS CONTRATUAIS-1389/2009-ADEMAR SHUPEL x BANCO FINASA S.A- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formulado pelas partes (fls.138/142), nestes autos de AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO, autuada sob nº. 1389/2009, que ADEMAR SHUPEL, move contra BANCO FINASA S.A., extinguindo, por conseguinte, o processo, com resolução do mérito, nos moldes do Artigo 269, inciso III, do CPC. Custas satisfeitas. Expeça-se em favor do réu o necessário alvará judicial, autorizando-o a levantar a quantia que se encontra depositada, nos termos do acordo. Homologo nessa mesma oportunidade a desistência do prazo recursal pleiteada. Certifique-se, baixando-se junto à distribuição e arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. MARIANA BENINI SOUTO-.

20. BUSCA E APREENSAO -FIDUCIARIA-2081/2009-BV FINANCEIRA S.A CREDITO, FINANC. INVESTIMENTO x DIOMARA CEZARIO DA SILVA BARBOSA- I - RELATÓRIO. Trata-se de ação de busca e apreensão própria do Decreto-Lei n. 911/69, onde a autora alega, em síntese, ter firmado com a ré contrato de financiamento para aquisição de bem garantido por alienação fiduciária. Ocorre que a ré teria deixado de efetuar o pagamento das prestações avençadas caracterizando-se a mora, razão pela qual a autora almeja em sede de liminar a busca e apreensão do bem dado em garantia. Ao final, requer a procedência do pedido para consolidação da posse e domínio do bem em seu favor. A medida liminar foi deferida (fls.22) e cumprida nos termos do "Auto de Busca e Apreensão" de fls.32. Regularmente citada (fls.33), a ré lançou pedido de purgação da mora, efetuando o depósito integral da importância devida (fls. 28 e 37/38) e pleiteando a restituição de posse do veículo (fls. 37/38 e 39). Tal pedido foi acolhido pelo juízo (fls.41), sendo efetivada a restituição do bem à ré. A autora impugnou os valores depositados (fls. 42/46) e interpôs recurso de agravo de instrumento contra a decisão que acolheu o pedido de purgação da mora (fls. 47/65). Entretanto, foi negado seguimento ao recurso (fls. 82/84). Às fls. 67/68 a ré pleiteou a extinção do processo, pois entende que os valores depositados estão corretos e, às fls. 93 e 95, reiterou o pedido de extinção e a liberação do gravame fiduciário sobre o veículo. Vieram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO. O feito comporta julgamento antecipado, pois a questão é de direito e não é necessária a produção de outras provas além da documental já encartada ao processo. Considerando que a ré efetuou o pagamento integral do débito (fls. 28 e 40), mais custas processuais e honorários advocatícios, é forçoso reconhecer efetivada a purgação da mora, cabendo de consequência a extinção do processo com base no disposto no art. 269, II, do CPC. Neste sentido: "APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NULIDADE DA SENTENÇA. INOCORRÊNCIA. PRIMEIRO AGRAVO RETIDO. PURGAÇÃO DA MORA. POSSIBILIDADE. PRAZO. TEMPESTIVO. SEGUNDO AGRAVO RETIDO. DESPESAS EXTRAJUDICIAIS. INCLUSÃO NO CÁLCULO. INVIABILIDADE. PARCELAS VENCIDAS, ENCARGOS MORATÓRIOS, CUSTAS E HONORÁRIOS. PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA PENDENTE. EXTINÇÃO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (ART. 269, II, DO CPC). RECONHECIMENTO DO PEDIDO. PRECEDENTES. AGRAVOS RETIDOS NÃO PROVIDOS. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0725379-0 - Rio Branco do Sul - Rel.: Des. Vicente Del Prete Misurelli - Unânime - J. 23.02.2011) Por fim, tendo em conta que a ré pagou integralmente o débito (fls. 28 e 40) e que a autora já realizou o levantamento da importância depositada (fls. 80), deve a autora no prazo improrrogável de 10 (dez) dias (art. 9º, da Resolução nº 320, de 5.06.2009 do CONTRAN), contados a partir da intimação desta decisão, promover a liberação do gravame fiduciário sobre o veículo, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) (CPC, art. 461). III - DISPOSITIVO. Em face do exposto, declaro extinto o processo, o fazendo com fulcro na regra ditada pelo art. 269, II, do CPC. Custas pela ré, bem como honorários advocatícios do patrono da autora, verbas estas já constantes do valor depositado em purgação da mora. Ordeno à autora que proceda a liberação do gravame fiduciário sobre o veículo no prazo improrrogável de 10 (dez) contados a partir da intimação desta decisão, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) (CPC, art. 461). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Advs. ENEIDA WIRGUES, FLAVIA DIAS DA SILVA, WAGNER DE OLIVEIRA BARROS e JOÃO MIGUEL FERNANDES FILHO-.

21. COBRANÇA (DPVAT)-0007938-37.2010.8.16.0014-ANTONIA ELIZABETI PINHEIRO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A- I - RELATÓRIO Trata-se de ação de cobrança através da qual a autora almeja o pagamento do seguro obrigatório - DPVAT, em virtude da morte de filho, vítima de acidente de trânsito. Pretende o pagamento do seguro com base em 40 (quarenta) salários mínimos, atualizando-se o valor por juros de mora e correção monetária, deduzindo-se a importância já recebida. Requer, ainda, indenização a título de danos morais, no valor de 100 (cem) salários mínimos. A ré ofertou contestação (fls.30/39), alegando em preliminar a sua ilegitimidade. No mérito, defende a competência da CNSP para regulamentar matéria afeta ao Dpvat; tece considerações acerca do critério que entende correto para fixação do valor da indenização, e, realça a utilização da dinâmica de juros e correção monetária que entende correta para o caso de eventual procedência ao pedido da autora. Em réplica (fls.50/60), a autora refuta a defesa indireta da ré, e, reitera em linhas gerais os argumentos já expendidos na inicial. Vieram-me, então, os autos conclusos para sentença. II - FUNDAMENTAÇÃO O feito comporta julgamento antecipado, pois a questão é de direito e não há necessidade da produção de outras provas além da documental já encartada ao processo. Não procede a preliminar arguida pela ré, pois o fato de ser a ré sócia da seguradora responsável pelo pagamento da indenização não lhe retira a legitimidade para responder a presente ação. Neste sentido, o entendimento do STJ: "(...) A indenização do seguro obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo (...)". (STJ - RESP 602165 - RJ - 4ª T. - Rel. Min. Cesar Asfor Rocha - DJU 13.09.2004 - p. 00260). No mérito, tenho que a pretensão da autora está fulcrada na percepção do saldo referente a indenização do Seguro DPVAT, a respeito do qual não deram quitação, entretanto não há que se falar em indenização por danos morais, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "CIVIL E PROCESSUAL. DPVAT. ACIDENTE COM VÍTIMA FATAL. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA COM A SEGURADORA. QUITAÇÃO. COBRANÇA DE DIFERENÇA. POSSIBILIDADE. DEVER LEGAL. VALOR ESTABELECIDO EX VI LEGIS. NORMA COGENTE. DANO MORAL. DESCABIMENTO. (STJ - REsp 619324 - RJ - 4ª T. - Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR - DJe 24.05.2010). Portanto, a legislação aplicável é a de nº 6.194/74, com as modificações da Lei nº 8.441/92, determinando a fixação da indenização em 40 (quarenta) salários mínimos em caso de morte (artigo 3º, alínea "a"), descontando-se o valor já recebido (Cr$210.998,18). Ressalte-se, que o art. 3º, 'a' da Lei nº 6194/74 que trata da fixação da indenização em 40 (quarenta) salários mínimos, não foi revogado pelas Leis nº 6.205/75 e 6.424/77, normas que se prestam tão somente a evitar a utilização do salário mínimo como índice de correção monetária, o que não é o caso dos autos. Veja-se nesse sentido a decisão do STF: "Constitucional. Indenização: Salário mínimo. CF, art. 7º, IV. I. Indenização vinculada ao salário mínimo: impossibilidade. CF, art. 7º, IV. O que a Constituição veda, art. 7º, IV, é a fixação do quantum da indenização em múltiplo de salários mínimos. STF, RE 225.488/PR, Moreira Alves; ADI 1.425. A indenização pode ser fixada, entretanto, em salários mínimos, observado o valor deste na data do julgamento. A partir daí, esse quantum será corrigido por índice oficial. (...)" (STF - RE 409.427-AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 02/04/04 - grifei). E ainda, o julgado paranaense: "A indenização decorrente do seguro obrigatório pode ser fixada em salários mínimos, tendo em vista que o objetivo da Lei nº 6.205/75, foi impedir a vinculação do salário-mínimo como fator de correção monetária, não a sua utilização como quantificador de montante indenizatório". (Resp. nº 161185/SP)" (TJPR, Ap. Cív. n° 354405-2, da Vara Cível e Anexos, da comarca de Marialva; Rel. Des. LUIZ LOPES - grifei). Assim, o valor estipulado em salário mínimo é utilizado apenas para determinação do valor da indenização e não para substituir a correção monetária. Neste sentido, a jurisprudência: "CIVIL - SEGURO OBRIGATÓRIO

(DPVAT) - VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS - INDENIZAÇÃO LEGAL - CRITÉRIO - VALIDADE - LEI Nº 6194/74 - O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei nº 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. II. Recurso Especial não conhecido" (STJ; RESP 153209; RS; 2ª S.; Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR; DJU 02.02.2004; p. 00265; grifo e negrito inexistente no original). Observe-se, que o valor de referência à indenização deve ser o salário mínimo vigente na época do acidente. (TJPR - AC nº 0561119-6 - 9ª C.Cív. - Rel. Des. Rosana Amara Girardi Fachin - J. 23/04/2009). Destaca-se, também, que as normas ditadas pela CNSP não se sobrepõem à lei abstrata e geral, por aplicação do princípio da hierarquia das normas, conforme julgado a seguir: "Apelante: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Apelado: ELEANDRO MACHADO Relator: JUIZ SERGIO LUIZ PATITUCCI APELAÇÃO CÍVEL SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT ACIDENTE DE TRÂNSITO RESOLUÇÃO DA CNSP CONTRÁRIA À LEI IMPOSSIBILIDADE PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS QUITAÇÃO RESTRITA AOS VALORES PAGOS PELA SEGURADORA COMPLEMENTAÇÃO POSSIBILIDADE CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO "A QUO" DATA DO EFETIVO PREJUÍZO PAGAMENTO A MENOR RECURSO DE APELAÇÃO NEGA PROVIMENTO". (TJPR - 9ª C.Cível - AC 0737211-4 - Francisco Beltrão - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Sérgio Luiz Patitucci - Unânime - J. 02.06.2011). Por fim, quanto aos juros moratórios, estes são contados a partir da efetiva citação da empresa seguradora (Súmula 426 do STJ), no percentual de 1% ao mês. Já a correção monetária (INPC/IGP-M) deve ser a partir do pagamento parcial. A propósito: "COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT EM RAZÃO DE MORTE. QUANTUM INDENIZATÓRIO. QUITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DOCUMENTOS DIVERGENTES. PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. Fatos não contestados durante o curso do processo serão tomados como verdadeiros. 2. O pagamento realizado a terceiro não é óbice para a quitação do seguro obrigatório DPVAT para o correto beneficiário. 3. É válida a utilização do salário mínimo para quantificar indenização decorrente de seguro obrigatório. 4. Os juros de mora são devidos a partir da citação válida da ré, no percentual de 1% ao mês. 5. A correção monetária deve incidir a partir da data do acidente quando não efetuado nenhum tipo de pagamento indenizatório. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA". (TJPR - 10ª C.Cível - AC 0751638-7 - Campo Mourão - Rel.: Des. Nilson Mizuta - Unânime - J. 24.05.2011 - grifei). III - DISPOSITIVO Em face do exposto, nos termos do art. 269, I do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido inicial, e, de consequência, condeno a ré ao pagamento da quantia equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes na data do acidente narrado na inicial (13.04.1991), descontando-se o montante já recebido (Cr$210.998,18). Esta importância deverá ser atualizada por correção monetária (INPC/IGP-M) desde a data do acidente e juros de mora contados da citação, no percentual de 1% ao mês. Lembre-se que a liquidação deste valor apura-se mediante simples cálculo da credora, na oportunidade do cumprimento à regra do art. 475-B do CPC. Considerando a sucumbência recíproca e a sua proporção, as partes devem arcar com o pagamento das custas processuais na razão de 50% (cinquenta por cento) para cada uma, bem como devem pagar aos patronos da parte adversa, a verba honorária que arbitro em R$500,00 (quinhentos reais) para cada qual, autorizada, desde já, a compensação, nos termos da Súmula 306/STJ. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. LUIZ GUSTAVO LEME, JULIANO MARTINS, MARCIA SATIL PARREIRA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

22. COBRANCA-0021304-46.2010.8.16.0014-ODILA DE SOUZA ALVES x BANCO DO BRASIL S/A- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência formulado pela autora (fl.80), nestes autos de AÇÃO DE COBRANÇA, autuado sob nº. 21.304/2010, que ODILA DE SOUZA ALVES, move contra BANCO DO BRASIL S.A., extinguindo, por conseguinte, o processo, sem resolução do mérito, nos moldes do Artigo 267, inciso VIII, do CPC. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor procurador do réu, este na monta de R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no artigo 20, § 4º do CPC, ficando suspensa a cobrança em razão do benefício da gratuidade concedido, com a ressalva do art.12, da lei nº. 1060/50. Oportunamente, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão, baixando-se junto à distribuição e arquivando-se os autos. -Advs. JOAO LOPES DE OLIVEIRA, ELÓI CONTINI e TADEU CERBARO-.

23. REVISIONAL C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-0030062-14.2010.8.16.0014-TANIA APARECIDA SILVA PASTURINO x BV FINANCEIRA S.A CREDITO, FINANC. INVESTIMENTO- I - RELATÓRIO Alega a autora, em síntese, que firmou com a ré um contrato de financiamento para aquisição de um veículo, sendo o preço avençado em 48 parcelas fixas. Realça que não recebeu uma cópia do contrato, porém, constatou que o valor das prestações foi dimensionado de maneira ilegal, computando-se juros abusivos e na forma capitalizada, juros de mora acima de 1% ao mês, taxa de abertura de crédito (TAC), taxa de emissão de carnê (TEC), IOF, multa superior a 2%, além de comissão de permanência cumulada com encargos de mora. Pede, então, a revisão do contrato para o expurgo dos abusos mencionados, a compensação dos valores pagos a maior e o reconhecimento da mora creditoris, embasando sua pretensão nas regras do Código de Defesa do Consumidor. Em sede de tutela antecipada, pleiteia a manutenção na posse do veículo, a concessão de ordem determinando à ré que se abstenha de incluir o nome da autora em órgãos de proteção ao crédito e que seja autorizado o depósito em juízo do valor que entende correto. Almeja, ainda, a inversão do ônus da prova e que a ré promova a exibição do contrato firmado pelas partes. O pedido de tutela foi indeferido (fls. 108) em decisão não atacada por agravo. A ré ofertou contestação (fls. 110/153) arguindo em tema de preliminar a impossibilidade jurídica do pedido sob o argumento de que a ação revisional não pode ser cumulada com a ação de consignação em pagamento. No mérito, sustenta a legalidade na indexação do contrato em todos os índices livremente pactuados, razão pela qual os pleitos da autora seriam improcedentes. Nesta ocasião, juntou uma cópia do contrato firmado pelas partes (fls. 156/157). Em réplica (fls.164/170), a autora refuta os termos da contestação e reitera, em linhas gerais, os argumentos já expendidos na inicial. Consultadas as partes sobre a possibilidade de acordo (fls. 170-v), a ré afastou esta hipótese (fls. 172). Anunciado o julgamento antecipado da lide (fls. 175), retornaram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO Ao exame dos autos é necessário observar que a autora não instruiu a inicial com a cópia do contrato que pretende seja revisto o que levaria à inépcia da inicial por ausência de documento indispensável à propositura da ação e falta de causa de pedir. Entretanto, tal falha foi suprida pela ré às fls.156/157, motivo pelo qual fica afastada a hipótese de indeferimento da inicial. Por outro lado, a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido sugerida na contestação não merece ser recepcionada, pois o pedido é juridicamente possível quando a ele não se opõe, expressamente, o ordenamento jurídico, sendo esta a hipótese dos autos. No mérito, tenho que a pretensão da autora é parcialmente procedente. Com efeito, a petição inicial insurge-se contra a cobrança de juros excessivos e na forma capitalizada, taxa de abertura de crédito (TAC), taxa de emissão de carnê (TEC), IOF, multa superior a 2%, além de comissão de permanência cumulada com encargos de mora. Por isso, sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor a autora almeja a revisão do contrato de financiamento. O réu, por seu turno, defende a legalidade na indexação do contrato em todos os índices livremente pactuados, razão pela qual os pleitos da autora seriam improcedentes. Pois bem. A questão relativa à incidência do Código de Defesa do Consumidor às operações bancárias está sedimentada em razão do enunciado da súmula 297 do STJ, que dispõe: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras." Logo, aplicável a lei consumerista ao contrato em questão. Todavia, a alegação genérica de que a abusividade da taxa de juros afronta as regras do CDC não merece acolhida, pois os juros contratados em 2,19% ao mês a toda evidencia não discrepam das taxas praticadas no mercado financeiro. Sobre o tema: "DIREITO COMERCIAL - EMPRÉSTIMO BANCÁRIO - JUROS REMUNERATÓRIOS - Os negócios bancários estão sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, inclusive quanto aos juros remuneratórios; a abusividade destes, todavia, só pode ser declarada, caso a caso, à vista de taxa que comprovadamente discrepe, de modo substancial, da média do mercado na praça do empréstimo, salvo se justificada pelo risco da operação. Recurso Especial conhecido e parcialmente provido" (STJ - REsp. 736.354/RS - 3ª T. - Rel. Min. Ari Pargendler - DJU 06.02.2006). Ademais, o STJ por meio do enunciado 382 já pacificou que: "A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade". Registre-se, por oportuno que a limitação constitucional do art.192, § 3º, da CF, está superada pela EC n.40, que suprimiu do ordenamento constitucional o referido dispositivo. Trata-se, aliás, de matéria sumulada pelo STF, por meio da súmula vinculante n° 7, assim redigida: "A norma do §3º do artigo 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar". Portanto, não prospera o pleito revisional da autora alusivo à taxa de juros praticada no contrato em análise. No que tange à cobrança de juros capitalizados é argumento que se mostra desprovido de consistência jurídica suficiente a demandar a modificação da forma de incidência dos juros pactuados no contrato de financiamento, pelo simples fato de que as prestações foram avençadas em valor fixo, como afirma a própria autora. Em tais casos não se pode concluir que o consumidor foi ludibriado ou surpreendido com um valor que desconhecia, pois o que o atraiu à adesão do contrato foi o valor das prestações que assumiria e não a taxa de juros ou outros índices de indexação do pacto. Ademais, não se pode admitir que ele simplesmente aceite as condições do contrato para depois discutir a sua forma de indexação. Este comportamento contraditório (venire contra factum proprium) implicaria, ao meu sentir, na violação à boa-fé objetiva que deve nortear todas as relações contratuais, inclusive aquelas abrigadas pelas regras do CDC. Neste sentido, a questão é abordada com meridiana clareza em decisão do TJPR: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. APELAÇÃO. AÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. INOVAÇÃO RECURSAL. INCIDÊNCIA DO ART. 478, CCB E MANUTENÇÃO DA POSSE. MATÉRIA NÃO SUBMETIDA AO CRIVO DO CONTRADITÓRIO E AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU. RECURSO NÃO CONHECIDO EM PARTE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. CONTRATO POR PARCELAS FIXAS. CÁLCULO DOS JUROS. FASE PRÉ-CONTRATUAL. PREÇO CERTO E DETERMINADO. LEGALIDADE. "VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM". BOA-FÉ CONTRATUAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LEGALIDADE. PACTUAÇÃO EXPRESSA. ENCARGOS MORATÓRIOS. CUMULAÇÃO INDEVIDA. AFASTAMENTO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. POSSIBILIDADE. COBRANÇA DE ENCARGOS ILEGAIS. VEDAÇÃO AO PRINCÍPIO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. CADASTRO DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR INADIMPLENTE. IMPOSSIBILIDADE IN CASU. MAUTENÇÃO DOS EFEITOS DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA. REDISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. Recurso parcialmente conhecido e parcialmente provido. (...). 2. Capitalização de juros - Financiamento por parcelas fixas. Diferentemente do que geralmente ocorre nos demais contratos bancários, no contrato sob análise, o cálculo dos juros realizado pela instituição financeira ocorreu ainda antes da assinatura do instrumento, em fase pré-contratual. Por essa razão, a capitalização de juros

supostamente utilizada teria incidido unicamente na elaboração da proposta da instituição, a qual, declaração unilateral de vontade que é, não se condiciona pela vedação legal, mesmo porque não é apta para gerar obrigações para o consumidor. Do cálculo realizado na proposta, estipulou-se um preço certo e determinado, insuscetível de variações futuras. (...)". (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0701724-3 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Jurandyr Souza Junior - Unânime - J. 20.10.2010) Portanto, em face do conhecimento prévio e aceitação da autora por livre vontade ao valor das prestações do financiamento ao qual aderiu, tenho que deve ser mantida a forma de incidência dos juros pactuados no contrato de financiamento. Do mesmo modo, não há falar em incidência de juros de mora superiores a 1% ao mês, pois o contrato firmado pelas partes não contempla a incidência de tal encargo (confira-se a cláusula 15ª do contrato de fls. 156/157). De outro ângulo, a questão relativa à abusividade da cobrança das taxas de análise de crédito (TAC) e de emissão de boleto bancário (TEC) merece ser recepcionada, uma vez que atribui ao polo mais fraco da relação o dever de arcar com despesa que é decorrente de atividade própria da financeira. Neste rumo, confira-se a orientação jurisprudencial do TJPR: "APELAÇÃO CÍVEL. REVISIONAL DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL JULGADO IMPROCEDENTE. - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA IMPOSSIBILIDADE, - REGRA NÃO UTILIZADA PELO JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS IMPOSSIBILIDADE, ANTE A AUSÊNCIA DE PROVA DE EVENTUAIS ABUSIVIDADES DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL, QUE NÃO RESTOU PRODUZIDA E IMPRESCINDÍVEL NESSA MODALIDADE DE CONTRATO. TAXA DE EMISSÃO DE CARNÊ (TEC) E DE ANÁLISE DE CRÉDITO (TAC) ÔNUS DO AGENTE FINANCEIRO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE FORMA SIMPLES E NÃO EM DOBRO. AUSÊNCIA DE DOLO OU MÁ FÉ PRECEDENTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO POR MAIORIA, COM REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. (...) 3. Há ilegalidade da cobrança de taxa de análise de crédito (TAC) e de emissão de boleto (TEC), pois os valores atribuídos às tarifas correspondem ao custo da operação de financiamento, inerentes à própria atividade do fornecedor do serviço. 4. A repetição de valores recebidos indevidamente, no caso a título de TAC e TEC, deve ocorrer de forma simples e não em dobro, hipótese somente admitida nos casos em de que a parte age com dolo ou má- fé. Interpretação sistemática do art. 42, do CDC c/c art. 940 do CC/02". (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0699866-3 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Luis Espíndola - Por maioria - J. 10.11.2010) "AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. COBRANÇA DE TARIFAS. ILEGALIDADE. DESPROVIMENTO Afigura-se abusiva a cobrança de tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê ou de boleto bancário (TEC), na medida em que transfere à parte hipossuficiente na relação contratual, despesas administrativas que, na realidade, são inerentes à própria atividade da instituição financeira". (TJPR - 18ª C.Cível - A 0655123-5/01 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Mário Helton Jorge - Unânime - J. 28.04.2010) Por outro lado, não prospera a aventada abusividade na incidência do IOF sobre as parcelas do contrato de financiamento, pois tal cobrança decorre de legislação própria (Lei n. 5143/66, regulamentada pelo Decreto n.2.219/97) e não de imposição contratual. Neste passo: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. APELAÇÃO. CONTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE REPETIÇÃO E INDÉBITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE BENS. IOF IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS. TRIBUTO. LEGALIDADE. CLÁUSULA ABUSIVA. TARIFA INDEVIDA. CLÁUSULA ABUSIVA. COBRANÇA DE TARIFA DE ABERTURA DE CÉDITO TAC. ILEGALIDADE. INDÉBITO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. FORMA SIMPLES. EXEGESE DO ART. 876 DO CÓDIGO CIVIL. PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA. MANUTENÇÃO DO ÔNUS. (...) 2. Da cobrança do IOF. Considerando que a cobrança do IOF detém amparo legal e não depende de previsão contratual, pois advém de obrigação tributária e não de avença entre as partes, lícita sua incidência sobre as operações de crédito realizadas, não havendo que se falar em devolução. (...)". (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0718387-1 - Bandeirantes - Rel.: Des. Jurandyr Souza Junior - Unânime - J. 01.12.2010) "AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO E AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - JULGAMENTO EM CONJUNTO - CONTRATO DE FINANCIMENTO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - JUROS REMUNERATÓRIOS - PREVALÊNCIA DA TAXA MENSAL PACTUADA - ABUSIVIDADE INDEMONSTRADA - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL - REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO IMPOSSIBILIDADE - NÃO COMPROVAÇÃO DE MÁ-FÉ DO FORNECEDOR - SENTENÇA MANTIDA. (...) 2. "A declaração de ilegalidade da cobrança com base em cláusulas contratuais não enseja a repetição em dobro do indébito, diante da inequívoca ausência de má-fé. VII. Agravo desprovido." (STJ, AgRg no REsp 1107817/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, j. 19.05.09). 3. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido". (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0643351-8 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Ruy Muggiati - Unânime - J. 05.05.2010) No que tange à aventada cobrança de multa superior à 2% é argumento que não se sustenta, pois tal encargo está fixado no limite determinado no art. 52, §1º, do CDC (cláusula 15 - fls. 157). Quanto à cobrança de comissão de permanência, o entendimento jurisprudencial consolidado pela súmula 294 do STJ é no sentido de que é lícita quando observada a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato. Entretanto, o que não se admite é a cobrança da comissão de permanência cumulada com juros remuneratórios, juros moratórios, correção monetária ou multa contratual. A respeito: "RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. DISPOSIÇÕES ANALISADAS DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO AFASTADA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LICITUDE DA COBRANÇA. CUMULAÇÃO VEDADA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. NECESSIDADE. (...) 4. É admitida a cobrança da comissão de permanência durante o período de inadimplemento contratual, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo BACEN, limitada à taxa do contrato, não podendo ser cumulada com a correção monetária, com os juros remuneratórios e moratórios, nem com a multa contratual. 5. Agravo regimental desprovido". (AgRg no REsp 995.990/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2008, DJe 02/02/2009) "PROCESSUAL CIVIL. BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO LIMITAÇÃO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PERIODICIDADE. MENSAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. SÚMULAS N. 294 E 296 DO STJ. VEDADA CUMULAÇÃO COM JUROS REMUNERATÓRIOS, JUROS MORATÓRIOS, MULTA MORATÓRIA E CORREÇÃO MONETÁRIA. AGRAVO IMPROVIDO". (AgRg no Ag 1028459/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 02/02/2009) No caso em tela, as cláusulas 15ª do contrato de fls.156/157, estabelece que na hipótese de inadimplência incidirá sobre o valor do débito multa e comissão de permanência. Desta forma, tenho que deve ser afastada a cobrança da comissão de permanência no contrato de financiamento pela impossibilidade de sua incidência cumulada com outros encargos de mora e, em substituição deverá ser aplicado o INPC, pois é o índice que melhor reflete a desvalorização da moeda, permanecendo inalterada a incidência da multa. A propósito: "AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM DEMAIS ENCARGOS DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. SUBSTITUIÇÃO PELO INPC. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Correta a decisão objurgada, ao afastar na espécie a cobrança da comissão de permanência como fator de correção monetária, substituindo-a pelo INPC, uma vez que, segundo a jurisprudência, se trata do índice que melhor reflete a variação da inflação, mantida a aplicação dos juros moratórios e da multa. 2. Agravo regimental improvido". (AgRg no Ag 838.170/GO, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2007, DJ 11/02/2008, p. 1) Portanto, a comissão de permanência e as tarifas de abertura de crédito e de emissão de boleto devem ser expurgadas do débito atribuído à autora, que tem direito, também, à restituição simples da quantia apurada a estes títulos ou a compensação de tal valor com eventual saldo devedor remanescente. Pondere-se, entretanto, que o excesso reconhecido nesta decisão não tem o efeito de transferir a mora para o credor, como pleiteia a inicial, pois para que ocorra o afastamento da mora é necessário que o encargo ilegalmente exigido resulte em majoração substancial da dívida, o que não acontece nos autos. Ademais, a tese de que qualquer quantia cobrada de forma indevida autorizaria o devedor a não pagar uma obrigação devida afronta, a meu ver, o princípio da boa-fé objetiva. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, julgo procedentes em parte os pedidos constantes da inicial para: a) ordenar a exclusão da comissão de permanência do contrato firmado pelas partes, devendo, em substituição, ser aplicado o INPC, mantida a incidência da multa; b) determinar a exclusão das taxas de abertura de crédito e de emissão de boleto, no cômputo do débito da autora. Condeno ainda a ré à restituição dos valores pagos sob a indexação ora revisada e que no âmbito dessa decisão tenham sido reconhecidos como indevidos, atualizados por correção monetária (INPC-IBGE) a partir das datas dos desembolsos e juros de mora legais contados da citação (CC, art. 406). Lembre-se que a liquidação desse valor deverá ser apurada mediante simples cálculo do credor, na oportunidade do cumprimento à regra do art. 475-B do CPC. Esclareça-se que o confronto entre débitos e créditos poderá ser dirimido em sede de compensação efetivada entre as partes. Considerando a sucumbência recíproca e a sua proporção, as custas processuais devem ser rateadas na proporção de 70% para a autora e 30% para a ré. No tocante aos honorários advocatícios, já considerando a compensação em face da sucumbência recíproca, e, levando em conta a proporção respectiva, condeno a autora ao pagamento do valor de R$800,00 (oitocentos reais) ao patrono da ré autor, por apreciação equitativa (CPC, art.20, § 4o). Considerando, todavia, que a autora é beneficiária de gratuidade processual, fica isenta do pagamento das verbas de sucumbência, ressalvada a hipótese do art.12 da Lei nº 1060/50. Por fim, declaro extinto o processo na forma do art. 269, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Advs. MARCILEI GORINI PIVATO, RICHARD ROBERTO FORNASARI, SERGIO SCHULZE e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

24. COBRANÇA (DPVAT)-0036228-62.2010.8.16.0014-NATALINO DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A-Sobre o laudo apresentado pelo Sr. Perito, digam as partes em dez dias -Advs. GUILHERME REGIO PEGORARO, BARBARA MALVEZI BUENO DE OLIVEIRA, RAFAELA POLYDORO KUSTER, ELLEN KARINA BORGES SANTOS e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

25. REVISAO CONT. C/C CONSIG.PGTO-0037048-81.2010.8.16.0014-GISELE APARECIDA AFONSO DE LIMA x BANCO PANAMERICANO S.A- I - RELATÓRIO Alega a autora, em síntese, que firmou com o réu um contrato de financiamento para aquisição de um veículo, sendo o preço avençado em 36 parcelas fixas. Realça que não recebeu uma cópia do contrato, porém, constatou que o valor das prestações foi dimensionado de maneira ilegal, computando-se juros abusivos e na forma capitalizada, juros de mora acima de 1% ao mês, taxa de abertura de crédito (TAC), taxa de emissão de carnê (TEC), IOF, multa superior a 2% e comissão de permanência cumulada com encargos de mora. Pede, então, a revisão do contrato para o expurgo dos abusos mencionados, a compensação dos valores pagos a maior e o reconhecimento da mora creditoris, embasando sua pretensão nas regras do Código de Defesa do Consumidor. Em sede de tutela antecipada, pleiteia a manutenção na posse do veículo, a concessão de ordem determinando à ré que se abstenha de incluir o nome da autora em órgãos de proteção ao

crédito e que seja autorizado o depósito em juízo do valor que entende correto. Almeja, ainda, a inversão do ônus da prova e que a ré promova a exibição do contrato firmado pelas partes. O pedido de tutela foi indeferido (fls. 94) em decisão não atacada por agravo. O réu ofertou contestação (fls. 106/134) arguindo em tema de preliminar o descabimento da ação porque manifestamente contrária à jurisprudência dos tribunais superiores e inépcia da inicial por falta de causa de pedir. No mérito, sustenta a legalidade na indexação do contrato em todos os índices livremente pactuados, razão pela qual os pleitos da autora seriam improcedentes. Em réplica (fls.145/151), a autora refuta os termos da contestação e reitera, em linhas gerais, os argumentos já expendidos na inicial. Consultadas sobre a possibilidade de acordo (fls. 151-v), as partes não se manifestaram a respeito (fls. 152). Anunciado o julgamento antecipado da lide (fls. 152), retornaram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO Ao exame dos autos, tenho que a petição inicial deve ser indeferida em conta de sua inépcia. Com efeito, a autora pretende a revisão das cláusulas do contrato de financiamento que a seu ver tratam da cobrança de juros abusivos e na forma capitalizada, juros de mora acima de 1% ao mês, taxa de abertura de crédito (TAC), taxa de emissão de carnê (TEC), IOF, multa superior a 2% e comissão de permanência cumulada com encargos de mora. No entanto, deixou de juntar cópia do contrato que pretende seja revisto, limitando-se a postular a inversão do ônus da prova e a exibição de documentos. Neste caso, tenho que a inicial deve ser considerada inepta, tanto por deduzir pedido genérico (CPC, art.286), quanto pela ausência de documento essencial à propositura da ação (CPC, art.283). Isto acontece porque é impossível a análise das supostas ilegalidades indicadas pela autora na inicial, pois não há nos autos o contrato firmado entre as partes. Pondere-se que sem a juntada do contrato aos autos não se pode verificar qual o percentual de juros cobrados e contratados, se há incidência de juros capitalizados em periodicidade inferior à anual, ou se há cobrança de taxas administrativas e impostos. Registre-se, por oportuno, que se a autora não possuía o contrato deveria, antes de ingressar com a ação revisional, ter ajuizado a ação de exibição de documentos, prevista no art. 844, II, do CPC. Neste sentido: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. FINANCIAMENTO POR PARCELAS FIXAS. INÉPCIA DA INICIAL. ALEGAÇÕES GENÉRICAS ACOMPANHADAS DE PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NECESSÁRIO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO". (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0650939-3 - Londrina - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Jurandyr Reis Junior - Unânime - J. 03.03.2010) Lembre-se, ainda, que é descabida a inversão do ônus da prova, porque o contrato é documento indispensável para a propositura da ação (CPC, art. 283) e diz respeito à possibilidade ou não do consumidor comprovar o fato constitutivo do direito postulado (CPC, art. 333, I). Sobre o tema: "PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS APONTADAS COMO ABUSIVAS OU NÃO PACTUADAS: CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, MULTA MORATÓRIA FIXADA EM VALOR MAIOR DO QUE 2% E COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS E COM VALOR MAIOR DO QUE DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PEDIDOS FORMULADOS COM FUNDAMENTO NAS REGRAS DO CDC, A RESPEITO DA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DOS CONTRATOS DE ADESÃO. PEDIDOS JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES. INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE NÃO FOI JUNTADO AOS AUTOS. DECISÃO AMPARADA EM TESE JURIDICA E SEM SUBSTRATO PROBATÓRIO NOS AUTOS. PETIÇÃO INICIAL INEPTA. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. O CONTRATO BANCÁRIO OBJETO DA LIDE É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUMIR VERDADEIROS OS FATOS NARRADOS NA INICIAL. PROCESSO EXTINTO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, I DO CPC. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA REDISCIPLINADO. RECURSO PREJUDICADO. 1. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato bancário, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando. 2. Faltando documento indispensável ao ajuizamento da ação (art. 283, CPC), não ocorre a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor decorrentes daquele documento faltante'". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0756554-6 - Londrina - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 18.05.2011) De outro plano, desnecessária a ordem de emenda da inicial, pois tal procedimento não trará nenhum efeito prático ao processo, uma vez que conforme narrado pela autora na inicial, ela não possui cópia do contrato. Por fim, nada impede o reconhecimento de inépcia da inicial nesta fase do processo, uma vez que a matéria é de ordem pública e pode ser detectada até mesmo em grau de recurso. Neste rumo: "...PROCESSO CIVIL - INÉPCIA DA INICIAL - (...) A inépcia da inicial, por ser matéria de ordem pública, deve ser examinada a qualquer tempo, podendo ser reconhecida já na instância revisora. A causa de pedir consiste na descrição do fato que conduza ao efeito jurídico pretendido. (...)" (TJDFT - APC 20060510091207 - 2ª T.Cív. - Relª Desª Carmelita Brasil - DJU 04.09.2007 - p. 142). Ressalte-se, ainda, que o entendimento aqui exposto está em sintonia com recente julgado do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que guarda certa semelhança com a hipótese dos autos: "APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO AUSÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA DEMANDA (ART. 283, CPC) - INÉPCIA DA INICIAL EMENDA INCABÍVEL, VEZ QUE JÁ CITADO O RÉU - REVISIONAL DE CONTRATO CUMULADA COM EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS CUMULAÇÃO DE PEDIDOS INCOMPATÍVEIS (ART. 291, §2º, III, CPC) - RITOS DIFERENTES IMPOSSIBILIDADE - PEDIDO E CAUSA DE PEDIR GENÉRICOS, FUTUROS E VAGOS DESCUMPRIMENTO DO ART. 286/CPC AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO EFEITO TRANSLATIVO MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - EXTINÇÃO DO FEITO DE OFÍCIO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - ÔNUS SUCUMBENCIAIS A CARGO DA AUTORA RECURSO DE APELAÇÃO PREJUDICADO". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0708462-6 - Londrina - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer - Unânime - J. 16.02.2011) III - DISPOSITIVO Em face do exposto, indefiro a inicial e declaro extinto o processo, o fazendo com base na regra dos artigos 267, I e 295, I e § único, I, do CPC. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do réu, cuja verba arbitro em R$800,00 (oitocentos reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. Considerando que a autora é beneficiária de assistência judiciária, fica isenta do pagamento das verbas de sucumbência, ressalvada a hipótese do art.12 da Lei nº 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. MARCILEI GORINI PIVATO, SANIA STEFANI, FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR e ELISA G. P. DE CARVALHO-.

26. REVISAO CONT. C/C CONSIG.PGTO-0040034-08.2010.8.16.0014- EDUARDO CEZAR BAZANI SANTOS x BANCO SANTANDER S.A- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência formulado pelo autor (fl.81), nestes autos de AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO, autuada sob nº 40.034/2010, que EDUARDO CEZAR BAZANI SANTOS, move contra BANCO SANTADER S.A., extinguindo, por conseguinte, o processo, sem resolução do mérito, nos moldes do Artigo 267, inciso VIII, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais, ficando suspensa a cobrança em razão do benefício da gratuidade concedido, com a ressalva do art.12, da lei nº. 1060/50. Oportunamente, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão, baixando-se junto à distribuição e arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. PEDRO HENRIQUE MACHADO MARTINS e FÁBIO BARROZO PULLIN DE ARAUJO-.

27. REVISIONAL C/C REPETIÇÃO INDEBITO-0040508-76.2010.8.16.0014-B.Q. EDITORA DE MATERIAIS DIDÁDTICOS LTDA x BANCO ABN AMRO REAL S.A.- I - RELATÓRIO Alega a autora, em síntese, que firmou com o réu um contrato de limite de credito empresa plus e, ao longo da vigência do pacto houve a cobrança de juros remuneratórios abusivos; tarifas e encargos de origem desconhecida, comissão de permanência cumulada com outros encargos e juros capitalizados. Assim, o débito atribuído à autora seria indevido, razão pela qual pretende a revisão do contrato para o expurgo dos abusos mencionados e a repetição dobrada do valor pago indevidamente, embasando suas pretensões nas regras do Código de Defesa do Consumidor. Almeja, ainda, que o réu promova a exibição de todos os contratos e aditivos firmados pelas partes, dos extratos detalhados da conta corrente e de todas as operações firmadas desde o início do pacto. O réu ofertou contestação (fls. 57/71), sustentando que as instituições financeiras não estão submissas às restrições do Decreto n. 22.626/33, que a comissão permanência é cobrada de forma exclusiva, que os juros de moratórios foram contratados dentro do limite legal, que a capitalização de juros está autorizada pela MP 1.963-17/2000 e que há permissão para a cobrança de taxas e tarifas não contratadas desde que constem no quadro tarifário e afixadas em local visível na agência bancária. Em réplica (fls.76/80), a autora refuta os termos da contestação, e reitera, em linhas gerais, os argumentos já expendidos na inicial. Consultadas as partes sobre a possibilidade de acordo (fls. 80-v), o réu não se manifestou a respeito (certidão de fls. 81). Anunciada a hipótese de julgamento antecipado da lide (fls. 82), a autora interpôs agravo retido (fls. 83/84). Após as contrarrazões do réu (fls. 86/89), retornaram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO Ao exame dos autos, tenho que a petição inicial deve ser indeferida em conta de sua inépcia. Com efeito, a autora pretende a revisão das cláusulas do contrato de limite de credito empresa plus que a seu ver tratam da cobrança de juros remuneratórios abusivos; tarifas e encargos de origem desconhecida, comissão de permanência cumulada com outros encargos e juros capitalizados. No entanto, deixou de juntar cópia do contrato que pretende seja revisto, limitando-se a postular a inversão do ônus da prova e a exibição de documentos. Neste caso, tenho que a inicial deve ser considerada inepta, tanto por deduzir pedido genérico (CPC, art.286), quanto pela ausência de documento essencial à propositura da ação (CPC, art.283). Isto acontece porque sem a cópia do contrato não é possível afirmar a ocorrência das ilegalidades sugeridas pela autora na inicial, pois sem tal documento não se pode verificar a natureza do contrato, quais são os encargos moratórios previstos, se há previsão de juros e quais as taxas anual e mensal ou se há cobrança de taxas e tarifas. Registre-se, por oportuno, que se a autora não possuía o contrato deveria, antes de ingressar com a ação revisional, ter ajuizado a ação de exibição de documentos, prevista no art. 844, II, do CPC. Neste sentido: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. FINANCIAMENTO POR PARCELAS FIXAS. INÉPCIA DA INICIAL. ALEGAÇÕES GENÉRICAS ACOMPANHADAS DE PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NECESSÁRIO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO". (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0650939-3 - Londrina - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Jurandyr Reis Junior - Unânime - J. 03.03.2010) Lembre-se, ainda, que é descabida a inversão do ônus da prova, porque o contrato é documento indispensável para a propositura da ação (CPC, art. 283) e diz respeito à possibilidade ou não do consumidor comprovar o fato constitutivo do direito postulado (CPC, art. 333, I). Sobre o tema: "PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS APONTADAS COMO ABUSIVAS OU NÃO PACTUADAS: CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, MULTA MORATÓRIA FIXADA EM VALOR MAIOR DO QUE 2% E COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS E COM VALOR MAIOR DO QUE DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PEDIDOS FORMULADOS COM FUNDAMENTO NAS REGRAS DO CDC, A RESPEITO DA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DOS CONTRATOS DE ADESÃO. PEDIDOS

JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES. INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE NÃO FOI JUNTADO AOS AUTOS. DECISÃO AMPARADA EM TESE JURIDICA E SEM SUBSTRATO PROBATÓRIO NOS AUTOS. PETIÇÃO INICIAL INEPTA. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. O CONTRATO BANCÁRIO OBJETO DA LIDE É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUMIR VERDADEIROS OS FATOS NARRADOS NA INICIAL. PROCESSO EXTINTO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, I DO CPC. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA REDISCIPLINADO. RECURSO PREJUDICADO. 1. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato bancário, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando. 2. Faltando documento indispensável ao ajuizamento da ação (art. 283, CPC), não ocorre a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor decorrentes daquele documento faltante'". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0756554-6 - Londrina - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 18.05.2011) Por fim, nada impede o reconhecimento de inépcia da inicial nesta fase do processo, uma vez que a matéria é de ordem pública e pode ser detectada até mesmo em grau de recurso. Neste rumo: "...PROCESSO CIVIL - INÉPCIA DA INICIAL - (...) A inépcia da inicial, por ser matéria de ordem pública, deve ser examinada a qualquer tempo, podendo ser reconhecida já na instância revisora. A causa de pedir consiste na descrição do fato que conduza ao efeito jurídico pretendido. (...)" (TJDFT - APC 20060510091207 - 2ª T.Cív. - Relª Desª Carmelita Brasil - DJU 04.09.2007 - p. 142). Ressalte-se, ainda, que o entendimento aqui exposto está em sintonia com recente julgado do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que guarda certa semelhança com a hipótese dos autos: "APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO AUSÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA DEMANDA (ART. 283, CPC) - INÉPCIA DA INICIAL EMENDA INCABÍVEL, VEZ QUE JÁ CITADO O RÉU - REVISIONAL DE CONTRATO CUMULADA COM EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS CUMULAÇÃO DE PEDIDOS INCOMPATÍVEIS (ART. 291, §2º, III, CPC) - RITOS DIFERENTES IMPOSSIBILIDADE - PEDIDO E CAUSA DE PEDIR GENÉRICOS, FUTUROS E VAGOS DESCUMPRIMENTO DO ART. 286/CPC AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO EFEITO TRANSLATIVO MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - EXTINÇÃO DO FEITO DE OFÍCIO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - ÔNUS SUCUMBENCIAIS A CARGO DA AUTORA RECURSO DE APELAÇÃO PREJUDICADO". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0708462-6 - Londrina - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Fabian Schweitzer - Unânime - J. 16.02.2011) III - DISPOSITIVO Em face do exposto, indefiro a inicial e declaro extinto o processo, o fazendo com base na regra dos artigos 267, I e 295, I e § único, I, do CPC. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do réu, cuja verba arbitro em R$800,00 (oitocentos reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Advs. ALEXANDRINA JULIANA CASARIM, RONALDO GOMES NEVES, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e SABRINA FAVERO-.

28. COBRANCA-0055598-27.2010.8.16.0014-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL ILHA BELA x LUIS CÉSAR GUASSU- Vistos e examinados estes autos de AÇÃO DE COBRANÇA, autuada sob nº. 55.598/2010, que CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL ILHA BELA move contra LUIZ CESAR GUASSU. Tratam os presentes autos de ação de cobrança de cotas condominiais, sendo que após a citação o requerido quitou o debito, requerendo o autor à fl.91 a extinção do feito. Diante do exposto, tendo o requerido reconhecido a procedência do pedido, julgo extinto este processo, com resolução do mérito, o que faço com arrimo nos arts. 269, II, do Código de Processo Civil, determinando o arquivamento dos autos, com as anotações de estilo. Custas satisfeitas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. JADERSON PORTO, JOSE HISSATO MORI e INAJA MARIA DA C. VIANNA SILVESTRE-.

29. ARROLAMENTO-0058186-07.2010.8.16.0014-SILVANA APARECIDA DOS SANTOS x CICERO HONÓRIO DA SILVA- HOMOLOGO, por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o Plano de Partilha apresentado às fls.04/05 destes autos sob nº 58.186/2010 de ARROLAMENTO dos bens deixados por falecimento de Cícero Honório da Silva, onde figura como inventariante a viúva Silvana Aparecida dos Santos, determinando que se cumpra o que nele se contém e declara, ressalvando-se erros e omissões e, bem assim, eventuais direitos de terceiros. Expeça-se o formal de partilha para todos os fins de direito, arquivando-se os autos na seqüência. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. RITA DE CASSIA FERREIRA LEITE-.

30. COBRANCA-0006060-43.2011.8.16.0014-CONDOMÍNIO UNIVERSIFLAT x FLÁVIA FRANCHELLO NIERO- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formulado pelas partes (fls.71/72), nestes autos de AÇÃO DE COBRANÇA, autuada sob nº.6060/2011, que CONDOMINIO UNIVERSIFLAT, move contra FLÁVIA FRANCHELLO NIERO, extinguindo, por conseguinte, o processo, com resolução do mérito, nos moldes do Artigo 269, inciso III, do CPC. Custas satisfeitas. Oportunamente, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão, baixando-se junto à distribuição e arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA-.

31. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0037206-05.2011.8.16.0014-MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A x RENIUSO RODRIGUES VIEIRA-. Intime-se o subscritor da petição de fls. 85/91 para que assine referida peça processual em 05 dias, sob pena de desentranhamento.-Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

32. DECLARATORIA C/C REVISÃO CONTRATUAL-0055621-36.2011.8.16.0014-DENILSON PENTEADO x BV FINANCEIRA S.A CREDITO, FINANC. INVESTIMENTO- I - RELATÓRIO Alega o autor, em síntese, que firmou com a ré um contrato de empréstimo consignado, cujas parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento do autor. Põe em relevo que solicitou à ré uma cópia do contrato, porém não obtive êxito. Por isso, ajuizou a presente ação "a fim de dissipar todas as dúvidas a respeito das cláusulas contratadas e a sua real validade, bem como apurar eventuais excessos ocorridos nas cobranças praticadas pela REQUERIDA, resultantes de juros e demais encargos que, injustificadamente, possam ter majorado suas prestações" (fls.02-v). Realça, ainda, que nesta espécie de contrato é comum a cobrança de juros capitalizados pelo emprego do sistema francês de amortização (tabela price). Assim, com base nas regras do CDC o autor requer a declaração de nulidade da cláusula que estabeleça a cobrança de juros capitalizados em periodicidade inferior à anual e a condenação da ré à restituição em dobro de eventuais valores pagos em excesso. Em sede de tutela antecipada, almeja que seja determinado à ré a exibição de documentos (cópia dos contratos de empréstimos consignado e quando for o caso o termo de quitação, além do método utilizado para liquidação antecipada do contrato), sob pena de multa diária. Vieram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO Ao exame da inicial, tenho que deve ser indeferida em conta de sua inépcia. Com efeito, o autor pretende a nulidade de uma suposta cláusula inserida no contrato de empréstimo consignado que a seu ver trata da cobrança de juros capitalizados. No entanto, deixou de juntar cópia do contrato, limitando-se a postular a inversão do ônus da prova e a exibição de documentos (cópia dos contratos de empréstimos consignado e quando for o caso o termo de quitação, além do método utilizado para liquidação antecipada do contrato). Neste caso, tenho que a inicial deve ser considerada inepta, tanto por deduzir pedido genérico (CPC, art.286), quanto pela ausência de documento essencial à propositura da ação (CPC, art.283). Isto acontece porque sem a cópia do contrato não é possível afirmar a ocorrência da ilegalidade sugerida pelo autor na inicial, pois sem tal documento não se pode verificar a natureza do contrato, qual o valor das parcelas contratadas, se há previsão de juros e quais são as taxas anual e mensal. Registre-se, por oportuno, que se o autor não possuía o contrato deveria, antes de ingressar com a ação revisional, ter ajuizado a ação de exibição de documentos, prevista no art. 844, II, do CPC. Neste sentido: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. FINANCIAMENTO POR PARCELAS FIXAS. INÉPCIA DA INICIAL. ALEGAÇÕES GENÉRICAS ACOMPANHADAS DE PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NECESSÁRIO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO". (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0650939-3 - Londrina - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Jurandyr Reis Junior - Unânime - J. 03.03.2010) "CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. AÇÃO COM PEDIDO DE REVISÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PROCESSO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 267, INCISO I, DO CPC. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INSTRUMENTO CONTRATUAL NÃO JUNTADO AOS AUTOS. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando, pois o autor deve apontar as cláusulas que entende abusivas. 2. Aquele que pretende a revisão de um contrato bancário, e não tendo acesso a ele, tem que previamente se valer de uma providência de natureza cautelar, através da qual se lhe confira o conhecimento antes negado ao instrumento e outros documentos e, assim, em face dos fatos jurídicos efetivamente ocorridos (causa de pedir), formular sua pretensão em juízo. O que não pode é litigar com base em eventualidades". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0742776-3 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 09.03.2011) Pondere-se que a inversão do ônus da prova não alcança a falta de documento indispensável à propositura da ação, porque o contrato diz respeito à possibilidade ou não do consumidor comprovar o fato constitutivo do direito postulado (CPC, art. 333, I). Sobre o tema: "PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS APONTADAS COMO ABUSIVAS OU NÃO PACTUADAS: CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, MULTA MORATÓRIA FIXADA EM VALOR MAIOR DO QUE 2% E COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS E COM VALOR MAIOR DO QUE DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PEDIDOS FORMULADOS COM FUNDAMENTO NAS REGRAS DO CDC, A RESPEITO DA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DOS CONTRATOS DE ADESÃO. PEDIDOS JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES. INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE NÃO FOI JUNTADO AOS AUTOS. DECISÃO AMPARADA EM TESE JURIDICA E SEM SUBSTRATO PROBATÓRIO NOS AUTOS. PETIÇÃO INICIAL INEPTA. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. O CONTRATO BANCÁRIO OBJETO DA LIDE É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUMIR VERDADEIROS OS FATOS NARRADOS NA INICIAL. PROCESSO EXTINTO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, I DO CPC. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA REDISCIPLINADO. RECURSO PREJUDICADO. 1. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato bancário, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando. 2. Faltando documento indispensável ao ajuizamento da ação (art. 283, CPC), não ocorre a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor decorrentes daquele documento faltante'". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0756554-6 - Londrina - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 18.05.2011) Por fim, desnecessária a ordem de emenda da inicial, pois tal procedimento não trará nenhum efeito prático ao processo, uma vez que conforme narrado pelo autor na inicial, ele não possui cópia do contrato. III - DISPOSITIVO Em

face do exposto, indefiro a inicial e declaro extinto o processo, o fazendo com base na regra dos artigos 267, I e 295, I e § único, I, do CPC. Custas processuais pelo autor, que todavia fica dispensado do pagamento em conta do benefício de Assistência Judiciária que lhe estendo, com a ressalva da hipótese prevista no art.12 da Lei nº 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILHERA-.

33. DECLARATORIA C/C REVISÃO CONTRATUAL-0055626-58.2011.8.16.0014-ALINE CHRISTINE VIEIRA FELGA x BANCO PANAMERICANO S.A- I - RELATÓRIO Alega a autora, em síntese, que firmou com o réu um contrato de empréstimo consignado, cujas parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento da autora. Põe em relevo que solicitou ao réu uma cópia do contrato, porém não obtive êxito. Por isso, ajuizou a presente ação "a fim de dissipar todas as dúvidas a respeito das cláusulas contratadas e a sua real validade, bem como apurar eventuais excessos ocorridos nas cobranças praticadas pela REQUERIDA, resultantes de juros e demais encargos que, injustificadamente, possam ter majorado suas prestações" (fls.02-v). Realça, ainda, que nesta espécie de contrato é comum a cobrança de juros capitalizados pelo emprego do sistema francês de amortização (tabela price). Assim, com base nas regras do CDC a autora requer a declaração de nulidade da cláusula que estabeleça a cobrança de juros capitalizados em periodicidade inferior à anual e a condenação do réu à restituição em dobro de eventuais valores pagos em excesso. Em sede de tutela antecipada, almeja que seja determinado ao réu a exibição de documentos (cópia dos contratos de empréstimos consignado e quando for o caso o termo de quitação, além do método utilizado para liquidação antecipada do contrato), sob pena de multa diária. Vieram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO Ao exame da inicial, tenho que deve ser indeferida em conta de sua inépcia. Com efeito, a autora pretende a nulidade de uma cláusula inserida no contrato de empréstimo consignado que a seu ver trata da cobrança de juros capitalizados. No entanto, deixou de juntar cópia do contrato, limitando-se a postular a inversão do ônus da prova e a exibição de documentos (cópia dos contratos de empréstimos consignado e quando for o caso o termo de quitação, além do método utilizado para liquidação antecipada do contrato). Neste caso, tenho que a inicial deve ser considerada inepta, tanto por deduzir pedido genérico (CPC, art.286), quanto pela ausência de documento essencial à propositura da ação (CPC, art.283). Isto acontece porque é impossível a análise da suposta ilegalidade indicada pela autora na inicial, pois sem a juntada do contrato aos autos não se pode verificar qual a natureza do contrato, qual o valor das parcelas contratadas, se há previsão de juros e quais são as taxas anual e mensal. Registre-se, por oportuno, que se a autora não possuía o contrato deveria, antes de ingressar com a ação revisional, ter ajuizado a ação de exibição de documentos, prevista no art. 844, II, do CPC. Neste sentido: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. FINANCIAMENTO POR PARCELAS FIXAS. INÉPCIA DA INICIAL. ALEGAÇÕES GENÉRICAS ACOMPANHADAS DE PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NECESSÁRIO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO". (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0650939-3 - Londrina - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Jurandyr Reis Junior - Unânime - J. 03.03.2010) "CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. AÇÃO COM PEDIDO DE REVISÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PROCESSO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 267, INCISO I, DO CPC. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INSTRUMENTO CONTRATUAL NÃO JUNTADO AOS AUTOS. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando, pois o autor deve apontar as cláusulas que entende abusivas. 2. Aquele que pretende a revisão de um contrato bancário, e não tendo acesso a ele, tem que previamente se valer de uma providência de natureza cautelar, através da qual se lhe confira o conhecimento antes negado ao instrumento e outros documentos e, assim, em face dos fatos jurídicos efetivamente ocorridos (causa de pedir), formular sua pretensão em juízo. O que não pode é litigar com base em eventualidades". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0742776-3 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 09.03.2011) Pondere-se que a inversão do ônus da prova não alcança a falta de documento indispensável à propositura da ação, porque o contrato diz respeito à possibilidade ou não do consumidor comprovar o fato constitutivo do direito postulado (CPC, art. 333, I). Sobre o tema: "PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS APONTADAS COMO ABUSIVAS OU NÃO PACTUADAS: CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, MULTA MORATÓRIA FIXADA EM VALOR MAIOR DO QUE 2% E COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS E COM VALOR MAIOR DO QUE DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PEDIDOS FORMULADOS COM FUNDAMENTO NAS REGRAS DO CDC, A RESPEITO DA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DOS CONTRATOS DE ADESÃO. PEDIDOS JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES. INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE NÃO FOI JUNTADO AOS AUTOS. DECISÃO AMPARADA EM TESE JURIDICA E SEM SUBSTRATO PROBATÓRIO NOS AUTOS. PETIÇÃO INICIAL INEPTA. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. O CONTRATO BANCÁRIO OBJETO DA LIDE É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUMIR VERDADEIROS OS FATOS NARRADOS NA INICIAL. PROCESSO EXTINTO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, I DO CPC. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA REDISCIPLINADO. RECURSO PREJUDICADO. 1. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato bancário, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando. 2. Faltando documento indispensável ao ajuizamento da ação (art. 283, CPC), não ocorre a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor decorrentes daquele documento faltante"'. (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0756554-6 - Londrina - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 18.05.2011) Por fim, desnecessária a ordem de emenda da inicial, pois tal procedimento não trará nenhum efeito prático ao processo, uma vez que conforme narrado pela autora na inicial, ela não possui cópia do contrato. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, indefiro a inicial e declaro extinto o processo, o fazendo com base na regra dos artigos 267, I e 295, I e § único, I, do CPC. Custas processuais pela autora, que todavia fica dispensada do pagamento em conta do benefício de Assistência Judiciária que lhe estendo, com a ressalva da hipótese prevista no art.12 da Lei nº 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILHERA-.

34. DECLARATORIA C/C REVISÃO CONTRATUAL-0055952-18.2011.8.16.0014-LUCIANY APARECIDA SANCHES GALAN x BANCO SANTANDER S.A- I - RELATÓRIO Alega a autora, em síntese, que firmou com o réu um contrato de empréstimo consignado, cujas parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento da autora. Põe em relevo que solicitou ao réu uma cópia do contrato, porém não obtive êxito. Por isso, ajuizou a presente ação "a fim de dissipar todas as dúvidas a respeito das cláusulas contratadas e a sua real validade, bem como apurar eventuais excessos ocorridos nas cobranças praticadas pela REQUERIDA, resultantes de juros e demais encargos que, injustificadamente, possam ter majorado suas prestações" (fls.02-v). Realça, ainda, que nesta espécie de contrato é comum a cobrança de juros capitalizados pelo emprego do sistema francês de amortização (tabela price). Assim, com base nas regras do CDC a autora requer a declaração de nulidade da cláusula que estabeleça a cobrança de juros capitalizados em periodicidade inferior à anual e a condenação do réu à restituição em dobro de eventuais valores pagos em excesso. Em sede de tutela antecipada, almeja que seja determinado ao réu a exibição de documentos (cópia dos contratos de empréstimos consignado e quando for o caso o termo de quitação, além do método utilizado para liquidação antecipada do contrato), sob pena de multa diária. Vieram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO Ao exame da inicial, tenho que deve ser indeferida em conta de sua inépcia. Com efeito, a autora pretende a nulidade de uma cláusula inserida no contrato de empréstimo consignado que a seu ver trata da cobrança de juros capitalizados. No entanto, deixou de juntar cópia do contrato, limitando-se a postular a inversão do ônus da prova e a exibição de documentos (cópia dos contratos de empréstimos consignado e quando for o caso o termo de quitação, além do método utilizado para liquidação antecipada do contrato). Neste caso, tenho que a inicial deve ser considerada inepta, tanto por deduzir pedido genérico (CPC, art.286), quanto pela ausência de documento essencial à propositura da ação (CPC, art.283). Isto acontece porque é impossível a análise da suposta ilegalidade indicada pela autora na inicial, pois sem a juntada do contrato aos autos não se pode verificar qual a natureza do contrato, qual o valor das parcelas contratadas, se há previsão de juros e quais são as taxas anual e mensal. Registre-se, por oportuno, que se a autora não possuía o contrato deveria, antes de ingressar com a ação revisional, ter ajuizado a ação de exibição de documentos, prevista no art. 844, II, do CPC. Neste sentido: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. FINANCIAMENTO POR PARCELAS FIXAS. INÉPCIA DA INICIAL. ALEGAÇÕES GENÉRICAS ACOMPANHADAS DE PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NECESSÁRIO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO". (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0650939-3 - Londrina - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Jurandyr Reis Junior - Unânime - J. 03.03.2010) "CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. AÇÃO COM PEDIDO DE REVISÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PROCESSO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 267, INCISO I, DO CPC. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INSTRUMENTO CONTRATUAL NÃO JUNTADO AOS AUTOS. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando, pois o autor deve apontar as cláusulas que entende abusivas. 2. Aquele que pretende a revisão de um contrato bancário, e não tendo acesso a ele, tem que previamente se valer de uma providência de natureza cautelar, através da qual se lhe confira o conhecimento antes negado ao instrumento e outros documentos e, assim, em face dos fatos jurídicos efetivamente ocorridos (causa de pedir), formular sua pretensão em juízo. O que não pode é litigar com base em eventualidades". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0742776-3 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 09.03.2011) Pondere-se que a inversão do ônus da prova não alcança a falta de documento indispensável à propositura da ação, porque o contrato diz respeito à possibilidade ou não do consumidor comprovar o fato constitutivo do direito postulado (CPC, art. 333, I). Sobre o tema: "PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS APONTADAS COMO ABUSIVAS OU NÃO PACTUADAS: CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, MULTA MORATÓRIA FIXADA EM VALOR MAIOR DO QUE 2% E COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS E COM VALOR MAIOR DO QUE DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PEDIDOS FORMULADOS COM FUNDAMENTO NAS REGRAS DO CDC, A RESPEITO DA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DOS CONTRATOS DE ADESÃO. PEDIDOS

JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES. INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE NÃO FOI JUNTADO AOS AUTOS. DECISÃO AMPARADA EM TESE JURIDICA E SEM SUBSTRATO PROBATÓRIO NOS AUTOS. PETIÇÃO INICIAL INEPTA. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. O CONTRATO BANCÁRIO OBJETO DA LIDE É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUMIR VERDADEIROS OS FATOS NARRADOS NA INICIAL. PROCESSO EXTINTO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, I DO CPC. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA REDISCIPLINADO. RECURSO PREJUDICADO. 1. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato bancário, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando. 2. Faltando documento indispensável ao ajuizamento da ação (art. 283, CPC), não ocorre a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor decorrentes daquele documento faltante'". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0756554-6 - Londrina - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 18.05.2011) Por fim, desnecessária a ordem de emenda da inicial, pois tal procedimento não trará nenhum efeito prático ao processo, uma vez que conforme narrado pela autora na inicial, ela não possui cópia do contrato. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, indefiro a inicial e declaro extinto o processo, o fazendo com base na regra dos artigos 267, I e 295, I e § único, I, do CPC. Custas processuais pela autora, que todavia fica dispensada do pagamento em conta do benefício de Assistência Judiciária que lhe estendo, com a ressalva da hipótese prevista no art.12 da Lei nº 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILHERA-.

35. DECLARATORIA C/C REVISÃO CONTRATUAL-0056589-66.2011.8.16.0014-LEILA PIAZZA PEREIRA x BIC BANCO S/A- I - RELATÓRIO Alega a autora, em síntese, que firmou com o réu um contrato de empréstimo consignado, cujas parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento da autora. Põe em relevo que solicitou ao réu uma cópia do contrato, porém não obtive êxito. Por isso, ajuizou a presente ação "a fim de dissipar todas as dúvidas a respeito das cláusulas contratadas e a sua real validade, bem como apurar eventuais excessos ocorridos nas cobranças praticadas pela REQUERIDA, resultantes de juros e demais encargos que, injustificadamente, possam ter majorado suas prestações" (fls.02-v). Realça, ainda, que nesta espécie de contrato é comum a cobrança de juros capitalizados pelo emprego do sistema francês de amortização (tabela price). Assim, com base nas regras do CDC a autora requer a declaração de nulidade da cláusula que estabeleça a cobrança de juros capitalizados em periodicidade inferior à anual e a condenação do réu à restituição em dobro de eventuais valores pagos em excesso. Em sede de tutela antecipada, almeja que seja determinado ao réu a exibição de documentos (cópia dos contratos de empréstimos consignado e quando for o caso o termo de quitação, além do método utilizado para liquidação antecipada do contrato), sob pena de multa diária. Vieram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO Ao exame da inicial, tenho que deve ser indeferida em conta de sua inépcia. Com efeito, a autora pretende a nulidade de uma cláusula inserida no contrato de empréstimo consignado que a seu ver trata da cobrança de juros capitalizados. No entanto, deixou de juntar cópia do contrato, limitando-se a postular a inversão do ônus da prova e a exibição de documentos (cópia dos contratos de empréstimos consignado e quando for o caso o termo de quitação, além do método utilizado para liquidação antecipada do contrato). Neste caso, tenho que a inicial deve ser considerada inepta, tanto por deduzir pedido genérico (CPC, art.286), quanto pela ausência de documento essencial à propositura da ação (CPC, art.283). Isto acontece porque é impossível a análise da suposta ilegalidade indicada pela autora na inicial, pois sem a juntada do contrato aos autos não se pode verificar qual a natureza do contrato, qual o valor das parcelas contratadas, se há previsão de juros e quais são as taxas anual e mensal. Registre-se, por oportuno, que se a autora não possuía o contrato deveria, antes de ingressar com a ação revisional, ter ajuizado a ação de exibição de documentos, prevista no art. 844, II, do CPC. Neste sentido: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. FINANCIAMENTO POR PARCELAS FIXAS. INÉPCIA DA INICIAL. ALEGAÇÕES GENÉRICAS ACOMPANHADAS DE PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NECESSÁRIO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO". (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0650939-3 - Londrina - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Jurandyr Reis Junior - Unânime - J. 03.03.2010) "CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. AÇÃO COM PEDIDO DE REVISÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PROCESSO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 267, INCISO I, DO CPC. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INSTRUMENTO CONTRATUAL NÃO JUNTADO AOS AUTOS. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando, pois o autor deve apontar as cláusulas que entende abusivas. 2. Aquele que pretende a revisão de um contrato bancário, e não tendo acesso a ele, tem que previamente se valer de uma providência de natureza cautelar, através da qual se lhe confira o conhecimento antes negado ao instrumento e outros documentos e, assim, em face dos fatos jurídicos efetivamente ocorridos (causa de pedir), formular sua pretensão em juízo. O que não pode é litigar com base em eventualidades". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0742776-3 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 09.03.2011) Pondere-se que a inversão do ônus da prova não alcança a falta de documento indispensável à propositura da ação, porque o contrato diz respeito à possibilidade ou não do consumidor comprovar o fato constitutivo do direito postulado (CPC, art. 333, I). Sobre o tema: "PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS APONTADAS COMO ABUSIVAS OU NÃO PACTUADAS: CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, MULTA MORATÓRIA FIXADA EM VALOR MAIOR DO QUE 2% E COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS E COM VALOR MAIOR DO QUE DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PEDIDOS FORMULADOS COM FUNDAMENTO NAS REGRAS DO CDC, A RESPEITO DA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DOS CONTRATOS DE ADESÃO. PEDIDOS JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES. INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE NÃO FOI JUNTADO AOS AUTOS. DECISÃO AMPARADA EM TESE JURIDICA E SEM SUBSTRATO PROBATÓRIO NOS AUTOS. PETIÇÃO INICIAL INEPTA. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. O CONTRATO BANCÁRIO OBJETO DA LIDE É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUMIR VERDADEIROS OS FATOS NARRADOS NA INICIAL. PROCESSO EXTINTO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, I DO CPC. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA REDISCIPLINADO. RECURSO PREJUDICADO. 1. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato bancário, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando. 2. Faltando documento indispensável ao ajuizamento da ação (art. 283, CPC), não ocorre a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor decorrentes daquele documento faltante'". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0756554-6 - Londrina - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 18.05.2011) Por fim, desnecessária a ordem de emenda da inicial, pois tal procedimento não trará nenhum efeito prático ao processo, uma vez que conforme narrado pela autora na inicial, ela não possui cópia do contrato. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, indefiro a inicial e declaro extinto o processo, o fazendo com base na regra dos artigos 267, I e 295, I e § único, I, do CPC. Custas processuais pela autora, que todavia fica dispensada do pagamento em conta do benefício de Assistência Judiciária que lhe estendo, com a ressalva da hipótese prevista no art.12 da Lei nº 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILHERA-.

36. DECLARATORIA C/C REVISÃO CONTRATUAL-0056591-36.2011.8.16.0014-MARIA CLARA DA SILVA x BIC BANCO S/A- I - RELATÓRIO Alega a autora, em síntese, que firmou com o réu um contrato de empréstimo consignado, cujas parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento da autora. Põe em relevo que solicitou ao réu uma cópia do contrato, porém não obtive êxito. Por isso, ajuizou a presente ação "a fim de dissipar todas as dúvidas a respeito das cláusulas contratadas e a sua real validade, bem como apurar eventuais excessos ocorridos nas cobranças praticadas pela REQUERIDA, resultantes de juros e demais encargos que, injustificadamente, possam ter majorado suas prestações" (fls.02-v). Realça, ainda, que nesta espécie de contrato é comum a cobrança de juros capitalizados pelo emprego do sistema francês de amortização (tabela price). Assim, com base nas regras do CDC a autora requer a declaração de nulidade da cláusula que estabeleça a cobrança de juros capitalizados em periodicidade inferior à anual e a condenação do réu à restituição em dobro de eventuais valores pagos em excesso. Em sede de tutela antecipada, almeja que seja determinado ao réu a exibição de documentos (cópia dos contratos de empréstimos consignado e quando for o caso o termo de quitação, além do método utilizado para liquidação antecipada do contrato), sob pena de multa diária. Vieram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO Ao exame da inicial, tenho que deve ser indeferida em conta de sua inépcia. Com efeito, a autora pretende a nulidade de uma cláusula inserida no contrato de empréstimo consignado que a seu ver trata da cobrança de juros capitalizados. No entanto, deixou de juntar cópia do contrato, limitando-se a postular a inversão do ônus da prova e a exibição de documentos (cópia dos contratos de empréstimos consignado e quando for o caso o termo de quitação, além do método utilizado para liquidação antecipada do contrato). Neste caso, tenho que a inicial deve ser considerada inepta, tanto por deduzir pedido genérico (CPC, art.286), quanto pela ausência de documento essencial à propositura da ação (CPC, art.283). Isto acontece porque sem a cópia do contrato não é possível afirmar a ocorrência da ilegalidade sugerida pela autora na inicial, pois sem tal documento não se pode verificar a natureza do contrato, qual o valor das parcelas contratadas, se há previsão de juros e quais são as taxas anual e mensal. Registre-se, por oportuno, que se a autora não possuía o contrato deveria, antes de ingressar com a ação revisional, ter ajuizado a ação de exibição de documentos, prevista no art. 844, II, do CPC. Neste sentido: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. FINANCIAMENTO POR PARCELAS FIXAS. INÉPCIA DA INICIAL. ALEGAÇÕES GENÉRICAS ACOMPANHADAS DE PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NECESSÁRIO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO". (TJPR - 15ª C.Cível - AC 0650939-3 - Londrina - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Jurandyr Reis Junior - Unânime - J. 03.03.2010) "CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. AÇÃO COM PEDIDO DE REVISÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PROCESSO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 267, INCISO I, DO CPC. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INSTRUMENTO CONTRATUAL NÃO JUNTADO AOS AUTOS. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando, pois o autor deve apontar as cláusulas que entende abusivas. 2. Aquele que pretende a revisão de um contrato bancário, e não tendo acesso a ele, tem que previamente se valer de uma providência de natureza cautelar, através da qual se lhe

confira o conhecimento antes negado ao instrumento e outros documentos e, assim, em face dos fatos jurídicos efetivamente ocorridos (causa de pedir), formular sua pretensão em juízo. O que não pode é litigar com base em eventualidades". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0742776-3 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 09.03.2011) Pondere-se que a inversão do ônus da prova não alcança a falta de documento indispensável à propositura da ação, porque o contrato diz respeito à possibilidade ou não do consumidor comprovar o fato constitutivo do direito postulado (CPC, art. 333, I). Sobre o tema: "PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS APONTADAS COMO ABUSIVAS OU NÃO PACTUADAS: CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, MULTA MORATÓRIA FIXADA EM VALOR MAIOR DO QUE 2% E COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS E COM VALOR MAIOR DO QUE DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PEDIDOS FORMULADOS COM FUNDAMENTO NAS REGRAS DO CDC, A RESPEITO DA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DOS CONTRATOS DE ADESÃO. PEDIDOS JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES. INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE NÃO FOI JUNTADO AOS AUTOS. DECISÃO AMPARADA EM TESE JURIDICA E SEM SUBSTRATO PROBATÓRIO NOS AUTOS. PETIÇÃO INICIAL INEPTA. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. O CONTRATO BANCÁRIO OBJETO DA LIDE É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUMIR VERDADEIROS OS FATOS NARRADOS NA INICIAL. PROCESSO EXTINTO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, I DO CPC. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA REDISCIPLINADO. RECURSO PREJUDICADO. 1. É inepta a petição inicial de ação revisional de contrato bancário, que não vem acompanhada de cópia do contrato revisando. 2. Faltando documento indispensável ao ajuizamento da ação (art. 283, CPC), não ocorre a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor decorrentes daquele documento faltante'". (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0756554-6 - Londrina - Rel.: Des. Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 18.05.2011) Por fim, desnecessária a ordem de emenda da inicial, pois tal procedimento não trará nenhum efeito prático ao processo, uma vez que conforme narrado pela autora na inicial, ela não possui cópia do contrato. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, indefiro a inicial e declaro extinto o processo, o fazendo com base na regra dos artigos 267, I e 295, I e § único, I, do CPC. Custas processuais pela autora, que todavia fica dispensada do pagamento em conta do benefício de Assistência Judiciária que lhe estendo, com a ressalva da hipótese prevista no art.12 da Lei nº 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILHERA-.

37. ARROLAMENTO-0057144-83.2011.8.16.0014-MARIA IZABEL DO NASCIMENTO e outros x ANTONIO RODRIGUES DO NASCIMENTO- 1- Concedo às autoras os benefícios da assistência judiciária gratuita. 2- Nomeio inventariante a viúva Maria Izabel do Nascimento, independentemente de compromisso. 3- Considerando que as interessadas são maiores e representadas pelo mesmo procurador judicial, HOMOLOGO, por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o Plano de Partilha apresentado na inicial destes autos sob nº 57.144/2011 de ARROLAMENTO dos bens deixados por falecimento de Antonio Rodrigues do Nascimento, onde figura como inventariante a viúva Maria Izabel do Nascimento, determinando que se cumpra o que nele se contém e declara, ressalvando-se erros e omissões e, bem assim, eventuais direitos de terceiros. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. 4- Abra-se vista dos autos à Coletoria Estadual - Agência de Rendas- para cálculo do imposto de transmissão causa-mortis, devendo a inventariante providenciar o pagamento no prazo legal. 5- Efetivado o pagamento, abra-se vista dos autos à Procuradora do Estado do Paraná credenciada nesta Vara Cível para que teça manifestação sobre a exatidão no recolhimento. Providência a cargo do inventariante. Prazo de 30 dias. 6- Com a manifestação da Procuradora, expeça-se o Formal de Partilha para todos os fins de direito, arquivando-se os autos na seqüência. 7- Intimem-se. -Advs. RODRIGO BALDO RODRIGUES e VITOR FERREIRA DE CAMPOS-.

38. IMISSAO DE POSSE-0057379-50.2011.8.16.0014-ARNALDO DOS SANTOS FARIAS FILHO e outro x ZULEIDE MARIA DA SILVA LIOTI e outro- Defiro a liminar de emissão de posse. Os Autores arremataram o imóvel e levaram a carta de arrematação a registro do 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca. Notificaram os ocupantes para desocupação em 05 (cinco) dias. A inicial munida da comprovaç/ão da aquisição do imóvel em leilão, da carta de arrematação e do domínio, atende todos os requisitos necessários à efetividade do direito dos proprietários de exercerem as faculdades inerentes à propriedade, entre os quais o exercício da posse. Expeça-se mandado e cite-se. -Adv. GUSTAVO ZIMATH-.

39. HOMOLOGAÇAO DE ACORDO-0057703-40.2011.8.16.0014-AGROPECUÁRIA NEBLINA LTDA e outros- HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo entabulado entre as partes, nestes autos de HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO, autuado sob nº. 57.703/2011, entre AGROPECUÁRIA NEBLINA LTDA, CARLOS EDUARDO SANTO ROSA, MANOEL MESSIAS REIS DE FRANÇA, e ESPÓLIO DE JACINTO ROSSI, IVANIR TREVISAN ROSSI, MARCIO REGINALDO ROSSI, JULIANA APARECIDA ROSSI, e MARCIA REGINA ROSSI, extinguindo, por conseguinte, o processo, com resolução do mérito, nos moldes do Artigo 269, inciso III, do CPC. Uma vez registrada esta sentença no livro próprio, proceda-se a entrega dos autos ao procurador das partes, dando-se baixa na distribuição. Custas satisfeitas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. ODILSON ROBERTO DA SILVA e ELAINE CRISTINA ANDREOTTI-.

40. RESTITUICAO-0058323-52.2011.8.16.0014-KOINONIA LOGÍSTICA LTDA - ME x BANCO DO BRASIL S/A- Cuida-se de pedido de restituição dos cheques emitidos por terceiros e depositados por KOINONIA LOGÍSTICA LTDA. - ME em sua conta bancária na agência do BANCO DO BRASIL S/A. Os cheques foram desenvolvidos por insuficiência de fundos, mas o Banco não atende aos pedidos de restituição da correntista, em prejuízo do capital de giro da empresa e da cobrança dos emitentes, que condicionam o pagamento à devolução dos cheques. O Banco ainda recusa a exibição da relação dos cheques, necessária a identificação de todos os que foram devolvidos e indispensáveis à cobrança dos emitentes que têm direito de resgatá-los. O impasse gera prejuízos, retarda a cobrança, reduz o capital de giro, contribui para o atraso das obrigações da empresa, cujo nome, juntamente com os dos sócios, estão na iminência de inscrição no SCPC e SERASA. Tal é a relevância da afirmação do direito à restituição dos cheques devolvidos - ainda mais por motivo em que a devolução ao depositante é permitida pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL S/A (f. 36) - e é tão grande o risco de agravamento dos prejuízos quando em mora da cobrança, que defiro a liminar para ordenar a restituição dos cheques em 48 horas, a contar da intimação, sob pena de multa diária de R$ 10.000,00 (dez mil reais), e a exibição dos documentos sob pena de serem considerados verdadeiros os prejuízos afirmados pela Autora (artigos 355, 359 e 461 § 3º do CPC e artigo 84 § 3º do CDC). Citem-se e intimem-se. -Advs. CHRISTOPHER ROMERO FELIZARDO e CARLOS FRANCISCO BORGES FERREIRA PIRES-.

Londrina, 28 de Setembro de 2011.

JOBSON RAFAEL LEME DE MORAIS

Funcionário Juramentado

# 5ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANA**
**QUINTA VARA CIVEL**
**JUIZ DE DIREITO DR. ALBERTO JUNIOR VELOSO .**

**RELACAO N. 147/2011**

**Índice de Publicação**
**ADVOGADO ORDEM PROCESSO**
0062 060767/2010
ADEMIR SIMOES 0015 001095/2007
0015 001095/2007
ADOLFO VISCARDI 0020 001741/2008
ALDO HENRIQUE FAGGION 0028 001315/2009
ALESSANDRO ELISIO CHALITA D 0009 000962/2006
ALEX ADAMCZIK 0035 030205/2009
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0017 001035/2008
0017 001035/2008
0071 012957/2011
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0039 013912/2010
ALEXANDRE SHINDI HIRATA 0028 001315/2009
ALFONSO LIBONI PEREZ 0039 013912/2010
ALINE CARNEIRO DA CUNHA DIN 0082 045185/2011
ALTAIR RODRIGUES DE PAULA 0012 000236/2007
ANA HELOISA ZAGONEL NEGRAO 0092 053841/2011
ANA PAULA ALEMAN 0083 045476/2011
ANA PAULA LIMA BRAGA 0028 001315/2009
ANDRE LUIZ DONEGA VERRI 0011 001310/2006
ANDRE SUSSUMO IGARASHI 0006 000886/2005
ANDREA REGINA SCHWENDLER CA 0020 001741/2008
ANELISE CHAIBEN 0072 014701/2011
ANTONIO CABRERA JUNIOR 0005 000397/2005
ANTONIO CARLOS CANTONI 0076 036924/2011
ARTHUR TRAVAGLIA 0028 001315/2009
BLAS GOMM FILHO 0008 000616/2006
0028 001315/2009
BRAULIO BELINATI GARCIA PER 0002 000537/2002
0002 000537/2002
0019 001721/2008
BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA 0022 000119/2009
0073 030473/2011
BRUNO PULPOR CARVALHO PEREI 0090 050395/2011
CAMILLA SCARAMAL DE ANGELO 0084 045807/2011
CARLOS ALBERTO ZANON 0059 055577/2010
CARLOS AUGUSTO COSTA 0005 000397/2005
CARLOS FREDERICO VIANA REIS 0015 001095/2007
0015 001095/2007
CAROLINE THON 0008 000616/2006
CASSIA ROSANA GUIDUGLI 0020 001741/2008
CECILIO MAIOLI FILHO 0091 050763/2011
CELINA KASSUKO FUJIOKA MOLO 0014 001081/2007
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 0023 000918/2009
CLAUDIA CRISTINA DE OLIVEIR 0005 000397/2005

CLELIA MARIA G. B. S. BETT 0031 001526/2009
CLEVERSON MARCEL COLOMBO 0006 000886/2005
CRISTIANE BELINATI GARCIA L 0066 079049/2010
0080 042822/2011
DANIEL AUGUSTO SABEC VIANA 0050 046486/2010
DANIEL BARBOSA MAIA 0008 000616/2006
DANIELA BRAGA 0022 000119/2009
DANIELA D `AMICO MORAES 0028 001315/2009
DARIO BECKER PAIVA 0077 037267/2011
DAVI ANTUNES PAVAN 0016 001175/2007
EDSON EVANGELISTA DA SILVA 0019 001721/2008
EDSON HENRIQUE DE PAULA 0016 001175/2007
EDUARDO KUTIANSKI FRANCO 0053 048272/2010
ELEZER DA SILVA NANTES 0091 050763/2011
ELISANGELA PALMAS DA CRUZ L 0045 037640/2010
ELLEN KARINA BORGES SANTOS 0030 001402/2009
ERIKA CRISTINA PEREIRA NUNE 0081 045162/2011
EUCLIDES GUIIMARAES JUNIOR 0039 013912/2010
EUCLIDES GUIMARAES JUNIOR 0017 001035/2008
0017 001035/2008
EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA 0060 057394/2010
0062 060767/2010
0063 060811/2010
0075 034887/2011
0078 037306/2011
FABIANO KLEBER MORENO DALAN 0024 000936/2009
FABIANO NEVES MACIEYWSKI 0029 001369/2009
0040 032734/2010
0041 035082/2010
0046 040410/2010
0060 057394/2010
0062 060767/2010
0073 030473/2011
FABIO MASSAMI SUZUKI 0017 001035/2008
0017 001035/2008
FABIO ROBERTO COLOMBO 0006 000886/2005
FABIO ROTTER MEDA 0016 001175/2007
FERNANDA PRIOOLI CORDEIRO 0051 047120/2010
FERNANDO EDUARDO PRISON 0056 050654/2010
FERNANDO MURILO COSTA GARCI 0029 001369/2009
0040 032734/2010
0041 035082/2010
0046 040410/2010
0060 057394/2010
0062 060767/2010
0073 030473/2011
FRANCISCO ANTONIO FRAGATA J 0019 001721/2008
GERSON VANZIN MOURA DA SILV 0018 001421/2008
GILBERTO PEDRIALI 0036 000564/2010
GIOVANI PIRES DE MACEDO 0071 012957/2011
GLAUCO IWERSEN 0007 000114/2006
0012 000236/2007
0015 001095/2007
0015 001095/2007
GUILHERME REGIO PEGORARO 0033 001751/2009
0034 002178/2009
0040 032734/2010
0041 035082/2010
0042 036194/2010
0043 036196/2010
GUSTAVO VISSOCI REICHE 0021 001796/2008
HAMILTON ANTONIO DE MELO 0002 000537/2002
HELOISA TOLEDO VOLPATO 0013 000939/2007
HERICK PAVIN 0042 036194/2010
0051 047120/2010
IDAMARA ROCHE FERREIRA 0008 000616/2006
IGLENE GUIMARAES KALINOSKI 0053 048272/2010
IVAN PEGORARO 0027 001301/2009
0027 001301/2009
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0018 001421/2008
JANAINA FELICIANO FERREIRA 0031 001526/2009
JEAN CARLOS MARTINS FRANCIS 0007 000114/2006
JOAO HENRIQUE CRUCIOL 0004 000034/2005
JOAO HENRIQUE QUEIROZ 0026 001157/2009
JOAO MARCELO ROLDAO 0014 001081/2007
JOSAFAR AUGUSTO DA SILVA GU 0036 000564/2010
JOSE ARMANDO DA GLORIA BATI 0020 001741/2008
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORO 0019 001721/2008
JOSE MARIA ALVARES DA SILVA 0027 001301/2009
0027 001301/2009
JOSE ROBERTO CARNEIRO 0020 001741/2008
JULIANA GALVAO COSER 0028 001315/2009
KAREN YUMI SHIGUEOKA 0054 048636/2010
0055 049369/2010
KARINE ROMERO ALTHAUS 0028 001315/2009
0028 001315/2009
LAURO FERNANDO ZANETTI 0017 001035/2008
0017 001035/2008
0058 053390/2010
0061 058719/2010
0072 014701/2011
LEANDRO I. C. DE ALMEIDA 0058 053390/2010
LEONARDO NAVARRO THOMAZ DE 0013 000939/2007
LEONARDO SANTOS BOMEDIANO N 0008 000616/2006
LINCO KCZAM 0061 058719/2010
0061 058719/2010
LUCAS LINHARES DE O. SANTOS 0010 001157/2006
LUCIANA BERRO 0008 000616/2006
LUCIANE REGINA ROSSINI FART 0064 067434/2010
LUIS EDUARDO PALIARINI 0004 000034/2005
LUIZ ALCEU GOMES BETTEGA 0031 001526/2009
LUIZ FABIANI RUSSO 0003 000718/2004
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0018 001421/2008
LUIZ LOPES BARRETO 0020 001741/2008
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0048 040643/2010
MAGNO ALEXANDRE SILVEIRA BA 0009 000962/2006
MARCELO PEREIRA COSTA 0009 000962/2006
MARCIA SATIL PARREIRA 0023 000918/2009
MARCIO ROGERIO DEPOLII 0019 001721/2008
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0002 000537/2002
MARCO ANTONIO BUSTO DE SOUZ 0065 069067/2010
MARCO ANTONIO DE ANDRADE CA 0012 000236/2007
MARCO ANTONIO GONÇALVES VAL 0013 000939/2007
MARCOS C DO AMARAL VASCONCE 0019 001721/2008
0050 046486/2010
MARCOS C. AMARAL VASCONCELL 0021 001796/2008
0036 000564/2010
MARCOS DUTRA DE ALMEIDA 0055 049369/2010
0078 037306/2011
MARCOS VINICIUS BELASQUE 0080 042822/2011
MARCUS VINICIUS FREITAS DOS 0053 048272/2010
MARCUS VINICIUS GINEZ DA SI 0059 055577/2010
MARIA JOSE STANZANI 0025 001116/2009
MARIA T.NAVARRO 0013 000939/2007
MARIA TEREZINHA DE SOUZA NA 0091 050763/2011
MARIANA VIDEIRA MENEZES 0036 000564/2010
MARILIA DO AMARAL FELIZARDO 0054 048636/2010
MARIO MARCONDES NASCIMENTO 0007 000114/2006
MARIO PAGANI NETTO 0028 001315/2009
MARISA SETSUKO KOBAYASHI 0047 040434/2010
0070 008290/2011
MARTA PATRICIA BONK RIZZO 0026 001157/2009
MAURI BEVERVANCO JUNIOR 0048 040643/2010
MELISSA MARINO 0006 000886/2005
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0015 001095/2007
0015 001095/2007
0032 001723/2009
MILTON LUIS CLEVE KUSTER 0030 001402/2009
0034 002178/2009
0057 052562/2010
0063 060811/2010
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0020 001741/2008
0024 000936/2009
0049 042636/2010
0068 002127/2011
0069 006941/2011
0076 036924/2011
NANCI T. ZIMMER RIBEIRO LOP 0054 048636/2010
0055 049369/2010
0066 079049/2010
NARCISO FERREIRA 0001 000012/2002
NELSON PASCHOALOTTO 0052 047977/2010
0052 047977/2010
NEWTON DORNELES SARATT 0055 049369/2010
0078 037306/2011
NILSON URQUIZA MONTEIRO 0016 001175/2007
OSWALDO AMERICO DE SOUZA JU 0079 040889/2011
PAULO AUGUSTO FARINA 0077 037267/2011
PAULO ROBERTO FADEL 0067 084552/2010
PERICLES JOSE MENEZES DELIB 0088 047413/2011
0089 047423/2011
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 0054 048636/2010
0066 079049/2010
0080 042822/2011
PRISCILA DANTAS CUENCA 0054 048636/2010
0055 049369/2010
RAFAEL LUCAS GARCIA 0047 040434/2010
RAFAEL SANTOS CARNEIRO 0047 040434/2010
0070 008290/2011
RAFAELA POLYDORO KUSTER 0024 000936/2009
0032 001723/2009
0034 002178/2009
0049 042636/2010
0057 052562/2010
0063 060811/2010
0068 002127/2011
0069 006941/2011
0076 036924/2011
REJANE ROMAGNOLI TAVARES AR 0028 001315/2009
0028 001315/2009
0044 036991/2010
RENATA CAROLINE TALEVI DA C 0058 053390/2010
0072 014701/2011
RENATO TAVARES YABE 0067 084552/2010
RICARDO LAFFRANCHI 0010 001157/2006
RICHARD ROBERTO FORNASARI 0039 013912/2010
ROBERTO LAFRANCHI 0003 000718/2004
ROBSON SAKAI GARCIA 0029 001369/2009
0030 001402/2009
0046 040410/2010
0047 040434/2010
0068 002127/2011
0069 006941/2011
ROBSON SAKAI GARCIA 0032 001723/2009
0057 052562/2010
0070 008290/2011
RODOLPHO ERIC MORENO DALAN 0024 000936/2009
RODRIGO GOMES 0049 042636/2010

RODRIGO JACOMINI 0024 000936/2009
RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA 0018 001421/2008
ROGERIO BUENO ELIAS 0012 000236/2007
ROGERIO ISSAO KODANI 33860 0028 001315/2009
ROSANGELA DA ROSA CORREA 0033 001751/2009
ROZANE DA ROSA CACHAPUZ 0026 001157/2009
RUBENS ROSSINI FILHO 0011 001310/2006
SANIA STEFANI 0019 001721/2008
SATURNINO FERNANDES NETTO 0085 047409/2011
0086 047410/2011
0087 047412/2011
0088 047413/2011
0089 047423/2011
SEBASTIAO DA SILVA FERREIRA 0016 001175/2007
SEISHIN YOGI 0020 001741/2008
SERGIO EDUARDO CANELLA 0074 030865/2011
SERGIO VERISSIMO DE OLIVEIR 0028 001315/2009
SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA 0017 001035/2008
0017 001035/2008
SILMARA REGINA LAMBOIA 0011 001310/2006
SUZY SATIE K. TAMAROZZI 0023 000918/2009
THIAGO FERNANDO CORREA 0022 000119/2009
THIAGO VINICIUS SAYEG 0085 047409/2011
0086 047410/2011
0087 047412/2011
VALERIA CARAMURU CICARELI 0071 012957/2011
VERA HELENA FRANCO CORREA 0006 000886/2005
VINICIUS DA SILVA BORBA 0015 001095/2007
0015 001095/2007
VINICIUS MATSUMOTO COUTINHO 0050 046486/2010
WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA 0049 042636/2010
ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA 0037 013250/2010
0038 013318/2010
0048 040643/2010

1.-EXECUCAO DE SENTENCA-12/2002-NARCISO FERREIRA X JARDINAGENS SUZUKI S/C LTDA e Outro - Ciência as partes acerca do ofício juntado. - Adv(s).NARCISO FERREIRA e CARLOS ROBERTO LUNARDELLI, JACKSON LUIZ BORDIN, TEREZINHA M. VARELA BETTONI ROBERTO..

2.-REVISIONAL CONTRATO - SUMARIA-537/2002-CELIANE CRISTINA PELIZARDO CRUZ X BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A - BANESTADO - (...) acolho os cálculos apresentados pela autora (fl. 449), determinando a remessa ao contador apenas para atualização. Nesta mesma oportunidade para confecção de cálculo de custas nas proporções estabelecidas...com o retorno desde já defiro o levantamento de valores pela escrivania quanto às custas... pelo perito... em favor da parte credora...e por fim de benefício do banco quanto ao saldo remanescente...em seguida, satisfeitas as obrigações, ao arquivo com as baixas necessárias. - Adv(s).HAMILTON ANTONIO DE MELO, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ,MARCIO ROGERIO DEPOLLI.

3.-EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-718/2004-UNOPAR- UNIAO NORTE PARANA DE ENSINO S/C LTDA X CARLOS JOSE DE SOUZA - Retirar Carta Precatória. - Adv(s).ROBERTO LAFRANCHI, LUIZ FABIANI RUSSO e .

4.-ORDINARIA-34/2005-MARCOS EDUARDO GUERRA X J. CARLOS DA MOTA & CIA LTDA e Outro - I- Considerando a certidão dando conta de que as partes foram intimadas da decisão de fls. 673/674 e não se manifestaram e nem atenderam aqueles comandos, indefiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita requeridos pelo autor. II - Fiz consulta de endereço de Jorge Carlos da Mota no sistema INFOJUD, da Receita Federal, nesta data. III - Reitere-se, com urgência, o ofício à Justiça Eleitoral, concedendo-se prazo de 3 dias para resposta, ante o enorme prazo de tempo já decorrido. A correspondência deverá ser protocolada por funcionário do cartório diretamente na Zona eleitoral. IV - HOMOLOGO a desistência quanto à testemunha Hélio Rentao Gonçalves, arrolada pelo autor,como requerido à fl. 678. V - Reputo encerrada a instrução probatória até a preclusão quanto à decisão que dispensou os depoimentos pessoais, e para evitrar alegação eventual e futura nulidade, determino a intimação das partes para apresentaçãode alegações finais, no prazo sucessivo de 10 dias, a começar pela parte autora. - Adv(s).JOAO HENRIQUE CRUCIOL e LUIS EDUARDO PALIARINI.

5.-CUMPRIMENTO DE SENTENCA-397/2005-OSMAR KIYOSHI TAZIMA X FUNDACAO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL - SISTEL - Manifeste-se a parte interessada acerca do Mandado de Penhora juntado aos autos. - Adv(s).ANTONIO CABRERA JUNIOR, CARLOS AUGUSTO COSTA e CLAUDIA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA.

6.-ORDINARIA-886/2005-VERONESI HOTEIS LTDA X DISMAR DISTRIBUIDROA MARINGA DE ELETRODOMESTICOS e Outro - I - Faculto ao Assistente técnico da parte autora a assinatura de seu parecer, sob pena de desentranhamento, por apócrifo. II - Declaro encerrada a prova técnica, já que não houve nem mesmo apresentação de quesitos de esclarecimentos ao perito. III - Para audiência de instrução e julgamento, considerando que também foi deferida produção de prova oral, designo o dia 27/10/2011, às 14 horas. [...] - Adv(s).VERA HELENA FRANCO CORREA e CLEVERSON MARCEL COLOMBO,FABIO ROBERTO COLOMBO,MELISSA MARINO,ANDRE SUSSUMO IGARASHI.

7.-ORDINARIA-114/2006-ANTONIO AUGUSTO APARECIDO JANUARIO e Outros X CAIXA SEGURADORA S/A - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - I - Antes de dar prosseguimento ao feito... intime-se a seguradora requerida para que no prazo de 10 dias esclareça se a apólice discutida no processo refere-se ao ramo 66 ou 68. - Adv(s).MARIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO e GLAUCO IWERSEN.

8.-DEPOSITO-616/2006-FUNDO DE INV. EM DIREITOS CRED. NAO PADRONIZADOS AMERICA MULTICARTEIRA X MARLENE DALLE LUCHE DE SOUZA - Ciência retorno AR negativo. - Adv(s).CAROLINE THON, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA, BLAS GOMM FILHO, DANIEL BARBOSA MAIA, LUCIANA BERRO, IDAMARA ROCHE FERREIRA e .

9.-DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-962/2006-JULIETA MARTINS X INTELIG TELECOMUNICAÇOES LTDA - Manifeste-se o credor sobre petitório de fl. 308. - Adv(s).MARCELO PEREIRA COSTA, MAGNO ALEXANDRE SILVEIRA BATISTA e ALESSANDRO ELISIO CHALITA DE SOUZA.

10.-EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1157/2006-UNOPAR - UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO S/C LTDA X NAILTON WASHINGTON FERMINO - Ciência acerca da Certidão do Oficial de Justiça fl. 93-verso. - Adv(s).RICARDO LAFFRANCHI, LUCAS LINHARES DE O. SANTOS e .

11.-ORDINARIA-1310/2006-ITALO RODRIGO CANDIDO GUILHERME X JOSE ALFREDO BENSI e Outros - I- Recebo em ambos os efeitos, o recurso de apelação interposto pela parte ré, pois tempestivos. II- Intime-se a parte apelada para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso, no prazo de 15 dias. III- Após remetam-se os autos ao Egregio Tribubal de Justiça do Parana, com as formalidades e cautelas de estilo. - Adv(s).ANDRE LUIZ DONEGA VERRI e SILMARA REGINA LAMBOIA,RUBENS ROSSINI FILHO.

12.-INDENIZACAO (ORD)-236/2007-ADEMIR LOVO X CAIXA SEGUROS SA - I - Antes de dar prosseguimento ao feito... intime-se a seguradora requerida para que no prazo de 10 dias esclareça se a apólice discutida no processo refere-se ao ramo 66 ou 68. - Adv(s).ROGERIO BUENO ELIAS, MARCO ANTONIO DE ANDRADE CAMPANELLI e ALTAIR RODRIGUES DE PAULA,GLAUCO IWERSEN.

13.-REPARACAO DE DANOS (ORD)-939/2007-VANIA REGINA STECA X SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE LONDRINA - Ciência as partes acerca da renuncia do perito fl. 322. - Adv(s).MARIA T.NAVARRO, LEONARDO NAVARRO THOMAZ DE AQUINO e HELOISA TOLEDO VOLPATO,MARCO ANTONIO GONÇALVES VALLE.

14.-OBRIGACAO DE FAZER (ORD)-1081/2007-WALTER SIMOES PINTO X LOURIVAL MONTENEGRIO - Ofício expedido. Retirá-lo em cartório para encaminhamento. - Adv(s).CELINA KASSUKO FUJIOKA MOLOGNI e JOAO MARCELO ROLDAO.

15.-CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-1095/2007-SUL AMERICA SEGUROS DE VIDA E PREVIDENCIA S/A X JULIO CESAR PIRES e Outros - I - Reitere-se ofício de fl. 121.Retirá-lo em cartório. II - Sobre petitório de fl. 215, manifeste-se a parte autora no prazo de 5 dias. - Adv(s).MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, GLAUCO IWERSEN e VINICIUS DA SILVA BORBA,ADEMIR SIMOES,CARLOS FREDERICO VIANA REIS.

16.-ORDINARIA-1175/2007-SERGIO ANTONIO MEDA X MARIO CONSELVAN e Outros - Despacho de fls. 768/770 "I - Sobre documentos novos (fl. 643/748), manifestem-se os réus, querendo, em 05 dias (Art. 398/CPC). II - Recebo os embargos de declaração às fls. 749/755, por tempestivos, mas a eles nego provimento, posto que não houve contradição ou omissão. [...] Nada há, pois, a ser declarado. III - Conheço os embargos de declaração às fls. 756/760, por tempestivos e a eles dou apenas parcial provimento, posto que efetivamente não há nos embargos apreciação de pedido de assitência judiciária gratuita. [....] Diante da omissão do pedido de assistência judiciária gratuita, passo a examinar tal pleito: "Indefiro a pretensão dos réus Aníbal Costa Águas e sua mulher ... e Mário Conselvan e sua mulher ... de obtenção dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. [...]" Aguarde-se a realização da audiência já designada [...]" Manifeste-se a parte interessada, ante o retorno negativo do AR. Sobre os novos documentos acostados pelo primeiro requerido, manifeste-se as partes interessadas. - Adv(s).FABIO ROTTER MEDA e EDSON HENRIQUE DE PAULA,NILSON URQUIZA MONTEIRO,SEBASTIAO DA SILVA FERREIRA,DAVI ANTUNES PAVAN.

17.-EXIBICAO DE DOCUMENTOS(CAUT)-1035/2008-CRISTHIANE DE ALMEIDA MITSI X BANCO AMERICA DO SUL S.A / BANCO REAL S.A - autos devolvidos em cartório. Vista à parte interessada. - Adv(s).FABIO MASSAMI SUZUKI e LAURO FERNANDO ZANETTI,SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO,EUCLIDES GUIMARAES JUNIOR,ALEXANDRE NELSON FERRAZ.

18.-REVISAO DE CONTRATO (ORD)-1421/2008-ADILSON JOSE TSUKADA X BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO - Ante a desistênia expressa acerca da realização da prova pericial (fl. 111) reputo que o feito comporta julgamento no estado em que se encontra. volte-me conclusos após anotação para sentença. Antes, orém, ao autor sobre novos documentos juntados pela financeira. - Adv(s).RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO e GERSON VANZIN MOURA DA SILVA,JAIME OLIVEIRA PENTEADO,LUIZ HENRIQUE BONA TURRA.

19.-INDENIZACAO (ORD)-1721/2008-CARLOS EDUARDO AFONSECA E SILVA X HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CREDITO LTDA e Outros - Considerando o impedimento manifestado pelo autor, e considerando que não há data livre em pauta para antecipação da audiência, faço a redesignação para dia 18/11/2011, às 14 horas. - Adv(s).EDSON EVANGELISTA DA SILVA e JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA,FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JR,SANIA STEFANI,MARCOS C DO AMARAL VASCONCELLOS,BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ,MARCIO ROGERIO DEPOLII.

20.-INDENIZACAO (ORD)-1741/2008-ANTONIO CARLOS ZANATTA X JAIR GONCALVES DUTRA e Outros - Passo ao saneamento do processo... acolho tal preliminar para afastar das pretensões a serem decididas neste processo que se referem a supostos diretos da pessoa da esposa do autor (tratamento psicológico) e direitos faminilares (filhos e esposa) a danos morais...Fixo os seguintes pontos controvertidos: ... Defiro a realização das seguintes provas: a) juntada de novos documentos... b) depoimento pessoa do primeiro réu, ficando dispensados os demais posto que sequer presenciaram os fatos, e do autor, que não estaria sequer

em condições de depor. b) oitiva de testemunhas que deverão ser arroladas até 15 dias antes da audiência c) perícia médica na pessoa do autor. Indefiro pleito da ré VISCARDI para realização de prova no local onde ocorreu o acidente, posto que sequer explicitado qual o meio de prova efetivo pretende e menos ainda sua finalidade ou utilidade, que não vislumbro. Para atuar como perito do Juízo nomeio o médico Neurologista MILTON SHIGUEYUKI TAKEMURA...Faculto às partes apresentação de quesitos e indicar assistentes técnicos, querendo, em 5 dias... - Adv(s).SEISHIN YOGI, JOSE ROBERTO CARNEIRO e LUIZ LOPES BARRETO,ADOLFO VISCARDI,CASSIA ROSANA GUIDUGLI,MILTON LUIZ CLEVE KUSTER,JOSE ARMANDO DA GLORIA BATISTA,ANDREA REGINA SCHWENDLER CABEDA.

21.-EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1796/2008-BANCO BRADESCO S/A X RAYANI BERRI DE LIMA F.I. e Outro - Manifeste-se sobre ofício juntados aos autos. - Adv(s).MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS, GUSTAVO VISSOCI REICHE e .

22.-INDENIZACAO (ORD)-119/2009-MARCELINO DOS SANTOS X JOSE ALVES DA SILVA e Outro - Ciência acerca dos ofícios juntados. - Adv(s).BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA e THIAGO FERNANDO CORREA,DANIELA BRAGA.

23.-COBRANCA (ORD)-918/2009-OLIVEIRA FERMINO DOS SANTOS X CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S.A - Manifestem-se sobre Laudo do IML juntado à fl. 107 dos autos. - Adv(s).SUZY SATIE K. TAMAROZZI e MARCIA SATIL PARREIRA,CEZAR EDUARDO ZILIOTTO.

24.-RESPONSABILIDADE SECURITARIA-936/2009-ESPOLIO DE GERALDO DESTACIO X CAIXA SEGURADORA S/A - I - Antes de dar prosseguimento ao feito...intime-se a seguradora para esclarecer se a apólice discutida no processo refere-se ao ramo 66 ou 68... - Adv(s).RODOLPHO ERIC MORENO DALAN, RODRIGO JACOMINI, FABIANO KLEBER MORENO DALAN e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER,RAFAELA POLYDORO KUSTER.

25.-EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1116/2009-BANCO BRADESCO S/A X INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS VAME LTDA e Outros - Dê-se ciência da resposta do ofício encaminhado à Receita Federal, devidamente arquivado em cartório. - Adv(s).MARIA JOSE STANZANI e .

26.-ORDINARIA-1157/2009-JOSE MARIA DE ANDRADE X CIPASA - ADM. DE CONSORCIOS LTDA. - ... Converto o julgamento em diligência, porque as pretensões das parte indicam que possa haver possibilidade de acordo, e, além disso, há vários fatos que dependeriam, em tese, de produção de provas, não tendo ficado claro se as partes pretenderiam, em tese, produção de provas, não tendo ficado claro se as partes pretendem ou não produzi-la diante da manifestação à fl. 79, que não é expressa, mas apenas faz referência ao art. 330 do CPC. Designo audiência para tal finalidade para o dia 21/10/2011, às 14 horas. ... - Adv(s).ROZANE DA ROSA CACHAPUZ e JOAO HENRIQUE QUEIROZ,MARTA PATRICIA BONK RIZZO.

27.-DESPEJO C/C COBRANCA ALUGUEL-1301/2009-MASACI UTIDA X TARLLIS CAROLINA ALVARES DA SILVA CAMPOS e Outros - I - Converto o julgamento em diligência. Em primeiro lugar, e para evitar nulidade determino intimação da parte autora para manifestação quanto ao documento à fl. 75, em 5 dias, conforme art. 398/CPC. II - Diante dos pagamentos já informados, e intenção de um outro depósito complementar, e reputando que se torna mais viável a possibilidade de acordo, designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 10/10/2011, às 14 horas. III - Deverão os réus esclarecer se fizeram algum novo depósito que haviam prometido, até a data da audiência. [...] - Adv(s).IVAN PEGORARO e JOSE MARIA ALVARES DA SILVA CAMPOS NETO.

28.-DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-1315/2009-RENATA CANDIDO ASTRATH X BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A e Outros - Despacho de fls. 313. "I - Recebo o agravo, para ficar retido nos autos por tempestivo. II - Intime-se a parte agravada para apresentar suas contrarrazões, querendo, em prazo de 10 dias." Manifeste-se a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça que deixou de intimar a parte autora. - Adv(s).JULIANA GALVAO COSER, ALEXANDRE SHINDI HIRATA e DANIELA D `AMICO MORAES,MARIO PAGANI NETTO,ANA PAULA LIMA BRAGA,ALDO HENRIQUE FAGGION,ARTHUR TRAVAGLIA,ROGERIO ISSAO KODANI 33860 B,SERGIO VERISSIMO DE OLIVEIRA FILHO,REJANE ROMAGNOLI TAVARES ARAGAO,BLAS GOMM FILHO,KARINE ROMERO ALTHAUS,KARINE ROMERO ALTHAUS,REJANE ROMAGNOLI TAVARES ARAGAO.

29.-COBRANCA (SUM)-1369/2009-ANTONIO JOSE ALVES DA SILVA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Ciência laudo do IML juntado aos autos. - Adv(s).ROBSON SAKAI GARCIA e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA,FABIANO NEVES MACIEYWSKI.

30.-COBRANCA (ORD)-1402/2009-MANOEL BERTO DA SILVA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Ciência ofício IML fls. 108. - Adv(s).ROBSON SAKAI GARCIA e MILTON LUIS CLEVE KUSTER,ELLEN KARINA BORGES SANTOS.

31.-DEPOSITO-1526/2009-ARAUCARIA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA X ANA LOURDES GOMES CARLOTA - Mandado expedido aguardando recolhimento de guia. - Adv(s).LUIZ ALCEU GOMES BETTEGA, CLELIA MARIA G. B. S. BETTEGA, JANAINA FELICIANO FERREIRA AKSENEN e .

32.-COBRANCA (SUM)-1723/2009-WAGNER CANDIDO DA SILVA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Ciência ofício IML juntado aos autos. fl. 194. - Adv(s).ROBSON SAKAI GARCIA e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER,RAFAELA POLYDORO KUSTER.

33.-REVISAO DE CONTRATO (ORD)-1751/2009-EDENILSON AGOSTINETI X DIBENS LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL - I - Recebo o Agravo Retido de fls. 384/388, interposto tempestivamente, o qual permanecerá retido nos autos até que dele conheça o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na oportunidade de expressamente requerido nas razões ou nas contra razões de apelação, em face do elencado no art. 523, do Código de Processo Civil.II - A parte agravada para apresentar contrarrazões ao agravo no prazo de 10 das...não vislumbro a possibilidade de reforma da decisão agravada, por entender que a produção de prova pericial melhor será aplicada em fase de liquidação de sentença, por arbitramento...III - Cumpra-se despacho de fl. 57.Intimem-se. - Adv(s).GUILHERME REGIO PEGORARO e ROSANGELA DA ROSA CORREA.

34.-COBRANCA (ORD)-2178/2009-JOSE MAURICIO DOS SANTOS X VERA CRUZ SEGURADORA S.A. - Ciência acerca do laudo do IML juntados aos autos. - Adv(s).GUILHERME REGIO PEGORARO e MILTON LUIS CLEVE KUSTER,RAFAELA POLYDORO KUSTER.

35.-EXECUCAO DE OBRIGACAO FAZER-30205/2009-JULIANA MONDEK ZATI X CENTRO EDUCACIONAL W & L LTDA - Sobre respostas da requisição CHAVE-COPEL,manifeste-se o exequente. - Adv(s).ALEX ADAMCZIK e .

36.-COBRANCA (ORD)-564/2010-ROZE MARLEI NUNES e Outros X BANCO BRADESCO S.A. - I - Defiro a dilação de prazo requerida às fls. 118/119, pelo período de 20 dias. - Adv(s).JOSAFAR AUGUSTO DA SILVA GUIMARAES e MARIANA VIDEIRA MENEZES,MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS,GILBERTO PEDRIALI.

37.-EXIBICAO DE DOCUMENTOS(CAUT)-13250/2010-PAULO ROBERTO MARQUES X BANCO BANESTADO S.A - Retirar Carta de Citação. - Adv(s).ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA e .

38.-EXIBICAO DE DOCUMENTOS(CAUT)-13318/2010-HELIO BONAFINI X BANCO BANESTADO S.A - Retirar Carta de citação. - Adv(s).ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA e .

39.-REVISIONAL DE CONTRATO ORD.-13912/2010-MIGUEL AMARO X AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO S/A - I - Revogo a liminar concedida...Oficie-se ao SERASA E SCPC...III - O feito comporta julgamento...retornem-me conclusos para sentença. - Adv(s).RICHARD ROBERTO FORNASARI e EUCLIDES GUIIMARAES JUNIOR,ALFONSO LIBONI PEREZ,ALEXANDRE NELSON FERRAZ.

40.-COBRANCA (SUM)-32734/2010-SAULO WANDERLEI NOGUEIRA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Sobre laudo do IML juntado aos autos,manfiestem-se as partes. - Adv(s).GUILHERME REGIO PEGORARO e FABIANO NEVES MACIEYWSKI,FERNANDO MURILO COSTA GARCIA.

41.-COBRANCA (SUM)-35082/2010-JADIR LUIZ DA SILVA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Sobre laudo do IML juntado aos autos, manifestem-se as partes. - Adv(s).GUILHERME REGIO PEGORARO e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA,FABIANO NEVES MACIEYWSKI.

42.-REVISAO DE CONTRATO (ORD)-36194/2010-ROSEMEIRE DE SOUZA JOVANOVICH TRANNIN X BANCO ABN AMRO REAL S/A - Apresentado agravo retido, à parte contraria para contrarrazoar. - Adv(s).GUILHERME REGIO PEGORARO e HERICK PAVIN.

43.-COBRANCA (ORD)-36196/2010-ARAUCARIA IMP. E EXP. DE PRODUCAO ANIMAL LTDA X ED ERNEST TAVES NETO - I - Defiro a emenda à inicial. Retirar Carta Precatória para encaminhamento. - Adv(s).GUILHERME REGIO PEGORARO e .

44.-INDENIZACAO (ORD)-36991/2010-ADRIANA FRANCIELI DE OLIVEIRA X ITAUCARD ADM. DE CARTOES DE CRED. IMOB. LTDA e Outro - cumpra-se cota ministerial. - Adv(s).REJANE ROMAGNOLI TAVARES ARAGAO e .

45.-DECLARATORIA-37640/2010-MIYOKO KATANNO CAVALVANTE X BANCO ITAU PERSONNALITE S/A ADM DE CARTAO DE CREDITO DA BANDEIRA VISA E MASTERCARD - Retirar Ar para encaminhamento. - Adv(s).ELISANGELA PALMAS DA CRUZ LANDGRAF e .

46.-COBRANCA (ORD)-40410/2010-LEILA MACIEL DA FONSECA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Informação da parte autora de perícia designada para o dia 12/12/2011, no IML de Maringá (fls. 251/252). - Adv(s).ROBSON SAKAI GARCIA e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA,FABIANO NEVES MACIEYWSKI.

47.-COBRANCA (ORD)-40434/2010-ANTENOR APARECIDO SCANDOLIERI X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Manifestem-se as partes sobre laudo do IML juntado aos autos. - Adv(s).ROBSON SAKAI GARCIA, RAFAEL LUCAS GARCIA e RAFAEL SANTOS CARNEIRO,MARISA SETSUKO KOBAYASHI.

48.-EXIBICAO DE DOCUMENTOS(CAUT)-40643/2010-RUBENS JOSE FERRAMOSCA X BANCO BANESTADO S/A - O processo comporta julgamento no estado em que se encontra. Voltem para sentença - Adv(s).ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA e LUIZ RODRIGUES WAMBIER,MAURI BEVERVANCO JUNIOR.

49.-ORDINARIA-42636/2010-AIRTON PIERRE X CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S.A - A seguradora para que proceda o pagamento das custas processuais no importe de R$ 444,09 (R$ 380,70 cartório; R$ 40,33 distribuidor; R$ 23,06 Funjus). - Adv(s).WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA, RODRIGO GOMES e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER,RAFAELA POLYDORO KUSTER.

50.-MONITORIA-46486/2010-BANCO BRADESCO S/A X JOSE FLAVIO GARCIA e Outro - Considerando a noticia da realização do Mtirão de Conciliação de processos do Banco Bradesco, do qual este Juízo irá participar, fica realmente prejudicada a tentativa de conciliação designada para o mês de outubro. - Adv(s).MARCOS C DO AMARAL VASCONCELLOS e DANIEL AUGUSTO SABEC VIANA,VINICIUS MATSUMOTO COUTINHO.

51.-REVISAO DE CONTRATO (ORD)-47120/2010-CLAUDIA PERES BARBOSA JORGE X BANCO ABN AMRO REAL S/A - O processo comporta julgamento no estado em que se encontra. Voltem para sentença - Adv(s).FERNANDA PRIOOLI CORDEIRO e HERICK PAVIN.

52.-DEPOSITO-47977/2010-BANCO PANAMERICANO S/A X JOSE DOS SANTOS SILVA - Defiro a expedição de ofício ao TRE, bem como utilização da CHAVE-COPEL, INFOJUD E BACENJUD...solicitar informações quanto ao endereço do requerido nãol ocalizado. Retirar ofício para encaminhamento.- Adv(s).NELSON PASCHOALOTTO e .

53.-REVISIONAL DE CONTRATO ORD.-48272/2010-EVERSON VIANA DE ASSIS X OMNI S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Apresentado

agravo retido, à parte contraria para apresentar contrarrazões. - Adv(s).EDUARDO KUTIANSKI FRANCO e MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS,IGLENE GUIMARAES KALINOSKI.

54.-ORDINARIA-48636/2010-NELCIVALDO APARECIDO DE SOUZA X BANCO ITAUCARD S/A - I - Com relação àprodução de prova pericial requerida pela autora, entendo que melhor aplicada será em fase de liquidação de sentença, por arbitramento. II - O feito comporta julgamento no estado enm que se encontra. Volte-me conclusos após anotação para sentença. - Adv(s).NANCI T. ZIMMER RIBEIRO LOPES, KAREN YUMI SHIGUEOKA, PRISCILA DANTAS CUENCA, MARILIA DO AMARAL FELIZARDO e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR.

55.-ORDINARIA-49369/2010-SANDRA DE SOUZA BENEDITO X BANCO FINASA BMC S/A - I- Com relação à produção de prova pericial requerida pela autora, entendo que melhor será aplicada em fase de liquidação de sentença, por arbitramento. II - O feito comporta julgamento no estado em que se encontra. Volte-me conclusos após anotação para sentença. - Adv(s).KAREN YUMI SHIGUEOKA, PRISCILA DANTAS CUENCA, NANCI T. ZIMMER RIBEIRO LOPES e MARCOS DUTRA DE ALMEIDA,NEWTON DORNELES SARATT.

56.-IMPUGNACAO A ASSIT.JUDICIARIA-50654/2010-HOLDINGBRAS-M.PRISON - ADMINISTRAÇÃO LTDA X VALDIR APARECIDO DE SOUZA e Outro - I - Intime-se a parte autora para se manfiestar sobre novos documentos juntados pelo impugnante à fl. 33, no prazo de 10 dias. II - Após manifestação, retornem-me conclusos para decisão. - Adv(s).FERNANDO EDUARDO PRISON e .

57.-COBRANCA (SUM)-52562/2010-MARIA MADALENA MACHADO DE LIMA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - I - Reitere-se a intimação da autora para, no prazo de 10 (dez) dias, regularize a representação de Maria Madalena Machado de Lima, uma vez que se trata de pessoa não alfabetizada, apresentando procuração por instrumento público ou, alternativamente, procuração por instruemnto aprticular assinada a rogo e subscrita por duas testemunhas. II - À parte autora para informar sobre a realização do exame pericial agendado para o dia 03/08/2011, bem como proceder a juntada do laudo aos autos, se sob sua posse... - Adv(s).ROBSON SAKAI GARCIA e MILTON LUIS CLEVE KUSTER,RAFAELA POLYDORO KUSTER.

58.-PRESTACAO DE CONTAS-53390/2010-A. M.DE ANDRADE FERRER e Outro X BANCO ITAU S.A - O processo comporta julgamento no estado em que se encontra. Voltem para sentença - Adv(s).LEANDRO I. C. DE ALMEIDA e LAURO FERNANDO ZANETTI,RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA.

59.-COBRANCA (ORD)-55577/2010-DEZAINY ASSESSORIA DE COBRANCA S/C LTDA X LUIZ CARLOS RODRIGUES TRINDADE e Outro - Defiro a citação requerida...retirar ARs para encaminhamento. - Adv(s).CARLOS ALBERTO ZANON, MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA e .

60.-COBRANCA (ORD)-57394/2010-NADESCA GARCIA DE OLIVEIRA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Sobre laudo do IML juntado aos autos, manifestem-se as partes. - Adv(s).EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e FABIANO NEVES MACIEYWSKI,FERNANDO MURILO COSTA GARCIA.

61.-EXECUCAO DE SENTENCA-58719/2010-MARIA DAS DORES GUERREIRO APOLONIA e Outros X BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A - Manifeste-se o exequente sobre petitório de fls. 160/161. - Adv(s).LINCO KCZAM.

62.-COBRANCA (ORD)-60767/2010-EDSON LUIZ SALES X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Juntado Boletim de Ocorrência e Laudo do IML aos autos. Manifestem-se as partes. - Adv(s).EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA, e FABIANO NEVES MACIEYWSKI,FERNANDO MURILO COSTA GARCIA.

63.-COBRANCA (ORD)-60811/2010-REGINALDO DELFINO X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Laudo do IML juntado aos autos. Manifestem-se as partes. - Adv(s).EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e RAFAELA POLYDORO KUSTER,MILTON LUIS CLEVE KUSTER.

64.-INVENTARIO NEGATIVO-67434/2010-JOANA GOUVEIA DE SOUZA X JOAO BUENO DE SOUZA - Cumpra-se cota ministerial. - Adv(s).LUCIANE REGINA ROSSINI FARTH e .

65.-ANULATORIA-69067/2010-MARCIO RODERLEI MARTINS FERREIRA X REAL LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL - I - Defiro a realização de depósito mensal... II - A respeito do pedido liminar que pretende o afastamento da constituição em mora, cumpre esclarecer que tal é possível apenas no que tange ao saldo depositado... III - ...Diante do exposto,e nos termos do art. 273 do CPC, defiro o pedido, a fim de determinar que o réu se abstenha de incluir o nome da parte autora e de seu fiados nos cadastros de proteção ao crédito...IV - A manutenção da posse nas mãos da parte autora é medida impossível de ser acolhida...V - Cite-se... Retirar Ar para encaminhamento. - Adv(s).MARCO ANTONIO BUSTO DE SOUZA e .

66.-IMPUGNACAO A ASSIT.JUDICIARIA-79049/2010-BANCO ITAUCARD S.A X NELCIVALDO APARECIDO DE SOUZA - I - Considerando que o impugnante manifestou desinteresse pelo prosseguimento do feito, e não tendo efetuado o preparo integral das custas processuais,defiro o cancelamento da distribuição... - Adv(s).PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES e NANCI T. ZIMMER RIBEIRO LOPES.

67.--84552/2010-RUTH FREITAS CARLESSO X HDI SEGUROS S/A - I - Recebo o recurso adesivo interposto pela autora fls. 41/46, por tempestivo, que seguirá o de apelação. II - Intime-se a parte recorrida (HDI SEGUROS S/A) para querendo, apresentar contrarrazões aop recurso, no prazo de 15 dias. - Adv(s).RENATO TAVARES YABE e PAULO ROBERTO FADEL.

68.-COBRANCA (ORD)-2127/2011-FABIO MARIANO DE SOUZA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - I - À parte autora para, em 15 dias, promover a juntada do Boletim de Ocorência ou do Inquérito Policial instaurado em virtude do acidente... - Adv(s).ROBSON SAKAI GARCIA e RAFAELA POLYDORO KUSTER,MILTON LUIZ CLEVE KUSTER.

69.-COBRANCA (ORD)-6941/2011-WESLEY GOMES RODRIGUES X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - I - Indefiro o pedido de expedição de ofício ao IML de Curitiba. A cidade de Iporã é jurisdição do Instituto Médico Legal de Londrina. Para tanto, aguarde-se realização de perícia já agendada. .. - Adv(s).ROBSON SAKAI GARCIA e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER,RAFAELA POLYDORO KUSTER.

70.-ORDINARIA-8290/2011-RANGEL ROSA DE MENEZES X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - I-Intimem-se as partes para, em 5 dias, esclarecer se possuem interesse na realizaçao da audiência prevista no art. 331/CPC, ante a regra contida no paragrafo 3º daquele artigo, evitando-se que a pauta fique atravancada com audiências sem real intencao de conciliacao. II-Especifiquem as partes, no mesmo prazo, se pretendem produzir outras provas, e, em caso positivo, esclareçam, de forma circunstanciada, suas utilidades.- - Adv(s).ROBSON SAKAI GARCIA e RAFAEL SANTOS CARNEIRO,MARISA SETSUKO KOBAYASHI.

71.-ORDINARIA-12957/2011-LUCIANO DE CAMPOS X BANCO ABN AMRO REAL S/A - I-Intimem-se as partes para, em 5 dias, esclarecer se possuem interesse na realizaçao da audiência prevista no art. 331/CPC, ante a regra contida no paragrafo 3º daquele artigo, evitando-se que a pauta fique atravancada com audiências sem real intencao de conciliacao. II-Especifiquem as partes, no mesmo prazo, se pretendem produzir outras provas, e, em caso positivo, esclareçam, de forma circunstanciada, suas utilidades.- - Adv(s).GIOVANI PIRES DE MACEDO e ALEXANDRE NELSON FERRAZ,VALERIA CARAMURU CICARELI.

72.-ORDINARIA-14701/2011-MARIA DE FATIMA OLIVEIRA X BANCO ITAU S/A - I-Intimem-se as partes para, em 5 dias, esclarecer se possuem interesse na realizaçao da audiência prevista no art. 331/CPC, ante a regra contida no paragrafo 3º daquele artigo, evitando-se que a pauta fique atravancada com audiências sem real intencao de conciliacao. II-Especifiquem as partes, no mesmo prazo, se pretendem produzir outras provas, e, em caso positivo, esclareçam, de forma circunstanciada, suas utilidades.- - Adv(s).ANELISE CHAIBEN e LAURO FERNANDO ZANETTI,RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA.

73.-COBRANCA (ORD)-30473/2011-LAZARO SILVA FERREIRA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Sobre a contestação e documentos que acompanham, diga a parte autora, no prazo legal. - Adv(s).BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA e FABIANO NEVES MACIEYWSKI,FERNANDO MURILO COSTA GARCIA.

74.-DECLARATORIA-30865/2011-VICENTINA MARIA DE LIMA MARQUES X AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A - (...) determino a alteração dorito sumário para o rito ordinário...II - Cite-se...III - Defiro à parte autora os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita... Manifeste-se sobre devolução de AR... - Adv(s).SERGIO EDUARDO CANELLA e .

75.-SUMARIA-34887/2011-FABIO ADRIANO DO NASCIMENTO X BB SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL - À parte autora,para que se manifeste sobre informação contida no ofício defl. 55. - Adv(s).EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e .

76.-COBRANCA (ORD)-36924/2011-FARID LIBOS JUNIOR X SUL AMERICA SEGUROS DE VIDA E PREVIDENCIA S/A - Sobre a contestação e documentos que acompanham, diga a parte autora, no prazo legal. - Adv(s).ANTONIO CARLOS CANTONI e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER,RAFAELA POLYDORO KUSTER.

77.-COBRANCA (ORD)-37267/2011-CONSTRUTORA DAHER LTDA X PAULO ADEMIR FARINA - Sobre a contestação e documentos que acompanham, diga a parte autora, no prazo legal. - Adv(s).DARIO BECKER PAIVA e PAULO AUGUSTO FARINA.

78.-EXIBICAO DE DOCUMENTOS(CAUT)-37306/2011-MARIA SIRLENE SALVADOR X BANCO FINASA S.A - Sobre a contestação e documentos que acompanham, diga a parte autora, no prazo legal. - Adv(s).EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e MARCOS DUTRA DE ALMEIDA,NEWTON DORNELES SARATT.

79.-EXIBICAO DE DOCUMENTOS(CAUT)-40889/2011-SERRIE EL KADRI X CARTORIO DO 4º OFICIO DE NOTAS DE LONDRINA - CARTORIO SALINET - (...) indefiro a antecipação dos efeitos da tutela...Retirar Carta para encaminhamento... - Adv(s).OSWALDO AMERICO DE SOUZA JUNIOR e .

80.-REVISIONAL DE CONTRATO ORD.-42822/2011-BRUNO HENRIQUE GOMES FERREIRA X BANCO ITAUCARD S/A - Sobre a contestação e documentos que acompanham, diga a parte autora, no prazo legal. - Adv(s).MARCOS VINICIUS BELASQUE e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES,PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR.

81.-ORDINARIA-45162/2011-CLAUDEMIR SANTOS DA SILVA X BANCO FINASA BMC S.A - I - Defiro ao autor os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita...II - Cite-se...III - determino a alteração do rito sumário para o ordinário... Manifeste-se a parte autora sobre devolução de AR. - Adv(s).ERIKA CRISTINA PEREIRA NUNES e .

82.-BUSCA E APREENSAO (FID)-45185/2011-BANCO BRADESCO S.A. X MR & JC PRESTADORA DE SERVICOS S/S LTDA - Recolher guia, Mandado expedido. - Adv(s).ALINE CARNEIRO DA CUNHA DINIZ PIANARO e .

83.-REVISAO DE CONTRATO (ORD)-45476/2011-EMILIA GONCALVES LIBANARE X ABN AMRO REAL S.A - I - ...determino a alteração do rito sumário para o ordinário. II - Cite-se...III - Defiro à parte autora os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita...Manifeste-se AR devolvido. - Adv(s).ANA PAULA ALEMAN e .

84.-DECLARATORIA-45807/2011-HELENA MORENO ZORMAN e Outros X BANCO BOA VISTA INTERATLANTICO S/A - Cite-se. Retirar Ar para encaminhamento. - Adv(s).CAMILLA SCARAMAL DE ANGELO HATTI e .

85.-EMBARGOS A EXECUCAO-47409/2011-COMPANHIA SUDESTE X MAFER - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - I- Recebo os embargos, para discussão, sem efeito suspensivo, uma vez que não esta integralmente garantida a execução por penhora, deposito ou caução suficiente de acordo com o artigo 739 A do Codigo de Processo Civil. II- Intime-se a parte embargada para apresentar sua impugnação, querendo, em prazo de 10 dias. - Adv(s).THIAGO VINICIUS SAYEG e SATURNINO FERNANDES NETTO.

86.-EMBARGOS A EXECUCAO-47410/2011-VITALINO MAFFIOLETI X MAFER - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - I- Recebo os embargos, para discussão, sem efeito suspensivo, uma vez que não esta integralmente garantida a execução por penhora, deposito ou caução suficiente de acordo com o artigo 739 A

do Codigo de Processo Civil. II- Intime-se a parte embargada para apresentar sua impugnação, querendo, em prazo de 10 dias. - Adv(s).THIAGO VINICIUS SAYEG e SATURNINO FERNANDES NETTO.
87.-EMBARGOS A EXECUCAO-47412/2011-SUDEX LOGISTICA LTDA X MAFER - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - I- Recebo os embargos, para discussão, sem efeito suspensivo, uma vez que não esta integralmente garantida a execução por penhora, deposito ou caução suficiente de acordo com o artigo 739 A do Codigo de Processo Civil. II- Intime-se a parte embargada para apresentar sua impugnação, querendo, em prazo de 10 dias. - Adv(s).THIAGO VINICIUS SAYEG e SATURNINO FERNANDES NETTO.
88.-EMBARGOS A EXECUCAO-47413/2011-PAULO CESAR MAFFIOLETTI X MAFER EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - I- Recebo os embargos, para discussão, sem efeito suspensivo, uma vez que não esta integralmente garantida a execução por penhora, deposito ou caução suficiente de acordo com o artigo 739 A do Codigo de Processo Civil. II- Intime-se a parte embargada para apresentar sua impugnação, querendo, em prazo de 10 dias. - Adv(s).PERICLES JOSE MENEZES DELIBERADOR e SATURNINO FERNANDES NETTO.
89.-EMBARGOS A EXECUCAO-47423/2011-AGEPRO ARMAZENS GERAIS PRODUCAO LTDA. X MAFER EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - I- Recebo os embargos, para discussão, sem efeito suspensivo, uma vez que não esta integralmente garantida a execução por penhora, deposito ou caução suficiente de acordo com o artigo 739 A do Codigo de Processo Civil. II- Intime-se a parte embargada para apresentar sua impugnação, querendo, em prazo de 10 dias. - Adv(s).PERICLES JOSE MENEZES DELIBERADOR e SATURNINO FERNANDES NETTO.
90.-REVISAO DE CONTRATO (ORD)-50395/2011-NILTON BENTO DA SILVA X DIBENS LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL - I - Defiro ao autor os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. II - Cite-se...III - ... determino a alteração do rito sumário para o ordinário... Manifeste-se sobre devolução do AR de citação. - Adv(s).BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA e .
91.-DESPEJO-50763/2011-JOSE APARECIDO DA ROSA X LUIZ CESAR AUVRAY GUEDES e Outro - (...) não há como deferir a medida...indefiro a liminar pleiteada. Retirar AR para encaminhamento. - Adv(s).CECILIO MAIOLI FILHO, MARIA TEREZINHA DE SOUZA NANTES, ELEZER DA SILVA NANTES e .
92.-CARTA PRECATORIA - CIVEL-53841/2011-D THOMAZINI ROUPAS E ACESSORIOS INFANTIS ME X CONFECCAO JO JO LTDA - Para audiência de inquirição da testemunha MARCELO WILLIAN STORTI, designo o dia 19/10/2011, às 16 horas. - Adv(s).JOÃO CARLOS KREFETA, IVO BERNARDINO CARDOSO E ANA HELOISA ZAGONEL NEGRAO.

LONDRINA,29/09/2011

JAQUELINE DA SILVA

# 6ª VARA CÍVEL

COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANA

JUIZ DE DIREITO: DR. ABELAR BAPTISTA PEREIRA FILHO

RELAÇAO Nº 39/2011 - 6ª VARA CIVEL

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ADEMIR SIMOES | 00023 | 000084/2003 |
| | 00083 | 000288/2008 |
| ADILOAR FRANCO ZEMUNER | 00160 | 012187/2010 |
| ADRIANO MUNIZ RABELLO | 00178 | 028751/2010 |
| ADYR SEBASTIAO FERREIRA | 00006 | 000812/1996 |
| ALBERTO MELHADO RUIZ | 00261 | 004057/2011 |
| ALESSANDRA LABIAK | 00115 | 000464/2009 |
| ALESSANDRA N.SPOLADORE | 00095 | 001041/2008 |
| | 00107 | 000171/2009 |
| | 00123 | 000925/2009 |
| ALESSANDRA TREVISAN FERREIRA | 00164 | 013285/2010 |
| ALEXANDRE DE AQUINO BASTOS | 00120 | 000823/2009 |
| ALEXANDRE NELSON FERRAZ | 00093 | 000832/2008 |
| | 00146 | 002246/2009 |
| | 00162 | 012882/2010 |
| | 00209 | 052574/2010 |
| | 00271 | 010349/2011 |
| | 00296 | 028404/2011 |
| ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO | 00236 | 072051/2010 |
| ALEXANDRE PINTO GUEDES DUTRA | 00083 | 000288/2008 |
| | 00177 | 023277/2010 |
| ALEXANDRE ROMANI PATUSSI | 00091 | 000784/2008 |
| ALEXANDRE TEIXEIRA | 00146 | 002246/2009 |
| ALINE AMARAL UCHOA | 00063 | 000641/2007 |
| AMANDA BUSETTI MORI SANTOS | 00063 | 000641/2007 |
| ANA LUCIA BOHMANN | 00001 | 000061/1984 |
| ANA PAULA ALMEIDA DE SOUZA | 00266 | 007407/2011 |
| ANDERSON DE AZEVEDO | 00070 | 000978/2007 |
| ANDREA CONCEIÇÃO SIMÕES DOS SANTOS | 00319 | 033733/2011 |
| ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI | 00130 | 001476/2009 |
| | 00133 | 001622/2009 |
| | 00170 | 018266/2010 |
| ANDREA DE MONTEIRO MUNHOZ VIDOTTI | 00291 | 026004/2011 |
| ANDREIA FERRAZ MARTIN ROBLES MARTELLI | 00027 | 000645/2003 |
| ANDREIA INDALECIA | 00017 | 000216/2001 |
| ANTONIA MARIA DA COSTA | 00117 | 000499/2009 |
| ANTONIO AUGUSTO DA SILVA | 00011 | 000689/1998 |
| ANTONIO CARLOS PAIXAO | 00082 | 000246/2008 |
| ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA | 00236 | 072051/2010 |
| APARECIDO MARTINS PATUSSI | 00091 | 000784/2008 |
| APARECIDO MEDEIROS SANTOS | 00186 | 037686/2010 |
| AQUILINO PANICHELLA | 00013 | 000329/1999 |
| ARIVALDY ROSARIA STELA ALVES | 00072 | 001032/2007 |
| ARMANDO GARCIA GARCIA | 00126 | 001133/2009 |
| ARNO ENKE | 00318 | 011563/2011 |
| ARTUR HUMBERTO PIANCASTELLI | 00002 | 000205/1984 |
| AULO AUGUSTO PRATO | 00065 | 000796/2007 |
| | 00073 | 001093/2007 |
| BLAS GOMM FILHO | 00184 | 037257/2010 |
| BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ | 00116 | 000492/2009 |
| | 00189 | 039543/2010 |
| | 00252 | 083929/2010 |
| | 00268 | 007631/2011 |
| | 00275 | 015176/2011 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 00097 | 001184/2008 |
| BRUNO HENRIQUE FERREIRA | 00297 | 029128/2011 |
| BRUNO PEDALINO | 00134 | 001636/2009 |
| BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA | 00196 | 044745/2010 |
| | 00209 | 052574/2010 |
| | 00260 | 003822/2011 |
| CAMILA MALUCELLI | 00027 | 000645/2003 |
| CARLA HELIANA VIEIRA M.TANTIN | 00095 | 001041/2008 |
| | 00240 | 074083/2010 |
| | 00246 | 079751/2010 |
| | 00303 | 036543/2011 |
| | 00317 | 054955/2011 |
| CARLA LECINK BERNARDI | 00251 | 083143/2010 |
| CARLOS ALBERTO HAUER DE OLIVEIRA | 00168 | 017705/2010 |
| CARLOS ALBERTO PAOLIELLO AZEVEDO | 00001 | 000061/1984 |
| CARLOS ARAUZ FILHO | 00137 | 001765/2009 |
| CARLOS AUGUSTO RUMIATO | 00088 | 000610/2008 |
| CARLOS EDUARDO M.HAPNER | 00063 | 000641/2007 |
| CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER | 00249 | 081046/2010 |
| CARLOS ROBERTO SCALASSARA | 00001 | 000061/1984 |
| CARLOS VERRI | 00276 | 015447/2011 |
| | 00282 | 019533/2011 |
| CAROLINA TEIXEIRA CAPRA | 00239 | 073770/2010 |
| CECILIA INACIO ALVES | 00037 | 000971/2004 |
| CELSO HIDEO MAKITA | 00087 | 000519/2008 |
| CESAR AUGUSTO DE FRANCA | 00066 | 000838/2007 |
| | 00085 | 000372/2008 |
| CESAR AUGUSTO TERRA | 00080 | 000169/2008 |
| | 00281 | 019157/2011 |
| CEZAR EDUARDO ZILIOTTO | 00071 | 001022/2007 |
| | 00076 | 001390/2007 |
| | 00081 | 000171/2008 |
| | 00096 | 001118/2008 |
| | 00179 | 030283/2010 |
| | 00238 | 073675/2010 |
| | 00245 | 077610/2010 |
| CHRISTIAN TREVISAN WENDLING | 00006 | 000812/1996 |
| CHRISTINE MARCIA BRESSAN | 00063 | 000641/2007 |
| CLAUDIA AKEMI MITO FURTADO | 00311 | 044626/2011 |
| CLAUDIA ANDREIA TORTOLA | 00019 | 000626/2001 |
| CLAUDIA R. LIMA | 00056 | 001101/2006 |
| CLAUDIA SPINASSI SANTOS | 00040 | 001077/2004 |
| CLAUDINE APARECIDO TERRA | 00142 | 002149/2009 |
| CLAUDINEY ERNANI GIANNINI | 00108 | 000275/2009 |
| CLAUDIO ANTONIO CANESIN | 00017 | 000216/2001 |
| CLAUDIO CESAR MACHADO MORENO | 00058 | 001124/2006 |
| CLAUDIO MENONCIN DE CARVALHO PEREIRA | 00077 | 001408/2007 |
| CLODOALDO JOSE VIGGIANI | 00029 | 000695/2003 |
| CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES | 00173 | 020273/2010 |
| | 00237 | 072700/2010 |
| | 00240 | 074083/2010 |
| | 00276 | 015447/2011 |
| CRISTINA DE LIMA ASSAF | 00027 | 000645/2003 |
| CRYSTIANE LINHARES | 00286 | 022554/2011 |
| DANIEL HACHEM | 00134 | 001636/2009 |
| | 00158 | 010539/2010 |
| | 00176 | 022679/2010 |
| | 00190 | 040642/2010 |
| DANIEL TOLEDO DE SOUZA | 00145 | 002234/2009 |
| DANIELLE VVIANE TOMAS | 00232 | 069305/2010 |
| DANILO MEN DE OLIVEIRA | 00285 | 021276/2011 |
| | 00287 | 022611/2011 |
| | 00288 | 022615/2011 |
| DARLI BERTAZZONI BARBOSA | 00085 | 000372/2008 |
| DAVID SCHNAID | 00013 | 000329/1999 |
| DENISE TEIXEIRE REBELLO | 00247 | 079784/2010 |
| DENNER PIERRO LOURENÇO | 00138 | 001827/2009 |
| DIOGO LOPES VILELA BERBEL | 00216 | 058964/2010 |

| | | |
|---|---|---|
| | 00227 | 064440/2010 |
| DORIVAL PADUAN HERNANDES | 00163 | 012962/2010 |
| DOUGLAS DOS SANTOS | 00082 | 000246/2008 |
| | 00098 | 001259/2008 |
| EBER LUIZ SOCIO | 00210 | 052600/2010 |
| ED NOGUEIRA DE AZEVEDO JUNIOR | 00319 | 033733/2011 |
| EDEN CARLOS BATISTA | 00067 | 000934/2007 |
| EDGAR ARANTES VIEIRA | 00012 | 000004/1999 |
| EDGAR KINDERMANN SPECK | 00137 | 001765/2009 |
| EDILSON PANICKI | 00276 | 015447/2011 |
| | 00282 | 019533/2011 |
| EDMUNDO PEREIRA BITTENCOURT | 00034 | 000679/2004 |
| | 00038 | 000979/2004 |
| | 00039 | 000980/2004 |
| EDSON JOSE VIANNA | 00052 | 000548/2006 |
| EDUARDO LUIZ CORREIA | 00018 | 000415/2001 |
| EDUARDO SENE CARDOSO | 00049 | 000152/2006 |
| EDUARDO TOMIO K.OKUZONO | 00172 | 018746/2010 |
| ELAINE CAROLINA FONTES | 00234 | 069687/2010 |
| ELIZANGELA ABIGAIL SOCIO RIBEIRO | 00210 | 052600/2010 |
| ELOI CONTINI | 00253 | 084008/2010 |
| ELTON ALAVER BARROSO | 00036 | 000887/2004 |
| | 00041 | 001136/2004 |
| | 00089 | 000633/2008 |
| EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA | 00141 | 002141/2009 |
| ENEAS COSTA GUIMARAES FILHO | 00006 | 000812/1996 |
| ENEIDA WIRGUES | 00084 | 000322/2008 |
| | 00241 | 074101/2010 |
| | 00265 | 006501/2011 |
| ERICA FIGUEIRÓ | 00139 | 001830/2009 |
| EUCLIDES GUIMARAES JUNIOR | 00093 | 000832/2008 |
| EUCLIDES GUIMARAES JUNIOR OAB39717 | 00146 | 002246/2009 |
| EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA | 00197 | 045094/2010 |
| | 00201 | 046909/2010 |
| | 00206 | 050672/2010 |
| | 00221 | 063162/2010 |
| | 00222 | 063169/2010 |
| | 00235 | 071173/2010 |
| | 00239 | 073770/2010 |
| | 00244 | 075273/2010 |
| | 00258 | 000961/2011 |
| | 00271 | 010349/2011 |
| | 00272 | 010375/2011 |
| | 00293 | 026819/2011 |
| | 00299 | 034864/2011 |
| | 00300 | 034934/2011 |
| | 00304 | 037292/2011 |
| | 00305 | 037299/2011 |
| | 00306 | 037308/2011 |
| EVARISTO ARAGÃO SANTOS | 00207 | 050869/2010 |
| | 00225 | 063982/2010 |
| FABIANA GREGHI | 00277 | 015516/2011 |
| FABIANE NORAH SCHNAID | 00013 | 000329/1999 |
| FABIANO KLEBER MORENO DALAN | 00167 | 017097/2010 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 00094 | 000954/2008 |
| | 00124 | 000935/2009 |
| | 00150 | 002300/2010 |
| | 00226 | 064014/2010 |
| FABIO AUGUSTO M.BARBOSA | 00242 | 074110/2010 |
| FABIO CESAR TEIXEIRA | 00001 | 000061/1984 |
| | 00018 | 000415/2001 |
| | 00038 | 000979/2004 |
| | 00087 | 000519/2008 |
| FABIO LOUREIRO COSTA | 00212 | 054089/2010 |
| FABIO M.P.LIGMANOVSKI | 00051 | 000542/2006 |
| FABIO MARTINS PEREIRA | 00024 | 000091/2003 |
| FABIO MASSAMI SUZUKI | 00134 | 001636/2009 |
| FABIOLA P. CORDEIRO FLEISCHFRESSER | 00249 | 081046/2010 |
| FABRICIO MASSI SALLA | 00020 | 000229/2002 |
| | 00048 | 001151/2005 |
| | 00103 | 001468/2008 |
| FELIPE RUFATTO VIEIRA TAVARES | 00175 | 022651/2010 |
| FELIPE SÁ FERREIRA | 00162 | 012882/2010 |
| FERNANDA CORONADO FERREIRA MARQUES | 00069 | 000939/2007 |
| | 00071 | 001022/2007 |
| | 00076 | 001390/2007 |
| | 00081 | 000171/2008 |
| | 00096 | 001118/2008 |
| FERNANDA PRIOLI CORDEIRO | 00237 | 072700/2010 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 00094 | 000954/2008 |
| | 00124 | 000935/2009 |
| | 00150 | 002300/2010 |
| | 00226 | 064014/2010 |
| FLAVIA BALDUINO DA SILVA | 00187 | 037952/2010 |
| | 00244 | 075273/2010 |
| FLAVIA DA CUNHA E CASTRO | 00253 | 084008/2010 |
| FLAVIO BANDEIRA SANCHES | 00195 | 044724/2010 |
| FLAVIO HENRIQUE CAETANO DE PAULA | 00290 | 025702/2011 |
| FLAVIO PENTEADO GEROMINI | 00151 | 006416/2010 |
| | 00203 | 049062/2010 |
| FLAVIO SANTANNA VALGAS | 00095 | 001041/2008 |
| | 00211 | 052608/2010 |
| | 00246 | 079751/2010 |
| FRANCISCO BARBOSA | 00315 | 049596/2011 |
| FREDERICO MOREIRA CAMARGO | 00074 | 001222/2007 |
| GERSON LUIZ WENZEL | 00090 | 000685/2008 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 00151 | 006416/2010 |
| | 00203 | 049062/2010 |
| GILBERTO BAUMANN DE LIMA | 00141 | 002141/2009 |
| GILBERTO PEDRIALI | 00068 | 000937/2007 |
| GILBERTO STINGLIN LOTH | 00281 | 019157/2011 |
| | 00282 | 019533/2011 |
| GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO | 00116 | 000492/2009 |
| GLAUCO IWERSEN | 00145 | 002234/2009 |
| | 00167 | 017097/2010 |
| | 00289 | 024622/2011 |
| GLAUCO LUCIANO RAMOS | 00219 | 061353/2010 |
| GUILHERME REGIO PEGORARO | 00104 | 001477/2008 |
| | 00112 | 000394/2009 |
| | 00187 | 037952/2010 |
| | 00233 | 069348/2010 |
| | 00251 | 083143/2010 |
| GUILHERME VIEIRA SCRIPES | 00205 | 050643/2010 |
| GUSTAVO DE MATTOS GIROTTO | 00218 | 059778/2010 |
| GUSTAVO MUNHOZ | 00029 | 000695/2003 |
| GUSTAVO SALDANHA SUCHY | 00097 | 001184/2008 |
| | 00127 | 001167/2009 |
| GUSTAVO VERISSIMO LEITE | 00211 | 052608/2010 |
| HELIO CAMILO DE ALMEIDA | 00169 | 018230/2010 |
| HELIO DE MATOS VENANCIO | 00134 | 001636/2009 |
| | 00294 | 027465/2011 |
| HENRIQUE ZANONI | 00277 | 015516/2011 |
| HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU | 00124 | 000935/2009 |
| IDEVAM INACIO DE PAULA | 00010 | 000612/1998 |
| ILMO TRISTAO BARBOSA | 00316 | 051404/2011 |
| INGRID FAVORETO | 00278 | 016750/2011 |
| IRACÉLES GARRETT LEMOS PEREIRA | 00132 | 001613/2009 |
| ISAAC JOSE ALTINO | 00003 | 000625/1987 |
| ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA | 00316 | 051404/2011 |
| ISIS CAROLINA MASSI VICENTE | 00214 | 055935/2010 |
| IVAN ARIOVALDO PEGORARO | 00002 | 000205/1984 |
| | 00012 | 000004/1999 |
| | 00016 | 000162/2001 |
| IVAN DE OLIVEIRA COSTA | 00059 | 001186/2006 |
| IZABELA R. CURI BERTONCELLO | 00201 | 046909/2010 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 00151 | 006416/2010 |
| | 00203 | 049062/2010 |
| JAIR ANTONIO WIEBELLING | 00025 | 000216/2003 |
| JAIRO ANTONIO GONCALVES FILHO | 00019 | 000626/2001 |
| JANAINA GIOZZA AVILA | 00127 | 001167/2009 |
| JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO | 00066 | 000838/2007 |
| | 00254 | 084322/2010 |
| | 00255 | 084345/2010 |
| JEFFERSON DO CARMO ASSIS | 00036 | 000887/2004 |
| | 00041 | 001136/2004 |
| | 00052 | 000548/2006 |
| | 00089 | 000633/2008 |
| JOAO EVANIR TESCARO JUNIOR | 00085 | 000372/2008 |
| JOAO LEONELHO GABARDO FILHO | 00080 | 000169/2008 |
| | 00171 | 018739/2010 |
| | 00281 | 019157/2011 |
| JOAO LOPES DE OLIVEIRA | 00310 | 042078/2011 |
| JOAO MARCELO MARTINS BANDEIRA | 00061 | 000499/2007 |
| JOAO TAVARES DE LIMA | 00001 | 000061/1984 |
| | 00002 | 000205/1984 |
| JOAO TAVARES DE LIMA FILHO | 00020 | 000229/2002 |
| | 00048 | 001151/2005 |
| | 00103 | 001468/2008 |
| JORGE BRANDALIZE | 00007 | 000220/1997 |
| JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA | 00166 | 015648/2010 |
| JOSE AUGUSTO BARBOSA URBANEJA | 00099 | 001326/2008 |
| JOSE CARLOS MAIA ROCHA DA SILVA | 00313 | 047857/2011 |
| JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA | 00050 | 000196/2006 |
| | 00144 | 002197/2009 |
| JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JR. | 00200 | 046860/2010 |
| | 00208 | 051534/2010 |
| | 00222 | 063169/2010 |
| | 00232 | 069305/2010 |
| JOSE CICERO CELESTINO | 00054 | 000862/2006 |
| | 00249 | 081046/2010 |
| JOSE DORIVAL PEREZ | 00004 | 000113/1994 |
| JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA BORTOLASSI | 00100 | 001327/2008 |
| JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA | 00158 | 010539/2010 |
| | 00165 | 015634/2010 |
| | 00166 | 015648/2010 |
| | 00191 | 040708/2010 |
| | 00257 | 000903/2011 |
| JOSE VALNIR ZAMBRIM | 00020 | 000229/2002 |
| | 00065 | 000796/2007 |
| JOSINALDO DA SILVA VEIGA | 00017 | 000216/2001 |
| JOSSAN BATISTUTE | 00040 | 001077/2004 |
| JOVINO TERRIN | 00143 | 002184/2009 |
| JULIANA TORRES MILANI | 00008 | 000570/1997 |
| | 00013 | 000329/1999 |
| JULIANO CESAR LAVANDOSKI | 00079 | 000100/2008 |
| | 00110 | 000376/2009 |
| | 00132 | 001613/2009 |
| JULIANO MIQUELETTI SONCIN | 00074 | 001222/2007 |
| | 00078 | 001463/2007 |
| | 00213 | 054146/2010 |
| JULIARA APARECIDA GONÇALVES | 00228 | 065004/2010 |
| JULIO ANTONIO BARBETA | 00315 | 049596/2011 |
| JULIO APARECIDO BITTENCOURT | 00243 | 074652/2010 |
| JULIO BROTTO | 00106 | 001629/2008 |
| JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA | 00308 | 039672/2011 |
| KARINA AZEVEDO | 00014 | 000255/2000 |
| KARINA HASHIMOTO | 00229 | 065214/2010 |
| KARINE SIMONE P.WEBER | 00079 | 000100/2008 |

| | | |
|---|---|---|
| | 00105 | 001620/2008 |
| | 00110 | 000376/2009 |
| KATIA NAOMI YAMADA | 00027 | 000645/2003 |
| KELLY CARDOSO | 00071 | 001022/2007 |
| KELLY CRISTIANE BORGES VISSOSI | 00029 | 000695/2003 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 00003 | 000625/1987 |
| | 00020 | 000229/2002 |
| | 00025 | 000216/2003 |
| | 00061 | 000499/2007 |
| | 00075 | 001224/2007 |
| | 00128 | 001246/2009 |
| | 00140 | 002084/2009 |
| | 00154 | 007941/2010 |
| | 00195 | 044724/2010 |
| | 00257 | 000903/2011 |
| | 00292 | 026286/2011 |
| | 00311 | 044626/2011 |
| LEANDRO AMBROSIO ALFIERI | 00020 | 000229/2002 |
| LEANDRO ONESTI PEICOTO | 00113 | 000408/2009 |
| LEONARDO A.ZANETTI | 00060 | 001242/2006 |
| LEONARDO LUIZ ZAROS VERRI | 00071 | 001022/2007 |
| LEONARDO MANARIN DE SOUZA | 00161 | 012877/2010 |
| LEONARDO OTAVIO VOLCI | 00065 | 000796/2007 |
| LIA CORREIA BESSA | 00001 | 000061/1984 |
| LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO | 00114 | 000462/2009 |
| LINEU PEDRO SPAGOLLA | 00002 | 000205/1984 |
| LINO MASSAYUKI ITO | 00003 | 000625/1987 |
| LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS | 00147 | 002319/2009 |
| | 00181 | 033690/2010 |
| LUANA SIENA MAFIA | 00164 | 013285/2010 |
| LUCAS LINARES DE O.SANTOS | 00030 | 000011/2004 |
| | 00032 | 000114/2004 |
| LUCIANA BEGHINI ZAMBRIM | 00065 | 000796/2007 |
| LUCIANA KKAYAMORI | 00128 | 001246/2009 |
| LUDOVICO ALBINO SAVARIS | 00021 | 000325/2002 |
| LUIS GUILHERME KLEY VAZZI | 00188 | 038705/2010 |
| LUIS GUILHERME VANIN TURCHIARI | 00283 | 019613/2011 |
| LUIS HASEGAWA | 00018 | 000415/2001 |
| | 00129 | 001453/2009 |
| LUIS OSCAR SIX BOTTON | 00149 | 001353/2010 |
| | 00165 | 015634/2010 |
| | 00175 | 022651/2010 |
| | 00182 | 034167/2010 |
| | 00191 | 040708/2010 |
| | 00198 | 045510/2010 |
| | 00223 | 063366/2010 |
| LUIZ ALBERTO GONÇALVES | 00141 | 002141/2009 |
| LUIZ AUGUSTO S. V. NASCIMENTO | 00068 | 000937/2007 |
| LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO | 00047 | 000965/2005 |
| | 00050 | 000196/2006 |
| LUIZ CARLOS FREITAS | 00154 | 007941/2010 |
| LUIZ FABIANI RUSSO | 00001 | 000061/1984 |
| | 00002 | 000205/1984 |
| | 00031 | 000013/2004 |
| | 00307 | 038372/2011 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 00092 | 000796/2008 |
| | 00111 | 000381/2009 |
| | 00130 | 001476/2009 |
| | 00133 | 001622/2009 |
| | 00148 | 001044/2010 |
| | 00210 | 052600/2010 |
| | 00272 | 010375/2011 |
| LUIZ GONZAGA M. CORREIA | 00157 | 010428/2010 |
| LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO | 00166 | 015648/2010 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 00151 | 006416/2010 |
| | 00203 | 049062/2010 |
| LUIZ HENRIQUE VIEIRA | 00215 | 058328/2010 |
| LUIZ LOPES BARRETO | 00008 | 000570/1997 |
| | 00078 | 001463/2007 |
| LUIZ OSCAR SIX BOTTON | 00188 | 038705/2010 |
| LUIZ OTTAVIO VEIGA GRECA | 00119 | 000796/2009 |
| LUIZ RODRIGUES WAMBIER | 00207 | 050869/2010 |
| | 00225 | 063982/2010 |
| MACIEL TRISTAO BARBOSA | 00045 | 000448/2005 |
| MALVER GERMANO DE PAULA | 00280 | 017816/2011 |
| MARCELLO FABBIAN TEODORO | 00071 | 001022/2007 |
| MARCELO BALDASSARRE CORTEZ | 00054 | 000862/2006 |
| | 00082 | 000246/2008 |
| | 00098 | 001259/2008 |
| MARCELO FARINHA | 00009 | 000440/1998 |
| MARCIA NAKAGAWA RAMPAZZO | 00026 | 000528/2003 |
| | 00027 | 000645/2003 |
| | 00028 | 000686/2003 |
| MARCIA SATIL PARREIRA | 00071 | 001022/2007 |
| | 00076 | 001390/2007 |
| | 00081 | 000171/2008 |
| | 00096 | 001118/2008 |
| MARCIA TESHIMA | 00217 | 059570/2010 |
| MARCIO ANDERSON ARAUJO | 00137 | 001765/2009 |
| MARCIO ROGERIO DEPOLLI | 00189 | 039543/2010 |
| | 00262 | 004858/2011 |
| MARCIO RUBENS PASSOLD | 00162 | 012882/2010 |
| MARCO ANTONIO BRANDALIZE | 00007 | 000220/1997 |
| MARCO ANTONIO DE A.CAMPANELLI | 00315 | 049596/2011 |
| MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE | 00019 | 000626/2001 |
| MARCO ANTONIO TILLVITZ | 00157 | 010428/2010 |
| MARCO AURELIO GRESPAN | 00157 | 010428/2010 |
| MARCOS C. AMARAL VASCONCELOS | 00068 | 000937/2007 |
| | 00131 | 001516/2009 |
| | 00204 | 050234/2010 |
| | 00220 | 061374/2010 |
| MARCOS DAUBER | 00027 | 000645/2003 |
| MARCOS JOSE DE MIRANDA FAHUR | 00163 | 012962/2010 |
| MARCOS LEATE | 00012 | 000004/1999 |
| MARCOS RODRIGUES DA MATA | 00003 | 000625/1987 |
| MARCOS VINICIUS ROSIN | 00109 | 000312/2009 |
| MARCUS AURELIO LIOGI | 00042 | 001239/2004 |
| | 00149 | 001353/2010 |
| MARCUS VERRI | 00276 | 015447/2011 |
| | 00282 | 019533/2011 |
| MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA | 00139 | 001830/2009 |
| | 00314 | 049523/2011 |
| MARGARIDA SATHLER | 00047 | 000965/2005 |
| | 00054 | 000862/2006 |
| MARIA ANTONIA GONCALVES | 00023 | 000084/2003 |
| MARIA CRISTINA DA SILVA | 00053 | 000723/2006 |
| MARIA ELIZABETH JACOB | 00033 | 000582/2004 |
| | 00043 | 000096/2005 |
| | 00044 | 000174/2005 |
| MARIA JOSE STANZANI | 00193 | 044126/2010 |
| MARIA LETICIA BRUSCH | 00174 | 020699/2010 |
| MARIA REGINA ALVES MACENA | 00159 | 011104/2010 |
| | 00230 | 065317/2010 |
| MARIANA BENINI SOUTO | 00025 | 000216/2003 |
| MARIANA FORBECK CUNHA | 00063 | 000641/2007 |
| MARIANA PEREIRA VALERIO | 00167 | 017097/2010 |
| MARIANE MACAREVICH | 00212 | 054089/2010 |
| MARINA BLASKOVSKI | 00132 | 001613/2009 |
| MARIO MARCONDES NASCIMENTO | 00066 | 000838/2007 |
| | 00192 | 042497/2010 |
| | 00254 | 084322/2010 |
| | 00255 | 084345/2010 |
| MARIO SERGIO DIAS XAVIER | 00157 | 010428/2010 |
| MARISA CESCATTO BOBROFF | 00029 | 000695/2003 |
| MARLI GONZALEZ DE SOUZA FORTI | 00261 | 004057/2011 |
| MAURI BEVERVANÇO | 00207 | 050869/2010 |
| | 00225 | 063982/2010 |
| MAURICIO DE OLIVEIRA CARNEIRO | 00022 | 000070/2003 |
| | 00135 | 001724/2009 |
| MAURICIO KAVINSKI | 00272 | 010375/2011 |
| MAURO S. YAMAMOTO | 00029 | 000695/2003 |
| MAURO SERGIO GUEDES NASTARI | 00086 | 000378/2008 |
| MEIRIELE REZENDE DA SILVA | 00266 | 007407/2011 |
| MICHELE CRISTINA BAZO | 00022 | 000070/2003 |
| MILKEN JACQUELINE C.JACOMINI | 00095 | 001041/2008 |
| | 00115 | 000464/2009 |
| | 00173 | 020273/2010 |
| | 00298 | 031822/2011 |
| | 00303 | 036543/2011 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 00064 | 000703/2007 |
| | 00069 | 000939/2007 |
| | 00081 | 000171/2008 |
| | 00100 | 001327/2008 |
| | 00102 | 001385/2008 |
| | 00108 | 000275/2009 |
| | 00121 | 000889/2009 |
| | 00145 | 002234/2009 |
| | 00152 | 006458/2010 |
| | 00153 | 006469/2010 |
| | 00167 | 017097/2010 |
| | 00197 | 045094/2010 |
| | 00202 | 048549/2010 |
| | 00235 | 071173/2010 |
| | 00289 | 024622/2011 |
| MILTON MARCELO WEFFORT | 00113 | 000408/2009 |
| NADYA FERNANDA FRANCO FERREIRA | 00050 | 000196/2006 |
| NANCI TEREZINHA ZIMMER | 00224 | 063423/2010 |
| NATALIA REGINA KAROLENSKY | 00295 | 027823/2011 |
| NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO | 00229 | 065214/2010 |
| NELSON PILLA FILHO | 00272 | 010375/2011 |
| NELSON TAQUES SOBRINHO | 00012 | 000004/1999 |
| ODAIR MARTINS | 00098 | 001259/2008 |
| | 00102 | 001385/2008 |
| ODILON ALEXANDRE S. MARQUES PEREIRA | 00241 | 074101/2010 |
| OLDEMAR MARIANO | 00062 | 000588/2007 |
| ORLANDO GOMES | 00014 | 000255/2000 |
| OSMAR MARGARIDO DOS SANTOS | 00015 | 000460/2000 |
| OSVALDO ESPINOLA JUNIOR | 00194 | 044335/2010 |
| OSVALDO GIMENEZ | 00077 | 001408/2007 |
| PAULO ARCOVERDE NASCIMENTO | 00093 | 000832/2008 |
| PAULO CESAR TIENI | 00001 | 000061/1984 |
| | 00044 | 000174/2005 |
| PAULO HENRIQUE GARDEMANN | 00050 | 000196/2006 |
| | 00167 | 017097/2010 |
| | 00219 | 061353/2010 |
| | 00270 | 010261/2011 |
| PAULO MAGNO CICERO LEITE | 00232 | 069305/2010 |
| PAULO NOBUO TSUCHIYA | 00040 | 001077/2004 |
| PAULO ROBERTO MUNHOZ COSTA FILHO | 00099 | 001326/2008 |
| PEDRO HENRIQUE MACHADO MARTINS | 00199 | 046158/2010 |
| | 00200 | 046860/2010 |
| PEDRO PAULO PEDROSA | 00020 | 000229/2002 |
| PRISCILA DANTAS CUENCA | 00266 | 007407/2011 |
| PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO | 00185 | 037642/2010 |
| | 00203 | 049062/2010 |
| RAFAEL DE REZENDE GIRALDI | 00216 | 058964/2010 |
| RAFAEL LUCAS GARCIA | 00064 | 000703/2007 |
| | 00069 | 000939/2007 |

| | | |
|---|---|---|
| | 00081 | 000171/2008 |
| | 00096 | 001118/2008 |
| | 00301 | 035378/2011 |
| | 00302 | 036073/2011 |
| RAFAEL ROSSI RAMOS | 00063 | 000641/2007 |
| RAFAEL SANTOS CARNEIRO | 00122 | 000901/2009 |
| RAFAEL TADEO DOS SANTOS | 00064 | 000703/2007 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 00064 | 000703/2007 |
| | 00069 | 000939/2007 |
| | 00100 | 001327/2008 |
| | 00102 | 001385/2008 |
| | 00108 | 000275/2009 |
| | 00121 | 000889/2009 |
| | 00152 | 006458/2010 |
| | 00153 | 006469/2010 |
| | 00197 | 045094/2010 |
| | 00202 | 048549/2010 |
| | 00235 | 071173/2010 |
| RAFHAEL WASSERMAN | 00119 | 000796/2009 |
| RAIMUNDO M. B. CARVALHO | 00013 | 000329/1999 |
| RAQUEL CAROLINA PALEGARI | 00023 | 000084/2003 |
| REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM | 00134 | 001636/2009 |
| REINALDO IGNACIO ALVES | 00183 | 037208/2010 |
| REJANE ROMAGNOLI TAVARES ARAGÃO | 00168 | 017705/2010 |
| RENATA DEQUECH | 00065 | 000796/2007 |
| RENATA KAWASAKI SIQUEIRA | 00044 | 000174/2005 |
| RENATO BARROS DE CAMARGO JUNIOR | 00035 | 000702/2004 |
| RICARDO BORTOLOZZI | 00079 | 000100/2008 |
| RICARDO COELHO FILHO | 00057 | 001106/2006 |
| RICARDO FURLAN | 00145 | 002234/2009 |
| RICARDO JORGE ROCHA PEREIRA | 00231 | 069032/2010 |
| RICARDO LAFFRANCHI | 00053 | 000723/2006 |
| | 00055 | 000895/2006 |
| | 00264 | 006099/2011 |
| | 00269 | 008623/2011 |
| | 00273 | 012196/2011 |
| RICARDO ROBERTO DALMAGRO | 00251 | 083143/2010 |
| ROBERTO ANTONIO BUSATO | 00062 | 000588/2007 |
| ROBERTO CARLOS BUENO | 00009 | 000440/1998 |
| ROBERTO LAFFRANCHI | 00030 | 000011/2004 |
| | 00031 | 000013/2004 |
| | 00032 | 000114/2004 |
| ROBSON SAKAI GARCIA | 00076 | 001390/2007 |
| | 00150 | 002300/2010 |
| | 00151 | 006416/2010 |
| | 00152 | 006458/2010 |
| | 00153 | 006469/2010 |
| | 00156 | 010264/2010 |
| | 00202 | 048549/2010 |
| | 00226 | 064014/2010 |
| | 00238 | 073675/2010 |
| | 00245 | 077610/2010 |
| | 00250 | 082764/2010 |
| | 00284 | 020477/2011 |
| | 00302 | 036073/2011 |
| | 00312 | 047843/2011 |
| ROBSON SOUZA NEUBA | 00146 | 002246/2009 |
| RODOLPHO ERIC MORENO DALAN | 00167 | 017097/2010 |
| RODRIGO BRUM | 00057 | 001106/2006 |
| RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA V. NETO | 00208 | 051534/2010 |
| RODRIGO VALENTE GIUBLIN TEIXEIRA | 00259 | 002374/2011 |
| ROGER STRIKER TRIGUEIROS | 00026 | 000528/2003 |
| | 00027 | 000645/2003 |
| | 00028 | 000686/2003 |
| ROGERIO BUENO ELIAS | 00236 | 072051/2010 |
| ROGERIO FERES GIL | 00051 | 000542/2006 |
| ROGERIO RESINA MOLEZ | 00289 | 024622/2011 |
| ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA | 00199 | 046158/2010 |
| RONALDO GOMES NEVES | 00027 | 000645/2003 |
| RONAN W. BOTELHO | 00199 | 046158/2010 |
| | 00274 | 013435/2011 |
| ROSANA CAMARANI DA SILVA | 00256 | 000466/2011 |
| ROSANGELA DA ROSA CORREA | 00212 | 054089/2010 |
| ROSANGELA DIAS GUERREIRO | 00066 | 000838/2007 |
| | 00085 | 000372/2008 |
| ROSANGELA KHATER | 00179 | 030283/2010 |
| | 00309 | 039689/2011 |
| SERGIO ANTONIO MEDA | 00137 | 001765/2009 |
| SERGIO EDUARDO CANELLA | 00281 | 019157/2011 |
| SERGIO SCHULZE | 00110 | 000376/2009 |
| SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO | 00060 | 001242/2006 |
| SHIRLEY MONTEIRO MUNHOZ | 00004 | 000113/1994 |
| SHIROKO NUMATA | 00140 | 002084/2009 |
| | 00174 | 020699/2010 |
| SIDNEI MARCELO FASSINI | 00136 | 001744/2009 |
| SILVIA BERNARDO VIEIRA | 00280 | 017816/2011 |
| SILVIA DA GRACA YUNG | 00018 | 000415/2001 |
| SORAIA ARAUJO PINHOLATO | 00006 | 000812/1996 |
| | 00099 | 001326/2008 |
| SUZANA DE FATIMA KALED JUVTEI | 00018 | 000415/2001 |
| TADEU CERBARO | 00253 | 084008/2010 |
| TALITA SANTOS GATTI | 00195 | 044724/2010 |
| TANIA VALERIA DE OLIVEIRA OLIVER | 00078 | 001463/2007 |
| TARCISIO ARAUJO KROETZ | 00249 | 081046/2010 |
| TATIANA PEPILIASCO | 00201 | 046909/2010 |
| TATIANA TAVARES DE CAMPOS | 00236 | 072051/2010 |
| TATIANA YOKOZAWA RUMIATO | 00088 | 000610/2008 |
| TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER | 00207 | 050869/2010 |
| | 00225 | 063982/2010 |
| TEREZINHA DEMARTINO | 00160 | 012187/2010 |
| THAISA CRISTINA CANTONI | 00147 | 002319/2009 |
| | 00180 | 030715/2010 |
| | 00182 | 034167/2010 |
| THEREZINHA MODANESE BOLDORI | 00155 | 009952/2010 |
| THIAGO COLLETI PODANOSQUI | 00200 | 046860/2010 |
| | 00222 | 063169/2010 |
| TIRONE CARDOZO DE AGUIAR | 00144 | 002197/2009 |
| | 00176 | 022679/2010 |
| | 00189 | 039543/2010 |
| | 00198 | 045510/2010 |
| | 00207 | 050869/2010 |
| | 00225 | 063982/2010 |
| TORAMATU TANAKA | 00003 | 000625/1987 |
| ULLYSSES AIRES MERCER | 00193 | 044126/2010 |
| VALENTIM ZAZYCKI | 00267 | 007608/2011 |
| VALERIA CARAMURU CICARELLI | 00162 | 012882/2010 |
| VANTUIR AMILSON GUIMARAES | 00074 | 001222/2007 |
| | 00080 | 000169/2008 |
| VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO | 00035 | 000702/2004 |
| | 00106 | 001629/2008 |
| | 00263 | 006044/2011 |
| VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA | 00279 | 017098/2011 |
| VIVIANE POMINI | 00063 | 000641/2007 |
| VIVIEN SAKAI SANTORO | 00007 | 000220/1997 |
| WAGNER DE OLIVEIRA BARROS | 00044 | 000174/2005 |
| WALTER DE CAMARGO BUENO | 00248 | 081018/2010 |
| WALTER ESPIGA | 00005 | 000475/1995 |
| | 00059 | 001186/2006 |
| WILSON ROBERTO PEIXOTO JUNIOR | 00113 | 000408/2009 |
| WILSON SANCHES MARCONI | 00101 | 001355/2008 |
| ZAQUEU SUTIL DE OLIVEIRA | 00190 | 040642/2010 |

1. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-61/1984-JOAO TAVARES DE LIMA x MUNICIPIO DE LONDRINA- (...)Posto isso, e por tudo o mais que dos autos consta:1 - Não conheço do pedido de levantamento e baixa-quitação dos débitos, formulado pelo município, porque não há liminar válida que garanta os depósitos como suspensivos da exigibilidade do crédito tributário (fls. 529-v e 530) e, por isso, a eles vinculados, desde a revogação da liminar nesta cautelar 81/1984, em sentença de primeiro grau dos autos 205/1984, ou, no máximo, desde o acórdão que não a restabeleceu, pois reformou sentença de improcedência com julgamento de procedência parcial aos pleitos e, assim, sem garantia e sem regular excução fiscal na forma da LEF, há também inadequação da via eleita na forma do Art. 267, VI, do CPC;2 - Determinar o levantamento dos valores depositados nos autos em nome dos autores Oswaldo Santos Junior, Espólio de Manoel Joaquim Martins, Valdelino Maldonado Garcia e Dinardi Engenharia, condicionados ao trânsito da decisão, à efetiva existência destes e à indicação, por petição com fé e grau, das folhas em que juntadas as procurações com poderes específicos para receber e dar quitação e/ou eventual substabelecimento de tais poderes ao procurador dos requerentes, Luiz Fabiani Russo, em até dez dias do trânsito da presente decisão (Art.s 185 e 187 do CPC);3 - Determinar o levantamento dos valores depositados nos autos em nome dos demais autores, a exemplo dos outros três indicados em fls. 650 e seguintes, também condicionados ao trânsito da decisão, à efetiva existência destes e à indicação, por petição com fé e grau, das folhas em que juntadas as procurações com poderes específicos para receber e dar quitação e/ou eventual substabelecimento de tais poderes aos procuradores dos requerentes, que devem ser intimados dessa sentença, via DJe para, em até dez dias do trânsito da presente decisão (Arts. 185 e 187 do CPC), apresentar os referidos documentos e o pedido, em petição simples de breves linhas e de uma lauda, com cópia do instrumento de mandato ou deste e do substabelecimento, preferivelmente;4 - Eventuais valores sem titulares identificados, se localizados nestes autos, a exemplo do que ocorre no documento de fls. 740 da ação 205/1984, deverão ser levantados pela escrivania, até o limite das custas remanescentes devidas, que deverão ser preliminarmente ao depósito, contadas, calculadas, isso após trânsito da decisão e, o excedente, se houver, após pagamento de custas e igualmente relativo a depósitos sem autor identificado, recolhidos ao Funjus, mediante guia e certificação nos autos.6 - Ante a sucumbência absolutamente recíproca no autos principais, tanto na fase de conhecimento como na fase de execução-cumprimento e, pela perda do objeto deste, com não conhecimento de inúmeros pleitos de ambas as partes e em ambos os autos, cada parte arcará com os honorários contratuais de seus patronos;7 - Por fim, declaro a extinção da presente cautelar 81/1984, pela perda superveniente de seu objeto, qual seja, a condição da ação de possibilidade de pedido protetivo, ante a liminar dantes revogada (Art. 267, VI, do CPC).P.R.I. Oportunamente, arquivem-se;-Advs. JOAO TAVARES DE LIMA, CARLOS ALBERTO PAOLIELLO AZEVEDO, PAULO CESAR TIENI, CARLOS ROBERTO SCALASSARA, LUIZ FABIANI RUSSO, LIA CORREIA BESSA, ANA LUCIA BOHMANN e FABIO CESAR TEIXEIRA-.

2. ANULATORIA-205/1984-JOAO TAVARES DE LIMA e outros x MUNICIPIO DE LONDRINA- (...)Posto isso, e por tudo o mais que dos autos consta: 1 - Não conheço do procedimento de objeção de pré-executividade, por inadequação da via, afeta ao interesse de agir, uma vez juntado em ação declaratória pelos próprios excipientes movida, parcialmente julgada procedente e, não em procedimento executivo, conforme lhe autoriza a doutrina, o que faço na forma do art. 267, VI, do CPC;2 - Não conheço do pedido de levantamento e baixa-quitação dos débitos, formulado pelo município, porque não há liminar válida que garanta os depósitos como suspensivos da exigibilidade do crédito tributário e, por isso, a eles vinculados,

desde a revogação da liminar da cautelar 81/1984 em sentença de primeiro grau nestes autos ou, no máximo, desde o acórdão que não a restabeleceu, pois reformou sentença de improcedência com julgamento de procedência parcial aos pleitos e, assim, sem garantia e sem regular excução fiscal na forma da LEF, há também inadequação da via eleita na forma do Art. 267, VI, do CPC;3 - Determinar o levantamento dos valores depositados nos autos em nome dos autores Roberto Urizzi, Benedicto Leite, Oswaldo Santos Junior, Espólio de Manoel Joaquim Martins, Leonildo Galdino Sanches, Edson Chaves Filho, Valdelino Maldonado Garcia, Dinardi Engenharia, Lorivaldo Minelli e Orlando de Souza, condicionados ao trânsito da decisão, à efetiva existência destes e à indicação, por petição com fé e grau, das folhas em que juntadas as procurações com poderes específicos para receber e dar quitação e/ou eventual substabelecimento de tais poderes ao procurador dos requerentes, Luiz Fabiani Russo, em até dez dias do trânsito da presente decisão (Art.s 185 e 187 do CPC);4 - Determinar o levantamento dos valores depositados nos autos em nome dos demais autores, também condicionados ao trânsito da decisão, à efetiva existência destes e à indicação, por petição com fé e grau, das folhas em que juntadas as procurações com poderes específicos para receber e dar quitação e/ou eventual substabelecimento de tais poderes aos procuradores dos requerentes, que devem ser intimados dessa sentença, via DJe para, em até dez dias do trânsito da presente decisão (Arts. 185 e 187 do CPC), apresentar os referidos documentos e o pedido, em petição simples de breves linhas e de uma lauda, com cópia do instrumento de mandato ou deste e do substabelecimento, preferivelmente;5 - Os valores sem titulares identificados, a exemplo do documento de fls. 740 desta ação 205/1984, deverão ser levantados pela escrivania, até o limite das custas remanescentes devidas, que deverão ser preliminarmente ao depósito, contadas, calculadas, isso após trânsito da decisão e, o excedente, se houver, após pagamento de custas e igualmente relativo a depósitos sem autor identificado, recolhidos ao Funjus, mediante guia e certificação nos autos.6 - Ante a sucumbência absolutamente recíproca desta fase, pelo não conhecimento de pleitos de ambos, cada parte arcará com os honorários contratuais de seus patronos; 7 - Por fim, declaro a extinção da fase executiva deste procedimento de anulação de lançamento e de débito fiscal, pela perda superveniente de seu objeto na fase executiva (Art. 267, VI, do CPC).P.R.I. Oportunamente, arquivem-se;-Advs. JOAO TAVARES DE LIMA, IVAN ARIOVALDO PEGORARO, LUIZ FABIANI RUSSO, LINEU PEDRO SPAGOLLA e ARTUR HUMBERTO PIANCASTELLI-.

3. EXECUCAO-0000068-44.1987.8.16.0014-BANCO NOROESTE S.A x IMPRESSAO ARTES GRAFICAS LTDA e outros-Cumpra-se o V. acordao. Int. -Advs. LAURO FERNANDO ZANETTI, TORAMATU TANAKA, MARCOS RODRIGUES DA MATA, LINO MASSAYUKI ITO e ISAAC JOSE ALTINO-.

4. INDENIZACAO DE DANOS-113/1994-LAURA BORGUETTI MUCHIUT x LEON COMERCIO DE AR CONDICIONADO LTDA e outro-Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...)4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exeqüente;5-Int.Dil.Nec. -Advs. SHIRLEY MONTEIRO MUNHOZ e JOSE DORIVAL PEREZ-.

5. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-475/1995-CIA REAL DE INVESTIMENTOS x ALESSANDRO PRADO DE MELLO- Ao requerente apresentar a planilha de débitos, no prazo de cinco dias.-Adv. WALTER ESPIGA-.

6. DESPEJO-812/1996-JORGE LUIZ ALBERICI x RANULFO ALVES PEREIRA e outro- Manifestem-se as partes, sobre o possível acordo, conforme petição de fls.409, no prazo de cinco dias.-Advs. ENEAS COSTA GUIMARAES FILHO, SORAIA ARAUJO PINHOLATO, CHRISTIAN TREVISAN WENDLING e ADYR SEBASTIAO FERREIRA-.

7. COBRANCA (ORD)-220/1997-COMAVES - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA x CARLOS RENATO DELFIM SILVA SANTOS e outros- 1-À Exequente parta se manifestar quanto ao contido nas decisões de fls.267-v; 270 e ainda, petição e documentos de fls. 276 e ss; 2-Após, conclusos para exame das nulidades e impenhorabilidade perseguidas.-Advs. JORGE BRANDALIZE, MARCO ANTONIO BRANDALIZE e VIVIEN SAKAI SANTORO-.

8. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-570/1997-TEIXEIRA JUNIOR COM. DE CEREAIS E MANUFATURADOS e outro x ENIO BARATIERI e outros- Deve a requerente, providenciar as cópias necessárias para a instrução da carta precatória e ainda manifestar-se sobre o oficio de fls.359, no prazo de cinco dias.-Advs. LUIZ LOPES BARRETO e JULIANA TORRES MILANI-.

9. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-440/1998-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL VALE DO TIBAJI LTDA x CARLOS HENRIQUE GALINDO PEREZ- Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...)4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Dil.Nec. -Advs. ROBERTO CARLOS BUENO e MARCELO FARINHA-.

10. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-612/1998-BANCO DO BRASIL S/A x IBICATU AGROPECUARIA LTDA e outros- A requerente, no prazo de cinco dias, apresentar o valor atual do débito.-Adv. IDEVAM INACIO DE PAULA-.

11. EMBARGOS A EXECUCAO-689/1998-ALBERTO PRETO JUNIOR & CIA LTDA e outros x RIO PARANA CIA SEC.DE CREDITOS FINANCEIROS- Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...);4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exeqüente;5-Int.Dil.Nec. -Adv. ANTONIO AUGUSTO DA SILVA-.

12. COBRANCA (SUM)-4/1999-CONDOMINIO COMERCIAL OURO VERDE x LEONEL CONSULIM CAMPANA e outro- 1-Diante do requerimento da própria exequente, oficie-se para desbloqueio do bem, com levantamento da hipoteca; 2-Após, ante a ordem do art.655 e inexistência de outros bens, proceda-se à penhora on line;-Advs. IVAN ARIOVALDO PEGORARO, MARCOS LEATE, NELSON TAQUES SOBRINHO e EDGAR ARANTES VIEIRA-.

13. ORDINARIA-329/1999-MARIA ANGELA PISICCHIO x GERALDO BAVIA e outros- Despacho de fls.730: 1-Proceda-se a liberação dos valores , em razão da conta salário comprovada, mediante alvará; 2-Após, publique-se a sentença em frente; A requerente para retirar alvará, judicial, no prazo de cinco dias.Sentença fls.731/732:Vistos;Julgada improcedente ação ordinária promovida pela autora que gozou dos benefícios da assistência judiciária e, decorridos mais de cinco anos do trânsito em julgado da decisão, sem que a parte ré e exequente dos honorários comprovasse a mudança da condição e hipossuficiente atribuída à autora, sobreveio pleito de cumprimento de sentença relativamente aos honorários;Penhorados valores da autora executada, houve desbloqueio com liberação por alvará, pela comprovação de serem produto de saldo de salários, na forma do Art. 649 do CPC.Após, em petição, a autora requer a prescrição do direito de execução, na forma da lei 1060-50.O requerido exequente, intimado para dizer sobre o pleito, quedou-se inerte, manifestando-se somente pela suspensão da execução ante a inexistência de bens penhoráveis.DECIDO.A decisão é possível de imediato, por ser a decisão sobre aspectos jurídicos somente e, até porque, o pleito de suspensão por inexistência de bens só é possível em execução de honorários em que a condenada a estes não esteja com a exigibilidade suspensa sob os auspícios da assistência judiciária, que imprime características diversas. Nesses termos, dispõe a lei de assistência que esta engloba a isenção de custas de cartório e também dos honorários de advogado (art. 3º, Lei 1060-50).A mesma lei, dispõe que a isenção é condicionada na forma dos Arts. 12 e ss, e especificamente o Art. 13 descreve que, da sentença final (Trânsito em julgado, leia-se) correm cinco anos nos quais a parte condenada fica obrigada a solver as custas e honorários, desde que possa fazê-lo sem prejuízo de seu próprio sustento, o que é prova, de regra, do interessado no recebimento. Caso contrário, o Art. em questão diz que a obrigação ficará prescrita.É justamente a hipótese dos autos. Após cinco anos do trânsito em julgado da denegação de seguimento ao agravo de instrumento que visava a fazer subir o recurso especial, por ausência de indícios de mudança da situação de hipossuficiência, a obrigação infelizmente prescreveu, até porque os interessados no recebimento dos valores não trouxeram aos autos dados conclusivos da solvência e capacidade financeira da autora sucumbente, embora tenham iniciado o cumprimento de sentença.Assim, de rigor, declarar a prescrição, na forma dos Arts. 269, IV e ainda 794, II, do CPC.DISPOSITIVO Posto isso, declaro extinto o processo em fase de execução de honorários, pela prescrição do crédito, na forma dos Arts. 12 da Lei 1.060-50 e ainda 269, IV e 794, II, do CPC.P.R.I.-Advs. DAVID SCHNAID, FABIANE NORAH SCHNAID, RAIMUNDO M. B. CARVALHO, AQUILINO PANICHELLA e JULIANA TORRES MILANI-.

14. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-255/2000-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A x ROMEU LIBINO DE ALMEIDA e outro- Manifeste-se a requerida, sobre a petição e documentos de fls.72/84, no prazo de cinco dias.-Advs. ORLANDO GOMES e KARINA AZEVEDO-.

15. EMBARGOS A EXECUCAO-460/2000-PRINCIPAL VIGILANCIA SC LTDA x MUNICIPIO DE LONDRINA- Deve a requerente, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R$414,75 no prazo de cinco dias.-Adv. OSMAR MARGARIDO DOS SANTOS-.

16. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-162/2001-JUVENAL FELIPE DE SOUZA x DANILO SCHWAB MATTOZO- Manifeste-se o requerente, sobre a petição de fls.115, no prazo de cinco dias.-Adv. IVAN ARIOVALDO PEGORARO-.

17. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-216/2001-MILENIA AGRO CIENCIAS S/A x COOP. TRAB. RURAIS E REF. AG. DO CENTRO OESTE PR e outro- (...)2- Após, proceda-se a nova ordem junto ao BACEN ante o tempo que dista da anterior, dizendo em seguida o credor quanto ao documento da SRF em juízo arquivados, outra forma de constrição e crédito remanescente; -Advs. CLAUDIO ANTONIO CANESIN, JOSINALDO DA SILVA VEIGA e ANDREIA INDALECIA-.

18. COBRANCA (SUM)-415/2001-CONDOMINIO EDIFICIO ANTONIO CARRER x ROBERTO ORTOLANI e outro- 1-Antes de liberar valores, queira o município juntar cálculos que demonstre índice aplicado à planilha de fls.300 em contraposição à de fls.327; 10 dias;-Advs. SUZANA DE FATIMA KALED JUVTEI, SILVIA DA GRACA YUNG, EDUARDO LUIZ CORREIA, LUIS HASEGAWA e FABIO CESAR TEIXEIRA-.

19. EMBARGOS DE TERCEIRO-0008708-45.2001.8.16.0014-ANDREA CRISTINA DOS SANTOS MILAN x WAGNER PEREIRA COSTA e outro-Cumpra-se o V. acordao. Int. -Advs. MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE, JAIRO ANTONIO GONCALVES FILHO e CLAUDIA ANDREIA TORTOLA-.

20. DECLAR.INEXIGIBILIDADE TITULO-229/2002-KRYS-BELT DO BRASIL IND. E COM.LTDA x NEW LIFE QUIMICA LTDA e outro- 1- Recebo e rejeito os presentes embargos de declaração, por entender que, ainda que implicitamente, seus efeitos são infringentes; 2- Isso se dá porque a decisão judicial embargada está suficientemente fundamentada, resolvendo as questões necessárias ao feito, não sendo o juiz obrigado a examinar pormenorizada e demoradamente, sem necessidade, todo e qualquer ponto alegado, notadamente quando de efeito secundário e incapaz de gerar prejuízo (ne pás de nullité sans grief) seja ela interlocutória ou sentença, bastando, quanto a esta, cumprimento do art.458 do CPC e observadas formalidades essenciais; (...) 2 - Às vias recursais ordinárias, pois; Intimem-se. Em tempo: a multa é requerida em fls.282 e se aplica conforme publicação de fls.299;-Advs. JOAO TAVARES DE LIMA FILHO, FABRICIO MASSI SALLA, LEANDRO AMBROSIO ALFIERI, PEDRO PAULO PEDROSA, LAURO FERNANDO ZANETTI e JOSE VALNIR ZAMBRIM-.

21. MONITORIA-325/2002-ESCRITORIO CENTRAL DE ARREC.DISTIB.- ECAD - x ROSANGELA NALIN GRANDI-ME e outro-Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...) 4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Sem prejuízo, expeça-se os oficios na forma requerida. A parte interessada para retirar ofício, no prazo de cinco dias, mediante pagamento de R$ 9,40 por ofício expedido. -Adv. LUDOVICO ALBINO SAVARIS-.

22. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-70/2003-MAURICIO DE OLIVEIRA CARNEIRO x MARIANA AP.DE OLIVEIRA SCHENDROSKI e outro- Sobre a devolução da carta precatória, manifeste-se a requerente, no prazo de cinco dias.-Advs. MICHELE CRISTINA BAZO e MAURICIO DE OLIVEIRA CARNEIRO-.

23. RESCISAO DE CONTRATO (ORD)-84/2003-REGINALDO PEREIRA DA SILVA x SENA CONSTRUÇÕES LTDA e outro-Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...)4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Int.Dil.Nec. -Advs. MARIA ANTONIA GONCALVES, RAQUEL CAROLINA PALEGARI e ADEMIR SIMOES-.

24. PRESTACAO DE CONTAS-91/2003-LONDRIQUIMICA COM.REPRES.PROD.AGROP.LTDA x BANCO DO BRASIL S/A- Sobre a petição de fls.236, manifeste-se a requerente, no prazo de cinco dias.-Adv. FABIO MARTINS PEREIRA-.

25. PRESTACAO DE CONTAS-0010040-76.2003.8.16.0014-ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA x BANCO BANESTADO S/A-Cumpra-se o V. acordao. Int. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, LAURO FERNANDO ZANETTI e MARIANA BENINI SOUTO-.

26. CAUTELAR INOMINADA-0009967-07.2003.8.16.0014-SIDNEY ROBERTO DE OLIVEIRA x AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE - MAS-Cumpra-se o V. acordao. Int. -Advs. ROGER STRIKER TRIGUEIROS e MARCIA NAKAGAWA RAMPAZZO-.

27. DECLARATORIA-0009941-09.2003.8.16.0014-SIDNEY ROBERTO DE OLIVEIRA x AUTARQUIA DO SERVICO MUNICIPAL DE SAUDE e outro-Cumpra-se o V. acordao. Int. -Advs. ROGER STRIKER TRIGUEIROS, MARCIA NAKAGAWA RAMPAZZO, RONALDO GOMES NEVES, CRISTINA DE LIMA ASSAF, KATIA NAOMI YAMADA, MARCOS DAUBER, CAMILA MALUCELLI e ANDREIA FERRAZ MARTIN ROBLES MARTELLI-.

28. IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA-0037742-50.2010.8.16.0014-AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAUDE ASMS x SIDNEY ROBERTO DE OLVEIRA-Cumpra-se o V. acordao. Int. -Advs. MARCIA NAKAGAWA RAMPAZZO e ROGER STRIKER TRIGUEIROS-.

29. MONITORIA-695/2003-ALBERTO FERREIRA DE SOUZA x DALMIR MARCILIO ZIRONDI- Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...) 4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Int.Dil.Nec. -Advs. MAURO S. YAMAMOTO, KELLY CRISTIANE BORGES VISSOSI, GUSTAVO MUNHOZ, CLODOALDO JOSE VIGGIANI e MARISA CESCATTO BOBROFF-.

30. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-11/2004-UNOPAR-UNIAO NORTE DO PR.DE ENSINO S/C LTDA x CIRILO ALVES ARRUDA JUNIOR-A requerente, para se manifestar sobre o andamento do feito, no prazo de cinco dias. -Advs. ROBERTO LAFFRANCHI e LUCAS LINARES DE O.SANTOS-.

31. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-13/2004-UNOPAR-UNIAO NORTE DP PR.DE ENSINO S/C LTDA x ELZA MASAE INQUE DO NASCIMENTO-Ao requerente, em cinco dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R$9,40, no prazo de cinco dias, para posterior arquivamento. -Advs. ROBERTO LAFFRANCHI e LUIZ FABIANI RUSSO-.

32. EMBARGOS A EXECUCAO-114/2004-ELZA MASAE INQUE DO NASCIMENTO x UNOPAR-UNIAO NORTE DO PR.DE ENSINO S/C LTDA-Ao requerido, em cinco dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R$558,86, no prazo de cinco dias, para posterior arquivamento.-Advs. ROBERTO LAFFRANCHI e LUCAS LINARES DE O.SANTOS-.

33. REPETICAO DE INDEBITO-582/2004-AGNALDO LINO DE AZEVEDO x MUNICIPIO DE LONDRINA-A requerente retirar alvará, no prazo de cinco dias. -Adv. MARIA ELIZABETH JACOB-.

34. REPETICAO DE INDEBITO-679/2004-ALCIDES BAQUETA x MUNICIPIO DE LONDRINA-Ao requerente, para retirar alvará, no prazo de cinco dias. -Adv. EDMUNDO PEREIRA BITTENCOURT-.

35. INDENIZACAO-0013011-97.2004.8.16.0014-MARIA INES DA SILVA x TIL - TRANSPORTES COLETIVOS LTDA- Deve a parte requerida, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R$1.665,46, no prazo de cinco dias.-Advs. VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO e RENATO BARROS DE CAMARGO JUNIOR-.

36. COBRANCA (SUM)-887/2004-UNIÃO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x ENRIQUE ALLIANA- Sobre a(s) resposta(s) do(s) oficio(s), manifeste-se a parte interessada, no prazo de cinco dias.-Advs. JEFFERSON DO CARMO ASSIS e ELTON ALAVER BARROSO-.

37. REPETICAO DE INDEBITO-971/2004-ANTONIO BRANDAO DE ALMEIDA x MUNICIPIO DE LONDRINA-A requerente, para retirar alvará, no prazo de cinco dias. -Adv. CECILIA INACIO ALVES-.

38. REPETICAO DE INDEBITO-979/2004-MARIO PASSARELLI x MUNICIPIO DE LONDRINA-Ao requerente, para retirar alvará, no prazo de cinco dias. -Advs. EDMUNDO PEREIRA BITTENCOURT e FABIO CESAR TEIXEIRA-.

39. REPETICAO DE INDEBITO-980/2004-JOAO PEREIRA x MUNICIPIO DE LONDRINA-Ao requerente, para retirar alvará, no prazo de cinco dias. -Adv. EDMUNDO PEREIRA BITTENCOURT-.

40. REPETICAO DE INDEBITO-0013532-42.2004.8.16.0014-JOSE MANOEL FERINO x MUNICIPIO DE LONDRINA- 1-Da leitura do §1º do art.100 da CF, entendo que é devida a atualização monetária após a homologação dos cálculos até a o efetivo pagamento. 2-Intimem-se para requerimento de direito. Int.Dil.Nec. -Advs. JOSSAN BATISTUTE, CLAUDIA SPINASSI SANTOS e PAULO NOBUO TSUCHIYA-.

41. BUSCA E APREENSAO (FID)-1136/2004-UNIÃO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x ANTONIO PEREIRA DA SILVA- Deve a parte autora manifestar-se, quanto o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção.-Advs. JEFFERSON DO CARMO ASSIS e ELTON ALAVER BARROSO-.

42. COBRANCA (ORD)-1239/2004-BANCO DO BRASIL S/A x MARIA LUCIA BIANCO-FI e outros- Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...)4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Int.Dil.Nec. -Adv. MARCUS AURELIO LIOGI-.

43. REPETICAO DE INDEBITO-0013530-72.2004.8.16.0014-JOSE APARECIDO ALVES DE ARAUJO x MUNICIPIO DE LONDRINA- Manifeste-se a requerente sobre a certidão de fls.117 verso, no prazo de cinco dias.-Adv. MARIA ELIZABETH JACOB-.

44. REPETICAO DE INDEBITO-0016410-03.2005.8.16.0014-JOSE PEREIRA ARAUJO x MUNICIPIO DE LONDRINA-Cumpra-se o V. acordao. Int. -Advs. MARIA ELIZABETH JACOB, RENATA KAWASAKI SIQUEIRA, PAULO CESAR TIENI e WAGNER DE OLIVEIRA BARROS-.

45. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-448/2005-COOP. AGROP. DE PROD. INTEGRADA DO PARANA LTDA x ROGERIO NAVARRO COTRIM- Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...) 4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Int.Dil.Nec. -Adv. MACIEL TRISTAO BARBOSA-.

46. ARROLAMENTO-573/2005-DOMINGOS LIBA NETO x ANA MEDEIROS LIBA- Manifeste-se a Fazenda Pública, para verificação do recolhimento nos termos do §2º do art.1031 do CPC, dentro do prazo legal.-Adv. CIBELLE D.MAPELLI CORRAL BÓIA-.

47. DECLARATORIA-0017816-59.2005.8.16.0014-JOAO JACOB x SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES- Deve a parte requerida, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R$366,00, no prazo de cinco dias.-Advs. MARGARIDA SATHLER e LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO-.

48. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-1151/2005-MARIA CONCEICAO VALONE GORINI x UNICRED NORTE DO PARANA- Deve a parte autora, em cinco dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R$794,66.-Advs. JOAO TAVARES DE LIMA FILHO e FABRICIO MASSI SALLA-.

49. INVENTARIO-152/2006-ZELIA MIYUKI NAOZUKA VILAR REIS e outro x CELIO VILAR REIS- Vistos;1. Diante da documentação acostada aos autos, julgo procedente o presente inventário pelo rito de arrolamento em decorrência da abertura da sucessão de CÉLIO VILAR REIS, no qual é inventariante ZÉLIA MIYUKI NAOZUKA VILAR REIS, e, em conseqüência, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a partilha apresentada, determinando que se cumpra o ali contido, ressalvados os direitos de terceiro, uma vez que todos os herdeiros foram devidamente citados para se manifestarem, e não houve qualquer oposição, notadamente porque o silencia importa em anuência quanto a partilha apresentada.2. Assim, expeça-se o respectivo formal após o trânsito em julgado da sentença e a comprovação, verificada pela Fazenda Pública, do pagamento de todos os tributos.3. Desde já defiro eventual pedido de desistência do prazo recursal. Expeça-se formal de partilha.4. Custas na forma da lei.5. Oportunamente, arquivem-se.P.R.I. -Adv. EDUARDO SENE CARDOSO-.

50. DECLARATORIA-196/2006-OLINDA UIEMURA TANIMURA x SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES- 1-Diante do depósito efetivado de custas e honorários e, nada sendo requerido a título de cumprimento ou liquidação, determino: a)Levantem-se os valores depositados por alvarás separados à procuradora e escrivania; b)Após, aguarde-se na forma do despacho de fls.334 e, decorridos 06 meses, arquivem-se.A requerente, retirar alvará, no prazo de cinco dias.-Advs. NADYA FERNANDA FRANCO FERREIRA, PAULO HENRIQUE GARDEMANN, JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA e LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO-.

51. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-542/2006-SIRINEU PEDRAZANI x PAULO SERAFIM DA CUNHA- Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...);4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Sem prejuízo do cumprimento acima, proceda-se a busca junto ao Renajud e manifeste-se sobre a sua resposta juntada em fls.52.Int.Dil.Nec.-Advs. ROGERIO FERES GIL e FABIO M.P.LIGMANOVSKI-.

52. RESCISAO DE CONTRATO (ORD)-548/2006-JAMILLE ZABIAN x VAGNER ROGEL DE OLIVEIRA-Despacho de fls.132 verso: Diante da públicação de audiências, em numero de 04 e fora da comarca redesigno o ato para a data de 06/12/2011 às 14:00.Int.Tendo em vista a correspondência de fls.122, ao requerente informar o atual endereço.-Advs. EDSON JOSE VIANNA e JEFFERSON DO CARMO ASSIS-.

53. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-723/2006-UNOPAR - UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO LTDA x DANIELLE VIANA RABELLO- Vistos;Trata-se de ação de execução de título extrajudicial, regularmente ajuizada, em que, após trâmite, houve quitação integral da dívida extrajudicialmente, conforme notícia em fls. 97-98, sendo que a parte requereu a extinção, com concordância da parte autora (fls. 98).DECIDO.A decisão é possível de imediato ante quitação comunicada pelas partes, ainda que extrajudicialmente, tendo em vista que não foi juntada nos autos nenhuma transação.Destarte, conforme petição anexada aos autos, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Ação, nos termos do art. 794, I, do CPC.Eventuais custas remanescentes pela parte executada, conforme acordo.Desbloqueiem-se eventuais valores bloqueados da parte executada, conforme se requer (fls. 98).P.R.I.-Advs. RICARDO LAFFRANCHI e MARIA CRISTINA DA SILVA-.

54. ORDINARIA-0020212-72.2006.8.16.0014-ELIAS INACIO DA SILVA e outro x SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES- Deve a requerida, em cinco dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R$457,79-Advs. MARCELO BALDASSARRE CORTEZ, MARGARIDA SATHLER e JOSE CICERO CELESTINO-.

55. MONITORIA-895/2006-UNOPAR-UNIAO NORTE DO PR.DE ENSINO LTDA x PAULO ROBERTO CORREIA- Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...);4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Int.Dil.Nec. -Adv. RICARDO LAFFRANCHI-.

56. COBRANCA (SUM)-1101/2006-CICERO PAULO MENDES x ITAU SEGUROS S/A- A requerente informar o endereço atualizado e COMPLETO do autor (Rua, nº da residência, Bairro, CEP e cidade) para assim expedir novo oficio ao IML, no prazo de cinco dias-Adv. CLAUDIA R. LIMA-.

57. MONITORIA-1106/2006-MARIA HELENA CUROTTO MARTINS x H.A. TAROSSO METAIS- 1-Defiro o bloqueio de valores eventualmente encontrados pelo sistema BACEN Jud até a satisfação integral do crédito perseguido, mas na forma de arresto, uma vez que o devedor ainda não foi citado. (...) 3-Em caso de negativa na citação dos executados, intime-se o exequente para requerimento de direito à luz do art.654 do CPC. Int.Dil.Nec.-Advs. RODRIGO BRUM e RICARDO COELHO FILHO-.

58. EXECUCAO-1124/2006-INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA x MILENE APARECIDA MACHADO e outro- 1-Os valores da executada Milene, são impenhoráveis, porque alimentares, decorrentes de salário; 2-Os valores da executada Clementina, são impenhoráveis, porque alimentares, decorrentes de pensão alimentícia pagas por ex esposo, conforme declaração e depósitos firmados; 3-Assim, proceda-se na forma do art.649 do CPC, ao desbloqueio; (...)5-Após, ao exequente;-Adv. CLAUDIO CESAR MACHADO MORENO-.

59. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1186/2006-BANCO ABN AMRO REAL S/A - AYMORE C.F.I. x JOSE LUIZ MASCARENHAS DALLE NETO-Ao requerente, apresentar planilha de débitos, no prazo de cinco dias.-Advs. WALTER ESPIGA e IVAN DE OLIVEIRA COSTA-.

60. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1242/2006-BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A x CLAUDIO VILLAS BOAS SILVA- Ao requerente, para dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias e ainda informar se pretende a citação do requerido no endereço informado ao Juízo Deprecado a fls.125, em mesmo prazo.-Advs. SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO e LEONARDO A.ZANETTI-.

61. CUMPRIMENTO-0021518-42.2007.8.16.0014-JOAO ARISTEU CAMPIOLO x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Vistos;Trata-se de ação de cumprimento de sentença, regularmente ajuizada, em que, após trâmite, há, em petição de fls. 190, notícia de pagamento e pedido de extinção.DECIDO. A decisão é possível de imediato uma vez que já houve quitação do débito e recolhimento das custas processuais, conforme certificado em fls. 259.Destarte, conforme petição anexada aos autos, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Ação, nos termos do art. 794, I, do CPC.P.R.I.Em tempo:Expeçam-se alvarás se o caso;-Advs. JOAO MARCELO MARTINS BANDEIRA e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

62. COBRANCA (SUM)-588/2007-GIUSEPPINA PUGNI BERRONE x BANCO HSBC DO BRASIL S/A- Sobre a certidão de fls.139 verso, manifeste-se a executada, no prazo de cinco dias.-Advs. OLDEMAR MARIANO e ROBERTO ANTONIO BUSATO-.

63. DECLARATORIA-641/2007-RAFAEL ROSSI RAMOS x CARREFOUR COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA- Sobre o laudo do Srº Perito, manifestem-se as partes, no prazo de cinco dias.-Advs. VIVIANE POMINI, RAFAEL ROSSI RAMOS, CHRISTINE MARCIA BRESSAN, CARLOS EDUARDO M.HAPNER, ALINE AMARAL UCHOA, AMANDA BUSETTI MORI SANTOS e MARIANA FORBECK CUNHA-.

64. COBRANCA (SUM)-703/2007-NEUZA COSMO DE MELO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- (...)POSTO ISSO, julgo PROCEDENTES OS PEDIDOS iniciais, condenando a parte requerida a pagar o valor de R$ 21.800, 00 (vinte e um mil e oitocentos reais) à parte autora, equivalente a 40 salários mínimos atuais (R$ 545,00), por figurar como cônjuge do "de cujus", sendo beneficiária, pois, corrigidos deste a data de prolação da presente sentença, pelos índices oficiais da contadoria judicial, até efetivo pagamento e, ainda, de juros de mora de 1,0% ao mês, desde data da citação da empresa ré.Registra-se que, por ocasião do pagamento, em caso de confirmação da sentença e cumprimento desta pelo réu; para fins de: garantia da publicidade afeta aos procedimentos administrativos e judiciais, consoante art. 37 da CF/88; efetividade dos procedimentos e justiça da decisão, sem que se firam prerrogativas constitucionais dos causídicos e mesmo legais, atinentes à Lei 8.906/94; e diante do sem número de ações que nesta comarca tramitam a respeito do tema e que têm como autores pessoas que sequer aqui residiram e que não possuem, presumidamente, facilidades de locomoção, ou mesmo financeiras para fiscalização de processos de seu interesse; deverá a escrivania, após trânsita a decisão, expedir normalmente ofício para liberação de valores depositados em nome dos advogados que tenham poderes para receber e dar quitação, todavia, expedindo ex officio e cotando-se as custas no procedimento, carta com AR ao endereço constante da inicial (e procuração), informando do cumprimento de sentença e de existência de valores a que o procurador possui poderes de levantamento. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência. Fixo os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, ante a reduzida complexidade da demanda, nos termos do Art. 20 do CPC, em razão do julgamento antecipado, do tempo exigido para o trabalho realizado e baixa complexidade deste. Publique-se; Registre-se; Intimem-se.-Advs. RAFAEL TADEO DOS SANTOS, RAFAEL LUCAS GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

65. MONITORIA-0021119-13.2007.8.16.0014-LUIZ ENRIQUE GOMES x ALUMINIUM ART OBJ.E ART.DE ALUMINIO LTDA - EPP-Cumpra-se o V. acordao. Int. -Advs. LUCIANA BEGHINI ZAMBRIM, LEONARDO OTAVIO VOLCI, JOSE VALNIR ZAMBRIM, AULO AUGUSTO PRATO e RENATA DEQUECH-.

66. ORDINARIA-838/2007-AUGUSTO KIYOSHI TODA e outros x SUL AMERCICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-Despacho de fls.548: (...)2-Assim, quanto à perícia determinada, cujo custeio já foi definido em decisão anterior, a se dar pela ré, antecipadamente ao ato, no prazo legal, na esteira de jurisprudência análoga, sob pena de consideração de inversão na sentença, em seu prejuízo, sem que se furtem as partes, quanto às demais questões de prova, ao Art.333 do CPC, intime-se para pagamento; Ao requerido, providenciar o pagamento dos honorários periciais, no prazo de cinco dias. -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO, CESAR AUGUSTO DE FRANCA e ROSANGELA DIAS GUERREIRO-.

67. INDENIZACAO-934/2007-ROSELI CONCEICAO MALHARBE x CONDOMINIO RESIDENCIAL TEREZINA- Deve a parte requerida, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R$176,48, no prazo de cinco dias, para posterior arquivamento.-Adv. EDEN CARLOS BATISTA-.

68. OBRIGACAO DE FAZER (ORD)-0021300-14.2007.8.16.0014-CLAUDIA BRANDAO PIRES THOME x BANCO FINASA BMC S/A-Cumpra-se o V. acordao. Int. -Advs. LUIZ AUGUSTO S. V. NASCIMENTO, GILBERTO PEDRIALI e MARCOS C. AMARAL VASCONCELOS-.

69. COBRANCA (SUM)-939/2007-DEOLINDA NAPOLITANO MONTANHOLI x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- (...)Posto isso, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO DE COBRANÇA das partes autoras em virtude do reconhecimento da PRESCRIÇÃO, que impede, nos termos dos Arts. 206, 3º, IX e 2028 do CC/2002, e ainda conforme entendimento da súmula 405 do STJ, exame dos pedidos formulados na inicial, e em consequência julgo extinto o feito com base no Art. 269, IV, do CPC.Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência, que fixo em 10 % (dez por cento) do valor da causa, na forma do art. 20 do Código de Processo Civil, pela desnecessidade de instrução, observando-se o benefício da justiça gratuita concedido.P.R.I.-Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA, FERNANDA CORONADO FERREIRA MARQUES, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

70. RESCISAO DE CONTRATO (ORD)-978/2007-CENTRAL NDM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA x ANDRE GALVAO FRANCA e outro-Vistos;Trata-se de ação ordinária de rescisão em que, na fase de cumprimento de sentença iniciada, os procuradores da autora vem informar que houve pagamento integral dos honorários, requerendo a extinção do feito. DECIDO.Conforme documentos que afirmam o pagamento dos honorários em execução de forma integral, e integram esta decisão e, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos e, consequentemente, JULGO EXTINTA a presente ação, em fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 794, I do CPC.Custas remanescentes, pela parte ré, ante o princípio da causalidade e conforme dispositivo da sentença da fase de conhecimento. P.R.I.-Adv. ANDERSON DE AZEVEDO-.

71. COBRANCA (SUM)-1022/2007-APARECIDA ALMEIDA CORADI x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- Vistos, etc.Da análise dos autos, já em sede de sentença, verifica-se na contestação a alegação de coisa julgada material, qual seja a ação ajuizada pela autora, relativa ao recebimento do seguro Dpvat, em relação ao mesmo acidente sofrido por Isac Coradi, conforme megadata posteriormente juntado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, sucessora da FENASEG, às fls. 100/102. Pois bem. Verifica-se que, de fato, o documento juntado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, após ser oficiada por este juízo, traz que "além do pagamento administrativo, consta também em nosso sistema, pagamento judicial realizado, em agosto de 2006, no valor de R$ 3.530,00, por meio de acordo celebrado nos autos do processo nº 2006000107160 referente à ação de cobrança de indenização DPVAT proposta por Aparecida Almeida Coradi em face da Seguradora Unibanco AIG Seguros S/A, que tramitou junto ao 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Londrina-PR". Assim, após tais fatos demonstrados aos autos, e diante da inércia da parte autora, após despacho de fls. 103 e sua regular intimação (fls. 106), à luz do Art. 267, V, do Código de Processo Civil, acolho a alegação de coisa julgada e JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito;Custas finais pela parte autora, observando-se a concessão dos benefícios da justiça gratuita, única razão pela qual não se aplica, in casu, a litigância de má-fé.P.R.I.-Advs. KELLY CARDOSO, MARCELLO FABBIAN TEODORO, LEONARDO LUIZ ZAROS VERRI, FERNANDA CORONADO FERREIRA MARQUES, MARCIA SATIL PARREIRA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

72. ARROLAMENTO-1032/2007-ARAIDES BATISTA BUOSI e outros x ISALTINO BUOSI-Deve o procurador da requerente comparecer em cartório para assinar o termo de retificação, no prazo de cinco dias. -Adv. ARIVALDY ROSARIA STELA ALVES-.

73. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1093/2007-COOPERATIVA - SICOOB NORTE DO PARANA x SMELL DISTRIBUIDORA DE PROD.ALIMENTICIOS LTDA- Despacho de fls.107:Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...);4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Int.Dil.Nec. Despacho de fls.109:1-Diante do valor penhorado, que na forma do art.659 §2º do CPC não supre sequer as custas processuais, reconheço a penhora como irrisória e em razão disso determino o desbloqueio ou mesmo liberação por alvará no caso de valores já transferidos. 2- Após intime-se o exequente para os requerimentos de direito em 5 dias.3-No silêncio, ao arquivo provisório com baixa em boletim mensal. Int. Dil. Nec. -Adv. AULO AUGUSTO PRATO-.

74. CONHECIMENTO CONDENATORIO-1222/2007-IRENE DE JESUS SANTOS x UNIBANCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL- (...)Posto isso, julgo procedente o pedido da inicial, a fim de condenar a parte ré, a restituir a parte autora os valores a título de VRG, devidamente corrigidos monetariamente pelos índices da contadoria desde a data de cada desembolso, descontados do montante apurado, eventuais parcelas relativas exclusivamente ao valor de locação-arrendamento, que compõem o total da parcela mensal, inadimplidas, até a data da efetiva reintegração da posse do bem, igualmente corrigidas.Sobre o valor a devolver, se positivo, incidirão juros simples de 1% ao mês desde a citação, por se tratar de ilícito de origem e fundo contratuais (Arts. 406 do CC e 161, § 1º, do CTN), inaplicável a Súm. 54 do STJ.Por fim, pela sucumbência ínfima do autor e pelo dever de revisão, condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, como também em honorários advocatícios ao procurador da autora estes arbitrados em R$ 1.000,00, diante do valor incerto da condenação, que dependerá de cálculo contábil ou liquidação a critério do autor (CPC, art. 20, e parágrafos devidamente interpretados) e ainda diante da desnecessidade de audiência preliminar e julgamento antecipado.P.R.I.-Advs. FREDERICO MOREIRA CAMARGO, VANTUIR AMILSON GUIMARAES e JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

75. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-1224/2007-ESPOLIO DE FRANCISCO DAVANSO e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Manifeste-se o requerido, sobre a petição e documentos de fls.206/209 e a conta de fls.211, no prazo de cinco dias.-Adv. LAURO FERNANDO ZANETTI-.

76. COBRANCA (SUM)-1390/2007-MARIANA DE SOUZA SILVEIRA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- (...)POSTO ISSO, julgo PROCEDENTES OS PEDIDOS iniciais, condenando a parte requerida a pagar o valor de Cr$ 100.035,94 (cem mil e trinta e cinco cruzeiros e noventa e quatro centavos) à parte autora, atualizados monetariamente pelos índices oficiais da contadoria judicial desde a data em que a ré efetuou o pagamento parcial a menor, confesso nos autos, ou seja, 19/06/1990, mais juros de mora de 1,0% ao mês, desde data da citação da empresa ré.Registra-se que, por ocasião do pagamento, em caso de confirmação da sentença e cumprimento desta pelo réu; para fins de: garantia da publicidade afeta aos procedimentos administrativos e judiciais, consoante art. 37 da CF/88; efetividade dos procedimentos e justiça da decisão, sem que se firam prerrogativas constitucionais dos causídicos e mesmo legais, atinentes à Lei 8.906/94; e diante do sem número de ações que nesta comarca tramitam a respeito do tema e que têm como autores pessoas que sequer aqui residiram e que não possuem, presumidamente, facilidades de locomoção, ou mesmo financeiras para fiscalização de processos de seu interesse; deverá a escrivania, após trânsita a decisão, expedir normalmente ofício para liberação de valores depositados em nome dos advogados que tenham poderes para receber e dar quitação, todavia, expedindo ex officio e cotando-se as custas no procedimento, carta com AR ao endereço constante da inicial (e procuração), informando do cumprimento de sentença e de existência de valores a que o procurador possui poderes de levantamento.Condeno, ainda, a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência. Fixo os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, ante a reduzida complexidade da demanda, nos termos do Art. 20 do CPC, em razão do julgamento antecipado, do tempo exigido para o trabalho realizado e baixa complexidade deste.Publique-se; Registre-se; Intimem-se.-Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, FERNANDA CORONADO FERREIRA MARQUES, MARCIA SATIL PARREIRA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

77. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0021696-88.2007.8.16.0014-MITRA ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA e outros x EDSON APARECIDO ALBA-Despacho de fls.102: 1-Com razão a parte autora. O intuito do prazo de suspensão previsto no art.265 em caso de morte do procurador da parte é justamente para que seja constituído novo advogado. Assim, é de rigor o não recebimento do recurso tendo em vista que o pedido é inaplicável ao caso, uma vez que tal pedido foi efetuado pelo novo procurador, e não notícia nos autos pelas partes. Poderia em tese o novo procurador ter requerido devolução de prazo para a interposição do recurso. Registra-se que, ainda que hipoteticamente fosse dado o prazo de suspensão e então reinicio de contagem do prazo para a interposição, este também teria decorrido. Portanto, sob qualquer enfoque o recurso é intempestivo. 2-Intime-se a parte autora para requerimento de direito à luz do art.475-J. Int.Dil.Nec. Despacho de fls.108: Ante o contido na certidão supra, REVOGO o despacho de fls.106, devendo o requerido ser intimado da decisão de fls.102. Intime-se. Após, certifique-se a Escrivania acerca do respectivo decurso do prazo, e se o caso, à conclusão. -Advs. OSVALDO GIMENEZ e CLAUDIO MENONCIN DE CARVALHO PEREIRA-.

78. COBRANCA (ORD)-1463/2007-CHRISTIANO DE PAULA NIEIRO x CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A- (...)Posto isso, julgo procedente o pedido da inicial, a fim de condenar a parte ré, a restituir a parte autora os valores a título de VRG, devidamente corrigidos monetariamente pelos índices da contadoria desde a data de cada desembolso, descontados do montante apurado, eventuais parcelas relativas exclusivamente ao valor de locação-arrendamento, que compõem o total da parcela mensal, inadimplidas, até a data da efetiva reintegração da posse do bem, igualmente corrigidas. Sobre o valor a devolver, se positivo, incidirão juros simples de 1% ao mês desde a citação, por se tratar de ilícito de origem e fundo contratuais (Arts. 406 do CC e 161, § 1º, do CTN), inaplicável a Súm. 54 do STJ.Por fim, pela sucumbência ínfima do autor e pelo dever de revisão, condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, como também em honorários advocatícios ao procurador da autora estes arbitrados em R$ 1.000,00, diante do valor incerto da condenação, que dependerá de cálculo contábil ou liquidação a critério do autor (CPC, art. 20, e parágrafos devidamente interpretados) e ainda diante da desnecessidade de audiência preliminar e julgamento antecipado.P.R.I.-Advs. TANIA VALERIA DE OLIVEIRA OLIVER, LUIZ LOPES BARRETO e JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

79. DEPOSITO-100/2008-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS x JORGE ROBERTO BONETE-1-Intime-se o autor para proceder a remoção do veículo do pátio do DETRAN, ficando desde já nomeado, como depositário fiel do bem. Desentranhe-se o mandado.Intime-se, Diligências necessárias.Deverá a parte interessada, no prazo de (05) cinco dias, providenciar o recolhimento da guia GRC, referente as custas de Oficial de Justiça, visando o cumprimento do mandado expedido nos autos em referência. -Advs. KARINE SIMONE P.WEBER, RICARDO BORTOLOZZI e JULIANO CESAR LAVANDOSKI-.

80. CONHECIMENTO CONDENATORIO-169/2008-JOSE VIEIRA DA ROSA x ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A- (...)Posto isso, julgo procedente o pedido da inicial, a fim de condenar a parte ré, a restituir a parte autora os valores a título de VRG, devidamente corrigidos monetariamente pelos índices da contadoria desde a data de cada desembolso, descontados do montante apurado, eventuais parcelas relativas exclusivamente ao valor de locação-arrendamento, que compõem o total da parcela mensal, inadimplidas, até a data da efetiva reintegração da posse do bem, igualmente corrigidas. Sobre o valor a devolver, se positivo, incidirão juros simples de 1% ao mês desde a citação, por se tratar de ilícito de origem e fundo contratuais (Arts. 406 do CC e 161, § 1º, do CTN), inaplicável a Súm. 54 do STJ. Por fim, pela sucumbência ínfima do autor e pelo dever de revisão, condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, como também em honorários advocatícios ao procurador da autora estes arbitrados em R$ 1.000,00, diante do valor incerto da condenação, que dependerá de cálculo contábil ou liquidação a critério do autor (CPC, art. 20, e parágrafos devidamente interpretados) e ainda diante da desnecessidade de audiência preliminar e julgamento antecipado.P.R.I.-Advs. VANTUIR AMILSON GUIMARAES, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e CESAR AUGUSTO TERRA-.

81. COBRANCA (SUM)-171/2008-SIMONE CUNHA RIBEIRO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- (...)POSTO ISSO, julgo PROCEDENTES OS PEDIDOS iniciais, condenando a parte requerida a pagar o valor de Cr$ 2.928.493,20 (dois milhões novecentos e vinte e oito mil quatrocentos e noventa e três cruzeiros e vinte centavos) à parte autora, atualizados monetariamente pelos índices oficiais da contadoria judicial desde a data em que a ré efetuou o pagamento parcial a menor, confesso nos autos, ou seja, 13/03/1992, mais juros de mora de 1,0% ao mês, desde data da citação da empresa ré.Registra-se que, por ocasião do pagamento, em caso de confirmação da sentença e cumprimento desta pelo réu; para fins de: garantia da publicidade afeta aos procedimentos administrativos e judiciais, consoante art. 37 da CF/88; efetividade dos procedimentos e justiça da decisão, sem que se firam prerrogativas constitucionais dos causídicos e mesmo legais, atinentes à Lei 8.906/94; e diante do sem número de ações que nesta comarca tramitam a respeito do tema e que têm como autores pessoas que sequer aqui residiram e que não possuem, presumidamente, facilidades de locomoção, ou mesmo financeiras para fiscalização de processos de seu interesse; deverá a escrivania, após trânsita a decisão, expedir normalmente ofício para liberação de valores depositados em nome dos advogados que tenham poderes para receber e dar quitação, todavia, expedindo ex officio e cotando-se as custas no procedimento, carta com AR ao endereço constante da inicial (e procuração), informando do cumprimento de sentença e de existência de valores a que o procurador possui poderes de levantamento. Condeno, ainda, a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência. Fixo os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, ante a reduzida complexidade da demanda, nos termos do Art. 20 do CPC, em razão do julgamento antecipado, do tempo exigido para o trabalho realizado e baixa complexidade deste. Publique-se; Registre-se; Intimem-se.-Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, FERNANDA CORONADO FERREIRA MARQUES, MARCIA SATIL PARREIRA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

82. COBRANCA (SUM)-246/2008-JOSE ROBERTO MOTA x MAFPRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- (...)Posto isso, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO DE COBRANÇA das partes autoras em virtude do reconhecimento da PRESCRIÇÃO, que impede, nos termos dos Arts. 206, 3º, IX e 2028 do CC/2002, e ainda conforme entendimento da súmula 405 do STJ, exame dos pedidos formulados na inicial, e em consequência julgo extinto o feito com base no Art. 269, IV, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência, que fixo em 10 % (dez por cento) do valor da causa, na forma do art. 20 do Código de Processo Civil, pela desnecessidade de instrução, observando-se o benefício da justiça gratuita concedido. P.R.I.-Advs. ANTONIO CARLOS PAIXAO, MARCELO BALDASSARRE CORTEZ e DOUGLAS DOS SANTOS-.

83. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-288/2008-VANDA MARIA ZUCOLOTO KAWAI x SIEGFRIED KRANHOLD FILHO- Sobre a correspondência devolvida, manifeste-se a requerente no prazo de cinco dias.-Advs. ADEMIR SIMOES e ALEXANDRE PINTO GUEDES DUTRA-.

84. BUSCA E APREENSAO (FID)-322/2008-BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x PABLO MAGALHAES- (...)Posto isso, e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para o fim de consolidar ao autor a propriedade e a posse plena do bem alienado fiduciariamente ao réu. Condeno, em consequência, a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, sopesados os critérios legais (CPC, art. 20, § 3°). Publique-se Registre-se. Intimem-se.-Adv. ENEIDA WIRGUES-.

85. ORDINARIA-372/2008-REINALDO LUIZ BRANDÃO x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- 1-Mantenho a decisão por seus próprios e jurídicos fundamentos.(...)-Advs. JOAO EVANIR TESCARO JUNIOR, CESAR AUGUSTO DE FRANCA, ROSANGELA DIAS GUERREIRO e DARLI BERTAZZONI BARBOSA-.

86. PRESTACAO DE CONTAS-0022188-46.2008.8.16.0014-ROSEMBERGUE LEMES TRINDADE x BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A - BRADESCO-" (...) Fica a parte requerente intimada para comprovação documental da hipossuficiencia alegada, notdamente com declarações de renda, holerites, recolhimentos de ISS e RPA (recibos de pagamento a autonomos), certidões de cartórios de Imóveis e Detran, e outros documentos equivalentes, a hipossuficiencia alegada, em 5 (cinco) dias (art. 185 do CPC). Transcorrido o prazo in albis, considerar-se-á de imediato indeferido o benefício, devendo a parte recolher as taxas, pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 05 dias; Juntados documentos, conclusos para exame." -Adv. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI-.

87. INDENIZACAO (ORD)-519/2008-ADRIANA LOURENÇO SOARES RUSSO e outro x REGIANE ROCHA FIRMINO e outro-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. FABIO CESAR TEIXEIRA e CELSO HIDEO MAKITA-.

88. COMINATORIA-610/2008-COVERCOPY - LTDA x TIM CELULAR S/A- 1-Defiro nova penhora online com o novo CNPJ/MF indicado.Diligências necessárias.Manifeste-se a requerente, sobre a penhora online juntada em fls.184/185.-Advs. CARLOS AUGUSTO RUMIATO e TATIANA YOKOZAWA RUMIATO-.

89. DEPOSITO-633/2008-UNIÃO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x DALUZ CONSTRUÇÕES ELETRIC AS LTDA- 1-Havendo a impossibilidade de encontrar o réu, mostra-se necessária a expedição de ofício a determinados órgãos a fim de se obter seu novo endereço, por ser esta providência indispensável ao prosseguimento da demanda e não importar quebra de sigilo. Diante disso, expeça-se oficio(s) ao(s) órgão(s) pelo autor, intimando-o, na sequência, para retirá-lo(s) em cartório e providenciar sua postagem. Caso seja informado o endereço e este seja desta Comarca, defiro, desde já, eventual pedido de desentranhamento do mandado para seu integral cumprimento. 2- Determino ainda a busca do endereço do réu junto ao sistema BacenJud. Int.Dil.Nec. Manifeste-se a requerente, sobre os endereços informados em fls.92/94, no prazo de cinco dias.-Advs. JEFFERSON DO CARMO ASSIS e ELTON ALAVER BARROSO-.

90. ORDINARIA-685/2008-CESARIO DE OLIVEIRA x HSBC SEGUROS (BRASIL) S/A- (...) Assim, diante da controvérsia estabelecida - e pelo princípio da economia processual - INTIME-SE O AUTOR para que em 05 dias se manifeste acerca do documento de fls.94, e esclareça se o pleito é de diferença ou pagamento integral da indenização pelo seguro DPVAT, ou ainda, em caso de diferença, junte prova do pagamento parcial realizado, sob pena de extinção da ação sem julgamento de mérito. Isso porque tem se observado que algumas das centenas - quiçá milhares - de ações que nesta comarca tramitam a respeito do tema possuem petições em série, com apenas a troca do nome das partes, trazendo, por muitas vezes, informações imprecisas, o que queremos crer não seja o presente caso. Int.Dil.Nec.-Adv. GERSON LUIZ WENZEL-.

91. BUSCA E APREENSAO (FID)-784/2008-BANCO FINASA S/A x SIDNEI DIAS DE OLIVEIRA-A parte interessada para retirar ofício, no prazo de cinco dias, mediante pagamento de R$ 9,40 por ofício expedido. -Advs. APARECIDO MARTINS PATUSSI e ALEXANDRE ROMANI PATUSSI-.

92. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-796/2008-BANCO DO BRASIL S/A x VELLONI COM.DE COMP.ELETRONICOS LTDA ME e outros-Fica a requerente intimada, de que o processo se encontra disponivel para carga, no prazo de cinco dias. -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

93. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-832/2008-BANCO ABN AMRO REAL S/A - AYMORE C.F.I. x GUSTAVO ZANDONA- Posto isto, DETERMINO: 1 - INTIME-SE O RÉU, POR CARTA AR, PARA PAGAMENTO DO VALOR DE R$ 48.433,83 (apurado em maio de 2010 - fls. 44) mais atualizações até efetivo pagamento NO PRAZO DE 15 DIAS, A CONTAR DA DATA DA INTIMAÇÃO, na forma do Art. 475-J, sob pena de, havendo decurso de prazo in albis, certificado nos autos, ser expedido de plano, pela escrivania, mandado de penhora, além de inclusão de pena de 10% sobre o valor da execução acima indicado, na forma do Art. 475-J, sem necessidade de nova conclusão;P. R. I.-Advs. EUCLIDES GUIMARAES JUNIOR, ALEXANDRE NELSON FERRAZ e PAULO ARCOVERDE NASCIMENTO-.

94. COBRANCA (ORD)-954/2008-SERGIO GERONIMO x BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS- (...)Posto isso, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS DA PARTE AUTORA para o fim de:a) Com base no art. 319 do CPC, reconhecer REVELIA da parte requerida;b) CONDENAR a parte requerida BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, a pagar o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) de indenização do seguro DPVAT à parte autora, equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) do teto máximo indenizável para os casos de invalidez permanente - ou seja, até R$ 13.500,00 -, por sua invalidez parcial permanente no grau de 35% (trinta e cinco por cento), conforme laudo do IML de fls. 68, corrigidos a partir desta data de prolação da sentença pelos índices oficiais da contadoria até efetivo pagamento e, acrescidos de juros de mora de 1,0% ao mês, desde data da citação da empresa ré;Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios de sucumbência. Fixo os honorários em 10 % (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do Art. 20 do CPC, em razão do julgamento antecipado, do tempo exigido para o trabalho realizado e baixa complexidade deste, e ainda pela revelia e consequente desnecessidade de audiência de instrução.Publique-se; Registre-se; Intimem-se.-Advs. FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

95. DEPOSITO-1041/2008-BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x PAULO HENRIQUE FABRICIO- Sobre a(s) resposta(s) do(s) oficio(s), manifeste-se a parte interessada, no prazo de cinco dias.-Advs. ALESSANDRA N.SPOLADORE, FLAVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C.JACOMINI e CARLA HELIANA VIEIRA M.TANTIN-.

96. COBRANCA (SUM)-1118/2008-MARIA APARECIDA COELHO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- POSTO ISSO, julgo PROCEDENTES OS PEDIDOS iniciais, condenando a parte requerida a pagar o valor de Cr$ 261.726,08 (duzentos e sessenta e um mil setecentos e vinte e seis cruzeiros e oito centavos) à parte autora, atualizados monetariamente pelos índices oficiais da contadoria judicial desde a data em que a ré efetuou o pagamento parcial a menor, confesso nos autos, ou seja, 23/04/1991, mais juros de mora de 1,0% ao mês, desde data da citação da empresa ré.Registra-se que, por ocasião do pagamento, em caso de confirmação da sentença e cumprimento desta pelo réu; para fins de: garantia da publicidade afeta aos procedimentos administrativos e judiciais, consoante art. 37 da CF/88; efetividade dos procedimentos e justiça da decisão, sem que se firam prerrogativas constitucionais dos causídicos e mesmo legais, atinentes à Lei 8.906/94; e diante do sem número de ações que nesta comarca tramitam a respeito do tema e que têm como autores pessoas que sequer aqui residiram e que não possuem, presumidamente, facilidades de locomoção, ou mesmo financeiras para fiscalização de processos de seu interesse; deverá a escrivania, após trânsita a decisão, expedir normalmente ofício para liberação de valores depositados em nome dos advogados que tenham poderes para receber e dar quitação, todavia, expedindo ex officio e cotando-se as custas no procedimento, carta com AR ao endereço constante da inicial (e procuração), informando do cumprimento de sentença e de existência de valores a que o procurador possui poderes de levantamento.Condeno, ainda, a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência. Fixo os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, ante a reduzida complexidade da demanda, nos termos do Art. 20 do CPC, em razão do julgamento antecipado, do tempo exigido para o trabalho realizado e baixa complexidade deste.Publique-se; Registre-se; Intimem-se.-Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA, FERNANDA CORONADO FERREIRA MARQUES, MARCIA SATIL PARREIRA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

97. COBRANCA (ORD)-1184/2008-ODILON FLORISBELO x ITAU SEGUROS-POSTO ISSO, julgo PROCEDENTES OS PEDIDOS iniciais, condenando a parte requerida a pagar o valor de Cr$ 2.381.112,18 (dois milhões trezentos e oitenta e um mil cento e doze cruzeiros e dezoito centavos) à parte autora, atualizados monetariamente pelos índices oficiais da contadoria judicial desde a data em que a ré efetuou o pagamento parcial a menor, confesso nos autos, ou seja, 10/12/1992, mais juros de mora de 1,0% ao mês, desde data da citação da empresa ré.Registra-se que, por ocasião do pagamento, em caso de confirmação da sentença e cumprimento desta pelo réu; para fins de: garantia da publicidade afeta aos procedimentos administrativos e judiciais, consoante art. 37 da CF/88; efetividade dos procedimentos e justiça da decisão, sem que se firam prerrogativas constitucionais dos causídicos e mesmo legais, atinentes à Lei 8.906/94; e diante do sem número de ações que nesta comarca tramitam a respeito do tema e que têm como autores pessoas que sequer aqui residiram e que não possuem, presumidamente, facilidades de locomoção, ou mesmo financeiras para fiscalização

de processos de seu interesse; deverá a escrivania, após trânsita a decisão, expedir normalmente ofício para liberação de valores depositados em nome dos advogados que tenham poderes para receber e dar quitação, todavia, expedindo ex officio e cotando-se as custas no procedimento, carta com AR ao endereço constante do DOCUMENTO DE FLS. 07, haja vista que o autor mora em Corumbaíba-Goiás-GO e, não, em Londrina, como declarou e, não fosse a procedência da demanda, pela inexatidão da inicial para com o documento que a instruir, cogitar-se-iam as penas de lei.A carta deverá informar do cumprimento de sentença e de existência de valores a que o procurador possui poderes de levantamento.Condeno, ainda, a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência. Fixo os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, ante a reduzida complexidade da demanda, nos termos do Art. 20 do CPC, em razão do julgamento antecipado, do tempo exigido para o trabalho realizado e baixa complexidade deste.Publique-se; Registre-se; Intimem-se.-Advs. BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA e GUSTAVO SALDANHA SUCHY-.

98. COBRANCA (ORD)-1259/2008-MARLI RUDNIK x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- (...)POSTO ISSO, julgo PROCEDENTES OS PEDIDOS iniciais, condenando a parte requerida a pagar o valor de R$ 10.900, 00 (dez mil e novecentos reais) à parte autora, equivalente a 50 % (cinquenta por cento) do total de 40 salários mínimos atuais (R$ 545,00), por figurar como um dos dois herdeiros do "de cujus", sendo beneficiária de 50 % (cinquenta por cento do total), conforme fundamentação retro, mais juros de mora de 1,0% ao mês, desde data da citação da empresa ré.Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência. Fixo os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, ante a reduzida complexidade da demanda, nos termos do Art. 20 do CPC, em razão do julgamento antecipado, do tempo exigido para o trabalho realizado e baixa complexidade deste.Publique-se; Registre-se; Intimem-se.-Advs. ODAIR MARTINS, MARCELO BALDASSARRE CORTEZ e DOUGLAS DOS SANTOS-.

99. INDENIZACAO (ORD)-1326/2008-MARCELO DE LIMA URBANEJA x REGINA MARIA AMÂNCIO e outro-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. JOSE AUGUSTO BARBOSA URBANEJA, PAULO ROBERTO MUNHOZ COSTA FILHO e SORAIA ARAUJO PINHOLATO-.

100. COBRANCA (ORD)-1327/2008-LUCIANA ENY TEIXEIRA x CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A- (...) POSTO ISSO, julgo PROCEDENTES O PEDIDOS iniciais, condenando a parte requerida a pagar o valor de R$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais) de indenização do seguro DPVAT à autora, equivalente a 100% (cem por cento) do total de 40 salários mínimos atuais (R$ 545,00), por sua invalidez parcial permanente no grau de 100% (cem por cento), conforme laudo do IML de fls. 26, corrigidos desde a data desta sentença até efetivo pagamento, pelos índices da contadoria judicial e, ainda, com juros de mora de 1,0% ao mês, desde data da citação da empresa ré; Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios de sucumbência. Fixo os honorários em 10 % (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do Art. 20 do CPC, em razão do julgamento antecipado, do tempo exigido para o trabalho realizado e baixa complexidade deste, e ainda porque desnecessária a audiência de instrução. P.R.I.-Advs. JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA BORTOLASSI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

101. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1355/2008-BANCO BRADESCO S/A x FRANCISCO DE SOUZA PINTO- Sobre a(s) resposta(s) do(s) oficio(s), manifeste-se a parte interessada, no prazo de cinco dias.-Adv. WILSON SANCHES MARCONI-.

102. COBRANCA (SUM)-1385/2008-IRACEMA MARCOS VELHO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- (...)POSTO ISSO, julgo PROCEDENTES OS PEDIDOS iniciais, condenando a parte requerida a pagar o valor de R$ 21.800, 00 (vinte e um mil e oitocentos reais) à parte autora, equivalente a 40 salários mínimos atuais (R$ 545,00), por figurar como cônjuge do "de cujus", sendo beneficiária, pois, com correção monetária desde a data desta sentença, até efetivo pagamento, pelos índices oficias da contadoria, além de juros de mora de 1,0% ao mês, desde data da citação da empresa ré. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência. Fixo os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, ante a reduzida complexidade da demanda, nos termos do Art. 20 do CPC, em razão do julgamento antecipado, do tempo exigido para o trabalho realizado e baixa complexidade deste.Publique-se; Registre-se; Intimem-se.-Advs. ODAIR MARTINS, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

103. EMBARGOS A EXECUCAO-1468/2008-MARIA CONCEICAO VALONE GORINI x UNICRED NORTE DO PR.-COOP.EC.CRED.MED.PROF.SAU.PR.- Deve a embargante, em cinco dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R$954,69.-Advs. JOAO TAVARES DE LIMA FILHO e FABRICIO MASSI SALLA-.

104. COBRANCA (ORD)-1477/2008-MARCIA CARMEM MELO x VERA CRUZ SEGURADORA- Tendo em vista a correspondência devolvida em fls.190, informe o procurador da autora o endereço atualizado da requerente, no prazo de cinco dias. -Adv. GUILHERME REGIO PEGORARO-.

105. DEPOSITO-1620/2008-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x CRISTIANO GAIOSKI-Ao requerente, dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção.-Adv. KARINE SIMONE P.WEBER-.

106. PRESTACAO DE CONTAS-1629/2008-JOSE EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA x ADRIANA LACERDA VIEIRA e outro- Posto isso, e por tudo o mais que dos autos consta, acolho a preliminar de falta de todas as condições da ação e, assim, julgo extinto o procedimento sem exame do mérito na forma do Art. 267, VI, do CPC.Condeno o autor ao pagamento das custas judiciais, honorários advocatícios do patrono da parte autora, estes fixados em R$ 2.000,00 (dois mil reais), levando em conta a pouca complexidade da primeira fase da presente ação, a ausência de condenação, a extinção sem exame do mérito e o grau de zelo do profissional, com fulcro no artigo 20 e §§, do Código de Processo Civil.Condeno o autor ainda ao pagamento da pena de 1% sobre o valor da causa atualizado pelos índices da contadoria, ao tempo do recolhimento, a título de litigância de má-fé, por infração ao Art. 14, I, III e ss do CPC, conforme fundamentação acima.P.R.I.-Advs. VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO e JULIO BROTTO-.

107. BUSCA E APREENSAO (FID)-171/2009-BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x EDMUNDO BRENNER WEISS NETO- Vistos;HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus devidos e legais efeitos, a autocomposição entre as partes, por meio da transação juntada aos autos, e, de conseqüência, declaro extinto o processo, nos termos dos artigos 269, III, do CPC.Eventuais custas processuais remanescentes, pelas partes equitativamente com divisão porcentual.Dê-se baixa junto ao Distribuidor e após arquivem-se os autos. P.R.I.-Adv. ALESSANDRA N.SPOLADORE-.

108. COBRANCA (ORD)-275/2009-ARI APARECIDO MACHADO x BRADESCO SEGUROS S/A- (...) POSTO ISSO, julgo PROCEDENTES O PEDIDOS iniciais, condenando a parte requerida a pagar o valor de R$ 15.260,00 (quinze mil duzentos e sessenta reais) de indenização do seguro DPVAT à parte autora, equivalente a 70% (setenta por cento) do total de 40 salários mínimos atuais (R$ 545,00 x 40 = R$ 21.800,00), por sua invalidez parcial permanente no grau de 70% (setenta por cento), conforme laudo do IML de fls. 27, corrigidos desde a data desta sentença, até efetivo pagamento, pelos índices da contadoria judicial e, ainda de juros de mora de 1,0% ao mês, desde data da citação da empresa ré;Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios de sucumbência. Fixo os honorários em 10 % (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do Art. 20 do CPC, em razão do julgamento antecipado, do tempo exigido para o trabalho realizado e baixa complexidade deste, e ainda porque desnecessária a audiência de instrução.Publique-se; Registre-se; Intimem-se.-Advs. CLAUDINEY ERNANI GIANNINI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

109. DESPEJO-312/2009-ANA MARIA COSTA PINTO x JOSE DAMAZIO- Sobre a certidão de transito em julgado, manifeste-se a requerente, para requerer o que lhe é de direito, no prazo de cinco dias.-Adv. MARCOS VINICIUS ROSIN-.

110. DEPOSITO-376/2009-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS x VALERIA APARECIDA MOTTA-Deverá a requerente, no prazo de cinco dias, retirar expediente (carta de citaçao), mediante pagamento de R$ 9,40 por carta expedida. -Advs. KARINE SIMONE P.WEBER, SERGIO SCHULZE e JULIANO CESAR LAVANDOSKI-.

111. REINTEGRACAO DE POSSE-381/2009-REAL LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x HENRIQUE JOSE SILVERIO MARQUES-Sobre a certidão de transito em julgado, manifeste-se a requerente, para requerer o que lhe é de direito, no prazo de cinco dias. -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

112. COBRANCA (ORD)-394/2009-PAULO HORTO LEILÕES LTDA x CARINE CAMPOS-Deverá a parte interessada, no prazo de cinco dias, retirar expediente (carta precatória), mediante pagamento de R$ 9,40 por carta expedida. -Adv. GUILHERME REGIO PEGORARO-.

113. PRESTACAO DE CONTAS-408/2009-TATIANE MOREIRA DE CARVALHO x CARLOS ROBERTO SAKASHITA e outro- (...)Posto isso, e por tudo o mais que dos autos consta, afasto a preliminares de falta de condições da ação e, no mérito, com fundamento no artigo 915, § 2o. do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE

o pedido inicial para:a) CONDENAR os réus, solidariamente, na condição de constituinte e constituído, para as funções de gerente da empresa indicada nos autos, a prestarem contas da administração da empresa por todo o período de gerência, à parte autora, na forma pleiteada na inicial, devendo virem acompanhadas de todos os livros e documentos que justifiquem as dívidas contraídas, pagamentos, compras e investimentos realizados, no período da sociedade entre a autora e o primeiro réu e da administração do segundo réu, em forma mercantil, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que a autora apresentar;b) CONDENAR os réus, ainda, ao pagamento das custas judiciais, e honorários advocatícios do patrono da parte autora, estes fixados em R$ 1.000,00 (um mil reais), levando em conta a relativa complexidade da primeira fase da presente ação e o grau de zelo do profissional, e com fulcro no artigo 20, § 4.º, do Código de Processo Civil.P.R.I.-Advs. WILSON ROBERTO PEIXOTO JUNIOR, LEANDRO ONESTI PEICOTO e MILTON MARCELO WEFFORT-.

114. BUSCA E APREENSAO (FID)-462/2009-OMNI SA - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ODAIR DA SILVA NORATO- Decorrido o prazo de suspensão requerido, manifeste o requerente, no prazo de cinco dias.-Adv. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO-.

115. REINTEGRACAO DE POSSE-464/2009-BANCO FINASA BMC S/A x KARLO EDUARDO SAITO MARTINS- Sobre a certidão de transito em julgado, manifeste-se a requerente, para requerer o que lhe é de direito, no prazo de cinco dias.-Advs. ALESSANDRA LABIAK e MILKEN JACQUELINE C.JACOMINI-.

116. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-492/2009-BANCO ITAU S/A x MARIA DE FATIMA PEREIRA ZANUTO (FIRMA INDIVIDUAL) e outro- Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...);4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Int.Dil.Nec. -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO-.

117. REINTEGRACAO DE POSSE-499/2009-MAURO MARQUES e outros x PAULO VICENTE ALVES- Sobre a petição de fls.181/183, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int.-Adv. ANTONIA MARIA DA COSTA-.

118. ARROLAMENTO-511/2009-APARECIDA GOMES DE LIMA x FRANCISCO TELLES DE LIMA-(...) 4-Após o recolhimento dos impostos e do trânsito em julgado da presente decisão (art.1031, § 2º, do CPC), intime-se a Fazenda Pública para se manifestar sobre o imposto recolhido.-Adv. FABIOLA DE ALMEIDA ZANETTI BRITO-.

119. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-796/2009-ITAPEVA II MULTICARTEIRA FUNDO DE INSVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NÃO PADRONIZADOS x NABOR PAULO DOS SANTOS e outros- Deve a parte autora manifestar-se, quanto o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias.-Advs. LUIZ OTTAVIO VEIGA GRECA e RAFHAEL WASSERMAN-.

120. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-823/2009-CARLOS HENRIQUE CASTOLDO x RICARDO LIMA DE OLIVEIRA e outro- Deve a parte autora, em cinco dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R $1.159,58.-Adv. ALEXANDRE DE AQUINO BASTOS-.

121. COBRANCA (SUM)-889/2009-PAULO CESAR RIGONI ABRAHÃO x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT SA-Sobre o agravo retido, manifeste-se o requerido, no prazo de dez dias. -Advs. MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

122. COBRANCA (SUM)-901/2009-ALCIR FERREIRA DE SOUZA x VERA CRUZ SEGURADORA- Sobre o agravo retido, manifeste-se o requerido, no prazo de dez dias.-Adv. RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.

123. REINTEGRACAO DE POSSE-925/2009-BANCO FINASA BMC S/A x AIR SAMUEL DE SOUZA-A parte interessada para retirar ofício, no prazo de cinco dias. -Adv. ALESSANDRA N.SPOLADORE-.

124. COBRANCA (ORD)-935/2009-PAULO RUY FRANCO DE MACEDO JUNIOR x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT SA- Sobre o laudo do exame de lesões corporais, manifestem-se as partes, no prazo de cinco dias.-Advs. HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

125. ARROLAMENTO-1012/2009-APARECIDO RIBEIRO CORREA x ARMANDO RIBEIRO CORREA - ESPÓLIO- Manifeste-se a Fazenda Pública, sobre a petição de fls.41/45, dentro do prazo legal.-Adv. FABIOLA ALMEIDA ZANETTI DE BRITO-.

126. OBRIGACAO DE FAZER (ORD)-1133/2009-DARCY FERREIRA x UNIMED DE LONDRINA - COOP.DE TRABALHO MEDICO- Deve a parte requerida, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R$466,73, no prazo de cinco dias.-Adv. ARMANDO GARCIA GARCIA-.

127. BUSCA E APREENSAO (FID)-1167/2009-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x JOAQUIM VICENTE DE OLIVEIRA-Ante ao contido na certidao do sr. Oficial de Justiça, manifeste-se a parte promovente, no prazo de cinco dias. Int. -Advs. GUSTAVO SALDANHA SUCHY e JANAINA GIOZZA AVILA-.

128. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1246/2009-SATIKO NAKASHIMA MICHETETTI x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Posto isso, e por tudo mais que dos autos consta, REJEITO A IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, DETERMINANDO O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO, NOS TERMOS DE SUA EXORDIAL. Custas pelo impugnante. Fixo os honorários de sucumbência em favor do procurador do impugnado, conforme entendimento do Egrégio STJ, em 15% do valor da execução, pela necessidade de resposta à impugnação, embora despiciendas quaisquer audiências. (...) Na esteira de entendimentos do STJ e TJ-PR, uma vez rejeitados liminarmente ou julgados improcedentes os embargos à execução e, em interpretação extensiva, as impugnações ao cumprimento de sentença, a execução é definitiva. Assim, após cálculo atualizado da contadoria, nos termos do acórdão e documentos juntados pelos autores, liberem-se valores depositados a título de garantia do juízo, por alvará, à parte exequente ou seu procurador, a depender da concessão de poderes específicos em procuração e, ressalvada notícia de concessão de efeito suspensivo a agravos interpostos, antes da expedição dos alvarás. Intime-se.-Advs. LUCIANA KKAYAMORI e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

129. EMBARGOS A EXECUCAO-1453/2009-NAURO CONSTÂNCIO GIL e outro x IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S/A- 1-Sobre a petição retro, manifeste-se a parte autora.-Adv. LUIS HASEGAWA-.

130. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1476/2009-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x SERPELEONI & FERREIRA LTDA-Ante ao contido na certidao do sr. Oficial de Justiça, manifeste-se a parte promovente, no prazo de cinco dias. Int. -Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

131. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1516/2009-BANCO BRADESCO S/A x A M DA SILVA AMORTECEDORES E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS e outro-Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...);4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Int.Dil.Nec. -Adv. MARCOS C. AMARAL VASCONCELOS-.

132. BUSCA E APREENSAO (FID)-1613/2009-FINANCEIRA ALFA S/A - CFI x JULIO CESAR PROBST- Deve a parte autora manifestar-se, quanto o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção.-Advs. MARINA BLASKOVSKI, JULIANO CESAR LAVANDOSKI e IRACÉLES GARRETT LEMOS PEREIRA-.

133. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-1622/2009-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x LUIZ FERNANDO PICCININ-Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...);4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Int.Dil.Nec. -Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

134. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-1636/2009-HELIO VENÂNCIO e outro x BANCO ITAU S.A- Recebo e rejeito ambos os embargos de declaração, por seu efeito infringente, a uma porque o prazo prescricional está fundamentado e decidido e, a duas, porque as nulidades e eventuais indenizações serão examinadas à luz do CDC, e não quanto ao vício do negócio jurídico, específico, de lesão, tal como descrito na doutrina cível, somente; -Advs. HELIO DE MATOS VENANCIO, BRUNO

PEDALINO, FABIO MASSAMI SUZUKI, DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM-.

135. PRESTACAO DE CONTAS-1724/2009-TATIANE SAMPAIO BIENIEK x INTRA S/A CORRETORA DE CAMBIO E VALORES-Sobre o agravo retido, manifeste-se o requerente, no prazo de dez dias. -Adv. MAURICIO DE OLIVEIRA CARNEIRO-.

136. EXECUCAO-1744/2009-ACF DIABETIC DISTRIBUIDORA LTDA x FARMAVIP MEDICAMENTOS LTDA- Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...);4-Em caso de penhora parcial ou frustrada, certifique-se, e proceda-se a busca de veículos junto ao sistema Renajud;5-Int.Dil.Nec. -Adv. SIDNEI MARCELO FASSINI-.

137. EMBARGOS DE TERCEIRO-1765/2009-RUTH FRIEDRICH KARAM x COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DA REGIAO NORTE PR. - SICREDI-Recebo a apelação nos seus regulares efeitos, suspensivo e devolutivo. Ao apelado para apresentar suas contra-razões, no prazo legal. Int. Após, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens deste Juízo.-Advs. SERGIO ANTONIO MEDA, CARLOS ARAUZ FILHO, EDGAR KINDERMANN SPECK e MARCIO ANDERSON ARAUJO-.

138. USUCAPIAO-1827/2009-JOSE CARLOS DA ROCHA e outro x ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS e outros- Sobre a correspondência devolvida, manifeste-se a requerente no prazo de cinco dias.-Adv. DENNER PIERRO LOURENÇO-.

139. COBRANCA (SUM)-1830/2009-CONJUNTO RESIDENCIAL VALE DOS TUCANOS x ROSANGELA APARECIDA DE FATIMA TERRA e outro- Manifeste-se a requerente, tendo em vista que houve o transito em julgado da sentença, no prazo de cinco dias.-Advs. ERICA FIGUEIRÓ e MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA-.

140. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-2084/2009-JOÃO MARTINS CARVALHO x BANCO ITAU S.A- 1-A decisão fica mantida por seus próprios fundamentos, observando-se eventuais liminares suspensivas ou sucessivas-ativas, se o caso; 2-Encaminhem-se por ofício as informações, inclusive quanto ao cumprimento do artigo 526 e sua tempestividade; 3-Após, proceda-se ao impulso oficial, pelo oficio; Int.Dil.Nec.-Advs. SHIROKO NUMATA e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

141. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-2141/2009-RPJ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS DE MADEIRAS E REPRESENTAÇÕES LTDA e outro x BANCO DO BRASIL S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. GILBERTO BAUMANN DE LIMA, EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA e LUIZ ALBERTO GONÇALVES-.

142. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-2149/2009-BANCO DO BRASIL S/A x CAFE CEREJA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-Deverá a parte interessada, no prazo de cinco dias, retirar expediente (carta precatória) e providenciar as cópias necessárias para a sua instrução, mediante pagamento de R$ 9,40 por carta expedida. -Adv. CLAUDINE APARECIDO TERRA-.

143. DECLARATORIA-2184/2009-ANDREA ROMAGNOLE ALVES x BANCO BMG S/A e outro-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. JOVINO TERRIN-.

144. DECLARATORIA-2197/2009-YASUAKI TSUKAMOTO x SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES- (...)Posto isso, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS DA PARTE AUTORA, para o fim de CONDENAR a S.E.M requerida SERCOMTEL S.A. a proceder à conversão em "ações preferenciais classe A" (previstas no estatuto da Sercomtel), do valor de mercado dos terminais autofinanciados auferido à época da criação da S.E.M (publicação da Lei 6.419/95) devidamente atualizado pelos índices oficiais da contadoria até a efetiva conversão, ou indenizá-los no valor correspondente atualizado, e de qualquer forma acrescidos de juros de mora desde a citação, simples e à razão de 1% ao mês, na forma dos Arts. 161, § 1º, do CTN e 406 do CC/2002, sob pena de enriquecimento sem causa.Deixo de declarar a nulidade dos atos de conversão do ente da administração direta, seja a título de pedido sucessivo ou como fundamentação base para tanto.Tais valores deverão ser obtidos em liquidação, ainda que a título de prova emprestada na liquidação em andamento da ação civil pública da 3ª Vara Cível local, não se podendo auferir como válidos os valores de R$ 2.300,00 indicados em casos análogos, porque desprovidos de base legal e demonstração segura de sua prática, para perfeita observância dos direitos garantidos pela Lei 6.419/95. Em conseqüência, ante a sucumbência ínfima ao autor imposta, julgo extinto o feito com base no Art. 269, I, do CPC. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência fixados em R$ 60,00 (sessenta reais), em obediência ao Art. 20 do CPC, pela desnecessidade de instrução, porque ainda incerto o valor da condenação que gerará honorários no cumprimento de sentença e eventuais liquidações se necessárias e, ainda, o "sem número" de ações idênticas propostas nesta comarca, muitas vezes com simples fotocópias das fls. 03 e seguintes, que revelam trabalho de "jurisdição de massa", na expressão forjada pelo ilustre Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ex Desembargador Paulista, Sidney Benetti, e eventual captação de clientes por procuradores, quero crer, inocorrente nestes autos, bastando a verificação de distribuições de ações de tais jaez por cada banca, nas varas, em caso de dúvidas.Publique-se; Registre-se; Intime-se.-Advs. TIRONE CARDOZO DE AGUIAR e JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA-.

145. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-2234/2009-JOSE INACIO RODRIGUES x SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES- (...)POSTO ISSO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 844, II, do CPC, julgo procedente o pedido da parte autora para o fim de DETERMINAR à parte ré EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS NA INICIAL, em até 05 dias após trânsito em julgado da presente. Fica a parte ré advertida de que, não exibindo os documentos, no todo ou em parte, sujeitar-se-á, dentro do juízo de verossimilhança e regras ordinárias de experiência do magistrado exigíveis, à luz dos Arts. 333 e seguintes, especialmente Arts. 335 e 339 e, ainda, 355 e seguintes, todos do CPC, à presunção de veracidade de fatos alegados com causa de pedir verossímil e base documental indicada nos documentos faltantes, em eventual ação principal, sem possibilidades de busca e apreensão ou astreintes, nos termos de uníssona jurisprudência, sobretudo do STJ, de transcrição dispensada porque evidente. Pela sucumbência, condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de verba honorária devida ao patrono da parte autora, que arbitro equitativamente em R$ 250,00 isso em razão do sem número de ações de massa análogas, com reduzida complexidade às demandas, e limítrofe justificação do uso de tal expediente ante a possibilidade, na grande maioria dos casos, de pedido incidente de exibição, com as mesmas penas, no bojo da inicial da ação principal objetivada, como forma de outorgar, no mais das vezes, maior celeridade aos pleitos da parte. (CPC, art. 20, § 4°). P.R.I. Anotações, certificações e retificações de estilo deferidas. -Advs. DANIEL TOLEDO DE SOUZA, RICARDO FURLAN, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e GLAUCO IWERSEN-.

146. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-2246/2009-OSMAEL BATAGLIA x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. ALEXANDRE TEIXEIRA, ALEXANDRE NELSON FERRAZ, EUCLIDES GUIMARAES JUNIOR OAB39717 e ROBSON SOUZA NEUBA-.

147. ORDINARIA-2319/2009-HELENA DAHER e outros x BANCO DO BRASIL S/A-1-O feito comporta, nos termos do Art. 330, I, do CPC, julgamento sem necessidade de instrução em audiência, uma vez que a questão é de direito exclusivamente, pelo que determino: 2- À conta, dispensando-se a parte autora do preparo porque beneficiária a assistência judiciária; 3- Em seguida, conclusos para sentença. 4- Intimem-se, ocasião em que poderão requerer audiência de conciliação a que alude os arts. 125, IV e 331 do CPC. Int.Dil.Nec. -Advs. THAISA CRISTINA CANTONI e LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS-.

148. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0001044-45.2010.8.16.0014-JULINDRA RODRIGUES SOUZA x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-Sobre a petição de fls.135/137, manifeste-se o requerido, no prazo de cinco dias -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

149. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0001353-66.2010.8.16.0014-JORGE CORREIA PARRA x BANCO BANESTADO S/A- 1-Avoquei os presentes autos, invocando questão de ordem afeta à competência e; Considerando possíveis entendimentos a serem externados nos presentes autos, que demandem atraso no impulso oficial do procedimento regular, que venham a versar, sobre a cessação de competência deste juízo para decisão no presente feito, em virtude da criação de duas varas de Fazenda Pública na Comarca de Londrina em 14/07/2011, com

competência para processo e julgamento de causas principais ou conexas em que figurem como partes, terceiros intervenientes ou interessados, o Estado do Paraná, seus respectivos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas, a exemplo da aparte aqui indicada, BANESTADO S/A, e ainda sociedades de economia mista, dentre outros e; Considerando a previsão legal do CPC, conforme Art.87 do referido Códex, que estabelece como exceção ao momento de fixação de competência de julgamento quando da distribuição do procedimento, a alteração de competência absoluta em razão da matéria, o que pode, de igual forma, ser argüido nos presentes autos, DECIDO o abaixo: 2-O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgados uníssonos, tem decidido que não basta o interesse meramente econômico e secundário, e sim, deve haver a presença do interesse jurídico em conjunto ao primeiro, de modo evidente, para modificação de competência quando há em um dos pólos da relação, um ente público, seja para o deslocamento à Justiça Federal, seja às Varas de Fazenda Pública, nas cidades em que instaladas (Londrina e Curitiba); Mais que isso, em conflitos de competência ou decisões que sobre tal tema versem, o Tribunal de Justiça, especificamente em relação ao Banestado S/A, tem entendido que a competência das varas especializadas de Fazenda hoje não subsistem e, em tese, subsistiriam apenas nas ações ajuizadas antes de 17/10/2000. Isso porque, o Banco BANESTADO S/A, originalmente Empresa Pública Estadual, teve seu capital social em ações identificado, integralmente vendido-transferido ao Banco do Itaú S/A, m 17/10/2000 e assim, o banco adquirente assumiu a administração do saldo passivo do referido banco público e, em relação aos contratos que permaneciam vigentes naquela data, os sucedeu, transformando-o em contratos do adquirente Itaú. Mais que isso, o Banco Banestado realmente continua ativo, com CNPJ ainda preservado e em liquidação extrajudicial, todavia, com capital, hoje, integralmente privado e, assim, não é mais Sociedade de Economia Mista, o que exclui o foro especial em relação à pessoa.Destarte, a posição assente da jurisprudência paranaense é no sentido de que, para todas as ações ajuizadas contra o Banestado após 17/09/2000, o interesse do estado não existe sequer do ponto de vista econômico, quiça do jurídico, de modo a modificar a competência, às competências especializadas.(...).3- Nesses termos, reconheço a competência deste juízo para processo e julgamento da presente demanda e de todas as demandas análogas que inclua o ente Banestado como autor, réu, assistente, opoente, litisdenunciado, só ou em conjunto com outros entes privados.Intimem-se para ciência e, em querendo, recursos. Transita a decisão, proceda-se ao impulso oficial neste juízo. -Advs. MARCUS AURELIO LIOGI e LUIS OSCAR SIX BOTTON-.

150. COBRANCA (ORD)-0002300-23.2010.8.16.0014-TIAGO ZAMPARO DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2-No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC 3-E ainda manifestem-se sobre o laudo do exame de lesões corporais em fls155.-Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

151. COBRANCA (ORD)-0006416-72.2010.8.16.0014-PATRICIA APARECIDA SABINO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e FLAVIO PENTEADO GEROMINI-.

152. COBRANCA (ORD)-0006458-24.2010.8.16.0014-JAIR DIAS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

153. COBRANCA (ORD)-0006469-53.2010.8.16.0014-ESTANISLAU GOMES DE ALMEIDA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

154. PRESTACAO DE CONTAS-0007941-89.2010.8.16.0014-ANTONIO LOBO DA PAIXÃO x BANCO BANESTADO S/A- (...) Dispositivo: Posto isso, e por tudo o mais que dos autos consta, afasto as preliminares alegadas: 1-No mérito, com fundamento no artigo 915, §2º do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para: a) CONDENAR o réu BANCO BANESTADO S/A, a prestar constas da conta-corrente número 1093-9, agência 0016, do município de Londrina/PR, à autora, na forma pleiteada na inicial, devendo vir acompanhadas de todos os documentos que justifiquem os lançamentos efetuados, cópia dos contratos e suas sucessivas alterações firmados entre as partes, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar, dos últimos 10 anos antes da propositura e até a data da efetiva prestação de contas, e no qual ocorreram os lançamentos cuja origem e regularidade deseja verificar; b)CONDENAR o réu, ainda, ao pagamento das custas judiciais, e honorários advocatícios do patrono do autor, estes fixados em R$1.000,00 (um mil reais), pela substituição processual, mas levando em conta a complexidade da ação e o grau de zelo do profissional, e com fulcro no artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil. P.R.I.-Advs. LUIZ CARLOS FREITAS e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

155. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0009952-91.2010.8.16.0014-IMPRESSORA SANTA CATARINA LTDA x WILLIAMS CLEBER FRATINE- Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...);4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Int.Dil.Nec. -Adv. THEREZINHA MODANESE BOLDORI-.

156. COBRANCA (ORD)-0010264-67.2010.8.16.0014-EDUARDO DE FRANCA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- Ao requerente, providenciar as cópias necessárias para a instrução da carta de citação, no prazo de cinco dias.-Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

157. PRESTACAO DE CONTAS-0010428-32.2010.8.16.0014-JERONIMO COLTRO x E. UM INVESTIMENTOS e outro- Posto isso, e por tudo o mais que dos autos consta, afasto as preliminares e no mérito, com fundamento no artigo 915, § 2o. do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para:a) CONDENAR as rés UMUARAMA S/A CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS e E. UM INVETIMENTOS (solidariamente) a prestarem contas na forma pleiteada na inicial, devendo vir acompanhadas de todos os documentos que justifiquem os lançamentos, compras, vendas, pagamentos, altas e baixas, lucros e perdas, efetuados e resultantes, cópia dos contratos e suas sucessivas alterações firmados entre as partes, sob pena de não lhes ser lícito impugnar as que o autor apresentar, relativo a todo o período do contrato e até a data da efetiva prestação de contas, e no qual ocorreram os atos cuja origem e regularidade deseja verificar;b) CONDENAR os réus, ainda, ao pagamento das custas judiciais, e honorários advocatícios do patrono do autor, estes fixados em R$ 1.000,00 (um mil reais), levando em conta a complexidade da ação e o grau de zelo do profissional, e com fulcro no artigo 20, § 4.º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, arquivem-se.-Advs. MARIO SERGIO DIAS XAVIER, MARCO AURELIO GRESPAN, MARCO ANTONIO TILLVITZ e LUIZ GONZAGA M. CORREIA-.

158. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0010539-16.2010.8.16.0014-SILVIO RENATO DA SILVA x BANCO BANESTADO S/A- 1-Avoquei os presentes autos, invocando questão de ordem afeta à competência e; Considerando possíveis entendimentos a serem externados nos presentes autos, que demandem atraso no impulso oficial do procedimento regular, que venham a versar, sobre a cessação de competência deste juízo para decisão no presente feito, em virtude da criação de duas varas de Fazenda Pública na Comarca de Londrina em 14/07/2011, com competência para processo e julgamento de causas principais ou conexas em que figurem como partes, terceiros intervenientes ou interessados, o Estado do Paraná, seus respectivos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas, a exemplo da aparte aqui indicada, BANESTADO S/A, e ainda sociedades de economia mista, dentre outros e; Considerando a previsão legal do CPC, conforme Art.87 do referido Códex, que estabelece como exceção ao momento de fixação de competência de julgamento quando da distribuição do procedimento, a alteração de competência absoluta em razão da matéria, o que pode, de igual forma, ser argüido nos presentes autos, DECIDO o abaixo: 2-O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgados uníssonos, tem decidido que não basta o interesse meramente econômico e secundário, e sim, deve haver a presença do interesse jurídico em conjunto ao

primeiro, de modo evidente, para modificação de competência quando há em um dos pólos da relação, um ente público, seja para o deslocamento à Justiça Federal, seja às Varas de Fazenda Pública, nas cidades em que instaladas (Londrina e Curitiba); Mais que isso, em conflitos de competência ou decisões que sobre tal tema versem, o Tribunal de Justiça, especificamente em relação ao Banestado S/A, tem entendido que a competência das varas especializadas de Fazenda hoje não subsistem e, em tese, subsistiriam apenas nas ações ajuizadas antes de 17/10/2000. Isso porque, o Banco BANESTADO S/A, originalmente Empresa Pública Estadual, teve seu capital social em ações identificado, integralmente vendido-transferido ao Banco do Itaú S/A, m 17/10/2000 e assim, o banco adquirente assumiu a administração do saldo passivo do referido banco público e, em relação aos contratos que permaneciam vigentes naquela data, os sucedeu, transformando-o em contratos do adquirente Itaú. Mais que isso, o Banco Banestado realmente continua ativo, com CNPJ ainda preservado e em liquidação extrajudicial, todavia, com capital, hoje, integralmente privado e, assim, não é mais Sociedade de Economia Mista, o que exclui o foro especial em relação à pessoa.Destarte, a posição assente da jurisprudência paranaense é no sentido de que, para todas as ações ajuizadas contra o Banestado após 17/09/2000, o interesse do estado não existe sequer do ponto de vista econômico, quiça do jurídico, de modo a modificar a competência, às competências especializadas.(...).3- Nesses termos, reconheço a competência deste juízo para processo e julgamento da presente demanda e de todas as demandas análogas que inclua o ente Banestado como autor, réu, assistente, opoente, litisdenunciado, só ou em conjunto com outros entes privados.Intimem-se para ciência e, em querendo, recursos. Transita a decisão, proceda-se ao impulso oficial neste juízo. -Advs. JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA e DANIEL HACHEM-.

159. REVISIONAL-0011104-77.2010.8.16.0014-ANTONIO ALVES DA SILVA FILHO x BANCO BANESTADO - SUCESSOR BANCO ITAU S/A e outro-Sobre a contestaçao, o agravo retido e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. MARIA REGINA ALVES MACENA-.

160. COBRANCA (ORD)-0012187-31.2010.8.16.0014-SANDRA CRISTINA AMARAL FRANCO e outro x ANDERSON DA SILVEIRA RIBEIRO e outro-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. TEREZINHA DEMARTINO e ADILOAR FRANCO ZEMUNER-.

161. COBRANCA (ORD)-0012877-60.2010.8.16.0014-CONDOMINIO CONJ.RESIDENCIAL PORTAL DAS ARTES x ALCEU FERREIRA SIMA-Deverá a parte interessada, no prazo de cinco dias, retirar expediente (carta de citaçao), mediante pagamento de R$ 9,40 por carta expedida. -Adv. LEONARDO MANARIN DE SOUZA-.

162. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0012882-82.2010.8.16.0014-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x DONIZETE APARECIDO DOS SANTOS-A parte autora para retirar ofício, no prazo de cinco dias. -Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ, MARCIO RUBENS PASSOLD, VALERIA CARAMURU CICARELLI e FELIPE SÁ FERREIRA-.

163. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0012962-46.2010.8.16.0014-SEMENTES MAUA LTDA x JOSE QUIRINO GOUVEIA DE MORAES-Vistos;HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus devidos e legais efeitos, a autocomposição entre as partes, por meio da transação juntada aos autos, e, de conseqüência, declaro extinto o processo, nos termos dos artigos 269,II e III, do CPC.Em caso de descumprimento, fica de plano constituído o título judicial, para atos de excussão, uma vez ocorrido fato impeditivo do direito de recorrer.Eventuais custas remanescentes pela parte executada, conforme estipulado em acordo. Oficie-se ao CRI respectivo para imediata baixa de penhoras realizadas nos autos.Dê-se baixa junto ao Distribuidor e após arquivem-se os autos. P. R. I.-Advs. DORIVAL PADUAN HERNANDES e MARCOS JOSE DE MIRANDA FAHUR-.

164. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0013285-51.2010.8.16.0014-COSTA NORTE TURISMO LTDA x FERNANDO HERMETO GOULART e outro- Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, defiro a comunicação on-line ao Banco Central (sistema Bacen-Jud), objetivando a localização de contas bancárias em nome do executado, desde que o credor informe corretamente o seu CPF/CNPJ e o CPF/CNPJ do executado, bem como o valor atualizado da dívida.-Advs. ALESSANDRA TREVISAN FERREIRA e LUANA SIENA MAFIA-.

165. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0015634-27.2010.8.16.0014-ROSA MARIA MARTINS GARCIA x BANCO BANESTADO S/A- 1-Avoquei os presentes autos, invocando questão de ordem afeta à competência e; Considerando possíveis entendimentos a serem externados nos presentes autos, que demandem atraso no impulso oficial do procedimento regular, que venham a versar, sobre a cessação de competência deste juízo para decisão no presente feito, em virtude da criação de duas varas de Fazenda Pública na Comarca de Londrina em 14/07/2011, com competência para processo e julgamento de causas principais ou conexas em que figurem como partes, terceiros intervenientes ou interessados, o Estado do Paraná, seus respectivos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas, a exemplo da aparte aqui indicada, BANESTADO S/A, e ainda sociedades de economia mista, dentre outros e; Considerando a previsão legal do CPC, conforme Art.87 do referido Códex, que estabelece como exceção ao momento de fixação de competência de julgamento quando da distribuição do procedimento, a alteração de competência absoluta em razão da matéria, o que pode, de igual forma, ser argüido nos presentes autos, DECIDO o abaixo: 2-O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgados uníssonos, tem decidido que não basta o interesse meramente econômico e secundário, e sim, deve haver a presença do interesse jurídico em conjunto ao primeiro, de modo evidente, para modificação de competência quando há em um dos pólos da relação, um ente público, seja para o deslocamento à Justiça Federal, seja às Varas de Fazenda Pública, nas cidades em que instaladas (Londrina e Curitiba); Mais que isso, em conflitos de competência ou decisões que sobre tal tema versem, o Tribunal de Justiça, especificamente em relação ao Banestado S/A, tem entendido que a competência das varas especializadas de Fazenda hoje não subsistem e, em tese, subsistiriam apenas nas ações ajuizadas antes de 17/10/2000. Isso porque, o Banco BANESTADO S/A, originalmente Empresa Pública Estadual, teve seu capital social em ações identificado, integralmente vendido-transferido ao Banco do Itaú S/A, m 17/10/2000 e assim, o banco adquirente assumiu a administração do saldo passivo do referido banco público e, em relação aos contratos que permaneciam vigentes naquela data, os sucedeu, transformando-o em contratos do adquirente Itaú. Mais que isso, o Banco Banestado realmente continua ativo, com CNPJ ainda preservado e em liquidação extrajudicial, todavia, com capital, hoje, integralmente privado e, assim, não é mais Sociedade de Economia Mista, o que exclui o foro especial em relação à pessoa.Destarte, a posição assente da jurisprudência paranaense é no sentido de que, para todas as ações ajuizadas contra o Banestado após 17/09/2000, o interesse do estado não existe sequer do ponto de vista econômico, quiça do jurídico, de modo a modificar a competência, às competências especializadas.(...).3- Nesses termos, reconheço a competência deste juízo para processo e julgamento da presente demanda e de todas as demandas análogas que inclua o ente Banestado como autor, réu, assistente, opoente, litisdenunciado, só ou em conjunto com outros entes privados.Intimem-se para ciência e, em querendo, recursos. Transita a decisão, proceda-se ao impulso oficial neste juízo.-Advs. JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA e LUIS OSCAR SIX BOTTON-.

166. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0015648-11.2010.8.16.0014-CECILIA ALVES COSTA x BANCO BANESTADO S/A- (...)POSTO ISSO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 844, II, do CPC, julgo procedente o pedido da parte autora para o fim de DETERMINAR à parte ré EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS A PARTIR DA DATA DE 10 DE FEVEREIRO DE 1990, em até 05 dias após trânsito em julgado da presente.Fica a parte ré advertida de que, não exibindo os documentos, no todo ou em parte, sujeitar-se-á, dentro do juízo de verossimilhança e regras ordinárias de experiência do magistrado exigíveis, à luz dos Arts. 333 e seguintes, especialmente Arts. 335 e 339 e, ainda, 355 e seguintes, todos do CPC, à presunção de veracidade de fatos alegados com causa de pedir verossímil e base documental indicada nos documentos faltantes, em eventual ação principal, sem possibilidades de busca e apreensão ou astreintes, nos termos de uníssona jurisprudência, sobretudo do STJ, de transcrição dispensada porque evidente.Pela sucumbência, condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de verba honorária devida ao patrono da parte autora, que arbitro equitativamente em R$ 250,00 isso em razão do sem número de ações de massa análogas, com reduzida complexidade às demandas, e limítrofe justificação do uso de tal expediente ante a possibilidade, na grande maioria dos casos, de pedido incidente de exibição, com as mesmas penas, no bojo da inicial da ação principal objetivada, como forma de outorgar, no mais das vezes, maior celeridade aos pleitos da parte. (CPC, art. 20, § 4°). P.R.I. Anotações, certificações e retificações de estilo deferidas.-Advs. JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA e LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO-.

167. DECLARATORIA-0017097-04.2010.8.16.0014-ESPOLIO DE JOSIAS FERNANDES DE ARAUJO x SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES- 1- Recebo e rejeito os presentes embargos de declaração, por entender que, ainda que implicitamente, seus efeitos são infringentes; 2- Isso se dá porque a decisão judicial embargada está suficientemente fundamentada, resolvendo as questões necessárias ao feito, não sendo o juiz obrigado a examinar pormenorizada e demoradamente, sem necessidade, todo e qualquer ponto alegado, notadamente quando de efeito secundário e incapaz de gerar prejuízo (ne pás de nullité sans grief) seja ela interlocutória ou sentença, bastando, quanto a esta, cumprimento do art.458 do CPC e observadas formalidades essenciais; (...) 2 - Às vias recursais ordinárias, pois; Intimem-se.-Advs. FABIANO KLEBER MORENO DALAN, RODOLPHO ERIC MORENO DALAN, PAULO HENRIQUE GARDEMANN, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, GLAUCO IWERSEN e MARIANA PEREIRA VALERIO-.

168. CAUTELAR INOMINADA-0017705-02.2010.8.16.0014-SORAYA FANTINI x TIM S/A- Vistos;Trata-se de medida cautelar inominada, regularmente ajuizada em que, após trâmite, houve cumprimento da ordem que determinou a exibição dos

documentos, conforme notícia de fls. 37, onde a autora requer o arquivamento dos autos.DECIDO.A decisão é possível de imediato, pois, conforme noticiado em fls. 37, houve a perda do objeto da ação e, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Medida Cautelar Inominada, nos termos do art. 267, VI, do CPC, pela perda superveniente do objeto e, consequentemente, do interesse de agir em sua acepção necessidade, condição da ação.Custas remanescentes, pela autora, pelo princípio da causalidade.P.R.I. Dê-se baixa junto ao Distribuidor e após arquivem-se os autos. -Advs. REJANE ROMAGNOLI TAVARES ARAGÃO e CARLOS ALBERTO HAUER DE OLIVEIRA-.

169. RENOV. CONTRATO DE LOCACAO-0018230-81.2010.8.16.0014-MARIA MADALENA BORTOLASSE x HILARIO PONTELLO- Deve a parte autora manifestar-se, quanto o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção.-Adv. HELIO CAMILO DE ALMEIDA-.

170. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0018266-26.2010.8.16.0014-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x CADEPAR - PRODUTOS METALURGICOS LTDA e outros- Informe a requerente, se houve o integral cumprimento de acordo realizado entre as partes, no prazo de cinco dias.-Adv. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.

171. DEPOSITO-0018739-12.2010.8.16.0014-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x ANTONIO MARCOS DE SOUZA- Sobre a correspondência devolvida, manifeste-se a requerente no prazo de cinco dias.-Adv. JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.

172. EMBARGOS A EXECUCAO-0018746-04.2010.8.16.0014-FUMIO OKUZONO x BANCO CITIBANK S/A- A requerente, manifeste-se no prazo de cinco dias, sobre a certidão de fls.89 verso. -Adv. EDUARDO TOMIO K.OKUZONO-.

173. DEPOSITO-0020273-88.2010.8.16.0014-BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CRISTIANE APARECIDA LOPES DOS SANTOS- A requerente, fornecer novo endereço do requerido, para a expedição de mandado já deferido, conforme o despacho de fls.37, no prazo de cinco dias. -Advs. MILKEN JACQUELINE C.JACOMINI e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

174. COBRANCA (ORD)-0020699-03.2010.8.16.0014-VERA ELISA DE SOUZA x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. SHIROKO NUMATA e MARIA LETICIA BRUSCH-.

175. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0022651-17.2010.8.16.0014-JUSTINO LUIZ DE LIMA x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A-1-Avoquei os presentes autos, invocando questão de ordem afeta à competência e; Considerando possíveis entendimentos a serem externados nos presentes autos, que demandem atraso no impulso oficial do procedimento regular, que venham a versar, sobre a cessação de competência deste juízo para decisão no presente feito, em virtude da criação de duas varas de Fazenda Pública na Comarca de Londrina em 14/07/2011, com competência para processo e julgamento de causas principais ou conexas em que figurem como partes, terceiros intervenientes ou interessados, o Estado do Paraná, seus respectivos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas, a exemplo da aparte aqui indicada, BANESTADO S/A, e ainda sociedades de economia mista, dentre outros e; Considerando a previsão legal do CPC, conforme Art.87 do referido Códex, que estabelece como exceção ao momento de fixação de competência de julgamento quando da distribuição do procedimento, a alteração de competência absoluta em razão da matéria, o que pode, de igual forma, ser argüido nos presentes autos, DECIDO o abaixo: 2-O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgados uníssonos, tem decidido que não basta o interesse meramente econômico e secundário, e sim, deve haver a presença do interesse jurídico em conjunto ao primeiro, de modo evidente, para modificação de competência quando há em um dos pólos da relação, um ente público, seja para o deslocamento à Justiça Federal, seja às Varas de Fazenda Pública, nas cidades em que instaladas (Londrina e Curitiba); Mais que isso, em conflitos de competência ou decisões que sobre tal tema versem, o Tribunal de Justiça, especificamente em relação ao Banestado S/A, tem entendido que a competência das varas especializadas de Fazenda hoje não subsistem e, em tese, subsistiriam apenas nas ações ajuizadas antes de 17/10/2000. Isso porque, o Banco BANESTADO S/A, originalmente Empresa Pública Estadual, teve seu capital social em ações identificado, integralmente vendido-transferido ao Banco do Itaú S/A, m 17/10/2000 e assim, o banco adquirente assumiu a administração do saldo passivo do referido banco público e, em relação aos contratos que permaneciam vigentes naquela data, os sucedeu, transformando-o em contratos do adquirente Itaú. Mais que isso, o Banco Banestado realmente continua ativo, com CNPJ ainda preservado e em liquidação extrajudicial, todavia, com capital, hoje, integralmente privado e, assim, não é mais Sociedade de Economia Mista, o que exclui o foro especial em relação à pessoa.Destarte, a posição assente da jurisprudência paranaense é no sentido de que, para todas as ações ajuizadas contra o Banestado após 17/09/2000, o interesse do estado não existe sequer do ponto de vista econômico, quiça do jurídico, de modo a modificar a competência, às competências especializadas.(...).3-Nesses termos, reconheço a competência deste juízo para processo e julgamento da presente demanda e de todas as demandas análogas que inclua o ente Banestado como autor, réu, assistente, opoente, litisdenunciado, só ou em conjunto com outros entes privados.Intimem-se para ciência e, em querendo, recursos. Transita a decisão, proceda-se ao impulso oficial neste juízo. -Advs. FELIPE RUFATTO VIEIRA TAVARES e LUIS OSCAR SIX BOTTON-.

176. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0022679-82.2010.8.16.0014-FRANCISCO CANINDE DA SILVA x BANCO BANESTADO S/A-Despacho de fls.71;1-Avoquei os presentes autos, invocando questão de ordem afeta à competência e; Considerando possíveis entendimentos a serem externados nos presentes autos, que demandem atraso no impulso oficial do procedimento regular, que venham a versar, sobre a cessação de competência deste juízo para decisão no presente feito, em virtude da criação de duas varas de Fazenda Pública na Comarca de Londrina em 14/07/2011, com competência para processo e julgamento de causas principais ou conexas em que figurem como partes, terceiros intervenientes ou interessados, o Estado do Paraná, seus respectivos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas, a exemplo da aparte aqui indicada, BANESTADO S/A, e ainda sociedades de economia mista, dentre outros e; Considerando a previsão legal do CPC, conforme Art.87 do referido Códex, que estabelece como exceção ao momento de fixação de competência de julgamento quando da distribuição do procedimento, a alteração de competência absoluta em razão da matéria, o que pode, de igual forma, ser argüido nos presentes autos, DECIDO o abaixo: 2-O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgados uníssonos, tem decidido que não basta o interesse meramente econômico e secundário, e sim, deve haver a presença do interesse jurídico em conjunto ao primeiro, de modo evidente, para modificação de competência quando há em um dos pólos da relação, um ente público, seja para o deslocamento à Justiça Federal, seja às Varas de Fazenda Pública, nas cidades em que instaladas (Londrina e Curitiba); Mais que isso, em conflitos de competência ou decisões que sobre tal tema versem, o Tribunal de Justiça, especificamente em relação ao Banestado S/A, tem entendido que a competência das varas especializadas de Fazenda hoje não subsistem e, em tese, subsistiriam apenas nas ações ajuizadas antes de 17/10/2000. Isso porque, o Banco BANESTADO S/A, originalmente Empresa Pública Estadual, teve seu capital social em ações identificado, integralmente vendido-transferido ao Banco do Itaú S/A, m 17/10/2000 e assim, o banco adquirente assumiu a administração do saldo passivo do referido banco público e, em relação aos contratos que permaneciam vigentes naquela data, os sucedeu, transformando-o em contratos do adquirente Itaú. Mais que isso, o Banco Banestado realmente continua ativo, com CNPJ ainda preservado e em liquidação extrajudicial, todavia, com capital, hoje, integralmente privado e, assim, não é mais Sociedade de Economia Mista, o que exclui o foro especial em relação à pessoa.Destarte, a posição assente da jurisprudência paranaense é no sentido de que, para todas as ações ajuizadas contra o Banestado após 17/09/2000, o interesse do estado não existe sequer do ponto de vista econômico, quiça do jurídico, de modo a modificar a competência, às competências especializadas.(...).3-Nesses termos, reconheço a competência deste juízo para processo e julgamento da presente demanda e de todas as demandas análogas que inclua o ente Banestado como autor, réu, assistente, opoente, litisdenunciado, só ou em conjunto com outros entes privados.Intimem-se para ciência e, em querendo, recursos. Transita a decisão, proceda-se ao impulso oficial neste juízo. Sentença de fls.72/74;(...)POSTO ISSO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 844, II, do CPC, julgo procedente o pedido da parte autora para o fim de DETERMINAR à parte ré EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS A PARTIR DA DATA DE 17 DE MARÇO DE 1990, em até 05 dias após trânsito em julgado da presente.Fica a parte ré advertida de que, não exibindo os documentos, no todo ou em parte, sujeitar-se-á, dentro do juízo de verossimilhança e regras ordinárias de experiência do magistrado exigíveis, à luz dos Arts. 333 e seguintes, especialmente Arts. 335 e 339 e, ainda, 355 e seguintes, todos do CPC, à presunção de veracidade de fatos alegados com causa de pedir verossímil e base documental indicada nos documentos faltantes, em eventual ação principal, sem possibilidades de busca e apreensão ou astreintes, nos termos de uníssona jurisprudência, sobretudo do STJ, de transcrição dispensada porque evidente.Pela sucumbência, condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de verba honorária devida ao patrono da parte autora, que arbitro equitativamente em R$ 250,00 isso em razão do sem número de ações de massa análogas, com reduzida complexidade às demandas, e limítrofe justificação do uso de tal expediente ante a possibilidade, na grande maioria dos casos, de pedido incidente de exibição, com as mesmas penas, no bojo da inicial da ação principal objetivada, como forma de outorgar, no mais das vezes, maior celeridade aos pleitos da parte. (CPC, art. 20, § 4°). P.R.I. Anotações, certificações e retificações de estilo deferidas.-Advs. TIRONE CARDOZO DE AGUIAR e DANIEL HACHEM-.

177. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0023277-36.2010.8.16.0014-SIBILA CAMARGO x BANCO ITAUCRED FIANCIAMENTOS S/A- (...)POSTO ISSO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 844, II, do CPC, julgo procedente o pedido da parte autora para o fim de DETERMINAR à parte ré

EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS NA INICIAL, em até 05 dias após trânsito em julgado da presente.Fica a parte ré advertida de que, não exibindo os documentos, no todo ou em parte, sujeitar-se-á, dentro do juízo de verossimilhança e regras ordinárias de experiência do magistrado exigíveis, à luz dos Arts. 333 e seguintes, especialmente Arts. 335 e 339 e, ainda, 355 e seguintes, todos do CPC, à presunção de veracidade de fatos alegados com causa de pedir verossímil e base documental indicada nos documentos faltantes, em eventual ação principal, sem possibilidades de busca e apreensão ou astreintes, nos termos de uníssona jurisprudência, sobretudo do STJ, de transcrição dispensada porque evidente.Pela sucumbência, condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de verba honorária devida ao patrono da parte autora, que arbitro equitativamente em R$ 250,00 isso em razão do sem número de ações de massa análogas, com reduzida complexidade às demandas, e limítrofe justificação do uso de tal expediente ante a possibilidade, na grande maioria dos casos, de pedido incidente de exibição, com as mesmas penas, no bojo da inicial da ação principal objetivada, como forma de outorgar, no mais das vezes, maior celeridade aos pleitos da parte. (CPC, art. 20, § 4°). P.R.I. Anotações, certificações e retificações de estilo deferidas.-Adv. ALEXANDRE PINTO GUEDES DUTRA-.

178. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0028751-85.2010.8.16.0014-AILTON PEREIRA x OMNI SA - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Adv. ADRIANO MUNIZ RABELLO-.

179. COBRANCA (ORD)-0030283-94.2010.8.16.0014-GIVANILDO GOMES THOMAZ x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT SA-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. ROSANGELA KHATER e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

180. COBRANCA (ORD)-0030715-16.2010.8.16.0014-VICENTE CASASANTA e outros x SANTANDER S/A- 2-Com a juntada, vista à parte autora.-Adv. THAISA CRISTINA CANTONI-.

181. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0033690-11.2010.8.16.0014-BANCO DO BRASIL S/A x LUIZ CARLOS SHIMADA-Deverá a parte interessada, no prazo de cinco dias, retirar expediente (carta precatória), mediante pagamento de R$ 9,40 por carta expedida e ainda providenciar o recolhimento da guia GRC, referente as custas de Oficial de Justiça, visando o cumprimento do mandado expedido nos autos em referência. -Adv. LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS-.

182. COBRANCA (ORD)-0034167-34.2010.8.16.0014-ANNA FUCCHTER GARLA e outros x ITAU UNIBANCO S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. THAISA CRISTINA CANTONI e LUIS OSCAR SIX BOTTON-.

183. DECLARATORIA-0037208-09.2010.8.16.0014-JOSE JOÃO DA SILVA e outro x BANCO BRADESCO S/A e outros-1-Preliminarmente, revogo o despacho anterior, uma vez que os demais réus ainda não foram citados.2-Assim, citem-se os demais réus.Int.Dil.Nec. Ao requerente, providenciar as cópias necessárias para a instrução da carta de citação.-Adv. REINALDO IGNACIO ALVES-.

184. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0037257-50.2010.8.16.0014-ROBERTO GOMES e outro x BANCO SANTANDER S/A- 1-O feito comporta, nos termos do Art. 330, I, do CPC, julgamento sem necessidade de instrução em audiência, uma vez que a questão é de direito exclusivamente, pelo que determino: 2- À conta, dispensando-se a parte autora do preparo porque beneficiária a assistência judiciária; 3- Em seguida, conclusos para sentença. 4- Intimem-se, ocasião em que poderão requerer audiência de conciliação a que alude os arts. 125, IV e 331 do CPC. Int.Dil.Nec.-Adv. BLAS GOMM FILHO-.

185. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0037642-95.2010.8.16.0014-ANDRE FRANCISCO SALARI x BANCO FINASA/BRADESCO S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO-.

186. ALVARA-0037686-17.2010.8.16.0014-LETICIA STEIN DE SOUZA x JUIZO-Vistos e examinados este autos, registrados sob o nº 37.686/2010, de Pedido de expedição de Alvará em que são partes Letícia Stein de Souza, representada por sua mãe Francislene Stein, ambas devidamente qualificadas. LETÍCIA STEIN DE SOUZA, representada por sua mãe FRANCISLENE STEIN, pleiteou a expedição de alvará judicial autorizando o levantamento do numerário existente em conta do FGTS e PIS junto à Caixa Econômica Federal em nome de Vagner Ademicio Fernandes de Souza, pai da requerente, falecido em 18.10.2007. O Ministério Público se manifestou favoravelmente ao pleito retro. DECIDO.A requerente fez prova de que é filha única do titular das contas, o qual não deixou dependentes habilitados à pensão por morte junto ao INSS.Ante o exposto e com fulcro no artigo 1°, caput, da Lei n° 6.858/80, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DA EXORDIAL, autorizando a requerente, representada pela mãe, a levantar o numerário existente em conta do FGTS e do PIS em nome do falecido Vagner Ademicio Fernandes de Souza junto à Caixa Econômica Federal.O valor correspondente deverá ser utilizado nos gastos com a subsistência da menor, independentemente de prestação de contas, uma vez que a quantia depositada não chega a trezentos reais (fls. 27), presumindo-se que será integralmente empregada em despesas com a incapaz.Expeça-se alvará. Custas processuais pela parte autora, ante o princípio da causalidade, ficando esta dispensada por ser beneficiária da gratuidade (fls. 21). Julgo etinto o procedimento na forma do Art. 269, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. APARECIDO MEDEIROS SANTOS-.

187. COBRANCA (ORD)-0037952-04.2010.8.16.0014-FLAVIA CRISTINA BRUNO DE MOURA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. Ainda ficam as partes intimadas de que foi designada dia 21/10/2011 as 08 hrs a realização de pericia médica no autor a ser realizada no IML-Londrina, devendo o autor comparecer na data agendada, trazendo em mãos Relatório médico/toda à documentação que comprovem o atendimento médico que lhe foi prestado durante o evento traumático, particulamente a cópia do prontuário hospitalar com os exames que estabeleceram o diagnóstico, assim como os relatórios médicos e exames que tenham sido realizados posteriormente.Solicitamos, ainda, que o requerente, entre em contato com a recepção deste IML (43) 3357-0404 Rua Araçatuba, 77-Parque Alvorada, Londrina, um dia antes da data agendada, para confirma presença.-Advs. GUILHERME REGIO PEGORARO e FLAVIA BALDUINO DA SILVA-.

188. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0038705-58.2010.8.16.0014-GABRIEL HENRIQUE BUENO DE CAMARGO x BANCO ITAU S/A- (...)POSTO ISSO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 844, II, do CPC, julgo procedente o pedido da parte autora para o fim de DETERMINAR à parte ré EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS NA INICIAL, em até 05 dias após trânsito em julgado da presente. Fica a parte ré advertida de que, não exibindo os documentos, no todo ou em parte, sujeitar-se-á, dentro do juízo de verossimilhança e regras ordinárias de experiência do magistrado exigíveis, à luz dos Arts. 333 e seguintes, especialmente Arts. 335 e 339 e, ainda, 355 e seguintes, todos do CPC, à presunção de veracidade de fatos alegados com causa de pedir verossímil e base documental indicada nos documentos faltantes, em eventual ação principal, sem possibilidades de busca e apreensão ou astreintes, nos termos de uníssona jurisprudência, sobretudo do STJ, de transcrição dispensada porque evidente.Pela sucumbência, condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de verba honorária devida ao patrono da parte autora, que arbitro equitativamente em R$ 250,00 isso em razão do sem número de ações de massa análogas, com reduzida complexidade às demandas, e limítrofe justificação do uso de tal expediente ante a possibilidade, na grande maioria dos casos, de pedido incidente de exibição, com as mesmas penas, no bojo da inicial da ação principal objetivada, como forma de outorgar, no mais das vezes, maior celeridade aos pleitos da parte. (CPC, art. 20, § 4°). P.R.I. Anotações, certificações e retificações de estilo deferidas.-Advs. LUIS GUILHERME KLEY VAZZI e LUIZ OSCAR SIX BOTTON-.

189. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0039543-98.2010.8.16.0014-SANDRA REGINA CALDEIRA x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- 1-Avoquei os presentes autos, invocando questão de ordem afeta à competência e; Considerando possíveis entendimentos a serem externados nos presentes autos, que demandem atraso no impulso oficial do procedimento regular, que venham a versar, sobre a cessação de competência deste juízo para decisão no presente feito, em virtude da criação de duas varas de Fazenda Pública na Comarca de Londrina

em 14/07/2011, com competência para processo e julgamento de causas principais ou conexas em que figurem como partes, terceiros intervenientes ou interessados, o Estado do Paraná, seus respectivos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas, a exemplo da aparte aqui indicada, BANESTADO S/A, e ainda sociedades de economia mista, dentre outros e; Considerando a previsão legal do CPC, conforme Art.87 do referido Códex, que estabelece como exceção ao momento de fixação de competência de julgamento quando da distribuição do procedimento, a alteração de competência absoluta em razão da matéria, o que pode, de igual forma, ser argüido nos presentes autos, DECIDO o abaixo: 2-O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgados uníssonos, tem decidido que não basta o interesse meramente econômico e secundário, e sim, deve haver a presença do interesse jurídico em conjunto ao primeiro, de modo evidente, para modificação de competência quando há em um dos pólos da relação, um ente público, seja para o deslocamento à Justiça Federal, seja às Varas de Fazenda Pública, nas cidades em que instaladas (Londrina e Curitiba); Mais que isso, em conflitos de competência ou decisões que sobre tal tema versem, o Tribunal de Justiça, especificamente em relação ao Banestado S/A, tem entendido que a competência das varas especializadas de Fazenda hoje não subsistem e, em tese, subsistiriam apenas nas ações ajuizadas antes de 17/10/2000. Isso porque, o Banco BANESTADO S/A, originalmente Empresa Pública Estadual, teve seu capital social em ações identificado, integralmente vendido-transferido ao Banco do Itaú S/A, m 17/10/2000 e assim, o banco adquirente assumiu a administração do saldo passivo do referido banco público e, em relação aos contratos que permaneciam vigentes naquela data, os sucedeu, transformando-o em contratos do adquirente Itaú. Mais que isso, o Banco Banestado realmente continua ativo, com CNPJ ainda preservado e em liquidação extrajudicial, todavia, com capital, hoje, integralmente privado e, assim, não é mais Sociedade de Economia Mista, o que exclui o foro especial em relação à pessoa.Destarte, a posição assente da jurisprudência paranaense é no sentido de que, para todas as ações ajuizadas contra o Banestado após 17/09/2000, o interesse do estado não existe sequer do ponto de vista econômico, quiça do jurídico, de modo a modificar a competência, às competências especializadas.(...).3-Nesses termos, reconheço a competência deste juízo para processo e julgamento da presente demanda e de todas as demandas análogas que inclua o ente Banestado como autor, réu, assistente, opoente, litisdenunciado, só ou em conjunto com outros entes privados.Intimem-se para ciência e, em querendo, recursos. Transita a decisão, proceda-se ao impulso oficial neste juízo. -Advs. TIRONE CARDOZO DE AGUIAR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

190. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0040642-06.2010.8.16.0014-ZELIA LUCIA x BANCO BANESTADO S/A- 1-Avoquei os presentes autos, invocando questão de ordem afeta à competência e; Considerando possíveis entendimentos a serem externados nos presentes autos, que demandem atraso no impulso oficial do procedimento regular, que venham a versar, sobre a cessação de competência deste juízo para decisão no presente feito, em virtude da criação de duas varas de Fazenda Pública na Comarca de Londrina em 14/07/2011, com competência para processo e julgamento de causas principais ou conexas em que figurem como partes, terceiros intervenientes ou interessados, o Estado do Paraná, seus respectivos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas, a exemplo da aparte aqui indicada, BANESTADO S/A, e ainda sociedades de economia mista, dentre outros e; Considerando a previsão legal do CPC, conforme Art.87 do referido Códex, que estabelece como exceção ao momento de fixação de competência de julgamento quando da distribuição do procedimento, a alteração de competência absoluta em razão da matéria, o que pode, de igual forma, ser argüido nos presentes autos, DECIDO o abaixo: 2-O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgados uníssonos, tem decidido que não basta o interesse meramente econômico e secundário, e sim, deve haver a presença do interesse jurídico em conjunto ao primeiro, de modo evidente, para modificação de competência quando há em um dos pólos da relação, um ente público, seja para o deslocamento à Justiça Federal, seja às Varas de Fazenda Pública, nas cidades em que instaladas (Londrina e Curitiba); Mais que isso, em conflitos de competência ou decisões que sobre tal tema versem, o Tribunal de Justiça, especificamente em relação ao Banestado S/A, tem entendido que a competência das varas especializadas de Fazenda hoje não subsistem e, em tese, subsistiriam apenas nas ações ajuizadas antes de 17/10/2000. Isso porque, o Banco BANESTADO S/A, originalmente Empresa Pública Estadual, teve seu capital social em ações identificado, integralmente vendido-transferido ao Banco do Itaú S/A, m 17/10/2000 e assim, o banco adquirente assumiu a administração do saldo passivo do referido banco público e, em relação aos contratos que permaneciam vigentes naquela data, os sucedeu, transformando-o em contratos do adquirente Itaú. Mais que isso, o Banco Banestado realmente continua ativo, com CNPJ ainda preservado e em liquidação extrajudicial, todavia, com capital, hoje, integralmente privado e, assim, não é mais Sociedade de Economia Mista, o que exclui o foro especial em relação à pessoa.Destarte, a posição assente da jurisprudência paranaense é no sentido de que, para todas as ações ajuizadas contra o Banestado após 17/09/2000, o interesse do estado não existe sequer do ponto de vista econômico, quiça do jurídico, de modo a modificar a competência, às competências especializadas.(...).3-Nesses termos, reconheço a competência deste juízo para processo e julgamento da presente demanda e de todas as demandas análogas que inclua o ente Banestado como autor, réu, assistente, opoente, litisdenunciado, só ou em conjunto com outros entes privados.Intimem-se para ciência e, em querendo, recursos. Transita a decisão, proceda-se ao impulso oficial neste juízo. -Advs. ZAQUEU SUTIL DE OLIVEIRA e DANIEL HACHEM-.

191. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0040708-83.2010.8.16.0014-MICHEL JOVANOVICH x BANCO BANESTADO S/A- 1-Avoquei os presentes autos, invocando questão de ordem afeta à competência e; Considerando possíveis entendimentos a serem externados nos presentes autos, que demandem atraso no impulso oficial do procedimento regular, que venham a versar, sobre a cessação de competência deste juízo para decisão no presente feito, em virtude da criação de duas varas de Fazenda Pública na Comarca de Londrina em 14/07/2011, com competência para processo e julgamento de causas principais ou conexas em que figurem como partes, terceiros intervenientes ou interessados, o Estado do Paraná, seus respectivos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas, a exemplo da aparte aqui indicada, BANESTADO S/A, e ainda sociedades de economia mista, dentre outros e; Considerando a previsão legal do CPC, conforme Art.87 do referido Códex, que estabelece como exceção ao momento de fixação de competência de julgamento quando da distribuição do procedimento, a alteração de competência absoluta em razão da matéria, o que pode, de igual forma, ser argüido nos presentes autos, DECIDO o abaixo: 2-O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgados uníssonos, tem decidido que não basta o interesse meramente econômico e secundário, e sim, deve haver a presença do interesse jurídico em conjunto ao primeiro, de modo evidente, para modificação de competência quando há em um dos pólos da relação, um ente público, seja para o deslocamento à Justiça Federal, seja às Varas de Fazenda Pública, nas cidades em que instaladas (Londrina e Curitiba); Mais que isso, em conflitos de competência ou decisões que sobre tal tema versem, o Tribunal de Justiça, especificamente em relação ao Banestado S/A, tem entendido que a competência das varas especializadas de Fazenda hoje não subsistem e, em tese, subsistiriam apenas nas ações ajuizadas antes de 17/10/2000. Isso porque, o Banco BANESTADO S/A, originalmente Empresa Pública Estadual, teve seu capital social em ações identificado, integralmente vendido-transferido ao Banco do Itaú S/A, m 17/10/2000 e assim, o banco adquirente assumiu a administração do saldo passivo do referido banco público e, em relação aos contratos que permaneciam vigentes naquela data, os sucedeu, transformando-o em contratos do adquirente Itaú. Mais que isso, o Banco Banestado realmente continua ativo, com CNPJ ainda preservado e em liquidação extrajudicial, todavia, com capital, hoje, integralmente privado e, assim, não é mais Sociedade de Economia Mista, o que exclui o foro especial em relação à pessoa.Destarte, a posição assente da jurisprudência paranaense é no sentido de que, para todas as ações ajuizadas contra o Banestado após 17/09/2000, o interesse do estado não existe sequer do ponto de vista econômico, quiça do jurídico, de modo a modificar a competência, às competências especializadas.(...).3-Nesses termos, reconheço a competência deste juízo para processo e julgamento da presente demanda e de todas as demandas análogas que inclua o ente Banestado como autor, réu, assistente, opoente, litisdenunciado, só ou em conjunto com outros entes privados.Intimem-se para ciência e, em querendo, recursos. Transita a decisão, proceda-se ao impulso oficial neste juízo. -Advs. JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA e LUIS OSCAR SIX BOTTON-.

192. ORDINARIA-0042497-20.2010.8.16.0014-GENILDO MARIO DE LIMA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- Sobre a petição de fls.198/201, manifeste-se a requerente, no prazo de cinco dias.- Adv. MARIO MARCONDES NASCIMENTO-.

193. MONITORIA-0044126-29.2010.8.16.0014-BANCO BRADESCO S/A x AUTO POSTO MONTE BELLO LTDA e outros-Vistos, etc. Diante da análise dos presentes autos, verifica-se haver requerimento do correu Waldier Francisco Boll de denunciação da lide dos novos sócios da pessoa jurídica Auto Posto Monte Bello Ltda., pois "o embargante vendera o AUTO POSTO MONTE BELLO LTDA. Para Yalen Thadeu Guarda, que conforme CLAUSULA SEGUNDA do referido contrato, comprometera se a assumir e quitar as dívidas havidas pelo POSTO MONTE BELLO". Não assiste razão ao correu, sendo de rigor o indeferimento do pedido de denunciação da lide, pois a hipótese não se encaixa, ao menos prima facie, no que dispõe o artigo 70 do Código de Processo Civil. Isso porque em se tratando de trespasse de estabelecimento comercial, não se nota nos autos quaisquer provas de que tenham os credores sido notificados a respeito da referida venda, conforme determina o art.1.145 do Código Civil, que traz o seguinte texto: "se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação" (grifamos).Ademais, lembra-se que não há prejuízos com o indeferimento da denunciação da lide porque há plena possibilidade das partes requerida buscarem ressarcimento (direito de regresso) através da via adequada, se assim o quiserem (ne pás de nullité sans grief) e há eventual supressão de efeitos até mesmo do trespasse, em relação ao crédito.Portanto, de rigor o indeferimento de denunciação da lide requerida. Intime-se as partes requeridas para especificação de provas, porque somente a parte autora foi intimada nesse sentido, conforme certidão de fls.70.Intime-se; Diligências necessárias.1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. MARIA JOSE STANZANI e ULLYSSES AIRES MERCER-.

194. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0044335-95.2010.8.16.0014-WELLINGTON DONIZETTI BRANDET x BANCO FINASA BMC S/A- Sobre as

petições e documentos juntados pela requerida em fls.67/94, manifeste-se a requerente, no prazo de cinco dias.-Adv. OSVALDO ESPINOLA JUNIOR-.

195. EXECUCAO DE SENTENCA-0044724-80.2010.8.16.0014-SUELI APARECIDA RIQUENA DOS PASSOS x BANCO BANESTADO S/A- 1-A decisão fica mantida por seus próprios fundamentos, observando-se eventuais liminares suspensivas ou sucessivas-ativas, se o caso; 2-Encaminhem-se por ofício as informações, inclusive quanto ao cumprimento do artigo 526 e sua tempestividade; 3-Após, proceda-se ao impulso oficial, pelo oficio; Int.Dil.Nec.-Advs. FLAVIO BANDEIRA SANCHES, TALITA SANTOS GATTI e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

196. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0044745-56.2010.8.16.0014-CLARICE VALERIO GODOU DE SOUZA x BANCO ABN AMRO REAL S/A - AYMORE C.F.I.-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA-.

197. COBRANCA (ORD)-0045094-59.2010.8.16.0014-ARIVALDO MOREIRA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- Vistos, etc.Homologo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos o cumprimento da presente demanda entre as partes nestes autos sob nº 45094/2010 de AÇÃO DE COBRANÇA (ORD.) movida por ARIVALDO MOREIRA contra MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, e de conseqüência, declaro extintos o processo, com fulcro no artigo 269, inciso III, do CPC.Custas de lei, pelo REU. Oficie-se ao cartório de registro para baixa de penhora,se houver.Homologo a desistência do prazo recursal.Averbem-se a margem da distribuição e arquivem-se.Publique-se. Registre-se e Intimem-se.-Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

198. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0045510-27.2010.8.16.0014-ALZIRA LOPES x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- 1-Avoquei os presentes autos, invocando questão de ordem afeta à competência e; Considerando possíveis entendimentos a serem externados nos presentes autos, que demandem atraso no impulso oficial do procedimento regular, que venham a versar, sobre a cessação de competência deste juízo para decisão no presente feito, em virtude da criação de duas varas de Fazenda Pública na Comarca de Londrina em 14/07/2011, com competência para processo e julgamento de causas principais ou conexas em que figurem como partes, terceiros intervenientes ou interessados, o Estado do Paraná, seus respectivos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas, a exemplo da aparte aqui indicada, BANESTADO S/A, e ainda sociedades de economia mista, dentre outros e; Considerando a previsão legal do CPC, conforme Art.87 do referido Códex, que estabelece como exceção ao momento de fixação de competência de julgamento quando da distribuição do procedimento, a alteração de competência absoluta em razão da matéria, o que pode, de igual forma, ser argüido nos presentes autos, DECIDO o abaixo: 2-O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgados uníssonos, tem decidido que não basta o interesse meramente econômico e secundário, e sim, deve haver a presença do interesse jurídico em conjunto ao primeiro, de modo evidente, para modificação de competência quando há em um dos pólos da relação, um ente público, seja para o deslocamento à Justiça Federal, seja às Varas de Fazenda Pública, nas cidades em que instaladas (Londrina e Curitiba); Mais que isso, em conflitos de competência ou decisões que sobre tal tema versem, o Tribunal de Justiça, especificamente em relação ao Banestado S/A, tem entendido que a competência das varas especializadas de Fazenda hoje não subsistem e, em tese, subsistiriam apenas nas ações ajuizadas antes de 17/10/2000. Isso porque, o Banco BANESTADO S/A, originalmente Empresa Pública Estadual, teve seu capital social em ações identificado, integralmente vendido-transferido ao Banco do Itaú S/A, m 17/10/2000 e assim, o banco adquirente assumiu a administração do saldo passivo do referido banco público e, em relação aos contratos que permaneciam vigentes naquela data, os sucedeu, transformando-o em contratos do adquirente Itaú. Mais que isso, o Banco Banestado realmente continua ativo, com CNPJ ainda preservado e em liquidação extrajudicial, todavia, com capital, hoje, integralmente privado e, assim, não é mais Sociedade de Economia Mista, o que exclui o foro especial em relação à pessoa.Destarte, a posição assente da jurisprudência paranaense é no sentido de que, para todas as ações ajuizadas contra o Banestado após 17/09/2000, o interesse do estado não existe sequer do ponto de vista econômico, quiça do jurídico, de modo a modificar a competência, às competências especializadas.(...).3-Nesses termos, reconheço a competência deste juízo para processo e julgamento da presente demanda e de todas as demandas análogas que inclua o ente Banestado como autor, réu, assistente, opoente, litisdenunciado, só ou em conjunto com outros entes privados.Intimem-se para ciência e, em querendo, recursos. Transita a decisão, proceda-se ao impulso oficial neste juízo.-Advs. TIRONE CARDOZO DE AGUIAR e LUIS OSCAR SIX BOTTON-.

199. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0046158-07.2010.8.16.0014-JOÃO PAULO CANDIDO FERREIRA x OMNI SA - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. PEDRO HENRIQUE MACHADO MARTINS, RONAN W. BOTELHO e ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA-.

200. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0046860-50.2010.8.16.0014-JOSE PACHECO DE LIMA x BFB LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL-Devem as partes, em cinco dias, efetuarem o pagamento das custas processuais remanescentes no valor total de R$523,34, para posterior arquivamento-Advs. PEDRO HENRIQUE MACHADO MARTINS, THIAGO COLLETI PODANOSQUI e JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JR.-.

201. DECLARATORIA-0046909-91.2010.8.16.0014-PAULO TERUYOSHI TOMA x BANCO HSBC DO BRASIL S/A- 1-O feito comporta, nos termos do Art. 330, I, do CPC, julgamento sem necessidade de instrução em audiência, uma vez que a questão é de direito exclusivamente, pelo que determino: 2- À conta, dispensando-se a parte autora do preparo porque beneficiária a assistência judiciária; 3- Após, conclusos para sentença. 4- Intimem-se.-Advs. TATIANA PEPILIASCO, EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e IZABELA R. CURI BERTONCELLO-.

202. COBRANCA (ORD)-0048549-32.2010.8.16.0014-LUIZ ANTONIO SIMÃO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Designado dia 27/12/2011 as 14 hrs para realização de pericia médica no autor a ser realizada no IML, devendo o autor comparecer na data agendada, trazendo em mãos Relatório médico/toda à documentação que comprovem o atendimento médico que lhe foi prestado durante o evento traumático, particulamente a cópia do prontuário hospitalar com os exames que estabeleceram o diagnóstico, assim como os relatórios médicos e exames que tenham sido realizados posteriormente.Solicitamos, ainda, que o requerente, entre em contato com a recepção deste IML (84) 3232-6916/3232-6917 Avenida Duque de Caxias, 97 Ribeira/Natal-RN, um dia antes da data agendada, para confirma presença. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

203. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0049062-97.2010.8.16.0014-ALEX SANDRO BENICIO x BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- 1-O feito comporta, nos termos do Art. 330, I, do CPC, julgamento sem necessidade de instrução em audiência, uma vez que a questão é de direito exclusivamente, pelo que determino: 2- À conta, dispensando-se a parte autora do preparo porque beneficiária a assistência judiciária; 3- Após, conclusos para sentença. 4- Intimem-se.-Advs. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e FLAVIO PENTEADO GEROMINI-.

204. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0050234-74.2010.8.16.0014-BANCO BRADESCO S/A x PR IMPLANTES COM. E IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA e outro- Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...);4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Sem prejuízo defiro a busca de exitência de veículos pelo Renajud.Int.Dil.Nec. -Adv. MARCOS C. AMARAL VASCONCELOS-.

205. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0050643-50.2010.8.16.0014-ROGERIO MATHIAS LIMA x BANCO FINASA S/A-Sobre a petição e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. GUILHERME VIEIRA SCRIPES-.

206. COBRANCA (ORD)-0050672-03.2010.8.16.0014-JOSE CLAUDINEI DE PAULA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

207. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0050869-55.2010.8.16.0014-NIVAN DE LIMA SANTIAGO x BANCO ITAU S/A ( SUCESSOR DO BCO BANESTADO S/A )- 1-Avoquei os presentes autos, invocando questão de ordem afeta à competência e; Considerando possíveis entendimentos a serem externados nos presentes autos, que demandem atraso no impulso oficial do procedimento regular, que venham a versar, sobre a cessação de competência deste juízo para decisão no presente feito, em virtude da criação de duas varas de Fazenda Pública na Comarca de Londrina em 14/07/2011, com competência para processo e julgamento de causas principais ou conexas em que figurem como partes, terceiros intervenientes ou interessados, o Estado do Paraná, seus respectivos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas, a exemplo da aparte aqui indicada, BANESTADO S/A, e ainda sociedades de economia mista, dentre outros e; Considerando a previsão legal do CPC, conforme

Art.87 do referido Códex, que estabelece como exceção ao momento de fixação de competência de julgamento quando da distribuição do procedimento, a alteração de competência absoluta em razão da matéria, o que pode, de igual forma, ser argüido nos presentes autos, DECIDO o abaixo: 2-O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgados uníssonos, tem decidido que não basta o interesse meramente econômico e secundário, e sim, deve haver a presença do interesse jurídico em conjunto ao primeiro, de modo evidente, para modificação de competência quando há em um dos pólos da relação, um ente público, seja para o deslocamento à Justiça Federal, seja às Varas de Fazenda Pública, nas cidades em que instaladas (Londrina e Curitiba); Mais que isso, em conflitos de competência ou decisões que sobre tal tema versem, o Tribunal de Justiça, especificamente em relação ao Banestado S/A, tem entendido que a competência das varas especializadas de Fazenda hoje não subsistem e, em tese, subsistiriam apenas nas ações ajuizadas antes de 17/10/2000. Isso porque, o Banco BANESTADO S/A, originalmente Empresa Pública Estadual, teve seu capital social em ações identificado, integralmente vendido-transferido ao Banco do Itaú S/A, m 17/10/2000 e assim, o banco adquirente assumiu a administração do saldo passivo do referido banco público e, em relação aos contratos que permaneciam vigentes naquela data, os sucedeu, transformando-o em contratos do adquirente Itaú. Mais que isso, o Banco Banestado realmente continua ativo, com CNPJ ainda preservado e em liquidação extrajudicial, todavia, com capital, hoje, integralmente privado e, assim, não é mais Sociedade de Economia Mista, o que exclui o foro especial em relação à pessoa.Destarte, a posição assente da jurisprudência paranaense é no sentido de que, para todas as ações ajuizadas contra o Banestado após 17/09/2000, o interesse do estado não existe sequer do ponto de vista econômico, quiça do jurídico, de modo a modificar a competência, às competências especializadas.(...).3-Nesses termos, reconheço a competência deste juízo para processo e julgamento da presente demanda e de todas as demandas análogas que inclua o ente Banestado como autor, réu, assistente, opoente, litisdenunciado, só ou em conjunto com outros entes privados.Intimem-se para ciência e, em querendo, recursos. Transita a decisão, proceda-se ao impulso oficial neste juízo.-Advs. TIRONE CARDOZO DE AGUIAR, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, EVARISTO ARAGÃO SANTOS e MAURI BEVERVANÇO-.

208. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0051534-71.2010.8.16.0014-DIEGO GALVÃO DE CASTRO x BANCO ITAU S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA V. NETO e JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JR.-.

209. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0052574-88.2010.8.16.0014-AROLDO SALVIATO x BANCO ABN AMRO REAL S/ ( BCO SANTANDER )- 1-O feito comporta, nos termos do Art. 330, I, do CPC, julgamento sem necessidade de instrução em audiência, uma vez que a questão é de direito exclusivamente, pelo que determino: 2- À conta, dispensando-se a parte autora do preparo porque beneficiária a assistência judiciária; 3- Após, conclusos para sentença. 4- Intimem-se.-Advs. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA e ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

210. EMBARGOS A EXECUCAO-0052600-86.2010.8.16.0014-CLAUDINEI CHIMENTAO JUNIOR x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. ELIZANGELA ABIGAIL SOCIO RIBEIRO, EBER LUIZ SOCIO e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

211. DEPOSITO-0052608-63.2010.8.16.0014-BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ANIE CRISTINE PIRES- Ao requerente, informar o novo endereço do requerido, no prazo de cinco dias.-Advs. GUSTAVO VERISSIMO LEITE e FLAVIO SANTANNA VALGAS-.

212. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0054089-61.2010.8.16.0014-ROSA MARIA FURQUIM PUCCINELLI x BANCO FINASA S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. FABIO LOUREIRO COSTA, MARIANE MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

213. BUSCA E APREENSAO (FID)-0054146-79.2010.8.16.0014-BANCO ITAUCARD S/A x GENIVAL PETROCELI SANTIAGO- Vistos;Trata-se de busca e apreensão, regularmente ajuizada, em que, antes ainda de efetivada a citação, a parte autora requer a desistência dos autos, com base no art. 267, VIII, do CPC.DECIDO.A decisão é possível de imediato, pois, a despeito de já ter sido determinada a citação, esta ainda não ocorreu, não sendo necessária a intimação da parte requerida.Destarte, conforme petição anexada aos autos, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Ação, nos termos do art. 267, VIII, do CPC.Indefiro a baixa requerida, com relação aos órgãos de proteção de crédito, pois é de responsabilidade da parte ré informar a estes órgãos, ante o acordo, a inexistência de quaisquer dívidas que dêem origem à negativação administrativamente operada pela ré, do nome da autora, e, caso se refira às anotações em razão da ação, operadas pelo distribuidor, com a baixa dos autos, cessarão.Custas pelo autor, ante o princípio da causalidade. P.R.I.-Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

214. INDENIZACAO (ORD)-0055935-16.2010.8.16.0014-IVONI RONCHI DOS SANTOS x SERRALHERIA DELTA-" (...) Fica a parte requerente intimada para comprovação documental da hipossuficiencia alegada, notdamente com declarações de renda, holerites, recolhimentos de ISS e RPA (recibos de pagamento a autonomos), certidões de cartórios de Imóveis e Detran, e outros documentos equivalentes, a hipossuficiencia alegada, em 5 (cinco) dias (art. 185 do CPC). Transcorrido o prazo in albis, considerar-se-á de imediato indeferido o benefício, devendo a parte recolher as taxas, pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 05 dias; Juntados documentos, conclusos para exame." -Adv. ISIS CAROLINA MASSI VICENTE-.

215. DECLARATORIA-0058328-11.2010.8.16.0014-MARILENE DA SILVA x TIM CELULAR S/A- Sobre a petição de fls.49, manifeste-se o requerente, no prazo de cinco dias.-Adv. LUIZ HENRIQUE VIEIRA-.

216. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0058964-74.2010.8.16.0014-MARLON FERNANDES ALVES x BANCO PANAMERICANO S/A-Tendo em vista a decisão do V. acordao, a requerente, providenciar o recolhimento das custas processuais, no prazo de cinco dias. Int. -Advs. DIOGO LOPES VILELA BERBEL e RAFAEL DE REZENDE GIRALDI-.

217. INVENTARIO-0059570-05.2010.8.16.0014-ISAC FRANCO e outros x CLEONICE FRANCO- Manifeste-se a requerente, no prazo de cinco dias, sobre a petição de fls.60.-Adv. MARCIA TESHIMA-.

218. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0059778-86.2010.8.16.0014-MAURO GIROTTO & CIA LTDA - EPP x MARCUS VINICIUS DE CARVALHO- A parte autora, para dar andamento aos autos indicando bens à penhora, no prazo de cinco dias.-Adv. GUSTAVO DE MATTOS GIROTTO-.

219. RESTITUICAO (RITO ORDINARIO)-0061353-32.2010.8.16.0014-ANTONIO ELVIRA x SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES- Vistos; HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus devidos e legais efeitos, a autocomposição entre as partes, por meio da transação aos autos juntada, e, de conseqüência, declaro extinto o processo, nos termos do artigo 269, III e V, do CPC, conforme ajustado entre as partes. Em caso de descumprimento, fica de plano desconstituído o título judicial, com os consectários do acordo, para atos de excussão, uma vez ocorrido fato impeditivo do direito de recorrer. Custas remanescentes e honorários advocatícios, conforme acordo. Dê-se baixa junto ao Distribuidor e após arquivem-se os autos. P.R.I.Deve o requerido, em cinco dias, efetuar o pagamento das custas processuais remanescentes no valor de R$281,23-Advs. GLAUCO LUCIANO RAMOS e PAULO HENRIQUE GARDEMANN-.

220. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0061374-08.2010.8.16.0014-BANCO BRADESCO S/A x MARIA DAS GRAÇAS CONTI-Em atenção à efetividade do processo de execução, necessidade de outorga de efetiva garantia à execução, e nos termo do Art.655, I, do CPC, que estabelece, na ordem de preferência, primordialmente dinheiro, determino: 1- A observação do cumprimento, de atualização e inclusão aproximada de valores, inclusive custas e honorários com base em 10%, fins de garantia da dívida e posterior extinção sem continuidade por remanescentes, em caso de acordo, ou decurso in albis no prazo de embargos; 2-Após, proceda-se à penhora, nos termos do Sistema BACEN-JUD; Veja -se a jurisprudência:(...);4-Em caso de frustrada, certifique-se, e intime-se a parte exequente;5-Int.Dil.Nec. -Adv. MARCOS C. AMARAL VASCONCELOS-.

221. COBRANCA (ORD)-0063162-57.2010.8.16.0014-ANDRE LUIZ ALVES CARDOSO x BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A-1-A prova documental

consiste em laudo do IML é bastante, a partir de quando juntada, porque ainda inexiste nos autos, para possibilitar julgamento, pelo que determino: a)Ante a notícia do autor de que havia sido marcada para o dia 13/05/2011 perícia junto ao IML local, intime-se-o para juntar nos autos o laudo. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

222. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0063169-49.2010.8.16.0014-CLEDIR BASEGGIO TRINDADE x BANCO UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A- (...)POSTO ISSO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 844, II, do CPC, julgo procedente o pedido da parte autora para o fim de DETERMINAR à parte ré EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS NA INICIAL, em até 05 dias após trânsito em julgado da presente. Fica a parte ré advertida de que, não exibindo os documentos, no todo ou em parte, sujeitar-se-á, dentro do juízo de verossimilhança e regras ordinárias de experiência do magistrado exigíveis, à luz dos Arts. 333 e seguintes, especialmente Arts. 335 e 339 e, ainda, 355 e seguintes, todos do CPC, à presunção de veracidade de fatos alegados com causa de pedir verossímil e base documental indicada nos documentos faltantes, em eventual ação principal, sem possibilidades de busca e apreensão ou astreintes, nos termos de uníssona jurisprudência, sobretudo do STJ, de transcrição dispensada porque evidente.Pela sucumbência, condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de verba honorária devida ao patrono da parte autora, que arbitro equitativamente em R$ 250,00 isso em razão do sem número de ações de massa análogas, com reduzida complexidade às demandas, e limítrofe justificação do uso de tal expediente ante a possibilidade, na grande maioria dos casos, de pedido incidente de exibição, com as mesmas penas, no bojo da inicial da ação principal objetivada, como forma de outorgar, no mais das vezes, maior celeridade aos pleitos da parte. (CPC, art. 20, § 4°). P.R.I. Anotações, certificações e retificações de estilo deferidas.-Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA, THIAGO COLLETI PODANOSQUI e JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JR.-.

223. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0063366-04.2010.8.16.0014-PAULO XAVIER DE MORAES x BANCO BANESTADO S/A- 1-Defiro o pedido do requerido, concedendo o prazo de 30 dias para a juntada dos documentos solicitados. -Adv. LUIS OSCAR SIX BOTTON-.

224. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0063423-22.2010.8.16.0014-IRINEU ESCHIAVON x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A- Sobre a correspondência devolvida, manifeste-se a requerente no prazo de cinco dias.-Adv. NANCI TEREZINHA ZIMMER-.

225. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0063982-76.2010.8.16.0014-LUCINEIA APARECIDA DE MELO x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- 1-Avoquei os presentes autos, invocando questão de ordem afeta à competência e; Considerando possíveis entendimentos a serem externados nos presentes autos, que demandem atraso no impulso oficial do procedimento regular, que venham a versar, sobre a cessação de competência deste juízo para decisão no presente feito, em virtude da criação de duas varas de Fazenda Pública na Comarca de Londrina em 14/07/2011, com competência para processo e julgamento de causas principais ou conexas em que figurem como partes, terceiros intervenientes ou interessados, o Estado do Paraná, seus respectivos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas, a exemplo da aparte aqui indicada, BANESTADO S/A, e ainda sociedades de economia mista, dentre outros e; Considerando a previsão legal do CPC, conforme Art.87 do referido Códex, que estabelece como exceção ao momento de fixação de competência de julgamento quando da distribuição do procedimento, a alteração de competência absoluta em razão da matéria, o que pode, de igual forma, ser argüido nos presentes autos, DECIDO o abaixo: 2-O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em julgados uníssonos, tem decidido que não basta o interesse meramente econômico e secundário, e sim, deve haver a presença do interesse jurídico em conjunto ao primeiro, de modo evidente, para modificação de competência quando há em um dos pólos da relação, um ente público, seja para o deslocamento à Justiça Federal, seja às Varas de Fazenda Pública, nas cidades em que instaladas (Londrina e Curitiba); Mais que isso, em conflitos de competência ou decisões que sobre tal tema versem, o Tribunal de Justiça, especificamente em relação ao Banestado S/A, tem entendido que a competência das varas especializadas de Fazenda hoje não subsistem e, em tese, subsistiriam apenas nas ações ajuizadas antes de 17/10/2000. Isso porque, o Banco BANESTADO S/A, originalmente Empresa Pública Estadual, teve seu capital social em ações identificado, integralmente vendido-transferido ao Banco do Itaú S/A, m 17/10/2000 e assim, o banco adquirente assumiu a administração do saldo passivo do referido banco público e, em relação aos contratos que permaneciam vigentes naquela data, os sucedeu, transformando-o em contratos do adquirente Itaú. Mais que isso, o Banco Banestado realmente continua ativo, com CNPJ ainda preservado e em liquidação extrajudicial, todavia, com capital, hoje, integralmente privado e, assim, não é mais Sociedade de Economia Mista, o que exclui o foro especial em relação à pessoa.Destarte, a posição assente da jurisprudência paranaense é no sentido de que, para todas as ações ajuizadas contra o Banestado após 17/09/2000, o interesse do estado não existe sequer do ponto de vista econômico, quiça do jurídico, de modo a modificar a competência, às competências especializadas.(...).3-Nesses termos, reconheço a competência deste juízo para processo e julgamento da presente demanda e de todas as demandas análogas que inclua o ente Banestado como autor, réu, assistente, opoente, litisdenunciado, só ou em conjunto com outros entes privados.Intimem-se para ciência e, em querendo, recursos. Transita a decisão, proceda-se ao impulso oficial neste juízo. -Advs. TIRONE CARDOZO DE AGUIAR, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, MAURI BEVERVANÇO e EVARISTO ARAGÃO SANTOS-.

226. COBRANCA (ORD)-0064014-81.2010.8.16.0014-REGINALDO ZACARIAS DE BARROS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, FERNANDO MURILO COSTA GARCIA e FABIANO NEVES MACIEYWSKI-.

227. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0064440-93.2010.8.16.0014-ANTONIO SOARES x BANCO BANESTADO S/A-Tendo em vista a decisão do V. acordao, ao requerente, providenciar o recolhimento das custas processuais, no prazo de cinco dias. -Adv. DIOGO LOPES VILELA BERBEL-.

228. EMBARGOS DE TERCEIRO-0065004-72.2010.8.16.0014-NATHAN TERRA AMARAL BAMPI x JOSE KENJI SHIRAHIGUE-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. JULIARA APARECIDA GONÇALVES-.

229. ORDINARIA-0065214-26.2010.8.16.0014-JURACI DA SILVA BASILIO e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- 1-Antes da prolação do saneador, tendo em vista a publicação da Lei nº 12.40/2011 afeta aos seguros habitacionais e que indica que pode haver interesse da União e da CEF nos contratos cujo ramo seja o "66" e assinados até 31/12/1999, pois passam a ser garantidos pelo FCVS, por questão de ordem, determino que a ré informe, categoricamente, sob fé, grau e deveres dos arts. 14 do CPC, se cada um dos imóveis segurados e indicados na inicial, tem as apólices vinculadas ao ramo (SFH-FCVS) ou 68 (capital particular da seguradora), em 10 (dez) dias (art.185 e 187 do CPC).-Advs. KARINA HASHIMOTO e NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO-.

230. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0065317-33.2010.8.16.0014-FERNANDO BRIANEZI x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. MARIA REGINA ALVES MACENA-.

231. COBRANCA (ORD)-0069032-83.2010.8.16.0014-VIAÇÃO GARCIA LTDA x RODRIGUES & MIRANDA S/C LTDA ME- Tendo em vista a certidão retro, o feito comporta julgamento antecipado nos termos do art.330, II do CPC, pela ocorrência da revelia. 2-Anote-se para sentença.Int.Dil.Nec.-Adv. RICARDO JORGE ROCHA PEREIRA-.

232. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0069305-62.2010.8.16.0014-ADEMAR RENALPHO FRANCO x BANCO ITAUCARD S/A- Vistos;HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus devidos e legais efeitos, a autocomposição entre as partes, por meio da transação juntada aos autos, e, de conseqüência, declaro extinto o processo, nos termos dos artigos 269, II e III, do CPC.Em caso de descumprimento, fica de plano constituído o título judicial, para atos de excussão, uma vez ocorrido fato impeditivo do direito de recorrer.Cada parte arcará com as despesas de seus respectivos patronos. Eventuais custas processuais remanescentes, pela parte autora, conforme acordo.Homologo desistência do prazo recursal.Dê-se baixa junto ao Distribuidor e após arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intime-se.-Advs. PAULO MAGNO CICERO LEITE, DANIELLE VVIANE TOMAS e JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JR.-.

233. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0069348-96.2010.8.16.0014-PAULO HORTO LEILÕES LTDA x DONARIO LUIZ JUNQUEIRA-Deverá a parte interessada, no prazo de cinco dias, retirar expediente (carta precatória), mediante pagamento de R$ 9,40 por carta expedida e ainda providenciar as cópias necessárias para a sua instrução. -Adv. GUILHERME REGIO PEGORARO-.

234. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0069687-55.2010.8.16.0014-DIMAS JOSE PIMENTA x BANCO ABN AMRO REAL S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. ELAINE CAROLINA FONTES-.

235. COBRANCA (ORD)-0071173-75.2010.8.16.0014-DEVONCIR COTRIN x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência

e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

236. INDENIZACAO (ORD)-0072051-97.2010.8.16.0014-DOMINGOS MAZIA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. ROGERIO BUENO ELIAS, ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA-.

237. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0072700-62.2010.8.16.0014-ANDRE LUIS LUCENA DE LIMA x BV FINANCEIRA S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. FERNANDA PRIOLI CORDEIRO e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

238. COBRANCA (ORD)-0073675-84.2010.8.16.0014-NAIR BATISTA DO NASCIMENTO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

239. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0073770-17.2010.8.16.0014-DAVID LOURENÇO PIRES x BANCO FICSA S/A- (...) POSTO ISSO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 844, II, do CPC, julgo procedente o pedido da parte autora para o fim de CONFIRMAR A LIMINAR que determinou à parte ré EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS NA INICIAL, cumprida no prazo de defesa, devendo esta exibir eventuais documentos faltantes, em até 05 dias após trânsito em julgado da presente, sem possibilidades de busca e apreensão ou astreintes, nos termos de uníssona jurisprudência, sobretudo do STJ, de transcrição dispensada porque evidente. Pela não instauração e contraditórios, condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, ante o princípio da causalidade. observados eventuais benefícios de assistência concedidos conforme despachos iniciais. P.R.I. Anotações, certificações e retificações de estilo deferidas.- Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e CAROLINA TEIXEIRA CAPRA-.

240. BUSCA E APREENSAO (FID)-0074083-75.2010.8.16.0014-BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x EDSON PEREIRA- Vistos; Trata-se de busca e apreensão, em que após trâmite a parte autora requer a extinção da presente ação, por não possuir mais interesse no seu prosseguimento, haja vista que as partes se compuseram amigavelmente com relação ao débito objeto do presente processo.DECIDO.A decisão é possível de imediato ante acordo realizado entre as partes, ainda que extrajudicialmente, tendo em vista que não foi juntada nos autos nenhuma transação.Destarte, conforme petição anexada aos autos, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Ação, em face do acordo, na forma do Art. 269, III, do CPC.Eventuais custas remanescentes pelas partes equitativamente com divisão percentual.Dê-se baixa junto ao Distribuidor e após arquivem-se os autos.P.R.I.- Advs. CARLA HELIANA VIEIRA M.TANTIN e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

241. BUSCA E APREENSAO (FID)-0074101-96.2010.8.16.0014-BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x KELLY REGINA MONTEIRO MUNERATTO-A parte interessada para retirar ofício, no prazo de cinco dias, mediante pagamento de R$ 9,40 por ofício expedido. -Advs. ENEIDA WIRGUES e ODILON ALEXANDRE S. MARQUES PEREIRA-.

242. RESCISAO DE CONTRATO (ORD)-0074110-58.2010.8.16.0014-MAURO ANTONIO DEMICIANO e outro x MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A e outro- Manifeste-se a parte autora, no prazo de cinco dias, a respeito da certidão ao verso das fls.102.-Adv. FABIO AUGUSTO M.BARBOSA-.

243. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0074652-76.2010.8.16.0014-SOCIEDADE EDUCACIONAL MAXI S/C LTDA x JANDERSON MARCELO CANHADA- Conforme se depreende da certidão retro, o réu não cumpriu o mandado inicial, tampouco ofereceu embargos. Assim sendo, constitui-se, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo (CPC, art.1102 c), devendo o feito prosseguir na forma prevista no Livro II, Título II, Capítulos II e IV, do CPC. 2-Intime-se o vencido, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor da condenação, advertindo-o de que, em caso de não cumprimento desta ordem, o montante da condenação será acrescido de multa equivalente a 10% (dez por cento) e expedir-se-á mandado de penhora e avaliação (art.475-J, CPC). Expeça-se AR.-Adv. JULIO APARECIDO BITTENCOURT-.

244. COBRANCA (ORD)-0075273-73.2010.8.16.0014-ADENILSON RICARTE DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e FLAVIA BALDUINO DA SILVA-.

245. COBRANCA (ORD)-0077610-35.2010.8.16.0014-APARECIDO PEDROSO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- Vistos;HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus devidos e legais efeitos, a autocomposição entre as partes, por meio da transação juntada aos autos, e, de conseqüência, declaro extinto o processo, nos termos dos artigos 269, III, do CPC.Em caso de descumprimento, fica de plano constituído o título judicial, para atos de excussão, uma vez ocorrido fato impeditivo do direito de recorrer.Eventuais custas remanescentes pela parte requerida, conforme estipulado em acordo. Dê-se baixa junto ao Distribuidor e após arquivem-se os autos.P. R. I.-Advs. ROBSON SAKAI GARCIA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

246. BUSCA E APREENSAO (FID)-0079751-27.2010.8.16.0014-BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x NELSON ROSSI- Ante ao contido na certidao do sr. Oficial de Justiça, manifeste-se a parte promovente, no prazo de cinco dias. Int. -Advs. CARLA HELIANA VIEIRA M.TANTIN e FLAVIO SANTANNA VALGAS-.

247. EXECUCAO DE HIPOTECA-0079784-17.2010.8.16.0014-COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - COHAB LD x DAGOBERT LUDOVICO- Vistos; Trata-se de ação de execução de hipoteca, regularmente ajuizada, em que, antes mesmo da citação, houve composição amigável entre as partes, conforme notícia em fls. 63, sendo que a parte autora requereu a extinção dos autos.DECIDO.A decisão é possível de imediato ante o acordo realizado entre as partes, ainda que extrajudicialmente, tendo em vista que não foi juntada nos autos nenhuma transação.Destarte, conforme petição anexada aos autos, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Ação, nos termos do art. 269, III, e 794, I, ambos do CPC.Custas pela parte autora, ante o princípio da causalidade.P.R.I.-Adv. DENISE TEIXEIRE REBELLO-.

248. ALVARA-0081018-34.2010.8.16.0014-ADENIR BATISTA DOS SANTOS x SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES- Vistos;Trata-se de pedido de expedição de alvará em que, a parte autora foi intimada para emendar a inicial em 10 dias, sem que se manifestasse por mais de 90 dias (fls. 09 verso). DECIDO.A decisão é possível de imediato, pois, à parte, foi dada oportunidade de impulso e, não deu andamento ao feito, aplicando-se a pena de extinção e pagamento de custas.Destarte, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Ação, nos termos do art. 267, III, do CPC.Custas pela parte autora, ante o princípio da causalidade.P.R.I.-Adv. WALTER DE CAMARGO BUENO-.

249. DECLARATORIA-0081046-02.2010.8.16.0014-MARLY PRATES DE SOUZA x BANCO CARREFOUR S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC),

uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. JOSE CICERO CELESTINO, TARCISIO ARAUJO KROETZ, CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER e FABIOLA P. CORDEIRO FLEISCHFRESSER-.

250. COBRANCA (ORD)-0082764-34.2010.8.16.0014-ANDRE FERNANDO GOMES DE MELO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

251. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0083143-72.2010.8.16.0014-ROGERIA MARIA GALERA TAHA x DELMAR SAUL SALTON- Vistos;Homologo, por sentença, para que produza seus devidos e legais efeitos, a autocomposição entre as partes, por meio de transação nos autos juntada, e, de conseqüência, declaro extinto o processo, nos termos dos artigos 269, III, e 794, II ambos do CPC, conforme ajustado entre as partes.Em caso de descumprimento, fica de plano constituído o titulo judicial, com os consectários do acordo.Eventuais custas remanescentes e serão de responsabilidade da parte ré, conforme acordo.Homologo a desistência do prazo recursal.Suspendam-se ate o cumprimento integral do acordo, aguardando oportuna manifestação das partes, conforme autoriza o Art. 792 do CPC.Indefiro a baixa requerida, com relação aos órgãos de proteção de credito, pois é de responsabilidade da parte ré informar a estes órgãos, ante o acordo, a inexistência de quaisquer dividas que dêem origem a negativação administrativamente operada pela ré, do nome da autora, e, caso se refira às anotações em razão da ação, operadas pelo distribuidor, com a baixa dos autos, cessarão.P.R.I.-Advs. GUILHERME REGIO PEGORARO, CARLA LECINK BERNARDI e RICARDO ROBERTO DALMAGRO-.

252. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0083929-19.2010.8.16.0014-BANCO ITAU S/A x R. L. CENTRO DE IDIOMAS LTDA e outros- Deve a requerente, dar andamento nos autos indicando bens a penhora, no prazo de cinco dias.-Adv. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

253. PRESTACAO DE CONTAS-0084008-95.2010.8.16.0014-DIONISIO TERASSI x BANCO DO BRASIL S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. FLAVIA DA CUNHA E CASTRO, ELOI CONTINI e TADEU CERBARO-.

254. ORDINARIA-0084322-41.2010.8.16.0014-ANADIR SIMAS BANHOLI e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A- Manifeste-se a parte autora, no prazo de cinco dias, a respeito da certidão ao verso das fls. 203.-Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO e JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO-.

255. ORDINARIA-0084345-84.2010.8.16.0014-ANAURELINO RAMOS e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A- Deve a parte autora manifestar-se, quanto o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de arquivamento.-Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO e JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO-.

256. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0000466-48.2011.8.16.0014-UNICRED NORTE DO PR.-COOP.DE ECONOMIA CREDITO MUTUO DOS MÉDICOS, PROF. ÁREA DE SAUDE E EMPRES. DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ x FARMACIA SHOP LUZ LTDA - EPP-Vistos;Trata-se de ação de execução de título extrajudicial, em que, após trâmite, a parte exequente requer a extinção da presente ação, por ter transigido extrajudicialmente com as partes executadas.DECIDO.A decisão é possível de imediato, pois, há concordância das partes executadas em fls. 50, e, ainda, por tratar-se de execução.Destarte, conforme petição anexada aos autos, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Ação, em face da desistência da ação, na forma do art. 794, I, do CPC.As partes Executadas arcarão com os honorários advocatícios da patrona da Exequente. Eventuais custas processuais remanescentes serão suportadas pela Exequente, conforme acordo.Homologo desistência do prazo recursal.P.R.I.Deverá a requerente, no prazo de (05) cinco dias, providenciar o recolhimento da guia GRC, referente as custas de Oficial de Justiça. -Adv. ROSANA CAMARANI DA SILVA-.

257. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0000903-89.2011.8.16.0014-LOURDES RITA DA SILVA x BANCO BANESTADO S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

258. DECLARATORIA-0000961-92.2011.8.16.0014-ALBERTINA MARIA FOGAÇA x BANCO VOLKSWAGEM S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

259. EMBARGOS A EXECUCAO-0002374-43.2011.8.16.0014-MEDLON COMERCIO DE PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME e outros x BANCO ITAU S/A-(...) Tendo em vista que tramita perante a 5ª vara cível local, ação de prestação de contas movida pelo executado/embargante contra o exequente/embargado, e é de se reunir os processos, em consideração à carga de conexidade existente entre eles. (...) Como a prestação de contas foi ajuizada antes do ajuizamento da execução, determino, com fulcro no art. 106, do CPC, a remessa dos autos de execução e os presentes embargos à execução àquele juízo. -Adv. RODRIGO VALENTE GIUBLIN TEIXEIRA-.

260. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0003822-51.2011.8.16.0014-VALDELENE DAVID DOS SANTOS x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA-.

261. OBRIGACAO DE FAZER (ORD)-0004057-18.2011.8.16.0014-ARLINDO BETTI e outro x CONDOMINIO EDIFICIO PUERTO SOLLER-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. MARLI GONZALEZ DE SOUZA FORTI e ALBERTO MELHADO RUIZ-.

262. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0004858-31.2011.8.16.0014-BANCO ITAU S/A x STANZA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ESTOFADOS LTDA- A parte autora, para dar andamento aos autos indicando bens à penhora, no prazo de cinco dias.-Adv. MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

263. DESPEJO-0006044-89.2011.8.16.0014-ALVEAR PARTICIPAÇÕES S/C LTDA x ONE UP INDUSTRIA DE MODA LTDA-Conforme requerido pelo autor na petição de fls.111/112, expeça-se mandado de constatação de abandono, sendo que em caso positivo proceder a imissão do autor na posse do imóvel. Tendo em vista a certidão supra, o feito comporta julgamento antecipado nos termos do art.330, II do CPC, pela ocorrência da revelia. Anote-se para sentença. Intime-se.Deverá a parte interessada, no prazo de (05) cinco dias, providenciar o recolhimento da guia GRC, referente as custas de Oficial de Justiça, visando o cumprimento do mandado expedido nos autos em referência. -Adv. VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO-.

264. MONITORIA-0006099-40.2011.8.16.0014-UNOPAR - UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO LTDA x FELIPE AUGUSTO HAAS- Vistos;HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus devidos e legais efeitos, a autocomposição entre as partes, por meio da transação juntada aos autos, e, de conseqüência, declaro extinto o processo, nos termos dos artigos 269, II e III, do CPC.Em caso de descumprimento, fica de plano constituído o título judicial, para atos de excussão, uma vez ocorrido fato impeditivo do direito de recorrer.Eventuais custas processuais remanescentes, pelas partes equitativamente com divisão porcentual.Indefiro o ofício requerido, pois é de responsabilidade da parte autora informar aos órgãos de proteção de crédito, ante o acordo, a inexistência de quaisquer dívidas que deem origem à negativação administrativamente operada pela autora, do nome do réu, e, caso se refira às anotações em razão da ação, operadas pelo distribuidor, com a baixa dos autos, cessarão.Suspendam-se os autos com baixa em boletim até o cumprimento integral do acordo, aguardando oportuna manifestação das partes, conforme autoriza o Art. 792 do CPC.Dê-se baixa junto ao Distribuidor e após arquivem-se os autos.P. R. I. -Adv. RICARDO LAFFRANCHI-.

265. BUSCA E APREENSAO (FID)-0006501-24.2011.8.16.0014-BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x MARCIO ALBERTO MARQUES- (...) Vistos;Trata-se de busca e apreensão, em que após trâmite a parte autora requer a extinção da presente ação, por não possuir mais interesse no seu prosseguimento, haja vista que a parte requerida efetuou entrega amigável do bem, objeto da presente lide.DECIDO.A decisão é possível de imediato,

pois, há concordância da parte requerida em acordo de fls. 27-29.Destarte, conforme petição anexada aos autos, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Ação, em face da desistência, na forma do Art. 267, VIII, do CPC.Expeça-se ofício ao DETRAN para eventuais desbloqueios. Indefiro o ofício requerido, pois é de responsabilidade da parte ré informar aos órgãos de proteção de crédito (Serasa - SCPC e Cartórios de Protesto indicados) e, ante o acordo, a inexistência de quaisquer dívidas que deem origem à negativação administrativamente operada pela ré, do nome do autor, e, caso se refira às anotações em razão da ação, operadas pelo distribuidor, com a baixa dos autos, cessarão.Eventuais custas remanescentes pela parte autora, ante o princípio da causalidade.Dê-se baixa junto ao Distribuidor e após arquivem-se os autos. P.R.I. -Adv. ENEIDA WIRGUES-.

266. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0007407-14.2011.8.16.0014-CAMILA DE MOURA x BANCO FINASA S/A-Sobre a contestaçao, documentos e petição de fls.80/82 manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Advs. MEIRIELE REZENDE DA SILVA, PRISCILA DANTAS CUENCA e ANA PAULA ALMEIDA DE SOUZA-.

267. EMBARGOS A EXECUCAO-0007608-06.2011.8.16.0014-CLAUDIA ELIAS CASTELANI x WILLIAN DA SILVA PALMA- 1-Ante a comprovação, defiro, por ora, à parte requerente os benefícios da justiça gratuita, na forma prevista pelo art. 4º, da Lei 1.060/50 ficando ciente de que incorrerá na pena prevista no parágrafo 1º do referido artigo, caso comprovada a inverdade nas alegações constantes na inicial. -Adv. VALENTIM ZAZYCKI-.

268. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0007631-49.2011.8.16.0014-BANCO ITAU S/A x GONÇALVES & FERNANDES LTDA e outro-A parte autora, para dar andamento aos autos indicando bens à penhora, no prazo de cinco dias. -Adv. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

269. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0008623-10.2011.8.16.0014-UNOPAR - UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO LTDA x SELIS OCHIRO MOREIRA- A parte autora, para dar andamento aos autos indicando bens à penhora, no prazo de cinco dias.-Adv. RICARDO LAFFRANCHI-.

270. ORDINARIA-0010261-78.2011.8.16.0014-AMELIA DE SOUZA PIRES e outros x BANCO REAL S/A- Deve a requerente manifestar-se, no prazo de cinco dias, quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento.-Adv. PAULO HENRIQUE GARDEMANN-.

271. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0010349-19.2011.8.16.0014-MOACIR CORSINI x ABN AMRO BANK S/A- (...) POSTO ISSO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 844, II, do CPC, julgo procedente o pedido da parte autora para o fim de CONFIRMAR A LIMINAR que determinou à parte ré EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS NA INICIAL, cumprida no prazo de defesa, devendo esta exibir eventuais documentos faltantes, em até 05 dias após trânsito em julgado da presente, sem possibilidades de busca e apreensão ou astreintes, nos termos de uníssona jurisprudência, sobretudo do STJ, de transcrição dispensada porque evidente. Pela não instauração e contraditórios, condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, ante o princípio da causalidade. observados eventuais benefícios de assistência concedidos conforme despachos iniciais. P.R.I. Anotações, certificações e retificações de estilo deferidas.-Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

272. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0010375-17.2011.8.16.0014-JOÃO MONTEIRO DE LIMA x BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- (...) POSTO ISSO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 844, II, do CPC, julgo procedente o pedido da parte autora para o fim de CONFIRMAR A LIMINAR que determinou à parte ré EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS NA INICIAL, cumprida no prazo de defesa, devendo esta exibir eventuais documentos faltantes, em até 05 dias após trânsito em julgado da presente, sem possibilidades de busca e apreensão ou astreintes, nos termos de uníssona jurisprudência, sobretudo do STJ, de transcrição dispensada porque evidente. Pela não instauração e contraditórios, condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, ante o princípio da causalidade. observados eventuais benefícios de assistência concedidos conforme despachos iniciais. P.R.I. Anotações, certificações e retificações de estilo deferidas.-Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA, NELSON PILLA FILHO, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e MAURICIO KAVINSKI-.

273. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0012196-56.2011.8.16.0014-UNOPAR - UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO LTDA x ANGELA MARIA DE BONFIM- A parte autora, para dar andamento aos autos indicando bens a penhora, no prazo de cinco dias.-Adv. RICARDO LAFFRANCHI-.

274. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0013435-95.2011.8.16.0014-BELA VITTO DA SILVA x BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. RONAN W. BOTELHO-.

275. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0015176-73.2011.8.16.0014-ITAU UNIBANCO S/A x SEF - REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA e outro- A requerente, para dar andamento aos autos indicando bens à penhora, no prazo de cinco dias.-Adv. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

276. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0015447-82.2011.8.16.0014-CASSIA HELENA ORTUNUES x BANCO ITAUCARD S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. MARCUS VERRI, CARLOS VERRI, EDILSON PANICKI e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

277. DECLAR.INEXIGIBILIDADE TITULO-0015516-17.2011.8.16.0014-INDUSTRIA E COMERCIO DE FRIOS FATTORIA x MICHELE SIMONE ESPERANÇA PEREIRA - ME e outro-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Advs. HENRIQUE ZANONI e FABIANA GREGHI-.

278. INDENIZACAO (ORD)-0016750-34.2011.8.16.0014-LUCIO DA SILVA x EMPRESA DE INTEGRAÇÃO DO SISTEMA ODONTOLÓGICO - EISO e outros-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. INGRID FAVORETO-.

279. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0017098-52.2011.8.16.0014-JOÃO MARIA CARDOSO x BV FINANCEIRA S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA-.

280. INDENIZACAO (ORD)-0017816-49.2011.8.16.0014-ADRIANA CASSIANO DA SILVA x JOSE E TOMAZI E CIA ltDA-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. MALVER GERMANO DE PAULA e SILVIA BERNARDO VIEIRA-.

281. DECLARATORIA-0019157-13.2011.8.16.0014-ELTON QUEIROZ x BANCO ABN AMRO REAL S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. SERGIO EDUARDO CANELLA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

282. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0019533-96.2011.8.16.0014-ADILSON FRANCISCO PEREIRA x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. CARLOS VERRI, MARCUS VERRI, EDILSON PANICKI e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

283. INVENTARIO-0019613-60.2011.8.16.0014-PIERINA BIS x LUIZ BIZ- Vistos; 1 - Preenchidos os requisitos inerentes ao cumprimento do rito de arrolamento

sumário, uma vez que todos os herdeiros (filhos e viúva meeira) são maiores e capazes, há acordo quanto à partilha, não havendo teto ao valor do monte partível, recebo a inicial e determino:2 - Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO, por sentença, as renúncias e partilha amigável apresentada em juízo, na petição inicial dos autos acima epigrafados, neste processo de ARROLAMENTO SUMÁRIO, dos bens deixados em virtude do falecimento do autor da herança, LUIZ BIZ, no qual figura como inventariante, neste ato nomeada, após justificação de impossibilidade de assunção pela meeira, idosa e independentemente de compromisso, a filha Pierina Bis, ficando ressalvados os direitos de terceiros e da Fazenda Pública.Registre-se que a partilha guarda consonância com a ordem de vocação hereditária ao tempo da morte, em 1997 (CC-1916). Intime-se para comprovação de recolhimento dos impostos devidos.3 - Após, manifeste-se a Fazenda Pública Estadual, na pessoa de seus procuradores lotados nos cargos locais. 4 - Havendo concordância, expeçam-se os competentes formais, uma vez certificada nos autos o trânsito em julgado ou a dispensa do prazo recursal. 5 - Oportunamente, arquivem-se os autos, com as cautelas e formalidades de estilo.6 - Anote-se à margem da distribuição. Custas na forma da lei. P.R.I. -Adv. LUIS GUILHERME VANIN TURCHIARI-.

284. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0020477-98.2011.8.16.0014-GIOVANA CONCEIÇÃO GOIS FERNANDES ROCHA x BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

285. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0021276-44.2011.8.16.0014-ROSALINA COUTINHO COSTA x BV FINANCEIRA S/A-Sobre a petição e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. DANILO MEN DE OLIVEIRA-.

286. BUSCA E APREENSAO (FID)-0022554-80.2011.8.16.0014-BANCO J. SAFRA S/A x LUIZ EDUARDO MURARA- Vistos;Trata-se de busca e apreensão, em fase de citação inicial, na qual a parte autora requer a extinção da presente ação, por não ter mais interesse no prosseguimento da mesma.DECIDO. A decisão é possível de imediato, pois, a despeito de já ter sido determinada a citação, esta ainda não ocorreu, não sendo necessária a intimação da parte requerida.Destarte, conforme petição anexada aos autos, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Ação, em face da desistência da ação, na forma do art. 267, VIII, do CPC.Eventuais custas processuais remanescentes, pela parte autora, ante o rpincípio da causalidade.P.R.I.-Adv. CRYSTIANE LINHARES-.

287. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0022611-98.2011.8.16.0014-JAIR BUENO x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. DANILO MEN DE OLIVEIRA-.

288. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0022615-38.2011.8.16.0014-MARCELO CAMPANO CESARIO x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. DANILO MEN DE OLIVEIRA-.

289. INDENIZACAO (ORD)-0024622-03.2011.8.16.0014-JOSE GERALDO CARVALHO e outro x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS SA-1- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, indicando sua pertinência e necessidade à luz dos fatos alegados em inicial, contestação e réplica, que limitam a demanda objetivamente, a título de providências preliminares ao possível saneamento ou julgamento conforme o estado do processo (Arts. 329 e 331 do CPC), uma vez que em saneador, após exame de preliminares e questões processuais, há somente fixação de pontos controvertidos, após acurada leitura do procedimento e deliberação sobre prova; 2- No mesmo prazo, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiencia, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. ROGERIO RESINA MOLEZ, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e GLAUCO IWERSEN-.

290. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0025702-02.2011.8.16.0014-KARINA SERRADO MARQUES SILVA x BANCO PSA FINANCE BRASIL S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. FLAVIO HENRIQUE CAETANO DE PAULA-.

291. CAUTELAR INOMINADA-0026004-31.2011.8.16.0014-NEUSA MASSARIM x JORGE LUIZ PORTO FILHO e outro- Vistos;Trata-se de ação de cautelar inominada, em fase de citação inicial, na qual a parte autora requer a extinção da presente ação, por não possuir mais interesse no seu prosseguimento. DECIDO.A decisão é possível de imediato, pois, a despeito de já ter sido determinada a citação, esta ainda não ocorreu, não sendo necessária a intimação da parte requerida. Destarte, conforme petição anexada aos autos, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Ação, em face da desistência, na forma do Art. 267, VIII, do CPC. Custas pela parte autora, ante o princípio da causalidade, ficando esta dispensada do recolhimento por ser beneficiária da gratuidade, neste ato concedida.Dê-se baixa junto ao Distribuidor e após arquivem-se os autos. P.R.I.-Adv. ANDREA DE MONTEIRO MUNHOZ VIDOTTI-.

292. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0026286-69.2011.8.16.0014-BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A x SANDRO DUARTE MONTEIRO-Ante ao contido na certidao do sr. Oficial de Justiça, manifeste-se a parte promovente, no prazo de cinco dias. Int. -Adv. LAURO FERNANDO ZANETTI-.

293. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0026819-28.2011.8.16.0014-ROSENILTO APARECIDO DOS SANTOS x BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-1-Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre a petição de fls.21-25, na qual a parte requerida apresenta documentos e pugna pela extinção do feito. 2-Após voltem conclusos para sentença. Diligências necessárias. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

294. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0027465-38.2011.8.16.0014-MARISTELA BERNINI QUEIROZ x BANCO ITAU S/A- Ao procurador do requerente, providenciar a sua assinatura na petição juntada em fls.14, no prazo de três dias. -Adv. HELIO DE MATOS VENANCIO-.

295. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0027823-03.2011.8.16.0014-DENISE CRISTINA LOPES REJAN x BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Sobre a correspondência devolvida, manifeste-se a requerente no prazo de cinco dias.-Adv. NATALIA REGINA KAROLENSKY-.

296. REINTEGRACAO DE POSSE-0028404-18.2011.8.16.0014-SANTANDER LEASING S.A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x MARLI FERREIRA DA SILVA-Vistos, etc.Homologo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos o cumprimento da presente demanda entre as partes nestes autos sob nº 28.404/2011 de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE movida por SANTANDER LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL contra MARLI FERREIRA DA SILVA, e de conseqüência, declaro extintos o processo, com fulcro no artigo 269, inciso III, do CPC.Oficie-se ao cartório de registro para baixa de penhora,se houver. Homologo a desistência do prazo recursal.Averbem-se a margem da distribuição e arquivem-se.Publique-se. Registre-se e Intimem-se.Em tempo:Autorizo a retirada de documentos mediante substituição por fotocópias.-Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

297. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0029128-22.2011.8.16.0014-ROBSON CRISTIANO DA SILVA x BANCO VOTORANTIN S/A-Sobre a petição e documentos juntados, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. BRUNO HENRIQUE FERREIRA-.

298. BUSCA E APREENSAO (FID)-0031822-61.2011.8.16.0014-BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CLAUDIA DE ALMEIDA JULIO- Vistos;HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus devidos e legais efeitos, a autocomposição entre as partes, por meio da transação juntada aos autos (fls. 31-32), já cumprida e, de conseqüência, declaro extinto o processo, nos termos do artigo 269, II e III do CPC, conforme docs. de fls. 33.Eventuais custas processuais remanescentes, pela parte requerida, conforme acordo.P. R. I. -Adv. MILKEN JACQUELINE C.JACOMINI-.

299. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0034864-21.2011.8.16.0014-MARCOS AURELIO ROCHA x BANCO DIBENS S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

300. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0034934-38.2011.8.16.0014-NATAL DE JESUS DA SILVA x BANCO BFB LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL-Sobre a contestaçao, pedido de extinção em petição de fls.39/41 e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

301. COBRANCA (ORD)-0035378-71.2011.8.16.0014-CRISTIAN JUNIOR DE VASCONCELOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. RAFAEL LUCAS GARCIA-.

302. COBRANCA (ORD)-0036073-25.2011.8.16.0014-ELTON RODRIGUES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA e ROBSON SAKAI GARCIA-.

303. BUSCA E APREENSAO (FID)-0036543-56.2011.8.16.0014-BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ELAENE

CRISTINA PAES PEZARINI- Vistos;Trata-se de ação de busca e apreensão, regularmente ajuizada, em que, antes ainda da citação, a parte autora informa, em fls. 22, que houve composição amigável entre as partes, requerendo a extinção do feito.DECIDO.A decisão é possível de imediato ante acordo realizado entre as partes, ainda que extrajudicialmente, tendo em vista que não foi juntada nos autos nenhuma transação.Destarte, conforme petição anexada aos autos, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Ação, nos termos do art. 269, III, do CPC.Custas pelo autor, ante o princípio da causalidade.P.R.I.-Advs. CARLA HELIANA VIEIRA M.TANTIN e MILKEN JACQUELINE C.JACOMINI-.

304. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0037292-73.2011.8.16.0014-REGINALDO MORAIS DOS SANTOS x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

305. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0037299-65.2011.8.16.0014-ELIO BRANDÃO x BANCO DAYCOVAL S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

306. EXIBICAO DE DOCUMENTOS (CAUT)-0037308-27.2011.8.16.0014-MARCIO BORGES x BANCO ITAU S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

307. DECLARATORIA-0038372-72.2011.8.16.0014-LUIZ FABIANI RUSSO x BANCO DO BRASIL LTDA-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. LUIZ FABIANI RUSSO-.

308. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0039672-69.2011.8.16.0014-GELSO MENDES DE OLIVEIRA x BV FINANCEIRA S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA-.

309. CAUTELAR INOMINADA-0039689-08.2011.8.16.0014-ALLIAL DE OLIVEIRA DOS SANTOS x CREFISA S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. ROSANGELA KHATER-.

310. REVISAO DE CONTRATO (ORD)-0042078-63.2011.8.16.0014-MAURINHO SIMÃO x BANCO ITAULEASING S/A-Sobre a contestaçao e documentos, manifeste-se a parte autora, querendo no prazo de dez dias. Int. -Adv. JOAO LOPES DE OLIVEIRA-.

311. EXECUCAO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0044626-61.2011.8.16.0014-ITAU UNIBANCO S/A x GALENIKA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP e outro-Vistos;Trata-se de execução de título extrajudicial, regularmente ajuizada, em que, após trâmite, a parte autora requereu a desistência da ação em relação ao segundo requerido MARCOS ALEXANDRE CRUZ, e sua consequente extinção, com concordância da primeira requerida. Ademais, requer-se a inclusão de CLEONICE ANGELA LAMIN CRUZ como anuente devedora, em substituição ao requerido MARCOS.DECIDO. A decisão é possível de imediato, pois, há concordância da parte requerida e da anuente devedora em acordo de fls. 34-38.Destarte, conforme petição anexada aos autos, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTA a presente Ação em relação ao réu MARCOS ALEXANDRE CRUZ, nos termos do art. 267, VIII, do CPC. E a inclusão da anuente CLEONICE ANGELA LAMIN CRUZ como devedora, em substituição ao devedor excluído.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Custas já solvidas e honorários conforme acordo. Comunique-se no distribuidor para fins de substituição, bem como anote-se em sistema.Após suspendam-se os autos, como se requer, sine die com base no art. 792, do CPC, sem ocorrência do prazo prescricional. -Advs. LAURO FERNANDO ZANETTI e CLAUDIA AKEMI MITO FURTADO-.

312. EXCECAO DE INCOMPETENCIA-0047843-15.2011.8.16.0014-MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A x LUIZ ANTONIO SIMÃO- Sobre a exceção de incompetência, manifeste-se o requerido para responder, no prazo de dez dias.-Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

313. IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA-0047857-96.2011.8.16.0014-MARIA ISABEL GUIMARAES AMBROSIO x PEDRO LOPES- Sobre a impugnação ao valor da causa, manifeste-se o requerido para responder, no prazo de dez dias.-Adv. JOSE CARLOS MAIA ROCHA DA SILVA-.

314. COBRANCA (SUM)-0049523-35.2011.8.16.0014-DEZAINY ASSESSORIA DE COBRANÇA S/A LTDA x JOSE APARECIDO LUCIANO e outro-Ante ao contido na certidao do sr. Oficial de Justiça, manifeste-se a parte promovente, no prazo de cinco dias. Int. -Adv. MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA-.

315. INVENTARIO-0049596-07.2011.8.16.0014-IVANILDE CRISTINE GOMES e outros x FRANCISCO VELTER CLAUDINO DA SILVA- Manifeste-se a parte autora, no prazo de cinco dias, a respeito da certidão em fls.52. -Advs. FRANCISCO BARBOSA, JULIO ANTONIO BARBETA e MARCO ANTONIO DE A.CAMPANELLI-.

316. DESPEJO-0051404-47.2011.8.16.0014-ELVIRA GORGES VICI x ELIZETE TORRES GARCIA e outro- Manifeste-se a requerente, sobre o contido nas fls.26, no prazo de cinco dias.-Advs. ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA e ILMO TRISTAO BARBOSA-.

317. BUSCA E APREENSAO (FID)-0054955-35.2011.8.16.0014-BV FINANCEIRA CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x PATRICIA MATESCO- 1-Conforme cálculo indicativo do próprio banco em fls.19, somente as parcelas 11 e 12 estão inadimplidas e, fins de purgação da mora, foram depositadas em seu montante integral; (fls.48-49); 2- Em relação ao direito de purgação da mora, em atenção ao CDC considero absolutamente inconstitucional a exigência de quitação de 40% das parcelas para que o consumidor tenha tal direito e assim, incidenter tantun afasto a referida condicionante, por considerar direito lidima do consumidor a purgação a qualquer tempo, nos termos de bem lançada jurisprudência para requerida; 3-Por fim, indiciado, pelos documentos anexos a hipossuficiência, defiro a assistência à requerida. 4-Int. o autor para dizer em 05 dias e restituir, incontinenti o bem; Manifeste-se a requerente, sobre a petição de fls.62/72, no prazo de cinco dias.-Adv. CARLA HELIANA VIEIRA M.TANTIN-.

318. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0011563-45.2011.8.16.0014-Oriundo da Comarca de CAMBORIU - SC-CONEVILLE SERVIÇOS E CONTRUÇÕES LTDA e outro x ADALBERTO SERTA-Deverá a parte interessada, no prazo de (05) cinco dias, providenciar o recolhimento da guia GRC, referente as custas de Oficial de Justiça, visando o cumprimento do mandado expedido nos autos em referência. -Adv. ARNO ENKE-.

319. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0033733-11.2011.8.16.0014-Oriundo da Comarca de SAQUAREMA - RJ-ALEXANDER SAVIOLLI SANTANA x BRASLUSA ESTOFADOS LTDA E EMPRESAS DO GRUPO e outro- Despacho de fls.18 verso; 1-Avoque os autos; 2- Diante da ausência da testemunha que, inadvertidamente frustrou o ato, oficie-se ao juízo deprecante para que colha, em 30 dias, informação do arrolante quanto à insistência de oitiva, fins de redesignação, condução e responsabilidade da testemunha pelas custas do procedimento; 3-Diante da urgência, o oficio poderá ser encaminhado por e-mail conforme endereço de fls.02;4-Havendo negativa ou decorrido o prazo in albis, devolvam-se; Despacho de fls.19 verso; 1-Para o ato postergo, redesigno a data de 31/10/2011, às 14h00; 2-Int; Custas pelo arrolante. -Advs. ANDREA CONCEIÇÃO SIMÕES DOS SANTOS e ED NOGUEIRA DE AZEVEDO JUNIOR-.

Londrina, 29 de Setembro de 2011

TANIA SOARES FELIZARDO

Escriva

## 7ª VARA CÍVEL

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE LONDRINA - PARANA

CARTORIO DO 7º OFICIO CIVEL E ANEXOS

DRA. TELMA REGINA MAGALHAES CARVALHO

ESCRIVAO - JOAO PAULO AKAISHI

RELAÇAO Nº.199/2011

Índice de Publicação


| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ADALBERTO FONSATTI | 00030 | 001624/2008 |
| ADAUTO DE ALMEIDA TOMASZEWSKI | 00038 | 001211/2009 |
| ADHEMAR DE OLIVEIRA E SILVA FILHO | 00104 | 031887/2011 |
| ADOLFO LUIS DE SOUZA GOIS | 00091 | 084518/2010 |
| ADRIANA GONÇALVES | 00037 | 001014/2009 |
| ADRIANA ROSSINI | 00087 | 075595/2010 |
| ADRIANO MARRONI | 00012 | 000408/2005 |
| AIRTON JOSE ARAUJO SACHETIM | 00036 | 000778/2009 |
| ALEXANDRE DE TOLEDO | 00101 | 025068/2011 |
| ALEXANDRE NELSON FERRAZ | 00007 | 000437/2002 |
| | 00034 | 000492/2009 |
| | 00060 | 030405/2010 |
| ALEXANDRE ROMANI PATUSSI | 00046 | 001881/2009 |
| ALINE PASSOS DE AZEVEDO | 00026 | 001058/2008 |
| AMANDA COUTINHO RABELLO | 00056 | 020558/2010 |
| ANDERSON DE AZEVEDO | 00064 | 036521/2010 |
| ANDRE LUIZ GIUDICISSI CUNHA | 00006 | 000603/2001 |
| | 00041 | 001507/2009 |
| ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI | 00019 | 000281/2007 |
| ANTONIO CELSO COSTA | 00044 | 001660/2009 |
| ANTONIO GIBRAN FARIAS | 00082 | 071789/2010 |
| ANTONIO PAULO LUZZI | 00023 | 000821/2007 |
| ANTONIO ROBERTO ORSI | 00107 | 042031/2011 |
| ARMANDO GARCIA GARCIA | 00044 | 001660/2009 |
| ARTHUR RICARDO SILVA TRAVAGLIA | 00043 | 001636/2009 |
| BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ | 00004 | 000024/2001 |
| | 00070 | 047851/2010 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 00105 | 041214/2011 |
| BRUNO PEDALINO | 00005 | 000321/2001 |
| CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN | 00080 | 069393/2010 |
| CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO | 00008 | 000950/2002 |
| | 00012 | 000408/2005 |
| CESAR AUGUSTO TERRA | 00009 | 000258/2003 |
| | 00052 | 015674/2010 |
| | 00068 | 043668/2010 |
| | 00076 | 061284/2010 |
| CLAUDIO ANTONIO CANESIN | 00023 | 000821/2007 |
| CLAUDIO CASQUEL | 00046 | 001881/2009 |
| CLAUDIO HENRIQUE CAVALHEIRO | 00068 | 043668/2010 |
| CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES | 00055 | 018817/2010 |
| CRYSTIANE LINHARES | 00099 | 018887/2011 |
| DARIO BECKER PAIVA | 00010 | 000318/2003 |
| | 00014 | 000427/2006 |
| DENISE PONGELUPE BULGACOV | 00061 | 032046/2010 |
| DIOGO LOPES VILELA BERBEL | 00078 | 062276/2010 |
| | 00081 | 071779/2010 |
| DOUGLAS ALEXANDRE GUERRA | 00038 | 001211/2009 |
| EDGAR AUGUSTO MARCOLINO | 00053 | 016427/2010 |
| EDUARDO LUIZ CORREIA | 00005 | 000321/2001 |
| ELISA DE CARVALHO | 00035 | 000689/2009 |
| ELISANGELA PALMAS DA CRUZ LANDGRAF | 00008 | 000950/2002 |
| ELOISA CRISTINA WERDENBERG RODRIGUES | 00008 | 000950/2002 |
| ENEIDA WIRGUES | 00041 | 001507/2009 |
| | 00062 | 032348/2010 |
| EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA | 00077 | 061954/2010 |
| | 00098 | 018797/2011 |
| | 00102 | 030183/2011 |
| EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS | 00100 | 022174/2011 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 00048 | 007731/2010 |
| FABRÍCIO SILVA LIMA | 00036 | 000778/2009 |
| FERNANDO ANDRE SILVA | 00058 | 026198/2010 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 00048 | 007731/2010 |
| | 00106 | 041592/2011 |
| FERNANDO RUMIATO | 00035 | 000689/2009 |
| FLAVIA FAVATO IGLESIAS | 00013 | 000245/2006 |
| FRANCIELLA F. SACHI MALASSISE | 00049 | 011947/2010 |
| | 00058 | 026198/2010 |
| FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR | 00035 | 000689/2009 |
| GERALDO PEIXOTO DE LUNA | 00085 | 073410/2010 |
| GERALDO PEIXOTO DE LUNA JUNIOR | 00085 | 073410/2010 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 00087 | 075595/2010 |
| GILBERTO STINGLIN LOTH | 00052 | 015674/2010 |
| | 00068 | 043668/2010 |
| | 00076 | 061284/2010 |
| GIOVANI PIRES DE MACEDO | 00067 | 043591/2010 |
| GLAUCO IWERSEN | 00086 | 073757/2010 |
| GUILHERME LEPRI LONGAS | 00057 | 024388/2010 |
| GUILHERME REGIO PEGORARO | 00014 | 000427/2006 |
| | 00025 | 000022/2008 |
| | 00026 | 001058/2008 |
| | 00033 | 000427/2009 |
| | 00043 | 001636/2009 |
| | 00050 | 013932/2010 |
| | 00083 | 071867/2010 |
| GUILHERME VIEIRA SCRIPES | 00084 | 072387/2010 |
| GUSTAVO AYDAR DE BRITO | 00009 | 000258/2003 |
| | 00020 | 000342/2007 |
| GUSTAVO VERÍSSIMO LEITE | 00028 | 001511/2008 |
| HAROLDO MEIRELLES FILHO | 00081 | 071779/2010 |
| HELEN KATIA SILVA CASSIANO | 00053 | 016427/2010 |
| HELIO DE MATOS VENANCIO | 00080 | 069393/2010 |
| HELIO HENRIQUE DE CAMARGO | 00089 | 083327/2010 |
| HELOISA TOLEDO VOLPATO | 00040 | 001430/2009 |
| HENRIQUE AFONSO PIPOLO | 00064 | 036521/2010 |
| HENRIQUE DOS REIS NIEHUES | 00056 | 020558/2010 |
| IRACÉLES GARRET LEMOS PEREIRA | 00053 | 016427/2010 |
| ISAAC JOSE ALTINO | 00001 | 000492/1987 |
| | 00059 | 029018/2010 |
| ISAC CHEDID SAUD | 00001 | 000492/1987 |
| ITAMAR WILSON DE BRITO MORAES | 00109 | 053204/2011 |
| IVAN ARIOVALDO PEGORARO | 00010 | 000318/2003 |
| | 00014 | 000427/2006 |
| | 00029 | 001581/2008 |
| | 00039 | 001390/2009 |
| JACIRA ROSA TONELLO | 00024 | 001218/2007 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 00087 | 075595/2010 |
| JOAO EDSON LANCAS CAPUTO | 00001 | 000492/1987 |
| | 00059 | 029018/2010 |
| JOAO LEONELHO GABARDO FILHO | 00052 | 015674/2010 |
| | 00068 | 043668/2010 |
| | 00076 | 061284/2010 |
| JORGE MARCELO PINTOSPAYERAS | 00095 | 010951/2011 |
| JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO | 00049 | 011947/2010 |
| | 00058 | 026198/2010 |
| JOSE AUGUSTO BARBOSA URBANEJA | 00085 | 073410/2010 |
| JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO | 00067 | 043591/2010 |
| JOSE FERNANDO VIALLE | 00026 | 001058/2008 |
| JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR | 00042 | 001595/2009 |
| | 00066 | 039802/2010 |
| JOÃO MARCELO ROLDÃO | 00017 | 000725/2006 |
| JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA | 00108 | 043876/2011 |
| JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA | 00096 | 011317/2011 |
| JULIO CEZAR NALIM SALINET | 00010 | 000318/2003 |
| | 00014 | 000427/2006 |
| KATIA CRISTINA MIRANDA | 00053 | 016427/2010 |
| KATIA MENDES ZAMUNER ROSA GAMEIRO | 00053 | 016427/2010 |
| KELI RACHEL BERGAMO | 00008 | 000950/2002 |
| LAIR CARBONERA | 00110 | 061760/2011 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 00002 | 000792/1997 |
| | 00022 | 000651/2007 |
| | 00071 | 051211/2010 |
| | 00074 | 053379/2010 |
| | 00092 | 003691/2011 |
| | 00097 | 017774/2011 |
| | 00107 | 042031/2011 |
| LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA | 00022 | 000651/2007 |
| LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI | 00011 | 000948/2004 |
| | 00057 | 024388/2010 |
| | 00063 | 032758/2010 |
| | 00071 | 051211/2010 |
| LEONARDO DE CAMARGO MARTINS | 00015 | 000497/2006 |
| LINCO KCZAM | 00071 | 051211/2010 |
| | 00088 | 077724/2010 |
| LINO MASSAYUKI ITO | 00059 | 029018/2010 |
| LUCIANA KAYAMORI | 00036 | 000778/2009 |
| LUCIANE KITANISHI | 00088 | 077724/2010 |
| LUCIANO ALVES DE FARIA | 00023 | 000821/2007 |
| LUCIANO GODOI MARTINS | 00017 | 000725/2006 |
| LUIS AUGUSTO HORVATICH SANTOS | 00030 | 001624/2008 |
| LUIS FERNANDO BRUSSAMOLIN | 00047 | 027569/2009 |
| LUIZ CARLOS FREITAS | 00070 | 047851/2010 |
| | 00074 | 053379/2010 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 00087 | 075595/2010 |
| LUIZ HENRIQUE DA FREIRIA FREITAS | 00070 | 047851/2010 |
| LUIZ HENRIQUE F. FREITAS | 00074 | 053379/2010 |
| LUIZ LOPES BARRETO | 00015 | 000497/2006 |
| LUIZ OSORIO MORAES PANZA | 00059 | 029018/2010 |
| LUIZ RODRIGUES WAMBIER | 00100 | 022174/2011 |
| MARA SUELY OLIVEIRA E SILVA MARAN | 00027 | 001322/2008 |
| MARCELA VALERIO PENATTI | 00089 | 083327/2010 |
| MARCELLO PEREIRA COSTA | 00065 | 038048/2010 |
| MARCELO APARECIDO CAMARGO DE SOUZA | 00032 | 000294/2009 |
| MARCELO HENRIQUE F. S. DE MATOS | 00078 | 062276/2010 |
| MARCELO JOSE PERALTA | 00013 | 000245/2006 |
| MARCIO ROGERIO DEPOLLI | 00004 | 000024/2001 |
| | 00016 | 000517/2006 |
| | 00070 | 047851/2010 |
| MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE | 00040 | 001430/2009 |
| MARCOS AMARAL VASCONCELOS | 00054 | 017660/2010 |
| MARCOS C. DO AMARAL VASCONCELLOS | 00001 | 000492/1987 |
| | 00017 | 000725/2006 |
| | 00059 | 029018/2010 |
| MARCOS DANIEL TICIANELLI | 00014 | 000427/2006 |
| MARCOS DUTRA DE ALMEIDA | 00084 | 072387/2010 |
| MARCOS LEATE | 00014 | 000427/2006 |
| MARCOS RODRIGUES DA MATA | 00001 | 000492/1987 |
| MARCUS AURELIO LIOGI | 00027 | 001322/2008 |
| MARIA DE FATIMA MOREIRA | 00021 | 000398/2007 |
| MARIA LUCILIA GOMES | 00078 | 062276/2010 |
| | 00111 | 061706/2011 |
| MARIANA BENINI SOUTO | 00002 | 000792/1997 |
| | 00056 | 020558/2010 |
| MARIANE MACAREVICH | 00090 | 083834/2010 |
| MARIO FRANCISCO BARBOSA | 00042 | 001595/2009 |
| MASSAMI TSUKAMOTO | 00094 | 007947/2011 |
| MAURI BEVERVANÇO JR | 00100 | 022174/2011 |
| MAYRA DE MIRANDA FAHUR | 00073 | 052828/2010 |
| | 00097 | 017774/2011 |
| MAYRA DE OLIVEIRA COSTA | 00053 | 016427/2010 |
| MICHELLE CRISTINA BAZO | 00045 | 001867/2009 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 00003 | 000512/1999 |
| | 00033 | 000427/2009 |
| | 00038 | 001211/2009 |
| | 00050 | 013932/2010 |
| | 00083 | 071867/2010 |

| | | |
|---|---|---|
| | 00105 | 041214/2011 |
| NATALIA REGINA KAROLENSKY | 00060 | 030405/2010 |
| NEIDA SANTIAGO AMALFI | 00039 | 001390/2009 |
| NEWTON DORNELES SARATT | 00084 | 072387/2010 |
| NICIO ANTONIO DA SILVEIRA | 00023 | 000821/2007 |
| NIVALDO GOTTI | 00031 | 000033/2009 |
| OLDEMAR MARIANO | 00082 | 071789/2010 |
| ORIANA DULCE ALHO GOTTI | 00031 | 000033/2009 |
| PEDRO RODRIGO KHATER FONTES | 00048 | 007731/2010 |
| | 00075 | 060266/2010 |
| PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO | 00051 | 014735/2010 |
| | 00052 | 015674/2010 |
| | 00055 | 018817/2010 |
| | 00072 | 052525/2010 |
| | 00076 | 061284/2010 |
| | 00087 | 075595/2010 |
| | 00090 | 083834/2010 |
| RAFAEL DE REZENDE GIRALDI | 00081 | 071779/2010 |
| RAFAEL ROSSI RAMOS | 00020 | 000342/2007 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 00050 | 013932/2010 |
| RAFAELA POLYDORO KÜSTER | 00033 | 000427/2009 |
| | 00105 | 041214/2011 |
| RAUL BARBI | 00022 | 000651/2007 |
| REGIS COTRIN ABDO | 00080 | 069393/2010 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 00073 | 052828/2010 |
| RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA | 00002 | 000792/1997 |
| RENATA DEQUECH | 00034 | 000492/2009 |
| RENATA SILVA BRANDAO | 00049 | 011947/2010 |
| RICARDO CREMONEZI | 00040 | 001430/2009 |
| RICARDO RIBEIRO | 00112 | 061707/2011 |
| ROBERTO PRETTO JUCHEM | 00043 | 001636/2009 |
| ROBSON SAKAI GARCIA | 00106 | 041592/2011 |
| RODRIGO JOSE MENDES ANTUNES | 00013 | 000245/2006 |
| ROGER PERINETO | 00030 | 001624/2008 |
| ROGERIO BUENO ELIAS | 00093 | 007067/2011 |
| ROGERIO RESINA MOLEZ | 00093 | 007067/2011 |
| ROSANGELA KHATER | 00048 | 007731/2010 |
| | 00075 | 060266/2010 |
| ROSANGELA LELIS DELIBERADOR | 00063 | 032758/2010 |
| ROSÂNGELA DA ROSA CORREA | 00090 | 083834/2010 |
| SANDY PEDRO DA SILVA | 00104 | 031887/2011 |
| SAULO ROBERTO DE ANDRADE | 00062 | 032348/2010 |
| SERGIO CORREA | 00025 | 000022/2008 |
| SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO | 00002 | 000792/1997 |
| SIMONE APARECIDA CABRAL AMORIM | 00111 | 061706/2011 |
| TALES ANDRE FRANZIN | 00030 | 001624/2008 |
| TANIA VALERIA DE OLIVEIRA | 00089 | 083327/2010 |
| TANIA VALERIA DE OLIVEIRA OLIVER | 00015 | 000497/2006 |
| TATIANA VALESCA VROBLWSKI | 00053 | 016427/2010 |
| TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER | 00100 | 022174/2011 |
| THAISA CRISTINA CANTONI | 00054 | 017660/2010 |
| | 00071 | 051211/2010 |
| THIAGO HENRIQUE FUZINELLI | 00079 | 064056/2010 |
| TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO | 00003 | 000512/1999 |
| VALENTIM ZAZYCKI | 00024 | 001218/2007 |
| VALERIA CARAMURU CICARELLI | 00007 | 000437/2002 |
| | 00034 | 000492/2009 |
| VICENTE MAGALHAES | 00007 | 000437/2002 |
| VILSON SILVEIRA | 00103 | 031040/2011 |
| VILSON SILVEIRA JUNIOR | 00103 | 031040/2011 |
| VINICIUS DA SILVA BORBA | 00064 | 036521/2010 |
| VINICIUS GONÇALVES | 00098 | 018797/2011 |
| VIVIANE POMINI | 00020 | 000342/2007 |
| WAGNER RICARDO SILVA DOS SANTOS | 00066 | 039802/2010 |
| WILIAN ZENDRINI BUZINGNANI | 00018 | 001123/2006 |
| WILMAR ANDERSON CAMPOS | 00032 | 000294/2009 |
| WILSON GOMES DA SILVA | 00001 | 000492/1987 |
| | 00059 | 029018/2010 |
| WILSON SANCHES MARCONI | 00069 | 043944/2010 |

1. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-492/1987-BANCO BRADESCO DE INVESTIMENTO S.A. x IMPRESSAO ARTES GRAFICAS LTDA e outros-Ciência da sentença de fls. 184/187: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, reconhecendo a prescrição que se operou ante a citação tardia de todos os executados mais de 20 anos após o vencimento do débito, prescrição que abrange não somente a execução e sim toda a possibilidade de recebimento de valores com base no contrato, considerando o lapso de tempo entre o vencimento do contrato janeiro de 1987 e a citação válida maio de 2010, julgo extintos estes embargos e a execução em apenso com resolução do mérito, o que faço com fulcro no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil..." -Advs. WILSON GOMES DA SILVA, JOAO EDSON LANCAS CAPUTO, MARCOS C. DO AMARAL VASCONCELLOS, ISAC CHEDID SAUD, ISAAC JOSE ALTINO e MARCOS RODRIGUES DA MATA-.

2. AÇÃO DECLARATORIA - ORDINARIO-792/1997-SYNERGIA - TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO S/C LTDA. x NOROESTE LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.- À parte para pagamento, com honorários de dez por cento, em 15 dias.-Advs. LAURO FERNANDO ZANETTI, SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA e MARIANA BENINI SOUTO-.

3. AÇÃO DE REPARAÇAO DANOS - SUMÁRIO-512/1999-SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS x LOURDES DE ROMANO DE CREDDO e outro-Prejudicada a tentativa de bloqueio, ao exequente para que, em 10 (dez) dias, manifeste-se sobre o prosseguimento do feito. -Advs. MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO-.

4. AÇÃO DE IMISSAO DE POSSE-24/2001-BANCO ITAU S.A. x FRANCISCO EDUVIRGES DE SOUZA FILHO e outro- Aos Drs. Advogados do exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a petição de fls. 374/375, lançando sua assinatura, sob pena de desentranhamento. -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

5. AÇÃO DE COBRANÇA - ORDINARIO-321/2001-BANCO DO BRASIL S.A x ART TELAS IND. E COM. DE TELAS E ALAMBRADOS LTDA. e outros-Ciência da sentença de fls. 486/499: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial posto por Banco do Brasil em face de Art Telas Indústria e Comércio de Telas e Alambrados Ltda; Francisco Mendes Rosário e Durvalina Rosa dos Santos Rosário, já qualificados, para o fim condenar os réus a pagar ao autor o débito aludido na inicial, acrescido de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês contados da citação, e corrigida pelo índice previsto no contrato, bem como determino a exclusão da capitalização de juros, devendo incidir os juros remuneratórios no percentual contratado contados de forma linear, sem capitalização; permanecendo as demais cláusulas e condições relativas ao contrato como pactuadas, tudo em conformidade com o que restou acima decidido e, via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Advs. EDUARDO LUIZ CORREIA e BRUNO PEDALINO-.

6. AÇÃO DE DESPEJO-603/2001-PILLAR ALVAES BROGGI x MARCIA SIMINO SIMOES e outro-Ao advogado detentor destes autos para sua devolução no prazo de 24 horas, sob as penalidades da Lei. -Adv. ANDRE LUIZ GIUDICISSI CUNHA-.

7. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-437/2002-SILVIO DE SOUZA JUNIOR e outro x BANCO SANTANDER BRASIL S/A-Às partes para apresentarem alegações finais no prazo SUCESSIVO de 10 (dez) dias, iniciando-se pela autora. -Advs. VICENTE MAGALHAES, ALEXANDRE NELSON FERRAZ e VALERIA CARAMURU CICARELLI-.

8. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-950/2002-INDUSTRIA DE SORVETES TUBARAO LTDA. e outros x BANCO DO BRASIL S.A-Ciência da sentença de fls. 1389/1406: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial posto por Indústria de Sorvetes Tubarão Ltda; Ademir Luvizoto; Florianda Soares Luvizoto; Leonardo Luvizoto e Rosa Fudoli Luvizoto em face de Banco do Brasil S/A, já qualificados, para o fim de determinar a revisão dos contratos firmados entre as partes, mencionados e juntados à inicial, promovendo à exclusão da capitalização de juros; incidindo os juros no percentual contratado e contados de forma linear, permanecendo as demais cláusulas e condições relativas aos contratos como pactuadas e ainda, condenar o réu a restituir aos autores as quantias cobradas a tal título, acrescidas de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, contados da citação, e corrigida monetariamente pelo INPC, contada a correção monetária da data de cada pagamento a maior, tudo em conformidade com o que restou acima decidido, e, ainda, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, pelo que deixo de condenar os autores ao pagamento do saldo pretendido pelo réu posto que indemonstrado, e, via de conseqüência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil..." -Advs. ELISANGELA PALMAS DA CRUZ LANDGRAF, ELOISA CRISTINA WERDENBERG RODRIGUES, CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO e KELI RACHEL BERGAMO-.

9. AÇÃO DE BUSCA APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-258/2003-BANCO ABN AMRO REAL S/A x MARCELO LUIZ FARIAS-Ciência da decisão de fls. 183/184: "... Diante do exposto, deixo de acolher os embargos de declaração interpostos..." -Advs. CESAR AUGUSTO TERRA e GUSTAVO AYDAR DE BRITO-.

10. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-318/2003-ABILIO MEDEIROS IMOVEIS x DINARDI ENGENHARIA CIVIL E CONSTRUCAO LTDA-Ciência da sentença de fls. 639/648: "...Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido inicial posto na presente ação de indenização promovida por Abílio Medeiros Imóveis em face de Rexcon Engenharia Civil e Construções Ltda (atual denominação de Dinardi Engenharia Civil e Construtora Ltda); MMD Empreendimentos Imobiliários Ltda e Mônica Luciana Tribulato, já qualificados, pelo que condeno as duas primeiras rés a pagar à autora o valor de comissão pela intermediação útil, a ser apurada em fase de liquidação de sentença, como também, condeno a terceira ré, solidariamente às duas primeiras, ao pagamento de correção monetária pelo INPC, contada da data em que deveria ter sido paga a comissão, e juros de mora de 1% ao mês, contados da citação e, via de conseqüência, confirmo a concessão da liminar deferida às fls. 30, dos autos nº 318/2003 - medida cautelar de busca e apreensão e, julgo extinto ambos os processos com resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso I, do Código

de Processo Civil..." -Advs. IVAN ARIOVALDO PEGORARO, JULIO CEZAR NALIM SALINET e DARIO BECKER PAIVA-.

11. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-948/2004-UNIAO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA. x CARLOS ALBERTO HEEMANN-Considerando que o embargante pretende a modificação da decisão com os embargos de declaração interpostos com efeitos infringentes e, ainda, visando garantir a ampla defesa e exercício do contraditório, manifeste-se o embargado. -Adv. LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI-.

12. AÇÃO DE COBRANÇA - ORDINARIO-408/2005-BANCO DO BRASIL S.A x SPNJ COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS PETROLEO e outros-Ciência da decisão de fls. 853: "...Equivocadamente este Juízo não observou que o autor também havia interposto embargos de declaração às fls. 843..." Destarte, pelos mesmos fundamentos do despacho de fls. 848, aos requeridos para se manifestem acerca dos embargos de declaração interpostos pelo autor. -Advs. CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO e ADRIANO MARRONI-.

13. AÇÃO DECLARATORIA - ORDINARIO-245/2006-AGNALDO DE JESUS ANTUNES x DAVID AMARAL GUTIERREZ e outro-Ciência da decisão de fls. 309: "... I Defiro o requerido e determino a suspensão do processo até cumprimento do acordo celebrado entre as partes (10.05.2015)..." -Advs. RODRIGO JOSE MENDES ANTUNES, MARCELO JOSE PERALTA e FLAVIA FAVATO IGLESIAS-.

14. AÇÃO DE COBRANÇA - ORDINARIO-427/2006-ABILIO MEDEIROS IMOVEIS x REXCON ENGENHARIA CIVIL E CONSTRUÇÕES LTDA e outros-Ciência da sentença de fls. 639/648: "...Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido inicial posto na presente ação de indenização promovida por Abílio Medeiros Imóveis em face de Rexcon Engenharia Civil e Construções Ltda (atual denominação de Dinardi Engenharia Civil e Construtora Ltda); MMD Empreendimentos Imobiliários Ltda e Mônica Luciana Tribulato, já qualificados, pelo que condeno as duas primeiras rés a pagar à autora o valor de comissão pela intermediação útil, a ser apurada em fase de liquidação de sentença, como também, condeno a terceira ré, solidariamente às duas primeiras, ao pagamento de correção monetária pelo INPC, contada da data em que deveria ter sido paga a comissão, e juros de mora de 1% ao mês, contados da citação e, via de conseqüência, confirmo a concessão da liminar deferida às fls. 30, dos autos nº 318/2003 - medida cautelar de busca e apreensão e, julgo extinto ambos os processos com resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil..." -Advs. IVAN ARIOVALDO PEGORARO, GUILHERME REGIO PEGORARO, MARCOS LEATE, JULIO CEZAR NALIM SALINET, MARCOS DANIEL TICIANELLI e DARIO BECKER PAIVA-.

15. AÇÃO CIVIL PUBLICA-497/2006-ASSOCIAÇAO DE MORADORES DO BAIRRO USINA TRES BOCAS x USINA DE COMPOSTAGEM ORGANICA HUMORGAN- Manifestem-se as partes acerca da petição do Sr. Perito às fls. 997/998.-Advs. TANIA VALERIA DE OLIVEIRA OLIVER, LUIZ LOPES BARRETO e LEONARDO DE CAMARGO MARTINS-.

16. EXECUÇÃO HIPOTECARIA DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO-517/2006-BANCO ITAU S.A. x ROBSON SERGIO DA SILVA- Decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte autora. -Adv. MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

17. AÇÃO DECLARATORIA - ORDINARIO-0019061-71.2006.8.16.0014-ALBINA BATISTA DA SILVA x SCREEN BRINDES LTDA e outro-Ciência às partes da baixa dos autos. -Advs. LUCIANO GODOI MARTINS, MARCOS C. DO AMARAL VASCONCELLOS e JOÃO MARCELO ROLDÃO-.

18. AÇÃO DECLARATORIA - ORDINARIO-0018773-26.2006.8.16.0014-LUIZE PINTO MIRANDA x IESDE - INST. EST. SOC. DES.-Sobre a petição e depósito de fls. 187/188, manifeste-se a autora sobre a extinção do processo pelo cumprimento da sentença, em 10 (dez) dias. -Adv. WILIAN ZENDRINI BUZINGNANI-.

19. AÇÃO MONITORIA-281/2007-BANCO SUDAMERIS BRASIL S.A. x SMELL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e outro- Sobre o prosseguimento do feito, manifeste-se o autor em 10 (dez) dias, devendo comprovar a publicação do edital de citação, nos termos do artigo 232, inciso III do Código de Processo Civil -Adv. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.

20. AÇÃO MONITORIA-342/2007-MIGUEL ANTONIO RAMOS x ELTON EBER GOMES-Ciência da sentença de fls. 55/60: "...Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, tendo ocorrido a prescrição, na forma do artigo 206, § 3º, inciso VIII c/c artigo 2.028, ambos do Código Civil, julgo procedentes os embargos opostos nesta ação monitória movida por Miguel Antônio Ramos em face de Elton Eber Gomes, já qualificados e, via de conseqüência, julgo extinto o processo ação monitória - com resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil..." -Advs. RAFAEL ROSSI RAMOS, VIVIANE POMINI e GUSTAVO AYDAR DE BRITO-.

21. AÇÃO DE BUSCA APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-398/2007-KASINSKI ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x LESSANDRO DO CARMO VIEIRA-Promova a parte autora o COMPLEMENTO do recolhimento das custas do Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 247,00. -Adv. MARIA DE FATIMA MOREIRA-.

22. AÇÃO DECLARATORIA - ORDINARIO-651/2007-JOSE R. GARCIA & CIA LTDA x BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A. - BANESTADO e outro-Ciência da decisão de fls. 703: "... I Desnecessária a apreciação dos embargos de declaração de fls. 696/697..." Manifestando a autora expressamente que não pretende a produção de prova pericial, ao réu para o depósito dos valores no prazo de 10(dez) dias. -Advs. LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA, RAUL BARBI e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

23. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-821/2007-MERCANTIL AGRICOLA LTDA x MILENIA AGRO CIENCIA S.A.-Ciência da decisão de fls. 376/377: "... I Tratam os presentes autos de ação revisional, sendo que proferido despacho saneador o autor interpôs tempestivamente embargos de declaração alegando que a decisão embargada é omissa e contraditória. É o relatório. Decido. Conheço dos embargos, opostos na forma disposta na lei processual civil. Contudo não há razão na pretensão interposta pela autora/embargante. O artigo 535, inciso I, do Código de Processo Civil dispõe que cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição ou omissão, e da analise da petição de embargos de declaração percebe-se que a autora pretende na realidade a reforma da decisão. A via dos embargos de declaração não se presta para rediscussão da decisão proferida, mas sim para sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão, sendo certa ainda que a possibilidade de concessão de efeitos infringentes só se presta aos casos excepcionais em que tenham ocorrido erros materiais, equívocos manifestos, ou em que a correção dos vícios ensejadores dos embargos, necessariamente, impliquem na alteração do julgado, o que evidentemente não é o caso dos presentes autos. Diante do exposto, deixo de acolher os embargos de declaração interpostos..." -Advs. ANTONIO PAULO LUZZI, LUCIANO ALVES DE FARIA, NICIO ANTONIO DA SILVEIRA e CLAUDIO ANTONIO CANESIN-.

24. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ORDINÁRIO-0021075-91.2007.8.16.0014-IRENI DE ARAUJO PIMENTEL x JOSE CARLOS GONÇALVES-Ciência da decisão de fls. 260: "...I Indefiro o pedido de fls. 258. O valor remanescente já foi levantado pelo réu (fls. 247). Além do mais, trata-se de valor impenhorável..." Sobre o prosseguimento da execução, diga a credora em 10 (dez) dias. -Advs. VALENTIM ZAZYCKI e JACIRA ROSA TONELLO-.

25. AÇÃO DE BUSCA APREENSAO COM RESERVA DE DOMÍNIO-22/2008-ALBERICO DE SOUZA CRUZ x EAP INTERMEDIAÇAO DE NEGOCIOS LTDA-Ciência da sentença de fls. 110/117: "...Diante do exposto, julgo pARCIALEMENTE Procedente o pedido inicial posto por Alberico de Souza Cruz em face de EAP Intermediação de Negócios Ltda, ambos qualificados, para o fim de declarar rescindidos os contratos firmados entre as partes (fls. 22-37), pelo que mantenho a decisão liminar de fls. 64/66 e, considerando os pedidos contidos na inicial, condeno a ré a pagar ao autor: a) cláusula penal no percentual de 20% do valor dos contratos; b) honorários advocatícios (extrajudiciais) na base de 20% do valor a ser recebido e c) o valor referente aos animais não restituídos ao autor, conforme preço acordado no leilão (já mencionado nesta sentença), devidamente atualizados pelo INPC e acrescido de juros de 1% ao mês desde a sua constituição em mora (03/12/2007 fls. 51v)..."-Advs. GUILHERME REGIO PEGORARO e SERGIO CORREA-.

26. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-1058/2008-DAGMAR DE SOUZA DA SILVA x BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.-Ciência da sentença de fls. 450/459: "... Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial posto por Dagmar de Souza da Silva, em face de Bradesco Vida e Previdência S/A, já qualificados, para o fim de condenar a ré ao pagamento da indenização prevista em contrato, no valor R$ 8.476,01 (oito mil, quatrocentos e setenta e seis reais e um centavos), devendo tal valor ser corrigido monetariamente pelo INPC, contada a correção monetária da data do evento morte, quando deveria ter sido indenizada e, acrescida de juros de 1,0% (um por cento) ao mês, contados estes da data da citação e, via de conseqüência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. .." -Advs. GUILHERME REGIO PEGORARO, JOSE FERNANDO VIALLE e ALINE PASSOS DE AZEVEDO-.

27. EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1322/2008-INFIBRA DO PARANA CIMENTO AMIANTO LTDA. e outros x BANCO DO BRASIL S.A-Ciência da decisão de fls. 245: "... I Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Advs. MARA SUELY OLIVEIRA E SILVA MARAN e MARCUS AURELIO LIOGI-.

28. AÇÃO DE DEPÓSITO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-1511/2008-BANCO FINASA S/A. x MARCOS CEZAR DA SILVA- Ao advogado do autor para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dar andamento ao processo, sob pena de extinção. -Adv. GUSTAVO VERÍSSIMO LEITE-.

29. MEDIDA CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS-1581/2008-CREMASCO & CREMASCO LTDA - ME x CONSTRUTORA HERRERO & ARRABAL LTDA e outro- Tendo em vista o requerido às fls. 197, e ainda considerando o art. 267, §4º do Código de Processo Civil, manifestem-se os requeridos sobre o pedido de desistência, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. IVAN ARIOVALDO PEGORARO-.

30. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ORDINÁRIO-1624/2008-RMS CASABELLA LTDA x KIT`S PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-Proceda a parte a retirada da carta precatória, devendo comprovar a sua distribuição junto ao juízo da Comarca de Arapongas- PR.-Advs. LUIS AUGUSTO HORVATICH SANTOS, ROGER PERINETO, ADALBERTO FONSATTI e TALES ANDRE FRANZIN-.

31. ARROLAMENTO-33/2009-ARLETE FUGANTI ALBERTOTTI x GERÔNIMO ARLINDO FUGANTI (ESPÓLIO)- Promova a inventariante o recolhimento do ITCMD devido.-Advs. NIVALDO GOTTI e ORIANA DULCE ALHO GOTTI-.

32. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - SUMÁRIO-294/2009-FABIANE CRISTIANE RIBEIRO DA SILVA x ANDRÉ ALVES CONSTANTINO e outro-Ciência da sentença de fls. 98/102: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, aplicando-se os efeitos da revelia aos réus, considerando-se verdadeiros os fatos afirmados pela autora e comprovados documentalmente, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL posto por Fabiane Cristiane Ribeiro da Silva em face de André Alves Constantino e Orlanda Rodrigues Constantino, já qualificados, para o fim de determinar aos réus que promovam a celebração da devida escritura pública para a efetiva transferência do imóvel descrito na petição inicial à autora, objeto da matrícula nº 5.423, CRI 2º ofício, Londrina/PR, comparecendo ao Tabelionato e assinando a escritura pública, sob pena de R $ 500,00 por dia de descumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação para o cumprimento da sentença, após seus trânsito em julgado e, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil e, via de consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Advs. MARCELO APARECIDO CAMARGO DE SOUZA e WILMAR ANDERSON CAMPOS-.

33. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0026919-51.2009.8.16.0014-ANTONIO CARNEIRO BONFIM x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Ciência da sentença de fls. 258/265: "... Diante do exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL posto por Antonio Carneiro Bonfim em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A., já qualificados e, via de conseqüência, CONDENO a requerida a efetuar o pagamento, a título de Seguro Obrigatório-DPVAT, referente ao acidente que vitimou o autor, causando-lhe invalidez permanente, no valor de 12 (doze) salários mínimos, vigentes na data da ocorrência do sinistro (12/06/2003), devendo tal valor ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE desde a data do acidente, acrescido de juros de 1,0% (um por cento) ao mês desde a data da citação e, via de conseqüência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. O montante deverá ser convertido em moeda corrente, por simples cálculo aritmético..." -Advs. GUILHERME REGIO PEGORARO, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KÜSTER-.

34. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-492/2009-AGÊNCIA DE CORREIO FRANQUEADA PROFESSOR JOÃO CANDIDO LTDA. x BANCO HSBC BANK S.A.-Ciência da decisão de fls. 519: "... I Considerando que não houve adiantamento dos honorários periciais pela parte autora, determino o prosseguimento do feito sem a realização da prova técnica. II Registre-se que o réu externou desinteresse na realização da prova pericial (fls. 517)..." -Advs. RENATA DEQUECH, VALERIA CARAMURU CICARELLI e ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

35. AÇÃO DECLARATORIA - SUMARIA-689/2009-CLEUDES SILVA DO CARMO x BANCO ITAU S.A.-Ciência da sentença de fls. 105/113: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial posto por Cleudes Silva do Carmo em face de Banco Itaú S/A (Banco Itaucard S/A), ambos já qualificados, para o fim de declarar a inexigibilidade do débito referido na petição inicial, com cessação em definitivo dos descontos realizados no benefício da autora a título de RMC, bem como determino ao banco réu que promova a restituição dos valores descontados do benefício da autora a título de RMC, em dobro, considerando os meses em que houve o desconto, na forma dos extratos de fls. 16/21 e de fls. 44/48, considerando ainda que foram juntados extratos em repetição e, ainda, condenar o réu a pagar à autora a título de danos morais, pelos descontos indevidos (não contratados) no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), incindo juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, contados ambos desta data arbitramento (Súmula nº 362, do STJ, verbis: ?A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento") e, via de consequência, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Advs. FERNANDO RUMIATO, ELISA DE CARVALHO e FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR-.

36. AÇÃO MONITORIA-778/2009-SOCIEDADE EDUCACIONAL MAXI S/C LTDA x LUCIA MARIA BRANDÃO-Ciência da decisão de fls. 40/41: "...I À ré citada por edital nomeio Curador Especial na pessoa do Dr. João Marcelo Roldão. II - Considerando que o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que os honorários advocatícios ao Curador Especial nomeado para a defesa da parte contrária citada por edital devem ser adiantados pela parte autora, arbitro honorários advocatícios ao Dr. Curador em R$ 300,00 (trezentos reais)..." Ao exeqüente para o imediato depósito, possibilitando o prosseguimento do feito. -Advs. FABRÍCIO SILVA LIMA, LUCIANA KAYAMORI e AIRTON JOSE ARAUJO SACHETIM-.

37. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-1014/2009-WILSON LOPES DE OLIVEIRA x BANCO ABN AMRO REAL S/A.-Ciência da sentença de fls. 111/123: "... Diante do exposto, julgo procedente o pedido inicial posto por Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A em face de Wilson Lopes de Oliveira, ambos qualificados, na ação de busca e apreensão, para o fim de declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, e via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito. JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial posto por Wilson Lopes de Oliveira em face de Banco ABN Amro Real S/A., já qualificados, nos autos de ação revisional, vez que não há cláusulas a revisar, e via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Adv. ADRIANA GONÇALVES-.

38. AÇÃO DE INDENIZAÇAO - SUMÁRIO-1211/2009-MARIO APARECIDO BIANCHI e outro x BENEDITO PORFIRIO SOARES e outro-Ciência da decisão de fls. 203: "... Assiste razão aos requeridos em seus embargos de declaração, vez que equivocadamente não foi incluído entre os pontos controvertido a questão relativa a ilegitimidade do primeiro réu argüida na contestação. Diante do exposto, acolho os embargos de declaração para o fim de incluir entre os pontos controvertidos fixados no despacho saneador a ilegitimidade passiva do réu Benedito Porfírio Soares sob o fundamento de que este não era ao tempo do acidente o proprietário do veículo. No mais persiste a decisão tal como está lançada nos autos..." -Advs. ADAUTO DE ALMEIDA TOMASZEWSKI, DOUGLAS ALEXANDRE GUERRA e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

39. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-1390/2009-SOCIEDADE CONDOMINIO ILHA DO SOL x RONALDO PORTELO RODRIGUES e outro-Ciência da sentença de fls. 99/103: "...Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, sendo a requerida Cleusa Maria Caldeira Rodrigues parte passiva ilegítima, com fulcro no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO posto por Sociedade Condomínio Ilha do Sol em face de Cleusa Maria Caldeira Rodrigues, já qualificados..." -Advs. IVAN ARIOVALDO PEGORARO e NEIDA SANTIAGO AMALFI-.

40. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANOS - SUMÁRIO-1430/2009-INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA-UNIFIL x ASSOCIACAO EVANGELICA BENEFICENTE DE LONDRINA-Ciência da sentença de fls. 219/222: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, verificando-se a coisa julgada entre a presente ação de ressarcimento de danos e aquela autuada sob nº 2796/2006 que tramitou perante a 1ª Vara do Trabalho da Comarca de Londrina, com fulcro no artigo 267, inciso V, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, movido por Instituto Filadélfia de Londrina em face da Associação Evangélica Beneficente de Londrina, ambos já qualificados..."-Advs. RICARDO CREMONEZI, MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE e HELOISA TOLEDO VOLPATO-.

41. AÇÃO DE DEPÓSITO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-1507/2009-BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO - FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x MARIA EDUARDA AFONSO SILVA-Ciência da sentença de fls. 75: "... I Tratam os presentes autos de ação de depósito requerendo a ré a produção de prova testemunha, com a finalidade de comprovar não mais ser proprietária do veículo objeto da presente ação de busca e apreensão, convertida em ação de depósito. II Tem-se que desnecessária a produção de prova oral, posto que a matéria controvertida liga-se a questão de direito, sendo os aspectos fáticos demonstrados pelos documentos já constantes do caderno processual, não havendo outras provas a serem produzidas em audiência. É, pois, cabível o julgamento do feito, nos moldes do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, pelo que indefiro o requerimento de prova oral, devendo os autos vir conclusos para sentença, após contados e preparados..." -Advs. ENEIDA WIRGUES e ANDRE LUIZ GIUDICISSI CUNHA-.

42. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-1595/2009-MARIO FRANCISCO BARBOSA x BANCO SAFRA S.A.-Ciência da sentença de fls. 181: "... Tratam os presentes autos de ação revisional de contrato em que as partes entraram em acordo (fls. 170/172). Assim, homologo, por sentença, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, o acordo celebrado entre as partes e, com fundamento no artigo 269, III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução de mérito..." -Advs. MARIO FRANCISCO BARBOSA e JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR-.

43. AÇÃO DE INDENIZAÇAO - SUMÁRIO-1636/2009-WILSON TEODORO CARNEIRO x QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA-Ciência da decisão de fls. 137: "... I Rejeito os embargos de declaração de fls. 128/130. Compete tão somente ao Juiz analisar o melhor momento para sanear o processo, e na visão desta Magistrada não seria oportuno sanear o processo ao mesmo tempo em

que proferiu o despacho de fls. 126, já que a decisão eventualmente pode ser modificada pelo Tribunal de Justiça caso a parte interessada recorra da decisão..." -Advs. GUILHERME REGIO PEGORARO, ARTHUR RICARDO SILVA TRAVAGLIA e ROBERTO PRETTO JUCHEM-.

44. AÇÃO DECLARATORIA - SUMARIA-1660/2009-OSWALDO FERRUZZI MARSURA x UNIMED LONDRINA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO-Ciência da sentença de fls. 394/403: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial posto por Oswaldo Ferruzi Marsura em face de Unimed Londrina Cooperativa de Trabalho Médico, já qualificados, revogando a liminar concedida às fls. 223-229 e, via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..."-Advs. ANTONIO CELSO COSTA e ARMANDO GARCIA GARCIA-.

45. ARROLAMENTO-1867/2009-APARECIDA LEITE DE SOUZA x DAGMAR RIBEIRO DE SOUZA (ESPOLIO)- Ao advogado do autor para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dar andamento ao processo, sob pena de extinção. -Adv. MICHELLE CRISTINA BAZO-.

46. AÇÃO DE REINTEGRAÇAO DE POSSE-1881/2009-BANCO FINASA BMC S.A. x ALDO AUGUSTO COSTA DO LIVIER-Ciência da sentença de fls. 102/112: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial posto por Banco Finasa BMC S/A em face de Aldo Augusto Costa do Livier, já qualificados, para o fim de reintegrar o autor na posse do bem relacionado na petição inicial, vez que comprovado o ato de esbulho praticado pelo réu, confirmando a reintegração de posse liminarmente deferida, consolidando em poder do autor a posse e propriedade do bem descrito na petição inicial, bem como determino ao autor que promova a restituição ao réu dos valores recebidos a título de ?serviços corresp. não bancários? fls. 30, item VIII, campo 4 e VRG embutido nas parcelas efetivamente pagas, considerando a contratação de pagamento diluído item VII, campo 11 (fls. 29), devidamente corrigidos os valores, contada a correção monetária pelo INPC da data do pagamento dos valores e juros de mora de 1% ao mês contados a partir da citação e, via de conseqüência, julgo extinto o processo com julgamento de mérito, que faço com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil..." -Advs. ALEXANDRE ROMANI PATUSSI e CLAUDIO CASQUEL-.

47. AÇÃO DE BUSCA APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0027569-98.2009.8.16.0014-AYMORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. x WILSON LOPES DE OLIVEIRA-Ciência da sentença de fls. 154/166: "... Diante do exposto, julgo procedente o pedido inicial posto por Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A em face de Wilson Lopes de Oliveira, ambos qualificados, na ação de busca e apreensão, para o fim de declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, e via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito. JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial posto por Wilson Lopes de Oliveira em face de Banco ABN Amro Real S/A., já qualificados, nos autos de ação revisional, vez que não há cláusulas a revisar, e via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Adv. LUIS FERNANDO BRUSSAMOLIN-.

48. AÇÃO DE COBRANÇA - ORDINARIO-0007731-38.2010.8.16.0014-LUIS CARLOS DE ABREU x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Ciência da sentença de fls. 193/199: "... Diante do exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL posto por Luis Carlos de Abreu em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, já qualificados e, via de conseqüência, CONDENO a requerida a efetuar o pagamento ao autor, a título de Seguro Obrigatório-DPVAT, referente ao acidente que vitimou o autor, causando-lhe invalidez permanente no valor de R$4.050,00, devendo tal valor ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE desde o pagamento administrativo incompleto (30/04/2009), acrescido de juros de 1% ao mês desde a citação e, via de conseqüência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil..." -Advs. ROSANGELA KHATER, PEDRO RODRIGO KHATER FONTES, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

49. AÇÃO DECLARATORIA - SUMARIA-0011947-42.2010.8.16.0014-RAFAELA FABIANI SACHI x NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A. - GLOBO CABO S.A.-Ciência da sentença de fls. 136/144: "...Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL posto por Rafaela Fabiani Sachi em face de Net Londrina Ltda (atual denominação de Net Serviços de Comunicação S/A Globo Cabo S/A), ambos qualificados, para o fim de: a) declarar a inexistência do débito referido na petição inicial, proveniente de relação jurídica entre as partes; b) determinar a exclusão em definitivo do nome da autora de órgãos de restrição ao crédito SPC/SERASA, relativamente à inscrição promovida pela ré e, via de conseqüência, confirmo a antecipação dos efeitos da tutela de fls. 51/53 e; c) condenar a ré ao pagamento de indenização de dano moral à autora e, considerando que se trata de compensação à autora e, ainda, tendo certo caráter punitivo à ré; não devendo ser inexpressiva, contudo, também, não podendo ser fonte de enriquecimento, arbitro em R$ 1.000,00, incidindo correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês, contados ambos desta data arbitramento (Súmula nº 362, do STJ)..." -Advs. FRANCIELLA F. SACHI MALASSISE, RENATA SILVA BRANDAO e JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO-.

50. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0013932-46.2010.8.16.0014-DENISE CRISTIANE DA SILVA x VERA CRUZ SEGURADORA S.A.-Ciência da sentença de fls. 87/88: "... Diante do exposto, não havendo obscuridade, omissão ou contradição a ser esclarecido, deixo de acolher os embargos de declaração interpostos. .."-Advs. GUILHERME REGIO PEGORARO, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

51. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0014735-29.2010.8.16.0014-MICHEL DA SILVA SANTOS x AYMORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.-Ciência da sentença de fls. 142/152: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial posto por Michel da Silva Santos em face de Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A., já qualificados, para o fim de determinar a revisão do contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária, mencionado na inicial, para o fim de excluir a cobrança da tarifa de cadastro, permanecendo as demais cláusulas e condições relativas ao contrato como pactuadas posto que regulares e, também, condenar o réu a restituir à parte autora a quantia cobrada a título de tarifa de cadastro, acrescidas de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês contados da citação e corrigida monetariamente pelo INPC, contada a correção monetária da data do pagamento de cada parcela, o que deverá ser comprovado pela parte autora em fase de liquidação de sentença, em conformidade com o que restou acima decidido, com compensação de eventuais valores ainda devidos pela parte requerente ao réu em razão do contrato, devendo ser aplicada a compensação conforme artigo 368 do Código Civil, e via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Adv. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO-.

52. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0015674-09.2010.8.16.0014-TANIA MARA DE FREITAS x AYMORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.-Ciência da decisão de fls. 159: "... I Tratam os presentes autos de ação revisional de contrato em que foi requerida prova pericial. II A perícia, nas ações como a presente, mostra-se mais efetiva quando realizada na fase de liquidação de sentença, quando já fixados os índices e taxas que permanecerão no contrato, inclusive com decisão a respeito de ser possível ou não a capitalização de juros. Assim, é possível realizar a prova pericial com maior precisão, pelo que deixo de determinar perícia na fase de conhecimento, postergando-a para a fase de liquidação de sentença..." -Advs. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO, CESAR AUGUSTO TERRA, GILBERTO STINGLIN LOTH e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.

53. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0016427-63.2010.8.16.0014-MARCOS LUIS SANCHES x BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO - FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Ciência da sentença de fls. 271/284: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial posto por Marcos Luis Sanches em face do BV Financeira S.A Crédito, Financiamento e Investimento., já qualificados, para o fim de determinar a revisão do contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária, mencionado na inicial, para o fim de excluir a cobrança relativa à taxa de abertura de crédito e de serviços de terceiros, permanecendo as demais cláusulas e condições relativas ao contrato como pactuadas posto que regulares e, também, condenar o réu a restituir à parte autora a quantia cobrada a título de taxa de abertura de crédito e de serviços de terceiros, acrescidas de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês contados da citação e corrigida monetariamente pelo INPC, contada a correção monetária da data do pagamento de cada parcela, o que deverá ser comprovado pela parte autora em fase de liquidação de sentença, em conformidade com o que restou acima decidido, com compensação de eventuais valores ainda devidos pela parte requerente ao réu em razão do contrato, devendo ser aplicada a compensação conforme artigo 368 do Código Civil, e via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Advs. EDGAR AUGUSTO MARCOLINO, KATIA MENDES ZAMUNER ROSA GAMEIRO, HELEN KATIA SILVA CASSIANO, KATIA CRISTINA MIRANDA, MAYRA DE OLIVEIRA COSTA, TATIANA VALESCA VROBLWSKI e IRACÉLES GARRET LEMOS PEREIRA-.

54. AÇÃO DE COBRANÇA - ORDINARIO-0017660-95.2010.8.16.0014-ARMANDO FURTADO MENDONÇA NETO x BANCO BRADESCO DE INVESTIMENTO S.A.-Ciência às partes da decisão de recurso de Agravo de Instrumento às fls. 176/182.-Advs. THAISA CRISTINA CANTONI e MARCOS AMARAL VASCONCELOS-.

55. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0018817-06.2010.8.16.0014-ALEXANDRE SOUZA SANTOS x BANCO FINASA S.A.-Ciência da decisão de fls. 180: "... I Tratam os presentes autos de ação revisional de contrato em que foi requerida prova pericial. II A perícia, nas ações como a presente, mostra-se mais efetiva quando realizada na fase de liquidação de sentença, quando já fixados os índices e taxas que permanecerão no

contrato, inclusive com decisão a respeito de ser possível ou não a capitalização de juros. Assim, é possível realizar a prova pericial com maior precisão, pelo que deixo de determinar perícia na fase de conhecimento, postergando-a para a fase de liquidação de sentença..." -Advs. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

56. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0020558-81.2010.8.16.0014-RONIPETERSON RIVILINI RONISSON PEREIRA VIEIRA DE SOUZA x LIANE MAZOTTO DOS SANTOS-Ciência da sentença de fls. 36/39: "...Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, reconhecendo a prescrição to título executivo, julgo extinto o processo com resolução de mérito, que o faço com fulcro no disposto no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil..." -Advs. HENRIQUE DOS REIS NIEHUES, AMANDA COUTINHO RABELLO e MARIANA BENINI SOUTO-.

57. EXECUÇÃO DE SENTENÇA / CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0024388-55.2010.8.16.0014-IZUMIRA BARBOSA SANCHES x BANCO ITAU S.A.- Foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto pelo executado. Assim, autorizado o levantamento dos valores depositados, contanto, preste o exequente caução real ou fidejussória, nos termos do artigo 475-O, III do Código de Processo Civil. -Advs. GUILHERME LEPRI LONGAS e LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI-.

58. IMPUGNAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA-0026198-65.2010.8.16.0014-NET TV LONDRINA LTDA x RAFAELA FABIANI SACHI-Ciência da decisão de fls. 45/47: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, julgo IMPROCEDENTE a presente impugnação à concessão de assistência judiciária que Net Londrina Ltda (atual denominação de Net Serviços de Comunicação S/A Globo Cabo S/A) promove em face de Rafaela Fabiani Sachi, já qualificados..." -Advs. JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO, FERNANDO ANDRE SILVA e FRANCIELLA F. SACHI MALASSISE-.

59. EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0029018-57.2010.8.16.0014-LINO MASSAYUKI ITO x BANCO BRADESCO DE INVESTIMENTO S.A.-Ciência da sentença de fls. 72/75: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, reconhecendo a prescrição que se operou ante a citação tardia de todos os executados mais de 20 anos após o vencimento do débito, prescrição que abrange não somente a execução e sim toda a possibilidade de recebimento de valores com base no contrato, considerando o lapso de tempo entre o vencimento do contrato janeiro de 1987 e a citação válida maio de 2010, julgo extintos estes embargos e a execução em apenso com resolução do mérito, o que faço com fulcro no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil..." -Advs. LINO MASSAYUKI ITO, ISAAC JOSE ALTINO, WILSON GOMES DA SILVA, JOAO EDSON LANCAS CAPUTO, LUIZ OSORIO MORAES PANZA e MARCOS C. DO AMARAL VASCONCELLOS-.

60. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0030405-10.2010.8.16.0014-ELIANE CRISTINA DA SILVA x BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.-Ciência da decisão de fls.130: "... I Tratam os presentes autos de ação revisional de contrato de financiamento com alienação fiduciária, promovida medida cautelar de exibição de documento, considerando a ausência da juntada do contrato nestes autos, autuada em apenso autos nº 49461-92.2011. II Não se verifica a possibilidade de prolação de sentença sem a juntada do contrato, pelo que determino a suspensão do processo, aguardando-se tramitação da medida cautelar em apenso..." -Advs. NATALIA REGINA KAROLENSKY e ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

61. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0032046-33.2010.8.16.0014-NILSON GONZAGA MELO x BV FINANCEIRA S.A.-Ciência da sentença de fls. 138/153: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial posto por Nilson Gonzaga Melo em face do BV Financeira S.A Crédito, Financiamento e Investimento., já qualificados, para o fim de determinar a revisão do contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária, mencionado na inicial, para o fim de excluir a cobrança da capitalização de juros, comissão de permanência, tarifa de cadastro e emissão de boleto, permanecendo as demais cláusulas e condições relativas ao contrato como pactuadas posto que regulares e, também, condenar o réu a restituir à parte autora a quantia cobrada a título de capitalização de juros, comissão de permanência, tarifa de cadastro e emissão de boleto, acrescidas de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês contados da citação e corrigida monetariamente pelo INPC, contada a correção monetária da data do pagamento de cada parcela, o que deverá ser comprovado pela parte autora em fase de liquidação de sentença, em conformidade com o que restou acima decidido, com compensação de eventuais valores ainda devidos pela parte requerente ao réu em razão do contrato, devendo ser aplicada a compensação conforme artigo 368 do Código Civil, e via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Adv. DENISE PONGELUPE BULGACOV-.

62. AÇÃO DE BUSCA APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0032348-62.2010.8.16.0014-BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO - FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x WALMIR TOSHIYUKI TSUKUDA-Ciência da sentença de fls. 79/86: "...Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, não se verificando a ocorrência de quaiquer das alegações preliminares e, no mérito, não merecendo prosperar as alegações do réu, com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69, julgo procedente o pedido inicial posto por BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento em face de Walmir Toshiyuki Tsukuda, ambos qualificados, para o fim de, reconhecendo a rescisão do contrato, consolidar nas mãos da autora o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem descrito na petição inicial, confirmando a busca e apreensão liminarmente deferida, que torno definitiva..." -Advs. ENEIDA WIRGUES e SAULO ROBERTO DE ANDRADE-.

63. EXECUÇÃO DE SENTENÇA / CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0032758-23.2010.8.16.0014-EUGENIO KWASNITZA e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A.-Ciência da decisão de fls. 81/82: "... I - Tratam os presentes autos de execução de título judicial em que o executado ofereceu bens à penhora Fundo Unibanco DJ. Intimado, o exeqüente discordou da nomeação, por desobedecer à ordem legal, requerendo penhora on line. Decido. O art. 655 do Código de Processo Civil estabelece a ordem de preferência na penhora, estando dinheiro no inciso I e ações e cotas de sociedades empresariais no inciso VI. As alterações trazidas pela Lei 11.232/05 na fase de cumprimento de sentença são expressas no sentido de que o devedor tem o prazo de 15 (quinze) dias para pagar o débito, não mais nomear bens à penhora. Ademais, o bem aqui indicado é de difícil comercialização e, portanto, transformação em dinheiro, tornando por demais onerosa e demorada a satisfação do credor. Este é o entendimento dos Tribunais: ?O direito conferido ao devedor de nomear bens à penhora não é absoluto, mas relativo; deve observar a ordem estabelecida na lei (CPC, art. 655), indicando aqueles bens mais facilmente transformáveis em dinheiro, sob pena de sofrer as conseqüências decorrentes de omissões, propositadas ou não, a respeito. Assim, não cumpridas essas exigências, sujeita-se o executado a ver devolvido ao credor o direito à nomeação (CPC art. 657, caput, última parte)?. (STJ 110/167). Diante do exposto, tendo sido oferecido bem que não obedece à ordem legal, com a qual não concorda o exeqüente, tenho por ineficaz a nomeação feita pelo executado..." -Advs. ROSANGELA LELIS DELIBERADOR e LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI-.

64. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0036521-32.2010.8.16.0014-CENTRAL NDM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA x ALEXANDRE FURIANO DA SILVA-Ciência da sentença de fls. 55: "... Tratam os presentes autos de execução de título extrajudicial em que as partes entraram em acordo (fls. 51/53). Assim, homologo, por sentença, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, o acordo celebrado entre as partes e, com fundamento no artigo 269, III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução de mérito..." -Advs. ANDERSON DE AZEVEDO, HENRIQUE AFONSO PIPOLO e VINICIUS DA SILVA BORBA-.

65. AÇÃO DECLARATORIA - SUMARIA-0038048-19.2010.8.16.0014-EDNALVA CERQUEIRA DOS SANTOS DE SOUZA x TAIÍ - FINANCEIRA ITÁU CBD S.A. CRÉDITO e outro-Ciência da sentença de fls. 68/74: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial posto por Ednalva Cerqueira dos Santos de Souza em face de Taií Financeira Itaú CBD S/A Crédito e Banco Itaú S/A, ambos já qualificados, para o fim de declarar a nulidade dos contratos celebrados entre as partes e referidos no documento de fls. 19 - contrato 55044-000000030639934 e contrato 55044-000000187590096, confirmando a antecipação dos efeitos da tutela, que torno definitiva, para a retirada do nome da autora junto ao SERASA, relativamente aos contratos referidos e, ainda, condenar os réus, solidariamente, a pagarem à autora a título de danos morais, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), incindo juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, contados ambos desta data arbitramento (Súmula nº 362, do STJ, verbis: ?A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento") e, via de consequência, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Adv. MARCELLO PEREIRA COSTA-.

66. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0039802-93.2010.8.16.0014-SIDNEY MARQUES x BANCO ITAUCARD S.A.-Ciência da sentença de fls. 110/123: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial posto por Sidney Marques em face do BV Financeira S.A Crédito, Financiamento e Investimento., já qualificados, para o fim de determinar a revisão do contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária, mencionado na inicial, para o fim de excluir a cobrança da tarifa de emissão de boleto, gravame, avaliação e seguro, permanecendo as demais cláusulas e condições relativas ao contrato como pactuadas posto que regulares e, também, condenar o réu a restituir à parte autora a quantia cobrada a título de emissão de boleto, gravame, avaliação e seguro capitalização de juros e comissão de permanência, acrescidas de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês contados da citação e corrigida monetariamente pelo INPC, contada a correção monetária da data do pagamento de cada parcela, o que deverá ser comprovado pela parte autora em fase de liquidação de sentença, em conformidade com o que restou acima decidido, com compensação de eventuais valores ainda devidos pela parte requerente ao réu em razão do contrato, devendo ser aplicada a compensação conforme artigo 368 do Código Civil, e via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Advs. WAGNER RICARDO SILVA DOS SANTOS e JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR-.

67. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0043591-03.2010.8.16.0014-VALERIA TOTI DA COSTA x CIFRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Ciência da sentença de fls. 122/131: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial posto por Valéria Toti da Costa em face de Cifra S/A. Crédito, Financiamento e Investimento, já qualificados, e via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Advs. GIOVANI PIRES DE MACEDO e JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO-.

68. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0043668-12.2010.8.16.0014-MICHAEL CUBAS DOS SANTOS x AYMORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.-Ciência da decisão de fls. 161: "... I Tratam os presentes autos de ação revisional de contrato de financiamento com alienação fiduciária, com requerimento de produção de prova pericial. II Tem-se que a perícia, nas hipóteses de ação como a presente ação revisional, se mostra mais efetiva quando realizada na fase de liquidação de sentença, vez que já fixados os índices/taxas que permanecerão no contrato, inclusive com decisão a respeito de ser possível ou não a capitalização de juros, podendo-se realizar a prova pericial com maior precisão, pelo que deixo de determinar a realização de prova pericial na fase de conhecimento, postergando-a para a fase de liquidação de sentença..." -Advs. CLAUDIO HENRIQUE CAVALHEIRO, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

69. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0043944-43.2010.8.16.0014-BANCO BRADESCO S/A x ROSANGELA MARTINS COSTA-Manifeste-se a parte exeqüente sobre o prosseguimento do feito no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. WILSON SANCHES MARCONI-.

70. AÇÃO DE PRESTAÇAO DE CONTAS-0047851-26.2010.8.16.0014-ALICE KIOKO OKANO x BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A. (BANCO ITAU S.A.)-Ciência da sentença de fls. 65/74: "... Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, deixo de acolher as alegações preliminares postas, bem como a prejudicial de mérito da decadência e, no mérito, julgo procedente o pedido inicial posto nesta primeira fase da presente ação de prestação de contas promovida por Alice Kioko Okano em face do Banco Banestado S/A (sucedido por Banco Itaú S/A), para o fim de determinar que o réu preste contas, no prazo de 20 (vinte) dias, prazo que reputo mais razoável, de forma minuciosa e contábil, em relação à conta corrente nº 031725, agência nº 0390, de titularidade da parte autora, considerando a data da propositura da ação retroagindo 10 (dez) anos, ou seja, de 01/06/2000 a 01/06/2010, sob pena de não lhe ser lícito impugnar aquelas que a parte autora apresentar, na forma do artigo 915, do Código de Processo Civil e, via de conseqüência, julgo extinto o processo com resolução do mérito desta fase da ação de prestação de contas, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil..." -Advs. LUIZ CARLOS FREITAS, LUIZ HENRIQUE DA FREIRIA FREITAS, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

71. EXECUÇÃO DE SENTENÇA / CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0051211-66.2010.8.16.0014-JANETE GERMINARI LEMOS e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A. (BANCO ITAU S.A.)-Ciência da decisão de fls. 127: "...I - Tratam os presentes autos de execução de título judicial em que o executado ofereceu bens à penhora. Intimado, o exeqüente discordou da nomeação, por desobedecer à ordem legal, requerendo penhora on line. Decido. O art. 655 do Código de Processo Civil estabelece a ordem de preferência na penhora, estando dinheiro no inciso I e ações e cotas de sociedades empresariais no inciso VI. As alterações trazidas pela Lei 11.232/05 na fase de cumprimento de sentença são expressas no sentido de que o devedor tem o prazo de 15 (quinze) dias para pagar o débito, não mais nomear bens à penhora. Ademais, o bem aqui indicado é de difícil comercialização e, portanto, transformação em dinheiro, tornando por demais onerosa e demorada a satisfação do credor. Este é o entendimento dos Tribunais: ?O direito conferido ao devedor de nomear bens à penhora não é absoluto, mas relativo; deve observar a ordem estabelecida na lei (CPC, art. 655), indicando aqueles bens mais facilmente transformáveis em dinheiro, sob pena de sofrer as conseqüências decorrentes de omissões, propositadas ou não, a respeito. Assim, não cumpridas essas exigências, sujeita-se o executado a ver devolvido ao credor o direito à nomeação (CPC art. 657, caput, última parte)?. (STJ 110/167). Diante do exposto, tendo sido oferecido bem que não obedece à ordem legal, com a qual não concorda o exeqüente, tenho por ineficaz a nomeação feita pelo executado. II Determino a penhora on line (Bacen-Jud) requerida. Se necessário, ao Sr. Contador. Com o bloqueio do valor integral da execução, intime-se o executado. Não sendo penhorado o valor integral ou nada sendo bloqueado, manifeste-se o exequente..." -Advs. THAISA CRISTINA CANTONI, LINCO KCZAM, LAURO FERNANDO ZANETTI e LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI-.

72. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-0052525-47.2010.8.16.0014-RICARDO HERNANDES DA SILVA x BV FINANCEIRA S.A.-Recebido os recursos de apelação em ambos os efeitos. À parte autora/apelada para, no prazo de 15 dias, apresentar contra-razões ao recurso da parte requerida. -Adv. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO-.

73. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0052828-61.2010.8.16.0014-DIRCE PEREIRA DA COSTA OLIVEIRA x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Ciência da sentença de fls. 161/172: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial posto por Dirce Pereira da Costa Oliveira em face do BV Financeira S.A Crédito, Financiamento e Investimento., já qualificados, para o fim de determinar a revisão do contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária, mencionado na inicial, para o fim de excluir a cobrança relativa à comissão de permanência, permanecendo as demais cláusulas e condições relativas ao contrato como pactuadas posto que regulares e, também, condenar o réu a restituir à parte autora a quantia cobrada a título de comissão de permanência, acrescida de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês contados da citação e corrigida monetariamente pelo INPC, contada a correção monetária da data do pagamento de cada parcela, o que deverá ser comprovado pela parte autora em fase de liquidação de sentença, em conformidade com o que restou acima decidido, com compensação de eventuais valores ainda devidos pela parte requerente ao réu em razão do contrato, devendo ser aplicada a compensação conforme artigo 368 do Código Civil, e via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Advs. MAYRA DE MIRANDA FAHUR e REINALDO MIRICO ARONIS-.

74. AÇÃO DE PRESTAÇAO DE CONTAS-0053379-41.2010.8.16.0014-EDERSON APARECIDO DA SILVA x BANCO BANESTADO S/A - BANCO ITAU S/A-Ciência da sentença de fls. 52/61: "... Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, deixo de acolher a alegação preliminar postas, bem como a prejudicial de mérito da decadência e, no mérito, julgo procedente o pedido inicial posto nesta primeira fase da presente ação de prestação de contas promovida por Ederson Aparecido da Silva em face do Banco Banestado S/A (sucedido por Banco Itaú S/A), para o fim de determinar que o réu preste contas, no prazo de 20 (vinte) dias, prazo que reputo mais razoável, de forma minuciosa e contábil, em relação à conta corrente nº 0100513, agência nº 0012, de titularidade da parte autora, considerando a data da propositura da ação retroagindo 10 (dez) anos, ou seja, de 28/07/2000 a 28/07/2010, sob pena de não lhe ser lícito impugnar aquelas que a parte autora apresentar, na forma do artigo 915, do Código de Processo Civil e, via de conseqüência, julgo extinto o processo com resolução do mérito desta fase da ação de prestação de contas, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil..." -Advs. LUIZ CARLOS FREITAS, LUIZ HENRIQUE F. FREITAS e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

75. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0060266-41.2010.8.16.0014-LUCIO MAURO DOS SANTOS COIMBRA x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Ciência da decisão de fls. 51: "... I - Merece acolhimento os embargos de declaração de fls. 48/50, pois equivocadamente não apreciado o agravo retido interposto pelo autor. II - Ciente da interposição de recurso de Agravo Retido (fls. 36/41). III - Desnecessária a manifestação da ré vez que sequer foi citada. IV - Não vindo aos autos razões suficientes a ensejar a modificação da decisão agravada, mantenho-a por seus próprios fundamentos..." -Advs. ROSANGELA KHATER e PEDRO RODRIGO KHATER FONTES-.

76. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-0061284-97.2010.8.16.0014-ROBERTO RIBEIRO ROCHA x ABN BANCO REAL S.A.-Ciência da sentença de fls. 155/159: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, posto na presente ação revisional, ante o reconhecimento da inépcia da inicial, que o faço com fulcro no artigo 267, inciso I c/c artigo 284, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil..." -Advs. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

77. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0061954-38.2010.8.16.0014-MARCIA APARECIDA KONEWALIK x BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO - FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Recebido os recursos de apelação em ambos os efeitos. À parte autora/apelada para, no prazo de 15 dias, apresentar contra-razões ao recurso da parte requerida. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

78. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0062276-58.2010.8.16.0014-FABIO DA SILVA x BANCO FINASA S/A.-Ciência da sentença de fls. 83/89: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL posto na presente ação cautelar, promovida por Fabio da Silva em face de Banco Bradesco Financiamentos S/A., já qualificados e condeno o requerido a exibir o contrato de financiamento e extratos de pagamentos, relativos ao documento de fls. 17, no prazo de 20 (vinte) dias, prazo que reputo razoável, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos que se pretende provar com os documentos (art. 359 do CPC) e, via de conseqüência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil..." -Advs. DIOGO LOPES VILELA BERBEL, MARCELO HENRIQUE F. S. DE MATOS e MARIA LUCILIA GOMES-.

79. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0064056-33.2010.8.16.0014-GRAÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS x MAURO ROBERTO DE ANDRADE AGUILERA- Sobre a petição de fls. 43, manifeste-se o autor em 10 (dez) dias. -Adv. THIAGO HENRIQUE FUZINELLI-.

80. AÇÃO DECLARATORIA - SUMARIA-0069393-03.2010.8.16.0014-JEAN MARCELO DOS SANTOS x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Ciência da decisão de fls. 116: "... I Tratam os presentes autos de ação declaratória de nulidade de cláusulas contratuais e revisional de contrato em que foi requerida prova pericial. II A perícia, nas ações como a presente, mostra-se mais efetiva quando realizada na fase de liquidação de sentença, quando já fixados os índices e taxas que permanecerão no contrato, inclusive com decisão a respeito de ser possível ou não a capitalização de juros. Assim, é possível realizar a prova pericial com maior precisão, pelo que deixo de determinar perícia na fase de conhecimento, postergando-a para a fase de liquidação de sentença..." -Advs. HELIO DE MATOS VENANCIO, REGIS COTRIN ABDO e CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN-.

81. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0071779-06.2010.8.16.0014-NATANAEL ANTUNES DOS SANTOS x BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A- Comprove a parte o recolhimento das custas mediante GRJ no valor de R$20,00 , referente ao FUNREJUS; R$ 220,90, referente às Custas Processuais; R$40,32 , referente ao Cartório do Distribuidor. As guias de recolhimento de custas devem ser emitidas em nome da respectiva unidade arrecadadora através do site do Tribunal de Justiça/PR. -Advs. DIOGO LOPES VILELA BERBEL, HAROLDO MEIRELLES FILHO e RAFAEL DE REZENDE GIRALDI-.

82. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0071789-50.2010.8.16.0014-MARIO MANOEL DOS SANTOS x HSBC BANK BRASIL S.A.-Ciência da sentença de fls. 81/84: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO o processo, posto por Mario Manoel dos Santos em face de HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo., já qualificados, e via de conseqüência, com fulcro no artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil..." -Advs. ANTONIO GIBRAN FARIAS e OLDEMAR MARIANO-.

83. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0071867-44.2010.8.16.0014-ELAINE CRISTIAN ALVES ALMEIDA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.-Ciência da decisão de fls. 149: "... Rejeito os embargos de declaração vez que a perícia a ser realizada pelo IML é suficiente para verificar a invalidez da autora..." -Advs. GUILHERME REGIO PEGORARO e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

84. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0072387-04.2010.8.16.0014-LUIZ DOS SANTOS x BANCO FINASA S.A.-Ciência da sentença de fls. 85: "... I Rejeito os embargos de declaração de fls. 128/130. Compete tão somente ao Juiz analisar o melhor momento para sanear o processo, e na visão desta Magistrada não seria oportuno sanear o processo ao mesmo tempo em que proferiu o despacho de fls. 126, já que a decisão eventualmente pode ser modificada pelo Tribunal de Justiça caso a parte interessada recorra da decisão..." -Advs. GUILHERME VIEIRA SCRIPES, MARCOS DUTRA DE ALMEIDA e NEWTON DORNELES SARATT-.

85. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0073410-82.2010.8.16.0014-RENATA HELENA DE MATTOS FAGGION x HELBERT NILSON FAGGION-Ciência da decisão de fls. 165: "... II Indefiro o pedido. Conforme extrato do DETRAN juntado, o veículo não pode ser transferido em razão de alienação fiduciária. III Ciente da interposição de recurso de agravo retido (fls. 126/133)..." Manifeste-se a exequente, em 10 (dez) dias, para os fins do artigo 523, § 2º, do Código de Processo Civil, com a manutenção ou reforma da decisão agravada. -Advs. JOSE AUGUSTO BARBOSA URBANEJA, GERALDO PEIXOTO DE LUNA e GERALDO PEIXOTO DE LUNA JUNIOR-.

86. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - ORDINÁRIO-0073757-18.2010.8.16.0014-DALVA SILVA e outros x CAIXA SEGURADORA S.A.-Recebido os recursos de apelação em seu efeito devolutivo. À parte ré/recorrida para, no prazo de 15 dias, apresentar contra-razões. -Adv. GLAUCO IWERSEN-.

87. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-0075595-93.2010.8.16.0014-JOSE ADAUTO FAZOLLI x BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO - FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Ciência da sentença de fls. 202/214: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial posto por José Adauto Frazolli em face do BV Financeira S.A Crédito, Financiamento e Investimento., já qualificados, para o fim de determinar a revisão do contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária, mencionado na inicial, para o fim de excluir a cobrança da comissão de permanência e cobrança da tarifa de abertura de crédito, permanecendo as demais cláusulas e condições relativas ao contrato como pactuadas posto que regulares e, também, condenar o réu a restituir à parte autora a quantia cobrada a título de comissão de permanência e tarifa de abertura de crédito, acrescidas de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês contados da citação e corrigida monetariamente pelo INPC, contada a correção monetária da data do pagamento de cada parcela, o que deverá ser comprovado pela parte autora em fase de liquidação de sentença, em conformidade com o que restou acima decidido, com compensação de eventuais valores ainda devidos pela parte requerente ao réu em razão do contrato, devendo ser aplicada a compensação conforme artigo 368 do Código Civil, e via de conseqüência, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução do mérito..." -Advs. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e ADRIANA ROSSINI-.

88. EXCEÇÃO DE INCOMPETENCIA-0077724-71.2010.8.16.0014-BANCO BANESTADO S/A - BANCO ITAU S/A x NORMA FEDERICI OLIVIERI e outros-Ciência às partes da decisão de recurso de Agravo de Instrumento às fls. 63/70.-Advs. LUCIANE KITANISHI e LINCO KCZAM-.

89. AÇÃO MONITORIA-0083327-28.2010.8.16.0014-CLAUTUR TRANSPORTES TURISTICOS LTDA x ASSOCIAÇAO PORTUGUESA LONDRINENSE e outro-Especifiquem as partes no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, as provas que efetivamente desejam produzir, justificadamente. -Advs. TANIA VALERIA DE OLIVEIRA, MARCELA VALERIO PENATTI e HELIO HENRIQUE DE CAMARGO-.

90. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-0083834-86.2010.8.16.0014-ELISANE SANTOS GALVAO COSTA x BANCO FINASA S.A.-Ciência da decisão de fls. 252 "... I Tratam os presentes autos de ação revisional de contrato em que foi requerida prova pericial. II A perícia, nas ações como a presente, mostra-se mais efetiva quando realizada na fase de liquidação de sentença, quando já fixados os índices e taxas que permanecerão no contrato, inclusive com decisão a respeito de ser possível ou não a capitalização de juros. Assim, é possível realizar a prova pericial com maior precisão, pelo que deixo de determinar perícia na fase de conhecimento, postergando-a para a fase de liquidação de sentença..." -Advs. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO, MARIANE MACAREVICH e ROSÂNGELA DA ROSA CORREA-.

91. AÇÃO DE REINTEGRAÇAO DE POSSE-0084518-11.2010.8.16.0014-BANCO ITAULEASING S.A. x CHRISTIAN JULIANO GAMBA-Manifeste-se a parte requerida sobre o pedido de julgamento antecipado da lide feito pela parte contrária. -Adv. ADOLFO LUIS DE SOUZA GOIS-.

92. AÇÃO DE COBRANÇA - ORDINARIO-0003691-76.2011.8.16.0014-ITAU UNIBANCO S.A. x AUTO POSTO MONTE BELLO LTDA- Manifeste-se o exequente sobre o documento de fls. 40, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. LAURO FERNANDO ZANETTI-.

93. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0007067-70.2011.8.16.0014-JOEL CLUQSIVZ DA CRUZ x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.-Manifeste-se a parte autora sobre a contestação apresentada e documentos juntados, no prazo de 10 dias. -Advs. ROGERIO RESINA MOLEZ e ROGERIO BUENO ELIAS-.

94. AÇÃO DE DESPEJO-0007947-62.2011.8.16.0014-JOAO GUIDUGLI NETTO x EMBRAFOX COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - ME- Ao advogado do autor para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dar andamento ao processo, sob pena de extinção. -Adv. MASSAMI TSUKAMOTO-.

95. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-0010951-10.2011.8.16.0014-CEZAR VINICIUS DE SOUZA x PSA ARRENDAMENTO MERCANTIL-Ciência da sentença de fls. 29/33: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL feito por Cezar Vinicius de Souza em face de PSA Arrendamento Mercantil, ambos já qualificados, não tendo o autor feito prova de seu alegado direito e, via de conseqüência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil..." -Adv. JORGE MARCELO PINTOSPAYERAS-.

96. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0011317-49.2011.8.16.0014-ADELIA DE CASSIA CAMARGO BERNARDI KAEDA x BANCO ITAU S.A.-Recebido os recursos de apelação em seu efeito devolutivo. À parte autora/recorrida para, no prazo de 15 dias, apresentar contra-razões. -Adv. JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA-.

97. EXECUÇÃO DE SENTENÇA / CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0017774-97.2011.8.16.0014-JOAQUIM MARTINHO BUENO (ESPÓLIO) x BANCO ITAU S.A.-Ciência da decisão de fls.115: "... I - Tratam os presentes autos de execução de título judicial em que o executado ofereceu bens à penhora. Intimado, o exeqüente discordou da nomeação, por desobedecer à ordem legal, requerendo penhora on line. Decido. O art. 655 do Código de Processo Civil estabelece a ordem de preferência na penhora, estando dinheiro no inciso I e ações e cotas de sociedades empresariais no inciso VI. As alterações trazidas pela Lei 11.232/05 na fase de cumprimento de sentença são expressas no sentido de que o devedor tem o prazo de 15 (quinze) dias para pagar o débito, não mais nomear bens à penhora. Ademais, o bem aqui indicado é de difícil comercialização e, portanto, transformação em dinheiro, tornando por demais onerosa e demorada a satisfação do credor. Este é o entendimento dos Tribunais: ?O direito conferido ao

devedor de nomear bens à penhora não é absoluto, mas relativo; deve observar a ordem estabelecida na lei (CPC, art. 655), indicando aqueles bens mais facilmente transformáveis em dinheiro, sob pena de sofrer as conseqüências decorrentes de omissões, propositadas ou não, a respeito. Assim, não cumpridas essas exigências, sujeita-se o executado a ver devolvido ao credor o direito à nomeação (CPC art. 657, caput, última parte)?. (STJ 110/167). Diante do exposto, tendo sido oferecido bem que não obedece à ordem legal, com a qual não concorda o exeqüente, tenho por ineficaz a nomeação feita pelo executado. II Determino a penhora on line (Bacen-Jud) requerida. Se necessário, ao Sr. Contador. Com o bloqueio do valor integral da execução, voltem conclusos para recebimento da impugnação apresentada. Não sendo penhorado o valor integral ou nada sendo bloqueado, manifeste-se o exequente..." -Advs. MAYRA DE MIRANDA FAHUR e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

98. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0018797-78.2011.8.16.0014-SERGIO MOTA DA SILVA x BANCO DIBENS S/A-Ciência da decisão de fls. 112: "... I Tratam os presentes autos de ação revisional de contrato em que foi requerida prova pericial. II A perícia, nas ações como a presente, mostra-se mais efetiva quando realizada na fase de liquidação de sentença, quando já fixados os índices e taxas que permanecerão no contrato, inclusive com decisão a respeito de ser possível ou não a capitalização de juros. Assim, é possível realizar a prova pericial com maior precisão, pelo que deixo de determinar perícia na fase de conhecimento, postergando-a para a fase de liquidação de sentença..." -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e VINICIUS GONÇALVES-.

99. AÇÃO DE BUSCA APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0018887-86.2011.8.16.0014-BANCO J. SAFRA S/A x LINCOLN LOPES-Ciência da sentença de fls. 38: "... Assim, homologo, por sentença, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, o acordo celebrado entre as partes e, com fundamento no artigo 269, III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução de mérito..." -Adv. CRYSTIANE LINHARES-.

100. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0022174-57.2011.8.16.0014-DEVANIR MARIA TSCHELISKI x BANCO BANESTADO S/A - BANCO ITAU S/A-Recebido os recursos de apelação em seu efeito devolutivo. À parte ré/recorrida para, no prazo de 15 dias, apresentar contra-razões. -Advs. TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e MAURI BEVERVANÇO JR-.

101. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0025068-06.2011.8.16.0014-HELENA MARTINS LOPES x OMNI FINANCEIRA S.A.-Recebido os recursos de apelação em seu efeito devolutivo. À parte ré/recorrida para, no prazo de 15 dias, apresentar contra-razões. -Adv. ALEXANDRE DE TOLEDO-.

102. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0030183-08.2011.8.16.0014-CELSO PASCOAL DA SILVA x BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTMENTO.- Manifeste-se o autor sobre a petição e documentos de fls. 20/22. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

103. TUTELA-0031040-54.2011.8.16.0014-JUVENTINO JOSÉ LEMOS e outro x REGINA COELI LEMOS- Assinem os Drs. Advogados a petição inicial, sob pena de indeferimento. -Advs. VILSON SILVEIRA e VILSON SILVEIRA JUNIOR-.

104. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL-0031887-56.2011.8.16.0014-ISABELLA BOLETTI DA SILVA e outros x ANISIO FAVORETO-Ciência da decisão de fls. 87: "... I Defiro o requerido às fls. 82/83 e determino a suspensão do processo até cumprimento do acordo celebrado entre as partes (13.01.2012). II Deixo de homologar a composição já que a homologação extingue o processo (artigo 794, inciso II, do Código de Processo Civil), tendo as partes postulado pela suspensão do feito..." -Advs. ADHEMAR DE OLIVEIRA E SILVA FILHO e SANDY PEDRO DA SILVA-.

105. EXCEÇÃO DE INCOMPETENCIA-0041214-25.2011.8.16.0014-MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A. x ANTONIO VAN MULLER-Ciência da decisão de fls. 22: "... I Verifico que o endereço fornecido pelo autor na petição inicial é conflitante com aquele fornecido no BO. Trata-se da mesma rua e número Manoel de Almeida Filho, n.º 36, sendo que no BO refere-se à Ibaiti/PR e na petição inicial, Londrina/PR..." Ao excepto para juntar documento oficial (conta de água, luz, telefone ou outro), comprovando efetivamente em que comarca se situa a rua Manoel de Almeida Filho. -Advs. MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KÜSTER e BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA-.

106. EXCEÇÃO DE INCOMPETENCIA-0041592-78.2011.8.16.0014-MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A. x ANDRE ROGERIO DA SILVA-Ciência da decisão de fls. 37: "... Diante do exposto, com fundamento no parágrafo único, artigo 100, c/c o artigo 311, ambos do Código de Processo Civil, acolho a exceção de incompetência e determino a remessa dos autos ao Juízo da Comarca do domicílio da parte autora..." -Advs. FERNANDO MURILO COSTA GARCIA e ROBSON SAKAI GARCIA-.

107. AÇÃO DE PRESTAÇAO DE CONTAS-0042031-89.2011.8.16.0014-NELI APARECIDA GONÇALVES x UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A- Especifiquem as partes, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, as provas que efetivamente desejam produzir, justificadamente. Ressalto que em se tratando de ação de prestação de contas 1ª fase, a prova deve exclusivamente cingir-se à obrigação ou não de prestar contas, que será a única matéria objeto da sentença nesta 1ª fase. -Advs. ANTONIO ROBERTO ORSI e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

108. AÇÃO DECLARATORIA - SUMARIA-0043876-59.2011.8.16.0014-MARIA DE FATIMA MATEUS GAZOLLI e outros x BV FINANCEIRA LEASING S/A, CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Ciência da sentença de fls. 89/94: "... Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, deixo de receber a petição inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, posto na presente ação revisional, promovida por Maria de Fátima Mateus Gazolli; Irlete Aparecida Rodrigues Ferreira; Milca Oliveira Santos; Maria Aparecida Evangelista e Maria de Fátima Moreira em face de BV Financeira S/A, já qualificados, ante o reconhecimento da inépcia da inicial, que o faço com fulcro no artigo 267, inciso I c/c artigo 284, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil..." -Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA-.

109. AÇÃO DECLARATORIA - SUMARIA-0053204-13.2011.8.16.0014-H. L. INDUSTRIAL LTDA x PAULETTI E SIMPLICIO LTDA ME e outro-Emende a parte autora a petição inicial, no prazo de 10(dez) dias, adequando-a ao disposto no artigo 276, do CPC, considerando que se deve observar o procedimento sumário, a teor do disposto no artigo 275, inciso I, do CPC e valor dado à causa, inferior a 60(sessenta) salarios minimos, sob pena de preclusão. -Adv. ITAMAR WILSON DE BRITO MORAES-.

110. AÇÃO DE RESOLUÇAO CONTRATO - ORDINÁRIO-0061760-04.2011.8.16.0014-IVO CARBONERA x WALMIR NIERO-Comprove a parte autora, no prazo de 30 (trinta) dias, o recolhimento do depósito prévio das custas no valor de R$ 827,20, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme item 5.2.3.2. do Código de Normas. -Adv. LAIR CARBONERA-.

111. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0061706-38.2011.8.16.0014-Oriundo da Comarca de CAMPO GRANDE - M.S.-BANCO BRADESCO S.A. x PROENGE PROJETOS E OBRAS DE ENGENHARIA LTDA-Comprove a parte autora, no prazo de 30 (trinta) dias, o recolhimento do depósito prévio das custas no valor de R$ 433,30, bem como o depósito das custas do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 297,50, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme item 5.2.3.2. do Código de Normas. -Advs. MARIA LUCILIA GOMES e SIMONE APARECIDA CABRAL AMORIM-.

112. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0061707-23.2011.8.16.0014-Oriundo da Comarca de SAO GABRIEL/RS-BANCO DO BRASIL S.A. x REÚNA PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e outros-Comprove a parte autora, no prazo de 30 (trinta) dias, o recolhimento do depósito prévio das custas no valor de R$ 433,30, bem como o depósito das custas do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 90,00, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme item 5.2.3.2. do Código de Normas. -Adv. RICARDO RIBEIRO-.

LONDRINA - 2011

JOAO PAULO AKAISHI - MATRÍCULA Nº.1261

ESCRIVAO

---

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE LONDRINA - PARANA

CARTORIO DO 7º OFICIO CIVEL E ANEXOS

DRA. TELMA REGINA MAGALHAES CARVALHO

ESCRIVAO - JOAO PAULO AKAISHI

RELAÇAO Nº.198/2011

Índice de Publicação


| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ADALBERTO FONSATTI | 00016 | 000088/2009 |
| ADRIANA HUMENIUK | 00063 | 073278/2010 |
| | 00076 | 002370/2011 |
| ADRIANE RAVELLI | 00023 | 000478/2009 |
| ADRIANO MARRONI | 00005 | 000198/2005 |
| ADRIANO MUNIZ REBELLO | 00026 | 001309/2009 |
| | 00044 | 046836/2010 |
| ADYR SEBASTIAO FERREIRA | 00002 | 000669/2001 |
| ALCIDES PAVAN CORRÊA | 00057 | 066571/2010 |
| ALESSANDRO MOREIRA DO NASCIMENTO | 00004 | 001075/2003 |
| ALEX CLEMENTE BOTELHO | 00038 | 030315/2010 |
| ALEXANDRE DE TOLEDO | 00051 | 062809/2010 |
| ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO | 00063 | 073278/2010 |
| | 00076 | 002370/2011 |
| ALINOR ELIAS NETO | 00031 | 002006/2009 |
| ALTINO FREIRE FILHO | 00006 | 000559/2006 |
| ANDRÉ RICARDO FRANCO | 00014 | 000910/2008 |
| ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI | 00006 | 000559/2006 |
| ANGELIZE SEVERO FREIRE | 00088 | 012624/2011 |
| | 00089 | 013660/2011 |
| | 00092 | 015522/2011 |
| | 00094 | 018804/2011 |
| ANNA PAULA BAGLIOLI DOS SANTOS | 00086 | 010652/2011 |
| ANTONIO CARLOS CANTONI | 00006 | 000559/2006 |
| ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA | 00063 | 073278/2010 |
| | 00076 | 002370/2011 |
| AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR | 00084 | 010339/2011 |
| BLAS GOMM FILHO | 00018 | 000175/2009 |
| BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ | 00035 | 024075/2010 |
| | 00043 | 044683/2010 |
| CESAR AUGUSTO DE FRANCA | 00008 | 001355/2007 |
| | 00009 | 000187/2008 |
| | 00010 | 000191/2008 |
| | 00011 | 000378/2008 |
| | 00019 | 000229/2009 |
| | 00021 | 000290/2009 |
| | 00024 | 000661/2009 |
| | 00025 | 000939/2009 |
| CLAUDIA REGINA LIMA | 00029 | 001516/2009 |
| CLAUDIO ANTONIO CANESIN | 00007 | 000739/2006 |
| DANIA MARIA RIZZO | 00007 | 000739/2006 |
| DANIEL HACHEM | 00005 | 000198/2005 |
| | 00047 | 053722/2010 |
| | 00061 | 070205/2010 |
| | 00072 | 084056/2010 |
| | 00087 | 011308/2011 |
| DANIELA DE CARVALHO | 00058 | 067437/2010 |
| | 00064 | 073762/2010 |
| | 00082 | 008750/2011 |
| | 00083 | 009000/2011 |
| | 00084 | 010339/2011 |
| DANIELE CARVALHO DA SILVA | 00067 | 076742/2010 |
| DANILO MEN DE OLIVEIRA | 00058 | 067437/2010 |
| | 00086 | 010652/2011 |
| | 00089 | 013660/2011 |
| | 00092 | 015522/2011 |
| DARLI BERTAZZONI BARBOSA | 00010 | 000191/2008 |
| DEBORA OLIVEIRA BARCELLOS | 00052 | 063067/2010 |
| DIOGO LOPES VILELA BERBEL | 00050 | 060549/2010 |
| | 00082 | 008750/2011 |
| | 00084 | 010339/2011 |
| | 00087 | 011308/2011 |
| DIOGO TEIXEIRA DE MORAIS | 00082 | 008750/2011 |
| | 00084 | 010339/2011 |
| EDERALDO SOARES | 00002 | 000669/2001 |
| EDSON LOPES | 00023 | 000478/2009 |
| EDUARDO KUTIANSKI FRANCO | 00001 | 000902/1999 |
| EDUARDO LINCOLN DOMINGUES CALDI | 00075 | 001544/2011 |
| ELLEN KARINA BORGES SANTOS | 00056 | 066221/2010 |
| ELSO CARDODO BITTENCOURT | 00025 | 000939/2009 |
| ERIKA FERNANDA RAMOS | 00077 | 006056/2011 |
| EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA | 00064 | 073762/2010 |
| | 00073 | 085139/2010 |
| | 00074 | 001001/2011 |
| | 00083 | 009000/2011 |
| | 00085 | 010381/2011 |
| | 00088 | 012624/2011 |
| | 00094 | 018804/2011 |
| | 00095 | 018824/2011 |
| EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS | 00065 | 074613/2010 |
| | 00090 | 014754/2011 |
| | 00091 | 015216/2011 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 00027 | 001366/2009 |
| | 00028 | 001503/2009 |
| | 00066 | 075677/2010 |
| | 00080 | 007006/2011 |
| FATIMA APARECIDA LUCCHESI | 00057 | 066571/2010 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 00015 | 001077/2008 |
| | 00027 | 001366/2009 |
| | 00028 | 001503/2009 |
| | 00080 | 007006/2011 |
| FERNANDO RUMIATO | 00012 | 000726/2008 |
| FERNANDO SASAKI | 00048 | 055367/2010 |
| FLAVIO PENTEADO GEROMINI | 00036 | 024938/2010 |
| | 00077 | 006056/2011 |
| GABRIEL NOGUEIRA MIRANDA | 00048 | 055367/2010 |
| GABRIELLA MURARA VIEIRA | 00022 | 000329/2009 |
| GEOVANIA TATIBANA DE SOUZA | 00003 | 000480/2003 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 00003 | 000480/2003 |
| | 00028 | 001503/2009 |
| | 00032 | 017385/2010 |
| | 00036 | 024938/2010 |
| | 00077 | 006056/2011 |
| GILBERTO ANTONIO RAPONI | 00051 | 062809/2010 |
| GIULIANO DA COSTA COELHO PERIM | 00016 | 000088/2009 |
| GLAUCO IWERSEN | 00030 | 001561/2009 |
| GRAZIELE DE LIMA OLIVEIRA | 00012 | 000726/2008 |
| GUILHERME REGIO PEGORARO | 00013 | 000907/2008 |
| | 00032 | 017385/2010 |
| GUILHERME VIEIRA SCRIPES | 00054 | 064609/2010 |
| HAROLDO MEIRELLES FILHO | 00061 | 070205/2010 |
| | 00068 | 079106/2010 |
| | 00087 | 011308/2011 |
| HERICK PAVIN | 00040 | 035658/2010 |
| | 00067 | 076742/2010 |
| HUGO FRANCISCO GOMES | 00021 | 000290/2009 |
| | 00024 | 000661/2009 |
| IVAN LUIZ GOULART | 00002 | 000669/2001 |
| JACQUES NUNES ATTIE | 00010 | 000191/2008 |
| | 00024 | 000661/2009 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 00003 | 000480/2003 |
| | 00032 | 017385/2010 |
| | 00036 | 024938/2010 |
| | 00077 | 006056/2011 |
| JAIR ANTONIO WIEBELLING | 00003 | 000480/2003 |
| JAIRO CAVALARO VIEIRA JUNIOR | 00052 | 063067/2010 |
| JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO | 00011 | 000378/2008 |
| | 00019 | 000229/2009 |
| | 00021 | 000290/2009 |
| | 00024 | 000661/2009 |
| | 00025 | 000939/2009 |
| JOAO EVANIR TESCARO JUNIOR | 00009 | 000187/2008 |
| | 00010 | 000191/2008 |
| JORGE MARCELO PINTOSPAYERAS | 00059 | 067940/2010 |
| JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA | 00003 | 000480/2003 |
| | 00039 | 035047/2010 |
| | 00081 | 007949/2011 |
| JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA BORTOLASSI | 00046 | 053364/2010 |
| JOSE VALERIO MARTINS | 00023 | 000478/2009 |
| JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR | 00095 | 018824/2011 |
| JOSÉ EDUARDO DE ASSUNÇÃO | 00020 | 000233/2009 |
| | 00030 | 001561/2009 |
| JOÃO LUCAS SILVA TERRA | 00093 | 015787/2011 |
| JOÃO PAULO DELGADO WOLFF | 00079 | 006967/2011 |
| JULIANO FRANCISCO DA ROSA | 00088 | 012624/2011 |
| JULIANO MIQUELETTI SONCIN | 00031 | 002006/2009 |
| | 00041 | 035707/2010 |
| JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA | 00039 | 035047/2010 |
| | 00060 | 068995/2010 |
| KARINA HASHIMOTO | 00019 | 000229/2009 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 00050 | 060549/2010 |
| | 00072 | 084056/2010 |
| LEANDRO I. C. DE ALMEIDA | 00067 | 076742/2010 |
| LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI | 00072 | 084056/2010 |
| LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA | 00018 | 000175/2009 |
| LUIS AUGUSTO HORVATICH SANTOS | 00016 | 000088/2009 |
| LUIS OSCAR SIX BOTTON | 00060 | 068995/2010 |
| | 00068 | 079106/2010 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 00033 | 017737/2010 |
| | 00053 | 064602/2010 |
| | 00059 | 067940/2010 |
| LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO | 00039 | 035047/2010 |
| | 00081 | 007949/2011 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 00032 | 017385/2010 |
| | 00036 | 024938/2010 |
| | 00077 | 006056/2011 |
| LUIZ RODRIGUES WAMBIER | 00065 | 074613/2010 |
| | 00090 | 014754/2011 |
| | 00091 | 015216/2011 |
| MARCELO TESCHEINER CAVASSANI | 00004 | 001075/2003 |
| MARCILEI GORINI PIVATO | 00044 | 046836/2010 |
| MARCIO ROGERIO DEPOLLI | 00035 | 024075/2010 |
| | 00043 | 044683/2010 |
| MARCO ANTONIO BUSTO DE SOUZA | 00007 | 000739/2006 |
| MARCO ANTONIO DE A. CAMPANELLI | 00004 | 001075/2003 |
| MARCOS AMARAL VASCONCELOS | 00048 | 055367/2010 |
| MARCOS C. DO AMARAL VASCONCELLOS | 00038 | 030315/2010 |
| | 00093 | 015787/2011 |
| MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA | 00017 | 000167/2009 |
| MARIA REGINA ZARATE NISSEL | 00003 | 000480/2003 |
| MARIANA AMELIA CRUZ BORDIN | 00033 | 017737/2010 |
| MARIANA BENINI SOUTO | 00042 | 036464/2010 |
| MARINA BLASKOVSKI | 00012 | 000726/2008 |
| MARIO MARCONDES NASCIMENTO | 00008 | 001355/2007 |
| | 00011 | 000378/2008 |
| | 00019 | 000229/2009 |
| | 00021 | 000290/2009 |
| | 00024 | 000661/2009 |
| | 00025 | 000939/2009 |
| | 00052 | 063067/2010 |
| MARISA SETSUKO KOBAYASHI | 00055 | 065545/2010 |
| | 00062 | 070834/2010 |
| | 00078 | 006064/2011 |
| MAURI BEVERVANÇO JR | 00091 | 015216/2011 |
| MAURÍCIO KAVINSKI | 00033 | 017737/2010 |

| | | |
|---|---|---|
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 00013 | 000907/2008 |
| | 00020 | 000233/2009 |
| | 00030 | 001561/2009 |
| | 00045 | 047780/2010 |
| | 00046 | 053364/2010 |
| | 00056 | 066221/2010 |
| | 00071 | 082804/2010 |
| | 00079 | 006967/2011 |
| MOACYR CORREA NETO | 00057 | 066571/2010 |
| NANCI T. ZIMMER RIBEIRO LOPES | 00062 | 070834/2010 |
| NANCI TEREZINHA Z. RIBEIRO LOPES | 00053 | 064602/2010 |
| | 00066 | 075677/2010 |
| | 00080 | 007006/2011 |
| NARJARA HEIDMANN | 00096 | 019553/2011 |
| NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO | 00010 | 000191/2008 |
| | 00019 | 000229/2009 |
| | 00025 | 000939/2009 |
| NELSON PASCHOALOTTO | 00054 | 064609/2010 |
| NEWTON CARLOS MORATTO | 00055 | 065545/2010 |
| OSVALDO ESPINOLA JUNIOR | 00051 | 062809/2010 |
| OTAVIO RUFINO GOMES | 00001 | 000902/1999 |
| PAOLA DE ALMEIDA PETRIS | 00004 | 001075/2003 |
| PAULO HENRIQUE GARDEMANN | 00077 | 006056/2011 |
| | 00078 | 006064/2011 |
| PAULO JOSE OLIVEIRA DE NADAI | 00012 | 000726/2008 |
| PERICLES JOSE MENEZES DELIBERADOR | 00041 | 035707/2010 |
| RAFAEL DE REZENDE GIRALDI | 00050 | 060549/2010 |
| | 00061 | 070205/2010 |
| | 00068 | 079106/2010 |
| | 00087 | 011308/2011 |
| RAFAEL LUCAS GARCIA | 00015 | 001077/2008 |
| | 00022 | 000329/2009 |
| RAFAEL SANTOS CARNEIRO | 00022 | 000329/2009 |
| | 00037 | 027254/2010 |
| | 00055 | 065545/2010 |
| | 00062 | 070834/2010 |
| | 00070 | 080090/2010 |
| | 00078 | 006064/2011 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 00013 | 000907/2008 |
| RAFAELA POLYDORO KÜSTER | 00045 | 047780/2010 |
| | 00046 | 053364/2010 |
| | 00071 | 082804/2010 |
| | 00079 | 006967/2011 |
| REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM | 00005 | 000198/2005 |
| | 00061 | 070205/2010 |
| | 00072 | 084056/2010 |
| REINALDO IGNACIO ALVES | 00049 | 055516/2010 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 00017 | 000167/2009 |
| | 00034 | 021372/2010 |
| | 00042 | 036464/2010 |
| | 00049 | 055516/2010 |
| | 00069 | 079808/2010 |
| | 00073 | 085139/2010 |
| | 00074 | 001001/2011 |
| | 00075 | 001544/2011 |
| | 00085 | 010381/2011 |
| | 00086 | 010652/2011 |
| RICARDO DOMINGUES BRITO | 00036 | 024938/2010 |
| ROBSON SAKAI GARCIA | 00027 | 001366/2009 |
| | 00028 | 001503/2009 |
| | 00037 | 027254/2010 |
| | 00045 | 047780/2010 |
| | 00056 | 066221/2010 |
| | 00070 | 080090/2010 |
| | 00071 | 082804/2010 |
| ROGER PERINETO | 00016 | 000088/2009 |
| ROGERIO BUENO ELIAS | 00063 | 073278/2010 |
| | 00076 | 002370/2011 |
| ROGERIO RESINA MOLEZ | 00063 | 073278/2010 |
| | 00076 | 002370/2011 |
| | 00096 | 019553/2011 |
| ROSANGELA DIAS GUERREIRO | 00009 | 000187/2008 |
| | 00011 | 000378/2008 |
| | 00052 | 063067/2010 |
| RUI FRANCISCO GARMUS | 00059 | 067940/2010 |
| SANDRA REGINA RODRIGUES | 00014 | 000910/2008 |
| SANIA STEFANI | 00029 | 001516/2009 |
| SERGIO WILSON MALDONADO | 00072 | 084056/2010 |
| SIDNEY LUIZ PEREIRA | 00018 | 000175/2009 |
| SONIA APARECIDA YADOMI | 00069 | 079808/2010 |
| SONIA MARIA CHALO | 00057 | 066571/2010 |
| SORAIA ARAUJO PINHOLATO | 00040 | 035658/2010 |
| SUZY SATIE KAWAKAMI TAMAROZZI | 00033 | 017737/2010 |
| TATIANA TAVARES DE CAMPOS | 00076 | 002370/2011 |
| TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER | 00090 | 014754/2011 |
| | 00091 | 015216/2011 |
| THIAGO CESAR GIAZZI | 00026 | 001309/2009 |
| TIRONE CARDOSO DE AGUIAR | 00035 | 024075/2010 |
| | 00043 | 044683/2010 |
| | 00081 | 007949/2011 |
| | 00090 | 014754/2011 |
| VALERIA SANDRA SOARES DA SILVA | 00096 | 019553/2011 |
| VERA LUCIA APARECIDA ANTONIASSI VERONEZ | 00034 | 021372/2010 |
| WILIAN ZENDRINI BUZINGNANI | 00047 | 053722/2010 |
| | 00091 | 015216/2011 |
| ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA | 00065 | 074613/2010 |

1. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0009575-09.1999.8.16.0014-NOE APARECIDO DA COSTA x IBRAHIM GEORGE PALAMARES-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. EDUARDO KUTIANSKI FRANCO e OTAVIO RUFINO GOMES-.

2. PEDIDO DE RESTITUIÇAO DE BEN-0010610-33.2001.8.16.0014-BANCO ITAU S.A. x MASSA FALIDA DE CIA LONDRIMALHAS HERINGER IND. COM-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. EDERALDO SOARES, ADYR SEBASTIAO FERREIRA e IVAN LUIZ GOULART-.

3. AÇÃO DE PRESTAÇAO DE CONTAS-0011280-03.2003.8.16.0014-THEREZA DE JESUS TRANNIN FERREIRA x BANCO SANTANDER MERIDIONAL DO BRASIL S/A e outro-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, JAIR ANTONIO WIEBELLING, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, MARIA REGINA ZARATE NISSEL e GEOVANIA TATIBANA DE SOUZA-.

4. AÇÃO DE COBRANÇA - ORDINARIO-0011502-68.2003.8.16.0014-VENOPAR SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA - ME x VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS e outros-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. MARCELO TESCHEINER CAVASSANI, MARCO ANTONIO DE A. CAMPANELLI, ALESSANDRO MOREIRA DO NASCIMENTO e PAOLA DE ALMEIDA PETRIS-.

5. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-0019763-51.2005.8.16.0014-MONICA MARIA BASTOS PAOLIELLO x BANCO ITAU S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. DANIEL HACHEM, ADRIANO MARRONI e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM-.

6. AÇÃO DE INDENIZAÇAO - SUMÁRIO-0021942-21.2006.8.16.0014-ROSANA APARECIDA PADUAN ALMEIDA x ANGELO PERUCA DELIBERADOR e outro-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. ALTINO FREIRE FILHO, ANTONIO CARLOS CANTONI e ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI-.

7. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ORDINÁRIO-0022355-34.2006.8.16.0014-MARCO ANTONIO NORBERTO FELIPE x BANCO GENERAL MOTORS S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. CLAUDIO ANTONIO CANESIN, MARCO ANTONIO BUSTO DE SOUZA e DANIA MARIA RIZZO-.

8. AÇÃO DE REPONSABILIDADE CIVIL - ORDINÁRIO-0025120-41.2007.8.16.0014-JOSE JULIO PONCIANO FILHO x COMPANHIA SUL AMERICA SEGUROS-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. CESAR AUGUSTO DE FRANCA e MARIO MARCONDES NASCIMENTO-.

9. AÇÃO DECLARATORIA - ORDINARIO-0029567-38.2008.8.16.0014-JOAO APARECIDO DE ALMEIDA x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. CESAR AUGUSTO DE FRANCA, ROSANGELA DIAS GUERREIRO e JOAO EVANIR TESCARO JUNIOR-.

10. AÇÃO DE REPONSABILIDADE CIVIL - ORDINÁRIO-0029566-53.2008.8.16.0014-ADENILSON IGIDIO JACOB x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem

requisitadas..." -Adv. CESAR AUGUSTO DE FRANCA, JACQUES NUNES ATTIE, DARLI BERTAZZONI BARBOSA, JOAO EVANIR TESCARO JUNIOR e NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO -.

11. AÇÃO DE REPONSABILIDADE CIVIL - ORDINÁRIO-0029695-58.2008.8.16.0014-MARIA APARECIDA DA SILVA e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. CESAR AUGUSTO DE FRANCA, MARIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO e ROSANGELA DIAS GUERREIRO-.

12. AÇÃO DE BUSCA APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRFIA-0030168-44.2008.8.16.0014-BANCO PANAMERICANO S.A. x PATRICIA BATISTA DOS SANTOS-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. MARINA BLASKOVSKI, PAULO JOSE OLIVEIRA DE NADAI, FERNANDO RUMIATO e GRAZIELE DE LIMA OLIVEIRA-.

13. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0029565-68.2008.8.16.0014-LUCIANO SPOLOM x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. GUILHERME REGIO PEGORARO, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

14. AÇÃO DECLARATORIA - SUMARIA-0029099-74.2008.8.16.0014-ADÉCIO ROQUE DE LIMA x BRASIL TELECOM S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. ANDRÉ RICARDO FRANCO e SANDRA REGINA RODRIGUES-.

15. AÇÃO DE COBRANÇA - ORDINARIO-0030739-15.2008.8.16.0014-REGINA MARIA DE SOUZA x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. RAFAEL LUCAS GARCIA e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

16. IMPUGNAÇÃO AO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA-0031782-50.2009.8.16.0014-KIT`S PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA x RMS CASABELLA LTDA-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. ADALBERTO FONSATTI, GIULIANO DA COSTA COELHO PERIM, LUIS AUGUSTO HORVATICH SANTOS e ROGER PERINETO-.

17. AÇÃO DE COBRANÇA - ORDINARIO-0031949-67.2009.8.16.0014-EDIFICIO KENNEDY x BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO SANTANDER-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA e REINALDO MIRICO ARONIS-.

18. AÇÃO DE PRESTAÇAO DE CONTAS-0031476-81.2009.8.16.0014-JONAS SOARES LISBOA x BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA, BLAS GOMM FILHO e SIDNEY LUIZ PEREIRA-.

19. AÇÃO DE REPONSABILIDADE CIVIL - ORDINÁRIO-0031502-79.2009.8.16.0014-ATIS ELEODORO CABRAL e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. CESAR AUGUSTO DE FRANCA, MARIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO, NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO e KARINA HASHIMOTO-.

20. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - SUMÁRIO-0031922-84.2009.8.16.0014-JULIO CÉSAR DA SILVA x CAIXA SEGUROS S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. JOSÉ EDUARDO DE ASSUNÇÃO e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

21. AÇÃO DE REPONSABILIDADE CIVIL - ORDINÁRIO-0031478-51.2009.8.16.0014-ELIZABETE APARECIDA PORTO CAETANO e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. CESAR AUGUSTO DE FRANCA, MARIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO e HUGO FRANCISCO GOMES-.

22. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0031477-66.2009.8.16.0014-HELMUT SCHELL x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. RAFAEL SANTOS CARNEIRO, RAFAEL LUCAS GARCIA e GABRIELLA MURARA VIEIRA -.

23. AÇÃO DECLARATORIA - ORDINARIO-0031784-20.2009.8.16.0014-MILTON COUTINHO DE MACEDO GALVAO x JOSÉ AUGUSTO PONTES LONDRINA - ME e outros-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. ADRIANE RAVELLI, EDSON LOPES e JOSE VALERIO MARTINS-.

24. AÇÃO DE REPONSABILIDADE CIVIL - ORDINÁRIO-0031781-65.2009.8.16.0014-CLEONICE LOURDES CENEDESE e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. CESAR AUGUSTO DE FRANCA, JACQUES NUNES ATTIE, MARIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO e HUGO FRANCISCO GOMES-.

25. AÇÃO DE REPONSABILIDADE CIVIL - ORDINÁRIO-0031503-64.2009.8.16.0014-ALVARO SILVA SANTOS e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. CESAR AUGUSTO DE FRANCA, MARIO MARCONDES NASCIMENTO, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO, ELSO CARDODO BITTENCOURT e NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO -.

26. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-0031947-97.2009.8.16.0014-LAUDELINO MORENO JUNIOR x HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. ADRIANO MUNIZ REBELLO e THIAGO CESAR GIAZZI-.

27. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0031921-02.2009.8.16.0014-EMERSON MONTEIRO DOS SANTOS x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

28. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0031548-68.2009.8.16.0014-CLOVIS ALCANTARA LOPES DUTRA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

29. AÇÃO DE INDENIZAÇAO - SUMÁRIO-0031783-35.2009.8.16.0014-MARIA CLEUSA MASSERA HARFUCH x C & A MODAS LTDA-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. CLAUDIA REGINA LIMA e SANIA STEFANI-.

30. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ORDINÁRIO-0031547-83.2009.8.16.0014-ANTONIO SERGIO PROSCENCIO x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. JOSÉ EDUARDO DE ASSUNÇÃO, GLAUCO IWERSEN e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

31. AÇÃO DECLARATORIA - ORDINARIO-0031948-82.2009.8.16.0014-ANA MARIA SANTANA LIMA x BANCO ITAULEASING S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN e ALINOR ELIAS NETO-.

32. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0017385-49.2010.8.16.0014-EDUARDO HENRIQUE DO NASCIMENTO CANDIDO x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. GUILHERME REGIO PEGORARO, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA-.

33. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0017737-07.2010.8.16.0014-JOEL MENDES DE MOURA x BV FINANCEIRA S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. SUZY SATIE KAWAKAMI TAMAROZZI, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, MARIANA AMELIA CRUZ BORDIN e MAURÍCIO KAVINSKI-.

34. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0021372-93.2010.8.16.0014-CLEUSA DA COSTA SOEIRO PAGNAN x BANCO ABN AMRO REAL S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. REINALDO MIRICO ARONIS e VERA LUCIA APARECIDA ANTONIASSI VERONEZ-.

35. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0024075-94.2010.8.16.0014-DAVI DA SILVA BARBOSA x BANCO BANESTADO S/A - BANCO ITAU S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. MARCIO ROGERIO DEPOLLI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e TIRONE CARDOSO DE AGUIAR-.

36. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0024938-50.2010.8.16.0014-JONATAS DOS SANTOS FERRAZ x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, RICARDO DOMINGUES BRITO e FLAVIO PENTEADO GEROMINI-.

37. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0027254-36.2010.8.16.0014-ANDREIA APARECIDA DE BRITO x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. RAFAEL SANTOS CARNEIRO e ROBSON SAKAI GARCIA-.

38. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0030315-02.2010.8.16.0014-RODRIGO PADOVANI SIENA x BANCO FINASA S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. MARCOS C. DO AMARAL VASCONCELLOS e ALEX CLEMENTE BOTELHO-.

39. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0035047-26.2010.8.16.0014-ARLETE CARVALHO x BANCO ITAUCARD S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA e LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO-.

40. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-0035658-76.2010.8.16.0014-G.A. JUSTINO & CIA LTDA x BANCO REAL S.A (GRUPO SANTANDER)-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. SORAIA ARAUJO PINHOLATO e HERICK PAVIN-.

41. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0035707-20.2010.8.16.0014-LUCIA VERA SIMIONI x BANCO ITAUCARD S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN e PERICLES JOSE MENEZES DELIBERADOR-.

42. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0036464-14.2010.8.16.0014-CLAUDENILSON TEODORO x BANCO BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO - FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. MARIANA BENINI SOUTO e REINALDO MIRICO ARONIS-.

43. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0044683-16.2010.8.16.0014-CIRLENE TEIXEIRA DE OLIVEIRA x BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. MARCIO ROGERIO DEPOLLI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e TIRONE CARDOSO DE AGUIAR-.

44. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0046836-22.2010.8.16.0014-DEIRCE APARECIDA SPERANDIO GOMES x OMNI S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. ADRIANO MUNIZ REBELLO e MARCILEI GORINI PIVATO-.

45. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0047780-24.2010.8.16.0014-EUGENIO RICARDO MUNARE x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA, RAFAELA POLYDORO KÜSTER e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

46. AÇÃO DE COBRANÇA - ORDINARIO-0053364-72.2010.8.16.0014-NAIR RAMOS x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Advs. JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA BORTOLASSI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KÜSTER-.

47. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0053722-37.2010.8.16.0014-IVANILDO AFONSO FERREIRA x UNIAO DOS BANCOS BRASILEIROS S.A. (UNIBANCO)-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. DANIEL HACHEM e WILIAN ZENDRINI BUZINGNANI-.

48. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-0055367-97.2010.8.16.0014-JONATAS ANTONIO PEREIRA x BANCO FINASA S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. MARCOS AMARAL VASCONCELOS, GABRIEL NOGUEIRA MIRANDA e FERNANDO SASAKI-.

49. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0055516-93.2010.8.16.0014-NEUSA FERLINI CEREDA x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO -"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. REINALDO IGNACIO ALVES e REINALDO MIRICO ARONIS-.

50. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0060549-64.2010.8.16.0014-LUIZ CARLOS ALVES x BANCO BANESTADO S/A - BANCO ITAU S/A-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. LAURO FERNANDO ZANETTI, DIOGO LOPES VILELA BERBEL e RAFAEL DE REZENDE GIRALDI-.

51. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0062809-17.2010.8.16.0014-ROBERTO PACHECO DOS SANTOS x OMNI S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO -"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. OSVALDO ESPINOLA JUNIOR , ALEXANDRE DE TOLEDO e GILBERTO ANTONIO RAPONI-.

52. AÇÃO DE REPONSABILIDADE CIVIL - ORDINÁRIO-0063067-27.2010.8.16.0014-ALEXANDRE MARCOS TUTIDA e outro x FEDERAL SEGUROS -"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. JAIRO CAVALARO VIEIRA JUNIOR, ROSANGELA DIAS GUERREIRO , MARIO MARCONDES NASCIMENTO e DEBORA OLIVEIRA BARCELLOS-.

53. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-0064602-88.2010.8.16.0014-MOACIR DE OLIVEIRA x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO -"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e NANCI TEREZINHA Z. RIBEIRO LOPES-.

54. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0064609-80.2010.8.16.0014-RAFAEL CAMILO DA SILVA x BANCO CREDIBEL S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. GUILHERME VIEIRA SCRIPES e NELSON PASCHOALOTTO-.

55. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0065545-08.2010.8.16.0014-EDGAR AFONSO DA SILVA e outro x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. RAFAEL SANTOS CARNEIRO, NEWTON CARLOS MORATTO e MARISA SETSUKO KOBAYASHI-.

56. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0066221-53.2010.8.16.0014-ELIAS PEREIRA DOS SANTOS x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e ELLEN KARINA BORGES SANTOS-.

57. AÇÃO DE INDENIZAÇAO - SUMÁRIO-0066571-41.2010.8.16.0014-MAYRANA LUCCHESI DE ALENCAR x TRANSPORTE COLETIVO GRANDE LONDRINA LTDA-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. MOACYR CORREA NETO, ALCIDES PAVAN CORRÊA, FATIMA APARECIDA LUCCHESI e SONIA MARIA CHALO-.

58. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0067437-49.2010.8.16.0014-EDNALDO BALDUINO DA SILVA x BANCO FINASA S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. DANILO MEN DE OLIVEIRA e DANIELA DE CARVALHO-.

59. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0067940-70.2010.8.16.0014-CHARLES LUCIANO PEREIRA x ABN AMRO REAL S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. RUI FRANCISCO GARMUS, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e JORGE MARCELO PINTOSPAYERAS-.

60. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0068995-56.2010.8.16.0014-JUSSARA ARANTES x BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. LUIS OSCAR SIX BOTTON e JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA-.

61. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0070205-45.2010.8.16.0014-JOSE FRANÇA x BANCO BANESTADO S/A - BANCO ITAU S/A-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. DANIEL HACHEM, RAFAEL DE REZENDE GIRALDI, REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM e HAROLDO MEIRELLES FILHO -.

62. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0070834-19.2010.8.16.0014-CESAR AUGUSTO DE LIMA x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. RAFAEL SANTOS CARNEIRO, NANCI T. ZIMMER RIBEIRO LOPES e MARISA SETSUKO KOBAYASHI-.

63. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ORDINÁRIO-0073278-25.2010.8.16.0014-CARLOS ROBERTO GOMES DE AZEVEDO e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. ADRIANA HUMENIUK, ROGERIO BUENO ELIAS, ROGERIO RESINA MOLEZ, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO-.

64. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0073762-40.2010.8.16.0014-MARCIO LOURENÇO COUTO x BANCO FINASA S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e DANIELA DE CARVALHO-.

65. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0074613-79.2010.8.16.0014-AILTON LUCIO CORREA x BANCO ITAU S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA e LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.

66. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0075677-27.2010.8.16.0014-DORIVAL ANSELMO DE CAMPOS x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. NANCI TEREZINHA Z. RIBEIRO LOPES e FABIANO NEVES MACIEYWSKI -.

67. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0076742-57.2010.8.16.0014-EUCLIDES GARCIA DE CAMPOS x BANCO REAL ABN AMRO e outro-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. LEANDRO I. C. DE ALMEIDA, DANIELE CARVALHO DA SILVA e HERICK PAVIN-.

68. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0079106-02.2010.8.16.0014-LEO RYZY MACHADO x BANCO ITAU S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. LUIS OSCAR SIX BOTTON, RAFAEL DE REZENDE GIRALDI e HAROLDO MEIRELLES FILHO -.

69. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - ORDINÁRIO-0079808-45.2010.8.16.0014-ELIEZER CONTE x BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO - FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. SONIA APARECIDA YADOMI e REINALDO MIRICO ARONIS-.

70. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0080090-83.2010.8.16.0014-SIMONE ROSANE JARDINEIRO x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. RAFAEL SANTOS CARNEIRO e ROBSON SAKAI GARCIA-.

71. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0082804-16.2010.8.16.0014-GERMANI APARECIDA PANEQUE DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA, RAFAELA POLYDORO KÜSTER e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

72. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0084056-54.2010.8.16.0014-EDSON DE ARRUDA LAMIN x BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. DANIEL HACHEM, LAURO FERNANDO ZANETTI, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM e SERGIO WILSON MALDONADO-.

73. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0085139-08.2010.8.16.0014-JOSE ANGELO VICENTE x BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO - FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e REINALDO MIRICO ARONIS-.

74. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0001001-74.2011.8.16.0014-JOEL MOREIRA x BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e REINALDO MIRICO ARONIS-.

75. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0001544-77.2011.8.16.0014-MARYSTELA ELIZABETH BARABAS x BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - VOTORANTIN - N-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. REINALDO MIRICO ARONIS e EDUARDO LINCOLN DOMINGUES CALDI-.

76. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ORDINÁRIO-0002370-06.2011.8.16.0014-LEONIDAS CAMARGO e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. ADRIANA HUMENIUK, TATIANA TAVARES DE CAMPOS, ROGERIO BUENO ELIAS, ROGERIO RESINA MOLEZ, ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO-.

77. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0006056-06.2011.8.16.0014-DIAMANTINO DUARTE x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. ERIKA FERNANDA RAMOS, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, PAULO HENRIQUE GARDEMANN e FLAVIO PENTEADO GEROMINI-.

78. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0006064-80.2011.8.16.0014-CARLOS TECH x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. RAFAEL SANTOS CARNEIRO, PAULO HENRIQUE GARDEMANN e MARISA SETSUKO KOBAYASHI-.

79. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0006967-18.2011.8.16.0014-EONICE PEREIRA DE CARVALHO BALDO x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. RAFAELA POLYDORO KÜSTER, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e JOÃO PAULO DELGADO WOLFF-.

80. AÇÃO DE COBRANÇA - SUMARIO-0007006-15.2011.8.16.0014-WILSON APARECIDO MIURA x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. NANCI TEREZINHA Z. RIBEIRO LOPES, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

81. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0007949-32.2011.8.16.0014-MARINA COELHO DA SILVA x BANCO BANESTADO S/A - BANCO ITAU S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA e LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO-.

82. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0008750-45.2011.8.16.0014-ELSON CORREA DOS SANTOS x BANCO FINASA S/A - BANCO BRADESCO S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..."

-Adv. DIOGO LOPES VILELA BERBEL, DIOGO TEIXEIRA DE MORAIS e DANIELA DE CARVALHO-.

83. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0009000-78.2011.8.16.0014-JOAO MONTEIRO DE LIMA x BANCO FINASA S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e DANIELA DE CARVALHO-.

84. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0010339-72.2011.8.16.0014-JULIO CESAR GOMES KOBAYSSKI x BANCO FINASA S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. DIOGO LOPES VILELA BERBEL, AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR, DIOGO TEIXEIRA DE MORAIS e DANIELA DE CARVALHO-.

85. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0010381-24.2011.8.16.0014-MARIA CRISTINA ALVES DA SILVA x BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO - FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e REINALDO MIRICO ARONIS-.

86. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0010652-33.2011.8.16.0014-DANIEL APARECIDO SANITA x BANCO PANAMERICANO S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. DANILO MEN DE OLIVEIRA, REINALDO MIRICO ARONIS e ANNA PAULA BAGLIOLI DOS SANTOS-.

87. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0011308-87.2011.8.16.0014-MARCUS ANTONIO PEREIRA x BANCO ITAU S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. DANIEL HACHEM, DIOGO LOPES VILELA BERBEL, RAFAEL DE REZENDE GIRALDI e HAROLDO MEIRELLES FILHO -.

88. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0012624-38.2011.8.16.0014-GILBERTO FRANCISCO ALVES x BANCO BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO - FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA, JULIANO FRANCISCO DA ROSA e ANGELIZE SEVERO FREIRE-.

89. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0013660-18.2011.8.16.0014-JOSE CARLOS FERNANDES x BV FINANCEIRA S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. DANILO MEN DE OLIVEIRA e ANGELIZE SEVERO FREIRE-.

90. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0014754-98.2011.8.16.0014-REGINA MARIA CORTEZ GOUVEIA x BANCO BANESTADO S/A-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, TIRONE CARDOSO DE AGUIAR e LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.

91. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0015216-55.2011.8.16.0014-MONICA REGINA CORONADO x BANCO ITAU S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, WILIAN ZENDRINI BUZINGNANI, MAURI BEVERVANÇO JR e LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.

92. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0015522-24.2011.8.16.0014-MARIA LIMA DA SILVA x BV FINANCEIRA S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. DANILO MEN DE OLIVEIRA e ANGELIZE SEVERO FREIRE-.

93. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0015787-26.2011.8.16.0014-ADEMIR MEDINA SANCHES x BANCO BRADESCO S/A-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. MARCOS C. DO AMARAL VASCONCELLOS e JOÃO LUCAS SILVA TERRA-.

94. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0018804-70.2011.8.16.0014-CONCEIÇÃO RIBEIRO FERREIRA x BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTMENTO.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e ANGELIZE SEVERO FREIRE-.

95. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0018824-61.2011.8.16.0014-ROSALINA APARECIDA HERNANDES RODRIGUES x ITAU S.A.-"...IV- Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com as homenagens deste Juizo e as anotações do Código de Normas, intimando-se as partes da remessa, para acompanhamento, não havendo necessidade de se aguardar a publicação do despacho, vez que mera ciência da prática de ato de impulsionamento do processo..." -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA e JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR-.

96. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0019553-87.2011.8.16.0014-WELLINGTON RODRIGO MATOS x BV FINANCEIRA S.A.-Ciência da decisão de fls.: " Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Oportunamente prestarei as informações que me forem requisitadas..." -Adv. ROGERIO RESINA MOLEZ, VALERIA SANDRA SOARES DA SILVA e NARJARA HEIDMANN-.

LONDRINA - 2011

JOAO PAULO AKAISHI - MATRÍCULA Nº.1261

ESCRIVAO

## 8ª VARA CÍVEL

**** COMARCA DE LONDRINA - PR ****

CARTÓRIO DA 8ª VARA CÍVEL

JUIZ DE DIREITO: JOSÉ RICARDO ALVAREZ VIANNA

RELAÇÃO Nº 196/2011

Índice de Publicação


| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ABEL FERREIRA | 00101 | 037341/2011 |
| ADHEMAR DE OLIVEIRA E SILVA FILHO | 00021 | 000088/2008 |
| ADRIANO MARRONI | 00015 | 000707/2007 |
| ALESSANDRA NOEMI SPOLADORE | 00022 | 000241/2008 |
| ALEXANDRE NELSON FERRAZ | 00080 | 011831/2011 |
| ALEXANDRE SUTKUS DE OLIVEIRA | 00040 | 020575/2010 |
| ALEXANDRINA JULIANA CASARIM | 00003 | 000004/2000 |
| ANDERSON DE AZEVEDO | 00012 | 000331/2006 |
| | 00106 | 045530/2011 |
| ANDRE CUNHA | 00013 | 001168/2006 |
| ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANETTI | 00091 | 020437/2011 |
| ANDRE LUIZ GIUDICISSI CUNHA | 00028 | 000048/2009 |
| ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI | 00072 | 086132/2010 |
| | 00075 | 007622/2011 |
| ARTUR HUMBERTO PIANCASTELLI | 00001 | 000480/1993 |
| AUREO OSMAR P. NOGUEIRA | 00041 | 021296/2010 |
| BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ | 00002 | 000677/1999 |
| BRUNO PEDALINO | 00090 | 019850/2011 |
| BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA | 00048 | 040785/2010 |
| | 00051 | 051487/2010 |
| | 00053 | 051950/2010 |
| | 00054 | 053355/2010 |
| | 00056 | 058998/2010 |
| | 00057 | 059007/2010 |
| CAIO CARMELLO ROCHA LOBO | 00003 | 000004/2000 |
| CARLA HELIANA V. MENEGASSI TANTIN | 00107 | 047395/2011 |
| CARLA LECINK BERNARDI | 00032 | 000441/2009 |
| CARLOS FREDERICO VIANA REIS | 00026 | 001174/2008 |
| CARMEN MARINS | 00017 | 000979/2007 |
| CAROLINA REZENDE PIMENTA | 00093 | 022588/2011 |
| CAROLINE THON | 00011 | 000711/2005 |
| CASEMIRO FRAMIL FILHO | 00024 | 000546/2008 |
| CESAR AUGUSTO TERRA | 00077 | 009013/2011 |
| CHARLES VILAS BOAS | 00088 | 018196/2011 |
| CLARISSA LICHIARDI SALINET | 00012 | 000331/2006 |
| CLAUDIA MARIA TAGATA | 00008 | 000736/2003 |
| CLOVES JOSE DE PINHO | 00019 | 001229/2007 |
| CRYSTIANE LINHARES | 00020 | 000016/2008 |
| | 00031 | 000367/2009 |
| DANILO MEN DE OLIVEIRA | 00089 | 019311/2011 |
| DENIS OKAMURA | 00007 | 000155/2003 |
| EDERALDO SOARES | 00006 | 000275/2002 |
| EDSON EVANGELISTA DA SILVA | 00064 | 078004/2010 |
| EDUARDO VECCHIA FERNANDEZ | 00094 | 022596/2011 |
| ENEIDA WIRGUES | 00092 | 020516/2011 |
| EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA | 00069 | 083292/2010 |
| | 00077 | 009013/2011 |
| | 00078 | 009015/2011 |
| | 00079 | 009025/2011 |
| EVARISTO ARAGÃO SANTOS | 00002 | 000677/1999 |
| FABIANO KLEBER MORENO DALAN | 00024 | 000546/2008 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 00060 | 062789/2010 |
| FABIO MASSAMI SUZUKI | 00096 | 026889/2011 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 00060 | 062789/2010 |
| | 00103 | 041593/2011 |
| FRANCISCO CESAR SALINET | 00012 | 000331/2006 |
| GEOVANIA TATIBANA DE SOUZA | 00099 | 029804/2011 |
| GERALDO BARBOSA NETO | 00004 | 000169/2000 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 00078 | 009015/2011 |
| | 00079 | 009025/2011 |
| GIACOMO RIZZO | 00012 | 000331/2006 |
| GIANMARCO COSTABEBER | 00015 | 000707/2007 |
| GILBERTO BAUMANN DE LIMA | 00007 | 000155/2003 |
| GILBERTO PEDRIALI | 00044 | 029071/2010 |
| | 00063 | 072042/2010 |
| GILBERTO STINGLIN LOTH | 00077 | 009013/2011 |
| GLAUCE KELLY GONCALVES | 00010 | 000131/2005 |
| GUILHERME REGIO PEGORARO | 00023 | 000251/2008 |
| | 00032 | 000441/2009 |
| | 00061 | 068207/2010 |
| | 00086 | 017287/2011 |
| GUILHERME VIEIRA SCRIPES | 00098 | 028831/2011 |
| GUSTAVO MUNHOZ | 00038 | 001563/2010 |
| HELEN KATIA SILVA CASSIANO | 00049 | 043857/2010 |
| HENRIQUE AFONSO PIPOLO | 00012 | 000331/2006 |
| | 00025 | 000574/2008 |
| | 00034 | 001340/2009 |
| INEZ FRANCISCA V MEYER | 00025 | 000574/2008 |
| IONEIA ILDA VERONEZE | 00020 | 000016/2008 |
| ISABELA BARROS | 00080 | 011831/2011 |
| IVAN ARIOVALDO PEGORARO | 00018 | 001192/2007 |
| IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO | 00039 | 017496/2010 |
| JACKSON LUIS VICENTE | 00016 | 000950/2007 |
| JADERSON PORTO | 00029 | 000070/2009 |
| JAIME DE OLIVEIRA PENTEADO | 00078 | 009015/2011 |
| | 00079 | 009025/2011 |
| JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA | 00047 | 040666/2010 |
| JEAN CARLOS CAMOZATO | 00033 | 000598/2009 |
| JERUSA FABIANA GARCIA | 00022 | 000241/2008 |
| JOAO CARLOS MESSIAS JUNIOR | 00092 | 020516/2011 |
| JOAO LEONELHO GABARDO FILHO | 00077 | 009013/2011 |
| JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA | 00062 | 069000/2010 |
| JOSE CARLOS MAIA ROCHA DA SILVA | 00058 | 059350/2010 |
| JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA | 00100 | 036830/2011 |
| JOSE VALNIR ZAMBRIM | 00006 | 000275/2002 |
| JOSÉ HISSATO MORI | 00029 | 000070/2009 |
| JULIANO MIQUELETTI SONCIN | 00029 | 000070/2009 |
| | 00059 | 060720/2010 |
| JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA | 00073 | 001191/2011 |
| | 00081 | 012153/2011 |
| JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA | 00062 | 069000/2010 |
| JÚLIO CEZAR MARTINS | 00055 | 057290/2010 |
| KLEBER FRANCO DE LIMA | 00004 | 000169/2000 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 00006 | 000275/2002 |
| | 00013 | 001168/2006 |
| | 00015 | 000707/2007 |
| | 00034 | 001340/2009 |
| | 00038 | 001563/2010 |
| | 00046 | 030713/2010 |
| | 00047 | 040666/2010 |
| LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA | 00074 | 006018/2011 |
| LUIS GUILHERME KLEY VAZZI | 00091 | 020437/2011 |
| LUIZ FELIPE DE SILOS F. MAYRINK GÓES | 00093 | 022588/2011 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 00072 | 086132/2010 |
| | 00075 | 007622/2011 |
| | 00087 | 017288/2011 |
| LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO | 00062 | 069000/2010 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 00030 | 000173/2009 |
| | 00078 | 009015/2011 |
| | 00079 | 009025/2011 |
| LUIZ LOPES BARRETO | 00104 | 042040/2011 |
| LUIZ RODRIGUES WAMBIER | 00002 | 000677/1999 |
| MARCIA REGINA DA SILVA | 00019 | 001229/2007 |
| MARCIO AUGUSTO MORAES LOVATO | 00025 | 000574/2008 |
| MARCIO ROGERIO DEPOLLI | 00002 | 000677/1999 |
| MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE | 00005 | 000643/2000 |
| MARCOS C. DO AMARAL VASCONCELLOS | 00044 | 029071/2010 |
| | 00063 | 072042/2010 |
| MARCOS DE REZENDE ANDRADE JUNIOR | 00027 | 001275/2008 |
| MARCOS LARA TORTORELLO | 00083 | 013722/2011 |
| MARCOS VINICIUS BELASQUE | 00070 | 083839/2010 |
| MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA | 00009 | 001028/2004 |
| MARIA ELIZABETH JACOB | 00066 | 080708/2010 |
| | 00097 | 028390/2011 |
| MARIA JOSE STANZANI | 00076 | 008308/2011 |
| MARIA LUCIA LINS | 00002 | 000677/1999 |
| MARIA REGINA ALVES MACENA | 00063 | 072042/2010 |
| MARIELE FERNANDA ARRUDA LIBERATO | 00096 | 026889/2011 |
| MARILI DA LUZ RIBEIRO TABORDA | 00045 | 029381/2010 |
| MAURICIO TEIXEIRA DOS ANJOS | 00055 | 057290/2010 |
| MICHEL NEME NETO | 00093 | 022588/2011 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 00102 | 040556/2011 |
| NAIARA POLISELI RAMOS | 00085 | 017074/2011 |
| NEWTON DORNELES SARATT | 00021 | 000088/2008 |
| NILZA AP. SACOMAN BAUMANN DE LIMA | 00007 | 000155/2003 |
| NIVALDO GOTTI | 00090 | 019850/2011 |
| OSVALDO GIMENES | 00014 | 000324/2007 |
| PATRÍCIA PIEKARCZYK | 00105 | 044146/2011 |
| PAULO HENRIQUE GARDEMANN | 00098 | 028831/2011 |
| PAULO ROBERTO BONAFINI | 00019 | 001229/2007 |
| RAFAEL DE REZENDE GIRALDI | 00050 | 049643/2010 |
| RAFAEL LUCAS GARCIA | 00067 | 081037/2010 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 00102 | 040556/2011 |
| REGIS COTRIN ABDO | 00093 | 022588/2011 |
| REGIS PANIZZON ALVES | 00010 | 000131/2005 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 00037 | 001716/2009 |
| | 00041 | 021296/2010 |
| RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA | 00015 | 000707/2007 |
| RENATA DEQUECH | 00035 | 001574/2009 |
| RICARDO DOMINGUES BRITO | 00095 | 024642/2011 |
| RITA DE CASSIA CORREA VASCONCELOS | 00002 | 000677/1999 |
| RITA DE CASSIA FERREIRA LEITE | 00008 | 000736/2003 |
| ROBSON SAKAI GARCIA | 00065 | 080082/2010 |
| | 00068 | 082724/2010 |
| | 00102 | 040556/2011 |
| RODAVLAS LHAMAS FERREIRA | 00014 | 000324/2007 |
| RODRIGO JACOMINI | 00024 | 000546/2008 |
| ROGERIO BUENO ELIAS | 00103 | 041593/2011 |
| ROGERIO PELLEGRINI | 00024 | 000546/2008 |
| ROGERIO RESINA MOLEZ | 00103 | 041593/2011 |
| RONALDO GOMES NEVES | 00003 | 000004/2000 |
| ROSANGELA KHATER | 00095 | 024642/2011 |
| ROSANGELA PEREIRA GOES | 00071 | 083972/2010 |
| SEBASTIAO DA SILVA FERREIRA | 00002 | 000677/1999 |
| SERGIO CORREA | 00023 | 000251/2008 |
| SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO | 00006 | 000275/2002 |
| SILENE MACHADO DE SOUSA | 00052 | 051729/2010 |
| SILVANA APARECIDA PEDROSO | 00007 | 000155/2003 |
| SILVIO JOSE FARINHOLI ARCURI | 00004 | 000169/2000 |
| SOERLEI SARTORI DE MORAES | 00082 | 012220/2011 |
| | 00084 | 016325/2011 |
| SUELI CRISTINA GALLELI | 00006 | 000275/2002 |
| | 00036 | 001656/2009 |
| SÉRGIO SCHULZE | 00029 | 000070/2009 |
| TATIANA VALESCA VROBLEWSKI | 00082 | 012220/2011 |
| TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER | 00002 | 000677/1999 |
| TEREZINHA DEMARTINO | 00064 | 078004/2010 |
| THAISA CRISTINA CANTONI | 00044 | 029071/2010 |
| THIAGO APARECIDO DE JESUS | 00011 | 000711/2005 |
| THIAGO MIGLIORINI TENORIO | 00040 | 020575/2010 |
| THIAGO SIMOES RABELLO | 00007 | 000155/2003 |
| TIRONE CARDOSO DE AGUIAR | 00043 | 025801/2010 |
| | 00046 | 030713/2010 |
| TONY ALVES | 00042 | 021446/2010 |
| VALERIA CARAMURU CICARELLI | 00080 | 011831/2011 |

| | | |
|---|---|---|
| VERIDIANA ANDRADE SILVA | 00032 | 000441/2009 |
| WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA | 00060 | 062789/2010 |
| WEDSON JOSE PIEROBON | 00004 | 000169/2000 |
| WELLINGTON LINCOLN SECO | 00099 | 029804/2011 |
| WILLIAN MAIA ROCHA DA SILVA | 00058 | 059350/2010 |
| WILSON LOPES DA CONCEICAO | 00019 | 001229/2007 |
| ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA | 00100 | 036830/2011 |

1. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO-480/1993-EDNA BOTELHO STEIM E OUTROS x FABRICA DE TOLDOS PARATI- Sobre o teor do extrato RenaJud juntado às fls. 441/444, manifeste-se a exequente, em 05 dias. Após, à conclusão. Intime-se. -Adv. ARTUR HUMBERTO PIANCASTELLI-.

2. ORDINARIA(PROC.COM.ORDINARIO)-677/1999-HIDRAPAR AGROPECUARIA LTDA x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- 1. Tendo em vista os fundamentos expostos na exceção de pré-executividade apresentada às fls. 1.930/1.938, sobretudo ausência de título executivo, suspendo por ora, o prazo para pagamento voluntário da condenação. 2. Sobre a exceção de pré-executividade de fls. 1.930/1.938, manifeste-se a parte exequente, em 5 (cinco) dias. Após, à conclusão. Intime(m)-se. -Advs. SEBASTIAO DA SILVA FERREIRA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARIA LUCIA LINS, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, EVARISTO ARAGÃO SANTOS e RITA DE CASSIA CORREA VASCONCELOS-.

3. RESCISAO DE CONTRATO C/C DEVOL. DE QUANTIA PAGA-4/2000-LAZARO CRISTIANE TAVARES DA SILVA x DENIS SANCHES SPURIO e outros- Sobre certidão negativa, do Sr. Oficial de Justiça, as fls. 332, manifeste-se o autor, em cinco dias. -Advs. RONALDO GOMES NEVES, CAIO CARMELLO ROCHA LOBO e ALEXANDRINA JULIANA CASARIM-.

4. REP. DE DANOS POR ACIDENTE-169/2000-LAURA MOREIRA DADALT x DEJAIR GARCIA-Anuncio o julgamento do processo na fase em que se encontra. Dê-se ciência às partes acerca deste pronunciamento. Após 10 dias, venham os autos conclusos para sentença, mediante as anotações necessárias. Intimem-se. -Advs. KLEBER FRANCO DE LIMA, SILVIO JOSE FARINHOLI ARCURI, GERALDO BARBOSA NETO e WEDSON JOSE PIEROBON-.

5. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO-643/2000-ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA (AEBEL) x VALDEMIR DONIZETE DIAS e outros- Dê-se ciência às partes acerca da baixa dos autos da Instância Superior, a fim de que a parte interessada requeira o que de direito no prazo de cinco dias. Intime-se. -Adv. MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE-.

6. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-275/2002-BANCO ITAU S/A x DPA DIST. PARAN DE ARTIGOS DE ARMARINHOS LT e outros- Sobre o teor do extrato Bacen-Jud juntado às fls. 125/129, manifeste-se a exequente, em 05 dias. Após, à conclusão. Intime-se. -Advs. EDERALDO SOARES, LAURO FERNANDO ZANETTI, JOSE VALNIR ZAMBRIM, SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO e SUELI CRISTINA GALLELI-.

7. ACAO INDENIZACAO DANOS MORAIS-155/2003-ANIBAL DOS PASSOS x PAULO FERNANDO DE MORAES NICOLAU- Sobre o Termo de penhora fls. 813, manifeste-se a parte devedora para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer impugnação. (CPC, art. 475-J, § 1°). Intimem-se. -Advs. SILVANA APARECIDA PEDROSO, GILBERTO BAUMANN DE LIMA, NILZA AP. SACOMAN BAUMANN DE LIMA, THIAGO SIMOES RABELLO e DENIS OKAMURA-.

8. ARROLAMENTO-736/2003-CLAUDETE LOURDES BARROS FELIPE x JOAO FELIPE- Sobre o contido na manifestação da Fazenda Pública, de fls. 190/191, manifeste-se a inventariante, no prazo de cinco dias. Intime-se. -Advs. RITA DE CASSIA FERREIRA LEITE e CLAUDIA MARIA TAGATA-.

9. AÇÃO DE COBRANÇA-1028/2004-CONDOMINIO RESIDENCIAL SAVEIROS x MARCOS ANTONIO CALDEIRAO-Deve a parte autora, no prazo legal, trazer aos autos a via original do pagamento da Guia do Oficial de Justiça. Intime-se. -Adv. MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA-.

10. AÇÃO MONITÓRIA-131/2005-IRMAOS MUFFATO & CIA. LTDA. x F. LOUREIRO COSTA RESTAURANTE e outro- Sobre certidão negativa, do Sr. Oficial de Justiça, as fls. 183, manifeste-se o autor, em cinco dias. -Advs. REGIS PANIZZON ALVES e GLAUCE KELLY GONCALVES-.

11. AÇÃO MONITÓRIA-711/2005-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS AMÉRICA MULTICARTEIRA (FUNDO AMERICA) x CENTRO DE ATENDIMENTO PPG LTDA. e outros- Por força do item 10 da Portaria nº 01/2010, deste Juízo, intime-se a parte interessada, a fim de que retire a carta de intimação, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção ou arquivamento provisório (CPC, art. 267, inciso III).Intime(m)-se. -Advs. CAROLINE THON e THIAGO APARECIDO DE JESUS-.

12. AÇÃO MONITÓRIA-331/2006-JULIO CESAR NAIM SALINET x JEFFERSON DA CRUZ COSTA- I - As matérias aventadas nos embargos de declaração (fls. 796/799), em verdade, visam nova decisão acerca de matéria já pronunciada por este Juízo, o que refoge aos limites do instituto (STJ - EERESP 238127 - RJ - 2ª T. - Rel. Min. João Otávio de Noronha - DJU 05.04.2004 - p. 00220). A par disso, qualquer equívoco na decisão em relação aos fun-damentos jurídicos adotados não implica, por si só, em contradição, omissão ou obs-curidade, mas em error in judicando. Logo, a almejada retificação do decisório deve ser pleiteada pela via recursal adequada, e não por embargos de declaração, cuja essência e finalidade não se amolda ao caso em desate, conforme art. 535, do CPC. Por derradeiro, "o juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos". (RJTJESP 115/207 in Código de Processo Civil, THEOTÔNIO NEGRÃO, p. 393). II - Em face do exposto, por não vislumbrar na hipótese a presença dos requisitos contemplados no artigo 535 do CPC, rejeito os embargos opostos. Intimem-se. -Advs. CLARISSA LICHIARDI SALINET, FRANCISCO CESAR SALINET, HENRIQUE AFONSO PIPOLO, GIACOMO RIZZO e ANDERSON DE AZEVEDO-.

13. REVISÃO CONTRATUAL-1168/2006-CIPART IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA e outros x BANCO ITAU S/A- 1. Recebo o recurso de apelação de fls. 450/469, interposto pelo réu, em seus regulares efeitos (CPC, art. 520).2. Intime-se o apelado para, no prazo legal, ofertar suas contrarrazões (CPC, art. 518).3. Após, independentemente de novo despacho, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens, para os devidos fins.Intime-se. -Advs. ANDRE CUNHA e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

14. AÇÃO DE DESPEJO-324/2007-MITRA ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA x SEBASTIAO VITOR DE ARAUJO- 1. Nada há que se reconsiderar do despacho de fls. 166. 2. Intime-se a parte autora para complementação do depósito, nos termos da decisão de fls. 166, no prazo de cinco dias. 3. Após à conclusão. Intime-se. -Advs. OSVALDO GIMENES e RODAVLAS LHAMAS FERREIRA-.

15. DECLARATORIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO-707/2007-ZULEIDE APARECIDA ALVES RODRIGUES x BANCO ABN AMRO REAL S/A e outros- Em respeito ao contraditório e a ampla defesa, sobre o(s) documento (s) de fls. 230/233, dê-se ciência as partes, facultando-lhes manifestação, em cinco dias (CPC, art. 398). Intime(m)-se. -Advs. ADRIANO MARRONI, LAURO FERNANDO ZANETTI, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA e GIANMARCO COSTABEBER-.

16. RESCISAO DE CONTRATO C/C DEVOL. DE QUANTIA PAGA-950/2007-LUIZA BETE GERMANO x ONG TRABALHO PARA TODOS - ORG. NAO GOVERNAMENTAL D- Sobre certidão negativa, do Sr. Oficial de Justiça, as fls. 127, manifeste-se o autor, em cinco dias. -Adv. JACKSON LUIS VICENTE-.

17. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL-979/2007-AURORA CORADIM BRUNETI e outros x BANCO DO BRASIL S/A- Intime-se a parte exequente para, em cinco dias, praticar os atos necessários para o regular prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento provisório. Intime-se. -Adv. CARMEN MARINS-.

18. RESOLUCAO DE CONTRATO-1192/2007-CONSOLIDE LOTEAMENTO E INCORPORACAO LTDA x ESTER RIBEIRO- Intime-se a parte para, em 10 (dez) dias, se manifestar, querendo, sobre o laudo de avaliação (CPC, art. 433, parágrafo único). -Adv. IVAN ARIOVALDO PEGORARO-.

19. AÇÃO DE COBRANÇA-1229/2007-CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MAY FLOWERS x VICENTE JORGE CIRILO e outro-Por força do item 10 da Portaria nº 01/2010, deste Juízo, intime-se a parte interessada, a fim de que retire o ofício de fls. 168 em cartório, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção ou arquivamento provisório (CPC, art. 267, inciso III).Intime(m)-se. -Advs. MARCIA REGINA DA SILVA, PAULO ROBERTO BONAFINI, CLOVES JOSE DE PINHO e WILSON LOPES DA CONCEICAO-.

20. BUSCA E APREENSÃO-16/2008-BANCO SAFRA S/A x JOSE AMARO-Por força do item 10 da Portaria nº 01/2010, deste Juízo, intime-se a parte interessada, a fim de que retire os três ofícios em cartório, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção ou arquivamento provisório (CPC, art. 267, inciso III).Intime(m)-se. -Advs. CRYSTIANE LINHARES e IONEIA ILDA VERONEZE-.

21. CAUTELAR INOMINADA-88/2008-RAMZI ABDALLAH EL HOSNI JUNIOR x BANCO BRADESCO S/A- Arquivem-se, mediante as baixas necessárias, sem

prejuízo de futura reativação pela parte interessada. Intimem-se. -Advs. ADHEMAR DE OLIVEIRA E SILVA FILHO e NEWTON DORNELES SARATT-.

22. BUSCA E APREENSÃO-241/2008-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x SIMONE CARNEIRO GOMES- Por força ao item 14 da Portaria nº 01/2010, intime-se a parte interessada, para requer o que de direito, em 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento provisório. Intime-se. -Advs. ALESSANDRA NOEMI SPOLADORE e JERUSA FABIANA GARCIA-.

23. APREENSÃO E DEPÓSITO DE COISA VENDIDA-251/2008-JOSE EUSTAQUIO ELIAS x EAP INTERMEDIAÇÃO DE NEGOCIO LTDA e outro-Sobre a devolução da Carta Precatória juntada às fls. 158/161, manifeste-se a parte interessada. Intimem-se. -Advs. GUILHERME REGIO PEGORARO e SERGIO CORREA-.

24. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO-546/2008-EDMILSON JANEZ MARTINS x CLEBERSON LUIZ DE MELO e outro-1. Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, de forma minunciosa e justificada, a necessidade de dilação probatória e/ou a possibilidade do julgamento antecipado da lide. 2. A indicação das provas deverá ocorrer de maneira fundamentada, apontando detalhadamente a pertinência de cada qual que vier a ser requerida. 3. O requerimento genérico de provas bem como a ausência de requerimento, autorizará o julgamento antecipado da lide. Intimem-se. -Advs. FABIANO KLEBER MORENO DALAN, RODRIGO JACOMINI, ROGERIO PELLEGRINI e CASEMIRO FRAMIL FILHO-.

25. SUMARIA DE COBRANCA-574/2008-CONDOMINIO EDIFICIO MARISTELA x KAORU TACHIKAWA- Intimem-se as partes para, em 10 (dez) dias, se manifestar, querendo, sobre o laudo de avaliação. -Advs. MARCIO AUGUSTO MORAES LOVATO, HENRIQUE AFONSO PIPOLO e INEZ FRANCISCA V MEYER-.

26. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-1174/2008-DECISAO COM. DE IMP. E REPRE. PROD. QUIMICOS LTDA x KLD INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA e outros- Por força do item 10 da Portaria nº 01/2010, deste Juízo, intime-se a parte interessada, a fim de que recolha a Guia do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção ou arquivamento provisório (CPC, art. 267, inciso III).Intime(m)-se. -Adv. CARLOS FREDERICO VIANA REIS-.

27. AÇÃO DE COBRANÇA-1275/2008-GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA - GVT x WELLINGTON ATSUSHI NARA- Sobre certidão negativa, do Sr. Oficial de Justiça, as fls. 212, manifeste-se o autor, em cinco dias. -Adv. MARCOS DE REZENDE ANDRADE JUNIOR-.

28. ORDINARIA DE REV.DE CONTRATO-48/2009-CARLOS ALBERTO ABUDI FILHO x BANCO DO BRASIL S/A- Sobre a proposta de honorarios periciais, deve a parte autora se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo que, havendo concordancia quanto aos honorarios, deve, na mesma oportunidade, independentemente de novo despacho, proceder ao deposito respectivo, em seu montante integral. -Adv. ANDRE LUIZ GIUDICISSI CUNHA-.

29. BUSCA E APREENSÃO-70/2009-BANCO DIBENS S/A x INES MENDES DE PAILA- Por força ao item 14 da Portaria nº 01/2010, intime-se a parte interessada, para dar andamento aos autos no prazo de 48 horas, sob pena de extinção ou arquivamento provisório (quando for execução de sentença). Intime-se. -Advs. JULIANO MIQUELETTI SONCIN, SÉRGIO SCHULZE, JADERSON PORTO e JOSÉ HISSATO MORI-.

30. DECLARATORIA C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS-173/2009-LORENA MAGNANI TREVELIN x PONTO CRED S/A- Sobre o Termo de penhora fls. 87, manifeste-se a parte devedora para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer impugnação. (CPC, art. 475-J, § 1°). Intimem-se. -Adv. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA-.

31. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-367/2009-CIA ITAU LEASING DE ARRENDAMENTOS MERCANTIL x ESPOLIO DE JUVALDINO SANTANA DE JESUS- Por força do item 10 da Portaria nº 01/2010, deste Juízo, intime-se a parte interessada, a fim de que recolha a Guia do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção ou arquivamento provisório (CPC, art. 267, inciso III).Intime(m)-se. -Adv. CRYSTIANE LINHARES-.

32. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-441/2009-AGROPECUARIA HORTOLANDIA LTDA x ALEXANDRE JOSE GIBSON LUDALF DE MELO- Sobre a devolução da Carta Precatória juntada às fls. 119/121, manifeste-se a parte interessada. Intimem-se. -Advs. GUILHERME REGIO PEGORARO, VERIDIANA ANDRADE SILVA e CARLA LECINK BERNARDI-.

33. AÇÃO DE EXECUÇÃO-598/2009-CAIXA SEGURADORA S/A x RHA TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA e outros- Por força do item 10 da Portaria nº 01/2010, deste Juízo, intime-se a parte interessada, a fim de que recolha a guia do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção ou arquivamento provisório (CPC, art. 267, inciso III).Intime(m)-se. -Adv. JEAN CARLOS CAMOZATO-.

34. REVISIONAL DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDEBITO-1340/2009-BURGUER KE RY LANCHERIA LTDA e outros x BANCO ITAU S/A-Intimem-se as partes para, em 10(dez) dias, se manifestar, querendo, sobre o laudo pericial (CPC, art. 433, parágrafo único). -Advs. HENRIQUE AFONSO PIPOLO e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

35. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL-1574/2009-SICOOB-COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DO x GASMAR COMERCIO DE GAS LONDRINA LTDA e outros- Sobre certidão negativa, do Sr. Oficial de Justiça, as fls. 273, manifeste-se o autor, em cinco dias. -Adv. RENATA DEQUECH-.

36. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-1656/2009-INSTITUICAO COMUNITARIA DE CREDITO DE LONDRINA x CLARISVALDO DA SILVA FERREIRA e outro- Sobre a resposta ao ofício, juntada às fls. 65, manifeste-se a parte interessada em 05 dias. Intime-se. -Adv. SUELI CRISTINA GALLELI-.

37. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-1716/2009-ZAQUEU GOMES DA SILVA x BANCO HSBC BANK BRASIL - BANCO MULTIPLO S/A- Intime-se o requerido para, no prazo de cinco dias, exibir os documentos solicitados, sob as penas do art. 359, do CPC. Intime-se. -Adv. REINALDO MIRICO ARONIS-.

38. AÇÃO DECLARATÓRIA-0001563-20.2010.8.16.0014-ARLINDO GOMES x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A e outro- 1. Pela ausência de elementos objetivos a infirmar a proposta de honorários de fls. 408/412, mantenho-a por seus próprios fundamentos. 2. Intime-se a parte interessada para proceder o respectivo depósito em 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão. 3. Na sequência, intime-se o Sr. Perito para dar início aos trabalhos, cujo laudo deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias. Intimem-se. -Advs. GUSTAVO MUNHOZ e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

39. AÇÃO DE COBRANÇA-0017496-33.2010.8.16.0014-JOÃO DIVINO DE MELO e outros x HSBC BANK BRASIL - BANCO MULTIPLO S/A- Defiro o prazo de trinta dias, a fim de que sejam apresentados os documentos mencionados às fls. 146/147. Intime-se. -Adv. IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO-.

40. AÇÃO DECLARATÓRIA-0020575-20.2010.8.16.0014-INFOSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA x RN BRASIL - SERVIÇOS DE PROVEDORES LTDA-1. Considerando os requerimentos de gratuidade judicial formulados de forma indiscriminada nas centenas de feitos que têm sido distribuídos nesta Comarca, intime-se a parte autora para, em 05 dias, juntar aos autos algum comprovante de rendimento (holerite, declaração de renda, CTPS etc). 2. Após, à conclusão para análise do pedido de concessão da gratuidade judicial e do recurso de apelação. Intime-se. -Advs. ALEXANDRE SUTKUS DE OLIVEIRA e THIAGO MIGLIORINI TENORIO-.

41. AÇÃO DE COBRANÇA-0021296-69.2010.8.16.0014-DARLOT ALVES DA SILVA JÚNIOR x BANCO SANTANDER BRASIL S/A-1. Intimem-se as partes para especificar, no prazo de 10 (dez) dias, de forma minuciosa e justificada, a necessidade de dilação probatória e/ou a possibilidade do julgamento antecipado da lide. 2. A indicação das provas deverá ocorrer de maneira fundamentada, apontando detalhadamente a pertinência e relevância de cada qual que vier a ser requerida.3. O requerimento genérico de provas, bem como a ausência de requerimento, autorizará o julgamento antecipado da lide.4. Após, voltem conclusos para saneamento.Intime(m)-se. -Advs. AUREO OSMAR P. NOGUEIRA e REINALDO MIRICO ARONIS-.

42. AÇÃO DE COBRANÇA-0021446-50.2010.8.16.0014-MARIA ROSA MONTREZORO e outros x BANCO ABN AMRO REAL S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. TONY ALVES-.

43. AÇÃO DE COBRANÇA-0025801-06.2010.8.16.0014-BENEDITA REGINA MIGOTO DA FONSECA x BANCO COMPANHIA REAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR-.

44. AÇÃO DE COBRANÇA-0029071-38.2010.8.16.0014-CELINA SOUZA COELHO x BANCO BRADESCO S/A- 1. Recebo o recurso de apelação de fls. 251/276, interposto pelo(a) réu, em seus regulares efeitos (CPC, art. 520). 2. Intime-se o apelado para, no prazo legal, ofertar suas contra-razões (CPC, art. 518). 3. Após,

por força do ofício circular nº 116/2010, aguarde-se o feito suspenso até o julgamento definitivo da matéria pelo Supremo Tribunal Federal. -Advs. THAISA CRISTINA CANTONI, GILBERTO PEDRIALI e MARCOS C. DO AMARAL VASCONCELLOS-.

45. REVISÃO CONTRATUAL-0029381-44.2010.8.16.0014-MANOEL PEREIRA DOS SANTOS x BANCO SANTANDER BRASIL S/A- Defiro a dilação de prazo requerida às fls. 103, a fim de que seja dado atendimento ao despacho de fls. 100, pelo período de 30 (trinta) dias. Intime-se. -Adv. MARILI DA LUZ RIBEIRO TABORDA-.

46. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0030713-46.2010.8.16.0014-ADRIANA TOOKUNI x BANCO BANESTADO S/A- Por força ao item 14 da Portaria nº 01/2010, intime-se a parte interessada, para dar andamento aos autos no prazo de 48 horas, sob pena de extinção ou arquivamento provisório (quando for execução de sentença). Intime-se. -Advs. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

47. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0040666-34.2010.8.16.0014-JOSÉ ANTONIO MARQUES x BANCO BANESTADO S/A- 1. Recebo o recurso de apelação de fls. 63/77, somente no efeito devolutivo (CPC, art. 520, inciso IV). 2. Intime-se o apelado para, no prazo legal, ofertar suas contrarrazões (CPC, art. 518). 3. Após, independentemente de novo despacho, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas ho-menagens, para os devidos fins. -Advs. JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

48. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0040785-92.2010.8.16.0014-MARCIA APARECIDA DA SILVA x BANCO DAYCOVAL S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA-.

49. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO-0043857-87.2010.8.16.0014-RICARDO RODRIGUES KANEGUSUKU x BANCO ITAUCAR S/A-Tendo em vista que houve inversão do ônus da prova, bem como manifestação do réu no sentido de ser desnecessária a realização da prova pericial (fls. 97/98), esclareça o autor, no prazo de cinco dias, se mantém o interesse em referida prova. -Adv. HELEN KATIA SILVA CASSIANO-.

50. AÇÃO DE DESPEJO-0049643-15.2010.8.16.0014-TATI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA x SALMEN MARTINS - COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA - ME e outro-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. RAFAEL DE REZENDE GIRALDI-.

51. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0051487-97.2010.8.16.0014-DANIEL MENDES BETIM x BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA-.

52. AÇÃO DE COBRANÇA-0051729-56.2010.8.16.0014-CONDOMÍNIO BARILOCHE RESIDENCE x RANDAL PROENÇA ANDRADE e outro-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. SILENE MACHADO DE SOUSA-.

53. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0051950-39.2010.8.16.0014-MARCOS LUIZ DA SILVA x BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA-.

54. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0053355-13.2010.8.16.0014-CRISTIANE VALERIA DE SOUZA x BANCO FINASA S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA-.

55. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0057290-61.2010.8.16.0014-JÚLIO CEZAR MARTINS x BANCO ITAUCARD S/A- 1. Considerando os requerimentos de gratuidade judicial formulados de forma indiscriminada nas centenas de feitos que têm sido distribuídos nesta Comarca, intime-se a parte autora para, em 05 dias, juntar aos autos algum comprovante de rendimento (holerite, declaração de renda, CTPS etc). 2. Após, à conclusão para análise do pedido de concessão da gratuidade judicial e do recurso de apelação. Intime-se. -Advs. MAURICIO TEIXEIRA DOS ANJOS e JÚLIO CEZAR MARTINS-.

56. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0058998-49.2010.8.16.0014-ERNESTO MACOSKI x BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA-.

57. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0059007-11.2010.8.16.0014-ROSA ANDRADE x BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. BRUNO PULPOR CARVALHO PEREIRA-.

58. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0059350-07.2010.8.16.0014-ARNALDO BATISTA JANUÁRIO x B.B. LEASING S/A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL- Sobre o contido na petição e documentos de fls. 137/144, manifeste-se a parte autora, no prazo de cinco dias. Intime-se. -Advs. WILLIAN MAIA ROCHA DA SILVA e JOSE CARLOS MAIA ROCHA DA SILVA-.

59. BUSCA E APREENSÃO-0060720-21.2010.8.16.0014-BANCO PAULISTA S/A x GEISA MARA REIS RODRIGUES- Antes de ser procedida citação via edita, deve o requerente promover as diligências necessárias para obtenção do endereço atualizado da parte requerida. Prazo: 5 (cinco) dias. Intime-se. -Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

60. AÇÃO DE COBRANÇA-0062789-26.2010.8.16.0014-DANILO TOMAELO DOS SANTOS x CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA- 1. Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, de forma minunciosa e justificada, a necessidade de dilação probatória e/ou a possibilidade do julgamento antecipado da lide. 2. A indicação das provas deverá ocorrer de maneira fundamentada, apontando detalhadamente a pertinência de cada qual que vier a ser requerida. 3. O requerimento genérico de provas bem como a ausência de requerimento, autorizará o julgamento antecipado da lide. Intimem-se. -Advs. WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

61. AÇÃO DE COBRANÇA-0068207-42.2010.8.16.0014-ALISSON BRENNER STORTO MIGUEL e outro x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. GUILHERME REGIO PEGORARO-.

62. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0069000-78.2010.8.16.0014-CESAR NUNES DE AZEVEDO x BANCO BANESTADO S/A- 1. Recebo o recurso de apelação de fls. 198/206, somente no efeito devolutivo (CPC, art. 520, inciso IV). 2. Tendo em vista que já foram apresentadas contrarrazões (fls. 207/215, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens, para os devidos fins. Intimem-se. -Advs. JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA e LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO-.

63. AÇÃO REVISIONAL-0072042-38.2010.8.16.0014-RONALDO PEREIRA COSTA x BANCO FINASA S/A-1. Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, de forma minunciosa e justificada, a necessidade de dilação probatória e/ou a possibilidade do julgamento antecipado da lide. 2. A indicação das provas deverá ocorrer de maneira fundamentada, apontando detalhadamente a pertinência de cada qual que vier a ser requerida. 3. O requerimento genérico de provas bem como a ausência de requerimento, autorizará o julgamento antecipado da lide. Intimem-se. -Advs. MARIA REGINA ALVES MACENA, GILBERTO PEDRIALI e MARCOS C. DO AMARAL VASCONCELLOS-.

64. AÇÃO DE COBRANÇA-0078004-42.2010.8.16.0014-COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - COHAB - LD x IVANI JOSÉ DA SILVA ABREU e outro-1. Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, de forma minunciosa e justificada, a necessidade de dilação probatória e/ou a possibilidade do julgamento antecipado da lide. 2. A indicação das provas deverá ocorrer de maneira fundamentada, apontando detalhadamente a pertinência de cada qual que vier a ser requerida. 3. O requerimento genérico de provas bem como a ausência de requerimento, autorizará o julgamento antecipado da lide. Intimem-se. -Advs. EDSON EVANGELISTA DA SILVA e TEREZINHA DEMARTINO-.

65. AÇÃO DE COBRANÇA-0080082-09.2010.8.16.0014-CICERO DANIEL GERONIMO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

66. AÇÃO DECLARATÓRIA DE DIREITO ACIONÁRIO-0080708-28.2010.8.16.0014-LAURITA CUNHA x SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES- 1. Verifica-se que o pedido de fls. 24 não se amolda em

qualquer das hipóteses de suspensão previstas no art. 265, do CPC, razão pela qual resta indeferido. 2. No mais, intime-se a parte requerente para, em 48 (quarenta e oito) horas, dar prosseguimento no processo, sob pena de extinção (CPC, art. 267, III). Intime-se. -Adv. MARIA ELIZABETH JACOB-.

67. AÇÃO DE COBRANÇA-0081037-40.2010.8.16.0014-JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. RAFAEL LUCAS GARCIA-.

68. AÇÃO DE COBRANÇA-0082724-52.2010.8.16.0014-JUREMA GABERT x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

69. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0083292-68.2010.8.16.0014-JOÃO MACHADO DE MELO x BANCO PAULISTA S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

70. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0083839-11.2010.8.16.0014-ROBERTO DONIZETE THEODORO x ITAÚ UNIBANCO S/A- 1. Verifica-se que o autor não cumpriu com o ônus que lhe favorecia, deixando de comprovar sua hipossuficiência econômica para a concessão das benesses da Lei 1060/50, que testa indeferida. 2. Intime-se esta ao depósito inicial das custas processuais, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, art. 257). Decorrido prazo retro "in albis" cancele-se a distribuição. Intime(m)-se. -Adv. MARCOS VINICIUS BELASQUE-.

71. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0083972-53.2010.8.16.0014-COMERCIAL DE TINTAS J. A. BONFIM LTDA x FERNANDO VILAS BOAS BARROS- Sobre o teor do extrato Bacen-Jud juntado às fls. 54/55, manifeste-se a exequente, em 05 dias. Após, à conclusão. Intime-se. -Adv. ROSANGELA PEREIRA GOES-.

72. AÇÃO MONITÓRIA-0086132-51.2010.8.16.0014-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x MARTINS COMÉRCIO DE ARTIGOS EM COURO LTDA e outro-Sobre certidão negativa, do Sr. Oficial de Justiça, as fls. 91, manifeste-se o autor, em cinco dias. -Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

73. AÇÃO REVISIONAL-0001191-37.2011.8.16.0014-RICARDO ALEXANDRE CERQUEIRA x BANCO SANTANDER S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA-.

74. AÇÃO ORDINÁRIA-0006018-91.2011.8.16.0014-CLEISI HELY PRIOLI x BANCO BANESTADO S.A e outro-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA-.

75. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0007622-87.2011.8.16.0014-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x MARINS & CORREA LTDA e outros- Por força do item 10 da Portaria nº 01/2010, deste Juízo, intime-se a parte interessada, a fim de que recolha a Guia do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção ou arquivamento provisório (CPC, art. 267, inciso III).Intime(m)-se. -Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

76. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0008308-79.2011.8.16.0014-BANCO BRADESCO S/A x FABRI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e outros- Sobre certidão negativa, do Sr. Oficial de Justiça, as fls. 101, manifeste-se o autor, em cinco dias. -Adv. MARIA JOSE STANZANI-.

77. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO-0009013-77.2011.8.16.0014-BENEDITO ROSA x ABN AMRO REAL S/A-1. Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, de forma minunciosa e justificada, a necessidade de dilação probatória e/ou a possibilidade do julgamento antecipado da lide. 2. A indicação das provas deverá ocorrer de maneira fundamentada, apontando detalhadamente a pertinência de cada qual que vier a ser requerida. 3. O requerimento genérico de provas bem como a ausência de requerimento, autorizará o julgamento antecipado da lide. Intimem-se. -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

78. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO-0009015-47.2011.8.16.0014-CRISTIANO COSTA PIRES x BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-1. Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, de forma minunciosa e justificada, a necessidade de dilação probatória e/ou a possibilidade do julgamento antecipado da lide. 2. A indicação das provas deverá ocorrer de maneira fundamentada, apontando detalhadamente a pertinência de cada qual que vier a ser requerida. 3. O requerimento genérico de provas bem como a ausência de requerimento, autorizará o julgamento antecipado da lide. Intimem-se. -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME DE OLIVEIRA PENTEADO e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA-.

79. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO-0009025-91.2011.8.16.0014-CLAUDEMIR SERGIO DA ROCHA x BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-1. Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, de forma minunciosa e justificada, a necessidade de dilação probatória e/ou a possibilidade do julgamento antecipado da lide. 2. A indicação das provas deverá ocorrer de maneira fundamentada, apontando detalhadamente a pertinência de cada qual que vier a ser requerida. 3. O requerimento genérico de provas bem como a ausência de requerimento, autorizará o julgamento antecipado da lide. Intimem-se. -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME DE OLIVEIRA PENTEADO e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA-.

80. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0011831-02.2011.8.16.0014-GUSTAVO MORANTE GRATTÃO x BANCO GMAC S/A-1. Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, de forma minunciosa e justificada, a necessidade de dilação probatória e/ou a possibilidade do julgamento antecipado da lide. 2. A indicação das provas deverá ocorrer de maneira fundamentada, apontando detalhadamente a pertinência de cada qual que vier a ser requerida. 3. O requerimento genérico de provas bem como a ausência de requerimento, autorizará o julgamento antecipado da lide. Intimem-se. -Advs. ISABELA BARROS, ALEXANDRE NELSON FERRAZ e VALERIA CARAMURU CICARELLI-.

81. AÇÃO REVISIONAL-0012153-22.2011.8.16.0014-SURYA BADDAUY RUAS e outros x BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA-.

82. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO-0012220-84.2011.8.16.0014-AMARILDO RIBEIRO DA SILVA x BV LEASING FINANCEIRA-1. Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, de forma minunciosa e justificada, a necessidade de dilação probatória e/ou a possibilidade do julgamento antecipado da lide. 2. A indicação das provas deverá ocorrer de maneira fundamentada, apontando detalhadamente a pertinência de cada qual que vier a ser requerida. 3. O requerimento genérico de provas bem como a ausência de requerimento, autorizará o julgamento antecipado da lide. Intimem-se. -Advs. SOERLEI SARTORI DE MORAES e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

83. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS-0013722-58.2011.8.16.0014-FORT CREDIT FOMENTO COMERCIAL LTDA x BANCO REAL S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. MARCOS LARA TORTORELLO-.

84. BUSCA E APREENSÃO-0016325-07.2011.8.16.0014-ALESSANDRO RODRIGUES DE LIMA x JORGE RIBEIRO DE CASTRO- 1. Defiro a suspensão do processo pelo prazo requerido na petição retro, isto é 90 (noventa) dias. 2. Decorrido este, manifeste-se a parte autora, em 5 (cinco) dias, sobre o prosseguimento dos autos. Intime-se.-Adv. SOERLEI SARTORI DE MORAES-.

85. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0017074-24.2011.8.16.0014-LUCELENE DA SILVA FERNANDES x BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. NAIARA POLISELI RAMOS-.

86. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0017287-30.2011.8.16.0014-GUSTAVO GARCIA CID x FERNANDO EDUARDO CARDOSO DE BARROS-Sobre a devolução da Carta Precatória juntada às fls. 43/54, manifeste-se a parte interessada. Intimem-se. -Adv. GUILHERME REGIO PEGORARO-.

87. BUSCA E APREENSÃO-0017288-15.2011.8.16.0014-AYMORÉ CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A x OMAEL AGUIAR MATTOS- Sobre o teor do extrato Bacen-Jud juntado às fls. 38/40, manifeste-se a exequente, em 05 dias. Após, à conclusão. Intime-se. -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

88. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO-0018196-72.2011.8.16.0014-MARIA JOSENICE DA FONSECA x BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTOS S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. CHARLES VILAS BOAS-.

89. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0019311-31.2011.8.16.0014-GENI ROSSI RAMIREZ BERG x BFB LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL- Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. DANILO MEN DE OLIVEIRA-.

90. AÇÃO DE COBRANÇA-0019850-94.2011.8.16.0014-SOCIEDADE ESTÂNCIA BOMTEMPO x ANILTON ANTONIO TONINI-1. Intimem-se as partes para especificar, no prazo de 10 (dez) dias, de forma minuciosa e justificada, a necessidade de dilação probatória e/ou a possibilidade do julgamento antecipado da lide. 2. A indicação das provas deverá ocorrer de maneira fundamentada, apontando detalhadamente a pertinência e relevância de cada qual que vier a ser requerida.3. O requerimento genérico de provas, bem como a ausência de requerimento, autorizará o julgamento antecipado da lide.4. Após, voltem conclusos para saneamento.Intime(m)-se. -Advs. NIVALDO GOTTI e BRUNO PEDALINO-.

91. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0020437-19.2011.8.16.0014-VALDIR APARECIDO DE CAMARGO x BV FINANCEIRA S/A- A fim de que seja homologado o acordo de fls. 51, deve o procurador do réu com poderes para transigir promover sua assinatura, no prazo de 5 (cinco) dias. Intime-se. -Advs. LUIS GUILHERME KLEY VAZZI e ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANETTI-.

92. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0020516-95.2011.8.16.0014-BANCO BRADESCO LEASING S/A x MERIDIONAL LOCADORA DE VEÍCULOS S/A- Intimem-se as partes, a fim de que no prazo de cinco dias, juntem aos autos cópia original da petição de acordo de fls. 107/109. Intimem-se. -Advs. ENEIDA WIRGUES e JOAO CARLOS MESSIAS JUNIOR-.

93. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE-0022588-55.2011.8.16.0014-JORGE ESPOLADOR e outro x ALPHAVILLE LONDRINA LTDA e outros-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Advs. LUIZ FELIPE DE SILOS F. MAYRINK GÓES, CAROLINA REZENDE PIMENTA, REGIS COTRIN ABDO e MICHEL NEME NETO-.

94. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO-0022596-32.2011.8.16.0014-MARCO AURÉLIO DA ASSUNÇÃO x BV FINANCEIRA S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. EDUARDO VECCHIA FERNANDEZ-.

95. AÇÃO DE COBRANÇA-0024642-91.2011.8.16.0014-FABIO GUILHERME GONÇALVES LOPES x SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT- Mantenho a decisão agravada (fls. 71) por seus proprios fundamentos. Aguarde-se eventual solicitação de informações. No mais, cumpra-se o despacho de fls. 66. Intime-se. -Advs. RICARDO DOMINGUES BRITO e ROSANGELA KHATER-.

96. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0026889-45.2011.8.16.0014-SIRLENE SANGIONETE DE SOUZA GOMES x BANCO ITAU S/A-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Advs. FABIO MASSAMI SUZUKI e MARIELE FERNANDA ARRUDA LIBERATO-.

97. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA-0028390-34.2011.8.16.0014-ZENILDA DA LUZ SOARES SANTOS x CAIXA SEGURADORA S/A- 1. Verifica-se que o pedido de fls. 33 não se amolda em qualquer das hipóteses de suspensão previstas no art. 265, do CPC, razão pela qual resta indeferido. 2. No mais, intime-se a parte requerente para, em 48 (quarenta e oito) horas, dar prosseguimento no processo, sob pena de extinção (CPC, art. 267, III). Intime-se. -Adv. MARIA ELIZABETH JACOB-.

98. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO-0028831-15.2011.8.16.0014-ELIAS LUCIANO BARBOSA x BANCO BRADESCO S/A- 1. Defiro a suspensão do processo pelo prazo requerido na petição retro, isto é 60 (sessenta) dias. 2. Decorrido este, manifeste-se a parte autora, em 5 (cinco) dias, sobre o prosseguimento dos autos. Intime-se. -Advs. PAULO HENRIQUE GARDEMANN e GUILHERME VIEIRA SCRIPES-.

99. BUSCA E APREENSÃO-0029804-67.2011.8.16.0014-MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA x MARLON ALBERTO SECCO-1. Especifiquem as partes, no prazo de 10 dias, de forma minunciosa e justificada, a necessidade de dilação probatória e/ou a possibilidade do julgamento antecipado da lide. 2. A indicação das provas deverá ocorrer de maneira fundamentada, apontando detalhadamente a pertinência de cada qual que vier a ser requerida. 3. O requerimento genérico de provas bem como a ausência de requerimento, autorizará o julgamento antecipado da lide. Intimem-se. -Advs. GEOVANIA TATIBANA DE SOUZA e WELLINGTON LINCOLN SECO-.

100. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0036830-19.2011.8.16.0014-ROGERIO MASSONI x BANCO BANESTADO S.A.- Intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, cumprir integralmente o despacho de fls. 16, provando que seu cônjuge não tem condições de fazer frente às custas processuais e juntando aos autos comprovantes de seu rendimento (holerite). Intime-se. -Advs. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA e JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA-.

101. AÇÃO DECLARATÓRIA DE DIREITO ACIONÁRIO-0037341-17.2011.8.16.0014-IRANIDES MOREIRA PAZZOTI x SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES- Considerando o contido às fls. 28/29, intime-se a parte autora para, em cinco dias, dar cumprimento integral ao despacho de fls. 26, haja vista não ter dado atendimento a todos os requerimentos. Intime-se. -Adv. ABEL FERREIRA-.

102. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA-0040556-98.2011.8.16.0014-MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A x OSNI MORREIRA- (...) III - Face ao exposto, julgo procedente o pedido deduzido na presente exceção. Remetam-se os autos à Comarca de Joinville/SC, domicílio do excepto. Condeno, em consequência, o excepto ao pagamento das custas e despesas processuais, observado o disposto nos arts. 11 e 12 da Lei 1060/50. Sem honorários advocatícios por se tratar de mero incidente. Intimem-se. -Advs. MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER e ROBSON SAKAI GARCIA-.

103. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA-0041593-63.2011.8.16.0014-MAPFRE SEGUROS S/A x MARCELO HUMBERTO BUENO-(...) III - Face ao exposto, julgo procedente o pedido deduzido na presente exceção. Remetam-se os autos à Comarca de Cascavel/PR, domicílio do excepto. Condeno, em consequência, o excepto ao pagamento das custas e despesas processuais, observado o disposto nos arts. 11 e 12 da Lei 1060/50. Sem honorários advocatícios por se tratar de mero incidente. Intimem-se. -Advs. FERNANDO MURILO COSTA GARCIA, ROGERIO RESINA MOLEZ e ROGERIO BUENO ELIAS-.

104. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS-0042040-51.2011.8.16.0014-ELZENITE FATEL DA SILVA e outro x TRANSPORTES COLETIVOS GRANDE LONDRINA LTDA-Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se o autor, querendo, no prazo de 10 dias. Intimem-se. -Adv. LUIZ LOPES BARRETO-.

105. AÇÃO SUMÁRIA-0044146-83.2011.8.16.0014-CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL AIMARA II x JOSE CARLOS DE CARVALHO-Sobre certidão negativa, do Sr. Oficial de Justiça, as fls. 89, manifeste-se o autor, em cinco dias. -Adv. PATRÍCIA PIEKARCZYK-.

106. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0045530-81.2011.8.16.0014-INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA x WILLIAN CESAR VEIGA SANCHES e outros- Sobre certidão parcialmente negativa, do Sr. Oficial de Justiça, as fls. 39, manifeste-se o autor, em cinco dias. -Adv. ANDERSON DE AZEVEDO-.

107. BUSCA E APREENSÃO-0047395-42.2011.8.16.0014-BV FINANCEIRA S.A. C.F.I x JACKSON LEITE DE SOUZA- Sobre certidão negativa, do Sr. Oficial de Justiça, as fls. 28, manifeste-se o autor, em cinco dias. -Adv. CARLA HELIANA V. MENEGASSI TANTIN-.

LONDRINA 29 de Setembro de 2011

*** CELIA GARCIA DA SILVA ***

ESCRIVÃ DESIGNADA

## 9ª VARA CÍVEL

COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANA

JUIZ DE DIREITO: AURENIO JOSE ARANTES DE MOURA

RELAÇÃO Nº 529/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ANA LUCIA BONETO CIAPPINA LAFFRANCH | 5 | 42/2005 |
| ARTUR HUMBERTO PIANCASTELLI | 21 | 2843/2010 |
| BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ | 2 | 3/2001 |
| | 22 | 15615/2010 |
| | 24 | 31122/2010 |
| BRUNO ANDRADE CESAR DE OLIVEIRA | 21 | 2843/2010 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 38 | 34906/2011 |
| | 39 | 34909/2011 |
| BRUNO MIRANDA QUADROS | 40 | 39964/2011 |
| CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO | 10 | 1570/2008 |
| CESAR AUGUSTO TERRA | 20 | 617/2010 |
| CLAUDINEY ERNANI GIANNINI | 3 | 491/2002 |
| CLODOALDO JOSE VIGGIANI | 32 | 69937/2010 |
| DANIEL HACHEM | 19 | 1724/2009 |
| | 23 | 28930/2010 |
| | 30 | 44457/2010 |
| EDEMAR HANUSCH | 43 | 47844/2011 |
| EDGAR AUGUSTO MARCOLINO | 42 | 44587/2011 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 39 | 34909/2011 |
| FABIO MARTINS PEREIRA | 17 | 686/2009 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 39 | 34909/2011 |
| FLAVIA BORDIN CRUZ | 32 | 69937/2010 |
| FRANCISCO CARLOS MELATTI | 35 | 7604/2011 |
| IRENE DE FATIMA HUMMEL | 8 | 1531/2008 |
| ISRAEL MASSAKI SONOMIYA | 6 | 501/2006 |
| IVAN PEGORARO | 12 | 1683/2008 |
| IRACELES GARRET LEMOS PEREIRA | 28 | 43455/2010 |
| JAIR ANTONIO WIEBELLING | 4 | 473/2003 |
| JOAO TAVARES DE LIMA FILHO | 14 | 1726/2008 |
| JOÃO EDUARDO O. CLAUDIO MACHADO | 37 | 28788/2011 |
| JULIANO CESAR LAVANDOSKI | 28 | 43455/2010 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 25 | 32030/2010 |
| | 31 | 51937/2010 |
| LEANDRO AMBROSIO ALFIERI | 14 | 1726/2008 |
| LEONARDO A. ZANETTI | 11 | 1680/2008 |
| LUIS EDUARDO MIKOWSKI | 2 | 3/2001 |
| LUIS GUILHERME PEGORARO | 7 | 1463/2008 |
| LUIZ FELIPE S. F. M. GOES | 37 | 28788/2011 |
| LUIZ LOPES BARRETO | 29 | 43933/2010 |
| MARCELO MASCHIO CARDOZO CHAGA | 31 | 51937/2010 |
| MARCIA REGINA LOPES DA COSTA NOBREGA | 1 | 301/1999 |
| MARCIO ROGERIO DEPOLLI | 22 | 15615/2010 |
| MARCO ANTONIO TILLVITZ | 15 | 105/2009 |
| MARCO AURELIO GRESPAN | 15 | 105/2009 |
| MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS | 16 | 644/2009 |
| MARIA JOSE FAUSTINO | 1 | 301/1999 |
| MARIANE CARDOSO MACAREVICH | 40 | 39964/2011 |
| | 41 | 42781/2011 |
| MARIO FRANCISCO BARBOSA | 35 | 7604/2011 |
| MARISA DA SILVA SIGULO | 29 | 43933/2010 |
| MOISES DE GODOY | 8 | 1531/2008 |
| OLDEMAR MARIANO | 26 | 32223/2010 |
| RAFAEL SANTOS CARNEIRO | 38 | 34906/2011 |
| REINALDO EMILIO AMADEU HACHEN | 19 | 1724/2009 |
| RENATA DEQUECH | 2 | 3/2001 |
| RICARDO LAFFRANCHI | 5 | 42/2005 |
| RICHARD ROBERTO FORNASARI | 18 | 1474/2009 |
| ROBSON SAKAI GARCIA | 13 | 1690/2008 |
| | 44 | 51360/2011 |
| | 45 | 51394/2011 |
| RODOLPHO ERIC MORENO DALAN | 17 | 686/2009 |
| RODRIGO JACOMINI | 17 | 686/2009 |
| ROGERIO BUENO ELIAS | 34 | 76639/2010 |
| ROSANA CHRISTINE HASSE CARDOZO | 33 | 74669/2010 |
| SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO | 11 | 1680/2008 |
| SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES | 36 | 21262/2011 |
| TALITA SANTOS GATTI | 25 | 32030/2010 |
| THIAGO CESAR GIAZZI | 19 | 1724/2009 |
| TIRONE CARDOSO DE AGUIAR | 9 | 1561/2008 |
| | 23 | 28930/2010 |
| | 27 | 35813/2010 |
| VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO | 14 | 1726/2008 |
| WALTER JOSE MATHIAS JR | 2 | 3/2001 |
| WILSON GOMES DA SILVA | 7 | 1463/2008 |
| ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA | 22 | 15615/2010 |
| | 30 | 44457/2010 |

1. ANULACAO ATO JURIDICO (ORD)-301/1999-AUGUSTO YOSHIHARU TAKATA e outro x EDERBRAS DA SILVA e outros-Retirar ofício(s) (03). -Advs. MARCIA REGINA LOPES DA COSTA NOBREGA e MARIA JOSE FAUSTINO-.

2. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO-3/2001-ELZA MATSUMOTO x BANCO ITAÚ S/A- Sobre o calculo de fl. 804 (R$ 8.875,12), digam as partes no prazo de 10 dias, facultado ao banco executado o deposito voluntario, sob pena de penhora. -Advs. RENATA DEQUECH, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, LUIS EDUARDO MIKOWSKI e WALTER JOSE MATHIAS JR-.

3. AÇÃO ORDINARIA REVISÃO NULIDADE CLAUSULAS CONT.-491/2002-EVANDRO SANTIAGO PERES PONTES e outro x UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-Autos disponivel em cartório pelo prazo de 05 dias. -Adv. CLAUDINEY ERNANI GIANNINI-.

4. PRESTACAO DE CONTAS-473/2003-VERTICAL MATERIAIS ELETRICOS E ACOS x BANCO ITAÚ S/A- Intime-se a parte autora a depositar a sua parte dos honorarios periciais (R$ 1.850,00), no prazo de 10 dias. -Adv. JAIR ANTONIO WIEBELLING-.

5. AÇÃO MONITORIA-42/2005-UNOPAR - UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO LTDA x JOSE CLOVIS MARINELLO-"Manifeste-se dentro de cinco dias em face do que certificou o Sr. Oficial de Justiça". -Advs. RICARDO LAFFRANCHI e ANA LUCIA BONETO CIAPPINA LAFFRANCH-.

6. AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO-501/2006-JACIRA DUTRA MENDES x ENOCH VIEIRA DOS SANTOS-Intime-se o credor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de cinco dias, em não havendo manifestação, arquivem-se. -Adv. ISRAEL MASSAKI SONOMIYA-.

7. IMPUGNAÇÃO AOS BENEFICIOS DA ASSIST. JUDICIÁRIA-1463/2008-JULIANO DE SOUZA SANTOS x ROSANA DUARTE DIAS-Manifestar-se dentro de cinco dias, em termos de prosseguimento, em face dejá se ter esgotado o período de suspensão requerido .- -Advs. LUIS GUILHERME PEGORARO e WILSON GOMES DA SILVA-.

8. COBRANÇA (ORD)-1531/2008-MOISES DE GODOY x ORIDES GOMES PEPPES-Manifestar-se dentro de cinco dias, em termos de prosseguimento, em face dejá se ter esgotado o período de suspensão requerido .- -Advs. IRENE DE FATIMA HUMMEL e MOISES DE GODOY-.

9. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-1561/2008-VICENTE APARECIDO DA SILVA x BRASIL TELECOM S/A-Comprovar o envio da carta precatoria, sob pena de arquivamento. -Adv. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR-.

10. EXECUÇAO DE TITULO JUDICIAL-1570/2008-BANCO DO BRASIL S/A x JEAN MARCELO ASSUMPÇÃO GOULART e outros-Manifestar-se dentro de cinco dias, em termos de prosseguimento, em face dejá se ter esgotado o período de suspensão requerido .- -Adv. CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO-.

11. BUSCA E APREENSAO (FID)-1680/2008-BANCO ITAÚ S/A x TRINO PREMIUM I C S LTDA-Manifestar-se dentro de cinco dias, em termos de prosseguimento, em face dejá se ter esgotado o período de suspensão requerido .- -Advs. SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO e LEONARDO A. ZANETTI-.

12. DECLARATORIA DE COBRANÇA-0022132-13.2008.8.16.0014-WILLIAN CESAR FERRACINI x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A e outro-Manifestar-se dentro de cinco dias, em termos de prosseguimento, em face dejá se ter esgotado o período de suspensão requerido .- -Adv. IVAN PEGORARO-.

13. COBRANÇA (ORD)-1690/2008-ALMIR MICHALISZYN x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-"Manifeste-se dentro do prazo de cinco(05) dias, em termos de prosseguimento". -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

14. RENOVATORIA DE LOCAÇAO-0022243-94.2008.8.16.0014-STAR SHOPPING AUTO POSTO LTDA x ALVEAR PARTICIPACOES S/C LTDA- Ante aos relevantes fundamentos deduzidos na impugnação retro, atribuo-lhe o almejado efeito suspensivo, para o fim de sobrestar o prazo concedido para a desocupação do imovel objeto da presente ação. No mais, intime-se a exequente para manifestar-se em 15 dias sobre a impugnação retro. -Advs. LEANDRO AMBROSIO ALFIERI, JOAO TAVARES DE LIMA FILHO e VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO-.

15. AÇÃO MONITORIA-105/2009-IDE SALIM FELICIO x IZANA FREJUELLO LOPES-Intime-se o credor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de cinco dias, em não havendo manifestação, arquivem-se. -Advs. MARCO ANTONIO TILLVITZ e MARCO AURELIO GRESPAN-.

16. EXECUÇAO DE TITULO JUDICIAL-644/2009-BANCO BRADESCO S/A x NEGRI TOKAIRIN LTDA e outro-"Manifeste-se dentro do prazo de cinco(05) dias, em termos de prosseguimento". -Adv. MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS-.

17. AÇÃO DECLARATÓRIA DE DIREITO ACIONÁRIO-686/2009-DOMINGOS JACHSTET x SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES-Cumprir o Venerando Acórdão, no prazo legal .- -Advs. RODOLPHO ERIC MORENO DALAN, RODRIGO JACOMINI e FABIO MARTINS PEREIRA-.

18. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO-0026008-39.2009.8.16.0014-LUIZ ANTONIO VIOLADA x BANCO ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A-Intime-se o credor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de cinco dias, em não havendo manifestação, arquivem-se. -Adv. RICHARD ROBERTO FORNASARI-.

19. AÇÃO MONITORIA-0027387-15.2009.8.16.0014-BANCO ITAÚ S/A x LEOVALDO MORENO CASEMIRO-Cumprir o Venerando Acórdão, no prazo legal .- -Advs. DANIEL HACHEM, REINALDO EMILIO AMADEU HACHEN e THIAGO CESAR GIAZZI-.

20. REINTEGRACAO DE POSSE -LIMINAR-0000617-48.2010.8.16.0014-SANTANDER LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x EDUARDO DE OLVEIRIA FAUSTINO-Intime-se o autor para dar andamento ao feito no prazo de quarenta e oito (48) horas, sob pena de extinção, sem julgamento do mérito. -Adv. CESAR AUGUSTO TERRA-.

21. ARROLAMENTO-0002843-26.2010.8.16.0014-DANIEL RIBEIRO x AUGUSTO RIBEIRO e outro-Manifestar-se dentro de cinco dias, em termos de prosseguimento, em face dejá se ter esgotado o período de suspensão requerido .- -Advs. BRUNO ANDRADE CESAR DE OLIVEIRA e ARTUR HUMBERTO PIANCASTELLI-.

22. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0015615-21.2010.8.16.0014-BRUNO HUMBERTO BASILE x BANCO BANESTADO S/A-Cumprir o Venerando Acórdão, no prazo legal .- -Advs. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

23. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0028930-19.2010.8.16.0014-MARTA EUZEBIO x BANCO BANESTADO S/A-Cumprir o Venerando Acórdão, no prazo legal .- -Advs. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR e DANIEL HACHEM-.

24. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0031122-22.2010.8.16.0014-RINALDO JOSE BARBOSA LIMA x BANCO BANESTADO S/A- Intime-se o banco réu a, no prazo de 10 dias, complementar o valor depositado a titulo de honorarios, porquanto o deposito foi inferior ao efetivamente devido. -Adv. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

25. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0032030-79.2010.8.16.0014-ESPOLIO DE ANTONIA MARTINS DE OLIVEIRA x BANCO BANESTADO S/A- ...em mmanutenção do entendimento adrede adotado, condiciono o levantamento da quantia penhorada ao transito em julgado da totalidade das decisões agravadas neste feito, atribuindo a qualquer das partes o dever de informar o resultado dos recursos, acompanhado da respectiva certidão de transito em julgado, tão logo disponibilizados... -Advs. TALITA SANTOS GATTI e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

26. AÇÃO DE DEPOSITO-0032223-94.2010.8.16.0014-HSBC BANK BRASIL - BANCO MULTIPLO. x PARANA CENTRAL DE MANUTENÇÃO LTDA e outro-"Manifeste-se dentro de cinco dias em face do que certificou o Sr. Oficial de Justiça". -Adv. OLDEMAR MARIANO-.

27. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0035813-79.2010.8.16.0014-GUIOMAR MELLO DA SILVA x BANCO ITAÚ S/A- Sobre os documentos juntados, manifeste-se o autor, no prazo de 10 dias. -Adv. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR-.

28. BUSCA E APREENSAO (FID)-0043455-06.2010.8.16.0014-OMNI S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CLAUDIONOR DA SILVA-Cumprir o Venerando Acórdão, no prazo legal .- -Advs. JULIANO CESAR LAVANDOSKI e Iraceles Garret Lemos Pereira-.

29. MANDADO DE SEGURANCA-0043933-14.2010.8.16.0014-CASA VISCARD S/A x DELEGADO REGIONAL DA RECEITA ESTADUAL LONDRINA e outro-Cumprir o Venerando Acórdão, no prazo legal .- -Advs. LUIZ LOPES BARRETO e MARISA DA SILVA SIGULO-.

30. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0044457-11.2010.8.16.0014-AMAURI DE PAULA x BANCO BANESTADO S/A-Cumprir o Venerando Acórdão, no prazo legal .- -Advs. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA e DANIEL HACHEM-.

31. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REP. INDEBITO-0051937-40.2010.8.16.0014-GRAFICA NOVA FATIMA LTDA x BANCO ITAÚ S/A- A prova produzida mostra-se suficiente para a prolação de sentença, trazendo os fatos necessários a correta apreciação da materia de direito ventilada. Eventuais readequações poderão ser realizadas em liquidação. Deste modo, anuncio o julgamento do feito. -Advs. MARCELO MASCHIO CARDOZO CHAGA e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

32. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0069937-88.2010.8.16.0014-TEREZINHA SILVESTRE RIBEIRO x BANCO ITAÚ S/A- Sobre o deposito (R$ 991,90) e os documentos juntados, manifeste-se o autor, no prazo de 10 dias. -Advs. CLODOALDO JOSE VIGGIANI e FLAVIA BORDIN CRUZ-.

33. PRESTACAO DE CONTAS-0074669-15.2010.8.16.0014-M. A. DE ARAUJO TERRRAPLANAGEM E TRANSPORTE ME x BANCO DO BRASIL S/A-Autos disponivel em cartório pelo prazo de 05 dias. -Adv. ROSANA CHRISTINE HASSE CARDOZO-.

34. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA-0076639-50.2010.8.16.0014-IVANEIDE ROCHA DOS SANTOS e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A- ...Inicialmente, esclareça a autora LEILA FERNANDA RAMOS ESTERCIO acerca do ajuizamento ou não de inventario dos bens de seu pai, e, caso positivo, a quem ficou a propriedade do imovel em questão. -Adv. ROGERIO BUENO ELIAS-.

35. INDENIZACAO-0007604-66.2011.8.16.0014-RICARDO SILVA MARTINS x ITAUCARD FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC INVESTIM e outros- Sobre a resposta do oficio, manifeste-se o autor, no prazo de 05 dias. -Advs. FRANCISCO CARLOS MELATTI e MARIO FRANCISCO BARBOSA-.

36. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0021262-60.2011.8.16.0014-ODENIR APARECIDO DE SOUZA x BANCO BMG S/A- ...intime-se o executado para que, em 15 dias, efetue o pagamento do montante devido (R$ 695,77), sob pena de incidencia da multa ope legis prevista no art. 475-J do CPC. -Adv. SONNY BRASIL DE CAMPOS GUIMARAES-.

37. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS-0028788-78.2011.8.16.0014-ANA CAROLINA REZENDE QUEIROZ e outros x UNITED AIR LINES INC- Acolho os embargos de declaração para retificação dos erros materiais apontados, nos termos descritos a fl. 141. P.R.I. No mais, não se há falar em contradição, omissão ou obscuridade, pois a parte embargante discorda da justiça da sentença devidamente fundamentada na ausencia de responsabilidade da ré pelos danos alegados, imputando-lhe, portanto, error in judicando. Almejando a revisão da decisão, resta a parte embargante a interposição do recurso apropriado, que não os embargos declaratorios. -Advs. LUIZ FELIPE S. F. M. GOES e JOÃO EDUARDO O. CLAUDIO MACHADO-.

38. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT-0034906-70.2011.8.16.0014-BRASILINA BEATRIZ VICENTINI ALBUQUERQUE x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-"Data designada para a realização da perícia, dia 20/07/2012, às 08 horas, no IML de Londrina". -Advs. BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.

39. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT-0034909-25.2011.8.16.0014-MARIA JOSE GORDIANO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-"Data designada para a realização da perícia, dia 20/07/2012, às 08 horas, no IML de Londrina". -Advs. BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

40. BUSCA E APREENSAO (FID)-0039964-54.2011.8.16.0014-HSBC BANK BRASIL - BANCO MULTIPLO. x MARLI STELA MARTINS-"Manifeste-se dentro de cinco dias em face do que certificou o Sr. Oficial de Justiça". -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e BRUNO MIRANDA QUADROS-.

41. REINTEGRACAO DE POSSE -LIMINAR-0042781-91.2011.8.16.0014-BANCO SANTANDER S/A x RUBENS VIEIRA DA COSTA-"Manifeste-se dentro de cinco dias em face do que certificou o Sr. Oficial de Justiça". -Adv. MARIANE CARDOSO MACAREVICH-.

42. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO-0044587-64.2011.8.16.0014-CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA e outro x EDUARDO FRANCISCO ESPINOSA DIAS-Intime-se o autor para dar andamento ao feito no prazo de quarenta e oito (48) horas, sob pena de extinção, sem julgamento do mérito. -Adv. EDGAR AUGUSTO MARCOLINO-.

43. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REP. INDEBITO-0047844-97.2011.8.16.0014-MARLENE MENDES NORDER x BANCO ABN AMRO REAL S/A-"Manifestar-se, querendo, sobre a contestacao e documentos que a acompanham, no prazo legal ". -Adv. EDEMAR HANUSCH-.

44. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT-LIMINAR-0051360-28.2011.8.16.0014-CELSO DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-"Manifestar-se, querendo, sobre a contestacao e documentos que a acompanham, no prazo legal ". -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

45. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT-LIMINAR-0051394-03.2011.8.16.0014-CLEIRI BERNARDES DA SILVA GONÇALVES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-"Manifestar-se, querendo, sobre a contestacao e documentos que a acompanham, no prazo legal ". -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

Londrina, 29 de Setembro de 2011

Iracino Jose dos Santos

Escrivao

---

COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANA

JUIZ DE DIREITO: AURENIO JOSE ARANTES DE MOURA

RELAÇÃO Nº 530/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ADEMIR SIMOES | 2 | 154/2003 |
| ALEXANDRE NELSON FERRAZ | 31 | 32159/2011 |
| ANA PAULA ALMEIDA DE SOUZA KERBER | 28 | 20483/2011 |
| BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ | 17 | 30564/2010 |
| CARLOS AUGUSTO RUMIATO | 33 | 41211/2011 |
| CELINA K.F. MOLOGNI | 12 | 1774/2009 |
| CESAR AUGUSTO DE FRANCA | 10 | 1165/2008 |
| CLAUDIO ANTONIO CANESIN | 8 | 1167/2007 |
| CLEUZA DA COSTA SOEIRO PAGNAN | 7 | 1148/2007 |
| CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES | 27 | 19863/2011 |
| | 32 | 37935/2011 |
| EDUARDO DE FRANÇA RIBEIRO | 18 | 44489/2010 |
| EDUARDO LALLI AYRES | 21 | 51744/2010 |
| ELISANGELA FLORENCIO DE FARIAS | 28 | 20483/2011 |
| EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA | 25 | 84479/2010 |
| EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS | 14 | 15875/2010 |
| FERNANDO JOSÉ GASPAR | 36 | 49554/2011 |
| FLÁVIA ROMAGNOLI | 24 | 80072/2010 |
| GILBERTO BORGES DA SILV | 27 | 19863/2011 |
| GUSTAVO R. GOES NICOLADELLI | 1 | 97/1996 |
| HELIO CAMILO DE ALMEIDA | 19 | 48472/2010 |
| HENRIENE CRISTINE BRANDAO | 40 | 60911/2011 |
| ISABELA BARROS | 20 | 48695/2010 |
| ITACIR JOSE ROCKENBACH | 42 | 61032/2011 |
| JEFFERSON DO CARMO ASSIS | 4 | 589/2005 |
| JOSEANE VANESSA MORALES | 9 | 436/2008 |
| JOSSIMAR IORIS | 4 | 589/2005 |
| KATIA CRISTINA MIRANDA | 14 | 15875/2010 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 38 | 50443/2011 |
| LEANDRO I. C. DE ALMEIDA | 26 | 4106/2011 |
| LINCO KCZAM | 22 | 55237/2010 |
| LUIS GUILHERME KLEY VAZZI | 39 | 60688/2011 |
| LUIZ CARLOS DELFINO | 31 | 32159/2011 |
| LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO | 16 | 27712/2010 |
| MARCIO ANTONIO MIAZZO | 35 | 46685/2011 |
| | 37 | 50213/2011 |
| MARCIO ROGERIO DEPOLLI | 17 | 30564/2010 |
| MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA | 5 | 703/2005 |
| MARIA ANTONIA GONÇALVES | 7 | 1148/2007 |
| NEWTON DORNELES SARATT | 35 | 46685/2011 |
| OLDEMAR MARIANO | 6 | 286/2007 |
| OSVALDO CHIGHERO OGSURO CHUI | 33 | 41211/2011 |
| PEDRO GUILHERME K. VANZELLA | 29 | 23484/2011 |
| REGIANE CASSIA SOUZA SILVA | 13 | 1/2010 |
| REGIANE DE LARA LEITÃO ERMEL | 13 | 1/2010 |
| ROBERTO EDUARDO LAGO | 30 | 27763/2011 |
| ROBERTO LAGO | 10 | 1165/2008 |
| ROGERIO RESINA MOLEZ | 36 | 49554/2011 |
| RONALDO GOMES NEVES | 3 | 750/2004 |
| ROSEMEIRE DA C. PEDRO | 34 | 43170/2011 |
| SERGIO LUIZ BELOTTO JR | 6 | 286/2007 |
| SHIROKO NUMATA | 15 | 24635/2010 |
| SONIA REGINA APARECIDO | 41 | 60966/2011 |
| TATIANA ITIMURA SATAKE | 11 | 911/2009 |
| TERESA ARRUDA ALVIM WANBIER | 14 | 15875/2010 |
| TIRONE CARDOSO DE AGUIAR | 17 | 30564/2010 |
| | 38 | 50443/2011 |
| VITERLEI ANTONIO VICTOR | 9 | 436/2008 |
| WALTER ESPIGA | 23 | 68679/2010 |

1. FALENCIA-97/1996-BANCO DO BRASIL S/A x MAQUIFER - COMERCIO DE PEÇAS P/TRATORES LTDA.- Concedo a vista dos autos retro requerida, pelo prazo de 10 dias. -Adv. GUSTAVO R. GOES NICOLADELLI-.

2. INVENTARIO-154/2003-DAGMAR CILENE ZAGO x JADIR BARBOSA- Considerando o pleito retro, concedo o prazo de 30 dias para que sejam prestadas as devidas contas. -Adv. ADEMIR SIMOES-.

3. REPETICAO DE INDÉBITO-0015012-55.2004.8.16.0014-RONALDO GOMES NEVES e outros x MUNICIPIO DE LONDRINA- "No mais intime-se a parte credora para dar andamento ao feito, no prazo de 05 dias. Nada sendo requerido, arquivem-se". -Adv. RONALDO GOMES NEVES-.

4. AÇÃO DE DEPOSITO-589/2005-UNIAO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/C LTDA x RAMAO CANABARRO- ...Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial... Pagará o réu as custas e despesas processuais, além de honorarios advocaticios sucumbenciais devidos ao patrono da autora, os quais arbitro em R$ 750,00. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. JEFFERSON DO CARMO ASSIS e JOSSIMAR IORIS-.

5. AÇÃO DE COBRANÇA - LIMINAR-703/2005-CONDOMINIO CONJUNTO SOLAR DAS PALMEIRAS x ADALBERTO VIEIRA e outros- Considerando o certificado supra, intime-se a parte autora para que de prosseguimento, ao feito no prazo de 10 dias, pena de arquivamento. -Adv. MARCUS VINICIUS GINEZ DA SILVA-.

6. PRESTACAO DE CONTAS-286/2007-CARLOS JOSE FRAGOSO x HSBC ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO- Ao banco requerido ja foi atribuido o onus pelo pagamento da pericia, acerca do que não recorreu. Assim, deverá providenciar o deposito, no prazo de 10 dias, sob pena de se caracterizar a recusa na produção da prova, sofrendo os efeitos decorrentes desta. -Advs. SERGIO LUIZ BELOTTO JR e OLDEMAR MARIANO-.

7. ALVARA-1148/2007-ROSELY AMARAL VILASBOAS e outros x ESTE JUIZO- Retirar formal de partilha. -Advs. CLEUZA DA COSTA SOEIRO PAGNAN e MARIA ANTONIA GONÇALVES-.

8. EMBARGOS A EXECUÇÃO-1167/2007-FERNANDO RIBAS TAQUES x MILENIA AGRO CIENCIAS S/A-"manifestar-se em face do AR que retornou sem o seu devido recebimento". -Adv. CLAUDIO ANTONIO CANESIN-.

9. AÇÃO REVISIONAL-LIMINAR-436/2008-KARINA LISANE BACH x FINANCEIRA AMERICANAS ITAÚ S/A- Intime-se a autora a, no prazo de 10 dias, se manifestar acerca do prosseguimento, bem como para que de atendimento ao item 4 de fl. 258, pena de arquivamento. -Advs. VITERLEI ANTONIO VICTOR e JOSEANE VANESSA MORALES-.

10. RESPONSABILIDADE-1165/2008-SEBASTIANA NICOLAU DA SILVA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- Fixo os honorários periciais em R$ 1.200,00 por unidade, valor este que vem sendo praticado nas demandas que correm perante este Juizo sem grandes insurgencias. Intime-se a seguradora ré a, no prazo de 10 dias, querendo, depositar os honorarios, pena de preclusão da prova. -Advs. ROBERTO LAGO e CESAR AUGUSTO DE FRANCA-.

11. DECLAR. INEX. DE OBRIGAÇÃO C/C COMPENSAÇÃO-0026591-24.2009.8.16.0014-SABRINA SARAI BARBETTA x M.S. SIGNORE COM. DE VESTUARIO LTDA-"manifestar-se em face do AR de citacao que retornou sem o seu devido recebimento". -Adv. TATIANA ITIMURA SATAKE-.

12. ALVARA-1774/2009-MARIA DA GLORIA SILVA x ESTE JUIZO- Inicialmente, manifeste-se a requerente no prazo de 10 dias. -Adv. CELINA K.F. MOLOGNI-.

13. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO LIMINAR-0000001-73.2010.8.16.0014-DENISE GOBBI CAUS x BANCO DIBENS S/A- Concedo o prazo de 20 dias para a juntada da documentação necessária a pericia. -Advs. REGIANE CASSIA SOUZA SILVA e REGIANE DE LARA LEITÃO ERMEL-.

14. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REP. INDEBITO-0015875-98.2010.8.16.0014-DECIO LUIZ SANCHES x UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS-Cumprir o Venerando Acórdão, no prazo legal .- -Advs. KATIA CRISTINA MIRANDA, TERESA ARRUDA ALVIM WANBIER e EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS-.

15. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0024635-36.2010.8.16.0014-ESPOLIO JOAO CALIXTO ABDO x BANCO ITAÚ S/A- Manifeste-se a parte autora acerca do pleito retro, no prazo de 05 dias. -Adv. SHIROKO NUMATA-.

16. AÇÃO DECLARATÓRIA DE DIREITO ACIONÁRIO-0027712-53.2010.8.16.0014-ADILSON FELTRIM e outros x SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES- Proceder o preparo das custas processuais, no importe de R$ 281,12, sendo o valor de R$ 220,80 referente ao Cartório, o valor de R$ 40,32 referente ao Distribuidor, e o valor de R$ 20,00 referente a Taxa de Funrejus. -Adv. LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO-.

17. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0030564-50.2010.8.16.0014-ADEMAR DOS SANTOS PIAI x BANCO BANESTADO S/A- O banco compareceu aos autos e afirmou que ja exibiu todos os documentos que possui... Não se afirma aqui se os documentos existem, existiram ou se é ou não dever do banco armazena-los ate esta data, sendo resguardado ao autor requerer a aplicação da presunção do art. 359 do CPC em eventual ação principal... -Advs. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

18. IMISSÃO NA POSSE-0044489-16.2010.8.16.0014-VALTENCIR DE CAMPOS MELO e outro x MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA- A vista do lapso temporal de mais de ano havido entre a prolação do decisório anulado e a do presente, hei por bem determinar intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 dias, diga se ja se encontra no exercicio da posse do imovel referido na inicial, hipotese em que forçoso admitir-se e ter a liminar rogada perdido objeto, devendo o feito prosseguir, então, tão-so no que pertine a indenização buscada. -Adv. EDUARDO DE FRANÇA RIBEIRO-.

19. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0048472-23.2010.8.16.0014-BANCO ITAUCARD S/A x WILMA HIDALGO SELLA DE SOUZA- Houve equivoco na decisão de fl. 72, porquanto é o signatario em nome da ré quem deve apresentar a procuração, no prazo de 10 dias. -Adv. HELIO CAMILO DE ALMEIDA-.

20. EXECUCAO POR QUANTIA CERTA-0048695-73.2010.8.16.0014-BENEDITA BARREIRA DE ARAUJO x BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A- Já me pronunciei acerca do levantamento na decisão de fl. 115. -Adv. ISABELA BARROS-.

21. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0051744-25.2010.8.16.0014-ESPOLIO DE LUCIDORO DOS SANTOS KARNER x BANCO DO ESTADO DO PARANA- Infrorma a parte autora que o agravo de instrumnto já teria sido julgado e que não haveria recurso. Deste modo, concedo o prazo de 10 dias para que junte os documentos comprovando a preclusão da decisão de impugnação. -Adv. EDUARDO LALLI AYRES-.

22. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0055237-10.2010.8.16.0014-MARIA JOSE FARIA e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA- A questão da liberação de valores já foi apreciada a fl. 160. -Adv. LINCO KCZAM-.

23. EMBARGOS A EXECUÇÃO-0068679-43.2010.8.16.0014-DARIO BISCARO LOUREIRO e outro x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A- Manifeste-se o embargado acerca do pleito retro. -Adv. WALTER ESPIGA-.

24. RESCISAO DE CONTRATO - ORD.-0080072-62.2010.8.16.0014-MARIO VIDOTTI NETO x OSMAR XAVIER DUARTE- Juntados novos documentos com a replica, observado o disposto no art. 398 do CPC, intime-se a parte ré para manifestação no prazo de 05 dias. -Adv. FLÁVIA ROMAGNOLI-.

25. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - LIMINAR-0084479-14.2010.8.16.0014-JOAO BATISTA FRANCESCHINI FILHO x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A- Sobre os documentos juntados, manifeste-se o autor, no prazo legal. -Adv. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA-.

26. INVENTARIO NEGATIVO-0004106-59.2011.8.16.0014-LUIZ FERNANDO DE SOUSA e outros x DIRCEU FRANCISCO DE SOUSA- Imprestaveis as certidões de fls. 24/25 a comprovação da inexistencia de debitos tributarios federais em nome do de cujus. Sem contar que não consta dos autos, por ora, certidão negativa de debitos municipais. Por tal razão, hei por bem oportunizar a parte autora, para a indispensavel regularização documental, o prazo de 10 dias. -Adv. LEANDRO I. C. DE ALMEIDA-.

27. AÇÃO DE DEPOSITO-0019863-93.2011.8.16.0014-BANCO FINASA BMC S.A x NELSON SARTORI PEREIRA- O pedido de fl. 65 já foi atendido as fls. 51 e seguintes. Quanto a conversão pretendida as fls. 57/60, compete ao advogado nominado ao final daquele petitorio firma-lo em cinco dias, conforme já determinado a fl. 63. -Advs. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES e GILBERTO BORGES DA SILV-.

28. RESCISAO DE CONTRATO (SUM)-0020483-08.2011.8.16.0014-SENA CONSTRUCOES LTDA x ADEMAR CRISPIM DE LIMA- ...aguarde-se o processamento do agravo interposto, bem como pedido de informações a este Juizo e ciencia acerca de eventual atribuição de efeito suspensivo... No mais, especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendem produzir, justificando sua pertinencia e necessidade. Advirtam-se as partes que o decurso do prazo "in albis" provocará o julgamento antecipado da lide, presumindo-se o silencio como falta de interesse na produção de qualquer meio de prova, além dos já existentes nos autos. -Advs. ELISANGELA FLORENCIO DE FARIAS e ANA PAULA ALMEIDA DE SOUZA KERBER-.

29. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0023484-98.2011.8.16.0014-SERVIÇO DE CARDIOLOGIA E RADIOLOGIA INT LONDRINA x TATIANA TACCOLINI- Sobre a resposta do oficio, manifeste-se o exequente, no prazo legal. -Adv. PEDRO GUILHERME K. VANZELLA-.

30. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO-0027763-30.2011.8.16.0014-APARECIDA TEIXEIRA DE SOUZA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A- ...Inicialmente, observo que o autor FRANCISCO JUNIOR PEREIRA não trouxe aos autos qualquer documento que comprove a sua legitimidade ativa ad causam, razão pela qual he concedo o prazo de 10 dias a fim de que possa regularizar tal situação. -Adv. ROBERTO EDUARDO LAGO-.

31. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCARIO-0032159-50.2011.8.16.0014-KLEBER FABRICIO DE OLIVEIRA DAMAS x ABN AMRO REAL S/A-Especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendem produzir, justificando sua pertinencia e necessidade. Advirtam-se as partes que o decurso do prazo "in albis" provocará o julgamento antecipado da lide, presumindo-se o silencio como falta de interesse na produção de qualquer meio de prova, além dos já existentes nos autos. -Advs. LUIZ CARLOS DELFINO e ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

32. BUSCA E APREENSAO (FID)-0037935-31.2011.8.16.0014-BV FINANCEIRA S/A CRED FINAN INVESTIMENTO x PAULO ROGERIO FERREIRA RIBEIRO- Sobre as informações hauridas junto ao sistema INFOJUD, manifeste-se o autor em cinco dias, ficando, desde já, autorizada a tentativa de citação do réu, se assim pugnar o autor, no endereço ali obtido. -Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

33. EMBARGOS DE TERCEIRO-0041211-70.2011.8.16.0014-NEUZA MARIA RODRIGUES x KGM COM E REPRESENTACAO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA-Especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendem produzir, justificando sua pertinencia e necessidade. Advirtam-se as partes que o decurso do prazo "in albis" provocará o julgamento antecipado da lide, presumindo-se o silencio como falta de interesse na produção de qualquer meio de prova, além dos já existentes nos autos. -Advs. OSVALDO CHIGHERO OGSURO CHUI e CARLOS AUGUSTO RUMIATO-.

34. ALVARA-0043170-76.2011.8.16.0014-RICARDO DOLCE ANGELO x ESTE JUIZO- Intimem-se os requerentes para que se manifestem no prazo de cota ministerial retro. -Adv. ROSEMEIRE DA C. PEDRO-.

35. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REP. INDEBITO-0046685-22.2011.8.16.0014-ANDERSON ROSA DOS SANTOS x BANCO FINASA S/A-Especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendem produzir, justificando sua pertinencia e necessidade. Advirtam-se as partes que o decurso do prazo "in albis" provocará o julgamento antecipado da lide, presumindo-se o silencio como falta de interesse na produção de qualquer meio

de prova, além dos já existentes nos autos. -Advs. MARCIO ANTONIO MIAZZO e NEWTON DORNELES SARATT-.

36. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0049554-55.2011.8.16.0014-FELIPE FRANCISCO PEREIRA x BANCO FINASA BMC S.A-...Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial... Pela sucumbencia, nos termos da fundamentação, condeno a parte ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorarios advocaticios ao patrono da parte autora, os quais, a luz do art. 20, §4º, do CPC, arbitro em R$ 200,00, ante o labor despendido para a causa e o tempo por ela exigido. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. ROGERIO RESINA MOLEZ e FERNANDO JOSÉ GASPAR-.

37. AÇÃO REVISIONAL DE CLAUSULA EQUILIBRIO CONT. C/C REPETIÇÃO INDEBITO-0050213-64.2011.8.16.0014-JANETE DE MORAES MARQUES x BANCO BV FINANCEIRA-Manifestar-se dentro de cinco dias, em termos de prosseguimento, em face dejá se ter esgotado o período de suspensão requerido .- -Adv. MARCIO ANTONIO MIAZZO-.

38. AÇÃO DECLARATÓRIA-0050443-09.2011.8.16.0014-JORGE GUABETTE x BANCO BANESTADO S/A e outro-Especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendem produzir, justificando sua pertinencia e necessidade. Advirtam-se as partes que o decurso do prazo "in albis" provocará o julgamento antecipado da lide, presumindo-se o silencio como falta de interesse na produção de qualquer meio de prova, além dos já existentes nos autos. -Advs. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

39. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - LIMINAR-0060688-79.2011.8.16.0014-APARECIDO GUEDES DE SOUZA x BANCO REAL/SANTANDER- Indefiro o pedido de liminar. -Adv. LUIS GUILHERME KLEY VAZZI-.

40. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0060911-32.2011.8.16.0014-FERNANDO ALEXANDRE TAVARES x BANCO ITAÚ S/A-...intime-se a parte autora para promover o deposito das custas processuais (R$ 220,00) no prazo e sob as penas do art. 257 do CPC. Ao inves disso, persistindo no pedido de assistencia, deverá juntar aos autos, no prazo de 10 dias, cópia das duas ultimas declarações de bens e rendimentos emitidas a RECEITA FEDERAL, bem como comprovante de renda emitido por seu empregador... -Adv. HENRIENE CRISTINE BRANDAO-.

41. RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA-0060966-80.2011.8.16.0014-VALDOMIRO APARECIDO e outros x CAIXA SEGURADORA S/A- ...indefiro aos autores os beneficios da assistencia judiciaria gratuita, e determino cumpra-se o disposto no art. 257 do CPC (R$ 305,00), sob pena de cancelamento da distribuição. Ao inves disso, persistindo no pedido de assistencia, deverá juntar aos autos, no prazo de 10 dias, cópia das duas ultimas declarações de bens e rendimentos emitidas a RECEITA FEDERAL, bem como comprovante de renda emitido por seu empregador... -Adv. SONIA REGINA APARECIDO-.

42. AÇÃO REVISIONAL - TUTELA-0061032-60.2011.8.16.0014-LONDRINA NORTE EDITORA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A- Indefiro, por ora, a assistencia judiciaria propugnada na inicial... Assim, intime-se a autora para o preparo inicial (R$ 390,00), no prazo e sob as penas do art. 257/CPC. -Adv. ITACIR JOSE ROCKENBACH-.

Londrina, 29 de Setembro de 2011

Iracino Jose dos Santos

Escrivao

# 10ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANA**
**CARTORIO DA 10ª VARA CIVEL**
**JUIZ DE DIREITO: DR. ALVARO RODRIGUES JUNIOR**

**Relação Nº 236/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADAUTO DE ALMEIDA TOMASZEWSKI 00010 000059/2007
ADEMIR SIMOES (OAB: 008730/PR) 00005 000414/2003
ADRIANO MARRONI (OAB: 023657/PR) 00087 052108/2011
AFONSO CELSO NORONHA DUTRA 00038 035960/2010
ALESSANDRA NOEMI SPOLADORE 00009 000963/2005
ALEX DE SIQUEIRA BUTZKE (OAB: ) 00009 000963/2005
ALEXANDRE NELSON FERRAZ (OAB: 030890/PR) 00020 001104/2008
00062 010386/2011
ANA PAULA ALMEIDA DE SOUZA 00083 036895/2011
ANDRE LUIZ GIUDICISSI CUNHA 00036 029731/2010
ANDREA CRISTINE GRABOVSKI 00100 036269/2011
ANDREA DE OLIVEIRA LIMA ZIMATH 00004 000632/1999
APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS 00044 058033/2010
00085 046082/2011
AULO A. PRATO (OAB: 020166/PR) 00082 036547/2011
AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR 00094 056789/2011
00097 056794/2011
BRAULIO BELINATTI GARCIA PEREZ 00009 000963/2005
00053 000853/2011
00073 024061/2011
00079 033185/2011
BRUNO LAFANI N ALCANTRA 00080 034246/2011
BRUNO PEDALINO (OAB: 009392/PR) 00075 025183/2011
CARLOS AUGUSTO RUMIATO (OAB: 029106/PR) 00019 000969/2008
CARLOS SERGIO CAPELIN (OAB: 015013/PR) 00086 052087/2011
CESAR AUGUSTO DE FRANCA (OAB: 027691/PR) 00021 001156/2008
CESAR AUGUSTO TERRA (OAB: 017556/PR) 00066 015455/2011
00071 018848/2011
00074 025097/2011
CESAR BERETTA NETO 00002 000343/1998
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO (OAB: 022832/PR) 00015 001587/2007
CLAUDIO ANTONIO CANESIN (OAB: 031288/PR) 00017 000851/2008
CLOVES JOSE DE PINHO (OAB: 008737/PR) 00068 017045/2011
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES 00064 012606/2011
CRISTIANE MARIA H. F. GRESPAN 00004 000632/1999
DANIEL HACHEM (OAB: 000039-806/) 00030 001600/2009
DANIELA DE CARVALHO SILVA 00050 077591/2010
00069 018816/2011
DENILSON DE OLIVEIRA SILVA 00040 042610/2010
DOUGLAS MOREIRA NUNES (OAB: 031190/PR) 00026 000898/2009
EDER BARCELOS DO NASCIMENTO 00023 000481/2009
EDSON LUIS BRANDAO (OAB: 000045-748/PR) 00027 001049/2009
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 00063 010554/2011
EDUARDO KUTIANSKI FRANCO 00088 053581/2011
ELIEZER MACHADO DE ALMEIDA 00010 000059/2007
ELISA G. P. DE CARVALHO 00056 007324/2011
ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO 00059 009039/2011
00070 018823/2011
00076 026823/2011
ELISE GASPAROTTO DE LIMA 00038 035960/2010
00046 070791/2010
ELIZANDRO MARCOS PELLIN (OAB: 022811/PR) 00036 029731/2010
EMERSON CARLOS DOS SANTOS 00026 000898/2009
ENEAS COSTA GUIMARAES FILHO 00003 000410/1999
00011 000330/2007
ERICA MARTINS FREDIANI 00009 000963/2005
ERIKA HIKISHIMA (OAB: 000026-204/PR) 00025 000837/2009
EUCLIDES GUIMARAES JUNIOR 00018 000935/2008
EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA 00055 007299/2011
00056 007324/2011
00058 009002/2011
00059 009039/2011
00060 010361/2011
00061 010378/2011
00062 010386/2011
00064 012606/2011
00065 012626/2011
00066 015455/2011
00069 018816/2011
00070 018823/2011
00071 018848/2011
00074 025097/2011
00076 026823/2011
00077 026854/2011
00078 030188/2011
FABIANO DE ALMEIDA (OAB: 139962/SP) 00099 019319/2011
FABIANO NEVES MACIEYWSKI 00057 008668/2011
FABIO ROBERTO B. QUINATO 00012 000774/2007
FABIO THOMAS SOARES (OAB: 000020-767/PR) 00080 034246/2011
FERNANDO MURILO COSTA GARCIA 00057 008668/2011
FLAVIA BALDUINO DA SILVA 00024 000532/2009
00032 007940/2010
00054 007125/2011
FLAVIANO BELINATI GARCIA PEREZ 00009 000963/2005
FLAVIO HENRIQUE SEREIA (OAB: 056915/PR) 00098 056800/2011
FLAVIO NIXON PETRILO (OAB: 023692/PR) 00004 000632/1999
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 00055 007299/2011
FLAVIO PIERRO DE PAULA 00034 019894/2010
00084 045496/2011
FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR 00056 007324/2011
00059 009039/2011
00070 018823/2011
00076 026823/2011
FREDERICO CALHEIROS ZARELLI 00050 077591/2010
GABRIEL DA ROSA VASCONCELOS 00083 036895/2011

GEOVANA PALERMO CARPES 00083 036895/2011
GERSON VANZIN MOURA DA SILVA 00055 007299/2011
GILBERTO JACHSTET (OAB: 015964/PR) 00029 001287/2009
GILBERTO PEDRIALI (OAB: 006816/PR) 00004 000632/1999
GLAUCO CAVALCANTI DE OLIVEIRA JR. 00031 002038/2009
00068 017045/2011
GLAUCO IWERSEN (OAB: 021582/PR) 00044 058033/2010
00072 021654/2011
GUILHERME PEGORARO (OAB: 034897/PR) 00022 000283/2009
00037 032735/2010
GUILHERME VIEIRA SCRIPES 00090 056771/2011
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 00024 000532/2009
HELOISA TOLEDO VOLPATO 00006 000206/2004
HENRIQUE AFONSO PIPOLO (OAB: 025756/PR) 00040 042610/2010
HERICK PAVIN (OAB: 000039-291/PR) 00062 010386/2011
IDEVAR CAMPANERUTI (OAB: 000009-321/PR) 00051 078665/2010
ISALTINO DE PAULA GONCALVES JUNIOR 00091 056773/2011
IVAN PEGORARO (OAB: 006361/PR) 00001 000191/1996
JAIME OLIVEIRA PENTEADO (OAB: 020835/PR) 00055 007299/2011
JERONIMO FRANCISCO NETO 00086 052087/2011
JOAO BATISTA MANELLA CORDEIRO 00002 000343/1998
JOAO CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR 00016 000824/2008
JOAO HENRIQUE CRUCIOL 00004 000632/1999
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO 00066 015455/2011
00071 018848/2011
00074 025097/2011
JOAO VICENTE LEME DOS SANTOS 00029 001287/2009
JOBERSON FERNANDO DE LIMA SILVA 00004 000632/1999
JORGE ANDRE RITZMANN DE OLIVEIRA 00026 000898/2009
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA 00026 000898/2009
JOSE AUGUSTO BARBOSA URBANEJA 00081 035435/2011
JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA 00002 000343/1998
JOSE CARVALHO GRADE NETO 00003 000410/1999
JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO 00077 026854/2011
JOSE LUIZ NUNES DA SILVA 00041 050445/2010
JOSE MARCELO JUNCKES (OAB: 053580/PR) 00063 010554/2011
JOSE SIDERBRAS DA SILVA (OAB: 055884/PR) 00089 056709/2011
JOSLAINE MONTANHEIRO ALCANTARA DA SILVA 00026 000898/2009
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 00028 001063/2009
JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA 00093 056788/2011
00095 056790/2011
00096 056793/2011
JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA 00073 024061/2011
JULIO CEZAR MARTINS (OAB: 000052-480/SP) 00075 025183/2011
LAURO FERNANDO ZANETTI (OAB: 005438/PR) 00030 001600/2009
00034 019894/2010
LEILA DENISE VELASQUE CRUZ 00002 000343/1998
00051 078665/2010
LEONARDO MIZUNO (OAB: 029568/PR) 00004 000632/1999
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS 00052 085892/2010
LUANA CERVANTES MALUF 00054 007125/2011
LUCIUS MARCUS OLIVEIRA (OAB: 019846/PR) 00016 000824/2008
LUIZ AUGUSTO NEGRO DUTRA 00038 035960/2010
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00043 057286/2010
00048 070848/2010
00058 009002/2011
00100 036269/2011
LUIZ GUSTAVO LEME (OAB: 034678/PR) 00032 007940/2010
LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDA PINTO 00026 000898/2009
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 00055 007299/2011
MARCELO LUIZ HILLE (OAB: 032595/PR) 00016 000824/2008
MARCELO MASCHIO CARDOZO CHAGA 00043 057286/2010
MARCELO RAYES (OAB: 000141-541/SP) 00046 070791/2010
MARCIA SATIL PARREIRA (OAB: 052615/PR) 00015 001587/2007
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00028 001063/2009
00063 010554/2011
MARCIO ROGERIO DEPOLLI (OAB: 020456/PR) 00053 000853/2011
00073 024061/2011
00079 033185/2011
MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE 00006 000206/2004
MARCO ANTONIO ROLLWAGEN SILVA 00027 001049/2009
MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II 00047 070845/2010
MARCOS WENGRKIEWICZ (OAB: 000024-555/PR) 00013 001500/2007
MARIANE MACAREVICH (OAB: 034523-A/PR) 00060 010361/2011
MAYRA DE MIRANDA FAHUR 00034 019894/2010
00084 045496/2011
MICHELA R MENDES SOUZA 00041 050445/2010
MIEKO ITO (OAB: 000006-187/PR) 00025 000837/2009
MIKAEL LEKICH MIGOTTO 00029 001287/2009
MILKEN JACKELINE C. JACOMINI 00009 000963/2005
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 00015 001587/2007
00037 032735/2010
00044 058033/2010
00072 021654/2011
00085 046082/2011
MITHIELE TATIANA RODRIGUES 00008 000750/2005
NAIARA POLISELI RAMOS (OAB: 048398/PR) 00028 001063/2009
NARCISO FERREIRA (OAB: 007869/PR) 00006 000206/2004
NEIDE SALVATO GIRALDI (OAB: 165231-B/SP) 00099 019319/2011
NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA 00042 053012/2010
NELSON PASCHOALOTTO (OAB: 042745/PR) 00031 002038/2009
00033 018820/2010
00035 024374/2010
00039 038682/2010
OSVALDO ESPINOLA JUNIOR (OAB: 045782/PR) 00030 001600/2009
OSVALDO SESTARIO FILHO 00009 000963/2005
PAOLA DE ALMEIDA PETRIS 00048 070848/2010
PATRICIA FERNANDA FANUCCHI 00016 000824/2008
PAULA CRISTINA DIAS (OAB: 000019-049/PR) 00049 074676/2010
PAULO E. CHRISTINO ESPADA 00092 056781/2011
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 00061 010378/2011
PRISCILA DANTAS CUENCA 00083 036895/2011
PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO 00039 038682/2010
RAFAEL ROSSI RAMOS (OAB: 030297/PR) 00020 001104/2008
RAFAELA POLYDORO KUSTER (OAB: 045057/PR) 00037 032735/2010
00085 046082/2011
RAPHAELLA AMORIM (OAB: 055410/PR) 00067 016771/2011
RAQUEL CABRERA BORGES (OAB: 013896/PR) 00010 000059/2007
REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM 00030 001600/2009
REINALDO MIRICO ARONIS 00065 012626/2011
RENATA ELIZA DE OLIVEIRA 00009 000963/2005
RENNE FUGANTI MARTINS 00087 052108/2011
RICARDO JORGE ROCHA PEREIRA 00045 060485/2010
RICARDO LAFFRANCHI (OAB: 030908/PR) 00008 000750/2005
00014 001502/2007
00051 078665/2010
RICHARDSON CARVALHO (OAB: 019803/PR) 00036 029731/2010
ROBERTO DE MELLO SEVERO (OAB: 023046/PR) 00004 000632/1999
ROBERTO EDUARDO LAGO (OAB: 031028/RS) 00021 001156/2008
ROBERTO LAFRANCHI (OAB: 030908/PR) 00007 000439/2004
ROBERTO LAGO (OAB: 031028/RS) 00021 001156/2008
ROBERTO MARCELINO DUARTE 00012 000774/2007
ROBSON SAKAI GARCIA (OAB: 044812/PR) 00015 001587/2007
00024 000532/2009
00057 008668/2011
RODRIGO RUH (OAB: 000045-536/PR) 00018 000935/2008
ROGERIO BUENO ELIAS (OAB: 000038-927/PR) 00054 007125/2011
ROGERIO CARBONI (OAB: 037227/PR) 00081 035435/2011
ROGERIO GROHMANN SFOGGIA 00078 030188/2011
ROGERIO RESINA MOLEZ (OAB: 026994/PR) 00054 007125/2011
RONALDO GOMES NEVES (OAB: 004853/PR) 00072 021654/2011
ROSANGELA DA ROSA CORREA 00060 010361/2011
SAMIR THOME FILHO (OAB: 023684/PR) 00013 001500/2007
SANDY PEDRO DA SILVA (OAB: 010190/PR) 00080 034246/2011
TATIANA TAVARES DE CAMPOS 00021 001156/2008
THIAGO ISSAO NAKAGAWA (OAB: 049807/PR) 00091 056773/2011
TIRONE CARDOSO DE AGUIAR 00079 033185/2011
ULLYSSES AIRES MERCER 00092 056781/2011
VALDIR DE FREITAS JUNIOR 00012 000774/2007
VALERIA CARAMURU CICARELLI 00020 001104/2008
VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO 00005 000414/2003
WILSON GOMES DA SILVA (OAB: 012357/PR) 00052 085892/2010
ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA 00053 000853/2011

1. EXECUCAO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-191/1996-COFEL-COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA x LUIZ MARQUES DA SILVA-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Adv. IVAN PEGORARO (OAB: 006361/PR)-.
2. COBRANCA - SUM.-343/1998-EDIFICIO PARQUE RESIDENCIAL PRIMAVERA x LAIRTON PEREIRA e outro-Ante o petitório de fls. 740/743, manifestem-se as partes em cinco dias. -Advs. LEILA DENISE VELASQUE CRUZ (OAB: 000021-491/PR), CESAR BERETTA NETO, JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA (OAB: 012599/PR) e JOAO BATISTA MANELLA CORDEIRO (OAB: 000018-868/PR)-.
3. DESPEJO FALTA PGTO C/C COBR-410/1999-ALAYDE GOUVEA PEZARINI x RENIVALDO GUEDES e outro-Cumpre ao credor apresentar planilha de cálculo do valor que entende devido, nos termos do art. 475-B, do CPC. Prazo de cinco dias, sob pena de extinção. -Advs. ENEAS COSTA GUIMARAES FILHO (OAB: 000012-042/PR) e JOSE CARVALHO GRADE NETO (OAB: 000007-338/PR)-.
4. COBRANCA - SUM.-632/1999-CONDOMINIO RESIDENCIAL PELICANOS x SILVANA CLARA MAISTRO MACHADO e outro- Ante o petitório de fls. 459/462 manfieste-se o credor em cinco dias. -Advs. FLAVIO NIXON PETRILO (OAB: 023692/PR), JOBERSON FERNANDO DE LIMA SILVA, GILBERTO PEDRIALI (OAB: 006816/PR), ANDREA DE OLIVEIRA LIMA ZIMATH (OAB: 000027-892/PR), CRISTIANE MARIA H. F. GRESPAN (OAB: 036822/PR), JOAO HENRIQUE CRUCIOL (OAB: 000011-344/PR), ROBERTO DE MELLO SEVERO (OAB: 023046/PR) e LEONARDO MIZUNO (OAB: 000029-568/PR)-.
5. DECLARATORIA-414/2003-SHEILA CRISTINA DA SILVA VERAS x LEGARO DO BRASIL - COMERCIO E EXPORTACAO LTDA.-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Advs. VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO (OAB: 019901/PR) e ADEMIR SIMOES (OAB: 008730/PR)-.
6. COBRANCA - SUM.-206/2004-SOCIEDADE EVANGELICA E BENEFICENTE DE LONDRINA x JOSE MAURICIO LIMA MORENO-=Intime-se a autora para que retire a carta precatória em cartório eprovidencie seu cumprimento no prazo de noventa dias. = -Advs. NARCISO FERREIRA (OAB: 007869/PR), MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE (OAB: 016879/PR) e HELOISA TOLEDO VOLPATO (OAB: 000036-155/PR)-.
7. EXECUCAO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-439/2004-UNOPAR - UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO x HEVERTON GAZOLLI FERREIRA-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Adv. ROBERTO LAFRANCHI (OAB: 030908/PR)-.
8. EXECUCAO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-750/2005-UNOPAR - UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO x ANDREA FLAVIA BICALHO DE ALENCAR e outro-Sobre o ofício de fls. 124/126, diga o credor em cinco dias. -Advs. RICARDO LAFFRANCHI (OAB: 030908/PR) e MITHIELE TATIANA RODRIGUES-.

9. ACAO ORDINARIA-963/2005-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANC. E INVEST x CARLOS ALBERTO RIBAS- Manifeste-se o réu, quanto ao prosseguimento do feito, em cinco dias. -Advs. ALESSANDRA NOEMI SPOLADORE (OAB: 035417/PR), FLAVIANO BELINATI GARCIA PEREZ, BRAULIO BELINATTI GARCIA PEREZ (OAB: 020457/PR), MILKEN JACKELINE C. JACOMINI (OAB: 000031-722/PR), ERICA MARTINS FREDIANI, RENATA ELIZA DE OLIVEIRA, ALEX DE SIQUEIRA BUTZKE (OAB: ) e OSVALDO SESTARIO FILHO-.

10. MONITORIA-59/2007-EFICAZ LOCACAO DE CONTAINNERS E TOALETES LTDA x EDSON LUCIANO RIBEIRO-Sobre a contestação e documentos que a instruem, diga a parte promovente,querendo, no prazo legal. -Advs. RAQUEL CABRERA BORGES (OAB: 013896/PR), ELIEZER MACHADO DE ALMEIDA (OAB: 044246/PR) e ADAUTO DE ALMEIDA TOMASZEWSKI (OAB: 020169/PR)-.

11. DESPEJO FALTA PGTO C/C COBR-330/2007-CARMEM MARTINS CASARINI x ANETE CRISTINA APARECIDA RESENDE DA SILVA e outro-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Adv. ENEAS COSTA GUIMARAES FILHO (OAB: 000012-042/PR)-.

12. COBRANCA - ORD-774/2007-NOBI VEICULOS LTDA e outros x RAFAEL DE FREITAS-1. Aguarde-se pelo trânsito em julgado da decisão retro. 2. Após, voltem-me os autos conclusos para apreciação dos pedidos de fls. 268/270. -Advs. ROBERTO MARCELINO DUARTE (OAB: 009896/PR), FABIO ROBERTO B. QUINATO e VALDIR DE FREITAS JUNIOR (OAB: 000044-145/PR)-.

13. EXECUCAO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1500/2007-C&C SOLUTION TECHNOLOGY LTDA x COMERCIAL RIBALTA LTDA-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Advs. MARCOS WENGRKIEWICZ (OAB: 000024-555/PR) e SAMIR THOME FILHO (OAB: 023684/PR)-.

14. EXECUCAO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1502/2007-UNOPAR - UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO x ANDREIA CRISTINA DE OLIVEIRA e outros-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Adv. RICARDO LAFFRANCHI (OAB: 030908/PR)-.

15. COBRANCA - ORD-1587/2007-MARCOS ROBERTO CORREIA e outro x MAPFRE - VERA CRUZ SEGURADORA S.A-.Ante a resposta do ofício enviado ao Banco, intime-se o procurador da parte beneficiada para que forneça o telefone do seu constituinte, para posterior expedição de alvará. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA (OAB: 044812/PR), MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR), MARCIA SATIL PARREIRA (OAB: 052615/PR) e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO (OAB: 022832/PR)-.

16. ALVARA JUDICIAL-824/2008-NATALIA MARTINS DE ABREU-Intime-se a requerente para que retire o alvará judicial, para seus devidosfins, em 48 horas. -Advs. JOAO CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB: 016833/PR), LUCIUS MARCUS OLIVEIRA (OAB: 019846/PR), PATRICIA FERNANDA FANUCCHI (OAB: 029543/PR) e MARCELO LUIZ HILLE (OAB: 032595/PR)-.

17. EXECUCAO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-851/2008-MILENIA AGRO CIENCIA S.A x ADILTON DOMINGOS SACHETTI-Aguarde-se por mais noventa dias pela devolução da deprecata. Decorrido o prazo, manifeste-se o credor, em cinco dias, quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. -Adv. CLAUDIO ANTONIO CANESIN (OAB: 031288/PR)-.

18. BUSCA E APREENSAO ALIEN. FID.-935/2008-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x LUCIANO OLIVEIRA DOS SANTOS-Cumpre ao credor apresentar planilha de cálculo do valor que entende devido. Prazo de cinco dias, sob pena de extinção. -Advs. EUCLIDES GUIMARAES JUNIOR (OAB: 039717/PR) e RODRIGO RUH (OAB: 000045-536/PR)-.

19. MONITORIA-969/2008-PONTO RURAL COM E DIST DE INSUMOS AGRICOLAS x DORIVAL ZANDONADI SANTOS-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Adv. CARLOS AUGUSTO RUMIATO (OAB: 029106/PR)-.

20. DECLARATORIA-1104/2008-TULIO FERNANDES x BANCO SUDAMERIS S/A-Ante a certidão de fls. 156-verso, intime-se o credor. -Advs. RAFAEL ROSSI RAMOS (OAB: 030297/PR), ALEXANDRE NELSON FERRAZ (OAB: 030890/PR) e VALERIA CARAMURU CICARELLI (OAB: 025474/PR)-.

21. RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA-1156/2008-EDILSON BATISTA DOS SANTOS e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- Intimem-se as partes para que digam, em cinco dias, se têm interesse na produção de outras provas, especificando sua utilidade, ou se concordam com o julgamento do feito no estado em que se encontra. -Advs. ROBERTO LAGO (OAB: 031028/RS), TATIANA TAVARES DE CAMPOS (OAB: 003069/PE), CESAR AUGUSTO DE FRANCA (OAB: 027691/PR) e ROBERTO EDUARDO LAGO (OAB: 031028/RS)-.

22. COBRANCA - ORD-283/2009-PAULO HORTO LEILOES LTDA x CARLOS FERRO DE NEVES MANTA FILHO-Sobre o ofício de fls. 59/60, diga o credor em cinco dias. -Adv. GUILHERME PEGORARO (OAB: 034897/PR)-.

23. MONITORIA-481/2009-CRISTIANO DE GOUVEIA FIGUEIRA x COMERCIAL DE FRUTAS E LEGUMES TRES IRMAOS LTDA e outro-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Adv. EDER BARCELOS DO NASCIMENTO (OAB: 000007-06/MG)-.

24. COBRANCA - ORD-532/2009-JURANDIR MOREIRA DOS SANTOS x MAPFRE - VERA CRUZ SEGURADORA S.A-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA (OAB: 044812/PR), GUSTAVO SALDANHA SUCHY (OAB: 028222-A/PR) e FLAVIA BALDUINO DA SILVA (OAB: 044308/PR)-.

25. BUSCA E APREENSAO ALIEN. FID.-837/2009-BANCO BMG S/A. x MJC RESTAURANTE LTDA-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Advs. MIEKO ITO (OAB: 000006-187/PR) e ERIKA HIKISHIMA (OAB: 000026-204/PR)-.

26. PRESTACAO DE CONTAS-0025399-56.2009.8.16.0014-GILBERTO TOSHIHARU DOI x UNIBANCO S/A-Ante a concordância do autor, concedo o prazo de 30 dias para que o banco réu apresente a prestação de contas. -Advs. DOUGLAS MOREIRA NUNES (OAB: 031190/PR), EMERSON CARLOS DOS SANTOS (OAB: 032078/PR), JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA (OAB: 023044/PR), LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDA PINTO (OAB: 022887/PR), JOSLAINE MONTANHEIRO ALCANTARA DA SILVA (OAB: 032778/PR) e JORGE ANDRE RITZMANN DE OLIVEIRA (OAB: 011985/SC)-.

27. EXECUCAO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1049/2009-CLOVIS TADEU RODRIGUES x CLAUDEMIR MEDEIROS e outro-= Com fulcro no art.40,II, do CPC, defiro o pedido de vista dos autos peloprazo de cinco dias, mediante carga em livro próprio. Conforme a portaria03/2005, a vista dos autos aos estagiários somente será permitida medianteapresentação de autorização do advogado e regular inscrição na OAB. = -Advs. MARCO ANTONIO ROLLWAGEN SILVA (OAB: 000039-831/PR) e EDSON LUIS BRANDAO (OAB: 000045-748/PR)-.

28. REVISAO CONTRATUAL-1063/2009-LANGELA M M LUCCHI PANIFICADORA ME e outro x BANCO ITAU S/A.-Intime-se o requerido para que retire o alvará judicial, para seus devidosfins, em 48 horas. -Advs. NAIARA POLISELI RAMOS (OAB: 000048-398/PR), JULIANO MIQUELETTI SONCIN (OAB: 035975/PR) e MARCIO AYRES DE OLIVEIRA (OAB: 032504/PR)-.

29. MONITORIA-1287/2009-RODONAVES - TRANSPORTES E ENCOMENDAS LTDA x CAFE CEREJA IND. E COM. LTDA.-1. Indefiro o pedido para que conste a restrição do automóvel junto ao DETRAN, eis que referido veículo já se encontra bloqueado em virtude da alienação fiduciária. 2. A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica dispensa a propositura de ação autônoma para tal. No entanto, só pode ser aplicada quando restarem provados os requisitos pertinentes, haja vista tratar-se de medida considerada extrema, deferida apenas "em caso de abuso de personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial" (art. 50 do CC). Assim, somente depois de verificados os pressupostos de incidência, poderá o juiz autorizar que ato expropriatório atinja bens particulares dos sócios da empresa devedora. Registre-se, ademais, que o simples inadimplemento ou insuficiência de bens da empresa, por si só, não ensejam a desconsideração de sua personalidade, já que meros indícios não autorizam a responsabilização dos sócios. De conseguinte, diante da insuficiência de provas da ocorrência dos requisitos autorizadores, indefiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica. -Advs. JOAO VICENTE LEME DOS SANTOS (OAB: 000177-184/SP), MIKAEL LEKICH MIGOTTO (OAB: 000175-654/SP) e GILBERTO JACHSTET (OAB: 015964/PR)-.

30. REVISAO CONTRATUAL-1600/2009-ADOLFO ANTONIO DE LIMA x BANCO ITAU S/A. e outro- Defiro o pedido de fls. 193. Concedo o prazo de quarenta e cinco dias para que o banco réu proceda à juntada dos documentos solicitados pelo Sr. Perito. -Advs. OSVALDO ESPINOLA JUNIOR (OAB: 045782/PR), LAURO FERNANDO ZANETTI (OAB: 005438/PR), DANIEL HACHEM (OAB: 000039-806/) e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM (OAB: 000020-185/PR)-.

31. BUSCA E APREENSAO ALIEN. FID.-2038/2009-BANCO PANAMERICANO S/A. x EUNICE APARECIDA DE SOUZA-Determino às partes que digam se concordam com o julgamento antecipado da lide ou se pretendem produzir outras provas, especificando pormenorizadamente sua utilidade para o deslinde da controvérsia, sob pena de preclusão do direito à produção probatória (STJ, 3ªT., REsp 329.034/MG, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 20/03/06, p. 263). -Advs. NELSON PASCHOALOTTO (OAB: 042745/PR) e GLAUCO CAVALCANTI DE OLIVEIRA JR. (OAB: 007131/PR)-.

32. COBRANCA - ORD-0007940-07.2010.8.16.0014-RITA MATIAS ALVES x MAPFRE - VERA CRUZ SEGURADORA S.A-Sobre a contestação e documentos que a instruem, diga a parte promovente,querendo, no prazo legal. -Advs. LUIZ GUSTAVO LEME (OAB: 034678/PR) e FLAVIA BALDUINO DA SILVA (OAB: 044308/PR)-.

33. BUSCA E APREENSAO ALIEN. FID.-0018820-58.2010.8.16.0014-BANCO BRADESCO S/A x LEIA VALENTINA MIGUEL RODRIGUES-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO (OAB: 042745/PR)-.

34. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0019894-50.2010.8.16.0014-DANIELE ELIZABETH FRANK COSTA e outros x BANCO ITAU S/A.-Despacho de fls. 173 (1. Não se vislumbra no caso qualquer conduta do executado capaz de caracterizar litigância de má-fé ou ato atentatório à dignidade da justiça. Assim, rejeita-se tal alegação. 2. Aguarde-se o trânsito em julgado da decisão que rejeitou a impugnação à execução apresentada pelo executado. 3. O pedido de levantamento será apreciado oportunamente.) Despacho de fls. 177 (Ante o petitório de fls. 174/176, manfieste-se o exequente, em cinco dias.) -Advs. FLAVIO PIERRO DE PAULA (OAB: 000041-600/PR), MAYRA DE MIRANDA FAHUR (OAB: 000045-274/PR) e LAURO FERNANDO ZANETTI (OAB: 005438/PR)-.

35. BUSCA E APREENSAO ALIEN. FID.-0024374-71.2010.8.16.0014-BANCO BRADESCO S/A x MILTON CARLOS CAMINOTTO-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório

e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO (OAB: 042745/PR)-.

36. ARBITRAMENTO DE HONORARIOS-0029731-32.2010.8.16.0014-PAULO AFONSO MAGALHAES NOLASCO x ANITA HOJLAND BOYSKOV e outro-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. RICHARDSON CARVALHO (OAB: 019803/PR), ELIZANDRO MARCOS PELLIN (OAB: 022811/PR) e ANDRE LUIZ GIUDICISSI CUNHA (OAB: 019757/PR)-.

37. COBRANCA - ORD-0032735-77.2010.8.16.0014-ANTONIO GERALDO x MAPFRE - VERA CRUZ SEGURADORA S.A-= Recebo o recurso adesivo de fls. 182/191 em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. GUILHERME PEGORARO (OAB: 034897/PR), MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR) e RAFAELA POLYDORO KUSTER (OAB: 045057/PR)-.

38. OBRIGACAO DE FAZER C/C PEDIDO DE LIMINAR-0035960-08.2010.8.16.0014-REVISOES CANTONI LTDA x TROPICAL CABINES-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Advs. ELISE GASPAROTTO DE LIMA (OAB: 043330/PR), AFONSO CELSO NORONHA DUTRA (OAB: 007193/PR) e LUIZ AUGUSTO NEGRO DUTRA (OAB: 144877/PR)-.

39. REPETICAO DE INDEBITO-0038682-15.2010.8.16.0014-PETERSON LOPES DA SILVA x BANCO DIBENS S/A-= Recebo o recurso de apelação de fls. 226/251 em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO (OAB: 051536/PR) e NELSON PASCHOALOTTO (OAB: 042745/PR)-.

40. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0042610-71.2010.8.16.0014-SUELI DA CONCEIÇAO PITA x TAMIMA COM DE ROUPAS LTDA-Cumpre ao ilustre procurador do autor assinar a petição de fls. 43 em cinco dias, sob pena de desentranhamento. -Advs. DENILSON DE OLIVEIRA SILVA (OAB: 000026-426/PR) e HENRIQUE AFONSO PIPOLO (OAB: 025756/PR)-.

41. COBRANCA - ORD-0050445-13.2010.8.16.0014-CONDOMINIO RESIDENCIAL NOVA INGLATERRA x MAURICIO DA SILVA MARTINS-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Advs. MICHELA R MENDES SOUZA (OAB: 000038-009/PR) e JOSE LUIZ NUNES DA SILVA (OAB: 027255/PR)-.

42. BUSCA E APREENSAO ALIEN. FID.-0053012-17.2010.8.16.0014-OMNI S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x SACHA FRANCO DE BARROS-Sobre o ofício de fls. 53, diga o credor em cinco dias. -Adv. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA (OAB: 000017-749/PR)-.

43. REVISAO CONTRATUAL-0057286-24.2010.8.16.0014-GRAFICA NOVA FATIMA LTDA x BANCO ABN AMRO REAL SA-1. A realização de perícia judicial se mostra essencial para o deslinde da controvérsia posta em juízo, razão pela qual nomeio como perito judicial o Sr. MOISÉS ANTONIO DURÃES, com cadastro junto à escrivania, que cumprirá o encargo escrupulosamente, independentemente de termo de compromisso (CPC, art. 422). As partes, no prazo comum de 5 dias, deverão indicar assistentes técnicos e formular quesitos... -Advs. MARCELO MASCHIO CARDOZO CHAGA (OAB: 000020-167/PR) e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN (OAB: 021777/PR)-.

44. EXIBICAO DOCUMENTOS OU COISA-0058033-71.2010.8.16.0014-ALICE DE FATIMA ZAROCZINSKI RAMOS x GENERALLI DO BRASIL - CIA NACIONAL DE SEGUROS-Intime-se a requerente para que retire o alvará judicial, para seus devidosfins, em 48 horas. -Advs. APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS (OAB: 011791/PR), MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR) e GLAUCO IWERSEN (OAB: 021582/PR)-.

45. REPARACAO DE DANOS - ORD-0060485-54.2010.8.16.0014-VIACAO GARCIA LTDA x PONTA SUL TRANSPORTES LTDA e outro-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Adv. RICARDO JORGE ROCHA PEREIRA (OAB: 012828/PR)-.

46. COBRANCA - ORD-0070791-82.2010.8.16.0014-VINICIUS FERNANDO PIRES DA ROCHA x COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL-Defiro o pedido de fls. 92. Concedo o prazo de 15 dias para que a ré efetue o pagamento do valor indicado às fls. 95, referente aos honorários periciais. -Advs. ELISE GASPAROTTO DE LIMA (OAB: 043330/PR) e MARCELO RAYES (OAB: 000141-541/SP)-.

47. DESPEJO-0070845-48.2010.8.16.0014-LUCAS BENEVENUTO DE OLIVEIRA e outro x MANUELA CRISLEIDE FERREIRA MENEZES-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Adv. MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II (OAB: 000051-302/PR)-.

48. REVISAO CONTRATUAL-0070848-03.2010.8.16.0014-LUIZ CARLOS DE FREITAS x BV FINANCEIRA S/A.-= Recebo o recurso adesivo de fls. 117/128 em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. PAOLA DE ALMEIDA PETRIS (OAB: 000044-522/PR) e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN (OAB: 021777/PR)-.

49. MONITORIA-0074676-07.2010.8.16.0014-SOCIEDADE EDUCACIONAL MAXI S/C LTDA x SILVIA FERNANDA DE MOURA MENK-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Adv. PAULA CRISTINA DIAS (OAB: 000019-049/PR)-.

50. EXIBICAO DOCUMENTOS OU COISA-0077591-29.2010.8.16.0014-SONIA MARIA ALVES DE MORAIS x BANCO FINASA S/A-Intime-se a requerente para que retire o alvará judicial, para seus devidosfins, em 48 horas. -Advs. FREDERICO CALHEIROS ZARELLI (OAB: 000049-432/PR) e DANIELA DE CARVALHO SILVA (OAB: 042432/PR)-.

51. EMBARGOS DE TERCEIRO-0078665-21.2010.8.16.0014-VENEZA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - ME e outro x UNOPAR - UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO-Determino às partes que digam se concordam com o julgamento antecipado da lide ou se pretendem produzir outras provas, especificando pormenorizadamente sua utilidade para o deslinde da controvérsia, sob pena de preclusão do direito à produção probatória (STJ, 3ªT., REsp 329.034/MG, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 20/03/06, p. 263). -Advs. IDEVAR CAMPANERUTI (OAB: 000009-321/PR), LEILA DENISE VELASQUE CRUZ (OAB: 000021-491/PR) e RICARDO LAFFRANCHI (OAB: 030908/PR)-.

52. EMBARGOS A EXECUCAO-0085892-62.2010.8.16.0014-R L JANENE E CIA LTDA e outros x BANCO DO BRASIL S/A.-Despacho de fls. 115 (...Assim sendo, impõe-se a rejeição dos presentes embargos.) Despacho de fls. 136 (Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná.) -Advs. WILSON GOMES DA SILVA (OAB: 012357/PR) e LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (OAB: 008123/PR)-.

53. REVISAO CONTRATUAL-0000853-63.2011.8.16.0014-ELIANE BOLETTI DURAES LEITE x BANCO BANESTADO SA-Sobre a contestação e documentos que a instruem, diga a parte promovente,querendo, no prazo legal. -Advs. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA (OAB: 023320/PR), BRAULIO BELINATTI GARCIA PEREZ (OAB: 020457/PR) e MARCIO ROGERIO DEPOLLI (OAB: 020456/PR)-.

54. COBRANCA - ORD-0007125-73.2011.8.16.0014-SEBASTIAO CORDEIRO DOS SANTOS x MAPFRE - VERA CRUZ SEGURADORA S.A- ....2. Assim sendo, impõe-se a rejeição dos presentes embargos. -Advs. ROGERIO RESINA MOLEZ (OAB: 026994/PR), LUANA CERVANTES MALUF (OAB: 000044-295/PR), ROGERIO BUENO ELIAS (OAB: 000038-927/PR) e FLAVIA BALDUINO DA SILVA (OAB: 044308/PR)-.

55. EXIBICAO DOCUMENTOS OU COISA-0007299-82.2011.8.16.0014-JAIR MIGUEL DOS REIS x BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANC. E INVEST-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR), GERSON VANZIN MOURA DA SILVA (OAB: 019180/PR), JAIME OLIVEIRA PENTEADO (OAB: 020835/PR), LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (OAB: 017427/PR) e FLAVIO PENTEADO GEROMINI (OAB: 035336/PR)-.

56. EXIBICAO DOCUMENTOS OU COISA-0007324-95.2011.8.16.0014-MOISES ARAUJO DA CRUZ x BANCO PANAMERICANO S/A.-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR), ELISA G. P. DE CARVALHO (OAB: 000026-225/PR) e FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR (OAB: 039768/SP)-.

57. COBRANCA - ORD-0008668-14.2011.8.16.0014-MARCELO SANTOS x MAPFRE - VERA CRUZ SEGURADORA S.A-Indefiro o pedido de impugnação aos honorários periciais, eis que o valor da proposta é condizente com o trabalho a ser realizado. Ademais, o juízo não pode aceitar impugnação genérica. Assim sendo, homologo o valor atribuído aos honorários do Sr. Perito. Intime-se a parte ré para que deposite os honorários, em cinco dias, sob pena de desistência da perícia. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA (OAB: 044812/PR), FABIANO NEVES MACIEYWSKI (OAB: 029043/PR) e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA (OAB: 042615/PR)-.

58. EXIBICAO DOCUMENTOS OU COISA-0009002-48.2011.8.16.0014-JOAO MONTEIRO DE LIMA x BANCO BV FINANCEIRA-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR) e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN (OAB: 021777/PR)-.

59. EXIBICAO DOCUMENTOS OU COISA-0009039-75.2011.8.16.0014-JOAO TEIXEIRA DA ROSA x BANCO PANAMERICANO S/A.-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR), ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO (OAB: 000026-225/PR) e FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR (OAB: 039768/SP)-.

60. EXIBICAO DOCUMENTOS OU COISA-0010361-33.2011.8.16.0014-ROGERIO BUENO RODRIGUES x BANCO FINASA S/A-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR), MARIANE

MACAREVICH (OAB: 034523-A/PR) e ROSANGELA DA ROSA CORREA (OAB: 000030-820/RS)-.

61. EXIBICAO DOCUMENTOS OU COISA-0010378-69.2011.8.16.0014-FABIO GONÇALVES DE SOUZA x BANCO DIBENS S/A-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR) e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB: 050945/PR)-.

62. EXIBICAO DOCUMENTOS OU COISA-0010386-46.2011.8.16.0014-FERNANDO FOSQUIANI BATISTA x ABN AMRO REAL S/A-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR), HERICK PAVIN (OAB: 000039-291/PR) e ALEXANDRE NELSON FERRAZ (OAB: 030890/PR)-.

63. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0010554-48.2011.8.16.0014-ZILDA DIAS PEREIRA x BANCO ITAU S/A-Sobre a contestação e documentos que a instruem, diga a parte promovente,querendo, no prazo legal. -Advs. JOSE MARCELO JUNCKES (OAB: 053580/PR), MARCIO AYRES DE OLIVEIRA (OAB: 032504/PR) e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA-.

64. EXIBICAO DOCUMENTOS OU COISA-0012606-17.2011.8.16.0014-TICIANO CESAR DOS ANJOS SILVA x BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANC. E INVEST-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR) e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB: 019937/PR)-.

65. EXIBICAO DOCUMENTOS OU COISA-0012626-08.2011.8.16.0014-CELSO CARDOZO DA SILVA x BANCO PANAMERICANO S/A.-Intime-se a requerente para que retire o alvará judicial, para seus devidosfins, em 48 horas. -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR) e REINALDO MIRICO ARONIS (OAB: 035137-A/PR)-.

66. EXIBICAO DOCUMENTOS OU COISA-0015455-59.2011.8.16.0014-CLAUDEMIR LEITE x ABN AMRO REAL S/A-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR), JOAO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB: 017556/PR) e CESAR AUGUSTO TERRA (OAB: 017556/PR)-.

67. ALVARA JUDICIAL-0016771-10.2011.8.16.0014-DALIRA DOS REIS SANTOS x ADAO RIBEIRO DOS SANTOS-Intime-se a requerente para que retire o alvará judicial, para seus devidosfins, em 48 horas. -Adv. RAPHAELLA AMORIM (OAB: 055410/PR)-.

68. DESPEJO FALTA PGTO C/C COBR-0017045-71.2011.8.16.0014-FLAVIO JOSE DE MAGALHAES x GLEYCE KELLY TORRESIN BIGOLI SOLDAN-Sobre a contestação e documentos que a instruem, diga a parte promovente,querendo, no prazo legal. -Advs. CLOVES JOSE DE PINHO (OAB: 008737/PR) e GLAUCO CAVALCANTI DE OLIVEIRA JR. (OAB: 007131/PR)-.

69. MEDIDA CAUTELAR EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0018816-84.2011.8.16.0014-APARECIDO ANASTACIO DA SILVA x BANCO FINASA S/A-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR) e DANIELA DE CARVALHO SILVA (OAB: 042432/PR)-.

70. MEDIDA CAUTELAR EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0018823-76.2011.8.16.0014-ADONIS PEREIRA x BANCO PANAMERICANO S/A.-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR), ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO (OAB: 000026-225/PR) e FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR (OAB: 039768/SP)-.

71. MEDIDA CAUTELAR EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0018848-89.2011.8.16.0014-JOAO CANDIDO BATISTA x AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR), JOAO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB: 017556/PR) e CESAR AUGUSTO TERRA (OAB: 017556/PR)-.

72. OBRIGAÇÃO DE FAZER-0021654-97.2011.8.16.0014-MARIS CONTATTO GUZZO x SUL AMERICA AETNA SEGUROS E PREVIDENCIA S/A-Recebo o recurso de apelação em seu efeito devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo de quinze dias, apresentar suas contra-razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. -Advs. RONALDO GOMES NEVES (OAB: 004853/PR), MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR) e GLAUCO IWERSEN (OAB: 021582/PR)-.

73. REVISAO CONTRATUAL-0024061-76.2011.8.16.0014-EVA ALVES DOS SANTOS FUJIMOTO x BANCO BANESTADO S/A-Sobre a contestação e documentos que a instruem, diga a parte promovente,querendo, no prazo legal. -Advs. JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA (OAB: 000041-597/PR), BRAULIO BELINATTI GARCIA PEREZ (OAB: 020457/PR) e MARCIO ROGERIO DEPOLLI (OAB: 020456/PR)-.

74. MEDIDA CAUTELAR EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0025097-56.2011.8.16.0014-VALNIR NUNES DE SOUZA x AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR), JOAO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB: 017556/PR) e CESAR AUGUSTO TERRA (OAB: 017556/PR)-.

75. ACAO ANULATORIA-0025183-27.2011.8.16.0014-LEONARDO CESAR ASSUNÇAO e outro x MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇOES S/A e outro-Sobre a contestação e documentos que a instruem, diga a parte promovente,querendo, no prazo legal. -Advs. JULIO CEZAR MARTINS (OAB: 000052-480/SP) e BRUNO PEDALINO (OAB: 009392/PR)-.

76. MEDIDA CAUTELAR EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0026823-65.2011.8.16.0014-ADRIANA APARECIDA FERREIRA x BANCO PANAMERICANO S/A.-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR), ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO (OAB: 000026-225/PR) e FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR (OAB: 039768/SP)-.

77. MEDIDA CAUTELAR EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0026854-85.2011.8.16.0014-ISMAEL DE ABREU XAVIER x BANCO CIFRA S/A CFI-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR) e JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (OAB: 126504/SP)-.

78. MEDIDA CAUTELAR EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0030188-30.2011.8.16.0014-GEOVANI DONIZETE DE CARVALHO x BANCO PANAMERICANO S/A.-= Recebo o recurso de apelação em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar suas contra - razões, sob pena de prosseguimento. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. = -Advs. EVANDRO GUSTAVO DE SOUZA (OAB: 000047-251/PR) e ROGERIO GROHMANN SFOGGIA (OAB: 044463/RS)-.

79. ORDINARIA-0033185-83.2011.8.16.0014-LAURA DOS SANTOS x BANCO BANESTADO S/A e outro- Sobre a contestação e documentos que a instruem, diga a parte promovente,querendo, no prazo legal. -Advs. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR (OAB: 010891/PR), BRAULIO BELINATTI GARCIA PEREZ (OAB: 020457/PR) e MARCIO ROGERIO DEPOLLI (OAB: 020456/PR)-.

80. EMBARGOS DE TERCEIRO-0034246-76.2011.8.16.0014-LAERTE ALBIERI x HELIOCOLOR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Advs. FABIO THOMAS SOARES (OAB: 000020-767/PR), SANDY PEDRO DA SILVA (OAB: 010190/PR) e BRUNO LAFANI N ALCANTRA (OAB: 000045-164/PR)-.

81. COBRANCA - ORD-0035435-89.2011.8.16.0014-RUTE VIEIRA DA SILVA CAPONI e outros x COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS - CONAPPI-Sobre a contestação e documentos que a instruem, diga a parte promovente,querendo, no prazo legal. -Advs. JOSE AUGUSTO BARBOSA URBANEJA (OAB: 000054-062/PR) e ROGERIO CARBONI (OAB: 037227/PR)-.

82. MONITORIA-0036547-93.2011.8.16.0014-COOPERATIVA DE ECONOMIA - SICOOB NORTE DO PARANA x M A RAMPAZZO ME-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Adv. AULO A. PRATO (OAB: 020166/PR)-.

83. REVISAO CONTRATUAL-0036895-14.2011.8.16.0014-VILSON SOARES DE SOUZA JUNIOR x BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANC. E INVEST-Sobre a contestação e documentos que a instruem, diga a parte promovente,querendo, no prazo legal. -Advs. PRISCILA DANTAS CUENCA (OAB: 000052-746/PR), ANA PAULA ALMEIDA DE SOUZA (OAB: 000049-648/PR), GEOVANA PALERMO CARPES (OAB: 063698-B/RS) e GABRIEL DA ROSA VASCONCELOS (OAB: 067964/RS)-.

84. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0045496-09.2011.8.16.0014-ESPOLIO DE FERNANDO LOUREIRO e outro x BANCO ITAU S/A-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Advs. FLAVIO PIERRO DE PAULA (OAB: 000041-600/PR) e MAYRA DE MIRANDA FAHUR (OAB: 000045-274/PR)-.

85. COBRANCA - ORD-0046082-46.2011.8.16.0014-KETLYN ANDRIELE MARQUES PINHEIRO SANTOS x SEGURADORA LIDER DOS CONS. DO SEGURO DPVAT S.A- ...Intime-se a ré para se manifestar quanto aos documentos de fls. 97/100, querendo, no prazo de cinco dias. Passo a sanear o presente feito e ordenar a produção de provas...Não há que se falar em ilegitimidade

passiva...Deve ser rejeitado eventual pleito de denunciação da lide ou substituição do pólo passivo pela seguradora que regulou o sinistro na via administrativa....Nomeio perito Dr. Roberval Consalter.....Cabe à segurdora efetuar o depósito dos honorários periciais...-Advs. APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS (OAB: 011791/PR), MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR) e RAFAELA POLYDORO KUSTER (OAB: 045057/PR)-.

86. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0052087-84.2011.8.16.0014-DULCE BONALUMI x VILSON SILVEIRA e outro-Intime-se a parte autora para que recolha as custas da expedição da carta AR (R$ 9,40 cada), retire em cartório e providencie sua postagem. Cumpre à parte autora instruir a carta AR/MP com as cópias necessárias. -Advs. JERONIMO FRANCISCO NETO (OAB: 000022-047/PR) e CARLOS SERGIO CAPELIN (OAB: 015013/PR)-.

87. RESCISAO DE CONTRATO-0052108-60.2011.8.16.0014-ELI LOPES DOS SANTOS x LUCIMAR ZACARIAS DA SILVA e outro-Em observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, somente será apreciado o pedido de tutela antecipada após o oferecimento da contestação.
-Advs. RENNE FUGANTI MARTINS (OAB: 000047-939/PR) e ADRIANO MARRONI (OAB: 023657/PR)-.

88. USUCAPIAO-0053581-81.2011.8.16.0014-ANTONIO APARECIDO BUENO x MAESA MADEIRAS E EXPORTACOES S/A-Intime-se a autora para que apresente 6 contra-fés para instruir as cartas de citação. -Adv. EDUARDO KUTIANSKI FRANCO (OAB: 035374/PR)-.

89. REVISAO CONTRATUAL-0056709-12.2011.8.16.0014-CRISTOVAO PONCIANO DE OLIVEIRA x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-...Assim sendo, concedo o prazo de dez dias para que a parte autora apresente suas três últimas declarações de renda, no intuito de comprovar a condição de pobreza alegada para a concessão da justiça gratuita. -Adv. JOSE SIDERBRAS DA SILVA (OAB: 055884/PR)-.

90. REVISAO CONTRATUAL-0056771-52.2011.8.16.0014-HAYDEE DA SILVA DO NASCIMENTO x BANCO ITAU S/A-...Assim sendo, concedo o prazo de dez dias para que a parte autora apresente suas três últimas declarações de renda, no intuito de comprovar a condição de pobreza alegada para a concessão da justiça gratuita. -Adv. GUILHERME VIEIRA SCRIPES (OAB: 000051-791/PR)-.

91. INDENIZACAO POR DANO MORAL-0056773-22.2011.8.16.0014-DOUGLAS PANIZIO RIBEIRO x MAGAZINE LUIZA S/A-...Assim sendo, concedo o prazo de dez dias para que a parte autora apresente suas três últimas declarações de renda, no intuito de comprovar a condição de pobreza alegada para a concessão da justiça gratuita. -Advs. ISALTINO DE PAULA GONCALVES JUNIOR (OAB: 000049-582/PR) e THIAGO ISSAO NAKAGAWA (OAB: 049807/PR)-.

92. HABILITACAO DE CREDITO-0056781-96.2011.8.16.0014-COFRES PUBLICOS DA UNIAO x LEAL EMPRESA DE ASSEIO LTDA- Manifestem-se, sucessivamente em três dias, a falida e o Síndico. -Advs. PAULO E. CHRISTINO ESPADA (OAB: 000024-381/PR) e ULLYSSES AIRES MERCER (OAB: 000015-626/PR)-.

93. DECLARATORIA-0056788-88.2011.8.16.0014-WALID VAL x PARANA BANCO S/A-...Assim sendo, concedo o prazo de dez dias para que a parte autora apresente suas três últimas declarações de renda, no intuito de comprovar a condição de pobreza alegada para a concessão da justiça gratuita. -Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA (OAB: 054707/PR)-.

94. DECLARATORIA-0056789-73.2011.8.16.0014-TANIA NOGUEIRA DA SILVA x EMBRATEL TV SAT TELECOMUNICAÇOES LTDA-...Assim sendo, concedo o prazo de dez dias para que a parte autora apresente suas três últimas declarações de renda, no intuito de comprovar a condição de pobreza alegada para a concessão da justiça gratuita. -Adv. AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR (OAB: 036615/PR)-.

95. DECLARATORIA-0056790-58.2011.8.16.0014-CIRLENE TEIXEIRA DE OLIVEIRA x BANCO RURAL S/A.-...Assim sendo, concedo o prazo de dez dias para que a parte autora apresente suas três últimas declarações de renda, no intuito de comprovar a condição de pobreza alegada para a concessão da justiça gratuita. -Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA (OAB: 054707/PR)-.

96. DECLARATORIA-0056793-13.2011.8.16.0014-TEREZINHA DE MESQUITA SANCHES x PARANA BANCO S/A-...Assim sendo, concedo o prazo de dez dias para que a parte autora apresente suas três últimas declarações de renda, no intuito de comprovar a condição de pobreza alegada para a concessão da justiça gratuita. -Adv. JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA (OAB: 054707/PR)-.

97. INDENIZACAO - ORD-0056794-95.2011.8.16.0014-ARILDO MANOEL DA SILVA e outro x CETELEM BRASIL S/A - CREDITO, FINANC E INVEST e outro-...Assim sendo, concedo o prazo de dez dias para que a parte autora apresente suas três últimas declarações de renda, no intuito de comprovar a condição de pobreza alegada para a concessão da justiça gratuita. -Adv. AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR (OAB: 036615/PR)-.

98. DECLARATORIA-0056800-05.2011.8.16.0014-EDUARDO DA SILVA x BANCO ITAUCARD S/A-...Assim sendo, concedo o prazo de dez dias para que a parte autora apresente suas três últimas declarações de renda, no intuito de comprovar a condição de pobreza alegada para a concessão da justiça gratuita. -Adv. FLAVIO HENRIQUE SEREIA (OAB: 056915/PR)-.

99. CARTA PRECATORIA-0019319-08.2011.8.16.0014-Oriundo da Comarca de OURINHOS-SP- 2ª VARA CIVEL-BCN LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x CARMEM ELISA MARIUCCI PIMENTA-= Sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se a parte promovente. = -Advs. FABIANO DE ALMEIDA (OAB: 139962/SP) e NEIDE SALVATO GIRALDI (OAB: 165231-B/SP)-.

100. CARTA PRECATORIA-0036269-92.2011.8.16.0014-Oriundo da Comarca de CORNELIO PROCOPIO - PR-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x JOSEFINA FATIMA BARARIN CARVALHO CORNELIO-= Sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, manifeste-se a parte promovente. = -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN (OAB: 021777/PR) e ANDREA CRISTINE GRABOVSKI (OAB: 000036-223/PR)-.

Londrina, 22 de Setembro de 2011
Robson Fernando Regioli/Escrevente Juramentado

# MALLET

## JUÍZO ÚNICO

**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALLET**
**RELAÇÃO INTIMATÓRIA Nº 30/2011**
**JUÍZA DE DIREITO - LUCIANA BENASSI GOMES**
**ESCRIVÃO: EDISON GANZERT**

**ADVOGADO ORDEM PROCESSO**
**AFONSO CESAR DIAS COLLIN 0013 000073/2005**
**ALCIR PAULO PEREIRA DOS S 0020 000096/2008**
**ALETHÉIA KLOSTER ROCHA OL 0040 000095/2011**
**ALEXANDRE PIMENTEL NEIVA 0009 000155/2003**
**0047 000112/2004**
**ALINE XAVIER PRZYBYSZ DE 0037 000035/2011**
**ANA LUCIA FRANÇA 0010 000081/2004**
**ANDREIV GEORGE CHOMA 0013 000073/2005**
**ANGELICA SANSON ANDRADE 0008 000125/2002**
**ARGOS FAYAD 0029 000056/2010**
**BEATRIZ MARTINHA HERMES 0008 000125/2002**
**BRUNO MIRANDA QUADROS 0021 000135/2008**
**CAINÃ DOMIT VIEIRA 0051 000037/2008**
**CAIO GRACO DE A. QUADROS 0004 000097/1997**
**CANDIDA GAVA 0015 000090/2006**
**0043 000117/2011**
**0049 000050/2007**
**CARLA HELIANA V. MENEGOSS 0033 000106/2010**
**0044 000124/2011**
**CARLOS FREDERICO STADLER 0022 000019/2009**
**CASSIANE FERRARI LUCASKI 0048 000061/2009**
**CELIA CLAUDIA LOURES 0032 000105/2010**
**CELSO ANTONIO RODRIGUES 0036 000138/2010**
**CESAR FERNANDO G. FLEISCH 0004 000097/1997**
**CRISTIANE BELINATI GARCIA 0024 000070/2009**
**0028 000052/2010**
**0033 000106/2010**
**0044 000124/2011**
**CRISTIANE DE MIRANDA 0005 000051/1999**
**CRISTINA LUISA HEDLER 0047 000112/2004**
**DANIELA VANESSA TOMELIN F 0007 000109/2002**
**0013 000073/2005**
**0026 000113/2009**
**0035 000127/2010**
**DANIELLE DE ALMEIDA WAGEN 0015 000090/2006**
**ENEIDA WIRGUES 0038 000063/2011**
**ERMELITE SALETE VIAL 0005 000051/1999**
**EROCLITO HAMILTON TESSERO 0004 000097/1997**
**EVARISTO ARAGAO F. DOS SA 0031 000096/2010**
**FABIO ROBERTO KAMPMANN 0004 000097/1997**
**FERNANDO WILSON ROCHA MAR 0011 000084/2004**
**FIRMINO DE PAULA SANTOS L 0003 000078/1997**
**0005 000051/1999**
**0012 000162/2004**
**0015 000090/2006**
**0030 000092/2010**
**0052 000077/2010**
**FLAVIO SANTANNA VALGAS 0024 000070/2009**
**GILBERTO BORGES DA SILVA 0024 000070/2009**
**0033 000106/2010**
**GRASIELA DE OLIVEIRA WEIR 0042 000109/2011**
**HARRY KLAIS 0002 000059/1996**
**HENRIQUE CEZAR ZAIONS 0027 000027/2010**
**HEROLDES BAHR NETO 0011 000084/2004**
**IRAPUAN CAESAR DA COSTA 0005 000051/1999**
**IRAPUAN CAESAR DA COSTA J 0045 000130/2011**
**ITEL EDUARDO TURBAY POLON 0009 000155/2003**
**0047 000112/2004**
**IURI DE OLIVEIRA 0042 000109/2011**
**JACIR BALLÃO 0034 000114/2010**
**0050 000045/2004**
**JANIO SANTOS DE FIGUEIRED 0046 000035/2001**
**JERDAL A. B. CARVALHO 0014 000047/2006**
**JOSE CARLOS JORGE STADLER 0022 000019/2009**

**JOSE ELI SALAMACHA 0002 000059/1996**
**JOSE FRANCISCO CUNICO BAC 0001 000047/1995**
**JOSÉ LUIZ TELEGINSKI 0037 000035/2011**
**JULIANA GOULART NOVICKI 0017 000117/2007**
**JULIANA MUGNOL 0023 000060/2009**
**LENIRA LEANDRA CHAVES RAE 0008 000125/2002**
**LUCIANO RICARDO HLADCZUK 0018 000077/2008**
**LUIS SERGIO CHEMIN 0041 000100/2011**
**LUIZ ERNANI DA SILVA FILH 0025 000082/2009**
**LUIZ PEDRO SUCCO 0006 000081/2002**
**MANUELA ROSA DE CASTILHO 0013 000073/2005**
**0051 000037/2008**
**0052 000077/2010**
**MARCOS RUBBO 0038 000063/2011**
**MARIA PAULA PULNER PIETRO 0007 000109/2002**
**MARIELE CARDOSO MACAREVIC 0021 000135/2008**
**MARIO PIETROSKI JUNIOR 0007 000109/2002**
**0049 000050/2007**
**MIGUEL SARKIS MELHEM NETO 0030 000092/2010**
**MILKEN JACQUELINE CENERIN 0024 000070/2009**
**MOACIR DE MELO 0036 000138/2010**
**MORELI SOREANO DE OLIVEIR 0027 000027/2010**
**MOZARTE DE QUADROS 0004 000097/1997**
**NEIL JONHSON 0004 000097/1997**
**OSCAR JOÃO MUGNOL 0023 000060/2009**
**PAULO ROBERTO GOMES 0031 000096/2010**
**RICARDO MARTINS KAMINSKI 0030 000092/2010**
**RICHART OSNI FRONCZAK 0020 000096/2008**
**RODOLFO ALGUSTO DAMAS DE 0023 000060/2009**
**ROSSANDRA M. CUNHA CODAGN 0004 000097/1997**
**SANDRO MARCOS OGRYSKO 0015 000090/2006**
**SAULO HENRIQUE BOFF 0012 000162/2004**
**0016 000155/2006**
**SIMON GUSTAVO CALDAS DE Q 0004 000097/1997**
**SIMONE BARBOSA 0019 000085/2008**
**VALQUIRIA VALADÃO DE OLIV 0049 000050/2007**
**VANESSA JOSIANE GRUCHOWSK 0039 000085/2011**
**VIRGILIO CESAR DE MELO 0036 000138/2010**
**WILLYAN ROWER SOARES 0023 000060/2009**

Adicionar um(a) Índice

1. INVENTÁRIO-0000020-22.1995.8.16.0106-PEDRO HAIDUCKI x TEODORO HAIDUCKI- Deferida a dilação pelo prazo de 10 dias. -Adv. JOSE FRANCISCO CUNICO BACH-.

2. AÇÃO MONITÓRIA-0000018-18.1996.8.16.0106-RIO PARANA CIA SECURITIZADORA DE CRED. FINANCEIROS x MAURO ANTONIO ZAIONS- Recebido o recurso de apelação em seu duplo efeito, pois presentes os requisitos de admissibilidade recursais. No prazo de 10 dias apresente o recorrido contrarrazões recursais. -Advs. JOSE ELI SALAMACHA e HARRY KLAIS-.

3. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0000020-51.1997.8.16.0106-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A x MARCIA REGINA DE ANDRADE e outro- No prazo legal digam os executados se concordam com a suspensão do processo. -Adv. FIRMINO DE PAULA SANTOS LIMA-.

4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE ANULAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO-0000034-35.1997.8.16.0106-O MINISTERIO PUBLICO e outro x ROBERTO VIENSKOSKI e outros- Sobre a conta da fl. 696 e calculos das fls. 719/721, manifestem-se as partes no prazo legal. -Advs. NEIL JONHSON, EROCLITO HAMILTON TESSEROLLI, MOZARTE DE QUADROS, SIMON GUSTAVO CALDAS DE QUADROS, ROSSANDRA M. CUNHA CODAGNONE, CESAR FERNANDO G. FLEISCHER, FABIO ROBERTO KAMPMANN e CAIO GRACO DE A. QUADROS-.

5. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0000066-69.1999.8.16.0106-SERGIO VIAL x ESPOLIO DE MATHIAS SCZYPULA e outros- Digam as partes no prazo comum de 05 dias se pretendem a realização de alguma prova, especificando-a e dizendo sobre sua real importância e necessidade. -Advs. ERMELITE SALETE VIAL, IRAPUAN CAESAR DA COSTA, FIRMINO DE PAULA SANTOS LIMA e CRISTIANE DE MIRANDA-.

6. EXEC. ENTREGA COISA INCERTA-0000071-86.2002.8.16.0106-CEREAGRO LTDA x HELIO MARCOS GODOY- Sobre a continuidade da execução, diga a exequente em 10 dias. -Adv. LUIZ PEDRO SUCCO-.

7. EXECUÇAO POR QUANTIA CERTA-0000066-64.2002.8.16.0106-JAQUELINE SZENKOVIAK e outro x CARLOS SZENKOVIAK- Sobre o auto lavrado à fl. 288, e certidão de fl. 289, manifestem-se as partes no prazo legal. -Advs. DANIELA VANESSA TOMELIN FLENIK, MARIO PIETROSKI JUNIOR e MARIA PAULA PULNER PIETROSKI-.

8. REPETIÇAO INDEBITO C/TUTELA-0000076-11.2002.8.16.0106-ADRIANO POLESTCHUK e outros x MUNICIPIO DE MALLET- No prazo de 60 dias, regularize o autor o polo ativo acerca do autor Julio Koloda. -Advs. ANGELICA SANSON ANDRADE, LENIRA LEANDRA CHAVES RAEL e BEATRIZ MARTINHA HERMES-.

9. DANOS MORAIS-0000072-37.2003.8.16.0106-SEPAC SERRADOS E PASTA DE CELULOSE LTDA x EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A. e outros- Especifique a parte autora no prazo legal as provas que pretende produzir. -Advs. ALEXANDRE PIMENTEL NEIVA DE LIMA e ITEL EDUARDO TURBAY POLONIO-.

10. BUSCA E APREENSAO (CÍVEL)-0000109-30.2004.8.16.0106-BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A x JOAO BERNARDO FERNANDES- Deferida a carga fora do cartório pelo prazo de 10 dias. -Adv. ANA LUCIA FRANÇA-.

11. SUSTAÇAO DE PROTESTO-0000140-50.2004.8.16.0106-POSTO ALEGRO MALLET LTDA x PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.- Autos n0 140-50.2004.8.16.0106 - Ex pos!tis, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido de sustação de protesto das duplicatas mercantis arroladas na inicial e na sua emenda, revogando a decisão que antecipou os efeitos da tutela, com fundamento no artigo 269 inciso I do Código Processo Civil. Oficie-se ao respectivo Tabelionato. Condeno, outrossim, o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários de advogado, que fixo em R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), com fundamento no artigo 20 § 4º do Código Processo Civil, tendo em vista o grau de zelo e o tempo aplicado pelo causídico da parte adversa para a solução da causa. Ex positis JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fundamento no artigo 269 inciso I do Código Processo Civil. Condeno o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários de advogado, que fixo em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com fundamento no artigo 20 § 4º do Código Processo Civil, tendo em vista o grau de zelo do profissional, a complexidade da causa, bem como o tempo aplicado pelo causídico da parte adversa para a solução. DISPOSIÇÕES FINAIS 1. Com o trânsito em julgado, cumpridas todas as providências determinadas acima, realize-se a conta geral nos presentes autos para verificação de custas pendentes. Caso positivo, intime-se o requerente para recolhimento em 10 (dez) dias. 2. Não havendo o recolhimento, extraia-se carta de sentença e entregue-a ao interessado. 3. Cumpra-se a Portaria n0 12/2011 no que pertinente, além do Código de Normas. -Advs. HEROLDES BAHR NETO e FERNANDO WILSON ROCHA MARANHÃO-.

12. COBRANCA DE ALUGUEIS-0000134-43.2004.8.16.0106-ASSOCIACAO POLONO BRASILEIRA NICOLAU COPERNICO e outro x MUNICIPIO DE MALLET e outro- A sentença prolatada às fls. 253/257 está sujeita ao reexame necessário, inobstante isto não tenha contado por equivoco. Assim, decorrido o prazo para as partes apelarem, certifique-se e remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça para o reexame necessário. -Advs. FIRMINO DE PAULA SANTOS LIMA e SAULO HENRIQUE BOFF-.

13. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0000154-97.2005.8.16.0106-JOSEFA MARIA MICHALSKI BANDASZEWSKI x GERALDO KARBOWSKI e outros-Recebido o recurso de apelação em seu duplo efeito, pois presentes os requisitos de admissibilidade recursais. No prazo de 10 dias apresente o recorrido contrarrazões recursais. -Advs. AFONSO CESAR DIAS COLLIN, MANUELA ROSA DE CASTILHO, ANDREIV GEORGE CHOMA e DANIELA VANESSA TOMELIN FLENIK-.

14. REVISAO CONTRATUAL-0000102-67.2006.8.16.0106-AMBROSIO OPALOSKI COMERCIO - FI x BANCO DO BRASIL S/A- Cumpra o executado a imposição contida na sentença, no prazo de 15 dias, sob pena de o montante da condenação ser acrescido de multa de 10% e seguir-se a expedição de mandado de penhora, na forma do art. 475, J do CPC. -Adv. JERDAL A. B. CARVALHO-.

15. ANULATORIA DE ATO JURIDICO-0000202-22.2006.8.16.0106-JULIA LAKMANN x BOLESLAU PRZYBYSZEVSKI e outros- Recebido o recurso de apelação em seu duplo efeito, pois presentes os requisitos de admissibilidade recursais. No prazo de 10 dias apresente o recorrido contrarrazões recursais. -Advs. SANDRO MARCOS OGRYSKO, CANDIDA GAVA, FIRMINO DE PAULA SANTOS LIMA e DANIELLE DE ALMEIDA WAGENFUHR-.

16. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0000200-52.2006.8.16.0106-MUNICIPIO DE MALLET x RICARDO CZEPULA e outros- Autos n0 200-52.2006.8.16.0106 - Ação de Usucapião Extraordinário - 1. Passo a sanear o processo, nos termos do art. 331 do Código de Processo Civil. 2. Verifico que as partes são maiores, capazes e encontram-se regularmente representadas. De igual modo, estão presentes os pressupostos processuais e as condições da ação. 3. Inexistindo preliminares ou prejudiciais ao mérito a serem apreciadas, DECLARO O PROCESSO SANEADO. 4. Passo a fixar os pontos controvertidos, nos seguintes termos: a) efetivaçãodo período aquisitivo pelo autor; b) existência de posse mansa e pacífica pelo autor sobre a área em litígio. 5. Com relação aos meios de prova, defiro a tomada do depoimento pessoal das partes, bem como a produção de prova testemunhal. Compete às partes instruir a petição inicial ou a resposta com os documentos destinados a provar-lhe as alegações (art. 396 do CPC), sob pena de preclusão, pelo que indefiro o pedido de produção de prova documental formulado pela parte ré, ressalvado o caso do art. 397 do CPC. 6. Para a audiência de instrução e julgamento, designo o dia 26 de janeiro de 2012, às 15:30 horas. 7. Faculto às partes a apresentação de rol de testemunhas no prazo de 30 (trinta) dias de antecedência da audiência pautada, sob pena de indeferimento, devendo, quando da apresentação do rol, especificar se há a necessidade de intimação das testemunhas arroladas/expedição de carta precatória, ou se elas comparecerão ao ato designado independentemente de intimação (art. 412 §1º do CPC), sendo que eventual silêncio será interpretado como desinteresse na intimação / expedição de carta precatória. Se houver necessidade de intimação das testemunhas, o preparo da diligência deverá ser efetuado no mesmo prazo acima, sob pena de preclusão da prova.8. O momento procedimental adequado para a apresentação do rol de testemunhas é aquele fixado quando da designação da audiência de instrução e julgamento. Portanto, caso as partes já o tenham apresentado, deverão dentro do mesmo prazo assinalado no item anterior ratificá-lo ou alterá-lo, se for o caso, sendo que eventual silêncio será interpretado como desinteresse na inquirição das testemunhas anteriormente arroladas. 9. Caso haja expressa manifestação de interesse pelas partes, intimem-se as testemunhas que

forem tempestivamente arroladas. E na hipótese de haver tempestiva manifestação de interesse na inquirição por precatória, expeça-se a respectiva carta. -Adv. SAULO HENRIQUE BOFF-.

17. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0000271-20.2007.8.16.0106-TROMBINI INDUSTRIAL S/A x APROFRUTA - ASSOC PRODUTORES DE FRUTA DE MALLET- Autos n0 271-20.2007.8.16.0106 - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - 1) Proceda-se à transferência dos valores bloqueados conforme requerimento de fl. 127. 2) Quanto ao pedido de penhora de percentual de faturamento da empresa, entendo que deve ser indeferido, uma vez que, conforme se dessume do processo, às fls. 70/71, pedido idêntico já havia sido deferido, porém a constrição não teve êxito porquanto a empresa executada se encontra inativa há aproximadamente 04 anos. É a conclusão a que se chega analisando a certidão do Sr. Oficial de Justiça de fl. 80. Desse modo, seria de todo inócuo o deferimento de penhora sobre um faturamento inexistente. 3) Intime-se a exequente para que, em 10 dias, traga ao processo cálculo atualizado do remanescente da dívida, indicando bens penhoráveis ou, então, se valendo da possibilidade do art. 791 III do Código de Processo Civil. -Adv. JULIANA GOULART NOVICKI-.

18. AÇÃO ORDINÁRIA-0000676-22.2008.8.16.0106-ANA MARIA DE FÁTIMA KOSCIUV x PARANÁ BANCO S.A. e outros- Diga a autora no prazo de 05 dias. -Adv. LUCIANO RICARDO HLADCZUK-.

19. AÇÃO DE DEMARCAÇÃO C/C RESTITUIÇÃO DE ÁREA-0000747-24.2008.8.16.0106-AMILCAR DE REZENDE DIAS e outros x JORGE JOSÉ KRUK e outro- No prazo de 10 dias, efetue a parte autora o depósito dos honorários do perito. -Adv. SIMONE BARBOSA-.

20. AÇÃO MONITÓRIA-0000697-95.2008.8.16.0106-RICHART OSNI FRONCZAK x LUIZ SÉRGIO BRAZ DE OLIVEIRA- Autos n0 697-95.2008.8.16.0106 - 1) Este processo foi saneado, tendo o Juízo determinado a realização de provas, inclusive pericial. 2) Intimado a se manifestar sobre a prova técnica pretendida e para esclarecer a necessidade da produção das demais, o requerido/embargante quedou-se inerte. 3) O embargado, de outro turno, já havia demonstrado o desinteresse na dilação probatória. 4) Assim, atenta a esses fatos, declaro preclusa a oportunidade de produzir provas do embargante. 5) Por isso, intimem-se as partes e, na sequência, venham conclusos para sentença. -Advs. RICHART OSNI FRONCZAK e ALCIR PAULO PEREIRA DOS SANTOS-.

21. AÇAO DE DEPOSITO-0000767-15.2008.8.16.0106-BANCO FINASA S/A x MILTON BOICZUK- No prazo de 48 horas, dê o advogado da parte autora prosseguimento ao feito, sob pena de extinção. (art. 267, III do CPC). -Advs. MARIELE CARDOSO MACAREVICH e BRUNO MIRANDA QUADROS-.

22. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0000851-79.2009.8.16.0106-LUCIA ROSI DE PAULA GABARDO e outro x ELIAS SFAIR e outro- Sobre a certidão da fl. 206, verso, manifeste-se o autor no prazo legal. -Advs. JOSE CARLOS JORGE STADLER e CARLOS FREDERICO STADLER-.

23. INTERDITO PROIBITORIO-0000751-27.2009.8.16.0106-M. GUANDALIN & CIA LTDA x OROVALDO DE ALMEIDA DANGUI- Autos n0 751-27.2009.8.16.0106 - 1. Em que pese o processo tenha sido concluso para prolação de sentença, converto o julgamento em diligência porque constatei vício procedimental. Chegou ao conhecimento desta Magistrada que o requerido Orovaldo de Almeida Dangui veio a falecer no decorrer do presente feito. 2. Assim, determino que o Cartório junte a estes autos cópia da certidão de óbito do Requerido Orovaldo de Almeida Dangui, já anexado em outro processo. 3. De acordo com o artigo 265 I do Código de Processo Civil, suspendo o processo pelo prazo de 30 (trinta) dias, a fim de que a parte autora regularize o polo passivo da demanda, sob pena de extinção sem resolução de mérito. Fica ainda a parte ré intimada para dizer sobre os documentos novos juntados às fls. 492/493, no prazo de 10 dias. -Advs. OSCAR JOÃO MUGNOL, JULIANA MUGNOL, RODOLFO ALGUSTO DAMAS DE OLIVEIRA e WILLYAN ROWER SOARES-.

24. BUSCA E APREENSAO (CÍVEL)-0000823-14.2009.8.16.0106-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVEST. x REGINALDO JOSÉ IARAS- Indeferido o pedido da fl. 61, porque outro é o rito estabelecido pelo decreto Lei 911/69, que não vem sendo observado pelo requerente. -Advs. FLAVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE CENERINI, GILBERTO BORGES DA SILVA e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

25. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAS E MORAIS-0001021-51.2009.8.16.0106-NIZA ILDA WOKUNSKI x MARIO ESTEVAM MALLMAN DA SILVA e outro- Feito julgado extinto sem resolução de mérito - art. 267, III do CPC. Custas pela requerente. -Adv. LUIZ ERNANI DA SILVA FILHO-.

26. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0000756-49.2009.8.16.0106-BANCO CNH CAPITAL S/A x ILTON BOSING e outros- Indeferido o pedido da fl. 100 porquanto se trata de diligência que pode ser efetivada pela própria parte, sendo absolutamente desnecessária a intervenção judicial. -Adv. DANIELA VANESSA TOMELIN FLENIK-.

27. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0000352-61.2010.8.16.0106-JOSÉ CARLOS KUTCHMA e outro x AMBROSIO LUBY e outros- Tendo em vista que o processo tramita sob o rito ordinário, especifiquem as partes, no prazo comum de 05 dias, as provas que pretendem produzir, aduzindo acerca de sua pertinência e real necessidade, sob pena de indeferimento. -Advs. HENRIQUE CEZAR ZAIONS e MORELI SOREANO DE OLIVEIRA-.

28. BUSCA E APREENSAO (CÍVEL)-0000616-78.2010.8.16.0106-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS-NPL I x TADEU KSIAZKIEWICZ- No prazo de 48 horas, dê o advogado da parte autora prosseguimento ao feito, sob pena de extinção. (art. 267, III do CPC). -Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

29. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0000651-38.2010.8.16.0106-JOSÉ ARILSON DREVIANE ANTONOWICZ x DARCI PICHARSKI e outros- 1. Passo a sanear o processo, nos termos do art. 331 do Código de Processo Civil. 2. Verifico que as partes são maiores, capazes e encontram-se regularmente representadas. De igual modo, estão presentes os pressupostos processuais e as condições da ação. 3. Inexistindo preliminares ou prejudiciais ao mérito a serem apreciadas, DECLARO O PROCESSO SANEADO. 4. Passo a fixar os pontos controvertidos, nos seguintes termos: a) efetivação do período aquisitivo pelo autor; b) existência de posse mansa e pacífica pelo autor sobre a área em litígio. 5. Com relação aos meios de prova, determino a tomada do depoimento pessoal do autor, bem como a produção de prova testemunhal. Compete às partes instruir a petição inicial ou a resposta com os documentos destinados a provar-lhe as alegações (art. 396 do CPC), sob pena de preclusão, pelo que indefiro o pedido de produção de prova documental formulado pela parte ré, ressalvado o caso do art. 397 do CPC. 6. Para a audiência de instrução e julgamento, designo o dia 17 de janeiro de 2012, às 14:40 horas. 7. Faculto às partes a apresentação de rol de testemunhas no prazo de 30 (trinta) dias que antecederem a audiência, sob pena de indeferimento, devendo, quando da apresentação do rol, especificar se há a necessidade de intimação das testemunhas arroladas/expedição de carta precatória, ou se elas comparecerão ao ato designado independ ntemente de intimação (art. 412 §1º do CPC), sendo que eventual silêncio será interpretado como desinteresse na intimação / expedição de carta precatória. Se houver necessidade de intimação, no mesmo prazo acima as custas da diligência deverão ser recolhidas, sob pena de preclusão. 8. O momento procedimental adequado para a apresentação do rol de testemunhas é aquele fixado quando da designação da audiência de instrução e julgamento. Portanto, caso as partes já o tenham apresentado, deverão dentro do mesmo prazo assinalado no item anterior ratificá-lo ou alterálo, se for o caso, sendo que eventual silêncio será interpretado como desinteresse na inquirição das testemunhas anteriormente arroladas. 9. Caso haja expressa manifestação de interesse pelas partes, intimem-se as testemunhas que forem tempestivamente arroladas. E na hipótese de haver tempestiva manifestação de interesse na inquirição por precatória, expeça-se a respectiva carta. -Adv. ARGOS FAYAD-.

30. PRESTAÇAO DE CONTAS-0000997-86.2010.8.16.0106-MÁRIO CESAR SOBANSKI x COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL CENTRO SUL - PR - SICREDI CENTRO SUL- Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado nesta ação de prestação de contas, condenando a requerida a prestar as contas postuladas na petição inicial, no prazo de 30 dias e na forma do artigo 917 do Código de Processo Civil, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar. Diante da sucumbência, condeno a requerida a arcar com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), com base no art. 20 §4º do Código de Processo Civil, levando-se em conta a natureza da ação, o trabalho empreendido pelo advogado e o tempo de duração do processo. 1. Transitada em julgado a sentença, realize-se a conta geral, intimando-se a empresa vencida para, no prazo de 10 dias, recolher as custas remanescentes. -Advs. FIRMINO DE PAULA SANTOS LIMA, MIGUEL SARKIS MELHEM NETO e RICARDO MARTINS KAMINSKI-.

31. EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0001040-23.2010.8.16.0106-HERCÍLIO ADAIL KNUPP x BANCO ITAU S/A- Sobre o bloqueio de valores (fl. 109) digam as partes. No prazo de 10 dias, manifeste-se o executado a demonstração da impenhorabilidade dos valores bloqueados, sob pena de preclusão. -Advs. PAULO ROBERTO GOMES e EVARISTO ARAGAO F. DOS SANTOS-.

32. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO-0001114-77.2010.8.16.0106-BITUR - TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA x MUNICIPIO DE MALLET- No prazo de 10 dias manifeste-se a autora sobre a contestação apresentada. -Adv. CELIA CLAUDIA LOURES-.

33. AÇAO DE DEPOSITO-0001117-32.2010.8.16.0106-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVEST. x NELSINHO FRANCISCO DE LIMA- 1. Indefiro o pedido de fl. 42, porquanto a certidão do Sr. Oficial de Justiça não atesta que o requerido não foi encontrado, mas sim que O REQUERENTE NÃO RECOLHEU AS CUSTAS da diligência. 2. Assim, intime-se a parte autora (pessoalmente e por advogado) para que, no prazo de 48 horas, pratique o ato que lhe compete, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito. -Advs. CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN, GILBERTO BORGES DA SILVA e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

34. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0001202-18.2010.8.16.0106-NILSON ANTONIO SOARES DE LIMA e outro x VALDIR ZWIERZYKOWSKI e outros- Sobre a certidão da fl. 55, verso, manifeste-se o autor no prazo legal. -Adv. JACIR BALLÃO-.

35. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0001312-17.2010.8.16.0106-CASEMIRO PZYBICZ e outro x ADILSON MELNIK e outros- Sobre a certidão da fl. 50, verso, manifeste-se o autor no prazo legal. -Adv. DANIELA VANESSA TOMELIN FLENIK-.

36. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0001431-75.2010.8.16.0106-WILLIAN ROLDÃO SUTEL TORRES x DOUGLAS SUTEL TORRES E CIA LTDA ME- Feito julgado extinto com resolução de mérito - art. 269, III do CPC. Custas pelo requerido. -Advs. VIRGILIO CESAR DE MELO, MOACIR DE MELO e CELSO ANTONIO RODRIGUES-.

37. AÇÃO INIBITÓRIA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS-0000326-29.2011.8.16.0106-CONFECÇÕES DEDO DE DEUS LTDA (LOJÃO DO KEIMA) x FRANCIELE FERNANDA FERNANDES (LOJÃO DO QUEIMA)- Tendo em vista que o processo tramita sob o rito ordinário, especifiquem as partes, no prazo comum de 05 dias, as provas que pretendem produzir, aduzindo acerca de sua pertinência e real necessidade, sob pena de indeferimento. -Advs. JOSÉ LUIZ TELEGINSKI e ALINE XAVIER PRZYBYSZ DE SOUZA-.

38. BUSCA E APREENSAO (CÍVEL)-0000580-02.2011.8.16.0106-B.V. FINANCEIRA S.A. C. F. I. x ZENOVIO BUIAR- Feito julgado extinto com resolução de mérito - art. 269, III do CPC. Custas pelo requerido. -Advs. ENEIDA WIRGUES e MARCOS RUBBO-.

39. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0000699-60.2011.8.16.0106-ARION SIVA DOS SANTOS x CLAUDIA R. T. DE OLIVEIRA TRANSPORTES- Sobre a

certidão da fl. 26, manifeste-se o autor no prazo legal. -Adv. VANESSA JOSIANE GRUCHOWSKI-.

40. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0000757-63.2011.8.16.0106-PEDRINHO GULANOWSKI x A UNIÃO- Autos n0 757-63.2011.8.16.0106 - 1. Tendo em vista que este Juízo corrigiu o equívoco da decisão interlocutória do processo executivo, devolvendo ao executado o prazo para pagamento e/ou indicação de bens à penhora e reconhecendo que o prazo para embargos ainda não se iniciou, intime-se o embargante para, em 05 dias, dizer se pretende o prosseguimento dos embargos. 2. Em caso positivo, deverá primeiramente indicar bens àpenhora na execução e, depois, cumprir o despacho de emenda no prazo de 10 dias, sob pena de extinção dos embargos. -Adv. ALETHÉIA KLOSTER ROCHA OLIVEIRA-.

41. INCIDENTE DE FALSIDADE-0000822-58.2011.8.16.0106-JULIO CESAR ORCHEL x OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e outro- Feito julgado extinto sem resolução de mérito - art. 267, IV do CPC. Custas pela autora. -Adv. LUIS SERGIO CHEMIN-.

42. INVENTÁRIO-0000905-74.2011.8.16.0106-ANGELA MARA FRANCZAK e outro x JOÃO FRANCZAK- No prazo de 05 dias, cumpra a autora corretamente o despacho da fl. 18, sob pena de indeferimento da inicial. -Advs. IURI DE OLIVEIRA e GRASIELA DE OLIVEIRA WEIRICH-.

43. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAS E MORAIS-0000920-43.2011.8.16.0106-CALORINDA DOS SANTOS x PROVOPAR - AÇÃO SOCIAL DE PAULO FRONTIN e outro- Autos no 920-43.2011.8.16.0106 - 1. Compulsando os autos, constatei que este Juízo não é competente para o conhecimento da causa. Explico. A requerente era empregada da PROVOPAR - do Município de Paulo Frontin, prestando serviços de mãe social na Casa Lar de referido município. o regime jurídico ao qual estava submetido a requerente era o celetista, conforme ela mesma afirma na petição de fls. 238/242. O conflito decorrente do contrato de trabalho entre as partes deve ser dirimido pela Justiça Federal Especializada do Trabalho. Necessário frisar que tal entendimento sempre foi o adotado, mesmo antes da edição da Emenda Constitucional n0 45/2004, que ampliou a reserva competencial da Justiça trabalhista. O artigo 1141 em sua redação original já estabelecia a competência da Justiça do Trabalho para este tipo de demanda. Eis o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO. ESPECIAL. COMPETÊNCIA - MATÉRIA TRABALHISTA - EMPREGADO SOB O REGIME CELETISTA - EMPRESA PÚBLICA - NATUREZA DE DIREiTO PRIVADO - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA - SÚMULA 97 DO STJ. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. 1 Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas. 1. A teor da Súmula 97 do STJ "Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor relativamente àvantagens trabalhistas anteriores à instituição do Regime Jurídico Unico". 2. A Justica Federal é incompetente para julgar matéria trabalhista relativamente a empregados de Empresa Pública Federal, Dorauanto a entidade pertence a Administracão Pública Indireta, possuindo natureza de direito privado, seus empregados são. obrigatoriamente, submetidos ao regime celetista. 3. Incide o enunciado 182, da Súmula desta Corte, no agravo interno em que a parte agravante deixa de impugnar, especificamente, todos os fundamentos da decisão agravada. 4. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no REsp 245.735/SP, Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUARTA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 01/03/2010) (grifei). 2 O Colendo Superior Tribunal de Justiça chega a entender que a demanda em que servidor público cedido à administração indireta discuta direitos estabelecidos na CLT é de competência da Justiça do Trabalho, verbís "AGRAVOS REGIMENTAIS - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - VARA DA JUSTIÇA DO TRABALHO E VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL - SERVIDORA PÚBLICA DE FUNÇÃO PÚBLICA ESTADUAL - PRETENSÃO MESMOS DIREiTOS TRABALHISTAS E SOCIAIS DOS EMPREGADOS CONTRATOS DA EMPRESA PÚBLICA CONTRATADOS PELA CLT - INDICAÇÃO DE PARADIGMA DE FUNÇÃO IDÊNTICA - AÇÃO MOVIDA COM CAUSA DE PEDIR NITIDAMENTE TRABALHISTA - PEDIDO IGUALMENTE DE NATUREZA TRABALHISTA: EQUIPARAÇÃO SALARIAL, PLANO DE SAÚDE, CESTA BÁSICA, VALE REFEIÇÃO E REAJUSTES SALARIAIS - COMPETENCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO ANTE AS CARACTERISTICAS DA LIDE POSTA EM JUIZO - COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO, NO CASO DOS AUTOS, DA 2a SEÇÃO DESTE TRIBUNAL, DADA A CONFIGURAÇÃO DE LIDE TRABALHISTA PELA INICIAL - INDEFERIMENTO DE SUSPENSAO DO PROCESSO, DADA A DESNECESSIDADE DE AGUARDO DE JULGAMENTOS DO C. STF PARA O JULGAMENTO DO CONFLITO - MATERIA RESERVADA AO EXAME DO JUÍZO ORA DECLARADO COMPETENTE, OU SEJA, A VARA DE JUSTIÇA DO TRABALHO. 1. Pleito da autora, servidora pública nomeada para função-atividade pelo Estado, mas cedida à Administração Indireta, contém causa de pedir e pedidos tipicamente trabalhistas, fundados na CLT, ou seja, diferença salarial com emprego-paradigma, Plano Médico Ouro 1, Cesta Básica e indenização, de modo que competente a Justiça do Trabalho para o tipo de pretensão, não importando tenha a Reclamação Trabalhista sido movida contra a Fazenda do estado. II. No âmbito da Justiça do Trabalho será julgado se o Servidor Público cedida à Administração Indireta tem direito ou não à diferença de salários e verbas decorrentes e quem o responsável, no caso de eventual procedência -- o Estado cedente do servidor ou a Empresa Pública, não se examinando, a priori, no julgamento do conflito, a legitimidade da parte. III. Não é o caso de suspensão do julgamento do conflito para aguardo do deslinde de matéria constitucional pelo C. STF, relegando-se eventual determinação de suspensão ao Juízo de 1º Grau, cabíveis os recursos possíveis. IV. Conflito de competência conhecido, julgando-se competente o Juízo suscitado (la Vara do Trabalho de Guarujá - SP). Agravos Regimentais improvidos. (AgRg no CC 98.014/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2009, DJe 17/04/2009). Destarte, não se aplica à espécie os efeitos da liminar da ADI-MC 3.395/DF em trâmite perante o Excelso Supremo Tribunal Federal, ementa in verbis. "EMENTA: INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Competência. Justiça do Trabalho. Incompetência reconhecida. Causas entre o Poder Público e seus servidores estatutários. Ações que não se reputam oriundas de relação de trabalho. Conceito estrito desta relação. Feitos da competência da Justiça Comum. Interpretacão do art. 114, mc. I, da CF, introduzido nela EC 45/2004. Precedentes. Liminar deferida para excluir outra interpretacão. O disposto no art. 114, 1. da Constituicão da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor aue lhe seja vinculado por relacão jurídico-estatutária. (ADI 3395 MC, Relator(a): Mm. CEZAR PELUSO, Tribunal Pleno, julgado em 05/04/2006, DJ 10-11-2006 PP-00049 EMENT VOL02255-02 PP-00274 RDECTRAB v. 14, n. 150, 2007, p. 114-134 RDECTRAB v. 14, n. 152, 2007, p. 226-245)" (grifei) . Assim, a Justiça Comum, seja estadual ou federal, somente será competente para dirimir os conflitos entre servidores estatutários e a administração pública respectiva. No entanto, este não é o caso em exame, haja visto que o requerente é empregado, pelo regime da CLT, da requerida. No que tange à 2ª requerida, em que pese não manter relação empregatícia com a requerente, entendo que esta Justiça também éincompetente, posto que há conexão entre as pretensões de indenização, porquanto as questões trazidas à baila estão intimamente ligadas. Ex positis, DECLARO A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA EM RAZÃO DA MATERIA DESTE JUÍZO E DA JUSTICA ESTADUAL para conhecer e julgar a demanda, ante a previsão do artigo 114, da Constituição da República/88, que estabelece a reserva competencial da Justiça do Trabalho para as causas deste jaez. Intime-se a parte autora. Com a preclusão da decisão, determino a remessa dos autos à Vara do Trabalho de Irati, do TRT da 9ª Região3, para que seja o processo distribuído ao Juízo competente. Endereço: R. Lino Esculápio, 1.260 - Rio Bonito - CEP 84500-000 - Irati (PR) -Adv. CANDIDA GAVA-.

44. BUSCA E APREENSAO (CÍVEL)-0000999-22.2011.8.16.0106-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVEST. x SAMOEL PROCAILO- Feito julgado extinto sem resolução de mérito - art. 267, VIII do CPC. Custas pela autora. -Advs. CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

45. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0001063-32.2011.8.16.0106-DEONIR DACHERY x AUTO POSTO DENILSON LTDA- Autos n0 1063-32.2011.8.16.0106 Embargos à Execução - 1) Intime(m)-se o(s) Embargante(s) para que, no prazo de 10 (dez) dias, emende(m) a inicial, juntando cópias declaradas autênticas (art. 365, IV, do CPC) das peças dos autos da execução que se fizerem necessárias à compreensão e ao julgamento da matéria objeto dos embargos (arts. 283 e 736, parágrafo único, do CPC), esnecialmente da petição inicial da execução, do(s) título(s) executivo(s), da procuração outorgada ao patrono da embargada e do auto de penhora e depósito, se houver, sob pena de indeferimento da inicial (art. 284, parágrafo único, do CPC). -Adv. IRAPUAN CAESAR DA COSTA JUNIOR-.

46. EXECUÇAO FISCAL-0000074-75.2001.8.16.0106-CONSELHO REGIONAL DE ENG. ARQ. E AGRO - CREA x ADAO FERREIRA BARBOSA- Indique o credor no prazo legal, bens passíveis de penhora, sob pena de suspensão e remessa ao arquivo provisório, nos termos do art. 791, III do CPC. -Adv. JANIO SANTOS DE FIGUEIREDO-.

47. EXECUÇAO FISCAL-0000127-51.2004.8.16.0106-A UNIÃO x SEPAC - SERRADOS E PASTA DE CELULOSE LTDA- Autos n0 127-51.2004.8.16.0106 - 1. Trata-se de recurso de Embargos de Declaração, interposto pela parte requerida, alegando, em suma, que este juízo foi omisso na decisão que extinguiu o processo sem resolução de mérito, ao não arbitrar os honorários advocatícios de sucumbência. Vieram os autos conclusos. Os embargos declaratórios do Requerido são tempestivos e preenchem os demais requisitos de admissibilidade, de modo que deles conheço. No mérito estão a merecer provimento, vez que efetivamente há omissão deste juízo, de modo que deles conheço. A parte requerida veio aos autos requerer que o juízo arbitre honorários advocatícios. Assim, suprindo o vício, condeno o requerente a arcar com os honorários advocatícios, ônus de sucumbência, fixando-os em 10 % sobre o valor executado, atenta ao art. 20 §4º do Código de Processo Civil, considerando o zelo do advogado do réu, a duração do processo e o local da prestação dos serviços. Portanto, nos termos "supra", CONHEÇO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS E NO MERITO LHES DOU PROVIMENTO. 2. Intime-se o apelante para que, querendo, complemente a apelação em 10 dias. 3. Depois, venham con.clusos para análise do apelo. -Advs. CRISTINA LUISA HEDLER, ALEXANDRE PIMENTEL NEIVA DE LIMA e ITEL EDUARDO TURBAY POLONIO-.

48. CARTA PRECATORIA-61/2009-Oriundo da Comarca de VARA FEDERAL E JEF DE UNIÃO DA VITÓRIA-IBAMA x TEOFILO WROBLEWSKI- Sobre a certidão da fl. 23, manifeste-se o exequente no prazo legal. -Adv. CASSIANE FERRARI LUCASKI-.

49. MODIFICAÇAO GUARDA DE MENOR-0000219-24.2007.8.16.0106-A.S.D.S. x C.F.P.- 1) O requerente, vencedor na ação, peticionou nos autos requerendo que este Juízo determine que o Conselho Tutelar leve a criança, seu filho, até a Cidade de Unaí/MG, porquanto ele "trabalha e reside em colônia rural, desempenhando cargo na segurança do trabalho e como estão em época de colheita há muitos funcionários na fazenda que estão sob sua responsabilidade, o que impede que saia da fazenda até mesmo por poucos dias". Entendo que o pedido não merece deferimento, uma vez que o Conselho Tutelar deste Município conta apenas com um carro, não podendo os conselheiros se deslocarem para outro Estado da Federação para viabilizar a guarda da criança ao genitor. Aliás, é imperioso anotar que a ação

de guarda foi por ele movida e, se tanto deseja ter seu filho consigo, deve tomar as providências para que possa ver concretizada a decisão judicial que lhe concedeu tal direito. A criança não se encontra em situação de risco que imponha a atuação do Conselho Tutelar nesse sentido. Isto é, se fosse deferido o pedido do requerente, esta Cidade de Mallet ficaria desprovida de carro do Conselho e de dois conselheiros para atenderem o pleito do autor. Se há dificuldade para que este deixe o local de trabalho, também há imensa dificuldade para que os conselheiros o façam. Ademais, enquanto atendido o interesse de um, toda a população de Mallet ficaria desassistida. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de fls. 386/387. -Advs. MARIO PIETROSKI JUNIOR, VALQUIRIA VALADÃO DE OLIVEIRA e CANDIDA GAVA-.
50. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-0000119-74.2004.8.16.0106-M.P. e outros x E.Z.- No prazo de 10 dias, indique a exequente outros bens passiveis de penhora. -Adv. JACIR BALLÃO-.
51. SEPARAÇAO LITIGIOSA-0000829-55.2008.8.16.0106-P.W.J. x J.S.J.- Sobre a proposta de acordo formulada às fls. 212/213, diga a exequente em 05 dias. -Advs. MANUELA ROSA DE CASTILHO e CAINÃ DOMIT VIEIRA-.
52. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-0001026-39.2010.8.16.0106-P.P. x A.M.P.- Efetuem as partes o preparo das custas remanescentes (R$ 92,79), no prazo legal. -Advs. FIRMINO DE PAULA SANTOS LIMA e MANUELA ROSA DE CASTILHO-.

Adicionar um(a) Data

# MANDAGUAÇU

## JUÍZO ÚNICO

**COMARCA DE MANDAGUAÇU**
**VARA CÍVEL E ANEXOS**
**JUÍZA DE DIREITO: DRA. KETBI ASTIR JOSÉ**

**RELAÇÃO 34/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN 00036 000283/2009
ADRIANO ROGERIO PATUSSI 00016 000608/2007
ALESSANDRO DE GASPARO PINTO 00120 001570/2011
ALEXANDRE DE TOLEDO 00106 001029/2011
00107 001030/2011
ALEXANDRE PEREIRA BORNELLI 00016 000608/2007
ALISSA GARCIA GIL 00100 000642/2011
ANA LUCIA MACEDO MANSUR 00003 000387/2004
ANDERSON JUNIOR GARBUGIO 00121 001602/2011
ANDRE JOVANI PEZZATO 00133 000027/2008
ANDREA GONÇALVES BONACIN 00118 001502/2011
ARLINDO TEIXEIRA 00022 000182/2008
00051 000344/2010
BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ 00052 000380/2010
00056 000633/2010
00059 000679/2010
00060 000708/2010
00062 000711/2010
00065 000801/2010
00067 000853/2010
00069 000926/2010
00071 000949/2010
00072 000991/2010
00073 001000/2010
00077 001344/2010
00112 001138/2011
BELMIRO JORGE PATTO 00017 000609/2007
CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN 00090 002291/2010
CARLA S.BORGOGNONI AQUARONI 00081 001966/2010
00090 002291/2010
CARLA YUMI AKABANE 00108 001041/2011
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS 00102 000941/2011
CARMEM LUCIA BASSI 00026 000377/2008
CESAR AUGUSTO DE FRANÇA 00012 000034/2007
00018 000031/2008
00019 000035/2008
00066 000831/2010
00088 002215/2010
CLOVIS BARROS BOTELHO NETO 00102 000941/2011
CRISTIANO PELEK 00057 000651/2010
00058 000652/2010
CUSTODIA SOUZA DOS SANTOS CORTEZ 00001 000078/1999
CONCEIçãO APARECIDA DE CASTRO 00037 000286/2009
DENISE AKEMI MITSUOKA 00009 000721/2006
DENIZE HEUKO 00115 001347/2011
DIRCEU BORGES FILHO 00038 000313/2009
DOMINGOS ZAVANELA JUNIOR 00045 000718/2009
EDIVAR MINGOTI JUNIOR 00052 000380/2010
00055 000599/2010
00056 000633/2010
00060 000708/2010
00061 000710/2010
00062 000711/2010
00063 000715/2010
00064 000719/2010
00065 000801/2010
00067 000853/2010
00068 000923/2010
00069 000926/2010
00070 000929/2010
00071 000949/2010
00072 000991/2010
00073 001000/2010
00112 001138/2011
EDSON ELIAS DE ANDRADE 00023 000183/2008
EDSON MITSUO TIUJO 00020 000137/2008
EDSON SHOITI FUGIE 00109 001046/2011
EDUARDO PEREIRA DAMAZIO 00092 000136/2011
ELCIO PINHEIRO 00008 000401/2006
00037 000286/2009
ELIETE MARIA DE CARVALHO SCHIAVONI 00009 000721/2006
ELOI CONTINI 00074 001005/2010
EVA APARECIDA LEMES 00126 001640/2011
EDUARDO LUIZ GOFFI JUNIOR 00080 001944/2010
00081 001966/2010
00082 001974/2010
00108 001041/2011
00129 000047/2009
00130 000058/2009
00131 002352/2010
00132 002368/2010
FABIANO FREITAS SOARES 00089 002247/2010
FABIO BITTENCOURT FERRAZ DE CAMARGO 00082 001974/2010
FABIO JUNIOR OLIVEIRA MARTINS 00052 000380/2010
00053 000441/2010
00055 000599/2010
00056 000633/2010
00065 000801/2010
00071 000949/2010
00091 000026/2011
00117 001469/2011
00125 001629/2011
FABIO STECCA CIONI 00059 000679/2010
00077 001344/2010
FERNANDO CESAR ROCCO 00080 001944/2010
FABIO LAMONICA PEREIRA 00016 000608/2007
FLAVIO SANTANNA VALGAS 00044 000680/2009
00050 000222/2010
00098 000579/2011
FáBIO HIROMORI GOMES 00094 000431/2011
00095 000432/2011
00109 001046/2011
00111 001083/2011
GABRIEL SARMENTO MARQUES 00104 001027/2011
00105 001028/2011
00106 001029/2011
00107 001030/2011
00119 001514/2011
HEBER MARCELO GOMES DA SILVA 00049 000152/2010
HUGO FRANCISCO GOMES 00019 000035/2008
00088 002215/2010
HENRIQUE LAURIANO DE SOUZA 00005 000366/2005
00006 000309/2006
00015 000573/2007
HERMELINDO BAGON 00122 001613/2011
ILZA REGINA DEFILIPPI DIAS 00019 000035/2008
IVAN PEGORARO 00008 000401/2006
IZAIAS LINO DE ALMEIDA 00028 000510/2008
00033 000095/2009
00035 000279/2009
00042 000581/2009
00043 000587/2009
00054 000553/2010
IVAN APARECIDO RUIZ 00017 000609/2007
IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO 00032 000060/2009
JAIME PEGO SIQUEIRA 00089 002247/2010

JAIR BOLSONI 00123 001625/2011
JIVAGO KLEIN GARCIA 00128 000015/2007
JOAO EVERARDO RESMER VIEIRA 00089 002247/2010
JOSE ANTONIO MOREIRA 00133 000027/2008
JOSE BARBOSA 00001 000078/1999
JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO 00091 000026/2011
JOSE GOMES FERREIRA 00114 001321/2011
JOSÉ IVAN GUIMARÃES PEREIRA 00014 000328/2007
00115 001347/2011
JOSÉ PAULO TEIXEIRA 00134 000106/2011
JOÃO ISOLAR PAINI 00103 000992/2011
JULIANA RIGOLON DE MATOS 00076 001262/2010
JAIRO ANTONIO GONçALVES FILHO 00012 000034/2007
00013 000166/2007
00030 000608/2008
00034 000178/2009
JAMIL JOSEPETTI JUNIOR 00001 000078/1999
00012 000034/2007
00013 000166/2007
00030 000608/2008
00034 000178/2009
JOSE CARLOS GONCALVES MAGRO 00020 000137/2008
00087 002185/2010
JOSE FRANCISCO PEREIRA 00002 000332/2001
00030 000608/2008
JOSE GONZAGA SORIANI 00004 000328/2005
00010 000021/2007
00011 000022/2007
00127 000062/2005
JOSE MAREGA 00004 000328/2005
00010 000021/2007
00011 000022/2007
JOãO BRUNO DACOME BUENO 00051 000344/2010
00075 001237/2010
KARINA HASHIMOTO 00019 000035/2008
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00015 000573/2007
LEANDRO DEPIERI 00059 000679/2010
00077 001344/2010
LEILA MARIA TAVARES 00001 000078/1999
LEINADIR CASARI DA SILVA 00048 000822/2009
LEONARDO MARQUES FALEIROS 00104 001027/2011
00105 001028/2011
00106 001029/2011
00107 001030/2011
00119 001514/2011
LUCIANO HENRIQUE DE SOUZA GARBIM 00083 002056/2010
LUIZ EDUARDO VOLPATO 00083 002056/2010
LEONARDO SAKAI 00003 000387/2004
00046 000796/2009
00080 001944/2010
LOUISE RAINER PEREIRA GIONéDIS 00047 000802/2009
00075 001237/2010
00081 001966/2010
LUIZ CARLOS SANCHES 00014 000328/2007
00081 001966/2010
00090 002291/2010
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00093 000354/2011
LUTERO DE PAIVA PEREIRA 00016 000608/2007
00029 000536/2008
MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER 00057 000651/2010
00058 000652/2010
MARCELA RODRIGUES MONTALVAO 00114 001321/2011
MARCELO AYRES DENA 00074 001005/2010
MARCELO DANTAS LOPES 00016 000608/2007
00029 000536/2008
MARCIA PAIVA LOPES CURY 00124 001628/2011
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00101 000699/2011
MARCIO FERNANDO CANDEO DOS SANTOS 00086 002101/2010
MARCIO MORENO MUNHOZ 00092 000136/2011
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 00052 000380/2010
00056 000633/2010
00060 000708/2010
00062 000711/2010
00065 000801/2010
00067 000853/2010
00069 000926/2010
00071 000949/2010
00072 000991/2010
00073 001000/2010
MARCIONE PEREIRA DOS SANTOS 00004 000328/2005
MARCO AURÉLIO DE OLIVERIA 00025 000372/2008
MARIA ALICE CASTILHO DOS REIS 00118 001502/2011
MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA 00116 001412/2011
MARIO MARCONDES NASCIMENTO 00019 000035/2008
00066 000831/2010
00088 002215/2010
MARLI R. TABORDA 00058 000652/2010
MAURO VIGNOTTI 00009 000721/2006
00057 000651/2010
00058 000652/2010
00113 001296/2011
MAYKON PEREIRA RANGEL 00066 000831/2010
MILKEN JACQUELINE CENERINI 00050 000222/2010
MARCELO COSTA 00005 000366/2005
00006 000309/2006
00030 000608/2008
MARCELO DE ALMEIDA MOREIRA 00107 001030/2011
MARCOS RODRIGO DE OLIVEIRA 00097 000563/2011
MARLI DE FáTIMA DA S. CORSI 00053 000441/2010
MESSIAS QUEIROZ UCHOA 00023 000183/2008
NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA 00079 001783/2010
NEWTON DORNELES SARATT 00031 000717/2008
NILO NORONHA DIAS 00040 000485/2009
NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ 00003 000387/2004
NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO 00019 000035/2008
NELSON MERLINI 00038 000313/2009
00136 001859/2010
ODAIR MARIO BORDINI 00007 000319/2006
00023 000183/2008
PATRICK FRANCO 00007 000319/2006
PAULO ROBERTO LEONEL FELIPE 00083 002056/2010
PEDRO COSTA 00135 001352/2010
PEDRO PAULO PEDROSA 00008 000401/2006
PAULO DE TARSO RIBEIRO DE CASTRO 00016 000608/2007
RAFAEL GRANZOTTO MUZULON 00024 000288/2008
REINALDO BOLONHEIZ JUNIOR 00034 000178/2009
REINALDO MIRICO ARONIS 00096 000488/2011
00099 000588/2011
00110 001082/2011
RICARDO HIDEYUKI NAKANISHI 00021 000156/2008
RICARDO RUH 00027 000449/2008
RITA DE CASSIA BASSI FONFIM 00026 000377/2008
ROBISON CAVALCANTI GONDASKI 00078 001638/2010
00084 002075/2010
00085 002076/2010
ROBSON FERREIRA DA ROCHA 00074 001005/2010
00109 001046/2011
00110 001082/2011
00111 001083/2011
RODRIGO RUH 00027 000449/2008
ROGERIO FALKEMBACH ANERIS 00123 001625/2011
ROGERIO GUEDES PEREIRA 00032 000060/2009
ROLF KOERNER JUNIOR 00049 000152/2010
ROSANGELA DIAS GUERREIRO 00066 000831/2010
00088 002215/2010
ROGéRIO GROHMANN SFOGGIA 00104 001027/2011
00105 001028/2011
ROSANGELA CRISTINA BARBOSA SLEDER 00039 000390/2009
SEBASTIAO COUTO DE REZENDE 00005 000366/2005
00006 000309/2006
SIBELLY PINHEIRO 00008 000401/2006
00037 000286/2009
SILVANIA MARIA BOLZON 00124 001628/2011
SANCIA AFONSO CORREA GOUVEIA 00046 000796/2009
00080 001944/2010
00136 001859/2010
TADEU CERBARO 00074 001005/2010
TARCIZIO FURLAN 00103 000992/2011
TATIANA CRISTINA SILVESTRE 00033 000095/2009
00042 000581/2009
TATIANA TAVARES DE CAMPOS 00018 000031/2008
VALDECIR PAGANI 00017 000609/2007
00041 000511/2009
WAGNER PEREIRA BORNELLI 00016 000608/2007
00029 000536/2008

1. DECLARATORIA-78/1999-ESPOLIO DE REINALDO CAVICHIOLLI e outro x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A- Diante do exposto, julgo procedente o pedido inicial e, via de consequência, determino que o requerido conceda o alongamento da divida dos autores advinda da cédula rural pignoraticia e hipotecaria no valor de R$ 241.166,65, nos termos e limites do art. 5º e parágrafos da lei 9.138/95. Assim sendo, concedo o prazo de 30 dias para o requerido apresentar o termo aditivo com as condições aqui determinadas, sob pena de multa diária. Condeno o requerido ao pagamento de custas e despesas processuais e honorários advocatícios, cuja verba arbitro em R$ 5.000,00. -Advs. LEILA MARIA TAVARES, JOSE BARBOSA, CUSTODIA SOUZA DOS SANTOS CORTEZ e Jamil Josepetti Junior-.

2. ACAO MONITORIA-332/2001-BANCO DO BRASIL S/A. x LEAL & PALMIERI LTDA. e outros- Ao autor, em cinco dias, sobre a certidão de fls. 223. -Adv. Jose Francisco Pereira-.
3. FALENCIA-387/2004-COLOIL-IND.E COM.DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA. x SHAMAR-IND.E COM.DE ALIMENTOS LTDA.- Às partes, em cinco dias, sobre as respostas aos oficios expedidos. -Advs. NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ, ANA LUCIA MACEDO MANSUR e Leonardo Sakai-.
4. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-328/2005-COCOMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x MARILENE ANDREOTTI ROSALES e outro- Às partes, em cinco dias, sobre o novo cálculo do contador. -Advs. Jose Marega, Jose Gonzaga Soriani e MARCIONE PEREIRA DOS SANTOS-.
5. ACAO DE DEPOSITO-366/2005-ANTONIO BOSCHE x GRANOCENTER-COM.IMPORT.EXPORT.PROD.AGROPECUARIOS e outro- Por ora indefiro o pedido de fls. 226/227, tgendo em vista que a intimação do requerido quanto a penhora no rosto dos autos feita às fls. 224 não restou frutífera. Assim sendo, renove-se a intimação através de carta precatória. Ao exequente, em cinco dias, retirar precatória para cumprimento. -Advs. Henrique Lauriano de Souza, Marcelo Costa e SEBASTIAO COUTO DE REZENDE-.
6. ACAO DE DEPOSITO-309/2006-JOSE HERNANDES SOARES x GRANOCENTER-COM.IMP.E EXP.PRODUTOS AGROPECUARIOS L e outro- Por ora indefiro o pedido de fls. 165/166, tendo em vista que a intimação do requerido quanto a penhora no rosto dos autgos feita às fls. 163 não restou frutífera. Assim sendo, renove a intimação para apresentação de impugnação, expedindo-se carta precatória. Ao exequente, em cinco dias, retirar precatória para cumprimento. -Advs. Henrique Lauriano de Souza, SEBASTIAO COUTO DE REZENDE e Marcelo Costa-.
7. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-319/2006-EDMUNDO GROCHOWSKI x ONDINA BAHULI SALA e outros- A parte interessada foi intimada através de advogado por 03 vezes e também intimado pessoalmente a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente, que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse o prazo assinado, sem providência. Em consequência, julgo extinta a presente execução, com fundamento no artigo 267, inciso III, c/c art. 267, 1º, ambos do CPC. Condeno o requerente ao pagamento das custas e despesas processuais. Sem arbitramento de honorários advocatícios. -Advs. ODAIR MARIO BORDINI e PATRICK FRANCO-.
8. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-401/2006-BANCO FINASA S/A x ELIO MAGALHAES DOS SANTOS- Julgo extinta a presente execução, ante o cumprimento da obrigação estabelecida em sentença. Sem custas e sem arbitramento de honorários. -Advs. PEDRO PAULO PEDROSA, IVAN PEGORARO, ELCIO PINHEIRO e SIBELLY PINHEIRO-.
9. ACAO ORDINARIA-721/2006-ALBERTO BORTOLI e outros x COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL- Aos autores, em cinco dias, sobre o pagamento efetuado. -Advs. MAURO VIGNOTTI, ELIETE MARIA DE CARVALHO SCHIAVONI e DENISE AKEMI MITSUOKA-.
10. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-21/2007-BANCO DO BRASIL S/A x AMAURY GABRIEL FILHO- Ao exequente, em cinco dias, sobre a certidão do Oficial de Justiça que deixou de proceder ao reforço de penhora por não encontrar bens livres. -Advs. Jose Marega e Jose Gonzaga Soriani-.
11. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-22/2007-BANCO DO BRASIL S/A x AMAURY GABRIEL FILHO e outro- Ao exequente, em cinco dias, sobre a certidão do Oficial de Justiça que deixou de proceder ao reforço de penhora por não encontrar bens livres. -Advs. Jose Marega e Jose Gonzaga Soriani-.
12. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-34/2007-HSBC BANK BRASIL S.A.-BANCO MULTIPLO x AMAURY GABRIEL FILHO e outro- Praceamentos para os dias 24/11 e 06/12/2011, às 16:30 horas. Ao exequente, em cinco dias, retirar edital para publicação e efetuar pagamento de diligência intimatória. -Advs. Jamil Josepetti Junior, Jairo Antonio Gonçalves Filho e CESAR AUGUSTO DE FRANÇA-.
13. ACAO MONITORIA-166/2007-HSBC BANK BRASIL S.A.-BANCO MULTIPLO x RENATA CRISTINA CARBONE GABRIEL- Ao exequente, em cinco dias, sobre a certidão do Oficial de Justiça quanto a não localização de bens penhoráveis livres. -Advs. Jamil Josepetti Junior e Jairo Antonio Gonçalves Filho-.
14. AÇAO DE COBRANÇA-328/2007-IZAURA PINTO GIROTTO e outros x BANCO DO BRASIL S/A- Conheço os embargos de declaração interpostos às fls. 448/450, por tempestivos, porém, os rejeito, pois não há obscuridade, contradição ou omissão na sentença prolatada, sendo que os argumentos apresentados pelos embargantes tem o condão de modificar a decisão prolatada, situação esta que deve ser feita através de recurso próprio. Mantenho, pois, a sentença, tal como foi lançada. -Advs. Luiz Carlos Sanches e JOSÉ IVAN GUIMARÃES PEREIRA-.
15. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-573/2007-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x JOAQUIM LEITE SOBRINHO- Ao exequente, em 10 dias, para apreseentação de cálculo do valor restante a ser executado (honorários + multa de 10%). Ao exequente, sobre o prosseguimento do feito, em 10 dias. -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e Henrique Lauriano de Souza-.
16. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-608/2007-BANCO DO BRASIL S.A. x HUMBERTO MORESCHI NETO e outros- Designo o dia 31/10/2011, às 14:00 horas, para realização de audiência de conciliação. Partes intimadas nas pessoas dos respectivos advogados para comparecimento ao ato. -Advs. MARCELO DANTAS LOPES, Lutero de Paiva Pereira, Wagner Pereira Bornelli, Paulo de Tarso Ribeiro de Castro, ADRIANO ROGERIO PATUSSI, ALEXANDRE PEREIRA BORNELLI e Fabio Lamonica Pereira-.
17. ACAO ORDINARIA-609/2007-MILTON ROMAO TROFINO x GRANOCENTER-COM.IMP.E EXP. DE PROD.AGROP. LTDA.- Diante do exposto, julgo totalmente improcedente o pedido inicial e, via de consequência, deixo de declarar a anulabilidade da cédula de produto rural, cuja cópia consta às fls. 51/54, ante a inexistência de irregularidade na sua constituição e origem ante a inexistência de vicio de consentimento por parte do requerente na assunção da obrigação nela retratada, não havendo que se falar em indenização por dano moral, ante a ausência de ato ilicito gerador para tanto. Condeno o requerente ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios ao procurador do assistente litisconsorcial, os quais fixo em R$ 2.800,00. Deixo de condenar o requerente ao pagamento de honorários ao requerido, ante a ausência de litigio, ante a revelia do mesmo. -Advs. Ivan Aparecido Ruiz, Belmiro Jorge Patto e Valdecir Pagani-.
18. ACAO ORDINARIA-31/2008-EDSON ESTEVES CANEDO e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- Diga a parte requerida, em cinco dias, se tem interesse no pagamento dos honorários periciais, tendo em vista que os autores são beneficiários da justiça gratuita. -Advs. TATIANA TAVARES DE CAMPOS e CESAR AUGUSTO DE FRANÇA-.
19. ACAO ORDINARIA-35/2008-LUCINEIA FURLAN ALVES e outros x SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- Às partes, em cinco dias, sobre a proposta de honorários periciais (R$ 12.000,00). -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, HUGO FRANCISCO GOMES, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, KARINA HASHIMOTO, Nelson Luiz Nouvel Alessio e ILZA REGINA DEFILIPPI DIAS-.
20. DESAPROPRIACAO-137/2008-MUNICIPIO DE SAO JORGE DO IVAI-PR x ESPOLIO DE MICHEL FELIPPE e outro- Às partes, em cinco dias, sobre a informação de fls. 163. -Advs. Jose Carlos Goncalves Magro e EDSON MITSUO TIUJO-.
21. DECLARATORIA NULIDADE ATO JR.-0000339-27.2008.8.16.0108-MARILEY APARECIDA GIMENEZ x JOSÉ CARLOS TREVISAN e outros- À autora, em cinco dias, ante o decurso do prazo de 15 dias sem pagamento. -Adv. RICARDO HIDEYUKI NAKANISHI-.
22. ORDINARIA DE INDENIZACAO-182/2008-ROBSON CORDEIRO GONCALVES e outro x CLUB DE CACA E PESCA DE MARINGA- Ao exequente, em 10 dias, sobre a exceção de preexecutividade. -Adv. ARLINDO TEIXEIRA-.
23. ACAO ORDINARIA-183/2008-MARCELO HIROSHI KUMASAKA x LAURO SUMIO KUMASAKA e outro- Diante do exposto, rejeito as preliminares processuais arguidas e, no mérito, julgo parcialmente procedente o pedido inicial, para o de declarar como antecipação de legitima o ato de compra dos imóveis descritos nos itens 01 a 03, ante a aquisição com recursos próprios do Sr. Fumio Kumasaka, e não do requerido Lauro Kumasaka, devendo, pois, serem trazidos à colação e incluidos no rol dos bens a serem partilhados entre todos os herdeiros e, não estando os respectivos imóveis na propriedade do requerido, esse deve pagar o valor equivalente, a fim de se resguardar os direitos de terceiros, b em como condeno o requerido ao pagamento de indenização por perdas e danos, por não terem os herdeiros usufruidos dos bens que lhe pertenciam por direito, valor este que deverá ser arbitrtado em liquidação de sentença por artigos. Deixo de declarar como sonegados os bens descritos e, consequente, de condenar os requeridos nas penas do art. 1992 do CC, visto não estar caracterizado o dolo de sonegar, devendo permanecer inalterada a sua legitima e respectivo direito de partilha. Havendo sucumbência mínima por parte do requerente, condeno os requeridos ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como ao pagamento de honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 5.000,00. -Advs. EDSON ELIAS DE ANDRADE, Messias Queiroz Uchoa e ODAIR MARIO BORDINI-.
24. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-288/2008-JOSE OLAERTE GRANZOTTO x BANCO ITAU S/A- Ao exequente, em 10 dias, sobre o prosseguimento do feito. -Adv. RAFAEL GRANZOTTO MUZULON-.
25. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-372/2008-DELTA FERTILIZANTES LTDA. x SIDNEY MAZZEI SIMONI- À exequente, em cinco dias, proceder ao pgamento de diligência de penhora. -Adv. MARCO AURÉLIO DE OLIVERIA-.
26. ACAO ACIDENTARIA-377/2008-ANTONIA MARTA ALVES x INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL- Ante o teor da informação de fls. 126, digam as partes, em 05 dias, se ainda têm interesse na produção de prova pericial. -Advs. CARMEM LUCIA BASSI e RITA DE CASSIA BASSI FONFIM-.
27. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-449/2008-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA x VILMARA DE FATIMA VALLES- Ao autor, em cinco dias, sobre a certidão de fls. 121. -Advs. RODRIGO RUH e RICARDO RUH-.
28. ACAO PREVIDENCIARIA-0000319-36.2008.8.16.0108-AUGUSTA MASCHIETTO TIAGO e outros x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS- Aos autores, em cinco dias, sobre o cálculo de fls. 178/179. -Adv. IZAIAS LINO DE ALMEIDA-.
29. EMBARGOS A EXECUCAO-536/2008-HUMBERTO MORESCHI NETO e outros x BANCO DO BRASIL S.A.- Recebida a apelação adesiva em ambos os efeitos. Aos embargantes/apelados, em 15 dias, para oferecimento de contrarrazões. -Advs. Lutero de Paiva Pereira, Wagner Pereira Bornelli e MARCELO DANTAS LOPES-.
30. PRESTACAO DE CONTAS-608/2008-GRANOCENTER-COM. IMPORT. E EXPORTACAO DE PRODUTOS x HSBC - BANK BRASIL S/A- Às partes, em cinco dias, sobre a proposta de honorários periciais (R$ 5.440,00). -Advs. Jose Francisco Pereira, Marcelo Costa, Jamil Josepetti Junior e Jairo Antonio Gonçalves Filho-.
31. AÇAO DE COBRANÇA-717/2008-JOSE SANCHES e outro x BANCO BRADESCO S/A- Deferido o prazo de 05 dias para manifestação acerca do petitório de fls. 151/152. -Adv. NEWTON DORNELES SARATT-.
32. AÇAO DE COBRANÇA-60/2009-ALENCAR EMILIO DE TOLEDO e outros x HSBC - BANK BRASIL S/A- Lavrado termo de penhora da quantia de R$ 793,19, decorrente de bloqueio junto ao BacenJud em contas de titularidade de Leonardo Zvinokievicz, Victorio Verzola, Alencar Emilio de toledo, Jarir Bertolo, Otacilio de Oliveira, Sulina Maria de Azevedo, Florinda Aparecida Chavenco, Idete Osmarina Bidurin e Norivaldo Meireles Leite, no valor de R$ 83,04 cada um e Eva Carlos

Tiburcio no valor de R$ 45,83. -Advs. ROGERIO GUEDES PEREIRA e Izabela Rucker Curi Bertoncello-.

33. ACAO PREVIDENCIARIA-95/2009-VERA LUCIA PELETERO FIALHO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Ante a concordância tácita do requerido, homologo o cálculo de fls. 171/172, no valor total de R$ 14.989,19. -Advs. IZAIAS LINO DE ALMEIDA e TATIANA CRISTINA SILVESTRE-.

34. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-178/2009-HSBC - BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x REINALDO BARIAN BOLONHEIS e outro- Homologado o acordo na forma pactuada. -Advs. Jamil Josepetti Junior, Jairo Antonio Gonçalves Filho e REINALDO BOLONHEIZ JUNIOR-.

35. ACAO PREVIDENCIARIA-279/2009-ROSARIA DIAS DE FREITAS RODRIGUES x INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- Recebida a apelação em ambos os efeitos. À autora apelada, em 15 dias, para oferecimento de contrarrazões. -Adv. IZAIAS LINO DE ALMEIDA-.

36. SUMARIA DE COBRANCA-0000523-46.2009.8.16.0108-JOSE CARLOS MUNIZ x BANCO ABN AMRO REAL S/A- Ao exequente, em cinco dias, sobre o pagamento efetuado. -Adv. ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN-.

37. ACAO DE MODIFICACAO DE GUARDA-286/2009-P.C.O. e outros x C.P.M.- Agendado para o dia 10/10/2011, às 14:00 horas, para início das avaliações pela psicóloga nomeada, junto à Escola Especial Pelicano - APAE. -Advs. Conceição Aparecida de Castro, ELCIO PINHEIRO e SIBELLY PINHEIRO-.

38. ACAO DE ALIMENTOS-313/2009-L.H.M.A. x A.A.M.- Julgado extinto o feito por perda de objeto, tendo em vista que as partes pactuaram pensão alimentícia nos autos de Divórcio nº 1175/10. -Advs. Nelson Merlini e DIRCEU BORGES FILHO-.

39. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-390/2009-SOLOMAR LTDA. x JOSE LUIZ CAMILO- Praceamentos designados para os dias 24/11 e 06/12/2011, às 16:30 horas. À exequente, em cinco dias, retirar edital para publicação, ofícios para postagem e efetuar pagamento de diligência intimatória. -Adv. Rosangela Cristina Barbosa Sleder-.

40. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL-485/2009-E.C.O.R. x N.S.R.- Ao autor, em cinco dias, proceder pagamento de custas (R$ 271,66 da escrivania cível; R$ 42,83 do contador e R$ 20,00 de taxa judiciária), sob pena de execução. -Adv. NILO NORONHA DIAS-.

41. EX.P/ENTREGA DE COISA INCERTA-511/2009-ANTONIO WALDEMAR GUIDELLI x APARECIDA MARIA M. FORASTIERO e outro- Ao exequente, em cinco dias, sobre a certidão do Oficial de Justiça quanto a não localização do soja. -Adv. Valdecir Pagani-.

42. ACAO PREVIDENCIARIA-581/2009-LEONILDO GOMES DE OLIVEIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- Recebida a apelação em ambos os efeitos. Ao autor/apelado, em 15 dias, para oferecimento de contrarrazões. -Advs. IZAIAS LINO DE ALMEIDA e TATIANA CRISTINA SILVESTRE-.

43. ACAO ORDINARIA APOSENTADORIA-587/2009-ISMAEL PEDRO LOURENÇO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- Recebida a apelação da parte ré em ambos os efeitos. Ao autor, em 15 dias, para oferecimento de contrarrazões. -Adv. IZAIAS LINO DE ALMEIDA-.

44. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-680/2009-BV FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO x SERGIO MADUREIRA- Ao autor, em 48:00 horas, promover o andamento do feito sob pena de extinção e arquivamento. -Adv. Flavio Santanna Valgas-.

45. DIVORCIO-718/2009-M.V.Z.S. x E.J.S.- À autora, em cinco dias, retirar ofício para postagem. -Adv. DOMINGOS ZAVANELA JUNIOR-.

46. SEPARACAO JUD. CONTENCIOSA-796/2009-R.G.C.S. x J.A.S.- À autora, em cinco dias, retirar mandado de averbação. -Advs. Sancia Afonso Correa Gouveia e Leonardo Sakai-.

47. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-802/2009-BANCO DO BRASIL S.A. x OAHU INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA e outros- Ao exequente, em cinco dias, proceder pagamento de diligência visando a penhora e avaliação. -Adv. Louise Rainer Pereira Gionédis-.

48. INVENTARIO-822/2009-MAECIR MENDES DE LIMA SIQUEIRA x MARIO NUNES SIQUEIRA- À inventariante, em cinco dias, retirar formal de partilha. -Adv. LEINADIR CASARI DA SILVA-.

49. EMBARGOS A EXEC. SENTENCA-0000152-48.2010.8.16.0108-MARCOS BATISTTI ARCHER e outro x ALBERTO BAGGIO NETO e outros- Diante do exposto, rejeito os embargos à execução de sentençca, e, via de consequência, deixo de reconhecer a ilegalidade da aplicação do indice de correção monetária e dos juros aplicados sobre o débito principal a partir do transito em julgado, bem como deixo de reconhecer a inaplicabilidade da multa prevista no art. 475 - J do CPC e da ocorrência de litigância de má-fé pelas partes, devendo a execução prosseguir, levando--se em conta o débito principal a título de honorários advocatícios e custas e depesas processuais relacionadas às fls. 44/45, corrigidos monetariamente pelo IPC;IGP-DI desde a data do arbitramento em relação aos honorários e desde a data do desembolso em relação às custas e depesas processuais; acrescido de juros moratórios a partgir do transito em julgado, na proporção de 1% ao mês, incidindo-se a multa prevista no art. 475 - J do CPC. Condeno a parte embargante ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios, estes arbitrados em R$ 800,00, sem prejuízo do valor arbitrado á tal título no processo executório. - -Advs. HEBER MARCELO GOMES DA SILVA e ROLF KOERNER JUNIOR-.

50. REINTEGRACAO DE POSSE-0000222-65.2010.8.16.0108-BANCO FINASA BMC S. A. x ODAIR CANDIDO BROBOWSKI- O requerente, por meio do petitório de fls. 77/80 e documentos de fls. 81/82, requer conversão da ação de reintegração de posse em ação de execução de título extrajudicial. ... Assim sendo, pelos motivos acima expostos indefiro o pedido de conmversão desta ação em execução de titulo extrajudicial. Sobre o prosseguimento do feito, diga o requerente, no prazo de 10 dias (integra da decisão no site do TJ - publique-se). -Advs. MILKEN JACQUELINE CENERINI e Flavio Santanna Valgas-.

51. REPARACAO DANOS MORAIS-0000344-78.2010.8.16.0108-VALDIR JOSE SILVINO x OASIS-SUPERMERCADO LTDA.EPP- Às partes, em cinco dias, sobre a proposta de honorários periciais (R$ 4.000,00). -Advs. João Bruno Dacome Bueno e ARLINDO TEIXEIRA-.

52. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000380-23.2010.8.16.0108-ORASIL ANTONIO VOLPATO x BANCO BANESTADO S/A- Indefiro (fls. 227/228), pois as decisões citadas não possuem repercussão geral e não cabe a este juízo conceder efeito suspensivo, por falta de previsão legal. Expeça-se autorização de saque. -Advs. FABIO JUNIOR OLIVEIRA MARTINS, EDIVAR MINGOTI JUNIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

53. ACAO DE ALIMENTOS-0000441-78.2010.8.16.0108-A.J.C.G. x B.V.G.- Antes de analisar o petitório de fls. 126/127, responda-se o ofício de fls. 125, juntando cópia dos documentos apresentados às fls. 122/124. -Advs. FABIO JUNIOR OLIVEIRA MARTINS e Marli de Fátima da S. Corsi-.

54. ACAO ORDINARIA APOSENTADORIA-0000553-47.2010.8.16.0108-HELENA MARIA VOLPATO REINALDO x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS- Diante do exposto, julgo procedente o pedido inicial e, via de consequência, reconheço que a requerente exerceu atividades rurais no período de 13/11/71 a 10/03/05. de forma descontínua e, condeno o INSS a conceder a autora aposentadoria por idade, efetuando o pagamento no valor mensal correspondende desde a DER, sendo que as parcelas vencidas, a serem pagas pelo INSS deverão ser corrigidas nometariamente pelos indices oficiaisd e jurisprudencialmente aceitos. Nesses períodos os juros de mora devem ser fixados à taxa de 1% ao mês a contar da citação com base no art. 3º do Decreto Lei 2.322/87, aplicável analogicamente aos beneficios pagos com atraso, tendo em vista seu carater eminentemente alimentar, consoantge firme entendimento conssagrado na jurisplrudência do STJ.Para fins de atualização monetária e juros havera a incidência, uma única vez, até o efetgivo pagamento dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, observada a prescrição quinquenal. Deixo de reconhecer o período de 11/03/2005 a 2009, vez que a requerente não apresentou prova material do trabalho rural alegado. Condeno o requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios, cuja verba arbitro em 15% sobre o valor da condenação. -Adv. IZAIAS LINO DE ALMEIDA-.

55. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000599-36.2010.8.16.0108-OLICIO GAMBI x BANCO BANESTADO S/A- Ao exequente, em 10 dias, sobre o prosseguimento do feito. -Advs. FABIO JUNIOR OLIVEIRA MARTINS e EDIVAR MINGOTI JUNIOR-.

56. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000633-11.2010.8.16.0108-MARGARETE QUADRELLI PINHEIRO e outro x BANCO BANESTADO S/A- Indefiro (fls. 235/236), pois as decisões citadas não possuem repercussão geral e não cabe a este juízo conceder efeito suspensivo, por falta de previsão legal. Expeça-se autorização de saque do valor constante do depósito de fls. 231. -Advs. FABIO JUNIOR OLIVEIRA MARTINS, EDIVAR MINGOTI JUNIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

57. REVISIONAL DE CONTRATO-0000651-32.2010.8.16.0108-DOMINGOS CALVO x BANCO CNH CAPITAL S/A- Diante do exposto, confirmo a tutela antecipada concedida e julgo parcialmente procedente e, via de consequência, declara o direito do requerente à prorrogação da dívida constante na cédula de crédito rural 200400217-7/001 e aditivo, constantes às fls. 134/148, ante o preenchimento dos requisitos exigidos pela Resolução 3.376 do Bacen, sendo que o prazo de pagamento será em até 05 anos, com 12 meses de carência, contados do vencimento estabelecido no último ajuste para a premeira prestação, em parcelas anuais, iguais e sucessivas de 2007 a 2011. Concedo o prazo de 30 dias para o requerido apresentar o termo aditivo com as condições aqui determinadas, sob pena de multa diária, nos termos do art. 461 do CPC. Deixo de declarar ilegal a cobrança da taxa denominada " spread de risco", tendo em vista que foi pactuada pelas partes, como se observa às fls. 29, in fine, sendo que a mema é totalmente legal. |Havendo sucumbência mínima por parte do autor, aliado à revelia, condeno o requerido ao pagamento dasd custas e despesas processuais e honorários advocatícios no valor de R$ 10.000,00. -Advs. MAURO VIGNOTTI, CRISTIANO PELEK e MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER-.

58. REVISIONAL DE CONTRATO-0000652-17.2010.8.16.0108-DOMINGOS CALVO x BANCO CNH CAPITAL S/A- Diante do exposto, confirmo a tutela antecipada concedida e julgo parcialmente procedente o pedido inicial e, via de consequência, declaro o direito do requerente à prorrogação da dívida constante na cédula de crédito rural 200300748-3/001 e aditivo, constantes às fls. 138/149, ante o preenchimento dos requisitos exigidos pela Resolução 3.376 do Bacen, sendo que o prazo de pagamento será de até 05 anos, com 12 meses de carência, contados do vencimento estabelecido no último ajuste para a primeira prestação, em parcelas anuais, iguais e sucessivas de 2007 a 2011, nos termos do inciso III do art. 1º da resolução 3.376 do Bacen. Concedo o prazo de 30 dias para o requerido apresentar o termo aditivo com as condições aqui determinadas, sob pena de multa diária. Deixo de declarar ilegal a cobrançca da taxa denominada " spread de risco", tendo em vista que foi pactuada pelas partes, como se observa às fls. 31, in fine, sendo que a mesma é totalmente legal. Havendo sucumbência mínima por parte do autor, aliado à revelia, condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios no valor de R$ 8.000,00. -Advs. MAURO VIGNOTTI, CRISTIANO PELEK, MARLI R. TABORDA e MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER-.

59. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000679-97.2010.8.16.0108-OLIVIA GIMENEZ VENTURELLI e outro x BANCO BANESTADO S/A- Diante do exposto, rejeito a presente exceção de prescrição, pois aplica-se no caso de execução da ação civil pública 38765/98 o prazo prescricional da ação principal, ou seja, de 10 anos. Rejeito a presente exceção de prescrição, pois as matérias

alegadas pelo excipiente não são de ordem pública, lembrando-se que o argumento de excesso à execução não é matéria passivel a alegação por meio da exceção de preexecutividade, haja vista a necessidade de produção de provas, situação não admitida neste procedimento. Sobre o prosseguimento do feito manifeste-se o exequente, no prazo de 10 dias. -Advs. FABIO STECCA CIONI, LEANDRO DEPIERI e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

60. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000708-50.2010.8.16.0108-MOACIR GHIRARDI x BANCO BANESTADO S/A- Sobre a exceção de preexecutividade manifeste-se o exequente, no prazo de 10 dias. -Advs. EDIVAR MINGOTI JUNIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

61. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000710-20.2010.8.16.0108-ICLEA SELEGIN LOPES x BANCO BANESTADO S/A- À exequente, em 10 dias, sobre a exceção de preexecutividade. -Adv. EDIVAR MINGOTI JUNIOR-.

62. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000711-05.2010.8.16.0108-JOSE LUIZ BERGAMO x BANCO BANESTADO S/A- Ao executado, em cinco dias, proceder a conversão das quotas penhoradas por dinheiro. Indefiro (fls. 244/245), pois as decisões citadas não possuem repercussão geral e não cabe a este juízo conceder efeito suspensivo, por falta de amparo legal. -Advs. EDIVAR MINGOTI JUNIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

63. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000715-42.2010.8.16.0108-GLEICIANE RODRIGUES SELEGUIN x BANCO BANESTADO S/A- À exequente, em cinco dias, proceder pagamento de diligência de penhora. -Adv. EDIVAR MINGOTI JUNIOR-.

64. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000719-79.2010.8.16.0108-JAIR LOPE DA CRUZ x BANCO BANESTADO S/A- Ao exequente, em 10 dias, sobre a exceção de preexecutividade. -Adv. EDIVAR MINGOTI JUNIOR-.

65. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000801-13.2010.8.16.0108-LEONICE BANDEIRA x BANCO BANESTADO S/A- Indefiro (fls. 245/246), pois as decisões citadas não possuem repercussão geral e não cabe a este juízo conceder efeito suspensivo, por falta de previsão legal. Expeça-se autorização de saque. -Advs. FABIO JUNIOR OLIVEIRA MARTINS, EDIVAR MINGOTI JUNIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

66. ACAO ORDINARIA-0000831-48.2010.8.16.0108-FABIO GOMES DE OLIVEIRA x LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A- Ante a concordância do requerido em arcar com o ônus da prova pericial, concedo o prazo de 20 dias para pagamento dos honorários periciais arbitrados às fls. 418/420 (R$ 1.500,00). Sem prejuízo ante os argumentos novos expostos às fls. 429/434, intime-se a Caixa Econômica Federal e a União para dizer no prazo de 15 dias, se possum interesse no feito. À requerida, em cinco dias, retirar correspondências intimatórias para postagem. -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA, ROSANGELA DIAS GUERREIRO e MAYKON PEREIRA RANGEL-.

67. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000853-09.2010.8.16.0108-ANA MARIA DE MOURA x BANCO BANESTADO S/A- Diante do exposto, rejeito a presente excceção de prescrição, pois as matérias alegadas pelo excipiente não são de ordem pública, lembrando-se que o argumento de excesso á execução não é matéria passivel a alegação por meio de exceção de preexecutividade, haja vista a necessidade de produção de provas, situação não admitida neste procedimento. Em prosseguimento do feito, autorizo o levantamento do valor depositado às fls. 209, condicionada a expedição de alvará em nome do procurador no caso de apresentação de prestação de contas, no prazo de 30 dias. -Advs. EDIVAR MINGOTI JUNIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

68. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000923-26.2010.8.16.0108-CLAUDIO BORDIGNON x BANCO BANESTADO S/A- Ao exequente, em 10 dias, sobre o prosseguimento do feito. -Adv. EDIVAR MINGOTI JUNIOR-.

69. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000926-78.2010.8.16.0108-ELIZABETH AKIKO MAKINO WASSANO x BANCO BANESTADO S/A- Ao executado, em 05 dias, proceder a conversão das quotas penhoradas por dinheiro, mediante depósito judicial. Indefiro (fls. 196/197), pois as decisões citadas não possuem repercussão geral e não cabe a este juízo concedder efeito suspensivo, por falta de previsão legal. -Advs. EDIVAR MINGOTI JUNIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

70. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000929-33.2010.8.16.0108-OCIMAR ANTONIO FURLAN x BANCO BANESTADO S/A- Ao exequente, em 10 dias, sobre o prosseguimento do feito. -Adv. EDIVAR MINGOTI JUNIOR-.

71. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000949-24.2010.8.16.0108-NEIDE BACARIN ERNESTO x BANCO BANESTADO S/A- Indefiro (fls. 173/177) pelas mesmas razões da decisão de fls. 167. Ao executado, em cinco dias, proceder a transferência do numerário bloqueado, sob pena de penhora na boca do caixa da instituição financeira local. -Advs. FABIO JUNIOR OLIVEIRA MARTINS, EDIVAR MINGOTI JUNIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

72. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0000991-73.2010.8.16.0108-LUIZ MELATO x BANCO BANESTADO S/A- Indefiro (fls. 179/180), pois as decisões citadas não possuem repercussão geral e não cabe a este juízo conceder efeito suspensivo, por falta de previsão legal. Ao exequente, em cinco dias, efetuar pagamento de diligência visando a penhora. -Advs. EDIVAR MINGOTI JUNIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

73. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0001000-35.2010.8.16.0108-JOAQUIM PEREIRA x BANCO BANESTADO S/A- Indefiro (fls. 175/176), pois as decisões citadas não possuem repercussão geral e não cabe a este juízo conceder efeito suspensivo, por falta de previsão legal. Ao exequente, em cinco dias, proceder pagamento de diligência visando a penhora. -Advs. EDIVAR MINGOTI JUNIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

74. ACAO DECLARATORIA ORDINARIA-0001005-57.2010.8.16.0108-JOSE MARTINS GALHARDO e outros x BANCO DO BRASIL S/A- Às partes, em cinco dias, ante o decurso do prazo de suspensão do feito. -Advs. MARCELO AYRES DENA, ROBSON FERREIRA DA ROCHA, ELOI CONTINI e TADEU CERBARO-.

75. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0001237-69.2010.8.16.0108-JOAQUIM DONIZETE PINHEIRO x BANCO DO BRASIL S.A- Indefiro o pedido de fls. 90/91, pois desacompanhado de fundamentos ou documentos comprobatórios do alegado (cálculo). Sobre o prosseguimento do feito manifeste-se o exequente, no prazo de 10 dias. -Advs. João Bruno Dacome Bueno e Louise Rainer Pereira Gionédis-.

76. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0001262-82.2010.8.16.0108-BV FINANCEIRA S.A. CRED. FINANC. INVESTIMENTO x CLEVERSON JOAO TAVARES- O presente processo encontra-se paralisado há mais de trinta dias, sem providência da parte autora, a qual, inclusive, intimada pessoalmente a promover o andamento do feito sob pena de extinção e arquivamento, deixou transcorrer o prazo sem qualquer providência. Em consequência, julgo extinta a presente açãop de busca e apreensão, com fundamento no art. 267, III do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais. -Adv. JULIANA RIGOLON DE MATOS-.

77. AÇAO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0001344-16.2010.8.16.0108-RAIMUNDO MARTINS e outro x BANCO BANESTADO S/A- Acolho a prestação de contas de fls. 204/207 e defiro o requerimento de fls. 203. Julgo extinta a presente execução, ante o cumprimento integral da obrigação. Sem custas e sem arbitramento de honorários. -Advs. FABIO STECCA CIONI, LEANDRO DEPIERI e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

78. ACAO PREVIDENCIARIA-0001638-68.2010.8.16.0108-MARIA APARECIDA DE LIMA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- Deixo de designar audiência de conciliação, pois as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável sua obtenção, de modo que passo a sanear o processo e a ordenar a produção da prova. Pontos controvertidos: renda da família da autora. Presentes os pressupostos processduais e as condições da ação, nmão havendo preliminares a serem analisadas declaro o feito saneado. Defiro a produção de provas requeridas tempestivamente pelas partes, consistente em depoimento pessoal da autora e oitiva de testemunhas já arroladas pelas partes e as que vierem a ser arroladas no prazo do art. 407 do CPC, sendo que indefiro o pedido de produção de prova pericial, pois a deficiência da autora não foi contestada pela parte requerida. Audiência de instrução e julgamento para o dia 09/11/2011, às 14:30 horas. -Adv. ROBISON CAVALCANTI GONDASKI-.

79. ACAO DE DEPOSITO-0001783-27.2010.8.16.0108-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ADONIAS DE SOUZA LIMA- É caso de julgamento do processo no estado em que se encontra. -Adv. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA-.

80. MANDADO DE SEGURANCA-0001944-37.2010.8.16.0108-CREDNEWS CORRETORA DE VEICULOS LTDA ME x PREFEITO MUNICIPAL DE MANDAGUACU- Tendo em vista que os presentes autos versam sobre matéria vinculada ao contrato de exclusividade de empréstimo consignado em folha de pagamento de funcionários, firmado entre a Prefeitura e o Banco do Brasil, dando exclusividade a este último para tal prática, em relação ao funcionalismo público municipal, verifica-se a necessidade d formação de um litisconsórcio necessário no polo passivo, a fim de que o Banco do Brasil, o qual tem interese na demanda, possa se manifestar. ... Assim sendo, converto o julgamento em diligência. Cite-se o Banco do Brasil na condição de litisconsórcio passivo necessário. À impetrante, em cinco dias, efetuar pagamento de diligência citatória (R$ 31,00). -Advs. Leonardo Sakai, Sancia Afonso Correa Gouveia, FERNANDO CESAR ROCCO e Eduardo Luiz Goffi Junior-.

81. DECLARATORIA-0001966-95.2010.8.16.0108-ANGEL CLUB INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA ME x VIVO S/A e outro-Digam as partes se há possibilidade de conciliação e se pretendem produzir mais provas, inclusive em audiência, especificando-as e indicando sua utilidade, no prazo de 05 dias, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra. -Advs. CARLA S.BORGOGNONI AQUARONI, Luiz Carlos Sanches, Eduardo Luiz Goffi Junior e Louise Rainer Pereira Gionédis-.

82. ACAO DE OBRIGACAO DE FAZER-0001974-72.2010.8.16.0108-CREDEILSON APARECIDO OLIVEIRA x UNIMED DE MARINGA-COOP. DE TRABALHO MEDICO- Às partes, em cinco dias, sobre a proposta de honorários periciais (R$ 1.090,00). -Advs. Eduardo Luiz Goffi Junior e FABIO BITTENCOURT FERRAZ DE CAMARGO-.

83. Impugnacao a Assit.Judiciaria-0002056-06.2010.8.16.0108-GILMAR CADAMURO x MARCELA CANTAGALLI- Recebo a apelação de fls. 40;50 somente no efeito devolutivo. Ao apelado para, querendo contraarrazoar no prazo de 15 dias. -Advs. LUCIANO HENRIQUE DE SOUZA GARBIM, LUIZ EDUARDO VOLPATO e PAULO ROBERTO LEONEL FELIPE-.

84. ACAO PREVIDENCIARIA-0002075-12.2010.8.16.0108-MARIA PECILA DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Deixo de designar audiência de conciliação, pois as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável sua obtenção. Pontos controvertidos: a) prova de efetivo exercício de atividade rural; b) necessidade ou não de filiação ao regime da previdência para obtenção do benefício. Declaro o feito saneado. Defiro a produção de provas requeridas tempestivamente pelas partes, consistente em juntada de documentos novos e prova oral, consistente em depoimento pessoal da requerente e oitiva de testemunhas já arroladas e as que vierem a ser arroladas no prazo do art. 407 do CPC. Audiência de instrução e julgamento para o dia 09/11/2011, às 13:30 horas. -Adv. ROBISON CAVALCANTI GONDASKI-.

85. ACAO PREVIDENCIARIA-0002076-94.2010.8.16.0108-MARCOLINA GOMES x INTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS-Deixo de designar audiência de conciliação, pois as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável sua

obtenção. Pontos controvertidos: a) renda da família da autora. Declaro o feito saneado. Defiro a produção de provas requeridas tempestivamente pelas partes, consistente em depoimento pessoal da autora e oitiva de testemunhas já arroladas e as que vierem a ser arroladas no prazo do art. 407 do CPC, sendo que indefiro o pedido de produção de prova pericial, pois a deficiência da autora não foi contestada pela parte requerida. Audiência de instrução e julgamento para o dia 09/11/2011, às 14:00 horas. -Adv. ROBISON CAVALCANTI GONDASKI-.

86. USUCAPIAO-0002101-10.2010.8.16.0108-MIGUEL MANSANO x ANTONIO MANSANO e outros- Ao autor, em cinco dias, ante a devolução de uma das correspondências citatórias com diligência negativa. -Adv. MARCIO FERNANDO CANDEO DOS SANTOS-.

87. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0002185-11.2010.8.16.0108-IDORIA DE FREITAS LUIZ VIEIRA x COOP. AGROPECUARIA E INDUSTRIAL-COOAGRI-EM LIQUIDAÇAO- À autora, em 48:00 horas, promover o andamento do feito sob pena de extinção e arquivamento. -Adv. Jose Carlos Goncalves Magro-.

88. ACAO ORDINARIA-0002215-46.2010.8.16.0108-SANDRA APARECIDA ZAMPOLI MARTINS x FEDERAL DE SEGUROS- Às partes, em cinco dias, sobre a proposta de honorários periciais (R$ 1.500,00). -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, HUGO FRANCISCO GOMES, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA e ROSANGELA DIAS GUERREIRO-.

89. REPARACAO DE DANOS - SUMARIO-0002247-51.2010.8.16.0108-EDIVAL FALDAO DA COSTA e outros x QUALITY ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA- Audiência de inquirição de testemunha para o dia 10/outubro/2011, às 15:30 horas, nos autos de carta precatória 17587-66.2011.811.0002 em tramitação na Vara da Infância e Juventude de Várzea Grande/MT. -Advs. JOAO EVERARDO RESMER VIEIRA, FABIANO FREITAS SOARES e JAIME PEGO SIQUEIRA-.

90. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0002291-70.2010.8.16.0108-BV FINANCEIRA S/A x JOSE MONTEIRO- Homolgado o acordo e julgado extinto o feito. -Advs. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN, Luiz Carlos Sanches e CARLA S.BORGOGNONI AQUARONI-.

91. DECLARATORIA C/C DANOS MORAIS-0000026-61.2011.8.16.0108-GUILHERME HENRIQUE YASUMITSU x ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS- Diante da possibilidade deste juízo considerar os documentos e argumentos apresentados em contestação para analisar o pedido de tutela antecipada, a fim de garantir a ampla defesa e o contraditório, antes de tal manifestação judicial, diga o requerente, no prazo de 10 dias. -Advs. FABIO JUNIOR OLIVEIRA MARTINS e JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO-.

92. ACAO MONITORIA-0000136-60.2011.8.16.0108-MARCOL - MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA x CLAUDIO MAZOTTI e outros- Homologado o acordo na forma pactuada. -Advs. MARCIO MORENO MUNHOZ e EDUARDO PEREIRA DAMAZIO-.

93. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE-0000354-88.2011.8.16.0108-BANCO DO BRASIL S/A x ROBERTO CRUBELATI e outros- Ao exequente, em cinco dias, proceder pagamento de diligência citatória (R$ 55,50). -Adv. Luiz Fernando Brusamolin-.

94. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0000431-97.2011.8.16.0108-BANCO DO BRASIL S.A x REINALDO BARIAN BOLONHEIZ e outro- Lavrado auto de penhora incidente sobre a parte ideal correspondente a 5,00 alqueires paulistas do lote de terras nº 109, da Gleba Andirá, com área total de 35,00 alqueires paulistas, situado em São Jorge do Ivaí, objeto da matrícula 2.230 do CRI local, avaliado por R$ 400.000,00. -Adv. Fábio Hiromori Gomes-.

95. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0000432-82.2011.8.16.0108-BANCO DO BRASIL S/A x ALICE GROCHOWSKI BOLONHEIZ e outros- Lavrado auto de penhora incidente sobre 1,00 alqueire paulista do lote de terras sob nº 129/B, da Gleba Andirá, com área total de 20,00 alqueires paulistas, situado em São Jorge do Ivaí, objeto da matrícula 2.688 do CRI local, avaliado por R$ 80.000,00. -Adv. Fábio Hiromori Gomes-.

96. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0000488-18.2011.8.16.0108-BANCO DO BRASIL S.A. x ALICE GROCHOWSKI BOLONHEIZ e outros- Lavrado auto de penhora incidente sobre parte ideal de 2,00 alqueires paulistas do lote de terras sob nº 109, da Gleba Andirá, com área total de 35,00 alqueires paulistas, situado em São Jorge do Ivaí, objeto da matrícula 2.230 do CRI local, avaliado por R$ 160.000,00. -Adv. REINALDO MIRICO ARONIS-.

97. SUSTACAO DE PROTESTO-0000563-57.2011.8.16.0108-DUSUL ALIMENTOS LTDA. x H. FRANCO DE MORAIS-EPP- À autora, em cinco dias, comprovar a postagem da correspondência citatória. -Adv. Marcos Rodrigo de Oliveira-.

98. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0000579-11.2011.8.16.0108-BV FINANCEIRA S.A. CRED. FINANC. INVESTIMENTO x ELTON GUILHERMINO DA SILVA- O requerente, por meio do petitório de fls. 36/39 e documentos de fls. 40;41, requer conversão da busca e apreensão em ação de execução de titulo extrajudicial. ... Assim sendo, pelos motivos acima expostos, indefiro o pedido de conversão desta ação em execução de título extrajudicial. Ao autor, em 10 dias, sobre o prosseguimento do feito (a integra da decisão no site do TJ - publique-se). -Adv. Flavio Santanna Valgas-.

99. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0000588-70.2011.8.16.0108-BANCO DO BRASIL S/A x ALICE GROCHOWSKI BOLONHEIZ e outro- Lavrado auto de penhora incidente sobre 3,00 alqueires paulistas do lote de terras nº 109, com área total de 35,00 alqueires paulistas, situado na Gleba Andirá, no Município de São Jorge do Ivaí, objeto da matrícula 2.230 do CRI local, avaliado por R$ 240.000,00. -Adv. REINALDO MIRICO ARONIS-.

100. EXTINCAO DE CONDOMINIO-0000642-36.2011.8.16.0108-SANDRA APARECIDA FRANCO x ANTONIO LINDO CARDOSO- À autora, em 10 dias, sobre a contestação. -Adv. ALISSA GARCIA GIL-.

101. BUSCA E APREENSAO FIDUCIARIA-0000699-54.2011.8.16.0108-BANCO ITAU S/A x S C DA ROCHA BORIM TRANSPORT- Homologado o acordo e julgado extinto o feito. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

102. ALVARA-0000941-13.2011.8.16.0108-WASHINGTON LUIZ FERREIRA DA SILVA- Julgado procedente o feito na forma requerida na inicial. Prestação de contas em 30 dias. -Advs. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS e CLOVIS BARROS BOTELHO NETO-.

103. EMBARGOS A EXECUCAO-0000992-24.2011.8.16.0108-NELSON YOSHITAKA NISHIMUTA e outro x COOPERMIBRA-COOPERATIVA MISTA AGROP. DO BRASIL- Aos embargantes, em cinco dias, sobre a impugnação. -Advs. TARCIZIO FURLAN e JOÃO ISOLAR PAINI-.

104. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0001027-81.2011.8.16.0108-ALESSANDRO MINJONI x BANCO PANAMERICANO S/A- Diante do exposto, rejeito a preliminar arguida e julgo proceednete o pedido inicial e, via de consequência, determino que o banco requerido apresente, no prazo de 30 dias, o contrato nominado às fls. 04, com seu respectivo extrato de pagamento. Condeno o requerido ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, cuja verba arbitro em R$ 300,00. -Advs. LEONARDO MARQUES FALEIROS, GABRIEL SARMENTO MARQUES e Rogério Grohmann Sfoggia-.

105. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0001028-66.2011.8.16.0108-JEFERSON BARBOSA RAFAEL x BANCO PANAMERICANO S/A- Diante do exposto, rejeito a preliminar processual arguida e, julgo proceente o pedido inicial e, via de consequência, determino que o banco requerido apresente, no prazo de 30 dias, os contrados nominados às fls. 04, com seu respectivo extgrato de pagamento. Condeno o requerido ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, cuja verba arbitro em R$ 300,00. -Advs. LEONARDO MARQUES FALEIROS, GABRIEL SARMENTO MARQUES e Rogério Grohmann Sfoggia-.

106. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0001029-51.2011.8.16.0108-MARIO ALEXANDRE DE SOUZA x OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Diante do exposto, julgo procedente o pedido inicial, sendo que considero b ons os documentos apresentados pelo requerido. Condeno o requerente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, cuja verba arbitro em R$ 300,00, porém, por ora o isento de tal pagamento por ter lhe concedido os benefícios da justiça gratuita. -Advs. LEONARDO MARQUES FALEIROS, GABRIEL SARMENTO MARQUES e ALEXANDRE DE TOLEDO-.

107. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0001030-36.2011.8.16.0108-JOAO PAULO PINTO DE LIMA x OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Diante do exposto, julgo procedente o pedido inicial, sendo que considero b ons os documentos apresentados pelo requerido. Condeno o requerente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, cuja verba arbitro em R$ 300,00, ante a ausência de litígio, porémn, por ora o isento de tal pagamento por ter lhe concedido os beneficios de gratuidade de justiça. -Advs. LEONARDO MARQUES FALEIROS, GABRIEL SARMENTO MARQUES, ALEXANDRE DE TOLEDO e Marcelo de Almeida Moreira-.

108. REPARACAO DE DANOS - SUMARIO-0001041-65.2011.8.16.0108-SERGIO DE SOUZA x MUNICIPIO DE MANDAGUAÇU-PR- Homologado o acordo e julgado extinto o feito. -Advs. CARLA YUMI AKABANE e Eduardo Luiz Goffi Junior-.

109. EMBARGOS A EXECUCAO-0001046-87.2011.8.16.0108-REINALDO BARIAN BOLONHEIZ e outro x BANCO DO BRASIL S/A-Digam as partes se há possibilidade de conciliação e se pretendem produzir mais provas, inclusive em audiência, especificando-as e indicando sua utilidade, no prazo de 05 dias, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra. -Advs. ROBSON FERREIRA DA ROCHA, Fábio Hiromori Gomes e EDSON SHOITI FUGIE-.

110. EMBARGOS A EXECUCAO-0001082-32.2011.8.16.0108-REINALDO BARIAN BOLONHEIZ e outros x BANCO DO BRASIL S.A-Digam as partes se há possibilidade de conciliação e se pretendem produzir mais provas, inclusive em audiência, especificando-as e indicando sua utilidade, no prazo de 05 dias, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra. -Advs. ROBSON FERREIRA DA ROCHA e REINALDO MIRICO ARONIS-.

111. EMBARGOS A EXECUCAO-0001083-17.2011.8.16.0108-ALICE GROCHOWSKI BOLONHEIZ e outros x BANCO DO BRASIL-Digam as partes se há possibilidade de conciliação e se pretendem produzir mais provas, inclusive em audiência, especificando-as e indicando sua utilidade, no prazo de 05 dias, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra. -Advs. ROBSON FERREIRA DA ROCHA e Fábio Hiromori Gomes-.

112. EXCECAO DE INCOMPETENCIA-0001138-65.2011.8.16.0108-BANCO BANESTADO S/A x FRANCISCO VENANCIO DE OLIVEIRA- Diante do exposto, aoclho a presente exceção de incompetência, de modo que declaro este juizo incompetente para processar o pedido de cumprimnento de sentença em relação ao exequente Francisco Venancio de Oliveira, pois não respeitou as regras de fixação de completência, de modo que determino a remessa dos oautos à Comarca de Fenix, pois nela foi aberta a conta e o exequente nela reside. Custas de lei. Sem arbitramento de honorários, pois incabíveis no presente incidente. -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e EDIVAR MINGOTI JUNIOR-.

113. ACAO DE INDENIZACAO-0001296-23.2011.8.16.0108-PAULO RAFAEL SANCHES CALVO x COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL- Ao autor, em 10 dias, sobre a contestação. -Adv. MAURO VIGNOTTI-.

114. INVENTARIO-0001321-36.2011.8.16.0108-JOAO CARLOS MORESCHI x ANTONIO GENTILIN FILHO- Deferido o prazo de 30 dias para apresentação das primeiras declarações. -Advs. MARCELA RODRIGUES MONTALVAO e JOSE GOMES FERREIRA-.

115. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0001347-34.2011.8.16.0108-BANCO BRADESCO S/A x JOAO APARECIDO FRANZOI- Ao exequente, em cinco dias, complementar o valor da diligência citatória (R$ 18,50). -Advs. JOSÉ IVAN GUIMARÃES PEREIRA e DENIZE HEUKO-.

116. ACAO PREVIDENCIARIA-0001412-29.2011.8.16.0108-BENEDITA DE PAULA PADOVANI x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- À autora, em cinco dias, retirar precatória para cumprimento. -Adv. MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA-.
117. DECLARATORIA-0001469-47.2011.8.16.0108-MARCO AURELIO SAVOLDI x CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA- Ao autor, em cinco dias, retirar ofícios para postagem. -Adv. FABIO JUNIOR OLIVEIRA MARTINS-.
118. SUMARIO DE RESSARCIMENTO-0001502-37.2011.8.16.0108-MITZI LUVIZUTO RODRIGUES x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A- Audiência de conciliação para o dia 31/10/2011, às 14:30 horas. Parte autora intimada na pessoa de sua procuradora para comparecimento ao ato. À autora, em cinco dias, retirar correspondência citatória para postagem. -Advs. ANDREA GONÇALVES BONACIN e MARIA ALICE CASTILHO DOS REIS-.
119. PRESTACAO DE CONTAS-0001514-51.2011.8.16.0108-FULGENCIO SANCHES x BANCO DO BRASIL S.A- Ao autor, em cinco dias, retirar carta de citação para postagem. -Advs. GABRIEL SARMENTO MARQUES e LEONARDO MARQUES FALEIROS-.
120. INTERDICAO-0001570-84.2011.8.16.0108-ALTAMIR MADALENO DE OLIVEIRA x ALCIDES MADALENO DE OLIVEIRA- Interrogatório para o dia 24/10/2011, às 15:30 horas. -Adv. ALESSANDRO DE GASPARO PINTO-.
121. ACAO ORDINARIA DE COBRANCA-0001602-89.2011.8.16.0108-CLEVERSON REGINO x BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS- Ao autor, em cinco dias, retirar carta de citação para postagem. -Adv. ANDERSON JUNIOR GARBUGIO-.
122. ALVARA-0001613-21.2011.8.16.0108-ELISABETH GALDINO DA SILVA- Preliminarmente, comprove a autora as despesas realizadas com o funeral, prazo de 05 dias. -Adv. Hermelindo Bagon-.
123. USUCAPIAO-0001625-35.2011.8.16.0108-MARIA IVANETE DE SOUZA x SUELI RODRIGUES DOS SANTOS- Faculto à autora a emenda da inicial, no prazo de 10 dias, no sentido de apresentar mapa e momorial descritivo do imóvel que pretende usucapir, bem como declinar o nome de quem está transcrito, sob pena de indeferimento liminar. -Advs. JAIR BOLSONI e ROGERIO FALKEMBACH ANERIS-.
124. INVENTARIO-0001628-87.2011.8.16.0108-JACIRA REAMI DOS SANTOS x AUREO ANTONIO DOS SANTOS- Nomeio inventariante a Sra. Jacira Reami dos Santos, a qual deverá prestar o compromisso legal, em 05 dias. -Advs. MARCIA PAIVA LOPES CURY e SILVANIA MARIA BOLZON-.
125. EMBARGOS A EXECUCAO-0001629-72.2011.8.16.0108-AUTO POSTO OURIZONA e outro x BANCO BRADESCO S.A.- Faculto aos embargantes a emenda da inicial, no prazo de 10 dias, no sentido de comprovar a tempestividade dos presentes embargos, sob pena de indeferimento liminar. -Adv. FABIO JUNIOR OLIVEIRA MARTINS-.
126. INVENTARIO-0001640-04.2011.8.16.0108-LEONILDA DA SILVA HENRIQUES x LUIZ HENRIQUES DE OLIVEIRA- Nomeio inventariante a Sra. Leonilda da Silva Henriques, a qual deverá prestar o compromisso legal em 05 dias. -Adv. EVA APARECIDA LEMES-.
127. EXECUCAO FISCAL-0000083-89.2005.8.16.0108-MUNICIPIO DE MANDAGUACU x ANITO ROCHA DE OLIVEIRA- Ao exequente, em cinco dias, proceder pagamento de diligência citatória (R$ 31,00). -Adv. Jose Gonzaga Soriani-.
128. EXECUCAO FISCAL-15/2007-UNIAO - FAZENDA NACIONAL x BETA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA. e outros- Lavrado auto de penhora incidente sobre o lote de terras 112, da Gleba São Januário, situado no município de Araruna/PR, com área de 464.640,00 metros quadrados, objeto da matrícula nº 363 do CRI de Peabiru, avaliado por R$ 576.000,00. Fica a executada intimada para oferecimento de embargos. -Adv. JIVAGO KLEIN GARCIA-.
129. FISCAL - FAZENDA EST./MUNIC.-47/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUAÇU-PR x ARLINDO LUCREDI- Ao exequente, em 10 dias, sobre o prosseguimento do feito. -Adv. Eduardo Luiz Goffi Junior-.
130. FISCAL - FAZENDA EST./MUNIC.-58/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUAÇU-PR x YPE EMPREENDIMENTOS LTDA.- Julgada extinta a execução ante a quitação do débito. -Adv. Eduardo Luiz Goffi Junior-.
131. FISCAL - FAZENDA EST./MUNIC.-0002352-28.2010.8.16.0108-MUNICIPIO DE MANDAGUAÇU-PR x JEOVA BONFIN- Ao exequente, em 10 dias, sobre o prosseguimento do feito. -Adv. Eduardo Luiz Goffi Junior-.
132. FISCAL - FAZENDA EST./MUNIC.-0002368-79.2010.8.16.0108-MUNICIPIO DE MANDAGUAÇU-PR x ADEMIR MASSAIRO MORIBE- Ao exequente, em 10 dias, sobre o prosseguimento do feito. -Adv. Eduardo Luiz Goffi Junior-.
133. CARTA PRECATORIA CIVEL-27/2008-Oriundo da Comarca de VARA CÍVEL DA COMARCA DE IMBITUVA - PR-BUNGE FERTILIZANTES S/A x JOSE SALATA- Hasta pública designada para os dias 24/11 e 06/12/2011, às 16:30 horas. À exequente, em cinco dias, retirar edital para publicação e efetuar pagamento de diligência intimatória. -Advs. JOSE ANTONIO MOREIRA e ANDRE JOVANI PEZZATO-.
134. CARTA PRECATORIA CIVEL-0000106-25.2011.8.16.0108-Oriundo da Comarca de 2 VARA CIVEL DA COMARCA DE PONTA PORA-MS-FABRICIO MORESCO e outro x SERGIO SEBASTIAO GOZZI e outros- Ao exequente, em cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. -Adv. JOSÉ PAULO TEIXEIRA-.
135. ACAO SOCIO EDUCATIVA-0001352-90.2010.8.16.0108-M.P.E.P. e outro x C.A.C.(.- Ao Dr. Curador para apresentação de alegações finais, em 05 dias. -Adv. PEDRO COSTA-.
136. ACAO DE MODIFICACAO DE GUARDA-0001859-51.2010.8.16.0108-D.O. x H.N.S.- A fim de buscar ráplida solução do litígio, ante o petitório de fls. 52/57 e o parecer de fls. 53/54, determino o comparecimento das partes perante o juízo no dia 24/10/2011, às 14:00 horas. -Advs. Nelson Merlini e Sancia Afonso Correa Gouveia-.

MANDAGUAÇU, 29 DE SETEMBRO DE 2.011

# MANDAGUARI

## JUÍZO ÚNICO

COMARCA DE MANDAGUARI-PR

ESCRIVANIA CIVEL E ANEXOS

DR. DEVANIR CESTARI - JUIZ DE DIREITO

RELAÇÃO Nº39/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ADELINO GARBUGGIO | 00032 | 000552/2010 |
| ADEMIR ANTONIO SCARIOT | 00016 | 000012/2009 |
| ADEMIR PENHA | 00016 | 000012/2009 |
| ADILSON ALVARES LOPES | 00031 | 000479/2010 |
| ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG | 00012 | 000346/2008 |
| ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES | 00023 | 000016/2010 |
| | 00036 | 000029/2011 |
| ALFREDO AMBROSIO JUNIOR | 00010 | 000160/2008 |
| | 00013 | 000431/2008 |
| | 00014 | 000450/2008 |
| | 00015 | 000487/2008 |
| | 00019 | 000099/2009 |
| | 00022 | 000555/2009 |
| | 00033 | 000684/2010 |
| | 00040 | 000352/2011 |
| | 00042 | 000391/2011 |
| AMANDA IMAI DA SILVA POLOTTO | 00052 | 000401/2002 |
| AMANI KHALIL MUHD | 00050 | 000070/2011 |
| ANA RAQUEL DOS SANTOS | 00046 | 000078/2004 |
| ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES | 00043 | 000420/2011 |
| ANA TEREZA PALHARES BASÍLIO | 00011 | 000340/2008 |
| ANACLETO GIRALDELI FILHO | 00002 | 000580/1996 |
| | 00003 | 000226/2005 |
| | 00004 | 000300/2005 |
| | 00006 | 000077/2007 |
| | 00018 | 000097/2009 |
| | 00020 | 000244/2009 |
| | 00021 | 000286/2009 |
| | 00024 | 000116/2010 |
| | 00025 | 000193/2010 |
| | 00026 | 000248/2010 |
| ANTONIO CARLOS MANGIALARDO JUNIOR | 00008 | 000493/2007 |
| ANTONIO FACHINI JUNIOR | 00016 | 000012/2009 |
| | 00027 | 000270/2010 |
| | 00039 | 000316/2011 |
| | 00044 | 000436/2011 |
| | 00052 | 000401/2002 |
| BERNARDO GUEDES RAMINA | 00011 | 000340/2008 |
| CLAUDIA CALDEIRA LEITE | 00052 | 000401/2002 |
| DIRCINEI CAPEL CARVALHO | 00005 | 000168/2006 |
| | 00017 | 000086/2009 |
| | 00030 | 000460/2010 |
| EUCLIDES ALVES DA ROCHA LOURES NETO | 00019 | 000099/2009 |
| EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS | 00031 | 000479/2010 |
| FABIANA ALEXANDRE SILVEIRA SOUZA | 00009 | 000611/2007 |
| FABIO CIUFFI | 00050 | 000070/2011 |
| FERNANDA DE OLIVEIRA LIMA | 00005 | 000168/2006 |
| GABRIELA DO NASCIMENTO COELHO | 00051 | 000003/2010 |
| GERALDO BARBOSA NETO | 00031 | 000479/2010 |
| | 00047 | 000124/2009 |
| GEVERSON HENRIQUE GOBETTI | 00034 | 000693/2010 |
| GILDO ALVES DE PAULA | 00007 | 000140/2007 |
| HEITOR WOLFF JUNIOR | 00049 | 000005/2011 |
| HELESSANDRO LUIS TRINTINALIO | 00005 | 000168/2006 |
| HOMERO FLESCH | 00050 | 000070/2011 |
| JAIRO ANTONIO GONCALVES FILHO | 00006 | 000077/2007 |
| | 00008 | 000493/2007 |
| JAMIL JOSEPETTI JUNIOR | 00006 | 000077/2007 |
| | 00008 | 000493/2007 |
| JOSE MARCOS CARRASCO | 00002 | 000580/1996 |
| | 00003 | 000226/2005 |

| | | |
|---|---|---|
| | 00004 | 000300/2005 |
| | 00006 | 000077/2007 |
| | 00018 | 000097/2009 |
| | 00020 | 000244/2009 |
| | 00021 | 000286/2009 |
| | 00024 | 000116/2010 |
| | 00025 | 000193/2010 |
| | 00026 | 000248/2010 |
| JOSE RIZZO DE ANDRADE | 00016 | 000012/2009 |
| | 00027 | 000270/2010 |
| | 00039 | 000316/2011 |
| | 00044 | 000436/2011 |
| | 00052 | 000401/2002 |
| JOSE WLADEMIR GARBUGGIO | 00032 | 000552/2010 |
| JULIANA RIGOLON DE MATOS | 00043 | 000420/2011 |
| JULIANO GARBUGGIO | 00032 | 000552/2010 |
| LAZARO VALTER MONTEIRO | 00031 | 000479/2010 |
| | 00047 | 000124/2009 |
| LUIZ CARLOS NUNES THADDEU | 00031 | 000479/2010 |
| MARCELO DANTAS LOPES | 00046 | 000078/2004 |
| MARCIO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS | 00001 | 000528/1996 |
| MARCIO ZANIN GIROTO | 00046 | 000078/2004 |
| MARIA GECILDA RAMOS | 00048 | 000044/2011 |
| MARIA JOSÉ ROSSI RAYS | 00053 | 000151/2010 |
| MARISTELA FREDERICO | 00047 | 000124/2009 |
| MARLENE DE CASTRO MARDEGAM | 00009 | 000611/2007 |
| MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR | 00031 | 000479/2010 |
| MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO | 00047 | 000124/2009 |
| MARISTELA BUSETTI | 00047 | 000124/2009 |
| NEI CARVALHO DA SILVA | 00008 | 000493/2007 |
| NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA | 00045 | 000479/2011 |
| OSCAR IVAN PRUX | 00035 | 000704/2010 |
| | 00038 | 000279/2011 |
| OSCARINA SANTANA DA SILVA | 00008 | 000493/2007 |
| OSVALDO FERREIRA GUISSO | 00023 | 000016/2010 |
| | 00037 | 000057/2011 |
| PAULO FERNANDO PAZ ALARCON | 00012 | 000346/2008 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 00027 | 000270/2010 |
| RENATO KLEBER BORBA | 00029 | 000418/2010 |
| ROBISON CAVALCANTI GONDASKI | 00027 | 000270/2010 |
| | 00030 | 000460/2010 |
| | 00041 | 000385/2011 |
| RODRIGO VICENTE DA SILVA CASSEMIRO | 00023 | 000016/2010 |
| | 00037 | 000057/2011 |
| SERGIO SCHULZE | 00043 | 000420/2011 |
| SOLANGE SILVA SANTOS | 00036 | 000029/2011 |
| SÉRGIO LEAL MARTINEZ | 00028 | 000416/2010 |
| VANDA DE OLIVEIRA CARDOSO | 00052 | 000401/2002 |
| WEDSON JOSE PIEROBON | 00031 | 000479/2010 |
| | 00047 | 000124/2009 |
| WILSON DE SOUZA OLIVO JUNIOR | 00030 | 000460/2010 |
| ZULMIRA DA COSTA BIBIANO | 00053 | 000151/2010 |

1. FALENCIA-528/1996-CIA TEXTIL RAGUEB CHOHFI x VANDERLEI MANHA - ME- devolvido os autos em cartório a pedido do síndico -Adv. MARCIO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS-.

2. EXECUCAO-0000022-46.1996.8.16.0109-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE MANDAGUARI-SICREDI x JOSE DONIZETE IZALBERTI e outro- diligências negativas BACENJUD e RENAJUD - manifestar nos autos, requerendo o que for de interesse -Advs. ANACLETO GIRALDELI FILHO e JOSE MARCOS CARRASCO-.

3. EXECUCAO-0000278-71.2005.8.16.0109-COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL x LEANDRO MARCOS MAINARDI- diligências negativas RENAJUD e BACENJUD - manifestar nos autos, requerendo o que for de interesse -Advs. JOSE MARCOS CARRASCO e ANACLETO GIRALDELI FILHO-.

4. EXECUCAO-300/2005-COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL x CELIO ALVES CARDOSO- diligências negativas BACENJUD e RENAJUD - manifestar nos autos, requerendo o que for de interesse -Advs. JOSE MARCOS CARRASCO e ANACLETO GIRALDELI FILHO-.

5. COBRANCA ORDINARIO-168/2006-LODISMAR BENEDITO PANASIEWICZ x LAZARO JOSE DE SOUZA e outros- diligência parcialmente BACENJUD (R$0,66, R$109,62, R$238,88 e R$43,08) - manifestar o credor nos autos, requerendo o que for de interesse - aos executados para, querendo, interporem recurso quando as quantias bloqueadas -Advs. HELESSANDRO LUIS TRINTINALIO, FERNANDA DE OLIVEIRA LIMA e DIRCINEI CAPEL CARVALHO-.

6. MONITORIA-77/2007-HSBC - BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI - ME e outro- despacho de fls. 151 ..... Estando as partes de acordo, determino o pagamento das custas processuais mediante a utilização do produto da arrematação, restituindo-se o que foi desembolsado pelo exequente, bem como o equivalente a 70% dos honorários advocatícios, partindo-se do valor de fls. 115. Expeçam-se alvaras, inclusive liquidando-se a conta judicial, com oportuna liberação em favor da credora fiduciária. Importe gizar que as despesas processuais antecipadas pela ora autora também deverão ser pagas, sob pena da credora fiduciária se beneficiar de procedimento às custas do terceiro. -Advs. JAMIL JOSEPETTI JUNIOR, JAIRO ANTONIO GONCALVES FILHO, ANACLETO GIRALDELI FILHO e JOSE MARCOS CARRASCO-.

7. RESSARCIMENTO-140/2007-MUNICIPIO DE LUNARDELLI x ANTONIO AUGUSTO e outros- retirar carta precatória para o devido cumprimento (inquirição da testemunha residente na Comarca de Mandaguaçu-PR0, conforme seu requerimento -Adv. GILDO ALVES DE PAULA-.

8. MONITORIA-493/2007-HSBC - BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x RCJ AGROPECUARIA LTDA. e outro- Fixo provisoriamente os honorários do avaliador em R$1.200,00. Para realizar as avaliações, nomeio Bruno Corazza e Daniela Gomes Corazza. As partes ficam cientes que poderão apresentar assistentes e quesitos. Intime-se o autor para depositar os honorários -Advs. JAMIL JOSEPETTI JUNIOR, JAIRO ANTONIO GONCALVES FILHO, NEI CARVALHO DA SILVA, OSCARINA SANTANA DA SILVA e ANTONIO CARLOS MANGIALARDO JUNIOR-.

9. COBRANCA ORDINARIO-611/2007-JOAO BATISTA GERVASIO JUNIOR e outros x MUNICIPIO DE MANDAGUARI- sobre os documentos apresentados pelo réu -Advs. MARLENE DE CASTRO MARDEGAM e FABIANA ALEXANDRE SILVEIRA SOUZA-.

10. ORDINARIA-160/2008-CARLOS ALBERTO MARCOLINO e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- retirar o ofício expedido para devida postagem -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.

11. ORDINARIA-0000980-12.2008.8.16.0109-CELSO APARECIDO BRAIANI HIPOLITO x BRASIL TELECOM S/A- a ré efetuou o pagamento dos honorários periciais em outros processos semelhantes, razão pela qual devolvo os autos em cartório no aguardo que igual providência seja aqui adotada (valor dos honorários R$650,00) -Advs. ANA TEREZA PALHARES BASÍLIO e BERNARDO GUEDES RAMINA-.

12. CONDENATORIA C/C RESCISAO-0000871-95.2008.8.16.0109-MARIA EDNA VINHOTO KLAGENBERG e outros x CAIXA DA PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS BANCO BRASIL- decisão de fls. 501/505 ..... Diante do exposto, reconheço a incompetência da Justiça Comum Estadual e declino da competência em favor da Justiça do Trabalho, determinando o envio dos autos a uma das Varas da Justiça do trabalho da Seção Judiciária de Maringá-PR ..... -Advs. ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG e PAULO FERNANDO PAZ ALARCON-.

13. ORDINARIA-0000903-03.2008.8.16.0109-GERALDA DIVINA DA SILVA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- retirar ofício expedido para devida postagem -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.

14. ORDINARIA-0000883-12.2008.8.16.0109-INES MACULADA DE SOUZA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- retirar o ofício expeiddo para devida postagem -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.

15. ORDINARIA-0000892-71.2008.8.16.0109-OSVALDO FRANCO e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- retirar ofício expedido para devida postagem -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.

16. MEDIDA CAUT.MANUTENCAO POSSE-0000955-62.2009.8.16.0109-JOSÉ BONIFACIO SALA e outro x GILCELIO CAMPOS PINHEIRO- audiência de instrução e julgamento para o dia 16/maio/2012, às 15h30min - ao réu para retirar cartas de intimações dos autores para devida postagem (obs. requereu na contestação os depoimentos pessoais dos mesmos, sob pena de confesso) -Advs. ADEMIR PENHA, ADEMIR ANTONIO SCARIOT, JOSE RIZZO DE ANDRADE e ANTONIO FACHINI JUNIOR-.

17. INDENIZACAO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - ORDINÁRIA-86/2009-LUCAS ANTONIO MARTIMIANO LARAS BERGAMO e outros x JOSE CARLOS MACHADO DE OLIVEIRA e outro- retirar ofício expedido para devida postagem - Adv. DIRCINEI CAPEL CARVALHO-.

18. EXECUCAO-0000873-31.2009.8.16.0109-COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL x DREAM CAP INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.- diligência negativa BACENJUD - manifestar nos autos, requerendo o que for de interesse -Advs. JOSE MARCOS CARRASCO e ANACLETO GIRALDELI FILHO-.

19. DECLARATORIA-0000749-48.2009.8.16.0109-GERALDO BOSCO FIGUEIREDO x BANCO DO BRASIL S/A- sobre a complementação da prova pericial (fls. 158/164), em cumprimento ao despacho proferido à fl. 157 -Advs. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR e EUCLIDES ALVES DA ROCHA LOURES NETO-.

20. COBRANCA ORDINARIO-244/2009-A.R. PINHEIRO & CIA. LTDA. x COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL- providenciar retirada da carta de intimação do representante legal da autora para a devida postagem mediante aviso de recebimento (depoimento pessoal, sob pena de confissão) -Advs. ANACLETO GIRALDELI FILHO e JOSE MARCOS CARRASCO-.

21. EXECUCAO-0000900-14.2009.8.16.0109-COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL x CONFECÇÕES TALYMALHAS LTDA.- diligências negativas BACENJUD e RENAJUD - retirar ofício expedido para devida postagem -Advs. JOSE MARCOS CARRASCO e ANACLETO GIRALDELI FILHO-.

22. REPETICAO INDEBITO - ORDINARI-555/2009-COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE MALHAS CACTOS LTDA e outro x BRASIL TELECOM S/A- providenciar o pagamento das custas processuais remanescentes (1 ofício - vara cível = R$9,40), possibilitando assim as baixas devidas e arquivamento do processo -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.

23. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-0000052-90.2010.8.16.0109-IVAN FELISBERTO DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- designada audiência de inquirição de testemunha JUNTO AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA CIVEL DE FORMOSA DO OESTE-PR para o dia 17/novembro/2011, às 12:59 horas -Advs. OSVALDO FERREIRA GUISSO, RODRIGO VICENTE DA SILVA CASSEMIRO e ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.

24. EXECUCAO-0000535-23.2010.8.16.0109-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE MANDAGUARI-SICREDI x NELMA FERNANDO DE SOUSA BENTO e outro- diligência negativa BACENJUD - manifestar nos autores, requerendo o que for de interesse -Advs. JOSE MARCOS CARRASCO e ANACLETO GIRALDELI FILHO-.

25. ARROLAMENTO-0001047-06.2010.8.16.0109-JOSE PIO GIRALDELI x ELIZABETH ROSS GIRALDELLI- providenciar o pagamento das custas processuais (conta de fls. 51), possibilitando assim a homologação da partilha -Advs. JOSE MARCOS CARRASCO e ANACLETO GIRALDELI FILHO-.

26. USUCAPIAO-0001373-63.2010.8.16.0109-VANILDE CHICARELI e outro x VALDEMAR MATTIA e outros- sobre a manifestação da União (fls. 291/293) -Advs. JOSE MARCOS CARRASCO e ANACLETO GIRALDELI FILHO-.

27. REPARACAO DE DANOS/ORDINARIO-0001494-91.2010.8.16.0109-VAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA x JOAO JORGE FIGUEIREDO- despacho de fls. 126 .... regular o processo. O processo não está em condições de ser julgado antecipadamente porque as matérias dependem de provas, em especial quanto à culpa e a extensão dos danos sofridos pelo autor. Para realizar a prova pericial, nomeado o médico Fário Lira de Souza. -Advs. ROBISON CAVALCANTI GONDASKI, ANTONIO FACHINI JUNIOR, JOSE RIZZO DE ANDRADE e REINALDO MIRICO ARONIS-.

28. INDENIZACAO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - ORDINÁRIA-0002195-52.2010.8.16.0109-NER ANESTESIOLOGIA SS x TIM CELULAR S/A- novamente a procuração mencionada na manifestação de fls. 182 NÃO A ACOMPANHOU -Adv. SÉRGIO LEAL MARTINEZ-.

29. MANDADO DE SEGURANCA-0002208-51.2010.8.16.0109-A. PERES DE ANDRADE EVENTOS x MUNICIPIO DE MANDAGUARI- providenciar o pagamento das custas processuais remanescentes a que o Municipio foi condenado (conta de fls. 286), possibilitando assim as baixas devidas e arquivamento do processo -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.

30. OBRIGACAO DE FAZER-0002508-13.2010.8.16.0109-LEANDRO RODRIGO NOGUEIRA x RICARDO BERNARDO e outro- Designo audiência de conciliação para o dia 28/novembro/2011, às 16h30min, ocasião em que o processo será saneado e publicada a decisão, caso as partes não cheguem a um acordo. Intimem-se. -Advs. DIRCINEI CAPEL CARVALHO, WILSON DE SOUZA OLIVO JUNIOR e ROBISON CAVALCANTI GONDASKI-.

31. COBRANCA ORDINARIO-0002449-25.2010.8.16.0109-BANCO ITAU S/A x ISRAEL TUDISCO- despacho de fls. 58 ..... regular o processo. O processo não está em condições de ser julgado antecipadamente porque é necessário apurar os valores lançados na conta corrente desde o início e verificação da regularidade dos encargos que não foram contratados. Defiro a produção da prova pericial, única necessária para deslindar essas questões. Nomeio perito na pessoa do contador Sidney da Silva Drumond. Fica facultada às partes a indicação de assistentes e quesitos, no prazo legal..... -Advs. EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR, GERALDO BARBOSA NETO, WEDSON JOSE PIEROBON, LAZARO VALTER MONTEIRO, LUIZ CARLOS NUNES THADDEU e ADILSON ALVARES LOPES-.

32. EXECUCAO-0003004-42.2010.8.16.0109-FELOMENA ABRAMOSKI x ANTONIO CARLOS ROTTA e outros- o pedido de fls. 77/83 não pode ser apreciado porque a defesa, na fase do cumpruimento de sentença, se dá através de impugnação e desde que haja garantia do juízo, aqui sendo imprescindível para permitir seu recebimento -Advs. ADELINO GARBUGGIO, JOSE WLADEMIR GARBUGGIO e JULIANO GARBUGGIO-.

33. REVISAO CONTRAT C/C REP INDEB-0003654-89.2010.8.16.0109-JOAO MARCOS DUDA x BANCO BMG S/A- sobre a manifestação do perito (que o reqte informe qual o valor cobrado a título de TEC, sobre as parcelas 01/36 à 36/36) -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.

34. COBRANCA ORDINARIO-0003772-65.2010.8.16.0109-VALIC COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA. x TERESA DE JESUS MARTINS- diligência negativa do OJ (não localizado bens passíveis de penhora - relacionado os bens da residência da exctda ) - manifestar nos autos, requerendo o que for de interesse -Adv. GEVERSON HENRIQUE GOBETTI-.

35. EXECUCAO-0003785-64.2010.8.16.0109-BANCO BRADESCO S/A. x J. M. DE SOUZA & F. CUNHA LTDA ME e outros- sobre o pedido do terceiro (fls. 46/56), manifeste-se o credor -Adv. OSCAR IVAN PRUX-.

36. ACAO ACIDENTARIA-0000079-39.2011.8.16.0109-NEUSA ALVES PEREIRA PERASSOLLI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- perícia agendada com o médico Dr. Fábio Lira de Souza, no dia 11 de outubro de 2011, às 15 horas - AUTORA para retirar COM URGÊNCIA carta precatória para o devido cumprimento -Advs. SOLANGE SILVA SANTOS e ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.

37. ACAO ACIDENTARIA-0000161-70.2011.8.16.0109-ANTONIO RIBEIRO DE CASTRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- sobre a diligência negativa do OJ (não localizado o autor para sua intimação pessoal) - (obs. não há rol de testemunhas no processo até a presente data) -Advs. OSVALDO FERREIRA GUISSO e RODRIGO VICENTE DA SILVA CASSEMIRO-.

38. EXECUCAO-0001410-56.2011.8.16.0109-BANCO BRADESCO S/A. x JOSE MARIA ALVES DE SOUZA e outro- diligências negativas BACENJUD e RENAJUD - manifestar nos autos, requerendo o que for de interesse -Adv. OSCAR IVAN PRUX-.

39. INVENTARIO-0001566-44.2011.8.16.0109-ATILA MENDES x JOSE BARBOSA MENDES e outro- sobre a avaliação realizada -Advs. ANTONIO FACHINI JUNIOR e JOSE RIZZO DE ANDRADE-.

40. REVISAO CONTRAT C/C REP INDEB-0001699-86.2011.8.16.0109-ALEXANDRO APARECIDO DE SOUZA ALVES x BANCO PAULISTA S/A- sobre a contestação apresentada -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.

41. REPARACAO DE DANOS/ORDINARIO-0001952-74.2011.8.16.0109-LUIZ PAULO LIMA DA MATTA x BANCO ITAU UNIBANCO S/A- providenciar retirar carta de citacao para a devida postagem mediante aviso de recebimento/maos proprias- Adv. ROBISON CAVALCANTI GONDASKI-.

42. REVISAO CONTRAT C/C REP INDEB-0001961-36.2011.8.16.0109-FERNANDA APARECIDA FANTIN x BANCO FINASA S/A- sobre a contestação e documentos apresentados -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.

43. BUSCA E APREENSAO-0002167-50.2011.8.16.0109-BV FINANCEIRA S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTI x DARCY MARTINS FERREIRA JUNIOR- deferida a liminar pleiteada - sobre a diligência negativa realizada pelo OJ (deixou de realizada a busca e apreensão e citação em virtude do requerido ter apresentar cópia dando conta de composição amigável entre as partes) - manifestar nos autos, requerendo o que for de interesse -Advs. JULIANA RIGOLON DE MATOS, SERGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.

44. ALVARA JUDICIAL-0002205-62.2011.8.16.0109-NAYARA KNUPP DOS SANTOS- sobre a avaliação realizada -Advs. JOSE RIZZO DE ANDRADE e ANTONIO FACHINI JUNIOR-.

45. BUSCA E APREENSAO-0002382-26.2011.8.16.0109-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x GISELE APARECIDA DE ALMEIDA- sobre a diligência negativa do OJ (fls. 27 - localizado o bem, porém em Comarca contigua - houve resistência para apreensão do mesmo, transcando o veículo dentro de uma residência - deixou de promover o arrombamento para cumprimento da medida em razão de estar em Comarca contigua)-Adv. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA-.

46. EXECUTIVO FISCAL-FAZENDA-78/2004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x JOSE CARLOS COTARELLI - PESSOA JURIDICA- sobre a avaliação realizada -Advs. MARCELO DANTAS LOPES, MARCIO ZANIN GIROTO e ANA RAQUEL DOS SANTOS-.

47. EXECUTIVO FISCAL-FAZENDA-0000782-38.2009.8.16.0109-DETRAN/PR - DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO PARANA x SEBASTIAO VIEIRA DA SILVA- despacho de fls. 107/108 ..... Diante do exposto, considerando a comprovação que trata-se de provento de aposentadoria, declaro a impenhorabilidade da quantia bloqueada de R$661,50. Com relação a quantia de R$67,29, determino seu desbloqueio por tratar-se de ínfimo valor. Intimem-se, inclusive o exequente para requerer o que for de seu interesse... -Advs. MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, MARISTELA FREDERICO, Maristela Busetti, WEDSON JOSE PIEROBON, LAZARO VALTER MONTEIRO e GERALDO BARBOSA NETO-.

48. EXECUTIVO FISCAL-FAZENDA-0000753-17.2011.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x CREDICARD S/A ADMINISTRACAO DE CARTOES DE CREDITO- apresentar, COM URGÊNCIA, planilha atualizada do crédito -Adv. MARIA GECILDA RAMOS-.

49. CARTA PRECATORIA_CIVEL-0002283-90.2010.8.16.0109-Oriundo da Comarca de JUIZO FEDERAL 3ª VARA DE MARINGA-PR-CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ x CARLOS ROBERTO DE CANINI- diligência negativa BACENJUD - manifestar nos autos, requerendo o que for de interesse -Adv. HEITOR WOLFF JUNIOR-.

50. CARTA PRECATORIA-0002639-51.2011.8.16.0109-Oriundo da Comarca de 1 VARA DE EXECUCOES FISCAIS CURITIBA-PR-CONSELHO REGIONAL DE ODONTO DO ESTADO DO PARANA x ANA LUCIA GOMES GUISELLI- providenciar o pagamento das custas processuais devida (distribuidor - vara civel - oficial de justiça), possibilitando assim o cumprimento da carta precatória -Advs. FABIO CIUFFI, HOMERO FLESCH e AMANI KHALIL MUHD-.

51. ACAO SOCIO EDUCATIVA-0000002-98.2009.8.16.0109-M.P.E.P. x W.S.(.- sentença proferida ..... Diante do exposto, julgo procedente a ação para admitir ..... como autor de ato infracional equiparável à conduta do art. 33, caput, da Lei 11.343/2006, ficando sujeito às medidas socioeducativas do artigo 112 do ECA .... aplicada as medidas socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, a primeira pelo prazo mínimo de 6 meses e a segunda na realização de tarefas pelo prazo de 6 meses, durante 4 horas semanais ..... -Adv. GABRIELA DO NASCIMENTO COELHO-.

52. ALIMENTOS-401/2002-E.T.M.F. x P.M.F.- Recebo a exceção de pré-executividade, mas não no efeito suspensivo porque a questão aventada diz, quanto muito, a excesso de execução e não à nulidade do título executivo, sabido que eventual excesso não o desnatura. Determino, assim, a realização da penhora -Advs. VANDA DE OLIVEIRA CARDOSO, CLAUDIA CALDEIRA LEITE, AMANDA IMAI DA SILVA POLOTTO, ANTONIO FACHINI JUNIOR e JOSE RIZZO DE ANDRADE-.

53. DIVORCIO LITIGIOSO-0001519-07.2010.8.16.0109-E.C.M. x A.A.N.- sobre o documento apresentado pelo réu (declaração de imposto de renda - exercicio 2010) -Advs. MARIA JOSÉ ROSSI RAYS e ZULMIRA DA COSTA BIBIANO-.

Mandaguari, 29/09/2011

Fabiano Lopes Soares

Func. Juramentado

---

**COMARCA DE MANDAGUARI-PR**
**ESCRIVANIA CIVEL E ANEXOS**
**RELAÇÃO Nº40/2011**
**DR. DEVANIR CESTARI - JUIZ DE DIREITO**

**Índice de Publicação**

**ADVOGADO ORDEM PROCESSO**
**ADILSON ALVARES LOPES 0072 000325/2009**
**0110 000062/2011**
**0124 000327/2011**
**ALEXSANDER APARECIDO GONC 0018 000432/2004**
**0027 000673/2006**
**0031 000473/2007**
**0032 000038/2008**
**0034 000157/2008**
**0047 000329/2008**
**0061 000044/2009**
**0063 000132/2009**
**0074 000353/2009**
**0078 000027/2010**
**0126 000409/2011**
**0128 000445/2011**
**0129 000467/2011**
**0130 000468/2011**
**ALFREDO AMBROSIO JUNIOR 0035 000190/2008**
**0038 000212/2008**
**0039 000217/2008**
**0040 000236/2008**
**0041 000269/2008**
**0048 000344/2008**
**0049 000345/2008**
**0050 000350/2008**
**0051 000395/2008**
**0052 000396/2008**
**0053 000397/2008**
**0054 000406/2008**
**0055 000407/2008**
**0056 000430/2008**
**0057 000449/2008**
**0058 000469/2008**
**0069 000270/2009**
**0076 000538/2009**
**0085 000450/2010**
**0089 000581/2010**
**0090 000588/2010**
**0091 000589/2010**
**0092 000602/2010**
**0093 000609/2010**
**0094 000626/2010**
**0095 000627/2010**
**0098 000647/2010**
**0099 000653/2010**
**0100 000665/2010**
**0101 000671/2010**
**0102 000692/2010**
**0103 000002/2011**
**0104 000010/2011**
**0105 000011/2011**
**0106 000017/2011**
**0108 000048/2011**
**0109 000053/2011**
**0111 000064/2011**
**0112 000066/2011**
**0113 000102/2011**
**0115 000128/2011**
**0117 000143/2011**
**0118 000151/2011**
**0119 000172/2011**
**0120 000177/2011**
**0121 000187/2011**
**ANA ESTELA VIEIRA NAVARRO 0030 000313/2007**
**ANACLETO GIRALDELI FILHO 0004 000495/1992**
**0005 000496/1992**
**0007 000152/1996**
**0011 000497/2002**
**0019 000002/2005**
**0067 000203/2009**
**0070 000289/2009**
**0081 000236/2010**
**0144 000032/1998**
**ANDRÉ SETTER BACCON 0114 000112/2011**
**0125 000333/2011**
**ANNA CHRISTINA C B PEREIR 0080 000170/2010**
**0180 000009/2004**
**0211 000096/2007**
**0212 000105/2007**
**0217 000213/2007**

0236 000032/2009
0238 000041/2009
0240 000063/2009
0243 000074/2009
0257 000198/2009
0277 000110/2010
0282 000140/2010
0284 000150/2010
0285 000160/2010
0292 000224/2010
0327 000208/2004
ANTONIO CARLOS MANGIALARD 0325 000362/2002
ANTONIO ELSON SABAINI 0046 000326/2008
ANTONIO FACHINI JUNIOR 0060 000005/2009
0083 000313/2010
0084 000320/2010
0331 000272/2008
APARECIDO ROMAO MATIAS FE 0006 000006/1996
CARLOS ALEXANDRE VAINE TA 0022 000429/2005
DJALMA B. DOS SANTOS JUNI 0116 000130/2011
FERNANDO HENRIQUE BENEDET 0338 000176/2010
GABRIELA DO NASCIMENTO CO 0322 000060/2009
0323 000036/2010
0332 000044/2009
0333 000100/2009
0335 000242/2009
0336 000288/2009
GERALDO BARBOSA NETO 0017 000283/2004
0033 000120/2008
0042 000279/2008
0044 000315/2008
0075 000363/2009
0122 000214/2011
HELESSANDRO LUIS TRINTINA 0023 000499/2005
0026 000634/2006
0043 000312/2008
0045 000318/2008
0328 000278/2006
JESSICA AZEVEDO TROLEZI 0334 000197/2009
0337 000006/2010
JOSE IVAN GUIMARAES PEREI 0087 000567/2010
0097 000642/2010
0107 000036/2011
JOSE MARCOS CARRASCO 0071 000300/2009
JOSE RIZZO DE ANDRADE 0029 000144/2007
0036 000193/2008
JOSIANE TAMARA JUNGES PAT 0010 000110/1997
0132 000427/1983
0134 000028/1992
0135 000038/1996
0142 000015/1998
0147 000009/1999
0148 000042/1999
0149 000018/2001
0150 000021/2001
0152 000110/2001
0153 000118/2001
0157 000403/2002
0158 000406/2002
0159 000408/2002
0160 000001/2003
0161 000003/2003
0162 000005/2003
0163 000013/2003
0164 000025/2003
0165 000031/2003
0166 000039/2003
0170 000109/2003
0171 000110/2003
0172 000111/2003
0173 000114/2003
0174 000250/2003
0175 000251/2003
0176 000255/2003
0177 000259/2003
0178 000265/2003
0179 000281/2003
0185 000095/2004
0187 000063/2005
0188 000006/2006
0194 000033/2006
0195 000034/2006
0196 000038/2006
0197 000041/2006
0198 000044/2006
0200 000160/2006
0201 000003/2007
0202 000005/2007
0203 000017/2007
0204 000019/2007
0205 000020/2007
0206 000038/2007
0218 000240/2007
0221 000276/2007
0222 000282/2007
0223 000284/2007
0224 000002/2008
0230 000082/2008
0231 000084/2008
0234 000011/2009
0246 000125/2009
0249 000138/2009
0250 000140/2009
0251 000143/2009
0252 000144/2009
0253 000145/2009
0261 000006/2010
0262 000011/2010
0267 000045/2010
0268 000047/2010
0299 000024/2011
0303 000087/2011
0304 000088/2011
0305 000093/2011
0306 000095/2011
0307 000099/2011
0308 000100/2011
0309 000101/2011
0310 000102/2011
0311 000109/2011
0312 000110/2011
0313 000111/2011
0314 000112/2011
0315 000113/2011
0317 000039/2009
0318 000099/2010
0319 000124/2010
0320 000050/2011
LAURO FERNANDO ZANETTI 0127 000415/2011
LEOCADIA DOLORES MACEDO B 0324 000590/1995
0326 000033/2003
0330 000614/2007
MARCELO KALLIL GRICOLLI 0146 000001/1999
0229 000067/2008
0266 000044/2010
MARCIA REGINA DUARTE FAJA 0140 000003/1998
MARCIO AUGUSTO DE OLIVEIR 0009 000548/1996
0012 000568/2002
0015 000785/2003
MARCO ANTONIO MORENO CAST 0062 000051/2009
0329 000499/2007
MARIA GECILDA RAMOS 0123 000293/2011
MILTON APARECIDO MARTINI 0003 000448/1992
0016 000174/2004
OSCAR IVAN PRUX 0086 000496/2010
PAULO SERGIO UBIALLI 0020 000033/2005
0037 000199/2008
PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZU 0001 000283/1980
0002 000556/1987
0014 000708/2003
0025 000523/2006
0059 000495/2008
0141 000007/1998
0143 000028/1998
0145 000061/1998
0151 000036/2001
0154 000003/2002
0155 000046/2002
0167 000056/2003
0168 000068/2003
0169 000086/2003
0181 000067/2004
0182 000081/2004
0183 000083/2004
0184 000092/2004
0186 000013/2005
0189 000009/2006
0190 000019/2006
0191 000020/2006
0192 000025/2006

**0193 000027/2006**
**0219 000256/2007**
**0220 000261/2007**
**0225 000021/2008**
**0226 000034/2008**
**0227 000037/2008**
**0228 000038/2008**
**0232 000092/2008**
**0233 000097/2008**
**0235 000014/2009**
**0247 000130/2009**
**0248 000133/2009**
**0258 000217/2009**
**0259 000218/2009**
**0260 000220/2009**
**0264 000027/2010**
**0265 000033/2010**
**0269 000050/2010**
**0270 000052/2010**
**0271 000063/2010**
**0272 000064/2010**
**0273 000069/2010**
**0274 000070/2010**
**0295 000007/2011**
**0296 000017/2011**
**0297 000019/2011**
**0298 000021/2011**
**0300 000026/2011**
**0301 000029/2011**
**0302 000030/2011**
**0316 000141/2007**
**0321 000055/2011**
**0339 000210/2010**
**REGINA MARIS NAPOLIS DA C 0079 000120/2010**
**RENATO KLEBER BORBA 0008 000475/1996**
**0021 000121/2005**
**0131 000481/2011**
**0156 000115/2002**
**0199 000114/2006**
**0207 000040/2007**
**0208 000069/2007**
**0209 000076/2007**
**0210 000077/2007**
**0213 000185/2007**
**0214 000190/2007**
**0215 000191/2007**
**0216 000211/2007**
**0237 000037/2009**
**0239 000044/2009**
**0241 000066/2009**
**0242 000068/2009**
**0244 000087/2009**
**0245 000101/2009**
**0254 000159/2009**
**0255 000167/2009**
**0256 000185/2009**
**0275 000097/2010**
**0276 000098/2010**
**0278 000122/2010**
**0279 000123/2010**
**0280 000125/2010**
**0281 000139/2010**
**0283 000147/2010**
**0286 000164/2010**
**0287 000166/2010**
**0288 000189/2010**
**0289 000195/2010**
**0290 000197/2010**
**0291 000216/2010**
**0293 000226/2010**
**0294 000239/2010**
**ROBERTO ALEXANDRE HAYAMI 0263 000022/2010**
**ROBERTSON ALVES MENDONCA 0133 000014/1991**
**0136 000046/1997**
**0137 000047/1997**
**0138 000048/1997**
**0139 000049/1997**
**ROBSON FERNANDO SEBOLD 0013 000480/2003**
**0068 000249/2009**
**RUI CARLOS APARECIDO PICO 0028 000053/2007**
**SANDRA REGINA RODRIGUES 0024 000470/2006**
**SOLANGE SILVA SANTOS 0066 000170/2009**
**WANDERLEI LUKACHEWSKI 0073 000350/2009**
**0082 000275/2010**
**WEDSON JOSE PIEROBON 0077 000007/2010**
**0088 000579/2010**
**0096 000630/2010**
**WILSON DE SOUZA OLIVO JUN 0064 000158/2009**
**0065 000159/2009**

Índice de publicação acima

1. INVENTARIO-0000002-17.1980.8.16.0109-ULMAZIA KASSEM HUSSEIN x KASSEN MOHAMAD HUSSEIN-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
2. ORDINARIA-556/1987-ESPOLIO DE ARY OSWALDO CORREIA DE ALMEIDA e outros x DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANA-DER-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
3. SOBREPARTILHA-448/1992-HERMINE OETTINGER FUCHS x WALTER FUCHS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. MILTON APARECIDO MARTINI-.
4. EXECUCAO-0000006-34.1992.8.16.0109-COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL x NATAL ALVES DE OLIVEIRA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANACLETO GIRALDELI FILHO-.
5. COBRANCA-0000007-19.1992.8.16.0109-COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL x NATAL ALVES DE OLIVEIRA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANACLETO GIRALDELI FILHO-.
6. EXECUCAO-0000017-24.1996.8.16.0109-BANCO ITAU S/A x ARTEFORTE IND. E COM. DE ARTEF.DE FERRO E CIMENTO e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. APARECIDO ROMAO MATIAS FERNANDES-.
7. EXECUCAO-152/1996-COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL x PEDRO CAMPOS DE SOUZA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANACLETO GIRALDELI FILHO-.
8. EXECUCAO-475/1996-PAVIBRAS PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA. x MUNICIPIO DE MANDAGUARI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
9. INVENTARIO-548/1996-NARA DE MELLO TASSITANO x ARMELINDO TASSITANO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. MARCIO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS-.
10. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL-110/1997-TRANSCONCIANI - TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA. e outro x FAZENDA NACIONAL (A UNIAO) e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
11. INVENTARIO-0000161-85.2002.8.16.0109-WANDERLEY DAMAS DE SOUZA x MARIA AUGUSTA CAMPOS DE SOUZA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANACLETO GIRALDELI FILHO-.
12. REPARACAO DE DANOS/ORDINARIO-0000165-25.2002.8.16.0109-MASSA FALIDA DE J.C.FERNANDES & CIA. LTDA. x ANACLETO GIRALDELI FILHO e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. MARCIO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS-.
13. EXECUCAO-480/2003-EVELINA MOLENA VALERIO e outro x BANCO ITAU S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ROBSON FERNANDO SEBOLD-.
14. COBRANCA-708/2003-ALVORINDA MORI RODRIGUES GOMES e outros x DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANA-DER-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
15. FALENCIA-785/2003-TEXTIL J. SERRANO LTDA. x E. RIBEIRO & NOGUEIRA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. MARCIO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS-.
16. ARROLAMENTO-174/2004-ROSINA RUSSI MARTINI x JOAO MARTINI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. MILTON APARECIDO MARTINI-.
17. OBRIGACAO DE FAZER-0000280-75.2004.8.16.0109-JOSE MAURICIO MEDINA x LUIZ SALVALAGIO e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. GERALDO BARBOSA NETO-.
18. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-432/2004-AVALNIR ALVES DE MOURA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
19. ARROLAMENTO-2/2005-GYNAI MAIZA MOREIRA BACELAR x DECIO DA SILVA BACELAR-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO

(24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANACLETO GIRALDELI FILHO-.
20. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-33/2005-JOSE RAIMUNDO DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PAULO SERGIO UBIALLI-.
21. REVISAO DE BENEFICIO C/C COB-121/2005-AUGUSTO HORTEGA x MUNICIPIO DE MANDAGUARI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
22. REINTEGRACAO DE POSSE-429/2005-ILIANA DE OLIVEIRA x ANTONIO LUIZ CARLOS CAMPOS DE OLIVEIRA e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. CARLOS ALEXANDRE VAINE TAVARES-.
23. ARROLAMENTO-499/2005-ETORE TRINTINALIO x TERESA VEGA TRINTINALIO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. HELESSANDRO LUIS TRINTINALIO-.
24. REPETICAO INDEBITO - ORDINARI-470/2006-GIRASAL COMERCIAL DE INDUSTRIAL LTDA. x BRASIL TELECOM S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. SANDRA REGINA RODRIGUES-.
25. OBRIGACAO DE FAZER-523/2006-JESSICA FRANCIELLI COEK BATISTA x ESTADO DO PARANA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
26. EXECUCAO-0000331-18.2006.8.16.0109-INIVALDO ANTONIO CANHASSI x NASCIMENTO E CESAR LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. HELESSANDRO LUIS TRINTINALIO-.
27. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-0000378-89.2006.8.16.0109-SILVANO DE FREITAS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
28. PRESTACAO DE CONTAS-0000503-23.2007.8.16.0109-PAULO DELGADO FIGUEIREDO x BANCO BRADESCO S/A.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RUI CARLOS APARECIDO PICOLO-.
29. DESPEJO POR FALTA DE PAGTO-0000512-82.2007.8.16.0109-ASSOCIACAO RURAL DE MANDAGUARI x RUI BENTO FRANCA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSE RIZZO DE ANDRADE-.
30. EXECUCAO-0000432-21.2007.8.16.0109-ILDA VALERIO x BANCO ITAU S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANA ESTELA VIEIRA NAVARRO-.
31. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-473/2007-LUZIA DE BRITO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
32. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-38/2008-ZILAH BERNARDINO DIOGO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
33. EMBARGOS A EXECUCAO-120/2008-CLAUDIA CRISTINA DE CARVALHO - ME x HSBC - BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. GERALDO BARBOSA NETO-.
34. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-157/2008-JOAO BATISTA DE CARVALHO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
35. ORDINARIA-0000818-17.2008.8.16.0109-LAIR BATISTA SANTOS e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
36. DESPEJO POR FALTA DE PAGTO-0000877-05.2008.8.16.0109-JOAO MACHADO x L. FERNANDES & S. FERNANDES LTDA -ME e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSE RIZZO DE ANDRADE-.
37. OBRIGACAO DE FAZER-199/2008-SERGIO APARECIDO BIATA e outros x MUNICIPIO DE MANDAGUARI e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PAULO SERGIO UBIALLI-.
38. ORDINARIA-0000852-89.2008.8.16.0109-FRANCISCO ROSA e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
39. ORDINARIA-217/2008-MARCIO ROGERIO LEME DOS SANTOS e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
40. ORDINARIA-0000854-59.2008.8.16.0109-VERA LUCIA GONCALVES PEREIRA e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
41. ORDINARIA-269/2008-DINA DE SOUZA LAUREANO e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
42. INVENTARIO-279/2008-HELLEN CRISTINA AUDACIO BONACIN x MAURISSIO EDUARDO BONACIN-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. GERALDO BARBOSA NETO-.
43. EXECUCAO-0000904-85.2008.8.16.0109-MINORGAN-INDUSTRIA COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA x LUCIANO FOCKINK-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. HELESSANDRO LUIS TRINTINALIO-.
44. INVENTARIO-0000887-49.2008.8.16.0109-ABEROAS ROCHA RIBEIRO x ADELIS MOSCONI GONCALVES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. GERALDO BARBOSA NETO-.
45. DECLARATORIA-318/2008-LAERCIO MARCHINI x PARAISO COMERCIO DE BOMBAS, PAINEIS E PISCINAS LTD e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. HELESSANDRO LUIS TRINTINALIO-.
46. PRESTACAO DE CONTAS-326/2008-ROSANA BEATRIZ NEIRO SIQUINELLI x BANCO ITAU S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANTONIO ELSON SABAINI-.
47. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-0000972-35.2008.8.16.0109-LAUDIONORA ROCHA DE MELO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
48. ORDINARIA-344/2008-LINDAURA ANTONIA DA ROCHA e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
49. ORDINARIA-0000814-77.2008.8.16.0109-MARCELO VILAS BOAS e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
50. ORDINARIA-350/2008-CLEUZA VALERIO e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
51. ORDINARIA-0000865-88.2008.8.16.0109-VALMIR ERNESTO GARIANI e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
52. ORDINARIA-0000807-85.2008.8.16.0109-JOSE CARLOS ANDRADE e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
53. ORDINARIA-0000808-70.2008.8.16.0109-VALDEMIR MOREIRA DOS SANTOS e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
54. ORDINARIA-0000866-73.2008.8.16.0109-IDELMINA CONCEIÇÃO DOS SANTOS CANDIDO e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
55. ORDINARIA-407/2008-MARIA COSTA FARINELLI e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
56. ORDINARIA-430/2008-IRACI CARVALHO SILVA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
57. ORDINARIA-0000897-93.2008.8.16.0109-VALDEMI BARBOSA DOS SANTOS e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
58. ORDINARIA-0000922-09.2008.8.16.0109-CLAUDEMIR FELICIO e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
59. EMBARGOS A EXECUCAO-495/2008-VALDAR MOVEIS LTDA. x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
60. DESPEJO POR FALTA DE PAGTO-5/2009-MARCIO ALVES PEREIRA x FRANKIVO DE ALBUQUERQUE e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANTONIO FACHINI JUNIOR-.
61. ORDINARIA-0000988-52.2009.8.16.0109-MARIA TERESA CORREIA DA CRUZ x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.

62. ARROLAMENTO-51/2009-OSVALDO SASSO x VALENTIN SASSO e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. MARCO ANTONIO MORENO CASTILHO-.
63. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-132/2009-APARECIDA GOMES DA COSTA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
64. REPARACAO DE DANOS/ORDINARIO-0000692-30.2009.8.16.0109-RODRIGO BERNARDO x DORAL NEGÓCIOS - CONSÓRCIOS E EMPREENDIMENTOS e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. WILSON DE SOUZA OLIVO JUNIOR-.
65. REPARACAO DE DANOS/ORDINARIO-0000693-15.2009.8.16.0109-RICARDO BERNARDO x DORAL NEGÓCIOS - CONSÓRCIOS E EMPREENDIMENTOS e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. WILSON DE SOUZA OLIVO JUNIOR-.
66. REVISAO CONTRAT C/C REP INDEB-170/2009-W.R. PENACHIO - MÁQUINAS ME x HSBC - BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. SOLANGE SILVA SANTOS-.
67. EXECUCAO-0000695-82.2009.8.16.0109-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE MANDAGUARI-SICREDI x ELIANE GUEDES DA SILVA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANACLETO GIRALDELI FILHO-.
68. EXECUCAO-249/2009-INGA VEICULOS LTDA. x MAURICIO CARLOS DE LIMA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ROBSON FERNANDO SEBOLD-.
69. ORDINARIA-0000771-09.2009.8.16.0109-CLAUDEMIR GONÇALVES GUIMARÃES e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
70. EXECUCAO-0000814-43.2009.8.16.0109-COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL x ESPOLIO DE ADELIR BENGOZI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANACLETO GIRALDELI FILHO-.
71. MONITORIA-300/2009-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE MANDAGUARI-SICREDI x OSVALDO DE ABREU FILHO e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSE MARCOS CARRASCO-.
72. ARROLAMENTO-0000766-84.2009.8.16.0109-ANDREIA BORGES DOS SANTOS x MARIA MAGDALENA BORGES BALIERO e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ADILSON ALVARES LOPES-.
73. MONITORIA-0000878-53.2009.8.16.0109-FUNDACAO FACULDADE DE FILOSOFIA CIENCIAS E LETRAS x FABIANO GRELLA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. WANDERLEI LUKACHEWSKI-.
74. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-0000745-11.2009.8.16.0109-DELCINO DIAS PRESTES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
75. EMBARGOS A EXECUCAO-363/2009-DELSO AMÉRICO x NILSON MENDES FONTES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. GERALDO BARBOSA NETO-.
76. REVISAO DE CONTRATO-538/2009-ANESIO GERALDO DE FARIA x BANCO BRADESCO S/A.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
77. PRESTACAO DE CONTAS-0000023-40.2010.8.16.0109-PEDRO JUNIOR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. x BANCO BRADESCO S/A.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. WEDSON JOSE PIEROBON-.
78. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-0000078-88.2010.8.16.0109-NADIR BENTEO PEREIRA DE SOUZA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
79. ARROLAMENTO-0000553-44.2010.8.16.0109-JUCILEIDE GOMES DE SOUZA x MANOEL HENRIQUE-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. REGINA MARIS NAPOLIS DA CUNHA GROHMANN-.
80. OBRIGACAO DE FAZER-0000866-05.2010.8.16.0109-SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS MAGRI x MUNICIPIO DE MANDAGUARI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
81. MONITORIA-0001328-59.2010.8.16.0109-DOMINGOS FABIO x MARCOS ROBERTO VRENA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANACLETO GIRALDELI FILHO-.
82. ARROLAMENTO-0001533-88.2010.8.16.0109-HONORIO WATANABE x JOAO WATANABE e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. WANDERLEI LUKACHEWSKI-.
83. OBRIGACAO DE FAZER-0001709-67.2010.8.16.0109-MARIA ROSA FONSECA x WILSON BARRETO DA SILVA e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANTONIO FACHINI JUNIOR-.
84. DECLARATORIA-0001740-87.2010.8.16.0109-JOSE CARLOS MACHADO DE OLIVEIRA x NORBERTO LEANDRO GAUER e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANTONIO FACHINI JUNIOR-.
85. ORDINARIA-0002443-18.2010.8.16.0109-OSMAR GONSALVES e outros x LIBERTY SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
86. EXECUCAO-0002670-08.2010.8.16.0109-BANCO BRADESCO S/A. x ISA MORENA CONFECÇÕES LTDA - ME e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. OSCAR IVAN PRUX-.
87. REVISAO DE CONTRATO-0003075-44.2010.8.16.0109-WELLINGTON ELER DA SILVA x BANCO FINASA S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.
88. REVISAO CONTRAT C/C REP INDEB-0003143-91.2010.8.16.0109-MARCUS VENICIUS MORENO DA ROSA x BV FINANCEIRA S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. WEDSON JOSE PIEROBON-.
89. REPARACAO DE DANOS/ORDINARIO-0003149-98.2010.8.16.0109-ALCIDES RODRIGUES DE CAMPOS e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
90. ORDINARIA-0003159-45.2010.8.16.0109-ESPOLIO DE SANDRO MARCIO COUTINHO e outro x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
91. ORDINARIA-0003160-30.2010.8.16.0109-SEBASTIAO ANTONIO e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
92. ORDINARIA-0003221-85.2010.8.16.0109-AROLDO SILVESTRE DOS SANTOS e outros x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
93. ORDINARIA-0003292-87.2010.8.16.0109-MAYCON SERGIO SOTO HEREK e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
94. ORDINARIA-0003353-45.2010.8.16.0109-JOSE FINETO SOBRINHO x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
95. ORDINARIA-0003354-30.2010.8.16.0109-DEOCLIDES PEREIRA DE AGUIAR e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
96. DECLARATORIA-0003359-52.2010.8.16.0109-JOSE UMBELINO DA SILVA x BANCO DO BRASIL S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. WEDSON JOSE PIEROBON-.
97. REVISAO CONTRAT C/C REP INDEB-0003394-12.2010.8.16.0109-REINALDO ADRIANO PEREIRA x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.
98. ORDINARIA-0003404-56.2010.8.16.0109-JOSE PAULO BARBOSA SILVA e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
99. ORDINARIA-0003425-32.2010.8.16.0109-ALEIDES DIAS BIANCO e outro x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
100. REPARACAO DE DANOS/ORDINARIO-0003496-34.2010.8.16.0109-NEY GOMES DA SILVA e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
101. ORDINARIA-0003506-78.2010.8.16.0109-ALFREDO AMBROSIO JUNIOR x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
102. ORDINARIA-0003760-51.2010.8.16.0109-JOSE ROSSETI NETO e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
103. ORDINARIA-0000006-67.2011.8.16.0109-SEBASTIÃO ANTONIO ANANIAS e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE

VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
104. ORDINARIA-0000019-66.2011.8.16.0109-MARIA DA CONCEIÇÃO COELHO DE SOUZA e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
105. ORDINARIA-0000022-21.2011.8.16.0109-MARIA DIAS SILVERIO e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
106. ORDINARIA-0000042-12.2011.8.16.0109-PAULIANA ROCHA DA SILVA e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
107. REVISAO CONTRAT C/C REP INDEB-0000097-60.2011.8.16.0109-APARECIDA DA SILVA x BANCO FINASA S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.
108. ORDINARIA-0000124-43.2011.8.16.0109-DEBORA CRISTINA MEDINA FIM ROZA e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
109. ORDINARIA-0000139-12.2011.8.16.0109-IZALTINA GORDIANA DA SILVA ALVES e outro x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
110. ANULACAO DE TITULO DE CREDITO-0000227-50.2011.8.16.0109-M M A PERUSSELLI CONFECÇÕES x SERGIO LUIZ DA SILVA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ADILSON ALVARES LOPES-.
111. MONITORIA-0000229-20.2011.8.16.0109-BERNARDINO & SILVA LTDA. x EDVALDO MARINHO DE OLIVEIRA e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
112. ORDINARIA-0000231-87.2011.8.16.0109-JOSÉ ANTUNES e outro x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
113. ORDINARIA-0000505-51.2011.8.16.0109-ANESLIO MATIAS BARAUNA e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
114. RESCISAO DE CONTRATO-0000529-79.2011.8.16.0109-NEIVA PEREIRA DO NASCIMENTO x LIZARDO RIBEIRO DA SILVA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANDRÉ SETTER BACCON-.
115. REVISAO DE CONTRATO-0000634-56.2011.8.16.0109-ROBSON SARABIA x BANCO DAYCOVAL S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
116. MONITORIA-0000644-03.2011.8.16.0109-HSBC - BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x OFICINA MECANICA MIVOLKS LTDA ME-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. DJALMA B. DOS SANTOS JUNIOR-.
117. ORDINARIA-0000717-72.2011.8.16.0109-VALDINEI MOREIRA RIBEIRO e outro x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
118. ORDINARIA-0000764-46.2011.8.16.0109-PRÉCIMO FERREIRA DA SILVA e outro x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
119. ORDINARIA-0000876-15.2011.8.16.0109-PAULO HENRIQUE GIL x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
120. ORDINARIA-0000908-20.2011.8.16.0109-ESPOLIO DE ALMIR CORTEZIA e outro x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
121. ORDINARIA-0000989-66.2011.8.16.0109-JAIR AZEVEDO DOS SANTOS e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALFREDO AMBROSIO JUNIOR-.
122. REVISAO CONTRAT C/C REP INDEB-0001118-71.2011.8.16.0109-JOSE UMBELINO DA SILVA x OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. GERALDO BARBOSA NETO-.
123. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-0001495-42.2011.8.16.0109-COPEL DISTRIBUICAO S/A x MUNICIPIO DE MANDAGUARI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. MARIA GECILDA RAMOS-.
124. DESPEJO POR FALTA DE PAGTO-0001623-62.2011.8.16.0109-MANOEL GARCIA NEGRETI x MARCOS FERREIRA e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ADILSON ALVARES LOPES-.
125. DECLARATORIA-0001636-61.2011.8.16.0109-FRANCISCO NIVALDO CURIEL x BANCO TRIANGULO/TRIBANCO S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANDRÉ SETTER BACCON-.
126. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-0002038-45.2011.8.16.0109-ROBSON JOSE FRAGUAS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
127. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL-0002090-41.2011.8.16.0109-ESPOLIO DE ISAURA BATISTA CORDEIRO x BANCO ITAU S/A-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. LAURO FERNANDO ZANETTI-.
128. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-0002255-88.2011.8.16.0109-SEBASTIANA FRANCISCA FERREIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
129. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-0002336-37.2011.8.16.0109-WALDOMIRO CORTEZ x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
130. CONCESSAO DE BENEF. PREVIDENC-0002337-22.2011.8.16.0109-APARECIDA DE FATIMA COCK x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ALEXSANDER APARECIDO GONCALVES-.
131. ARROLAMENTO-0002416-98.2011.8.16.0109-AMELIO AMADOR x MARCIONILO JAIR AMADOR e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
132. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-427/1983-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x DOLORES MANZANO GONCALVES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
133. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-14/1991-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ROBERTSON ALVES MENDONCA-.
134. EXECUTIVO FISCAL-28/1992-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x IND. E COM. DE ESTOFADOS HELLOS LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
135. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-38/1996-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x TERUICHI YOKOWO CALCADOS E CONFECCOES LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
136. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-46/1997-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ROBERTSON ALVES MENDONCA-.
137. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-47/1997-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ROBERTSON ALVES MENDONCA-.
138. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-48/1997-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x DECIO DA SILVA BACELAR e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ROBERTSON ALVES MENDONCA-.
139. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-49/1997-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ROBERTSON ALVES MENDONCA-.
140. EXECUTIVO FISCAL-3/1998-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x ROMARQUES COMERCIO E REPRESENTACOES e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. MARCIA REGINA DUARTE FAJARDO-.
141. EXECUTIVO FISCAL-7/1998-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x ALBUQUERQUE & FORTUNATO LTDA e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
142. EXECUTIVO FISCAL-15/1998-FAZENDA NACIONAL (A UNIAO) x INDUSTRIA DE CARRETAS DE ACO BEM FORTE LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
143. EXECUTIVO FISCAL-28/1998-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x MARCELO AUGUSTO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA.-DEVOLVER O

PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
144. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-32/1998-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x AGROPECUARIA CALIFORNIA LTDA e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANACLETO GIRALDELI FILHO-.
145. EXECUTIVO FISCAL-61/1998-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA E COMERCIO MADEIRAS MANDAGUARI LTDA e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
146. EXECUTIVO FISCAL-1/1999-INST. DE MET., NORM. E QUAL. INDUSTRIAL-INMETRO x BOTTI & BOTI LTDA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. MARCELO KALLIL GRICOLLI-.
147. EXECUTIVO FISCAL-9/1999-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x COBREACO DISTRIBUIDORA DE PROD. SIDERURGICOS LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
148. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-0000091-73.1999.8.16.0109-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x IMPROGEL - IND. E COM. DE PRODUTOS ESTOFADOS LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
149. EXECUTIVO FISCAL-18/2001-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x THOM COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
150. EXECUTIVO FISCAL-21/2001-FAZENDA NACIONAL (A UNIAO) x ANTONIO GASPAROTTO SOBRINHO - PESSOA JURIDICA e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
151. EXECUTIVO FISCAL-36/2001-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x FERTIGUARI - FERTILIZANTES MANDAGUARI LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
152. EXECUTIVO FISCAL-110/2001-FAZENDA NACIONAL (A UNIAO) x COMERCIO DE COMBUSTIVEIS AGUIA DOURADA LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
153. EXECUTIVO FISCAL-118/2001-FAZENDA NACIONAL (A UNIAO) x SILVA E PANCIER LTDA e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
154. EXECUTIVO FISCAL-3/2002-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x COTARELLI & SOTI LTDA e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
155. EXECUTIVO FISCAL-46/2002-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x I NOGUEIRA & PAGOTTO LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
156. EXECUTIVO FISCAL-115/2002-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x RIBEIRO PARTICIPACOES S/C. LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
157. EXECUTIVO FISCAL-403/2002-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x PARANAUTO LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
158. EXECUTIVO FISCAL-406/2002-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS MANDAGUARI LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
159. EXECUTIVO FISCAL-408/2002-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x MARCELO APARECIDO BOSCARDIM-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
160. EXECUTIVO FISCAL-1/2003-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x MASTER - CHEMICAL INDUS E COME DE PROD. QUIM.LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
161. EXECUTIVO FISCAL-3/2003-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x INDUSTRIA E COMERCIO DE ADUBOS ORGANICOS MELLERO LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
162. EXECUTIVO FISCAL-5/2003-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x TARCISO SORATO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
163. EXECUTIVO FISCAL-13/2003-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x COMERCIAL DE BEBIDAS IPANEMA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
164. EXECUTIVO FISCAL-25/2003-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x COMERCIAL DE BEBIDAS IPANEMA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
165. EXECUTIVO FISCAL-31/2003-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS QUEFREN LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
166. EXECUTIVO FISCAL-39/2003-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x SOCIEDADE INDUSTR ESPUMAS E EST NOBRE ARTE LOVAT L e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
167. EXECUTIVO FISCAL-56/2003-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x COMERCIAL DE BEBIDAS IPANEMA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
168. EXECUTIVO FISCAL-68/2003-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA E COMERCIO DE REBOQUES MANDAGUARI LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
169. EXECUTIVO FISCAL-86/2003-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x NILTON JAIME MICHELS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
170. EXECUTIVO FISCAL-109/2003-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x CENTRAL DE DISTRIBUICAO PORTINARI LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
171. EXECUTIVO FISCAL-110/2003-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x INDUSTRIA DE ESTOFADOS KODAMA LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
172. EXECUTIVO FISCAL-111/2003-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x INDUSTRIA E COMERCIO DE REBOQUES MANDAGUARI LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
173. EXECUTIVO FISCAL-114/2003-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x MASTER - CHEMICAL INDUS E COME DE PROD. QUIM.LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
174. EXECUTIVO FISCAL-250/2003-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x SUPERMERCADO DAYE LTDA - ME e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
175. EXECUTIVO FISCAL-251/2003-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x LABORATORIO MEDICO DE PATOLOGIA CL.DR.RIFAN E RIFA e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
176. EXECUTIVO FISCAL-255/2003-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x ALESSANDRO GONCALVES PASCOARELLI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
177. EXECUTIVO FISCAL-259/2003-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x FERTIGUARI - FERTILIZANTES MANDAGUARI LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
178. EXECUTIVO FISCAL-265/2003-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x ESKUMA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
179. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-281/2003-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x PIATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
180. EXECUTIVO FISCAL-0000279-90.2004.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x ANTONIO LUIZ CARLOS CAMPOS DE OLIVEIRA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
181. EXECUTIVO FISCAL-67/2004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x DOUGLAS SILVEIRA DA CRUZ-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
182. EXECUTIVO FISCAL-81/2004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x N. J. MICHELS & CIA. LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
183. EXECUTIVO FISCAL-83/2004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x PIATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
184. EXECUTIVO FISCAL-92/2004-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x SILVEIRA & JUCHEM LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
185. EXECUTIVO FISCAL-0000277-23.2004.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x S M S TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e outros-DEVOLVER

O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
186. EXECUTIVO FISCAL-0000274-34.2005.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x PIATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
187. EXECUTIVO FISCAL-63/2005-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x SANEAQUA-EQUIPAMENTOS DE SANEAMENTO LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
188. EXECUTIVO FISCAL-6/2006-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x NILTON JOSE BOTI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
189. EXECUTIVO FISCAL-9/2006-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x ESTOMAN INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTOFADOS MAGRI LT e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
190. EXECUTIVO FISCAL-19/2006-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x PIATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
191. EXECUTIVO FISCAL-20/2006-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SF LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
192. EXECUTIVO FISCAL-25/2006-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x MASTER - CHEMICAL INDUS E COME DE PROD. QUIM.LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
193. EXECUTIVO FISCAL-27/2006-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x MARCO CESAR IMBERGUE - EPP-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
194. EXECUTIVO FISCAL-33/2006-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x COMERCIAL DE BEBIDAS PONTAL LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
195. EXECUTIVO FISCAL-34/2006-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x COMERCIAL MANDAGUARI LTDA - ME-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
196. EXECUTIVO FISCAL-38/2006-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x LUIZ SALVALAGIO e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
197. EXECUTIVO FISCAL-41/2006-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x SILVERIO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
198. EXECUTIVO FISCAL-44/2006-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x ESPÓLIO DE MIGUEL ALEXANDRE-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
199. EXECUTIVO FISCAL-114/2006-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x MARIA APARECIDA BACHETE-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
200. EXECUTIVO FISCAL-160/2006-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x MASTER - CHEMICAL INDUS E COME DE PROD. QUIM.LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
201. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-3/2007-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x COMERCIAL DE BEBIDAS IPANEMA LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
202. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-5/2007-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x L BASSETO & CIA. LTDA - ME e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
203. EXECUTIVO FISCAL-17/2007-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x COMERCIAL DE BEBIDAS PONTAL LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
204. EXECUTIVO FISCAL-19/2007-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x GISELY PADOVANI GENTIL - ME-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
205. EXECUTIVO FISCAL-20/2007-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS QUEFREN LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
206. EXECUTIVO FISCAL-38/2007-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x PRODUTOS ALIMENTICIOS TORREX LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
207. EXECUTIVO FISCAL-40/2007-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x AMADEU PETTA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
208. EXECUTIVO FISCAL-69/2007-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x CLAUDINEI RIBEIRO LEMES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
209. EXECUTIVO FISCAL-76/2007-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x DAVID SOTTI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
210. EXECUTIVO FISCAL-0000424-44.2007.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x DANUZIA SANTANA DE AQUINO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
211. EXECUTIVO FISCAL-96/2007-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x FELIX MATTIA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
212. EXECUTIVO FISCAL-105/2007-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x HERCILIA RODRIGUES LANDI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
213. EXECUTIVO FISCAL-185/2007-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x MARILIA NOEMI PEREIRA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
214. EXECUTIVO FISCAL-0000451-27.2007.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x OLIVIA PEREIRA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
215. EXECUTIVO FISCAL-191/2007-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x SEBASTIAO FRANCISCO FONTES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
216. EXECUTIVO FISCAL-211/2007-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x WALTER PEREIRA DE OLIVEIRA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
217. EXECUTIVO FISCAL-0000449-57.2007.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x ANTONIO LUIZ CARLOS CAMPOS DE OLIVEIRA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
218. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-240/2007-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x COMERCIAL DE BEBIDAS IPANEMA LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
219. EXECUTIVO FISCAL-256/2007-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x COMERCIAL DE BEBIDAS IPANEMA LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
220. EXECUTIVO FISCAL-261/2007-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS QUEFREN LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
221. EXECUTIVO FISCAL-276/2007-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS ATLAN LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
222. EXECUTIVO FISCAL-282/2007-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x PIATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
223. EXECUTIVO FISCAL-284/2007-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x SUELI QUINUP MELEIRO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
224. EXECUTIVO FISCAL-2/2008-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x JOSE CARLOS SANVEZZO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
225. EXECUTIVO FISCAL-21/2008-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x M FORTE E M FORTE LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
226. EXECUTIVO FISCAL-34/2008-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x KODAMA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
227. EXECUTIVO FISCAL-37/2008-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x PRODUTOS ALIMENTICIOS TORREX LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.

228. EXECUTIVO FISCAL-38/2008-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x SPM - INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
229. EXECUTIVO FISCAL-PREVIDENCIA-67/2008-INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, N. Q. I. INMETRO x EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI - ME-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. MARCELO KALLIL GRICOLLI-.
230. EXECUTIVO FISCAL-82/2008-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x CASA DE SAUDE E MAT NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
231. EXECUTIVO FISCAL-84/2008-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS QUEFREN LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
232. EXECUTIVO FISCAL-0000826-91.2008.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x DAROM MOVEIS LTDA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
233. EXECUTIVO FISCAL-97/2008-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INPLAMAN INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
234. EXECUTIVO FISCAL-11/2009-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x VALDEMAR PERES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
235. EXECUTIVO FISCAL-14/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x JAQUELINE MACEDO BOTTURA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
236. EXECUTIVO FISCAL-32/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x ALDEMIR COSMO DA SILVA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
237. EXECUTIVO FISCAL-37/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x ANTONIO MANOEL PEREIRA DOS SANTOS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
238. EXECUTIVO FISCAL-41/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x CARLOS CESAR MARINO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
239. EXECUTIVO FISCAL-44/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x ELEN REGINA LUIZ DE FREITAS CORAZZA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
240. EXECUTIVO FISCAL-0000840-41.2009.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x DEOLINDA PERES PARDO e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
241. EXECUTIVO FISCAL-66/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x MARCILENE APARECIDA DA SILVA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
242. EXECUTIVO FISCAL-68/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x MARIA APARECIDA BIS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
243. EXECUTIVO FISCAL-74/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x MARILENE GARCIA GONCALVES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
244. EXECUTIVO FISCAL-87/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x RICARDO JOSE PACHECO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
245. EXECUTIVO FISCAL-101/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x ZENILDA SILVA DE OLIVEIRA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
246. EXECUTIVO FISCAL-125/2009-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x JOSE RIBEIRO MARQUES & CIA. LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
247. EXECUTIVO FISCAL-130/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x DISBEMAR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MARINGA LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
248. EXECUTIVO FISCAL-133/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x G ROMAGNOLI & LOPES LTDA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
249. EXECUTIVO FISCAL-138/2009-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x COMERCIAL DE BEBIDAS IPANEMA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
250. EXECUTIVO FISCAL-140/2009-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x SCA SILVA & CIA. LTDA. - EPP e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
251. EXECUTIVO FISCAL-143/2009-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x ANTONIO EMILIO FARIA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
252. EXECUTIVO FISCAL-144/2009-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x AMORIM E NEVES LTDA. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
253. EXECUTIVO FISCAL-145/2009-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x MONTE BELLO INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
254. EXECUTIVO FISCAL-159/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x ELIAS ROBERTO MENDES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
255. EXECUTIVO FISCAL-167/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x ISMAEL CARVALHAES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
256. EXECUTIVO FISCAL-185/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x MARIA FLORENCA CESAR-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
257. EXECUTIVO FISCAL-198/2009-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x SEBASTIÃO FARIA ALVES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
258. EXECUTIVO FISCAL-217/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x FREITAS MATOS & BENITO MARTINS LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
259. EXECUTIVO FISCAL-218/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA DE BONES HELPI LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
260. EXECUTIVO FISCAL-220/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS QUEFREN LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
261. EXECUTIVO FISCAL-0000164-59.2010.8.16.0109-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x CASA DE SAUDE E MAT NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
262. EXECUTIVO FISCAL-0000169-81.2010.8.16.0109-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x COMERCIAL DE BEBIDAS IPANEMA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
263. EXECUTIVO FISCAL-0000369-88.2010.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x DROGARIA TRATICOL LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ROBERTO ALEXANDRE HAYAMI MIRANDA-.
264. EXECUTIVO FISCAL-0000486-79.2010.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x CELSO RICARDO VRENNA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
265. EXECUTIVO FISCAL-0001632-58.2010.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS QUEFREN LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
266. EXECUTIVO FISCAL-0001888-98.2010.8.16.0109-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS x MM. SIQUEIRA BRINQUEDOS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. MARCELO KALLIL GRICOLLI-.
267. EXECUTIVO FISCAL-0002033-57.2010.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x FARMACIA NOSSA SENHORA APARECIDA DE MANDAGUARI LTD e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
268. EXECUTIVO FISCAL-0002035-27.2010.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x COMERCIAL DE BEBIDAS PONTAL LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
269. EXECUTIVO FISCAL-0002404-21.2010.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x PAPELARIA MM DE MANDAGUARI LTDA.-DEVOLVER O

PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
270. EXECUTIVO FISCAL-0002396-44.2010.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x COMERCIAL DE BEBIDAS PONTAL LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
271. EXECUTIVO FISCAL-0002530-71.2010.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS QUEFREN LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
272. EXECUTIVO FISCAL-0002531-56.2010.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x MARCOS CESAR DA SILVA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
273. EXECUTIVO FISCAL-0002861-53.2010.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x JOAO GOMES PAULINO FILHO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
274. EXECUTIVO FISCAL-0002862-38.2010.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x EDUARDO COSTA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
275. EXECUTIVO FISCAL-0003548-30.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x CARLOS LOURENCO DA SILVA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
276. EXECUTIVO FISCAL-0003549-15.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x CARLOS ROBERTO DE CANINI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
277. EXECUTIVO FISCAL-0003563-96.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x EDERSON ESPERANDIO MACHADO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
278. EXECUTIVO FISCAL-0003576-95.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x FREDERICO KRAFETI-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
279. EXECUTIVO FISCAL-0003577-80.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x GERALDO APARECIDO PERES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
280. EXECUTIVO FISCAL-0003579-50.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x GLEISON DE ALMEIDA BRENCES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
281. EXECUTIVO FISCAL-0003594-19.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x JOSE CLAUDIO SILVINO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
282. EXECUTIVO FISCAL-0003595-04.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x JOSÉ DONHA SANCHES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
283. EXECUTIVO FISCAL-0003602-93.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x JOSÉ REINALDO FIGUEIREDO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
284. EXECUTIVO FISCAL-0003605-48.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x JURANDIR MUNIZ DA COSTA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
285. EXECUTIVO FISCAL-0003619-32.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x ORLANDO MARTINEZ-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
286. EXECUTIVO FISCAL-0003660-96.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x EDSON DE SOUZA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
287. EXECUTIVO FISCAL-0003662-66.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x LUIZ MENEZES-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
288. EXECUTIVO FISCAL-0003685-12.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x MILTON CARLOS MARIA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
289. EXECUTIVO FISCAL-0003691-19.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x NORIVAL FERREIRA DA SILVA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
290. EXECUTIVO FISCAL-0003696-41.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x ONEIDA VILELA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
291. EXECUTIVO FISCAL-0003717-17.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x ROBERTO TOKIO UMADA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
292. EXECUTIVO FISCAL-0003728-46.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x SEBASTIÃO LUIZ RAMOS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
293. EXECUTIVO FISCAL-0003730-16.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x SERGIO DA SILVA MIRANDA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
294. EXECUTIVO FISCAL-0003749-22.2010.8.16.0109-MUNICIPIO DE MANDAGUARI x VANDERLEI MIRANDA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. RENATO KLEBER BORBA-.
295. EXECUTIVO FISCAL-0000165-10.2011.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x PAPELARIA MM DE MANDAGUARI LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
296. EXECUTIVO FISCAL-0000177-24.2011.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x FREITAS MATOS & BENITO MARTINS LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
297. EXECUTIVO FISCAL-0000179-91.2011.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x DISBEMAR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MARINGA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
298. EXECUTIVO FISCAL-0000182-46.2011.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x COMERCIAL DE BEBIDAS IPANEMA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
299. EXECUTIVO FISCAL-0000251-78.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x FARMACIA NOSSA SENHORA APARECIDA DE MANDAGUARI LTD e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
300. EXECUTIVO FISCAL-0000432-79.2011.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS ATLAN LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
301. EXECUTIVO FISCAL-0000707-28.2011.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS QUEFREN LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
302. EXECUTIVO FISCAL-0000708-13.2011.8.16.0109-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x J ARGETON & CIA LTDA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
303. EXECUTIVO FISCAL-0000934-18.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ITAPEMA LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
304. EXECUTIVO FISCAL-0000935-03.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ITAPEMA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
305. EXECUTIVO FISCAL-0001125-63.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x COMERCIAL DE BEBIDAS PONTAL LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
306. EXECUTIVO FISCAL-0001172-37.2011.8.16.0109-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ITAPEMA LTDA. e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
307. EXECUTIVO FISCAL-0001272-89.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x PAULA & GOES COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
308. EXECUTIVO FISCAL-0001273-74.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x METALSUL ESTRUTURAS METALICAS LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
309. EXECUTIVO FISCAL-0001274-59.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x SANEAQUA AMBIENTAL SANEAMENTO BASICO LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
310. EXECUTIVO FISCAL-0001275-44.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x CLAUDIA CRISTINA DE CARVALHO - ME-DEVOLVER O

PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
311. EXECUTIVO FISCAL-0001283-21.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO SHOPPING UNIVEST MODAS-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
312. EXECUTIVO FISCAL-0001570-81.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x RIO SUL INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
313. EXECUTIVO FISCAL-0001669-51.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x SANEAQUA AMBIENTAL SANEAMENTO BASICO LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
314. EXECUTIVO FISCAL-0001670-36.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x B.T.C ENGENHARIA LTDA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
315. EXECUTIVO FISCAL-0001671-21.2011.8.16.0109-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x CASA DE SAUDE E MAT NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
316. CARTA PRECATORIA_CIVEL-141/2007-Oriundo da Comarca de 1 VARA FAZENDA PUBLICA CURITIBA-PR-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS TIKA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
317. CARTA PRECATORIA_CIVEL-39/2009-Oriundo da Comarca de VARA FEDERAL EXEC FISCAIS DE MARINGA-PR-UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SÃO JOSÉ-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
318. CARTA PRECATORIA-0001983-31.2010.8.16.0109-Oriundo da Comarca de 1 VARA FEDERAL DE CASCAVEL-PR-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ITAPEMA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
319. CARTA PRECATORIA_CIVEL-0002524-64.2010.8.16.0109-Oriundo da Comarca de 1 VARA FEDERAL DE CASCAVEL-PR-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ITAPEMA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
320. CARTA PRECATORIA-0001658-22.2011.8.16.0109-Oriundo da Comarca de 2 VARA CIVEL DE SAO JOSE DOS PINHAIS-PR-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x PRINTFORM FOTOLITOS E EDITORA LTDA e outros-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO-.
321. CARTA PRECATORIA-0001920-69.2011.8.16.0109-Oriundo da Comarca de 1 VARA FAZENDA PUBLICA DE CURITIBA-PR-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS TIKA LTDA.-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.
322. ACAO SOCIO EDUCATIVA-60/2009-M. P. D. E. D. P. x E. C. T. D. J. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. GABRIELA DO NASCIMENTO COELHO-.
323. ACAO SOCIO EDUCATIVA-0002711-72.2010.8.16.0109-M. P. D. E. D. P. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. GABRIELA DO NASCIMENTO COELHO-.
324. SEPARACAO CONSENSUAL-590/1995-J. C. D. L. N. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. LEOCADIA DOLORES MACEDO B PANSONATO-.
325. INVESTIGACAO DE PATERNIDADE-362/2002-EVERTON HENRIQUE DA SILVA x ANTONIO LUIZ CARLOS CAMPOS DE OLIVEIRA-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANTONIO CARLOS MANGIALARDO JUNIOR-.
326. SEPARACAO CONSENSUAL-33/2003-J. M. H. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. LEOCADIA DOLORES MACEDO B PANSONATO-.
327. EXONERACAO DE PENSAO-208/2004-V. L. P. x K. P. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANNA CHRISTINA C B PEREIRA-.
328. REVISIONAL DE ALIMENTOS-278/2006-B. C. S. x J. F. D. S. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. HELESSANDRO LUIS TRINTINALIO-.
329. EXECUCAO DE ALIMENTOS-0000420-07.2007.8.16.0109-S. G. e outros x J. G. N. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. MARCO ANTONIO MORENO CASTILHO-.
330. EXECUCAO DE ALIMENTOS-614/2007-G. F. C. x A. M. C. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. LEOCADIA DOLORES MACEDO B PANSONATO-.
331. EXECUCAO DE ALIMENTOS-272/2008-R. D. C. N. x R. D. C. J. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. ANTONIO FACHINI JUNIOR-.
332. EXECUCAO DE ALIMENTOS-0000929-64.2009.8.16.0109-M. E. M. M. x A. D. R. M. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. GABRIELA DO NASCIMENTO COELHO-.
333. EXECUCAO DE ALIMENTOS-0000907-06.2009.8.16.0109-F. D. S. R. x R. R. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. GABRIELA DO NASCIMENTO COELHO-.
334. INVESTIGACAO DE PATERNIDADE-197/2009-L. H. M. D. O. x A. A. C. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JESSICA AZEVEDO TROLEZI-.
335. DIVORCIO CONSENSUAL-242/2009-LOURDES PEREIRA SANCHES e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. GABRIELA DO NASCIMENTO COELHO-.
336. EXECUCAO DE ALIMENTOS-0000933-04.2009.8.16.0109-K. D. G. e outro x R. M. G. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. GABRIELA DO NASCIMENTO COELHO-.
337. EXONERACAO DE PENSAO-0000068-44.2010.8.16.0109-I. S. M. x A. K. N. M. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. JESSICA AZEVEDO TROLEZI-.
338. SEPARACAO CONSENSUAL-0001914-96.2010.8.16.0109-C. A. A. e outro-DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. FERNANDO HENRIQUE BENEDETTI NANUNCI-.
339. DIVORCIO LITIGIOSO-0002315-95.2010.8.16.0109-A. M. P. M. x A. P. M. -DEVOLVER O PROCESSO NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, SOB AS PENAS DO ART. 196 DO C.P.C. -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.

Mandaguari, 29/09/2011
Fabiano Lopes Soares
Func. Juramentado

# MANOEL RIBAS

## JUÍZO ÚNICO

**COMARCA DE MANOEL RIBAS**
**SERVENTIA CIVEL E ANEXOS**
**Escrivã: Noelma Ferreira Soster**
**Juíza de Direito: Drª. Renata Ribeiro Bau**

**Relaçao nº 35/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANA BARAN DOS SANTOS 00019 000221/2008
00049 001570/2010
00075 001062/2011
AGNALDO J. DAMASCENO 00005 000130/2005
AGNALDO VUJANSKI DE JESUS 00004 000104/2004
ALLAN CHRISTINO DE ARAUJO MIRANDA 00060 000506/2011
ALVACIR ROGÉRIO S. DA ROSA 00081 000565/2011
ALVARO BRANCO 00001 000078/2002
ANDERSON DE AZEVEDO 00083 000840/2011
ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI 00030 000074/2009
ANTONIO CESAR ZIEGEMANN 00021 000293/2008
00037 000385/2009
AROLDO BARAN DOS SANTOS 00004 000104/2004
00014 000466/2007
00020 000263/2008
00024 000372/2008
00030 000074/2009
00031 000077/2009
00035 000285/2009
00040 000345/2010
00045 000976/2010
00052 000027/2011
BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ 00050 001590/2010
00059 000447/2011
CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN 00065 000824/2011
CARLOS ALBERTO O. CASAGRANDE 00023 000339/2008
CARLOS ARAUZ FILHO 00046 001117/2010
CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA 00007 000345/2006
00019 000221/2008
CEZAR ROMERO ZIEGMANN 00012 000087/2007

CHARLES PARCHEN 00037 000385/2009
DIOGO HENRIQUE SOARES 00028 000040/2009
00029 000041/2009
EDINALVA DA SILVEIRA MORADOR 00033 000270/2009
EDISON MESSIAS PORTUGAL 00013 000317/2007
EDIVAL MORADOR 00033 000270/2009
EDUARDO VINICIUS DE ARAUJO 00038 000089/2010
EDVAN FREITAS GHELLER 00024 000372/2008
00035 000285/2009
ENEIDA WIRGUES 00069 000957/2011
EROS LANGE 00001 000078/2002
EUGÊNIO BESCHIZZA BORTOLIN 00030 000074/2009
FABIANA DEZANETTI COSTA 00021 000293/2008
FABIANA GUIMARAES REZENDE 00017 000039/2008
00018 000041/2008
FABIO ROBERTO QUINATO 00042 000639/2010
00043 000867/2010
FLAVIA BALDUINO DA SILVA 00052 000027/2011
GEOVANIA DE FATIMA DZIUBATE 00056 000422/2011
GISELE A. SPANCERSKI 00041 000632/2010
IVAN CARVALHO MARTINS 00006 000311/2006
JAIRO LOPES DE OLIVEIRA 00030 000074/2009
JOAO DE PAULA XAVIER 00005 000130/2005
00007 000345/2006
00026 000007/2009
00034 000271/2009
00040 000345/2010
00051 001606/2010
JOAO FABIO HILARIO 00047 001128/2010
JOAO LUIZ SPANCERSKI 00036 000313/2009
00041 000632/2010
JONAS RODRIGUES 00055 000340/2011
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR 00051 001606/2010
JOSE ELI SALAMACHA 00078 000034/2005
JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA 00067 000922/2011
JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA 00050 001590/2010
00059 000447/2011
00070 000995/2011
00071 000998/2011
LARISSA MAZUROK 00076 003429/2011
LEANDRO ALBUQUERQUE MUCHIUTI 00006 000311/2006
LUCILENE SMITH 00068 000927/2011
LUIS FRANCISCO MORAES DEIRO 00009 000461/2006
LUIZ ANTONIO DE SOUZA 00017 000039/2008
00018 000041/2008
00028 000040/2009
00029 000041/2009
MARCELLO CESAR PEREIRA FILHO 00010 000015/2007
00057 000438/2011
00058 000439/2011
MARCELO HENRIQUE BOTELHO PALMA 00079 000080/2011
MARCELO URBANO 00017 000039/2008
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00056 000422/2011
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 00050 001590/2010
00059 000447/2011
MARCO ANTONIO BARBOSA 00044 000903/2010
MARCOS ROBERTO BRIANEZI CAZON 00005 000130/2005
MARISTELA KLOSTER 00011 000072/2007
MAURILIO VIANA PEREIRA 00003 000092/2004
00019 000221/2008
00022 000305/2008
00027 000014/2009
00066 000871/2011
00074 001060/2011
MELVIS MUCHIUTI 00006 000311/2006
00015 000473/2007
00016 000474/2007
00032 000142/2009
00033 000270/2009
00045 000976/2010
00072 001022/2011
00073 001023/2011
00077 000170/2002
MIGUEL CASADO SUDA JUNIOR 00005 000130/2005
MONICA MARIA PEREIRA BICHARA 00047 001128/2010
MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO 00023 000339/2008
NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA 00061 000515/2011
NEREU MOKOCHINSKI JUNIOR 00012 000087/2007
00030 000074/2009
00040 000345/2010
00062 000567/2011
OMAR YASSIM 00002 000158/2002
00078 000034/2005
PATRICIA MARQUES DE MATOS OKURA 00020 000263/2008
PAULO ROGERIO TSUKASSA DE MAEDA 00084 001028/2011
PAULO SERGIO WINCKLER 00051 001606/2010
00063 000639/2011
RAFAELA BITTENCOURT DE MORAES YASSIN 00040 000345/2010
REIMAR RENATO RODRIGUES 00039 000277/2010
00080 000090/2011
REINALDO MIRICO ARONIS 00033 000270/2009
00037 000385/2009
ROGERIO DANGUY CLETO 00032 000142/2009
ROOSEVELT ARRAES 00057 000438/2011
00058 000439/2011
ROSANGELA MARIA VERTUAN PAVEZI 00061 000515/2011
ROSNEY MASSAROTTO DE OLIVEIRA 00021 000293/2008
00080 000090/2011
00082 000693/2011
SERAFIM PORTES ROCHA FILHO 00079 000080/2011
SERGIO DE SOUZA 00002 000158/2002
SERGIO HENRIQUE STANISZEWSKI 00029 000041/2009
SERGIO LEAL MARTINEZ 00049 001570/2010
SILVIA HELENA CARVALHO 00039 000277/2010
SILVIO BATISTA 00048 001134/2010
SIVONEI MAURO HASS 00042 000639/2010
00043 000867/2010
SÉRGIO HENRIQUE GOMES 00053 000097/2011
TATIANA LETICIA GHELLER DOS SANTOS 00054 000105/2011
TATIANA VALESKA VROBKEWSKI 00020 000263/2008
VALTER FRANCISCO DA SILVA 00008 000449/2006
VANDERLEY DEYVE CHEDOSKI 00025 000002/2009
00044 000903/2010
00055 000340/2011
VANDILEI APARECIDO BITTENCOURT 00028 000040/2009
00029 000041/2009
VANESSA SGOBERO 00042 000639/2010
VERA LUCIA APARECIDA ANTONIASSI VERONES 00025 000002/2009
VANIA DE PAULA NEIVERTH 00076 003429/2011
WANDENIR DE SOUZA 00021 000293/2008
00082 000693/2011
WANDERSON FERNANDES DA SILVA 00064 000749/2011
WILTER CARLOS MENCK DIRCKSEN 00023 000339/2008
00031 000077/2009
00034 000271/2009
00038 000089/2010
62 000567/2011
Adicionar um(a) Índice

1. ACAO DE COBRANCA-PROCEDIMENTO SUMÁRIO-78/2002-CONFEDERAÇAO NACIONAL DA AGRICULTURA CNA, e outros x LIA NAIVERTH BLANSKI-Quanto a certidão de fls. 331, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Advs. ALVARO BRANCO e EROS LANGE-.

2. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-158/2002-BANCO DO BRASIL S/A x JORGE DE PAULA STRESSER-Sobre o prosseguimento do feito, diga o autor, em cinco dias. -Advs. OMAR YASSIM e SERGIO DE SOUZA-.

3. EXECUCAO CIVIL PUBLICA OBRIG-92/2004-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x SAMUEL SCHULTER- Defiro o requerimento de fls. 224. -Adv. MAURILIO VIANA PEREIRA-.

4. INVENTARIO-104/2004-VANDOLINO HOFFMANN x IRENE SCOTTI HOFFAMNN e outro- Intime-se a parte autora para que, em cinco dias, atenda a cota ministerial de fls. 255. -Advs. AGNALDO VUJANSKI DE JESUS e AROLDO BARAN DOS SANTOS-.

5. SUSTACAO DE PROTESTO-130/2005-CONSTANTINO AGONILHA FILHO e outro x ABILIO ROSSI- Considerando que o próprio peticionário informa a existência de inventário em nome do falecido, deve ele promover as diligencias necessárias para habilitar o seu crédito naqueles autos, ou promover a habilitação dos herdeiros nos presentes autos, indicando de forma objetiva o inventariante, caso realmente já exista, os respectivos herdeiros e seus endereços para citação. Assim, indefiro o pedido de fls. 103/104, vez que as providencias ali requeridas incumbe à própria parte interessada. Intime-se, portanto, para dar o devido andamento, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento. -Advs. JOAO DE PAULA XAVIER, AGNALDO J. DAMASCENO, MARCOS ROBERTO BRIANEZI CAZON e MIGUEL CASADO SUDA JUNIOR-.

6. EXECUCAO DE SENTENÇA-311/2006-CLAUDINEI MENDES BETIM x MUNICIPIO DE NOVA TEBAS-Sobre o prosseguimento do feito, diga o autor, em cinco dias. -Advs. IVAN CARVALHO MARTINS, MELVIS MUCHIUTI e LEANDRO ALBUQUERQUE MUCHIUTI-.

7. EXECUCAO DE SENTENÇA-345/2006-KAULING COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA x JORGE BOICO-Quanto a certidão de fls. 302-verso, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Advs. JOAO DE PAULA XAVIER e CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA-.

8. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-449/2006-CUNHADO DIESEL LTDA x VALDAIR CAETANO DE FREITAS-Suspendo o feito pelo prazo requerido. Finda a suspensão, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito, dentro do prazo de 10 dias- -Adv. VALTER FRANCISCO DA SILVA-.

9. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-461/2006-COOPERSHOES COOPERATIVA DE CALCADOS e outro x C.H. ESPORTES E CIA LTDA-Sobre o

laudo de avaliação de fls. 139, diga o autor, em cinco dias. -Adv. LUIS FRANCISCO MORAES DEIRO-.
10. EXECUCAO DE SENTENÇA-15/2007-CENTRO SUL ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA x JAIR GHIZONI-Sobre a petição de fls. 254, diga o exequente, em cinco dias. -Adv. MARCELLO CESAR PEREIRA FILHO-.
11. EXECUCAO DE ALIMENTOS-0000267-65.2007.8.16.0111-M.P.E.P. e outros x J.R.S.- Considerando que a interessada foi intimada pessoalmente e não se manifestou, o que demonstra seu desinteresse pela demanda, bem como não houve prova do pagamento das prestações vincendas, julgo extinta a presente execução sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, III, do CPC. P.R.I. Baixe-se a distribuição e, oportunamente, arquivem-se os autos. Sem custas. -Adv. MARISTELA KLOSTER-.
12. EXECUCAO DE SENTENÇA-87/2007-M.L.D.S. e outro x M.S.G.- 1. Compulsando os autos, verifico que a execvução de alimentos contra o devedor já se arrasta por cerca de dois anos, sem êxito, já que não são encontrados bens para constrição em favor do alimentando. Assim, como mais um meio de coerção a fim de satisfazer débito tão expressivo no sentido de se tratar de valores revertidos a subsistência de pessoa menor, em desenvolvimento físico e mental, defiro o pedido de fls. 186. Oficie-se com o intuito de promover a inscrição. 2. O deferimento do pedido não implica a divulgação de dados do processo ou do alimentando envolvido, apenas publica ao comércio e afns que o genitor deve pensão alimentícia. 3. Entregue-se a exequente certidão do crédito existente nestes autos, conforme requerido (certidão já confeccionada, disponível nos autos). 4. Intime-se a parte exequente para dar andamento ao feito, requerendo o que entender cabível, indicando bens, sob pena de extinção do feito. Prazo: 10 dias. No silêncio, intime-se pessoalmente. -Advs. CEZAR ROMERO ZIEGMANN e NEREU MOKOCHINSKI JUNIOR-.
13. INVENTARIO-317/2007-APOLONIA DISNER OENING x ALOIZIO OENING-Sobre o prosseguimento do feito, diga o autor, em cinco dias. -Adv. EDISON MESSIAS PORTUGAL-.
14. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-466/2007-VALDIR ZANON x HILTON RODRIGUES DA CUNHA- Sobre o oficio de fls. 72/73, diga o autor, em cinco dias. -Adv. AROLDO BARAN DOS SANTOS-.
15. ALVARA-473/2007-NICOLAS HEMKEMEIER e outro-Quanto ao documento de fls. 94/95 (carta precatória), manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Adv. MELVIS MUCHIUTI-.
16. ALVARA-474/2007-N.H. e outro-Quanto ao documento de fls. 74/77 (carta precatória) manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Adv. MELVIS MUCHIUTI-.
17. REVISIONAL CONTRATUAL-0000370-38.2008.8.16.0111-VITOR KOTARSKI x BANCO DO BRASIL S/A-Sobre o prosseguimento do feito, diga o autor, em dez dias. -Advs. FABIANA GUIMARAES REZENDE, MARCELO URBANO e LUIZ ANTONIO DE SOUZA-.
18. REVISIONAL CONTRATUAL-0000376-45.2008.8.16.0111-VALDIVINO PEREIRA e outro x BANCO DO BRASIL S/A- Reiterando a publicação de fls. 408, intime-se o requerido para que junte o comprovante de depósito mencionado no requerimento de fls. 379, em dez dias. -Advs. FABIANA GUIMARAES REZENDE e LUIZ ANTONIO DE SOUZA-.
19. ACAO POPULAR-221/2008-GILVANI TONELLI e outros x VALENTIN DARCIN e outros-Quanto à contestação apresentada, manifeste-se a parte autora, no prazo de dez dias. -Advs. CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA, MAURILIO VIANA PEREIRA e ADRIANA BARAN DOS SANTOS-.
20. INDENIZACAO POR DANOS MORAIS-0000372-08.2008.8.16.0111-GLACI APARECIDA EGLER BEZUSZKO x BANCO UNICO S.A- Quanto ao prosseguimento do feito, manfieste-se o requerente, em dez dias. -Advs. AROLDO BARAN DOS SANTOS, PATRICIA MARQUES DE MATOS OKURA e TATIANA VALESKA VROBKEWSKI-.
21. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-293/2008-COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA x RICARDO BALLMANN e outros- Intime-se o exequente para que, no prazo de dez dias, indique os endereços dos credores com registro de penhora no imóvel a fim de que sejam procedidas as intimações necessárias ou indique os correspondentes processos para que neles seja comunicada a futura praça, nos termos do artigo 698 do CPC.-Advs. WANDENIR DE SOUZA, ROSNEY MASSAROTTO DE OLIVEIRA, ANTONIO CESAR ZIEGEMANN e FABIANA DEZANETTI COSTA-.
22. INVENTARIO-305/2008-JULIANA FERREIRA BACK e outro x ELZA REGINA FERREIRA BACK e outro- Considerando-se que o inventariante, apesar de devidamente intimado, deixou de dar andamento ao feito, determino, nos termos do art. 995, II, do CPC, que seja aberto, em apenso, incidente de remoção de inventariante, juntando-se cópia do presente despacho. Em seguida, intime-se o inventariante, pessoalmente, para que apresente defesa, nos termos do art. 996 do CPC, em até cinco dias. Após, decorrido o prazo, com ou sem resposta, de-se vista ao MP. -Adv. MAURILIO VIANA PEREIRA-.
23. DECLARATORIA-0000439-70.2008.8.16.0111-LUIZ PEREIRA x DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO PARANA-DETRAN/PR e outro- Sobre o envelope juntado às fls. 170, diga o autor, em cinco dias. -Advs. WILTER CARLOS MENCK DIRCKSEN, MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO e CARLOS ALBERTO O. CASAGRANDE-.
24. EXECUCAO DE ALIMENTOS-372/2008-M.V.M. x G.M.- Promovi o bloqueio do bem, pelo Sistema Renajud. Determino a penhora dos créditos existentes sobre o veículo destacado na minuta, em anexo, o qual está alienado fiduciariamente. Intime-se o devedor, acerca da penhora dos créditos referentes ao veículo constante na minuta, em anexo, no prazo de cinco dias, sob pena de preclusão. Oficie-se ao Banco Panamericano para que informe, no prazo de três dias, o valor dos créditos do devedor junto à instituição, bem como fica advertida, de que os referidos créditos estão penhorados no presente feito, ficando vedado qualquer ato de disposição sem autorização judicial. -Advs. AROLDO BARAN DOS SANTOS e EDVAN FREITAS GHELLER-.
25. TRABALHISTA-0000489-62.2009.8.16.0111-ARTHUR GOUVEA x MUNICIPIO DE NOVA TEBAS- Ciência às partes quanto ao ofício de fls. 615 (designada audiência para o dia 25/10/11, às 13/30 horas, para inquirição da testemunha José Moleta, na Comarca de Iretama (PR). -Advs. VERA LUCIA APARECIDA ANTONIASSI VERONES e VANDERLEY DEYVE CHEDOSKI-.
26. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-7/2009-ADILSON JOSE RICKEN x ALCENIO LUIZ RICKEN-Sobre o prosseguimento do feito, diga o autor, em dez dias. -Adv. JOAO DE PAULA XAVIER-.
27. EXECUCAO-14/2009-VITORINO MACIEL E CIA LTDA e outro x MARINO BALLMANN-Suspendo o feito pelo prazo requerido. Finda a suspensão, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito, dentro do prazo de 10 dias--Adv. MAURILIO VIANA PEREIRA-.
28. PRESTACAO DE CONTAS-0000580-55.2009.8.16.0111-TEREZA DA SILVA SANTOS, x BANCO DO BRASIL S/A-III -DISPOSITIVO
Ante a concordância do autor com as contas apresentadas, extingo o presente processo, com julgamento de mérito, nos
termos do art. 296, II do CPC, para o fim de JULGAR BOAS as contas apresentadas pelo réu, declarando não existir nenhum saldo a ser restituído a qualquer das partes. Considerando-se que não foi estabelecido o contraditório na presente fase, uma vez que o autor não impugnou as contas apresentadas, não se mostra cabível a condenação de quaisquer das partes em verbas sucumbenciais e honorários advocatícios. Neste sentido, julgou o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: "AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS SEGUNDA FASE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE CONTAS JULGADAS BOAS COM A DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SALDO EM FAVOR DE QUALQUER DASPARTES CONCORDÂNCIA DO CORRENTISTA EM RELAÇÃO ÀS CONTAS PRESTADAS PELO BANCO AUSÊNCIA DE LITIGIOSIDADE QUE INCORRE NA NÃO CONDENAÇÃO EM VERBAS DE SUCUMBÊNCIA, SUBSISTINDO SOMENTE AQUELAS FIXADAS NA FASE ANTERIOR. Apelação cível provida." (TJPR -15ª C.Cível -AC 0740076-0 -Toledo -Rel.: Juíza Subst. 2º G. Elizabeth
M F Rocha -Unânime -J. 23.03.2011). Grifei. "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. "É inadequada a condenação do autor ao pagamento de honorários advocatícios quando não estabelecido o contraditório na segunda fase da ação de prestação de contas". (TJPR -15ª C.Cível -AC
0414738-6 -Maringá -Rel.: Des. Luiz Carlos Gabardo -Unânime -J. 19.09.2007). Grifei. "Prestação de contas. Conta-corrente bancária. Segunda Fase. Contas julgadas boas ante a falta de impugnação oportuna. É indevida a condenação do autor ao pagamento dos honorários advocatícios na segunda fase da ação de prestação de contas quando o contraditório não chegou a ser estabelecido, limitando-se o juiz a homologar aquelas apresentadas pelo réu. Apelação provida em parte." (TJPR -XVCcv -Ap Civel 0580971-8 -Rel.: Hamilton Mussi Correa -Julg.: 27/05/2009 -Unânime -Pub.: 23/06/2009 -DJ 164) (Grifou-se). Grifei.
Publique-se. Registre-se Intime-se. Da execução de sentença relativa à primeira fase Intime-se a parte executada a fim de que, nos termos do artigo 475-J, do Código de Processo Civil, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do débito exequendo atualizado, no valor de R$ 310,98 (trezentos e dez reais e noventa e oito centavos) sob pena de, não o fazendo, tal valor ser acrescido de multa de 10%, conforme requerido na letra "a", fls. 241. Autorizo a expedição de alvará para levantamento dos valores já depositados. -Advs. VANDILEI APARECIDO BITTENCOURT, LUIZ ANTONIO DE SOUZA e DIOGO HENRIQUE SOARES-.
29. EXECUCAO DE SENTENÇA-41/2009-MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES FURTADO x BANCO DO BRASIL S/A- Manifeste-se o exequente quanto ao eventual saldo remanescente, em dez dias. -Advs. SERGIO HENRIQUE STANISZEWSKI, VANDILEI APARECIDO BITTENCOURT, LUIZ ANTONIO DE SOUZA e DIOGO HENRIQUE SOARES-.
30. INDENIZACAO - RITO SUMÁRIO-0000481-85.2009.8.16.0111-OTONIEL RODRIGUES DE JESUS x RAPIDO PATRULHENSE LTDA e outro- Ciência às partes do oficio de fls. 351 (designada audiência de inquirição da testemunha Gilmar Madureira na Comarca de Pitanga (PR) para o dia 19/10/2011, às 14/00 horas). -Advs. NEREU MOKOCHINSKI JUNIOR, EUGÊNIO BESCHIZZA BORTOLIN, JAIRO LOPES DE OLIVEIRA, ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI e AROLDO BARAN DOS SANTOS-.
31. EXECUCAO DE ALIMENTOS-77/2009-M.V.P.M. x G.M.-Sobre o prosseguimento do feito, diga o autor, em cinco dias. -Advs. AROLDO BARAN DOS SANTOS e WILTER CARLOS MENCK DIRCKSEN-.
32. USUCAPIAO ORDINÁRIO-0000525-07.2009.8.16.0111-JOSE POTERIKO SOBRINHO x OSVALDO NUNES RODASKI-Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para dar prosseguimento ao feito, em 10 dias, sob pena de extinção. Em caso de inércia, o autor será intimado pessoalmente para atender o chamamento, em 48 horas, sob pena de extinção sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, paragrafo 1º do CPC. -Advs. MELVIS MUCHIUTI e ROGERIO DANGUY CLETO-.
33. INDENIZACAO POR DANOS MORAIS-0000480-03.2009.8.16.0111-CELSO AMANCIO x JOAO PAULO SENCI e outros-Tendo em vista que estão preenchidos os requisitos legais, recebo o recurso oferecido, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Ao apelado para, no prazo de quinze dias, apresente suas contra-razões de recurso -Advs. MELVIS MUCHIUTI, EDINALVA DA SILVEIRA MORADOR, EDIVAL MORADOR e REINALDO MIRICO ARONIS-.
34. INTERDICAO-271/2009-NELITA MARIA GIORDANI CALLEYA x NEIVA GENOVEFA GIORDANI- Intime-se a requerente para que compareça em cartório a

fim de assinar o termo de curatela. -Advs. WILTER CARLOS MENCK DIRCKSEN e JOAO DE PAULA XAVIER-.
35. EXECUCAO DE SENTENÇA-0000418-60.2009.8.16.0111-SILVERIO GHEZZI x MUNICIPIO DE MANOEL RIBAS e outro- Intime-se a parte requerente para que, no prazo de dez dias, manifeste-se sobre os documentos apresentados. -Advs. EDVAN FREITAS GHELLER e AROLDO BARAN DOS SANTOS-.
36. PREVIDENCIARIA-313/2009-VALDOMIRO NUNES MACHADO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-Intimem-se as partes para tomarem ciência da baixa dos autos, requerendo o que de direito, em dez dias. -Adv. JOAO LUIZ SPANCERSKI-.
37. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-385/2009-BANCO DO BRASIL S/A x MARINO BALLMANN e outros-Sobre o prosseguimento do feito, diga o autor, em cinco dias. -Advs. CHARLES PARCHEN, REINALDO MIRICO ARONIS e ANTONIO CESAR ZIEGEMANN-.
38. MONITORIA-0000089-14.2010.8.16.0111-AUTO POSTO SETE DE SETEMBRO x EDIRAM MARQUES COUTINHO-Intimem-se as partes para que apresentem alegações finais,no prazo sucessivo de 10 dias. -Advs. EDUARDO VINICIUS DE ARAUJO e WILTER CARLOS MENCK DIRCKSEN-.
39. REPETICAO DE INDEBITO-0000277-07.2010.8.16.0111-BELMIRO LENCKUHL e outros x BRASIL TELECOM S/A-Intimem-se as partes para tomarem ciência da baixa dos autos, requerendo o que de direito, em dez dias. -Advs. REIMAR RENATO RODRIGUES e SILVIA HELENA CARVALHO-.
40. ACAO DE COBRANCA-0000345-54.2010.8.16.0111-LIDIANE LOCH HASKEL PADILHA x MUNICIPIO DE MANOEL RIBAS- III. Dispositivo Diante do exposto, e por tudo mais que consta, julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial, resolvendo,por conseqüência, o presente processo, com análise de mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, que fixo em 15% do valor da condenação, considerando-se a relativa complexidade da causa, ressalvados os benefícios da justiça gratuita. Cumpra a Escrivania asdeterminações constantes do Código de Normas da Douta Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado, no que for pertinente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Advs. JOAO DE PAULA XAVIER, NEREU MOKOCHINSKI JUNIOR, RAFAELA BITTENCOURT DE MORAES YASSIN e AROLDO BARAN DOS SANTOS-.
41. PREVIDENCIARIA-0000632-17.2010.8.16.0111-CRISTIANO FERREIRA DE CAMARGO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-Intimem-se as partes para tomarem ciência da baixa dos autos, requerendo o que de direito, em dez dias. -Advs. GISELE A. SPANCERSKI e JOAO LUIZ SPANCERSKI-.
42. REPETICAO DE INDEBITO-0000639-09.2010.8.16.0111-SALESIO NINVAIA x COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A-Intimem-se as partes para tomarem ciência da baixa dos autos, requerendo o que de direito, em dez dias. -Advs. VANESSA SGOBERO, FABIO ROBERTO QUINATO e SIVONEI MAURO HASS-.
43. REPETICAO DE INDEBITO-0000867-81.2010.8.16.0111-CACILDA NIVYGTANK LOURENÇO x COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A-Intimem-se as partes para tomarem ciência da baixa dos autos, requerendo o que de direito, em dez dias. -Advs. FABIO ROBERTO QUINATO e SIVONEI MAURO HASS-.
44. REVISAO DE ALIMENTOS-0000903-26.2010.8.16.0111-C.D.S. x V.P.D.S.-Sobre a carta precatória juntada aos autos, diga o autor, em cinco dias. -Advs. MARCO ANTONIO BARBOSA e VANDERLEY DEYVE CHEDOSKI-.
45. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-0000976-95.2010.8.16.0111-TERRAPLANAGEM AMORA LTDA x NILTON JUMES e outro- Com relação ao pedido de assistência judiciária, intime-se o requerente para que junte aos autos a última declaração de imposto de renda, no prazo de dez dias. -Advs. MELVIS MUCHIUTI e AROLDO BARAN DOS SANTOS-.
46. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0001117-17.2010.8.16.0111-COOPERMIBRA - COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA DO BRASIL x LUIZ ANTONIO MENDES PACHECO-Quanto a certidão de fls. 78-verso, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Adv. CARLOS ARAUZ FILHO-.
47. PREVIDENCIARIA-0001128-46.2010.8.16.0111-ROSA GASPAR MENDES e outros x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 11/10/2011 às 13:30 horas. -Advs. MONICA MARIA PEREIRA BICHARA e JOAO FABIO HILARIO-.
48. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0001134-53.2010.8.16.0111-BATTISTELLA VEICULOS PESADOS LTDA x CLOVIS HENRIQUE STIPP-Quanto a certidão de fls. 69-verso, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Adv. SILVIO BATISTA-.
49. INDENIZACAO - RITO SUMÁRIO-0001570-12.2010.8.16.0111-AROLDO BARAN DOS SANTOS x TIM CELULAR S/A- IV. DISPOSITIVO Diante das razões expendidas, ACOLHO PARCIALMENTE O PEDIDO inicial, extinguindo o presente processo, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para DECLARAR A INEXISTÊNCIA do débito apontado à fl. 24, bem como CONDENAR a empresa promovida a compensar o autor pelos danos morais por ele sofridos com a quantia equivalente R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigidos monetariamente a partir da presente data e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, desde de 2.6.2010, data na qual iniciou-se o evento danoso (fl. 24), conforme determina a Súmula nº 54 do STJ. Condeno, ainda, o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, que fixo em R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), levando-se em consideração o grau de zelo do profissional, a pequena complexidade da causa, bem como a breve tramitação do feito, uma vez houve julgamento antecipado da lide. Observe-se o Código de Normas da Corregedoria no que for pertinente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Obs. Em atraso, vez que esta magistrada esteve em férias de 08.09.2011 a 20.09.2011. -Advs. ADRIANA BARAN DOS SANTOS e SERGIO LEAL MARTINEZ-.
50. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0001590-03.2010.8.16.0111-ADEMAR JOMES x BANCO BANESTADO S/A- Intime-se o requerido para que, em cinco dias, retire em cartório a petição desentranhada dos autos. -Advs. JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.
51. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-0001606-54.2010.8.16.0111-ALBERTINA SOETHE RICKEN x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO- ... Dessa forma, a fim de comprovar que, efetivamente, faz jus aos benefícios da assistência judiciária gratuita, intime-se o autor para que, no prazo de dez dias, junte aos autos cópia de seus ultimos três rendimentos e cópia das duas últimas declarações de imposto de renda. Advirto-o acerca das consequencias de declaração inverídica acerca da miserabilidade do autor. -Advs. PAULO SERGIO WINCKLER, JOAO DE PAULA XAVIER e JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR-.
52. SUMARISSIMA DE COBRANCA-0000027-37.2011.8.16.0111-NADIR PADILHA DE LARA NASCIMENTO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT- Ciências às partes do documento de fls. 77/78, com oportunidade para se manifestarem, no prazo de cinco dias, inclusive a respeito das provas que pretendem produzir (ratificando ou retificando manifestação anterior). -Advs. AROLDO BARAN DOS SANTOS e FLAVIA BALDUINO DA SILVA-.
53. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0000097-54.2011.8.16.0111-C. VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x JOSE LUIZ MINALI TRABUCO-Sobre o prosseguimento do feito, diga o autor, em cinco dias. -Adv. SÉRGIO HENRIQUE GOMES-.
54. ACAO DE COBRANCA-0000105-31.2011.8.16.0111-ARY LUDVIG x MUNICIPIO DE MANOEL RIBAS-Intimem-se as partes, para em 05 dias, se manifestarem sobre os fatos que, não sendo incontroversos, nem objeto de prova documental já produzida, e tendo relevância jurídica para o desate desta causa, pretendem trazer ao processo e , também com precisão, por qual modalidade de prova. Se pretenderem produzir prova pericial, indiquem a finalidade e alcance, bem como os quesitos. -Adv. TATIANA LETICIA GHELLER DOS SANTOS-.
55. ACAO DE COBRANCA-0000340-95.2011.8.16.0111-RETIFICA RETIFRAN LTDA e outro x PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS - PR-Intimem-se as partes, para em 05 dias, se manifestarem sobre os fatos que, não sendo incontroversos, nem objeto de prova documental já produzida, e tendo relevância jurídica para o desate desta causa, pretendem trazer ao processo e , também com precisão, por qual modalidade de prova. Se pretenderem produzir prova pericial, indiquem a finalidade e alcance, bem como os quesitos. -Advs. JONAS RODRIGUES e VANDERLEY DEYVE CHEDOSKI-.
56. PROCEDIMENTO SUMÁRIO-0000422-29.2011.8.16.0111-SANDRO GARCIA x BANCO ITAULEASING S/A- III. DISPOSITIVO
1. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constante de inicial, extinguindo o presente processo, com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, I do CPC, condenando o Reclamado tão somente no pagamento do valor correspondente a R$ 3.804,00 (conforme resposta de crédito de fls. 31) e taxa de emissão de carnê no valor de R$ 4,50 por parcela, cujo importe deverá ser devidamente atualizado pela média dos índices IGPM/INPC, e acrescido de juros de mora, à razão de 1% ao mês ( art. 406, "caput" do Código Civil, c/c art. 161, § 1º do CTN), contados desde a data da citação do Reclamado, eis que a responsabilidade obrigacional debatida nesses autos é contratual. Condeno o autor ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em R$ 300,00, considerando-se a revelia decretada. Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça no que for pertinente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. 2. Tendo em vista que estão preenchidos os requisitos legais, recebo o recurso oferecido, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. 3. Ao apelado para, no prazo de quinze dias, apresente suas contra-razões de recurso. -Advs. GEOVANIA DE FATIMA DZIUBATE e MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.
57. PRESTACAO DE CONTAS-0000438-80.2011.8.16.0111-NICOLAU KOLTUN PRIMO x LAURO MARQUES DA SILVA-Tendo em vista que estão preenchidos os requisitos legais, recebo o recurso oferecido, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Ao apelado para, no prazo de quinze dias, apresente suas contra-razões de recurso -Advs. ROOSEVELT ARRAES e MARCELLO CESAR PEREIRA FILHO-.
58. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0000439-65.2011.8.16.0111-NICOLAU KOLTUN PRIMO x LAURO MARQUES DA SILVA-Tendo em vista que estão preenchidos os requisitos legais, recebo o recurso oferecido, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Ao apelado para, no prazo de quinze dias, apresente suas contra-razões de recurso -Advs. ROOSEVELT ARRAES e MARCELLO CESAR PEREIRA FILHO-.
59. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0000447-42.2011.8.16.0111-PAULO SEZAR GUAITANELLI x BANCO BANESTADO S/A- Não obstante ao requerimento de fls. 109/112, o mesmo não merece acolhida, vez que compulsando os autos, verifico que realmente a escrivania deixou de intimar o requerido da sentença prolatada na publicação de fls. 97, porém, tal erro foi devidamente sandado na publicação de fl. 106, não havendo, portanto, razão justificável para a anulação dos atos processuais, sendo que indefiro tal requerimento. Cumpra-se a escrivania integralmente o despacho de fls. 104. -Advs. JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.
60. PEDIDO DE RETIFICACAO-0000506-30.2011.8.16.0111-DARCI CARMASSIO e outros- Ante ao requerimento ministerial, designo audiência de oitiva das partes, bem como de testemunhas que conheçam os fatos descritos na inicial, para o dia 14/12/2011, às 17/00 horas. -Adv. ALLAN CHRISTINO DE ARAUJO MIRANDA-.
61. BUSCA E APREENSAO-0000515-89.2011.8.16.0111-OMNI S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOSE JURACY LOPES- Considerando que o requerido manifestou interesse em realizar acordo com o requerente, designo o dia 23/11/20114, às 13/30 horas, para audiência de conciliação. -Advs. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA e ROSANGELA MARIA VERTUAN PAVEZI-.
62. EMBARGOS A EXECUCAO-0000567-85.2011.8.16.0111-PAULO VOJANSKI e outro x LINDOLFO BECKHAUSER e outro-Intimem-se as partes para, no prazo de cinco dias, especificar provas, de forma objetiva e fundamentada, sob pena

de preclusão, indicando desde logo a relevancia e a pertinencia das que forem requeridas, sob pena de indeferimento. -Advs. NEREU MOKOCHINSKI JUNIOR e WILTER CARLOS MENCK DIRCKSEN-.

63. REVISIONAL CONTRATUAL-0000639-72.2011.8.16.0111-ANTONIA MARQUES VIEIRA x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A- Vistos.Trata-se de Ação Revisional de Contrato proposta por ANTONIA MARQUES VIEIRA em face de BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A onde a autora pretende a concessão de tutela antecipada para que a instituição financeira se abstenha de inscrever seu nome em cadastros de proteção ao crédito, para seja autorizado a depositar em Juízo as parcelas no valor que entende devido, bem como para que seja mantido na posse do veículo.Pois bem.Esta ação revisional cumulada com consignação em pagamento, ressalte-se, nada mais é do que uma forma de consubstanciar o interesse em satisfazer a obrigação assumida.CADASTROS DE INADIMPLENTESAssim, enquanto discutido o contrato e seus valores, não é plausível a inscrição do contratante no rol de devedores de entidades de informação de crédito, pois incerta a dívida quanto ao seu montante.No caso, tenho que estando a autora discutindo, através desta ação revisional, a abusividade decláusulas contratuais, o que será capaz de alterar o valor devido à instituição financeira, justifica-se a concessão de liminar para proibir o banco de inscrever o seu nome nos órgãos de proteção de crédito enquanto pendente a lide revisional. Verifica-se que a supressão ou não-inscrição do nome do devedor nos banco de dados de inadimplentes não acarreta nenhum prejuízo ao credor.Frise-se a conduta por parte da autora que estará realizando o depósito das quantias que entende devidas, o que demonstra a sua boa-fé e corrobora a necessidade da retirada do seu nome dos bancos de dados de inadimplentes. Se está em debate a existência do débito ou seu montante, não se compreende seja o devedor tratado como inadimplente e, via inscrição em bancos de dados ou pela divulgação do que constar no cadastro interno do credor, sofra restrição creditícia. Ademais, se o devedor têm direito à imediata retificação de dados inexatos, par. 3º do art. 43 do CDC, não se compreende que se possibilite lançamentos eventualmente equivocados, sem que se possam ser de imediato retificados, vez que somente após a definição no processo é que a erronia estará definida.Ainda, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, observando o rito dos recursos repetitivos (art. 543-C, CPC), no julgamento do REsp 1061530/RS, firmou entre outras, a Orientação nº. 4, a respeito da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, no sentido de que: "a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz"; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção".DA AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITOSEntendendo o devedor estarem sendo exigidas prestações excessivamente onerosas, a ele é dado o direito de ver o contrato reequilibrado dentro dos ditames legais, oferecendo em consignação os valores que expressam a forma do contrato que entende correta. Por ser bastante claro o ordenamento do art. 6º, inc. V,
do Código Defesa do Consumidor, que declara o direito do consumidor de revisar contratos cujas prestações sejam desproporcionais, é perfeitamente cabível que se efetuem os depósitos das prestações em juízo.Os depósitos têm natureza acautelatória que previne a mora, permitindo a adimplência do contrato. Assim, ficam garantidas ambas as partes, porque o devedor, na eventualidade de um julgamento pela improcedência da ação, faz uma reserva que lhe facilita o pagamento da dívida, e o credor tem ao seu alcance, nesse caso, pelo menos parte da importância a receber, satisfazendo o seu crédito com maior facilidade.É de ser permitido, portanto, o depósito dos valores por parte da autora, contudo, sem efeito liberatório.MANUTENÇÃO DA POSSETendo em vista que a autora pretende depositar em Juízo as prestações que entende corretas, afastando por isso mesmo eventual mora, já que o contrato em si está sendo discutido, o consumidor faz jus em ser mantido na posse do veículo.Isto posto, defiro a tutela antecipada e autorizo o depósito judicial das parcelas que se vencerem no curso da demanda (R$ 411,10), bem como determino que a instituição financeira requerida se abstenha da inscrição do nome da autora nos cadastros negativos de crédito.A posse do veículo permanecerá sob os cuidados da autora.-Adv. PAULO SERGIO WINCKLER-.

64. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0000749-71.2011.8.16.0111-POSTO NILMAR LTDA x BANCO DO BRASIL S/A- III. DISPOSITIVO

Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e, em conseqüência, extingo o presente processo, com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil, para confirmar a liminar concedida, condenando o requerido a apresentar os documentos solicitados pelo autor na inicial, em até dez dias. Deixo de fixar multa por não ser esta cabível em ação de exibição de documentos, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (S.372): "Na ação se exibição de documentos, não cabe a aplicação de multa cominatória". Condeno, ainda, o requerido ao pagamento de custas e
honorários advocatícios da parte contrária, os quais fixo em R$ 400,00 (quatrocentos reais), nos termos do artigo 20, §4º do Código de Processo Civil, considerando-se a pequena complexidade da causa, o trabalho realizado pelo procurador, bem como a breve tramitação da demanda. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. -Adv. WANDERSON FERNANDES DA SILVA-.

65. BUSCA E APREENSAO-0000824-13.2011.8.16.0111-BANCO PANAMERICANO S/A x SAUL IVO MAZUROK-Quanto a certidão de fls. 24-verso, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Adv. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

66. ALVARA JUDICIAL-0000871-84.2011.8.16.0111-LINDONILDES ALVES FERREIRA e outro x ESPOLIO DE OSNY BACK e outro- Intime-se a requerente para que proceda ao recolhimento das custas processuais, no prazo de dez dias, sob pena de cancelamento da distribuição. -Adv. MAURILIO VIANA PEREIRA-.

67. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0000922-95.2011.8.16.0111-BANCO BRADESCO S/A x LUIZ ANTONIO MENDES PACHECO e outros-Quanto a certidão de fls. 37-verso, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Adv. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.

68. REVISIONAL CONTRATUAL-0000927-20.2011.8.16.0111-MAICON MARTINS STIPP x BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL- Vistos.Trata-se de Ação Revisional de Contrato proposta por MAICON MARTINS STIPP em face de BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL onde o autor pretende a concessão de tutela antecipada para que a instituição financeira se abstenha de inscrever seu nome em cadastros de proteção ao crédito, para seja autorizado a depositar em Juízoas parcelas no valor que entende devido, bem como para que seja mantido na posse do veículo.Pois bem.Esta ação revisional cumulada com consignação em pagamento, ressalte-se, nada mais é do que uma forma de consubstanciar o interesse em satisfazer a obrigação assumida.CADASTROS DE INADIMPLENTESAssim, enquanto discutido o contrato e seus valores, não é plausível a inscrição do contratante no rol de devedores de entidades de informação de crédito, pois incerta a dívida quanto ao seu montante.No caso, tenho que estando o autor discutindo, através desta ação revisional, a abusividade de cláusulas contratuais, o que será capaz de alterar o valor devido à instituição financeira, justifica-se a concessão de liminar para proibir o banco de inscrever o seu nome nos órgãos de proteção de crédito enquanto pendente a lide revisional. Verifica-se que a supressão ou não-inscrição do nome do devedor nos banco de dados de inadimplentes não acarreta nenhum prejuízo ao credor.Frise-se a conduta por parte do autor que estará realizando o depósito das quantias que entende devidas, o que demonstra a sua boa-fé e corrobora a necessidade da retirada do seu nome dos bancos de dados de inadimplentes. Se está em debate a existência do débito ou seu montante, não se compreende seja o devedor tratado como inadimplente e, via inscrição em bancos de dados ou pela divulgação do que constar no cadastro interno do credor, sofra restrição creditícia. Ademais, se o devedor têm direito à imediata retificação de dados inexatos, par. 3º do art. 43 do CDC, não se compreende que se possibilite lançamentos eventualmente equivocados, sem que se possam ser de imediato retificados, vez que somente após a definição no processo é que a erronia estará definida.Ainda, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, observando o rito dos recursos repetitivos (art. 543-C, CPC), no julgamento do REsp 1061530/RS, firmou entre outras, a Orientação nº. 4, a respeito da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, no sentido de que: "a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz"; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção".DA AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITOSEntendendo o devedor estarem sendo exigidas prestações excessivamente onerosas, a ele é dado o direito de ver o contrato reequilibrado dentro dos ditames legais, oferecendo em consignação os valores que expressam a forma do contrato que entende correta. Por ser bastante claro o ordenamento do art. 6º,
inc. V, do Código Defesa do Consumidor, que declara o direito do consumidor de revisar contratos cujas prestações sejam desproporcionais, é perfeitamente cabível que se efetuem os depósitos das prestações em juízo.Os depósitos têm natureza acautelatória que previne a mora, permitindo a adimplência do contrato. Assim, ficam garantidas ambas as partes, porque o devedor, na eventualidade de um julgamento pela improcedência da ação, faz uma reserva que lhe facilita o pagamento da dívida, e o credor tem ao seu alcance, nesse caso, pelo menos parte da importância a receber, satisfazendo o seu crédito com maior facilidade.É de ser permitido, portanto, o depósito dos valores por parte do autor, contudo, sem efeito liberatório.MANUTENÇÃO DA POSSETendo em vista que o autor pretende depositar em Juízo as prestações que entende corretas, afastando por isso mesmo eventual mora, já que o contrato em si está sendo discutido, o consumidor faz jus em ser mantido na posse do veículo.Isto posto, defiro a tutela antecipada e autorizo o depósito judicial da parcela vencida no mês de julho (R$ 225,82) e as que se vencerem no curso da demanda, bem como determino que a instituição financeira requerida se abstenha da inscrição do nome do autor nos cadastros negativos de crédito.A posse do veículo permanecerá sob os cuidados do autor.-Adv. LUCILENE SMITH-.

69. BUSCA E APREENSAO-0000957-55.2011.8.16.0111-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVEST. x CARMEM LUCIA DA SILVA SOARES-Quanto a certidão de fls. 36, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Adv. ENEIDA WIRGUES-.

70. REPETICAO DE INDEBITO-0000995-67.2011.8.16.0111-MARIA ALFONSA BOEING VIEIRA x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVEST.-Quanto a última certidão de fls. 69, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Adv. JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA-.

71. REVISIONAL CONTRATUAL-0000998-22.2011.8.16.0111-NAUDIR JOAO BECHER x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVEST.-Quanto a última certidão de fls. 68, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Adv. JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA-.

72. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-0001022-50.2011.8.16.0111-JEOVANE RODRIGUES DE PAULA SANTOS x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A- A ação deve obervar o rito sumário... Assim, concedo ao autor o prazo de dez dias para que, caso queira, apresente ... rol de testemunhas e, se requerer perícia, os respectivos quesitos, podendo indicar assistente técnico, sob pena de preclusão. Após, voltem para analise do pedido liminar. -Adv. MELVIS MUCHIUTI-.
73. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-0001023-35.2011.8.16.0111-JEOVANE RODRIGUES DE PAULA SANTOS x BANCO GE CAPITAL S/A 35- A ação deve obervar o rito sumário... Assim, concedo ao autor o prazo de dez dias para que, caso queira, apresente, nos termos do art. 276 do CPC, eventual rol de testemunhas e, se requerer perícia, os respectivos quesitos, podendo indicar assistente técnico, sob pena de preclusão. Após, voltem para analise do pedido liminar. -Adv. MELVIS MUCHIUTI-.
74. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO-0001060-62.2011.8.16.0111-CARLOS STEINDORF e outro x RENATE MARLENE STEINDORF- Intime-se o autor para que emende a inicial juntando: Certidão do RI informando, com clareza, em nome de quem se encontra o bem objeto da presente demanda ... , bem como esclareça a quem se refere o contrato de arrendamento mencionado na certidão de fls. 12 (e se há endereço do mesmo, caso seja o proprietário do lote em questão); certidão atualizada do Cartório Distribuidor sobre a existência de ações possessórias, abrangendo vinte anos, em nome dos requerentes. -Adv. MAURILIO VIANA PEREIRA-.
75. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0001062-32.2011.8.16.0111-ROGERIO MACIEL x AMARILDO JOSÉ SCHON e outro- 1.Cite(m)-se o(s) devedor(es) qualificados às fls. 02, intimando-o(s) para efetuar o pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias; e/ou oferecer embargos, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias. 2.Fixo honorários advocatícios, inicialmente, em 10% do valor da execução, os quais ficam reduzidos à metade para o caso de pagamento no prazo legal. 3.Cientifique-se o executado que, no prazo para embargos, reconhecido o crédito do exequente e comprovado o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, poderá optar pelo parcelamento previsto no artigo 745-A.4.Ultimado o prazo sem pagamento, defiro a penhora on line, sendo que resultando negativo, munido da segunda via do mandado, proceda-se o oficial de justiça à penhora e avaliação dos bens localizados, lavrando-se o respectivo termo e intimando, na mesma oportunidade, o devedor (art. 652, § 1º, do Código de Processo Civil).5.Em caso de penhora de bens imóveis deverá ser intimado o cônjuge do devedor.6. Efetivada a penhora e avaliação ou, certificado pelo Sr. Oficial de Justiça a ausência de bens a serem penhorados, manifeste-se o exeqüente.7.Indefiro o pedido liminar para determinar a averbação da presente ação perante a matrícula nº 6.108 do Cartório de Registro Civil de Manoel Ribas, tendo em vista que referido imóvel encontra-se registrado em nome de terceiro e não dos Executados. -Adv. ADRIANA BARAN DOS SANTOS-.
76. USUCAPIAO ORDINÁRIO-0000034-29.2011.8.16.0111-MANOEL DA SILVA CORDEIRO e outro-Suspendo o feito pelo prazo requerido. Finda a suspensão, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito, dentro do prazo de 10 dias- -Advs. LARISSA MAZUROK e Vania de Paula Neiverth-.
77. EXECUCOES FISCAIS - FAZENDA-170/2002-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA DE LATICINIOS DE NOVA TEBAS LTDA-Intimem-se as partes das datas designadas para arrematação do bem penhorado, ou seja, 17/11/2011 as 13/00 horas, por lanço nao inferior ao da avaliação, e 01/12/2010, as 13/00 horas, na mesma hora e local, para venda judicial pelo maior lanço, não se admitindo preço vil. -Adv. MELVIS MUCHIUTI-.
78. CARTA PRECATORIA-34/2005-Oriundo da Comarca de VARA CIVEL E ANEXOS DE CANDIDO DE ABREU-BANCO DO BRASIL S/A x DIVONZIL DA LUZ E SILVA e outros-Sobre o prosseguimento do feito, diga o autor, em cinco dias. -Advs. JOSE ELI SALAMACHA e OMAR YASSIM-.
79. CARTA PRECATORIA-0000080-18.2011.8.16.0111-Oriundo da Comarca de CAMPO MOURAO - VARA CIVEL-BANCO BRADESCO S/A x JOSE TADEU NUNES FILHO e outros- Sobre a manifestação do avaliador, digam as partes em dez dias. -Advs. MARCELO HENRIQUE BOTELHO PALMA e SERAFIM PORTES ROCHA FILHO-.
80. CARTA PRECATORIA-0000090-62.2011.8.16.0111-Oriundo da Comarca de 2 VARA CIVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURAO-COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA x ARMANDO HENRIQUE MENDES PACHECO e outros-Quanto a certidão de fls. 25, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Advs. ROSNEY MASSAROTTO DE OLIVEIRA e REIMAR RENATO RODRIGUES-.
81. CARTA PRECATORIA-0000565-18.2011.8.16.0111-Oriundo da Comarca de VARA CÍVEL E ANEXOS-BANCO JOHN DEERE S/A x ELZA TRABUCO MINALE e outro-Quanto às certidões/laudos de fls. 16/17, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias. -Adv. ALVACIR ROGÉRIO S. DA ROSA-.
82. CARTA PRECATORIA-0000693-38.2011.8.16.0111-Oriundo da Comarca de 1 VARA CIVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURAO-COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA x ANTONIO AUGUSTO PACAHECO e outro-Sobre o prosseguimento do feito, diga o autor, em cinco dias. -Advs. WANDENIR DE SOUZA e ROSNEY MASSAROTTO DE OLIVEIRA-.
83. CARTA PRECATORIA-0000840-64.2011.8.16.0111-Oriundo da Comarca de 10ª VARA CIVEL DE CURITIBA - PR-SHV GAS BRASIL LTDA x ILDA APARECIDA DOS SANTOS BARAN COMERCIO DE GAS e outros- Intime-se o requerente para que complemente o valor das custas processuais, no prazo de dez dias (R$ 58,40 ao Cartório Cível), tendo em vista a alteração de valores da tabela de custas. -Adv. ANDERSON DE AZEVEDO-.
84. CARTA PRECATORIA-0001028-57.2011.8.16.0111-Oriundo da Comarca de VARA UNICA DE ITAPIRANGA - SC-TRANSPORTES W.W. LTDA ME x JABUR PNEUS S/A-Em observância a Portaria 15/2009, intime-se o autor, para que, no prazo de 30 dias, recolha as custa iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. -Adv. PAULO ROGERIO TSUKASSA DE MAEDA-.

Adicionar um(a) Conteúdo

Manoel Ribas, 28 de setembro de 2011.

# MARINGÁ

## 2ª VARA CÍVEL

**SEGUNDA VARA CIVEL - COMARCA DE MARINGA**
**JUIZ DE DIREITO - AIRTON VARGAS DA SILVA**
**ESCRIVAO - LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO**
**EMP.JURAMENTADA-CLAUDIA H.SGUAREZI FRANZONI**

**RELAÇAO Nº 139/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADAM MIRANDA SA STEHLIND 00034 000195/2008
ADOLFO JOSE FRANCIOLI CELINSKI 00095 014912/2010
ADRIANA DIAS FIORIN 00049 001356/2008
00071 001304/2009
ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN 00082 002044/2009
00088 001231/2010
00137 014614/2011
ADRIANO MUNIZ REBELLO 00096 015022/2010
AIRTON KEIJI UEDA 00045 001113/2008
ALAN BOUSSO 00042 000813/2008
ALBERTO JOSE ZERBATO 00020 000467/2006
00034 000195/2008
ALCIDES CAETANO VIEIRA 00012 000395/2004
ALESSANDRA TAKAKI 00015 000014/2005
ALESSANDRO HENRIQUE BANA PAILO 00047 001282/2008
ALETHEA THOMAZ 00054 000205/2009
ALEX SANDER GALLIO 00086 002353/2009
ALEXANDRE BAZANELLA 00064 000693/2009
ALEXANDRE DA SILVA MORAES 00031 001016/2007
ALEXANDRE FERNANDES DE PAIVA 00049 001356/2008
00071 001304/2009
ALEXANDRE NIEDERAUDER DE MENDONÇA LIMA 00134 012002/2011
ALEXANDRE PIETRANGELO LIMA 00115 031567/2010
00120 003274/2011
ALEXANDRE VENANCIO 00012 000395/2004
ALISSON SILVA ROSA 00012 000395/2004
ALUIR ROMANO ZANELLATO FILHO 00022 000164/2007
ANA LUCIA FALCAO DONATO 00112 030819/2010
ANA LUCIA FRANÇA 00030 000915/2007
00044 001107/2008
ANA MARIA BRENNER 00013 000646/2004
ANA PAULA MARTINS RADAELLI 00128 007015/2011
ANA ROSA LIMA LOPES BERNARDES 00037 000389/2008
ANDERSON CROZARIOLLI TAVARES 00096 015022/2010
ANDERSON JUNIOR GARBUGIO 00031 001016/2007
ANDRE DE ARAUJO SIQUEIRA 00045 001113/2008
ANDRE LUIS LISBOA CAMPANERI 00012 000395/2004
ANDRE LUIZ ROSSI 00001 000305/1987
ANDRE RICARDO FORCELLI 00029 000819/2007
ANDREA GIOSA MANFRIM 00046 001261/2008
00049 001356/2008
00055 000246/2009
00056 000283/2009
00066 000858/2009
00073 001552/2009
00079 001821/2009
00107 026339/2010
ANDRÉIA APARECIDA DE SOUZA 00080 001935/2009
ANGELA ANASTAZIA CAZELOTO 00032 000075/2008
ANGELA VENTUROZO ALCAZAR 00069 000993/2009
ANILSON GERALDO SGUAREZI 00024 000364/2007
ANNA CAROLINA ARALDI ZACARCHUCA 00044 001107/2008
ANTONIO APARECIDO BONGIORNO 00054 000205/2009
ANTONIO SOARES DE RESENDE JUNIOR 00032 000075/2008
AQUILINO PANICHELLA 00017 000155/2006
ARIELLA GARCIA LEITE 00034 000195/2008
ARLINDO TEIXEIRA 00012 000395/2004
ARTHUR RICARDO SILVA TRAVAGLIA 00044 001107/2008
ARTHUR SABINO DAMASCENO 00047 001282/2008
AUGUSTO JOSE BITTENCOURT 00135 013187/2011
BLAS GOMM FILHO 00006 000106/1999
00030 000915/2007
00044 001107/2008
BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ 00032 000075/2008
00080 001935/2009
00085 002242/2009
BRUNO FERNANDO RODRIGUES DINIZ 00028 000637/2007
BRUNO FRIEDRICH SAUCEDO 00086 002353/2009

CAMILA FATIMA DA SILVA AGUILLAR 00012 000395/2004
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA 00084 002177/2009
CARLOS ALEXANDRE LIMA DE SOUZA 00012 000395/2004
00046 001261/2008
00049 001356/2008
00055 000246/2009
00073 001552/2009
00079 001821/2009
00122 004009/2011
CARLOS ALEXANDRE VAINE TAVARES 00023 000301/2007
CARLOS EMANUEL RODRIGUES 00030 000915/2007
CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET 00034 000195/2008
CARMEN LUCIA VOLTA BRABO 00029 000819/2007
CAROLINA CAMPELLO SCOTTI 00073 001552/2009
00079 001821/2009
00122 004009/2011
CAROLINE THON 00030 000915/2007
00044 001107/2008
CESAR AUGUSTO CORADINI MARTINS 00046 001261/2008
00049 001356/2008
00055 000246/2009
00079 001821/2009
00110 029815/2010
00122 004009/2011
00136 013353/2011
CESAR AUGUSTO TERRA 00123 004417/2011
CESAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE 00131 010320/2011
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 00020 000467/2006
00034 000195/2008
CHARLES PARCHEN 00090 002823/2010
CHIRLEI TRISOTTO 00001 000305/1987
CHRISTIANE MASSARO LOHMANN 00045 001113/2008
CICERO JOAO RICARDO PORCELANI 00001 000305/1987
CILENE RESENDE 00041 000704/2008
CLAUDENIR LUIZ PEROCO 00077 001816/2009
CLAUDIA BLUMLE SILVA 00080 001935/2009
CLAUDIA E.C. VAN HEESEWIJK 00047 001282/2008
CLEA MARA LUVIZOTTO 00023 000301/2007
CLEUDETE MARIA MINUCELI CANDIDO 00012 000395/2004
CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES 00060 000453/2009
00103 024297/2010
CRISTINA BARBOSA BONONI 00111 030807/2010
DANIEL RODRIGUEZ BRANDAO 00073 001552/2009
00122 004009/2011
DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA 00049 001356/2008
00055 000246/2009
00073 001552/2009
DANIELA FILOMENA DUTRA MIRANDA DOS REIS 00030 000915/2007
DANIELE CRISTINA UBIALI BITTENCOURT 00025 000413/2007
DANIELLE MAGALHÃES LOPES 00064 000693/2009
DEBORA SEGALA 00014 000904/2004
DENIZE HEUKO 00015 000014/2005
DESIREE ZOLET KURIKE FERRER 00017 000155/2006
DIOGO BERTOLINI 00138 022604/2010
DIRCEU GALDINO 00089 002011/2010
DOUGLAS DOS SANTOS 00020 000467/2006
00112 030819/2010
DOUGLAS GALVAO VILARDO 00012 000395/2004
00025 000413/2007
00079 001821/2009
EDER FERNANDO DA SILVA 00083 002104/2009
EDUARDO RODRIGO COLOMBO 00045 001113/2008
EDVAGNER MARCOS DA SILVA 00064 000693/2009
ELI PEREIRA DINIZ 00011 000339/2004
ELIANE REGINA DOS SANTOS BORGES DA SILVA 00063 000641/2009
ELISANGELA DE A. KAVATA 00080 001935/2009
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES 00103 024297/2010
ELOI CONTINI 00138 022604/2010
ELVIS BITTENCOURT 00135 013187/2011
ELVYS PASCOAL BARANKIEVICZ 00086 002353/2009
EMERSON ALFREDO FOGAÇA DE AGUIAR 00045 001113/2008
EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA 00060 000453/2009
EMERSON MONZANI DE MEDEIROS 00045 001113/2008
ERIKA HIKISHIMA FRAGA 00033 000183/2008
ERNANI JOSE PERA JUNIOR 00013 000646/2004
ESTELA LUISA CARMONA TEIXEIRA - ESTAGIAR 00086 002353/2009
ETHIANE DE BONA MORAES 00111 030807/2010
EVALDO GONCALVES LEITE 00105 025068/2010
EVANDRO BUENO DE OLIVEIRA 00033 000183/2008
EVANDRO RICARDO DE CASTRO 00050 000060/2009
FABIANA APARECIDA RAMOS LORUSSO 00033 000183/2008
FABIANA DE OLIVEIRA S. SYBUIA 00049 001356/2008
00055 000246/2009
00073 001552/2009
00079 001821/2009
FABIANA DE OLIVEIRA SILVA SYBUIA 00066 000858/2009
FABIANA KEILLA SCHNEIDER 00046 001261/2008
FABIANA KEYLLA SCHNEIDER 00049 001356/2008
00055 000246/2009
FABIANE ANTUNES DOS SANTOS 00057 000295/2009
FABIANO CASTILHOS DE MATTOS 00039 000553/2008
FABIANO NEVES MACIEYWSKI 00113 030838/2010
FABIO JOAO SOITO 00114 030869/2010
FABIO RICARDO MORELLI 00012 000395/2004
00049 001356/2008
00055 000246/2009
FABIO Y.ARAKI 00036 000244/2008
FARES JAMIL FERES 00120 003274/2011
FELIPE TURNES FERRARINI 00030 000915/2007
00044 001107/2008
FERNANDA MICHEL ANDREANI 00080 001935/2009
FERNANDA VANINI IBRAHIM PENTEADO 00047 001282/2008
FERNANDA WILLE POSNIAK 00014 000904/2004
FERNANDO GUSTAVO KIMURA 00097 015295/2010
FERNANDO HENRIQUE BOSQUE RAMALHO 00094 013430/2010
00127 006455/2011
FERNANDO MURILO COSTA GARCIA 00113 030838/2010
FERNANDO SCHUMAK MELO 00090 002823/2010
FLAVIA BALDUINO DA SILVA 00114 030869/2010
FLAVIA ZIMMERMANN 00111 030807/2010
FLAVIANO BELLINATI GARCIA PERES 00103 024297/2010
FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ 00060 000453/2009
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 00047 001282/2008
FLAVIO RICARDO COMUNELLO 00039 000553/2008
FLAVIO SANTANNA VALGAS 00060 000453/2009
FRANCIELY CAMILA AGUIAR MELOSO DE ABREU 00022 000164/2007
FULVIO LUIS STADLER KAIPERS 00069 000993/2009
GABRIELLA MURARA VIEIRA 00112 030819/2010
GERALDO NOGUEIRA DA GAMA 00014 000904/2004
GERSON VANZIN MOURA DA SILVA 00047 001282/2008
GERUSA LINHARES LAMORTE 00014 000904/2004
GILDO ALVES DE PAULA 00008 000326/2001
GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO 00080 001935/2009
00085 002242/2009
GIOVANA ROBERTA MERCALDI 00022 000164/2007
GIOVANI BRANCAGLIÃO DE JESUS 00049 001356/2008
00055 000246/2009
00122 004009/2011
GIOVANI GIONEDIS 00094 013430/2010
GISELE DOS SANTOS 00111 030807/2010
GLAUCO IWERSEN 00111 030807/2010
GUILHERME ASSAD DE LARA 00039 000553/2008
GUSTAVO CORREA RODRIGUES 00113 030838/2010
GUSTAVO DO AMARAL PALUDETTO 00130 008916/2011
GUSTAVO VIANA CAMATA 00094 013430/2010
00127 006455/2011
HAROLDO CAMARGO BARBOSA 00110 029815/2010
HELLISON EDUARDO ALVES 00028 000637/2007
HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA 00114 030869/2010
HENRIQUE ROCHA IGNACHEWSKI 00044 001107/2008
INGO HOFMANN JUNIOR 00089 002011/2010
IRACEMA MAZETTO CADIDE 00019 000272/2006
IRINEIA APARECIDA CERQUEIRA 00128 007015/2011
ISABELLA CABRAL KISTNER 00073 001552/2009
ISRAEL LIUTTI 00004 000224/1997
IZADORA RAZINI 00039 000553/2008
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 00047 001282/2008
JAIR ANTONIO WIEBELLING 00127 006455/2011
00129 008529/2011
JAIRO ANTONIO GONÇALVES FILHO 00063 000641/2009
00087 000102/2010
JAMIL JOSEPETTI JUNIOR 00063 000641/2009
00087 000102/2010
JAQUELINE BECCARI MALHEIROS 00099 017410/2010
JAQUELINE SCOTA STEIN 00047 001282/2008
JEFFERSON ALEX PONTES PEREIRA 00099 017410/2010
JESIANE MILIORINI DA SILVA BOTTI 00013 000646/2004
JOAO ALBERTO DE LIMA E SILVA 00041 000704/2008
JOAO ALVES BARBOSA FILHO 00114 030869/2010
JOAO BIRAL JUNIOR 00069 000993/2009
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO 00123 004417/2011
JOAO LUIZ AGNER REGIANI 00059 000432/2009
JOAO LUIZ CUNHA DOS SANTOS 00020 000467/2006
00034 000195/2008
JOAO PAULO DE CASTRO 00069 000993/2009
JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS 00114 030869/2010
JOAQUIM MARIANO PAES CARVALHO NETO 00001 000305/1987
JOAQUIM ROBERTO TOMAZ 00043 000841/2008
JONNATHAS R. M. TOFANETO 00086 002353/2009
JORGE ROBERTO MARTINS JUNIOR 00097 015295/2010
JOSE CARLOS TACCOLA 00004 000224/1997
JOSE CHIEZI DE OLIVEIRA 00045 001113/2008
JOSE HENRIQUE SCHUSTERSCHITZ ASTOLFI 00045 001113/2008
JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA 00002 000070/1997
00005 000001/1998
00008 000326/2001
00015 000014/2005
00018 000158/2006
00027 000624/2007
00043 000841/2008
00074 001672/2009
00084 002177/2009
JOSE OSVALDO MOROTI 00040 000570/2008
JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO 00114 030869/2010
JOSIELE ZAMPIERI DA MATA 00013 000646/2004
JULIANA MARA DA SILVA 00047 001282/2008
JULIANA RIGOLON DE MATOS 00037 000389/2008
00106 025070/2010
JULIANE FEITOSA SANCHES 00047 001282/2008
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 00101 021409/2010
00102 023017/2010
00109 028477/2010
JULIO CESAR COELHO PALLONE 00024 000364/2007
JULIO CESAR DALMOLIN 00127 006455/2011
JUSSARA CORTES VOLPATO 00076 001737/2009
KARINE MARANHAO VELOSO 00049 001356/2008
00055 000246/2009
00073 001552/2009

00079 001821/2009
00122 004009/2011
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00037 000389/2008
00092 009841/2010
KATHLEEN SCHOLZE 00044 001107/2008
KATIA RAQUEL DE SOUZA CASTILHO 00047 001282/2008
LAERCIO FONDAZZI 00049 001356/2008
00055 000246/2009
LARISSA MANZATTI MARANHÃO 00077 001816/2009
LARISSA TOLOI 00075 001725/2009
LASNINE MONTE WOLSKI SCHOLZE 00047 001282/2008
LAURO FERNANDO ZANETTI 00132 011134/2011
LEIDE MARCIA LOPES 00045 001113/2008
LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA 00044 001107/2008
LIDIA BETTINARDI ZECHETTO 00049 001356/2008
00055 000246/2009
00066 000858/2009
00073 001552/2009
00079 001821/2009
00122 004009/2011
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS 00094 013430/2010
00127 006455/2011
LUCIANA MARTINS ZUCOLI 00085 002242/2009
LUCIANA ROMANI STADLER 00069 000993/2009
LUCIANO ANGHINONI 00047 001282/2008
LUCIENE G.TEIDER ARAUJO COSTA 00003 000108/1997
LUCILA MARIA FIALLA 00044 001107/2008
LUCINEIDE M.DE ALMEIDA ALBUQUERQUE 00045 001113/2008
LUIZ ASSI 00090 002823/2010
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA 00139 000502/2011
LUIZ CARLOS MANZATTO 00055 000246/2009
LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA CABRAL 00112 030819/2010
LUIZ GUILHERME VANIN TURCHIARI 00090 002823/2010
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 00047 001282/2008
LUIZ PAULO WILLE 00045 001113/2008
LUIZ RAFAEL 00056 000283/2009
MAGDA ROCHA 00016 000043/2006
MAICON CHARLES SOARES MARTINHAGO 00047 001282/2008
MARCEL RODRIGO ALEXANDRINO 00030 000915/2007
00044 001107/2008
MARCELO DAVOLI LOPES 00111 030807/2010
00112 030819/2010
00114 030869/2010
MARCELO HENRIQUE GONÇALVES 00009 000730/2001
00012 000395/2004
MARCIA L GUND 00127 006455/2011
00129 008529/2011
MARCIA SATIL PARREIRA 00020 000467/2006
00034 000195/2008
00112 030819/2010
MARCIO PEREIRA DE ANDRADE 00078 001817/2009
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 00032 000075/2008
00080 001935/2009
MARCIO ROMANO 00012 000395/2004
MARCO ANTONIO BOSIO 00073 001552/2009
00079 001821/2009
00122 004009/2011
MARCO ANTONIO PEIXOTO 00021 001099/2006
MARCOS ALVES VERAS NOGUEIRA 00049 001356/2008
00055 000246/2009
00073 001552/2009
00079 001821/2009
00122 004009/2011
MARCOS ANDRE DA CUNHA 00001 000305/1987
MARCOS CESAR CREPALDI BORNIA 00026 000424/2007
00058 000308/2009
MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI 00086 002353/2009
MARCOS VINICIUS MOLINA VERONEZE 00133 011529/2011
MARIA ALICE CASTILHO DOS REIS 00004 000224/1997
MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA 00094 013430/2010
MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA 00127 006455/2011
MARIA ANARDINA PASCHOAL 00087 000102/2010
MARIA APARECIDA ALVES DA SILVA 00054 000205/2009
MARIA LUCIA RIBEIRO PENHA SCHIEBEL 00044 001107/2008
MARIANA CRISTINA SCORSIN TEIXEIRA 00030 000915/2007
00044 001107/2008
MARIANA PEREIRA VALERIO 00111 030807/2010
MARIELY REGINA AMERICO 00121 003356/2011
MARINA CARDOSO LIMA 00042 000813/2008
MARIO CESAR MANSANO 00046 001261/2008
00049 001356/2008
00055 000246/2009
MARIO HENRIQUE ALBERTON 00015 000014/2005
MARIO PAULO MACHADO NOMOTO 00012 000395/2004
MARISA SETSUKO KOBAYASHI 00112 030819/2010
MARISTELA FERRER GARCIA SALVADOR 00017 000155/2006
MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS 00111 030807/2010
00112 030819/2010
00113 030838/2010
00114 030869/2010
MARLENE TISSEI 00009 000730/2001
00010 000758/2002
MERCIA CRISTINA MACEDO DE SOUZA 00086 002353/2009
MERCIA REGINA DE OLIVEIRA 00045 001113/2008
MESSIAS QUEIROZ UCHOA 00007 000100/2001
MICHEL DE PAULA MACHADO 00073 001552/2009
00079 001821/2009
00122 004009/2011
MICHELLE BRAGA VIDAL 00080 001935/2009
MICHELLE MIRANDA CIORLIN 00014 000904/2004
MIEKO ITO 00033 000183/2008
MILKEN JACQUELINE CENERINI JACOMINI 00133 011529/2011
MILKEN JAQUELINE CENERINI JACOMINI 00060 000453/2009
00072 001330/2009
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 00020 000467/2006
00034 000195/2008
00098 015935/2010
00111 030807/2010
MIRELLA PARRA FULOP 00094 013430/2010
00127 006455/2011
MITHIELE TATIANA RODRIGUES 00080 001935/2009
MOISES ZANARDI 00018 000158/2006
00027 000624/2007
00043 000841/2008
MONICA CRISTINA BIZINELI 00020 000467/2006
00034 000195/2008
00111 030807/2010
MONICA RENATA MUELLER 00001 000305/1987
MORIANE PORTELLA GARCIA 00047 001282/2008
MURILO CLEVE MACHADO 00020 000467/2006
00034 000195/2008
00111 030807/2010
NADIA HOMMERSCHAG NORA 00089 002011/2010
NELCIDES ALVES BUENO 00131 010320/2011
NELSON PASCHOALOTTO 00091 008937/2010
NEVIA DE OLIVEIRA LOPES GONÇALVES 00061 000462/2009
NOEME FRANCISCO SIQUEIRA 00049 001356/2008
00055 000246/2009
00073 001552/2009
00079 001821/2009
00122 004009/2011
OCTAMYR JOSE TELLES DE ANDRADE JR 00112 030819/2010
OLDEMAR MARIANO 00028 000637/2007
OSMAR HELCIAS SCHWARTZ JR. 00041 000704/2008
OSMAR MOREIRA 00007 000100/2001
OSWALDO MESQUITA SIMOES 00126 006184/2011
PATRICIA C. FRANCISCHETTI MARDEGAM 00125 006058/2011
PATRICIA PONTAROLI JANSEN 00103 024297/2010
PAULA CHRISTINA DIAS LARANJEIRO 00079 001821/2009
PAULO MARCELO MOUTINHO GONÇALVES 00112 030819/2010
PAULO ROBERTO ANGHINONI 00047 001282/2008
PAULO ROBERTO FADEL 00090 002823/2010
PAULO SERGIO BRAGA 00032 000075/2008
PAULO SHIRO YAMASHITA 00040 000570/2008
PEDRO HENRIQUE BANDEIRA SOUSA 00114 030869/2010
PEDRO JOSE DE ALMEIDA 00065 000775/2009
PEDRO PAULO OSORIO NEGRINI 00112 030819/2010
PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA 00035 000203/2008
PEDRO STEFANICHEN 00082 002044/2009
00137 014614/2011
PIERRE GAZARINI SILVA 00107 026339/2010
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 00103 024297/2010
RAFAEL NOGUEIRA DA GAMA 00014 000904/2004
RAFAEL SANTOS CARNEIRO 00112 030819/2010
RAFAELA POLYDORO KUSTER 00098 015935/2010
00111 030807/2010
RAIMUNDO MESSIAS BARBOSA CARVALHO 00017 000155/2006
RALPH ROCHA MARDEGAM 00125 006058/2011
RAQUEL SOBOLESKI CAVALHEIRO 00014 000904/2004
REGIS PANIZZON ALVES 00135 013187/2011
REINALDO MIRICO ARONIS 00090 002823/2010
REINALDO RODRIGUES DE GODOY 00012 000395/2004
RENATA ALVIM MENDONCA DO PRADO 00117 034387/2010
RENATO DA COSTA LIMA FILHO 00097 015295/2010
RENATO GOES DE MACEDO 00094 013430/2010
00127 006455/2011
RICARDO ANTONIO RAMPAZZO 00038 000491/2008
RICARDO LASMAR SODRE 00112 030819/2010
RICARDO YAGURA 00038 000491/2008
ROBENSON MAXIMO FIM JUNIOR 00056 000283/2009
ROBERTA CRUCIO AVANÇO 00020 000467/2006
ROBERTO BUSATO FILHO 00028 000637/2007
ROBSON ADRIANO AVANCINI - ESTAGIARIO 00086 002353/2009
ROBSON SAKAI GARCIA 00121 003356/2011
RODRIGO ALVES DE OLIVEIRA 00047 001282/2008
RODRIGO CAVALCANTE JERONIMO 00041 000704/2008
RODRIGO CESAR CALDEIRA 00045 001113/2008
RODRIGO OTAVIO VICENTINI 00030 000915/2007
00044 001107/2008
RODRIGO TAKAKI 00030 000915/2007
ROGERIO ANDREOTTI ERRERIAS 00110 029815/2010
ROSANGELA DORTA DE OLIVEIRA 00025 000413/2007
RUBENS FERNANDES JUNIOR 00045 001113/2008
RUBIELLE GIOVANA BANDEIRA BAGAGNIN 00028 000637/2007
RUTH MARIA GUERREIRO DA FONSECA 00094 013430/2010
SANDRA MARIA DO NASCIMENTO G.SILVA 00067 000896/2009
00068 000990/2009
00079 001821/2009
SANDRA MARIA NASCIMENTO G SILVA 00119 001974/2011
SANDRA MARIZA RATHUNDE 00037 000389/2008
SANDRA ROSEMARY RODRIGUES DOS SANTO 00025 000413/2007
SEBASTIAO DE MEDEIROS 00045 001113/2008
SERGIO LUIZ BELOTTO JUNIOR 00028 000637/2007
SERGIO SCHULZE 00037 000389/2008
SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO 00132 011134/2011
SHINJI GOHARA 00081 001939/2009
SIDNEY PEREIRA NUNES 00053 000147/2009
SILVANO FERREIRA DA ROCHA 00030 000915/2007

SILVIA ARRUDA GOMM 00030 000915/2007
00044 001107/2008
SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR 00012 000395/2004
00025 000413/2007
00049 001356/2008
00055 000246/2009
00073 001552/2009
00079 001821/2009
00122 004009/2011
SIMONE A. SARAIVA 00047 001282/2008
SIMONE DAIANE ROSA 00080 001935/2009
SIRLENE BEATRIZ CONRAD KALSING 00012 000395/2004
SONIA REGINA VIEIRA KHOURY 00136 013353/2011
TABATA NOBREGA BONGIORNO 00134 012002/2011
TATIANA REGINA RAUSCH 00111 030807/2010
TATIANA VALESCA VROBLEWSKI 00037 000389/2008
TATIANE COSTA DE MORAES 00037 000389/2008
TATIANE MUNCINELLI 00047 001282/2008
THAIS YUMI GOHARA 00081 001939/2009
THIAGO CAPALBO 00132 011134/2011
THIAGO DE FREITAS MARCOLINI 00044 001107/2008
THIAGO RUFINO DE OLIVEIRA GOMES 00094 013430/2010
00127 006455/2011
TIAGO AUGUSTO DE MACEDO BINATI 00057 000295/2009
TIAGO MARAFON SEMENSATO 00093 012749/2010
TIRONE CARDOSO DE AGUIAR 00104 024840/2010
00108 026559/2010
TONI MENDES DE OLIVEIRA 00033 000183/2008
TRAJANO B. O. N. FRIEDRICH 00020 000467/2006
00034 000195/2008
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRIC 00111 030807/2010
VALDIR ROGERIO ZONTA 00098 015935/2010
VALERIA BRAGA TEBALDE 00086 002353/2009
VALERIA SILVA GALDINO 00089 002011/2010
VALMIR BRITO DE MORAES 00031 001016/2007
VALQUIRIA MESQUITA NISHIOKA 00037 000389/2008
VANESSA EMILENE ARANTES GONCALVES RODRIG 00124 005272/2011
VANIO CEZAR POPPI 00019 000272/2006
VILMA CARLA LIMA DE SOUZA 00100 018125/2010
VILMA CARLA LIMA DE SOUZA RIBEIRO 00012 000395/2004
00027 000624/2007
VILMA THOMAL 00051 000131/2009
00052 000132/2009
00062 000601/2009
00070 001057/2009
VILSON RIBEIRO DE ANDRADE 00047 001282/2008
VINICIUS OCCHI FRANÇOZO 00032 000075/2008
VIRGINIA CORTES VOLPATO 00076 001737/2009
VIVALDA SUELI BORGES CARNEIRO 00043 000841/2008
VIVIANE CASTELLI 00030 000915/2007
00044 001107/2008
VIVIANE LOSPALLUTO PRIORE 00112 030819/2010
VÂNIA APARECIDA VIOTTO FUGA 00081 001939/2009
WALTER POPPI 00048 001313/2008
WILLIAN FRANCIS DE OLIVEIRA 00095 014912/2010
WILSON DE JESUS GUARNIERI JUNIOR 00007 000100/2001
WILSON JOSE DE FREITAS 00026 000424/2007
00058 000308/2009
YLDEFONSO SALOME ABRAO DE CAMPOS 00118 000927/2011

1. INDENIZATÓRIA-305/1987-ESPOLIO DE CAETANO MENDES BARLETA x DPART.ESTR.DE ROD.EST.PR-D.E.R.-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 1070 , a seguir: "Autos n. 305/87. Manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias, sobre o pedido de fs. 1.038 e ss. Intime-se." -Advs. JOAQUIM MARIANO PAES CARVALHO NETO, MARCOS ANDRE DA CUNHA, CHIRLEI TRISOTTO, MONICA RENATA MUELLER, CICERO JOAO RICARDO PORCELANI e ANDRE LUIZ ROSSI-.

2. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-70/1997-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x PLASTIFOKI INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e outro-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 138 , a seguir: "Defiro o pedido de f. 137. Intime-se o executado conforme o requerido. Intime-se." -Adv. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.

3. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-108/1997-ESPOLIO DE JOAO GUEDES FILHO x PROFORTE S/A TRANSPORTE DE VALORES-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 633, a seguir: "Autos n. 108/97. Manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito ou possível arquivamento. Intime-se." -Adv. LUCIENE G.TEIDER ARAUJO COSTA-.

4. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-224/1997-MELO, MORA & CIA. LTDA. x ARY MARCOS BORGES DA SILVA-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 271 , a seguir: "Autos n. 224/97. A propósito do pedido de f. 270, aguarde-se por 60 dias. Não chegando a resposta do ofício de f. 266, intime-se o autor para que, querendo, solicite a expedição do novo ofício reiterando a solicitação de informação. Intime-se." -Advs. ISRAEL LIUTTI, MARIA ALICE CASTILHO DOS REIS e JOSE CARLOS TACCOLA-.

5. BUSCA E APREENSÃO-1/1998-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x LUCIANE GOLDANI DA ROCHA - ME.-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 176, a seguir: "Autos n. 1/98. 1- Defiro o pedido de f. 175 para suspender o curso do processo até o dia 14-11-2011 (art. 265 do Código de Processo Civil). 2- Decorrido o prazo da suspensão, manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito. Intimem-se." -Adv. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.

6. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-106/1999-RIO PARANA CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS x COLTITEL COMERCIO DE EQUIP. P/ TELECOMUNICAÇOES LT e outros- Para que fiquem cientes da r. sentença de fs. 243 , a seguir: "Sent. de Extinção Sem Julgamento do Mérito Autos n. 106/99. 1- O presente processo encontra-se abandonado pelo autor há mais de um ano. 2- Impõe-se, diante desse cenário, em que pese a previsão legal expressa (§ 1º do art. 267 do CPC), que o processo seja julgado extinto com base no art. 267, II, do mesmo Código, independentemente de quaisquer intimações. 3- Em face ao exposto, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, com base no art. 267, inc. II, do CPC. 4- Oportunamente, arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. " --Adv. BLAS GOMM FILHO-.

7. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-100/2001-MARCILIO PICININ x JOSE CARLOS CURTI-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 85, a seguir: "Autos n. 100/2001. 1- Defiro a suspensão requerida, até o dia 14-1-2012 (art. 791, inciso III, do Código de Processo Civil). 2- Decorrido esse prazo, manifeste-se a exeqüente sobre o prosseguimento do feito independentemente de nova intimação. Intimem-se. 3- À escrivania: em não havendo manifestação até cinco dias após o final do prazo da suspensão, intime-se a exeqüente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias." -Advs. OSMAR MOREIRA, MESSIAS QUEIROZ UCHOA e WILSON DE JESUS GUARNIERI JUNIOR-.

8. EXECUÇÃO COM DEVEDOR SOLVENTE-326/2001-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x LATICINIOS LOANDA LTDA e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 124 , a seguir: "Autos n. 326/2001. Defiro o pedido de f. 123. Aguarde-se por 60 dias. " -Advs. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA e GILDO ALVES DE PAULA-.

9. AÇÃO DE DESPEJO-730/2001-JOSE PELISARI e outro x GILBERTO ARTUR ORTIZ BENITES-Para que RETIRE expediente (01 oficio), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Advs. MARLENE TISSEI e MARCELO HENRIQUE GONÇALVES-.

10. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-758/2002-K.Y. x V.D.C.S. e outros-Para providenciar o recolhimento da(s) diligencia(s) do senhor oficial de justica, mediante guia GRC, junto a Caixa Economica Federal, agência 2499, operação 040, Conta n. 500.002-4 (provimento n.º 01/99 da Egregia Corregedoria Geral de Justica do Estado do Parana), cujo valor esta disponível no site: assojepar.org.br-tabela de custas, bem como a impressão da Guia, devendo encaminhar três vias autenticadas a escrivania, referente ao mandado de penhora e intimação. -Adv. MARLENE TISSEI-.

11. RESTAURAÇAO DE AUTOS-339/2004-CENTRO NORTE CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 177, a seguir: "Autos n. 339/2004. Intime-se o autor Centro Norte, na pessoa de seu procurador, para que promova o recolhimento dos 50% dos honorários periciais que lhe cabe, no prazo de 10 dias, sob pena de ser dada por desistida a produção da referida prova." -Adv. ELI PEREIRA DINIZ-.

12. INDENIZAÇAO POR DANO MORAL-395/2004-THEOBALDO RAUBER x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 295, a seguir: "Autos n. 395/2004. Defiro o pedido de f. 292. Aguarde-se por 60 dias. Intime-se." -Advs. ARLINDO TEIXEIRA, VILMA CARLA LIMA DE SOUZA RIBEIRO, CAMILA FATIMA DA SILVA AGUILLAR, CLEUDETE MARIA MINUCELI CANDIDO, REINALDO RODRIGUES DE GODOY, MARCIO ROMANO, DOUGLAS GALVAO VILARDO, ALISSON SILVA ROSA, SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR, ALEXANDRE VENANCIO, ALCIDES CAETANO VIEIRA, SIRLENE BEATRIZ CONRAD KALSING, FABIO RICARDO MORELLI, CARLOS ALEXANDRE LIMA DE SOUZA, ANDRE LUIS LISBOA CAMPANERI, MARCELO HENRIQUE GONÇALVES e MARIO PAULO MACHADO NOMOTO-.

13. RESCISAO DE CONTRATO-646/2004-BOMILLY DISTRIBUIDORA DE BICICLETAS E PEÇAS LTDA x WENDY BIKE COMERCIAL LTDA-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 157 , a seguir: "Autos n. 646/2004. Manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. Intime-se." -Advs. ERNANI JOSE PERA JUNIOR, JOSIELE ZAMPIERI DA MATA, JESIANE MILIORINI DA SILVA BOTTI e ANA MARIA BRENNER-.

14. REPARAÇAO DANOS MATERIAIS C/C DANO MORAL-904/2004-HELENO DE ALVARENGA x JOSE GERALDO BARRELA e outro-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 589, a seguir: "Autos n. 904/2004. Acolho os argumentos de fs. 586/588 para intimar a executada Bradesco Seguros S.A. para que, querendo, complemente os valores devidos. Intime-se." -Advs. GERALDO NOGUEIRA DA GAMA, RAFAEL NOGUEIRA DA GAMA, FERNANDA WILLE POSNIAK, GERUSA LINHARES LAMORTE, MICHELLE MIRANDA CIORLIN, DEBORA SEGALA e RAQUEL SOBOLESKI CAVALHEIRO-.

15. ORDINÁRIA-14/2005-VALDECIR DE ALMEIDA e outros x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 1251, a seguir: "Autos n. 14/2005. Defiro o pedido de fs. 1.249/1.250. Concedo prazo de 60 dias para a apresentação de parecer técnico. " -Advs. MARIO HENRIQUE ALBERTON, ALESSANDRA TAKAKI, JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA e DENIZE HEUKO-.

16. INDENIZAÇAO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS-43/2006-ADRIANO CONCEIÇAO FRANCISCO x HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DE MARINGA e outros-Para manifestacao nos autos, instruindo o mandado com as cópias necessárias para citação. -Adv. MAGDA ROCHA-.

17. DESPEJO C/C COBRANÇA-155/2006-C.D.I.V.M.V. x M.P.P.L. e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 270, a seguir: "Autos n. 155/2006. Defiro o pedido de f. 269. Aguarde-se por 60 dias. Intime-se." -Advs. RAIMUNDO MESSIAS

BARBOSA CARVALHO, AQUILINO PANICHELLA, DESIREE ZOLET KURIKE FERRER e MARISTELA FERRER GARCIA SALVADOR-.

18. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-158/2006-B.B.F. x H.V.G.L. e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 207, a seguir: "Autos n. 158/2006. Defiro o pedido de f. 206. Aguarde-se por 30 dias. Intime-se." -Advs. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA e MOISES ZANARDI-.

19. ORDINÁRIA-272/2006-INACIO KMIECIK x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A-Para manifestacao nos autos, sobre o prosseguimento do feito. -Advs. IRACEMA MAZETTO CADIDE e VANIO CEZAR POPPI-.

20. AÇÃO DE COBRANÇA-467/2006-FRANCISCO PEREIRA GOMES x SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS-Para manifestacao nos autos, sobre o desarquivamento do feito. -Advs. MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, MURILO CLEVE MACHADO, TRAJANO B. O. N. FRIEDRICH, MONICA CRISTINA BIZINELI, ALBERTO JOSE ZERBATO, ROBERTA CRUCIO AVANÇO, DOUGLAS DOS SANTOS, MARCIA SATIL PARREIRA, JOAO LUIZ CUNHA DOS SANTOS e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

21. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1099/2006-FABRIS COMERCIO DE PNEUS LTDA x JOSE APARECIDO DOS SANTOS-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 99, a seguir: "Autos n. 1.099/2006. 1- Defiro a suspensão requerida, até o dia 14-1-2012 (art. 791, inciso III, do Código de Processo Civil). 2- Decorrido esse prazo, manifeste-se a exeqüente sobre o prosseguimento do feito independentemente de nova intimação. Intimem-se. 3- À escrivania: em não havendo manifestação até cinco dias após o final do prazo da suspensão, intime-se a exeqüente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias. " -Adv. MARCO ANTONIO PEIXOTO-.

22. DECLARATÓRIA-164/2007-A.C.L. x L.C.I.E.L.-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 407, a seguir: "Autos n. 164/2007. 1- Antes de apreciar o pedido de f. 406, informe o exeqüente o valor atualizado da dívida. 2- Após, ao contador para elaboração da conta de custas. Intime-se." -Advs. GIOVANA ROBERTA MERCALDI, ALUIR ROMANO ZANELLATO FILHO e FRANCIELY CAMILA AGUIAR MELOSO DE ABREU-.

23. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-301/2007-TRANSCONTINENTAL EMPREEND.IMOB.E ADM. DE CRED.LTDA x JOSE CARLOS DE OLIVEIRA MACHADO-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 95, a seguir: "Autos n. 301/2007. Manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. Intime-se." -Advs. CARLOS ALEXANDRE VAINE TAVARES e CLEA MARA LUVIZOTTO-.

24. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-364/2007-EVOLUSOM COMERCIAL LTDA x EDUARDO GONÇALVES DE SOUZA-Para providenciar o recolhimento da(s) diligencia(s) do senhor oficial de justica, mediante guia GRC, junto a Caixa Economica Federal, agência 2499, operação 040, Conta n. 500.002-4 (provimento n.º 01/99 da Egregia Corregedoria Geral de Justica do Estado do Parana), cujo valor esta disponível no site: assojepar.org.br- tabela de custas, bem como a impressão da Guia, devendo encaminhar três vias autenticadas a escrivania, referente ao mandado de intimação. -Advs. ANILSON GERALDO SGUAREZI e JULIO CESAR COELHO PALLONE-.

25. INDENIZAÇAO POR DANO MORAL C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA-413/2007-SAMUEL TEODORO MARCELINO e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 348 , a seguir: "Autos n. 413/2007. 1- Aguarda-se a manifestação do(s) interessado(s) pelo prazo de 30 dias. Intimem-se. 2- Após esse prazo, em caso de inércia, arquivem-se estes autos." -Advs. SANDRA ROSEMARY RODRIGUES DOS SANTO, DOUGLAS GALVAO VILARDO, SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR, DANIELE CRISTINA UBIALI BITTENCOURT e ROSANGELA DORTA DE OLIVEIRA-.

26. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-424/2007-B.B.F. x C.M.M.P.L. e outro-Para manifestacao nos autos, acerca do ofício de fs. 71 e ss. -Advs. MARCOS CESAR CREPALDI BORNIA e WILSON JOSE DE FREITAS-.

27. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO-624/2007-ESPOLIO DE DURVAL MOLINARI e outros x BANCO DO BRASIL S.A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 80, a seguir: "Autos n. 624/2007. Defiro o pedido de f. 79. Concedo a dilação do prazo por 20 dias. Intime-se." -Advs. VILMA CARLA LIMA DE SOUZA RIBEIRO, JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA e MOISES ZANARDI-.

28. AÇÃO DE COBRANÇA-637/2007-ODILAIR RIBEIRO KOZAN DA SILVA x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 242, a seguir: "Autos n. 637/2007. Manifeste-se o réu, no prazo de cinco dias, sobre os esclarecimentos do contador de fs. 238 e ss. Intime-se." -Advs. OLDEMAR MARIANO, SERGIO LUIZ BELOTTO JUNIOR, HELLISON EDUARDO ALVES, RUBIELLE GIOVANA BANDEIRA BAGAGNIN, BRUNO FERNANDO RODRIGUES DINIZ e ROBERTO BUSATO FILHO-.

29. EXECUÇÃO-819/2007-B.M.L. x L.P.G.-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 113, a seguir: "Autos n. 819/2007. 1- Defiro a suspensão requerida, até o dia 15-1-2012 (art. 791, inciso III, do Código de Processo Civil). 2- Decorrido esse prazo, manifeste-se a exeqüente sobre o prosseguimento do feito independentemente de nova intimação. Intimem-se. 3- À escrivania: em não havendo manifestação até cinco dias após o final do prazo da suspensão, intime-se a exeqüente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias." -Advs. CARMEN LUCIA VOLTA BRABO e ANDRE RICARDO FORCELLI-.

30. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-915/2007-BANCO SANTANDER BANESPA S/A x BERTOLINO RIBEIRO DO PRADO FILHO e outro-Para providenciar o recolhimento da(s) diligencia(s) do senhor oficial de justica, mediante guia GRC, junto a Caixa Economica Federal, agência 2499, operação 040, Conta n. 500.002-4 (provimento n.º 01/99 da Egregia Corregedoria Geral de Justica do Estado do Parana), cujo valor esta disponível no site: assojepar.org.br- tabela de custas, bem como a impressão da Guia, devendo encaminhar três vias autenticadas a escrivania, referente ao mandado de arresto. -Advs. BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANÇA, SILVIA ARRUDA GOMM, DANIELA FILOMENA DUTRA MIRANDA DOS REIS, MARIANA CRISTINA SCORSIN TEIXEIRA, SILVANO FERREIRA DA ROCHA, VIVIANE CASTELLI, FELIPE TURNES FERRARINI, RODRIGO OTAVIO VICENTINI, CAROLINE THON, RODRIGO TAKAKI, CARLOS EMANUEL RODRIGUES e MARCEL RODRIGO ALEXANDRINO-.

31. REPARAÇÃO E RESTITUIÇÃO-1016/2007-DEVANIR OLIVEIRA DOS SANTOS x YOITI OSWALDO YOSHITANI e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 285, a seguir: "Autos n. 1.016/2007. Manifeste-se a exequente, no prazo de cinco dias, sobre o pedido de f. 281. Intime-se." -Advs. VALMIR BRITO DE MORAES, ALEXANDRE DA SILVA MORAES e ANDERSON JUNIOR GARBUGIO-.

32. REVISIONAL DE CONTRATO-75/2008-COMERCIO DE FRUTAS RIBEIRAO PRETO LTDA x BANCO ITAU S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 1265 , a seguir: " Autos n. 75/2008. 1- Diante da decisão superior de f. 1.203, nomeio perito Maria de Fátima Cavalaro, podendo ser encontrada na rua Pioneira Palmyra, 2184, nesta cidade, tel. (44) 4009-3905, 3259-5667, 9952-1790, 9961-6078. 2- Intimem-se as partes para indicar assistentes técnicos e formular quesitos, no prazo comum de 5 dias. 3- Após, oficie-se o perito nomeado para manifestar sobre a aceitação do encargo e apresentação da proposta de honorários. 4- Após, intimem-se as partes para que se manifestem sobre o valor dos honorários periciais, no prazo comum de cinco dias. 5- Insta ressaltar que o ônus da prova recai sobre a parte autora que apelou provocou a decisão superior que determinou a produção da prova pericial. 6- Após, voltem-me os autos conclusos para designação de data para o início da perícia e depósito dos honorários periciais. " -Advs. PAULO SERGIO BRAGA, VINICIUS OCCHI FRANÇOZO, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, ANGELA ANASTAZIA CAZELOTO e ANTONIO SOARES DE RESENDE JUNIOR-.

33. ORDINARIA REVISIONAL CONTRATO-183/2008-ROSILTO CORREIA DE MORAIS JUNIOR x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 386, a seguir: "1-Expeça-se alvará em favor da ecrivania para levantamento das cutas processuais. 2-Homologo o acordo de fs.369/370, para os efeitos do art.475-N, III, do Código de Processo Civil. Não é caso de extinção pois o feito já foi julgado. 3-Oportunamente, procedam-se as baixas devidas e arquivem-se estes autos. Maringá, 11 de julho de 2011." -Advs. EVANDRO BUENO DE OLIVEIRA, TONI MENDES DE OLIVEIRA, MIEKO ITO, ERIKA HIKISHIMA FRAGA e FABIANA APARECIDA RAMOS LORUSSO-.

34. AÇÃO DE COBRANÇA-195/2008-ODILZA RODRIGUES DO NASCIMENTO x LIBERTY PAULISTA SEGUROS S.A-Para manifestacao nos autos, acerca do desarquivamento dos autos. -Advs. MARCIA SATIL PARREIRA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, ALBERTO JOSE ZERBATO, TRAJANO B. O. N. FRIEDRICH, MONICA CRISTINA BIZINELI, MURILO CLEVE MACHADO, CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET, ADAM MIRANDA SA STEHLIND, JOAO LUIZ CUNHA DOS SANTOS, ARIELLA GARCIA LEITE e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

35. DECLARATÓRIA-203/2008-JULIA TOSHIE GEORGETO e outros x COTTON CLUB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 438 , a seguir: "Autos n. 203/2008. 1- Defiro o pedido de f. 437. Concedo a carga dos autos pelo prazo de 10 dias. 2- Após, concluso para o recebimentos dos recursos de apelação. Intime-se." -Adv. PEDRO ROGERIO PINHEIRO ZUNTA-.

36. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-244/2008-RIVEL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x JOAO DONIZETI DA SILVA-Para providenciar o recolhimento da(s) diligencia(s) do senhor oficial de justica, mediante guia GRC, junto a Caixa Economica Federal, agência 2499, operação 040, Conta n. 500.002-4 (provimento n.º 01/99 da Egregia Corregedoria Geral de Justica do Estado do Parana), cujo valor esta disponível no site: assojepar.org.br- tabela de custas, bem como a impressão da Guia, devendo encaminhar três vias autenticadas a escrivania, referente ao mandado de penhora e intimação. -Adv. FABIO Y.ARAKI-.

37. DEPÓSITO-389/2008-F.I.D.C.N.P.P.M.(.P. x M.A.F.-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 119 , a seguir: "Autos n. 389/2008. Manifeste-se o autor, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. Intime-se." -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER, JULIANA RIGOLON DE MATOS, SERGIO SCHULZE, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI, ANA ROSA LIMA LOPES BERNARDES, VALQUIRIA MESQUITA NISHIOKA, TATIANE COSTA DE MORAES e SANDRA MARIZA RATHUNDE-.

38. EMBARGOS DE TERCEIRO-491/2008-LUIS GOMES DE LIMA x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que RETIRE expediente (01 RPV), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Advs. RICARDO ANTONIO RAMPAZZO e RICARDO YAGURA-.

39. EXECUÇAO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR-553/2008-INCOPET IND. E COM. DE TUBOS ESPECIAIS DE PRECISAO x CARLOS HENRIQUE DE SOUZA ME-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 55 , a seguir: "Autos n. 553/2008. 1- Aguarde-se até 15-7-2012, como precedência à intimação prevista no § 1o do art 267 do Código de Processo Civil. 2- Após decorrido o prazo acima, em se persistindo a inércia, conclusos. Intimem-se" -Advs. GUILHERME ASSAD DE LARA, FABIANO CASTILHOS DE MATTOS, IZADORA RAZINI e FLAVIO RICARDO COMUNELLO-.

40. AÇÃO DE COBRANÇA-570/2008-HIDROSOLLO - POÇOS ARTESIANOS LTDA x ANTONIO GUINZANE-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 205 , a seguir: "Autos n. 570/2008. Manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito ou possível arquivamento. Intime-se." -Advs. JOSE OSVALDO MOROTI e PAULO SHIRO YAMASHITA-.

41. AÇÃO DE COBRANÇA-0007074-58.2008.8.16.0017-MARIA JOSE DE OLIVEIRA x REAL PREVIDENCIA E SEGUROS S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 166, a seguir: "Autos n. 0007074-58.2008.8.16.0017. Manifeste-se a exequente, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito ou possível arquivamento. Intime-se. " -Advs. OSMAR HELCIAS SCHWARTZ JR., CILENE RESENDE, JOAO ALBERTO DE LIMA E SILVA e RODRIGO CAVALCANTE JERONIMO-.

42. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA-813/2008-ADAR INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO x TERRA NOSTRA CONFECÇOES LTDA-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 84, a seguir: "Autos n. 813/2008. Manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. Intime-se." -Advs. ALAN BOUSSO e MARINA CARDOSO LIMA-.

43. REVISIONAL DE CONTRATO-0007261-66.2008.8.16.0017-PEDRO ANTONIO PEREIRA x BANCO DO BRASIL S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 333, a seguir: "Autos n. 841/2008. 1- Nomeio perito Maria de Fátima Cavalaro, podendo ser encontrada na rua Pioneira Palmyra, 2184, nesta cidade, tel. (44) 4009-3905, 3259-5667, 9952-1790, 9961-6078. 2- Intimem-se as partes para indicar assistentes técnicos e formular quesitos, no prazo comum de 5 dias. 3- Após, oficie-se o perito nomeado para manifestar sobre a aceitação do encargo e apresentação da proposta de honorários. 4- Após, intimem-se as partes para que se manifestem sobre o valor dos honorários periciais, no prazo comum de cinco dias. 5- Insta ressaltar que o ônus da prova recai sobre a parte autora que requereu expressamente a sua produção à f. 331. 6- Após, voltem-me os autos conclusos para designação de data para o início da perícia e depósito dos honorários periciais." -Advs. VIVALDA SUELI BORGES CARNEIRO, JOAQUIM ROBERTO TOMAZ, JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA e MOISES ZANARDI-.

44. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1107/2008-B.S. x M.I.R.L. e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 117 , a seguir: "Autos n. 1.107/2008. Manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias, sobre a informação de f. 116 e sobre o prosseguimento do feito. Intime-se." -Advs. BLAS GOMM FILHO, ANA LUCIA FRANÇA, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA, CAROLINE THON, MARIANA CRISTINA SCORSIN TEIXEIRA, RODRIGO OTAVIO VICENTINI, SILVIA ARRUDA GOMM, VIVIANE CASTELLI, FELIPE TURNES FERRARINI, MARIA LUCIA RIBEIRO PENHA SCHIEBEL, KATHLEEN SCHOLZE, ANNA CAROLINA ARALDI ZACARCHUCA, LUCILA MARIA FIALLA, THIAGO DE FREITAS MARCOLINI, ARTHUR RICARDO SILVA TRAVAGLIA, MARCEL RODRIGO ALEXANDRINO e HENRIQUE ROCHA IGNACHEWSKI-.

45. REPARAÇÃO E RESTITUIÇÃO-1113/2008-EVOLUÇÃO TRANSPORTES LTDA - ME x EUCATUR EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA e outro-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 284 , a seguir: "Autos n. 1.113/2008. Avoco os autos. 1- Revogo o despacho de f. 283 por equivocado, vista que o autor somente solicitou que seu direito de requerer a degravação do documento fosse resguardado em caso de eventual recurso ou prejuízo para a instrução processual. 2- Abram-se vistas às partes, no prazo sucessivo de 10 dias, iniciando-se o prazo do réu no primeiro dia útil seguinte ao término do prazo do autor. 3- As alegações finais poderão ser entregues conjuntamente no último dia útil do prazo de vistas do réu, às 17h00, diretamente em cartório. 4- Juntamente com a entrega das alegações finais deverá o autor se informar acerca do valor das despesas processuais e efetuar o preparo. " -Advs. EMERSON MONZANI DE MEDEIROS, SEBASTIAO DE MEDEIROS, LEIDE MARCIA LOPES, RODRIGO CESAR CALDEIRA, EMERSON ALFREDO FOGAÇA DE AGUIAR, JOSE CHIEZI DE OLIVEIRA, MERCIA REGINA DE OLIVEIRA, EDUARDO RODRIGO COLOMBO, CHRISTIANE MASSARO LOHMANN, LUIZ PAULO WILLE, JOSE HENRIQUE SCHUSTERSCHITZ ASTOLFI, ANDRE DE ARAUJO SIQUEIRA, RUBENS FERNANDES JUNIOR, AIRTON KEIJI UEDA e LUCINEIDE M.DE ALMEIDA ALBUQUERQUE-.

46. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-1261/2008-MANOEL JOSE DA SILVA e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 136 , a seguir: "Autos n. 1.261/2008. Defiro o pedido de fs. 130 e ss. Intime-se o executado para que esclareça o não pagamento da requisição de pequeno valor. Intime-se." -Advs. FABIANA KEILLA SCHNEIDER, CESAR AUGUSTO CORADINI MARTINS, ANDREA GIOSA MANFRIM, CARLOS ALEXANDRE LIMA DE SOUZA e MARIO CESAR MANSANO-.

47. DECLAR. INEXISTÊNCIA DEBITO-0007328-31.2008.8.16.0017-ROBERTO MARTIMIANO DE OLIVEIRA x BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 176 , a seguir: "Autos n. 0007328-31.2008.8.16.0017. 1- Homologo o acordo de fs. 156/158, para os efeitos do art. 475-N, III, do Código de Processo Civil. Não é caso de extinção pois o feito já foi julgado. 2- Oportunamente, procedam-se as baixas devidas e arquivem-se estes autos. Intimem-se. " -Advs. SIMONE A. SARAIVA, KATIA RAQUEL DE SOUZA CASTILHO, MAICON CHARLES SOARES MARTINHAGO, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, VILSON RIBEIRO DE ANDRADE, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, ALESSANDRO HENRIQUE BANA PAILO, RODRIGO ALVES DE OLIVEIRA, FLAVIO PENTEADO GEROMINI, LUCIANO ANGHINONI, JULIANA MARA DA SILVA, JAQUELINE SCOTA STEIN, CLAUDIA E.C. VAN HEESEWIJK, TATIANE MUNCINELLI, LASNINE MONTE WOLSKI SCHOLZE, FERNANDA VANINI IBRAHIM PENTEADO, ARTHUR SABINO DAMASCENO, JULIANE FEITOSA SANCHES, PAULO ROBERTO ANGHINONI e MORIANE PORTELLA GARCIA-.

48. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-1313/2008-GORMECINDO ANTONIO TOZZO x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 192, a seguir: "Autos n. 1.313/2008. Manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias, sobre o depósito de f. 190. Intime-se." -Adv. WALTER POPPI-.

49. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-1356/2008-CERONI ZEFERINO RORATO e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 344, a seguir: "Embargos de declaração: Autos n. 1.356/2008 1- A propósito dos pedidos de fs. 341 e 342, informo que o crédito do exequente pode ser compensado com dívidas fiscais do exequente para com o município de Maringá. Revejo, nesse ponto, a decisão de f. 339 para dizer que não há necessidade de homologação pelo juízo da compensação e nem a existência de pedido expresso. Intimem-se." -Advs. ALEXANDRE FERNANDES DE PAIVA, ADRIANA DIAS FIORIN, MARIO CESAR MANSANO, LIDIA BETTINARDI ZECHETTO, LAERCIO FONDAZZI, NOEME FRANCISCO SIQUEIRA, SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR, KARINE MARANHAO VELOSO, FABIO RICARDO MORELLI, CARLOS ALEXANDRE LIMA DE SOUZA, MARCOS ALVES VERAS NOGUEIRA, FABIANA DE OLIVEIRA S. SYBUIA, CESAR AUGUSTO CORADINI MARTINS, DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA, GIOVANI BRANCAGLIÃO DE JESUS, FABIANA KEYLLA SCHNEIDER e ANDREA GIOSA MANFRIM-.

50. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA C/C EXIBIÇAO DE DOCUMENTOS-60/2009-ISAEL CARDOSO DA CRUZ e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 117, a seguir: "Autos n. 60/2009. Manifestem-se os exequente, no prazo de cinco dias, sobre a informação de f. 116. Intime-se." -Adv. EVANDRO RICARDO DE CASTRO-.

51. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-131/2009-SILOE BARBOZA PINTO e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que RETIRE expediente (01 RPV), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Adv. VILMA THOMAL-.

52. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-132/2009-JOAO FRANCISCO BARBOSA e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que RETIRE expediente (01 RPV), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Adv. VILMA THOMAL-.

53. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL-147/2009-NILZA FIRMINO MANOSSO e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que RETIRE expediente (01 RPV), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Adv. SIDNEY PEREIRA NUNES-.

54. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-205/2009-APPARECIDA CALDERONI e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para manifestacao nos autos, instruindo o mandado com as cópias necessárias para citação. -Advs. MARIA APARECIDA ALVES DA SILVA, ANTONIO APARECIDO BONGIORNO e ALETHEA THOMAZ-.

55. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-246/2009-APARECIDO GASPARINI x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para manifestacao nos autos, comprovando o depósito dos honorários devidos no presente feito. -Advs. FABIANA KEYLLA SCHNEIDER, LUIZ CARLOS MANZATTO, LIDIA BETTINARDI ZECHETTO, LAERCIO FONDAZZI, NOEME FRANCISCO SIQUEIRA, SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR, KARINE MARANHAO VELOSO, FABIO RICARDO MORELLI, CARLOS ALEXANDRE LIMA DE SOUZA, MARCOS ALVES VERAS NOGUEIRA, FABIANA DE OLIVEIRA S. SYBUIA, CESAR AUGUSTO CORADINI MARTINS, DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA, GIOVANI BRANCAGLIÃO DE JESUS, MARIO CESAR MANSANO e ANDREA GIOSA MANFRIM-.

56. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-283/2009-ANTONIO GERALDO DE OLIVEIRA e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 163 , a seguir: "Autos n. 283/2009. Antes da expedição da requisição de pequeno valor sejam observados os §§ 9º e 10, do art. 100, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional n. 62 de 2009. Intime-se o executado para que, no prazo de 30 dias, informe a este juízo se os exequentes possuem débitos junto à Fazenda Pública do Município de Maringá para o fim de compensação, sob pena de perda do direito de abatimento. Intimem-se." -Advs. LUIZ RAFAEL, ROBENSON MAXIMO FIM JUNIOR e ANDREA GIOSA MANFRIM-.

57. INDENIZAÇAO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS-295/2009-JANE GLAUCIA ANGELI JUNQUEIRA x BMW DO BRASIL LTDA. e outro-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 231 , a seguir: "Autos n. 295/2009. Manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. Intime-se. " -Advs. TIAGO AUGUSTO DE MACEDO BINATI e FABIANE ANTUNES DOS SANTOS-.

58. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-308/2009-B.B.F. x D.S.R.L. e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 115 , a seguir: "Autos n. 308/2009. Manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito e o ofício de f. 90. Intime-se." -Advs. MARCOS CESAR CREPALDI BORNIA e WILSON JOSE DE FREITAS-.

59. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-432/2009-AGNALDO DOS SANTOS SAMPAIO e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para manifestação

nos autos, acerca da resposta da Copel de fs. 100 e ss. -Adv. JOAO LUIZ AGNER REGIANI-.

60. DEPÓSITO-453/2009-B.F.S.C.F.I. x A.R.M.-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 80, a seguir: "Autos n. 453/2009. Manifeste-se o autor, no prazo de cinco dias, sobre a informação de f. 79. Intime-se." -Advs. MILKEN JAQUELINE CENERINI JACOMINI, FLAVIO SANTANNA VALGAS, FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES e EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA-.

61. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-462/2009-VALENTIM APARECIDO DE SOUZA x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 41 , a seguir: "Autos n. 462/2009. Manifeste-se o autor, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. Intime-se." -Adv. NEVIA DE OLIVEIRA LOPES GONÇALVES-.

62. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-601/2009-FLAVIO SOARES ASALIN e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que RETIRE expediente (01 RPV), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Adv. VILMA THOMAL-.

63. RESOLUÇAO DE CONTRATO-0008584-72.2009.8.16.0017-CONSTRUTORA VICKY LTDA x CESAR BISPO DE OLIVEIRA-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 91, a seguir: "Autos n. 0008584-72.2009.8.16.0017. 1- Aguarda-se a manifestação do(s) interessado(s) pelo prazo de 30 dias. Intimem-se. 2- Após esse prazo, em caso de inércia, arquivem-se estes autos. " -Advs. JAMIL JOSEPETTI JUNIOR, JAIRO ANTONIO GONÇALVES FILHO e ELIANE REGINA DOS SANTOS BORGES DA SILVA-.

64. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA-693/2009-FABIO LIMA MOURINHO x MARLON RODOLFO DELINSKI - FI-Para efetuar o pagamento das custas no valor de R$ 79,00, no prazo legal de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, referente as custas da carta precatória sob n. 116/2009, em trâmite no Juizo Único de Pinhão, PR, cujo valor deverá ser depositado na conta judicial 1.800.126.616.436, agência 2450-3 do Banco do Brasil S/A, devendo anexar nos autos de carta precatória o respectivo comprovante de depósito. -Advs. ALEXANDRE BAZANELLA, EDVAGNER MARCOS DA SILVA e DANIELLE MAGALHÃES LOPES-.

65. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL-775/2009-DENILSON ROSENDO e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 261, a seguir: "1- Defiro o pedido de fs. 223/224. Intime-se o executado para que querendo, complemente os valores devidos." -Adv. PEDRO JOSE DE ALMEIDA-.

66. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-858/2009-ANTONIO NONATO DE ANDRADE e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 198, a seguir: "Autos n. 858/2009. Antes de apreciar o pedido de fs. 194/196, intime-se o executado para que esclareça o não pagamento da requisição de pequeno valor. Intime-se." -Advs. ANDREA GIOSA MANFRIM, FABIANA DE OLIVEIRA SILVA SYBUIA e LIDIA BETTINARDI ZECHETTO-.

67. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-896/2009-ESPOLIO DE CELSO MORAES e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para manifestação nos autos, acerca da resposta da Copel de fs. 62 e ss. -Adv. SANDRA MARIA DO NASCIMENTO G.SILVA-.

68. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-990/2009-CELIA EVANGELISTA e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para manifestação nos autos, acerca da resposta da Copel de fs. 94. -Adv. SANDRA MARIA DO NASCIMENTO G.SILVA-.

69. INDENIZAÇAO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS-993/2009-JANIELLY GOMES DOMINGUES x CIPRUS CLINICA MEDICA LTDA e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 192 , a seguir: "Autos n. 993/2009. 1- Aguarde-se até 14-7-2012, como precedência à intimação prevista no § 1o do art 267 do Código de Processo Civil. 2- Após decorrido o prazo acima, em se persistindo a inércia, conclusos. Intimem-se." -Advs. LUCIANA ROMANI STADLER, FULVIO LUIS STADLER KAIPERS, JOAO PAULO DE CASTRO, JOAO BIRAL JUNIOR e ANGELA VENTUROZO ALCAZAR-.

70. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-1057/2009-MARCIO GILBERTO SOARES DA SILVA e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que RETIRE expediente (01 RPV), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Adv. VILMA THOMAL-.

71. EMBARGOS A EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-1304/2009-FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ x ELIZABETH Y. KAMIMURA - EPP e outros-Para que efetue(m) o pagamento das custas processuais, conforme conta de fls. 67/68, no valor total de R$ 710,86 , devendo ser recolhidas em guias próprias e individualizadas, através de BOLETO BANCÁRIO a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, sendo uma guia ao escrivão no valor de R$ 389,64, uma guia ao distribuidor no valor de R$ 35,53, uma guia ao contador no valor de R $ 44,61. O pagamento da GRC do Oficial de Justiça e o recolhimento de taxa judiciária (FUNREJUS), devem ser comprovados em cartório. -Advs. ALEXANDRE FERNANDES DE PAIVA e ADRIANA DIAS FIORIN-.

72. BUSCA E APREENSÃO-1330/2009-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ADEMIR DOS SANTOS-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 37, a seguir: "Autos n. 1.330/2009. Manifeste-se o autor, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. Intime-se." -Adv. MILKEN JAQUELINE CENERINI JACOMINI-.

73. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA C/C EXIBIÇAO DE DOCUMENTOS-1552/2009-OSWALDO ESPIRES e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 160, a seguir: "Autos n. 1.552/2009. 1- Defiro o pedido de f. 140/143. Concedo o prazo d e10 conforme requerido. 2- Os demais pedidos serão apreciados oportunamente. Intime-se." -Advs. ISABELLA CABRAL KISTNER, ANDREA GIOSA MANFRIM, LIDIA BETTINARDI ZECHETTO, CARLOS ALEXANDRE LIMA DE SOUZA, MARCOS ALVES VERAS NOGUEIRA, DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA, DANIEL RODRIGUEZ BRANDAO, FABIANA DE OLIVEIRA S. SYBUIA, MARCO ANTONIO BOSIO, CAROLINA CAMPELLO SCOTTI, MICHEL DE PAULA MACHADO, KARINE MARANHAO VELOSO, NOEME FRANCISCO SIQUEIRA e SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR-.

74. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1672/2009-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x OUZADIA ESTAMPARIA LTDA - ME e outro-Para que RETIRE expediente (01 oficio), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Adv. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.

75. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-1725/2009-APARECIDA SEZINI e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 203, a seguir: "Autos n. 1.725/2009. Manifeste-se o autor, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. " -Adv. LARISSA TOLOI-.

76. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-1737/2009-VALDEMAR PUZZI x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que RETIRE expediente (01 RPV), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Advs. JUSSARA CORTES VOLPATO e VIRGINIA CORTES VOLPATO-.

77. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-1816/2009-JOAO GUIDELLI x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que RETIRE expediente (01 RPV), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Advs. CLAUDENIR LUIZ PEROCO e LARISSA MANZATTI MARANHÃO-.

78. DECLARATÓRIA-1817/2009-LUIZ CARLOS APARECIDO LIMA x EDENILSON SABICH-Para que RETIRE expediente (03 oficios), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 28,20 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Adv. MARCIO PEREIRA DE ANDRADE-.

79. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL-1821/2009-ADELINO BASTOS DIAS e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 139, a seguir: "Autos n. 1.821/2009. 1- Homologo a compensação dos créditos do executado Município de Maringá com os créditos do ora exequente Pastora Farias de Brito. 1.1- Cumpre ressaltar que, a exequente não possui créditos a receber, portanto, inviável a compensação. À conta e preparo e intimação para pagamento de tal verba. 2- Expeça-se requisição de pequeno valor, diretamente à Fazenda Pública do Município de Maringá para que efetue o pagamento da obrigação de pequeno valor, no prazo de 60 dias. Instrua-se a requisição com os seguintes dados: número do processo de origem; nome das partes e seus procuradores, com indicação do número de inscrição destes na OAB; relação de beneficiários com valores individualizados, indicando CIC ou CNPJ; valor total da requisição; data do trânsito em julgado da decisão de mérito e da sentença de liquidação; data considerada para efeito de atualização dos cálculos; certidão discriminada dos cálculos; indicação de agência bancária oficial para depósito à disposição do Juízo da execução. 2.1- Em especial, deve constar na requisição o valor do crédito exequendo e o valor do crédito a ser compensado, para a devida atualização no momento do pagamento. 3- Defiro a exclusão dos valores referentes ao Funrejus. 4- Quanto a redução das custa à metade, indefiro por não contar com previsão legal. Intimem-se." -Advs. SANDRA MARIA DO NASCIMENTO G.SILVA, ANDREA GIOSA MANFRIM, LIDIA BETTINARDI ZECHETTO, NOEME FRANCISCO SIQUEIRA, CAROLINA CAMPELLO SCOTTI, MICHEL DE PAULA MACHADO, MARCO ANTONIO BOSIO,

SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR, DOUGLAS GALVAO VILARDO, CESAR AUGUSTO CORADINI MARTINS, MARCOS ALVES VERAS NOGUEIRA, CARLOS ALEXANDRE LIMA DE SOUZA, KARINE MARANHAO VELOSO, FABIANA DE OLIVEIRA S. SYBUIA e PAULA CHRISTINA DIAS LARANJEIRO-.

80. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1935/2009-B.I. x H.C.P.A.L. e outro-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 120, a seguir: "Autos n. 1.935/2009. 1- Defiro a suspensão requerida, até o dia 19-10-2011 (art. 791, inciso III, do Código de Processo Civil). 2- Decorrido esse prazo, manifeste-se a exeqüente sobre o prosseguimento do feito independentemente de nova intimação. Intimem-se. 3- À escrivania: em não havendo manifestação até cinco dias após o final do prazo da suspensão, intime-se a exeqüente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias." -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO, FERNANDA MICHEL ANDREANI, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, MITHIELE TATIANA RODRIGUES, ELISANGELA DE A. KAVATA, SIMONE DAIANE ROSA, MICHELLE BRAGA VIDAL, ANDRÉIA APARECIDA DE SOUZA e CLAUDIA BLUMLE SILVA-.

81. LIQUIDAÇAO DE SENTENÇA-1939/2009-CARLOS ADELSON CASSIA e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para providenciar o recolhimento da(s) diligencia(s) do senhor oficial de justica, mediante guia GRC, junto a Caixa Economica Federal, agência 2499, operação 040, Conta n. 500.002-4 (provimento n.º 01/99 da Egregia Corregedoria Geral de Justica do Estado do Parana), cujo valor esta disponível no site: assojepar.org.br- tabela de custas, bem como a impressão da Guia, devendo encaminhar três vias autenticadas a escrivania, referente ao mandado de CITAÇÃO. -Advs. THAIS YUMI GOHARA, SHINJI GOHARA e VÂNIA APARECIDA VIOTTO FUGA-.

82. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO-0008446-08.2009.8.16.0017-MARILEI MACIEL SIQUEIRA x BV FINANCEIRA S/A - CFI-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 85, a seguir: "Autos n. 0008446-08.2009.8.16.0017. Manifeste(m)-se o(s) autor(es), no prazo de cinco dias, acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se. " -Advs. ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN e PEDRO STEFANICHEN-.

83. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-2104/2009-GLAUCIA DE OLIVEIRA e outros x FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Para providenciar o recolhimento da(s) diligencia(s) do senhor oficial de justica, mediante guia GRC, junto a Caixa Economica Federal, agência 2499, operação 040, Conta n. 500.002-4 (provimento n.º 01/99 da Egregia Corregedoria Geral de Justica do Estado do Parana), cujo valor esta disponível no site: assojepar.org.br- tabela de custas, bem como a impressão da Guia, devendo encaminhar três vias autenticadas a escrivania, referente ao mandado de citação. -Adv. EDER FERNANDO DA SILVA-.

84. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-2177/2009-BANCO JOHN DEERE S.A x ELITON DOS SANTOS BORTOLON e outro-Para que nos autos de Carta Precatória sob n. 0002526-93.2011.8.12.0017, da 3ª Vara Cível de Nova Andradina, MS, providencie o recolhimento da diligência do Oficial de Justiça, no valor de R$ 154,68, cujo valor deverá ser recolhido na Caixa Econômico Federal, agência 0788, conta n. 006900192-6, em nome do Juizo de Direito e Dirtor do Foro. -Advs. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA e JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.

85. EXECUÇÃO-2242/2009-BANCO ITAU S/A x LLOP PEREZ E CIA LTDA e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 68 , a seguir: "Autos n. 2.242/2009. 1- Antes de apreciar o pedido de fs. 66/67, informe o exeqüente o valor atualizado da dívida. 2- Após, ao contador para elaboração da conta de custas. Intime-se." -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO e LUCIANA MARTINS ZUCOLI-.

86. INDENIZAÇAO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS-2353/2009-ROSELI DE ALMEIDA x INSTITUTO DE RADIOLOGIA CASCAVEL LTDA-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 124 , a seguir: "Autos n. 2.353/2009. Mantenho a decisão de f. 120, por seus próprios fundamentos. Intime-se." -Advs. MERCIA CRISTINA MACEDO DE SOUZA, ROBSON ADRIANO AVANCINI - ESTAGIARIO, ESTELA LUISA CARMONA TEIXEIRA - ESTAGIARIA, JONNATHAS R. M. TOFANETO, ELVYS PASCOAL BARANKIEVICZ, BRUNO FRIEDRICH SAUCEDO, MARCOS VINICIUS BOSCHIROLLI, VALERIA BRAGA TEBALDE e ALEX SANDER GALLIO-.

87. AÇÃO DE COBRANÇA-102/2010-HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO x ANTONIO ALCEU DOS SANTOS LOPES e outro-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 340 , a seguir: "Autos n. 102/2010. 1- Defiro o pedido de fs. 338 para suspender o curso do processo até o dia 14-12-2011 (art. 265 do Código de Processo Civil). 2- Decorrido o prazo da suspensão, manifeste-se o autor sobre o prosseguimento do feito. Intimem-se." -Advs. JAMIL JOSEPETTI JUNIOR, JAIRO ANTONIO GONÇALVES FILHO e MARIA ANARDINA PASCHOAL-.

88. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO-0001231-44.2010.8.16.0017-SABRINA HENRIQUE DO NASCIMENTO x BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Para que RETIRE expediente (01 CARTA DE CITAÇÃO), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Adv. ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN-.

89. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0002011-81.2010.8.16.0017-C.E.N.S.S. x C.A.V.-Para manifestacao nos autos, acerca dos ofícios de fs. 72 e ss. -Advs. DIRCEU GALDINO, INGO HOFMANN JUNIOR, NADIA HOMMERSCHAG NORA e VALERIA SILVA GALDINO-.

90. AÇÃO DE COBRANÇA-0002823-26.2010.8.16.0017-B.B. x L.O.C.R.A.L. e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 140, a seguir: "Autos n. 0002823-26.2010.8.16.0017. Defiro o pedido de f. 139. Concedo a carga dos autos pelo prazo de cinco dias. Intime-se." -Advs. REINALDO MIRICO ARONIS, FERNANDO SCHUMAK MELO, LUIZ ASSI, PAULO ROBERTO FADEL, CHARLES PARCHEN e LUIZ GUILHERME VANIN TURCHIARI-.

91. BUSCA E APREENSÃO-0008937-78.2010.8.16.0017-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x G G REFEIÇOES COLETIVAS LTDA ME-Para que RETIRE expediente (08 oficios), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 75,20 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

92. BUSCA E APREENSÃO-0009841-98.2010.8.16.0017-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x WAGNER FERREIRA MENDES-Para que RETIRE expediente (01 OFICIO), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

93. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0012749-31.2010.8.16.0017-MARIA DE NAZARETH RAMOS ELOY DOS SANTOS (ESPOLIO) x BANCO DO BRASIL S.A.-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 104, a seguir: "Autos n. 0012749-31.2010.8.16.0017. Manifeste(m)-se o(s) autor(es), em dez dias, acerca das preliminares argüidas (art. 327 c/c o art. 301, ambos do CPC) e acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se. " -Adv. TIAGO MARAFON SEMENSATO-.

94. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0013430-98.2010.8.16.0017-BANCO DO BRASIL S/A x BATISTA MARCONI & FILHO LTDA e outros-Para providenciar o recolhimento da(s) diligencia(s) do senhor oficial de justica, mediante guia GRC, junto a Caixa Economica Federal, agência 2499, operação 040, Conta n. 500.002-4 (provimento n.º 01/99 da Egregia Corregedoria Geral de Justica do Estado do Parana), cujo valor esta disponível no site: assojepar.org.br- tabela de custas, bem como a impressão da Guia, devendo encaminhar três vias autenticadas a escrivania, referente ao mandado de citação. -Advs. LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA, GIOVANI GIONEDIS, GUSTAVO VIANA CAMATA, FERNANDO HENRIQUE BOSQUE RAMALHO, RUTH MARIA GUERREIRO DA FONSECA, MIRELLA PARRA FULOP, THIAGO RUFINO DE OLIVEIRA GOMES e RENATO GOES DE MACEDO-.

95. ANULATÓRIA-0014912-81.2010.8.16.0017-IARA DE SALES SOUZA x ANGELA MARIA DE SOUZA e outro-Para manifestacao nos autos, sobre o prosseguimento do feito. -Advs. WILLIAN FRANCIS DE OLIVEIRA e ADOLFO JOSE FRANCIOLI CELINSKI-.

96. BUSCA E APREENSÃO-0015022-80.2010.8.16.0017-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x BENEDITO JOSE DA SILVA NETO-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 92 , a seguir: "Autos n. 0015022-80.2010.8.16.0017. Embora o feito neste juízo tenha sido julgado, a conexão persiste até o trânsito em julgado da sentença, de forma que acolho o processo remetido e determino que seja aguardado o julgamento final do processo que tramitou neste juízo, autos n. 0011653-78.2010.8.16.0017. Intimem-se." -Advs. ADRIANO MUNIZ REBELLO e ANDERSON CROZARIOLLI TAVARES-.

97. DESPEJO-0015295-59.2010.8.16.0017-BOX 7 ADMINISTRADORA DE BENS E EMPREENDIMENTOS LTDA x MAURICIO DE CARVALHO MIQUELANTE e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 77 , a seguir: "1- Diante do esclarecido à f. 76, suspendo o curso do processo até o dia 20-9-2012 (art. 265, II, e § 3°, do Código de Processo Civil). 2- Decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se o autor, independentemente de nova intimação, pela extinção do processo, em 30 dias, sob pena de ser interpretado pelo Juízo que o acordo foi cumprido, sendo, então, extinto o processo. Intime-se." -Advs. FERNANDO GUSTAVO KIMURA, RENATO DA COSTA LIMA FILHO e JORGE ROBERTO MARTINS JUNIOR-.

98. AÇÃO DE COBRANÇA-0015935-62.2010.8.16.0017-SELMA APARECIDA DOS SANTOS x REAL PREVIDENCIA E SEGUROS S/A-Para que fiquem cientes da r. sentença de fs. 162, a seguir: " Sentença Homologatória. Autos n. 0015935-62.2010.8.16.0017. 1- Homologo o acordo de fs. 149/152, nos termos alinhavados pelas partes, para os fins do art. 475-N, do Código de Processo Civil, e, via de conseqüência, julgo extinto o presente processo com base no art. 269, III, também do Código de Processo Civil. 2- Oportunamente, procedam-se as baixas devidas e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. " -Advs. VALDIR ROGERIO ZONTA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

99. INDENIZAÇAO POR DANO MORAL-0017410-53.2010.8.16.0017-APARECIDA FRANCISCO ALVES x NILSON BERNARDO MARTINS-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 189, a seguir: "Autos n. 0017410-53.2010.8.16.0017. Manifeste(m)-se o(s) autor(es), no prazo de cinco dias, acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se." -Advs. JEFFERSON ALEX PONTES PEREIRA e JAQUELINE BECCARI MALHEIROS-.

100. EXECUÇÃO-0018125-95.2010.8.16.0017-IVONETE ALVES FARIAS x RITA DE CASSIA PREVIATO-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 26, a seguir: "Autos n. 0018125-95.2010.8.16.0017. A propósito do pedido de f. 25, informo ao

exequente que o pedido veio desacompanhado dos documentos citados. Intime-se." -Adv. VILMA CARLA LIMA DE SOUZA-.

101. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0021409-14.2010.8.16.0017-BANCO ITAUCARD S/A x LARISSA PERDOMO-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 51 , a seguir: "Autos n. 0021409-14.2010.8.16.0017. 1- Homologo o acordo de fs. 47/49 e deixo de suspender por não ter sido informado o prazo para o cumprimento da obrigação, portanto, intime-se o autor para que preste esclarecimentos. 2- Intimem-se as partes para que promovam o recolhimento das custas processuais. Intimem-se." -Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

102. BUSCA E APREENSÃO-0023017-47.2010.8.16.0017-B.I. x I.A.A.-Para manifestacao nos autos, acerca do ofício de fs. 51 e ss. -Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

103. DEPÓSITO-0024297-53.2010.8.16.0017-BANCO FINASA BMC S/A x ALESSANDRO JAMIS GOTARDO-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 75 , a seguir: "Autos n. 0024297-53.2010.8.16.0017. O acordo de fs. 62 e ss. foi devidamente homologado, conforme sentença de f. 60. Intime-se." -Advs. PATRICIA PONTAROLI JANSEN, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, FLAVIANO BELLINATI GARCIA PERES, PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR e ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES-.

104. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0024840-56.2010.8.16.0017-HELENA MISAO HAYAKAWA x BANCO DO ESTADO DO PARANA e outro-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 75, a seguir: "Autos n. 0024840-56.2010.8.16.0017. Manifeste(m)-se o(s) autor(es), no prazo de cinco dias, acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se. " -Adv. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR-.

105. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0025068-31.2010.8.16.0017-BANCO ITAU S.A x L F W COMERCIO E INDUSTRIA DE CHAPAS DE ACO LTDA M e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 62, a seguir: "Autos n. 0025068-31.2010.8.16.0017. Manifeste-se o exequente, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. Intime-se." -Adv. EVALDO GONCALVES LEITE-.

106. BUSCA E APREENSÃO-0025070-98.2010.8.16.0017-B.F.S. x S.B.S.-Para manifestacao nos autos, acerca do ofício de fs. 65 e ss. -Adv. JULIANA RIGOLON DE MATOS-.

107. EMBARGOS A EXECUÇÃO-0026339-75.2010.8.16.0017-PREFEITURA MUNICIPIO DE MARINGA x JOVELINA IZAIAS RIBEIRO-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 40 , a seguir: "Autos n. 0026339-75.2010.8.16.0017. Manifeste(m)-se o(s) autor(es), no prazo de cinco dias, acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se. " -Advs. ANDREA GIOSA MANFRIM e PIERRE GAZARINI SILVA-.

108. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0026559-73.2010.8.16.0017-MARCELO JOSE LOPES x BANCO DO ESTADO DO PARANA e outro-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 126 , a seguir: "Autos n. 0026559-73.2010.8.16.0017. Manifeste(m)-se o(s) autor(es), no prazo de cinco dias, acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se. " -Adv. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR-.

109. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0028477-15.2010.8.16.0017-BANCO ITAUCARD S/A x ROBERTO ANTONIO PERES-Para que RETIRE expediente (01 OFICIO), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

110. EMBARGOS A EXECUÇÃO-0029815-24.2010.8.16.0017-EDES GAMBARINI e outro x FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 78 , a seguir: "Autos n. 0029815-24.2010.8.16.0017. 1- Recebo a apelação de f. 56 em ambos os efeitos. 2- Abra(m)-se vistas ao(s) apelado(s) para, querendo, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões. 3- Decorrido o prazo, com ou sem as contrarrazões, subam os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. Intimem-se." -Advs. ROGERIO ANDREOTTI ERRERIAS, CESAR AUGUSTO CORADINI MARTINS e HAROLDO CAMARGO BARBOSA-.

111. AÇÃO DE COBRANÇA-0030807-82.2010.8.16.0017-VALDECIR JOSE DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 120, a seguir: "Autos n. 0030807-82.2010.8.16.0017. Manifeste-se o réu, no prazo de cinco dias, acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se." -Advs. MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER, MURILO CLEVE MACHADO, GLAUCO IWERSEN, TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH, MARIANA PEREIRA VALERIO, MONICA CRISTINA BIZINELI, CRISTINA BARBOSA BONONI, ETHIANE DE BONA MORAES, GISELE DOS SANTOS, TATIANA REGINA RAUSCH, FLAVIA ZIMMERMANN, MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS e MARCELO DAVOLI LOPES-.

112. AÇÃO DE COBRANÇA-0030819-96.2010.8.16.0017-PEDRO LUIZ DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 68, a seguir: "Autos n. 0030819-96.2010.8.16.0017. Manifeste-se o réu, no prazo de cinco dias, acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se." -Advs. RAFAEL SANTOS CARNEIRO, MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, MARCELO DAVOLI LOPES, PEDRO PAULO OSORIO NEGRINI, OCTAMYR JOSE TELLES DE ANDRADE JR, PAULO MARCELO MOUTINHO GONÇALVES, RICARDO LASMAR SODRE, VIVIANE LOSPALLUTO PRIORE, LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA CABRAL, ANA LUCIA FALCAO DONATO, DOUGLAS DOS SANTOS, GABRIELLA MURARA VIEIRA, MARCIA SATIL PARREIRA e MARISA SETSUKO KOBAYASHI-.

113. AÇÃO DE COBRANÇA-0030838-05.2010.8.16.0017-ERCSON SHOITI DE OLIVEIRA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 89 , a seguir: "Autos n. 0030838-05.2010.8.16.0017. Manifeste-se o réu, no prazo de cinco dias, acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se." -Advs. FABIANO NEVES MACIEYWSKI, FERNANDO MURILO COSTA GARCIA, MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS e GUSTAVO CORREA RODRIGUES-.

114. AÇÃO DE COBRANÇA-0030869-25.2010.8.16.0017-EDUARDO EVARISTO DE SOUZA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 96, a seguir: "Autos n. 0030869-25.2010.8.16.0017. Manifeste-se o réu, no prazo de cinco dias, acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se." -Advs. FLAVIA BALDUINO DA SILVA, PEDRO HENRIQUE BANDEIRA SOUSA, JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS, JOAO ALVES BARBOSA FILHO, HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA, FABIO JOAO SOITO, MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS e MARCELO DAVOLI LOPES-.

115. INDENIZAÇAO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS-0031567-31.2010.8.16.0017-SR VARCILIO E CIA LTDA ME x METALURGICA EDISA LTDA e outro-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 110, a seguir: "Autos n. 0031567-31.2010.8.16.0017 Manifeste(m)-se o(s) autor(es), em dez dias, acerca da(s) preliminar(es) argüida(s) (art. 327 c/c o art. 301, ambos do CPC). Intimem-se." -Adv. ALEXANDRE PIETRANGELO LIMA-.

116. INDENIZAÇAO-0033623-37.2010.8.16.0017-CLAUDEMIR APARECIDO MARTINS x DIARIO DO NORTE DO PARANA-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 33, a seguir: "Autos n. 0033623-37.2010.8.16.0017. Aguarde-se por 30 dias a regularização processual do autor. Intimem-se." -Adv. -.

117. AÇÃO MONITÓRIA-0034387-23.2010.8.16.0017-POSTO CRUZADAO LTDA x HERCULES SANCHES LOPES-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 28, a seguir: "Autos n. 0034387-23.2010.8.16.0017. Manifeste-se o autor, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. Intime-se." -Adv. RENATA ALVIM MENDONCA DO PRADO-.

118. DESPEJO-0000927-11.2011.8.16.0017-ROBERTO TUPAN RUY x RONALDO DE SOUZA GARCIA e outros-Para manifestação, ante a certidão do sr. oficial de justiça de fs. 57, para fazer o complemento das custas processuais, no valor de R$ 353,00. -Adv. YLDEFONSO SALOME ABRAO DE CAMPOS-.

119. AÇÃO DE COBRANÇA-0001974-20.2011.8.16.0017-ESPOLIO DE ADELINO CHRISTOFOLLI x BANCO DO BRASIL S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 28, a seguir: "Autos n. 0001974-20.2011.8.16.0017. Manifeste-se o autor, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. Intime-se." -Adv. SANDRA MARIA NASCIMENTO G SILVA-.

120. PRESTAÇAO DE CONTAS-0003274-17.2011.8.16.0017-HELENICE ZOTTO AMORIM x BANCO SANTANDER S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 756, a seguir: "Autos n. 0003274-17.2011.8.16.0017. Manifeste(m)-se o(s) autor(es), no prazo de cinco dias, acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se. " -Advs. FARES JAMIL FERES e ALEXANDRE PIETRANGELO LIMA-.

121. AÇÃO DE COBRANÇA-0003356-48.2011.8.16.0017-JOSE AILTON VITORINO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 103 , a seguir: "Autos n. 0003356-48.2011.8.16.0017 Manifeste(m)-se o(s) autor(es), em dez dias, acerca da(s) preliminar(es) argüida(s) (art. 327 c/c o art. 301, ambos do CPC). Intimem-se." -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA e MARIELY REGINA AMERICO-.

122. DECLARATÓRIA-0004009-50.2011.8.16.0017-UNIMED REGIONAL MARINGA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO x COORDENADORIA DE PROTEÇAO E DEFESA DO CONSUMIDOR -PROCON MARINGÁ-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 524, a seguir: "Autos n. 0004009-50.2011.8.16.0017. Prestei informações nesta data. À escrivania para encaminhar o ofício ao egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. Aguarde-se." -Advs. SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR, KARINE MARANHAO VELOSO, CESAR AUGUSTO CORADINI MARTINS, NOEME FRANCISCO SIQUEIRA, CARLOS ALEXANDRE LIMA DE SOUZA, MARCOS ALVES VERAS NOGUEIRA, LIDIA BETTINARDI ZECHETTO, CAROLINA CAMPELLO SCOTTI, MICHEL DE PAULA MACHADO, MARCO ANTONIO BOSIO, DANIEL RODRIGUEZ BRANDAO e GIOVANI BRANCAGLIÃO DE JESUS-.

123. BUSCA E APREENSÃO-0004417-41.2011.8.16.0017-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x EVERTON LUIZ PLAVAK-Para manifestação, ante a certidão do sr. oficial de justiça de fs. 30 que deixou de proceder a apreensão do bem. -Advs. CESAR AUGUSTO TERRA e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.

124. REVISIONAL DE CONTRATO-0005272-20.2011.8.16.0017-CAMILA TENORIO MOREIRA x COSTA COMERCIO DE LIVROS LTDA ME-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 122 , a seguir: "Autos n. 0005272-20.2011.8.16.0017. Manifeste(m)-se o(s) autor(es), no prazo de cinco dias, acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se." -Adv. VANESSA EMILENE ARANTES GONCALVES RODRIGUES-.

125. PRESTAÇAO DE CONTAS-0006058-64.2011.8.16.0017-LUIS CARLOS CARDOSO CARNES E DERIVADOS x BANCO ITAU S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 108 , a seguir: "Autos n. 0015493-96.2010.8.16.0017 1 Cite-se o réu para, querendo, no prazo de cinco dias, apresentar as contas requeridas ou contestar a ação. 2- Por ora, indefiro a providência de natureza cautelar requerida a título antecipação de tutela, eis que não se encontra presente pressuposto primaz, nomeadamente o fumus boni iuris, pois os argumentos apresentados não são idôneos a demonstrar indícios de ilegalidade no contrato em questão. Demais disso, a alegação de que os encargos cobrados seriam ilegais não retira o direito do credor de promover a inscrição do nome do autor em cadastros de inadimplentes, por não evidenciado que o expurgo de eventuais valores cobrados a maior seja

suficiente para extinguir a dívida. 3- Quanto ao pedido incidental de exibição de documentos, aguarde-se a vinda da contestação para sua análise. Intimem-se. " Para que RETIRE expediente (01 carta de citação), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Advs. RALPH ROCHA MARDEGAM e PATRICIA C. FRANCISCHETTI MARDEGAM-.

126. AÇÃO MONITÓRIA-0006184-17.2011.8.16.0017-MASTERSAT ANTENAS E COMPONENTES ELETRONICOS LTDA x PROJECTV INSTALACAO E MANUTENCAO DE REDES ELETRICAS LTDA-Para manifestacao nos autos, acerca da correspondência devolvida, às fs. 63. -Adv. OSWALDO MESQUITA SIMOES-.

127. EMBARGOS A EXECUÇÃO-0006455-26.2011.8.16.0017-MARCONI MAGALHÃES LTDA - ME e outros x BANCO DO BRASIL S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 151/152, a seguir: "III - Dispositivo 9- Julgo extinto o processo com resolução de mérito em face da procedência do pedido (art. 269, I, do Código de Processo Civil) para extinguir a execução n. 0013430-98.2010.8.16.0017. 10- Condeno o embargado ao pagamento das despesas processuais e ao pagamento dos honorários devidos ao advogado dos em-bargantes. Arbitro esta última verba em 500 reais, nos termos do art. 20, § 4º, terceira figura , do Código de Processo Civil, corrigido pelo INPC a partir desta data. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. " -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L GUND, JULIO CESAR DALMOLIN, MARIA AMELIA CASSIANA MASTRO ROSA VIANNA, GUSTAVO VIANA CAMATA, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, MIRELLA PARRA FULOP, FERNANDO HENRIQUE BOSQUE RAMALHO, THIAGO RUFINO DE OLIVEIRA GOMES e RENATO GOES DE MACEDO-.

128. INDENIZAÇAO-0007015-65.2011.8.16.0017-ROSELI APARECIDA ZACARIAS x MUNICIPIO DE MARINGA-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 111, a seguir: ""Autos n. 0007015-65.2011.8.16.0017. Manifeste(m)-se o(s) autor(es), no prazo de cinco dias, acerca do(s) documento(s) juntado(s) (art. 398 do CPC). Intimem-se. -Advs. ANA PAULA MARTINS RADAELLI e IRINEIA APARECIDA CERQUEIRA-.

129. PRESTAÇAO DE CONTAS-0008529-53.2011.8.16.0017-VALTER LUIZ BORTOLIN ARNOLD x BANCO DO BRASIL S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 65 , a seguir: "Autos n. 0008529-53.2011.8.16.0017 Manifeste(m)-se o(s) autor(es), em dez dias, acerca da(s) preliminar(es) argüida(s) (art. 327 c/c o art. 301, ambos do CPC). Intimem-se." -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING e MARCIA L GUND-.

130. DECLARATÓRIA-0008916-68.2011.8.16.0017-ANDREY MOREIRA DOS ANJOS e outros x ESTADO DO PARANA e outro-Para que RETIRE expediente (01 carta precatória), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Adv. GUSTAVO DO AMARAL PALUDETTO-.

131. REVISIONAL DE ALUGUEL-0010320-57.2011.8.16.0017-CATARINENSE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA x EASY - INCORPORACAO E ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA (SUPERMERCADOS SAO FRANCISCO)-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 293, a seguir: "Autos n. 0010320-57.2011.8.16.0017. Após a apresentação dos quesitos, oficie-se o perito nomeado conforme determinado na audiência de f. 179. Intimem-se." -Advs. NELCIDES ALVES BUENO e CESAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE-.

132. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0011134-69.2011.8.16.0017-ITAU UNIBANCO S/A x SILVESTRE UTENSILIOS PARA LIMPEZA LTDA ME e outro-Para manifestação, ante a certidão do sr. oficial de justiça de fs. 35 . -Advs. SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO, THIAGO CAPALBO e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

133. BUSCA E APREENSÃO-0011529-61.2011.8.16.0017-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVETIMENTO x GABRIEL DE OLIVEIRA CAMPOS-Para manifestação, ante a certidão do sr. oficial de justiça de fs. 29 que deixou de proceder a apreensão do bem. -Advs. MARCOS VINICIUS MOLINA VERONEZE e MILKEN JACQUELINE CENERINI JACOMINI-.

134. BUSCA E APREENSÃO-0012002-47.2011.8.16.0017-BANCO BRADESCO S/A x BWR RIBEIRO LTDA-Para providenciar o recolhimento da(s) diligencia(s) do senhor oficial de justica, mediante guia GRC, junto a Caixa Economica Federal, agência 2499, operação 040, Conta n. 500.002-4 (provimento n.º 01/99 da Egregia Corregedoria Geral de Justica do Estado do Parana), cujo valor esta disponível no site: assojepar.org.br- tabela de custas, bem como a impressão da Guia, devendo encaminhar três vias autenticadas a escrivania, referente ao mandado de busca, apreensão e citação. -Advs. TABATA NOBREGA BONGIORNO e ALEXANDRE NIEDERAUDER DE MENDONÇA LIMA-.

135. SUMÁRIA DE COBRANÇA-0013187-23.2011.8.16.0017-IRMAOS MUFFATO E CIA LTDA x ALDEMIR LEONEL DA SILVA e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 54 , a seguir: "Autos n. 0013187-23.2011.8.16.0017 1- Embora o autor tenha ajuizado a presente ação pelo rito sumário, cumpre ser dito que a pauta de audiência se encontra muito distante, de modo que será mais célere imprimir o rito ordinário. 2- Cite-se o réu, para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, sob pena de serem havidos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial (arts. 285 e 319, ambos do Código de Processo Civil). " Para que RETIRE expediente (01 carta precatória), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Advs. REGIS PANIZZON ALVES, ELVIS BITTENCOURT e AUGUSTO JOSE BITTENCOURT-.

136. EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL-0013353-55.2011.8.16.0017-NEIVA MARIA SANDRI x MUNICIPIO DE MARINGA-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 42, a seguir: "Autos n. 0013353-55.2011.8.16.0017 1- Recebo os embargos do executado para discussão, sem suspender o curso da execução fiscal n. 327/2009 (art. 739-A, caput, do Código de Processo Civil). 2- Intime-se a embargada para, no prazo legal, querendo, apresentar impugnação. Intimem-se. " -Advs. SONIA REGINA VIEIRA KHOURY e CESAR AUGUSTO CORADINI MARTINS-.

137. REVISIONAL DE CONTRATO-0014614-55.2011.8.16.0017-LAERCIO CARDOSO DE PAULA x BV FINANCEIRA S/A-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 40 , a seguir: "Autos n. 0014614-55.2011.8.16.0017 1- A conveniência e a necessidade do deferimento da assistência judiciária serão analisadas no curso do processo. Por ora, defiro provisoriamente a assistência judiciária. 2- Cite-se o réu para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, sob pena de serem havidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (arts. 285 e 319, ambos do Código de Processo Civil). 3- Por ora, indefiro a providência de natureza cautelar requerida a título antecipação de tutela, eis que não se encontra presente pressuposto primaz, nomeadamente o fumus boni iuris, pois os argumentos apresentados não são idôneos a demonstrar indícios de ilegalidade no contrato em questão. Demais disso, a alegação de que os encargos cobrados seriam ilegais não dá ao devedor o direito de se manter na posse do veículo objeto da alienação fiduciária em garantia e não retira o direito do credor de inscrever o nome do autor em cadastro de inadimplentes. Primeiro porque não vislumbro em uma análise preliminar a presença de tais ilegalidades e, segundo, porque eventual valor cobrado a maior certamente não é expressivo e não foi por isso o móvel da inadimplência. Intimem-se. " Para que RETIRE expediente (01 carta de citação), devendo PREVIAMENTE recolher os emolumentos, no valor de R$ 9,40 (EXCETO JUSTICA GRATUITA), através de BOLETO BANCÁRIO, a ser gerado no site: www.tj.pr.gov.br, no campo: Guias de Recolhimento + Recolhimento Judicial + Comarca de Maringá + 2ª Escrivania do Cível (não clicar em custas finais) + Qtde + Certidões extraidas dos autos, livros, documentos, ofício, edital, alvara expedido + selecionar. E para instruir o referido expediente com as copias necessarias. Ficando ciente que a retirada do expediente somente será possível após compensação bancária. -Advs. PEDRO STEFANICHEN e ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN-.

138. CARTA PRECATÓRIA-0022604-34.2010.8.16.0017-Oriundo da Comarca de MANDAGUAÇU/PR - VARA CIVEL -BANCO DO BRASIL S. A. x MARCIO TERUEL CARMONA e outros-Para que fiquem cientes do despacho de fs. 43, a seguir: "Autos n. 0022604-34.2010.8.16.0017. Manifeste-se o autor, no prazo de cinco dias, sobre o prosseguimento do feito. Intime-se." -Advs. ELOI CONTINI e DIOGO BERTOLINI-.

139. CARTA PRECATÓRIA-0000502-81.2011.8.16.0017-Oriundo da Comarca de VITORIA-ES -2 VARA DAS EXECUÇOES FISCAIS-ESTADO DO ESPIRITO SANTO x REDE PRESIDENTE DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA e outro-Para manifestação, ante a certidão do sr. oficial de justiça de fs. 29, que procedeu a citação do requerido, e encontrou em nome do devedor, o imóvel objeto da matrícula n. 46.887, e para manifestação acerca da penhora do referido bem. -Adv. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA-.

MARINGÁ, 20 de Setembro de 2011

## 3ª VARA CÍVEL

**JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CIVEL**
**DA COMARCA DE MARINGA - PARANA**
**105/2011**
**JUIZ DE DIREITO DR. WILLIAM ARTUR PUSSI**

**105/2011**

ADILSON DE CASTRO JUNIOR 0049 000290/2008
ADILTON JOSE SANTORUM 0024 001007/2005
0039 000805/2007
ADRIANA REGINA BARCELLOS 0030 000739/2006
ADRIANE C STEFANICHEN 0040 000833/2007
0062 001474/2009
ADRIANO MUNIZ REBELLO 0062 001474/2009
AIRTON KEIJI UEDA 0085 002240/2011
ALAERCIO CARDOSO 0011 000646/2002
0025 000049/2006
ALANN BARBOSA MARQUES CAE 0048 000193/2008

ALBERTO ABRAO VAGNER DA R 0063 001524/2009
0064 001525/2009
ALCEU MACHADO NETO 0082 031005/2010
ALEXANDRE DE ALMEIDA 0007 000348/2001
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0058 001681/2008
0079 023133/2010
ALEXEY GASTAO CONSELVAN 0007 000348/2001
ALFREDO ANTONIO CANEVER 0001 000689/1996
ALINE DE MENEZES GONÇALVE 0018 000079/2004
ALISSON SILVA ROSA 0014 000526/2003
ALVARO MANOEL FURLAN 0025 000049/2006
ANA MARIA BRENNER 0029 000497/2006
ANA PAULA MANSANO BATISTA 0020 000476/2004
ANDRE LUIZ POLIMENI MASSI 0057 001568/2008
ANDRE RICARDO FORCELLI 0054 001348/2008
ANDREA GIOSA MANFRIM 0053 001047/2008
ANDREIA CARVALHO DA SILVA 0058 001681/2008
ANGELICA CARNAVAL MARÇOLA 0058 001681/2008
ANTONIO ELSON SABAINI 0008 000473/2001
ANTONIO ELSON SABAINI 0019 000232/2004
ANTONIO JUSTINO FORCELLI 0054 001348/2008
ANTONIO SOARES RESENDE JR 0011 000646/2002
APARECIDO ROMAO MATIAS FE 0077 022789/2010
ARI ALVES PEREIRA 0087 008900/2011
ARNALDO ROMUALDO MARTINS 0018 000079/2004
ARY LUCIO FONTES 0014 000526/2003
BLAS GOMM FILHO 0020 000476/2004
0034 000144/2007
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0011 000646/2002
0013 000357/2003
0016 000740/2003
0019 000232/2004
0021 000477/2004
0022 000564/2005
0055 001460/2008
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0073 010656/2010
BRUNA MARCON BARBOSA 0081 026434/2010
BRUNO FALLEIROS EVANGELIS 0105 021400/2011
BRUNO SANCHES TORO 0066 001939/2009
0071 001873/2010
CAMILA SIMOES MARTINS 0072 008965/2010
CARLA FABIANA H ZAGOTTO 0026 000109/2006
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 0099 020709/2011
CARLOS ALEXANDRE LIMA DE 0042 000959/2007
CARLOS ALEXANDRE VAINE TA 0006 000311/2000
0023 000810/2005
CASSIA DENISE FRANZOI 0009 000709/2001
CELSO APARECIDO DO NASCIM 0024 001007/2005
CERINO LORENZETTI 0070 000531/2010
CESAR AUGUSTO DE FRANCA 0044 001173/2007
0050 000350/2008
0060 000321/2009
CESAR AUGUSTO PRAXEDES 0001 000689/1996
CESAR AUGUSTO TERRA 0079 023133/2010
CESAR EDUARDO MISAEL DE A 0056 001510/2008
CESAR EDUARDO ZILIOTTO 0046 001321/2007
CLAUDEMIR CAPOCCI 0006 000311/2000
CLORIS DE FATIMA CAMPESTR 0007 000348/2001
CRISTIANE GANEM KISNER 0029 000497/2006
CRISTYAN DEVANIR MARTINS 0089 011510/2011
DANIEL HACHEM 0071 001873/2010
DANIEL ROMANIUK PINHEIRO 0087 008900/2011
DANIELA DE CARVALHO SILVA 0003 000207/1999
DANIELE CRISTINA U BITENC 0036 000498/2007
DENISE AKEMI MITSUOKA 0033 001053/2006
DIRCEU BERNARDI JUNIOR 0033 001053/2006
DIRCEU GALDINO CARDIN 0004 000333/1999
0057 001568/2008
DIRCEU PAGANI 0028 000394/2006
DORACI POLO MARTINS FERNA 0009 000709/2001
DOUGLAS GALVAO VILARDO 0004 000333/1999
DOUGLAS VINICIUS DOS SANT 0012 000144/2003
EDMYLSON PENA DOS SANTOS 0056 001510/2008
ELISEU ALVES FORTES 0082 031005/2010
ELIZABETE SERRANO DOS SAN 0024 001007/2005
ELLIS ERNANI CECHELERO 0075 015297/2010
ELMER DA SILVA MARQUES 0027 000129/2006
EMERSON LAUTENSCHLAGER SA 0047 000085/2008
ERCILIO CESAR DUTRA 0038 000677/2007
EUGENIO SOBRADIEL FERREIR 0077 022789/2010
EUSTAQUIO DE OLIVEIRA JUN 0033 001053/2006
EVANDRO BUENO DE OLIVEIRA 0098 020707/2011
EVARISTO ARAGÃO SANTOS 0008 000473/2001
EYDER LUCIO DOS SANTOS 0035 000205/2007
FABIO BERTOGLIO 0037 000585/2007
FABRICIO FAZOLLI 0023 000810/2005
FERNANDO RIBAS 0057 001568/2008
FREDERICO GIOSEPPE FURLAN 0048 000193/2008
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0009 000709/2001
GIOVANA CHRISTIE FAVORETO 0013 000357/2003
GISELLY CRISTINA KODAMA A 0032 000916/2006
GRAZZIELA PICANCO S BORBA 0006 000311/2000
0007 000348/2001
GUSTAVO REIS MARSON 0090 012028/2011
HEBER MARCELO GOMES DA SI 0038 000677/2007
HELLISON EDUARDO ALVES 0027 000129/2006
HELLISON EDUARDO ALVES 0078 022807/2010
HUGO FRANCISCO GOMES 0043 001168/2007
HUGO FRANCISCO GOMES 0084 033580/2010
IDEVAL INACIO DE PAULA 0093 015859/2011
IGOR FILUS LUDKEVITCH 0086 006152/2011
ILZA REGINA DEFILLIPI DIA 0044 001173/2007
0060 000321/2009
INGO HOFMANN JUNIOR 0045 001249/2007
ISABELLA CABRAL KISTNER 0061 001279/2009
ISRAEL LIUTTI 0031 000832/2006
IVO DE JESUS DEMATEI GREG 0010 000630/2002
IVONE ROLDAO FERREIRA 0039 000805/2007
JACQUELINE JACOMINI 0047 000085/2008
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0009 000709/2001
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0017 000016/2004
0018 000079/2004
0020 000476/2004
0021 000477/2004
JAMIL JOSEPETTI JUNIOR 0008 000473/2001
JANAINA MOSCATTO ORSINI 0021 000477/2004
JAQUELINE DA SILVA PAULIC 0096 019912/2011
JEAN CARLOS MARTINS FRANC 0043 001168/2007
0084 033580/2010
JESUS SOARES MARTINS 0086 006152/2011
JOAO CASILLO 0057 001568/2008
JOAO FABRICIO DOS SANTOS 0054 001348/2008
JOAO LUIZ AGNER REGIANI 0024 001007/2005
0039 000805/2007
JOAQUIM ROBERTO TOMAZ 0035 000205/2007
JOEL GERALDO COIMBRA FILH 0015 000731/2003
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NO 0007 000348/2001
JOSE CHIEZI DE OLIVEIRA 0075 015297/2010
JOSE DORIVAL PEREZ 0018 000079/2004
JOSE EDGARD DA CUNHA BUEN 0066 001939/2009
JOSE FRANCISCO PEREIRA 0013 000357/2003
JOSE IVAN GUIMARAES PEREI 0017 000016/2004
JOSE MANOEL DE ARRUDA ALV 0003 000207/1999
JOSE OLINTO NERCOLINI 0031 000832/2006
JOSE SEBASTIAO DE OLIVEIR 0063 001524/2009
0064 001525/2009
JULIANA BARRACHI 0026 000109/2006
JULIO CESAR DALMOLIN 0017 000016/2004
0018 000079/2004
0020 000476/2004
0021 000477/2004
KARINA HASHIMOTO 0076 022138/2010
KATIA C PUCCA BERNARDI 0033 001053/2006
KERLY CRISTINA CORDEIRO 0088 010365/2011
KÁTIA CRISTINE PUCCA BERN 0082 031005/2010
LAERCIO FONDAZZI 0036 000498/2007
0041 000876/2007
LAURO CAVALLAZZI ZIMMER 0042 000959/2007
LAURO FERNANDO ZANETTI 0089 011510/2011
LELIS VIEIRA DOS SANTOS 0030 000739/2006
LIZETH SANDRA FERREIRA DE 0074 012395/2010
LIZEU NORA RIBEIRO 0045 001249/2007
LOURIVAL APARECIDO CRUZ 0054 001348/2008
LUCIANA SGARBI 0068 002039/2009
LUIS CARLOS DE SOUZA 0094 016613/2011
LUIS FERNANDO DE CARMARGO 0074 012395/2010
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0059 000071/2009
0080 024838/2010
LUIS PLINIO TELES 0025 000049/2006
LUIS ROBERTO MACANEIRO SA 0078 022807/2010
LUIZ CARLOS MANZATO 0047 000085/2008
LUIZ DE CARLO 0086 006152/2011
LUIZ DE OLIVEIRA NETO 0012 000144/2003
LUIZ GUILHERME VANIN TURC 0011 000646/2002
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0008 000473/2001
LUIZ TURCHIARI JUNIOR 0011 000646/2002
MARA ALESSANDRA REIS DE C 0012 000144/2003
MARCELO HENRIQUE GIANNINI 0019 000232/2004
MARCIA L. GUND 0017 000016/2004
0018 000079/2004
0020 000476/2004
0021 000477/2004
MARCIA SATIL PARREIRA 0046 001321/2007
MARCIO FERNANDO CANDEO DO 0005 000708/1999
MARCIO LUIZ BLAZIUS 0070 000531/2010
MARCIO PEREIRA DE ANDRADE 0073 010656/2010
MARCIO RODRIGO FRIZZO 0070 000531/2010
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0011 000646/2002
0016 000740/2003
0019 000232/2004
0021 000477/2004
0055 001460/2008
MARCIONE PEREIRA DOS SANT 0001 000689/1996
MARCOS ALVES VERAS NOGUEI 0042 000959/2007
MARCOS ANDRE DA CUNHA 0072 008965/2010
MARIA ALICE CASTILHO DOS 0031 000832/2006
MARIA AMELIA CASSIANA MAS 0100 020822/2011
MARIA LUIZA BACCARO GOMES 0022 000564/2005
0027 000129/2006
MARIA MONICA DE OLIVEIRA 0005 000708/1999
MARIA REGINA VIZIOLI DE M 0016 000740/2003
MARINA ANGELICA ASSIS Z F 0025 000049/2006
0048 000193/2008
MARIO MARCONDES NASCIMENT 0084 033580/2010
MAURICIO DE CASTRO LANZIO 0081 026434/2010
MAURO VIGNOTTI 0055 001460/2008
MERCIA REGINA DE OLIVEIRA 0075 015297/2010
MICHEL GUERIOS NETTO 0057 001568/2008

MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0043 001168/2007
MILTON PLACIDO DE CASTRO 0045 001249/2007
0075 015297/2010
MORIANE PORTELLA GARCIA 0007 000348/2001
MÁRIO MARCONDES NASCIMENT 0043 001168/2007
NELSON LUIZ NOUVEL ALESSI 0044 001173/2007
0060 000321/2009
NELSON PASCHOALOTTO 0035 000205/2007
OLDEMAR MARIANO 0007 000348/2001
0027 000129/2006
OSMAR MARGARIDO DOS SANTO 0003 000207/1999
OSVALDO ALVES DA SILVA 0031 000832/2006
OSVALDO CHIGHERO OGSUKO C 0103 021246/2011
OSVALDO EUGENIO SENHORINH 0097 019933/2011
OSWALDO DOS SANTOS JUNIOR 0075 015297/2010
PAULA RODRIGUES DA SILVA 0104 021338/2011
PAULO EDSON FRANCO 0025 000049/2006
0068 002039/2009
0081 026434/2010
PAULO JUSTINIANO DE SOUZA 0066 001939/2009
0071 001873/2010
PAULO ROBERTO LUVISETI 0023 000810/2005
PAULO SÉRGIO BRAGA 0059 000071/2009
PEDRO HENRIQUE DE MARCHI 0078 022807/2010
PEDRO JOSE DE ALMEIDA 0067 001989/2009
PEDRO STEFANICHEN 0040 000833/2007
PERICLES LANDGRAF ARAUJO 0069 000054/2010
PIERRE GAZARINI SILVA 0032 000916/2006
RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN 0042 000959/2007
RAFAEL SELICANI TEIXEIRA 0101 000665/2009
0102 000680/2009
RAUL IGNATIUS NOGUEIRA 0016 000740/2003
REGINALDO FABRICIO DOS SA 0066 001939/2009
0071 001873/2010
REINALDO CAETANO DOS SANT 0029 000497/2006
REINALDO RODRIGUES DE GOD 0011 000646/2002
RENATO KALINKE VICENTIN 0016 000740/2003
RICARDO JAMAL KHOURI 0003 000207/1999
ROBERTO A BUSATO 0007 000348/2001
ROBERTO CESAR LEONELLO 0056 001510/2008
ROBERTO PERALTO 0002 000792/1998
RODRIGO VALENTE GIUBLIN T 0020 000476/2004
RONALDO ANTONIO BOTELHO 0015 000731/2003
ROSA MARIA RIGON SPACK 0078 022807/2010
ROSANGELA DIAS GUERREIRO 0050 000350/2008
0084 033580/2010
ROSANGELA DORTA DE OLIVEI 0047 000085/2008
0051 000703/2008
SANDRA HELENA VERONA SILV 0026 000109/2006
SANDRA REGINA DE MOURA 0076 022138/2010
SANDRO ROGERIO PASSOS 0091 012721/2011
SERGIO LUIZ JACOMINI 0010 000630/2002
SIGISFREDO HOEPERS 0067 001989/2009
SILVIO HENRIQUE MARQUES J 0041 000876/2007
0042 000959/2007
0049 000290/2008
SIMONE CHIODEROLLI NEGREL 0058 001681/2008
SONIA LETICIA DE MELLO CA 0024 001007/2005
TAIANA VALEJO ROCHA 0095 019907/2011
TARCIZIO FURLAN 0030 000739/2006
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBI 0008 000473/2001
THIAGO DE ASSIS MARTOS GU 0089 011510/2011
TIRONE CARDOSO DE AGUIAR 0080 024838/2010
0083 031330/2010
URSULA ERNLUND SALAVERRY 0021 000477/2004
VALDIR ROBERTO ALVES SANT 0002 000792/1998
0010 000630/2002
VALERIA BRAGA TEBALDE 0020 000476/2004
VANDERLEI LANZ 0072 008965/2010
VANIR BERTI 0032 000916/2006
VICENCIA CIÇA MARIA DOS A 0065 001903/2009
VICENCIA MARIA CICA DOS A 0092 015504/2011
VICENTE PAULA SANTOS 0015 000731/2003
VINICIUS SEGANTINE BUSATT 0008 000473/2001
0019 000232/2004
VIRGINIA CORTES VOLPATO 0045 001249/2007
VIVALDA SUELI BORGES CARN 0035 000205/2007
VÂNIA REGINA MAMESSO 0086 006152/2011
WAGNER PETER KRAINER JOSE 0077 022789/2010
WALTER ANTONIO COSTA DE T 0041 000876/2007
WALTER DANTAS DE MELO 0016 000740/2003
WALTER POPPI 0028 000394/2006
0052 000738/2008
WANDERLEI DE PAULA BARRET 0007 000348/2001
WILSON LUIZ DE ASSIS TEIX 0012 000144/2003
ZOILO LUIZ BOLOGNEZI 0003 000207/1999

1. EMBARGOS DO DEVEDOR-689/1996-LATICINIOS MARISSOL LTDA e outros x BANCO DO BRASIL S/A-1- Intime-se a parte autora, por maio de seu procurador judicial, para que informe se ainda tem interesse no prosseguimento do feito. 2- Em caso afirmativo, deve o mesmo impulsioná-lo, na forma que entender de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do processo. -Advs. MARCIONE PEREIRA DOS SANTOS, CESAR AUGUSTO PRAXEDES e ALFREDO ANTONIO CANEVER-.

2. RESCISÃO DE CONTRATO-0000459-04.1998.8.16.0017-ELIEGER APARECIDA SCANFERLA BIANCHI e outro x CENTRO NORTE CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. VALDIR ROBERTO ALVES SANTANA e ROBERTO PERALTO-.

3. ORDINÁRIA-207/1999-PEDRO HONORIO CORREA e outros x BANCO BRADESCO S/A e outros- Recebo os embargos de declaração de fls. 1471/1473 com a interrupção do prazo recursal. no entanto, dou provimento aos presentes embargos única e exclusivamente para corrigir o erro material da ecisão embargada (fls. 1469) e excluir daquela decisão a expressão "que indeferiu os benefícios da justiça gratuita ao executado". As demais matérias, conforme dito naquela decisão ( fls. 1469) deverão ser atacadas mediante recurso próprio, eis que, não há omissão, bem como contradição na decisão anterior (1452).-Advs. OSMAR MARGARIDO DOS SANTOS, RICARDO JAMAL KHOURI, ZOILO LUIZ BOLOGNEZI, DANIELA DE CARVALHO SILVA e JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO-.

4. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-333/1999-WILBRAZ INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINDES LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e outro- Defiro o pedido de reabertura de prazo. O município de Maringá deve ser intimado para retirar o RPV cuja expedição fora determinada contra o Estado do Paraná.-Advs. DIRCEU GALDINO CARDIN e DOUGLAS GALVAO VILARDO-.

5. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-708/1999-NAVEL NAVIRAI VEICULOS LTDA x SERGIO REGINALDO FLORENTIN OJEDA-1.Por força do convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário (sistema BACEN-JUD), via internet, solicitei o bloqueio de valores de contas eventualmente exitentes em nome do executado, conforme expediente em anexo. 2- Verifiquei que não foram encontrados valores para serem bloqueados. 3- se nada for requerido, arquivem-se. -Advs. MARIA MONICA DE OLIVEIRA PIZZATTO e MARCIO FERNANDO CANDEO DOS SANTOS-.

6. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-311/2000-BRAZ ISMAEL VENDRAMINI x ESTANCIA ZAUNA LTDA e outros- Primeiramente, ao exequente, para comprovar que Estância Zauna e Condomínio Estância Zauna são as mesmas pessoas jurídicas e a existencia dos créditos noticiados.-Advs. CLAUDEMIR CAPOCCI, GRAZZIELA PICANCO S BORBA e CARLOS ALEXANDRE VAINE TAVARES-.

7. PRESTAÇÃO DE CONTAS-348/2001-PAULO ROBERTO CURI FRASCARELLI x BANCO BANDEIRANTES S/A- Intimem-se as partes da baixa dos autos...Ainda para que os procuradores do requerido indiquem claramente qual escritório represetará os requeridos para que não hajam pedidos divergentes...bem como para que retifiquem o pólo passivo tendo em vista que consta como requerido Banco Bandeirantes S/A.-Advs. CLORIS DE FATIMA CAMPESTRINI, OLDEMAR MARIANO, MORIANE PORTELLA GARCIA, ALEXEY GASTAO CONSELVAN, GRAZZIELA PICANCO S BORBA, WANDERLEI DE PAULA BARRETO, JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, ROBERTO A BUSATO e ALEXANDRE DE ALMEIDA-.

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS-473/2001-ADEMIR GASTALDI e outro x BANCO BANDEIRANTES- Ademir Gastaldo e outra, já qualificados, ajuizaram a presente ação de prestação de contas em face do BANCO BANDEIRANTES S.A., também já qualificado. A ação foi processada e o réu foi condenado a prestar contas. Iniciada a segunda fase após o trânsito em julgado da primeira fase, o réu prestou contas(fls. 719/975 e 979/1130). A parte autora manifestou-se sobre as contas prestadas através de seu assistente técnico Não havendo interesse na produção de novas provas, contados e preparados, vieram-me os autos conclusos para sentença. Em brevidade é o relatório. Passo a decidir: O presente feito comporta julgamento antecipado, não necessitando da produção de novas provas, além das já existentes nos autos, vez que a matéria de mérito é unicamente de direito, na forma do artigo 330 I do CPC. As contas apresentadas pelo requerido cumprem o contido na sentença, eis que, nesta, nada foi decidido, e nem seria diferente, quanto à legalidade dos encargos contratuais. São idôneas a cumprir a finalidade almejada na inicial e não reclamam complementação ou que sejam rejeitadas. Importa é que o banco prestou contas da movimentação da conta corrente da autora, especialmente quanto aos juros cobrados e seus percentuais e demais taxas incidentes sobre a movimentação financeira tendo, inclusive, juntado aos Autos todos os boletins da referida movimentação. Esclarece Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery que:...Vale ressaltar, e isto é fundamental esclarecer, que a obrigação imposta ao requerido na primeira fase não foi a de "justificar" as taxas de juros cobradas nem a sua forma de incidência mas, sim, de informar as taxas praticadas no curso do contrato e juntar aos Autos todos os documentos indispensáveis para que a parte autora possa, agora sim, em ação própria, cobrar do requerido aquilo que venha entender ser devido. A jurisprudência é neste sentido:...Quanto aos códigos dos lançamentos e eventuais tarifas cobradas pelo requerido, os mesmos se apresentam suficientemente claros e inteligíveis para os que mantêm relações comercias e bancárias, como é o caso da autora e de seu procurador. Assim, em conclusão, a Ação de Prestação de Contas não tem por objetivo substituir ou tornar-se uma ação de cunho indenizatório em favor do Autor. Este, querendo tal objetivo, entendo, deve promover ação própria com fim condenatório específico. "Um grande número de advogados tem intentado em face das instituições financeiras a ação de prestação de contas dos contratos de conta corrente e de cheque especial. Essas demandas de prestação de contas dos contratos bancários têm sido utilizadas de forma totalmente desconexa ao disposto na Lei Processual Civil, prejudicando a técnica e atravancando o Poder Judiciário com demandas sem nexo causal e com fundamentos que na realidade são contra legem. A prática tem mostrado que a grande maioria das demandas de prestação de contas aforadas em face das instituições financeiras tem, na verdade, o interesse de revisar o contrato firmado entre as partes, bem como de obter a condenação das instituições bancárias ao pagamento de honorários advocatícios, o que acaba por desvirtuar os fins do processo, além de se afastar da legislação que idealizou esse direito. A ação de prestação de contas tem um fim específico, qual seja: proporcionar ao credor das contas uma ferramenta hábil para visualizar os seus bens que ficaram sob a administração de outrem, checando de forma clara se os investimentos

feitos acarretaram lucros ou prejuízos, viabilizando uma avaliação concreta da administração dos bens pelo devedor das contas. Não se presta, portanto, para tirar dúvidas sobre lançamentos em conta corrente, as quais poderiam ser solucionadas com uma visita à agência bancária mais próxima ou mesmo com uma consulta simples pela Internet.1" Portanto, não haveria necessidade da realização da perícia por não ser o caso de se analisar a legalidade dos termos do contrato e dos débitos ocorridos em conta corrente, o que refoge dos estritos termos da ação de prestação de contas, que não se confunde com a ação revisional de contrato, como já restou claro na r. sentença de 1º fase. "No caso específico dos contratos de conta corrente, a demanda de prestação de contas não parece ser o instituto correto a ser proposto em face dos bancos, pois nestes casos os bancos apenas servem como um local onde o cliente deixa o seu dinheiro e o movimenta de acordo com a sua exclusiva vontade. Na verdade, os bancos não administram os bens dos clientes na conta corrente: é exclusivamente o cliente quem movimenta e administra a sua conta, depositando valores de acordo com a sua vontade e sacando valores conforme lhe interessa, sem nenhuma interferência de gestão por parte dos bancos. Assim, os bancos, no contrato de conta corrente, não possuem nenhum poder de administração de bens, pois não foram contratados como administradores e tampouco interferem nas movimentações bancárias dos clientes. Mesmo nos casos de contrato de abertura de crédito em conta corrente ou cheque especial, nos quais o dinheiro utilizado é do banco, não há interferência na forma como será utilizado, investido ou mantido pelo cliente, que possui autonomia e exclusividade para administrar os valores que foram postos em sua conta por força do contrato firmado. Assim, nos contratos de conta corrente, se o cliente depositar, por exemplo, R$ 1.000,00 e não quiser movimentar a sua conta, nada será feito com esse valor, apenas incidindo sobre o mesmo os valores contratados pela manutenção da conta mês a mês, não havendo, contudo, nenhum ato de administração de bens por parte do banco, que inclusive fica impossibilitado de movimentar os valores, pois apenas o cliente tem esse poder, por força do contrato. A administração de bens no âmbito bancário pode ser verificada apenas nos casos em que o cliente contrata o serviço de administração para investimentos em fundos de renda e mercado de valores mobiliários e de ações, nos quais o cliente deixa o seu dinheiro sob a administração exclusiva do banco e, de tempos em tempos, o banco presta as contas dos valores ganhos ou perdidos no mercado de ações. Contudo, no contrato de conta corrente, não existe este vínculo entre o banco e o cliente, pois é este quem administra exclusivamente os valores que entram e que saem na sua conta, não ficando o banco com nenhum encargo de administração sobre os bens depositados pelo cliente. Diante dessa visão, concluiu-se que a ação de prestação de contas em face de contratos de conta corrente e de cheque especial não se mostra oportuna, pois a prestação de contas apenas deve apresentada exclusivamente por quem administra os bens de terceiros e oculta ou tarda as informações sobre a real situação dos bens e dos investimentos feitos em nome do credor das contas, o que não ocorre nos contratos acima transcritos. Sendo assim, a propositura de tal ação na hipótese analisada é, de certa forma, inclusive contra legem, por desvirtuar a finalidade para a qual o direito de exigir prestação de contas foi criado. " Os próprios Tribunais pátrios entendem ser impossível a utilização da "Ação de Prestação de Contas" em substituição a ação própria que, entendo, é a revisional de contrato:...Do exposto, julgo boas as contas prestadas pelo requerido que atendeu plenamente os ditames da sentença de 1º fase, sem declaração de saldo a favor de quaisquer das partes visto que tais valores deverão ser apurados em ação própria e específica de revisão contratual. Custas decorrente da segunda fase, em rateio, e sem condenação de quaisquer das partes quanto a honorários, por incabível nesta segunda fase, conforme entendimento jurisprudencial dominante2. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Advs. ANTONIO ELSON SABAINI, VINICIUS SEGANTINE BUSATTO PEREIRA, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, EVARISTO ARAGÃO SANTOS e JAMIL JOSEPETTI JUNIOR-.

9. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-709/2001-DEJAIR MANINI x BANCO SANTANDER S/A-1. Ao julgar o RECURSO ESPECIAL Nº 954.859 - RS (2007/0119225-2), a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, visando uniformizar a interpretação da lei federal, definiu, sob a relatoria do ministro Humberto Gomes de Barros, que independe de intimação pessoal a contagem do prazo de 15 dias para pagamento de condenação de quantia certa, após o que será acrescida a multa de 10% prevista no Código de Processo Civil (CPC, artigo 475-J). 2.Entretanto, tendo o exequente requerido a intimação do executado para pagamento em 15 dias independentemente da aplicação da multa, visando privilegiar a solução masi rápida e pacífica, bem como o pagamento voluntário do débito, intime-se o executado, por seu procurador para que em 15 dias cumpra a sentença de folhas 521

531, efetuando o pagamento do débito, conforme cálculo de folhas 635/714, sob pena de multa de 10% e imediata penhora de bens. 3.Observo que, seguindo o entendimento do STJ e da doutrina majoritária, não há necessidade de intimação pessoal da parte para cumprimento da sentença. 4.Se nao for efetuado o pagamento no prazo acima, desde já imponho à requerida/executada a pena de multa de 10% sobre o valor do débito, em favor do credor/exequente e determino a imediata exepedição de mandado/carta precatória para penhora de tantos bens quantos bastem para pagamento do debito. 5.Intimem-se. -Advs. CASSIA DENISE FRANZOI, DORACI POLO MARTINS FERNANDES, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e GERSON VANZIN MOURA DA SILVA-.

10. OBRIGAÇÃO DE FAZER-0001563-89.2002.8.16.0017-CONDOMINIO RESIDENCIAL CATUAI x ORBIS - CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA- Por ora, suspendo a aplicação da multa ante as alegações da executada e documentos juntados. Manifeste-se o exequente sobre o pedido de fls. 587/588 e documentos, no prazo de 10 dias.-Advs. VALDIR ROBERTO ALVES SANTANA, IVO DE JESUS DEMATEI GREGIO e SERGIO LUIZ JACOMINI-.

11. REVISIONAL C/ TUTELA ANTECIPA-0001555-15.2002.8.16.0017-URBAMAR - URBANIZACAO DE MARINGA S/A x BANCO DO ESTADO DO PARANA - S/A- Intimem-se as parets da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. ALAERCIO CARDOSO, REINALDO RODRIGUES DE GODOY, LUIZ TURCHIARI JUNIOR, LUIZ GUILHERME VANIN TURCHIARI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e ANTONIO SOARES RESENDE JR-.

12. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-144/2003-MERCOIL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA x AGUIA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA- Manifeste-se a exequente.-Advs. MARA ALESSANDRA REIS DE CARVALHO, DOUGLAS VINICIUS DOS SANTOS, LUIZ DE OLIVEIRA NETO e WILSON LUIZ DE ASSIS TEIXEIRA JUNIOR-.

13. ORDINÁRIA-357/2003-OSVALDO CUNICO e outro x BANCO ITAÚ S/A- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requrido, arquivem-se.-Advs. JOSE FRANCISCO PEREIRA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e GIOVANA CHRISTIE FAVORETO-.

14. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002740-54.2003.8.16.0017-AUGUSTO CESAR CHRISTOVAM MOREIRA e outro x BANCO MERCANTIL DO BRASIL-1-Intime-se o executado, pessoalmente, para que em 15 dias cumpra a sentença de folhas, efetuando o pagamento do débito, conforme cálculo de folhas 954/11108, sob pena de multa de 10% e imediata penhora de bens. 2.Se não for efetuado o pagamento no prazo acima, desde já imponho aos requeridos/executados a pena de multa de 10% sobre o valor do débito, em favor do credor/exequente e determino a imediata expedição de mandado/carta precatória para penhora de tantos bens quantos bastem para pagamento do débito...***recolher diligencias***-Advs. ALISSON SILVA ROSA e ARY LUCIO FONTES-.

15. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-731/2003-JOSE APARECIDO DA CRUZ x JOEL GERALDO COIMBRA-1-Por força do convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário (Sistema Bacen-Jud), via internet, solicitei o bloqueio de valores de contas eventualmente existentes em nome do executado, conforme expediente em anexo. 2-Seguem as folhas impressas com a consulta, e respectivos bloqueios e a tranferência do valor do débito. 3-Após a informação do Banco de que os valores estão disponíveis, levre termo de penhora e intime-se o executado da penhora realizada. 4- Através do RENAJUD solicitei o bloqueio do veículo registrado em nome do executado (comprovante em anexo). -Advs. VICENTE PAULA SANTOS, JOEL GERALDO COIMBRA FILHO e RONALDO ANTONIO BOTELHO-.

16. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-740/2003-JOSE CARINHATO x BANCO ITAÚ S/A-Recebo os embargos de declaração de fls. 2286/2289, com a interrupção do prazo recursal. No entanto, nego-lhes provimento, eis que o patente inconformismo expressado só poderá ser apreciado através do recurso cabível. Se a decisçao é acertada ou não, é questão que não cabe ser discutida em sede de embargos de declaração e sim em agravo, não havendo obscuridade, contradição e omissão a ser corrigida pelo presente recurso. Ante o exposto, julgo improcedentes os presentes embargos. Ciente da interposição de agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada.-Advs. MARIA REGINA VIZIOLI DE MELO, RAUL IGNATIUS NOGUEIRA, WALTER DANTAS DE MELO, RENATO KALINKE VICENTIN, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

17. PRESTAÇÃO DE CONTAS-16/2004-SLOTS VIDEO LOTERIA LTDA x BANCO BRADESCO S/A-1- Sendo tempestiva, recebo a apelação interposta pelo requerente, em ambos os seus efeitos. 2- Intime-se o requerido, ora apelado, para oferecimento de contra-razões. 3- Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND, JULIO CESAR DALMOLIN e JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.

18. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0004787-64.2004.8.16.0017-JOSEFINA CONSTANTIN x BANCO ITAÚ S/A- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND, JULIO CESAR DALMOLIN, ARNALDO ROMUALDO MARTINS, ALINE DE MENEZES GONÇALVES e JOSE DORIVAL PEREZ-.

19. PRESTAÇÃO DE CONTAS-232/2004-HELIO ROQUE HARTMANN x BANCO ITAÚ S/A- Intimem-se as partes para se manifestarem, em 05 dias, em face do laudo pericial apresentado.-Advs. ANTONIO ELSON SABAINI, MARCELO HENRIQUE GIANNINI, VINICIUS SEGANTINE BUSATTO PEREIRA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

20. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-476/2004-RIBEIRO & POZZA LTDA e outro x BANCO SANTANDER S/A- Tendo em vista que o executado depositou o valor da execução em 01/04/2011 e que o prazo de 15 dias, previsto no art. 475-J do CPC, para impugnação do cumprimento de sentença, conta-se da data do depósito judicial, e que o referido prazo já transcorreu integralmente sem qualquer manifestação do executado, é de se autorizra o levantamento da quantia depositada com o consequente arquivamento da feito, face o integral pagamento do débito. Nesse sentido: ("...") E também ("...")...-Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND, JULIO CESAR DALMOLIN, ANA PAULA MANSANO BATISTA, BLAS GOMM FILHO, RODRIGO VALENTE GIUBLIN TEIXEIRA e VALERIA BRAGA TEBALDE-.

21. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0005754-41.2006.8.16.0017-VALDIR APARECIDO GENERALE x BANCO ITAÚ S/A- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requrido, arquivem-se.-Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND, JULIO CESAR DALMOLIN, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, URSULA ERNLUND SALAVERRY, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e JANAINA MOSCATTO ORSINI-.

22. OBRIGAÇÃO DE FAZER-564/2005-ANTONIO PICOLI SOBRINHO FI x BANCO ITAÚ S/A-Recebo a apelacao interposta pelo requerente, em seus efeitos, devolutivo e suspensivo. 2.Intime-se o requerido, ora apelado, para oferecimento de contra-razoes, em 15 (quinze) dias. 3.Apos, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justica do Estado do Parana, com nossas homenagens. -Advs. MARIA LUIZA BACCARO GOMES e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

23. DECLARATORIA INEXIGIBILIDADE-0005404-87.2005.8.16.0017-JOAO GRANADO RODRIGUES e outro x CASSIO LUIZ SARAIVA CHAVES- Intimem-se as partes da baixa dos autos e para requererem o que melhor de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção..-Advs. PAULO ROBERTO LUVISETI, FABRICIO FAZOLLI e CARLOS ALEXANDRE VAINE TAVARES-.

24. ORDINARIA DECLARATORIA/CONDEN-0005491-43.2005.8.16.0017-JOAQUINA QUEIROZ DE ARAGAO DIAS e outros x UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. ADILTON JOSE SANTORUM, ELIZABETE SERRANO DOS SANTOS, JOAO LUIZ AGNER REGIANI, CELSO APARECIDO DO NASCIMENTO e SONIA LETICIA DE MELLO CARDOSO-.

25. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0006119-95.2006.8.16.0017-GONÇALVES & SANDRI LTDA - ME x BANCO DO BRASIL S/A-Recebo o recurso adesivo interposto pelo embargado, em seus efeitos, devolutivo e suspensivo. 2.Intime-se o apelado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias ofereça contra-razões ao recurso. 3.Apos, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justica do Estado do Parana, com nossas homenagens. -Advs. LUIS PLINIO TELES, ALAERCIO CARDOSO, PAULO EDSON FRANCO, ALVARO MANOEL FURLAN e MARINA ANGELICA ASSIS Z FURLAN-.

26. MONITÓRIA-0005758-78.2006.8.16.0017-M D COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA EPP x THEREZINHA CAMARGO DE SOUZA e outro- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. CARLA FABIANA H ZAGOTTO, SANDRA HELENA VERONA SILVA e JULIANA BARRACHI-.

27. COBRANÇA-0005869-62.2006.8.16.0017-UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A x LIVRARIA BOM LIVRO LTDA- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. HELLISON EDUARDO ALVES, OLDEMAR MARIANO, ELMER DA SILVA MARQUES e MARIA LUIZA BACCARO GOMES-.

28. ORDINARIA REPARAÇAO DE DANOS-0005647-94.2006.8.16.0017-WALTER SEITI KAWAMOTO x JOAO IVO TIUJO e outro- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. WALTER POPPI e DIRCEU PAGANI-.

29. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-497/2006-HELENA SULTOVSKI JORGE e outros x COND CENTRO EMPRESARIAL BRAZ JOSE JORGE ABRAO- À propósito do pedido de fls. 313/314 e 315/318, entendo que os mesmos estão prejudicados, vez que o Sr. Leiloeiro já devolveu o valor recebido à título de comissão. Aguarde-se o prazo final estipulado para o pagamento da última parcela e não havendo manifestação das partes nos trinta dias seguintes, arquivem-se com as devidas baixas.-Advs. REINALDO CAETANO DOS SANTOS, ANA MARIA BRENNER e CRISTIANE GANEM KISNER-.

30. PRESTAÇÃO DE CONTAS-739/2006-LELIS VIEIRA DOS SANTOS x O JUIZO- As questões ventiladas nas contra-razões de fls. 990/1009 serão analisadas pelo órgão "ad quem". Recebo a apelacao interposta pelo requerente, em seus efeitos, devolutivo e suspensivo. 2.Intime-se o requerido, ora apelado, para oferecimento de contra-razoes, em 15 (quinze) dias. 3.Apos, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justica do Estado do Parana, com nossas homenagens. -Advs. LELIS VIEIRA DOS SANTOS, TARCIZIO FURLAN e ADRIANA REGINA BARCELLOS PEGINI-.

31. EMBARGOS A EXECUÇAO TIT EXTRA-0006149-33.2006.8.16.0017-AGF BRASIL SEGUROS S/A x JOSE PALMEIRA FILHO-1.Recebo a apelacao interposta pelo embargado, em ambos os seus efeitos, devolutivo e suspensivo. 2.Intime-se o embargante, para que ofereça contra-razoes, no prazo legal. -Advs. JOSE OLINTO NERCOLINI, OSVALDO ALVES DA SILVA, MARIA ALICE CASTILHO DOS REIS e ISRAEL LIUTTI-.

32. INDENIZAÇÃO-0005849-71.2006.8.16.0017-LUIZ SAULO LOZANO x ROSILENE DA SILVA e outros- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. GISELLY CRISTINA KODAMA ACORDI, VANIR BERTI e PIERRE GAZARINI SILVA-.

33. EXECUÇÃO-1053/2006-COOP CREDITO DE LIVRE ADMISSAO MARINGA SICREDI MGA x PET INGA DO BRASIL LTDA e outros- Tendo-se em vista as manifestações de fls. 287, intime-se a parte autora para regularizar sua representação processual, sob pena de extinçao do feito.-Advs. DIRCEU BERNARDI JUNIOR, KATIA C PUCCA BERNARDI, DENISE AKEMI MITSUOKA e EUSTAQUIO DE OLIVEIRA JUNIOR-.

34. BUSCA E APREENSÃO-144/2007-BANCO SANTANDER BANESPA S/A x MARCO AURELIO DE ANDRADE- Defiro os pedidos de fls. 197. Prazo de 10 dias.-Adv. BLAS GOMM FILHO-.

35. REVISIONAL DE CONTRATO-205/2007-SSPLUS DO BRASIL LTDA x BANCO BRADESCO S/A- Considerando qua a parte autora, embora devidamente intimada, não efetuou o depósito dos honorários do Sr. Perito, declaro preclusa a oportunidade da produção da prova pericial. Assim, considerando que todos os feitos em apenso (conexos) comportam julgamento antecipado, determino que seja realizada a conta nos autos 205/07; 971/07; 1663/08; 902/09, intimando-se na sequencia, as partes para promoverem o pagamento das custas processuais.-Advs. VIVALDA SUELI BORGES CARNEIRO, EYDER LUCIO DOS SANTOS, JOAQUIM ROBERTO TOMAZ e NELSON PASCHOALOTTO-.

36. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-498/2007-PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ x ANDERSON LUCIANO DE SOUZA-Para se manifestar sobre a exceção de pré-executividade, no prazo de 10 dias -Advs. LAERCIO FONDAZZI e DANIELE CRISTINA U BITENCOURT-.

37. EXECUÇAO PROVISORIA-585/2007-SIMONE APARECIDA FABBRI BERTOGLIO x BANCO NOSSA CAIXA S/A- Defiro como requerido.-Adv. FABIO BERTOGLIO-.

38. EMBARGOS DE TERCEIRO-677/2007-VALDEMAR FERNANDES SILVEIRA x JOSE JAQUES PIRES e outro- Defiro o pedido de reabertura de prazo formulado pelo embargado (fls. 329/330). Recebo os embargos de declaração de fls. 332/336, com a interrupção do prazo recursal. Considerando que o presente feito, apesar de não ter sido expressamente deferida, sempre tramitou sob o pálio da justiça gratuita, dou provimento aos embargos de declaraçao, atribuindo-lhes efeitos infringentes para o fim de deferir os benefícios da justila gratuita ao embargante. Em consequencia, recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos. Intimem-se os embargados para, querendo, apresentarem contra-razões, no prazo de 15 dias. -Advs. HEBER MARCELO GOMES DA SILVA e ERCILIO CESAR DUTRA-.

39. ORDINARIA DECLARATORIA/CONDEN-805/2007-CARMEM LÚCIA DE MELOLO SARTORI CARDOSO DA ROCHA e outro x REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA - UEM- Comunico as partes que o Sr. perito Guilherme Carneiro Giandon, designou pericia para o dia 11 de Outubro de 2011, a partir das 10H00min, na Av Colombo , 5790, Jardim Universitário , Maringá - PR, Solicita ainda que as partes reclamadas forneçam cópias dos seguintes documentos:
- PPP do Autor.
- PPRA.
- Laudo Técnico e
PCMSO para análise; viabilizem o acesso às instalações operacionais que se fizerem necessário; e também disponibilizem o acompanhamento de um profissional capacitado para desenvolver as atividades semelhantes de um profissional capacitado para desenvolver as atividades semelhantes às realizadas pelo autor ( se necessario ) -Advs. ADILTON JOSE SANTORUM, JOAO LUIZ AGNER REGIANI e IVONE ROLDAO FERREIRA-.

40. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0006286-78.2007.8.16.0017-DORALICE ASSIS CORREIA x BANCO GMAC S.A- À exequente para apresentar o valor que entende como devido, vez que, cabe à parte e não ao mcontador judicial.-Advs. PEDRO STEFANICHEN e ADRIANE C STEFANICHEN-.

41. ANULATORIA DE DEBITO FISCAL-0006470-34.2007.8.16.0017-NUTRINGA COZINHA INDUSTRIAL LTDA x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. WALTER ANTONIO COSTA DE T. VALLE, SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR e LAERCIO FONDAZZI-.

42. ANULATÓRIA-0006648-80.2007.8.16.0017-ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-1.Em sendo tempestivo o recurso e estando o mesmo acompanhado do devido preparo, recebo a apelação retro nos efeitos devolutivo e suspensivo. 2.Intime-se o apelado para contra- razoes, no prazo de 15 dias. 3.Apos, com ou sem manifestacao, subam os autos ao egregio Tribunal de Justica deste Estado,com as cautelas e homenagens de estilo -Advs. LAURO CAVALLAZZI ZIMMER, RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN, MARCOS ALVES VERAS NOGUEIRA, CARLOS ALEXANDRE LIMA DE SOUZA e SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR-.

43. ORDINÁRIA-1168/2007-DENILCE APARECIDA BUENO DA SILVA e outros x CAIXA SEGURADORA S.A- Ciente da decisão do agravo de instrumento. Intimem-se as partes para se manifestarem sobre o laudo pericial no prazo de 20 dias. Por se tratar de prazo sucessivo, deve a parte autora ter acesso aos autos nos 10 primeiros dias, e a parte ré, nos 10 últimos.-Advs. JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO, MÁRIO MARCONDES NASCIMENTO, HUGO FRANCISCO GOMES e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

44. ORDINÁRIA-1173/2007-ANALINA SOARES DA SILVA e outros x SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S- Intime-se a parte requerida para que se manifeste quanto ao laudo pericial conforme determinado ás fls. 478, item 11.-Advs. CESAR AUGUSTO DE FRANCA, NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO e ILZA REGINA DEFILLIPI DIAS-.

45. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA-1249/2007-ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS PORTAL DA MODA x NORA RIBEIRO EDITORA GRAFICA LTDA EPP-Recebo a apelacao interposta pelo requerente, em seus efeitos, devolutivo e suspensivo. 2.Intime-se o requerido, ora apelado, para oferecimento de contra-razoes, em 15 (quinze) dias. 3.Apos, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justica do Estado do Parana, com nossas homenagens. -Advs. VIRGINIA CORTES VOLPATO, INGO HOFMANN JUNIOR, LIZEU NORA RIBEIRO e MILTON PLACIDO DE CASTRO-.

46. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0006249-51.2007.8.16.0017-DILMA APARECIDA DA SILVA x LIBERTY SEGUROS S/A- Intime-se o requerido para que complemente o valor face Às alegações de fls. 167.-Advs. MARCIA SATIL PARREIRA e CESAR EDUARDO ZILIOTTO-.

47. MANDADO DE SEGURANÇA-0007290-19.2008.8.16.0017-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x COORDENADOR DO PROCON- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA, JACQUELINE JACOMINI, ROSANGELA DORTA DE OLIVEIRA e LUIZ CARLOS MANZATO-.

48. PRESTAÇÃO DE CONTAS-193/2008-VALDIR VICENTE DE ARAÚJO x BANCO ITAU S/A- Defiro os pedidos de fls. 503.-Advs. MARINA ANGELICA ASSIS Z FURLAN, ALANN BARBOSA MARQUES CAETANO BENTO e FREDERICO GIOSEPPE FURLAN BASSO-.

49. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-290/2008-BANCO ITAU S/A x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-1. Ao julgar o RECURSO ESPECIAL Nº 954.859 - RS (2007/0119225-2), a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, visando uniformizar a interpretação da lei federal, definiu, sob a relatoria do ministro Humberto Gomes de Barros, que independe de intimação pessoal a contagem do prazo de 15 dias para pagamento de condenação de quantia certa, após o que será acrescida a multa de 10% prevista no Código de Processo Civil (CPC, artigo 475-J). 2.Assim, tendo decorrido mais de 15 dias desde o trânsito em julgado do v. Acórdão/r.Sentença sem pagamento voluntário do débito, nem tão pouco requerimento do devedor para liquidação do julgado, acolho o requerimento retro e aplico ao executado a multa de 10% sobre o valor do débito, conforme cálculo de folhas.

3.Intime-se o executado, por seu rpocurador para que em 15 dias cumpra a sentença de fls., efetuando o pagamento do débito, conforme cálculo de fls., acrescido de multa de 10%, sob pena de imediata penhora de bens. 4.Se nao for efetuado o pagamento no prazo acima, determino a imediata exepedição de mandado/carta precatória para penhora de tantos bens quantos bastem para pagamento do debito, acrescido de multa-Advs. ADILSON DE CASTRO JUNIOR e SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR-.

50. ORDINÁRIA-350/2008-LUCILENE XAVIER DE ASSIS e outros x SUL AMÉRICA COMPANHIA NAC DE SEGUROS GERAIS S/A-Para que informe o nº da conta, e a agência referente ao depósito de fls 593, pois o mesmo encontra-se ilegivel -Advs. CESAR AUGUSTO DE FRANCA e ROSANGELA DIAS GUERREIRO-.

51. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-703/2008-ARNALDO ALBERTO e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ- Recolher o valor referente as custas processuais.-Adv. ROSANGELA DORTA DE OLIVEIRA-.

52. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-738/2008-ALTINO ANTONIO FANHANI e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ- Manifeste-se a exequente.-Adv. WALTER POPPI-.

53. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1047/2008-JOAQUIM DUTRA e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para que comprove o pagamento requisitado do Executado JOAQUIM DUTRA no valor de R$ 2.240,99 -Adv. ANDREA GIOSA MANFRIM-.

54. REVISIONAL-1348/2008-CTE - TÉCNICA ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES LTDA x BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A - BIC BANCO- Tendo-se em vista que o agravo de instrumento interposto fora convertido em agravo retido, o feito deve prosseguir. Intimem-se as partes para se manifestarem em face do laudo pericial apresentado no prazo de 10 dias.-Advs. LOURIVAL APARECIDO CRUZ, JOAO FABRICIO DOS SANTOS NETO, ANDRE RICARDO FORCELLI e ANTONIO JUSTINO FORCELLI-.

55. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0007182-87.2008.8.16.0017-FLAVILINE CONFECÇÕES LTDA x BANCO ITAU S/A- Face as contas prestadas, intime-se a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 dias.-Advs. MAURO VIGNOTTI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

56. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0007120-47.2008.8.16.0017-EMILIO WEISS HUBNER x ELLENCO SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA-1. Ao julgar o RECURSO ESPECIAL Nº 954.859 - RS (2007/0119225-2), a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, visando uniformizar a interpretação da lei federal, definiu, sob a relatoria do ministro Humberto Gomes de Barros, que independe de intimação pessoal a contagem do prazo de 15 dias para pagamento de condenação de quantia certa, após o que será acrescida a multa de 10% prevista no Código de Processo Civil (CPC, artigo 475-J). 2.Assim, tendo decorrido mais de 15 dias desde o trânsito em julgado do v. Acórdão/r.Sentença sem pagamento voluntário do débito, nem tão pouco requerimento do devedor para liquidação do julgado, acolho o requerimento retro e aplico ao executado a multa de 10% sobre o valor do débito, conforme cálculo de folhas. 3.Intime-se o executado, por seu rpocurador para que em 15 dias cumpra a sentença de fls. , efetuando o pagamento do débito, conforme cálculo de fls.143, já acrescido de multa de 10%, sob pena de imediata penhora de bens. 4.Se nao for efetuado o pagamento no prazo acima, desde já determino a imediata exepedição de mandado/carta precatória para penhora de tantos bens quantos bastem para pagamento do debito, acrescido de multa. -Advs. EDMYLSON PENA DOS SANTOS, ROBERTO CESAR LEONELLO e CESAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE-.

57. USUCAPIÃO-1568/2008-ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EDUCACIONAL AGOSTINIANA RECOLETA x ALVEAR PARTICIPAÇÕES LTDA e outro- À propósito do pedido retro, deverá o requerido pleitear pela desistência do recurso no Tribunal de Justiça, vez que não cabe ao juízo informar que foi protocolado pedido nesse sentido. Onserve-se a determinação de fls. 340.-Advs. FERNANDO RIBAS, ANDRE LUIZ POLIMENI MASSI, JOAO CASILLO, MICHEL GUERIOS NETTO e DIRCEU GALDINO CARDIN-.

58. EMBARGOS À EXECUÇÃO-1681/2008-C. R. VENDRAME - VEÍCULOS e outro x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A- Considerando que a embargante não efetuou o depósito dos honorários do Sr. Perito no prazo estipulado, declaro preclusa a oportunidade da produçao da prova pericial.-Advs. ANGELICA CARNAVAL MARÇOLA, ALEXANDRE NELSON FERRAZ, ANDREIA CARVALHO DA SILVA e SIMONE CHIODEROLLI NEGRELLI-.

59. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0008451-30.2009.8.16.0017-ERTEC CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA x BANCO UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. PAULO SÉRGIO BRAGA e LUIS OSCAR SIX BOTTON-.

60. ORDINÁRIA-321/2009-JULIDETE RISSI e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS- Intime-se a nova procuradora da requerida constituida nos autos ás fls. 456/457 para, em 10 dias, promover o depósito dos honorários periciais à parte que lhe cabe, sob pena de preclusão da prova pericial.-Advs. CESAR AUGUSTO DE FRANCA, ILZA REGINA DEFILLIPI DIAS e NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO-.

61. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1279/2009-HERCULANO CHAVES e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ- Primeiramente, concedo o prazo de 10 dias, para as regularizações do espólio conforme requerido em petitório retro. -Adv. ISABELLA CABRAL KISTNER-.

62. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-1474/2009-ROBERTO JOSE DE SOUZA x OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-1.Em sendo tempestivo o recurso e estando o mesmo acompanhado do devido preparo, recebo a apelação retro nos efeitos devolutivo e suspensivo. 2.Intime-se o apelado para contra- razoes, no prazo de 15 dias. 3.Apos, com ou sem manifestacao, subam os autos ao egregio Tribunal de Justica deste Estado,com as cautelas e homenagens de estilo -Advs. ADRIANE C STEFANICHEN e ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

63. ABERTURA DE INVENTARIO-1524/2009-ANTONIO MORETTI x ZELINDA MORETTI PIMENTEL (ESPOLIO) e outro- As partes, para que, em conjunto e/ou em concordância, indiquem de forma clara quem figura no pólo ativo e passivo da presente demanda, tendo em vista que as petiçoes protocoladas deixam dúvidas, pela diversidade de cessionários e, ainda algumas que indicam a peticionária (Amélia Moretti) sendo filha legítima de Amélia Moretti.-Advs. ALBERTO ABRAO VAGNER DA ROCHA, ALESSANDRO DE GASPARO PINTO e JOSE SEBASTIAO DE OLIVEIRA-.

64. ABERTURA DE INVENTARIO-1525/2009-ANTONIO MORETTI x MARIA MORETTI (ESPOLIO)- As partes para que, em conjunto e/ou em concordancia, indiquem de forma clara quem figura no pólo ativo e passivo da presente demanda, tendo em vista que as petiçoes protocoladas deixam dúvidas, pela diversidade de cessionários e, ainda algumas que indicam a peticionária (Amélia Moretti) sendo filha legítima de Amélia Moretti.-Advs. ALBERTO ABRAO VAGNER DA ROCHA e JOSE SEBASTIAO DE OLIVEIRA-.

65. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1903/2009-ADRIANA C. OLIVEIRA e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ- Manifeste-se a parte autora no prazo de 10 dias.-Adv. VICENCIA CIÇA MARIA DOS ANJOS-.

66. REVISIONAL DE CONTRATO-1939/2009-LAURO VIEIRA MACHADO x BANCO CITIBANK S/A-Recebo a apelacao interposta pelo requerente, em seus efeitos, devolutivo e suspensivo. 2.Intime-se o requerido, ora apelado, para oferecimento de contra-razoes, em 15 (quinze) dias. 3.Apos, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justica do Estado do Parana, com nossas homenagens. -Advs. REGINALDO FABRICIO DOS SANTOS, PAULO JUSTINIANO DE SOUZA, BRUNO SANCHES TORO e JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO-.

67. REVISIONAL DE CONTRATO-1989/2009-MARIA ADELINA VARGAS x CIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RENAULT DO BRASIL- Tendo em vista que a contestação apresentada pela requerida não observou o prazo legal, sendo apresentada intempestivamente, uma vez que a juntada do AR citatório se deu e, 09/04/2010, conforme fls. 67 verso, e, a contestação apresentada se deu em 24/09/2010, conforme protocolo às fls. 84, com base no art. 319 do CPC, decreto a revelia da ré. face ao expósto, manifeste o autor quanto ao interesse de eventuais produção de provas.-Advs. PEDRO JOSE DE ALMEIDA e SIGISFREDO HOEPERS-.

68. EMBARGOS À EXECUÇÃO-2039/2009-MARINGA PREVIDÊNCIA/ PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ x ELPIDIO CASTRO-Recebo a apelacao interposta pelo requerente, em seus efeitos, devolutivo e suspensivo. 2.Intime-se o requerido, ora apelado, para oferecimento de contra-razoes, em 15 (quinze) dias. 3.Apos, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justica do Estado do Parana, com nossas homenagens. -Advs. LUCIANA SGARBI e PAULO EDSON FRANCO-.

69. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-54/2010-LANDGRAF E JAMBISKI ADVOGADOS ASSOCIADOS x FABIO HENRIQUE DE NOMA BOIGUES e outros-Primeiramente, intime-se o exequantw para que apresente o cálculo atualizado da dívida...Ainda para que se manifeste ante a resposta do ofício da receita federal.-Adv. PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

70. MANDADO DE SEGURANÇA-0000531-68.2010.8.16.0017-B. J. SANTOS & CIA LTDA x PROCURADOR DO ESTADO DO PARANA CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DE MARINGA- Recolher diligencias para citação das requeridos, conforme já anteriormente intimado.-Advs. MARCIO RODRIGO FRIZZO, MARCIO LUIZ BLAZIUS e CERINO LORENZETTI-.

71. REVISAO DE CONTRATO-0001873-17.2010.8.16.0017-PEDRO PICHIOLI x UNIBANCO S/A- Manifeste-se a parte autora sobre os documentos juntados, no prazo de 05 dias.-Advs. REGINALDO FABRICIO DOS SANTOS, PAULO JUSTINIANO DE SOUZA, BRUNO SANCHES TORO e DANIEL HACHEM-.

72. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL-0008965-46.2010.8.16.0017-ADVANCE COMERCIO PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTORES LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ-1.Em sendo tempestivo o recurso e estando o mesmo acompanhado do devido preparo, recebo a apelação retro nos efeitos devolutivo e suspensivo. 2.Intime-se o apelado para contra- razoes, no prazo de 15 dias. 3.Apos, com ou sem manifestacao, subam os autos ao egregio Tribunal de Justica deste Estado,com as cautelas e homenagens de estilo -Advs. VANDERLEI LANZ, CAMILA SIMOES MARTINS e MARCOS ANDRE DA CUNHA-.

73. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0010656-95.2010.8.16.0017-ALESSANDRO LERCO e outros x BANCO ITAU S/A- Considerando que as partes não se manifestaram interesse na produçao de outras provas yento no presente embargos à execução, como nos embargos 7999/10 (apenso) e, ainda, nos autos principais, conforme se vê às fls. 519, contados e preparados...-Advs. MARCIO PEREIRA DE ANDRADE e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

74. DECLARAT DE NULIDADE-0012395-06.2010.8.16.0017-NAIR RIBEIRO DA CRUZ x BRASIL TELECOM S/A-1.Em sendo tempestivo o recurso e estando o mesmo acompanhado do devido preparo, recebo a apelação retro nos efeitos devolutivo e suspensivo. 2.Intime-se o apelado para contra- razoes, no prazo de 15 dias. 3.Apos, com ou sem manifestacao, subam os autos ao egregio Tribunal de Justica deste Estado,com as cautelas e homenagens de estilo -Advs. LIZETH SANDRA FERREIRA DETROS e LUIS FERNANDO DE CARMARGO HASEGAWA-.

75. REDIBITORIA-0015297-29.2010.8.16.0017-TRANS INTERATIVA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA x VOLKSWAGEN DO BRASIL - INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e outro- Defiro a perícia conforme requerido. Para tanto, nomeio o perito Jose Eduardo de Paula. Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 dias, indiquem assistente tecnico e apresente os quesitos que entender necessários.-Advs. MERCIA REGINA DE OLIVEIRA, OSWALDO DOS SANTOS JUNIOR, JOSE CHIEZI DE OLIVEIRA, MILTON PLACIDO DE CASTRO e ELLIS ERNANI CECHELERO-.

76. ORDINÁRIA-0022138-40.2010.8.16.0017-JOSE ANTONIO DOS SANTOS NETO e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A-Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Para a realização da prova pericial nomeio Valmir Pelacani. Intimem-se as partes para indicar assistentes técnicos e formular quesitos, no prazo de 05 dias.-Advs. SANDRA REGINA DE MOURA e KARINA HASHIMOTO-.

77. DECLARAT DE NULIDADE-0022789-72.2010.8.16.0017-NEUSA MARIA VASQUES BULLA EPP e outros x PLANT BEM FERTILIZANTES LTDA-1- Sendo tempestiva, recebo a apelação interposta pelo requerente, em ambos os seus efeitos. 2- Intime-se o requerido, ora apelado, para oferecimento de contra-razões. 3- Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens. -Advs. EUGENIO SOBRADIEL FERREIRA, WAGNER PETER KRAINER JOSE e APARECIDO ROMAO MATIAS FERNANDES-.

78. EMBARGOS-0022807-93.2010.8.16.0017-JOSE DE JESUS PREVIDELLI x HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO-Intimem-se as partes, por seus procuradores judiciais para que, no prazo de 05 (cinco) dias, digam se vislumbram a possibilidade real de celebracao de transacao nos presentes autos, devendo desde logo, de todo modo, especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir . -Advs. ROSA MARIA RIGON SPACK, LUIS ROBERTO MACANEIRO SANTOS, PEDRO HENRIQUE DE MARCHI FERREIRA e HELLISON EDUARDO ALVES-.

79. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0023133-53.2010.8.16.0017-CIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RENAULT DO BRASIL x MARIA ADELINA VARGAS- Intimem-se da redistribuição e aguarde-se a audiencia nos autos em apenso. (já ocorrida)-Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ e CESAR AUGUSTO TERRA-.

80. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0024838-86.2010.8.16.0017-GERACI JESUS DE OLIVEIRA x BANCO ITAU S/A e outro- Indefiro o pedido de fls. 41, haja vista contestação de fls. Manifeste-se sobre a contestação.-Advs. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR e LUIS OSCAR SIX BOTTON-.

81. REPARAÇÃO DE DANOS-0026434-08.2010.8.16.0017-9000 VIAGENS E TURISMO LTDA EPP x TIM CELULAR S/A e outro-Intimem-se as partes, por seus procuradores judiciais para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informem sobre a possibilidade real de celebracao de acordo, bem como, de toda forma, no mesmo prazo, especifiquem e justifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir -Advs. BRUNA MARCON BARBOSA, MAURICIO DE CASTRO LANZIOTTI e PAULO EDSON FRANCO-.

82. REVISIONAL DE CONTRATO-0031005-22.2010.8.16.0017-ABEL BUCK BARROSO x COOP CREDITO RURAL DE MARINGA SICREDI MARINGA-Diante da interposição de agravo retido pelo requerido, nos termos do art. 523, paragrafo 2.º do CPC, diga o requerente/agravado em 10 dias. -Advs. ELISEU ALVES FORTES, KÁTIA CRISTINE PUCCA BERNARDI e ALCEU MACHADO NETO-.

83. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0031330-94.2010.8.16.0017-TERESINHA SOLAK ROMERO x BANCO DO ESTADO DO PARANA-Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, impugne a contestação de fls. 28/34 e documentos a ela acostados. -Adv. TIRONE CARDOSO DE AGUIAR-.

84. ORDINARIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITARIA-0033580-03.2010.8.16.0017-ADRIELE MANTOAN MARCATO e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A-Intimem-se as partes, por seus procuradores judiciais para que, no prazo de 05 (cinco) dias, digam se vislumbram a possibilidade real de celebracao de transacao nos presentes autos, devendo desde logo, de todo modo, especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir . -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, HUGO FRANCISCO GOMES, JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO e ROSANGELA DIAS GUERREIRO-.

85. INDENIZAÇÃO-0002240-07.2011.8.16.0017-MAYCON MAGNUM TARGA e outros x USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e outro-Intime-se o autor para impugnar a contestação apresentada pela litisdenunciada no prazo legal. -Adv. AIRTON KEIJI UEDA-.

86. COBRANÇA-0006152-12.2011.8.16.0017-MARLENE APARECIDA TRZECIAK x BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A e outro-Intimem-se as partes, por seus procuradores judiciais para que, no prazo de 05 (cinco) dias, digam se vislumbram a possibilidade real de celebracao de transacao nos presentes autos, devendo desde logo, de todo modo, especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir . -Advs. LUIZ DE CARLO, JESUS SOARES MARTINS, IGOR FILUS LUDKEVITCH e VÂNIA REGINA MAMESSO-.

87. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0008900-17.2011.8.16.0017-MUNICÍPIO DE MARINGÁ x HELIO JOAO DE OLIVEIRA JUNIOR-1- Vistos e examinados, seria o momento de se designar data para a realizaçao da audiencia tratada pelo art. 331 do CPC, para fins de tentativa de conciliação e/ou saneamento do feito. 2- Todavia, a prática forense tem mostrado que é quase zero o percentual de acordos efetivados em audiência quando os processos em que figure como parte a Fazenda Pública, como é o caso. 3-Intimem-se as partes, por seus procuradores judiciais para que, no prazo de 05 (cinco) dias, digam se vislumbram a possibilidade real de celebracao de transacao nos presentes autos, devendo desde logo, de todo modo, especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir . -Advs. DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA e ARI ALVES PEREIRA-.

88. REVISIONAL DE CONTRATO-0010365-61.2011.8.16.0017-CLEBER GABRIEL RODRIGUES PEREIRA x AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A- Emende-se, esclarecendo se a parte autora pretende efetuar o depósito das parcelas do financiamento conforme narrado nos fetos, vez que nada foi requerido.-Adv. KERLY CRISTINA CORDEIRO-.

89. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0011510-55.2011.8.16.0017-I D 1 SOLUCOES PARA INTERNET LTDA e outro x BANCO UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A- Defiro o pedido de restituição de prazo por seus próprios fundamentos. Apresentada a impugnação, intime-se a parte embargante para se manifestar, no prazo de 10 dias.-Advs. CRISTYAN DEVANIR MARTINS, THIAGO DE ASSIS MARTOS GUAZELLI e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

90. REVISIONAL DE CONTRATO-0012028-45.2011.8.16.0017-JOAO PAULO DISSENHA x BANCO BMG S/A-O perfil socio economico da parte autora evidenciado pela natureza da causa e pelos dados pessoais informados na petição inicial recomendam a adoção da análise acerca da necessidade do deferimento da concessão da assistencia judiciária, devendo ser levado em conta o fato de que é com os valores arrecadados com as custas que se faz o custeio do serviço prestado pela escrivania e que a arrecadação proporcionada pelo funrejus é importante para aquisição e manutenção de equipamentos para o serviço judiciário. Assim sendo, entes de apreciar o requerimento de concessão da assistencia judiciária, determino que a parte autora, no prazo de 15 dias, apresente declaração de seus bens pessoais (imóveis, veículos, direitos e ativos financeiros), ainda que não registrados em seu nome, declaração esta a ser firmada sob as penas da lei, sem prejuízo acerca da veracidade da declaração e da adoção das providencias legais cabíveis em caso de falsidade ideológica. Alternativamente, a parte poderá apresentar cópia da última declaração de ajuste anual de imposto de renda. A declaração poderá estar acompanhada de outros documentos que sirvam de elementos de convencimento do juízo para que a parte requerente possa ser tida beneficiária da assistencia judiciária. -Adv. GUSTAVO REIS MARSON-.

91. MANDADO DE SEGURANÇA-0012721-29.2011.8.16.0017-DONIZETE GARCIA NAVARRO x DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO PARANA DETRAN/PR- Deixo para apreciar o pedido liminar após a apresentaçao das informações, oportunidade que se terá mais elementos para convicção do juízo...recolher diligencias para expedição de mandado de notificação.-Adv. SANDRO ROGERIO PASSOS-.

92. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-0015504-91.2011.8.16.0017-A J MARQUES COMERCIO DE MOVEIS e outros x J GOMES ENGENHARIA E CONSTRUCAO CIVIL LTDA- Intime-se a parte autora para, em 05 dias, depositar em conta poupança vinculada ao juízo a quantia mencionada na inicial, com a devida correçao monetária entre o dia do vencimento e o dia do efetivo depósito. As prestações vincendas deverão ser depositadas nos dias de vencimento.-Adv. VICENCIA MARIA CICA DOS ANJOS-.

93. EMBARGOS DE TERCEIRO-0015859-04.2011.8.16.0017-ESPÓLIO DE KIOKO SAIKI e outro x PORTOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA-Recolher diligencais para citaçaõ do embargado.-Adv. IDEVAL INACIO DE PAULA-.

94. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0016613-43.2011.8.16.0017-MARCOS VINICIUS DE LIMNA DUDA e outro x BANCO ITAU e outro- Defiro o prazo de 10 dias para apresentação dos documentos.-Adv. LUIS CARLOS DE SOUZA-.

95. EXECUÇÃO-0019907-06.2011.8.16.0017-BANCO DO BRASIL S/A x BRAZ ADEMIR ZANOTTI e outros- Recolhar diligencais para citação dos executados.-Adv. TAIANA VALEJO ROCHA-.

96. REVISIONAL-0019912-28.2011.8.16.0017-FLAVIO CARRION SOUZA x HIPERCARD ITAU-O perfil socio economico da parte autora evidenciado pela natureza da causa e pelos dados pessoais informados na petição inicial recomendam a adoção da análise acerca da necessidade do deferimento da concessão da assistencia judiciária, devendo ser levado em conta o fato de que é com os valores arrecadados com as custas que se faz o custeio do serviço prestado pela escrivania e que a arrecadação proporcionada pelo funrejus é importante para aquisição e manutenção de equipamentos para o serviço judiciário. Assim sendo, entes de apreciar o requerimento de concessão da assistencia judiciária, determino que a parte autora, no prazo de 15 dias, apresente declaração de seus bens pessoais (imóveis, veículos, direitos e ativos financeiros), ainda que não registrados em seu nome, declaração esta a ser firmada sob as penas da lei, sem prejuízo acerca da veracidade da declaração e da adoção das providencias legais cabíveis em caso de falsidade ideológica. Alternativamente, a parte poderá apresentar cópia da última declaração de ajuste anual de imposto de renda. A declaração poderá estar acompanhada de outros documentos que sirvam de elementos de convencimento do juízo para que a parte requerente possa ser tida beneficiária da assistencia judiciária. -Adv. JAQUELINE DA SILVA PAULICHI-.

97. BUSCA E APREENSÃO-0019933-04.2011.8.16.0017-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x PAULO JAIME RIBEIRO-Para efetuar o depósito judical para purgação de mora em 05 dias, conforme calculo de fls 31/32 -Adv. OSVALDO EUGENIO SENHORINHO OLIVO NETO-.

98. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0020707-34.2011.8.16.0017-CARLOS HENRIQUE CARDOZO e outros x BANCO BRADESCO S/A-Ao autor para efetuar o preparo das custas (deposito prévio) dos presentes autos, sob pena de ter cancelada sua inicial junto ao Cartório Distribuidor,tudo de conformidade com o item 5.2.3 do Código de Normas da Egregia Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná. Custas Civeis R$ 620,40- Autuação R$9,40 = Totalizando o valor de R$ 629,80-Adv. EVANDRO BUENO DE OLIVEIRA-.

99. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0020709-04.2011.8.16.0017-BANCO ITAULEASING S/A x JOSIANE GARCIA BERTONCELO-Ao autor para efetuar o preparo das custas (deposito prévio) dos presentes autos, sob pena de ter cancelada sua inicial junto ao Cartório Distribuidor,tudo de conformidade com o item 5.2.3 do Código de Normas da Egregia Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná. Custas Civeis R$ 817,80- Autuação R$9,40 = Totalizando o valor de R$ 827,20-Adv. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

100. COBRANÇA-0020822-55.2011.8.16.0017-BANCO DO BRASIL S/A x GABRIEL CARNELOSI e outros-Ao autor para efetuar o preparo das custas (deposito prévio) dos presentes autos, sob pena de ter cancelada sua inicial junto ao Cartório Distribuidor,tudo de conformidade com o item 5.2.3 do Código de Normas da Egregia Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná. Custas Civeis R$ 817,80- Autuação R$ 9,40 = Totalizando o valor de R$ 827,20-Adv. MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA-.

101. EXECUÇÃO FISCAL-665/2009-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x B J SANTOS & CIA LTDA-Fica o(a) Dr.(Dra.) intimado(a) a devolver os autos em cartório no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob as penas do art. 196 do CPC e de comunicação à OAB. Caso tenha sido efetivada a devolução antes da publicação desta, favor desconsiderá-la. Em todo caso, deve o Dr. Procurador entrar em contato com esta escrivania comunicando o fato.. -Adv. RAFAEL SELICANI TEIXEIRA-.
102. EXECUÇÃO FISCAL-680/2009-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x BJ SANTOS & CIA LTDA-Fica o(a) Dr.(Dra.) intimado(a) a devolver os autos em cartório no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob as penas do art. 196 do CPC e de comunicação à OAB. Caso tenha sido efetivada a devolução antes da publicação desta, favor desconsiderá-la. Em todo caso, deve o Dr. Procurador entrar em contato com esta escrivania comunicando o fato.. -Adv. RAFAEL SELICANI TEIXEIRA-.
103. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0021246-97.2011.8.16.0017-CLAUDIO SHUJI OHARA e outro x BANCO SANTANDER BRASIL S/A-Ao autor para efetuar o preparo das custas (deposito prévio) dos presentes autos, sob pena de ter cancelada sua inicial junto ao Cartório Distribuidor,tudo de conformidade com o item 5.2.3 do Código de Normas da Egregia Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná. Custas Civeis R$ 817,80 - Autuação R$ 9,40 = Totalizando o valor de R$ 827,20-Adv. OSVALDO CHIGHERO OGSUKO CHUI-.
104. ABATIMENTO DE PREÇO-0021338-75.2011.8.16.0017-BANCO DO BRASIL S/A x MARQUINI & GALLETI LTDA e outros-Ao autor para efetuar o preparo das custas (deposito prévio) dos presentes autos, sob pena de ter cancelada sua inicial junto ao Cartório Distribuidor,tudo de conformidade com o item 5.2.3 do Código de Normas da Egregia Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná. Custas Civeis R$ 141,00 - Autuação R$ 20,00 = Totalizando o valor de R$ 161,00 -Adv. PAULA RODRIGUES DA SILVA-.
105. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0021400-18.2011.8.16.0017-ADEMIR MARTINS BARBERO e outros x COOP CREDITO RURAL DE MARINGA SICREDI MARINGA-Ao autor para efetuar o preparo das custas (deposito prévio) dos presentes autos, sob pena de ter cancelada sua inicial junto ao Cartório Distribuidor,tudo de conformidade com o item 5.2.3 do Código de Normas da Egregia Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná. Custas Civeis R$ 817,80- Autuação R$9,40 = Totalizando o valor de R$ 827,20-Adv. BRUNO FALLEIROS EVANGELISTA DA ROCHA-.

29/09/2011

**JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CIVEL DA COMARCA DE MARINGA - PARANA**
**106/2011**
**JUIZ DE DIREITO DR. WILLIAM ARTUR PUSSI**

**106/2011**

ADEMAR MASSAKATSU FUZITA 0060 001218/2009
ADRIANA MOLINA MOCCHI 0030 000396/2008
ADRIANE CRISTINA STEFANIC 0071 001716/2009
0126 010100/2011
0127 010101/2011
0134 012582/2011
ALESSANDRO MOREIRA DO SAC 0086 016822/2010
ALEX PANERARI 0122 008294/2011
ALEXSANDRO REVERTE QUINTE 0054 000453/2009
ALINE PEREIRA DOS SANTOS 0079 000331/2010
ANA PAULA DELGADO DE SOUZ 0064 001343/2009
ANA PAULA MANSANO BATISTA 0011 000507/2003
ANA RAQUEL DOS SANTOS 0012 000025/2004
ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANET 0094 025551/2010
ANDREA GIOSA MANFRIM 0043 001305/2008
0063 001340/2009
ANDREA GIOSA MANFRIM 0068 001579/2009
ANTONIO CAMARGO JUNIOR 0072 002015/2009
ANTONIO CARLOS GOMES 0055 000519/2009
BLAS GOMM FILHO 0001 000195/1992
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0049 001653/2008
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0075 000006/2010
0085 014402/2010
0143 017780/2011
CARLA ANDREA MORSELLI DE 0113 003386/2011
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 0090 021776/2010
CARLOS HENRIQUE DOSCIATTI 0160 000012/2010
CARLY URBIETA MARTINS 0015 000659/2005
CASSIA DE PAULA CAVALINI 0135 013565/2011
CASSIANO LUIZ IURK 0013 000085/2005
CESAR AUGUSTO TERRA 0010 000092/2003
CHRISTIANE PAULA O. MAN 0033 000501/2008
0035 000593/2008
0037 000705/2008
CLAUDIA MARIA BORGES COST 0047 001559/2008
CLEIDE APARECIDA GOMES RO 0114 003634/2011
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0141 017154/2011
CRISTINA SMOLARECK 0094 025551/2010
0146 018428/2011
DAIANE MARIA BISSANI 0013 000085/2005
DALILA MARIA CRISTINA DE 0100 030910/2010
DEISE CRISTINA D. DE MOUR 0036 000688/2008
DENISE AKEMI MITSUOKA 0021 000867/2007
DENIZE HEUKO 0133 012188/2011
DJALMA B DOS SANTOS JUNIO 0106 000372/2011
DOUGLAS GALVAO VILARDO 0022 000889/2007
0035 000593/2008
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 0113 003386/2011
EDVALDO LUIZ DA ROCHA 0017 000035/2007
0020 000514/2007
0034 000577/2008
ELIANE CRISTINA SOARES DE 0086 016822/2010
ELIDA CRISTINA MONDADORI 0077 000255/2010
ELIEUZA SOUZA ESTRELA 0149 020873/2011
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI 0058 001017/2009
ELOI SILVA 0084 011436/2010
0098 029483/2010
ELTON ALAVER BARROSO 0064 001343/2009
EMERSON L. SANTANA 0038 000915/2008
ERNANI JOSE PERA JUNIOR 0013 000085/2005
EUCLIDES LOPES COTRIM 0019 000505/2007
EVANDRO ALVES DOS SANTOS 0118 006906/2011
0119 007037/2011
EVANDRO DE ANDRADE RODRIG 0010 000092/2003
EVELISE VERONESE DOS SANT 0116 005298/2011
FABIA DOS SANTOS SACCO 0010 000092/2003
FABIANA KEYLLA SCHNEIDER 0050 000011/2009
FABIANO JORGE STAINZACK 0013 000085/2005
FABIO LAMONICA PEREIRA 0002 000487/1993
FERNANDO PAROLINI DE MORA 0118 006906/2011
0119 007037/2011
FERNANDO RIBAS 0022 000889/2007
FLAVIA BALDUINO DA SILVA 0020 000514/2007
FLAVIO SANTANA VALGAS 0046 001557/2008
0064 001343/2009
FLAVIO SANTANNA VALGAS 0057 000976/2009
GEDEAN PEDRO PELISSARI SI 0039 000981/2008
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0034 000577/2008
GIANNY VANESKA GATTI FELI 0110 000752/2011
GILBERTO STINGLIN LOTH 0010 000092/2003
GILBERTO STINGLIN LOTH 0029 000338/2008
GIOVANA CHRISTIE FAVORETT 0075 000006/2010
GIOVANA CHRISTIE FAVORETT 0143 017780/2011
GIULIANO BERGAMASCO 0142 017471/2011
GRACIANE APARECIDA CAMARG 0088 017574/2010
GRAZIELA BOSSO 0039 000981/2008
GUSTAVO CARVALHO ROMERO 0055 000519/2009
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0020 000514/2007
GUSTAVO VIANA CAMATA 0024 000933/2007
HELEN PELISSON DA CRUZ 0093 025369/2010
IRAN NEGRAO FERREIRA 0055 000519/2009
IVONETE REGINATO ARRIAS D 0006 000434/1998
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0034 000577/2008
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0011 000507/2003
JAIRO ANTONIO GONCALVES F 0005 000005/1998
0031 000478/2008
0040 001136/2008
0128 010269/2011
JAMIL JOSEPETTI JUNIOR 0031 000478/2008
0040 001136/2008
JAMIL JOSEPETTI JUNIOR 0128 010269/2011
JANECLEIA M X DELBONE 0018 000266/2007
JHONATHAS SUCUPIRA 0087 016951/2010
0094 025551/2010
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0010 000092/2003
JOAO PAULO DE CASTRO 0048 001580/2008
JOAQUIM ROBERTO TOMAZ 0029 000338/2008
JOSE DORIVAL PEREZ 0007 000493/1999
JOSE EDGARD DA CUNHA BUEN 0072 002015/2009
JOSE GONZAGA SORIANI 0014 000369/2005
JOSE IVAN GUIMARAES PEREI 0021 000867/2007
0023 000898/2007
0042 001252/2008
JOSE IVAN GUIMARAES PEREI 0096 027251/2010
0120 007106/2011
0138 015852/2011
JOSEFA DE FREITAS MARINHO 0013 000085/2005
JOSIELE ZAMPIERI DA MATA 0013 000085/2005
JOSÉ SEBASTIÃO DE OLIVEIR 0074 002151/2009
JULIANA RIGOLON DE MATOS 0092 023150/2010
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 0078 000264/2010
0080 000858/2010
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 0102 031540/2010
0112 001361/2011
0123 008519/2011
JULIO CESAR COELHO PALLON 0065 001397/2009
JULIO CESAR DALMOLIN 0011 000507/2003
KARINE SIMONE POFAHI WEBE 0052 000210/2009
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0025 001006/2007
0044 001321/2008
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0045 001534/2008
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0053 000256/2009
KATIA CRISTINE PUCCA 0067 001573/2009
KATIA RAQUEL S CASTILHO 0032 000497/2008
KATIA REGINA LEITE 0013 000085/2005
LAERCIO FONDAZZI 0033 000501/2008
LAIRDE ANDRIAN DE MELO LI 0015 000659/2005
LAURO FERNANDO ZANETTI 0083 008030/2010

LEILA APARECIDA FERREIRA 0013 000085/2005
LEILA CRISTINA VICENTE LO 0140 016922/2011
LOUISE RAINER PEREIRA GIO 0024 000933/2007
LUANA CHAGAS BUENO 0067 001573/2009
LUCIANA CASTALDO COLOSIO 0153 000749/2009
0155 009718/2010
0158 013940/2010
LUIZ AUGUSTO WRONSKI TAQU 0122 008294/2011
LUIZ DE OLIVEIRA NETO 0026 001111/2007
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0034 000577/2008
MARCELO AUGUSTO DE OLIVEI 0028 000279/2008
MARCELO DANTAS LOPES 0012 000025/2004
MARCELO HENRIQUE FERREIRA 0130 011003/2011
MARCELO TESHEINER CAVASSA 0086 016822/2010
MARCIA FERNANDA C R JOHAN 0121 007836/2011
MARCIA L. GUND 0011 000507/2003
MARCIA REJANE TOMIAZZI 0157 009777/2010
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0113 003386/2011
0123 008519/2011
MARCIO LUIZ BLAZIUS 0151 000348/2006
0152 000638/2009
0154 000763/2009
MARCIO RODRIGO FRIZZO 0073 002126/2009
0151 000348/2006
0152 000638/2009
0154 000763/2009
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0075 000006/2010
MARCIO ROMANO 0003 000431/1995
MARCIO ZANIN GIROTO 0012 000025/2004
MARCOS ANDRE DA CUNHA 0013 000085/2005
0151 000348/2006
MARCOS ANDRE DA CUNHA 0153 000749/2009
0154 000763/2009
MARCOS ANDRE DA CUNHA 0155 009718/2010
0156 009766/2010
0157 009777/2010
0158 013940/2010
MARCOS ANDRE DA CUNHA 0159 000094/2009
MARCOS ANDRÉ DA CUNHA 0152 000638/2009
MARCOS CESAR CREPALDI BOR 0036 000688/2008
MARCOS ROBERTO GOMES DA S 0021 000867/2007
MARIA AMELIA CASSIANA MAS 0136 014361/2011
MARIA APARECIDA ALVES DA 0043 001305/2008
MARIA AUGUSTA COSTA TAKEU 0097 028915/2010
MARIA LUCILIA GOMES 0008 000001/2003
0051 000134/2009
MARILI R TABORDA 0132 011609/2011
MARIO SENHORINI 0009 000009/2003
MILKEN JACQUELINE C JACOM 0129 010772/2011
MILKEN JACQUELINE CENERIN 0057 000976/2009
MILTON PLACIDO DE CASTRO 0056 000619/2009
0145 018414/2011
MOACIR COSTA DE OLIVEIRA 0019 000505/2007
MOACIR COSTA DE OLIVEIRA 0059 001167/2009
MOISES ZANARDI 0023 000898/2007
0042 001252/2008
NATALIA LUCIANA BRAVO 0065 001397/2009
NELSON ALCIDES DE OLIVEIR 0125 009997/2011
0137 014518/2011
NELSON PASCHOALOTTO 0095 026308/2010
0139 016178/2011
0147 020154/2011
OSMAR CODOLO FRANCO 0011 000507/2003
OSWALDO FARIAS BARBOSA 0027 001312/2007
PABLIA MICHELLE SIMOES GA 0101 031243/2010
PAOLA DE ALMEIDA PETRIS 0116 005298/2011
PAULO CESAR SIQUEIRA DA S 0124 009398/2011
PAULO HIROSHI KIMURA 0004 000295/1997
PEDRO ROBERTO BELONE 0064 001343/2009
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 0091 022431/2010
PLINIO MOCHI 0030 000396/2008
RACHEL ORDONIO DOMINGOS 0104 033118/2010
0107 000383/2011
0108 000562/2011
0117 005578/2011
RAFAEL LUCAS GARCIA 0103 033056/2010
RAFAEL SANTOS CARNEIRO 0093 025369/2010
RENATO BENVINDO FRATA 0018 000266/2007
RICARDO RIBEIRO 0081 002314/2010
ROBERTA DE SOUZA CICUTO 0144 017921/2011
ROBERTO MARTINS 0019 000505/2007
ROBERTO MARTINS 0111 000916/2011
0115 004781/2011
ROBSON SAKAI GARCIA 0099 030815/2010
RODRIGO MENDES DOS SANTOS 0156 009766/2010
RODRIGO VALENTE GIUBLIN T 0105 034515/2010
ROGERIO EDUARDO DE CARVAL 0131 011385/2011
ROGERIO VERDADE 0016 000652/2006
ROGERIO VERDADE 0069 001594/2009
ROOSEVELT MAURICIO PEREIR 0148 020589/2011
ROSANGELA CRISTINA BARBOZ 0150 021280/2011
ROSANGELA DORTA DE OLIVEI 0033 000501/2008
ROSANGELA DORTA DE OLIVEI 0041 001171/2008
ROZENEI GISELI PEREZ 0049 001653/2008
RUI CARLOS APARECIDO PICO 0070 001601/2009
SANDRA MARIA DO N. G. SIL 0076 000047/2010
SANDRA MARIA DO NASCIMENT 0061 001290/2009
SANDRA ROSEMARY RODRIGUES 0082 002674/2010
SAULO DE MELO 0027 001312/2007
SERGIO SCHULZE 0044 001321/2008
SHEALTIEL L. PEREIRA FILH 0083 008030/2010
SILVESTRE MENDES FERREIRA 0055 000519/2009
SILVIA FATIMA SOARES 0109 000570/2011
SILVIO HENRIQUE MARQUES J 0037 000705/2008
SIMONE APARECIDA SARAIVA 0032 000497/2008
SIRLENE MARIA MARONEZE CA 0066 001533/2009
SUELI ANTUNES 0018 000266/2007
TATIANA VALESCA VROBLEWSK 0058 001017/2009
TEOFILO STEFANICHEN NETO 0089 017819/2010
TEÓFILO STEFANICHEN NETO 0085 014402/2010
TIAGO ALGUSTO DE MACEDO B 0110 000752/2011
VALDELICE DE L. PALMIERI 0066 001533/2009
VALTER AKIRA YWAZAKI 0062 001298/2009
VILMA THOMAL 0050 000011/2009
VIVALDA SUELI BORGES CARN 0029 000338/2008
WILLIAN FRANCIS DE OLIVEI 0013 000085/2005
WILSON JOSE DE FREITAS 0036 000688/2008
WILSON LUIZ DE ASSIS TEIX 0026 001111/2007

1. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-195/1992-BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO BANESPA x GIL FELICIDADE DIAS e outro-Retirar Ofício destinado a Receita Federal R$9,40 -Adv. BLAS GOMM FILHO-.

2. ORDINÁRIA DE COBRANÇA-487/1993-HERBITERRA COM INSUMOS AGRICOLAS x SERGIO NAGABE-Manifeste-se ante o pedido de desarquivamento -Adv. FABIO LAMONICA PEREIRA-.

3. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-431/1995-MARINCRED FACTORING LTDA x DECIO GRAVENO e outro-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. MARCIO ROMANO-.

4. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-295/1997-DAISUKE SASAKI x SEBASTIAO INACIO-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 64/74-Adv. PAULO HIROSHI KIMURA-.

5. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-5/1998-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A x ROSELI BONATO GONCALVES BARBOSA e outro-Para retirar ofício destinado a 2ª Vara Civel de Campo Mourçao - PR R$ 9,40 -Adv. JAIRO ANTONIO GONCALVES FILHO-.

6. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-434/1998-F BORELA REPRESENTACOES COMERCIAIS S/C LTDA x LUIZ ANTUNES-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. IVONETE REGINATO ARRIAS DOS SANTOS-.

7. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-493/1999-CARGILL AGRICOLA S/A x COTRIGO COMERCIAL AGRICOLA LTDA-Para manifestar-se, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção -Adv. JOSE DORIVAL PEREZ-.

8. AÇAO DE DEPOSITO-1/2003-BV FINANCEIRA CREDITO FINANCIAMENTO INVESTIMENTO x ALECSANDRO REDIGO DOROCIAKI-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. MARIA LUCILIA GOMES-.

9. REPARAÇÃO DE DANOS-9/2003-NEIDE FATIMA MONTEIRO PEDRO DE SOUZA x CARLOS ALBERTO SOARES-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. MARIO SENHORINI-.

10. RESCISÃO CONTRATUAL-92/2003-ALFA ARRENDAMENTO MECANTIL S/A x CLAUDIO MARCOS VIT-Para efetuar o pagamento das custas processuais,
( http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias )
Escrivão R$ 127,84 - Contador R$ 10,09- Oficial de Justiça R$ 49,50. Totalizando R $ 187,43 . As custas devem ser recolhidas separadamente
( A diligência do Sr. Oficial de Justiça deve ser feita pelo site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; http://portal.tjpr.jus.br/web/guest/guiacustas - Dados da conta Caixa Econômica Federal Agência 2499 Operação 040 Conta 500.003-2 somente para Oficiais de Justiça da 3ª Vara Civel de Maringá. ) -Advs. JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA, GILBERTO STINGLIN LOTH, EVANDRO DE ANDRADE RODRIGUES e FABIA DOS SANTOS SACCO-.

11. PRESTAÇÃO DE CONTAS-507/2003-ADUSEMAQ COMERCIAL AGRICOLA LTDA x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-Para efetuar o pagamento dos honorários pericias R$ 1.700,00 -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L. GUND, OSMAR CODOLO FRANCO, ANA PAULA MANSANO BATISTA e JULIO CESAR DALMOLIN-.

12. MONITÓRIA-25/2004-BANCO DO BRASIL S/A x PAULO ROBERTO JORGE-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Advs. MARCELO DANTAS LOPES, ANA RAQUEL DOS SANTOS e MARCIO ZANIN GIROTO-.

13. REVISAO DE BENEFICIO PREVIDEN-0005657-75.2005.8.16.0017-JOSEFA DE FREITAS MARINHO x UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA - UEM e outros- Em atendimento ao ultimo item de fls 595 do representante do MP faço a publicação da decisão de fls 531, conforme determinado. Vistos e examinados os autos em epígrafe. 1. Paranaprevidência interpõe recurso de Embargos de Declaração contra a sentença de fls. 507/514, alegando que nela houve contradição e omissão. 2. Os embargos de declaração devem ser conhecidos, já que presentes seus requisitos de admissibilidade. Mas em seu mérito devem ser julgados

improcedentes. 3. Não há contradição bem como omissão na decisão embargada, sendo que o patente inconformismo expressado só poderá ser apreciado através do recurso cabível. Se a decisão é acertada ou não, é questão que não cabe ser discutida em sede de embargos de declaração e sim em apelação, não havendo obscuridade, contradição ou omissão a ser corrigida pelo presente recurso. 4. Ante o exposto, julgo improcedentes os presentes embargos. 5. Intimem-se. Registre-se.- Advs. ERNANI JOSE PERA JUNIOR, WILLIAN FRANCIS DE OLIVEIRA, JOSEFA DE FREITAS MARINHO, JOSIELE ZAMPIERI DA MATA, MARCOS ANDRE DA CUNHA, DAIANE MARIA BISSANI, LEILA APARECIDA FERREIRA GARCIA, CASSIANO LUIZ IURK, FABIANO JORGE STAINZACK e KATIA REGINA LEITE-.

14. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-369/2005-PAULO BUENO x BANCO DO BRASIL S/A-Retirar oficio destinado ao Detran R$ 9,40 -Adv. JOSE GONZAGA SORIANI-.

15. RESOLUCAO DE CONTRATO-0005411-79.2005.8.16.0017-IMOBILIARIA TELESANCHES LTDA x ESPOLIO DE MARIA RAFAELA ROSELEY ANDRE-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 156 -Advs. LAIRDE ANDRIAN DE MELO LIMA e CARLY URBIETA MARTINS-.

16. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-652/2006-GERDAU AÇOMINAS S/A x FALLS SERVIÇOS LTDA - EPP-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. ROGERIO VERDADE-.

17. AÇÃO DE COBRANÇA-35/2007-CARMEN LUJAN MARTIN x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao R$9,40 .-Dr -Adv. EDVALDO LUIZ DA ROCHA-.

18. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-266/2007-PARANAGRIL AGRICOLA E PECUARIA SUMATRA LTDA x ARILIO SERGIO MACHADO SOARES e outro-REcolher diligência para Intimação/Penhora -Advs. RENATO BENVINDO FRATA, JANECLEIA M X DELBONE e SUELI ANTUNES-.

19. AÇÃO DE COBRANÇA-505/2007-EDIFICIO ALBATROZ x MARIA MAGALI CAETANO-Para efetuar o pagamento das custas processuais,
( http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias )
Escrivão R$ 28,20. Totalizando R$ 28,20 . As custas devem ser recolhidas separadamente
-Advs. MOACIR COSTA DE OLIVEIRA, ROBERTO MARTINS e EUCLIDES LOPES COTRIM-.

20. AÇÃO DE COBRANÇA-0006279-86.2007.8.16.0017-EDILENE DE ALMEIDA ARAUJO e outros x SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS-Para efetuar o pagamento das custas processuais,
( http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias )
Escrivão R$ 20,68 - Contador R$ 20,17. Totalizando R$ 40,85 . As custas devem ser recolhidas separadamente
-Advs. EDVALDO LUIZ DA ROCHA, GUSTAVO SALDANHA SUCHY e FLAVIA BALDUINO DA SILVA-.

21. EMBARGOS À EXECUÇÃO-867/2007-ESPAÇO NOVO ESTOFADOS, MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA e outros x BANCO BRADESCO S/A- Manifestem-se ante o Laudo Pericial -Advs. DENISE AKEMI MITSUOKA, MARCOS ROBERTO GOMES DA SILVA e JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.

22. ANULATÓRIA-889/2007-LUIZ ALBERTO MALINOWSKI x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-1. Ao julgar o RECURSO ESPECIAL Nº 954.859 - RS (2007/0119225-2), a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, visando uniformizar a interpretação da lei federal, definiu, sob a relatoria do ministro Humberto Gomes de Barros, que independe de intimação pessoal a contagem do prazo de 15 dias para pagamento de condenação de quantia certa, após o que será acrescida a multa de 10% prevista no Código de Processo Civil (CPC, artigo 475-J).
Entretanto, tendo o exequente requerido a intimação do executado para pagamento em 15 dias independentemente da aplicação da multa, visando privilegiar a solução masi rápida e pacífica, bem como o pagamento voluntário do débito, intime-se o executado, por seu procurador para que em 15 dias cumpra a sentença de folhas efetuando o pagamento do débito, conforme cálculo de folhas 169, sob pena de multa de 10% e imediata penhora de bens. 3.Observo que, seguindo o entendimento do STJ e da doutrina majoritária, não há necessidade de intimação pessoal da parte para cumprimento da sentença. 4.Se nao for efetuado o pagamento no prazo acima, desde já imponho à requerida/executada a pena de multa de 10% sobre o valor do débito, em favor do credor/exequente e determino a imediata exepedição de mandado/carta precatória para penhora de tantos bens quantos bastem para pagamento do debito. Cumpra-se o item 5.8.1 do Código dde normas .Intimem-se. -Advs. FERNANDO RIBAS e DOUGLAS GALVAO VILARDO-.

23. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-898/2007-BANCO BRADESCO S/A x ROGÉRIO SILVEIRA e outro-Retirar Oficio Destinado ao SERASA R$ 9,40 -Advs. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA e MOISES ZANARDI-.

24. EXECUÇAO POR QUANTIA CERTA-933/2007-BANCO DO BRASIL S.A x JOÃO MÁRCIO SISTI e outros- Para informar se houve o total cumprimento do acordo entabulado entre as partes -Advs. LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS e GUSTAVO VIANA CAMATA-.

25. AÇAO DE DEPOSITO-1006/2007-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x TATIANA SILVA DOS REIS TACONE-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

26. PRESTAÇÃO DE CONTAS-1111/2007-ESPÓLIO DE NARCISO MARQUES e outro x VALTER SIMOES DE MELO-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 262/263 -Advs. WILSON LUIZ DE ASSIS TEIXEIRA JUNIOR e LUIZ DE OLIVEIRA NETO-.

27. INTERDIÇÃO-1312/2007-ROSEMEIRE HONÓRIO x EDSON HENRIQUE PEREIRA- Para prestar contas do pagamento do empréstimo-Advs. OSWALDO FARIAS BARBOSA e SAULO DE MELO-.

28. PRESTAÇÃO DE CONTAS-279/2008-SALVATORE SAVERIO BALDINU & CIA LTDA x BANCO SANTANDER BRASIL S/A-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao R$9,40 .-Dr -Adv. MARCELO AUGUSTO DE OLIVEIRA FILHO-.

29. REVISIONAL DE CONTRATO-338/2008-WALDIR PEREIRA DA SILVA x BANCO SANTANDER S/A-Para efetuar o pagamento das custas processuais,
( http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias )
Escrivão R$ 44,18. Totalizando R$ 44,18 . As custas devem ser recolhidas separadamente
-Advs. VIVALDA SUELI BORGES CARNEIRO, JOAQUIM ROBERTO TOMAZ e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

30. DESPEJO-396/2008-RICARDO YOSHINORI KIBATA x CELSO PESCO-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 56 -Advs. PLINIO MOCHI e ADRIANA MOLINA MOCCHI-.

31. MONITÓRIA-478/2008-BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x D L BATISTA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS ME e outro-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 83 vs-Advs. JAIRO ANTONIO GONCALVES FILHO e JAMIL JOSEPETTI JUNIOR-.

32. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA-497/2008-DERLI DE MARIA x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Advs. SIMONE APARECIDA SARAIVA LIMA e KATIA RAQUEL S CASTILHO-.

33. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-501/2008-JANDIRA DAS GRAÇAS MACIEL MACEDO e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-1.Homologo a compensação dos créditos do executado Município de Maringá com os créditos dos ora exequentes. 1.1-Cumpre ressaltar que, com a compensação, a exequente JANETE MARIA ULER não possui créitos a receber (crédito do exequente: R $500,91, crédio a compensar R$281,56). 1.2-Os demais exequentes não possuem débito a ser compensado. 2.Expeça-se nova requisição de pequeno valor, diretamente à Fazenda Pública do Município de Maringá para que efetue o pagamento da obrigação de pequeno valor, no prazo de 60 dias. 2.1-Em especial, deve constar na requisição o valor do crédito exequendo e o valor do crédito a ser compensado, para a devida atualização no momento do pagamento.
Levantados todos os alvarás, arquivem-se com as baixas de estilo. Intimem-se. - Advs. CHRISTIANE PAULA O. MANTOVANI, LAERCIO FONDAZZI e ROSANGELA DORTA DE OLIVEIRA-.

34. AÇÃO DE COBRANÇA-577/2008-LIDIA MARTINS DE SOUZA x LIBERTY SEUGROS S/A-Para efetuar o pagamento das custas processuais,
( http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias )
Escrivão R$ 853,52 - Distribuidor R$ 30,25 - Contador R$ 10,09 - Taxa Judiciaria R $ 49,11. Totalizando R$ 942,97. As custas devem ser recolhidas separadamente
-Advs. EDVALDO LUIZ DA ROCHA, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA e JAIME OLIVEIRA PENTEADO-.

35. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-593/2008-JOSÉ DONIZETE MARTINS e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Alega o exequente que a executada possui a pretensão de compensar parcelas vincendas, e neste sentido essa compensação não é devida, legações tais que não merecem prosperar, visto que conforme se verifica da redação do § 9º do artigo 100 da constituição Federal as parcelas as parcelas vincendas advindas de parcelamento da divida podem ser incluidas na compensação, senão vejamos:
1.Homologo a compensação dos créditos do executado Município de Maringá com os créditos dos ora exequentes. 1.1-Cumpre ressaltar que, com a compensação, a exequente JOSE DONISETE MARTINS não possui créitos a receber (crédito do exequente: R$47,04, crédio a compensar R$1076,27).
O exequente LINDAURA DA SILVA ALVES não possui créditos a receber ( crédito do exequente R$ 243,57; crédito a compensar R$ 3114,25 )
1.2-Os demais exequentes não possuem débito a ser compensado. 2.Expeça-se nova requisição de pequeno valor, diretamente à Fazenda Pública do Município de Maringá para que efetue o pagamento da obrigação de pequeno valor, no prazo de 60 dias. 2.1-Em especial, deve constar na requisição o valor do crédito exequendo e o valor do crédito a ser compensado, para a devida atualização no momento do pagamento.
Levantados todos os alvarás, arquivem-se com as baixas de estilo. Intimem-se. - Advs. CHRISTIANE PAULA O. MANTOVANI e DOUGLAS GALVAO VILARDO-.

36. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-688/2008-BANCO BRADESCO S/A x KASA BELLA MÓVEIS E ELTRODOMÉSTICOS LTDA ME e outros-Manifeste-se ante a resposta do Ofício enviado a Receita Federal -Advs. MARCOS CESAR CREPALDI BORNIA, WILSON JOSE DE FREITAS e DEISE CRISTINA D. DE MOURA-.

37. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-705/2008-VALMIR DIAS DE SOUZA e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-1.Homologo a compensação dos créditos do executado Município de Maringá com os créditos dos ora exequentes. 1.1-Cumpre ressaltar que, com a compensação, a exequente VALMIR DIAS DE SOUZA possui créitos a receber (crédito do exequente: R$1261,35, crédio a compensar R$444,17). O exequente BERTOLINO DA SILVA não possui créditos a receber ( crédito do exequente: R$ 590,19; crédito a compensar: R$ 1999,54 ). 1.2-Os demais exequentes não possuem débito a ser compensado. 2.Expeça-se nova requisição de pequeno valor, diretamente à Fazenda Pública do Município de Maringá para que efetue o pagamento da obrigação de pequeno valor, no prazo de 60 dias. 2.1-Em especial, deve constar na requisição o valor do crédito exequendo e o valor do crédito a ser compensado, para a devida atualização no momento do pagamento.

Levantados todos os alvarás, arquivem-se com as baixas de estilo. Intimem-se. -Advs. CHRISTIANE PAULA O. MANTOVANI e SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR-.

38. AÇAO DE DEPOSITO-915/2008-BANCO FINASA S/A x RAFAEL CORREIA-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. EMERSON L. SANTANA-.

39. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-981/2008-SILVIO SILVESTRE DA SILVA e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para Retirar RPV -Advs. GEDEAN PEDRO PELISSARI SILVERIO e GRAZIELA BOSSO-.

40. ARROLAMENTO-1136/2008-MARY BERTINA CAVALHEIRO DE VIEIRA GANEM e outros x JOÃO DE LIMA GANEM- Manifeste-se ante a penhora norosto dos autos de fls 42/43-Advs. JAMIL JOSEPETTI JUNIOR e JAIRO ANTONIO GONCALVES FILHO-.

41. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1171/2008-JESUEL RODRIGUES e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para que no prazo de 30 (trinta) dias, informe se os exequentes possuem débitos junto à Municipalidade para o fim de compensação, sob pena de perda do direito de abatimento, conforme o disposto nos parágrafos 9º e 10º do artigo 100 da Constituição Federal". -Adv. ROSANGELA DORTA DE OLIVEIRA-.

42. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1252/2008-BANCO BRADESCO S/A (CIDADE DE DEUS) x ANDRÉ LUIZ GARIERI DE LUCA e outros-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 88 -Advs. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA e MOISES ZANARDI-.

43. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1305/2008-ANTONIO APARECIDO SOLVALAGEM e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ- Homologo a compensação dos créditos do executado Município de Maringá com os créditos dos ora exequentes. 1.1-Cumpre ressaltar que, com a compensação, a exequente NELSON LUGHI possui créitos a receber (crédito do exequente: R$1236,24, crédio a compensar R$183,11). 1.2-Os demais exequentes não possuem débito a ser compensado. 2.Expeça-se nova requisição de pequeno valor, diretamente à Fazenda Pública do Município de Maringá para que efetue o pagamento da obrigação de pequeno valor, no prazo de 60 dias. 2.1-Em especial, deve constar na requisição o valor do crédito exequendo e o valor do crédito a ser compensado, para a devida atualização no momento do pagamento. Levantados todos os alvarás, arquivem-se com as baixas de estilo. Intimem-se. -Advs. MARIA APARECIDA ALVES DA SILVA e ANDREA GIOSA MANFRIM-.

44. AÇAO DE DEPOSITO-1321/2008-PCG-BRASIL MULTICARTEIRA FUNDO DE INESTIMENTO EM x MOACIR LEMES DE SOUZA- Para que se manifeste quanto a certidão de fls 45, bem como requeira o que lhe for de direito-Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e SERGIO SCHULZE-.

45. AÇAO DE DEPOSITO-1534/2008-PCG-BRASIL MULTICARTEIRA FUNDO DE INESTIMENTO EM x MARIA ALVES ZANAO-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

46. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-1557/2008-BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x ADILSON DE OLIVEIRA- Se nada for requerido no prazo de sies meses, aruivem-se os autos nos termos do art. 475, J § 5 -Adv. FLAVIO SANTANA VALGAS-.

47. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1559/2008-ESTACAS MARNA LTDA x HIDACON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-Retirar Ofício destinado a Receita Federal R$9,40 -Adv. CLAUDIA MARIA BORGES COSTA PINTO-.

48. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-1580/2008-SAGRES DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA x L.A. RODRIGUES ALIMENTOS ME-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 59-Adv. JOAO PAULO DE CASTRO-.

49. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-1653/2008-ELZA APARECIDA MAZETTA MARTINS e outros x BANCO ITAU S/A-Para comprovar nos autos a data do saque do valor que já foi sacado bem como a data e o valor que será sacado a fim de que o Sr. Contador possa apurar o montante ainda devido, tendo como parâmetro o valor agora homologado ( observando as devidas atualizações e respeitando as datas ) -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e ROZENEI GISELI PEREZ-.

50. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-11/2009-JORGE BIANCHINI e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Alega o exequente que a executada possui a pretensão de compensar parcelas vincendas, e neste sentido essa compensação não é devida, legações tais que não merecem prosperar, visto que conforme se verifica da redação do § 9º do artigo 100 da constituição Federal as parcelas as parcelas vincendas advindas de parcelamento da divida podem ser incluidas na compensação, senão vejamos:

1.Homologo a compensação dos créditos do executado Município de Maringá com os créditos dos ora exequentes. 1.1-Cumpre ressaltar que, com a compensação, a exequente JORGE BIANCHINI possui créitos a receber (crédito do exequente: R $526,41, crédio a compensar R$314,48).

Oexeuqnte JOSE NUNES PINTO possui créditoa receber ( crédito do esequente R $ 1896,47; crédito a compensar R$ 1.400,51.

1.2-Os demais exequentes não possuem débito a ser compensado. 2.Expeça-se nova requisição de pequeno valor, diretamente à Fazenda Pública do Município de Maringá para que efetue o pagamento da obrigação de pequeno valor, no prazo de 60 dias. 2.1-Em especial, deve constar na requisição o valor do crédito exequendo e o valor do crédito a ser compensado, para a devida atualização no momento do pagamento.

Levantados todos os alvarás, arquivem-se com as baixas de estilo. Intimem-se. -Advs. VILMA THOMAL e FABIANA KEYLLA SCHNEIDER-.

51. BUSCA E APREENSÃO-134/2009-CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA x WILLIAN RICELLI PENA-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. MARIA LUCILIA GOMES-.

52. BUSCA E APREENSÃO-210/2009-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JUAREZ MANOEL DA SILVA-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. KARINE SIMONE POFAHI WEBER-.

53. BUSCA E APREENSÃO-256/2009-PCG-BRASIL MULTICARTEIRA FUNDO DE INESTIMENTO EM x RAFAEL BEVELO DOS SANTOS-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

54. ORDINARIA DE INEXIGIBILIDADE-453/2009-ALUMICHAPAS COMÉRCIO DE ALUMINIO E ACRÍLICO LTDA x AFS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS PLÁSTICOS E ESPUMAS LTDA e outros-Para contra-razões, no prazo de quinze dias -Adv. ALEXSANDRO REVERTE QUINTEIRO-.

55. USUCAPIÃO-519/2009-EDNA PEREZ GARCIA x TEODORO VALOIS DE SOUZA- Vistos e examinados estes autos sob na. 519/2009 de Ação de usucapião, em que é requerente Edna Perez Garcia e Requerido Teodoro Valois de Souza, passo a decidir. I- RELATÓRIO: Tratam-se os autos de ação de usucapião proposta por Edna Perez Garcia em face de Teodoro Valois de Souza, pretendendo a declaração de propriedade do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis 10. Oficio da Comarca de Maringá, matricula na. 1.667, com área de 1.006,00 m2, localizado na Gleba .Ribeirão Morangueiro. Alega a autora que desde o ano de 1978 detém posse mansa e pacifica do referido imóvel, não havendo interrupção e nem oposição em relação a mesma. Afirma a autora que reside no imóvel com seus dois filhos e que sempre pagou, e continua pagando os impostos do imóvel. Juntou documentos (fls. 07/50). Em despacho de fl. 53, foi requerido à autora que comprovasse a sua hipossuficiência. Em vista de tal determinação, a autora requereu o parcelamento das custas o que lhe fosse oportunizado o pagamento ao final da ação. Em despacho de fl. 56, foi dispensado o recolhimento das custas e determinado a citação do requerido, dos confinantes, via edital, a citação dos eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos, a cientificação da União, Estado e Município para que manifestem eventual interesse na causa e cientificação do Ministério Público. Juntada de ofícios aos entes públicos (fls. 57/59) e edital de citação do requerido (fls. 60/67). Vistas ao Ministério Público (fl. 73/74), sendo que o parquet requereu a intimação da autora para que indicasse nomes e endereços dos confinantes, planta e memorial descritivo do imóvel objeto da ação sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito. Acolhida a cota ministerial (fl.75). Às fls. 77/80 a autora juntou os nomes e endereços dos confinantes, planta e memorial descritivo do imóvel. Em parecer do Ministério Público (fls. 82/83), foi requerida a citação dos confinantes. Juntada de mandado de citação dos confinantes (fl.84Ns.). o Estado do Paraná se manifestou pelo desinteresse no feito à fls.96/97. Em parecer do Ministério Público, foi determinada a nomeação de curador ao requerido. Acolhida a cota ministerial, foi nomeado curador ao requerido (fls.1 00/1 01), o qual apresentou contestação por negativa geral (fls. 102/103). Parecer ministerial requerendo designação de audiência para oitiva de testemunhas, bem como depoimento dos confinantes (fls. 106/108). Realizada audiência de instrução e julgamento (f1.11O), sendo ouvidos os confinantes Maria de Lourdes Pereira e Manoel Fernandes Domingos. Às fls. 112/116, o Ministério Público opinou para que a sentença favorável seja utilizada como titulo para transcrição no Registro de Imóveis, nos termos do artigo 550 do Código Civil de 1916. Vieram-me conclusos os autos. É o RELATÓRIO, PASSO A DECIDIR. 11 - Fundamentos de fato e de Direito: o pedido de usucapião, por constituir forma originária de aquisição de propriedade, deve vir acompanhado de todos os seus requisitos legais autorizadores. Para tanto, há que estar presente a prova da posse, elemento essencial ao reconhecimento do direito pleiteado. In casu, se aplica as disposições do Velho Código Civil (Lei n. 3.071, de 10 de janeiro de 1916) artigo 550, in verbis:...Conforme se extrai dos autos, os requisitos exigidos pelo artigo supracitado foram preenchidos, uma vez que a mãe da autora, SF. Alaíde Garcia, tomou posse no imóvel que se encontrava abandonado em 1978, permanecendo nele a requerente até os dias de hoje, sem nenhuma oposição e pagando os tributos exigidos pela municipalidade. A autora cumpriu o lapso temporal exigido para a prescrição aquisitiva, requisito objetivo indispensável à usucapião, visto que quando, como anteriormente mencionado, ingressou no imóvel há mais de trinta anos, e lá permanece até hoje, para fins de moradia, residindo, com animus domini, sem oposição de terceiros, conforme assentado pela prova testemunhal. Conforme depoimento dos confinantes, não há noticia de turbação no imóvel pleiteado pela autora, a qual sempre foi vista por eles como proprietária do imóvel. Verifica-se nos autos, que provavelmente o requerido não existe mais, tendo sido nomeado curador especial que apresentou manifestação reservando-se à negativa geral, sem juntar qualquer prova da improcedência do pedido. Portanto, restando utilmente caracterizada a posse da autora pelo tempo traçado em lei e com ânimo de dono, assiste induvidosamente a parte requerente o direito de adquirir o domínio do imóvel, posto que satisfeitos os requisitos legais. Em assim sendo, a procedência do pedido é à medida que se impõe. 111.DISPOSITIVO: Diante do exposto e considerando o que mais dos autos consta, com fulcro no artigo 550 CC/1916, c/c art. 269,1, do CPC, julgo PROCEDENTE o pedido deduzido na petição inicial por Edna Perez Garcia e declaro o domínio da parte Autora sobre a área urbana usucapienda descrita na vestibular (v. memorial e planta de fls. 79/80). Oportunamente, expeça-se o competente mandado ao titular do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, para o necessário registro de sentença, na forma do

artigo 945, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Advs. ANTONIO CARLOS GOMES, IRAN NEGRAO FERREIRA, SILVESTRE MENDES FERREIRA NEGRAO e GUSTAVO CARVALHO ROMERO-.

56. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-619/2009-TRIÂNGULO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA x ANALICE DOS SANTOS GAMA-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. MILTON PLACIDO DE CASTRO-.

57. BUSCA E APREENSÃO-976/2009-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ROGENES NUNES-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 38 Vs-Advs. MILKEN JACQUELINE CENERINI e FLAVIO SANTANNA VALGAS-.

58. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-1017/2009-DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x CLAUDIO TOMASINE-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Advs. ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

59. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-1167/2009-CONDOMINIO RESIDENCIAL PROFESSOR RUY ALLEGRETTI x ROSIMEIRE SANTANA OLIVEIRA- Manifeste-se ante o laudo de avaliação -Adv. MOACIR COSTA DE OLIVEIRA-.

60. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1218/2009-VICENTINA DA SILVA DINIZ e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para Retirar RPV R$ 9,40 -Adv. ADEMAR MASSAKATSU FUZITA-.

61. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1290/2009-ANTONIO VIZENTIN e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Manifeste-se ante a compensação apresentada pelo Municipio de Maringá -Adv. SANDRA MARIA DO NASCIMENTO GONCALVES SILVA-.

62. ACAO POPULAR-1298/2009-FREDERICO CHALBAUD BISCAIA JUNIOR x SILVIO MAGALHÃOES BARROS e outros-Para requerer o que lhe for de direito - Adv. VALTER AKIRA YWAZAKI-.

63. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1340/2009-FABIO ALVES SANT'ANA e outro x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para que no prazo de 30 (trinta) dias, informe se os exequentes possuem débitos junto à Municipalidade para o fim de compensação, sob pena de perda do direito de abatimento, conforme o disposto nos parágrafos 9º e 10º do artigo 100 da Constituição Federal". -Adv. ANDREA GIOSA MANFRIM-.

64. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-1343/2009-MARIA ELZA CONSTANTINO LAU x BANCO ITAUCARD S.A-Para efetuar o pagamento das custas processuais,
( http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias )
Escrivão R$ 1680,72 - Distribuidor R$ 32,74 - Contador R$ 10,09 - Taxa Judiciaria R $ 57,68. Totalizando R$ 1781,23 . As custas devem ser recolhidas separadamente
-Advs. ANA PAULA DELGADO DE SOUZA, ELTON ALAVER BARROSO, PEDRO ROBERTO BELONE e FLAVIO SANTANA VALGAS-.

65. INDENIZAÇÃO PERDAS/DANOS-1397/2009-ARIANE PELOSSI DE OLIVEIRA e outro x TRANSPORTE RODOVIARIO CANGURU LTDA-Para efetuar o pagamento das custas processuais,
( http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias )
Escrivão R$ 838,48 - Distribuidor R$ 32,74 - Contador R$ 20,17- Oficial de Justiça R$ 49,50 - Taxa Judiciaria R$ 166,56 . Totalizando R$ . As custas devem ser recolhidas separadamente
( A diligência do Sr. Oficial de Justiça deve ser feita pelo site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; http://portal.tjpr.jus.br/web/guest/guiacustas - Dados da conta Caixa Econômica Federal Agência 2499 Operação 040 Conta 500.003-2 somente para Oficiais de Justiça da 3ª Vara Civel de Maringá. ) -Advs. NATALIA LUCIANA BRAVO e JULIO CESAR COELHO PALLONE-.

66. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1533/2009-ANTONIO CARLOS BRISCE e outros x MUNICÍPIO DE MARINGÁ-Alega o exequente que a executada possui a pretensão de compensar parcelas vincendas, e neste sentido essa compensação não é devida, legações tais que não merecem prosperar, visto que conforme se verifica da redação do § 9º do artigo 100 da constituição Federal as parcelas as parcelas vincendas advindas de parcelamento da divida podem ser incluidas na compensação, senão vejamos:
1.Homologo a compensação dos créditos do executado Município de Maringá com os créditos dos ora exequentes. 1.1-Cumpre ressaltar que, com a compensação, a exequente MARIA APARECIDA DAS CHAGAS possui créitos a receber (crédito do exequente: R$1991,64, crédio a compensar R$5999,66).
A exequente ODETE RUIZ RIBEIRO possui créditos a receber ( crédito do exequente: R$ 1991,64; crédito a compensar R$ 306,37). 1.2-Os demais exequentes não possuem débito a ser compensado. 2.Expeça-se nova requisição de pequeno valor, diretamente à Fazenda Pública do Município de Maringá para que efetue o pagamento da obrigação de pequeno valor, no prazo de 60 dias. 2.1-Em especial, deve constar na requisição o valor do crédito exequendo e o valor do crédito a ser compensado, para a devida atualização no momento do pagamento.
Levantados todos os alvarás, arquivem-se com as baixas de estilo. Intimem-se. - Advs. VALDELICE DE L. PALMIERI e SIRLENE MARIA MARONEZE CAPELATO-.

67. EXECUÇÃO-1573/2009-FININ CRED FACTORING LTDA x AUTO MECANICA BILLY CAR LTDA ME e outro-Para efetuar o pagamento das custas processuais,
( http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias )
Escrivão R$ 30,08. Totalizando R$ 30,08 . As custas devem ser recolhidas separadamente
-Advs. KATIA CRISTINE PUCCA e LUANA CHAGAS BUENO-.

68. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1579/2009-DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ e outro-Para que no prazo de 30 (trinta) dias, informe se os exequentes possuem débitos junto à Municipalidade para o fim de compensação, sob pena de perda do direito de abatimento, conforme o disposto nos parágrafos 9º e 10º do artigo 100 da Constituição Federal". -Adv. ANDREA GIOSA MANFRIM-.

69. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL-1594/2009-EUCLIDES SORDI e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para retirar ofícios R$ 28,20 -Adv. ROGERIO VERDADE-.

70. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1601/2009-JOSE JOAQUIM CAMPOS e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Retirar Oficio destinado a Copel R$ 9,40 -Adv. RUI CARLOS APARECIDO PICOLO-.

71. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-1716/2009-MARCELO CIPRIANO DA SILVA x UNIBANCO UNIAO DE BANCO BRASILEIROS S/A-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN-.

72. CUMPRIMENTO-2015/2009-ANESIO STOCO e outros x BANCO ITAÚ S/A- Os requerentes Anézio Stocco e outros, qualificados na inicial, ajuizaram a presente "ação de cumprimento de sentença" em face do Banco Itaú S/A. A exceção de pré-executividade já foi analisada na interlocutória de fls. 215/216. O despacho de fls. 254 determinou a intimação do executado para, querendo, apresentar impugnação, no prazo legal. Devidamente intimado(fls.255), o executado apresentou impugnação em 10 de julho de 2011 alegando, em síntese: prescrição; cobrança dúplice dos juros remuneratórios; in?plicabilidade da multa no artigo 475 J do CPC. Requereu o acolhimento da preliminar e/ou a procedência da impugnação. A impugnação foi recebida as fls. 274. Os executados manifestaram-se as fls. 276/279 pleiteando pelo reconhecimento da intempestividade da impugnação. É o relatório. Decido. Assiste razão aos exeqüentes. Note-se que o procurado do executado foi intimado para apresentar impugnação via diário da justiça(fls. 255) sendo que o prazo para manifestação iniciou em 14/06/2011 e o artigo 475 J § 10 prevê que o prazo para impugnação é quinze dias. Portanto, como a impugnação só foi protocolada em 10 de julho, deve ser reconhecida a sua intempestividade. Do exposto, rejeito a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo executado vez que apresentada fora do prazo legal, conforme fundamentação supra. Intimem-se.-Advs. ANTONIO CAMARGO JUNIOR e JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO-.

73. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL-2126/2009-SUPERMERCADOS CIDADE CANCAO LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ-Para efetuar o pagamento das custas processuais,
( http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias )
Escrivão R$ 24,44. Totalizando R$ 24,44 . As custas devem ser recolhidas separadamente -Adv. MARCIO RODRIGO FRIZZO-.

74. ALIENAÇAO JUDICIAL DE BEM COMUM-2151/2009-ANTONIA CASTILHO MORETTI e outros x O JUIZO e outros-Para que indique claramente, quem figurara com interessado, tendo em vista que a petição de fls. 110 é contraditória, sendo q1ue o item 1 da referida peça indica que: "a peticionária é filha legítima de Amélia Moretti", porém a peticionária é a própria Amélia Moretti -Adv. JOSÉ SEBASTIÃO DE OLIVEIRA-.

75. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-6/2010-BANCO ITAU S/A x BAIRRO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e outros-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 56-Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO-.

76. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-47/2010-ANTONIO MARMO ROMAN e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Retirar Oficio destinado a Copel -Adv. SANDRA MARIA DO N. G. SILVA-.

77. RESCISAO C/C PERDAS E DANOS-0000255-37.2010.8.16.0017-CHARLES HIDEYO FUJIVARA e outro x CLEIDE BARROS NOBRE-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. ELIDA CRISTINA MONDADORI-.

78. BUSCA E APREENSÃO-0000264-96.2010.8.16.0017-BANCO ITAUCARD S.A x JOSE BASILIO-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

79. OBRIGAÇÃO DE FAZER-0000331-61.2010.8.16.0017-JORGE OLERIANO DE OLIVEIRA e outro x ELIZABETE FERREIRA MEDEIROS DE OLIVEIRA-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 72-Adv. ALINE PEREIRA DOS SANTOS MARTINS-.

80. BUSCA E APREENSÃO-0000858-13.2010.8.16.0017-BANCO ITAUCARD S.A x CLAUDEMIR CORREA DO NASCIMENTO-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.

81. EXECUÇÃO-0002314-95.2010.8.16.0017-COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO AGROEMPRESARIAL - SICREDI x FLAVILINE CONFECÇÕES LTDA- Para informar se houve o total cumprimento do acordo entabulado entre as partes -Adv. RICARDO RIBEIRO-.

82. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0002674-30.2010.8.16.0017-FININ CRED FACTORING LTDA x MATERA E OLIVEIRA LTDA e outro-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 46-Adv. SANDRA ROSEMARY RODRIGUES DOS SANTOS-.

83. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0008030-06.2010.8.16.0017-BANCO ITAU S/A x CALADO PORTUGAL R S T LTDA e outros-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 127-Advs. SHEALTIEL L. PEREIRA FILHO e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

84. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE CONTRATO-0011436-35.2010.8.16.0017-FÁTIMA DA ROCHA SILVEIRA x ADELIR PEREIRA-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. -Adv. ELOI SILVA-.
85. REEXECUÇÃO CONTRATUAL-0014402-68.2010.8.16.0017-CLOVIS VARGAS GRIPP x BV FANANCEIRA S/A CREDITO INVESTIMENTO FINANCIAMEN-Para efetuar o pagamento das custas processuais,
( http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias )
Escrivão R$ 233,12 - Distribuidor R$ 30,25 - Contador R$ 10,09- Taxa Judiciaria R$ 20,00. Totalizando R$ 293,46 . As custas devem ser recolhidas separadamente
-Advs. TEÓFILO STEFANICHEN NETO e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.
86. REVISIONAL DE CONTRATO-0016822-46.2010.8.16.0017-CLAUDINEIA REGINA MARCONATO CELESTINO x BANCO VOLKSWAGEN S/A-Intimem-se as partes, por seus procuradores judiciais para que, no prazo de 05 (cinco) dias, digam se vislumbram a possibilidade real de celebracao de transacao nos presentes autos, devendo desde logo, de todo modo, especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir . -Advs. ELIANE CRISTINA SOARES DE LIVIO, MARCELO TESHEINER CAVASSANI e ALESSANDRO MOREIRA DO SACRAMENTO-.
87. REVISIONAL-0016951-51.2010.8.16.0017-ANTONIO COSTA FUENTES x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-Para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal -Adv. JHONATHAS SUCUPIRA-.
88. ALVARÁ JUDICIAL-0017574-18.2010.8.16.0017-JOAO VITOR CAMARGO ZIOBER e outro x O JUIZO-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. GRACIANE APARECIDA CAMARGO GIMENES-.
89. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0017819-29.2010.8.16.0017-CARLOS DA SILVA CORREIA JUNIOR x BANCO ITAUCARD S.A-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao .-Dr -Adv. TEOFILO STEFANICHEN NETO-.
90. AÇAO DE DEPOSITO-0021776-38.2010.8.16.0017-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ARNALDO DE MONTE DA ANUNCIACAO-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 36-Adv. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.
91. BUSCA E APREENSÃO-0022431-10.2010.8.16.0017-BANCO FINASA BMC S/A x LEONARDO SILVA ANDREOTTI-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 38 vs-Adv. PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR-.
92. BUSCA E APREENSÃO-0023150-89.2010.8.16.0017-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x DURVAL MIQUELONI-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. JULIANA RIGOLON DE MATOS-.
93. COBRANÇA-0025369-75.2010.8.16.0017-VINICIUS EDUARDO DOS SANTOS x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS SEGURO DPVAT S/A-Para retirar ofício destinado ao IML R$ 9,40 -Advs. RAFAEL SANTOS CARNEIRO e HELEN PELISSON DA CRUZ-.
94. RESCILIÇÃO DE CONTRATO-0025551-61.2010.8.16.0017-KATIA NEVES DE SOUZA x CIA ITAULEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL GRUPO ITAU-Compulsando-se os autos, noto que fora analisado o pedido de inversão do ônus da rpva. Assim, passo a fazê-lo.
Requereu o requerente a inversão do ônus da prova.
Primeiramente, tenho que evidenciar a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, pois a atividade bancária é matéria que está no âmbito de incidência da legislação sonsumerista, conforme se observa das disposições dos artigos 2º, 3º e 52.
Por certo, que não há duvida sobre a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos chamados contratos bancários a às atividades bancárias.
Em vista de inúmeros pronunciamentos do Superior Tribunal de Justiç, foi editada a Súmula 297:
" O Código de Defesa do Consumidor é aplicavel às instituiçoes financeiras."
Dessa forma, tendo em vista a aplicação do Código de Defesa do Consumidor é de rigos a inversão do ônus da prova, pois além de haver relação de consumo, o correstista se encontra em situação de hipossuficiência em relação ao requerid, tanto financeira quanto técnica, havendo verossimilhança em suas alegações, já que em se tratando de contrato de conta-corrente, reiteradamente têm sido encontrados irregularidades que têm sido reiteradamente extirpadas pelo poder judiciario . em especial quanto a cobrança de juros capitalizados e taxas/tarifas não contratadas.
De outro lado, a hipossuficiência técnica consiste no fato de que, tratando-se de um tipico contrato bancário, existe a dificuldade técnica do consumidor em provar os fatos constitutivos de seu direito. Assim, a inversão do ônus da prova se mostra necessária para facilitar a busca da preten~soa do consumidor.
Apesar de não ter sido requeido pelos réus que o banco efetue, em caso de produção de prova pericial os honorários periciais, tal dúvida fatalmente será suscitada no feito, pelo que entendo que já deve ser esclarecida.
Ocorre que os tribunais há muito vêm entendendo que a inversão do ônus da prova não objetiva impor à parte ré o pagamento do custo da produção da prova. O que ocorre é que o ônus financeiro da prova segue, salvo o caso de assitência judiciaria, o ônus de sua produção. Se, com a inversão. o ônus da prova agora imcumbe ao réu, pode ele não requerer qualquer prova, não tendo, assim, que arcar com o custo de sua produção. Porém, se, temendo as consequências processuais, preferir produzi-lá, é evidente que deverá arcar com as verbas dai decorrentes.
Em suma, embora a inversão do ônus da prova não tenha o efeito de obrigar o fornecedor a adiantar as despesas com a prova requerida pelo consumidor, sofre ele as consequências de não a produzir, dele não se retirando o direito de produzir apenas a prova que seja de seu interesse, não importando quem a tenha requerido.
Por isso, não está o ora autor obrigado a efetuar o depósito dos honorários periciais, porém, não o fazendo, deverá suportar as consequências processuais pela não realização da pericia, em razão da inversão do ônus da prova.
De qualque modo, aplicável a regra do art. 33 do CPC.
Assim, defiro a inversão do ônus da prova em favor do requerente.
Intimem-se as partes da presente decisão, bem como para que no prazo de 05 dias digam se pretende, diante da inversão do ônus da prova a produção da perícia. -Advs. JHONATHAS SUCUPIRA, CRISTINA SMOLARECK e ANDRE LUIZ CORDEIRO ZANETTI-.
95. AÇAO DE DEPOSITO-0026308-55.2010.8.16.0017-BANCO BRADESCO S/A x LUXFORM INDUSTRIA COMERCIO DE ESTOFADOS-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 44-Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.
96. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0027251-72.2010.8.16.0017-BANCO BRADESCO S/A x MERCE MARIA PILEGI e outro-Para retirar ofícios R$ 18,80 -Adv. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.
97. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0028915-41.2010.8.16.0017-VALERIANO JANUARIO DA SILVA x ROSENILDA MARQUES e outros-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 64 vs-Adv. MARIA AUGUSTA COSTA TAKEUTI-.
98. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE CONTRATO-0029483-57.2010.8.16.0017-FÁTIMA DA ROCHA SILVEIRA x ADELIR PEREIRA-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. ELOI SILVA-.
99. COBRANÇA-0030815-59.2010.8.16.0017-FERNANDO DE ANDRADE x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Para retirar oficio destinado ao FENASEG R$ 9,40 -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.
100. RESCISÃO DE CONTRATO-0030910-89.2010.8.16.0017-PAC LONDRINA ASSESSORIA LTDA x TIM CELULAR S/A-Para que se manifeste, no prazo de cinco dias, como melhor lhe aproveite, ciente de que caso decorra o prazo sem manifestação, presumir-se-á que não mais possui interesse no prosseguimento do feito, acarretando-lhe a extinção. -Adv. DALILA MARIA CRISTINA DE SOUZA PAZ-.
101. COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMIN-0031243-41.2010.8.16.0017-CONDOMINIO EDIFICIO MICHELANGELO x JOSE ADAUTO FERREIRA NEVES-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao R$9,40 .-Dr -Adv. PABLIA MICHELLE SIMOES GARCIA-.
102. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0031540-48.2010.8.16.0017-BFB LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x MARILIA CAPOBIANCO-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 37-Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.
103. COBRANÇA-0033056-06.2010.8.16.0017-DAIANE PREVIATTI x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-Para retirar oficio destinado ao FENASEG R$ 9,40 -Adv. RAFAEL LUCAS GARCIA-.
104. RECEBIMENTO DE SEGURO OBRIGATORIO DPVAT-0033118-46.2010.8.16.0017-ANDERSON CHAM BOTASSIO x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS SEGURO DPVAT S/A- Para realização de audiencia de conciliação, nos moldes do artigo 277, do CPC, designo o dia 21/10/2011 as 14horas e 10minutos. Citem-se os requeridos dos termos da presente ação, bem como da data designada no item 2, retro, para realização de audiencia de conciliação, onde deverá comparecer e atraves de advogado regularmente constituido, apresentar contestação oral ou escrita, na forma do artigo 278, do CPC, sob pena de revelia. Adv. RACHEL ORDONIO DOMINGOS-.
105. EXECUÇÃO-0034515-43.2010.8.16.0017-BANCO ITAU UNIBANCO S/A x R A TRANSPORTE E COMERCIO LTDA e outros-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 66-Adv. RODRIGO VALENTE GIUBLIN TEIXEIRA-.
106. MONITÓRIA-0000372-91.2011.8.16.0017-BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x ROBSON PAVAN BERTI-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 64-Adv. DJALMA B DOS SANTOS JUNIOR-.
107. RECEBIMENTO DE SEGURO OBRIGATORIO DPVAT-0000383-23.2011.8.16.0017-EMANUEL LUIZ GUERHARDT DA COSTA x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS SEGURO DPVAT S/A-Para retirar oficio destinado ao FENASEG R$ 9,40 -Adv. RACHEL ORDONIO DOMINGOS-.
108. RECEBIMENTO DE SEGURO OBRIGATORIO DPVAT-0000562-54.2011.8.16.0017-JUAREZ PIRES DO PRADO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/-Para retirar oficio destinado ao FENASEG -Adv. RACHEL ORDONIO DOMINGOS-.
109. DECLARATORIA DE RESCISÃO DE CONTRATO-0000570-31.2011.8.16.0017-COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA - COHAPAR x AILTON IVAN GONCALVES-Para efetuar o pagamento das custas processuais,
( http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias )
Escrivão R$ 384,04. Totalizando R$ 384,04 . As custas devem ser recolhidas separadamente
-Adv. SILVIA FATIMA SOARES-.
110. ORDINÁRIA-0000752-17.2011.8.16.0017-EDUARDO SORDI DIAS x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA -SENEPAR- Diante da manifestação das partes, deixo de designar audiência de conciliação a passo a sanear o feito.
Acolho a preliminar de nulidade de citação ventilada pela ré, eis que a mesma deveria ter sido citada via carta precatória já que a pessoa que detem poderes par receber citação encontra-se na Comarca de Curitiba- PR.
Considerando que a requerida já apresentou contestação, em respeito aos principios da celeridade e economia processual, dou a requerida por cita com a apresentação da contestação, pois é desnecessário promover uma nova e regular citação.

O pedido de inversão do ônus da prova já foi analisado no " despacho inicial" pelo que não merecem novas considerações.
Defiro a produção de prova pericial e oral consistente na toma do depoimento pessoal do autor e oitiva das testemunhas oportunamente arroladas pelas partes.
Intimem-se as partes para apresentarem os quesitos e indicarem assistentes tecnicos no prazo de cinco dias.
-Advs. TIAGO ALGUSTO DE MACEDO BINARTI e GIANNY VANESKA GATTI FELIX-.
111. COBRANÇA-0000916-79.2011.8.16.0017-CONDOMINIO RESIDENCIAL EDIFICIO HUMAITA x LUZIA MARA MARTINS BENECIOTO- Designo o dia 21/10/2011 as 16horas e 40minutos, para a realização da audiencia de conciliação tratada pelo artigo 277 do CPC. Cite-se o requerido no endereço fornecido as fls. 32, por meio de mandado, para que compareça ao ato pessoalmente, ou se faça representar por preposto, com poderes para transigir, sob pena de serem reputados verdadeiros os fatos alegados na inicial. Se não houver conciliação, o requerido deverá oferecer contestação na propria audiencia, necessariamente atraves de advogado, tambem sob pena de confissão bem como deverá juntar documentos e arrolar testemunhas, sob pena de preclusão. As respostas poderao ser feitas por escrito ou oralmente. Se a parte requerida desejar produzir prova pericial, terá de apresentar quesitos e nomear assistente na propria audiencia. Defiro os beneficios do artigo 172, paragrafo 2º, do CPC. Intime-se. Recolher diligencia para citação do requerido. Adv. ROBERTO MARTINS-.
112. BUSCA E APREENSÃO-0001361-97.2011.8.16.0017-BANCO ITAUCARD S/A x KABOTINE TRANSPORTES LTDA-Para retirar ofício destinado ao SERASA R$ 9,40-Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.
113. REVISAO DE CONTRATO-0003386-83.2011.8.16.0017-GESSE PEREIRA x BANCO ITAU S/A-Para efetuar o pagamento das custas processuais,
( http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias )
Escrivão R$ 560,24 - Distribuidor R$ 30,25 - Contador R$ 10,09- Taxa Judiciaria R$ 32,43. Totalizando R$ 633,01 . As custas devem ser recolhidas separadamente
-Advs. CARLA ANDREA MORSELLI DE ALMEIDA, MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA-.
114. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS-0003634-49.2011.8.16.0017-LUCIANA VEIGA MANDARINO x DENISE DE SOUZA COELHO-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao R$9,40 .-Dr -Adv. CLEIDE APARECIDA GOMES RODRIGUES FERMENTAO-.
115. COBRANÇA-0004781-13.2011.8.16.0017-CONDOMINIO RESIDENCIAL LAGUNA x JOSE CARLOS DE MELO-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao R$9,40 .-Dr -Adv. ROBERTO MARTINS-.
116. REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0005298-18.2011.8.16.0017-EDSON APARECIDO LOCATELI x PARANA PREVIDENCIA e outro-Para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal -Advs. PAOLA DE ALMEIDA PETRIS e EVELISE VERONESE DOS SANTOS-.
117. RECEBIMENTO DE SEGURO OBRIGATORIO DPVAT-0005578-86.2011.8.16.0017-ERIC MAZUQUINI x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS SEGURO DPVAT S/A-Para retirar oficio destinado ao FENASEG R$ 9,40 -Adv. RACHEL ORDONIO DOMINGOS-.
118. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0006906-51.2011.8.16.0017-NATALICIO SILVA SANTOS x BANCO FINASA S/A-Para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal -Advs. FERNANDO PAROLINI DE MORAES e EVANDRO ALVES DOS SANTOS-.
119. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0007037-26.2011.8.16.0017-VANTUIL GOMES DO AMARAL x BANCO FINASA S/A-Manifeste-se ante os documentos apresentados -Advs. FERNANDO PAROLINI DE MORAES e EVANDRO ALVES DOS SANTOS-.
120. EXECUÇÃO-0007106-58.2011.8.16.0017-BANCO BRADESCO S/A x MIGUEL ANTONIO MESSIAS DE PAULA e outro-Retirar Ofícios R$ 18,80 -Adv. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.
121. MONITÓRIA-0007836-69.2011.8.16.0017-KARIMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA x FARMACIA CIDADE CANCAO LTDA (ANTIGA ORTOFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA) e outro-Recolher diligência para Citação/Intimação R$ 49,50 -Adv. MARCIA FERNANDA C R JOHANN-.
122. RESCISÃO DE CONTRATO-0008294-86.2011.8.16.0017-JOAO CARLOS DE CARVALHO x AQUATICA PISCINAS LTDA-Para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal -Advs. ALEX PANERARI e LUIZ AUGUSTO WRONSKI TAQUES-.
123. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0008519-09.2011.8.16.0017-BFB LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x EDUARDO HENRIQUE DA SILVA-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 37 vs-Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.
124. ANULACAO DE ATO JURIDICO-0009398-16.2011.8.16.0017-AIRTON RONCAGLIA x ÁLVARO RUBIO e outros-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 51-Adv. PAULO CESAR SIQUEIRA DA SILVA-.
125. BUSCA E APREENSÃO-0009997-52.2011.8.16.0017-OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOSE ALVES DE OLIVEIRA-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 20-Adv. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA-.
126. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0010100-59.2011.8.16.0017-DANIEL MARCHIOTTI x BANCO FINASA BMC S/A-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao R$9,40 .-Dr -Adv. ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN-.
127. REVISIONAL-0010101-44.2011.8.16.0017-JOAO BATISTA DA SILVA e outro x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal -Adv. ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN-.
128. MONITÓRIA-0010269-46.2011.8.16.0017-BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x MARCELO RUFINO LEITE MORAES-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 200 vs-Advs. JAMIL JOSEPETTI JUNIOR e JAIRO ANTONIO GONCALVES FILHO-.
129. BUSCA E APREENSÃO-0010772-67.2011.8.16.0017-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ADRIANA ALEXANDRE DA SILVA-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 26-Adv. MILKEN JACQUELINE C JACOMINI-.
130. BUSCA E APREENSÃO-0011003-94.2011.8.16.0017-BANCO HONDA S/A x ARILTO JOSE FERRARI-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 34 vs-Adv. MARCELO HENRIQUE FERREIRA SIQUEIRA MATOS-.
131. ABATIMENTO DE PREÇO-0011385-87.2011.8.16.0017-ELENICE FAETI DE SOUZA e outro x O JUIZO-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao R$9,40 .-Dr -Adv. ROGERIO EDUARDO DE CARVALHO BIM-.
132. BUSCA E APREENSÃO-0011609-25.2011.8.16.0017-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x TRANSPORTADORA KM LTDA-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 34 vs-Adv. MARILI R TABORDA-.
133. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0012188-70.2011.8.16.0017-BANCO BRADESCO S/A x ANTIGUIDADES MARINGA LTDA e outro-Retirar Oficio Destinado ao SERASA R$ 9,40 -Adv. DENIZE HEUKO-.
134. ABATIMENTO DE PREÇO-0012582-77.2011.8.16.0017-SEBASTIAO DOMINGOS VIAL e outro x BV FINANCEIRA S/A CFI e outro-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao .-Dr -Adv. ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN-.
135. REVISIONAL DE CONTRATO BANCARIO C/C REPETIÇÃO DE INDEBITO-0013565-76.2011.8.16.0017-LEANDRO JOSÉ LUDOVINO x BANCO OMNI S/A-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao -Adv. CASSIA DE PAULA CAVALINI PAGANINI VIEIRA-.
136. EXECUÇÃO-0014361-67.2011.8.16.0017-BANCO DO BRASIL S/A x YASUO YASUDA e outros-Para retirar e instruir Carta Precatória R$ 9,40 -Adv. MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA-.
137. BUSCA E APREENSÃO-0014518-40.2011.8.16.0017-OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x NATHANA CARLA PEREIRA FERREIRA-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 29 vs-Adv. NELSON ALCIDES DE OLIVEIRA-.
138. EXECUÇÃO-0015852-12.2011.8.16.0017-BANCO BRADESCO e outro x LENILDA SCHUINDT e outro-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 26-Adv. JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.
139. BUSCA E APREENSÃO-0016178-69.2011.8.16.0017-BANCO PANAMERICANO S/A x FRANGOMAIS-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 27-Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.
140. BUSCA E APREENSÃO-0016922-64.2011.8.16.0017-BV FINANCEIRA S.A CFI e outro x ELI PATERLINI DE OLIVEIRA-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 34vs -Adv. LEILA CRISTINA VICENTE LOPES-.
141. BUSCA E APREENSÃO-0017154-76.2011.8.16.0017-BANCO ITAUCARD S.A e outro x DEIVID EDUARDO PERES-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 34-Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.
142. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0017471-74.2011.8.16.0017-JOSÉ ANTONIO LANDUCCI DE MORAES - ME x TOTAL EX BR I9ND E COMERCIO LTDA-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao R$9,40 .-Dr -Adv. GIULIANO BERGAMASCO-.
143. MONITÓRIA-0017780-95.2011.8.16.0017-ITAU UNIBANCO S/A (NOVA DENOMINACAO DO BANCO ITAU S/A) x INGA APARAS DE PAPEL LTDA-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 107 vs-Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO-.
144. DECLARATÓRIA-0017921-17.2011.8.16.0017-INGA ACABAMENTOS LTDA ME x BRASIL TELECOM CELULAR S/A-Manifeste-se sobre o AR/MP, que retornou com a inscrição ' recusado ' . -DR. -Adv. ROBERTA DE SOUZA CICUTO-.
145. MONITÓRIA-0018414-91.2011.8.16.0017-TRIÂNGULO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA x LUIZ VIEIRA e outro-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao R$ 18,80 .-Dr -Adv. MILTON PLACIDO DE CASTRO-.
146. REVISIONAL-0018428-75.2011.8.16.0017-LEOMAR CAPRANO x BANCO PANAMERICANO S/A-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao R$9,40 .-Dr -Adv. CRISTINA SMOLARECK-.
147. BUSCA E APREENSÃO-0020154-84.2011.8.16.0017-BANCO BRADESCO S/A x LOURIVAL LUIZ DE SIQUEIRA FILHO-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 29/32-Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.
148. MANDADO DE SEGURANÇA-0020589-58.2011.8.16.0017-MARIA VARAGO SCREMIN e outro x SECRETARIO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARINGA- Trata-se de mandado de segurança ajuizado pelas requerentes, qualificadas na inicial em face do impetrado. Pretende as impetrantes, liminarmente, que seja determinada a autoridade coatora que expeça a anuência prévia para parcelamento rural. É o relatório. Decido. Extrai dos autos que as impetrantes pretendem desmembrar de parte de imóvel de sua propriedade. o pedido liminar merece deferimento pelos fundamentos que se passa a expor. o desmembramento configura fenômeno de repartição de terra, desde que operado dentro do sistema urbanístico existente, sem avultar a área urbana já existente, influenciando, apenas, na densidade de ocupação dos espaços já urbanizados, não afetando, principalmente, o perfil das vias e logradouros preexistentes. Para Hely Lopes Meirelles, "o desmembramento é apenas repartição de gleba, sem atos de urbanização, e tanto pode ocorrer pela vontade do proprietário (venda, doação, etc) como por imposição judicial (arrematação, partilha, etc.), em ambos os casos sem qualquer transferência de área ao domínio público" (Direito Municipal Brasileiro, 9a ed., pág. 400, São Paulo: Malheiros, 1997). A própria lei

Municipal autoriza o desmembramento em algumas hipóteses, como na do caso em comento. Tanto é que, a anuência prévia para o desmembramento do imóvel já havida sido fornecida as impetrantes, que depois tiveram seu pedido de renovação da anuência indeferido pelo impetrado. Não houve nenhuma alteração legal que justificasse a conduta da impetrada de indeferir o pedido de renovação formulado. Até aqui está mostra-se presente o "fumus boni júris." Presente está também o "periculum in mora" vez que as impetrantes necessitam da anuência prévia para que possam desmembrar o lote de terras nO 61-A e 62 remanescente, e não é aceitável que tenham que aguardar o pronunciamento judicial definitivo para tanto, eis que o direito liquido e certo já esta comprovado. Do exposto, defiro o pedido liminar formulado pelas impetrantes e determino ao impetrado que forneça, imediatamente, a anuência prévia para parcelamento rural a fim de que, posteriormente, seja realizado o registro do desmembramento do lote de terras sob nO61-A e 62 remanescente. Notifique-se a autoridade coatora, entregando-lhe cópia da petição inicial e dos documentos que a instruem, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que achar necessárias. Após, intimem-se as impetrantes para se manifestar sobre as informações, no prazo de dez dias. Após, vistas a Representante do Ministério Público. Intimem-se.-Adv. ROOSEVELT MAURICIO PEREIRA-.

149. REVISIONAL DE CONTRATO-0020873-66.2011.8.16.0017-KABOTINE TRANSPORTES LTDA x BANCO ITAUCARD S/A-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao R$9,40 .-Dr -Adv. ELIEUZA SOUZA ESTRELA-.

150. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS-0021280-72.2011.8.16.0017-ADUSEMAQ COMERCIAL AGRICOLA LTDA x IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS-Para retirar e instruir AR/MP, destinado a citaçao/intimaçao -Adv. ROSANGELA CRISTINA BARBOZA SLEDER-.

151. EXECUÇÃO FISCAL-348/2006-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x M A FALLEIRO & CIA LTDA- Vistos e examinados os presentes autos, infere-se que o executado, apresentou aos autos a exceção de pré executívidade, requerendo não sejam praticados atos expropnatórios bem como reconhecida a nulidade da demanda. Alegou ainda que ° débito fora quitado mediante pedido administrativo o petitório foi recebido às fls. 64. Às fls. 65/70, houve manifestação da exeqüente, alegando, em síntese, que incabível a suspensão dos atos de constrição em detrimento de manejo de exceção de pré-executividade, e alegou a não ocorrência da suspensão do credito tributário. Brevemente relatada, passo a analisar a Exceção de Pré- Executividade: Observa-se dos próprios documentos trazidos aos autos pela executada bem corno de suas alegações que, de fato, não houve a suspensão da exigibiiidade do credito tributário face não comprovar o deferimento do pedido administrativo. Quanto à suspensão dos atos, entende-se quanto a desnecessidade da mesma, posto que se necessário poderia o executado ter manejado embargos a execução, podendo assim discutir o que lhe for de direito. Ademais, o mero intento de procedimento administrativo não possui o condão da suspensão dos atos executórios. Quanto à quitação do débito, obserJa-se a falta de comprovação de tal alegação, não pOdendo a mesma sequer ser discutida. l.>,demais, o que impende esclarecer é que não se pode promiscuír a categorização das exceções de pré-executividade, posto que isso reduziria o processo executivo destinado à rápida satisfação do credor num simulacro de execução transmudando-se em tutela cognitiva ordinária. Assim, não sendo a hipótese, deixo de receber a presente exceção de pré-executivade e determino o prosseguimento do feito. Diante do exposto, julgo improcedente a presente Exceção de Pré Executividade proposta pelo executado. indeferindo o pedido neia contido.-Advs. MARCOS ANDRE DA CUNHA, MARCIO RODRIGO FRIZZO e MARCIO LUIZ BLAZIUS-.

152. EXECUÇÃO FISCAL-638/2009-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x M A FALLEIRO & CIA LTDA- A executada, devidamente citada, nomeou à penhora (créditos decorrentes de precatórios que possui em face do Estado do Paraná. Entretanto, a exeqüente veio aos autos, discordando da nomeação dos bens acima indicados. Considerando que a nomeação de bens a penhora realizada pelo executado não obedeceu a ordem legal, acolho a justificativa do exeqüente para o fim de determinar a penhora de dinheiro, que está em primeiro na ordem de preferência. Por força do convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário (sistema BACEN -JUD), via internet, solicitei o bloqueio de valores de contas eventualmente existentes em nome do executado, conforme expediente em anexo. Verifiquei que não foram encontrados valores para serem bloqueados. Adotando o entendimento priorizado inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná em casos análogos 1, entendo que a nomeação de precatórios à penhora é possível, sendo amplamente aceita pela jurisprudência pátria, por se tratar de crédito representativo de garantia hábil do juízo, para a discussão da dívida. Aliás, importante acrescentar que a gradação de bens disposta no artigo 11 da Lei nO 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais) não é absoluta, sendo pacífico o entendimento de que a ordem legal pode ser flexibilizada, observando, assim, o disposto no artigo 620 do Código de Processo Civil, o qual determina que a execução deverá seguir pelo modo menos gravoso para o devedor. Ademais, a tentativa de penhora "on fine" restou infrutífera, hipótese em que, a própria executada concordou previamente com a nomeação em caso de insuficiência da penhora eletrônica. Dessa forma, mostra-se possível e válida a nomeação de bens à penhora de precatório extraído contra a própria Fazenda Estadual. Portanto, julgo válida a nomeação de bens à penhora feita pela parte executada. Lavre-se o respectivo termo de penhora, intimando-se a devedora para comparecer em Cartório e firmar o referido termo, através de seu representante legal, dentro do prazo de três dias, bem como para que, no prazo de trinta dias, querendo, ofereça embargos. Intimem-se.-Advs. MARCOS ANDRÉ DA CUNHA, MARCIO RODRIGO FRIZZO e MARCIO LUIZ BLAZIUS-.

153. EXECUÇÃO FISCAL-749/2009-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x COMÉRCIO DE ÁGUAS E CONSERVAS VLM LTDA- A executada, devidamente citada, nomeou à penhora (créditos decorrentes de precatórios que possui em face do Estado do Paraná. Entretanto, a exeqüente veio aos autos, discordando da nomeação dos bens acima indicados. Considerando que a nomeação de bens a penhora realizada pelo executado não obedeceu a ordem legal, acolho a justificativa do exeqüente para o fim de determinar a penhora de dinheiro, que está em primeiro na ordem de preferência. Por força do convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário (sistema BACEN -JUD), via internet, solicitei o bloqueio de valores de contas eventualmente existentes em nome do executado, conforme expediente em anexo. Verifiquei que não foram encontrados valores para serem bloqueados. Adotando o entendimento priorizado inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná em casos análogos 1, entendo que a nomeação de precatórios à penhora é possível, sendo amplamente aceita pela jurisprudência pátria, por se tratar de crédito representativo de garantia hábil do juízo, para a discussão da dívida. Aliás, importante acrescentar que a gradação de bens disposta no artigo 11 da Lei nO 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais) não é absoluta, sendo pacífico o entendimento de que a ordem legal pode ser flexibilizada, observando, assim, o disposto no artigo 620 do Código de Processo Civil, o qual determina que a execução deverá seguir pelo modo menos gravoso para o devedor. Ademais, a tentativa de penhora "on fine" restou infrutífera, hipótese em que, a própria executada concordou previamente com a nomeação em caso de insuficiência da penhora eletrônica. Dessa forma, mostra-se possível e válida a nomeação de bens à penhora de precatório extraído contra a própria Fazenda Estadual. Portanto, julgo válida a nomeação de bens à penhora feita pela parte executada. Lavre-se o respectivo termo de penhora, intimando-se a devedora para comparecer em Cartório e firmar o referido termo, através de seu representante legal, dentro do prazo de três dias, bem como para que, no prazo de trinta dias, querendo, ofereça embargos. Intimem-se.-Advs. MARCOS ANDRE DA CUNHA, MARCIO RODRIGO FRIZZO e MARCIO LUIZ BLAZIUS-.

154. EXECUÇÃO FISCAL-763/2009-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x M A FALLEIRO & CIA LTDA- A executada, devidamente citada, nomeou à penhora (créditos decorrentes de precatórios que possui em face do Estado do Paraná. Entretanto, a exeqüente veio aos autos, discordando da nomeação dos bens acima indicados. Considerando que a nomeação de bens a penhora realizada pelo executado não obedeceu a ordem legal, acolho a justificativa do exeqüente para o fim de determinar a penhora de dinheiro, que está em primeiro na ordem de preferência. Por força do convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário (sistema BACEN -JUD), via internet, solicitei o bloqueio de valores de contas eventualmente existentes em nome do executado, conforme expediente em anexo. Verifiquei que não foram encontrados valores para serem bloqueados. Adotando o entendimento priorizado inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná em casos análogos 1, entendo que a nomeação de precatórios à penhora é possível, sendo amplamente aceita pela jurisprudência pátria, por se tratar de crédito representativo de garantia hábil do juízo, para a discussão da dívida. Aliás, importante acrescentar que a gradação de bens disposta no artigo 11 da Lei nO 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais) não é absoluta, sendo pacífico o entendimento de que a ordem legal pode ser flexibilizada, observando, assim, o disposto no artigo 620 do Código de Processo Civil, o qual determina que a execução deverá seguir pelo modo menos gravoso para o devedor. Ademais, a tentativa de penhora "on fine" restou infrutífera, hipótese em que, a própria executada concordou previamente com a nomeação em caso de insuficiência da penhora eletrônica. Dessa forma, mostra-se possível e válida a nomeação de bens à penhora de precatório extraído contra a própria Fazenda Estadual. Portanto, julgo válida a nomeação de bens à penhora feita pela parte executada. Lavre-se o respectivo termo de penhora, intimando-se a devedora para comparecer em Cartório e firmar o referido termo, através de seu representante legal, dentro do prazo de três dias, bem como para que, no prazo de trinta dias, querendo, ofereça embargos. Intimem-se.-Advs. MARCOS ANDRE DA CUNHA, MARCIO RODRIGO FRIZZO e MARCIO LUIZ BLAZIUS-.

155. EXECUÇÃO FISCAL-0009718-03.2010.8.16.0017-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x PRESSURE COMPRESSORES LTDA- A executada, devidamente citada, nomeou à penhora
(créditos decorrentes de precatórios que possui em face do Estado do
Paraná. Entretanto, a exeqüente veio aos autos, discordando da nomeação
dos bens acima indicados.
Considerando que a nomeação de bens a penhora
realizada pelo executado não obedeceu a ordem legal, acolho a justificativa
do exeqüente para o fim de determinar a penhora de dinheiro, que está em
primeiro na ordem de preferência.
Por força do convênio firmado entre o Banco Central do
Brasil e o Poder Judiciário (sistema BACEN -JUD), via internet, solicitei o
bloqueio de valores de contas eventualmente existentes em nome do
executado, conforme expediente em anexo.
Vezque aquantia bloqueadafoi infima, em relação aovalor atualizado do débito ( inferior a 1% ) solicitei oseu desbloqueio.
Adotando o entendimento priorizado inclusive pelo
Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná em casos análogos 1, entendo que a
nomeação de precatórios à penhora é possível, sendo amplamente aceita
pela jurisprudência pátria, por se tratar de crédito representativo de garantia
hábil do juízo, para a discussão da dívida. Aliás, importante acrescentar que
a gradação de bens disposta no artigo 11 da Lei nO 6.830/80 (Lei de
Execuções Fiscais) não é absoluta, sendo pacífico o entendimento de que a
ordem legal pode ser flexibilizada, observando, assim, o disposto no artigo
620 do Código de Processo Civil, o qual determina que a execução deverá
seguir pelo modo menos gravoso para o devedor.
Ademais, a tentativa de penhora "on fine" restou
infrutífera, hipótese em que, a própria executada concordou previamente
com a nomeação em caso de insuficiência da penhora eletrônica.
Dessa forma, mostra-se possível e válida a nomeação de
bens à penhora de precatório extraído contra a própria Fazenda Estadual.

Portanto, julgo válida a nomeação de bens à penhora feita pela parte executada. Lavre-se o respectivo termo de penhora, intimando-se a devedora para comparecer em Cartório e firmar o referido termo, através de seu representante legal, dentro do prazo de três dias, bem como para que, no prazo de trinta dias, querendo, ofereça embargos. Intimem-se.-Advs. MARCOS ANDRE DA CUNHA e LUCIANA CASTALDO COLOSIO-.

156. EXECUÇÃO FISCAL-0009766-59.2010.8.16.0017-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x FARMACIA E DROGARIA NISSEI LTDA- A executada, devidamente citada, nomeou à penhora (créditos decorrentes de precatórios que possui em face do Estado do Paraná. Entretanto, a exeqüente veio aos autos, discordando da nomeação dos bens acima indicados. Considerando que a nomeação de bens a penhora realizada pelo executado não obedeceu a ordem legal, acolho a justificativa do exeqüente para o fim de determinar a penhora de dinheiro, que está em primeiro na ordem de preferência. Por força do convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário (sistema BACEN - JUD), via internet, solicitei o bloqueio de valores de contas eventualmente existentes em nome do executado, conforme expediente em anexo. Verifiquei que não foram encontrados valores para serem bloqueados. Adotando o entendimento priorizado inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná em casos análogos 1, entendo que a nomeação de precatórios à penhora é possível, sendo amplamente aceita pela jurisprudência pátria, por se tratar de crédito representativo de garantia hábil do juízo, para a discussão da dívida. Aliás, importante acrescentar que a gradação de bens disposta no artigo 11 da Lei nO 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais) não é absoluta, sendo pacífico o entendimento de que a ordem legal pode ser flexibilizada, observando, assim, o disposto no artigo 620 do Código de Processo Civil, o qual determina que a execução deverá seguir pelo modo menos gravoso para o devedor. Ademais, a tentativa de penhora "on fine" restou infrutífera, hipótese em que, a própria executada concordou previamente com a nomeação em caso de insuficiência da penhora eletrônica. Dessa forma, mostra-se possível e válida a nomeação de bens à penhora de precatório extraído contra a própria Fazenda Estadual. Portanto, julgo válida a nomeação de bens à penhora feita pela parte executada. Lavre-se o respectivo termo de penhora, intimando-se a devedora para comparecer em Cartório e firmar o referido termo, através de seu representante legal, dentro do prazo de três dias, bem como para que, no prazo de trinta dias, querendo, ofereça embargos. Intimem-se.-Advs. MARCOS ANDRE DA CUNHA e RODRIGO MENDES DOS SANTOS-.

157. EXECUÇÃO FISCAL-0009777-88.2010.8.16.0017-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x RECICLAVEIS FALCÃO LTDA- A executada, devidamente citada, nomeou à penhora (créditos decorrentes de precatórios que possui em face do Estado do Paraná. Entretanto, a exeqüente veio aos autos, discordando da nomeação dos bens acima indicados. Considerando que a nomeação de bens a penhora realizada pelo executado não obedeceu a ordem legal, acolho a justificativa do exeqüente para o fim de determinar a penhora de dinheiro, que está em primeiro na ordem de preferência. Por força do convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário (sistema BACEN -JUD), via internet, solicitei o bloqueio de valores de contas eventualmente existentes em nome do executado, conforme expediente em anexo. Verifiquei que não foram encontrados valores para serem bloqueados. Adotando o entendimento priorizado inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná em casos análogos 1, entendo que a nomeação de precatórios à penhora é possível, sendo amplamente aceita pela jurisprudência pátria, por se tratar de crédito representativo de garantia hábil do juízo, para a discussão da dívida. Aliás, importante acrescentar que a gradação de bens disposta no artigo 11 da Lei nO 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais) não é absoluto, sendo pacífico o entendimento de que a ordem legal pode ser flexibilizada, observando, assim, o disposto no artigo 620 do Código de Processo Civil, o qual determina que a execução deverá seguir pelo modo menos gravoso para o devedor. Ademais, a tentativa de penhora "on fine" restou infrutífera, hipótese em que, a própria executada concordou previamente com a nomeação em caso de insuficiência da penhora eletrônica. Dessa forma, mostra-se possível e válida a nomeação de bens à penhora de precatório extraído contra a própria Fazenda Estadual. Portanto, julgo válida a nomeação de bens à penhora feita pela parte executada. Lavre-se o respectivo termo de penhora, intimando-se a devedora para comparecer em Cartório e firmar o referido termo, através de seu representante legal, dentro do prazo de três dias, bem como para que, no prazo de trinta dias, querendo, ofereça embargos. Intimem-se.-Advs. MARCOS ANDRE DA CUNHA e MARCIA REJANE TOMIAZZI-.

158. EXECUÇÃO FISCAL-0013940-14.2010.8.16.0017-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x MAXBELT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- A executada, devidamente citada, nomeou à penhora (créditos decorrentes de precatórios que possui em face do Estado do Paraná. Entretanto, a exeqüente veio aos autos, discordando da nomeação dos bens acima indicados. Considerando que a nomeação de bens a penhora realizada pelo executado não obedeceu a ordem legal, acolho a justificativa do exeqüente para o fim de determinar a penhora de dinheiro, que está em primeiro na ordem de preferência. Por força do convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário (sistema BACEN -JUD), via internet, solicitei o bloqueio de valores de contas eventualmente existentes em nome do executado, conforme expediente em anexo. Vezque aquantia bloqueadafoi infima, em relação aovalor atualizado do débito ( inferior a 1% ) solicitei oseu desbloqueio. Adotando o entendimento priorizado inclusive pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná em casos análogos 1, entendo que a nomeação de precatórios à penhora é possível, sendo amplamente aceita pela jurisprudência pátria, por se tratar de crédito representativo de garantia hábil do juízo, para a discussão da dívida. Aliás, importante acrescentar que a gradação de bens disposta no artigo 11 da Lei nO 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais) não é absoluta, sendo pacífico o entendimento de que a ordem legal pode ser flexibilizada, observando, assim, o disposto no artigo 620 do Código de Processo Civil, o qual determina que a execução deverá seguir pelo modo menos gravoso para o devedor. Ademais, a tentativa de penhora "on fine" restou infrutífera, hipótese em que, a própria executada concordou previamente com a nomeação em caso de insuficiência da penhora eletrônica. Dessa forma, mostra-se possível e válida a nomeação de bens à penhora de precatório extraído contra a própria Fazenda Estadual. Portanto, julgo válida a nomeação de bens à penhora feita pela parte executada. Lavre-se o respectivo termo de penhora, intimando-se a devedora para comparecer em Cartório e firmar o referido termo, através de seu representante legal, dentro do prazo de três dias, bem como para que, no prazo de trinta dias, querendo, ofereça embargos. Intimem-se.-Advs. MARCOS ANDRE DA CUNHA e LUCIANA CASTALDO COLOSIO-.

159. CARTA PRECATÓRIA-94/2009-Oriundo da Comarca de VARA CIVEL DA COMARCA DE ASTORGA - PR-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ x INOXIDAVEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS IND LTDA-Para manifestar-se ante a(s) certidao(oes) do Sr. Oficial de Justiça de fl. 31-Adv. MARCOS ANDRE DA CUNHA-.

160. CARTA PRECATÓRIA-12/2010-Oriundo da Comarca de 1 VARA CIVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURAO-COOPERMIBRA COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA DO BRAS x ANTONIO BENITES e outro- Para apresentar o pagamento atualizado do débito -Adv. CARLOS HENRIQUE DOSCIATTI-.

29/09/2011

**JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CIVEL**
**DA COMARCA DE MARINGA - PARANA**
**107/2011**
**JUIZ DE DIREITO DR. WILLIAM ARTUR PUSSI**

**107/2011**

ADALBERTO FONSATTI 0064 011319/2010
ADEMAR MASSAKATSU FUZITA 0039 001211/2008
ALAN ROGERIO MINCACHE 0058 001820/2010
ALEX JULIO VALENTE 0017 000938/2006
ALEXANDRE GRABERT 0008 000433/2000
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0003 000630/1996
0027 000458/2008
0056 009739/2009
ALINE BRAGA DRUMMOND 0028 000523/2008
ALVARO MANOEL FURLAN 0002 000931/1995
ANA CAROLINA KROEFF 0040 001299/2008
ANA PAULA GEROTTI 0028 000523/2008
ANDREA GIOSA MANFRIM 0075 020048/2011
ANGELA MARIA SANCHES 0062 010434/2010
ANTONIO APARECIDO BONGIOR 0053 001323/2009
ANTONIO FIDELIS 0062 010434/2010
ARI ALVES PEREIRA 0028 000523/2008
ARNALDO ROMUALDO MARTINS 0006 000138/1998
ARNO JUNG 0015 000740/2006
AVANILSON ALVES ARAUJO 0014 000887/2005
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0010 000097/2004
0021 000726/2007
0025 000330/2008
0050 001000/2009
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0061 009099/2010
CAMILA OLIVEIRA DINIZ 0008 000433/2000
CARLOS EDUARDO CARVALHO D 0012 000272/2005
CAROLINE PAGAMUNICI PAILO 0032 000974/2008
CESAR AUGUSTO TERRA 0040 001299/2008
CIRO BRUNING 0014 000887/2005
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0067 013972/2010
DANIEL ROMANIUK PINHEIRO 0029 000589/2008
DIEGO RAFAEL RICHTER 0013 000740/2005
DIMITRY DA SILVA OPPA 0040 001299/2008
DOUGLAS GALVAO VILARDO 0030 000735/2008
0035 001050/2008
EDER FABRILO ROSA 0015 000740/2006
EDISON RAUEN VIANNA 0017 000938/2006
EDU ALEX SANDRO DOS SANTO 0049 000771/2009
EDUARDO BRUNING 0014 000887/2005
EDUARDO RODRIGO AUGUSTO D 0020 000530/2007
ELIEUZA SOUZA ESTRELA 0069 021882/2010
ELSA CRISTINA GALVAO MARC 0008 000433/2000
ERICA CLAUDIA FERREIRA 0024 000325/2008
ERNANI JOSE PERA JUNIOR 0031 000887/2008
0059 003542/2010
EUSTAQUIO DE OLIVEIRA JUN 0008 000433/2000
EVA APARECIDA LEMES ARIST 0040 001299/2008
EVANDRO DE ANDRADE RODRIG 0063 011113/2010
EVANDRO LUIZ MATTANO GEAR 0075 020048/2011
EVERSON SOUZA SAURA SILVA 0073 010909/2011
FABIA DOS SANTOS SACCO 0063 011113/2010
FABRICIO ZIR BOTHOME 0060 009027/2010
FERNANDA CELLA GIACOMETTO 0015 000740/2006
FERNANDA RIBEIRETE DE SOU 0014 000887/2005

FERNANDA TRAUTWEIN 0068 017575/2010
FLAVIANO BELLINATI GARCIA 0067 013972/2010
FLAVIO RENATO ROBATINI BI 0008 000433/2000
FLAVIO SANTANA VALGAS 0057 000639/2010
FRANCIELE ROMERO SANTOS 0060 009027/2010
GILBERTO STINGLIN LOTH 0040 001299/2008
GIOVANA CHRISTIE FAVORETT 0061 009099/2010
GIOVANA MICHELIN LETTI 0060 009027/2010
GISLAINE APARECIDA BERTON 0038 001195/2008
GUSTAVO FONTEQUE GIOZET 0055 001817/2009
HAMILTON JOSE OLIVEIRA 0017 000938/2006
HUGO FRANCISCO GOMES 0014 000887/2005
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0011 000023/2005
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0057 000639/2010
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0061 009099/2010
JAMIL JOSEPETTI JUNIOR 0020 000530/2007
JOAO PAULO DE CASTRO 0018 001195/2006
JOAQUIM ROBERTO TOMAZ 0047 000094/2009
JOSE FRANCISCO PEREIRA 0004 000117/1997
0007 000642/1999
JOSE IVAN GUIMARAES PEREI 0016 000771/2006
0023 000300/2008
0048 000174/2009
0058 001820/2010
JOSIELE ZAMPIERI DA MATA 0031 000887/2008
0059 003542/2010
0070 023455/2010
JOVI VIEIRA BARBOZA 0045 001650/2008
JULIO CESAR DA SILVA 0008 000433/2000
JULIO CESAR DALMOLIN 0057 000639/2010
0061 009099/2010
LAERCIO FONDAZZI 0014 000887/2005
LAURO FERNANDO ZANETTI 0005 000631/1997
LIANA CARLA GONÇALVES DOS 0056 009739/2009
LIGIA MARIA GIROTTO 0032 000974/2008
LUANA CHAGAS BUENO 0065 011895/2010
LUCIANE FARIA SILVA CURY 0040 001299/2008
LUIS FERNANDO DE CARMARGO 0070 023455/2010
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0022 000217/2008
LUIS ROBERTO MAÇANEIRO SA 0052 001088/2009
LUIZ CARLOS SANCHES 0015 000740/2006
LUIZ MANRIQUE 0009 000232/2003
LUIZ RAFAEL 0037 001148/2008
LUIZ RAFAEL 0042 001308/2008
MARCELO AZEVEDO JORGE 0018 001195/2006
MARCELO COCATO STELUTI 0004 000117/1997
MARCELO PALMA DA SILVA 0048 000174/2009
MARCIA APARECIDA DE JESUS 0051 001015/2009
MARCIA CONSTANTINO COLLI 0075 020048/2011
MARCIA L GUND 0061 009099/2010
MARCIA L. GUND 0011 000023/2005
MARCIO LUIS PIRATELLI 0046 001710/2008
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0010 000097/2004
0021 000726/2007
0025 000330/2008
MARCO ANTONIO LEMOS DUTRA 0033 001012/2008
MARCO AURELIO SCHLICHTA 0015 000740/2006
MARCOS ANTONIO PIOLA 0008 000433/2000
MARCOS CESAR CREPALDI BOR 0019 000375/2007
MARIA APARECIDA ALVES DA 0041 001302/2008
MARIA APARECIDA ALVES DA 0053 001323/2009
MARIA CLARA DE BRITO SANT 0072 007017/2011
MARIA DE LOURDES VIEL PUL 0004 000117/1997
MARIA JOSE VIEIRA 0036 001115/2008
MARISTELA FERRER GARCIA S 0047 000094/2009
MARYLISA LEONOR FRANCISCO 0026 000431/2008
MAURICIO DE CASTRO LANZIO 0066 012178/2010
MAYKON JONATHA RICHTER 0013 000740/2005
MICHELE BARTH ROCHA 0017 000938/2006
MILKEN JACQUELINE CENERIN 0057 000639/2010
MOISES ZANARDI 0023 000300/2008
MONIQUE FERREIRA BUENO 0025 000330/2008
NATASHA DE SA GOMES VILAR 0044 001536/2008
ORWILLE ROBERTSON DA SILV 0023 000300/2008
0025 000330/2008
ORWILLE ROBERTSON DA SILV 0071 027126/2010
OSVALDO EUGENIO SENHORINH 0074 018576/2011
PAULA LEANDRA BALADELI ZA 0028 000523/2008
PAULO LEMOS 0047 000094/2009
0049 000771/2009
PEDRO HENRIQUE DE MARQUI 0052 001088/2009
PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA 0050 001000/2009
PLINIO LOPES DA SILVA 0016 000771/2006
RAPHAEL FARIAS MARTINS 0049 000771/2009
RENATO RIBECHI 0045 001650/2008
RICARDO DA SILVEIRA E SIL 0021 000726/2007
RICARDO JORGE DA ROCHA PE 0026 000431/2008
RICARDO RIBEIRO 0012 000272/2005
RICARDO RIBEIRO 0073 010909/2011
ROGERIO VERDADE 0001 000107/1993
ROSANGELA DORTA DE OLIVEI 0014 000887/2005
RUBENS MELLO DAVID 0064 011319/2010
RUBIA RONCOLATO DA SILVA 0015 000740/2006
RUY PAMPLONA CORREA 0008 000433/2000
SANDRA ROSEMARY RODRIGUES 0065 011895/2010
SANDRO HENRIQUE TROVAO 0015 000740/2006
SERGIO COSTA 0060 009027/2010
SILVENEI DE CAMPOS 0048 000174/2009
SILVIA FERNANDA GIMENEZ V 0009 000232/2003
SILVIA HELENA CARVALHO 0059 003542/2010
SILVIO HENRIQUE MARQUES J 0014 000887/2005
0034 001028/2008
SILVIO LUIZ JANUARIO 0014 000887/2005
SILVONEI MAURO HASS 0017 000938/2006
SIMONE CHIODEROLLI NEGREL 0027 000458/2008
SUELI APARECIDA TAVARES 0054 001750/2009
TALES ANDRE FRANSIN 0064 011319/2010
TATIANA MANNA BELLASALMA 0021 000726/2007
TEÓFILO STEFANICHEN NETO 0067 013972/2010
THEREZINHA SANTOS GANASSI 0036 001115/2008
THIAGO HENRIQUE DA SILVA 0047 000094/2009
TIRSILEY DEBORA FORMIGONI 0025 000330/2008
VINICIUS SEGANTINE BUSATT 0023 000300/2008
WALTER POPPI 0030 000735/2008
0043 001311/2008
WANDERSON FONTINI DE SOUZ 0016 000771/2006
WILSON BOKORNY FERNANDES 0005 000631/1997
WILSON CLAUDIO DA SILVA 0018 001195/2006
WILSON JOSE DE FREITAS 0019 000375/2007

1. EMBARGOS À EXECUÇÃO-107/1993-R.M. IND. E COM. DE CALDEIRAS x PERFIMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRFILADOS LTDA - ME- Defiro o desarquivamento bem como a carga dos autos conforme requerido em petitório retro.-Adv. ROGERIO VERDADE-.

2. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-931/1995-MARCELO JOSE CAMPOS x PARE TETO IMOVEIS LTDA e outro-Para Retirar Alvará R$ 9,40 -Adv. ALVARO MANOEL FURLAN-.

3. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-630/1996-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x IRMAOS MAYER E CIA LTDA e outros-Através do sistema RENAJUD procedi a consulta de eventuais veículos registrados em nome dos executados. Deixei de solicitar o bloqueio vez que não há veículos registrados, conforme comprovante em anexo. Diga o exequente, no prazo de 05 dias, sob pena de extinçao. -Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

4. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-117/1997-BANCO DO BRASIL S/A x SD TRATOR E PECAS LTDA e outros- Quanto ao petitório de fls. 152/154, observo que o mesmo já fora analisado às fls. 167, posto que, indefiro o pedido de fls. 178/181. Intime-se o exequente para prosseguimento no feito.-Advs. JOSE FRANCISCO PEREIRA, MARCELO COCATO STELUTI e MARIA DE LOURDES VIEL PULZATTO-.

5. DECLARATÓRIA-631/1997-MARITEXTIL DIST DE CONF TECIDOS E ARMARINHOS LTDA x BANCO AMERICA DO SUL S/A-Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. WILSON BOKORNY FERNANDES e LAURO FERNANDO ZANETTI-.

6. MONITÓRIA-138/1998-RIO SÃO FRANCISCO COMPANHIA SECURIT CRÉD FINANC x JOSE TEORO e outro-Intime-se o requerente para depositar os honorários prévio da curadora nomeada às fls. 159. -Adv. ARNALDO ROMUALDO MARTINS-.

7. BUSCA E APREENSÃO-642/1999-BANCO SANTANDER NOROESTE S/A x SHIRLEY APARECIDA BARBOSA DE TOLEDO ANTONIO-1.Por força do convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário (sistema BACEN-JUD), via internet, solicitei o bloqueio de valores de contas eventualmente exitentes em nome do executado, conforme expediente em anexo. 2- Vez que o valor bloqueado foi ínfimo, em relação ao valor atualizado do débito, solicitei o seu desbloqueio. Através do RENAJUD solicitei o bloqueio do veículo registrado em nome da executada (comprovante em anexo). Se nada for requerido, arquivem-se.-Adv. JOSE FRANCISCO PEREIRA-.

8. COBRANCA C/C TUTELA ANTECIPAD-433/2000-ROMEU GOMES LEAO x PAULO HENRIQUE DA CRUZ ALVES e outros- Ciente da decisão do agravo de instrumento. Primeiramente, intime-se o requerido Paulo Henrique da Cruz Alves e os demais devedores conforme determinado no v. acórdão.-Advs. MARCOS ANTONIO PIOLA, EUSTAQUIO DE OLIVEIRA JUNIOR, FLAVIO RENATO ROBATINI BIGLIA, ALEXANDRE GRABERT, ELSA CRISTINA GALVAO MARCHIOTTO, RUY PAMPLONA CORREA, JULIO CESAR DA SILVA e CAMILA OLIVEIRA DINIZ-.

9. ORDINÁRIA DE COBRANÇA-0002726-70.2003.8.16.0017-INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO x NILDA PAULA BENITEZ-Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. LUIZ MANRIQUE e SILVIA FERNANDA GIMENEZ VIANA-.

10. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-97/2004-BANCO ITAÚ S/A x PRISMA SINALIZAÇOES E SERVIÇOS TECNICOS LTDA e outro- ao exequente para apresentar o valor atualizado do débito.-Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

11. SUMARIA DE INEXISTENCIA-23/2005-LUCIMAR DOS SANTOS NIERO x INTELIG-Para Retirar Alvará R$ 9,40 -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING e MARCIA L. GUND-.

12. MONITÓRIA-0005392-73.2005.8.16.0017-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE MARINGA SICREDI x ASSOCIAÇAO DOS LOJISTAS DO CENTRO SUL- Observo que a determinaçao de fls. 202 devia ter sido direcionada à requerida/embargante, pois foi quem havia requerido a prova pericial. Para evitar possíveis alegaçoes de nulidade, intime-se o réu/embargante, via procurador, para que, no prazo de 05 dias, diga se possui interesse na produção da prova pericial, devendo, desde logo, efetuar o depósito do vaor arbitrado. Não efetuando o depósito, contados e preparados, tornem-me conclusos para sentença.-Advs. RICARDO RIBEIRO e CARLOS EDUARDO CARVALHO DA SILVA-.

13. BUSCA E APREENSÃO-0005274-97.2005.8.16.0017-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIM x TEDDY MILTON DE SOUZA- Recolher

diligencias para mandado de citação.-Advs. MAYKON JONATHA RICHTER e DIEGO RAFAEL RICHTER-.
14. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-887/2005-ITAÚ SEGUROS S/A x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ e outro- Homologo o acordo entre a requerente e o segundo requerido, para que surtam os efeitos jurídicos e legais. Deverá a execuçao prosseguir contra o município de maringa.-Advs. CIRO BRUNING, EDUARDO BRUNING, FERNANDA RIBEIRETE DE SOUZA, LAERCIO FONDAZZI, SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR, ROSANGELA DORTA DE OLIVEIRA, AVANILSON ALVES ARAUJO, HUGO FRANCISCO GOMES e SILVIO LUIZ JANUARIO-.
15. EMBARGOS À EXECUÇÃO-740/2006-LOTEADORA SCHWABE LTDA x BAT NIVEL SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA- Intimem-se as partes da baixa dos autos. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. LUIZ CARLOS SANCHES, FERNANDA CELLA GIACOMETTO, RUBIA RONCOLATO DA SILVA, ARNO JUNG, MARCO AURELIO SCHLICHTA, EDER FABRILO ROSA e SANDRO HENRIQUE TROVAO-.
16. PRESTAÇÃO DE CONTAS-771/2006-DOUGLAS AUGUSTO DE CARVALHO COBRA x BANCO BRADESCO S/A- Intimem-se as partes da baixa dos autos. se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. WANDERSON FONTINI DE SOUZA, PLINIO LOPES DA SILVA e JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.
17. EXECUÇAO PROVISORIA-938/2006-JOAO ARAUJO DA SILVA x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL- Considerando o pagamento em duplicidade, defiro a dedução das prestações vindouras, conforme requerido.-Advs. ALEX JULIO VALENTE, MICHELE BARTH ROCHA, HAMILTON JOSE OLIVEIRA, EDISON RAUEN VIANNA e SILVONEI MAURO HASS-.
18. REPARAÇÃO DE DANOS-1195/2006-INDUSTRIA E COMERCIO DE GELO AMAZONAS LTDA x SAGRES DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA-1- Sendo tempestiva, recebo a apelação interposta pelo requerido, em ambos os seus efeitos. 2- Intime-se o requerente, ora apelado, para oferecimento de contra-razões. 3- Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens. -Advs. MARCELO AZEVEDO JORGE, WILSON CLAUDIO DA SILVA e JOAO PAULO DE CASTRO-.
19. BUSCA E APREENSÃO-375/2007-BANCO BRADESCO S/A x TRANSREGIANE TRANSPORTES S/A- Recolher diligencias para desentranhamento do mandado como requerido.-Advs. MARCOS CESAR CREPALDI BORNIA e WILSON JOSE DE FREITAS-.
20. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO-530/2007-CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA x FERTRACTOR COMERCIAL DE PEÇAS LTDA- Intimem-se as partes, por seus procuradores judiciais para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informem sobre a possibilidade real de celebracao de acordo, bem como, de toda forma, no mesmo prazo, especifiquem e justifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir -Advs. JAMIL JOSEPETTI JUNIOR e EDUARDO RODRIGO AUGUSTO DA COSTA-.
21. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-726/2007-LUIZ CELSO TORRENTE DE ANDRADE e outro x BANCO ITAU S/A e outro-1-Por força do convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário (Sistema Bacen-Jud), via internet, solicitei o bloqueio de valores de contas eventualmente existentes em nome do executado, conforme expediente em anexo. 2-Seguem as folhas impressas com a consulta, e respectivos bloqueios e a tranferência do valor do débito. 3-Após a informação do Banco de que os valores estão disponíveis, levre termo de penhora e intime-se o executado da penhora realizada e para que, querendo, apresente impugnação no prazo de 15 dias. -Advs. TATIANA MANNA BELLASALMA, RICARDO DA SILVEIRA E SILVA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.
22. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-217/2008-BANCO UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A x GORINI PRESTAÇAO DE SERVIÇO LTDA ME-1.Por força do convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e o Poder Judiciário (sistema BACEN-JUD), via internet, solicitei informações à respeito dos endereços dos executados. Segue em anexo as informações. Diga o exequente, sob pena de extinção. -Adv. LUIS OSCAR SIX BOTTON-.
23. EMBARGOS À EXECUÇÃO-300/2008-FACÇÃO A R LTDA ME e outro x BANCO BRADESCO S/A- Tendo-se em vista que o prazo requerido transcorreu integralmente, intimem-se as partes para manifestação a fim de que requeiram o que melhor de direito.-Advs. VINICIUS SEGANTINE BUSATTO PEREIRA, ORWILLE ROBERTSON DA SILVA MORIBE, JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA e MOISES ZANARDI-.
24. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-325/2008-BANCO SANTANDER S/A x DELMA GUIMARÃES DE FARIA-1- Intime-se a parte autora, por maio de seu procurador judicial, para que informe se ainda tem interesse no prosseguimento do feito. 2- Em caso afirmativo, deve o mesmo impulsioná-lo, na forma que entender de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do processo. 3- Na hipotese de o dr. procurador não se manifestar, intime-se pessoalmente a parte autora nos termos dos itens 1 e 2. -Adv. ERICA CLAUDIA FERREIRA-.
25. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS-330/2008-JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS x BANCO ITAÚ S/A-1- Sendo tempestiva, recebo a apelação interposta pelo requerente, em ambos os seus efeitos. 2- Intime-se o requerido, ora apelado, para oferecimento de contra-razões. 3- Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens. Tendo em vista a manfestaçao de fls. 176, por serem incontroversos, expeça-se alvara judicial em favor do exequente, possibilitando o levantamento da importância depositada em juízo às fls. 177.-Advs. ORWILLE ROBERTSON DA SILVA MORIBE, TIRSILEY DEBORA FORMIGONI CORREIA, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MONIQUE FERREIRA BUENO-.
26. REPARAÇAO DANOS MATER MORAIS-431/2008-CARLA VALÉRIA HURTADO x VIAÇÃO GARCIA LTDA-Para retirar e instruir Carta Precatória R$ 9,40 -Advs. MARYLISA LEONOR FRANCISCO BALBINO e RICARDO JORGE DA ROCHA PEREIRA-.
27. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-458/2008-BANCO SAFRA S/A x FARMÁCIA ALVORADA LTDA ME-Através do sistema RENAJUD procedi a consulta de eventuais veículos registrados em nome dos executados, sendo que não há veículos registrados. Diga o exequente, no prazo de 05 dias, sob pena de extinçao. -Advs. SIMONE CHIODEROLLI NEGRELLI e ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.
28. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS-0007187-12.2008.8.16.0017-ALEX SANDRO DOS SANTOS x SHOPPING AVENIDA CENTER- Intimem-se as partes da baixa dos autos. se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. ARI ALVES PEREIRA, PAULA LEANDRA BALADELI ZANGEROLLI, ALINE BRAGA DRUMMOND e ANA PAULA GEROTTI-.
29. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-589/2008-GENIVALDO GOMES DE MENEZES e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ- Intime-se a Fazenda para que se manifeste acerca da compensaçao proposta pela Fazenda Pública do Município de Maringá, no prazo de 10 dias.-Adv. DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA-.
30. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-735/2008-HILDA GARCIA DE FREITAS e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ- Manifeste-se ante o calculo de fls 176/187-Advs. WALTER POPPI e DOUGLAS GALVAO VILARDO-.
31. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-887/2008-ALTAMIRO DA SILVA e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para Retirar RPV -Advs. ERNANI JOSE PERA JUNIOR e JOSIELE ZAMPIERI DA MATA-.
32. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-974/2008-ANTONIO FRANCISCO CAMARGO e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para Retirar RPV -Advs. LIGIA MARIA GIROTTO e CAROLINE PAGAMUNICI PAILO-.
33. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1012/2008-JOAO BELATTO e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para Retirar RPV -Adv. MARCO ANTONIO LEMOS DUTRA-.
34. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1028/2008-ANDRE EDUARDO GOMES DE OLIVEIRA e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ- Primeiramente, intime-se a executada para que efetue o pagamento, conforme RPV protocolada.-Adv. SILVIO HENRIQUE MARQUES JUNIOR-.
35. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1050/2008-LUIZ CARLOS PAZINI e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ- Intime-se a executada para que efetue o depósito conforme requerido em petitório retro.-Adv. DOUGLAS GALVAO VILARDO-.
36. COBRANÇA-1115/2008-CONDOMINIO RESIDENCIAL ANCHIETA I x BANCO ITAU S/A- Manifeste-se o requerente à contestação apresentada no prazo de 15 dias.-Advs. THEREZINHA SANTOS GANASSIN e MARIA JOSE VIEIRA-.
37. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1148/2008-ADAILTON ARAUJO ALMEIDA e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para Retirar RPV -Adv. LUIZ RAFAEL-.
38. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1195/2008-DJAIR ROMEIRO BRAZ e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para Retirar RPV R$ 9,40 -Adv. GISLAINE APARECIDA BERTONI DE OLIVEIRA-.
39. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1211/2008-MARLENE FREITAS DE BARROS e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para Retirar RPV -Adv. ADEMAR MASSAKATSU FUZITA-.
40. DECLARATORIA INEXIGIBILIDADE-1299/2008-TN IND E COM DE MÓVEIS E INSTALAÇÕES COMERC LTDA x PLAST MÓVEL INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA e outros- Manifeste-se o exequente. Se nada for requerido, arquivem-se.-Advs. EVA APARECIDA LEMES ARISTO, LUCIANE FARIA SILVA CURY, DIMITRY DA SILVA OPPA, ANA CAROLINA KROEFF, GILBERTO STINGLIN LOTH e CESAR AUGUSTO TERRA-.
41. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1302/2008-ADEMIR SIMONI e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para Retirar RPV R$ 9,40 -Adv. MARIA APARECIDA ALVES DA SILVA-.
42. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1308/2008-IRINEO LAU NETO e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Para Retirar RPV -Adv. LUIZ RAFAEL-.
43. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1311/2008-ELSENOR DE SOUZA GUERRA e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ- Manifeste-se a exequente.-Adv. WALTER POPPI-.
44. PRESTAÇÃO DE CONTAS-1536/2008-FÊNIX INDÚSTRIA E COM DE MÓVEIS E ESTOFADOS LTDA x BANCO ITAU S/A-Para Retirar Alvará R$ 9,40 -Adv. NATASHA DE SA GOMES VILARDO-.
45. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1650/2008-TRECXON TREINAMENTO CONSULTORIA E SERVIÇOS S/C LTDA e outro x ELIZETE APARECIDA DOS SANTOS- Recolher diligencias de intimação.-Advs. JOVI VIEIRA BARBOZA e RENATO RIBECHI-.
46. REPARAÇÃO DE DANOS-1710/2008-UNIMED REGIONAL MARINGÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO x APLICAÇÃO TRANSPORTES LTDA e outros-Para retirar e instruir Carta Precatória R$ 9,40 -Adv. MARCIO LUIS PIRATELLI-.
47. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS-94/2009-CELSO VITAL DA SILVA e outro x RÁDIO MARINGÁ FM e outros-Para retirar e instruir Carta Precatória para inquirição da testemunha RICARDO CASAROLLI R$ 9,40 -Advs. JOAQUIM ROBERTO TOMAZ, THIAGO HENRIQUE DA SILVA, PAULO LEMOS e MARISTELA FERRER GARCIA SALVADOR-.
48. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS-174/2009-ADRIANA DE MACEDO CARAPELLI x BANCO BRADESCO S/A-1- Sendo tempestiva, recebo a apelação interposta pelo requerido, em ambos os seus efeitos. 2- Intime-se o requerente, ora apelado, para oferecimento de contra-razões. 3- Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens. -Advs. SILVENEI DE CAMPOS, MARCELO PALMA DA SILVA e JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.

49. COBRANÇA-771/2009-CONDOMÍNIO E EDIFÍCIO ALTEROSA x JULIO BERTUCI NETO e outro-1. Ao julgar o RECURSO ESPECIAL Nº 954.859 - RS (2007/0119225-2), a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, visando uniformizar a interpretação da lei federal, definiu, sob a relatoria do ministro Humberto Gomes de Barros, que independe de intimação pessoal a contagem do prazo de 15 dias para pagamento de condenação de quantia certa, após o que será acrescida a multa de 10% prevista no Código de Processo Civil (CPC, artigo 475-J). 2.Entretanto, tendo o exequente requerido a intimação do executado para pagamento em 15 dias independentemente da aplicação da multa, visando privilegiar a solução masi rápida e pacífica, bem como o pagamento voluntário do débito, intime-se o executado, por seu procurador para que em 15 dias cumpra a sentença de folhas 106, efetuando o pagamento do débito, sob pena de multa de 10% e imediata penhora de bens. 3.Observo que, seguindo o entendimento do STJ e da doutrina majoritária, não há necessidade de intimação pessoal da parte para cumprimento da sentença. 4.Se nao for efetuado o pagamento no prazo acima, desde já imponho à requerida/executada a pena de multa de 10% sobre o valor do débito, em favor do credor/exequente e determino a imediata exepedição de mandado/carta precatória para penhora de tantos bens quantos bastem para pagamento do debito. -Advs. RAPHAEL FARIAS MARTINS, EDU ALEX SANDRO DOS SANTOS VIEIRA e PAULO LEMOS-.

50. EMBARGOS À EXECUÇÃO-1000/2009-A. I. S. HERNANDEZ PRODUTOS DE LIMPEZA ME x BANCO ITAU S/A-1- Sendo tempestiva, recebo a apelação interposta pelo requerido, em ambos os seus efeitos. 2- Intime-se o requerente, ora apelado, para oferecimento de contra-razões. 3- Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens. -Advs. PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

51. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1015/2009-AUTO POSTO GARBUGIO LTDA x EDWALDO DA SILVA- Recolher diligencais para mandado de penhora e intimação.-Adv. MARCIA APARECIDA DE JESUS PITTA-.

52. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-1088/2009-HSBC BANK BRASIL - BANCO MÚLTIPLO x S P 4 PARTICIPAÇÕES LTDA-Para Retirar Alvará R$ 9,40 - Advs. LUIS ROBERTO MAÇANEIRO SANTOS e PEDRO HENRIQUE DE MARQUI FERREIRA-.

53. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA-1323/2009-BALDIN E BACHESK REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS ME e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ- Recolher diligencias para citação da executada, R$ 43,00.-Advs. ANTONIO APARECIDO BONGIORNO e MARIA APARECIDA ALVES DA SILVA-.

54. ALIENAÇAO JUDICIAL DE BEM COMUM-1750/2009-JANETE APARECIDA PAES DE ALMEIDA x CILSON DE OLIVEIRA E SILVA- para que, no prazo de 05 dias, informem se transigiram, e que se manifestem do despacho de fls. 45. Caso não tenha ocorrido o acordo, intime-se a parte autora para que, nesse mesmo prazo, impulsione o feito.-Adv. SUELI APARECIDA TAVARES-.

55. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-1817/2009-ENI DOMINGUES e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ-Intime-se a exequente para que se manifeste quanto à compensação proposta pela Fazenda Pública do Município de Maringá, no prazo de 10 dias. -Adv. GUSTAVO FONTEQUE GIOZET-.

56. REVISAO DE CLAUSULAS-0009739-13.2009.8.16.0017-FRANCISCO DOURADO DA SILVA x BANCO REAL- Intimem-se da redistribuição dos autos e intimem-se para manifestação.-Advs. LIANA CARLA GONÇALVES DOS SANTOS e ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

57. BUSCA E APREENSÃO-0000639-97.2010.8.16.0017-BV FINANCEIRA S.A CFI x MILTON RODRIGUES DA SILVA-Intimem-se as partes, por seus procuradores judiciais para que, no prazo de 05 (cinco) dias, digam se vislumbram a possibilidade real de celebracao de transacao nos presentes autos, devendo desde logo, de todo modo, especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir . -Advs. FLAVIO SANTANA VALGAS, MILKEN JACQUELINE CENERINI, JAIR ANTONIO WIEBELLING e JULIO CESAR DALMOLIN-.

58. EMBARGOS DO DEVEDOR-0001820-36.2010.8.16.0017-ITAIPAVA PARTICIPAÇÕES ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA e outros x BANCO BRADESCO S/A- Verifico que o feito comporta julgamento antecipado na forma do art. 330, I do CPC.-Advs. ALAN ROGERIO MINCACHE e JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.

59. DECLARATÓRIA-0003542-08.2010.8.16.0017-LEANDRO LOBAO LUZ e outros x BRASIL TELECOM CELULAR S/A e outro-1.Em sendo tempestivo o recurso e estando o mesmo acompanhado do devido preparo, recebo a apelação retro nos efeitos devolutivo e suspensivo. 2.Intime-se o apelado para contra- razoes, no prazo de 15 dias. 3.Apos, com ou sem manifestacao, subam os autos ao egregio Tribunal de Justica deste Estado,com as cautelas e homenagens de estilo -Advs. JOSIELE ZAMPIERI DA MATA, ERNANI JOSE PERA JUNIOR e SILVIA HELENA CARVALHO-.

60. RESTABELECIMENTO DE PLANO DE SAUDE-0009027-86.2010.8.16.0017-ODILMERI BITENCOURT RICCIARDI x FUNDAÇÃO SOCIAL SISTEL DE SEGURIDADE SACIAL-Para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal Ciente da decisão do agravo de instrumento. Cumpra-se o item 4 da decisão de fls. 231...qual seja: "Intimem-se as partes, por seus procuradores judiciais para que, no prazo de 05 (cinco) dias, digam se vislumbram a possibilidade real de celebracao de transacao nos presentes autos, devendo desde logo, de todo modo, especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir."-Advs. FRANCIELE ROMERO SANTOS, SERGIO COSTA, FABRICIO ZIR BOTHOME e GIOVANA MICHELIN LETTI-.

61. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0009099-73.2010.8.16.0017-JOSE VIANA DE SOUZA e outros x BANCO ITAU S/A-1- Sendo tempestiva, recebo a apelação interposta pelo requerido, em ambos os seus efeitos. 2- Intime-se o requerente, ora apelado, para oferecimento de contra-razões. 3- Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN, MARCIA L GUND, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO-.

62. RENOVATÓRIA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO-0010434-30.2010.8.16.0017-IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S/A x MARCOS CESAR HANDA e outros-O feito comporta julgamento antecipado na forma do art. 330, I dp CPC, não havendo necessidade de produção de provas além das já existentes nos autos.-Advs. ANGELA MARIA SANCHES e ANTONIO FIDELIS-.

63. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0011113-30.2010.8.16.0017-PEDRO MERGEN x DISTRIBUIDORA DE CONGELADOS MANDACARU LTDA-Recolher diligencias para mandado de penhora e intimação.-Advs. FABIA DOS SANTOS SACCO e EVANDRO DE ANDRADE RODRIGUES-.

64. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0011319-44.2010.8.16.0017-EMBALAGENS ARAPONGAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA x DOCEMELO INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA- Deixo para analisar a petição de fls. 139/141, após a manifestação do executado. Intime-se o executado para comprovar a distribuição da impugnação à execução a presente execuçao, no prazo de 05 dias.-Advs. ADALBERTO FONSATTI, TALES ANDRE FRANSIN e RUBENS MELLO DAVID-.

65. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0011895-37.2010.8.16.0017-FININ CRED FACTORING LTDA x DISTRIBUIDORA DE CONGELADOS MANDACARU LTDA- Inedefiro o pedido retro, posto que jpa realizado anteriormente, sendo que, restado infrutpifero. Intime-se o exequente para que dê prosseguimento ao feito, na forma que entender de direito, sob pena de extinção. Prazo de 05 dias.-Advs. LUANA CHAGAS BUENO e SANDRA ROSEMARY RODRIGUES DOS SANTOS-.

66. EXECUÇÃO-0012178-60.2010.8.16.0017-UNINGA UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR INGÁ LTDA x ADENILCE DAL`COLLI- Primeiramente, ao exequente para apresentar o valor atualizado do débito.-Adv. MAURICIO DE CASTRO LANZIOTTI-.

67. REEXECUÇÃO CONTRATUAL-0013972-19.2010.8.16.0017-ALDACIR APARECIDO ESCALHIANTE x BV FANANCEIRA S/A CREDITO INVESTIMENTO FINANCIAMEN-1- Sendo tempestiva, recebo a apelação interposta pelo requerido, em ambos os seus efeitos. 2- Intime-se o requerente, ora apelado, para oferecimento de contra-razões. 3- Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens. -Advs. TEÓFILO STEFANICHEN NETO, FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

68. ALVARÁ JUDICIAL-0017575-03.2010.8.16.0017-FLORINDA ALVES ALEXANDRE x O JUIZO-Para Retirar Alvará R$ 9,40 -Adv. FERNANDA TRAUTWEIN-.

69. REVISIONAL DE CONTA CORRENTE CUMULADA-0021882-97.2010.8.16.0017-T. DE ARAUJO BOLSAS - ME e outro x BANCO ITAU S/A- Intime-e o requerente para que apresente aos autos, cópia da inicial, do despacho inicial da pretensão da Ação de Execução de Título Extrajudicial sob o n.º 497/2011 ajuizada na 4.ª vara cível, em que reputa conexo, para que após, seja esta levada para análise.-Adv. ELIEUZA SOUZA ESTRELA-.

70. ORD DECLARATORIA-0023455-73.2010.8.16.0017-WAGNER DE BARROS LEITE (ESPOLIO) e outros x BRASIL TELECOM CELULAR S/A-1- Sendo tempestiva, recebo a apelação interposta pelo requerente, em ambos os seus efeitos. 2- Intime-se o requerido, ora apelado, para oferecimento de contra-razões. 3- Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com nossas homenagens. -Advs. JOSIELE ZAMPIERI DA MATA e LUIS FERNANDO DE CARMARGO HASEGAWA-.

71. INDENIZACAO POR ATO ILICITO-0027126-07.2010.8.16.0017-IRMÃOS BARALDI LTDA x DIMENSAO ILUMINAÇÃO LTDA-Para Retirar Alvará R$ 9,40 - Adv. ORWILLE ROBERTSON DA SILVA MORIBE-.

72. REVISIONAL DE CONTRATO-0007017-35.2011.8.16.0017-ANDRE VINICIOS DOS SANTOS x BANCO FINASA BMC S/A- Manifestear-se ante a devolução do AR/MP com a inscriçao "não localizaçao do executado".-Adv. MARIA CLARA DE BRITO SANTOS-.

73. EMBARGOS A EXECUÇAO TIT EXTRA-0010909-49.2011.8.16.0017-CHAMEGO IND. E COM. DE CONFECÇOES LTDA. x COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRED. DOS PEQUENOS EMP., MICR., E MICROEMPEENDEDORES DA REGIAO DE MARINGA - SICOOB METROPOLITANO-1-. Recebo os presentes Embargos para discussão. 2-.Observo que a embargante não cumpriu os requisitos contidos no Art.739-A do Código de Processo Civil, inserido pela entrada em vigor da Lei nº 11.382/06, consistentes na antecipada garantia da execução por penhora, depósito ou caução suficientes, motivo pelo qual que indefiro o pedido de suspensão da ação de execução de título extrajudicial. 3. 4-Intime-se o embargado/exequente para oferecer impugnação no prazo de 15 (quinze) dias. -Advs. RICARDO RIBEIRO e EVERSON SOUZA SAURA SILVA-.

74. ABATIMENTO DE PREÇO-0018576-86.2011.8.16.0017-CRISTIANE YUKIE TANIYAMA x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A- Das declaraçoes de renda apresentadas pela requerente extrai-se que a mesma não se enquadra nas condiçoes legais para que possa ser deferida em favor da mesma os benefícios da justiça gratuita, mormente porque possui uma renda mensal superior á dois salário mínimos, não estando, ortanto, em condiçoes de miserabilidade. Assim, indefiro os benefícios da justiça gratuita. Intime-se para promover o pagamento das custas processuais, no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição.-Adv. OSVALDO EUGENIO SENHORINHO OLIVO NETO-.

75. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0020048-25.2011.8.16.0017-MUNICÍPIO DE MARINGÁ x ORLANDO GONCALVES PEREIRA--1.Recebo os presentes Embargos para discussão com a suspensão da execução. 2.Certifique-se nos autso principais. 3.Intime-se o embargado/exequente para oferecer impugnação no prazo de 15

(quinze) dias. -Advs. ANDREA GIOSA MANFRIM, MARCIA CONSTANTINO COLLI e EVANDRO LUIZ MATTANO GEAROLA-.

29/09/2011

# 4ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE MARINGÁ**
**SECRETARIA DA QUARTA VARA CIVEL**
**JUIZ TITULAR: ALBERTO LUIS MARQUES DOS SANTOS**

**RELAÇÃO Nº 157/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADELINO GARBUGGIO 00048 001425/2009
00052 001826/2009
ADEMIR SOUZA E SILVA 00078 001202/2010
ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN 00095 001975/2010
00106 000593/2011
00110 000892/2011
ALAN MACHADO LEMES 00037 000772/2009
00064 000580/2010
ALBERTO ABRAO VAGNER DA ROCHA 00074 000833/2010
ALCEU MACHADO NETO 00027 000108/2009
00032 000496/2009
00070 000755/2010
ALESSANDRO DE GASPARO PINTO 00104 000555/2011
ALEXANDRE DA SILVA MORAES 00036 000735/2009
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 00082 001357/2010
ALEXANDRE THIOLLIER FILHO 00016 000495/2007
ALGEMIRO GONCALVES VALIM 00009 000210/2005
ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA 00056 002495/2009
AMILCAR DOUGLAS PACKER 00003 000055/1994
ANDREA GIOSA MANFRIM 00023 001134/2008
00046 001386/2009
00051 001812/2009
00072 000788/2010
ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA 00037 000772/2009
ANDRE LUIZ BONAT CORDEIRO 00070 000755/2010
ANGELICA CARNOVALE MARCOLA 00080 001318/2010
ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI 00069 000699/2010
ANTONIO CAMARGO JUNIOR 00068 000645/2010
00081 001321/2010
BLAS GOMM FILHO 00011 000927/2006
BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ 00005 000731/1998
00006 000259/2000
00008 000352/2004
00020 000443/2008
00028 000287/2009
00029 000307/2009
00039 000795/2009
00041 001118/2009
00075 000841/2010
00081 001321/2010
00085 001471/2010
00087 001586/2010
CAIO HENRIQUE LOPES RAMIRO 00072 000788/2010
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS 00009 000210/2005
CARLOS ALEXANDRE VAINE TAVARES 00007 000621/2002
CASSIA DE PAULA CAVALINI PAGANINI VIEIRA 00082 001357/2010
00090 001776/2010
CELSO APARECIDO DO NASCIMENTO 00083 001399/2010
CELSO PIRATELLI 00018 001466/2007
CESAR AUGUSTO TERRA 00042 001150/2009
00082 001357/2010
CIBELE MERLIN TORRES 00097 000175/2011
CLORIS DE FATIMA CAMPESTRINI 00003 000055/1994
CLOVIS BARROS BOTELHO NETO 00015 000400/2007
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES 00014 000390/2007
00038 000791/2009
00098 000177/2011
CRISTINA SMOLARECK 00084 001456/2010
DANIELA DE CARVALHO 00092 001904/2010
DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA 00026 001524/2008
00030 000335/2009
00031 000455/2009
00033 000520/2009
DIEGO MORETO FIORI 00103 000495/2011
DIRCEU BERNARDI JUNIOR 00012 001055/2006
00045 001332/2009
EDUARDO SANTOS HERNANDES 00065 000596/2010
ELIEUZA SOUZA ESTRELA 00053 001996/2009
00098 000177/2011
ELI PEREIRA DINIZ 00102 000486/2011
ELISABETH REGINA VENANCIO 00035 000690/2009
EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA 00014 000390/2007
ENEIDA WIRGUES 00053 001996/2009
ERNANI JOSE PERA JUNIOR 00057 000184/2010
00061 000344/2010
00067 000641/2010
00079 001207/2010
EVANDRO ALVES DOS SANTOS 00100 000345/2011
EVANDRO DE ANDRADE RODRIGUES 00034 000617/2009
EVANDRO RICARDO DE CASTRO 00035 000690/2009
FABIA DOS SANTOS SACCO 00034 000617/2009
FABIANA ALEXANDRE DA SILVEIRA DE SOUZA 00024 001322/2008
FABIOLA ROSA FERSTEMBERG 00064 000580/2010
FARES JAMIL FERES 00005 000731/1998
FERNANDO PAROLINI DE MORAES 00100 000345/2011
FERNANDO SANTIAGO JANUNCIO 00017 000983/2007
FRANCIELE CRISTINA FERREIRA 00009 000210/2005
FRANCIELI LOPES DOS SANTOS SUNELAITIS 00047 001407/2009
GIANNI CASTILHO FRAZATTO 00059 000223/2010
GILBERTO FLAVIO MONARIN 00019 000010/2008
HAMILTON JOSE OLIVEIRA 00019 000010/2008
HEBER LEPRE FREGNE 00083 001399/2010
00093 001941/2010
JAIME PEGO SIQUEIRA 00005 000731/1998
JAIR ANTONIO WIEBELLING 00060 000281/2010
00086 001517/2010
JAMIL JOSEPETTI JUNIOR 00054 002055/2009
JHONATHAS SUCUPIRA 00084 001456/2010
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO 00042 001150/2009
00082 001357/2010
JORGE ALEXANDRE DIAS AVILA 00050 001774/2009
JOSE CHIEZI DE OLIVEIRA 00065 000596/2010
JOSE FRANCISCO PEREIRA 00010 000972/2005
JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA 00003 000055/1994
JOSE WLADEMIR GARBUGGIO 00048 001425/2009
JOSIELE ZAMPIERI DA MATA 00079 001207/2010
JOVI VIEIRA BARBOZA 00042 001150/2009
JULIANA SIQUEIRA 00103 000495/2011
JULIO CESAR GOULART LANES 00073 000830/2010
JULIO CEZAR FERMENTAO 00059 000223/2010
KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI 00080 001318/2010
KATIA CRISTINE PUCCA BERNARDI 00027 000108/2009
00032 000496/2009
00058 000205/2010
00062 000451/2010
00063 000502/2010
00070 000755/2010
00088 001772/2010
00089 001773/2010
00091 001889/2010
LAURO FERNANDO ZANETTI 00002 000485/1993
LEILA CRISTIANE DA SILVA RANGEL 00033 000520/2009
LIGIA GARCIA PARRA ADRIANO 00004 000600/1998
LUCIANA SGARBI 00034 000617/2009
LUCIANO TEIXEIRA LEITE 00096 000048/2011
LUDOVICO ALBINO SAVARIS 00021 000521/2008
LUIS FERNANDO DE CAMARGO HASEGAWA 00055 002129/2009
00076 001057/2010
00079 001207/2010
MARCELLO DE CAMARGO T PANELLA 00016 000495/2007
MARCIA L GUND 00060 000281/2010
00086 001517/2010
MARCIO FERNANDO CANDEO DOS SANTOS 00013 001118/2006
MARCIO LUIZ BLAZIUS 00115 000660/2010
MARCIO RODRIGO FRIZZO 00115 000660/2010
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 00006 000259/2000
00008 000352/2004
00020 000443/2008
00028 000287/2009
00029 000307/2009
00039 000795/2009
00041 001118/2009
00075 000841/2010
00081 001321/2010
00085 001471/2010
00087 001586/2010
MARCO ALEXANDRE DE SOUZA SERRA 00007 000621/2002
MARCO ANTONIO BOSIO 00040 000849/2009
00050 001774/2009
MARCOS CESAR CREPALDI BORNIA 00066 000624/2010
00107 000706/2011
MARGARIDA DE FÁTIMA FERREIRA SALES CAMAR 00076 001057/2010
MARIA CAROLINA BRASSANINI CENTA 00114 000219/2008
MARIA DE LOURDES VIEL PULZATTO 00009 000210/2005
MARIANE CARDOSO MACAREVICH 00056 002495/2009
MARILLAC MARTINS DE AMORIM ANDRADE 00105 000592/2011
MARINO MORGATO 00003 000055/1994
MARIO EDUARDO CUNHA SANTANA 00099 000330/2011
MAURICIO MELO LUIZE 00044 001275/2009
MAURO JUNIOR SERAPHIM 00097 000175/2011
MAURO VIGNOTTI 00005 000731/1998
MESSIAS QUEIROZ UCHOA 00108 000735/2011
NEUZA TEBINKA SENHORINI 00023 001134/2008
NEVIA DE OLIVEIRA LOPES GONÇALVES 00103 000495/2011
NILTON LUIZ PACHECO LOURDES 00015 000400/2007
NOEME FRANCISCO SIQUEIRA 00034 000617/2009
OSWALDO DOS SANTOS JUNIOR 00065 000596/2010
PAULO CEZAR CENERINO 00077 001166/2010
PAULO JUSTINIANO DE SOUZA 00070 000755/2010
PLINIO MOCHI 00004 000600/1998
RACHEL ORDONIO DOMINGOS 00113 000914/2011

RAFAEL GUSTAVO DE MARCHI 00013 001118/2006
REGINA CELIA CARDOSO DE ANDRADE ASSIS 00094 001953/2010
REGINALDO FABRICIO DOS SANTOS 00070 000755/2010
REINALDO MIRICO ARONIS 00086 001517/2010
RICARDO JORGE ROCHA PEREIRA 00022 000827/2008
ROBERTO MARTINS 00101 000381/2011
RODRIGO DOLFINI 00085 001471/2010
ROGERIO EDUARDO DE CARVALHO BIM 00097 000175/2011
ROGERIO FALKEMBACH ANERIS 00055 002129/2009
ROGERIO QUAGLIA 00111 000893/2011
ROSA MARIA RIGON SPACK 00044 001275/2009
ROSANA CELIA DE PAULO CARAPUNARLA 00068 000645/2010
ROSANGELA MONTALVAO PEREIRA 00013 001118/2006
ROSEMERY BRENNER DESSOTTI 00096 000048/2011
RUBENS PEREIRA DE CARVALHO 00109 000774/2011
RUI CARLOS APARECIDO PICOLO 00073 000830/2010
SANDRA CALABRESE SIMÃO 00035 000690/2009
SANDRA MARIA DO NASCIMENTO GONCALVES SIL 00043 001255/2009
00049 001668/2009
00051 001812/2009
SANDRA ROSEMARY RODRIGUES DOS SANTOS 00071 000763/2010
SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO 00002 000485/1993
SONIA LETICIA DE MELLO CARDOSO 00083 001399/2010
00093 001941/2010
TATIANA VALESCA VROBLEWSKI 00095 001975/2010
TEOFILO STEFANICHEN NETO 00092 001904/2010
THEREZINHA SANTOS GANASSIN 00112 000898/2011
THIAGO HAVIARAS DA SILVA 00069 000699/2010
VALDECI APARECIDO DA SILVA 00091 001889/2010
VALERIA SANTOS TONDATO 00114 000219/2008
VILMA THOMAL 00025 001432/2008
00026 001524/2008
00031 000455/2009
VITOR TOFFOLI 00017 000983/2007
VIVIAN GRAMINHO 00064 000580/2010
WALBER PAVANI 00091 001889/2010
WALDIR FRARES 00115 000660/2010
WALTER DA COSTA 00083 001399/2010
00093 001941/2010
WALTER POPPI 00030 000335/2009
00046 001386/2009
WILSON JOSE DE FREITAS 00066 000624/2010
YURIM ALEXANDRE LUCAS 00001 000452/1993

1. SUMARIA DE RESSARCIMENTO-452/1993-GILMAR RAYMUNDO x RUY ALVES ROCHA LOURES e outro- Manifeste-se a parte autora sobre eventual pagamento, em cinco dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc).-Adv. YURIM ALEXANDRE LUCAS-.
2. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-485/1993-BANCO FRANCES E BRASILEIRO S/A x J GONZAGA E SEGUNDO LTDA e outros- Sobre a alegação de prescrição diga o exequente.-Advs. SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO e LAURO FERNANDO ZANETTI-.
3. INSOLVENCIA-55/1994-RENATO GALLI DA SILVA x O JUIZO- Defiro f.427. V. cls. quando o quadro geral for juntado nos autos 0462/1994.-Advs. AMILCAR DOUGLAS PACKER, CLORIS DE FATIMA CAMPESTRINI, MARINO MORGATO e JOSE IVAN GUIMARAES PEREIRA-.
4. DESPEJO CUMULADA COM COBRANCA-600/1998-JORGE YAMADA x JOAO MAURICIO REMIRES-Proferida sentença: (...) Isso posto, declaro a prescrição intercorrente, e julgo extinto o processo com resolução do mérito na forma do art. 269, IV, do CPC . Condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais. Não cabe a condenação em honorários advocatícios, na forma da fundamentação supra.-Advs. PLINIO MOCHI e LIGIA GARCIA PARRA ADRIANO-.
5. ORDINARIA DE INDENIZACAO-731/1998-JOSE CARLOS DOS SANTOS e outros x SOCIEDADE CONSTRUTORA CASABLANCA LTDA e outro- Primeiro, homologação de acordo depende de preparo prévio das custas. O pagador poderá incluir a despesa na conta para cobrá-la de quem de direito, oportunamente. Segundo, tendo em vista que o acordo envolve só alguns autores e só um dos réus, e para obviar futuras alegações de nulidade, dê-se vista aos outros autores e réus, que não participaram do acordo, para sobre ele falarem, querendo.-Advs. MAURO VIGNOTTI, FARES JAMIL FERES, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e JAIME PEGO SIQUEIRA-.
6. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-259/2000-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A x APARECIDA ODETE MAIAO DA ROCHA e outro-Manifeste-se a parte autora sobre as informações obtidas por meio de ofícios, em cinco dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.
7. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-621/2002-FININ CRED FACTORING LTDA x MOISES DIMAS VIEIRA DE CAMARGO- Fica a parte requerida intimada para efetuar o recolhimento das custas remanescentes, conforme as seguintes taxas, A SEREM PAGAS EM DUAS GUIAS SEPARADAS, conforme a unidade arrecadadora. Primeira guia destinada a Secretaria da 4ª Vara do Cível: Tabela IX, Item I = R$ 267,90, Tabela IX, item II (1 autuação) = R$ 9,40, Tabela IX, item III (3 ofícios/livros/docs.) = R$ 28,20 e 28 aviso(s) de publicação = R$ 78,96. Segunda guia destinada ao Distribuidor e ao Contador: Distribuição para o foro judicial = R$ 13,96, Averbação a margem da Distribuição = R$ 2,49, Baixa ou Retificação de distribuição = R$ 4,04, 2 conta(s) de qualquer natureza = R$ 20,17 e 1 cálculo de liquidação de sentença = R$ 31,02. ---------- As custas referentes a 4 citações, intimações ou notificações deverão ser pagas por meio de depósito no valor de R$ 178,50, a ser efetuado diretamente na conta do Oficial de Justiça Edmílson Tiné. O número da conta do oficial pode ser obtido em Secretaria. ----------Guia para pagamento das custas no site http://portal.tjpr.jus.br/web/funjus/guias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc).-Advs. CARLOS ALEXANDRE VAINE TAVARES e MARCO ALEXANDRE DE SOUZA SERRA-.
8. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-352/2004-BANCO ITAU S.A x R A P MOVEIS LTDA e outros-Manifeste a parte autora seu interesse no andamento do feito, em cinco dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.
9. REPARACAO DE DANOS-210/2005-ESPOLIO DE EITI KURODA x AGRI TILLAGE DO BRASIL LTDA- Reclamações quanto a compromisso e contradita de testemunha têm de ser formuladas antes do início da inquirição, pena de preclusão do tema. Logo, os reclamos retro são intempestivos e recaem sobre matéria precluса. Não havendo mais provas a colher, às alegações finais. Prazo sucessivo de dez dias, iniciando-se pela parte autora. Vencidos os prazos, se for necessária no caso a intervenção do Ministério Público, dê-se-lhe vista para emitir parecer. Depois, se foram requeridos e/ou deferidos os benefícios da LAJ (Lei Federal nº 1060, de 1950), registre-se para sentença e voltem, independente de preparo. Se não, contados e preparados, registre-se para sentença e voltem. -Advs. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS, ALGEMIRO GONCALVES VALIM, MARIA DE LOURDES VIEL PULZATTO e FRANCIELE CRISTINA FERREIRA-.
10. PRESTACAO DE CONTAS-972/2005-N REGINATO E CIA LTDA x UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A- Defiro mais trinta dias de prazo à autora para cumprir o despacho anterior.-Adv. JOSE FRANCISCO PEREIRA-.
11. DEPOSITO-927/2006-BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA x P IOMBRILLER TRANSPORTES LTDA e outros-Manifeste-se a parte autora sobre o retorno da Carta Precatória expedida para citação dos réus. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. BLAS GOMM FILHO-.
12. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-1055/2006-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO MARINGA x MARCELO JOSE TEIXEIRA-Ante a informação retro, aguardem os autos o prazo de sessenta dias para a parte constituir novo procurador. No silêncio, decorrido o prazo supra, v. os autos conclusos. Indefiro, ademais, a intimação dos advogados renunciantes dos atos processuais, por falta de amparo legal. Quanto à questão da reserva de valores, deliberarei quando houver numerário depositado nos autos. -Adv. DIRCEU BERNARDI JUNIOR-.
13. INTERDICAO-1118/2006-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x MAURILIO ALVES DOS SANTOS-Suspendo o processo por 180 dias. Decorrido o prazo, diga o Ministério Público. -Advs. MARCIO FERNANDO CANDEO DOS SANTOS, ROSANGELA MONTALVAO PEREIRA e RAFAEL GUSTAVO DE MARCHI-.
14. BUSCA E APREENSAO - FIDUCIARIA-390/2007-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAM E INVESTIMENTO x JACKSON ANDRE DA SILVA PINTO-Manifeste a parte autora seu interesse no andamento do feito, em cinco dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc).-Advs. EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.
15. SUMARIA DE RESSARCIMENTO-0006408-91.2007.8.16.0017-ATDL TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA x GERMINO GOTARDO- Oficie-se ao banco depositário determinando a transferência dos valores depositados nos autos para a conta corrente do procurador do autor, indicada às f. 316. Após, int-se-o para dizer em cinco dias se existe ainda algum crédito a ser perseguido em face do devedor. No silêncio, arquivem-se com as baixas, anotações e comunicações necessárias.----------Fica a parte requerida intimada para fornecer o nº do CPC de seu procurador, possibilitando a expedição de ofícios, conforme fl. 318.-Advs. CLOVIS BARROS BOTELHO NETO e NILTON LUIZ PACHECO LOURDES-.
16. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-495/2007-FREFER S/A IND E COM DE FERRO E ACO x CORTE E DOBRA PARANA IND E COM DE CHAPAS DE ACO LT e outros-Delibero sobre a exceção de pré-executividade de fls. 192 et seq. porque a questão da legitimidade passiva respeita às condições da ação, razão porque não há preclusão, e pode ser conhecida, até de ofício, a qualquer tempo. Assiste razão ao executado. Não há nos autos um documento sequer que indique ser ele sócio da empresa executada. Os documentos oriundos da Receita Federal indicam que ele foi o mero responsável pelo preenchimento das declarações que ali constam. Nada mais. Por outro lado, as certidões oriundas da junta comercial e que constam às fls. 53 e 202 dos autos dão conta de que o executado Sérgio não é nem foi sócio da pessoa jurídica executada. E intimada para falar sobre a exceção apresentada, a exequente desconversou, deixando de tratar do tema em debate. Acolho, portanto, a exceção de pré-executividade de fls. 192 e julgo extinta a execução em relação ao executado Sérgio Mangeti Rigueti tendo em vista sua ilegitimidade passiva ad causam. Baixas, anotações e comunicações necessárias. Determino que a Secretaria desta vara inclua minuta de desbloqueio em relação ao excluído, como requerido, via Bacenjud, juntando comprovante aos autos. Se, todavia, algum valor já foi transferido para conta judicial, autorizo a expedição de alvará, em favor do excluído, para levantamento. Rejeito, por outro lado, a aplicação das penas por litigância de má-fé porque não ficou provado o dolo da parte. A inclusão equivocada do executado parece ter decorrido de confusão e desatenção. Ademais, "Havendo contraditório na execução de pré-executividade, não há razão alguma para afastar o cabimento da verba honorária, configurada a sucumbência diante do julgamento de improcedência" (STJ-3ª T., REsp 296.932, rel. Min. Menezes Direito, j.15.10.01, não conheceram, v.u., DJU 4.2.02, p. 349). De modo que, pela derrota na

exceção de pré-executividade, condeno a exequente a pagar honorários advocatícios ao patrono do executado excluído no importe de R$ 600,00. -Advs. ALEXANDRE THIOLLIER FILHO e MARCELLO DE CAMARGO T PANELLA-.

17. ORDINARIA DE OBRIGACAO DE FAZER-983/2007-JOSE MANOEL PEREIRA x MOTOPLAY COMERCIO DE MOTOS LTDA-Fica a parte requerida intimada para preparar as custas de expedição de 1 ofício(s) (R$ 9,40), bem como PARA RETIRÁ-LO(S) em Secretaria, ou efetuar o recolhimento das despesas postais.---------Guia para pagamento das custas no site http://www.tjpr.jus.br/guias-de-recolhimento.---------O demonstrativo de pagamento será remetido à Secretaria automaticamente pelo sistema bancário no prazo de 24 horas após o pagamento, não sendo necessário apresentá-lo em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. FERNANDO SANTIAGO JANUNCIO e VITOR TOFFOLI-.

18. EMBARGOS A EXECUCAO-1466/2007-MUNICIPIO DE MARINGA x CLINICA ODONTOLOGICA PARIGOT DE SOUZA LTDA- Conforme despacho de fls. 55, fica a parte executada intimada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague a importância de R$ 369,95, devidamente atualizada e acrescida de juros de mora (valor da dívida em 26/08/2011), sob pena de ser efetivada a penhora onlina (via BACENJud) da importância acimda descrita, relativa aos honorários advocatícios fixados na sentença exequenda.-Adv. CELSO PIRATELLI-.

19. ORDINARIA DE COBRANCA-10/2008-COPEL DISTRIBUICAO S/A x PLASTECNICA IND E COM DE ARTIGOS DE PLASTICO LTDA-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo extinto o processo com resolução do mérito na forma do art. 269, I, do CPC, e julgo procedente o pedido inicial, nos termos da fundamentação retro, para condenar a ré a pagar em favor da autora a importância de R$ 37.002,03, acrescida de correção monetária, calculada pela média INPC/IBGE e IGP-DI/FGV, além de juros moratórios de 12% a.a., contados ambos da data do inadimplemento de cada uma das obrigações. Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em setecentos reais, por equidade, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, o fato de serem os serviços profissionais prestados no foro da sede da advocacia daquele, a relativa simplicidade da causa, e a abreviação do trabalho pelo julgamento antecipado.-Advs. HAMILTON JOSE OLIVEIRA e GILBERTO FLAVIO MONARIN-.

20. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-443/2008-BANCO ITAU S.A x HELENA A RODRIGUES E CIA LTDA ACS AMIGO COMPUTADOR e outros-Manifeste-se a parte autora acerca das informações obtidas por meio de ofícios, no prazo de dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

21. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-521/2008-ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO x RADIO ATALAIA DE MARINGA LTDA e outros-Fica a parte interessada intimada a efetuar o recolhimento das custas da diligência do Técnico Judiciário - Oficial de Justiça (avaliação). Tendo em vista que a emissão da guia respectiva ainda não está disponível no sítio virtual do Tribunal de Justiça do Paraná, ela poderá ser solicitada nesta Secretaria ou por intermédio do site http://migre.me/3Z1Hc, de cuja solicitação deverá constar, obrigatoriamente, o número dos autos, o nome das partes e a diligência a ser recolhida. Depois de emitida, a guia será encaminhada ao e-mail solicitante, no prazo de 24 horas, desde que o processo esteja na Secretaria. ----------O demonstrativo de pagamento será remetido à Secretaria automaticamente pelo sistema bancário no prazo de 24 horas após o pagamento, não sendo necessário apresentá-lo em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. LUDOVICO ALBINO SAVARIS-.

22. DECLARATORIA-0007007-93.2008.8.16.0017-VIACAO GARCIA LTDA x MUNICIPIO DE MARINGA-Execução contra município tem de seguir o rito do art. 730 do CPC. Cite-se, na forma desse dispositivo.----------Fica a parte interessada intimada a efetuar o recolhimento das custas da diligência do Técnico Judiciário - Oficial de Justiça (citação do Município de Maringá). Tendo em vista que a emissão da guia respectiva ainda não está disponível no sítio virtual do Tribunal de Justiça do Paraná, ela poderá ser solicitada nesta Secretaria ou por intermédio do site http://migre.me/3Z1Hc, de cuja solicitação deverá constar, obrigatoriamente, o número dos autos, o nome das partes e a diligência a ser recolhida. Depois de emitida, a guia será encaminhada ao e-mail solicitante, no prazo de 24 horas, desde que o processo esteja na Secretaria. ----------O demonstrativo de pagamento será remetido à Secretaria automaticamente pelo sistema bancário no prazo de 24 horas após o pagamento, não sendo necessário apresentá-lo em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. RICARDO JORGE ROCHA PEREIRA-.

23. LIQUIDACAO DE SENTENCA-1134/2008-LUCIA AUGUSTA GARCIA ALONSO e outros x MUNICIPIO DE MARINGA-Recebo e provejo os embargos declaratórios, porque, com efeito, houve erro material na decisão embargada, pois a RPV não pode ser fracionada, de modo que não cabe execução provisória e é necessário aguardar o julgamento da apelação. Razão porque, atribuindo aos embargos o efeito infringente que excepcionalmente se admite, declaro a decisão para receber o recurso em ambos os efeitos. Int.-se as partes desta decisão. Dessa intimação, reiniciar-se-á o prazo para eventual recurso. -Advs. NEUZA TEBINKA SENHORINI e ANDREA GIOSA MANFRIM-.

24. INTERDICAO-1322/2008-SALIN DOS SANTOS x PRISCILA THOMAZ DE OLIVEIRA-Fica a parte autora intimada para retirar 1 ofício expedido em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. FABIANA ALEXANDRE DA SILVEIRA DE SOUZA-.

25. LIQUIDACAO DE SENTENCA-1432/2008-DALTI FERREIRA TORTATO e outros x MUNICIPIO DE MARINGA-Fica a parte autora intimada para retirar a RPV e ofícios expedidos em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. VILMA THOMAL-.

26. LIQUIDACAO DE SENTENCA-1524/2008-LIDIA DE SA e outros x MUNICIPIO DE MARINGA- Homologo os cálculos dos autores, conforme constam na planilha adiante, anotando que os valores se acham atualizados até julho de 2011: Marcos Antônio Monteschio = R$ 1.493,63; Maria Aparecida Bispo = R$ 389,16; Mauro Tognin = R$ 2.330,24; Olívia de Souza Danezi = R$ 1.224,22; Valores totais = R$ 5.437,25; Honorários advocatícios = R$ 543,73. Int.-se e transitada esta em julgado expeçam as requisições de pequeno valor observados os valores acima. Indefiro o pleito retro quanto à redução das custas em 50% porque a norma invocada pela executada não se aplica ao presente caso visto que a isenção/redução mencionada no art. 23 do Regimento de Custas se aplicam aos processos de conhecimento e não às execuções. Quanto ao pedido de compensação de honorários, deixo esclarecido que os honorários advocatícios são, sim, compensáveis, nos termos da Súmula nº 306 do STJ ("Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte"), e isso "não colide com os preceitos dos arts. 22 e 23 da Lei 8.906/94" (REsp n° 155.135/MG, Rel. Min. Nilson Naves, DJU de 08/10/01)". (REsp n° 330.848/PR, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, j. 25/11/02, DJU de 10/3/03). Como este juízo ainda não se manifestou quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita, defiro o beneficio. Anote-se na autuação e observe-se, doravante. Assim, como os embargados são beneficiários da LAJ (Lei Federal nº 1060, de 1950), para cobrar os honorários advocatícios arbitrados em seu favor, ainda que mediante a compensação, o embargante tem de cumprir o art. 12 dessa lei: "A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita". É do município o ônus de provar que os embargados passaram a ter condições financeiras favoráveis, pois eles são beneficiados pela presunção de pobreza mencionada na mesma lei.-Advs. VILMA THOMAL e DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA-.

27. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-108/2009-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO MARINGA x SELECTA COLETA TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESIDUOS DA SAUDE LTDA e outro-Ante a informação retro, aguardem os autos o prazo de sessenta dias para a parte constituir novo procurador. No silêncio, decorrido o prazo supra, v. os autos conclusos. Indefiro, ademais, a intimação dos advogados renunciantes dos atos processuais, por falta de amparo legal. Quanto à questão da reserva de valores, deliberarei quando houver numerário depositado nos autos. -Advs. ALCEU MACHADO NETO e KATIA CRISTINE PUCCA BERNARDI-.

28. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-287/2009-BANCO ITAU S.A x GEOPLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e outros-Manifeste-se a parte autora acerca das informações obtidas por meio de ofícios, no prazo de dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

29. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-307/2009-BANCO ITAU S.A x CARNIEL E SARDANHA LTDA e outros-Manifeste-se a parte autora acerca das informações obtidas por meio de ofícios, em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

30. LIQUIDACAO DE SENTENCA-335/2009-ALBENICE PEREIRA DE CARVALHO e outros x MUNICIPIO DE MARINGA- Digam os autores sobre o prosseguimento. -Advs. WALTER POPPI e DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA-.

31. LIQUIDACAO DE SENTENCA-455/2009-ANGELO BRENZAM e outros x MUNICIPIO DE MARINGA- Homologo os cálculos dos autores, conforme constam na planilha adiante, anotando que os valores se acham atualizados até julho de 2011: Antônio Marcos Alves Sá = R$ 196,07; Arnaldo Lamari=R$ 1.093,97; Catarina Pergo Padovani = R$ 2.763,73; Valores totais = R$ 4.053,77; Honorários advocatícios = R$ 405,38. Int.-se e transitada esta em julgado expeçam as requisições de pequeno valor observados os valores acima. Quanto ao pedido de compensação de honorários, deixo esclarecido que os honorários advocatícios são, sim, compensáveis, nos termos da Súmula nº 306 do STJ ("Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte"), e isso "não colide com os preceitos dos arts. 22 e 23 da Lei 8.906/94" (REsp n° 155.135/MG, Rel. Min. Nilson Naves, DJU de 08/10/01)". (REsp n° 330.848/PR, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, j. 25/11/02, DJU de 10/3/03). Mas como os embargados são beneficiários da LAJ (Lei Federal nº 1060, de 1950), para cobrar os honorários advocatícios arbitrados em seu favor, ainda que mediante a compensação, o embargante tem de cumprir o art. 12 dessa lei: "A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita". É do município o ônus de provar que os embargados passaram a ter condições financeiras favoráveis, pois eles são beneficiados pela presunção de pobreza mencionada na mesma lei. Por fim, indefiro o pleito retro quanto à redução das custas em 50% porque a norma invocada pela executada

não se aplica ao presente caso visto que a isenção/redução mencionada no art. 23 do Regimento de Custas se aplicam aos processos de conhecimento e não às execuções.-Advs. VILMA THOMAL e DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA-.

32. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-496/2009-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO MARINGA x RAPOSO PNEUS LTDA e outro- Ante a informação retro, aguardem os autos o prazo de sessenta dias para a parte constituir novo procurador. No silêncio, decorrido o prazo supra, v. os autos conclusos. Indefiro, ademais, a intimação dos advogados renunciantes dos atos processuais, por falta de amparo legal. Quanto à questão da reserva de valores, deliberarei quando houver numerário depositado nos autos.----------Fica a parte autora intimada para preparar as custas de expedição de 1 ofício(s) (R$ 9,40), bem como PARA RETIRÁ-LO(S) em Secretaria, ou efetuar o recolhimento das despesas postais.---------Guia para pagamento das custas no site http://www.tjpr.jus.br/guias-de-recolhimento.---------O demonstrativo de pagamento será remetido à Secretaria automaticamente pelo sistema bancário no prazo de 24 horas após o pagamento, não sendo necessário apresentá-lo em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. ALCEU MACHADO NETO e KATIA CRISTINE PUCCA BERNARDI-.

33. LIQUIDACAO DE SENTENCA-520/2009-ZEFERINO PAZINATO x MUNICIPIO DE MARINGA- Recebo e desprovejo os presentes embargos pois não há contradição, omissão ou obscuridade que os justifique. No entanto, para que não haja dúvida, deixo esclarecido que os honorários advocatícios são, sim, compensáveis, nos termos da Súmula nº 306 do STJ ("Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte"), e isso "não colide com os preceitos dos arts. 22 e 23 da Lei 8.906/94" (REsp n ° 155.135/MG, Rel. Min. Nilson Naves, DJU de 08/10/01)". (REsp n° 330.848/PR, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, j. 25/11/02, DJU de 10/3/03). Já que ainda não foi apreciado o pedido de justiça gratuita, defiro esse benefício. Anote-se na autuação, e observe-se, doravante. Assim, como os embargados são beneficiários da LAJ (Lei Federal nº 1060, de 1950), para cobrar os honorários advocatícios arbitrados em seu favor, ainda que mediante a compensação, o embargante tem de cumprir o art. 12 dessa lei: "A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita". É do município o ônus de provar que os embargados passaram a ter condições financeiras favoráveis, pois eles são beneficiados pela presunção de pobreza mencionada na mesma lei. Int.-se as partes desta decisão. Dessa intimação, reiniciar-se-á o prazo para eventual recurso.-Advs. LEILA CRISTIANE DA SILVA RANGEL e DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA-.

34. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-617/2009-ANTONIA CLARA SILVA SANTOS x MUNICIPIO DE MARINGA-Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência e esclarecendo quais os fatos juridicamente relevantes que por meio de cada modalidade de prova indicada pretendem demonstrar, no prazo de 10 dias. No mesmo prazo, manifestem a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3MvwH). -Advs. EVANDRO DE ANDRADE RODRIGUES, FABIA DOS SANTOS SACCO, NOEME FRANCISCO SIQUEIRA e LUCIANA SGARBI-.

35. ORDINARIA DE INDENIZACAO-690/2009-MARIANA VICENTE DA SILVA x GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo improcedente o pedido inicial, pela inexistência de ato ilícito e conseqüente obrigação de indenizar. Condeno ainda a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em dois mil reais, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, a relativa simplicidade da causa.-Advs. EVANDRO RICARDO DE CASTRO, SANDRA CALABRESE SIMÃO e ELISABETH REGINA VENANCIO-.

36. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO-735/2009-SUELI MITSUE HATAKEYAMA x SONIA APARECIDA DAL PIVA- Manifeste a parte autora seu interesse no andamento do feito, em cinco dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc).-Adv. ALEXANDRE DA SILVA MORAES-.

37. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-772/2009-IVAN NILTON BORTOLOTTO x ITAU SEGUROS S/A- Avoco estes autos. Tendo em vista o que já foi decidido nos autos de embargos à execução apensos, julgo extinta a presente execução, ante a ausência de título hábil à sua válida e regular constituição, na forma do art. 267 IV do CPC.-Advs. ALAN MACHADO LEMES e ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA-.

38. DEPOSITO-791/2009-BANCO FINASA BMC S/A x JOSE ROBERTO MEIRA-Ficam as partes intimadas do arquivamento provisório dos autos, conforme requerimento da parte exequente, nos termos do artigo 791, III, do CPC, e do item 5.8.20, do Código de Normas. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

39. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-795/2009-BANCO ITAU S.A x V M DOMINGUES BEBIDAS e outro-Manifeste-se a parte autora acerca das informações obtidas por meio de ofícios, em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

40. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-849/2009-ANANIAS GOMES DOS SANTOS e outros x MUNICIPIO DE MARINGA- Homologo os cálculos dos autores, conforme constam na planilha adiante, anotando que os valores se acham atualizados até março de 2010: Ananias Gomes dos Santos = R$ 1.673,99; Gevanildo Dante Fiori = R$ 86,07; Homero Miranda Borges = R$ 2.326,48; José Rubens Monteiro Porto = R$ 4.267,82; Luiz Henrique Saboia Gomes =R$ 2.621,66; Mauro Fabretti = R$ 1.349,68; Nilda Granzotti Gula = R$ 2.232,11; Sidnei Modus= R$ 1.742,67; Wanderley Rezende = R$ 1.847,13; Maria Pereira de Souza = R$ 1.370,27; Elço Lourival da Silva = R$ 646,51; Valores totais = R$ 20.164,39; Honorários advocatícios = R$ 1.400,00. Int.-se e transitada esta em julgado expeçam as requisições de pequeno valor observados os valores acima. Defiro, por outro lado, a compensação desses créditos com os débitos que os autores têm para com o município, nos termos do art. 100 § 9º e § 10 da Constituição da República, acrescentados pela EC 62, e cujos valores constam abaixo: Jose Rubens Monteiro Porto = R$ 4.570,25; Luiz Henrique Saboia Gomes = R$ 11.437,74; Mauro Fabretti = R$ 2.207,47; Sidnei Modus = R$ 3.195,98; Elco Lourival da Silva = R$ 1.526,13; Valores totais = R$ 22.937,57. Tais valores devem integrar a documentação que instrui as RPV. A compensação deverá ser realizada pelo município no momento do pagamento da RPV. Os valores constantes acima deverão, na data da compensação, ser atualizados pelos critérios legais, que são estes: a) sobre os créditos dos autores incidem a.1) correção monetária pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e a.2) juros de mora idênticos aos incidentes sobre a caderneta de poupança. b) sobre os créditos do município incidem b.1) correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15), calculado pelo IBGE, nos termos do art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 0463/2003, e b.2) juros de 1% a.m. ou fração de mês, nos termos do art. 192 § 1º da Lei Complementar Municipal nº 677, b.3) sem prejuízo da multa também prevista naquela lei, se não estiver contemplada nos valores acima discriminados. Quanto à alegação dos autores em relação aos débitos pertencentes a Sidnei Modus, não têm razão, uma vez que o art. 100, § 9º, da Constituição Federal, incluiu as parcelas vincendas de parcelamento de dívida como passíveis de compensação. Da mesma forma, a alegação de que parte do débito está sendo discutida administrativamente não merece prosperar, vez que os documentos que acompanham a alegação nem mesmo possuem comprovante de protocolização junto ao órgão competente. Além do mais, o município comprovou o parcelamento desses débitos com os documentos que acosta à petição de f. 299. Se algum dos autores dever ao município mais do que o valor do seu crédito representado pela RPV aqui expedida, esta deverá ser utilizada como moeda de pagamento até o limite do seu valor, podendo o município perseguir o recebimento do saldo pelos meios legais. Os créditos que o município utilizar para fins de compensação ficarão extintos, até o limite do crédito de cada autora, devendo o município promover as baixas necessárias em seus cadastros e controles, e fornecer aos exequentes em questão comprovante hábil da quitação e certidão negativa. Indefiro o pleito retro quanto à redução das custas em 50% porque a norma invocada pela executada não se aplica ao presente caso visto que a isenção/redução mencionada no art. 23 do Regimento de Custas se aplicam aos processos de conhecimento e não às execuções. Por fim, formalize-se a juntada da petição de número 26049, que acompanha o presente despacho e que informa o julgamento do tribunal que reduziu os honorários advocatícios para R$ 1.400,00.-Adv. MARCO ANTONIO BOSIO-.

41. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-1118/2009-BANCO ITAU S.A x A A DA SILVA CONFECCOES - ME e outro-Manifeste-se a parte autora acerca das informações obtidas por meio de ofícios, em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

42. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-1150/2009-GUSTAVO DE FREITAS MORTARI x AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo extinto o processo com resolução do mérito na forma do art. 269, I, do CPC, e julgo parcialmente procedente o pedido inicial, nos termos da fundamentação retro, e assim: a) declaro extinta, pela consignação, a dívida do autor para com a ré, materializada no contrato descrito à f.3; b) condeno a ré a pagar em favor do autor cinco mil e quatrocentos reais, para reparação dos danos morais, com correção monetária calculada pelo índice misto (média IGP-DI/INPC) na forma do Decreto Federal nº 1544 de 30/6/1995 e contada da data de hoje, além de juros moratórios de 12% ao ano, contados da citação inicial. Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em setecentos reais, por equidade, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, o fato de serem os serviços profissionais prestados no foro da sede da advocacia daquele, a relativa simplicidade da causa, e a abreviação do trabalho pelo julgamento antecipado.-Advs. JOVI VIEIRA BARBOZA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e CESAR AUGUSTO TERRA-.

43. LIQUIDACAO DE SENTENCA-1255/2009-LUZIA APARECIDA BATISTA e outros x MUNICIPIO DE MARINGA-Fica a parte autora intimada para retirar a RPV e ofícios expedidos em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. SANDRA MARIA DO NASCIMENTO GONCALVES SILVA-.

44. DECLARATORIA-1275/2009-EDISON LUIZ BELENTANI e outros x ESTADO DO PARANA-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo extinto o processo com resolução do mérito na forma do art. 269, I, do CPC, e julgo improcedente o pedido inicial. Condeno os autores ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em novecentos reais, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, o fato de serem os serviços profissionais prestados no foro da sede da advocacia daquele e a relativa simplicidade da causa.-Advs. ROSA MARIA RIGON SPACK e MAURICIO MELO LUIZE-.

45. ORDINARIA ANULACAO ATO JURIDICO-1332/2009-ANISIO DOS SANTOS e outro x COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO MARINGA-Ante a informação retro, aguardem os autos o prazo de sessenta dias para a parte constituir novo procurador. No silêncio, decorrido o prazo supra, v. os autos conclusos. Indefiro, ademais, a intimação dos advogados renunciantes dos atos processuais, por falta de amparo legal. Quanto à questão da reserva de valores, deliberarei quando houver numerário depositado nos autos. -Adv. DIRCEU BERNARDI JUNIOR-.

46. LIQUIDACAO DE SENTENCA-1386/2009-ANA DE OLIVEIRA RODRIGUES e outros x MUNICIPIO DE MARINGA- Homologo os cálculos dos autores, conforme constam na planilha adiante, anotando que os valores se acham atualizados até outubro de 2009: Amâncio José Rodrigues = R$ 2.865,50; Ersom Martins da Silva = R$ 186,56; Ezequiel Martins da Silva = R$ 953,74; Lucinéia Teixeira da Silva = R$ 266,38; Lucimar Braido= R$ 1.182,76; Luiz Alberto Bortolotto = R$ 3.465,92; Nair de Melo Zanin = R$ 1.190,52; Pedro Irineu Andrioli = R$ 1.026,60; Rita de Cássia Perin de Oliveira = R$ 144,60; Valdomiro Gregório = R$ 1.693,71; Valores totais =R$ 12.976,29; Honorários advocatícios = R$ 1.297,63. Int.-se e transitada esta em julgado expeçam as requisições de pequeno valor observados os valores acima. Defiro, por outro lado, a compensação desses créditos com os débitos que os autores têm para com o município, nos termos do art. 100 § 9º e § 10 da Constituição da República, acrescentados pela EC 62, e cujos valores constam abaixo: Lucimar Braido = R$ 7.367,89; Valores totais = R$ 7.367,89. Tais valores devem integrar a documentação que instrui as RPV. A compensação deverá ser realizada pelo município no momento do pagamento da RPV. Os valores constantes acima deverão, na data da compensação, ser atualizados pelos critérios legais, que são estes: a) sobre os créditos dos autores incidem a.1) correção monetária pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e a.2) juros de mora idênticos aos incidentes sobre a caderneta de poupança. b) sobre os créditos do município incidem b.1) correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15), calculado pelo IBGE, nos termos do art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 0463/2003, e b.2) juros de 1% a.m. ou fração de mês, nos termos do art. 192 § 1º da Lei Complementar Municipal nº 677, b.3) sem prejuízo da multa também prevista naquela lei, se não estiver contemplada nos valores acima discriminados. Se algum dos autores dever ao município mais do que o valor do seu crédito representado pela RPV aqui expedida, esta deverá ser utilizada como moeda de pagamento até o limite do seu valor, podendo o município perseguir o recebimento do saldo pelos meios legais. Os créditos que o município utilizar para fins de compensação ficarão extintos, até o limite do crédito de cada autora, devendo o município promover as baixas necessárias em seus cadastros e controles, e fornecer aos exequentes em questão comprovante hábil da quitação e certidão negativa. Rejeito a pretensão do executado e mantenho o valor dos honorários advocatícios anteriormente arbitrados em 10% do valor executado, em obediência aos critérios traçados no art. 20, § 4º do CPC: (...). Por fim, indefiro o pleito retro quanto à redução das custas em 50% porque a norma invocada pela executada não se aplica ao presente caso visto que a isenção/redução mencionada no art. 23 do Regimento de Custas se aplicam aos processos de conhecimento e não às execuções.-Advs. WALTER POPPI e ANDREA GIOSA MANFRIM-.

47. LIQUIDACAO DE SENTENCA-1407/2009-ARMANDA MAZUQUINI FRAZAO e outro x MUNICIPIO DE MARINGA-Fica a parte autora intimada para retirar a RPV e ofícios expedidos em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. FRANCIELI LOPES DOS SANTOS SUNELAITIS-.

48. CAUTELAR INOMINADA-1425/2009-JANETE BATISTA SORIANO x MARCELO DE MARCHI e outros-Fica a parte requerente intimada para preparar as custas de expedição de 1 carta(s) de citação e 2 ofícios (R$ 9,40 cada), bem como PARA RETIRÁ-LO(S) em Secretaria, ou efetuar o recolhimento das despesas postais.-------Guia para pagamento das custas no site http://www.tjpr.jus.br/guias-de-recolhimento.----------O demonstrativo de pagamento será remetido à Secretaria automaticamente pelo sistema bancário no prazo de 24 horas após o pagamento, não sendo necessário apresentá-lo em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. ADELINO GARBUGGIO e JOSE WLADEMIR GARBUGGIO-.

49. LIQUIDACAO DE SENTENCA-1668/2009-SILVANO FERREIRA DOS SANTOS (ESPOLIO) x MUNICIPIO DE MARINGA-Fica a parte autora intimada para retirar a RPV e ofícios expedidos em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. SANDRA MARIA DO NASCIMENTO GONCALVES SILVA-.

50. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA-0009360-72.2009.8.16.0017-INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL e outro x MUNICIPIO DE MARINGA-Aguarde-se por dez dias pelo ofício do Tribunal, comunicando eventual concessão de efeito suspensivo ao agravo. Depois, se não for comunicada a concessão de tal efeito, cumpra-se a decisão agravada, que mantenho.----------Ficam os autores intimados para, no prazo de cinco dias, manifestarem-se sobre a proposta de compensação feita pelo Município de Maringá. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. JORGE ALEXANDRE DIAS AVILA e MARCO ANTONIO BOSIO-.

51. LIQUIDACAO DE SENTENCA-1812/2009-RENATO BATISTA e outros x MUNICIPIO DE MARINGA- Quanto aos débitos em nome de Renato Batista, os autores comprovaram que encontram-se com a exigibilidade suspensa pela apresentação de comprovante de pagamento. Assim, reformo a decisão de fls. 91 para que nela deixe de constar entre os débitos a serem compensados, aqueles que pertençam a Renato Batista. Decorrido o prazo de pagamento da RPV, com ou sem pagamento diga o exequente.-Advs. SANDRA MARIA DO NASCIMENTO GONCALVES SILVA e ANDREA GIOSA MANFRIM-.

52. DECLARATORIA NULIDADE ATO JURIDICO-1826/2009-JANETE BATISTA SORIANO x MARCELO DE MARCHI e outros-Fica a parte autora intimada para retirar a carta de citação expedida em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. ADELINO GARBUGGIO-.

53. DEPOSITO-1996/2009-BANCO FINASA BMC S/A x MICHELLE SILVA MARCONI-Revogo a decisão anterior porque equivocada. Como os autos conexos tramitam em outro juízo dessa comarca, a regra a ser aplicada é a que consta do art. 106 do CPC. E se vê das fls. 23 que este juízo foi o primeiro que despachou. Logo, a competência é deste juízo. Cite-se, como determinado às fls. 42.----------Fica a parte requerente intimada para preparar as custas de expedição de 1 carta(s) de citação (R$ 9,40), bem como PARA RETIRÁ-LA(S) em Secretaria, ou efetuar o recolhimento das despesas postais.-------Guia para pagamento das custas no site http://www.tjpr.jus.br/guias-de-recolhimento.----------O demonstrativo de pagamento será remetido à Secretaria automaticamente pelo sistema bancário no prazo de 24 horas após o pagamento, não sendo necessário apresentá-lo em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. ENEIDA WIRGUES e ELIEUZA SOUZA ESTRELA-.

54. ORDINARIA RESCISAO DE CONTRATO-2055/2009-VISOLUX PAINEIS LTDA x ECOSOL INDUSTRIA E COMERCIO DE AQUECEDOR SOLAR LTDA- Penhora de faturamento depende da indicação, pelo exeqüente, de depositário, por ela fornecido e, se for o caso, remunerado, que permaneça à disposição, na sede da executado, pelo tempo necessário para realizar a medida. Não cabe ao meirinho tal tarefa, mas apenas o recolhimento do numerário ao fim do expediente. E nomear o representante da executada para esse mister parece ser caminho certo para frustrar a medida. Indique a exeqüente, pois, o depositário.-Adv. JAMIL JOSEPETTI JUNIOR-.

55. REPETICAO DE INDEBITO-2129/2009-NIVALDO DA SILVA e outros x BRASIL TELECOM S/A-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo improcedente o pedido inicial, e revogo a liminar, nos termos da fundamentação retro, e julgo extinto o processo com resolução do mérito na forma do art. 269 I do CPC. Condeno os autores ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em seiscentos reais, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, o fato de serem os serviços profissionais prestados no foro da sede da advocacia daquele, a relativa simplicidade da causa, e a abreviação do trabalho pelo julgamento antecipado.-Advs. ROGERIO FALKEMBACH ANERIS e LUIS FERNANDO DE CAMARGO HASEGAWA-.

56. BUSCA E APREENSAO - FIDUCIARIA-2495/2009-BANCO SANTANDER S/A x CARLOS HENRIQUE BERNARDOCHI- Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, que informou não ter localizado o bem a ser apreendido. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc).-Advs. ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA e MARIANE CARDOSO MACAREVICH-.

57. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0002658-76.2010.8.16.0017-ESPOLIO DE GERALDO DEITOS e outros x BANCO ITAU S/A-Fica o exequente intimado para se manifestar sobre a impugnação, em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3MvwH) -Adv. ERNANI JOSE PERA JUNIOR-.

58. EMBARGOS A EXECUCAO-0002700-28.2010.8.16.0017-SELECTA COLETA TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESIDUOS DA SAUDE LTDA x COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO MARINGA-Ante a informação retro, aguardem os autos o prazo de sessenta dias para a parte constituir novo procurador. No silêncio, decorrido o prazo supra, v. os autos conclusos. Indefiro, ademais, a intimação dos advogados renunciantes dos atos processuais, por falta de amparo legal. Quanto à questão da reserva de valores, deliberarei quando houver numerário depositado nos autos. -Adv. KATIA CRISTINE PUCCA BERNARDI-.

59. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0003545-60.2010.8.16.0017-IGNEZ VICENTINI CALVI e outros x BANCO ITAU S/A-Fica o exequente intimado para se manifestar sobre a impugnação, em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3MvwH) -Advs. GIANNI CASTILHO FRAZATTO e JULIO CEZAR FERMENTAO-.

60. PRESTACAO DE CONTAS-0007144-07.2010.8.16.0017-A R MARQUES PRODUCOES FOTOGRAFICAS ME x BANCO ITAU S/A-Sobre o depósito e sobre os documentos juntados pela parte ré, manifeste-se a parte autora, em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING e MARCIA L GUND-.

61. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0008295-08.2010.8.16.0017-CLARICE LOLI e outros x BANCO ITAU S/A-Fica o exequente intimado para se manifestar sobre a impugnação, em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3MvwH) -Adv. ERNANI JOSE PERA JUNIOR-.

62. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0006723-17.2010.8.16.0017-COOP CREDITO RURAL DE MARINGA - SICREDI MARINGA x ELIAS BASSO-Ante a informação retro, aguardem os autos o prazo de sessenta dias para a parte constituir novo procurador. No silêncio, decorrido o prazo supra, v. os autos conclusos. Indefiro, ademais, a intimação dos advogados renunciantes dos atos processuais, por falta de amparo legal. Quanto à questão da reserva de valores, deliberarei quando houver numerário depositado nos autos. -Adv. KATIA CRISTINE PUCCA BERNARDI-.

63. DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE RELACAO JURÍDICA-0010222-09.2010.8.16.0017-ENGEDELP CONSTRUCOES CIVIS E INCORPORACOES LTDA x CASTRO COMERCIO DE DIVISORIAS LTDA e outro-Ante a informação retro, aguardem os autos o prazo de sessenta dias para a parte constituir novo procurador. No silêncio, decorrido o prazo supra, v. os autos conclusos. Indefiro, ademais, a intimação dos advogados renunciantes dos atos processuais, por falta de amparo legal. Quanto à questão da reserva de valores, deliberarei quando houver numerário depositado nos autos. -Adv. KATIA CRISTINE PUCCA BERNARDI-.

64. EMBARGOS A EXECUCAO-0010607-54.2010.8.16.0017-ITAU SEGUROS S/A x IVAN NILTON BORTOLOTTO-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 269 I do CPC, e procedente o pedido inicial, nos termos da fundamentação retro, para declarar nula a execução, na forma do art. 267 IV do CPC. Condeno o embargado ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em seiscentos reais, por equidade, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, o fato de serem os serviços profissionais prestados no foro da sede da advocacia daquele, a relativa simplicidade da causa, e a abreviação do trabalho pelo julgamento antecipado.-Advs. FABIOLA ROSA FERSTEMBERG, VIVIAN GRAMINHO e ALAN MACHADO LEMES-.

65. DECLARATORIA-0010641-29.2010.8.16.0017-DORIVAL FERREIRA DIAS x ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS MUNICIPAIS DE MARINGA-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo improcedente o pedido inicial, e julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 269, I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em seiscentos reais, por equidade, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, o fato de serem os serviços profissionais prestados no foro da sede da advocacia daquele, a relativa simplicidade da causa, e a abreviação do trabalho pelo julgamento antecipado.-Advs. JOSE CHIEZI DE OLIVEIRA, OSWALDO DOS SANTOS JUNIOR e EDUARDO SANTOS HERNANDES-.

66. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0011561-03.2010.8.16.0017-BANCO BRADESCO S/A x R C GARCIA CONSTRUCOES CIVIS ME e outro-Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão da Sra. Oficiala de Justiça, que deixou de proceder à penhora. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3MvwH). -Advs. WILSON JOSE DE FREITAS e MARCOS CESAR CREPALDI BORNIA-.

67. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0011898-89.2010.8.16.0017-PAULO VERGILIO ROBERTI e outros x BANCO ITAU S/A (SUCESSOR BANCO DO ESTADO DO PARANA-Fica o exequente intimado para se manifestar sobre a impugnação, em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3MvwH) -Adv. ERNANI JOSE PERA JUNIOR-.

68. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0012034-86.2010.8.16.0017-AMELIA AROCO PARDINI e outros x BANCO ITAU UNIBANCO S/A (SUCESSOR DO BANCO DO ESTA-Fica o exequente intimado para se manifestar sobre a impugnação, em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3MvwH) -Advs. ANTONIO CAMARGO JUNIOR e ROSANA CELIA DE PAULO CARAPUNARLA-.

69. ORDINARIA DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA-0012976-21.2010.8.16.0017-ISAC DE SOUZA e outros x BRADESCO SEGUROS S/A-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo improcedente o pedido inicial, julgo extinto o processo com resolução do mérito na forma do art. 269 I do CPC, e condeno os autores ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em um mil reais, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, o fato de serem os serviços profissionais prestados no foro da sede da advocacia daquele, a relativa simplicidade da causa, e a abreviação do trabalho pelo julgamento antecipado. Aplica-se à condenação sucumbencial o disposto no art. 12 da LAJ (Lei Federal nº 1060, de 1950): "A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita".-Advs. THIAGO HAVIARAS DA SILVA e ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI-.

70. REVISAO DE CONTRATO-0013520-09.2010.8.16.0017-PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA x COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE MARINGA - SICREDI-Quanto ao agravo de fls. 335, aguarde-se por dez dias pelo ofício do Tribunal, comunicando eventual concessão de efeito suspensivo ao agravo. Depois, se não for comunicada a concessão de tal efeito, cumpra-se a decisão agravada, que mantenho. Ante a informação retro, aguardem os autos o prazo de sessenta dias para a parte constituir novo procurador. No silêncio, decorrido o prazo supra, int.-se-a, por carta, para dar andamento ao feito, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento. Indefiro, ademais, a intimação dos advogados renunciantes dos atos processuais, por falta de amparo legal. Quanto à questão da reserva de valores, deliberarei quando houver numerário depositado nos autos.-Advs. REGINALDO FABRICIO DOS SANTOS, PAULO JUSTINIANO DE SOUZA, ANDRE LUIZ BONAT CORDEIRO, ALCEU MACHADO NETO e KATIA CRISTINE PUCCA BERNARDI-.

71. ACAO MONITORIA-0012988-35.2010.8.16.0017-FININ CRED FACTORING LTDA x JOSE JORGE DE QUEIROZ-Manifeste a parte autora seu interesse no andamento do feito, em cinco dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. SANDRA ROSEMARY RODRIGUES DOS SANTOS-.

72. EMBARGOS A EXECUCAO FUNDADA EM SENTENCA-0014218-15.2010.8.16.0017-MUNICIPIO DE MARINGA x ANTONIO CLAUDIO DIAS-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo procedentes os embargos, reconhecendo o excesso de execução e determinando o recálculo do valor da execução para que a) a correção monetária incida a contar do mês do pagamento, e não do mês de emissão da fatura, na forma da fundamentação; b) os juros sejam computados desde a data do trânsito em julgado da sentença exequenda, na forma da fundamentação; c) sejam excluídos da execução os valores incluídos na planilha do Exequente Marcelo Asbar e que constam nos relatórios da Copel em nome de outras pessoas. Transitada em julgado a presente sentença, certifique-se nos autos da execução apensa e, lá, int.-se os exequentes para exibirem cálculo correto, nos termos do dispositivo acima, intimando-se, depois, o município para falar a respeito dos cálculos, e também nos termos do art. 100 § 9º e § 10 da Constituição da República, acrescentados pela EC 62. Se, decorrido o prazo, o município não alegar ter créditos a compensar contra os autores, nem impugnar os cálculos, expeçam-se as requisições de pagamento e, em havendo depósito em favor dos exequentes, expeçam-se de pronto os alvarás para levantamento, arquivando-se os autos na sequência. Condeno os embargados ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor de excesso de execução apurado, por equidade, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, o fato de serem os serviços profissionais prestados no foro da sede da advocacia daquele, a relativa simplicidade da causa, e a abreviação do trabalho pelo julgamento antecipado. Aplica-se à condenação sucumbencial o disposto no art. 12 da LAJ (Lei Federal nº 1060, de 1950): "A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita".-Advs. ANDREA GIOSA MANFRIM e CAIO HENRIQUE LOPES RAMIRO-.

73. ORDINARIA DE INDENIZACAO-0014643-42.2010.8.16.0017-EDUARDO FERNANDO VIEIRA x CLARO S/A-Homologo por sentença, para que produza os efeitos pertinentes, a transação celebrada entre as partes, atribuindo-lhe força de título executivo, julgando extinto o processo com resolução de mérito na forma do art 269 III do CPC. Expeça-se alvará de levantamento, em favor do autor, dos valores depositados às f. 117. Custas e honorários na forma do acordo, observado o CN 2.7.2.1. Arq., com as baixas, comunicações e anotações necessárias. Se manifestada a renúncia ao direito de recorrer, homologo-a. -Advs. RUI CARLOS APARECIDO PICOLO e JULIO CESAR GOULART LANES-.

74. ACAO DIRETA-0014929-20.2010.8.16.0017-CAMPOS CAMPOS & CIA LTDA x MUNICIPIO DE MARINGA-Nos termos do despacho de f. 920, sobre os documentos juntados, diga o autor em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. ALBERTO ABRAO VAGNER DA ROCHA-.

75. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0014746-49.2010.8.16.0017-BANCO ITAU S/A x ZENAIDE SILVA PEREIRA e outros-Manifeste-se a parte autora sobre as informações obtidas por meio de ofícios, em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

76. DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE RELACAO JURÍDICA-0017926-73.2010.8.16.0017-BENEDITO SEBASTIAO CORREA DE ALMEIDA e outros x BRASIL TELECOM S/A-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo improcedente o pedido inicial, e revogo a liminar, nos termos da fundamentação retro, e julgo extinto o processo com resolução do mérito na forma do art. 269 I do CPC. Condeno os autores ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em seiscentos reais, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, o fato de serem os serviços profissionais prestados no foro da sede da advocacia daquele, a relativa simplicidade da causa, e a abreviação do trabalho pelo julgamento antecipado.-Advs. MARGARIDA DE FÁTIMA FERREIRA SALES CAMARINI e LUIS FERNANDO DE CAMARGO HASEGAWA-.

77. DECLARATORIA-0017954-41.2010.8.16.0017-SIDINEY FERREIRA GOMES x PREMIO COMERCIO DE MAQUINAS APARELHOS E EQUIPAMENT-Manifeste a parte autora seu interesse no andamento do feito, em cinco dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. PAULO CEZAR CENERINO-.

78. ACAO MONITORIA-0002147-78.2010.8.16.0017-ALCIDES VALENCIANO x JOSIANE APARECIDA DE ANDRADE - ME-Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 267 III do CPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Int.-se para pagar sob pena de bloqueio via Bacen/Renajud. Decorrido 5 dias da intimação, se não houver pagamento, proceda a secretaria o bloqueio na forma da Portaria 1/2011. Quando estiverem quitadas as custas, arq.. Providenciem-se as baixas e comunicações necessárias. -Adv. ADEMIR SOUZA E SILVA-.

79. DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE RELACAO JURÍDICA-0021666-39.2010.8.16.0017-MARLENE HELEBRANDO MORAES e outros x BRASIL TELECOM S/A-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo improcedente o pedido inicial, e revogo a liminar, nos termos da fundamentação retro, e julgo extinto o processo com resolução do mérito na forma do art. 269 I do CPC. Condeno os autores ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em seiscentos reais, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, o fato de serem os serviços profissionais prestados no foro da sede da advocacia daquele, a relativa simplicidade da causa, e a abreviação do trabalho pelo julgamento antecipado.-Advs. JOSIELE ZAMPIERI DA MATA, ERNANI JOSE PERA JUNIOR e LUIS FERNANDO DE CAMARGO HASEGAWA-.

80. ORDINARIA DE REVISAO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0022245-84.2010.8.16.0017-AMW ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS E PARTICIPACOE x BANCO DO BRASIL S/A-Especifiquem as partes

as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência e esclarecendo quais os fatos juridicamente relevantes que por meio de cada modalidade de prova indicada pretendem demonstrar, no prazo de 10 dias. No mesmo prazo, manifestem a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3MvwH). -Advs. ANGELICA CARNOVALE MARCOLA e KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI-.

81. CUMPRIMENTO DE SENTENCA-0022924-84.2010.8.16.0017-GILBERTO CEZAR PAVANELLI e outros x BANCO ITAU UNIBANCO S/A (SUCESSOR DO BANCO DO ESTA- Diligencie a Secretaria se o bloqueio ordenado às fls. 222 se efetivou. Em caso positivo, lavre-se a penhora com as intimações necessárias. Do contrário, diga(m) o exequente sobre o prosseguimento. Delibero, no mais, independentemente da diligência determinada supra, acerca da impugnação ao cumprimento da sentença, onde o executado alega, em suma, respectivamente que: a) a pretensão executória encontra-se prescrita; b) este juízo é incompetente para a execução; c) é inaplicável a multa do art. 475-J do CPC. Rejeito a tese de prescrição. O prazo prescricional para promover-se o cumprimento da sentença é o mesmo prazo previsto para o ajuizamento da respectiva ação de conhecimento. No presente, caso, considerando que a ação de conhecimento (ação civil pública) versa sobre direito pessoal, seu prazo prescricional era de vinte anos no regime do Código Civil de 1916, que vigia ao tempo da prolação da sentença exequenda. Assim, não há falar em decurso do prazo prescricional. Nesse sentido é a jurisprudência do TJPR: (...). Quanto à tese que sustenta a prescrição executória em prazo menor, rejeito-a. É cediço, e o Supremo Tribunal Federal corrobora o mesmo entendimento, que a prescrição executória ocorre no mesmo prazo prescricional que a ação: "Súmula 150: Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação." E o prazo prescricional que agora o executado defende contraria o preceito sumular descrito supra, pois, a decisão ora executada decidiu ser vintenário o prazo prescricional para os poupadores recuperarem as diferenças de suas poupanças, afastando, definitivamente, a prescrição em prazo menor, sustentada pelo banco. Essa decisão, como se sabe, encontra-se acobertada pelo manto da coisa julgada. Em face disso, não há como sustentar a aplicação do artigo 206, §3º, IV do novo Código Civil c/c o art. 2028 do codex porque isso afrontaria princípios como o da segurança jurídica bem como o da coisa julgada. Nesse sentido está hoje pacificada a jurisprudência do TJPR, resumida nos termos deste precedente: (...). Os demais argumentos aduzidos na impugnação ao cumprimento de sentença não procedem. A tese de incompetência deste juízo não procede, nos termos da jurisprudência majoritária aqui exemplificada, e cujos fundamentos se adota: (...). Ademais, recentemente o STJ, em ação onde o mesmo executado destes autos é parte, decidiu que decisões como a aqui executado valem para todo o território nacional, porque "Em momento algum o pedido é limitado à tutela de direitos dos associados, o que indica ter sido a demanda proposta em favor de todos os consumidores que, no território nacional, tenham sido lesados. A limitação do artigo 2-A da Lei n. 9.494/97, portanto, não se aplica" (Resp nº 411529). O exeqüente tem legitimidade para promover a execução em debate. A sentença exeqüenda, proferida em ação civil pública promovida pela Apadeco, beneficiou a todos os poupadores do Estado do Paraná, ainda que não fossem associados da autora. Nesse sentido é pacífica a jurisprudência: (...). A imaginada limitação dos efeitos da sentença aos poupadores com contas na comarca de Curitiba não existe, porque "Os 'limites da competência territorial do órgão prolator' de que trata o art. 16 da Lei nº 7.347/85, não são aqueles fixados na regra de organização judiciária quanto à competência do juízo, mas sim os que decorrem do art. 93 do CDC, em função do alcance do dano que deu causa à demanda. 4. Irrelevante o veto ao parágrafo único do art. 97 do CDC tendo em vista o § 2º do art. 98 e que a Lei não pode conter disposições inúteis" (...). Quanto ao mais, é devida a multa do 475-J do CPC. Nos termos da jurisprudência do STJ, é desnecessária intimação do vencido a cumprir a sentença voluntariamente (...). Como, todavia, o título que ampara a execução é anterior à reforma que introduziu o art. 475-J do CPC, foi ordenada a intimação do réu para cumprir a sentença no prazo de 15 dias sob pena de aplicação da mencionada multa. Como a executada não a cumpriu, a multa é devida. Rejeito, por isso, a impugnação ao cumprimento da sentença. Transitada em julgado, autorizo o levantamento pelo exeqüente do valor depositado, se houver. Depois, arq., com as baixas, anotações e comunicações necessárias.-Advs. ANTONIO CAMARGO JUNIOR, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

82. REVISAO DE CONTRATO-0023810-83.2010.8.16.0017-FRANCISCO NUNES DE ALMEIDA x AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-Como o réu apresentou duas contestações, tempestivas e protocoladas no mesmo dia, int.-se-o para, em cinco dias, dizer qual delas deverá permanecer nos autos. No silêncio, fica autorizada a Secretaria a desentranhar e restituir a quem de direito, mediante recibo nos autos, a peça processual de fls. 69/119 que foi protocolizada 15 minutos após a outra.----------Indefiro o pedido de f.208 porque não me parece que a questão seja simples como quer o réu. De fato, os depósitos foram e estão sendo feitos com intenção de elidir a mora. Mas só terão esse efeito se as teses revisionais do autor forem procedentes, e não se sabe se serão. Se não forem, a mora estará caracterizada, os depósitos não cumprirão o objetivo do autor, e a ação de busca e apreensão apensa será procedente; o banco terá direito ao veículo, mas não se sabe se terá direito também de levantar o valor. Tudo isso depende da final solução das questões pendentes, nestes autos e no apenso.-Advs. CASSIA DE PAULA CAVALINI PAGANINI VIEIRA, ALEXANDRE NELSON FERRAZ, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO e CESAR AUGUSTO TERRA-.

83. RECLAMACAO TRABALHISTA-0024641-34.2010.8.16.0017-OSVALDO CANDIDO MARTINS x UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA-Defiro a expedição de ofício à UNIOESTE e UEPG, para que informem se aplicam ou não horário noturno reduzido à jornada noturna de seus servidores. Após, digam as partes sobre a resposta. Se nada requererem, contados e preparados, v. para sentença.----------Fica a parte autora intimada para preparar as custas de expedição de 2 ofício(s) (R$ 9,40 cada), bem como PARA RETIRÁ-LO(S) em Secretaria, ou efetuar o recolhimento das despesas postais.---------Guia para pagamento das custas no site http://www.tjpr.jus.br/guias-de-recolhimento.---------O demonstrativo de pagamento será remetido à Secretaria automaticamente pelo sistema bancário no prazo de 24 horas após o pagamento, não sendo necessário apresentá-lo em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. WALTER DA COSTA, HEBER LEPRE FREGNE, CELSO APARECIDO DO NASCIMENTO e SONIA LETICIA DE MELLO CARDOSO-.

84. REVISAO DE CONTRATO-0025556-83.2010.8.16.0017-ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS x BANCO VOLKSWAGEN S/A-Homologo a desistência de fls., para os fins e efeitos do art. 158 do CPC, e, de consequência, julgo extinto o processo, na forma do art. 267, VIII, do CPC. Custas remanescentes pelo autor desistente. Int.-se para pagar sob pena de bloqueio via Bacen/Renajud. Decorridos 5 dias da intimação, se não houver o pagamento, proceda a secretaria o bloqueio na forma da Portaria 1/2011. Quando estiverem quitadas as custas, arq.. Providenciem-se as baixas e comunicações necessárias. -Advs. JHONATHAS SUCUPIRA e CRISTINA SMOLARECK-.

85. EMBARGOS A EXECUCAO-0023840-21.2010.8.16.0017-NR WORK ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTAO DE SEGURANCA E SAUDE DO TRABALHO LTDA e outro x BANCO ITAU S/A- O embargante juntou cópia parcial da inicial da ação que diz ser conexa. Junte cópia integral, pois sem ler a petição não há como saber se há conexão. Quanto à data do primeiro despacho, independente de estarem os autos conclusos essa informação pode ser obtida pela internet ou por certidão da serventia. Providencie o embargante.-Advs. RODRIGO DOLFINI, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

86. EMBARGOS A EXECUCAO-0025639-02.2010.8.16.0017-LUCIO BAVATO e outros x BANCO DO BRASIL S/A-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 269 IV do CPC, e procedentes os embargos, nos termos da fundamentação retro, para reconhecer a prescrição dos créditos executados, na forma da fundamentação supra, e assim, determinar a extinção dos autos de execução nº 0556/2010, apensos, com levantamento da constrição que lá houver, e anotações e baixas de estilo. Condeno o embargado ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em setecentos reais, por equidade, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, o fato de serem os serviços profissionais prestados no foro da sede da advocacia daquele, a relativa simplicidade da causa, e a abreviação do trabalho pelo julgamento antecipado.-Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING, MARCIA L GUND e REINALDO MIRICO ARONIS-.

87. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0027135-66.2010.8.16.0017-BANCO ITAU S/A x C A RODRIGUES DE SOUZA - RESTAURANTE ME e outro-Manifeste-se a parte autora acerca das informações obtidas por meio de ofícios, em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

88. ACAO MONITORIA-0026567-50.2010.8.16.0017-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO MARINGA x S I SILVA MATERIAIS DE CONSTRUCAO ME e outro-Ante a informação retro, aguardem os autos o prazo de sessenta dias para a parte constituir novo procurador. No silêncio, decorrido o prazo supra, v. os autos conclusos. Indefiro, ademais, a intimação dos advogados renunciantes dos atos processuais, por falta de amparo legal. Quanto à questão da reserva de valores, deliberarei quando houver numerário depositado nos autos. -Adv. KATIA CRISTINE PUCCA BERNARDI-.

89. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0026576-12.2010.8.16.0017-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO MARINGA x RICARDO CANDELORO CAMPOI-Ante a informação retro, aguardem os autos o prazo de sessenta dias para a parte constituir novo procurador. No silêncio, decorrido o prazo supra, v. os autos conclusos. Indefiro, ademais, a intimação dos advogados renunciantes dos atos processuais, por falta de amparo legal. Quanto à questão da reserva de valores, deliberarei quando houver numerário depositado nos autos. -Adv. KATIA CRISTINE PUCCA BERNARDI-.

90. BUSCA E APREENSAO - FIDUCIARIA-0025222-49.2010.8.16.0017-AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x FRANCISCO NUNES DE ALMEIDA- Avoquei. Sobre a alegação retro diga o requerido.-Adv. CASSIA DE PAULA CAVALINI PAGANINI VIEIRA-.

91. RESTITUICAO-0029864-65.2010.8.16.0017-GAS MAX TROPICAL LTDA x COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO MARINGA-Ante a informação retro, aguardem os autos o prazo de sessenta dias para a parte constituir novo procurador. No silêncio, decorrido o prazo supra, v. os autos conclusos. Indefiro, ademais, a intimação dos advogados renunciantes dos atos processuais, por falta de amparo legal. Quanto à questão da reserva de valores, deliberarei quando houver numerário depositado nos autos.----------Fica a parte autora intimada para retirar a carta de citação expedida em Secretaria -Advs. WALBER PAVANI, VALDECI APARECIDO DA SILVA e KATIA CRISTINE PUCCA BERNARDI-.

92. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0031892-06.2010.8.16.0017-WAGNER DIAS DE BARROS x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo procedente o pedido, e condeno a requerida a exibir nos autos, em trinta dias, sob pena de busca e apreensão, a cópia dos documentos mencionados na inicial. Anoto, para que não haja dúvida ou reclamação posterior, que os documentos já foram de fato, exibidos pela requerida. Isso, todavia, representa reconhecimento do direito do autor, e, por óbvio, não poderia levar à improcedência do pedido inicial, ou à extinção do processo sem resolução de mérito, soluções que penalizariam a parte que, como se viu, tinha razão. A solução cabível é a que consta acima, julgar procedente o pedido, apenas fazendo a ressalva de que a obrigação de fazer constituída nesta sentença já foi cumprida. Condeno a ré ao pagamento das custas e

despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em trezentos reais, por equidade, considerando o alto zelo do procurador da parte adversa, o fato de serem os serviços profissionais prestados no foro da sede da advocacia daquele, a relativa simplicidade da causa, e a abreviação do trabalho pelo julgamento antecipado.-Advs. TEOFILO STEFANICHEN NETO e DANIELA DE CARVALHO-.

93. RECLAMACAO TRABALHISTA-0032479-28.2010.8.16.0017-OSMAR FELICIO DOS REIS x UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA-Defiro a expedição de ofício à UNIOESTE e UEPG, para que informem se aplicam ou não horário noturno reduzido à jornada noturna de seus servidores. Após, digam as partes sobre a resposta. Se nada requererem, contados e preparados, v. para sentença.----------Fica a parte autora intimada para retirar dois ofícios expedidos em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. WALTER DA COSTA, HEBER LEPRE FREGNE e SONIA LETICIA DE MELLO CARDOSO-.

94. REPARACAO DE DANOS-0032591-94.2010.8.16.0017-ADEMIR COSTA e outro x INGA TURISMO E SERVICOS LTDA-Fica a parte autora intimada para retirar o ofício expedido em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. REGINA CELIA CARDOSO DE ANDRADE ASSIS-.

95. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0033082-04.2010.8.16.0017-JOAQUIM NAVES x BV FINANCEIRA S/A-Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência e esclarecendo quais os fatos juridicamente relevantes que por meio de cada modalidade de prova indicada pretendem demonstrar, no prazo de 10 dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

96. COMINATORIA-0000727-04.2011.8.16.0017-ANGELINA DONATTI PIVETA x UNIMED DE CIANORTE COOPERATIVA TRABALHO MEDICO LT- Já que a procuradora da autora informou que esta veio a óbito, suspendo o processo por 45 dias até que seja realizada a habilitação do espólio. Decorrido o prazo, digam. -Advs. ROSEMERY BRENNER DESSOTTI e LUCIANO TEIXEIRA LEITE-.

97. ORDINARIA DE COBRANCA-0002450-58.2011.8.16.0017-SKIN INDUSTRIA QUIMICA LTDA x ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA e outro-Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência e esclarecendo quais os fatos juridicamente relevantes que por meio de cada modalidade de prova indicada pretendem demonstrar, no prazo de 10 dias. No mesmo prazo, manifestem a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3MvwH). -Advs. ROGERIO EDUARDO DE CARVALHO BIM, MAURO JUNIOR SERAPHIM e CIBELE MERLIN TORRES-.

98. REVISAO DE CONTRATO-0002447-06.2011.8.16.0017-SANTO BARIZON x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Admito o agravo a permanecer retido nos autos, e como este já se encontra contrarrazoado, reformo a decisão de fls. 34, nos termos do art. 523, §2º do CPC. Com efeito, não vejo presente, neste momento, a prova inequívoca da verossimilhança, a que alude o art. 273 do CPC. Trata-se de cédula de crédito bancário, onde a capitalização de juros é admitida. Não há alegação nem prova de que os juros remuneratórios contratados superem a média de mercado. Ausente a prova inequívoca da verossimilhança, a que alude o art. 273 do CPC, indefiro a antecipação da tutela jurisdicional. (...). Int.-se as partes da presente decisão, bem como do ato ordinatório de fls. 224.-Advs. ELIEUZA SOUZA ESTRELA e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES-.

99. MANDADO DE SEGURANCA COLETIVO-0006321-96.2011.8.16.0017-ANDRE EDUARDO GOBETI x DAA DIRETORIA DE ASSUNTOS ACADEMICOS UEM e outro-Proferida sentença: (...) Isso posto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 267, VI, do CPC. Custas pelos impetrados. Não cabe a condenação em honorários nos termos da Súmula 512 do STF. Decorrido o prazo para recurso voluntário, subam os autos ao E. TJPR, para o reexame necessário (art. 12 p. ún. da Lei Federal nº 1533, de 1951).-Adv. MARIO EDUARDO CUNHA SANTANA-.

100. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0006195-46.2011.8.16.0017-JOSÉ APARECIDO FERREIRA DA SILVA x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Defiro os benefícios da Lei Federal nº1.060, de 1950. Anote-se na autuação, e observe-se, doravante. Cite-se como requer.----------Fica a parte autora intimada para retirar a carta de citação expedida em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Advs. EVANDRO ALVES DOS SANTOS e FERNANDO PAROLINI DE MORAES-.

101. SUMARIA DE COBRANCA-0004972-58.2011.8.16.0017-CONDOMINIO RESIDENCIAL VERA REGINA x RICARDO HIDEKI WADA-Manifeste-se a parte autora sobre a Carta de Citação devolvida pelos Correios, em dez dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3MvwH.) -Adv. ROBERTO MARTINS-.

102. REVISAO DE CONTRATO-0009758-48.2011.8.16.0017-ANDERSON ROGERIO RIBEIRO x BANCO FINASA S/A-Defiro os benefícios da Lei Federal nº1.060, de 1950. Anote-se na autuação, e observe-se, doravante. Cite-se como requer.----------Fica a parte autora intimada para retirar a carta de citação expedida em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. ELI PEREIRA DINIZ-.

103. INCIDENTE DE FALSIDADE-0009976-76.2011.8.16.0017-NEVIA DE OLIVEIRA LOPES GONCALVES x JULIANA SIQUEIRA- Especificamente para solução deste incidente, indiquem as partes, em dez dias, sob pena de preclusão, as provas que pretendem efetivamente produzir, indicando circunstanciadamente a finalidade de cada uma delas, bem como os pontos controvertidos que pretendem demonstrar com cada meio probante, a fim de poder o Juízo aferir da sua necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento. Ausência de atendimento a este despacho acarretará preclusão da faculdade de produção de provas, levando ao julgamento antecipado, nos termos da jurisprudência: "No processo civil, a falta de requerimento de alguma prova quando da especificação de provas, faz precluir a matéria, não gerando cerceamento de defesa" (...). Depois, se for necessária no caso a intervenção do Ministério Público, dê-se-lhe vista para o mesmo fim.-Advs. NEVIA DE OLIVEIRA LOPES GONÇALVES, DIEGO MORETO FIORI e JULIANA SIQUEIRA-.

104. ORDINARIA DE COBRANCA-0011148-53.2011.8.16.0017-LOURIVAL MIQUELONE x PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS-Indefiro os benefícios da LAJ (Lei Federal nº 1060, de 1950) pelas razões já lançadas na decisão anterior e também porque pelos documentos juntados pelo autor, bem como o extrato do DETRAN, retirado via sistema informatizado Renajud e que acompanha a presente decisão, demonstrando que o autor possui três veículos registrados em seu nome, permite-se concluir, ainda que sumariamente, que o autor possui condições financeiras que não se coadunam com o estado de miserabilidade que a Lei Federal 1060/1950 exige para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Feito o preparo, v.. -Adv. ALESSANDRO DE GASPARO PINTO-.

105. ALVARA JUDICIAL-0012313-38.2011.8.16.0017-EVELEIDA MARTINS VIANA DA CRUZ e outro x O JUIZO-Tendo em vista que estão presentes todos os requisitos legais que a medida reclama, e não há prova ou sinal de qualquer óbice à pretensão do(s) requerente(s), e não havendo, ademais, oposição do órgão do Ministério Público que se pronunciou no feito, julgo procedente o pedido e defiro a autorização, nos exatos termos em que foi pleiteada na inicial, para o fim específico de autorizar os autores a sacar os valores depositados em nome de Evelar Antonio Viana Martins, na conta de poupança na Caixa Econômica Federal. Expeça-se alvará válido por trinta dias. Dispensada prestação de contas. Se foi ou vier a ser manifestada a renúncia ao direito de recorrer, homologo-a desde já. Extingo o processo na forma do art. 269 I do CPC.-Adv. MARILLAC MARTINS DE AMORIM ANDRADE-.

106. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0012315-08.2011.8.16.0017-VERA LUCIA ALVES DE LIMA x BV FINANCEIRA S/A CFI-A ausência de manifestação no prazo demonstra que não é verdadeira a declaração de pobreza. Se o autor não quer exibir seus comprovantes de renda, só pode ser porque seriam incompatíveis com os benefícios da assistência jurídica gratuita. Indefiro, portanto, os benefícios da LAJ (Lei Federal nº 1060, de 1950), nos termos da jurisprudência: (...). Int.-se o autor para preparo de custas em 30 dias, pena de cancelamento da distribuição. -Adv. ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN-.

107. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0014357-30.2011.8.16.0017-BANCO BRADESCO S/A x W H L TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA e outro-Tendo em vista o acordo celebrado, fornecer endereço atualizado do réu, para preparo das custas. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. MARCOS CESAR CREPALDI BORNIA-.

108. ORDINARIA DE COBRANCA-0015720-52.2011.8.16.0017-SMT SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM TERMINAIS TELEFÔNICOS x OI BRASIL TELECOM S/A-Cite(m)-se, como requer. Fica a parte requerente intimada para preparar as custas de expedição de 1 carta(s) de citação (R$ 9,40), bem como PARA RETIRÁ-LA(S) em Secretaria, ou efetuar o recolhimento das despesas postais.-------Guia para pagamento das custas no site http://www.tjpr.jus.br/guias-de-recolhimento.----------O demonstrativo de pagamento será remetido à Secretaria automaticamente pelo sistema bancário no prazo de 24 horas após o pagamento, não sendo necessário apresentá-lo em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. MESSIAS QUEIROZ UCHOA-.

109. INDENIZACAO-0016334-57.2011.8.16.0017-EMILIA CASADO PIRES x CARLOS EDUARDO SABOIA GOMES-Defiro os benefícios da Lei Federal nº1.060, de 1950. Anote-se na autuação, e observe-se, doravante. Cite(m)-se o(s) réu(s) para responder, no prazo de lei, sob pena de revelia. Constem do ofício as advertências do art. 285 do CPC.----------Fica a parte autora intimada para retirar a carta de citação expedida em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. RUBENS PEREIRA DE CARVALHO-.

110. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0018289-26.2011.8.16.0017-MAURO ROBERTO PRESTES x BV FINANCEIRA S/A CFI-Manifeste-se a parte autora sobre a petição e sobre os documentos apresentados pela parte ré, em cinco dias. (Publicação efetuada independentemente de despacho conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. ADRIANE CRISTINA STEFANICHEN-.

111. ORDINARIA DE COBRANCA-0018302-25.2011.8.16.0017-ALESSANDRO SOLA x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA-Recebo a emenda retro. Anotações e comunicações necessárias. Considerando que essa vara cível não é privatizada, as custas processuais captadas em seus processos revertem para um fundo público, que será aplicado, dentre outras coisas, para promover a estatização de novas varas, e pagar os funcionários públicos que nelas trabalharão. Vê-se, pois, que as custas processuais, que nas varas privatizadas pertencem ao escrivão, nesta vara são públicas, e, como tal, deve o magistrado agir com máxima cautela para não conceder os benefícios da assistência judiciária gratuita a pessoas que, aos olhos da lei, não possam ser consideradas hipossuficientes. Ademais, já afirmou o STJ que "o Magistrado pode examinar as condições para o deferimento da assistência judiciária, avaliando as alegações feitas pela parte interessada" (...). Assim, antes de apreciar o pedido de justiça gratuita, e sem prejuízo de outras determinações que entenda necessárias para a aferição da real situação econômica da parte autora, determino que seja ela intimada para

que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho e, sendo empregado, de seu último comprovante de salário. Na hipótese de não ter apresentado declaração de imposto de renda, deverá apresentar certidão do DETRAN e dos cartórios de registro de imóveis do foro de seu domicílio. -Adv. ROGERIO QUAGLIA-.

112. ORDINARIA DE COBRANCA-0018153-29.2011.8.16.0017-CONDOMINIO RESIDENCIAL PRINCESA ANNE x MARIA MADALENA ARDUIN- A ré Maria Madalena Arduin compareceu nos autos, o que valida a citação segundo o art. 214 §1º CPC. Sobre o depósito retro, diga a parte autora em cinco dias.-Adv. THEREZINHA SANTOS GANASSIN-.

113. ORDINARIA DE COBRANCA-0018406-17.2011.8.16.0017-PATRICIA VIVIANE ANDUJAR x CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A-Defiro os benefícios da Lei Federal nº1.060, de 1950. Anote-se na autuação, e observe-se, doravante. Como a pauta de audiências está altamente congestionada, o trâmite pelo rito sumário causa maior demora no julgamento, razão porque converto o rito para ordinário. Medida que, ademais, não prejudica as partes, porque, além de maior velocidade no trâmite, terão maior amplitude de defesa. Anotações necessárias. Cite(m)-se o(s) réu(s) para responder, no prazo de lei, sob pena de revelia. Constem do ofício as advertências do art. 285 do CPC. Cite(m)-se o(s) réu(s) para responder, no prazo de lei, sob pena de revelia. Constem do ofício as advertências do art. 285 do CPC.--------Fica a parte autora intimada para retirar a carta de citação expedida em Secretaria. (Publicação efetuada independentemente de despacho, conforme as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2011, disponível em http://migre.me/3Z1Hc). -Adv. RACHEL ORDONIO DOMINGOS-.

114. EXECUCAO FISCAL-219/2008-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x ELETRO MARINGA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA- Hoje vigora a Emenda Constitucional no 62, de 9 de dezembro de 2009, que alterou o art. 100 da Constituição Federal e acrescentou o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, e dispondo: (...). Na prática a Emenda prorrogou o prazo de pagamento de todos os precatórios vencidos e não pagos, por até 15 anos. Ainda que o Estado do Paraná tenha optado pelo regime do art. 97, §1º, I do ADCT, (cf. Decreto Estadual 6335 de 23 de fevereiro de 2010), isso implica em prorrogação quase indefinida do prazo de pagamento das suas dívidas. Ainda mais considerando o disposto no § 6º desse dispositivo, pelo qual apenas 50% dos recursos depositados serão utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, porque o restante se destinará ao pagamento dos precatórios por meio do "leilão reverso". É que, nos termos do § 14, o regime especial vigorará enquanto o valor dos precatórios devidos for superior ao valor dos recursos vinculados. E, conforme o § 15, os precatórios parcelados na forma do art. 78 do ADCT e ainda pendentes de pagamento ingressam no dito regime especial. Comenta a respeito Kiyoshi Harada que a Emenda eliminou a figura da mora do precatório, deixando-o sem prazo de vencimento, e diz mais: (...). Adiante, comentando a nova redação do caput do art. 97 do ADCT, diz o doutrinador que: (...). E ao comentar o § 14 do art. 97 anota que: (...). Não vem ao caso discorrer sobre a moralidade e a justiça da solução eleita pelo Congresso para a questão dos precatórios. Há, lamentavelmente, só que verificar os efeitos da nova norma. Pois bem, os precatórios ofertados em garantia pelo executado, neste caso, se tornaram inexigíveis. A Emenda prorrogou por 15 anos o prazo de pagamento, de modo que os precatórios se tornaram dívidas não vencidas, ou seja, inexigíveis. Para quem interpretava a questão, antes de 9/12/09, como de compensação entre o crédito do contribuinte, representado pelo precatório, e o crédito tributário do Estado - e essa não era, s.m.j., a solução correta -, a solução, agora, é a impossibilidade da compensação: só se compensam créditos exigíveis. Crédito inexigível não pode ser compensado com dívida vencida. Para quem, como nós, entendia que o caso era de pagamento, porque o precatório vencido e não pago tinha poder liberatório, ou seja, valor de dinheiro vivo, a solução, no regime da EC 62, não cabe mais: só precatório vencido tinha valor de dinheiro, segundo o art. 78 do ADCT. Agora, os precatórios foram "desvencidos", não são mais exigíveis. Logo, não têm poder liberatório. Para quem, enfim, como o Estado, entendia os precatórios como meros títulos de crédito sujeitos à venda em leilão, nos executivos, a situação atual é a de que os créditos viraram moeda podre e já não valem nada. Ninguém, a não ser por valor irrisório, simbólico, comprará num leilão precatórios a serem pagos em módicas prestações ao longo de muitos anos, se é que não virá, no futuro, mais um calote sacramentado pelo Congresso. Em suma, os precatórios não servem mais de garantia nas execuções fiscais, nem de moeda para a quitação administrativa ou judicial das dívidas tributárias. Esse é o entendimento pacificado do TJPR, (...), o qual editou, recentemente, a súmula nº 20, que dispõe: (...). Razão porque é direito do exequente recusar a nomeação e requerer outra penhora, suficiente, e o dinheiro tem a preferência legal. Julgo, pois, ineficaz a nomeação dos precatórios à penhora. penhorem-se os bens que o credor indicou. Expeça-se mandado.-Advs. VALERIA SANTOS TONDATO e MARIA CAROLINA BRASSANINI CENTA-.

115. EXECUCAO FISCAL-0013463-88.2010.8.16.0017-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x PROTECAO SOLDAS E FERRAMENTAS LTDA- Hoje vigora a Emenda Constitucional no 62, de 9 de dezembro de 2009, que alterou o art. 100 da Constituição Federal e acrescentou o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, e dispondo: (...). Na prática a Emenda prorrogou o prazo de pagamento de todos os precatórios vencidos e não pagos, por até 15 anos. Ainda que o Estado do Paraná tenha optado pelo regime do art. 97, §1º, I do ADCT, (cf. Decreto Estadual 6335 de 23 de fevereiro de 2010), isso implica em prorrogação quase indefinida do prazo de pagamento das suas dívidas. Ainda mais considerando o disposto no § 6º desse dispositivo, pelo qual apenas 50% dos recursos depositados serão utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, porque o restante se destinará ao pagamento dos precatórios por meio do "leilão reverso". É que, nos termos do § 14, o regime especial vigorará enquanto o valor dos precatórios devidos for superior ao valor dos recursos vinculados. E, conforme o § 15, os precatórios parcelados na forma do art. 78 do ADCT e ainda pendentes de pagamento ingressam no dito regime especial. Comenta a respeito Kiyoshi Harada que a Emenda eliminou a figura da mora do precatório, deixando-o sem prazo de vencimento, e diz mais: (...). Adiante, comentando a nova redação do caput do art. 97 do ADCT, diz o doutrinador que: (...). E ao comentar o § 14 do art. 97 anota que: (...). Não vem ao caso discorrer sobre a moralidade e a justiça da solução eleita pelo Congresso para a questão dos precatórios. Há, lamentavelmente, só que verificar os efeitos da nova norma. Pois bem, os precatórios ofertados em garantia pelo executado, neste caso, se tornaram inexigíveis. A Emenda prorrogou por 15 anos o prazo de pagamento, de modo que os precatórios se tornaram dívidas não vencidas, ou seja, inexigíveis. Para quem interpretava a questão, antes de 9/12/09, como de compensação entre o crédito do contribuinte, representado pelo precatório, e o crédito tributário do Estado - e essa não era, s.m.j., a solução correta -, a solução, agora, é a impossibilidade da compensação: só se compensam créditos exigíveis. Crédito inexigível não pode ser compensado com dívida vencida. Para quem, como nós, entendia que o caso era de pagamento, porque o precatório vencido e não pago tinha poder liberatório, ou seja, valor de dinheiro vivo, a solução, no regime da EC 62, não cabe mais: só precatório vencido tinha valor de dinheiro, segundo o art. 78 do ADCT. Agora, os precatórios foram "desvencidos", não são mais exigíveis. Logo, não têm poder liberatório. Para quem, enfim, como o Estado, entendia os precatórios como meros títulos de crédito sujeitos à venda em leilão, nos executivos, a situação atual é a de que os créditos viraram moeda podre e já não valem nada. Ninguém, a não ser por valor irrisório, simbólico, comprará num leilão precatórios a serem pagos em módicas prestações ao longo de muitos anos, se é que não virá, no futuro, mais um calote sacramentado pelo Congresso. Em suma, os precatórios não servem mais de garantia nas execuções fiscais, nem de moeda para a quitação administrativa ou judicial das dívidas tributárias. Esse é o entendimento pacificado do TJPR, (...), o qual editou, recentemente, a súmula nº 20, que dispõe: (...). Razão porque é direito do exequente recusar a nomeação e requerer outra penhora, suficiente, e o dinheiro tem a preferência legal. Julgo, pois, ineficaz a nomeação dos precatórios à penhora. Determino que a Secretaria desta vara inclua minuta de bloqueio junto ao Bacen Jud, e também pelo sistema Renajud do DETRAN, juntando os extratos respectivos aos autos. O bloqueio será lançado contra o(s) CNPJ/CPF nº(s): 04.266.624/0001-06 e no valor de R$ 140.477,18. Cumpra, depois, a secretaria, o art. 98 da Portaria nº 1/2011. Por economia e celeridade, se não ocorrer bloqueio dispenso a impressão e juntada aos autos das telas do Bacenjud contendo as respostas negativas, a menos que a parte interessada o requeira expressamente. -Advs. WALDIR FRARES, MARCIO RODRIGO FRIZZO e MARCIO LUIZ BLAZIUS-.

Maringá, 29 de setembro de 2011.
ADRIANA APARECIDA DA COSTA - Diretora de Secretaria

# MATINHOS

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**SERVENTIA CIVEL E ANEXOS - COM. DE MATINHOS**
**RELACAO DE PUBLICACAO E PRAZO N.º 104/2011**
**DANIELLE GUIMARÃES DA COSTA**
**Juíza de Direito**
**AIRTON JOSE VENDRUSCOLO**
**Titular da Serventia**

**Relação n.º 104/2011**

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADAUTO VIANNA DINIZ 0093 000291/2006
ADILSON LUIS FERREIRA 0102 005643/2010
ADSON GABINO DE MORAES JU 0106 016802/2010
0107 016804/2010
ALCEU FERNANDES CENATTI 0030 000130/2008
0031 000180/2008
0047 000702/2009
0070 000505/2011
0076 003392/2011
0083 004810/2011
ALENCAR FREDERICO MARGRAF 0022 000274/2007
ALESSANDRA MADUREIRA DE O 0078 003989/2011
ALEXANDRE RECH 0103 009632/2010
ALVARO WENDHAUSEN DE ALBU 0111 004057/2011
ANA RENATA MACHADO 0099 000283/2010

ANDERSON FERREIRA 0059 000876/2010
ANDREA PASTUCH CARNEIRO 0002 000156/1999
ANDREA RICETTI BUENO FUSC 0094 000254/2007
ANDRÉ LUIZ PENTEADO BUENO 0099 000283/2010
ANGELA RITA PEDROLLO GUER 0055 000865/2009
ANTONIO CESAR FERREIRA PI 0001 000144/1999
ANTONIO CLAUDIMAR LUGLI 0063 005812/2010
0072 001535/2011
ANTONIO GOMES DA SILVA JU 0001 000144/1999
AQUIBALDO ALMEIDA LEITE 0006 000099/2001
AROLDO ANTONIO GLOMB 0001 000144/1999
AURACYR AZEVEDO DE MOURA 0008 000887/2003
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0049 000726/2009
BRUNO CIDADE MOPRGADO 0095 000310/2008
BRUNO MIRANDA QUADROS 0078 003989/2011
BÁRBARA FIRAKOWSKI FERREI 0073 001898/2011
CARLOS ALBERTO DISSENHA 0001 000144/1999
CARLOS ALBERTO FARRACHA D 0103 009632/2010
CARLOS BORGES CORDEIRO 0014 002468/2004
CARLOS CESAR LESSKIU 0074 001969/2011
CARLOS EDUARDO BORGES MAR 0017 002026/2005
0019 000792/2006
0069 019517/2010
0077 003872/2011
CARLOS HUMBERTO FERNANDES 0009 000113/2004
CASSIA CRISTINA H. PARRA 0010 001416/2004
CEZAR GIOVANI FERREIRA DA 0082 004806/2011
CICERO BRAZ PORTUGAL 0003 001093/1999
CIRO BRUNING 0006 000099/2001
CLEVERSON PAULO SANT'ANA 0022 000274/2007
CLÉLIA MARIA G. B. S. BET 0048 000725/2009
CRISTIAN LUIZ MORAES 0056 000885/2009
CRISTIANE BELINATI GARCIA 0013 002386/2004
CRISTIANE BELLINATI GARCI 0042 001398/2008
CÉLIO LUCAS MILANO 0025 000589/2007
CÉSAR AUGUSTO TERRA 0084 004818/2011
DANIEL BARBOSA MAIA 0010 001416/2004
0012 002221/2004
0013 002386/2004
DANIEL GILBERTO LEMOS PER 0013 002386/2004
0046 000466/2009
DANIEL HACHEM 0092 003307/2003
DANIELLE APARECIDA SUKOW 0058 000912/2009
DARIANE MARQUES MARTINELL 0017 002026/2005
DEBORA REGINA FERREIRA 0001 000144/1999
DIEGO MOURA MALHEIROS 0059 000876/2010
0070 000505/2011
0083 004810/2011
DOMINGOS JOAO BERNARDI 0098 000229/2010
EDGAR LUIS DIAS 0001 000144/1999
EDUARDO BRÜNING 0006 000099/2001
EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA 0062 003308/2010
ELIANI GARCIES CHOTI 0006 000099/2001
ELIO MASSAO KAWAMURA 0066 012672/2010
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI 0037 000477/2008
EMERSON LAUPENSPHLAGER SA 0013 002386/2004
0042 001398/2008
EMIR CALLUF FILHO 0020 000859/2006
EVANDRO MÁRIO LÁZZARI 0067 013285/2010
FABIANA SILVEIRA 0037 000477/2008
0038 000584/2008
FABIANE BIGOLIN WEIRICH A 0063 005812/2010
FABIANO BUZETTI MILANO 0025 000589/2007
FABIO LUIZ DE QUEIROZ TEL 0025 000589/2007
FERNANDO CESAR AZEVEDO PE 0060 002350/2010
FERNANDO CÉSAR DA COSTA F 0073 001898/2011
FLAVIANO BELINATI GARCIA 0013 002386/2004
FLAVIO SANTANNA VALGAS 0042 001398/2008
FLEUR FERNANDA LENZI JAHN 0019 000792/2006
FLÁVIA RAMOS VASQUES 0063 005812/2010
FLÁVIO PENTEADO GEROMINI 0071 001268/2011
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0071 001268/2011
GILBERTO JOSÉ DE CAMARGO 0104 010076/2010
GILMAR WILSON FERNANDES 0093 000291/2006
GISLAINE RUIZ GUILHEN 0006 000099/2001
GUILHERME ASSAD LARA 0063 005812/2010
GUILHERME ELACHE GUSI 0040 000615/2008
GUSTAVO DARIF BORTOLINI 0053 000819/2009
GUSTAVO PAES RABELLO 0010 001416/2004
0012 002221/2004
0013 002386/2004
0021 000874/2006
HAMILTON SCHMIDT COSTA FI 0023 000496/2007
HELIO PEREIRA CURY FILHO 0020 000859/2006
HUGO DE ALMEIDA BARBOSA 0039 000602/2008
HÉLIO LUIZ VITORINO BARCE 0113 005785/2011
IDAMARA ROCHA FERREIRA 0010 001416/2004
INGRID GIACHINI ALTHAUS 0026 000739/2007
IRINEU GALESKI JUNIOR 0005 000502/2000
IVAN RICARDO GOMES DA SIL 0059 000876/2010
JAIME DIAS DE OLIVEIRA JU 0013 002386/2004
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0071 001268/2011
JAMES BILL DANTAS 0025 000589/2007
JAQUELINE LOBO DA ROSA FE 0040 000615/2008
JEFFERSON GREY SANT´ANNA 0052 000770/2009
JEFFERSON J. BUENO DOS SA 0054 000831/2009
JOEL ANTONIO BETTEGA JUNI 0008 000887/2003
JORGE ANDRE ORTOLAN 0011 001555/2004
JORGE HAROLDO MARTINS 0016 001971/2005
0057 000897/2009
JOSAFÁ ANTONIO LEMES 0001 000144/1999
JOSE CID CAMPELO 0002 000156/1999
JOSE DA COSTA VALIM FILHO 0068 016777/2010
JOSEANE ARAÚJO GOUVEA BOR 0044 000193/2009
0085 005261/2011
JOSIANE A. PIURCOSKI 0073 001898/2011
JOSUÉ DYONÍSIO HECKE 0093 000291/2006
JOSÉ CARLOS BRANCO JÚNIOR 0066 012672/2010
JOSÉ DA COSTA VALIM NETO 0068 016777/2010
JOSÉ SILVIO GORI FILHO 0018 002098/2005
0075 002153/2011
JOÃO BATISTA DE TOLEDO 0007 000211/2001
JOÃO BATISTA DOS ANJOS 0001 000144/1999
JOÃO LUIZ MARTINECHEN BEG 0054 000831/2009
JOÃO LUIZ VIEIRA DA SILVA 0061 003231/2010
0087 005788/2011
0088 005789/2011
0089 005791/2011
JULIANA PERON RIFFEL 0090 005828/2011
JULIANO GONDIM VIANNA 0018 002098/2005
0020 000859/2006
0052 000770/2009
JÚLIO CESAR DALMOLIN 0112 004494/2011
KARINE KWIATKOWSKI SANTOS 0063 005812/2010
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0032 000194/2008
0037 000477/2008
0038 000584/2008
KIVAL DELLA BIANCA PAQUET 0097 000256/2009
LAERTES JOSÉ SANT'ANA COS 0022 000274/2007
LAERTES JOSÉ SANT'ANA COS 0022 000274/2007
LEILANE TREVISAN MORAES 0105 016799/2010
0106 016802/2010
0107 016804/2010
LEONARDO KURPIEL JUNIOR 0043 000143/2009
0050 000757/2009
0051 000760/2009
LEONEL TREVISAN JÚNIOR 0029 000040/2008
LORIANE GUISANTES DA ROSA 0041 000990/2008
LUCAS FERNANDO DE CASTRO 0028 000771/2007
LUCELIA BIAOBOCK PERES DE 0016 001971/2005
LUCIANA BERRO 0010 001416/2004
LUCIANA SANTOS COSTA 0028 000771/2007
0067 013285/2010
0079 004303/2011
LUCIANA SAVARIS MORCELLI 0100 000979/2010
LUCINEI ANTONIO LUGLI 0063 005812/2010
0072 001535/2011
LUDOVICO ALBINO SAVARIS 0100 000979/2010
LUIS ALBERTO SNIECIKOSKI 0098 000229/2010
LUIZ ALCEU GOMES BETTEGA 0048 000725/2009
LUIZ ANTONIO DE SOUZA 0003 001093/1999
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0076 003392/2011
LUIZ GUILHERME LEITE MEND 0020 000859/2006
0057 000897/2009
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0071 001268/2011
LUIZ ROBERTO RECH 0055 000865/2009
LÍZIA CEZÁRIO DE MARCHI 0072 001535/2011
MARCELO NASSIF MALUF 0053 000819/2009
MARCELO O. ANGELICO 0063 005812/2010
MARCIA APARECIDA COTTA 0016 001971/2005
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0062 003308/2010
MARCO AURÉLIO EHMKE PIZZO 0053 000819/2009
MARCOS AUGUSTO MALUCELLI 0080 004338/2011
MARCOS CÂNDIDO RODEIRO 0035 000259/2008
0045 000459/2009
MARCOS D AVILA 0001 000144/1999
MARCOS LUCIO CARNEIRO DE 0110 001281/2011
MARGARETH ZANARDINI 0036 000420/2008
MARIA AMELIA CASSIANA MAS 0053 000819/2009
MARIA JOSE TAVORA GIL BEL 0004 000151/2000
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0078 003989/2011
MARISOL BENTO MERINO 0109 001210/2011
MARLENE OLIVEIRA DE ALMEI 0015 001919/2005
MARTA RIBEIRO DALA COSTA 0019 000792/2006
MAURO MIGUEL PEDROLLO 0055 000865/2009
MAYRA MARIA FERRI PASCOTT 0006 000099/2001
MESAEL CAETANO DOS SANTOS 0101 001455/2010
MICHEL LAUREANTI 0018 002098/2005
MIEKO ITO 0003 001093/1999
0041 000990/2008
0063 005812/2010
MILKEN JACQUELINE C. JACO 0042 001398/2008
MILTON JOAO BETENHEUSER J 0010 001416/2004
MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER 0059 000876/2010
MÁRCIA ADRIANA MANSANO 0096 000113/2009
MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI 0049 000726/2009
NATHALIA KOWALSKI FONTANA 0053 000819/2009
NELSON ANTÔNIO GOMES JÚNI 0114 005786/2011
NELSON GONZI MORGADO 0095 000310/2008
NELSON PASCHOALOTTO 0065 012529/2010
0072 001535/2011
NEREU DE OLIVEIRA 0019 000792/2006
0044 000193/2009
NEUSA MARIA GARANTESKI 0020 000859/2006
NILMA DA SILVEIRA 0009 000113/2004
0046 000466/2009
OTAVIO KOVALHUK 0103 009632/2010
PATRICIA C GOBBI BATISTEL 0010 001416/2004

PATRICIA PONTAROLI JANSEN 0042 001398/2008
PAULO JOSÉ GOZZO 0081 004567/2011
PAULO ROBERTO BARBIERI 0029 000040/2008
PAULO S. BANDEIRA 0055 000865/2009
PEDRO AGUIAR DE CARVALHO 0063 005812/2010
PERICLES RIBAS GOMES DA S 0001 000144/1999
PRISCILA SERRA MARCONDES 0057 000897/2009
0070 000505/2011
PRISCILA WICTHOFF NEVES D 0073 001898/2011
RAFAEL AUGUSTO CASSETARI 0064 005838/2010
RAFAEL MAIA EHMKE 0065 012529/2010
RAFAEL MARQUES GANDOLFI 0021 000874/2006
0025 000589/2007
REGINALDO NOGUEIRA GUIMAR 0005 000502/2000
REINALDO MIRICO ARONIS 0104 010076/2010
RICARDO BORTOLOZZI 0010 001416/2004
RICARDO PALUDO CALIXTO 0024 000503/2007
0027 000765/2007
0033 000247/2008
0034 000249/2008
RITA DE CÁSSIA WICTHOFF N 0073 001898/2011
ROBSON SAKAI GARCIA 0071 001268/2011
RONALD ROESNER JUNIOR 0008 000887/2003
ROSIANE APARECIDA MARTINE 0013 002386/2004
RUBERT ANTONIO RECCANELLO 0086 005777/2011
RUBIANO AUGUSTO RECCANELL 0086 005777/2011
SANTINO SAGAIS 0108 000922/2011
SARA LIGIA CHEMIN SELSKI 0001 000144/1999
SILENE HIRATA 0031 000180/2008
SILVIO BRAMBILA 0025 000589/2007
SUELI DO ROSÁRIO 0066 012672/2010
SUELY CRISTINA MUHLSTEDT 0047 000702/2009
SÓCRATES JOSÉ NICLEVISK 0113 005785/2011
TATIANA FARIA DA SILVA 0063 005812/2010
TATIANA VALESCA VROBLEWSK 0037 000477/2008
0038 000584/2008
TEÓFILO LUIZ DOS SANTOS N 0068 016777/2010
VERGINIA MARA PEDROSO 0016 001971/2005
0056 000885/2009
0067 013285/2010
0091 007187/2010
WALTER BORGES CARNEIRO 0002 000156/1999
WILLIAN ESPIRIDIÃO DAVID 0001 000144/1999
WILMAR ALVINO DA SILVA 0014 002468/2004
ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA 0063 005812/2010

1. REIVINDICATÓRIA - 144/1999-EDMEE COSTA E SILVA e outros x ROBSON DA COSTA SILVA E ESPOSA e outros - Defiro o pedido de suspensão contida às fls. 1.686. Advs. JOÃO BATISTA DOS ANJOS, PERICLES RIBAS GOMES DA SILVA, ANTONIO GOMES DA SILVA JUNIOR, ANTONIO CESAR FERREIRA PINTO, MARCOS D AVILA, WILLIAN ESPIRIDIÃO DAVID, CARLOS ALBERTO DISSENHA, JOSAFÁ ANTONIO LEMES, DEBORA REGINA FERREIRA, EDGAR LUIS DIAS, SARA LIGIA CHEMIN SELSKI DE SANTANA e AROLDO ANTONIO GLOMB.

2. DECLARATÓRIA INAD.CONTR.C/C INDENIZAÇÃO - 0000377-30.1999.8.16.0116-FRANCISCO CARLIM DOS SANTOS x CELIA MENDES BAUGARTEM e outros - Sobre a penhora e avaliação efetivada, manifeste-se a parte vencedora em cinco dias. À parte vencida para querendo, no prazo de quinze dias, ofereça impugnação a penhora e avaliação realizada. Advs. ANDREA PASTUCH CARNEIRO, WALTER BORGES CARNEIRO e JOSE CID CAMPELO.

3. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1093/1999-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A x RJ POCK & CIA LTDA e outros - Diga o exequente quanto ao interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias. Advs. LUIZ ANTONIO DE SOUZA, CICERO BRAZ PORTUGAL e MIEKO ITO.

4. INVENTÁRIO PELO RITO DE ARROLAMENTO - 151/2000-MARCOS ANTONIO DE ABREU ABILHOA e outros x ESPOLIO DE ATHOS DE SANTA TEREZA ABILHOA - À inventariante para que atenda o contido no r. despacho de fls. 377, no prazo lá fixado, sob pena de remoção do cargo de inventariante. Adv. MARIA JOSE TAVORA GIL BELEM.

5. MONITÓRIA - 502/2000-NELSO RODOLFO RAUH x ROSELI MAZANECK DE MACEDO - Sobre os ofícios respondidos, manifestem-se as partes, no prazo de cinco dias. Advs. REGINALDO NOGUEIRA GUIMARAES e IRINEU GALESKI JUNIOR.

6. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 99/2001-MEGA SERVICE TRANSPORTES LTDA x MILTON MARQUES LIMA - Defiro o pedido retro, deve o presente feito permanecer com seu trâmite suspenso pelo prazo de 06 (seis) meses, ou ulterior manifestação da parte dando conta do julgamento do recurso indicado às fls. 233. Advs. CIRO BRUNING, ELIANI GARCIES CHOTI, EDUARDO BRÜNING, GISLAINE RUIZ GUILHEN, MAYRA MARIA FERRI PASCOTTO MOZINI e AQUIBALDO ALMEIDA LEITE.

7. RESCISÃO DE CONTRATO - 0000314-34.2001.8.16.0116-LAVOEZIR VENTURA e outro x EDUARDO STIGAR - Diga a parte vencedora quanto ao interesse no prosseguimento do cumprimento de sentença, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. JOÃO BATISTA DE TOLEDO.

8. USUCAPIÃO - 887/2003-ESMERALDO BOZA - Ao procurador do autor a fim de que atenda o contido no item "2" do r. despacho de fls. 298, indicando e qualificando os herdeiros do seu cliente, possibilitando a habilitação nos autos. Advs. AURACYR AZEVEDO DE MOURA CORDEIRO, JOEL ANTONIO BETTEGA JUNIOR e RONALD ROESNER JUNIOR.

9. REIVINDICATÓRIA - 0000431-20.2004.8.16.0116-PEDRO CARDOSO DE ASSUNCAO x EMILIANO DE CAMPOS - Decisão em quatro laudas. Publicação em resumo (fundamentou). ...Dessa forma, considerando o documento do Registro de Imóveis, acerca da impossibilidade de registro da arrematação, eis que o bem não está em nome do devedor, defiro a medida pleiteada, declarando a nulidade dos atos praticados a partir das fls. 193 e, em conseqüência, da arrematação com fundamento no artigo 698, do Código de Processo Civil. O credor poderá indicar outros bens do devedor para penhora. Advs. NILMA DA SILVEIRA e CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA.

10. DEPÓSITO - 0000435-57.2004.8.16.0116-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA x WANDERLEI MIGUEL CORDEIRO ZAMBONI - Ante o decurso do prazo de suspensão, manifeste-se a parte autora quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias. Advs. GUSTAVO PAES RABELLO, MILTON JOAO BETENHEUSER JUNIOR, IDAMARA ROCHA FERREIRA, CASSIA CRISTINA H. PARRA, LUCIANA BERRO, PATRICIA C GOBBI BATISTELA, DANIEL BARBOSA MAIA e RICARDO BORTOLOZZI.

11. MONITÓRIA - 0000480-61.2004.8.16.0116-AGUAS MINERAIS SARANDI LTDA x JEAN CARLOS JUNKES - Sobre o ofício respondido às fls. 265/266, manifeste-se a parte vencedora no praz de cinco dias. Adv. JORGE ANDRE ORTOLAN.

12. DEPÓSITO - 0000604-44.2004.8.16.0116-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA x SANDRO LUIZ MOREIRA - Diga a parte autora/vencedora quanto ao interesse no cumprimento de sentença, no prazo de cinco dias. Advs. DANIEL BARBOSA MAIA e GUSTAVO PAES RABELLO.

13. DEPÓSITO - 0000470-17.2004.8.16.0116-BV FINANCEIRA S/A C.F.I. x WOLNEI MOROZ - Embargos de Declaração. Vistos etc. Wolnei Moroz e Daniel Gilberto Lemos Pereira, devidamente qualificado, interpôs os presentes Embargos de Declaração da sentença prolatada às fls. 251/252, asseverando a existência de contradição e omissão. Os embargos foram interpostos tempestivamente. É o relatório. Passo a decidir. Conheço dos embargos na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil e com base no artigo 471, inciso II do Código de Processo Civil, deixando todavia de acolhê-los. Em que pese as indagações acerca da decisão deste juízo, verifico que não há qualquer obscuridade e contradição. Isto porque, a uma a decisão as fls. 251/252 determina a retirada do cálculo das despesas havidas no curso da ação, as quais já foram devidamente quitados pela autora no decorrer da ação. A duas os embargos opostos nas fls. 236/240, tem como matéria já discutida nos autos, conforme se observa as fls. 241/242, diante disso não há o que se falar em contraditório. Entendimento esse também de Antonio Carlos de Araújo Cintra, que afirma "que como a matéria decidida já foi objeto de contraditório, não é necessária outra audiência do embargado. Se a matéria objeto dos embargos ainda não foi debatida pelas partes, aí sim, é o caso de contraditório." A três a decisão de fls. 251/252, condena o vencido (BV Financeira S.A Crédito, Financiamento e Investimento) ao pagamento de 5% a título de sucumbência que deverá ser calculado sobre o valor em execução, o qual foi apresentado pelo embargante as fls. 195. Posto isso, persiste a sentença como foi concebida. Advs. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLAVIANO BELINATI GARCIA PEREZ, ROSIANE APARECIDA MARTINEZ, EMERSON LAUPENSPHLAGER SANTANA, JAIME DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR, DANIEL BARBOSA MAIA, GUSTAVO PAES RABELLO e DANIEL GILBERTO LEMOS PEREIRA.

14. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0000444-19.2004.8.16.0116-MAFREI COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. x OSMAR JESUS MOLONHA - Precatória à disposição. Advs. WILMAR ALVINO DA SILVA e CARLOS BORGES CORDEIRO.

15. COBRANÇA - RITO SUMÁRIO - 0001798-45.2005.8.16.0116-CONDOMINIO DO EDIFICIO MONTE CARLO x DANIEL MARCELO VANZUITA e outro - À parte requerida para que proceda o pagamentos das custas remanescentes no valor de R$ 1.216,55, já acrescidos o valor de duas publicações no diário da justiça, sendo o valor de R$ 447,23 referentes as custas da Serventia Cível; R$ 37,71, referentes as custas do Cartório do Distribuidor; R$ 49,87 referentes as custas do Cartório do Contador; R$ 566,79 referentes à diligências do Senhor Leiloeiro; R$ 75,43 referentes à despesas do Depositário Público; R$ 32,88 referentes à diligências do Cartório de Registro de Imóveis e R$ 5,81 referentes à FUNREJUS, devendo as custas serem recolhidas separadamente conforme acima elencado através de GRC as quais se encontram disponíveis no sitio do Tribunal de Justiça do Paraná, www.tjpr.jus.br. Adv. MARLENE OLIVEIRA DE ALMEIDA.

16. DESAPROPRIAÇÃO - 1971/2005-ESTADO DO PARANÁ x CHEP PARANA LTDA - Ao expropriante para que efetue o pagamento dos honorários periciais, no prazo de dez dias. Advs. JORGE HAROLDO MARTINS, MARCIA APARECIDA COTTA, LUCELIA BIAOBOCK PERES DE OLIVEIRA e VERGINIA MARA PEDROSO.

17. BUSCA E APREENSÃO - 2026/2005-BV FINANCEIRA S/A C.F.I. x SELMA PAIVA - Nos termos do art. 683 do CPC, somente se repetirá a avaliação quando provado erro ou dolo do avaliador, verificação de diminuição do valor dos bens após elaboração do laudo ou, ainda, demonstração de fundada dúvida sobre o valor atribuído ao bem (art. 655, parágrafo 1º, V do CPC). Assim, meras alegações, sem qualquer suporte fático, não se prestam ao fim colimado, pois não basta simples alusão a divergências de valores entre a avaliação e o de mercado, exigindo-se, ao contrário, prova de eventual disparidade entre os valores que justifique a medida excepcional de nova avaliação. Além disso, observa-se que o laudo de avaliação foi minuciosamente elaborado, demonstrando o porquê do valor apurado. Desta forma, indefiro a impugnação ao laudo de avaliação. Com relação a impugnação do cálculo, também entendo que não é caso de deferimento do pedido, uma vez que a Sra. Contadora Judicial utilizou os índices legais. Ademais, trata-se apenas de atualização do cálculo, sendo que este já foi feito em momento anterior. Portanto, indefiro a impugnação ao cálculo. Cumpra-se o item 5.8.8.2 do CN, fixando-se

o prazo de dez dias para resposta. Advs. DARIANE MARQUES MARTINELLI e CARLOS EDUARDO BORGES MARIN.
18. ORDINÁRIA DE COBRANÇA - 0000554-81.2005.8.16.0116-LAURENTINO MOURA COSTA x MUNICÍPIO DE MATINHOS - Diante da atribuição de efeitos infringentes aos embargos declaratórios, à parte contrária para que se manifeste no prazo de cinco dias. Advs. JOSÉ SILVIO GORI FILHO, JULIANO GONDIM VIANNA e MICHEL LAUREANTI.
19. INVENTÁRIO - 0001143-39.2006.8.16.0116-ROSENIR MESQUITA SANT´ANA e outro x ESPÓLIO DE ROSA MARIA DE FREITAS MESQUITA e outro - A autora cumpriu o disposto no art. 1º da Lei 7.115/83, inclusive sob as penas de lei (pagamento até o décuplo das custas processuais), mediante declaração por ele firmada ou através de procurador com poderes especiais. Considerando, por outro lado, que o advogado subscritor da inicial não foi indicado por este juízo para prestar assistência judiciária à autora na forma da Lei 1.060/50, mas foi constituído em confiança, deveria apresentar declaração de que presta serviço gratuitamente. De qualquer forma, além de haver oposição dos demais herdeiros quanto á real necessidade da inventariante e como há dois contratos de locação, nos autos e informação, de que a inventariante percebe alugueres, deverá apresentar cópia das cinco últimas declarações de IR. Com as respostas, este juízo eventualmente deferirá a assistência judiciária gratuita ante a verificação dos pressupostos para o seu acolhimento. Advs. CARLOS EDUARDO BORGES MARIN, MARTA RIBEIRO DALA COSTA, FLEUR FERNANDA LENZI JAHNKE e NEREU DE OLIVEIRA.
20. ANULATÓRIA - 0001186-73.2006.8.16.0116-OSNI ADOLFO KOVALSKI e outro x MUNICÍPIO DE MATINHOS e outros - Ciência às partes da baixa dos autos. Diga a parte vencedora acerca do interesse no cumprimento da sentença. Advs. NEUSA MARIA GARANTESKI, JULIANO GONDIM VIANNA, LUIZ GUILHERME LEITE MENDES, EMIR CALLUF FILHO e HELIO PEREIRA CURY FILHO.
21. USUCAPIÃO - 0000950-24.2006.8.16.0116-CARLOS ALBERTO DE MOURA BRITO e outro x ELEONORA GUARINELLO THÁ e outros - Recentemente julguei algumas ações de usucapião envolvendo imóveis que compõem a área objeto da ação 335/1999, dentre eles os autos 051/2008 que se encontra em grau de recurso, reconhecendo a impossibilidade jurídica do pedido. Assim, por econômia processual e considerando a existência de inúmeras ações como esta, suspendo o curso do presente feito até que se tenha notícia acerca do posicionamento do TJ/PR em relação às ações de usucaião dos imóveis localizados no Balneário Grajaú e que sejam de propriedade da Família Guarinello Thá. Advs. GUSTAVO PAES RABELLO e RAFAEL MARQUES GANDOLFI.
22. USUCAPIÃO - 274/2007-JOÃO GUALBERTO BOSCARDIN e outro x IMOBILIÁRIA VERA CRUZ LTDA. - Ante o decurso do prazo do edital, manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias. Advs. CLEVERSON PAULO SANT'ANA COSTA, ALENCAR FREDERICO MARGRAF, LAERTES JOSÉ SANT'ANA COSTA e LAERTES JOSÉ SANT'ANA COSTA JUNIOR.
23. DESPEJO - 496/2007-SILVANA FERRO ZONATTO x ROSELY MARIA ADAS - Ante o decurso do prazo de suspensão, diga a parte autora quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias. Adv. HAMILTON SCHMIDT COSTA FILHO.
24. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO - 503/2007-ADEMIR APARECIDO DURANTE e outros - Manifeste-se a parte autora quanto ao contido na certidão de fls. 719, no prazo de cinco dias. Adv. RICARDO PALUDO CALIXTO.
25. USUCAPIÃO - 589/2007-N. A. MACHADO E CIA. LTDA. x ELEONORA GUARINELLO THÁ e outro - Recentemente julguei algumas ações de usucapião envolvendo imóveis que compõem a área objeto da ação 335/1999, dentre eles os autos 051/2008 que se encontra em grau de recurso, reconhecendo a impossibilidade jurídica do pedido. Assim, por econômia processual e considerando a existência de inúmeras ações como esta, suspendo o curso do presente feito até que se tenha notícia acerca do posicionamento do TJ/PR em relação às ações de usucapião dos imóveis localizados no Balneário Grajaú e que sejam de propriedade da Família Guarinello Thá. Advs. CÉLIO LUCAS MILANO, FABIO LUIZ DE QUEIROZ TELLES, JAMES BILL DANTAS, FABIANO BUZETTI MILANO, RAFAEL MARQUES GANDOLFI e SILVIO BRAMBILA.
26. USUCAPIÃO - 739/2007-VALDIR BLENSKI e outro x EUCLIDES DANILO GARBELOTTI FILHO e outros - Ante o decurso do prazo de suspensão, diga a parte autora quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias. Adv. INGRID GIACHINI ALTHAUS.
27. USUCAPIÃO - 765/2007-BERNADETE MENDES DE CARVALHO e outros x JOSÉ MIKALDO e outros - Manifeste-se a parte autora quanto ao contido na certidão de fls. 249, no prazo de cinco dias. Adv. RICARDO PALUDO CALIXTO.
28. USUCAPIÃO - 771/2007-LAÉRCIO VERA MARINS x EDUARDO ADAMS e outro - Ante a comprovada impossibilidade do autor de se fazer presente na audiência aprazada, hei por bem em redesigná-la, o que faço para o dia 10/04/2012, às 13:30 horas. Advs. LUCAS FERNANDO DE CASTRO e LUCIANA SANTOS COSTA.
29. EMBARGOS DO DEVEDOR - 40/2008-AMIN ABIL RUSS FILHO e outro x BANCO BANESTADO S/A - Ante o contido no petitório de fls. 600, manifeste-se o embargado, no prazo de cinco dias. Advs. LEONEL TREVISAN JÚNIOR e PAULO ROBERTO BARBIERI.
30. USUCAPIÃO - 0004118-63.2008.8.16.0116-ESPÓLIO DE PEDRO MOACYR ARAUJO - Mandado de Registro de Sentença à disposição. Adv. ALCEU FERNANDES CENATTI.
31. COBRANÇA - RITO SUMÁRIO - 0003492-44.2008.8.16.0116-EDIFÍCIO MARIA ADRIANA x GILSON BLITZKOW SYDNEY - Decisão em duas laudas publicada em resumo. Vistos, etc... Conheço dos embargos na forma do artigo 535, inciso II do Código de Processo Civil. Razão assiste ao requerente. Efetivamente não consta da sentença a condenação da multa em relação ao valor das taxas condominiais inadimplidas. Trago decisão neste sentido: ... Por isso a parte dispositiva da sentença deve ser alterada para que passe a constar: "(...) acrescidos de juros de 1% ao mês, correção monetária pelo índice INPC e multa de 2% desde o vencimento até o efetivo pagamento, nos termos da fundamentação". No mais, persiste a sentença tal qual foi lançada. Proceda-se a alteração concebida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. (fundamentou) - Advs. ALCEU FERNANDES CENATTI e SILENE HIRATA.
32. DEPÓSITO - 194/2008-BV FINANCEIRA S/A C.F.I. x DJEISON FELIPE CERON - Ante o decurso do prazo de suspensão, diga a parte autora quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias. Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER.
33. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO - 247/2008-ANTÔNIO ROSA DE PAULA e outros x SALUSTINO VIANA DE MESQUITA e outros - Manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias, quanto ao contido na certidão de fls. 373. Adv. RICARDO PALUDO CALIXTO.
34. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO - 249/2008-ALMIR JOSÉ SCHORR e outros x SALUSTIO VIANA MESQUITA e outros - Manifeste-se a parte autora quanto ao contido na certidão de fls. 297, no prazo de cinco dias. Adv. RICARDO PALUDO CALIXTO.
35. MANUTENÇÃO DE POSSE - 259/2008-MARIA DOLORES BAJERSKI PADILHA x ESPÓLIO DE JOÃO SOLTOWKI - Ante a recusa do defensor outrora nomeado, nas fls. 141, determino sua substituição pelo Dr. Marcos Candido Rodeiro, sob fé de seu grau que aceitando a nomeação, deverá desde logo oferecer resposta aos termos da presente ação, observando o prazo legal. Adv. MARCOS CÂNDIDO RODEIRO.
36. INDENIZAÇÃO - 0004091-80.2008.8.16.0116-ELISABETE NUNES DE ARAÚJO e outro x ESPÓLIO DE SINÉSIO MACHADO e outro - Defiro o parcelamento requerido às fls. 1.929, devendo a peticionária depositar a parcela inicial e a que vencerá em 18/09 de uma única vez, considerando o lapso de trinta (30) dias decorridos desde a publicação de fls. 1.903. Adv. MARGARETH ZANARDINI.
37. DEPÓSITO - 477/2008-BV FINANCEIRA S/A C.F.I. x SEBASTIÃO DOS SANTOS - Ao peticionário de fls. 92 a fim de complemente o endereço indicado no petitório. Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER, ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI e FABIANA SILVEIRA.
38. DEPÓSITO - 584/2008-BANCO PANAMERICANO S/A x RODOLFO BORGES DA COSTA - Ante o decurso do prazo do edital, manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias. Advs. TATIANA VALESCA VROBLEWSKI, FABIANA SILVEIRA e KARINE SIMONE POFAHL WEBER.
39. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO - 0003634-48.2008.8.16.0116-ANTONIO FORTUNATO FILHO e outro x MARIA JULIA DO PRADO e outros - Manifeste-se a parte autora, nos autos de Carta Precatória sob n.º 3114-45.2011.8.16.0064 em trâmite na Vara Cível de Castro/PR, quanto ao contido na certidão de fls. 89, lavrada pelo Senhor Oficial de Justiça. Adv. HUGO DE ALMEIDA BARBOSA.
40. MONITÓRIA - 615/2008-SPAIPA S/A. INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS x SUPERMERCADO ALBATROZ LTDA. - Ante a falta de manifestação da parte requerida, diga a parte autora no prazo de cinco dias. Advs. JAQUELINE LOBO DA ROSA FERRAZ e GUILHERME ELACHE GUSI.
41. MONITÓRIA - 990/2008-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO x FABIO ZANDER LOFF DA LUZ e outro - Ante o decurso do prazo do edital, manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias. Advs. MIEKO ITO e LORIANE GUISANTES DA ROSA.
42. DEPÓSITO - 0003708-05.2008.8.16.0116-BANCO FINASA S/A x ANDREA CRISTINA DIAS - Em que pese a anulação da sentença Acórdão de fls. 83 e seguintes, ter ocorrido em vista da ausência de requerimento do réu quanto a extinção do feito, é de observar que a presente demanda foi extinta justamente pela inércia do autor quanto aos atos necessários a localização e citação da parte adversa, sendo que o requerido sequer foi citado até o presente momento. Desta forma, ao autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda a retirada e expedição dos ofícios expedidos às fls. 45 e seguintes, sob pena de extinção da demanda. Advs. PATRICIA PONTAROLI JANSEN, FLAVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUPENSPHLAGER SANTANA e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES.
43. USUCAPIÃO - 143/2009-GEOVANE ALVES FERNANDES e outro x JOÃO GUIDO RAMOS e outro - Diga a parte autora quanto ao interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. LEONARDO KURPIEL JUNIOR.
44. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0004490-75.2009.8.16.0116-ROSENIR MESQUITA SANT´ANA x JOÃO ALTAMIR DA SILVA - Decisão. Embargos de Declaração. Vistos etc. Rosenir Mesquita Santana, interpôs os presentes Embargos de Declaração da decisão prolatada às fls. 119/verso, requerendo esclarecimentos a fim de alterar o convencimento do juízo. Os embargos foram interpostos tempestivamente. É o relatório. Passo a decidir. Conheço dos embargos na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil, deixando todavia de acolhê-los. Com relação as alegações, tenho que os embargos não são o local apropriado para sua discussão e apreciação. Isto porque os embargos servem para suprir eventual omissão, contradição ou obscuridade da sentença, não cabendo a reanálise de matérias recém decidida nos autos, sem alteração fática ou probatória para tanto. O que pretende o embargante é justamente provocar reapreciação do tema, questão já analisada na decisão, sendo portanto vedado. Trago decisões neste sentido: "Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum no que pertine ao mérito da questão, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC" (STJ - EARESP 554213 - PR - 1ª T. - Rel. Min. Luiz Fux - DJU 28.06.2004). "Os declaratórios, no caso, não buscam a correção de eventual defeito do acórdão, mas a alteração do resultado do julgamento, providência inviável na via recursal eleita. 3. Embargos de declaração rejeitados." (STJ - EEERSP 397684 - MA - 1ª T. - Rel. Min. Denise Arruda - DJU 20.09.2004). Posto isso, persiste a decisão como

foi concebida. P.R.I. Advs. JOSEANE ARAÚJO GOUVEA BORGES e NEREU DE OLIVEIRA.
45. REIVINDICATÓRIA - 0005108-20.2009.8.16.0116-MARCIO ROBERTO BROLIANI x AMAURI DA VEIGA - Deve a parte requerida efetuar o preparo das custas remanescentes, no total de R$ 94,96, sendo que R$ 82,38, refere-se as custas da Serventia Cível e que deverão ser recolhidas em favor da mesma, R$ 2,49, refere-se ao Distribuidor e R$ 10,09 refere-se ao Contador, que deverão ser recolhidos em favor do Distribuidor e Anexos. Os recolhimentos deverão ser realizados através de guias emitidas diretamente no site do TJ/PR. Adv. MARCOS CÂNDIDO RODEIRO.
46. INDENIZAÇÃO - 466/2009-RAFAEL ROCHA AVILA x ESTADO DO PARANÁ - À parte autora para que indique o endereço completo da testemunha Lucas Lima, possibilitando assim sua intimação para audiência, ou informe se a mesma comparecerá independentemente de intimação. Advs. DANIEL GILBERTO LEMOS PEREIRA e NILMA DA SILVEIRA.
47. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 702/2009-MALUCRED CONSULTORIA E SERVIÇOS EMPRESARIAIS x FRANCISCO ANACLETO LUZ e outro - Às partes para que efetuem o preparo das diligências do Senhor Oficial de Justiça, no prazo de cinco dias, sob pena de restar prejudicada a realização da audiência de Instrução e Julgamento. Advs. SUELY CRISTINA MUHLSTEDT e ALCEU FERNANDES CENATTI.
48. DEPÓSITO - 0004478-61.2009.8.16.0116-ARAUCÁRIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. x TITO LIVIO ALEM - Diga a parte autora quanto ao interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Advs. LUIZ ALCEU GOMES BETTEGA e CLÉLIA MARIA G. B. S. BETTEGA.
49. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO S.F.H - 726/2009-BANCO ITAÚ S/A. x MARIO MAIER DE LIMA e outro - Ante a falta de manifestação do executado, diga o exequente no prazo de cinco dias. Advs. MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ.
50. USUCAPIÃO - 757/2009-JORGE BATISTA DA SILVA e outro x FLORIANO M GUIMARAES e outros - Diga a parte autora quanto ao interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. LEONARDO KURPIEL JUNIOR.
51. USUCAPIÃO - 760/2009-JOSÉ GOMES PEREIRA e outro - Diga a parte autora quanto ao interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. LEONARDO KURPIEL JUNIOR.
52. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - 770/2009-SERGIO VALENTE WITHERS e outro x MUNICÍPIO DE MATINHOS - Embargos de Declaração. Vistos etc. Município de Matinhos interpôs Embargos de Declaração de sentença prolatada às fls. 108/112, asseverando a existência de omissão e contradição no julgado. Alegando que na sentença prolatada houve contradição e omissão quanto a citação válida, causando dúvida quanto a decisão. Os embargos foram interpostos tempestivamente. É o relatório. Passo a decidir. Conheço dos embargos na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil. Primeiramente com relação aos embargos opostos pelo Município de Matinhos, tenho que merecem ser desprovidos. Isto porque os embargos não são o local apropriado para sua discussão e apreciação. Isto porque os embargos servem para suprir eventual omissão, contradição ou obscuridade da sentença, não cabendo o reexame das provas colacionadas nos autos. O que pretende o embargante é justamente provocar reapreciação do tema, questão já analisada na decisão, sendo, portanto vedado. Trago decisão neste sentido: "Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum no que pertine ao mérito da questão, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC" (STJ - EARESP 554213 - PR - 1ª T. - Rel. Min. Luiz Fux - DJU 28.06.2004). "Os declaratórios, no caso, não buscam a correção de eventual defeito do acórdão, mas a alteração do resultado do julgamento, providência inviável na via recursal eleita. 3. Embargos de declaração rejeitados." (STJ - EEERSP 397684 - MA - 1ª T. - Rel. Min. Denise Arruda - DJU 20.09.2004). P.R.I. No mais, persiste a decisão como foi concebida, que julgou precedente a preliminar arguida pelo embargante, reconhecendo a nulidade da citação e prescrição da dívida. Advs. JEFFERSON GREY SANT´ANNA e JULIANO GONDIM VIANNA.
53. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 819/2009-BANCO DO BRASIL S/A. x SUPERMERCADO ALBATROZ LTDA. e outros - Deixo de analisar as alegações opostas nas fls. 115/117, uma vez que deveriam vim em forma de embargos à execução, no prazo previsto em lei. À parte autora para que no prazo de dez dias se manifeste acerca da proposta oposta pela ré. Advs. MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA, NATHALIA KOWALSKI FONTANA, MARCO AURÉLIO EHMKE PIZZOLATTI, MARCELO NASSIF MALUF e GUSTAVO DARIF BORTOLINI.
54. RETIFICAÇÃO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO - 831/2009-MARISA RAMOS MORONA - Sobre a proposta de honorários periciais apresentada, manifeste-se a parte autora, sendo que em havendo concordância deverá efetuar o depósito conforme determinado na decisão de fls. 86/verso. Advs. JOÃO LUIZ MARTINECHEN BEGHETTO e JEFFERSON J. BUENO DOS SANTOS.
55. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 865/2009-GILBERTO ALVES e outro x JOÃO DOS SANTOS - Não existem questões preliminares a decidir que importem na extinção do feito (CPC, art. 329). As partes são legítimas, porém há problema com a representação do requerido, uma vez que compareceu à audiência de justificação, acompanhado de advogado, que pediu prazo para apresentar procuração, o que faria juntamente com a contestação, contudo, apresentou resposta desacompanhada de instrumento procuratório, o que é capaz de ensejar sua revelia - CPC, art. 13. Assim, ao requerido, para dizerem se ratificam a contestação, suprindo assim o defeito de representação. A defesa da ré pleiteou gratuidade processual, o que defiro em razão dos documentos juntados, nos termos da Lei n.º 1.060/50. Advs. LUIZ ROBERTO RECH, PAULO S. BANDEIRA, MAURO MIGUEL PEDROLLO e ANGELA RITA PEDROLLO GUERRERO.
56. MANDADO DE SEGURANÇA - 0004437-94.2009.8.16.0116-CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ x PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ - Ciência às partes quanto a baixa dos autos. Advs. CRISTIAN LUIZ MORAES e VERGINIA MARA PEDROSO.
57. INDENIZAÇÃO - 897/2009-EMERSON MOREIRA x ESTADO DO PARANÁ - Encontra-se designado o dia 10 de novembro de 2011, às 15:00, para inquirição da testemunha Carmen Aparecida Zanon, no autos de Carta Precatória sob n.º 9337-74.2011 em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Apucarana/PR, com endereço na Travessa João Gurgel de Macedo, n.º 100, Fórum, na Cidade e Comarca de Paranaguá/PR. Advs. LUIZ GUILHERME LEITE MENDES, JORGE HAROLDO MARTINS e PRISCILA SERRA MARCONDES DE SOUZA.
58. REVISÃO CONTRATUAL - 912/2009-MARCIEL ANDERSON KAMINSKI x BV FINANCEIRA S/A C.F.I. - À procuradora subscritora do petitório de fls. 163, para que apresente o substabelecimento mencionado na referida petição. Adv. DANIELLE APARECIDA SUKOW ULRICH.
59. COBRANÇA - 0000876-28.2010.8.16.0116-EDSON AURELIO FERREIRA DE LIMA DA SILVA x CAIXA SEGURADORA S/A. - Designado para exame pericial o dia 30/11/2011, às 08:00 horas, devendo o examinado portar cédula de identidade e comprovante de residência e documentos como (ficha hospitalar, laudos de raio x e etc) de modo a auxiliar o perito na realização da perícia. A perícia será realizada no IML de Paranaguá, com endereço na Rua Padre Albino,n.º 30, Campo Grande, na Cidade e Comarca de Paranaguá/PR. Advs. ANDERSON FERREIRA, IVAN RICARDO GOMES DA SILVA, DIEGO MOURA MALHEIROS e MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER.
60. MANUTENÇÃO DE POSSE - 0002350-34.2010.8.16.0116-EVERTON DISTEFANO RIBEIRO x EDIFÍCIO RESIDENCIAL HAWAII - Deve a parte autora efetuar o preparo das diligências do Senhor Oficial de Justiça, no importe de R $ 74,00, mediante recolhimento de GRC (Guia de Recolhimento de Custas). Adv. FERNANDO CESAR AZEVEDO PENTEADO.
61. COBRANÇA - RITO SUMÁRIO - 0003231-11.2010.8.16.0116-CONDOMÍNIO VILLA DEL MARE x MARA CRISTIANE RODRIGUES AGUILA - Tendo em vista que a ré foi citada por edital, nomeio a esta curador especial na pessoa do Dr. João Luiz Vieira, sob fé de seu grau, sendo que que em aceitando a nomeação deverá oferecer resposta, no prazo legal. Adv. JOÃO LUIZ VIEIRA DA SILVA.
62. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - ARREND.MERCANTIL - 0003308-20.2010.8.16.0116-BFB LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x MARCIA DE ANDRADE - Diga a parte autora quanto ao interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSÉ FUMIS FARIA.
63. DECLARATÓRIA - 0005812-96.2010.8.16.0116-VALDIVIA LEITE DE OLIVEIRA x BANCO DAYCOVAL S/A. e outros - Sentença em nove laudas publicada em resumo. Vistos, etc... Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para declarar a ineficácia parcial dos contratos de financiamentos firmados com os requeridos e seus respectivos lançamentos no percentual máximo de 30%. Devendo readaptar os descontos nos patamares legais. Condeno os requeridos subsidiariamente ao pagamento de dano moral que arbitro em 10 vezes o valor que excedeu o limite legal de 30%, de acordo com os valores/descontos para cada requerido. Determino ainda, que em razão da liquidação de sentença seja apurado o valor das multas devidas de cada requerida, em razão do descumprimento da decisão em sede de agravo de instrumento. Por sua vez, em vista da sucumbência, condeno os requeridos ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais nos termos do artigo 20, § 4°do CPC, e levando-se em consideração o lá determinado, fixo em 12% da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. (fundamentou) - Advs. ANTONIO CLAUDIMAR LUGLI, LUCINEI ANTONIO LUGLI, FABIANE BIGOLIN WEIRICH ALMEIDA, KARINE KWIATKOWSKI SANTOS, MIEKO ITO, ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA, TATIANA FARIA DA SILVA, MARCELO O. ANGELICO, PEDRO AGUIAR DE CARVALHO, FLÁVIA RAMOS VASQUES e GUILHERME ASSAD LARA.
64. USUCAPIÃO ESPECIAL URBANO - SUMÁRIO - 0005838-94.2010.8.16.0116-DARCI VARELA DA SILVA - Embargos de Declaração. Vistos etc. Rafael Augusto Cassetari Filho, interpôs embargos de Declaração da sentença prolatada às fls. 45, asseverando a existência de omissão e contradição no julgado. Alegando que a sentença prolatada não observou os documentos juntados na inicial. Os embargos foram interpostos tempestivamente. É o relatório. Passo a decidir. Conheço dos embargos na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil. Primeiramente com relação aos embargos opostos por Samuel Rafael Augusto Cassetari Filho, tenho que merecem ser desprovidos. Isto porque os embargos não são o local apropriado para sua discussão e apreciação. Isto porque os embargos servem para suprir eventual omissão, contradição ou obscuridade da sentença, não cabendo o reexame das provas colacionadas nos autos. O que pretende o embargante é justamente provocar reapreciação do tema, questão já analisada na decisão, sendo, portanto vedado. Trago decisões neste sentido:"Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum no que pertine ao mérito da questão, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC". (STJ - EARESP 554213 - PR - 1ª T. - Rel. Min. Luiz Fux - DJU 28.06.2004). "Os declaratórios, no caso, não buscam a correção de eventual defeito do acórdão, mas a alteração do resultado do julgamento, providência inviável na via recursal eleita. 3. Embargos de Declaração rejeitados." (STJ - EEERSP 397684 - MA - 1ª T. - Rel. Min. Denise Arruda - DJU 20.09.2004). P.R.I. No mais, persiste a decisão como foi concebida. Adv. RAFAEL AUGUSTO CASSETARI FILHO.
65. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA - 0012529-27.2010.8.16.0116-BANCO PANAMERICANO S/A x CARLOS ROBERTO ALVES CARNEIRO - Diga a parte

autora quanto ao interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Advs. NELSON PASCHOALOTTO e RAFAEL MAIA EHMKE.

66. DESPEJO - 0012672-16.2010.8.16.0116-ESPÓLIO DE WALFRIDO DO ROSÁRIO x LOJA DE CONFECÇÕES SOL E MAR LTDA. e outro - As partes para que informem quais as provas pretendem produzir. Advs. SUELI DO ROSÁRIO, ELIO MASSAO KAWAMURA e JOSÉ CARLOS BRANCO JÚNIOR.

67. DEMOLITÓRIA - 0013285-36.2010.8.16.0116-MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ x SEBASTIÃO ALEVINO CARLESSO e outro - Sobre os esclarecimentos acerca da proposta de honorários, apresentado pelo Senhor Perito Judicial, manifestem-se as partes no prazo de cinco dias. Advs. EVANDRO MÁRIO LÁZZARI, VERGINIA MARA PEDROSO e LUCIANA SANTOS COSTA.

68. RESCISÃO DE CONTRATO - 0016777-36.2010.8.16.0116-RODOLFO GUSTAVO BORN x SAMUEL RAMOS CAMPAGNOLI - Embargos de Declaração. Vistos etc. Samuel Ramos Campagnoli, interpôs Embargos de Declaração de sentença prolatada às fls. 73/77, asseverando a existência de omissão e contradição no julgado. Alegando que a sentença prolatada deixa de apreciar o artigo 447 e 450 do Código Civil, as quais assegurar o direito do réu. Os embargos foram interpostos tempestivamente. É o relatório. Passo a decidir. Conheço dos embargos na forma do artigo 535 do Código de Processo Civil. Primeiramente com relação aos embargos opostos por Samuel Ramos Campagnoli, tenho que merecem ser desprovidos. Isto porque os embargos não são o local apropriado para sua discussão e apreciação. Isto porque os embargos servem para suprir eventual omissão, contradição ou obscuridade da sentença, não cabendo o reexame das provas colacionadas nos autos. O que pretende o embargante é justamente provocar reapreciação do tema, questão já analisada na decisão, sendo, portanto vedado. Trago decisões neste sentido: "Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum no que pertine ao mérito da questão, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC". (STJ - EARESP 554213 - PR - 1ª T. - Rel. Min. Luiz Fux - DJU 28.06.2004). "Os declaratórios, no caso, não buscam a correção de eventual defeito do acórdão, mas a alteração do resultado do julgamento, providência inviável na via recursal eleita. 3. Embargos de declaração rejeitados." (STJ - EEERSP 397684 - MA - 1ª T. - Rel. Min. Denise Arruda - DJU 20.09.2004). P. R. I. No mais, persiste a decisão como foi concebida. Advs. TEÓFILO LUIZ DOS SANTOS NETO, JOSE DA COSTA VALIM FILHO e JOSÉ DA COSTA VALIM NETO.

69. DECLARATÓRIA - 0019517-64.2010.8.16.0116-KÁTIA REGINA MARTINS PEREIRA x MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - À parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, emende a inicial, para corrigir o valor da causa, na forma do artigo 259, inciso I, do Código de Processo Civil. Adv. CARLOS EDUARDO BORGES MARIN.

70. INTERDIÇÃO - 0000505-30.2011.8.16.0116-SILMARA MARIA DE MATTOS x CATARINA ABRÃO BARONE - Sobre o Laudo apresentado, manifestem-se as partes no prazo de cinco dias. Advs. ALCEU FERNANDES CENATTI, DIEGO MOURA MALHEIROS e PRISCILA SERRA MARCONDES DE SOUZA.

71. COBRANÇA - RITO SUMÁRIO - 0001268-31.2011.8.16.0116-MAGALY DE PAULA CARDOSO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Agendado pelo IML de Paranaguá o exame pericial para o dia 24/11/2011, às 08:00 horas, devendo estar portando cédula de identidade e comprovante de residência, e documentos como (ficha hospitalar, laudos de raio x e etc). Endereço do IML de Paranaguá - Rua Padre Albino, n.º 30, Campo Grande, Paranaguá/PR. Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e FLÁVIO PENTEADO GEROMINI.

72. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - ARREND.MERCANTIL - 0001535-03.2011.8.16.0116-BANCO ITAULEASING S/A. x ARNALDO CARVALHO - Verifica-se que, em cumprimento à decisão proferida no agravo de instrumento, este juízo determinou a devolução do veículo apreendido, do que o autor foi intimado em 16/08/11 (cert. fl. 98), contudo, além de não atender à publicação de fls. 107, no sentido de que comprovasse o cumprimento da ordem do Eg. TJPR (DJ de 01/09/11), o requerido peticionou comunicando a venda do veículo apreendido, inclusive com a juntada de documento do DETRAN nesse sentido e extrato do veículo, atestando sua venda ao Itaú Unibanco em 29/06/11 (fls. 112). Assim, ao autor, para que entregue o bem ou o seu equivalente em dinheiro (valor rela, e não tabela FIPE), no prazo de cinco dias - CPC, arts. 902 e ss, sob pena de multa diária de R$ 100,00. Advs. LÍZIA CEZÁRIO DE MARCHI, NELSON PASCHOALOTTO, ANTONIO CLAUDIMAR LUGLI e LUCINEI ANTONIO LUGLI.

73. CAUTELAR INOMINADA - 0001898-87.2011.8.16.0116-ROSÁLIA KAVA SCHERRUTH x PAULO CESAR DE ANDRADE e outros - Analisando o presente feito, verifico que apesar da liminar postulada tenha sido deferida, por se tratar de medida cautelar preparatória, deve o requerente ajuizar ação principal no máximo 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da medida cautelar, já que esta medida possui natureza cautelatória, logo não é possível a discussão do mérito da ação principal nestes autos. Advs. BÁRBARA FIRAKOWSKI FERREIRA, FERNANDO CÉSAR DA COSTA FERREIRA, RITA DE CÁSSIA WICTHOFF NEVES, JOSIANE A. PIURCOSKI e PRISCILA WICTHOFF NEVES DIAS.

74. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0001969-89.2011.8.16.0116-CLARICE APARECIDA FEMAN e outros x ODETE ALVES SANTANA - Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias. Adv. CARLOS CESAR LESSKIU.

75. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0002153-45.2011.8.16.0116-LUIZ ADRIANO DOS SANTOS HENRIQUE x ODETE ALVES SANTANA - Sobre a contestação e documentos apresentados, manifeste-se a parte autora no prazo de dez dias. Adv. JOSÉ SILVIO GORI FILHO.

76. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA - 0003392-84.2011.8.16.0116-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. x AUREO CHAVES DE OLIVEIRA - Decisão em uma lauda publicada em resumo. Vistos, etc... Em face do exposto, este juízo dá provimento aos embargos declaratórios, para suprimir o item 3 de fl. 88, prevalecendo a determinação do item 5, com a remessa dos autos à 22ª Vara Cível de Curitiba. O prazo para a interposição de recurso por quaisquer das partes interrompeu-se com a oposição dos embargos, e recomeçará a fluir por inteiro com a intimação desta decisão (art. 538, CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. (fundamentou) - Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e ALCEU FERNANDES CENATTI.

77. REVISÃO CONTRATUAL - 0003872-62.2011.8.16.0116-MARIA DE FÁTIMA SILVA BRUGNER x BANCO ITAÚ S/A. - Ciente da interposição de recurso de agravo na modalidade de instrumento e, em sede de juízo de retratação, mantenho a decisão combatida por seus próprios fundamentos. No mais, aguarde-se a audiência aprazada. Adv. CARLOS EDUARDO BORGES MARIN.

78. DEPÓSITO - 0003989-53.2011.8.16.0116-BANCO FINASA S/A x MIRIAN FERREIRA PASCHOARELLI - Ofícios à disposição. Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH, BRUNO MIRANDA QUADROS e ALESSANDRA MADUREIRA DE OLIVEIRA.

79. INTERDIÇÃO - 0004303-96.2011.8.16.0116-ALAIR VIEIRA ALVES x ALEX ALVES - Ao interditando citado, nomeio como curadora especial, a Dra. Luciana Santos Costa, sob a fé de seu grau, sendo que, em aceitando a nomeação apresente impugnação no prazo legal. Adv. LUCIANA SANTOS COSTA.

80. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA - 0004338-56.2011.8.16.0116-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x GRACIOSA CASAS PRÉ-FABRICADAS LTDA. - Diga a parte autora quanto ao interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. MARCOS AUGUSTO MALUCELLI.

81. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0004567-16.2011.8.16.0116-ARI ALVES DE ANDRADE x ROMEU MITSUO TAGUCHI - Deve a parte autora efetuar o preparo das diligências do Senhor Oficial de Justiça, no importe de R$ 256,91, referente a 1 citação R$ 37,00, 1 penhora R$ 37,00, 1 intimação da penhora R$ 37,00, 1 diligência de avaliação R$ 37,00, 1 avaliação R$ 71,91 e 1 diligência ao CRI R$ 37,00, mediante recolhimento de GRC (Guia de Recolhimento de Custas). Adv. PAULO JOSÉ GOZZO.

82. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0004806-20.2011.8.16.0116-HARRY ALFONSO KURTZ e outro x MARCIA RIBEIRO DA LUZ - O certificado de postagem de fls. 29, não comprova que a notificação extrajudicial foi recebida pela requerida, portanto, diante das provas acostadas, não há comprovação do esbulho, tampouco da data do mesmo, por isso designo o dia 21/10/2011, às 14:20 horas, para a audiência de Justificação Prévia. O autor deverá depositar o rol de testemunhas em cinco dias e trazê-las independentemente de intimação. Adv. CEZAR GIOVANI FERREIRA DA SILVA.

83. INDENIZAÇÃO - RITO SUMÁRIO - 0004810-57.2011.8.16.0116-EDIVANDRO ROGGIA e outro x PEDRO RAMOS DOS SANTOS e outro - Sobre as correspondências devolvidas às fls. 46, manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias. Advs. ALCEU FERNANDES CENATTI e DIEGO MOURA MALHEIROS.

84. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - ARREND.MERCANTIL - 0004818-34.2011.8.16.0116-SANTANDER LEASING S/A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL x JORGE ROBERTO MARCAL - Sentença em uma lauda publicada em resumo. Vistos, etc... Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a desistência requerida (protocolada em 06/09/2011, não juntada na ocasião, em razão da conclusão dos presentes autos em gabinete), com o que julgo extinto este processo n° 4818-34.2011.8.16.0116 (CPC, art. 267, inc. VIII). Ressalte-se que não há a necessidade da colheita de anuência dos réus, pois os mesmos não foram ainda citados. Custas da lei. Lancem-se baixas, inclusive na distribuição, façam-se anotações, comunicações e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. (fundamentou) - Adv. CÉSAR AUGUSTO TERRA.

85. RESCISÃO DE CONTRATO - 0005261-82.2011.8.16.0116-EDSON AGOSTINHO ZAMPIRI x BRADESCO FINANCIAMENTOS - BANCO FINASA S/A. LEASING - À procuradora do autor para que junte o mandato de procuração em nome do autor, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, por falta/defeito na representação, haja vista que o mandato é inválido (fls. 21) para o presente processo, pois, trata-se de outorgante diverso do autor. Conforme o artigo 37 c/c 254 do CPC, sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo. Adv. JOSEANE ARAÚJO GOUVEA BORGES.

86. FALÊNCIA - 0005777-05.2011.8.16.0116-CONCREMAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA. x ACACIA EMPREENDIMENTOS E SANEAMENTO LTDA EPP - Preliminarmente deve a parte interessada efetuar o preparo das custas iniciais, em 30 dias, no valor de R$ 817,80 custas iniciais, R$ 9,40 autuação, acrescida da presente publicação no valor de R $ 2,82, sob pena de cancelamento da distribuição. Informamos que o pagamento das custas acima serão feitas somente através das guias as quais encontram-se a disposição nesta Serventia ou através do site do TJ no link guias de recolhimento, opção recolhimento judicial, onde as custas da Serventia Civel (inicial, autuação e publicação) a unidade arrecadadora é Escrivania do Cível. - Advs. RUBERT ANTONIO RECCANELLO LISBOA e RUBIANO AUGUSTO RECCANELLO LISBOA.

87. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0005788-34.2011.8.16.0116-ROSSI E TAGUCHI LTDA. e outros x BANCO BRADESCO S/A. - Preliminarmente deve a parte interessada efetuar o preparo das custas iniciais, em 30 dias, no valor de R$ 40,32 de distribuição, R$ 52,88 de Funrejus, R$ 817,80 custas iniciais, R$ 9,40 autuação, acrescida da presente publicação no valor de R$ 2,82, sob pena de cancelamento da distribuição. Informamos que o pagamento das custas acima serão feitas somente através das guias as quais encontram-se a disposição nesta Serventia ou através do site do TJ no link guias de recolhimento, opção recolhimento judicial, onde as custas da Serventia Civel (inicial, autuação e publicação) a unidade arrecadadora é Escrivania do Cível

e a custas com a (distribuição e a taxa do Funrejus) a unidade arrecadadora é Ofício Distribuidor, Contador e Partidor. - Adv. JOÃO LUIZ VIEIRA DA SILVA.

88. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0005789-19.2011.8.16.0116-ROSSI E TAGUCHI LTDA. e outros x BANCO BRADESCO S/A. - Preliminarmente deve a parte interessada efetuar o preparo das custas iniciais, em 30 dias, no valor de R$ 40,32 distribuição, R$ 118,75, R$ 817,80 custas iniciais, R$ 9,40 autuação, sob pena de cancelamento da distribuição. Informamos que o pagamento das custas acima serão feitas somente através das guias as quais encontram-se a disposição nesta Serventia ou através do site do TJ no link guias de recolhimento, opção recolhimento judicial, onde as custas da Serventia Civel (inicial, autuação e publicação) a unidade arrecadadora é Escrivania do Cível e a custas com a (distribuição e a taxa do Funrejus) a unidade arrecadadora é Ofício Distribuidor, Contador e Partidor. - Adv. JOÃO LUIZ VIEIRA DA SILVA.

89. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0005791-86.2011.8.16.0116-ROSSI E TAGUCHI LTDA. e outros x BANCO BRADESCO S/A. - Preliminarmente deve a parte interessada efetuar o preparo das custas iniciais, em 30 dias, no valor de R$ 40,32 de distribuição, R$ 139,62 de Funrejus, R$ 817,80 custas iniciais, R$ 9,40 autuação, acrescida da presente publicação no valor de R$ 2,82, bem como da diligência do senhor Oficial de Justiça na importância de R$ 37,00 referente a 01 citação, sob pena de cancelamento da distribuição. Informamos que o pagamento das custas acima serão feitas somente através das guias as quais encontram-se a disposição nesta Serventia ou através do site do TJ no link guias de recolhimento, opção recolhimento judicial, onde as custas da Serventia Civel (inicial, autuação e publicação) a unidade arrecadadora é Escrivania do Cível e a custas com a (distribuição e a taxa do Funrejus) a unidade arrecadadora é Ofício Distribuidor, Contador e Partidor. - Adv. JOÃO LUIZ VIEIRA DA SILVA.

90. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - ARREND.MERCANTIL - 0005828-16.2011.8.16.0116-SAFRA LEASING S/A. - ARRENDAMNETO MERCANTIL x MAGDA DE AMORIN CARDOZO - Preliminarmente deve a parte autora, no prazo de 30 dias, efetuar o preparo das custas iniciais no valor de R$ 817,80 custas iniciais e R$ 9,40 autuação, bem como das diligências do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 215,00 busca e apreensão e R$ 43,00 citação, acrescida da presente publicação no valor de R$ 2,82, sob pena de cancelamento da distribuição. Informamos que o pagamento das custas iniciais serão feitas somente através das guias de recolhimento, as quais encontram-se a disposição nesta Serventia ou através do site do TJ no link Guias de Recolhimento e as diligências do Sr. Oficial de Justiça (busca e apreensão e citação) na opção Oficial de Justiça e a conta corrente dos oficiais é n.º 6000-3, agência n.º 3850-4 do Banco do Brasil S/A. - Adv. JULIANA PERON RIFFEL.

91. EXECUÇÃO FISCAL - 0007187-35.2010.8.16.0116-MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ x GANHO CONST E EMP LTDA - Acerca da Exceção de Pré-Executividade, manifeste-se o exequente. Adv. VERGINIA MARA PEDROSO.

92. CARTA PRECATÓRIA - 0000488-72.2003.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 20ª VARA CÍVEL - BANCO BOA VISTA S/A x FABIOPLAS IND. E COM. DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA - Ante o decurso do prazo de suspensão, diga a parte autora quanto ao interesse no prosseguimento da deprecata, no prazo de cinco dias. Adv. DANIEL HACHEM.

93. CARTA PRECATÓRIA - 0000692-14.2006.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 8ª VARA CÍVEL - BANCO PROGRESSO S/A. x LAURO ROBERTO GONÇALVES DE CASTRO - Ante o decurso do prazo de suspensão, diga a parte autora quanto ao prosseguimento da deprecata, no prazo de cinco dias. Advs. GILMAR WILSON FERNANDES, ADAUTO VIANNA DINIZ e JOSUÉ DYONÍSIO HECKE.

94. CARTA PRECATÓRIA - 0002007-43.2007.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 9ª VARA CÍVEL - JOSÉ CARLOS MACHADO x TORREBLANCA CONSTR. E INCORPORAÇÕES LTDA. - Diga o exequente quanto ao interesse no prosseguimento da deprecata, no prazo de cinco dias, sob pena de devolução. Adv. ANDREA RICETTI BUENO FUSCULIM.

95. CARTA PRECATÓRIA - 310/2008-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 6ª VARA CÍVEL - CONDOMÍNIO NÁUTICO ILHA DO MEL x ESTEVAM APARECIDO CALEGARI - Diligencie a parte autora junto ao juizo deprecante quanto a efetivação da intimação da parte executada sobre a avaliação e eventual oposição de embargos, no prazo de cinco dias. Advs. NELSON GONZI MORGADO e BRUNO CIDADE MOPRGADO.

96. CARTA PRECATÓRIA - 113/2009-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 7ª VARA CÍVEL - BANCO ARAUCÁRIA S/A x COPALI COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA. e outros - Diligencie a parte autora quanto a efetivação da intimação da parte executada acerca da avaliação. Adv. MÁRCIA ADRIANA MANSANO.

97. CARTA PRECATÓRIA - 0004724-57.2009.8.16.0116-Oriundo da Comarca de LAPA-PR VARA CÍVEL E ANEXOS - LUIZ CARLOS FERRARI x OSMAR JESUS MOLONHA e outro - Diga a parte autora quanto ao interesse no prosseguimento da precatória, no prazo de cinco dias, sob pena de devolução. Adv. KIVAL DELLA BIANCA PAQUETE JUNIOR.

98. CARTA PRECATÓRIA - 0000229-33.2010.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 17ª VARA CÍVEL - BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A x JOÃO SARTOR DE OLIVEIRA e outros - Diligencie a parte autora junto ao juizo deprecante quanto a efetivação da intimação da parte executada sobre a avaliação e eventual oposição de embargos, no prazo de cinco dias. Advs. DOMINGOS JOAO BERNARDI e LUIS ALBERTO SNIECIKOSKI.

99. CARTA PRECATÓRIA - 0000283-96.2010.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 1ª VARA CÍVEL - LENIRA SOLA DE FREITAS x ROLANDO FREITAS GREGO - Diligencie a parte autora junto ao juizo deprecante quanto a efetivação da intimação da parte executada sobre a avaliação e eventual oposição de embargos, no prazo de cinco dias. Advs. ANDRÉ LUIZ PENTEADO BUENO e ANA RENATA MACHADO.

100. CARTA PRECATÓRIA - 0000979-35.2010.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 12ª VARA CÍVEL - ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO x KONY'S RESTAURANTE EVENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. - Ante o decurso do prazo de suspensão da deprecata, manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias. Advs. LUDOVICO ALBINO SAVARIS e LUCIANA SAVARIS MORCELLI.

101. CARTA PRECATÓRIA - 0001455-73.2010.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 5ª VARA CÍVEL - SILVESTRE BASTOS VELOSO x NILSO RODRIGUES DE GODOES - Diga o exeqüente acerca do interesse no prosseguimento da execução. Adv. MESAEL CAETANO DOS SANTOS.

102. CARTA PRECATÓRIA - 0005643-12.2010.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 14ª VARA CÍVEL - BERMAN S/A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES x JOÃO JOSÉ RAMIRES JÚNIOR - Manifeste-se a parte autora quanto ao contido no expediente de fls. 71, no prazo de cinco dias. Adv. ADILSON LUIS FERREIRA.

103. CARTA PRECATÓRIA - 0009632-26.2010.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 16ª VARA CÍVEL - ALMEIDA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. x GILSON LUIZ CORREA e outros - Diligencie a parte autora junto ao juízo deprecante quanto a efetivação da intimação da parte executada sobre a avaliação e eventual oposição de embargos, no prazo de cinco dias. Advs. CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO, ALEXANDRE RECH e OTAVIO KOVALHUK.

104. CARTA PRECATÓRIA - 0010076-59.2010.8.16.0116-Oriundo da Comarca de COTIA-SP 2ª VARA - BANCO DO BRASIL S/A. x CARLOS ALBERTO REAL e outro - Diligencie a parte autora junto ao juízo deprecante quanto a efetivação da intimação da parte executada sobre a avaliação e eventual oposição de embargos, no prazo de cinco dias. Advs. GILBERTO JOSÉ DE CAMARGO e REINALDO MIRICO ARONIS.

105. CARTA PRECATÓRIA - 0016799-94.2010.8.16.0116-Oriundo da Comarca de LAPA-PR VARA CÍVEL E ANEXOS - EMBALAGENS SÃO JOSÉ DOS PINHAIS LTDA. x COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA LAPA - SICREDI - Ante o decurso do prazo de suspensão, diga a parte vencedora quanto ao prosseguimento da deprecata, no prazo de cinco dias. Adv. LEILANE TREVISAN MORAES.

106. CARTA PRECATÓRIA - 0016802-49.2010.8.16.0116-Oriundo da Comarca de LAPA-PR VARA CÍVEL E ANEXOS - COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL SUDESTE PARANÁ x EMBALAGENS SÃO JOSÉ DOS PINHAIS LTDA. - Ante o decurso do prazo de suspensão, diga a parte vencedora quanto ao prosseguimento da deprecata, no prazo de cinco dias. Advs. ADSON GABINO DE MORAES JUNIOR e LEILANE TREVISAN MORAES.

107. CARTA PRECATÓRIA - 0016804-19.2010.8.16.0116-Oriundo da Comarca de LAPA-PR VARA CÍVEL E ANEXOS - EMBALAGENS SÃO JOSÉ DOS PINHAIS LTDA. x COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA LAPA - SICREDI - Ante o decurso do prazo de suspensão, diga a parte autora quanto ao interesse no prosseguimento da deprecata, no prazo de cinco dias. Advs. ADSON GABINO DE MORAES JUNIOR e LEILANE TREVISAN MORAES.

108. CARTA PRECATÓRIA - 0000922-80.2011.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 2ª VARA CÍVEL - GIANFRANCA CATTANEO x ESPÓLIO DE MARIA HENNING LEAL e outros - Manifeste-se a parte autora quanto ao contido na certidão de fls. 22, lavrada pelo Senhor Oficial de Justiça, no prazo de cinco dias. Resumo da Certidão: "Deixei de proceder a penhora, face ter sido informado por funcionários do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, que nada consta em nome do mesmo." Adv. SANTINO SAGAIS.

109. CARTA PRECATÓRIA - 0001210-28.2011.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 9ª VARA CÍVEL - CREARE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA. x FELICITÁ COLCHÕES LTDA. e outros - Ante o decurso do prazo de suspensão da deprecata, manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias. Adv. MARISOL BENTO MERINO.

110. CARTA PRECATÓRIA - 0001281-30.2011.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 17ª VARA CÍVEL - CONDOMÍNIO EDIFÍCIO LAGO MAGGIORE x NICARAGUA VEÍCULOS LTDA. - Diligencie a parte autora junto ao juízo deprecante quanto a efetivação da intimação da parte executada sobre a avaliação e eventual oposição de embargos, no prazo de cinco dias. Adv. MARCOS LUCIO CARNEIRO DE MELLO.

111. CARTA PRECATÓRIA - 0004057-03.2011.8.16.0116-Oriundo da Comarca de FOZ DO IGUACU-PR 4ª VARA CIVEL - SUSANNA HEDY BUTZEN x ESPÓLIO DE JOSE THEMODIO BUTZEN - Sobre a avaliação efetivada manifeste-se a parte autora no prazo de cinco dias. Adv. ALVARO WENDHAUSEN DE ALBUQUERQUE.

112. CARTA PRECATÓRIA - 0004494-44.2011.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 13ª VARA CÍVEL - SIDNEI ZWIEERZYKOWSKI x HABIL - HABILIDADE EM SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA. e outro - Deve a parte autora efetuar o preparo das diligências do Senhor Oficial de Justiça, no importe de R $ 446,63, referente a 02 penhoras R$ 74,00, 1 intimação da penhora R$ 37,00, 1 diligência de Avaliação, 1 Avaliação R$ 261,63 e 1 diligencia ao CRI R$ 37,00, mediante recolhimento de GRC (Guia de Recolhimento de Custas). ATENÇÃO: nesta comarca, conforme orientação constante do site do TJ/PR, existe conta específica para recolhimento das custas dos senhores oficiais de justiça, qual seja: Ag. 3850-4, conta 6000-3, Banco do Brasil. Adv. JÚLIO CESAR DALMOLIN.

113. CARTA PRECATÓRIA - 0005785-79.2011.8.16.0116-Oriundo da Comarca de PARANAGUÁ-PR 1ª VARA CÍVEL - AILTON JOSE CASAGRANDI x JOZIAS DE OLIVEIRA RAMOS - Preliminarmente deve a parte interessada efetuar o preparo das custas iniciais, em 10 dias, no valor de R$ 408,90 custas iniciais, R$ 9,40 de autuação e R$ 20,00 Porte de Remessa, acrescida da presente publicação no valor de R$ 2,82, sob pena de cancelamento da distribuição. Informamos que o pagamento das custas iniciais serão feitas através das guias, as quais encontram-se a disposição nesta Serventia ou através do site do Tribunal de Justiça www.tjpr.jus.br no link guias

de recolhimento, opção Custas Judiciais, sendo que as custas iniciais terá como unidade arrecadadora é Escrivania do Cível. - Advs. SÓCRATES JOSÉ NICLEVISK e HÉLIO LUIZ VITORINO BARCELOS.
114. CARTA PRECATÓRIA - 0005786-64.2011.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 14ª VARA CÍVEL - CARLITO MION x DILMA GONÇALVES DOS SANTOS FERREIRA e outro - Preliminarmente deve a parte interessada efetuar o preparo das custas iniciais, em 10 dias, no valor de R$ 190,35 custas iniciais, R$ 9,40 de autuação e R$ 20,00 Porte de Remessa, bem como as custas com a diligências do Oficial de Justiça no valor de R$ 43,00, acrescida da presente publicação no valor de R$ 2,82, sob pena de cancelamento da distribuição. Informamos que o pagamento das custas iniciais serão feitas através das guias, as quais encontram-se a disposição nesta Serventia ou através do site do Tribunal de Justiça www.tjpr.jus.br no link guias de recolhimento, opção Custas Judiciais, sendo que as custas iniciais terá como unidade arrecadadora é Escrivania do Cível e as custas com as diligências do Oficial de Justiça na opção Oficial de Justiça. - Adv. NELSON ANTÔNIO GOMES JÚNIOR.

29/09/2011

**SERVENTIA CIVEL E ANEXOS - COM. DE MATINHOS**
**RELACAO DE PUBLICACAO E PRAZO N.º 106/2011**
**DANIELLE GUIMARÃES DA COSTA**
**Juíza de Direito**
**AIRTON JOSE VENDRUSCOLO**
**Titular da Serventia**

**Relação de Publicação de Prazo n.º 106/2011**

ALCEU FERNANDES CENATTI 0006 001199/1999
ANDRÉ FONTANA FRANÇA 0003 000506/1999
ARISTIDES TIZZOT FRANCA 0024 000174/2009
CARLOS EDUARDO BENATO 0021 001386/2008
0022 001406/2008
CLAUDIA CHRISTINA CASTELL 0025 000270/2009
CLEVERSON PAULO SANT'ANA 0014 000273/2007
DANIELLE MADEIRA 0034 000986/2011
0035 001037/2011
0036 001564/2011
ELIO MASSAO KAWAMURA 0010 002150/2005
FELIPE GOMIERO RIGO 0033 019259/2010
GIOVANNI JOSÉ AMORIM 0019 001368/2008
HAROLDO ALVES RIBEIRO JUN 0015 000754/2007
HERON CATTA PRETA GOMES D 0002 000130/1999
IGOR MARTINHO KALLUF 0008 000190/2002
JOEL ANTONIO BETTEGA JUNI 0004 000771/1999
0020 001380/2008
JOÃO BATISTA DOS ANJOS 0005 000831/1999
JUAHIL MARTINS DE OLIVEIR 0007 000244/2001
JULIO RICARDO ARAÚJO 0029 001694/2010
0030 001695/2010
LEONARDO KURPIEL JUNIOR 0023 000142/2009
0026 000754/2009
0027 000755/2009
0028 000758/2009
0031 005805/2010
LUIZ GUILHERME LEITE MEND 0001 000015/1999
0012 000728/2006
0016 000335/2008
LUZIA APARECIDA FAVETTA 0017 000476/2008
MARCIA APARECIDA COTTA 0037 000064/2008
0039 008739/2010
0040 010604/2010
0041 001305/2011
0042 002095/2011
0043 002252/2011
0044 002892/2011
0045 003105/2011
MAYLIN MAFFINI 0013 000768/2006
NEREU DE OLIVEIRA 0011 000667/2006
PAULO CESAR SILVEIRA 0018 000893/2008
PRISCILA SERRA MARCONDES 0032 016776/2010
SANDRA MARIA DE SOUZA CAS 0038 000319/2009
WILSON ROBERTO DAVID MOTA 0009 001881/2005

1. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO - 0000665-75.1999.8.16.0116-JOSE MARIA JESUS - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. LUIZ GUILHERME LEITE MENDES.
2. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 130/1999-NELSON GONÇALVES e outro x SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES URB. E SAN. CURSAN LTDA. - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. HERON CATTA PRETA GOMES DE ARAÚJO.
3. CONCORDATA PREVENTIVA - 506/1999-GERALDO CARVALHO & CIA LTDA - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. ANDRÉ FONTANA FRANÇA.
4. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 771/1999-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES URB. E SAN. CURSAN LTDA. x RAUL DA SILVA MIRANDA e outro - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. JOEL ANTONIO BETTEGA JUNIOR.
5. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 831/1999-VALDEMIRO VANELLI e outro x PAULO DILSON JANNUZZI e outro - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. JOÃO BATISTA DOS ANJOS.
6. INVENTÁRIO - 1199/1999-ROSELI DA APARECIDA WALTER LOPES e outros x ESPOLIO DE ANTONIO EURICO VALTER - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. ALCEU FERNANDES CENATTI.
7. USUCAPIÃO - 0000417-41.2001.8.16.0116-LAURINDO MARTINS DA SILVA e outro x ESTE JUÍZO - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. JUAHIL MARTINS DE OLIVEIRA.
8. DESPEJO - 0000276-85.2002.8.16.0116-IGOR MARTINHO KALLUF x VENDRAMIN E VENDRAMIN - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. IGOR MARTINHO KALLUF.
9. ORDINÁRIA - 1881/2005-FUNERARIA MATINHOS LTDA x ESPOLIO DE MARIA JOSE DA SILVA FERREIRA - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. WILSON ROBERTO DAVID MOTA.
10. DECLARATÓRIA - 0000546-07.2005.8.16.0116-MERCEARIA WIENSKOSKI LTDA x ABASTECEDORA DE ALIMENTOS MAMORE LTDA e outro - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. ELIO MASSAO KAWAMURA.
11. USUCAPIÃO - 667/2006-LUCIO GOMES DA SILVA e outro x FLORÊNCIA CORDEIRO e outros - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. NEREU DE OLIVEIRA.

12. USUCAPIÃO - 728/2006-JOSÉ LUIZ CHRISANTO e outro x COMISSÁRIA GALVÃO S/A CORRETAGEM DE IMÓVEIS e outros - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. LUIZ GUILHERME LEITE MENDES.
13. COBRANÇA - RITO SUMÁRIO - 768/2006-EDIFÍCIO LIDO DE JESOLO x SÉRGIO RIBEIRO DA SILVA e outro - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. MAYLIN MAFFINI.
14. USUCAPIÃO - 273/2007-ROBERTO MAIOLA x IMOBILIÁRIA VERA CRUZ LTDA. - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. CLEVERSON PAULO SANT'ANA COSTA.
15. DESPEJO - 754/2007-POSTO MARU LTDA. x LEDAIR RITA BATISTUSSI LORENCENA e outro - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. HAROLDO ALVES RIBEIRO JUNIOR.
16. USUCAPIÃO - 0003946-24.2008.8.16.0116-MARCILIANO OLIVEIRA FILHO e outro x JOSEF SODER - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. LUIZ GUILHERME LEITE MENDES.
17. CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA - 0003370-31.2008.8.16.0116-ADIVALDINO NEVES DA SILVA x AGLAÉ DAS GRAÇAS CHEVÔNICA GUIMARÃES - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. LUZIA APARECIDA FAVETTA.
18. ORDINÁRIA DE COBRANÇA - 893/2008-ASSOCIAÇÃO BANESTADO x MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. PAULO CESAR SILVEIRA.
19. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - 1368/2008-C. R. ALMEIDA S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES x MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. GIOVANNI JOSÉ AMORIM.
20. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0003790-36.2008.8.16.0116-ALCIDES MARIANO e outro x IMOBILIÁRIA CORSAN e outros - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. JOEL ANTONIO BETTEGA JUNIOR.
21. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - 0003393-74.2008.8.16.0116-ENSEG - INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA LTDA. x OLÍMPIO BRUNO DA SILVA - PESCADOS - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. CARLOS EDUARDO BENATO.
22. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - 1406/2008-ENSEG - INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA LTDA. x OLÍMPIO BRUNO DA SILVA - PESCADOS - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. CARLOS EDUARDO BENATO.
23. USUCAPIÃO - 142/2009-EDEJANE ALVES GONÇALVES x JOÃO GUIDO RAMOS e outro - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. LEONARDO KURPIEL JUNIOR .
24. DEPÓSITO - 0004569-54.2009.8.16.0116-BANCO ITAÚ S/A. x GILBERTO CARLOS GUIMARÃES - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. ARISTIDES TIZZOT FRANCA.
25. ORDINÁRIA - 270/2009-MARIA TERESA LUBINSKI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. CLAUDIA CHRISTINA CASTELLAIN.
26. USUCAPIÃO - 754/2009-EDNA DO ROCIO BARBOSA x FLORIANO M GUIMARAES e outros - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. LEONARDO KURPIEL JUNIOR .
27. USUCAPIÃO - 755/2009-MARCELO DE SOUZA e outro x FLORIANO M GUIMARAES e outros - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. LEONARDO KURPIEL JUNIOR .
28. USUCAPIÃO - 758/2009-JEAN CESAR PEREIRA DA ROSA x FLORIANO M GUIMARAES e outros - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. LEONARDO KURPIEL JUNIOR .
29. ORDINÁRIA - 0001694-77.2010.8.16.0116-VAGNER MARCIO DE JESUS e outros x MUNICÍPIO DE MATINHOS - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. JULIO RICARDO ARAÚJO .
30. ORDINÁRIA - 0001695-62.2010.8.16.0116-MARIA DO CARMO DA SILVA e outros x MUNICÍPIO DE MATINHOS - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem

como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. JULIO RICARDO ARAÚJO .
31. USUCAPIÃO - 0005805-07.2010.8.16.0116-GEOVANI PEREIRA DA ROSA e outro x PEDRO OSATCHUK e outro - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. LEONARDO KURPIEL JUNIOR .
32. DECLARATÓRIA - 0016776-51.2010.8.16.0116-SONIANIR GOMES CORREIA x JOSÉ ADALBERTO MOURÃO DANTAS e outro - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. PRISCILA SERRA MARCONDES DE SOUZA.
33. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO - 0019259-54.2010.8.16.0116-OSNI JOSÉ IUNLKLAUS x BANCO ITAÚ S/A. - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. FELIPE GOMIERO RIGO .
34. BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA - 0000986-90.2011.8.16.0116-BV FINANCEIRA S/A C.F.I. x FLÁVIO MUSSOI - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. DANIELLE MADEIRA.
35. REVISÃO CONTRATUAL - 0001037-04.2011.8.16.0116-FLÁVIO MUSSOI x BV FINANCEIRA S/A C.F.I. - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. DANIELLE MADEIRA.
36. REVISÃO CONTRATUAL - 0001564-53.2011.8.16.0116-FLÁVIO MUSSOI x BANCO BMG S/A - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. DANIELLE MADEIRA.
37. CARTA PRECATÓRIA - 64/2008-Oriundo da Comarca de PORTO VELHO-RO 2ª VARA FEDERAL - FAZENDA NACIONAL x S I DE OLIVEIRA SILVA - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. MARCIA APARECIDA COTTA.
38. CARTA PRECATÓRIA - 319/2009-Oriundo da Comarca de PARANAGUÁ-PR VARA E JUIZADO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL x BISCAIA BISCAIA CIA LTDA e outro - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. SANDRA MARIA DE SOUZA CASTELLO BRANCO .
39. CARTA PRECATÓRIA - 0008739-35.2010.8.16.0116-Oriundo da Comarca de SANTO ANGELO-SP 1ª VARA FEDERAL - FAZENDA NACIONAL x CARLA ADRIANE MARIANO - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. MARCIA APARECIDA COTTA.
40. CARTA PRECATÓRIA - 0010604-93.2010.8.16.0116-Oriundo da Comarca de PONTA GROSSA-PR 1ª VARA FEDERAL - FAZENDA NACIONAL x ESPÓLIO DE ANTONIO IRAZEU SADOSKI e outros - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. MARCIA APARECIDA COTTA.
41. CARTA PRECATÓRIA - 0001305-58.2011.8.16.0116-Oriundo da Comarca de SÃO PAULO-SP 6ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAI - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS x INTERLEATHER AGROINDUSTRIAL LTDA. e outro - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. MARCIA APARECIDA COTTA.
42. CARTA PRECATÓRIA - 0002095-42.2011.8.16.0116-Oriundo da Comarca de CURITIBA-PR 1ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS - FAZENDA NACIONAL x ARICLE CATARINA ALBINI - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. MARCIA APARECIDA COTTA.
43. CARTA PRECATÓRIA - 0002252-15.2011.8.16.0116-Oriundo da Comarca de MARINGÁ-PR VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS - FAZENDA NACIONAL x MHR EMBREAGENS LTDA. e outro - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. MARCIA APARECIDA COTTA.
44. CARTA PRECATÓRIA - 0002892-18.2011.8.16.0116-Oriundo da Comarca de LONDRINA-PR VARA FEDERAL EXEC. FISCAIS - FAZENDA NACIONAL x ROEHRIG CIA. LTDA. e outro - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. MARCIA APARECIDA COTTA.
45. CARTA PRECATÓRIA - 0003105-24.2011.8.16.0116-Oriundo da Comarca de PATO BRANCO-PR VARA FEDERAL E JUIZADO - FAZENDA NACIONAL x SANTOS E LEOPOLDINO LTDA. ME - Deve o Senhor Procurador devolver os autos em Cartório, impreterivelmente em 24 horas, sob as penas previstas do art. 196 do C.P.C. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre elaboração e efetivação da presente publicação. Obs: Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a Ordem dos Advogados e outras providências cabíveis. Adv. MARCIA APARECIDA COTTA.

Matinhos, 29 de Setembro de 2011

# PALOTINA

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**COMARCA DE PALOTINA - ESTADO DO PARANA**
**ADORINAN BALBINO SIQUEIRA - Escrivão**
**RUA XV DE NOVEMBRO Nº 1.170 - FONE FAX (44)3649-5281.**
**e-mail:adorinansiqueira@uol.com.br e ou adba@tjpr.jus.br**

**RELAÇAO Nº 147/2011.**

Índice de Publicação

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADALBERTO AMORIM SILVA 0024 000029/2011
AIRTON JACQUES FERRAZ 0013 000630/2008
AIRTON THIAGO CHERPINSKY 0028 000417/2011
ALESSANDRA APARECIDA DA S 0024 000029/2011
ALEXANDRO DALLA COSTA 0034 000036/2011
ANA CAROLINA CARNEIRO FER 0024 000029/2011
ANA CLAUDIA CERICATTO 0011 000090/2008
ANA CLAUDIA FINGER 0002 000313/2005
ANA NICE GEMELLI HENDGES 0005 000423/2006
ANA PAULA FINGER MASCAREL 0002 000313/2005
ANDRE CASTILHO 0028 000417/2011
ANDRE LUIZ SCHIMITZ 0010 000531/2007
ANDREA ROLDAO DOS SANTOS 0025 000071/2011
0029 000418/2011
ANDRÉ MIRANDA CARVALHO 0016 000370/2009
0028 000417/2011
ANDRÉA ROLDÃO DOS SANTOS 0021 000648/2010
ANDRÉIA CRISTINA CAREGNAT 0025 000071/2011
ANESIO ROSSI JUNIOR 0033 000099/2011
ANGELINO LUIZ R.TAGLIARI 0024 000029/2011
ANTONIO CARLOS DA VEIGA 0033 000099/2011
ANTONIO NUNES NETO 0011 000090/2008
AUGUSTO CARLOS CARRANO CA 0033 000099/2011
AUGUSTO PASTUCH ALMEIDA O 0001 000112/1999
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0005 000423/2006
0034 000036/2011
CARLOS ARAUZ FILHO 0010 000531/2007
0016 000370/2009
0028 000417/2011
CARLOS EDUARDO LULU OAB/P 0012 000606/2008
0014 000273/2009
CARLOS HENRIQUE KUNZLER 0016 000370/2009
CARLOS VICTOR BRUNE OAB/P 0006 000491/2006
CHRISTINA YUMI YOSHIMURA 0024 000029/2011
CIBELE CRISTIANE RUIZ DE 0025 000071/2011
0029 000418/2011
CIBELE CRISTINA RUIZ AZEV 0021 000648/2010
CIRINEI ASSIS KARNOS 0033 000099/2011
CLAUDIA LORENA CARRARO VA 0033 000099/2011
CLAUDIA PIZZATTO OAB/PR 3 0024 000029/2011
CLOVIS APARECIDO MARTINS 0033 000099/2011
CLOVIS SUPLICY WIEDMER FI 0010 000531/2007
0016 000370/2009
0028 000417/2011
CÉSAR AUGUSTO DE LARA KRI 0033 000099/2011
DALILA APARECIDA VOIGT MI 0033 000099/2011
DANIELE CRISTINA DAS NEVE 0032 000097/2011
DIEGO LUIZ PASQUALLI 0027 000394/2011
DIOGO CELUPPI 0015 000355/2009
DIOGO MISSFELD HOFFMANN 0010 000531/2007
0016 000370/2009
0028 000417/2011
DORISVALDO NOVAES CORREIA 0023 000801/2010
DÉBORA GALHARDO DE CAMARG 0024 000029/2011
EDER BOLETTI ANGELO 0009 000514/2007
EDGAR KINDERMANN SPECK 0010 000531/2007
0016 000370/2009
0028 000417/2011
EDGAR LUIZ DIAS 0033 000099/2011
EDSON EMILIO SPAGNOLLO OA 0030 000427/2011
EGBERTO FANTIN 0027 000394/2011
ELCIO LUIS WECKERLIM FERN 0030 000427/2011
ELOI ANTONIO SALVADOR OAB 0011 000090/2008
ELSO DE SOUZA NOVAIS 0026 000139/2011
EMERSON BUSANELLO 0033 000099/2011
ENIMAR PIZZATTO OAB/PR 15 0008 000311/2007
0009 000514/2007
0026 000139/2011
0027 000394/2011
EVANDRO MAURO VIEIRA DE M 0022 000799/2010
EVARISTO ARAGAO FERREIRA 0004 000026/2006
EVERLY DOMBECK FLORIANI 0033 000099/2011
EVILASIO CARVALHO JUNIOR 0016 000370/2009
0028 000417/2011
EVILASIO DE CARVALHO JUNI 0010 000531/2007
FABIANO GONÇALVES MOTA 0024 000029/2011
FABIO YOSHIHARU ARAKI OAB 0006 000491/2006
FABIULA MAROSO PELANDA OA 0007 000173/2007
0022 000799/2010
0031 000434/2011
FELIPE BITENCOURT LAZEREI 0010 000531/2007
FELIPE RAFAEL FERREIRA 0028 000417/2011
FERNANDA MICHEL ANDREANI 0034 000036/2011
FERNANDO ALOISIO HEIN OAB 0011 000090/2008
FERNANDO BONISSONI 0008 000311/2007
0026 000139/2011
0027 000394/2011
FERNANDO VERNALHA GUIMARA 0004 000026/2006
FLAVIA MAGNONI SEHENEM OA 0032 000097/2011
FLAVIO ALEXANDRE DE SOUZA 0016 000370/2009
0028 000417/2011
FÁTIMA MARIA BOZZ BARBOSA 0033 000099/2011
GENESIO NAILOR FINGER OAB 0002 000313/2005
GENIVAL FERREIRA DE ALMEI 0006 000491/2006
GERSON SCHWAB 0033 000099/2011
GILBERTO DOMINGOS DE BRIT 0033 000099/2011
GIOVANA CHRISTIE FAVORETT 0005 000423/2006
GIOVANA PRICE DE MELO 0019 000491/2010
GLAUCI ALINE HOFFMANN 0016 000370/2009
GLAUCO IWERSEN OAB/PR 21. 0014 000273/2009
GUIOMAR MARIO PIZZATTO 0008 000311/2007
0009 000514/2007
0026 000139/2011
0027 000394/2011
GUSTAVO DE ALMEIDA FLESSA 0001 000112/1999
GUSTAVO GOMES XAVIER DE O 0016 000370/2009
0028 000417/2011
HELIO DE O. BARBOSA OAB/M 0001 000112/1999
HILTON C.MASCARENHAS JR O 0001 000112/1999
ISAIAS GRASEL ROSMAN 0003 000549/2005
IZABELA CRISTINA RUQCKER 0004 000026/2006
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0002 000313/2005
0016 000370/2009
0018 000197/2010
JANI TEREZINHA AMBROSIO 0032 000097/2011
JARBAS FRANCO 0024 000029/2011
JARDEL RANGEL PALUDO BENT 0011 000090/2008
0015 000355/2009
JAYME DE AZEVEDO LIMA 0033 000099/2011
JEFFERSON MASSAHARU ARAKI 0006 000491/2006
JOAO CORREA SOBANIA 0033 000099/2011
JOAO IVAN BORGES DE LIMA 0020 000634/2010
JOBERSON FERNANDO DE LIMA 0030 000427/2011
JOHNNY ELIZEU STOPA JUNIO 0011 000090/2008
JORGE HUMBERTO PINHEIRO M 0030 000427/2011
JOSE LUIS BENEDETTI 0028 000417/2011
JOSÉ VALDIR WESCHENFELDER 0005 000423/2006
JULIANO RICARDO TOLENTINO 0002 000313/2005
0018 000197/2010
JULIO CESAR DALMOLIN OAB/ 0002 000313/2005
0016 000370/2009
0018 000197/2010
JUNIOR FERNANDO BELLATO 0021 000648/2010
0025 000071/2011
0029 000418/2011
KEREN FERREIRA ROCHA 0024 000029/2011
LARA BEATRICE BIEZUS OAB/ 0011 000090/2008
LEANDRO DE QUADROS 0002 000313/2005
0018 000197/2010
LEINA MARIA G. FERRAZ 0013 000630/2008
LEOCIR JOAO RODIO 0022 000799/2010
LEONARDO ANACLETO CHAVES 0024 000029/2011
LEONARDO DELLA COSTA 0034 000036/2011
LUCIANO MARCIO DOS SANTOS 0034 000036/2011
LUCIO CLOVIS PELANDA 0008 000311/2007
0009 000514/2007
0031 000434/2011
LUIZ RODRIGUES WAMBIER OA 0004 000026/2006
MARCIA LORENI GUND OAB/PR 0002 000313/2005
0016 000370/2009
0018 000197/2010
MARCIO ROGERIO DEPOLLI OA 0005 000423/2006
0034 000036/2011
MARCO DENILSON MEULAM OAB 0003 000549/2005
MARCOS ANTONIO MOTTE 0024 000029/2011
MARCOS DUTRA DE ALMEIDA 0009 000514/2007
MARCOS JULIO ANTONIETTI C 0022 000799/2010
0031 000434/2011
MARCOS VIANA COSTÓDIO 0028 000417/2011
MARIANA KOWALSKI FURLAN 0010 000531/2007
MARIANA MENDES VILELA 0024 000029/2011
MIKAEL MARTINS DE LIMA 0010 000531/2007
MILENE ANA DOS SANTOS POZ 0020 000634/2010
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0012 000606/2008
0014 000273/2009
MITHIELE TATIANA RODRIGUE 0034 000036/2011
MONICA CRISTINA BIZINELI 0014 000273/2009
MURILO CLEVE MACHADO OAB/ 0014 000273/2009
NARADIBA S. GUERRA DE SOU 0005 000423/2006
NEWTON DORNELES SARATT 0009 000514/2007
ORLANDO ARAUZ NETO 0016 000370/2009
ORLANDO CESAR JULIO 0010 000531/2007
ORLANDO SILVEIRA MARTINS 0024 000029/2011
OSVALDO CARNELOSSO 0007 000173/2007
OSVALDO KRAMES NETO 0008 000311/2007
0009 000514/2007
0026 000139/2011
0027 000394/2011
PABLO RODRIGUES ALVES 0020 000634/2010
RAFAEL COMAR ALENCAR 0016 000370/2009
0028 000417/2011
RAFAELA CASTANHO VIEIRA 0028 000417/2011
RALPH PEREIRA MACORIM 0016 000370/2009
0028 000417/2011
ROGINER AUGUSTO MARIN 0034 000036/2011
ROSANGELA BINHARA ESTURIL 0001 000112/1999
SANDRA GENI SIMON 0024 000029/2011
SERGIO HENRIQUE GOMES 0030 000427/2011
SIGISFREDO HOEPERS OAB/P 0017 000542/2009
SILVANA BERTICELLI RÓDIO 0022 000799/2010
SILVIA MARIA BERTICELLI V 0022 000799/2010
SONIA M. BELLATO PALIN OA 0029 000418/2011
SONIA MARIA BELLATO PALIN 0021 000648/2010
0025 000071/2011

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBI 0004 000026/2006
THIAGO GARDAI COLLODEL 0016 000370/2009
0028 000417/2011
TRAJANO BASTO DE O. N. FR 0014 000273/2009
VALDIVIA MARQUES DA SILVA 0006 000491/2006
VERIDIANA PERIN 0005 000423/2006
VINICIUS TOMAZINI MARTINS 0024 000029/2011
WALTER BORGES CARNEIRO OA 0001 000112/1999
cristina sakura iwata nak 0024 000029/2011

1. AÇAO MONITORIA-112/1999-COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA - IND.BRAS.BEBIDAS x BENVINDO CENTENARO & CIA LTDA.- Sobre o prosseguimento do feito, diga a parte exequente. -Advs. WALTER BORGES CARNEIRO OAB/PR 22741, GUSTAVO DE ALMEIDA FLESSAK (OAB: 031345/PR), AUGUSTO PASTUCH ALMEIDA OAB/PR29178 (OAB: 029178/PR), HELIO DE O. BARBOSA OAB/MG 623A (OAB: 623A), ROSANGELA BINHARA ESTURILHO 15.910 (OAB: OAB/PR 15.910) e HILTON C.MASCARENHAS JR OABSP178592 (OAB: 178592)-.

2. PRESTAÇAO DE CONTAS-313/2005-ARDOINO JACOB SOMENSI x BANCO BRADESCO S/A- Dê-se vista conforme a fl. 730, pelo prazo de 10 dias. Intime-se. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING (OAB: 024151/PR), MARCIA LORENI GUND OAB/PR 29.734 (OAB: 029734/PR), JULIO CESAR DALMOLIN OAB/PR 25.162 (OAB: 025162/PR), GENESIO NAILOR FINGER OAB/PR 5925-B (OAB: 5925-B), LEANDRO DE QUADROS (OAB: 031857/PR), JULIANO RICARDO TOLENTINO (OAB: 033142/PR), ANA CLAUDIA FINGER (OAB: /PR 20.299) e ANA PAULA FINGER MASCARELLO (OAB: 21649-PR)-.

3. CAUTELAR EXIBIÇAO DE DOCUMENT-549/2005-CABINE CARLESSO LTDA. ME x BANCO DO BRASIL S.A.- Alvará expedido a disposição.
-Advs. ISAIAS GRASEL ROSMAN (OAB: 044718/RS) e MARCO DENILSON MEULAM OABPR 23197 (OAB: 23.197-PR)-.

4. EMBARGOS A EXECUÇAO-26/2006-HSBC INVESTMENT BANK (BRASIL) S/A - BANCO DE INVES x MUNICIPIO DE PALOTINA- I. Intime-se a parte embargante para que pague as custas de diligências do Oficial (a) de Justiça.
II. Com o pagamento das custas, cumpra-se o item II do despacho de fl. 566.
Diligências necessárias.-Advs. TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER (OAB: 022129-A/PR), LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB/PR 7.295 (OAB: 007295/PR), EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS (OAB: 24.498-PR), IZABELA CRISTINA RUQCKER CURI (OAB: OAB/PR 25.814) e FERNANDO VERNALHA GUIMARAES (OAB: 020738/PR)-.

5. REPETIÇAO DE INDEBITO-423/2006-ANA NICE GEMELLI HENDGES e outro x BANCO ITAU S/A- Mantenho a decisão objurgada, por seus próprios fundamentos. aguarde-se a solicitação de informações pelo relator. Intimem-se. -Advs. VERIDIANA PERIN (OAB: 037324/PR), JOSÉ VALDIR WESCHENFELDER (OAB: 035694/PR), ANA NICE GEMELLI HENDGES (OAB: 049756/PR), MARCIO ROGERIO DEPOLLI OAB/PR 20456 (OAB: 020456/PR), BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ (OAB: 020457/PR), GIOVANA CHRISTIE FAVORETTO (OAB: 021070/PR) e NARADIBA S. GUERRA DE SOUZA (OAB: 000023-122/PR)-.

6. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUD.-491/2006-CARLOS ROBERTO SANTOS MARTINS x ALCEU MARIA PEREIRA- Diga a parte exequente. -Advs. VALDIVIA MARQUES DA SILVA (OAB: 000012-530/PR), GENIVAL FERREIRA DE ALMEIDA (OAB: 000012-057/PR), CARLOS VICTOR BRUNE OAB/PR 27.877 (OAB: 027877/PR), FABIO YOSHIHARU ARAKI OAB/PR 33.486 (OAB: 033486/PR) e JEFFERSON MASSAHARU ARAKI (OAB: 033824/PR)-.

7. MANDADO DE SEGURANÇA-173/2007-SILVIA CRISTINA PAVESI e outros x PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALOTINA-Custas complementares no valor de R $-132,36, à ser devidamente atualizada no dia do pagamento de acordo com a Nota 6, do Regimento de Custas. Preparo em cinco dias. -Advs. FABIULA MAROSO PELANDA OAB/PR 35024 (OAB: 035024/PR) e OSVALDO CARNELOSSO (OAB: 004303/PR)-.

8. AÇAO MONITORIA-311/2007-I. RIEDI & CIA LTDA. x HUGO FLORIANO- Intime-se a parte exequente para que se manifeste sobre interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 dias.
Intime-se.-Advs. OSVALDO KRAMES NETO (OAB: 021186/PR), GUIOMAR MARIO PIZZATTO (OAB: 006276/PR), ENIMAR PIZZATTO OAB/PR 15.818 (OAB: 015818/PR), LUCIO CLOVIS PELANDA (OAB: 026360/PR) e FERNANDO BONISSONI (OAB: 037434/PR)-.

9. PRESTAÇAO DE CONTAS-514/2007-WANDER WAGNER x BANCO FINASA S/A- Alvará expedido a disposição. -Manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito. Intime-se. -Advs. OSVALDO KRAMES NETO (OAB: 021186/PR), GUIOMAR MARIO PIZZATTO (OAB: 006276/PR), ENIMAR PIZZATTO OAB/PR 15.818 (OAB: 015818/PR), LUCIO CLOVIS PELANDA (OAB: 026360/PR), NEWTON DORNELES SARATT (OAB: 038023-A/PR), MARCOS DUTRA DE ALMEIDA (OAB: 025010/PR) e EDER BOLETTI ANGELO (OAB: 048312/PR)-.

10. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUD.-531/2007-C. VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x IVO SCHUCK e outro- Sobre o petitório de fls. 210/216, manifeste-se o executado Ivo Schuck. Intime-se. -Advs. MIKAEL MARTINS DE LIMA (OAB: 038878/PR), CARLOS ARAUZ FILHO (OAB: 027171/PR), ANDRE LUIZ SCHIMITZ (OAB: 032571/PR), CLOVIS SUPLICY WIEDMER FILHO (OAB: 038952/PR), MARIANA KOWALSKI FURLAN (OAB: 037138/PR), EDGAR KINDERMANN SPECK (OAB: 023539/PR), EVILASIO DE CARVALHO JUNIOR (OAB: 027820/PR), DIOGO MISSFELD HOFFMANN (OAB: 004328/PR), FELIPE BITENCOURT LAZEREIS (OAB: 052580/PR) e ORLANDO CESAR JULIO (OAB: 000122-800/SP)-.

11. INDENIZAÇAO POR ATO ILICITO-90/2008-ISABELA DA COSTA SANTOS e outro x NADIA ELIANE SCHREINER-Custas complementares no valor de R $-34,74, à ser devidamente atualizada no dia do pagamento de acordo com a Nota 6, do Regimento de Custas. Preparo em cinco dias. -Advs. ELOI ANTONIO SALVADOR OAB PR 32885 (OAB: 032885/PR), FERNANDO ALOISIO HEIN OAB/PR 33433 (OAB: 033433/PR), JARDEL RANGEL PALUDO BENTO (OAB: 038646/PR), LARA BEATRICE BIEZUS OAB/PR.27.662 (OAB: 000027-662/PR), JOHNNY ELIZEU STOPA JUNIOR (OAB: 000037-074/PR), ANTONIO NUNES NETO (OAB: 000025-571/PR) e ANA CLAUDIA CERICATTO (OAB: 000031-392/PR)-.

12. SUMARIO DE INDENIZAÇAO-0000735-47.2008.8.16.0126-GERDA DAUSE WALLOW x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT-Custas complementares no valor de R$-1.223,29, à ser devidamente atualizada no dia do pagamento de acordo com a Nota 6, do Regimento de Custas. Preparo em cinco dias. -Advs. CARLOS EDUARDO LULU OAB/PR 35.716 (OAB: 35.716 /PR) e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR)-.

13. USUCAPIAO-630/2008-EDINILSO MORANDI e outro x CONSTRUTORA LAGO AZUL LTDA-De acordo com a a Portaria 001/2008, inciso I, alínea C, ao autor, para em cinco dias, apresentar endereço correto e atual do réu. -Advs. AIRTON JACQUES FERRAZ (OAB: 017182/PR) e LEINA MARIA G. FERRAZ (OAB: 040995/PR)-.

14. SUMARIO DE INDENIZAÇAO-0000938-72.2009.8.16.0126-ALAIDES DA COSTA FREITAG x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT- I. Homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes às fls. 210/212.
II. Tendo em vista que o processo de conhecimento já foi extinto em razão da sentença de mérito, descabe nova extinção.
III. Expeça-se alvará conforme requerido, arquivando-se.
Intimem-se. Diligências necessárias.
Alvará expedido a disposição. -Advs. CARLOS EDUARDO LULU OAB/PR 35.716 (OAB: 35.716 /PR), MONICA CRISTINA BIZINELI (OAB: 036973/PR), MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR), TRAJANO BASTO DE O. N. FRIEDRICH (OAB: 035463/PR), MURILO CLEVE MACHADO OAB/PR 14.078 (OAB: 014078/PR) e GLAUCO IWERSEN OAB/PR 21.582 (OAB: 021582/PR)-.

15. EXECUÇAO DE TITULO JUDICIAL-355/2009-CCR COMERCIO DE PNEUS LTDA x JOAO RUFINO DE SOUZA- Sobre o requerimento de fls. 84/89, manifeste-se a parte exequente. -Advs. JARDEL RANGEL PALUDO BENTO (OAB: 038646/PR) e DIOGO CELUPPI (OAB: 041811/PR)-.

16. PRESTAÇAO DE CONTAS-370/2009-ANTONIO GUSTAVO GANDOLFO DE CARVALHO x COOPERATIVA DE CREDITO RURAL VALE DO PIQUIRI- I. Recebo a apelação de fls. 143/153, em seus efeitos legais.
II. Ao apelado para, querendo, contra-arrazoar no prazo de 15 dias.
Intime-se.-Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING (OAB: 024151/PR), MARCIA LORENI GUND OAB/PR 29.734 (OAB: 029734/PR), JULIO CESAR DALMOLIN OAB/PR 25.162 (OAB: 025162/PR), CARLOS ARAUZ FILHO (OAB: 027171/PR), GLAUCI ALINE HOFFMANN (OAB: 042569/PR), CLOVIS SUPLICY WIEDMER FILHO (OAB: 038952/PR), EDGAR KINDERMANN SPECK (OAB: 023539/PR), FLAVIO ALEXANDRE DE SOUZA (OAB: 037906/PR), EVILASIO CARVALHO JUNIOR (OAB: 027820/PR), CARLOS HENRIQUE KUNZLER (OAB: 041321/PR), THIAGO GARDAI COLLODEL (OAB: 038637/PR), RALPH PEREIRA MACORIM (OAB: 046123/PR), ANDRÉ MIRANDA CARVALHO (OAB: 043517/PR), GUSTAVO GOMES XAVIER DE OLIVEIRA (OAB: 049768/PR), DIOGO MISSFELD HOFFMANN (OAB: 004328/PR), RAFAEL COMAR ALENCAR (OAB: 041585/PR) e ORLANDO ARAUZ NETO (OAB: 050816/PR)-.

17. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-542/2009-BANCO FINASA BMC S/A x JOAO RUFINO DE SOUZA- Decido.
A parte requerida é revel, de modo que deve ser aplicada a regra do artigo 319 do Código de Processo Civil ao caso, julgando-se antecipadamente a lide, na forma do artigo 330, inciso II, do mesmo "Codex".
O pedido inicial se apóia em prova documental inequivoca e, além disso, ocorreu confissão ficta por força da revelia.
Oportuno consignar que a obrigação celebrada entre as partes por força do referido contrato não tem por finalidade a guarda de bens, mas sim pecuniária, não estando a parte requerida guardando coisa alheia. O suplicado se comprometeu a pagar e não a devolver coisa, sendo o depósito convencionado obrigação acessória, em reforço à obrigação de pagar a quantia convencionada, pois na hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária, os bens são apreendidos e alienados para pagamento da dívida contratada.
Caso a parte requerida efetuasse o pagamento da dívida, não subsistiria qualquer obrigação de devolver os bens alienados fiduciariamente.
O depósito a que se refere o art. 5°, inciso LXVI, da CF/88 é exclusivamente aquele depósito previsto nos arts. 627 a 652 do Código Civil, ou seja, ao contrato típico e genuíno de depósito, cujo conceito legal encontra-se no art. 627 do referido codex, e não à ficção jurídica estabelecida pelo art. 1° do Decreto-lei n° 911/69 que equipara o devedor fiduciário ao depositário.
O mencionado inciso do art. 5° da CF/88 deve ser interpretado de forma restritiva, por envolver o estado de liberdade das pessoas. Aceitar a equiparação pretendida pelo decreto-lei n° 911/69, implica em burlar a vedação constitucional.
Além disso o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (Pacto de São José da Costa Rica), do qual o Brasil é signatário, aprovado pelo Decreto Legislativo n° 226/91, veda taxativamente, em seu art. 7°, alínea 7, a prisão civil por dívida.
Nesse passo, a partir de recente decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, restou pacificada a impossibilidade de prisão civil do depositário infiel (RE 349703 e RE 466343). O Excelso Pretório estendeu a proibição de prisão por dívida, prevista no artigo 5°, inciso LXVII, da Constituição Federal, à hipótese de infidelidade no depósito de bens e, por analogia, também ao depósito atípico da alienação fiduciária, ressalvando, apenas, a prisão civil para o caso de inadimplemento inescusável de prestação de alimentos.
Afirmou o Supremo Tribunal Federal a plena aplicabilidade das normas relativas a direitos humanos contidas nos tratados internacionais de que o Brasil faz parte (Pacto

de São José da Costa Rica), sob o argumento de que adquirem status de norma supra legal.
Tal entendimento foi veiculado no informativo n° 531 do egrégio STF, nos seguintes termos:
"Prisão Civil e Depositário Infiel - 3 Em conclusão de julgamento, o Tribunal concedeu habeas corpus em que se questionava a legitimidade da ordem de prisão, por 60 dias, decretada em des favor do paciente que, intimado a entregar o bem do qual depositário, não adimplira a obrigação contratual - v. informativos 471, 477 e 498. Entendeu-se que a circunstância de o Brasil haver subscrito o Pacto de São José da Costa Rica, que restringe a prisão civil por dívida ao descumprimento inescusável de prestação alimentícia (art. 7º, 7), conduz à inexistência de balizas visando à eficácia do que previsto no art. 5°, LXVII, da CF ("não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;"). Concluiu-se, assim, que, com a introdução do aludido Pacto no ordenamento jurídico nacional, restaram derrogadas as normas estritamente legais definidoras da custódia do depositário infiel. Prevaleceu, no julgamento, por fim, a tese do status de supralegalidade da referida Convenção, inicialmente defendida pelo Min. Gilmar Mendes no julgamento do RE 466343/SP, abaixo relatado. Vencidos, no ponto, os Ministros Celso de Mello, Cezar Peluso. Elien Grade e Eros Grau, que a ela davam a qualificação constitucional, perfilhando o entendimento expendido pelo primeiro no voto que proferira nesse recurso. O Min. Marco Aurélio, relativamente a essa questão, se absteve de pronunciamento (HC 87585/TO, rel. Min. Marco Aurélio,
03.12.2008). Alienação Fiduciária e Depositário Infiel - 8
Na linha do entendimento acima fixado, o Tribunal, por maioria, desproveu recurso extraordinário no qual se discutia a constitucionalidade da prisão civil do depositário infiel nos casos de alienação fiduciária em garantia (DL 911/69: "Art. 4° Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, o credor poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de depósito, na forma prevista no Capítulo II, do Titulo I, do Livro IV, do Código de Processo Civil.") - v. Informativos 304, 449 e 498. Vencidos os Ministros Moreira Alves e Sydney Sanches, que davam provimento ao recurso (RE 349.703/ RS, rel. orig. Min. Ilmar Gaivão, rel. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, 3.12.2008). Alienação Fiduciária e Depositario Infiel-9 Seguindo a mesma orientação firmada nos casos supra relatados, o Tribunal negou provimento a recurso extraordinário no qual se discutia também a constitucionalidade da prisão civil do depositário infiel nos casos de alienação fiduciária em garantia - v. Informativos 449. 450 e 498 (RE 466343/SP, rel. Min. Cezar Peluso, 3.12.2008). Prisão de Depositário Judicial infiel e Revogação da Súmula 619 do STF. Na linha do entendimento acima sufragado, o Tribunal, por maioria, concedeu habeas corpus, impetrado em favor de depositário judicial, e averbou expressamente a revogação da Súmula 619 do STF ("A prisão do depositário judicial pode ser decretada no próprio processo em que se constituiu o encargo, independentemente da propositura de ação de depósito"). Vencido o Min. Menezes Direito que denegava a ordem por considerar que o depositário judicial teria outra natureza jurídica, apartada da prisão civil própria do regime dos contratos de depósitos, e que sua prisão não seria decretada com fundamento no descumprimento de uma obrigação civil, mas no desrespeito ao múnus público (HC 92566/SP, rel. Min. Marco Aurélio, 3.12.2008)."
Desse modo, na linha da mais atualizada jurisprudência, evidente a impossibilidade de haver prisão civil decorrente de contrato garantido por alienação fiduciária.
Por outro lado, afastada a prisão como meio coercitivo de recebimento do bem ou equivalente em dinheiro, a pretensão deve ser acolhida para determinar que o requerido efetue o pagamento do equivalente em dinheiro no prazo de 24 horas, prestigiando-se os princípios da celeridade e economia processual. Em não sendo atendida a determinação judicial, caberá ao credor promover a execução, nos próprios autos.
Dispositivo
Posto isso, julgo procedente o pedido deduzido na inicial (CPC 269 I) para o fim de determinar que a parte ré entregue ou deposite o bem alienado fiduciariamente (descrito na inicial) ou efetue o pagamento do seu equivalente em dinheiro, no prazo de 24 horas, sob pena de execução.
Condeno a parte demandada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, verba esta fixada, por eqüidade, em R$ 600,00 (seiscentos reais), com fulcro no artigo 20, § 4°, do CPC, corrigíveis a partir
desta data pelo INPC.
Cumpram-se, no mais, as determinações preconizadas pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado.
Publique-se,
Registre-se e Intime-se.-Adv. SIGISFREDO HOEPERS OAB/PR 27.769-A (OAB: 27.769-A OAB/PR)-.
18. PRESTAÇAO DE CONTAS-0000939-23.2010.8.16.0126-JOAO RUFINO DE SOUZA x BANCO BRADESCO S/A- III - Dispositivo
Ante o exposto, julgo procedente a pretensão articulada
na inicial (CPC 269 I) para determinar que o réu preste as contas requeridas pela parte autora, no prazo de 48 horas, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que forem por ela apresentadas (art. 915, § 2°, CPC) e, no mesmo prazo, apresente os documentos solicitados na inicial.
Por sucumbente, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocaticios, estes fixados em R$ 600,00, atuaizáveis a partir desta data pelo INPC, firme no artigo 20, § 4°, do CPC.
Cumpram-se, no mais, as determinações preconizadas pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.-Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING (OAB: 024151/PR), MARCIA LORENI GUND OAB/PR 29.734 (OAB: 029734/PR), JULIO CESAR DALMOLIN OAB/PR 25.162 (OAB: 025162/PR), LEANDRO DE QUADROS (OAB: 031857/PR) e JULIANO RICARDO TOLENTINO (OAB: 033142/PR)-.
19. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0002205-45.2010.8.16.0126-KARL SCHIMDT x BANCO BRADESCO S/A- Intime-se a parte autora a fim de que, no prazo de 48 horas, se manifeste quanto ao prosseguimento da ação, sob pena de extinção.-Adv. GIOVANA PRICE DE MELO (OAB: 027544/)-.
20. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0002939-93.2010.8.16.0126-IVONE RIBEIRO DE MORAIS x ESTADO DO PARANA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as, bem como, manifestem sobre a possibilidade de conciliarem, apresentando propostas concretas.
Intimem-se.-Advs. JOAO IVAN BORGES DE LIMA (OAB: 026363/PR), MILENE ANA DOS SANTOS POZZER (OAB: 041342/PR) e PABLO RODRIGUES ALVES (OAB: 000047-245/PR)-.
21. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0003062-91.2010.8.16.0126-JOÃO MAXIMINO BEE x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as, bem como, manifestem sobre a possibilidade de conciliarem, apresentando propostas concretas.
Intimem-se.-Advs. SONIA MARIA BELLATO PALIN (OAB: 025755/PR), JUNIOR FERNANDO BELLATO (OAB: 297285-SP/), CIBELE CRISTINA RUIZ AZEVEDO (OAB: 000029-598/PR) e ANDRÉA ROLDÃO DOS SANTOS MUNHOZ (OAB: 036932/PR)-.
22. PROCEDIMENTO SUMARIO-0003865-74.2010.8.16.0126-IMOVELMAR IMOBILIÁRIA LTDA x KRELING E CAMARGO LTDA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as, bem como, manifestem sobre a possibilidade de conciliarem, apresentando propostas concretas.
Intimem-se.-Advs. EVANDRO MAURO VIEIRA DE MORAES (OAB: 038583/ PR), LEOCIR JOAO RODIO (OAB: 016127/PR), SILVANA BERTICELLI RÓDIO (OAB: 047534/PR), SILVIA MARIA BERTICELLI VENDRUSCOLO (OAB: 047533/ PR), MARCOS JULIO ANTONIETTI CLAUS (OAB: 000051-230/PR) e FABIULA MAROSO PELANDA OAB/PR 35024 (OAB: 035024/PR)-.
23. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0003893-42.2010.8.16.0126-MERCEDES CAVALLI x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as, bem como, manifestem sobre a possibilidade de conciliarem, apresentando propostas concretas.
Intimem-se.-Adv. DORISVALDO NOVAES CORREIA OAB 31641 (OAB: 31641)-.
24. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0000219-22.2011.8.16.0126-RUDIMAR MAFACIOLLI e outro x MULT SERVICE VIGILANCIA LTDA e outros- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as, bem como, manifestem sobre a possibilidade de conciliarem, apresentando propostas concretas.
Intimem-se.-Advs. CLAUDIA PIZZATTO OAB/PR 31.030 (OAB: 31.030B), SANDRA GENI SIMON (OAB: 000034-324/PR), ORLANDO SILVEIRA MARTINS JÚNIOR (OAB: 047037/SP), VINICIUS TOMAZINI MARTINS (OAB: 225918/SP), ANA CAROLINA CARNEIRO FERREIRA (OAB: 298307/SP), MARIANA MENDES VILELA (OAB: 265418/SP), DÉBORA GALHARDO DE CAMARGO COSTA (OAB: 160131/SP), LEONARDO ANACLETO CHAVES (OAB: 203420/SP), JARBAS FRANCO (OAB: 159693/SP), cristina sakura iwata nakajima (OAB: 000075-542/), MARCOS ANTONIO MOTTE (OAB: 000115-312/), ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA (OAB: 000143-644/), CHRISTINA YUMI YOSHIMURA MAGRI (OAB: 000162-983/), ADALBERTO AMORIM SILVA (OAB: 000156-606/), FABIANO GONÇALVES MOTA (OAB: 000275-300/), KEREN FERREIRA ROCHA (OAB: ) e ANGELINO LUIZ R.TAGLIARI (OAB: 29.486 PR)-.
25. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0000598-60.2011.8.16.0126-VALDERI LUIZ PIVETTA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as, bem como, manifestem sobre a possibilidade de conciliarem, apresentando propostas concretas.
Intimem-se.-Advs. SONIA MARIA BELLATO PALIN (OAB: 025755/PR), CIBELE CRISTIANE RUIZ DE AZEVEDO (OAB: 029598/PR), ANDREA ROLDAO DOS SANTOS MUNHOZ (OAB: 036932/PR), JUNIOR FERNANDO BELLATO (OAB: 297285-SP/) e ANDRÉIA CRISTINA CAREGNATO BULLA (OAB: 158494/PR)-.
26. AÇAO MONITORIA-0001190-07.2011.8.16.0126-VALDUMIRA PIEREZAN BICESKI CELANT x PALOTUR VIAGENS E TURISMO LTDA e outro- I. Recebo os embargos monitórios para discussão, suspendendo a eficácia do mandado inicial.
II. Intime-se a parte embargada para oferecer impugnação no prazo de 15 dias.
III. Certifique-se.-Advs. ELSO DE SOUZA NOVAIS (OAB: 032849/PR), GUIOMAR MARIO PIZZATTO (OAB: 006276/PR), ENIMAR PIZZATTO OAB/PR 15.818 (OAB: 015818/PR), OSVALDO KRAMES NETO (OAB: 021186/PR) e FERNANDO BONISSONI (OAB: 037434/PR)-.
27. DECLARATORIA INEX.TITULO CRED-0002789-78.2011.8.16.0126-COMÉRCIO DE COMBUSTIVEL CAUNETO LTDA x SCHU E MOMBACH LTDA. -EPP- Intime-se a parte autora para apresentar impugnação a contestação no prazo de 10 dias. Intime-se. -Advs. GUIOMAR MARIO PIZZATTO (OAB: 006276/PR), ENIMAR PIZZATTO OAB/PR 15.818 (OAB: 015818/PR), FERNANDO BONISSONI (OAB: 037434/PR), OSVALDO KRAMES NETO (OAB: 021186/PR), EGBERTO FANTIN (OAB: OAB/PR 35.225) e DIEGO LUIZ PASQUALLI (OAB: 041932/PR)-.
28. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002935-22.2011.8.16.0126-C.VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ELOIR JOSE PELIZZARO e outro-Ao interessado, para em cinco dias, efetuar o depósito no valor de R$-290,00, referente ao complemento da diligência do Oficial de Justiça. -Advs. CARLOS ARAUZ FILHO (OAB: 027171/PR), CLOVIS SUPLICY WIEDMER FILHO (OAB: 038952/ PR), EDGAR KINDERMANN SPECK (OAB: 023539/PR), FLAVIO ALEXANDRE DE SOUZA (OAB: 037906/PR), EVILASIO CARVALHO JUNIOR (OAB: 027820/PR), THIAGO GARDAI COLLODEL (OAB: 038637/PR), RALPH PEREIRA MACORIM (OAB: 046123/PR), ANDRÉ MIRANDA CARVALHO (OAB: 043517/PR), RAFAELA CASTANHO VIEIRA (OAB: 049200/PR), DIOGO MISSFELD HOFFMANN (OAB: 004328/PR), GUSTAVO GOMES XAVIER DE OLIVEIRA (OAB: 049768/PR),

RAFAEL COMAR ALENCAR (OAB: 041585/PR), ANDRE CASTILHO (OAB: 052074/PR), AIRTON THIAGO CHERPINSKY (OAB: 000053-439/PR), MARCOS VIANA COSTÓDIO (OAB: 000049-526/PR), JOSE LUIS BENEDETTI (OAB: 000054-088/PR) e FELIPE RAFAEL FERREIRA (OAB: 000054-440/PR)-.

29. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0002931-82.2011.8.16.0126-WANDERLEI ANTONIO RETTOR x BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Não há o que modificar na decisão anterior. Intime-se. -Advs. SONIA M. BELLATO PALIN OAB/PR25.755 (OAB: 025755/PR), CIBELE CRISTIANE RUIZ DE AZEVEDO (OAB: 029598/PR), ANDREA ROLDAO DOS SANTOS MUNHOZ (OAB: 036932/PR) e JUNIOR FERNANDO BELLATO (OAB: 297285-SP/)-.

30. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002988-03.2011.8.16.0126-C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x GERALDO BREDESKI e outros- Carta Precatória expedida a disposição. -Advs. ELCIO LUIS WECKERLIM FERNANDES (OAB: 017964/PR), EDSON EMILIO SPAGNOLLO OAB/PR 38.105 (OAB: 000038-105/PR), JORGE HUMBERTO PINHEIRO MACHADO DE MORAIS (OAB: 000050-053/PR), JOBERSON FERNANDO DE LIMA SILVA (OAB: 000035-392/PR) e SERGIO HENRIQUE GOMES (OAB: OAB/PR 35.245)-.

31. INVENTARIO-0003058-20.2011.8.16.0126-ANA FERREIRA DE ALMEIDA SANTOS x DARCY CARDOSO DOS SANTOS, ESPOLIO DE- I - Nomeio inventariante ANA FERREIRA DE ALMEIDA SANTOS, mediante compromisso pessoal no prazo de 05 dias.

II - Tomem-se as primeiras declarações (art. 993 do CPC).-Advs. MARCOS JULIO ANTONIETTI CLAUS (OAB: 000051-230/PR), FABIULA MAROSO PELANDA OAB/PR 35024 (OAB: 035024/PR) e LUCIO CLOVIS PELANDA (OAB: 026360/PR)-.

32. CARTA PRECATORIA-0003055-65.2011.8.16.0126-Oriundo da Comarca de TOLEDO-PR, VARA FEDERAL E JUIZADO ESPECI-CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF x MOACIR CARLOS DE COL e outro-Ao interessado, para em cinco dias, efetuar o depósito no valor de R$-64,50, referente a diligência do Oficial de Justiça. -Advs. DANIELE CRISTINA DAS NEVES (OAB: 033255/PR), FLAVIA MAGNONI SEHENEM OAB/PR 19775 (OAB: /PR 19.775) e JANI TEREZINHA AMBROSIO (OAB: 000033-579/PR)-.

33. CARTA PRECATORIA-0003057-35.2011.8.16.0126-Oriundo da Comarca de TOLEDO-PR, 1ª VARA FEDERAL-CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF x ODAIR DA SILVA ARRUDA-Ao interessado, para em cinco dias, efetuar o depósito no valor de R$- 37,00, referente a diligência do Oficial de Justiça. -Advs. ANESIO ROSSI JUNIOR (OAB: 000018-321/PR), ANTONIO CARLOS DA VEIGA (OAB: 000010-578/PR), AUGUSTO CARLOS CARRANO CAMARGO (OAB: 000014-215/PR), CÉSAR AUGUSTO DE LARA KRIEGER (OAB: 000026-058B/PR), CIRINEI ASSIS KARNOS (OAB: 000014-986/PR), CLAUDIA LORENA CARRARO VARGAS (OAB: 000016-137/PR), CLOVIS APARECIDO MARTINS (OAB: 000014-169/PR), DALILA APARECIDA VOIGT MIRANDA (OAB: 000035-020/), EDGAR LUIZ DIAS (OAB: 000018-970/PR), EMERSON BUSANELLO (OAB: 000020-342/PR), EVERLY DOMBECK FLORIANI (OAB: 000025-638B/PR), FÁTIMA MARIA BOZZ BARBOSA (OAB: 000016-450/PR), GERSON SCHWAB (OAB: 000017-605/PR), GILBERTO DOMINGOS DE BRITO (OAB: 000013-604/PR), JAYME DE AZEVEDO LIMA (OAB: 000008-352/PR) e JOAO CORREA SOBANIA (OAB: 11.173)-.

34. AGRAVO-36/2011-BANCO BANESTADO S/A e outro x ORLANDO VENDRUSCULO e outros-De acordo com a forma determinada na Portaria 001/2008, artigo 6o, inciso IV, alínea G, deste Juízo, procedo a intimação das partes acerca da baixa dos presentes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Em nada sendo requestado, arquivem-se. -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ (OAB: 020457/PR), MARCIO ROGERIO DEPOLLI OAB/PR 20456 (OAB: 020456/PR), MITHIELE TATIANA RODRIGUES (OAB: 036385/PR), FERNANDA MICHEL ANDREANI (OAB: 051200/PR), ROGINER AUGUSTO MARIN (OAB: 000046-150/PR), ALEXANDRO DALLA COSTA (OAB: 000035-052/PR), LUCIANO MARCIO DOS SANTOS (OAB: 000031-022/PR) e LEONARDO DELLA COSTA (OAB: 000039-886/PR)-.

PALOTINA, 28 DE SETEMBRO DE 2011.
ADORINAN BALBINO SIQUEIRA
Escrivão do Cível

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALBADILO SILVA CARVALHO 0023 000592/2010
ALCIO S. FIGUEIREDO 0006 000629/2007
ANDERSON CAMPOS DA COSTA 0016 000725/2009
ANDRE ABREU DE SOUZA 0023 000592/2010
ANDREA ROLDAO DOS SANTOS 0019 000393/2010
ANDRÉA ROLDÃO DOS SANTOS 0022 000504/2010
ANDRÉIA CRISTINA CAREGNAT 0015 000646/2009
ANGÉLICA KOEFENDER MAIA 0012 000154/2009
ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORT 0023 000592/2010
ANTONIO AUGUSTO FERREIRA 0023 000592/2010
ANTONIO NUNES NETO 0008 000373/2008
ARIOVALDO CAVALCANTE 0005 000313/2007
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0017 000002/2010
CARLOS EDUARDO LULU OAB/P 0010 000543/2008
0011 000625/2008
0013 000290/2009
0014 000291/2009
CARLOS VITOR MARANHAO DE 0012 000154/2009
CASSIANO RICARDO MEDEIROS 0006 000629/2007
CELSO HANKE CAMARGO 0006 000629/2007
CIBELE CRISTIANE RUIZ DE 0019 000393/2010
CIBELE CRISTINA RUIZ AZEV 0022 000504/2010
CLEVERTON CREMONESE DE SO 0025 000286/2011
CLOVES LUIZ ANGELELI 0024 000843/2010
CLÁUDIO PIZZATTO OAB/PR 9 0001 000403/1987
CRISTIANE DE OLIVEIRA AZI 0006 000629/2007
0012 000154/2009
DANIELA SILVA VIERA 0003 000202/2007
DIOGO DE ARAUJO LIMA 0006 000629/2007
0012 000154/2009
DORISVALDO NOVAES CORREIA 0020 000424/2010
EDIVAN JOSÉ CUNICO 0006 000629/2007
0012 000154/2009
EDSON CARLOS PEREIRA 0007 000094/2008
EDSON ELIAS DE ANDRADE OA 0024 000843/2010
EDSON EMILIO SPAGNOLLO OA 0026 000367/2011
0027 000371/2011
EDUARDO OBRZUT NETO 0008 000373/2008
ELCIO LUIS WECKERLIM FERN 0026 000367/2011
0027 000371/2011
ELCIO LUIZ KOVALHUK 0003 000202/2007
ENIMAR PIZZATTO OAB/PR 15 0001 000403/1987
0003 000202/2007
0007 000094/2008
ETHIANE DE BONA MORAES 0013 000290/2009
0014 000291/2009
EVANDRO MAURO VIEIRA DE M 0009 000433/2008
GILIAN PACHECO 0023 000592/2010
GIOVANI MARCELO RIOS 0006 000629/2007
0012 000154/2009
GISELE SOLDER CONSALTER 0003 000202/2007
GLAUCIO JOSAFAT BORDUN 0023 000592/2010
GLAUCO IWERSEN OAB/PR 21. 0013 000290/2009
0014 000291/2009
GUIOMAR MARIO PIZZATTO 0001 000403/1987
0003 000202/2007
0007 000094/2008
HALLER NICHELE BOGONI JUN 0019 000393/2010
ISAIAS GRASEL ROSMAN 0030 000018/2009
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0002 000677/2005
JANAINA ROVARIS OAB/PR 35 0023 000592/2010
JOAO IVAN BORGES DE LIMA 0021 000444/2010
JOBERSON FERNANDO DE LIMA 0026 000367/2011
0027 000371/2011
JORGE HUMBERTO PINHEIRO M 0026 000367/2011
0027 000371/2011
JORGE LUIZ DE MELO 0004 000212/2007
JOSE CARLOS DIZIDEL MACHA 0006 000629/2007
JOSE GUNTHER MENZ 0006 000629/2007
JOSE MILTON SOARES 0008 000373/2008
JOSÉ VALDIR WESCHENFELDER 0004 000212/2007
0012 000154/2009
JOÃO APARECIDO MICHELIN 0007 000094/2008
JULIANO FRANCO DRUGOVICH 0008 000373/2008
JULIO CESAR DALMOLIN OAB/ 0002 000677/2005
JULIO CESAR GONÇALVES 0007 000094/2008
JUNIOR F.BELLATO 0022 000504/2010
KARIN LOIZE HOLLER MUSSI 0002 000677/2005
KLEBER VELTRINI TOZZI 0012 000154/2009
KONSTANTINOS JEAN ANDREOP 0017 000002/2010
LARA BEATRICE BIEZUS OAB/ 0008 000373/2008
LAURO FERNANDO PASCOAL OA 0002 000677/2005
LAURO FERNANDO ZANETTI OA 0002 000677/2005
LEOCIR JOAO RODIO 0009 000433/2008
LEONARDO DE ALMEIDA ZANET 0002 000677/2005
LUCIANO SOARES PEREIRA 0012 000154/2009
LUCIO CLOVIS PELANDA 0003 000202/2007
0007 000094/2008
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0003 000202/2007
0023 000592/2010
MARCELO HABICE DA MOTTA 0017 000002/2010
MARCIA LORENI GUND OAB/PR 0002 000677/2005
MARCIO ROGERIO DEPOLLI OA 0017 000002/2010
MARCOS ODACIR ASCHIDAMINI 0006 000629/2007
MICHAEL FELIPE C. DE SOUZ 0025 000286/2011
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0010 000543/2008
0011 000625/2008
0013 000290/2009
0014 000291/2009
MONICA CRISTINA BIZINELI 0013 000290/2009
0014 000291/2009
MURILO CLEVE MACHADO OAB/ 0013 000290/2009
0014 000291/2009
OSVALDO ANICETO BIOLCHI 0001 000403/1987
OSVALDO KRAMES NETO 0003 000202/2007
0007 000094/2008
PEDRO AUGUSTO CRUZ PORTO 0023 000592/2010
RAMON DE MEDEIROS NOGUEIR 0012 000154/2009
RAPHAEL LUIZ JACOBUCCI 0029 000437/2011
REMI JOAO RIGO 0001 000403/1987
RENANN CYPRIANO DE OLIVEI 0002 000677/2005
ROBERTO ANTONIO ENDRES 0017 000002/2010
0028 000421/2011
RODRIGO BIEZUS 0006 000629/2007

0012 000154/2009
ROQUE B. DE OLIVEIRA OAB/ 0005 000313/2007
SAULO DUETTE PRATTES GOME 0007 000094/2008
SCHEILA BAU GABRIEL 0017 000002/2010
SELMA NEGRO CAPETO 0017 000002/2010
SERGIO HENRIQUE GOMES 0026 000367/2011
0027 000371/2011
SHEALTIEL LOURENCO PEREIR 0002 000677/2005
SIGISFREDO HOEPERS OAB/P 0016 000725/2009
SILMARA VOLOSCHEN KUDREK 0023 000592/2010
SONIA M. BELLATO PALIN OA 0019 000393/2010
0022 000504/2010
TATIANA GAERTNER 0023 000592/2010
TATIANA P. KAMINSKI 0002 000677/2005
TATIANE APARECIDA LANGE 0004 000212/2007
TAYNA ELWIRA GONÇALVES 0015 000646/2009
0018 000128/2010
THAIS MALACHINI 0013 000290/2009
TRAJANO BASTO DE O. N. FR 0013 000290/2009
0014 000291/2009
VAGNER CELSO GOMES PESSOA 0028 000421/2011
VERA LUCIA DE SOUZA DUIM 0008 000373/2008
VERIDIANA PERIN 0004 000212/2007
0012 000154/2009
WILSON DE JESUS GUARNIERI 0024 000843/2010

1. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUD.-403/1987-SOLORRICO S/A - INDUSTRIA E COMERCIO x ANTONIO PAULO CECCONELLO, ESPOLIO DE-Custas complementares no valor de R $-1.330,70, à ser devidamente atualizada no dia do pagamento de acordo com a Nota 6, do Regimento de Custas. Preparo em cinco dias. -Advs. CLÁUDIO PIZZATTO OAB/PR 9.246 (OAB: 009246/PR), OSVALDO ANICETO BIOLCHI, REMI JOAO RIGO, GUIOMAR MARIO PIZZATTO (OAB: 006276/PR) e ENIMAR PIZZATTO OAB/PR 15.818 (OAB: 015818/PR)-.

2. PRESTAÇAO DE CONTAS-677/2005-CEREALISTA PALOTINENSE LTDA x BANCO BANESTADO S/A- Defiro o requerimento de fl. 340, por 10 dias. Intime-se. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING (OAB: 024151/PR), MARCIA LORENI GUND OAB/PR 29.734 (OAB: 029734/PR), JULIO CESAR DALMOLIN OAB/PR 25.162 (OAB: 025162/PR), TATIANA P. KAMINSKI (OAB: 17.997), KARIN LOIZE HOLLER MUSSI BERSOT (OAB: 28.944), RENANN CYPRIANO DE OLIVEIRA (OAB: 055411/PR), LAURO FERNANDO PASCOAL OAB/PR 9.651, SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO (OAB: 13.507 /PR), LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI (OAB: 037775/PR) e LAURO FERNANDO ZANETTI OAB/PR 5.438 (OAB: 005438/PR)-.

3. EMBARGOS DO DEVEDOR-202/2007-ONIVALDO DE OLIVEIRA MELO e outro x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A- À parte ré para que promova o pagamento dos honorários do Sr. Perito, sob pena de preclusão na produção da prova pericial.
Intime-se.-Advs. ENIMAR PIZZATTO OAB/PR 15.818 (OAB: 015818/PR), GUIOMAR MARIO PIZZATTO (OAB: 006276/PR), OSVALDO KRAMES NETO (OAB: 021186/PR), LUCIO CLOVIS PELANDA (OAB: 026360/PR), LUIS OSCAR SIX BOTTON (OAB: 028128-A/PR), GISELE SOLDER CONSALTER (OAB: 019515/PR), DANIELA SILVA VIERA (OAB: 32.304) e ELCIO LUIZ KOVALHUK (OAB: 027571/PR)-.

4. REPETIÇAO DE INDEBITO-212/2007-COMERCIO DE SACARIAS PARAISO LTDA x BANCO ITAU S/A-Ao interessado, para em cinco dias, efetuar o pagamento das custas do Sr. Contador, no valor de R$-20,14, para confecção da conta. -Advs. VERIDIANA PERIN (OAB: 037324/PR), JOSÉ VALDIR WESCHENFELDER (OAB: 035694/PR), TATIANE APARECIDA LANGE (OAB: 038494/PR) e JORGE LUIZ DE MELO (OAB: 017145/PR)-.

5. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-313/2007-MARIA DA PENHA SILVA SOUSA x INSS- INSTITUTO NAC. DE SEGURO SOCIAL- Ante a inércia do perito designado à fl. 115, nomeio, em substituição, o médico Dr. Valdomir Vendramini, intimando-o da nomeação e para aceitação do encargo, observando no mais o despacho de fl. 46. Intime-se. Diligências necessárias.-Advs. ARIOVALDO CAVALCANTE (OAB: 015061/PR) e ROQUE B. DE OLIVEIRA OAB/PR 16.495-.

6. AÇAO CIVIL PUBLICA-629/2007-ADRIANA LAZZARI DE MARCO e outros x FACULDADE VIZINHAÇA VALE DO IGUAÇU-VIZIVALI e outros- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as, bem como, manifestem sobre a possibilidade de conciliarem, apresentando propostas concretas.
Intimem-se.-Advs. JOSE CARLOS DIZIDEL MACHADO (OAB: 000030-926/PR), CELSO HANKE CAMARGO (OAB: 000011-051/PR), ALCIO S. FIGUEIREDO (OAB: 000028-192/PR), CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA (OAB: 024456/PR), DIOGO DE ARAUJO LIMA (OAB: 041408/PR), CASSIANO RICARDO MEDEIROS MOLIN (OAB: 000026-699/PR), JOSE GUNTHER MENZ (OAB: 035763/PR), MARCOS ODACIR ASCHIDAMINI (OAB: 040851/PR), RODRIGO BIEZUS (OAB: 036244/PR), GIOVANI MARCELO RIOS (OAB: 036084/PR) e EDIVAN JOSÉ CUNICO (OAB: 053242/PR)-.

7. ORDINARIA DE INDENIZAÇAO-94/2008-FRIZZ MIDIA S/A x RADIO GRAUNA DE PALOTINA LTDA.-Ao interessado, para em cinco dias, efetuar o pagamento das custas do Sr. Contador, no valor de R$-60,00, para confecção da conta. -Advs. EDSON CARLOS PEREIRA (OAB: 000007-596/PR), JOÃO APARECIDO MICHELIN (OAB: 000007-596/PR), JULIO CESAR GONÇALVES (OAB: 000028-401/PR), SAULO DUETTE PRATTES GOMES PEREIRA (OAB: 000040-608/PR), GUIOMAR MARIO PIZZATTO (OAB: 006276/PR), ENIMAR PIZZATTO OAB/PR 15.818 (OAB: 015818/PR), OSVALDO KRAMES NETO (OAB: 021186/PR) e LUCIO CLOVIS PELANDA (OAB: 026360/PR)-.

8. REPARAÇÃO DE DANOS-373/2008-LUIZ ANTONIO ZANCAN x ALTAIR MUGNOL MENEGATT- I. Tendo em vista que a parte devedora já foi intimada da sentença, a qual transitou em julgado, desnecessária nova intimação, vez que a multa de 10% incide imediatamente.
II. Defiro a penhora pelo sistema Bacen-Jud.
III. Fixo os honorários da execução, devidos ao procurador (a) do(a) exeqüente, em 5% do valor exeqüendo.
IV. Certifique-se a fase de cumprimento da sentença na capa dos autos, bem ainda quem é o exeqüente e quem é o executado.
V. Expeça-se alvará em favor do patrono do réu para levantamento da quantia depositada à fl. 215.
Intime-se. Diligências necessárias.
Alvará expedido a disposição. -Advs. LARA BEATRICE BIEZUS OAB/PR.27.662 (OAB: 000027-662/PR), VERA LUCIA DE SOUZA DUIM (OAB: 000052-840/PR), JOSE MILTON SOARES (OAB: 000047-104/PR), JULIANO FRANCO DRUGOVICH (OAB: 000047-033/PR), EDUARDO OBRZUT NETO (OAB: 000044-202/PR) e ANTONIO NUNES NETO (OAB: 000025-571/PR)-.

9. AÇAO ORDINARIA-433/2008-EDSON SANTOS RODRIGUES x INSS- INSTITUTO NAC. DE SEGURO SOCIAL- Ante a petição de fl. 78 do perito designado, e por ser a parte autora beneficiária da assistência judiciária gratuita, nomeio, em substituição, o médico Dr. Luciano Martins, intimando-o da nomeação e para aceitação do encargo, observando no mais o despacho de fl. 63.
Intime-se. Diligências necessárias.-Advs. LEOCIR JOAO RODIO (OAB: 016127/PR) e EVANDRO MAURO VIEIRA DE MORAES (OAB: 038583/PR)-.

10. SUMARIO DE INDENIZAÇAO-0000732-92.2008.8.16.0126-EZEQUIEL DE ALMEIDA RIOS x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT-De acordo com a forma determinada na Portaria 001/2008, artigo 6o, inciso I, alínea J, procedo a intimação das partes, acerca do V. acórdão. Não havendo manifestação no prazo de trinta dias, proceda-se o arquivamento dos autos. -Advs. CARLOS EDUARDO LULU OAB/PR 35.716 (OAB: 35.716 /PR) e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR)-.

11. SUMARIO DE INDENIZAÇAO-0000713-86.2008.8.16.0126-QUEILA REGINA BRANDALIZZI x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT-De acordo com a forma determinada na Portaria 001/2008, artigo 6o, inciso I, alínea J, procedo a intimação das partes, acerca do V. acórdão. Não havendo manifestação no prazo de trinta dias, proceda-se o arquivamento dos autos. -Advs. CARLOS EDUARDO LULU OAB/PR 35.716 (OAB: 35.716 /PR) e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR)-.

12. INDENIZAÇAO C/PERDA DE DANOS-154/2009-SONIA DIAS DOS SANTOS x IESDE BRASIL S.A. e outro- I. Recebo as apelações de fls. 747/761, 765/782 e 797/814, em seus efeitos legais.
II. Aos apelados para, querendo, contra-arrazoarem no prazo de 15 dias.
Intime-se. -Advs. VERIDIANA PERIN (OAB: 037324/PR), JOSÉ VALDIR WESCHENFELDER (OAB: 035694/PR), ANGÉLICA KOEFENDER MAIA (OAB: 035577/PR), CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA (OAB: 024456/PR), DIOGO DE ARAUJO LIMA (OAB: 041408/PR), CARLOS VITOR MARANHAO DE LOYOLA (OAB: 022740/PR), RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA (OAB: 022909/PR), KLEBER VELTRINI TOZZI (OAB: 027567/PR), LUCIANO SOARES PEREIRA (OAB: 022959/PR), RODRIGO BIEZUS (OAB: 036244/PR), GIOVANI MARCELO RIOS (OAB: 036084/PR) e EDIVAN JOSÉ CUNICO (OAB: 053242/PR)-.

13. SUMARIO DE INDENIZAÇAO-0000940-42.2009.8.16.0126-ALAN LOLATTO DA SILVA x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT-De acordo com a forma determinada na Portaria 001/2008, artigo 6o, inciso I, alínea J, procedo a intimação das partes, acerca do V. acórdão. Não havendo manifestação no prazo de trinta dias, proceda-se o arquivamento dos autos. -Advs. CARLOS EDUARDO LULU OAB/PR 35.716 (OAB: 35.716 /PR), MONICA CRISTINA BIZINELI (OAB: 036973/PR), MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR), MURILO CLEVE MACHADO OAB/PR 14.078 (OAB: 014078/PR), GLAUCO IWERSEN OAB/PR 21.582 (OAB: 021582/PR), TRAJANO BASTO DE O. N. FRIEDRICH (OAB: 035463/PR), ETHIANE DE BONA MORAES (OAB: 044419/PR) e THAIS MALACHINI (OAB: 049856/PR)-.

14. SUMARIO DE INDENIZAÇAO-0000932-65.2009.8.16.0126-EDILEUZA MARIA FURTADO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT-De acordo com a forma determinada na Portaria 001/2008, artigo 6o, inciso I, alínea J, procedo a intimação das partes, acerca do V. acórdão. Não havendo manifestação no prazo de trinta dias, proceda-se o arquivamento dos autos. -Advs. CARLOS EDUARDO LULU OAB/PR 35.716 (OAB: 35.716 /PR), MONICA CRISTINA BIZINELI (OAB: 036973/PR), MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR), MURILO CLEVE MACHADO OAB/PR 14.078 (OAB: 014078/PR), GLAUCO IWERSEN OAB/PR 21.582 (OAB: 021582/PR), TRAJANO BASTO DE O. N. FRIEDRICH (OAB: 035463/PR) e ETHIANE DE BONA MORAES (OAB: 044419/PR)-.

15. AÇÃO ORDINÁRIA DE APOSENTADORIA POR IDADE-646/2009-MERCEDES TRENTINI DE BORTOLI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Vistos em Saneamento.
Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por idade em que Mercedes Trentini de Bortoli move contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Desnecessária a realização de audiência preliminar, nos termos do art. 331 do CPC, pois a conciliação não é plausível, haja vista o teor das manifestações das partes e pela presença no pólo passivo de pessoa jurídica de direito público, assim, com fulcro no art. 125, II e art. 331, § 3°, do CPC, deixo de designar audiência de conciliação e saneamento.
O feito está em ordem, presentes as condições da ação, bem como os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, declarando-o saneado.
Fixo como ponto controvertido: se estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria
Defiro a produção de prova documental desde que presentes os requisitos do artigo 397, do CPC, oral, consistente no depoimento pessoal da parte autora, sob pena de confesso, e oltiva das testemunhas que forem arroladas pelas partes até 10 dias antes da audiência.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 23.11.2011 às 15horas. Intimem-se.-Advs. TAYNA ELWIRA GONÇALVES (OAB: 040025/PR) e ANDRÉIA CRISTINA CAREGNATO BULLA (OAB: 158494/PR)-.

16. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-725/2009-BANCO FINASA BMC S/A x ADAO LUCAS WESPAL- Intime-se o requerente acerca do inteiro teor do ofício de fls. 68 (...intimação da parte requerente para manifestação nos autos quanto a certidão do oficial de justiça de fls. 24/25, que segue anexo...Realeza/PR.). -Advs. SIGISFREDO HOEPERS OAB/PR 27.769-A (OAB: 27.769-A OAB/PR) e ANDERSON CAMPOS DA COSTA (OAB: 000020-283A/SC)-.

17. AÇAO DE CUMPRIMENTO-0000002-13.2010.8.16.0126-ANTAO BORIN e outros x BANCO ITAU S/A- I. Mantenho a decisão objurgada, por seus próprios fundamentos.
II. Aguarde-se solicitação de informações pelo relator.
III. Intimem-se.-Advs. ROBERTO ANTONIO ENDRES (OAB: 029966/PR), SCHEILA BAU GABRIEL (OAB: 000036-167/PR), KONSTANTINOS JEAN ANDREOPOULOS (OAB: 000013-1758/SP), MARCELO HABICE DA MOTTA (OAB: 60.843), SELMA NEGRO CAPETO (OAB: 034524/SP), BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ (OAB: 020457/PR) e MARCIO ROGERIO DEPOLLI OAB/PR 20456 (OAB: 020456/PR)-.

18. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0000587-65.2010.8.16.0126-IRES ASSUNTA POZZER x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Vistos em Saneamento.
Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por idade em que Ires Assunta Pozzer move contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Desnecessária a realização de audiência preliminar, nos termos do art. 331 do CPC, pois a conciliação não é plausível, haja vista o teor das manifestações das partes e pela presença no pólo passivo de pessoa jurídica de direito público, assim, com fulcro no art. 125, II e art. 331. § 3°, do CPC, deixo de designar audiência de conciliação e saneamento.
O feito está em ordem, presentes as condições da ação, bem como os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, declarando-o saneado.
Fixo como ponto controvertido: se estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria
Defiro a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso, e oitiva das testemunhas que forem arroladas pelas partes até 10 dias antes da audiência.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia
01.12.2011,às 14 horas.
Intimem-se.-Adv. TAYNA ELWIRA GONÇALVES (OAB: 040025/PR)-.

19. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0001826-07.2010.8.16.0126-IRIA SALETE BAIOCCO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Vistos em Saneamento.
Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por idade em que Iria Salete Baiocco move contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Desnecessária a realização de audiência preliminar, nos termos do art. 331 do CPC, pois a conciliação não é plausível, haja vista o teor das manifestações das partes e pela presença no pólo passivo de pessoa jurídica de direito público, assim, com fulcro no art. 125, II e art. 331, § 3º, do CPC, deixo de designar audiência de conciliação e saneamento.
O feito está em ordem, presentes as condições da ação, bem como os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, declarando-o saneado.
Fixo como ponto controvertido se estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria

Defiro a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da parte autora, sob pena de confesso, e oitiva das testemunhas que forem arroladas pelas partes até 10 dias antes da audiência.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 24 de novembro de 2011, às 14 horas.
Intimem-se.-Advs. SONIA M. BELLATO PALIN OAB/PR25.755 (OAB: 025755/PR), CIBELE CRISTIANE RUIZ DE AZEVEDO (OAB: 029598/PR), ANDREA ROLDAO DOS SANTOS MUNHOZ (OAB: 036932/PR) e HALLER NICHELE BOGONI JUNIOR (OAB: 052301/PR)-.
20. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0001999-31.2010.8.16.0126-MARIA KUHN x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS- Vistos em Saneamento.
Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por idade em que Maria Kuhn move contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Desnecessária a realização de audiência preliminar, nos termos do art. 331 do CPC, pois a conciliação não é plausível, haja vista o teor das manifestações das partes e pela presença no pólo passivo de pessoa jurídica de direito público, assim, com fulcro no art. 125, II e art. 331, § 3°, do CPC, deixo de designar audiência de conciliação e saneamento.
O feito está em ordem, presentes as condições da ação, bem como os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, declarando-o saneado.
Fixo como ponto controvertido: se estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria
Defiro a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso, e oitiva das testemunhas que forem arroladas pelas partes até 10 dias antes da audiência.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17.11.2011, às 14horas.
Intimem-se.-Adv. DORISVALDO NOVAES CORREIA OAB 31641 (OAB: 31641)-.
21. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0002059-04.2010.8.16.0126-LUZIA DE SIBIE DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS- Vistos em Saneamento.
Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por idade em que Luzia de Sibie dos Santos move contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Desnecessária a realização de audiência preliminar, nos termos do art. 331 do CPC, pois a conciliação não é plausível, haja vista o teor das manifestações das partes e pela presença no pólo passivo de pessoa jurídica de direito público, assim, com fulcro no art. 125, II e art. 331, § 3º, do CPC, deixo de designar audiência de conciliação e saneamento.
O feito está em ordem, presentes as condições da ação, bem como os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, declarando-o saneado.
Fixo como ponto controvertido: se estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria
Defiro a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da parte autora, sob pena de confesso, e oitiva das testemunhas que forem arroladas pelas partes até 10 dias antes da audiência.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia
29.11. 2011 ,às 14 horas e 30 minutos.
Intimem-se.-Adv. JOAO IVAN BORGES DE LIMA (OAB: 026363/PR)-.
22. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0002395-08.2010.8.16.0126-ANTONIA MARIA DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Vistos em Saneamento.
Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por idade em que Antônia Maria da Silva move contra Instituto Nacional do Seguro Social INSS.
Desnecessária a realização de audiência preliminar, nos termos do art. 331 do CPC, pois a conciliação não é plausível, haja vista o teor das manifestações das partes e pela presença no pólo passivo de pessoa juridica de direito público, assim, com fulcro no art. 125, II e art. 331 § 3°, do CPC, deixo de designar audiência de conciliação e saneamento.
O feito está em ordem, presentes as condições da ação, bem corno os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, declarando-o saneado.
Fixo como ponto controvertido: se estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria
Defiro a produção de prova documental, desde que presentes os requisitos do artigo 397, do CPC, oral, consistente no depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso, e oitiva das testemunhas que forem arroladas pelas partes até 10 dias antes da audiência.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia , 10.11.2011, às 14 horas.
Intimem-se.-Advs. SONIA M. BELLATO PALIN OAB/PR25.755 (OAB: 025755/PR), JUNIOR F.BELLATO (OAB: 297285-SP/), CIBELE CRISTINA RUIZ AZEVEDO (OAB: 000029-598/PR) e ANDRÉA ROLDÃO DOS SANTOS MUNHOZ (OAB: 036932/PR)-.
23. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002736-34.2010.8.16.0126-UNIBANCO - UNIÃO DE BANCO BRASILEIROS S/A x ALEXANDRA TRENTINI BORDIGNON- Intime-se a parte exequente a fim de que, no prazo de 48 horas, se manifeste-se quanto ao prosseguimento da ação, sob pena de extinção.-Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON (OAB: 028128-A/PR), JANAINA ROVARIS OAB/PR 35.651 (OAB: 35.651 PR), SILMARA VOLOSCHEN KUDREK (OAB: 043095/PR), ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO (OAB: 013258-A/PR), ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO (OAB: 041306/PR), ANDRE ABREU DE SOUZA (OAB: 032201/PR), TATIANA GAERTNER (OAB: 043655/PR), PEDRO AUGUSTO CRUZ PORTO (OAB: 053391/PR), GILIAN PACHECO (OAB: 044084/PR), ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB: 044016/PR) e GLAUCIO JOSAFAT BORDUN (OAB: 045376/PR)-.
24. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0004146-30.2010.8.16.0126-MUNICIPIO DE MARIPA x EFER CONSTRUÇÕES LTDA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as, bem como, manifestem sobre a possibilidade de conciliarem, apresentando propostas concretas.
Intimem-se.-Advs. CLOVES LUIZ ANGELELI (OAB: 032841/PR), EDSON ELIAS DE ANDRADE OAB/PR 16.630 (OAB: 000016-630/PR) e WILSON DE JESUS GUARNIERI JUNIOR (OAB: 048764/PR)-.
25. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0002129-84.2011.8.16.0126-EZEQUIEL MOREIRA DE SOUZA x SEBASTIAO ELIAS FERRAZ e outro- Carta Precatória expedida a disposição. -Advs. CLEVERTON CREMONESE DE SOUZA (OAB: 000039-599/PR) e MICHAEL FELIPE C. DE SOUZA (OAB: 000048-286/PR)-.
26. AÇAO MONITORIA-0002617-39.2011.8.16.0126-C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x CARLA CRISTINA SCHNEIDER- Ao autor, para em cinco dias, apresentar o resumo da inicial. -Advs. ELCIO LUIS WECKERLIM FERNANDES (OAB: 017964/PR), EDSON EMILIO SPAGNOLLO OAB/PR 38.105 (OAB: 000038-105/PR), JORGE HUMBERTO PINHEIRO MACHADO DE MORAIS (OAB: 000050-053/PR), SERGIO HENRIQUE GOMES (OAB: OAB/PR 35.245) e JOBERSON FERNANDO DE LIMA SILVA (OAB: 000035-392/PR)-.
27. AÇAO MONITORIA-0002619-09.2011.8.16.0126-C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ROSIMARA FERREIRA DA SILVA- Manifeste-se o autor, em cinco dias, acerca da certidão de fls. 53 (...decorreu o prazo sem oposição de embargos...). -Advs. ELCIO LUIS WECKERLIM FERNANDES (OAB: 017964/PR), EDSON EMILIO SPAGNOLLO OAB/PR 38.105 (OAB: 000038-105/PR), JORGE HUMBERTO PINHEIRO MACHADO DE MORAIS (OAB: 000050-053/PR), SERGIO HENRIQUE GOMES (OAB: OAB/PR 35.245) e JOBERSON FERNANDO DE LIMA SILVA (OAB: 000035-392/PR)-.
28. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0002936-07.2011.8.16.0126-LUIS BERNARDO DOS SANTOS ALONSO x MERCOSUL TURISMO LTDA ME e outros-De acordo com a a Portaria 001/2008, inciso I, alínea C, ao autor, para em cinco dias, apresentar endereço correto e atual do réu. -Advs. ROBERTO ANTONIO ENDRES (OAB: 029966/PR) e VAGNER CELSO GOMES PESSOA (OAB: 024915/PR)-.
29. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0003089-40.2011.8.16.0126-NILO JORGE SCHNEIDER x SUELI MARIA SCHNEIDER- 1. Designo audiência para o dia 20/10/2011 às 14 horas e 30 minutoas.
2. Cite-se e intime-se o (a) interditando (a), por mandado, para os termos da presente ação, ciente de que poderá oferecer defesa, no prazo de 05 dias, contados da data da realização da audiência.
3. O pedido de curatela provisória será analisado na audiência..
4. Ciência ao Ministério Público.
Intimem-se. Cumpra-se.-Adv. RAPHAEL LUIZ JACOBUCCI (OAB: 044644/PR)-.
30. EXECUÇAO FISCAL - ESTADUAL-18/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x T. I. WEBER & CIA. LTDA. e outro- Manifestem-se as partes, em dez dias, acerca do Laudo de Avaliação de fls. 103/106, que importa em R$-104.000,00. -Adv. ISAIAS GRASEL ROSMAN (OAB: 044718/RS)-.

1. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUD.-403/1987-SOLORRICO S/A - INDUSTRIA E COMERCIO x ANTONIO PAULO CECCONELLO, ESPOLIO DE- Custas complementares no valor de R$-1.330,70, à ser devidamente atualizada no dia do pagamento de acordo com a Nota 6, do Regimento de Custas. Preparo em cinco dias. -Advs. CLÁUDIO PIZZATTO OAB/PR 9.246 (OAB: 009246/PR), OSVALDO ANICETO BIOLCHI, REMI JOAO RIGO, GUIOMAR MARIO PIZZATTO (OAB: 006276/PR) e ENIMAR PIZZATTO OAB/PR 15.818 (OAB: 015818/PR)-.
2. PRESTAÇAO DE CONTAS-677/2005-CEREALISTA PALOTINENSE LTDA x BANCO BANESTADO S/A- Defiro o requerimento de fl. 340, por 10 dias. Intime-se. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING (OAB: 024151/PR), MARCIA LORENI GUND OAB/PR 29.734 (OAB: 029734/PR), JULIO CESAR DALMOLIN OAB/PR 25.162 (OAB: 025162/PR), TATIANA P. KAMINSKI (OAB: 17.997), KARIN LOIZE HOLLER MUSSI BERSOT (OAB: 28.944), RENANN CYPRIANO DE OLIVEIRA (OAB: 055411/PR), LAURO FERNANDO PASCOAL OAB/PR 9.651, SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO (OAB: 13.507 /PR), LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI (OAB: 037775/PR) e LAURO FERNANDO ZANETTI OAB/PR 5.438 (OAB: 005438/PR)-.
3. EMBARGOS DO DEVEDOR-202/2007-ONIVALDO DE OLIVEIRA MELO e outro x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A- À parte ré para que promova o pagamento dos honorários do Sr. Perito, sob pena de preclusão na produção da prova pericial.
Intime-se.-Advs. ENIMAR PIZZATTO OAB/PR 15.818 (OAB: 015818/PR), GUIOMAR MARIO PIZZATTO (OAB: 006276/PR), OSVALDO KRAMES NETO (OAB: 021186/PR), LUCIO CLOVIS PELANDA (OAB: 026360/PR), LUIS OSCAR SIX BOTTON (OAB: 028128-A/PR), GISELE SOLDER CONSALTER (OAB: 019515/PR), DANIELA SILVA VIERA (OAB: 32.304) e ELCIO LUIZ KOVALHUK (OAB: 027571/PR)-.
4. REPETIÇAO DE INDEBITO-212/2007-COMERCIO DE SACARIAS PARAISO LTDA x BANCO ITAU S/A-Ao interessado, para em cinco dias, efetuar o pagamento das custas do Sr. Contador, no valor de R$-20,14, para confecção da conta. -Advs. VERIDIANA PERIN (OAB: 037324/PR), JOSÉ VALDIR WESCHENFELDER (OAB: 035694/PR), TATIANE APARECIDA LANGE (OAB: 038494/PR) e JORGE LUIZ DE MELO (OAB: 017145/PR)-.
5. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-313/2007-MARIA DA PENHA SILVA SOUSA x INSS-INSTITUTO NAC. DE SEGURO SOCIAL- Ante a inércia do perito designado à fl. 115, nomeio, em substituição, o médico Dr. Valdomir Vendramini, intimando-o da nomeação e para aceitação do encargo, observando no mais o despacho de fl. 46. Intime-se. Diligências necessárias.-Advs. ARIOVALDO CAVALCANTE (OAB: 015061/PR) e ROQUE B. DE OLIVEIRA OAB/PR 16.495-.
6. AÇAO CIVIL PUBLICA-629/2007-ADRIANA LAZZARI DE MARCO e outros x FACULDADE VIZINHAÇA VALE DO IGUAÇU-VIZIVALI e outros- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as, bem como, manifestem sobre a possibilidade de conciliarem, apresentando propostas concretas.
Intimem-se.-Advs. JOSE CARLOS DIZIDEL MACHADO (OAB: 000030-926/PR), CELSO HANKE CAMARGO (OAB: 000011-051/PR), ALCIO S. FIGUEIREDO (OAB: 000028-192/PR), CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA (OAB: 024456/PR), DIOGO DE ARAUJO LIMA (OAB: 041408/PR), CASSIANO RICARDO MEDEIROS MOLIN (OAB: 000026-699/PR), JOSE GUNTHER MENZ (OAB: 035763/PR), MARCOS ODACIR ASCHIDAMINI (OAB: 040851/PR), RODRIGO BIEZUS (OAB: 036244/PR), GIOVANI MARCELO RIOS (OAB: 036084/PR) e EDIVAN JOSÉ CUNICO (OAB: 053242/PR)-.
7. ORDINARIA DE INDENIZAÇAO-94/2008-FRIZZ MIDIA S/A x RADIO GRAUNA DE PALOTINA LTDA.-Ao interessado, para em cinco dias, efetuar o pagamento das custas do Sr. Contador, no valor de R$-60,00, para confecção da conta. -Advs. EDSON CARLOS PEREIRA (OAB: 000007-596/PR), JOÃO APARECIDO MICHELIN (OAB: 000007-596/PR), JULIO CESAR GONÇALVES (OAB: 000028-401/PR), SAULO DUETTE PRATTES GOMES PEREIRA (OAB: 000040-608/PR), GUIOMAR MARIO PIZZATTO (OAB: 006276/PR), ENIMAR PIZZATTO OAB/PR 15.818 (OAB: 015818/PR), OSVALDO KRAMES NETO (OAB: 021186/PR) e LUCIO CLOVIS PELANDA (OAB: 026360/PR)-.
8. REPARAÇÃO DE DANOS-373/2008-LUIZ ANTONIO ZANCAN x ALTAIR MUGNOL MENEGATT- I. Tendo em vista que a parte devedora já foi intimada da sentença, a qual transitou em julgado, desnecessária nova intimação, vez que a multa de 10% incide imediatamente.
II. Defiro a penhora pelo sistema Bacen-Jud.
III. Fixo os honorários da execução, devidos ao procurador (a) do(a) exeqüente, em 5% do valor exeqüendo.
IV. Certifique-se a fase de cumprimento da sentença na capa dos autos, bem ainda quem é o exeqüente e quem é o executado.
V. Expeça-se alvará em favor do patrono do réu para levantamento da quantia depositada à fl. 215.
Intime-se. Diligências necessárias.
Alvará expedido a disposição. -Advs. LARA BEATRICE BIEZUS OAB/PR.27.662 (OAB: 000027-662/PR), VERA LUCIA DE SOUZA DUIM (OAB: 000052-840/PR),

JOSE MILTON SOARES (OAB: 000047-104/PR), JULIANO FRANCO DRUGOVICH (OAB: 000047-033/PR), EDUARDO OBRZUT NETO (OAB: 000044-202/PR) e ANTONIO NUNES NETO (OAB: 000025-571/PR)-.

9. AÇAO ORDINARIA-433/2008-EDSON SANTOS RODRIGUES x INSS-INSTITUTO NAC. DE SEGURO SOCIAL- Ante a petição de fl. 78 do perito designado, e por ser a parte autora beneficiária da assistência judiciária gratuita, nomeio, em substituição, o médico Dr. Luciano Martins, intimando-o da nomeação e para aceitação do encargo, observando no mais o despacho de fl. 63.

Intime-se. Diligências necessárias.-Advs. LEOCIR JOAO RODIO (OAB: 016127/PR) e EVANDRO MAURO VIEIRA DE MORAES (OAB: 038583/PR)-.

10. SUMARIO DE INDENIZAÇAO-0000732-92.2008.8.16.0126-EZEQUIEL DE ALMEIDA RIOS x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT-De acordo com a forma determinada na Portaria 001/2008, artigo 6o, inciso I, alínea J, procedo a intimação das partes, acerca do V. acórdão. Não havendo manifestação no prazo de trinta dias, proceda-se o arquivamento dos autos. -Advs. CARLOS EDUARDO LULU OAB/PR 35.716 (OAB: 35.716 /PR) e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR)-.

11. SUMARIO DE INDENIZAÇAO-0000713-86.2008.8.16.0126-QUEILA REGINA BRANDALIZZI x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT-De acordo com a forma determinada na Portaria 001/2008, artigo 6o, inciso I, alínea J, procedo a intimação das partes, acerca do V. acórdão. Não havendo manifestação no prazo de trinta dias, proceda-se o arquivamento dos autos. -Advs. CARLOS EDUARDO LULU OAB/PR 35.716 (OAB: 35.716 /PR) e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR)-.

12. INDENIZAÇAO C/PERDA DE DANOS-154/2009-SONIA DIAS DOS SANTOS x IESDE BRASIL S.A. e outro- I. Recebo as apelações de fls. 747/761, 765/782 e 797/814, em seus efeitos legais.

II. Aos apelados para, querendo, contra-arrazoarem no prazo de 15 dias.

Intime-se. -Advs. VERIDIANA PERIN (OAB: 037324/PR), JOSÉ VALDIR WESCHENFELDER (OAB: 035694/PR), ANGÉLICA KOEFENDER MAIA (OAB: 035577/PR), CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA (OAB: 024456/PR), DIOGO DE ARAUJO LIMA (OAB: 041408/PR), CARLOS VITOR MARANHAO DE LOYOLA (OAB: 022740/PR), RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA (OAB: 022909/PR), KLEBER VELTRINI TOZZI (OAB: 027567/PR), LUCIANO SOARES PEREIRA (OAB: 022959/PR), RODRIGO BIEZUS (OAB: 036244/PR), GIOVANI MARCELO RIOS (OAB: 036084/PR) e EDIVAN JOSÉ CUNICO (OAB: 053242/PR)-.

13. SUMARIO DE INDENIZAÇAO-0000940-42.2009.8.16.0126-ALAN LOLATTO DA SILVA x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT-De acordo com a forma determinada na Portaria 001/2008, artigo 6o, inciso I, alínea J, procedo a intimação das partes, acerca do V. acórdão. Não havendo manifestação no prazo de trinta dias, proceda-se o arquivamento dos autos. -Advs. CARLOS EDUARDO LULU OAB/PR 35.716 (OAB: 35.716 /PR), MONICA CRISTINA BIZINELI (OAB: 036973/PR), MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR), MURILO CLEVE MACHADO OAB/PR 14.078 (OAB: 014078/PR), GLAUCO IWERSEN OAB/PR 21.582 (OAB: 021582/PR), TRAJANO BASTO DE O. N. FRIEDRICH (OAB: 035463/PR), ETHIANE DE BONA MORAES (OAB: 044419/PR) e THAIS MALACHINI (OAB: 049856/PR)-.

14. SUMARIO DE INDENIZAÇAO-0000932-65.2009.8.16.0126-EDILEUZA MARIA FURTADO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT-De acordo com a forma determinada na Portaria 001/2008, artigo 6o, inciso I, alínea J, procedo a intimação das partes, acerca do V. acórdão. Não havendo manifestação no prazo de trinta dias, proceda-se o arquivamento dos autos. -Advs. CARLOS EDUARDO LULU OAB/PR 35.716 (OAB: 35.716 /PR), MONICA CRISTINA BIZINELI (OAB: 036973/PR), MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 007919/PR), MURILO CLEVE MACHADO OAB/PR 14.078 (OAB: 014078/PR), GLAUCO IWERSEN OAB/PR 21.582 (OAB: 021582/PR), TRAJANO BASTO DE O. N. FRIEDRICH (OAB: 035463/PR) e ETHIANE DE BONA MORAES (OAB: 044419/PR)-.

15. AÇÃO ORDINÁRIA DE APOSENTADORIA POR IDADE-646/2009-MERCEDES TRENTINI DE BORTOLI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Vistos em Saneamento.

Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por idade em que Mercedes Trentini de Bortoli move contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Desnecessária a realização de audiência preliminar, nos termos do art. 331 do CPC, pois a conciliação não é plausível, haja vista o teor das manifestações das partes e pela presença no pólo passivo de pessoa jurídica de direito público, assim, com fulcro no art. 125, II e art. 331, § 3°, do CPC, deixo de designar audiência de conciliação e saneamento.

O feito está em ordem, presentes as condições da ação, bem como os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, declarando-o saneado.

Fixo como ponto controvertido: se estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria

Defiro a produção de prova documental desde que presentes os requisitos do artigo 397, do CPC, oral, consistente no depoimento pessoal da parte autora, sob pena de confesso, e oltiva das testemunhas que forem arroladas pelas partes até 10 dias antes da audiência.

Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 23.11.2011 às 15horas. Intimem-se.-Advs. TAYNA ELWIRA GONÇALVES (OAB: 040025/PR) e ANDRÉIA CRISTINA CAREGNATO BULLA (OAB: 158494/PR)-.

16. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-725/2009-BANCO FINASA BMC S/A x ADAO LUCAS WESPAL- Intime-se o requerente acerca do inteiro teor do ofício de fls. 68 (...intimação da parte requerente para manifestação nos autos quanto a certidão do oficial de justiça de fls. 24/25, que segue anexo...Realeza/PR.). -Advs. SIGISFREDO HOEPERS OAB/PR 27.769-A (OAB: 27.769-A OAB/PR) e ANDERSON CAMPOS DA COSTA (OAB: 000020-283A/SC)-.

17. AÇAO DE CUMPRIMENTO-0000002-13.2010.8.16.0126-ANTAO BORIN e outros x BANCO ITAU S/A- I. Mantenho a decisão objurgada, por seus próprios fundamentos.

II. Aguarde-se solicitação de informações pelo relator.

III. Intimem-se.-Advs. ROBERTO ANTONIO ENDRES (OAB: 029966/PR), SCHEILA BAU GABRIEL (OAB: 000036-167/PR), KONSTANTINOS JEAN ANDREOPOULOS (OAB: 000013-1758/SP), MARCELO HABICE DA MOTTA (OAB: 60.843), SELMA NEGRO CAPETO (OAB: 034524/SP), BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ (OAB: 020457/PR) e MARCIO ROGERIO DEPOLLI OAB/PR 20456 (OAB: 020456/PR)-.

18. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0000587-65.2010.8.16.0126-IRES ASSUNTA POZZER x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Vistos em Saneamento.

Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por idade em que Ires Assunta Pozzer move contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Desnecessária a realização de audiência preliminar, nos termos do art. 331 do CPC, pois a conciliação não é plausível, haja vista o teor das manifestações das partes e pela presença no pólo passivo de pessoa jurídica de direito público, assim, com fulcro no art. 125, II e art. 331. § 3°, do CPC, deixo de designar audiência de conciliação e saneamento.

O feito está em ordem, presentes as condições da ação, bem como os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, declarando-o saneado.

Fixo como ponto controvertido: se estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria

Defiro a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso, e oitiva das testemunhas que forem arroladas pelas partes até 10 dias antes da audiência.

Designo audiência de instrução e julgamento para o dia

01.12.2011,às 14 horas.

Intimem-se.-Adv. TAYNA ELWIRA GONÇALVES (OAB: 040025/PR)-.

19. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0001826-07.2010.8.16.0126-IRIA SALETE BAIOCCO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Vistos em Saneamento.

Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por idade em que Iria Salete Baiocco move contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Desnecessária a realização de audiência preliminar, nos termos do art. 331 do CPC, pois a conciliação não é plausivel, haja vista o teor das manifestações das partes e pela presença no pólo passivo de pessoa jurídica de direito público, assim, com fulcro no art. 125, II e art. 331, § 3º, do CPC, deixo de designar audiência de conciliação e saneamento.

O feito está em ordem, presentes as condições da ação, bem como os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, declarando-o saneado.

Fixo como ponto controvertido se estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria

Defiro a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da parte autora, sob pena de confesso, e oitiva das testemunhas que forem arroladas pelas partes até 10 dias antes da audiência.

Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 24 de novembro de 2011, às 14 horas.

Intimem-se.-Advs. SONIA M. BELLATO PALIN OAB/PR25.755 (OAB: 025755/PR), CIBELE CRISTIANE RUIZ DE AZEVEDO (OAB: 029598/PR), ANDREA ROLDAO DOS SANTOS MUNHOZ (OAB: 036932/PR) e HALLER NICHELE BOGONI JUNIOR (OAB: 052301/PR)-.

20. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0001999-31.2010.8.16.0126-MARIA KUHN x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS- Vistos em Saneamento.

Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por idade em que Maria Kuhn move contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Desnecessária a realização de audiência preliminar, nos termos do art. 331 do CPC, pois a conciliação não é plausível, haja vista o teor das manifestações das partes e pela presença no pólo passivo de pessoa jurídica de direito público, assim, com fulcro no art. 125, II e art. 331, § 3°, do CPC, deixo de designar audiência de conciliação e saneamento.

O feito está em ordem, presentes as condições da ação, bem como os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, declarando-o saneado.

Fixo como ponto controvertido: se estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria

Defiro a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso, e oitiva das testemunhas que forem arroladas pelas partes até 10 dias antes da audiência.

Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17.11.2011, às 14horas.

Intimem-se.-Adv. DORISVALDO NOVAES CORREIA OAB 31641 (OAB: 31641)-.

21. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0002059-04.2010.8.16.0126-LUZIA DE SIBIE DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS- Vistos em Saneamento.

Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por idade em que Luzia de Sibie dos Santos move contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Desnecessária a realização de audiência preliminar, nos termos do art. 331 do CPC, pois a conciliação não é plausível, haja vista o teor das manifestações das partes e pela presença no pólo passivo de pessoa jurídica de direito público, assim, com fulcro no art. 125, II e art. 331, § 3º, do CPC, deixo de designar audiência de conciliação e saneamento.

O feito está em ordem, presentes as condições da ação, bem como os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, declarando-o saneado.
Fixo como ponto controvertido: se estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria
Defiro a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da parte autora, sob pena de confesso, e oitiva das testemunhas que forem arroladas pelas partes até 10 dias antes da audiência.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia
29.11. 2011 ,às 14 horas e 30 minutos.
Intimem-se.-Adv. JOAO IVAN BORGES DE LIMA (OAB: 026363/PR)-.
22. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0002395-08.2010.8.16.0126-ANTONIA MARIA DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- Vistos em Saneamento.
Trata-se de ação de concessão de aposentadoria por idade em que Antônia Maria da Silva move contra Instituto Nacional do Seguro Social INSS.
Desnecessária a realização de audiência preliminar, nos termos do art. 331 do CPC, pois a conciliação não é plausível, haja vista o teor das manifestações das partes e pela presença no pólo passivo de pessoa juridica de direito público, assim, com fulcro no art. 125, II e art. 331 § 3°, do CPC, deixo de designar audiência de conciliação e saneamento.
O feito está em ordem, presentes as condições da ação, bem corno os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, declarando-o saneado.
Fixo como ponto controvertido: se estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria
Defiro a produção de prova documental, desde que presentes os requisitos do artigo 397, do CPC, oral, consistente no depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso, e oitiva das testemunhas que forem arroladas pelas partes até 10 dias antes da audiência.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia , 10.11.2011, às 14 horas.
Intimem-se.-Advs. SONIA M. BELLATO PALIN OAB/PR25.755 (OAB: 025755/PR), JUNIOR F.BELLATO (OAB: 297285-SP/), CIBELE CRISTINA RUIZ AZEVEDO (OAB: 000029-598/PR) e ANDRÉA ROLDÃO DOS SANTOS MUNHOZ (OAB: 036932/PR)-.
23. EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUD.-0002736-34.2010.8.16.0126-UNIBANCO - UNIÃO DE BANCO BRASILEIROS S/A x ALEXANDRA TRENTINI BORDIGNON- Intime-se a parte exequente a fim de que, no prazo de 48 horas, se manifeste-se quanto ao prosseguimento da ação, sob pena de extinção.-Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON (OAB: 028128-A/PR), JANAINA ROVARIS OAB/PR 35.651 (OAB: 35.651 PR), SILMARA VOLOSCHEN KUDREK (OAB: 043095/PR), ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO (OAB: 013258-A/PR), ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO (OAB: 041306/PR), ANDRE ABREU DE SOUZA (OAB: 032201/PR), TATIANA GAERTNER (OAB: 043655/PR), PEDRO AUGUSTO CRUZ PORTO (OAB: 053391/PR), GILIAN PACHECO (OAB: 044084/PR), ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB: 044016/PR) e GLAUCIO JOSAFAT BORDUN (OAB: 045376/PR)-.
24. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0004146-30.2010.8.16.0126-MUNICIPIO DE MARIPA x EFER CONSTRUÇÕES LTDA- Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as, bem como, manifestem sobre a possibilidade de conciliarem, apresentando propostas concretas.
Intimem-se.-Advs. CLOVES LUIZ ANGELELI (OAB: 032841/PR), EDSON ELIAS DE ANDRADE OAB/PR 16.630 (OAB: 000016-630/PR) e WILSON DE JESUS GUARNIERI JUNIOR (OAB: 048764/PR)-.
25. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0002129-84.2011.8.16.0126-EZEQUIEL MOREIRA DE SOUZA x SEBASTIAO ELIAS FERRAZ e outro- Carta Precatória expedida a disposição. -Advs. CLEVERTON CREMONESE DE SOUZA (OAB: 000039-599/PR) e MICHAEL FELIPE C. DE SOUZA (OAB: 000048-286/PR)-.
26. AÇAO MONITORIA-0002617-39.2011.8.16.0126-C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x CARLA CRISTINA SCHNEIDER- Ao autor, para em cinco dias, apresentar o resumo da inicial. -Advs. ELCIO LUIS WECKERLIM FERNANDES (OAB: 017964/PR), EDSON EMILIO SPAGNOLLO OAB/PR 38.105 (OAB: 000038-105/PR), JORGE HUMBERTO PINHEIRO MACHADO DE MORAIS (OAB: 000050-053/PR), SERGIO HENRIQUE GOMES (OAB: OAB/PR 35.245) e JOBERSON FERNANDO DE LIMA SILVA (OAB: 000035-392/PR)-.
27. AÇAO MONITORIA-0002619-09.2011.8.16.0126-C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ROSIMARA FERREIRA DA SILVA- Manifeste-se o autor, em cinco dias, acerca da certidão de fls. 53 (...decorreu o prazo sem oposição de embargos...). -Advs. ELCIO LUIS WECKERLIM FERNANDES (OAB: 017964/PR), EDSON EMILIO SPAGNOLLO OAB/PR 38.105 (OAB: 000038-105/PR), JORGE HUMBERTO PINHEIRO MACHADO DE MORAIS (OAB: 000050-053/PR), SERGIO HENRIQUE GOMES (OAB: OAB/PR 35.245) e JOBERSON FERNANDO DE LIMA SILVA (OAB: 000035-392/PR)-.
28. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0002936-07.2011.8.16.0126-LUIS BERNARDO DOS SANTOS ALONSO x MERCOSUL TURISMO LTDA ME e outros-De acordo com a a Portaria 001/2008, inciso I, alínea C, ao autor, para em cinco dias, apresentar endereço correto e atual do réu. -Advs. ROBERTO ANTONIO ENDRES (OAB: 029966/PR) e VAGNER CELSO GOMES PESSOA (OAB: 024915/PR)-.
29. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO-0003089-40.2011.8.16.0126-NILO JORGE SCHNEIDER x SUELI MARIA SCHNEIDER- 1. Designo audiência para o dia 20/10/2011 às 14 horas e 30 minutoas.
2. Cite-se e intime-se o (a) interditando (a), por mandado, para os termos da presente ação, ciente de que poderá oferecer defesa, no prazo de 05 dias, contados da data da realização da audiência.
3. O pedido de curatela provisória será analisado na audiência..
4. Ciência ao Ministério Público.
Intimem-se. Cumpra-se.-Adv. RAPHAEL LUIZ JACOBUCCI (OAB: 044644/PR)-.
30. EXECUÇAO FISCAL - ESTADUAL-18/2009-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x T. I. WEBER & CIA. LTDA. e outro- Manifestem-se as partes, em dez dias, acerca do Laudo de Avaliação de fls. 103/106, que importa em R$-104.000,00. -Adv. ISAIAS GRASEL ROSMAN (OAB: 044718/RS)-.

PALOTINA, 28 DE SETEMBRO DE 2011.
ADORINAN BALBINO SIQUEIRA
Escrivão do Cível

# PARAÍSO DO NORTE

## JUÍZO ÚNICO

**Intimação de Advogados**

**Relação 49 - 2011**

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Adriano Muniz Rebello | 037 | 0482/08 |
| Alessandro Moreira do Sacramento | 040 | 0409/09 |
| Anderson Donizete dos Santos | 030 | 0629/10 |
| Andréa Daniella Azevedo | 029 | 0208/08 |
| Aroldo Luiz Morais | 045 | 0338/11 |
| Aurora Custódio dos Santos Regi | 024 | 0354/11 |
| Bráulio Belinati Garcia Perez | 001 | 0622/10 |
| | 002 | 0623/10 |
| | 003 | 0817/10 |
| | 004 | 0922/10 |
| | 005 | 0765/10 |
| | 006 | 0914/10 |
| | 007 | 0040/11 |
| | 008 | 0165/11 |
| | 009 | 0026/11 |
| Bruno Assoni | 029 | 0208/08 |
| Charles Zauza | 023 | 0381/10 |
| | 041 | 0380/10 |
| Cléberson Rodolfo Vieira Schwingel | 046 | 0185/05 |
| Dirceu Bernardi Júnior | 025 | 1052/10 |
| | 033 | 0360/09 |
| | 034 | 0360/09 |
| | 035 | 0215/09 |
| | 036 | 0215/09 |
| | 043 | 0343/06 |
| | 044 | 0343/06 |
| Edmar José Chagas | 005 | 0765/10 |
| Eduardo Franceschetto Junqueira | 013 | 0067/10 |
| Elizete Sandra Simões dos Anjos | 031 | 0145/11 |
| Fabiana Gimenez N. Praxedes | 014 | 0355/11 |
| | 015 | 0356/11 |
| Fabiano Neves Macieywiski | 019 | 0294/11 |
| | 020 | 0295/11 |
| | 021 | 0296/11 |
| Fábio Luis Franco | 032 | 0096/04 |
| Fábio Luiz Cardoso Borba | 031 | 0145/11 |
| Fernando Covezzi da Silva | 027 | 0228/10 |
| | 042 | 0251/11 |
| Fernando Murilo Costa Garcia | 019 | 0294/11 |
| | 020 | 0295/11 |
| | 021 | 0296/11 |
| Flávia Regina Carlúccio | 001 | 0622/10 |
| | 002 | 0623/10 |
| | 004 | 0922/10 |
| | 006 | 0914/10 |
| | 007 | 0040/11 |
| | 008 | 0165/11 |
| | 009 | 0026/11 |
| Gilberto Borges da Silva | 010 | 0352/11 |
| Janete Serafim da Silva Prizon | 011 | 0235/05 |
| João Germano Garbin | 012 | 0050/11 |
| José Luiz Fornagieri | 001 | 0622/10 |
| | 002 | 0623/10 |
| | 004 | 0922/10 |
| | 006 | 0914/10 |
| | 007 | 0040/11 |
| | 008 | 0165/11 |
| | 009 | 0026/11 |
| | 032 | 0096/04 |
| José Ortiz | 010 | 0352/11 |

| | | |
|---|---|---|
| Kátia C. Pucca Bernardi | 025 | 1052/10 |
| | 033 | 0360/09 |
| | 034 | 0360/09 |
| | 035 | 0215/09 |
| | 036 | 0215/09 |
| | 043 | 0343/06 |
| | 044 | 0343/06 |
| Luiz Carlos Proença | 016 | 0012/08 |
| Marcelo Cavalheiro Schaurich | 032 | 0096/04 |
| Marcelo Tesheiner Cavassani | 040 | 0409/09 |
| Marcie Rosseli Moreira | 026 | 0203/11 |
| Márcio Rogério Depolli | 001 | 0622/10 |
| | 002 | 0623/10 |
| | 003 | 0817/10 |
| | 004 | 0922/10 |
| | 005 | 0765/10 |
| | 006 | 0914/10 |
| | 007 | 0040/11 |
| | 008 | 0165/11 |
| | 009 | 0026/11 |
| Marcos Antonio Lucas de Lima | 030 | 0629/10 |
| Marianna Satie Kume | 039 | 0351/11 |
| Milton Luiz Cleve Küster | 018 | 0293/11 |
| | 022 | 0297/11 |
| Nicolas C. J. B. Prestes Nicolielo | 028 | 0039/11 |
| Osvaldo Buniotti | 023 | 0381/10 |
| | 041 | 0380/10 |
| Paulo Ricardo Franceschetto Junqueira | 013 | 0067/10 |
| Paulo Roberto dos Santos | 017 | 0246/03 |
| Rafaela Polydoro Küster | 018 | 0293/11 |
| | 022 | 0297/11 |
| Rafael Lucas Garcia | 019 | 0294/11 |
| Ricardo de Santos Freitas | 028 | 0039/11 |
| Robson Sakai Garcia | 018 | 0293/11 |
| | 020 | 0295/11 |
| | 021 | 0296/11 |
| | 022 | 0297/11 |
| Rodnei René Marchioro | 038 | 0446/08 |
| Sheila Fabiana Schmitt | 013 | 0067/10 |
| Valmor Tagliamento Bremm | 033 | 0360/09 |
| | 035 | 0215/09 |
| | 046 | 0185/05 |

01. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 622/10 - Shizuko Tomabechi x Banco Banestado S/A e outro. "**DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos e examinados os autos de incidente de Impugnação ao cumprimento de sentença nº 622/2010, aforado por BANCO BANESTADO S/A / BANCO ITAÚ S/A em face de SHIZUKO TOMABECHI**. O impugnante alegou em síntese, que a pretensão para o cumprimento da sentença proferida em sede de ação coletiva teria sido fulminada pela prescrição trienal, entendendo aplicável a regra do artigo 206, § 3º, inciso IV, do atual Código Civil (ressarcimento de enriquecimento sem causa). No mérito, não apresentou qualquer argumentação (fls. 25/30). A parte exeqüente manifestou-se às fls. 64/65, invocando o caráter pessoal da ação de conhecimento, sustentando que a prescrição no caso em tela é decenal, segundo a regra do artigo 205 do Código Civil, observada a regra de transição do artigo 2.028 do Diploma Civil. ***É o relatório, passo a decidir***. Trata-se de incidente de impugnação de cumprimento de sentença, aforada por Banco Banestado/Banco Itaú S/A em face de Shizuko Tomabechi. Considerando que a parte exeqüente já se manifestou em resposta à impugnação, desnecessária avaliação quanto à concessão do efeito suspensivo, passando-se, diretamente, a análise do pedido. Sobre a questão da prescrição dos títulos executivos, já pacificou entendimento o Superior Tribunal Federal sobre o tema, por meio da Súmula n. 150, a saber: ***Súmula n. 150 STF - Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação***... Assim, **rejeito a exceção de prescrição**. Diante do exposto, com suporte nas razões supracitadas, julgo, com a conseqüente resolução do mérito, na forma do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, IMPROCEDETE o pedido encartado na presente impugnação ao cumprimento de sentença. Condeno o impugnante no pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios fixados em 10% do valor do débito, com esteio no art. 20, § 4º do Código de Processo Civil )o devedor já tinha sido cientificado sobre o valor dos honorários - vide fls. 20). Independentemente de recurso, intimem-se os devedores a liquidarem as cotas do fundo de investimento, depositando judicialmente, em 10 dias, o numerário devido. Depois do depósito acima mencionado, expeça-se alvará para levantamento do valor depositado. Após, apresente o credor o valor devido pelos honorários advocatícios, multa e custas processuais. Na seqüência, intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, ao pagamento em 15 dias. Em caso de inércia, defiro a penhora *on line*." Advs. José Luiz Fornagieri - Flávia Regina Carlúccio - Bráulio Belinati Garcia Perez e Márcio Rogério Depolli.

02. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 623/10 - Luiz Otílio dos Santos e outros x Banco Banestado S/A e outro. "**DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos e examinados os autos de incidente de Impugnação ao cumprimento de sentença nº 623/2010, aforado por BANCO BANESTADO S/A / BANCO ITAÚ S/A em face de LUIZ OTÍLIO DOS SANTOS e OUTROS**. O impugnante alegou em síntese, que a pretensão para o cumprimento da sentença proferida em sede de ação coletiva teria sido fulminada pela prescrição trienal, entendendo aplicável a regra do artigo 206, § 3º, inciso IV, do atual Código Civil (ressarcimento de enriquecimento sem causa). No mérito, não apresentou qualquer argumentação, apesar de devidamente intimado para complementar a impugnação. A parte exeqüente manifestou-se invocando o caráter pessoal da ação de conhecimento, sustentando que a prescrição no caso em tela é decenal, segundo a regra do artigo 205 do Código Civil, observada a regra de transição do artigo 2.028 do Diploma Civil. ***É o relatório, passo a decidir***. Trata-se de incidente de impugnação de cumprimento de sentença, aforada por Banco Banestado/Banco Itaú S/A em face de Luiz Otílio dos Santos e outros. Considerando que a parte exeqüente já se manifestou em resposta à impugnação, desnecessária avaliação quanto à concessão do efeito suspensivo, passando-se, diretamente, a análise do pedido. Sobre a questão da prescrição dos títulos executivos, já pacificou entendimento o Superior Tribunal Federal sobre o tema, por meio da Súmula n. 150, a saber: ***Súmula n. 150 STF - Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação***... Assim, **rejeito a exceção de prescrição**. Diante do exposto, com suporte nas razões supracitadas, julgo, com a conseqüente resolução do mérito, na forma do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, IMPROCEDETE o pedido encartado na presente impugnação ao cumprimento de sentença. Condeno o impugnante no pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios fixados em 10% do valor do débito, com esteio no art. 20, § 4º do Código de Processo Civil )o devedor já tinha sido cientificado sobre o valor dos honorários - vide fls. 62). Independentemente de recurso, intimem-se os devedores a liquidarem as cotas do fundo de investimento, depositando judicialmente, em 10 dias, o numerário devido. Depois do depósito acima mencionado, expeça-se alvará para levantamento do valor depositado. Após, apresente o credor o valor devido pelos honorários advocatícios, multa e custas processuais. Na seqüência, intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, ao pagamento em 15 dias. Em caso de inércia, defiro a penhora *on line*." Advs. José Luiz Fornagieri - Flávia Regina Carlúccio - Bráulio Belinati Garcia Perez e Márcio Rogério Depolli.

03. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 817/10 - Ana Aparecida Catenacci Tasca e outros x Banco Banestado S/A e outro. "Ante a ausência de impugnação ao cumprimento de sentença, intime-se a parte devedora a liquidar as cotas de fundo de investimento, promovendo o deposito judicial no prazo de 15 dias, sob pena de penhora on line." Advs. Bráulio Belinati Garcia Perez e Márcio Rogério Depolli.

04. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 922/10 - Sebastião Pereira de Toledo e outros x Banco Banestado S/A e outro. "1. Ciente do agravo interposto pela parte credora. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2. Aguarde-se pronunciamento do TJPR..." Advs. José Luiz Fornagieri - Flávia Regina Carlúccio - Bráulio Belinati Garcia Perez e Márcio Rogério Depolli.

05. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 765/10 - Darci Lobato e outros x Banco Banestado S/A e outro. "1. Ciente do agravo interposto pela parte devedora. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2. Ante a concessão do efeito suspensivo, aguarde-se decisão do TJPR..." Advs. Edmar José Chagas - Bráulio Belinati Garcia Perez e Márcio Rogério Depolli.

06. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 914/10 - Sonia Aparecida Polizel e outros x Banco Banestado S/A e outro. "1. Ciente do agravo interposto pela parte devedora. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2. Ante NÃO a concessão de efeito suspensivo, cumpra-se a DI..." (*DI: "... Após a decisão do TJPR em eventual recurso de agravo, intimem-se os devedores a liquidarem as cotas do fundo de investimento, depositando judicialmente, em 10 dias, o numerário devido (R$-20.391,39)...*" Advs. José Luiz Fornagieri - Flávia Regina Carlúccio - Bráulio Belinati Garcia Perez e Márcio Rogério Depolli.

07. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - 40/11 - Banco Banestado S/A e outro x Iraci Rossi Bianchi e outros. "1. Ciente do agravo. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2. Aguarde-se pronunciamento do TJPR..." Advs. Bráulio Belinati Garcia Perez - Márcio Rogério Depolli - José Luiz Fornagieri e Flávia Regina Carlúccio.

08. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - 165/11 - Banco Banestado S/A e outro x Silvestre Newton Bayer e outros. "1. Ciente do agravo. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2. Aguarde-se pronunciamento do TJPR..." Advs. Bráulio Belinati Garcia Perez - Márcio Rogério Depolli - José Luiz Fornagieri e Flávia Regina Carlúccio.

09. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - 26/11 - Banco Banestado S/A e outro x Arlindo José Flores e outros. "1. Ciente do agravo. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2. Aguarde-se pronunciamento do TJPR..." Advs. Bráulio Belinati Garcia Perez - Márcio Rogério Depolli - José Luiz Fornagieri e Flávia Regina Carlúccio.

10. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 352/11 - Banco Itaucard S/A x Eli Fernando da Conceição. "Eli Fernando da Conceição apresentou contestação ao pedido do autor Banco Itaucard S/A alegando abusividades e ilegalidade no contrato firmado entre as partes. Pediu que o bem apreendido fique em seu poder até decisão final dos autos, informando, para tanto, que utiliza o veículo no trabalho, para sustento seu e de sua família. Ofereceu uma espécie de acordo para quitação dos atrasados, comprometendo-se a depositar a quantia de R$ 1.000,00 e mais duzentos reais mensais, como garantia ao direito do contraditório do autor. Vieram os autos. É direito do mutuário discutir as cláusulas de contrato celebrado com instituição financeira, com vista à possível adequação ao código Civil e Código de Defesa do Consumidor. Contudo, não se pode fechar os olhos para o direito da autora que, como proprietária do veiculo, tem o decreto lei 911/69 para garantir o domínio e a posse do bem alienado fiduciariamente em caso de inadimplemento. Em caso como o dos autos, tenho aceitado o depósito judicial do saldo devedor, como condição para retomada da posse do bem. Saliento que não se trata de purgação da mora, mesmo porque o prazo para tanto restou escoado e não feito tal requerimento nos autos, mas sim, discussão das cláusulas do contrato mediante a depósito do valor em litígio, sob condição de devolução da posse do bem ao mutuário enquanto corre a demanda. Nestes casos, não há qualquer prejuízo ao credor, que tem assegurado, caso seja preservado o contrato na integra, o recebimento dos valores devidos. Além disso, relatou o devedor que passou por problemas de saúde, mas agora está recuperado e precisa do carro para desenvolver uma segunda atividade econômica, honrar seus compromissos e também, conseguir dinheiro para pagar o financiamento e sustentar sua família. O requerido demonstra boa fé ao se comprometer a depositar a parte do debito, contudo, os valores propostos estão abaixo do que poderia ser aceitável, não representando quase nada perante o saldo devedor em aberto. Conforme se infere pelo documento trazido nos autos pela financeira (fls. 25), as parcelas em atraso perfazem o montante de R$ 4.515,98 na época do ajuizamento da ação. Considerando ainda a penúria financeira do requerido, mas sua intenção em permanecer com o contrato em execução, autoriza o pagamento do saldo devedor acima informado em até **04 vezes (4 x R$ 1.128,99).** Neste aspecto e considerando presente os requisitos legais, defiro o pedido e determino a restituição do bem ao requerido até posterior deliberação, mediante termo de depósito fiel, **ficando condicionada a restituição ao depósito da primeira parcela em 48 horas, e as três ultimas nos mesmos dias dos meses subseqüentes.** Alem do mais, deve o mutuário continuar quitando as parcelas vencidas, sob pena do credor poder renovar o pedido de reintegração de posse do bem, ainda neste processo. Intimem-se. No mais, intimem-se o autor a manifestar-se sobre contestação e documentos." Advs. Gilberto Borges da Silva e José Ortiz.

11. ALVARÁ JUDICIAL - 235/05 - Regina Célia de Oliveira Moretti e outro. "Defiro o pedido de suspensão até a data informada." Adva. Janete Serafim da Silva Prizon.

12. CARTA PRECATÓRIA - 50/11 - Ribeirão Preto/SP - Juizado Especial Federal - Concessão de Benefício Previdenciário - 0001201-31.2011.4.03.6302 - Durvalino Piva x Instituto Nacional do Seguro Social. Designado o **dia 01 de novembro de 2011, às 14:00 horas**, para audiência de inquirição das testemunhas arroladas pelo autor. Adv. João Germano Garbin.

13. CARTA PRECATÓRIA - 67/10 - Montenegro/RS - 1ª Cível - Execução - 0000801-51.2010.8.21.0018 - Erplasti Indústria e Comércio de Plásticos Ltda x Cooperaves S/A. "1. Nas demais execuções em andamento neste Juízo restou frustrada qualquer tentativa de penhora via Bacen-jud, isso porque a executada não está mais faticamente, em atividade, pois suas atividades foram arrendadas a uma outra empresa. 2. Assim, resta infrutífera a penhora via Bacen-jud, da mesma forma que é inviável a penhora de 5% dofaturame4nto mensal. 3. Nada obstante, a devedora vem tentando fazer acordo em vários processos. 4. Sendo assim, manifeste-se o credor se tem interesse na designação de uma audiência de conciliação." Advs. Eduardo Franceschetto Junqueira - Paulo Ricardo Franceschetto Junqueira e Sheila Fabiana Schmitt.

14. NOTIFICAÇÃO JUDICIAL - 355/11 - Loteadora San Rafael Ltda x Daniela Nascimento André e outro. A requerente para depositar os custos das diligências do Oficial de Justiça. Adva. Fabiane Gimenez N. Praxedes.

15. NOTIFICAÇÃO JUDICIAL - 356/11 - Loteadora San Rafael Ltda x Andriele Cardoso Ruotolo Tusi e outro. A requerente para depositar os custos das diligências do Oficial de Justiça. Adva. Fabiane Gimenez N. Praxedes.

16. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 12/08 - Copel S/A x José Castro de Lima. "Através do sistema infojud, foi consultado as três últimas declarações de renda do executado. Sobre o resultado manifeste-se o credor." Adv. Luiz Carlos Proença.
17. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 246/03 - Leia Keyte da Silva Orestes x Severino Camilo Barbosa e outro. "Manifeste-se a credora sobre o requerimento do devedor, e ainda, indicando outros bens passíveis de penhora, já que o valor bloqueado é insuficiente para cobrir o débito." Adv. Paulo Roberto dos Santos.
18. COBRANÇA - 293/11 - Olicio Alves Ferreira x Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A. "Vistos... Diante do exposto, julgo extinto o feito com resolução de mérito, ante a prescrição, o que faço com fulcro no artigo 269, IV do CPC..." Advs. Robson Sakai Garcia - Milton Luiz Cleve Küster e Rafaela Polydoro Küster.
19. COBRANÇA - 294/11 - Alceu Costa da Silva x Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A. "Vistos... Diante do exposto, julgo extinto o feito com resolução de mérito, ante a prescrição, o que faço com fulcro no artigo 269, IV do CPC..." Advs. Rafael Lucas Garcia - Fabiano Neves Macieywiski e Fernando Murilo Costa Garcia.
20. COBRANÇA - 295/11 - Manoel Eduardo x Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A. "Vistos... Diante do exposto, julgo extinto o feito com resolução de mérito, ante a prescrição, o que faço com fulcro no artigo 269, IV do CPC..." Advs. Robson Sakai Garcia - Fabiano Neves Macieywiski e Fernando Murilo Costa Garcia.
21. COBRANÇA - 296/11 - Poliana Ceccon dos Santos x Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A. "Vistos... Diante do exposto, julgo extinto o feito com resolução de mérito, ante a prescrição, o que faço com fulcro no artigo 269, IV do CPC..." Advs. Robson Sakai Garcia - Fabiano Neves Macieywiski e Fernando Murilo Costa Garcia.
22. COBRANÇA - 297/11 - Maria Francisca Gomes x Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A. "Vistos... Diante do exposto, julgo extinto o feito com resolução de mérito, ante a prescrição, o que faço com fulcro no artigo 269, IV do CPC..." Advs. Robson Sakai Garcia - Milton Luiz Cleve Küster e Rafaela Polydoro Küster.
23. COBRANÇA - 381/10 - Fábio Messias Daminelli x Município de Mirador. "Vistos... Pelo exposto, nos termos do artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, **JULGO ARCIALMENTE PROCEDENTE** os pedidos contidos na inicial de fls. 03/12 para : a) **CONDENAR** o **MUNICÍPIO DE MIRADOR** ao pagamento de horas ext5ras excedentes a quadragésima semanal, respeitando-se a prescrição qüinqüenal e os valores já pagos a este título pelo município ao autor **FÁBIO MESSAS DAMINELLI** nos meses de dezembro, novembro, outubro, setembro, agosto do ano de 2006; dezembro, novembro, outubro, setembro, agosto, julho, junho do ano de 2007; janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro todos do ano de 2008; janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, outubro, novembro, dezembro do ano de 2009; janeiro e fevereiro de 2010, a ser apurado em liquidação de sentença; b) **CONDENAR** o **MUNICÍPIO DE MIRADOR** ao pagamento de um descanso semanal remunerado ao autor (um final de semana por mês) pelo período de 01.08.2006 até a sua relotação na secretaria de educação em março de 2010, a ser apurado em liquidação de sentença; **JULGAR IMPROCEDENTE** os pedidos de indenização por danos moral e de readequação do trabalho do autor, diante da fundamentação acima exposta. Por tratar-se de verba remuneratória devida a servidor público, com relação aos juros de mora, estes não poderão ultrapassar o percentual de 6% (seis por cento) ao ano, consoante dispõe o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35 de 2001, desde a citação com correção monetária observada a média do INPC e IGP-DI desde o vencimento de cada parcela. Por derradeiro, impõe-se a distribuição do ônus de sucumbência, no percentual de 70% (setenta por cento) para o Município Réu e de 30% (trinta por cento) para o autor, por se mostrarem no presente caso ambas as partes vencedoras e vencidas, nos termos do *caput* do art. 21, do Código de Processo Civil. Os honorários advocatícios em favor dos procuradores das partes, ficam arbitrados o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) observando o rateio acima nos termos do artigo 20, § 4º do CPC, admitida a compensação nos termos do art. 21 do CPC e Súmula 306 do STJ. Sentença sujeita ao reexame necessário." Advs. Charles Zauza e Osvaldo Buniotti.
24. PREVIDENCIÁRIA - 354/11 - Maria Aparecida Barbosa Domingos x Instituto Nacional do Seguro Social. "1. Concedo, por enquanto, a autora os benefícios de gratuidade de justiça. 2. Verifico que a requerente postulou tutela antecipada, com vista a compelir o INSS a pagar-lhe auxilio doença, até final julgamento da ação. Contudo, analisando os fatos e fundamentos trazidos na inicial, conclui-se que a tutela de urgência não deve ser deferida. Entre os documentos apresentados não transparece a presença de prova inequívoca que indique verossimilhança da alegação, isto é, não há prova concreta de que a requerida sofre de doença que a incapacite de trabalhar. Veja-se que a perícia do INSS não a considerou incapacitada. Além disso, outro motivo para o indeferimento do pedido foi que a autora não tinha carência necessária na época em que surgiu a doença. Por fim, caso, realmente, a autora tivesse pressa em resolver seu problema, deveria ter ingressado com a ação na vara federal de Paranavaí, muito mais célere e com estrutura para analisar o pedido. Sendo assim, inexistindo os requisitos do art. 273 do CPC, indefiro o pedido de tutela antecipada. 3. cite-se o INSS com as advertências do art. 285 c.c. art. 319, ambos do CPC..." Adva. Aurora Custódio dos Santos Regi.
25. EXECUÇÃO - 1052/10 - Sicredi Maringá x Cristiana de Almeida Major. "1. Ciente da renúncia do mandato. 2. Determino que os procuradores inicialmente constituídos pela autora continuem sendo intimados dos atos processuais. 3. Aguarde-se 10 dias para manifestação da credor. Nada sendo requerido, intime-se a autora pessoalmente para no mesmo prazo regularizar sua capacidade postulatória, sob pena de extinção do processo." Adv. Kátia C. Pucca Bernardi e Dirceu Bernardi Júnior.
26. IMISSÃO DE POSSE - 203/11 - Evandro de Araújo Macedo x José Adelino de Freitas e outra. Ao requerente sobre a contestação apresentada. Adva. Marcie Rosseli Moreira.
27. USUCAPIÃO - 228/10 - Rosângela Ramos da Silva x Domingos Dutra e outra. A requerente sobre o decurso do prazo sem contestação. Adv. Fernando Covezzi da Silva.
28. CARTA PRECATÓRIA - 39/11 - São Paulo/SP - 3ª Cível - Execução - 583.00.2009.137165-4 - Quatá Fundo de Investimento em Direitos Creditórios x Raudi Indústria e Comércio Ltda e outro. Ao exeqüente sobre a penhora realizada. Advs. Ricardo de Santos Freitas e Nicolas César Juliano Butros Prestes Nicolielo.
29. DESCONSTITUTIVA - 208/08 - Geraldo Galvani Marin x Estado do Paraná. "Vistos... Diante do exposto, considerando ainda a ausência de qualquer ilegalidade cometida no processo de avaliação das contas, é medida imperativa a improcedência do pedido inicial. **III - DISPOSITIVO** Diante do exposto, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido inicia, extinguindo o feito com resolução de mérito, o que faço com fulcro no art. 269, I, do Código de Processo Civil. Custas processuais e honorários advocatícios pelo autor, fixados estes, em atenção ao disposto no art. 20, § 3º do CPC, em 10% do valor da causa devidamente atualizado..." Advs. Andréa Daniella Azevedo e Bruno Assoni.
30. DECLARATÓRIA - 629/10 - Anderson José Sversut x Tendência Fomento Mercantil Ltda. "Ante os documentos juntados, acato o pedido de adiamento da audiência. Redesigno audiência para o **dia 03 de novembro de 2011, às 13:00 horas**. Intimem-se os presentes ou, sendo o caso, renove-se a intimação." Advs. Anderson Donizete dos Santos e Marcos Antonio Lucas de Lima.
31. INDENIZAÇÃO - 145/11 - André Ricardo da Silva x Antonio Ocledo Galli Neto e outro. "Tendo em vista a juntada de documentos, manifeste-se a parte requerida, em cinco dias, em homenagem ao princípio do contraditório." Advs. Elizete Sandra Simões dos Anjos e Fábio Luiz Cardoso Borba.
32. REPARAÇÃO DE DANOS - 96/04 - Rui Barbosa Pacheco e outra x Banco do Brasil S/A. As partes sobre a baixa dos autos do Tribunal. Advs. José Luiz Fornagieri - Fábio Luis Franco e Marcelo Cavalheiro Schaurich.
33. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 360/09 - Adriano Fernandes Canabrava e outro x Sicredi Maringá. "1. Segue decisão do AI 639.334-8, que foi improvido, interposto pelos embargantes quanto a não concessão do efeito suspensivo aos embargos. 2. Através de outro AI nº 715.855-2, decidiu o TJPR que o CDC se aplica ao SICREDI, pois desempenhou atividade típica de instituição financeira, não podendo ser alegada a questão de cooperativismo. Pois bem! Quanto ao pedido de inversão do ônus da prova pelo requerido pelos embargantes, devo assinalar que, embora a relação contratual em análise possa ser contemplada como típica relação de consumo (diante da decisão do TJPR), é certo que por força do que dispõe o art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, a inversão do ônus probatório depende da verossimilhança das alegações do autor ou de sua hipossuficiência. No aspecto atinente a hipossuficiência, destaco que esta pode ser aferida tanto com base em critérios técnicos, como em critérios econômicos. Na primeira hipótese, a justificativa para a inversão encontra supedâneo na dificuldade do Consumidor produzir determinada prova, em face de sua dificuldade de acesso. Assim, não seria razoável exigir-se do consumidor todo um histórico de documentos bancários, para o fim de comprovar o fato constitutivo de seu direito, pela evidente dificuldade de acesso a tais documentos que,m por outro lado, são facilmente acessíveis às instituições Bancárias. Na segunda hipótese (hipossuficiência econômica), a inversão é motivada pela carência de recursos financeiros do autor, que desprovido de recursos financeiros para custear determinada modalidade probatória, acaba sendo prejudicado na relação processual, comprometendo a isonômica ou paridade de armas que deve ser observada no processo. Assevero que a inversão do ônus não importa necessariamente na obrigação do custeio da prova, mas tão somente, na alteração do ônus probatório em favor daquele que, em princípio, deveria demonstra o fato constitutivo do seu direito. Logo, invertendo-se o ônus da prova, não significa que o requerido esteja compelido a fazer frente às despesas para a sua produção, mas tão somente que assume um risco inerente a não desincumbência de um ônus que lhe cabia. Feita esta introdução, entendo que o caso em pauta, reclama a inversão do ônus da prova apenas no que diz respeito aos documentos necessários para a realização da perícia técnica, porquanto tratam-se de documentos de difícil acesso aos requerentes, ao passo que as Instituições Financeiras devem mantê-los em seus bancos de dados. Portanto, com relação aos documentos imprescindíveis à realização da perícia técnica, diante da hipossuficiência técnica dos autores, a inversão do ônus probatório é medida que deve ser observada. No tocante ao pagamento dos honorários periciais, não vislumbro nestes autos, a hipossuficiência econômica dos autores que justifique a inversão pretendida. Com efeito, os autores não demonstraram nestes autos uma situação de penúria financeira que lhes impossibilite fazer frente aos gastos com perícia. Obviamente, se cotejarmos o patrimônio dos autores com o patrimônio do banco requerido, certamente, chegaremos à conclusão de que o primeiro é de fato hipossuficiente. Porém, a interpretação que se extrai do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor não é exatamente esta. A inversão não é regra automática e deve ser deferida apenas nos caso em que a situação financeira do consumidor não lhe permita a produção da prova. No caso em analise, não há qualquer elemento nos autos que conduza a esta ilação, e diante da ausência de comprovação da hipossuficiência economia dos autores, entendo que a inversão do ônus probatório, no que tange à produção da prova pericial não merece ser deferida... Portanto, defiro a inversão do ônus probatório, pelo reconhecimento da hipossuficiência técnica dos autores, devendo o Banco providenciar todos os extratos, com a evolução do débito, relacionados à cédula executada, desde a liberação do numerário até a remessa do feito para a Justiça. Todavia, no que tange à hipossuficiência econômica, não estando comprovada nos autos, entendo por bem, indeferi-la. Desta forma, DEFIRO parcialmente o pedido de inversão do ônus da prova, na forma supramencionada. 5. Nomeio perito judicial a Sra. ELENÊS DOMINGOS CAMPOS, contadora, que atuará sob a fé de seu grau, para a realização da prova pericial requerida pelos autores. Intimem-se as partes, para no prazo de 05 dias, indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos (artigo 421, § 1º, inciso I e II, do Código de Processo Civil)... Relativamente aos Srs. Assistentes Técnicos, eventualmente indicados, observem as partes o disposto no parágrafo único, do artigo 433, do Código de Processo Civil..." Advs. Valmor Tagliamento Bremm - Kátia C. Pucca Bernardi e Dirceu Bernardi Júnior.
34. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 360/09 - Adriano Fernandes Canabrava e outro x Sicredi Maringá. "1. Ciente da renúncia do mandato. 2. Determino que os procuradores inicialmente constituídos pela autora continuem sendo intimados dos atos processuais. 3. Aguarde-se 10 dias para manifestação da credor. Nada sendo requerido, intime-se a autora pessoalmente para no mesmo prazo regularizar sua capacidade postulatória, sob pena de extinção do processo." Adv. Kátia C. Pucca Bernardi e Dirceu Bernardi Júnior.
35. EXECUÇÃO - 215/09 - Sicredi Maringá x Adriano Fernandes Canabrava e outro. "Após penhora e avaliação do bem dado em garantia, Ana Marize Fernandes Canabrava e Márcio de Souza Canabrava atravessaram a exceção de pré-executividade de fls. 132/151. Alegam que a garantia hipotecária que ofereceram é nula, pois não são emitentes da cédula, razão pela qual foi violado o disposto no art. 60, §§ 2º e 3º do Decreto-Lei nº 167/67. Vieram os autos. Sem razão os devedores, no caso intervenientes garantes. O entendimento explicitado pelos devedores - somente o emitente da cédula é que por prestar garantias - traduz o sepultamento da intervenção de terceiros em título executivos rurais. Isto é, segundo entende, aboliram-se as figuras dos avalistas, fiadores e intervenientes-garantes. Ora, verdadeiro absurdo. Tanto é assim, que o caput do art. 60 do Dec-lei 167/67, garante a aplicação das normas de direito cambial à cédula rural, nota promissória rural e duplicata rural, inclusive, no que tange à garantia prestada por terceiros. O disposto no § 2º do art. 60 do Dec-lei 167/67, aplica-se somente às notas promissórias e duplicatas rurais. Por sua vez, o disposto no § 3º do art. 60 do Dec-lei 167/67, aplica-se aos títulos emitidos por pessoas jurídicas, que não é o caso dos autos. E mais ainda, nota-se claramente que a intenção do legislador foi vedar o excesso de garantias, e não aboli-las. Assim, poder-se-ia pensar em nulidade da hipoteca dada por terceiro se, e somente se, o emitente da cédula tivesse prestado algum tipo de garantia real. Tanto é assim que o § 3º do art. 60 dispõe; *também são nulas* ***quaisquer outras*** *garantias....* Ou seja, evidentemente está falando de garantias adicionais. No caso dos autos, o emitente não prestou garantia. A única hipoteca vinculada à cédula foi a oferecida pelos intervenientes-garantes. Por isso, não há que se falar em nulidade. Assim, indefiro a exceção de pré-executividade. Intimem-se. Desnecessária a intimação da Ana Marize Fernandes Canabrava sobre a penhora efetuada, pois espontaneamente se manifestou nos autos..." Advs. Kátia C. Pucca Bernardi - Dirceu Bernardi Júnior e Valmor Tagliamento Bremm.
36. EXECUÇÃO - 215/09 - Sicredi Maringá x Adriano Fernandes Canabrava e outro. "1. Ciente da renúncia do mandato. 2. Determino que os procuradores inicialmente constituídos pela autora continuem sendo intimados dos atos processuais. 3. Aguarde-se 10 dias para manifestação da credor. Nada sendo requerido, intime-se a autora pessoalmente para no mesmo prazo regularizar sua capacidade postulatória, sob pena de extinção do processo." Adv. Kátia C. Pucca Bernardi e Dirceu Bernardi Júnior.
37. DECLARATÓRIA - 482/08 - Alvanira Rezende Tagliamento Bremm x Banco Panamericano S/A. "Recente posicionamento do STJ, entende que é necessário intimação do devedor, na pessoa do procurador, para incidência de multa... Portanto, intime-se o executado, na pessoa de seu procurador a pagar, no prazo de 15 dias, a importância de R$ 20.166,85, sob pena de **acréscimo** de multa de 10% sobre o valor do débito e prosseguimento do feito nos termos do art. 475-J do CPC..." Adv. Adriano Muniz Rebello.

38. RETIFICAÇÃO - 446/08 - Romi Simões dos Santos e outra. "Verifica-se que o falecido João Ranolfi já não era mais confinante dos autores quando ingressaram com o pedido de retificação de área, pois já havia doado seus bens aos filhos. Portanto, laboraram em erro os autores quando pediram a citação de João Ranolfi. Por conseqüência, não há que se falar em substituição do mesmo pelos herdeiros. Cabe aos autores verificar através das respectivas matrículas imobiliárias, com o devido acompanhamento técnico, quais dos donatários de João Ranolfi são confinantes com a área a ser retificada. Após, providenciar a citação, que fica desde logo deferida." Adv. Rodnei René Marchioro.
39. INDENIZAÇÃO - 351/11 - Rosely Aparecida Falcão x Estado do Paraná. "1. Rosely Aparecida Falcão ingressou com ação de indenização por danos morais c/c obrigação de fazer em face do Estado do Paraná. Segundo se depreende da inicial, foi submetida a ima cirurgia pelo SUS, contudo, com resultado não satisfatório. Pretende, inclusive em sede de tutela antecipada, que o Estado arque com nova cirurgia de sua mão, que está ficando atrofiada. Com a inicial, juntou documentos. Vieram os autos. Compulsando os autos, constata-se que o último atestado médico referente à situação de saúde da autora é datado de 12/04/2010 (fls. 35). Tal atestado retrata que a autora submeteu-se a cirurgia no ano de 2003, mas que ainda se queixa de perda da flexão dos dedos. Nada amais! NO entanto, não existe nenhum documento médico recente dando conta da necessidade de cirurgia, tampouco pedido administrativo encaminhado ao ente público para realização de cirurgia, muito menos, negativa do Estado em realizar a cirurgia. Sendo assim, entendo prudente a oitiva do requerido primeiramente, para depois deliberar, sendo o caso, sobre o pedido de tutela antecipada... Ora, no caso dos autos, não se evidencia qualquer negativa do Estado em promover a cirurgia da autora. Sendo assim, por enquanto, indefiro o pedido de tutela antecipada. 2. Depreque-se a citação do Estado do Paraná na pessoa do Procurador-Geral do Estado para oferecimento de contestação no prazo legal, com as advertências de praxe..." Adva. Marianna Satie Kume.
40. BUSCA E APREENSÃO - 409/09 - Banco Volkswagen S/A x Transcooperaves Transportes S/A. "Existe procedimento especifico para a ação de busca e apreensão decorrente de contrato de alienação fiduciária, não sendo previsto nem cabível a fixação de multa diária pela não devolução do carro. Cabe ao autor postular pela conversão do feito em ação de depósito, seguindo-se o trâmite processual correto." Advs. Marcelo Tesheiner Cavassani e Alessandro Moreira do Sacramento.
41. MANDADO DE SEGURANÇA - 380/10 - Fábio Messias Daminelli x Prefeito Municipal de Mirador. As partes sobre a baixa dos autos do Tribunal. Advs. Charles Zauza e Osvaldo Buniotti.
42. USUCAPIÃO - 251/11 - Geraldo Capelini Tinti e outra x Antonio Julio e outra. Aos requerentes sobre o decurso do prazo sem contestação. Adv. Fernando Covezzi da Silva.
43. EXECUÇÃO - 343/06 - Sicredi Maringá x S. P. J. Indústria e Comércio de Confecções Ltda. "Para possibilitar o exame do pedido de desconsideração da personalidade jurídica, deve o credor trazer aos autos o contrato social da empresa executada." Advs. Kátia C. Pucca Bernardi e Dirceu Bernardi Júnior.
44. EXECUÇÃO - 343/06 - Sicredi Maringá x S. P. J. Indústria e Comércio de Confecções Ltda. "1. Ciente da renúncia do mandato. 2. Determino que os procuradores inicialmente constituídos pela autora continuem sendo intimados dos atos processuais. 3. Aguarde-se 10 dias para manifestação da credor. Nada sendo requerido, intime-se a autora pessoalmente para no mesmo prazo regularizar sua capacidade postulatória, sob pena de extinção do processo." Advs. Kátia C. Pucca Bernardi e Dirceu Bernardi Júnior.
45. REVISIONAL DE CONTRATO - 338/11 - Vicente Paulo Sordi x Banco do Brasil S/A. Ao requerente sobre a contestação apresentada. Adv. Aroldo Luiz Morais.
46. DECLARATÓRIA - 185/05 - Regis Chiquetti Dubiella x Moacir Moreira de Souza e outro. As partes sobre a baixa dos autos do Tribunal. Advs. Valmor Tagliamento Bremm e Cléberson Rodolfo Vieira Schwingel.

27 de setembro de 2011

# PARANAVAÍ

## 1ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE PARANAVAI**
**1ª VARA CÍVEL - RELAÇÃO nº 73/2011.**
**Juíza de Direito - Drª. ROSÂNGELA FAORO**
**Juíza Substituta - Drª. FABIANE KRUETZMANN SCHAPINSKY**
**03/10/2011.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABEL DE SOUZA MORANGUEIRA 0068 000152/2011
ANDREIA DANIELA AZEVEDO 0008 000353/2010
ANTONIO LUIZ ZEPONE JÚNIO 0013 000885/2010
0021 000952/2010
0034 001078/2010
0044 001185/2010
ARI DE SOUZA FREIRE 0007 000337/2010
BEATRIZ HELENA DOS SANTOS 0093 000863/2011
CARLOS DA COSTA FLORENCIO 0005 000593/2008
CAROLINE PIRES PASZCZUK 0006 000277/2009
CESAR AUGUSTO ROSSATO GOM 0012 000723/2010
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 0027 001024/2010
0054 001242/2010
FABIANO NEVES MACIEYWSKI 0014 000892/2010
0016 000903/2010
0017 000910/2010
0023 000955/2010
0033 001071/2010
0038 001126/2010
0041 001142/2010
0042 001174/2010
0048 001211/2010
0051 001223/2010
0053 001236/2010
FERNANDO MURILO COSTA GAR 0014 000892/2010
0016 000903/2010
0017 000910/2010
0023 000955/2010
0033 001071/2010
0038 001126/2010
0041 001142/2010
0042 001174/2010
0048 001211/2010
0051 001223/2010
0053 001236/2010
FLAVIA BALDUINO DA SILVA 0019 000941/2010
0030 001055/2010
0045 001195/2010
FLÁVIO PENTEADO GEROMINI 0018 000912/2010
0075 000434/2011
0079 000473/2011
0082 000512/2011
0094 000872/2011
FRANCISCO LEITE DA SILVA 0002 000261/2001
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0009 000476/2010
0018 000912/2010
0075 000434/2011
0079 000473/2011
0082 000512/2011
0084 000669/2011
0094 000872/2011
GILSON JOSE DOS SANTOS 0010 000629/2010
GREICI MARY DO PRADO EICK 0003 000481/2005
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0009 000476/2010
0018 000912/2010
0075 000434/2011
0079 000473/2011
0082 000512/2011
0084 000669/2011
0094 000872/2011
JAMIL JOSEPETTI JUNIOR 0091 000857/2011
JOSE PAULO DIAS DA SILVA 0004 000463/2008
JOSÉ ALBARI SLOMPO DE LAR 0096 000077/2011
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 0088 000784/2011
JUNIOR CARLOS FREITAS MOR 0020 000950/2010
0080 000508/2011
LUIS CARLOS DE SOUSA 0004 000463/2008
LUIS HENRIQUE DELGADO ESC 0003 000481/2005
LUIZ GUSTAVO FRAGOSO DA S 0097 000078/2011
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0009 000476/2010
0018 000912/2010
0075 000434/2011
0079 000473/2011
0082 000512/2011
0084 000669/2011
0094 000872/2011
MARCELO BARROS MENDES 0072 000379/2011
0089 000786/2011
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0088 000784/2011
MARCOS ANTONIO LUCAS DE L 0011 000683/2010
0085 000671/2011
MAURICIO BELESKI DE CARVA 0068 000152/2011
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0013 000885/2010
0015 000901/2010
0020 000950/2010
0021 000952/2010
0022 000954/2010
0025 000984/2010
0028 001035/2010
0029 001051/2010
0031 001060/2010
0032 001062/2010
0035 001097/2010
0039 001129/2010
0040 001137/2010
0043 001175/2010
0047 001208/2010
0049 001221/2010
0050 001222/2010
0052 001233/2010
0055 001246/2010
0056 001271/2010
0065 000025/2011
0074 000430/2011
0077 000450/2011
0078 000470/2011
0081 000511/2011
0083 000527/2011
0095 000873/2011
MÁRCIA SATIL PARREIRA 0024 000982/2010
0026 001020/2010
NELSON PASCHOALOTTO 0092 000861/2011
PAULA SANTIN MAZARO 0044 001185/2010
0083 000527/2011
PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ 0001 000401/1997
RAFAEL LUCAS GARCIA 0017 000910/2010
0018 000912/2010
0019 000941/2010
0036 001099/2010
0037 001122/2010

0038 001126/2010
0040 001137/2010
0041 001142/2010
0052 001233/2010
0056 001271/2010
0058 001301/2010
0061 001314/2010
0062 000002/2011
0081 000511/2011
RAFAEL SANTOS CARNEIRO 0024 000982/2010
0036 001099/2010
0044 001185/2010
RAFAELA POLYDORO KUSTER 0013 000885/2010
0015 000901/2010
0020 000950/2010
0021 000952/2010
0022 000954/2010
0025 000984/2010
0028 001035/2010
0029 001051/2010
0031 001060/2010
0032 001062/2010
0035 001097/2010
0039 001129/2010
0040 001137/2010
0043 001175/2010
0047 001208/2010
0049 001221/2010
0050 001222/2010
0052 001233/2010
0055 001246/2010
0056 001271/2010
0065 000025/2011
0074 000430/2011
0077 000450/2011
0078 000470/2011
0081 000511/2011
0083 000527/2011
0095 000873/2011
RENATO BENVINDO FRATA 0090 000855/2011
ROBSON SAKAI GARCIA 0009 000476/2010
0014 000892/2010
0015 000901/2010
0016 000903/2010
0022 000954/2010
0023 000955/2010
0024 000982/2010
0025 000984/2010
0026 001020/2010
0027 001024/2010
0028 001035/2010
0029 001051/2010
0030 001055/2010
0031 001060/2010
0032 001062/2010
0033 001071/2010
0035 001097/2010
0039 001129/2010
0042 001174/2010
0043 001175/2010
0045 001195/2010
0046 001200/2010
0047 001208/2010
0048 001211/2010
0049 001221/2010
0050 001222/2010
0051 001223/2010
0053 001236/2010
0054 001242/2010
0055 001246/2010
0057 001300/2010
0059 001302/2010
0060 001306/2010
0063 000013/2011
0064 000020/2011
0065 000025/2011
0066 000105/2011
0067 000148/2011
0069 000253/2011
0070 000255/2011
0071 000277/2011
0073 000403/2011
0074 000430/2011
0075 000434/2011
0077 000450/2011
0078 000470/2011
0079 000473/2011
0082 000512/2011
0084 000669/2011
0086 000683/2011
0087 000702/2011
0094 000872/2011
0095 000873/2011
SANDRA REGINA RODRIGUES 0008 000353/2010
VIRGINIA RORATO RUFINO 0076 000437/2011

**Relação de Publicação nº 73/2011.**

1. Execucao de Sentenca-401/1997-ADIR SCHMITZ x MUNICIPIO DE AMAPORA- Intimo a parte autora, para juntar aos autos seus documentos pessoais, conforme determinação do Código de Normas do Paraná. -Adv. PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ-.

2. Declaratoria-0000188-39.2001.8.16.0130-SERGIO BARBOSA DA SILVA e outros x CONSORCIO NACIONAL FORD LTDA- Despacho de fl. 706.- Diante do depósito à fl. 704, manifestem-se os autores, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. FRANCISCO LEITE DA SILVA-.

3. Execucao de Sentenca-481/2005-JOSE LIRA SOBRINHO e outro x OTAVIO SIQUEIRA NETO- Despacho de fl. 661.- Diante da impugnação e documentos de fls. 627/660, manifestem-se os exequentes em 10 (dez) dias. -Advs. LUIS HENRIQUE DELGADO ESCARMANHANI e GREICI MARY DO PRADO EICKHOFF-.

4. Usucapiao-463/2008-ERLANDO ALVES BARBOSA x ARI MARCOS DA SILVA- Despacho de fl. 174.- 1.Conheço dos embargos, porque tempestivos, entretanto nego-lhes provimento, por não vislumbrar omissão, contradição e obscuridade na sentença de fls. 160/164. Ademais, verifico que os fundamentos apresentados pelo embargante buscam a análise de questões já enfrentadas no referido "decisum". Assim permanece a decisão tal como lançada. 2.Diante do exposto, denega-se provimento aos embargos de declaração interpostos, por não vislumbrar no caso nenhuma das hipóteses ventiladas pelo artigo 535 do Código de Processo Civil. (...). -Advs. JOSE PAULO DIAS DA SILVA e LUIS CARLOS DE SOUSA-.

5. Embargos a Execucao-593/2008-CARLOS DA COSTA FLORENCIO x FAZ. PUB. MUNICIPIO DE PARANAVAI- À conta e preparo pelo embargante. Cálculo de custas de fls. 374/375, nos valores de: a) Escrivão R$ 24,50; b) Funrejus - R$ 18,90; c) Oficial de Justiça - Sr. Paulo Sérgio Sanches Valente - R$ 37,00. -Adv. CARLOS DA COSTA FLORENCIO-.

6. Civil Publica-277/2009-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x EBM - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO e outros- Despacho de fl. 631.- (...). O Município de Amaporã-PR deve ser intimado para oferecer suas alegações. -Adv. CAROLINE PIRES PASZCZUK-.

7. Monitoria-0003563-33.2010.8.16.0130-BANCO BRADESCO S/A x EDSON APARECIDO DA SILVA- Despacho de fl. 68.- Especifiquem as partes, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que efetivamente pretendem produzir, fazendo a exata correlação fato-prova. Caso requeiram prova pericial, esclareçam: modalidade, objeto, extensão e relevância para o deslinde do feito. Deverão, no mesmo prazo, esclarecer se têm interesse na designação de audiência para fins de conciliação. -Adv. ARI DE SOUZA FREIRE-.

8. Declaratoria-0003468-03.2010.8.16.0130-J. C DA SILVA INFORMÁTICA ME x BRASIL TELECOM S/A- Despacho de fl. 305.- Recebo a apelação de fls. 275/304, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista à parte contrária para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. -Advs. ANDREIA DANIELA AZEVEDO e SANDRA REGINA RODRIGUES-.

9. Ordinaria de Cobranca-0004583-59.2010.8.16.0130-ROSELI BATISTA GUILLEN EVANGELISTA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fl. 164.- 1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, sem prejuízo do que foi determinado na última decisão interlocutória (comprovação da ocorrência do acidente através de documento oficial), designo audiência para realização de perícia médica, conciliação e julgamento para a data a seguir: a) DATA: 22 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 14h 30min. c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR. Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal diligência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. ("Retirar Ofício" - autor). -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA-.

10. Execucao de Titulos Extrajud.-0005961-50.2010.8.16.0130-ÁPICE SOLUÇÕES FOMENTO MERCANTIL LTDA x IVONE LELLI MARTINS DA SILVA e outro- Despacho de fl. 33.- Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, dar regular prosseguimento ao feito, sob pena de arquivamento (item 2.8.20, CN). -Adv. GILSON JOSE DOS SANTOS-.

11. Ordinaria de Indenizacao-0006215-23.2010.8.16.0130-ANTONIO APARECIDO MARANHAO e outro x CLUBE CAMPESTRE DE PARANAVAI e outros- "Retirar 02

Ofícios" e efetuar o recolhimento de R$ 18,80, referente à instrução dos ofícios. -Adv. MARCOS ANTONIO LUCAS DE LIMA-.
12. Ordinaria de Cobranca-0006357-27.2010.8.16.0130-JOSE PEREIRA DA SILVA x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT- Despacho de fl. 58.- Recebo a apelação de fls. 51/57, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. (...). (Apresentar cópia da petição de fls. 51/57, para a instrução de ofício. "Retirar Ofício"). -Adv. CESAR AUGUSTO ROSSATO GOMES-.
13. Acao de Cobranca (Rito Exec.)-0007953-46.2010.8.16.0130-MARLENE ALVES DA SILVA FERREIRA x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT- Despacho de fls. 91/93.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem.
O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.
Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).
1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 21 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 14h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.
Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. ANTONIO LUIZ ZEPONE JÚNIOR, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
14. Ordinaria de Cobranca-0008110-19.2010.8.16.0130-LUIZ CESAR MOREIRA DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 121/126.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.
15. Ordinaria de Cobranca-0008117-11.2010.8.16.0130-ALISSON MARCELO DE SOUZA RAPKIEWCZ x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 198/202.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
16. Ordinaria de Cobranca-0008113-71.2010.8.16.0130-ANTONIO JOAQUIM VIEIRA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 120/124.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.
17. Ordinaria de Cobranca-0008084-21.2010.8.16.0130-BATISTA MORAIS JUNIOR x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 83/85.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem.
O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.
Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).
1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária

para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 21 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.
Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.
18. Ordinaria de Cobranca-0008081-66.2010.8.16.0130-ROSELI ANTONIA CUBAS DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 102/104.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem. O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.
Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).
1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 21 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.
Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e FLÁVIO PENTEADO GEROMINI-.
19. Ordinaria de Cobranca-0008080-81.2010.8.16.0130-RODRIGO ABRA PEREIRA DO VALE x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 101/106.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA e FLAVIA BALDUINO DA SILVA-.
20. Acao de Cobranca (Rito Exec.)-0008205-49.2010.8.16.0130-RENA EDUARDO IEVENES ARAUJO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT- Despacho de fls. 87/89.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem.
O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.
Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).
1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 21 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 14h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.
Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário

hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício"). -Advs. JUNIOR CARLOS FREITAS MOREIRA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

21. Acao de Cobranca (Rito Exec.)-0008207-19.2010.8.16.0130-NATALI APARECIDA CARVALHO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT- Despacho de fls. 88/90.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem.

O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.

Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).

1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 21 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 14h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.

Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício"). -Advs. ANTONIO LUIZ ZEPONE JÚNIOR, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

22. Ordinaria de Cobranca-0008076-44.2010.8.16.0130-ADEMIR VALENTIN DUARTE x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 98/103.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

23. Ordinaria de Cobranca-0008278-21.2010.8.16.0130-DARCI KASTELER x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fl. 137.- Recebo a apelação de fls. 133/136, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista à parte contrária para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

24. Ordinaria de Cobranca-0008258-30.2010.8.16.0130-GISMAR CARLOS DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 71/76.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MÁRCIA SATIL PARREIRA e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.

25. Ordinaria de Cobranca-0008250-53.2010.8.16.0130-JOCELINA MARIA DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 94/96.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem.

O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.

Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).

1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 21 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.

Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

26. Ordinaria de Cobranca-0008395-12.2010.8.16.0130-JOSE BISPO DE JESUS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 66/70.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA e MÁRCIA SATIL PARREIRA-.

27. Ordinaria de Cobranca-0008399-49.2010.8.16.0130-LUIZ MENDONÇA MARQUES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 67/72.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

28. Ordinaria de Cobranca-0008421-10.2010.8.16.0130-ANDERSON SILVA DO AMARAL x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 95/97.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem.

O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.

Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).

1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 21 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.

Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

29. Ordinaria de Cobranca-0008472-21.2010.8.16.0130-DIRCEU COSTA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 118/123.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

30. Ordinaria de Cobranca-0008454-97.2010.8.16.0130-ALEX KAMADA DE OLIVEIRA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 91/95.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA e FLAVIA BALDUINO DA SILVA-.

31. Ordinaria de Cobranca-0008465-29.2010.8.16.0130-JOSE FRANCISCO GONCALVES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 127/132.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

32. Ordinaria de Cobranca-0008468-81.2010.8.16.0130-JOSE CARLOS GONCALVES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 90/94.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

33. Ordinaria de Cobranca-0008444-53.2010.8.16.0130-ANANIAS GOMES DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 95/100.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

34. Acao de Cobranca (Rito Exec.)-0008055-68.2010.8.16.0130-ARIANE DOS ANJOS DE PAULA x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT- Diante da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fl. 38, informando que deixou de intimar a autora, manifeste-se a parte autora. -Adv. ANTONIO LUIZ ZEPONE JÚNIOR-.
35. Ordinaria de Cobranca-0008840-30.2010.8.16.0130-JULIANO BATISTA DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 101/106.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
36. Ordinaria de Cobranca-0008841-15.2010.8.16.0130-EUDETE NUNES DE SOUZA SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 50/52.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem. O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.
Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).
1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 22 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 14h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.
Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.
37. Ordinaria de Cobranca-0008831-68.2010.8.16.0130-GERALDO PRATES DA CRUZ x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 125/130.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Adv. RAFAEL LUCAS GARCIA-.
38. Ordinaria de Cobranca-0009090-63.2010.8.16.0130-JULIO MALICE x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 72/76.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.
39. Ordinaria de Cobranca-0008791-86.2010.8.16.0130-CLEUSA LENARIS DA SILVA NUNES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 111/116.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
40. Ordinaria de Cobranca-0008797-93.2010.8.16.0130-CARLOS MARCELO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 106/111.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
41. Ordinaria de Cobranca-0008818-69.2010.8.16.0130-LUCIA ALVES VIDOTTI x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 76/81.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.
42. Ordinaria de Cobranca-0009329-67.2010.8.16.0130-MARTINS OZEBE DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 69/74.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.
43. Ordinaria de Cobranca-0009336-59.2010.8.16.0130-FERNANDO TAVARES ARAUJO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 98/102.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-

se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

44. Ordinaria de Cobranca-0009391-10.2010.8.16.0130-EDSON JOSE GOMES DA ROCHA x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT- Despacho de fls. 57/59.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem. O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.

Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).

1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 22 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 15h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.

Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. PAULA SANTIN MAZARO, ANTONIO LUIZ ZEPONE JÚNIOR e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.

45. Ordinaria de Cobranca-0009309-76.2010.8.16.0130-MARIA JOSE DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 77/79.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem.

O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.

Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).

1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 22 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 14h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.

Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA e FLAVIA BALDUINO DA SILVA-.

46. Ordinaria de Cobranca-0009341-81.2010.8.16.0130-GILMAR APARECIDO MARTINS RAMOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 91/93.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem. O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide.

No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.
Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).
1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 22 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 14h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.
Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.
47. Ordinaria de Cobranca-0009369-49.2010.8.16.0130-GILMAR CALISTO DE SOUZA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 102/107.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
48. Ordinaria de Cobranca-0009388-55.2010.8.16.0130-LILIAN ARAMINI MATIAS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 83/88.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, FERNANDO MURILO COSTA GARCIA e FABIANO NEVES MACIEYWSKI-.
49. Ordinaria de Cobranca-0009360-87.2010.8.16.0130-ICARO CESAR BERTOLDI DO AMARAL x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 103/105.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem. O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.
Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).
1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 22 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 15h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.
Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
50. Ordinaria de Cobranca-0009381-63.2010.8.16.0130-ADRIANO DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 151/156.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
51. Ordinaria de Cobranca-0009380-78.2010.8.16.0130-CLEITON MAXIMO ALVES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 120/125.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

52. Ordinaria de Cobranca-0009371-19.2010.8.16.0130-FERNANDO RAMOS LEONEL x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 123/128.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

53. Ordinaria de Cobranca-0009264-72.2010.8.16.0130-ANTONIO MARQUES DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 99/103.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

54. Ordinaria de Cobranca-0009279-41.2010.8.16.0130-ANTONIO APARECIDO PEREIRA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 80/82.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem.

O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.

Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).

1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 21 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.

Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

55. Ordinaria de Cobranca-0009348-73.2010.8.16.0130-FERNANDO TAVARES ARAUJO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 99/103.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

56. Ordinaria de Cobranca-0009812-97.2010.8.16.0130-NILSON ANTONIO DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 96/101.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

57. Ordinaria de Cobranca-0009788-69.2010.8.16.0130-VANIA TEODORO DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 37/38.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 15h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

58. Ordinaria de Cobranca-0009789-54.2010.8.16.0130-DELUCIO CALIARI DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 33/34.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 15h 30min; c)

LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. RAFAEL LUCAS GARCIA-.

59. Ordinaria de Cobranca-0009791-24.2010.8.16.0130-VALDECIR SOARES DE FREITAS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 27/28.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 15h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

60. Ordinaria de Cobranca-0009773-03.2010.8.16.0130-CLAUDINEI GIL GARCIA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 41/42.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 15h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

61. Ordinaria de Cobranca-0009829-36.2010.8.16.0130-ALTAMIR GUIMARAES DE PAIVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 39/40.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. RAFAEL LUCAS GARCIA-.

62. Ordinaria de Cobranca-0010140-27.2010.8.16.0130-JOSE PEREIRA BATISTA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 32/33.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 15h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. RAFAEL LUCAS GARCIA-.

63. Ordinaria de Cobranca-0010159-33.2010.8.16.0130-JOAO PAULO MACIEL x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 46/47.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

64. Ordinaria de Cobranca-0010171-47.2010.8.16.0130-ALADIA BARBOSA DE OLIVEIRA MONTEIRO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 53/54.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem

mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

65. Ordinaria de Cobranca-0010656-47.2010.8.16.0130-PAULO ROBERTO LIMA PADOVESSI x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 109/114.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

66. Ordinaria de Cobranca-0000518-84.2011.8.16.0130-LARISSA BRAMBILLA ROAS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 34/35.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

67. Ordinaria de Cobranca-0001061-87.2011.8.16.0130-VANDERLEI DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 26/27.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

68. Adjudicacao Compulsoria-0001186-55.2011.8.16.0130-PAULO AMARAL x COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA - COHAPAR- Sentença de fl. 40.- 1.Conheço os embargos, porque tempestivos, entretanto nego-lhes provimento, por não vislumbrar omissão, contradição e obscuridade na sentença de fls. 28/32. Assim permanece a decisão tal como lançada. 2.Diante do exposto, denega-se provimento aos embargos de declaração interpostos, por não vislumbrar no caso nenhuma das hipóteses ventiladas pelo artigo 535 do Código de Processo Civil. (...). -Advs. ABEL DE SOUZA MORANGUEIRA e MAURICIO BELESKI DE CARVALHO-.

69. Sumarissima de Cobranca-0001616-07.2011.8.16.0130-JOSIANE BARBOSA DE AGUIAR x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 26/27.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 14h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

70. Sumarissima de Cobranca-0001620-44.2011.8.16.0130-ANA MARIA FRANKLIN DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 69/70.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 15h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

71. Sumarissima de Cobranca-0002065-62.2011.8.16.0130-PAULO ALVES BARRETO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 32/33.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de

peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. 4. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. 5. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

72. Ord.de Revisao de Contrato-0002775-82.2011.8.16.0130-ANTONIO APARECIDO DE SOUZA x BANCO ABN AMRO REAL S/A- Despacho de fl. 37.- Defiro. Expeça-se nova carta de citação com AR/MP, observando o endereço indicado à fl. 36, nos termos do despacho de fls. 31/32. (Apresentar cópia da petição de fls. 02/11 e dos despachos de fls. 31/32, 34, e 37, para a instrução do ofício de citação do réu. "Retirar Ofício"). -Adv. MARCELO BARROS MENDES-.

73. Sumarissima de Cobranca-0003121-33.2011.8.16.0130-QUITERIA DE OLIVEIRA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 24/25.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 15h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

74. Sumarissima de Cobranca-0003439-16.2011.8.16.0130-JOÃO PEREIRA BORGES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 172/177.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

75. Sumarissima de Cobranca-0003256-45.2011.8.16.0130-CARLOS EDUARDO SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 129/131.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem.

O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.

Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).

1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 22 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 14h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.

Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, FLÁVIO PENTEADO GEROMINI e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA-.

76. Execucao de Titulos Extrajud.-0003708-55.2011.8.16.0130-VIRGÍNIA RORATO RUFINO x MANOEL ARAÚJO LEITE- Diante da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fl. 22, informando que deixou de proceder a penhora em bens do executado, abra-se vista ao exequente. -Adv. VIRGINIA RORATO RUFINO-.

77. Sumarissima de Cobranca-0003720-69.2011.8.16.0130-VALDECIR CANDIDO DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 126/128.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem.

O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que

justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.
Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).
1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 21 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.
Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
78. Sumarissima de Cobranca-0003721-54.2011.8.16.0130-WESLEM NEGRE REZENDE x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 121/126.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
79. Sumarissima de Cobranca-0003717-17.2011.8.16.0130-REINALDO SILVA DE SANTANA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 137/142.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e FLÁVIO PENTEADO GEROMINI-.
80. Embargos a Execucao-0004327-82.2011.8.16.0130-VALENTINA MORETTI BELTRAME e outro x CELSO SOUZA- Despacho de fl. 30 (...). Intime-se o embargado para, querendo, oferecer impugnação em 15 (quinze) dias. -Adv. JUNIOR CARLOS FREITAS MOREIRA-.
81. Ordinaria de Cobranca-0004122-53.2011.8.16.0130-JOSE GARCIA ALVES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 176/181.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. RAFAEL LUCAS GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
82. Sumarissima de Cobranca-0004123-38.2011.8.16.0130-MARIA APARECIDA DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Sentença de fls. 137/148.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e FLÁVIO PENTEADO GEROMINI-.
83. Ordinaria de Cobranca-0004334-74.2011.8.16.0130-BRUNO CABRAL BOIADEIRO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT- Sentença de fls. 112/116.- (...). 3.Diante do exposto, acolho a prejudicial de prescrição e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. 3.1.Em razão da sucumbência caberá o autor arcar com as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios do patrono da ré, que fixo em 10% do valor atribuído à causa, atualizado monetariamente, diante da simplicidade da demanda e do tempo despendido (art. 20, § 4º e § 3º, c, CPC). Concedo ao autor o benefício da assistência judiciária, nos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. -Advs. PAULA SANTIN MAZARO, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
84. Ordinaria de Cobranca-0004962-63.2011.8.16.0130-FABIO CABRAL DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fl. 203.- Recebo a apelação de fls. 199/202, em sues efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista à parte contrária para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA-.
85. Ordinaria de Cobranca-0004940-05.2011.8.16.0130-ANTONIO CARLOS DINIZ PEREIRA x IVAN LUÍS SCARPELLI- Despacho de fl. 49.- (...). Do exposto, indefiro o pedido de assistência judiciária, intime-se o autor para recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição. -Adv. MARCOS ANTONIO LUCAS DE LIMA-.
86. Sumarissima de Cobranca-0005131-50.2011.8.16.0130-DIONE FELIX DOS SANTOS REIS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 38/39.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 15h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.
87. Sumarissima de Cobranca-0005151-41.2011.8.16.0130-ADELSON DO PRADO DUARTE x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 69/70.- 1. A rigor, seria o caso de aguardar a citação do Réu e a devida formação do contraditório para a produção da prova pericial. No entanto, no mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junta à população de baixa renda. Nesse diapasão, a edição do referido Programa na Comarca de Paranavaí proporcionará, dentre outros serviços, perícias médicas gratuitas àqueles que contam com processos em andamento e que são beneficiários da gratuidade processual. A experiência tem mostrado a este Juízo que está se tornando cada vez mais difícil a obtenção de peritos que disponham de tempo (ou até mesmo de interesse) para se dedicar à

realização de perícias 'pro bono', o que vem causando um retardo significativo no andamento dos processos em que a referida prova é imprescindível. Não seria incorreto, portanto, afirmar que quanto mais transcorrer o tempo de andamento do processo (por conta de sucessivas nomeações e recusas), mais difícil se torna a verificação de certos fatos que dependam da prova pericial. (...). Em razão do exposto, excepcionalmente determino, com base no artigo 5º, LXXVIII da CF/88 e artigo 849 do Código de Processo Civil a realização de produção antecipada da prova pericial, conforme data e local a seguir: a) DATA: 23 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 16h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Pólo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, nº 313, Centro, Município de Paranavaí-PR. 2. Intime-se o advogado da parte autora através de intimação extraordinária no Diário de Justiça Eletrônico, e o Réu, por via postal com aviso de recebimento, inclusive para que cumpram o disposto no artigo 421 do CPC. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. 3. Expeça-se mandado de intimação da autora, que deverá comparecer na data, horário e local designados, munida de documento pessoal com foto e com toda a documentação médica pertinente ao caso concreto. (...). Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Adv. ROBSON SAKAI GARCIA-.

88. Busca e Apreensao-Fiduciaria-0006742-38.2011.8.16.0130-BANCO ITAU S/A x CASA BRANCA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS- Despacho de fl. 51.- Defiro. Expeça-se carta precatória, conforme requerido à fl. 50, nos termos do despacho de fl. 45. ("Retirar Carta Precatória" e efetuar o recolhimento de R$ 51,40, referente às fotocópias autenticadas e instrução da referida carta precatória). -Advs. JULIANO MIQUELETTI SONCIN e MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

89. Acao de Reparacao de Danos-0006255-68.2011.8.16.0130-OSCAR BERTELLI x JOSE ROBERTO MACIEL BONFIM e outro- Despacho de fl. 38.- Defiro. Expeça-se mandado para citação do réu Elielton Francisco Alves. ("Efetuar o recolhimento da taxa de diligência do Sr. Oficial de Justiça" - Sr. Paulo Sérgio Sanches Valente - no valor de R$ 37,00). -Adv. MARCELO BARROS MENDES-.

90. Locupletacao Ilicita-0007163-28.2011.8.16.0130-BASALTO CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO LTDA x MUNICIPIO DE PARANAVAI- "Efetuar o recolhimento da taxa de diligência do Sr. Oficial de Justiça" - Sr. Devanei Barbosa - no valor de R$ 37,00. -Adv. RENATO BENVINDO FRATA-.

91. Monitoria-0007691-62.2011.8.16.0130-HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO x BEBE BRINQUEDOS E CARRINHOS LTDA e outros- Despacho de fl. 84.- Defiro de plano a expedição de mandado de citação para pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Em igual prazo, poderão os réus oferecer embargos, independentemente de prévia segurança do Juízo, que suspenderão a eficácia do mandado judicial. Caso contrário, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo, prosseguindo-se na forma prevista no art. 475-J do Código de Processo Civil. Advirtam-se os réus que, na hipótese de cumprimento do mandado, ficarão isentos do pagamento das custas e honorários advocatícios. ("Efetuar o recolhimento da taxa de diligência do Sr. Oficial de Justiça" - Sr. Geraldo Alves Torres da Silveira - no valor de R$ 111,00). -Adv. JAMIL JOSEPETTI JUNIOR-.

92. Busca e Apreensao-Fiduciaria-0008159-26.2011.8.16.0130-BANCO HONDA S/A x JOSE CARLOS TOZETTI- Despacho de fl. 32.- Estando documentalmente provada a mora, defiro liminarmente a medida postulada. Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem objeto de alienação fiduciária em mãos da pessoa indicada pelo autor. Efetivado o cumprimento da liminar e decorrido o prazo de 05 (cinco) dias, declaro, desde logo consolidados em favor do autor a propriedade e a posse plena do bem. Caberá a repartição competente expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado. Para esse fim, expeça-se alvará, havendo requerimento. (...). (Efetuar o recolhimento da taxa de diligência da Sra. Oficiala de Justiça - Sra. Claudia Longhin -, no valor de R $ 221,50). -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

93. Monitoria-0007223-98.2011.8.16.0130-EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA x PAULO VITOR DO CANTO GOMES- Despacho de fl. 51.- Defiro de plano a expedição de mandado de citação para pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Em igual prazo, poderá o réu oferecer embargos, independemente de prévia segurança do Juízo, que suspenderão a eficácia do mandado judicial. Caso contrário, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo,prosseguindo-se na forma prevista no art. 475-J do Código de processo Civil. Advirtar-se o réu que, na hipótese de cumprimento do mandado, ficará isento do pagamento das custas e honorários advocatícios. ("Efetuar o recolhimento da taxa de diligência do Sr. Oficial de Justiça" - Sr. José Luiz Marques - no valor de R$ 37,00). -Adv. BEATRIZ HELENA DOS SANTOS-.

94. Sumarissima de Cobranca-0007397-10.2011.8.16.0130-MARIO DONIZETE DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 137/139.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem.

O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ 18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.

Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).

1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 21 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 14h 30min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.

Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e FLÁVIO PENTEADO GEROMINI-.

95. Sumarissima de Cobranca-0007403-17.2011.8.16.0130-JOSE DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.- Despacho de fls. 103/105.- Estão presentes os seguintes pressupostos processuais: a) subjetivos: em relação ao Juízo (competência) e em relação à capacidade das partes (de ser parte, processual e postulatória); b) objetivos intrínsecos: subordinação do procedimento às normas legais; c) extrínsecos: não há exigência prévia de caução, tampouco a ocorrência de coisa julgada, litispendência, perempção ou convenção de arbitragem.

O pedido apresentado na petição inicial é juridicamente possível, pois possui previsão legal e não é expressamente vedado em lei. Há interesse processual, composto pela tríade utilidade x necessidade x adequação dos provimentos postulados, através da análise abstrata das questões trazidas para exame e solução pelo Juízo. É certo que a parte poderia ter ingressado com pedido administrativo para análise de seu pedido e, em caso de eventual indeferimento ou pagamento de indenização inferior ao valor efetivamente devido, aí sim poderia ter se valido do Poder Judiciário para ver seu direito satisfeito. A Constituição Federal de 1988, de fato, prevê que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito". Tecnicamente, a parte autora poderia ter sofrido duas lesões distintas: lesão à saúde (decorrente do acidente de trânsito) e lesão ao seu direito de crédito (caso o pagamento da indenização, formulado administrativamente, não tivesse sido acolhido, ou o pagamento realizado fosse menor do que o devido). Ao que consta, até o momento a parte autora teria sofrido apenas lesão à saúde, mas não teria havido, até o momento, lesão ao direito de crédito por ação ou omissão do Réu, que justificasse a intervenção direta e exclusiva do Poder Judiciário para resolver a lide. No entanto, é entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do STJ que, pelo fato da lei não impor que o procedimento administrativo deva preceder o processo judicial, há interesse processual, ainda que a parte autora não tenha formulado pedido administrativo. Nesse sentido são os julgados citados a título de exemplo: STJ - REsp n. 664682/RS - Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 21/11/2005; TJ/PR, Ac 395049-0, 10ª Câmara Cível, relator Luiz Lopes, DJ

18/05/07. Desta forma, embora, a rigor, não vislumbre interesse processual strictu sensu para interposição da ação sem o prévio acesso à via administrativa, dobro-me ao posicionamento majoritário. Por fim, as partes possuem legitimidade ordinária para formar a presente relação processual, pois há "identidade entre o afirmado titular do direito e aquele que requer o provimento (legitimação ativa); e, de outro, entre o afirmado titular da obrigação e aquele que deverá sofrer os efeitos do provimento (legitimação passiva)." Quanto à legitimidade passiva da Mapfre Seguradora, já se trata de ponto pacífico no Tribunal de Justiça do Paraná, conforme os seguintes precedentes: TJPR - AC 0663805-7 - 8ª C.Cív. - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJe 16.09.2010 - p. 501; TJPR - AC 0638319-7 - (19932) - 10ª C.Cív. - Rel. Des. Domingos José Perfetto - DJe 29.01.2010 - p. 270; TJPR - EI 0523631-3/01 - (182) - 9ª Câm. Int. - Rel. Des. Luiz Lopes - DJe 15.01.2010 - p. 189.
Não há prejudiciais de mérito a analisar (prescrição e decadência).
1. No mês de outubro p.v. este Juízo participará do Projeto Justiça no Bairro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde se objetiva o atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda. É fato notório que esta Comarca recebeu um número expressivo de novas demandas pleiteando o pagamento de seguro obrigatório, o que gerou anormal congestionamento das varas cíveis. O evento que será realizado, dentre outros, objetiva provocar o descongestionamento das varas, contando inclusive com uma equipe extra de juízes para conciliação e julgamento dos feitos. Por fim, é garantia constitucional das partes que contem com prazo razoável de duração do processo e com meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/88, artigo 5º, LXXVIII). Em razão do exposto, determino a realização de audiência extraordinária para realização da perícia médica, conciliação e julgamento, conforme dados a seguir: a) DATA: 22 de outubro de 2011; b) HORÁRIO: 15h 00min; c) LOCAL: Colégio Unidade Polo, localizado na Rua Enira Braga Ribeiro Moraes, n. 313, Centro, Município de Paranavaí - PR.
Intimem-se os advogados das partes através de lista extraordinária de intimação do Diário de Justiça Eletrônico. Através desta intimação, em relação aos patronos das partes, fica automaticamente cumprido o disposto no artigo 431-A do CPC. Expeça-se mandado de intimação da parte autora para comparecer na data e local designados para se submeter à perícia, munida de documento pessoal de identificação e cópia de toda a documentação que comprove o atendimento médico que lhe foi prestado por ocasião do acidente e do tratamento da lesão (prontuário hospitalar, exames e relatórios médicos; estes últimos, ainda que posteriores ao acidente). 2. Oficie-se à FENASEG (caso tal providência ainda não tenha sido adotada), com cópia do boletim de ocorrência, para que informe se houve pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT à parte autora. 3. À escrivania, para que em razão da proximidade do evento, adote tramitação prioritária na realização das diligências determinadas pelo Juízo nesta oportunidade - sem, claro, descuidar das demais prioridades legais. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. ("Retirar Ofício" - parte autora). -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
96. Carta Precatoria-0007897-76.2011.8.16.0130-Oriundo da Comarca de FOZ DO IGUACU - PR (2ª VARA CIVEL)-BUBGE FERTILIZANTES S/A x REINALDO FERREIRA DA SILVA E CIA LTDA- Efetuar o recolhimento da taxa de diligência do Sr. Oficial de Justiça - Sr. José Aparecido dos Santos - no valor de R$ 37,00. -Adv. JOSÉ ALBARI SLOMPO DE LARA-.
97. Carta Precatoria-0007222-16.2011.8.16.0130-Oriundo da Comarca de CAMPO GRANDE - MS (10ª VARA CÍVEL)-JOSE NELSON NUNES DE SOUZA x VALTER SILVA BRAGA- "Efetuar o recolhimento da taxa de diligência do Sr. Oficial de Justiça" - Sr. William Peixoto de Almeida - no valor de R$ 37,00. -Adv. LUIZ GUSTAVO FRAGOSO DA SILVA-.

03/10/2011.

# PATO BRANCO

## 2ª VARA CÍVEL

**Cidade e Comarca de PATO BRANCO - PARANA**
**Juizo de Direito da 2ª SERVENTIA CIVEL**
**JUREMA CAROLINA DA SILVEIRA GOMES - JUÍZA DE DIREITO**
**PAULO CESAR CARUSO: TITULAR DA SERVENTIA**
**RELAÇAO DO DIARIO DA JUSTIÇA Nº 116/2011**
**CONSULTAS PROCESSUAIS: www.assejepar.com.br**

**RELAÇÃO DO DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº 116/2011.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADAM HAAS 0043 000848/2009
ADRIANA TONET 0003 000082/1995
AIRTON JOSE ALBERTON 0004 000035/1998
0071 006058/2011
ALBERTO EUSTAQUIO PINTO S 0089 002940/2010
ALCIONE LUIZ PARZIANELLO 0015 000107/2007
0020 000495/2007
ALESSANDRO CASPANI PETRUC 0018 000386/2007
ALESSANDRO JOSE HOHMANN 0018 000386/2007
ALEX FREDERICO BEDEBARSKI 0018 000386/2007
ALEXANDRE DE ALMEIDA 0035 000123/2009
ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO 0033 000732/2008
0041 000775/2009
ALFEU RIBAS KRAMER 0066 000503/2011
ALMIRANTE MELATI 0018 000386/2007
ALVARO CESAR SABBI 0049 001046/2010
ANA CRISTINA SIQUEIRA VAL 0043 000848/2009
ANA PAULA SWIECH 0005 000127/2001
ANA TEREZA PALHARES BASIL 0038 000428/2009
0046 000960/2009
0047 000961/2009
0048 000962/2009
0051 002282/2010
0052 002284/2010
0053 002391/2010
0060 006636/2010
0063 007359/2010
0064 008956/2010
ANDRE AGOSTINHO HAMERA 0086 000149/2009
ANDRE LUIZ DOS SANTOS 0043 000848/2009
ANDREA CRISTINE ARCEGO 0007 000251/2004
ANDREIA CRISTINE PARZIANE 0030 000673/2008
0050 001603/2010
ANDREY HERGET 0088 000053/2008
ANELY DE MORAES PEREIRA M 0023 000782/2007
ANGELA ERBES 0026 000221/2008
ANGELO PILATTI NETO 0022 000771/2007
0062 007032/2010
ANTONIO OZIRES BATISTA VI 0029 000626/2008
ARLINDO FERREIRA FREITAS 0005 000127/2001
ARY CEZARIO JUNIOR 0012 000269/2006
AUGUSTO RENATO PENTEADO C 0055 002804/2010
AURIMAR JOSE TURRA 0008 000030/2006
AURINO MUNIZ DE SOUZA 0010 000186/2006
0011 000247/2006
0013 000540/2006
0016 000258/2007
0027 000311/2008
0037 000383/2009
0039 000507/2009
0040 000544/2009
0045 000946/2009
0046 000960/2009
0047 000961/2009
0048 000962/2009
0051 002282/2010
0052 002284/2010
0053 002391/2010
0054 002551/2010
0057 003887/2010
0060 006636/2010
0063 007359/2010
0064 008956/2010
0067 001023/2011
0068 004887/2011
BERNARDO GUEDES RAMINA 0038 000428/2009
0046 000960/2009
0047 000961/2009
0048 000962/2009
0051 002282/2010
0052 002284/2010
0053 002391/2010
0060 006636/2010
0063 007359/2010
0064 008956/2010
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0037 000383/2009
0039 000507/2009
0045 000946/2009
0057 003887/2010
0068 004887/2011
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 0024 000074/2008
CARLA ROBERTA DOS SANTOS 0069 005917/2011
CARLOS ALBERTO HAUER DE O 0062 007032/2010
CARLOS ALBERTO SILIPRANDI 0003 000082/1995
CAROLINE ARAUJO BRUNETTO 0081 008485/2011
CAROLINE SANTOS FAVERO 0032 000723/2008
CASSIANO LUIZ IURK 0007 000251/2004
CASSIO LISANDRO TELLES 0006 000355/2002
0029 000626/2008
0050 001603/2010
CELITO ARGENTA 0026 000221/2008
CESAR AUGUSTO DE FRANCA 0030 000673/2008
0033 000732/2008
0041 000775/2009
0065 010551/2010
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 0043 000848/2009
CILMAR FRANCISCO PASTOREL 0005 000127/2001
0044 000858/2009
CLOVIS CARDOSO 0012 000269/2006
CRISTIANO STONOGA 0087 000033/2005
DAIANE MARIA BISSANI 0007 000251/2004
DANIEL ANDRADE DO VALE 0038 000428/2009

DANIELE CRISTINA DAS NEVE 0050 001603/2010
DARLON CARMELITO DE OLIVE 0005 000127/2001
DELIO SOARES DE MENDONÇA 0089 002940/2010
DENISE MARICI OLTRAMARI T 0076 008252/2011
DIOGO BERTOLINI 0059 006139/2010
EDUARDO CHALFIN 0042 000822/2009
ELISIO APOLINARIO RIGONAT 0008 000030/2006
ELOI CONTINI 0059 006139/2010
EMERSON L. SANTANA 0024 000074/2008
EUCLIDES MEZZOMO 0073 006628/2011
EVANDRO VICENTE LUIZ 0032 000723/2008
EVARISTO ARAGAO FERREIRA 0016 000258/2007
0019 000489/2007
0025 000189/2008
EZEQUIEL FERNANDES 0058 004290/2010
0079 008268/2011
FABIA CRISTINA ASOLINI 0032 000723/2008
FABIANA ELIZA MATTOS 0036 000146/2009
FABIANO JORGE STAINZACK 0007 000251/2004
FABIO FARES DECKER 0028 000479/2008
FABIO HENRIQUE MELATI 0018 000386/2007
FERNANDA BASTOS KAMMRADT 0050 001603/2010
FERNANDO JOSE BONATTO 0034 000772/2008
FERNANDO PEGORARO ROSA 0066 000503/2011
FLAVIO SANTANNA VALGAS 0024 000074/2008
FLORI ANTONIO TASCA 0023 000782/2007
FRANCELISE CAMARGO DE LIM 0070 005969/2011
0090 008521/2011
GENIRIO JOAO FAVERO 0032 000723/2008
GEOVANI GHIDOLIN 0074 008218/2011
0075 008222/2011
GERONIMO ANTONIO DEFAVERI 0049 001046/2010
0078 008266/2011
GILBERTO FIOR 0015 000107/2007
GILBERTO MARIA 0029 000626/2008
GILBERTO RAFAEL MARIA 0029 000626/2008
GISELE SOLER CONSALTER 0019 000489/2007
GISELLE SANTOS COUY 0089 002940/2010
GUIDO VICTOR GUERRA 0021 000599/2007
GUIOMAR DE QUEIROS MACHAD 0012 000269/2006
HEBER SUTILI 0009 000124/2006
0031 000720/2008
0056 002830/2010
HELIO DOMINGOS PICOLO 0018 000386/2007
HELLISON EDUARDO ALVES 0014 000589/2006
0016 000258/2007
HENRY FLORES DE SOUZA 0032 000723/2008
HERLLI CRISTINA FERNANDES 0058 004290/2010
0079 008268/2011
HILARIO ANTONIO FANTINEL 0080 008484/2011
HUMBERTO COLOMBO RIBAS 0034 000772/2008
ILAN GOLDBERG 0014 000589/2006
0042 000822/2009
ISAIAS MORELLI 0078 008266/2011
IVAN MIGUEL DA SILVA FERR 0022 000771/2007
0062 007032/2010
JANE MARIA VOISKI PRONER 0069 005917/2011
JAQUELINE LOBO DA ROSA 0081 008485/2011
JEANINE HEINZELMANN FORTE 0015 000107/2007
JEFERSON LUIZ PICHETTI 0005 000127/2001
JEOVANE CORREA DA SILVA 0029 000626/2008
JOAO ALCIONE LORA 0029 000626/2008
JOAO PAULO MIOTTO AIRES 0080 008484/2011
JOAQUIM BARBOSA DE OLIVEI 0062 007032/2010
JOAQUIM MIRO NETO 0060 006636/2010
0063 007359/2010
0064 008956/2010
JORGE ANDRE RITZMANN DE O 0032 000723/2008
JORGE LUIZ DE MELO 0010 000186/2006
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NO 0035 000123/2009
JOSE ELI SALAMACHA 0024 000074/2008
JOSE FERNANDO VIALLE 0089 002940/2010
JOSE HUMBERTO S. VILARINS 0023 000782/2007
JOSE MAURICIO LUNA DOS AN 0005 000127/2001
JOSLAINE MONTANHEIRO ALCA 0032 000723/2008
KATIA ISABEL MORETTI DE A 0058 004290/2010
KELIN GHIZZI 0090 008521/2011
LAURO FERNANDO ZANETTI 0013 000540/2006
LELIA MARA GOMES DA SILVA 0019 000489/2007
LEONARDO DE ALMEIDA ZANET 0013 000540/2006
LOUISE CAMARGO DE SOUZA 0059 006139/2010
LUCAS SCHENATO 0021 000599/2007
LUCI DA SILVA 0028 000479/2008
LUCIANE KALAMAR MARTINS 0072 006067/2011
LUCIANO BADIA 0044 000858/2009
LUCIANO DALMOLIN 0023 000782/2007
0025 000189/2008
0029 000626/2008
0077 008254/2011
LUCIANY MICHELLI PEREIRA 0028 000479/2008
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0019 000489/2007
LUIZ CARLOS DAGOSTINI 0088 000053/2008
LUIZ FERNANDO POZZA 0085 000413/2005
LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VI 0035 000123/2009
LUIZ LOOF JUNIOR 0023 000782/2007
0029 000626/2008
0077 008254/2011
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSK 0051 002282/2010
0052 002284/2010
0053 002391/2010
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 0016 000258/2007
0019 000489/2007
0025 000189/2008
0040 000544/2009
MAIKEL SPERANZA GUTSTEIN 0049 001046/2010
0078 008266/2011
MANOELA JANDYRA F. LARA P 0088 000053/2008
MARCELLO MOREIRA 0050 001603/2010
MARCELO DA COSTA GAMBOGI 0030 000673/2008
0050 001603/2010
MARCELO VARASCHIN 0071 006058/2011
MARCIA SATIL PARREIRA 0043 000848/2009
MARCIO LEANDRO DE OLIVEIR 0061 006857/2010
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0037 000383/2009
0039 000507/2009
0045 000946/2009
0057 003887/2010
0068 004887/2011
MARCO AURELIO DA COSTA PE 0087 000033/2005
MARCOS CLICIR PEGORARO 0029 000626/2008
MARIA REGINA DE SOUSA JAN 0089 002940/2010
MARLON FABIANO FERREIRA F 0005 000127/2001
MAURI MARCELO BEVERÇO JUN 0016 000258/2007
0019 000489/2007
0040 000544/2009
MAX HUMBERTO RECUERO 0017 000266/2007
MELISSA LISBOA LINARES 0003 000082/1995
MILKEN JACQUELINE C. JACO 0024 000074/2008
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0031 000720/2008
MIRIAM RITA SPONCHIADO 0042 000822/2009
0059 006139/2010
NELSON PASCHOALOTTO 0058 004290/2010
NERII LUIZ CEMZI 0011 000247/2006
0015 000107/2007
0027 000311/2008
NILTON LUIZ PACHECO LOURE 0005 000127/2001
OLDEMAR MARIANO 0014 000589/2006
0019 000489/2007
0040 000544/2009
0054 002551/2010
OSVALDO ROGERIO DE OLIVEI 0032 000723/2008
OTAVIO GUILHERME ELY 0030 000673/2008
0050 001603/2010
PAULINE TONIAL 0050 001603/2010
RAFAEL MACHADO ALVES 0034 000772/2008
RAFAEL SARTORI ALVARES 0005 000127/2001
RAFAEL VIGANO 0009 000124/2006
0031 000720/2008
RAQUEL ANGELA TOMEI 0059 006139/2010
REGIANE CAPELEZZO 0015 000107/2007
0020 000495/2007
REINALDO MIRICO ARONIS 0011 000247/2006
0042 000822/2009
REMO RIGON 0001 000199/1992
0002 000203/1992
RENATA CAROLINE TALEVI DA 0013 000540/2006
RENATO LUIZ OTTONI GUEDES 0050 001603/2010
RICARDO BERLATTO 0031 000720/2008
0043 000848/2009
RICARDO JOSE CARNIELETTO 0029 000626/2008
RICARDO RUH 0024 000074/2008
RITA DE CASSIA TAQUES DAN 0016 000258/2007
0019 000489/2007
0040 000544/2009
ROBERTO ANTONIO BUSATO 0019 000489/2007
0040 000544/2009
0054 002551/2010
ROBERTO EDUARDO LAGO 0030 000673/2008
0050 001603/2010
ROBERTO PELLINI JUNIOR 0049 001046/2010
RODRIGO RUH 0024 000074/2008
ROSANGELA DIAS GUERREIRO 0065 010551/2010
ROSANGELA MARIOTTI 0003 000082/1995
ROSELI PINHEIRO FERRARINI 0089 002940/2010
RUBIA MOURA ALVARES 0005 000127/2001
SADI BONATTO 0034 000772/2008
SANDRA MARA COSTA 0012 000269/2006
SELEMARA BERCKEMBROCK F. 0005 000127/2001
SERGIO LUIZ BELOTTO JUNIO 0014 000589/2006
0016 000258/2007
0019 000489/2007
SHEALTIEL LOURENCO PEREIR 0013 000540/2006
SIDCLEI JOSE DE GODOIS 0086 000149/2009
SUSANI TROVO FELIPE DE OL 0023 000782/2007
TACIANA PALLAORO FESTUGAT 0032 000723/2008
TADEU CERBARO 0059 006139/2010
TAMARA ZUGMAN KNOPFHOLZ 0062 007032/2010
TANIA MARA FERRES 0005 000127/2001
TANIA NUNES DE ROCCO BAST 0028 000479/2008
TATIANA TAVARES DE CAMPOS 0030 000673/2008
0033 000732/2008
0041 000775/2009
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBI 0016 000258/2007
0025 000189/2008
0040 000544/2009
THAISE CANTU 0018 000386/2007
ULISSES FALCI JUNIOR 0008 000030/2006
URSULA ERNLUND SALAVERRY 0039 000507/2009

VALMIR LUIZ CHIOCHETA JUN 0021 000599/2007
VALTAIR JOSÉ DA SILVA 0029 000626/2008
VANESSA CRISTINA ANTUNES 0055 002804/2010
VICENTE LUCIO MICHALISZYN 0083 000175/1998
0084 000161/2001
VICTOR HUGO TRENNEPOHL 0082 008523/2011
WANDERLEI DE PAULA BARRET 0028 000479/2008
WANDERLEY ANTONIO DE FREI 0036 000146/2009
WILIAM LUCINI MALACARNE 0029 000626/2008
YURI JOHN FORSELINI 0061 006857/2010

1. INDENIZACAO - 199/1992 - HORLANDO RIGON x MASSA FALIDA DE CATARINENSE DE SEGUROS S/A - AUTOS Nº 199/1992. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, acerca do prosseguimento do feito, especificamente sobre o oficio da Quarta Vara Civel de Blumenau - SC, manifeste-se a parte Autora, requerendo o que for a bem de seus direitos. PRAZO DE CINCO DIAS PARA MANIFESTAÇAO (Artigo 185 do Codigo de Processo Civil). -Adv. REMO RIGON-.

2. INDENIZACAO - 203/1992 - ALMIR ROBERTO PARZIANELLO x MASSA FALIDA DE CATARINENSE DE SEGUROS S/A - AUTOS Nº 203/1992. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, acerca do prosseguimento do feito, especificamente sobre o oficio da Quarta Vara Civel de Blumenau - SC, de fl. 211, manifeste-se a parte Autora, requerendo o que for a bem de seus direitos. PRAZO DE CINCO DIAS PARA MANIFESTAÇAO (Artigo 185 do Codigo de Processo Civil). -Adv. REMO RIGON-.

3. REINTEGRACAO DE POSSE - 82/1995 - OLINDA SILIPRANDI e outro x MOISE CARNEIRO DE SOUSA e outros - AUTOS Nº 82/1995. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, acerca do prosseguimento do feito, especificamente sobre o conteudo da certidao do Oficial de Justica de fls. 443/445, manifeste-se a parte Autora, requerendo o que for a bem de seus direitos. PRAZO DE CINCO DIAS PARA MANIFESTAÇAO (Artigo 185 do Codigo de Processo Civil). -Advs. CARLOS ALBERTO SILIPRANDI, ROSANGELA MARIOTTI, ADRIANA TONET e MELISSA LISBOA LINARES-.

4. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 35/1998 - RIO FRANCISCO COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS x NOBRE-INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - "AUTOS Nº 35/1998. Promova a parte Executada, conforme acordado, o pagamento das custas processuais, NO PRAZO DE CINCO DIAS, no valor de R$ 856,77 (oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos)." -Adv. AIRTON JOSE ALBERTON-.

5. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 127/2001 - CONSULTORIA, PESQUISA, PUBLICIDADE E REPRESENTAÇOES LTDA. x SOCIEDADE EQUATORIAL DE COMUNICAÇOES LTDA. e outro - DESPACHO DE FL. 986 - AUTOS Nº 127/2001. Defiro o pedido de fl. 985. Proceda-se a avaliação do bem penhorado, bem como o cálculo geral da dívida exeqüenda (juntamente com as custas e despesas processuais porventura existentes), dizendo a seguir as partes, no prazo de dez dias. Em seguida, caso insurgência/impugnação alguma haja, bem como caso a parte Exeqüente requeira a designação de datas para a venda em hasta pública, desde já resta deferido este pedido. Designe-se em cartório, conforme pauta fornecida pelo leiloeiro oficial, datas para a primeira praça do bem constritado (por valor igual ou superior ao da avaliação) e segunda praça (observando neste o maior lance, desde que não seja vil, assim considerado o inferior a 65 % da avaliação do imóvel penhorado). Se por justo motivo o ato não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário. Promova-se a intimação pessoal do devedor, para os fins do artigo 687, do CPC; Com o edital, ficará o devedor intimado, caso não seja encontrado pessoalmente para o que dispõe o item II deste despacho. Observe-se o que dispõe o artigo 686, § 3º, do CPC, bem como os itens do mencionado artigo, em especial o inciso V, devendo ser dada ciência aos demais credores constantes da matrícula dos imóveis aprazados; Requisitem-se, nos termos do item 5.8.14.2 do Código de Normas, consignando-se o prazo de 10 (dez) dias para o respectivo atendimento. As advertências dos §§ do artigo 687 e seguintes do referido diploma legal;
Ciente o Oficial encarregado da arrematação; Nomeio como leiloeiro oficial o Sr. Sadi Luiz Simon, o qual perceberá por seu ofício a seguinte remuneração: a) em caso de adjudicação - 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo exeqüente; b) em caso de arrematação - 5% (cinco por cento) sobre o valor do arremate, a ser pago pelo arrematante; c) em caso de remição ou acordo - 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo executado, e devidos a partir da publicação do edital. À parte, para retirar os editais, sendo o caso. (Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, acerca do prosseguimento do feito, especificamente sobre o laudo de avaliacao de fl. 987 - R$ 16.850,00 -, manifestem-se as partes interessadas, requerendo o que for a bem de seus direitos. PRAZO DE CINCO DIAS PARA MANIFESTAÇAO. Artigo 185 do Codigo de Processo Civil). -Advs. ARLINDO FERREIRA FREITAS, MARLON FABIANO FERREIRA FREITAS, JEFERSON LUIZ PICHETTI, CILMAR FRANCISCO PASTORELLO, NILTON LUIZ PACHECO LOURES, JOSE MAURICIO LUNA DOS ANJOS, ANA PAULA SWIECH, TANIA MARA FERRES, SELEMARA BERCKEMBROCK F. GARCIA, RAFAEL SARTORI ALVARES, RUBIA MOURA ALVARES e DARLON CARMELITO DE OLIVEIRA-.

6. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0000269-48.2002.8.16.0131 (355/2002) - ELOI BASILIO DAMO x LOMA HERMOSA LTDA. e outro - AUTOS Nº 269-48/2002 (355/2002). Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, acerca do prosseguimento do feito, manifeste-se a parte Exequente, requerendo o que for a bem de seus direitos. PRAZO DE CINCO DIAS PARA MANIFESTAÇAO (Artigo 185 do Codigo de Processo Civil). -Adv. CASSIO LISANDRO TELLES-.

7. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 251/2004 - ANGELINO JOSE FOQUEZZATTO e outros x PARANAPREVIDENCIA e outro - "AUTOS Nº 251/2004. Atraves do presente e nos termos do artigo 475-J, paragrafo 1º, do Codigo de Processo Civil, intimo a parte Executada, na pessoa de seu Procurador constituido nos presentes autos, para, no prazo de quinze dias, querendo, oferecer impugnaçao em relaçao a penhora realizada a fl. 1002." -Advs. FABIANO JORGE STAINZACK, CASSIANO LUIZ IURK, ANDREA CRISTINE ARCEGO e DAIANE MARIA BISSANI-.

8. EMBARGOS A EXECUCAO - 30/2006 - EWALDO LUIZ DALL´IGNA e outro x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A - "AUTOS Nº 30/2006. Contados e preparados, voltem os autos conclusos." (Valor das custas - R$ 38,29). -Advs. ELISIO APOLINARIO RIGONATO CHAVES, AURIMAR JOSE TURRA e ULISSES FALCI JUNIOR-.

9. EXECUCAO - 124/2006 - MECANICA FREIO E AR LTDA. x THANDER TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA. - AUTOS Nº 124/2006. Providencia a Exequente certidao da JUCEPAR atualizada, em cumprimento a Portaria nº 01/2008, deste Juizo. Prazo de cindo dias. ("...9. existindo pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, a Escrivania intimará a exeqüente para trazer aos autos certidão da Junta Comercial do Paraná da empresa..."). -Advs. HEBER SUTILI e RAFAEL VIGANO-.

10. PRESTACAO DE CONTAS - 186/2006 - BURATTO E REBELO & CIA LTDA. x BANCO BANESTADO S/A - DESPACHO DE FL. 215 - "AUTOS Nº 186/2006. Mantenho a decisao agravada (pela parte Requerida) por seus proprios fundamentos. Aguarde-se o recurso interposto retido nos autos eventual interposiçao de apelaçao para posterior analise. Cumpra-se integralmente o despacho anteriormente proferido." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA e JORGE LUIZ DE MELO-.

11. PRESTACAO DE CONTAS - 247/2006 - JOSE AVACIR SALVADOR x BANCO DO BRASIL S/A - DESPACHO DE FL. 1354 - AUTOS Nº 247/2006. As manifestações de fls. 1330 a 1344 e 1345 a 1353 são meras cópias da manifestação de fls. 1314 a 1329; portanto, desentranhem-nas entregando-as ao Requerido, mediante recebimento nos autos. Ainda, da análise dos quesitos complementares formulados pelo Requerido às fls. 1314 a 1329, depreende-se tratarem, em verdade, de quesitos novos e não de simples elucidação aos quesitos anteriormente oferecidos e já respondidos pelo Sr. Perito. Com efeito, sendo quesitos suplementares, conclui-se pela sua intempestividade, porquanto estes apenas podem ser apresentados antes da entrega do laudo pericial, em atenção ao artigo 425, do Código de Processo Civil. Nesse sentido - (...). Com efeito, indefiro o pedido de fls. 741 a 750. Às partes para apresentação de alegações finais no prazo sucessivo e alternado de 10 (dez) dias, a começar pela Requerente. Após, contados e preparados, voltem conclusos. -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, NERII LUIZ CEMZI e REINALDO MIRICO ARONIS-.

12. OBRIGACAO DE FAZER - 269/2006 - IVONETE CRESTANI x VALDEVINO JOSE MACHADO e outro - AUTOS Nº 269/2006. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, acerca do prosseguimento do feito, especificamente sobre o conteudo de fls. 133/134, manifeste-se a parte Autora, requerendo o que for a bem de seus direitos. PRAZO DE CINCO DIAS PARA MANIFESTAÇAO (Artigo 185 do Codigo de Processo Civil). -Advs. CLOVIS CARDOSO, ARY CEZARIO JUNIOR, GUIOMAR DE QUEIROS MACHADO e SANDRA MARA COSTA-.

13. PRESTACAO DE CONTAS - 540/2006 - LABORATORIO ANALAB LTDA. x BANCO BANESTADO S/A - "AUTOS Nº 189/2008. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008, manifestem-se as partes no prazo comum de dez dias, sobre os esclarecimentos periciais de fls. 563/565." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, LAURO FERNANDO ZANETTI, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO e LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI-.

14. PRESTACAO DE CONTAS - 589/2006 - MILTON CESAR DELAZERI x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO - DESPACHO DE FL. 1020 - AUTOS Nº 589/2006. Indefiro o prazo de 30 (trinta) dias pleiteado pelo Requerido às fls. 1011/1012; contudo, defiro o prazo de 10 (dez) dias ao mesmo para se manifestar acerca do laudo pericial. -Advs. HELLISON EDUARDO ALVES, OLDEMAR MARIANO, SERGIO LUIZ BELOTTO JUNIOR e ILAN GOLDBERG-.

15. PRESTACAO DE CONTAS - 107/2007 - COPABRA COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA. x BANCO DO BRASIL S/A - DESPACHO DE FLS. 3528/3529 - AUTOS Nº 107/2007. Defiro o requerimento de fl. 3526, da parte Requerida. A fim de agilizar o andamento processual, tendo em vista que em vários outros processos da mesma natureza não há um consenso entre as partes e o perito quanto ao valor proposto a título de honorários periciais, ficando os autos se arrastando entre idas e vindas em conclusão numa interminável discussão, mantenho os honorários periciais em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), compatíveis com o trabalho a ser desenvolvido nestes autos, ante o número de quesitos a serem respondidos, ante o número de documentos a serem analisados, bem como ante a média do valor proposto em outros processos desta mesma natureza. Nesse sentido - (...). Ciência às partes. Defiro o parcelamento dos honorários em 05 (cinco) vezes mensais e consecutivas de R$ 1.000,00 (hum mil reais) cada. Intime-se a Requerente a depositar a primeira parcela, no prazo de 10 (dez) dias, e as demais até o dia 10 dos meses subseqüentes. Intime-se o perito a se manifestar sobre o valor acima fixado, bem como acerca do parcelamento. Caso não concorde, voltem os autos para designação de outro perito; caso concordância haja, dê início aos trabalhos periciais, observando-se para tanto o artigo 431-A do Código de Processo Civil e os despachos/decisões aqui proferidos, designando data, horário e local para a realização dos trabalhos periciais. Majoro o prazo para a entrega do laudo pericial para 150 (cento e cinquenta) dias. Ciência às partes. -Advs. ALCIONE LUIZ PARZIANELLO, REGIANE CAPELEZZO, NERII LUIZ CEMZI, JEANINE HEINZELMANN FORTES BUSS e GILBERTO FIOR-.

16. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0000979-92.2007.8.16.0131 - OLDENIR BEDIN x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO - DESPACHO DE FL. 876 - AUTOS Nº 979-92/2007 (258/2007). I - Defiro o pedido de realização da penhora on line pelo Sistema Bacen Jud. II - Procedi hoje ao bloqueio de valor, conforme

comprovante em frente anexado (fls. 877/878). III - Aguarde-se a comunicação da instituição financeira sobre a efetivação da transferência. IV - Verifica-se, que a jurisprudência vem se firmando no sentido de ser desnecessária a lavratura de auto de penhora quando se trata de penhora eletrônica, isto porque o recibo de protocolamento de valores, impresso e juntado aos autos (em frente) é suficiente para conferir certeza ao ato. Nesse sentido, o item 17.2.9.8.1 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça dispõe: "recebida resposta positiva, com bloqueio realizado (integral ou parcial), o juiz imprimirá também o respectivo extrato, o qual substituirá o termo de penhora." (TJPR. Ag. Instr. N. 0735019-2. Decisão Monocrática, rel.: Elizabeth M. F. Rocha. DJ: 584, 4-3-2011.) V - Intime-se a parte Executada, na pessoa de seu procurador constituído aos acerca da penhora realizada. VI - Em havendo insurgência quanto a penhora realizada, voltem os autos conclusos. Caso contrário, e não havendo embargos à execução em tramite, desde já defiro o levantamento pela parte Exequente da importância penhorada, através de alvará de levantamento com prazo de trinta dias. Em seguida, acerca do interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, manifeste-se a parte Exequente, advertindo-a, desde já, que em não havendo manifestação presumir-se-á na sua satisfação do débito exequendo. VII - No mais, atente-se a Serventia para os termos da Portaria nº 01/2008, deste juízo. -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, HELLISON EDUARDO ALVES, SERGIO LUIZ BELOTTO JUNIOR, RITA DE CASSIA TAQUES DANIEL, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS e MAURI MARCELO BEVERÇO JUNIOR-.

17. REVISIONAL - 266/2007 - CLARI TEREZINHA GNOATTO x BANCO BANESTADO S/A e outro - "AUTOS Nº 266/2007. Contados e preparados, voltem os autos conclusos." (Valor das custas - R$ 65,55). -Adv. MAX HUMBERTO RECUERO-.

18. ADJUDICACAO COMPULSORIA - 0000940-95.2007.8.16.0131 (386/2007) - ALMIRO VENKE x LEILA CRISTINA BONADIMANN - "AUTOS Nº 940-95/2007 (386/2007). Em primeiro lugar, nos termos da PORTARIA Nº 01/2008, da baixa dos autos, de-se ciencia as partes. Prazo comum de cinco dias." -Advs. THAISE CANTU, HELIO DOMINGOS PICOLO, ALMIRANTE MELATI, FABIO HENRIQUE MELATI, ALESSANDRO CASPANI PETRUCI, ALESSANDRO JOSE HOHMANN e ALEX FREDERICO BEDEBARSKI-.

19. PRESTACAO DE CONTAS - 489/2007 - DALVA BIGARELLA x BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A e outro - "AUTOS Nº 489/2007. Promova a parte Requerida o pagamento das custas processuais, NO PRAZO DE CINCO DIAS, no valor de R$ 249,79 (duzentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos)." -Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON, GISELE SOLER CONSALTER, ROBERTO ANTONIO BUSATO, OLDEMAR MARIANO, SERGIO LUIZ BELOTTO JUNIOR, LELIA MARA GOMES DA SILVA, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, MAURI MARCELO BEVERÇO JUNIOR e RITA DE CASSIA TAQUES DANIEL-.

20. PRESTACAO DE CONTAS - 495/2007 - DORIVAL AVILA VIEIRA x BANCO BANESTADO S/A e outro - "AUTOS Nº 495/2007. Promova a parte Requerente o deposito/pagamento do restante dos honorarios periciais, NO PRAZO DE CINCO DIAS, no valor de R$ 900,00 (novecentos reais)." -Advs. ALCIONE LUIZ PARZIANELLO e REGIANE CAPELEZZO-.

21. INVENTARIO - 599/2007 - INGRACIA CASTANHA ADAO x ESP. DE VICENTE ADAO - AUTOS Nº 599/2007. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, acerca do prosseguimento do feito, especificamente sobre o conteudo de fls. 189/190, manifeste-se a parte Requerente, requerendo o que for a bem de seus direitos. PRAZO DE CINCO DIAS PARA MANIFESTAÇAO (Artigo 185 do Codigo de Processo Civil). -Advs. GUIDO VICTOR GUERRA, LUCAS SCHENATO e VALMIR LUIZ CHIOCHETA JUNIOR-.

22. INDENIZACAO - 771/2007 - NILZA BALAN x MUNICIPIO DE PATO BRANCO - PARANA - SENTENCA DE FLS. 108/111 e versos - "...III - Dispositivo. Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido inicial, resolvendo o feito com resolução de mérito nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de - a) condenar o réu no pagamento de pensão mensal a autora correspondente a 2/3 do salário mínimo, tendo como termo inicial o falecimento da vítima e termo final a data em que esta completaria 25 anos. O pagamento deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, desde o evento danoso, incidindo sobre as parcelas já vencidas juros de mora de 1% ao mês e correção monetária pela média do INPC + IGP-DI, com reajuste quando houver aumento do salário mínimo, bem como observados o 13º salário e férias; b) condenar o réu no pagamento a autora de indenização por danos morais na importância de 100 salários mínimos da época do evento danoso, valor esse a ser corrigido monetariamente pela média do INPC + IGP-DI a partir da sentença (Súmula n.º 362, do Superior Tribunal de Justiça) e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a citação. Condeno o réu no pagamento das custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo 10% sobre o valor total da condenação, com fundamento no artigo 20, § 3°, do Código de Processo Civil, considerando o trabalho realizado pelos advogados, a complexidade da causa e o tempo decorrido desde a propositura da ação. P.R.I." -Advs. IVAN MIGUEL DA SILVA FERRAZ e ANGELO PILATTI NETO-.

23. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0000984-17.2007.8.16.0131 (782/2007) - MARCOS ROBERTO ZOCCHI e outros x BANCO DO BRASIL S/A - DESPACHO DE FLS. 1386/1387 - AUTOS Nº 984-17/2007 (782/2007). Acompanhando as atuais jurisprudências do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e tendo em vista a pacificação da matéria no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, entendo ser desnecessária nova intimação do vencido para cumprimento de sentença. Isso porque as novas disposições do artigo 475-J, do Código de Processo Civil, tiveram como finalidade precípua imprimir celeridade e efetividade ao processo de execução. Sendo assim, com o trânsito em julgado da sentença, a determinação dela constante deve ser cumprida em todos os seus termos, em atenção ao princípio da eficiência do Poder Judiciário. Destarte, desnecessária a intimação pessoal do devedor ou de seu procurador, uma vez que antes de consumado o décimo quinto dia do trânsito em julgado da sentença condenatória, cabe ao vencido cumprir espontaneamente a obrigação. Nesse sentido (...). Também cabíveis, em sede de cumprimento de sentença, honorários advocatícios. Veja-se (...). Ainda nesse sentido os processualistas Nelson Nery Munior e Rosa Maria de Andrade Nery salientam que (...). Com efeito, em obediência ao artigo 20, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, fixo os honorários advocatícios em vinte por cento sobre o valor da obrigação. Assim, intime-se o Credor para apresentar memória atualizada do débito, acrescida da multa de dez por cento, bem como dos honorarios ora fixados. Em seguida, expeça-se competente mandado (ou carta precatória) de penhora e avaliação, se for o caso, sobre os bens indicados pelo Credor ou se inexistir indicação, sobre bens encontrados pelo Sr. Meirinho, devendo a avaliação a ser realizada por este conter todos os elementos necessários ao ato e não mera estimativa de valor. Caso a avaliação dependa de conhecimentos especializados, fato informado pelo Sr. Meirinho, nomeio, desde logo, o Sr. Avaliador Judicial desta Comarca para tanto. Baixem os presentes autos ao Sr. Avaliador. 6. Feita a avaliação, intime-se a parte Executada, na pessoa de seu procurador, ou, na falta deste, na pessoa de seu representante legal, pessoalmente, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de quinze dias. 7. Por fim, no prazo de dez dias, manifeste a parte Exeqüente eventual interesse no prosseguimento destes autos. 8. Averbe-se na autuação e distribuição da alteração do procedimento para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do item 5.8.1, do Código de Normas. 9. No mais, observe a Serventia os termos da PORTARIA Nº 01/2008." -Advs. LUCIANO DALMOLIN, LUIZ LOOF JUNIOR, FLORI ANTONIO TASCA, ANELY DE MORAES PEREIRA MERLIN, SUSANI TROVO FELIPE DE OLIVEIRA e JOSE HUMBERTO S. VILARINS JUNIOR-.

24. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 74/2008 - BV FINANCEIRA S/A x JOSIANE QUELI DE SOUZA - "AUTOS Nº 74/2008. Promova a parte Exequente o pagamento das custas processuais, NO PRAZO DE CINCO DIAS, no valor de R$ 868,99 (oitocentos e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos)." -Advs. EMERSON L. SANTANA, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, FLAVIO SANTANNA VALGAS, CARLA HELIANA VIEIRA MENEGOSSI TANTIN, JOSE ELI SALAMACHA, RICARDO RUH e RODRIGO RUH-.

25. REVISAO DE CONTRATO - 189/2008 - JACIR JOSE DARIVA e outros x BANCO BANESTADO S/A - "AUTOS Nº 189/2008. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008, manifestem-se as partes no prazo comum de dez dias, sobre os esclarecimentos periciais de fls. 1352/1354." -Advs. LUCIANO DALMOLIN, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER-.

26. DECLARATORIA - 0003716-34.2008.8.16.0131 (221/2008) - NELSON SCATOLA e outros x MUNICIPIO DE PATO BRANCO - PARANA - "AUTOS Nº 3716-34/2008 (221/2008). Em primeiro lugar, nos termos da PORTARIA Nº 01/2008, da baixa dos autos, de-se ciencia as partes. Prazo comum de cinco dias." -Advs. CELITO ARGENTA e ANGELA ERBES-.

27. PRESTACAO DE CONTAS - 311/2008 - GEVERSON TONELLO x BANCO DO BRASIL S/A - "AUTOS Nº 311/2008. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008, apresentem as partes no sucessivo e alternado prazo de dez dias suas alegacoes finais." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA e NERII LUIZ CEMZI-.

28. INDENIZACAO - 479/2008 - EZILDA BENTA RAFAELI e outros x JACSON LUIZ ZILIO - DECISAO DE FLS. 476/478 - "...Ante o exposto, face a intempestividade, rejeito liminarmente os embargos de declaracao apresentados pelo Reu Jacson Luiz Zilio, de modo a nao os conhecer e prover. Acolho os presentes embargos de declaracao apresentdos pela Denunciada Liberty Seguros S/A, para sanar as omissoes, julgando-os procedentes para..." -Advs. LUCI DA SILVA, FABIO FARES DECKER, TANIA NUNES DE ROCCO BASTOS, LUCIANY MICHELLI PEREIRA DOS SANTOS e WANDERLEI DE PAULA BARRETO-.

29. CIVIL PUBLICA - 626/2008 - MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x LEONARDO GRITTI e outros - "AUTOS Nº 626/2008. Intimem-se as partes (fl. 1616." (Fl. 1616 - Manifestacao da perita designando o proximo DIA 24 DE JANEIRO DE 2012, A PARTIR DAS 10h30min, no local em que estao sendo discutidas as questoes apresentadas nos autos, com a profissional Ana Paula Wendhausen Barreto Lima. Aos patronos das partes interessadas para que comuniquem seus respectivos clientes a comparecerem no endereço, dia e hora acima designados. Ainda, as partes para que comuniquem seus respectivos assistentes tecnicos do acima mencionado para, querendo, acompanharem a realizacao da pericia). -Advs. GILBERTO MARIA, CASSIO LISANDRO TELLES, RICARDO JOSE CARNIELETTO, LUCIANO DALMOLIN, JOAO ALCIONE LORA, VALTAIR JOSÉ DA SILVA, MARCOS CLICIR PEGORARO, ANTONIO OZIRES BATISTA VIEIRA, WILIAM LUCINI MALACARNE, JEOVANE CORREA DA SILVA, GILBERTO RAFAEL MARIA e LUIZ LOOF JUNIOR-.

30. RESPONSABILIDADE CIVIL-673/2008-ADRIANO MASCHIO e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS- DECISAO DE FL. 676 - "...Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração de fls. 637 a 641, da parte Autora..." -Advs. MARCELO DA COSTA GAMBOGI, ROBERTO EDUARDO LAGO, ANDREIA CRISTINE PARZIANELLO, OTAVIO GUILHERME ELY, CESAR AUGUSTO DE FRANCA e TATIANA TAVARES DE CAMPOS-.

31. COBRANCA - 0003698-13.2008.8.16.0131 - TEREZA SALETT PEREIRA x ITAU SEGUROS S/A - "AUTOS Nº 3698-13/2008 (720/2008). Em primeiro lugar, nos termos da PORTARIA Nº 01/2008, da baixa dos autos, de-se ciencia as partes. Prazo comum de cinco dias." -Advs. RAFAEL VIGANO, HEBER SUTILI, RICARDO BERLATTO e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER-.

32. INDENIZACAO - 723/2008 - NELSON SONAGLIO x MAURICIO DE OLIVEIRA e outros - "AUTOS Nº 723/2008. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, sobre o conteudo da contestaçao e documentos apresentados as fls. 323/412, manifestem-se as partes, no prazo de dez dias." -Advs. CAROLINE SANTOS

FAVERO, GENIRIO JOAO FAVERO, JOSLAINE MONTANHEIRO ALCANTARA DA SILVA, TACIANA PALLAORO FESTUGATTO, JORGE ANDRE RITZMANN DE OLIVEIRA, OSVALDO ROGERIO DE OLIVEIRA, HENRY FLORES DE SOUZA, FABIA CRISTINA ASOLINI e EVANDRO VICENTE LUIZ-.

33. RESPONSABILIDADE SECURITARIA - 732/2008-ADEMIR FERREIRA DE JESUS e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - DESPACHO DE FL. 709 - AUTOS Nº 732/2008. Anote-se a prioridade no andamento destes autos (Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso). Tendo em vista que os Autores já se manifestaram acerca do conteúdo do laudo pericial (fls. 702 a 704), defiro o requerimento de fl. 706; contudo, pelo prazo de 10 (dez) dias. -Advs. CESAR AUGUSTO DE FRANCA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO-.

34. EXECUCAO - 772/2008 - BANCO ITAU-BBA S/A x HONORATO BRUGNARA - AUTOS Nº 772/2008. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, acerca do prosseguimento do feito, especificamente sobre o conteudo de fls. 95/106, manifeste-se a parte Exequente, requerendo o que for a bem de seus direitos. PRAZO DE CINCO DIAS PARA MANIFESTAÇAO (Artigo 185 do Codigo de Processo Civil). -Advs. SADI BONATTO, FERNANDO JOSE BONATTO, RAFAEL MACHADO ALVES e HUMBERTO COLOMBO RIBAS-.

35. PRESTACAO DE CONTAS - 0004585-60.2009.8.16.0131 (123/2009) - FENIX INDUSTRIA E COMERCIO DE PASTAS ESCOLARES LTDA. x UNIBANCO - "AUTOS Nº 4585-60/2009 (123/2009). Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste Juizo, intime-se a parte interessada a se manifestar sobre a execuçao do julgado (CPC, art. 475-J, caput), no prazo de quinze dias. Caso manifestaçao nao haja, remetam-se os autos ao arquivo provisorio, pelo prazo de seis meses (CPC, art. 475-J, § 5º). Decorrido este prazo, intime-se novamente a parte." -Advs. JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA, LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO e ALEXANDRE DE ALMEIDA-.

36. EXECUCAO - 146/2009 - LAVOURA INDUSTRIA E COMERCIO OESTE S/A x IDACIR SEGATO e outros - "AUTOS Nº 146/2009. Atraves do presente, fica intimada a parte Executada, na pessoa de seus Procuradores constituido nos presentes autos, para, no prazo de quinze dias, querendo, oferecer embargos em relaçao a penhora realizada as fls. 151." -Advs. WANDERLEY ANTONIO DE FREITAS e FABIANA ELIZA MATTOS-.

37. PRESTACAO DE CONTAS - 0004530-12.2009.8.16.0131 (383/2009) - NIVALDO NESI x BANCO BANESTADO S/A - DECISAO DE FL. 408 - "...Diante do exposto, acolho parcialmente os embargos de declaração de fls. 405 a 407, da parte Requerida, apenas para o fim de revogar o item VII, de fl. 402..." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

38. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0004561-32.2009.8.16.0131 (428/2009) - BRASIL TELECOM S/A x A.C.M. BALDISSERA CEREAIS LTDA. e outros - "AUTOS Nº 4561-32/2009 (428/2009). Compareça a parte Exequente em Cartorio para efetuar a retirada do alvara de levantamento expedido." -Advs. DANIEL ANDRADE DO VALE, ANA TEREZA PALHARES BASILIO e BERNARDO GUEDES RAMINA-.

39. PRESTACAO DE CONTAS - 0004534-49.2009.8.16.0131 (507/2009) - ALZEMIRO MOMBACH x BANCO ITAU S/A - DESPACHO DE FL. 762 - "AUTOS Nº 4534-49/2009 (507/2009). Mantenho a decisao agravada (pela parte Requerida) por seus proprios fundamentos. Aguarde-se o recurso interposto retido nos autos eventual interposiçao de apelaçao para posterior analise. Cumpra-se integralmente o despacho anteriormente proferido." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e URSULA ERNLUND SALAVERRY GUIMARAES-.

40. PRESTACAO DE CONTAS - 0004608-06.2009.8.16.0131 (544/2009) - IEDA MARIA JUNGBLUTH MARQUES x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO - DESPACHO/DECISAO DE FLS. 756/758 (544/2009) - AUTOS Nº 4608-06/2009 (544/2009). I - Ante o conteúdo de fls. 745 a 750, libere-se essa quantia ao Exequente, por meio de alvará de levantamento, com prazo de 30 (trinta) dias. Em seguida, antes de se dar início à fase de cumprimento de sentença, deverá o Exequente apresentar aos autos memória atualizada do débito exequendo, no prazo de 05 (cinco) dias, da qual será o Executado intimado a se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, devendo, inclusive, providenciar espontaneamente o seu depósito/pagamento. Ainda, segundo entendimento majoritário do Tribunal de Justiça do Paraná, não há como ser julgada a prestação de contas em segunda fase - envolvendo contratos bancários - sem a produção de prova pericial. Isso porque, esta magistrada não tem conhecimentos técnicos para analisar os extratos e documentos apresentados pelo Banco-Réu e aferir se este vem cumprindo o estabelecido no contrato celebrado com a parte autora. II - Assim, determino a realização de prova pericial, a qual deve ser custeada pelo Banco-Requerido, porquanto sucumbente na primeira fase da ação. III - Nomeio como perito o Sr. Naido Vedana, sob a fé de seu grau, independentemente de assinatura de termo de compromisso. IV - Para facilitar na proposta dos honorários, intimem-se as partes para apresentar quesitos e assistentes técnicos, no prazo de 05 (cinco) dias. V - Em seguida, intime-se o perito para dizer se aceita o cargo que lhe está sendo confiado, bem como para apresentar sua proposta de honorários. VI - Apresentada a proposta, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 05 (cinco) dias. Em havendo concordância, intime-se o réu para realizar, EM JUÍZO, o depósito do valor dos honorários. VII - Com o depósito dos honorários, intime-se o perito para dar início aos trabalhos periciais, nos termos do artigo 431-A, do Código de Processo Civil, devendo entregar o laudo em juízo no prazo de 60 (sessenta dias). VIII - Apresento, desde logo, os seguintes quesitos do juízo - Durante todo o período de relações negociais entre as partes, o banco réu cobrou juros de forma capitalizada? Qual a taxa de juros praticada pelo banco-réu? As taxas de juros cobradas foram expressamente contratadas entre as partes? Houve cobrança de juros acima da média praticada pelo mercado? Excluindo-se a capitalização mensal de juros, os juros não previstos contratualmente e cobrados acima da média de mercado, qual o saldo devedor, e quem é seu credor? Excluindo-se a capitalização mensal de juros e aplicando-se a taxa média de mercado para o período em que houve cobrança de taxa maior pelo banco, qual o saldo devedor eventualmente existente e quem é o seu credor? IX - Em relação ao pedido de inversão do ônus da prova, entendo aplicável ao caso em exame o Código de Defesa do Consumidor, isso porque se está diante de uma típica relação de consumo, em que de um lado está o fornecedor de serviço - instituição financeira e de outro o consumidor - Autor, entendimento este corroborado pela Sumula nº 297, do STJ. Disso resulta, dentre outros aspectos, a possibilidade da inversão do ônus da prova com fundamento no disposto no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, a qual se pode dar a critério do juiz que, segundo as regras ordinárias de experiência, identificar na relação de consumo a hipossuficiência do consumidor. No caso em comento, certo é que diante dos contratos firmados com as instituições financeiras, típicos contratos de adesão sobre obrigações pecuniárias, o consumidor é a parte frágil da relação processual que a legislação consumeirista visa proteger. Ressalte-se que a inversão do ônus da prova, entretanto, somente ocorre em relação às provas que o consumidor for hipossuficiente para produzir. X - Com efeito, defiro o pedido de inversão do ônus da prova. XI - No mais, atente-se a Serventia para os termos da Portaria nº 01/2008. XII - Diligências necessárias. Intimem-se. -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, ROBERTO ANTONIO BUSATO, OLDEMAR MARIANO, RITA DE CASSIA TAQUES DANIEL, MAURI MARCELO BEVERÇO JUNIOR, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER-.

41. RESPONSABILIDADE SECURITARIA - 775/2009 - ALBANO BATISTA e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - DESPACHO DE FL. 560 - AUTOS Nº 775/2009. Tendo em vista que os Autores já se manifestaram acerca do conteúdo do laudo pericial (fls. 553 a 555), defiro o requerimento de fl. 557; contudo, pelo prazo de 10 (dez) dias. -Advs. CESAR AUGUSTO DE FRANCA, TATIANA TAVARES DE CAMPOS e ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO-.

42. PRESTACAO DE CONTAS - 0004599-44.2009.8.16.0131 (822/2009) - ADS CALÇADOS E CONFECÇOES LTDA. x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO - "AUTOS Nº 4599-44/2009 (822/2009). Em primeiro lugar, nos termos da PORTARIA Nº 01/2008, da baixa dos autos, de-se ciencia as partes. Prazo comum de cinco dias." -Advs. MIRIAM RITA SPONCHIADO, REINALDO MIRICO ARONIS, EDUARDO CHALFIN e ILAN GOLDBERG-.

43. RESPONSABILIDADE CIVIL - 848/2009 - SIDNEI SOUZA MACHADO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT - "AUTOS Nº 848/2009. Intimem-se as partes (fl. 186)." (Fl. 186 - Manifestacao do perito designando o proximo DIA 14 DE OUTUBRO DE 2011, AS 15h20min, na Avenida Tupi, 2221, Edificio Gold Center, 4º andar, sala 402, centro, nesta Cidade e Comarca, com o profissional Cleder Todorovicz (fisioterapeuta). A patrona da parte Requerente para que comunique sua cliente a comparecer no endereço, dia e hora acima designados, munido de exames complementares, tais como - Raios-X, Ressonancias Magneticas entre outros semelhantes. As partes para que comuniquem seus respectivos assistentes tecnicos do acima mencionado). -Advs. ANA CRISTINA SIQUEIRA VALLE, ADAM HAAS, ANDRE LUIZ DOS SANTOS, RICARDO BERLATTO, MARCIA SATIL PARREIRA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

44. INDENIZACAO - 0004788-22.2009.8.16.0131 (858/2009) - SANTINO VIDAL DOS SANTOS x TIM CELULAR S/A - "AUTOS Nº 4788-22/2009 (858/2009). Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste Juizo, intime-se a parte interessada a se manifestar sobre a execuçao do julgado (CPC, art. 475-J, caput) e, ainda, sobre o deposito/pagamento de fls. 139/140 (R$ 17.457,07), no prazo de quinze dias. Caso manifestaçao nao haja, remetam-se os autos ao arquivo provisorio, pelo prazo de seis meses (CPC, art. 475-J, § 5º). Decorrido este prazo, intime-se novamente a parte." -Advs. CILMAR FRANCISCO PASTORELLO e LUCIANO BADIA-.

45. PRESTACAO DE CONTAS - 0004586-45.2009.8.16.0131 (946/2009) - WILSON LUSTOSA DE MELLO PACHECO x BANCO ITAU S/A - DESPACHO/DECISAO DE FLS. 351/352 - AUTOS Nº 4586-45/2009 (946/2009). I - Ante o conteúdo da manifestação de fls. 172 a 174, defiro o item 'b', de fls. 346 a 350. Expeça-se competente alvará de levantamento com prazo de 30 (trinta) dias. Ainda, antes de se dar início a eventual cumprimento de sentença, deverá o Requerido ser intimado a realizar espontaneamente o pagamento mencionado no item 'c', de fls. 346 a 350. Por fim, segundo entendimento majoritário do Tribunal de Justiça do Paraná, não há como ser julgada a prestação de contas em segunda fase - envolvendo contratos bancários - sem a produção de prova pericial. Isso porque, esta magistrada não tem conhecimentos técnicos para analisar os extratos e documentos apresentados pelo Banco-Réu e aferir se este vem cumprindo o estabelecido no contrato celebrado com a parte autora. II - Assim, determino a realização de prova pericial, a qual deve ser custeada pelo Banco-Requerido, porquanto sucumbente na primeira fase da ação. III - Nomeio como perito o Sr. Naido Vedana, sob a fé de seu grau, independentemente de assinatura de termo de compromisso. IV - Para facilitar na proposta dos honorários, intimem-se as partes para apresentar quesitos e assistentes técnicos, no prazo de 05 (cinco) dias. V - Em seguida, intime-se o perito para dizer se aceita o cargo que lhe está sendo confiado, bem como para apresentar sua proposta de honorários. VI - Apresentada a proposta, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 05 (cinco) dias. Em havendo concordância, intime-se o réu para realizar, EM JUÍZO, o depósito do valor dos honorários. VII - Com o depósito dos honorários, intime-se o perito para dar início aos trabalhos periciais, nos termos do artigo 431-A, do Código de Processo Civil, devendo entregar o laudo em juízo no prazo de 60 (sessenta dias). VIII - Apresento, desde logo, os seguintes quesitos do juízo - Durante todo o período de relações negociais entre as partes, o banco réu cobrou juros de forma capitalizada? Qual a taxa de juros praticada pelo banco-réu? As taxas de juros cobradas foram expressamente contratadas entre as partes? Houve cobrança de juros acima da média praticada pelo mercado? Excluindo-se a capitalização mensal de juros, os juros não previstos contratualmente e cobrados acima da média de mercado, qual o saldo devedor, e quem é seu credor? Excluindo-

se a capitalização mensal de juros e aplicando-se a taxa média de mercado para o período em que houve cobrança de taxa maior pelo banco, qual o saldo devedor eventualmente existente e quem é o seu credor? IX - Em relação ao pedido de inversão do ônus da prova, entendo aplicável ao caso em exame o Código de Defesa do Consumidor, isso porque se está diante de uma típica relação de consumo, em que de um lado está o fornecedor de serviço - instituição financeira e de outro o consumidor - Autor, entendimento este corroborado pela Sumula nº 297, do STJ. Disso resulta, dentre outros aspectos, a possibilidade da inversão do ônus da prova com fundamento no disposto no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, a qual se pode dar a critério do juiz que, segundo as regras ordinárias de experiência, identificar na relação de consumo a hipossuficiência do consumidor. No caso em comento, certo é que diante dos contratos firmados com as instituições financeiras, típicos contratos de adesão sobre obrigações pecuniárias, o consumidor é a parte frágil da relação processual que a legislação consumeirista visa proteger. Ressalte-se que a inversão do ônus da prova, entretanto, somente ocorre em relação às provas que o consumidor for hipossuficiente para produzir. X - Com efeito, defiro o pedido de inversão do ônus da prova. -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

46. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 960/2009 - ALCIR RIBEIRO BRIZOLA e outros x BRASIL TELECOM S/A - DECISAO DE FL. 341 - "...Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração de fls. 335 a 340, da parte Re..." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, BERNARDO GUEDES RAMINA e ANA TEREZA PALHARES BASILIO-.

47. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 961/2009 - AQUILINO SORANZO e outros x BRASIL TELECOM S/A - DECISAO DE FLS. 320/321 e versos - "...Diante do exposto, declaro a incompetência deste Juízo e determino a remessa dos autos ao Juízo de Barracão, com as baixas e anotações necessárias..." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, BERNARDO GUEDES RAMINA e ANA TEREZA PALHARES BASILIO-.

48. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 962/2009 - EDOLAR ANTONIO CARNIEL e outros x BRASIL TELECOM S/A - DECISAO DE FL. 336 - "...Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração de fls. 330 a 335, da parte Re..." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, ANA TEREZA PALHARES BASILIO e BERNARDO GUEDES RAMINA-.

49. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0001046-52.2010.8.16.0131 - MAIKEL SPERRANZA GUTSTEIN x LOJAS AMERICANAS S/A - "AUTOS Nº 1046/2010. Atraves do presente e nos termos do artigo 475-J, paragrafo 1º, do Codigo de Processo Civil, intimo a parte Executada, na pessoa de seu Procurador constituido nos presentes autos, para, no prazo de quinze dias, querendo, oferecer impugnaçao em relaçao a penhora realizada as fls. 85/94." -Advs. GERONIMO ANTONIO DEFAVERI, MAIKEL SPERANZA GUTSTEIN, ALVARO CESAR SABBI e ROBERTO PELLINI JUNIOR-.

50. INDENIZACAO - 0001603-39.2010.8.16.0131 - ADAO MEDEIROS e outros x COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - DESPACHO DE FL. 914 - "AUTOS Nº 1603/2010. Recebo os recursos de apelaçao interpostos pelas partes (Re as fls. 900/913 e Autora as fls. 871/899) em ambos os seus efeitos (artigo 520, caput, do Codigo de Processo Civil). A parte Apelada para, querendo, apresente suas contra-razoes de recurso no prazo legal de quinze (15) dias (artigo 508 do Codigo de Processo Civil). Em seguida, com nossas homenagens e as cautelas de estilo, remetam-se os presentes autos ao Egregio Tribunal de Justiça deste Estado." -Advs. ROBERTO EDUARDO LAGO, MARCELO DA COSTA GAMBOGI, ANDREIA CRISTINE PARZIANELLO, OTAVIO GUILHERME ELY, FERNANDA BASTOS KAMMRADT GUERRA, CASSIO LISANDRO TELLES, DANIELE CRISTINA DAS NEVES, MARCELLO MOREIRA, RENATO LUIZ OTTONI GUEDES e PAULINE TONIAL-.

51. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 0002282-39.2010.8.16.0131 - ERICA SCHLICKMANN e outros x BRASIL TELECOM S/A - DECISAO DE FL. 469 - "...Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração de fls. 463 a 468, da parte Re..." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI, ANA TEREZA PALHARES BASILIO e BERNARDO GUEDES RAMINA-.

52. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 0002284-09.2010.8.16.0131 - ERICO LUIS FERRI e outros x BRASIL TELECOM S/A - DECISAO DE FL. 465 - "...Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração de fls. 459 a 464, da parte Re..." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI, BERNARDO GUEDES RAMINA e ANA TEREZA PALHARES BASILIO-.

53. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 0002391-53.2010.8.16.0131 - AMELIO JAIME DA VEIGA e outros x BRASIL TELECOM S/A - DECISAO DE FL. 446 - "...Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração de fls. 440 a 445, da parte Re..." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI, ANA TEREZA PALHARES BASILIO e BERNARDO GUEDES RAMINA-.

54. PRESTACAO DE CONTAS - 0002551-78.2010.8.16.0131 - GIANI SOLETTI MONTEIRO x BANCO BANESTADO S/A - "AUTOS Nº 2551-78/2010. Em primeiro lugar, nos termos da PORTARIA Nº 01/2008, da baixa dos autos, de-se ciencia as partes. Prazo comum de cinco dias." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, OLDEMAR MARIANO e ROBERTO ANTONIO BUSATO-.

55. INDENIZACAO - 0002804-66.2010.8.16.0131 - ADRIANE FILAKOSKI NOAL x DANIEL GARCIA RAIMUNDO - DESPACHO DE FL. 208 - AUTOS Nº 2804/2010. Digam as partes acerca do interesse na produção da prova oral, no prazo comum de 10 (dez) dias. -Advs. AUGUSTO RENATO PENTEADO CARDOSO e VANESSA CRISTINA ANTUNES DE SOUZA-.

56. DECLARATORIA - 0002830-64.2010.8.16.0131 - LIDIA MARCANTE MEDEIROS x BANCO DO BRASIL S/A - AUTOS Nº 2830-64/2010. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, acerca do prosseguimento do feito, especificamente sobre o deposito/pagamento de fls. 97/99 (R$ 12.000,00), manifeste-se a parte Requerente, requerendo o que for a bem de seus direitos. PRAZO DE CINCO DIAS PARA MANIFESTAÇAO (Artigo 185 do Codigo de Processo Civil). -Adv. HEBER SUTILI-.

57. PRESTACAO DE CONTAS - 0003887-20.2010.8.16.0131 - LEANDRO RINARDI MARTINI x BANCO BANESTADO S/A - "AUTOS Nº 3887/2010. Em primeiro lugar, nos termos da PORTARIA Nº 01/2008, da baixa dos autos, de-se ciencia as partes. Prazo comum de cinco dias." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

58. REVISIONAL - 0004290-86.2010.8.16.0131 - ROGERIO CARLOS ALVES DE MEIRA x BANCO BRADESCO S/A - "AUTOS Nº 4290-86/2010. Em primeiro lugar, nos termos da PORTARIA Nº 01/2008, da baixa dos autos, de-se ciencia as partes. Prazo comum de cinco dias." -Advs. EZEQUIEL FERNANDES, HERLLI CRISTINA FERNANDES TOIGO, KATIA ISABEL MORETTI DE ALMEIDA FERREIRA e NELSON PASCHOALOTTO-.

59. PRESTACAO DE CONTAS/CUMPRIMENTO DE SENTENCA - 0006139-93.2010.8.16.0131 - CANTELLE E CANTELLE LTDA. x BANCO DO BRASIL S/A - DESPACHO/DECISAO DE FLS. 135/138 - AUTOS Nº 6139/2010. I - Não tendo o Executado promovido o depósito/pagamento da quantia devida, averbe-se na autuação e distribuição a alteração do procedimento para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do item 5.8.1 do Código de Normas. II - Acompanhando as atuais jurisprudências do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e tendo em vista a pacificação da matéria no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, entendo ser desnecessária nova intimação do vencido para cumprimento de sentença. III - Isso porque as novas disposições do artigo 475-J, do Código de Processo Civil, tiveram como finalidade precípua imprimir celeridade e efetividade ao processo de execução. Sendo assim, com o trânsito em julgado da sentença, a determinação dela constante deve ser cumprida em todos os seus termos, em atenção ao princípio da eficiência do Poder Judiciário. IV - Destarte, desnecessária a intimação pessoal do devedor ou de seu procurador, uma vez que antes de consumado o décimo quinto dia do trânsito em julgado da sentença condenatória, cabe ao vencido cumprir espontaneamente a obrigação. Nesse sentido - (...). V - Assim, intime-se o Credor para apresentar memória atualizada do débito, acrescida da multa de dez por cento. VI - Em seguida, expeça-se competente mandado de penhora e avaliação, se for o caso, sobre os bens indicados pelo Credor à fl. 105, item 'a'. VII - Desde já, resta deferido ao Sr. Meirinho os benefícios do artigo 172 e seus parágrafos, do Código de Processo Civil. VIII - Intime-se a Executada, na pessoa de seu procurador, ou, na falta deste, na pessoa de seu representante legal, pessoalmente, para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de quinze dias. IX - Por fim, no prazo de dez dias, manifeste-se o Exequente eventual interesse no prosseguimento destes autos. X - Segundo entendimento majoritário do Tribunal de Justiça do Paraná, não há como ser julgada a prestação de contas em segunda fase - envolvendo contratos bancários - sem a produção de prova pericial. Isso porque, esta magistrada não tem conhecimentos técnicos para analisar os extratos e documentos apresentados pelo Banco-Réu e aferir se este vem cumprindo o estabelecido no contrato celebrado com a parte autora. XI - Assim, determino a realização de prova pericial, a qual deve ser custeada pelo Banco-Requerido, porquanto sucumbente na primeira fase da ação. XII - Nomeio como perito o Sr. Valtair Francisco Pedroso da Cruz, sob a fé de seu grau, independentemente de assinatura de termo de compromisso. XIII - Para facilitar na proposta dos honorários, intimem-se as partes para apresentar quesitos e assistentes técnicos, no prazo de 05 (cinco) dias. XIV - Em seguida, intime-se o perito para dizer se aceita o cargo que lhe está sendo confiado, bem como para apresentar sua proposta de honorários. XV - Apresentada a proposta, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 05 (cinco) dias. Em havendo concordância, intime-se o réu para realizar, EM JUÍZO, o depósito do valor dos honorários. XVI - Com o depósito dos honorários, intime-se o perito para dar início aos trabalhos periciais, nos termos do artigo 431-A, do Código de Processo Civil, devendo entregar o laudo em juízo no prazo de 60 (sessenta dias). XVII - Apresento, desde logo, os seguintes quesitos do juízo - Durante todo o período de relações negociais entre as partes, o banco réu cobrou juros de forma capitalizada? Qual a taxa de juros praticada pelo banco-réu? As taxas de juros cobradas foram expressamente contratadas entre as partes? Houve cobrança de juros acima da média praticada pelo mercado? Excluindo-se a capitalização mensal de juros, os juros não previstos contratualmente e cobrados acima da média de mercado, qual o saldo devedor, e quem é seu credor? Excluindo-se a capitalização mensal de juros e aplicando-se a taxa média de mercado para o período em que houve cobrança de taxa maior pelo banco, qual o saldo devedor eventualmente existente e quem é o seu credor? XVIII - Em relação ao pedido de inversão do ônus da prova, entendo aplicável ao caso em exame o Código de Defesa do Consumidor, isso porque se está diante de uma típica relação de consumo, em que de um lado está o fornecedor de serviço - instituição financeira e de outro o consumidor - Autor, entendimento este corroborado pela Sumula nº 297, do STJ. XIX - Disso resulta, dentre outros aspectos, a possibilidade da inversão do ônus da prova com fundamento no disposto no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, a qual se pode dar a critério do juiz que, segundo as regras ordinárias de experiência, identificar na relação de consumo a hipossuficiência do consumidor. XX - No caso em comento, certo é que diante dos contratos firmados com as instituições financeiras, típicos contratos de adesão sobre obrigações pecuniárias, o consumidor é a parte frágil da relação processual que a legislação consumeirista visa proteger. XXI - Ressalte-se que a inversão do ônus da prova, entretanto, somente ocorre em relação às provas que o consumidor for hipossuficiente para produzir. XXII - Com efeito, defiro o pedido de inversão do ônus da prova. -Advs. MIRIAM RITA SPONCHIADO, ELOI CONTINI, TADEU CERBARO, RAQUEL ANGELA TOMEI, DIOGO BERTOLINI e LOUISE CAMARGO DE SOUZA-.

60. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 0006636-10.2010.8.16.0131 - IRAIDE CARLETTI e outros x BRASIL TELECOM S/A - DECISAO DE FL. 193 - "...Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração de fls. 184 a 192, da parte Re..." -Advs.

AURINO MUNIZ DE SOUZA, ANA TEREZA PALHARES BASILIO, JOAQUIM MIRO NETO e BERNARDO GUEDES RAMINA-.

61. MANDADO DE SEGURANCA - 0006857-90.2010.8.16.0131 - FELIX TODESCATTO x PREFEITO MUNICIPAL DE VITORINO - PARANA - DECISAO DE FL. 264 - AUTOS Nº 6857/2010. Os embargos de declaração de fls. 261 a 263 merecem acolhimento. Com isso declaro a decisão de fl. 259, constando que o recurso de apelação deve ser recebido apenas no efeito devolutivo. -Advs. YURI JOHN FORSELINI e MARCIO LEANDRO DE OLIVEIRA-.

62. REGRESSIVA - 0007032-84.2010.8.16.0131 - MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A x IRINEU DA SILVA FERRAZ e outro - "AUTOS Nº 7032-84/2010. Intimem-se as partes (fls. 102/103)." (Fls. 102/103 - Oficio do Juizo da Vara Civel de Dois Vizinhos - PR, comunicando que foi designado o proximo DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2011, AS 15h30min, para a inquiricao de testemunha..."). -Advs. JOAQUIM BARBOSA DE OLIVEIRA, TAMARA ZUGMAN KNOPFHOLZ, CARLOS ALBERTO HAUER DE OLIVEIRA, IVAN MIGUEL DA SILVA FERRAZ e ANGELO PILATTI NETO-.

63. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 0007359-29.2010.8.16.0131 - JOSE AMILTON ALVES FONSECA e outros x BRASIL TELECOM S/A - DECISAO DE FL. 267 - "...Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração de fls. 258 a 266, da parte Re..." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, ANA TEREZA PALHARES BASILIO, JOAQUIM MIRO NETO e BERNARDO GUEDES RAMINA-.

64. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 0008956-33.2010.8.16.0131 - ADAIR LUIZ SBARDELOTTO e outros x BRASIL TELECOM S/A - DECISAO DE FL. 247 - "...Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração de fls. 238 a 246, da parte Re..." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, BERNARDO GUEDES RAMINA, ANA TEREZA PALHARES BASILIO e JOAQUIM MIRO NETO-.

65. ORDINARIA - 0010551-67.2010.8.16.0131 - NELSON LUIS PERAZZOLI e outros x FEDERAL DE SEGUROS S/A - DESPACHO DE FL. 437 - AUTOS Nº 10551/2010. I - Tendo em vista o oficio circular n.º 47/2011 do gabinete da presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, a fim de analisar a competência para a análise do feito, intime-se o réu para que esclareça se a apólice de seguro discutida nos autos é do ramo 66 ou 68. -Advs. CESAR AUGUSTO DE FRANCA e ROSANGELA DIAS GUERREIRO-.

66. INVENTARIO - 0000503-15.2011.8.16.0131 - TIAGO DA ROCHA MAZETTI x ESPOLIO DE AMANTINO MAZETTI - AUTOS Nº 503/2011. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, acerca do prosseguimento do feito, especificamente sobre o conteudo da manifestacao de Tiago da Rocha Mazetti, de fls. 85/86, manifeste-se a parte interessada, requerendo o que for a bem de seus direitos. PRAZO DE CINCO DIAS PARA MANIFESTAÇAO (Artigo 185 do Codigo de Processo Civil). -Advs. ALFEU RIBAS KRAMER e FERNANDO PEGORARO ROSA-.

67. COBRANCA - 0001023-72.2011.8.16.0131 - DORVIRIO GIACHINI e outros x BANCO DO BRASIL S/A - DECISAO DE FLS. 58/59 e versos - "...II - Diante do exposto, declaro a incompetência deste Juízo em relação aos autores: Dorvirio, Zevanil, Benvenuto, Domingos e Victorio. III - Considerando que o feito prosseguirá em relação aos autores residentes nesta comarca, não há como determinar a remessa dos autos ao juízo competente. Assim, deverão os autores providenciar o ajuizamento de nova ação no foro competente. IV - Retifique-se na autuação e demais assentos o polo ativo da presente demanda, procedendo-se às comunicações necessárias. -Adv. AURINO MUNIZ DE SOUZA-.

68. PRESTACAO DE CONTAS - 0004887-21.2011.8.16.0131 - ADRIANA APARECIDA SCARSI x UNIBANCO - DESPACHO DE FL. 109 - "AUTOS Nº 4887-21/2011. Recebo o recurso de apelaçao interposto pela parte Requerida as fls. 88/108 em ambos os seus efeitos (artigo 520, caput, do Codigo de Processo Civil). A parte Apelada para, querendo, apresente suas contra-razoes de recurso no prazo legal de quinze (15) dias (artigo 508 do Codigo de Processo Civil). Em seguida, com nossas homenagens e as cautelas de estilo, remetam-se os presentes autos ao Egregio Tribunal de Justiça deste Estado." -Advs. AURINO MUNIZ DE SOUZA, MARCIO ROGERIO DEPOLLI e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

69. BUSCA E APREENSAO - 0005917-91.2011.8.16.0131 - BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x GIVANILDO GONÇALVES VEIRA - "AUTOS Nº 5917/2011. Nos termos do Codigo de Processo Civil, Codigo de Normas e da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, devera a parte Autora, no prazo de trinta dias (artigo 257 do Codigo de Processo Civil), sob pena de cancelamento da distribuicao, promover o recolhimento das custas iniciais desta Segunda Serventia Civel, atraves de guia propria, a qual devera ser gerada junto ao site www.tj.pr.gov.br, no link GUIAS DE RECOLHIMENTO - Recolhimento Judicial. Observacao - O proprio sistema de impressao da guia do Tribunal de Justica, calcula o valor das custas, de acordo com o correto valor dado a causa, acrescido da autuacao." -Advs. CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELEM e JANE MARIA VOISKI PRONER-.

70. EXIBICAO DE DOCUMENTOS - 0005969-87.2011.8.16.0131 - OSMAR DA SILVA x BANCO BARIGUI S/A - "AUTOS Nº 5969/2011. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, sobre o conteudo da contestaçao e documentos apresentados as fls. 38/47, manifeste-se a parte Requerente, no prazo de dez dias." -Adv. FRANCELISE CAMARGO DE LIMA-.

71. DECLARATORIA - 0006058-13.2011.8.16.0131 - MAGALI APARECIDA RIBAS x VIVO S/A - DECISAO DE FLS. 29/30 e versos - "...III - Diante do exposto, concedo a antecipação da tutela, mediante caução idônea, para o fim de determinar a exclusão do nome da autora dos serviços de proteção ao crédito. Prestada caução, oficie-se ao Serasa para que retire o nome da autora de seus registros..." -Advs. MARCELO VARASCHIN e AIRTON JOSE ALBERTON-.

72. ORDINARIA - 0006067-72.2011.8.16.0131 - ARAMART INDUSTRIA DE ARAMADOS LTDA. x ESTADO DO PARANA - DECISAO DE FL. 406 - "...II - Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração de fls. 712/713, da parte Autora. III - Cumpra-se o item I, do despacho de fl. 389. -Adv. LUCIANE KALAMAR MARTINS-.

73. PAULIANA - 0006628-96.2011.8.16.0131 - ADELIO BETIOLO e outro x DILMA ANDREATTA DUTRA e outros - AUTOS Nº 6628/2011. Nos termos do item 5.4.5 do Codigo de Normas da Corregedoria/Geral da Justiça do Parana, manifeste-se a parte Autora, no prazo de cinco dias (artigo 185 do Codigo de Processo Civil), sobre o conteudo da certidao do Oficial de Justiça de fls. 119/120 ("...deixei de citar os Reus Dilma Andreatta Dutra e Nelson Neckel Dutra, em face de os mesmos terem mudado ha muito tempo e nao deixaram endereco..."). -Adv. EUCLIDES MEZZOMO-.

74. REVISAO DE CONTRATO - 0008218-11.2011.8.16.0131 - ANTONIO ZIQUIEL HUNING x BANCO DO BRASIL S/A - DECISAO DE FL. 164 - "...II - Diante do exposto, em que pese entendimento anterior em sentido diverso, antes de deliberar sobre a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, faculto ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento das custas processuais ou comprovar a efetiva impossibilidade de efetuá-lo, mediante documentação, com a advertência de que a ausência de manifestação no prazo concedido importará o cancelamento da distribuição, na forma do artigo 257 do Código de Processo Civil..." -Adv. GEOVANI GHIDOLIN-.

75. REVISAO DE CONTRATO - 0008222-48.2011.8.16.0131 - ANTONIO ZIQUIEL HUNING x BANCO DO BRASIL S/A - DECISAO DE FL. 159 - "...II - Diante do exposto, em que pese entendimento anterior em sentido diverso, antes de deliberar sobre a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, faculto ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento das custas processuais ou comprovar a efetiva impossibilidade de efetuá-lo, mediante documentação, com a advertência de que a ausência de manifestação no prazo concedido importará o cancelamento da distribuição, na forma do artigo 257 do Código de Processo Civil..." -Adv. GEOVANI GHIDOLIN-.

76. REVISIONAL - 0008252-83.2011.8.16.0131 - CLAUDIO LUIZ ROIEK x BV FINANCEIRA S/A - DECISAO DE FL. 21 - "...II - Diante do exposto, em que pese entendimento anterior em sentido diverso, antes de deliberar sobre a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, faculto ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento das custas processuais ou comprovar a efetiva impossibilidade de efetuá-lo, mediante documentação, com a advertência de que a ausência de manifestação no prazo concedido importará o cancelamento da distribuição, na forma do artigo 257 do Código de Processo Civil..." -Adv. DENISE MARICI OLTRAMARI TASCA-.

77. INDENIZACAO - 0008254-53.2011.8.16.0131 - VALMI LUIZ DA SILVA TODOROVSKI x DALAVAL LTDA. - DESPACHO DE FL. 39 - AUTOS Nº 8254/2011. Em face do valor dado a causa o feito rege-se pelo rito sumário. Assim, faculto ao autor a emenda da petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, para observar o disposto no artigo 276, do Código de Processo Civil. -Advs. LUCIANO DALMOLIN e LUIZ LOOF JUNIOR-.

78. COBRANCA - 0008266-67.2011.8.16.0131 - R. T. A. REPRESENTAÇOES COMERCIAIS LTDA. x ATLAS INDUSTRIA DE ELETRODOMESTICOS LTDA. - DECISAO DE FL. 38 - "...II - Diante do exposto, em que pese entendimento anterior em sentido diverso, antes de deliberar sobre a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, faculto ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento das custas processuais ou comprovar a efetiva impossibilidade de efetuá-lo, mediante documentação, com a advertência de que a ausência de manifestação no prazo concedido importará o cancelamento da distribuição, na forma do artigo 257 do Código de Processo Civil..." -Advs. GERONIMO ANTONIO DEFAVERI, MAIKEL SPERANZA GUTSTEIN e ISAIAS MORELLI-.

79. REVISIONAL - 0008268-37.2011.8.16.0131 - NARA ESTELA BORGES x BANCO PANAMERICANO S/A - DECISAO DE FL. 35 - "...II - Diante do exposto, em que pese entendimento anterior em sentido diverso, antes de deliberar sobre a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, faculto ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento das custas processuais ou comprovar a efetiva impossibilidade de efetuá-lo, mediante documentação, com a advertência de que a ausência de manifestação no prazo concedido importará o cancelamento da distribuição, na forma do artigo 257 do Código de Processo Civil..." -Advs. HERLLI CRISTINA FERNANDES TOIGO e EZEQUIEL FERNANDES-.

80. PRESTACAO DE CONTAS - 0008484-95.2011.8.16.0131 - CARLA BELMONTE ARCHETTI x BANCO DO BRASIL S/A - "AUTOS Nº 8484/2011. Nos termos do Codigo de Processo Civil, Codigo de Normas e da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, devera a parte interessada, no prazo de trinta dias (artigo 257 do Codigo de Processo Civil), sob pena de cancelamento da distribuicao, promover o recolhimento das custas iniciais desta Segunda Serventia Civel, atraves de guia propria, a qual devera ser gerada junto ao site www.tj.pr.gov.br, no link GUIAS DE RECOLHIMENTO - Recolhimento Judicial. Observacao - O proprio sistema de impressao da guia do Tribunal de Justica, calcula o valor das custas, de acordo com o correto valor dado a causa, acrescido da autuacao." -Advs. HILARIO ANTONIO FANTINEL JUNIOR e JOAO PAULO MIOTTO AIRES-.

81. EXECUCAO - 0008485-80.2011.8.16.0131 - NORDICA VEICULOS S/A x A. A. MELNICK E CIA LTDA. - "AUTOS Nº 8485/2011. Nos termos do Codigo de Processo Civil, Codigo de Normas e da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, devera a parte interessada, no prazo de trinta dias (artigo 257 do Codigo de Processo Civil), sob pena de cancelamento da distribuicao, promover o recolhimento das custas iniciais desta Segunda Serventia Civel, atraves de guia propria, a qual devera ser gerada junto ao site www.tj.pr.gov.br, no link GUIAS DE RECOLHIMENTO - Recolhimento Judicial. Observacao - O proprio sistema de impressao da guia do Tribunal de Justica, calcula o valor das custas, de acordo com o correto valor dado a causa, acrescido da autuacao." -Advs. JAQUELINE LOBO DA ROSA e CAROLINE ARAUJO BRUNETTO-.

82. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0008523-92.2011.8.16.0131 - ESPOLIO DE ADAMASTOR AGOSTINHO ZIMELLO e outros x BANCO ITAU S/A - "AUTOS Nº 8523/2011. Nos termos do Codigo de Processo Civil, Codigo de Normas e da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, devera a parte interessada, no prazo de trinta dias (artigo 257 do Codigo de Processo Civil), sob pena de cancelamento da distribuicao, promover o recolhimento das custas iniciais desta Segunda Serventia Civel, atraves

de guia propria, a qual devera ser gerada junto ao site www.tj.pr.gov.br, no link GUIAS DE RECOLHIMENTO - Recolhimento Judicial. Observacao - O proprio sistema de impressao da guia do Tribunal de Justica, calcula o valor das custas, de acordo com o correto valor dado a causa, acrescido da autuacao." -Adv. VICTOR HUGO TRENNEPOHL-.
83. EXECUCAO - 175/1998 - FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA DE VASOS DE XAXIM VIPRAM LTDA. e outro - SENTENÇA DE FL. 333 - "Ante o teor da manifestacao da parte Exequente de fl. 323, informando adimplemento desta obrigacao, resolvo o presente feito com base no artigo 794, inciso I, e 795, ambos do Codigo de Processo Civil. P.R.I. Custas pela parte Executada. Levante-se eventual penhora existente e, oportunamente, arquivem-se. Dada a preclusao logica de recurso, dispenso o prazo respectivo." -Adv. VICENTE LUCIO MICHALISZYN-.
84. EXECUCAO - 161/2001 - FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x INDUSTRIA DE VASOS DE XAXIM VIPRAM LTDA. - SENTENÇA DE FL. 333, proferida nos autos em apenso nº 175/1998 - "Ante o teor da manifestacao da parte Exequente de fl. 323, informando adimplemento desta obrigacao, resolvo o presente feito com base no artigo 794, inciso I, e 795, ambos do Codigo de Processo Civil. P.R.I. Custas pela parte Executada. Levante-se eventual penhora existente e, oportunamente, arquivem-se. Dada a preclusao logica de recurso, dispenso o prazo respectivo." -Adv. VICENTE LUCIO MICHALISZYN-.
85. EXECUCAO - 413/2005 - MUNICIPIO DE PATO BRANCO - PARANA x IRMAOS PRTRYCOSKI & CIA LTDA. - SENTENÇA DE FL. 89 - "Ante o teor da manifestacao da parte Exequente de fl. 88, informando adimplemento desta obrigacao, resolvo o presente feito com base no artigo 794, inciso I, e 795, ambos do Codigo de Processo Civil. P.R.I. Custas pela parte Executada. Levante-se eventual penhora existente e, oportunamente, arquivem-se. Dada a preclusao logica de recurso, dispenso o prazo respectivo." -Adv. LUIZ FERNANDO POZZA-.
86. EXECUCAO - 149/2009 - FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x PATO BRANCO TECNOPOLE LTDA. - SENTENCA DE FL. 85 - AUTOS Nº 149/2009. Tendo em vista o cancelamento da presente dívida, conforme noticiado pela Exeqüente à fl. 65, nada mais resta a perseguir na presente execução. Aliás, dispõe o artigo 26 da Lei nº 6830/80 - (...). ISTO POSTO, com base no artigo 26, acima mencionado, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇAO. Sem custas. P.R.I. Oportunamente, levante-se o arresto/penhora, se porventura efetivado, e arquivem-se os autos, com as baixas de estilo. Dada a preclusão lógica, dispenso o respectivo prazo recursal. -Advs. ANDRE AGOSTINHO HAMERA e SIDCLEI JOSE DE GODOIS-.
87. CARTA PRECATORIA - 33/2005 - Oriundo da Comarca de CHAPECO - SC - PRIMEIRA VARA CIVEL - GAMBATTO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/S LTDA x ANTONIO DE AGUIAR - "AUTOS Nº 33/2005. Compareça a parte Exequente em Cartorio para efetuar a retirada do alvara de levantamento expedido." -Advs. CRISTIANO STONOGA e MARCO AURELIO DA COSTA PETRY-.
88. CARTA PRECATORIA - 53/2008 - Oriundo da Comarca de ITARARE - SP - PRIMEIRA VARA DA FAZENDA - FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO x CAPEG - AUTOS Nº 53/2008. Nos termos da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, acerca do prosseguimento do feito, especificamente sobre o calculo geral de fls. 49/50 (R$ 83.521,69) e, ainda, sobre o laudo de avaliacao de fl. 48 (R$ 1.885.000,00), manifeste-se a parte Executada, requerendo o que for a bem de seus direitos. PRAZO DE CINCO DIAS PARA MANIFESTAÇAO (Artigo 185 do Codigo de Processo Civil). -Advs. LUIZ CARLOS DAGOSTINI, MANOELA JANDYRA F. LARA PRADO e ANDREY HERGET-.
89. CARTA PRECATORIA - 0002940-63.2010.8.16.0131 - Oriundo da Comarca de UBERABA - MG - QUARTA VARA CIVEL - EDEMIRO FERREIRA DOS SANTOS x BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A - DESPACHO DE FLS. 332/333 - AUTOS Nº 2940/2010. A fim de agilizar o andamento processual, tendo em vista que em vários outros processos da mesma natureza não há um consenso entre as partes e o perito quanto ao valor proposto a título de honorários periciais, ficando os autos se arrastando entre idas e vindas em conclusão numa interminável discussão, fixo os honorários periciais em R$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), compatíveis com o trabalho a ser desenvolvido nestes autos, ante o número de quesitos a serem respondidos, ante o número de documentos a serem analisados, bem como ante a média do valor proposto em outros processos desta mesma natureza. Nesse sentido - (...). Ciência às partes. Intime-se o Requerido a depositar a diferença do valor acima fixado no prazo de 05 (cinco) dias antes do início da perícia. Desde já, defiro o levantamento de 50% dos honorários periciais pelo perito, bem como que seja este intimado a se manifestar sobre o valor acima fixado. Caso não concorde, voltem os autos para designação de outro perito; caso concordância haja, dê início aos trabalhos periciais, observando-se para tanto o artigo 431-A do Código de Processo Civil e os despachos/decisões aqui proferidos, designando data, horário e local para a realização dos trabalhos periciais. -Advs. DELIO SOARES DE MENDONÇA JUNIOR, ALBERTO EUSTAQUIO PINTO SOARES, GISELLE SANTOS COUY, JOSE FERNANDO VIALLE, ROSELI PINHEIRO FERRARINI e MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO-.
90. CARTA PRECATORIA - 0008521-25.2011.8.16.0131 - Oriundo da Comarca de FRANCISCO BELTRAO - PR - SEGUNDA VARA CIVEL - JOSE LUIZ DE MELLO x CEREALISTA GUZZO LTDA. e outro - "AUTOS Nº 8521/2011. Nos termos do Codigo de Processo Civil, Codigo de Normas e da PORTARIA Nº 01/2008 deste juizo, devera a parte interessada, no prazo de trinta dias (artigo 257 do Codigo de Processo Civil), sob pena de cancelamento da distribuicao, promover o recolhimento das custas iniciais desta Segunda Serventia Civel, atraves de guia propria, a qual devera ser gerada junto ao site www.tj.pr.gov.br, no link GUIAS DE RECOLHIMENTO - Recolhimento Judicial. Observacao - O proprio sistema de impressao da guia do Tribunal de Justica, calcula o valor das custas, de acordo com o correto valor dado a causa, acrescido da autuacao." -Advs. FRANCELISE CAMARGO DE LIMA e KELIN GHIZZI-.

PATO BRANCO, 29 DE SETEMBRO DE 2011.

# FORO REGIONAL DE PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## VARA CÍVEL

**COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA**
**FORO REGIONAL DE PINHAIS**
**CONSULTA PROCESSUAL: www.assejepar.com.br**
**JUIZ TITULAR: Diocelia da Graça Mesquita Fávaro**
**ESCRIVA: Alice Beatriz Silva Portugal**

**RELACAO Nº 195/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADILSON MENAS FIDELIS 0002 000779/1999
ADRIANO MUNIZ REBELLO OAB 0028 000214/2010
ALESSANDRA SPREA 0002 000779/1999
ALEXANDRE DA ROCHA LINHAR 0021 001218/2009
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 0039 001541/2011
ALINE CELLI MARTINS 0002 000779/1999
ALMIR KUTNE 0011 000939/2007
ALUIR ROMANO ZANELLATO FI 0031 005776/2010
ALVARO DIRCEU DE CAMARGO 0001 000687/1998
ANA CAROLINA LOPES OLSEN 0008 001346/2004
ANDRE ABREU DE SOUZA 0013 001974/2007
ANDRE LUIS SOTTOMAIOR PER 0023 001530/2009
ANDRE SOTTOMAIOR 0023 001530/2009
ANGELIZE SEVERO FREIRE 0042 000118/2011
ANNE MARIE KUTNE 0011 000939/2007
ANTENOR DEMETERCO NETO 0001 000687/1998
ANTONIO RENATO DE AVILA S 0019 000662/2009
APARECIDO JOSE DA SILVA 0035 000892/2011
ARISTON CARLOS GHIDIN 0005 000546/2003
BRUNO GARCIA JUNIOR 0042 000118/2011
CARLOS A.FARRACHA DE CAST 0005 000546/2003
CARLOS ALBERTO MATTIUZZI 0026 002076/2009
CARLOS BRUNO DA SILVA 0031 005776/2010
CARLOS HENRIQUE PAZZINATT 0027 002214/2009
CARLOS ROBERTO DE OLIVEIR 0004 000719/2001
CAROLINE DIAS DOS SANTOS 0034 000816/2011
CESAR AUGUSTO TERRA 0038 001540/2011
CRISTINA POLLI BITTENCOUR 0004 000719/2001
DAMIANI ROQUE FONTEBON SI 0036 001000/2011
DANIEL HACHEM 0012 001959/2007
0041 000749/2001
DANIELE DE BONA 0025 001985/2009
DANIELLE ROSA E SOUZA 0023 001530/2009
EDSON GALDINO VILELLA DE 0015 000616/2008
0040 000002/2001
EDUARDO MARIANO VALEZIN D 0022 001381/2009
EDVALDO CAPASSI 0021 001218/2009
ELSON DE ALMEIDA RIBAS FI 0003 000233/2000
ELVIO RENATO SEVERO OAB/P 0002 000779/1999
ERIKA HIKISHIMA FRAGA OAB 0043 001013/1998
FABIULA SCHMIDT OAB/PR 26 0009 000039/2005
FERNANDA SCHOSSLAND ROSSI 0033 000055/2011
GILMAR LONGO DA ROCHA 0044 001104/1998
GIOVANA ROBERTA MERCALDI 0031 005776/2010
GUSTAVO DARIF BORTOLINI 0016 001860/2008
0026 002076/2009
GUSTAVO SALDANHA SUCHY 0019 000662/2009
JANAINA GIOZZA 0019 000662/2009
JANAINA ROVARIS 0013 001974/2007
JEFERSON DE AMORIN 0042 000118/2011
JOAO APARECIDO VENANCIO 0029 001485/2010
JOAO CARLOS VENANCIO 0005 000546/2003
JORGE DURVAL DA SILVA 0032 007738/2010
JOSE MAURICIO REGO BARROS 0004 000719/2001
JURANDIR BAPTISTA SALGUEI 0004 000719/2001
KARINA DE ALMEIDA BATISTU 0001 000687/1998
KARLA JAQUELINE STOREL 0022 001381/2009
0025 001985/2009
LEONARDO RIBAS LOVO 0018 000647/2009
LEONEL TREVISAN JUNIOR OA 0006 000883/2004
LUIS CARLOS BARRETO 17609 0007 001323/2004
LUIS OSCAR SIX BOTTON 0013 001974/2007
LUIZ CARLOS BARRETO 0007 001323/2004
LUIZ CARLOS DA SILVA 17.6 0007 001323/2004

LUIZ CARLOS SOARES S. JUN 0005 000546/2003
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0011 000939/2007
MARCELO ARTHUR MENEGASSI 0023 001530/2009
MARCELO CRISSANTO MALLIN 0007 001323/2004
MARCELO JOSE CISCATO OAB/ 0002 000779/1999
MARCELO NASSIF MALUF 0016 001860/2008
0026 002076/2009
MARCO ANTONIO FAGUNDES CU 0039 001541/2011
MARCO ANTONIO GUIMARAES 0015 000616/2008
MARCOS PAULO DA SILVA 0032 007738/2010
MARCOS PEREIRA ROSA 0020 000873/2009
MARIA HELENA DE OLIVEIRA 0020 000873/2009
MARIANA ROCHA URBAN 0015 000616/2008
MARTIN ROEDER FILHO 0038 001540/2011
MIEKO ITO 0043 001013/1998
MONSENHOR EDVAL MONTEIRO 0014 002789/2007
MURILO CELSO FERRI 0037 001417/2011
NELSON PASCHOALOTTO 0017 000594/2009
OSMAR CARDOSO ROLIM - OAB 0009 000039/2005
PATRICIA REGINA PIASECKI 0032 007738/2010
PAULA ROBERTA PIRES 0008 001346/2004
PAULO SERGIO GUEDES 0007 001323/2004
PAULO SERGIO WINCKLER 0028 000214/2010
0030 003495/2010
PEDRO PAULO MATTIUZZI 0026 002076/2009
RAMONN BALDINO GARCIA 0032 007738/2010
ROBERVAL KUGLER MENDES OA 0003 000233/2000
SANDRA JUSSARA KUCHNIR 0010 000238/2007
SAUL CORDEIRO DA LUZ 0045 007116/2011
SERGIO SCHULZE - OAB/SC 7 0024 001535/2009
SHAUA MARTINS CASAGRANDE 0022 001381/2009
0025 001985/2009
SILVIO ESPINDOLA 0018 000647/2009
SIMONE MARQUES SZESZ OAB/ 0043 001013/1998
SIVONEI MAURO HASS 0016 001860/2008
STEFAN KLAUS GILDEMEISTER 0027 002214/2009
VICENTE MAGALHAES 0008 001346/2004
VINICIUS DE ANDRADE MENDE 0003 000233/2000
VINICIUS DE ANDRADE MENDE 0002 000779/1999
VINICIUS TEODORO DE OLIVE 0040 000002/2001

1. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-687/1998-BANCO DO BRASIL S.A x NICHELE COM.IND.EMB.PLASTICAS LTDA-"As partes não possuem mais provas a produzir, além das já constantes dos autos, motivo pelo qual remetam-se os autos ao Sr. Contador para elaboração das custas finais. Após preparadas as custas, anote-se e remetam os autos à conclusão para sentença. Intimem-se." "Providencie a parte interessada o pagamento das custas processuais no valor de R$ 652,53, em 5 (cinco) dias." -Advs. KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI, ANTENOR DEMETERCO NETO e ALVARO DIRCEU DE CAMARGO VIANNA NETO-.

2. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-779/1999-CELSO AUGUSTO M. RIBAS & CIA LTDA x CLEONICE TENORIO DE MELLO-"Providencie a parte interessada o pagamento das custas processuais no valor de R$ 297,48, em 5 (cinco) dias." -Advs. VINICIUS DE ANDRADE MENDES - 18.876, ADILSON MENAS FIDELIS, ALESSANDRA SPREA, MARCELO JOSE CISCATO OAB/PR 24.654, ELVIO RENATO SEVERO OAB/PR 26.146 e ALINE CELLI MARTINS-.

3. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS-233/2000-ENEBECKER IND.DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA x ENIVALDO PAULISTA-"Em análise dos autos verifica-se que após a citação o réu apresentou resposta com prestação de contas, seguindo-se então especificação de provas, determinação de prova pericial e inércia das partes em promover o depósito dos honorários periciais. Além disso, tentativas de conciliação resultaram infrutíferas. Considerando-se o trâmite do feito há mais de 10 anos sem solução de continuidade, especialmente, em função da omissão das partes, à conta e preparo. Intimem-se." "Providencie a parte interessada o pagamento das custas processuais no valor de R$ 144,97, em 5 (cinco) dias." -Advs. VINICIUS DE ANDRADE MENDES, ROBERVAL KUGLER MENDES OAB/PR 4485 e ELSON DE ALMEIDA RIBAS FILHO-.

4. ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO-0000858-77.2001.8.16.0033-SIMONE MARIE TSUNOMURA NAKAMURA DE SOUZA x ORLANDO LEITE DE SOUZA e outros-"Manifeste-se a parte interessada sobre a certidao de fls. 262 (ate a presente data não houve oferecimento de contestação pela requerida Encarnação Martins de Souza), no prazo de cinco dias". -Advs. JOSE MAURICIO REGO BARROS OAB/26000, CRISTINA POLLI BITTENCOURT, CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA/PR-15785 e JURANDIR BAPTISTA SALGUEIRO-.

5. DISSOLUCAO PARCIAL SOCIEDADE-546/2003-ELIZETE TEREZINHA KSHESEK x TLC-GROUP BRASIL- IMP.E EXP.DE EQUIP.TELEF.LTDA e outros-"Ciente da interposição do agravo de instrumento às fls. 859/872. Mantenho a decisão agravada, ante a inexistência de novos elementos de convicção nos autos, quer de natureza fática ou jurídica. Para o prosseguimento do feito, intime-se a parte autora para o depósito da primeira parcela da parte de 50% que lhe cabe, em face dos honorários periciais a serem pagos, bem como, a parte requerida para o depósito dos outros 50% do valor estimado pelo Senhor perito. Prazo de 05 (cinco) dias."-Advs. CARLOS A.FARRACHA DE CASTRO/20.812, LUIZ CARLOS SOARES S. JUNIOR, ARISTON CARLOS GHIDIN e JOAO CARLOS VENANCIO-.

6. MONITORIA-883/2004-BANCO ITAU S.A. x ANGELICA COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA-"Manifeste-se a parte interessada, sobre a(s) resposta(s) do(s) oficio (s), em cinco (05) dias". -Adv. LEONEL TREVISAN JUNIOR OAB/PR 24839-.

7. AÇÃO DECLARATÓRIA-1323/2004-CELSO LUIZ SANTOS DE PAULA e outros x SINDICATOS DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PINHAIS e outro-"Através da sentença proferida nos autos, os requerentes foram condenados ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do patrono do requerido. Os advogados da parte requerida protocolaram pedido de expedição de mandado executivo, juntando planilha atualizada do débito. O despacho proferido à fl. 205 deu início ao cumprimento de sentença, sendo que o feito foi remetido à contadoria judicial para elaboração das custas (fl. 207). Após, foi expedido mandado de penhora e avaliação, o qual restou negativo, pelo fato de que o Senhor oficial de justiça não localizou a parte requerida. Em seguida, os exequentes apresentaram planilha atualizada do débito requerendo, entre outros, a penhora "on line" com a utilização do convênio Bacenjud. O pedido foi deferido e houve o bloqueio de valores em contas pertencentes aos executados. Através da petição juntada à fl. 231, os requerentes/executados noticiaram o depósito do valor da sucumbência para quitação do débito, requerendo o desbloqueio das contas perante o Bacenjud. Levando-se em conta a comprovação do depósito do valor executado, foi deferido e procedido o desbloqueio dos valores constritos. Ao final, a parte exeqüente protocola requerimento para o prosseguimento do feito, apresentando novos valores para execução. Ante o exposto decido: Com o depósito integral pelos executados, do valor apresentado pelo próprio exeqüente, restou cumprida a obrigação. Daí porque, impertinente o pedido formulado à fl. 248. Expeça-se alvará em favor do exeqüente dos valores depositados à fl. 245. Após, às baixas e anotações necessárias, inclusive junto ao Cartório Distribuidor. Arquivem-se. Intimem-se."-Advs. PAULO SERGIO GUEDES, LUIZ CARLOS BARRETO, LUIZ CARLOS DA SILVA 17.638/PR, MARCELO CRISSANTO MALLIN 17.689/PR e LUIS CARLOS BARRETO 17609/PR-.

8. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-1346/2004-COMERCIO DE CARNES NOBRE LTDA x TRENTINI E TRENTINI LTDA e outros-"Nos termos do Provimento 168, expeça-se mandado de citação e demais atos nos endereços indicados às fls. 189. Ciente a Credora que deverá efetuar o depósito das custas do Sr. Meirinho (art. 19, do CPC) diretamente na Direção do Fórum Central de Curitiba. Intimem-se."-Advs. PAULA ROBERTA PIRES, ANA CAROLINA LOPES OLSEN e VICENTE MAGALHAES-.

9. AÇÃO DE DANOS MORAIS-39/2005-MARIA DE LOURDES TRAIN x CENTRO DE ENSINO SAO JUDAS TADEU-"A credora manifestou-se às fls. 480 requerendo a intimação da executada a fim de promover o pagamento da multa do art. 475-J, sob a alegação de não ter sido efetuado o pagamento do débito de forma espontânea. Contudo o despacho de fls. 457/458 esclareceu e, na oportunidade, revogou o despacho proferido anteriormente (fls. 410), vez que a parte executada, em verdade, não fora intimada do item "5" da decisão de fls. 382/383, qual seja: intimação da executada para que efetue o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% sobre a condenação. Portanto, tendo sido condicionada a intimação da ré após a apresentação de planilha de cálculo pela credora, o que até o momento não ocorreu e, diante do depósito realizado pelo devedor às fls. 425, indefiro, por ora, a aplicação da penalidade do artigo supra mencionado, devendo ainda a credora manifestar-se no prazo de cinco (05) dias, quanto a satisfação do débito. Intimem-se. Providências Necessárias."-Advs. OSMAR CARDOSO ROLIM - OAB/SC 19.790 e FABIULA SCHMIDT OAB/PR 26489-.

10. AÇÃO DE DEPÓSITO-238/2007-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS AMERICA MULTICARTEIRA x ROGERIO VIEIRA DA SILVA-"Deve a parte interessada retirar de Cartorio a(s) Carta(s) de Citacao expedida(s), providenciando a sua remessa no prazo de cinco (05) dias". -Adv. SANDRA JUSSARA KUCHNIR-.

11. REVISIONAL DE CONTRATO-939/2007-DEUZI CORDEIRO DE AZEVEDO x BV FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e outro-"Providencie a parte interessada o pagamento das custas processuais no valor de R$ 25,38, em 5 (cinco) dias." -Advs. ALMIR KUTNE, ANNE MARIE KUTNE e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

12. MONITORIA-1959/2007-BANCO BRADESCO S.A x COMERCIO DE CARNES PINEVILLE LTDA e outros-"Deve a parte autora complementar as custas das cartas de citação expedidas, no total de 06, e apresentar as contra-fes para instrui-las, no prazo de cinco dias."-Adv. DANIEL HACHEM-.

13. MONITORIA-1974/2007-UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A x COMERCIO DE CARNES PINEVILLE LTDA e outro-"Deve a parte interessada retirar de Cartorio a(s) Carta(s) de Citacao expedida(s), providenciando a sua remessa no prazo de cinco (05) dias". -Advs. LUIS OSCAR SIX BOTTON, JANAINA ROVARIS e ANDRE ABREU DE SOUZA-.

14. USUCAPIAO-2789/2007-JAIR ANTONIO HAUBRICHT x ARLINDO GOMES BARBOSA-"Deve a parte requerente retirar de Cartorio o(s) oficio(s) expedido(s), providenciando a devida remessa no prazo de 05 (cinco) dias." -Adv. MONSENHOR EDVAL MONTEIRO RODRIGUES-.

15. MANDADO DE SEGURANCA C/C LIMINAR-616/2008-INSTITUTO EUVALDO LODI DO PARANA - IEL/PR x PRESIDENTE DA COMISSAO ESPECIAL DE LICITACAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE e outro-"Recebo o recuso de apelação interposto (fls. 400/403), nos termos do artigo 14 da Lei de Mandado de Segurança (Lei n.º 12.016 de 07 de agosto de 2006), ante a tempestividade (artigo 508 do CPC), nos efeitos devolutivo e suspensivo (artigo 28, Decreto-lei n.º 3.365/1941). Nos termos do artigo 508 do Código de Processo Civil, intime-se a apelada para, em 15 (quinze) dias, apresentar resposta."-Advs. MARCO ANTONIO GUIMARAES, MARIANA ROCHA URBAN e EDSON GALDINO VILELLA DE SOUZA-.

16. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO-1860/2008-ISAIAS DOS SANTOS x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELETRICA - COPEL-"Manifestem as partes seu interesse na produção de provas, discriminando-as objetivamente em relação à controvérsia dos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, para efeitos do artigo 331, CPC. Em igual prazo, manifestem seu interesse na conciliação entre as partes. Caso haja legítimo interesse em conciliar, será designada audiência preliminar, nos termos do artigo 331 e § 1º, CPC. Caso reste infrutífera a

pretensão conciliatória, especificadas as provas e discriminado seu objeto, voltem os autos para efeito de saneamento, nos termos do § 3º do artigo 331, CPC. Acrescente-se que a presente providência justifica-se em função da necessidade de conciliar o procedimento legal, com efetividade e o número de audiências a ser designadas, em face a exigüidade da pauta de audiências. Intimem-se. Providências Necessárias."-Advs. GUSTAVO DARIF BORTOLINI, MARCELO NASSIF MALUF e SIVONEI MAURO HASS-.

17. AÇÃO DE DEPÓSITO-594/2009-BANCO BRADESCO S.A x ANTONIO MARCOS BARRIM-"Deve a parte interessada providenciar o pagamento das custas da diligencia do Sr. Oficial de Justica, no prazo de 05 (cinco) dias." -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

18. DECLARATÓRIA INCIDENTAL-647/2009-RICARDO DE SENA x NELSON LOGULO e outro-"Intime-se a Requerente para no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o preparo das custas processuais remanescentes calculadas às f. 68, sob pena de eventual execução pelos Serventuários. Dê-se ciência ainda, que em caso de eventual execução pelos Serventuários, arcará com novas custas e honorários advocatícios. Intimem-se."-Advs. SILVIO ESPINDOLA e LEONARDO RIBAS LOVO-.

19. ORDINARIA DE REVISÃO CONTRATUAL C/PED.TUTELA ANTECIPADA-662/2009-LEOPOLDO SVIECH x BANCO ITAUCARD S/A-"Para efeito de intimações, deverá ser observado o contido às fls. 232/234. Anote-se. Certifique-se acerca da intimação da apelada, notadamente, quanto à determinação contida através do despacho proferido à fl. 222. Se negativo, cumpra-se de imediato. Nos mesmos moldes daquela decisão, recebo a apelação interposta às fls. 223/231, uma vez que comprovado o respectivo preparo e o porte de retorno, conforme fls. 236/238, nos termos do artigo 511 do CPC e, ante a tempestividade (artigo 508 do CPC)."-Advs. ANTONIO RENATO DE AVILA SANTOS, GUSTAVO SALDANHA SUCHY e JANAINA GIOZZA-.

20. ORDINARIA DE NULIDADE-873/2009-EMBALAPLAST EMBALAGENS PLASTICAS LTDA x J E E - COVISI TRANSPORTES LTDA-"Sobre o teor dos oficios oriundos de São Paulo Comarca de Mauá e Comarca de Indiatuba, manifestem-se as partes, em cinco dias."-Advs. MARCOS PEREIRA ROSA e MARIA HELENA DE OLIVEIRA-.

21. COMINATÓRIA C/C PERDAS E DANOS-1218/2009-CLUBE ATLETICO PARANAENSE x MAXI PE e outros-"Recebo o agravo retido às fls. 83/85. Intime-se o agravado para que se manifeste no prazo legal. Após, voltem para a fase do juízo de retratação. Cumpra-se nos termos de fls. 79"-Advs. ALEXANDRE DA ROCHA LINHARES e EDVALDO CAPASSI-.

22. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-1381/2009-BANCO FINASA BMC S/A x GERALDO THEYLOR CORONETT BONFIN-"Ante a propositura de ação revisional de contrato, ajuizada pelo devedor, cuja objetividade jurídica é discussão das clausulas contratuais, determino a suspensão da ação de Reintegração de Posse durante o curso da demanda revisional. Na esteira de precedentes jurisprudenciais há uma relação prejudicial que justifica a suspensão da ação revisional, nos termos do artigo 265, IV, alínea "a" CPC. Em consequência, a ação de revisão de contrato funciona como prejudicial à ação de reintegração de posse do bem alienado, referente ao mesmo contrato, gerando, pois, a conexão por prejudicialidade e impondo a reunião das ações, para julgamento conjunto , para evitar decisões antagônicas. Isto posto, determino a suspensão deste processo, até o julgamento da ação revisional. Intimem-se. Providências Necessárias."-Advs. EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO, SHAUA MARTINS CASAGRANDE e KARLA JAQUELINE STOREL-.

23. AÇÃO DECLARATÓRIA-1530/2009-LUIGI CIARLANTINI x CONSTRUTORA GIACOMELLI LTDA e outro-"Diante da redução pelo Senhor perito, do valor estimado por seus honorários, e ainda, da possibilidade do pagamento em duas parcelas iguais, mensais e consecutivas, manifeste-se a parte interessada."-Advs. MARCELO ARTHUR MENEGASSI FERNANDES, ANDRE LUIS SOTTOMAIOR PEREIRA, DANIELLE ROSA E SOUZA e ANDRE SOTTOMAIOR-.

24. AÇÃO DE DEPÓSITO-1535/2009-ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS x JORGE LUIZ DOMINGUES-"Deve a parte interessada retirar de Cartorio a(s) Carta(s) de Citacao expedida(s), providenciando a sua remessa no prazo de cinco (05) dias". -Adv. SERGIO SCHULZE - OAB/SC 7.629-.

25. REVISIONAL DE CONTRATO-1985/2009-GERALDO THEYLOR CORONETT BONFIN x BANCO FINASA BMC S.A-"Tendo em vista que o requerente não dispõe de recursos para suportar as despesas da presente ação sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme documento de fls. 51, com fulcro no disposto na Lei 1.060/50 e no artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal, defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. No mais, cumpra-se nos termos do despacho de fls. 146 (Dê ciência às partes do acórdão de fls. 134/143. Deve ainda a parte autora promover os atos e diligências a dar andamento ao feito, especificamente retirar a carta de citação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do feito nos termos do art. 267, §1º, CPC). Intimem-se. Providências Necessárias."-Advs. SHAUA MARTINS CASAGRANDE, KARLA JAQUELINE STOREL e DANIELE DE BONA-.

26. REVISIONAL DE CONTRATO-2076/2009-ZENAIDE FILOMENA VERGOPOLAN e outro x CONDUTEC TECNICA DE CONSTRUCOES LTDA-"Manifestem as partes seu interesse na produção de provas, discriminando-as objetivamente em relação à controvérsia dos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, para efeitos do artigo 331, CPC. Em igual prazo, manifestem seu interesse na conciliação entre as partes."-Advs. PEDRO PAULO MATTIUZZI, CARLOS ALBERTO MATTIUZZI, MARCELO NASSIF MALUF e GUSTAVO DARIF BORTOLINI-.

27. EMBARGOS DE TERCEIRO-2214/2009-TSALYAH ADMINISTRAÇAO E LOCAÇAO DE BENS PROPRIOS LTDA x STEFAN KLAUS GILDEMEISTER-"Providencie a parte interessada o pagamento das custas processuais no valor de R$ 30,08, em 5 (cinco) dias." -Advs. CARLOS HENRIQUE PAZZINATTO e STEFAN KLAUS GILDEMEISTER OAB/4.022-.

28. REVISIONAL DE CONTRATO DE VENDA VEICULO-0000214-22.2010.8.16.0033-RODRIGO ANTONIO BENVENUTI x BANCO OMNI S/A, CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-"Recebo o recuso de apelação interposto (fls. 189/203), uma vez que comprovado o respectivo preparo e o porte de retorno, conforme fls. 204/205, e ante a tempestividade (artigo 508 do CPC), nos efeitos devolutivo e suspensivo (artigo 520 do CPC), nos termos do artigo 511 do Código de Processo Civil. Nos termos do artigo 508 do Código de Processo Civil, intime-se a apelada para, em 15 (quinze) dias, apresentar resposta. Com a apresentação de resposta, ou caso decorrido o prazo sem a apresentação, o que deverá ser certificado pela escrivania, subam imediatamente os presentes aos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Intimem-se. Providências Necessárias."-Advs. PAULO SERGIO WINCKLER e ADRIANO MUNIZ REBELLO OAB/PR 24.730-.

29. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA-0001485-66.2010.8.16.0033-MANUEL TEIXEIRA x ALCIDES EDGARD SENFF e outro-"Deve a parte requerente retirar de Cartorio o(s) oficio(s) expedido(s), providenciando a devida remessa no prazo de 05 (cinco) dias." -Adv. JOAO APARECIDO VENANCIO-.

30. REVISIONAL DE CONTRATO DE VENDA VEICULO-0003495-83.2010.8.16.0033-RICARDO ANTONIO DE SOUZA x BV FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-"Intime-se a Requerente para no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o preparo das custas processuais remanescentes calculadas às f. 181, sob pena de eventual execução pelos Serventuários. Dê-se ciência ainda, que em caso de eventual execução pelos Serventuários, arcará com novas custas e honorários advocatícios. Intimem-se." -Adv. PAULO SERGIO WINCKLER-.

31. REIVINDICACAO DE POSSE-0005776-12.2010.8.16.0033-KOMATSU FOREST INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS FLORESTAIS LTDA x BUFON'S SERVIÇOS AGROFLORESTAIS LTDA-"Providencie a parte interessada o pagamento das custas processuais no valor de R$ 11,28, em 5 (cinco) dias." -Advs. ALUIR ROMANO ZANELLATO FILHO, GIOVANA ROBERTA MERCALDI e CARLOS BRUNO DA SILVA-.

32. DISSOLUCAO PARCIAL SOCIEDADE-0007738-70.2010.8.16.0033-MARCOS ARTUR BUSATO RIBEIRO x TRANSTECH IVESUR BRASIL LTDA e outros-"Para efeitos de intimação, atente-se a serventia quanto à informação de fls. 349. Anote-se. Sobre o contido na petição e documentos de fls. 354/391, manifeste-se o requerido no prazo de 10 dias, a teor do art. 398, CPC. Intimem-se. Providências necessárias."-Advs. JORGE DURVAL DA SILVA, MARCOS PAULO DA SILVA, PATRICIA REGINA PIASECKI e RAMONN BALDINO GARCIA-.

33. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO-0008791-86.2010.8.16.0033-H. DIAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA x BRASIL TELECOM CELULAR S/A-"Sobre o contido na petição e documentos de fls. 262/263, manifeste-se o autor no prazo de 10 dias, a teor do art. 398, CPC. Observe-se ainda, para efeitos de intimação, o requerimento de fls. 258. Anote-se. Intimem-se. Providências necessárias."-Adv. FERNANDA SCHOSSLAND ROSSINI-.

34. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-0003782-12.2011.8.16.0033-VBA INDUSTRIA MECANICA LTDA x BANCO ITAU S.A.-"Ante a informação de fls. 249 de que pretende a autora convolar a presente ação em Revisional, esclareça, no prazo de 10 (dez) dias, quais as cláusulas pretende rever, especificando-as no pedido. Certifique a escrivania a existência das Ações mencionadas às fls. 250, item "b", bem como a fase em que se encontram. Após voltem para apreciação do pedido de antecipação de tutela e processamento da ação. Intimem-se. Providências Necessárias."-Adv. CAROLINE DIAS DOS SANTOS-.

35. EMBARGOS A EXECUCAO-0004171-94.2011.8.16.0033-THI ALIMENTOS COMERCIAL IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA. x A F GUEDES SECURITIZADORA S/A-"Intime-se a embargante para replicar, em dez (10) dias." -Adv. APARECIDO JOSE DA SILVA-.

36. EMBARGOS DE TERCEIRO-0004629-14.2011.8.16.0033-LUCIA ANDRADE DE ALMEIDA x ROBERTO FERRER DE MACEDO e outro-"Sobre a impugnacao aos embargos e documentos, manifeste-se o interessado no prazo de 10 (dez) dias."-Adv. DAMIANI ROQUE FONTEBON SIERAKOWSKI-.

37. EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAL-0006466-07.2011.8.16.0033-BANCO BRADESCO S.A x MDA INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e outros-"Deve a parte interessada providenciar o pagamento das custas da diligencia do Sr. Oficial de Justica, no prazo de 05 (cinco) dias." -Adv. MURILO CELSO FERRI-.

38. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0006951-07.2011.8.16.0033-REAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x MARIA REGINA ZICK-"Face o teor da petição de fls. 98, e o acordo homologado às fls. 145 dos autos em apenso, nos termos do item 2.3.12 CN, contados e preparados, voltem. Intimem-se. Providências Necessárias."-Advs. CESAR AUGUSTO TERRA e MARTIN ROEDER FILHO-.

39. REVISIONAL DE CONTRATO DE VENDA VEICULO-0006950-22.2011.8.16.0033-REGINA MARIA ZICH BERTOLDI x ABN AMRO BANK S/A-"Ciência as partes da remessa dos autos a este Juízo. Tratam os presentes autos de ação Revisional de Contrato de arrendamento mercantil. Às fls. 143/144 o requerido informou acordo realizado entre as partes, requerendo a homologação e a consequente extinção do processo. R. Decisão de fls. 145 homologou o acordo celebrado entre as partes, nos termos do artigo 269, III, CPC, e extinguiu com resolução do mérito. Às fls. 151/152 e 154/156 a requerente noticiou que a dívida junto ao banco encontra-se aberta, devido a erro de digitação no acordo celebrado entre as partes e homologado pelo R. Juízo, constando o número de contrato diverso do discutido nos presentes autos, requerendo a designação de audiência de conciliação. Ante a notícia de erro material referente ao número do contrato no acordo celebrado entre as partes, e ante o pedido de extinção nos autos

em apenso sob nº. 1540/2001 de Reintegração de Posse às fls. 98, pela perda de objeto, intime-se o requerido para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias, sobre as petições de fls. 151/152 e 154/156. Intimem-se. Providências Necessárias."-Advs. MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA e ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.
40. EXECUCAO FISCAL-2/2001-MUNICIPIO DE PINHAIS x OSCAR LUIZ SANTOS e outros-"JULGO, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinta a presente execução, nos termos do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, diante do pagamento do débito pela parte executada (CPC, art. 795). Custas de Lei. Oportunamente, lancem-se baixas, inclusive na distribuição (e no Depositário Público, em sendo o caso), façam-se as anotações e comunicações necessárias e ARQUIVEM-SE estes autos. Publique-se, registre-se e intimem-se."-Advs. EDSON GALDINO VILELLA DE SOUZA e VINICIUS TEODORO DE OLIVEIRA-.
41. CARTA PRECATORIA-749/2001-Oriundo da Comarca de 10 VARA CIVEL DA COMARCA DE CURITIBA-BANCO BRADESCO S.A x V C A INDUSTRIA E COM DE USINAGEM E PRECISAO LTDA e outro-"Defiro o pedido de fl. 123, para determinar a expedição de ofício ao Juízo Deprecante, às expensas da parte exeqüente, solicitando a intimação da parte executada para manifestar-se acerca do laudo de avaliação, em dez dias. Deverá ser observado pela Serventia, que o expediente deverá ser instruído com cópia reprográfica do laudo (fls. 111/113). Intime-se. Providências necessárias."-Adv. DANIEL HACHEM-.
42. CARTA PRECATORIA-0005070-92.2011.8.16.0033-Oriundo da Comarca de 2 VARA CIVEL DE BALNEARIO CAMBORIU/SC-WAGNER DANIEL DUTRA MATTOS x BV FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e outro-"Para o ato postergado, redesigno a audiência para inquirição de Aílton Ramos da Silva, testemunha arrolada pelo autor, para o dia 18 de novembro de 2011, às 14:00 horas, na sede deste Juízo. Oficie-se ao Juízo deprecante para os devidos fins. Intimem-se. Providências necessárias."-Advs. BRUNO GARCIA JUNIOR, ANGELIZE SEVERO FREIRE e JEFERSON DE AMORIN-.
43. FALENCIA-1013/1998-ESTUDIO GRAFICO FOTOLITO E EDITORA LTDA x EDITORA GRAFICA NUMERO UM LTDA-"Ante a manifestação do Adminsitrador Judicial de fls. 215, manifeste-se em 05 (cinco) dias o autor."-Advs. SIMONE MARQUES SZESZ OAB/PR 17.296, MIEKO ITO e ERIKA HIKISHIMA FRAGA OAB/PR 26.204-.
44. CONCORDATA PREVENTIVA-1104/1998-LAPPALU IND COM IMP EXP DE MOV EQP. MED. HOSP. LTD e outro-"Deve a parte requerente retirar de Cartorio o(s) oficio(s) expedido(s), providenciando a devida remessa no prazo de 05 (cinco) dias." -Adv. GILMAR LONGO DA ROCHA-.
45. EMBARGOS A EXECUCAO-0007116-54.2011.8.16.0033-JANDIRA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA x CORD EXPORT AS-"Deve a parte interessada providenciar o preparo das custas iniciais, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento (art. 257, do CPC)." -Adv. SAUL CORDEIRO DA LUZ-.

Pinhais, 23 de setembro de 2011.

# FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

# VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**ADRIANA BENINI - Juíza de Direito Substituta**
**MM.ª JUÍZA DE DIREITO DA VARA**
**EXECUTIVO FISCAL DA COMARCA DE PIRAQUARA**
**ESTADO DO PARANÁ**

**RELAÇÃO DE PUBLICAÇÃO Nº**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADILSON MIRANDA GASPARELLI (PROCURADOR I 00145 000085/2008
ANALUCIA VELOSO NANTES-CURADOR 00100 002130/2002
ANTONIO CARLOS DA VEIGA 00001 000152/2003
00002 000478/2004
BOLESLAU SLIVIANY (OAB: 001965/PR) 00006 000153/1993
00007 001536/1994
00008 001549/1994
CARLOS DOUGLAS REINHARDT JR - PROC. DO C 00083 000017/2001
00137 000026/2005
00144 000370/2007
CARLOS EDUARDO DE SOUZA LOBO (PROCURADOR 00145 000085/2008
FáBIO JOSé POSSAMAI (OAB: 021631/PR) 00171 002114/2009
00172 002116/2009
00173 002118/2009
00174 002120/2009
00175 002122/2009
GILES SANTIAGO JUNIOR (OAB: 017915/PR) 00003 001014/2006
00005 000038/2009
GIORGIA BACH MALACARNE (OAB: 026737/PR) 00083 000017/2001
00137 000026/2005
00144 000370/2007
GIOVANNI JOSÉ AMORIM (OAB: 025200/RS) 00082 000209/1999
GLADIMIR ADRIANI POLETTO 00171 002114/2009
00172 002116/2009
00173 002118/2009
00174 002120/2009
00175 002122/2009
JONATHAS A. N. PEREIRA 00074 003416/1998
JULIANE ANDRÉA DE MENDES HEY 00117 004162/2002
LÉA BORTOLON (OAB: 039216/PR) 00075 003476/1998
LICIA MARIA BREMER (OAB: 043525/PR) 00071 001335/1998
LUIS GUILHERME DA VEIGA 00001 000152/2003
00002 000478/2004
MARIA CRISTINA GUIMARÃES 00138 000112/2005
OSVALDO CÍCERO WRONSKI (OAB: 013223/PR) 00029 000870/1995
RENATO FARTO LANA 00137 000026/2005
RICARDO ANTONIO BALESTRA 00008 001549/1994
ROGERIO MOLETTA NASCIMENTO (PROCURADOR - 00145 000085/2008
URSULLA ANDRéA RAMOS (OAB: 032111/PR) 00004 000036/2009

1. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-152/2003-TOCANTINS ENGENHARIA LTDA x PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA- (...) Diante do exposto, considerando que a Certidão de Dívida Ativa é exigível, julgo improcedente os presentes embargos. Em conseqüência, condeno o embargante no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente corrigido por ocasião do pagamento, valendo tal fixação para estes e para os autos principais.-Advs. ANTONIO CARLOS DA VEIGA (OAB: 000010-578/PR) e LUIS GUILHERME DA VEIGA (OAB: 000036-716/PR)-.
2. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-478/2004-TOCANTINS ENGENHARIA LTDA x PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA- (...) Diante do exposto, considerando que a Certidão de Dívida ativa é exigível, JULGO IMPROCEDENTE os presentes embargos. Em conseqüência, condeno o embargante no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente corrigido por ocasião do pagamento, valendo tal fixação para estes e para os autos principais.-Advs. ANTONIO CARLOS DA VEIGA (OAB: 000010-578/PR) e LUIS GUILHERME DA VEIGA (OAB: 000036-716/PR)-.
3. EXECUCAO FISCAL-1014/2006-KOLAFIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os embargos de devedor, com resolução de mérito e fundamento no art. 269, I do Código de processo Civil. presentes os princípios da sucumbência e causalidade, condeno a Embargante a pagar a custas, despesas e honorários advocatícios em favor da Fazenda Púbilca do Estado do Paraná, que fixo em 15% do valor atualizado da dívida, com fulcro no art. 20, § 3º, consideradas as alíneas "a" a "c" do Código de Processo Civil.-Adv. GILES SANTIAGO JUNIOR (OAB: 017915/PR)-.
4. EMBARGOS À EXECUÇÃO-36/2009-MIROLATO COMERCIO EXTERIOR LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- Intime-se a parte sucumbente para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o preparo das custas remanescentes, discriminadas na conta final.-Adv. Ursulla Andréa Ramos (OAB: 032111/PR)-.
5. EMBARGOS À EXECUÇÃO-38/2009-KOLAFIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- Intime-se a parte sucumbente para que efetue o recolhimento das custas processuais.-Adv. GILES SANTIAGO JUNIOR (OAB: 017915/PR)-.
6. EXECUTIVO FISCAL-153/1993-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE x WALDYR COSTA LIMA FILHO e outro- Intime-se o credor a informar o atual endereço do devedor, e juntar a matrícula atualizada do imóvel penhorado (fl. 06), a fim de se verificar a regularidade do registro, no prazo de 30 dias.Estando regular a penhora, o que será verificado com a matrícula juntada, manifeste-se também o credor sobre a pretensão de adjudicar, alienar por iniciativa particular ou hasta púbilca, o bem penhorado.-Adv. BOLESLAU SLIVIANY (OAB: 001965/PR)-.
7. EXECUTIVO FISCAL-1536/1994-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE x WALDYR COSTA LIMA FILHO e outro- Intime-se o credor a informar o atual endereço do devedor, e juntar a matrícula atualizada do imóvel penhorado (fl. 06), a fim de se verificar a regularidade do registro, no prazo de 30 dias.Estando regular a penhora, o que será verificado com a matrícula juntada, manifeste-se também o credor sobre a pretensão de adjudicar, alienar por iniciativa particular ou hasta púbilca, o bem penhorado.-Adv. BOLESLAU SLIVIANY (OAB: 001965/PR)-.
8. EXECUTIVO FISCAL-1549/1994-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE x JOSE CATAPAM e outro-(...) Diante do exposto reconheço da prescrição e, com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução, com resolução do mérito. Condeno o exequente ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), tendo em conta o trabalho desenvolvido pelo procurador do executado. Defiro o pedido de juitiça gratuita. -Advs. BOLESLAU SLIVIANY (OAB: 001965/PR) e Ricardo Antonio Balestra (OAB: 006911/PR)-.
9. EXECUTIVO FISCAL-381/1995-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x A Z IMOVEIS LTDA e outro- (...) Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, observa-se que o processo ficou paralisado por mais de 30 dias, sem impulso processual, que dependia único e exclusivamente do autor, que permaneceu com

os autos, devolvendo-os sem pronunciamento, razão pela qual, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 267, III do CPC. Custas "ex lege".-Adv. -.
10. EXECUTIVO FISCAL-412/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ALMIR CAGGIANO e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
11. EXECUTIVO FISCAL-476/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ANGELO STOCCO NETO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes.-Adv. -.
12. EXECUTIVO FISCAL-497/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ARCHANGELA M G MALUCELLI E FILHAS e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
13. EXECUTIVO FISCAL-503/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x APARECIDO RODRIGUES FERREIRA e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
14. EXECUTIVO FISCAL-505/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x APARECIDO A MARTINS e outros- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes. -Adv. -.
15. EXECUTIVO FISCAL-507/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x APARECIDA F DOS SANTOS e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
16. EXECUTIVO FISCAL-508/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ANTONIO VIDAL e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes. -Adv. -.
17. EXECUTIVO FISCAL-561/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ANA LENAR e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes.-Adv. -.
18. EXECUTIVO FISCAL-564/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ANADIR ANTONIA BERALDIN e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
19. EXECUTIVO FISCAL-580/1995-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ALFREDO SELVINAER e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes. -Adv. -.
20. EXECUTIVO FISCAL-584/1995-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ALFREDO H RIZENTAL e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
21. EXECUTIVO FISCAL-605/1995-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x AFONSO F BOTELHO e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
22. EXECUTIVO FISCAL-636/1995-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ACHILLES MUGIATTI e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes.-Adv. -.
23. EXECUTIVO FISCAL-637/1995-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ACIR LUIZ CASAGRANDE e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
24. EXECUTIVO FISCAL-641/1995-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ADAIR DE OLIVEIRA e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
25. EXECUTIVO FISCAL-648/1995-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ADAO FRANCISCO DE ANDRADE e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
26. EXECUTIVO FISCAL-715/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ASTROGILDO DOS SANTOS e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
27. EXECUTIVO FISCAL-742/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ARTHUR FERREIRA e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
28. EXECUTIVO FISCAL-750/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ARVINO SCHNEIDER e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes.-Adv. -.
29. EXECUTIVO FISCAL-870/1995-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x A CINDERELA EMP IMOB LTDA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. OSVALDO CÍCERO WRONSKI (OAB: 013223/PR)-.
30. EXECUTIVO FISCAL-921/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x BASILIO FUCK e outro- (...) Diante do exposto reconheço da prescrição e, com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, julgo extinto a presente Execução, com resolução do mérito. Condeno a exqüente ao pagamento das despesas processuais. -Adv. -.
31. EXECUTIVO FISCAL-1064/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
32. EXECUTIVO FISCAL-1080/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
33. EXECUTIVO FISCAL-1084/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
34. EXECUTIVO FISCAL-1090/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
35. EXECUTIVO FISCAL-1097/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
36. EXECUTIVO FISCAL-1098/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
37. EXECUTIVO FISCAL-1102/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
38. EXECUTIVO FISCAL-1103/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
39. EXECUTIVO FISCAL-1104/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
40. EXECUTIVO FISCAL-1105/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
41. EXECUTIVO FISCAL-1107/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
42. EXECUTIVO FISCAL-1109/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
43. EXECUTIVO FISCAL-1110/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
44. EXECUTIVO FISCAL-1111/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
45. EXECUTIVO FISCAL-1112/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
46. EXECUTIVO FISCAL-1114/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.

47. EXECUTIVO FISCAL-1117/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
48. EXECUTIVO FISCAL-1118/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
49. EXECUTIVO FISCAL-1119/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
50. EXECUTIVO FISCAL-1120/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
51. EXECUTIVO FISCAL-1121/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
52. EXECUTIVO FISCAL-1122/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
53. EXECUTIVO FISCAL-1123/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
54. EXECUTIVO FISCAL-1124/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
55. EXECUTIVO FISCAL-1126/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
56. EXECUTIVO FISCAL-1128/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
57. EXECUTIVO FISCAL-1131/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
58. EXECUTIVO FISCAL-1504/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x CELSO CEZAR OSTERNACK e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
59. EXECUTIVO FISCAL-1525/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x CELSO C OSTERNACK e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
60. EXECUTIVO FISCAL-3110/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x THEREZINHA VEIGA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes. -Adv. -.
61. EXECUTIVO FISCAL-3113/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x THEREZINHA VEIGA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
62. EXECUTIVO FISCAL-3889/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x LEONILDA LOVATEL DALAZEN e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes. -Adv. -.
63. EXECUTIVO FISCAL-4156/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x JOAO BERNARDES FERREIRA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
64. EXECUTIVO FISCAL-4645/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x MANOEL FERREIRA GOMES ESP e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
65. EXECUTIVO FISCAL-4660/1995-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x MANOEL FERREIRA GOMES ESP e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
66. EXECUTIVO FISCAL-598/1998-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outros- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
67. EXECUTIVO FISCAL-648/1998-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x CARLOS HELLER e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
68. EXECUTIVO FISCAL-967/1998-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x AVA PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e outros- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
69. EXECUTIVO FISCAL-1149/1998-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x MAURO TEIXEIRA DE FREITAS BIANCO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes. -Adv. -.
70. EXECUTIVO FISCAL-1151/1998-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x MAURO TEIXEIRA DE FREITAS BIANCO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes. -Adv. -.
71. EXECUTIVO FISCAL-1335/1998-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x MARIO NOGUEIRA MONTEIRO NETO e outro- Ante o decurso de mais de nove anos da realização da avaliação (fl. 10), encaminhem-se os autos à avaliação. Após, sobre a avaliação digam as partes.-Adv. Licia Maria Bremer (OAB: 043525/PR)-.
72. EXECUTIVO FISCAL-2872/1998-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x RUTH FORNAZARI e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
73. EXECUTIVO FISCAL-2878/1998-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x SALVADOR REGINALDO PALAZZO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
74. EXECUTIVO FISCAL-3416/1998-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x JOSELIO AMAURI COSTA VIEIRA e outros- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes.-Adv. JONATHAS A. N. PEREIRA (OAB: 000005-037/PR)-.
75. EXECUTIVO FISCAL-3476/1998-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x TIJUCAS MINERACAO S/A e outros- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, VI do Código de Processo Civil.-Adv. LÉA BORTOLON (OAB: 039216/PR)-.
76. EXECUTIVO FISCAL-0000405-84.1998.8.16.0034-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x RUBENS ABRAHAO TANURE e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, VI do Código de Processo Civil.-Adv. -.
77. EXECUTIVO FISCAL-3999/1998-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA x JOAO CASTURINO GONCALVES DA LUZ e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes.-Adv. -.
78. EXECUTIVO FISCAL-4648/1998-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x AURI AFONSO BECKER e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
79. EXECUTIVO FISCAL-5100/1998-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ESP. MANOEL FERREIRA GOMES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
80. EXECUTIVO FISCAL-5295/1998-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ESP. MANOEL FERREIRA GOMES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
81. EXECUTIVO FISCAL-5424/1998-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x JOSE BATISTA DA SILVA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Expeça-se Alvará em favor do Executado para levantamento dos valores bloqueados através do sistema BacenJud, fls. 59. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes. Defiro a dispensa do prazo recursal. Transitada em julgado, determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução. -Adv. -.
82. EXECUTIVO FISCAL-209/1999-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x C R ALMEIDA S/A e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. GIOVANNI JOSÉ AMORIM (OAB: 025200/RS)-.
83. EXECUTIVO FISCAL-17/2001-CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO PARANA x SISMATCOM COM DE MAT. DE CONSTRUCAO- Intime-se a parte sucumbente para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o preparo das custas remanescentes, discriminadas na conta final.-Advs. CARLOS DOUGLAS REINHARDT JR - PROC. do CRMV (OAB: 000038-504/PR) e GIORGIA BACH MALACARNE (OAB: 026737/PR)-.
84. EXECUTIVO FISCAL-598/2001-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com

resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
85. EXECUTIVO FISCAL-632/2001-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outros- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. -Adv. -.
86. EXECUTIVO FISCAL-638/2001-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ZENOBIO KANENOVOSKI e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes. Sendo assim, determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução. -Adv. -.
87. EXECUTIVO FISCAL-669/2001-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x EVERSON A PEREIRA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
88. EXECUTIVO FISCAL-670/2001-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x EVERSON A PEREIRA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
89. EXECUTIVO FISCAL-679/2001-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x IDALINO C COSTA e outros- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
90. EXECUTIVO FISCAL-1219/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x PAULO ROBERTO FERRAZ DE CAMPOS e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
91. EXECUTIVO FISCAL-0000607-22.2002.8.16.0034-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x HONORIO BINJAMIN SERPA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
92. EXECUTIVO FISCAL-1452/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x SEBASTIAO B DA SILVEIRA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
93. EXECUTIVO FISCAL-1472/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x AYR PONTES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
94. EXECUTIVO FISCAL-1623/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x BASILIO REGO MONTEIRO CAMPELLO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes.-Adv. -.
95. EXECUTIVO FISCAL-1662/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x CELSO CESAR OSTERNACK e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo em vista que as custas processuais foram devidamente efetuadas (fls. 41/48), determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução.-Adv. -.
96. EXECUTIVO FISCAL-1745/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x CONSTRUTORA NORANCAL LTDA e outros- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
97. EXECUTIVO FISCAL-1997/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x FRED BRUNNER e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
98. EXECUTIVO FISCAL-2074/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x JOAO MENDES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo em vista que as custas processuais foram devidamente efetuadas, determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução.-Adv. -.
99. EXECUTIVO FISCAL-2100/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ENEAS SERRAO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
100. EXECUTIVO FISCAL-2130/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ENEAS SERRAO e outros- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. ANALUCIA VELOSO NANTES-CURADOR (OAB: 000048-504/PR)-.
101. EXECUTIVO FISCAL-2451/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x LUIZ ARAUJO DA SILVA E OUTROS e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
102. EXECUTIVO FISCAL-0000844-56.2002.8.16.0034-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x SERGIO KIRCHNER BRAGA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
103. EXECUTIVO FISCAL-3053/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x SEBASTIAO GOMES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
104. EXECUTIVO FISCAL-3223/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ADALBERTO ROQUE CORDEIRO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. -Adv. -.
105. EXECUTIVO FISCAL-3416/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ALFREDO QUINTINO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo em vista que as custas processuais foram devidamente efetuadas, determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução.-Adv. -.
106. EXECUTIVO FISCAL-3559/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x HENRIQUE SCHNEIDER NETO e outros- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes. -Adv. -.
107. EXECUTIVO FISCAL-3576/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x VIRGINHA ROSA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
108. EXECUTIVO FISCAL-3578/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x AFONSO BRUCH e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. -Adv. -.
109. EXECUTIVO FISCAL-3618/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x RUTH FORNAZARI e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
110. EXECUTIVO FISCAL-3883/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ESPOLIO DE MANOEL FERREIRA GOMES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
111. EXECUTIVO FISCAL-3941/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x VALENTIM GOMES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
112. EXECUTIVO FISCAL-3947/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x AGEUJOAO GOMES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
113. EXECUTIVO FISCAL-3988/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ESPOLIO DE ARISTIDES MEHRY e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes. -Adv. -.
114. EXECUTIVO FISCAL-4089/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ESPOLIO DE ARISTIDES MEHRY e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
115. EXECUTIVO FISCAL-4099/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ESPOLIO DE ARISTIDES MEHRY e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
116. EXECUTIVO FISCAL-4116/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x PATRICIO VIDAL DE BRAGA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
117. EXECUTIVO FISCAL-4162/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ESPOLIO DE MANOEL FERREIRA GOMES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. JULIANE ANDRÉA DE MENDES HEY (OAB: 000042-289/PR)-.
118. EXECUTIVO FISCAL-4201/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ESPOLIO DE MANOEL FERREIRA GOMES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
119. EXECUTIVO FISCAL-4211/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ESP. MANOEL FERREIRA GOMES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
120. EXECUTIVO FISCAL-4251/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ESPOLIO DE MANOEL FERREIRA GOMES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
121. EXECUTIVO FISCAL-4337/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x DIRCEU MENDES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil em relação aos anos de 1997, 1998 e 1999 e, determino de ofício o prosseguimento do feito em relação ao ano de 2000.-Adv. -.
122. EXECUTIVO FISCAL-4379/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x MARIO MILANO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.

123. EXECUTIVO FISCAL-4383/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x DILSON DA ROSA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
124. EXECUTIVO FISCAL-4517/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x CENUCE ABDALA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
125. EXECUTIVO FISCAL-4530/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ROBERTO KARUAT E AUREO SAPORITI e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
126. EXECUTIVO FISCAL-4531/2002-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x ROBERTO KARUAT E AUREO SAPORITI e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
127. EXECUTIVO FISCAL-143/2003-A UNIAO (FAZENDA NACIONAL) x SUNFLOWERS AGRO IND. EXP. IMP. DE P- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
128. EXECUTIVO FISCAL-41/2004-A UNIAO - FAZENDA NACIONAL x PANAISA AGROINDUSTRIAL LTDA e outros- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
129. EXECUTIVO FISCAL-81/2004-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x TULIO MARCONDES DE FRANCA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a Execução, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil.-Adv. -.
130. EXECUTIVO FISCAL-99/2004-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x ESP. JOSE ELEUTERIO GAIO e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
131. EXECUTIVO FISCAL-198/2004-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x DIONIRA MARQUES DOS SANTOS e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
132. EXECUTIVO FISCAL-268/2004-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x MARIA G C GOMES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
133. EXECUTIVO FISCAL-468/2004-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x JOAO CARLOS DE OLIVEIRA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes. -Adv. -.
134. EXECUTIVO FISCAL-638/2004-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x ADAO ALVES DE OLIVEIRA e outro- (...) POSTO ISTO, julgo improcedente os EMBARGOS INFRINGENTES, com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, IV do Código de Processo Civil. Sendo assim, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais.-Adv. -.
135. EXECUTIVO FISCAL-670/2004-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x ATAIDES PIRES DE LIMA e outros- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes. -Adv. -.
136. EXECUTIVO FISCAL-671/2004-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x RODIR ANSELMO ALVES e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes. Transitada em julgado, determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução.-Adv. -.
137. EXECUTIVO FISCAL-26/2005-CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO PARANA x SILVIA DOS SANTOS MEIRA ME- Defiro o pedido de fls. 47. Suspenda-se o feito por 06 (seis) meses, como requer. Após o decurso do prazo, intime-se o autor para, em 05 (cinco) dias, dar andamento no feito.-Advs. RENATO FARTO LANA, CARLOS DOUGLAS REINHARDT JR - PROC. do CRMV (OAB: 000038-504/PR) e GIORGIA BACH MALACARNE (OAB: 026737/PR)-.
138. EXECUTIVO FISCAL-112/2005-CREAA x ANTENOR JOSE DOMINICO- Manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a resposta do Sistema BacenJud.-Adv. MARIA CRISTINA GUIMARÃES (OAB: 000028-367/PR)-.
139. EXECUTIVO FISCAL-91/2007-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x ROBERTO REIS- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. -Adv. -.
140. EXECUTIVO FISCAL-127/2007-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x WILDER SEIXAS DE MIRANDA- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo em vista que as custas processuais foram devidamente efetuadas, determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução. -Adv. -.
141. EXECUTIVO FISCAL-145/2007-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x ADAO RODRIGUES DOS SANTOS- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo em vista que as custas processuais foram devidamente efetuadas, determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução.-Adv. -.
142. EXECUTIVO FISCAL-201/2007-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x PEDRO TATSUYOCHI MIYAMOTO- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes.-Adv. -.
143. EXECUTIVO FISCAL-317/2007-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA x LAURO AUGUSTO T DE FREITAS HOLZMANN- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo em vista que as custas processuais foram devidamente efetuadas, determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução.-Adv. -.
144. EXECUTIVO FISCAL-370/2007-O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VET x ARMAZEM AGROPECUÁRIO E CIA DO PESCADOR LTDA- Avoco. Revogo o despacho retro. Tendo em vista as novas diretrizes adotadas nesta serventia, pelas quais não se admitem mais a remessa de autos pelo correio, indefiro o pedido retro. Assim sendo manifeste-se o exequente acerca da determinação de fl. 45. -Advs. CARLOS DOUGLAS REINHARDT JR - PROC. do CRMV (OAB: 000038-504/PR) e GIORGIA BACH MALACARNE (OAB: 026737/PR)-.
145. EXECUTIVO FISCAL-85/2008-INMETRO x WOLF E SILVA LTDA- Manifeste-se o Exeqüente sobre a certidão negativa do Senhor Oficial de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.-Advs. ADILSON MIRANDA GASPARELLI (PROCURADOR INMETRO) (OAB: 033828/PR), ROGERIO MOLETTA NASCIMENTO (PROCURADOR - INMETRO) (OAB: 16.718-PR) e CARLOS EDUARDO DE SOUZA LOBO (PROCURADOR - INMETRO) (OAB: 034014/PR)-.
146. EXECUTIVO FISCAL-132/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x PERCY DOLINSKI- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
147. EXECUTIVO FISCAL-141/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x RENATO PILOTTO- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes.-Adv. -.
148. EXECUTIVO FISCAL-142/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x RENATO PILOTTO- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes.-Adv. -.
149. EXECUTIVO FISCAL-170/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x RAFAEL CESAR MARTINS- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes. -Adv. -.
150. EXECUTIVO FISCAL-177/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x LAURO AUGUSTO T DE FREITAS HOLZMANN- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo em vista que as custas processuais foram devidamente efetuadas, determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução. -Adv. -.
151. EXECUTIVO FISCAL-205/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x KOLAFIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo em vista que as custas processuais foram devidamente efetuadas. determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução. -Adv. -.
152. EXECUTIVO FISCAL-299/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x NADIR GERCY MUNHOZ DE OLIVEIRA- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
153. EXECUTIVO FISCAL-369/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x KIYOSSI KANAYAMA- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
154. EXECUTIVO FISCAL-481/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA x MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes. -Adv. -.
155. EXECUTIVO FISCAL-259/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x RILEI PINTO- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
156. EXECUTIVO FISCAL-287/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x ANTONIO FRANCISCO DOS REIS- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
157. EXECUTIVO FISCAL-307/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x VIANI GETULIO DOLCI- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes. Transitada em julgado, determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução.-Adv. -.
158. EXECUTIVO FISCAL-418/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x ODILOM CELESTINO SANTI- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo em vista que as custas processuais foram devidamente efetuadas, determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução.-Adv. -.

159. EXECUTIVO FISCAL-860/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x TEREZINHA EROSTIDES KUTCHMA- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes. -Adv. -.
160. EXECUTIVO FISCAL-957/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x MARCELO MESSIAS e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. -Adv. -.
161. EXECUTIVO FISCAL-967/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x FABIANO SANTANA- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. -Adv. -.
162. EXECUTIVO FISCAL-1014/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x FRANCISCO DOS S. MASS E OUTRA e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
163. EXECUTIVO FISCAL-1135/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x RT CHEMTRONICS - IMPORTACAO, EXPORTACAO E REPRESENTACOES LTDA- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
164. EXECUTIVO FISCAL-1159/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x NESTOR LUPEPSA e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. -Adv. -.
165. EXECUTIVO FISCAL-1236/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x PEDRO DIAS e outro- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo em vista que as custas processuais foram devidamente efetuadas,procedi ao desbloqueio dos valores bloqueados.-Adv. -.
166. EXECUTIVO FISCAL-1334/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x BURITI S/C LTDA- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. -Adv. -.
167. EXECUTIVO FISCAL-1607/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x IRONE ALVES DA SILVA e outro- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. -Adv. -.
168. EXECUTIVO FISCAL-1622/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x LAURO AUGUSTO T DE FREITAS HOLZMANN- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo em vista que as custas processuais foram devidamente efetuadas, determino a baixa em penhoras e registros de bens garantidores da execução.-Adv. -.
169. EXECUTIVO FISCAL-1647/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x JULIO DOMINGOS MARCHIORI- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes. -Adv. -.
170. EXECUTIVO FISCAL-2087/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x APARECIDO LEMES DE SOUZA- (...) Posto isto, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 26 da lei 6.830/80. Transitado em julgado, determino a baixa de eventuais penhoras ou arrestos de bens garantidores da execução.-Adv. -.
171. EXECUTIVO FISCAL-2114/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x HOSPITAL DE NEURO - PSIQUIATRIA DO PARANA LTDA- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes. -Advs. Gladimir Adriani Poletto (OAB: 021208/PR) e Fábio José Possamai (OAB: 021631/PR)-.
172. EXECUTIVO FISCAL-2116/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x HOSPITAL DE NEURO - PSIQUIATRIA DO PARANA LTDA- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes. -Advs. Gladimir Adriani Poletto (OAB: 021208/PR) e Fábio José Possamai (OAB: 021631/PR)-.
173. EXECUTIVO FISCAL-2118/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x HOSPITAL DE NEURO - PSIQUIATRIA DO PARANA LTDA- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes. -Advs. Gladimir Adriani Poletto (OAB: 021208/PR) e Fábio José Possamai (OAB: 021631/PR)-.
174. EXECUTIVO FISCAL-2120/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x HOSPITAL DE NEURO - PSIQUIATRIA DO PARANA LTDA- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno os devedores a suportarem custas processuais remanescentes. -Advs. Gladimir Adriani Poletto (OAB: 021208/PR) e Fábio José Possamai (OAB: 021631/PR)-.
175. EXECUTIVO FISCAL-2122/2009-O MUNICIPIO DE PIRAQUARA e outro x HOSPITAL DE NEURO - PSIQUIATRIA DO PARANA LTDA- (...) POSTO ISTO, julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Tendo dado causa a propositura da ação, condeno o devedor a suportar custas processuais remanescentes.-Advs. Gladimir Adriani Poletto (OAB: 021208/PR) e Fábio José Possamai (OAB: 021631/PR)-.

Piraquara, 28 de Setembro de 2011
Antonio Augusto Bozzi Ferreira
Diretor de Secretaria

# PONTA GROSSA

## 2ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE PONTA GROSSA - ESTADO DO PARANA**
**2ª VARA CIVEL - RELACAO Nº 171/2011.**
**WWW.assejepar.com.br**
**JUIZ DE DIREITO: DR. GILBERTO ROMERO PERIOTO**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADILSON TADEU THOMAZ 87 12465/2011
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 54 21844/2010
ANGELIZE SEVERO FREIRE 89 12740/2011
ANNA SYLVIA VITORINO 77 8322/2011
ANTONIO WALMIK A. MARCAL 2 310/1992
Adilson Morgado 56 26037/2010
Adriane Guasque 84 10658/2011
98 17993/2011
Adriano Pimentel Marcovic 13 441/2004
Ailton Nunes da Silva 72 6754/2011
73 6767/2011
Alexandre Nelson Ferraz 54 21844/2010
Aline Fernanda Maia 23 883/2007
25 1246/2007
Andrea Hilgemberg Pontes 33 901/2008
Angelo Daniel Carrion 103 1486/2011
Anne Caroline Cassou 93 15325/2011
BRUNA MISCHIATTI PAGOTTO 66 37849/2010
CARLA REGINA KALONKI 69 3465/2011
Carla Heliana V. M. Tanti 47 1490/2009
51 8257/2010
Carlos Cleber Nalivaiko 42 498/2009
Carlos Eduardo Martins Bi 64 31664/2010
Carlos Gustavo Horst 58 26892/2010
Carlos Renato Godoy dos S 28 293/2008
Caroline Leal Nogueira 50 3478/2010
95 17266/2011
Cesar Augusto Terra 56 26037/2010
Claudinei Alves Ferreira 103 1486/2011
Clemerson Aparecido da Si 63 30619/2010
Consuelo Guasque 98 17993/2011
Cristiane Belinati Garcia 47 1490/2009
César Luiz Tavarnaro 25 1246/2007
DIONE I. ROCHA STEPHANES 44 897/2009
Dalton Luis Scremin 48 1511/2009
Daniel Luiz Schebelski 57 26356/2010
62 30055/2010
65 34958/2010
Danielle Madeira 53 19210/2010
56 26037/2010
82 9359/2011
89 12740/2011
Denise Vazquez Pires 55 22132/2010
Dirlene de Andrade Batist 75 6875/2011
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 32 767/2008
ELISA SARTORI MONGRUEL 2 310/1992
ERIKA SHIMAKOISHI 69 3465/2011
71 6633/2011
74 6801/2011
ESTELA LEME DE SOUZA VILA 77 8322/2011
Eliana Akemi Nakamura 38 210/2009
Eloísa Maria Reis Guimarã 35 1338/2008
Elton Silva 92 15262/2011
Emerson L. Santana 19 131/2007
Erick Emilio Mendes 42 498/2009
Erika Hikishima Fraga 36 113/2009
39 260/2009
Ernesto Antunes de Carval 52 16684/2010
FLAVIANO BELINATI GARCIA 19 131/2007
FRANCK LEONARDO LEFFER 3 679/1997
Fabricio Zir Bothomé 103 1486/2011
Filomena Christoforo 6 533/1999
7 2/2001
9 482/2002
Flavio Santanna Valgas 47 1490/2009
GERSON EURICO DOS REIS 41 365/2009
GILVAN ANTONIO DAL PONT 45 931/2009
Gecy Martins 76 7556/2011
Gerson Luiz Dechandt 93 15325/2011
101 132/2008
Gerson Vanzin Moura da Si 29 344/2008
88 12641/2011
Gilberto Stinglin Loth 56 26037/2010
Gilmar Kuhn 61 29475/2010
Gilson Vicente Venancio d 30 478/2008
Glauco Humberto Bork 91 14778/2011
Guilherme Camillo Krugen 89 12740/2011
Gustavo Rodrigues Martins 50 3478/2010

95 17266/2011
HIANAE SCHRAMM 13 441/2004
Hausly Chagas Safraide 69 3465/2011
Hellison Eduardo Alves 28 293/2008
30 478/2008
Henrique Hennenberg 10 1745/2003
IGOR FILUS LUDKEVITCH 83 9755/2011
Indianara Maria Rodrigues 59 27640/2010
Ingrid de Mattos 32 767/2008
Ivo Pericles Caldas 80 9074/2011
JEFERSON LUIZ DE LIMA 37 165/2009
JOAO NEY MARCAL 17 152/2006
JORGE NICOLA JUNIOR 77 8322/2011
JOSE LEOCADIO DA CRUZ 75 6875/2011
JOSÉ ELI SALAMACHA 69 3465/2011
JULIANA PIANOVSKI PACHECO 103 1486/2011
JULIANO ARLINDO CLIVATTI 101 132/2008
JULIANO FRANCISCO DA ROSA 89 12740/2011
Jacques Nunes Attié 45 931/2009
Jaime Oliveira Penteado 29 344/2008
88 12641/2011
Jesiel de Oliveira Schemb 101 132/2008
Joao Manoel Grott 45 931/2009
Jorge Francisco Fagundes 103 1486/2011
Jorge Luiz Martins 24 890/2007
94 16138/2011
Jose Eli Salamacha 4 239/1998
5 434/1999
8 25/2002
15 681/2005
16 8/2006
Josias Luciano Opuskevich 71 6633/2011
74 6801/2011
João Francisco Glizt 79 8604/2011
João Leonelho Gabardo Fil 56 26037/2010
João Roberto Chociai 27 37/2008
40 304/2009
52 16684/2010
Juliana Marques Santos Ol 100 25980/2011
Juliana Peron Riffel 103 1486/2011
Juliane Miranda Leal de S 13 441/2004
Juliano Campos 97 17809/2011
Juliano Demian Ditzel 90 14652/2011
Juliano Miqueletti Soncin 32 767/2008
LEANDRO RICARDO ZENI 2 310/1992
LEONARDO ANACLETO CHAVES 67 1825/2011
LILIAN PENKAL 91 14778/2011
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA 21 535/2007
LUIZ FERNANDO MATIAS 2 310/1992
Lasnine Monte Wolski Scho 29 344/2008
Lenita Beatriz Simionato 88 12641/2011
Lia Dias Gregório 51 8257/2010
Lissa Shimada 105 11750/2011
Louise Rainer Pereira Gio 38 210/2009
Luciano Anghinoni 29 344/2008
Lucius Marcus Oliveira 93 15325/2011
Luilson Felipe Gonçalves 81 9301/2011
Luis Gustavo Tirado Leite 26 1319/2007
Luis Oscar Six Botton 28 293/2008
Luiz Alberto de Oliveira 43 824/2009
Luiz Eduardo Martins Berg 1 576/1991
61 29475/2010
Luiz Fernando Araujo Pere 13 441/2004
Luiz Henrique Bona Turra 29 344/2008
88 12641/2011
Luiz Rodrigues Wambier 15 681/2005
LÍVIA RUMENOS GUIDETTI ZA 43 824/2009
MARCELO CLEMENTE BASTOS 13 441/2004
MARIO MARCONDES NASCIMENT 45 931/2009
MAURICIO PIOLI 45 931/2009
MIEKO ITO 39 260/2009
85 11610/2011
MONICA FERREIRA MELLO BIO 14 2/2005
MONICA M. R. Z. FEREIRA L 92 15262/2011
Marcelo Augusto W. Nauman 104 11735/2011
Marcelo Luís Wojciechowsk 61 29475/2010
Marcia Liviero Passador 44 897/2009
Marcio Ayres de Oliveira 32 767/2008
Marcio Ricardo Martins 2 310/1992
Marcio Roberto Portela 99 21384/2011
Marcio Rubens Passold 54 21844/2010
Marcius Nadal Matos 11 2373/2003
Marcos Babinski Marochi 34 934/2008
Marcos Wengerkiewicz 101 132/2008
Maria Amélia Cassiana Mas 38 210/2009
Marili Ribeiro Taborda 81 9301/2011
Milton Luiz Cleve Kuster 14 2/2005
Mirian Aparecida dos Sant 83 9755/2011
Monica Pimentel de Souza 102 137/2008
NEWTON MAURICIO F. RODRIG 45 931/2009
Nathalia Kowalski Fontana 38 210/2009
Nelson Gomes Mattos Júnio 45 931/2009
Noemi Leite Benetti 88 12641/2011
Oldemar Mariano 30 478/2008
71 6633/2011
74 6801/2011
Olindo de Oliveira 83 9755/2011
Oseas Santos 49 2932/2010
PAULA ROBERTA PIRES 12 61/2004
PAULO ANTONIO BARCA 28 293/2008
Pablo Milanese 68 2495/2011
Patricia Pazos Vilas Boas 66 37849/2010
Paulino Batista Diniz 20 318/2007
RAFAEL SPONHOLZ FARHAT 22 551/2007
ROBERTO CARLOS KEPPLER 77 8322/2011
ROGERIO DYNIEWICZ 18 891/2006
27 37/2008
52 16684/2010
ROSANA CHRISTINE HASSE CA 70 5427/2011
ROSANGELA DIAS GUERREIRO 45 931/2009
RUBENS EDUARDO W. DE BRIT 22 551/2007
Reinaldo Mirico Aronis 66 37849/2010
Renato Cordeiro 1 576/1991
Richardt Andre Albrecht 38 210/2009
Roberto A. Busato 30 478/2008
71 6633/2011
Roberto Busato Filho 30 478/2008
Roberto Ribas Tavarnaro 23 883/2007
25 1246/2007
Rodrigo Ruh 69 3465/2011
Rogerio Aparecido Barbosa 78 8421/2011
Rogério Dyniewicz 40 304/2009
Ruy José Miranda Ratton 93 15325/2011
SANDRO RAFAEL BANDEIRA 27 37/2008
52 16684/2010
SUELI MARIA ZDEBSKI 2 310/1992
Sandro Marcelo Grabicoski 86 12035/2011
96 17361/2011
Sandro Rafael Bandeira 60 28475/2010
TAMILI KIARA BETEZEK RODR 13 441/2004
Tamima Gobbo Tuma Schrut 46 1348/2009
Tatiane Muncinelli 29 344/2008
88 12641/2011
Teófilo Luiz dos Santos N 31 679/2008
Thiago Alexandre Pires Ma 45 931/2009
USTANE FACHIN 75 6875/2011
VANIA REGINA MAMESSO 83 9755/2011
Valeria Mariano Costa 38 210/2009
Viviane Krolow Bandeira 27 37/2008
52 16684/2010
juliane feitosa sanches 88 12641/2011
Áudrea Colleone Costa Mil 68 2495/2011
ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA 85 11610/2011
Élen Barbara Cherato 41 365/2009
46 1348/2009

1. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-576/1991-AGRO CRISTALINA LTDA x DECAREL COM. DE CEREAIS LTDA e outro-Efetuar pagamento das custas, sendo: Escrivão R$ 717,30 / Contador R$ 70,61 / Outras Custas/Avaliador Judicial R$ 105,90/ Oficiais de Justiça R$148,50, totalizando o valor de R$ 1.042,31.-Advs. Renato Cordeiro e Luiz Eduardo Martins Berger-.

2. DESAPROPRIACAO-310/1992-MUNICIPIO DE PONTA GROSSA-PR x MAURICIO WAGNER e outro- As partes para dizerem se possuem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento.-Advs. SUELI MARIA ZDEBSKI, ANTONIO WALMIK A. MARCAL, LUIZ FERNANDO MATIAS, ELISA SARTORI MONGRUEL, LEANDRO RICARDO ZENI e Marcio Ricardo Martins-.

3. ARROLAMENTO-679/1997-SALETE SERRA GUIMARÃES x AURORA SERRA E JOVINO DE OLIVEIRA GUIMARAES-1. Defiro a suspensão do processo pelo prazo de seis (6) meses, a contar desta data, para o inventariante promover a quitação dos tributos que recaem sobre os bens do espólio. 2. Aguardem-se os autos no ARQUIVO PROVISÓRIO. 3. Após, se necessário, intime-se o inventariante para manifestar o interesse no prosseguimento do presente feito. -Adv. FRANCK LEONARDO LEFFER-.

4. MONITORIA-239/1998-RIO PARANA COMPANHIA SECURITIZ.DE CREDITOS FINANC. x DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS N.A.ZANLORENZI LTDA.-Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito no prazo de 05 dias. -Adv. Jose Eli Salamacha-.

5. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-434/1999-RIO PARANA CIA.SECURITIZADORA DE CRED.FINANCEIROS x MS COMERCIAL IMPORTADORA LTDA e outro- Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 05 dias.-Adv. Jose Eli Salamacha-.

6. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-533/1999-JEANNE LOUISE DE CERJAT RIBAS x MARLENE MARGARETH SOUZA OLIVIERI- Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito.-Adv. Filomena Christoforo-.

7. RESCISAO DE CONTRATO-2/2001-ZANERY TRANSPORTES LTDA. x JOSE LUIZ GOMES PEDREIRA- Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 05 dias.-Adv. Filomena Christoforo-.

8. COBRANCA-25/2002-BANCO DO BRASIL S/A x COMERCIAL E.B. DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA.- Manifestar-se ante decurso do prazo de suspensão.-Adv. Jose Eli Salamacha-.

9. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-482/2002-ROZA BALTHAZAR x ANTONIO SZAIDA- Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 05 dias.-Adv. Filomena Christoforo-.

10. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-1745/2003-CELSO ANTUNES DE OLIVEIRA x MACRO ECONOMIA - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS e outros-Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito no prazo de 05 dias. -Adv. Henrique Hennenberg-.

11. AÇÃO ORDINÁRIA-2373/2003-GERALDO ANTUNES e outros x REFER-FUND. REDE FERROVIARIA DE SEGURIDADE SOCIAL- Aos autores para providenciarem a devolução dos valores recebidos a maior, apontados pela contadoria às fls. 960. -Adv. Marcius Nadal Matos-.

12. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-61/2004-COMERCIO DE CARNES NOBRE LTDA x SILVANA MIGLIORINI ZAMMAR - M.E. e outro- Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 05 dias.-Adv. PAULA ROBERTA PIRES-.
13. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0006422-74.2004.8.16.0019-INSOL INTERTRADING DO BRASIL x MARIA APARECIDA FERREIRA- Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito.-Advs. HIANAE SCHRAMM, MARCELO CLEMENTE BASTOS, Juliane Miranda Leal de Sisti, Adriano Pimentel Marcovici, Luiz Fernando Araujo Pereira Junior e TAMILI KIARA BETEZEK RODRIGUES-.
14. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-2/2005-CAIXA SEGURADORA S/A x JOSNEI CORDEL BUENO e outros-1. Diante da manifestação das herdeiras Caren Bianca Alves Bueno e Suelen Roberta Alves Bueno às fls. 185-186, resta prejudicado os pedidos de fl. 183. 2. Intime-se a parte autora, para, no prazo de 05 (cinco) dias se manifestar sobre o petitório e documentos de fls. 185-197. 3. Nesta mesma oportunidade, abra-se vista ao Ministério Público. -Advs. MONICA FERREIRA MELLO BIORA e Milton Luiz Cleve Kuster-.
15. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-681/2005-BANCO ITAU S/A x E.V. BAIER & CIA LTDA. e outros- Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito.-Advs. Luiz Rodrigues Wambier e Jose Eli Salamacha-.
16. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-8/2006-HELIO SACCHI x MITRI HIAR NETO- Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito.-Adv. Jose Eli Salamacha-.
17. MONITORIA-152/2006-RETIMAQ - RETÍFICA DE MÁQUINAS LTDA. x VANDIR DOS SANTOS e outro-Efetuar pagamento das custas, sendo: Escrivão R$ 137,40/ Outras Custas/Funrejus R$ 8,20, totalizando R$ 145,60. -Adv. JOAO NEY MARCAL-.
18. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-891/2006-BANCO DO BRASIL S/A. x TIGRE DESING MOVEIS E PROJETOS LTDA e outros- Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 05 dias.-Adv. ROGERIO DYNIEWICZ-.
19. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0011451-03.2007.8.16.0019-BANCO ITAU S.A x ANTONIO LUIZ RIBEIRO-Efetuar pagamento das custas, sendo: Escrivão R$ 280,20 Outras Custas/Funrejus R$ 21,82, totalizando R$ 302,02.-Advs. Emerson L. Santana e FLAVIANO BELINATI GARCIA PEREZ-.
20. INVENTARIO-318/2007-MARLY DE LURDES RIBEIRO DE RAMOS x SAUL MOREIRA MACEDO FILHO-Diante da inércia da Srª Denyse de Brito Moreira Macedo em cumprir as diligências que lhe foram requeridas, intime-se o inventariante para requerer o que entender cabível ao prosseguimento do feito. -Adv. Paulino Batista Diniz-.
21. REVISAO DE CONTRATO-535/2007-GENEVIEE PALACE HOTEL LTDA-ME x BANCO ABN AMRO REAL S/A-Por seus próprios fundamentos, acolho o requerimento formulado pelo réu - fls. 1563-1564.-Adv. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA LIMA-.
22. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-551/2007-TAUATO FOMENTO MERCANTIL LTDA-ME x ALFREDINA BORGES PEREIRA-Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito no prazo de 05 dias. -Advs. RAFAEL SPONHOLZ FARHAT e RUBENS EDUARDO W. DE BRITO-.
23. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-883/2007-HAAS, HAAS & CIA LTDA x W.P. DOS SANTOS & SANTOS LTDA-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...deixei de intimar o requerido haja vista que o mesmo não mora mais neste local e em informação com o vizinho, diz não saber de seu paradeiro). -Advs. Roberto Ribas Tavarnaro e Aline Fernanda Maia-.
24. RESCISAO DE CONTRATO C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE-890/2007-MARIA LETICIA DA SILVA x VIVIANE APARECIDA DE OLIVEIRA- Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 05 dias.-Adv. Jorge Luiz Martins-.
25. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-1246/2007-FOMP INFORMÁTICA x DUNAPETROL - COM .DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA e outro- Manifestar-se sobre o depósito efetuado (fls. 211), no prazo de 05 dias.-Advs. Roberto Ribas Tavarnaro, César Luiz Tavarnaro e Aline Fernanda Maia-.
26. MONITORIA-1319/2007-DHS DIREÇÕES HIDRAULICAS LTDA x WILLIAN DA SILVA RAMOS- Manifestar-se sobre os oficios recebidos.-Adv. Luis Gustavo Tirado Leite-.
27. ACAO DE DEPOSITO-0013052-10.2008.8.16.0019-BANCO ITAU S.A x AMARABRAS FREIOS AUTOM LTDA- Manifestar-se sobre a contestação,no prazo de 10 dias.-Advs. João Roberto Chociai, ROGERIO DYNIEWICZ, SANDRO RAFAEL BANDEIRA e Viviane Krolow Bandeira-.
28. ACAO DE DEPOSITO-293/2008-UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A x ADEMIR TULLIO- Retirar carta de citação (R$ 9,40) e fornecer 01 cópia das fls. 64-65.-Advs. Hellison Eduardo Alves, PAULO ANTONIO BARCA, Luis Oscar Six Botton e Carlos Renato Godoy dos Santos-.
29. COBRANCA-0012471-92.2008.8.16.0019-MARISETE M. TEBCHERANI x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.-Efetuar pagamento das custas, sendo: Escrivão R$ 864,00 / Contador R$ 10,09/ Distribuidor R$ 30,25 / Outras Custas/ Funrejus R$ 50,00, totalizando R$ 954,34.-Advs. Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, Luciano Anghinoni, Lasnine Monte Wolski Scholze e Tatiane Muncinelli-.
30. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0012204-23.2008.8.16.0019-HSBC - BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x PEDRO WOSGRAU FILHO-Defiro o pedido último, de modo que estou efetuando a pesquisa de veículos passiveis de constrição, via convênio RENAJUD, conforme extrato em anexo (consulta negativa). -Advs. Hellison Eduardo Alves, Oldemar Mariano, Gilson Vicente Venancio de Andrade, Roberto Busato Filho e Roberto A. Busato-.
31. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-679/2008-JULHANO JOSÉ TOLEDO x EDENILSON BELLO DA SILVA e outro- Retirar ofício.-Adv. Teófilo Luiz dos Santos Neto-.
32. ACAO DE DEPOSITO-767/2008-BANCO BMG S/A - BANCO DE MINAS GERAIS x RAFAEL CARLOS BARROS-Efetuar pagamento das custas, sendo: Escrivão R$ 19,17 / Contador R$ 30,26/ Distribuidor R$ 2,49, totalizando R$ 51,92. -Advs. Marcio Ayres de Oliveira, EDUARDO JOSE FUMIS FARIA, Juliano Miqueletti Soncin e Ingrid de Mattos-.
33. INTERDICAO-901/2008-ELISABETH APARECIDA FERNANDES x LUCAS FERNANDES- Retirar ofício.-Adv. Andrea Hilgemberg Pontes-.
34. COBRANCA-934/2008-JOAO DOS SANTOS DE NAPOLI x BANCO HSBC S/A - BANCO MULTIPLO-Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito no prazo de 05 dias. -Adv. Marcos Babinski Marochi-.
35. ANULACAO DE TITULO DE CREDITO-0012434-65.2008.8.16.0019-CEZAR PIMENTA GUIMARÃES x BATAVO COOP. AGROINDUSTRIAL e outro- Manifestar-se sobre o depósito efetuado (fls. 12/13), no prazo de 05 dias.-Adv. Eloísa Maria Reis Guimarães-.
36. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-113/2009-BANCO BMG S/A - BANCO DE MINAS GERAIS x MARIA ANA CIRINO GUILOSKI- Depositar o valor referente a expedição dos ofícios (R$ 28,20).-Adv. Erika Hikishima Fraga-.
37. COBRANCA-165/2009-COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGI - COPEL x ROBERTO RIVELINO RAMOS- A parte autora para depositar o valor de R$ 17,50 referente a expedição de ofício.-Adv. JEFERSON LUIZ DE LIMA-.
38. MONITORIA-0014147-41.2009.8.16.0019-HSBC - BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x FABIOLA BITTENCOURT-Manifestem-se sobre a proposta do perito no valor de R$1.000,00, e que deverá ser depositado pela parte requerida, no prazo de 05 dias. -Advs. Louise Rainer Pereira Gionédis, Nathalia Kowalski Fontana, Eliana Akemi Nakamura, Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna, Richardt Andre Albrecht e Valeria Mariano Costa-.
39. ACAO DE DEPOSITO-260/2009-BANCO BMG S/A - BANCO DE MINAS GERAIS x VALDECIR CORDEIRO DOS SANTOS-Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.-Advs. MIEKO ITO e Erika Hikishima Fraga-.
40. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-304/2009-BANCO ITAÚ S/A x A. J MARIA COMÉRCIO DE FRIOS ME e outro- Manifestar-se ante decurso do prazo de suspensão.-Advs. João Roberto Chociai e Rogério Dyniewicz-.
41. INTERDICAO-365/2009-EMÍLIA DE FÁTIMA VICENTE KOCHMANSKI x ELIELSON ALVES CORREIA- Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito.-Advs. Élen Barbara Cherato e GERSON EURICO DOS REIS-.
42. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0014199-37.2009.8.16.0019-ALFREDO TOZZETO x ISOPAR - ISOLAMENTOS TÉRMICOS E MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA- Manifestar-se sobre correspondência devolvida (ausente 3x).-Advs. Erick Emilio Mendes e Carlos Cleber Nalivaiko-.
43. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-824/2009-BANCO ABN AMRO REAL S.A - BANCO REAL x LUIZ FABIANO RIBEIRO DE LIMA- Ao exequente para, no prazo de 05 dias, comprovar a publicação do edital expedido nos autos.-Advs. Luiz Alberto de Oliveira Lima e LÍVIA RUMENOS GUIDETTI ZAGATTO-.
44. REPARACAO DE DANOS MORAIS-0013499-61.2009.8.16.0019-LARISSA RENATA MUNHOZ SENEIKO e outro x MUNICIPIO DE PONTA GROSSA-PR- Dar ciência do retorno dos autos das Instâncias Superiores. -Advs. Marcia Liviero Passador e DIONE I. ROCHA STEPHANES-.
45. AÇÃO ORDINÁRIA-931/2009-ALZIRA MARIA MARTINS e outros x SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A-1. SUSPENDO, por ora, os efeitos da decisão atacada, com a finalidade de ser atendida, previamente, a diligência aqui especificada. 2. A famigerada Lei n. 12409/2011, no art. 1º, determina que os contratos de financiamento celebrados até 31.12.2009 no âmbito do SFH com cláusula securitária vinculada à apólice pública (ramo 66) passarão a ter cobertura pelo FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais, fato que realmente poderá ensejar o chamamento da CEF (gestora do referido Fundo) no pólo passivo da demanda, com o deslocamento da competência para a Justiça Federal (CF, art. 109, I). Tal entendimento, contudo, não se aplica nos casos de apólice privada (ramo 68), a qual compromete apenas recursos privados da própria seguradora, sem vinculação com o FCVS. 3. Com efeito, intime-se a seguradora requerida, para informar, de forma comprovada, se a apólice discutida nos autos refere-se ao ramo 66 ou 68, intimando-se, em seguida, a Caixa Econômica Federal para os devidos fins. -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO, Nelson Gomes Mattos Júnior, Joao Manoel Grott, GILVAN ANTONIO DAL PONT, Jacques Nunes Attié, ROSANGELA DIAS GUERREIRO, Thiago Alexandre Pires Martins, NEWTON MAURICIO F. RODRIGUES e MAURICIO PIOLI-.
46. INTERDICAO-1348/2009-MARLI SCHERPINSKI AMANCIO x ANDERSON SCHERPINSKI AMANCIO- Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito.-Advs. Élen Barbara Cherato e Tamima Gobbo Tuma Schrut-.
47. ACAO DE DEPOSITO-1490/2009-BANCO FINASA BMC S/A x JACKSON LUIS RODRIGUES DE LIMA-Efetuar pagamento das custas, sendo: Escrivão R$ 9,40 / Distribuidor R$ 2,49, totalizando R$ 11,89.-Advs. Carla Heliana V. M. Tantin, Cristiane Belinati Garcia Lopes e Flavio Santanna Valgas-.
48. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO-0013899-75.2009.8.16.0019-LAURO SPALER PRATCHUM x JOÃO TAVARES BUENO-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...deixei de citar CESAR PINTO DE LIMA em razão de não encontrá-lo, pois não mais reside no endereço indicado...). -Adv. Dalton Luis Scremin-.
49. DESPEJO-0002932-34.2010.8.16.0019-LUIS CARLOS DA SILVA x PEDRO DICOUSKI e outro- Depositar o valor da diligencia do oficial de justiça, no prazo de 05 dias.-Adv. Oseas Santos-.
50. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0003478-89.2010.8.16.0019-CLAUDIO MIALSKI x UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A- Manifeste-se o autor o seu interesse no prosseguimento do presente feito.-Advs. Caroline Leal Nogueira e Gustavo Rodrigues Martins-.
51. REINTEGRACAO DE POSSE-0008257-87.2010.8.16.0019-BANCO ITAULEASING S.A x GESSY STORER MARTINS-Efetuar pagamento das custas, sendo: Escrivão R$ 26,40.-Advs. Carla Heliana V. M. Tantin e Lia Dias Gregório-.

52. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0016684-73.2010.8.16.0019-BANCO ITAU S/A x M. CIUNEK COMERCIO MOVEIS ME e outro-Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito no prazo de 05 dias. -Advs. João Roberto Chociai, Ernesto Antunes de Carvalho, ROGERIO DYNIEWICZ, SANDRO RAFAEL BANDEIRA e Viviane Krolow Bandeira-.
53. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0019210-13.2010.8.16.0019-EDENILSON DE JESUS RODRIGUES x BV FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Retirar carta de intimação (justiça gratuita).-Adv. Danielle Madeira-.
54. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0021844-79.2010.8.16.0019-COMPANHIA DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RENAULT DO BRASIL x GILBERTO OTAVIO DE SOUZA- Retirar ofício (R$ 9,40).-Advs. Alexandre Nelson Ferraz, ALEXANDRE NELSON FERRAZ e Marcio Rubens Passold-.
55. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0022132-27.2010.8.16.0019-OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x SILVIO AUGUSTO LAU-Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito.-Adv. Denise Vazquez Pires-.
56. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0026037-40.2010.8.16.0019-HELIO JOSE DA SILVA x BANCO AYMORE FINANCIAMENTOS S/A (BANCO SANTANDER)- Homologado o acordo celebrado entre as partes.Digam as partes se houve o cumprimento integral do acordo anunciado no petitório de fls. 252-253. Autorizada a expedição de alvará em favor do réu para levantamento dos valores consignados pelo autor durante a tramitação do feito. Custas na forma do acordo, ressalvada a cobrança nos termos da Lei n. 1060/50, tendo em vista o fato de que o autor é beneficiário da assistência judiciária gratuita. (Retirar alvará R$ 9,40).-Advs. Danielle Madeira, Gilberto Stinglin Loth, João Leonelho Gabardo Filho, Cesar Augusto Terra e Adilson Morgado-.
57. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0026356-08.2010.8.16.0019-UNIAO DE ENSINO VILA VELHA LTDA - FACULDADE UNIÃO x AMANDA CARVALHO FERREIRA- Retirar carta de intimação (R$ 9,40) e fornecer 01 cópia das fls. 31-33.-Adv. Daniel Luiz Schebelski-.
58. IMPUGNACAO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0026892-19.2010.8.16.0019-MARLI ALVES DA SILVA x BANCO ITAU S/A-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...deixei de proceder a penhora haja vista que o executado Banco Itaú S/A já fez o depósito judicial junto a Caixa Econômica Federal...). -Adv. Carlos Gustavo Horst-.
59. REVISIONAL DE CONTRATO-0027640-51.2010.8.16.0019-GLEIDE TOZETO x BANCO SANTANDER- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias.-Adv. Indianara Maria Rodrigues Schuinki-.
60. DESPEJO-0028475-39.2010.8.16.0019-JACOB FRITZ x SANDRA ROGUS DA SILVA-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...deixei de proceder ao despejo compulsório da requerida haja vista que ela desocupou o imóvel e entregou as chaves diretamente ao requerente). -Adv. Sandro Rafael Bandeira-.
61. AÇÃO ORDINÁRIA-0029475-74.2010.8.16.0019-AUTO POSTO TECHY LTDA x GRANVEL - GRANVILLE VEICULOS LTDA-Às partes para que, em 05 (cinco) dias: a) especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão; b) manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do art. 331, § 3º do CPC (Portaria nº 01/10). -Advs. Luiz Eduardo Martins Berger, Gilmar Kuhn e Marcelo Luís Wojciechowski-.
62. COBRANCA-0030055-07.2010.8.16.0019-UNIAO DE ENSINO VILA VELHA LTDA - FACULDADE UNIÃO x DENISE ANDRESSA DA SILVA PASTURCZAK-Retirar carta de citação (R$ 9,40).-Adv. Daniel Luiz Schebelski-.
63. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO-0030619-83.2010.8.16.0019-ROSANA APARECIDA MANOSSO x GUSTAVO RIBAS e outro- Manifestar-se sobre a correspondência devolvida (não procurado).-Adv. Clemerson Aparecido da Silva-.
64. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0031664-25.2010.8.16.0019-COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CAMPOS GERAIS - SICREDI CAMPOS GERIAS x SILVIA MELLEK TULLIO - ME e outro-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...não logrei êxito na localização pessoal da requerida, tendo contatado somente com vizinhos que nada souberam informar de concreto acerca da mesma...)-Adv. Carlos Eduardo Martins Biazetto-.
65. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0034958-85.2010.8.16.0019-UNIAO DE ENSINO VILA VELHA LTDA - FACULDADE UNIÃO x ROGER BITTENCOURT-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...fui atendido por uma pessoa que se identificou como Diego e que seria irmão do requerido, o qual informou que este não mais ali se encontrava residindo, desconhecendo seu endereço atual...). -Adv. Daniel Luiz Schebelski-.
66. REVISAO CONTRATUAL-0037849-79.2010.8.16.0019-JORGE BRANDT DA CRUZ x BV FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Efetuar o preparo das custas de recurso nos próprios autos, sob pena de deserção: Valor R$ 5,64. -Advs. Reinaldo Mirico Aronis, BRUNA MISCHIATTI PAGOTTO e Patricia Pazos Vilas Boas da Silva-.
67. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-0001825-18.2011.8.16.0019-SERVIMED COMERCIAL LTDA x CALIL & GOMES CALIXTO LTDA-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...deixei de penhorar bens da empresa executada, em razão de que a empresa encerrou suas atividades há varios meses, e no endereço do representante da empresa, não encontramos bens passíveis da medida judicial...). -Adv. LEONARDO ANACLETO CHAVES-.
68. ALVARÁ JUDICIAL-0002495-56.2011.8.16.0019-DOUGLAS SOARES OSTERNACK ( ESPÓLIO) e outro x ESTE JUIZO-Efetuar pagamento das custas, sendo: Outras Custas/Avaliador Judicial R$ 198,96.-Advs. Áudrea Colleone Costa Milanese e Pablo Milanese-.
69. COBRANCA-0003465-56.2011.8.16.0019-BANCO ITAÚ S/A x ADRIELLE FERREIRA F. FAISST-Às partes para que, em 05 (cinco) dias: a) especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão; b) manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do art. 331, § 3º do CPC (Portaria nº 01/10). -Advs. JOSÉ ELI SALAMACHA, Rodrigo Ruh, CARLA REGINA KALONKI, ERIKA SHIMAKOISHI e Hausly Chagas Safraide-.
70. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL-0005427-17.2011.8.16.0019-JULIANO ROTH x BANCO DO BRASIL S/A-- Firmar petição de fls. 78.-Adv. ROSANA CHRISTINE HASSE CARDOZO-.
71. MONITORIA-0006633-66.2011.8.16.0019-ITAU UNIBANCO S/A x EDSON BERTO JUNIOR E CIA LTDA e outro-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...deixei de proceder a citação em virtude de que o endereço indicado era de uma loja de vestidos, a qual fechou e o proprietário mudou-se do local, sendo que o imóvel indicado encontra-se desocupado...). -Advs. Josias Luciano Opuskevich, Oldemar Mariano, Roberto A. Busato e ERIKA SHIMAKOISHI-.
72. REVISIONAL DE CONTRATO-0006754-94.2011.8.16.0019-ORAZIRA FERREIRA PAES x BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias. -Adv. Ailton Nunes da Silva-.
73. REVISIONAL DE CONTRATO-0006767-93.2011.8.16.0019-CELSO ALCEU SCHULTZ x BANCO ITAULEASING S.A- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias.-Adv. Ailton Nunes da Silva-.
74. MONITORIA-0006801-68.2011.8.16.0019-ITAU UNIBANCO S/A x G. M. L. DA SILVA CIA LTDA e outro-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...deixei de citar os executados haja vista que estes não mais ali se encontram estabelecidos, desconhecendo os atuais ocupantes os seus paradeiros atuais). -Advs. Josias Luciano Opuskevich, Oldemar Mariano e ERIKA SHIMAKOISHI-.
75. COBRANCA-0006875-25.2011.8.16.0019-ADRIANA APARECIDA TELLES e outros x UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-UEPG-Às partes para que, em 05 (cinco) dias: a) especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão; b) manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do art. 331, § 3º do CPC (Portaria nº 01/10). -Advs. USTANE FACHIN, Dirlene de Andrade Batista e JOSE LEOCADIO DA CRUZ-.
76. INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS-0007556-92.2011.8.16.0019-ROSELIO APARECIDO GONÇALVES x JOÃO REINALDO PONTES-Defiro a suspensão do processo pelo prazo de dois (2) meses, a contar desta data, para o Autor dar andamento útil ao processo, sob pena de extinção do feito. -Adv. Gecy Martins-.
77. OBRIGAÇÃO DE FAZER-0008322-48.2011.8.16.0019-DURVALINA RELA ZATTONI x BRADESCO SAUDE S/A- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias.-Advs. ROBERTO CARLOS KEPPLER, ESTELA LEME DE SOUZA VILAS BOAS, JORGE NICOLA JUNIOR e ANNA SYLVIA VITORINO-.
78. EMBARGOS DO DEVEDOR-0008421-18.2011.8.16.0019-FABIANE SCHINEIDER x BANCO SANTANDER S.A-Efetuar pagamento das custas, sendo: Escrivão R$ 827,70 / Contador R$ 10,09 / Distribuidor R$ 30,25 / Outras Custas/ Funrejus R$ 89,86, totalizando R$ 957,90.-Adv. Rogerio Aparecido Barbosa-.
79. REINTEGRACAO DE POSSE-0008604-86.2011.8.16.0019-MARCOS ROBERTO KUSTER RODRIGUES x MUNICIPIO DE PONTA GROSSA- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias.-Adv. João Francisco Glizt-.
80. REVISIONAL DE CONTRATO-0009074-20.2011.8.16.0019-ELIZABETH CRISTINA MARTINS x BANCO FINASA S/A- Não tendo a parte requerente efetuado o preparo da ação em cartório no prazo da lei, determino o cancelamento da distribuição e o conseqüente arquivamento do feito, com as cautelas legais, nos termos do art. 257 do CPC, inclusive compensando-se a distribuição para a respectiva escrivania, se necessário. Caso requerido autorizado o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, com exceção da procuração, mediante recibo nos autos e substituição por fotocópias. -Adv. Ivo Pericles Caldas-.
81. REVISIONAL DE CLÁUSULAS-0009301-10.2011.8.16.0019-ALTAMIR PEREIRA SOBRINHO x BANCO VOLKSWAGEN S/A-Às partes para que, em 05 (cinco) dias: a) especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão; b) manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do art. 331, § 3º do CPC (Portaria nº 01/10). -Advs. Luilson Felipe Gonçalves e Marili Ribeiro Taborda-.
82. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS-0009359-13.2011.8.16.0019-MARLON RIBEIRO x BV FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias.-Adv. Danielle Madeira-.
83. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO-0009755-87.2011.8.16.0019-ANTONIO RODOLFO CLARO DIAS x ICATU SEGUROS S/A-Às partes para que, em 05 (cinco) dias: a) especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão; b) manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do art. 331, § 3º do CPC (Portaria nº 01/10). -Advs. Olindo de Oliveira, Mirian Aparecida dos Santos, IGOR FILUS LUDKEVITCH e VANIA REGINA MAMESSO-.
84. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0010658-25.2011.8.16.0019-BANCO BRADESCO S.A x OSVALDO GUERKE-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...deixei de proceder penhora em virtude de ter encontrado apenas bens que guarnecem a residência, impenhoráveis de acordo com a Lei 8009/90...). -Adv. Adriane Guasque-.
85. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0011610-04.2011.8.16.0019-BANCO BMG S.A x ALESSANDRA CRISTINA BORGES CAMPOS- Manifestar-se ante decurso do prazo de suspensão.-Advs. MIEKO ITO e ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA-.
86. DECLARATÓRIA DE NULIDADE-0012035-31.2011.8.16.0019-VANESSA MARAFON DE QUADROS x BANCO ITAUCARD S/A- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias.-Adv. Sandro Marcelo Grabicoski-.

87. REVISIONAL DE CONTRATO-0012465-80.2011.8.16.0019-RONALDO FRANCO x BANCO FINASA BMC S/A- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias.-Adv. ADILSON TADEU THOMAZ-.
88. DECLARAT.INEXISTENCIA DE DEB.-0012641-59.2011.8.16.0019-ANTONIO JAURY DE ALMEIDA E CIA LTDA - ME x NOVA PAPEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME e outros-Às partes para que, em 05 (cinco) dias: a) especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão; b) manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do art. 331, § 3º do CPC (Portaria nº 01/10). -Advs. Lenita Beatriz Simionato, Noemi Leite Benetti, Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Luiz Henrique Bona Turra, juliane feitosa sanches e Tatiane Muncinelli-.
89. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0012740-29.2011.8.16.0019-ALCIDES FRANCISCO DE LARA x BV FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-Às partes para que, em 05 (cinco) dias: a) especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão; b) manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do art. 331, § 3º do CPC (Portaria nº 01/10). -Advs. Danielle Madeira, JULIANO FRANCISCO DA ROSA, ANGELIZE SEVERO FREIRE e Guilherme Camillo Krugen-.
90. REVISAO CONTRATUAL-0014652-61.2011.8.16.0019-FRANCIELE CRISTINE BONET DOS SANTOS x BV FINANCEIRA CREDITO S/A- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias.-Adv. Juliano Demian Ditzel-.
91. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL-0014778-14.2011.8.16.0019-GERMANO CESAR KANUMFRE x BRASIL TELECOM S.A. / Oi- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias.-Advs. LILIAN PENKAL e Glauco Humberto Bork-.
92. EXCECAO DE INCOMPETENCIA-0015262-29.2011.8.16.0019-FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SAO PAULO x EVALDIR FREDERICO GULMINIE- ... À vista do exposto, frente as normas legais referendadas e pelo que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, a presente exceção de incompetência relativa de foro, firmando a competencia da Comarca de São Paulo/SP para o processamento da ação cominatória. Condeno o excepto nas custas processuais. Deixo de arbitrar verba honorária, vez que inaplicável ao presente incidente.-Advs. MONICA M. R. Z. FEREIRA LIMA e Elton Silva-.
93. EMBARGOS A EXECUCAO-0015325-54.2011.8.16.0019-MERCADOMOVEIS LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- 3. À vista do exposto, e por tudo mais que consta, à inteligência da Sumula 20 do Tribunal de Justiça do Paraná, face a ausência de interesse de agir, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, o que faço com fundamento nos artigos 295, inciso III, e 267, incisos I e VI do Código de Processo Civil. Custas pela parte embargante. Sem honorários. - Advs. Lucius Marcus Oliveira, Ruy José Miranda Ratton, Gerson Luiz Dechandt e Anne Caroline Cassou-.
94. TUTELA INIBITÓRIA-0016138-81.2011.8.16.0019-DOMINGOS OSMAR BERNARDO x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias.-Adv. Jorge Luiz Martins-.
95. REVISIONAL DE CONTRATO-0017266-39.2011.8.16.0019-ADRIANA BORCK x OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias. -Advs. Gustavo Rodrigues Martins e Caroline Leal Nogueira-.
96. DECLARATÓRIA DE NULIDADE-0017361-69.2011.8.16.0019-JOSE GOMES DE ARAUJO x BV FINANCEIRA S/A- Manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 10 dias.-Adv. Sandro Marcelo Grabicoski-.
97. REVISAO CONTRATUAL-0017809-42.2011.8.16.0019-GISELE BRAVO MOREIRA x FINANCEIRA CREDIBEL- Manifestar-se sobre a correspondência devolvida (mudou-se).-Adv. Juliano Campos-.
98. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0017993-95.2011.8.16.0019-BANCO BRADESCO S.A x MOZART CARLOS PINTO - FI e outro-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...deixei de citar os executados, haja vista que os mesmos não se encontram instalados neste endereço e em informação com vizinhos, disseram não saber de seu novo paradeiro). -Advs. Adriane Guasque e Consuelo Guasque-.
99. DECLARATORIA-0021384-58.2011.8.16.0019-ALMIR OLKOVSKI MESSIAS x PARANAPREVIDÊNCIA- Deferida a assistencia judiciaria gratuita em favor da parte autora. Ao autor para incluir no pólo passivo o Estado do Paraná, como litisconsorte passivo necessário (art. 110 da Lei Estadual n. 12.398/1998).Da tutela antecipada: ... tudo leva a crer que o beneficio em questão caracteriza-se como um adicional de função, de modo que só seria possível sua incorporação aos proventos da aposentadoria se a lei expressamente assim determinar, o que inexiste, a princípio, no caso dos autos... Por tais motivos, inexistindo verossimilhança nas alegações externadas pelo autor, e diante da expressa vedação legal, INDEFIRO a concessão da tutela antecipada. -Adv. Marcio Roberto Portela-.
100. OBRIGAÇÃO DE FAZER-0025980-85.2011.8.16.0019-JEFFERSON LUIZ SCHNEIDER DITTRICH x UNIMED DO ESTADO DO PARANÁ - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS LTDA-1. Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por Jefferson Luiz Schneider Dittrich contra Unimed do Estado do Paraná Federação Estadual das Cooperativas Médicas Ltda., na qual o autor alega que a ré deixou de cumprir contrato de plano de saúde, negando-se a autorizar a realização de procedimento denominado Tomografia por Emissão de Pósitrons (PET-CT). Alega ser portador de recidiva de tumor no testículo (metástase à distância), e que o referido exame é imprescindível para determinar a progressão da doença que acomete o autor. 2. O contrato de Prestação de serviços médicos juntados à fls. 52/78, indica, em tese, que o autor contratou plano de saúde com a parte ré. Considerando a modalidade de contratação, é lícito presumir que as contraprestações mensais do plano de saúde encontram-se em dia, vez que, ordinariamente, a empresa contratante efetua o desconto de valores na folha de pagamento dos empregados repassando o montante devido à cooperativa de saúde. A documentação juntada demonstra que o autor necessita da realização do exame requerido para verificar sobre a persistência da doença em seu organismo, bem como para avaliar possível existência de outros focos metastáticos. Conforme documento juntado em fls. 37, a ré se negou a proceder o exame ao autor sob argumento de que este não atende às Diretrizes técnicas estabelecidas no Rol de Procedimentos Médicos editado pela ANS, alterado pela RN nº 211/2010, da Agência Nacional de Saúde, deixando a conclusão de que o procedimento solicitado não se inclui nos previstos pela resolução. A referida resolução "atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura mínima obrigatória da atenção à saúde nos planos privados de assistência a saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, e naqueles adaptados conforme a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma do Anexo desta Resolução Normativa." Pois bem, o documento juntado em fls. 79, constata-se que o Pet-Scan, requerido pelo autor, encontra-se previsto dentro da cobertura mínima prevista para os planos de saúde como do autor. Embora se trate de instrução normativa, a qual, em tese, não possui força cogente de Lei propriamente dita, uma vez que se trata de ente da administração indireta, a competência exercida pela referida Agência Reguladora decorre de Lei Federal, mais propriamente a Lei 9.961/2000, a qual criou a ANS e dispôs sobre suas competências, dentre as quais a de elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, que constituirão referência básica para os fins do disposto na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e suas excepcionalidades (artigo 4º, inciso III, da Lei 9.961/2000). Como se vê, o autor é acometido por uma doença terrível que deve lhe causar prejuízos físicos e emocionais, de forma que o atraso na realização do procedimento mostra-se como verdadeira afronta ao direito de saúde do autor, pois é beneficiário de plano de saúde e com tratamento legalmente previsto para ser custeado por este. É certo que neste momento processual a cognição horizontal é superficial e não exauriente, todavia, tutelas desta natureza não podem suportar todo o trâmite processual e aguardar o trânsito em julgado da decisão final para que possa usufruir do bem da vida pretendido. Certamente a saúde do autor estará comprometida com o passar do tempo sem o tratamento adequado. A tutela antecipada deve ser deferida porque bastante comprovado a verossimilhança das alegações e o evidente perigo de dano irreparável em sujeitar a autor a aguardar o provimento final. A medida é reversível, na medida que poderá a ré voltar-se em cobrança à autora caso esta seja sucumbente na demanda. O contrário, todavia, não é verdadeiro, ou seja, não se pode compelir a parte a custear com sua saúde, ou quiçá sua própria vida, a negativa de atendimento da ré. 3. Desta forma, presentes os requisitos autorizadores previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil, defiro a antecipação dos efeitos da tutela, para determinar à ré que, no prazo máximo de 24 horas, efetue o custeio ao autor, através do contrato de plano de saúde, da realização de exame PET SCAN ONCOLÓGICO, nos termos da inicial, conforme recomendado pelo médico do autor, sob pena de, não o fazendo, responder por multa diária por descumprimento, a qual desde logo fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais). Cite-se a parte ré, via postal, nos termos do art. 285 do Código de Processo Civil, para, querendo, em 15 (quinze) dias, responder, constando no mandado que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, advertido que aquele que afirmar falsamente ser hipossuficiente para fins de direito poderá ser condenado ao pagamento de até dez vezes o valor das custas processuais. (Retirar carta de intimação e citação). -Adv. Juliana Marques Santos Oliveira-.
101. EXECUCAO FISCAL - FAZENDA-132/2008-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x METALÚRGICA SANTA CECÍLIA S/A- Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. -Advs. Gerson Luiz Dechandt, Marcos Wengerkiewicz, JULIANO ARLINDO CLIVATTI e Jesiel de Oliveira Schemberger-.
102. EXECUCAO FISCAL - OUTROS-0012658-03.2008.8.16.0019-D.T.P.D. x M.G.-Manifestar-se sobre o prosseguimento do feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. -Adv. Monica Pimentel de Souza Lobo-.
103. CARTA PRECATORIA-0001486-59.2011.8.16.0019-Oriundo da Comarca de CURITIBA - PR 21º VARA CIVEL-CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI x ALCEU ZANARDINI DE OLIVEIRA e outro-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...deixei de citar os devedores em virtude de não haver localizado a numeração indicada no logradouro, bem como não obtive nenhuma informação a respeito destes). -Advs. Angelo Daniel Carrion, Fabricio Zir Bothomé, Claudinei Alves Ferreira, Jorge Francisco Fagundes D'Avila, Juliana Peron Riffel e JULIANA PIANOVSKI PACHECO-.
104. CARTA PRECATORIA-0011735-69.2011.8.16.0019-Oriundo da Comarca de COLATINA - ES - 1ª CÍVEL E COMÉRCIO-COLMAQ MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO LTDA x INCA INDUSTRIA METALÚRGICA LTDA- Depositar diligencia do oficial de justiça, no prazo de 05 dias.-Adv. Marcelo Augusto W. Nauman-.
105. CARTA PRECATORIA-0011750-38.2011.8.16.0019-Oriundo da Comarca de CASTRO - PR - VARA CIVEL-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CASTRO x CURSO APOTEMA S/C LTDA e outros-Manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (...deixei de proceder a citação do executado em razão de não encontrá-lo, pois percorri toda a extensão da aludida rua e não localizei a residencia do executado...). -Adv. Lissa Shimada-.
P. Grossa, 29/09/2011-NIVALDO ORTIZ-Escrivão
GILBERTO ROMERO PERIOTO
Juiz de Direito

## 4ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE PONTA GROSSA - PARANA**
**JUIZ: DR. FÁBIO MARCONDES LEITE**

**RELAÇAO Nº 122/2011 - 4ª VARA CÍVEL**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANO JOSE LANGE ZANETTI 00032 000659/2009
ADRIANO MUNIZ REBELLO 00008 002320/2003
00037 000928/2010
ALESSANDRA CORDEIRO STABACH 00008 002320/2003
ALEXANDRE POSTIGLIONE BUHRER 00009 000039/2004
00018 000045/2007
ALFREDO SCHWENNING 00001 000448/1995
AMARILDO MIGUEL LEAL 00026 000639/2008
ANDERSON LUÍS MACHADO 00056 029173/2010
ANDRE DOS SANTOS DAMAS 00029 001142/2008
ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI 00054 026138/2010
ANDRESSA SOLTES FERNANDES 00004 000725/1998
ANTONIO KROKOSZ 00002 000614/1995
CARILYZ DRIELY CORDEIRO 00014 000966/2006
CARLA HELIANA V. M. TANTIN 00027 001016/2008
00066 008425/2011
00071 012161/2011
00087 023009/2011
00093 024307/2011
00095 024326/2011
00096 024330/2011
CARLOS ROBERTO TAVARNARO 00029 001142/2008
CARLOS ROBERTO VIECHNEISKI 00050 021289/2010
CAROLINE MARTINS BÜHRER 00036 001197/2009
CESAR AUGUSTO TERRA 00067 009251/2011
CLAUDIA RODRIGUES PEREIRA 00058 032398/2010
CLAUDIO LUIZ F. C. FRANCISCO 00073 014963/2011
CLEMERSOM A. SILVA 00013 000950/2006
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES 00022 000642/2007
00066 008425/2011
CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES 00039 005855/2010
CRISTIANE PEIXOTO QUIROGA 00013 000950/2006
DANIEL LUIZ SCHEBELSKI 00051 021439/2010
DANIELLE MADEIRA 00040 008281/2010
00042 008881/2010
00043 008887/2010
00052 023866/2010
00064 004768/2011
00065 006886/2011
00066 008425/2011
00071 012161/2011
00072 014766/2011
DANILO PORTHOS SCHRUT 00073 014963/2011
DEBORA MACENO 00069 010606/2011
DONIZETE GELINSKI 00077 018058/2011
ELIZABET NASCIMENTO POLII 00049 020864/2010
ELIZABET NASCIMENTO POLLI 00056 029173/2010
ELTON SILVA 00010 000220/2004
00061 000936/2011
ERNANI GONÇALVES MACHADO 00076 016398/2011
EVARISTO ARAGÃO SANTOS 00057 029661/2010
FABIANA SILVEIRA 00083 022630/2011
FABRICIO ZIR BOTHOME 00007 002212/2003
FERNANDA BASTOS KAMMRADT GUERRA 00021 000500/2007
FERNANDA DE SÁ E B. CARNEIRO 00023 000649/2007
FERNANDO BLASZKOWSKI 00056 029173/2010
FERNANDO MADUREIRA 00073 014963/2011
FÁBIA REGINA DA FONSECA PEREIRA 00080 020902/2011
GARDENIA MASCARELO 00039 005855/2010
GERSON VANZIN MOURA DA SILVA 00052 023866/2010
00069 010606/2011
GIDALTE DE PAULA DIAS 00068 010379/2011
GILBERTO BORGES DA SILVA 00082 022296/2011
00089 024151/2011
00090 024155/2011
00091 024167/2011
00092 024303/2011
00094 024323/2011
GILMAR COSTA VAZ 00079 019387/2011
GLAUCO HUMBERTO BORK 00012 000456/2006
HELCIO SILVA ORANE 00033 000715/2009
00045 016909/2010
HELENA DIAS BARBAR 00015 001036/2006
IGLENE GUIMARÃES KALINOSKI 00098 001528/2009
00099 001529/2009
00100 001540/2009
00101 001541/2009
ISABEL APARECIDA HOLM 00041 008533/2010
IWAN RICARDO CHRUN 00004 000725/1998
JADER EVARISTO TONELLI PEIXER 00050 021289/2010
JAIME DE OLIVEIRA PENTEADO 00052 023866/2010
00069 010606/2011
JOANINO ELEUTERIO 00084 022832/2011
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO 00067 009251/2011
00070 011177/2011
00078 019189/2011
JOAO MARIA DE GOES JUNIOR 00025 000023/2008
JOAQUIM MIRO 00012 000456/2006
00019 000309/2007
JORGE LUIZ MARTINS 00067 009251/2011
00078 019189/2011
00097 024509/2011
JOSE ELI SALAMACHA 00003 000663/1997
00004 000725/1998
00006 000174/2001
00017 001077/2006
00035 001085/2009
00041 008533/2010
00047 019666/2010
JOSE ELI SALAMACHA E OUTROS 00008 002320/2003
JOSE SCHELL JUNIOR 00086 022994/2011
JULIANO CAMPOS 00076 016398/2011
JULIANO DEMIAN DITZEL 00014 000966/2006
LENITA BEATRIZ SIMIONATO 00020 000330/2007
LUCIANE PORTELA 00085 022834/2011
LUCIMARA PLAZA TENA 00027 001016/2008
LUILSON FELIPE GONÇALVES 00037 000928/2010
LUIS HENRIQUE LOPES DE SOUZA 00077 018058/2011
LUIS OSCAR SIX BOTTON 00020 000330/2007
LUIZ CARLOS CASARA 00024 001140/2007
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00055 026722/2010
LUIZ OTTAVIO VEIGA GRECA 00033 000715/2009
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 00046 019644/2010
00057 029661/2010
MARCIO RIBEIRO PIRES 00074 015362/2011
MARCIUS NADAL MATOS 00019 000309/2007
MARIANTONIETA FERRAZ PORTELA 00041 008533/2010
MARLI VOGLER MAUDA 00060 038385/2010
MAURIZA DE JESUS IEGER GRUBA 00005 000417/2000
MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI 00022 000642/2007
NATANIEL PINOTTI BROGLIO 00044 009635/2010
NELSON PASCHOALOTTO 00062 002503/2011
NIKOLLE KOUTSOUKOS AMADORI 00081 021245/2011
NORBERTO TARGINO DA SILVA 00059 034510/2010
OLDEMAR MARIANO 00001 000448/1995
00016 001037/2006
OSEAS SANTOS 00005 000417/2000
PATRICIA BORBA TARAS 00049 020864/2010
00063 004612/2011
PAULO GROTT FILHO 00011 000286/2005
PAULO ROBERTO VIECHNEISKI 00050 021289/2010
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 00032 000659/2009
RENATA DE SOUZA POLETTI 00028 001065/2008
ROBERTO ANTONIO BUSATO E OUTRO 00001 000448/1995
ROGÉRIO G. SFOGGIA 00065 006886/2011
RONALDO HOFF PINHEIRO 00053 024631/2010
RONEI JULIANO FOGAÇA WEISS 00070 011177/2011
SIGISFREDO HOEPERS 00038 004231/2010
SILVANA MENDES HELMES 00007 002212/2003
TATIANA VALESCA VROBLEWSKI 00064 004768/2011
00076 016398/2011
THAYAN GOMES DA SILVA 00018 000045/2007
VALDIR IENSEN 00031 000420/2009
VIVIANE KROLOW BANDEIRA 00005 000417/2000
WALTER CAMPOS DO AMARAL RENNÓ 00102 008889/2011
WILLIAM STREMEL BISCAIA DA SILVA 00002 000614/1995
00034 001060/2009
00075 015997/2011
ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA 00030 000400/2009
00048 019997/2010
00088 023350/2011

1. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 448/1995-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A. x DIONISIO ULIANA NETO & CIA. LTDA. e outro - Expeça-se alvará, em favor da parte credora.
Após, sobre o prosseguimento do feito, diga a mesma em cinco (05) dias. A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 9,40 devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x.Advs. ROBERTO ANTONIO BUSATO E OUTRO, ALFREDO SCHWENNING e OLDEMAR MARIANO.
2. ANULACAO DE ATOS JURIDICOS - 614/1995-J.L.A.N. x Z.T.T. - Atualize-se a conta. Após, oficie-se à agência bancária para os descontos requeridos mês a mês até o limite do crédito. A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 9,40 , devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x. Sobre o cálculo R$ 50.616,46, digam as partes, em igual prazo. Advs. WILLIAM STREMEL BISCAIA DA SILVA e ANTONIO KROKOSZ.
3. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 663/1997-BANESTADO LEASING S/A x SOARES & JANSEN LTDA - Manifeste-se a parte interessada, em cinco (05) dias, requerendo o que necessário ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Adv. JOSE ELI SALAMACHA.
4. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 725/1998-BANESTADO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x SUPERTERRA TERRAPLENAGENS LTDA. - A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 28,20 devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x. Advs. JOSE ELI SALAMACHA, ANDRESSA SOLTES FERNANDES e IWAN RICARDO CHRUN.
5. MONITORIA - 417/2000-FRANCISCO TAVEIRA DE SOUZA x CLAUDEMIR DE MATOS BALAROTE - Intime-se a parte devedora, para que no prazo de 15 dias

deposite em Cartório o valor reclamado, sob pena de multa de 10%. Sobre o petitório de fls. 114/116, diga a parte interessada, em cinco dias. Advs. OSEAS SANTOS, MAURIZA DE JESUS IEGER GRUBA e VIVIANE KROLOW BANDEIRA.
6. MONITORIA - 174/2001-BANCO DO BRASIL S.A. x NELSON DE SOUZA RAMOS E CIA LTDA. e outros - Sobre o petitório, diga a parte autora, em cinco dias. Adv. JOSE ELI SALAMACHA.
7. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 2212/2003-CELSO LUIS MAIA x REFER - FUNDACAO REDE FERROVIARIA SEGURIDADE SOCIAL - Autos nº. 2212/03 Voltem os autos ao contador, para que atualize a conta, debitando o valor dos honorários do perito, que devem ser arcados pelo sucumbente da impugnação (exequente), inobstante e não declaração expressa na decisão, pois as todas as despesas da impugnação são devidas pela parte que nela sucumbe. Sobre o cálculo R$ 587,11 e R$ 382,76, digam as partes, em cinco dias. Advs. SILVANA MENDES HELMES e FABRICIO ZIR BOTHOME.
8. DEPOSITO - 2320/2003-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x ARNALDO SBRANA - Considerando a ausência das situações do art. 265 do CPC, indefiro o requerimento último. Concedo o prazo máximo de 90 dias para a parte autora promover a citação da parte ré, nos termos do art. 219, § 3º, do CPC. Advs. ADRIANO MUNIZ REBELLO, ALESSANDRA CORDEIRO STABACH e JOSE ELI SALAMACHA E OUTROS.
9. INDENIZACAO POR DANOS MORAIS - 39/2004-JOAO MENINO MOREIRA x JABUR PNEUS S.A. - A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 9,40 devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x. Adv. ALEXANDRE POSTIGLIONE BUHRER.
10. USUCAPIÃO - 0006302-31.2004.8.16.0019-MARCOS AURELIO DE SOUZA x REYNALDO JOSE MELZER e outros - Sobre o petitório, diga a parte autora, em cinco dias. Adv. ELTON SILVA.
11. USUCAPIÃO - 286/2005-MARIA DA LUZ DE RAMOS e outros x OLIMPIO MEDEIROS DE MEO - Sobre o oficio e certidão de fls., e os documentos porventura a ele acostados, manifeste-se a parte interessada, em cinco (05) dias. Adv. PAULO GROTT FILHO.
12. ORD.ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - 456/2006-JOSE ALAOR RODRIGUES x BRASIL TELECOM S/A - Autos nº. 456/06 Considerando o imenso número de ações repetidas de adimplemento contratual ajuizadas conta a ré Brasil Telecom, onde os consumidores, por vezes, têm dificuldades em promover a liquidação do julgado, ante o fato de a ré deter em seu poder toda a documentação necessária á solução do litígio, determino a realização de liquidação por arbitramento. Para funcionar como perito nomeio o Sr. Mualmeri Janoski, em cujo favor arbitro honorários no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais). Considerando que a Brasil Telecom foi sucumbente na demanda, que a parte autora é tecnicamente e economicamente hipossuficiente para a produção da prova, e visando a célere e eficaz solução do litígio, determino á ré que promova a antecipação dos honorários periciais, no prazo de 10 dias. Para a confecção dos trabalhos deverão estar colacionado aos autos os seguintes documentos, a serem juntados pela ré, caso ainda não se encontrem no processo: Cópia da radiografia do contrato firmado perante a Telepar - Telecomunicações do Paraná S/A ou documento que contenha as informações: - Tipo do contrato; - Data da assinatura; - Valor total capitalizado; - Tipo das ações; - Valor patrimonial das ações; - Data da capitalização das ações; - Quantidade de ações. Balancete do mês da respectiva integralização das ações com apuração do Valor Patrimonial da Ação por este Balancete; Ano, data da liberação, data do pagamento e valor da ação; Relação dos Juros Ano, data da liberação, data do pagamento e valor da ação;Capital Próprio (JSCP) da Telepar/Brasil Telecom desde a integralização das ações até a data da citação, contendo: Ano, data da liberação, data do pagamento e valor da ação; Defiro às partes o prazo de 10 dias para apresentação de quesitos. Após, remetam-se os autos ao Sr. Perito, para que analise a documentação juntada e, caso entenda possível, proceda a elaboração dos trabalhos, devendo entregar laudo no prazo de 30 dias. Caso o Sr. Perito manifeste a ausência de algum dos documentos supra indicados, determino, desde logo, que a ré efetue a juntada do referido escrito no prazo de 10 dias. Advs. GLAUCO HUMBERTO BORK e JOAQUIM MIRO.
13. USUCAPIÃO - 950/2006-ADELAIDE DA ROCHA x MARIA FRARE - A parte interessada, para no prazo de cinco (05) dias, retirar o expediente de Cartorio . Advs. CLEMERSOM A. SILVA e CRISTIANE PEIXOTO QUIROGA.
14. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 966/2006-TERRA AGRO SUL COMÉRCIO DE INSUMOS LTDA x JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA MOTTA - Sobre o prosseguimento do feito, diga a parte exequente, em cinco dias. Advs. JULIANO DEMIAN DITZEL e CARILYZ DRIELY CORDEIRO.
15. INVENTÁRIO - 1036/2006-FABIO BOHAJENKO x JURACI DO ROSÁRIO ROGUS - A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 9,40, devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x. Adv. HELENA DIAS BARBAR.
16. MONITORIA - 0012273-26.2006.8.16.0019-HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO x METALURGICA SOOMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e outro - Decorrido o prazo de suspensao. Diga a parte interessada, em cinco (05) dias, requerendo o que necessario ao prosseguimento do feito. Adv. OLDEMAR MARIANO.
17. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1077/2006-UNIAO DE ENSINO VILA VELHA S/C LTDA x RONY SPERANDIO NASCIMENTO - Decorrido o prazo de suspensao. Diga a parte interessada, em cinco (05) dias, requerendo o que necessario ao prosseguimento do feito. Adv. JOSE ELI SALAMACHA.
18. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 45/2007-STELLA MARIS BINOTTO x POLLYS AUTOMOVEIS - Reitere-se a intimação para pagamento sob pena de dispensa da prova e designação de audiência de intrução e julgamento, em cinco dias. Advs. ALEXANDRE POSTIGLIONE BUHRER e THAYAN GOMES DA SILVA.
19. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 309/2007-RUY CARLOS BOA MORTE e outros x BRASIL TELECOM S.A. - Revogo o despacho de fi. 681. Analisando a questão, verifica-se que, a exemplo de inúmeros casos similares, necessária se faz a prévia liquidação de sentença antes da instauração de seu cumprimento. Há dissenso em relação ao cálculo apresentado pela parte ré, o que justifica a realização de perícia para confrontação e averiguação. Considerando o imenso número de ações repetidas de adimplemento contratual ajuizadas conta a ré Brasil Telecom, onde os consumidores, por vezes, têm dificuldades em promover a liquidação do julgado, ante o fato de a ré deter em seu poder toda a documentação necessária á solução do litígio, determino a realização de liquidação por arbitramento. Para funcionar como perito nomeio o Sr. Mualmeri Janoski, em cujo favor arbitro honorários no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais). Considerando que a Brasil Telecom foi sucumbente na demanda (mesmo que em parte), que a parte autora é tecnicamente e economicamente hipossuficiente para a produção da prova, e visando a célere e eficaz solução do litígio, determino á ré que promova a antecipação dos honorários periciais, no prazo de 10 dias. Para a confecção dos trabalhos deverão estar colacionados aos autos os seguintes documentos, a serem juntados pela ré, caso ainda não se encontrem no processo: a) Cópia da radiografia dos contratos firmados perante a Telepar - Telecomunicações do Paraná 5/A ou documentos que contenham as informações: - Tipo do contrato; - Data da assinatura; - Valor total capitalizado; - Tipo das ações; - Valor patrimonial das ações; - Data da capitalização das ações; - Quantidade de ações. b) Balancete do mês da respectiva integralização ds ações com apuraçç do Valor Patrimonial da Ação por este Balancete; Ano, data da liberação, data do pagamento e valor da ação;c) Relação dos Juros Ano, data da liberação, data do pagamento e valor da ação;Capital Próprio (JSCP) da Telepar/Brasil Telecom desde a integralização das ações até a data da citação, contendo: Ano, data da liberação, data do pagamento e valor da ação; Defiro às partes o prazo de 10 dias para apresentação de quesitos. Após, remetam-se os autos ao Sr. Perito, para que analise a documentação juntada e, caso entenda possível, proceda a elaboração dos trabalhos, devendo entregar laudo no prazo de 30 dias. Caso o Sr. Perito manifeste a ausência de algum dos documentos supra indicados ou entenda que mais algum é necessário, determino, desde logo, que a ré efetue a juntada do referido escrito no prazo de 10 dias. Advs. MARCIUS NADAL MATOS e JOAQUIM MIRO.
20. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - 330/2007-JOSE FERNANDO DE PAULA e outro x UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS - Decorrido o prazo de suspensao. Diga a parte interessada, em cinco (05) dias, requerendo o que necessario ao prosseguimento do feito. Advs. LENITA BEATRIZ SIMIONATO e LUIS OSCAR SIX BOTTON.
21. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 500/2007-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA e outro x ESTADO DO PARANA - Como requer o Ministério Público, em cinco dias. Adv. FERNANDA BASTOS KAMMRADT GUERRA.
22. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0011506-51.2007.8.16.0019-BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x MARCELIZA JERUZA XAVIER - A citação por edital, como requerido pela parte autora, é medida excepcional, devendo ser esgotados os demais meios para tal finalidade. Assim, expeçam-se ofícios a Copel, Sanepar e companhias telefônicas (fixos ou móveis), requerendo informações acerca do atual endereço do(a)(s) requerido/executado(a)(s). Após, aguarde-se pelo prazo de sessenta (60) dias, a resposta.
A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 56,40, devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x.
Advs. MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES.
23. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 649/2007-CARLOS NEURI INACIO x ELISABETE GRZEBELUCKA - Manifeste-se a parte interessada, em cinco (05) dias, requerendo o que necessário ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Adv. FERNANDA DE SÁ E B. CARNEIRO.
24. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 1140/2007-SERGIO SKALINSKI x COOPERATIVA RURAL VENETO LTDA - a parte exeqüente se manifeste sobre a não localização de ativos financeiros, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 791, inciso III, do Código de Processo Civil, em cinco dias. Adv. LUIZ CARLOS CASARA.
25. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 23/2008-ESPOLIO DE IZADORA ANTERO x JOÃO ANTÔNIO - Decorrido o prazo de suspensao. Diga a parte interessada, em cinco (05) dias, requerendo o que necessario ao prosseguimento do feito. Adv. JOAO MARIA DE GOES JUNIOR.
26. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 639/2008-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA x ADRIANO NOVAES NUNES - A parte interessada, para no prazo de cinco (05) dias, retirar o expediente de Cartorio e, em igual prazo manifestar-se sobre o prosseguimento do feito. Adv. AMARILDO MIGUEL LEAL.
27. DEPOSITO - 0012589-68.2008.8.16.0019-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADO PCG BRASIL MULTICARTEIRA x ANDERSON JOSE MANTUANI - Defiro o requerimento último, anotando-se na distribuição, registro e autuação. Após, sobre o prosseguimento do feito, manifeste-se a parte autora em cinco (05) dias. Advs. LUCIMARA PLAZA TENA e CARLA HELIANA V. M. TANTIN.
28. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1065/2008-J.O REAL FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA x DENISE OZÓRIO IURK - A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 9,40, devendo

a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x. Adv. RENATA DE SOUZA POLETTI.

29. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO - 1142/2008-MALEK SASSINE MECHEILEH x ARTUR MINELLI MARTINS - Reiterei ordem anteriormente expedida. Sobre o prosseguimento do feito, manifeste-se a parte autora, em cinco dias. Advs. CARLOS ROBERTO TAVARNARO e ANDRE DOS SANTOS DAMAS.

30. DEPOSITO - 0013180-93.2009.8.16.0019-BANCO BMG S/A x JOSE DARCI B. PUPO - Sobre a certidao de fls (sem resposta ao ofício expedido), manifeste-se a parte interessada, em cinco (05) dias. Adv. ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA.

31. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 420/2009-BANCO BRADESCO S.A x A T MENDES E CIA. LTDA. ME e outro - A parte executada, para em cinco dias, manifestar-se sobre o pedido de suspensão. Adv. VALDIR IENSEN.

32. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - 659/2009-ELCIO ANDRION DOS SANTOS x CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - Deixo de receber a apelação com suas razões, por ser a mesma intempestiva. Oficie-se, na forma determinada às fls. 146/152. Advs. ADRIANO JOSE LANGE ZANETTI e PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR.

33. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 715/2009-ITAPEVA II MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS x NELSON LUIZ DE JESUS HEIDMANN e outro - Manifeste-se a parte interessada, em cinco (05) dias, requerendo o que necessário ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Advs. HELCIO SILVA ORANE e LUIZ OTTAVIO VEIGA GRECA.

34. INVENTARIO E ARROLAMENTOS - 1060/2009-ROSA LUCIA JOHN x VILMAR PEICKHARDT - Decorrido o prazo de suspensao. Diga a parte interessada, em cinco (05) dias, requerendo o que necessario ao prosseguimento do feito. Adv. WILLIAM STREMEL BISCAIA DA SILVA.

35. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1085/2009-BANCO ITAÚ S/A x MAURO KUHN M.E e outro - Decorrido o prazo de suspensao. Diga a parte interessada, em cinco (05) dias, requerendo o que necessario ao prosseguimento do feito. Adv. JOSE ELI SALAMACHA.

36. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0013374-93.2009.8.16.0019-BANCO ITAÚ S/A x COMERCIAL DE BEBIDAS MARUSKA e outros -Considerando que os documentos juntados comprovam o alegado, defiro o pedido último. . A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 9,40, devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x. Sobre o prosseguimento do feito, diga a parte exequente, em cinco dias. Adv. CAROLINE MARTINS BÜHRER.

37. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0000928-24.2010.8.16.0019-FABRICIO BRANDT DA SILVA x BANCO PAULISTA S/A - Homologo a transação, resolvendo a lide na forma do art. 269, III, CPC.
A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 9,40, devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x.
Advs. LUILSON FELIPE GONÇALVES e ADRIANO MUNIZ REBELLO.

38. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 0004231-46.2010.8.16.0019-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x NILZA MARI DESCHK - A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 9,40, devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x. Adv. SIGISFREDO HOEPERS.

39. PROCEDIMENTO SUMARIO DE REVISIONAL DE CONTRATO - 0005855-33.2010.8.16.0019-ORESTES PISSAIA JUNIOR x BANCO ITAULEASING S/A - As partes para, no prazo de cinco (05) dias, dizerem se pretendem se conciliar e especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando pormenoridazamente a sua necessidade. Advs. GARDENIA MASCARELO e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES.

40. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0008281-18.2010.8.16.0019-LUIS CARLOS FERREIRA DA SILVA x BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. - Autos nº 8281/10 Cumpra-se o último provimento, em cinco dias Adv. DANIELLE MADEIRA.

41. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0008533-21.2010.8.16.0019-INTERPARTNER SERVIÇOS GERAIS SS LTDA x BRASIL TELECOM S.A. - Sobre o depósito R$ 2.018,55e documentos, diga a parte autora, em cinco dias. Advs. MARIANTONIETA FERRAZ PORTELA, ISABEL APARECIDA HOLM e JOSE ELI SALAMACHA.

42. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0008881-39.2010.8.16.0019-TEREZINHA DE OLIVEIRA x BANCO ITAUCARD S.A. - A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 9,40, devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x. Adv. DANIELLE MADEIRA.

43. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0008887-46.2010.8.16.0019-JETERSON REINALDO RIBEIRO x BANCO BMG S/A - Decorrido o prazo de suspensao. Diga a parte interessada, em cinco (05) dias, requerendo o que necessario ao prosseguimento do feito. Adv. DANIELLE MADEIRA.

44. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0009635-78.2010.8.16.0019-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x CARLITO RIBEIRO - A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 9,40, devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x. Adv. NATANIEL PINOTTI BROGLIO.

45. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0016909-93.2010.8.16.0019-BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A x COMÉRCIO E TRANSPORTES DE MADEIRA TRANSMICKAELLY LTDA e outro - A parte interessada deve apresentar, em dez dias, o comprovante da distribuicao da carta precatoria , sob pena de extinção. Adv. HELCIO SILVA ORANE.

46. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0019644-02.2010.8.16.0019-ALFREDO VIEIRA DA SILVA x BANCO ITAÚ SUCESSOR DO UNIBANCO S/A - Sobre o petitório, diga a parte ré, em cinco dias. Adv. LUIZ RODRIGUES WAMBIER.

47. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0019666-60.2010.8.16.0019-BANCO ITAU S.A x JURANDIR DIAS S. C. SANEAMENTO e outro - Sobre a certidao de fls (sem resposta ao ofício expedido)., manifeste-se a parte interessada, em cinco (05) dias. Adv. JOSE ELI SALAMACHA.

48. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0019997-42.2010.8.16.0019-BANCO BMG S.A. x EMERSON LUIS DOS SANTOS - A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$28,20, devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x. Adv. ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA.

49. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0020864-35.2010.8.16.0019-INÊS ZAGOBINSKI x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR - Julgo procedente a presente demanda, para o fim de declarar a inexigibilidade do débito de R$ 1.105,77, referente ao exercício do mês de março de 2010 (fatura de fl. 13). Revogo, ainda, a liminar concedida de fls. 17, pois sanadas as irreuglaridades passíveis de risco ao autor ou seu patrimônio. Assim, condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, considerando as diretrizes das letras de seus § 3º, fixo em R$ 1.000,00. Advs. PATRICIA BORBA TARAS e ELIZABET NASCIMENTO POLII.

50. USUCAPIÃO - 0021289-62.2010.8.16.0019-WILSON DE LIMA FONSECA x ALTEMIR ANTONIO INÁCIO - As partes para, no prazo de cinco (05) dias, dizerem se pretendem se conciliar e especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando pormenoridazamente a sua necessidade. Advs. JADER EVARISTO TONELLI PEIXER, PAULO ROBERTO VIECHNEISKI e CARLOS ROBERTO VIECHNEISKI.

51. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 0021439-43.2010.8.16.0019-UNIÃO DE ENSINO VILA VELHA LTDA - FACULDADE UNIÃO x DÉBORA CARNEIRO SILVA - A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, no valor de R$ 9,40, devendo a importância ser recolhida através de boleto bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x. Adv. DANIEL LUIZ SCHEBELSKI.

52. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0023866-13.2010.8.16.0019-MAURICIO APARECIDO ANDRADE x BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO - As partes para, no prazo de cinco (05) dias, dizerem se pretendem se conciliar e especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando pormenoridazamente a sua necessidade. Advs. DANIELLE MADEIRA, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA e JAIME DE OLIVEIRA PENTEADO.

53. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - 0024631-81.2010.8.16.0019-SEBASTIÃO CLÉO PLATINI DZULA KOVALTCHUK ME x FAMASTIL TAURUS FERRAMENTAS S/A - A parte interessada, para no prazo de cinco (05) dias, retirar o expediente de Cartorio , no valor de R$ 9,40, devendo a quantia ser paga por BOLETO BANCÁRIO, disponível na página do Tribunal de Justiça, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x Adv. RONALDO HOFF PINHEIRO.

54. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0026138-77.2010.8.16.0019-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A x JOSE ALFEU LAURO DOS SANTOS - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 215,00, junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI.

55. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0026722-47.2010.8.16.0019-ALESSANDRO DONHA x BANCO DO BRASIL S.A - As partes para, no prazo de cinco (05) dias, dizerem se pretendem se conciliar e especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando pormenoridazamente a sua necessidade. Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.

56. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0029173-45.2010.8.16.0019-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR x ODILÉIA DO CARMO CHIRIGATTI e outro - As partes para, no prazo de cinco (05) dias, dizerem se pretendem se conciliar e especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando pormenoridazamente a sua necessidade. Advs. ELIZABET NASCIMENTO POLLI, FERNANDO BLASZKOWSKI e ANDERSON LUÍS MACHADO.

57. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0029661-97.2010.8.16.0019-BANCO ITAU S.A x E. J. P. TRANSPORTES LTDA - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 148,50 junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Advs. EVARISTO ARAGÃO SANTOS e LUIZ RODRIGUES WAMBIER.

58. DESPEJO - 0032398-73.2010.8.16.0019-RUTE CORREIA DE GEUS e outro x JUANA ANTONIA PINANEZ BARRETO - 32398/10 Homologo a desistência da ação com relação ao réu DANIEL CAETANO DE LIMA, extinguindo o processo na forma do artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Certifique a serventia o decurso do prazo para apresentação de resposta pela primeira ré. Adv. CLAUDIA RODRIGUES PEREIRA.

59. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0034510-15.2010.8.16.0019-BANCO FINASA S/A x NIRACY MARIA ZANIOLO - Manifeste-se a parte interessada, em cinco (05) dias, requerendo o que necessário ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Adv. NORBERTO TARGINO DA SILVA.

60. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - 0038385-90.2010.8.16.0019-SILVANA CLAUDIA DO NASCIMENTO x BANCO ABN AMRO REAL S.A. - Sobre a(s)

preliminar(es) e documentos porventura à ela acostados, manifeste-se a parte autora, em dez (10) dias. Adv. MARLI VOGLER MAUDA.

61. USUCAPIÃO - 0000936-64.2011.8.16.0019-BENEDITO JOÃO MARIA RODRIGUES e outro x EUNICE DA CUNHA - A parte autora, para em cinco dias, fornecer as seguintes cópias: 03 da inicial e 03 despacho. Adv. ELTON SILVA.

62. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 0002503-33.2011.8.16.0019-BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x TUPINIQUIM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - AUTOS : 2503/2011 AÇÃO : REINTEGRAÇÃO DE POSSE AUTOR : BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL RÉU : TUPINIQUIM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA RELATÓRIO BANCO SOFISA S/A moveu a presente em face de TUPINIQUIM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, alegando, em breve síntese, que firmou, com o réu, contrato de arrendamento mercantil, pelo prazo de 72 (sessenta e dois) meses com o vencimento da primeira parcela em 24 de junho de 2010. Na sequência, informa que desde o mês de julho de 2010 o réu tornou-se inadimplente o que, nos termos das disposições contratuais, culminou na resolução do contrato com o vencimento antecipado da dívida. Por estes fundamentos, requer a antecipação dos efeitos da tutela, para que, seja determinada, liminarmente, a reintegração de posse. Pedido que reitera a título imediato. Às fls. 35, estando devidamente comprovados os quesitos ensejadores, foi deferida a ordem liminar. Mesmo em estando devidamente citado o réu quedou-se inerte se tornando, pois, revel. É, no essencial, o relatório. Seguem fundamentos e decisão. FUNDAMENTOS Assim, o feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil. Isso porque, nos termos do art. 319 do Código de Processo Civil, na ausência de contestação presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados na exordial, os quais levam às consequências jurídicas nela pleiteadas. Além do mais, a parte autora juntou com a inicial o contrato onde se instituiu o arrendamento [fls. 15-25], bem como a certidão de protesto [fls. 28], cumprindo, assim, o ônus lhe imposto pelo art. 333, I, do Código de Processo Civil. Desta feita, estando comprovada a mora da parte ré, bem como, seu dever de adimplemento do débito - por incumbência contratual - e a posse indireta do autor não resta outra alternativa, senão, a procedência da presente demanda. DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido inicial, confirmando a posse do bem, objeto do contrato, em favor da autora. Outrossim condeno, a parte ré, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais, com fundamento ao artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, em atenção as diretrizes do parágrafo anterior, fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) ante a ausência de oposição. P. R. I. Adv. NELSON PASCHOALOTTO.

63. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - 0004612-20.2011.8.16.0019-MARIA LUIZA BARBOSA x BANCO FIAT S/A - Sobre a(s) preliminar(es) e documentos porventura à ela acostados, manifeste-se a parte autora, em dez (10) dias. Adv. PATRICIA BORBA TARAS.

64. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0004768-08.2011.8.16.0019-JONAS ANTUNES DA SILVA x BV FINANCEIRA S.A. C.F.I. - As partes para, no prazo de cinco (05) dias, dizerem se pretendem se conciliar e especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando pormenoridazamente a sua necessidade. Advs. DANIELLE MADEIRA e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI.

65. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0006886-54.2011.8.16.0019-SEBASTIÃO EDILSON DE MATOS x BANCO PANAMERICANO S.A. - As partes para, no prazo de cinco (05) dias, dizerem se pretendem se conciliar e especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando pormenoridazamente a sua necessidade. Advs. DANIELLE MADEIRA e ROGÉRIO G. SFOGGIA.

66. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0008425-55.2011.8.16.0019-CIDEONNY DA ROCHA DE LIMA x BANCO ITAUCARD S.A. - As partes para, no prazo de cinco (05) dias, dizerem se pretendem se conciliar e especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando pormenoridazamente a sua necessidade. Advs. DANIELLE MADEIRA, CARLA HELIANA V. M. TANTIN e CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES.

67. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - 0009251-81.2011.8.16.0019-SILVIA LUCIANE DA ROCHA DOS ANJOS x BANCO SANTANDER BRASIL S.A. - Autos nº. 9251/11 Mantenho a decisão agravada, por entender presentes os seus requisitos. Prestei informações em separado. Junte-se. Cópia. Advs. JORGE LUIZ MARTINS, CESAR AUGUSTO TERRA e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO.

68. USUCAPIÃO - 0010379-39.2011.8.16.0019-VERA LUCIA PEREIRA DE SOUZA x ISIDORO FERNANDEZ ALIJA e outro - A parte interessada, para no prazo de cinco (05) dias, retirar o expediente de Cartorio . Adv. GIDALTE DE PAULA DIAS.

69. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0010606-29.2011.8.16.0019-CRISTIAN LUIZ GONÇALVES ROSAS DE OLIVEIRA x BV FINANCEIRA S.A. - C.F.I. - As partes para, no prazo de cinco (05) dias, dizerem se pretendem se conciliar e especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando pormenoridazamente a sua necessidade. Advs. DEBORA MACENO, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA e JAIME DE OLIVEIRA PENTEADO.

70. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - 0011177-97.2011.8.16.0019-CAIO FRANCO DE LIMA x BANCO SANTANDER BRASIL S.A. - As partes para, no prazo de cinco (05) dias, dizerem se pretendem se conciliar e especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando pormenoridazamente a sua necessidade. Advs. RONEI JULIANO FOGAÇA WEISS e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO.

71. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0012161-81.2011.8.16.0019-JOAO MARIA DE ANDRADE LOPES x BANCO ITAÚ - As partes para, no prazo de cinco (05) dias, dizerem se pretendem se conciliar e especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando pormenoridazamente a sua necessidade. Advs. DANIELLE MADEIRA e CARLA HELIANA V. M. TANTIN.

72. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0014766-97.2011.8.16.0019-CARLITO ATAIDE DE ASSIS x BANCO CIFRA S/A (GRUPO SCHAHIN) - Sobre a contestação e documentos, diga a parte autora, em cinco dias. Adv. DANIELLE MADEIRA.

73. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - 0014963-52.2011.8.16.0019-CENTRO DE ESTÉTICA TOQUE DE ANJO LTDA x ILDEFONSO ALVES DOS SANTOS e outros - A parte interessada, para no prazo de cinco (05) dias, retirar o expediente de Cartorio , no valor de R$18,80, devendo a quantia ser paga por BOLETO BANCÁRIO, disponível na página do Tribunal de Justiça, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x Advs. CLAUDIO LUIZ F. C. FRANCISCO, FERNANDO MADUREIRA e DANILO PORTHOS SCHRUT.

74. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - 0015362-81.2011.8.16.0019-BANCO DO BRASIL S.A x ALCEU BARROS DE SANT'ANNA FILHO - Manifeste-se a parte interessada, em cinco (05) dias, requerendo o que necessário ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Adv. MARCIO RIBEIRO PIRES.

75. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0015997-62.2011.8.16.0019-PANAMERICANO S/A x PAULO CESAR DIMBARRE - 15997/11 Trata-se de ação de busca e apreensão movida pelo PANAMERICANO S/A em face de PAULO CESAR DIMBARRE, onde, após a liminar e citação, purgou-se a mora, o que, conforme melhor entendimento jurisprudencial equivale ao reconhecimento do pedido: A purgação da mora pelo devedor importa no reconhecimento do pedido do autor, comportando julgamento de mérito, nos moldes do art. 269, II do cpc. (TJMT - AC 40043/2002 - 3ª C.Cív. - Rel. Des. José Jurandir de Lima - J. 02.04.2003). Ante o exposto, nos termos do art. 269, II, do Código de Processo Civil, extingo o processo, com julgamento do mérito, condenando o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios já fixados e incluídos no valor depositado. Expeça-se mandado de restituição. Outrossim, condiciono o levantamento do valor depositado à prova da restituição do bem. P. R. I. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO Gustavo Peccinini Netto Adv. WILLIAM STREMEL BISCAIA DA SILVA.

76. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0016398-61.2011.8.16.0019-PAULO CEZAR PEREIRA x BV FINANCEIRA - As partes para, no prazo de cinco (05) dias, dizerem se pretendem se conciliar e especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando pormenoridazamente a sua necessidade. Advs. JULIANO CAMPOS, ERNANI GONÇALVES MACHADO e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI.

77. USUCAPIÃO - 0018058-90.2011.8.16.0019-GILBERTO VICENTE RIBAS e outro - A parte autora, para em cinco dias, fornecer as seguintes cópias: 03 incial, despacho, planta e memorial. Advs. DONIZETE GELINSKI e LUIS HENRIQUE LOPES DE SOUZA.

78. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - 0019189-03.2011.8.16.0019-INDIA NARA BINOTTO x BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - Autos nº. 19189/11 Mantenho a decisão agravada, por entender presentes os seus requisitos. Sobre a contestação e os documentos a ela acostados, manifeste-se a parte autora, em cinco dias. Advs. JORGE LUIZ MARTINS e JOAO LEONELHO GABARDO FILHO.

79. MANDADO DE SEGURANCA - 0019387-40.2011.8.16.0019-ALEXANDRE GUSTAVO FERREIRA DE ARAUJO x JOSÉ ELIZEU CHOCIAI - 19387/11 Sobre as informações prestadas, manifeste-se a impretante, em cinco dias. Adv. GILMAR COSTA VAZ.

80. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0020902-13.2011.8.16.0019-OLGA KOCHIMANSKI MATOS x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT - Defiro à parte autora, provisoriamente, as benesses da assistência judiciária gratuita. Fica ela, contudo, advertida de que, nos termos do art. 4º, § 1º, in fine, da Lei n. 1.060/50, quem afirmar indevidamente sua condição de pessoa necessitada, será condenada ao pagamento de até o décuplo das custas judiciais. A parte interessada, para no prazo de cinco (05) dias, retirar o expediente de Cartorio . Adv. FÁBIA REGINA DA FONSECA PEREIRA.

81. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0021245-09.2011.8.16.0019-WILIAN FABIO DOS SANTOS e outros x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A - 21245/11 Para melhor aferição do pedido de assistência, mister que todos os autores, no prazo de 10 (dez) dias, informem suas profissões bem como façam prova de seus rendimentos, sob pena de indeferimento. Adv. NIKOLLE KOUTSOUKOS AMADORI.

82. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0022296-55.2011.8.16.0019-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x MARCOS ROBERTO ANTUNES DA SILVA - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 215,00, junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA.

83. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0022630-89.2011.8.16.0019-BANCO PANAMERICANO S.A. x ALCEU BUENO WEINERT - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 247,50, junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. FABIANA SILVEIRA.

84. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0022832-66.2011.8.16.0019-ERIC BRUNO KISKA STELLE e outro x SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT - Defiro as benesses da assistência judiciária gratuita. Fica, contudo, a advertência de que, nos termos do art. 4º, § 1º, in fine, da Lei n. 1.060/50, quem afirmar indevidamente sua condição de pessoa necessitada, será condenada ao pagamento de até o décuplo das custas judiciais. A parte interessada, para no prazo de cinco (05) dias, retirar o expediente de Cartorio

A parte interessada, para no prazo de cinco (05) dias, retirar o expediente de Cartorio , Adv. JOANINO ELEUTERIO.

85. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - 0022834-36.2011.8.16.0019-TEREZINHA SMIGUEL x BRASIL TELECOM S/A - Defiro à parte autora, provisoriamente, as benesses da assistência judiciária gratuita. Fica ela, contudo, advertida de que, nos termos do art. 4º, § 1º, in fine, da Lei n. 1.060/50, quem afirmar indevidamente sua condição de pessoa necessitada, será condenada ao pagamento de até o décuplo das custas judiciais. A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio. Adv. LUCIANE PORTELA.

86. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - 0022994-61.2011.8.16.0019-SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PONTA GROSSA x EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA - Em sede de antecipação dos efeitos da tutela, a parte autora postula pela retratação das publicações feitas pela ré, com a imediata publicação, nos mesmos dias da semana em que foram veiculadas as reportagens ofensivas, de matéria de capa com o título "AFIRMAÇÕES DE ROMBO MILIONÁRIO E CRISE FINANCEIRA DA SANTA CASA SÃO FALSAS", sob pena de multa diária a ser arbitrada. Com a devida vênia, a concessão da pretensão liminar postulada implicaria no esgotamento da via, bem como na irreversibilidade da medida, fato que, por si só, é incongruente com o devido processo legal (CF, artigo 5º, LIV), mormente no que tange ao exercício da ampla defesa pela parte requerida (CF, artigo 5º, LV). Outrossim, mister salientar que a aferição da verossimilhança das alegações da parte autora exige dilação probatória, pelo que, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

A parte interessada, para no prazo de cinco (05) dias, retirar o expediente de Cartorio , no valor de R$ 9,40, devendo a quantia ser paga por BOLETO BANCÁRIO, disponível na página do Tribunal de Justiça, junto ao Banco do Brasil, agência 0030-2, conta 53.126-x Adv. JOSE SCHELL JUNIOR.

87. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0023009-30.2011.8.16.0019-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x LIVICO PAES - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 247, 50, junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. CARLA HELIANA V. M. TANTIN.

88. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0023350-56.2011.8.16.0019-BANCO BMG S.A. x HUMBERTO DE ALENCAR LEUCH - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 247,50....., junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA.

89. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0024151-69.2011.8.16.0019-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x ALEX GEISON DA LUZ - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 247,50, junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA.

90. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0024155-09.2011.8.16.0019-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x JEFERSON BLOGESKI - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 247,50, junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA.

91. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0024167-23.2011.8.16.0019-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x LUCIANE NOIMANN - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 247,50, junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA.

92. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0024303-20.2011.8.16.0019-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x EDERSON BELTRAMEN - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 247,50, junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA.

93. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0024307-57.2011.8.16.0019-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x JOSEANE APARECIDA BIERNATSKI - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 247,50, junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. CARLA HELIANA V. M. TANTIN.

94. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0024323-11.2011.8.16.0019-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x MARIA DE LOURDES DA LUZ PINTO - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 247,50., junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA.

95. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0024326-63.2011.8.16.0019-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x RODERLEI BREUS - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 247,50, junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. CARLA HELIANA V. M. TANTIN.

96. BUSCA E APREENSÃO-ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 0024330-03.2011.8.16.0019-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANC. E INVESTIMENTO x RENATO RAIN - A parte autora para recolher a diligência do Oficial de Justiça no valor de R$ 247,50, junto a BANCO DA CAIXA ECONOMICA FEDERALL, agência 0400, na conta 040.01501177-5, juntando aos autos as três (03) vias do comprovante de recolhimento, no prazo de cinco (05) dias. Ficando a mesmo, ainda, ciente de que a diligência não poderá ser deposita em conta que não a vinculada ao Tribunal de Justiça. Adv. CARLA HELIANA V. M. TANTIN.

97. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0024509-34.2011.8.16.0019-KARINA ROCHA x UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A e outro - Autos nº. 24509/10 Defiro provisoriamente o pedido de assistência judiciária gratuita, advertindo, porém, que, aquele que afirmar falsamente ser pessoa pobre para fins de tal benefício, será condenado ao pagamento de até o décuplo das custas processuais. Considerando que a parte autora fundamenta a sua pretensão em fato negativo, o que implica em inversão do ônus da prova e impossibilita a demonstração de plano da verossimilhança do alegado, para que se evite prejuízo irreversível à sua reputação caso venha a esperar o devido processo legal - "periculum in mora" -, defiro a liminar postulada para determinar a imediata suspensão das inscrições indicadas, devendo, para tanto, serem as competentes instituições devidamente oficiados. Os efeitos desta decisão ficam condicionados a oferta de caução, em 24h. Cite-se a parte ré para, querendo, em quinze dias, responder, sob pena de presumir aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil). A parte interessada, para em cinco (05) dias, retirar o(s) oficio(s) de cartorio, Adv. JORGE LUIZ MARTINS.

98. EXECUCAO FISCAL - 1528/2009-MUNICIPIO DE PONTA GROSSA x EBCW AGROPECUARIA S/ A - Sobre o prosseguimento do feito, manifestem-se as partes, em cinco dias. Adv. IGLENE GUIMARÃES KALINOSKI.

99. EXECUCAO FISCAL - 1529/2009-MUNICIPIO DE PONTA GROSSA x EBCW AGROPECUARIA S/ A - Sobre o prosseguimento do feito, manifestem-se as partes, em cinco dias. Adv. IGLENE GUIMARÃES KALINOSKI.

100. EXECUCAO FISCAL - 1540/2009-MUNICIPIO DE PONTA GROSSA x EBCW AGROPECUARIA S/ A - Sobre o prosseguimento do feito, manifestem-se as partes, em cinco dias. Adv. IGLENE GUIMARÃES KALINOSKI.

101. EXECUCAO FISCAL - 1541/2009-MUNICIPIO DE PONTA GROSSA x EBCW AGROPECUARIA S/ A - Sobre o prosseguimento do feito, manifestem-se as partes, em cinco dias. Adv. IGLENE GUIMARÃES KALINOSKI.

102. CARTA PRECATORIA - 0008889-79.2011.8.16.0019-Oriundo da Comarca de SANTO ANTONIO DA PLATINA - PR - DIPLAVEL - DISTRIBUIDORA PLATINENSE DE VEÍCULOS LTDA x VECAL - VEICULOS CAMPOS GERAIS S/A - Autos nº 8889/11 O pedido último não está devidamente instruído. Ademais, qualquer pedido de substituição de parte, deverá ser deduzido perante o d. juízo deprecante. Sobre o prosseguimento, diga a parte autora, em cinco dias. Adv. WALTER CAMPOS DO AMARAL RENNÓ.

Ponta Grossa, 28 de setembro de 2011.
PATRICIA D.DE ASSUNCAO e ou RODRIGO DUSO
Auxiliar Juramentada(o)

# REBOUÇAS

# JUÍZO ÚNICO

**CARTORIO CIVEL DA COMARCA DE REBOUCAS/PR.**
**Rua Germano Veiga s/n**
**Anderson Jose Molinari - escrivao.**
**SENHOR ADVOGADO, AGENDE COM ANTECEDÊNCIA A CARGA DE SEU PROCESSO, ENVIANDO UMA RELAÇÃO PARA O FONE FAX 42-3457 1170.**

**Relação n. 151/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALESSANDRA NOEMI SPOLADORE (OAB: ) 00053 000388/2009
ALEXANDRE NELSON FERRAZ (OAB: 030890/PR) 00103 001237/2011
ANA TEREZA PALHARES BASILIO 00059 000423/2010
ANDEXANDRO DALLA COSTA (OAB: 032052/PR) 00062 000656/2010
ANDREA HERTEL MALUCELLI (OAB: 031408/PR) 00039 000197/2008
00042 000230/2008
ARTHUR HENRIQUE KAMPMANN 00083 000167/2011
BERNARDO GUEDES RAMINA (OAB: 041442/PR) 00059 000423/2010
BRAZILIO BACELLAR NETO 00005 000020/2001
BRUNO ANDRÉ SOUZA COLODEL 00001 000011/1999
CANDIDA GAVA 00022 000215/2007
00055 000400/2009
CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN 00054 000394/2009
00067 001440/2010
00069 001498/2010
00075 002246/2010
CARLOS FREDERICO STADLER (OAB: 44.594) 00038 000190/2008
00073 002149/2010
CARLOS WERZEL 00005 000020/2001
CARMEM FRANCISCA W. DA SILVEIRA 00005 000020/2001
CESAR DIRLEI DE ALMEIDA (OAB: 16.283) 00045 000272/2008
CLARICE AMELIA MARTINS C. TEIXEIRA 00005 000020/2001
CLAUDIA ADRIANE KORNALEWSKI 00032 000155/2008
CLAUDINEI SAVICKI (OAB: 053694/PR) 00083 000167/2011
CLEONILTON JOSUE DE SANTA CLARA 00034 000159/2008
DECIO RENATO MARQUES DA SILVA 00073 002149/2010
DENISE VAZQUEZ PIREZ (OAB: 054836-A/PR) 00029 000144/2008
DOUGLAS ALBERTO LUVISON 00014 000209/2005
EDER EMERSON DA CRUZ CAPELLARO 00056 000424/2009
00059 000423/2010
00061 000605/2010
EDSON ISFER (OAB: 11.307) 00026 000003/2008
EDUARDO KUCKER ZAFFARI 00085 000205/2011
EDUARDO VENTURA MEDEIROS (OAB: 22.953) 00021 000150/2007
00026 000003/2008
EMERSON L SANTANA (OAB: 27.717) 00036 000163/2008
00040 000202/2008
EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA 00070 001664/2010
ENEIDA WIRGUES (OAB: 027240/PR) 00058 000292/2010
00076 002385/2010
EVARISTO ARAGAO SANTOS (OAB: 24.498) 00061 000605/2010
EVERTON JORGE WALTRICK (OAB: 026775/SC) 00098 001186/2011
EVERTON LEAL DE JESUS (OAB: 40.637) 00066 001415/2010
FERNANDA COELHO (OAB: 054737/PR) 00070 001664/2010
FERNANDA FORTUNATO MAFRA 00012 000020/2005
FERNANDO ONESKO 00019 000201/2006
FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ 00040 000202/2008
GENESI MARIA NALIN BETTANIN 00063 000869/2010
GISELE SOARES (OAB: 15.489B) 00034 000159/2008
GISELI ITO GOMES AFONSO (OAB: 040356/PR) 00001 000011/1999
GISSELY CARLA BIUHNA 00042 000230/2008
00046 000040/2009
GUILHERME LUIZ GOMES JUNIOR 00070 001664/2010
GUSTAVO VARELA KRUEGER (OAB: 056558/PR) 00080 000105/2011
HERMES ALENCAR DADIN RATHIER 00014 000209/2005
IDELANIR ERNESTI 00017 000126/2006
IEDA REGINA SCHIMALESKY WAYDZIK 00041 000212/2008
INES BALDO FURTADO 00005 000020/2001
ISMAEL GONCALVES CHRISTINO 00043 000232/2008
IVAN CESAR MORETTI (OAB: 27.613-B) 00005 000020/2001
JANAINA CORREA (OAB: 45.586) 00011 000202/2004
00022 000215/2007
00034 000159/2008
JEAN CARLO PAISINI 00011 000202/2004
JETSON JOSIAS SZRAJIA (OAB: 38.606) 00017 000126/2006
JOAO OTAVIO SIMOES NETO 00008 000571/2003
JOAO RICARDO FORNAZARI BINI 00044 000247/2008
00056 000424/2009
00059 000423/2010
00061 000605/2010
00099 001216/2011
JOAO ROBERTO CHOCIAI (OAB: 10991B) 00019 000201/2006
JOAQUIM MIRO (OAB: 015181/RR) 00059 000423/2010
JORGE VICENTE SIECIECHOWICZ NETO 00013 000176/2005
JOSE ANTONIO GOMES DE ARAUJO 00021 000150/2007
00026 000003/2008
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA 00015 000263/2005
JOSE CARLOS DA ROCHA 00008 000571/2003
JOSE CARLOS STADLER (OAB: 6402/PR) 00025 000226/2007
00038 000190/2008
JOSE ELI SALAMACHA 00005 000020/2001
00010 000012/2004
JOSE LUIS ALMIRAO (OAB: 21.236-A) 00018 000154/2006
JOÃO RICARDO FORMAZARI BINI 00068 001443/2010
KARINA ROBERTA BEDNARCHUK 00030 000147/2008
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00060 000473/2010
LAERCIO BENEDITO LEVANDOSKI 00003 000133/2000
00006 000232/2002
00010 000012/2004
00063 000869/2010
00091 000904/2011
LEONARDO DELLA COSTA (OAB: 039886/PR) 00062 000656/2010
LEONILDA ZANARDINI DEZEVECKI 00042 000230/2008
00046 000040/2009
LEVI VARELA DA SILVA-OAB/PR 28.978 00080 000105/2011
LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO 00048 000084/2009
LUCAS STAFIN (OAB: 41.446) 00052 000352/2009
00092 000968/2011
00093 000969/2011
00094 000970/2011
00095 000971/2011
LUCIANA REBESCHINI 00005 000020/2001
LUCIANO MARCIO DOS SANTOS 00062 000656/2010
LUCIMARA PLAZA TENA 00040 000202/2008
LUIZ DANIEL FELIPPE (OAB: 12.073) 00021 000150/2007
LUIZ GUSTAVO VARDENEGA V PINTO 00015 000263/2005
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 00005 000020/2001
MANOEL ODARIO COUTO GESTAL JUNIOR 00032 000155/2008
00077 002397/2010
MARCELO AUGUSTO BERTONI (OAB: 054545/PR) 00001 000011/1999
MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI 00011 000202/2004
MARCIA ADRIANA MANSANO 00005 000020/2001
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00039 000197/2008
00100 001226/2011
MARCOS RODRIGO DE OLIVEIRA 00001 000011/1999
MARIA LUCILIA GOMES (OAB: 029579/PR) 00089 000713/2011
MARIA PAULA PULNER PIETROSKI 00002 000199/1999
00007 000041/2003
00008 000571/2003
00011 000202/2004
00013 000176/2005
00025 000226/2007
00037 000186/2008
00074 002213/2010
MARIANE CARDOSO MACAREVICH 00050 000147/2009
00057 000479/2009
MARILI TABORDA (OAB: 012293/PR) 00072 002119/2010
MARIO JOSE PALLU (OAB: 15.704) 00003 000133/2000
00016 000084/2006
MARIO PIETROSKI JUNIOR (OAB: 22.673/PR) 00004 000265/2000
00007 000041/2003
00008 000571/2003
00011 000202/2004
00013 000176/2005
00025 000226/2007
00037 000186/2008
00074 002213/2010
00077 002397/2010
MATIAS ANGELO GONZAGA (OAB: 27.312) 00005 000020/2001
MAURI MARCELO BEVERVANCO JUNIOR 00061 000605/2010
MAURIZA DE JESUS IEGER GRUBA 00009 000594/2003
MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO 00021 000150/2007
00026 000003/2008
00031 000154/2008
00035 000161/2008
00043 000232/2008
00052 000352/2009
00070 001664/2010
MICHEL MOYSES ELIAN (OAB: 234.823) 00043 000232/2008
MICHELLE MENEGUETI GOMES DE OLIVEIRA 00001 000011/1999
MICHELY FRANCO UTZIG (OAB: 036720/PR) 00063 000869/2010
00079 000086/2011
00096 000976/2011
00097 000977/2011
MIGUEL SARKIS MELHEM NETO (OAB: 36.790) 00027 000041/2008
MOANA MARI STADLER LEANDRO 00027 000041/2008
00064 000952/2010
00084 000172/2011
00087 000526/2011
00101 001227/2011
00102 001228/2011
NAIM NASIHGIL FILHO 00005 000020/2001
NARCISO ZANIN (OAB: 15.754/PR) 00016 000084/2006
00033 000156/2008

00088 000697/2011
NELSON ANCIUTTI BRONISLAWSKI 00009 000594/2003
00019 000201/2006
NELSON PASCHOALOTTO 00078 000071/2011
NORBERTO TARGINO DA SILVA (OAB: 47.728) 00049 000138/2009
ODAIR SERGIO MAROCHI FILHO 00073 002149/2010
OLINDO DE OLIVEIRA 00016 000084/2006
PAULO CESAR DE LARA (OAB: 030636/) 00042 000230/2008
PAULO CESAR HERT GRANDE 00005 000020/2001
PAULO CESAR TORRES 00024 000222/2007
00029 000144/2008
PEDRO DA SILVA QUEIROZ 00019 000201/2006
PEDRO FRATUCCI SAVORDELLI (OAB: 038675/) 00081 000151/2011
00082 000152/2011
00086 000439/2011
RAFAEL MICHELON (OAB: 056121/PR) 00001 000011/1999
RAFAELLA GUSSELA DE LIMA (OAB: 052652/) 00001 000011/1999
RICARDO ALEXANDRE DA SILVA (OAB: 37.097) 00021 000150/2007
00026 000003/2008
RICARDO MARTINS KAMINSKI (OAB: 41.119) 00027 000041/2008
RICARDO RUH (OAB: 042945/PR) 00020 000147/2007
RITA DE CASSIA B. BRAGA (OAB: 33.730) 00060 000473/2010
RODRIGO SHIRAI 00005 000020/2001
RONEI JULIANO FOGACA WEISS 00023 000221/2007
SILVANA MARIA PICOLOTTO 00071 001962/2010
SILVANA TORMEM (OAB: 39.559) 00028 000080/2008
00049 000138/2009
SIMONE BARBOSA 00051 000338/2009
00065 000981/2010
TATIANA VALESCA WROBLEWSKI (OAB: 27.293) 00047 000041/2009
THIOPHILO CORDEIRO NETO 00005 000020/2001
VALDEMIR BARSALIN (OAB: 020591/SP) 00090 000823/2011
VANESSA QUEIROZ 00019 000201/2006
VANIA MARA MOREIRA DOS SANTOS 00041 000212/2008
00045 000272/2008
VIRGILIO CESAR DE MELO (OAB: 014114/PR) 00096 000976/2011
00097 000977/2011
WILLIAN HUMBERTO STIVAL (OAB: ) 00086 000439/2011

1. BUSCA e APREENSAO-11/1999-CITIBANK N.A. e outro x A. DRABECKI CIA. LTDA.- Fls. 795: intime-se para prosseguimento em 05 (cinco) dias. -Advs. MARCELO AUGUSTO BERTONI (OAB: 054545/PR), MARCOS RODRIGO DE OLIVEIRA (OAB: 029284/PR), MICHELLE MENEGUETI GOMES DE OLIVEIRA (OAB: 033443/PR), RAFAELLA GUSSELA DE LIMA (OAB: 052652/), BRUNO ANDRÉ SOUZA COLODEL (OAB: 054522/PR), GISELI ITO GOMES AFONSO (OAB: 040356/PR) e RAFAEL MICHELON (OAB: 056121/PR)-.
2. DESAPROPRIAÇAO-199/1999-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL x MARIA ROSA ZEBRONSKI- Retirar alvará-Adv. MARIA PAULA PULNER PIETROSKI (OAB: 031443/PR)-.
3. ACAO DE COBRANCA-133/2000-JOSE LUIZ DO NASCIMENTO x MUNICIPIO DE REBOUCAS- CErtificado o transito em julgado não havendo execução de sentença os autos serão arquivados.-Advs. MARIO JOSE PALLU (OAB: 15.704) e LAERCIO BENEDITO LEVANDOSKI (OAB: 16.265)-.
4. EXECUCAO DE SENTENCA-265/2000-POSTO DE SERVIÇO PERUSSOLO LTDA x LAMINADORA D&M LTDA e outros- Retirar Carta Precatória-Adv. MARIO PIETROSKI JUNIOR (OAB: 22.673/PR)-.
5. ORDINARIA DE INDENIZAÇÃO-20/2001-CORI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA x A. DRABECKI E CIA LTDA e outro- Recebo o recurso de apelação adesivo (fls. 957/967, em seu suplo efeito nos termos do art. 500, do código de processo civil. Intime-se as partes adversas para contra-arrazoar no prazo de 15 dias, querendo-Advs. BRAZILIO BACELLAR NETO, PAULO CESAR HERT GRANDE, RODRIGO SHIRAI, MARCIA ADRIANA MANSANO, INES BALDO FURTADO, THIOPHILO CORDEIRO NETO, LUCIANA REBESCHINI, NAIM NASIHGIL FILHO, CARMEM FRANCISCA W. DA SILVEIRA, CLARICE AMELIA MARTINS C. TEIXEIRA, IVAN CESAR MORETTI (OAB: 27.613-B), MATIAS ANGELO GONZAGA (OAB: 27.312), JOSE ELI SALAMACHA, LUIZ RODRIGUES WAMBIER e CARLOS WERZEL-.
6. ABERTURA DE INVENTARIO-232/2002-VLADOMIRO DMYTERCO x MARIA DANELIV DMYTERCO- a parte para que de atendimento ao pedido do procurador do estado. -Adv. LAERCIO BENEDITO LEVANDOSKI (OAB: 16.265)-.
7. EXECUCAO DE SENTENCA-41/2003-LAMINDORA D&M LTDA e outros x POSTO DE SERVIÇO PERUSSOLO LTDA-Retirar Carta Precatória -Advs. MARIO PIETROSKI JUNIOR (OAB: 22.673/PR) e MARIA PAULA PULNER PIETROSKI (OAB: 031443/PR)-.
8. USUCAPIAO-571/2003-JOSE GERALDO AUSERWALD CALOMENO x ROBERTO ANTONIO RUBBO - CONTESTANTES e outro- Defiro o prazo de 05 (cinco) dias para reconhecimento da firma Antonio Valus. Preclusa a oportunidade de realização da prova pericial, ante o contido nas fls. 282. Vista ao Ministéiro Público para alegações finais.-Advs. MARIO PIETROSKI JUNIOR (OAB: 22.673/PR), MARIA PAULA PULNER PIETROSKI (OAB: 031443/PR), JOAO OTAVIO SIMOES NETO e JOSE CARLOS DA ROCHA-.
9. ACAO POPULAR-594/2003-ANTONIO MARCAL FRANCO e outros x PREFEITURA MUNICIPAL DE REBOUCAS- Arquivem-se-Advs. NELSON ANCIUTTI BRONISLAWSKI e MAURIZA DE JESUS IEGER GRUBA-.
10. EXECUCAO CED.RUR. HIPOTECARIA-12/2004-BANCO BANESTADO S.A. x ALMIR DOMINGUES CABRAL e outros- Ao exeqeunte para dar andamento ao feito-Advs. JOSE ELI SALAMACHA e LAERCIO BENEDITO LEVANDOSKI (OAB: 16.265)-.
11. INDENIZACAO-0000065-97.2004.8.16.0142-ADANE RENATA BORCATE e outro x MUNICIPIO DE RIO AZUL e outro- Indefiro a petição retro, eis que o ente público não pode ser executado pelo rito de cumprimento de sentença. Entretanto, por economia processual, evitando-se emenda de petições e citações, desde já intime-se o município para se manifestar nos autos quanto ao pagamento dos honorários advocatícios. -Advs. JEAN CARLO PAISINI, MARIA PAULA PULNER PIETROSKI (OAB: 031443/PR), MARIO PIETROSKI JUNIOR (OAB: 22.673/PR), MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI e JANAINA CORREA (OAB: 45.586)-.
12. EXECUCAO HIPOTECARIA-20/2005-BANCO BANESTADO S/A x TANIA LOIZE BRAZ DUARTE- Diga o requerente-Adv. FERNANDA FORTUNATO MAFRA (OAB: 033179/PR)-.
13. REINTEGRACAO DE POSSE-176/2005-HUMBERTO JOAQUIM MALOJO e outro x JOAO BORBA CORDEIRO E ESPOSA- Arquivem-se-Advs. JORGE VICENTE SIECIECHOWICZ NETO (OAB: 31.847), MARIO PIETROSKI JUNIOR (OAB: 22.673/PR) e MARIA PAULA PULNER PIETROSKI (OAB: 031443/PR)-.
14. EXECUÇAO TITULO EXTRAJUDICIAL-209/2005-RECAPADORA DE PNEUS ANTONINHO LTDA x ROBERTO NEI SILVESTRE e outro- Diga o exequente-Advs. HERMES ALENCAR DADIN RATHIER e DOUGLAS ALBERTO LUVISON-.
15. EXECUCAO CED.RUR. HIPOTECARIA-263/2005-BANCO BANESTADO S/A x ALCIDES ESCORSIM e outro- Ao atuor para dar andamento ao feito-Advs. LUIZ GUSTAVO VARDENEGA V PINTO (OAB: 022889/PR) e JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA-.
16. REINTEGRACAO DE POSSE-84/2006-JOSE VEIGA x MARCOS ROBERTO NEPOMUCENO e outros- Embora não tenha havido efeito suspensivo no agravo de instrumento interposto, salutar que se aguarde o trânsito em julgado da sentença de extinção para o início de sua execução, a não se que seja requerida como execução provisória.-Advs. OLINDO DE OLIVEIRA, NARCISO ZANIN (OAB: 15.754/PR) e MARIO JOSE PALLU (OAB: 15.704)-.
17. ACAO DE DEPOSITO-126/2006-FUNDO AMERICA x REINALDO DOS SANTOS BARROS-EM substituição, nomeio o Dr. Jetson Josias Szrajia, que atuará em defesa do réu nestes autos sob a fé de seu grau. -Advs. IDELANIR ERNESTI e JETSON JOSIAS SZRAJIA (OAB: 38.606)-.
18. ACAO PREVIDENCIARIA-154/2006-HEITOR FERREIRA x INSS- Conforme conta das fls. 91, foram dolicitados documentos pelo Sr. PErito, sendo a parte autora intimada a se manifestar, e decorridos mais de dois anos de publicação, nada trouxe aos autos. Assim sendo, concedo o prazo de cinco dias para trazer aos autos os documentos solicitados. -Adv. JOSE LUIS ALMIRAO (OAB: 21.236-A)-.
19. ACAO DE DEPOSITO-201/2006-BANCO ITAU S/A x NEWTON LUIZ BARBOSA RIBAS- Arquivem-se-Advs. JOAO ROBERTO CHOCIAI (OAB: 10991B), VANESSA QUEIROZ, PEDRO DA SILVA QUEIROZ, NELSON ANCIUTTI BRONISLAWSKI e FERNANDO ONESKO-.
20. BUSCA e APREENSAO-147/2007-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS NAO PADRONIZADOS AMERICA MULTICARTEIRA x GEOVANI SOARES- DEfiro fl. 91 a parte para que recolha as despesas pertinentes.-Adv. RICARDO RUH (OAB: 042945/PR)-.
21. ACAO ORDINARIA-150/2007-INCOASUL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS DO SUL x PERFIPAR S/A MANUFATURADOS DE ACO- Digam as partes em 10 dias se querem a inclusão do feito na pauta de audiência de conciliações deste juízo, caso em que a audiência será realizada em 30 dias.-Advs. MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO, LUIZ DANIEL FELIPPE (OAB: 12.073), EDUARDO VENTURA MEDEIROS (OAB: 22.953), JOSE ANTONIO GOMES DE ARAUJO (OAB: 28.198) e RICARDO ALEXANDRE DA SILVA (OAB: 37.097)-.
22. REPARACAO DE DANOS-215/2007-MARIA SKOTNICCI e outro x PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL- Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito. Ao apelado para contra-arrazoar no prazo de 15 dias, querendo.-Advs. CANDIDA GAVA e JANAINA CORREA (OAB: 45.586)-.
23. ACAO DE DEPOSITO-221/2007-BANCO FINASA S/A x ROSNEI NIEVOLA- Cite-se no endereço de fls. 40, à parte para que recolha as despesas pertinentes. -Adv. RONEI JULIANO FOGACA WEISS-.
24. ACAO DE DEPOSITO-222/2007-OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO INVESTIMENTO x JAIR LARA DOS SANTOS- Face o tempo decorrido manifeste-se o autor-Adv. PAULO CESAR TORRES-.
25. USUCAPIAO-226/2007-SONIA MARIA ROMANIUK MACHADO e outro x ATILIO LOPES BIANCO - CONTESTANTES- Despacho Saneador. Nao há questões preliminares a serem apreciadas, nem questões processuais pendentes. O ponto controvertido reside na alegação do réu de que a área de sua propriedade é a mesma cujo autor requer declaração de propriedade bem como os requisitos do usucapião tendo em vista tão situação. Determino as provas orais consistentes em depoimento pessoal das partes eoitiva de testemunhas, bem como, em caráter imprescindível, a prova pericial topográfica a encargo do réu. Para a realização da prova pericial nomeio o perito LAÉRCIO PESSOA que deverá cumprir escrupulosamente o encargo, independente de termo de compromisso. Assim sendo: a) Intimem-se as partes e o MInistério Público para oferecerem quesitos e indicarem assistentes técnicos querendo no prazo de de 05 (cinco) dias (art. 421, §1º do CPC). (...) A audiência de Instrução será agendada posteriormente. -Advs. JOSE CARLOS STADLER (OAB: 6402/PR), MARIO PIETROSKI JUNIOR (OAB: 22.673/PR) e MARIA PAULA PULNER PIETROSKI (OAB: 031443/PR)-.

26. SUSTACAO DE PROTESTO-3/2008-INCOASUL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS DO SUL x PERFIPAR S/A MANUFATURADOS DE ACO- Digam as partes em 10 dias se querem a inclusão do feito na pauta de audiência de conciliações deste juízo, caso em que a audiência será realizada em 30 dias.-Advs. MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO, EDSON ISFER (OAB: 11.307), EDUARDO VENTURA MEDEIROS (OAB: 22.953), JOSE ANTONIO GOMES DE ARAUJO (OAB: 28.198) e RICARDO ALEXANDRE DA SILVA (OAB: 37.097)-.
27. EXECUÇAO TITULO EXTRAJUDICIAL-41/2008-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DO CENTRO SUL PARANA x VALTER DEZANOSKI e outros- A conta e preparo-Advs. MIGUEL SARKIS MELHEM NETO (OAB: 36.790), RICARDO MARTINS KAMINSKI (OAB: 41.119) e MOANA MARI STADLER LEANDRO-.
28. BUSCA E APREENSAO-ALIENACAO-80/2008-BANCO FINASA S/A x EDSON MIGUEL NUNES- Diga o autor-Adv. SILVANA TORMEM (OAB: 39.559)-.
29. ACAO DE DEPOSITO-144/2008-OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x MARCELO DA SILVA- Diga o requerente-Advs. PAULO CESAR TORRES e DENISE VAZQUEZ PIREZ (OAB: 054836-A/PR)-.
30. ARROLAMENTO-147/2008-VALMIR DA SILVA x JULIA RIBAS- Prossiga o requerente-Adv. KARINA ROBERTA BEDNARCHUK-.
31. EMBARGOS A EXECUCAO-154/2008-INCOSAUL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS DO SUL x OMAR MOYSES ELIAN e outro- Aguarda cumprimento da Carta Precatória expedida nos autos n. 161/2008-Adv. MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO-.
32. REINTEGRACAO DE POSSE-155/2008-CLARICE STACHERA NORBERTO x NILCE IVASKO- Arquivem-se os autos-Advs. CLAUDIA ADRIANE KORNALEWSKI (OAB: 46.354) e MANOEL ODARIO COUTO GESTAL JUNIOR (OAB: 45.962)-.
33. REINTEGRACAO DE POSSE-156/2008-RICARDO SOBOTKA x JONES MINOSSO e outro- Retirar oficio-Adv. NARCISO ZANIN (OAB: 15.754/PR)-.
34. ACAO DE COBRANCA-159/2008-APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO x MUNICIPIO DE RIO AZUL- Arquivem-se. -Advs. GISELE SOARES (OAB: 15.489B), CLEONILTON JOSUE DE SANTA CLARA (OAB: 42.305) e JANAINA CORREA (OAB: 45.586)-.
35. EMBARGOS A EXECUCAO-161/2008-CRISTIANO PIANARO ANGELO e outro x OMAR MOYSES ELIAN e outro- Ao embargante para que comprove a distribuição da carta precatória-Adv. MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO-.
36. ACAO DE DEPOSITO-163/2008-BANCO FINASA S/A x FABIO DIAS RIBEIRO- Indefiro o pedido de suspensão indeterminanada do feito, por falta de amparo legal. Deve a requerente proosseguir em 05 dias, pena de arquivamento e extinção. -Adv. EMERSON L SANTANA (OAB: 27.717)-.
37. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-186/2008-SOLANI CEZAR RIGO e outros- Conta e Preparo.-Advs. MARIO PIETROSKI JUNIOR (OAB: 22.673/PR) e MARIA PAULA PULNER PIETROSKI (OAB: 031443/PR)-.
38. USUCAPIAO-190/2008-ADELIR ALBINO BERGAMIN e outro- Aos autores para que cumpram a parte final do despacho de fls. 60/verso-Advs. JOSE CARLOS STADLER (OAB: 6402/PR) e CARLOS FREDERICO STADLER (OAB: 44.594)-.
39. BUSCA E APREENSAO - MEDIDA LIMINAR-0000520-23.2008.8.16.0142-BANCO BMG S/A x SEBASTIAO FERNANDES- (...) Assim sendo, ja há muito decorrido o prazo de 60 dias , outrora deferido, intime-se o autor em 10 (dez) dias para comprovar a mora sob pena de extinçãop e arquivamento. -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e ANDREA HERTEL MALUCELLI (OAB: 031408/PR)-.
40. ACAO DE DEPOSITO-202/2008-BV FINANCEIRA S/A x LOURIVAL MATIAS CARDOSO- Ante a não comprovação devida pelo autor, embora intimado duas vezes, fica prejudicada por ora a substituição do polo ativo da ação. Expeça-se oficio de endereço a Receita Federal, após, dia a requerente. À parte para que recolha as despesas pertinentes.-Advs. LUCIMARA PLAZA TENA, FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ e EMERSON L SANTANA (OAB: 27.717)-.
41. EXECUÇAO TITULO EXTRAJUDICIAL-212/2008-ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA x VALTER DEZANOSKI e outros- As partes para que se manifestem sobre a avaliação e conta geral. Prazo comum. -Advs. IEDA REGINA SCHIMALESKY WAYDZIK (OAB: 11.018/PR.) e VANIA MARA MOREIRA DOS SANTOS (OAB: 9.432)-.
42. ACAO ORDINARIA-230/2008-JOAO SMALESKI x BANCO ITAU LEASING S/A-REcebo o recurso de apelação, em seu duplo efeito. Ao apelado para contra-arrazoar no prazo de 15 dias, querendo-Advs. GISSELY CARLA BIUHNA, LEONILDA ZANARDINI DEZEVECKI (OAB: 030682-B/PR), PAULO CESAR DE LARA (OAB: 030636/) e ANDREA HERTEL MALUCELLI (OAB: 031408/PR)-.
43. EMBARGOS A EXECUCAO-232/2008-INCOSAUL INDUSTRIA COMERCIO DE ALIMENTOS DO SUL x OMAR MOYSES ELIAN e outro- Aguarda cumprimento da Carta Precatória expedida nos autos n. 161/2008-Advs. MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO, ISMAEL GONCALVES CHRISTINO e MICHEL MOYSES ELIAN (OAB: 234.823)-.
44. RESCISAO DE CONTRATO-247/2008-SEBASTIAO FERNANDES x LEANDRO TADEU MACHOWSKI- Face o tempo decorrido, diga o autor. -Adv. JOAO RICARDO FORNAZARI BINI (OAB: 44.897)-.
45. EMBARGOS A EXECUCAO-272/2008-VALTER DEZANOSKI e outros x ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS- Intime-se o embargante para falar sobre a proposta de acordo de fls. 403/404-Advs. VANIA MARA MOREIRA DOS SANTOS (OAB: 9.432) e CESAR DIRLEI DE ALMEIDA (OAB: 16.283)-.
46. USUCAPIAO-40/2009-ANTONIO BIHUNA e outro- Fls. 138-139 intime-se o autor-Advs. GISSELY CARLA BIUHNA e LEONILDA ZANARDINI DEZEVECKI (OAB: 030682-B/PR)-.
47. BUSCA E APREENSAO-ALIENACAO-41/2009-BANCO PANAMERICANO S/A x MARIA DE LURDES DA SILVA- Prossiga o requerente -Adv. TATIANA VALESCA WROBLEWSKI (OAB: 27.293)-.
48. ACAO DE DEPOSITO-84/2009-OMNI - S/ CREDITO-FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x LAERCIO MIGUEL RAIMUNDO- Deferido o pedido, proceda a parte autora ao recolhimento das custas pertinentes. -Adv. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO (OAB: 40.309-A)-.
49. ACAO DE DEPOSITO-138/2009-BANCO FINASA S/A x JUAREZ GULHINSKI- Prossiga o requerente-Advs. SILVANA TORMEM (OAB: 39.559) e NORBERTO TARGINO DA SILVA (OAB: 47.728)-.
50. BUSCA E APREENSAO - MEDIDA LIMINAR-147/2009-BANCO FINASA S/A x PAULO CESAR GONCALVES DE BAST- A petição foi apresentada pelo autor a destempo, após a prolação de sentença de extinção do feito, assim sendo aguarde-se otransito em julgado, facultado ao autor a propositura da ação por se tratar de sentença que não enfrenta o mérito da causa. -Adv. MARIANE CARDOSO MACAREVICH-.
51. USUCAPIAO-338/2009-MADEIREIRA RIO CLARO- FAculto a substituição da oitiva de testemunhas por duas declarações com firma reconhecida a respeito do lapso temporal dos autores sobre o bem imóvel, em 15 dias. -Adv. SIMONE BARBOSA-.
52. INDENIZACAO-352/2009-JOEL MARCOS GROSS x INCOASUL IND COM DE ALIMENTOS DO SUL LTDA e outro- - 1. Especifiquem as partes, em 05 dias, as provas que ainda pretendem produzir, tendo em vista a petição inicial, contestação e demais peças já trazidas aos autos, justificando dus pertinência e adequeações probatórias, pena de indeferimento. 2. Outrossim, manifestem-se quanto ao conteúdo do art. 331, § 3º, do CPC - audiência de conciliação. Optando todas as partes pela não designação desta solenidade, por considerarem de pronto inviável e obtenção de transação, o feito será saneado por escrito.-Advs. LUCAS STAFIN (OAB: 41.446) e MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO-.
53. ACAO DE DEPOSITO-388/2009-BV FINACEIRA S/A x VALDILEI DOS SANTOS- Defiro o pedido. A parte para que recolha as despesas pertinentes. (despacho de fls. 48)-Adv. ALESSANDRA NOEMI SPOLADORE (OAB: )-.
54. BUSCA E APREENSAO - MEDIDA LIMINAR-394/2009-BANCO FINASA S/A x ILDA FERREIRA- Indefiro a conversão, ante o conteúdo da certidão do Oficial de Justiça retro, eis que o bem se encontra desaparecido, mas em outra comarca. -Adv. CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN (OAB: )-.
55. USUCAPIAO-400/2009-MARIA SKOTNICCI e outro x MUNICIPIO DE RIO AZUL- Manifeste-se a parte autora.-Adv. CANDIDA GAVA-.
56. ACAO DE COBRANÇA - DPVAT-424/2009-ANTONIO FERMINO DOS SANTOS x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A- Sobre a contestação dia o autor em 10 (dez) dias.-Advs. JOAO RICARDO FORNAZARI BINI (OAB: 44.897) e EDER EMERSON DA CRUZ CAPELLARO (OAB: 040630/PR)-.
57. BUSCA E APREENSAO - MEDIDA LIMINAR-479/2009-BANCO FINASA S/A x JOSE MARIA OLIVIERA IANKOSKI- Fls. 40: Defiro-Adv. MARIANE CARDOSO MACAREVICH-.
58. BUSCA E APREENSAO - MEDIDA LIMINAR-0000292-77.2010.8.16.0142-BV FINACEIRA S/A x ANTONIO CORDEIRO SEVERINO- Defiro fls. 47, ao requerente para dar prosseguimento ao feito. -Adv. ENEIDA WIRGUES (OAB: 027240/PR)-.
59. EXIBICAO DE DOCUMENTOS-0000423-52.2010.8.16.0142-ROMUALDO DEMBESKI x BRASIL TELECOM S/A- Arquivem-se-Advs. EDER EMERSON DA CRUZ CAPELLARO (OAB: 040630/PR), JOAO RICARDO FORNAZARI BINI (OAB: 44.897), ANA TEREZA PALHARES BASILIO (OAB: 074802/RJ), JOAQUIM MIRO (OAB: 015181/RR) e BERNARDO GUEDES RAMINA (OAB: 041442/PR)-.
60. BUSCA E APREENSAO - MEDIDA LIMINAR-0000473-78.2010.8.16.0142-BV FINACEIRA S/A x JORGE DA LUZ DO CARMO- Ao autor para dar prosseguimento ao feito em 05 dias. -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e RITA DE CASSIA B. BRAGA (OAB: 33.730)-.
61. ACAO DE COBRANCA-0000605-38.2010.8.16.0142-ADEMIR MOREIRA PORTELA x BANCO ITAU S.A- Digam as partes em 10 (dez) dias. -Advs. EDER EMERSON DA CRUZ CAPELLARO (OAB: 040630/PR), JOAO RICARDO FORNAZARI BINI (OAB: 44.897), EVARISTO ARAGAO SANTOS (OAB: 24.498) e MAURI MARCELO BEVERVANCO JUNIOR (OAB: 42.277)-.
62. CUMPRIMENTO DE SENTENCA - CIVEL-0000656-49.2010.8.16.0142-SEBASTIAO WALTER DE ANDRADE e outros x BANCO ITAU S.A- Defiro fls. 145 (Documentos desentranhados a disposição da parte)-Advs. LUCIANO MARCIO DOS SANTOS (OAB: 031022/PR), ANDEXANDRO DALLA COSTA (OAB: 032052/PR) e LEONARDO DELLA COSTA (OAB: 039886/PR)-.
63. ALVARA JUDICIAL-0000869-55.2010.8.16.0142-ANTONIO TOLEDO DOS SANTOS- O parecer da tributação do município a nível administrativo é pelo recolhimento do ITBI, no mesmo sentido que a determinação judicial de fls. 44/verso. Assim Sendo, intime-se a parte para recolhimento no prazo de 15 dias e voltem para expedição do alvará;. -Advs. GENESI MARIA NALIN BETTANIN (OAB: 014106-B/PR), MICHELY FRANCO UTZIG (OAB: 036720/PR) e LAERCIO BENEDITO LEVANDOSKI (OAB: 16.265)-.
64. USUCAPIAO-0000952-71.2010.8.16.0142-BERNARDO BIANCO e outro- Faculto a substituição da oitiva de testemunhas por duas declarações com firma reconhecida a respeito do lapso temporal dos autores sobre o bem imóvel, em 15 dias. -Adv. MOANA MARI STADLER LEANDRO-.
65. USUCAPIAO-0000981-24.2010.8.16.0142-MADEIREIRA RIO CLARO LTDA- diga o autor sobre o parecer da procuradoria do estado. -Adv. SIMONE BARBOSA-.
66. ACAO ORDINARIA-0001415-13.2010.8.16.0142-SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE REBOUCAS x VIVO S/A- Diga o autor em 05 (cinco) dias sobre a proposta de acordo noticiada em audiência. No silêncio à conta e preparo.-Adv. EVERTON LEAL DE JESUS (OAB: 40.637)-.
67. ACAO DE DEPOSITO-0001440-26.2010.8.16.0142-BV FINANCEIRA S/A BREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIM x JOÃO JOEL DAHMER- Diga o requerente-Adv. CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN (OAB: )-.
68. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0001443-78.2010.8.16.0142-GUILHERME NIEVOLA e outro- Diga a requerente a respeito da citação da proprietária do imóvel, bem como justifique a diferença de preço entre ovalor pago ao incapaz pela área e

o valor efetivo apontado pelos próprios requerentes. conforme paracer ministerial. -Adv. JOÃO RICARDO FORMAZARI BINI (OAB: 044897/PR)-.

69. ACAO DE DEPOSITO-0001498-29.2010.8.16.0142-BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INV. x ALEXSANDER MATOZO- Diga o autor-Adv. CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN (OAB: )-.

70. ACAO MONITORIA-0001664-61.2010.8.16.0142-RAVATO DIESEL LTDA x MADEIREIRA TRANSERREI LTDA e outro-1. Especifiquem as partes, em 05 dias, as provas que ainda pretendem produzir, tendo em vista a petição inicial, contestação e demais peças já trazidas aos autos, justificando dus pertinência e adequeações probatórias, pena de indeferimento. 2. Outrossim, manifestem-se quanto ao conteúdo do art. 331, § 3º, do CPC - audiência de conciliação. Optando todas as partes pela não designação desta solenidade, por considerarem de pronto inviável e obtenção de transação, o feito será saneado por escrito. -Advs. MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO, GUILHERME LUIZ GOMES JUNIOR (OAB: 42.005), EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA e FERNANDA COELHO (OAB: 054737/PR)-.

71. APOSENTADORIA-0001962-53.2010.8.16.0142-RAUL ASCHIDAMINI x INSS- Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 dias, bem como se manifeste sobre as provas que efetivamente ainda pretende produzir e tambem quanto à audiência de Conciliação. -Adv. SILVANA MARIA PICOLOTTO-.

72. BUSCA E APREENSAO - MEDIDA LIMINAR-0002119-26.2010.8.16.0142-BANCO CNH CAPITAL S.A x VENICIUS WASIK-Intime-se a parte autora para que esclareça a petição retro, eis que incongruente com a marcha processual. Diz ela que não há interesse em designação de audiência de conciliação, quando esta solenidade ja ocorreu, inclusive com a sua presença e início das tratativas de acordo , cujo início de negociação ocorreu justamente nesta solenidade. -Adv. MARILI TABORDA (OAB: 012293/PR)-.

73. INDENIZACAO-0002149-61.2010.8.16.0142-CLAUDIA RENI CAVALHEIRO x FABIO A. DE FREITAS- As partes são legítimas e devidamente representadas nos autos, não existindo nulidades a declarar ou irregularidades a sanar, devendo o prossedimento continuar seu curso. Dou o feito por saneado. II - Questões preliminares: Não houve. III - Provas: Defiro a prova pericial odontológica requerida pela autora, ressalvando que a regra de responsabilidade quanto ao onus da prova é a do art. 14, par. 4º do CDC, mediante prova da culpa a encargo da autora. Para a perícia nomeio o INSTITUTO SOTTO MAIOR & BLEY (...). Assim sendo: I - Intime-se as partes para oferecer quesitos e indicarem assistentes técnicos querendo no prazo de 05 dias, sucessivamente, nos termos do art. 421, §1º do CPC. -Advs. CARLOS FREDERICO STADLER (OAB: 44.594), DECIO RENATO MARQUES DA SILVA (OAB: 039631/PR) e ODAIR SERGIO MAROCHI FILHO (OAB: 049668/PR)-.

74. RESSARCIMENTO-0002213-71.2010.8.16.0142-CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS x ANTONIO WASIK e outro- No que tange a denunciação a lide pelo réu, diga este em 05 (cinco) dias sobre a critação sob pena de preclusão.-Advs. MARIO PIETROSKI JUNIOR (OAB: 22.673/PR) e MARIA PAULA PULNER PIETROSKI (OAB: 031443/PR)-.

75. BUSCA E APREENSAO-ALIENACAO-0002246-61.2010.8.16.0142-BV FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVS. x LUIZ LEANDRO LASCOSKI- indefiro a citação por edital, ante o conteúdo da certidão do Oficial de Justiça retro, eis que o bem se encontra desaparecido, mas não o réu. -Adv. CARLA HELIANA V. MENEGOSSI TANTIN (OAB: )-.

76. BUSCA E APREENSAO - MEDIDA LIMINAR-0002385-13.2010.8.16.0142-BV FINACEIRA S/A x SUELEN TAHIS PINTO- Defiro fls. 39. À parte para que recolha as despesas pertinentes. -Adv. ENEIDA WIRGUES (OAB: 027240/PR)-.

77. MANUTENCAO DE POSSE-0002397-27.2010.8.16.0142-LAURO BOSCARDIN SOARES e outro x JOAO WROBLESKI- Aguarde-se a manifestação dos autos em apenso. -Advs. MANOEL ODARIO COUTO GESTAL JUNIOR (OAB: 45.962) e MARIO PIETROSKI JUNIOR (OAB: 22.673/PR)-.

78. BUSCA E APREENSAO - MEDIDA LIMINAR-0000071-60.2011.8.16.0142-BANCO SAFRA S/A x SUELEN TAHIS PINTO- DEfiro o RENAJUD à parte para que recolha as despesas pertinentes. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO-.

79. EXECUÇAO DE TITULO JUDICIAL-0000086-29.2011.8.16.0142-POSTO DE SERVIÇO PERUSSOLO LTDA x DIRCEU DE TOLEDO- Ao exequente para que recolha as despesas do Oficial de Justiça (CN 9.4.8)-Adv. MICHELY FRANCO UTZIG (OAB: 036720/PR)-.

80. EXECUÇAO DE TITULO JUDICIAL-0000105-35.2011.8.16.0142-TRANSPORTES THOMAZ LTDA - EPP x DIRCEU DE TOLEDO- Ao exeqeunte para que recolha as despesas do Oficial de Justiça (CN 9.4.8)-Advs. LEVI VARELA DA SILVA-OAB/PR 28.978 e GUSTAVO VARELA KRUEGER (OAB: 056558/PR)-.

81. REINVIDICATORIO DE APONSENTADORIA-0000151-24.2011.8.16.0142-LUCIA GNAP PRINCIVAL x INSS- SObre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias, bem como se manifeste sobre as provas que efetivamente ainda pretende produzir e também quanto à audiência de conciliação. -Adv. PEDRO FRATUCCI SAVORDELLI (OAB: 038675/)-.

82. REINVIDICATORIO DE APONSENTADORIA-0000152-09.2011.8.16.0142-TEREZA DA APARECIDA ROCHA DE SOUZA x INSS- Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 dias, bem como se manifeste sobre as provas que efetivamente ainda pretende produzir e tambem quanto à audiência de Conciliação.-Adv. PEDRO FRATUCCI SAVORDELLI (OAB: 038675/)-.

83. DECLARATORIA-0000167-75.2011.8.16.0142-G.S. RIBEIRO TRANSPORTES LTDA e outros x BANCO ITAU- Nada sendo requerido , arquive-se, -Advs. CLAUDINEI SAVICKI (OAB: 053694/PR) e ARTHUR HENRIQUE KAMPMANN (OAB: 028757/PR)-.

84. USUCAPIAO-0000172-97.2011.8.16.0142-NILTON ANTONIO DA SILVA e outro- à parte autora para que comprove a publicidade do edital-Adv. MOANA MARI STADLER LEANDRO-.

85. EXECUÇAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0000205-87.2011.8.16.0142-CANTAGRIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESPUMAS E COLCHÕES LTDA x ANGELA BOROX PATCZYZ- AO exeqeunte para que recolha as despesas do Oficial de Justiça. -Adv. EDUARDO KUCKER ZAFFARI (OAB: 000042-998/RS)-.

86. ACAO PREVIDENCIARIA-0000439-69.2011.8.16.0142-TEREZINHA STANISZEVSKI x INSS- Sobre a contestação manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. -Advs. WILLIAN HUMBERTO STIVAL (OAB: ) e PEDRO FRATUCCI SAVORDELLI (OAB: 038675/)-.

87. USUCAPIAO-0000526-25.2011.8.16.0142-JOSE DOS SANTOS LEAL e outro-Diga o autor, pena de extinção -Adv. MOANA MARI STADLER LEANDRO-.

88. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0000697-79.2011.8.16.0142-JONES MINOSSO x ESPOLIO DE MARIO DAMASIO FRANCA- Fls. 72: Promova o autor a citação pessoal do réu.-Adv. NARCISO ZANIN (OAB: 15.754/PR)-.

89. BUSCA e APREENSAO-0000713-33.2011.8.16.0142-BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x CICERO EDUARDO ANGELO-Diga o requerente ante o tempo decorrido. -Adv. MARIA LUCILIA GOMES (OAB: 029579/PR)-.

90. BUSCA e APREENSAO-0000823-32.2011.8.16.0142-GAPLAN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA x ANGELA CACLDA DE ANDRADE CAVALHEIRO & CIA LTDA- Liminar concedida. deve o autor recolher as despesas de oficial de justiça conforme CN 9.4.8, CONTA JUDICIAL N. 500.125.160.409, agencia 2515-1 Banco do Brasil. valor R$ 222,00. -Adv. VALDEMIR BARSALIN (OAB: 020591/SP)-.

91. USUCAPIAO-0000904-78.2011.8.16.0142-MUNICIPIO DE REBOUÇAS- Ao autor para que comprove a publicidade do edital. -Adv. LAERCIO BENEDITO LEVANDOSKI (OAB: 16.265)-.

92. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0000968-88.2011.8.16.0142-JORGE LUIZ DE MELO- Ao autor para dar andamento ao feito, bem como para se manifestar sobre os oficios juntados aos autos. -Adv. LUCAS STAFIN (OAB: 41.446)-.

93. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0000969-73.2011.8.16.0142-OLDACIR PILATTI LEITE e outro- Ao autor para dar andamento ao feito, bem como para se manifestar sobre os oficios. -Adv. LUCAS STAFIN (OAB: 41.446)-.

94. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0000970-58.2011.8.16.0142-OLDACIR PILATTI LEITE e outro- Ao autor para dar andamento ao feito, bem como para se manifestar sobre os oficios juntados aos autos. -Adv. LUCAS STAFIN (OAB: 41.446)-.

95. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0000971-43.2011.8.16.0142-DALVA TEREZINHA CONZATTI- Ao autor para dar andamento ao feito, bem como para se manifestar sobre os oficios juntados aos autos. -Adv. LUCAS STAFIN (OAB: 41.446)-.

96. EXECUÇAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0000976-65.2011.8.16.0142-LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA x POSTO DE SERVIÇOS PERUSSOLO LTDA- Defiro o pagamento na forma como pleiteada as fls. 38. Expeça-se guia para pagamnto da quantia remanescente na forma da conta apresentada à fl. 44-Advs. VIRGILIO CESAR DE MELO (OAB: 014114/PR) e MICHELY FRANCO UTZIG (OAB: 036720/PR)-.

97. EXECUÇAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0000977-50.2011.8.16.0142-LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA x POSTO DE SEVIÇOS AYUB LTDA- Defiro o pagamento na forma como pleiteada as fls. 38. Expeça-se guia para pagamnto da quantia remanescente na forma da conta apresentada à fl. 40-Advs. VIRGILIO CESAR DE MELO (OAB: 014114/PR) e MICHELY FRANCO UTZIG (OAB: 036720/PR)-.

98. ACAO ORDINARIA-0001186-19.2011.8.16.0142-DINARA DE SOUZA FRANÇA e outros x EXCELSIOR SEGUROS S.A- Indefiro o pedido de gratuidade processual. Os requerentes, em numero de quinze pessoas em litisconsórcio ativo, se fazem representar por procurador devidamente constituído, o qual não pertence a órgão que presta assistência judiciária gratuita. Segundo o art. 13 de lei 1.060/50, se os autos assistido puderem atender, em parte, as despesas do processo, o juiz mandará pagar as custas que serão rateadas entre os que tiverem direito ao seu recebimento, cincustância dos autos. O valor das custas , aproximadamente oitocentos reais, poderá ser rateado entre os sete participantes , redundando em aproximadamente cinquenta reais para cada um dos autores, assim sendo determino o rateio. O patrono, outrossim, não juntou documentos atestandoque nada cobrará de seus constituídos, conforme art. 3º, V, da lei 1.060/50, nem requereu sua nomeação nos termos do art. 5º, § 4º da lei 1060/50. Preparadas as custas processuais, sob a pena do art. 257 do CPC, apensem-se aos autos distribuídos por dependência e voltem conclusos para apreciação da liminar.-Adv. EVERTON JORGE WALTRICK (OAB: 026775/SC)-.

99. ABERTURA DE INVENTARIO-0001216-54.2011.8.16.0142-TEREZINHA WADZINSKI e outros- 1. Indefiro o pedido de gratuidade processual. Os requerentes, em numero de sete pessoas em litisconsórcio ativo, se faze representar por procurador devidamente constituído, o qual não pertence a órgão que presta assistência judiciária gratuita. Segundo o art. 13 de lei 1.060/50, se os autos assistido puderem atender, em parte, as depesas do processo, o juiz mandará pagar as custas que serão rateadas entre os que tiverem direito ao seu recebimento, cincustância dos autos. O valor das custas , aproximadamente oitocentos reais, poderá ser rateado entre os sete participantes , redundando em aproximadamente cem reais para cada um dos autores, um deles inclusive qualificado como empresário, assim sendo determino o rateio. Além disso, trata-se de vultuoso espólio, avaliado preliminarmente em mais de trezentos mil reais, determino portanto o rateio das custas. O patrono, outrossim, não juntou documentos atestandoque nada cobrará de seus constituídos, conforme art. 3º, V, da lei 1.060/50, nem requereu sua nomeação nos termos do art. 5º, § 4º da lei 1060/50. 2 - Preparadas as custas, nomeio desde já inventariante TEREZINHA WADZINSKI, que prestará compromisso no prazo de 05 (cinco) dias. -Adv. JOAO RICARDO FORNAZARI BINI (OAB: 44.897)-.

100. BUSCA e APREENSAO-0001226-98.2011.8.16.0142-BANCO ITAUCARD S.A x EVANDRO ARTNER- Intime-se o requerente para regularizar a demanda,

apresentando notificação extrajudicial através de Cartório de Títulos e Documentos emendando a petição inicial. Prazo de 10 (dez) dias-Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA (OAB: 032504/PR)-.
101. USUCAPIAO-0001227-83.2011.8.16.0142-JOBARA MARA AYUB e outros- inicial despachada. retirar edital para publicação em jornal de circulação. bem como para recolher as despesas de oficial de justiça conforme CN 9.4.8., bem como ainda recolher as despesas de oficios. -Adv. MOANA MARI STADLER LEANDRO-.
102. USUCAPIAO-0001228-68.2011.8.16.0142-JOBARA MARA AYUB- inicial despachada. retirar edital para publicação em jornal de circulação. bem como para recolher as despesas de oficial de justiça conforme CN 9.4.8., bem como ainda recolher as despesas de oficios. -Adv. MOANA MARI STADLER LEANDRO-.
103. HOMOLOGACAO JUDICIAL - EXECUÇÃO-0001237-30.2011.8.16.0142-MARIA ELIZABETE WASIK e outro x BANCO SANTANDER S/A- Intime-se para regularizar a capacidade postulatória, apresentando-se procuração dos requerentes/ partes no acordo a ser homologado. -Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ (OAB: 030890/PR)-.

# RESERVA

## JUÍZO ÚNICO

**Comarca de Reserva - Estado do Paraná**
**Vara ùnica - Secretaria Cível**
**Dr. Marcos Rogério César Rocha - Juiz de Direito**

**Relação 22/2011**

Índice de Públicação
Advogado Ordem Processo
Péricles Landgraf Araújo de Oliveira 0001

Intime-se o autor, pela imprensa oficial, na pessoa de seu advogado, noticiando-lhe que esta ação deve ser ajuizada através do sistema PROJUDI, então instituído na Vara Cível desta Comarca no dia 22 de setembro de 2011, e de uso obrigatório, consignando que poderá aproveitar as custas eventualmente já recolhidas, bem como que a petição física ora apresentada deverá ser retirada, no prazo de 30 (trinta) dias. - Advs. Péricles Landgraf Araújo de Oliveira - OAB/PR18.294

Reserva, 28 de setembro de 2011.

# RIO BRANCO DO SUL

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL**
**VARA CÍVEL E ANEXOS**
**RUA: HORACY SANTOS, Nº 264**
**FONE: 0XX41-3652-1440**
**JUIZ DE DIREITO: MARCELO TEIXEIRA AUGUSTO**

**R E L A Ç Ã O Nº. 100/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALESSANDRA LABIAK 00021 000572/2009
ALESSANDRO MOREIRA DO SACRAMENTO 00075 000791/2011
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 00039 002667/2010
ALOYSIO SEAWRIHT ZANATTA 00023 000762/2009
AMARILDO PEDRO GULIN 00062 000538/2011
ANA AMÉLIA MACEDO ROMANINI 00069 000721/2011
ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES 00079 000796/2011
ANDREIA DAMASCENO 00065 000581/2011
CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN 00021 000572/2009
00052 000281/2011
CARLOS ROBERTO GONÇALVES EKERMANN 00061 000526/2011
CESAR AUGUSTO DA SILVA PERES 00008 000385/2004
CEZAR GIBRAN JOHNSSON 00026 000644/2010
CIRO BRUNING 00020 000414/2009
CLAUDIA PICOLO 00005 000218/2004
CLAUDINEI BELAFRONTE 00034 001712/2010
CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO 00032 001419/2010
00048 000009/2011
00072 000775/2011
CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES 00040 002759/2010
00041 002877/2010
00042 003057/2010
CRYSTIANE LINHARES 00050 000195/2011
DANIELE DE BONA 00015 000927/2008
DANIELLE R. HONÓRIO GAZAPINA 00073 000776/2011
DICESAR BECHER VIEIRA JUNIOR 00051 000199/2011
DICESAR BECHES VIEIRA 00051 000199/2011
DOUGLAS FAGNER ANDREATTA RAMOS 00052 000281/2011
00054 000428/2011
00055 000433/2011
00059 000482/2011
00060 000485/2011
00064 000548/2011
00066 000589/2011
EDEGARD ALVES DA ROCHA JUNIOR 00011 000921/2007
00070 000722/2011
ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES 00013 000538/2008
ELIZANDRA C. S. RODRIGUES 00017 000278/2009
00018 000280/2009
ERALDO LACERDA JUNIOR 00006 000251/2004
ERIC RODRIGUES MORET 00007 000327/2004
EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS 00038 002216/2010
EVERTON LUIZ SANTOS 00025 000571/2010
FABIANA SILVEIRA 00017 000278/2009
00018 000280/2009
00033 001497/2010
00045 003146/2010
FABRICIO FABIANI PEREIRA 00061 000526/2011
FAGNER FRANCISCO CASTILHO 00058 000481/2011
GABRIEL ANTÔNIO HENKE NEIVA DE LIMA FILH 00010 000242/2007
GERSON MASSIGNAN MANSANI 00035 001849/2010
GILBERTO BORGES DA SILVA 00077 000794/2011
00078 000795/2011
HAROLDO ALVES RIBEIRO JUNIOR 00058 000481/2011
HEITOR HENRIQUE PEDROSO 00080 000166/2011
IVANÊS DA GLÓRIA MATTOS 00001 000122/1986
JOÃO AMADEU STRESSER DA SILVA 00006 000251/2004
JOSÉ CARLOS BUSATTO 00002 000196/1991
00007 000327/2004
JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR 00050 000195/2011
JOSE ARI NUNES 00003 000463/2000
JOSÉ EUCLAIR MARTINS 00004 000607/2000
00020 000414/2009
00031 001299/2010
JOSUE PEREZ COLUCCI 00012 000009/2008
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00013 000538/2008
00017 000278/2009
00018 000280/2009
00033 001497/2010
00036 002025/2010
00045 003146/2010
LUCIMAR FRETTA 00031 001299/2010
LUIZ AMERICO KRUGER 00019 000406/2009
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 00038 002216/2010
MAGALI FUERBRINGER 00028 000908/2010
MARCELO BERVIAN 00008 000385/2004
MARCELO TESHEINER CAVASSANI 00075 000791/2011
MARCO JULIANO FELIZARDO 00049 000135/2011
MARIA ANARDINA PASCHOAL 00057 000472/2011
MARIA JOSE PIRES PINTO 00044 003124/2010
MARIANA ALEXANDRE COLOMBO 00065 000581/2011
MARIANE CARDOSO MACAREVICH 00076 000793/2011
MARIO LOPES DA SILVA NETTO 00037 002104/2010
00048 000009/2011
MARISE BINI ELIAS 00053 000410/2011
00068 000657/2011
MATHIEU BERTRAND STRUCK 00058 000481/2011
MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI 00049 000135/2011
MAURO SERGIO GUEDES NASTARI 00042 003057/2010
MÁRCIO AYRES DE OLIVEIRA 00024 000825/2009
NAILOR CAETANO DA SILVA 00020 000414/2009
NEMO ELOY VIDAL NETO 00058 000481/2011
OZIMO COSTA PEREIRA 00003 000463/2000
00006 000251/2004
00067 000613/2011
PATRICIA PONTAROLLI JANSEN 00040 002759/2010
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR 00041 002877/2010
PLÍNIO ROBERTO DA SILVA 00022 000650/2009
00029 001191/2010
00030 001192/2010
00043 003123/2010
00044 003124/2010
00046 003769/2010
00047 004193/2010
PRISCILA KEI SATO 00038 002216/2010
ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA 00014 000604/2008
00016 001166/2008
RITA DE CASSIA TENCZUK KANAYAMA 00026 000644/2010
ROBERTO DE OLIVEIRA GUIMARÃES 00009 000280/2006

00063 000543/2011
ROGER GUSTAVO ROBERT NETO 00056 000439/2011
00074 000787/2011
ROGERSON LUIZ RIBAS SALGADO 00056 000439/2011
ROSANGELA DA ROSA CORREA 00076 000793/2011
SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA 00076 000793/2011
SANDRA REGINA RODRIGUES 00011 000921/2007
SERGIO SCHULZE 00079 000796/2011
TATIANA VALESCA VROBLEWSKI 00036 002025/2010
TERESA CELINA ARRUDA ALVIM WAMBIER 00038 002216/2010
THIAGO CANTARIN MORETTI PACHECO 00058 000481/2011
THIAGO TEIXEIRA DA SILVA 00052 000281/2011
00054 000428/2011
00055 000433/2011
00059 000482/2011
00060 000485/2011
00064 000548/2011
00066 000589/2011
TULIO CESAR CARNEIRO FILHO 00044 003124/2010
VALDEMAR BERNARDO JORGE 00071 000774/2011
VALERIA CARAMURU CICARELLI 00039 002667/2010
VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA 00015 000927/2008
VANESSA PALUDZYSZYN 00012 000009/2008
00027 000871/2010
VINICIUS GONCALVES 00024 000825/2009
VIVIANE KARINA TEIXEIRA 00028 000908/2010
00032 001419/2010
00037 002104/2010
00048 000009/2011
00072 000775/2011

1. SERVIDÃO-0000014-04.1986.8.16.0147-COPEL TRANSMISSAO S/A x JANDIRA RIBEIRO- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, retirar 04 (quatro) ofício(s) expedido(s). (Juntando aos autos comprovante de recolhimento no valor de 37,60 (trinta e sete reais e sessenta centavos) devidamente autenticados). -Adv. IVANÊS DA GLÓRIA MATTOS-.

2. EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL-0000012-58.1991.8.16.0147-CIMENTO RIO BRANCO S/A e outro x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e outro- Manifeste-se o credor sobre o prosseguimento do feito. Em caso de inércia, remetam-se os autos ao arquivo provisório. -Adv. JOSÉ CARLOS BUSATTO-.

3. COBRANÇA-0000163-09.2000.8.16.0147-BANCO DO BRASIL S.A. x COINCAL COM. E IND. DE CAL LTDA e outros- Intime-se a parte interessada para proceder o pagamento das custas processuais da Impugnação à Execução de Sentença, bem como do Cartório Distribuidor e Funrejus. -Advs. OZIMO COSTA PEREIRA e JOSE ARI NUNES-.

4. INDENIZAÇÃO-0000131-04.2000.8.16.0147-DARCI RIBEIRO DA SILVA x BANCO BVA S/A E OU BVA CONSULTORIA e outro- Deve a parte requerente, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório a fim de retirar 01 (um) Alvará de Levantamento expedido. (Juntando aos autos comprovante de recolhimento no valor de R$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos) devidamente autenticados). -Adv. JOSÉ EUCLAIR MARTINS-.

5. ORDINARIA DE NUL. DE ATO ADM-0000544-75.2004.8.16.0147-DARCY RIBEIRO DE CRISTO e outros x ESTADO DO PARANÁ e outro- Deve à parte requerida, comparecer em cartório a fim de retirar 01 (um) Alvará de Levantamento expedido, no prazo de 05 (cinco) dias. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$9,40 (nove reais e quarenta centavos), devidamente autenticado). -Adv. CLAUDIA PICOLO-.

6. REPETICAO DE INDEBITO-0000533-46.2004.8.16.0147-AMAURI JACINTO DOS SANTOS e outros x MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL - PARANA- Manifestem-se as partes acerca da certidão do Contador de fls. 195; (Certifico que os honorários advocatícios foram calculados corretamente, conforme fls. 172 (final da página), na qual consta o item " HONORÁRIOS". Para o cálculo do mesmo foi tomado como base o valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), valor este fixado no acórdão de fls. 115-118, e devidamente atualizado desde a data do mesmo acórdão (28/04/2008). ). -Advs. ERALDO LACERDA JUNIOR, JOÃO AMADEU STRESSER DA SILVA e OZIMO COSTA PEREIRA-.

7. USUCAPIÃO-0000558-59.2004.8.16.0147-CIMENTO RIO BRANCO S/A- Deve a parte autora, comparecer em cartório a fim de retirar o Mandado de Abertura de Registro expedido, no prazo de 05 (cinco) dias. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos), devidamente autenticado). -Advs. JOSÉ CARLOS BUSATTO e ERIC RODRIGUES MORET-.

8. EXECUÇÃO DE TIT EXTRAJUDICIAL -0000586-27.2004.8.16.0147-FERRAMENTAS GERAIS COMERCIO E IMPORTACAO S/A x MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU- Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar 01 (um) ofício(s) expedido(s), comprovando sua postagem, com a juntada da cópia do AR aos autos. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$9,40 (nove reais e quarenta centavos), devidamente autenticado). -Advs. MARCELO BERVIAN e CESAR AUGUSTO DA SILVA PERES-.

9. BUSCA E APREENSÃO-0002865-15.2006.8.16.0147-SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x DE MARI COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA- Intime-se a parte interessada, acerca do arquivamento provisório dos presente autos pelo prazo de 06 (seis) meses a partir do trânsito em julgado, conforme previsto no artigo 475-J, § 5º, do CPC, aguardando a manifestação do credor sobre o início do cumprimento de sentença, sendo que em caso de inércia, será realizado a baixa e arquivamento dos autos. -Adv. ROBERTO DE OLIVEIRA GUIMARÃES-.

10. BUSCA E APREENSÃO-0002472-56.2007.8.16.0147-SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e outro x CAMPINA GRANDE DO SUL CONTRUCOES CIVIS LTDA ME e outro- Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar 01 (um) ofício(s) expedido(s), comprovando sua postagem, com a juntada da cópia do AR aos autos. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$9,40 (nove reais e quarenta centavos), devidamente autenticado). -Adv. GABRIEL ANTÔNIO HENKE NEIVA DE LIMA FILHO-.

11. DECLARATÓRIA-0002097-55.2007.8.16.0147-JOSIAS MIRANDA CASTRO x BRASIL TELECOM S/A- 1. Diante do sucesso da penhora, conforme demonstra a mensagem de bloqueio incluso, que sente como termo de penhora, intime-se o(a) devedor sobre a constrição e para, em querendo, apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 dias nos termos do artigo 475-3, § 1°, do Código de Processo Civil. Alerte-se, desde já que a matéria debatida não pode exceder os lindes estabelecidos no artigo 475-L da mesma Lei. Ademais, a principio, a impugnação não terá efeito suspensivo. 1.1. No prazo para impugnação, o(a) executado(a), reconhecendo o crédito do(a) exeqüente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, poderá requerer seja admitido a pagar o restante do débito em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC (art. 745-A, CPC), situação em que os autos deverão voltar conclusos para análise. 1.2. O(A) executado(a) disporá do prazo supra mencionado, para demonstrar a impenhorabilidade dos valores bloqueados, de acordo com o disposto no artigo 655-A, § 20, CPC. 1.3. Intime-se, também o exeqüente sobre a penhora e para requerer o que entender necessário para o prosseguimento do processo. Desde já, com fundamento no disposto no item 5.8.7.2 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, determinei a transferência para conta judicial do valor bloqueado junto ao Banco HSBC Brasil, na conta de titularidade do(a) executado(a), bem como procedi o levantamento das quantias bloqueadas perante as demais instituições financeiras. -Advs. EDEGARD ALVES DA ROCHA JUNIOR e SANDRA REGINA RODRIGUES-.

12. BUSCA E APREENSÃO-0002344-02.2008.8.16.0147-BANCO VOLVO (BRASIL) S/A. x ELIAS VICENTE DA SILVA- Intime-se a parte interessada, acerca do arquivamento provisório dos presente autos pelo prazo de 06 (seis) meses a partir do trânsito em julgado, conforme previsto no artigo 475-J, § 5º, do CPC, aguardando a manifestação do credor sobre o início do cumprimento de sentença, sendo que em caso de inércia, será realizado a baixa e arquivamento dos autos. -Advs. JOSUE PEREZ COLUCCI e VANESSA PALUDZYSZYN-.

13. BUSCA E APREENSÃO-0002201-13.2008.8.16.0147-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA x MARCIO JOSÉ CIBOTTO- Intime-se a parte autora para se manifestar, quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias. -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES-.

14. BUSCA E APREENSÃO, CONVERTIDA EM AÇÃO DE DEPÓSITO-0002479-14.2008.8.16.0147-BANCO BMG S/A x JACIRA PRADO DE OLIVEIRA SOARES- 1. Proceda a Escrivania consulta ao cadastro da Copel, a fim de obter o endereço do réu. 2. Oficie-se a SPC, SERASA e TRE, somente para fins de informação sobre o endereço da parte requerida. 3. Eventual expedição de ofício à Receita Federal, somente poderá ser deferido caso se esgotem todos os meios para encontrar o endereço do devedor. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar 03 (três) ofício(s) expedido(s), comprovando sua postagem, com a juntada da cópia do AR aos autos. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$28,20 (vinte e oito reais e vinte centavos), devidamente autenticado). -Adv. ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA-.

15. BUSCA E APREENSÃO-0002516-41.2008.8.16.0147-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA x ELIZEU LOURENÇO- Intime-se a parte interessada, acerca do arquivamento provisório dos presente autos pelo prazo de 06 (seis) meses a partir do trânsito em julgado, conforme previsto no artigo 475-J, § 5º, do CPC, aguardando a manifestação do credor sobre o início do cumprimento de sentença, sendo que em caso de inércia, será realizado a baixa e arquivamento dos autos. -Advs. DANIELE DE BONA e VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA-.

16. BUSCA E APREENSÃO-0002253-09.2008.8.16.0147-BANCO BMG S/A x JOSE RODRIGUES DE LARA- Intime-se a parte autora autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, retirar 01 (um) ofício(s) expedido(s), comprovando sua postagem com a juntada da cópia do AR aos autos (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos) devidamente autenticados). -Adv. ÉRIKA HIKISHIMA FRAGA-.

17. BUSCA E APREENSÃO-0002585-39.2009.8.16.0147-BANCO FINASA BMC S/A x FRANCIELE GARCIA- Intime-se a parte autora para promover o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. -Advs. ELIZANDRA C. S. RODRIGUES, KARINE SIMONE POFAHL WEBER e FABIANA SILVEIRA-.

18. BUSCA E APREENSÃO, CONVERTIDA EM AÇÃO DE DEPÓSITO-0002233-81.2009.8.16.0147-BANCO FINASA BMC S/A x VAUSNI MENDES DOS SANTOS- Intime-se a parte autora para promover o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. -Advs. ELIZANDRA C. S. RODRIGUES, KARINE SIMONE POFAHL WEBER e FABIANA SILVEIRA-.

19. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-0002143-73.2009.8.16.0147-AMADEUS DE JESUS DA LUZ x BANCO FINASA S/A- Deve a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias, comparecer em a fim de retirar 01 (um) Alvará de Levantamento expedido. (Juntando aos autos comprovante de recolhimento no valor de R$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos) devidamente autenticados). -Adv. LUIZ AMERICO KRUGER-.

20. REPARAÇÃO DE DANOS-0002286-62.2009.8.16.0147-JOAO FARIA DE LARA x PRISCILA MAYARA MORAES e outros- Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como para manifestarem-se acerca da

possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do artigo 331, § 3° do CPC. -Advs. JOSÉ EUCLAIR MARTINS, NAILOR CAETANO DA SILVA e CIRO BRUNING-.
21. BUSCA E APREENSÃO-0002617-44.2009.8.16.0147-BANCO FINASA BMC S/A x JULIANO ROBERTO DOS SANTOS- Intime-se a parte interessada, acerca do arquivamento provisório dos presentes autos pelo prazo de 06 (seis) meses a partir do trânsito em julgado, conforme previsto no artigo 475-J, § 5º, do CPC, aguardando a manifestação do credor sobre o início do cumprimento de sentença, sendo que em caso de inércia, será realizado a baixa e arquivamento dos autos. -Advs. ALESSANDRA LABIAK e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.
22. BUSCA E APREENSÃO-0002416-52.2009.8.16.0147-CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA x INDÚSTRIA DE COMP. TROPICAL LTDA.- Intime-se a parte autora para promover o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. -Adv. PLÍNIO ROBERTO DA SILVA-.
23. BUSCA E APREENSÃO-0002575-92.2009.8.16.0147-BANCO FINASA BMC S/A x LEONEI ORTIZ CARDOSO- Intime-se a parte autora para promover o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. -Adv. ALOYSIO SEAWRIHT ZANATTA-.
24. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS -0002592-31.2009.8.16.0147-SIDNEY THOME x BANCO ITAÚ S/A- Intime-se a parte requerida para, no prazo de 5 (cinco) dias, retirar 01 (um) oficio(s) expedido(s), comprovando sua postagem, com a juntada da cópia do AR aos autos. (Juntando aos autos comprovante de recolhimento no valor de R$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos) devidamente autenticados). -Advs. MÁRCIO AYRES DE OLIVEIRA e VINICIUS GONCALVES-.
25. MONITORIA-0000571-48.2010.8.16.0147-VD COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA x ARTUR DUARTE BUENO- Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda a antecipação das custas referentes ao Sr. Oficial de Justiça. -Adv. EVERTON LUIZ SANTOS-.
26. RECLAMATORIA TRABALHISTA-0000644-20.2010.8.16.0147-LARISSA SHERON JOEKEL VAZ x MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU- Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como para manifestarem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do artigo 331, § 3° do CPC. -Advs. RITA DE CASSIA TENCZUK KANAYAMA e CEZAR GIBRAN JOHNSSON-.
27. BUSCA E APREENSÃO-0000871-10.2010.8.16.0147-BANCO VOLVO (BRASIL) S/A. x MARCOS ROBERTO AMISTA - ME- 1. Trata-se de ação de busca e apreensão ajuizada por Banco Volvo (Brasil) S/A em face de Marcos Roberto Amista - ME. O requerido compareceu espontaneamente aos autos no dia 16.03.2011 (fls. 70/72), oportunidade em que alegou conexão entre a presente demanda e as ações revisionais autuadas sob n° 2010.036.669-86 e n° 2010.036.670-10, em trâmite perante o Juízo da Comarca de Jataí- GO. Em resposta ao ofício expedido por esta Vara Cível, o Juízo da 1a Vara Cível da Comarca de Jataí - GO, às fls. 132, informou a existência de apenas uma ação revisional envolvendo as mesmas partes destes autos, a qual tem como objeto o veículo 'Caminhão Trator, Volvo/FM 440 6x4t, Placa BWT-9854, cor Branca, ano/modelo 2008/2008, RENAVAM 962439754, Chassi n 9BVASO2DSE7400982' bem como que não houve citação do requerido naquela demanda. Pois bem. Compulsando-se os autos, verifica-se que esta ação de busca e apreensão possui as mesmas partes, assim como um de seus objetos é o mesmo da ação revisional supracitada sendo, pois, conexas as ações. Por óbvio que a revisão contratual poderá influenciar na presente demanda, ocorrendo risco de decisões contraditórias se não forem julgadas pelo mesmo Juízo "O artigo 105 deixa ao juiz certa margem de discricionariedade na avaliação da intensidade da conexão, na da gravidade resultante da contradição de julgados e, até, na determinação da oportunidade da reunião dos processos" (V ENTA - conc/. Aprovada por 10 votos a 8). Neste sentido: ST) - 4a Turma, REsp n. 5.270/SP, Rel. Min. SALVIO DE FIGUEIREDO, j. 11.02.92, não conheceram, v.u. DJU 16.03.92, pág. 2.100, 1a col., em. ..."("sic"). Assim, entendo que a faculdade que alude o artigo 105 do Código de Processo Civil pressupõe, evidentemente, uma medida de economia processual e não um fator de retardamento na obtenção da tutela jurisdicional. Por fim, considerando que na ação revisional não houve citação do réu, enquanto nesta demanda o requerido compareceu espontaneamente aos autos, suprindo a falta de citação (art. 214, §1°, do CPC), Declaro este Juízo prevento, nos termos do artigo 219 do Código de Processo Civil. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar 01 (um) ofício(s) expedido(s), comprovando sua postagem, com a juntada da cópia do AR aos autos. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$9,40 (nove reais e quarenta centavos), devidamente autenticado). -Adv. VANESSA PALUDZYSZYN-.
28. BUSCA E APREENSÃO-0000908-37.2010.8.16.0147-B.V. FINANCEIRA S/A C.F.I. x ARTUR DE SOUZA FRANCA- Intime-se o devedor para efetuar o pagamento da quantia devida no valor de R$ 13.198,70 (conforme cálculo de fls. 62/65), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Realizado o depósito, será apreciado o pedido de restituição do veículo ao réu. . -Advs. VIVIANE KARINA TEIXEIRA e MAGALI FUERBRINGER-.
29. BUSCA E APREENSÃO-0001191-60.2010.8.16.0147-CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA x ALDY BORGES FILHO- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls. 50/83). -Adv. PLÍNIO ROBERTO DA SILVA-.
30. BUSCA E APREENSÃO-0001192-45.2010.8.16.0147-CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA x SANDOVAL LOPES NOGUEIRA FILHO- Intime-se a parte autora para promover o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. -Adv. PLÍNIO ROBERTO DA SILVA-.
31. RESTABELECIMENTO DE AJUDA DE CUSTO E GRATIFICAÇÃO-0001299-89.2010.8.16.0147-CLAUDIONOR DE SOUZA x PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL- Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como para manifestarem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do artigo 331, § 3° do CPC. -Advs. LUCIMAR FRETTA e JOSÉ EUCLAIR MARTINS-.
32. REVISIONAL DE CONTR. BANCARIO-0001419-35.2010.8.16.0147-FERNANDO EREDIA PEREIRA x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CRÉD., FINANC, E INVEST.- vistos. 1. Ao autor foram concedidos os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, conforme decisão de fls. 62/65. 2. Considerando que admite-se a cumulação dos pedidos de consignação em pagamento e de revisão de cláusulas e encargos contratuais, em face da diversidade de procedimentos previstos para os pedidos cumulados, reputa- se ter a parte autora optado por ver processada a causa sob o rito ordinário (artigo 292, parágrafo 2° do CPC). A propósito, confira-se o seguinte julgado: PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - DISSIDIO JURISPRUDENCIAL - COMPROVAÇAO - ACORDAO RECORRIDO - FUNDAMENTO INATAC4DO - CUMULAÇAO DE PEDIDOS - CONSIGNAÇAO EM PAGAMENTO E REVISAO DE CLAUSULAS CONTRATUAIS - POSSIBILIDADE - EMPREGO 00 PROCEDIMENTO ORDINARIO - Comprova-se o dissídio jurisprudencial com a cópia dos acórdãos paradigmas ou a menção do repositório oficial nos quais estejam publicados. - O Recurso Especial deve atacar os fundamentos do acórdão recorrido. - Admite-se a cumulação dos pedidos de revisão de cláusulas do contrato e de consignação em pagamento das parcelas tidas como devidas por força do mesmo negócio jurídico, - Quando o autor opta por cumular pedidos que possuem procedimentos judiciais diversos, implicitamente requer o emprego do procedimento ordinário. - Recurso Especial não conhecido. (STJ - RESP 464439 - GO - Rela Min. Nancy Andrighi - DJU 23.06.2003 - p. 00358) Admito, pois, a cumulação de pedidos requerida na petição inicial e determino que a causa seja processada sob o rito ordinário. Consequentemente, autorizo a parte autora a consignar, nestes autos, as prestações vencidas e vincendas, relativas ao contrato com garantia de alienação fiduciária que celebrou um o réu, nos valores que reputa ela serem devidos a este último. Destaque-se, porém, que o depósito do valor das prestações relativas ao contrato de financiamento que as partes entabularam entre si, no valor que a parte autora reputa ser devido ao credor, não implica qualquer juízo quanto à exatidão dos valores que forem depositados e tampouco elide a mora da parte autora em relação à eventual diferença não depositada. 3. Inviável, por sua vez, a concessão de liminar que autorize a parte autora a ser mantida na posse do bem que alienou fiduciariamente ao réu, pois, tal medida importaria em restringir o direito de ação do credor, o qual ficaria impedido de obter liminar em ação de busca e apreensão movida em face do devedor fiduciante. Nesse sentido, de resto, o seguinte julgado. Confira-se: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇAO DE REVISAO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO C/C CONSIGNAÇAO EM PAGAMENTO - RECURSO CONTRA A DECISAO QUE INDEFERIU O DEPOSITO DO VALOR QUE O DEVEDOR ENTENDE COMO INCONTROVERSO - PRETENSAO DE QUE SEJA DEFERIDO O DEPOSITO DAS PARCELAS, AFASTANDO-SE OS EFEITOS DA MORA, MANTENHA-SE O VEICULO NA POSSE DO DEVEDOR E ABSTENHA-SE O BANCO DE INSCREVER SEU NOME NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES - ACOLHIMENTO DO DEPOSITO DAS PARCELAS NO VALOR OFERTADO, APENAS RELATIVIZANDO OS EFEITOS DA MORA E DE DETERMINAÇAO DE NAO INCLUSAO DO DEVEDOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDI7D - DESCABIDA A PRETENSÃO DE MANUTENCAO DA POSSE DO VEÍCULO, POIS TAL IMPLICARIA EM CERCEAMENTO DO DIREITO DE AÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. ( ..)".1 Além disso, não há prova alguma nos autos de que o veículo objeto do contrato ora discutido, se trata de única fonte de renda da parte autora, ou que seja indispensável ao desenvolvimento de sua atividade laborativa. 4. Cabível, por outro lado, a concessão de tutela antecipada para impedir a inclusão do nome da parte autora nos cadastros de devedores inadimplentes ou, se já inscrito, seja promovida a baixa temporária, até o julgamento definitivo da presente demanda, desde que depositadas as quantias tidas como incontroversas. E bem verdade que o laudo pericial que veio instruindo a petição inicial não constitui prova inequívoca, capaz de convencer acerca da verossimilhança do direito alegado, uma vez que se trata de prova produzida unilateralmente, longe do crivo contraditório, sendo indispensável, å comprovação da existência das abusividades apontadas na exordial, a realização de perícia de natureza contábil. Daí porque não se revela cabível a concessão de tutela antecipada com base no caput, do artigo 273, do CPC. Todavia, não há dúvida de que a providência que a parte autora pretende obter, embora implique na antecipação de parte dos efeitos da tutela jurisdicional invocada, possui, também, indiscutível caráter acautelatório, o que torna aplicável, à espécie, o disposto no par. 7.0, do artigo 273, do CPC. Como a narrativa fática constante da petição inicial permite ao Juízo vislumbrar a plausibilidade do direito alegado pela parte autora, por constar, dela, que o réu está promovendo a cobrança de encargos ilegais e abusivos, que fazem elevar, sobremaneira, o montante do saldo devedor e, além disso, da inscrição do nome da parte autora nos cadastros mantidos pelos órgãos de proteção ao crédito poderá resultar para ela, devedora, prejuízo de natureza irreparável, ou, quando menos, de difícil reparação, é de se concluir estarem presentes os pressupostos autorizadores da concessão do provimento cautelar (fumus boni juris e periculum in mora), o que impõe o deferimento da medida pleiteada (proibição de inclusão do nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes ou, se já inscrito, seja realizada a baixa temporária), com base na norma legal retro citada. Isto posto, primeiramente, defiro a consignação dos valores que a parte autora entende devido ao réu, conforme item 02 desta decisão, devendo o depósito das quantias incontroversas, cujas prestações estejam vencidas e não pagas, ser realizado no prazo de 5 (cinco) dias, sendo que os depósitos subseqüentes deverão ser efetuados até a data de vencimento da respectiva prestação. Contanto que comprovado o depósito das quantias incontroversas, cujas parcelas já venceram, expeça-se ofício ao SERASA e SPC para que, até o julgamento definitivo da presente ação, se abstenham de promover a inscrição do nome da parte autora nos cadastros de devedores inadimplentes. Caso a inscrição

já tenha sido realizada, seja promovida a baixa temporária. Ressalto, ainda, que a manutenção da tutela ora deferida está condicionada ao depósito dos valores incontroversos referentes às parcelas vincendas. 5. Por fim, o pedido de exibição do contrato merece deferimento, tendo em vista que não é incomum o fato de a instituição financeira não fornecer o contrato de financiamento à parte aderente. Ademais, a jurisprudência é uníssona em reconhecer a possibilidade de compelir a instituição financeira a exibir o contrato de financiamento, pois constitui documento comum às partes Nesse sentido, veja-se o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. "(...) 6 - A determinação de exibição de documentos pela Agravante é perfeitamente possível a teor da redação expressa do art. 130 do CPC, bem como a teor do disposto no art. 355, uma vez que o conteúdo desta norma é idêntico àquela e não se aplica unicamente aos processos cautelares podendo se estender por analogia aos demais casos como na demanda em tela. 7 - No caso em exame, atendendo aos princípios da inversão do ônus da prova e da facilitação da defesa do direito do consumidor a incidência dessa previsão legal, ou seja, de o Magistrado poder determinar a exibição de documentos por uma ou ambas as partes, se torna ainda mais indispensável e, o fato de o recorrente não ter manifestado recusa em apresentá-los não o exime dessa obrigação. 8 - Recurso conhecido, mas a que se nega provimento" (TJPR - 16a C.Cível - AI 0306885-3 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Antônio de Se Ravagnani - Unânime - J. 18.10.2006) Assim sendo, Defiro o pedido da parte autora, para o fim de determinar que o requerido apresente, no prazo para oferecimento da contestação, o contrato firmado entre as partes, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os fatos que, por meio do documento ou da coisa, a parte contrária pretendia provar (art. 359 do CPC). 6. Cite-se. -Advs. VIVIANE KARINA TEIXEIRA e CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO-.

33. BUSCA E APREENSÃO-0001497-29.2010.8.16.0147-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOSE VALDEVINO COSTA- Intime-se a parte autora para promover o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e FABIANA SILVEIRA-.

34. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO-0001712-05.2010.8.16.0147-CELIO MAURO DE LARA x TRANSRODACE COMÉRCIO DE VEÍCULOS- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre os documentos juntados pela parte requerida às fls. 116/132. -Adv. CLAUDINEI BELAFRONTE-.

35. EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL-0001849-84.2010.8.16.0147-FURQUIM BEZERRA & CIA LTDA x FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ- Intime-se a parte autora, para que no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre a impugnação aos embargos apresentados (fls. 64/75). -Adv. GERSON MASSIGNAN MANSANI-.

36. REINT. POSSE C/C LIMINAR-0002025-63.2010.8.16.0147-SANTANDER LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL x LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA- Intime-se a parte autora para promover o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

37. REVISIONAL DE CONTR. BANCARIO -0002104-42.2010.8.16.0147 -RONALDO ADRIANO DE FREITAS x BANCO BFB LEASING S/A- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls. 80/98). -Advs. MARIO LOPES DA SILVA NETTO e VIVIANE KARINA TEIXEIRA-.

38. BUSCA E APREENSÃO-0002216-11.2010.8.16.0147-BANCO ITAÚ S/A x PAULO CEZAR ZEN- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a ontestação e documentos apresentados (fls. 61/86). -Advs. EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, PRISCILA KEI SATO, TERESA CELINA ARRUDA ALVIM WAMBIER e LUIZ RODRIGUES WAMBIER-.

39. REVISIONAL DE CONTRATO-0002667-36.2010.8.16.0147-GERSON LUIZ DE GODOI x BANCO REAL LEASING S/A- Deve à parte requerida, comparecer em cartório a fim de retirar 01 (um) Alvará de Levantamento expedido, no prazo de 05 (cinco) dias. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$9,40 (nove reais e quarenta centavos), devidamente autenticado). -Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ e VALERIA CARAMURU CICARELLI-.

40. BUSCA E APREENSÃO-0002759-14.2010.8.16.0147-BANCO FINASA BMC S/A x JESUS MACHADO DE JESUS BUENO- Intime-se a parte interessada, acerca do arquivamento provisório dos presentes autos pelo prazo de 06 (seis) meses a partir do trânsito em julgado, conforme previsto no artigo 475-J, § 5º, do CPC, aguardando a manifestação do credor sobre o início do cumprimento de sentença, sendo que em caso de inércia, será realizado a baixa e arquivamento dos autos. -Advs. PATRICIA PONTAROLLI JANSEN e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES-.

41. BUSCA E APREENSÃO-0002877-87.2010.8.16.0147-BANCO BV FINANCEIRA S/A - CRÉD., FINANC, E INVEST. x SEBASTIAO VELOSO- Intime-se a parte autora para promover o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. -Advs. PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES-.

42. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0003057-06.2010.8.16.0147-ATILIO FRANÇA COSTA x BFB LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL- Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como para manifestarem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do artigo 331, § 3° do CPC.-Advs. MAURO SERGIO GUEDES NASTARI e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES-.

43. BUSCA E APREENSÃO-0003123-83.2010.8.16.0147-CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA x JEAN DO CARMO WEIDIG- Intime-se a parte interessada, acerca do arquivamento provisório dos presentes autos pelo prazo de 06 (seis) meses a partir do trânsito em julgado, conforme previsto no artigo 475-J, § 5º, do CPC, aguardando a manifestação do credor sobre o início do cumprimento de sentença, sendo que em caso de inércia, será realizado a baixa e arquivamento dos autos. -Adv. PLÍNIO ROBERTO DA SILVA-.

44. BUSCA E APREENSÃO, CONVERTIDA EM AÇÃO DE DEPÓSITO-0003124-68.2010.8.16.0147-CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA x SEBASTIAO BRAZ DE OLIVEIRA- Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como para manifestarem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do artigo 331, § 3° do CPC. -Advs. PLÍNIO ROBERTO DA SILVA, MARIA JOSE PIRES PINTO e TULIO CESAR CARNEIRO FILHO-.

45. BUSCA E APREENSÃO-0003146-29.2010.8.16.0147-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x BENTO DE FARIA- Intime-se a parte autora para promover o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. -Advs. KARINE SIMONE POFAHL WEBER e FABIANA SILVEIRA-.

46. BUSCA E APREENSÃO-0003769-93.2010.8.16.0147-CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA x MATHEUS GROSSI VENTURA- Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar 01 (um) ofício(s) expedido(s), comprovando sua postagem, com a juntada da cópia do AR aos autos. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$9,40 (nove reais e quarenta centavos), devidamente autenticado). -Adv. PLÍNIO ROBERTO DA SILVA-.

47. BUSCA E APREENSÃO-0004193-38.2010.8.16.0147-CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA x SIDINEI BARBOSA DOS SANTOS- Intime-se a parte interessada, acerca do arquivamento provisório dos presente autos pelo prazo de 06 (seis) meses a partir do trânsito em julgado, conforme previsto no artigo 475-J, § 5º, do CPC, aguardando a manifestação do credor sobre o início do cumprimento de sentença, sendo que em caso de inércia, será realizado a baixa e arquivamento dos autos. -Adv. PLÍNIO ROBERTO DA SILVA-.

48. REVISIONAL DE CONTRATO-0000004-80.2011.8.16.0147-SIDNEI VAZ x BANCO ABN - AYMORÉ CRÉDITO INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls. 58/76). -Advs. MARIO LOPES DA SILVA NETTO, VIVIANE KARINA TEIXEIRA e CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO-.

49. EXECUÇÃO DE TIT EXTRAJUDICIAL-0000238-62.2011.8.16.0147-PARANA BANCO S/A. x JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS- 1. Proceda a Escrivania consulta ao cadastro da Copel, a fim de obter o endereço do réu. 2. Oficie-se a Oi, GVT, Tim, Claro e Vivo, somente para fins de informação sobre o endereço da parte requerida. 3. Eventual expedição de ofício à Receita Federal, somente poderá ser deferido caso se esgotem todos os meios para encontrar o endereço do devedor. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar 05 (cinco) ofício(s) expedido(s), comprovando sua postagem, com a juntada da cópia do AR aos autos. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$47,00 (quarenta e sete reais), devidamente autenticado). -Advs. MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI e MARCO JULIANO FELIZARDO-.

50. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-0000668-14.2011.8.16.0147-MADALENA MACIEL MOREIRA x BANCO ITAÚ S/A- Deve à parte requerida, comparecer em cartório a fim de retirar 01 (um) Alvará de Levantamento expedido, no prazo de 05 (cinco) dias. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$9,40 (nove reais e quarenta centavos), devidamente autenticado). -Advs. JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR e CRYSTIANE LINHARES-.

51. EMBARGOS DE TERCEIRO-0000683-80.2011.8.16.0147-FIRMA INDIVIDUAL GILMAR CESAR DROBRZENSKI x UNIÃO - FAZENDA NACIONAL- Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como para manifestarem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do artigo 331, § 3° do CPC. -Advs. DICESAR BECHER VIEIRA JUNIOR e DICESAR BECHES VIEIRA-.

52. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-0001139-30.2011.8.16.0147-MARCIO MAYER x BANCO DIBENS LEASING S/A- Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como para manifestarem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do artigo 331, § 3° do CPC. -Advs. THIAGO TEIXEIRA DA SILVA, DOUGLAS FAGNER ANDREATTA RAMOS e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

53. INDENIZAÇÃO-0001635-59.2011.8.16.0147-AIR PINHEIRO DA LUZ x COMPANHIA PARANENSE DE ENERGIA ELÉTRICA - COPEL- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls. 47/78). -Adv. MARISE BINI ELIAS-.

54. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-0001696-17.2011.8.16.0147-LORIVAL MÁRCIO THOMAZ x BANCO ITAUCARD S/A- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls. 51/71). -Advs. THIAGO TEIXEIRA DA SILVA e DOUGLAS FAGNER ANDREATTA RAMOS-.

55. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO- 0001700-54.2011.8.16.0147-TRANSPORTADORA TRILU LTDA - ME x BANCO BFB LEASING S/A- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls. 71/100). -Advs. THIAGO TEIXEIRA DA SILVA e DOUGLAS FAGNER ANDREATTA RAMOS-.

56. REPARAÇÃO DE DANOS-0001450-21.2011.8.16.0147-COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A x ELITON LESNIOWSKI- Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como para manifestarem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do artigo 331, § 3° do CPC.-Advs. ROGERSON LUIZ RIBAS SALGADO e ROGER GUSTAVO ROBERT NETO-.

57. REVISIONAL DE CONTRATO-0001426-90.2011.8.16.0147-CLAUDINEI RIBEIRO STEPENOVISKI x COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - CRESSOL- Intime-se a parte autora, para que no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls.408/446) . -Adv. MARIA ANARDINA PASCHOAL-.
58. DECLARATÓRIA-0001874-63.2011.8.16.0147-VALDOMIRO OLIVEIRA SILVA x ELIAS N. TRANSPORTES LTDA e outro- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls. 229/254). -Advs. NEMO ELOY VIDAL NETO, MATHIEU BERTRAND STRUCK, THIAGO CANTARIN MORETTI PACHECO, FAGNER FRANCISCO CASTILHO e HAROLDO ALVES RIBEIRO JUNIOR-.
59. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-0001873-78.2011.8.16.0147-JUCELENE MACHADO DA ROCHA VERANIEIRO x BANCO PANAMERICANO S/A- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls. 49/69). -Advs. THIAGO TEIXEIRA DA SILVA e DOUGLAS FAGNER ANDREATTA RAMOS-.
60. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-0001870-26.2011.8.16.0147-ANTONIO RICARDO OLIVEIRA DIAS x BANCO BFB LEASING S/A- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls. 48/82). -Advs. THIAGO TEIXEIRA DA SILVA e DOUGLAS FAGNER ANDREATTA RAMOS-.
61. DECLARATÓRIA-0001947-35.2011.8.16.0147-GRANULADOS DO PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA x COMPANHIA PARANENSE DE ENERGIA ELÉTRICA - COPEL- Intimem-se as parte, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como para manifestarem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do artigo 331, § 3° do CPC.-Advs. CARLOS ROBERTO GONÇALVES EKERMANN e FABRICIO FABIANI PEREIRA-.
62. USUCAPIÃO-0002024-44.2011.8.16.0147-INDÚSTRIA DE CAL RIO GRANDE LTDA- Deve a parte autora, comparecer em cartório a fim de retirar 01 (um) edital de citação, 02 (duas) carta de notificação e 02 (duas) carta de citação expedidas, bem como instruir com as cópias necessárias, no prazo de 05 (cinco) dias. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$ 47,00 (quarenta e sete reais), devidamente autenticado). Devendo o edital ser publicado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, pelo menos duas vezes em jornal local, conforme art. 232, III, do CPC, à partir do dia 14/10/2011, data em que será publicado no diário da Justiça Eletrônico, conforme art. 232, III, do CPC. -Adv. AMARILDO PEDRO GULIN-.
63. BUSCA E APREENSÃO-0002040-95.2011.8.16.0147-UNILANCE ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA x IRENE CORDEIRO BAURA- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls. 32/38). -Adv. ROBERTO DE OLIVEIRA GUIMARÃES-.
64. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-0002048-72.2011.8.16.0147-CEZEDELO FERREIRA DE LIMA x BANCO ITAUCARD S/A- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls. 68/87). -Advs. THIAGO TEIXEIRA DA SILVA e DOUGLAS FAGNER ANDREATTA RAMOS-.
65. REVISIONAL DE CONTRATO-0002239-20.2011.8.16.0147-CLAUDIO APARECIDO MAXIMILIANO x PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A- 1. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2. Oportunamente, caso seja solicitadas informações, oficie-se ao MM. Relator do Agravo, comunicando acerca do cumprimento do artigo 526 de Código de Processo Civil, e a manutenção da decisão. 3. Aguarde-se o julgamento do Agravo. -Advs. ANDREIA DAMASCENO e MARIANA ALEXANDRE COLOMBO-.
66. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO-0002263-48.2011.8.16.0147-CEZEDELO FERREIRA DE LIMA x BANCO BRADESCO S/A.- Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre a contestação e documentos apresentados (fls. 54/102). -Advs. THIAGO TEIXEIRA DA SILVA e DOUGLAS FAGNER ANDREATTA RAMOS-.
67. RESCISÃO DE CONTRATO-0002393-38.2011.8.16.0147-ADILSON BURCOT e outro x MILTON CARLOS STABILE- Deve a parte autora, comparecer em cartório a fim de retirar 01 (uma) carta de citação expedida, bem como instruir com as cópias necessárias, no prazo de 05 (cinco) dias. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$9,40 (nove reais e quarenta centavos), devidamente autenticado). -Adv. OZIMO COSTA PEREIRA-.
68. USUCAPIÃO-0002517-21.2011.8.16.0147-HIPOLITO ABEL DA SILVA e outro- Deve a parte autora, comparecer em cartório a fim de retirar 01 (um) edital de citação, 03 (três) carta de notificação expedidas, bem como instruir com as cópias necessárias, no prazo de 05 (cinco) dias. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$ 37,60 (trinta e sete reais e sessenta centavos), devidamente autenticado). Devendo o edital ser publicado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, pelo menos duas vezes em jornal local, conforme art. 232, III, do CPC, à partir do dia 14/10/2011, data em que será publicado no diário da Justiça Eletrônico, conforme art. 232, III, do CPC. -Adv. MARISE BINI ELIAS-.
69. REVISIONAL DE CONTRATO-0002698-22.2011.8.16.0147-INCALSIQ INDÚSTRIA DE CAL LTDA ME x BANCO FIBRA S/A- Vistos. 1. Considerando que admite-se a cumulação dos pedidos de consignação em pagamento e de revisão de cláusulas e encargos contratuais, em face da diversidade de procedimentos previstos para os pedidos cumulados, reputa- se ter a parte autora optado por ver processada a causa sob o rito ordinário (artigo 292, parágrafo 2° do CPC). A propósito, confira-se o seguinte julgado: PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - DISSIDIO JURISPRUDENCIAL - COMPROVAÇAO - ACORDAO RECORRIDO - FUNDAMENTO INATACADO - CUMULAÇAO DE PEDIDOS - CONSIGNAÇAO EM PAGAMENTO E REVISAO DE CLAUSULAS CONTRATUAIS - POSSIBILIDADE - EMPREGO DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - Comprova-se o dissídio jurisprudencial com a cópia dos acórdãos paradigmas ou a menção do repositório oficial nos quais estejam publicados. - O Recurso Especial deve atacar os fundamentos do acórdão recorrido. - Admite-se a cumulação dos pedidos de revisão de cláusulas do contrato e de consignação em pagamento das parcelas tidas como devidas por força do mesmo negócio jurídico. - Quando o autor opta por cumular pedidos que possuem procedimentos judiciais diversos, implicitamente requer o emprego do procedimento ordinário. - Recurso Especial não conhecido. (STJ - RESP 464439 - GO - 3a 7. Rela Min. Nancy Andrighi - DJU 23.06.2003 - p. 00358) Admito, pois, a cumulação de pedidos requerida na petição inicial e determino que a causa seja processada sob o rito ordinário. Consequentemente, autorizo a parte autora a consignar, nestes autos, as prestações vencidas e vincendas, relativas ao contrato com garantia de alienação fiduciária que celebrou com o réu, nos valores que reputa ela serem devidos a este último. Destaque-se, porém, que o depósito do valor das prestações relativas ao contrato de financiamento que as partes entabularam entre si, no valor que a parte autora reputa ser devido ao credor, não implica qualquer juízo quanto à exatidão dos valores que forem depositados e tampouco elide a mora da parte autora em relação à eventual diferença não depositada. 2. Inviável, por sua vez, a concessão de liminar que autorize a parte autora a ser mantida na posse do bem que alienou fiduciariamente ao réu, pois, tal medida importaria em restringir o direito de ação do credor, o qual ficaria impedido de obter liminar em ação de busca e apreensão movida em face do devedor fiduciante. Nesse sentido, de resto, o seguinte julgado. Confira-se: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇAO DE REVISAO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO C/C CONSIGNAÇAO EM PAGAMENTO - RECURSO CONTRA A DECISAO QUE INDEFERIU O DEPOSITO DO VALOR QUE O DEVEDOR ENTENDE COMO INCONTROVERSO - PRETENSAO DE QUE SEJA DEFERIDO O DEPOSITO DAS PARCELAS, AFASTANDO-SE OS EFEITOS DA HORA, MANTENHA-SE O VEICULO NA POSSE DO DEVEDOR E ABSTENHA-SE O BANCO DE INSCREVER SEU NOME NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES - ACOLHIMENTO DO DEPOSITO DAS PARCELAS NO VALOR OFERTADO, APENAS RELATIVIZANDO OS EFETTOS DA MORA E DE DETERMINAÇAO DE NAO INCLUSAO DO DEVEDOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CREDITO - DESCABIDA A PRETENSAO DE MANUTENÇAO DA POSSE DO VEICULO, POIS TAL IMPLICARIA EM CERCEAMENTO DO DIREITO DE AÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (...)".1 Além disso, não há prova alguma nos autos de que o veículo, objeto do contrato ora discutido, se trata de única fonte de renda da parte autora, ou que seja indispensável ao desenvolvimento de sua atividade laborativa. 3. Cabível, por outro lado, a concessão de tutela antecipada para impedir a inclusão do nome da parte autora nos cadastros de devedores inadimplentes ou, se já inscrito, seja promovida a baixa temporária, até o julgamento definitivo da presente demanda, desde que depositadas as quantias tidas como incontroversas. E bem verdade que o laudo pericial que veio instruindo a petição inicial não constitui prova inequívoca, capaz de convencer acerca da verossimilhança do direito alegado, uma vez que se trata de prova produzida unilateralmente, longe do crivo contraditório, sendo indispensável, à comprovação da existência das abusividades apontadas na exordial, a realização de pericia de natureza contábil. Daí porque não se revela cabível a concessão de tutela antecipada com base no caput, do artigo 273, do CPC. Todavia, não há dúvida de que a providência que a parte autora pretende obter, embora implique na antecipação de parte dos efeitos da tutela jurisdicional invocada, possui, também, indiscutível caráter acautelatório, o que torna aplicável, à espécie, o disposto no par. 7.°, do artigo 273, do CPC. Como a narrativa fática constante da petição inicial permite ao Juízo vislumbrar a plausibilidade do direito alegado pela parte autora, por constar, dela, que o réu está promovendo a cobrança de encargos ilegais e abusivos, que fazem elevar, sobremaneira, o montante do saldo devedor e, além disso, da inscrição do nome da parte autora nos cadastros mantidos pelos órgãos de proteção ao crédito poderá resultar para ela, devedora, prejuízo de natureza irreparável, ou, quando menos, de difícil reparação, é de se concluir estarem presentes os pressupostos autorizadores da concessão do provimento cautelar (fumus boni juris e periculum in mora), o que impõe o deferimento da medida pleiteada (proibição de inclusão do nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes ou, se já inscrito, seja realizada a baixa temporária), com base na norma legal retro citada. Isto posto, primeiramente, defiro a consignação dos valores que a parte autora entende devido ao réu, conforme item 02 desta decisão, devendo o depósito das quantias incontroversas, cujas prestações estejam vencidas e não pagas, ser realizado no prazo de 5 (cinco) dias, sendo que os depósitos subseqüentes deverão ser efetuados até a data de vencimento da respectiva prestação. Contanto que comprovado o depósito das quantias incontroversas, cujas parcelas já venceram, expeça-se ofício ao CADIN, SERASA e SPC para que, até o julgamento definitivo da presente ação, se abstenham de promover a inscrição do nome da parte autora nos cadastros de devedores inadimplentes. Caso a inscrição já tenha sido realizada, seja promovida a baixa temporária. Ressalto, ainda, que a manutenção da tutela ora deferida está condicionada ao depósito dos valores incontroversos referentes às parcelas vincendas. 4. Cite-se o réu para oferecer defesa, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 297), sob as cominações previstas nos artigos 285 e 319, do CPC. Deve a parte autora, comparecer em cartório a fim de retirar 01 (uma) carta de citação expedida, bem como instruir com as cópias necessárias, no prazo de 05 (cinco) dias. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$9,40 (nove reais e quarenta centavos), devidamente autenticado). -Adv. ANA AMÉLIA MACEDO ROMANINI-.
70. REVISIONAL DE CONTRATO-0002733-79.2011.8.16.0147-AGA PINUS TRANSPORTES RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA x RANDON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA- Vistos. 1. Pleiteia a autora a concessão de liminar que: a) impeça a inscrição do seu nome nos instrumentos protetivos de crédito ou, se já inscrito, promova a baixa temporária; b) o mantenha na posse dos bens. Considerando que a autora não acostou aos autos nenhum documento capaz de convencer acerca da verossimilhança do direito alegado,

sendo indispensável, à comprovação da existência das abusividades apontadas na exordial, a realização de pericia de natureza contábil, bem como o fato de sequer ter pugnado pelo depósito dos valores que entende como incontroversos, indefiro o pedido de proibição de inscrição de seu nome nos cadastros de inadimplentes. Igualmente, indefiro o pedido de manutenção na posse dos bens objeto dos contratos, pois, tal medida importaria em restringir o direito de ação do credor, bem como porque não há nos autos demonstração da imprescindibilidade do bem para o desempenho da atividade profissional da autora, tampouco de que o mesmo está na iminência de perder a posse dos veículos. Nesse sentido, de resto, o seguinte julgado. Confira-se: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇAO DE REVISAO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO C/C CONSIGNAÇAO EM PAGAMENTO - RECURSO CONTRA A DECISÃO QUE INDEFERIU O DEPÓSITO DO VALOR QUÉ DEVEDOR ENTENDE COMO INCONTROVERSO - PRETENSAO DE QUE SEJA DEFERIDO O DEPOSITO DAS PARCELAS, AFASTANDO-SE OS EFEITOS DA MORA, MANTENHA-SE O VEICULO NA POSSE DO DEVEDOR E ABSTENHA-SE O BANCO DE INSCREVER SEU NOME NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES - ACOLHIMENTO DO DEPOSITO DAS PARCELAS NO VALOR OFERTADO, APENAS RELATIVIZANDO OS EFEITOS DA MORA E DE DETERMINAÇAO DE NAO INCLUSAO DO DEVEDOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CREDITO - DESCABIDA A PRETENSAO DE MANUTENÇAO DA POSSE DO VEICULO, POIS TAL IMPLICARIA EN CERCEAMENTO DO DIREITO DE AÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (...)".1 2. Cite-se o réu, na forma pleiteada, para oferecer defesa, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 297), sob as cominações previstas nos artigos 285 e 319, do CPC. Deve a parte autora, comparecer em cartório a fim de retirar 01 (uma) carta de citação expedida, bem como instruir com as cópias necessárias, no prazo de 05 (cinco) dias. (Juntando aos autos o comprovante de recolhimento no valor de R$9,40 (nove reais e quarenta centavos), devidamente autenticado). -Adv. EDEGARD ALVES DA ROCHA JUNIOR-.

71. MONITORIA-0002782-23.2011.8.16.0147-RODOPARANÁ IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA x PARODI TRANSPORTES LTDA- Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda a antecipação das custas referentes ao Sr. Oficial de Justiça. -Adv. VALDEMAR BERNARDO JORGE-.

72. REVISIONAL DE CONTRATO-0002876-68.2011.8.16.0147-VALDIRENE VIDAL DE LIMA x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CRÉD., FINANC, E INVEST.-1. A contratação de advogado particular, pelo autor, faz presumir, em principio, que possui este condições de suportar o pagamento das custas processuais, de modo que, para obter os benefícios da Justiça Gratuita, deverá o autor comprovar, previamente, a sua condição de miserabilidade. Concedo, pois, o prazo de 10 (dez) dias para que o autor junte aos autos documentos comprobatórios da alegada situação de pobreza, incluindo a cópia da sua última declaração de Imposto de Renda. 2. Após, decidirei sobre o pedido de Justiça Gratuita formulado na petição inicial. -Advs. CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO e VIVIANE KARINA TEIXEIRA-.

73. REVISIONAL DE CONTRATO-0002888-82.2011.8.16.0147-DIRCEU CORDEIRO DE FRANÇA x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- 1. A contratação de advogado particular, pelo autor, faz presumir, em principio, que possui este condições de suportar o pagamento das custas processuais, de modo que, para obter os benefícios da Justiça Gratuita, deverá o autor comprovar, previamente, a sua condição de miserabilidade. Concedo, pois, o prazo de 10 (dez) dias para que o autor junte aos autos documentos comprobatórios da alegada situação de pobreza, incluindo a cópia da sua última declaração de Imposto de Renda. 2. Após, decidirei sobre o pedido de Justiça Gratuita formulado na petição inicial. -Adv. DANIELLE R. HONÓRIO GAZAPINA-.

74. EMBARGOS A EXECUÇÃO-0002936-41.2011.8.16.0147-JOAQUIM MARTINS COUTINHO e outro x EDUARDO MIGUEL DE LIMA e outro- 1. A contratação de advogado particular, pelo autor, faz presumir, em principio, que possui este condições de suportar o pagamento das custas processuais, de modo que, para obter os benefícios da Justiça Gratuita, deverá o autor comprovar, previamente, a sua condição de miserabilidade. Concedo, pois, o prazo de 10 (dez) dias para que o autor junte aos autos documentos comprobatórios da alegada situação de pobreza, incluindo a cópia da sua última declaração de Imposto de Renda. 2. Após, decidirei sobre o pedido de Justiça Gratuita formulado na petição inicial. -Adv. ROGER GUSTAVO ROBERT NETO-.

75. BUSCA E APREENSÃO-0002622-95.2011.8.16.0147-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x ANDREIA E DAIANE COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA- Vistos. 1-Documentalmente provada como está a mora (fls. 56/57), autorizo liminarmente a busca e apreensão do bem discriminado na inicial. 2-Cite-se o réu para, em 15 (quinze) dias, oferecer resposta, com a advertência de que, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do cumprimento da liminar, poderá pagar integralmente da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e que, na falta desse pagamento, a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem alienado fiduciariamente consolidar-se-ão no patrimônio do credor, ao passo que se o débito foi quitado, o bem lhe será restituído livre do ônus (art. 3º, § 1º e 2º do Decreto-Lei nº 911/69, com a redação que lhe foi atribuída pela Lei nº 10.931/04). 3-Expeça-se mandado. 4-Fica, desde já, deferido, se necessário, o benefício do § 2º, do art. 172 do CPC, bem como ordem de arrombamento, observando o disposto no art. 842, do referido Codex, além do reforço policial. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda a antecipação das custas referentes ao Sr. Oficial de Justiça. -Advs. MARCELO TESHEINER CAVASSANI e ALESSANDRO MOREIRA DO SACRAMENTO-.

76. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0002955-47.2011.8.16.0147-PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x CLAUDIO APARECIDO MAXIMILIANO- Vistos. 1. O contrato que se encontra acostado às fls. 11/13 faz prova da posse indireta do autor, ao passo que o esbulho possessório é comprovado pelo documento de fls. 04/05, do qual se observa que o arrendatário foi notificado para purgar a mora ou entregar ao autor o bem que lhe foi arrendado e, inobstante isso, quedou inerte. O esbulho, ademais, data de menos de ano e dia, visto que a notificação extrajudicial foi recebida pelo arrendatário na data de 12.07.2011 (conforme doc. de fís. 05). Destarte, por estarem presentes os requisitos reclamados pelo artigo 927 do CPC, defiro a liminar pleiteada na inicial e determino que o autor seja imediatamente reintegrado na posse do bem que arrendou ao réu. 2. Expeça-se mandado. 3. Uma vez cumprida a liminar, cite-se o réu para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a ação, com as advertências dos arts. 285 e 319, do CPC. 4. Fica, desde já deferido, se necessário, o beneficio do parágrafo 2.° do artigo 172 do Código de Processo Civil, bem como ordem de arrombamento, observado o disposto no artigo 842, do referido Codex, além do reforço policial. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda a antecipação das custas referentes ao Sr. Oficial de Justiça. -Advs. SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA, MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

77. BUSCA E APREENSÃO-0002957-17.2011.8.16.0147-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CLAITON EMANUEL DE ALMEIDA- Vistos. 1-Documentalmente provada como está a mora (fls. 15/16), autorizo liminarmente a busca e apreensão do bem discriminado na inicial. 2-Cite-se o réu para, em 15 (quinze) dias, oferecer resposta, com a advertência de que, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do cumprimento da liminar, poderá pagar integralmente da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e que, na falta desse pagamento, a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem alienado fiduciariamente consolidar-se-ão no patrimônio do credor, ao passo que se o débito foi quitado, o bem lhe será restituído livre do ônus (art. 3º, § 1º e 2º do Decreto-Lei nº 911/69, com a redação que lhe foi atribuída pela Lei nº 10.931/04). 3-Expeça-se mandado. 4-Fica, desde já, deferido, se necessário, o benefício do § 2º, do art. 172 do CPC, bem como ordem de arrombamento, observando o disposto no art. 842, do referido Codex, além do reforço policial. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda a antecipação das custas referentes ao Sr. Oficial de Justiça. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

78. BUSCA E APREENSÃO-0002956-32.2011.8.16.0147-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x EZEQUIAS ELIAS DOS SANTOS- Vistos. 1-Documentalmente provada como está a mora (fls. 14/15), autorizo liminarmente a busca e apreensão do bem discriminado na inicial. 2-Cite-se o réu para, em 15 (quinze) dias, oferecer resposta, com a advertência de que, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do cumprimento da liminar, poderá pagar integralmente da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e que, na falta desse pagamento, a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem alienado fiduciariamente consolidar-se-ão no patrimônio do credor, ao passo que se o débito foi quitado, o bem lhe será restituído livre do ônus (art. 3º, § 1º e 2º do Decreto-Lei nº 911/69, com a redação que lhe foi atribuída pela Lei nº 10.931/04). 3-Expeça-se mandado. 4-Fica, desde já, deferido, se necessário, o benefício do § 2º, do art. 172 do CPC, bem como ordem de arrombamento, observando o disposto no art. 842, do referido Codex, além do reforço policial. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda a antecipação das custas referentes ao Sr. Oficial de Justiça. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

79. BUSCA E APREENSÃO-0002958-02.2011.8.16.0147-BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x LUIZ PEREIRA COSTA- Vistos. 1-Documentalmente provada como está a mora (fls. 25), autorizo liminarmente a busca e apreensão do bem discriminado na inicial. 2-Cite-se o réu para, em 15 (quinze) dias, oferecer resposta, com a advertência de que, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do cumprimento da liminar, poderá pagar integralmente da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e que, na falta desse pagamento, a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem alienado fiduciariamente consolidar-se-ão no patrimônio do credor, ao passo que se o débito foi quitado, o bem lhe será restituído livre do ônus (art. 3º, § 1º e 2º do Decreto-Lei nº 911/69, com a redação que lhe foi atribuída pela Lei nº 10.931/04). 3-Expeça-se mandado. 4-Fica, desde já, deferido, se necessário, o benefício do § 2º, do art. 172 do CPC, bem como ordem de arrombamento, observando o disposto no art. 842, do referido Codex, além do reforço policial. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda a antecipação das custas referentes ao Sr. Oficial de Justiça. -Advs. ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES e SERGIO SCHULZE-.

80. INVENTÁRIO-0002960-69.2011.8.16.0147-OSMAR PRADO e outros x ESPÓLIO DE ARMINDA DE MATTOS FRANCO e outro- Deve a parte autora, no prazo de 30(trinta) dias, efetuar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (Art. 257 do Código de Processo Civil e item 5.2.3. do Código de Normas). -Adv. HEITOR HENRIQUE PEDROSO-.

Rio Branco do Sul, 29 de setembro de 2011.

# RIO NEGRO

## VARA CÍVEL E ANEXOS

**COMARCA DE RIO NEGRO - ESTADO DO PARANA**
**CARLOS SCHLICHTING - ESCRIVAO DO CIVEL**
**LEANDRO LEITE CARVALHO CAMPOS - JUIZ SUBSTITUTO**
**FONES - (47) 3642.5760 - 3642.4816**
**e-mail: casc@tjpr.jus.br - PRACA CORONEL BUARQUE, 148 - CENTRO**

**RELAÇAO Nº 174/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANA SZABELSKI (OAB: 000036-605/PR) 00024 000281/2010
ALEXANDRE M. FERRAZ (OAB: 000030-890/PR) 00023 000199/2010
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 00032 000236/2011
ANA TEREZA PALHARES BASILIO 00010 000251/2007
BERNADETE LIS (OAB: 000050-421/PR) 00024 000281/2010
BERNARDO GUEDES RAMINA 00010 000251/2007
BLAS GOMM FILHO (OAB: 4919-PR) 00001 000243/1995
CARLOS ALBERTO SOARES NOLLI 00012 000151/2008
CELI GABRIEL FERREIRA 00030 000179/2011
CESAR BRAGA DE OLIVEIRA 00021 000413/2009
CINTIA MARIA RAMOS FALCAO 00030 000179/2011
CLAUDIA VALERIA ABREU BENATTO 00030 000179/2011
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES 00030 000179/2011
DANIEL ANDRADE DO VALE 00010 000251/2007
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA 00029 000761/2010
ELISANGELA F. JAREK (OAB: 000053-427/PR) 00024 000281/2010
FABIO RICARDO DA SILVA BEMFICA 00030 000179/2011
FELIPE PREIMA COELHO 00027 000569/2010
00028 000572/2010
FLAVIA HEYSE MARTINS 00033 000319/2011
FLAVIO ITAMAR ESTRAIS FERREIRA JUNIOR 00025 000403/2010
FRANCIELI KORQUIEVICZ 00020 000265/2009
HEGLISSON TADEU MOCELIN NEVES 00020 000265/2009
IRINEU ARTHUR MULLER (OAB: 7357-PR) 00011 000027/2008
ISABEL APARECIDA HOLM (OAB: 22.399-PR) 00008 000451/2006
JAVEL JAIME VALERIO (OAB: 11871 SC) 00002 000739/1996
00009 000464/2006
JOELMA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS 00030 000179/2011
JOSE VALMOR RIBEIRO NARDES 00002 000739/1996
00009 000464/2006
00015 000501/2008
KARINE SIMONE POFAHL WEBER 00016 000613/2008
00026 000476/2010
KATIA APARECIDA RAMOS MIRANDA 00030 000179/2011
KATIA REJANE NENEVE (OAB: PR - 33.084-A) 00009 000464/2006
LENI MARLI DORNELLES PAZ (OAB: 5729-PR) 00022 000023/2010
LISANDRO JOSE LORENA PINTO 00022 000023/2010
LUIS ALFREDO NADER (OAB: 25438 PR) 00010 000251/2007
00019 000123/2009
LUIZ CARLOS PUPIM (OAB: 000009-733/PR) 00021 000413/2009
LUIZ CARLOS QUEIROZ (OAB: 24.985/PR) 00007 000096/2003
LUIZ FERNANDO FELTRAN (OAB: 24.705-PR) 00014 000388/2008
LUIZ PEDRO SUCCO (OAB: SC - 2.744) 00014 000388/2008
MARCELO AUGUSTO DE SOUZA 00030 000179/2011
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00029 000761/2010
MARCO ANTONIO GUIMARAES (OAB: 22.427/PR) 00034 000324/2003
MAURICIO ANDRADE DO VALE 00010 000251/2007
MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI 00030 000179/2011
MILTON JOSE PAIZANI (OAB: 14094-PR) 00017 000623/2008
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 7919-PR) 00027 000569/2010
00028 000572/2010
MOACIR JOSE BARANCELLI (OAB: 014740/PR) 00013 000364/2008
NEI LUIS MARQUES (OAB: 10613-PR) 00018 000650/2008
00035 000222/2011
NELTON ROMANO MARQUES 00004 000528/1997
NIVEA REGINA PANGRATZ DE PAULA E SILVA A 00031 000234/2011
NORBERTO RAUEN (OAB: SC 4575 PR 9898) 00009 000464/2006
PATRICIA PAZOS VILAS BOAS DA SILVA 00030 000179/2011
PRISCILLA LUZIA LOPES DA SILVA 00030 000179/2011
RENATO DEGANI LAU (OAB: 000022-108/RS) 00025 000403/2010
RODRIGO MENEZES (OAB: PR - 24.785) 00034 000324/2003
TERCIO PANGRATZ DE PAULA E SILVA 00031 000234/2011
VINICIUS AMORIM (OAB: PR - 31.185) 00034 000324/2003
WALMOR FLORIANO FURTADO 00003 000829/1996
00005 000441/1998
00006 000212/2000
00015 000501/2008
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI 00019 000123/2009

1. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-243/1995-BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A x EKLU S COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - ME e outro- A parte exequente para retirar os autos em carga, conforme requerido.-Adv. BLAS GOMM FILHO (OAB: 4919-PR)-.

2. AÇAO MONITORIA-0000029-24.1996.8.16.0146-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A x LAERCIO BUENO DOS SANTOS e outro- A parte recorrente sobre a certidão de fl. 579.-Advs. JOSE VALMOR RIBEIRO NARDES (OAB: 7331-PR) e JAVEL JAIME VALERIO (OAB: 11871 SC)-.

3. AÇAO MONITORIA-0000054-37.1996.8.16.0146-SOUZA CRUZ S/A x CARLOS ALBERTO BAZZANEZI-A parte para providenciar a retirada da(s) Carta(s) Precatória(s) a ser(em) distribuída(s) em outro(s) Juízo(s) e para comprovar(em) a distribuição em 15 (quinze) dias. -Adv. WALMOR FLORIANO FURTADO (OAB: 5949SC PR22545a)-.

4. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0000019-43.1997.8.16.0146-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A x ALEIXO KUPOVSKI- A parte executada para providenciar o requerido pelo exequente as fls. 89.-Adv. NELTON ROMANO MARQUES (OAB: 25645-PR,8985SC)-.

5. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-441/1998-DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA x ERONIDES DOS SANTOS FIDENCIO DA COSTA e outro- A parte exequente para providenciar o preparo das custas no valor de R$ 111,98 junto ao Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Canoinhas-SC.
-Adv. WALMOR FLORIANO FURTADO (OAB: 5949SC PR22545a)-.

6. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0000083-48.2000.8.16.0146-DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA x DOMINGOS KUGERATSKI e outro-A parte para providenciar a retirada da(s) Carta(s) Precatória(s) a ser(em) distribuída(s) em outro(s) Juízo(s) e para comprovar(em) a distribuição em 15 (quinze) dias. -Adv. WALMOR FLORIANO FURTADO (OAB: 5949SC PR22545a)-.

7. MEDIDA CAUTELAR DE SEQUESTRO-0000126-77.2003.8.16.0146-SOUZA CRUZ S/A x LAERCIO DE CASTRO- A parte requerida para dizer se concorda com o pedido de desistência do feito pela parte autora.-Adv. LUIZ CARLOS QUEIROZ (OAB: 24.985/PR)-.

8. AÇAO ORDINARIA-451/2006-LUCIANA RODRIGUES DE ANDRADE e outros x BRASIL TELECOM S/A - OI-A parte autora para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em quarenta e oito horas, de acordo com o artigo 267, § 1º do CPC e conforme art. 2º-A, item 26 da Portaria nº 06/2009. -Adv. ISABEL APARECIDA HOLM (OAB: 22.399-PR)-.

9. AÇAO SUMARIA-0000403-88.2006.8.16.0146-ALAIDE ANDRADE DA SILVA x MUNICIPIO DE PIEN-Vistos, etc. 1. Pedido de execução contra a Fazenda Pública A parte exequente pretende a expedição de Precatório para pagamento do principal e RPV para pagamento dos honorários advocatícios, sob a alegação de que estes constituem crédito de pequeno valor e de natureza alimentar (fls. 283/285). A meu sentir, o segundo pedido não merece acolhimento. Pois bem. Não desconheço ser possível a expedição de Requisição de Pequeno Valor para pagamento de honorários advocatícios, a teor do disposto no artigo 87, inciso II, do ADCT, segundo o qual são considerados de pequeno valor os débitos e obrigações constantes de precatório judiciário com valor igual ou inferior a trinta salários mínimos (perante a Fazenda dos Municípios). Os honorários advocatícios caracterizam-se como crédito acessório ao principal, sendo possível ao advogado executá-los tanto em processo autônomo quanto no polo ativo da própria execução, em litisconsórcio com a parte, na forma do previsto nos artigos 23 e 24 e § 1º da Lei n.º 8.906/94 (Estatuto da Advocacia): "Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor." "Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial. § 1º A execução dos honorários pode ser promovida nos mesmos autos da ação em que tenha atuado o advogado, se assim lhe convier." Possível a execução em processos distintos do valor principal e dos honorários advocatícios de sucumbência, pertencentes ao advogado, que detém legitimidade concorrente para postular a execução em separado, pelo rito da RPV, quando o crédito principal e os honorários, considerados individualmente, são inferiores a 30 salários mínimos (perante a Fazenda dos Municípios, repito). Nesse caso, não se caracteriza fracionamento da execução. Todavia, a situação em exame é diversa. A inicial executiva foi apresentada exclusivamente em nome da autora da ação de conhecimento (fl. 222), o que obsta a expedição de RPV em nome do advogado em relação à verba honorária. Embora não se discuta a natureza alimentar dos honorários advocatícios, a expedição de RPV ao procurador representaria fracionamento de precatório. Admitir-se a tese ventilada pela exequente importa ofensa ao disposto no art. 100, § 4º, da Constituição Federal, por redundar em fracionamento. Nesse sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO IMEDIATO RELATIVA AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. DESCABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE FRACIONAMENTO DA EXECUÇÃO. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL. 1. A despeito da legitimidade do advogado para executar os seus honorários, não podem estes ser destacados do valor da execução de modo a ensejar o seu recebimento através de requisição de pequeno valor, porquanto esse procedimento implica fracionamento do valor da execução, o que, a toda evidência, é expressamente vedado pelo art. 100, § 3.º, da Constituição Federal. Precedentes desta Corte Superior de Justiça. 2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1118577/RS, Rel. Ministra
LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 22/09/2009, DJe 13/10/2009) - grifei. "AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. FRACIONAMENTO. EXECUÇÃO SEM A NECESSIDADE DE PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assentou a compreensão de que não é possível o fracionamento dos valores a serem executados com a dispensa de expedição de precatório para o pagamento dos honorários advocatícios. 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 865.275/MG, Rel. 6.ª Turma, Min. Paulo Gallotti, DJe de 29/06/2009) - grifei. "PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. VALOR QUE ULTRAPASSA O LIMITE FIXADO PARA A REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. FRACIONAMENTO DA QUANTIA REFERENTE AOS HONORÁRIOS PARA PAGAMENTO MEDIANTE RPV. DESCABIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Não se admite o fracionamento do valor principal da execução, de tal sorte que parte do pagamento se dê via RPV - a verba honorária que não exceda o teto de sessenta salários mínimos - e a outra, mediante precatório. Precedente do STJ. 2. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 881.122/SC, 5.ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 25/05/2009) - grifei. Por conseguinte, indefiro a expedição de RPV para pagamento em separado dos honorários de sucumbência.

Outrossim, considerando que o executado foi regularmente citado e não interpôs embargos à execução (fls. 239/v e 281), homologo os cálculos das fls. 226/234, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, e determino a expedição de Precatório único, abrangendo o principal e os honorários de sucumbência. 2. Liquidação (parcial) da sentença - gastos futuros Intime-se o perito para manifestação, no prazo de 10 dias, conforme requerido à fl. 279. Após voltem para deliberação acerca da necessidade de realização de audiência de instrução e julgamento (em consonância com o item 2-d do despacho das fls. 236/237). Intimações e diligências necessárias. -Advs. JAVEL JAIME VALERIO (OAB: 11871 SC), JOSE VALMOR RIBEIRO NARDES (OAB: 7331-PR), KATIA REJANE NENEVE (OAB: PR - 33.084-A) e NORBERTO RAUEN (OAB: SC 4575 PR 9898)-.

10. AÇAO ORDINARIA-0000499-69.2007.8.16.0146-LEDA MIRIAM VON LINSINGEN BUCH e outros x BRASIL TELECOM S/A - OI- A manifestação das partes sobre a proposta de honorários do Sr. Perito no valor de R$ 1.500,00 e havendo concordancia efetuar o pagamento dos mesmos.-Advs. LUIS ALFREDO NADER (OAB: 25438 PR), DANIEL ANDRADE DO VALE (OAB: 000036-229/PR), MAURICIO ANDRADE DO VALE (OAB: 000032-752/PR), ANA TEREZA PALHARES BASILIO (OAB: 000074-802/RJ) e BERNARDO GUEDES RAMINA (OAB: 000041-442/)-.

11. AÇAO DE USUCAPIAO-0001073-58.2008.8.16.0146-HENNING PAUL MARTIN DAUCH e outro x TERCEIROS INCERTOS-1) Defiro o pedido de suspensão do feito pelo prazo requerido. 2) Transcorrido o prazo, manifeste-se a parte autora. 3) Intime-se. -Adv. IRINEU ARTHUR MULLER (OAB: 7357-PR)-.

12. MEDIDA CAUTELAR DE ATENTADO-0001066-66.2008.8.16.0146-JEREMIAS DE ARAUJO e outro x OSCAR WILLE SCHOLZ e outro-A incidência de custas na fase de cumprimento da sentença está prevista na Instrução Normativa n. 05/08, da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, in verbis: "I) São devidas custas judiciais na "fase de cumprimento de sentença", que deverão ser cotadas com fundamento no Item I, "processos de execução de sentença", da Tabela IX, da Lei Estadual n.º 13.611/2002, a serem pagas ao final pelo vencido, acaso não sejam recolhidas antecipadamente, obedecendo às faixas de valores previstas na referida tabela. Parágrafo único: Não incidirão custas de execução na hipótese de cumprimento voluntário da sentença. II) São também devidas custas judiciais nos incidentes de liquidação de sentença e impugnação ao cumprimento de sentença, que deverão ser cotadas com fundamento no Item I, "incidentes procedimentais", da Tabela IX, da Lei Estadual n.º 13.611/2002, a serem pagas ao final pelo vencido, acaso não forem recolhidas antecipadamente, obedecendo às respectivas faixas de valores. III) Na hipótese de a impugnação ao cumprimento de sentença ser autuada em apartado, incidirão, ainda, as custas de autuação, conforme item II da Tabela IX". Isso posto, intime-se a parte interessada para que efetue o preparo das custas, sob pena de arquivamento do feito. -Adv. CARLOS ALBERTO SOARES NOLLI (OAB: 14254-PR)-.

13. AÇAO MONITORIA-364/2008-EMILIA DE ALMEIDA e outros x TRANSPORTES JOJO LTDA - ME-A parte autora para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em quarenta e oito horas, de acordo com o artigo 267, § 1º do CPC e conforme art. 2º-A, item 26 da Portaria nº 06/2009. -Adv. MOACIR JOSE BARANCELLI (OAB: 014740/PR)-.

14. EMBARGOS A EXECUÇAO TIT. EXT.-0000786-95.2008.8.16.0146-JOAO ALFREDO GAVLAK e outros x CEREAGRO LTDA-Ciência às partes da baixa dos autos. -Advs. LUIZ FERNANDO FELTRAN (OAB: 24.705-PR) e LUIZ PEDRO SUCCO (OAB: SC - 2.744)-.

15. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0000850-08.2008.8.16.0146-ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA x ROBERTO CARLOS KNUTZ e outros- As partes sobre o oficio do Banco do Brasil de fls. 151.-Advs. WALMOR FLORIANO FURTADO (OAB: 5949SC PR22545a) e JOSE VALMOR RIBEIRO NARDES (OAB: 7331-PR)-.

16. AÇAO DE DEPOSITO-613/2008-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x VANDERLEI FERNANDO ROECKER DA COSTA-A parte autora para retirar os ofícios para remessa ou pagamento das despesas para o envio. Ato realizado conforme art. 2ºD, item 12 da Portaria 06/2009. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER (OAB: PR - 29.296)-.

17. AÇAO DE USUCAPIAO-0000988-72.2008.8.16.0146-MARIA CEZINDA MARTINS ALVES MACEDO e outro x JOSE ALVES LOURENCO e outro- A parte recorrida para oferta de contrarrazões. no prazo legal.-Adv. MILTON JOSE PAIZANI (OAB: 14094-PR)-.

18. AÇAO CIVIL PUBLICA-650/2008-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x REINALDO AFONSO PEREIRA- A manifestação do requerido.-Adv. NEI LUIS MARQUES (OAB: 10613-PR)-.

19. INVENTARIO-123/2009-CLAIR TEREZINHA SOARES BELEM x OTACILIO BELEM-ESPOLIO- A inventariante para juntar as certidões negativas das Fazendas.-Advs. WELLINGTON ROBERTO BIELECKI (OAB: SC - 15.955) e LUIS ALFREDO NADER (OAB: 25438 PR)-.

20. AÇAO DE USUCAPIAO-265/2009-ELOINA PIRES BRANCO x HERDEIROS DE LEÔNIDAS RIBAS DA ROCHA- A parte autora para fornecer o endereço do confrontante Alexandre Centa , como requerido pelo Ministerio Publico.-Advs. HEGLISSON TADEU MOCELIN NEVES (OAB: 000024-641/PR) e FRANCIELI KORQUIEVICZ (OAB: 000050-212/PR)-.

21. INTERDITO PROIBITORIO-0002039-84.2009.8.16.0146-JOSE PIRES BRANCO x INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIENCIAS DO ESTADO DO PARANÁ - ITC- Ao recorrido para oferta de contrarrazões, no prazo legal. -Advs. LUIZ CARLOS PUPIM (OAB: 000009-733/PR) e CESAR BRAGA DE OLIVEIRA (OAB: 000008-773/PR)-.

22. INDENIZACAO - SUMARIA-0000223-67.2009.8.16.0146-JULIANO BEJE MARCHIORI x ALCEU SCHWEIGERT-1) O autor é beneficiário da gratuidade judiciária (fl. 96). Todavia, os cálculos da fl. 119 abrangem honorários de sucumbência, razão pela qual seu titular deve adiantar as custas da fase de cumprimento da sentença de forma proporcional. 2) A incidência de custas na fase de cumprimento da sentença está prevista na Instrução Normativa n. 05/08, da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, in verbis: "I) São devidas custas judiciais na "fase de cumprimento de sentença", que deverão ser cotadas com fundamento no Item I, "processos de execução de sentença", da Tabela IX, da Lei Estadual n.º 13.611/2002, a serem pagas ao final pelo vencido, acaso não sejam recolhidas antecipadamente, obedecendo às faixas de valores previstas na referida tabela. Parágrafo único: Não incidirão custas de execução na hipótese de cumprimento voluntário da sentença. II) São também devidas custas judiciais nos incidentes de liquidação de sentença e impugnação ao cumprimento de sentença, que deverão ser cotadas com fundamento no Item I, "incidentes procedimentais", da Tabela IX, da Lei Estadual n.º 13.611/2002, a serem pagas ao final pelo vencido, acaso não forem recolhidas antecipadamente, obedecendo às respectivas faixas de valores. III) Na hipótese de a impugnação ao cumprimento de sentença ser autuada em apartado, incidirão, ainda, as custas de autuação, conforme item II da Tabela IX". 2) Em vista disso, intime-se o procurador do autor para emendar a petição das fls. 118/119, formulando pedido de cumprimento de sentença também em seu nome e efetuando o preparo das custas proporcionais, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento neste ponto. -Advs. LENI MARLI DORNELLES PAZ (OAB: 5729-PR) e LISANDRO JOSE LORENA PINTO (OAB: 000024-459/SC)-.

23. AÇAO DE REINTEGRAÇAO DE POSSE-0001823-89.2010.8.16.0146-SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x ROSENILDA CAETANO DA SILVA- A parte requerente sobre o transito em julgado da sentença.-Adv. ALEXANDRE M. FERRAZ (OAB: 000030-890/PR)-.

24. INDENIZACAO - ORDINARIA-0002244-79.2010.8.16.0146-C.A. x G.M.G. e outros-Autos nº 0002244-79.2010.8.16.0146 - Decisão interlocutória Vistos, etc. 1. Procedo ao saneamento do feito. 2. Preliminares 2.1. Ilegitimidade passiva da requerida 'A Fofinha Boutique Ltda ME' (fls. 62/66): tendo em vista que o ato jurídico atacado consiste na alteração contratual desta empresa e eventual anulação produzirá efeitos em sua esfera jurídica, impõe-se sua manutenção no polo passivo da demanda. 2.2. Ilegitimidade passiva de Mário César Menine e Eugênia Gallois Menine (fls. 74/85): o art. 835, do Código Civil, ao tratar da exoneração do fiador, refere-se unicamente aos contratos com prazo indeterminado, como se vê da redação do dispositivo: "O fiador poderá exonerar-se da fiança que tiver assinado sem limitação de tempo, sempre que lhe convier, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança, durante sessenta dias após a notificação do credor". Na hipótese, trata-se de contrato com prazo definido (fls. 22/27), portanto, a obrigação dos fiadores estende-se até o término do prazo contratualmente previsto, não havendo possibilidade de desonerar-se antes disso por meio de simples notificação ao credor. Nesse sentido: "AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. INADIMPLEMENTO INCONTROVERSO. FIANÇA. ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA. DEVER DE PAGAR. 1) Renúncia ao benefício de ordem. Desnecessidade de provar que tentou cobrar o débito primeiramente da locatária. Possibilidade de ajuizamento da ação diretamente contra o fiador, devedor solidário, consoante previsão contratual expressa. 2) Impossibilidade de exoneração da fiança, por meio de mera notificação ao credor, valendo-se o fiador da previsão contida no art. 835 do CC, pois tal dispositivo é aplicável unicamente aos contratos celebrados a prazo indeterminado ou assim prorrogados. Hipótese não configurada no caso dos autos, em que o fiador pretende exonerar-se da fiança antes do prazo de duração da locação previsto contratualmente. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (Recurso Cível Nº 71002518744, Terceira Turma Recursal Cível-RS, Turmas Recursais, Relator: Eugênio Facchini Neto, Julgado em 08/07/2010) - grifei. "APELAÇÃO CÍVEL. LOCAÇÃO. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C/C COBRANÇA. ÔNUS DA PROVA. CASO CONCRETO. CONTRATO PRORROGADO POR PRAZO INDETERMINADO. EXONERAÇÃO DE FIANÇA. INOCORRÊNCIA. INAPLICABILIDADE DO ART. 835 DO NCCB À ESPÉCIE PORQUE A NOTIFICAÇÃO FOI PROCEDIDA QUANDO O CONTRATO DE LOCAÇÃO VIGORAVA POR PRAZO LIMITADO. A RESPONSABILIDADE DOS FIADORES PERMANECE ATÉ A ENTREGA DAS CHAVES OU ATÉ A IMISSÃO DO LOCADOR NA POSSE DO IMÓVEL. A MERA DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL LOCADO NÃO IMPORTA NA RESCISÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO. A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO SOMENTE SE VERIFICA COM A EFETIVA ENTREGA DAS CHAVES E A POSSE EFETIVA DO LOCADOR SOBRE O IMÓVEL. NEGARAM PROVIMENTO A AMBOS OS RECURSOS. UNÂNIME." (Apelação Cível Nº 70036221786, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Otávio Augusto de Freitas Barcellos, Julgado em 30/06/2010) - grifei. Por conseguinte, afasto as preliminares arguidas e declaro que as partes são legítimas e estão bem representadas nos autos (fls. 14, 67/68, 87, 107 e 131), inexistindo nulidades a declarar ou irregularidades a sanar. 3. Não vislumbro nenhuma hipótese de extinção do processo (CPC, art. 329) ou de julgamento antecipado da lide (CPC, art. 330). Portanto, o processo está em ordem, devendo prosseguir seu curso. 4. Fixo como pontos
controvertidos a serem esclarecidos durante a instrução probatória os seguintes: 4.1. se a autora recebeu o valor de R$ 250.000,00, referente à venda de suas quotas; 4.2. em caso negativo, se a autora foi induzida em erro, quais os prejuízos que sofreu (danos materiais/morais) e em que montante. 5. Defiro a produção de prova documental, por meio dos documentos já carreados aos autos e da expedição de ofício ao "O Boticário", conforme requerido à fl. 175, e de prova oral, consistente na tomada dos depoimentos pessoais das partes e inquirição de testemunhas tempestivamente arroladas (CPC, art. 407). Por outro lado, indefiro a realização de perícia contábil, pois é desnecessária, ao menos nesta fase, à solução da lide - se for o caso, poderá ser determinada na fase de liquidação da sentença. 6. Designo o dia 06 de Outubro de 2011, às 13:30 horas, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as partes, seus procuradores e as testemunhas

tempestivamente arroladas - até vinte dias antes da audiência -, sendo que neste prazo deverá ser efetuado o preparo das diligências do Oficial de Justiça, se for o caso, sob pena de preclusão. Depreque-se a inquirição de eventuais testemunhas residentes fora desta Comarca, salientando a data aqui designada para a instrução do feito, a fim de evitar a inversão na ordem de produção das provas. A intimação das partes deverá ser pessoal, com as advertências do art. 343, do Código de Processo Civil. 7. Defiro o processamento do feito em segredo de justiça. Anote-se. -Advs. BERNADETE LIS (OAB: 000050-421/PR), ADRIANA SZABELSKI (OAB: 000036-605/PR) e ELISANGELA F. JAREK (OAB: 000053-427/PR)-.

25. BUSCA E APREENSAO ALIEN.FIDUC-0002886-52.2010.8.16.0146-CREDIARE S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x DANIEL SCHVITAICKY- A parte requerente sobre o transito em julgado da sentença.-Advs. FLAVIO ITAMAR ESTRAIS FERREIRA JUNIOR (OAB: 000058-867/RS) e RENATO DEGANI LAU (OAB: 000022-108/RS)-.

26. BUSCA E APREENSAO ALIEN.FIDUC-0000207-16.2009.8.16.0146-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x ALEXANDRE PINHEIRO LEITÃO-Intime-se a parte autora (BV Financeira S/A) para juntar aos autos o instrumento de cessão do crédito retro referido, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER (OAB: PR - 29.296)-.

27. AÇAO SUMARIA-0003918-92.2010.8.16.0146-FERNANDO KULKA x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Vistos, etc. 1. Intime-se a requerida para, querendo, se manifestar sobre o documento da fl. 99. 2. Sem prejuízo, procedo ao saneamento do feito. 3. As preliminares de 'ônus do requerente em comprovar a invalidez alegada' e 'necessidade de perícia técnica pelo IML' se confundem com o mérito, serão apreciadas no contexto deste e no item '6', a seguir. As partes são legítimas e estão bem representadas nos autos (fls. 06, 43/44 e 68), inexistindo nulidades a declarar ou irregularidades a sanar. 4. Não vislumbro nenhuma hipótese de extinção do processo (CPC, art. 329) ou de julgamento antecipado da lide (CPC, art. 330). Portanto, o processo está em ordem, devendo prosseguir seu curso. 5. Fixo como ponto controvertido a ser esclarecido durante a instrução probatória o seguinte: qual o grau da invalidez permanente do autor, decorrente do acidente de trânsito noticiado na inicial. 6. Defiro a produção de prova documental, por meio dos documentos já carreados aos autos, e de prova pericial, tendo em vista que o feito exige a produção de prova técnica de maior complexidade, consistente na realização de perícia médica (CPC, art. 420). Nomeio como perito do Juízo o(a) Dr.(a) MARCOS RENATO SCHOLZ, independentemente de termo de compromisso. Faculto às partes a apresentação de quesitos, no prazo de 05 (cinco) dias, se ainda não o tenham feito. Neste ponto, saliento que "(...) Os arts. 276 e 278 do Código de Processo Civil dispõem que os quesitos devem ser apresentados pela parte autora junto com a exordial e pela parte ré junto com a contestação, respectivamente. No entanto, pode ser formulada antes de iniciada a perícia, não trazendo prejuízo às partes, pois constitui mera irregularidade formal ante a primazia dos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como a teor do disposto no art. 421, § 1º, inciso II do CPC, de modo que inocorre a preclusão consumativa do ato. (...) (Agravo de Instrumento nº 0306720-7 (4143), 16ª Câmara Cível do TJPR, Rel. Antônio de Sa Ravagnani. j. 01.11.2006, unânime)". Após, intime-se o perito nomeado para dizer se aceita o encargo e apresentar proposta de honorários, em idêntico prazo, ficando ciente de que não haverá adiantamento de valores, porquanto o autor goza dos benefícios da gratuidade judiciária (perícia requerida por ambas as partes, na inicial e contestação - artigo 33, caput, do CPC) . Havendo concordância, o perito deverá ser intimado para apresentar o laudo, no prazo de trinta dias. Intimadas as partes da apresentação do laudo, os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de dez dias (CPC, art. 433, § único). Como consectário lógico, indefiro a realização da perícia médica pelo IML. Com efeito, o art. 5º, § 5º, da Lei n. 6.194/74 (com a redação dada pela Lei n. 11.945, de 2009), dispõe, in verbis: "O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais." Sendo assim, da leitura do referido artigo, denota-se que tal perícia é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículo automotor de via terrestre, bem ainda, cuida dos casos de perícia para recebimento da indenização administrativamente, ou seja, se revela essencial somente para o recebimento da indenização naquela via. Por outro lado, a perícia judicial é muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não havendo razões para que a parte autora se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a consequente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo ao beneficiário . Nesse sentido: "AGRAVO INSTRUMENTO - COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - DEFERIMENTO DE PERÍCIA MÉDIA PARA ATESTAR O GRAU DE INVALIDEZ - PRINCÍPIO DA LIVRE APRECIAÇÃO DA PROVA - EXEGESE DO ART. 130, DO CPC - RECURSO DESPROVIDO. Não se vislumbra lesão grave ou de difícil reparação no deferimento de produção de prova pericial, no intuito de aferir o grau de invalidez do requerente, para possibilitar a correta fixação da indenização, cuja decisão encontra-se amparada legalmente no princípio do livre convencimento, previsto no art. 130 do Código de Processo Civil. (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 508.224- 2, TJ/PR. Relator DES. ARQUELAU ARAUJO RIBAS. Julgado em 28/05/2009)". "AGRAVO DE INSTRUMENTO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. INCAPACIDADE PERMANENTE. NECESSIDADE DE APURAÇÃO DO GRAU DE INCAPACIDADE. PROVA PERICIAL DETERMINADA PELO JUIZ DE OFÍCIO. LEGALIDADE DA DECISÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 537.013-4, TJ/PR. Relator UIZ CONVOCADO ALBINO JACOMEL GUÉRIOS. Julgado em 26/03/2009)". Indefiro a produção de prova oral, porquanto não contribuiria para o deslinde do feito, apenas retardaria seu andamento. 7. Se houver concordância com o laudo apresentado, as partes deverão ser intimadas para oferecimento de memoriais, no prazo sucessivo de dez dias. 8. Por fim, autos conclusos para decisão. -Advs. FELIPE PREIMA COELHO (OAB: 000023-740/SC) e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 7919-PR)-.

28. AÇAO SUMARIA-0003921-47.2010.8.16.0146-JORGE LUIZ DOS ANJOS x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A-Vistos, etc. 1. Intime-se a requerida para, querendo, se manifestar sobre o documento da fl. 85. 2. Sem prejuízo, procedo ao saneamento do feito. 3. As preliminares de 'ônus do requerente em comprovar a invalidez alegada' e 'necessidade de perícia técnica pelo IML' se confundem com o mérito, serão apreciadas no contexto deste e no item '6', a seguir. As partes são legítimas e estão bem representadas nos autos (fls. 06, 39/40 e 63), inexistindo nulidades a declarar ou irregularidades a sanar. 4. Não vislumbro nenhuma hipótese de extinção do processo (CPC, art. 329) ou de julgamento antecipado da lide (CPC, art. 330). Portanto, o processo está em ordem, devendo prosseguir seu curso. 5. Fixo como ponto controvertido a ser esclarecido durante a instrução probatória o seguinte: qual o grau da invalidez permanente do autor, decorrente do acidente de trânsito noticiado na inicial. 6. Defiro a produção de prova documental, por meio dos documentos já carreados aos autos, e de prova pericial, tendo em vista que o feito exige a produção de prova técnica de maior complexidade, consistente na realização de perícia médica (CPC, art. 420). Nomeio como perito do Juízo o(a) Dr.(a) MARCOS RENATO SCHOLZ, independentemente de termo de compromisso. Faculto às partes a apresentação de quesitos, no prazo de 05 (cinco) dias, se ainda não o tenham feito. Neste ponto, saliento que "(...) Os arts. 276 e 278 do Código de Processo Civil dispõem que os quesitos devem ser apresentados pela parte autora junto com a exordial e pela parte ré junto com a contestação, respectivamente. No entanto, pode ser formulada antes de iniciada a perícia, não trazendo prejuízo às partes, pois constitui mera irregularidade formal ante a primazia dos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como a teor do disposto no art. 421, § 1º, inciso II do CPC, de modo que inocorre a preclusão consumativa do ato. (...) (Agravo de Instrumento nº 0306720-7 (4143), 16ª Câmara Cível do TJPR, Rel. Antônio de Sa Ravagnani. j. 01.11.2006, unânime)". Após, intime-se o perito nomeado para dizer se aceita o encargo e apresentar proposta de honorários, em idêntico prazo, ficando ciente de que não haverá adiantamento de valores, porquanto o autor goza dos benefícios da gratuidade judiciária (perícia requerida por ambas as partes, na inicial e contestação - artigo 33, caput, do CPC) . Havendo concordância, o perito deverá ser intimado para apresentar o laudo, no prazo de trinta dias. Intimadas as partes da apresentação do laudo, os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de dez dias (CPC, art. 433, § único). Como consectário lógico, indefiro a realização da perícia médica pelo IML. Com efeito, o art. 5º, § 5º, da Lei n. 6.194/74 (com a redação dada pela Lei n. 11.945, de 2009), dispõe, in verbis: "O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais." Sendo assim, da leitura do referido artigo, denota-se que tal perícia é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículo automotor de via terrestre, bem ainda, cuida dos casos de perícia para recebimento da indenização administrativamente, ou seja, se revela essencial somente para o recebimento da indenização naquela via. Por outro lado, a perícia judicial é muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não havendo razões para que a parte autora se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a consequente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo ao beneficiário . Nesse sentido: "AGRAVO INSTRUMENTO - COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - DEFERIMENTO DE PERÍCIA MÉDIA PARA ATESTAR O GRAU DE INVALIDEZ - PRINCÍPIO DA LIVRE APRECIAÇÃO DA PROVA - EXEGESE DO ART. 130, DO CPC - RECURSO DESPROVIDO. Não se vislumbra lesão grave ou de difícil reparação no deferimento de produção de prova pericial, no intuito de aferir o grau de invalidez do requerente, para possibilitar a correta fixação da indenização, cuja decisão encontra-se amparada legalmente no princípio do livre convencimento, previsto no art. 130 do Código de Processo Civil. (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 508.224- 2, TJ/PR. Relator DES. ARQUELAU ARAUJO RIBAS. Julgado em 28/05/2009)". "AGRAVO DE INSTRUMENTO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. INCAPACIDADE PERMANENTE. NECESSIDADE DE APURAÇÃO DO GRAU DE INCAPACIDADE. PROVA PERICIAL DETERMINADA PELO JUIZ DE OFÍCIO. LEGALIDADE DA DECISÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 537.013-4, TJ/PR. Relator UIZ CONVOCADO ALBINO JACOMEL GUÉRIOS. Julgado em 26/03/2009)". Indefiro a produção de prova oral, porquanto não contribuiria para o deslinde do feito, apenas retardaria seu andamento. 7. Se houver concordância com o laudo apresentado, as partes deverão ser intimadas para oferecimento de memoriais, no prazo sucessivo de dez dias. 8. Por fim, autos conclusos para decisão. -Advs. FELIPE PREIMA COELHO (OAB: 000023-740/SC) e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 7919-PR)-.

29. AÇAO DE REINTEGRAÇAO DE POSSE-0004473-12.2010.8.16.0146-BANCO ITAULEASING S/A x JOICE SILVANA KERES-A parte autora para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em quarenta e oito horas, de acordo com o artigo 267, § 1º do CPC e conforme art. 2º-A, item 26 da Portaria nº 06/2009. -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA (OAB: PR - 32.504) e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA (OAB: 000037-102/PR)-.

30. BUSCA E APREENSAO ALIEN.FIDUC-0001401-80.2011.8.16.0146-BV FINANCEIRA S/A - C.F.I. x ALEXSANDRO FERNANDO SOARES- A parte autora sobre a certidão de fl. 45, a saber: "Certifico e dou fé que revendo os autos constatei que até a presente data não houve a juntada pela parte autora de procuração/substabelecimento em favor da procuradora que subscreveu a petição

inicial. Rio Negro, 27 de Setembro de 2011. (a) Aline Dwoyatzki.Juramentada".- Advs. MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI (OAB: 000031-722/PR), CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB: 000019-937/PR), CELI GABRIEL FERREIRA (OAB: 000081-273/SP), CINTIA MARIA RAMOS FALCAO (OAB: 000195-708/SP), FABIO RICARDO DA SILVA BEMFICA (OAB: 000164-448/SP), JOELMA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS (OAB: 000124-510/SP), MARCELO AUGUSTO DE SOUZA (OAB: 000196-847/SP), PATRICIA PAZOS VILAS BOAS DA SILVA (OAB: 000124-899/SP), PRISCILLA LUZIA LOPES DA SILVA (OAB: 203976/SP), KATIA APARECIDA RAMOS MIRANDA (OAB: 000211-249/SP) e CLAUDIA VALERIA ABREU BENATTO (OAB: 000113-142/SP)-.

31. EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-0001747-31.2011.8.16.0146-PLANORTE - SOCIEDADE DE CRÉ. AO EMP. DO PLA. NOR. x MARCELO ANTONI CARDOSO e outro- A parte exequente para dar andamento ao feito. -Advs. NIVEA REGINA PANGRATZ DE PAULA E SILVA ANTOCHESKI (OAB: 000020-961/SC) e TERCIO PANGRATZ DE PAULA E SILVA (OAB: 000019-919/SC)-.

32. BUSCA E APREENSAO ALIEN.FIDUC-0001764-67.2011.8.16.0146-AYMORÉ CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A x GLACY RAMOS-A parte autora para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em quarenta e oito horas, de acordo com o artigo 267, § 1º do CPC e conforme art. 2º-A, item 26 da Portaria nº 06/2009. -Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ (OAB: 30.890-B-PR)-.

33. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002234-98.2011.8.16.0146-ADERLI TEREZINHA WOSNIAK e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A - ITAÚ S/A- A parte exeuqente sobre a manifestação da parte executada de fls. 91/92 -Adv. FLAVIA HEYSE MARTINS (OAB: 000044-870/PR)-.

34. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0000122-40.2003.8.16.0146-DROGARIA WSM LTDA x CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO PARANA - CRF/PR-Ciência às partes da baixa dos autos. -Advs. MARCO ANTONIO GUIMARAES (OAB: 22.427/PR), RODRIGO MENEZES (OAB: PR - 24.785) e VINICIUS AMORIM (OAB: PR - 31.185)-.

35. EXECUCAO FISCAL-0000612-81.2011.8.16.0146-MUNICIPIO DE CAMPO DO TENENTE x REINALDO AFONSO PEREIRA- A parte executada sobre a manifestação da parte exequente de fls. 27/28.-Adv. NEI LUIS MARQUES (OAB: 10613-PR)-.

Rio Negro, 29 de Setembro de 2011
Carlos Schlichting
Escrivao do Civel

# ROLÂNDIA

# VARA CÍVEL

**COMARCA DE ROLÂNDIA - ESTADO DO PARANA**
**ANTONIO ZENKITI TAYAMA**

**RELAÇÃO Nº. 41/2011.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ABEL ANTONIO REBELLO 00014 000010/2008
ADOLFO FELDMANN DE SCHNAID 00061 006450/2010
ADRIANO MARTINS PORTELINHA 00017 000706/2008
ADRIANO MUNIZ REBELLO 00014 000010/2008
ADRIANO ROMEIRO DOS SANTOS 00161 000217/2007
ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO 00119 004635/2011
ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO JUNIOR 00119 004635/2011
ALESSANDRA HARUMI M. C.TAKAHASHI 00011 000863/2006
ALEXANDRE DA SILVA 00054 004679/2010
00116 003767/2011
00128 004819/2011
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 00097 002945/2011
ALEXANDRE RAINATO GENTA 00067 000168/2011
ALYSSON VITOR DA SILVA 00122 004707/2011
ANA CAROLINA TURQUINO TURATTO 00020 001073/2008
ANA CAROLINE N. G. OKAZAKI 00143 005433/2011
ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS 00014 000010/2008
ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES 00020 001073/2008
00037 000706/2010
00118 003839/2011
ANDERSON DE AZEVEDO 00043 002278/2010
00143 005433/2011
ANDREA CAROLINE MARCONATTO 00006 000614/2002
ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI 00031 001502/2009
ANDREA FERNANDES ARAUJO 00127 004758/2011
ANDREA MAGNA UDENAL 00023 000809/2009
ANDREA REGHIN 00065 006671/2010
ANDRÉ TOLEDO RODRIGUEZ 00005 000589/2002
ANDRÉA LOPES GERMANO PEREIRA 00046 002860/2010
00077 001622/2011
ANELISE CRISTINA TORRES PINCELLI 00073 000982/2011
ANGELA MARIA STEPANIV 00062 006452/2010
ANGELA MUSSIAU YAMASAKI DE ROSSI 00103 003177/2011
ANGELICA VIVIANE RIBEIRO 00156 005598/2011
00157 005599/2011
00158 005600/2011
ANTONIO CARLOS LOVATO 00126 004748/2011
AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA 00112 003648/2011
00113 003650/2011
00114 003651/2011
BADRYED DA SILVA 00055 004688/2010
BRUNA MAIRA ROCHA ALMEIDA COELHO 00005 000589/2002
BRUNO ANDRÉ SOARES BETAZZA 00116 003767/2011
00128 004819/2011
BRUNO HENRIQUE FERREIRA 00072 000910/2011
CAMILA VIALE 00105 003405/2011
00106 003406/2011
00117 003804/2011
00135 004932/2011
CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN 00059 005402/2010
00070 000711/2011
00082 002131/2011
CARLOS ALBERTO PAOLIELLO AZEVEDO 00045 002671/2010
CARLOS EDUARDO CARDOZO BANDEIRA 00075 001260/2011
CARLOS EDUARDO PINCELLI 00073 000982/2011
CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS ALCANTARA 00014 000010/2008
CARLOS SERGIO CAPELIN 00147 005494/2011
CAROLINE ZANETTI PAIVA 00073 000982/2011
CASSIA ROCHA MACHADO 00023 000809/2009
00105 003405/2011
00106 003406/2011
00117 003804/2011
00135 004932/2011
CEZAR EDUARDO ZILIOTTO 00025 001082/2009
00032 001569/2009
00057 004827/2010
CHANDER ALONSO MANFREDI MENEGOLA 00037 000706/2010
CHRISTIANO MARCELO BALDASONI 00159 005648/2011
CLOVIS SUPLICY WIEDMER FILHO 00142 005302/2011
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES 00070 000711/2011
00082 002131/2011
CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES 00059 005402/2010
CRISTIANO CEZAR SANFELICE 00159 005648/2011
CRYSTIANE LINHARES 00046 002860/2010
00077 001622/2011
DANIELE DE BONA 00075 001260/2011
DENAÍNE DE ASSIS FONTOLAN 00055 004688/2010
DENIS OKAMURA 00042 002155/2010
DENISE NISHIYAMA PANISIO 00003 000547/1996
DEOBALDO THIAGO DE OLIVEIRA 00003 000547/1996
DOUGLAS BONALDI MARANHAO 00044 002384/2010
DOUGLAS DOS SANTOS 00032 001569/2009
00056 004826/2010
DOUGLAS MOREIRA NUNES 00120 004670/2011
EDGAR KINDERMANN SPECK 00142 005302/2011
EDGAR MITSUAKI FUKUDA 00115 003757/2011
EDUARDO KOTAKA JUNIOR 00078 001805/2011
EDUARDO LUIZ CORREIA 00144 005460/2011
EDY GUSMÃO TIVANELLO 00063 006586/2010
00095 002582/2011
00140 005145/2011
00161 000217/2007
ELCIDIO PEREIRA DA FONSECA 00098 002950/2011
ELDBERTO MARQUES 00065 006671/2010
ELIANE DEMETRIO 00005 000589/2002
00007 000546/2003
ELISANGELA GUIMARAES DE ANDRADE 00024 000814/2009
ELLEN KARINA BORGES SANTOS 00021 000074/2009
00058 005191/2010
00073 000982/2011
ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI 00038 000812/2010
00044 002384/2010
00123 004741/2011
EMERSON CARLOS DOS SANTOS 00120 004670/2011
EMERSON L. SANTANA 00070 000711/2011
EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA 00059 005402/2010
00082 002131/2011
EMERSON RODRIGUES DA SILVA 00148 005498/2011
ENEIDA WIRGUES 00049 004211/2010
00075 001260/2011
ERIKA FERNANDA RAMOS 00023 000809/2009
ERIKA FERNANDA RAMOS HAUSSLER 00062 006452/2010
EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA 00054 004679/2010
00116 003767/2011
00128 004819/2011
EVELYN CRISTINA MATTERA 00005 000589/2002
EVERTON SANTANA ALVES 00062 006452/2010
00068 000271/2011
00071 000739/2011
00099 002957/2011
00124 004743/2011
FABIANA BIANCHINI PICOTTI MORAES 00044 002384/2010
00123 004741/2011
FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTO 00014 000010/2008
FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES 00038 000812/2010
00039 001046/2010
00040 001053/2010
00044 002384/2010
00093 002543/2011
00094 002544/2011

FABIANO NEVES MACIEYWSKI 00034 001590/2009
FABIO BARROZO PULLIN DE ARAÚJO 00048 004202/2010
FABRICIO LUIZ AKASAKA TORII 00011 000863/2006
FABRÍCIO MASSI SALLA 00079 001913/2011
00080 001914/2011
00081 002077/2011
FELIPE RAFAEL FERREIRA 00142 005302/2011
FERNANDA MICHELLE KHATER F. BRITO 00032 001569/2009
FERNANDA MOCKEL ROUSSENQ 00020 001073/2008
FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA 00136 004934/2011
FERNANDO AUGUSTO OGURA 00020 001073/2008
FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA 00137 005049/2011
FERNANDO JOSE GARPAR 00075 001260/2011
FERNANDO KIKUCHI 00073 000982/2011
FERNANDO LUZ PEREIRA 00075 001260/2011
FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO 00006 000614/2002
FILIPE VASCONCELOS SACCA 00025 001082/2009
FLAVIA BALDUINO DA SILVA 00025 001082/2009
FLAVIA DIAS DA SILVA 00049 004211/2010
FLAVIA REGINA FACCIONE 00056 004826/2010
00109 003464/2011
00111 003615/2011
FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ 00059 005402/2010
FLÁVIA FERNANDES NAVARRO 00028 001204/2009
00030 001274/2009
FLÁVIO PENTEADO GEROMINI 00034 001590/2009
FLÁVIO PIEROBON 00042 002155/2010
FLÁVIO SANTANNA VALGAS 00059 005402/2010
00070 000711/2011
00082 002131/2011
FRANCISCO DUARTE CONTE 00004 000499/2002
FÁBIO ROBERTO BITENCOURT QUINATO 00033 001570/2009
GABRIELLA MURARA VIEIRA 00056 004826/2010
GERMANO JORGE RODRIGUES 00121 004699/2011
GERSON VANZIN MOURA DA SILVA 00034 001590/2009
GIACOMO RIZZO 00043 002278/2010
00143 005433/2011
GILBERTO BAUMANN DE LIMA 00042 002155/2010
GILBERTO PEDRIALI 00036 000378/2010
00060 005519/2010
GIOVANNA BENVENUTTI 00014 000010/2008
GRAZIELLE COSTA DOS REIS 00062 006452/2010
GUSTAVO REIS MARSON 00155 005594/2011
GUSTAVO VISSOCI REICHE 00086 002203/2011
HELDER MASQUETE CALIXTI 00054 004679/2010
00116 003767/2011
00128 004819/2011
HENRIQUE AFONSO PIPOLO 00043 002278/2010
00143 005433/2011
HENRIQUE ZANONI 00043 002278/2010
00143 005433/2011
HORÁCIO FERNANDES NEGRAO FILHO 00044 002384/2010
HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU 00009 000443/2006
00032 001569/2009
IGOR FABRICIO MENEGUELLO 00011 000863/2006
ILMO TRISTÃO BARBOSA 00150 005518/2011
00152 005522/2011
IONÉIA ILDA VERONEZE 00046 002860/2010
00077 001622/2011
IRIS SORAIA INEZ 00050 004308/2010
00056 004826/2010
00057 004827/2010
00109 003464/2011
00111 003615/2011
ISAAC JOSÉ ALTINO 00013 002522/2007
00050 004308/2010
00083 002168/2011
00084 002172/2011
00085 002177/2011
ISABELLE MACEDO SOUZA E SILVA 00145 005488/2011
ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA 00149 005516/2011
00150 005518/2011
00151 005520/2011
00152 005522/2011
IVAN MARTINS TRISTAO 00100 003030/2011
IVAN PEGORARO 00019 001062/2008
JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA 00041 001211/2010
00138 005117/2011
JEFFERSON KAMINSKI 00148 005498/2011
JOAO CARLOS ZAFALON 00017 000706/2008
JORGE DIAS PAIVA 00073 000982/2011
JOSE AUGUSTO BARBOSA TURRA 00034 001590/2009
JOSE CARLOS ARAUJO 00011 000863/2006
JOSE DANTAS LOUREIRO NETO 00006 000614/2002
JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA BORTOLASSI 00021 000074/2009
JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA 00069 000542/2011
00150 005518/2011
JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA 00041 001211/2010
00138 005117/2011
JOSÉ CARLOS DIZIDÉL MACHADO 00119 004635/2011
JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR 00046 002860/2010
00077 001622/2011
JOSÉ MARIA DA SILVA 00015 000212/2008
00096 002778/2011
JOSÉ ROBERTO BEFFA 00016 000493/2008
00139 005136/2011
JOSÉ VALNIR ZAMBRIM 00005 000589/2002
00007 000546/2003
JOÃO CARLOS RODRIGUES GOMES 00038 000812/2010
JOÃO KLEBER BOMBONATTO 00141 005226/2011
JOÃO MARCELO RIBEIRO 00144 005460/2011
JOÃO PAULO DE PAULA KIRSCH 00061 006450/2010
JOÃO PAULO SHINITI ITIMURA YAGUI 00078 001805/2011
JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO 00079 001913/2011
00080 001914/2011
00081 002077/2011
JOÃO TAVARES DE LIMA NETO 00067 000168/2011
00079 001913/2011
00080 001914/2011
00081 002077/2011
JULIANA APRYGIO BERTONCELO 00063 006586/2010
00095 002582/2011
00140 005145/2011
00161 000217/2007
JULIANA CHAVES DE OLIVEIRA 00075 001260/2011
JULIANA PEGORARO BAZZO 00019 001062/2008
JULIANA TORRES MILANI 00066 000051/2011
00107 003424/2011
00108 003425/2011
JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA 00041 001211/2010
00138 005117/2011
JULIO JACOB JUNIOR 00006 000614/2002
JÉFERSON LUIZ MATIAS 00023 000809/2009
00038 000812/2010
KAREN YUMI SHIGUEOKA 00136 004934/2011
KARINA ZANIN DA SILVA 00015 000212/2008
00096 002778/2011
KLAUS SCHNITZLER 00075 001260/2011
LAISLA FERNANDA ZENI AUGUSTO 00102 003120/2011
00163 000213/2011
LARISSA ARAÚJO BRAGA AMORAS 00046 002860/2010
LAURO FERNANDO ZANETTI 00004 000499/2002
00005 000589/2002
00007 000546/2003
00074 001031/2011
00104 003349/2011
LEANDRO AMBROSIO ALFIERI 00079 001913/2011
00080 001914/2011
00081 002077/2011
LEANDRO JOSÉ GODINHO 00061 006450/2010
LEONARDO ANACLETO CHAVES 00051 004393/2010
LEONARDO BAES LINO DE SOUZA 00094 002544/2011
LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI 00004 000499/2002
00007 000546/2003
LIANA SARMENTO DE MELLO QUARESMA 00148 005498/2011
LINO MASSAYUKI ITO 00013 002522/2007
LUCIANA MOREIRA DOS SANTOS 00021 000074/2009
00058 005191/2010
LUCIANO GILVAN BENASSI 00064 006662/2010
LUCIANO NOGUEIRA DA SILVA 00017 000706/2008
LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES 00156 005598/2011
00157 005599/2011
00158 005600/2011
LUIS ANTONIO MONTANHA 00039 001046/2010
00133 004908/2011
00146 005491/2011
LUIS CLAUDIO ANDRADE NEVES 00006 000614/2002
LUIS HENRIQUE FERNANDES 00064 006662/2010
LUIZ DE OLIVEIRA NETTO 00098 002950/2011
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 00031 001502/2009
00035 001680/2009
LUIZ GUSTAVO MAGALHAES HOLTZ 00102 003120/2011
00163 000213/2011
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 00034 001590/2009
LUIZ PEREIRA DA SILVA 00153 005528/2011
00154 005529/2011
MACIEL TRISTÃO BARBOSA 00150 005518/2011
00152 005522/2011
MARCELO GONÇALVES DA SILVA 00035 001680/2009
00129 004829/2011
MARCIA SATIL PARREIRA 00032 001569/2009
00056 004826/2010
00057 004827/2010
MARCIO JOSE DE FARIA PALLA 00009 000443/2006
MARCIO RENATO PIERIN 00087 002219/2011
MARCO HENRIQUE DAMIÃO BEFFA 00016 000493/2008
00139 005136/2011
MARCO RODRIGUES DA MATA 00013 002522/2007
MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II 00100 003030/2011
00134 004918/2011
MARCOS AURELIO ALVES TEIXEIRA 00011 000863/2006
MARCOS C. DO AMARAL VANCONCELLOS 00036 000378/2010
00060 005519/2010
MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS 00086 002203/2011
MARCOS DE MORAIS 00062 006452/2010
00068 000271/2011
00071 000739/2011
00124 004743/2011
MARCOS DUTRA DE ALMEIDA 00020 001073/2008
MARCOS LEATE 00019 001062/2008
MARCUS AURELIO LIOGI 00153 005528/2011
00154 005529/2011
MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO 00039 001046/2010
00040 001053/2010
00066 000051/2011
00076 001293/2011
00093 002543/2011
00094 002544/2011

00133 004908/2011
MARIA ELIZABETH JACOB 00010 000581/2006
MARIA JOSE STANZANI 00101 003094/2011
MARIANA PIOVEZANI MORETI 00005 000589/2002
MARIANE CARDOSO MACAREVICH 00047 003173/2010
MARILICE DUARTE BARROS 00026 001094/2009
MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI 00041 001211/2010
00138 005117/2011
MARISA DA SILVA SIGULO 00148 005498/2011
MARISA SETSUKO KOBAYASHI 00032 001569/2009
00056 004826/2010
00057 004827/2010
MARISTELA BUSETTI 00160 000140/2006
00162 000139/2009
MARISTELA FREDERICO 00160 000140/2006
00162 000139/2009
MAURICIO FELDMANN DE SCHNAID 00061 006450/2010
MICHEL FEGURY JUNIOR 00054 004679/2010
00112 003648/2011
00113 003650/2011
00114 003651/2011
MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI 00059 005402/2010
00070 000711/2011
00082 002131/2011
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 00073 000982/2011
MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER 00021 000074/2009
MOACIR MÁRIO KRETSCHMAR 00052 004405/2010
00053 004407/2010
MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO 00160 000140/2006
00162 000139/2009
MÁRCIO ANDERSON ARAÚJO 00142 005302/2011
MÁRIO CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR 00008 000475/2005
NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES 00136 004934/2011
NILZA APARECIDA SACOMAN BAUMANN DE LIMA 00042 002155/2010
ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO 00011 000863/2006
OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO 00103 003177/2011
OTTO FEUCHT 00038 000812/2010
PATRICIA GRASSANO PEDALINO 00039 001046/2010
00076 001293/2011
PAULO CELSO COSTA 00087 002219/2011
PAULO CEZAR DANIEL 00068 000271/2011
00099 002957/2011
PAULO MARTINEZ SAMPAIO MOTA 00010 000581/2006
PEDRO AUGUSTO BUENO 00012 001679/2007
PEDRO GUILHERME KRELING VANZELLA 00110 003470/2011
PEDRO HENRIQUE C. DAMASCENO 00073 000982/2011
PEDRO RODRIGO KHATER FONTES 00009 000443/2006
00032 001569/2009
PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA 00125 004744/2011
00130 004864/2011
00131 004865/2011
00132 004866/2011
POLIANI COCATO GRECCO LONARDONI 00087 002219/2011
PRISCILA PERELLES 00023 000809/2009
00062 006452/2010
RAFAEL ANTONIO PALOMARES 00145 005488/2011
RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA 00056 004826/2010
00057 004827/2010
RAFAEL COMAR ALENCAR 00142 005302/2011
RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES 00069 000542/2011
00150 005518/2011
RAFAEL LUCAS GARCIA 00088 002342/2011
00089 002343/2011
RAFAEL SANTOS CARNEIRO 00056 004826/2010
RAFAELA POLYDORO KUSTER 00021 000074/2009
00058 005191/2010
00073 000982/2011
REGINALDO DE SANTANA 00110 003470/2011
RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA 00004 000499/2002
00005 000589/2002
RENATA PEREIRA DA COSTA DE OLIVEIRA 00020 001073/2008
RENATA SILVA BRANDAO 00024 000814/2009
RICARDO CREMONEZI 00043 002278/2010
00143 005433/2011
RICARDO DE ABREU ARAMBUL 00011 000863/2006
RICARDO DOMINGUES BRITO 00009 000443/2006
00032 001569/2009
RICARDO FRANÇA ROVERI 00057 004827/2010
ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA 00001 000053/1994
00001 000053/1994
00005 000589/2002
00016 000493/2008
00139 005136/2011
ROBERTO BERTHOLDO 00102 003120/2011
00163 000213/2011
ROBERTO CARLOS BUENO 00029 001266/2009
RODRIGO DA COSTA GOMES 00034 001590/2009
RODRIGO FRANCISCO FERNANDES 00087 002219/2011
RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO 00018 000856/2008
RODRIGO PELISSAO DE ALMEIDA 00155 005594/2011
ROGERIO BUENO ELIAS 00058 005191/2010
ROGERIO FERES GIL 00006 000614/2002
ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA 00018 000856/2008
ROGÉRIO RESINA MOLEZ 00025 001082/2009
ROSANGELA DA ROSA CORREA 00047 003173/2010
ROSANGELA KHATER 00009 000443/2006
00032 001569/2009
RUY MIRANDA RATTON 00148 005498/2011
SABINE DENISE GIESEN ROVERI 00056 004826/2010
00057 004827/2010
00109 003464/2011
00111 003615/2011
SANDRA REGINA RODRIGUES 00023 000809/2009
00062 006452/2010
SAVIO ITHAMAR DE QUEIROZ TURRA 00045 002671/2010
SERGIO EDUARDO CANELLA 00024 000814/2009
SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA 00076 001293/2011
00133 004908/2011
00146 005491/2011
SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO 00004 000499/2002
00005 000589/2002
00007 000546/2003
SHIROKO NUMATA 00002 000086/1995
00003 000547/1996
SILVIO JOSÉ FARINHOLI ARCURI 00020 001073/2008
SOLANGE CRISTINA DE LIMA FROES 00110 003470/2011
SUELI CRISTINA GALLELI 00004 000499/2002
00005 000589/2002
00007 000546/2003
SUELI KAZUE MURAMATSU PEREIRA 00021 000074/2009
SÉRGIO ROBERTO GIATTI RODRIGUES 00008 000475/2005
SÉRGIO SCHULZE 00037 000706/2010
00118 003839/2011
TATIANA VALESCA VROBLEWSKI 00020 001073/2008
TATIANE MUNCINELLI 00034 001590/2009
TELMA DE CARVALHO FLEURY 00042 002155/2010
THALITA VALERIA SANTOS BATINI 00043 002278/2010
THAÍSA COMAR 00029 001266/2009
THIAGO COLLETI PODANOSQUI 00077 001622/2011
THIAGO TRISTAO BARBOSA 00150 005518/2011
00151 005520/2011
00152 005522/2011
TIAGO BRENE OLIVEIRA 00042 002155/2010
TIAGO SPOHR CHIESA 00020 001073/2008
VALDIR DE FREITAS JUNIOR 00033 001570/2009
VANDERLEY DOIN PACHECO 00150 005518/2011
00152 005522/2011
VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE 00090 002530/2011
00091 002532/2011
00092 002538/2011
VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA 00075 001260/2011
VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA 00153 005528/2011
00154 005529/2011
WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA 00034 001590/2009
WALTER LUIS CARNELOSSI 00011 000863/2006
WESLEY TOLEDO RIBEIRO 00027 001146/2009
WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA 00102 003120/2011
00163 000213/2011
WILSON SANCHES MARCONI 00022 000609/2009
ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA 00041 001211/2010
00138 005117/2011

1. REPARAÇAO DE DANOS-0000019-42.1994.8.16.0148-LUCAS LOPES e outro x DANIEL DE ALMEIDA PORTO-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA-.
2. EXECUÇÃO-0000052-95.1995.8.16.0148-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A. x ANTONIO CARLOS FERMAN e outro-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 20,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Adv. do Requerente SHIROKO NUMATA-.
3. EXECUÇÃO-547/1996-SHIROKO NUMATA x JOAO ZILER DE CARVALHO MELLO- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente SHIROKO NUMATA e DENISE NISHIYAMA PANISIO e Adv. do Requerido DEOBALDO THIAGO DE OLIVEIRA-.
4. AÇÃO MONITÓRIA-499/2002-BANCO ITAU S/A. x AUTO POSTO MARTESA LTDA. e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, FRANCISCO DUARTE CONTE, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO e RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA-.
5. EXECUÇÃO-0000091-48.2002.8.16.0148-BANCO ITAU S/A. x GERMAN TEXTIL LTDA. e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente JOSÉ VALNIR ZAMBRIM, LAURO FERNANDO ZANETTI, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, EVELYN CRISTINA MATTERA, BRUNA MAIRA ROCHA ALMEIDA COELHO, MARIANA PIOVEZANI MORETI, ANDRÉ TOLEDO RODRIGUEZ e ELIANE DEMETRIO e Adv. do Requerido ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA-.
6. AÇÃO MONITÓRIA-0000080-19.2002.8.16.0148-PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A. x WT COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA. e outros- "Nos termos requeridos pela parte exeqüente às fls.182/183, DEFIRO a penhora "online" através do sistema RENAJUD de eventuais veículos existentes em nome do(s) executado(s), atentando-se ao fato de que, aclarado o principio da menor onerosidade do processo ao executado, aludida constrição deverá ser gravada somente sobre a TRANSFERÊNCIA do(s) veículo(s), porquanto, trata-se de medida

que visa garantir a efetividade da prestação jurisdicional, passível de ulterior expropriação judicial. Caso positiva a ordem acima, lavre-se TERMO DE PENHORA do(s) veículo(s) bloqueado(s) e intime-se o(s) executado(s) nos termos do artigo 652, 1º, CPC, na pessoa do seu advogado (art. 652, §4º do CPC), não o tendo, pessoalmente e por mandado. DEFIRO a expedição de ofício a Receita Federal solicitando cópia das Declarações de Operações Imobiliárias (D.O.I) e Declaração de imposto de Renda em nome dos executados. Fica o réu intimado, na pessoa do seu advogado, da penhora realizada sobre os veículos M. BENZ/L 1113, placa AAI8798, M. BENZ/1418, placa AJR 0180, REB/VETTOR CA-4.120, placa AEX 6504, REB/BEMFORT BF 350B, placa ABK3262, I/TOYOTA HILUXSW4 SRV 4X4, placa ANJ1846 e REB/ANGOLA AWA, placa ATO 7090, para os devidos fins." - AO AUTOR PARA RETIRAR O OFÍCIO DA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que está disponível no site do Tribunal de Justiça, bem como o respectivo D.A.R.F junto a Receita - -Advs. do Requerente FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO, JOSE DANTAS LOUREIRO NETO, JULIO JACOB JUNIOR e ANDREA CAROLINE MARCONATTO e Advs. do Requerido LUIS CLAUDIO ANDRADE NEVES e ROGERIO FERES GIL-.

7. AÇÃO MONITÓRIA-0000146-62.2003.8.16.0148-B.I.S. x M.C.L. e outros-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 30,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Advs. do Requerente JOSÉ VALNIR ZAMBRIM, LAURO FERNANDO ZANETTI, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI e ELIANE DEMETRIO-.

8. AÇÃO MONITÓRIA-475/2005-CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA x JOSÉ DE ALMEIDA- "A autora sobre o oficio de fls. 176 da Comarca de Mamborê-Pr., informando que os autos de Carta Precatória sob nº 1063-29.2011 encontra-se aguardando pagamento das custas e Avaliação sob pena de devolução."-Advs. do Requerente MÁRIO CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR e SÉRGIO ROBERTO GIATTI RODRIGUES-.

9. EXECUÇÃO-0000210-67.2006.8.16.0148-SEBASTIAO JAMIL BELENONI x FRIGORIFICO FRIGOALFA LTDA.- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R $0,00".-Advs. do Requerente ROSANGELA KHATER, PEDRO RODRIGO KHATER FONTES, HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU, RICARDO DOMINGUES BRITO e MARCIO JOSE DE FARIA PALLA-.

10. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-581/2006-MIGUEL GRECO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao recorrido para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente MARIA ELIZABETH JACOB e PAULO MARTINEZ SAMPAIO MOTA-.

11. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-863/2006-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x JOAO NAVARRO e outros-"À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$ 0.00". -Advs. do Requerente ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO, WALTER LUIS CARNELOSSI, ALESSANDRA HARUMI M. C.TAKAHASHI, FABRICIO LUIZ AKASAKA TORII, IGOR FABRICIO MENEGUELLO, MARCOS AURELIO ALVES TEIXEIRA, RICARDO DE ABREU ARAMBUL e JOSE CARLOS ARAUJO-.

12. AÇÃO DECLARATÓRIA-1679/2007-DIRCE QUIROGA BROIETE x MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA- "Diga a autora se tem interesse no prosseguimento da presente ação, devendo requerer o que for de direito, em 48 horas, sob pena de extinção do processo, nos termos da lei". -Adv. do Requerente PEDRO AUGUSTO BUENO-.

13. AÇÃO MONITÓRIA-0000456-29.2007.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x FIRMO JOSE LUIZ ZAMPA FILHO- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$406,74".-Advs. do Requerente LINO MASSAYUKI ITO, MARCO RODRIGUES DA MATA e ISAAC JOSÉ ALTINO-.

14. BUSCA E APREENSÃO-0000773-90.2008.8.16.0148-OMNI S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CLAUDIO LUQUES ZANIN-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente ADRIANO MUNIZ REBELLO, ABEL ANTONIO REBELLO, ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS, CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS ALCANTARA, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTO e GIOVANNA BENVENUTTI-.

15. INTERDIÇAO-0000777-30.2008.8.16.0148-JANDIRA MARIA DOS SANTOS x JOSÉ HONÓRIO DOS SANTOS NETO-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente JOSÉ MARIA DA SILVA e KARINA ZANIN DA SILVA-.

16. DESPEJO-0000729-71.2008.8.16.0148-ALEX OKUDA x JEFFERSON ADRIANO DE OLIVEIRA- "Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente MARCO HENRIQUE DAMIÃO BEFFA, ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e JOSÉ ROBERTO BEFFA-.

17. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0001102-05.2008.8.16.0148-JÚLIO CESAR FERREIRA x FAZENDA NACIONAL- "Recebo os embargos porque tempestivos e opostos por parte legítima. [...] Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS, via de conseqüência determino a realização dos atos executórios nos apensos autos de execução de n. 139-07-2002. A embargada para impugnar os embargos no prazo de 30 dias". -Adv. do Requerente JOAO CARLOS ZAFALON e Advs. do Requerido ADRIANO MARTINS PORTELINHA e LUCIANO NOGUEIRA DA SILVA-.

18. REVISÃO DE CONTRATO-0000806-80.2008.8.16.0148-MARIA MARLI DE ARAUJO SIGNORI x BANCO PANAMERICANO S/A.- "Ao requerido para recolher a taxa de R$9,40 do oficio expedido para levantamento e transferência do débito em guia própria no Site do Tribunal." -Adv. do Requerente RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO e Adv. do Requerido ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA-.

19. BUSCA E APREENSÃO-0000860-46.2008.8.16.0148-BANCO FINASA S/A. x DEBORA VIEIRA RUBIS-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente IVAN PEGORARO, MARCOS LEATE e JULIANA PEGORARO BAZZO-.

20. AÇÃO DECLARATÓRIA-0001028-48.2008.8.16.0148-CARVALHO & AVANZI LTDA. x VIGORMAX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e outros- " Em face do exposto, conheço dos embargos declaratórios posto que tempestivos, entretanto REJEITO-OS, não reconhecendo a omissão apontada ".-Advs. do Requerente SILVIO JOSÉ FARINHOLI ARCURI e ANA CAROLINA TURQUINO TURATTO e Advs. do Requerido RENATA PEREIRA DA COSTA DE OLIVEIRA, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI, TIAGO SPOHR CHIESA, ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, MARCOS DUTRA DE ALMEIDA, FERNANDA MOCKEL ROUSSENQ e FERNANDO AUGUSTO OGURA-.

21. COBRANÇA-74/2009-ODAIR FACIO x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 04/07/2012 às 14:00 horas."-Advs. do Requerente JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA BORTOLASSI e SUELI KAZUE MURAMATSU PEREIRA e Advs. do Requerido MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER, ELLEN KARINA BORGES SANTOS e LUCIANA MOREIRA DOS SANTOS-.

22. EXECUÇÃO-0001882-08.2009.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x ANGELA MARIA DOS SANTOS CORRÊA e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Adv. do Requerente WILSON SANCHES MARCONI-.

23. INDENIZAÇÃO-809/2009-JJRM EDITORA DE JORNAIS LTDA e outros x BRASIL TELECOM S/A. - OI- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos recorridos para, querendo, apresentarem suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e JÉFERSON LUIZ MATIAS e Advs. do Requerido ERIKA FERNANDA RAMOS, ANDREA MAGNA UDENAL, SANDRA REGINA RODRIGUES e PRISCILA PERELLES-.

24. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0001540-94.2009.8.16.0148-JOVELINA SCHIMIDT SALVADOR x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo o recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do Código de Processo Civil.Ao apelado para querendo, apresentar suas contra-razões no prazo legal..."-Advs. do Requerente ELISANGELA GUIMARAES DE ANDRADE, SERGIO EDUARDO CANELLA e RENATA SILVA BRANDAO-.

25. COBRANÇA-1082/2009-VERONICE ALVES PEREIRA x VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Medico Legal (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente ROGÉRIO RESINA MOLEZ e Advs. do Requerido FLAVIA BALDUINO DA SILVA, FILIPE VASCONCELOS SACCA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

26. EXECUÇÃO-0001688-08.2009.8.16.0148-TETRAFERRO LTDA. x CLOVIS EDUARDO FANELLI- "Retirar ofício da Receita Federal com urgência recolhendo as taxas junto ao orgão competente antes retirando o oficio em cartório face o mesmo se encontrar nos autos e recolher a taxa de R$9,40 em guia própria no Site do Tribunal."-Adv. do Requerente MARILICE DUARTE BARROS-.

27. EXECUÇÃO-0001608-44.2009.8.16.0148-GRANOSIL SILOS E EQUIPAMENTOS LTDA. x IBANEZ CORTEZIA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$909,09".-Adv. do Requerente WESLEY TOLEDO RIBEIRO-.

28. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0001531-35.2009.8.16.0148-ODETE GUERRA FRIGUETTO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente FLÁVIA FERNANDES NAVARRO-.

29. AÇÃO MONITÓRIA-0001622-28.2009.8.16.0148-BELAGRICOLA - COM. E REP. DE PROD. AGRICOLAS LTDA. x EULINA SATURNINO e outros- "A autora sobre o oficio e certidão de fls. 117/119 da Comarca de Colider-Mt. requerendo a manifestação da autora nos autos de Carta Precatória sob nº 915.93.2010.811.009."-Advs. do Requerente ROBERTO CARLOS BUENO e THAÍSA COMAR-.

30. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0002149-77.2009.8.16.0148-GERALDO BRITO DE LIMA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente FLÁVIA FERNANDES NAVARRO-.

31. EXECUÇÃO-0001674-24.2009.8.16.0148-B.S.(.S. x E.C.- "A autora sobre o ofício de fls. 76/81 da Receita Federal."-Advs. do Requerente LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.

32. COBRANÇA-1569/2009-TULIO XAVIER MANZON x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.- "Aos interessados sobre o oficio do Instituto Médico Legal de Londrina (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00h."-Advs. do Requerente RICARDO DOMINGUES BRITO, ROSANGELA KHATER, FERNANDA MICHELLE KHATER F. BRITO, PEDRO RODRIGO KHATER FONTES e HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU e Advs. do Requerido MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI, DOUGLAS DOS SANTOS e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

33. EXECUÇÃO-0002024-12.2009.8.16.0148-C.C.D.A.L. x M.R.V. e outro- "Ao autor sobre a devolução da Carta Precatória de fls. 146/155 com certidão negativa pelo oficial de justiça."-Advs. do Requerente VALDIR DE FREITAS JUNIOR e FÁBIO ROBERTO BITENCOURT QUINATO-.

34. COBRANÇA-1590/2009-LUIS DELONGUI JUNIOR x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Advs. do Requerente WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA e RODRIGO DA COSTA GOMES e Advs. do Requerido FLÁVIO PENTEADO GEROMINI, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, JOSE AUGUSTO BARBOSA TURRA, TATIANE MUNCINELLI, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA e FABIANO NEVES MACIEYWSKI-.

35. REVISÃO DE CONTRATO-1680/2009-JOÃO TRIVELATO x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.- "Presentes os requisitos legais, recebo a apelação interposta, nos efeitos suspensivo e devolutivo. Dê-se vista

à parte recorrida para apresentar as contrarrazões recursais no prazo de 15 dias." -Adv. do Requerente MARCELO GONÇALVES DA SILVA e Adv. do Requerido LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

36. EXECUÇÃO-0000378-30.2010.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x JULIO CESAR DE MELO-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 10,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Advs. do Requerente MARCOS C. DO AMARAL VANCONCELLOS e GILBERTO PEDRIALI-.

37. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0000706-57.2010.8.16.0148-SANTANDER LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL x ANA MARIA DAMACENO- "Ao autor para manifestação sobre o ofício da Receita Federal de fls. 34/38."-Advs. do Requerente ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, SÉRGIO SCHULZE e CHANDER ALONSO MANFREDI MENEGOLA-.

38. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0000812-19.2010.8.16.0148-SELESTRINO FRANCISCO XAVIER x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo ambos os recursos interpostos em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI, JOÃO CARLOS RODRIGUES GOMES, OTTO FEUCHT, FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e JÉFERSON LUIZ MATIAS-.

39. AÇÃO MONITÓRIA-0001046-98.2010.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x TEREZINHA DE JESUS ROSA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$43,21".-Advs. do Requerente FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES, MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO, PATRICIA GRASSANO PEDALINO e LUIS ANTONIO MONTANHA-.

40. EXECUÇÃO-0001053-90.2010.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x THIAGO WILSON BATISTA LEITE- "A autora sobre o oficio de fls. 86/89 da Comarca de Bela Vista do Paraíso-Pr., expedido nos autos de Carta Precatória nº66/2010 onde deverá haver manifestação sobre o Auto de Penhora, avaliação e intimação."- O-Advs. do Requerente FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO-.

41. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0001211-48.2010.8.16.0148-GILBERTO RIBEIRO DE LIMA x BANCO BANESTADO S/A.- "Ao autor sobre a petição de fls. 167 do requerido apresentando sua desistência ao recurso interposto e extinção da obrigação solicitando remessa dos autos para o contador para conta e cálculo dos honorários."-Advs. do Requerente JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA, JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI e JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA-.

42. REVISÃO DE CONTRATO-0002155-50.2010.8.16.0148-GERALDO MARCELINO CAMPANER x BANCO ITAUCARD S/A.- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente GILBERTO BAUMANN DE LIMA, NILZA APARECIDA SACOMAN BAUMANN DE LIMA, TELMA DE CARVALHO FLEURY, FLÁVIO PIEROBON, DENIS OKAMURA e TIAGO BRENE OLIVEIRA-.

43. EXECUÇÃO-0002278-48.2010.8.16.0148-SHV GAS BRASIL LTDA. x AL3 INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIO LTDA.-ME- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ANDERSON DE AZEVEDO, HENRIQUE AFONSO PIPOLO, HENRIQUE ZANONI, GIACOMO RIZZO, RICARDO CREMONEZI e THALITA VALERIA SANTOS BATINI-.

44. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0002384-10.2010.8.16.0148-APARECIDA BALESTRA RIBEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de outubro próximo, às 14h30min, renovadas as diligências legais".-Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI, HORÁCIO FERNANDES NEGRAO FILHO, FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES, DOUGLAS BONALDI MARANHAO e FABIANA BIANCHINI PICOTTI MORAES-.

45. EXECUÇÃO-0002671-70.2010.8.16.0148-BADEN AUTOMOTORES LTDA. x CARLOS ROGÉRIO ANSELMO-"Ao exequente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente SAVIO ITHAMAR DE QUEIROZ TURRA e CARLOS ALBERTO PAOLIELLO AZEVEDO-.

46. BUSCA E APREENSÃO-0002860-48.2010.8.16.0148-HSBC FINANCE BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x NATALINO CANOS JUNIOR-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente CRYSTIANE LINHARES, IONÉIA ILDA VERONEZE, JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR, ANDRÉA LOPES GERMANO PEREIRA e LARISSA ARAÚJO BRAGA AMORAS-.

47. EXECUÇÃO-0003173-09.2010.8.16.0148-RECOVERY DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISETORIAL x DORIEDSON APARECIDO DOS SANTOS e outro- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

48. REVISÃO DE CONTRATO-0004202-94.2010.8.16.0148-JOÃO ANTÔNIO DA SILVA x CIFRA S/A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- "[...] No caso, verifico que não há elementos a autorizar a medida de urgência pleiteada. Isto porque, na hipótese em tela, o autor não trouxe nenhum documento que indicasse a verossimilhança de suas alegações. Com efeito, não trouxe o comprovante de pagamento da parcela que gerou a inscrição de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, ônus que era seu. Ademais, verifica-se nos autos que o autor teve seu nome incluído nos órgãos de proteção ao crédito pela inadimplemento da parcela com vencimento em 15 de outubro de 2009, sendo que o pedido de depósito das parcelas incontroversas foi deferido somente em 29 de julho de 2010. Não há, portantom em sede de cognição sumária, elementos seguros nos presentes autos para antecipação da tutela, pelo que indefiro o pedido de fls. 229/230. Ademais, destaca-se que mesmo que o autor tivesse trazido aos autos o comprovante de pagamento da referida parcela, o pedido de aplicação de multa diária em desfavor do requerido não prosperaria, tendo em vista que o despacho de fl. 47, indeferiu o pedido de não inclusão do nome do autor no cadastro dos inadimplementes, sendo inaplicável, portanto, no presente caso, a multa diária por descumprimento de decisão". -Adv. do Requerente FABIO BARROZO PULLIN DE ARAÚJO-.

49. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0004211-56.2010.8.16.0148-B.V. LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. x JESULINO ODALIO CORREA JUNIOR- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ENEIDA WIRGUES e FLAVIA DIAS DA SILVA-.

50. CURATELA-0004308-56.2010.8.16.0148-MARGARETE BRIGIDO MOREIRA x VALDECI DONIZETE BISCOLA MOREIRA-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ e ISAAC JOSÉ ALTINO-.

51. EXECUÇAO POR QUANTIA CERTA-0004393-42.2010.8.16.0148-SERVIMED COMERCIAL LTDA. x BRASMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME- "RETIRAR CARTA PRECATORIA, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que esta disponivel no site do tribunal de justiça" -Adv. do Requerente LEONARDO ANACLETO CHAVES-.

52. COBRANÇA-0004405-56.2010.8.16.0148-VAMBERTO GARCIA FIGUEIREDO x EDUARDO CAETANO DA SILVA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Adv. do Requerente MOACIR MÁRIO KRETSCHMAR-.

53. EXECUÇÃO-0004407-26.2010.8.16.0148-DIEGO ALVES DA SILVA x EDUARDO CAETANO DA SILVA-"Diga a autora se tem interesse no prosseguimento da presente ação, devendo requerer o que for de direito, em 48 horas, sob pena de extinção do processo, nos termos da lei". -Adv. do Requerente MOACIR MÁRIO KRETSCHMAR-.

54. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004679-20.2010.8.16.0148-BARBARA BUENO MATIEL x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de outubro próximo, às 16h30min, renovadas as diligências legais".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA e ALEXANDRE DA SILVA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

55. INTERDIÇAO-0004688-79.2010.8.16.0148-MARCOS ORADOR DA ROCHA x ELIAS ORADOR DA ROCHA-"Ao requerente, para que informe esse r. Juízo, sobre eventual realização da perícia judicial, bem com, em relação a emissão do laudo pericial, sob as penas da lei." -Advs. do Requerente BADRYED DA SILVA e DENAÍNE DE ASSIS FONTOLAN-.

56. COBRANÇA-0004826-46.2010.8.16.0148-ADEMIR BIONDO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas"-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI, RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA e FLAVIA REGINA FACCIONE e Advs. do Requerido DOUGLAS DOS SANTOS, GABRIELLA MURARA VIEIRA, MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.

57. COBRANÇA-0004827-31.2010.8.16.0148-JEROSINO DA SILVA LISBOA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 14:00 horas."-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI, RICARDO FRANÇA ROVERI e RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA e Advs. do Requerido MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

58. COBRANÇA-0005191-03.2010.8.16.0148-PAULO CESAR BALSAN x VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente ROGERIO BUENO ELIAS e Advs. do Requerido ELLEN KARINA BORGES SANTOS, LUCIANA MOREIRA DOS SANTOS e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

59. BUSCA E APREENSÃO-0005402-39.2010.8.16.0148-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x ROSELI BORDES CRUZ DA SILVA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

60. COBRANÇA-0005519-30.2010.8.16.0148-ESPOLIO DE JOSÉ URBANO POUZA x BANCO BRADESCO S/A.- "Ao procurador do requerido para pagamento das custas de fls. 112 no valor de R$576,22 do cartório, R$28,09 do contador , mais R$32,59 do Funrus , pagamento através de guias próprias no Site do Tribunal."-Advs. do Requerido GILBERTO PEDRIALI e MARCOS C. DO AMARAL VANCONCELLOS-.

61. REPARAÇAO DE DANOS-0006450-33.2010.8.16.0148-SUPER MONTEIRO LTDA. x FABIO JUNIOR TORELLI- "Redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 20 de outubro próximo, às 13h30min".-Advs. do Requerente MAURICIO FELDMANN DE SCHNAID e ADOLFO FELDMANN DE SCHNAID e Advs. do Requerido JOÃO PAULO DE PAULA KIRSCH e LEANDRO JOSÉ GODINHO-.

62. AÇÃO DECLARATÓRIA-0006452-03.2010.8.16.0148-ROSA AMANDA LOPES DA SILVA x OI (BRASIL TELECOM S/A) e outro- " Diante disso, HOMOLOGO por sentença o acordo firmado entre as partes e julgo extinto o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Expeça-se o competente Alvará em favor da requerente, para levantamento dos valores depositados em conta judicial. Custas e honorários conforme acordado ".-Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS e Advs. do Requerido ANGELA MARIA STEPANIV, ERIKA FERNANDA RAMOS HAUSSLER, PRISCILA PERELLES, SANDRA REGINA RODRIGUES e GRAZIELLE COSTA DOS REIS-.

63. ALVARÁ-0006586-30.2010.8.16.0148-MATHEUS HENRIQUE DA CUNHA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Portanto, face à desistência da ação manifestada pelo autor às fls. 42, EXTIGO o processo, sem apreciação do mérito, o que faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do CPC ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

64. INDENIZAÇÃO-0006662-54.2010.8.16.0148-GERALDO RODRIGUES DA SILVA e outro x BANCO ITAÚ - UNIBANCO S.A.- "Na forma do artigo 523 do CPC, recebo o agravo retido interposto às fls. 78/83. A parte agravada para, querendo, impugnar as razões do recurso, no prazo de lei, após, os autos conclusos para decisão de manutenção ou reforma". -Advs. do Requerente LUIS HENRIQUE FERNANDES e LUCIANO GILVAN BENASSI-.

65. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0006671-16.2010.8.16.0148-CARLOS AUGUSTO PINHEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente ANDREA REGHIN e ELDBERTO MARQUES-.

66. EXECUÇÃO-0000051-51.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x JOLINDA DE MORAES ALVES- "Sobre a avaliação de fls. 126/127, manifestem-se as partes no prazo comum de 10 dias. Não havendo discordância quanto à avaliação, designe-se data para o praceamento do bem constrito". -Adv. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e Adv. do Requerido JULIANA TORRES MILANI-.

67. AÇÃO DECLARATÓRIA-0000168-42.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x ANA CRISTINA DEBETIR DE SOUSA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ALEXANDRE RAINATO GENTA e JOÃO TAVARES DE LIMA NETO-.

68. ARRESTO-0000271-49.2011.8.16.0148-AGENOR PEREIRA DA SILVA x ANTONIO ORTIZ FILHO- ""Cumprindo o artigo 526, CPC, tomo ciência do recurso de agravo interposto da decisão proferida por este Juízo de primeiro grau. Considerando as razões do agravo, mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos. -Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS e Adv. do Requerido PAULO CEZAR DANIEL-.

69. EXECUÇÃO-0000542-58.2011.8.16.0148-BANCO ITAÚ - UNIBANCO S.A. x BRINQUEDOS UNIÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e outros- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$2034,63".-Advs. do Requerente JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA e RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES-.

70. BUSCA E APREENSÃO-0000711-45.2011.8.16.0148-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x THIAGO PAULA DA SILVA- " Posto isso, e nos termos da fundamentação supra, julgo extinto o processo com resolução de mérito, para o fim de julgar PROCEDENTES os pedidos aduzidos por BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCEIRO E FINANCIAMENTO em face de THIAGO PAULA DA SILVA, para o fim de declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, confirmar a medida liminar concedida, consolidando o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem objeto da lide nas mãos da autora, facultando-lhe, nos termos do artigo 2º do mesmo diploma, a alienação de referido bem e, após abatido o valor da dívida, a devolução de eventual saldo remanescente ao réu. Declaro, ainda, a responsabilidade do réu por eventuais multas de trânsito colacionadas no período em que esteve na posse do veículo. Ante sua sucumbência, condeno o réu no pagamento das custas e despesas processuais. Condeno o réu, ainda, no pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono da autora, os quais, atento ao artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, tendo-se em vista o zelo profissional, a desnecessidade de deslocamentos significativos, a relativa simplicidade da causa e a ausência de incidentes processuais, fixo em R$ 150,00 (Cento e cinqüenta reais), devidamente atualizado com a utilização do INPC-IBGE, a partir desta data ".-Advs. do Requerente CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON L. SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

71. EXECUÇÃO-0000739-13.2011.8.16.0148-AGENOR PEREIRA DA SILVA x ANTONIO ORTIZ FILHO- "Diante da decisão prolatada nos autos de embargos à execução, ao autor para se manifestar acerca da avaliação do bem penhorado, bem como para requerer o que entender de direito, dando continuidade a este feito executivo". -Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS-.

72. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0000910-67.2011.8.16.0148-ALFERINO ABREU DE LIMA x BANCO FINASA BMC S/A.-"Ao requerente, sobre a certidão de fls. 21, informando que na data de 29/08/2011 decorreu o prazo de ( 5 ) cinco dias, sem apresentação de contestação pelo requerido." -Adv. do Requerente BRUNO HENRIQUE FERREIRA-.

73. COBRANÇA-0000982-54.2011.8.16.0148-AUGUSTO GUIMARÃES NETO x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.-"As partes, sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina - Pr., fls. 126, comunicando que o exame de lesões corporais, com a finalidade de recebimento indenizatório do seguro DPVAT, em AUGUSTO GUIMARÃES NETO, está agendado para o dia 21/06/2012 às 14:00 horas, neste IML."-Advs. do Requerente CARLOS EDUARDO PINCELLI, JORGE DIAS PAIVA, PEDRO HENRIQUE C. DAMASCENO, CAROLINE ZANETTI PAIVA e ANELISE CRISTINA TORRES PINCELLI e Advs. do Requerido ELLEN KARINA BORGES SANTOS, FERNANDO KIKUCHI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

74. EXECUÇÃO-0001031-95.2011.8.16.0148-ITAÚ UNIBANCO S/A. x VICMÓVEIS INDÚSTRIA LTDA. e outros- "RETIRAR OFICIO, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponível no site do Tribunal de Justiça"-Adv. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI-.

75. BUSCA E APREENSÃO-0001260-55.2011.8.16.0148-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. x SILVANA DA LUZ MOREIRA- " Posto isso, e nos termos da fundamentação supra, julgo extinto o processo com resolução de mérito, para o fim de julgar PROCEDENTES os pedidos aduzidos por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A em face de SILVANA DA LUZ MOREIRA, para o fim de declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, confirmar a medida liminar concedida, consolidando o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem objeto da lide nas mãos do autor, facultando-lhe, nos termos do artigo 2º do mesmo diploma, a alienação de referido bem e, após abatido o valor da dívida, a devolução de eventual saldo remanescente a ré. Declaro, ainda, a responsabilidade da ré por eventuais multas de trânsito colacionadas no período em que esteve na posse do veículo. Ante sua sucumbência, condeno a ré no pagamento das custas e despesas processuais. Condeno a ré, ainda, no pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono do autor, os quais, atento ao artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, tendo-se em vista o zelo profissional, a desnecessidade de deslocamentos significativos, a relativa simplicidade da causa e a ausência de incidentes processuais, fixo em R$ 150,00 (Cento e cinqüenta reais), devidamente atualizado com a utilização do INPC-IBGE, a partir desta data ".-Advs. do Requerente ENEIDA WIRGUES, JULIANA CHAVES DE OLIVEIRA, DANIELE DE BONA, CARLOS EDUARDO CARDOZO BANDEIRA, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA, FERNANDO JOSE GARPAR, KLAUS SCHNITZLER e FERNANDO LUZ PEREIRA-.

76. EXECUÇÃO-0001293-45.2011.8.16.0148-CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA x JOSÉ MACHADO PINHEIRO- "....Sem prejuízo, DEFIRO a penhora sobre o crédito livre do executado, devendo-se oficiar à Usina Alto Alegre determinando que o pagamento da quantia de R$ 19.547,67, dos R $ 81.774,46 devidos ao executado, seja depositada judicialmente, lavrando-se, na seqüência, o competente termo de penhora. Intime-se, ainda, o exeqüente para, acaso o valor que se busca penhorar já tenha sido depositado em conta do executado junto ao mesmo, proceda ao depósito judicial da quantia, lavrando-se, o termo de penhora. Lavrada a penhora, intime-se o executado." - RETIRAR OFÍCIO PARA USINA ALTO ALEGRE, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ dispónivel no site do tribunal de justiça - Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO, PATRICIA GRASSANO PEDALINO e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

77. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0001622-57.2011.8.16.0148-DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOEL ESTEVES- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos recorridos para, querendo, apresentarem suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente ANDRÉA LOPES GERMANO PEREIRA, CRYSTIANE LINHARES, IONÉIA ILDA VERONEZE, JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR e THIAGO COLLETI PODANOSQUI-.

78. EXECUÇÃO-0001805-28.2011.8.16.0148-EUROFRAL INDÚSTRIA DE PRODUTOS HIGIÊNICOS E TERMOPLÁSTICOS LTDA. e outro x GUSTAVO SPERB WOHLENBERG- "A autora sobre a devolução da Carta Precatória de fls. 35/52 da Comarca de Dourados-Ms. com certidão negativa do oficial de justiça."-Advs. do Requerente EDUARDO KOTAKA JUNIOR e JOÃO PAULO SHINITI ITIMURA YAGUI-.

79. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0001913-57.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos no prazo de vinte e quatro horas sob as penas da lei." (carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

80. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0001914-42.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos em vinte e quatro horas sob as penas da lei." (Carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

81. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0002077-22.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos em vinte e quatro horas sob as penas da lei." (Carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO

TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

82. BUSCA E APREENSÃO-0002131-85.2011.8.16.0148-PANAMERICANO S/A. x LUIZ CARLOS DOS SANTOS- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

83. EXECUÇÃO-0002168-15.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x BRUNO ADRIANO DOLCI CORNA- "RETIRAR OFÍCIO, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do tribunal de justiça"-Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

84. EXECUÇÃO-0002172-52.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x FERNANDO CESAR DE ALMEIDA-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça." -Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

85. EXECUÇÃO-0002177-74.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x CARLOS CESAR MARCONI- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$0,00".-Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

86. ALVARÁ-0002203-72.2011.8.16.0148-REIKO DOI x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- "A parte autora, para proceder à emenda a inicial, atribuindo o valor real da causa nos termos do art. 259, do CPC, e, conseqüentemente, recolhendo as respectivas diferenças de custas". -Advs. do Requerente GUSTAVO VISSOCI REICHE e MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS-.

87. ALVARÁ-0002219-26.2011.8.16.0148-APARECIDA INEZ ROBBI DE OLIVEIRA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente a PIS/PASEP e FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, bem como eventual poupança, em nome de APARECIDA INEZ ROBBI DE OLIVEIRA, independentemente de prestação de contas. Dispenso o pagamento das custas judiciais, confirmando os benefícios da Justiça Gratuita ".-Advs. do Requerente PAULO CELSO COSTA, MARCIO RENATO PIERIN, RODRIGO FRANCISCO FERNANDES e POLIANI COCATO GRECCO LONARDONI-.

88. COBRANÇA-0002342-24.2011.8.16.0148-JOSÉ HENRIQUE DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 16/07/2012 às 14:00 horas."-Adv. do Requerente RAFAEL LUCAS GARCIA-.

89. COBRANÇA-0002343-09.2011.8.16.0148-CRISTIANO JACINTO LOPES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal Londrina (IML), designando perícia para o dia 10/07/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente RAFAEL LUCAS GARCIA-.

90. INDENIZAÇÃO-0002530-17.2011.8.16.0148-MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA x CAIXA SEGURADORA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 34-36. Para a audiência de conciliação (Art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 14h00min, na sede deste Juízo. Cite-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

91. INDENIZAÇÃO-0002532-84.2011.8.16.0148-ANA LUZIA PEREIRA x SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 34-36. Para a audiência de conciliação (Art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 14h30min, na sede deste Juízo. Cite-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

92. INDENIZAÇÃO-0002538-91.2011.8.16.0148-MARINO SPIMPOLO x CAIXA SEGURADORA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 43/45. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal de 15 dias, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

93. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002543-16.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros x BANCO DO BRASIL S.A.- "Sobre a impugnação e documentos agregados (fls. 237/268), manifeste-se a embargante, em 10 (dez) dias".-Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES-.

94. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002544-98.2011.8.16.0148-VALDETE GRACINO DE PAULA e outro x BANCO DO BRASIL S.A.- "[...] Ante o exposto, INDEFIRO o efeito suspensivo aos embargos do devedor. INDEFIRO, ainda, o pedido de exclusão dos nomes das embargantes dos cadastros de proteção ao crédito, uma vez que o crédito externado no título executivo se mantém, por ora, hígido. A embargada para se manifestar sobre os embargos no prazo de 15 dias". -Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e Adv. do Requerido LEONARDO BAES LINO DE SOUZA-.

95. ALVARÁ-0002582-13.2011.8.16.0148-ÉRICA MARIA DOS SANTOS x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente a PIS/PASEP e FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, em nome de ÉRICA MARIA DOS SANTOS, observadas ainda as seguintes condições: a) os valores pertencentes à menor deverão ser depositados em conta poupança vinculada ao juízo, em nome da requerente, bem como deverá, no prazo de 30 (trinta dias), ser juntado comprovante do depósito efetuado em favor da menor em conta vinculada a este Juízo, sob pena de responsabilidade. Dispenso o pagamento das custas judiciais, confirmando os benefícios da Justiça Gratuita ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

96. AÇÃO DECLARATÓRIA-0002778-80.2011.8.16.0148-CALÇADOS CAVIUNA LTDA. x CLAUDINA INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.-"Ao requerente, sobre a certidão de fls. 23, informando que a audiência de conciliação designada para o dia 28 às 13:00 horas, restou prejudicada em virtude do AR da carta de citação não ter retornado." -Advs. do Requerente JOSÉ MARIA DA SILVA e KARINA ZANIN DA SILVA-.

97. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002945-97.2011.8.16.0148-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. x AREG INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA. - ME e outro-"À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$ 0,00". -Adv. do Requerente ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

98. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002950-22.2011.8.16.0148-LUIS ALBERTO ADAS DE OLIVEIRA e outro x SONIA BATISTA MOTA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$0,00".-Advs. do Requerente LUIZ DE OLIVEIRA NETTO e ELCIDIO PEREIRA DA FONSECA-.

99. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002957-14.2011.8.16.0148-ANTONIO ORTIZ FILHO x AGENOR PEREIRA DA SILVA- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu efeito meramente devolutivo, nos termos do artigo 520, V, do CPC. Ao recorrido para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente PAULO CEZAR DANIEL e Adv. do Requerido EVERTON SANTANA ALVES-.

100. INDENIZAÇÃO-0003030-83.2011.8.16.0148-MARIANA SANT'ANA OLIVEIRA ROSA DOS SANTOS GUIMARÃES e outro x CLAUDENIR FRACHINI e outro-"Sobre as contestações e documentos agregados, manifestem-se os autores, no prazo de 10 (dez) dias".-Advs. do Requerente IVAN MARTINS TRISTAO e MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II-.

101. EXECUÇÃO-0003094-93.2011.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x KOPA INDÚSTRIA COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. ME. e outro-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 20,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Adv. do Requerente MARIA JOSE STANZANI-.

102. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0003120-91.2011.8.16.0148-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "[...] Analizando os presentes autos, bem como os autos n. 3177-2011, verifica-se que houve duplicidade de oposição de embargos ao devedor pela parte embargante por procuradores distintos. Assim, a parte embargante, para, em 48 horas, informarem quem é o representante legal da empresa embargante". -Advs. do Requerente WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA, ROBERTO BERTHOLDO, LUIZ GUSTAVO MAGALHAES HOLTZ e LAISLA FERNANDA ZENI AUGUSTO-.

103. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0003177-12.2011.8.16.0148-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "[...] Analizando os presentes autos, bem como os autos n. 3120-2011, verifica-se que houve duplicidade de oposição de embargos ao devedor pela parte embargante por procuradores distintos. Assim, a parte embargante, para, em 48 horas, informarem quem é o representante legal da empresa embargante". -Advs. do Requerente OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO e ANGELA MUSSIAU YAMASAKI DE ROSSI-.

104. EXECUÇÃO-0003349-51.2011.8.16.0148-BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A. x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros- "Em fls. 29/30 a requerente pediu a exclusão das partes LUIZA DA SILVA VIOLIN e VALDETE GRACINO DE PAULA alegando que houve erro material ao incluir os referidos nomes no pólo passivo, requerendo também a inclusão dos devedores solidários ELISEU DE PAULA e LUIZ MAURICIO VIOLIN. Compulsando os autos, verifico que não houve ainda a citação dos requeridos, pelo que DEFIRO a substituição do pólo passivo, Ao cartório para que providencie em caráter de urgência a baixa do gravame de LUIZA DA SILVA VIOLIN e VALDETE GRACINO DE PAULA junto ao cartório distribuidor, e para que retifique o pólo passivo da presente demanda. Cumpra-se integralmente o despacho de fls. 27 (frente e verso) atentando-se a retificação do pólo pasivo." - RETIRAR CARTA PRECATÓRIA, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que está disponível no site do tribunal de justiça -Adv. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI-.

105. REVISÃO DE CONTRATO-0003405-84.2011.8.16.0148-SIDNEI NOVAES DE LACERDA x BANCO ABN AMRO REAL S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 19/21. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-

las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família...".-Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

106. REVISÃO DE CONTRATO-0003406-69.2011.8.16.0148-RODRIGO CELSO FERREIRA x BANCO FINASA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 22/24. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal de 15 dias, sob pena de presumirem verdeiros os fatos alegados pela parte autora...".-Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

107. EMBARGOS A EXECUÇAO-0003424-90.2011.8.16.0148-JOLINDA DE MORAES ALVES x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, uma vez que a embargante não forneceu qualquer documento que, realmente, ateste sua impossibilidade de pagar as custas processuais, muito pelo contrário, pelos documentos juntados, não se pressupõe a miserabilidade da autora. Isso poderia facilmente ser demonstrado pela juntada do comprovante de renda, declaração do imposto de renda, comprovação das despesas mensais, dentre outras. [...] Assim determino, que a embargante proceda o recolhimento das custas processuais, inclusive Funrejus, dentro do prazo de 48 horas, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente JULIANA TORRES MILANI-.

108. EMBARGOS A EXECUÇAO-0003425-75.2011.8.16.0148-JOLINDA DE MORAES ALVES x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, uma vez que a embargante não forneceu qualquer documento que, realmente, ateste sua impossibilidade de pagar as custas processuais, muito pelo contrário, pelos documentos juntados, não se pressupõe a miserabilidade da autora. Isso poderia facilmente ser demonstrado pela juntada do comprovante de renda, declaração do imposto de renda, comprovação das despesas mensais, dentre outras. [...] Assim determino, que a embargante proceda o recolhimento das custas processuais, inclusive Funrejus, dentro do prazo de 48 horas, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente JULIANA TORRES MILANI-.

109. COMINATORIA-0003464-72.2011.8.16.0148-FRANCISCA SOARES RIBEIRO x BANCO BMG S/A.- "...Desse modo, frente à existência dos requisitos ensejadores, DEFIRO, EM PARTE, A TUTELA ANTECIPADA PRETENDIDA, excepcionalmente inaudita altera pars, a fim de determinar que a requerida apresente no feito, com cópia entregue diretamente em mãos da autora, e no prazo de 10 dias, instrumento bancário de compensação (ex. boleto), contendo o valor respectivo para a quitação total e antecipada dos contratos n. 201410767 e 209311266, (fls. 15/16), R$11.690,84 e R$2.782,43, respectivamente (CPC, artigos 273 e 461, §§ 3° e 4°). Deverá a parte requerida, ainda levar em consideração na efetivação dos cálculos que os juros e demais acréscimos a serem abatidos proporcionalmente na forma do art. 52, § 2°, do CDC, deverão ser relativos à data virtual de 19.04.2011 (ou seja, não mais incidindo juros e demais encargos daquele termo adiante), efetivando-se, ainda, a compensação com os valores pagos pela requerente posteriormente, estes que deverão ser atualizados pelo INPC, a conta da respectiva quitação de cada prestação. Fixo multa diária para o descumprimento (a ser computada a partir do esgotamento do prazo acima) no importe de R$300,00, sem prejuízo de neste caso, futuramente, também se outorgar à requerente, a possibilidade de depositar os valores que entender cabíveis, com exclusão dos descontos em folha, à luz do art. 461, "caput", parte final, da Lei de ritos (resultado prático equivalente). Para a audiência de conciliação (art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 13h30min, na sede deste Juízo. Citem-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI e FLAVIA REGINA FACCIONE-.

110. EXECUÇÃO-0003470-79.2011.8.16.0148-NIVALDO APARECIDO PIRANI x ANTONIO JUNIOR WILTER SANTOS e outros- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$1,25".-Advs. do Requerente PEDRO GUILHERME KRELING VANZELLA, REGINALDO DE SANTANA e SOLANGE CRISTINA DE LIMA FROES-.

111. ALVARÁ-0003615-38.2011.8.16.0148-HILÁRIO SOARES SANTANA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente ao FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, em nome de ROSELI SOARES SANTANA, independentemente de prestação de contas. Dispenso o pagamento das custas judiciais, uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50. Certificado o trânsito e julgado e comprovado o recolhimento do tributo "causa mortis", expeça-se o competente alvará, na forma requerida à fl. 2/4 ".-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, FLAVIA REGINA FACCIONE e SABINE DENISE GIESEN ROVERI-.

112. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003648-28.2011.8.16.0148-ANDRÉIA DURIGON x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

113. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003650-95.2011.8.16.0148-JULIANA DA SILVA SANGY x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

114. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003651-80.2011.8.16.0148-TÂNIA DOS SANTOS MICHELETTI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

115. REVISÃO DE CONTRATO-0003757-42.2011.8.16.0148-JOÃO BREGAMO x BANCO J SAFRA S.A.- "A lei 1.060/50, na dicção do art. 4º., de fato, garante os benefícios da assistência judiciária gratuita aqueles presumivelmente pobres. [...] No caso, em comento, verifica-se do comprovante de aposentadoria juntada aos autos que o requerente recebe mensalmente o valor de R$ 3.344,88, e ainda, contratou advogado particular, motivos que me levam a crer que possui condições de arcar com as custas. Se não bastasse, o autor financiou a compra de um veículo, em parcelas mensais de R$ 799,78. Ora, quem tem condições de pagar R$ 799,78 em única prestação, tem condições de pagar as custas do processo. Com essas considerações, indefiro o pedido de justiça gratuita. Ao autor para que, em 48 horas, efetue o preparo das custas iniciais, bem como o pagamento da taxa judiciária, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente EDGAR MITSUAKI FUKUDA-.

116. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003767-86.2011.8.16.0148-MARILDA NERES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "...Por todo o exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela. Cite-se o requerido para que apresente contestação no prazo legal...".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, ALEXANDRE DA SILVA, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA e BRUNO ANDRÉ SOARES BETAZZA-.

117. COBRANÇA-0003804-16.2011.8.16.0148-SANDRA GONÇALVES DA MOTA x MAPFRE VERA CRUZ- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

118. BUSCA E APREENSÃO-0003839-73.2011.8.16.0148-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. x ODAIR JOSÉ PEREIRA DE CARVALHO- "RETIRAR CARTA PRECATÓRIA ITINERANTE"-Advs. do Requerente SÉRGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.

119. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0004635-64.2011.8.16.0148-PAULO ROBERTO RODRIGUES MACHADO x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "Trata-se de Embargos à Execução opostos por PAULO ROBERTO RODRIGUES MACHADO face à demanda executiva que lhe move a Fazenda Pública, afirmando que os presentes embargos são tempestivos, tendo em vista que a publicação no diário da justiça ocorreu em 15.07.2011. Entretanto, segundo consta da certidão de fl. 241, dos autos de execução fiscal n. 208/99, o prazo para interposição de embargos teve início em data de 21.06.2011. Assim, considerando que a certidão de fl. 241 goza de fé pública e que o documento de fl. 253 foi expedido por empresa particular de veiculação, que não se reveste de fé pública, ao embargante, para, em 05 cinco dias, apresente cópia da intimação realizada através do Diário da Justiça, sob pena de intempestividade". -Advs. do Requerente ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO, ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO JUNIOR e JOSÉ CARLOS DIZIDÉL MACHADO-.

120. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004670-24.2011.8.16.0148-ROBERTO RADETZKE x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Defiro, ainda, a prioridade no trâmite do feito, , nos termos do artigo 71, da Lei 10.741/2003, devendo-se anotar esta circunstância na capa dos autos. Cite-se, na forma requerida, para apresentação de resposta, n o prazo de sessenta (60) dias (CPC, art. 297 c/c CPC, art. 188), sob pena dde se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora".-Advs. do Requerente DOUGLAS MOREIRA NUNES e EMERSON CARLOS DOS SANTOS-.

121. REVISÃO DE CONTRATO-0004699-74.2011.8.16.0148-GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS x BANCO ABN AMRO REAL S.A.- O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente GERMANO JORGE RODRIGUES-.

122. COBRANÇA-0004707-51.2011.8.16.0148-JOSÉ DE ALMEIDA x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens

móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente ALYSSON VITOR DA SILVA-.

123. REVISÃO DE CONTRATO-0004741-26.2011.8.16.0148-RODRIGO XAVIER DAMASIO x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI e FABIANA BIANCHINI PICOTTI MORAES-.

124. INVENTARIO-0004743-93.2011.8.16.0148-REGINALDO RAQUEL x JOSÉ ROQUE RAQUEL- "Desde já, oficiem-se aos Tabelionatos de Títulos e Protestos, bem assim de Imóveis, dando-lhes ciência da existência da presente ação de inventário. NOMEIO como inventariante, sob compromisso, a pessoa de REGINALDO RAQUEL, devidamente qualificado (a). Expeça-se termo para tanto, intimando-se-o(a) para subscrição. Na seqüência , intime-se a inventariante para que, no prazo de 20 dias, encarte ao processo as primeiras declarações, e documentos indispensáveis à comprovação das alegações nela vertidas. Após, tomem-se por termo as primeiras declarações, na forma do art. 933 do CPC. Tomadas por termo as primeiras declarações, e já participando do processo os herdeiros conhecidos, CITEM-SE as três esferas da Fazenda Pública ( Municipal, Estadual e Federal), pessoalmente, para que, no prazo de 10 dias, desejando, integrem o feito, ofertando casuais impugnações. (CPC, art. 999). Deverão ser entregues aos seus respectivos órgãos de representação Procuradoria do Município, Procuradoria do Estado e Procuradoria da fazenda Nacional), no ato citatório, exemplares/cópias das declarações (CPC, art 999, §§ 2º e 3º). CITEM-SE por edital (CPC, artigos 224 a 230), com prazo de 20 dias, eventuais credores, herdeiros e demais terceiros interessados, para que, desejando, ingressem ou se habilitem neste inventário, cientes de que, pena de preclusão, poderão integrar o feito até antes da realização da partilha, de forma que se assim não realizarem em tempo e modo, somente poderão perseguir eventuais direitos ou créditos em processo autônomo. Inclua-se em todos os chamados (citações) que uma vez concluídas as citações, ficará automaticamente aberto o prazo comum (em cartório), de 10 dias, a fim de que impugnem ou digam sobre as primeiras declarações, cabendo às partes argüirem erros e omissões, reclamarem contra a nomeação do inventariante, ou contestarem a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (CPC, art. 1.000, e incisos). Transposto o prazo acima, dê-se vista dos autos ao ilustre representante do Ministério Público, para que, acaso entenda haver interesse público a motivar sua intervenção, possa adotar as providências descritas no art. 1.000, e incisos, da Lei de Ritos. Havendo impugnação, voltem conclusos. Por outro lado, inexistindo impugnações e esgotado o prazo para tanto, intime-se a Fazenda Pública Municipal, para que, em 20 dias, informe ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações. Por fim, satisfeitos todos os itens acima, voltem conclusos pra fins dos artigos 1.003 e seguintes do Código de Processo Civil." - A AUTORA PARA COMPARECER EM CARTORIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE INVENTARIANTE, sob pena de remocao do cargo-Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS-.

125. NULIDADE-0004744-78.2011.8.16.0148-ESPÓLIO DE CARLOS ALBERTO BORDIN x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA- "...DECIDO. Inicialmente, é necessário se frisar que a antecipação de tutela, por inverter a ordem natural do processo, adiantando provimento jurisdicional sem o devido contraditório, é exceção, e não regra, devendo ser vista sempre com cautela. No caso dos autos, requer-se antecipação de tutela extremamente satisfativa, implicando na prorrogação de dívida contraída com a ré. Neste cenário, entendo que seja de rigor a prévia oitiva da parte contrária, INDEFERINDO, por ora, a concessão da tutela antecipada, a qual será reanalisada após a contestação. Entretanto, com fulcro no art. 273, § 7°, que prevê a fungibilidade entre as tutelas antecipatórias e cautelares, ressaltando a necessidade de o Juiz ressalvar a eficácia de eventual provimento final, DEFIRO, por ora, que os valores a serem eventualmente pagos pela Cooperativa Nova Produtiva sejam feitos de forma judicial. Assim, intime-se a Nova Produtiva, dando ciência desta decisão e determinando que proceda ao pagamento judicial dos valores decorrentes da colheita de cana de açúcar para o autor no ano de 2010. Sem prejuízo, e diante da possibilidade destes valores já terem sido entregues a qualquer das partes, intimem-se estas para que, em caso de recebimento, promovam ao depósito judicial dos mesmos, no prazo de cinco dias. Intimem-se, com urgência. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de quinze dias, sob pena de revelia. Depois, voltem conclusos para reanálise da tutela antecipada. Diligências necessárias".-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

126. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0004748-18.2011.8.16.0148-BOLOTARIO & CIA. ITDA. x FAZENDA NACIONAL- "Recebo os embargos porque tempestivos e opostos por parte legítima. [...] Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS, via de conseqüência determino a realização dos atos executórios nos apensos autos de execução de n. 5959-26-2010. A embargada para impugnar os embargos no prazo de 30 dias". -Adv. do Requerente ANTONIO CARLOS LOVATO-.

127. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0004758-62.2011.8.16.0148-EZEQUIEL GOMES DORTA x BANCO PANAMERICANO S/A.- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade com uma declaração firmada pelo próprio interessado, atestando sua condição de hipossuficiência, ou, alternativamente, mediante outorga de mandato com poderes específicos para tanto. Na mesma ocasião, o interessado deverá apresentar declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial. Prazo de 10 dias". -Adv. do Requerente ANDREA FERNANDES ARAUJO-.

128. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004819-20.2011.8.16.0148-INEZ APARECIDA CORBETTA SGORLON x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se, na forma requerida, para apresentação de resposta, no prazo de sessenta (60) dias (CPC, art. 297 c/c CPC, art. 188), sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte autora...".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA, ALEXANDRE DA SILVA e BRUNO ANDRÉ SOARES BETAZZA-.

129. INDENIZAÇÃO-0004829-64.2011.8.16.0148-REMILDO DADDIO x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com a declaração de hipossuficiência assinada pelo autor, bem como a declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente MARCELO GONÇALVES DA SILVA-.

130. CONDENATÓRIA-0004864-24.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA x COROL AGROENERGIA - USINA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.- "Retirar o ofício, mediante comprovante de recolhimento do valor de R$9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ".-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

131. NULIDADE-0004865-09.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA e outros x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA-"...É o relatório. DECIDO. Inicialmente, é necessário se frisar que a antecipação de tutela, por inverter a ordem natural do processo, adiantando provimento jurisdicional sem o devido contraditório, é exceção, e não regra, devendo ser vista sempre com cautela. No caso dos autos, requer-se antecipação de tutela extremamente satisfativa, implicando na prorrogação de dívida contraída com a ré. Neste cenário, entendo que seja de rigor a previa oitiva da parte contrária, INDEFERINDO, por ora, a concessão da tutela antecipada, a qual será reanalisada após a contestação. Entretanto, com fulcro no art. 273, § 7°, que prevê a fungibilidade entre as tutelas antecipatórias e cautelares, ressaltando a necessidade de o Juiz ressalvar a eficácia de eventual provimento final, DEFIRO, por ora, que os valores a serem eventualmente pagos pela Usina Alto Alegre S.A. sejam feitos de forma judicial. Assim, intime-se a referida Usina, dando ciência desta decisão e determinando que proceda ao pagamento judicial dos valores decorrentes da colheita de cana de açúcar pelos autores neste ano de 2011. Sem prejuízo, e diante da possibilidade destes valores já terem sido entregues a qualquer das partes, intimem-se estas para que, em caso de recebimento, promovam ao depósito judicial dos mesmos, no prazo de cinco dias. Intimem-se, com urgência. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de quinze dias, sob pena de revelia. Depois voltem conclusos para reanálise da tutela antecipada". - RETIRAR O OFÍCIO, mediante recolhimento do valor de R $9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ.-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

132. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0004866-91.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA e outros x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA- "Trata-se de ação cautelar incidental a ação nominada de constitutiva negativa de nulidade de cláusulas em cédulas de crédito rural cumulada com ação declaratória e mandamental de prorrogação de dívida com pedido de antecipação dos efeitos da tutela para declarar o direito dos autores à prorrogação dos vencimentos de uma cédula de crédito rural pignoratícia e uma cédula de crédito bancário. Em que pese haver demanda principal já ajuizada e com pedido de antecipação de tutela de suspensão da exigibilidade do crédito, os autores optaram por também entrar com a presente ação cautelar, cujo objeto se resumiria à tutela inibitória da inscrição de seus nomes em cadastros de proteção ao crédito, com base nos mesmos fundamentos. É, em síntese, o relatório. Inicialmente, de se ressaltar que o pedido ora deduzido era plenamente deduzível no seio da ação principal, na qual já há, inclusive, pedido de antecipação de tutela em amplitude que abarca o objeto da presente cautelar. Entretanto, diante da faculdade processual

para ajuizamento de ação cautelar autônoma incidental, de rigor se conhecer e processar esta. Entendo, assim, que o objeto principal desta é apenas a vedação à inscrição do nome dos autores em cadastros de proteção ao crédito apontados na inicial, na pendência da ação principal. O fumus boni iuris e o periculum in mora, requisitos para esta cautelar, estão, em verdade, na ação principal. Assim, de rigor o seu apensamento. Sem prejuízo a liminar cautelar requerida deverá ter sua análise sobrestada para momento posterior à contestação, nos termos das ponderações efetivadas na ação principal, quando também fora postergado o pedido antecipatório de tutela para após a vinda da contestação. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de cinco dias, sob pena de revelia. Depois, voltem conclusos para reanálise da liminar cautelar, juntamente com a ação principal. Diligências necessárias". - RETIRAR O OFÍCIO, mediante recolhimento do valor de R$9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ. -Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

133. EMBARGOS A EXECUÇAO-0004908-43.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros x UNICRED NORTE DO PARANÁ - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS MEDICOS, PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE E ENMPRESARIOS DA REGIÃO NORTE DO PARANA LTDA.- A parte autora para proceder a emenda a inicial atribuindo o valor da causa nos termos do art. 259 do CPC, e conseqüentemente recolhendo as respectivas diferenças das custas". -Advs. do Requerente LUIS ANTONIO MONTANHA, MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

134. PRESTAÇAO DE CONTAS-0004918-87.2011.8.16.0148-GABRIEL THIAGO DE PAIVA NAVARRO x BANCO SANTANDER S/A.- "Tendo-se em vista a certidão retro, denunciando a existência de bens do requerente da assistência judiciária gratuita, verifica-se que este possui patrimônio suficiente para litigar em Juízo sem a necessidade da gratuidade legal. Com efeito, da análise da certidão da escrivania judicial de fls. 27, verifica-se que há muitos indícios de que o autor tem condições econômicas para custear o presente processo sem necessidade de assistência judiciária gratuita. Por outro lado, o patrocínio da causa por advogado constituído também configura indício, em reforço, de patrimônio para o custeio das despesas processuais. É necessário que se tenha em mente que a atividade jurisdicional tem custos, não sendo legítimo que se garanta o benefício a quem tem condições de arcar com o ônus econômico do Judiciário. Entendimento diverso finda por prejudicar toda a coletividade, que se vê privada de um Judiciário melhor estruturado por ausência de recursos. Também incentiva o desenfreado, e muitas vezes irresponsável, ajuizamento de ações temerárias, em face de seu aparente custo "zero". É óbvio que ninguém gosta de pagar tributo, mas é de grande injustiça garantir isenção a quem não preenche os requisitos da lei. Ante o exposto, INDEFIRO o benefício da assistência judiciária gratuita. À parte autora para recolhimento das custas no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de indeferimento da inicial." - Adv. do Requerente MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II-.

135. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0004932-71.2011.8.16.0148-MARILENE CIVILLA MACHADO RISSE x BANCO ITAU S/A.- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminadamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com a declaração do imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem como os documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

136. AÇÃO DECLARATÓRIA-0004934-41.2011.8.16.0148-THOMAS STEINBRECHER e outro x AVÍCOLA ASTORGA LTDA. e outro- "...Ante o exposto, concedo a liminar inaudita altera parte para que seja sustado/suspenso o protesto do referido título apontado, bem como a retirada do nome do primeiro requerente dos órgãos de proteção ao crédito. Oficie-se ao Cartório de Protesto, ao SERASA, SCPC, e outros órgãos informados pelo autor, para que deem imediato cumprimento a esta decisão. Em caso de nova apresentação para protesto ou nova inscrição em qualquer instituição de proteção ao crédito, na pendência desta liminar, fixo multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) por dia em que constar protestado o título e o nome indevidamente inscrito. Intimem-se as requeridas, com urgência, para que tenham ciência da presente decisão e a cumpram, imediatamente. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora...". - RETIRAR OS OFÍCIOS, mediante comprovante de recolhimento do valor de R$47,00, através de GRC, disponível no sítio do TJ. -Advs. do Requerente NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES, KAREN YUMI SHIGUEOKA e FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA-.

137. AÇÃO ANULATÓRIA-0005049-62.2011.8.16.0148-BIOPAR - BIOENERGIA DO PARANÁ LTDA. x FÓRMULA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INGREDIENTES E ADITIVOS LTDA. e outro- "Retirar os ofícios", mediante recolhimento do valor de R$18,80, através de GRC, disponível no sítio do TJ.-Adv. do Requerente FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA-.

138. REVISÃO DE CONTRATO-0005117-12.2011.8.16.0148-LAURINDO BATISTA DA SILVA x BANCO BANESTADO S/A.- "Tendo-se em vista a certidão retro, denunciando a existência de bens do requerente da assistência judiciária gratuita, verifica-se que este possui patrimônio suficiente para litigar em Juízo sem a necessidade da gratuidade legal. Com efeito, da análise da certidão da escrivania judicial de fls. 122, verifica-se que há muitos indícios de que o autor tem condições econômicas para custear o presente processo sem necessidade de assistência judiciária gratuita. Por outro lado, o patrocínio da causa por advogado constituído também configura indício, em reforço, de patrimônio para o custeio das despesas processuais. É necessário que se tenha em mente que a atividade jurisdicional tem custos, não sendo legítimo que se garanta o benefício a quem tem condições de arcar com o ônus econômico do Judiciário. Entendimento diverso finda por prejudicar toda a coletividade, que se vê privada de um Judiciário melhor estruturado por ausência de recursos. Também incentiva o desenfreado, e muitas vezes irresponsável, ajuizamento de ações temerárias, em face de seu aparente custo "zero". É óbvio que ninguém gosta de pagar tributo, mas é de grande injustiça garantir isenção a quem não preenche os requisitos da lei. Ante o exposto, INDEFIRO o benefício da assistência judiciária gratuita. À parte autora para recolhimento das custas no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de indeferimento da inicial."-Advs. do Requerente JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA, JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA e MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI-.

139. INVENTARIO-0005136-18.2011.8.16.0148-MARIA COSCRATO FAJARDO ARCOS x ELOY FAJARDO ARCOS- À inventariante para comparecer em Cartório a fim de subscrever o Termo de Compromisso de Inventariante. RETIRAR O EDITAL para as devidas publicações em jornal de ampla circulação local, considerando que no E-DJ será publicado no dia 10/10/2011 e OS OFÍCIOS, mediante recolhimento do valor de R$75,20, através de GRC, disponível no sítio do TJ".-Advs. do Requerente JOSÉ ROBERTO BEFFA, ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e MARCO HENRIQUE DAMIÃO BEFFA-.

140. DESPEJO-0005145-77.2011.8.16.0148-EDISON CARLOS FABRI x ROSA MARIA RODRIGUES e outro- RETIRAR OS OFÍCIOS, mediante comprovante de recolhimento da GRC, no valor de R$20,05, disponível no sitio do TJ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

141. INVENTARIO-0005226-26.2011.8.16.0148-ANA PAULA GARCIA x FRANCISLEY ELIAS BUENO- "Desde já, oficiem-se aos Tabelionatos de Títulos e Protestos, bem assim de Imóveis, dando-lhes ciência da existência da presente ação de inventário. NOMEIO como inventariante, sob compromisso, a pessoa de ANA PAULA GARCIA, devidamente qualificado (a). Expeça-se termo para tanto, intimando-se-o(a) para subscrição. Na seqüência , intime-se a inventariante para que, no prazo de 20 dias, encarte ao processo as primeiras declarações, e documentos indispensáveis à comprovação das alegações nela vertidas. Após, tomem-se por termo as primeiras declarações, na forma do art. 933 do CPC. Tomadas por termo as primeiras declarações, e já participando do processo os herdeiros conhecidos, CITEM-SE as três esferas da Fazenda Pública ( Municipal, Estadual e Federal), pessoalmente, para que, no prazo de 10 dias, desejando, integrem o feito, ofertando casuais impugnações. (CPC, art. 999). Deverão ser entregues aos seus respectivos órgãos de representação Procuradoria do Município, Procuradoria do Estado e Procuradoria da fazenda Nacional), no ato citatório, exemplares/cópias das declarações (CPC, art 999, §§ 2º e 3º). CITEM-SE por edital (CPC, artigos 224 a 230), com prazo de 20 dias, eventuais credores, herdeiros e demais terceiros interessados, para que, desejando, ingressem ou se habilitem neste inventário, cientes de que, pena de preclusão, poderão integrar o feito até antes da realização da partilha, de forma que se assim não realizarem em tempo e modo, somente poderão perseguir eventuais direitos ou créditos em processo autônomo. Inclua-se em todos os chamados (citações) que uma vez concluídas as citações, ficará automaticamente aberto o prazo comum (em cartório), de 10 dias, a fim de que impugnem ou digam sobre as primeiras declarações, cabendo às partes argüirem erros e omissões, reclamarem contra a nomeação do inventariante, ou contestarem a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (CPC, art. 1.000, e incisos). Transposto o prazo acima, dê-se vista dos autos ao ilustre representante do Ministério Público, para que, acaso entenda haver interesse público a motivar sua intervenção, possa adotar as providências descritas no art. 1.000, e incisos, da Lei de Ritos. Havendo impugnação, voltem conclusos. Por outro lado, inexistindo impugnações e esgotado o prazo para tanto, intime-se a Fazenda Pública Municipal, para que, em 20 dias, informe ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações. Por fim, satisfeitos todos os itens acima, voltem conclusos pra fins dos artigos 1.003 e seguintes do Código de Processo Civil." - A AUTORA PARA COMPARECER EM CARTORIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE INVENTARIANTE, sob pena de remocao do cargo - Adv. do Requerente JOÃO KLEBER BOMBONATTO-.

142. PROTESTO INTERRUP. PRESCRIÇAO-0005302-50.2011.8.16.0148-FERTIPAR - FERTILIZANTES DO PARANÁ LTDA. x ELISEU DE PAULA e outros-"RETIRAR OFICIOS, devendo recolher a GRJ no valor de R$ 56.40, a qual esta disponivel no site do Tribunal de Justica" -Advs. do Requerente RAFAEL COMAR ALENCAR, CLOVIS SUPLICY WIEDMER FILHO, EDGAR KINDERMANN SPECK, FELIPE RAFAEL FERREIRA e MÁRCIO ANDERSON ARAÚJO-.

143. EXECUÇÃO-0005433-25.2011.8.16.0148-SHV GAS BRASIL LTDA. x COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ANDERSON DE AZEVEDO, ANA CAROLINE N. G. OKAZAKI, HENRIQUE AFONSO PIPOLO, HENRIQUE ZANONI, GIACOMO RIZZO e RICARDO CREMONEZI-.

144. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0005460-08.2011.8.16.0148-AGASIR EDUARDO DA SILVA x CONSELHO REGIONAL DE ENG. ARQUIT. E AGRON. - CREA-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento DE 50%das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 418,30 ( CNPJ

- 78.024.650/0001-64), mais R$ 20,91 do Cartório do Distribuidor ( CNPJ - 10.701.372/0001-07), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente JOÃO MARCELO RIBEIRO e Adv. do Requerido EDUARDO LUIZ CORREIA-.

145. EXECUÇÃO-0005488-73.2011.8.16.0148-GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. x COROL AGROENERGIA USINA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e outro-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ISABELLE MACEDO SOUZA E SILVA e RAFAEL ANTONIO PALOMARES-.

146. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0005491-28.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE- "....Neste cenário, INDEFIRO a liminar inibitória nos termos acima. Cite-se e intime-se a parte requerida desta decisão, bem como para, querendo, oferecer respostas no prazo legal, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora..." - RETIRAR OFICIO DE CITAÇÃO - -Advs. do Requerente LUIS ANTONIO MONTANHA e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

147. DESPEJO-0005494-80.2011.8.16.0148-ROSALY KURSCHAT x EUROMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 446,50 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente CARLOS SERGIO CAPELIN-.

148. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0005498-20.2011.8.16.0148-ITAMARATY INDUSTRIA E COMERCIO S/A x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente EMERSON RODRIGUES DA SILVA, RUY MIRANDA RATTON e JEFFERSON KAMINSKI e Advs. do Requerido LIANA SARMENTO DE MELLO QUARESMA e MARISA DA SILVA SIGULO-.

149. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005516-41.2011.8.16.0148-OLEOFIL FILTROS DESIDRATADORES LTDA. e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA-.

150. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005518-11.2011.8.16.0148-MARIA HELENA GORLA - OLEOFIL. e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA, ILMO TRISTÃO BARBOSA, MACIEL TRISTÃO BARBOSA, THIAGO TRISTAO BARBOSA e VANDERLEY DOIN PACHECO e Advs. do Requerido JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA e RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES-.

151. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005520-78.2011.8.16.0148-ANTONIO ORION DE BARROS - FILTROS ME e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.- "Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário..."-Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA e THIAGO TRISTAO BARBOSA-.

152. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005522-48.2011.8.16.0148-OURO VERDE TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA. e outro x ITAÚ UNIBANCO S/A.- "Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...")-Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA, ILMO TRISTÃO BARBOSA, MACIEL TRISTÃO BARBOSA, THIAGO TRISTAO BARBOSA e VANDERLEY DOIN PACHECO-.

153. REVISÃO DE CONTRATO-0005528-55.2011.8.16.0148-CELSO FIRMINO x AYMORÉ FINANCIAMENTOS-"Ao procurador do autor que compareça em Cartório para assinar petição inicial, no prazo legal." -Advs. do Requerente MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA e VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA-.

154. REVISÃO DE CONTRATO-0005529-40.2011.8.16.0148-CELSO FERMINO x AYMORÉ FINANCIAMENTOS-"Ao procurador do autor que compareça em Cartório para assinar petição inicial, no prazo legal." -Advs. do Requerente MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA e VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA-.

155. REVISÃO DE CONTRATO-0005594-35.2011.8.16.0148-MARCIO GERALDO ZAMBONINI x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente RODRIGO PELISSAO DE ALMEIDA e GUSTAVO REIS MARSON-.

156. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005598-72.2011.8.16.0148-CARLOS VENICIO BRUNO PINHEIRO e outro x BANCO ABN AMRO REAL S.A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br ) (Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

157. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005599-57.2011.8.16.0148-ALESSANDRA HAUG PINHEIRO x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal". ( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

158. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005600-42.2011.8.16.0148-PINHEIRO & HAUG LTDA. x BANCO ITAÚ S/A. ( BANESTADO)-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal". ( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

159. BUSCA E APREENSÃO-0005648-98.2011.8.16.0148-EGURKO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA MADEIRA LTDA. x JJM MÓVEIS LTDA. e outros-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente CRISTIANO CEZAR SANFELICE e CHRISTIANO MARCELO BALDASONI-.

160. EXECUÇÃO FISCAL-0000302-45.2006.8.16.0148-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PR. x SILVANA CLAUDENISE FERNANDES- "URGENTE- A procuradora do autor para remeter nova petição nos autos face a inversão da manifestação destes para os autos nº139/2009 onde este foi feito a Penhora "On Line" no valor de R$1.001,74."-Advs. do Requerente MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, MARISTELA BUSETTI e MARISTELA FREDERICO-.

161. EXECUÇÃO FISCAL-0000515-17.2007.8.16.0148-MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA x EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS A & A S/C. LTDA.- "Comungo do entendimento da parte excipiente no que diz respeito a legitimidade passiva para a execução fiscal. Com efeito, o art. 34 do CTN é expresso em afirmar que o contribuinte do IPTU o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio ou o seu possuidor a qualquer título. Assim, em se tratando de imóvel objeto de compromisso particular de compra e venda, tenho que o contribuinte deva ser o promitente comprador caso este esteja na posse direta do imóvel e já tenha pagado a integralidade do preço. Isso porque o ônus econômico da expropriação do bem para pagamento do tributo propter REM será do compromissário comprador, e não do promitente comprador. Ressalte-se que, em âmbito constitucional, o art. 150, § 3º, ao tratar da imunidade recíproca entre os entes federativos, ressalva a obrigação do promitente comprador particular pelo pagamento do tributo sobre bem público desafetado, objeto de alienação, até então beneficiado pela imunidade tributária. Ante o exposto, ACOLHO a exceção de pré-executividade e decreto a ILEGITIMIDADE passiva do excipiente. Deixo de decretar a extinção do processo, tendo-se em vista que da CDA consta o correto pólo passivo da demanda. Promova-se a citação da requerida constante da CDA deste autos, no endereço declinado na inicial, certificando-se, na sua ausência, em qual endereço esta seria encontrável. Com a noticia de novo endereço, promova-se a citação pessoal via mandado e, se necessário, precatória. Sem prejuízo, e, concomitantemente com as medidas acima, acaso outra for a pessoa do imóvel, ao Oficial de Justiça para promover a sua citação, certificando a que título esta ostenta a posse. Após referidas diligências, vista a Fazenda exeqüente. Por ora, SUSPENSA-se a hasta pública. Sem honorários para excipiente em virtude da sua demora em responder ao chamo judicial, já que fora citada como ré desta demanda em dezembro de 2009."-Advs. do Requerido EDY GUSMÃO TIVANELLO, JULIANA APRYGIO BERTONCELO e ADRIANO ROMEIRO DOS SANTOS-.

162. EXECUÇÃO FISCAL-0002114-20.2009.8.16.0148-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PR. x MARCO APARECIDO MIGUEL- "URGENTE- A procuradora da autora para remeter petição nestes autos com relação a não Penhora "On line", face a inversão das petições (autos 140/2006)-Advs. do Requerente MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, MARISTELA BUSETTI e MARISTELA FREDERICO-.

163. EXECUÇÃO FISCAL-0000213-46.2011.8.16.0148-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA.- "...Portanto, DEFIRO o pedido do exequente e determino à escrivania, que após atualizado o cálculo, seja realizada pelo funcionário cadastrado a "minuta" da ordem de bloqueio, conforme descrito no Manual do Sistema BACEN-JUD 2.0, submetendo-se em seguida ao magistrado para "protocolamento", salientando que o bloqueio será limitado ao valor exeqüendo, incluindo custas processuais e honorários advocatícios. Efetivada a penhora, fica desde já -autorizada sua transferência para conta judicial à disposição deste Juízo, lavrando-se o respectivo termo de penhora e intimando-se, posteriormente, a devedora para, querendo, opor embargos, em 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora. Não realizada a penhora, sobre o prosseguimento manifeste-se o credor, em 05 (cinco) dias. Ante o exposto, REJEITO a exceção de pré- executividade pelas razões supra. Condeno o exequente em honorários advocatícios que arbitro em R$1.000,00 (um mil reais), em virtude do expediente ajuizado, considerando-se a qualidade do trabalho do Procurador da Fazenda Nacional, nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC".-Advs. do Requerido LAISLA FERNANDA ZENI AUGUSTO, LUIZ GUSTAVO MAGALHAES HOLTZ, ROBERTO BERTHOLDO e WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA-.

1. REPARAÇAO DE DANOS-0000019-42.1994.8.16.0148-LUCAS LOPES e outro x DANIEL DE ALMEIDA PORTO-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA-.

2. EXECUÇÃO-0000052-95.1995.8.16.0148-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A. x ANTONIO CARLOS FERMAN e outro-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 20,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Adv. do Requerente SHIROKO NUMATA-.

3. EXECUÇÃO-547/1996-SHIROKO NUMATA x JOAO ZILER DE CARVALHO MELLO- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente SHIROKO NUMATA e DENISE NISHIYAMA PANISIO e Adv. do Requerido DEOBALDO THIAGO DE OLIVEIRA-.

4. AÇÃO MONITÓRIA-499/2002-BANCO ITAU S/A. x AUTO POSTO MARTESA LTDA. e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, FRANCISCO DUARTE CONTE, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO e RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA-.

5. EXECUÇÃO-0000091-48.2002.8.16.0148-BANCO ITAU S/A. x GERMAN TEXTIL LTDA. e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente JOSÉ VALNIR ZAMBRIM, LAURO FERNANDO ZANETTI, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, EVELYN CRISTINA MATTERA, BRUNA MAIRA ROCHA ALMEIDA COELHO, MARIANA PIOVEZANI MORETI, ANDRÉ TOLEDO RODRIGUEZ e ELIANE DEMETRIO e Adv. do Requerido ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA-.

6. AÇÃO MONITÓRIA-0000080-19.2002.8.16.0148-PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A. x WT COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA. e outros- "Nos termos requeridos pela parte exeqüente às fls.182/183, DEFIRO a penhora "online" através do sistema RENAJUD de eventuais veículos existentes em nome do(s) executado(s), atentando-se ao fato de que, aclarado o principio da menor onerosidade do processo ao executado, aludida constrição deverá ser gravada somente sobre a TRANSFERÊNCIA do(s) veículo(s), porquanto, trata-se de medida que visa garantir a efetividade da prestação jurisdicional, passível de ulterior expropriação judicial. Caso positiva a ordem acima, lavre-se TERMO DE PENHORA do(s) veículo(s) bloqueado(s) e intime-se o(s) executado(s) nos termos do artigo 652, 1º, CPC, na pessoa do seu advogado (art. 652, §4º do CPC), não o tendo, pessoalmente e por mandado. DEFIRO a expedição de ofício a Receita Federal solicitando cópia das Declarações de Operações Imobiliárias (D.O.I) e Declaração de imposto de Renda em nome dos executados. Fica o réu intimado, na pessoa do seu advogado, da penhora realizada sobre os veículos M. BENZ/L 1113, placa AAI8798, M. BENZ/1418, placa AJR 0180, REB/VETTOR CA-4.120, placa AEX 6504, REB/BEMFORT BF 350B, placa ABK3262, I/TOYOTA HILUXSW4 SRV 4X4, placa ANJ1846 e REB/ANGOLA AWA, placa ATO 7090, para os devidos fins." - AO AUTOR PARA RETIRAR O OFÍCIO DA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que está disponível no site do Tribunal de Justiça, bem como o respectivo D.A.R.F junto a Receita - -Advs. do Requerente FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO, JOSE DANTAS LOUREIRO NETO, JULIO JACOB JUNIOR e ANDREA CAROLINE MARCONATTO e Advs. do Requerido LUIS CLAUDIO ANDRADE NEVES e ROGERIO FERES GIL-.

7. AÇÃO MONITÓRIA-0000146-62.2003.8.16.0148-B.I.S. x M.C.L. e outros-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 30,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Advs. do Requerente JOSÉ VALNIR ZAMBRIM, LAURO FERNANDO ZANETTI, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI e ELIANE DEMETRIO-.

8. AÇÃO MONITÓRIA-475/2005-CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA x JOSÉ DE ALMEIDA- "A autora sobre o oficio de fls. 176 da Comarca de Mamborê-Pr., informando que os autos de Carta Precatória sob nº 1063-29.2011 encontra-se aguardando pagamento das custas e Avaliação sob pena de devolução."-Advs. do Requerente MÁRIO CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR e SÉRGIO ROBERTO GIATTI RODRIGUES-.

9. EXECUÇÃO-0000210-67.2006.8.16.0148-SEBASTIAO JAMIL BELENONI x FRIGORIFICO FRIGOALFA LTDA.- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R $0,00".-Advs. do Requerente ROSANGELA KHATER, PEDRO RODRIGO KHATER FONTES, HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU, RICARDO DOMINGUES BRITO e MARCIO JOSE DE FARIA PALLA-.

10. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-581/2006-MIGUEL GRECO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao recorrido para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente MARIA ELIZABETH JACOB e PAULO MARTINEZ SAMPAIO MOTA-.

11. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-863/2006-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x JOAO NAVARRO e outros-"À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$ 0.00". -Advs. do Requerente ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO, WALTER LUIS CARNELOSSI, ALESSANDRA HARUMI M. C.TAKAHASHI, FABRICIO LUIZ AKASAKA TORII, IGOR FABRICIO MENEGUELLO, MARCOS AURELIO ALVES TEIXEIRA, RICARDO DE ABREU ARAMBUL e JOSE CARLOS ARAUJO-.

12. AÇÃO DECLARATÓRIA-1679/2007-DIRCE QUIROGA BROIETE x MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA- "Diga a autora se tem interesse no prosseguimento da presente ação, devendo requerer o que for de direito, em 48 horas, sob pena de extinção do processo, nos termos da lei". -Adv. do Requerente PEDRO AUGUSTO BUENO-.

13. AÇÃO MONITÓRIA-0000456-29.2007.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x FIRMO JOSE LUIZ ZAMPA FILHO- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$406,74".-Advs. do Requerente LINO MASSAYUKI ITO, MARCO RODRIGUES DA MATA e ISAAC JOSÉ ALTINO-.

14. BUSCA E APREENSÃO-0000773-90.2008.8.16.0148-OMNI S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CLAUDIO LUQUES ZANIN-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente ADRIANO MUNIZ REBELLO, ABEL ANTONIO REBELLO, ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS, CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS ALCANTARA, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTO e GIOVANNA BENVENUTTI-.

15. INTERDIÇAO-0000777-30.2008.8.16.0148-JANDIRA MARIA DOS SANTOS x JOSÉ HONÓRIO DOS SANTOS NETO-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente JOSÉ MARIA DA SILVA e KARINA ZANIN DA SILVA-.

16. DESPEJO-0000729-71.2008.8.16.0148-ALEX OKUDA x JEFFERSON ADRIANO DE OLIVEIRA- "Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente MARCO HENRIQUE DAMIÃO BEFFA, ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e JOSÉ ROBERTO BEFFA-.

17. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0001102-05.2008.8.16.0148-JÚLIO CESAR FERREIRA x FAZENDA NACIONAL- "Recebo os embargos porque tempestivos e opostos por parte legítima. [...] Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS, via de conseqüência determino a realização dos atos executórios nos apensos autos de execução de n. 139-07-2002. A embargada para impugnar os embargos no prazo de 30 dias". -Adv. do Requerente JOAO CARLOS ZAFALON e Advs. do Requerido ADRIANO MARTINS PORTELINHA e LUCIANO NOGUEIRA DA SILVA-.

18. REVISÃO DE CONTRATO-0000806-80.2008.8.16.0148-MARIA MARLI DE ARAUJO SIGNORI x BANCO PANAMERICANO S/A.- "Ao requerido para recolher a taxa de R$9,40 do oficio expedido para levantamento e transferência do débito

em guia própria no Site do Tribunal." -Adv. do Requerente RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO e Adv. do Requerido ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA-.
19. BUSCA E APREENSÃO-0000860-46.2008.8.16.0148-BANCO FINASA S/A. x DEBORA VIEIRA RUBIS-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente IVAN PEGORARO, MARCOS LEATE e JULIANA PEGORARO BAZZO-.
20. AÇÃO DECLARATÓRIA-0001028-48.2008.8.16.0148-CARVALHO & AVANZI LTDA. x VIGORMAX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e outros- " Em face do exposto, conheço dos embargos declaratórios posto que tempestivos, entretanto REJEITO-OS, não reconhecendo a omissão apontada ".-Advs. do Requerente SILVIO JOSÉ FARINHOLI ARCURI e ANA CAROLINA TURQUINO TURATTO e Advs. do Requerido RENATA PEREIRA DA COSTA DE OLIVEIRA, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI, TIAGO SPOHR CHIESA, ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, MARCOS DUTRA DE ALMEIDA, FERNANDA MOCKEL ROUSSENQ e FERNANDO AUGUSTO OGURA-.
21. COBRANÇA-74/2009-ODAIR FACIO x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 04/07/2012 às 14:00 horas."-Advs. do Requerente JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA BORTOLASSI e SUELI KAZUE MURAMATSU PEREIRA e Advs. do Requerido MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER, ELLEN KARINA BORGES SANTOS e LUCIANA MOREIRA DOS SANTOS-.
22. EXECUÇÃO-0001882-08.2009.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x ANGELA MARIA DOS SANTOS CORRÊA e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Adv. do Requerente WILSON SANCHES MARCONI-.
23. INDENIZAÇÃO-809/2009-JJRM EDITORA DE JORNAIS LTDA e outros x BRASIL TELECOM S/A. - OI- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos recorridos para, querendo, apresentarem suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e JÉFERSON LUIZ MATIAS e Advs. do Requerido ERIKA FERNANDA RAMOS, ANDREA MAGNA UDENAL, SANDRA REGINA RODRIGUES e PRISCILA PERELLES-.
24. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0001540-94.2009.8.16.0148-JOVELINA SCHIMIDT SALVADOR x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo o recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do Código de Processo Civil.Ao apelado para querendo, apresentar suas contra-razões no prazo legal..."-Advs. do Requerente ELISANGELA GUIMARAES DE ANDRADE, SERGIO EDUARDO CANELLA e RENATA SILVA BRANDAO-.
25. COBRANÇA-1082/2009-VERONICE ALVES PEREIRA x VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Medico Legal (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente ROGÉRIO RESINA MOLEZ e Advs. do Requerido FLAVIA BALDUINO DA SILVA, FILIPE VASCONCELOS SACCA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.
26. EXECUÇÃO-0001688-08.2009.8.16.0148-TETRAFERRO LTDA. x CLOVIS EDUARDO FANELLI- "Retirar ofício da Receita Federal com urgência recolhendo as taxas junto ao orgão competente antes retirando o oficio em cartório face o mesmo se encontrar nos autos e recolher a taxa de R$9,40 em guia própria no Site do Tribunal."-Adv. do Requerente MARILICE DUARTE BARROS-.
27. EXECUÇÃO-0001608-44.2009.8.16.0148-GRANOSIL SILOS E EQUIPAMENTOS LTDA. x IBANEZ CORTEZIA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$909,09".-Adv. do Requerente WESLEY TOLEDO RIBEIRO-.
28. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0001531-35.2009.8.16.0148-ODETE GUERRA FRIGUETTO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente FLÁVIA FERNANDES NAVARRO-.
29. AÇÃO MONITÓRIA-0001622-28.2009.8.16.0148-BELAGRICOLA - COM. E REP. DE PROD. AGRICOLAS LTDA. x EULINA SATURNINO e outros- "A autora sobre o oficio e certidão de fls. 117/119 da Comarca de Colider-Mt. requerendo a manifestação da autora nos autos de Carta Precatória sob nº 915.93.2010.811.009."-Advs. do Requerente ROBERTO CARLOS BUENO e THAÍSA COMAR-.
30. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0002149-77.2009.8.16.0148-GERALDO BRITO DE LIMA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente FLÁVIA FERNANDES NAVARRO-.
31. EXECUÇÃO-0001674-24.2009.8.16.0148-B.S.(.S. x E.C.- "A autora sobre o ofício de fls. 76/81 da Receita Federal."-Advs. do Requerente LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.
32. COBRANÇA-1569/2009-TULIO XAVIER MANZON x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.- "Aos interessados sobre o oficio do Instituto Médico Legal de Londrina (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00h."-Advs. do Requerente RICARDO DOMINGUES BRITO, ROSANGELA KHATER, FERNANDA MICHELLE KHATER F. BRITO, PEDRO RODRIGO KHATER FONTES e HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU e Advs. do Requerido MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI, DOUGLAS DOS SANTOS e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.
33. EXECUÇÃO-0002024-12.2009.8.16.0148-C.C.D.A.L. x M.R.V. e outro- "Ao autor sobre a devolução da Carta Precatória de fls. 146/155 com certidão negativa pelo oficial de justiça."-Advs. do Requerente VALDIR DE FREITAS JUNIOR e FÁBIO ROBERTO BITENCOURT QUINATO-.
34. COBRANÇA-1590/2009-LUIS DELONGUI JUNIOR x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Advs. do Requerente WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA e RODRIGO DA COSTA GOMES e Advs. do Requerido FLÁVIO PENTEADO GEROMINI, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, JOSE AUGUSTO BARBOSA TURRA, TATIANE MUNCINELLI, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA e FABIANO NEVES MACIEYWSKI-.
35. REVISÃO DE CONTRATO-1680/2009-JOÃO TRIVELATO x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.- "Presentes os requisitos legais, recebo a apelação interposta, nos efeitos suspensivo e devolutivo. Dê-se vista à parte recorrida para apresentar as contrarrazões recursais no prazo de 15 dias." -Adv. do Requerente MARCELO GONÇALVES DA SILVA e Adv. do Requerido LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.
36. EXECUÇÃO-0000378-30.2010.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x JULIO CESAR DE MELO-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 10,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Advs. do Requerente MARCOS C. DO AMARAL VANCONCELLOS e GILBERTO PEDRIALI-.
37. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0000706-57.2010.8.16.0148-SANTANDER LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL x ANA MARIA DAMACENO- "Ao autor para manifestação sobre o ofício da Receita Federal de fls. 34/38."-Advs. do Requerente ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, SÉRGIO SCHULZE e CHANDER ALONSO MANFREDI MENEGOLA-.
38. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0000812-19.2010.8.16.0148-SELESTRINO FRANCISCO XAVIER x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo ambos os recursos interpostos em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI, JOÃO CARLOS RODRIGUES GOMES, OTTO FEUCHT, FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e JÉFERSON LUIZ MATIAS-.
39. AÇÃO MONITÓRIA-0001046-98.2010.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x TEREZINHA DE JESUS ROSA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$43,21".-Advs. do Requerente FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES, MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO, PATRICIA GRASSANO PEDALINO e LUIS ANTONIO MONTANHA-.
40. EXECUÇÃO-0001053-90.2010.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x THIAGO WILSON BATISTA LEITE- "A autora sobre o oficio de fls. 86/89 da Comarca de Bela Vista do Paraíso-Pr., expedido nos autos de Carta Precatória nº66/2010 onde deverá haver manifestação sobre o Auto de Penhora, avaliação e intimação."- O-Advs. do Requerente FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO-.
41. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0001211-48.2010.8.16.0148-GILBERTO RIBEIRO DE LIMA x BANCO BANESTADO S/A.- "Ao autor sobre a petição de fls. 167 do requerido apresentando sua desistência ao recurso interposto e extinção da obrigação solicitando remessa dos autos para o contador para conta e cálculo dos honorários."-Advs. do Requerente JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA, JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI e JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA-.
42. REVISÃO DE CONTRATO-0002155-50.2010.8.16.0148-GERALDO MARCELINO CAMPANER x BANCO ITAUCARD S/A.- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente GILBERTO BAUMANN DE LIMA, NILZA APARECIDA SACOMAN BAUMANN DE LIMA, TELMA DE CARVALHO FLEURY, FLÁVIO PIEROBON, DENIS OKAMURA e TIAGO BRENE OLIVEIRA-.
43. EXECUÇÃO-0002278-48.2010.8.16.0148-SHV GAS BRASIL LTDA. x AL3 INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIO LTDA.-ME- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ANDERSON DE AZEVEDO, HENRIQUE AFONSO PIPOLO, HENRIQUE ZANONI, GIACOMO RIZZO, RICARDO CREMONEZI e THALITA VALERIA SANTOS BATINI-.
44. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0002384-10.2010.8.16.0148-APARECIDA BALESTRA RIBEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de outubro próximo, às 14h30min, renovadas as diligências legais".-Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI, HORÁCIO FERNANDES NEGRAO FILHO, FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES, DOUGLAS BONALDI MARANHAO e FABIANA BIANCHINI PICOTTI MORAES-.
45. EXECUÇÃO-0002671-70.2010.8.16.0148-BADEN AUTOMOTORES LTDA. x CARLOS ROGÉRIO ANSELMO-"Ao exequente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente SAVIO ITHAMAR DE QUEIROZ TURRA e CARLOS ALBERTO PAOLIELLO AZEVEDO-.
46. BUSCA E APREENSÃO-0002860-48.2010.8.16.0148-HSBC FINANCE BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x NATALINO CANOS JUNIOR-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente CRYSTIANE LINHARES, IONÉIA ILDA VERONEZE, JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR, ANDRÉA LOPES GERMANO PEREIRA e LARISSA ARAÚJO BRAGA AMORAS-.
47. EXECUÇÃO-0003173-09.2010.8.16.0148-RECOVERY DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISETORIAL x DORIEDSON APARECIDO DOS SANTOS e outro- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando

a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

48. REVISÃO DE CONTRATO-0004202-94.2010.8.16.0148-JOÃO ANTÔNIO DA SILVA x CIFRA S/A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- "[...] No caso, verifico que não há elementos a autorizar a medida de urgência pleiteada. Isto porque, na hipótese em tela, o autor não trouxe nenhum documento que indicasse a verossimilhança de suas alegações. Com efeito, não trouxe o comprovante de pagamento da parcela que gerou a inscrição de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, ônus que era seu. Ademais, verifica-se nos autos que o autor teve seu nome incluído nos órgãos de proteção ao crédito pela inadimplemento da parcela com vencimento em 15 de outubro de 2009, sendo que o pedido de depósito das parcelas incontroversas foi deferido somente em 29 de julho de 2010. Não há, portantom em sede de cognição sumária, elementos seguros nos presentes autos para antecipação da tutela, pelo que indefiro o pedido de fls. 229/230. Ademais, destaca-se que mesmo que o autor tivesse trazido aos autos o comprovante de pagamento da referida parcela, o pedido de aplicação de multa diária em desfavor do requerido não prosperaria, tendo em vista que o despacho de fl. 47, indeferiu o pedido de não inclusão do nome do autor no cadastro dos inadimplementes, sendo inaplicável, portanto, no presente caso, a multa diária por descumprimento de decisão". -Adv. do Requerente FABIO BARROZO PULLIN DE ARAÚJO-.

49. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0004211-56.2010.8.16.0148-B.V. LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. x JESULINO ODALIO CORREA JUNIOR- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ENEIDA WIRGUES e FLAVIA DIAS DA SILVA-.

50. CURATELA-0004308-56.2010.8.16.0148-MARGARETE BRIGIDO MOREIRA x VALDECI DONIZETE BISCOLA MOREIRA-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ e ISAAC JOSÉ ALTINO-.

51. EXECUÇAO POR QUANTIA CERTA-0004393-42.2010.8.16.0148-SERVIMED COMERCIAL LTDA. x BRASMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME- "RETIRAR CARTA PRECATORIA, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que esta disponivel no site do tribunal de justiça" -Adv. do Requerente LEONARDO ANACLETO CHAVES-.

52. COBRANÇA-0004405-56.2010.8.16.0148-VAMBERTO GARCIA FIGUEIREDO x EDUARDO CAETANO DA SILVA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Adv. do Requerente MOACIR MÁRIO KRETSCHMAR-.

53. EXECUÇÃO-0004407-26.2010.8.16.0148-DIEGO ALVES DA SILVA x EDUARDO CAETANO DA SILVA-"Diga a autora se tem interesse no prosseguimento da presente ação, devendo requerer o que for de direito, em 48 horas, sob pena de extinção do processo, nos termos da lei". -Adv. do Requerente MOACIR MÁRIO KRETSCHMAR-.

54. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004679-20.2010.8.16.0148-BARBARA BUENO MATIEL x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de outubro próximo, às 16h30min, renovadas as diligências legais".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA e ALEXANDRE DA SILVA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

55. INTERDIÇAO-0004688-79.2010.8.16.0148-MARCOS ORADOR DA ROCHA x ELIAS ORADOR DA ROCHA-"Ao requerente, para que informe esse r. Juízo, sobre eventual realização da perícia judicial, bem com, em relação a emissão do laudo pericial, sob as penas da lei." -Advs. do Requerente BADRYED DA SILVA e DENAÍNE DE ASSIS FONTOLAN-.

56. COBRANÇA-0004826-46.2010.8.16.0148-ADEMIR BIONDO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas"-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI, RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA e FLAVIA REGINA FACCIONE e Advs. do Requerido DOUGLAS DOS SANTOS, GABRIELLA MURARA VIEIRA, MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.

57. COBRANÇA-0004827-31.2010.8.16.0148-JEROSINO DA SILVA LISBOA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 14:00 horas."-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI, RICARDO FRANÇA ROVERI e RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA e Advs. do Requerido MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

58. COBRANÇA-0005191-03.2010.8.16.0148-PAULO CESAR BALSAN x VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente ROGERIO BUENO ELIAS e Advs. do Requerido ELLEN KARINA BORGES SANTOS, LUCIANA MOREIRA DOS SANTOS e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

59. BUSCA E APREENSÃO-0005402-39.2010.8.16.0148-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x ROSELI BORDES CRUZ DA SILVA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

60. COBRANÇA-0005519-30.2010.8.16.0148-ESPOLIO DE JOSÉ URBANO POUZA x BANCO BRADESCO S/A.- "Ao procurador do requerido para pagamento das custas de fls. 112 no valor de R$576,22 do cartório, R$28,09 do contador , mais R$32,59 do Funrus , pagamento através de guias próprias no Site do Tribunal."-Advs. do Requerido GILBERTO PEDRIALI e MARCOS C. DO AMARAL VANCONCELLOS-.

61. REPARAÇAO DE DANOS-0006450-33.2010.8.16.0148-SUPER MONTEIRO LTDA. x FABIO JUNIOR TORELLI- "Redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 20 de outubro próximo, às 13h30min".-Advs. do Requerente MAURICIO FELDMANN DE SCHNAID e ADOLFO FELDMANN DE SCHNAID e Advs. do Requerido JOÃO PAULO DE PAULA KIRSCH e LEANDRO JOSÉ GODINHO-.

62. AÇÃO DECLARATÓRIA-0006452-03.2010.8.16.0148-ROSA AMANDA LOPES DA SILVA x OI (BRASIL TELECOM S/A) e outro- " Diante disso, HOMOLOGO por sentença o acordo firmado entre as partes e julgo extinto o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Expeça-se o competente Alvará em favor da requerente, para levantamento dos valores depositados em conta judicial. Custas e honorários conforme acordado ".-Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS e Advs. do Requerido ANGELA MARIA STEPANIV, ERIKA FERNANDA RAMOS HAUSSLER, PRISCILA PERELLES, SANDRA REGINA RODRIGUES e GRAZIELLE COSTA DOS REIS-.

63. ALVARÁ-0006586-30.2010.8.16.0148-MATHEUS HENRIQUE DA CUNHA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Portanto, face à desistência da ação manifestada pelo autor às fls. 42, EXTIGO o processo, sem apreciação do mérito, o que faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do CPC ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

64. INDENIZAÇÃO-0006662-54.2010.8.16.0148-GERALDO RODRIGUES DA SILVA e outro x BANCO ITAÚ - UNIBANCO S.A.- "Na forma do artigo 523 do CPC, recebo o agravo retido interposto às fls. 78/83. A parte agravada para, querendo, impugnar as razões do recurso, no prazo de lei, após, os autos conclusos para decisão de manutenção ou reforma". -Advs. do Requerente LUIS HENRIQUE FERNANDES e LUCIANO GILVAN BENASSI-.

65. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0006671-16.2010.8.16.0148-CARLOS AUGUSTO PINHEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente ANDREA REGHIN e ELDBERTO MARQUES-.

66. EXECUÇÃO-0000051-51.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x JOLINDA DE MORAES ALVES- "Sobre a avaliação de fls. 126/127, manifestem-se as partes no prazo comum de 10 dias. Não havendo discordância quanto à avaliação, designe-se data para o praceamento do bem constrito". -Adv. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e Adv. do Requerido JULIANA TORRES MILANI-.

67. AÇÃO DECLARATÓRIA-0000168-42.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x ANA CRISTINA DEBETIR DE SOUSA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ALEXANDRE RAINATO GENTA e JOÃO TAVARES DE LIMA NETO-.

68. ARRESTO-0000271-49.2011.8.16.0148-AGENOR PEREIRA DA SILVA x ANTONIO ORTIZ FILHO- ""Cumprindo o artigo 526, CPC, tomo ciência do recurso de agravo interposto da decisão proferida por este Juízo de primeiro grau. Considerando as razões do agravo, mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos. -Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS e Adv. do Requerido PAULO CEZAR DANIEL-.

69. EXECUÇÃO-0000542-58.2011.8.16.0148-BANCO ITAÚ - UNIBANCO S.A. x BRINQUEDOS UNIÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e outros- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$2034,63".-Advs. do Requerente JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA e RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES-.

70. BUSCA E APREENSÃO-0000711-45.2011.8.16.0148-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x THIAGO PAULA DA SILVA- " Posto isso, e nos termos da fundamentação supra, julgo extinto o processo com resolução de mérito, para o fim de julgar PROCEDENTES os pedidos aduzidos por BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCEIRO E FINANCIAMENTO em face de THIAGO PAULA DA SILVA, para o fim de declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, confirmar a medida liminar concedida, consolidando o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem objeto da lide nas mãos da autora, facultando-lhe, nos termos do artigo 2º do mesmo diploma, a alienação de referido bem e, após abatido o valor da dívida, a devolução de eventual saldo remanescente ao réu. Declaro, ainda, a responsabilidade do réu por eventuais multas de trânsito colacionadas no período em que esteve na posse do veículo. Ante sua sucumbência, condeno o réu no pagamento das custas e despesas processuais. Condeno o réu, ainda, no pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono da autora, os quais, atento ao artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, tendo-se em vista o zelo profissional, a desnecessidade de deslocamentos significativos, a relativa simplicidade da causa e a ausência de incidentes processuais, fixo em R$ 150,00 (Cento e cinqüenta reais), devidamente atualizado com a utilização do INPC-IBGE,

a partir desta data ".-Advs. do Requerente CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON L. SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

71. EXECUÇÃO-0000739-13.2011.8.16.0148-AGENOR PEREIRA DA SILVA x ANTONIO ORTIZ FILHO- "Diante da decisão prolatada nos autos de embargos à execução, ao autor para se manifestar acerca da avaliação do bem penhorado, bem como para requerer o que entender de direito, dando continuidade a este feito executivo". -Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS-.

72. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0000910-67.2011.8.16.0148-ALFERINO ABREU DE LIMA x BANCO FINASA BMC S/A.-"Ao requerente, sobre a certidão de fls. 21, informando que na data de 29/08/2011 decorreu o prazo de ( 5 ) cinco dias, sem apresentação de contestação pelo requerido." -Adv. do Requerente BRUNO HENRIQUE FERREIRA-.

73. COBRANÇA-0000982-54.2011.8.16.0148-AUGUSTO GUIMARÃES NETO x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.-"As partes, sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina - Pr., fls. 126, comunicando que o exame de lesões corporais, com a finalidade de recebimento indenizatório do seguro DPVAT, em AUGUSTO GUIMARÃES NETO, está agendado para o dia 21/06/2012 às 14:00 horas, neste IML."-Advs. do Requerente CARLOS EDUARDO PINCELLI, JORGE DIAS PAIVA, PEDRO HENRIQUE C. DAMASCENO, CAROLINE ZANETTI PAIVA e ANELISE CRISTINA TORRES PINCELLI e Advs. do Requerido ELLEN KARINA BORGES SANTOS, FERNANDO KIKUCHI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

74. EXECUÇÃO-0001031-95.2011.8.16.0148-ITAÚ UNIBANCO S/A. x VICMÓVEIS INDÚSTRIA LTDA. e outros- "RETIRAR OFICIO, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponível no site do Tribunal de Justiça"-Adv. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI-.

75. BUSCA E APREENSÃO-0001260-55.2011.8.16.0148-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. x SILVANA DA LUZ MOREIRA- " Posto isso, e nos termos da fundamentação supra, julgo extinto o processo com resolução de mérito, para o fim de julgar PROCEDENTES os pedidos aduzidos por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A em face de SILVANA DA LUZ MOREIRA, para o fim de declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, confirmar a medida liminar concedida, consolidando o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem objeto da lide nas mãos do autor, facultando-lhe, nos termos do artigo 2º do mesmo diploma, a alienação de referido bem e, após abatido o valor da dívida, a devolução de eventual saldo remanescente a ré. Declaro, ainda, a responsabilidade da ré por eventuais multas de trânsito colacionadas no período em que esteve na posse do veículo. Ante sua sucumbência, condeno a ré no pagamento das custas e despesas processuais. Condeno a ré, ainda, no pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono do autor, os quais, atento ao artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, tendo-se em vista o zelo profissional, a desnecessidade de deslocamentos significativos, a relativa simplicidade da causa e a ausência de incidentes processuais, fixo em R$ 150,00 (Cento e cinqüenta reais), devidamente atualizado com a utilização do INPC-IBGE, a partir desta data ".-Advs. do Requerente ENEIDA WIRGUES, JULIANA CHAVES DE OLIVEIRA, DANIELE DE BONA, CARLOS EDUARDO CARDOZO BANDEIRA, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA, FERNANDO JOSE GARPAR, KLAUS SCHNITZLER e FERNANDO LUZ PEREIRA-.

76. EXECUÇÃO-0001293-45.2011.8.16.0148-CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA x JOSÉ MACHADO PINHEIRO- "....Sem prejuízo, DEFIRO a penhora sobre o crédito livre do executado, devendo-se oficiar à Usina Alto Alegre determinando que o pagamento da quantia de R$ 19.547,67, dos R $ 81.774,46 devidos ao executado, seja depositada judicialmente, lavrando-se, na seqüência, o competente termo de penhora. Intime-se, ainda, o exeqüente para, acaso o valor que se busca penhorar já tenha sido depositado em conta do executado junto ao mesmo, proceda ao depósito judicial da quantia, lavrando-se, o termo de penhora. Lavrada a penhora, intime-se o executado." - RETIRAR OFÍCIO PARA USINA ALTO ALEGRE, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ dispónivel no site do tribunal de justiça - Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO, PATRICIA GRASSANO PEDALINO e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

77. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0001622-57.2011.8.16.0148-DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOEL ESTEVES- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos recorridos para, querendo, apresentarem suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente ANDRÉA LOPES GERMANO PEREIRA, CRYSTIANE LINHARES, IONÉIA ILDA VERONEZE, JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR e THIAGO COLLETI PODANOSQUI-.

78. EXECUÇÃO-0001805-28.2011.8.16.0148-EUROFRAL INDÚSTRIA DE PRODUTOS HIGIÊNICOS E TERMOPLÁSTICOS LTDA. e outro x GUSTAVO SPERB WOHLENBERG- "A autora sobre a devolução da Carta Precatória de fls. 35/52 da Comarca de Dourados-Ms. com certidão negativa do oficial de justiça."-Advs. do Requerente EDUARDO KOTAKA JUNIOR e JOÃO PAULO SHINITI ITIMURA YAGUI-.

79. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0001913-57.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos no prazo de vinte e quatro horas sob as penas da lei." (carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

80. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0001914-42.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos em vinte e quatro horas sob as penas da lei." (Carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

81. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0002077-22.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos em vinte e quatro horas sob as penas da lei." (Carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

82. BUSCA E APREENSÃO-0002131-85.2011.8.16.0148-PANAMERICANO S/A. x LUIZ CARLOS DOS SANTOS- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

83. EXECUÇÃO-0002168-15.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x BRUNO ADRIANO DOLCI CORNA- "RETIRAR OFÍCIO, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do tribunal de justiça"-Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

84. EXECUÇÃO-0002172-52.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x FERNANDO CESAR DE ALMEIDA-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça." -Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

85. EXECUÇÃO-0002177-74.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x CARLOS CESAR MARCONI- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$0,00".-Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

86. ALVARÁ-0002203-72.2011.8.16.0148-REIKO DOI x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- "A parte autora, para proceder à emenda a inicial, atribuindo o valor real da causa nos termos do art. 259, do CPC, e, conseqüentemente, recolhendo as respectivas diferenças de custas". -Advs. do Requerente GUSTAVO VISSOCI REICHE e MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS-.

87. ALVARÁ-0002219-26.2011.8.16.0148-APARECIDA INEZ ROBBI DE OLIVEIRA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente a PIS/PASEP e FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, bem como eventual poupança, em nome de APARECIDA INEZ ROBBI DE OLIVEIRA, independentemente de prestação de contas. Dispenso o pagamento das custas judiciais, confirmando os benefícios da Justiça Gratuita ".-Advs. do Requerente PAULO CELSO COSTA, MARCIO RENATO PIERIN, RODRIGO FRANCISCO FERNANDES e POLIANI COCATO GRECCO LONARDONI-.

88. COBRANÇA-0002342-24.2011.8.16.0148-JOSÉ HENRIQUE DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 16/07/2012 às 14:00 horas."-Adv. do Requerente RAFAEL LUCAS GARCIA-.

89. COBRANÇA-0002343-09.2011.8.16.0148-CRISTIANO JACINTO LOPES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal Londrina (IML), designando perícia para o dia 10/07/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente RAFAEL LUCAS GARCIA-.

90. INDENIZAÇÃO-0002530-17.2011.8.16.0148-MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA x CAIXA SEGURADORA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 34-36. Para a audiência de conciliação (Art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 14h00min, na sede deste Juízo. Cite-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

91. INDENIZAÇÃO-0002532-84.2011.8.16.0148-ANA LUZIA PEREIRA x SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 34-36. Para a audiência de conciliação (Art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 14h30min, na sede deste Juízo. Cite-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

92. INDENIZAÇÃO-0002538-91.2011.8.16.0148-MARINO SPIMPOLO x CAIXA SEGURADORA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 43/45. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal de 15 dias, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

93. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002543-16.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros x BANCO DO BRASIL S.A.- "Sobre a impugnação e documentos agregados (fls. 237/268), manifeste-se a embargante, em 10 (dez) dias".-Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES-.

94. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002544-98.2011.8.16.0148-VALDETE GRACINO DE PAULA e outro x BANCO DO BRASIL S.A.- "[...] Ante o exposto, INDEFIRO o efeito suspensivo aos embargos do devedor. INDEFIRO, ainda, o pedido de exclusão dos nomes das embargantes dos cadastros de proteção ao crédito, uma vez que o crédito externado no título executivo se mantém, por ora, hígido. A embargada para se manifestar sobre os embargos no prazo de 15 dias". -Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e Adv. do Requerido LEONARDO BAES LINO DE SOUZA-.

95. ALVARÁ-0002582-13.2011.8.16.0148-ÉRICA MARIA DOS SANTOS x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente a PIS/PASEP e FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, em nome de ÉRICA MARIA DOS SANTOS, observadas ainda as seguintes condições: a) os valores pertencentes à menor deverão ser depositados em conta poupança vinculada ao juízo, em nome da requerente, bem como deverá, no prazo de 30 (trinta dias), ser juntado comprovante do depósito efetuado em favor da menor em conta vinculada a este Juízo, sob pena de responsabilidade. Dispenso o pagamento das custas judiciais, confirmando os benefícios da Justiça Gratuita ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

96. AÇÃO DECLARATÓRIA-0002778-80.2011.8.16.0148-CALÇADOS CAVIUNA LTDA. x CLAUDINA INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.-"Ao requerente, sobre a certidão de fls. 23, informando que a audiência de conciliação designada para o dia 28 às 13:00 horas, restou prejudicada em virtude do AR da carta de citação não ter retornado." -Advs. do Requerente JOSÉ MARIA DA SILVA e KARINA ZANIN DA SILVA-.

97. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002945-97.2011.8.16.0148-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. x AREG INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA. - ME e outro-"À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$ 0,00". -Adv. do Requerente ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

98. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002950-22.2011.8.16.0148-LUIS ALBERTO ADAS DE OLIVEIRA e outro x SONIA BATISTA MOTA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$0,00".-Advs. do Requerente LUIZ DE OLIVEIRA NETTO e ELCIDIO PEREIRA DA FONSECA-.

99. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002957-14.2011.8.16.0148-ANTONIO ORTIZ FILHO x AGENOR PEREIRA DA SILVA- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu efeito meramente devolutivo, nos termos do artigo 520, V, do CPC. Ao recorrido para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente PAULO CEZAR DANIEL e Adv. do Requerido EVERTON SANTANA ALVES-.

100. INDENIZAÇÃO-0003030-83.2011.8.16.0148-MARIANA SANT'ANA OLIVEIRA ROSA DOS SANTOS GUIMARÃES e outro x CLAUDENIR FRACHINI e outro- "Sobre as contestações e documentos agregados, manifestem-se os autores, no prazo de 10 (dez) dias".-Advs. do Requerente IVAN MARTINS TRISTAO e MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II-.

101. EXECUÇÃO-0003094-93.2011.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x KOPA INDÚSTRIA COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. ME. e outro-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 20,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Adv. do Requerente MARIA JOSE STANZANI-.

102. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0003120-91.2011.8.16.0148-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "[...] Analizando os presentes autos, bem como os autos n. 3177-2011, verifica-se que houve duplicidade de oposição de embargos ao devedor pela parte embargante por procuradores distintos. Assim, a parte embargante, para, em 48 horas, informarem quem é o representante legal da empresa embargante". -Advs. do Requerente WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA, ROBERTO BERTHOLDO, LUIZ GUSTAVO MAGALHAES HOLTZ e LAISLA FERNANDA ZENI AUGUSTO-.

103. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0003177-12.2011.8.16.0148-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "[...] Analizando os presentes autos, bem como os autos n. 3120-2011, verifica-se que houve duplicidade de oposição de embargos ao devedor pela parte embargante por procuradores distintos. Assim, a parte embargante, para, em 48 horas, informarem quem é o representante legal da empresa embargante". -Advs. do Requerente OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO e ANGELA MUSSIAU YAMASAKI DE ROSSI-.

104. EXECUÇÃO-0003349-51.2011.8.16.0148-BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A. x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros- "Em fls. 29/30 a requerente pediu a exclusão das partes LUIZA DA SILVA VIOLIN e VALDETE GRACINO DE PAULA alegando que houve erro material ao incluir os referidos nomes no pólo passivo, requerendo também a inclusão dos devedores solidários ELISEU DE PAULA e LUIZ MAURICIO VIOLIN. Compulsando os autos, verifico que não houve ainda a citação dos requeridos, pelo que DEFIRO a substituição do pólo passivo, Ao cartório para que providencie em caráter de urgência a baixa do gravame de LUIZA DA SILVA VIOLIN e VALDETE GRACINO DE PAULA junto ao cartório distribuidor, e para que retifique o pólo passivo da presente demanda. Cumpra-se integralmente o despacho de fls. 27 (frente e verso) atentando-se a retificação do pólo pasivo." - RETIRAR CARTA PRECATÓRIA, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que está disponível no site do tribunal de justiça -Adv. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI-.

105. REVISÃO DE CONTRATO-0003405-84.2011.8.16.0148-SIDNEI NOVAES DE LACERDA x BANCO ABN AMRO REAL S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 19/21. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família...".-Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

106. REVISÃO DE CONTRATO-0003406-69.2011.8.16.0148-RODRIGO CELSO FERREIRA x BANCO FINASA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 22/24. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal de 15 dias, sob pena de presumirem verdeiros os fatos alegados pela parte autora...".-Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

107. EMBARGOS A EXECUÇAO-0003424-90.2011.8.16.0148-JOLINDA DE MORAES ALVES x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, uma vez que a embargante não forneceu qualquer documento que, realmente, ateste sua impossibilidade de pagar as custas processuais, muito pelo contrário, pelos documentos juntados, não se pressupõe a miserabilidade da autora. Isso poderia facilmente ser demonstrado pela juntada do comprovante de renda, declaração do imposto de renda, comprovação das despesas mensais, dentre outras. [...] Assim determino, que a embargante proceda o recolhimento das custas processuais, inclusive Funrejus, dentro do prazo de 48 horas, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente JULIANA TORRES MILANI-.

108. EMBARGOS A EXECUÇAO-0003425-75.2011.8.16.0148-JOLINDA DE MORAES ALVES x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, uma vez que a embargante não forneceu qualquer documento que, realmente, ateste sua impossibilidade de pagar as custas processuais, muito pelo contrário, pelos documentos juntados, não se pressupõe a miserabilidade da autora. Isso poderia facilmente ser demonstrado pela juntada do comprovante de renda, declaração do imposto de renda, comprovação das despesas mensais, dentre outras. [...] Assim determino, que a embargante proceda o recolhimento das custas processuais, inclusive Funrejus, dentro do prazo de 48 horas, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente JULIANA TORRES MILANI-.

109. COMINATORIA-0003464-72.2011.8.16.0148-FRANCISCA SOARES RIBEIRO x BANCO BMG S/A.- "...Desse modo, frente à existência dos requisitos ensejadores, DEFIRO, EM PARTE, A TUTELA ANTECIPADA PRETENDIDA, excepcionalmente inaudita altera pars, a fim de determinar que a requerida apresente no feito, com cópia entregue diretamente em mãos da autora, e no prazo de 10 dias, instrumento bancário de compensação (ex. boleto), contendo o valor respectivo para a quitação total e antecipada dos contratos n. 201410767 e 209311266, (fls. 15/16), R$11.690,84 e R$2.782,43, respectivamente (CPC, artigos 273 e 461, §§ 3° e 4°). Deverá a parte requerida, ainda levar em consideração na efetivação dos cálculos que os juros e demais acréscimos a serem abatidos proporcionalmente na forma do art. 52, § 2°, do CDC, deverão ser relativos à data virtual de 19.04.2011 (ou seja, não mais incidindo juros e demais encargos daquele termo adiante), efetivando-se, ainda, a compensação com os valores pagos pela requerente posteriormente, estes que deverão ser atualizados pelo INPC, a conta da respectiva quitação de cada prestação. Fixo multa diária para o descumprimento (a ser computada a partir do esgotamento do prazo acima) no importe de R$300,00, sem prejuízo de neste caso, futuramente, também se outorgar à requerente, a possibilidade de depositar os valores que entender cabíveis, com exclusão dos descontos em folha, à luz do art. 461, "caput", parte final, da Lei de ritos (resultado prático equivalente). Para a audiência de conciliação (art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 13h30min, na sede deste Juízo. Citem-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI e FLAVIA REGINA FACCIONE-.

110. EXECUÇÃO-0003470-79.2011.8.16.0148-NIVALDO APARECIDO PIRANI x ANTONIO JUNIOR WILTER SANTOS e outros- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$1,25".-Advs. do Requerente PEDRO GUILHERME KRELING VANZELLA, REGINALDO DE SANTANA e SOLANGE CRISTINA DE LIMA FROES-.

111. ALVARÁ-0003615-38.2011.8.16.0148-HILÁRIO SOARES SANTANA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente ao FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, em nome de ROSELI SOARES SANTANA, independentemente de prestação de contas. Dispenso o pagamento das custas judiciais, uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50. Certificado o trânsito e julgado e comprovado o recolhimento do tributo "causa mortis", expeça-se o competente alvará, na forma requerida à fl. 2/4 ".-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, FLAVIA REGINA FACCIONE e SABINE DENISE GIESEN ROVERI-.

112. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003648-28.2011.8.16.0148-ANDRÉIA DURIGON x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.
113. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003650-95.2011.8.16.0148-JULIANA DA SILVA SANGY x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.
114. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003651-80.2011.8.16.0148-TÂNIA DOS SANTOS MICHELETTI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.
115. REVISÃO DE CONTRATO-0003757-42.2011.8.16.0148-JOÃO BREGAMO x BANCO J SAFRA S.A.- "A lei 1.060/50, na dicção do art. 4º., de fato, garante os benefícios da assistência judiciária gratuita aqueles presumivelmente pobres. [...] No caso, em comento, verifica-se do comprovante de aposentadoria juntada aos autos que o requerente recebe mensalmente o valor de R$ 3.344,88, e ainda, contratou advogado particular, motivos que me levam a crer que possui condições de arcar com as custas. Se não bastasse, o autor financiou a compra de um veículo, em parcelas mensais de R$ 799,78. Ora, quem tem condições de pagar R$ 799,78 em única prestação, tem condições de pagar as custas do processo. Com essas considerações, indefiro o pedido de justiça gratuita. Ao autor para que, em 48 horas, efetue o preparo das custas iniciais, bem como o pagamento da taxa judiciária, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente EDGAR MITSUAKI FUKUDA-.
116. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003767-86.2011.8.16.0148-MARILDA NERES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "...Por todo o exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela. Cite-se o requerido para que apresente contestação no prazo legal...".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, ALEXANDRE DA SILVA, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA e BRUNO ANDRÉ SOARES BETAZZA-.
117. COBRANÇA-0003804-16.2011.8.16.0148-SANDRA GONÇALVES DA MOTA x MAPFRE VERA CRUZ- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.
118. BUSCA E APREENSÃO-0003839-73.2011.8.16.0148-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. x ODAIR JOSÉ PEREIRA DE CARVALHO- "RETIRAR CARTA PRECATÓRIA ITINERANTE"-Advs. do Requerente SÉRGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.
119. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0004635-64.2011.8.16.0148-PAULO ROBERTO RODRIGUES MACHADO x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "Trata-se de Embargos à Execução opostos por PAULO ROBERTO RODRIGUES MACHADO face à demanda executiva que lhe move a Fazenda Pública, afirmando que os presentes embargos são tempestivos, tendo em vista que a publicação no diário da justiça ocorreu em 15.07.2011. Entretanto, segundo consta da certidão de fl. 241, dos autos de execução fiscal n. 208/99, o prazo para interposição de embargos teve início em data de 21.06.2011. Assim, considerando que a certidão de fl. 241 goza de fé pública e que o documento de fl. 253 foi expedido por empresa particular de veiculação, que não se reveste de fé pública, ao embargante, para, em 05 cinco dias, apresente cópia da intimação realizada através do Diário da Justiça, sob pena de intempestividade". -Advs. do Requerente ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO, ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO JUNIOR e JOSÉ CARLOS DIZIDÉL MACHADO-.
120. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004670-24.2011.8.16.0148-ROBERTO RADETZKE x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Defiro, ainda, a prioridade no trâmite do feito, , nos termos do artigo 71, da Lei 10.741/2003, devendo-se anotar esta circunstância na capa dos autos. Cite-se, na forma requerida, para apresentação de resposta, n o prazo de sessenta (60) dias (CPC, art. 297 c/c CPC, art. 188), sob pena dde se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora".-Advs. do Requerente DOUGLAS MOREIRA NUNES e EMERSON CARLOS DOS SANTOS-.
121. REVISÃO DE CONTRATO-0004699-74.2011.8.16.0148-GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS x BANCO ABN AMRO REAL S.A.- O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente GERMANO JORGE RODRIGUES-.
122. COBRANÇA-0004707-51.2011.8.16.0148-JOSÉ DE ALMEIDA x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente ALYSSON VITOR DA SILVA-.
123. REVISÃO DE CONTRATO-0004741-26.2011.8.16.0148-RODRIGO XAVIER DAMASIO x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI e FABIANA BIANCHINI PICOTTI MORAES-.
124. INVENTARIO-0004743-93.2011.8.16.0148-REGINALDO RAQUEL x JOSÉ ROQUE RAQUEL- "Desde já, oficiem-se aos Tabelionatos de Títulos e Protestos, bem assim de Imóveis, dando-lhes ciência da existência da presente ação de inventário. NOMEIO como inventariante, sob compromisso, a pessoa de REGINALDO RAQUEL, devidamente qualificado (a). Expeça-se termo para tanto, intimando-se-o(a) para subscrição. Na seqüência , intime-se a inventariante para que, no prazo de 20 dias, encarte ao processo as primeiras declarações, e documentos indispensáveis à comprovação das alegações nela vertidas. Após, tomem-se por termo as primeiras declarações, na forma do art. 933 do CPC. Tomadas por termo as primeiras declarações, e já participando do processo os herdeiros conhecidos, CITEM-SE as três esferas da Fazenda Pública ( Municipal, Estadual e Federal), pessoalmente, para que, no prazo de 10 dias, desejando, integrem o feito, ofertando casuais impugnações. (CPC, art. 999). Deverão ser entregues aos seus respectivos órgãos de representação Procuradoria do Município, Procuradoria do Estado e Procuradoria da fazenda Nacional), no ato citatório, exemplares/cópias das declarações (CPC, art 999, §§ 2º e 3º). CITEM-SE por edital (CPC, artigos 224 a 230), com prazo de 20 dias, eventuais credores, herdeiros e demais terceiros interessados, para que, desejando, ingressem ou se habilitem neste inventário, cientes de que, pena de preclusão, poderão integrar o feito até antes da realização da partilha, de forma que se assim não realizarem em tempo e modo, somente poderão perseguir eventuais direitos ou créditos em processo autônomo. Inclua-se em todos os chamados (citações) que uma vez concluídas as citações, ficará automaticamente aberto o prazo comum (em cartório), de 10 dias, a fim de que impugnem ou digam sobre as primeiras declarações, cabendo às partes argüirem erros e omissões, reclamarem contra a nomeação do inventariante, ou contestarem a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (CPC, art. 1.000, e incisos). Transposto o prazo acima, dê-se vista dos autos ao ilustre representante do Ministério Público, para que, acaso entenda haver interesse público a motivar sua intervenção, possa adotar as providências descritas no art. 1.000, e incisos, da Lei de Ritos. Havendo impugnação, voltem conclusos. Por outro lado, inexistindo impugnações e esgotado o prazo para tanto, intime-se a Fazenda Pública Municipal, para que, em 20 dias, informe ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações. Por fim, satisfeitos todos os itens acima, voltem conclusos pra fins dos artigos 1.003 e seguintes do Código de Processo Civil." - A AUTORA PARA COMPARECER EM CARTORIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE INVENTARIANTE, sob pena de remocao do cargo-Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS-.
125. NULIDADE-0004744-78.2011.8.16.0148-ESPÓLIO DE CARLOS ALBERTO BORDIN x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA- "...DECIDO. Inicialmente, é necessário se frisar que a antecipação de tutela, por inverter a ordem natural do processo, adiantando provimento jurisdicional sem o devido contraditório, é exceção, e não regra, devendo ser vista sempre com cautela. No caso dos autos, requer-se antecipação de tutela extremamente satisfativa, implicando na prorrogação de dívida contraída com a ré. Neste cenário, entendo que seja de rigor a prévia oitiva da parte contrária, INDEFERINDO, por ora, a concessão da tutela antecipada, a qual será reanalisada após a contestação. Entretanto, com fulcro no art. 273, § 7°, que prevê a fungibilidade entre as tutelas antecipatórias e cautelares, ressaltando a necessidade de o Juiz ressalvar a eficácia de eventual provimento final, DEFIRO, por ora, que os valores a serem eventualmente pagos pela Cooperativa Nova Produtiva sejam feitos de forma judicial. Assim, intime-se a Nova Produtiva, dando ciência desta decisão e determinando que proceda ao pagamento judicial dos valores decorrentes da colheita de cana de açúcar para o autor no ano de 2010. Sem prejuízo, e diante da possibilidade destes valores já terem sido entregues a qualquer das partes, intimem-se estas para que, em caso de recebimento, promovam ao depósito judicial dos mesmos, no prazo de cinco dias. Intimem-se, com urgência. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de quinze dias, sob pena de revelia. Depois, voltem conclusos para reanálise da tutela antecipada. Diligências necessárias".-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

126. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0004748-18.2011.8.16.0148-BOLOTARIO & CIA. ITDA. x FAZENDA NACIONAL- "Recebo os embargos porque tempestivos e opostos por parte legítima. [...] Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS, via de conseqüência determino a realização dos atos executórios nos apensos autos de execução de n. 5959-26-2010. A embargada para impugnar os embargos no prazo de 30 dias". -Adv. do Requerente ANTONIO CARLOS LOVATO-.

127. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0004758-62.2011.8.16.0148-EZEQUIEL GOMES DORTA x BANCO PANAMERICANO S/A.- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade com uma declaração firmada pelo próprio interessado, atestando sua condição de hipossuficiência, ou, alternativamente, mediante outorga de mandato com poderes específicos para tanto. Na mesma ocasião, o interessado deverá apresentar declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial. Prazo de 10 dias". -Adv. do Requerente ANDREA FERNANDES ARAUJO-.

128. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004819-20.2011.8.16.0148-INEZ APARECIDA CORBETTA SGORLON x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se, na forma requerida, para apresentação de resposta, no prazo de sessenta (60) dias (CPC, art. 297 c/c CPC, art. 188), sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte autora...".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA, ALEXANDRE DA SILVA e BRUNO ANDRÉ SOARES BETAZZA-.

129. INDENIZAÇÃO-0004829-64.2011.8.16.0148-REMILDO DADDIO x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com a declaração de hipossuficiência assinada pelo autor, bem como a declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente MARCELO GONÇALVES DA SILVA-.

130. CONDENATÓRIA-0004864-24.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA x COROL AGROENERGIA - USINA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.- "Retirar o ofício, mediante comprovante de recolhimento do valor de R$9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ".-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

131. NULIDADE-0004865-09.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA e outros x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA-"...É o relatório. DECIDO. Inicialmente, é necessário se frisar que a antecipação de tutela, por inverter a ordem natural do processo, adiantando provimento jurisdicional sem o devido contraditório, é exceção, e não regra, devendo ser vista sempre com cautela. No caso dos autos, requer-se antecipação de tutela extremamente satisfativa, implicando na prorrogação de dívida contraída com a ré. Neste cenário, entendo que seja de rigor a previa oitiva da parte contrária, INDEFERINDO, por ora, a concessão da tutela antecipada, a qual será reanalisada após a contestação. Entretanto, com fulcro no art. 273, § 7°, que prevê a fungibilidade entre as tutelas antecipatórias e cautelares, ressaltando a necessidade de o Juiz ressalvar a eficácia de eventual provimento final, DEFIRO, por ora, que os valores a serem eventualmente pagos pela Usina Alto Alegre S.A. sejam feitos de forma judicial. Assim, intime-se a referida Usina, dando ciência desta decisão e determinando que proceda ao pagamento judicial dos valores decorrentes da colheita de cana de açúcar pelos autores neste ano de 2011. Sem prejuízo, e diante da possibilidade destes valores já terem sido entregues a qualquer das partes, intimem-se estas para que, em caso de recebimento, promovam ao depósito judicial dos mesmos, no prazo de cinco dias. Intimem-se, com urgência. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de quinze dias, sob pena de revelia. Depois voltem conclusos para reanálise da tutela antecipada". - RETIRAR O OFÍCIO, mediante recolhimento do valor de R $9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ.-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

132. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0004866-91.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA e outros x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA- "Trata-se de ação cautelar incidental a ação nominada de constitutiva negativa de nulidade de cláusulas em cédulas de crédito rural cumulada com ação declaratória e mandamental de prorrogação de dívida com pedido de antecipação dos efeitos da tutela para declarar o direito dos autores à prorrogação dos vencimentos de uma cédula de crédito rural pignoratícia e uma cédula de crédito bancário. Em que pese haver demanda principal já ajuizada e com pedido de antecipação de tutela de suspensão da exigibilidade do crédito, os autores optaram por também entrar com a presente ação cautelar, cujo objeto se resumiria à tutela inibitória da inscrição de seus nomes em cadastros de proteção ao crédito, com base nos mesmos fundamentos. É, em síntese, o relatório. Inicialmente, de se ressaltar que o pedido ora deduzido era plenamente deduzível no seio da ação principal, na qual já há, inclusive, pedido de antecipação de tutela em amplitude que abarca o objeto da presente cautelar. Entretanto, diante da faculdade processual para ajuizamento de ação cautelar autônoma incidental, de rigor se conhecer e processar esta. Entendo, assim, que o objeto principal desta é apenas a vedação à inscrição do nome dos autores em cadastros de proteção ao crédito apontados na inicial, na pendência da ação principal. O fumus boni iuris e o periculum in mora, requisitos para esta cautelar, estão, em verdade, na ação principal. Assim, de rigor o seu apensamento. Sem prejuízo a liminar cautelar requerida deverá ter sua análise sobrestada para momento posterior à contestação, nos termos das ponderações efetivadas na ação principal, quando também fora postergado o pedido antecipatório de tutela para após a vinda da contestação. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de cinco dias, sob pena de revelia. Depois, voltem conclusos para reanálise da liminar cautelar, juntamente com a ação principal. Diligências necessárias". - RETIRAR O OFÍCIO, mediante recolhimento do valor de R$9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ. -Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

133. EMBARGOS A EXECUÇAO-0004908-43.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros x UNICRED NORTE DO PARANÁ - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS MEDICOS, PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE E ENMPRESARIOS DA REGIÃO NORTE DO PARANA LTDA.- A parte autora para proceder a emenda a inicial atribuindo o valor da causa nos termos do art. 259 do CPC, e conseqüentemente recolhendo as respectivas diferenças das custas". -Advs. do Requerente LUIS ANTONIO MONTANHA, MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

134. PRESTAÇAO DE CONTAS-0004918-87.2011.8.16.0148-GABRIEL THIAGO DE PAIVA NAVARRO x BANCO SANTANDER S/A.- "Tendo-se em vista a certidão retro, denunciando a existência de bens do requerente da assistência judiciária gratuita, verifica-se que este possui patrimônio suficiente para litigar em Juízo sem a necessidade da gratuidade legal. Com efeito, da análise da certidão da escrivania judicial de fls. 27, verifica-se que há muitos indícios de que o autor tem condições econômicas para custear o presente processo sem necessidade de assistência judiciária gratuita. Por outro lado, o patrocínio da causa por advogado constituído também configura indício, em reforço, de patrimônio para o custeio das despesas processuais. É necessário que se tenha em mente que a atividade jurisdicional tem custos, não sendo legítimo que se garanta o benefício a quem tem condições de arcar com o ônus econômico do Judiciário. Entendimento diverso finda por prejudicar toda a coletividade, que se vê privada de um Judiciário melhor estruturado por ausência de recursos. Também incentiva o desenfreado, e muitas vezes irresponsável, ajuizamento de ações temerárias, em face de seu aparente custo "zero". É óbvio que ninguém gosta de pagar tributo, mas é de grande injustiça garantir isenção a quem não preenche os requisitos da lei. Ante o exposto, INDEFIRO o benefício da assistência judiciária gratuita. À parte autora para recolhimento das custas no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de indeferimento da inicial." - Adv. do Requerente MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II-.

135. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0004932-71.2011.8.16.0148-MARILENE CIVILLA MACHADO RISSE x BANCO ITAU S/A.- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminadamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com a declaração do imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem como os documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

136. AÇÃO DECLARATÓRIA-0004934-41.2011.8.16.0148-THOMAS STEINBRECHER e outro x AVÍCOLA ASTORGA LTDA. e outro- "...Ante o exposto, concedo a liminar inaudita altera parte para que seja sustado/suspenso o protesto do referido título apontado, bem como a retirada do nome do primeiro requerente dos órgãos de proteção ao crédito. Oficie-se ao Cartório de Protesto, ao SERASA, SCPC, e outros órgãos informados pelo autor, para que deem imediato cumprimento a esta decisão. Em caso de nova apresentação para protesto ou nova inscrição em qualquer instituição de proteção ao crédito, na pendência desta liminar, fixo multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) por dia em que constar protestado o título e o nome indevidamente inscrito. Intimem-se as requeridas, com urgência, para que tenham ciência da presente decisão e a cumpram, imediatamente. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora...". - RETIRAR OS OFÍCIOS, mediante comprovante de recolhimento do valor de R$47,00, através de GRC, disponível no sítio do TJ. -Advs. do Requerente NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES, KAREN YUMI SHIGUEOKA e FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA-.

137. AÇÃO ANULATÓRIA-0005049-62.2011.8.16.0148-BIOPAR - BIOENERGIA DO PARANÁ LTDA. x FÓRMULA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INGREDIENTES E ADITIVOS LTDA. e outro- "Retirar os ofícios", mediante recolhimento do valor de R$18,80, através de GRC, disponível no sítio do TJ.-Adv. do Requerente FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA-.

138. REVISÃO DE CONTRATO-0005117-12.2011.8.16.0148-LAURINDO BATISTA DA SILVA x BANCO BANESTADO S/A.- "Tendo-se em vista a certidão retro, denunciando a existência de bens do requerente da assistência judiciária gratuita, verifica-se que este possui patrimônio suficiente para litigar em Juízo sem a necessidade da gratuidade legal. Com efeito, da análise da certidão da escrivania judicial de fls. 122, verifica-se que há muitos indícios de que o autor tem condições econômicas para custear o presente processo sem necessidade de assistência judiciária gratuita. Por outro lado, o patrocínio da causa por advogado constituído também configura indício, em reforço, de patrimônio para o custeio das despesas processuais. É necessário que se tenha em mente que a atividade jurisdicional tem custos, não sendo legítimo que se garanta o benefício a quem tem condições de arcar com o ônus econômico do Judiciário. Entendimento diverso finda por prejudicar toda a coletividade, que se vê privada de um Judiciário melhor estruturado por ausência de recursos. Também incentiva o desenfreado, e muitas vezes irresponsável, ajuizamento de ações temerárias, em face de seu aparente custo "zero". É óbvio que ninguém gosta de pagar tributo, mas é de grande injustiça garantir isenção a quem não preenche os requisitos da lei. Ante o exposto, INDEFIRO o benefício da assistência judiciária gratuita. À parte autora para recolhimento das custas no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de indeferimento da inicial."-Advs. do Requerente JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA, JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA e MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI-.

139. INVENTARIO-0005136-18.2011.8.16.0148-MARIA COSCRATO FAJARDO ARCOS x ELOY FAJARDO ARCOS- À inventariante para comparecer em Cartório a fim de subscrever o Termo de Compromisso de Inventariante. RETIRAR O EDITAL para as devidas publicações em jornal de ampla circulação local, considerando que no E-DJ será publicado no dia 10/10/2011 e OS OFÍCIOS, mediante recolhimento do valor de R$75,20, através de GRC, disponível no sítio do TJ".-Advs. do Requerente JOSÉ ROBERTO BEFFA, ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e MARCO HENRIQUE DAMIÃO BEFFA-.

140. DESPEJO-0005145-77.2011.8.16.0148-EDISON CARLOS FABRI x ROSA MARIA RODRIGUES e outro- RETIRAR OS OFÍCIOS, mediante comprovante de recolhimento da GRC, no valor de R$20,05, disponível no sitio do TJ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

141. INVENTARIO-0005226-26.2011.8.16.0148-ANA PAULA GARCIA x FRANCISLEY ELIAS BUENO- "Desde já, oficiem-se aos Tabelionatos de Títulos e Protestos, bem assim de Imóveis, dando-lhes ciência da existência da presente ação de inventário. NOMEIO como inventariante, sob compromisso, a pessoa de ANA PAULA GARCIA, devidamente qualificado (a). Expeça-se termo para tanto, intimando-se-o(a) para subscrição. Na seqüência , intime-se a inventariante para que, no prazo de 20 dias, encarte ao processo as primeiras declarações, e documentos indispensáveis à comprovação das alegações nela vertidas. Após, tomem-se por termo as primeiras declarações, na forma do art. 933 do CPC. Tomadas por termo as primeiras declarações, e já participando do processo os herdeiros conhecidos, CITEM-SE as três esferas da Fazenda Pública ( Municipal, Estadual e Federal), pessoalmente, para que, no prazo de 10 dias, desejando, integrem o feito, ofertando casuais impugnações. (CPC, art. 999). Deverão ser entregues aos seus respectivos órgãos de representação Procuradoria do Município, Procuradoria do Estado e Procuradoria da fazenda Nacional), no ato citatório, exemplares/cópias das declarações (CPC, art 999, §§ 2º e 3º). CITEM-SE por edital (CPC, artigos 224 a 230), com prazo de 20 dias, eventuais credores, herdeiros e demais terceiros interessados, para que, desejando, ingressem ou se habilitem neste inventário, cientes de que, pena de preclusão, poderão integrar o feito até antes da realização da partilha, de forma que se assim não realizarem em tempo e modo, somente poderão perseguir eventuais direitos ou créditos em processo autônomo. Inclua-se em todos os chamados (citações) que uma vez concluídas as citações, ficará automaticamente aberto o prazo comum (em cartório), de 10 dias, a fim de que impugnem ou digam sobre as primeiras declarações, cabendo às partes argüirem erros e omissões, reclamarem contra a nomeação do inventariante, ou contestarem a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (CPC, art. 1.000, e incisos). Transposto o prazo acima, dê-se vista dos autos ao ilustre representante do Ministério Público, para que, acaso entenda haver interesse público a motivar sua intervenção, possa adotar as providências descritas no art. 1.000, e incisos, da Lei de Ritos. Havendo impugnação, voltem conclusos. Por outro lado, inexistindo impugnações e esgotado o prazo para tanto, intime-se a Fazenda Pública Municipal, para que, em 20 dias, informe ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações. Por fim, satisfeitos todos os itens acima, voltem conclusos pra fins dos artigos 1.003 e seguintes do Código de Processo Civil." - A AUTORA PARA COMPARECER EM CARTORIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE INVENTARIANTE, sob pena de remocao do cargo - Adv. do Requerente JOÃO KLEBER BOMBONATTO-.

142. PROTESTO INTERRUP. PRESCRIÇAO-0005302-50.2011.8.16.0148-FERTIPAR - FERTILIZANTES DO PARANÁ LTDA. x ELISEU DE PAULA e outros- "RETIRAR OFICIOS, devendo recolher a GRJ no valor de R$ 56.40, a qual esta disponivel no site do Tribunal de Justica" -Advs. do Requerente RAFAEL COMAR ALENCAR, CLOVIS SUPLICY WIEDMER FILHO, EDGAR KINDERMANN SPECK, FELIPE RAFAEL FERREIRA e MÁRCIO ANDERSON ARAÚJO-.

143. EXECUÇÃO-0005433-25.2011.8.16.0148-SHV GAS BRASIL LTDA. x COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ANDERSON DE AZEVEDO, ANA CAROLINE N. G. OKAZAKI, HENRIQUE AFONSO PIPOLO, HENRIQUE ZANONI, GIACOMO RIZZO e RICARDO CREMONEZI-.

144. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0005460-08.2011.8.16.0148-AGASIR EDUARDO DA SILVA x CONSELHO REGIONAL DE ENG. ARQUIT. E AGRON. - CREA-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento DE 50%das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 418,30 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), mais R$ 20,91 do Cartório do Distribuidor ( CNPJ - 10.701.372/0001-07), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente JOÃO MARCELO RIBEIRO e Adv. do Requerido EDUARDO LUIZ CORREIA-.

145. EXECUÇÃO-0005488-73.2011.8.16.0148-GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. x COROL AGROENERGIA USINA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e outro-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ISABELLE MACEDO SOUZA E SILVA e RAFAEL ANTONIO PALOMARES-.

146. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0005491-28.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE- "....Neste cenário, INDEFIRO a liminar inibitória nos termos acima. Cite-se e intime-se a parte requerida desta decisão, bem como para, querendo, oferecer respostas no prazo legal, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora..." - RETIRAR OFICIO DE CITAÇÃO - -Advs. do Requerente LUIS ANTONIO MONTANHA e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

147. DESPEJO-0005494-80.2011.8.16.0148-ROSALY KURSCHAT x EUROMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 446,50 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente CARLOS SERGIO CAPELIN-.

148. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0005498-20.2011.8.16.0148-ITAMARATY INDUSTRIA E COMERCIO S/A x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente EMERSON RODRIGUES DA SILVA, RUY MIRANDA RATTON e JEFFERSON KAMINSKI e Advs. do Requerido LIANA SARMENTO DE MELLO QUARESMA e MARISA DA SILVA SIGULO-.

149. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005516-41.2011.8.16.0148-OLEOFIL FILTROS DESIDRATADORES LTDA. e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA-.

150. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005518-11.2011.8.16.0148-MARIA HELENA GORLA - OLEOFIL. e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA, ILMO TRISTÃO BARBOSA, MACIEL TRISTÃO BARBOSA, THIAGO TRISTAO BARBOSA e VANDERLEY DOIN PACHECO e Advs. do Requerido JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA e RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES-.

151. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005520-78.2011.8.16.0148-ANTONIO ORION DE BARROS - FILTROS ME e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.- "Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença

das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário..."-Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA e THIAGO TRISTAO BARBOSA-.

152. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005522-48.2011.8.16.0148-OURO VERDE TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA. e outro x ITAÚ UNIBANCO S/A.- "Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...")-Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA, ILMO TRISTÃO BARBOSA, MACIEL TRISTÃO BARBOSA, THIAGO TRISTAO BARBOSA e VANDERLEY DOIN PACHECO-.

153. REVISÃO DE CONTRATO-0005528-55.2011.8.16.0148-CELSO FIRMINO x AYMORÉ FINANCIAMENTOS-"Ao procurador do autor que compareça em Cartório para assinar petição inicial, no prazo legal." -Advs. do Requerente MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA e VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA-.

154. REVISÃO DE CONTRATO-0005529-40.2011.8.16.0148-CELSO FERMINO x AYMORÉ FINANCIAMENTOS-"Ao procurador do autor que compareça em Cartório para assinar petição inicial, no prazo legal." -Advs. do Requerente MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA e VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA-.

155. REVISÃO DE CONTRATO-0005594-35.2011.8.16.0148-MARCIO GERALDO ZAMBONINI x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente RODRIGO PELISSAO DE ALMEIDA e GUSTAVO REIS MARSON-.

156. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005598-72.2011.8.16.0148-CARLOS VENICIO BRUNO PINHEIRO e outro x BANCO ABN AMRO REAL S.A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br ) (Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

157. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005599-57.2011.8.16.0148-ALESSANDRA HAUG PINHEIRO x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal". ( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

158. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005600-42.2011.8.16.0148-PINHEIRO & HAUG LTDA. x BANCO ITAÚ S/A. ( BANESTADO)-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal". ( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

159. BUSCA E APREENSÃO-0005648-98.2011.8.16.0148-EGURKO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA MADEIRA LTDA. x JJM MÓVEIS LTDA. e outros-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente CRISTIANO CEZAR SANFELICE e CHRISTIANO MARCELO BALDASONI-.

160. EXECUÇÃO FISCAL-0000302-45.2006.8.16.0148-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PR. x SILVANA CLAUDENISE FERNANDES- "URGENTE- A procuradora do autor para remeter nova petição nos autos face a inversão da manifestação destes para os autos nº139/2009 onde este foi feito a Penhora "On Line" no valor de R$1.001,74."-Advs. do Requerente MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, MARISTELA BUSETTI e MARISTELA FREDERICO-.

161. EXECUÇÃO FISCAL-0000515-17.2007.8.16.0148-MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA x EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS A & A S/C. LTDA.- "Comungo do entendimento da parte excipiente no que diz respeito a legitimidade passiva para a execução fiscal. Com efeito, o art. 34 do CTN é expresso em afirmar que o contribuinte do IPTU o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio ou o seu possuidor a qualquer título. Assim, em se tratando de imóvel objeto de compromisso particular de compra e venda, tenho que o contribuinte deva ser o promitente comprador caso este esteja na posse direta do imóvel e já tenha pagado a integralidade do preço. Isso porque o ônus econômico da expropriação do bem para pagamento do tributo propter REM será do compromissário comprador, e não do promitente comprador. Ressalte-se que, em âmbito constitucional, o art. 150, § 3º, ao tratar da imunidade recíproca entre os entes federativos, ressalva a obrigação do promitente comprador particular pelo pagamento do tributo sobre bem público desafetado, objeto de alienação, até então beneficiado pela imunidade tributária. Ante o exposto, ACOLHO a exceção de pré-executividade e decreto a ILEGITIMIDADE passiva do excipiente. Deixo de decretar a extinção do processo, tendo-se em vista que da CDA consta o correto pólo passivo da demanda. Promova-se a citação da requerida constante da CDA deste autos, no endereço declinado na inicial, certificando-se, na sua ausência, em qual endereço esta seria encontrável. Com a noticia de novo endereço, promova-se a citação pessoal via mandado e, se necessário, precatória. Sem prejuízo, e, concomitantemente com as medidas acima, acaso outra for a pessoa do imóvel, ao Oficial de Justiça para promover a sua citação, certificando a que título esta ostenta a posse. Após referidas diligências, vista a Fazenda exeqüente. Por ora, SUSPENSA-se a hasta pública. Sem honorários para excipiente em virtude da sua demora em responder ao chamo judicial, já que fora citada como ré desta demanda em dezembro de 2009."-Advs. do Requerido EDY GUSMÃO TIVANELLO, JULIANA APRYGIO BERTONCELO e ADRIANO ROMEIRO DOS SANTOS-.

162. EXECUÇÃO FISCAL-0002114-20.2009.8.16.0148-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PR. x MARCO APARECIDO MIGUEL- "URGENTE- A procuradora da autora para remeter petição nestes autos com relação a não Penhora "On line", face a inversão das petições (autos 140/2006)-Advs. do Requerente MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, MARISTELA BUSETTI e MARISTELA FREDERICO-.

163. EXECUÇÃO FISCAL-0000213-46.2011.8.16.0148-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA.- "...Portanto, DEFIRO o pedido do exequente e determino à escrivania, que após atualizado o cálculo, seja realizada pelo funcionário cadastrado a "minuta" da ordem de bloqueio, conforme descrito no Manual do Sistema BACEN-JUD 2.0, submetendo-se em seguida ao magistrado para "protocolamento", salientando que o bloqueio será limitado ao valor exeqüendo, incluindo custas processuais e honorários advocatícios. Efetivada a penhora, fica desde já -autorizada sua transferência para conta judicial à disposição deste Juízo, lavrando-se o respectivo termo de penhora e intimando-se, posteriormente, a devedora para, querendo, opor embargos, em 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora. Não realizada a penhora, sobre o prosseguimento manifeste-se o credor, em 05 (cinco) dias. Ante o exposto, REJEITO a exceção de pré- executividade pelas razões supra. Condeno o exequente em honorários advocatícios que arbitro em R$1.000,00 (um mil reais), em virtude do expediente ajuizado, considerando-se a qualidade do trabalho do Procurador da Fazenda Nacional, nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC".-Advs. do Requerido LAISLA FERNANDA ZENI AUGUSTO, LUIZ GUSTAVO MAGALHAES HOLTZ, ROBERTO BERTHOLDO e WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA-.

1. REPARAÇAO DE DANOS-0000019-42.1994.8.16.0148-LUCAS LOPES e outro x DANIEL DE ALMEIDA PORTO-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA-.

2. EXECUÇÃO-0000052-95.1995.8.16.0148-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/ A. x ANTONIO CARLOS FERMAN e outro-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 20,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Adv. do Requerente SHIROKO NUMATA-.

3. EXECUÇÃO-547/1996-SHIROKO NUMATA x JOAO ZILER DE CARVALHO MELLO- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente SHIROKO NUMATA e DENISE NISHIYAMA PANISIO e Adv. do Requerido DEOBALDO THIAGO DE OLIVEIRA-.

4. AÇÃO MONITÓRIA-499/2002-BANCO ITAU S/A. x AUTO POSTO MARTESA LTDA. e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, FRANCISCO DUARTE CONTE, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO e RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA-.

5. EXECUÇÃO-0000091-48.2002.8.16.0148-BANCO ITAU S/A. x GERMAN TEXTIL LTDA. e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente JOSÉ VALNIR ZAMBRIM, LAURO FERNANDO ZANETTI, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO, RENATA

CAROLINE TALEVI DA COSTA, EVELYN CRISTINA MATTERA, BRUNA MAIRA ROCHA ALMEIDA COELHO, MARIANA PIOVEZANI MORETI, ANDRÉ TOLEDO RODRIGUEZ e ELIANE DEMETRIO e Adv. do Requerido ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA-.

6. AÇÃO MONITÓRIA-0000080-19.2002.8.16.0148-PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A. x WT COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA. e outros- "Nos termos requeridos pela parte exeqüente às fls.182/183, DEFIRO a penhora "online" através do sistema RENAJUD de eventuais veículos existentes em nome do(s) executado(s), atentando-se ao fato de que, aclarado o principio da menor onerosidade do processo ao executado, aludida constrição deverá ser gravada somente sobre a TRANSFERÊNCIA do(s) veículo(s), porquanto, trata-se de medida que visa garantir a efetividade da prestação jurisdicional, passível de ulterior expropriação judicial. Caso positiva a ordem acima, lavre-se TERMO DE PENHORA do(s) veículo(s) bloqueado(s) e intime-se o(s) executado(s) nos termos do artigo 652, 1º, CPC, na pessoa do seu advogado (art. 652, §4º do CPC), não o tendo, pessoalmente e por mandado. DEFIRO a expedição de ofício a Receita Federal solicitando cópia das Declarações de Operações Imobiliárias (D.O.I) e Declaração de imposto de Renda em nome dos executados. Fica o réu intimado, na pessoa do seu advogado, da penhora realizada sobre os veículos M. BENZ/L 1113, placa AAI8798, M. BENZ/1418, placa AJR 0180, REB/VETTOR CA-4.120, placa AEX 6504, REB/BEMFORT BF 350B, placa ABK3262, I/TOYOTA HILUXSW4 SRV 4X4, placa ANJ1846 e REB/ANGOLA AWA, placa ATO 7090, para os devidos fins." - AO AUTOR PARA RETIRAR O OFÍCIO DA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que está disponível no site do Tribunal de Justiça, bem como o respectivo D.A.R.F junto a Receita - -Advs. do Requerente FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO, JOSE DANTAS LOUREIRO NETO, JULIO JACOB JUNIOR e ANDREA CAROLINE MARCONATTO e Advs. do Requerido LUIS CLAUDIO ANDRADE NEVES e ROGERIO FERES GIL-.

7. AÇÃO MONITÓRIA-0000146-62.2003.8.16.0148-B.I.S. x M.C.L. e outros-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 30,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Advs. do Requerente JOSÉ VALNIR ZAMBRIM, LAURO FERNANDO ZANETTI, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI e ELIANE DEMETRIO-.

8. AÇÃO MONITÓRIA-475/2005-CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA x JOSÉ DE ALMEIDA- "A autora sobre o oficio de fls. 176 da Comarca de Mamborê-Pr., informando que os autos de Carta Precatória sob nº 1063-29.2011 encontra-se aguardando pagamento das custas e Avaliação sob pena de devolução."-Advs. do Requerente MÁRIO CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR e SÉRGIO ROBERTO GIATTI RODRIGUES-.

9. EXECUÇÃO-0000210-67.2006.8.16.0148-SEBASTIAO JAMIL BELENONI x FRIGORIFICO FRIGOALFA LTDA.- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R $0,00".-Advs. do Requerente ROSANGELA KHATER, PEDRO RODRIGO KHATER FONTES, HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU, RICARDO DOMINGUES BRITO e MARCIO JOSE DE FARIA PALLA-.

10. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-581/2006-MIGUEL GRECO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao recorrido para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente MARIA ELIZABETH JACOB e PAULO MARTINEZ SAMPAIO MOTA-.

11. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-863/2006-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x JOAO NAVARRO e outros-"À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$ 0.00". -Advs. do Requerente ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO, WALTER LUIS CARNELOSSI, ALESSANDRA HARUMI M. C.TAKAHASHI, FABRICIO LUIZ AKASAKA TORII, IGOR FABRICIO MENEGUELLO, MARCOS AURELIO ALVES TEIXEIRA, RICARDO DE ABREU ARAMBUL e JOSE CARLOS ARAUJO-.

12. AÇÃO DECLARATÓRIA-1679/2007-DIRCE QUIROGA BROIETE x MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA- "Diga a autora se tem interesse no prosseguimento da presente ação, devendo requerer o que for de direito, em 48 horas, sob pena de extinção do processo, nos termos da lei". -Adv. do Requerente PEDRO AUGUSTO BUENO-.

13. AÇÃO MONITÓRIA-0000456-29.2007.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x FIRMO JOSE LUIZ ZAMPA FILHO- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$406,74".-Advs. do Requerente LINO MASSAYUKI ITO, MARCO RODRIGUES DA MATA e ISAAC JOSÉ ALTINO-.

14. BUSCA E APREENSÃO-0000773-90.2008.8.16.0148-OMNI S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CLAUDIO LUQUES ZANIN-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente ADRIANO MUNIZ REBELLO, ABEL ANTONIO REBELLO, ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS, CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS ALCANTARA, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTO e GIOVANNA BENVENUTTI-.

15. INTERDIÇAO-0000777-30.2008.8.16.0148-JANDIRA MARIA DOS SANTOS x JOSÉ HONÓRIO DOS SANTOS NETO-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente JOSÉ MARIA DA SILVA e KARINA ZANIN DA SILVA-.

16. DESPEJO-0000729-71.2008.8.16.0148-ALEX OKUDA x JEFFERSON ADRIANO DE OLIVEIRA- "Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente MARCO HENRIQUE DAMIÃO BEFFA, ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e JOSÉ ROBERTO BEFFA-.

17. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0001102-05.2008.8.16.0148-JÚLIO CESAR FERREIRA x FAZENDA NACIONAL- "Recebo os embargos porque tempestivos e opostos por parte legítima. [...] Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS, via de conseqüência determino a realização dos atos executórios nos apensos autos de execução de n. 139-07-2002. A embargada para impugnar os embargos no prazo de 30 dias". -Adv. do Requerente JOAO CARLOS ZAFALON e Advs. do Requerido ADRIANO MARTINS PORTELINHA e LUCIANO NOGUEIRA DA SILVA-.

18. REVISÃO DE CONTRATO-0000806-80.2008.8.16.0148-MARIA MARLI DE ARAUJO SIGNORI x BANCO PANAMERICANO S/A.- "Ao requerido para recolher a taxa de R$9,40 do oficio expedido para levantamento e transferência do débito em guia própria no Site do Tribunal." -Adv. do Requerente RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO e Adv. do Requerido ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA-.

19. BUSCA E APREENSÃO-0000860-46.2008.8.16.0148-BANCO FINASA S/A. x DEBORA VIEIRA RUBIS-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente IVAN PEGORARO, MARCOS LEATE e JULIANA PEGORARO BAZZO-.

20. AÇÃO DECLARATÓRIA-0001028-48.2008.8.16.0148-CARVALHO & AVANZI LTDA. x VIGORMAX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e outros- " Em face do exposto, conheço dos embargos declaratórios posto que tempestivos, entretanto REJEITO-OS, não reconhecendo a omissão apontada ".-Advs. do Requerente SILVIO JOSÉ FARINHOLI ARCURI e ANA CAROLINA TURQUINO TURATTO e Advs. do Requerido RENATA PEREIRA DA COSTA DE OLIVEIRA, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI, TIAGO SPOHR CHIESA, ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, MARCOS DUTRA DE ALMEIDA, FERNANDA MOCKEL ROUSSENQ e FERNANDO AUGUSTO OGURA-.

21. COBRANÇA-74/2009-ODAIR FACIO x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 04/07/2012 às 14:00 horas."-Advs. do Requerente JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA BORTOLASSI e SUELI KAZUE MURAMATSU PEREIRA e Advs. do Requerido MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER, ELLEN KARINA BORGES SANTOS e LUCIANA MOREIRA DOS SANTOS-.

22. EXECUÇÃO-0001882-08.2009.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x ANGELA MARIA DOS SANTOS CORRÊA e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Adv. do Requerente WILSON SANCHES MARCONI-.

23. INDENIZAÇÃO-809/2009-JJRM EDITORA DE JORNAIS LTDA e outros x BRASIL TELECOM S/A. - OI- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos recorridos para, querendo, apresentarem suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e JÉFERSON LUIZ MATIAS e Advs. do Requerido ERIKA FERNANDA RAMOS, ANDREA MAGNA UDENAL, SANDRA REGINA RODRIGUES e PRISCILA PERELLES-.

24. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0001540-94.2009.8.16.0148-JOVELINA SCHIMIDT SALVADOR x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo o recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do Código de Processo Civil.Ao apelado para querendo, apresentar suas contra-razões no prazo legal..."-Advs. do Requerente ELISANGELA GUIMARAES DE ANDRADE, SERGIO EDUARDO CANELLA e RENATA SILVA BRANDAO-.

25. COBRANÇA-1082/2009-VERONICE ALVES PEREIRA x VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Medico Legal (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente ROGÉRIO RESINA MOLEZ e Advs. do Requerido FLAVIA BALDUINO DA SILVA, FILIPE VASCONCELOS SACCA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

26. EXECUÇÃO-0001688-08.2009.8.16.0148-TETRAFERRO LTDA. x CLOVIS EDUARDO FANELLI- "Retirar ofício da Receita Federal com urgência recolhendo as taxas junto ao orgão competente antes retirando o oficio em cartório face o mesmo se encontrar nos autos e recolher a taxa de R$9,40 em guia própria no Site do Tribunal."-Adv. do Requerente MARILICE DUARTE BARROS-.

27. EXECUÇÃO-0001608-44.2009.8.16.0148-GRANOSIL SILOS E EQUIPAMENTOS LTDA. x IBANEZ CORTEZIA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$909,09".-Adv. do Requerente WESLEY TOLEDO RIBEIRO-.

28. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0001531-35.2009.8.16.0148-ODETE GUERRA FRIGUETTO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente FLÁVIA FERNANDES NAVARRO-.

29. AÇÃO MONITÓRIA-0001622-28.2009.8.16.0148-BELAGRICOLA - COM. E REP. DE PROD. AGRICOLAS LTDA. x EULINA SATURNINO e outros- "A autora sobre o oficio e certidão de fls. 117/119 da Comarca de Colider-Mt. requerendo a manifestação da autora nos autos de Carta Precatória sob nº 915.93.2010.811.009."-Advs. do Requerente ROBERTO CARLOS BUENO e THAÍSA COMAR-.

30. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0002149-77.2009.8.16.0148-GERALDO BRITO DE LIMA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente FLÁVIA FERNANDES NAVARRO-.

31. EXECUÇÃO-0001674-24.2009.8.16.0148-B.S.(.S. x E.C.- "A autora sobre o ofício de fls. 76/81 da Receita Federal."-Advs. do Requerente LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.

32. COBRANÇA-1569/2009-TULIO XAVIER MANZON x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.- "Aos interessados sobre o oficio do Instituto Médico Legal de Londrina (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00h."-Advs. do Requerente RICARDO DOMINGUES BRITO, ROSANGELA KHATER, FERNANDA MICHELLE KHATER F. BRITO, PEDRO RODRIGO KHATER FONTES e HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU e Advs. do Requerido MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI, DOUGLAS DOS SANTOS e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

33. EXECUÇÃO-0002024-12.2009.8.16.0148-C.C.D.A.L. x M.R.V. e outro- "Ao autor sobre a devolução da Carta Precatória de fls. 146/155 com certidão negativa pelo

oficial de justiça."-Advs. do Requerente VALDIR DE FREITAS JUNIOR e FÁBIO ROBERTO BITENCOURT QUINATO-.

34. COBRANÇA-1590/2009-LUIS DELONGUI JUNIOR x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Advs. do Requerente WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA e RODRIGO DA COSTA GOMES e Advs. do Requerido FLÁVIO PENTEADO GEROMINI, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, JOSE AUGUSTO BARBOSA TURRA, TATIANE MUNCINELLI, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA e FABIANO NEVES MACIEYWSKI-.

35. REVISÃO DE CONTRATO-1680/2009-JOÃO TRIVELATO x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.- "Presentes os requisitos legais, recebo a apelação interposta, nos efeitos suspensivo e devolutivo. Dê-se vista à parte recorrida para apresentar as contrarrazões recursais no prazo de 15 dias." -Adv. do Requerente MARCELO GONÇALVES DA SILVA e Adv. do Requerido LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

36. EXECUÇÃO-0000378-30.2010.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x JULIO CESAR DE MELO-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 10,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Advs. do Requerente MARCOS C. DO AMARAL VANCONCELLOS e GILBERTO PEDRIALI-.

37. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0000706-57.2010.8.16.0148-SANTANDER LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL x ANA MARIA DAMACENO- "Ao autor para manifestação sobre o ofício da Receita Federal de fls. 34/38."-Advs. do Requerente ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, SÉRGIO SCHULZE e CHANDER ALONSO MANFREDI MENEGOLA-.

38. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0000812-19.2010.8.16.0148-SELESTRINO FRANCISCO XAVIER x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo ambos os recursos interpostos em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI, JOÃO CARLOS RODRIGUES GOMES, OTTO FEUCHT, FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e JÉFERSON LUIZ MATIAS-.

39. AÇÃO MONITÓRIA-0001046-98.2010.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x TEREZINHA DE JESUS ROSA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$43,21".-Advs. do Requerente FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES, MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO, PATRICIA GRASSANO PEDALINO e LUIS ANTONIO MONTANHA-.

40. EXECUÇÃO-0001053-90.2010.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x THIAGO WILSON BATISTA LEITE- "A autora sobre o oficio de fls. 86/89 da Comarca de Bela Vista do Paraíso-Pr., expedido nos autos de Carta Precatória nº66/2010 onde deverá haver manifestação sobre o Auto de Penhora, avaliação e intimação."- O-Advs. do Requerente FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO-.

41. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0001211-48.2010.8.16.0148-GILBERTO RIBEIRO DE LIMA x BANCO BANESTADO S/A.- "Ao autor sobre a petição de fls. 167 do requerido apresentando sua desistência ao recurso interposto e extinção da obrigação solicitando remessa dos autos para o contador para conta e cálculo dos honorários."-Advs. do Requerente JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA, JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI e JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA-.

42. REVISÃO DE CONTRATO-0002155-50.2010.8.16.0148-GERALDO MARCELINO CAMPANER x BANCO ITAUCARD S/A.- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente GILBERTO BAUMANN DE LIMA, NILZA APARECIDA SACOMAN BAUMANN DE LIMA, TELMA DE CARVALHO FLEURY, FLÁVIO PIEROBON, DENIS OKAMURA e TIAGO BRENE OLIVEIRA-.

43. EXECUÇÃO-0002278-48.2010.8.16.0148-SHV GAS BRASIL LTDA. x AL3 INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIO LTDA.-ME- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ANDERSON DE AZEVEDO, HENRIQUE AFONSO PIPOLO, HENRIQUE ZANONI, GIACOMO RIZZO, RICARDO CREMONEZI e THALITA VALERIA SANTOS BATINI-.

44. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0002384-10.2010.8.16.0148-APARECIDA BALESTRA RIBEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de outubro próximo, às 14h30min, renovadas as diligências legais".-Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI, HORÁCIO FERNANDES NEGRAO FILHO, FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES, DOUGLAS BONALDI MARANHAO e FABIANA BIANCHINI PICOTTI MORAES-.

45. EXECUÇÃO-0002671-70.2010.8.16.0148-BADEN AUTOMOTORES LTDA. x CARLOS ROGÉRIO ANSELMO-"Ao exequente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente SAVIO ITHAMAR DE QUEIROZ TURRA e CARLOS ALBERTO PAOLIELLO AZEVEDO-.

46. BUSCA E APREENSÃO-0002860-48.2010.8.16.0148-HSBC FINANCE BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x NATALINO CANOS JUNIOR-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente CRYSTIANE LINHARES, IONÉIA ILDA VERONEZE, JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR, ANDRÉA LOPES GERMANO PEREIRA e LARISSA ARAÚJO BRAGA AMORAS-.

47. EXECUÇÃO-0003173-09.2010.8.16.0148-RECOVERY DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISETORIAL x DORIEDSON APARECIDO DOS SANTOS e outro- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

48. REVISÃO DE CONTRATO-0004202-94.2010.8.16.0148-JOÃO ANTÔNIO DA SILVA x CIFRA S/A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- "[...] No caso, verifico que não há elementos a autorizar a medida de urgência pleiteada. Isto porque, na hipótese em tela, o autor não trouxe nenhum documento que indicasse a verossimilhança de suas alegações. Com efeito, não trouxe o comprovante de pagamento da parcela que gerou a inscrição de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, ônus que era seu. Ademais, verifica-se nos autos que o autor teve seu nome incluído nos órgãos de proteção ao crédito pela inadimplemento da parcela com vencimento em 15 de outubro de 2009, sendo que o pedido de depósito das parcelas incontroversas foi deferido somente em 29 de julho de 2010. Não há, portantom em sede de cognição sumária, elementos seguros nos presentes autos para antecipação da tutela, pelo que indefiro o pedido de fls. 229/230. Ademais, destaca-se que mesmo que o autor tivesse trazido aos autos o comprovante de pagamento da referida parcela, o pedido de aplicação de multa diária em desfavor do requerido não prosperaria, tendo em vista que o despacho de fl. 47, indeferiu o pedido de não inclusão do nome do autor no cadastro dos inadimplementes, sendo inaplicável, portanto, no presente caso, a multa diária por descumprimento de decisão". -Adv. do Requerente FABIO BARROZO PULLIN DE ARAÚJO-.

49. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0004211-56.2010.8.16.0148-B.V. LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. x JESULINO ODALIO CORREA JUNIOR- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ENEIDA WIRGUES e FLAVIA DIAS DA SILVA-.

50. CURATELA-0004308-56.2010.8.16.0148-MARGARETE BRIGIDO MOREIRA x VALDECI DONIZETE BISCOLA MOREIRA-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ e ISAAC JOSÉ ALTINO-.

51. EXECUÇAO POR QUANTIA CERTA-0004393-42.2010.8.16.0148-SERVIMED COMERCIAL LTDA. x BRASMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME- "RETIRAR CARTA PRECATORIA, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que esta disponivel no site do tribunal de justiça" -Adv. do Requerente LEONARDO ANACLETO CHAVES-.

52. COBRANÇA-0004405-56.2010.8.16.0148-VAMBERTO GARCIA FIGUEIREDO x EDUARDO CAETANO DA SILVA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Adv. do Requerente MOACIR MÁRIO KRETSCHMAR-.

53. EXECUÇÃO-0004407-26.2010.8.16.0148-DIEGO ALVES DA SILVA x EDUARDO CAETANO DA SILVA-"Diga a autora se tem interesse no prosseguimento da presente ação, devendo requerer o que for de direito, em 48 horas, sob pena de extinção do processo, nos termos da lei". -Adv. do Requerente MOACIR MÁRIO KRETSCHMAR-.

54. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004679-20.2010.8.16.0148-BARBARA BUENO MATIEL x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de outubro próximo, às 16h30min, renovadas as diligências legais".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA e ALEXANDRE DA SILVA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

55. INTERDIÇAO-0004688-79.2010.8.16.0148-MARCOS ORADOR DA ROCHA x ELIAS ORADOR DA ROCHA-"Ao requerente, para que informe esse r. Juízo, sobre eventual realização da perícia judicial, bem com, em relação a emissão do laudo pericial, sob as penas da lei." -Advs. do Requerente BADRYED DA SILVA e DENAÍNE DE ASSIS FONTOLAN-.

56. COBRANÇA-0004826-46.2010.8.16.0148-ADEMIR BIONDO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas"-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI, RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA e FLAVIA REGINA FACCIONE e Advs. do Requerido DOUGLAS DOS SANTOS, GABRIELLA MURARA VIEIRA, MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.

57. COBRANÇA-0004827-31.2010.8.16.0148-JEROSINO DA SILVA LISBOA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 14:00 horas."-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI, RICARDO FRANÇA ROVERI e RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA e Advs. do Requerido MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

58. COBRANÇA-0005191-03.2010.8.16.0148-PAULO CESAR BALSAN x VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente ROGERIO BUENO ELIAS e Advs. do Requerido ELLEN

KARINA BORGES SANTOS, LUCIANA MOREIRA DOS SANTOS e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
59. BUSCA E APREENSÃO-0005402-39.2010.8.16.0148-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x ROSELI BORDES CRUZ DA SILVA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.
60. COBRANÇA-0005519-30.2010.8.16.0148-ESPOLIO DE JOSÉ URBANO POUZA x BANCO BRADESCO S/A.- "Ao procurador do requerido para pagamento das custas de fls. 112 no valor de R$576,22 do cartório, R$28,09 do contador , mais R$32,59 do Funrus , pagamento através de guias próprias no Site do Tribunal."-Advs. do Requerido GILBERTO PEDRIALI e MARCOS C. DO AMARAL VANCONCELLOS-.
61. REPARAÇAO DE DANOS-0006450-33.2010.8.16.0148-SUPER MONTEIRO LTDA. x FABIO JUNIOR TORELLI- "Redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 20 de outubro próximo, às 13h30min".-Advs. do Requerente MAURICIO FELDMANN DE SCHNAID e ADOLFO FELDMANN DE SCHNAID e Advs. do Requerido JOÃO PAULO DE PAULA KIRSCH e LEANDRO JOSÉ GODINHO-.
62. AÇÃO DECLARATÓRIA-0006452-03.2010.8.16.0148-ROSA AMANDA LOPES DA SILVA x OI (BRASIL TELECOM S/A) e outro- " Diante disso, HOMOLOGO por sentença o acordo firmado entre as partes e julgo extinto o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Expeça-se o competente Alvará em favor da requerente, para levantamento dos valores depositados em conta judicial. Custas e honorários conforme acordado ".-Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS e Advs. do Requerido ANGELA MARIA STEPANIV, ERIKA FERNANDA RAMOS HAUSSLER, PRISCILA PERELLES, SANDRA REGINA RODRIGUES e GRAZIELLE COSTA DOS REIS-.
63. ALVARÁ-0006586-30.2010.8.16.0148-MATHEUS HENRIQUE DA CUNHA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Portanto, face à desistência da ação manifestada pelo autor às fls. 42, EXTIGO o processo, sem apreciação do mérito, o que faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do CPC ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.
64. INDENIZAÇÃO-0006662-54.2010.8.16.0148-GERALDO RODRIGUES DA SILVA e outro x BANCO ITAÚ - UNIBANCO S.A.- "Na forma do artigo 523 do CPC, recebo o agravo retido interposto às fls. 78/83. A parte agravada para, querendo, impugnar as razões do recurso, no prazo de lei, após, os autos conclusos para decisão de manutenção ou reforma". -Advs. do Requerente LUIS HENRIQUE FERNANDES e LUCIANO GILVAN BENASSI-.
65. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0006671-16.2010.8.16.0148-CARLOS AUGUSTO PINHEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente ANDREA REGHIN e ELDBERTO MARQUES-.
66. EXECUÇÃO-0000051-51.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x JOLINDA DE MORAES ALVES- "Sobre a avaliação de fls. 126/127, manifestem-se as partes no prazo comum de 10 dias. Não havendo discordância quanto à avaliação, designe-se data para o praceamento do bem constrito". -Adv. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e Adv. do Requerido JULIANA TORRES MILANI-.
67. AÇÃO DECLARATÓRIA-0000168-42.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x ANA CRISTINA DEBETIR DE SOUSA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ALEXANDRE RAINATO GENTA e JOÃO TAVARES DE LIMA NETO-.
68. ARRESTO-0000271-49.2011.8.16.0148-AGENOR PEREIRA DA SILVA x ANTONIO ORTIZ FILHO- ""Cumprindo o artigo 526, CPC, tomo ciência do recurso de agravo interposto da decisão proferida por este Juízo de primeiro grau. Considerando as razões do agravo, mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos. -Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS e Adv. do Requerido PAULO CEZAR DANIEL-.
69. EXECUÇÃO-0000542-58.2011.8.16.0148-BANCO ITAÚ - UNIBANCO S.A. x BRINQUEDOS UNIÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e outros- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$2034,63".-Advs. do Requerente JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA e RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES-.
70. BUSCA E APREENSÃO-0000711-45.2011.8.16.0148-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x THIAGO PAULA DA SILVA- " Posto isso, e nos termos da fundamentação supra, julgo extinto o processo com resolução de mérito, para o fim de julgar PROCEDENTES os pedidos aduzidos por BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCEIRO E FINANCIAMENTO em face de THIAGO PAULA DA SILVA, para o fim de declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, confirmar a medida liminar concedida, consolidando o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem objeto da lide nas mãos da autora, facultando-lhe, nos termos do artigo 2º do mesmo diploma, a alienação de referido bem e, após abatido o valor da dívida, a devolução de eventual saldo remanescente ao réu. Declaro, ainda, a responsabilidade do réu por eventuais multas de trânsito colacionadas no período em que esteve na posse do veículo. Ante sua sucumbência, condeno o réu no pagamento das custas e despesas processuais. Condeno o réu, ainda, no pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono da autora, os quais, atento ao artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, tendo-se em vista o zelo profissional, a desnecessidade de deslocamentos significativos, a relativa simplicidade da causa e a ausência de incidentes processuais, fixo em R$ 150,00 (Cento e cinqüenta reais), devidamente atualizado com a utilização do INPC-IBGE, a partir desta data ".-Advs. do Requerente CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON L. SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.
71. EXECUÇÃO-0000739-13.2011.8.16.0148-AGENOR PEREIRA DA SILVA x ANTONIO ORTIZ FILHO- "Diante da decisão prolatada nos autos de embargos à execução, ao autor para se manifestar acerca da avaliação do bem penhorado, bem como para requerer o que entender de direito, dando continuidade a este feito executivo". -Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS-.
72. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0000910-67.2011.8.16.0148-ALFERINO ABREU DE LIMA x BANCO FINASA BMC S/A.-"Ao requerente, sobre a certidão de fls. 21, informando que na data de 29/08/2011 decorreu o prazo de ( 5 ) cinco dias, sem apresentação de contestação pelo requerido." -Adv. do Requerente BRUNO HENRIQUE FERREIRA-.
73. COBRANÇA-0000982-54.2011.8.16.0148-AUGUSTO GUIMARÃES NETO x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.-"As partes, sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina - Pr., fls. 126, comunicando que o exame de lesões corporais, com a finalidade de recebimento indenizatório do seguro DPVAT, em AUGUSTO GUIMARÃES NETO, está agendado para o dia 21/06/2012 às 14:00 horas, neste IML."-Advs. do Requerente CARLOS EDUARDO PINCELLI, JORGE DIAS PAIVA, PEDRO HENRIQUE C. DAMASCENO, CAROLINE ZANETTI PAIVA e ANELISE CRISTINA TORRES PINCELLI e Advs. do Requerido ELLEN KARINA BORGES SANTOS, FERNANDO KIKUCHI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
74. EXECUÇÃO-0001031-95.2011.8.16.0148-ITAÚ UNIBANCO S/A. x VICMÓVEIS INDÚSTRIA LTDA. e outros- "RETIRAR OFICIO, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponível no site do Tribunal de Justiça"-Adv. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI-.
75. BUSCA E APREENSÃO-0001260-55.2011.8.16.0148-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. x SILVANA DA LUZ MOREIRA- " Posto isso, e nos termos da fundamentação supra, julgo extinto o processo com resolução de mérito, para o fim de julgar PROCEDENTES os pedidos aduzidos por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A em face de SILVANA DA LUZ MOREIRA, para o fim de declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, confirmar a medida liminar concedida, consolidando o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem objeto da lide nas mãos do autor, facultando-lhe, nos termos do artigo 2º do mesmo diploma, a alienação de referido bem e, após abatido o valor da dívida, a devolução de eventual saldo remanescente a ré. Declaro, ainda, a responsabilidade da ré por eventuais multas de trânsito colacionadas no período em que esteve na posse do veículo. Ante sua sucumbência, condeno a ré no pagamento das custas e despesas processuais. Condeno a ré, ainda, no pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono do autor, os quais, atento ao artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, tendo-se em vista o zelo profissional, a desnecessidade de deslocamentos significativos, a relativa simplicidade da causa e a ausência de incidentes processuais, fixo em R$ 150,00 (Cento e cinqüenta reais), devidamente atualizado com a utilização do INPC-IBGE, a partir desta data ".-Advs. do Requerente ENEIDA WIRGUES, JULIANA CHAVES DE OLIVEIRA, DANIELE DE BONA, CARLOS EDUARDO CARDOZO BANDEIRA, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA, FERNANDO JOSE GARPAR, KLAUS SCHNITZLER e FERNANDO LUZ PEREIRA-.
76. EXECUÇÃO-0001293-45.2011.8.16.0148-CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA x JOSÉ MACHADO PINHEIRO- "....Sem prejuízo, DEFIRO a penhora sobre o crédito livre do executado, devendo-se oficiar à Usina Alto Alegre determinando que o pagamento da quantia de R$ 19.547,67, dos R $ 81.774,46 devidos ao executado, seja depositada judicialmente, lavrando-se, na seqüência, o competente termo de penhora. Intime-se, ainda, o exeqüente para, acaso o valor que se busca penhorar já tenha sido depositado em conta do executado junto ao mesmo, proceda ao depósito judicial da quantia, lavrando-se, o termo de penhora. Lavrada a penhora, intime-se o executado." - RETIRAR OFÍCIO PARA USINA ALTO ALEGRE, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ dispónivel no site do tribunal de justiça - Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO, PATRICIA GRASSANO PEDALINO e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.
77. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0001622-57.2011.8.16.0148-DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOEL ESTEVES- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos recorridos para, querendo, apresentarem suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente ANDRÉA LOPES GERMANO PEREIRA, CRYSTIANE LINHARES, IONÉIA ILDA VERONEZE, JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR e THIAGO COLLETI PODANOSQUI-.
78. EXECUÇÃO-0001805-28.2011.8.16.0148-EUROFRAL INDÚSTRIA DE PRODUTOS HIGIÊNICOS E TERMOPLÁSTICOS LTDA. e outro x GUSTAVO SPERB WOHLENBERG- "A autora sobre a devolução da Carta Precatória de fls. 35/52 da Comarca de Dourados-Ms. com certidão negativa do oficial de justiça."-Advs. do Requerente EDUARDO KOTAKA JUNIOR e JOÃO PAULO SHINITI ITIMURA YAGUI-.
79. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0001913-57.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos no prazo de vinte e quatro horas sob as penas da lei." (carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO

TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

80. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0001914-42.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos em vinte e quatro horas sob as penas da lei." (Carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

81. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0002077-22.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos em vinte e quatro horas sob as penas da lei." (Carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

82. BUSCA E APREENSÃO-0002131-85.2011.8.16.0148-PANAMERICANO S/A. x LUIZ CARLOS DOS SANTOS- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

83. EXECUÇÃO-0002168-15.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x BRUNO ADRIANO DOLCI CORNA- "RETIRAR OFÍCIO, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do tribunal de justiça"-Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

84. EXECUÇÃO-0002172-52.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x FERNANDO CESAR DE ALMEIDA-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça." -Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

85. EXECUÇÃO-0002177-74.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x CARLOS CESAR MARCONI- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$0,00".-Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

86. ALVARÁ-0002203-72.2011.8.16.0148-REIKO DOI x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- "A parte autora, para proceder à emenda a inicial, atribuindo o valor real da causa nos termos do art. 259, do CPC, e, conseqüentemente, recolhendo as respectivas diferenças de custas". -Advs. do Requerente GUSTAVO VISSOCI REICHE e MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS-.

87. ALVARÁ-0002219-26.2011.8.16.0148-APARECIDA INEZ ROBBI DE OLIVEIRA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente a PIS/PASEP e FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, bem como eventual poupança, em nome de APARECIDA INEZ ROBBI DE OLIVEIRA, independentemente de prestação de contas. Dispenso o pagamento das custas judiciais, confirmando os benefícios da Justiça Gratuita ".-Advs. do Requerente PAULO CELSO COSTA, MARCIO RENATO PIERIN, RODRIGO FRANCISCO FERNANDES e POLIANI COCATO GRECCO LONARDONI-.

88. COBRANÇA-0002342-24.2011.8.16.0148-JOSÉ HENRIQUE DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 16/07/2012 às 14:00 horas."-Adv. do Requerente RAFAEL LUCAS GARCIA-.

89. COBRANÇA-0002343-09.2011.8.16.0148-CRISTIANO JACINTO LOPES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal Londrina (IML), designando perícia para o dia 10/07/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente RAFAEL LUCAS GARCIA-.

90. INDENIZAÇÃO-0002530-17.2011.8.16.0148-MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA x CAIXA SEGURADORA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 34-36. Para a audiência de conciliação (Art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 14h00min, na sede deste Juízo. Cite-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

91. INDENIZAÇÃO-0002532-84.2011.8.16.0148-ANA LUZIA PEREIRA x SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 34-36. Para a audiência de conciliação (Art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 14h30min, na sede deste Juízo. Cite-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

92. INDENIZAÇÃO-0002538-91.2011.8.16.0148-MARINO SPIMPOLO x CAIXA SEGURADORA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 43/45. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal de 15 dias, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

93. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002543-16.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros x BANCO DO BRASIL S.A.- "Sobre a impugnação e documentos agregados (fls. 237/268), manifeste-se a embargante, em 10 (dez) dias".-Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES-.

94. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002544-98.2011.8.16.0148-VALDETE GRACINO DE PAULA e outro x BANCO DO BRASIL S.A.- "[...] Ante o exposto, INDEFIRO o efeito suspensivo aos embargos do devedor. INDEFIRO, ainda, o pedido de exclusão dos nomes das embargantes dos cadastros de proteção ao crédito, uma vez que o crédito externado no título executivo se mantém, por ora, hígido. A embargada para se manifestar sobre os embargos no prazo de 15 dias". -Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e Adv. do Requerido LEONARDO BAES LINO DE SOUZA-.

95. ALVARÁ-0002582-13.2011.8.16.0148-ÉRICA MARIA DOS SANTOS x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente a PIS/PASEP e FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, em nome de ÉRICA MARIA DOS SANTOS, observadas ainda as seguintes condições: a) os valores pertencentes à menor deverão ser depositados em conta poupança vinculada ao juízo, em nome da requerente, bem como deverá, no prazo de 30 (trinta dias), ser juntado comprovante do depósito efetuado em favor da menor em conta vinculada a este Juízo, sob pena de responsabilidade. Dispenso o pagamento das custas judiciais, confirmando os benefícios da Justiça Gratuita ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

96. AÇÃO DECLARATÓRIA-0002778-80.2011.8.16.0148-CALÇADOS CAVIUNA LTDA. x CLAUDINA INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.-"Ao requerente, sobre a certidão de fls. 23, informando que a audiência de conciliação designada para o dia 28 às 13:00 horas, restou prejudicada em virtude do AR da carta de citação não ter retornado." -Advs. do Requerente JOSÉ MARIA DA SILVA e KARINA ZANIN DA SILVA-.

97. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002945-97.2011.8.16.0148-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. x AREG INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA. - ME e outro-"À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$ 0,00". -Adv. do Requerente ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

98. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002950-22.2011.8.16.0148-LUIS ALBERTO ADAS DE OLIVEIRA e outro x SONIA BATISTA MOTA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$0,00".-Advs. do Requerente LUIZ DE OLIVEIRA NETTO e ELCIDIO PEREIRA DA FONSECA-.

99. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002957-14.2011.8.16.0148-ANTONIO ORTIZ FILHO x AGENOR PEREIRA DA SILVA- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu efeito meramente devolutivo, nos termos do artigo 520, V, do CPC. Ao recorrido para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente PAULO CEZAR DANIEL e Adv. do Requerido EVERTON SANTANA ALVES-.

100. INDENIZAÇÃO-0003030-83.2011.8.16.0148-MARIANA SANT'ANA OLIVEIRA ROSA DOS SANTOS GUIMARÃES e outro x CLAUDENIR FRACHINI e outro- "Sobre as contestações e documentos agregados, manifestem-se os autores, no prazo de 10 (dez) dias".-Advs. do Requerente IVAN MARTINS TRISTAO e MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II-.

101. EXECUÇÃO-0003094-93.2011.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x KOPA INDÚSTRIA COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. ME. e outro-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 20,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Adv. do Requerente MARIA JOSE STANZANI-.

102. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0003120-91.2011.8.16.0148-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "[...] Analizando os presentes autos, bem como os autos n. 3177-2011, verifica-se que houve duplicidade de oposição de embargos ao devedor pela parte embargante por procuradores distintos. Assim, a parte embargante, para, em 48 horas, informarem quem é o representante legal da empresa embargante". -Advs. do Requerente WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA, ROBERTO BERTHOLDO, LUIZ GUSTAVO MAGALHAES HOLTZ e LAISLA FERNANDA ZENI AUGUSTO-.

103. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0003177-12.2011.8.16.0148-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "[...] Analizando os presentes autos, bem como os autos n. 3120-2011, verifica-se que houve duplicidade de oposição de embargos ao devedor pela parte embargante por procuradores distintos. Assim, a parte embargante, para, em 48 horas, informarem quem é o representante legal da empresa embargante". -Advs. do Requerente OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO e ANGELA MUSSIAU YAMASAKI DE ROSSI-.

104. EXECUÇÃO-0003349-51.2011.8.16.0148-BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A. x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros- "Em fls. 29/30 a requerente pediu a exclusão das partes LUIZA DA SILVA VIOLIN e VALDETE GRACINO DE PAULA alegando que houve erro material ao incluir os referidos nomes no pólo passivo, requerendo também a inclusão dos devedores solidários ELISEU DE PAULA e LUIZ MAURICIO VIOLIN. Compulsando os autos, verifico que não houve ainda a citação dos requeridos, pelo que DEFIRO a substituição do pólo passivo, Ao cartório para que providencie em caráter de urgência a baixa do gravame de LUIZA DA SILVA VIOLIN e VALDETE GRACINO DE PAULA junto ao cartório

distribuidor, e para que retifique o pólo passivo da presente demanda. Cumpra-se integralmente o despacho de fls. 27 (frente e verso) atentando-se a retificação do pólo pasivo." - RETIRAR CARTA PRECATÓRIA, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que está disponível no site do tribunal de justiça -Adv. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI-.

105. REVISÃO DE CONTRATO-0003405-84.2011.8.16.0148-SIDNEI NOVAES DE LACERDA x BANCO ABN AMRO REAL S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 19/21. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família...".-Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

106. REVISÃO DE CONTRATO-0003406-69.2011.8.16.0148-RODRIGO CELSO FERREIRA x BANCO FINASA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 22/24. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal de 15 dias, sob pena de presumirem verdeiros os fatos alegados pela parte autora...".-Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

107. EMBARGOS A EXECUÇAO-0003424-90.2011.8.16.0148-JOLINDA DE MORAES ALVES x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, uma vez que a embargante não forneceu qualquer documento que, realmente, ateste sua impossibilidade de pagar as custas processuais, muito pelo contrário, pelos documentos juntados, não se pressupõe a miserabilidade da autora. Isso poderia facilmente ser demonstrado pela juntada do comprovante de renda, declaração do imposto de renda, comprovação das despesas mensais, dentre outras. [...] Assim determino, que a embargante proceda o recolhimento das custas processuais, inclusive Funrejus, dentro do prazo de 48 horas, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente JULIANA TORRES MILANI-.

108. EMBARGOS A EXECUÇAO-0003425-75.2011.8.16.0148-JOLINDA DE MORAES ALVES x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, uma vez que a embargante não forneceu qualquer documento que, realmente, ateste sua impossibilidade de pagar as custas processuais, muito pelo contrário, pelos documentos juntados, não se pressupõe a miserabilidade da autora. Isso poderia facilmente ser demonstrado pela juntada do comprovante de renda, declaração do imposto de renda, comprovação das despesas mensais, dentre outras. [...] Assim determino, que a embargante proceda o recolhimento das custas processuais, inclusive Funrejus, dentro do prazo de 48 horas, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente JULIANA TORRES MILANI-.

109. COMINATORIA-0003464-72.2011.8.16.0148-FRANCISCA SOARES RIBEIRO x BANCO BMG S/A.- "...Desse modo, frente à existência dos requisitos ensejadores, DEFIRO, EM PARTE, A TUTELA ANTECIPADA PRETENDIDA, excepcionalmente inaudita altera pars, a fim de determinar que a requerida apresente no feito, com cópia entregue diretamente em mãos da autora, e no prazo de 10 dias, instrumento bancário de compensação (ex. boleto), contendo o valor respectivo para a quitação total e antecipada dos contratos n. 201410767 e 209311266, (fls. 15/16), R$11.690,84 e R$2.782,43, respectivamente (CPC, artigos 273 e 461, §§ 3° e 4°). Deverá a parte requerida, ainda levar em consideração na efetivação dos cálculos que os juros e demais acréscimos a serem abatidos proporcionalmente na forma do art. 52, § 2°, do CDC, deverão ser relativos à data virtual de 19.04.2011 (ou seja, não mais incidindo juros e demais encargos daquele termo adiante), efetivando-se, ainda, a compensação com os valores pagos pela requerente posteriormente, estes que deverão ser atualizados pelo INPC, a conta da respectiva quitação de cada prestação. Fixo multa diária para o descumprimento (a ser computada a partir do esgotamento do prazo acima) no importe de R$300,00, sem prejuízo de neste caso, futuramente, também se outorgar à requerente, a possibilidade de depositar os valores que entender cabíveis, com exclusão dos descontos em folha, à luz do art. 461, "caput", parte final, da Lei de ritos (resultado prático equivalente). Para a audiência de conciliação (art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 13h30min, na sede deste Juízo. Citem-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI e FLAVIA REGINA FACCIONE-.

110. EXECUÇÃO-0003470-79.2011.8.16.0148-NIVALDO APARECIDO PIRANI x ANTONIO JUNIOR WILTER SANTOS e outros- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$1,25".-Advs. do Requerente PEDRO GUILHERME KRELING VANZELLA, REGINALDO DE SANTANA e SOLANGE CRISTINA DE LIMA FROES-.

111. ALVARÁ-0003615-38.2011.8.16.0148-HILÁRIO SOARES SANTANA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente ao FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, em nome de ROSELI SOARES SANTANA, independentemente de prestação de contas. Dispenso o pagamento das custas judiciais, uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50. Certificado o trânsito e julgado e comprovado o recolhimento do tributo "causa mortis", expeça-se o competente alvará, na forma requerida à fl. 2/4 ".-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, FLAVIA REGINA FACCIONE e SABINE DENISE GIESEN ROVERI-.

112. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003648-28.2011.8.16.0148-ANDRÉIA DURIGON x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

113. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003650-95.2011.8.16.0148-JULIANA DA SILVA SANGY x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

114. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003651-80.2011.8.16.0148-TÂNIA DOS SANTOS MICHELETTI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

115. REVISÃO DE CONTRATO-0003757-42.2011.8.16.0148-JOÃO BREGAMO x BANCO J SAFRA S.A.- "A lei 1.060/50, na dicção do art. 4º., de fato, garante os benefícios da assistência judiciária gratuita aqueles presumivelmente pobres. [...] No caso, em comento, verifica-se do comprovante de aposentadoria juntada aos autos que o requerente recebe mensalmente o valor de R$ 3.344,88, e ainda, contratou advogado particular, motivos que me levam a crer que possui condições de arcar com as custas. Se não bastasse, o autor financiou a compra de um veículo, em parcelas mensais de R$ 799,78. Ora, quem tem condições de pagar R$ 799,78 em única prestação, tem condições de pagar as custas do processo. Com essas considerações, indefiro o pedido de justiça gratuita. Ao autor para que, em 48 horas, efetue o preparo das custas iniciais, bem como o pagamento da taxa judiciária, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente EDGAR MITSUAKI FUKUDA-.

116. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003767-86.2011.8.16.0148-MARILDA NERES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "...Por todo o exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela. Cite-se o requerido para que apresente contestação no prazo legal...".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, ALEXANDRE DA SILVA, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA e BRUNO ANDRÉ SOARES BETAZZA-.

117. COBRANÇA-0003804-16.2011.8.16.0148-SANDRA GONÇALVES DA MOTA x MAPFRE VERA CRUZ- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

118. BUSCA E APREENSÃO-0003839-73.2011.8.16.0148-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. x ODAIR JOSÉ PEREIRA DE CARVALHO- "RETIRAR CARTA PRECATÓRIA ITINERANTE"-Advs. do Requerente SÉRGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.

119. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0004635-64.2011.8.16.0148-PAULO ROBERTO RODRIGUES MACHADO x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "Trata-se de Embargos à Execução opostos por PAULO ROBERTO RODRIGUES MACHADO face à demanda executiva que lhe move a Fazenda Pública, afirmando que os presentes embargos são tempestivos, tendo em vista que a publicação no diário da justiça ocorreu em 15.07.2011. Entretanto, segundo consta da certidão de fl. 241, dos autos de execução fiscal n. 208/99, o prazo para interposição de embargos teve início em data de 21.06.2011. Assim, considerando que a certidão de fl. 241 goza de fé pública e que o documento de fl. 253 foi expedido por empresa particular de veiculação, que não se reveste de fé pública, ao embargante, para, em 05 cinco dias, apresente cópia da intimação realizada através do Diário da Justiça, sob pena de intempestividade". -Advs. do Requerente ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO, ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO JUNIOR e JOSÉ CARLOS DIZIDÉL MACHADO-.

120. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004670-24.2011.8.16.0148-ROBERTO RADETZKE x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Defiro, ainda, a prioridade no trâmite do feito, , nos termos do artigo 71, da Lei 10.741/2003, devendo-se anotar esta circunstância na capa dos autos. Cite-se, na forma requerida, para apresentação de resposta, n o prazo de sessenta (60) dias (CPC, art. 297 c/c CPC, art. 188), sob pena dde se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora".-Advs. do Requerente DOUGLAS MOREIRA NUNES e EMERSON CARLOS DOS SANTOS-.

121. REVISÃO DE CONTRATO-0004699-74.2011.8.16.0148-GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS x BANCO ABN AMRO REAL S.A.- O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de

isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente GERMANO JORGE RODRIGUES-.

122. COBRANÇA-0004707-51.2011.8.16.0148-JOSÉ DE ALMEIDA x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente ALYSSON VITOR DA SILVA-.

123. REVISÃO DE CONTRATO-0004741-26.2011.8.16.0148-RODRIGO XAVIER DAMASIO x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI e FABIANA BIANCHINI PICOTTI MORAES-.

124. INVENTARIO-0004743-93.2011.8.16.0148-REGINALDO RAQUEL x JOSÉ ROQUE RAQUEL- "Desde já, oficiem-se aos Tabelionatos de Títulos e Protestos, bem assim de Imóveis, dando-lhes ciência da existência da presente ação de inventário. NOMEIO como inventariante, sob compromisso, a pessoa de REGINALDO RAQUEL, devidamente qualificado (a). Expeça-se termo para tanto, intimando-se-o(a) para subscrição. Na seqüência , intime-se a inventariante para que, no prazo de 20 dias, encarte ao processo as primeiras declarações, e documentos indispensáveis à comprovação das alegações nela vertidas. Após, tomem-se por termo as primeiras declarações, na forma do art. 933 do CPC. Tomadas por termo as primeiras declarações, e já participando do processo os herdeiros conhecidos, CITEM-SE as três esferas da Fazenda Pública ( Municipal, Estadual e Federal), pessoalmente, para que, no prazo de 10 dias, desejando, integrem o feito, ofertando casuais impugnações. (CPC, art. 999). Deverão ser entregues aos seus respectivos órgãos de representação Procuradoria do Município, Procuradoria do Estado e Procuradoria da fazenda Nacional), no ato citatório, exemplares/cópias das declarações (CPC, art 999, §§ 2º e 3º). CITEM-SE por edital (CPC, artigos 224 a 230), com prazo de 20 dias, eventuais credores, herdeiros e demais terceiros interessados, para que, desejando, ingressem ou se habilitem neste inventário, cientes de que, pena de preclusão, poderão integrar o feito até antes da realização da partilha, de forma que se assim não realizarem em tempo e modo, somente poderão perseguir eventuais direitos ou créditos em processo autônomo. Inclua-se em todos os chamados (citações) que uma vez concluídas as citações, ficará automaticamente aberto o prazo comum (em cartório), de 10 dias, a fim de que impugnem ou digam sobre as primeiras declarações, cabendo às partes argüirem erros e omissões, reclamarem contra a nomeação do inventariante, ou contestarem a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (CPC, art. 1.000, e incisos). Transposto o prazo acima, dê-se vista dos autos ao ilustre representante do Ministério Público, para que, acaso entenda haver interesse público a motivar sua intervenção, possa adotar as providências descritas no art. 1.000, e incisos, da Lei de Ritos. Havendo impugnação, voltem conclusos. Por outro lado, inexistindo impugnações e esgotado o prazo para tanto, intime-se a Fazenda Pública Municipal, para que, em 20 dias, informe ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações. Por fim, satisfeitos todos os itens acima, voltem conclusos pra fins dos artigos 1.003 e seguintes do Código de Processo Civil." - A AUTORA PARA COMPARECER EM CARTORIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE INVENTARIANTE, sob pena de remocao do cargo-Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS-.

125. NULIDADE-0004744-78.2011.8.16.0148-ESPÓLIO DE CARLOS ALBERTO BORDIN x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA- "...DECIDO. Inicialmente, é necessário se frisar que a antecipação de tutela, por inverter a ordem natural do processo, adiantando provimento jurisdicional sem o devido contraditório, é exceção, e não regra, devendo ser vista sempre com cautela. No caso dos autos, requer-se antecipação de tutela extremamente satisfativa, implicando na prorrogação de dívida contraída com a ré. Neste cenário, entendo que seja de rigor a prévia oitiva da parte contrária, INDEFERINDO, por ora, a concessão da tutela antecipada, a qual será reanalisada após a contestação. Entretanto, com fulcro no art. 273, § 7°, que prevê a fungibilidade entre as tutelas antecipatórias e cautelares, ressaltando a necessidade de o Juiz ressalvar a eficácia de eventual provimento final, DEFIRO, por ora, que os valores a serem eventualmente pagos pela Cooperativa Nova Produtiva sejam feitos de forma judicial. Assim, intime-se a Nova Produtiva, dando ciência desta decisão e determinando que proceda ao pagamento judicial dos valores decorrentes da colheita de cana de açúcar para o autor no ano de 2010. Sem prejuízo, e diante da possibilidade destes valores já terem sido entregues a qualquer das partes, intimem-se estas para que, em caso de recebimento, promovam ao depósito judicial dos mesmos, no prazo de cinco dias. Intimem-se, com urgência. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de quinze dias, sob pena de revelia. Depois, voltem conclusos para reanálise da tutela antecipada. Diligências necessárias".-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

126. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0004748-18.2011.8.16.0148-BOLOTARIO & CIA. ltda. x FAZENDA NACIONAL- "Recebo os embargos porque tempestivos e opostos por parte legítima. [...] Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS, via de conseqüência determino a realização dos atos executórios nos apensos autos de execução de n. 5959-26-2010. A embargada para impugnar os embargos no prazo de 30 dias". -Adv. do Requerente ANTONIO CARLOS LOVATO-.

127. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0004758-62.2011.8.16.0148-EZEQUIEL GOMES DORTA x BANCO PANAMERICANO S/A.- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade com uma declaração firmada pelo próprio interessado, atestando sua condição de hipossuficiência, ou, alternativamente, mediante outorga de mandato com poderes específicos para tanto. Na mesma ocasião, o interessado deverá apresentar declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial. Prazo de 10 dias". -Adv. do Requerente ANDREA FERNANDES ARAUJO-.

128. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004819-20.2011.8.16.0148-INEZ APARECIDA CORBETTA SGORLON x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se, na forma requerida, para apresentação de resposta, no prazo de sessenta (60) dias (CPC, art. 297 c/c CPC, art. 188), sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte autora...".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA, ALEXANDRE DA SILVA e BRUNO ANDRÉ SOARES BETAZZA-.

129. INDENIZAÇÃO-0004829-64.2011.8.16.0148-REMILDO DADDIO x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com a declaração de hipossuficiência assinada pelo autor, bem como a declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente MARCELO GONÇALVES DA SILVA-.

130. CONDENATÓRIA-0004864-24.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA x COROL AGROENERGIA - USINA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.- "Retirar o ofício, mediante comprovante de recolhimento do valor de R$9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ".-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

131. NULIDADE-0004865-09.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA e outros x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA-"...É o relatório. DECIDO. Inicialmente, é necessário se frisar que a antecipação de tutela, por inverter a ordem natural do processo, adiantando provimento jurisdicional sem o devido contraditório, é exceção, e não regra, devendo ser vista sempre com cautela. No caso dos autos, requer-se antecipação de tutela extremamente satisfativa, implicando na prorrogação de dívida contraída com a ré. Neste cenário, entendo que seja de rigor a previa oitiva da parte contrária, INDEFERINDO, por ora, a concessão da tutela antecipada, a qual será reanalisada após a contestação. Entretanto, com fulcro no art. 273, § 7°, que prevê a fungibilidade entre as tutelas antecipatórias e cautelares, ressaltando a necessidade de o Juiz ressalvar a eficácia de eventual provimento final, DEFIRO, por ora, que os valores a serem eventualmente pagos pela Usina Alto Alegre S.A. sejam feitos de forma judicial. Assim, intime-se a referida Usina, dando ciência desta decisão e determinando que proceda ao pagamento judicial dos valores decorrentes da colheita de cana de açúcar pelos autores neste ano de 2011. Sem prejuízo, e diante da possibilidade destes valores já terem sido entregues a qualquer das partes, intimem-se estas para que, em caso de recebimento, promovam ao depósito judicial dos mesmos, no prazo de cinco dias. Intimem-se, com urgência. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de quinze dias, sob pena de revelia. Depois voltem conclusos para reanálise da tutela antecipada". - RETIRAR O OFÍCIO, mediante recolhimento do valor de R $9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ.-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

132. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0004866-91.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA e outros x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA- "Trata-se de ação cautelar incidental a ação nominada de

constitutiva negativa de nulidade de cláusulas em cédulas de crédito rural cumulada com ação declaratória e mandamental de prorrogação de dívida com pedido de antecipação dos efeitos da tutela para declarar o direito dos autores à prorrogação dos vencimentos de uma cédula de crédito rural pignoratícia e uma cédula de crédito bancário. Em que pese haver demanda principal já ajuizada e com pedido de antecipação de tutela de suspensão da exigibilidade do crédito, os autores optaram por também entrar com a presente ação cautelar, cujo objeto se resumiria à tutela inibitória da inscrição de seus nomes em cadastros de proteção ao crédito, com base nos mesmos fundamentos. É, em síntese, o relatório. Inicialmente, de se ressaltar que o pedido ora deduzido era plenamente deduzível no seio da ação principal, na qual já há, inclusive, pedido de antecipação de tutela em amplitude que abarca o objeto da presente cautelar. Entretanto, diante da faculdade processual para ajuizamento de ação cautelar autônoma incidental, de rigor se conhecer e processar esta. Entendo, assim, que o objeto principal desta é apenas a vedação à inscrição do nome dos autores em cadastros de proteção ao crédito apontados na inicial, na pendência da ação principal. O fumus boni iuris e o periculum in mora, requisitos para esta cautelar, estão, em verdade, na ação principal. Assim, de rigor o seu apensamento. Sem prejuízo a liminar cautelar requerida deverá ter sua análise sobrestada para momento posterior à contestação, nos termos das ponderações efetivadas na ação principal, quando também fora postergado o pedido antecipatório de tutela para após a vinda da contestação. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de cinco dias, sob pena de revelia. Depois, voltem conclusos para reanálise da liminar cautelar, juntamente com a ação principal. Diligências necessárias". - RETIRAR O OFÍCIO, mediante recolhimento do valor de R$9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ. -Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

133. EMBARGOS A EXECUÇAO-0004908-43.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros x UNICRED NORTE DO PARANÁ - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS MEDICOS, PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE E ENMPRESARIOS DA REGIÃO NORTE DO PARANA LTDA.- A parte autora para proceder a emenda a inicial atribuindo o valor da causa nos termos do art. 259 do CPC, e conseqüentemente recolhendo as respectivas diferenças das custas". -Advs. do Requerente LUIS ANTONIO MONTANHA, MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

134. PRESTAÇAO DE CONTAS-0004918-87.2011.8.16.0148-GABRIEL THIAGO DE PAIVA NAVARRO x BANCO SANTANDER S/A.- "Tendo-se em vista a certidão retro, denunciando a existência de bens do requerente da assistência judiciária gratuita, verifica-se que este possui patrimônio suficiente para litigar em Juízo sem a necessidade da gratuidade legal. Com efeito, da análise da certidão da escrivania judicial de fls. 27, verifica-se que há muitos indícios de que o autor tem condições econômicas para custear o presente processo sem necessidade de assistência judiciária gratuita. Por outro lado, o patrocínio da causa por advogado constituído também configura indício, em reforço, de patrimônio para o custeio das despesas processuais. É necessário que se tenha em mente que a atividade jurisdicional tem custos, não sendo legítimo que se garanta o benefício a quem tem condições de arcar com o ônus econômico do Judiciário. Entendimento diverso finda por prejudicar toda a coletividade, que se vê privada de um Judiciário melhor estruturado por ausência de recursos. Também incentiva o desenfreado, e muitas vezes irresponsável, ajuizamento de ações temerárias, em face de seu aparente custo "zero". É óbvio que ninguém gosta de pagar tributo, mas é de grande injustiça garantir isenção a quem não preenche os requisitos da lei. Ante o exposto, INDEFIRO o benefício da assistência judiciária gratuita. À parte autora para recolhimento das custas no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de indeferimento da inicial." -Adv. do Requerente MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II-.

135. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0004932-71.2011.8.16.0148-MARILENE CIVILLA MACHADO RISSE x BANCO ITAU S/A.- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminadamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com a declaração do imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem como os documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

136. AÇÃO DECLARATÓRIA-0004934-41.2011.8.16.0148-THOMAS STEINBRECHER e outro x AVÍCOLA ASTORGA LTDA. e outro- "...Ante o exposto, concedo a liminar inaudita altera parte para que seja sustado/suspenso o protesto do referido título apontado, bem como a retirada do nome do primeiro requerente dos órgãos de proteção ao crédito. Oficie-se ao Cartório de Protesto, ao SERASA, SCPC, e outros órgãos informados pelo autor, para que deem imediato cumprimento a esta decisão. Em caso de nova apresentação para protesto ou nova inscrição em qualquer instituição de proteção ao crédito, na pendência desta liminar, fixo multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) por dia em que constar protestado o título e o nome indevidamente inscrito. Intimem-se as requeridas, com urgência, para que tenham ciência da presente decisão e a cumpram, imediatamente. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora...". - RETIRAR OS OFÍCIOS, mediante comprovante de recolhimento do valor de R$47,00, através de GRC, disponível no sítio do TJ. -Advs. do Requerente NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES, KAREN YUMI SHIGUEOKA e FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA-.

137. AÇÃO ANULATÓRIA-0005049-62.2011.8.16.0148-BIOPAR - BIOENERGIA DO PARANÁ LTDA. x FÓRMULA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INGREDIENTES E ADITIVOS LTDA. e outro- "Retirar os ofícios", mediante recolhimento do valor de R$18,80, através de GRC, disponível no sítio do TJ.-Adv. do Requerente FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA-.

138. REVISÃO DE CONTRATO-0005117-12.2011.8.16.0148-LAURINDO BATISTA DA SILVA x BANCO BANESTADO S/A.- "Tendo-se em vista a certidão retro, denunciando a existência de bens do requerente da assistência judiciária gratuita, verifica-se que este possui patrimônio suficiente para litigar em Juízo sem a necessidade da gratuidade legal. Com efeito, da análise da certidão da escrivania judicial de fls. 122, verifica-se que há muitos indícios de que o autor tem condições econômicas para custear o presente processo sem necessidade de assistência judiciária gratuita. Por outro lado, o patrocínio da causa por advogado constituído também configura indício, em reforço, de patrimônio para o custeio das despesas processuais. É necessário que se tenha em mente que a atividade jurisdicional tem custos, não sendo legítimo que se garanta o benefício a quem tem condições de arcar com o ônus econômico do Judiciário. Entendimento diverso finda por prejudicar toda a coletividade, que se vê privada de um Judiciário melhor estruturado por ausência de recursos. Também incentiva o desenfreado, e muitas vezes irresponsável, ajuizamento de ações temerárias, em face de seu aparente custo "zero". É óbvio que ninguém gosta de pagar tributo, mas é de grande injustiça garantir isenção a quem não preenche os requisitos da lei. Ante o exposto, INDEFIRO o benefício da assistência judiciária gratuita. À parte autora para recolhimento das custas no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de indeferimento da inicial."-Advs. do Requerente JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA, JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA e MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI-.

139. INVENTARIO-0005136-18.2011.8.16.0148-MARIA COSCRATO FAJARDO ARCOS x ELOY FAJARDO ARCOS- À inventariante para comparecer em Cartório a fim de subscrever o Termo de Compromisso de Inventariante. RETIRAR O EDITAL para as devidas publicações em jornal de ampla circulação local, considerando que no E-DJ será publicado no dia 10/10/2011 e OS OFÍCIOS, mediante recolhimento do valor de R$75,20, através de GRC, disponível no sítio do TJ".-Advs. do Requerente JOSÉ ROBERTO BEFFA, ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e MARCO HENRIQUE DAMIÃO BEFFA-.

140. DESPEJO-0005145-77.2011.8.16.0148-EDISON CARLOS FABRI x ROSA MARIA RODRIGUES e outro- RETIRAR OS OFÍCIOS, mediante comprovante de recolhimento da GRC, no valor de R$20,05, disponível no sitio do TJ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

141. INVENTARIO-0005226-26.2011.8.16.0148-ANA PAULA GARCIA x FRANCISLEY ELIAS BUENO- "Desde já, oficiem-se aos Tabelionatos de Títulos e Protestos, bem assim de Imóveis, dando-lhes ciência da existência da presente ação de inventário. NOMEIO como inventariante, sob compromisso, a pessoa de ANA PAULA GARCIA, devidamente qualificado (a). Expeça-se termo para tanto, intimando-se-o(a) para subscrição. Na seqüência , intime-se a inventariante para que, no prazo de 20 dias, encarte ao processo as primeiras declarações, e documentos indispensáveis à comprovação das alegações nela vertidas. Após, tomem-se por termo as primeiras declarações, na forma do art. 933 do CPC. Tomadas por termo as primeiras declarações, e já participando do processo os herdeiros conhecidos, CITEM-SE as três esferas da Fazenda Pública ( Municipal, Estadual e Federal), pessoalmente, para que, no prazo de 10 dias, desejando, integrem o feito, ofertando casuais impugnações. (CPC, art. 999). Deverão ser entregues aos seus respectivos órgãos de representação Procuradoria do Município, Procuradoria do Estado e Procuradoria da fazenda Nacional), no ato citatório, exemplares/cópias das declarações (CPC, art 999, §§ 2º e 3º). CITEM-SE por edital (CPC, artigos 224 a 230), com prazo de 20 dias, eventuais credores, herdeiros e demais terceiros interessados, para que, desejando, ingressem ou se habilitem neste inventário, cientes de que, pena de preclusão, poderão integrar o feito até antes da realização da partilha, de forma que se assim não realizarem em tempo e modo, somente poderão perseguir eventuais direitos ou créditos em processo autônomo. Inclua-se em todos os chamados (citações) que uma vez concluídas as citações, ficará automaticamente aberto o prazo comum (em cartório), de 10 dias, a fim de que impugnem ou digam sobre as primeiras declarações, cabendo às partes argüirem erros e omissões, reclamarem contra a nomeação do inventariante, ou contestarem a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (CPC, art. 1.000, e incisos). Transposto o prazo acima, dê-se vista dos autos ao ilustre representante do Ministério Público, para que, acaso entenda haver interesse público a motivar sua intervenção, possa adotar as providências descritas no art. 1.000, e incisos, da Lei de Ritos. Havendo impugnação, voltem conclusos. Por outro lado, inexistindo impugnações e esgotado o prazo para tanto, intime-se a Fazenda Pública Municipal, para que, em 20 dias, informe ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações. Por fim, satisfeitos todos os itens acima, voltem conclusos pra fins dos artigos 1.003 e seguintes do Código de Processo Civil." - A AUTORA PARA COMPARECER EM CARTORIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE INVENTARIANTE, sob pena de remocao do cargo - Adv. do Requerente JOÃO KLEBER BOMBONATTO-.

142. PROTESTO INTERRUP. PRESCRIÇAO-0005302-50.2011.8.16.0148-FERTIPAR - FERTILIZANTES DO PARANÁ LTDA. x ELISEU DE PAULA e outros- "RETIRAR OFICIOS, devendo recolher a GRJ no valor de R$ 56.40, a qual esta disponivel no site do Tribunal de Justica" -Advs. do Requerente RAFAEL COMAR ALENCAR, CLOVIS SUPLICY WIEDMER FILHO, EDGAR KINDERMANN SPECK, FELIPE RAFAEL FERREIRA e MÁRCIO ANDERSON ARAÚJO-.

143. EXECUÇÃO-0005433-25.2011.8.16.0148-SHV GAS BRASIL LTDA. x COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20

( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ANDERSON DE AZEVEDO, ANA CAROLINE N. G. OKAZAKI, HENRIQUE AFONSO PIPOLO, HENRIQUE ZANONI, GIACOMO RIZZO e RICARDO CREMONEZI-.

144. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0005460-08.2011.8.16.0148-AGASIR EDUARDO DA SILVA x CONSELHO REGIONAL DE ENG. ARQUIT. E AGRON. - CREA-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento DE 50%das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 418,30 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), mais R$ 20,91 do Cartório do Distribuidor ( CNPJ - 10.701.372/0001-07), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente JOÃO MARCELO RIBEIRO e Adv. do Requerido EDUARDO LUIZ CORREIA-.

145. EXECUÇÃO-0005488-73.2011.8.16.0148-GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. x COROL AGROENERGIA USINA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e outro-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ISABELLE MACEDO SOUZA E SILVA e RAFAEL ANTONIO PALOMARES-.

146. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0005491-28.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE- "....Neste cenário, INDEFIRO a liminar inibitória nos termos acima. Cite-se e intime-se a parte requerida desta decisão, bem como para, querendo, oferecer respostas no prazo legal, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora..." - RETIRAR OFICIO DE CITAÇÃO - -Advs. do Requerente LUIS ANTONIO MONTANHA e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

147. DESPEJO-0005494-80.2011.8.16.0148-ROSALY KURSCHAT x EUROMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 446,50 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente CARLOS SERGIO CAPELIN-.

148. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0005498-20.2011.8.16.0148-ITAMARATY INDUSTRIA E COMERCIO S/A x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente EMERSON RODRIGUES DA SILVA, RUY MIRANDA RATTON e JEFFERSON KAMINSKI e Advs. do Requerido LIANA SARMENTO DE MELLO QUARESMA e MARISA DA SILVA SIGULO-.

149. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005516-41.2011.8.16.0148-OLEOFIL FILTROS DESIDRATADORES LTDA. e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA-.

150. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005518-11.2011.8.16.0148-MARIA HELENA GORLA - OLEOFIL. e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA, ILMO TRISTÃO BARBOSA, MACIEL TRISTÃO BARBOSA, THIAGO TRISTAO BARBOSA e VANDERLEY DOIN PACHECO e Advs. do Requerido JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA e RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES-.

151. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005520-78.2011.8.16.0148-ANTONIO ORION DE BARROS - FILTROS ME e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.- "Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário..."-Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA e THIAGO TRISTAO BARBOSA-.

152. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005522-48.2011.8.16.0148-OURO VERDE TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA. e outro x ITAÚ UNIBANCO S/A.- "Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...")-Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA, ILMO TRISTÃO BARBOSA, MACIEL TRISTÃO BARBOSA, THIAGO TRISTAO BARBOSA e VANDERLEY DOIN PACHECO-.

153. REVISÃO DE CONTRATO-0005528-55.2011.8.16.0148-CELSO FIRMINO x AYMORÉ FINANCIAMENTOS-"Ao procurador do autor que compareça em Cartório para assinar petição inicial, no prazo legal." -Advs. do Requerente MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA e VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA-.

154. REVISÃO DE CONTRATO-0005529-40.2011.8.16.0148-CELSO FERMINO x AYMORÉ FINANCIAMENTOS-"Ao procurador do autor que compareça em Cartório para assinar petição inicial, no prazo legal." -Advs. do Requerente MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA e VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA-.

155. REVISÃO DE CONTRATO-0005594-35.2011.8.16.0148-MARCIO GERALDO ZAMBONINI x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente RODRIGO PELISSAO DE ALMEIDA e GUSTAVO REIS MARSON-.

156. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005598-72.2011.8.16.0148-CARLOS VENICIO BRUNO PINHEIRO e outro x BANCO ABN AMRO REAL S.A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br ) (Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

157. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005599-57.2011.8.16.0148-ALESSANDRA HAUG PINHEIRO x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal". ( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

158. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005600-42.2011.8.16.0148-PINHEIRO & HAUG LTDA. x BANCO ITAÚ S/A. ( BANESTADO)-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal". ( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

159. BUSCA E APREENSÃO-0005648-98.2011.8.16.0148-EGURKO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA MADEIRA LTDA. x JJM MÓVEIS LTDA. e outros-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e

informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente CRISTIANO CEZAR SANFELICE e CHRISTIANO MARCELO BALDASONI-.

160. EXECUÇÃO FISCAL-0000302-45.2006.8.16.0148-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PR. x SILVANA CLAUDENISE FERNANDES- "URGENTE- A procuradora do autor para remeter nova petição nos autos face a inversão da manifestação destes para os autos nº139/2009 onde este foi feito a Penhora "On Line" no valor de R$1.001,74."-Advs. do Requerente MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, MARISTELA BUSETTI e MARISTELA FREDERICO-.

161. EXECUÇÃO FISCAL-0000515-17.2007.8.16.0148-MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA x EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS A & A S/C. LTDA.- "Comungo do entendimento da parte excipiente no que diz respeito a legitimidade passiva para a execução fiscal. Com efeito, o art. 34 do CTN é expresso em afirmar que o contribuinte do IPTU o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio ou o seu possuidor a qualquer título. Assim, em se tratando de imóvel objeto de compromisso particular de compra e venda, tenho que o contribuinte deva ser o promitente comprador caso este esteja na posse direta do imóvel e já tenha pagado a integralidade do preço. Isso porque o ônus econômico da expropriação do bem para pagamento do tributo propter REM será do compromissário comprador, e não do promitente comprador. Ressalte-se que, em âmbito constitucional, o art. 150, § 3º, ao tratar da imunidade recíproca entre os entes federativos, ressalva a obrigação do promitente comprador particular pelo pagamento do tributo sobre bem público desafetado, objeto de alienação, até então beneficiado pela imunidade tributária. Ante o exposto, ACOLHO a exceção de pré-executividade e decreto a ILEGITIMIDADE passiva do excipiente. Deixo de decretar a extinção do processo, tendo-se em vista que da CDA consta o correto pólo passivo da demanda. Promova-se a citação da requerida constante da CDA deste autos, no endereço declinado na inicial, certificando-se, na sua ausência, em qual endereço esta seria encontrável. Com a noticia de novo endereço, promova-se a citação pessoal via mandado e, se necessário, precatória. Sem prejuízo, e, concomitantemente com as medidas acima, acaso outra for a pessoa do imóvel, ao Oficial de Justiça para promover a sua citação, certificando a que título esta ostenta a posse. Após referidas diligências, vista a Fazenda exeqüente. Por ora, SUSPENSA-se a hasta pública. Sem honorários para excipiente em virtude da sua demora em responder ao chamo judicial, já que fora citada como ré desta demanda em dezembro de 2009."-Advs. do Requerido EDY GUSMÃO TIVANELLO, JULIANA APRYGIO BERTONCELO e ADRIANO ROMEIRO DOS SANTOS-.

162. EXECUÇÃO FISCAL-0002114-20.2009.8.16.0148-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PR. x MARCO APARECIDO MIGUEL- "URGENTE- A procuradora da autora para remeter petição nestes autos com relação a não Penhora "On line", face a inversão das petições (autos 140/2006)-Advs. do Requerente MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, MARISTELA BUSETTI e MARISTELA FREDERICO-.

163. EXECUÇÃO FISCAL-0000213-46.2011.8.16.0148-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA.- "...Portanto, DEFIRO o pedido do exequente e determino à escrivania, que após atualizado o cálculo, seja realizada pelo funcionário cadastrado a "minuta" da ordem de bloqueio, conforme descrito no Manual do Sistema BACEN-JUD 2.0, submetendo-se em seguida ao magistrado para "protocolamento", salientando que o bloqueio será limitado ao valor exeqüendo, incluindo custas processuais e honorários advocatícios. Efetivada a penhora, fica desde já -autorizada sua transferência para conta judicial à disposição deste Juízo, lavrando-se o respectivo termo de penhora e intimando-se, posteriormente, a devedora para, querendo, opor embargos, em 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora. Não realizada a penhora, sobre o prosseguimento manifeste-se o credor, em 05 (cinco) dias. Ante o exposto, REJEITO a exceção de pré- executividade pelas razões supra. Condeno o exequente em honorários advocatícios que arbitro em R$1.000,00 (um mil reais), em virtude do expediente ajuizado, considerando-se a qualidade do trabalho do Procurador da Fazenda Nacional, nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC".-Advs. do Requerido LAISLA FERNANDA ZENI AUGUSTO, LUIZ GUSTAVO MAGALHAES HOLTZ, ROBERTO BERTHOLDO e WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA-.

1. REPARAÇAO DE DANOS-0000019-42.1994.8.16.0148-LUCAS LOPES e outro x DANIEL DE ALMEIDA PORTO-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA-.

2. EXECUÇÃO-0000052-95.1995.8.16.0148-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A. x ANTONIO CARLOS FERMAN e outro-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 20,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Adv. do Requerente SHIROKO NUMATA-.

3. EXECUÇÃO-547/1996-SHIROKO NUMATA x JOAO ZILER DE CARVALHO MELLO- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente SHIROKO NUMATA e DENISE NISHIYAMA PANISIO e Adv. do Requerido DEOBALDO THIAGO DE OLIVEIRA-.

4. AÇÃO MONITÓRIA-499/2002-BANCO ITAU S/A. x AUTO POSTO MARTESA LTDA. e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, FRANCISCO DUARTE CONTE, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO e RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA-.

5. EXECUÇÃO-0000091-48.2002.8.16.0148-BANCO ITAU S/A. x GERMAN TEXTIL LTDA. e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente JOSÉ VALNIR ZAMBRIM, LAURO FERNANDO ZANETTI, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, EVELYN CRISTINA MATTERA, BRUNA MAIRA ROCHA ALMEIDA COELHO, MARIANA PIOVEZANI MORETI, ANDRÉ TOLEDO RODRIGUEZ e ELIANE DEMETRIO e Adv. do Requerido ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA-.

6. AÇÃO MONITÓRIA-0000080-19.2002.8.16.0148-PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A. x WT COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA. e outros- "Nos termos requeridos pela parte exeqüente às fls.182/183, DEFIRO a penhora "online" através do sistema RENAJUD de eventuais veículos existentes em nome do(s) executado(s), atentando-se ao fato de que, aclarado o principio da menor onerosidade do processo ao executado, aludida constrição deverá ser gravada somente sobre a TRANSFERÊNCIA do(s) veículo(s), porquanto, trata-se de medida que visa garantir a efetividade da prestação jurisdicional, passível de ulterior expropriação judicial. Caso positiva a ordem acima, lavre-se TERMO DE PENHORA do(s) veículo(s) bloqueado(s) e intime-se o(s) executado(s) nos termos do artigo 652, 1º, CPC, na pessoa do seu advogado (art. 652, §4º do CPC), não o tendo, pessoalmente e por mandado. DEFIRO a expedição de ofício a Receita Federal solicitando cópia das Declarações de Operações Imobiliárias (D.O.I) e Declaração de imposto de Renda em nome dos executados. Fica o réu intimado, na pessoa do seu advogado, da penhora realizada sobre os veículos M. BENZ/L 1113, placa AAI8798, M. BENZ/1418, placa AJR 0180, REB/VETTOR CA-4.120, placa AEX 6504, REB/BEMFORT BF 350B, placa ABK3262, I/TOYOTA HILUXSW4 SRV 4X4, placa ANJ1846 e REB/ANGOLA AWA, placa ATO 7090, para os devidos fins." - AO AUTOR PARA RETIRAR O OFÍCIO DA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que está disponível no site do Tribunal de Justiça, bem como o respectivo D.A.R.F junto a Receita - -Advs. do Requerente FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO, JOSE DANTAS LOUREIRO NETO, JULIO JACOB JUNIOR e ANDREA CAROLINE MARCONATTO e Advs. do Requerido LUIS CLAUDIO ANDRADE NEVES e ROGERIO FERES GIL-.

7. AÇÃO MONITÓRIA-0000146-62.2003.8.16.0148-B.I.S. x M.C.L. e outros-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 30,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Advs. do Requerente JOSÉ VALNIR ZAMBRIM, LAURO FERNANDO ZANETTI, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI e ELIANE DEMETRIO-.

8. AÇÃO MONITÓRIA-475/2005-CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA x JOSÉ DE ALMEIDA- "A autora sobre o oficio de fls. 176 da Comarca de Mamborê-Pr., informando que os autos de Carta Precatória sob nº 1063-29.2011 encontra-se aguardando pagamento das custas e Avaliação sob pena de devolução."-Advs. do Requerente MÁRIO CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR e SÉRGIO ROBERTO GIATTI RODRIGUES-.

9. EXECUÇÃO-0000210-67.2006.8.16.0148-SEBASTIAO JAMIL BELENONI x FRIGORIFICO FRIGOALFA LTDA.- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R $0,00".-Advs. do Requerente ROSANGELA KHATER, PEDRO RODRIGO KHATER FONTES, HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU, RICARDO DOMINGUES BRITO e MARCIO JOSE DE FARIA PALLA-.

10. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-581/2006-MIGUEL GRECO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao recorrido para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente MARIA ELIZABETH JACOB e PAULO MARTINEZ SAMPAIO MOTA-.

11. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-863/2006-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x JOAO NAVARRO e outros-"À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$ 0.00". -Advs. do Requerente ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO, WALTER LUIS CARNELOSSI, ALESSANDRA HARUMI M. C.TAKAHASHI, FABRICIO LUIZ AKASAKA TORII, IGOR FABRICIO MENEGUELLO, MARCOS AURELIO ALVES TEIXEIRA, RICARDO DE ABREU ARAMBUL e JOSE CARLOS ARAUJO-.

12. AÇÃO DECLARATÓRIA-1679/2007-DIRCE QUIROGA BROIETE x MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA- "Diga a autora se tem interesse no prosseguimento da presente ação, devendo requerer o que for de direito, em 48 horas, sob pena de extinção do processo, nos termos da lei". -Adv. do Requerente PEDRO AUGUSTO BUENO-.

13. AÇÃO MONITÓRIA-0000456-29.2007.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x FIRMO JOSE LUIZ ZAMPA FILHO- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$406,74".-Advs. do Requerente LINO MASSAYUKI ITO, MARCO RODRIGUES DA MATA e ISAAC JOSÉ ALTINO-.

14. BUSCA E APREENSÃO-0000773-90.2008.8.16.0148-OMNI S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CLAUDIO LUQUES ZANIN-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente ADRIANO MUNIZ REBELLO, ABEL ANTONIO REBELLO, ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS, CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS ALCANTARA, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTO e GIOVANNA BENVENUTTI-.

15. INTERDIÇAO-0000777-30.2008.8.16.0148-JANDIRA MARIA DOS SANTOS x JOSÉ HONÓRIO DOS SANTOS NETO-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente JOSÉ MARIA DA SILVA e KARINA ZANIN DA SILVA-.

16. DESPEJO-0000729-71.2008.8.16.0148-ALEX OKUDA x JEFFERSON ADRIANO DE OLIVEIRA- "Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente MARCO HENRIQUE DAMIÃO BEFFA, ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e JOSÉ ROBERTO BEFFA-.

17. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0001102-05.2008.8.16.0148-JÚLIO CESAR FERREIRA x FAZENDA NACIONAL- "Recebo os embargos porque tempestivos e opostos por parte legítima. [...] Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS, via de conseqüência determino a realização dos atos executórios nos apensos autos de execução de n. 139-07-2002. A embargada para impugnar os embargos no prazo de 30 dias". -Adv. do Requerente JOAO CARLOS ZAFALON e Advs. do Requerido ADRIANO MARTINS PORTELINHA e LUCIANO NOGUEIRA DA SILVA-.

18. REVISÃO DE CONTRATO-0000806-80.2008.8.16.0148-MARIA MARLI DE ARAUJO SIGNORI x BANCO PANAMERICANO S/A.- "Ao requerido para recolher a taxa de R$9,40 do oficio expedido para levantamento e transferência do débito em guia própria no Site do Tribunal." -Adv. do Requerente RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO e Adv. do Requerido ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA-.

19. BUSCA E APREENSÃO-0000860-46.2008.8.16.0148-BANCO FINASA S/A. x DEBORA VIEIRA RUBIS-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente IVAN PEGORARO, MARCOS LEATE e JULIANA PEGORARO BAZZO-.

20. AÇÃO DECLARATÓRIA-0001028-48.2008.8.16.0148-CARVALHO & AVANZI LTDA. x VIGORMAX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e outros- " Em face do exposto, conheço dos embargos declaratórios posto que tempestivos, entretanto REJEITO-OS, não reconhecendo a omissão apontada ".-Advs. do Requerente SILVIO JOSÉ FARINHOLI ARCURI e ANA CAROLINA TURQUINO TURATTO e Advs. do Requerido RENATA PEREIRA DA COSTA DE OLIVEIRA, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI, TIAGO SPOHR CHIESA, ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, MARCOS DUTRA DE ALMEIDA, FERNANDA MOCKEL ROUSSENQ e FERNANDO AUGUSTO OGURA-.

21. COBRANÇA-74/2009-ODAIR FACIO x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 04/07/2012 às 14:00 horas."-Advs. do Requerente JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA BORTOLASSI e SUELI KAZUE MURAMATSU PEREIRA e Advs. do Requerido MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER, ELLEN KARINA BORGES SANTOS e LUCIANA MOREIRA DOS SANTOS-.

22. EXECUÇÃO-0001882-08.2009.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x ANGELA MARIA DOS SANTOS CORRÊA e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Adv. do Requerente WILSON SANCHES MARCONI-.

23. INDENIZAÇÃO-809/2009-JJRM EDITORA DE JORNAIS LTDA e outros x BRASIL TELECOM S/A. - OI- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos recorridos para, querendo, apresentarem suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e JÉFERSON LUIZ MATIAS e Advs. do Requerido ERIKA FERNANDA RAMOS, ANDREA MAGNA UDENAL, SANDRA REGINA RODRIGUES e PRISCILA PERELLES-.

24. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0001540-94.2009.8.16.0148-JOVELINA SCHIMIDT SALVADOR x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo o recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do Código de Processo Civil.Ao apelado para querendo, apresentar suas contra-razões no prazo legal..."-Advs. do Requerente ELISANGELA GUIMARAES DE ANDRADE, SERGIO EDUARDO CANELLA e RENATA SILVA BRANDAO-.

25. COBRANÇA-1082/2009-VERONICE ALVES PEREIRA x VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Medico Legal (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente ROGÉRIO RESINA MOLEZ e Advs. do Requerido FLAVIA BALDUINO DA SILVA, FILIPE VASCONCELOS SACCA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

26. EXECUÇÃO-0001688-08.2009.8.16.0148-TETRAFERRO LTDA. x CLOVIS EDUARDO FANELLI- "Retirar ofício da Receita Federal com urgência recolhendo as taxas junto ao orgão competente antes retirando o oficio em cartório face o mesmo se encontrar nos autos e recolher a taxa de R$9,40 em guia própria no Site do Tribunal."-Adv. do Requerente MARILICE DUARTE BARROS-.

27. EXECUÇÃO-0001608-44.2009.8.16.0148-GRANOSIL SILOS E EQUIPAMENTOS LTDA. x IBANEZ CORTEZIA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$909,09".-Adv. do Requerente WESLEY TOLEDO RIBEIRO-.

28. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0001531-35.2009.8.16.0148-ODETE GUERRA FRIGUETTO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente FLÁVIA FERNANDES NAVARRO-.

29. AÇÃO MONITÓRIA-0001622-28.2009.8.16.0148-BELAGRICOLA - COM. E REP. DE PROD. AGRICOLAS LTDA. x EULINA SATURNINO e outros- "A autora sobre o oficio e certidão de fls. 117/119 da Comarca de Colider-Mt. requerendo a manifestação da autora nos autos de Carta Precatória sob nº 915.93.2010.811.009."-Advs. do Requerente ROBERTO CARLOS BUENO e THAÍSA COMAR-.

30. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0002149-77.2009.8.16.0148-GERALDO BRITO DE LIMA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente FLÁVIA FERNANDES NAVARRO-.

31. EXECUÇÃO-0001674-24.2009.8.16.0148-B.S.(.S. x E.C.- "A autora sobre o ofício de fls. 76/81 da Receita Federal."-Advs. do Requerente LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.

32. COBRANÇA-1569/2009-TULIO XAVIER MANZON x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.- "Aos interessados sobre o oficio do Instituto Médico Legal de Londrina (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00h."-Advs. do Requerente RICARDO DOMINGUES BRITO, ROSANGELA KHATER, FERNANDA MICHELLE KHATER F. BRITO, PEDRO RODRIGO KHATER FONTES e HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU e Advs. do Requerido MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI, DOUGLAS DOS SANTOS e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

33. EXECUÇÃO-0002024-12.2009.8.16.0148-C.C.D.A.L. x M.R.V. e outro- "Ao autor sobre a devolução da Carta Precatória de fls. 146/155 com certidão negativa pelo oficial de justiça."-Advs. do Requerente VALDIR DE FREITAS JUNIOR e FÁBIO ROBERTO BITENCOURT QUINATO-.

34. COBRANÇA-1590/2009-LUIS DELONGUI JUNIOR x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Advs. do Requerente WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA e RODRIGO DA COSTA GOMES e Advs. do Requerido FLÁVIO PENTEADO GEROMINI, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, JOSE AUGUSTO BARBOSA TURRA, TATIANE MUNCINELLI, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA e FABIANO NEVES MACIEYWSKI-.

35. REVISÃO DE CONTRATO-1680/2009-JOÃO TRIVELATO x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.- "Presentes os requisitos legais, recebo a apelação interposta, nos efeitos suspensivo e devolutivo. Dê-se vista à parte recorrida para apresentar as contrarrazões recursais no prazo de 15 dias." -Adv. do Requerente MARCELO GONÇALVES DA SILVA e Adv. do Requerido LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

36. EXECUÇÃO-0000378-30.2010.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x JULIO CESAR DE MELO-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 10,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Advs. do Requerente MARCOS C. DO AMARAL VANCONCELLOS e GILBERTO PEDRIALI-.

37. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0000706-57.2010.8.16.0148-SANTANDER LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL x ANA MARIA DAMACENO- "Ao autor para manifestação sobre o ofício da Receita Federal de fls. 34/38."-Advs. do Requerente ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, SÉRGIO SCHULZE e CHANDER ALONSO MANFREDI MENEGOLA-.

38. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0000812-19.2010.8.16.0148-SELESTRINO FRANCISCO XAVIER x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo ambos os recursos interpostos em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI, JOÃO CARLOS RODRIGUES GOMES, OTTO FEUCHT, FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e JÉFERSON LUIZ MATIAS-.

39. AÇÃO MONITÓRIA-0001046-98.2010.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x TEREZINHA DE JESUS ROSA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$43,21".-Advs. do Requerente FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES, MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO, PATRICIA GRASSANO PEDALINO e LUIS ANTONIO MONTANHA-.

40. EXECUÇÃO-0001053-90.2010.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x THIAGO WILSON BATISTA LEITE- "A autora sobre o oficio de fls. 86/89 da Comarca de Bela Vista do Paraíso-Pr., expedido nos autos de Carta Precatória nº66/2010 onde deverá haver manifestação sobre o Auto de Penhora, avaliação e intimação."- O-Advs. do Requerente FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO-.

41. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0001211-48.2010.8.16.0148-GILBERTO RIBEIRO DE LIMA x BANCO BANESTADO S/A.- "Ao autor sobre a petição de fls. 167 do requerido apresentando sua desistência ao recurso interposto e extinção da obrigação solicitando remessa dos autos para o contador para conta e cálculo dos honorários."-Advs. do Requerente JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA, JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI e JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA-.

42. REVISÃO DE CONTRATO-0002155-50.2010.8.16.0148-GERALDO MARCELINO CAMPANER x BANCO ITAUCARD S/A.- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente GILBERTO BAUMANN DE LIMA, NILZA APARECIDA SACOMAN BAUMANN DE LIMA, TELMA DE CARVALHO FLEURY, FLÁVIO PIEROBON, DENIS OKAMURA e TIAGO BRENE OLIVEIRA-.

43. EXECUÇÃO-0002278-48.2010.8.16.0148-SHV GAS BRASIL LTDA. x AL3 INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIO LTDA.-ME- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ANDERSON DE AZEVEDO, HENRIQUE AFONSO PIPOLO, HENRIQUE ZANONI, GIACOMO RIZZO, RICARDO CREMONEZI e THALITA VALERIA SANTOS BATINI-.

44. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0002384-10.2010.8.16.0148-APARECIDA BALESTRA RIBEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de outubro próximo, às 14h30min, renovadas as diligências legais".-Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI, HORÁCIO FERNANDES NEGRAO FILHO, FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES, DOUGLAS BONALDI MARANHAO e FABIANA BIANCHINI PICOTTI MORAES-.

45. EXECUÇÃO-0002671-70.2010.8.16.0148-BADEN AUTOMOTORES LTDA. x CARLOS ROGÉRIO ANSELMO-"Ao exequente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente SAVIO ITHAMAR DE QUEIROZ TURRA e CARLOS ALBERTO PAOLIELLO AZEVEDO-.

46. BUSCA E APREENSÃO-0002860-48.2010.8.16.0148-HSBC FINANCE BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x NATALINO CANOS JUNIOR-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente CRYSTIANE LINHARES, IONÉIA ILDA VERONEZE, JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR, ANDRÉA LOPES GERMANO PEREIRA e LARISSA ARAÚJO BRAGA AMORAS-.
47. EXECUÇÃO-0003173-09.2010.8.16.0148-RECOVERY DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISETORIAL x DORIEDSON APARECIDO DOS SANTOS e outro- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.
48. REVISÃO DE CONTRATO-0004202-94.2010.8.16.0148-JOÃO ANTÔNIO DA SILVA x CIFRA S/A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- "[...] No caso, verifico que não há elementos a autorizar a medida de urgência pleiteada. Isto porque, na hipótese em tela, o autor não trouxe nenhum documento que indicasse a verossimilhança de suas alegações. Com efeito, não trouxe o comprovante de pagamento da parcela que gerou a inscrição de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, ônus que era seu. Ademais, verifica-se nos autos que o autor teve seu nome incluído nos órgãos de proteção ao crédito pela inadimplemento da parcela com vencimento em 15 de outubro de 2009, sendo que o pedido de depósito das parcelas incontroversas foi deferido somente em 29 de julho de 2010. Não há, portantom em sede de cognição sumária, elementos seguros nos presentes autos para antecipação da tutela, pelo que indefiro o pedido de fls. 229/230. Ademais, destaca-se que mesmo que o autor tivesse trazido aos autos o comprovante de pagamento da referida parcela, o pedido de aplicação de multa diária em desfavor do requerido não prosperaria, tendo em vista que o despacho de fl. 47, indeferiu o pedido de não inclusão do nome do autor no cadastro dos inadimplementes, sendo inaplicável, portanto, no presente caso, a multa diária por descumprimento de decisão". -Adv. do Requerente FABIO BARROZO PULLIN DE ARAÚJO-.
49. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0004211-56.2010.8.16.0148-B.V. LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. x JESULINO ODALIO CORREA JUNIOR- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ENEIDA WIRGUES e FLAVIA DIAS DA SILVA-.
50. CURATELA-0004308-56.2010.8.16.0148-MARGARETE BRIGIDO MOREIRA x VALDECI DONIZETE BISCOLA MOREIRA-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ e ISAAC JOSÉ ALTINO-.
51. EXECUÇAO POR QUANTIA CERTA-0004393-42.2010.8.16.0148-SERVIMED COMERCIAL LTDA. x BRASMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME- "RETIRAR CARTA PRECATORIA, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que esta disponivel no site do tribunal de justiça" -Adv. do Requerente LEONARDO ANACLETO CHAVES-.
52. COBRANÇA-0004405-56.2010.8.16.0148-VAMBERTO GARCIA FIGUEIREDO x EDUARDO CAETANO DA SILVA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Adv. do Requerente MOACIR MÁRIO KRETSCHMAR-.
53. EXECUÇÃO-0004407-26.2010.8.16.0148-DIEGO ALVES DA SILVA x EDUARDO CAETANO DA SILVA-"Diga a autora se tem interesse no prosseguimento da presente ação, devendo requerer o que for de direito, em 48 horas, sob pena de extinção do processo, nos termos da lei". -Adv. do Requerente MOACIR MÁRIO KRETSCHMAR-.
54. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004679-20.2010.8.16.0148-BARBARA BUENO MATIEL x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de outubro próximo, às 16h30min, renovadas as diligências legais".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA e ALEXANDRE DA SILVA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.
55. INTERDIÇAO-0004688-79.2010.8.16.0148-MARCOS ORADOR DA ROCHA x ELIAS ORADOR DA ROCHA-"Ao requerente, para que informe esse r. Juízo, sobre eventual realização da perícia judicial, bem com, em relação a emissão do laudo pericial, sob as penas da lei." -Advs. do Requerente BADRYED DA SILVA e DENAÍNE DE ASSIS FONTOLAN-.
56. COBRANÇA-0004826-46.2010.8.16.0148-ADEMIR BIONDO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas"-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI, RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA e FLAVIA REGINA FACCIONE e Advs. do Requerido DOUGLAS DOS SANTOS, GABRIELLA MURARA VIEIRA, MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.
57. COBRANÇA-0004827-31.2010.8.16.0148-JEROSINO DA SILVA LISBOA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 14:00 horas."-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI, RICARDO FRANÇA ROVERI e RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA e Advs. do Requerido MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.
58. COBRANÇA-0005191-03.2010.8.16.0148-PAULO CESAR BALSAN x VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente ROGERIO BUENO ELIAS e Advs. do Requerido ELLEN KARINA BORGES SANTOS, LUCIANA MOREIRA DOS SANTOS e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.
59. BUSCA E APREENSÃO-0005402-39.2010.8.16.0148-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x ROSELI BORDES CRUZ DA SILVA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.
60. COBRANÇA-0005519-30.2010.8.16.0148-ESPOLIO DE JOSÉ URBANO POUZA x BANCO BRADESCO S/A.- "Ao procurador do requerido para pagamento das custas de fls. 112 no valor de R$576,22 do cartório, R$28,09 do contador , mais R$32,59 do Funrus , pagamento através de guias próprias no Site do Tribunal."-Advs. do Requerido GILBERTO PEDRIALI e MARCOS C. DO AMARAL VANCONCELLOS-.
61. REPARAÇAO DE DANOS-0006450-33.2010.8.16.0148-SUPER MONTEIRO LTDA. x FABIO JUNIOR TORELLI- "Redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 20 de outubro próximo, às 13h30min".-Advs. do Requerente MAURICIO FELDMANN DE SCHNAID e ADOLFO FELDMANN DE SCHNAID e Advs. do Requerido JOÃO PAULO DE PAULA KIRSCH e LEANDRO JOSÉ GODINHO-.
62. AÇÃO DECLARATÓRIA-0006452-03.2010.8.16.0148-ROSA AMANDA LOPES DA SILVA x OI (BRASIL TELECOM S/A) e outro- " Diante disso, HOMOLOGO por sentença o acordo firmado entre as partes e julgo extinto o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Expeça-se o competente Alvará em favor da requerente, para levantamento dos valores depositados em conta judicial. Custas e honorários conforme acordado ".-Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS e Advs. do Requerido ANGELA MARIA STEPANIV, ERIKA FERNANDA RAMOS HAUSSLER, PRISCILA PERELLES, SANDRA REGINA RODRIGUES e GRAZIELLE COSTA DOS REIS-.
63. ALVARÁ-0006586-30.2010.8.16.0148-MATHEUS HENRIQUE DA CUNHA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Portanto, face à desistência da ação manifestada pelo autor às fls. 42, EXTIGO o processo, sem apreciação do mérito, o que faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do CPC ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.
64. INDENIZAÇÃO-0006662-54.2010.8.16.0148-GERALDO RODRIGUES DA SILVA e outro x BANCO ITAÚ - UNIBANCO S.A.- "Na forma do artigo 523 do CPC, recebo o agravo retido interposto às fls. 78/83. A parte agravada para, querendo, impugnar as razões do recurso, no prazo de lei, após, os autos conclusos para decisão de manutenção ou reforma". -Advs. do Requerente LUIS HENRIQUE FERNANDES e LUCIANO GILVAN BENASSI-.
65. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0006671-16.2010.8.16.0148-CARLOS AUGUSTO PINHEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente ANDREA REGHIN e ELDBERTO MARQUES-.
66. EXECUÇÃO-0000051-51.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x JOLINDA DE MORAES ALVES- "Sobre a avaliação de fls. 126/127, manifestem-se as partes no prazo comum de 10 dias. Não havendo discordância quanto à avaliação, designe-se data para o praceamento do bem constrito". -Adv. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e Adv. do Requerido JULIANA TORRES MILANI-.
67. AÇÃO DECLARATÓRIA-0000168-42.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x ANA CRISTINA DEBETIR DE SOUSA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ALEXANDRE RAINATO GENTA e JOÃO TAVARES DE LIMA NETO-.
68. ARRESTO-0000271-49.2011.8.16.0148-AGENOR PEREIRA DA SILVA x ANTONIO ORTIZ FILHO- ""Cumprindo o artigo 526, CPC, tomo ciência do recurso de agravo interposto da decisão proferida por este Juízo de primeiro grau. Considerando as razões do agravo, mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos. -Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS e Adv. do Requerido PAULO CEZAR DANIEL-.
69. EXECUÇÃO-0000542-58.2011.8.16.0148-BANCO ITAÚ - UNIBANCO S.A. x BRINQUEDOS UNIÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e outros- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$2034,63".-Advs. do Requerente JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA e RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES-.
70. BUSCA E APREENSÃO-0000711-45.2011.8.16.0148-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x THIAGO PAULA DA SILVA- " Posto isso, e nos termos da fundamentação supra, julgo extinto o processo com resolução de mérito, para o fim de julgar PROCEDENTES os pedidos aduzidos por BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCEIRO E FINANCIAMENTO em face de THIAGO PAULA DA SILVA, para o fim de declarar rescindido o contrato firmado

entre as partes, confirmar a medida liminar concedida, consolidando o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem objeto da lide nas mãos da autora, facultando-lhe, nos termos do artigo 2º do mesmo diploma, a alienação de referido bem e, após abatido o valor da dívida, a devolução de eventual saldo remanescente ao réu. Declaro, ainda, a responsabilidade do réu por eventuais multas de trânsito colacionadas no período em que esteve na posse do veículo. Ante sua sucumbência, condeno o réu no pagamento das custas e despesas processuais. Condeno o réu, ainda, no pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono da autora, os quais, atento ao artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, tendo-se em vista o zelo profissional, a desnecessidade de deslocamentos significativos, a relativa simplicidade da causa e a ausência de incidentes processuais, fixo em R$ 150,00 (Cento e cinqüenta reais), devidamente atualizado com a utilização do INPC-IBGE, a partir desta data ".-Advs. do Requerente CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON L. SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

71. EXECUÇÃO-0000739-13.2011.8.16.0148-AGENOR PEREIRA DA SILVA x ANTONIO ORTIZ FILHO- "Diante da decisão prolatada nos autos de embargos à execução, ao autor para se manifestar acerca da avaliação do bem penhorado, bem como para requerer o que entender de direito, dando continuidade a este feito executivo". -Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS-.

72. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0000910-67.2011.8.16.0148-ALFERINO ABREU DE LIMA x BANCO FINASA BMC S/A.-"Ao requerente, sobre a certidão de fls. 21, informando que na data de 29/08/2011 decorreu o prazo de ( 5 ) cinco dias, sem apresentação de contestação pelo requerido." -Adv. do Requerente BRUNO HENRIQUE FERREIRA-.

73. COBRANÇA-0000982-54.2011.8.16.0148-AUGUSTO GUIMARÃES NETO x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.-"As partes, sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina - Pr., fls. 126, comunicando que o exame de lesões corporais, com a finalidade de recebimento indenizatório do seguro DPVAT, em AUGUSTO GUIMARÃES NETO, está agendado para o dia 21/06/2012 às 14:00 horas, neste IML."-Advs. do Requerente CARLOS EDUARDO PINCELLI, JORGE DIAS PAIVA, PEDRO HENRIQUE C. DAMASCENO, CAROLINE ZANETTI PAIVA e ANELISE CRISTINA TORRES PINCELLI e Advs. do Requerido ELLEN KARINA BORGES SANTOS, FERNANDO KIKUCHI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

74. EXECUÇÃO-0001031-95.2011.8.16.0148-ITAÚ UNIBANCO S/A. x VICMÓVEIS INDÚSTRIA LTDA. e outros- "RETIRAR OFICIO, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponível no site do Tribunal de Justiça"-Adv. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI-.

75. BUSCA E APREENSÃO-0001260-55.2011.8.16.0148-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. x SILVANA DA LUZ MOREIRA- " Posto isso, e nos termos da fundamentação supra, julgo extinto o processo com resolução de mérito, para o fim de julgar PROCEDENTES os pedidos aduzidos por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A em face de SILVANA DA LUZ MOREIRA, para o fim de declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, confirmar a medida liminar concedida, consolidando o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem objeto da lide nas mãos do autor, facultando-lhe, nos termos do artigo 2º do mesmo diploma, a alienação de referido bem e, após abatido o valor da dívida, a devolução de eventual saldo remanescente a ré. Declaro, ainda, a responsabilidade da ré por eventuais multas de trânsito colacionadas no período em que esteve na posse do veículo. Ante sua sucumbência, condeno a ré no pagamento das custas e despesas processuais. Condeno a ré, ainda, no pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono do autor, os quais, atento ao artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, tendo-se em vista o zelo profissional, a desnecessidade de deslocamentos significativos, a relativa simplicidade da causa e a ausência de incidentes processuais, fixo em R$ 150,00 (Cento e cinqüenta reais), devidamente atualizado com a utilização do INPC-IBGE, a partir desta data ".-Advs. do Requerente ENEIDA WIRGUES, JULIANA CHAVES DE OLIVEIRA, DANIELE DE BONA, CARLOS EDUARDO CARDOZO BANDEIRA, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA, FERNANDO JOSE GARPAR, KLAUS SCHNITZLER e FERNANDO LUZ PEREIRA-.

76. EXECUÇÃO-0001293-45.2011.8.16.0148-CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA x JOSÉ MACHADO PINHEIRO- "....Sem prejuízo, DEFIRO a penhora sobre o crédito livre do executado, devendo-se oficiar à Usina Alto Alegre determinando que o pagamento da quantia de R$ 19.547,67, dos R $ 81.774,46 devidos ao executado, seja depositada judicialmente, lavrando-se, na seqüência, o competente termo de penhora. Intime-se, ainda, o exeqüente para, acaso o valor que se busca penhorar já tenha sido depositado em conta do executado junto ao mesmo, proceda ao depósito judicial da quantia, lavrando-se, o termo de penhora. Lavrada a penhora, intime-se o executado." - RETIRAR OFÍCIO PARA USINA ALTO ALEGRE, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ dispónivel no site do tribunal de justiça - Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO, PATRICIA GRASSANO PEDALINO e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

77. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0001622-57.2011.8.16.0148-DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOEL ESTEVES- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos recorridos para, querendo, apresentarem suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente ANDRÉA LOPES GERMANO PEREIRA, CRYSTIANE LINHARES, IONÉIA ILDA VERONEZE, JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR e THIAGO COLLETI PODANOSQUI-.

78. EXECUÇÃO-0001805-28.2011.8.16.0148-EUROFRAL INDÚSTRIA DE PRODUTOS HIGIÊNICOS E TERMOPLÁSTICOS LTDA. e outro x GUSTAVO SPERB WOHLENBERG- "A autora sobre a devolução da Carta Precatória de fls. 35/52 da Comarca de Dourados-Ms. com certidão negativa do oficial de justiça."-Advs. do Requerente EDUARDO KOTAKA JUNIOR e JOÃO PAULO SHINITI ITIMURA YAGUI-.

79. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0001913-57.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos no prazo de vinte e quatro horas sob as penas da lei." (carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

80. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0001914-42.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos em vinte e quatro horas sob as penas da lei." (Carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

81. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0002077-22.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos em vinte e quatro horas sob as penas da lei." (Carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

82. BUSCA E APREENSÃO-0002131-85.2011.8.16.0148-PANAMERICANO S/A. x LUIZ CARLOS DOS SANTOS- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

83. EXECUÇÃO-0002168-15.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x BRUNO ADRIANO DOLCI CORNA- "RETIRAR OFÍCIO, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do tribunal de justiça"-Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

84. EXECUÇÃO-0002172-52.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x FERNANDO CESAR DE ALMEIDA-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça." -Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

85. EXECUÇÃO-0002177-74.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x CARLOS CESAR MARCONI- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$0,00".-Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

86. ALVARÁ-0002203-72.2011.8.16.0148-REIKO DOI x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- "A parte autora, para proceder à emenda a inicial, atribuindo o valor real da causa nos termos do art. 259, do CPC, e, conseqüentemente, recolhendo as respectivas diferenças de custas". -Advs. do Requerente GUSTAVO VISSOCI REICHE e MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS-.

87. ALVARÁ-0002219-26.2011.8.16.0148-APARECIDA INEZ ROBBI DE OLIVEIRA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente a PIS/ PASEP e FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, bem como eventual poupança, em nome de APARECIDA INEZ ROBBI DE OLIVEIRA, independentemente de prestação de contas. Dispenso o pagamento das custas judiciais, confirmando os benefícios da Justiça Gratuita ".-Advs. do Requerente PAULO CELSO COSTA, MARCIO RENATO PIERIN, RODRIGO FRANCISCO FERNANDES e POLIANI COCATO GRECCO LONARDONI-.

88. COBRANÇA-0002342-24.2011.8.16.0148-JOSÉ HENRIQUE DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 16/07/2012 às 14:00 horas."-Adv. do Requerente RAFAEL LUCAS GARCIA-.

89. COBRANÇA-0002343-09.2011.8.16.0148-CRISTIANO JACINTO LOPES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal Londrina (IML), designando perícia para o dia 10/07/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente RAFAEL LUCAS GARCIA-.

90. INDENIZAÇÃO-0002530-17.2011.8.16.0148-MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA x CAIXA SEGURADORA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 34-36. Para a audiência de conciliação (Art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 14h00min, na sede deste Juízo. Cite-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

91. INDENIZAÇÃO-0002532-84.2011.8.16.0148-ANA LUZIA PEREIRA x SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 34-36. Para a audiência de conciliação (Art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 14h30min, na sede deste Juízo. Cite-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

92. INDENIZAÇÃO-0002538-91.2011.8.16.0148-MARINO SPIMPOLO x CAIXA SEGURADORA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 43/45. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei,

a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal de 15 dias, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

93. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002543-16.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros x BANCO DO BRASIL S.A.- "Sobre a impugnação e documentos agregados (fls. 237/268), manifeste-se a embargante, em 10 (dez) dias".-Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES-.

94. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002544-98.2011.8.16.0148-VALDETE GRACINO DE PAULA e outro x BANCO DO BRASIL S.A.- "[...] Ante o exposto, INDEFIRO o efeito suspensivo aos embargos do devedor. INDEFIRO, ainda, o pedido de exclusão dos nomes das embargantes dos cadastros de proteção ao crédito, uma vez que o crédito externado no título executivo se mantém, por ora, hígido. A embargada para se manifestar sobre os embargos no prazo de 15 dias". -Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e Adv. do Requerido LEONARDO BAES LINO DE SOUZA-.

95. ALVARÁ-0002582-13.2011.8.16.0148-ÉRICA MARIA DOS SANTOS x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente a PIS/PASEP e FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, em nome de ÉRICA MARIA DOS SANTOS, observadas ainda as seguintes condições: a) os valores pertencentes à menor deverão ser depositados em conta poupança vinculada ao juízo, em nome da requerente, bem como deverá, no prazo de 30 (trinta dias), ser juntado comprovante do depósito efetuado em favor da menor em conta vinculada a este Juízo, sob pena de responsabilidade. Dispenso o pagamento das custas judiciais, confirmando os benefícios da Justiça Gratuita ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

96. AÇÃO DECLARATÓRIA-0002778-80.2011.8.16.0148-CALÇADOS CAVIUNA LTDA. x CLAUDINA INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.-"Ao requerente, sobre a certidão de fls. 23, informando que a audiência de conciliação designada para o dia 28 às 13:00 horas, restou prejudicada em virtude do AR da carta de citação não ter retornado." -Advs. do Requerente JOSÉ MARIA DA SILVA e KARINA ZANIN DA SILVA-.

97. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002945-97.2011.8.16.0148-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. x AREG INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA. - ME e outro-"À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$ 0,00". -Adv. do Requerente ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

98. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002950-22.2011.8.16.0148-LUIS ALBERTO ADAS DE OLIVEIRA e outro x SONIA BATISTA MOTA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$0,00".-Advs. do Requerente LUIZ DE OLIVEIRA NETTO e ELCIDIO PEREIRA DA FONSECA-.

99. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002957-14.2011.8.16.0148-ANTONIO ORTIZ FILHO x AGENOR PEREIRA DA SILVA- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu efeito meramente devolutivo, nos termos do artigo 520, V, do CPC. Ao recorrido para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente PAULO CEZAR DANIEL e Adv. do Requerido EVERTON SANTANA ALVES-.

100. INDENIZAÇÃO-0003030-83.2011.8.16.0148-MARIANA SANT'ANA OLIVEIRA ROSA DOS SANTOS GUIMARÃES e outro x CLAUDENIR FRACHINI e outro- "Sobre as contestações e documentos agregados, manifestem-se os autores, no prazo de 10 (dez) dias".-Advs. do Requerente IVAN MARTINS TRISTAO e MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II-.

101. EXECUÇÃO-0003094-93.2011.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x KOPA INDÚSTRIA COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. ME. e outro-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 20,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Adv. do Requerente MARIA JOSE STANZANI-.

102. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0003120-91.2011.8.16.0148-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "[...] Analizando os presentes autos, bem como os autos n. 3177-2011, verifica-se que houve duplicidade de oposição de embargos ao devedor pela parte embargante por procuradores distintos. Assim, a parte embargante, para, em 48 horas, informarem quem é o representante legal da empresa embargante". -Advs. do Requerente WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA, ROBERTO BERTHOLDO, LUIZ GUSTAVO MAGALHAES HOLTZ e LAISLA FERNANDA ZENI AUGUSTO-.

103. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0003177-12.2011.8.16.0148-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "[...] Analizando os presentes autos, bem como os autos n. 3120-2011, verifica-se que houve duplicidade de oposição de embargos ao devedor pela parte embargante por procuradores distintos. Assim, a parte embargante, para, em 48 horas, informarem quem é o representante legal da empresa embargante". -Advs. do Requerente OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO e ANGELA MUSSIAU YAMASAKI DE ROSSI-.

104. EXECUÇÃO-0003349-51.2011.8.16.0148-BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A. x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros- "Em fls. 29/30 a requerente pediu a exclusão das partes LUIZA DA SILVA VIOLIN e VALDETE GRACINO DE PAULA alegando que houve erro material ao incluir os referidos nomes no pólo passivo, requerendo também a inclusão dos devedores solidários ELISEU DE PAULA e LUIZ MAURICIO VIOLIN. Compulsando os autos, verifico que não houve ainda a citação dos requeridos, pelo que DEFIRO a substituição do pólo passivo, Ao cartório para que providencie em caráter de urgência a baixa do gravame de LUIZA DA SILVA VIOLIN e VALDETE GRACINO DE PAULA junto ao cartório distribuidor, e para que retifique o pólo passivo da presente demanda. Cumpra-se integralmente o despacho de fls. 27 (frente e verso) atentando-se a retificação do pólo pasivo." - RETIRAR CARTA PRECATÓRIA, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que está disponível no site do tribunal de justiça -Adv. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI-.

105. REVISÃO DE CONTRATO-0003405-84.2011.8.16.0148-SIDNEI NOVAES DE LACERDA x BANCO ABN AMRO REAL S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 19/21. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família...".-Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

106. REVISÃO DE CONTRATO-0003406-69.2011.8.16.0148-RODRIGO CELSO FERREIRA x BANCO FINASA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 22/24. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal de 15 dias, sob pena de presumirem verdeiros os fatos alegados pela parte autora...".-Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

107. EMBARGOS A EXECUÇAO-0003424-90.2011.8.16.0148-JOLINDA DE MORAES ALVES x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, uma vez que a embargante não forneceu qualquer documento que, realmente, ateste sua impossibilidade de pagar as custas processuais, muito pelo contrário, pelos documentos juntados, não se pressupõe a miserabilidade da autora. Isso poderia facilmente ser demonstrado pela juntada do comprovante de renda, declaração do imposto de renda, comprovação das despesas mensais, dentre outras. [...] Assim determino, que a embargante proceda o recolhimento das custas processuais, inclusive Funrejus, dentro do prazo de 48 horas, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente JULIANA TORRES MILANI-.

108. EMBARGOS A EXECUÇAO-0003425-75.2011.8.16.0148-JOLINDA DE MORAES ALVES x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, uma vez que a embargante não forneceu qualquer documento que, realmente, ateste sua impossibilidade de pagar as custas processuais, muito pelo contrário, pelos documentos juntados, não se pressupõe a miserabilidade da autora. Isso poderia facilmente ser demonstrado pela juntada do comprovante de renda, declaração do imposto de renda, comprovação das despesas mensais, dentre outras. [...] Assim determino, que a embargante proceda o recolhimento das custas processuais, inclusive Funrejus, dentro do prazo de 48 horas, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente JULIANA TORRES MILANI-.

109. COMINATORIA-0003464-72.2011.8.16.0148-FRANCISCA SOARES RIBEIRO x BANCO BMG S/A.- "...Desse modo, frente à existência dos requisitos ensejadores, DEFIRO, EM PARTE, A TUTELA ANTECIPADA PRETENDIDA, excepcionalmente inaudita altera pars, a fim de determinar que a requerida apresente no feito, com cópia entregue diretamente em mãos da autora, e no prazo de 10 dias, instrumento bancário de compensação (ex. boleto), contendo o valor respectivo para a quitação total e antecipada dos contratos n. 201410767 e 209311266, (fls. 15/16), R$11.690,84 e R$2.782,43, respectivamente (CPC, artigos 273 e 461, §§ 3° e 4°). Deverá a parte requerida, ainda levar em consideração na efetivação dos cálculos que os juros e demais acréscimos a serem abatidos proporcionalmente na forma do art. 52, § 2°, do CDC, deverão ser relativos à data virtual de 19.04.2011 (ou seja, não mais incidindo juros e demais encargos daquele termo adiante), efetivando-se, ainda, a compensação com os valores pagos pela requerente posteriormente, estes que deverão ser atualizados pelo INPC, a conta da respectiva quitação de cada prestação. Fixo multa diária para o descumprimento (a ser computada a partir do esgotamento do prazo acima) no importe de R$300,00, sem prejuízo de neste caso, futuramente, também se outorgar à requerente, a possibilidade de depositar os valores que entender cabíveis, com exclusão dos descontos em folha, à luz do art. 461, "caput", parte final, da Lei de ritos (resultado prático equivalente). Para a audiência de conciliação (art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 13h30min, na sede deste Juízo. Citem-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI e FLAVIA REGINA FACCIONE-.

110. EXECUÇÃO-0003470-79.2011.8.16.0148-NIVALDO APARECIDO PIRANI x ANTONIO JUNIOR WILTER SANTOS e outros- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$1,25".-Advs. do Requerente PEDRO GUILHERME KRELING VANZELLA, REGINALDO DE SANTANA e SOLANGE CRISTINA DE LIMA FROES-.

111. ALVARÁ-0003615-38.2011.8.16.0148-HILÁRIO SOARES SANTANA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto,

julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente ao FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, em nome de ROSELI SOARES SANTANA, independentemente de prestação de contas. Dispenso o pagamento das custas judiciais, uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50. Certificado o trânsito e julgado e comprovado o recolhimento do tributo "causa mortis", expeça-se o competente alvará, na forma requerida à fl. 2/4 ".-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, FLAVIA REGINA FACCIONE e SABINE DENISE GIESEN ROVERI-.

112. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003648-28.2011.8.16.0148-ANDRÉIA DURIGON x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

113. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003650-95.2011.8.16.0148-JULIANA DA SILVA SANGY x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

114. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003651-80.2011.8.16.0148-TÂNIA DOS SANTOS MICHELETTI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

115. REVISÃO DE CONTRATO-0003757-42.2011.8.16.0148-JOÃO BREGAMO x BANCO J SAFRA S.A.- "A lei 1.060/50, na dicção do art. 4º., de fato, garante os benefícios da assistência judiciária gratuita aqueles presumivelmente pobres. [...] No caso, em comento, verifica-se do comprovante de aposentadoria juntada aos autos que o requerente recebe mensalmente o valor de R$ 3.344,88, e ainda, contratou advogado particular, motivos que me levam a crer que possui condições de arcar com as custas. Se não bastasse, o autor financiou a compra de um veículo, em parcelas mensais de R$ 799,78. Ora, quem tem condições de pagar R$ 799,78 em única prestação, tem condições de pagar as custas do processo. Com essas considerações, indefiro o pedido de justiça gratuita. Ao autor para que, em 48 horas, efetue o preparo das custas iniciais, bem como o pagamento da taxa judiciária, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente EDGAR MITSUAKI FUKUDA-.

116. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003767-86.2011.8.16.0148-MARILDA NERES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "...Por todo o exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela. Cite-se o requerido para que apresente contestação no prazo legal...".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, ALEXANDRE DA SILVA, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA e BRUNO ANDRÉ SOARES BETAZZA-.

117. COBRANÇA-0003804-16.2011.8.16.0148-SANDRA GONÇALVES DA MOTA x MAPFRE VERA CRUZ- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

118. BUSCA E APREENSÃO-0003839-73.2011.8.16.0148-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. x ODAIR JOSÉ PEREIRA DE CARVALHO- "RETIRAR CARTA PRECATÓRIA ITINERANTE"-Advs. do Requerente SÉRGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.

119. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0004635-64.2011.8.16.0148-PAULO ROBERTO RODRIGUES MACHADO x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "Trata-se de Embargos à Execução opostos por PAULO ROBERTO RODRIGUES MACHADO face à demanda executiva que lhe move a Fazenda Pública, afirmando que os presentes embargos são tempestivos, tendo em vista que a publicação no diário da justiça ocorreu em 15.07.2011. Entretanto, segundo consta da certidão de fl. 241, dos autos de execução fiscal n. 208/99, o prazo para interposição de embargos teve início em data de 21.06.2011. Assim, considerando que a certidão de fl. 241 goza de fé pública e que o documento de fl. 253 foi expedido por empresa particular de veiculação, que não se reveste de fé pública, ao embargante, para, em 05 cinco dias, apresente cópia da intimação realizada através do Diário da Justiça, sob pena de intempestividade". -Advs. do Requerente ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO, ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO JUNIOR e JOSÉ CARLOS DIZIDÉL MACHADO-.

120. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004670-24.2011.8.16.0148-ROBERTO RADETZKE x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Defiro, ainda, a prioridade no trâmite do feito, , nos termos do artigo 71, da Lei 10.741/2003, devendo-se anotar esta circunstância na capa dos autos. Cite-se, na forma requerida, para apresentação de resposta, n o prazo de sessenta (60) dias (CPC, art. 297 c/c CPC, art. 188), sob pena dde se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora".-Advs. do Requerente DOUGLAS MOREIRA NUNES e EMERSON CARLOS DOS SANTOS-.

121. REVISÃO DE CONTRATO-0004699-74.2011.8.16.0148-GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS x BANCO ABN AMRO REAL S.A.- O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente GERMANO JORGE RODRIGUES-.

122. COBRANÇA-0004707-51.2011.8.16.0148-JOSÉ DE ALMEIDA x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente ALYSSON VITOR DA SILVA-.

123. REVISÃO DE CONTRATO-0004741-26.2011.8.16.0148-RODRIGO XAVIER DAMASIO x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI e FABIANA BIANCHINI PICOTTI MORAES-.

124. INVENTARIO-0004743-93.2011.8.16.0148-REGINALDO RAQUEL x JOSÉ ROQUE RAQUEL- "Desde já, oficiem-se aos Tabelionatos de Títulos e Protestos, bem assim de Imóveis, dando-lhes ciência da existência da presente ação de inventário. NOMEIO como inventariante, sob compromisso, a pessoa de REGINALDO RAQUEL, devidamente qualificado (a). Expeça-se termo para tanto, intimando-se-o(a) para subscrição. Na seqüência , intime-se a inventariante para que, no prazo de 20 dias, encarte ao processo as primeiras declarações, e documentos indispensáveis à comprovação das alegações nela vertidas. Após, tomem-se por termo as primeiras declarações, na forma do art. 933 do CPC. Tomadas por termo as primeiras declarações, e já participando do processo os herdeiros conhecidos, CITEM-SE as três esferas da Fazenda Pública ( Municipal, Estadual e Federal), pessoalmente, para que, no prazo de 10 dias, desejando, integrem o feito, ofertando casuais impugnações. (CPC, art. 999). Deverão ser entregues aos seus respectivos órgãos de representação Procuradoria do Município, Procuradoria do Estado e Procuradoria da fazenda Nacional), no ato citatório, exemplares/cópias das declarações (CPC, art 999, §§ 2º e 3º). CITEM-SE por edital (CPC, artigos 224 a 230), com prazo de 20 dias, eventuais credores, herdeiros e demais terceiros interessados, para que, desejando, ingressem ou se habilitem neste inventário, cientes de que, pena de preclusão, poderão integrar o feito até antes da realização da partilha, de forma que se assim não realizarem em tempo e modo, somente poderão perseguir eventuais direitos ou créditos em processo autônomo. Inclua-se em todos os chamados (citações) que uma vez concluídas as citações, ficará automaticamente aberto o prazo comum (em cartório), de 10 dias, a fim de que impugnem ou digam sobre as primeiras declarações, cabendo às partes argüirem erros e omissões, reclamarem contra a nomeação do inventariante, ou contestarem a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (CPC, art. 1.000, e incisos). Transposto o prazo acima, dê-se vista dos autos ao ilustre representante do Ministério Público, para que, acaso entenda haver interesse público a motivar sua intervenção, possa adotar as providências descritas no art. 1.000, e incisos, da Lei de Ritos. Havendo impugnação, voltem conclusos. Por outro lado, inexistindo impugnações e esgotado o prazo para tanto, intime-se a Fazenda Pública Municipal, para que, em 20 dias, informe ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações. Por fim, satisfeitos todos os itens acima, voltem conclusos pra fins dos artigos 1.003 e seguintes do Código de Processo Civil." - A AUTORA PARA COMPARECER EM CARTORIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE INVENTARIANTE, sob pena de remocao do cargo-Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS-.

125. NULIDADE-0004744-78.2011.8.16.0148-ESPÓLIO DE CARLOS ALBERTO BORDIN x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA- "...DECIDO. Inicialmente, é necessário se frisar que a antecipação de tutela, por inverter a ordem natural do processo, adiantando provimento jurisdicional sem o devido contraditório, é exceção, e não regra, devendo ser vista sempre com cautela. No caso dos autos, requer-se antecipação de tutela extremamente satisfativa, implicando na prorrogação de dívida contraída com a ré. Neste cenário, entendo que seja de rigor a prévia oitiva da parte contrária, INDEFERINDO, por ora, a concessão da tutela antecipada, a qual será reanalisada após a contestação. Entretanto, com fulcro no art. 273, § 7°, que prevê a fungibilidade entre as tutelas antecipatórias e cautelares, ressaltando a necessidade de o Juiz ressalvar a eficácia de eventual provimento final, DEFIRO, por ora, que os valores a serem eventualmente pagos

pela Cooperativa Nova Produtiva sejam feitos de forma judicial. Assim, intime-se a Nova Produtiva, dando ciência desta decisão e determinando que proceda ao pagamento judicial dos valores decorrentes da colheita de cana de açúcar para o autor no ano de 2010. Sem prejuízo, e diante da possibilidade destes valores já terem sido entregues a qualquer das partes, intimem-se estas para que, em caso de recebimento, promovam ao depósito judicial dos mesmos, no prazo de cinco dias. Intimem-se, com urgência. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de quinze dias, sob pena de revelia. Depois, voltem conclusos para reanálise da tutela antecipada. Diligências necessárias".-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

126. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0004748-18.2011.8.16.0148-BOLOTARIO & CIA. ITDA. x FAZENDA NACIONAL- "Recebo os embargos porque tempestivos e opostos por parte legítima. [...] Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS, via de conseqüência determino a realização dos atos executórios nos apensos autos de execução de n. 5959-26-2010. A embargada para impugnar os embargos no prazo de 30 dias". -Adv. do Requerente ANTONIO CARLOS LOVATO-.

127. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0004758-62.2011.8.16.0148-EZEQUIEL GOMES DORTA x BANCO PANAMERICANO S/A.- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade com uma declaração firmada pelo próprio interessado, atestando sua condição de hipossuficiência, ou, alternativamente, mediante outorga de mandato com poderes específicos para tanto. Na mesma ocasião, o interessado deverá apresentar declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial. Prazo de 10 dias". -Adv. do Requerente ANDREA FERNANDES ARAUJO-.

128. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004819-20.2011.8.16.0148-INEZ APARECIDA CORBETTA SGORLON x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se, na forma requerida, para apresentação de resposta, no prazo de sessenta (60) dias (CPC, art. 297 c/c CPC, art. 188), sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte autora...".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA, ALEXANDRE DA SILVA e BRUNO ANDRÉ SOARES BETAZZA-.

129. INDENIZAÇÃO-0004829-64.2011.8.16.0148-REMILDO DADDIO x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com a declaração de hipossuficiência assinada pelo autor, bem como a declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente MARCELO GONÇALVES DA SILVA-.

130. CONDENATÓRIA-0004864-24.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA x COROL AGROENERGIA - USINA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.- "Retirar o ofício, mediante comprovante de recolhimento do valor de R$9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ".-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

131. NULIDADE-0004865-09.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA e outros x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA-"...É o relatório. DECIDO. Inicialmente, é necessário se frisar que a antecipação de tutela, por inverter a ordem natural do processo, adiantando provimento jurisdicional sem o devido contraditório, é exceção, e não regra, devendo ser vista sempre com cautela. No caso dos autos, requer-se antecipação de tutela extremamente satisfativa, implicando na prorrogação de dívida contraída com a ré. Neste cenário, entendo que seja de rigor a previa oitiva da parte contrária, INDEFERINDO, por ora, a concessão da tutela antecipada, a qual será reanalisada após a contestação. Entretanto, com fulcro no art. 273, § 7°, que prevê a fungibilidade entre as tutelas antecipatórias e cautelares, ressaltando a necessidade de o Juiz ressalvar a eficácia de eventual provimento final, DEFIRO, por ora, que os valores a serem eventualmente pagos pela Usina Alto Alegre S.A. sejam feitos de forma judicial. Assim, intime-se a referida Usina, dando ciência desta decisão e determinando que proceda ao pagamento judicial dos valores decorrentes da colheita de cana de açúcar pelos autores neste ano de 2011. Sem prejuízo, e diante da possibilidade destes valores já terem sido entregues a qualquer das partes, intimem-se estas para que, em caso de recebimento, promovam ao depósito judicial dos mesmos, no prazo de cinco dias. Intimem-se, com urgência. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de quinze dias, sob pena de revelia. Depois voltem conclusos para reanálise da tutela antecipada". - RETIRAR O OFÍCIO, mediante recolhimento do valor de R $9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ.-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

132. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0004866-91.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA e outros x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA- "Trata-se de ação cautelar incidental a ação nominada de constitutiva negativa de nulidade de cláusulas em cédulas de crédito rural cumulada com ação declaratória e mandamental de prorrogação de dívida com pedido de antecipação dos efeitos da tutela para declarar o direito dos autores à prorrogação dos vencimentos de uma cédula de crédito rural pignoratícia e uma cédula de crédito bancário. Em que pese haver demanda principal já ajuizada e com pedido de antecipação de tutela de suspensão da exigibilidade do crédito, os autores optaram por também entrar com a presente ação cautelar, cujo objeto se resumiria à tutela inibitória da inscrição de seus nomes em cadastros de proteção ao crédito, com base nos mesmos fundamentos. É, em síntese, o relatório. Inicialmente, de se ressaltar que o pedido ora deduzido era plenamente deduzível no seio da ação principal, na qual já há, inclusive, pedido de antecipação de tutela em amplitude que abarca o objeto da presente cautelar. Entretanto, diante da faculdade processual para ajuizamento de ação cautelar autônoma incidental, de rigor se conhecer e processar esta. Entendo, assim, que o objeto principal desta é apenas a vedação à inscrição do nome dos autores em cadastros de proteção ao crédito apontados na inicial, na pendência da ação principal. O fumus boni iuris e o periculum in mora, requisitos para esta cautelar, estão, em verdade, na ação principal. Assim, de rigor o seu apensamento. Sem prejuízo a liminar cautelar requerida deverá ter sua análise sobrestada para momento posterior à contestação, nos termos das ponderações efetivadas na ação principal, quando também fora postergado o pedido antecipatório de tutela para após a vinda da contestação. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de cinco dias, sob pena de revelia. Depois, voltem conclusos para reanálise da liminar cautelar, juntamente com a ação principal. Diligências necessárias". - RETIRAR O OFÍCIO, mediante recolhimento do valor de R$9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ. -Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

133. EMBARGOS A EXECUÇAO-0004908-43.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros x UNICRED NORTE DO PARANÁ - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS MEDICOS, PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE E ENMPRESARIOS DA REGIÃO NORTE DO PARANA LTDA.- A parte autora para proceder a emenda a inicial atribuindo o valor da causa nos termos do art. 259 do CPC, e conseqüentemente recolhendo as respectivas diferenças das custas". -Advs. do Requerente LUIS ANTONIO MONTANHA, MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

134. PRESTAÇAO DE CONTAS-0004918-87.2011.8.16.0148-GABRIEL THIAGO DE PAIVA NAVARRO x BANCO SANTANDER S/A.- "Tendo-se em vista a certidão retro, denunciando a existência de bens do requerente da assistência judiciária gratuita, verifica-se que este possui patrimônio suficiente para litigar em Juízo sem a necessidade da gratuidade legal. Com efeito, da análise da certidão da escrivania judicial de fls. 27, verifica-se que há muitos indícios de que o autor tem condições econômicas para custear o presente processo sem necessidade de assistência judiciária gratuita. Por outro lado, o patrocínio da causa por advogado constituído também configura indício, em reforço, de patrimônio para o custeio das despesas processuais. É necessário que se tenha em mente que a atividade jurisdicional tem custos, não sendo legítimo que se garanta o benefício a quem tem condições de arcar com o ônus econômico do Judiciário. Entendimento diverso finda por prejudicar toda a coletividade, que se vê privada de um Judiciário melhor estruturado por ausência de recursos. Também incentiva o desenfreado, e muitas vezes irresponsável, ajuizamento de ações temerárias, em face de seu aparente custo "zero". É óbvio que ninguém gosta de pagar tributo, mas é de grande injustiça garantir isenção a quem não preenche os requisitos da lei. Ante o exposto, INDEFIRO o benefício da assistência judiciária gratuita. À parte autora para recolhimento das custas no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de indeferimento da inicial." -Adv. do Requerente MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II-.

135. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0004932-71.2011.8.16.0148-MARILENE CIVILLA MACHADO RISSE x BANCO ITAU S/A.- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminadamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com a declaração do imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem como os documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

136. AÇÃO DECLARATÓRIA-0004934-41.2011.8.16.0148-THOMAS STEINBRECHER e outro x AVÍCOLA ASTORGA LTDA. e outro- "...Ante o exposto, concedo a liminar inaudita altera parte para que seja sustado/suspenso o protesto do referido título apontado, bem como a retirada do nome do primeiro requerente dos órgãos de proteção ao crédito. Oficie-se ao Cartório de Protesto, ao SERASA, SCPC, e outros órgãos informados pelo autor, para que deem imediato cumprimento a esta decisão. Em caso de nova apresentação para protesto ou nova inscrição em qualquer instituição de proteção ao crédito, na pendência desta liminar, fixo multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) por dia em que constar protestado o título e o nome indevidamente inscrito. Intimem-se as requeridas, com urgência, para que tenham ciência da presente decisão e a cumpram, imediatamente. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal, sob pena de

se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora...". - RETIRAR OS OFÍCIOS, mediante comprovante de recolhimento do valor de R$47,00, através de GRC, disponível no sítio do TJ. -Advs. do Requerente NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES, KAREN YUMI SHIGUEOKA e FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA-.

137. AÇÃO ANULATÓRIA-0005049-62.2011.8.16.0148-BIOPAR - BIOENERGIA DO PARANÁ LTDA. x FÓRMULA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INGREDIENTES E ADITIVOS LTDA. e outro- "Retirar os ofícios", mediante recolhimento do valor de R$18,80, através de GRC, disponível no sítio do TJ.-Adv. do Requerente FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA-.

138. REVISÃO DE CONTRATO-0005117-12.2011.8.16.0148-LAURINDO BATISTA DA SILVA x BANCO BANESTADO S/A.- "Tendo-se em vista a certidão retro, denunciando a existência de bens do requerente da assistência judiciária gratuita, verifica-se que este possui patrimônio suficiente para litigar em Juízo sem a necessidade da gratuidade legal. Com efeito, da análise da certidão da escrivania judicial de fls. 122, verifica-se que há muitos indícios de que o autor tem condições econômicas para custear o presente processo sem necessidade de assistência judiciária gratuita. Por outro lado, o patrocínio da causa por advogado constituído também configura indício, em reforço, de patrimônio para o custeio das despesas processuais. É necessário que se tenha em mente que a atividade jurisdicional tem custos, não sendo legítimo que se garanta o benefício a quem tem condições de arcar com o ônus econômico do Judiciário. Entendimento diverso finda por prejudicar toda a coletividade, que se vê privada de um Judiciário melhor estruturado por ausência de recursos. Também incentiva o desenfreado, e muitas vezes irresponsável, ajuizamento de ações temerárias, em face de seu aparente custo "zero". É óbvio que ninguém gosta de pagar tributo, mas é de grande injustiça garantir isenção a quem não preenche os requisitos da lei. Ante o exposto, INDEFIRO o benefício da assistência judiciária gratuita. À parte autora para recolhimento das custas no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de indeferimento da inicial."-Advs. do Requerente JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA, JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA e MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI-.

139. INVENTARIO-0005136-18.2011.8.16.0148-MARIA COSCRATO FAJARDO ARCOS x ELOY FAJARDO ARCOS- À inventariante para comparecer em Cartório a fim de subscrever o Termo de Compromisso de Inventariante. RETIRAR O EDITAL para as devidas publicações em jornal de ampla circulação local, considerando que no E-DJ será publicado no dia 10/10/2011 e OS OFÍCIOS, mediante recolhimento do valor de R$75,20, através de GRC, disponível no sítio do TJ".-Advs. do Requerente JOSÉ ROBERTO BEFFA, ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e MARCO HENRIQUE DAMIÃO BEFFA-.

140. DESPEJO-0005145-77.2011.8.16.0148-EDISON CARLOS FABRI x ROSA MARIA RODRIGUES e outro- RETIRAR OS OFÍCIOS, mediante comprovante de recolhimento da GRC, no valor de R$20,05, disponível no sitio do TJ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

141. INVENTARIO-0005226-26.2011.8.16.0148-ANA PAULA GARCIA x FRANCISLEY ELIAS BUENO- "Desde já, oficiem-se aos Tabelionatos de Títulos e Protestos, bem assim de Imóveis, dando-lhes ciência da existência da presente ação de inventário. NOMEIO como inventariante, sob compromisso, a pessoa de ANA PAULA GARCIA, devidamente qualificado (a). Expeça-se termo para tanto, intimando-se-o(a) para subscrição. Na seqüência , intime-se a inventariante para que, no prazo de 20 dias, encarte ao processo as primeiras declarações, e documentos indispensáveis à comprovação das alegações nela vertidas. Após, tomem-se por termo as primeiras declarações, na forma do art. 933 do CPC. Tomadas por termo as primeiras declarações, e já participando do processo os herdeiros conhecidos, CITEM-SE as três esferas da Fazenda Pública ( Municipal, Estadual e Federal), pessoalmente, para que, no prazo de 10 dias, desejando, integrem o feito, ofertando casuais impugnações. (CPC, art. 999). Deverão ser entregues aos seus respectivos órgãos de representação Procuradoria do Município, Procuradoria do Estado e Procuradoria da fazenda Nacional), no ato citatório, exemplares/cópias das declarações (CPC, art 999, §§ 2º e 3º). CITEM-SE por edital (CPC, artigos 224 a 230), com prazo de 20 dias, eventuais credores, herdeiros e demais terceiros interessados, para que, desejando, ingressem ou se habilitem neste inventário, cientes de que, pena de preclusão, poderão integrar o feito até antes da realização da partilha, de forma que se assim não realizarem em tempo e modo, somente poderão perseguir eventuais direitos ou créditos em processo autônomo. Inclua-se em todos os chamados (citações) que uma vez concluídas as citações, ficará automaticamente aberto o prazo comum (em cartório), de 10 dias, a fim de que impugnem ou digam sobre as primeiras declarações, cabendo às partes argüirem erros e omissões, reclamarem contra a nomeação do inventariante, ou contestarem a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (CPC, art. 1.000, e incisos). Transposto o prazo acima, dê-se vista dos autos ao ilustre representante do Ministério Público, para que, acaso entenda haver interesse público a motivar sua intervenção, possa adotar as providências descritas no art. 1.000, e incisos, da Lei de Ritos. Havendo impugnação, voltem conclusos. Por outro lado, inexistindo impugnações e esgotado o prazo para tanto, intime-se a Fazenda Pública Municipal, para que, em 20 dias, informe ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações. Por fim, satisfeitos todos os itens acima, voltem conclusos pra fins dos artigos 1.003 e seguintes do Código de Processo Civil." - A AUTORA PARA COMPARECER EM CARTORIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE INVENTARIANTE, sob pena de remocao do cargo - Adv. do Requerente JOÃO KLEBER BOMBONATTO-.

142. PROTESTO INTERRUP. PRESCRIÇAO-0005302-50.2011.8.16.0148-FERTIPAR - FERTILIZANTES DO PARANÁ LTDA. x ELISEU DE PAULA e outros- "RETIRAR OFICIOS, devendo recolher a GRJ no valor de R$ 56.40, a qual esta disponivel no site do Tribunal de Justica" -Advs. do Requerente RAFAEL COMAR ALENCAR, CLOVIS SUPLICY WIEDMER FILHO, EDGAR KINDERMANN SPECK, FELIPE RAFAEL FERREIRA e MÁRCIO ANDERSON ARAÚJO-.

143. EXECUÇÃO-0005433-25.2011.8.16.0148-SHV GAS BRASIL LTDA. x COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ANDERSON DE AZEVEDO, ANA CAROLINE N. G. OKAZAKI, HENRIQUE AFONSO PIPOLO, HENRIQUE ZANONI, GIACOMO RIZZO e RICARDO CREMONEZI-.

144. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0005460-08.2011.8.16.0148-AGASIR EDUARDO DA SILVA x CONSELHO REGIONAL DE ENG. ARQUIT. E AGRON. - CREA-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento DE 50%das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 418,30 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), mais R$ 20,91 do Cartório do Distribuidor ( CNPJ - 10.701.372/0001-07), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente JOÃO MARCELO RIBEIRO e Adv. do Requerido EDUARDO LUIZ CORREIA-.

145. EXECUÇÃO-0005488-73.2011.8.16.0148-GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. x COROL AGROENERGIA USINA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e outro-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ISABELLE MACEDO SOUZA E SILVA e RAFAEL ANTONIO PALOMARES-.

146. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0005491-28.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE- "....Neste cenário, INDEFIRO a liminar inibitória nos termos acima. Cite-se e intime-se a parte requerida desta decisão, bem como para, querendo, oferecer respostas no prazo legal, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora..." - RETIRAR OFICIO DE CITAÇÃO - -Advs. do Requerente LUIS ANTONIO MONTANHA e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

147. DESPEJO-0005494-80.2011.8.16.0148-ROSALY KURSCHAT x EUROMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 446,50 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente CARLOS SERGIO CAPELIN-.

148. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0005498-20.2011.8.16.0148-ITAMARATY INDUSTRIA E COMERCIO S/A x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente EMERSON RODRIGUES DA SILVA, RUY MIRANDA RATTON e JEFFERSON KAMINSKI e Advs. do Requerido LIANA SARMENTO DE MELLO QUARESMA e MARISA DA SILVA SIGULO-.

149. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005516-41.2011.8.16.0148-OLEOFIL FILTROS DESIDRATADORES LTDA. e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA-.

150. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005518-11.2011.8.16.0148-MARIA HELENA GORLA - OLEOFIL. e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor

adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA, ILMO TRISTÃO BARBOSA, MACIEL TRISTÃO BARBOSA, THIAGO TRISTAO BARBOSA e VANDERLEY DOIN PACHECO e Advs. do Requerido JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA e RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES-.

151. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005520-78.2011.8.16.0148-ANTONIO ORION DE BARROS - FILTROS ME e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.- "Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário..."-Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA e THIAGO TRISTAO BARBOSA-.

152. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005522-48.2011.8.16.0148-OURO VERDE TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA. e outro x ITAÚ UNIBANCO S/A.- "Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...")-Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA, ILMO TRISTÃO BARBOSA, MACIEL TRISTÃO BARBOSA, THIAGO TRISTAO BARBOSA e VANDERLEY DOIN PACHECO-.

153. REVISÃO DE CONTRATO-0005528-55.2011.8.16.0148-CELSO FIRMINO x AYMORÉ FINANCIAMENTOS-"Ao procurador do autor que compareça em Cartório para assinar petição inicial, no prazo legal." -Advs. do Requerente MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA e VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA-.

154. REVISÃO DE CONTRATO-0005529-40.2011.8.16.0148-CELSO FERMINO x AYMORÉ FINANCIAMENTOS-"Ao procurador do autor que compareça em Cartório para assinar petição inicial, no prazo legal." -Advs. do Requerente MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA e VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA-.

155. REVISÃO DE CONTRATO-0005594-35.2011.8.16.0148-MARCIO GERALDO ZAMBONINI x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente RODRIGO PELISSAO DE ALMEIDA e GUSTAVO REIS MARSON-.

156. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005598-72.2011.8.16.0148-CARLOS VENICIO BRUNO PINHEIRO e outro x BANCO ABN AMRO REAL S.A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br ) (Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

157. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005599-57.2011.8.16.0148-ALESSANDRA HAUG PINHEIRO x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal". ( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

158. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005600-42.2011.8.16.0148-PINHEIRO & HAUG LTDA. x BANCO ITAÚ S/A. ( BANESTADO)-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal". ( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

159. BUSCA E APREENSÃO-0005648-98.2011.8.16.0148-EGURKO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA MADEIRA LTDA. x JJM MÓVEIS LTDA. e outros-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente CRISTIANO CEZAR SANFELICE e CHRISTIANO MARCELO BALDASONI-.

160. EXECUÇÃO FISCAL-0000302-45.2006.8.16.0148-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PR. x SILVANA CLAUDENISE FERNANDES- "URGENTE- A procuradora do autor para remeter nova petição nos autos face a inversão da manifestação destes para os autos nº139/2009 onde este foi feito a Penhora "On Line" no valor de R$1.001,74."-Advs. do Requerente MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, MARISTELA BUSETTI e MARISTELA FREDERICO-.

161. EXECUÇÃO FISCAL-0000515-17.2007.8.16.0148-MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA x EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS A & A S/C. LTDA.- "Comungo do entendimento da parte excipiente no que diz respeito a legitimidade passiva para a execução fiscal. Com efeito, o art. 34 do CTN é expresso em afirmar que o contribuinte do IPTU o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio ou o seu possuidor a qualquer título. Assim, em se tratando de imóvel objeto de compromisso particular de compra e venda, tenho que o contribuinte deva ser o promitente comprador caso este esteja na posse direta do imóvel e já tenha pagado a integralidade do preço. Isso porque o ônus econômico da expropriação do bem para pagamento do tributo propter REM será do compromissário comprador, e não do promitente comprador. Ressalte-se que, em âmbito constitucional, o art. 150, § 3º, ao tratar da imunidade recíproca entre os entes federativos, ressalva a obrigação do promitente comprador particular pelo pagamento do tributo sobre bem público desafetado, objeto de alienação, até então beneficiado pela imunidade tributária. Ante o exposto, ACOLHO a exceção de pré-executividade e decreto a ILEGITIMIDADE passiva do excipiente. Deixo de decretar a extinção do processo, tendo-se em vista que da CDA consta o correto pólo passivo da demanda. Promova-se a citação da requerida constante da CDA deste autos, no endereço declinado na inicial, certificando-se, na sua ausência, em qual endereço esta seria encontrável. Com a noticia de novo endereço, promova-se a citação pessoal via mandado e, se necessário, precatória. Sem prejuízo, e, concomitantemente com as medidas acima, acaso outra for a pessoa do imóvel, ao Oficial de Justiça para promover a sua citação, certificando a que título esta ostenta a posse. Após referidas diligências, vista a Fazenda exeqüente. Por ora, SUSPENSA-se a hasta pública. Sem honorários para excipiente em virtude da sua demora em responder ao chamo judicial, já que fora citada como ré desta demanda em dezembro de 2009."-Advs. do Requerido EDY GUSMÃO TIVANELLO, JULIANA APRYGIO BERTONCELO e ADRIANO ROMEIRO DOS SANTOS-.

162. EXECUÇÃO FISCAL-0002114-20.2009.8.16.0148-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PR. x MARCO APARECIDO MIGUEL- "URGENTE- A procuradora da autora para remeter petição nestes autos com relação a não Penhora "On line", face a inversão das petições (autos 140/2006)-Advs. do Requerente MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, MARISTELA BUSETTI e MARISTELA FREDERICO-.

163. EXECUÇÃO FISCAL-0000213-46.2011.8.16.0148-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA.- "...Portanto, DEFIRO o pedido do exequente e determino à escrivania, que após atualizado o cálculo, seja realizada pelo funcionário cadastrado a "minuta" da ordem de bloqueio, conforme descrito no Manual do Sistema BACEN-JUD 2.0, submetendo-se em seguida ao magistrado para "protocolamento", salientando que o bloqueio será limitado ao valor exeqüendo, incluindo custas processuais e honorários advocatícios. Efetivada a penhora, fica desde já -autorizada sua transferência para conta judicial à disposição deste Juízo, lavrando-se o respectivo termo de penhora e intimando-se, posteriormente, a devedora para, querendo, opor embargos, em 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora. Não realizada a penhora, sobre o prosseguimento manifeste-se o credor, em 05 (cinco) dias. Ante o exposto, REJEITO a exceção de pré- executividade pelas razões supra. Condeno o exequente em honorários advocatícios que arbitro em R$1.000,00 (um mil reais), em virtude do expediente ajuizado, considerando-se a qualidade do trabalho do Procurador da Fazenda Nacional, nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC".-Advs. do Requerido LAISLA FERNANDA ZENI AUGUSTO, LUIZ GUSTAVO MAGALHAES HOLTZ, ROBERTO BERTHOLDO e WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA-.

1. REPARAÇAO DE DANOS-0000019-42.1994.8.16.0148-LUCAS LOPES e outro x DANIEL DE ALMEIDA PORTO-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA-.

2. EXECUÇÃO-0000052-95.1995.8.16.0148-BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A. x ANTONIO CARLOS FERMAN e outro-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 20,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Adv. do Requerente SHIROKO NUMATA-.

3. EXECUÇÃO-547/1996-SHIROKO NUMATA x JOAO ZILER DE CARVALHO MELLO- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente SHIROKO

NUMATA e DENISE NISHIYAMA PANISIO e Adv. do Requerido DEOBALDO THIAGO DE OLIVEIRA-.
4. AÇÃO MONITÓRIA-499/2002-BANCO ITAU S/A. x AUTO POSTO MARTESA LTDA. e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."- Advs. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, FRANCISCO DUARTE CONTE, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO e RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA-.
5. EXECUÇÃO-0000091-48.2002.8.16.0148-BANCO ITAU S/A. x GERMAN TEXTIL LTDA. e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." - Advs. do Requerente JOSÉ VALNIR ZAMBRIM, LAURO FERNANDO ZANETTI, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, EVELYN CRISTINA MATTERA, BRUNA MAIRA ROCHA ALMEIDA COELHO, MARIANA PIOVEZANI MORETI, ANDRÉ TOLEDO RODRIGUEZ e ELIANE DEMETRIO e Adv. do Requerido ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA-.
6. AÇÃO MONITÓRIA-0000080-19.2002.8.16.0148-PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A. x WT COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA. e outros- "Nos termos requeridos pela parte exeqüente às fls.182/183, DEFIRO a penhora "online" através do sistema RENAJUD de eventuais veículos existentes em nome do(s) executado(s), atentando-se ao fato de que, aclarado o principio da menor onerosidade do processo ao executado, aludida constrição deverá ser gravada somente sobre a TRANSFERÊNCIA do(s) veículo(s), porquanto, trata-se de medida que visa garantir a efetividade da prestação jurisdicional, passível de ulterior expropriação judicial. Caso positiva a ordem acima, lavre-se TERMO DE PENHORA do(s) veículo(s) bloqueado(s) e intime-se o(s) executado(s) nos termos do artigo 652, 1º, CPC, na pessoa do seu advogado (art. 652, §4º do CPC), não o tendo, pessoalmente e por mandado. DEFIRO a expedição de ofício a Receita Federal solicitando cópia das Declarações de Operações Imobiliárias (D.O.I) e Declaração de imposto de Renda em nome dos executados. Fica o réu intimado, na pessoa do seu advogado, da penhora realizada sobre os veículos M. BENZ/L 1113, placa AAI8798, M. BENZ/1418, placa AJR 0180, REB/VETTOR CA-4.120, placa AEX 6504, REB/BEMFORT BF 350B, placa ABK3262, I/TOYOTA HILUXSW4 SRV 4X4, placa ANJ1846 e REB/ANGOLA AWA, placa ATO 7090, para os devidos fins." - AO AUTOR PARA RETIRAR O OFÍCIO DA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que está disponível no site do Tribunal de Justiça, bem como o respectivo D.A.R.F junto a Receita - -Advs. do Requerente FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO, JOSE DANTAS LOUREIRO NETO, JULIO JACOB JUNIOR e ANDREA CAROLINE MARCONATTO e Advs. do Requerido LUIS CLAUDIO ANDRADE NEVES e ROGERIO FERES GIL-.
7. AÇÃO MONITÓRIA-0000146-62.2003.8.16.0148-B.I.S. x M.C.L. e outros-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 30,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Advs. do Requerente JOSÉ VALNIR ZAMBRIM, LAURO FERNANDO ZANETTI, SUELI CRISTINA GALLELI, SHEALTIEL LOURENÇO PEREIRA FILHO, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI e ELIANE DEMETRIO-.
8. AÇÃO MONITÓRIA-475/2005-CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA x JOSÉ DE ALMEIDA- "A autora sobre o oficio de fls. 176 da Comarca de Mamborê-Pr., informando que os autos de Carta Precatória sob nº 1063-29.2011 encontra-se aguardando pagamento das custas e Avaliação sob pena de devolução."-Advs. do Requerente MÁRIO CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR e SÉRGIO ROBERTO GIATTI RODRIGUES-.
9. EXECUÇÃO-0000210-67.2006.8.16.0148-SEBASTIAO JAMIL BELENONI x FRIGORIFICO FRIGOALFA LTDA.- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R $0,00".-Advs. do Requerente ROSANGELA KHATER, PEDRO RODRIGO KHATER FONTES, HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU, RICARDO DOMINGUES BRITO e MARCIO JOSE DE FARIA PALLA-.
10. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-581/2006-MIGUEL GRECO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao recorrido para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente MARIA ELIZABETH JACOB e PAULO MARTINEZ SAMPAIO MOTA-.
11. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-863/2006-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x JOAO NAVARRO e outros-"À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$ 0.00". -Advs. do Requerente ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO, WALTER LUIS CARNELOSSI, ALESSANDRA HARUMI M. C.TAKAHASHI, FABRICIO LUIZ AKASAKA TORII, IGOR FABRICIO MENEGUELLO, MARCOS AURELIO ALVES TEIXEIRA, RICARDO DE ABREU ARAMBUL e JOSE CARLOS ARAUJO-.
12. AÇÃO DECLARATÓRIA-1679/2007-DIRCE QUIROGA BROIETE x MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA- "Diga a autora se tem interesse no prosseguimento da presente ação, devendo requerer o que for de direito, em 48 horas, sob pena de extinção do processo, nos termos da lei". -Adv. do Requerente PEDRO AUGUSTO BUENO-.
13. AÇÃO MONITÓRIA-0000456-29.2007.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x FIRMO JOSE LUIZ ZAMPA FILHO- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$406,74".-Advs. do Requerente LINO MASSAYUKI ITO, MARCO RODRIGUES DA MATA e ISAAC JOSÉ ALTINO-.
14. BUSCA E APREENSÃO-0000773-90.2008.8.16.0148-OMNI S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CLAUDIO LUQUES ZANIN-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente ADRIANO MUNIZ REBELLO, ABEL ANTONIO REBELLO, ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS, CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS ALCANTARA, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTO e GIOVANNA BENVENUTTI-.
15. INTERDIÇAO-0000777-30.2008.8.16.0148-JANDIRA MARIA DOS SANTOS x JOSÉ HONÓRIO DOS SANTOS NETO-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente JOSÉ MARIA DA SILVA e KARINA ZANIN DA SILVA-.
16. DESPEJO-0000729-71.2008.8.16.0148-ALEX OKUDA x JEFFERSON ADRIANO DE OLIVEIRA- "Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."- Advs. do Requerente MARCO HENRIQUE DAMIÃO BEFFA, ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e JOSÉ ROBERTO BEFFA-.
17. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0001102-05.2008.8.16.0148-JÚLIO CESAR FERREIRA x FAZENDA NACIONAL- "Recebo os embargos porque tempestivos e opostos por parte legítima. [...] Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS, via de conseqüência determino a realização dos atos executórios nos apensos autos de execução de n. 139-07-2002. A embargada para impugnar os embargos no prazo de 30 dias". -Adv. do Requerente JOAO CARLOS ZAFALON e Advs. do Requerido ADRIANO MARTINS PORTELINHA e LUCIANO NOGUEIRA DA SILVA-.
18. REVISÃO DE CONTRATO-0000806-80.2008.8.16.0148-MARIA MARLI DE ARAUJO SIGNORI x BANCO PANAMERICANO S/A.- "Ao requerido para recolher a taxa de R$9,40 do oficio expedido para levantamento e transferência do débito em guia própria no Site do Tribunal." -Adv. do Requerente RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO e Adv. do Requerido ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA-.
19. BUSCA E APREENSÃO-0000860-46.2008.8.16.0148-BANCO FINASA S/A. x DEBORA VIEIRA RUBIS-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." - Advs. do Requerente IVAN PEGORARO, MARCOS LEATE e JULIANA PEGORARO BAZZO-.
20. AÇÃO DECLARATÓRIA-0001028-48.2008.8.16.0148-CARVALHO & AVANZI LTDA. x VIGORMAX COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e outros- " Em face do exposto, conheço dos embargos declaratórios posto que tempestivos, entretanto REJEITO-OS, não reconhecendo a omissão apontada ".-Advs. do Requerente SILVIO JOSÉ FARINHOLI ARCURI e ANA CAROLINA TURQUINO TURATTO e Advs. do Requerido RENATA PEREIRA DA COSTA DE OLIVEIRA, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI, TIAGO SPOHR CHIESA, ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, MARCOS DUTRA DE ALMEIDA, FERNANDA MOCKEL ROUSSENQ e FERNANDO AUGUSTO OGURA-.
21. COBRANÇA-74/2009-ODAIR FACIO x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 04/07/2012 às 14:00 horas."-Advs. do Requerente JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA BORTOLASSI e SUELI KAZUE MURAMATSU PEREIRA e Advs. do Requerido MILTON LUIZ CLEVE KÜSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER, ELLEN KARINA BORGES SANTOS e LUCIANA MOREIRA DOS SANTOS-.
22. EXECUÇÃO-0001882-08.2009.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x ANGELA MARIA DOS SANTOS CORRÊA e outros-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Adv. do Requerente WILSON SANCHES MARCONI-.
23. INDENIZAÇÃO-809/2009-JJRM EDITORA DE JORNAIS LTDA e outros x BRASIL TELECOM S/A. - OI- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos recorridos para, querendo, apresentarem suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e JÉFERSON LUIZ MATIAS e Advs. do Requerido ERIKA FERNANDA RAMOS, ANDREA MAGNA UDENAL, SANDRA REGINA RODRIGUES e PRISCILA PERELLES-.
24. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0001540-94.2009.8.16.0148-JOVELINA SCHIMIDT SALVADOR x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo o recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do Código de Processo Civil.Ao apelado para querendo, apresentar suas contra-razões no prazo legal..."-Advs. do Requerente ELISANGELA GUIMARAES DE ANDRADE, SERGIO EDUARDO CANELLA e RENATA SILVA BRANDAO-.
25. COBRANÇA-1082/2009-VERONICE ALVES PEREIRA x VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Medico Legal (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente ROGÉRIO RESINA MOLEZ e Advs. do Requerido FLAVIA BALDUINO DA SILVA, FILIPE VASCONCELOS SACCA e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.
26. EXECUÇÃO-0001688-08.2009.8.16.0148-TETRAFERRO LTDA. x CLOVIS EDUARDO FANELLI- "Retirar ofício da Receita Federal com urgência recolhendo as taxas junto ao orgão competente antes retirando o oficio em cartório face o mesmo se encontrar nos autos e recolher a taxa de R$9,40 em guia própria no Site do Tribunal."- Adv. do Requerente MARILICE DUARTE BARROS-.
27. EXECUÇÃO-0001608-44.2009.8.16.0148-GRANOSIL SILOS E EQUIPAMENTOS LTDA. x IBANEZ CORTEZIA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$909,09".-Adv. do Requerente WESLEY TOLEDO RIBEIRO-.
28. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0001531-35.2009.8.16.0148-ODETE GUERRA FRIGUETTO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente FLÁVIA FERNANDES NAVARRO-.
29. AÇÃO MONITÓRIA-0001622-28.2009.8.16.0148-BELAGRICOLA - COM. E REP. DE PROD. AGRICOLAS LTDA. x EULINA SATURNINO e outros- "A autora sobre o oficio e certidão de fls. 117/119 da Comarca de Colider-Mt. requerendo a manifestação da autora nos autos de Carta Precatória sob nº 915.93.2010.811.009."- Advs. do Requerente ROBERTO CARLOS BUENO e THAÍSA COMAR-.
30. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0002149-77.2009.8.16.0148-GERALDO BRITO DE LIMA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente FLÁVIA FERNANDES NAVARRO-.

31. EXECUÇÃO-0001674-24.2009.8.16.0148-B.S.(.S. x E.C.- "A autora sobre o ofício de fls. 76/81 da Receita Federal."-Advs. do Requerente LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.
32. COBRANÇA-1569/2009-TULIO XAVIER MANZON x SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.- "Aos interessados sobre o oficio do Instituto Médico Legal de Londrina (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00h."-Advs. do Requerente RICARDO DOMINGUES BRITO, ROSANGELA KHATER, FERNANDA MICHELLE KHATER F. BRITO, PEDRO RODRIGO KHATER FONTES e HUMBERTO TSUYOSHI KOHATSU e Advs. do Requerido MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI, DOUGLAS DOS SANTOS e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.
33. EXECUÇÃO-0002024-12.2009.8.16.0148-C.C.D.A.L. x M.R.V. e outro- "Ao autor sobre a devolução da Carta Precatória de fls. 146/155 com certidão negativa pelo oficial de justiça."-Advs. do Requerente VALDIR DE FREITAS JUNIOR e FÁBIO ROBERTO BITENCOURT QUINATO-.
34. COBRANÇA-1590/2009-LUIS DELONGUI JUNIOR x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Advs. do Requerente WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA e RODRIGO DA COSTA GOMES e Advs. do Requerido FLÁVIO PENTEADO GEROMINI, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, JOSE AUGUSTO BARBOSA TURRA, TATIANE MUNCINELLI, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA e FABIANO NEVES MACIEYWSKI-.
35. REVISÃO DE CONTRATO-1680/2009-JOÃO TRIVELATO x AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.- "Presentes os requisitos legais, recebo a apelação interposta, nos efeitos suspensivo e devolutivo. Dê-se vista à parte recorrida para apresentar as contrarrazões recursais no prazo de 15 dias." -Adv. do Requerente MARCELO GONÇALVES DA SILVA e Adv. do Requerido LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.
36. EXECUÇÃO-0000378-30.2010.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x JULIO CESAR DE MELO-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 10,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Advs. do Requerente MARCOS C. DO AMARAL VANCONCELLOS e GILBERTO PEDRIALI-.
37. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0000706-57.2010.8.16.0148-SANTANDER LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL x ANA MARIA DAMACENO- "Ao autor para manifestação sobre o ofício da Receita Federal de fls. 34/38."-Advs. do Requerente ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES, SÉRGIO SCHULZE e CHANDER ALONSO MANFREDI MENEGOLA-.
38. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0000812-19.2010.8.16.0148-SELESTRINO FRANCISCO XAVIER x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Tempestivo, recebo ambos os recursos interpostos em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Aos apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI, JOÃO CARLOS RODRIGUES GOMES, OTTO FEUCHT, FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e JÉFERSON LUIZ MATIAS-.
39. AÇÃO MONITÓRIA-0001046-98.2010.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x TEREZINHA DE JESUS ROSA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$43,21".-Advs. do Requerente FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES, MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO, PATRICIA GRASSANO PEDALINO e LUIS ANTONIO MONTANHA-.
40. EXECUÇÃO-0001053-90.2010.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x THIAGO WILSON BATISTA LEITE- "A autora sobre o oficio de fls. 86/89 da Comarca de Bela Vista do Paraíso-Pr., expedido nos autos de Carta Precatória nº66/2010 onde deverá haver manifestação sobre o Auto de Penhora, avaliação e intimação."- O-Advs. do Requerente FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO-.
41. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0001211-48.2010.8.16.0148-GILBERTO RIBEIRO DE LIMA x BANCO BANESTADO S/A.- "Ao autor sobre a petição de fls. 167 do requerido apresentando sua desistência ao recurso interposto e extinção da obrigação solicitando remessa dos autos para o contador para conta e cálculo dos honorários."-Advs. do Requerente JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA, JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI e JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA-.
42. REVISÃO DE CONTRATO-0002155-50.2010.8.16.0148-GERALDO MARCELINO CAMPANER x BANCO ITAUCARD S/A.- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente GILBERTO BAUMANN DE LIMA, NILZA APARECIDA SACOMAN BAUMANN DE LIMA, TELMA DE CARVALHO FLEURY, FLÁVIO PIEROBON, DENIS OKAMURA e TIAGO BRENE OLIVEIRA-.
43. EXECUÇÃO-0002278-48.2010.8.16.0148-SHV GAS BRASIL LTDA. x AL3 INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIO LTDA.-ME- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ANDERSON DE AZEVEDO, HENRIQUE AFONSO PIPOLO, HENRIQUE ZANONI, GIACOMO RIZZO, RICARDO CREMONEZI e THALITA VALERIA SANTOS BATINI-.
44. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0002384-10.2010.8.16.0148-APARECIDA BALESTRA RIBEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de outubro próximo, às 14h30min, renovadas as diligências legais".-Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI, HORÁCIO FERNANDES NEGRAO FILHO, FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES, DOUGLAS BONALDI MARANHAO e FABIANA BIANCHINI PICOTTI MORAES-.
45. EXECUÇÃO-0002671-70.2010.8.16.0148-BADEN AUTOMOTORES LTDA. x CARLOS ROGÉRIO ANSELMO-"Ao exequente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente SAVIO ITHAMAR DE QUEIROZ TURRA e CARLOS ALBERTO PAOLIELLO AZEVEDO-.
46. BUSCA E APREENSÃO-0002860-48.2010.8.16.0148-HSBC FINANCE BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x NATALINO CANOS JUNIOR-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente CRYSTIANE LINHARES, IONÉIA ILDA VERONEZE, JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR, ANDRÉA LOPES GERMANO PEREIRA e LARISSA ARAÚJO BRAGA AMORAS-.
47. EXECUÇÃO-0003173-09.2010.8.16.0148-RECOVERY DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISETORIAL x DORIEDSON APARECIDO DOS SANTOS e outro- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.
48. REVISÃO DE CONTRATO-0004202-94.2010.8.16.0148-JOÃO ANTÔNIO DA SILVA x CIFRA S/A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- "[...] No caso, verifico que não há elementos a autorizar a medida de urgência pleiteada. Isto porque, na hipótese em tela, o autor não trouxe nenhum documento que indicasse a verossimilhança de suas alegações. Com efeito, não trouxe o comprovante de pagamento da parcela que gerou a inscrição de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, ônus que era seu. Ademais, verifica-se nos autos que o autor teve seu nome incluído nos órgãos de proteção ao crédito pela inadimplemento da parcela com vencimento em 15 de outubro de 2009, sendo que o pedido de depósito das parcelas incontroversas foi deferido somente em 29 de julho de 2010. Não há, portantom em sede de cognição sumária, elementos seguros nos presentes autos para antecipação da tutela, pelo que indefiro o pedido de fls. 229/230. Ademais, destaca-se que mesmo que o autor tivesse trazido aos autos o comprovante de pagamento da referida parcela, o pedido de aplicação de multa diária em desfavor do requerido não prosperaria, tendo em vista que o despacho de fl. 47, indeferiu o pedido de não inclusão do nome do autor no cadastro dos inadimplementes, sendo inaplicável, portanto, no presente caso, a multa diária por descumprimento de decisão". -Adv. do Requerente FABIO BARROZO PULLIN DE ARAÚJO-.
49. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0004211-56.2010.8.16.0148-B.V. LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. x JESULINO ODALIO CORREA JUNIOR- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ENEIDA WIRGUES e FLAVIA DIAS DA SILVA-.
50. CURATELA-0004308-56.2010.8.16.0148-MARGARETE BRIGIDO MOREIRA x VALDECI DONIZETE BISCOLA MOREIRA-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão."-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ e ISAAC JOSÉ ALTINO-.
51. EXECUÇAO POR QUANTIA CERTA-0004393-42.2010.8.16.0148-SERVIMED COMERCIAL LTDA. x BRASMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME- "RETIRAR CARTA PRECATORIA, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que esta disponivel no site do tribunal de justiça" -Adv. do Requerente LEONARDO ANACLETO CHAVES-.
52. COBRANÇA-0004405-56.2010.8.16.0148-VAMBERTO GARCIA FIGUEIREDO x EDUARDO CAETANO DA SILVA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Adv. do Requerente MOACIR MÁRIO KRETSCHMAR-.
53. EXECUÇÃO-0004407-26.2010.8.16.0148-DIEGO ALVES DA SILVA x EDUARDO CAETANO DA SILVA-"Diga a autora se tem interesse no prosseguimento da presente ação, devendo requerer o que for de direito, em 48 horas, sob pena de extinção do processo, nos termos da lei". -Adv. do Requerente MOACIR MÁRIO KRETSCHMAR-.
54. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004679-20.2010.8.16.0148-BARBARA BUENO MATIEL x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de outubro próximo, às 16h30min, renovadas as diligências legais".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA e ALEXANDRE DA SILVA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.
55. INTERDIÇAO-0004688-79.2010.8.16.0148-MARCOS ORADOR DA ROCHA x ELIAS ORADOR DA ROCHA-"Ao requerente, para que informe esse r. Juízo, sobre eventual realização da perícia judicial, bem com, em relação a emissão do laudo pericial, sob as penas da lei." -Advs. do Requerente BADRYED DA SILVA e DENAÍNE DE ASSIS FONTOLAN-.
56. COBRANÇA-0004826-46.2010.8.16.0148-ADEMIR BIONDO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas"-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI, RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA e FLAVIA REGINA FACCIONE e Advs. do Requerido DOUGLAS DOS SANTOS, GABRIELLA MURARA VIEIRA,

MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI e RAFAEL SANTOS CARNEIRO-.

57. COBRANÇA-0004827-31.2010.8.16.0148-JEROSINO DA SILVA LISBOA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML) designando perícia para o dia 27/06/2012 às 14:00 horas."-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI, RICARDO FRANÇA ROVERI e RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA e Advs. do Requerido MARCIA SATIL PARREIRA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI e CEZAR EDUARDO ZILIOTTO-.

58. COBRANÇA-0005191-03.2010.8.16.0148-PAULO CESAR BALSAN x VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 27/06/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente ROGERIO BUENO ELIAS e Advs. do Requerido ELLEN KARINA BORGES SANTOS, LUCIANA MOREIRA DOS SANTOS e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

59. BUSCA E APREENSÃO-0005402-39.2010.8.16.0148-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x ROSELI BORDES CRUZ DA SILVA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ, CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

60. COBRANÇA-0005519-30.2010.8.16.0148-ESPOLIO DE JOSÉ URBANO POUZA x BANCO BRADESCO S/A.- "Ao procurador do requerido para pagamento das custas de fls. 112 no valor de R$576,22 do cartório, R$28,09 do contador , mais R$32,59 do Funrus , pagamento através de guias próprias no Site do Tribunal."-Advs. do Requerido GILBERTO PEDRIALI e MARCOS C. DO AMARAL VANCONCELLOS-.

61. REPARAÇAO DE DANOS-0006450-33.2010.8.16.0148-SUPER MONTEIRO LTDA. x FABIO JUNIOR TORELLI- "Redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 20 de outubro próximo, às 13h30min".-Advs. do Requerente MAURICIO FELDMANN DE SCHNAID e ADOLFO FELDMANN DE SCHNAID e Advs. do Requerido JOÃO PAULO DE PAULA KIRSCH e LEANDRO JOSÉ GODINHO-.

62. AÇÃO DECLARATÓRIA-0006452-03.2010.8.16.0148-ROSA AMANDA LOPES DA SILVA x OI (BRASIL TELECOM S/A) e outro- " Diante disso, HOMOLOGO por sentença o acordo firmado entre as partes e julgo extinto o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Expeça-se o competente Alvará em favor da requerente, para levantamento dos valores depositados em conta judicial. Custas e honorários conforme acordado ".-Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS e Advs. do Requerido ANGELA MARIA STEPANIV, ERIKA FERNANDA RAMOS HAUSSLER, PRISCILA PERELLES, SANDRA REGINA RODRIGUES e GRAZIELLE COSTA DOS REIS-.

63. ALVARÁ-0006586-30.2010.8.16.0148-MATHEUS HENRIQUE DA CUNHA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Portanto, face à desistência da ação manifestada pelo autor às fls. 42, EXTIGO o processo, sem apreciação do mérito, o que faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do CPC ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

64. INDENIZAÇÃO-0006662-54.2010.8.16.0148-GERALDO RODRIGUES DA SILVA e outro x BANCO ITAÚ - UNIBANCO S.A.- "Na forma do artigo 523 do CPC, recebo o agravo retido interposto às fls. 78/83. A parte agravada para, querendo, impugnar as razões do recurso, no prazo de lei, após, os autos conclusos para decisão de manutenção ou reforma". -Advs. do Requerente LUIS HENRIQUE FERNANDES e LUCIANO GILVAN BENASSI-.

65. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0006671-16.2010.8.16.0148-CARLOS AUGUSTO PINHEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Ao requerente, sobre o término do prazo de suspensão." -Advs. do Requerente ANDREA REGHIN e ELDBERTO MARQUES-.

66. EXECUÇÃO-0000051-51.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x JOLINDA DE MORAES ALVES- "Sobre a avaliação de fls. 126/127, manifestem-se as partes no prazo comum de 10 dias. Não havendo discordância quanto à avaliação, designe-se data para o praceamento do bem constrito". -Adv. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e Adv. do Requerido JULIANA TORRES MILANI-.

67. AÇÃO DECLARATÓRIA-0000168-42.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x ANA CRISTINA DEBETIR DE SOUSA- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente ALEXANDRE RAINATO GENTA e JOÃO TAVARES DE LIMA NETO-.

68. ARRESTO-0000271-49.2011.8.16.0148-AGENOR PEREIRA DA SILVA x ANTONIO ORTIZ FILHO- ""Cumprindo o artigo 526, CPC, tomo ciência do recurso de agravo interposto da decisão proferida por este Juízo de primeiro grau. Considerando as razões do agravo, mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos. -Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS e Adv. do Requerido PAULO CEZAR DANIEL-.

69. EXECUÇÃO-0000542-58.2011.8.16.0148-BANCO ITAÚ - UNIBANCO S.A. x BRINQUEDOS UNIÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e outros- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$2034,63".-Advs. do Requerente JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA e RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES-.

70. BUSCA E APREENSÃO-0000711-45.2011.8.16.0148-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO x THIAGO PAULA DA SILVA- " Posto isso, e nos termos da fundamentação supra, julgo extinto o processo com resolução de mérito, para o fim de julgar PROCEDENTES os pedidos aduzidos por BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCEIRO E FINANCIAMENTO em face de THIAGO PAULA DA SILVA, para o fim de declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, confirmar a medida liminar concedida, consolidando o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem objeto da lide nas mãos da autora, facultando-lhe, nos termos do artigo 2º do mesmo diploma, a alienação de referido bem e, após abatido o valor da dívida, a devolução de eventual saldo remanescente ao réu. Declaro, ainda, a responsabilidade do réu por eventuais multas de trânsito colacionadas no período em que esteve na posse do veículo. Ante sua sucumbência, condeno o réu no pagamento das custas e despesas processuais. Condeno o réu, ainda, no pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono da autora, os quais, atento ao artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, tendo-se em vista o zelo profissional, a desnecessidade de deslocamentos significativos, a relativa simplicidade da causa e a ausência de incidentes processuais, fixo em R$ 150,00 (Cento e cinqüenta reais), devidamente atualizado com a utilização do INPC-IBGE, a partir desta data ".-Advs. do Requerente CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON L. SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

71. EXECUÇÃO-0000739-13.2011.8.16.0148-AGENOR PEREIRA DA SILVA x ANTONIO ORTIZ FILHO- "Diante da decisão prolatada nos autos de embargos à execução, ao autor para se manifestar acerca da avaliação do bem penhorado, bem como para requerer o que entender de direito, dando continuidade a este feito executivo". -Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS-.

72. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0000910-67.2011.8.16.0148-ALFERINO ABREU DE LIMA x BANCO FINASA BMC S/A.-"Ao requerente, sobre a certidão de fls. 21, informando que na data de 29/08/2011 decorreu o prazo de ( 5 ) cinco dias, sem apresentação de contestação pelo requerido." -Adv. do Requerente BRUNO HENRIQUE FERREIRA-.

73. COBRANÇA-0000982-54.2011.8.16.0148-AUGUSTO GUIMARÃES NETO x CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.-"As partes, sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina - Pr., fls. 126, comunicando que o exame de lesões corporais, com a finalidade de recebimento indenizatório do seguro DPVAT, em AUGUSTO GUIMARÃES NETO, está agendado para o dia 21/06/2012 às 14:00 horas, neste IML."-Advs. do Requerente CARLOS EDUARDO PINCELLI, JORGE DIAS PAIVA, PEDRO HENRIQUE C. DAMASCENO, CAROLINE ZANETTI PAIVA e ANELISE CRISTINA TORRES PINCELLI e Advs. do Requerido ELLEN KARINA BORGES SANTOS, FERNANDO KIKUCHI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER e RAFAELA POLYDORO KUSTER-.

74. EXECUÇÃO-0001031-95.2011.8.16.0148-ITAÚ UNIBANCO S/A. x VICMÓVEIS INDÚSTRIA LTDA. e outros- "RETIRAR OFICIO, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponível no site do Tribunal de Justiça"-Adv. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI-.

75. BUSCA E APREENSÃO-0001260-55.2011.8.16.0148-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. x SILVANA DA LUZ MOREIRA- " Posto isso, e nos termos da fundamentação supra, julgo extinto o processo com resolução de mérito, para o fim de julgar PROCEDENTES os pedidos aduzidos por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A em face de SILVANA DA LUZ MOREIRA, para o fim de declarar rescindido o contrato firmado entre as partes, confirmar a medida liminar concedida, consolidando o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem objeto da lide nas mãos do autor, facultando-lhe, nos termos do artigo 2º do mesmo diploma, a alienação de referido bem e, após abatido o valor da dívida, a devolução de eventual saldo remanescente a ré. Declaro, ainda, a responsabilidade da ré por eventuais multas de trânsito colacionadas no período em que esteve na posse do veículo. Ante sua sucumbência, condeno a ré no pagamento das custas e despesas processuais. Condeno a ré, ainda, no pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono do autor, os quais, atento ao artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, tendo-se em vista o zelo profissional, a desnecessidade de deslocamentos significativos, a relativa simplicidade da causa e a ausência de incidentes processuais, fixo em R$ 150,00 (Cento e cinqüenta reais), devidamente atualizado com a utilização do INPC-IBGE, a partir desta data ".-Advs. do Requerente ENEIDA WIRGUES, JULIANA CHAVES DE OLIVEIRA, DANIELE DE BONA, CARLOS EDUARDO CARDOZO BANDEIRA, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA, FERNANDO JOSE GARPAR, KLAUS SCHNITZLER e FERNANDO LUZ PEREIRA-.

76. EXECUÇÃO-0001293-45.2011.8.16.0148-CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA x JOSÉ MACHADO PINHEIRO- "....Sem prejuízo, DEFIRO a penhora sobre o crédito livre do executado, devendo-se oficiar à Usina Alto Alegre determinando que o pagamento da quantia de R$ 19.547,67, dos R $ 81.774,46 devidos ao executado, seja depositada judicialmente, lavrando-se, na seqüência, o competente termo de penhora. Intime-se, ainda, o exeqüente para, acaso o valor que se busca penhorar já tenha sido depositado em conta do executado junto ao mesmo, proceda ao depósito judicial da quantia, lavrando-se, o termo de penhora. Lavrada a penhora, intime-se o executado." - RETIRAR OFÍCIO PARA USINA ALTO ALEGRE, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ dispónivel no site do tribunal de justiça - Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO, PATRICIA GRASSANO PEDALINO e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

77. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0001622-57.2011.8.16.0148-DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x JOEL ESTEVES- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu DUPLO efeito, nos termos do caput

do artigo 520 do CPC. Aos recorridos para, querendo, apresentarem suas contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente ANDRÉA LOPES GERMANO PEREIRA, CRYSTIANE LINHARES, IONÉIA ILDA VERONEZE, JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR e THIAGO COLLETI PODANOSQUI-.

78. EXECUÇÃO-0001805-28.2011.8.16.0148-EUROFRAL INDÚSTRIA DE PRODUTOS HIGIÊNICOS E TERMOPLÁSTICOS LTDA. e outro x GUSTAVO SPERB WOHLENBERG- "A autora sobre a devolução da Carta Precatória de fls. 35/52 da Comarca de Dourados-Ms. com certidão negativa do oficial de justiça."-Advs. do Requerente EDUARDO KOTAKA JUNIOR e JOÃO PAULO SHINITI ITIMURA YAGUI-.

79. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0001913-57.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos no prazo de vinte e quatro horas sob as penas da lei." (carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

80. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0001914-42.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos em vinte e quatro horas sob as penas da lei." (Carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

81. SUSTAÇÃO DE PROTESTO-0002077-22.2011.8.16.0148-AGRICOLA JANDELLE LTDA. x GRANJA ECONOMICA AVÍCOLA LTDA e outro- "Ao autor para devolução dos autos em vinte e quatro horas sob as penas da lei." (Carga desde 31/05/2011)-Advs. do Requerente JOÃO TAVARES DE LIMA FILHO, JOÃO TAVARES DE LIMA NETO, FABRÍCIO MASSI SALLA e LEANDRO AMBROSIO ALFIERI-.

82. BUSCA E APREENSÃO-0002131-85.2011.8.16.0148-PANAMERICANO S/A. x LUIZ CARLOS DOS SANTOS- " Diante da inércia/omissão da autora, deixando de dar regular andamento ao processo, abandonando a causa por mais de 30 dias, julgo extinta a presente ação, fulcrado no Art. 267, III, do CPC, sem resolução do mérito, e via de conseqüência, condenando a autora ao pagamento das custas processuais, caso não concedida a Assistência Judiciária Gratuita ".-Advs. do Requerente CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLÁVIO SANTANNA VALGAS, MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

83. EXECUÇÃO-0002168-15.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x BRUNO ADRIANO DOLCI CORNA- "RETIRAR OFÍCIO, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do tribunal de justiça"-Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

84. EXECUÇÃO-0002172-52.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x FERNANDO CESAR DE ALMEIDA-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça." -Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

85. EXECUÇÃO-0002177-74.2011.8.16.0148-FACULDADE PARANAENSE - FACCAR x CARLOS CESAR MARCONI- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$0,00".-Adv. do Requerente ISAAC JOSÉ ALTINO-.

86. ALVARÁ-0002203-72.2011.8.16.0148-REIKO DOI x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- "A parte autora, para proceder à emenda a inicial, atribuindo o valor real da causa nos termos do art. 259, do CPC, e, conseqüentemente, recolhendo as respectivas diferenças de custas". -Advs. do Requerente GUSTAVO VISSOCI REICHE e MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS-.

87. ALVARÁ-0002219-26.2011.8.16.0148-APARECIDA INEZ ROBBI DE OLIVEIRA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente a PIS/PASEP e FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, bem como eventual poupança, em nome de APARECIDA INEZ ROBBI DE OLIVEIRA, independentemente de prestação de contas. Dispenso o pagamento das custas judiciais, confirmando os benefícios da Justiça Gratuita ".-Advs. do Requerente PAULO CELSO COSTA, MARCIO RENATO PIERIN, RODRIGO FRANCISCO FERNANDES e POLIANI COCATO GRECCO LONARDONI-.

88. COBRANÇA-0002342-24.2011.8.16.0148-JOSÉ HENRIQUE DA SILVA x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal de Londrina (IML), designando perícia para o dia 16/07/2012 às 14:00 horas."-Adv. do Requerente RAFAEL LUCAS GARCIA-.

89. COBRANÇA-0002343-09.2011.8.16.0148-CRISTIANO JACINTO LOPES x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.- "Aos interessados sobre o ofício do Instituto Médico Legal Londrina (IML), designando perícia para o dia 10/07/2012 às 08:00 horas."-Adv. do Requerente RAFAEL LUCAS GARCIA-.

90. INDENIZAÇÃO-0002530-17.2011.8.16.0148-MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA x CAIXA SEGURADORA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 34-36. Para a audiência de conciliação (Art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 14h00min, na sede deste Juízo. Cite-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

91. INDENIZAÇÃO-0002532-84.2011.8.16.0148-ANA LUZIA PEREIRA x SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 34-36. Para a audiência de conciliação (Art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 14h30min, na sede deste Juízo. Cite-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

92. INDENIZAÇÃO-0002538-91.2011.8.16.0148-MARINO SPIMPOLO x CAIXA SEGURADORA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 43/45. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal de 15 dias, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora...".-Adv. do Requerente VANESSA BARRUECO DALE VEDOVE-.

93. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002543-16.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros x BANCO DO BRASIL S.A.- "Sobre a impugnação e documentos agregados (fls. 237/268), manifeste-se a embargante, em 10 (dez) dias".-Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES-.

94. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002544-98.2011.8.16.0148-VALDETE GRACINO DE PAULA e outro x BANCO DO BRASIL S.A.- "[...] Ante o exposto, INDEFIRO o efeito suspensivo aos embargos do devedor. INDEFIRO, ainda, o pedido de exclusão dos nomes das embargantes dos cadastros de proteção ao crédito, uma vez que o crédito externado no título executivo se mantém, por ora, hígido. A embargada para se manifestar sobre os embargos no prazo de 15 dias". -Advs. do Requerente MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES e Adv. do Requerido LEONARDO BAES LINO DE SOUZA-.

95. ALVARÁ-0002582-13.2011.8.16.0148-ÉRICA MARIA DOS SANTOS x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente a PIS/PASEP e FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, em nome de ÉRICA MARIA DOS SANTOS, observadas ainda as seguintes condições: a) os valores pertencentes à menor deverão ser depositados em conta poupança vinculada ao juízo, em nome da requerente, bem como deverá, no prazo de 30 (trinta dias), ser juntado comprovante do depósito efetuado em favor da menor em conta vinculada a este Juízo, sob pena de responsabilidade. Dispenso o pagamento das custas judiciais, confirmando os benefícios da Justiça Gratuita ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

96. AÇÃO DECLARATÓRIA-0002778-80.2011.8.16.0148-CALÇADOS CAVIUNA LTDA. x CLAUDINA INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.-"Ao requerente, sobre a certidão de fls. 23, informando que a audiência de conciliação designada para o dia 28 às 13:00 horas, restou prejudicada em virtude do AR da carta de citação não ter retornado." -Advs. do Requerente JOSÉ MARIA DA SILVA e KARINA ZANIN DA SILVA-.

97. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002945-97.2011.8.16.0148-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. x AREG INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA. - ME e outro-"À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$ 0,00". -Adv. do Requerente ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

98. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0002950-22.2011.8.16.0148-LUIS ALBERTO ADAS DE OLIVEIRA e outro x SONIA BATISTA MOTA- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$0,00".-Advs. do Requerente LUIZ DE OLIVEIRA NETTO e ELCIDIO PEREIRA DA FONSECA-.

99. EMBARGOS A EXECUÇAO-0002957-14.2011.8.16.0148-ANTONIO ORTIZ FILHO x AGENOR PEREIRA DA SILVA- "Tempestivo, recebo o recurso de apelação interposto, em seu efeito meramente devolutivo, nos termos do artigo 520, V, do CPC. Ao recorrido para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo legal". -Adv. do Requerente PAULO CEZAR DANIEL e Adv. do Requerido EVERTON SANTANA ALVES-.

100. INDENIZAÇÃO-0003030-83.2011.8.16.0148-MARIANA SANT'ANA OLIVEIRA ROSA DOS SANTOS GUIMARÃES e outro x CLAUDENIR FRACHINI e outro- "Sobre as contestações e documentos agregados, manifestem-se os autores, no prazo de 10 (dez) dias".-Advs. do Requerente IVAN MARTINS TRISTAO e MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II-.

101. EXECUÇÃO-0003094-93.2011.8.16.0148-BANCO BRADESCO S/A. x KOPA INDÚSTRIA COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. ME. e outro-"RETIRAR OFICIO PARA RECEITA FEDERAL, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ disponivel no site do Tribunal de Justiça, bem como o D.A.R.F no valor de R$ 20,00 junto a Receita federal para prestação das informações requeridas." -Adv. do Requerente MARIA JOSE STANZANI-.

102. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0003120-91.2011.8.16.0148-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "[...] Analizando os presentes autos, bem como os autos n. 3177-2011, verifica-se que houve duplicidade de oposição de embargos ao devedor pela parte embargante por procuradores distintos. Assim, a parte embargante, para, em 48 horas, informarem quem é o representante legal da empresa embargante". -Advs. do Requerente WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA, ROBERTO BERTHOLDO, LUIZ GUSTAVO MAGALHAES HOLTZ e LAISLA FERNANDA ZENI AUGUSTO-.

103. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0003177-12.2011.8.16.0148-SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA. x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "[...] Analizando os presentes autos, bem como os autos n. 3120-2011, verifica-se que houve duplicidade de oposição de embargos ao devedor pela parte

embargante por procuradores distintos. Assim, a parte embargante, para, em 48 horas, informarem quem é o representante legal da empresa embargante". -Advs. do Requerente OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO e ANGELA MUSSIAU YAMASAKI DE ROSSI-.

104. EXECUÇÃO-0003349-51.2011.8.16.0148-BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A. x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros- "Em fls. 29/30 a requerente pediu a exclusão das partes LUIZA DA SILVA VIOLIN e VALDETE GRACINO DE PAULA alegando que houve erro material ao incluir os referidos nomes no pólo passivo, requerendo também a inclusão dos devedores solidários ELISEU DE PAULA e LUIZ MAURICIO VIOLIN. Compulsando os autos, verifico que não houve ainda a citação dos requeridos, pelo que DEFIRO a substituição do pólo passivo, Ao cartório para que providencie em caráter de urgência a baixa do gravame de LUIZA DA SILVA VIOLIN e VALDETE GRACINO DE PAULA junto ao cartório distribuidor, e para que retifique o pólo passivo da presente demanda. Cumpra-se integralmente o despacho de fls. 27 (frente e verso) atentando-se a retificação do pólo pasivo." - RETIRAR CARTA PRECATÓRIA, devendo recolher o valor de R$ 9,40 em GRJ que está disponível no site do tribunal de justiça -Adv. do Requerente LAURO FERNANDO ZANETTI-.

105. REVISÃO DE CONTRATO-0003405-84.2011.8.16.0148-SIDNEI NOVAES DE LACERDA x BANCO ABN AMRO REAL S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 19/21. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família...".-Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

106. REVISÃO DE CONTRATO-0003406-69.2011.8.16.0148-RODRIGO CELSO FERREIRA x BANCO FINASA S/A.- "Recebo a emenda da inicial de fls. 22/24. Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal de 15 dias, sob pena de presumirem verdeiros os fatos alegados pela parte autora...".-Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

107. EMBARGOS A EXECUÇAO-0003424-90.2011.8.16.0148-JOLINDA DE MORAES ALVES x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, uma vez que a embargante não forneceu qualquer documento que, realmente, ateste sua impossibilidade de pagar as custas processuais, muito pelo contrário, pelos documentos juntados, não se pressupõe a miserabilidade da autora. Isso poderia facilmente ser demonstrado pela juntada do comprovante de renda, declaração do imposto de renda, comprovação das despesas mensais, dentre outras. [...] Assim determino, que a embargante proceda o recolhimento das custas processuais, inclusive Funrejus, dentro do prazo de 48 horas, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente JULIANA TORRES MILANI-.

108. EMBARGOS A EXECUÇAO-0003425-75.2011.8.16.0148-JOLINDA DE MORAES ALVES x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- "INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, uma vez que a embargante não forneceu qualquer documento que, realmente, ateste sua impossibilidade de pagar as custas processuais, muito pelo contrário, pelos documentos juntados, não se pressupõe a miserabilidade da autora. Isso poderia facilmente ser demonstrado pela juntada do comprovante de renda, declaração do imposto de renda, comprovação das despesas mensais, dentre outras. [...] Assim determino, que a embargante proceda o recolhimento das custas processuais, inclusive Funrejus, dentro do prazo de 48 horas, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente JULIANA TORRES MILANI-.

109. COMINATORIA-0003464-72.2011.8.16.0148-FRANCISCA SOARES RIBEIRO x BANCO BMG S/A.- "...Desse modo, frente à existência dos requisitos ensejadores, DEFIRO, EM PARTE, A TUTELA ANTECIPADA PRETENDIDA, excepcionalmente inaudita altera pars, a fim de determinar que a requerida apresente no feito, com cópia entregue diretamente em mãos da autora, e no prazo de 10 dias, instrumento bancário de compensação (ex. boleto), contendo o valor respectivo para a quitação total e antecipada dos contratos n. 201410767 e 209311266, (fls. 15/16), R$11.690,84 e R$2.782,43, respectivamente (CPC, artigos 273 e 461, §§ 3° e 4°). Deverá a parte requerida, ainda levar em consideração na efetivação dos cálculos que os juros e demais acréscimos a serem abatidos proporcionalmente na forma do art. 52, § 2°, do CDC, deverão ser relativos à data virtual de 19.04.2011 (ou seja, não mais incidindo juros e demais encargos daquele termo adiante), efetivando-se, ainda, a compensação com os valores pagos pela requerente posteriormente, estes que deverão ser atualizados pelo INPC, a conta da respectiva quitação de cada prestação. Fixo multa diária para o descumprimento (a ser computada a partir do esgotamento do prazo acima) no importe de R$300,00, sem prejuízo de neste caso, futuramente, também se outorgar à requerente, a possibilidade de depositar os valores que entender cabíveis, com exclusão dos descontos em folha, à luz do art. 461, "caput", parte final, da Lei de ritos (resultado prático equivalente). Para a audiência de conciliação (art. 277, CPC), designo o dia 26 de outubro próximo, às 13h30min, na sede deste Juízo. Citem-se, para os termos da presente ação, e intimem-se para a audiência, onde as partes deverão comparecer pessoalmente ou representados por prepostos com poderes para transigir...".-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, SABINE DENISE GIESEN ROVERI e FLAVIA REGINA FACCIONE-.

110. EXECUÇÃO-0003470-79.2011.8.16.0148-NIVALDO APARECIDO PIRANI x ANTONIO JUNIOR WILTER SANTOS e outros- "À credora, sobre a resposta do BacenJud = R$1,25".-Advs. do Requerente PEDRO GUILHERME KRELING VANZELLA, REGINALDO DE SANTANA e SOLANGE CRISTINA DE LIMA FROES-.

111. ALVARÁ-0003615-38.2011.8.16.0148-HILÁRIO SOARES SANTANA x JUÍZO DE DIREITO VARA CIVEL DA COM. DE ROLÂNDIA/PR- " Ante o exposto, julgo procedente o pedido de Alvará Judicial pleiteado pela parte, e extingo o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, I, Código de Processo Civil. Defiro a expedição do alvará pretendido, com prazo de 60 (sessenta) dias, autorizando o levantamento da totalidade do saldo referente ao FGTS que se encontrem depositados na Caixa Econômica Federal, em nome de ROSELI SOARES SANTANA, independentemente de prestação de contas. Dispenso o pagamento das custas judiciais, uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50. Certificado o trânsito e julgado e comprovado o recolhimento do tributo "causa mortis", expeça-se o competente alvará, na forma requerida à fl. 2/4 ".-Advs. do Requerente IRIS SORAIA INEZ, FLAVIA REGINA FACCIONE e SABINE DENISE GIESEN ROVERI-.

112. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003648-28.2011.8.16.0148-ANDRÉIA DURIGON x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

113. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003650-95.2011.8.16.0148-JULIANA DA SILVA SANGY x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

114. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003651-80.2011.8.16.0148-TÂNIA DOS SANTOS MICHELETTI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS-"Manifeste-se a autor(a) no prazo legal sobre a contestação e documentos do INSS." -Adv. do Requerente AUREO OSMAR POYER NOGUEIRA e Adv. do Requerido MICHEL FEGURY JUNIOR-.

115. REVISÃO DE CONTRATO-0003757-42.2011.8.16.0148-JOÃO BREGAMO x BANCO J SAFRA S.A.- "A lei 1.060/50, na dicção do art. 4º., de fato, garante os benefícios da assistência judiciária gratuita aqueles presumivelmente pobres. [...] No caso, em comento, verifica-se do comprovante de aposentadoria juntada aos autos que o requerente recebe mensalmente o valor de R$ 3.344,88, e ainda, contratou advogado particular, motivos que me levam a crer que possui condições de arcar com as custas. Se não bastasse, o autor financiou a compra de um veículo, em parcelas mensais de R$ 799,78. Ora, quem tem condições de pagar R$ 799,78 em única prestação, tem condições de pagar as custas do processo. Com essas considerações, indefiro o pedido de justiça gratuita. Ao autor para que, em 48 horas, efetue o preparo das custas iniciais, bem como o pagamento da taxa judiciária, sob pena de cancelamento da distribuição". -Adv. do Requerente EDGAR MITSUAKI FUKUDA-.

116. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0003767-86.2011.8.16.0148-MARILDA NERES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "...Por todo o exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela. Cite-se o requerido para que apresente contestação no prazo legal...".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, ALEXANDRE DA SILVA, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA e BRUNO ANDRÉ SOARES BETAZZA-.

117. COBRANÇA-0003804-16.2011.8.16.0148-SANDRA GONÇALVES DA MOTA x MAPFRE VERA CRUZ- "Tempestivo, recebo recurso interposto em seu duplo efeito, nos termos do caput do artigo 520 do CPC. Ao apelado, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

118. BUSCA E APREENSÃO-0003839-73.2011.8.16.0148-AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. x ODAIR JOSÉ PEREIRA DE CARVALHO- "RETIRAR CARTA PRECATÓRIA ITINERANTE"-Advs. do Requerente SÉRGIO SCHULZE e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES-.

119. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0004635-64.2011.8.16.0148-PAULO ROBERTO RODRIGUES MACHADO x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- "Trata-se de Embargos à Execução opostos por PAULO ROBERTO RODRIGUES MACHADO face à demanda executiva que lhe move a Fazenda Pública, afirmando que os presentes embargos são tempestivos, tendo em vista que a publicação no diário da justiça ocorreu em 15.07.2011. Entretanto, segundo consta da certidão de fl. 241, dos autos de execução fiscal n. 208/99, o prazo para interposição de embargos teve início em data de 21.06.2011. Assim, considerando que a certidão de fl. 241 goza de fé pública e que o documento de fl. 253 foi expedido por empresa particular de veiculação, que não se reveste de fé pública, ao embargante, para, em 05 cinco dias, apresente cópia da intimação realizada através do Diário da Justiça, sob pena de intempestividade". -Advs. do Requerente ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO, ALCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO JUNIOR e JOSÉ CARLOS DIZIDÉL MACHADO-.

120. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004670-24.2011.8.16.0148-ROBERTO RADETZKE x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Defiro, ainda, a

prioridade no trâmite do feito, , nos termos do artigo 71, da Lei 10.741/2003, devendo-se anotar esta circunstância na capa dos autos. Cite-se, na forma requerida, para apresentação de resposta, n o prazo de sessenta (60) dias (CPC, art. 297 c/c CPC, art. 188), sob pena dde se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora".-Advs. do Requerente DOUGLAS MOREIRA NUNES e EMERSON CARLOS DOS SANTOS-.

121. REVISÃO DE CONTRATO-0004699-74.2011.8.16.0148-GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS x BANCO ABN AMRO REAL S.A.- O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente GERMANO JORGE RODRIGUES-.

122. COBRANÇA-0004707-51.2011.8.16.0148-JOSÉ DE ALMEIDA x COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL- O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente ALYSSON VITOR DA SILVA-.

123. REVISÃO DE CONTRATO-0004741-26.2011.8.16.0148-RODRIGO XAVIER DAMASIO x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com uma declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Advs. do Requerente ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI e FABIANA BIANCHINI PICOTTI MORAES-.

124. INVENTARIO-0004743-93.2011.8.16.0148-REGINALDO RAQUEL x JOSÉ ROQUE RAQUEL- "Desde já, oficiem-se aos Tabelionatos de Títulos e Protestos, bem assim de Imóveis, dando-lhes ciência da existência da presente ação de inventário. NOMEIO como inventariante, sob compromisso, a pessoa de REGINALDO RAQUEL, devidamente qualificado (a). Expeça-se termo para tanto, intimando-se-o(a) para subscrição. Na seqüência , intime-se a inventariante para que, no prazo de 20 dias, encarte ao processo as primeiras declarações, e documentos indispensáveis à comprovação das alegações nela vertidas. Após, tomem-se por termo as primeiras declarações, na forma do art. 933 do CPC. Tomadas por termo as primeiras declarações, e já participando do processo os herdeiros conhecidos, CITEM-SE as três esferas da Fazenda Pública ( Municipal, Estadual e Federal), pessoalmente, para que, no prazo de 10 dias, desejando, integrem o feito, ofertando casuais impugnações. (CPC, art. 999). Deverão ser entregues aos seus respectivos órgãos de representação Procuradoria do Município, Procuradoria do Estado e Procuradoria da fazenda Nacional), no ato citatório, exemplares/cópias das declarações (CPC, art 999, §§ 2º e 3º). CITEM-SE por edital (CPC, artigos 224 a 230), com prazo de 20 dias, eventuais credores, herdeiros e demais terceiros interessados, para que, desejando, ingressem ou se habilitem neste inventário, cientes de que, pena de preclusão, poderão integrar o feito até antes da realização da partilha, de forma que se assim não realizarem em tempo e modo, somente poderão perseguir eventuais direitos ou créditos em processo autônomo. Inclua-se em todos os chamados (citações) que uma vez concluídas as citações, ficará automaticamente aberto o prazo comum (em cartório), de 10 dias, a fim de que impugnem ou digam sobre as primeiras declarações, cabendo às partes argüirem erros e omissões, reclamarem contra a nomeação do inventariante, ou contestarem a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (CPC, art. 1.000, e incisos). Transposto o prazo acima, dê-se vista dos autos ao ilustre representante do Ministério Público, para que, acaso entenda haver interesse público a motivar sua intervenção, possa adotar as providências descritas no art. 1.000, e incisos, da Lei de Ritos. Havendo impugnação, voltem conclusos. Por outro lado, inexistindo impugnações e esgotado o prazo para tanto, intime-se a Fazenda Pública Municipal, para que, em 20 dias, informe ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações. Por fim, satisfeitos todos os itens acima, voltem conclusos pra fins dos artigos 1.003 e seguintes do Código de Processo Civil." - A AUTORA PARA COMPARECER EM CARTORIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE INVENTARIANTE, sob pena de remocao do cargo-Advs. do Requerente EVERTON SANTANA ALVES e MARCOS DE MORAIS-.

125. NULIDADE-0004744-78.2011.8.16.0148-ESPÓLIO DE CARLOS ALBERTO BORDIN x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA- "...DECIDO. Inicialmente, é necessário se frisar que a antecipação de tutela, por inverter a ordem natural do processo, adiantando provimento jurisdicional sem o devido contraditório, é exceção, e não regra, devendo ser vista sempre com cautela. No caso dos autos, requer-se antecipação de tutela extremamente satisfativa, implicando na prorrogação de dívida contraída com a ré. Neste cenário, entendo que seja de rigor a prévia oitiva da parte contrária, INDEFERINDO, por ora, a concessão da tutela antecipada, a qual será reanalisada após a contestação. Entretanto, com fulcro no art. 273, § 7°, que prevê a fungibilidade entre as tutelas antecipatórias e cautelares, ressaltando a necessidade de o Juiz ressalvar a eficácia de eventual provimento final, DEFIRO, por ora, que os valores a serem eventualmente pagos pela Cooperativa Nova Produtiva sejam feitos de forma judicial. Assim, intime-se a Nova Produtiva, dando ciência desta decisão e determinando que proceda ao pagamento judicial dos valores decorrentes da colheita de cana de açúcar para o autor no ano de 2010. Sem prejuízo, e diante da possibilidade destes valores já terem sido entregues a qualquer das partes, intimem-se estas para que, em caso de recebimento, promovam ao depósito judicial dos mesmos, no prazo de cinco dias. Intimem-se, com urgência. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de quinze dias, sob pena de revelia. Depois, voltem conclusos para reanálise da tutela antecipada. Diligências necessárias".-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

126. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0004748-18.2011.8.16.0148-BOLOTARIO & CIA. ltDA. x FAZENDA NACIONAL- "Recebo os embargos porque tempestivos e opostos por parte legítima. [...] Em face do exposto, DEIXO DE CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS, via de conseqüência determino a realização dos atos executórios nos apensos autos de execução de n. 5959-26-2010. A embargada para impugnar os embargos no prazo de 30 dias". -Adv. do Requerente ANTONIO CARLOS LOVATO-.

127. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0004758-62.2011.8.16.0148-EZEQUIEL GOMES DORTA x BANCO PANAMERICANO S/A.- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade com uma declaração firmada pelo próprio interessado, atestando sua condição de hipossuficiência, ou, alternativamente, mediante outorga de mandato com poderes específicos para tanto. Na mesma ocasião, o interessado deverá apresentar declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial. Prazo de 10 dias". -Adv. do Requerente ANDREA FERNANDES ARAUJO-.

128. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA-0004819-20.2011.8.16.0148-INEZ APARECIDA CORBETTA SGORLON x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS- "Preenchidos os requisitos do artigo 2º, parágrafo único, e artigo 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, entretanto, fica advertido o requerente que, nos termos dos artigos 4º, § 1º, do artigo 12 da mesma lei, a declaração falsa sujeita o declarante ao "pagamento até o décuplo das custas judiciais", bem como que, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da sentença, a "parte beneficiária pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Cite-se, na forma requerida, para apresentação de resposta, no prazo de sessenta (60) dias (CPC, art. 297 c/c CPC, art. 188), sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte autora...".-Advs. do Requerente HELDER MASQUETE CALIXTI, EVANDRO CESAR MELLO DE OLIVEIRA, ALEXANDRE DA SILVA e BRUNO ANDRÉ SOARES BETAZZA-.

129. INDENIZAÇÃO-0004829-64.2011.8.16.0148-REMILDO DADDIO x COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com a declaração de hipossuficiência assinada pelo autor, bem como a declaração de imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem assim documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto, meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Adv. do Requerente MARCELO GONÇALVES DA SILVA-.

130. CONDENATÓRIA-0004864-24.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA x COROL AGROENERGIA - USINA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.- "Retirar o ofício, mediante comprovante de recolhimento do valor de R$9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ".-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

131. NULIDADE-0004865-09.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA e outros x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA-"...É o relatório. DECIDO. Inicialmente, é necessário se frisar que a antecipação de tutela, por inverter a ordem natural do processo, adiantando provimento jurisdicional sem o devido contraditório, é exceção, e não regra, devendo ser vista sempre com cautela. No caso dos autos, requer-se antecipação de tutela extremamente satisfativa, implicando na prorrogação de dívida contraída com a ré. Neste cenário, entendo que seja de rigor a previa oitiva da parte contrária, INDEFERINDO, por ora, a concessão da tutela antecipada, a qual será reanalisada após a contestação. Entretanto, com fulcro no art. 273, § 7°, que prevê a fungibilidade entre as tutelas antecipatórias e cautelares, ressaltando a necessidade de o Juiz ressalvar a eficácia de eventual provimento final, DEFIRO, por ora, que os valores a serem eventualmente pagos pela Usina Alto Alegre S.A. sejam feitos de forma judicial. Assim, intime-se a referida

Usina, dando ciência desta decisão e determinando que proceda ao pagamento judicial dos valores decorrentes da colheita de cana de açúcar pelos autores neste ano de 2011. Sem prejuízo, e diante da possibilidade destes valores já terem sido entregues a qualquer das partes, intimem-se estas para que, em caso de recebimento, promovam ao depósito judicial dos mesmos, no prazo de cinco dias. Intimem-se, com urgência. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de quinze dias, sob pena de revelia. Depois voltem conclusos para reanálise da tutela antecipada". - RETIRAR O OFÍCIO, mediante recolhimento do valor de R $9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ.-Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

132. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0004866-91.2011.8.16.0148-JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA e outros x CREDICOROL - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL ROLANDIA- "Trata-se de ação cautelar incidental a ação nominada de constitutiva negativa de nulidade de cláusulas em cédulas de crédito rural cumulada com ação declaratória e mandamental de prorrogação de dívida com pedido de antecipação dos efeitos da tutela para declarar o direito dos autores à prorrogação dos vencimentos de uma cédula de crédito rural pignoratícia e uma cédula de crédito bancário. Em que pese haver demanda principal já ajuizada e com pedido de antecipação de tutela de suspensão da exigibilidade do crédito, os autores optaram por também entrar com a presente ação cautelar, cujo objeto se resumiria à tutela inibitória da inscrição de seus nomes em cadastros de proteção ao crédito, com base nos mesmos fundamentos. É, em síntese, o relatório. Inicialmente, de se ressaltar que o pedido ora deduzido era plenamente deduzível no seio da ação principal, na qual já há, inclusive, pedido de antecipação de tutela em amplitude que abarca o objeto da presente cautelar. Entretanto, diante da faculdade processual para ajuizamento de ação cautelar autônoma incidental, de rigor se conhecer e processar esta. Entendo, assim, que o objeto principal desta é apenas a vedação à inscrição do nome dos autores em cadastros de proteção ao crédito apontados na inicial, na pendência da ação principal. O fumus boni iuris e o periculum in mora, requisitos para esta cautelar, estão, em verdade, na ação principal. Assim, de rigor o seu apensamento. Sem prejuízo a liminar cautelar requerida deverá ter sua análise sobrestada para momento posterior à contestação, nos termos das ponderações efetivadas na ação principal, quando também fora postergado o pedido antecipatório de tutela para após a vinda da contestação. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar, no prazo de cinco dias, sob pena de revelia. Depois, voltem conclusos para reanálise da liminar cautelar, juntamente com a ação principal. Diligências necessárias". - RETIRAR O OFÍCIO, mediante recolhimento do valor de R$9,40, através de GRC, disponível no sítio do TJ. -Adv. do Requerente PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA-.

133. EMBARGOS A EXECUÇAO-0004908-43.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e outros x UNICRED NORTE DO PARANÁ - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS MEDICOS, PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE E ENMPRESARIOS DA REGIÃO NORTE DO PARANA LTDA.- A parte autora para proceder a emenda a inicial atribuindo o valor da causa nos termos do art. 259 do CPC, e conseqüentemente recolhendo as respectivas diferenças das custas". -Advs. do Requerente LUIS ANTONIO MONTANHA, MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

134. PRESTAÇAO DE CONTAS-0004918-87.2011.8.16.0148-GABRIEL THIAGO DE PAIVA NAVARRO x BANCO SANTANDER S/A.- "Tendo-se em vista a certidão retro, denunciando a existência de bens do requerente da assistência judiciária gratuita, verifica-se que este possui patrimônio suficiente para litigar em Juízo sem a necessidade da gratuidade legal. Com efeito, da análise da certidão da escrivania judicial de fls. 27, verifica-se que há muitos indícios de que o autor tem condições econômicas para custear o presente processo sem necessidade de assistência judiciária gratuita. Por outro lado, o patrocínio da causa por advogado constituído também configura indício, em reforço, de patrimônio para o custeio das despesas processuais. É necessário que se tenha em mente que a atividade jurisdicional tem custos, não sendo legítimo que se garanta o benefício a quem tem condições de arcar com o ônus econômico do Judiciário. Entendimento diverso finda por prejudicar toda a coletividade, que se vê privada de um Judiciário melhor estruturado por ausência de recursos. Também incentiva o desenfreado, e muitas vezes irresponsável, ajuizamento de ações temerárias, em face de seu aparente custo "zero". É óbvio que ninguém gosta de pagar tributo, mas é de grande injustiça garantir isenção a quem não preenche os requisitos da lei. Ante o exposto, INDEFIRO o benefício da assistência judiciária gratuita. À parte autora para recolhimento das custas no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de indeferimento da inicial." - Adv. do Requerente MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II-.

135. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0004932-71.2011.8.16.0148-MARILENE CIVILLA MACHADO RISSE x BANCO ITAU S/A.- "O juiz não está obrigado a conceder, indiscriminadamente, a gratuidade da justiça. Isto porque o mero requerimento do benefício não enseja o convencimento de que a pretendente esteja nas condições econômicas desfavoráveis previstas na Lei nº. 1060/50. Assim, a requerente para instruir se pedido de gratuidade, no prazo de 10 dias, com a declaração do imposto de renda dos últimos dois anos ( mesmo que na condição de isento ), bem como os documentos que dêem conta de sua atual renda mensal, além de relação de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, ou do cônjuge ( se casado no regime de comunhão universal ou parcial e, portanto meeiro ) ou companheira, ciente de que a inércia ou cumprimento insatisfatório implicarão em indeferimento da petição inicial". -Advs. do Requerente CASSIA ROCHA MACHADO e CAMILA VIALE-.

136. AÇÃO DECLARATÓRIA-0004934-41.2011.8.16.0148-THOMAS STEINBRECHER e outro x AVÍCOLA ASTORGA LTDA. e outro- "...Ante o exposto, concedo a liminar inaudita altera parte para que seja sustado/suspenso o protesto do referido título apontado, bem como a retirada do nome do primeiro requerente dos órgãos de proteção ao crédito. Oficie-se ao Cartório de Protesto, ao SERASA, SCPC, e outros órgãos informados pelo autor, para que deem imediato cumprimento a esta decisão. Em caso de nova apresentação para protesto ou nova inscrição em qualquer instituição de proteção ao crédito, na pendência desta liminar, fixo multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) por dia em que constar protestado o título e o nome indevidamente inscrito. Intimem-se as requeridas, com urgência, para que tenham ciência da presente decisão e a cumpram, imediatamente. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora...". - RETIRAR OS OFÍCIOS, mediante comprovante de recolhimento do valor de R$47,00, através de GRC, disponível no sítio do TJ. -Advs. do Requerente NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES, KAREN YUMI SHIGUEOKA e FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA-.

137. AÇÃO ANULATÓRIA-0005049-62.2011.8.16.0148-BIOPAR - BIOENERGIA DO PARANÁ LTDA. x FÓRMULA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INGREDIENTES E ADITIVOS LTDA. e outro- "Retirar os ofícios", mediante recolhimento do valor de R$18,80, através de GRC, disponível no sítio do TJ.-Adv. do Requerente FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA-.

138. REVISÃO DE CONTRATO-0005117-12.2011.8.16.0148-LAURINDO BATISTA DA SILVA x BANCO BANESTADO S/A.- "Tendo-se em vista a certidão retro, denunciando a existência de bens do requerente da assistência judiciária gratuita, verifica-se que este possui patrimônio suficiente para litigar em Juízo sem a necessidade da gratuidade legal. Com efeito, da análise da certidão da escrivania judicial de fls. 122, verifica-se que há muitos indícios de que o autor tem condições econômicas para custear o presente processo sem necessidade de assistência judiciária gratuita. Por outro lado, o patrocínio da causa por advogado constituído também configura indício, em reforço, de patrimônio para o custeio das despesas processuais. É necessário que se tenha em mente que a atividade jurisdicional tem custos, não sendo legítimo que se garanta o benefício a quem tem condições de arcar com o ônus econômico do Judiciário. Entendimento diverso finda por prejudicar toda a coletividade, que se vê privada de um Judiciário melhor estruturado por ausência de recursos. Também incentiva o desenfreado, e muitas vezes irresponsável, ajuizamento de ações temerárias, em face de seu aparente custo "zero". É óbvio que ninguém gosta de pagar tributo, mas é de grande injustiça garantir isenção a quem não preenche os requisitos da lei. Ante o exposto, INDEFIRO o benefício da assistência judiciária gratuita. À parte autora para recolhimento das custas no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de indeferimento da inicial."-Advs. do Requerente JULIO CESAR SUBTIL DE ALMEIDA, ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA, JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA, JAIR SUBTIL DE OLIVEIRA e MARIO HITOSHI NETO TAKAHASHI-.

139. INVENTARIO-0005136-18.2011.8.16.0148-MARIA COSCRATO FAJARDO ARCOS x ELOY FAJARDO ARCOS- À inventariante para comparecer em Cartório a fim de subscrever o Termo de Compromisso de Inventariante. RETIRAR O EDITAL para as devidas publicações em jornal de ampla circulação local, considerando que no E-DJ será publicado no dia 10/10/2011 e OS OFÍCIOS, mediante recolhimento do valor de R$75,20, através de GRC, disponível no sítio do TJ".-Advs. do Requerente JOSÉ ROBERTO BEFFA, ROBERTA ELISA DAMIÃO BEFFA e MARCO HENRIQUE DAMIÃO BEFFA-.

140. DESPEJO-0005145-77.2011.8.16.0148-EDISON CARLOS FABRI x ROSA MARIA RODRIGUES e outro- RETIRAR OS OFÍCIOS, mediante comprovante de recolhimento da GRC, no valor de R$20,05, disponível no sitio do TJ".-Advs. do Requerente EDY GUSMÃO TIVANELLO e JULIANA APRYGIO BERTONCELO-.

141. INVENTARIO-0005226-26.2011.8.16.0148-ANA PAULA GARCIA x FRANCISLEY ELIAS BUENO- "Desde já, oficiem-se aos Tabelionatos de Títulos e Protestos, bem assim de Imóveis, dando-lhes ciência da existência da presente ação de inventário. NOMEIO como inventariante, sob compromisso, a pessoa de ANA PAULA GARCIA, devidamente qualificado (a). Expeça-se termo para tanto, intimando-se-o(a) para subscrição. Na seqüência , intime-se a inventariante para que, no prazo de 20 dias, encarte ao processo as primeiras declarações, e documentos indispensáveis à comprovação das alegações nela vertidas. Após, tomem-se por termo as primeiras declarações, na forma do art. 933 do CPC. Tomadas por termo as primeiras declarações, e já participando do processo os herdeiros conhecidos, CITEM-SE as três esferas da Fazenda Pública ( Municipal, Estadual e Federal), pessoalmente, para que, no prazo de 10 dias, desejando, integrem o feito, ofertando casuais impugnações. (CPC, art. 999). Deverão ser entregues aos seus respectivos órgãos de representação Procuradoria do Município, Procuradoria do Estado e Procuradoria da fazenda Nacional), no ato citatório, exemplares/cópias das declarações (CPC, art 999, §§ 2º e 3º). CITEM-SE por edital (CPC, artigos 224 a 230), com prazo de 20 dias, eventuais credores, herdeiros e demais terceiros interessados, para que, desejando, ingressem ou se habilitem neste inventário, cientes de que, pena de preclusão, poderão integrar o feito até antes da realização da partilha, de forma que se assim não realizarem em tempo e modo, somente poderão perseguir eventuais direitos ou créditos em processo autônomo. Inclua-se em todos os chamados (citações) que uma vez concluídas as citações, ficará automaticamente aberto o prazo comum (em cartório), de 10 dias, a fim de que impugnem ou digam sobre as primeiras declarações, cabendo às partes argüirem erros e omissões, reclamarem contra a nomeação do inventariante, ou contestarem a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (CPC, art. 1.000, e incisos). Transposto o prazo acima, dê-se vista dos autos ao ilustre representante do Ministério Público, para que, acaso entenda haver interesse público a motivar sua intervenção, possa adotar as providências descritas no art. 1.000, e incisos, da Lei de Ritos. Havendo impugnação, voltem conclusos. Por outro lado, inexistindo impugnações e esgotado o prazo para tanto, intime-se a Fazenda Pública Municipal, para que, em 20 dias, informe ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações.

Por fim, satisfeitos todos os itens acima, voltem conclusos pra fins dos artigos 1.003 e seguintes do Código de Processo Civil." - A AUTORA PARA COMPARECER EM CARTORIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE INVENTARIANTE, sob pena de remocao do cargo - Adv. do Requerente JOÃO KLEBER BOMBONATTO-.

142. PROTESTO INTERRUP. PRESCRIÇAO-0005302-50.2011.8.16.0148-FERTIPAR - FERTILIZANTES DO PARANÁ LTDA. x ELISEU DE PAULA e outros-"RETIRAR OFICIOS, devendo recolher a GRJ no valor de R$ 56.40, a qual esta disponivel no site do Tribunal de Justica" -Advs. do Requerente RAFAEL COMAR ALENCAR, CLOVIS SUPLICY WIEDMER FILHO, EDGAR KINDERMANN SPECK, FELIPE RAFAEL FERREIRA e MÁRCIO ANDERSON ARAÚJO-.

143. EXECUÇÃO-0005433-25.2011.8.16.0148-SHV GAS BRASIL LTDA. x COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ANDERSON DE AZEVEDO, ANA CAROLINE N. G. OKAZAKI, HENRIQUE AFONSO PIPOLO, HENRIQUE ZANONI, GIACOMO RIZZO e RICARDO CREMONEZI-.

144. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0005460-08.2011.8.16.0148-AGASIR EDUARDO DA SILVA x CONSELHO REGIONAL DE ENG. ARQUIT. E AGRON. - CREA-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento DE 50%das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 418,30 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), mais R$ 20,91 do Cartório do Distribuidor ( CNPJ - 10.701.372/0001-07), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente JOÃO MARCELO RIBEIRO e Adv. do Requerido EDUARDO LUIZ CORREIA-.

145. EXECUÇÃO-0005488-73.2011.8.16.0148-GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. x COROL AGROENERGIA USINA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e outro-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ISABELLE MACEDO SOUZA E SILVA e RAFAEL ANTONIO PALOMARES-.

146. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0005491-28.2011.8.16.0148-COROL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE- "....Neste cenário, INDEFIRO a liminar inibitória nos termos acima. Cite-se e intime-se a parte requerida desta decisão, bem como para, querendo, oferecer respostas no prazo legal, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora..." - RETIRAR OFICIO DE CITAÇÃO - -Advs. do Requerente LUIS ANTONIO MONTANHA e SERGIO REZENDE DE OLIVEIRA-.

147. DESPEJO-0005494-80.2011.8.16.0148-ROSALY KURSCHAT x EUROMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 446,50 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente CARLOS SERGIO CAPELIN-.

148. EMBARGOS A EXECUÇAO FISCAL-0005498-20.2011.8.16.0148-ITAMARATY INDUSTRIA E COMERCIO S/A x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente EMERSON RODRIGUES DA SILVA, RUY MIRANDA RATTON e JEFFERSON KAMINSKI e Advs. do Requerido LIANA SARMENTO DE MELLO QUARESMA e MARISA DA SILVA SIGULO-.

149. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005516-41.2011.8.16.0148-OLEOFIL FILTROS DESIDRATADORES LTDA. e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Adv. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA-.

150. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005518-11.2011.8.16.0148-MARIA HELENA GORLA - OLEOFIL. e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA, ILMO TRISTÃO BARBOSA, MACIEL TRISTÃO BARBOSA, THIAGO TRISTAO BARBOSA e VANDERLEY DOIN PACHECO e Advs. do Requerido JOSE MIGUEL GARCIA MEDINA e RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES-.

151. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005520-78.2011.8.16.0148-ANTONIO ORION DE BARROS - FILTROS ME e outros x ITAÚ UNIBANCO S/A.- "Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento da diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário..."-Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA e THIAGO TRISTAO BARBOSA-.

152. EXCEÇAO DE INCOMPETENCIA-0005522-48.2011.8.16.0148-OURO VERDE TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA. e outro x ITAÚ UNIBANCO S/A.- "Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento diferença das custas iniciais recolhidas a menor no valor de R$ 197,40 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...")-Advs. do Requerente ISAIAS JUNIOR TRISTÃO BARBOSA, ILMO TRISTÃO BARBOSA, MACIEL TRISTÃO BARBOSA, THIAGO TRISTAO BARBOSA e VANDERLEY DOIN PACHECO-.

153. REVISÃO DE CONTRATO-0005528-55.2011.8.16.0148-CELSO FIRMINO x AYMORÉ FINANCIAMENTOS-"Ao procurador do autor que compareça em Cartório para assinar petição inicial, no prazo legal." -Advs. do Requerente MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA e VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA-.

154. REVISÃO DE CONTRATO-0005529-40.2011.8.16.0148-CELSO FERMINO x AYMORÉ FINANCIAMENTOS-"Ao procurador do autor que compareça em Cartório para assinar petição inicial, no prazo legal." -Advs. do Requerente MARCUS AURELIO LIOGI, LUIZ PEREIRA DA SILVA e VINICIUS BONDARENKO PEREIRA DA SILVA-.

155. REVISÃO DE CONTRATO-0005594-35.2011.8.16.0148-MARCIO GERALDO ZAMBONINI x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANC. E INVESTIMENTO-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente RODRIGO PELISSAO DE ALMEIDA e GUSTAVO REIS MARSON-.

156. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005598-72.2011.8.16.0148-CARLOS VENICIO BRUNO PINHEIRO e outro x BANCO ABN AMRO REAL S.A.-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br ) (Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

157. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005599-57.2011.8.16.0148-ALESSANDRA HAUG PINHEIRO x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal". ( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

158. PRESTAÇAO DE CONTAS-0005600-42.2011.8.16.0148-PINHEIRO & HAUG LTDA. x BANCO ITAÚ S/A. ( BANESTADO)-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de

R$ 220,90 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal". ( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES e ANGELICA VIVIANE RIBEIRO-.

159. BUSCA E APREENSÃO-0005648-98.2011.8.16.0148-EGURKO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA MADEIRA LTDA. x JJM MÓVEIS LTDA. e outros-"Ao procurador do autor para que comprove nos autos o pagamento das custas iniciais mais despesas no valor de R$ 827,20 ( CNPJ - 78.024.650/0001-64), devidamente recolhida em guia própria, a disposição no site do Tribunal de Justiça - CIDADE ROLÂNDIA, no prazo legal".( Para consultas e informações, ACESSE O "SITE" www.assejepar.com.br )(Art 19 do CPC " Compete ao autor adiantar as despesas relativa aos atos.. Item 2.7.1.4 do CN da Corregedoria Geral da Justiça, "os atos processuais somente serão praticados após a juntada aos autos do comprovante de recolhimento bancário...") -Advs. do Requerente CRISTIANO CEZAR SANFELICE e CHRISTIANO MARCELO BALDASONI-.

160. EXECUÇÃO FISCAL-0000302-45.2006.8.16.0148-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PR. x SILVANA CLAUDENISE FERNANDES- "URGENTE- A procuradora do autor para remeter nova petição nos autos face a inversão da manifestação destes para os autos nº139/2009 onde este foi feito a Penhora "On Line" no valor de R$1.001,74."-Advs. do Requerente MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, MARISTELA BUSETTI e MARISTELA FREDERICO-.

161. EXECUÇÃO FISCAL-0000515-17.2007.8.16.0148-MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA x EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS A & A S/C. LTDA.- "Comungo do entendimento da parte excipiente no que diz respeito a legitimidade passiva para a execução fiscal. Com efeito, o art. 34 do CTN é expresso em afirmar que o contribuinte do IPTU o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio ou o seu possuidor a qualquer título. Assim, em se tratando de imóvel objeto de compromisso particular de compra e venda, tenho que o contribuinte deva ser o promitente comprador caso este esteja na posse direta do imóvel e já tenha pagado a integralidade do preço. Isso porque o ônus econômico da expropriação do bem para pagamento do tributo propter REM será do compromissário comprador, e não do promitente comprador. Ressalte-se que, em âmbito constitucional, o art. 150, § 3º, ao tratar da imunidade recíproca entre os entes federativos, ressalva a obrigação do promitente comprador particular pelo pagamento do tributo sobre bem público desafetado, objeto de alienação, até então beneficiado pela imunidade tributária. Ante o exposto, ACOLHO a exceção de pré-executividade e decreto a ILEGITIMIDADE passiva do excipiente. Deixo de decretar a extinção do processo, tendo-se em vista que da CDA consta o correto pólo passivo da demanda. Promova-se a citação da requerida constante da CDA deste autos, no endereço declinado na inicial, certificando-se, na sua ausência, em qual endereço esta seria encontrável. Com a noticia de novo endereço, promova-se a citação pessoal via mandado e, se necessário, precatória. Sem prejuízo, e, concomitantemente com as medidas acima, acaso outra for a pessoa do imóvel, ao Oficial de Justiça para promover a sua citação, certificando a que título esta ostenta a posse. Após referidas diligências, vista a Fazenda exeqüente. Por ora, SUSPENSA-se a hasta pública. Sem honorários para excipiente em virtude da sua demora em responder ao chamo judicial, já que fora citada como ré desta demanda em dezembro de 2009."-Advs. do Requerido EDY GUSMÃO TIVANELLO, JULIANA APRYGIO BERTONCELO e ADRIANO ROMEIRO DOS SANTOS-.

162. EXECUÇÃO FISCAL-0002114-20.2009.8.16.0148-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PR. x MARCO APARECIDO MIGUEL- "URGENTE- A procuradora da autora para remeter petição nestes autos com relação a não Penhora "On line", face a inversão das petições (autos 140/2006)-Advs. do Requerente MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO, MARISTELA BUSETTI e MARISTELA FREDERICO-.

163. EXECUÇÃO FISCAL-0000213-46.2011.8.16.0148-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x SIMBAL SOC. IND. MOVEIS BANROM LTDA.- "...Portanto, DEFIRO o pedido do exequente e determino à escrivania, que após atualizado o cálculo, seja realizada pelo funcionário cadastrado a "minuta" da ordem de bloqueio, conforme descrito no Manual do Sistema BACEN-JUD 2.0, submetendo-se em seguida ao magistrado para "protocolamento", salientando que o bloqueio será limitado ao valor exeqüendo, incluindo custas processuais e honorários advocatícios. Efetivada a penhora, fica desde já -autorizada sua transferência para conta judicial à disposição deste Juízo, lavrando-se o respectivo termo de penhora e intimando-se, posteriormente, a devedora para, querendo, opor embargos, em 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora. Não realizada a penhora, sobre o prosseguimento manifeste-se o credor, em 05 (cinco) dias. Ante o exposto, REJEITO a exceção de pré- executividade pelas razões supra. Condeno o exequente em honorários advocatícios que arbitro em R$1.000,00 (um mil reais), em virtude do expediente ajuizado, considerando-se a qualidade do trabalho do Procurador da Fazenda Nacional, nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC".-Advs. do Requerido LAISLA FERNANDA ZENI AUGUSTO, LUIZ GUSTAVO MAGALHAES HOLTZ, ROBERTO BERTHOLDO e WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA-.

Rolândia, 29 de Setembro de 2011.
JOSÉ CARLOS BAPTISTA
func. juramentado.

# SALTO DO LONTRA

## JUÍZO ÚNICO

**COMARCA DE SALTO DO LONTRA - PR**
**JUIZADO ESPECIAL CIVEL**
**JUÍZA DE DIREITO: DIVANGELA PRECOMA MOREIRA KULIGOWSKI**

**RELAÇÃO Nº 0020/2011**

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
CLEUSA A. D. TELLES 0012 000207/2009
0013 0000262-21.2010.8.16.0149
CLODOALDO MAZURANA 0002 000158/2004
CRISTIANE PAGNONCELLI DE 0008 000241/2008
FABIULA SCHMIDT 0008 000241/2008
JORGE JOSE GOTARDI 0011 000158/2009
0004 000475/2006
LOUISE RAINER PEREIRA GIO 0013 0000262-21.2010.8.16.0149
LUIZ CARLOS PASQUALINI 0005 000071/2008
0006 000077/2008
MOACIR ANTONIO PERAO 0009 000048/2009
0010 000052/2009
0001 000150/2004
NOELI DE SOUZA MACHADO 0003 000100/2006
RONALDO JOSE E SILVA 0005 000071/2008
0006 000077/2008
SAVIANO CERICATO 0007 000195/2008

1.-AÇAO DE COBRANÇA (ORD)-150/2004-JOSSELI RIBEIRO COUSS x ANGELO SEVERINO FELLIN -Intime-se o Requerente para que se manifeste sobre a penhora on line negativa. Diligências Necessárias.-Adv. MOACIR ANTONIO PERAO-

2.-AÇAO DE INDENIZAÇAO DANOS MOR-158/2004-CARLOS ANTONIO MIZERSKI x SIDNEI GONÇALVES ALBERTON -Intime-se o Requerente para que se manifeste sobre a penhora on line negativa. Diligências Necessárias.-Adv. CLODOALDO MAZURANA-

3.-EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDIC-100/2006-MOACIR SCATOLIN x S.R. GRESSLER RIGHI - ME -Em cumprimento ao determinado na Portaria 015/2009 item F, que esta secretaria intimou o autor, através de seu procurador da certidão de fls. 30 verso, no prazo de vinte dias, o exequente para indicar bens suscetíveis de penhora, sob pena de arquivamento do processo (art.53, paragrafo 4º da Lei 9.099/95. -Adv. NOELI DE SOUZA MACHADO-

4.-AÇAO DE COBRANÇA (ORD)-475/2006-BR VEICULOS FI x JACI NESI e outros -Intime-se o Requerente para que se manifeste sobre a penhora on line negativa, e requer o que entender de direito, sob pena de extinção. Diligências Necessárias.-Adv. JORGE JOSE GOTARDI-

5.-AÇÃO DE INDENIZAÇÃO-71/2008-DORVALINO ROTTINI x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL -Intime-se o Requerente para que se manifeste sobre a penhora on line negativa, requerer o que entender de direito sob pena de extinção . Diligências Necessárias.-Adv. LUIZ CARLOS PASQUALINI e RONALDO JOSE E SILVA-

6.-AÇÃO DE INDENIZAÇÃO-77/2008-JOAO JONES BENTO x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL -Intime-se o Requerente para que se manifeste sobre a penhora on line negativa, e requerer o que entender de direito sob pena de extinção. Diligências Necessárias.-Adv. LUIZ CARLOS PASQUALINI e RONALDO JOSE E SILVA-

7.-AÇÃO DECLARATORIA DE INEXIBIL-195/2008-MARCIO FABIANO ALVES DA SILVA x DINOM DO BRASIL TABACOS LTDA -Intime-se o Requerente para que se manifeste sobre a penhora on line negativa de fls. 56. E requerer o que entender de direito. sob pena de Extinção Diligências Necessárias.-Adv. SAVIANO CERICATO-

8.-AÇÃO DECLARATORIA DE INEXIBIL-241/2008-NERCI DA SILVA x TIM SUL S.A -CERTIFICO QUE EM CUMPRIMENTO AO DETERMINADO NA PORTARIA 015/2009 ITEM G-4, INTIMEI ATRAVES DO PROCURADOR VIA DIARIO A PARTE EXECUTADA, NO PRAZO DE CINCO DIAS, PARA EFETUAR O PAGAMENTO ESPONTÂNEO, CONFORME VALOR DE FLS. 169, OU PARESENTAR BENS A PENHORA SOB PENA DE MULTA DE 20%, COM EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO. (ART. 475-J DO CPC E ENUNCIADO Nº 97 DO FONAJE).-Adv. CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY e FABIULA SCHMIDT-

9.-AÇAO DE COBRANÇA (ORD)-48/2009-FRANCISCO BONIN x BEIJAMIM ANTONIO PICKLER e outros -Intime-se o Requerente para que se manifeste sobre a penhora on line negativa e requerer o que entender por direito, sob pena de extinção. Diligências Necessárias.-Adv. MOACIR ANTONIO PERAO-

10.-AÇAO DE COBRANÇA (ORD)-52/2009-SONIA APARECIDA TEIXEIRA NAZARIO x MARIZETE CONCEIÇÃO TELES -Intime-se o Requerente para que se

manifeste sobre a penhora on line negativa, e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção. Diligências Necessárias.-Adv. MOACIR ANTONIO PERAO-
11.-EXECUÇAO DE TITULO EXTRAJUDIC-158/2009-MAGAZINE MOVEIS LTDA x CLAUDORI TEIXEIRA -Intime-se o Requerente para que se manifeste sobre a penhora Bacenjud negativa. Diligências Necessárias.-Adv. JORGE JOSE GOTARDI-
12.-AÇAO DE COBRANÇA (ORD)-207/2009-TEREZINHA MORGAN ME x ROBERTO CARLOS DA SILVA -A PROCURADORA DA PARTE AUTORA DA PENHORA BACENJUD E RENAJUD NEGATIVA, REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.-Adv. CLEUSA A. D. TELLES-
13.-AÇAO DE COBRANÇA (ORD)- 0000262-21.2010.8.16.0149-LORENI DA SILVA x LOSANGO -ANTE O EXPOSTO, JULGO IMPROCEDENTES AS PRETENSOES ARTICULADAS PELA RECLAMANTE LORENI DA SILVA NA AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDEBITO CC INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PROPOSTA CONTRA LOSANGO COM FUNDAMENTO NO ART. 269 INC. I, DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL. REVOGO A TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA NAS FLS. 18/19. NOS TERMOS DO ART. 16 DA RESOLUÇÃO 002/2005 CSJE, FICAM AS PARTES ADVERTIDAS DE QUE OS AUTOS SERÃO ELIMINADOS APÓS O DECURSO DE TRÊS ANOS DO TRANSITO EM JULGADO.-Adv. CLEUSA A. D. TELLES e LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS-

Salto do Lontra, 29 de setembro de 2011
Valdecir Martins Mafra
Escrivão Designado

# SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**JUÍZO DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, ESTADO DO PARANÁJUIZA : JOANA TONETI BIAZUS**

**RELAÇÃO N.º 037/201**

**ÍNDICE NOMINAL DOS ADVOGADOS**
- ADEMIR PEDRO PELLIZZARI: 13
- ADRIANO MUNIZ REBELLO: 53
- ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA: 08, 14
- ANDREA REGHIN: 35
- ANTONIO AP. PASCOTTO: 40
- BLAS GOMM FILHO: 03
- BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ: 38, 59
- CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN: 24
- CARLOS ALBERTO BIAGGI: 62
- CELIA CRISTINA TONETO CRUZ: 49
- CELSO AUGUSTO MILANI CARDOSO: 02, 42, 43, 53, 54, 56
- CELSO CRUZ: 49
- CESAR AUGUSTO DE MELO E SILVA: 55
- CESAR AUGUSTO TERRA: 20
- CHARLES S. RIBEIRO: 52
- CRYSTIANE LINHARES; 10, 14
- DALVARO GIROTTO: 48
- DANIEL HACHEM: 47
- DANIELA RODRIGUES RIBEIRO: 52
- DELMO LUIZ CARDOSO DA SILVEIRA: 17
- DENISE VAZQUEZ PIRES: 22
- EBER LUIZ SOCIO: 52
- EDSON LUIZ ZANETTI: 05
- EDISON SOARES DE ARRUDA: 37
- EDVALDO DE ALBUQUERQUE MELO: 34
- EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA: 12
- EUGENIA MARIA SUTER CORREIA DA SILVA: 45, 46
- EVALDO GONÇALVES LEITE: 42
- FABIANE APARECIDA DE CARVALHO: 07
- GUILHERME RESS BARBOZA: 55
- IVAN MOIZES ILKIU: 01
- JANAINA ROVARIS: 11
- JOÃO ANTONIO SANTA ROSA: 49
- JOEL CARLOS CHAGAS COELHO: 50
- JOSE CARLOS DIAS NETO: 44
- JOSE CARLOS PEREIRA DE GODOY: 25
- JOSE DO CARMO BADARO: 48
- JOSE GLAUCO CARULA: 62
- JULIANO DE PAULA AZEVEDO: 36
- JULIANO FRANCO DIAS DIAS DOS REIS: 61
- JULIANO MIQUELETTI SONCIN: 15
- LAERCIO ADEMIR DOS SANTOS: 09
- LEIA FERNANDA DE SOUZA RITTI : 01, 31, 61
- LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA: 18, 19, 26, 27, 28, 29, 30
- LILIAN APARECIDA DE JESUS DEL SANTO: 22
- LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS: 60
- LUCIANE PENDEK FOGAÇA: 06
- LUIS CARLOS DA COSTA: 23
- LUIS OSCAR SIX BOTTON: 11
- LUIZ ANGELO PIPOLO: 62
- LUIZ CARLOS SLONIK: 42
- LUIZ PEREIRA DA SILVA: 02, 43
- MAGDA L. R. EGGER: 21, 39
- MARCELO GRAÇA MILANI CARDOSO: 32
- MARCIA S. BADARO: 48
- MARCIO ROGERIO DEPOLLI: 38, 59
- MARCUS AURELIO LIOGI: 11
- MARILI RIBEIRO TABORDA: 21, 39
- MARLENE PROCOPIO: 59
- MATEUS FAEDA PELLIZZARI: 13
- MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS; 07, 18, 19, 26, 27, 28, 29, 30, 60
- MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI: 24
- MOHAMED ALIN COSTA NADER: 51
- ODAIR BATISTA DE OLIVEIRA: 41
- PATRICIA AP. MARCELI IZIDORO: 09
- PAULO FRANCISCO VEIGA DE FREITAS: 55
- PAULO ROBERTO FERREIRA SILVEIRA: 33
- PEDRO AUGUSTO BUENO: 35
- PEDRO PAVONI NETO: 45, 46
- RAMON GANDARA; 13
- REINALDO E. A. HACHEM: 47
- RENATO ANTUNES VILLANOVA; 16
- RICARDO DOS SANTOS LOBO: 57, 58
- RICARDO DUARTE CAVAZZANI: 04
- RONALDO RIBEIRO PEDRO: 55
- ROSA MARIA STRADIOTTO: 25
- SERGIO APARECIDO VICENTINI: 52
- SIVONEI MAURO HASS: 18, 19, 26, 27, 28, 29, 30

01-MANDADO DE SEGURANÇA = 475/2011 = SNU: 24422-70.2011.8.16.0153 = MARIA ANA VICENTE GUIMARAES POMBO x PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PLATINA....( Isto posto, e por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no art. 269, inciso I, do CPC, julgo **IMPROCEDENTE** o presente *MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR,* impetrado por MARIA ANA VICENTE GUIMARÃES POMBO em face de ato do PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÓNIO DA PLATINA/PR - VEREADOR ANTÓNIO CÉSAR DE CAMARGO e da VEREADORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE - TEREZINHA REINUTTI, por não ter vislumbrado qualquer nulidade ou ilegalidade cometida pela Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para investigação da contratação e execução de Prestação de Serviços Mercadológicos, Institucionais e de Utilidade Pública - Contrato 058/2010, referente ao Processo Licitatório Tomada de Preço 009/2010 da Prefeitura Municipal de Santo António da Platina/PR ou no Decreto Legislativo Municipal n° 008/2011, inexistindo lesão ao direito líquido e certo da Impetrante, e em conseqüência, confirmo a decisão liminar de fls.1117/1122. No presente feito descabe a condenação em honorários advocatícios face a Súmula 105 do STJ. Despesas e custas processuais pela Impetrante. Ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado e não havendo manifestação das partes em 10 (dez) dias, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais e as disposições do CN da E. CGJ/PR.) = ADV: LEIA FERNANDA DE SOUZA RITTI RICCI, IVAN MOIZES ILKIU
*

02-EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL = 1089/2007 = BANCO DO BRASIL S/A x JUAREZ DANIEL DIAS DOS REIS....( Isto posto, com fundamento no art. 845 e ss do Código Civil e art. 269, inciso III, do CPC, **HOMOLOGO,** por sentença, para que produza seus legais e devidos efeitos, a transação de fls. 129/132, celebrada nestes autos entre os litigantes BANCO DO BRASIL S/A e JUAREZ DANIEL DIAS DOS REIS. Diante do pedido de fls. 132, suspendo o curso da execução até 16/03/2016. Decorrida a suspensão, manifestem-se as partes quanto ao interesse na continuidade do feito.) = ADV: LUIZ PEREIRA DA SILVA, CELSO AUGUSTO MILANI CARDOSO
*

03-COBRANÇA = 779/2009 = BANCO SANTANDER BRASIL S/A x MARIA PASTORA CRISPIM BARROS....( 1- A citação da requerida de Fls. 85 não pode ser considerada válida, pois não foi recebida pela mesma, mas por terceira pessoa. Visando evitar a nulidade do feito, expeça-se carta precatória à Comarca de Ourinhos-SP, deprecando a citação da requerida, com as cautelas e advertências do despacho inicial. 2- Intime-se o requerente a retirar a deprecada, providenciar o seu encaminhamento ao Juízo Deprecado, juntado aos autos o comprovante/protocolo da distribuição. 3- Após, aguarde-se por 03 (três) meses o cumprimento do ato deprecado.((**RETIRAR CARTA PRECATORIA**)) = ADV: BLAS GOMM FILHO
*

04-DESPEJO = 595/2011 = SNU: 2835-83.2011.8.16.0153 = NADIR RUZATEZZ CORSINI x VALTER KOZARENKO....( Isto posto, com esteio no art. 269, I, do CPC, c/c art.62, I da Lei n° 8.245/91, **JULGO PROCEDENTE,** os pedidos insertos na presente AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA DE ALUGUÉIS E ENCARGOS LOCATÍCIOS, proposta por NADIR RUZATEZZ CORSINI em face de VALTER KOZARENKO, para o fim de: a) DECLARAR rescindo o contrato de locação firmado entre as partes em data 28/10/2010 (fls. 14/18), por falta de pagamento. b) CONDENAR o requerido no pagamento do valor restando do aluguel referente ao mês de junho/2011, ou seja, R$ 100,00 (cem reais), bem como os demais aluguéis vencidos até a data da desocupação do imóvel, no importe R$ 300,00 (trezentos

reais) mensais, devidamente corrigidos pelo INPC, mais juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406 do CC, c/c ao art. 161, §1°, do CTN, ambos contados a partir do vencimento dos alugueres, posto "ex ré" a mora (CC. art. 397) e perfazer a obrigação em dívida de valor (Lei n°6899/81, art. 1°, § 1°). c) CONDENAR ainda o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o montante devido, nos termos do art. 20, § 3°, do Código de Processo Civil, tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo procurador da parte autora. Deixo de determinar o despejo dos requeridos, tendo em vista o contido às fls. 21/22, porém determino a imediata reintegração da autora na posse do bem. Após o trânsito em julgado, e decorrido 10 (dez) dias sem manifestação das partes, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais e as determinações do Código de Normas da E. C.G.J./PR.) = ADV: RICARDO DUARTE CAVAZZANI

*

05-DESPEJO = 1104/2008 = MARLI DE SOUZA x LEANDRO ALEXANDRE DA SILVA E OUTROS....# Aguardando o preparo das diligencias do Sr. oficial de justiça.# = ADV: EDSON LUIZ ZANETTI

*

06-SALARIO MATERNIDADE = 699/2008 = MARILDA BRONQUETE DOS SANTOS x INSS....# Apresentar CPF da autora # = ADV: LUCIANE PENDEK FOGAÇA

*

07-DECLARATORIA = 317/2011 = SNU: 1288.08.2011.8.16.0153 = MARIA EMILIA DA SILVA ALVES E OUTRO x MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS....( Isto posto, com fundamento no art. 845 e ss do Código Civil, **HOMOLOGO,** por sentença, para que produza seus legais e devidos efeitos, a transação de fls. 68/69, celebrada nestes autos entre os litigantes MARIA EMÍLIA DA SILVA ALVES, RICARDO DA SILVA ALVES e MAURÍCIO BARBOSA DOS SANTOS. E, em conseqüência, como a transação tem efeito de sentença entre as partes, com fundamento no artigo 269, inc. III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução de mérito. Custas e despesas processuais pelas partes, ficando isente o autor do pagamento em razão de ser beneficiário da assistência judiciária gratuita, porém 50% do valor deverá ser pago pelo réu. Transitado em julgado, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.) = ADV: MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS, FABIANE APARECIDA DE CARVALHO

*

08-REINTEGRAÇÃO DE POSSE = 356/2011 = SNU: 1830-26.2011.8.16.0153 = BANCO ITAULEASING S/A x REGINALDO BORBA....# Sobre certidão do Sr. oficial de justiça de fls. 25-verso, manifeste-se o autor.# = ADV: ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA

*

09-EMBARGOS A EXECUÇÃO = 331/2010 = SNU: 1208-78.2010.8.16.0153 = FARMACIA SÃO MIGUEL ARCANJO LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA....( Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** os Embargos de Declaração opostos por FARMÁCIA SÃO MIGUEL ARCANJO LTDA. da r. decisão de fl. 49, por não ter constatado omissão, obscuridade ou contradição, devendo a sentença persistir com o mesmo conteúdo tal qual como está lançada.) = ADV: LAERCIO ADEMIR DOS SANTOS, PATRICIA AP. MARCELI IZIDORO

*

10-BUSCA E APREENSÃO = 185/2009 = BANCO ITAUCARD S/A x ELAINE MARTINS FONTES....(Portanto, INDEFIRO o pedido de conversão da presente ação de busca e apreensão em ação de execução de titulo extrajudicial. 2- Intime-se o autor, para que no prazo de 10 (dez) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de extinção do feito.) = ADV: CRYSTIANE LINHARES

*

11-EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS = 670/2010 = SNU: 2985-98.2010.8.16.0153 = JOAO BATISTA RIBEIRO x BANCO BANESTADO S/A....( Isto posto, com fundamento no art. 845 e ss do Código Civil, **HOMOLOGO,** por sentença, para que produza seus legais e devidos efeitos, a transação de fls. 86/87, celebrada nestes autos entre os litigantes JOÃO BATiSTA RIBEIRO e ITAÚ UNIBANCO S/A. E, em conseqüência, como a transação tem efeito de sentença entre as partes, com fundamento no artigo 269, ínc. III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução de mérito. Custas e despesas processuais pelo requerido, conforme acordado às fls. 86. Transitado em julgado, e pagas as custas processuais, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.) = ADV: LUIS OSCAR SIX BOTTON, MARCUS AURELIO LIOGI, JANAINA ROVARIS

*

12-EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL = 82/2011 = SNU: 334-59.2011.8.16.0153 = BANCO DO BRASIL S.A. x ELIZABETH MINARDI GRANEMANN FERREIRA....# Sobre certidão do Sr. oficial de justiça de fls. 29-verso, manifeste-se o autor.# = ADV: EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA

*

13-ADJUDICAÇÃO COMPULSORIA = 370/2009 = MARIA LUISA MUNIZ GONÇALVES E OUTROS x MARIA NAZARE CORDEIRO DE BRITO E OUTROS.... ( Pelo exposto, com fulcro no art. 269, inciso *I, do* Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido dos autores MARIA LUISA MUNIZ GONÇALVES E OUTROS em face de MARIA NAZARÉ CORDEIRO DE BRITO e OUTRO, por entender não ser possível a declaração de adjudicação compulsória do bem em razão da ausência dos requisitos legais. Conseqüentemente, em face da sucumbência dos requerentes, condeno-os ao pagamento das despesas processuais - despesas, custas e honorários advocatícios do curador especial - os quais fixo à razão de R $ 1.000,00 (um mil reais), considerando a natureza do trabalho desenvolvido e o grau de zelo profissional do curador especial nomeado ao réu, bem como o local da prestação do serviço e a ausência de instrução probatória, o que faço com espeque no art. 20, §4°, do Código de Processo Civil, cujo valor deverá ser corrigido monetariamente pelo índice INPC, a partir da publicação desta decisão. Transitada em julgado e observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos e dê-se baixa no Cartório Distribuidor.) = ADV: ADEMIR PEDRO PELLIZZARI, MATEUS FAEDA PELLIZZARI, RAMON GANDARA

*

14-BUSCA E APREENSÃO = 318/2011 = SNU: 1289-90.2011.8.16.153 = HSBC BANK BRASIL S/A x MILTON CARLOS BUENO....( Isto posto, com fundamento no art. 845 e ss do Código Civil, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus legais e devidos efeitos, a transação de fls. 28/29, celebrada nestes autos entre os litigantes HSBC BAN BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO e MILTON CARLOS BUENO. E, em conseqüência, como a transação tem efeito de sentença entre as partes, com fundamento no artigo 269, inc. III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução de mérito. Custas e despesas processuais conforme acordado. Transitado em julgado, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.) = ADV: CRYSTIANE LINHARES, ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA

*

15-BUSCA E APREENSÃO = 430/2010 = SNU: 2038-44.2010.8.16.0153 = BANCO BV FINANCEIRA S/A x ANTONIO PEREIRA LIMA FILHO....# Sobre certidão do Sr. oficial de justiça de fls. 45-verso, manifeste-se o autor.# = ADV: JULIANO MIQUELETTI SONCIN

*

16-EXECUÇÃO FISCAL = 47/2011 = SNU: 841-20.2011.8.16.0153 = CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA x COOP. PRODUTORA DE PROD. DE ORIGEM DE ANIMAL PEROLA....# Aguardando o preparo das diligencias do Sr. oficial de justiça no importe de R$ 111,00 (cento e onze reais).# = ADV: RENATO ANTUNES VILLANOVA

*

17-EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL = 641/2008 = PAULO BATISTA DE ALMEIDA x ALENCAR LAZARO DA SILVA....(1- Para o acolhimento do pedido de fls. 24 é necessário a indicação correta do CPF da parte, porem em consulta ao Sistema INFOJUD da receita Federal, o CPF não esta correto.) = ADV: DELMO LUIZ CARDOSO DA SILVEIRA

*

18-CAUTELAR EIXB. DOCUMENTOS = 636/2010 = SNU: 2903-67.2010.8.16.0153 = ABEL DE SOUZA MELO x COPEL....( 1- Com a decisão sobre os embargos de declaração opostos pelo requerido, a seguir, em 03 (três) laudas. 2- Recebo o recurso de apelação interposto pelo requerente às fls. 87/90, em ambos os efeitos, nos termos do art. 520, "caput", do CPC. 3- Intime-se o requerido para, querendo, contra-arrazoar o recurso no prazo legal. 4- Em seguida, cumprido o disposto no CN 5.12.5, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para apreciação do recurso, com as nossas homenagens e cautelas de estilo. ) # **DECISÃO DE FLS. 92/94** # Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** os embargos de declaração opostos pela COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A/ da r. decisão de fls. 68/76, posto não haver qualquer contradição na mesma/ devendo persistir como está lançada.) = ADV: MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS, SIVONEI MAURO HASS, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA

*

19-CAUTELAR EXIB. DOCUMENTOS = 843/2010 = SNU: 3724-71.2010.8.16.0153 = LUIZ CARLOS APARECIDO x COPEL DISTRIBUIDORA S.A....( 1- Com a decisão sobre os embargos de declaração opostos pelo requerido, a seguir, em 03 (três) laudas. 2- Recebo o recurso de apelação interposto pelo requerente às fls. 82/85, em ambos os efeitos, nos termos do art. 520, "caput", do CPC. 3- Intime-se o requerido para, querendo, contra-arrazoar o' recurso no prazo legal. 4- Em seguida, cumprido o disposto no CN 5.12.5, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para apreciação do recurso, com as nossas homenagens e cautelas de estilo.**DECISÃO DE FLS. 97/99** # Isto posto JULGO IMPROCEDENTE os embargos de declaração oposto pela COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, da r. decisão de fls. 71/78, posto não haver qualquer contradição na mesma, devendo persistir como está lançada.) = ADV: SIVONEI MAURO HASS, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA, MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS

*

20-REINTEGRAÇÃO DE POSSE = 589/2011 = SNU: 2806-33.2011.8.16.0153 = SANTANDER LEASING S.A. x SERGIO CORDEIRO PRESTES....# Sobre certidão do Sr. oficial de justiça de fls. 27-verso, manifeste-se o autor.# = ADV: CESAR AUGUSTO TERRA

*

21-BUSCA E APREENSÃO = 190/2011 = SNU: 747-72.2011.8.16.0153 = BANCO VOLKSWAGEM S/A x JOAO CARNEIRO GIRALDES SOBRINHO....# Sobre certidão do Sr. oficial de justiça de fls. 29-verso, manifeste-se o autor.# = ADV: MARILI RIBEIRO TABORDA, MAGDA L. R. EGGER

*

22-BUSCA E APREENSÃO = 645/2007 = OMNI S/A x EDSON DA SILVA MELO....# Sobre certidão do Sr. oficial de justiça de fls.39-verso, manifeste-se o autor.# = ADV: DENISE VAZQUEZ PIRES, LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO

*

23-EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL = 480/2005 = SICREDI x SHEILA JOSE RIBEIRO....( 1- Acolho o pedido de fls. 123. 2- Dando seguimento ao feito, ao Sr. Contador/Avaliador Judicial para que proceda a avaliação do bem penhorado e a atualização do valor do débito. 3- Com a juntada da conta e do laudo de avaliação, dê ciência às partes para que manifestem em 05 (cinco) dias. 4- Após, retornem os autos conclusos para designação da hasta pública do bem penhorado.((**Aguardando o preparo das custas do Sr. avaliador judicial no importe de R$ 66,67 (sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos**)) = ADV: LUIS CARLOS DA COSTA

*

24-BUSCA E APREENSÃO = 143/2011 = SNU: 578-85.2011.8.16.0153 = CREDIFIBRA S/A x MARCEL ELEONES BALDUINO....( Isto posto, com fundamento no art. 66 da Lei n° 4.728/65 e no Decreto-lei n° 911/69, **JULGO PROCEDENTE** a ação, declarando rescindido o contrato firmado entre o CREDIFIBRA S/A e MARCEL ELEONES BALDUINO, consolidando nas mãos do requerente BANCO FIAT S/A o domínio e a posse plenos e exclusivos do seguinte bem: ***AUTOMÓVEL, CHEVROLET CORSA PICK t/P GL, ano/modelo 1998/1999, cor azul, placa JZW-1308, CHASSI 9BGSE80NZWC631101,*** cuja apreensão liminar torno definitiva. Faculto a venda do bem apreendido, pelo credor (proprietário-fiduciário), na forma do estabelecido no art. 3°, § 5°, do Decreto-lei n0911/69. Incumbe ao requerente cumprir o disposto no artigo 2° do Decreto-lei n° 911/69, valendo a presente sentença como título hábil perante qualquer repartição pública, para efeito de domínio e de posse do bem, visando a transferência do mesmo a terceiros indicados pela parte requerente, devendo os títulos exibidos permanecerem nos autos. Caberá às repartições competentes expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária, conforme determina o art. 3°, §1°, do Decreto-Lei n° 911/69, com a redação dada pela Lei no 10.931/2004. Diante do princípio da sucumbência, condeno a parte requerida no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa, corrigido da data do ajuizamento, conforme prevê o art. 20, §3°, do CPC, tendo em vista o zelo profissional do procurador do requerente, bem como o fato de ter ocorrido a revelia do réu.) = ADV: MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI, CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN

*

25-CARTA PRECATORIA = 104/2011 = SNU: 3415-16.2011.8.16.0153 = SICREDI x FRANCISCO FAUSTINO DE PROENÇA JUNIOR....# Aguardando o preparo das diligencias do Sr. oficial de justiça no importe de R$ 74,00 (setenta e quatro reais).# = ADV: ROSA MARIA STRADIOTTO, JOSE CARLOS PEREIRA DE GODOY

*

26-CAUTELAR EXIB. DOCUMENTOS = 761/2010 = SNU: 3414-65.2010.8.16.0153 = EDNA ELISA DA SILVA VELASCO x COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A....( 1- Com a decisão sobre os embargos de declaração opostos pelo requerido, a seguir, em 03 (três) laudas. 2- Recebo o recurso de apelação interposto pelo requerente às fls. 79/82, em ambos os efeitos, nos termos do art. 520, "caput", do CPC. 3- Intime-se o requerido para, querendo, contra-arrazoar o recurso no prazo legal. 4- Em seguida, cumprido o disposto no CN 5.12.5, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para apreciação do recurso, com as nossas homenagens e cautelas de estilo.) DECISAO DE FLS. 84/86 # **Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os embargos de declaração opostos pela COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, da r. decisão de fls. 58/67, posto não haver qualquer contradição na mesma, devendo persistir como está lançada**.# = ADV: MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS, SIVONEI MAURO HASS, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA

*

27-CAUTELAR EXIB. DOCUMENTOS = 644/2010 = SNU: 2911-44.2010.8.16.0153 = LUIZ CARLOS PEREIRA x COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A....( 1- Com a decisão sobre os embargos de declaração opostos pelo requerido, a seguir, em 03 (três) laudas. 2- Recebo o recurso de apelação interposto pelo requerente às fls. 87/90, em ambos os efeitos, nos termos do art. 520, "caput", do CPC. 3- Intime-se o requerido para, querendo, contra-arrazoar o'recurso no prazo legal. 4- Em seguida, cumprido o disposto no CN 5.12.5, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para apreciação do recurso, com as nossas homenagens e cautelas de estilo.) # **Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os embargos de declaração opostos pela COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, da r. decisão de fls. 68/76, posto não haver qualquer contradição na mesma, devendo persistir como esta lançada.**# = ADV: MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS, SIVONEI MAURO HASS, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA

*

28-CAUTELAR EXIB. DOCUMENTOS = 633/2010 = SNU: 2899-30.2010.8.16.0153 = LUIZ CARLOS APARECIDO x COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A....( 1- Com a decisão sobre os embargos de declaração opostos pelo requerido, a seguir, em 03 (três) laudas. 2- Recebo o recurso de apelação interposto pelo requerente às fls. 93/96, em ambos os efeitos, nos termos do art. 520, "caput", do CPC. 3- Intime-se o requerido para, querendo, contra-arrazoar o recurso no prazo legal. 4- Em seguida, cumprido o disposto no CN 5.12.5, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para apreciação do recurso, com as nossas homenagens e cautelas de estilo.) # **DECISAO DE FLS. 98/100** # Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os embargos de declaração opostos pela decisão de fls. 74/82, posto não haver qualquer contradição da mesma, devendo persistir como esta lançada.# = ADV: MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS, SIVONEI MAURO HASS, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA

*

29-CAUTELAR EXIB. DOCUMENTOS = 845/2010 = SNU: 3726-41.2010.8.16.0153 = ELI ARANTES PEREIRA NEGRETI x COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A....( 1- Com a decisão sobre os embargos de declaração opostos pelo requerido, a seguir, em 03 (três) laudas. 2- Recebo o recurso de apelação interposto pelo requerente às fls. 88/91, em ambos os efeitos, nos termos do art. 520, "caput", do CPC. 3- Intime-se o requerido para, querendo, contra-arrazoar o recurso no prazo legal. 4- Em seguida, cumprido o disposto no CN 5.12.5, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para apreciação do recurso, com as nossas homenagens e cautelas de estilo. # DECISAO DE FLS. 93/95 # Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os embargos de declaração opostos pela COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, da r. decisão de fls. 65/74, posto não haver qualquer contradição na mesma, devendo persistir como está lançada.) = ADV: MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS, SIVONEI MAURO HASS, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA

*

30-CAUTELAR EXIB. DOCUMENTOS = 855/2010 = SNU: 3745-47.2010.8.16.0153 = VALMIR DE SOUZA SILVA x COPEL DISTRIBUIDORA S.A....( 1- Com a decisão sobre os embargos de declaração opostos pelo requerido, a seguir, em 03 (três) laudas. 2- Recebo o recurso de apelação interposto pelo requerente às fls. 90/93, em ambos os efeitos, nos termos do art. 520, "caput", do CPC. 3- Intime-se o requerido para, querendo, contra-arrazoar ó recurso no prazo legal. 4- Em seguida, cumprido o disposto no CN 5.12.5, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para apreciação do recurso, com as nossas homenagens e cautelas de estilo.)# **DECISAO DE FLS. 95/97** # Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os embargos de declaração opostos pela COPEL DISTRIBUIDORA S/A, da r. decisão de fls. 68/78, posto não haver qualquer contradição na mesma, devendo persistir como está lançada.# = ADV: MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS, SIVONEI MAURO HASS, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA

*

31-APOSENTADORIA = 256/2009 = CLEONICE GONÇALVES PINHERO DE ARAUJO x INSS....( Ante o exposto, com fundamento no art. 269, inciso I, do CPC, e do mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido formulado na inicial pela autora CLEONICE GONÇALVES PINHEIRO DE ARAÚJO, retro qualificada, ajuizado em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -INSS, por não ter a autora preenchido o requisito da carência, exigido para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, bem como, por não ter demonstrado a ocorrência de acidente de trabalho ou de qualquer natureza a ensejar a implantação de auxílio-doença acidentário ou auxílio-acidente, e revogo a tutela antecipada concedida às fls. 103/108. Em razão do princípio da sucumbência, condeno a autora no pagamento das custas e despesas processuais, bem como, a restituir à Justiça Federal o valor pago a título de honorários periciais, e nos honorários advocatícios em favor do Procurador do INSS, os quais, tendo em vista a complexidade do processo e o empenho demonstrado pelo causídico, arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, restando suspensa a execução em razão de ser a autora beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita. Transitado em julgado e não havendo manifestação das partes em 10 (dez) dias, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais e as disposições do CN da E. CGJ/PR.) = ADV: LEIA FERNANDA DE SOUZA RITTI

*

32-REVISIONAL DE BENEFICIO = 479/2010 = SNU: 2375-33.2010.8.16.0153 = ADELIA FERREIRA SILVEIRIO x INSS....( £X POSITIS, com fundamento nos arts. 269, inciso I, do CPC e por tudo que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido apresentado por ADÉLIA FERREIRA SILVÉRIO em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, por entender que a autora não preenche os requisitos legais para a concessão da revisão de benefício pretendida. Em razão do princípio da sucumbência, condeno a autora no pagamento das custas e despesas processuais, nos honorários advocatícios do Procurador do INSS, os quais, tendo em vista a complexidade do processo e o empenho demonstrado pelo causídico, arbitro em R$ 545/00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), nos termos do art. 20, §§ 3° e 4°, do CPC, restando suspensa a execução em razão de ser o autor beneficiário da assistência judiciária gratuita.Transitado em julgado e não havendo manifestação das partes, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.) = ADV: MARCELO GRAÇA MILANI CARDOSO

*

33-EMBARGOS A EXECUÇÃO = 691/2011 = SNU: 3183-04.2011.8.16.0153 = FORTPLAST PLASTICOS E RECICLADOS LTDA E OUTROS x BANCO DO BRADESCO S.A....( 1- Em termos de emenda a petição inicial. 2- Intime-se o embargante a proceder a emenda da petição inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 284 e parágrafo único, do CPC, juntando aos autos as peças relevantes do processo de execução, conforme determina o art. 730, parágrafo único do CPC, 3- Com ajuntada dos documentos, voltem os autos conclusos.) = ADV: PAULO ROBERTO FERREIRA SILVEIRA

*

34-EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS = 577/2011 = SNU: 2738-83.2011.8.16.0153 = JAIR BERTINATTI x RADIO FM VALE DO SOL LTDA....(Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido cautelar apresentado por JAIR BERTINATTI em face da RADIO FM VALE DO SOL LTDA, e deixo de determinar a apresentação dos documentos, em razão de já terem sidos apresentados nos autos. Custas e despesas processuais já quitadas. Preclusa a decisão, aguarde-se por 10 (dez) dias para a manifestação dos interessados; nada sendo requerido, arquivem-se os autos, na seqüência, observando as disposições do CN da E. CGJ/PR.) = ADV: EDVALDO DE ALBUQUERQUE MELO

*

35-ASSISTENCIAL = 247/2011 = SNU: 980-69.2011.8.16.0153 = ADEMIRSON PIMENTEL x INSS....# Sobre contestação de fls. 18/25, manifeste-se o autor no prazo legal.# = ADV: ANDREA REGHIN, PEDRO AUGUSTO BUENO

*

36-EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL = 442/2008 = BORDIGNON MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO x COM ARTEFATOS DE CONCRETOS....# Sobre oficio de fls. 62/63, manifeste-se o autor = ADV: JULIANO DE PAULA AZEVEDO

*

37-INVENTARIO = 327/1993 = FLAVIA ARIANY LEITE ALMEIDA x ANEGILDO DOMINGUES DE ALMEIDA....(**RETIRAR ALVARA)**, manifeste-se o inventariante quanto a partilha dos bens.) = ADV: EDISON SOARES DE ARRUDA

*

38-CARTA PRECATORIA = 115/2011 = SNU: 3575-41.2011.8.16.0153 = UNIBANCO x LEOMAN ALIMENTOS LTDA E OUTRO....# Aguardando o preparo

das diligencias do Sr. oficial de justiça no importe de R$ 86,00 (oitenta e seis reais), e custas processuais no importe de R$ 442,70 (quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta centavos).# = ADV: BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI

*

39-CARTA PRECATORIA = 117/2011 = SNU: 3609-16.2011.8.16.0153 = BANCO VOLKWAGEN S/A x AUDIANE CRISTIANA DA SILVA....# Aguardando o preparo das custas processuais no importe de R$ 442,70 (quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta centavos).# = ADV: MARILI R. TABORDA, MAGDA L. R. EGGER

*

40-MONITORIA = 790/2007 = AUTOMAR x ADILSON ZANETTI....# Aguardando o preparo das diligencias do Sr. oficial de justiça no importe de R$ 43,00 (quarenta e três reais).# = ADV: ANTONIO AP. PASCOTTO

*

41-COBRANÇA = 1049/2008 = ANIZIO PEREIRA E OUTROS x LIBERTY SEGUROS S/A....# Aguardando o preparo das custas processuais no importe de R $ 1.023,99 (um mil vinte e três reais e noventa e nove centavos).# = ADV: ODAIR BATISTA DE OLIVEIRA

*

42-REVISAO DE CONTRATO = 612/2006 = PNEUCAM COMERCIO DE PNEUS E CAMARAS LTDA x BANCO ITAU S/A....( Pelo exposto, com fulcro no art. 269, inciso I/ do Código) de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** os pedidos da autora PNEUCAM COMÉRCIO DE PNEUS E CÂMARAS LTDA em face do BANCO ITAÚ S/A, para determina que nos contratos de conta corrente n" 31.180-6, agência $n^3$ 058 - Banestado e de conta corrente n° 02.075-0, agência $n^8$ 0810 - Itaú, devera incidir como juros remuneratórios a taxa média de mercado, excluindo-se a capitalização dos juros, e com relação ao último contrato citado, deverão ser excluídas as cobranças das tarifas indicadas nos extratos como "TARIFA LANC" c "TAR. AD. DEPÔS." Determino que a apuração dos valores seja efetuada através de liquidação de sentença, com a compensação do saldo devedor com o valores cobrados a maior de forma simples, em razão do pedido de repetição de indébito. Diante da sucumbência recíproca das partes, condene ambas as partes no pagamento das custas e despesas processuais *pró rata,* devendo cada parte arcar com o pagamento dos honorários advocatícios de seu procurador.) = ADV: EVALDO GONÇALVES LEITE, LUIZ CARLOS SLONIK, CELSO AUGUSTO MILANI CARDOSO

*

43-EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL = 103/2006 = BANCO DO BRASIL S/A x JUAREZ DANIEL DIAS DOS REIS....( Isto posto, com fundamento no art. 845 e ss do Código Civil e art. 269, inciso III, do CPC, **HOMOLOGO,** por sentença, para que produza seus legais e devidos efeitos, a transação de fls. 63/67, celebrada nestes autos entre os litigantes BANCO DO BRASIL S/A e JUAREZ DANIEL DIAS DOS REIS. Diante do pedido de fls. 66, suspendo o curso da execução até 16/03/2016. Decorrida a suspensão, manifestem-se as partes quanto ao interesse na continuidade do feito.) = ADV: LUIZ PEREIRA DA SILVA, CELSO AUGUSTO MILANI CARDOSO

*

44-DECLARATORIA = 171/1996 = ISAC DIAS DOS REIS NETO x BANCO DO BRASIL S/A....(1- Acolho o pedido de fls. 421. 2- Expeça-se mandado ao Sr. oficial de justiça para que descreva os bens que guarnecem a residência do executado, nos termos do art. 659, §3º, do CPC, as expensas do exeqüente. 3- Com a juntada do mandado, de ciência ao exeqüente para que requeira o que entender de direito em 05 (cinco) dias.) # **Sobre certidão do Sr. oficial de justiça de fls. 423-verso, manifeste-se o autor**.# = ADV: JOSE CARLOS DIAS NETO

*

45-INVENTARIO = 900/2007 = CLERIA APARECIDA FERREIRA MELO x LUIS ALBERTO MEDEIROS DE MELO....( Isto posto, com fulcro no art. 535/ inciso I/ do Código de Processo Civil, julgo **PROCEDENTE** os Embargos de Declaração opostos por WALDEMIR MEDEIROS DE MELLO E JANDIRA MARIA ALVES DE MELO/ e, reconhecendo a ocorrência de inexatidão material/contradição na decisão de fls. 134/143, procedo a correção do último parágrafo do item b. l - "Dos bens "gravados com cláusula de incomunicabilidade"/ fazendo constar o seguinte: "Desta maneira, em razão da cláusula de incomunicabilidade, deverão os imóveis referidos nos itens "a" e "b", item IV, das primeiras declarações ser partilhados apenas e tão somente aos ascendentes do "de cujus", WALDEMIR MEDEIROS DE MELLO e JANDIRA MARIA ALVES DE MELO, nos termos do art. 1.829 do Código Civil/2002. No mais, deverá a decisão ser mantida tal como lançada/ sendo a presente parte integrante do decísum embargado.) = ADV: PEDRO PAVONI NETO, EUGENIA MARIA SUTER CORREIA DA SILVA

*

46-ALVARÁ = 1085/2008 = CLERIA APARECIDA FERREIRA MELO x LUIS ALBERTO MEDEIROS DE MELLO....( 1- Pelo documento de fls. 17, verifica-se que os demais herdeiros anuíram ao pedido de venda de bens do espólio para o custeio das despesas do inventário. Intime-se os herdeiros de fls. 17, a juntaram aos autos o instrumento de procuração outorgado a seu advogado, para regularização da representação processual. 2- Após, dando seguimento ao feito, encaminhem-se os autos ao Sr. Contador Judicial para que proceda a avaliação do bem a ser alienado. 3- Com a juntada do laudo, manifestem-se os herdeiros, através de seus advogados, quanto ao valor da avaliação do bem. 4- Havendo anuência, voltem os autos conclusos para sentença.) = ADV: PEDRO PAVONI NETO, EUGENIA MARIA SUTER CORREIA DA SILVA

*

47-COBRANÇA = 53/2003 = BANCO BANESTADO S/A x HEITOR ANTONIO FANTINATTI E OUTRO....(1- Defiro suspensão requerida ás fls. 248, pelo prazo de 15 (quinze) dias. 2- Decorrida a suspensão, intime-se o exeqüente/requerido para que manifeste interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.) = ADV: REINALDO E. A. HACHEM, DANIEL HACHEM

*

48-EMBARGOS A EXECUÇÃO = 940/2010 = SNU: 4025-18.2010.8.16.0153 = ANTONIO JEREMIAS BADARO x MAFER RURAL....( Isto posto, com fundamento no art. 269, inciso I, do CPC, **JULGO IMPROCEDENTE** as alegações apresentadas por **ANTÓNIO JEREMIAS BADARÓ** em desfavor de **MAFER RURAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.,** já qualificados, para o fim de determinar a continuidade da execução, até ulteriores termos, por ser o título que embasa a execução, líquido, certo e exigível. Em razão do princípio da sucumbência, causalidade e proporcionalidade, condeno o embargante no pagamento das custas e dos honorários do advogado da parte adversa, os quais fixo para o presente feito e para a execução, em 15% sobre o valor do débito, atendido o disposto do artigo *20,* §§ 3° e 4°, do Código de Processo Civil, notadamente o trabalho realizado pelo procurador, tendo em vista a revelia do embargado, a parca complexidade da matéria, a ausência de instrução probatória e a prestação do serviço em local distante do que reside o procurador do embargado, cujo valor deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC, a partir da publicação desta decisão. Certifique-se a decisão proferida nestes autos no processo de execução de título extrajudicial n ° 240/2001. Transitado em julgado, e decorrendo o prazo de 10 (dez) dias sem manifestação das partes, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais e as determinações do Código de Normas da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná.) = ADV: JOSE DO CARMO BADARO, MARCIA S. BADARO, DALVARO GIROTTO

*

49-RESSARCIMENTO DE DANOS = 537/2008 = CELIO DONISETTI MONTEIRO x JOSE MAURICIO DA COSTA....( Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inciso I, do CPC, **JULGO IMPROCEDENTE** os pedidos contidos na lide principal ajuizada por CÉLIO DONISETTI MONTEIRO em face de JOSÉ MAURÍCIO DA COSTA, para ressarcimento de danos, e, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** o pedido reconvencional envolvendo as mesmas partes^ para condenar o autor-reconvindo CÉLIO DONISETTI MONTEIRO na obrigação de fazer consistente na transferência do veículo VW-GOL, descrito às fis. 58, ao réu-reconvinte JOSÉ MAURÍCIO DA COSTA, no prazo de 10 (dez) dias do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária no valor de R$ 50/00 (cinqüenta reais), revertido em favor do réu, e ainda a pagar ao réu o valor das infrações de trânsito de fis. 62, no importe de R$255,38 (duzentos e cinqüenta e cinco reais e trinta e oito centavos), corrigida monetariamente a partir de 24/11/2005, e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação neste feito. Frente ao princípio da sucumbência/ causalidade e adequação, condeno o autor no pagamento das custas processuais e na verba honorária do advogado da parte adversa/ que fixo em R$ 3.800/00 (três mil e oitocentos reais)/ nos termos do art. *2.0,* § *4°,* CPC/ levando em consideração o trabalho desenvolvido pelo procurador da parte ré/ a necessidade de instrução processual/ pelo fato de possuir escritório profissional nesta Comarca/ a ausência de complexidade da causa. Transitado em julgado/ e decorrendo o prazo de 10 (dez) dias sem manifestação das partes/ arquivem-se os autos observadas as formalidades legais e as determinações do Código de Normas da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná.) = ADV: JOAO ANTONIO SANTA ROSA, CELSO CRUZ, CELIA CRISTINA TONETO CRUZ,

*

50-COBRANÇA = 418/2005 = SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SANTO ANTONIO DA PLATINA x MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA....( 1- Intime-se o requerente a informar nos autos se houve o pagamento do débito principal pelo Município de Santo António da Platina-PR, com o pagamento do RPV expedido nos autos. 2- Após, voltem os autos conclusos para sentença de extinção da execução caso tenha havido o pagamento do débito.) = ADV: JOEL CARLOS CHAGAS COELHO

*

51-INVENTARIO = 1002/2009 = DENICE MARIA BARCELOS COLODEL E OUTROS x JOAO BARCELOS....# Aguardando o preparo das custas do Sr. avaliador judicial no importe de R$ 149,46 (cento e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos)# = ADV: MOHAMED ALIN COSTA NADER

*

52-RESTITUIÇÃO = 26/2008 = EDSON PEDRO DA SILVA E OUTROS x CLAUDIO JOSE MOTA QUADRI E OUTROS....( Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inciso I, do CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido contido na lide principal, ajuizada por EDSON PEDRO DA SILVA e VANICE MARIA INHANI DA SILVA para condenar os réus CLÁUDIO JOSÉ MOTA QUADRI e MÁRCIA ALEXANDRA RIBEIRO QUADRI, todos já qualificado, a restituir aos autores o valor de R$ 30.184,69 (trinta mil, cento e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), acrescidos de correção monetária pelo INPC, desde o depósito, e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação nestes autos, e, **JULGO PROCEDENTE** o pedido reconvencional envolvendo as mesmas partes para condenar os autores-reconvindos EDSON PEDRO DA SILVA e VANICE MARIA INHANI DA SILVA a indenizar moralmente aos réus-reconvintes CLÁUDIO JOSÉ MOTA QUADRI e MÁRCIA ALEXANDRA RIBEIRO QUADRI/ no valor de R$ 5.000/00 (cinco mil reais), acrescidos de correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês, ambos a partir desta decisão. Frente ao princípio da sucumbência das partes na contestação e reconvenção, causalidade e adequação, condeno o autor no pagamento de 20% do valor das custas e despesas processuais e o réu em 80% do valor, bem como, no pagamento dos honorários advocatícios da parte contrária, sendo o réu no valor de 20% do valor da condenação da lide principal, e o autor no valor de 20% da condenação da lide reconvencional/ nos termos do art. 20/ § 3°, CPC/ levando em consideração o trabalho desenvolvido pêlos procuradores das partes,

a necessidade de instrução processual/ pelo fato de possuir escritório profissional fora desta Comarca/ a ausência de complexidade da causa. Transitado em julgado, e decorrendo o prazo de 10 (dez) dias sem manifestação das partes/ arquivem-se os autos observadas as formalidades legais e as determinações do Código de Normas da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná.) = ADV: CHARLES S. RIBEIRO, DANIELA RODRIGUES RIBEIRO, EBER LUIZ SOCIO, SERGIO APARECIDO VICENTINI

*

53-BUSCA E APREENSÃO = 630/2005 = OMNI S/A x REGINALDO BERTOLI BAIAO....( Isto posto, com fundamento no art. 794, inciso II, e art. 795, ambos do Código Civil, JULGO EXTINTO o presente processo, na fase de cumprimento de sentença envolvendo os litigantes OMNI S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e REGINALDO BERTOLI BAIÃO. Custas e despesas processuais, se houver, pelo requerente. Transitado em julgado, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.) = ADV: ADRIANO MUNIZ REBELLO, CELSO AUGUSTO MILANI CARDOSO

*

54-AÇÃO CIVIL PUBLICA = 200/2006 = MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x JOSE RITTI FILHO E OUTROS....( 1- Concedo mais 10 (dez) dias para que o requerido Luiz Roberto Rocha Patrial junte aos autos a matricula do imóvel que será dado como caução. 2- Decorrendo o prazo sem a juntada dos documentos, voltem os autos conclusos para sentença.) = ADV: CELSO AUGUSTO MILANI CARDOSO

*

55-AÇÃO CIVIL PUBLICA = 573/2006 = MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x JOSE RITTI FILHO E OUTROS....( Isto posto/ com fundamento no artigo 269/ inciso I do Código de Processo Civil c/c art. li/ inciso I e art. 12/ inciso III da Lei 8.429/92/ frente às normas processuais referendadas/ **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a presente *Ação Civil Pública De Ressarcimento De Danos Ao Patrimônio Público E De Imposição De Sanções Por Ato De Improbidade Administrativa C/C Nulidade De* Atos *Administrativos* proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ em face de JOSÉ RITTI FILHO/ GUILHERME RESS BARBOZA/ MARIA LUIZA FERREIRA/ PATRÍCIA DA CUNHA RODRIGUES, CLEUDINEZ APARECIDO CRUZ JÚNIOR, CLEUDINEZ APARECIDO CRUZ, CLEUDICLER APARECIDA CAMARGO CRUZ/ ALINE APARECIDA DOS SANTOS/ CONCRENORTE COMERCIAL LTDA. e AREIAL COMERCIO DE CONCRETO MASSA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME/ para: a) declarar a ausência de responsabilidade dos requeridos GUILHERME RESS BARBOZA/ MARIA LUIZA FERREIRA e PATRÍCIA DA CUNHA RODRIGUES na reparação de danos materiais e morais ao erário público/ tendo em vista a ausência de provas produzidas em juízo de que tivessem praticado atos de improbidade administrativa/ e/ via de consequência/ revogo a liminar concedida com relação aos mesmos; b) declarar a ausência de responsabilidade de todos os requeridos com relação a reparação dos danos morais/ também em razão de ausência probatória de elementos quanto aos requisitos legais de responsabilização; c) declarar a nulidade da Licitação na Modalidade Convite n$^2$ 001/2005/ e do Contrato respectivo contrato, no valor de R$ 78.697,50 (setenta e oito mil/ seiscentos e noventa e sete reais e cinqüenta centavos)/ firmado entre o Município de Santo Antônio da Platina e Concrenorte Comercial Ltda./ e respectivos empenhos/ ordens de pagamento/ e pagamentos respectivos dele decorrentes/ por serem ilegais os atos, enquadrando-se como ato de improbidade administrativa nos termos do art. 11, caput e inciso I/ da Lei n° 8429/92/ confirmando a liminar deferida às fls. 1431/1457; d) condenar o requerido TOSE RITTI FILHO, pela prática de ato de improbidade administrativa/ com fundamento no art. 11, *caput, e* inciso I/ da Lei n° 8.429/92/ e também com fulcro no art. 12 inciso III/ do mesmo diploma legal/ aplicar-lhe a suspensão dos seus direitos políticos pelo período de 03 (três) anos/ condenando-o também ao pagamento de multa civil no valor de uma remuneração de prefeito à época dos fatos a ser apurado em liquidação de sentença/ bem como/ determino a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios/ direta ou indiretamente/ ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário/ pelo prazo de 03 (três) anos, contados do trânsito em julgado desta decisão. e) condenar os requeridos CLEUDINEZ APARECIDO CRUZ TÚNIOR, CLEUDINEZ APARECIDO CRUZ, CLEUDICLER APARECIDA CAMARGO CRUZ e ALINE APARECIDA DOS SANTOS, pela prática de ato de improbidade administrativa, com fundamento no art. li/ *caput, e* inciso I, da Lei n° 8.429/92, e também com fulcro no art. 12 inciso III, do mesmo diploma legal/ aplicar-lhes a suspensão dos seus direitos políticos pelo período de 03 (três) anos, condenando-os também no pagamento de multa civil no valor de uma remuneração do cargo de prefeito municipal (primeiro requerido) à época dos fatos, para cada um, a ser apurado em liquidação de sentença/ bem como/ determino a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios/ direta ou indiretamente/ ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário/ pelo prazo de 03 (três) anos/ contados do trânsito em julgado desta decisão. f) condenar os requeridos CONCRENORTE COMERCIAL LTDA. e AREIAL COMÉRCIO DE CONCRETO MASSA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME, pela prática de ato de improbidade administrativa/ com fundamento no art. li/ *caput,* e inciso I/ da Lei n° 8.429/92/ e também com fulcro no art. 12 inciso III/ do mesmo diploma legal/ aplicar-lhes a sanção concernente ao pagamento de multa civil no valor de uma remuneração do cargo de prefeito municipal (primeiro requerido) à época dos fatos/ para cada um/ a ser apurado em liquidação de sentença/ bem como/ determino a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios/ direta ou indiretamente/ ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário/ pelo prazo de 03 (três) anos/ contados do trânsito em julgado desta decisão. g) diante do princípio da sucumbência recíproca/ causalidade e proporcionalidade/ condeno os réus JOSÉ RITTI FILHO/ CLEUDINEZ APARECIDO CRUZ JÚNIOR/ CLEUDINEZ APARECIDO CRUZ/ CLEUDICLER APARECIDA CAMARGO CRUZ e ALINE APARECIDA DOS SANTOS/ CONCRENORTE COMERCIAL LTDA. e AREIAL COMÉRCIO DE CONCRETO MASSA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME/ ao pagamento de 83,3% das custas processuais e honorários advocatícios em favor do Fundo Estadual do Ministério Público do Paraná/ estes arbitrados em R$ 1.600/00 (um mil e seiscentos reais)/ considerando a complexidade do trabalho desenvolvido/ o grau de zelo profissional/ bem como o local da prestação do serviço e a instrução processual/ nos termos do art. 20/ §4°/ do Código de Processo Civil. Remeta-se cópia desta decisão ao Cartório Eleitoral da 22$^a$ Zona Eleitoral de Santo Antônio da Platina-PR, bem como à Zona Eleitoral do Município de Ourinhos-SP/ para a suspensão dos direitos políticos dos requeridos. Oficie-se ao Cadastro Geral de Fornecedores e Licitantes dos Estados do Paraná e São Paulo, ao Comprasnet/ ao SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços/ ao SISG - Sistema de Serviços Gerais, informando os referidos órgãos sobre a proibição dos requeridos em participarem de qualquer licitação. Proceda ao lançamento dos nomes dos requeridos no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça.) # **Sobre oficio de fls. 3373/3374, ciencia as partes**.# = ADV: RONALDO RIBEIRO PEDRO, GUILHERME RESS BARBOZA, CESAR AUGUSTO DE MELLO E SILVA, PAULO FRANCISCO VEIGA DE FREITAS

*

56-REPETIÇÃO DE INDEBITO = 1124/2010 = SNU: 4619-32.2010.8.16.0153 = ANTONIO DE FATIMA MOURAO DA SILVA x BANCO HSBC BANK BRASIL S/A....( 1- Sobre a contestação manifeste-se o autor em 10 (dez) dias. 2- Após, voltem os autos conclusos para saneamento por despacho, ressaltando que é desnecessária a realização de audiência de conciliação, pois nos feitos desta natureza não manifestam as partes interesse no acordo.) = ADV: CELSO AUGUSTO MILANI CARDOSO

*

57-EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL = 395/2007 = SICREDI x CAFÉ PLATINENSE LTDA E OUTROS....# Aguardando o preparo das custas do Sr. avaliador judicial no importe de R$ 241,11 (duzentos e quarenta e um reais e onze centavos) # = ADV: RICARDO DOS SANTOS LOBO

*

58-EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL = 397/2007 = SICREDI x CAFÉ PLATINENSE LTDA E OUTROS....# Aguardando o preparo das diligencias do Sr. oficial de justiça no importe de R$ 335,63 (trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos).# = ADV: RICARDO DOS SANTOS LOBO

*

59-DECLARATORIA = 06/2007 = EDNA ELISA DA S.V. DE OLIVEIRA x BANCO ITAU S/A....( Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inciso I, do CFC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inserto na petição inicial da presente Ação Declaratória proposta por EDNA ELISA DA S. V. DE OLIVEIRA em face de BANCO ITAÚ S/A, e, via de consequência, e reconheço a ilegalidade na cobrança dos juros capitalizados com relação ao contrato firmado com o Banco Banestado (n° 09.086-9), devendo ser excluída a cobrança e, ainda, devem os juros ser aplicados de acordo com a taxa de mercado à época da contratação para ambos os contratos firmados (n° 09.086-6 -Banestado/ e n° 04.011-6 - Itaú). Consequentemente, em face da sucumbência parcial das partes, condeno o requerido no pagamento de 40% dos valores das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, e 60% fica a cargo da requerente, sendo que os honorários advocatícios/ com fundamento no art. *20,* §3°, do Código de Processo Civil, fixo em 15% (quinze por cento) do valor da condenação a ser apurada, devendo os valores serem corrigidos monetariamente na forma da Lei n° 6.899/81, levando em consideração o zelo profissional do procurador do requerido, a complexidade da matéria/ e ainda, o fato do advogado estar prestando serviços fora da Comarca de seu escritório. Transitado em julgado, e decorrendo o prazo de 10 (dez) dias sem manifestação das partes/ arquivem-se os autos observadas as formalidades legais e as determinações do Código de normas da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná.) = ADV: BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ, MARCIO ROGERIO DEPOLLI, MARLENE PROCOPIO

*

60-CAUTELAR EXIB. DOCUMENTOS = 850/2010 = SNU: 3731-63.2010.8.16.0153 = JOSE CARLOS BENTEU x BANCO DO BRASIL....( Diante do exposto, com fundamento no art. 269, I/ do CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido na presente Medida Cautelar Satisfativa, proposta pelo JOSÉ CARLOS BENTEU em face do BANCO DO BRASIL S/A. Em conseqüência, determino ao requerido que exiba ao requerente os documentos pleiteados na inicial do pedido/ que ainda não foram acostados ao caderno processual/ somente com relação a conta n° 14.171-2, agência n° 0426-X, ou vinculada a ela, no prazo de 30 (trinta) dias, sob as penas da lei. Em atendimento ao princípio da causalidade e da sucumbência/ condeno o requerido ao pagamento de despesas e custas processuais, porém, quanto aos honorários advocatícios, ressalto que cada parte deverá arcar com a verba honorária de seu causídico, pelo fato de o autor não ter demonstrado que lhe foi negado o pedido na via administrativa. Preclusa a decisão, aguarde-se por 10 (dez) dias manifestação dos interessados; arquivando-se, na seqüência, observando as disposições do CN.) = ADV: MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS

*

61-COBRANÇA = 819/2009 = LUCIANO DIAS DE OLIVEIRA REIS E OUTRO x JOSE ARTHUR RITTI....( EX *POSITIS, e* por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no art. 269, inciso I, do CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, para o fim de condenar o réu JOSÉ ARTUR RITTI, acima qualificado, a pagai aos

autores LUCIANO DIAS DE OLIVEIRA REIS e IEDA MARIA DA VEIGA FRANCO REIS, também já qualificados, a importância de R$ 156.481/65 (cento ( cinqüenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos) corrigido monetariamente pelo INPC (Lei n° 6899/81), a partir do pagamento (25.10.2006), e acrescido de juros de mora de 1% ao mês (art. 406 do CC/2002, c/c c art. 161, §1°, do CTN), a partir da citação. Ainda, por ter sido o réu considerado litigante d( má-fé, nos termos do art. *17,* inciso II, do CPC, com fundamento no art. 18, "caput" do mesmo Codex, condeno-o a pagar aos autores a multa no valor de 1% sobre c valor da causa, devidamente atualizado. Por fim, condeno o réu no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, considerando a natureza do trabalho desenvolvido, a ausência de instrução processual em face do julgamento antecipado da lide, a pouca complexidade da causa, e a prestação do serviço pelo procurador do autor neste Comarca, nos termos do art. *20,* §3°, do Código de Processo Civil. Preclusa a decisão, aguarde-se por 10 (dez) dias c manifestação dos interessados; e nada sendo requerido, arquivem-se, com observância das disposições do CN, aplicáveis à espécie.) = ADV: JULIANO FRANCO DIAS DOS REIS, LEIA FERNANDA DE SOUZA RITTI
*
62-EMBARGOS A EXECUÇÃO = 395/1997 = GRANJA MIZUMOTO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA E OUTROS x BANCO DO BRASIL S/A....(1- Procedam-se as anotações de praxe quanto ao novo procurador do embargante, conforme solicitado às fls. 664. 2- Após o pagamento das custas e despesas processuais, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais. ) # **Aguardando o preparo das custas processuais no importe de R$ 158,19 (cento e cinqüenta e oito reais e dezenove centavos)**# = ADV: LUIZ ANGELO PIPOLO, JOSE GLAUCO CARULA, CARLOS ALBERTO BIAGGI
*

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, 30 de setembro de 2011.

_____
JEFFERSON V. B. ERICHSEN
Escrivão

# SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**Juízo de Direito da Vara Cível e Anexos da Comarca de Santo Antonio do Sudoeste**
**Juiz de Direito: Dr. Luiz Carlos Fortes Bittencourt**
**Juiz Substituto: Dr. Victor Schmidt Figueira dos Santos**

**RELAÇÃO Nº 25/2011**

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADEMAR ANTONIO SANTIN 0033 000024/2009
0111 000021/2010
ANDREY HERGET 0064 000593/2010
ANDREY LUIZ GELLER 0065 000599/2010
0077 000003/2011
0078 000004/2011
0080 000060/2011
0082 000088/2011
0083 000089/2011
0088 000119/2011
0093 000170/2011
0095 000215/2011
0103 000262/2011
ANGELA FABIANA BUENO DE S 0038 000252/2009
0039 000253/2009
ANGELINO LUIZ RAMALHO TAG 0084 000091/2011
ANTONIO EDUARDO GONÇALVES 0043 000546/2009
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0021 000101/2008
0052 000289/2010
CARLISE ZASSO POSSEBON DO 0027 000259/2008
CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SI 0017 000212/2007
0045 000567/2009
0066 000646/2010
CARLOS EDUARDO QUADROS DO 0027 000259/2008
CARLOS FERNANDO PERUFFO 0044 000560/2009
CAROLINE SPADER 0064 000593/2010
CESAR AUGUSTO DE FRANÇA 0043 000546/2009
CEZAR AUGUSTO BAÚ DE CARL 0101 000245/2011
CINTIA FERNANDA LANZARIN 0019 000003/2008
CIRO BRÜNING 0053 000318/2010
CLEYTON ADRIANO MORESCO 0032 000411/2008
0102 000253/2011
CLÁUDIO EDUARDO SBARDELOT 0018 000227/2007
0031 000398/2008
0067 000675/2010
0072 000694/2010
0081 000067/2011
0109 000056/2011
CRYSTIANE LINHARES 0029 000344/2008
DALILA CRISTINA MARCON LI 0105 000287/2011
DANIEL DE MOURA 0062 000531/2010
DÉBORA CÂNDIDA SPAGNOL 0007 000254/1999
0014 000389/2006
0015 000390/2006
0040 000310/2009
EDSON LUIZ COCCO 0004 000285/1997
ELIZANDRO MARCOS PELLIN 0012 000224/2006
0107 000316/2011
ELOI CONTINI 0061 000496/2010
FABIANO DIÓGENES NUNES ÇA 0035 000076/2009
FABIANO NEVES MACIEYWSKI 0050 000245/2010
FABIO LUIZ SANTIN DE ALBU 0026 000231/2008
FABRICIO JOSÉ BABY 0108 000200/2007
FELIPE OSVALDO DE SOUZA 0037 000221/2009
0058 000392/2010
FERNANDO MURILO COSTA GAR 0050 000245/2010
FRANCIELE DA ROZA COLLA 0063 000577/2010
0089 000142/2011
FRANCO ZELÍRIO FERRARI 0012 000224/2006
0070 000688/2010
GUSTAVO LEITE PEREIRA 0018 000227/2007
HERMES EDGAR VICENTE 0064 000593/2010
HORÁCIO ANTUNES BARBOSA J 0094 000201/2011
IGOR DIAS BARBOZA 0011 000172/2006
IRINEU PIMENTEL PINTO 0050 000245/2010
ISMAEL ANTONIO DE MORAES 0018 000227/2007
IVÉCIO ANTONIO OTTOBELLI 0055 000343/2010
JANDERSON DE MOURA 0055 000343/2010
JORGE LUIZ DE MELO 0002 000126/1995
0003 000487/1996
0005 000013/1999
0006 000067/1999
0009 000186/2002
0091 000156/2011
JOSE GERALDO CANDIDO 0048 000182/2010
JOSÉ CARLOS VIEIRA 0110 000070/2011
JOSÉ DORIVAL BANDEIRA 0026 000231/2008
0052 000289/2010
0085 000106/2011
0091 000156/2011
0092 000169/2011
JOSÉ MAURICIO LUNA DOS AN 0090 000143/2011
JOSÉ RODRIGO DE ANDRADE M 0094 000201/2011
JULIANA APARECIDA PONCIO 0028 000320/2008
0111 000021/2010
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 0060 000405/2010
LOUISE RAINER PEREIRA GIO 0014 000389/2006
0041 000376/2009
LUCIANO LOURENÇO DOS SANT 0076 000001/2011
LUIZ CARLOS PASQUALINI 0001 000254/1994
0020 000076/2008
0070 000688/2010
0071 000692/2010
LUIZ TRINDADE CASSETTARI 0043 000546/2009
MAGDA LUIZA RIGODANZO EGG 0059 000395/2010
MARCIO ROGÉRIO DEPOLLI 0021 000101/2008
MARCOS DANIEL HAEFLIEGER 0065 000599/2010
0077 000003/2011
0078 000004/2011
0080 000060/2011
0082 000088/2011
0083 000089/2011
0088 000119/2011
0093 000170/2011
0095 000215/2011
0103 000262/2011
MARIA APARECIDA DE PAULA 0015 000390/2006
MARILI DA LUZ RIBEIRO TAB 0076 000001/2011
MARILI RIBEIRO TABORDA 0025 000225/2008
0099 000239/2011
MARIO CEZAR TOMAZONI 0011 000172/2006
0013 000305/2006
0025 000225/2008
0046 000010/2010
0061 000496/2010
0084 000091/2011
MARLUS JORGE DOMINGOS 0023 000208/2008
0030 000357/2008
MAURICIO BARBOSA DOS SANT 0019 000003/2008
MAURICIO DEFASSI 0010 000106/2004
MILKEN JACQUELINE CENERIN 0036 000127/2009
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 0043 000546/2009
NILTO SALES VIEIRA 0054 000320/2010
NOELI DE SOUZA MACHADO 0034 000069/2009
PAULO CESAR GNOATTO 0016 000086/2007
0020 000076/2008
0043 000546/2009
0068 000680/2010
0069 000681/2010

0074 000703/2010
0075 000704/2010
0104 000282/2011
PEDRO AUGUSTO VANTROBA 0110 000070/2011
RAFAEL DALL'AGNOL 0067 000675/2010
0079 000037/2011
RAFAEL FABRÍCIO MUSSINI 0024 000218/2008
0034 000069/2009
0037 000221/2009
REINALDO MIRICO ARONIS 0051 000255/2010
0064 000593/2010
0105 000287/2011
RICARDO BERLATTO 0042 000400/2009
RODRIGO DALLA VALLE 0021 000101/2008
0101 000245/2011
RODRIGO VICENTE 0064 000593/2010
RONALDO JOSÉ E SILVA 0068 000680/2010
0069 000681/2010
0070 000688/2010
0073 000702/2010
0074 000703/2010
0075 000704/2010
ROSELILCE FRANCELI CAMPAN 0047 000116/2010
0049 000208/2010
0056 000362/2010
0057 000368/2010
0086 000111/2011
0096 000226/2011
0097 000231/2011
0098 000233/2011
0100 000243/2011
0106 000288/2011
SANDRA RITA MENEGATTI DE 0087 000117/2011
SILVIO CENTENARO 0022 000106/2008
SILVIO OLIVEIRA DA SILVA 0008 000406/2001
SILVIO SILVA 0033 000024/2009
TADEU CERBARO 0061 000496/2010
TATIANA TAVARES DE CAMPOS 0043 000546/2009
TÚLIO MARCELO DENIG BANDE 0011 000172/2006
0036 000127/2009
0042 000400/2009
0048 000182/2010
0053 000318/2010
0059 000395/2010
0066 000646/2010
0067 000675/2010
0071 000692/2010
VICENTE LUCIO MICHALISZYN 0053 000318/2010
WAGNER DE OLIVEIRA PIRES 0085 000106/2011
0092 000169/2011

1. REPARAÇÃO DE DANOS - 254/1994 - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL x MARCO AURÉLIO CARPES MARCON - "A notificação do advogado quanto à revogação do mandato é medida cabível à parte. Não havendo manifestação no prazo de 05 dias, os autos serão arquivados" - Adv. LUIZ CARLOS PASQUALINI.
2. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 126/1995 - BANCO DO BRASIL S/A x MARCO A. C. MARCON - HOSPITAL SANTA ROSA e outros - "A revogação do mandato deve ser informada ao advogado pela própria parte. Não havendo manifestação no prazo de 05 dias, os autos serão arquivados" - Adv. JORGE LUIZ DE MELO.
3. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 487/1996 - RIO PARANÁ COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS x MARCO AURÉLIO CARPES MARCON e outro - "A notificação do advogado quanto à revogação do mandato é medida cabível à parte. Não havendo manifestação no prazo de 05 dias, os autos serão arquivados" - Adv. JORGE LUIZ DE MELO.
4. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 285/1997 -BANCO DO BRASIL S/A x MILANI AUTO POSTO LTDA. e outros - "Ao preparo de custas no valor de R$ 54,04, no prazo de 10 dias" - Adv. EDSON LUIZ COCCO.
5. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 13/1999 - BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A - BANESTADO x MARCO AURÉLIO CARPES MARCON e outro - "A notificação do advogado quanto à revogação do mandado é medida cabível à parte. Não havendo manifestação no prazo de 05 dias, os autos serão arquivados" - Adv. JORGE LUIZ DE MELO.
6. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 67/1999 - MARCO AURÉLIO CARPES MARCON x BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A - BANESTADO - "A notificação do advogado quanto à revogação do mandato é medida cabível à parte. Não havendo manifestação no prazo de 05 dias, os autos serão arquivados" - Adv. JORGE LUIZ DE MELO.
7. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 254/1999 - M.C. x V.L. - "O executado deverá, no prazo de 05 dias, indicar a localização dos veículos bloqueados, sob pena de prática de ato atentatório à dignidade da justiça, com aplicação de multa e demais cominações legais, em caso de descumprimento" - Adva. DÉBORA CÂNDIDA SPAGNOL.
8. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 406/2001 - SILVIO OLIVEIRA DA SILVA e outros x ESTADO DO PARANÁ - "Ao preparo de custas descritas na cota de fls. 246, no valor de R$ 112,36, no prazo de 30 dias" - Adv. SILVIO OLIVEIRA DA SILVA.
9. RESCISÃO CONTRATUAL - 186/2002 - HSBC LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL (BRASIL) S/A x MARCO AURÉLIO CARPES MARCON - "A comunicação acerca da revogação do mandato é medida cabível à parte e, não ao Juízo" - Adv. JORGE LUIZ DE MELO.
10. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 106/2004 - MULTIREDE FOMENTO MERCANTIL LTDA. x MARTINES CELSO MACHADO - "Deferido o pedido de fls. 141, suspendendo-se o feito pelo prazo de 06 meses" - Adv. MAURICIO DEFASSI.
11. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 172/2006 - MARIO CEZAR TOMAZONI x LAUDIR ERONI ARENDT - "Rejeitada a impugnação apresentada pelo devedor. Não reconhecida a litigância de má-fé alegada pelo impugnado" - Advs. TÚLIO MARCELO DENIG BANDEIRA, IGOR DIAS BARBOZA e MARIO CEZAR TOMAZONI.
12. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 224/2006 - PERON FERRARI S/A COMÉRCIO DE CEREAIS x VANILDO BARROQUEL e outro - "Indeferido o pedido de fls. 245/246, devendo a exequente promover o cumprimento da carta precatória expedida, comprovando a sua distribuição no prazo de 15 dias" - Advs. ELIZANDRO MARCOS PELLIN e FRANCO ZELÍRIO FERRARI.
13. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 305/2006 - CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SILVA x ANTONIO TOMAZONI e outros - "Ao preparo de custas pelos executados no valor de R$ 68,97, no prazo de 30 dias" - Adv. MARIO CEZAR TOMAZONI.
14. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 389/2006 - BANCO DO BRASIL S/A x AGROVETERINÁRIA ROCHA LTDA e outros - "Às partes, em 10 dias, sobre o laudo de avaliação complementar de fls. 75/79, no valor total de R$ 12.940,00" - Advas. LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS e DÉBORA CÂNDIDA SPAGNOL.
15. COBRANÇA - 390/2006 - BANCO DO BRASIL S/A x AGRO VETERINÁRIA PERUFFO LTDA ME e outros - "Às partes, em 05 dias, face os termos do acórdão juntado por cópias às fls. 132/167" - Advas. MARIA APARECIDA DE PAULA LIMA RECH e DÉBORA CÂNDIDA SPAGNOL.
16. REPARAÇÃO DE DANOS - 86/2007 - ELZA APARECIDA GUTIERRES e outros x PAULO NIQUELE - "Aos autores, em 05 dias, sobre o prosseguimento do feito" - Adv. PAULO CESAR GNOATTO.
17. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 212/2007 - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO FRONTEIRA DO IGUAÇU - SICREDI FRONTEIRA x SIMÃO FAQUINELLO NETO e outros - "À exequente, em 05 dias, face o resultado positivo de bloqueio de valores via BacenJud (fls. 155/158)" - Adv. CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SILVA.
18. RESSARCIMENTO DANOS - 227/2007 - NU 0000175-55.2007.8.16.0154 - VANDERLEI HEIDERICH x BENEVIDES MADEIRAS LTDA - e IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS - "Às partes, em 10 dias, face a baixa dos autos da superior instância. Não havendo manifestação, os autos serão arquivados" - Advs. CLÁUDIO EDUARDO SBARDELOTTO, ISMAEL ANTONIO DE MORAES e GUSTAVO LEITE PEREIRA.
19. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 03/2008 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. x MILANI AUTO POSTO LTDA. e outro - "À parte ré, em 05 dias, sobre os termos da petição de fls. 335/336" - Advs. MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS e CINTIA FERNANDA LANZARIN.
20. INDENIZAÇÃO - 76/2008 - MILTON JOSE HECKLER x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL - "Às partes, em 10 dias, face a baixa dos autos da superior instância. Não havendo manifestação, os autos serão arquivados" - Advs. PAULO CESAR GNOATTO e LUIZ CARLOS PASQUALINI.
21. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 101/2008 - CONSTANTE SASINSKI x BANCO ITAÚ S/A - "Analisando a impugnação de fls. 252/258, verifica-se haver de fato um equívoco nos cálculos formulados pelos requerentes, bem como na atualização da dívida pelo contador judicial. Concedido o efeito suspensivo pretendido pela impugnante. Determinada a remessa dos autos ao contador judicial para apuração do valor devido pela executada, observando-se a sentença de fls. 101/106 e o decidido pelo acórdão de fls. 140/147" - Advs. RODRIGO DALLA VALLE, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGÉRIO DEPOLLI.
22. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 106/2008 - CLEIDINEIA APARECIDA HEIDERICH x RUDI NEI MAGNANI - "Ao preparo de custas no valor de R$ 37,00, para cumprimento do mandado de intimação expedido" - Adv. SILVIO CENTENARO.
23. SUSTAÇÃO DE PROTESTO - 208/2008 - PERON FERRARI S/A COMÉRCIO DE CEREAIS x NOVA SUL PADRONIZAÇÃO DE CEREAIS LTDA. - "Ao preparo de custas no valor de R$ 127,55, no prazo de 10 dias" - Adv. MARLUS JORGE DOMINGOS.
24. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - 218/2008 - A.T.J.P. x V.P. - "À parte exequente, em 05 dias, sobre o prosseguimento do feito" - Adv. RAFAEL FABRÍCIO MUSSINI.
25. DEPÓSITO - 225/2008 - NU 0000259-22.2008.8.16.0154 - BANCO VOLKSWAGEN S/A x JOSE LEANDRO DA LUZ - "Às partes, em 10 dias, sobre o contido na decisão de fls. 109/111" - Advs. MARILI RIBEIRO TABORDA e MARIO CEZAR TOMAZONI.
26. DIVÓRCIO LITIGIOSO - 231/2008 - I.M.M.F. x Z.P.F. - "Às partes, em 05 dias, sobre a manifestação do perito de fls. 342/343" - Advs. FABIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE e JOSÉ DORIVAL BANDEIRA.
27. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - 259/2008 - PERON FERRARI S/A COMÉRCIO DE CEREAIS x NOVA SUL PADRONIZAÇAO DE CEREAIS LTDA - "Ao preparo de custas no valor de R$ 270,42, no prazo de 10 dias" - Advs. CARLISE ZASSO POSSEBON DO AMARAL e CARLOS EDUARDO QUADROS DOMINGOS.
28. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 320/2008 - PAULO CEZAR ZILIO x SERGIO BOTTEGA e outro - "Ao exequente, 05 dias, face a certidão negativa do Oficial de Justiça" - Adva. JULIANA APARECIDA PONCIO DE OLIVEIRA.
29. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 344/2008 - BANCO ITAÚ BBA S/A x IVO FOPPA - "Deferido o pedido de suspensão de fls. 66, pelo prazo de 90 dias" - Adva. CRYSTIANE LINHARES.
30. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 357/2008 - PERON FERRARI S/A COMÉRCIO DE CEREAIS x PEDRO DELCY MONTANARI - "Ao preparo de custas no valor de R$ 76,14, no prazo de 10 dias" - Adv. MARLUS JORGE DOMINGOS.
31. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 398/2008 - BANCO JOHN DEERE S.A. x ARGENOR TOFFOLI e outro - "Indeferido o pedido de redução de penhora

de fls. 107, determinando-se a designação de datas para a arrematação" - Adv. CLÁUDIO EDUARDO SBARDELOTTO.
32. ANULATÓRIA DE TÍTULO - 411/2008 - SIDNEI DUARTE NUNES e outros x LUIZ CARLOS OLIVEIRA DA SILVA - "Aos autores, em 10 dias, considerando a manifestação de fls. 87/88" - Adv. CLEYTON ADRIANO MORESCO.
33. CAUTELAR INOMINADA - 24/2009 - MARKAL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA x CANELLO & OLDRA LTDA - "Às partes, em 10 dias, face a baixa dos autos da superior instância. Não havendo manifestação, os autos serão arquivados" - Advs. SILVIO SILVA e ADEMAR ANTONIO SANTIN.
34. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - 69/2009 - NU 0000639-11.2009.8.16.0154 - MOACIR DIAS x BANCO DO BRASIL S/A - "Às partes, em 05 dias, face a baixa dos autos da superior instância. Não havendo manifestação, os autos serão arquivados" - Advs. RAFAEL FABRÍCIO MUSSINI e NOELI DE SOUZA MACHADO.
35. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - 76/2009 - DIONÍSIO ÇAR - ESPÓLIO x COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A - "O advogado subscritor da petição de fls. 153, deverá assinar a referida petição no prazo de 48 horas, sob pena de desentranhamento" - Adv. FABIANO DIÓGENES NUNES ÇAR.
36. REINTEGRAÇÃO DE POSSE - 127/2009 - BANCO FINASA S/A x ISRAEL MANENTI - "Designado o dia 14 de dezembro de 2011, às 15h00min, para a realização da audiência de conciliação" - Advs. MILKEN JACQUELINE CENERINI e TÚLIO MARCELO DENIG BANDEIRA.
37. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - 221/2009 - J.C.S.B. x J.C.B. - "À parte exequente, em 05 dias, sobre os termos da petição de fls. 136" - Advs. FELIPE OSVALDO DE SOUZA e RAFAEL FABRÍCIO MUSSINI.
38. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 252/2009 - VALMIR HENRIQUE PRUNZEL x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL - "À executada para, voluntariamente, cumprir a sentença, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% e prosseguimento do feito com a realização de penhora e demais atos à execução" - Adva. ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO.
39. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 253/2009 - ELUI RECH x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL - "À executada para, voluntariamente, cumprir a sentença, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% e prosseguimento do feito com a penhora e demais atos à execução" - Adva. ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO.
40. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 310/2009 - OLIVIA BLAZIUS SPAGNOL e outro x BANCO BRADESCO S/A - "Aos embargantes, em 05 dias, sobre a necessidade de produção de outras provas" - Adva. DÉBORA CÂNDIDA SPAGNOL.
41. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 376/2009 - NU 0000651-25.2009.8.16.0154 - ALCIDES CHIODI x BANCO DO BRASIL S/A - "A parte ré deverá, no prazo de 05 dias, prestar contas nos termos da petição e documentos de fls. 506/521" - Adva. LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS.
42. REVISÃO DE ALIMENTOS - 400/2009 - E.M.S. x G.M.S. e outro - "Às partes, em 05 dias, sobre o estudo social realizado às fls. 221/224" - Advs. RICARDO BERLATTO e TÚLIO MARCELO DENIG BANDEIRA.
43. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL - 546/2009 - CARLITO DA SILVA e outros x BRADESCO SEGUROS S.A., CAIXA SEGURADORA S.A. e COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - "Às partes, em 10 dias, sobre a intenção de se conciliarem, oferecendo proposta escrita nos autos, evitando-se, assim, a designação da audiência prevista no art. 331 do CPC" - Advs. PAULO CESAR GNOATTO, LUIZ TRINDADE CASSETTARI, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, TATIANA TAVARES DE CAMPOS, CESAR AUGUSTO DE FRANÇA e ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA.
44. REPARAÇÃO DE DANOS - 560/2009 - PERUFO TRANSPORTES LTDA x RAIMUNDO MESSIAS NETO - ESPÓLIO - "Indeferidos os pedidos de fls. 192, itens 1, 2 e 3, devendo a parte autora dar atendimento ao art. 282, II, do CPC, indicando a qualificação completa e endereço da parte ré, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial" - Adv. CARLOS FERNANDO PERUFFO.
45. COBRANÇA - 567/2009 - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO FRONTEIRA DO IGUAÇU - SICREDI FRONTEIRA x MARIO CEZAR TOMAZONI e outro - "À autora, em 05 dias, sobre os documentos de fls. 415/416" - Adv. CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SILVA.
46. ARROLAMENTO - 10/2010 - NU 0000010-03.2010.8.16.0154 - ESPÓLIO DE GENTILA TOMAZONI - "Deferido o pedido de fls. 88, de prazo por 30 dias" - Adv. MARIO CEZAR TOMAZONI.
47. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INVALIDEZ -116/2010 - NU 0000430-08.2010.8.16.0154 - ADRIO TREVISAN x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Declarada encerrada a instrução. Às partes para alegações finais no prazo sucessivo de 15 dias, iniciando-se pelo autor" - Adva. ROSELILCE FRANCELI CAMPANA.
48. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - 182/2010 - NU 0000562-65.2010.8.16.0154 - J.V.B.K. x M.R.K. - "Rejeitada a exceção de pré-executividade. Decretada a prisão civil do executado pelo prazo de um mês ou até que seja pago o valor devido, no qual deverão ser incluídas as parcelas que se vencerem até o dia do pagamento" - Advs. TÚLIO MARCELO DENIG BANDEIRA e JOSE GERALDO CANDIDO.
49. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INVALIDEZ - 208/2010 - NU 0000672-64.2010.8.16.0154 - JOSÉ DE PAULA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Declarada encerrada a instrução. Às partes para alegações finais no prazo sucessivo de 15 dias, iniciando-se pelo autor" - Adva. ROSELILCE FRANCELI CAMPANA.
50. COBRANÇA - 245/2010 - NU 0000839-81.2010.8.16.0154 - JÓ ARÃO COLLA x ITAÚ SEGUROS S/A - "Às partes para, no prazo de 10 dias, indicarem as provas que efetivamente desejam produzir, especificando-as e justificando sua relevância e pertinência, sob pena de indeferimento" - Advs. IRINEU PIMENTEL PINTO, FABIANO NEVES MACIEYWSKI e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA.
51. COBRANÇA - 255/2010 - NU 0000913-38.2010.8.16.0154 - ALCERI PRATES DA SILVA x HSBC SEGUROS (BRASIL) S.A. - "Ao preparo de custas no valor de R $ 667,41, no prazo de 10 dias" - Adv. REINALDO MIRICO ARONIS.
52. REVISIONAL DE CONTRATO - 289/2010 - NU 0000986-10.2010.8.16.0154 - FURLANETTO & FURLANETTO S/C LTDA. x BANCO ITAÚ S/A - "Mantida a decisão agravada pela parte ré, por seus próprios fundamentos, determinando-se que o agravo permaneça retido nos autos" - Advs. JOSÉ DORIVAL BANDEIRA e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ.
53. REPARAÇÃO DE DANOS - 318/2010 - NU 0001105-68.2010.8.16.0154 - TARCIZIO BOTTON e outro x RANULFO MONTEIRO DA SILVA e PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - "Recebida a apelação interposta pelos autores, nos efeitos devolutivo e suspensivo. Aos apelados para, querendo, oferecerem resposta no prazo de 15 dias" - Advs. TÚLIO MARCELO DENIG BANDEIRA, VICENTE LUCIO MICHALISZYN e CIRO BRÜNING.
54. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 320/2010 - NU 0001118-67.2010.8.16.0154 - BANCO BRADESCO S/A x V FAQUINELLO TRANSPORTES LTDA e outro - "Ao preparo de custas no valor de R$ 122,19, no prazo de 30 dias" - Adv. NILTO SALES VIEIRA.
55. DECLARATÓRIA DE NULIDADE - 343/2010 - NU 0001174-03.2010.8.16.0154 - BRANDINA DE MOURA FIUZA x ROSEMAR DELLALIBERA SEBEN - "Às partes para, no prazo de 10 dias, indicarem as provas que efetivamente desejam produzir, especificando-as e justificando sua relevância e pertinência, sob pena de indeferimento" - Advs. JANDERSON DE MOURA e IVÉCIO ANTONIO OTTOBELLI.
56. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INVALIDEZ - 362/2010 - NU 0001236-43.2010.8.16.0154 - AURIA FATIMA CASTILHO MIEIRO MORAES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Mantida a decisão agravada pela parte ré, por seus próprios fundamentos, determinando-se que o agravo permaneça retido nos autos" - Adva. ROSELILCE FRANCELI CAMPANA.
57. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INVALIDEZ - 368/2010 - NU 0001254-64.2010.8.16.0154 - MIGUEL DE BRITO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Ao autor, em 05 dias, sobre os termos da petição de fls. 78" - Adva. ROSELILCE FRANCELI CAMPANA.
58. ALVARÁ PARA SUPRIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM AO EXTERIOR - 392/2010 - NU 0001338-65.2010.8.16.0154 - S.R.S.C. x C.A.C. - "À requerente, em 05 dias, face o contido na certidão de fls. 103" - Adv. FELIPE OSVALDO DE SOUZA.
59. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 395/2010 - NU 0001342-05.2010.8.16.0154 - VILMAR JOSÉ MISSIO x BANCO CNH CAPITAL S/A - "Às partes, em 10 dias, sobre a intenção de se conciliarem, oferecendo proposta escrita nos autos, evitando-se, assim, a designação da audiência prevista no art. 331 do CPC" - Advs. TÚLIO MARCELO DENIG BANDEIRA e MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER.
60. BUSCA E APREENSÃO - 405/2010 - NU 0001278-92.2010.8.16.0154 - BANCO BMG S/A x SAMOEL NARDI ANDRADE - "Indeferido o pedido de fls. 43, devendo o autor, em 05 dias, dizer se tem interesse em converter o feito em ação de depósito" - Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN.
61. DECLARATÓRIA - 496/2010 - NU 0001683-31.2010.8.16.0154 - MOACIR MOTTA DA SILVA e outro x BANCO DO BRASIL S/A - "Às partes, em 10 dias, sobre a intenção de se conciliarem, oferecendo proposta por escrito nos autos, evitando-se, assim, a designação de audiência prevista no art. 331 do CPC" - Advs. MARIO CEZAR TOMAZONI, ELOI CONTINI e TADEU CERBARO.
62. MONITÓRIA - 531/2010 - NU 0001803-74.2010.8.16.0154 - PERFIAÇO COMERCIAL DE FERRO E AÇO LTDA x DOMINGOS L. ZEMIANI - "Ao embargado, em 05 dias, sobre os documentos juntados pelo embargante às fls. 76/78" - Adv. DANIEL DE MOURA.
63. BUSCA E APREENSÃO - 577/2010 - NU 0001967-39.2010.8.16.0154 - BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x DIONE GRISS - "A autora deverá, em 05 dias, indicar conta bancária para depósito (devolução) das custas do Oficial de Justiça constantes da guia de fls. 30" - Adva. FRANCIELE DA ROZA COLLA.
64. REPARAÇÃO DE DANOS - 593/2010 - NU 0002011-58.2010.8.16.0154 - FLÁVIO SCHERBAK e s/m x LEANDRO HEMANN e LINDOMAR ROSSO DE BORBA e HDI SEGUROS S.A. (denunciada) - "Às partes para, no prazo de 10 dias, indicarem as provas que efetivamente desejam produzir, especificando-as e justificando sua relevância e pertinência, sob pena de indeferimento" - Advs. ANDREY HERGET, CAROLINE SPADER, HERMES EDGAR VICENTE, RODRIGO VICENTE e REINALDO MIRICO ARONIS.
65. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL - 599/2010 - NU 0002032-34.2010.8.16.0154 - VAGNER LUIZ GALVANI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Ao autor, em 05 dias, para atendimento à cota ministerial de fls. 76" - Advs. MARCOS DANIEL HAEFLIEGER e ANDREY LUIZ GELLER.
66. PRESTAÇÃO DE CONTAS - 646/2010 - NU 0002211-65.2010.8.16.0154 - ANGELIM LEU SPADER x COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO FRONTEIRA DO IGUAÇU - SICREDI FRONTEIRA - "Às partes, em 10 dias, sobre a intenção de se conciliarem, oferecendo proposta escrita nos autos, evitando-se, assim, a designação da audiência prevista no art. 331 do CPC" - Advs. TÚLIO MARCELO DENIG BANDEIRA e CARLOS AUGUSTO AZEVEDO SILVA.
67. RESSARCIMENTO DANOS - 675/2010 - NU 0002324-19.2010.8.16.0154 - FLÁVIO ANTONIO IRBER x IVA MAGNANI e VILMAR FRANCISCO DAL BÓ - "Às partes, em 10 dias, sobre a intenção de se conciliarem, oferecendo proposta por escrito nos autos, evitando-se, assim, a designação de audiência prevista no art. 331 do CPC" Advs. TÚLIO MARCELO DENIG BANDEIRA, RAFAEL DALL'AGNOL e CLÁUDIO EDUARDO SBARDELOTTO.
68. DECLARATÓRIA DE INEXIBILIDADE DE COBRANÇA - 680/2010 - NU 0002353-69.2010.8.16.0154 - DAVID BERTI e outros x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL - "Indeferido o pedido de expedição de ofício à ANEEL,

pleiteado pela requerida em sede de contestação, bem como o de expedição de ofício ao Juizado Especial Cível da Comarca, pleiteado pelos requerentes (fl. 97), uma vez que tais diligências cabem à parte interessada em provar seu direito. À requerida, em 05 dias, sobre a produção de novas provas ou se concorda com o pedido de julgamento antecipado da lide requerido na inicial" - Advs. PAULO CESAR GNOATTO e RONALDO JOSÉ E SILVA.

69. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇA - 681/2010 - NU 0002365-83.2010.8.16.0154 - JOSÉ IRENO DE OLIVEIRA e outros x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL - "Às partes para, no prazo de 10 dias, indicarem as provas que efetivamente desejam produzir, especificando-as e justificando sua relevância e pertinência, sob ena de indeferimento" - Advs. PAULO CESAR GNOATTO e RONALDO JOSÉ E SILVA.

70. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - 688/2010 - NU0002379-67.2010.8.16.0154 - JOÃO GHIZONI e outro x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL - "Às partes para, em 10 dias, indicarem as provas que efetivamente desejam produzir, especificando-as e justificando a sua relevância e pertinência, sob pena de indeferimento" - Advs. FRANCO ZELÍRIO FERRARI, LUIZ CARLOS PASQUALINI e RONALDO JOSÉ E SILVA.

71. ANULAÇÃO ATO ADMINISTRATIVO - 692/2010 - NU 0002404-80.2010.8.16.0154 - PAPELARIA E CONFECÇÕES LILI LTDA. x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL - "Às partes, em 10 dias, sobre a intenção de se conciliarem, oferecendo proposta por escrito nos autos, evitando-se, assim, a designação de audiência prevista no art. 331 do CPC" - Advs. TÚLIO MARCELO DENIG BANDEIRA e LUIZ CARLOS PASQUALINI.

72. COBRANÇA - 694/2010 - NU 0002426-41.2010.8.16.0154 - DIRCEU VICENTE TURRA ULIANA x ICATU SEGUROS S/A - "Ao autor para, querendo, responder ao agravo retido às fls. 200/201, no prazo de 10 dias" - Adv. CLÁUDIO EDUARDO SBARDELOTTO.

73. DECLARATÓRIA DE INEXIBILIDADE DE COBRANÇA - 702/2010 - NU 0002461-98.2010.8.16.0154 - VALDERI ANTONIO CALGARO e outros x COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A - "A parte ré deverá, no prazo de 05 dias, promover a juntada dos respectivos contratos firmados entre as partes, referentes à eletrefícação rural, conforme requerimento constante do termo de fls. 100, ou justificar em caso da impossibilidade de sua juntada, sob pena da aplicação do disposto no art. 359 do CPC" - Adv. RONALDO JOSÉ E SILVA.

74. DECLARATÓRIA DE INEXIBILIDADE DE COBRANÇA - 703/2010 - NU 0002462-83.2010.8.16.0154 - VALMIR SCALCO e outros x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL - "Às partes para, no prazo de 10 dias, especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, especificando-as e justificando sua relevância e pertinência, sob pena de indeferimento" - Advs. PAULO CESAR GNOATTO e RONALDO JOSÉ E SILVA.

75. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇA - 704/2010 - NU 0002463-68.2010.8.16.0154 - OTTO SCHUSTER e outros x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL - "Às partes para, no prazo de 10 dias, indicarem as provas que efetivamente desejam produzir, especificando-as e justificando sua relevância e pertinência, sob pena de indeferimento" - Advs. PAULO CESAR GNOATTO e RONALDO JOSÉ E SILVA.

76. REVISIONAL DE CONTRATO - 01/2011 - NU 0000007-14.2011.8.16.0154 - PEDRO PASCOALOTO CUCHI x BANCO VOLKSWAGEN S/A - "Às partes, em 10 dias, sobre o interesse de se conciliarem, oferecendo proposta por escrito nos autos, evitando-se, assim, a designação de audiência de conciliação prevista no art. 331 do CPC" - Advs. LUCIANO LOURENÇO DOS SANTOS e MARILI DA LUZ RIBEIRO TABORDA.

77. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL - 03/2011 - NU 0000037-49.2011.8.16.0154 - CLENI OLIVEIRA COLERAUS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Mantida a decisão agravada pela parte ré, por seus próprios fundamentos, determinando-se que o agravo permaneça retido nos autos" - Advs. ANDREY LUIZ GELLER e MARCOS DANIEL HAEFLIEGER.

78. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL - 04/2011 - NU 0000038-34.2011.8.16.0154 - LUANA CRISTINA DA VEIGA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Mantida a decisão agrava pela parte ré, por seus próprios fundamentos, determinando-se que o agravo permaneça retido nos autos" - Advs. ANDREY LUIZ GELLER e MARCOS DANIEL HAEFLIEGER.

79. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - 37/2011 - NU 0000235-86.2011.8.16.0154 - PEDRO DIAS ORTEGA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Ao embargante sobre a impugnação no prazo de 10 dias" - Adv. RAFAEL DALL'AGNOL.

80. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INVALIDEZ - NU 0000415-05.2011.8.16.0154 - ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Não há questões processuais pendentes. Fixado como ponto controvertido o preenchimento dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado. Declarado saneado o processo. Deferida a realização da prova pericial requerida, bem como de prova oral, a fim de se determinar a qualidade de segurado da parte autora. Nomeado perito o médico Carlos Reimir Schreiner Maran. Os quesitos já foram apresentados pelas partes. Oportunamente, será designada audiência de instrução e julgamento" - Advs. ANDREY LUIZ GELLER e MARCOS DANIEL HAEFLIEGER.

81. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 67/2011 - NU 0000442-85.2011.8.16.0154 - COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - CRESOL SANTO ANTONIO x TELMO LUIZ BASSI e outros - "Ao preparo de custas no valor de R$ 201,53, no prazo de 10 dias" - Adv. CLÁUDIO EDUARDO SBARDELOTTO.

82. CONCESSÃO DE AUXILIO-DOENÇA - 88/2011 - NU 0000518-12.2011.8.16.0154 - LUIZ CARLOS GARCIA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Deixado de receber o recurso interposto pelo autor por ser totalmente estranho aos autos. Ao autor, em 05 dias, sobre a possível prorrogação do benefício ora pleiteado, conforme noticiado às fls. 71/73" - Advs. ANDREY LUIZ GELLER e MARCOS DANIEL HAEFLIEGER.

83. CONCESSÃO DE AUXILIO-DOENÇA - 89/2011 - NU 0000517-27.2011.8.16.0154 - MARLENE DE OLIVEIRA MELO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Não há questões processuais pendentes. Fixado como ponto controvertido o preenchimento dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado. Declarado saneado o processo. Deferida a realização da prova pericial requerida, bem como de prova oral, a fim de se determinar a qualidade de segurado da parte autora. Nomeado perito o médico Carlos Reimir Schreiner Maran. Oportunamente, será designada audiência de instrução e julgamento" - Advs. ANDREY LUIZ GELLER e MARCOS DANIEL HAEFLIEGER.

84. REVISIONAL DE CONTRATO - 91/2011 - NU 0000537-18.2011.8.16.0154 - IRENE FORTES DE OLIVEIRA x BANCO BRADESCO S/A - "Às partes para tomarem ciência da decisão de agravo juntada por cópia às fls. 62/68" - Advs. MARIO CEZAR TOMAZONI e ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI.

85. CAUTELAR INOMINADA - 106/2011 - NU 0000611-72.2011.8.16.0154 - ANSELMO BARCELOS DOS SANTOS x GUILHERME MUNHOZ ORRICO e outro - "Rejeitados os embargos de declaração interpostos pela parte ré" - Advs. JOSÉ DORIVAL BANDEIRA e WAGNER DE OLIVEIRA PIRES.

86. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INVALIDEZ - 111/2011 - NU 0000623-86.2011.8.16.0154 - ELEZANDRO AVILA DA ROCHA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Não há questões processuais pendentes. Fixado como ponto controvertido o preenchimento dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado. Declarado saneado o processo. Deferida a realização da prova pericial requerida, bem como de prova oral, a fim de se determinar a qualidade de segurado da parte autora. Nomeado perito o médico Carlos Reimir Schreiner Maran. À parte autora para apresentação de quesitos, no prazo de 05 dias. Oportunamente, será designada audiência de instrução e julgamento" - Adva. ROSELILCE FRANCELI CAMPANA.

87. INDENIZAÇÃO - 117/2011 - NU 0000652-39.2011.8.16.0154 - ELIANA VARGAS DA SILVA x CLIC - COMÉRCIO DE PAPEL LTDA - EPP e outro - "Deferido o pedido de fls. 68, de prazo por 30 dias" - Adva. SANDRA RITA MENEGATTI DE LIMA.

88. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INVALIDEZ - NU 0000654-09.2011.8.16.0154 - MARINO FERREIRA DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Não há questões processuais pendentes. Fixado como ponto controvertido o preenchimento dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado. Declarado saneado o processo. Deferida a realização da prova pericial requerida, bem como de prova oral, a fim de se determinar a qualidade de segurado da parte autora. Nomeado perito o médico Carlos Reimir Schreiner Maran. Os quesitos já foram apresentados pelas partes. Oportunamente, será designada audiência de instrução e julgamento" - Advs. ANDREY LUIZ GELLER e MARCOS DANIEL HAEFLIEGER.

89. BUSCA E APREENSÃO - 142/2011 - NU 0000784-96.2011.8.16.0154 - BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x VALDELIR FORTUNATO - "À autora, em 05 dias, face o contido nas certidões de fls. 47" - Adva. FRANCIELE DA ROZA COLLA.

90. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - 143/2011 - NU 0000785-81.2011.8.16.0154 - GABRIEL HENRIQUE GUDINO e outro x JÚLIO CÉSAR CORSO e outros - "À parte excipiente, em 05 dias, sobre a resposta apresentada pelos exceptos às fls. 12/15" - Adv. JOSÉ MAURICIO LUNA DOS ANJOS.

91. COBRANÇA - 156/2011 - NU 0000721-71.2011.8.16.0154 - ITAÚ UNIBANCO S/A x ANGEFARMA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - EPP - "Às partes, em 10 dias, sobre a intenção de se conciliarem, oferecendo proposta por escrito nos autos, evitando-se, assim, a designação de audiência prevista no art. 331 do CPC" - Advs. JORGE LUIZ DE MELO e JOSÉ DORIVAL BANDEIRA.

92. REPARAÇÃO DE DANOS - 169/2011 - NU 0000917-41.2011.8.16.0154 - ANSELMO BARCELOS DOS SANTOS x GUILHERME MUNHOZ ORRICO e outro - "Às partes para, no prazo de 10 dias, indicarem as provas que efetivamente desejam produzir, especificando-as e justificando sua relevância e pertinência, sob pena de indeferimento" - Advs. JOSÉ DORIVAL BANDEIRA e WAGNER DE OLIVEIRA PIRES.

93. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE - 170/2011 - NU 0000928-70.2011.8.16.0154 - SEMILDA DE MOURA MACHADO ANDRES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Deixado de designar audiência de conciliação. Às partes para, no prazo comum de 10 dias, indicarem as provas que efetivamente desejam produzir, especificando-as e justificando sua relevância e pertinência, sob pena de indeferimento; indicando, ainda, o número de testemunhas que pretendem ouvir" - Advs. MARCOS DANIEL HAEFLIEGER e ANDREY LUIZ GELLER.

94. ALVARÁ JUDICIAL - 201/2011 - NU 0001109-71.2011.8.16.0154 - TEREZA LOPES VAZ e outro - "Aos requerentes, em 05 dias, para atendimento à cota ministerial de fls. 20" - Advs. HORÁCIO ANTUNES BARBOSA JUNIOR e JOSÉ RODRIGO DE ANDRADE MACHADO.

95. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INVALIDEZ - 215/2011 - NU 0001193-72.2011.8.16.0154 - ROSANGELA BAPTISTELLA FREIBERG x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "À autora sobre a contestação no prazo de 10 dias" - Advs. ANDREY LUIZ GELLER e MARCOS DANIEL HAEFLIEGER.

96. CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE - 226/2011 - NU 0001217-03.2011.8.16.0154 - VALDOMIRO NUNES CAVALHEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Ao autor sobre a contestação no prazo de 10 dias" - Adva. ROSELILCE FRANCELI CAMPANA.

97. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE - 231/2011 - NU 0001235-24.2011.8.16.0154 - FRIDOLINO NUNES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Ao autor sobre a contestação no prazo de 10 dias" - Adva. ROSELILCE FRANCELI CAMPANA.
98. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE - 233/2011 - NU 0001244-83.2011.8.16.0154 - LAURINDO DA ROSA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Ao autor sobre a contestação no prazo de 10 dias" - Adva. ROSELILCE FRANCELI CAMPANA.
99. BUSCA E APREENSÃO - 239/2011 - NU 0001276-88.2011.8.16.0154 - BANCO VOLKSWAGEN S/A x PEDRO PASCOALOTO CUCHI - "Suspensa a tramitação do feito até decisão final dos autos nº 01/2011" - Adva. MARILI RIBEIRO TABORDA.
100. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE - 243/2011 - NU 0001303-71.2011.8.16.0154 - EDI PAULUS DE SOUZA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "À autora sobre a contestação e documentos no prazo de 10 dias" - Adva. ROSELILCE FRANCELI CAMPANA.
101. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE - 245/2011 - NU 0001306-26.2011.8.16.0154 - AMORIM RODRIGUES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Ao autor sobre a contestação no prazo de 10 dias" - Advs. CEZAR AUGUSTO BAÚ DE CARLI e RODRIGO DALLA VALLE.
102. IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - 0001334-91.2011.8.16.0154 - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL x DAVID BERTI e outros - "Aos requeridos sobre a impugnação no prazo de 10 dias" - Adv. CLEYTON ADRIANO MORESCO.
103. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE - 262/2011 - NU 0001387-72.2011.8.16.0154 - ADELINA SANTOS MELO MONTEIRO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "À autora sobre a contestação no prazo de 10 dias" - Advs. ANDREY LUIZ GELLER e MARCOS DANIEL HAEFLIEGER.
104. CONCESSÃO DE AUXILIO-DOENÇA - 282/2011 - NU 0001466-51.2011.8.16.0154 - VALTER LAZZAROTO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "Ao autor sobre a contestação no prazo de 10 dias" - Adv. PAULO CESAR GNOATTO.
105. INDENIZAÇÃO - 287/2011 - NU 0001494-19.2011.8.16.0154 - IRINEU DA SILVA MULLER x BANCO DO BRASIL S/A - "Tornada sem efeito a decisão de fls. 125. Às partes para tomarem ciência da remessa dos autos a esta Comarca e se manifestarem sobre o prosseguimento do feito" - Advs. DALILA CRISTINA MARCON LISTON e REINALDO MIRICO ARONIS.
106. CONCESSÃO DE AUXILIO-DOENÇA - 288/2011 - NU 0001496-86.2011.8.16.0154 - ROSENILDA DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - "À autora sobre a contestação no prazo de 10 dias" - Adva. ROSELILCE FRANCELI CAMPANA.
107. DECLARATÓRIA DE EXTINÇÃO DE FIANÇA - 316/2011 - NU 0001665-73.2011.8.16.0154 - VALTER FAQUINELLO e outros x COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO FRONTEIRA DO IGUAÇU - SICREDI FRONTEIRA - "A antecipação de tutela será apreciada após o decurso do prazo de contestação. Determinada a citação da requerida" - Adv. ELIZANDRO MARCOS PELLIN.
108. CARTA PRECATÓRIA - 200/2007 - 2ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DE CURITIBA - PR - AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A x DEIZI MARIA BONI - ME e outros - "Deferido o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 60 dias" - Adva. FABRICIO JOSÉ BABY.
109. CARTA PRECATÓRIA - 56/2011 - NU 0001300-19.2011.8.16.0154 - VARA CÍVEL DA COMARCA DE REALEZA - PR - COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE AMPÉRE - CRESOL AMPÉRE x VALDECIR JOÃO PASSER e outro - "À exequente, em 05 dias, face a certidão negativa do Oficial de Justiça" - Adv. CLÁUDIO EDUARDO SBARDELOTTO.
110. CARTA PRECATÓRIA - 70/2011 - NU 0001651-89.2011.8.16.0154 - VARA CÍVEL DA COMARCA DE REALEZA - PR - REJANE FATIMA WEBER TIC x COCA COLA INDÚSTRIA LTDA e outro - "Ao preparo de custas da serventia cível no valor de R$ 454,10 e do Oficial de Justiça no valor de R$ 37,00, no prazo de 30 dias, sob pena de devolução sem cumprimento" - Advs. JOSÉ CARLOS VIEIRA e PEDRO AUGUSTO VANTROBA.
111. ADOÇÃO C/C DESTITUIÇÃO DE PÁTRIO PODER - 21/2010 - NU 0000638-89.2010.8.16.0154 - D.J.R. e outro x C.N.L. - "Convertido o feito em diligência, determinando-se a expedição de ofícios ao TRE, SENEPAR e COPEL, para tentar localizar a parte requerida" - Advs. ADEMAR ANTONIO SANTIN e JULIANA APARECIDA PONCIO DE OLIVEIRA.

ALFREDA BOGESKI - ESCRIVÃ
Silvio Bozeski - Empregado Juramentado
Alan Scandolara - Empregado Juramentado
Daliane Aparecida Pellin - Empregada Juramentada

# SÃO JERÔNIMO DA SERRA

## JUÍZO ÚNICO

**COMARCA DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PARANA**
**DR. OSVALDO TAQUE - JUIZ DE DIREITO**
**Ricardo José A.Giunta - Escrivão**

**RELAÇÃO 17/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADAILTON A.MACIEL JUNIOR 215 25/2007
ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR) 2 176/1988
3 224/1989
4 203/1991
6 16/1992
9 149/1995
11 193/1997
12 79/1998
15 81/1999
39 46/2004
58 40/2007
83 52/2008
157 664/2010
209 37/2008
211 292/2010
217 87/2007
218 72/2009
219 75/2009
ALCIRLEY CANEDO DA SILVA 144 325/2009
156 658/2010
163 786/2010
175 168/2011
ALEXANDRE NELSON FERRAZ 177 201/2011
ANA PAULA PERUSSO DE LIMA 158 666/2010
ANDERSON DE AZEVEDO (OAB: 000025-759/PR) 77 260/2007
ANGELITA OLIVEIRA MARTINS 96 159/2008
221 239/2010
ARIELTON T.ABIA DE OLIVEIRA 86 73/2008
AYRTON LOPES DA SILVA 49 50/2006
BEATRIZ T. DA SILVEIRA MOURA 5 231/1991
33 90/2003
BENEDITO ALVES RODRIGUES 43 12/2005
44 42/2005
46 171/2005
BRAULINO BUENO PEREIRA 18 12/2001
207 1200/2010
CARLOS A.FRANCOVIG FILHO 8 109/1993
CARLOS AUGUSTO RUMIATO 56 9/2007
CARMEM CORTEZ WILCKEN 16 133/1999
52 102/2006
201 45/2008
CELSO DOS SANTOS FILHO 184 361/2011
CESAR AUGUSTO TERRA (OAB: 000017-556/PR) 185 428/2011
186 429/2011
CLAUDIA RODRIGUES (OAB: 000018-012/PR) 30 195/2002
CLEVERSON PEREIRA BUACHAK 174 166/2011
188 461/2011
CLODOALDO JOSÉ VIGGIANI 10 25/1996
CONCEICAO AP.V.DA LUZ 25 109/2002
195 905/2011
202 47/1995
CRISTINA GOMES SEVERINO 183 338/2011
DESPINA ATHANASIO PERUSSO 60 89/2007
DONIZETTI ANTONIO ZILLI 27 131/2002
EDGAR AUGUSTO MARCOLINO 41 142/2004
EDMILDO FERNANDES (OAB: 000026-616/PR) 10 25/1996
11 193/1997
12 79/1998
129 147/2009
194 861/2011
212 6/2005
222 520/2010
EDUARDO AYRES DINIZ DE OLIVEIRA 170 44/2011
EDUARDO KUTIANSKI FRANCO 90 100/2008
EDVALDO GONCALVES LEITE 48 40/2006
ELIAS CESAR MARUCH (OAB: 000035-009/PR) 36 195/2003
EMMANUEL ESTEVAO NUNES MORGADO 210 11/2009
220 127/2009
EMMANUEL ESTEVÃO NUNES MORGADO 108 228/2008
EODES APARICIO PROENCA ARAUJO 42 3/2005
91 102/2008
196 923/2011
213 8/2005
215 25/2007
216 68/2007
220 127/2009

EVALDO GONÇALVES LEITE 27 131/2002
75 243/2007
FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES 65 186/2007
FABIO PUPO DE MORAES 105 222/2008
FERNANDA ANDREIA ALINO 64 169/2007
85 66/2008
99 190/2008
100 192/2008
106 225/2008
110 237/2008
132 166/2009
133 167/2009
148 424/2009
178 211/2011
FERNANDO F.DE QUEIROZ DE MATTOS 213 8/2005
FERNANDO RUMIATO (OAB: 000035-261/PR) 42 3/2005
FLAVIA FERNANDES NAVARRO 125 78/2009
FLAVIO SANTANA VALGAS 57 37/2007
GIOVANI PIRES DE MACEDO 57 37/2007
ILMO TRISTAO BARBOSA 171 85/2011
172 86/2011
197 934/2011
IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO 180 244/2011
181 245/2011
JAIME COMAR (OAB: 005850/PR) 21 26/2002
JARDEL DE JESUS C.MELLO 17 118/2000
JOAO EMILIO ZOLA JUNIOR 20 146/2001
JOAO GARCIA SANCHES (OAB: 008050/PR) 31 33/2003
35 166/2003
JOSE AMARO 157 664/2010
JOSE ARAIDES FERNANDES 58 40/2007
199 1130/2011
JOSE DE OLIVEIRA PAES 6 16/1992
JOSE ROBERTO B. NASSIF 98 185/2008
JOSÉ CARLOS S. JUNIOR 200 1134/2011
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 164 960/2010
189 482/2011
JULIO APARECIDO BITTENCOURT 16 133/1999
224 799/2010
LAURO FERNANDO ZANETTI 1 63/1988
LAURO FERREIRA DA COSTA (OAB: 004028/PR) 7 117/1992
13 95/1998
28 148/2002
41 142/2004
47 24/2006
83 52/2008
208 17/2008
214 6/2006
LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI 15 81/1999
LEONARDO MANARIN DE SOUZA 159 677/2010
LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB: ) 158 666/2010
LUDMEIRE CAMACHO MARTINS 140 254/2009
LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO 203 75/2001
LUIZ PAULO VEIGA FERREIRA DA COSTA 40 79/2004
MARCELO FARINHA (OAB: 000017-370/PR) 206 334/2010
MARCELO MARTINS DE SOUZA 59 86/2007
62 151/2007
63 166/2007
69 215/2007
70 216/2007
71 218/2007
72 221/2007
74 237/2007
78 21/2008
79 22/2008
80 23/2008
81 26/2008
82 28/2008
84 57/2008
87 79/2008
88 80/2008
89 85/2008
93 126/2008
94 127/2008
95 129/2008
97 169/2008
101 204/2008
102 206/2008
103 208/2008
104 216/2008
109 233/2008
112 3/2009
113 4/2009
114 21/2009
115 25/2009
116 26/2009
117 27/2009
118 32/2009
119 35/2009
120 36/2009
121 40/2009
122 43/2009
123 44/2009
124 48/2009
126 105/2009
128 146/2009
134 171/2009
135 177/2009
136 179/2009
137 180/2009
139 220/2009
141 281/2009
143 315/2009
147 359/2009
150 74/2010
151 209/2010
154 438/2010
155 560/2010
161 728/2010
166 963/2010
168 1099/2010
192 575/2011
193 576/2011
MARCIA DE ALMEIDA MOTTA DIAS 223 644/2010
MARCO ANTONIO JOAQUIM 90 100/2008
MARCOS C.A.VASCONCELOS 34 103/2003
MARCOS CEZAR KAIMEM (OAB: 000033-305/PR) 173 152/2011
MARCOS DUTRA DE ALMEIDA 61 101/2007
MARCUS AURELIO LIOGI 38 42/2004
127 110/2009
MARCUS E.PERES DA SILVA 14 140/1998
MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO 21 26/2002
MARIA CHRISTINE WILCKEN (OAB: 222177/SP) 173 152/2011
MARIA ELIZABETH JACOB 53 134/2006
MAURICIO DE O.CARNEIRO 130 161/2009
131 162/2009
142 291/2009
153 359/2010
MIGUEL DE NICOLLETI NETO 146 350/2009
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 179 212/2011
MOHAMED ALIN COSTA NADER 15 81/1999
NELSON PASCHOALOTTO (OAB: 000042-745/PR) 149 431/2009
OSWALDO HIRAN DE MELLO MORAES FILHO 26 129/2002
PAULO ADRIANO BORGES 56 9/2007
PAULO GIOVANI FERRI (OAB: 000019-427/PR) 22 45/2002
23 81/2002
92 109/2008
PAULO J.O. DE NADAI (OAB: 000033-311/PR) 32 52/2003
PAULO ROBERTO MOREIRA 24 104/2002
67 207/2007
182 290/2011
PEDRO RODRIGO ZKHATER FONTES 179 212/2011
PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO 191 486/2011
RAFAEL MARQUES GANDOLFI 31 33/2003
35 166/2003
RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS) 29 182/2002
37 30/2004
45 111/2005
50 67/2006
51 94/2006
54 162/2006
55 180/2006
66 202/2007
68 212/2007
73 232/2007
165 961/2010
167 1097/2010
198 943/2011
REINALDO MIRICO ARONIS 162 739/2010
RENATA CRISTINA COSTA 60 89/2007
RICARDO CREMONEZI (OAB: 000024-165/PR) 77 260/2007
ROBSON SAKAI GARCIA (OAB: 000044-812/PR) 169 43/2011
SADI BONATTO (OAB: 000010-0011/PR) 107 226/2008
108 228/2008
SANDRA MARIA KAIRUZ YOSHIY 138 201/2009
204 29/2009
205 30/2009
SANDRO AUGUSTO BONACIN 195 905/2011
SILVIA REGINA GAZDA (OAB: 000036-642/PR) 190 483/2011
SUZANA TOMOE YUYAMA (OAB: 000027-752/PR) 52 102/2006

TATIANE MUNCINELI (OAB: 000051-491/PR) 169 43/2011
TELISMARA A.D. KLIMIONT 30 195/2002
THAIS TAKAHASHI (OAB: 000034-202/PR) 76 259/2007
111 251/2008
UBALDO C.PAPA E BOGADO 19 125/2001
VALDIR BITTENCOURT (OAB: 000005-046/PR) 18 12/2001
YOSHINORI FUCUDA (OAB: 11636) 172 86/2011
ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA 145 349/2009
152 259/2010
160 681/2010
176 200/2011
187 445/2011

1. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-63/1988-BANCO ITAU S/A x OSCAR MENEZES VIEIRA E CIA LTDA-"... Procedi à tentativa de bloqueio de valores via Sistema BACENJUD (penhora "on-line"). Desde já anexo o recibo quanto ao resultado, o qual restou negativo a exequente para dê prosseguimento ao feito, indicando bens à penhora, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. LAURO FERNANDO ZANETTI (OAB: 000005-438/PR)-.
2. ARROLAMENTO-176/1988-ANDREA DOS SANTOS LOPES x LEONOR DOS SANTOS LOPES e outro-"... Incabível a declaração da nulidade arguida, em razão do já decidido às fls. 146. Assim, manifeste-se a inventariante sobre as cartas precatórias devolvidas. -Adv. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.
3. ARROLAMENTO-224/1989-ADIR MIGUEL NAMUR x JOSE FERNANDES ZORZATO-"... 1- O presente feito tramita desde junho/1989, sendo que por razões diversas, sequer foram apresentadas as últimas declarações. 2- Assim, ao inventariante para que tome conhecimento dos documentos juntados às fls. 175, bem como dê prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento. -Adv. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.
4. ARROLAMENTO-203/1991-MARIA RITA DE PROENCA x JOSE BATISTA DE PROENCA-"...Despacho: Por desídia dos herdeiros no andamento do feito, sendo que todos eles chegaram a ser nomeados inventariantes e destituídos (fls. 17, 27, 41 e 45), somente com a nomeação de um inventariante do juízo foi apresentado plano de partilha (fls. 82/83). partilha de fls. 82/83. Em sentença proferida em 27/05/2004 foi julgada a No entanto, até o presente momento não foram expedidos os formais de partilha, novamente por desídia dos herdeiros, que apesar de devidamente intimados, não procederam ao recolhimento dos tributos devidos. Assim, determino o arquivamento do presente feito, até que haja manifestação dos interessados. -Adv. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.
5. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-231/1991-BANCO DO BRASIL S/A x FRANCISCO MATEUS e outro-"... Ao exequente, para retirar em Cartório ofício expedido a Delegacia da Receita Federal, bem como recolher DARF junto a Receita, para fornecimento da declaração de renda solicitada. -Adv. BEATRIZ T. DA SILVEIRA MOURA (OAB: 000016-588/PR)-.
6. ARROLAMENTO-16/1992-NOEMIA OLIVEIRA DOS SANTOS x ODOVAL DOS SANTOS-"... Tendo em vista que o herdeiro JOSÉ HÉLIO DOS SANTOS foi intimado pessoalmente para que se manifestasse quanto às últimas declarações (fls. 200), tendo-se quedado inerte, deve-se presumir que houve concordância tácita. Assim, ao inventariante para que ultime as diligências visando o encerramento do inventário, inclusive a juntada da certidão federal indicada às fls. 144, cuja juntada já foi reiterada às fls. 164,169 e181. -Advs. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR) e JOSE DE OLIVEIRA PAES (OAB: 000011-200/PR)-.
7. INVENTARIO-117/1992-MARCIA BEZERRA DE ALBUQUERQUE x ANTONIO BEZERRA ALBUQUERQUE e outro-"... Manifeste o procurador da inventariante acerca do pretendido às fls. 218/219, esclarecendo quem deverá ser intimado para conduzir o herdeiro Edvaldo Lopes Bezerra, ou indicar seu endereço, vez que tal informação não consta da referida petição. -Adv. LAURO FERREIRA DA COSTA (OAB: 004028/PR)-.
8. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-109/1993-BANCO DO BRASIL S/A x ANTONIO PEDRO DA SILVA-"... Tem razão o exequente quanto ao alegado às fls. 300, eis que, além do bem avaliado às fls. 280, outros bens foram penhorados no presente feito, conforme se verifica dos autos de penhora de fls. 41 e 54, bem como do laudo de avaliação judicial de fls. 113/114. Assim, determino que se proceda à atualização da avaliação de todos os bens penhorados. Ao exequente, para recolher GRC para avaliação, no valor de R4 179,50. -Adv. CARLOS A.FRANCOVIG FILHO-.
9. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-149/1995-CLEUSA MARIA DA SILVA CABRAL x MILTON ITO-"... Despacho: Procedi à tentativa de bloqueio de valores via Sistema BACENJUD (penhora "on-line"). restou negativo. Desde já anexo o recibo quanto ao resultado, o qual Conforme ofício da Receita Federal juntado às fls. 159, o executado não apresentou declaração de imposto de renda nos últimos cinco anos, não havendo porque reiterar o pedido, como pleiteado pela exequente (fls. 178). A exequente para que dê prosseguimento ao feito, indicando bens à penhora, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.
10. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-25/1996-ASABB - ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO DO BRASIL x BANCO INTERUNION S/A e outro-"... Tem razão o exequente quanto ao alegado retro (fls. 458/459), eis que na conta apresentada às fls. 452/453 não foi incluído o valor dos honorários advocatícios de 10% (dez por cento) devidos pelo Município executado, conforme sentença proferida nos embargos ne 49/2000 (fls. 250/251). Assim, HOMOLOGO a conta apresentada às fls. 452/453, ressalvando-se o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas, referentes a honorários advocatícios devidos pelo Município executado. Proceda-se à expedição do RPV no valor indicado na conta geral, acrescido dos 10% (dez por cento) referente aos honorários advocatícios devidos por forca do julgamento dos embargos. -Advs. CLODOALDO JOSÉ VIGGIANI (OAB: 000042-354/PR) e EDMILDO FERNANDES (OAB: 000026-616/PR)-.
11. RECLAMACAO TRABALHISTA-193/1997-CELIA DA SILVA x MUNICÍPIO DE SÃO JERONIMO DA SERRA - PR-"... Considerando a ordem de preferência de bens à penhora estabelecida no Art. 655 do CPC, procedi à tentativa de bloqueio de valores via Sistema BACENJUD (penhora "on-line'). restou positivo. Desde já anexo o recibo quanto ao resultado, o qual Assim, às partes quanto à diligência realizada, bem como para que pleiteiem o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. -Advs. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR) e EDMILDO FERNANDES (OAB: 000026-616/PR)-.
12. RECLAMACAO TRABALHISTA-79/1998-MARIA APARECIDA DA SILVA NIGRA x MUNICÍPIO DE SÃO JERONIMO DA SERRA - PR-"... Considerando a ordem de preferência de bens à penhora estabelecida no Art. 655 do CPC, procedi à tentativa de bloqueio de valores via Sistema BACENJUD (penhora "on-line"). Desde já anexo o recibo quanto ao resultado, o qual restou positivo. As partes para que se manifestem quanto ao resultado do bloqueio, pleiteando o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR) e EDMILDO FERNANDES (OAB: 000026-616/PR)-.
13. ARROLAMENTO-95/1998-GILMAR INACIO x MANOELINA ZEFERINO INACIO e outro-"... É certo que já foi prolatada sentença que homologou a adjudicação nos presentes autos de arrolamento (fls. 88), tendo sido ainda emitida carta de adjudicação (fls. 130/131). No entanto, ficou pendente o recolhimento de tributos, sendo que o procurador do inventariante foi intimado para regularização (fls. 142), tendo permanecido inerte (fls. 143), e o inventariante não foi localizado para intimação pessoal, estando em local incerto e não sabido (fls. 144-verso). Assim, julgo extinto o processo, nos termos do Art. 267, incisos Ii e III, do Código de Processo Civil. Custas remanescentes pelo requerente. -Adv. LAURO FERREIRA DA COSTA (OAB: 004028/PR)-.
14. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-140/1998-BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A x ARY MOREIRA BRANCO e outro-"... Despacho: Procedi a tentativa de bloqueio de valores via Sistema BACEN JUD - Penhora on-line. Desde já anexo o recibo quanto resultado, o qual resultou negativo Ao exequentem, para que dê prosseguimento ao feito, indicando bens à penhora, no prazo de 10 (dez) dias. . -Adv. MARCUS E.PERES DA SILVA-.
15. INDENIZACAO-81/1999-FERNANDA DIOCINA DOS SANTOS GARCIA e outro x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A - BANESTADO-"... Homologado o acordo entabulado entre as partes, nos termos contidos às fls. 496/499, julgando extinto o presente processo, com julgamento de mérito, o que faço com fulcro no artigo 269, inciso III do CPC. -Advs. MOHAMED ALIN COSTA NADER (OAB: 000024-295/PR), ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR) e LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI (OAB: 000037-775/PR)-.
16. ACAO CIVIL PUBLICA-133/1999-MUNICIPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA - PARANÁ x JOSE MANUEL FERREIRA PEREIRA e outros-"... 1 - Acolho os argumentos expendidos pelos requeridos/recorrentes às fls. 951/952, eis que houve o devido preparo do recurso no momento da sua interposição, conforme demonstram as cópias das guias de recolhimentos de fls. 953/954, e cujos originais encontram-se na contracapa do 1Q volume dos presentes autos. Assim, revogo o item 3 do despacho proferido às fls. 949 e recebo o recurso de apelação interposto às fls. 690/709 em seus efeitos devolutivo e suspensivo (Art. 520 do CPC), uma vez que preenchidos os pressupostos objetivos e subjetivos pertinentes. 2- A parte recorrida para, querendo, contra arrazoar, em quinze dias. -Advs. CARMEM CORTEZ WILCKEN (OAB: 000022-932/PR) e JULIO APARECIDO BITTENCOURT (OAB: 000050-027/PR)-.
17. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-118/2000-LAERCIO ALCANTARA DOS SANTOS x JAIME CAMARGO e outro-"... Antes de decidir quanto aos pleitos formulados às fls. 219/225, fazendo valer os princípios do contraditório e da ampla defesa, intimem-se os executados para que se manifestem quanto ao certificado pelo Sr. Oficial de Justiça às fls. 215-verso, bem como quanto aos pedidos do exequente, ambos no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. JARDEL DE JESUS C.MELLO (OAB: 000158-367/SP)-.
18. RESCISAO DE CONTRATO-12/2001-ORLY ELIZEU IGLESIAS e outro x PAULO JOSÉ MALUTA e outro-"... Em pesquisa ao sistema de consulta processual do Tribunal de Justiça do Paraná, foi constatado que o Agravo de Instrumento interposto às fls. 496/503 (registrado sob ne 781004-0) ainda pende de julgamento. Tendo em vista que a análise do Agravo de Instrumento não impede o prosseguimento ao feito, is partes para que dêem cumprimento à decisão de fls. 490/491, bem como pleiteiem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. BRAULINO BUENO PEREIRA (OAB: 000011-365/PR) e VALDIR BITTENCOURT (OAB: 000005-046/PR)-.
19. INVENTARIO-125/2001-CELESTRINA SOUZABURO NOMURA x IWAO NOMURA-"... A inventariante não foi encontrada no endereço informado, sendo que foi certificado que a mesma é falecida já há algum tempo (fls. 184). Da mesma forma, foi constatado que o herdeiro Paulo Toshimi Nomura também faleceu (fls. 190-verso). Por fim, o procurador da inventariante não foi encontrado, tendo-se mudado sem comunicar este juízo (fls. 178 e 208). Assim, não havendo possibilidade de dar prosseguimento ao feito, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do Art. 267, incisos II, III e Vi, parte final, do Código de Processo Civil. Custas remanescentes pelos autores. -Adv. UBALDO C.PAPA E BOGADO (OAB: 000026-815/PR)-.
20. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-146/2001-LUIZA MARIA RODRIGUES x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... Ao requerente quanto à decisão do agravo de instrumento (fls. 253/255), bem como para que pleiteiem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. JOAO EMILIO ZOLA JUNIOR-.
21. EMBARGOS A EXECUCAO-26/2002-ANTONIO CARLOS GARCIA DE CASTRO FILHO e outro x TOMITA ITIMURA COM. DE PROD. AGROPECUARIOS LTDA-"... Deferido o prazo de 10 (dez) dias para que os embargantes apresentem quesitos,

bem como indiquem assistente técnico. Observa-se que o embargado indicou assistente técnico, porém informou que não tem quesitos a apresentar, ressalvada a possibilidade de apresentação de quesitos suplementares (fls. 98/99). -Advs. JAIME COMAR (OAB: 005850/PR) e MARCUS VINICIUS BOSSA GRASSANO (OAB: 021151/PR)-.

22. ACAO DE COBRANCA-45/2002-CONFEDERACAO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA e outro x ANTONIO ROBERTO PACKER-"... Julgado extinto sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VIII do CPC. -Adv. PAULO GIOVANI FERRI (OAB: 000019-427/PR)-.

23. ACAO DE COBRANCA (SUMARIO)-81/2002-CONFEDERACAO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA e outro x JOSE CARLOS KRINCHEV-"... 1 - Considerando a ordem de preferência de bens à penhora estabelecida no Art. 655 do CPC, defiro o pedido de realização de penhora "on-line" (fls. 167). Desde já anexo o resultado da tentativa de bloqueio de valores (Sistema BACENJUD), o qual restou negativo. 2 - Assim, ao exequente para que dê prosseguimento ao feito, indicando bens à penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento. -Adv. PAULO GIOVANI FERRI (OAB: 000019-427/PR)-.

24. USUCAPIAO-104/2002-SIDNEI MARTINS LINO-"... Nomeado como curador especial aos réus citados por edital, o Dr. Paulo Roberto Moreira. Ao mesmo, para manifestar-se sobre a aceitação do encargo e em caso positivo, apresentar contestação. -Adv. PAULO ROBERTO MOREIRA (OAB: 000026-120/PR)-.

25. INDENIZACAO-109/2002-JOVENALDO DE OLIVEIRA DIAS x BANCO DO BRASIL S/A-"... 1 -Ao exequente para que proceda levantamento do valor em depósito judicial, como já determinado às fls. 274, item 03). Ao Exequente, para retirar em Cartório alvará judicial em Cartório. 2 - Deve ainda o exequente ainda informar se ainda tem algo a pleitear no presente feito, no prazo de 05 (cinco) dias. -Adv. CONCEICAO AP.V.DA LUZ (OAB: 000020-513/PR)-.

26. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-129/2002-COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO TIBAGI LTDA e outro x LEOPOLDO LULEI SATZKE e outro-".. Nomeado como curador do executado citado via edital o Dr. Oswaldo HIran de Mello Moraes Filho, Ao mesmo para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. -Adv. OSWALDO HIRAN DE MELLO MORAES FILHO (OAB: 000051-611/PR)-.

27. EMBARGOS A EXECUCAO-131/2002-VEJA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA e outros x BANCO DO BRASIL S/A-"... Face ao exposto, observado o disposto no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os presentes embargos à execução movida por Veja - Indústria e Comércio de Confecções Ltda e Vera Lúcia da Silva Rugila e Jaír Rugila em face do Banco do Brasil S/A, na forma acima fundamentada, tão-somente para determinar a redução da multa moratória contratual de 10% (dez por cento) para 2% (dois) por cento, referente ao contrato de abertura de crédito fixo firmado entre as partes. Aplicando-se o princípio da sucumbência (art. 21 do CPC), e considerando que houve sucumbencia recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas processuais, na ordem de 75% (setenta e cinco por cento) para os embargantes e 25% (vinte e cinco por cento) para o embargado; sendo que no tocante aos honorários advocatícios, condeno os embargantes a pagar o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) ao patrono do embargado e condeno o embargado a pagar o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao patrono dos embargantes, considerando-se o trabalho realizado, o tempo despendido para tanto, a natureza e a complexidade da causa e o grau de zelo do profissional. Certifique-se acerca da presente decisão nos autos de execução, observando-se o item ns 5.13.4 do Código de Normas da CGJ-PR. Prossiga-se na execução, na forma acima decidida. -Advs. DONIZETTI ANTONIO ZILLI e EVALDO GONÇALVES LEITE (OAB: 000032-038B/PR)-.

28. ARROLAMENTO-148/2002-CLEBERSON VASSAN x CECILIA INACIO VASSAN-"... Ao inventariante, para comprovar em cinco dias o recolhimento imposto causa mortis devido. -Adv. LAURO FERREIRA DA COSTA (OAB: 004028/PR)-.

29. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-182/2002-BANCO DO BRASIL S/A x DORIVAL APARECIDO DA SILVA e outros-"... Julgada extinta a execução, com fulcro no artio 791, inciso I do CPC. -Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

30. ACAO MONITORIA-195/2002-DESEMPAR - DEFENSIVOS AGRICOLAS SEM.PALMEIRA LTDA x KARLA WILCKEN-"... 1. Procedi à tentativa de bloqueio de veículos automotores de propriedade da requerente, via Sistema RENAJUD, sendo que foram localizados 2 (dois) veículos, os quais já possuem restrições, conforme demonstrativos em anexo. 2. Assim, intime-se o requerente quanto ao resultado acima, bem como para que pleiteie o que for do seu interesse, no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. TELISMARA A.D. KLIMIONT (OAB: 000020-460/PR) e CLAUDIA RODRIGUES (OAB: 000018-012/PR)-.

31. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-33/2003-COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO TIBAGI LTDA x ERALDO LUIZ KUSTER-"... Homologado o acordo celebrado e julgado extinto o processo , com fundamento no artigo 269, inciso III c/c artigo 794 do CPC. Custas de Lei. -Advs. JOAO GARCIA SANCHES (OAB: 008050/PR) e RAFAEL MARQUES GANDOLFI (OAB: 000025-765/PR)-.

32. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-52/2003-LARINI COM. DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA x KATIA PATRICIA SCERBO-"... Ao exequente, para que se manifeste quanto a execeção de pré-executividade oposta pela executada às fls. 124/132, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. PAULO J.O. DE NADAI (OAB: 000033-311/PR)-.

33. ACAO DE COBRANCA (RITO EXEC.)-90/2003-BANCO DO BRASIL S/A x SEBASTIAO PEREIRA AYALA-"... 1 - Quanto ao teor da petição juntada às fls. 186, houve engano por parte do requerente, eis que não há qualquer bem penhorado nos autos, muito menos avaliação, sendo que a parte autora deveria apresentar cálculo da dívida na forma do acórdão do e. Tribunal de Justiça do Paraná (fls. 161/67). Ao requerente, para que apresente o valor devido pelo requerido, dando prosseguimento ao feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento. -Adv. BEATRIZ T. DA SILVEIRA MOURA (OAB: 000016-588/PR)-.

34. ACAO MONITORIA-103/2003-NORFACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA x HELISSON MARCELO SCERBO-"... Despacho: Procedi a tentativa de bloqueio de valores via suistema BACENJUD (penhora on line). Desde já anexo recibo quanto ao resultado, o qual restou negativo, tendo desbloqueado valor irrisório. Ao exequente, para que dê prosseguimento ao feito, indicando bens à penhora, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. MARCOS C.A.VASCONCELOS-.

35. EMBARGOS A EXECUCAO-166/2003-ERALDO LUIZ KUSTER x COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO TIBAGI LTDA-"... Homologado o acordo celebrado e julgado extinto o procesos , com fundamento no artigo 269, inciso III c/c artigo 794 do CPC. Custas de Lei. -Advs. RAFAEL MARQUES GANDOLFI (OAB: 000025-765/PR) e JOAO GARCIA SANCHES (OAB: 008050/PR)-.

36. DEPOSITO-195/2003-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DA REGIAO NORTE DO PARANA - SICREDI x HELISSON MARCELO CERBO-"... 1 - Nos termos do art. 475-J do Código de Processo Civil (com redação dada pela Lei n° 11.232/2005), a parte autora, ora executada, através de para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o valor da condenação determinada por sentença - R$ 8.572,87 (valor atualizado até a data de 30/04/2011, a ser atualizado por ocasião do pagamento), acrescido de juros e correção monetária, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10% (dez por cento) e penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para satisfazer o crédito exeqüendo. Adv. ELIAS CESAR MARUCH (OAB: 000035-009/PR)-.

37. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-30/2004-HELENA VODINCIAR BISCAIA x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... O requerido INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS pleiteia a devolução, por parte da autora HELENA VODINCIAR BISCAIA, do valor que foi pago a esta a título de antecipação de tutela, concedida na sentença que julgou procedente o pedido, a qual foi reformada pelo e. Tribunal Regional Federal da 4a. Regional. Informa que foi implantado o benefício de aposentadoria por idade rural em 01/03/2007, em favor da requerente, tendo o benefício cessado em janeiro/2008. E que com o reconhecimento definitivo pelo TRF4 de que o INSS nada deve, as importâncias recebidas geraram enriquecimento sem causa em favor da parte autora, e, por conseguinte, prejuízos ao Erário, o que impõe o seu ressarcimento. Por sua vez, a requerente sustenta que o referido acórdão do TRF4 em momento algum determinou a devolução de qualquer parcela percebida a título de antecipação de tutela, sendo que os tribunais pátrios sedimentaram o entendimento quanto à impossibilidade da devolução dos alimentos percebidos (que é a natureza do benefício previdenciário), em razão de antecipação de tutela. Decido. Da análise do processado e aplicando-se o direito e o entendimento jurisprudencial dominante, e ainda, a equidade e a justiça ao caso concreto, julgo que razão cabe à requerente. Com efeito, os nossos tribunais, inclusive o Superior Tribunal de Justiça, firmaram o entendimento no sentido da impossibilidade da devolução dos valores percebidos a título de beneficio previdenciário. em razão do seu caráter alimentar, incidindo o princípio da irrepetibilidade dos alimentos. O fato da sentença que concedeu o benefício previdenciário ter sido modificada em definitivo, não pode implicar na devolução dos valores pagos até então a título de antecipação de tutela. Ao contrário do que alega o requerido, não houve execução provisória da sentença, a qual corre por conta e risco do exequente, inclusive com responsabilidade objetiva, e nem houve erro material que ocasionasse o pagamento indevido do benefício previdenciário. Tratou-se aqui de uma decisão deste juízo de implantar de imediato o benefício da aposentadoria rural, por entender que a requerente comprovou os requisitos legais para tanto, não havendo qualquer indício de má-fé pela parte autora, com o fito de obter vantagem indevida. O acórdão do Tribunal Regional Federal da 4a Região acatou os argumentos do INSS e modificou a sentença proferida por este juízo, determinando a cessação do benefício implantado, o que não implica no ressarcimento dos valores pagos ao INSS. Tribunal de Justiça: Sobre o assunto, vide os seguintes acórdãos do Superior "PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO EM URV. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS POR FORÇA DA DECISÃO RESCINDENDA. AÇÃO RESCISÓRIA. CABIMENTO. SÚMULA 343 DO STF. INAPLICABILIDADE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ANÁLISE DOS REQUISITOS. SÚMULA 07. IMPOSSIBILIDADE. Uma vez reconhecida a natureza alimentar dos benefícios previdenciários, descabida é a restituição requerida pela Autarquia, em razão do princípio da irrepetibilidade dos alimentos." (STJ - AgRg no REsp 673.864/RS, Rei. Min. GILSON DIPP. Quinta Turma, DJ de 13/12/04) (negritei) "PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL RESTABELECIMENTO DE APOSENTADORIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido da impossibilidade da devolução dos proventos percebidos a título de benefício previdenciário, em razão do seu caráter alimentar, incidindo, na hipótese, o princípio da irrepetibilidade dos alimentos. 2. Recurso especial conhecido e improvido." (STJ - REsp 446.892/RS - Rei. Ministro Arnaldo Esteves Lima - DJU de 18/12/06, p. 461) (negritei) É certo que os valores que foram recebidos pela autora a titulo de antecipação de tutela, originaram-se do Erário, mas não ocasionaram enriquecimento sem causa, pois foram utilizadas em prol do sustento da requerente, dado o caráter alimentar do benefício previdenciário. Isso posto, julgo improcedente o pleito do requerido (INSS) quanto à devolução por parte da requerente (HELENA VODINCIAR BISCAIA) dos valores do benefício previdenciário de aposentadoria rural pagos em razão da antecipação de tutela concedida na sentença. ' Com o trânsito em julgado da presente decisão, voltem os autos conclusos para desbloqueio dos valores em nome da requerente junto às instituições financeiras, via Sistema BACENJUD. -Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

38. ACAO DE COBRANCA-42/2004-BANCO DO BRASIL S/A x JOSE CLIMACO DOS PASSOS-"... Em pesquisa ao Sistema BACENJUD, foram obtidos diversos endereços do requerido, conforme demonstrativo em anexo. Assi, ao exequente para

que pleiteie o que for de seu interesse, no prazo de 05 (cinco) dias. -Adv. MARCUS AURELIO LIOGI (OAB: 000025-816/PR)-.

39. USUCAPIAO-46/2004-ALEIXO KMIECIK-Ao requerente, para em cinco dias retirar em Cartório e recolher GRC no valor de R$ 37,00 para intimação do espólio de Manoel Catarino. -Adv. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.

40. ARROLAMENTO-79/2004-ADIR PINTO DE OLIIVEIRA x JOAQUIM MODESTO DA ROSA e outro-"... Homologado o plano de partilha de fls. 04 destes autos e julgadio procedente o pedido. -Adv. LUIZ PAULO VEIGA FERREIRA DA COSTA (OAB: 000035-399/PR)-.

41. ARROLAMENTO-142/2004-JOSE AURELIANO ALVES x MARIA ORMINDA ALVES-"... Considerando a regularidade do pedido e da documentação acostada, julgado procedente o pedido de inventário ajuizado, homologando o planod e partilha de fls. 233/241, inclusive com relação aso bens já alienados a terceiros, com a ressalva do contido na petição de fls. 263. -Advs. LAURO FERREIRA DA COSTA (OAB: 004028/PR) e EDGAR AUGUSTO MARCOLINO (OAB: 000052-674/PR)-.

42. INVENTARIO-3/2005-ANDREIA FERREIRA LAVRE x IVALTO FERREIRA LAVRE-As partes, para: a) especificar(em) no prazo de 10 (dez) dias, as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. b) manifestar(em)-se acerca da possibilidade de conciliação em audiência, na forma do artigo 331 do CPC. -Advs. EODES APARICIO PROENCA ARAUJO (OAB: 000034-843/PR) e FERNANDO RUMIATO (OAB: 000035-261/PR)-.

43. ACAO MONITORIA-12/2005-GARÇA RURAL - COM.REP.PROD. AGROPECUARIOS LTDA x CELSO VIEIRA e outro-"... Na petição dretro, noticia o executado que não há insolvência de sua parte. Portanto, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que nomeie novos bens à penhora, visando garantir dívida contraída junto ao exequente. -Adv. BENEDITO ALVES RODRIGUES (OAB: 000013-819/PR)-.

44. EXECUCAO CIVIL PUBLICA-42/2005-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x BENEDICTO GOMES DE PAULA-"... VISTOS ETC. 1. Proceda-se a(s) atualizações do(s) valor(es) da(s) avaliação de fls. 303, evitando-se as realizações de novas avaliações e intimem-se as partes. 2. Determino que a Escrivania expeça, caso ainda não o tenha feito, os ofícios requisitórios mencionados no C.N 5.8.14.2 e 5.8.14.5, com prazo de 60 (sessenta) dias, no entanto, independentemente de resposta de tais ofícios, deverá ser agendado através do leiloeiro abaixo nomeado as datas para as praças públicas, evitando-se que haja coincidência com outros leilões da mesma empresa. Observando-se que na primeira hasta não será admitido valor inferior ao da avaliação, e que na segunda hasta não será admitido o preço vil, este considerado se inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. 3.Caso não haja expediente forense nos dias designados, fica, desde já, designado o primeiro dia útil subsequente, independentemente de novo aviso. 4. As hastas serão realizadas pela Empresa Leilões Judiciais Serrano, que nomeio para o ato, cuja comissão de 5% do valor arrecadado em caso de leilão positivo, a ser pago pelo arrematante; 2% do valor da avaliação em caso de adjudicação, a ser pago pelo adjudicante; 2% do valor da avaliação em caso de acordo entre as partes, a ser pago pela executada, se realizado após preparados os leilões e 2% da avaliação em caso de remissão, pelo remitente. Proceda a Escrivania a sua notificação, bem como para que a mesma agende a data para a realização das praças na forma especificada no item 03. 5. Após o agendamento das datas, através da empresa de leilões acima nomeada, o qual deverá ser documentado nos autos, expeça-se edital para ser publicado no local de costume e publicado uma vez no Diário da Justiça (687, parágrafo Io do CPC, o que deverá ser feito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes da primeira hasta. 6.A(s) parte(s) executada(s) será cientificada doa dia, hora e local das hastas, por intermédio de seu advogado ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por meio de carta registrada, mandado ou até mesmo edital, e, será também cientificada que poderá até antes de assinado o auto ou termo, remir a execução na forma do art. 651 do Código de Processo Civil. 7.Oberve-se no que for pertinente o artigo 686 do Código de Processo Civil. 8.Sem prejuízo das diligências supra, cumpra-se, no que for pertinente o item 5.8.14 do C.N, in verbis: "Na alienação em hasta pública, o edital de arrematação mencionará o montante do débito e da avaliação dos bens em valores atualizados, bem como as respectivas datas. Se a conta ou o laudo datarem de mais de 30 (trinta) dias, a própria Escrivania providenciará a atualização mediante aplicação do índice oficial adotado judicialmente. Nesse caso, do edital constará o valor primitivo, o valor atualizado e as suas datas (...)" 9. Observe-se a Escrivania, que a arrematação constará de auto a ser lavrado de imediato, nele mencionadas todas as condições pelas quais foi alienado o bem, devendo ser assinado pelo Juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro. 10.Observe-se também, que a arrematação far-se-á mediante pagamento imediato do preço pelo arrematante ou, no prazo de 15 (quinze) dias, mediante caução. 11.Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias, certifique-se o não oferecimento de embargos e cumpram-se as determinações contidas no C.N 5.8.15, in verbis: "II - No caso de imóveis: a) Requisitem-se as certidões negativas das Fazendas Públicas do Estado e do Município. b)Determina-se o recolhimento do imposto de transmissão inter-vivos. c) Realiza-se ou atualiza-se o cálculo. d) Pagas as custas e autorizada a expedição de carta de levantamento do preço, devolve-se ao executado o que sobejar ou prossegue a execução pelo saldo devedor, conforme o caso". 12. Em seguida, venham-me os autos conclusos para determinação da expedição de carta de arrematação. -Adv. BENEDITO ALVES RODRIGUES (OAB: 000013-819/PR)-.

45. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-111/2005-VICENTINA DE JESUS PEDROSO x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... Ao requerente, para em 05 (cinco) dias esclarecer se já promoveu ação de retificação de registro civil, visando sanar o equívoco contido em sua certidão de nascimento. -Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

46. EMBARGOS A EXECUCAO-171/2005-CARLOS VICENTE JUNIOR x FERNANDO CEZAR LARINI-"... Ao embargante, para juntar aos autos cópia do auto de apreensão do veículo descrioto na petição de fls. 125, em cinco dias. -Adv. BENEDITO ALVES RODRIGUES (OAB: 000013-819/PR)-.

47. ARROLAMENTO-24/2006-ALEXANDRINA ANGELICA DOS SANTOS x FRANCISCO PAULO DE ALMEIDA-"... Ao procurador judicial da inventariante, para em cinco dias informar o endereço atual de sua cliente. Adv. LAURO FERREIRA DA COSTA (OAB: 004028/PR)-.

48. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-40/2006-BANCO DO BRASIL S/A x COMERCIAL MASTER ARGENTINO LTDA e outros-"... 1 - Determino que a Escrivania expeça, caso ainda não tenha feito, os ofícios requisitórios mencionados no C.N 5.8.14.2 e 5.8.14.5, com prazo de 60 (sessenta) dias, no entanto, independentemente da resposta de tais ofícios deverá ser agendado através do leiloeiro abaixo nomeado as datas para a praça pública, evitando-se que haja coincidência com outro leilão da mesma empresa. Observando-se que na primeira hasta não será admitido valor inferior ao da avaliação, e que na segunda hasta não será admitido o preço vil, este considerado se inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. 2 - Caso não haja expediente forense nos dias designados, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente, independentemente de novo aviso. 3 - As hastas serão realizadas pela Empresa Leilões Judiciais Serrano, que nomeio para o ato, cuja comissão de 5% do valor arrecadado em caso de leilão positivo, as ser paga pelo arrematante; 2% do valor da avaliação em caso de adjudicação, a ser pago pelo adjudicante; 2% do valor da avaliação em caso de acordo entre as partes a ser pago pela executada, se realizado após preparados os leilões e 2% da avaliação em caso de remissão, pelo remitente, Proceda a Escrivania a sua notificação, bem como para que a mesma agende a data para a realização das praças na forma especificada no item 03. 4 - Após o agendamento das datas através da empresa de leilões acima nomeada, o qual deverá ser documentado nos autos, expeça-se edital para ser publicado no local de costume e publicado uma vez no Diário da Justiça (687 parágrafo 19 do CPC, o que devera ser feito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes da primeira hasta). 5 - A(s) parte(s) executada(s) será cientificada do dia, hora e local das hastas, por intermédio de seu advogado ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por meio da carta registrada, mandado ou até mesmo edital, e, será também cientificada que poderá até antes de assinado o auto ou termo, remir a execução na forma do art. 651 do Código de Processo Civil. 6 - Observe-se no que for pertinente o artigo 686 do Código de Processo Civil.7 - Sem prejuízo das diligências supra, cumpra-se, no que for pertinente o item 5.8.14 do C.N, in verbis: "Na alienação em hasta pública, o edital de arrematação mencionará o montante do débito e da avaliação dos bens em valores atualizados, bem como as respectivas datas. Se a conta ou o laudo datarem de mais de 30 (trinta) dias, a própria escrivania providenciará a atualização mediante aplicação do índice oficial adotado judicialmente. Nesse caso, do edital constará o valor atualizado e as suas datas (.-)"o 8 - Observe-se a Escrivania, que a arrematação constará de auto a ser lavrado de imediato, nele mencionadas todas as condições pela quais foi alienado o bem, devendo ser assinado pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro. 9 - Observe-se, também, que a arrematação far-se-á mediante pagamento imediato do preço pelo arrematante ou, no prazo de 15 (quinze) dias, mediante caução. 10 - Decorrido o prazo de 05(cinco) dias, certifique-se o não oferecimento de embargos e cumpram-se as determinações contidas no C.N 5.8.15, in verbis: "II - no caso de imóveis: a- requisitem-se as certidões negativas das Fazendas Pública do Estado e do Município; b- Determine-se o recolhimento do imposto de transmissão inter-vivos; c- Realize-se ou atualize-se o
cálculo; d- Pagas as custas e autorizada a expedição de carta de levantamento do preço, devolve-se ao executado o que sobejar ou prossegue a execução pelo saldo devedor, conforme o caso". 11 - Em seguida, venham-me os autos conclusos para determinação da expedição de carta de arrematação. 12 - Oficie-se ao juízo deprecante informando dos atos. -Adv. EDVALDO GONCALVES LEITE-.

49. USUCAPIAO-50/2006-NEY LUIZ ABDALA DERBLI-"... Acato os argumentos trazidos pelo requerente às fls.123/124. Ao requerente para que informe se pretende produção de provas em audiência, no prazo de 10 (dez) dias, indicando o objetivo e a pertinência de cada uma delas, sob pena de indeferimento. -Adv. AYRTON LOPES DA SILVA (OAB: 000012-551/PR)-.

50. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-67/2006-MARIA DE LURDES SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... A parte autora opôs embargos de declaração alegando erro material na sentença de fls. 185/188, posto que na r. decisão não contou corretamente o nome da autora da ação. Pede, assim, a correção da divergência da r. sentença, adequando-a a real intenção do processo. É, em síntese, o relatório Tempestivos, conheço dos embargos. No mérito, assiste razão à parte embargante. A sentença recorrida está eivada de erro material. Com efeito, por ora, de rigor a troca do nome da r. sentença, onde consta o nome de GERALDO JOSÉ DE FREITAS leia-se MARIA DE LURDES SANTOS. Ante todo o exposto, conheço dos embargos, e os acolho no mérito, reformando a sentença embargada nos termos supra. -Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

51. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-94/2006-MARGARIDA SOARES x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... Recebida a apelação, somente no efeito devolutivo, nos termos do artigo 520, inciso VII (confirmar a antecipação dos efeitos da tutela) do CPC, eis que é tempestiva. Ao apelado para se querendo responder em 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 518 do CPC. -Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

52. RESCISAO DE CONTRATO-102/2006-HTA ENGENHARIA APLICADA LTDA x MUNICIPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA - PARANÁ-"... 1- Intime-se o requerido para que junte os quesitos mencionados na petição de fls. 125, no prazo de 05 (cinco) dias, eis que não foram anexados como informado. 2- Intime-se a requerente para que providencie os documentos indicados às fls. 201/202, no prazo de 10 (dez) dias.- Advs. SUZANA TOMOE YUYAMA (OAB: 000027-752/PR) e CARMEM CORTEZ WILCKEN (OAB: 000022-932/PR)-.

53. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-134/2006-JOAQUINA BUENO FERREIRA x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... I - Recebo a apelação a ser juntada aos autos, somente no efeito devolutivo, nos termos do artigo 520. inciso VII

(confirmar a antecipação dos efeitos da tutela) do Código de Processo Civil, eis que é tempestiva. II - Intime-se o Apelado, para se querendo responder em 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 518, do Código de Processo Civil.. -Adv. MARIA ELIZABETH JACOB (OAB: 000015-793/PR)-.

54. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000073-64.2006.8.16.0155-ZILDA CANDIDA DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-Ao autor, para ciência do(a) acórdão, bem como para requererem o que for de direito, no prazo de cinco dias. -Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

55. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-180/2006-ALICE DOS SANTOS NUNES x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-Justificação Administrativa designada para o dia 07 de novembro de 2011, às 11:00 horas, no INSS - Agência de Londrina - Pr - Rua Professor João Candido 635 - centro -Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

56. EMBARGOS A EXECUCAO-9/2007-MANOEL ROCHA RODRIGUES x PONTO RURAL COM E DIST DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA-"... A fim de evitar tumulto processual, considerando-se que houve sucumbência recíproca, nos termos acórdão de fls.J 02/119, primeiramente, manifestem-se as partes quanto aos pleitos de fls. 125/126 e 127/129, no prazo comum de 5 (cinco) dias. Não havendo concordância, determino que o Sr. Contador Judicial proceda ao cálculo das verbas de sucumbência na forma do mencionado acórdão, mais especificamente às fls. 118. -Advs. PAULO ADRIANO BORGES e CARLOS AUGUSTO RUMIATO (OAB: 000029-106/PR)-.

57. BUSCA E APREENSAO-CAUTELAR-37/2007-B.V. FINANCEIRA S/A - CFI x SERGIO AGOSTINHO PINTAR-"... 1. Recebo o agravo retido interposto às fls. 139/142. 2. Nos termos do § 2o do Art. 523 do Código de Processo Civil, ao agravado (Sergio Agostinho Pintar) para responder, no prazo de 10 (dez) dias. 3. A autora (BV FINANCEIRA S/A) para comprovação do depósito dos honorários periciais. -Advs. FLAVIO SANTANA VALGAS (OAB: 000044-331/PR) e GIOVANI PIRES DE MACEDO (OAB: 000022-6775/PR)-.

58. DECLARATORIA NULIDADE.ATO JR.-40/2007-MARIA IZABEL GARCIA e outros x ELIANE AVANZO DE PAULA GROOT-"... O pedido supra, formulado pelos autores (fls. 584/588), de reforma da decisão de fls. 488/492 (que não recebeu o recurso de apelação por julgá-lo intempestivo e deserto), é incabível, eis que já foi objeto de recurso de Agravo de Instrumento. Assim, cabe ao e. Tribunal de Justiça decidir pela manutenção ou pela reforma do referido pronunciamento jurisdicional Ademais, nas informações prestadas por este juízo quanto ao Agravo de Instrumento (ns 814.036-5), este juízo informou que mantinha a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos (fls. 581/582). Assim, aguarde-se a decisão do Agravo de Instrumento. -Advs. JOSE ARAIDES FERNANDES (OAB: 000004-545/PR) e ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.

59. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-86/2007-FLORIZA ROSA DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-Audiência de Instrução e Julgamento dia 07/02/2012, às 13:30 horas. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

60. EXECUCAO DE T.JUDICIAL-89/2007-UBIRAJARA FERREIRA DE MELLO e outros x BANCO ITAU S/A e outro-"... Não há previsão legal para o pedido reconsideração, formalizado pelo Banco réu, pelo que o desconheço. de Ademais, compulsando atentamente à demanda aqui proposta, verifica-se inclusive que não é o caso de aplicação do inciso III do artigo 475-0 do Código de Processo Civil, sendo, portanto, indevida a prestação de caução pelos autores1. Por conseguinte, entendo seja desnecessária a prestação de caução pelos exequentes como exigência para levantamento da penhora, tendo-se em vista o pequeno valor executado, bem como a confortável situação financeira dos litigantes. Desta forma, aos exequentes para darem prosseguimento à execução, requerendo o que lhes for de direito. . -Advs. DESPINA ATHANASIO PERUSSO e RENATA CRISTINA COSTA (OAB: 000049-389/PR)-.

61. ACAO DE COBRANCA-101/2007-CELSO ALBERTO RECH x BANCO BOAVISTA S/A-"... Diante da repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (RE 591.797, RE 626.307 e Al 754.745) e ainda não definitiva, e considerando que houve apenas determinação do prosseguimento dos feitos apenas em fase de execução (com trânsito em julgado), devem estes autos permanecer suspensos por 120 dias, ou até que se decida a Repercussão Geral no STF (mesma determinação de suspensão consta do Ofício Circular nQ 116/2010, da e. Presidência do Tribunal de Justiça). Entretanto, a fim de evitar postergações de atos que independem da decisão do STF, intime-se o recorrido para que apresente contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. -Adv. MARCOS DUTRA DE ALMEIDA (OAB: 000025-010/PR)-.

62. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-151/2007-MARLI DE OLIVEIRA x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-A(o) autor(a) para: a) especificar(em) no prazo de 05 (cinco) dias, as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. . -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

63. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-166/2007-ELZA DE ALMEIDA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... Vistos em Saneador Trata-se de ação previdenciária proposta por ILDA CORSINO BAPTISTA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 18/28, sobre a qual a requerente não se manifestou em sede de impugnação à contestação. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 34/36). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 42/45). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 47/48), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 85/87) assim anulando a Sentença (fls. 47/48). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

64. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-169/2007-ELZA SALVADOR DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... Vistos em Saneador Trata-se de ação previdenciária proposta por ELZA DE ALMEIDA SILVA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 21/24, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 33/36. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 38/40). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 43/45). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 47/49), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 75/78) assim anulando a Sentença (fls. 47/49). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. FERNANDA ANDREIA ALINO (OAB: 000040-331/PR)-.

65. DEPOSITO-186/2007-JOSE ROBERTO DOS SANTOS x COROL-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE ROLANDIA-Ao requerido, para: a) especificar(em) no prazo de 05 (cinco) dias, as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. b) manifestar(em)-se acerca da possibilidade de conciliação em audiência, na forma do artigo 331 do CPC. -Adv. FABIANO MARANHÃO RODRIGUES GOMES (OAB: 000024-996/PR)-.

66. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-202/2007-JOSE ALVES FERNANDES x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-A(o) autor, para comparecer no dia 08 de novembro de 2011, às 15:30 horas na agência do INSS de Londrina - Pr (Rua professor João Cândido 635, centro), juntamente com suas testemuinhas, munidas de seus documentos de identidade, a fim de ser realizada a Justificação administrativa requerida. (Obs: fazer comunicação ás testemunhas arroladas residentes na Comarca de Congonhinhas - Pr)-Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

67. USUCAPIAO-207/2007-MUNICIPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA - PARANÁ x ESPOLIO DE MARIA ELOINA DE CAMARGO MORAIS-"... Ao curador nomeado aos interessados ausentes, incertos e desconhecidos ( Dr. Paulo Roberto Moreira), para que apresente conetstação, inclusive em nome do espólio de Maria Eloina de Camargo, a fim de fazer o princípio do contraditório. -Adv. PAULO ROBERTO MOREIRA (OAB: 000026-120/PR)-.

68. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-212/2007-DIEGO SAMPAIO DIAS e outros x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... VISTOS ETC. 01) Em razão de que as partes concordaram com a realização da justificação administrativa às fls. 85 e 86 verso, deverão ser observados os seguintes parâmetros: a) A oitiva da parte autora, bem como as inquirições das testemunhas, deverão ter por base o período de atividade rural mencionada na petição inicial, independentemente de qual seja o início de prova material constante no processo administrativo. b) Deverá ser franqueado ao Advogado da parte autora, a formulação de perguntas ao final da inquirição efetuada pelo agente administrativo do INSS. c) Na hipótese de o agente administrativo concluir pela impertinência da pergunta, deverá esta ser consignada no termo da justificação caso o advogado ou o segurado assim requeira, podendo o servidor, outrossim, registrar quaisquer outras ocorrências que entender relevantes. d) Deverá, obrigatoriamente, constar no termo da justificação, além das informações determinadas pelas orientações internas da autarquia, o horário de início e término do ato, 02) Após a conclusão da Justificação Administrativa, as partes evidentemente poderão, caso entendam necessário, manifestar nestes autos sua discordância quanto a condução do ato administrativo, especificando os pontos que implicaram em violação do direito de seu representado. 03)Verifica-se que a Justificação Administrativa aqui determinada tem por objetivo exclusivo a colheita de elementos de prova junto às testemunhas que serão inquiridas pelo INSS não implicando

qualquer ordem de reconhecimento do tempo de serviço rural pleiteado nesta ação, fato que será objeto de posterior decisão judicial. Entretanto, poderá o INSS, caso entenda cabível, após a Justificação Administrativa, efetivamente reconhecer e averbar o período de atividade rural controvertido, ainda que inferior ao pretendido. 04)No caso de já ter sido processada a Justificação Administrativa por ocasião do pedido Administrativo, a autarquia somente ficará dispensada de repetir o ato na hipótese de o pedido analisado ser idêntico ao mencionado na petição inicial. 05)Por conseguinte, deverá a Escrivania entrar em contato com a Agência de Londrina - Pr (agência Centro) do INSS para a designação de data para realização da Justificação Administrativa (J.A), podendo encaminhar à chefia daquele órgão via fac-símile da presente decisão que servirá de oficio. 6) O comparecimento das partes autora e das testemunhas na Justificação Administrativa será de responsabilidade da parte autora, sendo que deverão ser ouvidas independentemente de seu grau de parentesco ou afinidade com o autor, as testemunhas deverão estar munidas de documentos de identidade quando da realização da Justificação Administrativa. 7) Finda a justificação administrativa, o INSS deverá juntar aos autos a prova oral colhida, bem como suas conclusões, sobre eventual reconhecimento do período rural pleiteado na inicial. 8) Designada a Justificação Administrativa, intime-se a parte autora por seu procurador (prazo de 05 (cinco) dias). 9) Requisite-se à agência do INSS, com prazo de 60 (sessenta) dias a realização da Justificação Administrativa e posterior juntada aos presentes autos. 10)Vindo os autos a Justificação Administrativa fica facultada a parte autora a realização de emenda inicial caso seja reconhecida parte de sua pretensão na via administrativa, no prazo de 10 (dez) dias. ll)

Havendo pedido de emenda a inicial, fica desde já deferida devendo a Escrivania providenciar a citação do INSS, na forma do oficio n.° 14.222.312/2005 de 06/11/2005 da Procuradoria Federal Especializada do INSS, nos termos da presente ação. 12)Apresentada resposta ao INSS diga a parte autora em 10 (dez) dias. 13) Havendo interesse de menores ou incapazes, ao Ministério Público. 14)Após, especifiquem as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir. 15) Sendo requerida apenas a expedição de ofícios por qualquer das partes, fica desde já deferida tal diligência, devendo a Escrivania providenciar a intimação das partes e do Ministério Público, se for o caso, após a resposta para a manifestação em 05 (cinco) dias. 16)Sendo requerido o julgamento antecipado, caso o Ministério Público tenha manifestado sua intenção de intervir na ação, os autos deverão ser encaminhados à Promotoria de Justiça para elaboração de parecer final, vindo-me, em seguida, conclusos para sentença. 17) Deverá a Escrivania, independentemente das ordens acima, observar todas as determinações nas Portarias n.° 05/2009 e 13/2009 deste Juízo. -Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

69. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-215/2007-LAURINDO CANDIDO DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... Vistos em Saneador Trata-se de ação previdenciária proposta por LAURINDO CÂNDIDO DA SILVA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 15/23, sobre a qual a requerente não se manifestou em sede de impugnação à contestação. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 30/32). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 39/40-verso). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 44/46), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 59/63) assim anulando a Sentença (fls. 44/46). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível.Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela falecida pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

70. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-216/2007-ROSALINA DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-Ao autor, , para ciência do(a) acórdão, bem como para requererem o que for de direito, no prazo de cinco dias. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

71. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000160-83.2007.8.16.0155-MARIA MADALENA DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por MARIA MADALENA DOS SANTOS contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 15/24, sobre a qual o requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 27/31. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 35/37). As partes especificaram as provas que pretendem produzir efetivamente (fls. 41/41-verso). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 43/44), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, após apelação pela autora requerendo a reforma desta, os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 64/67) assim anulando a Sentença (fls. 43/44). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Contudo, verifica-se que a representação processual da autora esta errada, tendo em vista constar em seus documentos "NÃO ALFABETIZADA" e esta ter assinado a Procuração de fls. 04, vislumbro a necessidade de regularização desta representação processual, juntando-se nova Procuração outorgada pela autora através de instrumento. publico.Desta forma DETERMINO a regularização da representação processual pela parte autora, na forma descrita acima. Intime-se para regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Fixação dos pontos controvertidos Sem mais questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: na inicial. a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal do autor, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrai/i'o que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

72. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-221/2007-AUREA FERREIRA DE MELO x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por ÁUREA FERREIRA DE MELO contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 14/23, sobre a qual a requerente se mani.festou em sede de impugnação à contestação ás fls. 26/28. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 32/34). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 38/38-verso). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 40/41), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 55/58) assim anulando a Sentença (fls. 40/41). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Contudo, analisando os documentos juntados na inicial pela parte autora verifica-se uma irregularidade com sua representação processual, tendo em vista constar em seus documentos "NÃO ALFABETIZADA" e esta ter assinado a Procuração de fls. 04, vislumbro a necessidade de regularização desta representação processual, juntando-se nova Procuração outorgada pela autora através de instrumento publico. Desta forma DETERMINO a regularização da representação processual pela parte autora, na forma descrita acima. Intime-se para regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. controvertidos. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos seguinte ponto: Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o inicial. a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio ^ Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

73. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-232/2007-IARA MESQUITA PEREIRA x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-A(o) autor, para comparecer no dia 31 de outubro de 2011, às 15:30 horas, na agência do INSS de Londrina - Pr (Rua Joâo Cândido 635 - Centro), , juntamente com suas testemunhas, munidas de seus documentos de identidade, a fim de ser realizada a Justificação administrativa requerida. -Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

74. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000157-31.2007.8.16.0155-TEREZA MACHADO RIBEIRO x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por TEREZA MACHADO RIBEIRO contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 17/26, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 39/50. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 54/56). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 60/64). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 66/67), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 94/98) assim anulando a Sentença (fls. 66/67). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção

de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

75. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-243/2007-BANCO DO BRASIL S/A x MANOEL ROCHA RODRIGUES NETO e outros-"... Ao exequente, para que dê prosseguimento ao feito, em cinco dias, sob pena de extinção e arquivamento. -Adv. EVALDO GONÇALVES LEITE (OAB: 000032-038B/PR)-.

76. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-259/2007-SAMILLE CAROLINE ALVES DE LIMA e outro x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... A requerente, para cumprimento da r. cota ministerial de fls. 91: (requer sejam os advogados subscritores da petição inicial intimados a juntar nos autos procuração judicial outorgada pelos represenatntes legais da autora (atuais guardiões), como já determinado em audiência). -Adv. THAIS TAKAHASHI (OAB: 000034-202/PR)-.

77. INDENIZACAO-260/2007-ADRIANA DE FATIMA FAUSTINO RUI e outros x IESDE BRASIL S/A e outros-"... Compulsando os autos verifico que ainda não fora deliberado acerca da concessão ou não dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Observa-se que, na decisão de fls. 433 foi tão somente analisado o pedido liminar contido na inicial, restando omisso, contudo, a análise do requerimento da assistência judiciária gratuita. Nesta seara, consta da certidão de fls. 985, expedida pelo Sr. Oficial de Justiça - dotado de fé pública - constatando in loco a situação abastada da maioria das autoras, que as mesmas possuem condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família. Do exposto, INDEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita às autoras, concedendo-lhes o prazo de 05 (cinco) dias para seu devido recolhimento, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos já determinados às fls. 982. . - Advs. RICARDO CREMONEZI (OAB: 000024-165/PR) e ANDERSON DE AZEVEDO (OAB: 000025-759/PR)-.

78. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-21/2008-MARIA DAS GRAÇAS SOARES MELLO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Audiência Instrução e Julgamento dia 07/02/2012, às 16:00 horas. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

79. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000238-43.2008.8.16.0155-SEBASTIAO MENDES x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por SEBASTIÃO MENDES contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 20/24, sobre a qual o requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação ás fls. 31/34. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 38/40). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 42-verso/45). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 47/49), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 95/101) assim anulando a Sentença (fls. 47/49). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pelo autor pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal do autor, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da iustificacão administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

80. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-23/2008-VANDERLEIA PROENCA DA SILVA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... A autora, em cinco dias acerca do contido às fls. 77. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

81. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000236-73.2008.8.16.0155-JOSEFINA MENDES DO CARMO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Audiência de Instrução e Julgamento dia 07/02/2012, às 14:00 horas. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

82. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-28/2008-VALMIR BATISTA DOS SANTOS x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Ao procurador judicial do autor, para que subscreva a petição de fls. 61/63. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

83. USUCAPIAO-52/2008-DIONIZIO DE OLIVEIRA e outro-A(o) autor(a) para: a) especificar(em) no prazo de 10 (dez) dias, as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. - Advs. LAURO FERREIRA DA COSTA (OAB: 004028/PR) e ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.

84. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000242-80.2008.8.16.0155-TEREZA FARIAS DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por TEREZA FARIAS DA SILVA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 16/19, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação ás fls. 28/31. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 35/37). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 39-verso/42). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 44/46), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 71/74) assim anulando a Sentença (fls. 44/46). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da iustificacão administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

85. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-66/2008-KELLY APARECIDA DA SILVA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-A(o) autor, para comparecer no dia 25 de outubro de 2011, às 08?30 horas, na agência do INSS de Cornélio Procópio - Pr, juntamente com suas testemuinhas, munidas de seus documentos de identidade, a fim de ser realizada a Justificação administrativa requerida. -Adv. FERNANDA ANDREIA ALINO (OAB: 000040-331/PR)-.

86. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-73/2008-MARIA APARECIDA CHAGAS BARBOSA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-A(o) autor, para comparecer no dia 31 de outubro de 2011, às 08:30 horas, na agência do INSS de Cornélio Procópio - Paraná, juntamente com suas testemuinhas, munidas de seus documentos de identidade, a fim de ser realizada a Justificação administrativa requerida. -Adv. ARIELTON T.ABIA DE OLIVEIRA (OAB: 000037-201/PR)-.

87. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-79/2008-VANDA COUTINHO DA SILVA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Trata-se de ação previdenciária proposta por VANDA COUTINHO DA SILVA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 20/30, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 42/48. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 53/55). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 58/60). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 63/65), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 101/104) assim anulando a Sentença (fls. 63/65). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

88. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-80/2008-IVO CAETANO DA SILVA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Ao requerente, para em cinco dias retirar em Cartório e recolher GRC no valor de R$ 179,.50 para avaliação. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

89. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000231-51.2008.8.16.0155-SILVINO DINIZ DE OLIVEIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Audiência de Instrução e Julgamento dia 31/01/2012, às 13:30 hhoras. Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

90. ACAO MONITORIA-100/2008-CELSO HELIO PERUSSO x ORZUE COSTA BITTENCOURT ALVES-As partes para: a) especificar(em) no prazo de 05 (cinco) dias, as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. b) manifestar(em)-se acerca da possibilidade de conciliação em audiência, na forma do artigo 331 do CPC. -Advs. MARCO ANTONIO JOAQUIM (OAB: 000012-569/PR) e EDUARDO KUTIANSKI FRANCO (OAB: 000035-374/PR)-.

91. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-102/2008-COOPERATIVA AG. PROD. INTEGRADA DO PARANA x JOSE GERALDO DA SILVA-".. Em relação ao pedido de substituição do bem penhorado, ao executado para comprovar que o que foi oferecido (máquina de arroz, marca Zacarias, tipo A) é efetivamente de sua propriedade. -Adv. EODES APARICIO PROENCA ARAUJO (OAB: 000034-843/PR)-.

92. ACAO MONITORIA-109/2008-MUTIRAO COMERCIO DE DERIVADOS DO PETROLEO LTDA x GELSON MORETI PINTAR-"... VISTOS ETC. 1. Proceda-se a(s) atualizações do(s) valor(es) da(s) avaliação de fls. 47, evitando-se as realizações de novas avaliações e intimem-se as partes. 2. Determino que a Escrivania expeça, caso ainda não o tenha feito, os ofícios requisitórios mencionados no C.N 5.8.14.2 e 5.8.14.5, com prazo de 60 (sessenta) dias, no entanto, independentemente de resposta de tais ofícios, deverá ser agendado através do leiloeiro abaixo nomeado as datas para as praças públicas, evitando-se que haja coincidência com outros leilões da mesma empresa. Observando-se que na primeira hasta não será admitido valor inferior ao da avaliação, e que na segunda hasta não será admitido o preço vil, este considerado se inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. 3.Caso não haja expedieme forense nos dias designados, fica, desde já, designado o primeiro dia útil subsequente, independentemente de novo aviso. 4. As hastas serão realizadas pela Empresa Leilões Judiciais Serrano, que nomeio para o ato, cuja comissão de 5% do valor arrecadado em caso de leilão positivo, a ser pago pelo arrematante; 2% do valor da avaliação em caso de adjudicação, a ser pago pelo adjudicante; 2% do valor da avaliação em caso de acordo entre as partes, a ser pago pela executada, se realizado após preparados os leilões e 2% da avaliação em caso de remissão, pelo remitente. Proceda a Escrivania a sua notificação, bem como para que a mesma agende a data para a realização das praças na forma especificada no item 03. 5. Após o agendamento das datas, através da empresa de leilões acima nomeada, o qual deverá ser documentado nos autos, expeça-se edital para ser publicado no local de costume e publicado uma vez no Diário da Justiça (687, parágrafo Io do CPC, o que deverá ser feito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes da primeira hasta. 6. A(s) parte(s) executada(s) será cientificada doa dia, hora e local das hastas, por intermédio de seu advogado ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por meio de carta registrada, mandado ou até mesmo edital, e, será também cientificada que poderá até antes de assinado o auto ou termo, remir a execução na forma do art. 651 do Código de Processo Civil. 2. Observe-se no que for pertinente o artigo 686 do Código de Processo Civil. 3.Sem prejuízo das diligências supra, cumpra-se, no que for pertinente o item 5.8.14 do C.N, in verbis: "Na alienação em hasta pública, o edital de arrematação mencionará o montante do débito e da avaliação dos bens em valores atualizados, bem como as respectivas datas. Se a conta ou o laudo datarem de mais de 30 (trinta) dias, a própria Escrivania providenciará a atualização mediante aplicação do índice oficial adotado judicialmente. Nesse caso, do edital constará o valor primitivo, o valor atualizado e as suas datas (...)" 4. Observe-se a Escrivania, que a arrematação constará de auto a ser lavrado de imediato, nele mencionadas todas as condições pelas quais foi alienado o bem, devendo ser assinado pelo Juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro. 10. Observe-se também, que a arrematação far-se-á mediante pagamento imediato do preço pelo arrematante ou, no prazo de 15 (quinze) dias, mediante caução. 11. Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias, certifique-se o não oferecimento de embargos e cumpram-se as determinações contidas no C.N 5.8.15, in verbis: "II - No caso de imóveis: a) Requisitem-se as certidões negativas das Fazendas Públicas do Estado e do Município. b) Determina-se o recolhimento do imposto de transmissão inter-vivos. c)Realiza-se ou atualiza-se o cálculo. d) Pagas as custas e autorizada a expedição de carta de levantamento do preço, devolve-se ao executado o que sobejar ou prossegue a execução pelo saldo devedor, conforme o caso". 12. Em seguida, venham-me os autos conclusos para determinação da expedição de carta de arrematação. -Adv. PAULO GIOVANI FERRI (OAB: 000019-427/PR)-.

93. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-126/2008-ELZA DE ALMEIDA SILVA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por ELZA DE ALMEIDA SILVA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 14/18, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação ás fls. 28/30. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 35/37). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 40/42). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 46/48), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 83/85) assim anulando a Sentença (fls. 46/48). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

94. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-127/2008-APARECIDA DE MORAES DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-Audiência de Instrução e Julgamento dia 07/02/2012, às 15:00 horas. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

95. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-129/2008-MARIA DAS GRACAS SOARES x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... A autora, sobre o acórdão, bem como para requerer o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

96. Ação Declaratória de Ausência-159/2008-LADIR DE FATIMA DA LUZ RUY e outros x MARIA DAS DORES DA LUZ-"... A requerente, para cumprimento da r. cota ministerial de fls. 71. -Adv. ANGELITA OLIVEIRA MARTINS (OAB: 000048-857/PR)-.

97. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000240-13.2008.8.16.0155-LUZIA BARBARA DOS SANTOS x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Ao requerente, para ciência do(a) acórdão, bem como para requererem o que for de direito, no prazo de cinco dias. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

98. RESCISAO DE CONTRATO-185/2008-IOSIO ANTONIO UENO x ERALDO LUIZ KUSTER-"... É onus do autor a apresentação do atestado de óbito do requerido, não se podendo exigir que a viúva atue em seu desfavor. Assim, deve o requerente trazer aos autos o referido documento, bem como a qualificação dos herdeiros e a indicação do inventariante, se houver. -Adv. JOSE ROBERTO B. NASSIF (OAB: 000021-364/PR)-.

99. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-190/2008-MARIA DE FATIMA BEZERRA DA SILVA FIGUEIREDO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-A(o) autor, para comparecer no dia 25 de outubro de 2011, às 10:30 horas, na agência do INSS de Cornélio Procópio - Pr - RIa Presidente Castelo Branco 210, Jardim Vitória Regia, juntamente com suas testemuinhas, munidas de seus documentos de identidade, a fim de ser realizada a Justificação administrativa requerida. -Adv. FERNANDA ANDREIA ALINO (OAB: 000040-331/PR)-.

100. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-192/2008-IZAURA ROSA DIAS x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-A(o) autor, para comparecer no dia 27 de outubro de 2011, às 10:30 horas, na agência do INSS de Cornélio Procópio - Paraná, sito a Rua Presidente Castelo Branco n.º 210, Jardim Vitória Regia, juntamente com suas testemuinhas, munidas de seus documentos de identidade, a fim de ser realizada a Justificação administrativa requerida. -Adv. FERNANDA ANDREIA ALINO (OAB: 000040-331/PR)-.

101. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-204/2008-NEUZA DIONISIO RODRIGUES x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por NEUZA DIONÍSIO RODRIGUES contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 15/18, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação ás fls. 23/26. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 28/30). A autarquia ré especificou as provas que efetivamente pretende produzir (fls. 34). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 36/38), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 73/77) assim anulando a Sentença (fls. 36/38). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

102. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-206/2008-VICENTINA MARTINS DE ALMEIDA CARVALHO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Audiência de Instrução e Julgamento dia 07/02/2012, às 15:30 horas. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

103. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000235-88.2008.8.16.0155-MARINA SILVA DOS SANTOS x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por MARINA SILVA DOS SANTOS contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 19/22, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação ás fls. 30/33. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 40/42). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 36/38). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 44/46), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 68/71) assim anulando a Sentença (fls. 44/46). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir,

e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

104. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-216/2008-MARIA ANTONIO FERREIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Ao requerente, em cinco dias, acerca da petição de fls. 73. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

105. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-222/2008-ANTONIO MARCOS BONFIM x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por ANTÔNIO MARCOS BONFIM contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 41/53, sobre a qual o requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 77/79. 51/53). As partes especificaram as provas que pretendem produzir efetivamente (fls. 84/86). O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais A parte ré em sua contestação (fls. 41/53) arguiu preliminarmente a incompetência absoluta do Juízo desta Comarca asseverando que a autora residia na comarca de Uraí-PR ou de Ibiporã-PR. Em sede de impugnação à contestação o autor apresentou comprovante de residência, asseverando sua moradia nesta Comarca. Analisando a certidão do Sr. Oficial de Justiça (fls. 95-verso) restou comprovado que o autora reside no endereço citado na inicial, afastando, portanto, o alegado pela ré. Ante o exposto, afasto a preliminar arguida pela ré, portanto, dando prosseguimento ao feito. Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais.As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) a incapacidade, total ou parcial, permanente ou temporária do autor para o trabalho que habitualmente exerce, ou para qualquer trabalho. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a prova pericial requerida, devendo a escrivania nomear médico atuante nesta Comarca para tal ato. Anuindo o Sr. Perito, intime-se-o para que designe data para realização do ato, comunicando-se a este Juízo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Intimem-se as partes e respectivos assistentes com antecedência mínima de cinco dias acerca da data designada pelo Perito. Realizado o ato, apresente o Sr. Perito suas conclusões no prazo de 20 (vinte) dias. Juntado o laudo, manifestem-se sobre o mesmo as partes, no prazo sucessivo, de 05 (cinco) dias, a iniciar-se pelo autor. Sendo necessário, intime-se o Sr. Perito para apresentar esclarecimentos, sobre os quais as partes deverão se manifestar no mesmo prazo acima. Após a manifestação das partes sobre o laudo, tornem conclusos. Declaro saneado o feito. -Adv. FABIO PUPO DE MORAES (OAB: 000030-227/PR)-.

106. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-225/2008-KEILA KATIANE DE SOUZA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-A(o) autor, para comparecer no dia 27 de outubro de 2011, às 08:30 horas, na agência do INSS de Cornélio Procópio - Pr, juntamente com suas testemuinhas, munidas de seus documentos de identidade, a fim de ser realizada a Justificação administrativa requerida. -Adv. FERNANDA ANDREIA ALINO (OAB: 000040-331/PR)-.

107. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-226/2008-BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S/A x CELSO VIEIRA e outro-"... Ante o pleito formulado às fls. 95, deve o requerente informar, no prazo de 5 (cinco) dias, se ainda pretende a obtenção do bem não apreendido (Trator Massey Ferguson 292/2, ano 1994, série n9 52640449), com a conversão da ação em depósito em relação ao mesmo, ou apenas a consolidação do domínio e da posse do outro maquinário (Trator Massey Ferguson modelo MF 292/4, ano 2003, série ns 2924138349). -Adv. SADI BONATTO (OAB: 000010-0011/PR)-.

108. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-228/2008-BANCO ITAU S/A x PAULO KONDO-"... Despacho: Procedi à tentativa de bloqueio de valores via Sistema BACENJUD (penhora "on-line"). Desde já anexo o recibo quanto ao resultado, tendo sido bloqueado parte do valor do débito exequendo. Intimem-se as partes para que se manifestem quanto ao resultado do bloqueio, pleiteando o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. SADI BONATTO (OAB: 000010-0011/PR) e EMMANUEL ESTEVÃO NUNES MORGADO (OAB: 000047-053/PR)-.

109. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-233/2008-SIVALDO MESSIAS DOS SANTOS x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Ao autor, para apresentação de alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

110. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-237/2008-MARCIA CLARO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-A(o) autor, para comparecer no dia 26 de outubro de 2011, às 08:30 horas, na agência do INSS de Cornélio Procópio - Paraná, juntamente com suas testemuinhas, munidas de seus documentos de identidade, a fim de ser realizada a Justificação administrativa requerida. -Adv. FERNANDA ANDREIA ALINO (OAB: 000040-331/PR)-.

111. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-251/2008-VALDELEIA GONCALVES x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Justificação Administrativa designada para o dia 31 de outubro de 2011, às 10:30 horas. no INSS - Agência de Cornelio Procópio - Pr. -Adv. THAIS TAKAHASHI (OAB: 000034-202/PR)-.

112. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-3/2009-SIDINEIA VIEIRA DOS SANTOS x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por SIDINEIA VIEIRA DOS SANTOS contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 16/21, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 28/32. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 39/41). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 37/72). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 43/45), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 66/70) assim anulando a Sentença (fls. 43/45). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo tempo mínimo exigido para a concessão do benefício. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Corneiio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

113. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-4/2009-MARIA MARTA DE PAULA VIEIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por MARIA MARTA DE PAULA VIEIRA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 22/35, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 44/50. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 59/61). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 55/96). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 63/65), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 91/94) assim anulando a Sentença (fls. 63/65). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível.Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo tempo mínimo exigido para a concessão do benefício. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

114. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-21/2009-MARIA DO CARMO ANDRADE SILVA x INSITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-Audiência de Instrução e Julgamento dai 31/01/2012, às 14:00 horas. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

115. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-25/2009-JOSE CATARINO SOBRINHO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por JOSÉ CATARINO SOBRINHO contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 26/34, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 42/48. As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 51/53). O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 55/56). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Em sua contestação a parte ré arguiu preliminarmente a incompetência deste Juízo. Tese esta que se resta prejudicada, tendo-se em vista o comprovante de residência juntado pela autora às fls. 63 e a certidão do Sr. Oficial de Justiça (fls.65-verso). Portanto, analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o

exercício de atividade rural, urbano e especial pelo autor pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

116. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000356-82.2009.8.16.0155-MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA x INSITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-Audiência de Instrução e Julgamento dia 31/01/2012, ás 14:30 horas. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

117. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-27/2009-MARISTELA VIEIRA DA SILVA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por MARISTELA VIEIRA DA SILVA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 21/26, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 38/42. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 54/56). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 47/101). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 59/61), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista1 que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 95/99) assim anulando a Sentença (fls. 59/61). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo tempo mínimo exigido para a concessão do benefício. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

118. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-32/2009-MICHELE PINTO PINHEIRO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-As partes, para ciência do(a) acórdão, bem como para requererem o que for de direito, no prazo de cinco dias. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

119. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-35/2009-LILIAN REGINA SANTOS DA SILVA x INSITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por LILIAN REGINA SANTOS DA SILVA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 15/20, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 28/32. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 39/41). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 37/76). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 43/45), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 72/74) assim anulando a Sentença (fls. 43/45). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível.Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo tempo mínimo exigido para a concessão do benefício. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

120. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-36/2009-GLEICE APARECIDA DE ALMEIDA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Audiência de Instrução e Julgamento dia 31 de janeiro de 2012, às 16:00 horas. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

121. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-40/2009-DAIANE DE SOUZA CAMPANUCCI MARCOLINO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por DAIANE DE SOUZA CAMPANUCCI MARCOLINO contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 12/17, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 27/31. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 38/40). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 34/36). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 42/44), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 78/80) assim anulando a Sentença (fls. 42/44). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo tempo mínimo exigido para a concessão do benefício. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

122. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000355-97.2009.8.16.0155-GILMARI GARMATE x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Audiência de Instrução e Julgamento dia 31/01/2012, às 15:30 horas. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

123. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-44/2009-SILVIA CRISTINA PEREIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por SILVIA CRISTINA PEREIRA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 15/20, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 29/33. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 37/39). A parte autora especificou as provas que efetivamente pretende produzir (fls. 81). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 42/44), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 75/79) assim anulando a Sentença (fls. 42/44). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes,, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo tempo mínimo exigido para a concessão do benefício. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

124. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-48/2009-ADRIELE VALIM DOS SANTOS SOUZA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por ADRIELI VALIM DOS SANTOS SOUZA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 14/18, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 26/30. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 37/39). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 35/120). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 41/43), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 114/118) assim anulando a Sentença (fls. 41/43). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo tempo mínimo exigido para a concessão do benefício. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e

diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

125. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-78/2009-ANTONIO DA SILVA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... A requerente, para que informe quanto à conclusão da justificação administrativa, bem como para que se manifestem quanto ao prosseguimento do presente, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. FLAVIA FERNANDES NAVARRO (OAB: 000028-666/PR)-.

126. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-105/2009-OLINDA LIBERATO CARDOSO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Audiência de Instrução e Julgamento dia 07/02/2012, às 14:30 horas -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

127. EMBARGOS A EXECUCAO-110/2009-SERGIO AGOSTINHO PINTAR e outro x BANCO DO BRASIL S/A-"... Ao requerido, para se manifeste quanto à proposta de honorários apresenta pelo perito (fls. 90/91) no prazo de 05 (cinco) dias e em sendo o caso, depositar o respectivo valor em Juízo, ressaltando-se que o ônus da prova lhe incube. -Adv. MARCUS AURELIO LIOGI (OAB: 000025-816/PR)-.

128. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-146/2009-EVA APARECIDA DE CASTRO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-Audiência de Instrução e Julgamento dia 31/01/2012, às 15:00 horas.-Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

129. USUCAPIAO-147/2009-MUNICÍPIO DE SÃO JERONIMO DA SERRA - PR e outro x JOSE ANTONIO GONCALVES e outro-"... Ao requerente, para que informe se tem provas a produzir em audiência, indicando o objetivo e a pertinência de cada uma delas, sob pena de indeferimento, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. EDMILDO FERNANDES (OAB: 000026-616/PR)-.

130. PRESTACAO DE CONTAS-161/2009-DJALMA ALEIXO ROSA x SICREDI - COOP. CREDITO RURAL-"... Recebido o recurso de apelaç~~ao interposto às fls. 128/161 nos efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520 do CPC). Ao apelado, para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. -Adv. MAURICIO DE O.CARNEIRO (OAB: 000030-485/PR)-.

131. PRESTACAO DE CONTAS-162/2009-JUREMA APARECIDA ROSA SUTIL x SICREDI - COOP. CREDITO RURAL-"... I. Recebido o recurso de apelação interposto às fls. 136/169 nos efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520 do CPC). Ao recorrido para apresentar suas contrarazões, em 15 (quinze) dias. -Adv. MAURICIO DE O.CARNEIRO (OAB: 000030-485/PR)-.

132. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-166/2009-MARIA ONESIA DE OLIVEIRA LEITE x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-A(o) autor, para comparecer no dia 24 de outubro de 2011, às 08:30 horas, na agência do INSS de Cornélio Procópio - Paraná, juntamente com suas testemuinhas, munidas de seus documentos de identidade, a fim de ser realizada a Justificação administrativa requerida. -Adv. FERNANDA ANDREIA ALINO (OAB: 000040-331/PR)-.

133. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-167/2009-LEONILDA RIBEIRO DA SILVA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-A(o) autor, para comparecer no dia 26 de outubro de 2011, às 10:30 horas, na agência do INSS de Cornélio Procópio - Pr, juntamente com suas testemuinhas, munidas de seus documentos de identidade, a fim de ser realizada a Justificação administrativa requerida. -Adv. FERNANDA ANDREIA ALINO (OAB: 000040-331/PR)-.

134. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-171/2009-CARINA RODRIGUES x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por CARINA RODRIGUES contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 21/26, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 30/34. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 37/39). A parte autora especificou as provas que efetivamente pretende produzir (fls. 76). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 41/43), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 70/774) assim anulando a Sentença (fls. 41/43). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo tempo mínimo exigido para a concessão do benefício. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

135. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-177/2009-JULIANA BARBOZA DE OLIVEIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por JULIANA BARBOZA DE OLIVEIRA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 15/20, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 24/28. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 31/33). A parte autora especificou as provas que efetivamente pretende produzir (fls. 69). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 35/37), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 63/67) assim anulando a Sentença (fls. 35/37). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível.Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo tempo mínimo exigido para a concessão do benefício. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

136. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-179/2009-MIGUEL FABIANO ALVES x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Despacho: Ciente do agravo interposto. Considerando as razões do agravo, mantenho a decisão agravada pelos seus proprios fundamentos. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

137. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-180/2009-JANAINA DA SILVA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por JANAINA DA SILVA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 22/27, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 33/37. A parte autora especificou as provas que efetivamente pretende produzir (fls. 79). O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 41/43). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 45/47), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 73/77) assim anulando a Sentença (fls. 45/47). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) a qualidade de segurada da autora no período necessário anterior a maternidade. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. --Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

138. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-201/2009-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DA REGIAO NORTE DO PARANA - SICREDI x APARECIDO DONIZETE DA SILVA-"... Despacho: Procedi a tentativa de bloqueio de valores via Sistema BACENJUD (penhora on-line). Desde já, anexo o recibo quanto ao resultado , o qual resultou negativo, tendo sido desbloqueado o valor irrisório. Ao exedquente, para que dê prosseguimento ao feito, indicando bens à penhora, noprazo de 10 (dez) dias. -Adv. SANDRA MARIA KAIRUZ YOSHIY (OAB: 000020-002/PR)-.

139. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-220/2009-J.F.D.S.C. x I.I.N.S.S.-Perícia designada para o dia 01 de dezembro de 2011, às 08:30 horas, no consultório do Dr. Herculano Braga Filho (CRM7855), sito na Avenida Bandeirantes n.º 487, na cidade e Comarca de Londrina - Paraná. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

140. RESCISAO DE CONTRATO-254/2009-COMPANHIA DE HABITACAO DE LONDRINA - COHAB-LD x ANTONIO DENILSON DE LIMA-"... Julgado extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no artigo 269, inciso III c/c artigo 794 do CPC.-Adv. LUDMEIRE CAMACHO MARTINS (OAB: 000024-735/)-.

141. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-281/2009-NAIARA MARQUES VAZAN x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL- A autora, para ciência do(a) acórdão, bem como para requererem o que for de direito, no prazo de cinco dias. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

142. EMBARGOS A EXECUCAO-291/2009-PAULO LEMES GONCALVES x MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA-"... Ao embargante, sobre a documentaação juntada pelo BANCO DO BRASIL S/A de fls. 135 a 169, em cinco dias -Adv. MAURICIO DE O.CARNEIRO (OAB: 000030-485/PR)-.

143. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-315/2009-FABIANE EDUARDA DE OLIVEIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por FABIANE EDUARDA DE OLIVEIRA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 17/19, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 26/29. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 35/39). A parte autora especificou as provas que efetivamente pretende produzir (fls. 30). Pela Meritíssima Juíza foi proferida Sentença (fls. 41/43), extinguindo o processo sem resolução do mérito, tendo em vista que a autora não entrou com prévio requerimento administrativo. Contudo, a autora apelou, requerendo a reforma desta. Os autos foram remetidos ao Tribunal, onde foi dado provimento a apelação (fls. 68/73) assim anulando a Sentença (fls. 41/43). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo tempo mínimo exigido para a concessão do benefício. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

144. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-325/2009-MARIA DE FATIMA FERREIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Trata-se de ação de previdenciária proposta por MARIA DE FÁTIMA FERREIRA em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. A autarquia ré alegou a incompetência absoluta do Juízo, asseverando que a parte autora tem domicílio na cidade de Ibiporã - Paraná. A autora em sua manifestação de fls. 90 informou que passou a residir na cidade Ibiporã - Paraná, inclusive juntando aos autos comprovante de residência (fls. 91). A ação previdenciária é de competência absoluta da Justiça Federal e delegada a Justiça dos Estados do Juízo de domicílio do Autor da ação. Portanto, restou provado nos autos que o município de domicílio da autora é Ibiporã - PR, sendo aquele, o foro competente para a presente ação previdenciária, autos n.° 325/2009. Desta forma, DECLARO A INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO PARA A PRESENTE DEMANDA, com fulcro no artigo 113, do Código de Processo Civil e DETERMINO A REMESSA dos autos de Ordinária Previdenciária (autos n.° 325/2009) a uma das Varas Cíveis do Fórum da Comarca de Ibiporã - PR, mediante distribuição. -Adv. ALCIRLEY CANEDO DA SILVA (OAB: 000034-904/PR)-.

145. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-349/2009-MANOEL ANTONIO TEIXEIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... VISTOS ETC. 01) Em razão de que as partes concordaram com a realização da justificação administrativa às fls. 83 e 84 verso, deverão ser observados os seguintes parâmetros: a)A oitiva da parte autora, bem como as inquirições das testemunhas, deverão ter por base o período de atividade rural mencionada na petição inicial, independentemente de qual seja o inicio de prova material constante no processo administrativo. b) Deverá ser franqueado ao Advogado da parte autora, a formulação de perguntas ao final da inquirição efetuada pelo agente administrativo do INSS. c) Na hipótese de o agente administrativo concluir pela impertinência da pergunta, deverá esta ser consignada no termo da justificação caso o advogado ou o segurado assim requeira, podendo o servidor, outrossim, registrar quaisquer outras ocorrências que entender relevantes. d) Deverá, obrigatoriamente, constar no termo da justificação, além das informações determinadas pelas orientações internas da autarquia, o horário de início e término do ato, 02)Após a conclusão da Justificação Administrativa, as partes evidentemente poderão, caso entendam necessário, manifestar nestes autos sua discordância quanto a condução do ato administrativo, especificando os pontos que implicaram em violação do direito de seu representado. 03)Verifica-se que a Justificação Administrativa aqui determinada tem por objetivo exclusivo a colheita de, elementos de prova junto às testemunhas que serão inquiridas pelo INSS não implicando qualquer ordem de reconhecimento do tempo de serviço rural pleiteado nesta ação, fato que será objeto de posterior decisão judicial. Entretanto, poderá o INSS, caso entenda cabível, após a Justificação Administrativa, efetivamente reconhecer e averbar o período de atividade rural controvertido, ainda que inferior ao pretendido. 04)No caso de já ter sido processada a Justificação Administrativa por ocasião do pedido Administrativo, a autarquia somente ficará dispensada de repetir o ato na hipótese de o pedido analisado ser idêntico ao mencionado na petição inicial. 05)Por conseguinte, deverá a Escrivania entrar em contato com a Agência de Londrina - Pr (agência Centro) do INSS para a designação de data para realização da Justificação Administrativa (J.A), podendo encaminhar à chefia daquele órgãolao fac-simile da presente decisão que servirá de ofício. 06) O comparecimento das partes autora e das testemunhas na Justificação Administrativa será de responsabilidade da parte autora, sendo que deverão ser ouvidas independentemente de seu grau de parentesco ou afinidade com o autor, as testemunhas deverão estar munidas de documentos de identidade quando da realização da Justificação Administrativa. 07)Finda a justificação administrativa, o INSS deverá juntar aos autos a prova oral colhida, bem como suas conclusões, sobre eventual reconhecimento do período rural pleiteado na inicial. 8) Designada a Justificação Administrativa, intime-se a parte autora por seu procurador (prazo de 05 (cinco) dias). 9) Requisite-se à agência do INSS, com prazo de 60 (sessenta) dias a realização da Justificação Administrativa e posterior juntada aos presentes autos. 10)Vindo os autos a Justificação Administrativa fica facultada a parte autora a realização de emenda inicial caso seja reconhecida parte de sua pretensão na via administrativa, no prazo de 10 (dez) dias. 11)Havendo pedido de emenda a inicial, fica desde já deferida devendo a Escrivania providenciar a citação do INSS, na forma do ofício n.° 14.222.312/2005 de 06/11/2005 da Procuradoria Federal Especializada do INSS, nos termos da presente ação. 12)Apresentada resposta ao INSS diga a parte autora em 10 (dez) dias. 13) Havendo interesse de menores ou incapazes, ao Ministério Público. 14)Após, especifiquem as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir. 15) Sendo requerida apenas a expedição de ofícios por qualquer das partes, fica desde já deferida tal diligência, devendo a Escrivania providenciar a intimação das partes e do Ministério Público, se for o caso, após a resposta para a manifestação em 05 (cinco) dias. 16)Sendo requerido o julgamento antecipado, caso o Ministério Público tenha manifestado sua intenção de intervir na ação, os autos deverão ser encaminhados à Promotoria de Justiça para elaboração de parecer final, vindo-me, em seguida, conclusos para sentença. 17) Deverá a Escrivania, independentemente das ordens acima, observar todas as determinações nas Portarias n.° 05/2009 e 13/2009 deste Juízo. -Adv. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA (OAB: 000023-320/PR)-.

146. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-350/2009-AZENIRA RIBEIRO DOS SANTOS x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... VISTOS ETC. 01)Em razão da parte autora concordar com a realização da justificação administrativa às fls. 55, deverão ser observados os seguintes parâmetros: a)A oitiva da parte autora, bem como as inquirições das testemunhas, deverão ter por base a alegação de dependência/companheira da autora. b)Deverá ser franqueado ao Advogado da parte autora, a formulação de perguntas ao final da inquirição efetuada pelo agente administrativo do INSS. c)Na hipótese de o agente administrativo concluir pela impertinência da pergunta, deverá esta ser consignada no termo da justificação caso o advogado ou o segurado assim requeira, podendo o servidor, outrossim, registrar quaisquer outras ocorrências que entender relevantes. d)Deverá, obrigatoriamente, constar no termo de justificação, além das informações determinadas pelas orientações internas da autarquia, o horário de início e término do ato. 02)Após a conclusão da Justificação Administrativa, as partes evidentemente poderão, caso entendam necessário, manifestar nestes autos sua discordância quanto a condução do ato administrativo, especificando os pontos que implicaram em violação do direito de seu representado. 03)Verifica-se que a Justificação Administrativa aqui determinada tem por objetivo exclusivo a colheita de elementos de prova junto às testemunhas que serão inquiridas pelo INSS não implicando qualquer ordem de reconhecimento da qualidade de dependente pleiteado nesta ação, fato que será objeto de posterior decisão judicial. Entretanto, poderá o INSS, caso entenda cabível, após a Justificação Administrativa, efetivamente reconhecer e averbar o período de atividade rural controvertido, ainda que inferior ao pretendido. 04)No caso de já ter sido processada a Justificação Administrativa por ocasião do período Administrativo, a autarquia somente ficará dispensada de repetir o ato na hipótese de o período analisado ser idêntico ao mencionado na petição inicial. 05)Por conseguinte, deverá a Escrivania entrar em contato com a Agência de LONDRINA - PR do INSS para a designação de data para realização da Justificação Administrativa (J.A.), podendo, encaminhar à chefia daquele órgão fac-smile da presente decisão que servirá de ofício. 06)O comparecimento da parte autora e das testemunhas na Justificação Administrativa será de responsabilidade da parte autora, sendo que deverão ser ouvidas independentemente de seu grau de parentesco ou afinidade com o autor, as testemunhas deverão estar munidas de documentos de identidade quando da realização da Justificação Administrativa. 07)Finda a justificação administrativa, o INSS deverá juntar aos autos a prova oral colhida, bem como suas conclusões, sobre eventual reconhecimento Da qualidade de dependente da autora pleiteado na inicial. 08)Designada a justificação administrativa, intime-se a parte autora por seu procurador (prazo de 05 (cinco) dias). 09)Requisite-se à agência do INSS, com prazo de 60 (sessenta) dias a realização da justificação administrativa e posterior juntada aos presentes autos. 10)Vindo os autos a justificação administrativa fica facultada à parte autora a realização de emenda inicial caso seja reconhecida parte de sua pretensão na via administrativa, no prazo de 10 (dez) dias. ll)Havendo pedido de emenda à inicial, fica desde já deferida devendo a Escrivania providenciar a citação do INSS, na forma do ofício n° 14-
222-312/2005 de 06.11.2005 da Procuradoria Federal Especializada do INSS, dos termos da presente ação. (dez) dias. 12)Apresentada resposta ao INSS diga a parte autora em 10 Ministério Público. 13)Havendo interesse de menores ou incapazes, ao 14)Após especifiquem as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que pretender produzir. 15)Sendo requerida apenas a expedição de ofícios por qualquer das partes, fica desde já deferida tal diligência, devendo a Escrivania providenciar a intimação das partes e do Ministério Público, se for o caso, após a resposta para a manifestação em 05 (cinco) dias. 16)Sendo requerido o julgamento antecipado, caso o Ministério Público tenha manifestado sua intenção de intervir na ação, os autos deverão ser encaminhados à Promotoria de Justiça para elaboração de parecer final, vindo-me, em seguida, conclusos para sentença. -Adv. MIGUEL DE NICOLLETI NETO (OAB: 034989/PR)-.

147. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-359/2009-CRISTIANE SANTOS CAMARGO DA COSTA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por ARI ALVES DE OLIVEIRA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 30/33, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação à fl. 40. A parte autora especificou as provas às fls. 40/42, oportunidade em que a autarquia ré reiterou os argumentos da contestação pugnando pela extinção sem resolução do mérito. O órgão ministerial se manifestou pela desnecessidade de intervenção ministerial no presente caso.

Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais A autarquia ré alega preliminarmente a carência da ação, posto que, a autora não havia entrado com o prévio requerimento administrativo. Tese está que não há de prosperar. Compulsando os autos, verifica-se que a parte autora entrou com o aludido pedido via administrativa. Portanto, analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais.As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) a qualidade de segurado, a carência e a invalidez do autor. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a realização de perícia médica, devendo a Escrivania nomear perito, bem como DEFIRO a prova oral, consistente no depoimento do autor e das testemunhas por ele arroladas. Como quesitos judiciais, deve o Sr. Perito responder ao seguinte: a) Quais as lesões que acometeram e/ou acometem o autor e qual a origem das mesmas? b) Qual a gravidade e a extensão das mesmas? c) O autor se encontra recuperado das lesões sofridas? Em caso negativo, há possibilidade de previsão de recuperação? d) O autor se encontra incapacitada para o trabalho que exercia habitualmente? Em caso afirmativo, a incapacidade é total ou parcial? Se parcial, em que grau? e) As lesões que acometeram o autor impossibilitam o mesmo de exercer atividade laboral diversa da que habitualmente exercia? f) As lesões têm origem em acidente ou doença do trabalho? g) Outros esclarecimentos que achar necessário ao deslinde da questão. Intime-se o Sr. Perito, anuindo o Sr. Perito, intime-se-o para que designe data para realização do ato, comunicando-se a este Juízo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Intimem-se as partes e respectivos assistentes com antecedência mínima de cinco dias acerca da data designada pelo Perito. Realizado o ato, apresente o Sr. Perito suas conclusões no prazo de 20 (vinte) dias. Juntado o laudo, manifestem-se sobre o mesmo as partes, no prazo sucessivo, de 05 (cinco) dias, a iniciar-se pelo autor. Sendo necessário, intime-se o Sr. Perito para apresentar esclarecimentos, sobre os quais as partes deverão se manifestar no mesmo prazo acima. Após a manifestação das partes sobre o laudo, tornem conclusos para a designação de audiência de instrução e julgamento. Declaro saneado o feito. Nomeado como Perito do Juizo o Dr. Herculano Braga Filho, com endereço profissional a Avenida Bandeirantes 487 - Ipiranga, na cidade de Londrina - Pr. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

148. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-424/2009-CLAVIONICE DE OLIVEIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... VISTOS ETC. 01)Em razão da concordância das partes com a realização da justificação administrativa (fls. 44/45-verso), deverão ser observados os seguintes parâmetros: a)A oitiva da parte autora, bem como as inquirições das testemunhas, deverão ter por base as alegações da autora de segurada. b)Deverá ser franqueado ao Advogado da parte autora, a formulação de perguntas ao final da inquirição efetuada pelo agente administrativo do INSS. c)Na hipótese de o agente administrativo concluir pela impertinência da pergunta, deverá esta ser consignada no termo da justificação caso o advogado ou o segurado assim requeira, podendo o servidor, outrossim, registrar quaisquer outras ocorrências que entender relevantes. d)Deverá, obrigatoriamente, constar no termo de justificação, além das informações determinadas pelas orientações internas da autarquia, o horário de início e término do ato. 02)Após a conclusão da Justificação Administrativa, as partes evidentemente poderão, caso entendam necessário, manifestar nestes autos sua discordância quanto a condução do ato administrativo, especificando os pontos que implicaram em violação do direito de seu representado. 03)Verifica-se que a Justificação Administrativa aqui determinada tem por objetivo exclusivo a colheita de elementos de prova junto às testemunhas que serão inquiridas pelo INSS não implicando qualquer ordem de reconhecimento da qualidade de dependente pleiteado nesta ação, fato que será objeto de posterior decisão judicial. Entretanto, poderá o INSS, caso entenda cabível, após a Justificação Administrativa, efetivamente reconhecer e averbar o período de atividade rural controvertido, ainda que inferior ao pretendido. 04)No caso de já ter sido processada a Justificação Administrativa por ocasião do período Administrativo, a autarquia somente ficará dispensada de repetir o ato na hipótese de o período analisado ser idêntico ao mencionado na petição inicial. 05)Por conseguinte, deverá a Escrivania entrar em contato com a Agência de LONDRINA - PR do INSS para a designação de data para realização da Justificação Administrativa (J.A.), podendo, encaminhar à chefia daquele órgão fac-smile da presente decisão que servirá de ofício. 06)O comparecimento da parte autora e das testemunhas na Justificação Administrativa será de responsabilidade da parte autora, sendo que deverão ser ouvidas independentemente de seu grau de parentesco ou afinidade com o autor, as testemunhas deverão estar munidas de documentos de identidade quando da realização da Justificação Administrativa. 07)Finda a justificação administrativa, o INSS deverá juntar aos autos a prova oral colhida, bem como suas conclusões, sobre eventual reconhecimento da qualidade de dependente da autora pleiteado na inicial. 08)Designada a justificação administrativa, intime-se a parte autora por seu procurador (prazo de 05 (cinco) dias). 09)Requisite-se à agência do INSS, com prazo de 60 (sessenta) dias a realização da justificação administrativa e posterior juntada aos presentes autos. 10)Vindo os autos a justificação administrativa fica facultada à parte autora a realização de emenda inicial caso seja reconhecida parte de sua pretensão na via administrativa, no prazo de 10 (dez) dias. ll)Havendo pedido de emenda à inicial, fica desde já deferida devendo a Escrivania providenciar a citação do INSS, na forma do ofício n° 14-222-312/2005 de 06.11.2005 da Procuradoria Federal Especializada do INSS, dos termos da presente ação. 12)Apresentada resposta ao INSS diga a parte autora em 10 (dez) dias. 13)Havendo interesse de menores ou incapazes, ao Ministério Público. 14)Após especifiquem as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que pretender produzir. 15)Sendo requerida apenas a expedição de ofícios por qualquer das partes, fica desde já deferida tal diligência, devendo a Escrivania providenciar a intimação das partes e do Ministério Público, se for o caso, após a resposta para a manifestação em 05 (cinco) dias. 16)Sendo requerido o julgamento antecipado, caso o Ministério Público tenha manifestado sua intenção de intervir na ação, os autos deverão ser encaminhados à Promotoria de Justiça para elaboração de parecer final, vindo-me, em seguida, conclusos para sentença. 17)Deverá a Escrivania, independentemente as ordens acima, observar todas as determinações contidas nas Portarias n° 05/2009 e 013/2009 deste Juízo. . -Adv. FERNANDA ANDREIA ALINO (OAB: 000040-331/PR)-.

149. DEPOSITO-431/2009-BANCO BOAVISTA S/A x LUCIOLO RODRIGUES DE ALMEIDA-"... Procedi à requisição de informação de endereços do requerido, via BACENJUD, cujo resultado junto em anexo. Ao requerente para que se manifeste quanto aos endereços informados, pleiteando o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. NELSON PASCHOALOTTO (OAB: 000042-745/PR)-.

150. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000074-10.2010.8.16.0155-JONAS ROSA NOGUEIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Em que pesem os argumentos trazidos na petição retro, no despacho saneador de fls. 52/53 não foi determinada a realização de justificação administrativa e muito menos a suspensão do feito por qualquer motivo. Desta forma, tenho que a referida petição seja um equívoco por parte do procurador da autora, o qual, inclusive, requer novamente prova pericial já deferida. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

151. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000209-22.2010.8.16.0155-NAIR PEREIRA DE LIMA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por NAIR PEREIRA DE LIMA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 27/30, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação à fl. 37. A parte autora apresentou seus quesitos às fls. 38/39, a autarquia ré apresentou seus quesitos às fls. 43. O órgão ministerial se manifestou pela desnecessidade de intervenção ministerial no presente caso. Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) a qualidade de segurada, a carência e a invalidez da autora. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a realização de perícia médica, devendo a Escrivania nomear perito, bem como DEFIRO a prova oral, consistente no depoimento do autor e das testemunhas por ele arroladas. Intime-se o Sr. Perito, anuindo o Sr. Perito, intime-se-o para que designe data para realização do ato, comunicando-se a este Juízo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Intimem-se as partes e respectivos assistentes com antecedência mínima de cinco dias acerca da data designada pelo Perito. Realizado o ato, apresente o Sr. Perito suas conclusões no prazo de 20 (vinte) dias. Juntado o laudo, manifestem-se sobre o mesmo as partes, no prazo sucessivo, de 05 (cinco) dias, a iniciar-se pela autora. Sendo necessário, intime-se o Sr. Perito para apresentar esclarecimentos, sobre os quais as partes deverão se manifestar no mesmo prazo acima. Após a manifestação das partes sobre o laudo, tornem conclusos, para a designação de audiência de instrução e julgamento. Declaro saneado o feito. Nomeado como perito do Juízo o Dr. Herculano Braga Filho, com endereço profissional na Avenida Bandeirantes 487, Bairro Ipiranga, na cidade de Londrina - Pr. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

152. EXIB. DE COCUMENTO OU COISA-0000259-48.2010.8.16.0155-ODECIO DOS SANTOS x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A - BANESTADO-"... Recebido o recurso de apelação de fls. 96/114 nos efeitos devolutivo e suspensivo (art; 520 do CPC). Ao apelado, para apresentar suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. -Adv. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA (OAB: 000023-320/PR)-.

153. MANDADO DE SEGURANCA-0000359-03.2010.8.16.0155-ADRIANA MARCIA DA CUNHA x CAMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BARBARA - PR-"... Na presente ação de Mandado de Segurança a impetrante pleiteia sua reintegração às funções de vereadora do Município de Nova Santa Bárbara, sendo que nos autos de Ação Anulatória de Ato Legislativo ne 0000152-67.2011.8.16.0155 já foi proferida sentença (a qual ainda pende de publicação/intimação e pode ser objeto de recurso) que julgou procedente o pedido, determinando que a autora volte ao exercício do cargo legislativo municipal. perdeu seu objeto. Assim, a princípio, entendo que a presente ação Desta forma, intime-se a autora para que manifeste seu interesse no prosseguimento do feito. -Adv. MAURICIO DE O.CARNEIRO (OAB: 000030-485/PR)-.

154. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000438-79.2010.8.16.0155-CRISTINA APARECIDA DE OLIVEIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por CRISTINA APARECIDA DE OLIVEIRA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 22/25, sobre a qual a requerente não se manifestou em sede de impugnação à contestação. As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 54/55-verso). O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 57/61). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo tempo mínimo exigido para a concessão do benefício. Produção de provas Para

elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

155. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000560-92.2010.8.16.0155-JOSE CATARINO SOBRINHO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por JOSÉ CATARINO SOBRINHO contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 18/21, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 26/28. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 31/36). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 25/29-verso). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: . a) o trabalho rural por parte da falecida no período de carência Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

156. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000658-77.2010.8.16.0155-ANA ALVES DA SILVA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Trata-se de ação previdenciária proposta por ANA ALVES DA SILVA contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 127/129, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 133/135. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 139/143). As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 136/137/138-verso). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. ALCIRLEY CANEDO DA SILVA (OAB: 000034-904/PR)-.

157. ARROLAMENTO DE BENS-CAUTELAR-0000664-84.2010.8.16.0155-NIVALDO GOMES DA SILVA e outros x MARIA SANTINA FOGAÇA-"... As partes, acreca do contido nos ofícios de fls. 218 e seguintes, no prazo de 05 (cinco) dias. -Advs. JOSE AMARO e ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.

158. INDENIZACAO-0000666-54.2010.8.16.0155-MARIA APARECIDA CANDIDO e outros x BANCO DO BRASIL S/A-As partes, para: a) especificar(em) no prazo de 10 (dez) dias, as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. b) manifestar(em)-se acerca da possibilidade de conciliação em audiência, na forma do artigo 331 do CPC. -Advs. ANA PAULA PERUSSO DE LIMA (OAB: 000037-392/PR) e LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB: )-.

159. INVENTARIO-0000677-83.2010.8.16.0155-TRANSRICO TRANSPORTE LTDA x MARINA MORETI PINTAR-Ao requerente,para em cinco dias retirar em Cartório e recolher GRC no valor de R$ 37,00 para intimação do requerido para comparecer em Cartório e prestar compromisso legal. , para -Adv. LEONARDO MANARIN DE SOUZA-.

160. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000681-23.2010.8.16.0155-ORLANDA ASSIS DOS SANTOS x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por ORLANDA ASSIS DOS SANTOS contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 51/53, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 60/61. A parte ré especificou as provas que efetivamente pretende produzir (fls. 65/66). O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 73/78). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais No tocante à preliminar de incompetência deste Juízo arguida pela parte ré em sua contestação, esta resta prejudicada, tendo-se em vista os documentos juntados pela autora às fls. 62/63. Portanto, analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA (OAB: 000023-320/PR)-.

161. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000728-94.2010.8.16.0155-EURIDES DIAS RODRIGUES x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por EURIDES DIAS RODRIGUES contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 22/27, sobre a qual a requerente não se manifestou em sede de impugnação à contestação. As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 86/87-verso). O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 89/94). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

162. REPARACAO DE DANOS-0000739-26.2010.8.16.0155-HDI SEGUROS S/A x SONIA APARECIDA BORGES DE SOUZA e outro-A(o) autor(a) sobre a contestação e documentos juntados, em 05 (cinco) dias, bem como em igual prazo: a) especificar(em) as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. b) manifestar(em)-se acerca da possibilidade de conciliação em audiência, na forma do artigo 331 do CPC. -Adv. REINALDO MIRICO ARONIS (OAB: 000035-137/PR)-.

163. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000786-97.2010.8.16.0155-EUZA GONÇALVES GLOOR x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por EUZA GONÇALVES GLOOR contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 80/84, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 89/92. As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir(fls. 88 e 93-verso). O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 95/99). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora, pelo tempo mínimo exigido para a concessão do benefício. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pela segurada como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. ALCIRLEY CANEDO DA SILVA (OAB: 000034-904/PR)-.

164. REINTEGRACAO DE POSSE-0000960-09.2010.8.16.0155-BANCO ITAUCARD S/A x DAVID XAVIER-"... INDEFIRO o pedido de conversão da presente ação em ação de depósito (fls. 50/52), eis que não se trata de pedido de busca e apreensão, mas de reintegração de posse, cuja causa de pedir é o inadimplemento do contrato de arrendamento mercantil. Não existe previsão legal de conversão da ação de reintegração de posse em ação de depósito pelo fato de não ter sido encontrado o referido bem, sendo que não se aplica ao caso as normas do Decreto-Lei n9 911/69, que regula os contratos de alienação fiduciária em garantia.

Nesse sentido, os seguintes acórdãos: "LEASING. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CONVERSÃO EM AÇÃO DE DEPÓSITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. Movida ação de reintegração de posse em face de inadimplemento de contrato de leasing, caso o bem não seja localizado, resolve-se a questão em perdas e danos, porquanto impossível sua conversão para ação de depósito por ausência de previsão legal e contratual, eis que tal espécie de contrato não admite cláusula de depósito." (TJ-SC - Processo: Al 129313 SC 2000.012931-3 - Relator(a):Cercato Padilha - Julgamento: 14/10/2001 - Agravo de Instrumento n. 00.012931-3, de Araranguá). "AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARRENDAMENTO MERCANTIL CONVERSÃO DE AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM AÇÃO DE DEPÓSITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. NÃO É POSSÍVEL A CONVERSÃO DA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM AÇÃO DE DEPÓSITO, POR SEREM INAPLICÁVEIS AS NORMAS DO DECRETO-LEI N.g 911/69. QUE DISCIPLINAM OS CASOS DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA, AOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, QUE SÃO REGIDOS POR LEI DIVERSA." (TJ-DF - Processo: Al 72243720118070000 DF 0007224- 37.2011.807.0000 - Relator(a): LÉCIO RESENDE - Julgamento: 25/05/2011 - Publicação: 30/05/2011, DJ-ePág. 81) - Assim, ao requerente para que dê prosseguimento ao feito, pleiteando o que for de seu interesse, no prazo de 05 (cinco) dias. -Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN (OAB: 000035-975/PR)-.

165. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000961-91.2010.8.16.0155-APARECIDA CANTAGALLI SCERBO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por APARECIDA CANTAGALLI SCERBO contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 62/69, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 73/77. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 123/127). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos rocessuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

166. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000963-61.2010.8.16.0155-GERTRUDES SUBTIL SOARES x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por GERTRUDES SUBTIL SOARES contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 23/27, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 31/33. O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 38/43). A parte ré especificou as provas que efetivamente pretende produzir (fls. 36-verso). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) a qualidade de dependência da autora. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

167. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0001097-88.2010.8.16.0155-DALZIZA CATARINA SAMPAIO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Vistos em Saneador. Trata-se de ação previdenciária proposta por DALZIRA CATARINA SAMPAIO contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 53/57, sobre a qual a requerente se manifestou em sede de impugnação à contestação às fls. 102/108. As partes especificaram as provas que efetivamente pretendem produzir (fls. 99/111-verso). O Ministério Público entendeu que o feito não requeria sua participação (fls. 113/118). Após, vieram os autos conclusos. Questões Processuais Analisando os autos, verifico estarem presentes as condições da ação e pressupostos processuais. As partes são legítimas, estão devidamente representadas por procuradores, ambas apresentam interesse de agir, e o pedido é juridicamente possível. Fixação dos pontos controvertidos Sem questões processuais pendentes, passo à fixação dos pontos controvertidos. Com base nas alegações de ambas as partes, fixo como controvertido o seguinte ponto: a) o exercício de atividade rural pela autora pelo período apontado na inicial. Produção de provas Para elucidar o ponto controvertido acima fixado, DEFIRO a produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal da autora, e das testemunhas arroladas na inicial. Almejando a rápida solução do litígio, e diante da extensa pauta de audiências deste Juízo, conforme já vem sendo utilizado na Vara Cível de Cornélio Procópio-Pr e 2a Vara do Juizado Especial Federal de Londrina-Pr, manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias acerca do processamento da justificação administrativa, artigo 142, do Decreto n° 3.048/99, mecanismo administrativo que possibilita a pronta constatação do exercício de atividade no período indicado pelo segurado como tal. Declaro saneado o feito. -Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

168. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0001099-58.2010.8.16.0155-ROSANGELA RODRIGUES x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-A(o) autor(a) sobre a contestação e documentos juntados, em 05 (cinco) dias, bem como em igual prazo: a) especificar(em) as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. b) manifestar(em)-se acerca da possibilidade de conciliação em audiência, na forma do artigo 331 do CPC. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.

169. ACAO DE COBRANCA-0000043-53.2011.8.16.0155-JOSE AMARO CESTALIO x MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A-"... Trata-se de ação de cobrança proposta por JOSÉ AMARO CESTALIO contra MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A. Informaram as partes a ocorrência de composição amigável, cujos termos se encontram às fls. 170/171. Diante da referida composição, as partes pedem a extinção do processo com julgamento do mérito. Diante disso, HOMOLOGO por sentença o acordo firmado entre as partes e julgo extinto o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. O autor deverá arcar com as custas processuais, nos termos do acordo firmado. Importante salientar o cumprimento integral do acordo, conforme noticiado às fls. 173. -Advs. ROBSON SAKAI GARCIA (OAB: 000044-812/PR) e TATIANE MUNCINELI (OAB: 000051-491/PR)-.

170. MANDADO DE SEGURANCA-0000044-38.2011.8.16.0155-SINATRAF - ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA x PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA - PARANA-"... 1 - Nos autos de Agravo de Instrumento nB 750.645-8, em apenso, interposto pela impetrante contra a pronunciamento judicial que indeferiu o pedido liminar de suspensão da decisão administrativa que a inabilitou no procedimento licitatório (fls. 205/207), o e. Tribunal de Justiça do Paraná extinguiu o referido recurso pela perda de seu objeto, eis que houve a informação que o processo licitatório foi revogado. 2 - Assim, tendo em conta que efetivamente foi juntado aos autos o "Despacho" proferido em 08/02/2011, que revogou o processo licitatório Tomada de Preços ns 004/2010 (fls. 269), ora objeto do presente feito, ao impetrante para que se manifeste quanto ao interesse no prosseguimento do processo, no prazo de 5 (cinco) dias. -Adv. EDUARDO AYRES DINIZ DE OLIVEIRA (OAB: 000031-929/PR)-.

171. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-0000085-05.2011.8.16.0155-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x PAULO KONDO-Ao exequente para em cinco dias retirar em Cartório e recolher GRC no valor de R$ 111,00 para cumprimemnto do mandado de citação, penhora e demais atos. -Adv. ILMO TRISTAO BARBOSA (OAB: 000006-683/PR)-.

172. EXECUCAO ENT. COISA INCERTA-0000086-87.2011.8.16.0155-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x PAULO KONDO-"... A parte executada opôs embargos de declaração alegando erro material no despacho de fls. 23, posto que esta determinou a citação dos executados para entregarem a quantia de soja especificada na inicial, sendo que o produtos a ser entregue na verdade era trigo industrial. Pede, assim, a reforma do decisum para que se altere a determinação nos termos do pedido exordial. E, em síntese, o relatório Tempestivos, conheço dos embargos. No mérito, assiste razão à parte embargante. A decisão recorrida está eivada de erro material. Com efeito, verifica-se que houve equívoco na especificação do cereal a ser entregue pelo executado, quando do proferimento do despacho inicial, constando erroneamente soja onde deveria constar trigo industrial. Ante o exposto, conheço dos embargos (porque tempestivos) e os acolho para que do despacho embargado, onde se lê soja, leia-se trigo industrial. Expeça-se novo mandado de citação com as alterações perpetradas, dando ciência ao executado. -Advs. ILMO TRISTAO BARBOSA (OAB: 000006-683/PR) e YOSHINORI FUCUDA (OAB: 11636)-.

173. ACAO ANULATORIA-0000152-67.2011.8.16.0155-ADRIANA MARCIA DA CUNHA x CAMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BARBARA - PR-"... Isso posto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS formulados para declarar NULO o ato administrativo/legislativo proferido pela CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA/PR, que decidiu pela cassação do mandado de Vereadora do Município de Nova Santa Bárbara exercido pela autora ADRIANA MÁRCIA DA CUNHA, e conceder tutela antecipada para que a mesma retorne imediatamente ao exercício do respectivo cargo legislativo.Face ao princípio da sucumbência, condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios ao patrono da requerente, os quais arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais), considerando-se o trabalho realizado, o tempo despendido para tanto, a natureza e a importância da causa e o grau de zelo do profissional (Art. 20, § 4o, do CPC). -Advs. MARCOS CEZAR KAIMEM (OAB: 000033-305/PR) e MARIA CHRISTINE WILCKEN (OAB: 222177/SP)-.

174. INVENTARIO-0000166-51.2011.8.16.0155-ROSA OLIVEIRA DE PAULA CARVALHO x ESPOLIO DE LAZARO BAPTISTA DE CARVALHO-"... Deve a requerente/inventariante comprovar, através de documentos, tais como demonstrativos de rendimentos, de despesas, bem como certidão negativa do cartório de registro de imóveis e do DETRAN, ou, ainda, de isenção quanto à apresentação da declaração de imposto de renda, de que efetivamente seja pessoa hipossuficiente, não bastando a mera declaração. -Adv. CLEVERSON PEREIRA BUACHAK (OAB: 000051-916/PR)-.

175. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000168-21.2011.8.16.0155-NELCI CARVALHO DOS SANTOS x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Ao procurador judicial do requerente para em cinco dias, junte a procuração citada na petição. -Adv. ALCIRLEY CANEDO DA SILVA (OAB: 000034-904/PR)-.
176. EMBARGOS A EXECUÇAO-0000200-26.2011.8.16.0155-INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL x ANA MARIA SANTOS-A(o) autor(a) para: a) especificar(em) no prazo de10 (dez) dias, as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. b) manifestar(em)-se acerca da possibilidade de conciliação em audiência, na forma do artigo 331 do CPC. -Adv. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA (OAB: 000023-320/PR)-.
177. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-0000201-11.2011.8.16.0155-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x IVAIR DA SILVA-"... Homologado o acordo e julgado extinto o feito, nos termos do artigo 269 inciso II do CPC. Custas de Lei. -Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ (OAB: 000030-890/PR)-.
178. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000211-55.2011.8.16.0155-RAQUEL PEREIRA DA SILVA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... A autora, para manifestar interese em ratificar os atos já praticados no processo até o presente momento, em respeito ao princípio da celeridade processual. Sem prejuízo, a autora acerca do ionteresse na realização da Justificação Administrativa. -Adv. FERNANDA ANDREIA ALINO (OAB: 000040-331/PR)-.
179. ACAO DE COBRANCA-0000212-40.2011.8.16.0155-JOAO RAIMUNDO DOS SANTOS e outro x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT-"... 1 - Por reputar improvável a conciliação, pois na quase totalidade dos casos análogos não há acordo entre as partes, passo ao saneamento do processo. Ademais, cumpre ressaltar que durante o trâmite do processo, ainda que ao final da fase instrutória, poderá ser tentada a conciliação, como é dever deste juízo, nos termos do Art. 125, inciso IV, do Código de Processo Civil. 2 - Do saneamento do processo Cuida-se de ação de cobrança na qual o requerente pleiteia a complementação do pagamento do seguro obrigatório DPVAT, eis que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 03 de maio de 2008, do qual lhe advieram lesões de natureza permanente, mas a seguradora requerida teria pago indenização em importância inferior a que tinha direito. 2.1 - No tocante ao pedido de inversão de ônus da prova, tem-se que o objeto da presente ação é a complementação do pagamento seguro obrigatório DPVAT, sendo certo que o autor é a parte hipossuficiente na relação jurídica, que se caracteriza como de consumo. Sobre a inversão do ônus da prova, este é um direito do consumidor, nos termos da norma contida no CDC (Lei ne 8.078/90): "Art. 6.9 São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência." Assim, o ônus da prova, deve incidir sobre o requerido, o qual deve arcar com as eventuais despesas decorrentes da produção probatória. 2.2 - Fixo como ponto controvertido: a) o grau de incapacidade da vítima/autor decorrente das lesões que sofreu em razão do acidente de trânsito. Assim, defiro a produção de prova pericial, devendo ser oficiado ao Instituto Médico Legal (IML) de Londrina/PR para oue proceda ao agendamento da perícia em relação ao autor. O requerido já apresentou quesitos às fls. 148/149, sendo que o reouerente deverá apresenta-los no prazo de 05 (cinco) dias, eis que, ao contrário do que informou às fls. 151, os quesitos não foram declinados na petição inicial. O Instituto Médico Legal (IML) de Londrina/PR deverá informar ao Cartório, ou diretamente às partes da data e do local da realização da prova pericial (artigo 431-A, Código de Processo Civil). O laudo pericial deverá ser entregue em Cartório no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que o perito for intimado para dar início aos trabalhos (artigo 421, caput, e 433, caput, ambos do Código de Processo Civil). Apresentado o laudo em Cartório, os assistentes técnicos, porventura indicados pelas partes deverão, querendo, apresentar seus pareceres no prazo comum de 10 (dez) dias, depois de intimadas as partes da apresentação do laudo (Art. 433, parágrafo único, do Código de Processo Civil). -Advs. PEDRO RODRIGO ZKHATER FONTES (OAB: 000026-044/PR) e MILTON LUIZ CLEVE KUSTER (OAB: 000007-919/PR)-.
180. ACAO DE COBRANCA-0000244-45.2011.8.16.0155-LUIZ CIBOTO e outros x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-"... Concedido o prazo improrrogável de 90 (noventa) dias para que o banco requerido junte aos autos os extratos das contas de poupança pleiteadas. Adv. IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO (OAB: 000025-814/PR)-.
181. ACAO DE COBRANCA-0000245-30.2011.8.16.0155-ANA MINGOTE MUSSI e outros x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-"... Concedido o prazo improrrogável de 90 (noventa) dias para que o banco requerido junte aos autos os extratos das contas de poupança pleiteadas. Após, voltem conclusos para saneamento e/ou julgamento antecipado da lide. -Adv. IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO (OAB: 000025-814/PR)-.
182. USUCAPIAO-0000290-34.2011.8.16.0155-NOEMIA LEITE LOPES x LAZARO DIAS-"... A requerente, para: a) retirar em Cartório editalpara publicação; b) recolher GRC no valor de R$ 74,00 para citação dos confrontantes. -Adv. PAULO ROBERTO MOREIRA (OAB: 000026-120/PR)-.
183. ACAO DE COBRANCA-0000338-90.2011.8.16.0155-SIDNEI MARTINS LINO x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT-"... A declaração de pobreza já estava juntada aos autos às fls. 32. Deve o requerente apresentar documentos que comprovem seus rendimentos, suas despesas, bem como certidão negativa do cartório de registro de imóveis ou do DETRAN, ou ainda declaração de isento quanto à apresentação da declaração de imposto de renda, no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de indeferimento do pedido de assistência judiciária. -Adv. CRISTINA GOMES SEVERINO (OAB: 000291-251/SP)-.
184. USUCAPIAO-0000361-36.2011.8.16.0155-JOSUE BARBOSA-"... Ao requerente para que proceda ao recolhimento das custas processuais, ou comprove que se trata de pessoa hipossuficiente, merecedor de assistência judiciária, juntando comprovantes de rendimwentos, de despesas, certidões negativas de cartório de Registro de Imóveis e do DETRAN, ou, ainda, declaração de isento de apresentação da declaração de imposto de renda, no prazo de 20 (vinte) dias -Adv. CELSO DOS SANTOS FILHO (OAB: 000019-697/PR)-.
185. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0000428-98.2011.8.16.0155-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. x JOSE DA SILVA FERREIRA-"... Julgada extinta sem resolução de mérito nos termos do artigo 267, inciso VIII do CPC. -Adv. CESAR AUGUSTO TERRA (OAB: 000017-556/PR)-.
186. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0000429-83.2011.8.16.0155-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. x CARNEIRO TRANSPORTES TURISMO LTDA-"... Julgado extinto o processo sem resolulção de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VIII do CPC. Custas de Lei. -Adv. CESAR AUGUSTO TERRA (OAB: 000017-556/PR)-.
187. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000445-37.2011.8.16.0155-MARIA APARECIDA BORGES DE ALMEIDA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... Tratam-se os presentes autos de ação previdenciária proposta por MARIA APARECIDA BORGES DE ALMEIDA em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. de acordo. A parte requerida às fls. 37/38 apresentou uma proposta A requerente, em sua manifestação de fls. 47 concorda com o acordo formulado e requereu que o acordo fosse homologado. Diante disso, HOMOLOGO por sentença o acordo firmado entre as partes e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 269, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Assim, incontroverso o valor devido, determino que sejam expedidas as competentes requisições de pequeno valor - RPV, relativas ao acordo firmado entre as partes, com caráter alimentar, nos termos do artigo 100, § 3o, da Constituição Federal. -Adv. ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA (OAB: 000023-320/PR)-.
188. ACAO DE COBRANCA-0000461-88.2011.8.16.0155-TEREZA MARIA DE ALMEIDA x GENTIL BUENO DA SILVA-"... A(o) autor, para preparo das custas iniciais e FUNREJUS , no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição.-Adv. CLEVERSON PEREIRA BUACHAK (OAB: 000051-916/PR)-.
189. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0000482-64.2011.8.16.0155-BANCO ITAUCARD S/A x EDITE KEICO MIYAMOTO-"... A inicial não se encontra devidamente instruída nos termos da Lei processual civil (art. 283 do CPC). Não consta do contrato apresentado o endereço da requerida, bem como quando da notificação extrajudicial, esta não fora entregue em razão de que não havia ninguém na residência (fls. 22). Impossível a concessão de medida liminar sem a prévia notificação extrajudicial do possuidor do bem a ser apreendido. Assim, consoante o contido no art. 284 do Código de Processo Civil, ao autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, emende a inicial, juntando aos autos contrato constando o endereço da requerida ou aviso de recebimento (AR) da notificação extrajudicial de fls. 21, sob pena de indeferimento da inicial. -Adv. JULIANO MIQUELETTI SONCIN (OAB: 000035-975/PR)-.
190. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000483-49.2011.8.16.0155-DANIEL MARTINS BAZAN x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-A(o) autor(a) sobre a contestação e documentos juntados, em 05 (cinco) dias, bem como em igual prazo: a) especificar(em) as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. b) manifestar(em)-se acerca da possibilidade de conciliação em audiência, na forma do artigo 331 do CPC. -Adv. SILVIA REGINA GAZDA (OAB: 000036-642/PR)-.
191. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS-0000486-04.2011.8.16.0155-CASTORINA OLIVEIRA CELESTINO x BANCO BRADESCO S/A-"... Concedido o prazo de 30 (trinta) dias à requerente para os fins colimados às fls. 28. Decorrido o prazo supra, sem juntada dos documentos pertinentes, e sem o devido recolhimento das custas, o presente feito será extinto e arquivado, com baixa na distribuição. -Adv. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO (OAB: 000051-536/PR)-.
192. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000575-27.2011.8.16.0155-ADAIANE GESMELITA DE ASSUNÇAO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-A(o) autor(a) sobre a contestação e documentos juntados, em 05 (cinco) dias, bem como em igual prazo: a) especificar(em) as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. b) manifestar(em)-se acerca da possibilidade de conciliação em audiência, na forma do artigo 331 do CPC. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.
193. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000576-12.2011.8.16.0155-LETICIA APARECIDA VICENTE x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-A(o) autor(a) sobre a contestação e documentos juntados, em 05 (cinco) dias, bem como em igual prazo: a) especificar(em) as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. b) manifestar(em)-se acerca da possibilidade de conciliação em audiência, na forma do artigo 331 do CPC. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA (OAB: 000035-732/PR)-.
194. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0000861-05.2011.8.16.0155-ELISON MARCELO SCERBO x ESLEI JOSE CATHARINO-"... Ao requerente, para complementar o valor das custas judiciais e FUNREJUS (saldo a ser complementado = R$ 660,05), em cinco dias. -Adv. EDMILDO FERNANDES (OAB: 000026-616/PR)-.
195. RECLAMACAO TRABALHISTA-0000905-24.2011.8.16.0155-MARCIA ELOINA CALDIERI x MUNICIPIO DE SANTA CECILIA DO PAVAO - PR-As partes, para: a) manifestarem interesse de ratificart os atos já praticados no processo até o presente momento, em respeito ao princípio da celeridade processual. b) especificar(em) no prazo de 05 (cinco) dias, as provas que efetivamente pretende(m) produzir, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. b) manifestar(em)-se acerca da possibilidade de conciliação em audiência, na forma do artigo 331 do CPC. -Advs. SANDRO AUGUSTO BONACIN (OAB: 000023-027/PR) e CONCEICAO AP.V.DA LUZ (OAB: 000020-513/PR)-.

196. DECLARATORIA-0000923-45.2011.8.16.0155-DIONIZIA ALVES DA CRUZ x MUNICIPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA - PARANÁ-"... Trata-se de ação declaratória cumulada com obrigação de fazer, onde a autora visa compelir o município réu a fornecer a documentação de residência de sua propriedade, na forma do acordo firmado entre as partes anteriormente, conforme termo de acordo de fls. 13 e verso. Propugna ainda, alternativamente, a condenação do Município réu ao pagamento da cláusula penal estipulada no referido acordo, na proporção de 100% (cem por cento), no valor atualizado, segundo cálculos da autora, de R $ 258.477,97 (duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos). Pede-se liminar inaudita altera parte. É, em síntese, o relatório. DECIDO. Analisando estes autos em sede de cognição sumária, não creio seja caso de concessão de liminar antecipatória da tutela. Com efeito, da análise dos documentos inicialmente trazidos não emerge a verossimilhança necessária para a antecipação da tutela. Ademais, o documento apresentado às fls. 13 e verso não comprova o arguido pela autora em sua inicial, até porque este não preenche os requisitos necessários à execução imediata, que é o que pretende e autora. Por outro lado, inexistentes ainda, no caso em tela, o fummus boni iuris e o perículum in mora, vez que, pelo que se extrai da inicial, a autora já é possuidora da casa descrita no referido acordo há pelo menos 10 (dez) anos, e se a prestação jurisdicional que se busca se refere somente à regularização da documentação da residência, tal tutela poderá ser eficazmente aplicada após a instrução do processo, quando da prolatação da sentença de mérito. Do mesmo modo, absolutamente incabível a condenação do réu, em sede liminar, ao pagamento da cláusula penal no valor atribuído pela autora em sua inicial, pelos mesmo motivos acima explicitados. Assim, por entender que, neste juízo delibatório de cognição, não há verossimilhança suficiente para a antecipação de tutela INDEFIRO a liminar requerida. Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer resposta no prazo legal de 60 (sessenta) dias. Com o decurso do prazo da contestação, ou com sua apresentação, deverá ser intimado o autor a se manifestar em dez dias, requerendo o que entender de direito. Na seqüência, ainda que transcorrido o prazo in albis, o Cartório deverá intimar as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, ressaltando-se que especificação de provas não se confunde com o protesto genérico por elas, devendo as partes justificar a necessidade da prova requerida, mostrando o que pretendem provar com a mesma, ocasião em que também deverão se manifestar sobre a possibilidade de conciliação, a fim de se evitar uma audiência infrutífera, sendo seu silêncio entendido como negativa. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. -Adv. EODES APARICIO PROENCA ARAUJO (OAB: 000034-843/PR)-.

197. EXECUCAO DE T.EXTRAJUDICIAL-0000934-74.2011.8.16.0155-INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL x ERIC KONDO e outros-Ao exequente, para em cinco dias retirar em Cartório e recolher GRC no valor de R$ 407,00 para citação dos executados, penhora e intimação da penhora. -Adv. ILMO TRISTAO BARBOSA (OAB: 000006-683/PR)-.

198. ORDINARIA PREVIDENCIARIA-0000943-36.2011.8.16.0155-BERENICE ALVES DE ALMEIDA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-"... I - Analisando os documentos juntados na inicial pela parte autora verifica-se uma irregularidade com sua representação processual, tendo em vista constar em seus documentos "NÃO ALFABETIZADA" e esta ter assinado a Procuração de fls. 19, vislumbro a necessidade de regularização desta representação processual, juntando-se nova Procuração outorgada pela autora através de instrumento publico. II - Desta forma DETERMINO a emenda a inicial, com a regularização da representação processual pela parte autora, na forma descrita acima. Intime-se para regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. -Adv. RAUL BARBI (OAB: 000045-049/RS)-.

199. REINTEGRACAO DE POSSE-0001130-44.2011.8.16.0155-MARIA IZABEL GARCIA e outros x PAULO FERMINO DA SILVA e outro-"... Despacho:... Eventuais danos causados pelos requeridos à propriedade dos requerentes poderão provados no curso do processo, havendo a devida indenização. Isso posto, tendo em vista não estarem presentes os requisitos legais, indefiro a medida liminar de reintegração de posse pleiteada pelos autores. Citem-se os requeridos para, em 15 (quinze) dias, contestarem os termos da ação, sob pena de revelia (art. 319 do CPC). Concedo prioridade na tramitação do presente feito. nos termos do Art. 71 da Lei n° 10.741/2003. Procedam-se às devidas anotações. Aos requerentes, para retirar em Cartório e recolher GRC no valor de R$ 74,00 para citação dos requeridos. -Adv. JOSE ARAIDES FERNANDES (OAB: 000004-545/PR)-.

200. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0001134-81.2011.8.16.0155-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A x DOMINGOS TADEU TEIXEIRA-"... Ao autor para que emende a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, no sentido de juntar aos autos documento comprobatório de que a notificação extrajudicial foi entregue ao requerido, com assinatura e identificação da pessoa que recebeu o referido documento (às fls. 28 está certificado que o aviso de recebimento (AR) foi apenas expedido no endereço do requerido), ou que demonstre que ao menos o requerido tomou conhecimento da notificação, providência necessária para constituição da mora e o conseqüente deferimento da liminar pleiteada. -Adv. JOSÉ CARLOS S. JUNIOR (OAB: 000045-445/PR)-.

201. EXECUCAO FISCAL-45/2008-MUNICIPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA - PARANÁ x ESPOLIO DE LUIZ CARLOS RODRIGUES-Julgada extinta a ação, com fulcro no artigo 794, inciso I do CPC. -Adv. CARMEM CORTEZ WILCKEN (OAB: 000022-932/PR)-.

202. CARTA PRECATORIA (CIVEL)-47/1995-Oriundo da Comarca de CORNELIO PROCOPIO - PR-IZAIAS DA LUZ x FRANCISCO MATEUS-"... Determinada nova avaliação judicial. Ao Exequente para recolher GRC no valor de R$ 179,50 para avaliação. -Adv. CONCEICAO AP.V.DA LUZ (OAB: 000020-513/PR)-.

203. CARTA PRECATORIA (CIVEL)-75/2001-Oriundo da Comarca de LONDRINA - TERCEIRA VARA FEDERAL-CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF x IVANILDO JOSE MOURA - PESSOA JURIDICA e outros-Ao exequente, para em cinco dias retirar em Cartório e recolher GRC no valor de R$ 111,00 para cumprimento do mandado de penhora e avaliação. -Adv. LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO-.

204. CARTA PRECATORIA (CIVEL)-29/2009-Oriundo da Comarca de ASSAI - PARANA-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DA REGIAO NORTE DO PARANA - SICREDI x CIRO FRANCISCO BISPO e outros-"... VISTOS ETC. 1.Proceda-se a(s) atualizações do(s) valor(es) da(s) avaliação de fls. 48, evitando-se as realizações de novas avaliações e intimem-se as partes. 2. Determino que a Escrivania expeça, caso ainda não o tenha feito, os ofícios requisitórios mencionados no C.N 5.8.14.2 e 5.8.14.5, com prazo de 60 (sessenta) dias, no entanto, independentemente de resposta de tais ofícios, deverá ser agendado através do leiloeiro abaixo nomeado as datas para as praças públicas, evitando-se que haja coincidência com outros leilões da mesma empresa. Observando-se que na primeira hasta não será admitido valor inferior ao da avaliação, e que na segunda hasta não será admitido o preço vil, este considerado se inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. 3. Caso não haja expediente forense nos dias designados, fica, desde já, designado o primeiro dia útil subsequente, independentemente de novo aviso. 4.As hastas serão realizadas pela Empresa Leilões Judiciais Serrano, que nomeio para o ato, cuja comissão de 5% do valor arrecadado em caso de leilão positivo, a ser pago pelo arrematante; 2% do valor da avaliação em caso de adjudicação, a ser pago pelo adjudicante; 2% do valor da avaliação em caso de acordo entre as partes, a ser pago pela executada, se realizado após preparados os leilões e 2% da avaliação em caso de remissão, pelo remitente. Proceda a Escrivania a sua notificação, bem como para que a mesma agende a data para a realização das praças na forma especificada no item 03. 5.Após o agendamento das datas, através da empresa de leilões acima nomeada, o qual deverá ser documentado nos autos, expeça-se edital para ser publicado no local de costume e publicado uma vez no Diário da Justiça (687, parágrafo Io do CPC, o que deverá ser feito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes da primeira hasta. 6.A(s) parte(s) executada(s) será cientificada doa dia, hora e local das hastas, por intermédio de seu advogado ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por meio de carta registrada, mandado ou até mesmo edital, e, será também cientificada que poderá até antes de assinado o auto ou termo, remir a execução na forma do art. 651 do Código de Processo Civil. 7.Oberve-se no que for pertinente o artigo 686 do Código de Processo Civil. 8. Sem prejuízo das diligências supra, cumpra-se, no que for pertinente o item 5.8.14 do C.N, in verbis: "Na alienação em hasta pública, o edital de arrematação mencionará o montante do débito e da avaliação dos bens em valores atualizados, bem como as respectivas datas. Se a conta ou o laudo datarem de mais de 30 (trinta) dias, a própria Escrivania providenciará a atualização mediante aplicação do índice oficial adotado judicialmente. Nesse caso, do edital constará o valor primitivo, o valor atualizado e as suas datas (...)" 9.Observe-se a Escrivania, que a arrematação constará de auto a ser lavrado de imediato, nele mencionadas todas as condições pelas quais foi alienado o bem, devendo ser assinado pelo Juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro. 10.Observe-se também, que a arrematação far-se-á mediante pagamento imediato do preço pelo arrematante ou, no prazo de 15 (quinze) dias, mediante caução. 11. Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias, certifique-se o não oferecimento de embargos e cumpram-se as determinações contidas no C.N 5.8.15, in verbis: "II - No caso de imóveis: a)Requisitem-se as certidões negativas das Fazendas Públicas do Estado e do Município. b)Determina-se o recolhimento do imposto de transmissão inter-vivos. c) Realiza-se ou atualiza-se o cálculo. d) Pagas as custas e autorizada a expedição de carta de levantamento do preço, devolve-se ao executado o que sobejar ou prossegue a execução pelo saldo devedor, conforme o caso". 12. Em seguida, venham-me os autos conclusos para determinação da expedição de carta de arrematação. Ao exequente, sobre a atualização do valor da avaliação no valor de R4 106.848,32 em data de 26/09/2011. -Adv. SANDRA MARIA KAIRUZ YOSHIY (OAB: 000020-002/PR)-.

205. CARTA PRECATORIA (CIVEL)-30/2009-Oriundo da Comarca de ASSAI - PARANA-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DA REGIAO NORTE DO PARANA - SICREDI x JOSE APARECIDO ROBERTO DOS SANTOS e outro-Ao exequente, para em cinco dias retirar em Cartório e recolher GRC no valor de R$ 111,00 (cento e onze reais) para cumprimento do mandado de penhora e intimação dos executados. -Adv. SANDRA MARIA KAIRUZ YOSHIY (OAB: 000020-002/PR)-.

206. CARTA PRECATORIA (CIVEL)-0000334-87.2010.8.16.0155-Oriundo da Comarca de ASSAI-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DA REGIAO NORTE DO PARANA - SICREDI x MARILIA DE DIRCEU R DO AMARAL SOARES DE JESUS e outro-"... Despacho: Procedi à tentativa de bloqueio de valores via Sistema BACENJUD (penhora "on-line"). Desde já anexo o recibo quanto ao resultado, o qual restou negativo, tendo sido desbloqueado o valor irrisório.A exequente, para que dê prosseguimento ao feito, indicando bens à penhora, no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. MARCELO FARINHA (OAB: 000017-370/PR)-.

207. CARTA PRECATORIA (CIVEL)-0001200-95.2010.8.16.0155-Oriundo da Comarca de LONDRINA-JAIR FERRO x MANOELINA MAQUELINA DE OLIVEIRA-"... Ao requerente, para que se manifeste quanto ao fato trazido pela requerida, de que o imóvel indicado à penhora já foi vendido aos seus filhos, muito antes do ajuizamento da ação. -Adv. BRAULINO BUENO PEREIRA (OAB: 000011-365/PR)-.

208. GUARDA E RESPONSABILIDADE-17/2008-G.S.S. x J.A.S.(.-"... Entendo estar com razão a Ilustre Representante do Ministério Público em seu parecer retro. Diante disto, não conheço da petição de fls. 41/43. -Adv. LAURO FERREIRA DA COSTA (OAB: 004028/PR)-.

209. REPRESENTACAO-37/2008-M.P.E.P. x H.O. e outros-"... Nomeado o Dr. Adir Miguel Namur como defensor do representado. Ao mesmo, para em cinco dias manifestar-se sobre a aceitação do encargo, e em caso positivo , apresentar defesa. -Adv. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.

210. ADOÇÃO C/C DEST. DO PATRIO PODER-11/2009-J.V.E. e outro x D.A.S. - Aos autores para em cinco dias, manifestarem-senos autos e requerer o que for de direito. -Adv. EMMANUEL ESTEVAO NUNES MORGADO (OAB: 000047-053/PR)-.

211. GUARDA E RESPONSABILIDADE-0000292-38.2010.8.16.0155-IRACY AVELINO PROENÇA x MATHEUS PROENÇA OLIVA (Menor)-"... Juolgado extinto o processo, com fulcro no artigo 267, VIII do CPC. -Adv. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.
212. DISSOLUCAO DE SOCIEDADE-6/2005-L.A. e outro- Homologado o acordo celebrado e julgado extinto o processo, com fulcro no artigo 269, inciso III do CPC. -Adv. EDMILDO FERNANDES (OAB: 000026-616/PR)-.
213. INVESTIGACAO DE PATERNIDADE-8/2005-N.P. x J.F.C.-"... Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na inicial para o fim de reconhecer J.F.D.C. como sendo o pai biológico de N.P., extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269,1 DO CPC. Em face da sucumbência sofrida pelo requerido, condeno-o nas custas processuais e nos honorários advocatícios, os quais são fixados em R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), em decorrência do zelo profissional e da eticidade com que foi conduzida a causa, não havendo incidentes relevantes, bem como sendo respeitada a duração razoável do processo, tudo nos termos do artigo 20, §§ 3o e 4o, CPC. IV - DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ: O requerido com certeza agiu de má-fé ao deturpar a verdade dos fatos, quando atribui à genitora do autor, testemunha do Juízo, a qualidade de prostituta, conforme expressa menção contida na contestação e no depoimento pessoal do réu. Afirma isto quando todo o conjunto probatório à sua volta demonstra exatamente o contrário, que a genitora do autor residiu na fazenda de propriedade do requerido e manteve relacionamento estável com este por cerca de 3 (três) anos, do qual advieram dois filhos. Incidiu, assim, o referido autor nas disposições do artigo 17, inciso II e artigo 18, caput, e parágrafo 2o, ambos do Código de Processo Civil. Condeno-o, portanto, ao pagamento de multa de 1% do valor da causa, bem como a indenizar o autor pelos prejuízos sofridos, a qual fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. Ante a notícia do falecimento do requerido por seu procurador, certifique-se nos autos de eventual inventário aberto, com cópia desta decisão, para que sejam tomadas as providências cabíveis quanto ao patrimônio que o requerente passa a ter direito. Oficie-se ao Cartório de Registro Civil para que proceda à retificação no assento do autor, incluindo-se o patronímico do de cujus no respectivo nome. -Advs. EODES APARICIO PROENCA ARAUJO (OAB: 000034-843/PR) e FERNANDO F.DE QUEIROZ DE MATTOS (OAB: 000050-275/PR)-.
214. INVESTIGACAO DE PATERNIDADE-6/2006-M.P.E.P. e outros x E.I.G.S. e outro-"... Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inc. I. do Código de Processo Civil, julgo procedente, com resolução de mérito, a pretensão contida na ação movida pelo Ministério Público como substituto processual de K.R., em face de Espólio de I. G.da S. representado por M. D.L. da S., para a fim de declarar o requerido como genitor do requerente K. R. de M. devendo ser procedidas às devidas alterações em seu registro civil. Transitada em julgado a sentença, expeça-se o mandado de averbação ao Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais competente. Observe-se o disposto na Lei n° 8.560/92, em seus art. 5o e 6o. -Adv. LAURO FERREIRA DA COSTA (OAB: 004028/PR)-.
215. REVISAO DE ALIMENTOS-25/2007-A.M.A.A. x L.M.A. e outro-Julgado extinto o processo, nos termos do artigo 267 inciso III do CPC. -Advs. ADAILTON A.MACIEL JUNIOR (OAB: 000023-545/PR) e EODES APARICIO PROENCA ARAUJO (OAB: 000034-843/PR)-.
216. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-68/2007-M.J.S.P. x L.P.P.-"... Julgado procedente o presente pedido, para decretar o DIVÓRCIO do casal, condenando o requerido ao pagamento de custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios da parte contrária, os quais arbitro em R$ 800,00 (oitocentos reais), considerando-se os parâmetros contidos no § 3o do Art. 20 do Código de Processo Civil. -Adv. EODES APARICIO PROENCA ARAUJO (OAB: 000034-843/PR)-.
217. INVESTIGACAO DE PATERNIDADE-87/2007-H.D.S.M. x N.M.D.S.-"... Julgado extinto o processo sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III do CPC-Adv. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.
218. INV.PATERNIDADE C/C/ALIMENTOS-72/2009-M.S.E.D.S. x S.E.O.-A(o) requerente , sobre a certidão do Oficial de Justiça (fls.30 verso), em cinco dias -Adv. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.
219. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-75/2009-R.A.F. x O.R.F.-Nomeado como curador do requerido citado via edital o Dr.Adir Miguel Namur . Ao mesmo, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. -Adv. ADIR MIGUEL NAMUR (OAB: 007161/PR)-.
220. SEPARACAO JUDICIAL LITIGIOSA-127/2009-S.R.M.L.M. x J.S.M.-A(o) autor| a) para cumprimento da r. cota ministerial de fls. 63, em cinco dias. -Advs. EMMANUEL ESTEVAO NUNES MORGADO (OAB: 000047-053/PR) e EODES APARICIO PROENCA ARAUJO (OAB: 000034-843/PR)-.
221. EXECUCAO DE ALIMENTOS-0000239-57.2010.8.16.0155-LUIZ ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS e outro x ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS-Julgado extinto o processo sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III do CPC. -Adv. ANGELITA OLIVEIRA MARTINS (OAB: 000048-857/PR)-.
222. DESTITUIÇÃO DO PATRIO PODER-0000520-13.2010.8.16.0155-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x MARLENE DOS SANTOS e outro-Nomeado o Dr. Adir Miguel Namur, como curador do réu revel citado via edital. Ao curador nomeado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. -Adv. EDMILDO FERNANDES (OAB: 000026-616/PR)-.
223. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-0000644-93.2010.8.16.0155-LICIO NAVES SOARES x ADELIA KATSUKO IVANAGA-"... Julgado extito o processo, nos termos do artigo 267 inciso VIII do CPC. -Adv. MARCIA DE ALMEIDA MOTTA DIAS (OAB: 000047-611/PR)-.
224. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-0000799-96.2010.8.16.0155-GENILDE DOS SANTOS x NILTON GONCALVES DOS SANTOS-"... Ao requerido, para em cinco dias, manifestar-se nos autos, referente a certidão de fls. 39, sob pena de revogação do benefício da assistência juidiciária gratuita. -Adv. JULIO APARECIDO BITTENCOURT (OAB: 000050-027/PR)-.

São Jerônimo da Serra, 29 de setembro de 2011.
RICARDO JOSE ANTONIO GIUNTA
Escrivão

# FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## 1ª VARA CÍVEL

COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA

FORO REGIONAL DE SAO JOSE DOS PINHAIS - 1ª VARA CIVEL

DRA. MYCHELLE PACHECO CINTRA - JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

CONSULTA PROCESSUAL : www.assejepar.com.br

RELACAO Nº 1187/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ALESSANDRA LABIAK | 00008 | 000820/2009 |
| ALEXANDRE NELSON FERRAZ | 00017 | 002658/2010 |
| ALOYSIO SEAWRIGTH ZANATTA | 00007 | 000428/2009 |
| CARLA PELISSARI | 00011 | 003028/2009 |
| | 00012 | 000212/2010 |
| CESAR AUGUSTO CARVALHO | 00019 | 001978/2011 |
| CESAR AUGUSTO TERRA | 00009 | 001023/2009 |
| | 00012 | 000212/2010 |
| DANIELLE SUKOW ULRICH | 00011 | 003028/2009 |
| DENÍSIO DOLÁSIO BAIXO | 00004 | 000170/2007 |
| ERIKA HIKISHIMA FRAGA | 00010 | 001034/2009 |
| ERNANI HARLOS JUNIOR | 00005 | 000391/2008 |
| FABIO BERTOLI ESMANHOTTO | 00002 | 000217/2005 |
| FRANCISCO CARLOS DUARTE | 00002 | 000217/2005 |
| GEISON MELZER CHINCOSKI | 00006 | 000402/2008 |
| GILBERTO STINGLIN LOTH | 00012 | 000212/2010 |
| GISAH M. MAYSONNAVE | 00005 | 000391/2008 |
| GLAUCIO ANTONIO PEREIRA | 00001 | 000167/2005 |
| GLAUCIO A. PEREIRA FILHO | 00001 | 000167/2005 |
| IVONE STRUCK | 00014 | 001101/2010 |
| JOAO LEONELHO GABARDO FILHO | 00012 | 000212/2010 |
| LAURO BARROS BOCCACIO | 00007 | 000428/2009 |
| LIZETE RODRIGUES FEITOSA | 00013 | 000939/2010 |
| LUCIANO ALBERTI DE BRITO | 00002 | 000217/2005 |
| | 00003 | 000591/2006 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 00016 | 001924/2010 |
| MAGALI FUERBRINGER | 00017 | 002658/2010 |
| MARCIO AYRES DE OLIVEIRA | 00014 | 001101/2010 |
| MARIANO ANTONIO CABELLO CIPOLLA | 00013 | 000939/2010 |
| MARIO LOPES DA SILVA NETTO | 00015 | 001422/2010 |
| MAURICIO ALBERTI DE BRITO | 00002 | 000217/2005 |
| | 00003 | 000591/2006 |
| MAYLIN MAFFINI | 00016 | 001924/2010 |
| MIEKO ITO | 00010 | 001034/2009 |
| MILTON LUIZ CLEVE KüSTER | 00005 | 000391/2008 |
| NELSON PASCHOALOTTO | 00011 | 003028/2009 |
| PATRICIA PONTAROLI JANSEN | 00008 | 000820/2009 |
| | 00018 | 000466/2011 |
| PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JUNIOR | 00004 | 000170/2007 |
| RICARDO DA SILVA GAMA | 00004 | 000170/2007 |
| RODRIGO PEREIRA CORTEZ | 00013 | 000939/2010 |
| SILVENEI DE CAMPOS | 00018 | 000466/2011 |
| SILVIO ALEXANDRE MARTO | 00018 | 000466/2011 |
| TATIANA VALESCA VROBLEWSKI | 00006 | 000402/2008 |
| THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS | 00007 | 000428/2009 |
| TOBIAS ANTONIO DE BRITO | 00002 | 000217/2005 |
| | 00003 | 000591/2006 |
| VIVIANE KARINA TEIXEIRA | 00017 | 002658/2010 |
| WAGNER ANDRE JOHANSSON | 00008 | 000820/2009 |
| WALTER JOSE DE FONTES | 00016 | 001924/2010 |
| ZALNIR CAETANO JUNIOR | 00010 | 001034/2009 |

1. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA-0008251-08.2005.8.16.0035-CLEA MARA PAWLUZYK RIOS x RENAULT DO BRASIL S/A- (...) Compulsando os autos observa-se que esse perdeu seu objeto, tendo em vista o acordo celebrado nos autos de indenização de danos morais. Ante o exposto, julgo extinto o processo, na forma do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, ante a falta de interesse jurídico no prosseguimento do feito. Custas ?ex lege?. Deixo de condenar em honorários, eis que houve acordo nos autos em apenso. P.R.I. Após, dê-se baixa e arquive-se.-Advs. GLAUCIO ANTONIO PEREIRA e GLAUCIO A. PEREIRA FILHO-.

2. EMBARGOS DE TERCEIRO-217/2005-IVONE VOLINSKI TOMALOK x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA- sentença de fls. 123/130. "(...) Diante do exposto e pelo que mais dos autos consta, resolvendo o processo com apreciação do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I do Cód de Processo Civil em relação ao embargado remanescente, julgo procedentes os pedidos formulados nestes EMBARGOS DE TERCEIRO opostos pro IVONE VOLINSKI TOMALOK em face da FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e, em consequência, reconheço e declaro a insubsistência da penhora que a embargada promoveu nos autos de Execução Fiscal nº 357/98, em trâmite nesta Vara, em relação ao imóvel descrito na Matrícula 1981, do Regsitro de Imóveis do Cartório da 1ª Circunscrição de São José dos PInhais, ou seja, lote de terreno sem befeitorias, sob o nº 21da quadra 7, da Planta Vila Ipanema, situado em Colônia Afonso Pena, neste município, medindo 11,12 metros de extensão da frente aos fundos, pelo lado direito de quem da rua olha o imóvel, dividindo com o lote nº 22; 36,00 metros pelo lado esquerdo, divide com os lotes 20, 19, 18; e 11,12, metros na linha de fundos divide com o lote nº 14; com área total de 400,32 metros quadradosante o reconhecimento da aquisição e posse exercida pela embargante anteriormente à penhora, nos termos da Súmula 84 do Superior Tribunal de Justiça, determinando cancelamento da constrição judicial e da própria averbação no cartório imobiliário, para cujo fim deverá ser expedido ofício após o trânsito em julgado desta sentença. Conforme a fundamentação desta sentença, condeno a embargada ao pagamento da totalidade das custas processuais e honoários advocatícios em favor do patrono da embargante, que arbito no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), o que faço com amparo §4º, do art. 20, do Código de Processo Civil, levando em conta o razoável tempo despendido no trabalho, sua pequena complexidade e o apenas mediano valor patrimonial da causa, além do fato de se tratar de ação contra fazenda pública. Considerando que o valor da causa ao tempo de sua propositura era superior a 60 salários mínimos, após o prazo para recurso voluntário, determino a remessa ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná para o reexame necessaírio. Publique-se. Registre-se. Intime-se".-Advs. TOBIAS ANTONIO DE BRITO, LUCIANO ALBERTI DE BRITO, MAURICIO ALBERTI DE BRITO, FABIO BERTOLI ESMANHOTTO e FRANCISCO CARLOS DUARTE-.

3. ADJUDICACAO COMPULSORIA - ORDINARIA-591/2006-IVONE VOLINSKI TOMALOK x MARIA HELENA CORREA PEREIRA e outro- sentença de fls.53/58. "(...) Diante do exposto, e plo que mais dos autos consta, resolvendo o processo com análise do me´rito, nos termos do art. 269, incios I do Cód de Processo Civil, julgo procedente o pedido formulado por IVONE VOLINSKI TOMALOK em ação de ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA movida em face de MARIA HELENA CORREA PEREIRA e NILTON PEREIRA e, em consequência, reconheço e declaro o direito da autora na aquisição da propriedade por meio de adjudicação compulsória do imóvel descrito na Matrícula 1981, do Registro de Imóveis do Cartório da 1ª Circunscrição de São José dos Pinhais, ou seja, lote de terreno sem benfeitorias, sob o nº 21 da quadra 7 da Planta Vila Ipanema, situado em Colônia Afonso Pena, neste município, mediando 11,12 metros de extensão da frente aos fundos, elo lado dereito de quem da rua olha o imóvel, dividindo com o lote nº 22; 36,00 metros pelo lado esquerdo, divide com os lotes 20, 19, 18; e 11,12 metros na linha de fundos divide com o lote nº 14; com área total de 400,32 metros quadrados, servindo está decisão, após transito em julgado, como título hábil ao registro. Considerando a sucumbência havida, condeno os réus ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do patrono da autora, que ora arbitro, com amparo no parágrafo 4º do art. 20 do CPC, em R$ 3.000,00 (três mil reais), considerando o grande período de tempo de duração do processo, seu razoável valor patrimonial e, ainda, a pequena complexidade do trabalho. Publique-se. registre-se. Intime-se".-Advs. TOBIAS ANTONIO DE BRITO, LUCIANO ALBERTI DE BRITO e MAURICIO ALBERTI DE BRITO-.

4. REPARACAO DE DANOS-0009760-03.2007.8.16.0035-SCONNTEC CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA x TRANSKAT GUINDASTES LTDA- (...) Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, Julgo Procedente o Pedido para condenar a ré a pagar à autora indenização por dano moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), devidamente corrigido pelo INPC a partir da data desta sentença e com juros de mora de 1% am, a partir do evento danoso (inscrição indevida), até o efetivo pagamento. Julgo Extinto o Processo Com Resolução de Mérito, na forma do artigo 269, I, do CPC. Condeno a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, ante o trabalho realizado, duração e natureza da demanda, sem instrução. P.R.I. -Advs. RICARDO DA SILVA GAMA, PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JUNIOR e DENÍSIO DOLÁSIO BAIXO-.

5. COBRANCA - ORDINÁRIA-391/2008-ROBERTO KAZEKER x UNIBANCO SEGUROS S/A- SENTENÇA DE FLS. 186/189 - " (...) Ante o exposto, nos termos do art. 269, I, do CPC, julgo improcedente o pedido inicial. Em razão da sucumbência do autor, condeno-o ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais, com fundamento no art. 20, §4° do CPC, fixo em R$ 1.200,00. P.R.I."-Advs. GISAH M. MAYSONNAVE, Milton Luiz Cleve Küster e ERNANI HARLOS JUNIOR-.

6. REVISAO CONTRATUAL-0014445-19.2008.8.16.0035-HOLANDA DO ROCIO BASTOS x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI- (...) Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, Julgo Improcedente o Pedido Inicial e Julgo Extinto o Processo Com Resolução de Mérito na forma do artigo 269, I, do CPC. Pelo princípio da sucumbência, condeno o autor ao pagamento integral das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), com fulcro no art. 20, §4º do Código de Processo Civil, diante do trabalho realizado, sem audiência de instrução. P.R.I. -Advs. GEISON MELZER CHINCOSKI e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

7. DECLARATORIA - Ordinario-0013987-65.2009.8.16.0035-ADECIR BIELLA x BANCO FINASA S/A- (...) Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, Julgo Improcedente o Pedido Inicial e Julgo Extinto o Processo Com Resolução de Mérito na forma do artigo 269, I, do CPC Ante o princípio da sucumbência, considerando o trabalho desenvolvido, o tempo decorrido, o valor econômico da causa e o zelo e dedicação empreendido pelo advogado, condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do réu os quais arbitro em R $ 800,00 (oitocentos reais). P.R.I.-Advs. LAURO BARROS BOCCACIO, THIAGO FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS e ALOYSIO SEAWRIGTH ZANATTA-.

8. REVISIONAL DE CONTRATO-0014903-02.2009.8.16.0035-LEANDRO MATTOS DE MEIRA x BANCO FINASA S/A- (...) Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, Julgo Improcedente o Pedido Inicial e Julgo Extinto o Processo Com Resolução de Mérito na forma do artigo 269, I, do CPC. Pelo princípio da sucumbência, condeno o autor ao pagamento integral das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 800,00 (oitocentos reais), com fulcro no art. 20, §4º do Código de Processo Civil, diante do trabalho realizado, sem audiência de instrução. P.R.I.-Advs. WAGNER ANDRE JOHANSSON, ALESSANDRA LABIAK e PATRICIA PONTAROLI JANSEN-.

9. REINTEGRAÇAO DE POSSE - Contrato Bancário-0010986-72.2009.8.16.0035-BANCO REAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x NOBRE COMERCIO DE AUTO E MOTO PECAS LTDA- (...) Julgo Extinto o Processo Sem Resolução de Mérito, nos termos do artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, ante a desistência antes da citação (fls. 75). Custas pela parte autora. Deixo de condenar a autora ao pagamento de honorários, uma vez que o requerido não foi citado. À Escrivania para que proceda o desbloqueio do veículo (via Renajud). P.R.I. Após, dê-se baixa e arquive-se.-Adv. CESAR AUGUSTO TERRA-.

10. INDENIZACAO - ORDINARIA-0013127-64.2009.8.16.0035-CLAUDINEI ALVES DE OLIVEIRA x BANCO BMG S/A- (...) Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, Julgo Procedente o Pedido para condenar a ré a pagar ao autor indenização por dano moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), devidamente corrigido pelo INPC a partir da data desta sentença e com juros de mora de 1% am, a partir do evento danoso (inscrição indevida), até o efetivo pagamento. Julgo Extinto o Processo Com Resolução de Mérito, na forma do artigo 269, I, do CPC. Condeno a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, ante o trabalho realizado, duração e natureza da demanda, sem instrução. P.R.I. Transitada em julgado e a fim de que a situação não perdure indefinidamente, determino seja oficiado ao SPC/SERASA, para exclusão do nome do autor de seus registros por conta do débito descrito na inicial, em 48h, sob pena de desobediência. -Advs. ZALNIR CAETANO JUNIOR, ERIKA HIKISHIMA FRAGA e MIEKO ITO-.

11. REVISIONAL DE CONTRATO-0014138-31.2009.8.16.0035-JOSE LUIS PIRES x BANCO BRADESCO S/A- (...) Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, Julgo Parcialmente Procedente o Pedido Inicial e Julgo Extinto o Processo Com Resolução de Mérito na forma do artigo 269, I, do CPC, para o fim de: a) Declarar nula a cláusula contratual convencionada no contrato revisado, que institue a cobrança de tarifa de abertura crédito (TAC), determinando a exclusão de tal encargo do saldo devedor contratual; b) Determino a repetição dos valores pagos a maior, de forma simples, computando sobre os valores encontrados, juros de mora a partir da citação e correção monetária a partir da propositura da ação, devendo este valor ser abatido do débito apurado no contrato firmado entre as partes. Ante o princípio da sucumbência, considerando o trabalho desenvolvido, o tempo decorrido, o valor econômico da causa e o zelo e dedicação empreendido pelo advogado, arbitro os honorários advocatícios no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), na proporção de 30% ao réu e 70% à autora, compensando-se os honorários advocatícios (Súmula 306 do Eg. STJ). P.R.I.-Advs. Carla Pelissari, DANIELLE SUKOW ULRICH e NELSON PASCHOALOTTO-.

12. REPETICAO DE INDEBITO-0001323-65.2010.8.16.0035-EDUARDO CELSO CIDRAL x BANCO ABN AMRO REAL S/A- (...) Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, Julgo Parcialmente Procedente o Pedido Inicial e Julgo Extinto o Processo Com Resolução de Mérito na forma do artigo 269, I, do CPC, para o

fim de: a) Declarar nula a cláusula contratual convencionada no contrato revisado, que institue a cobrança de tarifa de abertura crédito (TAC) e taxa de emissão de carnê (TEC), determinando a exclusão de tais encargos; b) Declarar a nulidade da cumulação entre a comissão de permanência e multa da cláusula 9 (fl. 28), devendo incidir somente a comissão de permanência conforme pactuada em contrato; c) Determino a repetição dos valores pagos a maior, de forma simples, computando sobre os valores encontrados, juros de mora a partir da citação e correção monetária a partir da propositura da ação, devendo este valor ser abatido do débito apurado no contrato firmado entre as partes. Ante o princípio da sucumbência, considerando o trabalho desenvolvido, o tempo decorrido, o valor econômico da causa e o zelo e dedicação empreendido pelo advogado, arbitro os honorários advocatícios no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), na proporção de 50% ao réu e 50% à autora, compensando-se os honorários advocatícios (Súmula 306 do Eg. STJ). P.R.I.-Advs. Carla Pelissari, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA e GILBERTO STINGLIN LOTH-.

13. CUMPRIMENTO DE CONTRATO-0007038-88.2010.8.16.0035-D.G. x S.C.S.M.C.R.M.U.C.- (...) Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, Julgo Parcialmente Procedente o Pedido Inicial para determinar ao réu que continue custeando o tratamento da autora, tal como requerido na inicial, enquanto dele necessitar. Confirmo a liminar concedida. Condeno a ré ao pagamento das custas e honorários no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), ante a natureza da causa, duração, sem instrução. Julgo Extinto o Processo Com Resolução de Mérito, na forma do artigo 269, I, do CPC. P.R.I. Cumpra-se. -Advs. MARIANO ANTONIO CABELLO CIPOLLA, RODRIGO PEREIRA CORTEZ e LIZETE RODRIGUES FEITOSA-.

14. BUSCA E APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0006923-67.2010.8.16.0035-BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI x ANTONIO RIBEIRO BARRETO- (...) Por tais razões, Julgo Procedente o Pedido, com fundamento no art. 269, I do Código de Processo Civil, para consolidar a propriedade e a posse plena do veículo nas mãos do proprietário fiduciário, ou seja, do autor, nos termos do artigo 3º. parágrafo 1º. do Dec-Lei 911/69, com a nova redação da Lei 10.931/04. Fica autorizada a venda extrajudicial do veículo, devendo prestar contas nos autos e devolução de eventual saldo em favor do réu. Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), com fulcro no artigo 20, parágrafo 4º. do Código de Processo Civil, tendo em vista o trabalho despendido com o processamento do feito, eis que não se trata de causa complexa e não houve contestação. P.R.I. Ao autor para que preste as informações requeridas pelo réu às fls. 51. Após, arquive-se. -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e IVONE STRUCK-.

15. REVISIONAL DE CONTRATO-0009933-22.2010.8.16.0035-REGINALDO GERALDO DE ARAUJO x BANCO REAL LEASING S/A- (...) Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, Julgo Parcialmente Procedente o Pedido Inicial e Julgo Extinto o Processo Com Resolução de Mérito na forma do artigo 269, I, do CPC, para o fim de: b) Declarar nula a cláusula contratual convencionada no contrato revisado, que institue a cobrança de tarifa de abertura crédito (TAC), determinando a exclusão de tal encargo do saldo devedor contratual; c) Determino a repetição dos valores pagos a maior, de forma simples, computando sobre os valores encontrados, juros de mora a partir da citação e correção monetária a partir da propositura da ação, devendo este valor ser abatido do débito apurado no contrato firmado entre as partes. Ante o princípio da sucumbência, considerando o trabalho desenvolvido, o tempo decorrido, o valor econômico da causa e o zelo e dedicação empreendido pelo advogado, arbitro os honorários advocatícios no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), a serem suportados na íntegra pelo autor, ante a sucumbência mínima do réu, mas o isento do pagamento, ante a revelia, ou seja, ausência de trabalho por parte do réu, o que faço com base no princípio da causalidade. P.R.I. -Adv. MARIO LOPES DA SILVA NETTO-.

16. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0012476-95.2010.8.16.0035-SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x DIVINO NERI- (...) Ante o exposto, julgo extinto o processo, na forma do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, ante a falta de interesse jurídico no prosseguimento do feito. Custas ?ex lege?. Deixo de condenar em honorários, eis que houve acordo nos autos em apenso. P.R.I. Após, dê-se baixa e arquive-se.-Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, WALTER JOSE DE FONTES e MAYLIN MAFFINI-.

17. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0010890-23.2010.8.16.0035-SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x REGINALDO GERALDO DE ARAUJO- sentença de fls. 84/86. "(...) Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, Julgo Extinto o Processo, sem Resolução do Mérito, nos termos do art. 267, VI do Código de Processo Civil, ante a superveniente perda de objeto. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), diante da natureza da cuas, duração e trabalho realizado, sem instrução. P.R.I".-Advs. ALEXANDRE NELSON FERRAZ, MAGALI FUERBRINGER e VIVIANE KARINA TEIXEIRA-.

18. REVISIONAL DE CONTRATO-0002961-02.2011.8.16.0035-ROBERTO CARLOS DE FARIAS x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI- (...) Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, Julgo Parcialmente Procedente o Pedido Inicial e Julgo Extinto o Processo Com Resolução de Mérito na forma do artigo 269, I, do CPC, para o fim de: a) Declarar a nulidade da cumulação entre a comissão de permanência e multa da cláusula 6 (fls. 17), devendo incidir somente a comissão de permanência conforme pactuada em contrato. b) Determino a repetição dos valores pagos a maior, de forma simples, computando sobre os valores encontrados, juros de mora a partir da citação e correção monetária a partir da propositura da ação, devendo este valor ser abatido do débito apurado no contrato firmado entre as partes. Ante o princípio da sucumbência, considerando o trabalho desenvolvido, o tempo decorrido, o valor econômico da causa e o zelo e dedicação empreendido pelo advogado, arbitro os honorários advocatícios no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), na proporção de 40% ao réu e 60% à autora, compensando-se os honorários advocatícios (Súmula 306 do Eg. STJ). P.R.I. -Advs. SILVENEI DE CAMPOS, SILVIO ALEXANDRE MARTO e PATRICIA PONTAROLI JANSEN-.

19. USUCAPIAO-0011196-55.2011.8.16.0035-RENATA PRISCILA HAMBRUSCH- Intime-se o autor para que forneça certidão atualizada do Cartório Distribuidor, nos termos do art. 81º. (PORTARIA 02/2010 DE 24 DE SETEMBRO DE 2010. d) certidão atualizada do Cartório do Distribuidor sobre a existência de ações possessórias, abrangendo o prazo de vinte anos e todos os possuidores do período;).-Adv. CESAR AUGUSTO CARVALHO-.

SAO JOSE DOS PINHAIS, 29 de Setembro de 2011

---

COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA

FORO REGIONAL DE SAO JOSE DOS PINHAIS - 1ª VARA CIVEL

DRA. MYCHELLE PACHECO CINTRA - JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

CONSULTA PROCESSUAL : www.assejepar.com.br

RELACAO Nº 1188/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ALEX SANDRO NOEL NUNES | 00004 | 000307/2007 |
| ANA CECILIA DOS S. SIMOES | 00003 | 001431/2006 |
| CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN | 00011 | 000873/2011 |
| CARLOS ALBERTO FORBECK DE CASTRO | 00001 | 000695/2005 |
| CAROLINE AMADORI CAVET | 00015 | 001393/2011 |
| CARY CESAR MONDINI | 00014 | 001344/2011 |
| CLAUDIO MARIANI BERTI | 00001 | 000695/2005 |
| DANIELE DE BONA | 00005 | 002186/2008 |
| | 00006 | 001694/2010 |
| DIEGO RUBENS GOTTARDI | 00005 | 002186/2008 |
| FABIO JOSE DE LIMA PRESTES | 00009 | 003220/2010 |
| FABRICIO LUIZ WESCHENFELDER | 00009 | 003220/2010 |
| FLAVIO SANTANNA VALGAS | 00011 | 000873/2011 |
| GABRIEL DA ROSA VASCONCELOS | 00015 | 001393/2011 |
| GUSTAVO HENRIQUE CALDEIRA | 00004 | 000307/2007 |
| ISABELLA MARIA MEDEIROS E ARAUJO PINTO | 00003 | 001431/2006 |
| KARINE SIMONE POFAHL WEBER | 00016 | 001593/2011 |
| KLAUS SCHNITZLER | 00007 | 002529/2010 |
| LEONEL TREVISAN JUNIOR | 00013 | 001315/2011 |
| MARCELO DE ROCAMORA | 00014 | 001344/2011 |
| MARCIO CESAR MELECH | 00002 | 000411/2006 |
| MARIA DAS GRACAS STRAPASSON DE ANDRADE | 00003 | 001431/2006 |
| MAURICIO CORTES CHAVES | 00001 | 000695/2005 |
| MICHELE SACKSER | 00005 | 002186/2008 |
| NORBERTO TARGINO DA SILVA | 00010 | 000323/2011 |
| SILVANA TORMEM | 00010 | 000323/2011 |
| VALERIA SANDRA SOARES DA SILVA URBANO | 00015 | 001393/2011 |
| VICTICIA KINASKI GONÇALVES | 00012 | 001024/2011 |
| | 00015 | 001393/2011 |
| VIVIANE KARINA TEIXEIRA | 00008 | 002772/2010 |

1. EMBARGOS A EXECUCAO-695/2005-INTEGRAL INDUSTRIA DE PECAS VEICULOS E MAQ. AGRICO e outro x VIEJO SERVICOS LTDA- Intimem-se as partes para no prazo de dez (10) dias, manifestarem-se acerca do laudo pericial juntado às fls.194 e seguintes.-Advs. CARLOS ALBERTO FORBECK DE CASTRO, CLAUDIO MARIANI BERTI e MAURICIO CORTES CHAVES-.

2. EXECUCAO DE SENTENCA-0007829-96.2006.8.16.0035-TEREZA MARCELINO DANGUY x JOSIMAR GAZZOLA PICANCO - ME- Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.?-Adv. MARCIO CESAR MELECH-.

3. REINTEGRACAO DE POSSE-0009312-64.2006.8.16.0035-ESTADO DO PARANA x GERSON RODRIGUES e outros- Intime-se o requerente para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca da devolução das Cartas de Citação juntada às fls.385 e seguintes.-Advs. MARIA DAS GRACAS STRAPASSON DE ANDRADE, ISABELLA MARIA MEDEIROS E ARAUJO PINTO e ANA CECILIA DOS S. SIMOES-.

4. DECLARATORIA INEXIGIBILIDADE-0008588-26.2007.8.16.0035-GILSON MINORO SASSAKI x TELET S/A- Intime-se o requerente para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca do depósito efetuado nos autos por Claro S/A, no valor de R$ 11.200,00.-Advs. ALEX SANDRO NOEL NUNES e GUSTAVO HENRIQUE CALDEIRA-.

5. BUSCA E APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0011705-88.2008.8.16.0035-BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI x GILBERTO CORDEIRO DE JESUS- Intime-se o requerente para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca dos ofícios juntados às fls.58 e seguintes.-Advs. MICHELE SACKSER, DIEGO RUBENS GOTTARDI e DANIELE DE BONA-.

6. DEPOSITO-0009400-97.2009.8.16.0035-BANCO FINASA BMC S/A x DENISE CORREIA MORAIS CAVALCANTI- Intimem-se o(s) requerente(s) para no prazo de dez (10) dias, efetuar(em) o depósito das despesas postais, no valor de R$ 40,00, conforme prevê o artigo 19 do Código de Processo Civil.-Adv. DANIELE DE BONA-.

7. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0014813-57.2010.8.16.0035-BANCO FINASA BMC S/A x CLAUCIONE MARCOS PEREIRA- Intime-se o requerente para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca da certidão negativa de busca e apreensão de fls.53 do Sr. Oficial de Justiça.-Adv. KLAUS SCHNITZLER-.

8. REVISIONAL DE CONTRATO-0019252-14.2010.8.16.0035-JOSÉ NATALINO SILVEIRA DA MAIA x BANCO AYMORE FINANCIAMENTOS S/A- Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.?-Adv. VIVIANE KARINA TEIXEIRA-.

9. REVISIONAL DE CONTRATO-0022104-11.2010.8.16.0035-RAQUEL DIAS DE SOUZA x BANCO FINASA BMC S/A- Intime-se o requerente para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca da devolução da Carta de Citação endereçada ao requerido, com a informação "mudou-se".-Advs. FABIO JOSE DE LIMA PRESTES e FABRICIO LUIZ WESCHENFELDER-.

10. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0001835-14.2011.8.16.0035-BANCO BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A x CAIO JOSÉ NONATO- Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.?-Advs. Norberto Targino da Silva e SILVANA TORMEM-.

11. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0005399-98.2011.8.16.0035-BANCO FINASA S/A x JALIL KAMEL ELIAS BOU- Intime-se o autor/reconvido, para que, no prazo de quinze (15) dias, querendo, apresente contestação à Reconvenção (art.316, do CPC).-Advs. CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN e FLAVIO SANTANNA VALGAS-.

12. REVISIONAL DE CONTRATO-0006033-94.2011.8.16.0035-FRANCISCO PEREIRA DA CRUZ x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI- Intime-se o(a) requerente para no prazo de dez (10) dias, retirar a Carta de Citação e encaminhar para postagem, nos termos do artigo 3º da Portaria 01/2011. - (PORTARIA 01/2011 - Artigo 3º Revogar os arts. 23 e 25 da Portaria 02/2010, passando esses a vigorar com a seguinte redação : Artigo 23º - Intimação das partes para retirada de ofícios requeridos e deferidos pelo Juízo para postagem, bem como cartas de citação nos casos em que seja deferida a assistência judiciária gratuita).-Adv. VICTICIA KINASKI GONÇALVES-.

13. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0008038-89.2011.8.16.0035-ITAU UNIBANCO S/A x MINIMERCADO QUISSISSANA LTDA e outro- Intime-se o exequente para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca da certidão negativa de citação e arresto de fls.62 do Sr. Oficial de Justiça.-Adv. LEONEL TREVISAN JUNIOR-.

14. RESCISAO DE CONTRATO-0007855-21.2011.8.16.0035-SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x JUAREZ MAIA- Intime-se o requerente para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca da certidão negativa de reintegração de posse de fls.45 do Sr. Oficial de Justiça.-Advs. MARCELO DE ROCAMORA e CARY CESAR MONDINI-.

15. REVISIONAL DE CONTRATO-0008673-70.2011.8.16.0035-PEDRO MOREIRA LACERDA e outros x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI- Intimem-se as partes para no prazo de cinco (05) dias, manifestem-se sobre : a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC, nos termos do artigo 2º da Portaria 01/2011. (PORTARIA 01/2011 - artigo 2º - Revogar o artigo 14º da Portaria 02/2010, passando esse a vigorar com a seguinte redação : art.14º - Intimação das partes após a apresentação de réplica à contestação para que, em cinco dias manifestem-se sobre a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação de audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC.-Advs. CAROLINE AMADORI CAVET, VICTICIA KINASKI GONÇALVES, GABRIEL DA ROSA VASCONCELOS e VALERIA SANDRA SOARES DA SILVA URBANO-.

16. BUSCA E APREENSAO-0009008-89.2011.8.16.0035-BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI x JONIS MAURO DOS ANJOS- Intime-se o requerente para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca da certidão negativa de busca e apreensão de fls.52 do Sr. Oficial de Justiça.-Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

SAO JOSE DOS PINHAIS, 29 de Setembro de 2011

---

COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA

FORO REGIONAL DE SAO JOSE DOS PINHAIS - 1ª VARA CIVEL

DRA. MYCHELLE PACHECO CINTRA - JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

CONSULTA PROCESSUAL : www.assejepar.com.br

RELACAO Nº 1190/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ALESSANDRA MICHALSKI VELLOSO | 00006 | 001410/2010 |
| CARMEN ELISABETE JACON BRUNIG | 00013 | 001881/2011 |
| CRISTIANO BERNARDO ROVEDA | 00005 | 002803/2009 |
| DENISE DE JESUS FERREIRA | 00006 | 001410/2010 |
| DIEGO LAGO TASCHETTO | 00010 | 000634/2011 |
| INGER KALBEN SILVA | 00009 | 000624/2011 |
| IVONE PAVATO BATISTA | 00001 | 000850/2003 |
| LAILA FABIANI PUPPI | 00002 | 002063/2008 |
| LAURO BARROS BOCCACIO | 00003 | 002117/2008 |
| | 00008 | 000457/2011 |
| LILIANA ORTH DIEHL | 00002 | 002063/2008 |
| MARIANE CARDOSO MACAREVICH | 00004 | 001042/2009 |
| MARIO LOPES DA SILVA NETTO | 00007 | 001876/2010 |
| MILTON LUIZ CLEVE KüSTER | 00002 | 002063/2008 |
| NORBERTO TARGINO DA SILVA | 00011 | 001374/2011 |
| SERGIO AGOSTINHO DRESCH | 00001 | 000850/2003 |
| SILVANA TORMEM | 00011 | 001374/2011 |
| TATIANA VALESCA VROBLEWSKI | 00008 | 000457/2011 |
| THIAGO SALDANHA MACORATI | 00009 | 000624/2011 |
| VINICIUS GROTA DO NASCIMENTO | 00012 | 001422/2011 |

1. EXECUCAO DE TITULO EXECUTIVO JUDICIAL-0005959-21.2003.8.16.0035-MGA ASSESSORIA E COBRANCA LTDA x MARIA DAS DORES TABORDA RIBAS- Intime-se o exequente para no prazo de dez (10) dias, juntar aos autos a matrícula atualizada do imóvel penhorado às fls.233.-Advs. IVONE PAVATO BATISTA e SERGIO AGOSTINHO DRESCH-.

2. RESSARCIMENTO - SUMÁRIO-0014058-04.2008.8.16.0035-SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS S.A x DIRCEU SAVI- Intimem-se as partes para no prazo de dez (10) dias, manifestarem-se acerca da juntada da Carta Precatória de inquirição de Maria Helena Uffermann (fls.188/198).-Advs. Milton Luiz Cleve Küster, Laila Fabiani Puppi e LILIANA ORTH DIEHL-.

3. DECLARATORIA - Ordinario-2117/2008-JOAO ALTEVIR SCOLARO x BANCO BMG S/A- Intime-se o procurador do requerente, para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca da devolução da Carta de Intimação endereçada ao requerente, com a informação " não procurado ".-Adv. LAURO BARROS BOCCACIO-.

4. BUSCA E APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0015309-23.2009.8.16.0035-BANCO FINASA S/A x FRANCIELLE OZELINE BISPO- Intime-se o requerente para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca do contido no ofício juntado às fls.52/53.-Adv. MARIANE CARDOSO MACAREVICH-.

5. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-0013126-79.2009.8.16.0035-JORGE EUGENIO FAISST E CIA LTDA x JR BUSINESS FOMENTO MERCANTIL LTDA- Intime-se o requerente para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca da certidão negativa de citação de fls.82 do Sr. Oficial de Justiça.-Adv. CRISTIANO BERNARDO ROVEDA-.

6. REVISIONAL DE CONTRATO-0009820-68.2010.8.16.0035-SUZANA RODRIGUES DE PONTES x BANCO DAYCOVAL S/A- Intimem-se as partes para no prazo de cinco (05) dias, manifestem-se sobre : a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC, nos termos do artigo 2º da Portaria 01/2011. (PORTARIA 01/2011 - artigo 2º - Revogar o artigo 14º da Portaria 02/2010, passando esse a vigorar com a seguinte redação : art.14º - Intimação das partes após a apresentação de réplica à contestação para que, em cinco dias manifestem-se sobre a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação de audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC.-Advs. DENISE DE JESUS FERREIRA e ALESSANDRA MICHALSKI VELLOSO-.

7. REVISIONAL DE CONTRATO-0012721-09.2010.8.16.0035-VANIA CLAUDIA DA SILVA x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI- Intime(m)-se o(s) requerente(s) para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste(m)-se acerca da contestação e documentos, nos termos do Artigo 11º da Portaria 02/2010. (Portaria 02/2010 - Artigo 11º - Intimação da(s) parte(s) autora(s) para manifestação (réplica) sobre a contestação e documentos juntados, em dez (10) dias.-Adv. MARIO LOPES DA SILVA NETTO-.

8. REVISIONAL DE CONTRATO-0003103-06.2011.8.16.0035-JAIR CLARO DA SILVA x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI- Intimem-se as partes para no prazo de cinco (05) dias, manifestem-se sobre : a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC, nos termos do artigo 2º da Portaria 01/2011. (PORTARIA 01/2011 - artigo 2º - Revogar o artigo 14º da Portaria 02/2010, passando esse a vigorar com a seguinte redação : art.14º - Intimação das partes após a apresentação de réplica à contestação para que, em cinco dias manifestem-se sobre a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação de audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC.-Advs. LAURO BARROS BOCCACIO e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

9. INDENIZACAO - SUMÁRIA-0022018-40.2010.8.16.0035-MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS x SANTO GARCIA e outro- Intime-se o requerente para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca da devolução das cartas de citação (fls.104 e fls.108).-Advs. INGER KALBEN SILVA e THIAGO SALDANHA MACORATI-.

10. ANULATORIA-0004343-30.2011.8.16.0035-BRAF TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA x PROATIVOS TECHNOLOGIA DE ATIVOS LTDA- Intimem-se o(s) requerente(s) para no prazo de dez (10) dias, efetuar(em) o depósito das despesas postais, conforme prevê o artigo 19 do Código de Processo Civil, no valor de R$ 10,00.-Adv. DIEGO LAGO TASCHETTO-.

11. BUSCA E APREENSAO-0007968-72.2011.8.16.0035-BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI x SERGIO DE OLIVEIRA- Intimem-se o(s) requerente(s) para no prazo de dez (10) dias, efetuar(em) o depósito das diligências do Sr. Oficial de Justiça, conforme prevê o artigo 19 do Código de Processo Civil, no valor de R$ 258,00.-Advs. SILVANA TORMEM e Norberto Targino da Silva-.

12. REVISIONAL DE CONTRATO-0008865-03.2011.8.16.0035-M.T.J TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA x BANCO ITAÚ S/A- Intime-se o requerente para no prazo de dez (10) dias, comprovar o depósito mencionado às fls.92.-Adv. VINICIUS GROTA DO NASCIMENTO-.

13. REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS - SUMARIO-0011017-24.2011.8.16.0035-ALLIANZ SEGUROS S/A x PORSPER ASSESSORIA IMOBILIARIA LTDA e outro- Intime-se o requerente para no prazo de dez (10) dias, manifestar-se acerca da devolução da carta de citação endereçada a Prosper Assessoria Imobiliária Ltda, com a informação "não procurado".-Adv. CARMEN ELISABETE JACON BRUNIG-.

SAO JOSE DOS PINHAIS, 29 de Setembro de 2011

---

COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA

FORO REGIONAL DE SAO JOSE DOS PINHAIS - 1ª VARA CIVEL

DRA. MYCHELLE PACHECO CINTRA - JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

CONSULTA PROCESSUAL : www.assejepar.com.br

RELACAO Nº 1189/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ALEXANDRE NELSON FERRAZ | 00009 | 002883/2010 |
| | 00017 | 000961/2011 |
| ANA PAULA CARIAS MUHLSTEDT NOGAROTO | 00020 | 001673/2011 |
| ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI | 00010 | 002963/2010 |
| ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA | 00003 | 000964/2006 |
| ANTÔNIO MARCELO FRAGOSO GAIA | 00002 | 000710/2005 |
| ANTONIO FERNANDO | 00021 | 001738/2011 |
| BRUNA ALEXANDRA RADOLL | 00019 | 001609/2011 |
| CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES | 00011 | 003151/2010 |
| DANIEL BALARIN LEITE | 00004 | 000706/2007 |
| DENISE DE JESUS FERREIRA | 00008 | 002771/2010 |
| | 00011 | 003151/2010 |
| | 00016 | 000601/2011 |
| FABIANO DA ROSA | 00019 | 001609/2011 |
| FABIOLA ROSA FERSTEMBERG | 00003 | 000964/2006 |
| IDELANIR ERNESTI | 00006 | 000290/2010 |
| ISABEL CRISTINA CHILO CECHIM | 00004 | 000706/2007 |
| JORAN PINTO RIBEIRO | 00007 | 000543/2010 |
| JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR | 00008 | 002771/2010 |
| LEILA ANDRESSA DISSENHA | 00002 | 000710/2005 |
| LUIZ CESAR ALENCAR RIBEIRO | 00018 | 001138/2011 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 00010 | 002963/2010 |
| MARCELO FANCHIN | 00012 | 003233/2010 |
| MARCIO AYRES DE OLIVEIRA | 00005 | 002449/2008 |
| MARCUS VINICIUS SALES PINTO | 00015 | 000559/2011 |
| MARIANE MACAREVICH | 00018 | 001138/2011 |
| MARIANO ANTONIO CABELLO CIPOLLA | 00003 | 000964/2006 |
| MAURICIO GOMM FERREIRA DOS SANTOS | 00003 | 000964/2006 |
| MILTON LUIZ CLEVE KüSTER | 00015 | 000559/2011 |
| NATANIEL RICCI | 00002 | 000710/2005 |
| NELSON PEREIRA MENDES | 00014 | 000532/2011 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 00016 | 000601/2011 |
| ROSANGELA DA ROSA CORREA | 00018 | 001138/2011 |
| SADI FRANZON | 00002 | 000710/2005 |
| SIMONE DE LARA | 00014 | 000532/2011 |
| SUELY CRISTINA MUHLSTEDT | 00020 | 001673/2011 |
| VERA LUCIA SVOBODA MAGALHÃES | 00013 | 000524/2011 |
| VICTOR GERALDO JORGE | 00001 | 000020/2001 |
| WOLFGANG EHMKE | 00022 | 001894/2011 |
| ZARA HUSSEIN | 00002 | 000710/2005 |

1. Execucao de Titulo Extrajudicial-0003749-65.2001.8.16.0035-BANCO DO BRASIL S/A x SEQUILAB IND COM E REPRESENTACOES DE EQUIPAMENTOS e outros-DECISÃO DE FLS. 91/92? (?) DEFIRO a consulta da existência de veículos no sistema RENAVAM. A seguir, expeça-se mandado de penhora do veículo, desde que esteja na posse do executado, com posterior ordem de restrição por intermédio do RENAJUD.? intime-se o requerente para se manifestar acerca da consulta de existência de veículos junto ao sistema Renajud de fls.94/99.-Adv. VICTOR GERALDO JORGE-.

2. ARROLAMENTO-0009046-14.2005.8.16.0035-LUIS CARLOS MACHADO x LOVINO EDUARDO MACHADO e outro- intime-se o inventariante para se manifestar acerca do contido na certidão de fls.85 de que decorreu o prazo de suspensão concedido à fl.81.-Advs. NATANIEL RICCI, ZARA HUSSEIN, LEILA ANDRESSA DISSENHA, ANTÔNIO MARCELO FRAGOSO GAIA e SADI FRANZON-.

3. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-964/2006-BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A x VILSON DELLA BETTA- despacho de fls.88 - 1. Ante a certidão de fls.87, manifeste-se as partes (...).-Advs. ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA, FABIOLA ROSA FERSTEMBERG, MAURICIO GOMM FERREIRA DOS SANTOS e MARIANO ANTONIO CABELLO CIPOLLA-.

4. PEDIDO DE FALENCIA-706/2007-INDUSTRIA DE SUBPRODUTOS ORIGEM ANIMAL LOPESCO LT x COMERCIAL SELMER LTDA- Intime-se o requerente para dar prosseguimento no feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção nos termos da portaria 01/2011 artigo 3º - o qual revogou os arts. 23 e 25 da Portaria 02/2010, passando esses a vigorar com a seguinte redação: art.25 - Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos;-Advs. DANIEL BALARIN LEITE e ISABEL CRISTINA CHILO CECHIM-.

5. DEPOSITO-2449/2008-BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI x ALESSANDRA MIRANDA- Intime-se o requerente para se manifestar, acerca do contido na certidão de fls.45 do Sr. Oficial de Justiça, negativo quanto a citação, nos termos do artigo 12º da portaria 02/2010 - Art. 12° - Intimação das partes para manifestação sobre diligências negativas (mandados, cartas precatórias ou qualquer outro expediente), em atenção 5.4.5 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;-Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

6. MONITORIA-0009542-04.2009.8.16.0035-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x PRANGER & PRANGER CONSTRUCAO CIVIL LTDA- Intime-se o requerente para dar prosseguimento no feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção nos termos da portaria 01/2011 artigo 3º - o qual revogou os arts. 23 e 25 da Portaria 02/2010, passando esses a vigorar com a seguinte redação: art.25 - Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos;-Adv. IDELANIR ERNESTI-.

7. INTERDICAO-0003851-72.2010.8.16.0035-MARIA DE LURDES OLIVEIRA MARTINS x LOMBARDE DE OLIVEIRA MARTINS- intime-se o requerente para se manifestar acerca da petição apresentada pelo sr. perito de fls.63, na qual consta que o requerido não compareceu na perícia agendada.-Adv. JORAN PINTO RIBEIRO-.

8. REVISIONAL DE CONTRATO-0019269-50.2010.8.16.0035-ANTONIO MARIANO DA SILVA x BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL-Intimem-se as partes para no prazo de cinco (05) dias, manifestem-se sobre : a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC, nos termos do artigo 2º da Portaria 01/2011. (PORTARIA 01/2011 - artigo 2º - Revogar o artigo 14º da Portaria 02/2010, passando esse a vigorar com a seguinte redação : art.14º - Intimação das partes após a apresentação de réplica à contestação para que, em cinco dias manifestem-se sobre a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação de audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC. -Advs. DENISE DE JESUS FERREIRA e JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR-.

9. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0018442-39.2010.8.16.0035-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. x MENDES ELETRO MOTORES LTDA e outros- intimação do exequente para proceder a antecipação do pagamento para o cumprimento do ato de fls.36, nos termos do artigo 19 do CPC-valor R$ 43,00.-Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

10. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0019089-34.2010.8.16.0035-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. x F.B.A. BORRACHARIA LTDA e outros-Intime-se o requerente para se manifestar, acerca do contido na certidão de fls.75 do Sr. Oficial de Justiça, negativa quanto a citação, nos termos do artigo 12º da portaria 02/2010 - Art. 12° - Intimação das partes para manifestação sobre diligências negativas (mandados, cartas precatórias ou qualquer outro expediente), em atenção 5.4.5 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;-Advs. ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI e LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN-.

11. REVISIONAL DE CONTRATO-0021647-76.2010.8.16.0035-MARIA GARCIA SILVA x HSBC LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL (BRASIL) S/A-Intimem-se as partes para no prazo de cinco (05) dias, manifestem-se sobre : a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC, nos termos do artigo 2º da Portaria 01/2011. (PORTARIA 01/2011 - artigo 2º - Revogar o artigo 14º da Portaria 02/2010, passando esse a vigorar com a seguinte redação : art.14º - Intimação das partes após a apresentação de réplica à contestação para que, em cinco dias manifestem-se sobre a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação de audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC. -Advs. DENISE DE JESUS FERREIRA e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES-.

12. REVISIONAL DE CONTRATO-0022101-56.2010.8.16.0035-ANDRÉ AMILTON ROZÁRIO x BANCO FINASA BMC S/A-Intime(m)-se o(s) requerente(s)

para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste(m)-se acerca da contestação e documentos, nos termos do Artigo 11º da Portaria 02/2010. (Portaria 02/2010 - Artigo 11º - Intimação da(s) parte(s) autora(s) para manifestação (réplica) sobre a contestação e documentos juntados, em dez (10) dias. -Adv. MARCELO FANCHIN-.

13. USUCAPIAO-0003364-68.2011.8.16.0035-ABDELMJID ENNAFOUS x SALVADOR DE VITO-Despacho de fls. 67- '' 1. Anotações necessarias quanto à regularização do pólo passivo da demanda. 2. Cite(m)-se o(s) requerido(s) com endereço conhecido através de mandado ou Carta Precatória, para, querendo, apresentar(em) defesa no prazo de 15 (quinze) dias. 3. Citem-se, pessoalmente os confinantes. 4. Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os eventuais interessados. 5. Intimem-se as Fazendas Públicas, para manifestarem a existência de algum interesse no imóvel litigado, em 10 (Dez) dias. 6. Certifique-se a participação obrigartória do Ministério Público. 7. Diligências necessárias''. INTIME-SE o requerente para proceder a antecipação do pagamento das despesas para o cumprimento do ato de fls.67 nos termos do artigo 19 do CPC referente ao item "3" - (dilig. oficial de justiça), no valor de R$ 191,50 (citação dos confrontantes) e item "4" - (intimações das Fazendas Públicas), no valor de R$ 28,20 (ofício) e R$ 30,00 (aviso de recebimento), para o fim de enviar os referidos ofícios, e que para o cumprimento do ato de fls.67 itens "3 e 5", faz-se necessário a apresentação de 08 cópias da petição inicial, sendo que foi apresentada somente 05 cópias, bem como apresente 03 cópias do mapa e memorial descritivo para o fim de acompanhar as intimações das Fazendas Públicas, e ainda para retirar o edital expedido e encaminhar para publicação, observando que tem como previsão de publicação na imprensa oficial o dia 03/10/2011, bem como para retirar o mandado expedido nos termos do provimento 168/2008 e encaminhar ao seu devido cumprimento junto a Direção do Foro Central da Comarca de Curitiba.-Adv. VERA LUCIA SVOBODA MAGALHÃES-.

14. ALVARA JUDICIAL-0003367-23.2011.8.16.0035-JANETE APARECIDA GARCIA e outros x EDERZINA GARCIA- intimação do requerente acerca do contido na certidão de fls.51 de que foi deixado de dar cumprimento ao R.Despacho retro, item "2", tendo em vista que a procuradora Dra. Simone de Lara - OAB/PR 52.134, não tem procuração e/ou substabelecimento nos presentes autos.-Advs. NELSON PEREIRA MENDES e SIMONE DE LARA-.

15. COBRANCA - SUMÁRIO-0003860-97.2011.8.16.0035-JOSE ADEMIR DE ABREU x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.-Intimem-se as partes para no prazo de cinco (05) dias, manifestem-se sobre : a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC, nos termos do artigo 2º da Portaria 01/2011. (PORTARIA 01/2011 - artigo 2º - Revogar o artigo 14º da Portaria 02/2010, passando esse a vigorar com a seguinte redação : art.14º - Intimação das partes após a apresentação de réplica à contestação para que, em cinco dias manifestem-se sobre a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação de audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC. -Advs. MARCUS VINICIUS SALES PINTO e Milton Luiz Cleve Küster-.

16. REVISIONAL DE CONTRATO-0003975-21.2011.8.16.0035-LUIZ LIMA DUARTE x BANCO PANAMERICANO S/A-Intimem-se as partes para no prazo de cinco (05) dias, manifestem-se sobre : a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC, nos termos do artigo 2º da Portaria 01/2011. (PORTARIA 01/2011 - artigo 2º - Revogar o artigo 14º da Portaria 02/2010, passando esse a vigorar com a seguinte redação : art.14º - Intimação das partes após a apresentação de réplica à contestação para que, em cinco dias manifestem-se sobre a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação de audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC. -Advs. DENISE DE JESUS FERREIRA e REINALDO MIRICO ARONIS-.

17. MONITORIA-0006174-16.2011.8.16.0035-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. x SD ILUMINAÇÃO LTDA ME e outros- Intime-se o requerente para se manifestar, acerca do contido na certidão de fls.163 do Sr. Oficial de Justiça, negativo quanto a citação, nos termos do artigo 12º da portaria 02/2010 - Art. 12° - Intimação das partes para manifestação sobre diligências negativas (mandados, cartas precatórias ou qualquer outro expediente), em atenção 5.4.5 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;-Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

18. REVISIONAL DE CONTRATO-0007241-16.2011.8.16.0035-JOSÉ VANDERLEI PORTES DA SILVA x BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A-Intimem-se as partes para no prazo de cinco (05) dias, manifestem-se sobre : a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC, nos termos do artigo 2º da Portaria 01/2011. (PORTARIA 01/2011 - artigo 2º - Revogar o artigo 14º da Portaria 02/2010, passando esse a vigorar com a seguinte redação : art.14º - Intimação das partes após a apresentação de réplica à contestação para que, em cinco dias manifestem-se sobre a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade de real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação de pauta, ambos sob pena de indeferimento de prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação de audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º, do CPC. -Advs. LUIZ CESAR ALENCAR RIBEIRO, Mariane Macarevich e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

19. INDENIZACAO - ORDINARIA-0009541-48.2011.8.16.0035-LUIZA DEON e outros x IESDE BRASIL S/A e outros-Intime(m)-se o(s) requerente(s) para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste(m)-se acerca da contestação e documentos, nos termos do Artigo 11º da Portaria 02/2010. (Portaria 02/2010 - Artigo 11º - Intimação da(s) parte(s) autora(s) para manifestação (réplica) sobre a contestação e documentos juntados, em dez (10) dias. -Advs. FABIANO DA ROSA e BRUNA ALEXANDRA RADOLL-.

20. INDENIZACAO - ORDINARIA-0010228-25.2011.8.16.0035-CRISTIANE SOUZA ZILIOTTO x FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU LTDA (VIZIVALI) e outro-Intime(m)-se o(s) requerente(s) para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste(m)-se acerca da contestação e documentos, nos termos do Artigo 11º da Portaria 02/2010. (Portaria 02/2010 - Artigo 11º - Intimação da(s) parte(s) autora(s) para manifestação (réplica) sobre a contestação e documentos juntados, em dez (10) dias. -Advs. SUELY CRISTINA MUHLSTEDT e ANA PAULA CARIAS MUHLSTEDT NOGAROTO-.

21. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0009124-95.2011.8.16.0035-ANTONIO FERNANDO CHAVES JOSE x TRANSJHONNY TRANSPORTES LTDA-Intime-se o requerente para se manifestar, acerca do contido na certidão de fls.35 do Sr. Oficial de Justiça, negativo quanto a citação, nos termos do artigo 12º da portaria 02/2010 - Art. 12° - Intimação das partes para manifestação sobre diligências negativas (mandados, cartas precatórias ou qualquer outro expediente), em atenção 5.4.5 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;-Adv. ANTONIO FERNANDO-.

22. REVISIONAL DE CONTRATO - SUMÁRIO-0011195-70.2011.8.16.0035-PAULO ROGERIO DOS SANTOS x BANCO BV FINANCEIRA S/A-Intime(m)-se o(s) requerente(s) para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste(m)-se acerca da contestação e documentos, nos termos do Artigo 11º da Portaria 02/2010. (Portaria 02/2010 - Artigo 11º - Intimação da(s) parte(s) autora(s) para manifestação (réplica) sobre a contestação e documentos juntados, em dez (10) dias. -Adv. WOLFGANG EHMKE-.

SAO JOSE DOS PINHAIS, 29 de Setembro de 2011

---

COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA

FORO REGIONAL DE SAO JOSE DOS PINHAIS - 1ª VARA CIVEL

DRA. MYCHELLE PACHECO CINTRA - JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

CONSULTA PROCESSUAL : www.assejepar.com.br

RELACAO Nº 1192/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ADRIANO MUNIZ REBELLO | 00006 | 002048/2007 |
| ALESSANDRO MARCELO MORO REBOLI | 00002 | 001006/2004 |
| ALEXANDRA VALENZA ROCHA | 00010 | 001267/2008 |
| ALEX SANDRO NOEL NUNES | 00021 | 001005/2011 |
| ALTAIR DE OLIVEIRA | 00003 | 000122/2006 |
| | 00012 | 000897/2009 |
| ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO | 00003 | 000122/2006 |
| ANTONIO SBANO | 00004 | 000087/2007 |
| ANTONIO SBANO JUNIOR | 00004 | 000087/2007 |
| ANTONIO SERGIO PALU FILHO | 00009 | 001212/2008 |
| AUGUSTO PASTUCH DE ALMEIDA | 00022 | 001234/2011 |
| CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO | 00020 | 000972/2011 |
| DENISE DE JESUS FERREIRA | 00017 | 001121/2010 |
| | 00018 | 002247/2010 |
| DOUGLAS DOS SANTOS | 00007 | 000018/2008 |
| ELCIO KOVALHUK | 00003 | 000122/2006 |
| ELIETE APARECIDA KOVALHUK | 00003 | 000122/2006 |
| FABIANO DA ROSA | 00010 | 001267/2008 |
| GASTAO SCHEFER FILHO | 00002 | 001006/2004 |
| GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI | 00002 | 001006/2004 |
| INGER KALBEN SILVA | 00002 | 001006/2004 |
| INGO RUSCH ALANDT | 00014 | 002339/2009 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 00011 | 000448/2009 |
| JAIRO LUIZ CHIURATTO DA SILVA | 00005 | 002028/2007 |
| JORAN PINTO RIBEIRO | 00012 | 000897/2009 |
| JOSé RODRIGUES VIEIRA | 00014 | 002339/2009 |
| LARA TINOCO LEANDRO HALUCH MAOSKI | 00019 | 000144/2011 |
| LUIS OSCAR SIX BOTTON | 00003 | 000122/2006 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 00011 | 000448/2009 |
| LUIZ OTAVIO GOES | 00002 | 001006/2004 |
| MAGALI FUERBRINGER | 00013 | 002281/2009 |
| MARCELO MUSSI CORREA | 00016 | 000693/2010 |
| MARCIUS FONTOURA LASS | 00019 | 000144/2011 |
| MARCUS VINICIUS SPOSITO | 00002 | 001006/2004 |
| MAURICIO MUSSI CORREA | 00016 | 000693/2010 |
| MAURICIO VIEIRA | 00015 | 003109/2009 |
| NELSON PASCHOALOTTO | 00017 | 001121/2010 |
| PAULO VIEIRA DE CAMARGO JUNIOR | 00008 | 000986/2008 |
| ROSANA MARIA VIDOLIN MARQUES | 00001 | 001287/1997 |
| SORAIA AL FARAH MARQUES | 00002 | 001006/2004 |
| TANIA MARA SBANO WITKOWSKI | 00004 | 000087/2007 |
| VIVIANE KARINA TEIXEIRA | 00020 | 000972/2011 |

1. EXECUCAO DE SENTENCA-0001387-32.1997.8.16.0035-HENRIQUE FALCOSKI e outro x SERGIO LEANDRO e outros- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 453,12, sendo R$ 314,56 ao Escrivão, R$ 4,97 ao Distribuidor, R$ 50,59 ao Contador e R$ 43,00 do Oficial de Justiça, e R$ 40,00 de Outras Custas (Funrejus), conforme determina a r. decisão de fls. 333/334. -Adv. ROSANA MARIA VIDOLIN MARQUES-.

2. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA-0006704-64.2004.8.16.0035-JOAO IRIS DEGOMAR x MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS- Intimem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestem acerca da conta de custas de fls. 137/138, no valor total de R$ 1.181,53. -Advs. ALESSANDRO MARCELO MORO REBOLI, LUIZ OTAVIO GOES, GASTAO SCHEFER FILHO, INGER KALBEN SILVA, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, MARCUS VINICIUS SPOSITO e SORAIA AL FARAH MARQUES-.

3. REVISIONAL DE CONTRATO-0008453-82.2005.8.16.0035-ALBANO E BATISTA COMERCIO DE RECICLAGEM LTDA ME e outro x BANCO UNIAO DE BANCOS S/A- Intime-se o requerido para que efetue o pagamento de 30% (trinta por cento) das despesas processuais havidas na ação revisional, arcando a autora com o valor remanescente de 70 % (setenta por cento), sobre o valor total de R$ 42,05, sendo R$ 31,96 ao Escrivão e R$ 10,09 ao Contador. -Advs. ALTAIR DE OLIVEIRA, LUIS OSCAR SIX BOTTON, ELCIO KOVALHUK, ELIETE APARECIDA KOVALHUK e ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO-.

4. COBRANCA - SUMÁRIO-0009513-22.2007.8.16.0035-LUIZ CABRAL MENDES x ASSOCIACAO RURAL DE TIJUCAS DO SUL- Intime-se o requerido para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 53,58, sendo R$ 53,58 ao Escrivão. -Advs. ANTONIO SBANO, ANTONIO SBANO JUNIOR e TANIA MARA SBANO WITKOWSKI-.

5. REVISAO CONTRATUAL-0011175-21.2007.8.16.0035-MARGARETH POLI PEREIRA x BANCO FINASA S/A- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 37,95, sendo R$ 27,86 ao Escrivão e R$ 10,09 ao Contador. -Adv. JAIRO LUIZ CHIURATTO DA SILVA-.

6. DEPOSITO-2048/2007-BANCO OMNI S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x MARIA TEREZINHA MORO STOCCO- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 51,03, sendo R$ 48,54 ao Escrivão e R$ 2,49 ao Distribuidor. -Adv. ADRIANO MUNIZ REBELLO-.

7. COBRANCA - ORDINÁRIA-0006470-43.2008.8.16.0035-VALDINEI LUIZ RAMOS x CENTAURO SEGURADORA S.A.- Intime-se o requerido para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 972,58 sendo R$ 866,34 ao Escrivão, R$ 30,25 ao Distribuidor, R$ 30,26 ao Contador e R$ 49,73 de Funrejus. -Adv. DOUGLAS DOS SANTOS-.

8. MANDADO DE SEGURANCA-986/2008-VALDINEI DE PINA MACHADO e outro x PREFEITO DO MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e outro- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 54,28, sendo R$ 11,28 ao Escrivão, R$ 43,00 Oficial de Justiça, conforme determina a r. decisão de fls. 167. -Adv. PAULO VIEIRA DE CAMARGO JUNIOR-.

9. DECLARATORIA INEXISTENCIA DEB-0014277-17.2008.8.16.0035-BARAO PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA x COPEL DISTRIBUIDORA S/A- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 137,31, sendo R$ 135,54 ao Escrivão e R$ 1,77 de Funrejus. -Adv. ANTONIO SERGIO PALU FILHO-.

10. ORDINARIA-0014110-97.2008.8.16.0035-ANA MARIA FREITAS TECHE x MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor de R$ 23,50, ao Escrivão. -Advs. FABIANO DA ROSA e ALEXANDRA VALENZA ROCHA-.

11. REVISIONAL DE CONTRATO-0011873-56.2009.8.16.0035-ILLARIY MAQUEHUE DELGADO x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI- Intime-se o requerido para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de 50% (cinquenta por cento) de custas processuais remanescentes, do valor total de R$ 443,60, sendo R$ 361,56 ao Escrivão, R$ 30,25 ao Distribuidor, R$ 30,26 ao Contador e R$ 21,53 de Funrejus. -Advs. JAIME OLIVEIRA PENTEADO e LUIZ HENRIQUE BONA TURRA-.

12. BUSCA E APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0014519-73.2008.8.16.0035-BANCO FINASA S/A x MARGARETH POLI PEREIRA- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 14,71, sendo R$ 14,71 ao Escrivão, R$ 2,49 ao Distribuidor, conforme determina a r. decisão de fls. 44. -Advs. MARIA LUCILIA GOMES e ROMARA COSTA BORGES-.

13. REVISIONAL DE CONTRATO-0011829-37.2009.8.16.0035-PAULO ROBERTO MENDES DE SOUZA x BANCO ITAULEASING S/A- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 446,78, sendo R$ 333,36 ao Escrivão, R$ 30,25 ao Distribuidor, R$ 20,17 ao Contador, R$ 43,00 ao Oficial de Justiça e R$ 20,00 de Funrejus, conforme determina a r. decisão de fls. 27/29. -Adv. MAGALI FUERBRINGER-.

14. OBRIGACAO DE FAZER-0014966-27.2009.8.16.0035-ANTONIO GILMAR DISSENHA x SILVESTRE NENEVE-decisão de fls. 100 - " 1. Mantenho a decisão agravada de forma retitda por seus próprios fundamentos. 2. Entendo não ser necessária a produção de outras provas. Assim, o feito comporta julgamento antecipado da lide, a teor do constante no art. 330, inciso I, do CPC. 3. Posto isso, contados e preparados, voltem-me conclusos para sentença." ----- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 933,51, sendo R$ 817,80 ao Escrivão, R$ 10,09 ao Contador e R$ 105,62 de Outras Custas (Funrejus). -Advs. José Rodrigues Vieira e INGO RUSCH ALANDT-.

15. CONSIGNACAO EM PAGAMENTO-3109/2009-ARIELI ALVES x BANCO FINASA BMC S/A- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 462,32, sendo R$ 398,56 ao Escrivão, R$ 30,25 ao Distribuidor, R$ 10,09 ao Contador e R$ 23,42 de Funrejus, conforme determina a r. decisão de fls. 34/36. -Adv. MAURICIO VIEIRA-.

16. BUSCA E APREENSAO-0004279-54.2010.8.16.0035-CIMHSA COMERCIO IMP E EXPORTACAO DE MAQUINAS LTDA x MENCO-FABRICACAO E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 38,99, sendo R$ 5,64 ao Escrivão, R$ 21,87 ao Distribuidor, R$ 10,09 ao Contador e R$ 1,39 de Funrejus. -Advs. MAURICIO MUSSI CORREA e MARCELO MUSSI CORREA-.

17. REVISIONAL DE CONTRATO-0006802-39.2010.8.16.0035-ACIR DA CRUZ MATERIAIS DE CONSTRUCAO ME x BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL-Decisão de fls. 87 " 1. Entendo não ser necessária a produção de outras provas. Assim, o feito comporta julgamento antecipado da lide, a teor do constante no artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. 2. Posto isso, contados e preparados, voltem-me conclusos para sentença." ---------- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 17,86, sendo R$ 17,86 ao Escrivão. -Advs. DENISE DE JESUS FERREIRA e NELSON PASCHOALOTTO-.

18. BUSCA E APREENSAO-0009799-29.2009.8.16.0035-BANCO FIAT S/A x ROSENIR MARIA BRUNING DOS SANTOS- Intime-se o requerido para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 45,39, sendo R$ 8,46 ao Escrivão, R$ 26,84 ao Distribuidor, R$ 10,09 ao Contador . -Adv. DENISE DE JESUS FERREIRA-.

19. CANCELAMENTO DE PROTESTO-0000619-18.2011.8.16.0035-HALUCH & CIA LTDA x INDUMEC INDUSTRIA MECANICA LTDA.-Decisão de fls. 78 " 1. Compulsando os autos, ante a certidão de fls. 77 observa-se que a contestação de fls. 56-62 é intempestiva. 2. Ademais, verifico que o feito comporta julgamento antecipado da lide, a teor do constante no artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. 3. Posto isso, contados e preparados, voltem-me conclusos para sentença. (...)" ---------- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 27,26, sendo R$ 27,26 ao Escrivão. -Advs. LARA TINOCO LEANDRO HALUCH MAOSKI e MARCIUS FONTOURA LASS-.

20. BUSCA E APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0006150-85.2011.8.16.0035-BANCO PANAMERICANO S/A x MAGDA CRISTINA DOS SANTOS- Intime-se o requerido para que, no prazo de 10 (dez) dias, para que cumpra o despacho de fls. 65, acerca da conta de fls. 66/69, no valor total de R$ 6.173,41. -Advs. VIVIANE KARINA TEIXEIRA e CLEVERSON MARCEL SPONCHIADO-.

21. ALVARA JUDICIAL-0006177-68.2011.8.16.0035-LUCAS MAIER SPRENGER e outro- INTIMEM-SE as partes para que, no prazo de 10 (Dez) dias, manifestem-se acerca do laudo de Avaliação Judicial de fls. 32.-Adv. ALEX SANDRO NOEL NUNES-.

22. NOTIFICACAO JUDICIAL-0006978-81.2011.8.16.0035-SHELL DO BRASIL LTDA x M. FEDATTO E CIA. LTDA.- Intime-se o autor para que retire a presente notificação judicial, independentemente de traslado. -Adv. AUGUSTO PASTUCH DE ALMEIDA-.

SAO JOSE DOS PINHAIS, 29 de Setembro de 2011

---

COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA

FORO REGIONAL DE SAO JOSE DOS PINHAIS - 1ª VARA CIVEL

DRA. MYCHELLE PACHECO CINTRA - JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

CONSULTA PROCESSUAL : www.assejepar.com.br

RELACAO Nº 1185/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ADRIANO COELHO PARISI | 00024 | 001142/2011 |
| ALBERT DO CARMO AMORIM | 00023 | 001087/2011 |
| ALEXANDRE NELSON FERRAZ | 00025 | 001343/2011 |
| ANA PAULA VIANA BARMANN | 00002 | 000722/2005 |
| ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI | 00016 | 000061/2011 |
| ANDREIA CUNHA ZANELATTO | 00001 | 000694/2002 |
| ANTÔNIO MARCELO FRAGOSO GAIA | 00001 | 000694/2002 |
| BRUNO MIRANDA QUADROS | 00006 | 000819/2008 |
| CARINE DE MEDEIROS MARTINS | 00015 | 003165/2010 |
| CARLOS ROBERTO DE SOUZA | 00017 | 000101/2011 |
| CHRISTIAN ROBERT THIEL GURA | 00022 | 000828/2011 |
| DANIELE DE BONA | 00002 | 000722/2005 |
| DANIEL HACHEM | 00013 | 001999/2010 |
| DANTE PARISI | 00024 | 001142/2011 |
| DIEGO RUBENS GOTTARDI | 00002 | 000722/2005 |
| ELIZANDRA C. S. RODRIGUES | 00011 | 000827/2009 |
| ETHELMA PEZARINI | 00014 | 003058/2010 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 00018 | 000362/2011 |
| GUILHERME ZIEGEMANN SEIDEL | 00020 | 000693/2011 |
| IDELANIR ERNESTI | 00003 | 001731/2006 |
| JHONATAN DAMOS CARDOSO | 00021 | 000734/2011 |
| JULIANA RIBEIRO | 00019 | 000616/2011 |
| | 00026 | 001424/2011 |
| KARINE CRISTINA DA COSTA | 00002 | 000722/2005 |
| KARINE SIMONE POFAHL WEBER | 00005 | 000509/2008 |
| | 00007 | 001358/2008 |
| | 00008 | 001359/2008 |
| | 00011 | 000827/2009 |
| LUIS FERNANDO BRUSAMOLIN | 00016 | 000061/2011 |
| | 00019 | 000616/2011 |
| LUIZ ANESIO DOS SANTOS | 00014 | 003058/2010 |
| LUIZ CESAR ALENCAR RIBEIRO | 00027 | 001668/2011 |
| MARCELO HENRIQUE DE CAMPOS SILVA | 00022 | 000828/2011 |
| MARCIA REGINA DE SOUZA | 00017 | 000101/2011 |
| MARCOS GADOTTI | 00001 | 000694/2002 |
| MARCUS VINICIUS SALES PINTO | 00018 | 000362/2011 |
| MARILENE TREVISAN | 00009 | 002060/2008 |
| PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR | 00012 | 001568/2010 |
| RONALD MAYR VEIGA BRANDALIZE | 00010 | 000115/2009 |
| RONE MARCOS BRANDALIZE | 00010 | 000115/2009 |
| RONICI MALU VEIGA BRANDALIZE | 00010 | 000115/2009 |
| SADI FRANZON | 00001 | 000694/2002 |
| SANDRA JUSSARA KUCHNIR | 00004 | 000818/2007 |
| TATIANA VALESCA VROBLEWSKI | 00026 | 001424/2011 |
| VALMIR BERNARDO PARISI | 00024 | 001142/2011 |
| VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA | 00002 | 000722/2005 |
| ZARA HUSSEIN | 00001 | 000694/2002 |

1. USUCAPIAO-0004222-17.2002.8.16.0035-LUIZ SIMAO DOS SANTOS e outro x KALIL ROCHID NASSER e outros- Intime-se o requerente, para que no prazo de 10 (dez), manifeste-se acerca do contido na certidão de fl. 228, devendo apresentar, 2 cópias do mapa e 2 cópias do memorial descritivo, para que possa ser dado cumprimento ao item ??2? do R.despacho de fl. 227.-Advs. ZARA HUSSEIN, ANDREIA CUNHA ZANELATTO, ANTÔNIO MARCELO FRAGOSO GAIA, MARCOS GADOTTI e SADI FRANZON-.

2. RESCISAO DE CONTRATO-0008774-20.2005.8.16.0035-ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL x OSVALDO ANTONIO MAZEPA-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Advs. KARINE CRISTINA DA COSTA, ANA PAULA VIANA BARMANN, VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA, DIEGO RUBENS GOTTARDI e DANIELE DE BONA-.

3. BUSCA E APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-1731/2006-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS AMERICA MULTICARTEIRA x MARLENE GARCIA- Intime-se o autor para que manifeste-se, acerca do mandado devolvido com diligência negativa, conforme Portaria 02/2010, art. 12º. "12º - Intimação das partes para manifestação sobre diligências negativas (mandados, cartas precatórias ou qualquer outro expediente), em atenção 5.4.5 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.-Adv. IDELANIR ERNESTI-.

4. DEPOSITO-818/2007-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS AMERICA MULTICARREIRA x MIGUEL ANGELO ANTUNES-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação

da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Adv. SANDRA JUSSARA KUCHNIR-.

5. DEPOSITO-509/2008-BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI x JURANDIR DE JESUS CAMARGO-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

6. BUSCA E APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0014451-26.2008.8.16.0035-BANCO FINASA S/A x LEONARDA ALVES FONSACA-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Adv. BRUNO MIRANDA QUADROS-.

7. DEPOSITO-1358/2008-BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI x LEOPOLDO RODRIGUES CARDOSO-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

8. DEPOSITO-0010898-68.2008.8.16.0035-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG - BRASIL MULTICARTEIRA x JOSE CARLOS BALDUINO-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

9. USUCAPIAO-0014095-31.2008.8.16.0035-APARECIDO JOSÉ DOS SANTOS e outro- Intime-se o requerente para que proceda a retirada do mandado de registro expedido-Adv. MARILENE TREVISAN-.

10. USUCAPIAO-115/2009-EDUARDO GUILHERME REINER e outros-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Advs. RONE MARCOS BRANDALIZE, RONALD MAYR VEIGA BRANDALIZE e RONICI MALU VEIGA BRANDALIZE-.

11. BUSCA E APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-827/2009-BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI x ANDERSON ALVES DA SILVA-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Advs. ELIZANDRA C. S. RODRIGUES e KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

12. DEPOSITO-0010066-64.2010.8.16.0035-BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI x ADENILSON ALVES DE SOUZA-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Adv. PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR-.

13. EXECUCAO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE-0009146-90.2010.8.16.0035-BANCO BRADESCO S/A x RUI ANTONIO AUER- Intime-se o autor para que manifeste-se, acerca do mandado devolvido com diligência negativa, conforme Portaria 02/2010, art. 12º. "12º - Intimação das partes para manifestação sobre diligências negativas (mandados, cartas precatórias ou qualquer outro expediente), em atenção 5.4.5 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.-Adv. DANIEL HACHEM-.

14. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0021012-95.2010.8.16.0035-ASSAF & CORREA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA x FLAVIO RICARDO MARODIN-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Advs. ETHELMA PEZARINI e LUIZ ANESIO DOS SANTOS-.

15. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0020615-36.2010.8.16.0035-BANCO FIAT S/A x RAMAO APARECIDO ROCHETE-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Adv. CARINE DE MEDEIROS MARTINS-.

16. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0022435-90.2010.8.16.0035-BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. x PONTE VECCHIO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME e outros- Intime-se o autor para proceder o depósito da quantia correspondente, conforme prevê o artigo 19 e o Provimento 01/99 da Corregedoria Geral da Justica, referente a diligencias Sr. Oficial de Justiça, no valor de R$ 49,50.-Advs. LUIS FERNANDO BRUSAMOLIN e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI-.

17. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0000467-67.2011.8.16.0035-JOÃO BATISTA VALOSKI x CLODOMIR FERREIRA DA ROCHA-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Advs. MARCIA REGINA DE SOUZA e CARLOS ROBERTO DE SOUZA-.

18. COBRANCA - SUMÁRIO-0002266-48.2011.8.16.0035-JOEVERSON ROCHA GONÇALVES x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.--Intimem-se as partes para que em 05 (cinco) dias especifiquem as provas que pretendem produzir, nos termos da Portaria 01/2011, art. 2º - Art. 2° - Intimação das partes após a apresentação de réplica à contestação para que, em cinco dias manifestem-se sobre a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação da pauta, ambos sobre pena de indeferimento da prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º. do CPC; -Advs. MARCUS VINICIUS SALES PINTO e FERNANDO MURILO COSTA GARCIA-.

19. REVISIONAL DE CONTRATO-0004124-17.2011.8.16.0035-PAULO SERGIO DOS SANTOS x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI--Intimem-se as partes para que em 05 (cinco) dias especifiquem as provas que pretendem produzir, nos termos da Portaria 01/2011, art. 2º - Art. 2° - Intimação das partes após a apresentação de réplica à contestação para que, em cinco dias manifestem-se sobre a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol

de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação da pauta, ambos sobre pena de indeferimento da prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º. do CPC; -Advs. JULIANA RIBEIRO e LUIS FERNANDO BRUSAMOLIN-.

20. INVENTARIO-0004532-08.2011.8.16.0035-DIRCE RODRIGUES DE SOUSA e outros x ESPÓLIO DE SEBASTIÃO ALVES DE SOUSA-Despacho de fls. 41-42 " (...) 3. No prazo de 20 (vinte) dias contados da data em que prestou compromisso, deverá o inventariante apresentar as primeiras declarações, acompanhadas de documentos cadastrais e fiscais dos bens inventariados, lavrando-se termo circunstanciado em cartório (CPC, art. 993) (...)" -Adv. GUILHERME ZIEGEMANN SEIDEL-.

21. OBRIGACAO DE FAZER-0004753-88.2011.8.16.0035-MARCIO WANDER MARQUES e outro x MARCOS ANTONIO ALMEIDA e outro-Intime(m)-se o(s) requerente(s) para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste(m)-se acerca da contestação e documentos, nos termos do Artigo 11º da Portaria 02/2010. (Portaria 02/2010 - Artigo 11º - Intimação da(s) parte(s) autora(s) para manifestação (réplica) sobre a contestação e documentos juntados, em dez (10) dias. -Adv. JHONATAN DAMOS CARDOSO-.

22. INDENIZACAO - ORDINARIA-0005099-39.2011.8.16.0035-BRUNO ROSENDI ROSSETI x BLACK BOX CLUB LTDA--Intimem-se as partes para que em 05 (cinco) dias especifiquem as provas que pretendem produzir, nos termos da Portaria 01/2011, art. 2º - Art. 2° - Intimação das partes após a apresentação de réplica à contestação para que, em cinco dias manifestem-se sobre a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação da pauta, ambos sobre pena de indeferimento da prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º. do CPC; -Advs. CHRISTIAN ROBERT THIEL GURA e MARCELO HENRIQUE DE CAMPOS SILVA-.

23. BUSCA E APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA-0006486-89.2011.8.16.0035-BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI x FABIO ANDRE DA SILVA-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Adv. ALBERT DO CARMO AMORIM-.

24. MONITORIA-0007279-28.2011.8.16.0035-EDIVAN ROSA x JOSÉ DOS SANTOS-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Advs. ADRIANO COELHO PARISI, DANTE PARISI e VALMIR BERNARDO PARISI-.

25. REINTEGRAÇAO DE POSSE-0007957-43.2011.8.16.0035-SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL x OTO JOSE MIGLIORETTO-Intime-se o autor para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste-se, sob pena de extinção, conforme Portaria 01/2011, art. 3º. "3. Intimação da parte interessada pelo Diário da Justiça para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, em cinco dias, quando a continuidade do processo depender de diligência da parte. Em caso de inércia, intimar a parte via postal com AR, no endereço declinado nos autos (art. 238 parágrafo único do Código de Processo Civil). Persistindo a inércia, intimar a parte contrária para manifestação em cinco dias, sendo, em seguida, conclusos os autos.? -Adv. ALEXANDRE NELSON FERRAZ-.

26. REVISIONAL DE CONTRATO-0008862-48.2011.8.16.0035-MANOEL FRANCISCO NASCIMENTO FILHO x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI--Intimem-se as partes para que em 05 (cinco) dias especifiquem as provas que pretendem produzir, nos termos da Portaria 01/2011, art. 2º - Art. 2° - Intimação das partes após a apresentação de réplica à contestação para que, em cinco dias manifestem-se sobre a) as provas que pretendem produzir, informando sobre a necessidade e real pertinência de cada uma; havendo requerimento de prova pericial, deverão apresentar desde logo o rol de quesitos e, querendo, indicar assistente técnico; e caso seja requerida a prova oral, apresentar o rol de testemunhas, a fim de adequação da pauta, ambos sobre pena de indeferimento da prova e b) a existência de real possibilidade de acordo que justifique a designação da audiência de conciliação, na forma do artigo 331, § 3º. do CPC; -Advs. JULIANA RIBEIRO e TATIANA VALESCA VROBLEWSKI-.

27. REVISIONAL DE CONTRATO-0010039-47.2011.8.16.0035-JOSEMIR ROCHA DOS SANTOS x BANCO AYMORE FINANCIAMENTOS S/A-Intime(m)-se o(s) requerente(s) para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste(m)-se acerca da contestação e documentos, nos termos do Artigo 11º da Portaria 02/2010. (Portaria 02/2010 - Artigo 11º - Intimação da(s) parte(s) autora(s) para manifestação (réplica) sobre a contestação e documentos juntados, em dez (10) dias. -Adv. LUIZ CESAR ALENCAR RIBEIRO-.

SAO JOSE DOS PINHAIS, 29 de Setembro de 2011

---

COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA

FORO REGIONAL DE SAO JOSE DOS PINHAIS - 1ª VARA CIVEL

DRA. MYCHELLE PACHECO CINTRA - JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

CONSULTA PROCESSUAL : www.assejepar.com.br

RELACAO Nº 1186/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ANDRE PAOLO CELLA | 00014 | 001791/2011 |
| ANTONIO SBANO JUNIOR | 00005 | 000419/2009 |
| BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ | 00011 | 002965/2010 |
| CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR | 00008 | 001017/2010 |
| CHRISTIAN ROBERT THIEL GURA | 00010 | 002514/2010 |
| DANIELE DE BONA | 00006 | 000956/2009 |
| DENISE DE JESUS FERREIRA | 00004 | 001268/2008 |
| EDUARDO JOSE FUMIS FARIA | 00007 | 000102/2010 |
| EUNICE FERREIRA TAMBOSI | 00010 | 002514/2010 |
| FABIANE DA CONCEICAO FERRAZ | 00011 | 002965/2010 |
| KAROLINE LORENZ RUTYNA | 00014 | 001791/2011 |
| LAURO BARROS BOCCACIO | 00013 | 000213/2011 |
| MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH | 00001 | 000390/2003 |
| MARCELO RAYES | 00012 | 003214/2010 |
| MARCIO AYRES DE OLIVEIRA | 00007 | 000102/2010 |
| MARCIO ROGERIO DEPOLLI | 00011 | 002965/2010 |
| MARIANE CARDOSO MACAREVICH | 00009 | 001872/2010 |
| OLAIA PASSOS ANTUNES | 00003 | 000634/2007 |
| RAFAEL MARQUES GANDOLFI | 00002 | 001174/2004 |
| ROSANGELA DA ROSA CORREA | 00009 | 001872/2010 |
| SILVIO ANDRE BRAMBILA RODRIGUES | 00002 | 001174/2004 |
| TANIA MARA SBANO WITKOWSKI | 00005 | 000419/2009 |
| VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA | 00006 | 000956/2009 |

1. HABILITACAO DE CREDITO-0006321-23.2003.8.16.0035-BANCO DO BRASIL S/A x SAFETY LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA-MASSA FALIDA-Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor de R$ 36,32, ao Escrivão. -Adv. MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH-.

2. RESOLUCAO DE CONTRATO - Ordinario-1174/2004-MM INCORPORAÇÕES LTDA e outros x ARLETE NEUMANN SOCZEK- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$18,55, sendo R$ 8,46 ao Escrivão e R$ 10,09 ao Contador. -Advs. SILVIO ANDRE BRAMBILA RODRIGUES e RAFAEL MARQUES GANDOLFI-.

3. USUCAPIAO EXTRAORDINARIO-0011598-78.2007.8.16.0035-CLEUSA MARY KUZMA e outros x IRENE BUHRER e outros- Despacho de fls. 164- " 1.

tendo em vista as certidões de fls. 162/163, determino a inclusão da autora Dyonahir Santana da Cruz no pólo ativo da demanda. Anotações necessárias. 2. INTIMEM-SE os autores para que, no prazo de 10 (Dez) dias, informem os atuais endereços dos confrontantes, para possibilitar a citação, tendo em vista o retorno dos AR's às fls. 53-55-59 e 62. 3. Quanto ao confrontante Salomão Axlerud, mantenho a decisão de fls. 145 pelos seus próprios fundamentos. 4. Ainda, INTIMEM-SE os autores para que, no prazo de 10 (dez) dias, informem atuais endereços das requeridas IRENE BUHRER e ERONDINA BUHRER (fls. 56 e 61), a fim de possibilitar citação". -Adv. OLAIA PASSOS ANTUNES-.

4. REVISAO CONTRATUAL-0011263-25.2008.8.16.0035-SIMONE DIAS DE SOUZA x BANCO BV FINANCEIRA S/A - CFI- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 440,79, sendo R$ 360,28 ao Escrivão, R$ 30,25 ao Distribuidor, R$ 30,26 ao Contador e R$ 20,00 de Funrejus, conforme determina a r. decisão de fls. 130. -Adv. DENISE DE JESUS FERREIRA-.

5. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C/C COBRANCA ALUGUEIS-0014466-58.2009.8.16.0035-ELIZABETE MOLETTA BASSO x JOAO CAIHADO AGRADANO- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de 268,84 ao Escrivão, R$ 30,25 ao Distribuidor, R $20,17 ao Contador e R$ 43,00 de Oficial de Justiça, R$ 20,00 de Outras Custas (Funrejus) conforme determina a r. decisão de fls. 50. -Advs. TANIA MARA SBANO WITKOWSKI e ANTONIO SBANO JUNIOR-.

6. DEPOSITO-0013766-82.2009.8.16.0035-BANCO FINASA S/A x NELSON HENNING- Ao autor para que promova o pagamento de custas do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 43,00.-Advs. DANIELE DE BONA e VANESSA MARIA RIBEIRO BATALHA-.

7. REVISIONAL DE CONTRATO-0000874-10.2010.8.16.0035-MARCELO FRANCISCO DE ARAUJO x BANCO ITAULEASING S/A- Intime-se o requerido para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 536,33, sendo R$ 460,26 ao Escrivão, R$ 30,25 ao Distribuidor, R$ 20,17 ao Contador e R$ 25,65 de Funrejus, observando o acordo celebrado entre as partes conforme fls. 174/177. -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA-.

8. EMBARGOS A EXECUCAO-0007030-14.2010.8.16.0035-IVONIR BERTOLINI x VALMIR DALMOLIN- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R $ 60,73, sendo R$ 14,10 ao Escrivão e R$ 46,63 de Funrejus. -Adv. CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR-.

9. BUSCA E APREENSAO-0012379-95.2010.8.16.0035-BANCO PANAMERICANO S/A x VALTER FERNANDO MARCHETTI- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 46,91, sendo R$ 25,04 ao Escrivão e R$ 21,87 ao Distribuidor. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ROSANGELA DA ROSA CORREA-.

10. INVENTARIO-0016722-37.2010.8.16.0035-DALVA DE CESAR BELTRAME DOS SANTOS x JOSÉ NUNES DE ALMEIDA e outro-decisão de fls. 152v - " Defiro a habilitação da herdeira Sheila (fls. 122/123), anote-se; À inventariante sobre fls. 130/131, por dez dias, bem como para dar andamento ao feito na forma legal." -Advs. EUNICE FERREIRA TAMBOSI e CHRISTIAN ROBERT THIEL GURA-.

11. EXIBICAO DE DOCUMENTO OU COISA-0020316-59.2010.8.16.0035-LOURENÇO MANOEL DA SILVA e outros x BANCO ITAU S/A-despacho de fl. 80 - " Entendo que, no presente caso, não há necessidade de produção de outras provas, o que impõe o julgamento antecipado da lide (art. 330, I, do CPC). Assim, contados e preparados, voltem conclusos para sentença." -------- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 20,35 sendo R$ 17,86 ao Escrivão e R$ 2,49 ao Distribuidor. -Advs. FABIANE DA CONCEICAO FERRAZ, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-.

12. COBRANCA - ORDINÁRIA-0021823-55.2010.8.16.0035-CLAUDIO ZAPOTOCZNY e outro x COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL- Intime-se o requerido para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 586,70, sendo R$ 516,66 ao Escrivão, R$ 30,25 ao Distribuidor, R$ 10,09 ao Contador e R$ 29,70 de Funrejus. -Adv. MARCELO RAYES-.

13. REVISIONAL DE CONTRATO-0001277-42.2011.8.16.0035-MANOEL HENRIQUE CAVALHEIRO x BANCO BRADESCO S/A. CRÉDITO E FINANCIAMENTO- Intime-se o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento de custas processuais remanescentes no valor total de R$ 780,13, sendo R$ 691,84 ao Escrivão, R$ 30,25 ao Distribuidor, R$ 20,17 ao Contador e R$ 37,87 de Funrejus, conforme determina a r. decisão de fls. 56. -Adv. LAURO BARROS BOCCACIO-.

14. COBRANCA - ORDINÁRIA-0010750-52.2011.8.16.0035-SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SAO JOSE DOS PINHAIS x MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS- Intime-se o autor para que proceda o pagamento de custas do Sr. Oficial de Justiça no valor de R$ 43,00. -Advs. KAROLINE LORENZ RUTYNA e ANDRE PAOLO CELLA-.

SAO JOSE DOS PINHAIS, 29 de Setembro de 2011

# SÃO MATEUS DO SUL

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

**COMARCA DE SAO MATEUS DO SUL - ESTADO DO PARANA**
**VARA CIVEL E ANEXOS**

**RELAÇAO Nº 117/2011**

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALESSANDRA CRISTINA DE LA 0016 000505/2009
ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA 0015 000402/2009
ANDREIA DE SOUZA SONEHARA 0029 000722/2011
BLAS GOMM FILHO 0005 000573/2006
CAIO GRACO DE ARAUJO QUAD 0001 000289/2000
CLOVIS JOSE GUGELMIN DIST 0005 000573/2006
0019 000907/2010
0020 000921/2010
CRISTIANO DE ASSIS NIZ 0022 001540/2010
DANIEL HACHEM 0013 000183/2009
0025 002337/2010
DANIELE DE FATIMA DE ALME 0029 000722/2011
DENISE MORAES NOVICKI 0034 000108/1998
DJENANE FAYAD SCHREINER 0002 000206/2004
EGIDIO MUNARETTO 0007 000480/2007
ENEAS HENRIQUE DOS SANTOS 0012 000157/2009
ENEAS JEFERSON MELNISK 0008 000508/2008
0026 003544/2010
FERNANDA BERNARDO GONÇALV 0035 002221/2010
IEDA REGINA SCHIMALESKY W 0017 000074/2010
0021 001360/2010
IVO JOAO SUCHEK 0018 000221/2010
JANICE IANKE 0006 000104/2007
JOAO ROBERTO CHOCIAI 0028 000453/2011
JUAREZ DO NASCIMENTO 0032 001563/2011
JULIANA SASS 0024 001652/2010
KARINE SIMONE POFAHL WEBE 0027 000285/2011
LUCIANO DE QUADROS BARRAD 0035 002221/2010
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0031 001119/2011
MARIANE CARDOSO MACAREVIC 0015 000402/2009
MILTON AURELIO UBA DE AND 0023 001626/2010
MORELI SOREANO DE OLIVEIR 0026 003544/2010
NIVEA REGINA PANGRATZ DE 0030 001093/2011
OLINDO DE OLIVEIRA 0009 000028/2009
0010 000031/2009
0011 000057/2009
0014 000356/2009
RONEI JULIANO FOGACA WEIS 0006 000104/2007
SELVINO GIACOMO DE LUCA J 0023 001626/2010
SIMONE MARINA GELINSKI BR 0005 000573/2006
0019 000907/2010
0020 000921/2010
TADEU CERBARO 0033 002786/2011
TATYANE P. PORTES STEIN 0003 000506/2004
TERCIO PANGRATZ DE PAULA 0030 001093/2011

VIRGILIO CESAR DE MELO 0004 000255/2005

1. INVENTARIO-289/2000-SANDRA WAISS SOARES x IDORICO WAISS- À inventariante para apresentar a partilha. -Adv. CAIO GRACO DE ARAUJO QUADROS-.
2. INTERDICAO-206/2004-S.S. x E.J.S.- Manifeste-se a parte autora sobre o prosseguimento do feito. -Adv. DJENANE FAYAD SCHREINER-.
3. COBRANCA - ORDINARIO-506/2004-MARIA DE JESUS LOPES SOARES x BRADESCO SEGUROS S/A.- Diga a parte exequente. -Adv. TATYANE P. PORTES STEIN-.
4. MONITORIA-255/2005-FRANCISCO KUCZERA & CIA. LTDA. x GERSON JOSE CAMPOS- À parte requerente para, no prazo de quarenta e oito horas, se manifeste sobre o prosseguimento do feito, sob pena do disposto no art. 267, III, § 1º do CPC. -Adv. VIRGILIO CESAR DE MELO-.
5. DECLARATORIA INEX.DE COBRANCA-573/2006-ALESSANDRO ZAGO x BANCO SANTANDER BRASIL S.A.- "1. Ante a presença dos pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso interposto, em ambos os efeitos. 2. Intime-se a parte recorrida para, no prazo legal, apresentar contra-razões, 3. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. -Advs. CLOVIS JOSE GUGELMIN DISTEFANO, SIMONE MARINA GELINSKI BRANDL e BLAS GOMM FILHO-.
6. DEPOSITO-104/2007-BANCO FINASA S.A. x MARCIO JOSE KRANISKI RIBEIRO- Manifeste-se a parte autora, no prazo de quarenta e oito horas, sob pena do disposto no art. 267, III, § 1º do CPC. -Advs. RONEI JULIANO FOGACA WEISS e JANICE IANKE-.
7. EMBARGOS A EXECUCAO-480/2007-PEDRO NOVAKI x HSBC BANCK BRASIL S.A. BANCO MULTIPLO- "1. Compulsando o presente feito observa-se que Egídio Munaretto ingressou com cumprimento de sentença em face de Pedro Novaki (fl.46/50), visando a execução dos honorários advocatícios fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais), conforme se denota à fl. 44.
À fl. 52 houve a determinação da intimação da parte executada para os fins do disposto no art. 475-J, do Código de Processo Civil. À fl. 55/56 a parte exequente apresentou atualização do débito exeqüendo, o qual importa em R$ 47.319,55 (quarenta e sete mil trezentos e trinta e nove reais e cinqüenta e cinco centavos). Observa-se que tal valor diverge significativamente do valor apresentado à fl. 50, bem como da condenação de fl. 44. Desse modo, intime-se a parte exequente para que retifique o cálculo apresentado. 2. Após, proceda-se ao bloqueio de valores existentes em contas em nome da parte executada, até o limite da dívida dos presentes autos, através do sistema BACEN-JUD. Com a resposta manifeste-se a parte exequente. 3. Cumpra-se. Diligências necessárias. " -Adv. EGIDIO MUNARETTO-.
8. USUCAPIAO-508/2008-GERSON LUIZ CORDEIRO DE OLIVEIRA e outro- Atenda-se a cota ministerial. -Adv. ENEAS JEFERSON MELNISK-.
9. COBRANCA - ORDINARIO-28/2009-VERA LUCIA PAGESKI x MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL- "A parte reclamada opôs embargos de declaração da sentença lançada às fls. 67/73.
Aduz a embargante a ocorrência de omissão, contradição, obscuridade e dúvida, pois não houve pronunciamento em relação ao pedido de preclusão das novas alegações propostas pela parte requerida (fls. 41/47), omissão em relação ao item "2.1 a" da peça inicial, pronunciamento sobre conflito entre as Leis n. 1429/2002 e a Lei Complementar n. 002/1994. Ademais, o embargante se manifestou sobre a nulidade da decisão. É o breve relatório. Decido. Os presentes embargos opostos pela parte requerente devem ser rejeitados, em que pesem as considerações expostas pela parte, pois a sentença prolatada, como se vê, nos pontos referidos, não padece de nenhuma mácula, inexistindo omissão, ou ainda, obscuridade ou contradição, o que existe é o inconformismo do sucumbente com a solução posta nos autos. Ressalta-se que o embargos de declaração não merecem prosperar quando opostos em face de decisões suficientemente embasadas lógica e juridicamente, que esclareçam a decisão posta nos autos. Ademais, sabe-se que "O órgão julgador não está obrigado a rebater todos os argumentos da parte se por outros motivos tiver firmado seu convencimento" (TRF 2ª R. - AG 2005.02.01.002543-6 - 7ª T. - Rel. Des. Fed.Sergio Schwaitzer - DJU 01.08.2006 - p. 237). Diante do exposto, rejeito os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intime-se. São Mateus do Sul, 20 de setembro de 2011. Cesar Augusto Bochnia Juiz de Direito" -Adv. OLINDO DE OLIVEIRA-.
10. COBRANCA - ORDINARIO-0001041-80.2009.8.16.0158-CRISTINA POPOASKI MARSZALKOWSKI x MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL- "A parte reclamada opôs embargos de declaração da sentença lançada às fls. 80/84.
Aduz a embargante a ocorrência de omissão, contradição, obscuridade e dúvida, pois não houve pronunciamento em relação ao pedido de preclusão das novas alegações propostas pela parte requerida (fls. 28/32), omissão em relação ao item "2.1 a" da peça inicial, pronunciamento sobre conflito entre as Leis n. 1429/2002 e a Lei Complementar n. 002/1994. Ademais, o embargante se manifestou sobre a nulidade da decisão. É o breve relatório. Decido. Os presentes embargos opostos pela parte requerente devem ser rejeitados, em que pesem as considerações expostas pela parte, pois a sentença prolatada, como se vê, nos pontos referidos, não padece de nenhuma mácula, inexistindo omissão, ou ainda, obscuridade ou contradição, o que existe é o inconformismo do sucumbente com a solução posta nos autos. Ressalta-se que o embargos de declaração não merecem prosperar quando opostos em face de decisões suficientemente embasadas lógica e juridicamente, que esclareçam a decisão posta nos autos. Ademais, sabe-se que "O órgão julgador não está obrigado a rebater todos os argumentos da parte se por outros motivos tiver firmado seu convencimento" (TRF 2ª R. - AG .02.01.002543-6 - 7ª T. - Rel. Des. Fed.Sergio Schwaitzer - DJU 01.08.2006 - p. 237). Diante do exposto, rejeito os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intime-se. São Mateus do Sul, 20 de setembro de 2011.Cesar Augusto Bochnia Juiz de Direito
-Adv. OLINDO DE OLIVEIRA-.
11. COBRANCA - ORDINARIO-57/2009-RENATA OLIVEIRA MAYER x MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL- "A parte reclamada opôs embargos de declaração da sentença lançada às fls. 70/76. Aduz a embargante a ocorrência de omissão, contradição, obscuridade e dúvida, pois não houve pronunciamento em relação ao pedido de preclusão das novas alegações propostas pela parte requerida (fls. 44/50), omissão em relação ao item "2.1 a" da peça inicial, pronunciamento sobre conflito entre as Leis n. 1429/2002 e a Lei Complementar n. 002/1994. Ademais, o embargante se manifestou sobre a nulidade da decisão.
É o breve relatório. Decido. Os presentes embargos opostos pela parte requerente devem ser rejeitados, em que pesem as considerações expostas pela parte, pois a sentença prolatada, como se vê, nos pontos referidos, não padece de nenhuma mácula, inexistindo omissão, ou ainda, obscuridade ou contradição, o que existe é o inconformismo do sucumbente com a solução posta nos autos. Ressalta-se que o embargos de declaração não merecem prosperar quando opostos em face de decisões suficientemente embasadas lógica e juridicamente, que esclareçam a decisão posta nos autos. Ademais, sabe-se que "O órgão julgador não está obrigado a rebater todos os argumentos da parte se por outros motivos tiver firmado seu convencimento" (TRF 2ª R. - AG 2005.02.01.002543-6 - 7ª T. - Rel. Des. Fed.Sergio Schwaitzer - DJU 01.08.2006 - p. 237).
Diante do exposto, rejeitos os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intime-se. São Mateus do Sul, 20 de setembro de 2011. Cesar Augusto Bochnia Juiz de Direito" -Adv. OLINDO DE OLIVEIRA-.
12. USUCAPIAO-157/2009-MARIA TEREZINHA CHUL PRZYVITOVSKI e outros- Atenda-se a cota ministerial. -Adv. ENEAS HENRIQUE DOS SANTOS DISTEFANO-.
13. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-183/2009-BANCO BRADESCO S.A. x JOAO CZYKAILO-Deferido o pedido de suspensão pelo prazo requerido. Decorrido este, manifeste-se a parte. -Adv. DANIEL HACHEM-.
14. COBRANCA - ORDINARIO-356/2009-MIGUEL OROWSKI x MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL- "A parte reclamada opôs embargos de declaração da sentença lançada às fls. 56/64.
Aduz a embargante a ocorrência de omissão, contradição, obscuridade e dúvida, pois não houve pronunciamento em relação ao pedido de preclusão das novas alegações propostas pela parte requerida (fls. 47/52), omissão em relação ao item "2.1 a" da peça inicial, pronunciamento sobre conflito entre as Leis n. 1429/2002 e a Lei Complementar n. 002/1994. Ademais, o embargante se manifestou sobre a nulidade da decisão. É o breve relatório. Decido. Os presentes embargos opostos pela parte requerente devem ser rejeitados, em que pesem as considerações expostas pela parte, pois a sentença prolatada, como se vê, nos pontos referidos, não padece de nenhuma mácula, inexistindo omissão, ou ainda, obscuridade ou contradição, o que existe é o inconformismo do sucumbente com a solução posta nos autos. Ressalta-se que o embargos de declaração não merecem prosperar quando opostos em face de decisões suficientemente embasadas lógica e juridicamente, que esclareçam a decisão posta nos autos. Ademais, sabe-se que "O órgão julgador não está obrigado a rebater todos os argumentos da parte se por outros motivos tiver firmado seu convencimento" (TRF 2ª R. - AG 2005.02.01.002543-6 - 7ª T. - Rel. Des. Fed.Sergio Schwaitzer - DJU 01.08.2006 - p. 237).Diante do exposto, rejeitos os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intime-se. São Mateus do Sul, 26 de setembro de 2011. Cesar Augusto Bochnia Juiz de Direito" -Adv. OLINDO DE OLIVEIRA-.
15. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-402/2009-BANCO FINASA S.A. x JOSE AGOSTINHO DOS SANTOS RADZIKOWSKI- Manifeste-se a parte autora, no prazo de quarenta e oito horas, sobre o prosseguimento do feito, sob pena do disposto no art. 267, III, § 1º do CPC. -Advs. MARIANE CARDOSO MACAREVICH e ALOYSIO SEAWRIGHT ZANATTA-.
16. ARROLAMENTO-505/2009-MARIA BARBARA KRULIKOSKI STEMPNIAK x CECILIA KWIATKOWSKI KRULIKOWSKI- À parte autora para retirar o formal de partilha. Custas R$ 141,00. -Adv. ALESSANDRA CRISTINA DE LARA-.
17. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-74/2010-ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA x JOSE JAIR U STEMPNIAK e outros- À parte autora para, no prazo de quarenta e oito horas, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, sob pena do art. 267, III, § 1º do CPC. -Adv. IEDA REGINA SCHIMALESKY WAYDZIK-.
18. MANUTENCAO DE POSSE-221/2010-RIGESA CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS LTDA. x CRISTIANO GUILHERME DE SOUZA- Ante as informações de fls. 133/135 (ausência de bloqueio BACEN-JUD e RENAJUD), manifeste-se a parte autora. -Adv. IVO JOAO SUCHEK-.
19. COBRANCA - ORDINARIO-907/2010-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO PLANALTO DAS ARAUCARIAS SICREDI PLANALTO DAS ARAUCARIAS PR/SC x ERALMO SAMPAIO- Manifeste-se a parte autora. -Advs. SIMONE MARINA GELINSKI BRANDL e CLOVIS JOSE GUGELMIN DISTEFANO-.
20. COBRANCA - ORDINARIO-921/2010-COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO PLANALTO DAS ARAUCARIAS SICREDI PLANALTO DAS ARAUCARIAS PR/SC x ERALMO SAMPAIO- Manifeste-se a parte autora. -Advs. SIMONE MARINA GELINSKI BRANDL e CLOVIS JOSE GUGELMIN DISTEFANO-.
21. EMBARGOS A EXECUCAO-1360/2010-ALCEU CEZAR SZYMANSKI e outro x CTA CONTINENTAL TABACCOS ALLIANCE S.A.- Manifeste-se a parte embargada. -Adv. IEDA REGINA SCHIMALESKY WAYDZIK-.
22. ARROLAMENTO-1540/2010-SEBASTIANA FERREIRA LEPINSKI x FLORIANO LEPINSKI- À inventariante para retirar o formal de partilha. -Adv. CRISTIANO DE ASSIS NIZ-.
23. DECLARATORIA-1626/2010-VILMAR MORSCH x NATALIA RODRIGUES PACHECO- À parte autora para efetuar o depósito relativo às custas do oficial de justiça, referente à intimação das partes para comparecer na audiência designada,

no valor de R$ 86,00. -Advs. SELVINO GIACOMO DE LUCA JUNIOR e MILTON AURELIO UBA DE ANDRADE-.
24. USUCAPIAO-1652/2010-LUDOVICO TKACZYK SOBRINHO e outro- Atenda-se a cota ministerial. -Adv. JULIANA SASS-.
25. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-2337/2010-BANCO BRADESCO S.A. x TJ ALMEIDA CORDEIRO ME e outro- ente a ausência da devolução do mandado pelo oficial de justiça, manifeste-se a parte autora. -Adv. DANIEL HACHEM-.
26. USUCAPIAO-0003544-40.2010.8.16.0158-ERASMO CHULA DE LIMA e outro-Deferido o pedido de fls. 70-Advs. ENEAS JEFERSON MELNISK e MORELI SOREANO DE OLIVEIRA-.
27. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0000285-03.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JULIANO FERREIRA- Ante a certidão do oficial de justiça, na qual noticia que deixou de citar o requerido em razão de ser falecido, manifeste-se a parte autora. -Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.
28. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0000453-05.2011.8.16.0158-BANCO ITAU S.A. x LUIS CESAR FIORAVANTE WITKOWSKI e outro-Deferido o pedido de suspensão pelo prazo requerido. Decorrido este, manifeste-se a parte. -Adv. JOAO ROBERTO CHOCIAI-.
29. REVISIONAL DE CONTRATO-0000722-44.2011.8.16.0158-ELSON RAFAEL NIZER WOLOCHEN x BANCO FINASA BMC S.A.- "I - Indefiro o pedido de Assistência Judiciária Gratuita eis que desacompanhado de qualquer elemento que indique ser a parte autora pobre, na acepção jurídica do termo.
Observo, aliás, que o requerente financiou veículo pagando parcelas de mais de quinhentos reais, o que torna inverossímil a alegação de que não possuiu condições da arcar com as custas processuais.
Saliente-se que a praxe nas operações de financiamento é estipular parcelas com valores inferiores a 1/3 do salário líquido do beneficiário, sendo certo que sua renda presumivelmente é suficiente para arcar as despesas do processo sem lhe reduzir à condição de miserabilidade.
Por fim, observo que o postulante contratou advogado, o qual não declarou que deixará de cobrar honorários, ou que atua dativamente, sendo certo que se tem condições de arcar com honorários advocatícios, as custas e despesas do processo, que são em montante muito inferior, podem ser pagas sem comprometer a subsistência do requerente.
II - Intime-se a parte autora para que, no prazo de trinta dias, recolha a taxa judiciária e as custas processuais correspondentes, sob pena de cancelamento da distribuição, na forma do art. 257 do CPC; III - Superado o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos. Intimem-se." -Advs. ANDREIA DE SOUZA SONEHARA e DANIELE DE FATIMA DE ALMEIDA LOPES-.
30. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-0001093-08.2011.8.16.0158-PLANORTE SOCIEDADE DE CREDITO AO MICRO EMPREENDEDOR DO PLANALTO NORTE x FERNANDO A S SAMPAIO ME e outro- Ante as respostas juntadas às fls. 53/59 (BACEN-JUD e RENAJUD), manifeste-se a parte autora. -Advs. NIVEA REGINA PANGRATZ DE PAULA E SILVA ANTOCHESKI e TERCIO PANGRATZ DE PAULA E SILVA-.
31. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0001119-06.2011.8.16.0158-BANCO PAULISTA S.A. x MARIA WILMA NOVAKOWSKI SCZYMANSKI- Manifeste-se a parte autora, no prazo de quarenta e oito horas, sobre o prosseguimento do feito, sob pena do disposto no art. 267, III, § 1º do CPC. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.
32. USUCAPIAO-0001563-39.2011.8.16.0158-MINERACAO E TRANSPORTES ZUCCHI LTDA- À parte autora para retirar o edital, para publicação no jornal local. -Adv. JUAREZ DO NASCIMENTO-.
33. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002786-27.2011.8.16.0158-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. x JOSE METKA DOS SANTOS- Deferida liminarmente a medida. -Adv. TADEU CERBARO-.
34. EXECUCAO FISCAL - MUNICIPIO-108/1998-MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL x NILSON SIQUEIRA LAGOS- "Ciência à parte executada. -Adv. DENISE MORAES NOVICKI-.
35. EXECUCAO FISCAL - ESTADO-2221/2010-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x NORPACIM CIMENTOS E ARGAMASSAS LTDA-Deferido o pedido de suspensão pelo prazo requerido. Decorrido este, manifeste-se a parte. -Advs. LUCIANO DE QUADROS BARRADAS e FERNANDA BERNARDO GONÇALVES-.

Sao Mateus do Sul, 28 de setembro de 2011

---

**COMARCA DE SAO MATEUS DO SUL - ESTADO DO PARANA**
**VARA CIVEL E ANEXOS**

**RELAÇAO Nº 118/2011**

ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ANDREIA DE SOUZA SONEHARA 0013 000035/2011
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 0015 001308/2011
CARLOS ALBERTO KULIGOWSKI 0007 000513/2007
CRISTIANO DE ASSIS NIZ 0007 000513/2007
0011 000595/2010
DACIO PEREIRA RODRIGUES 0014 000941/2011
EDER GORINI 0008 000144/2009
ENEAS JEFERSON MELNISK 0004 000029/2007
ENEIDA WIRGUES 0036 002754/2011
FIRMINO DE PAULA SANTOS L 0018 001894/2011
FRANCISCO LIRIO DE OLIVEI 0017 001453/2011
GENESI MARIA NALIN BETTAN 0002 000134/2006
GILBERTO BORGES DA SILVA 0022 002714/2011
0023 002715/2011
0024 002716/2011
0025 002718/2011
0026 002719/2011
0027 002720/2011
0028 002721/2011
0029 002722/2011
0030 002723/2011
0031 002724/2011
0032 002725/2011
0033 002727/2011
0034 002728/2011
0035 002729/2011
JOAO KLEBER BOMBONATTO 0008 000144/2009
JOSE ALBARI SLOMPO DE LAR 0005 000225/2007
JOSE ANTONIO MOREIRA 0006 000496/2007
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 0016 001323/2011
0019 002664/2011
MARCOS VINICIUS MOLINA VE 0015 001308/2011
MICHELY FRANCO UTZIG 0002 000134/2006
MILKEN JACQUELINE C. JACO 0010 000581/2010
MILTON AURELIO UBA DE AND 0012 002881/2010
PLINIO ROBERTO FILLUS 0001 000210/2001
VIRGILIO CESAR DE MELO 0003 000506/2006
WALMOR FLORIANO FURTADO 0009 000180/2009
WILLIAN LUIS RITZMANN STR 0020 002665/2011
0021 002666/2011

1. MONITORIA-210/2001-SUL DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA x AGROPECUARIA SHIMOGUIRI LTDA.-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Adv. PLINIO ROBERTO FILLUS-.
2. EXECUCAO DE TITULO JUDICIAL-134/2006-DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GABARDO LTDA. x ALTEVIR MELNISKI-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Advs. GENESI MARIA NALIN BETTANIN e MICHELY FRANCO UTZIG-.
3. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-506/2006-FRANCISCO KUCZERA & CIA LTDA. x MAURO JOAO DE OLIVEIRA DINIZ-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Adv. VIRGILIO CESAR DE MELO-.
4. USUCAPIAO-29/2007-ELVINO FERREIRA DA SILVA-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Adv. ENEAS JEFERSON MELNISK-.
5. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-225/2007-YARA BRASIL FERTILIZANTES S.A. x SERGIO SANTIAGO DE BARROS-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Adv. JOSE ALBARI SLOMPO DE LARA-.
6. EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-496/2007-BUNGE FERTILIZANTES S.A. x DORACY MARQUETE WOJCIK-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Adv. JOSE ANTONIO MOREIRA-.
7. INDENIZACAO-513/2007-ARNOLDO HAINOSZ REHBEIN x EDSON L.DUMBA E CIA LTDA-RETIFICA CURVELO-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Advs. CRISTIANO DE ASSIS NIZ e CARLOS ALBERTO KULIGOWSKI-.
8. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-144/2009-UNIFISA ADMINISTRADORA NACIONAL DE CONSORCIOS LTDA x CLAUDIO CESAR SOMAVILA-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Advs. EDER GORINI e JOAO KLEBER BOMBONATTO-.
9. EXECUCAO ENTREGA DE COISA-180/2009-KANNENBERG E CIA LTDA x NERI ROSSO e outro-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Adv. WALMOR FLORIANO FURTADO-.
10. REINTEGRACAO DE POSSE-581/2010-BANCO ITAUCARD S.A. x PAULO HENRIQUE FRANCO FERREIRA-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Adv. MILKEN JACQUELINE C. JACOMINI-.
11. USUCAPIAO-595/2010-ANTONIO MARCOS WOITKIV-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Adv. CRISTIANO DE ASSIS NIZ-.
12. CAUTELAR INOMINADA-0002881-91.2010.8.16.0158-NEUSA RIBEIRO DA SILVEIRA e outro x VILMAR MORSCH-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Adv. MILTON AURELIO UBA DE ANDRADE-.
13. INVENTARIO-0000035-67.2011.8.16.0158-ROMUALDO BUDZINSKI x DELAHIR FERREIRA BUDZINSKI-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Adv. ANDREIA DE SOUZA SONEHARA-.
14. EMBARGOS DE TERCEIRO-0000941-57.2011.8.16.0158-PORT HOUSE PRODUTOS DE MADEIRA LTDA x FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA-" 1. A embargante ingressou com os presentes embargos de terceiro, alegando que: é proprietária dos bens penhorados nos autos 64.2006; que estes bens foram locados para a executada conforme contrato juntado. Desse modo, requer liminarmente a suspensão da arrematação designada, com anulação da penhora realizada. Esse é o relatório. Decido. Verifica-se inicialmente que foi realizado contrato de locação de imóvel e equipamentos entre a embargante e embargada, sendo demonstrado por intermédio das cópias juntadas do pagamento de aluguel. A aquisição dos

produtos pela embargante precede a data do ingresso das execuções em apenso. As alegações lançadas na inicial restaram devidamente demonstradas. A posse e propriedade da embargante em relação ao equipamentos descritos na inicial, em juízo provisório, estão suficientemente provadas. Assim, preenchidos os requisitos, nos termos dos artigos 1046 e 1051, ambos do Código de Processo civil, defiro o pedido de liminar apresentado para o fim de manter o embargante na posse dos equipamentos cuja propriedade foi demonstrada e que ao mesmo tempo se encontram penhorados nos autos n. 64.2006, determinando a suspensão das execuções e de eventuais arrematações designadas nos autos em apenso em relação a estes bens, até decisão final. Até que se preste caução, isto no prazo de cinco dias, a qual deverá ser reduzida a termo, permanecerão os bens como garantia. 2. Recebo os embargos para discussão. Cite-se a embargada com as advertências legais, observando o disposto no art. 1052, do Código de Processo Civil. 3. Diligências necessárias. Intime-se. São Mateus do Sul, 27 de setembro de 2011. Cesar Augusto Bochnia Juiz de Direito". -Adv. DACIO PEREIRA RODRIGUES-.

15. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0001308-81.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x EMMANUEL DE LIMA MACIEL- "Trata-se de Ação de Busca e Apreensão, proposta por BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, já devidamente qualificada nos autos, em face de EMMANOEL DE LIMA MACIEL, igualmente identificado no caderno processual. Denota-se do pedido de fls. 32, que a parte requerente não possui mais interesse no prosseguimento do feito, eis que as partes entabularam acordo. Diante disso, julgo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, extinto o processo, com julgamento do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Custas de lei pelo autor. Recolham-se eventuais mandados expedidos independente de cumprimento. Procedam-se baixas e anotações necessárias. Publique-se. Intime-se. Oportunamente, arquivem-se. São Mateus do Sul, 26 de setembro de 2011. Cesar Augusto Bochnia uiz de Direito" -Advs. MARCOS VINICIUS MOLINA VERONEZE e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN-.

16. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0001323-50.2011.8.16.0158-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. x ANTONIO BORCATT CREVELIN-Tendo em vista haver decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

17. USUCAPIAO-0001453-40.2011.8.16.0158-JOAO MAZUR e outro- Aos requerentes para, no prazo de cinco dias, cumprir o item "1" do despacho de fls. 24. -Adv. FRANCISCO LIRIO DE OLIVEIRA PORTES-.

18. EMBARGOS A EXECUCAO FISCAL-0001894-21.2011.8.16.0158-DEINA E DEINA LTDA x UNIAO- Sobre a impugnação, manifeste-se a parte autora. -Adv. FIRMINO DE PAULA SANTOS LIMA-.

19. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002664-14.2011.8.16.0158-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. x VALDINEI DE SOUZA JANOSKI- Deferida liminarmente a medida. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

20. MONITORIA-0002665-96.2011.8.16.0158-G RITZMANN MOTO AGRICOLA LTDA x ROGERIO ODAIR SIKORA- À parte autora para efetuar o depósito relativo às custas do oficial de justiça, no valor de R$111,00 (citação, penhora e intimação). -Adv. WILLIAN LUIS RITZMANN STRATMANN-.

21. MONITORIA-0002666-81.2011.8.16.0158-G RITZMANN MOTO AGRICOLA LTDA x JOSE SIKORA- À parte autora para efetuar o depósito relativo às custas do oficial de justiça no valor de R$ 111,00 (citação, penhora e intimação). -Adv. WILLIAN LUIS RITZMANN STRATMANN-.

22. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002714-40.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JEAN JEFFERSON CAMARGO DE OLIVEIRA- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

23. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002715-25.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ANTONIO BRAZ FRANCO- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

24. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002716-10.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JULIANO CHIMBARSKI FERREIRA- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

25. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002718-77.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x MARIA NATALIA JASZCZAKI CARDOSO- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

26. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002719-62.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ORLANDO FALKOWSKI RADZIKOWSKI- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

27. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002720-47.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOANINA DE BRITO PAGESKI- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

28. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002721-32.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JONAS LEVANDOWSKI- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

29. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002722-17.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x VALDINEI GADONSKI- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

30. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002723-02.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x CLEITON YURI DOS SANTOS PAES- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

31. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002724-84.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x JOSE DE ALENCAR FLORIANO- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

32. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002725-69.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x SEBASTIAO MAYESKI- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

33. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002727-39.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x IRINEU SZNEIDER ROSNOWSKI- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

34. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002728-24.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ADILSON CLAYTON LEAL DOMINGUES- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

35. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002729-09.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ANTONIO GILMAR DE OLIVEIRA TINFEL- Deferida liminarmente a medida. -Adv. GILBERTO BORGES DA SILVA-.

36. BUSCA E APREENSAO-FIDUCIARIA-0002754-22.2011.8.16.0158-BV FINANCEIRA S.A. CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x ALEXSANDER TRAVINSKI DO VALLE- Deferida liminarmente a medida. -Adv. ENEIDA WIRGUES-.

Sao Mateus do Sul, 29 de setembro de 2011

# SENGÉS

## JUÍZO ÚNICO

**JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SENGES - PARANA**
**VARA CIVEL, COMERCIO E ANEXOS**
**DRA. JULIANA OLANDOSKI BARBOZA**
**JUÍZA SUBSTITUTA**

**Relação nº 39/2011.**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANA NEGRINI 0009 000426/2008
ALEXANDRE AUGUSTO DE JESU 0013 000128/2009
0019 000444/2010
0032 000037/2011
0033 000054/2011
0034 000078/2011
0035 000083/2011
0037 000115/2011
ANA CLAUDIA FURQUIM 0006 000297/2008
0020 000468/2010
0025 000606/2010
0026 000607/2010
0027 000610/2010
0028 000612/2010
0040 000194/2011
0041 000198/2011
0043 000204/2011
0051 000270/2011
0056 000292/2011
0061 000303/2011
ANTONIO MIRANDA NETO 0023 000529/2010
BENEDITA LUZIA DE CARVALH 0009 000426/2008
CAIO CÉSAR OLIVEIRA 0023 000529/2010
CARLA HELIANA V. MENEGESS 0049 000251/2011
0067 000358/2011
CARLOS ALBERTO XAVIER 0048 000246/2011
0052 000274/2011
0053 000275/2011
0054 000277/2011
0062 000305/2011
CARLOS ROBERTO MIRANDA 0005 000277/2008
0022 000528/2010
0032 000037/2011
CARLOS WERZEL 0002 000318/2005

0015 000165/2009
CAROLINA BARRETO 0039 000189/2011
CELIO APARECIDO RIBEIRO 0008 000367/2008
0011 000494/2008
0031 000025/2011
CELIO APARECIDO RIBEIRO 0036 000097/2011
0044 000208/2011
0045 000214/2011
CELIO APARECIDO RIBEIRO 0047 000224/2011
0057 000293/2011
CINTHIA TUCHINSKI 0022 000528/2010
CLEIDE MARIA RIELO 0023 000529/2010
CÉSAR AUGUSTO TERRA 0052 000274/2011
DANIEL PEREIRA FONTE BOA 0046 000218/2011
0055 000290/2011
0058 000297/2011
0059 000301/2011
0060 000302/2011
DANIELE KARINE COSTA 0038 000176/2011
DAVI DEUTSCHER 0021 000519/2010
DEBORA BRITO MORAES 0005 000277/2008
ENEIDA WIRGUES 0003 000040/2007
FABIOLA BORGES DE MESQUIT 0069 000051/2011
FLAYRES JOSÉ PEREIRA DE L 0024 000582/2010
GEORGINA MARIA JORGE 0008 000367/2008
0011 000494/2008
GILBERTO ALVES DA SILVA 0065 000337/2011
GILBERTO BORGES DA SILVA 0067 000358/2011
GILBERTO LOURENÇO OZELAME 0014 000151/2009
GILBERTO STINGLIN LOTH 0052 000274/2011
GISELE LOPES DE OLIVEIRA 0005 000277/2008
GUSTAVO MARTINI MULLER 0006 000297/2008
0020 000468/2010
0025 000606/2010
0026 000607/2010
0027 000610/2010
0028 000612/2010
0040 000194/2011
0041 000198/2011
0043 000204/2011
0051 000270/2011
0056 000292/2011
0061 000303/2011
HARON GUSMÃO DOUBOVETS PI 0020 000468/2010
0025 000606/2010
0026 000607/2010
0027 000610/2010
0028 000612/2010
0040 000194/2011
0041 000198/2011
0043 000204/2011
0051 000270/2011
0056 000292/2011
0061 000303/2011
HÉRICK PAVIN 0048 000246/2011
JEFFERSON LUIS MAZZINI 0005 000277/2008
JOSE ELI SALAMACHA 0002 000318/2005
0015 000165/2009
JOSLEIDE SCHEIDT DO VALL 0008 000367/2008
0011 000494/2008
0031 000025/2011
0047 000224/2011
0057 000293/2011
JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE 0036 000097/2011
0044 000208/2011
0045 000214/2011
JOSÉ BRUN JÚNIOR 0024 000582/2010
0042 000199/2011
JOÃO LEONELHO GABARDO FIL 0052 000274/2011
JULIAN DERCIL SOUZA SANTO 0030 000010/2011
LUIS EDUARDO FIÚZA 0030 000010/2011
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0050 000267/2011
MARCELO MARTINS DE SOUZA 0012 000019/2009
0016 000576/2009
0029 000006/2011
MARCELO TESHEINER CAVASSA 0054 000277/2011
MARCIA WESGUEBER 0011 000494/2008
0031 000025/2011
0036 000097/2011
0044 000208/2011
0045 000214/2011
0047 000224/2011
0057 000293/2011
MARCIO NUNES DA SILVA 0004 000055/2008
0007 000338/2008
0010 000451/2008
0022 000528/2010
0047 000224/2011
MARIA HELENA BECHARA 0018 000081/2010
MAURÍCIO CAETANO VELO 0024 000582/2010
MICHEL CHEDID ROSSI 0068 000040/2011
NILCIMARA DOS SANTOS 0005 000277/2008
OSVALDO CHRISTO JUNIOR 0009 000426/2008
RICARDO RUH 0015 000165/2009
RODRIGO BARBOSA URBANSKI 0046 000218/2011
0055 000290/2011
0058 000297/2011
0059 000301/2011
0060 000302/2011
RODRIGO RUH 0015 000165/2009
ROGERIO GROHMANN SFOGGIA 0053 000275/2011
RONEI JULIANO FOGACA WEIS 0066 000342/2011
ROSANE DOMINGUES HOBMEIER 0001 000285/2004
0017 000039/2010
SANDRA ELIZA GUIMARÃES 0023 000529/2010
0063 000307/2011
SILVIO CARLOS CARIANI 0068 000040/2011
TÂMILLY RAFAELA DE OLIVEI 0064 000312/2011

1. DECL.DE EXIGIB. DE COBRANÇA-0000191-90.2004.8.16.0161-TRANSMARIEU TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA x SUL ENGENHARIA ELETRICA E COMERCIO DE ITARARE LTDA.-Ao autor, para dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias. -Adv. ROSANE DOMINGUES HOBMEIER.

2. ACAO MONITORIA-0000169-95.2005.8.16.0161-BANCO ITAU S/A x LAMINADORA 3R LTDA e outros.-Manifeste-se o exequente. (decorreu o prazo de suspensão). -Advs. CARLOS WERZEL e JOSE ELI SALAMACHA-.

3. BUSCA E APREENSAO-CIVEL-0000323-45.2007.8.16.0161-BANCO FINASA S/A x MICHELE CALEFI.-Manifeste-se novamente a requerente. (decorreu o prazo de suspensão). -Adv. ENEIDA WIRGUES.

4. EXECUÇAO DE ALIMENTOS-0000498-05.2008.8.16.0161-F.J.D.O. e outros x F.M.O.-Ao autor, para manifestar-se acerca do contido na certidão supra, no prazo de cinco dias. -Adv. MARCIO NUNES DA SILVA.

5. ACAO MONITORIA-0000422-78.2008.8.16.0161-ASSOCIACAO DE ENSINO MARILIA S/C LTDA x DONIZETE APARECIDO SALES.-Manifeste-se o exequente. (os documentos enviados pela Receita Federal encontram-se arquivados em cartório, conforme CN 5.8.6.1). -Advs. GISELE LOPES DE OLIVEIRA, NILCIMARA DOS SANTOS, JEFFERSON LUIS MAZZINI, DEBORA BRITO MORAES e CARLOS ROBERTO MIRANDA.

6. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0000452-16.2008.8.16.0161-MARIA RUFINO DE OLIVEIRA SOARES x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-As partes, para manifestarem sobre o laudo pericial, em dez dias. -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER e ANA CLAUDIA FURQUIM.

7. EXECUÇAO DE ALIMENTOS-0000499-87.2008.8.16.0161-R.R.J. e outros x N.J.-Devolver os autos em cartório no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob as penas do art. 196, do Código de Processo Civil. -Adv. MARCIO NUNES DA SILVA.

8. APOSENTADORIA POR IDADE-0000560-45.2008.8.16.0161-JOAO MARIA DE LIMA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Manifeste-se a parte autora. (o calculo geral importa em R$ 6.396,06). -Advs. CELIO APARECIDO RIBEIRO, JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE e GEORGINA MARIA JORGE.

9. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO-0000548-31.2008.8.16.0161-ARAUCO FOREST BRASIL S/A x PAULO SERGIO MACHADO e outros.-Manifeste-se o requerente. (manifestação do curador especial). -Advs. BENEDITA LUZIA DE CARVALHO, ADRIANA NEGRINI e OSVALDO CHRISTO JUNIOR.

10. ACAO MONITORIA-0000584-73.2008.8.16.0161-WILHEM DIB - AUTO POSTO SENGES x JOÃO CLAUDECIR FELIPE.-Ao autor, para dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias. -Adv. MARCIO NUNES DA SILVA.

11. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS-0000547-46.2008.8.16.0161-IVA FELIX DOS SANTOS x BANCO BMC S/A e outros.-Ao autor, para dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias. -Advs. JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE, GEORGINA MARIA JORGE, CELIO APARECIDO RIBEIRO e MARCIA WESGUEBER.

12. PENSAO POR MORTE-0000639-87.2009.8.16.0161-JOSE CARVALHO DE SANTANA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Manifeste-se a parte autora. (o calculo importa em R$ 2.144,05). -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA.

13. EXECUÇAO EXTRAJUDICIAL-0000420-74.2009.8.16.0161-MARCOS RODRIGUES x PALLET DO BRASIL LTDA.-Ao autor, para dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias. -Adv. ALEXANDRE AUGUSTO DE JESUS.

14. INDENIZAÇAO-0000447-57.2009.8.16.0161-CONCEIÇÃO RODRIGUES DE SOUZA e outros x SILMARA APARECIDA MELLO e outro.-Sobre o agravo retido apresentado por Silmara Aparecida Mello (fls. 428/433), manifeste-se a requerente, no prazo dez (10) dias.-Adv. GILBERTO LOURENÇO OZELAME.

15. BUSCA E APREENSAO-CIVEL-0000402-53.2009.8.16.0161-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVEST. x ADELSO PEREIRA DA SILVA.-Defiro o pedido de fls. 116, do autor. (dilação de prazo por 15 (quinze) dias. -Advs. RICARDO RUH, JOSE ELI SALAMACHA, RODRIGO RUH e CARLOS WERZEL.

16. ACAO PREVIDENCIARIA-0000589-61.2009.8.16.0161-LOURIVAL BAPTISTA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Devolver os autos em

cartorio no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob as penas do art. 196, do Codigo de Processo Civil. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA.

17. ARROLAMENTO SUMARIO-0000169-22.2010.8.16.0161-SANDRA MARIA DÓRIA BARBOSA x DOLY DORIA.-Manifeste-se novamente a autora. (decorreu o prazo de suspensão). -Adv. ROSANE DOMINGUES HOBMEIER.

18. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0000248-98.2010.8.16.0161-JOSE ANAEL x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Manifeste-se a parte autora. (o calculo geral importa em R$ 22.553,10). -Adv. MARIA HELENA BECHARA.

19. EXECUÇAO DE ALIMENTOS-0001193-85.2010.8.16.0161-F.D.N. e outro x J.D.N.-Manifeste-se o requerente. -Adv. ALEXANDRE AUGUSTO DE JESUS.

20. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0001233-67.2010.8.16.0161-VANILDA DE JESUS DE OLIVEIRA SIQUEIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-As partes, para manifestarem sobre o laudo pericial em dez dias. -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER, ANA CLAUDIA FURQUIM e HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO.

21. ALVARA DE PESQUISA MINERAL-0001358-35.2010.8.16.0161-ROYALMINING MINERAÇÃO LTDA x LINEA PARANA MADEIRAS LTDA e outros.-Ao autor, para manifestar-se no prazo de dez dias, sobre contestação, apresentada por Linea Florestal S/A (fls. 133/142). -Adv. DAVI DEUTSCHER.

22. ANULATORIA-0001403-39.2010.8.16.0161-ROGERIO LIMA GOMES x GILMAR DOS SANTOS GOUVEIA e outros.-Intime as partes para manifestação no prazo de cinco dias, sobre resposta do oficio da Secretaria de Obras, Saneamento, Industria e Comercio. -Advs. CINTHIA TUCHINSKI, MARCIO NUNES DA SILVA e CARLOS ROBERTO MIRANDA.

23. EMBARGOS A EXECUÇAO-0001404-24.2010.8.16.0161-L.R.J. x L.T.P. e outro.-As partes, para manifestarem-se no prazo de cinco dias, sobre o contido na 'certidão' supra. -Advs. CLEIDE MARIA RIELO, SANDRA ELIZA GUIMARÃES, ANTONIO MIRANDA NETO e CAIO CÉSAR OLIVEIRA.

24. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0001526-37.2010.8.16.0161-VANDIRA DE FATIMA OLIVEIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-As partes, para manifestarem sobre o laudo pericial em dez dias. Em igual prazo, intime-se a requerente para juntar cópia integral da sua CTPS, conforme já contido no despacho de fls. 129, item "9". -Advs. JOSÉ BRUN JÚNIOR, MAURÍCIO CAETANO VELO e FLAYRES JOSÉ PEREIRA DE LIMA DIAS.

25. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0001630-29.2010.8.16.0161-JOAO MARIA DOS REIS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-As partes, para manifestarem sobre o laudo pericial em dez dias. -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER, ANA CLAUDIA FURQUIM e HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO.

26. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0001631-14.2010.8.16.0161-SELMA ALVES DO NASCIMENTO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-As partes, para manifestarem sobre o laudo pericial em dez dias. -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER, ANA CLAUDIA FURQUIM e HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO.

27. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0001634-66.2010.8.16.0161-ORLANDO VASSOAVIK x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-As partes para manifestarem sobre o laudo pericial em dez dias. -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER, ANA CLAUDIA FURQUIM e HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO.

28. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0001636-36.2010.8.16.0161-BEATRIZ ESMERALDA CORREA DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-As partes, para manifestarem sobre o laudo pericial em dez dias. -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER, ANA CLAUDIA FURQUIM e HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO.

29. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0000027-81.2011.8.16.0161-CLEUSA FATIMA DE ALMEIDA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-As partes, para manifestarem sobre o laudo pericial em dez dias. -Adv. MARCELO MARTINS DE SOUZA.

30. AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO AUXÍLIO-DOENÇA-0000033-88.2011.8.16.0161-PAULO TELEGINSKI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-As partes, para manifestarem sobre o laudo pericial em dez dias. -Advs. LUIS EDUARDO FIÚZA e JULIAN DERCIL SOUZA SANTOS.

31. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0000071-03.2011.8.16.0161-JOSE MARTINS DE OLIVEIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-As partes para manifestarem sobre o laudo pericial em dez dias. -Advs. MARCIA WESGUEBER, JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE e CELIO APARECIDO RIBEIRO.

32. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE-0000098-83.2011.8.16.0161-D.B.S. x D.J.S.-As partes para manifestarem-se acerca do contido na certidão supra, no prazo de cinco dias. -Advs. ALEXANDRE AUGUSTO DE JESUS e CARLOS ROBERTO MIRANDA.

33. EXECUÇAO DE ALIMENTOS-0000115-22.2011.8.16.0161-A.E.O. e outro x E.P.O.-Devolver os autos em cartório no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob as penas do art. 196, do Código de Processo Civil. -Adv. ALEXANDRE AUGUSTO DE JESUS.

34. EXECUÇAO DE ALIMENTOS-0000174-10.2011.8.16.0161-A.C.A.D.S. e outro x O.O.D.S.-Devolver os autos em cartório no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob as penas do art. 196, do Codigo de Processo Civil. -Adv. ALEXANDRE AUGUSTO DE JESUS.

35. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE-0000181-02.2011.8.16.0161-E.C. e outro x J.C.O.-Ao autor, para manifestar-se acerca do contido na certidão supra, no prazo de cinco dias. -Adv. ALEXANDRE AUGUSTO DE JESUS.

36. NEGATIVA DE PATERNIDADE-0000206-15.2011.8.16.0161-M.S.D. x T.V.L.D. e outro.-As partes para manifestarem sobre o laudo pericial em dez dias. -Advs. MARCIA WESGUEBER, CELIO APARECIDO RIBEIRO e JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE-.

37. EXECUÇAO DE ALIMENTOS-0000226-06.2011.8.16.0161-G.P.O.N. e outros x E.A.N.-Manifeste-se o requerente. -Adv. ALEXANDRE AUGUSTO DE JESUS.

38. EXECUÇAO EXTRAJUDICIAL-0000425-28.2011.8.16.0161-COPEL DISTRIBUICAO S/A x KATHIA FERREIRA BORTOLUZZE EPP.-Manifeste-se o exequente. (detalhamento da penhora on line negativa). -Adv. DANIELE KARINE COSTA.

39. ACAO PREVIDENCIARIA-0000467-77.2011.8.16.0161-DULCINEA COPETI BRUNO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Nomeio como perito deste juizo o Dr. Rogerio Ribas, sob a fé de seu grau, independente de compromisso. Aguarde pauta para realização de pericia. Intime a parte autora para levar no dia da pericia, exames e relatórios medicos que possuir. Intime as partes para apresentarem quesitos, no prazo de cinco dias. -Adv. CAROLINA BARRETO.

40. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO-0000482-46.2011.8.16.0161-PEDRO DE FREITAS x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS.-Para audiência de instrução e julgamento, onde será inquirida a parte autora, sob pena de confesso, e as testemunhas arroladas até 20 dias anteriores ao ato, designo a data de 22/02/2012, às 13:30 horas. -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER, ANA CLAUDIA FURQUIM e HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO.

41. ACAO PREVIDENCIARIA-0000498-97.2011.8.16.0161-JOSE AUGUSTO NEVES DE MORAES x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS.-Para audiência de instrução e julgamento, onde será inquirida a parte autora, sob pena de confesso, e as testemunhas arroladas até 20 dias anteriores ao ato, designo a data de 22/02/2012, às 14:15 horas. -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER, ANA CLAUDIA FURQUIM e HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO.

42. APOSENTADORIA POR IDADE-0000499-82.2011.8.16.0161-MARIA RUFINO DE OLIVEIRA SOARES x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS.-Devolver os autos em cartorio no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob as penas do art. 196, do Codigo de Processo Civil. -Adv. JOSÉ BRUN JÚNIOR.

43. APOSENTADORIA POR IDADE-0000522-28.2011.8.16.0161-MARIA LEMES DE PROENÇA x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS.-Para audiência de instrução e julgamento, onde será inquirida a parte autora, sob pena de confesso, e as testemunhas arroladas até 20 dias anteriores ao ato, designo a data de 22/02/2011, às 15:00 horas. -Advs. ANA CLAUDIA FURQUIM, GUSTAVO MARTINI MULLER e HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO.

44. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0000528-35.2011.8.16.0161-MARINEIA SILVA DE MIRANDA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Nomeio como perito deste juizo o Dr. Rogério Ribas, sob a fé de seu grau, independente de compromisso. Aguarde pauta para realização de pericia. Intime a parte autora para levar, no dia da pericia, exames e relatórios medicos que possuir. Intime as partes para apresentarem quesitos, no prazo de cinco dias. -Advs. MARCIA WESGUEBER, CELIO APARECIDO RIBEIRO e JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE.

45. AÇÃO DE AMPARO ASSISTENCIAL-0000554-33.2011.8.16.0161-LUIZ CARLOS MACHADO DOS SANTOS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Nomeio para a função de perito judicial o Dr. Rogério Ribas, independentemente de compromisso, sob a fé de seu grau. Aguarde pauta para realização de pericia. Intime as partes para apresentarem quesitos, no prazo de cinco dias. -Advs. MARCIA WESGUEBER, JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE e CELIO APARECIDO RIBEIRO.

46. APOSENTADORIA POR IDADE-0000563-92.2011.8.16.0161-ORLANDO FRANCISCO DE OLIVEIRA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Para audiência de instrução e julgamento, onde será inquirida a parte autora, sob pena de confesso, e as testemunhas arroladas ate 20 dias anteriores ao ato, designo a data de 22/02/2012, às 15:45 horas. -Advs. DANIEL PEREIRA FONTE BOA e RODRIGO BARBOSA URBANSKI.

47. EXIBIÇAO DE DOCUMENTOS/COISA-0000577-76.2011.8.16.0161-MUNICIPIO DE SENGES x TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE SENGES.-Especifiquem as partes, no prazo de cinco dias, as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão, bem como, manifestem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do artigo 331, § 3º do CPC. -Advs. MARCIO NUNES DA SILVA, MARCIA WESGUEBER, JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE e CELIO APARECIDO RIBEIRO.

48. REVISAO DE CONTRATO-0000638-34.2011.8.16.0161-OSVALDO F.ANTUNES DE OLIVEIRA JUNIOR & CIA LTDA x REAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL.-Ausente interesse na conciliação e considerando que a conciliação pode ser feita a qualquer momento, deixo de designar audiência para tal finalidade e passo ao saneamento do feito. Fixo como ponto controvertido o correto valor devido pela requerente, ou seja, se há cobranças de encargos ilegais e em desarcordo com o contrato. Defiro a produção de prova pericial e nomeio para realização da pericia o Dr. Carlos Alberto Rosa. Intime para arbitrar seus honorarios, no prazo de cinco dias. (O perito aceitou o encargo e fixou seus honorários em R$ 2.280,00). Intime o requerente para depositar, no prazo de dez (10) dias, o valor dos honorários, sob pena de preclusão da prova. -Advs. CARLOS ALBERTO XAVIER e HÉRICK PAVIN-.

49. BUSCA E APREENSAO-CIVEL-0000659-10.2011.8.16.0161-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVEST. x ORLEI DA SILVA.-Ao autor, para manifestar-se acerca do contido na certidão supra, no prazo de cinco dias. -Adv. CARLA HELIANA V. MENEGESSI TANTIN.

50. EXECUÇAO-QUANTIA CERTA-0000708-51.2011.8.16.0161-BANCO DO BRASIL S/A x SAULO TEIXEIRA DE ALMEIDA.-Intime-se novamente o exequente,

para que no prazo de dez (10) dias, retire em cartório o alvará de levantamento de depósito. -Adv. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.
51. AÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-0000723-20.2011.8.16.0161-NERI GODOI x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Ao autor, para manifestar sobre contestação, no prazo de dez (10) dias. -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER, HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO e ANA CLAUDIA FURQUIM.
52. REVISAO DE CONTRATO-0000740-56.2011.8.16.0161-OSVALDO FERREIRA ANTUNES DE O.JUNIOR & CIA LTDA x REAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL.-Ausente interesse na conciliação e considerando que a conciliação pode ser feita a qualquer momento, deixo de designar audiência para tal finalidade e passo ao saneamento do feito. Fixo como ponto controvertido o correto valor devido pela requerente, ou seja, se há cobranças de encargos ilegais e em desarcordo com o contrato. Defiro a produção de prova pericial e nomeio para realização da pericia o Dr. Carlos Alberto Rosa. Intime para arbitrar seus honorarios, no prazo de cinco dias. (O perito aceitou o encargo e fixou seus honorários em R$ 2.280,00). Intime o requerente para depositar, no prazo de dez (10) dias, o valor dos honorários, sob pena de preclusão da prova. -Advs. CARLOS ALBERTO XAVIER, CÉSAR AUGUSTO TERRA, JOÃO LEONELHO GABARDO FILHO e GILBERTO STINGLIN LOTH.
53. REVISAO DE CONTRATO-0000741-41.2011.8.16.0161-OSVALDO F.ANTUNES DE OLIVEIRA JUNIOR & CIA LTDA x PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.-Ausente interesse na conciliação e considerando que a conciliação pode ser feita a qualquer momento, deixo de designar audiência para tal finalidade e passo ao saneamento do feito. Fixo como ponto controvertido o correto valor devido pela requerente, ou seja, se há cobranças de encargos ilegais e em desarcordo com o contrato. Defiro a produção de prova pericial e nomeio para realização da pericia o Dr. Carlos Alberto Rosa. Intime para arbitrar seus honorarios, no prazo de cinco dias. (O perito aceitou o encargo e fixou seus honorários em R$ 2.280,00). Intime o requerente para depositar, no prazo de dez (10) dias, o valor dos honorários, sob pena de preclusão da prova. -Advs. CARLOS ALBERTO XAVIER e ROGERIO GROHMANN SFOGGIA.
54. REVISAO DE CONTRATO-0000743-11.2011.8.16.0161-OSVALDO FERREIRA ANTUNES DE O.JUNIOR & CIA LTDA x BANCO VOLKSWAGEN S/A.-Ausente interesse na conciliação e considerando que a conciliação pode ser feita a qualquer momento, deixo de designar audiência para tal finalidade e passo ao saneamento do feito. Fixo como ponto controvertido o correto valor devido pela requerente, ou seja, se há cobranças de encargos ilegais e em desarcordo com o contrato. Defiro a produção de prova pericial e nomeio para realização da pericia o Dr. Carlos Alberto Rosa. Intime para arbitrar seus honorarios, no prazo de cinco dias. (O perito aceitou o encargo e fixou seus honorários em R$ 2.280,00). Intime o requerente para depositar, no prazo de dez (10) dias, o valor dos honorários, sob pena de preclusão da prova. -Advs. CARLOS ALBERTO XAVIER e MARCELO TESHEINER CAVASSANI.
55. APOSENTADORIA POR IDADE-0000801-14.2011.8.16.0161-EUGENIA MARIA DA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Ao autor, para manifestar sobre contestação no prazo de dez dias. -Advs. RODRIGO BARBOSA URBANSKI e DANIEL PEREIRA FONTE BOA.
56. APOSENTADORIA POR IDADE-0000806-36.2011.8.16.0161-GILDA FERREIRA VILARINO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Ao autor, para manifestar sobre contestação, no prazo de dez dias. -Advs. GUSTAVO MARTINI MULLER, ANA CLAUDIA FURQUIM e HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO.
57. APOSENTADORIA POR IDADE-0000807-21.2011.8.16.0161-GENESIO SIMAO DE DEUS x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Ao autor, para manifestar sobre contestação, no prazo de dez dias. -Advs. MARCIA WESGUEBER, JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE e CELIO APARECIDO RIBEIRO.
58. APOSENTADORIA POR IDADE-0000814-13.2011.8.16.0161-MARIA HELENA DE OLIVEIRA FARIA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Ao autor, para manifestar sobre contestação, no prazo de dez (10) dias. -Advs. RODRIGO BARBOSA URBANSKI e DANIEL PEREIRA FONTE BOA.
59. APOSENTADORIA POR IDADE-0000828-94.2011.8.16.0161-MARIA ZELI DOMINGUES CAMARGO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Ao autor, para manifestar sobre contestação, no prazo de dez (10) dias. -Advs. DANIEL PEREIRA FONTE BOA e RODRIGO BARBOSA URBANSKI.
60. APOSENTADORIA POR IDADE-0000829-79.2011.8.16.0161-MARILDA DOMINGUES CAMARGO x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Ao autor, para manifestar sobre contestação, no prazo de dez (10) dias. -Advs. DANIEL PEREIRA FONTE BOA e RODRIGO BARBOSA URBANSKI.
61. APOSENTADORIA POR IDADE-0000830-64.2011.8.16.0161-JACI LEITE x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.-Ao autor, para manifestar-se sobre contestação ou impugnação no prazo de dez dias. -Advs. ANA CLAUDIA FURQUIM, GUSTAVO MARTINI MULLER e HARON GUSMÃO DOUBOVETS PINHEIRO.
62. REVISAO DE CONTRATO-0000832-34.2011.8.16.0161-TISATUR TRANSPORTES LTDA ME x BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL.-Intime as partes para especificarem provas, no prazo de 05 ( cinco), dias, justificando-as, sob pena de indeferimento. -Adv. CARLOS ALBERTO XAVIER.
63. EXECUÇAO-QUANTIA CERTA-0000853-10.2011.8.16.0161-JAYME CLETO DA SILVA x DETONAÇÕES CAPITAL LTDA e outro.-Defiro o pedido de fls. 33, do exequente, por mais quinze dias. -Adv. SANDRA ELIZA GUIMARÃES.
64. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS-0000861-84.2011.8.16.0161-ANGELO MARCELO RODRIGUES DE ALMEIDA e outro x LEANDRO TRZASKOS DA SILVA e outros.-Ao autor, para manifestar-se acerca do contido na certidão de fls. 51vº, no prazo de cinco dias. -Adv. TÂMILLY RAFAELA DE OLIVEIRA.
65. ORDINARIA-0000940-63.2011.8.16.0161-CLAUDIO LOPES e outros x BRADESCO SEGUROS S/A.-Ao autor, para manifestar sobre contestação, no prazo de dez dias, sobre a contestação. -Adv. GILBERTO ALVES DA SILVA.
66. REVISAO DE CONTRATO-0000961-39.2011.8.16.0161-TRANSPORTES R. R. F. LTDA x BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL.-Intime o autor para manifestar-se, no prazo de dez dias, sobre a contestação. -Adv. RONEI JULIANO FOGACA WEISS.
67. BUSCA E APREENSAO-CIVEL-0001016-87.2011.8.16.0161-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVEST. x VANDERLEI DE MELO.-Ao autor, para manifestar-se acerca do contido na certidão supra, no prazo de cinco dias. -Advs. CARLA HELIANA V. MENEGESSI TANTIN e GILBERTO BORGES DA SILVA.
68. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0000711-06.2011.8.16.0161-Oriundo da Comarca de JUIZO DE SAO MIGUEL ARCANJO-BANCO BRADESCO S/A x ORAZIL PINTO DA SILVA.-Ao autor, para dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias. -Advs. MICHEL CHEDID ROSSI e SILVIO CARLOS CARIANI.
69. CARTA PRECATORIA - CIVEL-0000945-85.2011.8.16.0161-Oriundo da Comarca de JUIZO DA 1ª VARA DE ITARARE-SP-BANCO CNH CAPITAL S/A x VALTER DE JESUS MASCHIETTO.-Intime-se novamente a requerente, para que, no prazo de dez (10) dias, comprove nos autos o recolhimento da diligência em favor do oficial de justiça encarregado do cumprimento do mandado de busca e apreensão (Of. Oswaldo Ribeiro-Banco do Brasil S/A, agência 2677-8, c/c nº 1.074-X, no importe de R$ 186,00). -Adv. FABIOLA BORGES DE MESQUITA.

29/09/2011-agfn.

# SIQUEIRA CAMPOS

## JUÍZO ÚNICO

**Comarca de Siqueira Campos - Estado do Paraná**
**Vara Unica - Cartório Cível e anexos**
**Dr. Joao Luiz de Toledo Pastorelli - Juiz de Direito**

**Relaçao nº. 030/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALEXANDRE ROMANI PATUSSI 00040 138949/2010
ANDERSON ADALTON DA SILVA 00003 000032/1996
00005 000092/1997
ARNALDO JOSE DA SILVA 00007 000207/1999
00008 000102/2000
BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ 00006 000043/1998
CAMILE CLAUDIA HEBESTREIT PAULA 00049 000113/2006
CARINE DE MENDES MARTINS 00029 000201/2009
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS 00016 000151/2006
CARLOS HENRIQUE DE MORAES 00010 000028/2002
CLODOALDO DE MEIRA AZEVEDO 00004 000166/1996
CRISTIANE ANDREZZA BUSSI 00007 000207/1999
DANIEL BARBOSA MAIA 00008 000102/2000
DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO 00038 084476/2010
00048 134678/2011
DAVI VENANCIO 00044 094142/2011
EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA 00029 000201/2009
FABIANA GUIMARÃES REZENDE 00040 138949/2010
FABRICIO JOSÉ BABY 00049 000113/2006
FERNANDO BOBERG 00042 164322/2010
00043 164407/2010
FERNANDO VICENTE DA SILVA 00011 000044/2002
00018 000447/2006
00030 000448/2009
FÁBIO LINEU LEAL ANTUNES 00025 000071/2009
GERALDINE KARIN LIECHOCK 00014 000095/2004
GERALDO LIECHOCKI 00001 000055/1988
GIOVANI GIONÉDIS 00032 000526/2009
GUSTAVO VIANA CAMATA 00032 000526/2009
IDAMARA ROCHA FERREIRA 00008 000102/2000
IRACI DE FATIMA CARVALHO ACOSTA 00011 000044/2002
JOSE MARCELO RIBEIRO DA SILVA 00002 000019/1996
JOSE RENATO CASTANHEIRA JUNIOR 00013 000347/2002
JOSIANE LUCIANA PINTO 00020 000230/2007
JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA 00023 000445/2008
00039 116866/2010
JOSÉ ELI SALAMACHA 00008 000102/2000

JULIANA CHAVES DE OLIVEIRA 00033 000540/2009
JULIANO MIQUELETTI SONCIN 00041 147435/2010
JULIO AUGUSTO DE OLIVEIRA GUZZI 00007 000207/1999
00008 000102/2000
LEONARDO TOLEDO DE ANDRADE 00049 000113/2006
LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO 00037 064032/2010
LUCIANA BERRO 00008 000102/2000
LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO 00022 000368/2008
MARCELO HENRIQUE FERREIRA S. MATOS 00022 000368/2008
MARCIO AYRES DE OLIVEIRA 00041 147435/2010
MARCO AURÉLIO EHMKE PIZZOLATTI 00036 052086/2010
MARIA AMÉLIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA 00036 052086/2010
MARIA FELÍCIA CHEDLOVSKI 00038 084476/2010
00048 134678/2011
MARIA NEUSA BARBOZA RICHTER 00017 000290/2006
MARIA PARRA FULOP 00032 000526/2009
MARTA DE FATIMA MELO 00015 000039/2006
MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS 00050 056204/2011
MILKEN JAQUELINE CENERINI JACOMINI 00029 000201/2009
MOACIR ALVES DE ALMEIDA 00025 000071/2009
MURICY DE ALMEIDA SILVA 00003 000032/1996
00005 000092/1997
00012 000045/2002
00021 000311/2007
00030 000448/2009
MÁRCIO ROGERIO DEPOLLI 00006 000043/1998
NATHÁLIA KOWALSKI FONTANA 00036 052086/2010
NELISSA ROSA MENDES 00049 000113/2006
NELSON LUIZ FILHO 00019 000142/2007
00024 000490/2008
00034 045591/2010
00035 051479/2010
00036 052086/2010
NELSON VIEIRA DE CARVALHO 00021 000311/2007
NILTON BUSSI 00007 000207/1999
PAULO FRANCISCO VEIGA DE FREITAS 00002 000019/1996
RICARDO DOS SANTOS LOBO 00023 000445/2008
00026 000138/2009
00027 000152/2009
00031 000482/2009
00039 116866/2010
ROMARA COSTA BORGES 00022 000368/2008
ROSANA RAMOS DA SILVA PERES 00009 000195/2001
RUBENS DE SOUZA BRAZIL RAMOS 00044 094142/2011
SERGIO AUGUSTO SIMON 00028 000175/2009
00045 120207/2011
VAGNER BUENO DE GODOY 00010 000028/2002
00046 128790/2011
00047 128875/2011
YARA BRUNIERA 00010 000028/2002

1. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-55/1988-CRISTALNORTE DISTRIBUIDORA DE AÇUCAR E ALCOOL LTDA x AMILTON LOPES COMERCIO DE NUTRIMENTOS LTDA-Reiterando os termos da intimação de fls. 100 (A parte interessada para que requeira o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção.) -Adv. GERALDO LIECHOCKI-.

2. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-19/1996-CONFECÇOES SIMON BRAUN LTDA x MONTANHA E SILVA LTDA-Reiterando os termos da intimação de fls. 40 (A parte interessada para que requeira o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção). -Advs. PAULO FRANCISCO VEIGA DE FREITAS e JOSE MARCELO RIBEIRO DA SILVA-.

3. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-32/1996-COMERCIO E INDUSTRIA ORSI LTDA x TEREZINHA APARECIDA DE OLIVEIRA-Intime-se o executado, para que, querendo, apresente impugnação no prazo de 15 (quinze) dias. -Advs. MURICY DE ALMEIDA SILVA e ANDERSON ADALTON DA SILVA-.

4. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-166/1996-FABRICA DE ACOLCHOADOS NOVO MUNDO LTDA x JURANDIR BERTONI-Reiterando os termos da intimação de fls. 48 (A parte interessada para que requeira o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção). -Adv. CLODOALDO DE MEIRA AZEVEDO-.

5. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-92/1997-JOAO ROGERIO MACHADO BORGES x NEILOR GALDINO-Intime-se o executado, para que, querendo, apresente impugnação no prazo de 15 (quinze) dias. -Advs. ANDERSON ADALTON DA SILVA e MURICY DE ALMEIDA SILVA-.

6. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-43/1998-BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A x JAVAL ALIMENTOS LTDA-Intime-se a exequente para que requeira o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. -Advs. MÁRCIO ROGERIO DEPOLLI e BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ-.

7. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-207/1999-BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A x ARISTEU KRATKY-Intime-se a exequente para que requeira o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. -Advs. JULIO AUGUSTO DE OLIVEIRA GUZZI, NILTON BUSSI, CRISTIANE ANDREZZA BUSSI e ARNALDO JOSE DA SILVA-.

8. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-102/2000-RIO PARANÁ COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS x JORGE LOPES DA SILVA-Intime-se o executado, para que, querendo, apresente impugnação no prazo de 15 (quinze) dias. -Advs. JULIO AUGUSTO DE OLIVEIRA GUZZI, ARNALDO JOSE DA SILVA, JOSÉ ELI SALAMACHA, IDAMARA ROCHA FERREIRA, LUCIANA BERRO e DANIEL BARBOSA MAIA-.

9. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-195/2001-VANDEREIDE DE FATIMA SILVA x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS- Homologo por sentença (...), a prestação de contas apresentada às fls. 221/222 (...) Oportunamente, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Diligencias necessárias.-Adv. ROSANA RAMOS DA SILVA PERES-.

10. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-28/2002-MARCOS ANTONIO DE SIQUEIRA FILHO e outros x MARCOS ANTONIO DE SIQUEIRA- A parte autora para manifestar-se a cerca do contido na petição de fls. 61/137, no prazo de 05 (cinco) dias.-Advs. VAGNER BUENO DE GODOY, YARA BRUNIERA e CARLOS HENRIQUE DE MORAES-.

11. AÇÃO MONITÓRIA-44/2002-REJANE APARECIDA MARINHO x SALVADOR ANTUNES FERREIRA- Considerando o teor da petição de fls. 99, resta, portanto sendo a obrigação de pagar eventuais custas remanescentes da parte executada.-Advs. IRACI DE FATIMA CARVALHO ACOSTA e FERNANDO VICENTE DA SILVA-.

12. USUCAPIÃO-45/2002-APARECIDA DE LIMA DA SILVA e outros- Em que pese os requerentes terem sido intimados pessoalmente para dar andamento ao feito e não o tendo feito (fls. 106 vº), certo é que a petição de fls. 93, não teve a devida apreciação, o que faço neste momento deferindo o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 90 (noventa) dias. Finda a suspensão, intime-se a parte requerente para dar continuidade processual em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. -Adv. MURICY DE ALMEIDA SILVA-.

13. ARROLAMENTO SUMÁRIO-347/2002-JOSE BATISTA DE OLIVEIRA x JORGE DE OLIVEIRA e outro-Reiterando os termos da intimação de fls. 41 (A parte interessada para que requeira o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.) -Adv. JOSE RENATO CASTANHEIRA JUNIOR-.

14. PENSÃO POR MORTE-95/2004-BRUNA RIBEIRO DA SILVA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-Reiterando os termos da intimação de fls. 191 (A parte autora para prestação de contas no prazo de 10 (dez) dias). -Adv. GERALDINE KARIN LIECHOCK-.

15. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ-39/2006-EVA MARQUES DA SILVA PINTO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- (...) Conquanto pessoalmente intimado, a parte autora não deu o devido andamento ao processo, demonstrando, a meu ver, de forma inequívoca o desinteresse pelo prosseguimento regular. (...) Em consequência, com fundamento no art. 267, § III do CPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais. (...)-Adv. MARTA DE FATIMA MELO-.

16. APOSENTADORIA POR IDADE-0000735-62.2010.8.16.0163-JUSTINA DOS SANTOS ABREU x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS-As partes para tomarem ciência da baixa dos autos da superior Instância, requerendo o que de direito em 15 (quinze) dias -Adv. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS-.

17. APOSENTADORIA POR IDADE-290/2006-NEUZA DOS SANTOS AUGUSTO x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-Intime-se a parte agravada, para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. MARIA NEUSA BARBOZA RICHTER-.

18. APOSENTADORIA POR IDADE-447/2006-MARIA JOSÉ DA SILVEIRA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-Homologo por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a prestação de contas apresentadas às fls. 108/9. -Adv. FERNANDO VICENTE DA SILVA-.

19. PENSÃO POR MORTE-142/2007-MARIA DE LOURDES DE LIMA x INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-Para audiência de instrução e julgamento, designo para o dia 28 de novembro de 2011. Às 17:00 horas, devendo o rol de testemunhas atender ao disposto no art. 407 do CPC, com prazo de 20 (vinte) dias, salvo se já arroladas nos autos. -Adv. NELSON LUIZ FILHO-.

20. MONITÓRIA-230/2007-BORDGNON - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E DECORAÇÃO LTDA x SELMO ADALBERTO DE CARVALHO-Intime-se o executado, para que, querendo, apresente impugnação no prazo de 15 (quinze) dias. -Adv. JOSIANE LUCIANA PINTO-.

21. DIVÓRCIO-311/2007-D.R.L. x V.L.L.-Intime-se as partes para que requeiram o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. -Advs. NELSON VIEIRA DE CARVALHO e MURICY DE ALMEIDA SILVA-.

22. BUSCA E APREENSÃO-368/2008-BANCO BRADESCO S/A x ERICA DE LIMA MACHADO-Suspenda-se o processo pelo prazo de 06 (seis) meses -Advs. ROMARA COSTA BORGES, MARCELO HENRIQUE FERREIRA S. MATOS e LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO-.

23. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-445/2008-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DOS PLANTADORES DE CANA DO PARANÁ - SICREDI x ALESSANDRO DA SILVEIRA-Intime-se a exequente para que requeira o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. -Advs. RICARDO DOS SANTOS LOBO e JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA-.

24. COBRANÇA-490/2008-TARCISO VIEIRA DOS SANTOS e outros x BANCO HSBC - BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO-(...) Pois bem. Por conseguinte, ficam suspensos TODOS os julgamentos de mérito dos referidos planos econômicos, pelo mesmo período da suspensão decretada do STF ou até decisão superior. Desta maneira, por determinação superior,devem estes autos permanecerem SUSPENSOS até ser decidida a repercussão geral no Supremo Tribunal Federal. -Adv. NELSON LUIZ FILHO-.

25. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO-71/2009-DARCI BORDIGNON x ANTONIO INOCENCIO PEREIRA-(agravo nº 745326-5/01)As partes para tomarem ciência da baixa dos autos da superior Instância, requerendo o que de direito em

15 (quinze) dias -Advs. FÁBIO LINEU LEAL ANTUNES e MOACIR ALVES DE ALMEIDA-.
26. COBRANÇA-138/2009-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DO ALTO PARANAPANEMA - SICREDI CAPAL x A. GARANHANI & CIA LTDA- (...) Julgo procedente (...), para condenar o(a) requerido(a) ao pagamento, em favor da autora, do valor referente ao contrato de cédula de crédito bancário-cheque empresarial nº 23156/03, vinculado à conta corrente nº 23156-8, onde foi disponibilizado limite de cheque de R$ 2.000,00 sendo que a divida do(a) requerido(a) perfaz um montante de R$ 7.227,33 (sete mil, duzentos e vinte e sete reais e trinta e três centavos) quando do ajuizamento da ação, o que deverá ser atualizado desde então e acrescido dos juros de mora de 6% ao ano (...) condenando-o ainda ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, em favor do procurador da autora, os quais fixo em 15% do valor da condenação (...), considerando a ausência de lide, (diante da revelia) e bem assim o local da prestação do serviço (Comarca diversa do domicilio do Procurador). -Adv. RICARDO DOS SANTOS LOBO-.
27. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-152/2009-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DOS PLANTADORES DE CANA DO PARANÁ - SICREDI x RONEY CLEBER VARGAS-Intime-se a exequente para que requeira o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. -Adv. RICARDO DOS SANTOS LOBO-.
28. USUCAPIÃO-175/2009-WILSON JOSÉ NOGUEIRA e outro- (...) 1.2. Defiro, provisoriamente, a gratuidade da justiça diante da afirmação de fls. 04 e 62, como disposto no art. 4º da Lei nº 1060/50 e na forma prevista no CN 2.7.9; 1.3 Diante das informações contidas as fls. 63 que tomo como impugnação ao pedido do referido beneficio, determino o processamento em apartado da referida impugnação, nos termos do art. 4º § 2º da Lei 1060/50 e em conformidade com o disposto no CN 2.7.9.1 e s.s, sobre o que deve a Embargante/Impugnado se manifestar em 10 (dez) dias, não se apensando por ora, o incidente, e nem se suspendendo o presente feito. (...)-Adv. SERGIO AUGUSTO SIMON-.
29. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-201/2009-BFB LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL x LAILTON JONAS- (...) Diante do exposto, nos termos e para os fins do parágrafo único do art. 158 do CPC, homologo a desistência da ação, requerida às fls. 66 pelo autor, já qualificado, nestes autos (...), em consequência, com fulcro no art. 267, §VIII do CPC, julgo extinto processo sem analise de mérito, restando o Autor responsável pelas eventuais custas remanescentes, não havendo se falar em honorários no presente caso. (...)-Advs. CARINE DE MENDES MARTINS, MILKEN JAQUELINE CENERINI JACOMINI e EMERSON LAUTENSCHLAGER SANTANA-.
30. SOBREPARTILHA DE BENS SONEGADOS-448/2009-TEREZA FERREIRA ESPÓSITO x RAUL ESPÓSITO-Para a audiência preliminar, designo para o dia 26 de outubro de 2011. Às 14:00 horas, devendo os procuradores das partes trazê-las, à audiência independente de intimação. -Advs. MURICY DE ALMEIDA SILVA e FERNANDO VICENTE DA SILVA-.
31. COBRANÇA-482/2009-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DOS PLANTADORES DE CANA DO PARANÁ - SICREDI x FÁBIO VIEIRA DE SOUZA- (...) Julgo procedente o pedido contido na inicial (...) para condenar a requerida ao pagamento, em favor da autora, do valor referente ao contrato da Cédula Bancária-Cheque Empresarial nº 28518/08, vinculado a conta corrente nº 28518-8, onde foi disponibilizado limite de cheque de R$ 5.000,00 sendo que a divida do requerido perfaz um montante de R$ 4.998,35 (quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos) (...)condeno-o ainda ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios em favor do procurador da autora os quais fixo em 15% do valor da condenação (...)-Adv. RICARDO DOS SANTOS LOBO-.
32. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-526/2009-BANCO DO BRASIL S/A x JUCIMAR APARECIDO GONÇALVES e outros- Intime-se a parte interessa da para que se manifeste a cerca da certidão de fls. 58 (11 atos a recolher do Sr. Oficial de Justiça no montante de R$ 422,80) -Advs. GUSTAVO VIANA CAMATA, MARIA PARRA FULOP e GIOVANI GIONÉDIS-.
33. EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-540/2009-COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DOS PLANTADORES DE CANA DO PARANÁ - SICREDI x SILVANA M. PRADO-ME- (...) com fundamento no art. 267, III, julgo extinto o feito, sem análise de mérito. (...) -Adv. JULIANA CHAVES DE OLIVEIRA-.
34. COBRANÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIO DAS CADERNETAS DE POUPANÇA-0000455-91.2010.8.16.0163-ANTONIO DE CARVALHO e outros x BANCO DO ESTADO DO PARANA- BANESTADO S/A-(...) Pois bem. Por conseguinte, ficam suspensos TODOS os julgamentos de mérito dos referidos planos econômicos, pelo mesmo período da suspensão decretada do STF ou até decisão superior. Desta maneira, por determinação superior,devem estes autos permanecerem SUSPENSOS até ser decidida a repercussão geral no Supremo Tribunal Federal. -Adv. NELSON LUIZ FILHO-.
35. COBRANÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS-0000514-79.2010.8.16.0163-GLACI MOTTA DE OLIVEIRA e outros x BANCO DO BRASIL S/A-(...) Pois bem. Por conseguinte, ficam suspensos TODOS os julgamentos de mérito dos referidos planos econômicos, pelo mesmo período da suspensão decretada do STF ou até decisão superior. Desta maneira, por determinação superior,devem estes autos permanecerem SUSPENSOS até ser decidida a repercussão geral no Supremo Tribunal Federal. -Adv. NELSON LUIZ FILHO-.
36. COBRANÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIO DAS CADERNETAS DE POUPANÇA-0000520-86.2010.8.16.0163-JOÃO CAMARGO DA SILVA x BANCO DO BRASIL S/A-(...) Pois bem. Por conseguinte, ficam suspensos TODOS os julgamentos de mérito dos referidos planos econômicos, pelo mesmo período da suspensão decretada do STF ou até decisão superior. Desta maneira, por determinação superior,devem estes autos permanecerem SUSPENSOS até ser decidida a repercussão geral no Supremo Tribunal Federal. -Advs. NELSON LUIZ FILHO, MARIA AMÉLIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA, MARCO AURÉLIO EHMKE PIZZOLATTI e NATHÁLIA KOWALSKI FONTANA-.
37. BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR-0000640-32.2010.8.16.0163-OMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO x DENILSON HEMENEGILDO DA SILVA GUIDO-Homologo, por sentença para que surta os seus juridicos e legais efeitos, a desistencia formulada pela autora (fls. 39), via de consequencia, com fundamento no artigo 267, VIII do CPC, julgo extinto o feito, sem resolução de mérito. Eventuais custas remanescentes, pela parte autora. (...) -Adv. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO-.
38. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA-0000844-76.2010.8.16.0163-ILDO DA SILVA x BANCO FINASA BMC S/A- 1. Defiro, provisoriamente, a gratuidade da justiça diante da declaração de fls. 08, como disposto no art. 4º da Lei nº 1060/50 e na forma prevista no CN 2.7.9; 2. Diante da impugnação ao pedido de justiça gratuita (fls. 32) determino o processamento em apartado da referida impugnação, nos termos do art. 4º § 2º da Lei 1060/50 e em conformidade com o disposto no CN 2.7.9.1 e s.s, sobre o que deve a Autora/Impugnada se manifestar em 10 (dez) dias, não se apensando por ora, o incidente, e nem se suspendendo o presente feito; 3. As condições da ação e os pressupostos processuais iniciais estão aparentemente presentes, sendo de rigor o recebimento da presente execução e declaro suspenso o processo principal (CPC arts. 306 e 265, III) valendo a suspensão até o julgamento da execução; 4. Intime-se o executado para responder a execução, no prazo de 10 (dez) dias. -Advs. DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO e MARIA FELÍCIA CHEDLOVSKI-.
39. EMBARGOS A EXECUÇÃO-0001168-66.2010.8.16.0163-ALESSANDRO DA SILVEIRA x COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DOS PLANTADORES DE CANA DO PARANÁ - SICREDI- intime-se o embargante para que, no prazo de 10 (dez) dias, emende a inicial, juntando cópias declaradas autênticas (...), das peças dos autos da execução que se fizerem necessárias à compreensão e ao julgamento da matéria objeto dos embargos (...), em especial da petição inicial da execução, do(s) título(s) executivo(s) e da procuração outorgada ao patrono da embargada, sob pena de indeferimento da inicial (...) -Advs. JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA e RICARDO DOS SANTOS LOBO-.
40. BUSCA E APREENSAO (ALIENAÇÃO FIDUCIARIA)-0001389-49.2010.8.16.0163-BANCO FINASA BMC S/A x RENIELE DE SOUZA-A parte interessada para que requeira o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. -Advs. ALEXANDRE ROMANI PATUSSI e FABIANA GUIMARÃES REZENDE-.
41. BUSCA E APREENSÃO-0001474-35.2010.8.16.0163-BANCO ITAUCARD S/A x ANDRE FELIPE CARVALHO DE AZEVEDO- (...) Julgo procedente o pedido, (...)para o fim de declarar consolidadas nas mãos do requerente a propriedade e a posse plena e exclusiva do veiculo marca Volkswagen/Savero, G3 1.8 MI, Ano 2001, cor prata, Placa AJZ 5463, cuja apreensão liminar torno definitiva, isentando o depositário particular de fls. 44, pessoa física, dos ônus que lhe incumbiam até então, facultando ao Autor a venda do referido bem nos termos e limites do art. 2º do mencionado diploma legal. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios de sucumbência, que arbitro em R$ 600,00 (...), com juros moratórios de 6% a.a após o transito em julgado desta decisão. (...)-Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e JULIANO MIQUELETTI SONCIN-.
42. IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO DE ASSINTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUÍTA-0001643-22.2010.8.16.0163-SIMEI MUZZA DE FREITAS x FÁBIO VIEIRA DE SOUZA- (...) Ocorre que nos autos principais de divórcio houve prolação de sentença homologatória de composição amigável entre as partes, ocasião em que as custas processuais ficaram por conta do requerente, Fábio Vieira de Souza, o ora requerido. Pelo motivo acima citado é incabível o prosseguimento do presente processo, sendo certo a perda de seu objeto, razão pela qual julgo extinto o processo, o que faço com fundamento no art. 267, IV do CPC. (...)-Adv. FERNANDO BOBERG-.
43. IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO DE ASSINTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUÍTA-0001644-07.2010.8.16.0163-SIMEI MUZZA DE FREITAS x FÁBIO VIEIRA DE SOUZA- (...) Ocorre que nos autos principais de divórcio houve prolação de sentença homologatória de composição amigável entre as partes, ocasião em que as custas processuais ficaram por conta do requerente, Fábio Vieira de Souza, o ora requerido, fazendo-se presumir que não se trata de pessoa que vive em estado de miserabilidade, pois que assumiu um encargo e conforme informado na cópia da sentença acima citada há uma considerável quantia em dinheiro que pertence ao requerido. Pelos motivos acima citados, julgo procedente a presente impugnação de assistência judiciária, o que faço com fundamento no art. 269, I do CPC, em consequencia condeno o requerido FÁBIO VIEIRA DE SOUZA ao pagamento das custas processuais dos autos 1251-82.2010 de Regulamentação de Visitas, restando portanto revogada a gratuidade da justiça naqueles autos concedida. (...)-Adv. FERNANDO BOBERG-.
44. IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO DE ASSINTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUÍTA-0000941-42.2011.8.16.0163-SIMEI MUZZA DE FREITAS x REIFLOR MERCANTIL ALIMENTAR E IND LTDA ME e outros- (...) 2. Não obstante, diante das informações contidas às fls. 26/7, que tomo como impugnação ao pedido do referido beneficio, determino o processamento em apartado da referida impugnação, nos termos do art. 4º, §2º, da Lei nº 1060/50 e em conformidade com o disposto no CN 2.7.9.1 e ss., sobre o que deve o Embargante/Impugnado se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, não se apensando por ora, o incidente, e nem se suspendendo o presente feito. (...)-Advs. RUBENS DE SOUZA BRAZIL RAMOS e DAVI VENANCIO-.
45. IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO DE ASSINTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUÍTA-0001202-07.2011.8.16.0163-SIMEI MUZZA DE FREITAS x MARIA DE LURDES MACHADO NOGUEIRA e outro- (...) 1.2. Defiro, provisoriamente, a gratuidade da justiça diante da afirmação de fls. 04 e 62, como disposto no art. 4º da Lei nº 1060/50 e na forma prevista no CN 2.7.9; 1.3 Diante das informações contidas as fls. 63 que tomo como impugnação ao pedido do referido beneficio, determino o processamento em apartado da referida impugnação, nos termos do art. 4º § 2º da Lei 1060/50 e em conformidade com o disposto no CN 2.7.9.1 e s.s, sobre o que deve

a Embargante/Impugnado se manifestar em 10 (dez) dias, não se apensando por ora, o incidente, e nem se suspendendo o presente feito. (...)-Adv. SERGIO AUGUSTO SIMON-.
46. EMBARGOS DE TERCEIRO-0001287-90.2011.8.16.0163-ANTONIO RICARDO NETO e outro x COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DOS PLANTADORES DE CANA DO PARANÁ - SICREDI-A parte autora para que em 30 (trinta) dias, efetue o depósito inicial das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição e arquivamento dos autos - (Art. 257/CPC), decorrido o prazo sem o devido pagamento, intime-se pessoalmente a parte para atendimento. -Adv. VAGNER BUENO DE GODOY-.
47. EMBARGOS DE TERCEIRO-0001288-75.2011.8.16.0163-ANTONIO RICARDO NETO e outro x COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DOS PLANTADORES DE CANA DO PARANÁ - SICREDI-A parte autora para que em 30 (trinta) dias, efetue o depósito inicial das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição e arquivamento dos autos - (Art. 257/CPC), decorrido o prazo sem o devido pagamento, intime-se pessoalmente a parte para atendimento. -Adv. VAGNER BUENO DE GODOY-.
48. IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO DE ASSINTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUÍTA-0001346-78.2011.8.16.0163-SIMEI MUZZA DE FREITAS x ILDO DA SILVA- (...) 2.Diante da impugnação ao pedido de justiça gratuita (fls. 32) determino o processamento em apartado da referida impugnação, nos termos do art. 4º §2º da Lei 1060/50 e em conformidade com o dispositivo no CN 2.7.9.1 e s.s., sobre o que deve a Autora/Impugnada se manifestar em 10 (dez) dias, não se apensando por ora, o incidente, e nem se suspendendo o presente feito. (...)-Advs. DAVI CHEDLOVSKI PINHEIRO e MARIA FELÍCIA CHEDLOVSKI-.
49. CARTA PRECATORIA-113/2006-Oriundo da Comarca de 3ª VARA CIVEL-AGENCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A x NELSON LUIZ FILHO e outro-A parte interessada para que requeira o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. -Advs. NELISSA ROSA MENDES, CAMILE CLAUDIA HEBESTREIT PAULA, FABRICIO JOSÉ BABY e LEONARDO TOLEDO DE ANDRADE-.
50. CARTA PRECATORIA-0000562-04.2011.8.16.0163-Oriundo da Comarca de ARAPOTI, PR-PLATANO COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LTDA x JORGE CIPRIANO DA ROCHA e outro-A parte autora para que proceda o pagamento das custas do Sr Oficial de Justiça no montante de R$ 74,00. -Adv. MAURICIO BARBOSA DOS SANTOS-.

Siqueira Campos, 29 de setembro de 2011
SIMEI MUZZA DE FREITAS - Escrivão do Civel e Anexos

# TOLEDO

## 1ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE TOLEDO - ESTADO DO PARANA**
**1ª VARA CIVEL**
**RELAÇAO Nº 119/2011**
**DR. EUGENIO GIONGO**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADIR LUIZ COLOMBO 0026 000863/2009
ADRIANE HAAS 0041 003047/2010
AFONSO BUENO DE SANTANA 0066 004031/2011
0070 005551/2011
0071 005800/2011
0075 006660/2011
ALCEU MACIEL D'AVILA 0002 000564/2001
ALMIR ROGERIO DENIG BANDE 0049 007609/2010
ANA CLAUDIA FINGER 0005 000124/2004
0033 001108/2009
ANA PAULA FINGER MASCAREL 0005 000124/2004
0033 001108/2009
ANA ROSA DE LIMA LOPES BE 0068 004636/2011
ANDERSON DE AZEVEDO 0056 000560/2011
ANDREA CRISTIANE GRABOVSK 0024 000784/2009
ANGELICA KOEFENDER MAIA 0015 000092/2007
ANGELO RIVELINO GAMBETA 0073 005972/2011
ANTONIO BENTO JUNIOR 0038 002527/2010
ARMANDO EDUARDO ITO CORDE 0002 000564/2001
AUGUSTO CASSIANO ABEGG 0038 002527/2010
BEATRIZ HELENA DOS SANTOS 0061 002469/2011
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0004 000597/2003
0012 000404/2006
0028 000993/2009
CARLA HELIANA VIEIRA MENE 0027 000969/2009
CARLA ROBERTA DOS SANTOS 0040 002663/2010
0065 003590/2011
0076 007090/2011
0080 007602/2011
0086 008596/2011
CARLOS ALBERTO FURLAN 0034 000405/2010
CARLOS FERNANDO PERUFO 0053 009671/2010
CESAR AUGUSTO DE FRANÇA 0038 002527/2010
CESAR AUGUSTO TERRA 0047 006255/2010
0053 009671/2010
CHRISTIANE SANTALENA BRAM 0050 007699/2010
CIBELE FERNANDES DIAS 0091 002211/2010
CLAUDIA E. C. VAN HEESEWI 0043 005225/2010
CLAUDIO GUILHERME TESHEIN 0021 000106/2009
CLAUDIO MARCOS ROSCHEL 0046 006037/2010
CLECIO BRAGA JUNQUEIRA 0016 000583/2007
CLERSON ANDRE ROSSATO 0008 000842/2005
CLEVERSON IVAN MERLO 0069 005032/2011
CLICIA ANDRESSA ANSELMI 0020 000587/2008
CLOVIS FELIPE FERNANDES 0081 007986/2011
CRISTIANE BELLINATI GARCI 0008 000842/2005
0039 002623/2010
0054 009766/2010
CRYSTIANE LINHARES 0019 000343/2008
DARIO GENNARI 0013 000015/2007
0079 007327/2011
0090 000283/2003
DARYENE MARIA GENNARI PRO 0013 000015/2007
0090 000283/2003
DAYANE ZANETTE 0073 005972/2011
DAYANNE F. D. MARTINEZ 0002 000564/2001
DAYRO GENNARI 0013 000015/2007
0060 002317/2011
0079 007327/2011
0090 000283/2003
DIEGO LUIZ PASQUALLI 0032 001053/2009
DIRCEU EDSON WOMMER 0038 002527/2010
EDNO PEZZARINI JUNIOR 0094 007828/2011
EDUARDO HOFFMANN 0041 003047/2010
EDUARDO KUMMEL 0022 000229/2009
EDUARDO PENA MOURA FRANÇA 0008 000842/2005
EGBERTO FANTIN 0032 001053/2009
EGIDIO FERNANDO ARGUELLO 0054 009766/2010
ERICO SODRE QUIRINO FERRE 0008 000842/2005
ERMINIO RODRIGO GOMES LED 0045 005492/2010
FABIANO JOSE BORDIGNON 0001 000671/1996
0002 000564/2001
0012 000404/2006
FABIO BOLONHEZI MORAES 0077 007099/2011
FABIO YOSHIHARU ARAKI 0035 000677/2010
FABIOLA BUNGENSTAB LAVINI 0046 006037/2010
FABIOLA OLIVO 0010 000083/2006
FABIULA SCHMIDT 0002 000564/2001
FABRICIO FABIANI PEREIRA 0002 000564/2001
FLAVIO LAURI BECHER GIL 0021 000106/2009
FLAVIO PENTEADO GEROMINI 0043 005225/2010
FLAVIO SANTANA VALGAS 0027 000969/2009
FLORISVALDO HAROLDO ANSEL 0020 000587/2008
0026 000863/2009
GERSON VANZIN MOURA DA SI 0043 005225/2010
GILBERTO STINGLIN LOTH 0053 009671/2010
GIOSER ANTONIO OLIVETT CA 0037 001677/2010
GIOVANI MIGUEL LOPES 0002 000564/2001
GISELE REGINA DA SILVA 0077 007099/2011
HARYSSON ROBERTO TRES 0066 004031/2011
0070 005551/2011
0071 005800/2011
0075 006660/2011
HELENA ANNES 0002 000564/2001
HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA 0055 009817/2010
ILZA REGINA DEFILLIPI DIA 0038 002527/2010
IONEIA ILDA VERONEZE 0019 000343/2008
IVAN PAIM DA SILVEIRA 0048 006568/2010
IVO HENRIQUE BAIRROS 0012 000404/2006
JAIME OLIVEIRA PENTEADO 0043 005225/2010
JAIR ANTONIO WIEBELLING 0006 000321/2004
0007 000616/2004
0010 000083/2006
0014 000076/2007
0017 000695/2007
JAIR DA SILVA 0074 006543/2011
JANE MARIA VOISKI PRONER 0040 002663/2010
0057 001245/2011
0065 003590/2011
0067 004408/2011
0076 007090/2011
JAQUELINE SCOTÁ STEIN 0043 005225/2010
JEAN CARLOS MARTINS FRANC 0038 002527/2010
JEFFERSON MASSAHARU ARAKI 0035 000677/2010
JOAO CARLOS POLETTO 0087 008650/2011
JOAO LEONELHO GABARDO FIL 0053 009671/2010
JOMAH HUSSEIN ALI MOHD RA 0078 007243/2011
JORGE LUIZ DE MELO 0010 000083/2006
JOSE DOMINGOS DE QUEIROZ 0013 000015/2007
0083 008410/2011
JOSIANE BORGES PRADO 0048 006568/2010
JOVANA CARLA DOMINGUES PO 0069 005032/2011
JOÃO CARLOS SILVEIRA 0050 007699/2010
JULIANA MARA DA SILVA 0043 005225/2010
JULIANA REGINA PALUDO 0002 000564/2001
JULIANO MENEGUZZI DE BERN 0008 000842/2005
JULIANO RICARDO TOLENTINO 0005 000124/2004

0033 001108/2009
0082 008062/2011
JULIO CESAR DALMOLIN 0006 000321/2004
0007 000616/2004
0010 000083/2006
0014 000076/2007
0017 000695/2007
JUSCELINO PIRES DA FONSEC 0023 000456/2009
KEYLA MONQUERO 0012 000404/2006
LAURO FERNANDO ZANETTI 0006 000321/2004
0007 000616/2004
0011 000396/2006
0017 000695/2007
LEANDRO DE QUADROS 0005 000124/2004
0033 001108/2009
0082 008062/2011
LEDA REGINA GAMBETTA 0073 005972/2011
LEODIR CEOLON JUNIOR 0066 004031/2011
0070 005551/2011
0071 005800/2011
0075 006660/2011
LEONARDO DE ALMEIDA ZANET 0007 000616/2004
0017 000695/2007
LILIAM APARECIDA DE JESUS 0008 000842/2005
LUCIANA HUBNER PEREIRA 0002 000564/2001
LUCIANE MACHADO 0019 000343/2008
LUCIANO ANGHINONI 0043 005225/2010
LUIS CARLOS FRANZOI 0089 000324/1993
LUIZ CARLOS PASQUALINI 0016 000583/2007
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN 0024 000784/2009
LUIZ FERNANDO PALMA 0012 000404/2006
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA 0043 005225/2010
MARCELO DALANHOL 0092 004880/2010
MARCELO PILATTI BLASKOSKI 0069 005032/2011
MARCIA LORENI GUND 0006 000321/2004
0007 000616/2004
0010 000083/2006
0014 000076/2007
0017 000695/2007
MARCIA REGINA FRASSON SC 0003 000388/2002
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0012 000404/2006
0028 000993/2009
MARIA APARECIDA MARTIENA 0050 007699/2010
MARIANE MACAREVICH 0063 003184/2011
MARIO MARCONDES NASCIMENT 0038 002527/2010
MARISTELA FREDERICO 0093 006527/2011
MICHELLY ALBERTI 0048 006568/2010
MILKEN JAQUELINE CENERINI 0027 000969/2009
MILTON OLIZAROSKI 0038 002527/2010
MONICA PIMENTEL DE SOUZA 0093 006527/2011
NADIA MAZUREK 0002 000564/2001
NELSON LUIZ NOUVEL ALESSI 0038 002527/2010
NEUSA MARIA CANDIDO 0008 000842/2005
NORTON EMMEL MUHLBEIER 0009 000017/2006
OLDEMAR MARIANO 0003 000388/2002
PATRICIA TRENTO 0040 002663/2010
PAULO CESAR TORRES 0008 000842/2005
PAULO JOSE LOEBENS 0029 001028/2009
0088 008683/2011
RAYKA RAFAELE DAL PAI BIN 0060 002317/2011
0079 007327/2011
REGILDA MIRANDA HEIL FERR 0016 000583/2007
REGINALDO LUIZ SAMPAIO SC 0077 007099/2011
REGINALDO REGGIANI 0054 009766/2010
RENATA PEREIRA COSTA DE 0030 001037/2009
0036 001467/2010
0042 003388/2010
0044 005261/2010
0058 001442/2011
0062 002659/2011
0064 003441/2011
0072 005922/2011
RICARDO CANAN 0018 000048/2008
ROGERIO AUGUSTO DA SILVA 0053 009671/2010
0054 009766/2010
0084 008577/2011
0085 008578/2011
ROGERIO GROHMANN SFOGGIA 0008 000842/2005
ROMULO COLVARA 0059 001785/2011
RONALDO CAMILO 0031 001052/2009
RONALDO LIMA MACHADO 0019 000343/2008
ROSANGELA DA ROSA CORREA 0063 003184/2011
ROSELI LUZETTI MERELES CO 0046 006037/2010
RUBIA ANDRADE FAGUNDES 0038 002527/2010
SADI NUNES DA ROSA 0063 003184/2011
0065 003590/2011
SEBASTIAO MIRANDA PRADO 0008 000842/2005
SERGIO ADRIANO MARTINS MA 0083 008410/2011
SERGIO LUIZ DE OLIVEIRA 0051 008442/2010
SERGIO SCHULZE 0025 000792/2009
0036 001467/2010
0042 003388/2010
0068 004636/2011
SHEALTIEL L. PEREIRA FILH 0007 000616/2004
0017 000695/2007
SOLANGE DA SILVA 0069 005032/2011
TATIANA ORLANDI 0026 000863/2009
TATIANE ACHCAR 0008 000842/2005
VANESSA ALVES COTA 0010 000083/2006
VANESSA ZUCCHI 0009 000017/2006
VERA LUCIA BARCARO 0032 001053/2009
VICENTE DANIEL CAMPAGNARO 0052 008483/2010
VLAMIR EMERSON FERREIRA 0073 005972/2011
WASCISLAU MIGUEL BONETTI 0026 000863/2009
WOODY PAULO MARTINI 0053 009671/2010

1. AVALIAÇÃO E VENDA EM HASTA PÚBLICA-671/1996-COOP.AGROPECUARIA MISTA DO OESTE LTDA - COOPAGRO x ESTE JUIZO-Ao interessado, ante o alvará judicial expedido. -Adv. FABIANO JOSE BORDIGNON (OAB: 23.062/PR)-.

2. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO-564/2001-NELSON PEREIRA x GRUPOS UNIDOS e outro- "... Diante dos depósitos realizados e inexistência de impugnação JULGO CUMPRIDA a sentença e, em consequência julgo extinta a execução de fls. 515 e seguintes nos termos do artigo 794, I do CPC. Expeçam-se os competentes alvarás judiciais para levantamento das importâncias depositadas aos respectivos credores. Oportunamente, arquivem-se...". -Advs. LUCIANA HUBNER PEREIRA (OAB: 28940/PR), NADIA MAZUREK (OAB: 27.972), GIOVANI MIGUEL LOPES (OAB: 031518/PR), ARMANDO EDUARDO ITO CORDEIRO (OAB: 109496/RJ), FABIULA SCHMIDT (OAB: 26.489), DAYANNE F. D. MARTINEZ (OAB: 29.123), FABIANO JOSE BORDIGNON (OAB: 23.062/PR), FABRICIO FABIANI PEREIRA (OAB: 31.046), JULIANA REGINA PALUDO (OAB: 046805/PR), HELENA ANNES (OAB: 018885-A/SC) e ALCEU MACIEL D'AVILA (OAB: 018395/SC)-.

3. DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA-388/2002-GILBERTO JOSE ALBARELLO e outro x HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO- "... Nestas condições atendendo ao apreciado e o mais que dos autos promana hei por bem HOMOLOGAR os cálculos do Laudo Pericial de fls. 332/340 com o Laudo de Esclarecimentos de fls. 367/370 para todos os fins de direito, pelo qual foi apurado um crédito em favor do autor no valor de R$ 5.682,36 atualizado até 28 de julho de 2011. Em consequência, julgo parcialmente procedente a IMPUGNAÇÃO interposta pelo Executado às fls. 266 e seguintes. CONDENO o Executado ao pagamento de 40% das custas processuais do pedido de cumprimento de sentença e desta impugnação, assim como dos honorários periciais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez) sobre o valor do débito considerado nos termos desta sentença, em substituição aqueles arbitrados na decisão de fls. 244. CONDENO o Exequente ao pagamento de 60% das custas processuais do pedido de cumprimento de sentença e da impugnação e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez) sobre a diferença entre o valor da execução de fls. 244/254 e o débito considerado devido nos termos desta sentença. Faço com fundamento no artigo 20, §3º c/c o artigo 21 caput do CPC, considerando a sucumbência recíproca, a natureza da demanda e o trabalho dos ilustres advogados. Os honorários advocatícios deverão ser compensados entre si, até onde se compensarem, nos termos da súmula 306 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. Do valor devido ao autor deverão ser deduzidas as custas processuais e honorários periciais a que foi condenado, assim como os honorários advocatícios não compensados. O saldo remanescente deverá ser devolvido ao Executado. Oportunamente expeçam-se os competentes alvarás judiciais...". -Advs. MARCIA REGINA FRASSON SCUCIATO (OAB: 28.483) e OLDEMAR MARIANO (OAB: 4591)-.

4. PRESTAÇÃO DE CONTAS-597/2003-DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS OESTE LTDA x BANCO ITAU S/A-Autos que deverao ser devolvidos em cartório no prazo de 24:00 (vinte e quatro) horas, sob as penas do artigo 196 do CPC. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre a elaboração e efetivação da presente publicação. Obs. Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a OAB e outras providências cabíveis. -Adv. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ (OAB: 20.457)-.

5. PRESTAÇÃO DE CONTAS-0002867-81.2004.8.16.0170-TRANSPOLIANA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA x BANCO BRADESCO S/A-Ao exequente ante certidão do Oficial de Justiça de fls. 705 verso: que deixou de proceder a penhora por não ter encontrado bens em nome da Executada. Em contato com a Sra. Vivian, pelo telefone (041)3453-6921, a mesma declarou que a executada há tempos não exerce atividades nesta cidade. -Advs. ANA PAULA FINGER MASCARELLO (OAB: 21649), ANA CLAUDIA FINGER (OAB: 20299), LEANDRO DE QUADROS (OAB: 31.857) e JULIANO RICARDO TOLENTINO (OAB: 33.142/PR)-.

6. PRESTAÇÃO DE CONTAS-321/2004-JOSE VALDIR SACHSER x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A - BANESTADO- Apesar dos argumentos do agravante, mantida a decisão recorrida por seus próprios fundamentos, até porque o recurso interposto é inadequado, segundo o disposto no artigo 475-M, §3º do Código de Processo Civil. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING (OAB: 24.151 B), MARCIA LORENI GUND (OAB: 29.734), JULIO CESAR DALMOLIN (OAB: 25.162) e LAURO FERNANDO ZANETTI (OAB: 5438)-.

7. PRESTAÇÃO DE CONTAS-616/2004-COMERCIO E REPRESENTAÇOES DE BATERIAS COLUMBIA LTD x BANCO ITAU S/A- "... Nestas condições atendendo ao apreciado e o mais que dos autos promana hei por bem HOMOLOGAR os cálculos do Laudo Pericial de fls. 656/684, com a retificação de fls. 743/746, para todos os fins de direito, pelo qual foi apurado um crédito em favor da autora no valor de R$ 5.564,43, atualizado até 30 de abril de 2011. Em consequência, julgo parcialmente procedente a IMPUGNAÇÃO interposta pelo Executado às fls. 603 e seguintes. CONDENO o Executado ao pagamento de 40% das custas processuais do pedido de cumprimento de sentença e desta impugnação, assim como dos honorários periciais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez) sobre o valor do débito considerado nos termos desta sentença, em substituição aqueles

arbitrados na decisão de fls. 595. CONDENO a exequente ao pagamento de 60% das custas processuais do pedido de cumprimento de sentença e da impugnação e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre a diferença entre o valor da execução de fls. 575 e seguintes, e o débito considerado decido nos termos desta sentença. Faço com fundamento no artigo 20, §3º c/c o artigo 21 caput do CPC, considerando a sucumbência recíproca, a natureza da demanda e o trabalho dos ilustres advogados. Os honorários advocatícios deverão ser compensados entre si, até onde se compensarem, nos termos da súmula 306 do Egrégioo Superior Tribunal de Justiça. Do valor devido à autora deverão ser deduzidas as custas processuais e honorários periciais a que foi condenada, assim como os honorários advocatícios não compensados. O saldo remanescente deverá ser devolvido ao Executado. Oportunamente, expeçam-se os competentes alvarás judiciais...". -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING (OAB: 24.151 B), MARCIA LORENI GUND (OAB: 29.734), JULIO CESAR DALMOLIN (OAB: 25.162), LAURO FERNANDO ZANETTI (OAB: 5438), SHEALTIEL L. PEREIRA FILHO (OAB: 13507) e LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI (OAB: 037775/PR)-.

8. AÇÃO DE DEPÓSITO-842/2005-BANCO OURINVEST S/A x ROSA MATTES HOCHSCHEIDT-"... Avoquei os autos. 1. Melhor examinando os autos, verifico que já se encontra na fase executiva, pelo pedido de cumprimento de sentença de fls. 69/71 e decisão de fls. 72, de modo que resta prejudicada a decisão de fls. 124, que ora revogo. 2. Outrossim, verifico que os subscritores de fls. 121 não estão habilitados a peticionar nos autos, pois a procuradora que subscreveu o substabelecimento de fls. 88 outorgou poderes que não detinha, em face da ausência de procuração em seu favor nos autos. Assim, o substabelecimento de fls. 113 também resta prejudicado. 3. Sobre o prosseguimento do feito, manifeste-se a Exequente, no prazo de cinco dias, sob pena de Arquivamento...". -Advs. LILIAM APARECIDA DE JESUS DEL SANTO (OAB: 040309-A/SP), NEUSA MARIA CANDIDO (OAB: 29.044/SP), ERICO SODRE QUIRINO FERREIRA (OAB: 29298/PR), EDUARDO PENA MOURA FRANÇA (OAB: 138.190), TATIANE ACHCAR (OAB: 214652/PR), PAULO CESAR TORRES (OAB: 042353/PR), SEBASTIAO MIRANDA PRADO (OAB: 28.998), JULIANO MENEGUZZI DE BERNERT (OAB: 032779/PR), ROGERIO GROHMANN SFOGGIA (OAB: 058240/PR), CLERSON ANDRE ROSSATO (OAB: 054606/RS) e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB: 19937)-.

9. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA-17/2006-HERBIOESTE HERBICIDAS LTDA x CELIO DALPIAZ e outro-Aos interessados, ante a devolução e juntada da Carta Precatória de fls.50 e seguintes da Comarca de Medianeira/PR. Ao requerente ante o ofício de fls. 136, recebido da 2ª Vara Cível de Guarapuava, referente a Carta Precatória nº. 151/2009 (à Requerente para manifestar-se sobre o prosseguimento da Carta Precatória, ficando ciente que transcorridos o prazo de 30 (trinta) dias sem manifestação, a deprecata será devolvida ao juízo deprecante). -Advs. NORTON EMMEL MUHLBEIER (OAB: 22.720/PR) e VANESSA ZUCCHI (OAB: 28.434)-.

10. PRESTAÇÃO DE CONTAS-83/2006-CELSO LUIZ COLOMBO x BANCO ITAU S/A-Em observância à Portaria nº 21/2009, fica o autor intimado para dar prosseguimento ao feito no prazo de cinco dias, sob as penas da lei. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING (OAB: 24.151 B), JULIO CESAR DALMOLIN (OAB: 25.162), MARCIA LORENI GUND (OAB: 29.734), JORGE LUIZ DE MELO (OAB: 17145/PR), FABIOLA OLIVO (OAB: 30816/PR) e VANESSA ALVES COTA (OAB: 221506/PR)-.

11. PRESTAÇÃO DE CONTAS-396/2006-SILVINO ALVICIO STRIDER x BANCO ITAU S/A-Autos que deverao ser devolvidos em cartório no prazo de 24:00 (vinte e quatro) horas, sob as penas do artigo 196 do CPC. Desconsiderar em caso de devolução no período compreendido entre a elaboração e efetivação da presente publicação. Obs. Se o conteúdo desta publicação já foi publicado uma ou mais vezes anteriormente, fica Vossa Senhoria ciente de que este Juízo estará providenciando a busca e apreensão dos autos, bem como comunicação a OAB e outras providências cabíveis. -Adv. LAURO FERNANDO ZANETTI (OAB: 5438)-.

12. EXECUÇÃO DE HIPOTECA-404/2006-BANCO ITAU S/A x JOSE MARIA DA SILVA CARMO e outro- Diante do pedido de fls. 216 (suspensão) determinado o Arquivamento Provisório dos autos. -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ (OAB: 20.457), MARCIO ROGERIO DEPOLLI (OAB: 20.456), FABIANO JOSE BORDIGNON (OAB: 23.062/PR), KEYLA MONQUERO (OAB: 28209), IVO HENRIQUE BAIRROS (OAB: 39421/PR) e LUIZ FERNANDO PALMA (OAB: PR 11.315)-.

13. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA-0005247-72.2007.8.16.0170-COOPERLAC - COOP. PROD. DE SUINOS E LEITE DO OESTE x MARGUITA SOMMERFELD FISCHER- Ante o desapensamento dos autos nº. 530/2007 de Embargos à Execução Fiscal, aos interessados para darem prosseguimento ao feito, sob pena de arquivamento destes autos. -Advs. JOSE DOMINGOS DE QUEIROZ (OAB: 011211/PR), DARIO GENNARI (OAB: 10.130/PR), DAYRO GENNARI (OAB: 18.679) e DARYENE MARIA GENNARI PROCHNAU (OAB: 16.921)-.

14. PRESTAÇÃO DE CONTAS-76/2007-CLEITON FEUSER x BANCO BRADESCO S/A- Ao Requerente ante o depósito judicial no valor de R$ 8.272,39, para requerer o que de direito. -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING (OAB: 24.151 B), MARCIA LORENI GUND (OAB: 29.734) e JULIO CESAR DALMOLIN (OAB: 25.162)-.

15. AÇÃO MONITÓRIA-92/2007-CLAUDIO JOSE RATZ x IRINEU PEDRO JACOMINI- Ao Exequente para juntar demonstrativo analítico do seu crédito, cotemplando os pagamentos já realizados e o saldo remanescente, salientando que devem ser apropriados nas datas dos respectivos levantamentos. -Adv. ANGELICA KOEFENDER MAIA (OAB: 035577/PR)-.

16. DECLARATÓRIA COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA-583/2007-LINCOLN BUQUERA DE FREITAS OLIVEIRA x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELETRICA - COPEL-Recebida a Apelação de fls. 288 e seguintes (COPEL), nos efeitos devolutivo e suspensivo, mantida a liminar concedida initio litis e confirmada na sentença apelada. Ao Apelado (Lincoln B. de Freitas Oliveira) para, querendo, apresentar suas contrarrazões de recurso no prazo legal de 15 (quinze) dias, art. 508 do CPC. -Advs. CLECIO BRAGA JUNQUEIRA (OAB: 5813 / PR), LUIZ CARLOS PASQUALINI (OAB: 22.670) e REGILDA MIRANDA HEIL FERRO (OAB: 018742/PR)-.

17. PRESTAÇÃO DE CONTAS-695/2007-MARCO ANTONIO DOMINGUES x BANCO ITAU S/A- "... Diante do depósito realizado às fls. 407, com o qual o Exequente manifestou concordância, JULGO CUMPRIDA a sentença e v. acórdão em relação as verbas de sucumbência da 1ª fase desta ação, nos termos do artigo 794, inciso I do CPC, e em consequência, deduzidas às custas processuais de fls. 380, DEFIRO a expedição de Alvará Judicial, para levantamento da referida importância em favor do Exequente. Oportunamente, volte conclusos para sentença da 2ª fase desta ação...". -Advs. JAIR ANTONIO WIEBELLING (OAB: 24.151 B), JULIO CESAR DALMOLIN (OAB: 25.162), MARCIA LORENI GUND (OAB: 29.734), LAURO FERNANDO ZANETTI (OAB: 5438), SHEALTIEL L. PEREIRA FILHO (OAB: 13507) e LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI (OAB: 037775/PR)-.

18. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA-48/2008-SERGIO CANAN x ALFEU LUI-Ao autor ante a diligência negativa da Oficial de Justiça, de fls. 66 verso (que deixou de citar o Executado, em razão de não encontrá-lo). -Adv. RICARDO CANAN (OAB: 33819/PR)-.

19. AÇÃO DE DEPÓSITO-343/2008-HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO x JOÃO CARLOS CARDOSO MINATTI-Aos interessados, ante a certidão de fls. 99 verso. - "... que a respeitável sentença de fls. 96/98 transitou em julgado...". -Advs. CRYSTIANE LINHARES (OAB: 21.425), RONALDO LIMA MACHADO (OAB: 17.644), LUCIANE MACHADO (OAB: 20393) e IONEIA ILDA VERONEZE (OAB: 026856/PR)-.

20. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA-587/2008-SELMA LENGERT x ELTON BRUCH e outro- A empresa TRANSPORTES LEVE BEM LTDA, deverá cumprir o item II da decisão de fks, 164, sob pena da proposta ficar sem efeitos. (juntar aos cópia dos seus atos constitutivos (contrato social e alterações), procuração em via original com poderes para transigir, com firma reconhecida, e esclarecer quanto de honorários advocatícios serão pagos à procuradora inicialmente constituída pela exequente, em cinco dias. -Advs. FLORISVALDO HAROLDO ANSELMI (OAB: 19.349/PR) e CLICIA ANDRESSA ANSELMI (OAB: 043879/PR)-.

21. BUSCA E APREENSÃO (FID)-106/2009-RANDON CONSORCIOS LTDA x SENO SCHNORRENBERGER-Ao autor ante certidão do Oficial de Justiça de fls. 86 verso: "...que deixei de apreender a plataforma de corte marca SLC John Deere/323, ano/mod. 1998, chassi CQ0323A028151, com demais acessórios de série, devido a não localização da mesma, e também no endereço indicado onde mora o Requerido, na residência encontra-se somente a empregada, que informou que o Requerido está trabalhando neste período de safra no Estado do Mato Grosso, e não sabe a data do seu retorno...". -Advs. FLAVIO LAURI BECHER GIL (OAB: 041063/RS) e CLAUDIO GUILHERME TESHEINER (OAB: 046375/RS)-.

22. AÇÃO MONITÓRIA-229/2009-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA x L. D. M. DE BRITO & CIA LTDA e outros-Aos interessados, ante a devolução e juntada da Carta Precatória de fls. 90 e seguintes . -Adv. EDUARDO KUMMEL (OAB: 030717/PR)-.

23. ARROLAMENTO SUMÁRIO-456/2009-CRISTINA DE JESUS BARBOSA CALOTA x SEBASTIAO MEDEIROS- Ao Requerente para preparar as custas processuais remanescentes, no valor de R$ 827,20 devidas ao Cartório da 1ª Vara Cível. -Adv. JUSCELINO PIRES DA FONSECA (OAB: 044673/PR)-.

24. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-784/2009-BANCO SANTANDER BRASIL S/A x COMETA VEICULOS E PEÇAS LTDA e outro-Em observância à Portaria nº 21/2009, fica o autor intimado para dar prosseguimento ao feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção do processo. -Advs. LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN (OAB: 21.777) e ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI (OAB: 036223/PR)-.

25. AÇÃO DE DEPÓSITO-792/2009-BANCO DIBENS S/A x VALDENIR DE MORAIS-Ao Requerente para dar prosseguimento ao feito, ante o decurso do prazo do Edital sem manifestação do(s) interessado(s). -Adv. SERGIO SCHULZE (OAB: 031034/PR)-.

26. RESCISÃO DE CONTRATO-863/2009-CLAUDIO ANGELI x VALDIR DO NASCIMENTO- Reconsiderada em parte a decisão de fls. 117, para possibilitar a execução do valor da multa devidamente atualizada, excluída, portanto, a "astreinte", tudo nos termos da petição de fls. 108/116 e 119/121. Ao executado (Claudio Angeli), por intermédio de seu advogado, para pagar o débito principal, custas processuais e honorários advocaltícios que foram arbitrados, provisoriamente em 10% do valor da execução, no prazo de quinze dias, conforme dispõe o artigo 475-J do CPC, ou garantido o Juízo apresentar impugnação. TOTAL: R$ 2.953,62 sendo: R$ 2.336,27 referente ao débito principal; R$ 234,83 referentes aos honorários advocatícios; R$ 332,30 devidos ao Cartório da 1ª Vara Cível; R$ 19,82 devidos ao Cartório Distribuidor e anexos; R$ 9,25 devidos ao Oficial de Justiça Ronaldo - fone - 8809 8462 e, R$ 21,15 referentes ao FUNREJUS. -Advs. FLORISVALDO HAROLDO ANSELMI (OAB: 19.349/PR), WASCISLAU MIGUEL BONETTI (OAB: 11.367), ADIR LUIZ COLOMBO (OAB: 20.459) e TATIANA ORLANDI (OAB: 30.939/PR)-.

27. AÇÃO DE DEPÓSITO-969/2009-BANCO FINASA BMC S/A x ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS- Indeferido, por ora, o pedido de fls. 75/78, pois antes de promover a citação editalícia do Requerido, deve o autor promover exaustivas diligências a fim de encontrá-lo, o que não ocorreu na hipótese em exame, uma vez que o Autor sequer retirou os ofícios expedidos para postagem. Assim, deve o autor promover as diligências necessárias para a formalização da citação do réu, no prazo de cinco dias, devendo providenciar a postagem dos oficios expedidos, sob pena de extinção sem apreciação do mérito. -Advs. FLAVIO SANTANA VALGAS (OAB: 044331/PR), MILKEN JAQUELINE CENERINI JACOMINI (OAB: PR 31722) e CARLA HELIANA VIEIRA MENEGASSI TANTIN (OAB: 035785/PR)-.

28. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL-993/2009-MALVINA MARIA DA SILVA e outros x BANCO ITAU S/A- Não recebido o pedido de fls. 271/279 no que se refere ao suposto erro material nos cálculos em face de ter sido considerado depósito que não permaneceu depositado pelo período aquisitivo de 30 dias, imediatamente anteriores à data de aniversário da conta de poupança indicada às fls. 273 porque se trata de matéria preclusa que devia ter sido suscitada na impugnação pois o Executado tinha em seu poder os extratos necessários para sua defesa, conforme dispõe o artigo 396 do CPC. Da mesma forma improcede o pedido no que se refere a não atualização do valor da execução após o depósito do valor porque esse depósito foi efetuado como simples garantia e não como pagamento de sorte que o débito em execução continua sendo atualizado regularmente até a data do levantamento, deduzindo-se desse valor o depósito efetuado com todos os acréscimos devidos. A diferença eventualmente existente, decorrente da diferença entre a forma de atualizar o débito em execução e o depósito judicial é de responsabilidade do devedor. Por estas razões indeferido o pedido de fls. 271/279. -Advs. BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ (OAB: 20.457) e MARCIO ROGERIO DEPOLLI (OAB: 20.456)-.

29. BUSCA E APREENSÃO (FID)-1028/2009-CREDIFAR -CRED. FINAN. INVEST. (LOJAS COLOMBO S/A) x VASCONCELO DE CAMPOS- Deferido o pedido de fls. 82 para o fim de autorizar a atualização do débito exequente, contudo é providência que cabe à Exequente, exceto em face das custas processuais que serão oportunamente calculadas pela Contadora Judicial. Sobre a certidão de fls. 83verso, manifeste a Exequente, no prazo de cinco dias. -Adv. PAULO JOSE LOEBENS (OAB: 036835/PR)-.

30. RESOLUÇÃO DE CONTRATO-1037/2009-BANCO FINASA BMC S/A x SALVADOR SOARES PEREIRA- Indeferido as diligências junto ao endereço da Rua Almirante Tamandaré. Ao autor ante a diligência negativa da Oficial de Justiça, conforme fls. 83 verso. -Adv. RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA (OAB: 38.959-B)-.

31. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE-1052/2009-NEUSA MARIA FELIPSEN x GUIDO ZORZO e outro- Ao requerido para juntar aos autos os livros contábeis da empresa TRANSPORTADORA TRÊS MENINOS LTDA em cinco dias. -Adv. RONALDO CAMILO (OAB: 026216/PR)-.

32. BUSCA E APREENSÃO (FID)-1053/2009-VALDECIR JOSE CANELO x LIDERANÇA VEICULOS LTDA e outros-Em observância à Portaria 21/2009, fica o Requerente intimado para, no prazo de cinco dias, dar prosseguimento ao feito, ante o decurso do prazo de suspensão. -Advs. EGBERTO FANTIN (OAB: 35.225), DIEGO LUIZ PASQUALLI (OAB: 41.932/PR) e VERA LUCIA BARCARO (OAB: 054489/PR)-.

33. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0005615-13.2009.8.16.0170-B.B. x C.V.P.L. e outros- Ao exequente ante dos documentos de fls. 120 e seguintes (Declaração do Imposto de Renda). -Advs. LEANDRO DE QUADROS (OAB: 31.857), JULIANO RICARDO TOLENTINO (OAB: 33.142/PR), ANA PAULA FINGER MASCARELLO (OAB: 21649) e ANA CLAUDIA FINGER (OAB: 20299)-.

34. DECLARATÓRIA COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA-0000405-44.2010.8.16.0170-LI MARIANO CONFECCOES E COSMETICOS LTDA x BRASIL TELECOM S/A- Ao Requerente para dar prosseguimento ao feito, tendo em vista a petição da Requerida, fls. 166, informando que o pagamento do saldo residual seria efetuado até dia 23/09/2011. -Adv. CARLOS ALBERTO FURLAN (OAB: 35.433)-.

35. AÇÃO MONITÓRIA-0000677-38.2010.8.16.0170-RIVEL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA x DILVA TAVARES DA SILVA-Ao autor, para providenciar a postagem do ofício expedido à credora fiduciária. -Advs. FABIO YOSHIHARU ARAKI (OAB: 33.486) e JEFFERSON MASSAHARU ARAKI (OAB: 33824)-.

36. AÇÃO DE DEPÓSITO-0001467-22.2010.8.16.0170-FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIR. CRED. PCG BRASIL x JEANE ARISTICH- Indeferido o pedido de fls. 83, pois o AR referente a citação da Requerida não foi por ela recebido, de modo que não pode ser considerada citada para todos os fins de direito. Portanto, renovado a expedição do ofício de citação devendo a Requerente providenciar sua postagem. -Advs. RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA (OAB: 38.959-B) e SERGIO SCHULZE (OAB: 031034/PR)-.

37. EXECUÇÃO DE HIPOTECA-0001677-73.2010.8.16.0170-HELIO SANTANA x ADEMIR LUIZ BORTOLOTTO e outro-Em observância à Portaria nº 21/2009, fica o exequente intimado para dar prosseguimento ao feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção do processo. -Adv. GIOSER ANTONIO OLIVETT CAVET (OAB: 029594/PR)-.

38. AÇÃO DE COBRANÇA-0002527-30.2010.8.16.0170-ALZIRA DO NASCIMENTO e outros x SUL AMERICA - COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A- Nos termos da r. decisão de fls. 332/339, indeferido a preliminar de ilegitimidade passiva, assim como do alegado interesse da União e da Caixa Econômica Federal. A ré sustenta que não há prova de vínculo contratual dos autores com a ré, sendo necessário que apresentem os contratos de financiamentos que contenham cláusula determinantes da cobertura securitária do SFH para que se saiba qual foi a seguradora indicada. Esta preliminar não procede porque de acordo com os documentos juntados a ré está dentre as seguradoras líderes referidas na apólice de seguro juntada pelos autores, conforme se vê às fls. 115, competindo a estas promoverem a devida equalização dos riscos, administrativamente. Assim sendo responde pelos eventuais danos sofridos pelos autores, dentro dos limites da indenização contratada. Quanto a suposta carência de ação pela quitação dos contratos de financiamento, a alegação da ré é genérica e desprovida de qualquer elemento probatório de suas alegações e só por isso deve ser indeferida. Mas além disso, ao contrário de suas afirmações as certidões de matrícula de fls. 324/330 comprovam que os imóveis ainda se encontram registrados em nome da COHAPAR o que conduz à presunção de que os financiamentos ainda não foram quitados e por isso ainda estaria vigente a apólice de seguro. Entretanto essa questão pode e deve ser melhor esclarecida durante a instrução do processo e reavaliada a preliminar por ocasião da prolação da sentença. Com relação a inépcia da inicial, esta não merece relevância, sendo indeferida a preliminar. A ré também sustenta a impossibilidade jurídica do pedido ao argumento de que há situações, onde autores quitaram seus financiamentos com liquidação antecipada, impondo-se a aplicação do artigo 2º. §4º da Lei nº. 10.150/2000. Entretanto, não há prova alguma de quitação dos financiamentos, nem quanto isto teria ocorrido impondo-se o indeferimento desta preliminar, porém, caso esses fatos venham a ser comprovados, a questão será apreciada pelo juízo em nova decisão interlocutória ou na sentença. No mas, verifica-se que não existem outras irregularidades para serem supridas nem nulidades para serem apreciadas, razão porque, saneado o processo. Pontos controvertidos foram fixados conforme fls. 337 e deferido a produção de prova pericial e oral consistente no depoimento pessoal dos autores, sob pena de confissão, nos termos do artigo 343, §2º do CPC. Nomeado Perito o Engenheiro civil PAULO VITOR NIEDERAUER, estando facultado às partes a apresentação de quesitos e indicação de Assistentes Técnicos, no prazo de cinco dias. Com relação a análise processual, esta deve ser examinada tendo em consideração também as disposições do Código de Defesa do Consumidor, sendo ainda cabível a inversão do ônus da prova nos termos do inciso VIII do artigo 6º do CDC. -Advs. MARIO MARCONDES NASCIMENTO (OAB: 007701/SC), JEAN CARLOS MARTINS FRANCISCO (OAB: 040357/PR), DIRCEU EDSON WOMMER (OAB: 27.658/PR), MILTON OLIZAROSKI (OAB: 047362/PR), NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB: 061713/SP), AUGUSTO CASSIANO ABEGG (OAB: 047767/PR), RUBIA ANDRADE FAGUNDES (OAB: 047282/PR), ANTONIO BENTO JUNIOR (OAB: 000063-619/SP), CESAR AUGUSTO DE FRANÇA (OAB: 027691/PR) e ILZA REGINA DEFILLIPI DIAS (OAB: 027215/RJ)-.

39. AÇÃO DE DEPÓSITO-0002623-45.2010.8.16.0170-BANCO FINASA BMC S/A x ROZILDA ALVES BENTO- Indeferido o pedido de arquivamento provisório dos autos, pois se tratando de processo de conhecimento não pode ficar suspenso, cabendo ao Autor promover as diligências necessárias para a formalização da citação da ré. Para viabilizar o andamento do processo, à Requerente ante o endereço da requerida de fls. 51, obtido pela Receita Federal através do sistema Infojud (Avenida Belo Horizonte, nº. 1146 - Centro, São José das Palmeiras/PR - CEP 85898-000). -Adv. CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB: 19937)-.

40. AÇÃO DE DEPÓSITO-0002663-27.2010.8.16.0170-B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO x JOSE LAFAIETE DOS SANTOS-Aos interessados, ante a certidão de fls. 64 verso. - "... que a respeitável sentença de fls. 61/63 transitou em julgado...". -Advs. CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELEM (OAB: 044442/PR), PATRICIA TRENTO (OAB: 051000/PR) e JANE MARIA VOISKI PRONER (OAB: 046749/PR)-.

41. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0003047-87.2010.8.16.0170-2º OFICIO CIVEL e outros x TRANSPORTES BRUCH LTDA- Ao Exequente para dar prosseguimento ao feito, tendo em vista o decurso do prazo sem manifestação do Executado. -Advs. EDUARDO HOFFMANN (OAB: 42652/PR) e ADRIANE HAAS (OAB: 043342/PR)-.

42. BUSCA E APREENSÃO (FID)-0003388-16.2010.8.16.0170-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x APARECIDA FERRARI ROECKER-Aos interessados, ante a certidão de fls. 76 verso. - "... que a respeitável sentença de fls. 73/75 transitou em julgado...". -Advs. RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA (OAB: 38.959-B) e SERGIO SCHULZE (OAB: 031034/PR)-.

43. REVISÃO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0005225-09.2010.8.16.0170-SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA x BANCO BRADESCO S/A-Recebida a Apelação de fls. 165 e seguintes, nos efeitos devolutivo e suspensivo. Ao Apelado para, querendo, apresentar suas contrarrazões de recurso no prazo legal de 15 (quinze) dias, art. 508 do CPC. -Advs. JAIME OLIVEIRA PENTEADO (OAB: 20.835), GERSON VANZIN MOURA DA SILVA (OAB: 19.180), LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (OAB: 17427-PR), LUCIANO ANGHINONI (OAB: 033553/PR), FLAVIO PENTEADO GEROMINI (OAB: 035336/PR), JULIANA MARA DA SILVA (OAB: 045523/PR), JAQUELINE SCOTÁ STEIN (OAB: 041978/PR) e CLAUDIA E. C. VAN HEESEWIJK (OAB: 038185/PR)-.

44. AÇÃO DE DEPÓSITO-0005261-51.2010.8.16.0170-BANCO FINASA BMC S/A x GABITO ZUCONELLI-Em observância à Portaria nº 21/2009, fica o autor intimado para dar prosseguimento ao feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção do processo. -Adv. RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA (OAB: 38.959-B)-.

45. ALVARÁ JUDICIAL-0005492-78.2010.8.16.0170-ALETE SOARES x ESTE JUIZO-Aos interessados, ante os Alvarás expedidos. -Adv. ERMINIO RODRIGO GOMES LEDESMA (OAB: 000014-249/MS)-.

46. INDENIZAÇÃO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA-0006037-51.2010.8.16.0170-ANABELA SIZS x EMI IMPORTAÇAO E DISTRIBUIÇAO LTDA-Ante o contido na petição de fls. 148, nomeado como perito o Dr. German Jimenez, em substituição à perita anteriormente nomeada. Ao Requerente para anexar as cópias necessárias, bem como providenciar a postagem do ofício ao novo perito nomeado. -Advs. ROSELI LUZETTI MERELES COLMANN (OAB: 13.422/PR), FABIOLA BUNGENSTAB LAVINICKI (OAB: 017184/PR) e CLAUDIO MARCOS ROSCHEL (OAB: 055214/PR)-.

47. AÇÃO DE DEPÓSITO-0006255-79.2010.8.16.0170-AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x DEOMAR CRISTIANO OLIVEIRA-Aos interessados, ante a certidão de fls. 47 verso. - "... que a respeitável sentença de fls. 44/46 transitou em julgado...". -Adv. CESAR AUGUSTO TERRA (OAB: 17.556)-.

48. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL-0006568-40.2010.8.16.0170-EZEQUIEL FRANCISCO DE OLIVEIRA x BRASIL TELECOM S/A- OI-Ante a certidão de fls. 116 verso, facultado ao recorrente, o prazo de 05 (cinco) dias, para COMPLEMENTAR as custas recursais no valor de R$ 5,64, conforme artigo 511, §2º do Código de Processo Civil, sob pena de deserção do recurso - (A guia deve ser recolhida pelo site do Tribunal de Justiça, no link Custas Judiciais e Taxa Judiciária, devendo ser adicionado no ítem Tipo de Custas, a descrição da seguinte Receita: Recursos e Exceções - nos próprios autos). -Advs. JOSIANE BORGES PRADO (OAB: 35089/

PR), MICHELLY ALBERTI (OAB: 36.039/PR) e IVAN PAIM DA SILVEIRA (OAB: 046413/PR)-.

49. AÇÃO DE DESPEJO-0007609-42.2010.8.16.0170-LAUDIR JOAO ROTAVA x ROSA MERCEDES RODRIGUES-Aos interessados, ante a certidão de fls. 67 verso. - "... que a respeitável sentença de fls. 63/66 transitou em julgado...". -Adv. ALMIR ROGERIO DENIG BANDEIRA (OAB: 047406/PR)-.

50. REGRESSO-0007699-50.2010.8.16.0170-EDSON SANTOS DE SANTANA x SULINA SEGURADORA S/A- Autos que aguardam o preparo das custas processuais remanescentes, no prazo de 05 dias, sob pena de execução nos próprios autos. Valor das custas: R$ 1.004,31, sendo R$ 836,60 referentes ao cartório cível; R $ 43,45 referentes ao Cartório Distribuidor e Anexos; R$ 124,26 de Funrejus. O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS DEVEM SER REALIZADAS, OBRIGATÓRIAMENTE, POR MEIO DE QUITAÇÃO BANCÁRIA, RECOLHIDAS ATRAVÉS DE BOLETO BANCÁRIO, QUE PODERÁ SER GERADO MEDIANTE ACESSO AO SITE DO TJ/PR (portal.tjpr.jus.br), CLICANDO-SE SOBRE O ÍCONE "RECOLHIMENTO JUDICIAL". Cumprirá ao usuário, discriminar no boleto bancário, todas as parcelas que compõem a cobrança, ficando vedado o preenchimento em valor global. -Advs. JOÃO CARLOS SILVEIRA (OAB: 052052/SP), MARIA APARECIDA MARTIENA MACIEL (OAB: 098865/SP) e CHRISTIANE SANTALENA BRAMBILLA (OAB: 173110/SP)-.

51. USUCAPIÃO-0008442-60.2010.8.16.0170-ELIZABETE CONCEIÇAO DE OLIVEIRA e outro x ESTE JUIZO-Ao autor ante certidão NEGATIVA da Oficial de Justiça - fls. 66 verso. -Adv. SERGIO LUIZ DE OLIVEIRA (OAB: 5.991/PR)-.

52. AUTORIZAÇÃO JUDICIAL-0008483-27.2010.8.16.0170-VALDOMIRO RODRIGUES DOS SANTOS x ESTE JUIZO- Ao Autor para atender a cota ministerial de fls. 65/66, no prazo de dez dias, sob pena de extinção do processo. -Adv. VICENTE DANIEL CAMPAGNARO (OAB: 14.486)-.

53. REVISÃO DE CONTRATO-0009671-55.2010.8.16.0170-CESAR CIMINI CARDOSO x BANCO ABN AMRO REAL S/A- "... Não conheço dos embargos de declaração de fls. 92 (Aymoré Crd. Financ.) porque intempestivo pois o prazo de cinco dias a que se refere o artigo 536 do CPC começou a fluir no dia seguinte à audiência, ou seja, dia 23/08/2011 e esgotou-se em 29/08/2011 e o recurso foi aforado em 02/09/2011 conforme protocolo de fls. 92 do Protocolo Integrado da Comarca de Curitiba-PR. Não obstante mantenho a petição de fls. 92/100 como manifestação da ré nos termos do artigo 322 do CPC sobre a qual faculto ao autor manifestar-se em dez dias...". -Advs. ROGERIO AUGUSTO DA SILVA (OAB: 046823/PR), CARLOS FERNANDO PERUFO (OAB: 037604/PR), WOODY PAULO MARTINI (OAB: 046066/PR), JOAO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB: 16.948), CESAR AUGUSTO TERRA (OAB: 17.556) e GILBERTO STINGLIN LOTH (OAB: 034230/PR)-.

54. REVISÃO DE CONTRATO-0009766-85.2010.8.16.0170-JOSE AILTON DOS SANTOS x B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO- Tendo ambas as partes desistido da produção de outras provas, (fls. 140 e 143), encerrada a instrução processual. Oportunamente, os autos serão conclusos para sentença. Deferido o pedido formulado pela requerida, referente as intimações dos atos processuais. -Advs. ROGERIO AUGUSTO DA SILVA (OAB: 046823/PR), REGINALDO REGGIANI (OAB: 046613/PR), EGIDIO FERNANDO ARGUELLO JUNIOR (OAB: 030713/PR) e CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB: 19937)-.

55. BUSCA E APREENSÃO (FID)-0009817-96.2010.8.16.0170-BANCO FINASA BMC S/A x ADRIANO BIESEK-Aos interessados, ante a certidão de fls. 68 verso. - "... que a respeitável sentença de fls. 65/67 transitou em julgado...". -Adv. HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA (OAB: 157875/SP)-.

56. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA-0000560-13.2011.8.16.0170-GERDAU AÇOS LONGOS S.A. x P. M. KUHN INDUSTRIA DE TELAS-Em observância à Portaria 21/2009, fica o Exequente intimado para, no prazo de cinco dias, dar prosseguimento ao feito, ante o decurso do prazo de suspensão. -Adv. ANDERSON DE AZEVEDO (OAB: 025759/PR)-.

57. BUSCA E APREENSÃO (FID)-0001245-20.2011.8.16.0170-B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO x ROSALVO FREITAS DOS SANTOS-Em observância à Portaria nº 21/2009, fica o autor intimado para dar prosseguimento ao feito no prazo de cinco dias, sob as penas da lei. -Adv. JANE MARIA VOISKI PRONER (OAB: 046749/PR)-.

58. BUSCA E APREENSÃO (FID)-0001442-72.2011.8.16.0170-B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO x CRISTIANE APARECIDA JOAQUIM-Aos interessados, ante a certidão de fls.49 verso. - "... que a respeitável sentença de fls. 46/48 transitou em julgado...". -Adv. RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA (OAB: 38.959-B)-.

59. AÇÃO CIVIL PÚBLICA-0001785-68.2011.8.16.0170-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x MUNICIPIO DE TOLEDO e outro-"...Homologo por sentença a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos o pedido de DESISTÊNCIA formulado pelo Autor à fls.78 tendo em vista a perda superveniente do objeto desta ação em razão do falecimento da paciente substituída ELVIRA GRABNER, conforme certidão de óbito de fls. 79. Em consequência julgo extinto o presente processo sem resolução do mérito o que faço com fundamento no artigo 267, inciso VI do CPC e revogo a liminar concedida. Condeno os réus que deram causa a presente demanda, ao pagamento das custas processuais. Deixo de arbitrar honorários advocatícios em favor do autor em face do princípio da simetria de tratamento, já que este não pode ser condenado nessa verba, salvo comprovada má fé. Oportunamente, arquivem-se estes autos...". -Adv. ROMULO COLVARA (OAB: 044798/PR)-.

60. AÇÃO MONITÓRIA-0002317-42.2011.8.16.0170-JOAO KOVAL x AUTO POSTO 2N LTDA- Ao requerente para apresentar demonstrativo do seu crédito, acrescido com a multa de 10%, mantidos os honorários advocatícios já fixados, se desejar promover sua execução. -Advs. DAYRO GENNARI (OAB: 18.679) e RAYKA RAFAELE DAL PAI BIN GENNARI (OAB: 051024/PR)-.

61. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0002469-90.2011.8.16.0170-SK AUTOMOTIVE S/A - DISTRIBUIDORA DE AUTOPEÇAS x A. M. M. RETIFICADORA DE MOTORES LTDA-Em observância à Portaria 21/09, intimo o requerente, para providenciar o cumprimento da Carta Precatória expedida, bem como as cópias necessárias, devendo ser comprovada nos autos, sua distribuição no prazo de 15 (quinze) dias. -Adv. BEATRIZ HELENA DOS SANTOS (OAB: 87.192 SP)-.

62. BUSCA E APREENSÃO (FID)-0002659-53.2011.8.16.0170-B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO x SILVANO ANTONIO CESARIO-Aos interessados, ante a certidão de fls. 48 verso. - "... que a respeitável sentença de fls. 45/47 transitou em julgado...". -Adv. RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA (OAB: 38.959-B)-.

63. REVISÃO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0003184-35.2011.8.16.0170-MARLENE SESTREM VIEIRA x BANCO FINASA S/A-Em observância à Portaria nº 21/2009, intimo as partes para, em 05 (cinco) dias: 1)especificarem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão; 2) Manifestarem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do art. 331, § 3º do CPC. -Advs. SADI NUNES DA ROSA (OAB: 045948/PR), MARIANE MACAREVICH (OAB: 030264/) e ROSANGELA DA ROSA CORREA (OAB: 030820/RS)-.

64. BUSCA E APREENSÃO (FID)-0003441-60.2011.8.16.0170-B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO x ELOI ELDIR SCHEPP-Deferido o pedido de fls. 41, para o fim de suspender o andamento do feito pelo prazo de 90 (noventa) dias. -Adv. RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA (OAB: 38.959-B)-.

65. BUSCA E APREENSÃO (FID)-0003590-56.2011.8.16.0170-B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO x CLAUDIA DE AVILA CHAVES- Aos interessados para darem prosseguimento ao feito, tendo em vista o desapensamento dos autos nº. 4552/2011 de Impugnação ao Valor da Causa. -Advs. JANE MARIA VOISKI PRONER (OAB: 046749/PR), CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELEM (OAB: 044442/PR) e SADI NUNES DA ROSA (OAB: 045948/PR)-.

66. REVISÃO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0004031-37.2011.8.16.0170-ELIAS DA SILVA DOMINGUES x BANCO PECUNIA S/A- Ao requerente ante o decurso do prazo sem manifestação e/ou contestação da parte requerida. -Advs. HARYSSON ROBERTO TRES (OAB: 044081/PR), AFONSO BUENO DE SANTANA (OAB: 031780/PR) e LEODIR CEOLON JUNIOR (OAB: 039364/PR)-.

67. BUSCA E APREENSÃO (FID)-0004408-08.2011.8.16.0170-B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO x VANCLEI PIOVESAN-Em observância à Portaria 21/2009, fica o Requerente intimado para, no prazo de cinco dias, dar prosseguimento ao feito, ante o decurso do prazo de suspensão. -Adv. JANE MARIA VOISKI PRONER (OAB: 046749/PR)-.

68. BUSCA E APREENSÃO (FID)-0004636-80.2011.8.16.0170-B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO x JOAO BATISTA FERREZ CORREIA-Deferido o pedido de fls. 44, para o fim de suspender o andamento do feito pelo prazo de 90 (noventa) dias. -Advs. SERGIO SCHULZE (OAB: 031034/PR) e ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES (OAB: 031073/SC)-.

69. OBRIGAÇÃO DE FAZER-0005032-57.2011.8.16.0170-SINDICATO DOS SERVIDORES PUB. MUN DE TOLEDO x MUNICIPIO DE TOLEDO-Em observância à Portaria nº 21/2009, intimo as partes para, em 05 (cinco) dias: 1)especificarem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, sob pena de preclusão; 2) Manifestarem-se acerca da possibilidade de conciliarem-se em audiência, na forma do art. 331, § 3º do CPC. -Advs. CLEVERSON IVAN MERLO (OAB: 35.681), SOLANGE DA SILVA (OAB: 17.409), JOVANA CARLA DOMINGUES POSSANI (OAB: 051926/PR) e MARCELO PILATTI BLASKOSKI (OAB: 32503)-.

70. REVISÃO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0005551-32.2011.8.16.0170-VALDECIR DE SOUZA x B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO- Ao Autor para atender o item 2 do despacho de fls. 51: informar o nome da sua esposa e juntar os respectivos documentos (CPF e RG), em cinco dias. -Advs. HARYSSON ROBERTO TRES (OAB: 044081/PR), AFONSO BUENO DE SANTANA (OAB: 031780/PR) e LEODIR CEOLON JUNIOR (OAB: 039364/PR)-.

71. REVISÃO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0005800-80.2011.8.16.0170-DAVID PINTO CAMPOS x B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO-Mantida a decisão agravada. -Advs. HARYSSON ROBERTO TRES (OAB: 044081/PR), AFONSO BUENO DE SANTANA (OAB: 031780/PR) e LEODIR CEOLON JUNIOR (OAB: 039364/PR)-.

72. BUSCA E APREENSÃO (FID)-0005922-93.2011.8.16.0170-B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO x LORENI FERREIRA BONFANTI-Em observância à Portaria nº 21/2009, fica o autor intimado para dar prosseguimento ao feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção do processo. -Adv. RENATA PEREIRA COSTA DE OLIVEIRA (OAB: 38.959-B)-.

73. REPARAÇÃO DE DANOS (ORD)-0005972-22.2011.8.16.0170-SILVIA IVONE CAETANO x CEZER AUGUSTO MANICA & CIA LTDA e outro- Ante a contestação de fls. 28/57 (Manica Eletro- Cezer A. Manica), manifeste-se a autora no prazo de dez dias, esclarecendo acerca da possibilidade de conciliação e, sendo esta viável, apresentar proposta, bem como especificar as provas que efetivamente pretende produzir, indicando sua pertinência e finalidade, sob pena de preclusão. No mesmo prazo, manifeste-se também sobre a certidão de fls. 57 verso: "... que até a presente data não houve manifestação da Semp Toshiba Amazonas S/A...". -Advs. VLAMIR EMERSON FERREIRA (OAB: 9672), LEDA REGINA GAMBETTA (OAB: 22862), ANGELO RIVELINO GAMBETA (OAB: 056755/PR) e DAYANE ZANETTE (OAB: 047916/PR)-.

74. REVISÃO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO-0006543-90.2011.8.16.0170-IVO STROPARO x B. V. LEASING

ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A-Em observância à Portaria nº 21/2009, intimo o(a) Requerente para manifestar-se sobre a contestação e documentos no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. JAIR DA SILVA (OAB: 049498/PR)-.

75. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO (ORD)-0006660-81.2011.8.16.0170-MARILEY NARINHA DHEIN x BANCO FINASA BMC S/A-Em observância à Portaria nº 21/2009, fica o autor intimado para dar prosseguimento ao feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção do processo. -Advs. HARYSSON ROBERTO TRES (OAB: 044081/PR), AFONSO BUENO DE SANTANA (OAB: 031780/PR) e LEODIR CEOLON JUNIOR (OAB: 039364/PR)-.

76. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0007090-33.2011.8.16.0170-BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x VIA COSTA CONSTRUÇOES LTDA-Deferido o pedido de fls. 45, para o fim de suspender o andamento do feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias. -Advs. CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELEM (OAB: 044442/PR), JANE MARIA VOISKI PRONER (OAB: 046749/PR) e JANE MARIA VOISKI PRONER (OAB: 046749/PR)-.

77. REPARAÇÃO DE DANOS (ORD)-0007099-92.2011.8.16.0170-CLAUDINEI LUCAS BARBOSA x GELSON DE MORAIS e outro-Facultado a emenda da petição inicial, em dez dias, para o autor comprovar efetivamente que não tem condições financeiras suficientes ao pagamento das custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, juntando cópia das últimas três declarações de imposto de renda, certidões dos registros de imóveis da Comarca de Toledo/PR e do Detran, próprias e de seu cônjuge, seja para promover o recolhimento das custas. Desde já fica o requerente advertido que a falsa declaração de pobreza para os fins de se obter o benefício da assistência judiciária gratuita configura a prática do crime de falsidade ideológica, nos termos do art. 299 do Código Penal, cuja pena é de reclusão de um a cinco anos, além da condenação ao décuplo das custas processuais, nos termos do art. 4º, §1º da Lei nº. 1.060/50. O silêncio da parte autora importará no indeferimento do benefício e extração de peças ao Ministério Público para melhor apuração dos fatos e demais providências. -Advs. FABIO BOLONHEZI MORAES (OAB: 042242/PR), REGINALDO LUIZ SAMPAIO SCHISLER (OAB: 029294/PR) e GISELE REGINA DA SILVA (OAB: 030724/PR)-.

78. COBRANÇA DE SEGURO (SUM)-0007243-66.2011.8.16.0170-ADEMIR RODRIGUES DOS SANTOS x SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A- Facultado a emenda da petição inicial, em dez dias, para o autor comprovar efetivamente que não ostenta condições financeiras suficientes ao pagamento das custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, juntando cópia das últimas três declarações de imposto de renda, certidões dos registros de imóveis da Comarca de Toledo/PR e do Detran, próprias e de seu cônjuge, seja para promover o recolhimento das custas. Desde já fica o requerente advertido que a falsa declaração de pobreza para os fins de se obter o benefício da assistência judiciária gratuita configura a prática do crime de falsidade ideológica, nos termos do art. 299 do Código Penal, cuja pena é de reclusão de um a cinco anos, além da condenação ao décuplo das custas processuais, nos termos do art. 4º, §1º da Lei nº. 1.060/50. O silêncio da parte autora importará no indeferimento do benefício e extração de peças ao Ministério Público para melhor apuração dos fatos e demais providências. -Adv. JOMAH HUSSEIN ALI MOHD RABAH (OAB: 19.947 - PR)-.

79. REVISAO DE CONTRATO C/ TUTELA ANTECIPADA-0007327-67.2011.8.16.0170-LUIZ FERNANDO TREVISAN x B. V. FINANCEIRA S/A CRED. FINANC. E INVESTIMENTO- Deferido o pedido de fls. 52 e, em consequência, determinado o cancelamento da distribuição que deverá ser oportunamente compensada, devolvendo-se a inicial e documentos a parte interessada. -Advs. DARIO GENNARI (OAB: 10.130/PR), DAYRO GENNARI (OAB: 18.679) e RAYKA RAFAELE DAL PAI BIN GENNARI (OAB: 051024/PR)-.

80. BUSCA E APREENSÃO (FID)-0007602-16.2011.8.16.0170-BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A x MARILIA DA SILVA-Para cumprimento do Mandado de Busca, Apreensão e Citação, ao Requerente para recolher as custas da Oficial de Justiça Eliane Galdino de Brito, fone 045 9931-8498, no valor de R$ 221,50 (duzentos e vinte e um reais e cinquenta centavos). O valor correspondente à diligência da Oficial de Justiça deverá ser recolhido através de guia específica, que de igual forma encontra-se disponível no site do TJ/PR (ícone "Oficial de Justiça") e os dados necessários ao preenchimento desta GRC deverão ser solicitados diretamente à Oficial de Justiça do processo. -Adv. CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELEM (OAB: 044442/PR)-.

81. ALVARÁ JUDICIAL-0007986-76.2011.8.16.0170-JOAO BATISTA PIRES x ESTE JUIZO- Ao Autor para atender a cota ministerial de fls. 13, no prazo de cinco dias. -Adv. CLOVIS FELIPE FERNANDES (OAB: 22.768)-.

82. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL-0008062-03.2011.8.16.0170-BANCO BRADESCO S/A x SUIMEAT - COMERCIO ATACADISTA DE CARNES LTDA e outro-Ao autor ante certidão do Oficial de Justiça as fls. 21: que deixou de proceder a citação dos executados em razão de não encontrá-los. No endereço reside a Sra. Vilma Padilha, mãe do requerido, que declarou que o executado está viajando para o Estado de Minas Gerais, sem data prevista para retorno, declarou ainda que a empresa não mais exerce atividade nesta cidade. Com relação ao Detran, existem vários veículos registrados em nome do executado, porém não foram localizados para a efetivação do Arresto. -Advs. JULIANO RICARDO TOLENTINO (OAB: 33.142/PR) e LEANDRO DE QUADROS (OAB: 31.857)-.

83. USUCAPIÃO-0008410-21.2011.8.16.0170-CLAUDIA ELIANE DE BRITO GIBBERT e outro x ESTE JUIZO- Para cumprimento do mandado de citação, ao requerente para anexar as fotocópias necessárias: 04 (quatro) da petição inicial e 04 (quatro) do mapa de fls. 22. -Advs. JOSE DOMINGOS DE QUEIROZ (OAB: 011211/PR) e SERGIO ADRIANO MARTINS MARTIN (OAB: 045967/PR)-.

84. EMBARGOS À EXECUÇÃO-0008577-38.2011.8.16.0170-ADILSON DILMAR KULPA e outro x BANCO SANTANDER BRASIL S/A-Autos que aguardam o preparo das custas processuais iniciais, no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme disposto no art. 257 do CPC e nos itens 5.2.3 e 5.2.3.2 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. O recolhimento das custas e despesas processuais será realizado, obrigatoriamente, por meio de quitação bancária, nos termos do Decreto Judiciário nº 744/2009. As custas cíveis importam num total de R$ 836,60, sendo R$ 18,80 de autuação e R$ 817,80 de depósito inicial e deverão ser recolhidas através de boleto bancário, que poderá ser gerado mediante acesso ao site do TJ/PR (portal.tjpr.jus.br), clicando-se sobre o ícone "Recolhimento Judicial". Ainda, conforme disposto no Decreto Judiciário nº 744/2009, não serão aceitos boletos bancários preenchidos manualmente, rasurados, adulterados ou ilegíveis. Cumprirá ao usuário, discriminar no boleto bancário, todas as parcelas que compõem a cobrança, ficando vedado o preenchimento em valor global. -Adv. ROGERIO AUGUSTO DA SILVA (OAB: 046823/PR)-.

85. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA-0008578-23.2011.8.16.0170-ADILSON DILMAR KULPA e outro x BANCO SANTANDER S/A-Autos que aguardam o preparo das custas processuais iniciais, no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme disposto no art. 257 do CPC e nos itens 5.2.3 e 5.2.3.2 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. O recolhimento das custas e despesas processuais será realizado, obrigatoriamente, por meio de quitação bancária, nos termos do Decreto Judiciário nº 744/2009. As custas cíveis importam num total de R$ 260,30, sendo R$ 18,80 de autuação, R$ 30,00 para despesas postais e R$ 211,50 de depósito inicial e deverão ser recolhidas através de boleto bancário, que poderá ser gerado mediante acesso ao site do TJ/PR (portal.tjpr.jus.br), clicando-se sobre o ícone "Recolhimento Judicial". O valor correspondente à diligência do Oficial de Justiça deverá ser recolhido através de guia específica, que de igual forma encontra-se disponível no site do TJ/PR (ícone "Oficial de Justiça"). Ainda, conforme disposto no Decreto Judiciário nº 744/2009, não serão aceitos boletos bancários preenchidos manualmente, rasurados, adulterados ou ilegíveis. Cumprirá ao usuário, discriminar no boleto bancário, todas as parcelas que compõem a cobrança, ficando vedado o preenchimento em valor global. -Adv. ROGERIO AUGUSTO DA SILVA (OAB: 046823/PR)-.

86. REINTEGRAÇÃO DE POSSE-0008596-44.2011.8.16.0170-BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL x D. KABROSKI AUTOMOTIVA-Autos que aguardam o preparo das custas processuais iniciais, no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme disposto no art. 257 do CPC e nos itens 5.2.3 e 5.2.3.2 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. O recolhimento das custas e despesas processuais será realizado, obrigatoriamente, por meio de quitação bancária, nos termos do Decreto Judiciário nº 744/2009. As custas cíveis importam num total de R$ 827,20, sendo R$ 9,40 de autuação e R$ 817,80 de depósito inicial e deverão ser recolhidas através de boleto bancário, que poderá ser gerado mediante acesso ao site do TJ/PR (portal.tjpr.jus.br), clicando-se sobre o ícone "Recolhimento Judicial". O valor correspondente à diligência do Oficial de Justiça deverá ser recolhido através de guia específica, que de igual forma encontra-se disponível no site do TJ/PR (ícone "Oficial de Justiça"). Os dados necessários ao preenchimento desta GRC deverão ser solicitados diretamente ao Oficial de Justiça do processo (Oficial Paulino - fone 45 9986-1873). Ainda, conforme disposto no Decreto Judiciário nº 744/2009, não serão aceitos boletos bancários preenchidos manualmente, rasurados, adulterados ou ilegíveis. Cumprirá ao usuário, discriminar no boleto bancário, todas as parcelas que compõem a cobrança, ficando vedado o preenchimento em valor global. -Adv. CARLA ROBERTA DOS SANTOS BELEM (OAB: 044442/PR)-.

87. REPARAÇÃO DE DANOS (SUM)-0008650-10.2011.8.16.0170-MUNICIPIO DE TOLEDO x DEJALMA ROSA COMELI e outro-Autos que aguardam o preparo das custas processuais iniciais, no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme disposto no art. 257 do CPC e nos itens 5.2.3 e 5.2.3.2 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. O recolhimento das custas e despesas processuais será realizado, obrigatoriamente, por meio de quitação bancária, nos termos do Decreto Judiciário nº 744/2009. As custas cíveis importam num total de R$ 258,50, sendo R$ 9,40 de autuação e R$ 249,10 de depósito inicial e deverão ser recolhidas através de boleto bancário, que poderá ser gerado mediante acesso ao site do TJ/PR (portal.tjpr.jus.br), clicando-se sobre o ícone "Recolhimento Judicial". O valor correspondente à diligência do Oficial de Justiça deverá ser recolhido através de guia específica, que de igual forma encontra-se disponível no site do TJ/PR (ícone "Oficial de Justiça"). Os dados necessários ao preenchimento desta GRC deverão ser solicitados diretamente ao Oficial de Justiça do processo (Oficial Osemir Ap. Queiroz - fone 45 9974-0669). Ainda, conforme disposto no Decreto Judiciário nº 744/2009, não serão aceitos boletos bancários preenchidos manualmente, rasurados, adulterados ou ilegíveis. Cumprirá ao usuário, discriminar no boleto bancário, todas as parcelas que compõem a cobrança, ficando vedado o preenchimento em valor global. -Adv. JOAO CARLOS POLETTO (OAB: 36.326-B PR)-.

88. INDENIZAÇAO POR DANO MORAL E MATERIAL-0008683-97.2011.8.16.0170-DERCIO JOSE HECK x HERMINIO DE CONTO-Nos termos da decisão de fls. 44, indeferido o pedido de justiça gratuita e determinado ao autor que prepare as custas processuais em dez dias, sob pena de cancelamento da distribuição. (As custas do cartório cível, importam em R$ 827,20, sendo R$ 817,80 de custas iniciais, R$ 9,40 de autuação. As custas do Cartório Distribuidor importam em R$ 40,32, e R$ 110,00 de Funrejus). -Adv. PAULO JOSE LOEBENS (OAB: 036835/PR)-.

89. EXECUÇÃO FISCAL - FAZENDA-324/1993-FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE TOLEDO x CLAUDIO ANGELI- "... Tendo em vista o pagamento do débito, conforme noticia a Exequente às fls. 26, com fundamento no artigo 26 da Lei nº. 6.830/80 e artigo 794 inciso I do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente Ação de Execução. Levante-se eventual penhora, mediante termo nos autos. Oportunamente, arquivem-se estes autos...". -Adv. LUIS CARLOS FRANZOI (OAB: 29.729)-.

90. EXECUÇÃO FISCAL - FAZENDA-283/2003-FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA x MADEIRAS CACORE LTDA e outro - Designadas as datas de

16/11/2011 e 30/11/2011, às 13h00, para a venda pública dos bens penhorados. - Advs. DAYRO GENNARI (OAB: 18.679), DARIO GENNARI (OAB: 10.130/PR) e DARYENE MARIA GENNARI PROCHNAU (OAB: 16.921)-.
91. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL-0002211-17.2010.8.16.0170-COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA - COHAPAR x FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE TOLEDO-Ante a certidão de fls. 80 verso, facultado ao recorrente, o prazo de 05 (cinco) dias, para COMPLEMENTAR as custas recursais no valor de R$ 5,64, conforme artigo 511, §2º do Código de Processo Civil, sob pena de deserção do recurso - (A guia deve ser recolhida pelo site do Tribunal de Justiça, no link Custas Judiciais e Taxa Judiciária, devendo ser adicionado no ítem Tipo de Custas, a descrição da seguinte Receita: Recursos e Exceções - nos próprios autos). Não recebida a petição de fls. 83/85, porque o processo já foi julgado. Indeferido o pedido de suspensão do processo, formulado pela Exequente às fls. 87, uma vez que os embargos já foram sentenciados e encontram-se aguardando o recebimento do recurso da Embargante, que possui o direito de ter a matéria reexaminada pelo Egrégio Tribunal de Justiça, de modo que não devem permanecer suspensos. -Adv. CIBELE FERNANDES DIAS (OAB: 25443)-.
92. EXECUÇÃO FISCAL - FAZENDA-0004880-43.2010.8.16.0170-MUNICIPIO DE TOLEDO x IRACEMA WEBER e outros - Ao Executado, para, querendo, manifestar interesse em remir a execução, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme autoriza o artigo 651 do CPC. - Adv. MARCELO DALANHOL (OAB: 31510).
93. CARTA PRECATÓRIA-0006527-39.2011.8.16.0170-Oriundo da Comarca de CASCAVEL - PR / 1ª VARA CIVEL-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN x JOAO NIVALDO FERREIRA DE SOUZA- Diante da não localização do Executado conforme certidão de fls. 11 verso, determinado a restituição da Carta Precatória, pois compete ao Juízo de origem examinar e deferir ou não as diligência (para expedição de ofício), conforme solicitado às fls. 14. -Advs. MONICA PIMENTEL DE SOUZA LOBO (OAB: 35.455/PR) e MARISTELA FREDERICO (OAB: 000032-041/PR)-.
94. CARTA PRECATÓRIA-0007828-21.2011.8.16.0170-Oriundo da Comarca de GUARANIAÇU - PR / VARA CIVEL-MARIANE ROHENKHOL x ROSINHA OLIVIA VIEIRA- À autora ante a diligência negativa do Oficial de Justiça. -Adv. EDNO PEZZARINI JUNIOR (OAB: 32.980)-.

Toledo, 28 de setembro de 2011.
OSMAR DOS SANTOS
ESCRIVAO

# UBIRATÃ

## JUÍZO ÚNICO

**COMARCA DE UBIRATÃ- PARANÁ**
**RELAÇÃO Nº 33/2011**
**RAFAEL LUÍS BRASILEIRO NAKAYAMA - Juiz de Direito**

**RELAÇÃO 33/2011**

ADJAIME MARCELO ALVES DE CARVALHO-05-06-13
ANA PAULA SWIECH-08
ANDERSON FABRICIO DE AQUINO-10
ANDRÉ VINICIUS BECK LIMA-14
CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES-15
DANI LEONARDO GIACOMINI-07
DEBORA PRISCILA CAVALCANTI-15
DENILSON GONZAGA BARRETO-02-12
DUARTE XAVIER DE MORAIS-09
ELISANDRA DE CAMPOS SHURMANN-16-17-18
FABRICIO GRESSANA-11
MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH-01
MARCIO ADRIANO MARTINS ZEM-04
SANDRA MARTA PIRES DE OLIVEIRA-12
SANDRA REGINA RODRIGUES-13
SILVIA CRISTINA PERES ROSA SERAPHIM-03
TADEU CANOLA-02

1. Autos 448/2010 - REVISIONAL DE CONTRATO - CRISTIANO DA SILVA BEGALLE move contra BANCO DO BRASIL S/A - O requerente para que deposite a diferença referente ao pagamento de custas e despesas no valor de R$40,34, no prazo de 05 dias. Adv. Marcelo Cavalheiro Schaurich.
2. Autos 146/2007 - EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA - OSWALDO LUIZ RIBEIRO move contra ADELMO DE OLIVEIRA e outro - Tendo em vista o contido na certidão de fls. 93, a parte exeqüente para que requeira o que entender de direito. Adv. Denílson Gonzaga Barreto e Tadeu Canola.
3. Autos 147/2010 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - ADILSON JAKOBOWSKI move contra GUMERCINCO AIRES DE MELO - Defiro a suspensão do processo pelo prazo improrrogável de 60 dias, em atenção aos princípios da celeridade e simplicidade que regem o Juizado Especial Cível. Decorrido o prazo da suspensão, voltem conclusos para extinção. Adv. Silvia Cristina Peres Rosa Seraphim.
4. Autos 494/2009 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PAULO FERREIRA move contra POSTO DE MOLAS E TORNEARIA UNIVERSO - O executado para que no prazo de 15 dias, faça o pagamento da importância de R$1.983,64, sob pena de incidência de multa de 10% sobre i valor do débito. Adv. Marcio Adriano Martins Zem.
5. Autos 354/2009 - EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAÇ - JOSE ELEUTÉRIO NETTO move contra LUIZ SOMAVILLE - Manifeste-se a parte autora em 05 dias, sob pena de extinção. Adv. Adjaime Marcelo Alves de Carvalho.
6. Autos 436/2006 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - FERNANDO DE CAMPOS BRACIFORTE move contra WANDERLEY RICOBONI -Manifeste-se a parte autora em cinco dias sob pena de extinção, Adv. Adjaime Marcelo Alves de carvalho.
7. Autos 432/2009 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - GREICY KELY DA SILVA POSSOBOM move contra TIM SUL S/A - Conforme documentação em anexo, o valor remanescente que não foi objeto de transferência para conta judicial já foi desbloqueado por meio de sistema Bacenjud, não havendo que se falar em expedição de alvará. Adv. Dani Leonardo Giacomini.
8. Autos 262/2006 -EXECUÇÃO DE SENTENÇA - AUTO MECANICA MERCEDISESEL LTDA move contra JAIME ALBERTO MENEGHETTI - A parte autora foi intimada a providenciar andamento do feito e deixou o prazo transcorrer. Julgo extinto o feito sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, III do CPC. Adv. Ana Paula Swiech.
9. Autos 205/2009 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - FUNDAÇÃO CULTURAL XINGU move contra DJENYFER DOS SANTOS RAMOS - Julgo extinto o feito sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, III do CPC. Adv. Duarte Xavier de Morais.
10. Autos 313/2005 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL -VALDEMAR MOLINA BORTOLUCCI move contra MARCOS ANTONIO VIEIRA LEITE - Julgo extinta a presente execução, com fundamento no art. 267, inciso III do CPC. Adv. Anderson Fabrício de Aquino.
11. Autos 087/2009 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - VALDIR LERMEN move contra JOUDEMAR CAMARGO - Na data de hoje procedi o bloqueio do veículo Fiat Siena ELX, de propriedade da parte executada. A parte exeqüente para manifestar-se e requerer o que entender de direito. Adv. Fabrício Gressana.
12. Autos 253/2009 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - NINA TATARA BRUNETTI move contra JOSE PIRES DE CARVALHO e outro - Julgo o processo extinto, com resolução do mérito, com fundamento no art. 269, III do CPC. Adv. Sandra Marta Pires de Oliveira e Denílson Gonzaga Barreto.
13. Autos 270/2010 - REPARAÇÃO DE DANOS - EDGAR ROBERTO DA SILVA move contra BRASIL TELECOM S/A - Diante do exposto, recebo os embargos e os julgo improcedentes, por não haver contradição ou omissão da decisão recorrida. Adv. Adjaime Marcelo Alves de Carvalho e Sandra Regina Rodrigues.
14. Autos 001/2007 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - CAETANO CARLOS OTAVIANO move contra FABIO VICENTE RIBEIRO - Julgo extinta a presente reclamação, com fundamento no artigo 267, inciso III do CPC. Adv. André Vinicius Beck Lima.
15. Autos 005/2010 - REVISIONAL DE CONTRATO - EMERSON SATURNINO DE ALMEIDA move contra BANCO FINASA BMC S/A - A Secretaria do Juizado Especial certificou a intimação da advogada do recorrente em 29.08.11. De acordo com o artigo 42 da Lei 9.099/95 o prazo para interposição de recurso e de 10 dias contados da ciência da sentença. No presente caso, o recurso inominado foi interposto em 09.09.11, ou seja há mais de dez dias da intimação do advogado. Desta forma não recebo o recurso interposto pelo recorrido em virtude de ser intempestivo. Adv. Débora Priscila Cavalcanti e Cristiane Bellinati Garcia Lopes.
16. Autos 305/2007 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - BC COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA move contra LUIZ SOUTO - Manifeste-se a parte autora, em cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Elisandra de Campos Shurmann.
17. Autos 316/2007 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - B C COMÉRCIO DE COMBUSTIVELS LTDA move contra EUGENIO AZEVEDO DA SILVA- Manifeste-se a parte autora, em cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Elisandra de Campos Shurmann.
18. Autos 317/2007 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - BC COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA move contra EDES DAS NEVES - Manifeste-se a parte autora, em cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Elisandra de Campos Shurmann.

27 DE SETEMBRO DE 2011

# UNIÃO DA VITÓRIA

## VARA CÍVEL

COMARCA DE UNIAO DA VITORIA ESTADO DO PARANA

JUIZA DE DIREITO DRA. LEONOR B. C. SEVERO

ESCRIVAO - ADAO ALVARINO SOARES

VARA CIVEL - RELACAO Nº117/2011

CONSULTA INTERNET - www.assejepar.com.br

RELACAO Nº117/2011

Índice de Publicação

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ANA AMELIA CALDAS SAAD DE OLIVEIRA | 00005 | 001198/2002 |
| ANA CAROLINA DE MELO MANO | 00037 | 000797/2009 |
| | 00058 | 001880/2011 |
| ANA MARIA ONEVETCH | 00011 | 000897/2005 |
| ANDRE LUAN DOMINGUES | 00016 | 000489/2006 |
| | 00023 | 000220/2008 |
| ANDREA RICETTI BUENO FUSCULIM | 00095 | 006933/2011 |
| ANGELA ANDREA HORBATIUK | 00097 | 000611/2005 |
| | 00098 | 001496/2009 |
| | 00099 | 001499/2009 |
| ARACELI CRISTINA GIACOMINI QUADRO | 00040 | 001438/2009 |
| AROLDO P. GUEDES JUNIOR | 00047 | 006959/2010 |
| | 00059 | 002180/2011 |
| CARLA HELIANA V. MENEGASSI TANTIN | 00054 | 000360/2011 |
| CARLOS ALBERTO SENKIV | 00046 | 005199/2010 |
| CAROLINA PINTO FIGUEIREDO FRONCZAK | 00045 | 004487/2010 |
| CECILIA LAURA GALERA | 00048 | 008614/2010 |
| CECY THEREZA CERCAL KREUTZER DE GOES | 00101 | 005957/2011 |
| CELIA CLAUDIA LOURES | 00038 | 001108/2009 |
| CLAUDERIO VALMOR FERREIRA | 00017 | 000955/2006 |
| | 00018 | 000957/2006 |
| CRISTIANE GUGELMIN MATTIOLI KOCKANNY | 00078 | 005861/2011 |
| | 00079 | 005862/2011 |
| | 00080 | 005864/2011 |
| | 00081 | 005865/2011 |
| DANIEL HENRIQUE ANTUNES DOS SANTOS | 00007 | 000680/2003 |
| DANIELE KARINE COSTA | 00035 | 000463/2009 |
| DANTE PARISI | 00039 | 001271/2009 |
| EDEGARD A. C. LESSNAU | 00105 | 006798/2010 |
| EDSON ROBERTO MARAFFON | 00083 | 005932/2011 |
| EDUARDO DESIDERIO | 00086 | 006269/2011 |
| EDUARDO JOSE FUMIS FARIA | 00049 | 009104/2010 |
| | 00085 | 006214/2011 |
| ELAINE CAROLINE MASNIK | 00089 | 006554/2011 |
| ELEANDRO ROBERTO BRUSTOLIN | 00052 | 000234/2011 |
| ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO | 00010 | 001971/2004 |
| ELTON LUIZ BRASIL RUTKOWSKI | 00102 | 006087/2011 |
| ENIO RIBAS JUNIOR | 00029 | 001369/2008 |
| ERNESTO HAMANN | 00100 | 005632/2011 |
| EROCLITO HAMILTON TESSEROLI | 00020 | 000444/2007 |
| FABIANA CRISTINA BRAUN | 00013 | 001583/2005 |
| FABIO AMARAL NOGUEIRA | 00013 | 001583/2005 |
| FABIO ROBERTO LORENA | 00047 | 006959/2010 |
| | 00059 | 002180/2011 |
| FABRICIO NELSON DE FARIA MAXIMO | 00057 | 001658/2011 |
| FABRICIO SCHEWINSKI | 00002 | 000089/2002 |
| FAUZI BAKRI | 00013 | 001583/2005 |
| FRANCIELE DA ROZA COLLA | 00076 | 005769/2011 |
| | 00077 | 005773/2011 |
| FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR | 00010 | 001971/2004 |
| FREDERICO SLOMP NETO | 00069 | 003822/2011 |
| FREDERICO VALDOMIRO SLOMP | 00014 | 001702/2005 |
| | 00024 | 000481/2008 |
| | 00069 | 003822/2011 |
| GERSON JOAO ZANCANARO | 00090 | 006606/2011 |
| GRASIELE BARCELOS AMARAL | 00013 | 001583/2005 |
| HERMES ALENCAR DALDIN RATHIER | 00104 | 005288/2010 |
| IRAPUAN CAESAR DA COSTA | 00056 | 000948/2011 |
| IRAPUAN CAESAR DA COSTA JUNIOR | 00033 | 000321/2009 |
| IVALDO MARQUES FREITAS JUNIOR | 00057 | 001658/2011 |
| JACOB AUGUSTO KRAPP HOFF | 00004 | 001195/2002 |
| JEFERSON LUIZ DE LIMA | 00003 | 001182/2002 |
| JEFFERSON DOUGLAS BERTOLOTTE | 00022 | 000140/2008 |
| | 00092 | 006724/2011 |
| JENIFFER GLASS DA SILVA RIBAS | 00029 | 001369/2008 |
| JERRI JOSE BRANCHER | 00107 | 005876/2011 |
| JOAO LEONELHO GABARDO FILHO | 00106 | 004153/2011 |
| JOAO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAUJO | 00050 | 009833/2010 |
| JORGE LUIZ DE MELO | 00072 | 004054/2011 |
| | 00082 | 005930/2011 |
| JOSE ELI SALAMACHA | 00007 | 000680/2003 |
| JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR | 00003 | 001182/2002 |
| KARINA CANOSA BEATRIZ HABOVSKI | 00094 | 006907/2011 |
| KARINE SIMONE POFAHL WEBER | 00041 | 001561/2009 |
| KATHERINE UNTERSTELL BRITTES | 00073 | 004271/2011 |
| LAERTES BOGUS JUNIOR | 00088 | 006515/2011 |
| LAURY ANGELO FURLAN FAGUNDES | 00013 | 001583/2005 |
| LUCIANO DANIEL CRESPO | 00030 | 001410/2008 |
| LUCIANO LINHARES | 00021 | 000933/2007 |
| | 00031 | 000098/2009 |
| LUIS FELIPE L. MACHADO | 00025 | 000600/2008 |
| LUIS MARCELO SCHNEIDER | 00001 | 000569/1999 |
| LUIZ ERNANI DA SILVA FILHO | 00017 | 000955/2006 |
| | 00018 | 000957/2006 |
| | 00019 | 000364/2007 |
| MAGALY RUBEL RIBAS | 00013 | 001583/2005 |
| | 00026 | 000611/2008 |
| MAISA GORETI LOPES SANT ANA | 00071 | 003937/2011 |
| MANUELA PILUSKI BILINSKI | 00074 | 004393/2011 |
| MANUELA ROSA DE CASTILHO | 00093 | 006836/2011 |
| MARCELO DOMICIO SCARAMELLA DE MELLO | 00004 | 001195/2002 |
| MARCELO GARCIA LAURIANO LEME | 00015 | 000157/2006 |
| | 00032 | 000320/2009 |
| MARCELO TESHEINER CAVASSANI | 00044 | 003940/2010 |
| MARCIO AYRES DE OLIVEIRA | 00036 | 000668/2009 |
| | 00049 | 009104/2010 |
| | 00060 | 002352/2011 |
| | 00085 | 006214/2011 |
| MARCOS ANTONIO BOHRER | 00008 | 000898/2004 |
| MARCOS RUBBO | 00084 | 006025/2011 |
| MARTIM FRANCISCO RIBAS | 00001 | 000569/1999 |
| | 00013 | 001583/2005 |
| | 00026 | 000611/2008 |
| MAURICIO FLAVIO MAGNANI | 00075 | 004615/2011 |
| MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI | 00055 | 000681/2011 |
| MELCHISEDEQUE DE OLIVEIRA MACHADO FILHO | 00067 | 003606/2011 |
| NELSON JOAO PEDROSO | 00070 | 003880/2011 |
| NIVEA R. PANGRATZ DE P. S. ANTOCHESKI | 00062 | 003321/2011 |
| PRISCILA MISSAU OLBERTZ | 00098 | 001496/2009 |
| RALF GERALDO OLBERTZ | 00098 | 001496/2009 |
| RICARDO ADOLFO FELK | 00051 | 000181/2011 |
| RICARDO ANTONIO TONIN FRONCZAK | 00107 | 005876/2011 |
| RICHART OSNI FRONCZAK | 00053 | 000355/2011 |
| ROBERTA SEDOR MILIS | 00013 | 001583/2005 |
| ROGERIO LUIS STASIAK | 00038 | 001108/2009 |
| ROUMAINE AGUSTINI | 00096 | 001288/2003 |
| RUDIMAR RHINOW | 00061 | 003032/2011 |
| SANDRA MARA MARAFON DA SILVA | 00093 | 006836/2011 |
| SANDRO MARCELO PEROTTI | 00063 | 003332/2011 |
| SIMONE CRISTINA JENSEN | 00037 | 000797/2009 |
| SULEYMAN AYOUB | 00088 | 006515/2011 |
| TABATA NOBREGA BONGIORNO | 00065 | 003558/2011 |
| | 00066 | 003559/2011 |
| TATIANE APARECIDA LANGE | 00072 | 004054/2011 |
| | 00082 | 005930/2011 |
| VALDECIR NOGUEIRA CARUS | 00064 | 003542/2011 |
| VIRGILIO CESAR DE MELO | 00006 | 000548/2003 |
| | 00012 | 001516/2005 |
| | 00028 | 000843/2008 |
| | 00043 | 002286/2010 |
| | 00087 | 006502/2011 |
| | 00091 | 006721/2011 |
| VIRGINIA MATTE CHAVES | 00025 | 000600/2008 |
| WILLIAN LUIS RITZMANN STRATMANN | 00078 | 005861/2011 |
| | 00079 | 005862/2011 |
| | 00080 | 005864/2011 |
| | 00081 | 005865/2011 |
| ZEIDAN MARCELO FARAJ | 00009 | 001562/2004 |
| | 00027 | 000753/2008 |
| | 00034 | 000374/2009 |
| | 00042 | 000239/2010 |
| | 00068 | 003683/2011 |

1. Ordinaria de Cobranca-0000959-50.1999.8.16.0174-LOTERICA DO CALCADAO x IRAN RODRIGUES-Arquivado provisoriamente, aguardando a manifestacao da parte interessada. -Advs. LUIS MARCELO SCHNEIDER e MARTIM FRANCISCO RIBAS-.

2. Usucapiao-0002890-83.2002.8.16.0174-HERBERT MOECKE e outro x MARIA DE LOURDES REIS-O (a) requerente devera retirar de cartorio oficio a ser encaminhado -Adv. FABRICIO SCHEWINSKI-.

3. Reintegracao de Posse-0002974-84.2002.8.16.0174-COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELETRICA - COPEL x WILSON D. DE MIRANDA WOSNY-O (a) requerente devera retirar de cartorio oficio a ser encaminhado -Advs. JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR e JEFERSON LUIZ DE LIMA-.

4. Reintegracao de Posse-0003109-96.2002.8.16.0174-COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELETRICA - COPEL x JORGE SERGIO SHUWART e outros- ...Desa forma, intime-se o requerido parf que informe, no prazo d edez dias, se insiste nos quesitos formulados. Em sendo postivo, devera carrear aos autos os documentos acima citados a fim de que o profissional especializado responda. -Advs. MARCELO DOMICIO SCARAMELLA DE MELLO e JACOB AUGUSTO KRAPP HOFF-.

5. Reintegracao de Posse-0002919-36.2002.8.16.0174-COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELETRICA - COPEL x APRUPOVI - ASSOC. PROD. RURAIS DE PORTO VITORIA e outros-Manifeste-se a parte interessada sobre o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, observando o disposto no artigo 286 do Codigo de Processo Civil, sob pena de extinção sem resolução de merito. -Adv. ANA AMELIA CALDAS SAAD DE OLIVEIRA-.

6. Monitoria-0003227-38.2003.8.16.0174-RAMADA - IND. DE PAPELAO E. MAD.LTDA x FAROL IND. PAPEIS E EMBALAGENS LTDA-O (a) requerente devera retirar de cartorio carta precatoria a ser encaminhada -Adv. VIRGILIO CESAR DE MELO-.

7. Execucao de Titulos Extrajud.-0003598-02.2003.8.16.0174-BANCO DO BRASIL S/A x SIDNEI REGINALDO JOLY e outro-Sobre o calculo geral, manifestem-se os interessados,no prazo legal. -Advs. JOSE ELI SALAMACHA e DANIEL HENRIQUE ANTUNES DOS SANTOS-.

8. Indenização-0005023-30.2004.8.16.0174-MARCELO DANIEL STORCK x GILMAR BORILLE e outros-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. MARCOS ANTONIO BOHRER-.

9. Curatela-0005117-75.2004.8.16.0174-T.F. x M.L.- Apresentem as partes, querendo, no prazo de dez dias, alegaçoes fnais. -Adv. ZEIDAN MARCELO FARAJ-.

10. Declaratoria-1971/2004-SONIA DE JESUS VIEIRA x CREDICARD S/A ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO- ..Com isso, intime-se a Citicard S/A par que cumpra a ordem judicial em anexo (devendo encaminhar copia), no prazo de vinte e quatro hroas, sob pena de sua resistencia ser consierada como ato atentatorio a dignidade da justiça, com aplicação de multa de 20% sobre ovalor boqueado atraves do Sistema Bcen-Jud e não trasnferido tempestivamente, sem preuizo ds outras sanções de natureza procssual ou material, bem como comunicação ao anco Central do Brasil.... -Advs. FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR e ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO-.

11. Monitoria-0007535-49.2005.8.16.0174-RANDA INDUSTRIA E COMERCIO DE PORTAS E COMPENSADOS x COM. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO JUVENIL LTDA-Nomeado curador na pessoa do Dr.(a) . Intime-se a(o) curador(a) nomeada(o), para que se manifeste nos autos, dizendo se aceita ou não o encargo,. Caso não aceitar, deverá expor o justo motivo pelo qual não o fará, alertando que sua omissão incidirá em multa prevista no art.14, da Lei 1.060/50. -Adv. ANA MARIA ONEVETCH-.

12. Execucao de Titulos Extrajud.-0007786-67.2005.8.16.0174-PORTALMAD IND. COM. ESQUADRIAS MADEIRA LTDA x JEQUITIBA COM. DE PORTAS JANELAS E DECORACOES LTDA-Manifeste-se a parte interessada sobre o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, observando o disposto no artigo 286 do Codigo de Processo Civil, sob pena de extinção sem resolução de merito. -Adv. VIRGILIO CESAR DE MELO-.

13. Acao Popular-0007631-64.2005.8.16.0174-GILMAR JARENTCHUK x HUSSEIN BAKRI e outros- Intimem-se s partes par que se manifestem, de forma fundamentada,quanto ao aproveitamenteo da prova emprestada, bem como dos documentos juntados,no prazo de dez dias. -Advs. GRASIELE BARCELOS AMARAL, MARTIM FRANCISCO RIBAS, FAUZI BAKRI, MAGALY RUBEL RIBAS, LAURY ANGELO FURLAN FAGUNDES, FABIO AMARAL NOGUEIRA, ROBERTA SEDOR MILIS e FABIANA CRISTINA BRAUN-.

14. Alvara-1702/2005-SOELI INEIS KUJARSKI-Suspenso o feito por dez dias -Adv. FREDERICO VALDOMIRO SLOMP-.

15. Inventario-0005400-30.2006.8.16.0174-ANTONIO BERNARDON JUNIOR x ANTONIO BERNARDON-Suspenso o feito por sessenta dias-Adv. MARCELO GARCIA LAURIANO LEME-.

16. Usucapiao-0005127-51.2006.8.16.0174-AMADEU MENDES e outro x JOÃO MARIA LOURENÇO SOBRINHO-Nomeado curador na pessoa do Dr.(a) . Intime-se a(o) curador(a) nomeada(o), para que se manifeste nos autos, dizendo se aceita ou não o encargo,. Caso não aceitar, deverá expor o justo motivo pelo qual não o fará, alertando que sua omissão incidirá em multa prevista no art.14, da Lei 1.060/50. -Adv. ANDRE LUAN DOMINGUES-.

17. Anulacao de Atos Juridicos-0005353-56.2006.8.16.0174-JOSE DE LIMA x DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA- Suspendo o feito pelo falecimento do autor. INtime-se o procurador do autor para que providencie a habilitação dos herdeiros, no prazo de trinta dias. -Advs. LUIZ ERNANI DA SILVA FILHO e CLAUDERIO VALMOR FERREIRA-.

18. Anulacao de Atos Juridicos-0005342-27.2006.8.16.0174-JURANDIR BIER DE RAMOS x DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA- ...Desta forma, reformo a decisão de fls.417, a fim de reabir o prazo para as partes manifestarem-se sobre o laudo pericial,sendo este de dez dias, apos o oferecimenhto de seus pareceres tecnicos, de acordo com o contido no art.433, do CPC -Advs. LUIZ ERNANI DA SILVA FILHO e CLAUDERIO VALMOR FERREIRA-.

19. Inventario-364/2007-NEUSA OTTO x MONICA MIRANDA IENTZ- Deve a inventariante,no prazo de cinco dias, efetuar o recolhimento de complementação de custas processuais finais no valor de R$258,48 -Adv. LUIZ ERNANI DA SILVA FILHO-.

20. Embargos do devedor-0006128-37.2007.8.16.0174-ASSOC.SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS UNIAO VITORIA x SUPERMERCADOS MACLIV LTDA-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. EROCLITO HAMILTON TESSEROLI-.

21. Anulacao de Atos Juridicos-0005861-65.2007.8.16.0174-IVETE GANZER DOS SANTOS e outro x JANDIR GANZER e outro- Intime-se o requernete para que promova acitação dos herdeiros descritos as fls.103. -Adv. LUCIANO LINHARES-.

22. Execucao de Titulos Extrajud.-0007203-77.2008.8.16.0174-INES COVALCHUK BERTOLOTTE x LADISLAU LES-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal, tem como fornecer as copias necessarias a acompanhar o mandado de citação. -Adv. JEFFERSON DOUGLAS BERTOLOTTE-.

23. Arresto-220/2008-CEREAGRO LTDA x GELSON LEVI OLIVETTI e outro-Nomeado curador na pessoa do Dr.(a) . Intime-se a(o) curador(a) nomeada(o), para que se manifeste nos autos, dizendo se aceita ou não o encargo,. Caso não aceitar, deverá expor o justo motivo pelo qual não o fará, alertando que sua omissão incidirá em multa prevista no art.14, da Lei 1.060/50. -Adv. ANDRE LUAN DOMINGUES-.

24. Usucapiao-0007508-61.2008.8.16.0174-MARCOS PAULO DE DEUS E SILVA-Suspenso o feito por dez dias.-Adv. FREDERICO VALDOMIRO SLOMP-.

25. Sumarissima de Cobranca-0006390-50.2008.8.16.0174-ALISUL ALIMENTOS S/A x RICHARD LUIS HOBI - ME-O (a) requerente devera retirar de cartorio oficio a ser encaminhado -Advs. LUIS FELIPE L. MACHADO e VIRGINIA MATTE CHAVES-.

26. Usucapiao-0006384-43.2008.8.16.0174-BRADEMIR ANTONIO HEBERLE RODRIGUES e outro x EMILIA DUNCK-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Advs. MARTIM FRANCISCO RIBAS e MAGALY RUBEL RIBAS-.

27. Interdicao-0006258-90.2008.8.16.0174-MARIA LINDARCI MOREIRA x MARIA APARECIDA BATISTA MOREIRA PRESTE- Apresente o requerente, querendo, no prazo de dez dias, alegaççoes finais. -Adv. ZEIDAN MARCELO FARAJ-.

28. Embargos de Terceiro-0005779-97.2008.8.16.0174-SILVIO LEITE e outro x BANCO DO BRASIL S/A-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. VIRGILIO CESAR DE MELO-.

29. Ordinaria-0007168-20.2008.8.16.0174-LAURO CARVALHO x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-...Homologado o acordo realizado, julgando extionto o feito com base no artigo 26,inciso III, do cPC. . -Advs. JENIFFER GLASS DA SILVA RIBAS e ENIO RIBAS JUNIOR-.

30. Ordinaria de Cobranca-0006261-45.2008.8.16.0174-ILDO PLODOVISKI x BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A- Intime-se o autor para que se manifeste acerca dos documentos juntados, no prazo de cinco dias. -Adv. LUCIANO DANIEL CRESPO-.

31. Ordinaria de Cobranca-0006951-40.2009.8.16.0174-ANTONIO ALEXANDRE MOREIRA x VALDEMAR RICARDO PEREIRA e outro-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal, bem como fornecer as copias necessarias para acompanhar o mandado de citação. -Adv. LUCIANO LINHARES-.

32. Declaratoria-320/2009-IDILIO PARIZOTTO x BANCO ITAU S/A e outro- Deve o procurador do autor retirar a guia de recolhimento diretamente no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. -Adv. MARCELO GARCIA LAURIANO LEME-.

33. Interdicao-0006409-22.2009.8.16.0174-CINTIA CRISTINA JORGE IWANKO x ABIGAIL SANTOS JORGE- Apresente o requerente, querendo, no prazo de dez dias, alegações finais. -Adv. IRAPUAN CAESAR DA COSTA JUNIOR-.

34. Arrolamento-0006318-29.2009.8.16.0174-CAROLINA ALVES DA ROSA x ALISSIO MARTINS DA ROSA-Vistas dos autos pelo prazo de dez dias. -Adv. ZEIDAN MARCELO FARAJ-.

35. Ordinaria-0006810-21.2009.8.16.0174-ESPOLIO DE BRONISLAU STEMPOSKI x COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELETRICA - COPEL-Defiro o pedido de fls.82, a fim de intimar a parte requerida para que exiba aos autos os contratos, conforme determinado na decisão de fls.48/49, sob pena de ser aplicado o disposto no artigo 359 do CPC. -Adv. DANIELE KARINE COSTA-.

36. Reintegracao de Posse-0006455-11.2009.8.16.0174-BANCO ITAULEASING S/A x ANDERSON PARIZOTTO-Ao preparo de custas processuais no valor de R$ 34,78-Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

37. Interdicao-0006333-95.2009.8.16.0174-C.M. x C.R.M.- Intime-se a requernete parfa que apredsnete declaração de anuencia da genitora da interdianda,em cinco dias. ntime-se o curador especial, para que apresentre alegaçoes finais, em dez dias. -Advs. SIMONE CRISTINA JENSEN e ANA CAROLINA DE MELO MANO-.

38. Monitoria-0006273-25.2009.8.16.0174-PLANALFACTORING LTDA x CARVOEIRA ALVORADA LTDA-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Advs. ROGERIO LUIS STASIAK e CELIA CLAUDIA LOURES-.

39. Mandado de Seguranca-0007426-93.2009.8.16.0174-INTERMADE INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA x CHEFE AGENCIA FAZ.SECR.FAZENDA ESTADUAL UNIAO VITO-Homologo o calculo de custas para que surta os devidos efeitos legais e faculto aos srs. Serventuarios a execucao das mesmas atraves de procedimento proprio. -Adv. DANTE PARISI-.

40. Alvara-0006504-52.2009.8.16.0174-ROMILDA TEREZINHA RECK-Suspenso o feito por sessenta dias.-Adv. ARACELI CRISTINA GIACOMINI QUADRO-.

41. Busca e Apreensão-Fiduciária-1561/2009-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO INVESTIMENTO x ALESSANDRO DE SOUZA FRUTUOSO-Ao preparo de custas processuais no valor de R$ 26,32-Adv. KARINE SIMONE POFAHL WEBER-.

42. Declaratoria-0000239-97.2010.8.16.0174-ROBERTO DA SILVA AGRICULA - ME x MERCADO E ACOUGUE AVENDIA LTDA e outro- INtime-se a autora reconvinda, na pessoa de seu advogado, para contesta-la no prazo de quinze dias. -Adv. ZEIDAN MARCELO FARAJ-.

43. Alvara-0002286-44.2010.8.16.0174-HOBI & CIA LTDA-O (a) requerente devera retirar de cartorio oficio a ser encaminhado -Adv. VIRGILIO CESAR DE MELO-.

44. Busca e Apreensão-Fiduciária-0003940-66.2010.8.16.0174-BANCO VOLKSWAGEN S/A x JORACI BORGES DE CAMARGO- -Adv. MARCELO TESHEINER CAVASSANI-.

45. Inventario-0004487-09.2010.8.16.0174-LUIS BENGHI x ARY BENGHI-Manifeste-se a parte interessada sobre o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, observando o disposto no artigo 286 do Codigo de Processo Civil, sob pena de extinção sem resolução de merito. -Adv. CAROLINA PINTO FIGUEIREDO FRONCZAK-.

46. Usucapiao-0005199-96.2010.8.16.0174-JOAO BATISTA DOS SANTOS e outro- Manifeste-se o requerente, no prazo de cinco dias, sobre a petição de fls.62 -Adv. CARLOS ALBERTO SENKIV-.

47. Cumprimento de Sentenca-0006959-80.2010.8.16.0174-GUEDES & LORENA ADVOGADOS ASSOCIADOS x M.M GRADE PIRES & CIA LTDA-O (a) requerente devera retirar de cartorio oficio a ser encaminhado -Advs. FABIO ROBERTO LORENA e AROLDO P. GUEDES JUNIOR-.

48. Ordinaria de Cobranca-0008614-87.2010.8.16.0174-UNIGUACU - UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE IGUACU x FRANCIELEN ANDREKOWCZ e outro-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. CECILIA LAURA GALERA-.

49. Reintegracao de Posse-0009104-12.2010.8.16.0174-BANCO ITAUCARD S/A x CECIL ERNANI HRESKO-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA-.

50. Ordinaria-0009833-38.2010.8.16.0174-MARIO KSENIUK x HAVAN- Intime-se a parte re para que se manfiedsrte sobre a petição de fls.96,no prazo de cinco dias. -Adv. JOAO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAUJO-.

51. Execucao de Titulos Extrajud.-0000181-60.2011.8.16.0174-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA x LUCIA SUSKI GZESCHNIK e outros-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal, bem como fornecer as copias necessarias para acompanhar o mandado . -Adv. RICARDO ADOLFO FELK-.

52. Declaratoria-0000234-41.2011.8.16.0174-RENILDO NATAL FEDEREZZI x BANCO DO BRASIL S/A e outro-O (a) requerente devera retirar de cartorio oficio a ser encaminhado -Adv. ELEANDRO ROBERTO BRUSTOLIN-.

53. Declarat.Inexistencia de Deb.-0000355-69.2011.8.16.0174-LUCIMAR DALPRA x BANCO DO BRASIL S/A- INtime-se a parte autoa para que informe com objetividade se pretende a produção de outras provas, informando a necessidade de cada uma, no prazo de cinco dias, sob pena de indeferimento. -Adv. RICHART OSNI FRONCZAK-.

54. Busca e Apreensão-Fiduciária-0000360-91.2011.8.16.0174-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO INVESTIMENTO x LAURO JOSE DE SOUZA-Manifeste(m)-se o(s) requerente(s), no prazo de cinco dias, sobre a certidao negativa de apreensão-Adv. CARLA HELIANA V. MENEGASSI TANTIN-.

55. Execucao de Titulos Extrajud.-0000681-29.2011.8.16.0174-PARANA BANCO S/A x JOSE MARIA DA SILVA-Manifeste(m)-se o(s) requerente(s), no prazo de cinco dias, sobre a certidao negativa de citacao. -Adv. MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI-.

56. Interdito Proibitorio-0000948-98.2011.8.16.0174-ECOPLAST COMERCIO APARAS PAPEL E PLASTICO LTDA - ME x MUNICIPIO DE PAULA FREITAS-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. IRAPUAN CAESAR DA COSTA-.

57. Excecao de Incompetencia-0001658-21.2011.8.16.0174-UNIRECORDS PRODUTOS EVANGELICOS LTDA x ROQUE LIRIO DE JESUS- ...Assim, rejeito a exceção de incompet5enca, a fim de estabelecer como competente o Juizo de Dreito da Comaca de União da Vitoria, para o julgamento a causa. -Advs. IVALDO MARQUES FREITAS JUNIOR e FABRICIO NELSON DE FARIA MAXIMO-.

58. Consignacao em Pagamento-0001880-86.2011.8.16.0174-MARCELO GARCIA LAURIANO LEME x LIZETE DIONE SZEIKO- Homologado a desistencia determinando o arquivamento dos autos. -Adv. ANA CAROLINA DE MELO MANO-.

59. Ord. Auxilio Acidente-0002180-48.2011.8.16.0174-VOLNEI PIRES x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-Em cumprimento a Potaria n.04/2009 - Sobre a contestacao e documentos, manifeste-se o(a) requerente -Advs. FABIO ROBERTO LORENA e AROLDO P. GUEDES JUNIOR-.

60. Busca e Apreensão-Fiduciária-0002352-87.2011.8.16.0174-BANCO ITAUCARD S/A x MOACIR SOARES PIRES-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA-.

61. Interdicao-0003032-72.2011.8.16.0174-T.D.S. x S.L.D.S.-Nomeado curador na pessoa do Dr.(a) . Intime-se a(o) curador(a) nomeada(o), para que se manifeste nos autos, dizendo se aceita ou não o encargo,. Caso não aceitar, deverá expor o justo motivo pelo qual não o fará, alertando que sua omissão incidirá em multa prevista no art.14, da Lei 1.060/50. -Adv. RUDIMAR RHINOW-.

62. Execucao de Titulos Extrajud.-0003321-05.2011.8.16.0174-PLANORTE-SOC.CREDITO MICRO EMPREEND.PLANALTO NORTE x WALDEMAR ZANONI e outros-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal, bem como as copias necessarias para acompanhar o mandado de citação. -Adv. NIVEA R. PANGRATZ DE P. S. ANTOCHESKI-.

63. Interdicao-0003332-34.2011.8.16.0174-M.L.M.V. x S.M.V.-Nomeado curador na pessoa do Dr.(a) . Intime-se a(o) curador(a) nomeada(o), para que se manifeste nos autos, dizendo se aceita ou não o encargo,. Caso não aceitar, deverá expor o justo motivo pelo qual não o fará, alertando que sua omissão incidirá em multa prevista no art.14, da Lei 1.060/50. -Adv. SANDRO MARCELO PEROTTI-.

64. Alvara-0003542-85.2011.8.16.0174-TECLA SELVIRA GRUBA- Intime-se a requerenrte parfa que pomova a habilitação dos demais hereiros, ou a anuencia dos mesmos com o deferimetno o pedido inicial, no prazo de dez dias. -Adv. VALDECIR NOGUEIRA CARUS-.

65. Busca e Apreensão-Fiduciária-0003558-39.2011.8.16.0174-BANCO BRADESCO S/A x DALFERTIL COM. REPRESENTACAO INSUMOS AGRICOLAS LTD-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. TABATA NOBREGA BONGIORNO-.

66. Busca e Apreensão-Fiduciária-0003559-24.2011.8.16.0174-BANCO BRADESCO S/A x DALFERTIL COM. REPRESENTACAO INSUMOS AGRICOLAS LTD-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. TABATA NOBREGA BONGIORNO-.

67. Cautelar Inominada-0003606-95.2011.8.16.0174-JANDYR DE BORBA x BANCO DO BRASIL S/A-Em cumprimento a Potaria n.04/2009 - Sobre a contestacao e documentos, manifeste-se o(a) requerente -Adv. MELCHISEDEQUE DE OLIVEIRA MACHADO FILHO-.

68. Indenizacao por Ato Ilicito-0003683-07.2011.8.16.0174-ALFREDO RIBEIRO x IVAIR HORTE-Manifeste(m)-se o(s) requerente(s), no prazo de cinco dias, sobre a certidao negativa de citacao. -Adv. ZEIDAN MARCELO FARAJ-.

69. Ord. Auxilio Acidente-0003822-56.2011.8.16.0174-NELSON DE CAMPOS x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS- INtime-se a parte autora parfa que compove se houve resposta da via administrativa, conforme pedido protocolado em 12/08/2011,no prazo de dez dias. -Advs. FREDERICO VALDOMIRO SLOMP e FREDERICO SLOMP NETO-.

70. Usucapiao-0003880-59.2011.8.16.0174-NEUZA DA SILVA x MARIA GENESIA BONFANTE- Intime-se a requerente parf que juntre aos autos a certidão de inexistencia de registro do imovel emitida pelo primeiro Oficio de Registro de Imoveis desta comarca. -Adv. NELSON JOAO PEDROSO-.

71. Embargos a Execucao-0003937-77.2011.8.16.0174-MADMASTER COM. MADEIRAS LTDA e outros x MAURICIO ANDRIGUETTO - ME-Sobre a impugnacao e documentos juntados, manifeste-se a embargante. -Adv. MAISA GORETI LOPES SANT ANA-.

72. Ordinaria de Cobranca-0004054-68.2011.8.16.0174-BANCO ITAU UNIBANCO S/A x ABASTECEDORA DCL LTDA-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Advs. JORGE LUIZ DE MELO e TATIANE APARECIDA LANGE-.

73. Interdicao-0004271-14.2011.8.16.0174-M.C.V. x V.C.V. e outro-Nomeado curador na pessoa do Dr.(a) . Intime-se a(o) curador(a) nomeada(o), para que se manifeste nos autos, dizendo se aceita ou não o encargo,. Caso não aceitar, deverá expor o justo motivo pelo qual não o fará, alertando que sua omissão incidirá em multa prevista no art.14, da Lei 1.060/50. -Adv. KATHERINE UNTERSTELL BRITTES-.

74. Interdicao-0004393-27.2011.8.16.0174-J.T.A.P. x G.P.-Nomeado curador na pessoa do Dr.(a) . Intime-se a(o) curador(a) nomeada(o), para que se manifeste nos autos, dizendo se aceita ou não o encargo,. Caso não aceitar, deverá expor o justo motivo pelo qual não o fará, alertando que sua omissão incidirá em multa prevista no art.14, da Lei 1.060/50. -Adv. MANUELA PILUSKI BILINSKI-.

75. Declarat.Inexistencia de Deb.-0004615-92.2011.8.16.0174-DERPA USINA DE ASFALTO LTDA - EPP x CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro-O (a) requerente devera retirar de cartorio oficio a ser encaminhado -Adv. MAURICIO FLAVIO MAGNANI-.

76. Busca e Apreensão-Fiduciária-0005769-48.2011.8.16.0174-BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO INVESTIMENTO x CLEVERSON RIBEIRO PRESTES-Manifeste(m)-se o(s) requerente(s), no prazo de cinco dias, sobre a certidao negativa de apreensão-Adv. FRANCIELE DA ROZA COLLA-.

77. Busca e Apreensão-Fiduciária-0005773-85.2011.8.16.0174-AYMORE CREDITO FIINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A x PEDRO ROBERTO CHAIKOSKI-Suspenso o feito por sessenta dias. -Adv. FRANCIELE DA ROZA COLLA-.

78. Monitoria-0005861-26.2011.8.16.0174-G. RITZMANN MOTO AGRICOLA LTDA x PEDRO ANASTACIO WEISS-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Advs. WILLIAN LUIS RITZMANN STRATMANN e CRISTIANE GUGELMIN MATTIOLI KOCKANNY-.

79. Monitoria-0005862-11.2011.8.16.0174-G. RITZMANN MOTO AGRICOLA LTDA x IRENO LUCINDO-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Advs. WILLIAN LUIS RITZMANN STRATMANN e CRISTIANE GUGELMIN MATTIOLI KOCKANNY-.

80. Monitoria-0005864-78.2011.8.16.0174-G. RITZMANN MOTO AGRICOLA LTDA x GELSON LEVY OLIVETTE-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Advs. WILLIAN LUIS RITZMANN STRATMANN e CRISTIANE GUGELMIN MATTIOLI KOCKANNY-.

81. Monitoria-0005865-63.2011.8.16.0174-G. RITZMANN MOTO AGRICOLA LTDA x L.C.S. WISNIEWSKI & CIA LTDA-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Advs. WILLIAN LUIS RITZMANN STRATMANN e CRISTIANE GUGELMIN MATTIOLI KOCKANNY-.

82. Execucao de Titulos Extrajud.-0005930-58.2011.8.16.0174-BANCO ITAU UNIBANCO S/A x TECNOHOUSE SUPORTE & CIA LTDA - ME e outro-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Advs. JORGE LUIZ DE MELO e TATIANE APARECIDA LANGE-.

83. Ord.de Revisao de Contrato-0005932-28.2011.8.16.0174-LORIBERTH THEODORO KUNZE x BANCO PANAMERICANO S/A- Deve o requerente, no prazo de cinco dias, recolher a complementação de custas no valor de R$15,04. Isto posto, defiro a parcialetne a liminar, a fim de tão somente autorizar o deposito dos valores tidos como incontroversos, bem como inverter o onus da prova. -Adv. EDSON ROBERTO MARAFFON-.

84. Ord. Auxilio Acidente-0006025-88.2011.8.16.0174-JEFFERSON CESAR DE BRITO x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS-Em cumprimento a Potaria n.04/2009 - Sobre a contestacao e documentos, manifeste-se o(a) requerente -Adv. MARCOS RUBBO-.

85. Busca e Apreensão-Fiduciária-0006214-66.2011.8.16.0174-BANCO ITAUCARD S/A x TEREZINHA ROSA BARBOSA ALVES-Julgado por sentenca extinto o feito, com base no artigo 267, VIII, do Codigo de Processo Civil, condenando a requerente ao pagamento das custas processuais -Advs. MARCIO AYRES DE OLIVEIRA e EDUARDO JOSE FUMIS FARIA-.

86. Execucao de Titulos Extrajud.-0006269-17.2011.8.16.0174-VEGRANDE VEICULOS CASAGRANDE S/A x VALMOR LODI-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. EDUARDO DESIDERIO-.

87. Ord. Rescisao de Contrato-0006502-14.2011.8.16.0174-FAGUNDES & BAGGIO LTDA x LIRIO TRENTIN-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. VIRGILIO CESAR DE MELO-.

88. Declarat.Inexistencia de Deb.-0006515-13.2011.8.16.0174-DARCI DALGALLO - ME x MARCELO PEREIRA COM. - ME-O (a) requerente devera retirar de cartorio oficio a ser encaminhado -Advs. SULEYMAN AYOUB e LAERTES BOGUS JUNIOR-.

89. Execucao de Titulos Extrajud.-0006554-10.2011.8.16.0174-B. IWANKO & CIA LTDA (CASAS ESTRELA) x HILDA MARIA DALMAZ DE MORAIS e outro-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. ELAINE CAROLINE MASNIK-.

90. Mandado de Seguranca-0006606-06.2011.8.16.0174-BREYER & CIA LTDA x DELEGADO DA FAZENDA ESTADUAL DE UNIAO DA VITORIA-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial

de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. GERSON JOAO ZANCANARO-.

91. Ord.de Revisao de Contrato-0006721-27.2011.8.16.0174-AVICOLA E ABATEDOURO FRANGO DOURADO LTDA x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO INVESTIMENTO- ...Isto posto, defiro parcialmente a liminar, a fim de tao-somente autorizar o deposito dos valores tidos como incontroversos. -Adv. VIRGILIO CESAR DE MELO-.

92. Anulatoria-0006724-79.2011.8.16.0174-AFONSO CELSO EVANGELISTA DA ROSA x BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO INVESTIMENTO-Isto posto,defiro parcialmente a liminar, a fim de tão-somente autorizar odeposito dos valores tidos como incontroversos. -Adv. JEFFERSON DOUGLAS BERTOLOTTE-.

93. Arbitramento de Honorarios-0006836-48.2011.8.16.0174-MARAFON SILVA & ROSA CASTILHO ADVOGADOS ASSOCIADOS x MUNICIPIO DE IRATI- ...Desta forma, não estando presentes os requisitos legais indefiro a liminar pleiteada. -Advs. SANDRA MARA MARAFON DA SILVA e MANUELA ROSA DE CASTILHO-.

94. Alvara-0006907-50.2011.8.16.0174-ALVINO EUGENIO SCHWEGLER- Deve o requerente, no prazo de cinco dias, juntar aos autos o necessario instrumento de mandato. -Adv. KARINA CANOSA BEATRIZ HABOVSKI-.

95. Execucao de Titulos Extrajud.-0006933-48.2011.8.16.0174-BANCO SOFISA S/A x MIGUEL FORTE INDUSTRIAL S/A PAPEIS E MADEIRAS-Intime-se a parte autora para, em dez dias,dar total cumprimento ao artigo 19 do Codigo de Processo Civil, efetuar o pagamento das custas processuais iniciais, uma autuação e uma publicação, bem como juntar aos autos o titulo de credito. -Adv. ANDREA RICETTI BUENO FUSCULIM-.

96. Execucao Fiscal - Fazenda-0003543-51.2003.8.16.0174-MUNICIPIO DE BITURUNA x MANFRIN & ISOTON LTDA- ...Desta feita, recebo e conheço o recurso interposto omo embargos infringentes, negando-lhe provimento, confirmando a sentença proferida nestes autos. -Adv. ROUMAINE AGUSTINI-.

97. Execucao Fiscal-0007653-25.2005.8.16.0174-FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIAO DA VITORIA x FABRICA DE ESQUADRIAS DO ROCIO LTDA-Manifeste-se a parte interessada sobre o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, observando o disposto no artigo 286 do Codigo de Processo Civil, sob pena de extinção sem resolução de merito. -Adv. ANGELA ANDREA HORBATIUK-.

98. Execucao Fiscal-0006685-53.2009.8.16.0174-FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIAO DA VITORIA x CENTROSUL CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA-Julgado por sentenca, extinto o feito, nos termos do artigo 794, inciso I, do CPC, diante do pagamento do debito pela parte executada (art.795 do CPC), -Advs. ANGELA ANDREA HORBATIUK, PRISCILA MISSAU OLBERTZ e RALF GERALDO OLBERTZ-.

99. Execucao Fiscal-0007466-75.2009.8.16.0174-FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIAO DA VITORIA x JOSE NADIR VOIDALESKI-Manifeste-se a parte interessada sobre o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, observando o disposto no artigo 286 do Codigo de Processo Civil, sob pena de extinção sem resolução de merito. -Adv. ANGELA ANDREA HORBATIUK-.

100. Execucao Fiscal-0005632-66.2011.8.16.0174-IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA x NELSON GAIOVICZ-Sobre a certidao negativa de penhora, manifeste-se o requerente. -Adv. ERNESTO HAMANN-.

101. Execucao Fiscal-0005957-41.2011.8.16.0174-IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA x ANTONIO SCOTTI-Manifeste(m)-se o(s) requerente(s), no prazo de cinco dias, sobre a certidao negativa de citacao. -Adv. CECY THEREZA CERCAL KREUTZER DE GOES-.

102. Execucao Fiscal-0006087-31.2011.8.16.0174-IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA x M S ESQUADRIAS MADEIRAS LTDA-Manifeste(m)-se o(s) requerente(s), no prazo de cinco dias, sobre a certidao negativa de citacao. -Adv. ELTON LUIZ BRASIL RUTKOWSKI-.

103. ENCONTRA-SE EM CARTORIO, AGUARDANDO O RECOLHIMENTO INICIAIS DE CUSTAS PROCESSUAIS, NO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 257 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, A CARTA PRECATORIA SEGUINTE: EXECUÇÃO - AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S/A X LINEMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E FRALDAS LTDA E OUTROS - Pela terceira vez a presente carta precatoria é encaminhada a este Juizo sem o comprovante bancario do recohimento das custas processuas, somente com as guias, não existindo o comprovante de recolhimento. ADV; TATIANY ZANATTA SALVADOR FOGAÇA-

104. Carta Precatoria-0005288-22.2010.8.16.0174-Oriundo da Comarca de FRANCISCO BELTRAO - PR-BIGGER VEICULOS LTDA x TRANSBUGDOMIT COM. IND. TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA-Manifeste-se a parte interessada sobre o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, observando o disposto no artigo 286 do Codigo de Processo Civil, sob pena de extinção sem resolução de merito. -Adv. HERMES ALENCAR DALDIN RATHIER-.

105. Carta Precatoria-0006798-70.2010.8.16.0174-Oriundo da Comarca de CURITIBA - PR-BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO EXTREMO SUL-BRDE x JACIR SALVADORI-Manifeste-se a parte interessada sobre o prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, observando o disposto no artigo 286 do Codigo de Processo Civil, sob pena de extinção sem resolução de merito. -Adv. EDEGARD A. C. LESSNAU-.

106. Carta Precatoria-0004153-38.2011.8.16.0174-Oriundo da Comarca de PALMAS - PR-BANCO CNH CAPITAL S/A x IGOR LEIVAS REIS-O requerente devera efetuar o recolhimento das custas referente a diligencia do senhor Oficial de Justica, atraves de guia propria, no prazo legal. -Adv. JOAO LEONELHO GABARDO FILHO-.

107. Carta Precatoria-0005876-92.2011.8.16.0174-Oriundo da Comarca de CATANDUVAS - SC-JOAO VALDIR MENEGAT - ME x IND. COMPENSADOS GUARARAPES LTDA e outro-Manifeste(m)-se o(s) requerente(s), no prazo de cinco dias, sobre a certidao negativa de intimação da testemunha -Advs. JERRI JOSE BRANCHER e RICARDO ANTONIO TONIN FRONCZAK-.

UNIAO DA VITORIA, 06 de Setembro de 2011

ADAO ALVARINO SOARES - ESCRIVAO

Crime

# FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR**
**FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**
**VARA DE FAMÍLIA**
**RUA ANTONIO BATISTA DE SIQUEIRA, Nº 347 - CENTRO**
**FONE: (41) 3657-1744**
**JUIZ DE DIREITO DESIGNADO: ANDRÉ CARIAS ARAUJO**
**ESCRIVÃ: RAFAELA HOINACKI LOUREIRO**

**RELAÇÃO Nº 050/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADEMILSON DE MAGALHAES 22 0004 000555/2007
ALBERTO MANENTI 20.617/PR 0004 000555/2007
ALESSANDRA C.HERNANDES 25 0002 000123/2006
0008 000256/2009
0011 000663/2009
EDSON ADIR DA CRUZ 18641/ 0008 000256/2009
0011 000663/2009
ELAINE B.F.DE SOUZA OSHIM 0001 000304/2004
ELAINE C.C. MARQUES 51.67 0001 000304/2004
GERSON LUIZ WENZEL 26251/ 0001 000304/2004
JANE CELIA DA SILVA 21.12 0009 000352/2009
LUIZ ANTONIO SERENATO 163 0001 000304/2004
RENATA MANENTI 43.127/PR 0004 000555/2007
ROGERIO MANENTI 27.011/PR 0004 000555/2007
ROSANE LOYOLA BASSO 21.44 0004 000555/2007
SILVIA DE FATIMA DA SILVA 0005 000124/2008
0007 000196/2009
0010 000353/2009
TELMA C. A. P. NOWACKI 46 0006 000474/2008
WILMAR A. P. DOS SANTOS 3 0003 000333/2007

1.-EXONERACAO DE ALIMENTOS-304/2004-T.D.S.F. e outros x N.M.F. - Manifestem-se os exequentes, em 05 (cinco) dias, acerca da justificativa e documentos paresentados às fls. 77/82. Ainda, considerando que o Juiz, a qualquer tempo, pode tentar conciliar as partes, nos termos do art. 125, inc. IV, do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 19/11/2011, às 10:00 horas, a ser realizada no Projeto "Justiça nos Bairros", o qual acontecerá no GINÁSIO DE ESPORTES BUSATÃO, localizado na Rua Antonio Baptista de Siqueira, nº 712, Santa Terezinha - Almirante Tamandaré/PR. - Adv. ELAINE C.C. MARQUES 51.679/PR, ELAINE B.F.DE SOUZA OSHIMA 50676/PR, LUIZ ANTONIO SERENATO 16319/PR e GERSON LUIZ WENZEL 26251/PR.
2.-BUSCA E APREENSAO C/ PED LIM-123/2006-L.E.D.S. x N.C.D.S. e outros - Tendo em vista o informativo social de fls. 103/104, manifeste-se o autor, em 05 (cinco) dias, acerca do interesse no prosseguimento do feito. - Adv. ALESSANDRA C.HERNANDES 25.113/PR.
3.-SEPARACAO JUD CONSENSUAL-333/2007-F.A.T. e outros x - Intimação da parte autora para recolher as custas do sr. Oficial de Justiça para cumprimento dos mandados referentes à audiência designada. - Adv. WILMAR A. P. DOS SANTOS 30314/PR.
4.-RECON E DISS DA UNIAO ESTAVEL-555/2007-P.R.T. x L.P.- Intime-se o procurador do autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique o atual endereço de seu cliente. - Adv. ADEMILSON DE MAGALHAES 22229/PR, ALBERTO MANENTI 20.617/PR, ROGERIO MANENTI 27.011/PR, RENATA MANENTI 43.127/PR, ROSANE LOYOLA BASSO 21.440/PR.
5.-EXONERACAO DE ALIMENTOS-124/2008-C.A.D.S.M. e outros x I.M. - Tendo em vista a certidão negativa de fl. 114-verso, manifeste-se a parte exequente, no prazo de 05 (cicno) dias. - Adv. SILVIA DE FATIMA DA SILVA 45454/PR.
6.-RECONHE SOCIEDADE DE FATO-474/2008-A.C.A.F. x S.V.O. e outros - Embora a intimação pessoal da parte requerida para a audiência reste inviabilizada ante a desatualização de seu endereço nos autos, uma vez que a parte possui advogada constituída, aguarde-se a audiência designada. - Adv. TELMA C. A. P. NOWACKI 46080/PR.
7.-ALIMENTOS-196/2009-L.B.G.M. e outros x L.C.M. - Embora a genitora do requerente não tenha sido localizada para ser intimada para a audiência, uma vez que a parte possui advogada constituída nos autos, aguarde-se a audiência designada. - Adv. SILVIA DE FATIMA DA SILVA 45454/PR.
8.-ALIMENTOS-256/2009-E.M.S. e outros x D.P.M. - Tendo em vista a certidão negativa de fl. 58-verso, manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias. - Adv. ALESSANDRA C.HERNANDES 25.113/PR e EDSON ADIR DA CRUZ 18641/PR.
9.-ALIMENTOS-352/2009-T.A.F.G. e outros x C.A.G. - Intime-se, mais uma vez, a procuradora da parte autora para que, em 05 (cinco) dias, informe nos autos o endereço atualizado de sua cliente. - Adv. JANE CELIA DA SILVA 21.125/PR.
10.-REVISIONAL DE ALIMENTOS-353/2009-N.N. x C.N. e outros - Defiro o pedido de fl. 32. - Adv. SILVIA DE FATIMA DA SILVA 45454/PR.
11.-EXONERACAO DE ALIMENTOS-663/2009-C.H.R.M. e outros x A.C.B.M. - Tendo em vista a certidão negativa de fl. 28-verso, manifeste-se a parte exequente, no prazo de 05 (cinco) dias. - Adv. ALESSANDRA C.HERNANDES 25.113/PR e EDSON ADIR DA CRUZ 18641/PR.

Almirante Tamandaré, 29 de setembro de 2011.

# ALTÔNIA

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Altônia Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Alex Reberte OAB PR046622 | 002 | 2011.0000178-6 |
| Alexandre Batista Vicentin OAB PR048340 | 001 | 2011.0000231-6 |
| Saturnino Gazola Diniz OAB PR033454 | 001 | 2011.0000231-6 |

**001** 2011.0000231-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Alexandre Batista Vicentin OAB PR048340
Advogado: Saturnino Gazola Diniz OAB PR033454
Objeto: Nos termos do artigo 384, § 2º, do Código de Processo Penal, dia a defesa em 5 (cinco) dias.

**002** 2011.0000178-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Alex Reberte OAB PR046622
Objeto: À defesa para apresentação das alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias.

# APUCARANA

## VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Apucarana Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Laercio dos Santos Luz OAB PR027736 | 001 | 2010.0002840-2 |

**001** 2010.0002840-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Laercio dos Santos Luz OAB PR027736

Réu: Sadio Kaide de Aguiar
Objeto: FICA INTIMADO que por este juízo foi designada audiência de "Instrução e Julgamento" em continuação dia 01 de NOVEMBRO de 2.011, às 14:00 horas, inclusive para recolher as custas da diligência do Senhor Oficial de Justiça.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Apucarana Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Anderson Aparecido Cruz OAB PR030978 | 001 | 2011.0001804-2 |

**001** 2011.0001804-2 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / JANDAIA DO SUL / PR
Autos de origem: 2009.210-0
Advogado: Anderson Aparecido Cruz OAB PR030978
Réu: Luiz Carlos Marques
Objeto: FICA INTIMADO, que por este Juízo foi designada audiência de Instrução e Julgamento dia 01/11/2011 às 12:30 horas, ocasião em que será realizado o interrogatório do réu LUIZ CARLOS MARQUES.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Apucarana Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Danilo Lemos Freire OAB PR040738 | 001 | 2007.0002043-0 |

**001** 2007.0002043-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Danilo Lemos Freire OAB PR040738
Réu: Leandro Matheus da Costa
Objeto: Fica Vossa Senhoria intimado de que este Juízo designou o dia 17/11/2011 às 17:00 para nova inquirição do policial militar Arisnaldo Paulino Geremias, arrolada pela acusação.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Apucarana Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Dirceu Borges Filho OAB PR015852 | 001 | 2009.0001912-6 |

**001** 2009.0001912-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dirceu Borges Filho OAB PR015852
Réu: Osmar Geraldo de Oliveira
Objeto: Fica Vossa Senhoria intimado de que este Juízo designou o dia 24/11/2011, às 17:15 horas para realização da continuação da audiência de instrução e julgamento. Fica intimado também que deverá recolher as custas do Sr. Oficial de Justiça para intimação das trestemunhas de defesa.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Apucarana Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Emerson Luz OAB PR018909 | 001 | 2011.0001532-9 |

**001** 2011.0001532-9 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Emerson Luz OAB PR018909
Réu: Sueli Aparecida da Cruz
Objeto: FICA INTIMADO que por este Juízo foi designada audiência de "Instrução e Julgamento", dia 20 de OUTUBRO de 2011, às 14:45 horas, inclusive pra recolher as custas da diligência do Senhor Oficial deJustiça.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Apucarana Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Rita de Cássia de Oliveira Costa OAB PR035707 | 001 | 2011.0001778-0 |

**001** 2011.0001778-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal e Anexos / MARIALVA / PR
Autos de origem: 2009.53-0
Advogado: Rita de Cássia de Oliveira Costa OAB PR035707
Réu: João Carlos Vertuan
Objeto: FICA INTIMADO, que por este Juízo foi designada audiência de Instrução e Julgamento dia 09/11/2011 às 12:30 horas, ocasião em que será realizado o inquirição da testemunha da acusão Marcelo de Assis da Cunha

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Apucarana Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Anivaldo Rodrigues da Silva Filho OAB PR045985 | 001 | 2011.0000313-4 |

**001** 2011.0000313-4 Restituição de Coisas Apreendidas
Advogado: Anivaldo Rodrigues da Silva Filho OAB PR045985
Requerente: Jair dos Santos
Objeto: Fica Vossa Senhoria intimado a apresentar em Cartório o Sr. JAIR DOS SANTOS no prazo de 10 dias a fim de proceder o levantamento da motocicleta apreendida nos autos 2011.226-0 a qual foi deferido a sua restituição por sentença de 30/08/11.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Apucarana Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Luiz Claudio Egydio de Carvalho OAB PR024065 | 001 | 2010.0000873-8 |

**001** 2010.0000873-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Luiz Claudio Egydio de Carvalho OAB PR024065

Réu: Roger Felipe Gonçalves
Objeto: FICA INTIMADO que por este Juízo foi designada audiência de "Interrogatório", dia 19 de OUTUBRO de 2.011, às 12:30 horas.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Apucarana Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Angelo Porcel Renon OAB PR035897 | 001 | 2011.0001802-6 |

**001** 2011.0001802-6 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / TERRA BOA / PR
Autos de origem: 2007.15-4
Advogado: Angelo Porcel Renon OAB PR035897
Réu: Lindalvo Domingos da Silva
Objeto: Objeto: FICA INTIMADO, que por este Juízo foi designada audiência de Instrução e Julgamento dia 01/11/2011 às 12:45 horas, ocasião em que será realizado o interrogatório do réu LINDALVO DOMINGOS DA SILVA.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Apucarana Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Odair Cordeiro dos Santos OAB PR030265 | 001 | 2009.0000546-0 |

**001** 2009.0000546-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Odair Cordeiro dos Santos OAB PR030265
Réu: Anderson Barbosa da Costa
Objeto: FICA INTIMADO, que por este Juízo foi designada audiência de Instrução e Julgamento dia 30/11/2011 às 12:30 horas, ocasião em que será realizado o interrogatório do réu Anderson Barbosa da Costa.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Apucarana Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Eliane Farias Caprioli Prado OAB MS011805 | 001 | 2011.0001598-1 |

**001** 2011.0001598-1 Petição
Advogado: Eliane Farias Caprioli Prado OAB MS011805
Réu: Guiomar Honorio da Silva
Objeto: Progressão para o regime aberto aos 27/09/2011

# ARAPONGAS

## VARA CRIMINAL

**Edital de notificação - AP 2011.621-4**

Réus Paulo Ferreira da Silva e Rogério Litran da Silva

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAPONGAS-PR
Rua Íbis, 888 - Fone: (43) 3275-7958 - C.E.P. 86701-270
Edital de notificação dos réus PAULO FERREIRA DA SILVA e ROGÉRIO LITRAN DA SILVA, com o prazo de 15 (quinze) dias.
O Exmº. Sr. Amarildo Clementino Soares, MM. Juiz de Direito Designado da Vara Criminal da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, etc...
F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível notificar pessoalmente a **PAULO FERREIRA DA SILVA** (R.G. 5.536.462-1/PR), vulgo "Nego Bia", brasileiro, natural de Londrina-Pr, nascido em 10/agosto/1976, filho de Vantuir Antônio da Silva e de Vanilde da Silva; e **ROGÉRIO LITRAN DA SILVA** (R.G. 10.865.918-1/PR e C.P.F. 083.595.289-42), vulgo "Fofãozinho", brasileiro, natural de Londrina-Pr, nascido em 07/setembro/1990, filho de Vanil Sebastião da Silva e de Terezinha Litran, residente à rua Tinguaçú Ruiva, nº 132, Jardim Palotino, nesta cidade, ambos atualmente residentes em lugar incerto, ficam pelo presente **NOTIFICADOS** de que foram denunciados nos autos de Ação Penal Pública 2011.621-4, por infração aos artigos 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006, em tramitação perante esta Vara Criminal, conforme respectiva denúncia de fls. 02/04, devendo acompanharem todos os atos processuais até sentença final; e para apresentarem DEFESA PRELIMINAR, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55, § 1º, da Lei 11.343/2006, através de defensor constituído, sob pena de nomeação; bem como cientificados de que, na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, poderão arguir preliminares e invocarem todas as razões de defesa, oferecerem documentos e justificações, especificarem provas que pretendem produzir e, arrolarem testemunhas, até o número de 05 (cinco); e advertidos que, no caso de mudança de domicílio, deverão comunicar o novo endereço a este Juízo, sob pena do processo seguir à revelia, nas fases subsequentes. Dado e passado nesta cidade e comarca de Arapongas, Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze. Eu _____ (Rosário A. Migliorini), Técnico de secretaria, o digitei e subscrevi.
Amarildo Clementino Soares - Juiz de Direito designado

# ASSIS CHATEAUBRIAND

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Assis Chateaubriand Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Jefferson Dias Santos OAB PR045249 | 001 | 2004.0000135-0 |

**001** 2004.0000135-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jefferson Dias Santos OAB PR045249
Objeto: Intime-se quanto à expedição de carta precatória à comarca de Apucarana/PR, cuja finalidade é a inquirição das testemunhas arroladas pela defesa, assim como a expedição de carta precatória à comarca de Cambé/PR, cuja finalidade é o interrogatório do réu Amarildo Aparecido Faustino.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Assis Chateaubriand Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| Luciano de Souza Katarinhuk OAB PR043026 | 001 | 2011.0000478-5 |

**001** 2011.0000478-5 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Luciano de Souza Katarinhuk OAB PR043026
Objeto: Intime-se para apresentação de alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias, nos autos supra, em que figura como réu Fausto César Nunes.

# BOCAIÚVA DO SUL

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Bocaiúva do Sul Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Analucia Veloso Nantes OAB PR048504 | 003 | 2011.0000285-5 |
| João Cesário Mota OAB PR018334 | 002 | 2011.0000301-0 |
| Kathia Lisane Boehs OAB PR030137 | 001 | 2009.0000173-1 |

**001** 2009.0000173-1 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Kathia Lisane Boehs OAB PR030137
Réu: Grefer Sebastião Fernandes
Objeto: Vista ao apelante, pelo prazo de 08 (oito) dias, para apresentação de suas razões.

**002** 2011.0000301-0 Petição
Advogado: João Cesário Mota OAB PR018334
Requerente: Pedro Gonçalves Moreira
Objeto: Em face ao exposto, nos termos do artigo 316 do CPP, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA do requente PEDRO GONÇALVES MOREIRA, aplicando-lhe as medidas cautelares previstas no art. 319, I e V do CPP, devendo o requerente:a) comparecer mensalmente em Juízo, todo primeiro dia útil de cada mês, a fim de confirmar seu paradeiro e informar suas atividades;b) recolher-se à sua residência no período noturno e nos dias de folga, enquanto durar o processo. Fica ciente ainda o requerente que, em harmonia com o artigo 316 do CPP, in fine, poderá a prisão preventiva ser novamente decretada em caso de descumprimento das condições supracitadas, ou ainda, de outras razões supervenientes que a justifiquem. Expeça-se, imediatamente, ALVARÁ DE SOLTURA em favor do requerente que deverá ser colocado em liberdade, se por outro motivo não estiver preso.Lavre-se termo de compromisso.Dê-se ciência ao Ministério Público.Intimações e diligências necessárias.Oportunamente, arquivem-se estes autos.

**003** 2011.0000285-5 Petição
Advogado: Analucia Veloso Nantes OAB PR048504
Requerente: Marcos Januário Fagundes
Objeto: Representado por advogada constituída, MARCOS JANUÁRIO FAGUNDES requer a revogação de sua prisão preventiva, alegando a nulidade de sua citação, juntando os documentos de fls. 13/226. Ouvido o representante do Ministério Público entende que não deva ser revogado o decreto preventivo porque a citação do réu nos autos principais deu-se apenas por edital, entendendo ser necessária a sua citação pessoal nos autos de Ação Penal nº 2003.012-2, impedindo assim que seja frustrado o devido processo legal e, ainda, evitando quaisquer tipos de nulidades, em harmonia com o argüido pela ilustre defensora às fls.06/10, podendo a mesma - após a citação pessoal - apresentar então sua Defesa prévia e assim, finalmente, dar continuidade à ação penal que responde pelo crime de roubo. Assim, acolho o parecer do ilustre Promotor de Justiça para, nos termos já lançados na data da decretação, manter o decreto de prisão preventiva do requerente MARCOS JANUÁRIO FAGUNDES, por entender ainda presentes os motiv

# CAMBÉ

## VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Cambé Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Daniel Augusto Sabec Viana OAB PR046387 | 005 | 2011.0000966-3 |
| Eduardo Lalli Ayres OAB PR051179 | 005 | 2011.0000966-3 |
| Marcos Daniel Veltrini Ticianelli OAB PR030311 | 003 | 2011.0000511-0 |
| Rafael Garcia Campos OAB PR057532 | 005 | 2011.0000966-3 |
| Rafael Junior Soares OAB PR045177 | 007 | 2010.0000370-1 |
| Rejane Kimaid Gomes OAB PR020268 | 001 | 2009.0000954-6 |
| Vinicius da Silva Borba OAB PR031296 | 004 | 2009.0000566-4 |
| Vinícius Matsumoto Coutinho OAB PR048358 | 002 | 2008.0000687-1 |
| | 005 | 2011.0000966-3 |
| | 006 | 2009.0000689-0 |

**001** 2009.0000954-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Rejane Kimaid Gomes OAB PR020268
Réu: Claudemir da Costa Lima
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 16/11/2011

**002** 2008.0000687-1 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Vinícius Matsumoto Coutinho OAB PR048358
Réu: Cleber Tavares de Jesus
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 14/11/2011

**003** 2011.0000511-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: 4ª Vara Criminal / LONDRINA / PR
Autos de origem: 2010.3785-1
Advogado: Marcos Daniel Veltrini Ticianelli OAB PR030311
Réu: Francisco Carrara Junqueira
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 14:00 do dia 14/11/2011

**004** 2009.0000566-4 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Vinicius da Silva Borba OAB PR031296
Réu: Genivaldo Pereira Carvalho
Objeto: Intime-se o defensor do réu de que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 10/11/2011, às 14 horas, bem como, de que foi expedido Carta Precatória para a Comarca de Londrina-PR, deprecando o interrogatório do réu Genivaldo Pereira Carvalho.

**005** 2011.0000966-3 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Daniel Augusto Sabec Viana OAB PR046387
Advogado: Eduardo Lalli Ayres OAB PR051179
Advogado: Rafael Garcia Campos OAB PR057532
Advogado: Vinícius Matsumoto Coutinho OAB PR048358
Réu: Geni Fermiano da Silva
Réu: Juarez Ferreira Campos
Réu: Luzia Pereira de Jesus
Réu: Sidinei Pereira de Jesus
Objeto: Intimem-se os defensores dos réus de que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 01/11/2011, às 16:00 horas, bem como, de que foi expedido Carta Precatória para a Comarca de Londrina-PR, deprecando a Citação e Interrogatório da ré Luzia Pereira de Jesus, bem como, a inquirição das testemunhas arroladas pela acusação, Marcelo Antonio de Oliveira, Clovis Helbe, e Selma Ferraz Antunes.

**006** 2009.0000689-0 Execução da Pena
Advogado: Vinícius Matsumoto Coutinho OAB PR048358
Réu: Sidnei Tavares Pereira
Objeto: Despacho em 05/09/2011:
Em atenção ao principio do contraditório e da ampla defesa, intime-se o defensor do réu Sidnei Tavares Pereira para que, no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste sobre o parecer ministerial de fls. 133.

**007** 2010.0000370-1 Seqüestro
Advogado: Rafael Junior Soares OAB PR045177
Requerente: Severino Camilo de Lima
Objeto: Despacho em 22/08/2011: Diante da certidão do sr. Oficial de Justiça de fls. 61, manifeste-se o requerente se tem interesse no depósito do bem arrestado.

# CAMPINA DA LAGOA

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Campina da Lagoa Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Alexandre Ramos OAB PR049986 | 001 | 2009.0000326-2 |
| Danilo Rezende Lopes OAB PR016356 | 012 | 2011.0000181-6 |
| Edson Dal Poz Junior OAB PR048611 | 008 | 2009.0000158-8 |
| | 010 | 2009.0000130-8 |
| Faberson Ricardo Dada OAB PR046154 | 006 | 2010.0000190-3 |
| Fabio Sebastiao dos Santos OAB PR040213 | 014 | 2004.0000057-4 |

| | | |
|---|---|---|
| Jalton Godinho de Morais OAB PB009101 | 003 | 2000.0000006-2 |
| | 004 | 2005.0000029-0 |
| | 007 | 2010.0000364-7 |
| Lori Luersen OAB PR018964 | 013 | 2001.0000026-9 |
| Nilson Saraiva dos Santos OAB PR016361 | 009 | 2006.0000026-8 |
| Osvaldo dos Santos OAB PR018468 | 002 | 2010.0000247-0 |
| Pedro Ricardo Pianaro OAB PR035317 | 015 | 2011.0000006-2 |
| Silvio Cesar Calcinoni OAB PR038093 | 005 | 2009.0000097-2 |
| | 011 | 2004.0000048-5 |

**001** 2009.0000326-2 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Alexandre Ramos OAB PR049986
Réu: Jocimar Campos dos Santos
Réu: Vagner da Silva Soares
Objeto: Intima-lo do 3º parágrafo do ofício Circular nº. 79/2011 da Corregedoria Geral da Justiça. Conforme previsão da Lei nº. 10826/03, em seu art. 25, as partes deverão ser intimadas sobre o resultado do laudo pericial de fls. 612/3, a fim de se manifestarem quanto à necessidade da contraprova, bem como há necessidade da notificação do proprietário de boa-fé para manifestação quanto ao interesse na restituição, no prazo de quarenta e oito horas.

**002** 2010.0000247-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Osvaldo dos Santos OAB PR018468
Réu: Roberto Rodrigues dos Santos
Objeto: Intima-lo do 3º parágrafo do ofício Circular nº. 79/2011 da Corregedoria Geral da Justiça. Conforme previsão da Lei nº. 10826/03, em seu art. 25, as partes deverão ser intimadas sobre o resultado do laudo pericial de fls. 612/3, a fim de se manifestarem quanto à necessidade da contraprova, bem como há necessidade da notificação do proprietário de boa-fé para manifestação quanto ao interesse na restituição, no prazo de quarenta e oito horas.

**003** 2000.0000006-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jalton Godinho de Morais OAB PB009101
Réu: Paulo Marcelino Andreolli Gonçalves
Objeto: Intimá-lo para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar alegações finais.

**004** 2005.0000029-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jalton Godinho de Morais OAB PB009101
Réu: Airton Ferreira dos Santos
Réu: Paulo Marcelino Andreolli Gonçalves
Objeto: Intimá-lo para no prazo de 05 (cinco) dias apresenatar alegações finais.

**005** 2009.0000097-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Silvio Cesar Calcinoni OAB PR038093
Réu: Reginaldo Aparecido de França Souza
Objeto: Intimá-lo da nomeação de fls.112, sob a fé de seu grau, bem como para querendo poderá requerer o que lhe é de direito.

**006** 2010.0000190-3 Insanidade Mental do Acusado
Advogado: Faberson Ricardo Dada OAB PR046154
Réu: Denicio Antonio da Silva
Objeto: Intimá-lo do Laudo Psiquiátrico de fls. 53/4, dando conta de que o mesmo é portador F.20.0 (esquizofrenia Paranoide).

**007** 2010.0000364-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jalton Godinho de Morais OAB PB009101
Réu: Iris Cesar Masceno
Objeto: Intimá-lo da nomeação de fls. 92, sob a fé de seu grau, bem como para requerer o que entender de direito.

**008** 2009.0000158-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Edson Dal Poz Junior OAB PR048611
Réu: Alexandre Borges
Objeto: Intimá-lo da nomeação de fls. 83, sob a fé de seu grau, bem como para requerer o que entender de direito.

**009** 2006.0000026-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Nilson Saraiva dos Santos OAB PR016361
Réu: João Carlos da Silva
Objeto: Intimá-lo para no prazo de 08 (oito) dias apresentar razões de recurso.

**010** 2009.0000130-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Edson Dal Poz Junior OAB PR048611
Réu: Sidinei Camargo
Objeto: Intimá-lo da nomeação de fls. 72, sob a fé de seu grau, bem como para requerer o que entender de direito.

**011** 2004.0000048-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Silvio Cesar Calcinoni OAB PR038093
Réu: Jose Carlos Padilha da Silva
Objeto: Intimá-lo da nomeação de fls. 131, sob a fé de seu grau, bem como para requerer o que entender de direito.

**012** 2011.0000181-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Danilo Rezende Lopes OAB PR016356
Réu: Firmino Rosa
Objeto: Intimá-lo da nomeação de fls. 85, sob a fé de seu grau, bem como para requerer o que entender de direito.

**013** 2001.0000026-9 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Lori Luersen OAB PR018964
Réu: Elias Soares da Silva
Objeto: Intimá-la para no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar nos fins do art. 422 do CPP.

**014** 2004.0000057-4 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Fabio Sebastiao dos Santos OAB PR040213
Réu: Jose Renato de Lima
Objeto: Intimá-lo da nomeação de fls. 147, sob a fé de seu grau, bem como para requerer o que entender de direito.

**015** 2011.0000006-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Pedro Ricardo Pianaro OAB PR035317
Réu: Cezar Braz Rodrigues
Objeto: Intima-lo do 3º paragrafo do ofício Circular nº. 79/2011 da Corregedoria Geral da Justiça. Conforme previsão da Lei nº. 10826/03, em seu art. 25, as partes deverão ser intimadas sobre o resultado do laudo pericial de fls. 612/3, a fim de se manifestarem quanto à necessidade da contraprova, bem como há necessidade da notificação do proprietário de boa-fé para manifestação quanto ao interesse na restituição, no prazo de quarenta e oito horas.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Campina da Lagoa Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Miguel Pedro Abudi Junior OAB PR047657 | 001 | 2011.0000322-3 |

**001** 2011.0000322-3 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Advogado: Miguel Pedro Abudi Junior OAB PR047657
Réu: Carlos Junior Baquiao
Objeto: Intimá-lo para que junte aos autos cópia das duas decições anteriores que mantiveram a prisão preventiva do acusado Carlos Junior Baquião.

# FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## VARA CRIMINAL

**VARA CRIMINAL DO FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO/PR**
**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/ PR**
**JUÍZA DE DIREITO: Dra. SUZANA MASSAKO HIRAMA LORETO DE OLIVEIRA**

**Rela ção 81/2011**

Dr. Amadeu Marques Junior (003)
Dr. Evaldo Pissaia (002)
Dr. Grazielle Pelaquim Ritter Ferreira (004)
Dr. Gustavo Alberine Pereira (001)
Dr. Heitor Henrique Pedroso(004)
Dr. José Mario Rabello Filho (004)
Dr. Renato Celso Beraldo Junior (002)

1. Processo Crime nº 2010.1267-0
Réu: Alberto Ferreira dos Santos
Advogado: Dr. Gustavo Alberine Pereira
Objeto: Para dar continuidade ao feito, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/10/2011, às 14 horas.
2. Processo crime nº 2010.1188-7
Réu: Gilberto Ferreira de Castro
Advogado: Dr. Evaldo Pissaia e Dr. Renato Celso Beraldo Junior
Objeto:Para dar continuidade ao feito, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/10/2011, às 14h:30min.
3. Processo crime nº 2011.117-4
Réu : Luiz Carlos Moczynski Crichaki.
Advogado: Dr. Amadeu Marques Junior
Objeto: Ante o exposto, corroborando com o parecer Ministerial e , com fulcro nos art. 118 e 120 do CPP, defiro o pedido de restituição do revolver, qual seja, revolver marca taurus, modelo 83-s, nº de serie QB49584 ..
4. Processo Crime nº 2010.593-3
Réu: Alisson Fernando da Silva e outros.

Advogado:Dr. Grazielle Pelaquim Ritter Ferreira, Dr. Heitor Henrique Pedroso, Dr. José Mario Rabello Filho
Objeto: Intimem-se todos os defensores do despacho de fls. 78, a fim de que providenciem o traslado dos autos.

Adicionar um(a) Data

# CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

# JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Capitão Leônidas Marques Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Adilson Ricardo Martins OAB PR007432 | 013 | 2004.0000108-2 |
| Andreia Dallabrida OAB PR040633 | 003 | 2004.0000092-2 |
| | 004 | 2009.0000072-7 |
| | 005 | 2010.0000163-6 |
| | 006 | 2009.0000316-5 |
| | 007 | 2007.0000126-6 |
| | 008 | 2005.0000088-6 |
| | 009 | 2009.0000255-0 |
| | 010 | 2008.0000167-5 |
| | 011 | 2005.0000018-5 |
| | 012 | 2010.0000156-3 |
| Ary da Silva Filho OAB PR016251 | 001 | 2005.0000129-7 |
| | 002 | 2002.0000066-0 |
| Jackeline Oliveira da Silva OAB MT008310 | 015 | 2004.0000063-9 |
| João Paulo Mello OAB PR055525 | 014 | 2010.0000074-5 |
| Juarez Jose da Silva OAB PR009734 | 016 | 2000.0000027-5 |
| Nilceu Natalino Cavalheiro OAB PR047774 | 017 | 2003.0000026-2 |

**001** 2005.0000129-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ary da Silva Filho OAB PR016251
Réu: Otacilio Pereira Ramos
Objeto: À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto à necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**002** 2002.0000066-0 Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Advogado: Ary da Silva Filho OAB PR016251
Réu: Carlos Alberto Bueno do Nascimento
Objeto: À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto à necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**003** 2004.0000092-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andreia Dallabrida OAB PR040633
Réu: Dirceu Coutinho de Jesus
Objeto: À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto à necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**004** 2009.0000072-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andreia Dallabrida OAB PR040633
Réu: Marcio José Fernandes de Souza
Réu: Salete Brum
Objeto: À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto à necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**005** 2010.0000163-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andreia Dallabrida OAB PR040633
Réu: Marcos Nunes Pereira
Objeto: À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto à necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**006** 2009.0000316-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andreia Dallabrida OAB PR040633
Réu: Claudir Nunes
Objeto: À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto à necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**007** 2007.0000126-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andreia Dallabrida OAB PR040633
Réu: Claudiomir Bonisio
Objeto: À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto à necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**008** 2005.0000088-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andreia Dallabrida OAB PR040633
Réu: Celio Roberto Araldi
Objeto: À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto à necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**009** 2009.0000255-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andreia Dallabrida OAB PR040633
Réu: Moacir Dalben
Objeto: À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto à necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**010** 2008.0000167-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andreia Dallabrida OAB PR040633
Réu: Mario Soares
Objeto: À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto a necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**011** 2005.0000018-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andreia Dallabrida OAB PR040633
Réu: Pedro Jose Machado
Objeto: À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto a necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**012** 2010.0000156-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andreia Dallabrida OAB PR040633
Réu: Marcio Rodrigo dos Santos
Objeto: À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto a necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**013** 2004.0000108-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Adilson Ricardo Martins OAB PR007432
Réu: Vilson Zanatta
Objeto: À defesa do réu, para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto a necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**014** 2010.0000074-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: João Paulo Mello OAB PR055525
Réu: Gilberto Carlos Turatto
Objeto: À defesa do réu, para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto a necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**015** 2004.0000063-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jackeline Oliveira da Silva OAB MT008310
Réu: José Maia
Objeto: À defesa do réu, para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto a necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**016** 2000.0000027-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Juarez Jose da Silva OAB PR009734
Réu: Fabio Cordeiro da Rosa
Objeto: Declarada extinta a punibilidade de Fábio Cordeiro da Rosa, ante o decurso do prazo da suspensão condicional do processo. À defesa do réu, para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto a necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**017** 2003.0000026-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Nilceu Natalino Cavalheiro OAB PR047774
Réu: Eloi Martins
Objeto: À defesa do réu Eloi Martins, para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto a necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

**Re lação de Intimação de Advogado**

**001 /2011**

01 - Dr. Lauri da Silva - OAB/PR. 27.557

01. TERMO CIRCUNSTANCIADO DE INFRAÇÃO PENAL - SOB Nº 2007.92-8 - Luciano Machado da Rosa. À defesa para que, no prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, se manifeste quanto à necessidade de manutenção da arma de fogo em Cartório para fins de persecução penal.

Ca pitão Leônidas Marques, 29 de setembro de 2011.

# CASCAVEL

## 3ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Cascavel 3ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Carlos Augusto Azevedo Silva OAB PR025760 | 001 | 2011.0004517-1 |
| Daniela Teixeira Sinhorini OAB PR039639 | 002 | 2011.0004267-9 |
| Francisco Martins dos Reis OAB PR048530 | 007 | 2011.0005141-4 |
| Ivomar Cesar de Almeida OAB PR029719 | 005 | 2008.0001184-0 |
| | 006 | 2008.0001184-0 |
| João Carlos Nardi Junior OAB PR042461 | 003 | 2011.0004515-5 |
| Marcelo Navarro de Morais OAB PR037418 | 004 | 2011.0000891-8 |
| Maria Thais Abreu de Figueiredo OAB PR047499 | 008 | 2010.0004857-8 |

**001** 2011.0004517-1 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES / PR
Autos de origem: 2008.379-1
Advogado: Carlos Augusto Azevedo Silva OAB PR025760
Réu: Robison Marcelo Madalosso
Réu: Sebastião Augusto Seixas
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha Acusação/Defesa" às 15:30 do dia 31/10/2011

**002** 2011.0004267-9 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal e Anexos / GUAÍRA / PR
Autos de origem: 2003.104-8
Advogado: Daniela Teixeira Sinhorini OAB PR039639
Réu: Clementino dos Santos
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 14:25 do dia 31/10/2011

**003** 2011.0004515-5 Carta Precatória
Juízo deprecante: Única Vara Criminal / GUARANIAÇU / PR
Autos de origem: 2002.024-4
Advogado: João Carlos Nardi Junior OAB PR042461
Réu: Biel Cristiano Rigo
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 15:20 do dia 31/10/2011

**004** 2011.0000891-8 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Marcelo Navarro de Morais OAB PR037418
Réu: Joao Santos da Silva
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:30 do dia 24/10/2011

**005** 2008.0001184-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Ivomar Cesar de Almeida OAB PR029719
Réu: Laercio Jose de Brito
Objeto: Expedida Carta Precatória
Juízo deprecado: Foz do Iguaçu/PR
Finalidade: Intimação Audiência de Instrução e Julgamento 27/10/2011 Às 14h50min
Advogado: Ivomar Cesar de Almeida OAB PR029719
Prazo: dias

**006** 2008.0001184-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Ivomar Cesar de Almeida OAB PR029719
Réu: Laercio Jose de Brito
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:50 do dia 27/10/2011

**007** 2011.0005141-4 Carta Precatória
Juízo deprecante: Unica Vara Criminal / Matelandia / PR
Autos de origem: 2009.753-5
Advogado: Francisco Martins dos Reis OAB PR048530
Réu: Carlito Gonçalves de Lima
Réu: Vagner Fonseca da Silva
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:40 do dia 13/10/2011

**008** 2010.0004857-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Maria Thais Abreu de Figueiredo OAB PR047499
Réu: Bruno Alves dos Santos
Réu: Bruno Alves dos Santos
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Pena final: 1 ano de reclusão
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: William da Costa

# VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

**COMARCA DE CASCAVEL, PARANÁ.**
**VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS.**
**JUIZ DE DIREITO PAULO DAMAS**

**PUBLICAÇÃO 69/2011**

| | Advogado(a) | OAB/PR | Sentenciado(a) | Cad. | Decisão |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | MIGUELITO CARGNIN | 26.554 | Meuris Carneiro de Souza | 155.652 | Autos de Regime Aberto Provisório nº 111/2010. Julgo extinto o presente pedido sem conhecer de seu mérito. |
| 02 | MAURO VELOSO JUNIOR | 42.930 | Cleiton José Borges | 176.715 | Autos de Regime Aberto nº 2096/2011. Julgo improcedente a pretensão. Fundamento em LEP, art. 112. |
| 03 | IGOR FERLIN | 51.164 | Douglas Renato da Rocha Herrmann | 381.892 | Autos de Providência nº 1327/2011. Preponderante, na espécie, a regra do art. 103 da LEP, e demonstrado convívio social e familiar aqui, autorizo remoção ao SECAT ou PEC, onde houver primeiro a vaga. |
| 04 | ALINE CRISTINA BOND REIS | 46.617 | Douglas Fernandes de Oliveira | 152.171 | Autos de regime aberto nº 3710/2011. O Ministério Público requer a juntada do atestado de comportamento carcerário do apenado da Penitenciária Industrial de Cascavel. |
| 05 | RAFAEL PELIZZETTI | 38.483 | Pedro Thais Ohlweiler Cardoso | 377.804 | Autos de Providência nº 1197/2011. Assegurada a internação por ordem do TJPR no HC nº 827.470-2. Portanto, agora sobressai de modo manifesto faltar à pretensão aquela condição da ação denominada interesse de agir, ou processual (necessidade e utilidade da prestação jurisdicional). Julgo extinto o presente processo, sem conhecer de seu mérito. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 06 | ESTER EUNICE DE SOUZA MAXIMOVIT | 53.714 | Arivaldo Pereira Marques | 159.264 | Autos de Regime Aberto nº 2647/2011. Julgo improcedente a pretensão. Fundamento em LEP, art. 112. |
| 07 | BENJAMIM DE BASTIANI | 45.976 | Cleverson Veiga Furquim | 184.117 | Autos de Regime Aberto nº 242/2011. Acerca da falta grave a princípio praticada, novo crime, em tese, intime-se o advogado, para apresentar justificativa por escrito, em 15 dias. |
| 08 | BENJAMIM DE BASTIANI | 45.976 | Reginaldo Aparecido Rodrigues da Silva | 192.012 | Autos de Trabalho Externo nº 207/2011. Julgo improcedente a pretensão. Fundamentos em LEP art. 37. |
| 09 | ESTER EUNICE DE SOUZA MAXIMOVIT | 53.714 | Emanuel Assis Waltrick | 130.378 | Autos de Livramento Condicional nº 1032/2011. Julgo improcedente a pretensão. Fundamentos em LEP art. 112, § 2º c/ c arts. 131 e seguintes, e CP art. 83, inc. II. |

Cascavel, 28/09/2011

# CERRO AZUL

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Cerro Azul Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Clinio Leandro Lino Lyra OAB PR003678 | 001 | 2006.0000050-0 |
| Déa Lúcia Cordeiro Soares OAB MG056387 | 004 | 1996.0000008-2 |
| Ivete Severino OAB SC003459 | 001 | 2006.0000050-0 |
| Jane Celia da Silva OAB PR021125 | 003 | 2007.0000073-1 |
| Julio Cesar Melo Lopes OAB PR020846 | 001 | 2006.0000050-0 |
| Manoel Rodrigues de Matos Neto OAB PR030263 | 002 | 2011.0000192-1 |
| Marcelo Augusto Cordeiro OAB SC014268 | 001 | 2006.0000050-0 |
| Marcelo de Paula Pavin Dal' Lin OAB PR050658 | 005 | 2010.0000075-3 |
| Reginaldo Maltoso Allage Junior OAB PR053018 | 005 | 2010.0000075-3 |

**001** 2006.0000050-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Clinio Leandro Lino Lyra OAB PR003678
Advogado: Ivete Severino OAB SC003459
Advogado: Julio Cesar Melo Lopes OAB PR020846
Advogado: Marcelo Augusto Cordeiro OAB SC014268
Réu: Ildo Balestrin
Réu: Marcel Fabiano Godoy
Réu: Nilson Pedro Telles
Objeto: Expedida Carta Precatória
Juízo deprecado: São Paulo/SP
Finalidade: Inquirição Testemunha Denúncia
Testemunha de Acusação: Jose Antonio Neuwald
Prazo: 60 dias

**002** 2011.0000192-1 Petição
Advogado: Manoel Rodrigues de Matos Neto OAB PR030263
Requerente: Joel de Jesus Obladen
Objeto: Deferido o pedido, para o fim de declarar remidos 58 dias e autorizar a continuidade do trabalho externo até a remoção para a Colônia Penal, conforme fundamentação constante dos autos.

**003** 2007.0000073-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jane Celia da Silva OAB PR021125
Réu: Denis dos Santos Sprada
Objeto: Expedida Carta Precatória
Juízo deprecado: Almirante Tamandaré /PR
Finalidade: Citação do Réu Denis dos Santos Sprada
Réu: Denis dos Santos Sprada
Advogado: Jane Celia da Silva OAB PR021125
Prazo: 10 dias
Ciência à defesa do cumprimento do mandado de prisão em desfavor do réu Denis dos Santos Sprada em 22/09/2011 pela Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré /PR.

**004** 1996.0000008-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Déa Lúcia Cordeiro Soares OAB MG056387
Réu: Jose Adelino Filho
Réu: Jose Adelino Filho
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Substituída a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito, a saber: a) prestação de serviços à comunidade, à razão de uma hora por dia de condenação; b) proibição de frequentar bares, boates, bailes e casas noturnas."
Pena final: 2 anos de reclusão e 10 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Marcos Takao Toda

**005** 2010.0000075-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Marcelo de Paula Pavin Dal' Lin OAB PR050658
Advogado: Reginaldo Maltoso Allage Junior OAB PR053018
Réu: Jaime D'Alves
Réu: Jaime D'Alves
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Substituída por duas penas restritivas de direitos, consistente em: a) prestação pecuniária no valor de 01 (um) salário mínimo, ao Conselho da Comunidade, e b) limitação de fim de semana."
Pena final: 3 anos de reclusão e 10 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Marcos Takao Toda

# CHOPINZINHO

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

**Adicionar um(a) Título RELAÇÃO 16/2011**

Adicionar um(a) Índice
DANIELLE BORDIN CENCI
ELADIO LUIZ ROOS

Adicionar um(a) Conteúdo
AUTOS DE EXECUÇÃO PROVISORIA DE SENTENÇA AUTOS N. 0000489-31.2008.8.16.0068 (82/2008) requernte D.G.U e requerid G.U. intimar advogados de qiue foi designado o dia 14 de outubro de 2011 às 13:30 horas para primeiro Leilão por preço não inferior ao da avalição; e 27 de outubro de 2011 às 13:30 horas para segundo leilão pelo maio lanço oferecido, exceto o preço vil (não inferior a 60% do valor da avaliação). ADV DRA DANIELLE BORDIN CENCI OAB/ PR29.805 E DR ELADIO LUIZ ROOS OAB/PR 12.106

# CIDADE GAÚCHA

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Cidade Gaúcha Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Igor Sanches Caniatti Biudes OAB PR040458 | 001 | 2010.0000317-5 |

**001** 2010.0000317-5 Petição
Advogado: Igor Sanches Caniatti Biudes OAB PR040458
Requerente: David Caetano Gomes
Objeto: Despacho em 31/03/2011: Oficiar ao Detran/PR, requisitando a liberação do referido veículo. Indefiro pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, já que o requerente possui Advogado constituido. Ao Contador para o cálculo das custas. Após intime-se o requerente para pagamento (valor custas R$51,29), através de seu Procurador, o Dr. Igor Sanches Caniatti Biudes. Ciência ao Ministério Público.

# FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## 1ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Colombo 1ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Daniel da Cruz OAB SP125754 | 007 | 2011.0000236-7 |
| Elisangela Sponholz de Souza OAB PR027851 | 008 | 2008.0002554-0 |
| | 009 | 2008.0002734-8 |
| Joao Batista de Arruda Junior OAB PR021657 | 002 | 2008.0001042-9 |
| Jullyane Ingrit Abdala OAB PR052246 | 001 | 2009.0001675-5 |
| Klyvellan Michel Abdala OAB PR052210 | 001 | 2009.0001675-5 |
| Rafael Luis Nadaline OAB PR032758 | 006 | 2008.0000244-2 |
| Renato Ribeiro Schmidt OAB PR006971 | 005 | 2002.0000104-6 |
| Rone Marcos Brandalize OAB PR010933 | 003 | 2008.0001858-6 |
| | 004 | 2008.0001858-6 |

**001** 2009.0001675-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jullyane Ingrit Abdala OAB PR052246
Advogado: Klyvellan Michel Abdala OAB PR052210
Réu: Eduardo Bueno de Lima
Objeto: Pelo presente fica V. Sa. intimado para devolver em Secretaria os autos sob n°. 2009.1675-5 no prazo de 24 horas (item 2.10.2.1 do Código de Normas da CGJ), sob as penas do art. 196 do CPC.

**002** 2008.0001042-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Joao Batista de Arruda Junior OAB PR021657
Réu: Gilson da Silva Ramos
Objeto: Para alegações finais, no prazo legal.

**003** 2008.0001858-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Rone Marcos Brandalize OAB PR010933
Réu: Marcos Antonio Cavallari dos Santos
Objeto: Para apresentar o endereço do réu e da testemunha Aulindacir.

**004** 2008.0001858-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Rone Marcos Brandalize OAB PR010933
Réu: Marcos Antonio Cavallari dos Santos
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:45 do dia 11/11/2011

**005** 2002.0000104-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Renato Ribeiro Schmidt OAB PR006971
Réu: Jose Taborda dos Santos
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:45 do dia 09/11/2011

**006** 2008.0000244-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Rafael Luis Nadaline OAB PR032758
Réu: Joao Carlos Cruz Santos
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 16/11/2011

**007** 2011.0000236-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Daniel da Cruz OAB SP125754
Réu: Julio Cesar Pinto
Réu: Wilhan Wilds de Freitas
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 17:00 do dia 10/10/2011

**008** 2008.0002554-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Elisangela Sponholz de Souza OAB PR027851
Réu: Jhonatan de Souza Vieira
Objeto: Tendo em vista que em 07 de outubro de 2011 será feriado neste município, como nova data designo o dia 11 de novembro de 2011, às 17:30 horas.

**009** 2008.0002734-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Elisangela Sponholz de Souza OAB PR027851
Réu: Roberto Luiz Matheus Schuler
Objeto: Designação de Audiência "Preliminar - Lei 11340/06" às 16:20 do dia 28/10/2011

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Colombo 1ª Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Giovani Frazão Della Villa OAB PR044192 | 001 | 2011.0001388-1 |
| Mirian Carvalho OAB PR038459 | 002 | 2011.0000498-0 |
| Omar Campos da Silva Junior OAB PR040902 | 003 | 2009.0001138-9 |

**001** 2011.0001388-1 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Giovani Frazão Della Villa OAB PR044192
Réu: Ederson Eduardo Mariano
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 17:00 do dia 13/10/2011

**002** 2011.0000498-0 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Mirian Carvalho OAB PR038459
Réu: Joao de Oliveira
Objeto: Tendo em vista a certidão retro (fl. 60), nomeio ao réu, como novo defensor dativo a Dra. Mirian Regina Lopes Carvalho Kulek, que deverá ser intimada a tanto.

**003** 2009.0001138-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Omar Campos da Silva Junior OAB PR040902
Réu: Diego Saratiel Fugie
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:30 do dia 10/11/2011

## 2ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Colombo 2ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Elisangela Sponholz de Souza OAB PR027851 | 004 | 2011.0000233-2 |
| Joao Batista de Arruda Junior OAB PR021657 | 001 | 2007.0001479-1 |
| Orivaldo Modesto de Oliveira OAB PR017502 | 005 | 2006.0000593-6 |
| Tania Mara Podgurski OAB PR022523 | 003 | 2011.0001707-0 |
| Waldir Donizete de Oliveira OAB PR023544 | 002 | 2007.0002237-9 |

**001** 2007.0001479-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Joao Batista de Arruda Junior OAB PR021657
Réu: Fatima Aparecida de Lima
Réu: Luiz Henrique Martins Braga
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 17:30 do dia 04/10/2011

**002** 2007.0002237-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Waldir Donizete de Oliveira OAB PR023544
Réu: Daniel Luiz Tavares
Réu: Maria Aparecida Leonel
Réu: Patricia Cristina Leonel
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 13:30 do dia 16/02/2012

**003** 2011.0001707-0 Auto de Prisão em Flagrante
Indiciado: Anibal de Almeida dos Santos

Advogado: Tania Mara Podgurski OAB PR022523
Objeto: Concedida a liberdade provisória com fiança (valor de R$ 181,66).

**004** 2011.0000233-2 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Elisangela Sponholz de Souza OAB PR027851
Réu: Antonio Claudio Vieira
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:10 do dia 03/11/2011

**005** 2006.0000593-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Orivaldo Modesto de Oliveira OAB PR017502
Réu: Elzoir Luiz Clementino
Réu: Soeli Trindade dos Santos
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:30 do dia 11/10/2011

# CORNÉLIO PROCÓPIO

## VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Cornélio Procópio Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Dr. Davenil de Luca Júnior OAB PR018772 | 005 | 2011.0000506-4 |
| Dr. Fernando Aparecido Matias OAB PR057281 | 003 | 2011.0000670-2 |
| Dr. João Eliseu da Costa Sabec OAB PR025829 | 001 | 2002.0000053-8 |
| Dr. Jorge Paulo Melhem Haddad OAB PR040711 | 009 | 2011.0000661-3 |
| Dr. Marcus Vinícius Ali Amim OAB PR022264 | 002 | 2007.0000437-0 |
| Dr. Omar José Baddauy OAB PR003748 | 001 | 2002.0000053-8 |
| Dr. Raphael Dias Sampaio OAB PR024315 | 004 | 2011.0000510-2 |
| | 010 | 2006.0000908-7 |
| Roberta Cassia Nobile Bastos OAB PR055512 | 008 | 2011.0000688-5 |
| Thatiana Maria de Souza OAB PR034214 | 006 | 2011.0000583-8 |
| | 007 | 2011.0000583-8 |

**001** 2002.0000053-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assistente de Acusação: Fazenda Ana Cruz Ltda
Assistente de Acusação: Fazenda Santa Cruz
Assistente de Acusação: Fazenda Santa Fé
Assistente de Acusação: Fazenda Vera Cruz
Advogado: Dr. João Eliseu da Costa Sabec OAB PR025829
Advogado: Dr. Omar José Baddauy OAB PR003748
Réu: Anício Rodrigues Brianez
Objeto: ATRAVÉS DO PRESENTE FICA OS DOUTOS ADVS. INTIMADOS A APRESENTAREM AS ALEGAÇÕES FINAIS POR MEMORIAIS, NO PRAZO LEGAL.

**002** 2007.0000437-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Marcus Vinícius Ali Amim OAB PR022264
Réu: Elecelmo Gabriel
Objeto: ATRAVÉS DO PRESENTE, FICA O DOUTO DEFENSOR DEVIDAMENTE INTIMADO, A NO PRAZO DE 48 HS, MANIFESTAR-SE ACERCA DO OFICIO CIRCULAR Nº 79/2011: "AS PARTES DEVERÃO SER INTIMADAS A FIM DE SE MANIFESTAREM QUANTO A NECESSIDADE DA CONTRAPROVA, CUJAS ARMAS E MUNIÇÕES DEVERÃO SER ENCAMINHADAS AO EXERCITO".

**003** 2011.0000670-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Fernando Aparecido Matias OAB PR057281
Réu: Jurandir Tiburcio
Objeto: ATRAVÉS DO PRESENTE, FICA O DOUTO DEFENSOR DEVIDAMENTE INTIMADO, A NO PRAZO DE 48 HS, MANIFESTAR-SE ACERCA DO OFICIO CIRCULAR Nº 79/2011: "AS PARTES DEVERÃO SER INTIMADAS A FIM DE SE MANIFESTAREM QUANTO A NECESSIDADE DA CONTRAPROVA, CUJAS ARMAS E MUNIÇÕES DEVERÃO SER ENCAMINHADAS AO EXERCITO".

**004** 2011.0000510-2 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Dr. Raphael Dias Sampaio OAB PR024315
Réu: Giovani Maciel Pinheiro
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 17/10/2011

**005** 2011.0000506-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Davenil de Luca Júnior OAB PR018772
Réu: Luan Uallas Retroz Ferreira
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:45 do dia 06/12/2011

**006** 2011.0000583-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Thatiana Maria de Souza OAB PR034214
Réu: Jones Pereira Santos
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:00 do dia 17/10/2011

**007** 2011.0000583-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Thatiana Maria de Souza OAB PR034214
Réu: Jones Pereira Santos
Objeto: Fica a douta advogada intimada novamente para que manifeste acerca do contido no art. 325, §1º do CPP, conforme parecer do Ministério Publico às fls. 54.

**008** 2011.0000688-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Roberta Cassia Nobile Bastos OAB PR055512
Réu: Douglas Eduardo Furlan
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:00 do dia 17/10/2011

**009** 2011.0000661-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Jorge Paulo Melhem Haddad OAB PR040711
Réu: Rodrigo Chagas da Silva
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:15 do dia 24/10/2011

**010** 2006.0000908-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Raphael Dias Sampaio OAB PR024315
Réu: Marcos de Souza
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 13:00 do dia 15/12/2011

---

**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO-PR.**
**VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS.**
**Juiz - Dr. Renato Cruz de Oliveira Junior**

**RELAÇÃO N.º 524/2011**

Execução de Alimentos 483/09 - requerente: Thais Sanfelice João - requerido: Luiz Roberto João

Intimação da Dra. Sílvia de Fátima da Silva do nascimento - OAB/SP 168969 - escrit. em Presidente Prudente SP, para que o executado efetue o pagamento dos valores remanescente no quantum de R$ 4.914,44 em 3 dias sob pena de prisão por até 90 dias.

28 de Setembro de 2011

---

**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO-PR.**
**VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS.**
**Juiz - Dr. Renato Cruz de Oliveira Junior**

**RELAÇÃO N.º 534/2011**

Execução de Alimentos 154/09 - requerentes: A.C.M.M. e M.M.M. representados por sua mãe T.M. - requerido: E.M.

Intimação do Dr. João Ricardo Anastácio da Silva - OAB/PR 35087 - escrit. nesta e do Dr. Lourenço Pereira Borges - OAB/PR 12064 - escri. nesta. Do teor da sentença de fl. 82, em que após a citação do executado por edital, o feito foi abandonado pelos exequentes, que mesmo intimado por seu advogado mantiveram-se inertes. Posto isso considerando a falta de interesse dos exequentes na continuação do feito e abandono da causa foi julgado extinta a execução. Isentos de custas nos termos Lei nº 1.060/1950.

28 de Setembro de 2011

---

**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO-PR.**
**VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS.**
**Juiz - Dr. Renato Cruz de Oliveira Junior**

**RELAÇÃO N.º 533/2011**

Execução de Alimentos 512/08- requerente: J.L.F.G. representada por sua mãe A.R.F. - requerido: C.R.G.

Intimação da Dra. Bruna Fóglia Vieira - OAB/PR 45860 - escrit. em Sertaneja Pr. Do teor da sentença de fl. 81, na qual informa que o requerido não foi encontrado em nenhum dos endereços informados pela credora, o feito foi abandonado pela exequente, deixando de promover seguimento ao feito, declarou-se extinta a ação. Custas pela exequente, ficando, contudo, suspensa a exigibilidade de tais verbas até o desaparecimento de pobreza que milita em seu favor, nos termos Lei nº 1.060/1950.

---

**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO-PR.**
**VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS.**
**Juiz - Dr. Renato Cruz de Oliveira Junior**

**RELAÇÃO N.º 532/2011**

Alimentos 138/2010 - requerente: S.M.A.S. - requerido: B.P

Intimação do Dr. Jorge Luiz Joly Penna - OAB/SC 23138-B - escrit. nesta e Dr. José Fernando Lemos Rodrigues - OAB/PR 39815 - escrt. nesta de que foi homologado por sentença declarando extinta a ação com resolução do mérito. Concedido os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50.

28 de Setembro de 2011

---

**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO-PR.**
**VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS.**
**Juiz - Dr. Renato Cruz de Oliveira Junior**

**RELAÇÃO N.º 531/2011**

Alimentos 480/09 - requerente: I.C.T. - requerido: F.T.T.

Intimação do Dr. Renan de Oliveira Alberini - OAB/PR 28264 - escrit. nesta e da Dra. Maria Auxiliadora Talmelli - OAB/PR 32358 - escrit. em Bandeirantes Pr. Do teor da sentença de fls. 64/69 na qual foram julgados improcedentes os pedidos contidos na inicial, condenando a requerente, ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários do procurador da parte requerida, os quais arbitrou em R$ 1.500,00. Contudo, fica suspensa a exigibilidade das verbas sucumbenciais até o desaparecimento da presunção de pobreza que milita em favor da parte requerente, nos termos Lei nº 1.060/1950.

28 de Setembro de 2011

---

**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO-PR.**
**VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS.**
**Juiz - Dr. Renato Cruz de Oliveira Junior**

**RELAÇÃO N.º 530/2011**

Execução de Alimentos 418/10 - requerente: K.A.L.S. representada por sua mãe S.A.M.P. - requerido: R.T.

Intimação da Dra. Ligia do Nascimento - OAB/PR 55887 - escrit. nesta, de que por despacho datado de 21/06/2011 foi nomeada como defensora ao executado e para no prazo legal apresente justificativa.

28 de Setembro de 2011

---

**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO-PR.**
**VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS.**
**Juiz - Dr. Renato Cruz de Oliveira Junior**

**RELAÇÃO N.º 535/2011**

Execução de Alimentos 393/10 - requerente: R.A.C.S. representado por sua mãe F.C.C. - requerido: A.J.S.

Intimação do Dr. João Gonçalves de Oliveira Junior - OAB/PR 24856- escrit. nesta. Do teor da certidão de fl. 35.

28 de Setembro de 2011

---

# CORONEL VIVIDA

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Coronel Vivida Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Carlos Fernandes OAB PR021381 | 001 | 2006.0000060-8 |

**001** 2006.0000060-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Carlos Fernandes OAB PR021381
Objeto: Designo o dia 20/10/2011, às 13h, para inspeção judicial no aparelho de celular apreendido nos presentes autos.

---

# CURIÚVA

# JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curiúva Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Alexandre Alberto Giunta Borges OAB PR033644 | 001 | 2009.0000268-1 |

**001** 2009.0000268-1 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Alexandre Alberto Giunta Borges OAB PR033644
Réu: Antonio Izidio Sobrinho
Objeto: Despacho em 22/07/2011: Intima o defensor de que foi nomeado nos autos para patrocinar a defesa do acusado Antonio Izidio Sobrinho, devendo-se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, se aceita ou não a nomeação.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curiúva Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Joao Augusto Moraes dos Santos OAB PR015888 | 001 | 2011.0000220-0 |

**001** 2011.0000220-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Joao Augusto Moraes dos Santos OAB PR015888
Réu: Israel Rodrigues
Objeto: Despacho em 28/09/2011: INTIMA O DEFENSOR a devolver os autos a Escrivania, no prazo de 24 horas, sob as penas da lei.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Curiúva Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Ercilio Rodrigues de Paula OAB PR007862 | 001 | 2005.0000069-0 |
| Hamilton Pereira Zanella OAB PR040470 | 003 | 2010.0000148-2 |
| Joao Augusto Moraes dos Santos OAB PR015888 | 002 | 2011.0000238-3 |

**001** 2005.0000069-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ercilio Rodrigues de Paula OAB PR007862
Réu: Jonathan Mendes do Prado
Objeto: Despacho em 04/07/2011: Intima o defensor de que foi nomeado nos autos para patrocinar a defesa do acusado Jonathan Mendes do Prado, devendo-se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, se aceita ou não a nomeação.

**002** 2011.0000238-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Joao Augusto Moraes dos Santos OAB PR015888
Réu: Joao Paulo Luiz da Silva
Réu: Robson de Oliveira Farias
Objeto: Despacho em 03/08/2011: Intima o Defensor de que este Juizo nomeou-o como Defensor dativo em favor do(s) acusado(s) João Paulo Luiz da Silva e Robson de Oliveira Farias, o Dr. João Augusto Moraes dos Santos. Intime-o para manifestar-se se aceita a nomeação no prazo de cinco dias.

**003** 2010.0000148-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Hamilton Pereira Zanella OAB PR040470
Réu: Marcio da Aparecida Mainardes
Objeto: Despacho em 08/07/2011: Intima o defensor de que foi nomeado nos autos para patrocinar a defesa do acusado Marcio da Aparecida Mainardes, devendo-se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, se aceita ou não a nomeação.

# FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

# VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Fazenda Rio Grande Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| André Luiz Souza Nogueira OAB SP128604 | 013 | 2006.0000333-0 |
| Celia Mazzagardi OAB PR011719 | 002 | 2008.0000318-0 |
| | 012 | 2011.0000904-3 |
| Celia Mazzagardi OAB PR11719B | 009 | 2011.0001246-0 |
| | 010 | 2011.0001050-5 |
| Claudir Dalla Costa OAB PR033871 | 007 | 2011.0001223-0 |
| | 016 | 2011.0000795-4 |
| Darci Candido de Paula OAB PR017780 | 003 | 2011.0001280-0 |
| Debora L. de Oliveira OAB PR044817 | 011 | 2011.0000446-7 |
| Felipe Anghinoni Grazziotin OAB PR022745 | 008 | 2011.0001289-3 |
| Gilson Wilmar Albertoni OAB PR036189 | 004 | 2000.0000093-3 |
| Julienne Perozin Garofani OAB PR029474 | 014 | 2006.0000273-2 |
| Leila Carla Leprevost OAB PR031559 | 015 | 2010.0000094-0 |
| Rodrigo Maleno Goulart OAB PR053750 | 005 | 2011.0001154-4 |
| Valcir Muller OAB PR046120 | 006 | 2011.0001154-4 |
| Walmir de Oliveira Lima Teixeira OAB PR039167 | 001 | 2011.0001229-0 |

**001** 2011.0001229-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Walmir de Oliveira Lima Teixeira OAB PR039167
Réu: Carlos Henrique Alves
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 19/10/2011

**002** 2008.0000318-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Celia Mazzagardi OAB PR011719
Réu: Luciane Maira Teixeira
Objeto: INTIME-SE a Advogada nomeada para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente resposta por escrito (art. 369, do CPP).

**003** 2011.0001280-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Darci Candido de Paula OAB PR017780
Réu: Ronei Dulciano Rodrigues
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 13/10/2011

**004** 2000.0000093-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Gilson Wilmar Albertoni OAB PR036189
Réu: Daniel Pesco
Objeto: À defesa para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os Memoriais.

**005** 2011.0001154-4 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Rodrigo Maleno Goulart OAB PR053750
Réu: Adrielyton Isauro Andrade Trindade
Réu: Gustavo das Neves
Réu: Juliano Affonso
Objeto: INTIME-SE o advogado para dizer, em 05 (cinco) dias, se irá patrocinar a defesa do acusado Gustavo.

**006** 2011.0001154-4 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Valcir Muller OAB PR046120
Réu: Adrielyton Isauro Andrade Trindade
Réu: Gustavo das Neves
Réu: Juliano Affonso
Objeto: INTIME-SE o advogado para dizer, em 05 (cinco) dias, se aceita a constituição para patrocinar a defesa do acusado Adrielyton.

**007** 2011.0001223-0 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Claudir Dalla Costa OAB PR033871
Réu: Elvis de Lima
Objeto: I. Nomeio Dr. CLAUDIR DALLA COSTA para patrocinar a defesa do acusado. II. INTIME-SE o Advogado para que, aceitando a nomeação, apresente defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.

**008** 2011.0001289-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Felipe Anghinoni Grazziotin OAB PR022745
Réu: Juliano Forbeci
Objeto: I. Nomeio Dr. FELIPE ANGHINONI GRAZZIOTIN para patrocinar a defesa do acusado.
II. INTIME-SE o advogado para que, aceitando a nomeação, apresente defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.

**009** 2011.0001246-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Celia Mazzagardi OAB PR11719B
Réu: Leandro Diego Santos da Silva
Objeto: I. Nomeio Dra. CELIA MAZZAGARDI para patrocinar a defesa do acusado.
II. INTIME-SE a advogada para que, aceitando a nomeação, apresente defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.

**010** 2011.0001050-5 Execução da Pena
Advogado: Celia Mazzagardi OAB PR11719B
Réu: Marcos Jonathan Wolf Prudenciano
Objeto: Ao advogado nomeado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca da falta grave praticada pelo réu MARCOS JONATHAN WOLF PRUDENCIANO consistente na fuga da Cadeia Pública local.

**011** 2011.0000446-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Debora L. de Oliveira OAB PR044817
Réu: Elias Rocha de Oliveira
Réu: Israel de Abreu
Objeto: INTIME-SE a Advogada constituída pelo acusado para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente resposta por escrito.

**012** 2011.0000904-3 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Celia Mazzagardi OAB PR011719
Réu: Odair Betim Pinto
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 21/10/2011

**013** 2006.0000333-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: André Luiz Souza Nogueira OAB SP128604
Réu: Lineo Tochetto
Réu: Luiz Carvalho
Réu: Tereza Siman
Objeto: DIANTE DO EXPOSTO, conheço dos embargos de declaração com o efeito de julgá-los improcedentes porque não se operou a prescrição.

**014** 2006.0000273-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Julienne Perozin Garofani OAB PR029474
Réu: Eliel Gomes de Souza
Réu: Eliel Gomes de Souza
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Cumprimento da suspensão"
Dispositivo: "DIANTE DO EXPOSTO, nos termos do art. 89, §5º da Lei nº 9.099/95, expirado o prazo da suspensão sem que tenha havido revogação, antes do decurso do prazo de 02 (dois) anos, impõe-se JULGAR extinta a punibilidade do réu ELIEL GOMES DE SOUZA."
Magistrado: Marcos Vinicius Christo

**015** 2010.0000094-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Leila Carla Leprevost OAB PR031559
Réu: Carlos Roberto de Lima
Réu: Joao Denilson Silva
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 30/11/2011

**016** 2011.0000795-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Claudir Dalla Costa OAB PR033871
Réu: Carlos Eduardo Coutinho
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:30 do dia 04/10/2011

# FORMOSA DO OESTE

# JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Formosa do Oeste Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| André Luiz Pires Curuca OAB PR019760 | 001 | 2011.0000316-9 |
| | 007 | 2011.0000366-5 |
| Jakeline Fernandes Stefanello OAB PR039995 | 005 | 1999.0000004-5 |
| João Maria Corrêa OAB PR004598 | 006 | 2008.0000074-1 |
| Marcelo Márcio de Oliveira OAB PR027559 | 003 | 2008.0000068-7 |
| Marcelo Navarro de Morais OAB PR037418 | 008 | 2011.0000048-8 |
| Rogério Petronilho OAB PR019893 | 004 | 1999.0000004-5 |
| Rosival Petronilio OAB PR032368 | 002 | 2009.0000372-6 |
| | 009 | 2010.0000148-2 |
| Silverio Petronilho OAB PR011831 | 009 | 2010.0000148-2 |

**001** 2011.0000316-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: André Luiz Pires Curuca OAB PR019760
Réu: Reginaldo Ferreira Gomes
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 30/09/2011

**002** 2009.0000372-6 Crimes Ambientais
Advogado: Rosival Petronilio OAB PR032368
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 13:10 do dia 18/10/2011

**003** 2008.0000068-7 Crimes Ambientais
Advogado: Marcelo Márcio de Oliveira OAB PR027559
Réu: Jailson Jose de Lima
Réu: Jailson Jose de Lima
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Posto isso, e tudo mais que dos autos consta, julgo procedente a pretensão punitiva estatal para o fim de condenar Jailson José de Lima, já qualificado, nas sanções do artigo 15 da Lei nº 7.802/1989."
Pena final: 2 anos de reclusão e 10 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Alarico Francisco Rodrigues de Oliveira Junior

**004** 1999.0000004-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Rogério Petronilho OAB PR019893
Réu: Marilene Martini
Objeto: Fica intimado o Dr. Rogério Peronilho, OAB/PR 19.893, para apresentar as alegações finais, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação.

**005** 1999.0000004-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jakeline Fernandes Stefanello OAB PR039995
Réu: Daisy Maria Kaled Regazzo
Objeto: Fica intimado a Dra. Jakeline Fernandes Stefanello, OAB/PR 39.995, para apresentar as alegações finais, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação.

**006** 2008.0000074-1 Crimes Ambientais
Advogado: João Maria Corrêa OAB PR004598
Réu: Ariosvaldo Pinho
Objeto: Fica intimado o Dr. João Maria Correa, OAB/PR 4.598, para apresentar as alegações finais, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação.

**007** 2011.0000366-5 Petição
Advogado: André Luiz Pires Curuca OAB PR019760
Réu: Reginaldo Ferreira Gomes
Objeto: Ante o exposto, conheço dos embargos e, no mérito, negou-lhe provimento

**008** 2011.0000048-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Marcelo Navarro de Morais OAB PR037418
Réu: Antonio Barbosa da Silva
Réu: Marcos Jimenes Soares
Réu: Antonio Barbosa da Silva
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Posto isso, o tudo mais que dos autos consta, julgo parcialmente procedente a pretenção punitiva para o fim de condenar Antonio Barbosa da Silva e Marcos Jimenes Soares, nas penas do artigo 14 da Lei n.º 10.826/2003, e, Absolver Antonio Barbosa da Silva do Crime descrito no artigo 180 do Código Penal, com base no artigo 415, IV do Código de Processo Penal."
Pena final: 2 anos de reclusão
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Réu: Marcos Jimenes Soares
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Pena final: 2 anos de reclusão
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Alarico Francisco Rodrigues de Oliveira Junior

**009** 2010.0000148-2 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Rosival Petronilio OAB PR032368
Advogado: Silverio Petronilho OAB PR011831
Réu: Maria Celeste Costa de Jesus
Réu: Antonio Nolberto de Mendonça Filho
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Diante de todo o exposto, hei por bem julgar parcialmente procedente a denúncia ao efeito de condenar a ré Maria Celeste Costa de Jesus, pela prática do delito tipificado no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06 e o réu Antonio Nolberto de Mendonça Filho, pela prática do delito tipificado no artigo 33 e 40, VI, da Lei 11.343/06, absolver o réu Antonio Nolberto de Mendonça Filho do delito descrito no artigo 12 da Lei 10.826/03, com base no artigo 415, IV do CPP e absolver a ré Maria Celeste Costa de"
Pena final: 7 anos e 5 meses e 20 dias de reclusão e 747 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Fechado
Réu: Maria Celeste Costa de Jesus
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Diante de todo o exposto, hei por bem julgar parcialmente procedente a denúncia ao efeito de condenar a ré Maria Celeste Costa de Jesus, pela prática do delito tipificado no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06 e o réu Antonio Nolberto de Mendonça Filho, pela prática do delito tipificado no artigo 33 e 40, VI, da Lei 11.343/06, absolver o réu Antonio Nolberto de Mendonça Filho do delito descrito no artigo 12 da Lei 10.826/03, com base no artigo 415, IV do CPP e absolver a ré Maria Celeste Costa de"
Pena final: 1 ano e 8 meses de reclusão e 167 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Fechado
Magistrado: Alarico Francisco Rodrigues de Oliveira Junior

# FOZ DO IGUAÇU

# 1ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Foz do Iguaçu 1ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Angela Pereira Dalbosco OAB PR057213 | 001 | 2011.0000632-0 |
| Cleverson Leandro Ortega OAB PR043249 | 008 | 2011.0002453-0 |
| Daniele Aparecida Schreiner Milani OAB PR043347 | 008 | 2011.0002453-0 |
| Eliana Maria Colusso OAB PR020788 | 007 | 2008.0003951-6 |
| Eliane Vargas Rocha OAB PR018654 | 003 | 1989.0000050-0 |
| Fabiano Ferreira dos Santos OAB PR046164 | 009 | 2011.0000095-0 |
| Guilherme Ferraz Lewin OAB PR029024 | 005 | 2011.0003207-0 |
| Gustavo de Araujo Lima OAB PR031051 | 005 | 2011.0003207-0 |
| Jean Carlos Frogeri OAB PR049205 | 006 | 2011.0004273-3 |
| Jossimar Ioris OAB PR021822 | 004 | 2007.0004691-0 |
| Maria das Dores Vilhalva dos Santos Camargo OAB PR032359 | 010 | 2010.0004263-4 |
| Mauricio Defassi OAB PR036059 | 012 | 2011.0004496-5 |
| Reinaldo Caetano dos Santos OAB PR016599 | 002 | 1991.0000086-5 |
| Vilson Dreher OAB PR017572 | 011 | 2011.0002325-9 |

**001** 2011.0000632-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Angela Pereira Dalbosco OAB PR057213
Réu: Cristino Arzamendia
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 17:20 do dia 07/10/2011

**002** 1991.0000086-5 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Reinaldo Caetano dos Santos OAB PR016599
Réu: Nacir Luiz Strapasson
Objeto: Despacho em 19/09/2011: Ao defensor, "... para que, nos termos do art. 422 do Código de Processo Penal, em cinco dias, manifestem-se no sentido de apresentar o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como quanto ao requerimento de diligências ou juntada de documentos.". Dr. Rodrigo Luis Giacomin - Juiz de Direito. Foz do Iguaçu, 19 de setembro de 2011.

**003** 1989.0000050-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Eliane Vargas Rocha OAB PR018654
Réu: Valdivino Tormes
Objeto: Despacho em 19/09/2011: Ao defensor, "... para que, nos termos do art. 422 do Código de Processo Penal, em cinco dias, manifestem-se no sentido de apresentar o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como quanto ao requerimento de diligências ou juntada de documentos.". Dr. Rodrigo Luis Giacomin - Juiz de Direito. Foz do Iguaçu, 19 de setembro de 2011.

**004** 2007.0004691-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jossimar Ioris OAB PR021822
Réu: Jean Carlos Miguel da Silva
Réu: Marcos Antonio Martinho
Objeto: Despacho em 19/09/2011: Ao defensor, "... para que, no prazo de 48 horas, se manifestem acerca do laudo pericial efetivado na arma de fogo apreendida nestes autos, no sentido de demonstrar necessidade de contraprova."

**005** 2011.0003207-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: 2ª Vara Criminal / PARANAGUÁ / PR
Autos de origem: 2005.537-3
Advogado: Guilherme Ferraz Lewin OAB PR029024
Advogado: Gustavo de Araujo Lima OAB PR031051
Réu: Alexandre Torinelli Correa
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 17:10 do dia 10/10/2011

**006** 2011.0004273-3 Carta Precatória
Juízo deprecante: Unica Vara Criminal / Matelandia / PR
Autos de origem: 2011.750-4
Advogado: Jean Carlos Frogeri OAB PR049205
Réu: Cleber Tosta
Réu: Jackson Ezequiel Cavalli
Réu: Maikon Ricardo Pires Goulart
Réu: Pablo Tafarel Cavalli
Objeto: Despacho em 23/09/2011: Ao defensor, para que se manifeste no prazo de 05 dias, acerca da ausência de testemunhas. Dr. Rodrigo Luis Giacomin - Juiz de Direito. Foz do Iguaçu, 23 de setembro de 2011.

**007** 2008.0003951-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Eliana Maria Colusso OAB PR020788
Réu: Andrea Ferreira Carvalho
Réu: Andrea Ferreira Carvalho
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Lei 9099/95"
Dispositivo: "(...) Julgo extinta a punibilidade da acusada Andrea Ferreira Carvalho, nos moldes do art.89, § 5.ª, da Lei 9.099/95."
Magistrado: Juliana Arantes Zanin

**008** 2011.0002453-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Cleverson Leandro Ortega OAB PR043249
Advogado: Daniele Aparecida Schreiner Milani OAB PR043347
Réu: Danylo Machado de Jesus
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:00 do dia 10/10/2011

**009** 2011.0000095-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Fabiano Ferreira dos Santos OAB PR046164
Réu: Thiago Gomes Benevides
Objeto: Despacho em 15/06/2011: Ao defensor, "... para que responda a acusação por escrito, no prazo máximo de dez dias. (...) na resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (artigo 396-A do Código de Processo Penal).". Dr. Rodrigo Luis Giacomin - Juiz de Direito. Foz do Iguaçu, 15 de junho de 2011.

**010** 2010.0004263-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Maria das Dores Vilhalva dos Santos Camargo OAB PR032359
Réu: Evilasio Alexandre
Objeto: Despacho em 16/08/2011: Ao defensor, "... para que responda a acusação por escrito, no prazo máximo de dez dias. (...) na resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (artigo 396-A do Código de Processo Penal).". Dr. Rodrigo Luis Giacomin - Juiz de Direito. Foz do Iguaçu, 16 de agosto de 2011.

**011** 2011.0002325-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Vilson Dreher OAB PR017572
Réu: Jaqueline Souza Zanotto
Objeto: Despacho em 13/06/2011: Ao defensor, "... para que responda a acusação por escrito, no prazo máximo de dez dias. (...) na resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (artigo 396-A do Código de Processo Penal).". Dr. Rodrigo Luis Giacomin - Juiz de Direito. Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2011.

**012** 2011.0004496-5 Insanidade Mental do Acusado
Paciente: Cesar Augusto Machado
Advogado: Mauricio Defassi OAB PR036059
Objeto: Despacho em 25/08/2011: "... indefiro o pedido de aplicação da aludida medida cautelar. De outro lado, determino a imediata instauração de incidente de insanidade mental (...) Nomeio como curador do investigado o Dr. Mauricio Defassi (...) Ao defensor para que, no prazo de 05 dias, aceite ou não o encargo.". Dra. Juliana Arantes Zanin - Juíza de Direito Substituta. Foz do Iguaçu, 25 de agosto de 2011.

# 3ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Foz do Iguaçu 3ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| André Eduardo de Queiroz OAB PR036818 | 001 | 2011.0003035-2 |
| Cleverson Leandro Ortega OAB PR043249 | 005 | 2011.0000249-9 |
| Jefferson Alves Feitosa Amaral OAB PR049234 | 003 | 2008.0002349-0 |
| Jocemir de Mello OAB PR050194 | 006 | 2009.0001013-7 |
| Marta Lopes de Andrades OAB PR044640 | 002 | 2010.0003694-4 |
| Rogerio Martins Albieri OAB PR018346 | 004 | 2011.0004435-3 |
| Sandra Aparecida de Araújo OAB RS058946 | 005 | 2011.0000249-9 |

**001** 2011.0003035-2 Restituição de Coisas Apreendidas
Advogado: André Eduardo de Queiroz OAB PR036818
Requerente: Adriel Ribeiro de Amorim
Objeto: Intimação da defesa, acerca do deferimento do pedido de restituição do objeto apreendido, um veiculo GM/Vectra GLS, ano 1999, modelo 2000, placa CXO-3290, cor azul, chassi n°. 9BGJK9H07289, Renavam n°. 72.417565-2.

**002** 2010.0003694-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Marta Lopes de Andrades OAB PR044640
Réu: Leonardo Raimundo Pereira da Silva
Objeto: Intimação da defesa para apresentar as alegações finais, no prazo de 05 (cinco) dias.

**003** 2008.0002349-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jefferson Alves Feitosa Amaral OAB PR049234
Réu: Felipe Portinho Vieira de Carvalho
Objeto: Intimação do réu para apresentar as alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias.

**004** 2011.0004435-3 Carta Precatória
Juízo deprecante: Unica Vara Criminal / Matelandia / PR
Autos de origem: 2011.621-4
Advogado: Rogerio Martins Albieri OAB PR018346
Réu: Alex Santos de Andrade
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:40 do dia 04/10/2011

**005** 2011.0000249-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Cleverson Leandro Ortega OAB PR043249
Advogado: Sandra Aparecida de Araújo OAB RS058946
Réu: Alexssandro do Nascimento
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:30 do dia 11/10/2011

**006** 2009.0001013-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jocemir de Mello OAB PR050194
Réu: Adelar Cesar da Silva
Objeto: Intimação do defensor para que promova a extração do traslado dos autos, o qual deverá ser remetido ao Egrégio Tribunal de Justiça, conforme previsão do § 1º do art. 601 do CPP.

# VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

**VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS - FOZ DO IGUAÇU**

**RELAÇÃO Nº 339/2011**

| RELAÇÃO DOS ADVOGADOS | **NÚMEROS** |
|---|---|
| JOSSIMAR IORIS | **01** |

**1) CAD nº 137.334**
**Autos de** Remição de Pena nº 3427/11
**Ré(u)/Requerente:**NICODEMO FINKEN SANCHEZ
**Intimação:** Deferido o pedido e declarado remidos 82 dias do tempo de pena privativa de liberdade aplicada, e declarada extinta a pena aplicada relativa aos autos de Processo Crime nº 2004.70.02.006211-0 da 1ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu/PR, com determinação de expedição de alvará de soltura, se por "al" não estiver preso, com cumprimento pela Polícia Federal.. - Adv(ª). Dr(ª). JOSSIMAR IORIS

**Foz do Iguaçu/PR, 28/09/2011.**

# FRANCISCO BELTRÃO

# VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Francisco Beltrão Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Alecxandro Manfredini Schwartz OAB AC002702 | 005 | 2009.0000635-0 |
| Alexandre Cadete Martini OAB PR054616 | 005 | 2009.0000635-0 |
| Clodoaldo Mazurana OAB PR026121 | 010 | 2011.0001734-8 |
| Eliandra Cristina Winck OAB PR25687B | 006 | 2011.0000380-0 |
| Felix Lopes Fernandes OAB MS010420 | 007 | 2011.0000404-1 |
| Fernando Biava da Silva OAB PR045330 | 004 | 2007.0000675-6 |
| João Alberto Marchiori OAB PR021635 | 002 | 2011.0000652-4 |
| Luiz Eduardo de Souza OAB PR019453 | 001 | 2011.0001803-4 |
| Marcelo Antonio Stephanus OAB PR041777 | 003 | 2011.0001971-5 |
| Maria Aparecida de Paula Lima Rech OAB PR015402 | 002 | 2011.0000652-4 |
| Rodrigo Parizotto Bandeira OAB PR037936 | 008 | 2011.0000229-4 |
| Vilmar Domingues da Luz OAB PR043239 | 009 | 2011.0000401-7 |

**001** 2011.0001803-4 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Luiz Eduardo de Souza OAB PR019453
Réu: Cristiano Marques Todescatto
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 04/10/2011

**002** 2011.0000652-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: João Alberto Marchiori OAB PR021635
Advogado: Maria Aparecida de Paula Lima Rech OAB PR015402
Objeto: Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Ex positis e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado para o fim de:
a) CONDENAR o réu SALVADOR DO NASCIMENTO, já qualificado, pela prática das condutas tipificadas no art. 146, §1º do Código Penal (1º fato); art. 15 da Lei nº 10.826/03 (2º fato); e art. 12 da Lei 10.826/03 (4º fato).
Pena final: 2 anos e 11 meses de reclusão e 48 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/3 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Fechado
b) CONDENAR o réu VALDIR ANHAIA, já qualificado, nas sanções do artigo 12 da Lei n° 10.826/03 (3º fato).
Pena final: 1 ano de reclusão e 10 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Sandra Dal´ Molin

**003** 2011.0001971-5 Restituição de Coisas Apreendidas
Advogado: Marcelo Antonio Stephanus OAB PR041777
Requerente: Fabiano Sanches Erustes
Objeto: 1. Trata-se de pedido de restituição de bem apreendido formulado por Fabiano Sanches Erustes.....
2.Dispõe o artº. 118, do CPP, que.....
3.Posto isso, defiro o pedido inicial para, com fundamento no artigo 118 do CPP, determinar a restituição a FABIANO SANCEHS ERUSTES do revolver, marca Taurus, calibre 380, nº KZC01497, registrada sob nº 2006/006325589-09, mediante termo de entrega.
Intimações e diligencias necessária.
Ciência ao MP.
Oportunamente, arquivem-se.

**004** 2007.0000675-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Fernando Biava da Silva OAB PR045330
Réu: Joelcio Viana
Objeto: Apresentar alegações finais em cinco dias.

**005** 2009.0000635-0 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Alecxandro Manfredini Schwartz OAB AC002702
Advogado: Alexandre Cadete Martini OAB PR054616
Réu: Laudenira de Lima
Objeto: 1. Tendo em conta a declaração de hipossuficiência econômica acostada à fl. 367, corroborada, ainda, por duas testemunhas, concedo à apenada LAUDENIRA DE LIMA os benefícios da gratuidade processual, dispensando-a do pagamento das custas processuais, o que faço com fulcro na Lei nº 1060/50.

**006** 2011.0000380-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / PATO BRANCO / PR
Autos de origem: 2009.243-6
Advogado: Eliandra Cristina Winck OAB PR25687B
Réu: Anselmo Luiz Rodrigues
Réu: Antoninho Gonçalves
Réu: Edson Junior dos Santos
Réu: Marciano Pereira da Silva
Réu: Rudimar Inacio
Objeto: Despacho em 17/06/2011: Aceito a justificativa apresentada pelo senhor Oficial de Justiça, e designo a data de 25 de Outubro de 2011, às 15:00 horas, para realização do ato deprecado.

**007** 2011.0000404-1 Carta Precatória
Juízo deprecante: 1ª Vara Criminal / Rondonópolis / MT
Autos de origem: 5950-68.2007.811.0064
Advogado: Felix Lopes Fernandes OAB MS010420
Réu: Felipe Reis Pouso Salas
Objeto: Despacho em 25/07/2011: 1. Para a realização do ato que se viu postergado, designo o dia 20 de Outubro de 2011, às 16h30min.Comunique-se o douto Juízo deprecante. Int. e dil. nec.

**008** 2011.0000229-4 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Única da Comarca de Quilombo / Quilombo / SC
Autos de origem: 053.10.00302-0
Advogado: Rodrigo Parizotto Bandeira OAB PR037936
Réu: Valter Roberto Karkling
Objeto: Despacho em 25/07/2011: 1. Para a realização do ato que se viu postergado, designo o dia 20 de Outubro de 2011, às 15h30min.
2. Sem prejuízo do disposto acima, cumpra-se o item 1 de fl. 36
Comunique-se o douto Juízo deprecante. Int. e dil. nec.

**009** 2011.0000401-7 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / CANTAGALO / PR
Autos de origem: 2006.33-0
Advogado: Vilmar Domingues da Luz OAB PR043239
Réu: Paulo Nadir Baumel Aleixo
Objeto: Despacho em 25/07/2011: 1. Para a realização do ato que se viu postergado, designo o dia 20 de Outubro de 2011, às 13h15min.Comunique-se o douto Juízo deprecante. Int. e dil. nec.

**010** 2011.0001734-8 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / DOIS VIZINHOS / PR
Autos de origem: 2010.821-5
Advogado: Clodoaldo Mazurana OAB PR026121
Réu: Carmelindo da Veiga
Objeto: Despacho em 11/08/2011: 1.Designo a data de 19 de Outubro de 2011, às 13:15 horas, para realização do ato deprecado.
2.Comunique-se ao Juízo Deprecante.
3.Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público.

# GRANDES RIOS

# JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Grandes Rios Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Isa Valéria Mariani OAB PR043429 | 001 | 2008.0000108-0 |

**001** 2008.0000108-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Isa Valéria Mariani OAB PR043429
Objeto: INTIMAÇÃO DA DEFENSOR QUE FOI DESIGNADO O DIA 24/11/2011, ÀS 15:30 HORAS PARA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.
BEM COMO ITIMAÇÃO DA MESMA QUE FOI EXPEDIDA CARTA PRECATÓRIA PARA INTIMAR O RÉU, CARTA PRECATÓRIA PARA A COMARCA DE JANDAIA DO SUL/PR PARA INQUIÇÃO DA TESTEMUNHA ARROLADA PELA ACUSAÇÃO DANIEL GIAMPIETRO, PARA COMARCA DE FAXINAL/PR PARA INQUIRIÇÃO DA TESTEMUNHA ARROLADA PELA ACUSAÇÃO VANDERLEI PEREIRA DA SILVA, PARA COMARCA DE PORTO UNIÃO/SC PARA INQUIRIÇÃO DA TESTEMUNHA JOAREZ ANTONIO BATISTA, BEM COMO FOI EXPEDIDA CARTA PRECATÓRIA PARA A COMARCA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ/PR, PARA INQUIRIÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA DEFESA.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Grandes Rios Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Melvis Muchiutti OAB PR006771 | 001 | 2007.0000045-6 |

**001** 2007.0000045-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Melvis Muchiutti OAB PR006771
Objeto: Despacho em 29/09/2011: CONSIDERANDO A PRECATÓRIA EXPEDIDA PARA A OITIVA DA TSTEMUNHA TEREZA DE JESUS VIEIRA NAZARETE DE SOUZA FOI JUNTADA DEPOIS DA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MP, FACULTO-LHE A COMPLEMENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS EM CINCO DIAS.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Grandes Rios Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Jose Edineudes Batista OAB PR014349 | 001 | 2004.0000001-9 |

**001** 2004.0000001-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jose Edineudes Batista OAB PR014349
Réu: Jobson Taborda Desplanches
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Cumprimento da condenação"
Dispositivo: "DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE..."
Magistrado: Rodrigo do Amaral Barboza

# GUARAPUAVA

## 1ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Guarapuava 1ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Elcio Jose Melhem OAB PR007169 | 001 | 2011.0000563-3 |

**001** 2011.0000563-3 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Advogado: Elcio Jose Melhem OAB PR007169
Requerente: Jociel Marques
Objeto: EM DATA DE 02.03.2011 - JULGADA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO PRESENTE PROCEDIMENTO COM FUNDAMENTO NOS ARTIGOS 267, VI E 462 DO CPC, ANALOGICAMENTE APLICAOS À HIPÓTESE.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Guarapuava 1ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Osmael Lysenko OAB PR035832 | 001 | 2010.0000195-4 |

**001** 2010.0000195-4 Restituição de Coisas Apreendidas
Advogado: Osmael Lysenko OAB PR035832
Requerente: Dirceu Rodrigues
Objeto: FICA INTIMADO O D. ADVOGADO NOMINADO ACIMA, ACERCA DO R. DESPACHO PROFERIDO POR ESTE JUÍZO, AOS 27 DE SETEMBRO DE 2011, O QUAL JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, COM FUNDAMENTO NOS ARTS. 118 E 120 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, DETERMINANDO A IMEDIATA RESTITUIÇÃO DO BEM APREENDIDO EM FAVOR DO REQUERENTE.

# GUARATUBA

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Guaratuba Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Anderson Ferreira OAB PR048657 | 006 | 2011.0000158-1 |
| | 007 | 2008.0000004-0 |
| | 018 | 2008.0000124-1 |
| | 020 | 2008.0000940-4 |
| Antonio França OAB PR013747 | 015 | 2010.0000330-2 |
| Fabio José de Lima Prestes OAB PR050815 | 011 | 2011.0000136-0 |
| Fabricio Luiz Weschenfelder OAB PR031826 | 011 | 2011.0000136-0 |
| Joli Gley Barbosa Cubas OAB PR022413 | 013 | 2010.0000298-5 |
| | 014 | 2010.0000298-5 |
| Jorge Vicente Silva OAB PR014987 | 015 | 2010.0000330-2 |
| Julio Ricardo Araujo OAB PR045637 | 017 | 2009.0000977-5 |
| Lisandra Alves Anghinoni OAB PR044539 | 010 | 2010.0001038-4 |
| Luiz Alberto Pereira Paixão OAB PR052034 | 012 | 2011.0000002-0 |
| Luiz Antonio Michaliszyn Filho OAB PR030294 | 005 | 2005.0000256-0 |
| | 015 | 2010.0000330-2 |
| Marcelo Tortoza Bignelli OAB PR032150 | 016 | 2007.0000157-6 |
| Marilia Lucca OAB PR034525 | 006 | 2011.0000158-1 |
| Naidi Nagila Espindola OAB SC29897B | 004 | 2009.0000420-0 |
| Oribes Mussi Correa OAB PR006908 | 003 | 2010.0000353-1 |
| Orley Wilson Pacheco OAB PR033776 | 017 | 2009.0000977-5 |
| Ricardo Bianco Godoy OAB PR048460 | 001 | 2010.0000898-3 |
| | 002 | 2010.0000898-3 |

| | | |
|---|---|---|
| | 008 | 2011.0000903-5 |
| | 009 | 2011.0000842-0 |
| Vladimir Luciano Ferreira Rubio OAB PR032762 | 010 | 2010.0001038-4 |
| Zuldemar Souza Quadros de Sant' Anna OAB PR012024 | 019 | 2005.0000126-2 |

**001** 2010.0000898-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ricardo Bianco Godoy OAB PR048460
Réu: Marciel Duarte
Objeto: (Continuando) inclusive com a dosimetria da pena nesta oportunidade.

**002** 2010.0000898-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ricardo Bianco Godoy OAB PR048460
Réu: Marciel Duarte
Objeto: Dito isso e por tudo o mais que dos autos consta, julgo parcialmente procedente a denúncia para o fim de absolver o réu Marciel Duarte pelo crime de receptação, o que faço com fundamento no art. 386, III do Código de processo Penal, e condená-lo pela prática do crime de posse ilegal de arma de fogo, nos termos do art. 12 da Lei 10.826/2003.
Consigno que o crime de posse ilegal de arma de fogo comina pena privativa de liberdade mínima de 1 (um) anos de detenção, o que autorizaria, em tese, a oferta de proposta de suspensão condicional do processo ao réu. Ocorre, porém que o Ministério Público, em suas alegações finais, já se manifestou expressamente no sentido de que o réu não faz jus ao benefício eis que responde a outras ações penais.
Assim sendo, visto que o réu não preenche os requisitos legais e que o Ministério Público há reconheceu a impossibilidade de apresentação de proposta de suspensão condicional do processo, entendo possível o lançamento integral desta sentença,

**003** 2010.0000353-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Oribes Mussi Correa OAB PR006908
Réu: Eroni Alves da Silva
Objeto: Designado o dia 14/10/2011 às 16 horas para audiência na carta precatória expedida a comarca de Colombo (1ª Vara Criminal).

**004** 2009.0000420-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Naidi Nagila Espindola OAB SC29897B
Réu: Joel Theodorico da Luz
Objeto: Despacho em 28/09/2011: Recebo a apelação eis que tempestiva.
Abra-se vista ao apelante para as suas razões, sob pena de subida sem elas e, oferecidas ou certificado o decurso do prazo, intime-se o Ministério Público para também arrazoar.
Findos os prazos, certificadas as intimações, subam ao Egrégio Tribunal de Justiça com as nossas homenagens.
Intimem-se.

**005** 2005.0000256-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Luiz Antonio Michaliszyn Filho OAB PR030294
Réu: Joao Maria Martins Alegro
Objeto: Despacho em 28/09/2011: Designo audiência de justificação para o dia 14 de outubro de 2011, às 13:00 horas.
Intime-se o apenado com a advertência que sua ausência poderá importa em regressão do regime prisional.
Intimem-se.

**006** 2011.0000158-1 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Anderson Ferreira OAB PR048657
Advogado: Marilia Lucca OAB PR034525
Réu: Andre Soares Hofstaetter
Réu: Felipe Eduardo Gomes Simão
Réu: Thiago Vicentini
Objeto: Despacho em 28/09/2011: Tendo em vista o contido no ofício de fls. 292 e o fato de se tratar de processo de réus presos, manifeste-se o Ministério Público sobre a imprescindibilidade dos depoimentos dos policiais militares ali indicados.

**007** 2008.0000004-0 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Anderson Ferreira OAB PR048657
Objeto: Expedida Carta PrecatóriaJuízo deprecado: São José dos Pinhais/PR
Finalidade: Intimação do Sentenciado do Inteiro Teor da R. Sentença Proferida
Réu: Robson Adão Castro
Prazo: 90 dias

**008** 2011.0000903-5 Execução da Pena
Advogado: Ricardo Bianco Godoy OAB PR048460
Réu: Alessandro Trancoso Barbara
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Examinando os autos constato que apenado, depois de ter sido beneficiado com a progressão de regime prisional, voltou a delinqüir já que preso pela prática de crime de tráfico de drogas. Assim, regrido, em caráter cautelar, o regime de cumprimento da pena imposta para o fechado e determino a expedição de mandado de prisão em desfavor de Alessandro Trancoso Barbara. Consigne-se que não há que se falar em constrangimento ilegal neste caso uma vez que o regime fechado é o único compatível com a custódia cautelar.Designo audiência de justificação para o dia 28 de outubro de 2011, às 13:00 horas.

**009** 2011.0000842-0 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Ricardo Bianco Godoy OAB PR048460
Réu: Alessandro Trancoso Barbara
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Sobre a testemunha não encontrada manifeste-se a defesa, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de preclusão da prova.
Intimem-se.

**010** 2010.0001038-4 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Lisandra Alves Anghinoni OAB PR044539
Advogado: Vladimir Luciano Ferreira Rubio OAB PR032762
Réu: Juliana Cadamuro
Réu: Juliane Schuartz de Jesus
Réu: Luiz Fernando Adriano Miranda
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Tendo em vista que o Advogado constituído pelo réu Luiz Fernando Adriano Miranda acompanhou o processo integralmente, proceda-se nova intimação deste para que junte as respectivas razões da apelação no prazo de 08 (oito) dias, ou apresente renúncia formal nos autos com a devida cientificação do réu, sob pena de responsabilidade.

**011** 2011.0000136-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Fabio José de Lima Prestes OAB PR050815
Advogado: Fabricio Luiz Weschenfelder OAB PR031826
Réu: Dagmar da Silva Pereira
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Depreque-se a oitiva do policial militar Joarez Silva Santos.

**012** 2011.0000002-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Luiz Alberto Pereira Paixão OAB PR052034
Réu: Irene das Graças Rodrigues
Réu: Jhonatan Luiz Martins Alves
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Depreque-se a oitiva dos policiais militares João Carlos Ferreira e Alex Machado à comarca de Guarapuava.

**013** 2010.0000298-5 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Joli Gley Barbosa Cubas OAB PR022413
Réu: Paulo Roberto de Goes
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 30 de novembro de 2011, às 16:30 horas.

**014** 2010.0000298-5 Ação Penal de Competência do Júri
Indiciado: Leonardo Roberto Goes
Advogado: Joli Gley Barbosa Cubas OAB PR022413
Réu: Paulo Roberto de Goes
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 30 de novembro de 2011, às 16:30 horas.

**015** 2010.0000330-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Antonio França OAB PR013747
Advogado: Jorge Vicente Silva OAB PR014987
Advogado: Luiz Antonio Michaliszyn Filho OAB PR030294
Réu: Dalton Calda Zanini
Réu: Joel Farias de Lima
Réu: Newton Oliveira da Rocha Neto
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Tendo em vista que o Advogado constituído pelo réu Joel Farias de Lima acompanhou o processo integralmente, proceda-se nova intimação deste para que junte as respectivas razões do recurso de apelação no prazo de 08 (oito) dias, ou apresente renúncia formal nos autos com a devida cientificação do réu, sob pena de responsabilidade.

**016** 2007.0000157-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Marcelo Tortoza Bignelli OAB PR032150
Réu: Dirceu Fernandes
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Tendo em vista que o Advogado constituído pelo réu acompanhou o processo integralmente, proceda-se nova intimação deste para que junte as respectivas alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias, ou apresente renúncia formal nos autos com a devida cientificação do réu, sob pena de responsabilidade.
Intimem-se.

**017** 2009.0000977-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Julio Ricardo Araujo OAB PR045637
Advogado: Orley Wilson Pacheco OAB PR033776
Réu: Dalci Filipetto
Réu: Jose Luiz Sari
Réu: Maristela Tres Filipetto
Réu: Miguel Jamur
Réu: Paulo Roberto de Souza Jamur
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Sobre o contido na certidão de fls. 471 manifeste-se a Defesa no prazo de 03 (três) dias, sob pena de preclusão da prova.
Intimem-se.

**018** 2008.0000124-1 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Anderson Ferreira OAB PR048657
Réu: João Leopoldino Ribeiro
Réu: Mauri da Silva Ribeiro
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Em que pesem os argumentos da defesa, o aditamento foi recebido e as questões posta no petitório de fls. 161/174 serão analisadas por ocasião da sentença de pronúncia. Por outro lado, não vislumbro necessidade em proceder a novo interrogatório dos réus já que ambos declararam expressamente que sequer se encontravam no local dos fatos. Assim sendo, concluo esteja encerrada a instrução.
Intimem-se as partes para que se manifestem na forma prevista no art. 402, do Código de Processo Penal. Em nada sendo requerido ou havendo pedido exclusivo de atualização de antecedentes, atenda-se e intimem-se imediatamente as partes para fins de alegações finais na forma prevista no § 3° do art. 403, do mesmo Diploma Processual.
Intimem-se.

**019** 2005.0000126-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Zuldemar Souza Quadros de Sant' Anna OAB PR012024
Réu: Adison Carlos Santos
Réu: Alex Alves de Carvalho
Réu: Diogo Cristiano Siqueira Anati
Réu: Ozeias Luciano Pereira
Réu: Paulo Sergio Siqueira
Réu: Ricardo Luiz da Silva
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Em vista dos argumentos apresentados pelo sentenciado Alex Alves de Carvalho, entendo por bem em declarar nula a intimação deste através de edital, tornando sem efeito, portanto, a certidão de trânsito em julgado da sentença em relação a sua pessoa. Nessas condições, recebo a apelação de fls. 313.Abra-se vista ao apelante para as suas razões, sob pena de subida sem elas e, oferecidas ou certificado o decurso do prazo, intime-se o Ministério Público para também arrazoar. Em seguida, observe o apelante a regra prevista no art. 601, § 1° do Código de Processo Penal. Findos os prazos, certificadas as intimações, subam ao Egrégio Tribunal de Justiça com as nossas homenagens.

**020** 2008.0000940-4 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Anderson Ferreira OAB PR048657
Réu: Ualison de Oliveira Rosa
Objeto: Expedida Carta Precatória
Juízo deprecado: Curitiba/PR
Finalidade: Intimação Pessoal do Diretor do Instituto de Criminalistica
Réu: Ualison de Oliveira Rosa
Prazo: 90 dias

## IBAITI

# JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Ibaiti Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Eduardo Dib Leite OAB PR047001 | 001 | 2008.0000357-0 |
| Laercio Ademir dos Santos OAB PR006576 | 002 | 2010.0000375-2 |
| Patricia Aparecida Marceli Izidoro OAB PR047060 | 002 | 2010.0000375-2 |
| Silvia Maria Teixeira da Silva OAB PR034042 | 003 | 2010.0000652-2 |

**001** 2008.0000357-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Eduardo Dib Leite OAB PR047001
Objeto: manifeste-se no prazo de 10 (dez) dias, sobre a certidão de fls. 247. Réu Sérgio Luiz Aparecido Moreira

**002** 2010.0000375-2 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Laercio Ademir dos Santos OAB PR006576
Advogado: Patricia Aparecida Marceli Izidoro OAB PR047060
Objeto: Foi designado pelo Juízo da Comarca de Palmas-PR, o dia 22 de FEVEREIRO de 2012, às 16:00 horas, para inquirição da testemunha Thiago Gindri de Carvalho, arrolado pela acusação.

**003** 2010.0000652-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Silvia Maria Teixeira da Silva OAB PR034042
Objeto: Deixo de receber o recurso de apelação interposto pela procuradora do sentenciado, uma vez que intempestivo.

# IMBITUVA

# JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Imbituva Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Dr. Alberto Jorge Bittencourt OAB PR018794 | 052 | 2011.0000478-5 |
| Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679 | 009 | 2008.0000075-0 |
| | 012 | 2010.0000641-7 |
| | 037 | 2008.0000187-0 |
| | 039 | 2008.0000079-2 |
| | 054 | 2011.0000047-0 |
| | 055 | 2011.0000054-2 |
| | 060 | 2010.0000353-1 |
| | 069 | 2010.0000537-2 |
| | 074 | 2010.0000423-6 |
| | 079 | 2009.0000315-7 |
| | 110 | 2009.0000049-2 |
| | 115 | 2008.0000341-4 |
| Dr. Amilcar Cordeiro Teixeira Filho OAB PR021856 | 109 | 2007.0000298-0 |
| Dr. Amilcar Cordeiro Teixeira OAB PR008970 | 109 | 2007.0000298-0 |
| Dr. Anderson Luiz Orane OAB PR024853 | 109 | 2007.0000298-0 |
| Dr. Antonio Vanderli Moreira OAB PR005287 | 085 | 2006.0000168-0 |
| Dr. Aureo Stupp Junior OAB PR035746 | 029 | 2009.0000371-8 |
| | 034 | 2011.0000171-9 |
| | 062 | 2007.0000426-5 |
| | 086 | 2010.0000504-6 |
| Dr. Aureo Stupp OAB PR008038 | 029 | 2009.0000371-8 |
| | 034 | 2011.0000171-9 |
| | 062 | 2007.0000426-5 |
| | 086 | 2010.0000504-6 |
| | 099 | 2011.0000165-4 |
| Dr. Cesar Ananias Bim OAB PR039506 | 067 | 2010.0000535-6 |
| Dr. Cesar Dirlei de Almeida OAB PR016283 | 090 | 2006.0000075-6 |
| Dr. Davi Alessandro Donha Artero OAB PR029329 | 001 | 2009.0000451-0 |
| | 002 | 2009.0000451-0 |
| | 016 | 2009.0000074-3 |
| | 018 | 2011.0000248-0 |
| | 045 | 2010.0000131-8 |
| | 063 | 2009.0000524-9 |
| | 064 | 2009.0000524-9 |
| | 113 | 2010.0000531-3 |
| | 114 | 2010.0000531-3 |
| Dr. Edson Aparecido Stadler OAB PR015063 | 051 | 2011.0000476-9 |
| Dr. Edson Domareski OAB PR035607 | 071 | 2010.0000484-8 |
| | 094 | 2010.0000051-6 |
| Dr. Edson Vieira Abdala OAB PR013343 | 080 | 2009.0000257-6 |
| Dr. Fausto Penteado OAB PR047399 | 015 | 2011.0000147-6 |
| | 019 | 2010.0000516-0 |
| | 027 | 2010.0000343-4 |
| | 047 | 2008.0000420-8 |
| | 056 | 2011.0000150-6 |
| | 066 | 2006.0000142-6 |
| | 070 | 2011.0000104-2 |
| | 078 | 2007.0000468-0 |
| Dr. Fernando Estevão Deneka OAB PR031753 | 004 | 2010.0000227-6 |
| | 007 | 2007.0000110-0 |
| | 011 | 2010.0000642-5 |
| | 028 | 2011.0000231-6 |
| | 036 | 2010.0000287-0 |
| | 081 | 2003.0000004-1 |
| | 093 | 2009.0000157-0 |
| | 101 | 2010.0000007-9 |
| | 110 | 2009.0000049-2 |
| Dr. Fernando Madureira OAB PR020316 | 093 | 2009.0000157-0 |
| Dr. Giovanni Borsato Cavagnari OAB PR052925 | 045 | 2010.0000131-8 |
| | 063 | 2009.0000524-9 |
| | 064 | 2009.0000524-9 |
| | 113 | 2010.0000531-3 |
| | 114 | 2010.0000531-3 |
| Dr. Irio Jose Tabela Krunn OAB PR016273 | 116 | 2007.0000005-7 |
| | 117 | 2007.0000005-7 |
| Dr. Joao Aurelio Stupp OAB PR048548 | 029 | 2009.0000371-8 |
| | 034 | 2011.0000171-9 |
| | 062 | 2007.0000426-5 |
| | 086 | 2010.0000504-6 |
| Dr. Jose Alfredo Dalzotto OAB PR013698 | 003 | 2011.0000109-3 |
| | 010 | 2010.0000150-4 |
| | 021 | 2010.0000619-0 |
| | 023 | 2011.0000498-0 |
| | 024 | 2011.0000497-1 |
| Dr. Juliano Nikel OAB PR051812 | 018 | 2011.0000248-0 |
| | 020 | 2010.0000526-7 |
| | 031 | 2006.0000063-2 |
| | 061 | 2008.0000116-0 |
| | 068 | 2009.0000186-3 |
| | 069 | 2010.0000537-2 |
| | 074 | 2010.0000423-6 |
| | 108 | 2011.0000193-0 |
| Dr. Luiz Carlos Silveira OAB PR037553 | 067 | 2010.0000535-6 |
| Dr. Luiz Sidnei Penteado OAB PR009830 | 025 | 2011.0000168-9 |
| | 033 | 2010.0000370-1 |
| | 035 | 2008.0000424-0 |
| | 046 | 2010.0000485-6 |
| | 049 | 2011.0000390-8 |
| | 059 | 2011.0000225-1 |
| | 065 | 2009.0000422-6 |
| | 075 | 2009.0000506-0 |
| Dr. Marcelo Gutervil OAB PR029292 | 088 | 2009.0000123-5 |
| Dr. Mario Elias Soltoski Junior OAB PR031931 | 040 | 2009.0000416-1 |
| Dr. Michel Rullian Dalzotto OAB PR036582 | 023 | 2011.0000498-0 |
| | 024 | 2011.0000497-1 |
| | 050 | 2011.0000372-0 |
| | 072 | 2010.0000482-1 |
| | 073 | 2010.0000482-1 |
| Dr. Mohamed Dib Darwiche OAB PR016367 | 082 | 2011.0000306-1 |
| Dr. Neudi Fernandes OAB PR025051 | 087 | 2011.0000352-5 |
| Dr. Paulo Roberto Hoeldtke OAB PR047289 | 016 | 2009.0000074-3 |
| | 018 | 2011.0000248-0 |
| | 031 | 2006.0000063-2 |

| | | |
|---|---|---|
| | 045 | 2010.0000131-8 |
| | 063 | 2009.0000524-9 |
| | 064 | 2009.0000524-9 |
| | 113 | 2010.0000531-3 |
| | 114 | 2010.0000531-3 |
| Dr. Rafael Massena da Silva OAB PR055519 | 067 | 2010.0000535-6 |
| Dr. Rauli Gross Junior OAB PR025278 | 078 | 2007.0000468-0 |
| Dr. Roberto Brzezinski Neto OAB PR025777 | 004 | 2010.0000227-6 |
| Dr. Saul João Chemim OAB PR003581 | 091 | 2011.0000086-0 |
| | 096 | 2010.0000465-1 |
| | 111 | 2010.0000507-0 |
| | 112 | 2010.0000507-0 |
| Dr. Wilson Ariel Eidam OAB PR026400 | 006 | 2007.0000110-0 |
| | 008 | 2007.0000110-0 |
| | 029 | 2009.0000371-8 |
| | 032 | 2011.0000157-3 |
| | 034 | 2011.0000171-9 |
| | 076 | 2010.0000269-1 |
| | 077 | 2008.0000559-0 |
| | 097 | 2010.0000082-6 |
| | 098 | 2010.0000082-6 |
| Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932 | 005 | 2007.0000110-0 |
| | 014 | 2011.0000219-7 |
| | 017 | 2010.0000446-5 |
| | 026 | 2008.0000193-4 |
| | 041 | 2011.0000386-0 |
| | 042 | 2011.0000386-0 |
| | 043 | 2011.0000387-8 |
| | 044 | 2011.0000387-8 |
| | 048 | 2011.0000384-3 |
| | 057 | 2010.0000603-4 |
| | 089 | 2004.0000158-9 |
| | 100 | 2009.0000542-7 |
| Dra. Adriana Hilgemberg OAB PR022274 | 109 | 2007.0000298-0 |
| Dra. Andreia Gaspar Soltoski OAB PR044209 | 040 | 2009.0000416-1 |
| Dra. Caroline Lopes Barbosa Capote OAB PR047796 | 082 | 2011.0000306-1 |
| Dra. Cristiane Stadler Stecinski OAB PR045749 | 013 | 2010.0000687-5 |
| | 030 | 2011.0000146-8 |
| | 036 | 2010.0000287-0 |
| | 058 | 2011.0000209-0 |
| | 092 | 2006.0000040-3 |
| | 097 | 2010.0000082-6 |
| | 098 | 2010.0000082-6 |
| | 102 | 2011.0000170-0 |
| | 103 | 2011.0000170-0 |
| | 104 | 2005.0000144-0 |
| | 105 | 2005.0000144-0 |
| Dra. Eliete Cristina Massuqueto OAB PR022177 | 038 | 2008.0000560-3 |
| | 110 | 2009.0000049-2 |
| Dra. Juliana Tais Floriano Silva OAB PR056557 | 022 | 2011.0000136-0 |
| | 091 | 2011.0000086-0 |
| Dra. Lorena Bianca da Silva OAB PR042756 | 053 | 2011.0000474-2 |
| Dra. Messalyne Bobato Massuqueto OAB PR043229 | 112 | 2010.0000507-0 |
| Dra. Patricia Machado Pereira Giardini OAB PR025105 | 016 | 2009.0000074-3 |
| Dra. Potira Kelly Prates Sooma OAB PR037513 | 109 | 2007.0000298-0 |
| Dra. Priscila Vaz Mendes Carneiro OAB PR054423 | 041 | 2011.0000386-0 |
| | 042 | 2011.0000386-0 |
| | 043 | 2011.0000387-8 |
| | 044 | 2011.0000387-8 |
| Dra. Rozane Machado Marconato OAB PR040465 | 031 | 2006.0000063-2 |
| | 080 | 2009.0000257-6 |
| | 083 | 2011.0000310-0 |
| | 084 | 2011.0000310-0 |
| | 095 | 2011.0000080-1 |
| | 106 | 2011.0000100-0 |
| | 107 | 2011.0000100-0 |
| Dra. Vania Mara Moreira dos Santos OAB PR009432 | 090 | 2006.0000075-6 |
| Dra. Vera Aparecida Bobato Massuqueto OAB PR006290 | 112 | 2010.0000507-0 |

**001** 2009.0000451-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Dr. Davi Alessandro Donha Artero OAB PR029329
Objeto: Despacho em 29/09/2011: para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, consoante Portaria nº 011/2011 deste Juízo, sobre o item 7.1: "...Não tendo a testemunha sido suficientemente qualificada..." e, para que se manifeste também, em mesmo prazo, sobre o item 7.1.1 da mesma Portaria: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".

**002** 2009.0000451-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Dr. Davi Alessandro Donha Artero OAB PR029329
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 13:00 do dia 01/11/2011

**003** 2011.0000109-3 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Jose Alfredo Dalzotto OAB PR013698
Objeto: Despacho em 26/09/2011: para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, consoante Portaria nº 011/2011 deste Juízo, sobre o item 7.1: "...Não tendo a testemunha sido suficientemente qualificada..." e, para que se manifeste também, em mesmo prazo, sobre o item 7.1.1 da mesma Portaria: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".

**004** 2010.0000227-6 Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Advogado: Dr. Fernando Estevão Deneka OAB PR031753
Advogado: Dr. Roberto Brzezinski Neto OAB PR025777
Objeto: Despacho em 26/09/2011: Fls. 102: "...Remetam-se os autos ao Egregio Tribunal de Justiça do Paraná com a máxima urgência..."

**005** 2007.0000110-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932
Réu: Rosnei Gonçalves dos Santos
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Dispositivo: "Art. 107, IV c/c Art. 109, V, ambos do Código Penal"
Magistrado: Antonio Jose Carvalho da Silva Filho

**006** 2007.0000110-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Wilson Ariel Eidam OAB PR026400
Réu: Nilberto Galvao
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Dispositivo: "Art. 107, IV c/c Art. 109, V, ambos do Código Penal"
Magistrado: Antonio Jose Carvalho da Silva Filho

**007** 2007.0000110-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Fernando Estevão Deneka OAB PR031753
Réu: Miguel Marcondes
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Dispositivo: "Art. 107, IV c/c Art. 109, V, ambos do Código Penal"
Magistrado: Antonio Jose Carvalho da Silva Filho

**008** 2007.0000110-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Wilson Ariel Eidam OAB PR026400
Réu: Lidio Okipny
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Dispositivo: "Art. 107, IV c/c Art. 109, V, ambos do Código Penal"
Magistrado: Antonio Jose Carvalho da Silva Filho

**009** 2008.0000075-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679
Réu: Sivonei dos Santos
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Dispositivo: "Art. 107, IV c/c Art. 109, VI, ambos do Código Penal"
Magistrado: Antonio Jose Carvalho da Silva Filho

**010** 2010.0000150-4 Execução da Pena
Advogado: Dr. Jose Alfredo Dalzotto OAB PR013698
Réu: Paulo Cesar de Camargo
Objeto: Proferida sentença "Extinção da pena: pelo cumprimento"
Magistrado: Antonio Jose Carvalho da Silva Filho

**011** 2010.0000642-5 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Fernando Estevão Deneka OAB PR031753
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 13:00 do dia 04/10/2011

**012** 2010.0000641-7 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 16:00 do dia 13/12/2011

**013** 2010.0000687-5 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dra. Cristiane Stadler Stecinski OAB PR045749
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 15:45 do dia 13/12/2011

**014** 2011.0000219-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:30 do dia 11/01/2012

**015** 2011.0000147-6 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Fausto Penteado OAB PR047399
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 11/01/2012

**016** 2009.0000074-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Patricia Machado Pereira Giardini OAB PR025105
Advogado: Dr. Davi Alessandro Donha Artero OAB PR029329
Advogado: Dr. Paulo Roberto Hoeldtke OAB PR047289
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:20 do dia 11/01/2012

**017** 2010.0000446-5 Crimes Ambientais
Advogado: Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 15:30 do dia 13/12/2011

**018** 2011.0000248-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Davi Alessandro Donha Artero OAB PR029329
Advogado: Dr. Juliano Nikel OAB PR051812
Advogado: Dr. Paulo Roberto Hoeldtke OAB PR047289
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 11/01/2012

**019** 2010.0000516-0 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Fausto Penteado OAB PR047399
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 15:45 do dia 10/11/2011

**020** 2010.0000526-7 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Juliano Nikel OAB PR051812
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 15:30 do dia 10/11/2011

**021** 2010.0000619-0 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Jose Alfredo Dalzotto OAB PR013698
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 15:15 do dia 10/11/2011

**022** 2011.0000136-0 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dra. Juliana Tais Floriano Silva OAB PR056557
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 15:00 do dia 10/11/2011

**023** 2011.0000498-0 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Advogado: Dr. Jose Alfredo Dalzotto OAB PR013698
Advogado: Dr. Michel Rullian Dalzotto OAB PR036582
Objeto: Interlocutoria. Fls. 51/50: "...INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva...".

**024** 2011.0000497-1 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Advogado: Dr. Jose Alfredo Dalzotto OAB PR013698
Advogado: Dr. Michel Rullian Dalzotto OAB PR036582
Objeto: Interlocutoria - fls. 38/39: "...INDEFIRO o pedido de revogaação da prisão preventiva...".

**025** 2011.0000168-9 Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Advogado: Dr. Luiz Sidnei Penteado OAB PR009830
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 15:45 do dia 14/11/2011

**026** 2008.0000193-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 16:45 do dia 24/10/2011

**027** 2010.0000343-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Fausto Penteado OAB PR047399
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 24/10/2011

**028** 2011.0000231-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Fernando Estevão Deneka OAB PR031753
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 01/11/2011

**029** 2009.0000371-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Aureo Stupp OAB PR008038
Advogado: Dr. Aureo Stupp Junior OAB PR035746
Advogado: Dr. Joao Aurelio Stupp OAB PR048548
Advogado: Dr. Wilson Ariel Eidam OAB PR026400
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 15:00 do dia 24/10/2011

**030** 2011.0000146-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Cristiane Stadler Stecinski OAB PR045749
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:45 do dia 05/12/2011

**031** 2006.0000063-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Rozane Machado Marconato OAB PR040465
Advogado: Dr. Juliano Nikel OAB PR051812
Advogado: Dr. Paulo Roberto Hoeldtke OAB PR047289
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:00 do dia 07/11/2011

**032** 2011.0000157-3 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Wilson Ariel Eidam OAB PR026400
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:40 do dia 07/11/2011

**033** 2010.0000370-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Luiz Sidnei Penteado OAB PR009830
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:30 do dia 05/12/2011

**034** 2011.0000171-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Aureo Stupp OAB PR008038
Advogado: Dr. Aureo Stupp Junior OAB PR035746
Advogado: Dr. Joao Aurelio Stupp OAB PR048548
Advogado: Dr. Wilson Ariel Eidam OAB PR026400
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:20 do dia 07/11/2011

**035** 2008.0000424-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Luiz Sidnei Penteado OAB PR009830
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:00 do dia 05/12/2011

**036** 2010.0000287-0 Crimes Ambientais
Advogado: Dra. Cristiane Stadler Stecinski OAB PR045749
Advogado: Dr. Fernando Estevão Deneka OAB PR031753
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:00 do dia 05/12/2011

**037** 2008.0000187-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 14:20 do dia 05/12/2011

**038** 2008.0000560-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Eliete Cristina Massuqueto OAB PR022177
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 13:30 do dia 05/12/2011

**039** 2008.0000079-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 14:10 do dia 07/11/2011

**040** 2009.0000416-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Andreia Gaspar Soltoski OAB PR044209
Advogado: Dr. Mario Elias Soltoski Junior OAB PR031931
Objeto: Despacho em 27/09/2011: "devolução dos autos em Cartório, em 48h00min, sob pena de busca e aprenesão".

**041** 2011.0000386-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / IPIRANGA / PR
Autos de origem: 2008.131-4
Advogado: Dra. Priscila Vaz Mendes Carneiro OAB PR054423
Advogado: Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932
Objeto: Despacho em 08/09/2011: para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, consoante Portaria nº 011/2011 deste Juízo, sobre o item 7.1: "...Não tendo a testemunha sido suficientemente qualificada..." e, para que se manifeste também, em mesmo prazo, sobre o item 7.1.1 da mesma Portaria: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".

**042** 2011.0000386-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / IPIRANGA / PR
Autos de origem: 2008.131-4
Advogado: Dra. Priscila Vaz Mendes Carneiro OAB PR054423
Advogado: Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 16:20 do dia 17/10/2011

**043** 2011.0000387-8 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / IPIRANGA / PR
Autos de origem: 2011.058-5
Advogado: Dra. Priscila Vaz Mendes Carneiro OAB PR054423
Advogado: Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932
Objeto: Despacho em 08/09/2011: para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, consoante Portaria nº 011/2011 deste Juízo, sobre o item 7.1: "...Não tendo a testemunha sido suficientemente qualificada..." e, para que se manifeste também, em mesmo prazo, sobre o item 7.1.1 da mesma Portaria: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".

**044** 2011.0000387-8 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / IPIRANGA / PR
Autos de origem: 2011.058-5
Advogado: Dra. Priscila Vaz Mendes Carneiro OAB PR054423
Advogado: Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 16:40 do dia 17/10/2011

**045** 2010.0000131-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Davi Alessandro Donha Artero OAB PR029329
Advogado: Dr. Giovanni Borsato Cavagnari OAB PR052925
Advogado: Dr. Paulo Roberto Hoeldtke OAB PR047289
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:30 do dia 24/10/2011

**046** 2010.0000485-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Luiz Sidnei Penteado OAB PR009830
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:10 do dia 24/10/2011

**047** 2008.0000420-8 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Dr. Fausto Penteado OAB PR047399
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 15:00 do dia 17/10/2011

**048** 2011.0000384-3 Execução da Pena
Advogado: Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932
Objeto: Designação de Audiência "Admonitória" às 16:20 do dia 10/11/2011

**049** 2011.0000390-8 Execução da Pena
Advogado: Dr. Luiz Sidnei Penteado OAB PR009830
Objeto: Designação de Audiência "Admonitória" às 16:10 do dia 10/11/2011

**050** 2011.0000372-0 Execução da Pena
Advogado: Dr. Michel Rullian Dalzotto OAB PR036582
Objeto: Designação de Audiência "Admonitória" às 16:00 do dia 10/11/2011

**051** 2011.0000476-9 Carta Precatória
Juízo deprecante: Única Vara Criminal / PRUDENTÓPOLIS / PR
Autos de origem: 2010.467-8
Advogado: Dr. Edson Aparecido Stadler OAB PR015063
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:40 do dia 09/11/2011

**052** 2011.0000478-5 Carta Precatória
Juízo deprecante: Única Vara Criminal / TIBAGI / PR
Autos de origem: 2010.428-7
Advogado: Dr. Alberto Jorge Bittencourt OAB PR018794
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:10 do dia 09/11/2011

**053** 2011.0000474-2 Carta Precatória
Juízo deprecante: 1ª Vara Criminal / PONTA GROSSA / PR
Autos de origem: 2011.746-6
Advogado: Dra. Lorena Bianca da Silva OAB PR042756
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:00 do dia 09/11/2011

**054** 2011.0000047-0 Execução da Pena
Advogado: Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679
Objeto: Designação de Audiência "Oitiva réu - Justificação" às 15:30 do dia 07/10/2011

**055** 2011.0000054-2 Execução da Pena
Advogado: Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679
Objeto: Designação de Audiência "Oitiva réu - Justificação" às 15:20 do dia 07/10/2011

**056** 2011.0000150-6 Execução da Pena
Advogado: Dr. Fausto Penteado OAB PR047399
Objeto: Designação de Audiência "Oitiva réu - Justificação" às 15:10 do dia 07/10/2011

**057** 2010.0000603-4 Execução da Pena
Advogado: Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932
Objeto: Designação de Audiência "Oitiva réu - Justificação" às 15:00 do dia 07/10/2011

**058** 2011.0000209-0 Execução da Pena
Advogado: Dra. Cristiane Stadler Stecinski OAB PR045749
Objeto: Designação de Audiência "Oitiva réu - Justificação" às 14:50 do dia 07/10/2011

**059** 2011.0000225-1 Execução da Pena
Advogado: Dr. Luiz Sidnei Penteado OAB PR009830
Objeto: Designação de Audiência "Oitiva réu - Justificação" às 14:40 do dia 07/10/2011

**060** 2010.0000353-1 Execução da Pena
Advogado: Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679
Objeto: Designação de Audiência "Oitiva réu - Justificação" às 14:30 do dia 07/10/2011

**061** 2008.0000116-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Juliano Nikel OAB PR051812
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 17:00 do dia 09/01/2012

**062** 2007.0000426-5 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Dr. Aureo Stupp OAB PR008038
Advogado: Dr. Aureo Stupp Junior OAB PR035746

Advogado: Dr. Joao Aurelio Stupp OAB PR048548
Objeto: Fls. 163: "...Recebo o Recurso em Sentido Estrito de fls. 150/162 já que presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade...".

**063** 2009.0000524-9 Processo Sumário (Detenção)
Advogado: Dr. Davi Alessandro Donha Artero OAB PR029329
Advogado: Dr. Giovanni Borsato Cavagnari OAB PR052925
Advogado: Dr. Paulo Roberto Hoeldtke OAB PR047289
Objeto: Despacho em 09/09/2011: para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, consoante Portaria nº 011/2011 deste Juízo, sobre o item 7.1: "...Não tendo a testemunha sido suficientemente qualificada..." e, para que se manifeste também, em mesmo prazo, sobre o item 7.1.1 da mesma Portaria: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".

**064** 2009.0000524-9 Processo Sumário (Detenção)
Advogado: Dr. Davi Alessandro Donha Artero OAB PR029329
Advogado: Dr. Giovanni Borsato Cavagnari OAB PR052925
Advogado: Dr. Paulo Roberto Hoeldtke OAB PR047289
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:00 do dia 01/11/2011

**065** 2009.0000422-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Luiz Sidnei Penteado OAB PR009830
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:00 do dia 11/01/2012

**066** 2006.0000142-6 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Dr. Fausto Penteado OAB PR047399
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:45 do dia 03/10/2011

**067** 2010.0000535-6 Crimes Ambientais
Advogado: Dr. Cesar Ananias Bim OAB PR039506
Advogado: Dr. Luiz Carlos Silveira OAB PR037553
Advogado: Dr. Rafael Massena da Silva OAB PR055519
Objeto: Despacho em 08/09/2011: Para que se manifeste no prazo de dois (02) dias (Art. 402 CPP) e Portaria nº 011/2011 deste Juízo, contados da publicação, sobre o item A-16: "...Intimar as partes para que, no prazo de 02 (dois) dias, digam se têm interesse na realização de diligencias...".

**068** 2009.0000186-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Juliano Nikel OAB PR051812
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 01/11/2011

**069** 2010.0000537-2 Crimes Ambientais
Advogado: Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679
Advogado: Dr. Juliano Nikel OAB PR051812
Objeto: Despacho em 09/09/2011: Fls. 76:
para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, sobre o item 7.1: "...Não tendo a testemunha sido suficientemente qualificada..." e, para que se manifeste também, em mesmo prazo, sobre o item 7.1.1 da mesma Portaria: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".

**070** 2011.0000104-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Fausto Penteado OAB PR047399
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 13:31 do dia 04/10/2011

**071** 2010.0000484-8 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Edson Domareski OAB PR035607
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:20 do dia 12/12/2011

**072** 2010.0000482-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Michel Rullian Dalzotto OAB PR036582
Objeto: Despacho em 05/09/2011: para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, sobre o item 7.1: "...Não tendo a testemunha sido suficientemente qualificada..." e, para que se manifeste também, em mesmo prazo, sobre o item 7.1.1 da mesma Portaria: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".

**073** 2010.0000482-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Michel Rullian Dalzotto OAB PR036582
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 12/12/2011

**074** 2010.0000423-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679
Advogado: Dr. Juliano Nikel OAB PR051812
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:40 do dia 12/12/2011

**075** 2009.0000506-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Luiz Sidnei Penteado OAB PR009830
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 12/12/2011

**076** 2010.0000269-1 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Wilson Ariel Eidam OAB PR026400
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:15 do dia 12/12/2011

**077** 2008.0000559-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Wilson Ariel Eidam OAB PR026400
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 13:00 do dia 12/12/2011

**078** 2007.0000468-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Fausto Penteado OAB PR047399
Advogado: Dr. Rauli Gross Junior OAB PR025278
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 17:00 do dia 05/12/2011

**079** 2009.0000315-7 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 16:40 do dia 05/12/2011

**080** 2009.0000257-6 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Dra. Rozane Machado Marconato OAB PR040465
Advogado: Dr. Edson Vieira Abdala OAB PR013343
Objeto: Designação de Audiência "Sessão de Julgamento" às 09:00 do dia 20/01/2012

**081** 2003.0000004-1 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Dr. Fernando Estevão Deneka OAB PR031753
Objeto: Designação de Audiência "Sessão de Julgamento" às 09:00 do dia 03/02/2012

**082** 2011.0000306-1 Carta Precatória
Juízo deprecante: 2ª Vara Criminal / GUARAPUAVA / PR
Autos de origem: 2009.2194-5
Advogado: Dra. Caroline Lopes Barbosa Capote OAB PR047796
Advogado: Dr. Mohamed Dib Darwiche OAB PR016367
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 15:10 do dia 17/10/2011

**083** 2011.0000310-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: Única Vara Criminal / PRUDENTÓPOLIS / PR
Autos de origem: 2004.220-8
Advogado: Dra. Rozane Machado Marconato OAB PR040465
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 15:30 do dia 17/10/2011

**084** 2011.0000310-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: Única Vara Criminal / PRUDENTÓPOLIS / PR
Autos de origem: 2004.220-8
Advogado: Dra. Rozane Machado Marconato OAB PR040465
Objeto: Despacho em 22/09/2011: para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, sobre o item 7.1: "...Não tendo a testemunha sido suficientemente qualificada..." e, para que se manifeste também, em mesmo prazo, sobre o item 7.1.1 da mesma Portaria: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".

**085** 2006.0000168-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Antonio Vanderli Moreira OAB PR005287
Objeto: Fls. 234: "...1. Avoquei. 2. Tendo em vista que a oitiva da testemunha faltante ocorrerá em outra Comarca através de carta precatória (Pitanga-Paraná), revogo a designação da audi~encia de fls. 220. 3. Com o retorno da deprecata, venham os autos conclusos para designação de audiência para o interrogatório do acusado...".

**086** 2010.0000504-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Aureo Stupp OAB PR008038
Advogado: Dr. Aureo Stupp Junior OAB PR035746
Advogado: Dr. Joao Aurelio Stupp OAB PR048548
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 17:00 do dia 13/01/2012

**087** 2011.0000352-5 Insanidade Mental do Acusado
Advogado: Dr. Neudi Fernandes OAB PR025051
Curador: Dr. Neudi Fernandes (25.051)
Objeto: Interlocutoria - Fls. 38 e verso: "...Destarte, sem razão o embargante. 3. Ex positis, conheço do recurso de embargos de declaração, contudo, no mérito, entendo por seu desprovimento nos termos acima, diaante da inexistência de qualquer contradição e/ou omissão no julgado...".

**088** 2009.0000123-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Marcelo Gutervil OAB PR029292
Objeto: Despacho em 19/09/2011: Fls. 242: "...no prazo de 02 (dois) dias, digam se tem interesse na realização de dilgencias...". Art. 402 CPP.

**089** 2004.0000158-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:00 do dia 11/01/2012

**090** 2006.0000075-6 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Dra. Vania Mara Moreira dos Santos OAB PR009432
Advogado: Dr. Cesar Dirlei de Almeida OAB PR016283
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:30 do dia 11/01/2012

**091** 2011.0000086-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Juliana Tais Floriano Silva OAB PR056557
Advogado: Dr. Saul João Chemim OAB PR003581
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:00 do dia 16/01/2012

**092** 2006.0000040-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Cristiane Stadler Stecinski OAB PR045749
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 16/01/2012

**093** 2009.0000157-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Fernando Estevão Deneka OAB PR031753
Advogado: Dr. Fernando Madureira OAB PR020316
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 15:40 do dia 05/12/2011

**094** 2010.0000051-6 Processo Sumário (Detenção)
Advogado: Dr. Edson Domareski OAB PR035607
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:00 do dia 05/12/2011

**095** 2011.0000080-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Rozane Machado Marconato OAB PR040465
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:30 do dia 14/12/2011

**096** 2010.0000465-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Saul João Chemim OAB PR003581
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:00 do dia 14/12/2011

**097** 2010.0000082-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Cristiane Stadler Stecinski OAB PR045749
Advogado: Dr. Wilson Ariel Eidam OAB PR026400
Objeto: Despacho em 05/09/2011: para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, sobre o item 7.1.1 da Portaria deste Juízo nº 011/2011, seguinte: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".

**098** 2010.0000082-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Cristiane Stadler Stecinski OAB PR045749
Advogado: Dr. Wilson Ariel Eidam OAB PR026400
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:30 do dia 09/01/2012

**099** 2011.0000165-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Aureo Stupp OAB PR008038
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 17:00 do dia 14/12/2011

**100** 2009.0000542-7 Processo Sumário (Detenção)
Advogado: Dr. Wilson Luiz Moleta OAB PR021932
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:00 do dia 09/01/2012

**101** 2010.0000007-9 Processo Sumário (Detenção)
Advogado: Dr. Fernando Estevão Deneka OAB PR031753
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:30 do dia 09/01/2012

**102** 2011.0000170-0 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dra. Cristiane Stadler Stecinski OAB PR045749

Objeto: Interlocutoria.
para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, sobre o item 7.1.1 da Portaria deste Juízo nº 011/2011, seguinte: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".

**103** 2011.0000170-0 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dra. Cristiane Stadler Stecinski OAB PR045749
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:20 do dia 14/12/2011

**104** 2005.0000144-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Cristiane Stadler Stecinski OAB PR045749
Objeto: Interlocutoria.
para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, sobre o item 7.1.1 da Portaria deste Juízo nº 011/2011, seguinte: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".

**105** 2005.0000144-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Cristiane Stadler Stecinski OAB PR045749
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:30 do dia 14/12/2011

**106** 2011.0000100-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Dra. Rozane Machado Marconato OAB PR040465
Objeto: Interlocutoria.
para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, sobre o item 7.1: "...Não tendo a testemunha sido suficientemente qualificada..." e, para que se manifeste também, em mesmo prazo, sobre o item 7.1.1 da mesma Portaria: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".
AUTOS nº 2011.467-0 e/ou NU nº 2225-07.2011.8.16.0092 - Despacho de fls. 54: "...Com fundamento no artigo 25, da Lei nº 10.826/2003, determino ao Cartório que intime as partes nos processos respectivos acerca do interesse processual da arma apreendida no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias...".

**107** 2011.0000100-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Dra. Rozane Machado Marconato OAB PR040465
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:50 do dia 14/12/2011

**108** 2011.0000193-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Juliano Nikel OAB PR051812
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 14/12/2011

**109** 2007.0000298-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Dra. Adriana Hilgemberg OAB PR022274
Advogado: Dr. Amilcar Cordeiro Teixeira OAB PR008970
Advogado: Dr. Amilcar Cordeiro Teixeira Filho OAB PR021856
Advogado: Dr. Anderson Luiz Orane OAB PR024853
Advogado: Dra. Potira Kelly Prates Sooma OAB PR037513
Objeto: Designação de Audiência "Sessão de Julgamento" às 09:00 do dia 13/01/2012

**110** 2009.0000049-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Eliete Cristina Massuqueto OAB PR022177
Advogado: Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679
Advogado: Dr. Fernando Estevão Deneka OAB PR031753
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:00 do dia 14/12/2011

**111** 2010.0000507-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Saul João Chemim OAB PR003581
Objeto: Despacho em 05/09/2011: para que se manifeste no prazo cinco (05) dias, contados da publicação, sobre o item 7.1: "...Não tendo a testemunha sido suficientemente qualificada..." e, para que se manifeste também, em mesmo prazo, sobre o item 7.1.1 da mesma Portaria: "...diga se dentre as arroladas há testemunhas meramente abonatórias, declinando seu(s) nome(s), hipóteses em que os seus depoimentos devem ser substituídos por declarações escritas, a serem juntadas pela defesa até o término da instrução...".

**112** 2010.0000507-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dra. Messalyne Bobato Massuqueto OAB PR043229
Advogado: Dra. Vera Aparecida Bobato Massuqueto OAB PR006290
Advogado: Dr. Saul João Chemim OAB PR003581
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:30 do dia 09/01/2012

**113** 2010.0000531-3 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Davi Alessandro Donha Artero OAB PR029329
Advogado: Dr. Giovanni Borsato Cavagnari OAB PR052925
Advogado: Dr. Paulo Roberto Hoeldtke OAB PR047289
Objeto: Despacho em 05/09/2011: Testemunhas de acusação Norival Hermes Prestes e Rogerio Davabida, precatoria nº 2010.531-3 na Comarca de Irati - Paraná, designada a oitiva para 14.10.2011, às 14h00min.

**114** 2010.0000531-3 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Dr. Davi Alessandro Donha Artero OAB PR029329
Advogado: Dr. Giovanni Borsato Cavagnari OAB PR052925
Advogado: Dr. Paulo Roberto Hoeldtke OAB PR047289
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:00 do dia 09/01/2012

**115** 2008.0000341-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dr. Alysson de Cristo Moleta OAB PR030679
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 09/01/2012

**116** 2007.0000005-7 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Dr. Irio Jose Tabela Krunn OAB PR016273
Objeto: Designação de Audiência "Sorteio dos Jurados" às 13:01 do dia 03/10/2011

**117** 2007.0000005-7 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Dr. Irio Jose Tabela Krunn OAB PR016273
Objeto: Designação de Audiência "Sessão de Julgamento" às 09:00 do dia 09/12/2011

# IRATI

# VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**
**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE IRATI**

**Vara Criminal, Família e Infância e Juventude**
***Escrivão: Bel. Airton Casemiro Cogenievski***

**R E L A Ç Ã O Nº 021/2011**

Dr. Andreiv George Choma (04)
Dr. Bogdano Karpen (06)
Dr. Daniella Aparecida Molina Vargas (01; 02)
Dr. Eder Emerson da Cruz Capellaro (09)
Dr. Enéas Jefferson Melnisk (07)
Dr. Everton Divanor Leal de Jesus (04)
Dr. Fernando Onesko (10; 12)
Dr. Ieda R. Schimalesky Waydzik (11)
Dr. João Fornazari Bini (09)
Dr. Jorge Vicente Sieciechowicz Neto (09; 12)
Dr. José Francisco Machado de Oliveira (10)
Dr. Luciane Carla Tobera (08)
Dr. Potira Kelly Prates Sooma (03)
Dr. Rogério Barbosa (11)
Dr. Rondineli Rodrigues (11)
Dr. Rozeli Bressiani (08)
Dr. Vanessa Soecki (02)
Dr. Vânia Mara Moreira dos Santos (05)

01 - Ação de divórcio Direto c/c Alimentos com Pedido Liminar nº 146/2008. Requerente: A. B. D.
Advogada: Dra. Daniella Aparecida Molina Vargas.
Requerido: J. E. D.
Advogada: Dra. Lorita Maria da Costa Cristo Krepki
Objeto: Intimação da Procuradora da parte requerente do teor da sentença proferida em data de 01/06/2011, em resumo: "*... a guarda deve permanecer com a autora, tendo o pai direito de visitas, em finais de semana alternados, no período compreendido entre as 09:00 horas do sábado até as 17:00 horas do domingo ...mantenho os alimentos arbitrados provisoriamente, tornando-os definitivos ...os bens móveis informados pela autora não foram indicados pela mesma, tampouco pelo réu, sendo impossível realizar a divisão ... diante do exposto julgo procedente em parte o pedido para o fim de decretar o divórcio do casal A.B.D. e J.E.D. devendo a autora voltar a usar o nome de solteira. Custas e honorários advocatícios pro rata, de conformidade com o art. 21 do CPC...*" e do despacho datado de 10/09/2011: *Recebo o recurso apenas do efeito devolutivo, conforme artigo 520, II do CPC. Intime-se o apelado para, querendo, responder no prazo legal.*
02 - Divórcio Consensual nº 191/2007. Requerente: A. R.
Advogada: Dra. Daniela Aparecida Molina Vargas.
Requerido: L. B. R.
Advogada: Dra. Vanessa Soecki
Objeto: Intimação das Procuradoras das partes, para juntar aos autos laudo de avaliação do bem imóvel das partes.
03 - Ação de Alimentos nº 306/1998. Requerente: S. A. T.
Advogada: Dra. Potira Kelly Prates Sooma.
Requerido: L. P. C.
Objeto: Intimação da Procuradora da parte autora, para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 163.
04 - Regularização de Guarda com Alimentos nº 293/2009. Requerente: E. D. L. J.
Advogado: Dr. Everton Divanor Leal de Jesus.
Requerido: M. I. F.
Advogado: Dr. Andreiv George Choma
Objeto: Intimação dos Procuradores das partes, para o teor da sentença proferida na data de 02 de agosto de 2010. Em resumo: " HOMOLOGO, por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos o acordo firmado pelas partes às fls. 79/81 e julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 269, inciso III, do CPC. Transitada em julgado, arquive-se. P.R.I."
05 - Separação Judicial Consensual nº 285/1985. Requerente: C. C.
Advogada: Dra. Vânia Mara Moreira dos Santos
Requerido: I.G.C.
Objeto: Intimação da Procuradora da parte, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
06 - Alteração de Cláusula de Pensão Alimentícia nº 44/2007. Requerente: R. I. M. T.
Advogado: Dr. Bogdano Karpen.
Requerido: A. C. T.
Advogado: Dr. Nelson Anciutti Bronislawski
Objeto: Intimação do Procurador da parte autora, para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação e documentos de fls. 32/38.

07 - Revisional de Alimentos nº 286/2005. Requerente: L.A.B.
Advogado: Dr. Enéas Jefferson Melnisk
Requerido: L.R.S.
Objeto: Intimação do Procurador da parte requerente, de que este Juízo redesignou para a data de **20/10/2011, às 14:00 horas** a audiência de conciliação/instrução e julgamento.
08 - Divórcio Direto com Pedido Liminar de Fixação de Alimentos Provisionais nº 327/2007. Requerente: R. N. F. Z.
Advogada: Dra. Luciane Carla Tobera.
Requerido: G. S. Z.
Advogada: Dra. Rozeli Bressiani
Objeto: Intimação das Procuradoras das partes, para o teor da sentença proferida na data de 01 de fevereiro de 2011. Em resumo: "HOMOLOGO, por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo celebrado às fls. 60/66, em consequência, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 269, III do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, arquive-se. P.R.I."
09 - Cumprimento de Sentença nº 251/2009. Requerente: D. P.
Advogado: Dr. João Fornazari Bini e Dr. Eder Emerson da Cruz Capellaro
Requerido: J. M. D. P.
Advogado: Dr. Jorge Vicente Sieciechowicz Neto
Objeto: Intimação dos Procuradores das partes, para teor da sentença proferida na data de 28 de outubro de 2010. Em resumo: "HOMOLOGO, por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo celebrado às fls. 149/150 e, de consequência, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 269, III do CPC. Custas e honorários na forma do acordado."
10 - Medida Cautelar de Exibição de Documentos nº 33/2008. Requerente: W. P. K. Advogados: Dr. José Francisco Machado de Oliveira e Dr. Fernando Onesko Requerido: L. D. Advogados: Dra. Daniella Aparecida Molina Vargas e Dr. Paulo Henrique de Arruda Gonçalves Objeto: Intimação dos Procuradores da parte requerente, de que esse Juízo, na data de 26 de setembro de 2011, indeferiu o pedido de fls. 198 e 207, devendo o requerente, querendo, providenciar novo pedido de cumprimento de sentença deste valor requerido, bem como para que forneça aos autos conta bancária para depósito das custas processuais e honorários advocatícios.
11 - Separação Judicial Lit. c/c Pedido Visitas convertido para Divórcio Consensual nº 2.525/2010. Requerente: M.A.M.
Advogados: Dra. Ieda R. Schimalesky Waydzik e Dr. Rondineli Rodrigues
Requerido: J.F.M.
Advogado: Dr. Rogério Barbosa
Objeto: Intimação dos Procuradores das partes, de que este Juízo redesignou a data de **19/10/2011, às 14:30 horas**, para audiência de conciliação e/ou instrução e julgamento, em relação à partilha de bens, bem como para que apresentem rol de testemunhas e digam da necessidade ou não de intimação das mesmas.
12 - Reconhecimento de Dissolução de União Est. nº 224/2009. Requerente: P.K.
Advogado: Dr. Fernando Onesko
Requerido: M.D.F.
Advogado: Dr. Jorge Vicente Sieciechowicz Neto
Objeto: Intimação dos Procuradores das partes, de que este Juízo redesignou a audiência instrução e julgamento para a data de **30/11/2011, às 15:00 horas**.

Irati, 28 de setembro de 2011.

# JACAREZINHO

# VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Jacarezinho Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Alessandra Lavorente OAB PR034697 | 005 | 2011.0001484-5 |
| Andre Luiz Galerani Abdalla OAB PR024960 | 003 | 2011.0001502-7 |
| | 011 | 2009.0000324-6 |
| | 012 | 2004.0000123-6 |
| | 023 | 2010.0001785-0 |
| Cesar Augusto de Mello e Silva OAB PR012799 | 001 | 2011.0000575-7 |
| Emerson Buzzeti OAB PR036295 | 004 | 2011.0001212-5 |
| | 010 | 2011.0001276-1 |
| | 017 | 2005.0000190-4 |
| | 019 | 2005.0000190-4 |
| Érica Martoni OAB PR027772 | 022 | 2008.0000700-2 |
| Fabiana de Oliveira Pascoal OAB PR035118 | 017 | 2005.0000190-4 |
| | 019 | 2005.0000190-4 |
| Fernando Boberg OAB PR028212 | 014 | 2011.0000706-7 |
| | 016 | 2010.0001989-6 |
| Leonardo Pimenta de Freitas Aguiar. OAB PR050221 | 007 | 2011.0001482-9 |
| Letícia Duarte da Costa. OAB PR054661 | 015 | 2011.0001298-2 |
| Luiz Alfredo da Cunha Bernardo OAB PR014352 | 005 | 2011.0001484-5 |
| Mauricio Martinez Pereira OAB PR020749 | 020 | 2008.0000364-3 |
| Milena Kloster Salonski Alves OAB PR037092 | 005 | 2011.0001484-5 |
| Monalisa Sanches Revoredo OAB PR051869 | 013 | 2011.0001288-5 |
| Patricia Rodrigues dos Santos OAB PR034926 | 008 | 2010.0002104-1 |
| Paulo Ribeiro Junior OAB PR028525 | 002 | 2007.0001395-7 |
| | 006 | 2011.0000509-9 |
| | 009 | 2011.0000866-7 |
| | 018 | 2008.0001350-9 |
| Pedro Barausse Neto OAB PR040651 | 021 | 2007.0000260-2 |
| Rogério Tadeu da Silva OAB PR048049 | 024 | 2011.0001478-0 |
| Wagner Rodrigo Cavalin Cuba OAB PR045476 | 021 | 2007.0000260-2 |

**001** 2011.0000575-7 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / Cornélio Procopio / PR
Autos de origem: 2009.135-9
Réu/indiciado: Andrei Gustavo Orsini
Advogado: Cesar Augusto de Mello e Silva OAB PR012799
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 12:30 do dia 05/12/2011

**002** 2007.0001395-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Paulo Ribeiro Junior OAB PR028525
Réu: Robinson Azevedo Luz.
Objeto: Despacho em 23/09/2011: "... CONSIDERANDO A PRECÁRIA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ACUSADO, ... ENTENDO POR BEM, COM BASE NO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE, REDUZIR A FIANÇA IMPOSTA AO RÉU, PARA O VALOR DE 1 (UM) SALÁRIO MÍNIMO. FICA DESDE JÁ ADVERTIDO O REQUERENTE QUE PERMANECEM EM VIGOR AS DEMAIS CONDIÇÕES IMPOSTAS NA DECISÃO ANTERIOR ..."

**003** 2011.0001502-7 Avaliação para atestar dependência de drogas
Advogado: Andre Luiz Galerani Abdalla OAB PR024960
Réu: Júlio César Ribeiro.
Objeto: "Intime-se o Ministério Público e a defesa, no prazo sucessivo de 03 dias, para apresentação de outros quesitos. E decorrido o prazo, com ou sem apresentação de quesitos, determino o encaminhamento do réu ao Complexo Médico Penal para realização do exame (...) "

**004** 2011.0001212-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Emerson Buzzeti OAB PR036295
Réu: Weslei Rodrigues dos Santos
Objeto: Despacho em 13/09/2011: "... NOMEIO, DESDE JÁ, O DR. ÉMERSON BUZZETI, PARA ATUAR NO FEITO, AO QUAL CONCEDOO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS PARA APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA À ACUSAÇÃO ..."

**005** 2011.0001484-5 Carta Precatória
Juízo deprecante: 1ª Vara Criminal / CAMPO MOURÃO / PR
Autos de origem: 2010.1838-5
Advogado: Alessandra Lavorente OAB PR034697
Advogado: Luiz Alfredo da Cunha Bernardo OAB PR014352
Advogado: Milena Kloster Salonski Alves OAB PR037092
Réu: Fernando Augusto Miranda e Outos
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 15:15 do dia 24/01/2012

**006** 2011.0000509-9 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Paulo Ribeiro Junior OAB PR028525
Réu: Anderson Carneiro.
Réu: Marciano Carneiro
Réu: Anderson Carneiro.
Objeto: Proferida sentença "Desclassificatória"
Dispositivo: ""... DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL ACUSATÓRIA PARA DESCLASSIFICAR O CRIME PREVISTO NO ARTIGO 33 DA LEI 11.343/06 PARA O CAPITULADO NO ARTIGO 28 DA MESMA LEI E ABSOLVER OS RÉUS DA IMPUTAÇÃO PELA SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO DO ARTIGO 35 DA LEI N. 11.343/06. EM FACE DA DESCLASSIFICAÇÃO, RELAXO A PRISÃO EM FLAGRANTE DOS DENUNCIADOS, POR NÃO SER CASO DE MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. EXPEÇA-SE, IMEDIATAMENTE, O ALVARÁ DE SOLTURA ...""
Réu: Marciano Carneiro
Objeto: Proferida sentença "Desclassificatória"
Dispositivo: ""... DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL ACUSATÓRIA PARA DESCLASSIFICAR O CRIME PREVISTO NO ARTIGO 33 DA LEI 11.343/06 PARA O CAPITULADO NO ARTIGO 28 DA MESMA LEI E ABSOLVER OS RÉUS DA IMPUTAÇÃO PELA SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO DO ARTIGO 35 DA LEI N. 11.343/06. EM FACE DA DESCLASSIFICAÇÃO, RELAXO A PRISÃO EM FLAGRANTE DOS DENUNCIADOS, POR NÃO SER CASO DE MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. EXPEÇA-SE, IMEDIATAMENTE, O ALVARÁ DE SOLTURA ...""
Magistrado: Anne Regina Mendes

**007** 2011.0001482-9 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / CAMBARÁ / PR
Autos de origem: 2006.38-1
Advogado: Leonardo Pimenta de Freitas Aguiar. OAB PR050221
Réu: Ronan Araújo da Silva
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:30 do dia 24/01/2012

**008** 2010.0002104-1 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Patricia Rodrigues dos Santos OAB PR034926
Réu: Saulo de Tarcio Ferreira

Objeto: Despacho em 23/09/2011: "... NOMEIO A DRA. PATRÍCIA RODRIGUES, CUJOS HONORÁRIOS, A SEREM SUPORTADOS PELO ESTADO DO PARANÁ, SERÃO ARBITRADOS AO FINAL, NOS TERMOS DO ART. 22, § 1º., DA LEI 8.906/94. INTIME-SE A DEFENSORA PARA, ACEITANDO O MÚNUS, APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ..."

**009** 2011.0000866-7 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Paulo Ribeiro Junior OAB PR028525
Réu: Silvio Cesar Alves
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:30 do dia 11/10/2011

**010** 2011.0001276-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Emerson Buzzeti OAB PR036295
Réu: Edson Fernando dos Santos França
Réu: Paulo Monteiro
Réu: Priscila Fernanda de Oliveira Tadim
Réu: Roberto Adriano de Oliveira
Objeto: Despacho em 23/09/2011: "... PARA PROCEDER À DEFESA DOS RÉUS, NOMEIO O DR. EMERSON BUZZETI, SOB A FÉ E COMPROMISSO DE SEU GRAU ... FACULTO VISTA AO DEFENSOR NA FORMA DO § 2º. DO ART. 396-A, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ..."

**011** 2009.0000324-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andre Luiz Galerani Abdalla OAB PR024960
Objeto: Para apresentação das contrarrazões de recurso no prazo legal

**012** 2004.0000123-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andre Luiz Galerani Abdalla OAB PR024960
Objeto: "Tendo em vista que a desistência da apelação interposta não foi anuída pelo réu, intime-se seu patrono para apresentar no prazo legal as razões recursais, sob pena de destituição independemente da aplicação do artigo 265 do CPP".

**013** 2011.0001288-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Monalisa Sanches Revoredo OAB PR051869
Réu: Weslei Rodrigues dos Santos
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:00 do dia 06/12/2011

**014** 2011.0000706-7 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Fernando Boberg OAB PR028212
Réu: Juliano da Silva Godoi
Objeto: Despacho em 22/09/2011: CONVERTO O FEITO EM DILIGÊNCIA PARA QUE SEJA OFICIADO À AUTORIDADE POLICIAL A FIM DE QUE ENCAMINHE, NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, O LAUDO DE EXAME QUÍMICO-TOXICOLÓGICO DA SUBSTÂNCIA APREENDIDA. COM A JUNTADA, VOLTEM CONCLUSOS PARA SENTENÇA.

**015** 2011.0001298-2 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Letícia Duarte da Costa. OAB PR054661
Réu: Elton de Almeida Purcino Diogo.
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:00 do dia 06/12/2011

**016** 2010.0001989-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Fernando Boberg OAB PR028212
Réu: Wanderley Romanini
Objeto: Apresentar defesa preliminar, no prazo de 10 (dez) dias.

**017** 2005.0000190-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Emerson Buzzeti OAB PR036295
Advogado: Fabiana de Oliveira Pascoal OAB PR035118
Objeto: Expedida Carta PrecatóriaJuízo deprecado: Vara de Cartas Precatorias Criminais de São Paulo/SP
Finalidade: Citação e Interrogatório
Réu: Cleonice Lima Ruiz Takassi
Prazo: 60 dias

**018** 2008.0001350-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Paulo Ribeiro Junior OAB PR028525
Réu: Paulo César Romanini.
Objeto: Despacho em 28/06/2011: "...nomeio o Dr. Paulo Ribeiro Junior, sob a fé de seu grau. Intime-se o Dr. Defensor nomeado para, aceitando o encargo, apresente resposta à acusação no prazo de 10 (dez) dias, na forma do art. 396 e seguintes do CPP...

**019** 2005.0000190-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Emerson Buzzeti OAB PR036295
Advogado: Fabiana de Oliveira Pascoal OAB PR035118
Objeto: Expedida Carta Precatória
Juízo deprecado: Vara Criminal de São Paulo/capital/SP
Finalidade: Citação e Interrogatório
Advogado: Emerson Buzzeti OAB PR036295
Advogado: Fabiana de Oliveira Pascoal OAB PR035118
Prazo: 60 dias

**020** 2008.0000364-3 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Mauricio Martinez Pereira OAB PR020749
Réu: Orlando Lima Júnior
Réu: Orlando Lima Júnior
Objeto: Proferida sentença "Desclassificatória"
Dispositivo: ""...na forma do artigo 383 do CPP, desclassifico a conduta imputada ao réu Orlando Lima Júnior, vulgo "Jiló", para o delito do artigo 28 da Lei 11.343/2006, crime de menor potencial ofensivo, e nos termos da Lei 9.099/95, determino a imediata remessa ao juizado Especial Criminal desta Comarca, para o devido processamento do feito sob o fundamento do artigo 74, §2º do CPP..""
Magistrado: Camila Scheraiber

**021** 2007.0000260-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Pedro Barausse Neto OAB PR040651
Advogado: Wagner Rodrigo Cavalin Cuba OAB PR045476
Objeto: "Intimem-se os advogados constituídos pelo réu, conforme procuração de fls. 80, para que nao prazo de 10 (dez) dias, ofereçam resposta à causação".

**022** 2008.0000700-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Érica Martoni OAB PR027772
Réu: Luciana de Fatima Marchioni
Réu: Mariah Marchioni
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 11/07/2012

**023** 2010.0001785-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andre Luiz Galerani Abdalla OAB PR024960
Réu: Adriano Aparecido Custódio de Souza
Réu: Adriano Aparecido Custódio de Souza
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL ACUSATÓRIA PARA CONDENAR O RÉU ADRIANO APARECIDO CUSTÓDIO DE SOUZA COMO INCURSO NAS SANÇÕES DO ARTIGO 33, "CAPUT", DA LEI 11.343/06. EM CONSEQUÊNCIA, CONDENO-O AINDA AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS. MANTENHO A PRISÃO DO RÉU, POR ENTENDER QUE OS REQUISITOS E PRESSUPOSTOS PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA AINDA PERSISTEM."
Pena final: 6 anos e 6 meses de reclusão e 650 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Fechado
Magistrado: Anne Regina Mendes

**024** 2011.0001478-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / ANDIRÁ / PR
Autos de origem: 2011.149-2
Advogado: Rogério Tadeu da Silva OAB PR048049
Réu: Junior César Subtil
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 12:00 do dia 29/09/2011

# JAGUAPITÃ

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Jaguapitã Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Diego Iacono Acceti OAB PR046007 | 003 | 2011.0000111-5 |
| Edmilson Luiz Sergio Bonache OAB PR026909 | 002 | 2011.0000051-8 |
| João Carlos Peres OAB PR023076 | 001 | 2011.0000109-3 |

**001** 2011.0000109-3 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: João Carlos Peres OAB PR023076
Objeto: Tendo em vista que a inquirição da testemunha Camila Alves Ferreira foi designada no juízo deprecado para 17/01/2012, diga a defesa, em cinco dias, se realmente tem interesse na sua oitiva.

**002** 2011.0000051-8 Restituição de Coisas Apreendidas
Advogado: Edmilson Luiz Sergio Bonache OAB PR026909
Objeto: Considerando que através de sentença proferida nos autos de PC nº 2011.13-5 foi declarada a perda do veículo requerido em favor da União, este processo perdeu objeto, razão pela qual, com fundamento no art, 267, VI, do CPC, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, o presente feito em que é requerente PAULO HENRIQUE GOMES CUSTÓDIO, determinando o oportuno ARQUIVAMENTO dos autos.

**003** 2011.0000111-5 Restituição de Coisas Apreendidas
Advogado: Diego Iacono Acceti OAB PR046007
Objeto: DEFIRO o pedido formulado na inicial, determinando que sejam os objetos descritos na inicial, consistentes em 01 (uma) impressora marca HP, modelo OficeJetPro 8500 e 04 (quatro) frascos de tintas nas cores preta, vermelha, azul e amarela, restituídos ao requerente MISAEL TEIXEIRA LOPES, mediante respectivo termo de entrega.

# JANDAIA DO SUL

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Jandaia do Sul Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Anderson Aparecido Cruz OAB PR030978 | 001 | 2011.0000736-9 |

**001** 2011.0000736-9 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Anderson Aparecido Cruz OAB PR030978
Réu: Edimy Anderson Faria
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:01 do dia 04/11/2011

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Jandaia do Sul Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Jose Flavio Egydio de Carvalho OAB PR002886 | 001 | 2011.0000401-7 |
| Luiz Claudio Egydio de Carvalho OAB PR024065 | 001 | 2011.0000401-7 |

**001** 2011.0000401-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jose Flavio Egydio de Carvalho OAB PR002886
Advogado: Luiz Claudio Egydio de Carvalho OAB PR024065
Réu: Mario Alisson Velasco de Oliveira
Objeto: Diante do exposto, indefiro o pedido de revogação da preventiva formulado pelo requerente.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Jandaia do Sul Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Silvone do Nascimento Santos OAB PR049823 | 001 | 2010.0000651-4 |
| Solange Silva Santos OAB PR049895 | 001 | 2010.0000651-4 |

**001** 2010.0000651-4 Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular
Querelado: Claudia Porfirio de Souza
Querelante: Vera Lucia Nunes dos Santos
Advogado: Silvone do Nascimento Santos OAB PR049823
Advogado: Solange Silva Santos OAB PR049895
Réu: Claudia Porfirio de Souza
Objeto: Proferida sentença "Arquivamento: Outros"
Dispositivo: "Diante do exposto, rejeito a queixa-crime, com fundamento no artigo 395, inciso II do CPP, diante da ausência de pressupostos processuais."
Magistrado: João Gustavo Rodrigues Stolsis

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Jandaia do Sul Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Edival Seco OAB PR014361 | 001 | 2009.0000504-4 |

**001** 2009.0000504-4 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Edival Seco OAB PR014361
Réu: Ederson Aparecido dos Santos
Objeto: Despacho em 29/09/2011: Tendo o acusado EDERSON APARECIDO DOS SANTOS declarado não ter condições de constituir defensor e solicitado a nomeação de um defensor público (certidão de fl. 98), nomeio-lhe defensor dativo na pessoa do Dr. Edival Seco, advogado militante neste foro que, intimado, deverá ter vista dos autos para apresentação de alegações preliminares no prazo legal.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Jandaia do Sul Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Silvone do Nascimento Santos OAB PR049823 | 001 | 2006.0000187-6 |

**001** 2006.0000187-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Silvone do Nascimento Santos OAB PR049823
Réu: Evandro Ramos de Andrade
Objeto: Despacho em 28/09/2011: Manifestar-se sobre a testemunha WALTER TOMÉ.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Jandaia do Sul Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Jose Flavio Egydio de Carvalho OAB PR002886 | 001 | 2011.0000460-2 |
| Luiz Claudio Egydio de Carvalho OAB PR024065 | 001 | 2011.0000460-2 |

**001** 2011.0000460-2 Petição
Réu/indiciado: Elvis dos Santos Silva
Advogado: Jose Flavio Egydio de Carvalho OAB PR002886
Advogado: Luiz Claudio Egydio de Carvalho OAB PR024065
Objeto: Despacho em 29/09/2011: Portanto, mantenho a decisão anterior. Em caso de discordância do advogado o mesmo deverá opor agravo em execução.

# LAPA

# VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Lapa Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Diego Timbirussu Ribas OAB PR053876 | 015 | 2009.0000775-6 |
| Elias Assad OAB PR005440 | 015 | 2009.0000775-6 |
| Fenelon Bueno Moreira OAB PR054675 | 011 | 2006.0000135-3 |
| Gustavo Ribas Daou OAB PR058294 | 005 | 2011.0000619-2 |
| Helba Regina Mendes de Morais OAB PR006851 | 003 | 2011.0000692-3 |
| | 004 | 2011.0000659-1 |
| | 007 | 2011.0000621-4 |
| | 008 | 2011.0000854-3 |
| | 010 | 2006.0000220-1 |
| Jorge Carlos de Oliveira Bechtloff OAB PR026582 | 006 | 2011.0000563-3 |
| Kival Della Bianca Paquete Junior OAB PR023033 | 006 | 2011.0000563-3 |
| | 013 | 2006.0000128-0 |
| | 014 | 2006.0000128-0 |
| | 016 | 2011.0000392-4 |

| | | |
|---|---|---|
| Mario Masahar Suzuki OAB PR016903 | 010 | 2006.0000220-1 |
| Mário Sérgio Rocha OAB PR027010 | 002 | 2009.0000739-0 |
| Paulo Sergio Ferrari OAB PR019584 | 001 | 2006.0000462-0 |
| | 009 | 2011.0000200-6 |
| Rafael Andrade Angelo OAB PR054870 | 009 | 2011.0000200-6 |
| Renato Celso Beraldo Jr OAB PR036493 | 012 | 2009.9000064-0 |

**001** 2006.0000462-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Paulo Sergio Ferrari OAB PR019584
Réu: Marinaldo Pinto dos Santos
Réu: Ronaldo Adriano Batista da Costa
Objeto: Fica intimada a defesa para , em tres dias, manifestar-se sobre o pedido de fls. 134/136.

**002** 2009.0000739-0 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Mário Sérgio Rocha OAB PR027010
Réu: Vanderlei de Souza Pinto
Objeto: Fica intimado o Dr. defensor para, no prazo de cinco dias, apresnetar o instrumento de mandato, sob pena de se desentranhado dos autos.

**003** 2011.0000692-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Helba Regina Mendes de Morais OAB PR006851
Réu: Fábio José Estevão
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:30 do dia 22/11/2011

**004** 2011.0000659-1 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Helba Regina Mendes de Morais OAB PR006851
Réu: Jose Mateus de Souza Alves
Objeto: Despacho em 27/09/2011: ... nomeio a Dra. Helba Regina Mendes de Morais para promover a defesa do réu ...

**005** 2011.0000619-2 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Gustavo Ribas Daou OAB PR058294
Réu: Andre Luiz Colaço Cortes
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Nomeio o DR. Gustavo Ribas Daou para promover a defesa do réu...

**006** 2011.0000563-3 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Jorge Carlos de Oliveira Bechtloff OAB PR026582
Advogado: Kival Della Bianca Paquete Junior OAB PR023033
Réu: Guilherme Henrique Morais Lourenço
Réu: Rafael Wotcoski
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:30 do dia 08/11/2011

**007** 2011.0000621-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Helba Regina Mendes de Morais OAB PR006851
Réu: Ednilson Cardoso da Silveira
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 08/11/2011

**008** 2011.0000854-3 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Indiciado: Mario Alberto Soares
Advogado: Helba Regina Mendes de Morais OAB PR006851
Objeto: DIANTE DO EXPOSTO, , com fundamento no artigo 312, art. 310, II, todos do CPP, converto em preventiva a prisão em flagrante do indiciado.

**009** 2011.0000200-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Paulo Sergio Ferrari OAB PR019584
Advogado: Rafael Andrade Angelo OAB PR054870
Réu: Danilo de Oliveira Cardoso
Réu: Ismael de Lima Santos
Objeto: Às partes para se manifestar a respeito do laudo no prazo sucessivo de cinco dias.

**010** 2006.0000220-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Helba Regina Mendes de Morais OAB PR006851
Advogado: Mario Masahar Suzuki OAB PR016903
Réu: Josuel de Pontes
Réu: Mauro Cesar Fronchak
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 09/04/2012

**011** 2006.0000135-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Fenelon Bueno Moreira OAB PR054675
Réu: Antonio Cesar Pinto da Silveira
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 02/04/2012

**012** 2009.9000064-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Renato Celso Beraldo Jr OAB PR036493
Réu: Alberto Bronholo
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 26/03/2012

**013** 2006.0000128-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Kival Della Bianca Paquete Junior OAB PR023033
Réu: João Jorge Belo
Réu: João Jorge Belo
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "DIANTE DO EXPOSTO, julgo parcialmente procedente a denuncia para condenar o réu JOÃO JORGE BELO nas sanções do artigo 15, caput, da Lei 10826/03, restando o crime do art; 14 do mesmo diploma legal por aquele absorvido."
Pena final: 2 anos e 3 meses de reclusão e 30 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Manuela Simon Pereira Rattmann

**014** 2006.0000128-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Kival Della Bianca Paquete Junior OAB PR023033
Réu: João Jorge Belo
Objeto: Nos termos da Resolução nº 134 do CNJ e ao Oficio Circular 79/2011 da CGJ, com fundamento no artigo 25 da Lei 10826/03, , ficam intimadas as partes para que, no prazo de 48 horas, dizer se têm interesse na manutenção da apreensão ou restituição das armas de fogo apreendidas, sendo que a não manifestação no prazo acima, tais objetos serão remetidos ao Ministério do Exército para destruição.

**015** 2009.0000775-6 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Diego Timbirussu Ribas OAB PR053876
Advogado: Elias Assad OAB PR005440
Réu: Eder Slusarz
Réu: Laercio Skruk
Objeto: Nos termos da Resolução nº 134 do CNJ e ao Oficio Circular 79/2011 da CGJ, com fundamento no artigo 25 da Lei 10826/03, , ficam intimadas as partes para que, no prazo de 48 horas, dizer se têm interesse na manutenção da apreensão ou restituição das armas de fogo apreendidas, sendo que a não manifestação no prazo acima, tais objetos serão remetidos ao Ministério do Exército para destruição.

**016** 2011.0000392-4 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Kival Della Bianca Paquete Junior OAB PR023033
Réu: Jefferson Edival Martins Leite
Réu: Jefferson Edival Martins Leite
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "...JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL PARA CONDENAR JEFFERSON EDIVAL MARTINS LEITE na s sanções do artigo 33 caput da Lei 11343/06."
Pena final: 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Fechado
Magistrado: Leandro Leite Carvalho Campos

# LARANJEIRAS DO SUL

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Laranjeiras do Sul Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Aurimar José Turra OAB PR017305 | 006 | 2011.0000561-7 |
| Carla Alexandra Gonsiokiewicz OAB PR049703 | 001 | 2009.0000696-2 |
| Edson Aparecido Stadler OAB PR015063 | 008 | 2011.0000077-1 |
| Euclides Mezzomo OAB PR005707 | 004 | 2010.0001053-8 |
| Grislane Civa OAB PR034627 | 007 | 2009.0000899-0 |
| Luiz Carlos de Melo Lima OAB PR031665 | 008 | 2011.0000077-1 |
| Marcelo Roldão Moreira de Sá OAB PR054317 | 002 | 2010.0000753-7 |
| | 003 | 2010.0000753-7 |
| Pedro de Oliveira Santos OAB PR047346 | 008 | 2011.0000077-1 |
| Sonia Regina Santos Silveira OAB PR016132 | 008 | 2011.0000077-1 |
| Thiago Benato OAB PR051347 | 005 | 2011.0000560-9 |
| Victor Andre Cotrin da Silva OAB PR028450 | 008 | 2011.0000077-1 |

**001** 2009.0000696-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Carla Alexandra Gonsiokiewicz OAB PR049703
Réu: Marcos Kapassi
Réu: Marcos Kapassi
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "condenar o réu Marcos Kapassi como incurso nas penas do art. 147 do Cp, referente ao primeiro fato descrito na denuncia autuada sob o numero 2009.278-9, bem como ao pagamento das custas processuais."
Pena final: 3 dias de reclusão
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Réu: Marcos Kapassi
Objeto: Proferida sentença "Absolutória"
Dispositivo: "absolver o réu Marcos Kapassi das acusações que lhe foram atribuidas da pratica dos crimes de porte ilegal de arma de fogo e ameaça, veiculadas nos autos 2009.696-2, o que faço com respaldo no disposto no art. 386, inciso II, do CPP"
Réu: Marcos Kapassi
Objeto: Proferida sentença "Absolutória"
Dispositivo: "absolver o réu Marcos Kapasse da acusação que lhe foi atribuida da pratica do crime de ameaça descrito no segundo fato da denuncia referente aos autos 2009.278-9, o que faço com respaldo no disposto no art 386, inciso II, do CPP.
"
Magistrado: Raquel Fratantonio Perini

**002** 2010.0000753-7 Execução da Pena
Advogado: Marcelo Roldão Moreira de Sá OAB PR054317
Réu: João Alvaro Bonet
Objeto: Defiro o pedido de progressão de regime, para o regime aberto.

**003** 2010.0000753-7 Execução da Pena
Advogado: Marcelo Roldão Moreira de Sá OAB PR054317
Réu: João Alvaro Bonet
Objeto: Designação de Audiência "Admonitória" às 17:00 do dia 05/10/2011

**004** 2010.0001053-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Euclides Mezzomo OAB PR005707
Réu: Margarida Aparecida de Souza

Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:20 do dia 14/12/2011

**005** 2011.0000560-9 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal e Anexos / CHOPINZINHO / PR
Autos de origem: 2011.87-9
Advogado: Thiago Benato OAB PR051347
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 16:40 do dia 12/12/2011

**006** 2011.0000561-7 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / PATO BRANCO / PR
Autos de origem: 2008.47-4
Advogado: Aurimar José Turra OAB PR017305
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha Acusação/Defesa" às 14:30 do dia 14/12/2011

**007** 2009.0000899-0 Execução da Pena
Advogado: Grislane Civa OAB PR034627
Réu: Josemar da Silva
Réu: Josemar da Silva
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Diante do exposto, com fulcro no art. 111 da Lei de Execuções Penais e art. 75, §2°, do Código Penal, declaro a unificação das penas impostas ao sentenciado Jocimar da Silva nos autos de processo de execução n° 2009.899-0 e 2009519-2, devendo das cumprimento a pena privativa de liberdade remaneascente no regime SEMI-ABERTO..
Ciência ao MP.
Comunique à Vara de execução Penal da Comarca de Cascavel/Prexpedindo guia de recolhimento suplementar.
Cumpra-se o Código de Normas da Corregedoria Geral."
Pena final: 4 anos e 4 meses de reclusão e 40 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Semi-aberto
Magistrado: Bernardo Fazolo Ferreira

**008** 2011.0000077-1 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / REALEZA / PR
Autos de origem: 2003.11-4
Advogado: Edson Aparecido Stadler OAB PR015063
Advogado: Luiz Carlos de Melo Lima OAB PR031665
Advogado: Pedro de Oliveira Santos OAB PR047346
Advogado: Sonia Regina Santos Silveira OAB PR016132
Advogado: Victor Andre Cotrin da Silva OAB PR028450
Réu: Antonio Rocha Burlani
Réu: Francisco Aurelio Bompani da Silva
Réu: Jorge Altevir Gonçalves
Réu: Jose Sidnei Specot
Réu: Paulo Burlani
Réu: Paulo Roberto Silva
Réu: Priscila Simoes da Silva
Objeto: Despacho em 27/01/2011: Intime-se os procuradores dos réus para que indiquem os endereços atualizados das testemunhas no prazo de dez (10) dias, isto sob pena de cumprimento parcial do objeto da deprecata.

# LONDRINA

# 4ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Londrina 4ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Andréa Pereira Rosa da Silva OAB PR044151 | 001 | 2011.0002696-7 |
| Gilberto Inocêncio Pereira OAB SP202514 | 002 | 2011.0001936-7 |
| Joao Batista Cardoso OAB PR010896 | 003 | 2011.0003098-0 |
| Liamar Melo OAB SP079665 | 002 | 2011.0001936-7 |

**001** 2011.0002696-7 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Andréa Pereira Rosa da Silva OAB PR044151
Réu: Ruana Cristina Bernardino
Réu: Weslley Campos do Nascimento
Objeto: Fica a defesa constituída pela acusada RUANA CRISTINA BERNARDINO (RÉ PRESA), Dr.ª Andréa Pereira Rosa Silva (OAB-PR 44.151), intimada a apresentar alegações finais nos autos de Processo Crime 2011.2696-7, número único 0023864-24.2011.8.16.0014, na forma de memoriais, no prazo legal.

**002** 2011.0001936-7 Carta Precatória
Juízo deprecante: 3ª Vara Criminal / Presidente Prudente / SP
Autos de origem: 482.01.2008.005726-4
Advogado: Gilberto Inocêncio Pereira OAB SP202514
Advogado: Liamar Melo OAB SP079665
Réu: Lucio Aparecido de Almeida
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 16:30 do dia 28/11/2011

**003** 2011.0003098-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Joao Batista Cardoso OAB PR010896
Réu: Edmilson Marcondes Batista
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 13:45 do dia 28/11/2011

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Londrina 4ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Antônio Edson Martins Nogueira OAB PR028850 | 006 | 2011.0002595-2 |
| Fabio Gomes Losso OAB PR024056 | 006 | 2011.0002595-2 |
| Giovani Pires de Macedo OAB PR022675 | 005 | 2011.0002632-0 |
| Heli Augusto Machado Correia OAB PR038622 | 010 | 2007.0003242-0 |
| Helio Camilo de Almeida OAB PR12595A | 008 | 2008.0000855-6 |
| Homero da Rocha OAB PR037044 | 002 | 2008.0000019-9 |
| Italo Tanaka Junior OAB PR014099 | 006 | 2011.0002595-2 |
| João dos Santos Gomes Filho OAB PR016214 | 003 | 2003.0002963-5 |
| José Jairo Baluta OAB PR022877 | 006 | 2011.0002595-2 |
| Luciana do Carmo Neves OAB PR016437 | 001 | 1998.0001224-6 |
| Luiz Francisco Ferreira OAB PR013328 | 009 | 2011.0001064-5 |
| Marco Antonio Busto de Souza OAB PR017662 | 007 | 2008.0007001-4 |
| Marcos Antonio Ferreira Bueno OAB PR019634 | 006 | 2011.0002595-2 |
| Samuel Ferreira Xalão OAB PR016061 | 004 | 2011.0002589-8 |

**001** 1998.0001224-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Luciana do Carmo Neves OAB PR016437
Réu: Paulo Aparecido da Silva
Objeto: Expedida Carta Precatória
Juízo deprecado: Curitiba/PR
Finalidade: Inquirição Testemunha Acusação
Advogado: Luciana do Carmo Neves OAB PR016437
Réu: Paulo Aparecido da Silva
Prazo: 20 dias

**002** 2008.0000019-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Homero da Rocha OAB PR037044
Réu: Igor Alberto Machado Cascales
Objeto: Expedida Carta Precatória
Juízo deprecado: Maringá/PR
Finalidade: Inquirição Testemunha Denúncia
Testemunha de Acusação: Adauto Giraldes Junior
Prazo: 30 dias

**003** 2003.0002963-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: João dos Santos Gomes Filho OAB PR016214
Réu: Bruno Alves da Silva
Objeto: Expedida Carta Precatória
Juízo deprecado: São José dos Pinhais/PR
Finalidade: Inquirição Testemunha Denúncia
Testemunha de Acusação: Luiz Fernando Ribeiro de Souza
Prazo: 30 dias

**004** 2011.0002589-8 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal e Anexos / Cornélio Procopio / PR
Autos de origem: 2010.62-1
Advogado: Samuel Ferreira Xalão OAB PR016061
Réu: Jorge Taborda Stelf
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 14:15 do dia 28/11/2011

**005** 2011.0002632-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: Cartório Criminal, Família e Anexos / IBIPORÃ / PR
Autos de origem: 2004.96-0
Advogado: Giovani Pires de Macedo OAB PR022675
Réu: Kleverson Carlos Librais
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 15:00 do dia 28/11/2011

**006** 2011.0002595-2 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / CASTRO / PR
Autos de origem: 2005.191-2
Advogado: Antônio Edson Martins Nogueira OAB PR028850
Advogado: Fabio Gomes Losso OAB PR024056
Advogado: Italo Tanaka Junior OAB PR014099
Advogado: José Jairo Baluta OAB PR022877
Advogado: Marcos Antonio Ferreira Bueno OAB PR019634
Réu: Airso Pedroso de Oliveira
Réu: Daniel Sanches Sambudio
Réu: Edvaldo Aparecido de Oliveira
Réu: Sergio Rodrigues da Luz
Réu: Valentino Massei
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 14:45 do dia 28/11/2011

**007** 2008.0007001-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Marco Antonio Busto de Souza OAB PR017662
Réu: Andréia Cristina da Silva Alves
Réu: Francielly Mendes Castelan

Objeto: Intime-se o defensor constituído das rés Andréia Cristina da Silva Alves e Francielly Mendes Castelan para que apresente o endereço das mesmas, no prazo de 5 (cinco) dias.

**008** 2008.0000855-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Helio Camilo de Almeida OAB PR12595A
Réu: Sérgio Fernandes Petenasse
Objeto: "Acordam os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná, e o Juiz convocado, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto.
O Julgamento foi presidido pelo Senhor Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa, sem voto, tendo dele participado o Senhor Desembargador Jorge Massad e o Senhor Juiz convocado Dr. Rogério Etzel.
Curitiba, 17 de fevereiro de 2011."

**009** 2011.0001064-5 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / APUCARANA / PR
Autos de origem: 2006.441-7
Advogado: Luiz Francisco Ferreira OAB PR013328
Réu: Roberto Zanella
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 14:00 do dia 28/11/2011

**010** 2007.0003242-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Heli Augusto Machado Correia OAB PR038622
Réu: Davi Rodrigo de Queiroz Geremias
Réu: Thiago José da Silva Neves
Objeto: Intime-se o defensor constituído dos réus Davi de Queiroz Geremias e Thiago José da Silva Neves para apresentar razões de recurso, no prazo legal.

# 6ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Londrina 6ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Alex Francisco Pilatti OAB PR041551 | 009 | 2011.0004024-2 |
| André Luiz Giudicissi Cunha OAB PR019757 | 001 | 2011.0007208-0 |
| Daniel Estevão Sakay Bortoletto OAB PR042839 | 002 | 2011.0002446-8 |
| Dinei Faversani OAB PR015567 | 004 | 2011.0006986-0 |
| Fabio Bonfim da Silva OAB SP140825 | 011 | 2011.0007066-4 |
| Fernando Chagas OAB PR033098 | 006 | 2011.0002031-4 |
| Irineu dos Santos Vainer OAB PR051970 | 007 | 2011.0003644-0 |
| Isaltino de Paula Gonçalves Júnior OAB PR049582 | 008 | 2009.0005546-7 |
| Ivan Luiz Goulart OAB PR021632 | 003 | 2003.0002851-5 |
| Luciana do Carmo Neves OAB PR016437 | 010 | 2011.0006356-0 |
| Mariléia Rodrigues Mungo OAB PR029538 | 005 | 2011.0006609-8 |
| Mario Rocha Filho OAB PR011268 | 013 | 2005.0005129-4 |
| Mauro Luiz Taborda Rocha OAB PR013114 | 012 | 2011.0007138-5 |
| Thiago Issao Nakagawa OAB PR049807 | 008 | 2009.0005546-7 |
| Tiago Machado Martins OAB PR057981 | 013 | 2005.0005129-4 |

**001** 2011.0007208-0 Petição
Recorrido: Luis Noboro Marukawa
Advogado: André Luiz Giudicissi Cunha OAB PR019757
Objeto: Fica o D. Defensor intimado a apresentar contrarrazões recursais de Carta Testemunhável, no prazo legal.

**002** 2011.0002446-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Daniel Estevão Sakay Bortoletto OAB PR042839
Réu: Marcio Aparecido dos Santos
Objeto: Fica o D. defensor intimado a apresentar alegações finais no prazo legal. Nada mais.

**003** 2003.0002851-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ivan Luiz Goulart OAB PR021632
Réu: Ben Hur Magni da Silva
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:00 do dia 23/01/2012

**004** 2011.0006986-0 Representação Criminal
Advogado: Dinei Faversani OAB PR015567
Requerente: Tais de Barros Augusto
Objeto: Em síntese: como medidas protetivas foi determinada a probição do agressor de se aproximar da ofendida. Foi indeferido o pedido de caução provisória. Notifique-se a vítima, comunique-se a Delegacia da Mulher. Remetam-se os Autos à autoridade Policial para que instaure inquérito policial e apure os fatos descritos pela vítima.

**005** 2011.0006609-8 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Réu/indiciado: Jose Cassula
Advogado: Mariléia Rodrigues Mungo OAB PR029538
Objeto: Em síntese: "(...) As demais medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal são inadequadas ou mesmo insuficientes em virtude das assertivas acima expostas. Ante o exposto, com fundamento na decisão de fls. 82/83 dos autos nº. 2010.6780-7 e no artigo 312 do Código de Processo Penal, indefiro o pedido de liberdade provisória (...)".

**006** 2011.0002031-4 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Fernando Chagas OAB PR033098
Réu: Marcos Gomes
Objeto: "Defiro o pedido de fl. 180".

**007** 2011.0003644-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Irineu dos Santos Vainer OAB PR051970
Réu: Adriano da Silva Lima
Objeto: Fica a defesa intimada da expedição de carta precatória para a comarca de Cambé - PR, com a finalidade de realização de audiência do Art. 16 da Lei 11.340/06. Nada mais.

**008** 2009.0005546-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Isaltino de Paula Gonçalves Júnior OAB PR049582
Advogado: Thiago Issao Nakagawa OAB PR049807
Réu: Alex Cordeiro dos Santos
Objeto: Fica a Defesa intimada a se manifestar quanto à necessidade de contraprova em relação ao resultado pericial da arma de fogo e munição juntado aos autos em epígrafe, às fls. 102/103, NO PRAZO DE 48 HORAS. Nada mais.

**009** 2011.0004024-2 Insanidade Mental do Acusado
Advogado: Alex Francisco Pilatti OAB PR041551
Réu: Flavio Maia Cardoso Junior
Objeto: Fica a defesa intimada de que foi designado o dia 04 de outubro de 2011 às 14H 00M para a realização da perícia psiquiátrica no réu, nas dependências do Instituto Médico Legal de Londrina. Ressalta-se que o réu deverá comparecer acompanhado de um familiar. Nada mais.

**010** 2011.0006356-0 Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Advogado: Luciana do Carmo Neves OAB PR016437
Objeto: Despacho em 20/09/2011: "Intime-se a procuradora da requerente para que informe se há alguma testemunha que presenciou os fatos descritos e que junte declaração desta".

**011** 2011.0007066-4 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Réu/indiciado: Roberto Francisco de Oliveira
Advogado: Fabio Bonfim da Silva OAB SP140825
Objeto: Em síntese: "(...) reduzo o valor arbitrado a título de fiança em 2/3 (...). Ademais, pelo fato do réu já ter recolhido o valor previamente arbitrado, levante-se a diferença da fiança, que é de R$ 363,33 (trezentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos) em favor do ora requerente."

**012** 2011.0007138-5 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / MARILÂNDIA DO SUL / PR
Autos de origem: 2011.231-5
Réu/indiciado: Licínio Deusdete da Luz Lemes
Advogado: Mauro Luiz Taborda Rocha OAB PR013114
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 15:30 do dia 04/10/2011

**013** 2005.0005129-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Mario Rocha Filho OAB PR011268
Advogado: Tiago Machado Martins OAB PR057981
Réu: João Tiviroli Junior
Objeto: Em síntese: "Defiro o pedido de carga, efetuado à fl. 133, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas (...)".

# MANDAGUARI

# JUÍZO ÚNICO

**Juizado Especial Cível - Mandaguari**
**Juiz de Direito - Dr. Devanir Cestari**

**Relação nº 001/2011**

Advogados e itens:
Fernando Henrique B. Nanuncio: 10
Geandro de Oliveira Fajardo: 15
Geraldo Barbosa Neto: 01,04,05,11
Jose Carlos Zafalon: 02, 06, 07,08,16,17,18
Jose Ivan Guimaraes Pereira: 12
Leocadia Dolores M. B. Pansonato:13,14
Marco Antonio Moreno Castilho: 03
Paulo Sergio Ubialli: 09

01 - Ação de Cobrança nº 169/2008 - Autor: Adolfina Castilho Dias e Réu: Banco BMG S.A. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Geraldo Barbosa Neto
02 - Ação de Cobrança nº 669/2007 - Autor: Jose Gozzi e Réu:Banco Itau S/A. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Jose Carlos Zafalon
03 - Ação de Execução nº 941/2009 - Autor: Chevolks Auto Peças e Mecanica Ltda e Réu: Leidevaldo Cock de Oliveira. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Marco Antonio Moreno Castilho.

04 - Ação de Cobrança nº 565/2008 - Autor: Adolfina Castilho Dias e Réu: Banco BMG S.A. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Geraldo Barbosa Neto
05 - Ação de Cobrança nº 169/2008 - Autor: Adolfina Castilho Dias e Réu: Banco BMG S.A. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Geraldo Barbosa Neto
06 - Ação de Cobrança nº 757/2007 - Autor: Geraldo Zafalon e Réu: Banco Banco do Brasil S.A. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Joao Carlos Zafalon.
07 - Ação de Cobrança nº 634/2007 - Autor: Geraldo Zafalon e Réu: Banco Banco do Brasil S.A. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Joao Carlos Zafalon.
08 - Ação de Cobrança nº 876/2006 - Autor: Matilde Gonçalves Aguiar e Réu: Florindo Pedroni. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Joao Carlos Zafalon.
09 - Ação de Cobrança nº 1222/2007- Autor: Mauro Gomes e Réu: Welington Borges da Cunha Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Paulo Sergio Ubialli.
10 - Ação de Cobrança nº 381/2008 - Autor: Ildefonso Peres Henrique e Réu: Jose Carlos da Silva. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Fernando Henrique B. Nanuncio.
11 - Ação de Cobrança nº 187/2008 - Autor: Andre Fernando da Silva e Réu: Amadeu Guizelin. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Geraldo Barbosa Neto
12 - Ação de Cobrança nº 646/2007 - Autor: Eduardo Marques Morais e Réu: Banco Bradesco. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Jose Ivan Guimaraes Pereira.
13 - Ação de Cobrança nº 948/2009 - Autor: Jorge Camargo e Réu: Nokia do Brasil Tecnologia Ltda. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Leocadia Dolores M. B. Pansonato
14 - Ação de Cobrança nº 434/2010 - Autor: Arlindo Lopes Fernandes e Réu: Banco Itau S/A. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Leocadia Dolores M. B. Pansonato
15 - Ação de Cobrança nº 459/2007 - Autor: Luis Jose Saciotto e Réu: Banco Itau S/A. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Geandro de Oliveira Fajardo.
16 - Ação de Cobrança nº 660/2007 - Autor: Ilda Bortoloci e Outros e Réu: Banco Banco do Brasil S.A. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Joao Carlos Zafalon.
17 - Ação de Cobrança nº 752/2007 - Autor: Jose Martinez Galbiate e Réu: Banco Bradesco. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Joao Carlos Zafalon.
18 - Ação de Cobrança nº 659/2007 - Autor: Vera Maria Martinez s e Réu: Banco Banco Itau. Proceda a devolução dos autos em vinte e quatro (24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.. Dr. Joao Carlos Zafalon.

MANDAGUARI, 29 DE SETEMBRO DE 2011.
MARCIA VANONI COCK
SECRETÁRIA

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Mandaguari Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Anna Christina Castelo Branco Pereira OAB PR018069 | 001 | 2003.0000078-5 |
| | 002 | 2003.0000078-5 |
| Renato Costa Luz P Hora OAB PR028618 | 003 | 2010.0000163-6 |

**001** 2003.0000078-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Anna Christina Castelo Branco Pereira OAB PR018069
Réu: Patricia Maria dos Santos
Objeto: Fica a defensora intimada de que este Juízo designou o dia 24.10.2011, as 15:30 horas para o Sorteio dos Jurados e o dia 10.11.2011, as 09:30 horas para a Sessão de Julgamento da ré Patricia Maria dos Santos perante o Tribunal do Júri desta Comarca. Fica intimada ainda a se manifestar no prazo de 05 dias, quanto a testemunha de defesa Michele de Oliveira Silva, não encontrada pelo Oficial de Justiça.

**002** 2003.0000078-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Anna Christina Castelo Branco Pereira OAB PR018069
Réu: Patricia Maria dos Santos
Objeto: Designação de Audiência "Sessão de Julgamento" às 09:30 do dia 10/11/2011

**003** 2010.0000163-6 Execução da Pena
Advogado: Renato Costa Luz P Hora OAB PR028618
Réu: Maria Fabiana Defazio
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Cumprimento da condenação"
Dispositivo: ""Diante do exposto, declaro a extinção da punibilidade e portanto, da pena aplicada a Maria Fabiana Defásio...""
Magistrado: Devanir Cestari

# MARECHAL CÂNDIDO RONDON

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Marechal Cândido Rondon Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Antonio Marcos de Aguiar OAB PR054939 | 007 | 2011.0001114-5 |
| Carlos Luciano Flores OAB PR041863 | 009 | 2010.0000641-7 |
| Claudio Aparecido Ferreira OAB PR045975 | 005 | 2011.0000715-6 |
| Elizandra Wits da Silva OAB PR049394 | 001 | 2010.0001017-1 |
| Helio Lulu OAB PR010525 | 002 | 2011.0000552-8 |
| Jossoe do Amaral Campos OAB PR042125 | 003 | 2011.0000604-4 |
| Manoel Messias Meira Pereira OAB PR018936 | 006 | 2010.0000811-8 |
| Nedi Valdi Damiati OAB PR042969 | 004 | 2011.0000697-4 |
| Siegfrid Modes OAB PR009892 | 008 | 2011.0001055-6 |

**001** 2010.0001017-1 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Elizandra Wits da Silva OAB PR049394
Réu: Cristiane Godoy
Réu: Francisco Umberto Koch
Réu: Jeferson Rodrigo de Souza dos Santos
Objeto: Apresentem, os defensores, as contrarrazões recursais.

**002** 2011.0000552-8 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Helio Lulu OAB PR010525
Réu: Jeferson Fioravante
Objeto: Apresente, a defesa, no prazo legal, as alegações finais.

**003** 2011.0000604-4 Insanidade Mental do Acusado
Advogado: Jossoe do Amaral Campos OAB PR042125
Réu: Marcio Adelar Krause
Objeto: Despacho em 26/09/2011: I - Reiterem-se os expedientes de fls. 15/17, solicitando-se urgente atendimento, inclusive via fax, por se tratar, o presente procedimento, de réu preso. II - Intimem-se.

**004** 2011.0000697-4 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Indiciado: Fredymar Damiati
Advogado: Nedi Valdi Damiati OAB PR042969
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Arquivem-se estes autos.

**005** 2011.0000715-6 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Indiciado: Jucemar João de Oliveira
Advogado: Claudio Aparecido Ferreira OAB PR045975
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Arquivem-se estes autos.

**006** 2010.0000811-8 Execução da Pena
Advogado: Manoel Messias Meira Pereira OAB PR018936
Réu: Paulo Cesar de Souza
Objeto: Despacho em 27/09/2011: Para realização da audiência pleiteada pelo MP, designo o dia 16 de novembro de 2011, às 13:15 horas. II - Intimem-se.

**007** 2011.0001114-5 Petição
Advogado: Antonio Marcos de Aguiar OAB PR054939
Objeto: Despacho em 27/09/2011: I - O denunciado formulou pedidos....Por isto, acolhendo o parecer do MP, indefiro a revogação da prisão preventiva do denunciado. II - Certifique-se a respeito na ação penal. III - Intime-se.

**008** 2011.0001055-6 Restituição de Coisas Apreendidas
Advogado: Siegfrid Modes OAB PR009892
Objeto: Despacho em 27/09/2011: I - Acolhendo o parecer do MP, defiro, parcialmente o requerimento de fls. 02/07, determinando a restituição do veículo Ford Cargo ao requerente, após a regularização de eventual licenciamento e/ou multa vencidos e pagas, ainda, as custas de seu depósito, entre o perído da apreensão e da propositura da ação. limitadas ao período de 30 dias. II - Defiro, ainda, o requeriento do MP. Intime-se o requerente, para que, em 15 dias, comprove a regularização do veículo Kombi, junto aos órgãos competentes. III - Intimem-se.

**009** 2010.0000641-7 Execução da Pena
Advogado: Carlos Luciano Flores OAB PR041863
Réu: Nelsi Abrelino dos Santos
Objeto: Despacho em 27/09/2011: I - Conforme certidão de fls. 59, o executado foi removido à Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu. Por isto, remetam-se, estes autos, àquele Juízo, para cumprimento da execução. II - Intimem-se.

# MARILÂNDIA DO SUL

## JUÍZO ÚNICO

**Juízo de Direito da Comarca de Marilândia do Sul - PR.**

**Autos de Processo Crime nº 2011.63-1 - Réu: Silvio Lopes Rodrigues**

Através do presente fica o Dr. VANDRO MARCIO TABORDA ROCHA - OAB/PR. devidamente intimado da audiência de Instrução e Julgamento redesignada para o dia 24 de outubro de 2011 às 15:00 horas e para que se manifeste em 05 dias acerca das testemunhas de defesa não intimadas, sob pena de preclusão.

Marilândia do Sul, 28 de setembro de 2011

Relação nº 160/11

---

**Juízo de Direito da Comarca de Marilândia do sul - Estado do Paraná**
**Única Vara Criminal**

**Autos de Carta Precatória nº 2011.488-2, oriunda do Juízo de Direito da Comarca de Faxinal - Paraná - réus - Luis Antonio Lopes da Costa - Mauro Roberto Onofre Coelho - Isaac Arruda - Evanice Rentz - Alice Lopes da Costa - Lair Lopes da Costa - Lacir Lopes da Costa - Larissa Jacomini da Costa - Marcio José Cabrera Olinto - Daniele Oliveira de Souza Cabrera Olinto - Marcelino Carrara - Lutiano Juliano Urbanas Lourenço - Edson Quedas de Godoi - Claudio José de Araújo - João Batista Pinto - Flavio Marcon Marins - Lucinio de Almeida - Benedito Pimentel de Oliveira**

Através do presente, ficam os Drs. DIONIZIO GUIDO - OAB/PR 2465 - WILIAN ALVES DE SOUZA - OAB/PR 3982 - ELIZA TIZURU SONOMURA - OAB/PR 50135 - EDSON APARECIDO STADLER - OAB/PR 15063 - DAVID RIODRIGUES ALFRETO JUNIOR - OAB/PR 37276 - GABRIELA ROBERTO DA SILVA - OAB/PR 37868 - FABIO LEAL - OAB/PR 49831 - EDSON DE JESUS DELIBERADOR FILHO - PAULO ALVES NOGUEIRA - OAB/PR 13148 - ANTONIO JOSÉ MATTOS DO AMARAL - OAB/PR 8296 - IVAN CARLOS BALHS - OAB/PR 47194 - DOUGLAS BONALDI MARANHÃO - OAB/PR 36010 e RENATO ANDRADE - OAB/PR 10517, devidamente intimados de que este Juízo designou o dia 16.11.11, às 15h30min para inquirição de testemunha da defesa residente neste Juízo, testemunha esta arrolada pela defesa do réu joão Batista Pinto.-

Marilândia dos sul, 28 de setembro de 2011.-

Relação nº 169/11

---

**INTIMAÇÕES DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL**

Marilândia do Sul, 28 de setembro de 2011

INTIMAÇÕES DE ADVOGADOS

1. Autos nº 002/10 - Autor(a): Carlos José Borges - Reclamado(a): Duratex S/A - Deferido o levantamento do valor depositado e para se manifestar quanto ao eventual prosseguimento do feito em 05 dias principalmente no que tange ao valor controverso. RODRIGO BELIGNI - OAB/PR. 35.593.
2. Autos nº 182/10 - Autor: Ernesto de Mello Rodrigues - Executado: Valtencir de Araujo Lima e Coquitex Com. Químico têxtil Ltda. Diante dos valores irrisórios em relação ao crédito o que motivou o desbloqueio (art. 659 § 2º do CPC), fica o autor intimado para requerer o que entender de direito no prazo de 05 dias ao prosseguimento do feito. HENRIQUE ORLANDO GASPAROTTI - OAB/PR. nº 34.428.
3. Autos nº 265/10 - Autor(a): Susescap Suspensão e escapamentos Ltda - Executado(a): Cleber Matos Gomes - Diante da inexistência de valores para penhora online fica o autor intimado para se manifestar em 05 dias para requerer o que entender de direito, sob pena de extinção. HENRIQUE GERMANO DELBEN- OAB/PR. 51.159.
4. Autos nº 40/07 - Autor(a): Altair Leonardo Tavares - Reclamado: Fontes Hortifrutigrangeiros Ltda. Diante da inexistência de valores para penhora online fica o autor intimado para se manifestar em 05 dias para requerer o que entender de direito, sob pena de extinção. RAFFAELLY CARLA BELIGNI ROSA - OAB/PR. nº 40.952.
5. Autos nº 389/09 - Autor: Reinaldo de Campos - Reciclagens-Me - Reclamado: Banco Itaú S/A. Ficam as partes intimadas da extinção do feito com fulcro no art. 794, inciso I do CPC. RAFFAELLY CARLA BELIGNI ROSA - OAB/PR. nº 40.952 e LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI - OAB/PR. 37.775.
6. Autos nº 104/07 - Autor(a): a. Primon Construções - Reclamado(a): João Mendes. Fica o autor intimado para se manifestar sobre o prosseguimento do feito no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. ALCIRENE ADRIANA DA SILVA CORDEIRO DOS SANTOS - OAB/PR. nº 20.220.
7. Autos nº 98/06. Autor: Eduardo Teles de Proença - Executados: Jorge Aires de Proença e Rosiney Ferreira Aires de Proença. Ficam as partes intimadas da extinção do feito com fundamento no art. 269, inc. III do CPC ALCIRENE ADRIANA DA SILVA CORDEIRO DOS SANTOS - OAB/PR. nº 20.220 e ROMEU BELIGNI FILHO - OAB/PR. 5494.

---

# MARINGÁ

## 2ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Maringá 2ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Airton Keiji Heda OAB PR018555 | 023 | 2011.0005207-0 |
| Alcenir Antonio Baretta OAB PR046241 | 003 | 2011.0002579-0 |
| | 011 | 2010.0006818-8 |
| | 025 | 2011.0005011-6 |
| Ana Flávia Spilka OAB PR052821 | 009 | 2011.0005724-2 |
| Ana Paula de Oliveira OAB PR051603 | 010 | 2011.0000560-9 |
| Eliane Viana Zaponi OAB PR044692 | 007 | 2009.0006425-3 |
| Giani Moraes Ferreira OAB PR047810 | 017 | 2011.0005189-9 |
| | 022 | 2008.0004289-4 |
| Joel Geraldo Coimbra Filho OAB PR032806 | 015 | 2005.0002448-3 |
| José Gerônimo Benatti OAB PR007511 | 019 | 2011.0004554-6 |
| Luiz Roberto de Souza OAB PR018088 | 002 | 2011.0003692-0 |
| Magno Eugênio M. B. da Silva OAB PR030718 | 016 | 2011.0004664-0 |
| Maria Izabel Pinto de Oliveira OAB PR047636 | 005 | 2011.0001144-7 |
| Marli Salvagnini OAB PR040957 | 021 | 2004.0000283-6 |
| Melves Muchiuti OAB PR006771 | 006 | 2011.0005736-6 |
| Ronaldo Antonio Botelho OAB PR003593 | 006 | 2011.0005736-6 |
| Rosana Rigonato Junqueira OAB PR023422 | 024 | 2010.0006907-9 |
| Sandra Becker OAB PR034478 | 020 | 2010.0003951-0 |
| Sebastião Miguel Moralles OAB PR006642 | 001 | 2011.0003692-0 |
| | 008 | 2008.0002754-2 |
| | 013 | 2011.0005630-0 |
| | 014 | 2011.0005045-0 |
| Sérgio Wanderley Alves de Oliveira OAB PR018620 | 004 | 2011.0005008-6 |
| Sidney Samuel Meneguetti OAB PR034234 | 007 | 2009.0006425-3 |
| Silvestre Mendes Ferreira Negrão OAB PR030195 | 012 | 2011.0004955-0 |
| Tadeu Teixeira Neto OAB PR036444 | 018 | 2011.0005000-0 |
| Tirsiley Debora Formigoni Correia OAB PR26084B | 007 | 2009.0006425-3 |

**001** 2011.0003692-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Sebastião Miguel Moralles OAB PR006642
Réu: Marcelo dos Santos Neves
Objeto: Apresentar memoriais, no prazo legal.

**002** 2011.0003692-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Luiz Roberto de Souza OAB PR018088
Réu: Marcelo dos Santos Neves
Objeto: Apresentar memoriais, no prazo legal.

**003** 2011.0002579-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Alcenir Antonio Baretta OAB PR046241
Réu: Benedito Aparecido Batistioli
Réu: Rodrigo Cezar de Almeida
Réu: Rodrigo Fonçati da Silva
Objeto: Ciente de sua nomeação como defensor dos réus RODRIGO CEZAR DE ALMEIDA e RODRIGO FONÇATI DA SILVA nestes autos. Apresentar resposta à acusação, no prazo legal.

**004** 2011.0005008-6 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Sérgio Wanderley Alves de Oliveira OAB PR018620
Réu: Thiago Bento Alves
Objeto: Apresentar resposta à acusação, no prazo legal.

**005** 2011.0001144-7 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Maria Izabel Pinto de Oliveira OAB PR047636
Réu: João Amaral
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 03/11/2011

**006** 2011.0005736-6 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / ARAPONGAS / PR
Autos de origem: 1997.117-0
Advogado: Melves Muchiuti OAB PR006771
Advogado: Ronaldo Antonio Botelho OAB PR003593
Réu: Adeildo Pereira da Silva
Réu: Antonio Marcelino
Réu: Jose Pereira da Silva
Réu: Naelcio Pereira da Silva
Réu: Robson de Oliveira Santana
Réu: Severino Belarmino de Medeiros
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 16:30 do dia 10/11/2011

**007** 2009.0006425-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Eliane Viana Zaponi OAB PR044692
Advogado: Sidney Samuel Meneguetti OAB PR034234
Advogado: Tirsiley Debora Formigoni Correia OAB PR26084B
Réu: Clovis Rafael Landim
Réu: João Milagres Carneiro
Objeto: Ficam os defensores dos réus, intimados de que nos autos de Carta Precatória registrada sob nº2011.405-0 da Vara Criminal da Comarca de Mandaguaçu-PR, foi designada data de 24/11/11, às 15h00, para inquiriçaõ das testemunhas arroladas na denuncia/defesa.

**008** 2008.0002754-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Sebastião Miguel Moralles OAB PR006642
Réu: Steferson Ferraz Sampaio
Objeto: Fica o defensor do réu, intimado de que nos autos de Carta Precatória registrada sob nº2011404-1 na Comarca de Mandaguaçu-PR, foi desiganda a data de 17/11/11, às 15h30m, para inquiriçãi da esttemunha Marcio da Silva Ribeiro

**009** 2011.0005724-2 Carta Precatória
Juízo deprecante: 1ª Vara Criminal / CAMPO MOURÃO / PR
Autos de origem: 2011.991-4
Advogado: Ana Flávia Spilka OAB PR052821
Réu: Elaine Francisca da Silva Fernandes
Réu: Tiago Zeferino Delfino
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 16:30 do dia 13/10/2011

**010** 2011.0000560-9 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Ana Paula de Oliveira OAB PR051603
Réu: Cícero Ferreira da Silva
Objeto: Ciente de sua nomeação como defensora do réu CÍCERO FERREIRA DA SILVA nestes autos. Apresentar resposta à acusação, no prazo legal.

**011** 2010.0006818-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Alcenir Antonio Baretta OAB PR046241
Réu: Lacir dos Reis
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 21/11/2011

**012** 2011.0004955-0 Insanidade Mental do Acusado
Advogado: Silvestre Mendes Ferreira Negrão OAB PR030195
Requerente: Mônica Cristina Gonçalves de Oliveira
Objeto: Fica o curador nomeado, intimado de que foi designada a data de 09/05/2012, às 09h00, para a realização do exame de sanidade mental.

**013** 2011.0005630-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: 1ª Vara Criminal / CAMPO MOURÃO / PR
Autos de origem: 2010.1878-4
Advogado: Sebastião Miguel Moralles OAB PR006642
Réu: Sidnei Siqueira
Objeto: Ciente de sua nomeação como defensor do réu SIDNEI SIQUEIRA nestes autos. Ciente, ainda, de que foi designada audiência de proposta de suspensão condicional do processo para o dia 11.11.2011, às 14:15 horas.

**014** 2011.0005045-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / PITANGA / PR
Autos de origem: 2005.69-0
Advogado: Sebastião Miguel Moralles OAB PR006642
Réu: José Patrício de Jesus
Objeto: Ciente de sua nomeação como defensor do réu JOSÉ PATRÍCIO DE JESUS nestes autos. Ciente, ainda, de que foi designada audiência de proposta de suspensão condicional do processo para o dia 11.11.2011, às 14:00 horas.

**015** 2005.0002448-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Joel Geraldo Coimbra Filho OAB PR032806
Réu: Alexandre Gomes Rodrigues
Objeto: Ciente da decisão de folha 820 verso (em resumo pela indisponibilidade de espaço): "I- Diante da conduta reprovável do Oficial de Justiça... II- Contudo já se passaram 18 meses desde aquela data, e o inqúerito não foi concluído... III- E por entender ter transitado em julgado a sentença de fls. 758/766 para o réu Alexandre, face ao contido às fls. 768 e 771/774, deixo de receber o recurso interposto pelo referido réu às fls. 780"

**016** 2011.0004664-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: 1ª Vara Criminal / PARANAVAÍ / PR
Autos de origem: 2009.2563-0
Advogado: Magno Eugênio M. B. da Silva OAB PR030718
Réu: Adenilson de Almeida
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 16:15 do dia 31/10/2011

**017** 2011.0005189-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Giani Moraes Ferreira OAB PR047810
Réu: Marcos Aurelio de Farias
Objeto: Ciente de sua nomeação como defensora do réu MARCOS AURÉLIO DE FARIAS nestes autos. Apresentar resposta à acusação, no prazo legal.

**018** 2011.0005000-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Tadeu Teixeira Neto OAB PR036444
Réu: Otávio Machado de Oliveira
Objeto: Ciente de sua nomeação como defensor do réu OTÁVIO MACHADO DE OLIVEIRA nestes autos. Apresentar resposta à acusaçõa, no prazo legal.

**019** 2011.0004554-6 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / NOVA ESPERANÇA / PR
Autos de origem: 2009.422-6
Advogado: José Gerônimo Benatti OAB PR007511
Réu: José Gilberto Pratinha
Objeto: A AUDIÊNCIA AGENDADA PARA 06/10/2011 FOI REDESIGNADA PARA DIA 24.10.2011 ÀS 13:45 HORAS, PARA INQUIRIÇÃO DA TESTEMUNHA DE DEFESA.

**020** 2010.0003951-0 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Sandra Becker OAB PR034478
Réu: Roni Roger de Mendonça
Objeto: Comprecer em juízo em 48 horas para retirar alvará de levantamento de numerário apreendido bem como retirar objeto apreendido.

**021** 2004.0000283-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Marli Salvagnini OAB PR040957
Réu: Waldeci Januário dos Santos
Objeto: Apresentar memoriais, no prazo legal.

**022** 2008.0004289-4 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Giani Moraes Ferreira OAB PR047810
Réu: Lusiberto Firmo do Nascimento
Objeto: Ciente de sua nomeação como defensora do réu LUISBERTO FIRMO DO NASCIMENTO nestes autos. Apresentar resposta à acusação, no prazo legal.

**023** 2011.0005207-0 Petição
Advogado: Airton Keiji Heda OAB PR018555
Requerente: Emilio Eiji Inaba
Objeto: recolher custas processuais em 05 dias

**024** 2010.0006907-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Rosana Rigonato Junqueira OAB PR023422
Réu: Cláudio dos Santos
Objeto: Ciente de sua nomeação. Oportunamente serão arbitrados honorários. Responder à acusação em 10 dias.

**025** 2011.0005011-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Alcenir Antonio Baretta OAB PR046241
Réu: Michel de Paulo Francisco
Objeto: Ciente da nomeação. Honorários serão arbitrados oportunamente. Responder à acusação em 10 dias.

# MATELÂNDIA

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Matelândia Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Francisco Martins dos Reis OAB PR048530 | 001 | 2011.0001184-6 |

**001** 2011.0001184-6 Petição
Réu/indiciado: Marcela Vanessa Araujo dos Santos
Advogado: Francisco Martins dos Reis OAB PR048530
Objeto: Mantenho a decisão da decretação da prisão preventiva.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Matelândia Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Irineu Crema OAB PR003762 | 001 | 2010.0000499-6 |

**001** 2010.0000499-6 Restituição de Coisas Apreendidas
Advogado: Irineu Crema OAB PR003762
Requerente: Terezinha Silveira
Objeto: Intimar a postulante para que através de seu Procurador proceda a juntada aos autos de documento atualizado do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo.

# PARAÍSO DO NORTE

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Paraíso do Norte Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Charles Zauza OAB PR046327 | 001 | 2011.0000329-0 |
| | 002 | 2011.0000329-0 |
| Osvaldo Benedito Buniotti OAB PR019655 | 003 | 2011.0000343-6 |

**001** 2011.0000329-0 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Charles Zauza OAB PR046327
Réu: Vanderlei Modesto dos Santos
Objeto: Expedida Carta Precatória
Juízo deprecado: Foz do Iguaçu/PR
Finalidade: Inquirição Testemunha Denúncia
Testemunha de Acusação: Tito Lemos Roussenq
Prazo: 30 dias

**002** 2011.0000329-0 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Charles Zauza OAB PR046327
Réu: Vanderlei Modesto dos Santos
Objeto: Expedida Carta Precatória
Juízo deprecado: Paranavaí/PR
Finalidade: Inquirição Testemunha Denúncia
Testemunha de Acusação: Claudio Dias Mota
Prazo: 30 dias

**003** 2011.0000343-6 Carta de Ordem
Réu/indiciado: Luiz Wessler
Advogado: Osvaldo Benedito Buniotti OAB PR019655
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 24/10/2011

# PARANAGUÁ

## 2ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Paranaguá 2ª Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Adyr Tacla Filho OAB PR018688 | 005 | 2010.0000947-5 |
| Andreia Carla Mendes de Oliveira OAB PR026902 | 006 | 2011.0000686-9 |
| Daniel Gilberto Lemos Pereira OAB PR025947 | 005 | 2010.0000947-5 |
| Émely Damaceno OAB PR048816 | 002 | 2008.0001352-5 |
| Jardel Martins do Carmo OAB PR044820 | 005 | 2010.0000947-5 |
| Juliana Cristina Fincatti Moreira OAB PR055063 | 002 | 2008.0001352-5 |
| Juliano Mattar Martins do Carmo OAB PR026565 | 005 | 2010.0000947-5 |
| Mirian Regina Lopes Carvalho OAB PR038459 | 005 | 2010.0000947-5 |
| Nilma da Silveira OAB PR035834 | 005 | 2010.0000947-5 |
| Odesio Machado de Oliveira OAB PR010425 | 003 | 2009.0003134-7 |
| Rafaela Luana Paula Abib Neves OAB PR042571 | 001 | 2011.0001334-2 |
| Teresa Leite Pereira Hauari OAB PR015179 | 004 | 2010.0001110-0 |

**001** 2011.0001334-2 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Rafaela Luana Paula Abib Neves OAB PR042571
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:15 do dia 22/11/2011

**002** 2008.0001352-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Émely Damaceno OAB PR048816
Advogado: Juliana Cristina Fincatti Moreira OAB PR055063
Réu: Jose Romero Leonel de Freitas
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:20 do dia 16/08/2012

**003** 2009.0003134-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Odesio Machado de Oliveira OAB PR010425
Réu: Liliane Aparecida de Souza Cardoso
Réu: Priscila Siqueira
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 26/07/2012

**004** 2010.0001110-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Teresa Leite Pereira Hauari OAB PR015179
Réu: Alexandre Alves dos Santos
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 25/07/2012

**005** 2010.0000947-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Adyr Tacla Filho OAB PR018688
Advogado: Daniel Gilberto Lemos Pereira OAB PR025947
Advogado: Jardel Martins do Carmo OAB PR044820
Advogado: Juliano Mattar Martins do Carmo OAB PR026565
Advogado: Mirian Regina Lopes Carvalho OAB PR038459
Advogado: Nilma da Silveira OAB PR035834
Réu: Alcido Dillenburg
Réu: Emerson Carlos da Silva Pinheiro
Réu: Jose Carlos Severino dos Santos
Réu: Sameque Gilson Gonçalves
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:00 do dia 06/08/2012

**006** 2011.0000686-9 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / ICARAÍMA / PR
Autos de origem: 2010.425-2
Réu/indiciado: Dionatan da Cruz Gonçalves
Advogado: Andreia Carla Mendes de Oliveira OAB PR026902
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 16:30 do dia 02/08/2012

# PARANAVAÍ

## 1ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Paranavaí 1ª Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Andre Luiz Galerani Abdalla OAB PR024960 | 007 | 2005.0000273-0 |
| Cesar Augusto Rossato Gomes OAB PR047852 | 002 | 2006.0000095-0 |
| Fatima de Cassia Biazio OAB PR024116 | 001 | 2010.0002621-3 |
| Magno Eugenio Marcelo Benomino da Silva OAB PR030718 | 003 | 2010.0000886-0 |
| | 004 | 2010.0000886-0 |
| Raffael Santos Benassi OAB PR044338 | 005 | 2010.0002383-4 |
| | 006 | 2010.0002383-4 |

**001** 2010.0002621-3 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Fatima de Cassia Biazio OAB PR024116
Réu: Jefferson Marques Conte
Objeto: Despacho em 26/09/2011: SESSÃO DE JULGAMENTO - DESIGNADO PARA O DIA 31.10.2011, ÀS 12H

**002** 2006.0000095-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Cesar Augusto Rossato Gomes OAB PR047852
Réu: Anderson Aparecido da Silva
Objeto: Despacho em 10/08/2011: SESSÃO DE JULGAMENTO DESIGNADO PARA O DIA 26 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 12H

**003** 2010.0000886-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Magno Eugenio Marcelo Benomino da Silva OAB PR030718
Réu: Anderson Ferreira dos Santos
Objeto: Designação de Audiência "Sessão de Julgamento" às 12:00 do dia 19/10/2011

**004** 2010.0000886-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Magno Eugenio Marcelo Benomino da Silva OAB PR030718
Réu: Anderson Ferreira dos Santos
Objeto: Despacho em 16/08/2011: DESIGNADO JULGAMENTO - SESSÃO DE JULGAMENTO - PARA O DIA 19.10.2011, ÀS 12H

**005** 2010.0002383-4 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Raffael Santos Benassi OAB PR044338

Réu: Marcelo Pereira Borges
Objeto: Designação de Audiência "Sessão de Julgamento" às 12:00 do dia 13/10/2011

**006** 2010.0002383-4 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Raffael Santos Benassi OAB PR044338
Réu: Marcelo Pereira Borges
Objeto: Despacho em 21/06/2011: SESSÃO DE JULGAMENTO DESIGNADA PARA O DIA 13/10/2011, ÀS 12H

**007** 2005.0000273-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andre Luiz Galerani Abdalla OAB PR024960
Réu: Nelson Fabricio Marques
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 15/03/2012

---

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Paranavaí 1ª Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Abel de Souza Morangueira OAB PR025198 | 003 | 2010.0001308-1 |
| Benjamim Marçal Costa OAB PR048766 | 006 | 2007.0000093-6 |
| Carlos da Costa Florêncio OAB PR043764 | 001 | 2009.0000085-9 |
| Cesar Augusto Rossato Gomes OAB PR047852 | 007 | 2010.0001098-8 |
| | 012 | 2008.0001146-8 |
| Cleiton Camilo dos Santos OAB PR043865 | 001 | 2009.0000085-9 |
| Cristian Procópio de Oliveira Rebua OAB SP225628 | 009 | 2011.0001139-0 |
| Evandro Alves dos Santos OAB PR052678 | 012 | 2008.0001146-8 |
| Jose Carlos Farias OAB PR026298 | 003 | 2010.0001308-1 |
| Jose Luiz Ruzzon OAB PR051488 | 002 | 2009.0001581-3 |
| Leonardo Fratini Xavier de Souza OAB PR051262 | 010 | 2009.0002471-5 |
| | 011 | 2009.0002471-5 |
| Luiz Egidio Cruz Medeiros OAB PR051601 | 010 | 2009.0002471-5 |
| | 011 | 2009.0002471-5 |
| Luiz Pires de Mattos Filho OAB PR033936 | 002 | 2009.0001581-3 |
| Meriane Borges OAB SP264746 | 004 | 2008.0000378-3 |
| Paulo Roberto dos Santos OAB PR033243 | 006 | 2007.0000093-6 |
| Roberto Noboru Iamaguro OAB PR034322 | 005 | 2008.0001284-7 |
| Valmor Tagliamento Bremm OAB PR033253 | 008 | 2009.0001471-0 |

**001** 2009.0000085-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Carlos da Costa Florêncio OAB PR043764
Advogado: Cleiton Camilo dos Santos OAB PR043865
Réu: Joemerson de Oliveira
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 21/11/2011

**002** 2009.0001581-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jose Luiz Ruzzon OAB PR051488
Advogado: Luiz Pires de Mattos Filho OAB PR033936
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 18:00 do dia 06/03/2012

**003** 2010.0001308-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Abel de Souza Morangueira OAB PR025198
Advogado: Jose Carlos Farias OAB PR026298
Objeto: Designação de Audiência "Interrogatório" às 14:00 do dia 30/01/2012

**004** 2008.0000378-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Meriane Borges OAB SP264746
Réu: Aldarice Alves de Araujo Borges
Réu: Meriane de Araujo Borges
Objeto: Despacho em 26/09/2011: "1 -Atenda-se ao item "1" da cota de fls. 237-verso.
2 - tendo em vista a informação de que a acusada Meriane esta residendo em São Paulo / SP, intime-se a acusada para que forneça seu endereço atualizado nos autos, no prazo de cinco dias.
3 - Para os interrogatórios das acusadas designo o dia 03 de novembro de 2011, às 14:00 horas"

**005** 2008.0001284-7 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Roberto Noboru Iamaguro OAB PR034322
Réu: Claudinei Cristovam da Silva
Objeto: Despacho em 26/09/2011: A DEFESA PARA QUERENDO NO PRAZO LEGAL MANIFESTAR NA FASE DO ARTIGO 422 DO CPP

**006** 2007.0000093-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Benjamim Marçal Costa OAB PR048766
Advogado: Paulo Roberto dos Santos OAB PR033243
Objeto: Despacho em 26/09/2011: "Designo o dia 17/10/2011, às 16:40 horas, para audiência admonitória"
"Intime-se por edital"

**007** 2010.0001098-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Cesar Augusto Rossato Gomes OAB PR047852
Objeto: Despacho em 26/09/2011: "Designo o dia 17/10/2011, às 17:00 horas, para audiência admonitória, em relação aos acusados Clarice Antonio da Silva e Paulo Henrique dos Reis Tavares.
Intimem-se, por edital"

**008** 2009.0001471-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Valmor Tagliamento Bremm OAB PR033253
Réu: Antoninho José Pereira
Réu: Oscar Soares de Carvalho
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 17:45 do dia 07/02/2012

**009** 2011.0001139-0 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Cristian Procópio de Oliveira Rebua OAB SP225628
Réu: Rodrigo Mendonca Biscaia
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 12:30 do dia 11/10/2011

**010** 2009.0002471-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Leonardo Fratini Xavier de Souza OAB PR051262
Advogado: Luiz Egidio Cruz Medeiros OAB PR051601
Réu: Claudineia Teresinha Pacheco
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 17:30 do dia 31/10/2011

**011** 2009.0002471-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Leonardo Fratini Xavier de Souza OAB PR051262
Advogado: Luiz Egidio Cruz Medeiros OAB PR051601
Réu: Claudineia Teresinha Pacheco
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 17:31 do dia 31/10/2011

**012** 2008.0001146-8 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Cesar Augusto Rossato Gomes OAB PR047852
Advogado: Evandro Alves dos Santos OAB PR052678
Réu: Anderson Aparecido da Silva
Réu: Daniel Roberto Ribeiro
Réu: Guilherme Bruno Gouveia
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 17/10/2011

---

# PATO BRANCO

# VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Pato Branco Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Adam Haas OAB PR046954 | 005 | 2011.0002030-6 |
| Alberto Knolseisen OAB PR041525 | 007 | 2006.0000337-2 |
| Aluz Natal Alessi OAB PR024633 | 027 | 1998.0000040-0 |
| Anderson Manique Barreto OAB PR025979 | 034 | 2006.0000287-2 |
| Andre Fernando Guerra Machado OAB PR031407 | 030 | 2011.0001602-3 |
| André Luiz Geronutti OAB SC18768B | 002 | 2011.0001391-1 |
| Aurimar José Turra OAB PR035066 | 004 | 2008.0000047-4 |
| | 015 | 2007.0000394-3 |
| Delomar Soares Godoi OAB PR051368 | 003 | 2011.0002039-0 |
| Devon Defaci OAB PR027957 | 012 | 2005.0000442-3 |
| Geronimo Antonio Defavari OAB PR041781 | 028 | 2010.0000790-1 |
| Iné Army Cardoso da Silva OAB PR008575 | 018 | 2009.0000949-0 |
| | 024 | 2010.0000648-4 |
| Isaías Morelli OAB PR043446 | 006 | 2009.0000408-0 |
| Ivan Miguel da Silva Ferraz OAB PR027650 | 019 | 2010.0000566-6 |
| Jeferson Luiz Pichetti OAB PR027837 | 001 | 2011.0002057-8 |
| Jeovane Correa da Silva OAB PR052582 | 008 | 2011.0001868-9 |
| | 022 | 2007.0000920-8 |
| Joao Alcione Lora OAB PR041278 | 021 | 2010.0000829-0 |
| Jorge Vicente Silva OAB PR014987 | 016 | 2007.0000181-9 |
| Jose Zelindo Bocasanta OAB PR019358 | 017 | 2009.0000639-3 |
| Juliano Rois da Costa OAB PR046608 | 013 | 2009.0000426-9 |
| Kelly Aparecida Valendorf OAB PR048920 | 010 | 2010.0000604-2 |
| Kelly Ferreira Uliana OAB PR050856 | 035 | 2007.0000138-0 |
| Luciano Badia OAB PR044440 | 022 | 2007.0000920-8 |
| | 026 | 2009.0001826-0 |
| | 029 | 2011.0001414-4 |
| Luciano Pavan de Souza OAB ES006506 | 033 | 2009.0001712-3 |
| Luiz Carlos Lazarini OAB PR044204 | 025 | 2011.0000048-8 |
| Marcio Augusto Moraes Lovato OAB PR038758 | 015 | 2007.0000394-3 |
| Osvaldo Luiz Gabriel OAB PR008670 | 018 | 2009.0000949-0 |
| | 024 | 2010.0000648-4 |
| | 032 | 1998.0000070-1 |
| Ricardo Costella OAB PR042582 | 015 | 2007.0000394-3 |
| Rodolfo Augusto Damas de Oliveira OAB PR037444 | 015 | 2007.0000394-3 |
| Ronisa Biscoli OAB PR038563 | 020 | 2010.0000486-4 |
| Rosalva Rossane Meneghini OAB PR018385 | 023 | 2010.0000300-0 |
| Tito Antonio Oliveira dos Santos OAB PR051486 | 009 | 2010.0001467-3 |
| Viviane Aparecida Brizola OAB PR051483 | 011 | 2008.0001189-1 |

| | | |
|---|---|---|
| | 014 | 2007.0000241-6 |
| Zeangélica Franco de Almeida OAB PR055265 | 031 | 2011.0002024-1 |

**001** 2011.0002057-8 Petição
Advogado: Jeferson Luiz Pichetti OAB PR027837
Requerente: Leandro Guette
Objeto: Pedido deferido.

**002** 2011.0001391-1 Carta Precatória
Juízo deprecante: 2ª Vara Criminal / Joinville / SC
Autos de origem: 038.08.040798-3
Advogado: André Luiz Geronutti OAB SC18768B
Réu: João Carlos Karptein
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 13:20 do dia 14/10/2011

**003** 2011.0002039-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / DOIS VIZINHOS / PR
Autos de origem: 2011.668-0
Advogado: Delomar Soares Godoi OAB PR051368
Réu: Keila Felippi
Réu: Odelar Olavio Nothi
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:00 do dia 13/10/2011

**004** 2008.0000047-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Aurimar José Turra OAB PR035066
Réu: Hermes Cassiano Farias
Réu: Ivoney Librelato
Objeto: Para que apresente alegações finais por escrito, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, sendo comum o prazo para as defesas.

**005** 2011.0002030-6 Petição
Advogado: Adam Haas OAB PR046954
Requerente: Paulo Leandro Patrício
Objeto: Indeferido o peddido formulado por Paulo Leandro Patricio.

**006** 2009.0000408-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Isaías Morelli OAB PR043446
Réu: Marcos Roberto do Amaral
Objeto: Para que o denunciado compareça em cartório, no prazo de 05 (cinco) dias, e apresente justificativa sobre o descumprimento das condições impostas, sob pena de revogação do benefício.

**007** 2006.0000337-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Alberto Knolseisen OAB PR041525
Réu: Leonardo Cavalcante da Silva
Réu: Adriano Irineu Haack
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Réu: Givanildo Goncalves Vieira
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Réu: Leonardo Cavalcante da Silva
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Réu: Moacir Jose Grosso
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Magistrado: Eduardo Faoro

**008** 2011.0001868-9 Petição
Advogado: Jeovane Correa da Silva OAB PR052582
Requerente: Juglair Benatto
Objeto: Revogada a prisão preventiva do requerente.

**009** 2010.0001467-3 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Tito Antonio Oliveira dos Santos OAB PR051486
Réu: Sebastiao Valendorf
Objeto: Para apresentação das alegações finais por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias.

**010** 2010.0000604-2 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Kelly Aparecida Valendorf OAB PR048920
Réu: Antonio Valmir de Matos, Vulgo "tatu"
Objeto: Para apresentação das alegações finais por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias.

**011** 2008.0001189-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Viviane Aparecida Brizola OAB PR051483
Réu: Edson Junior dos Santos
Objeto: Para que apresente alegações finais por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias.

**012** 2005.0000442-3 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Devon Defaci OAB PR027957
Réu: Sergio da Silva Silveira
Objeto: Para apresentação de suas razões, no prazo de 02 (dois) dias.

**013** 2009.0000426-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Juliano Rois da Costa OAB PR046608
Réu: Sergio Aurelio Freddo
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:30 do dia 04/11/2011

**014** 2007.0000241-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Viviane Aparecida Brizola OAB PR051483
Réu: Anderson Mateus da Silva
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:30 do dia 07/11/2011

**015** 2007.0000394-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Aurimar José Turra OAB PR035066
Advogado: Marcio Augusto Moraes Lovato OAB PR038758
Advogado: Ricardo Costella OAB PR042582
Advogado: Rodolfo Augusto Damas de Oliveira OAB PR037444
Réu: Anderson de Andrade
Réu: Dalvanira Maria Roth
Réu: Elisangela Marcia Zuffo de Andrade
Réu: Marines Guandalin
Réu: Regina Marisa Muraro Moreira Ribas
Réu: Sergio Junior Roncato
Réu: Valdelir Catani
Réu: Marines Guandalin
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Réu: Valdelir Catani
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Réu: Sergio Junior Roncato
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Réu: Regina Marisa Muraro Moreira Ribas
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Réu: Dalvanira Maria Roth
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Réu: Anderson de Andrade
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Réu: Elisangela Marcia Zuffo de Andrade
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Magistrado: Daniela Maria Kruger

**016** 2007.0000181-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jorge Vicente Silva OAB PR014987
Réu: Gilmar dos Santos
Réu: Gilmar dos Santos
Objeto: Proferida sentença "Absolutória"
Magistrado: Eduardo Faoro

**017** 2009.0000639-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jose Zelindo Bocasanta OAB PR019358
Réu: Antonio Zanardi
Réu: Antonio Zanardi
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Lei 9099/95"
Magistrado: Eduardo Faoro

**018** 2009.0000949-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Iné Army Cardoso da Silva OAB PR008575
Advogado: Osvaldo Luiz Gabriel OAB PR008670
Réu: Ivonir Lopes Carvalho
Réu: Ivonir Lopes Carvalho
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Pena final: 3 meses de reclusão
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Eduardo Faoro

**019** 2010.0000566-6 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Ivan Miguel da Silva Ferraz OAB PR027650
Réu: Candido Kehrvald
Réu: Candido Kehrvald
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Pena final: 1 mês de reclusão
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Eduardo Faoro

**020** 2010.0000486-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ronisa Biscoli OAB PR038563
Réu: Gabriel Junior Anhaia Santos
Réu: Gabriel Junior Anhaia Santos
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Pena final: 2 anos de reclusão e 15 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Eduardo Faoro

**021** 2010.0000829-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Joao Alcione Lora OAB PR041278
Réu: Fabio Junior Soares dos Santos
Réu: Fabio Junior Soares dos Santos
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Prescrição"
Magistrado: Eduardo Faoro

**022** 2007.0000920-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jeovane Correa da Silva OAB PR052582
Advogado: Luciano Badia OAB PR044440
Réu: Santino Vidal dos Santos
Réu: Sidnei Mass
Réu: Santino Vidal dos Santos
Objeto: Proferida sentença "Absolutória"
Réu: Sidnei Mass
Objeto: Proferida sentença "Absolutória"
Magistrado: Eduardo Faoro

**023** 2010.0000300-0 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Rosalva Rossane Meneghini OAB PR018385
Réu: Claudio Dziedzic
Réu: Claudio Dziedzic
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "E suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor, pelo prazo de 02 meses."
Pena final: 6 meses de reclusão e 10 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Eduardo Faoro

**024** 2010.0000648-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Iné Army Cardoso da Silva OAB PR008575
Advogado: Osvaldo Luiz Gabriel OAB PR008670
Réu: Gilmar de Oliveira
Réu: Gilmar de Oliveira
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Pena final: 2 anos de reclusão e 10 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Eduardo Faoro

**025** 2011.0000048-8 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Luiz Carlos Lazarini OAB PR044204
Réu: Albino Martins da Rocha
Réu: Albino Martins da Rocha
Objeto: Proferida sentença "Absolutória"
Magistrado: Eduardo Faoro

**026** 2009.0001826-0 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Luciano Badia OAB PR044440
Réu: Leandro Nunes
Réu: Leandro Nunes

Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "E 04 meses e 10 dias de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor."
Pena final: 1 ano e 1 mês de reclusão e 10 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Eduardo Faoro

**027** 1998.0000040-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Aluz Natal Alessi OAB PR024633
Réu: Inácio Ferreira dos Santos
Réu: Inácio Ferreira dos Santos
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Pena final: 4 anos de reclusão
Regime de cumprimento da pena: Aberto
Magistrado: Eduardo Faoro

**028** 2010.0000790-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Geronimo Antonio Defavari OAB PR041781
Réu: Deivid Briedis
Objeto: Desclassificação da conduta descrita na denúncia para a contravenção penal prevista no artigo 63, inc. I, da Lei de Contravenções Penais e, em consequência, declinação da competência ao Juizado Especial Criminal desta Comarca.

**029** 2011.0001414-4 Execução da Pena
Advogado: Luciano Badia OAB PR044440
Réu: Eliane Aparecida de Souza
Objeto: A execução das custas já foi suspensa. Quanto à pena de multa, inviável a anistia por este Juízo, haja vista que o seu crédito pertence à União.

**030** 2011.0001602-3 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Andre Fernando Guerra Machado OAB PR031407
Réu: Marcos Antonio Cordeiro
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:15 do dia 18/10/2011

**031** 2011.0002024-1 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Única Jaguariaiva / Jaguariaiva / PR
Autos de origem: 2009.436-6
Advogado: Zeangélica Franco de Almeida OAB PR055265
Réu: Admilson Rodrigues de Lima
Réu: Denilson Queiroz
Réu: Douglas Nolasco
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 16:45 do dia 05/10/2011

**032** 1998.0000070-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Osvaldo Luiz Gabriel OAB PR008670
Réu: José Gardino da Silva
Réu: José Soares da Silva
Objeto: Fica intimado para se manifestar no prazo de 03 (três) dias para os fins do artigo 402 do CPP

**033** 2009.0001712-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Luciano Pavan de Souza OAB ES006506
Réu: Simone Awada
Objeto: Aguardar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o retorno da carta precatória expedida para a Comarca de Londrina/PR.

**034** 2006.0000287-2 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Anderson Manique Barreto OAB PR025979
Réu: Dirceu Sebastiao da Rosa
Objeto: Expedição de carta precatória à Comarca de Canoinhas/SC, a fim de inquirir testemunha.

**035** 2007.0000138-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Kelly Ferreira Uliana OAB PR050856
Réu: Antonio Gilmar Ferreira
Objeto: Expedição de carta precatória à Comarca de Francisco Beltrão/PR, a fim de inquirir a vítima.

# PINHÃO

# JUÍZO ÚNICO

**COMARCA DE PINHÃO**

**Juíza de Direito: Liana de Oliveira Lueders**

Advgado Número
ERALDO FERREIRA DE LIMA 001
ODIR ANTONIO GOTARDO 001
WANDERLEY MUSIAL JUNIOR 001
TADEU FRANCISCO TAVARES GAWRON 001

**AOS ADVOGADOS ABAIXO RELACIONADOS PARA QUE PROCEDAM A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS EM CARTÓRIO, NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, SOB AS PENAS DA LEI.**
Nº dos Autos Saída Advogado
2006.0000329-1 20/11/2009 Eraldo Ferreira de Lima
2009.0000215-0 24/02/2010 Eraldo Ferreira de Lima
2007.0000260-2 26/04/2011 Odir Antonio Gotardo
2004.0000064-7 22/06/2011 Eraldo Ferreira de Lima
2007.0000183-5 20/07/2011 Wanderley Musial Junior
2009.0000180-4 04/08/2011 Tadeu Francisco Tavares Gawron
2007.0000274-2 08/08/2011 Tadeu Francisco Tavares Gawron
2007.0000419-2 08/08/2011 Tadeu Francisco Tavares Gawron
2010.0000501-1 11/08/2011 Tadeu Francisco Tavares Gawron
2009.0000047-6 09/09/2011 Odir Antonio Gotardo
2009.0000386-6 13/09/2011 Odir Antonio Gotardo
2007.0000182-7 14/09/2011 Tadeu Francisco Tavares Gawron
2010.0000464-3 14/09/2011 Tadeu Francisco Tavares Gawron

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Pinhão Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Davi Basílio Batista Ferreira OAB PR043924 | 009 | 2007.0000182-7 |
| Elcio José Melhem Filho OAB PR041779 | 012 | 1999.0000036-3 |
| Elcio Jose Melhem OAB PR007169 | 004 | 1996.0000016-3 |
| Elda Martins da Silva Poloni OAB PR044556 | 005 | 2005.0000019-3 |
| João da Luz Antunes Siqueira OAB PR041108 | 002 | 2006.0000189-2 |
| João Ribeiro OAB PR021599 | 007 | 1993.0000003-6 |
| | 008 | 1993.0000003-6 |
| Josiane Caldas Kramer OAB PR046654 | 006 | 2008.0000190-0 |
| Mauro André Krupp OAB PR25369B | 001 | 2002.0000014-7 |
| Miguel Nicolau Junior OAB PR007708 | 010 | 2011.0000360-6 |
| | 011 | 2011.0000357-6 |
| Odir Antonio Gotardo OAB PR28606B | 001 | 2002.0000014-7 |
| Rodrigo Bettega Ressetti OAB PR023072 | 003 | 2008.0000173-0 |
| Thiago Gabriel Xalão OAB PR043037 | 001 | 2002.0000014-7 |

**001** 2002.0000014-7 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Mauro André Krupp OAB PR25369B
Advogado: Odir Antonio Gotardo OAB PR28606B
Advogado: Thiago Gabriel Xalão OAB PR043037
Réu: Juarez dos Santos
Réu: Nilso Coproschi
Objeto: Ciência à defesa do Acórdão de fls. 518/531, cujos autos encontram-se em cartório para consulta.

**002** 2006.0000189-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: João da Luz Antunes Siqueira OAB PR041108
Réu: Ariel Siqueira Ribas
Objeto: Ao defensor, para que apresente alegações finais, no prazo de cinco dias.

**003** 2008.0000173-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Rodrigo Bettega Ressetti OAB PR023072
Réu: Mateus Duarte de Macedo
Réu: Neuraldo de Jesus Macedo
Objeto: Ao defensor constituído pelos acusados, para que no prazo legal apresente resposta à acusação.

**004** 1996.0000016-3 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Elcio Jose Melhem OAB PR007169
Réu: José Domingues do Nascimento
Objeto: Intimação do advogado constituído, para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, sua manifestação na fase do art. 422 do Código de Processo Penal.

**005** 2005.0000019-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Elda Martins da Silva Poloni OAB PR044556
Réu: Altamir Alves de Andrade Júnior
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:15 do dia 13/10/2011

**006** 2008.0000190-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Josiane Caldas Kramer OAB PR046654
Réu: Adão Camargo
Réu: Adelino Felisbino
Réu: Celso da Silva
Réu: Cesar Aparecido Martins
Réu: Jariel dos Santos Amaral
Réu: Valdenir da Silva
Objeto: À defensora para que compareça em cartório assinar a petição protocolada em 18/08/2011.

**007** 1993.0000003-6 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: João Ribeiro OAB PR021599
Réu: João Osni Iensen
Objeto: Designação de Audiência "Sorteio dos Jurados" às 12:45 do dia 13/10/2011

**008** 1993.0000003-6 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: João Ribeiro OAB PR021599
Réu: João Osni Iensen
Objeto: Designação de Audiência "Sessão de Julgamento" às 09:30 do dia 11/11/2011

**009** 2007.0000182-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Davi Basílio Batista Ferreira OAB PR043924
Réu: Miguel Gilmar Vidal
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:30 do dia 01/12/2011

**010** 2011.0000360-6 Execução da Pena
Advogado: Miguel Nicolau Junior OAB PR007708
Réu: Vanessa Terezinha do Nascimento
Objeto: Designação de Audiência "Admonitória" às 16:30 do dia 14/10/2011

**011** 2011.0000357-6 Execução da Pena
Advogado: Miguel Nicolau Junior OAB PR007708
Réu: Erilde Vieira
Objeto: Designação de Audiência "Admonitória" às 16:31 do dia 14/10/2011

**012** 1999.0000036-3 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Elcio José Melhem Filho OAB PR041779
Réu: Francisco de Assis Bueno da Rocha
Objeto: DECRETADA A REVELIA DO REU. Designado o dia 10/11/2011, às 13:15 horas. Fica o defensor alertado da penalidade prevista no art. 265 do CPP.

# FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

**RELAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - FAMÍLIA**

**21/2011**

Allan Kardec Carvalho Rodrigues - 09
Bárbara Firakowski Ferreira - 04
Claudia B. Carneiro de Siqueira - 13
Cleverson Massao Kaimoto.- 01
Cristian Hiromi Mizushima - 19
Cristiane Emmendoerfer - 03
Evelise Miotto - 10
Fabio Janasievicz Gomes Pinheiro - 12
Fabio Xavier da Silva - 08
Fernando Ferreira Serafim - 15
Glauber Guimarães de Oliveira - 15
Ilcemara Farias - 11
Ivan Sergio Bonfim - 02
João Theodoro da Silva Junior - 05
Jose Carlos Rosa - 13
Josiany Silvia Alves Pereira - 13
Lauro Muller - 17
Marta Enilda de Britto - 19
Mônica Maria Medeiros - 04 - 05 - 07 - 10 - 14 - 16
Regina Carlos Marques dos Santos - 06
Rita de Cássia - 17
Roberta Adrioli P. de Mell - 02
Robson Luiz Romani Bucaneve - 12 - 18
Rosa Camila Biava - 11
Sonia Maria Benato - 16
Victor Andre Cotrin da Silva - 06

1. **Dissolução de Sociedade n ° 146/2004** - Requerentes: S.S.M em face de J.G.L. - Teor do despacho: "1.Em relação à execução por quantia certa, intime-se o executado, por seu advogado, via DJ para cumprir a sentença pagando o valor de R $ 7.39851, em 15 dias, pena de penhora e multa de 10%. 2.Quanto a liquidação por arbitramento, na parte restante da sentença, manifeste-se o executado, no mesmo prazo acima". Advogado(s): Cleverson Massao Kaimoto.

2. **Revisional de Alimentos n° 284/2009** - Requerente: .A.A.O.em face de .A.A.O. representada por sua genitora K.C.S. - Teor do despacho: "(...) designo dia 03/11/2011, às 13h30min, para a realização da audiência de instrução e julgamento." Ivan Sergio Bonfim; Roberta Adrioli P. de Mell.

3. **Separação Judicial Consensual n° 1768-86.2010.8.16.0034** - Requerente: D.R.M.S. em face de .A.M.S. - Teor da sentença: "(...) Ante o exposto, com amparo legal na Emenda Constitucional 66/2010, que alterou § 6°, do artigo 226, da Constituição Federal, c/c o artigo 1580, §2°, do código Civil, Julgo Procedente o pedido, para o fim de decretar o divorcio de D.R.S. e .A.M.S. (...)". Advogado: Cristiane Emmendoerfer.

4. **Divorcio Direto n° 452/2009** - Requerente: .A.K. em face de C.B.N.K. - Teor da sentença: "(...) Ante o exposto, com amparo legal na Emenda Constitucional 66/2010, que alterou § 6°, do artigo 226, da Constituição Federal, c/c o artigo 1580, §2°, do código Civil, Julgo Procedente o pedido, para o fim de decretar o divorcio de .A.K.. e C.B.N.K.. (...)". Advogado: Mônica Maria Medeiros; Bárbara Firakowski Ferreira.

5. **Separação Judicial Litigiosa c/c Alimentos Provisionais n° 564/2005** - Requerente: .N.F.L.R. em face de H.R. - Teor da sentença: "(...) Ante o exposto, com amparo legal na Emenda Constitucional 66/2010, que alterou § 6°, do artigo 226, da Constituição Federal, c/c o artigo 1580, §2°, do código Civil, Julgo Procedente o pedido, para o fim de decretar o divorcio de N.F.L.R.. e H.R. (...)". Advogado: Mônica Maria Medeiros; João Theodoro da Silva Junior.

6. **Ação de Alimentos c/c Guarda e Visitas n° 329/2009** - Requerente: K.N.M.S. E OUTRA, representada por sua genitora E.G.N. em face de S.C.M.S. - Teor da sentença: "(...) Pelo exposto, e por tudo mais que dos autos consta, Julgo Procedente com Julgamento do Mérito, o pedido, com fulcro no Art. 269, inc, I do CPC. (...)". Advogado: Victor Andre Cotrin da Silva; Regina Carlos Marques dos Santos.

7. **Separação Judicial Contenciosa n° 557/2008** - Requerente: J.A.S. em face de T.M.R.M.S. - Teor do despacho: "(...) intimem-se a parte autora para que esclareça se pretende o divorcio(...)". Advogado: Mônica Maria Medeiros.

8. **Homologação de Regularização de Guarda n° 339/2007** - Requerente: I.N.P. e S.P.P. e requerido ESTE JUIZO - Teor do despacho: "Intimem-se as partes para que se manifestem acerca dos documentos juntados às fls.44/45". Advogado: Fabio Xavier da Silva.

9. **Pedido de Guarda n° 137/2009** - Requerente: .A.T.L e I.M.L em face de I.P. e .A.T.L. - Teor do despacho: "Intimem-se as partes para que se manifestem acerca dos documentos juntados às fls.33/34". Advogado: Allan Kardec Carvalho Rodrigues.

10. **Pedido de Guarda n° 672/2003** - Requerente: O.O.M. em face de P.J.L. - Teor do despacho: "Intimem-se as partes para que se manifestem acerca dos documentos juntados às fls.59/60". Advogado: Mônica Maria Medeiros; Evelise Miotto.

11. **Reconhecimento de União Estável nº 126/2008** - Requerente: T.O. em face de .A.F.E.P. - Teor do despacho: "(...) Ao apelado para contra-razões em 15 dias. (...)". Advogado: Ilcemara Farias, Rosa Camila Biava.

12. **Execução de Alimentos n°2056-31.2010.8.16.0034** - Requerente: M.E.S.A. representado por sua genitora M.K.A.S. em face de M.S.A. - Teor da sentença: "Tendo em vista o acordo entabulado entre as partes, conforme petição de fls. 30/37 e a aquisciencia do Ministério Publico declaro por sentença extinta a execução, com base no artigo 794, II do CPC. (...)". Advogado:Robson Luiz Romani Bucaneve; Fabio Janasievicz Gomes Pinheiro.

13. **Separação Litigiosa n°406/2008** - Requerente: L.J.O. em face de M.C.M. - Teor da sentença: "(...) Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação, com fundamento no artigo 267, VIII do CPC. (...)". Advogado: Claudia B. Carneiro de Siqueira, Jose Carlos Rosa, Josiany Silvia Alves Pereira.

14. **Pedido de Guarda n°257/2008** - Requerente: R.H.S.P. E OUTROS em face de I.A.P.F. - Teor da sentença: "(...)Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação, com fundamento no artigo 267, VIII do CPC.(...)". Advogado: Mônica Maria Medeiros.

15. **Regularização de Visitas n°15/2009** - Requerente: S.R. em face de M.A.C.C. - Teor da sentença: "(...)Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação, com fundamento no artigo 267, VIII do CPC.(...)". Advogado:Fernando Ferreira Serafim; Glauber Guimarães de Oliveira.

16. **Ação de Alimentos n°191/2000** - Requerente: R.A.N. representada por sua genitora N.J.L. em face de .A.M.N. - Teor da sentença: "(...) De acordo com o conteúdo das certidões e parecer ministerial, Julgo Extinto, por sentença, a presente ação, com esteio no artigo 238 § único c/c 267, inciso II, do CPC, sem resolução do mérito. (...)". Advogado: Mônica Maria Medeiros; Sonia Maria Benato.

17. **Ação de Alimentos n°479/2001** - Requerente: R.A.D. representada por sua genitora C.E.S. em face de H.S.D. - Teor da sentença: "(...) Isso posto, Julgo Procedente o pedido formulado na inicial, e condeno o requerido H.S.D. ao pagamento mensal de pensão alimentícia ao autor R.A.D., no montante de 50% de seu beneficio, junto ao INSS. De conseqüência, Julgo Extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC.(...)". Advogado: Rita de Cássia; Lauro Muller.

18. **Execução de Alimentos n°589/2009** - Requerente: G.G.C.G. representada por sua genitora P.G.C. em face de L.F.G. - Teor do despacho: "Intime-se a parte exequente para que apresente memória do calculo atualizada.". Advogado: Robson Luiz Romani Bucaneve.

19. **Ação de Alimentos n°357/1997** - Requerente: B.F.S.M. E OUTROS representados por sua genitora I.S.M. em face de C.M. - Teor do despacho: "Considerando que o feito já se encontra sentenciado de acordo com as fls. 13 e que o requerimento de fls. 24 se trata de nova ação, deverão as partes ajuizar a ação correspondente em autos apartados, determino o arquivamento definitivo do presente feito, após as baixas e anotações necessárias". Advogado: Marta Enilda de Britto, Cristian Hiromi Mizushima.

# PONTA GROSSA

## 2ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Ponta Grossa 2ª Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Jorge Amilton de Almeida OAB PR017232 | 001 | 2011.0001391-1 |

**001** 2011.0001391-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jorge Amilton de Almeida OAB PR017232
Réu: Júlio César de Ramos
Réu: Júlio César de Ramos
Objeto: Proferida sentença "Condenatória"
Dispositivo: "Diante do exposto, julgo procedente a denúncia para condenar o acusado Júlio César de Ramos como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal."
Pena final: 5 anos e 6 meses de reclusão e 97 dias-multa, fixado o valor do dia-multa à proporção de 1/30 do valor do salário mínimo.
Regime de cumprimento da pena: Semi-aberto
Magistrado: André Luiz Schafranski

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Ponta Grossa 2ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Elizeu Kocan OAB PR054081 | 001 | 2010.0002640-0 |
| Jorge Amilton de Almeida OAB PR017232 | 001 | 2010.0002640-0 |

**001** 2010.0002640-0 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Elizeu Kocan OAB PR054081
Advogado: Jorge Amilton de Almeida OAB PR017232
Réu: Valdir Luis Gonçalves da Rocha
Réu: Wellington Carlos Dias Moreira
Objeto:
INTIMAR a defesa de que foi designada audiência na Carta Precatória nº 2011.285-5 para o dia 24/10/2011 às 15:30h na COMARCA DE PALMEIRA.
INTIMAR a defesa de que foi designada audiência na Carta Precatória nº 2011.1032-7 para o dia 05/12/2011 às 15:00h na COMARCA DE CASTRO.

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Ponta Grossa 2ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Rodrigo Di Piero Mendes OAB PR037873 | 001 | 2009.0000114-6 |

**001** 2009.0000114-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Rodrigo Di Piero Mendes OAB PR037873
Réu: Jovir Martini
Objeto: INTIMAR a defesa para se manifestar no prazo de 48h (quarenta e oito horas) sobre eventuais requerimentos de diligências complementares.

# PORECATU

# VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

**relação**

**2011**

1- Dr. Hugo Rafael Tomé Jesus

1- Ação de Execução de Alimentos nº 71/2010 - A.S. e G.S. (representados por sua genitora Edileuza Maria dos Santos) x José Augusto Novais dos Santos "Manifestem-se os autores quanto ao teor das certidões de fls. 19 verso e 20, postulando o que julgar de direito." Advogado: Dr. Hugo Rafael Tome Jesus

Porecatu, 27 de setembro de 2011

# REALEZA

# JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Realeza Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Alsirez Cardoso de Oliveira OAB PR054185 | 001 | 2011.0000401-7 |
| Suzana Gaspar OAB PR050320 | 001 | 2011.0000401-7 |

**001** 2011.0000401-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Alsirez Cardoso de Oliveira OAB PR054185
Advogado: Suzana Gaspar OAB PR050320
Réu: Joel Ferreira Trindade
Réu: Rafael Souza Bueno
Objeto: Expedida Carta Precatória
Juízo deprecado: Francisco Beltrão/PR
Finalidade: Interrogatório do Réu Joel Ferreira Trindade
Advogado: Alsirez Cardoso de Oliveira OAB PR054185
Réu: Joel Ferreira Trindade
Prazo: 30 dias

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Realeza Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Andrea Cristine Bandeira OAB PR053872 | 001 | 2011.0000192-1 |

**001** 2011.0000192-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andrea Cristine Bandeira OAB PR053872
Réu: Douglas Bueno dos Santos
Réu: Gilson dos Santos
Objeto: Intimar a referida procuradora de que os autos supracitados encontram-se em cartório pelo prazo de 05 (cinco) dias para a apresentação de alegações finais

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Realeza Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Rafael Antonio Seben OAB PR045550 | 001 | 2008.0000470-4 |

**001** 2008.0000470-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Rafael Antonio Seben OAB PR045550
Réu: Cristoffer Natan de Souza
Objeto: Intimar o defensor do réu de que os autos supracitados encontram-se em cartório pelo prazo de 05 (cinco) dias para, querendo, aditar as alegações finais apresentadas às fls. 145/159.

# REBOUÇAS

# JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Rebouças Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Sérgio Rodrigues da Luz OAB PR045567 | 001 | 2011.0000289-8 |

**001** 2011.0000289-8 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / CASTRO / PR
Autos de origem: 2007.56-1
Advogado: Sérgio Rodrigues da Luz OAB PR045567
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha Acusação/Defesa" às 16:20 do dia 09/11/2011

# RIBEIRÃO CLARO

## JUÍZO ÚNICO

**Cartório Criminal**
**Comarca de Ribeirão Claro/PR**
**Doutora Tatiane Garcia Silvério de Oliveira Claudino - JF**

**001**

Doutora Cleide Cesco
001
Ref. processo crime n. 2005.28-2 - réu Franciscco de Faria Néia Neto

Pela presente fica Vossa Senhoria INTIMADA que fopi por este Juízo conforme sentença de fls. 99, datada de 22.09.2011, julgado extinta a punibilidade do acusado Francisco de Faria Néia Neto, face o integral cumprimento da pena.

Ribeirão Claro, 29.09.2011.
Alarico Francisco Rodrigues de Oliveia - Escrivão do Crime

# ROLÂNDIA

## VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Rolândia Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Carlos José Cogo Milanez OAB PR025042 | 004 | 2009.0000877-9 |
| Dr. Hamilton Mariano OAB PR032303 | 001 | 2011.0000930-2 |
| Ederson Lopes Pascoal Pereira OAB PR044835 | 005 | 2011.0000193-0 |
| Everton Santana Alves OAB PR044818 | 006 | 2011.0000310-0 |
| Fernanda Eloise Schmidt Ferreira Feguri OAB PR038204 | 005 | 2011.0000193-0 |
| Iris Soraia Inez OAB PR033289 | 003 | 2011.0000635-4 |
| Ivan Luiz Goulart OAB PR021632 | 003 | 2011.0000635-4 |
| Juliana Aprygio Bertoncelo OAB PR037999 | 002 | 2010.0001017-1 |
| Luiz Francisco Ferreira OAB PR013328 | 005 | 2011.0000193-0 |
| Nelci Aparecida Mungo OAB PR010182 | 003 | 2011.0000635-4 |
| Pedro Cesar Pereira OAB PR053276 | 005 | 2011.0000193-0 |

**001** 2011.0000930-2 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / CAMBÉ / PR
Autos de origem: 2008.598-0
Advogado: Dr. Hamilton Mariano OAB PR032303
Réu: Eliane Paula da Silva
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:45 do dia 17/01/2012

**002** 2010.0001017-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Juliana Aprygio Bertoncelo OAB PR037999
Réu: David Francisco Sales
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 11/01/2012

**003** 2011.0000635-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Iris Soraia Inez OAB PR033289
Advogado: Ivan Luiz Goulart OAB PR021632
Advogado: Nelci Aparecida Mungo OAB PR010182
Réu: Alan Alves Poli
Réu: José Henrique da Silva
Réu: Josuel Marcos Ferreira
Objeto: Aos defensores do réus para apresentar memoriais finais.

**004** 2009.0000877-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Carlos José Cogo Milanez OAB PR025042
Réu: Leonildo Leite Ferreira
Réu: Leonildo Leite Ferreira
Objeto: Proferida sentença "Extinção punibilidade: Morte do agente"
Dispositivo: "Frustrada a realização da audiência em razão do falecimento do réu. A representante do Ministério Público requereu a extinção da punibilidade, nos termos do art. 107, I do CP, tendo em conta o atestado de óbito de fls. 142."
Magistrado: Alberto José Ludovico

**005** 2011.0000193-0 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Ederson Lopes Pascoal Pereira OAB PR044835
Advogado: Fernanda Eloise Schmidt Ferreira Feguri OAB PR038204
Advogado: Luiz Francisco Ferreira OAB PR013328
Advogado: Pedro Cesar Pereira OAB PR053276
Réu: Gabrielly Souza Jorge
Réu: Paulo Henrique Lourenço de Andrade
Objeto: Ao defensor do réu PAULO para apresentar contrarrazões de recurso

**006** 2011.0000310-0 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Everton Santana Alves OAB PR044818
Réu: Nivaldo Silva
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:30 do dia 24/01/2012

# SALTO DO LONTRA

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Salto do Lontra Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Cleusa Aparecida Teles Scotti OAB PR041866 | 003 | 2010.0000284-5 |
| Daniely Sabrina Simioni Ferreira Torres OAB PR035683 | 002 | 2010.0000279-9 |
| Douglas Antonio Ribeiro OAB PR047920 | 004 | 2010.0000015-0 |
| Jorge Jose Gotardi OAB PR007959 | 001 | 2011.0000138-7 |
| Lucas Maciel Sgarbi OAB PR048256 | 004 | 2010.0000015-0 |
| Moacir Antonio Perao OAB PR017223 | 004 | 2010.0000015-0 |
| Nevaldo F. Cazella OAB PR009527 | 002 | 2010.0000279-9 |
| Roger de Castro Gotardi OAB PR047165 | 001 | 2011.0000138-7 |

**001** 2011.0000138-7 Inquérito Policial
Advogado: Jorge Jose Gotardi OAB PR007959
Advogado: Roger de Castro Gotardi OAB PR047165
Réu: Catarina da Silva Stang
Objeto: Fica pelo presente intimados a se manifestar no prazo de 48 horas, quanto a necessidade da contraprova do laudo pericial de arma de fogo e se tem interesse da arma, para o presente feito.

**002** 2010.0000279-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Daniely Sabrina Simioni Ferreira Torres OAB PR035683
Advogado: Nevaldo F. Cazella OAB PR009527
Réu: Keith Paul Haydon
Objeto: Fica pelo presente intimados a se manifestar no prazo de 48 horas, quanto a necessidade da contraprova do laudo pericial de arma de fogo e se tem interesse da arma, para o presente feito.

**003** 2010.0000284-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Cleusa Aparecida Teles Scotti OAB PR041866
Réu: Adriano Funes
Objeto: Fica pelo presente intimados a se manifestar no prazo de 48 horas, se tem interesse na munição apreendida, para o presente feito.

**004** 2010.0000015-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário

Advogado: Douglas Antonio Ribeiro OAB PR047920
Advogado: Lucas Maciel Sgarbi OAB PR048256
Advogado: Moacir Antonio Perao OAB PR017223
Réu: Edimar Gomes de Morais
Objeto: Fica pelo presente intimados a se manifestar no prazo de 48 horas, se tem interesse da munição apreendida, para o presente feito.

# SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Santo Antônio do Sudoeste Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Ademar Antonio Santin OAB PR009933 | 013 | 2006.0000097-7 |
| Ana Paula Santin OAB PR047496 | 013 | 2006.0000097-7 |
| Andrea Cristine Bandeira OAB PR053872 | 006 | 2006.0000079-9 |
| | 007 | 2009.0000195-2 |
| Cleyton Igor Moro OAB PR028991 | 002 | 2010.0000074-5 |
| | 003 | 2010.0000421-0 |
| Debora Candida Spagnol OAB PR036823 | 012 | 2007.0000120-7 |
| Ederson Lanzarini Maran OAB PR025311 | 009 | 2006.0000010-1 |
| Enelio Baggio OAB PR030481 | 009 | 2006.0000010-1 |
| Idemar Antonio Pozzebon OAB PR013070 | 004 | 2010.0000070-2 |
| Jose Dorival Bandeira OAB PR022874 | 001 | 2010.0000462-7 |
| Juliana Aparecida Poncio de Oliveira OAB PR045548 | 012 | 2007.0000120-7 |
| Mario Cezar Tomazoni OAB PR026812 | 011 | 2005.0000033-9 |
| Napoleao Guilherme Adamante OAB PR005849 | 005 | 2010.0000079-6 |
| | 006 | 2006.0000079-9 |
| | 008 | 2007.0000090-1 |
| | 010 | 2011.0000185-9 |
| Rita de Cassia Fedrigo OAB PR045549 | 012 | 2007.0000120-7 |

**001** 2010.0000462-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jose Dorival Bandeira OAB PR022874
Réu: Daniel Soares
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:40 do dia 07/02/2012

**002** 2010.0000074-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Cleyton Igor Moro OAB PR028991
Réu: Sergio Bottega
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:00 do dia 07/02/2012

**003** 2010.0000421-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Cleyton Igor Moro OAB PR028991
Réu: Nonato Bueno Moreira
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:30 do dia 07/02/2012

**004** 2010.0000070-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Idemar Antonio Pozzebon OAB PR013070
Réu: Ailton Farias dos Santos
Réu: Mauri Luiz Brito
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:00 do dia 17/01/2012

**005** 2010.0000079-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Napoleao Guilherme Adamante OAB PR005849
Réu: Gilmar Alves da Silva
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:00 do dia 17/01/2012

**006** 2006.0000079-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andrea Cristine Bandeira OAB PR053872
Advogado: Napoleao Guilherme Adamante OAB PR005849
Réu: Luiz Carlos Pires
Réu: Marlene de Lima
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:20 do dia 07/02/2012

**007** 2009.0000195-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Andrea Cristine Bandeira OAB PR053872
Réu: Francisco de Oliveira
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:00 do dia 07/02/2012

**008** 2007.0000090-1 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Napoleao Guilherme Adamante OAB PR005849
Réu: Olmiro Fernandes Ribeiro
Objeto: Considerando a ausência de manifestação da parte interessada e, tendo em vista que o armamento não interessa ao processo, remeta-se ao Comando do Exército, para os fins preconizados no art. 25, do ED.
Int. Dil. nec.

**009** 2006.0000010-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ederson Lanzarini Maran OAB PR025311
Advogado: Enelio Baggio OAB PR030481
Réu: Adilson Matias
Objeto: Considerando a ausência de manifestação da parte interessada e, tendo em vista que o armamento não interessa ao processo, remeta-se ao Comando do Exército, para os fins preconizados no art. 25, do ED.
Int. Dil. nec.

**010** 2011.0000185-9 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Napoleao Guilherme Adamante OAB PR005849
Réu: Joao Gilberto Rodrigues de Siqueira
Objeto: Considerando a ausência de manifestação da parte interessada e, tendo em vista que o armamento não interessa ao processo, remeta-se ao Comando do Exército, para os fins preconizados no art. 25, do ED.
Int. Dil. nec.

**011** 2005.0000033-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Mario Cezar Tomazoni OAB PR026812
Réu: Ari da Rosa
Objeto: Considerando a ausência de manifestação da parte interessada e, tendo em vista que o armamento não interessa ao processo, remeta-se ao Comando do Exército, para os fins preconizados no art. 25, do ED.
Int. Dil. nec.

**012** 2007.0000120-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Debora Candida Spagnol OAB PR036823
Advogado: Juliana Aparecida Poncio de Oliveira OAB PR045548
Advogado: Rita de Cassia Fedrigo OAB PR045549
Réu: Adriano de Campos
Réu: Andre Luis Tavares
Réu: Jeferson Forquin Ribeiro
Objeto: Considerando a ausência de manifestação da parte interessada e, tendo em vista que o armamento não interessa ao processo, remeta-se ao Comando do Exército, para os fins preconizados no art. 25, do ED.
Int. Dil. nec.

**013** 2006.0000097-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ademar Antonio Santin OAB PR009933
Advogado: Ana Paula Santin OAB PR047496
Réu: Valdelirio Berti Figueiro
Objeto: Considerando a ausência de manifestação da parte interessada e, tendo em vista que o armamento não interessa ao processo, remeta-se ao Comando do Exército, para os fins preconizados no art. 25, do ED.
Int. Dil. nec.

# SÃO JOÃO DO IVAÍ

## JUÍZO ÚNICO

**JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**
**CARTÓRIO CRIMINAL**
**Juiz de Direito: Dr. Maurício Pereira Doutor**

**RELAÇÃO Nº 61/2011**

Nº DE ORDEM ADVOGADO
01 Dr. Joceyr de Carvalho Guiilherme
01 Dr. Alikan Zanotti
02 Dr. Joceyr de Carvalho Guilherme

01 - Ação Penal nº 2009.348-3 - Maicon Flávio da Silva Miranda e Fabrício Mazeto Melo - Intimo-os para que tomem ciência de que em decisão de 26/09/2011 foi determinado o desmembramento dos autos em relação ao réu FABRÍCIO MAZETO DE MELO; intimo-os também, de que foi designado o dia 16/11/2011 às 17h30m, para a realização do Sorteio de Jurados, bem como foi designado o dia 02/12/2011 às 08h30m para a realização de Sessão de Julgamento do réu MAICON FLÁIVO DA SILVA MIRANDA, neste Juízo de Direito, sito a Rua Meron Heuko, nº 160, São João do Ivaí. Adv. Dr. Joceyr de Carvalho Guilherme OAB/PR 20.982 e Adv. Dr. Alikan Zanotti OAB/PR 23.485.
02 - Ação Penal nº 2009.348-3 - Maicon Flávio da Silva Miranda - Intimo-o para que se manifeste quanto a manutenção da prisão processual do réu Maicon, autos aguardando em cartório. Adv. Dr. Joceyr de Carvalho Guilherme OAB/PR 20.982.

27 de Setembro de 2011.

**JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**
**CARTÓRIO CRIMINAL**
**Juiz de Direito: Dr. Maurício Pereira Doutor**

**RELAÇÃO Nº 62/2011**

Nº DE ORDEM ADVOGADO
01 Dr. Alikan Zanotti

01 - Ação Penal nº 2009.241-0 - Denis Mussato Frez - Intimo-o para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente rol de testemunhas que irão depor em plenário, até no máximo de 05 (cinco), junte documentos e requeira diligências, autos aguardando em cartório. Adv. Dr. Alikan Zanotti OAB/PR 23.485.

27 de Setembro de 2011.

# FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## 1ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de São José dos Pinhais 1ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Alty de Jesus Martins Diniz OAB PR011003 | 013 | 2011.0003350-5 |
| Andre Henrique Chandelier OAB PR053517 | 012 | 2011.0003418-8 |
| Antonio Pedro Marquezi OAB PR004611 | 005 | 2011.0003316-5 |
| Dheferson de Oliveira Ribeiro OAB PR052626 | 001 | 2011.0002930-3 |
| Eliel Ramos OAB PR045904 | 013 | 2011.0003350-5 |
| Fabrizzio Matte Dossena OAB PR029606 | 008 | 2011.0003340-8 |
| Flávio Alexandre da Silva OAB PR051551 | 010 | 2011.0003413-7 |
| Francisco Carlos Caldas OAB PR008398 | 011 | 2011.0003416-1 |
| Juarez Casagrande OAB PR046670 | 001 | 2011.0002930-3 |
| Juarez de Bortoli OAB PR016371 | 009 | 2011.0003337-8 |
| | 016 | 1998.0001333-1 |
| Juliana Vieira Csiszer OAB PR035876 | 002 | 2011.0003325-4 |
| Marcelo Luis Wojciechowski OAB PR039585 | 004 | 2011.0003317-3 |
| Marcos Candido Rodeio OAB PR040988 | 006 | 2011.0003171-5 |
| Moyses Domingos Correa OAB SP081311 | 015 | 2011.0003335-1 |
| Nelson Scarpin Junior OAB PR057036 | 016 | 1998.0001333-1 |
| Renato Palma Rocha Junior OAB PR136908 | 014 | 2011.0003321-1 |
| Rosana Rigonato Junqueira OAB PR023422 | 003 | 2011.0003318-1 |
| Vivian Mertens O. Banks dos Santos OAB PR051138 | 007 | 2011.0003345-9 |

**001** 2011.0002930-3 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / CRUZEIRO DO OESTE / PR
Autos de origem: 2007.370-6
Réu/indiciado: Praime Comercio de Baterias
Réu/indiciado: Roberto Aparecido Duo
Réu/indiciado: Salustiano Henrique de Freitas
Advogado: Dheferson de Oliveira Ribeiro OAB PR052626
Advogado: Juarez Casagrande OAB PR046670
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 12:00 do dia 20/10/2011

**002** 2011.0003325-4 Carta Precatória
Juízo deprecante: 4ª Vara Criminal / LONDRINA / PR
Autos de origem: 2008.1095-0
Réu/indiciado: Thiago Souza dos Santos
Advogado: Juliana Vieira Csiszer OAB PR035876
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 12:40 do dia 12/12/2011

**003** 2011.0003318-1 Carta Precatória
Juízo deprecante: 3ª Vara Criminal de Maringá / Maringa / PR
Autos de origem: 2001.1033-7
Réu/indiciado: Albertina Roseni Godoy Cordeiro
Advogado: Rosana Rigonato Junqueira OAB PR023422
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:00 do dia 24/01/2011

**004** 2011.0003317-3 Carta Precatória
Juízo deprecante: 3ª Vara Criminal / PONTA GROSSA / PR
Autos de origem: 2011.826-8
Réu/indiciado: Israel Gomes dos Santos
Advogado: Marcelo Luis Wojciechowski OAB PR039585
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 13:15 do dia 24/01/2012

**005** 2011.0003316-5 Carta Precatória
Juízo deprecante: VARA CRIMINAL / PITANGA / PR
Autos de origem: 2008.405-4
Réu/indiciado: Jair da Luz
Advogado: Antonio Pedro Marquezi OAB PR004611
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 12:30 do dia 23/01/2012

**006** 2011.0003171-5 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal e Anexos / MATINHOS / PR
Autos de origem: 2005.74-6
Réu/indiciado: Miguel Rodrigues Junior
Advogado: Marcos Candido Rodeio OAB PR040988
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 12:30 do dia 02/12/2011

**007** 2011.0003345-9 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal, da Inf. e da Juventude e da Familia / Marechal Candido Rondon / PR
Autos de origem: 2010.573-9
Réu/indiciado: Carlos Gregório do Nascimento
Advogado: Vivian Mertens O. Banks dos Santos OAB PR051138
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:15 do dia 02/12/2011

**008** 2011.0003340-8 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal, Família e Infância e Juventude / IRATI / PR
Autos de origem: 2010.656-5
Réu/indiciado: Ademir Jorge Batista Júnior
Advogado: Fabrizzio Matte Dossena OAB PR029606
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:30 do dia 02/12/2011

**009** 2011.0003337-8 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal, Tribunal do Júri e Execuções Penais / CERRO AZUL / PR
Autos de origem: 2011.21-6
Réu/indiciado: Etelvino Andrighetti
Advogado: Juarez de Bortoli OAB PR016371
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 13:45 do dia 02/12/2011

**010** 2011.0003413-7 Carta Precatória
Juízo deprecante: 2ª Vara Criminal / FOZ DO IGUAÇU / PR
Autos de origem: 2010.4214-6
Réu/indiciado: Denis Paixão dos Reis
Advogado: Flávio Alexandre da Silva OAB PR051551
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 14:30 do dia 02/12/2011

**011** 2011.0003416-1 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / PINHÃO / PR
Autos de origem: 2009.405-6
Réu/indiciado: Laureci Marcondes Pereira
Advogado: Francisco Carlos Caldas OAB PR008398
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 14:45 do dia 02/12/2011

**012** 2011.0003418-8 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal, Tribunal do Júri e Execuções Penais / CERRO AZUL / PR
Autos de origem: 2009.11-5
Réu/indiciado: Jonathan de Jesus dos Santos
Réu/indiciado: Leonacel Itamar Monteiro
Advogado: Andre Henrique Chandelier OAB PR053517
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 15:00 do dia 02/12/2011

**013** 2011.0003350-5 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Federal Criminal e Juizado Especial Criminal / Maringa / PR
Autos de origem: 2008.70.03.001628-0
Réu/indiciado: Claudimar Demétrio Valentini
Advogado: Alty de Jesus Martins Diniz OAB PR011003
Advogado: Eliel Ramos OAB PR045904
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha Acusação/Defesa" às 14:15 do dia 02/12/2011

**014** 2011.0003321-1 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Única Criminal / São Simão / SP
Autos de origem: 589.01.2010.001643-6
Réu/indiciado: Sergio Murari
Advogado: Renato Palma Rocha Junior OAB PR136908
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 12:00 do dia 13/12/2011

**015** 2011.0003335-1 Carta Precatória
Juízo deprecante: 2ª Vara Judicial / Registro / SP
Autos de origem: 495.01-2009.007439-8
Réu/indiciado: Murilo Farias de Souza
Advogado: Moyses Domingos Correa OAB SP081311
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 14:00 do dia 02/12/2011

**016** 1998.0001333-1 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Juarez de Bortoli OAB PR016371
Advogado: Nelson Scarpin Junior OAB PR057036
Réu: Jose Luiz Mizerski
Objeto: À defesa para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias quanto a testemunha Valdomiro Alves não localizada para intimação a fim de participar da Sessão de Julgamento pelo Tribunal do Júri.

## 2ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de São José dos Pinhais 2ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Aline Welp OAB PR030672 | 001 | 2011.0003471-4 |
| Antonio Sbano Junior OAB PR028183 | 008 | 2009.0002863-0 |
| Eduardo Zanoncini Mileo OAB PR034662 | 007 | 2011.0000678-8 |
| Egydio Marques Dias Neto OAB PR028544 | 006 | 2007.0003017-7 |
| Marlon Cordeiro OAB PR045063 | 005 | 2011.0003437-4 |
| Raquel Regina Bento Farah OAB PR029194 | 009 | 2009.0005042-2 |
| Ricardo Marques de Oliveira OAB PR036592 | 003 | 2010.0002687-6 |
| Rosane a Ross OAB PR016229 | 004 | 2010.0003547-6 |
| Thiago Thomaz Kaspchak (puc) OAB PR047016 | 002 | 2011.0003467-6 |

**001** 2011.0003471-4 Relaxamento de Prisão
Advogado: Aline Welp OAB PR030672
Objeto: Intime-se a procuradora do requerente para que atenda a cota ministerial (juntar cópia do auto de prisão em flagrante e certidões de antecedentes criminais).

**002** 2011.0003467-6 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Advogado: Thiago Thomaz Kaspchak (puc) OAB PR047016
Requerente: Vilmar dos Santos Ferraz
Objeto: "Assim sendo, mantenho a decisão que concedeu ao réu liberdde provisória condicionada a medidas cautelares, adequando o valor da fiança às condições financeiras do réu, reduzo o valor da fiança arbitrada fixando-a em 01 (um) salário mínimo, tendo em conta os antecedentes do réu."

**003** 2010.0002687-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ricardo Marques de Oliveira OAB PR036592
Réu: Dinarte de Jesus Ferreira
Objeto: Designação de Audiência "Suspensão condicional - Art. 89, Lei 9099/95" às 13:45 do dia 27/01/2012

**004** 2010.0003547-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Rosane a Ross OAB PR016229
Réu: Josue Pinto
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 24/01/2012

**005** 2011.0003437-4 Petição
Advogado: Marlon Cordeiro OAB PR045063
Requerente: Nilton Cesar de Oliveira
Objeto: "Indefiro o pedido de revogação da prisão proventiva de Nilton Cesar de Oliveira, o que faço com fundamento no art.312 do Código de Processo Penal, vez que mantido a presença do requisito ensejador da decretação da prisão preventiva consistente na garantia à ordem pública."

**006** 2007.0003017-7 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Egydio Marques Dias Neto OAB PR028544
Réu: Alaor de Assiz
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:30 do dia 24/01/2012

**007** 2011.0000678-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Eduardo Zanoncini Mileo OAB PR034662
Réu: Juliano Souza Albrecht
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:30 do dia 26/01/2012

**008** 2009.0002863-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Antonio Sbano Junior OAB PR028183
Réu: Alexandre Augusto Correa
Objeto: Os autos encontram-se com vista à defesa para apresentação de resposta à acusação no prazo de 10 dias.

**009** 2009.0005042-2 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Raquel Regina Bento Farah OAB PR029194
Réu: Danielli Cordeiro de Campos
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:30 do dia 26/01/2012

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de São José dos Pinhais 2ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Ademar Martins Montoro OAB PR006004 | 003 | 2011.0003398-0 |
| Maria Zeli Andreazza OAB PR012682 | 002 | 2011.0003402-1 |
| Sonivaltair da Silva Castanha OAB PR035066 | 001 | 2011.0003403-0 |

**001** 2011.0003403-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / PINHÃO / PR
Autos de origem: 2008.154-3
Advogado: Sonivaltair da Silva Castanha OAB PR035066
Réu: Valdecir Roque Barrozo
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Acusação" às 16:00 do dia 27/01/2012

**002** 2011.0003402-1 Carta Precatória
Juízo deprecante: Vara Criminal / CAPANEMA / PR
Autos de origem: 2006.198-1
Advogado: Maria Zeli Andreazza OAB PR012682
Réu: Ivanildo Moura
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 16:00 do dia 03/02/2012

**003** 2011.0003398-0 Carta Precatória
Juízo deprecante: 2ª Vara Criminal / FOZ DO IGUAÇU / PR
Autos de origem: 2006.3024-8
Advogado: Ademar Martins Montoro OAB PR006004
Réu: José Guilherme Pereira
Objeto: Designação de Audiência "Testemunha de Defesa" às 16:00 do dia 02/03/2012

# SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de São Miguel do Iguaçu Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Adalgir Carlos Comunello OAB PR005431 | 032 | 1994.0000005-4 |
| Alexandre Polita OAB PR030980 | 023 | 2010.0000473-2 |
| Amauri Garcia Miranda OAB PR024519 | 012 | 2008.0000726-6 |
| Anelice Sampaio OAB PR046694 | 008 | 2008.0000307-4 |
| Cesar Augusto Schommer OAB PR034166 | 004 | 2010.0000651-4 |
| | 018 | 2008.0000789-4 |
| | 021 | 2010.0000020-6 |
| Cyntia Soccol Branco OAB PR029318 | 024 | 2006.0000056-0 |
| Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642 | 002 | 2008.0000839-4 |
| | 006 | 2008.0000358-9 |
| | 009 | 2007.0000638-1 |
| | 015 | 2008.0000618-9 |
| | 016 | 2009.0000074-3 |
| | 019 | 2006.0000020-9 |
| | 020 | 2009.0000140-5 |
| | 022 | 2009.0000090-5 |
| | 025 | 2008.0000369-4 |
| | 033 | 2009.0000238-0 |
| | 038 | 2011.0000237-5 |
| Dionizio Marcos dos Santos OAB PR056379 | 010 | 2009.0000085-9 |
| Eliel Ramos OAB PR045904 | 031 | 2010.0000965-3 |
| Eurides Euclides do Nascimento OAB PR041267 | 005 | 2010.0000063-0 |
| | 035 | 2011.0000493-9 |
| Gelson Luiz Almeida Pinto OAB MS012526 | 034 | 2010.0000970-0 |
| Hélio Aparecido de Lima OAB PR046487 | 026 | 2010.0000334-5 |
| Hugo José Rodrigues de Souza OAB PR030604 | 028 | 2009.0000906-6 |
| Ian Anderson Staffa Maluf de Souza OAB PR046679 | 014 | 2010.0000917-3 |
| Ian Anderson Staffa Maluf de Souza OAB PR046769 | 008 | 2008.0000307-4 |
| Ijair Vamerlatti OAB PR014928 | 019 | 2006.0000020-9 |
| | 032 | 1994.0000005-4 |
| Jaime Luiz Remor OAB PR046235 | 001 | 2008.0000840-8 |
| Jeferson Fosquiera OAB PR017973 | 029 | 2008.0000529-8 |
| Lauro Luiz Stoinski OAB PR019748 | 027 | 2010.0000182-2 |
| Marconi Freire da Fontoura Gomes OAB PR021971 | 003 | 2010.0000114-8 |
| | 013 | 2008.0000718-5 |
| Maria das Dores Vilhalva dos Santos Camargo OAB PR032359 | 007 | 2007.0000529-6 |
| Matheus Capoani Meine OAB PR051384 | 039 | 2011.0000210-3 |
| Nedi Valdi Damiati OAB PR042969 | 039 | 2011.0000210-3 |
| Paulo José Prestes OAB PR031878 | 030 | 2009.0000289-4 |
| Pedro da Luz OAB PR030106 | 011 | 2011.0000247-2 |
| Raquel Sperfeld Biato OAB PR048244 | 020 | 2009.0000140-5 |
| Ricardo Zampier OAB PR031225 | 028 | 2009.0000906-6 |
| Sadi Meine OAB PR010674 | 036 | 2011.0000459-9 |
| | 037 | 2011.0000459-9 |
| | 039 | 2011.0000210-3 |
| Vania Trajano OAB PR050088 | 017 | 2009.0001017-0 |
| Waldemar Ernesto Feiertag Junior OAB PR015397 | 028 | 2009.0000906-6 |
| Wilson Andre Neres OAB PR036067 | 011 | 2011.0000247-2 |

**001** 2008.0000840-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jaime Luiz Remor OAB PR046235
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**002** 2008.0000839-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**003** 2010.0000114-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Marconi Freire da Fontoura Gomes OAB PR021971
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**004** 2010.0000651-4 Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Advogado: Cesar Augusto Schommer OAB PR034166
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**005** 2010.0000063-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Eurides Euclides do Nascimento OAB PR041267
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**006** 2008.0000358-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**007** 2007.0000529-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Maria das Dores Vilhalva dos Santos Camargo OAB PR032359
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**008** 2008.0000307-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Anelice Sampaio OAB PR046694
Advogado: Ian Anderson Staffa Maluf de Souza OAB PR046769
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**009** 2007.0000638-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**010** 2009.0000085-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Dionizio Marcos dos Santos OAB PR056379
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**011** 2011.0000247-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Pedro da Luz OAB PR030106
Advogado: Wilson Andre Neres OAB PR036067
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**012** 2008.0000726-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Amauri Garcia Miranda OAB PR024519
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**013** 2008.0000718-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Marconi Freire da Fontoura Gomes OAB PR021971
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**014** 2010.0000917-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Ian Anderson Staffa Maluf de Souza OAB PR046679
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**015** 2008.0000618-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**016** 2009.0000074-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**017** 2009.0001017-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Vania Trajano OAB PR050088
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**018** 2008.0000789-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Cesar Augusto Schommer OAB PR034166
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**019** 2006.0000020-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Advogado: Ijair Vamerlatti OAB PR014928
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**020** 2009.0000140-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Advogado: Raquel Sperfeld Biato OAB PR048244
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**021** 2010.0000020-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Cesar Augusto Schommer OAB PR034166
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**022** 2009.0000090-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**023** 2010.0000473-2 Ação Penal - Procedimento Sumário
Advogado: Alexandre Polita OAB PR030980
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**024** 2006.0000056-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Cyntia Soccol Branco OAB PR029318

Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**025** 2008.0000369-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**026** 2010.0000334-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Hélio Aparecido de Lima OAB PR046487
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**027** 2010.0000182-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Lauro Luiz Stoinski OAB PR019748
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**028** 2009.0000906-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Hugo José Rodrigues de Souza OAB PR030604
Advogado: Ricardo Zampier OAB PR031225
Advogado: Waldemar Ernesto Feiertag Junior OAB PR015397
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**029** 2008.0000529-8 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jeferson Fosquiera OAB PR017973
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**030** 2009.0000289-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Paulo José Prestes OAB PR031878
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**031** 2010.0000965-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Eliel Ramos OAB PR045904
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**032** 1994.0000005-4 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Adalgir Carlos Comunello OAB PR005431
Advogado: Ijair Vamerlatti OAB PR014928
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**033** 2009.0000238-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Objeto: Considerando o disposto no art. 25 da Lei 10.826/2003 e item 6.20.11 do CNCGJ-PR, bem como a recente orientação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, veiculada por meio de Ofício Circular n° 79/2011, intimem-se as partes e eventuais interessados para que se manifestem , no prazo de 48 horas, sobre a necessidade de contraprova e/ou acerca da existência de outro interesse que justifique a manutenção da arma em Juízo.

**034** 2010.0000970-0 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Gelson Luiz Almeida Pinto OAB MS012526
Objeto: Conheço dos presentes embargos de declaração e, quanto ao mérito, julgo-os parcialmente procedentes, reconhecendo e sanando omissão da sentença, nos termos da fundamentação acima apresentada, alterando a pena definitiva do acusado para 04 anos, 04 meses e 15 dias de reclusão, indeferindo o pedido de substituição da pena privativa de liberdade.

**035** 2011.0000493-9 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Eurides Euclides do Nascimento OAB PR041267
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:30 do dia 19/10/2011

**036** 2011.0000459-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Sadi Meine OAB PR010674
Objeto: Através da presente publicação levo ao conhecimento do Nobre Defensor do réu RONALDO RAMOS PROCÓPIO que foi expedida carta precatória a Comarca de Ceilândia-DF, para fins de intimação e inquirição da testemunha arrolada pela acusação e residente naquela comarca.

**037** 2011.0000459-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Sadi Meine OAB PR010674
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 16:30 do dia 10/10/2011

**038** 2011.0000237-5 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:31 do dia 13/10/2011

**039** 2011.0000210-3 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Matheus Capoani Meine OAB PR051384
Advogado: Nedi Valdi Damiati OAB PR042969
Advogado: Sadi Meine OAB PR010674
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 14:01 do dia 13/10/2011

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de São Miguel do Iguaçu Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642 | 001 | 2010.0000310-8 |
| | 002 | 2010.0000310-8 |
| Oswaldo Loureiro de Mello Junior OAB PR005195 | 001 | 2010.0000310-8 |
| | 002 | 2010.0000310-8 |
| Paulo Eduardo Calgaro OAB PR039523 | 001 | 2010.0000310-8 |
| | 002 | 2010.0000310-8 |

**001** 2010.0000310-8 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Advogado: Oswaldo Loureiro de Mello Junior OAB PR005195
Advogado: Paulo Eduardo Calgaro OAB PR039523
Objeto: Designação de Audiência "Sessão de Julgamento" às 09:00 do dia 18/10/2011

**002** 2010.0000310-8 Ação Penal de Competência do Júri
Advogado: Diogo Augusto Biato Neto OAB PR038642
Advogado: Oswaldo Loureiro de Mello Junior OAB PR005195
Advogado: Paulo Eduardo Calgaro OAB PR039523
Objeto: Designação de Audiência "Sorteio dos Jurados" às 13:01 do dia 06/10/2011

# SARANDI

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Sarandi Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Alexandre Lincon Cobra de Carvalho OAB PR017894 | 001 | 2011.0001539-6 |
| Anderson Carraro Hernandes OAB PR036412 | 004 | 2011.0001077-7 |
| Israel Batista de Moura OAB PR009645 | 002 | 2011.0000299-5 |
| Joamir Casagrande OAB PR025462 | 005 | 1997.0000012-2 |
| Luiz Carlos O. Esteves OAB PR011081 | 003 | 2011.0000116-6 |
| | 006 | 2011.0000933-7 |
| Rodolfo Menengoti Gonçalves Ribeiro OAB PR040798 | 002 | 2011.0000299-5 |
| | 007 | 2011.0001176-5 |

**001** 2011.0001539-6 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Advogado: Alexandre Lincon Cobra de Carvalho OAB PR017894
Réu: Jose Rodrigo Francalin
Objeto: ...Em face do exposto, decido no sentido de REVOGAR a prisão preventiva anteiromente decretada em desfavor de Jose Rodrigo Francalin, ... expeça-se, imediatamente, o alvará de soltura, se por al não deva o requerente permanecer presol

**002** 2011.0000299-5 Representação Criminal

Querelado: Carlos Alberto de Paula Junior
Querelante: Antônio Nogueira Neto
Querelante: Enio Teixeira Molina Filho
Advogado: Israel Batista de Moura OAB PR009645
Advogado: Rodolfo Menengoti Gonçalves Ribeiro OAB PR040798
Objeto: Despacho em 19/09/2011: Razão assiste ao Dr. promotor de Justiça, uma vez que tratando-se o querelado de prefeito municipal deve ser observado o foro privilegiado, garantido constitucionalmente no art. 29, X. Providencie assim, a escrivania, as anotações e baixas necessarias, encaminhando o feito ao Tribunal de Justiça do Paraná, para o devido processamento e julgamento do pedido.

**003** 2011.0000116-6 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Luiz Carlos O. Esteves OAB PR011081
Réu: Renan Ferreira da Silva
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:30 do dia 17/10/2011

**004** 2011.0001077-7 Carta Precatória
Juízo deprecante: 2ª Vara Criminal / UMUARAMA / PR
Autos de origem: 2007.178-9
Advogado: Anderson Carraro Hernandes OAB PR036412
Réu: Rita Merce da Cunha Bernardo
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 04/10/2011

**005** 1997.0000012-2 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Joamir Casagrande OAB PR025462
Réu: Marcos Antonio da Silva
Objeto: PARA ALEGAÇÕES FINAIS NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.

**006** 2011.0000933-7 Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Advogado: Luiz Carlos O. Esteves OAB PR011081
Réu: Maycon Vinicius da Silva Francisquetti
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 15:30 do dia 01/12/2011

**007** 2011.0001176-5 Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular
Querelante: Carolina Cleópatra Codonho da Silva
Advogado: Rodolfo Menengoti Gonçalves Ribeiro OAB PR040798
Objeto: Designação de Audiência "Reconciliação - Art. 520 CPP" às 15:30 do dia 07/10/2011

# SIQUEIRA CAMPOS

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Siqueira Campos Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Allan Gilberto Pereira Barcelos OAB PR050647 | 001 | 2011.0000296-0 |
| Samuel Rangel de Miranda OAB PR050648 | 001 | 2011.0000296-0 |
| Yara Bruniera OAB PR019622 | 002 | 2005.0000040-1 |

**001** 2011.0000296-0 Execução Provisória
Advogado: Allan Gilberto Pereira Barcelos OAB PR050647
Advogado: Samuel Rangel de Miranda OAB PR050648
Réu: Raul Caravelli Marin
Objeto: Despacho em 28/09/2011: "...Ante o exposto, DEFIRO o requerimento ministerial de fls. 39. Oficie-se à Corregedoria dos Presídios de Curitiba e ao Complexo Médico Penal, requisitando o agendamento para realização do exame criminológico do réu e autorização para sua remoção. Feito o agendamento, erquisite-se a autoridade policial a remoção do réu..."

**002** 2005.0000040-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Yara Bruniera OAB PR019622
Réu: Adriana Calixto de Souza
Réu: Maria Claudete Pereira Soares
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:00 do dia 06/12/2011

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Siqueira Campos Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Anderson Adalton da Silva OAB PR022099 | 001 | 2011.0000295-2 |
| Muricy de Almeida Silva OAB PR006182 | 001 | 2011.0000295-2 |

**001** 2011.0000295-2 Execução da Pena
Advogado: Anderson Adalton da Silva OAB PR022099
Advogado: Muricy de Almeida Silva OAB PR006182
Réu: Jhones Jose de Lima Domingos
Objeto: Despacho em 26/09/2011: Defiro o requerimento ministerial de fl. 41. Oficie-se à Corregedotia dos Presídios de Curitiba e ao Complexo Médico Penal, requisitando o agendamento para realização do exame criminológico do réu e autorização para sua remoção. Feito o agendamento, requisite-se autoridade policial a remoção do réu.."

# TELÊMACO BORBA

## VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Telêmaco Borba Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Reginaldo Carlos da Cruz OAB PR052601 | 001 | 2010.0000225-0 |

**001** 2010.0000225-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Reginaldo Carlos da Cruz OAB PR052601
Objeto: Designação de Audiência "Instrução e Julgamento" às 13:30 do dia 23/11/2010

# TERRA BOA

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Terra Boa Vara Criminal - Relação de 28/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Angelo Porcel Renon OAB PR035897 | 001 | 2011.0000272-3 |

**001** 2011.0000272-3 Liberdade Provisória com ou sem fiança
Advogado: Angelo Porcel Renon OAB PR035897
Requerente: Adriano de Oliveira Antonio
Objeto: 1.Mantenho a decisão proferida nos autos de prisão em flagrante, visto que não há qualquer fato novo que possibilite a alteração daquela decisão que decretou a prisão preventiva do requerente.
2. junte-se cópia nestes autos.
Intimem-se

# TOLEDO

## 2ª VARA CRIMINAL

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Toledo 2ª Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Jefferson Kendy Makyama OAB PR044354 | 001 | 2011.0000476-9 |

| | | |
|---|---|---|
| Robson Luiz Ferreira OAB PR041092 | 001 | 2011.0000476-9 |

**001** 2011.0000476-9 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Jefferson Kendy Makyama OAB PR044354
Advogado: Robson Luiz Ferreira OAB PR041092
Réu: Elcio Antonio da Silva
Objeto: Conforme deliberado as fls.58 e atendendo o Ofício Circularnº.79/2011 CGJ/PR, a defesa tem o prazo de 24h(vinte e quatro horas), para se manifestar sobre o eventual interesse em manter em depósito a arma e munições apreendidas, pois caso contrário, o silêncio será interpretado como concordância tácita, e de consequência, o referido material apreendido será encaminhado ao Exército para destruição.

# TOMAZINA

## JUÍZO ÚNICO

**PODERJUDICIÁRIO**
**COMARCA DE TOMAZINA-PARANÁ**
**FORUM DR. ACYR SANTOS CARNEIRO DE QUADROS**
**JUIZA DE DIREITO DRA. LUCIANA ANDRETTA MOLIN USAE.**
**Rua Cons. Avelino Antonio Vieira, 34 -**
**CEP: 84.935-000-fone fax 0xx(43)-3563-1404**

**RELAÇÃO Nº 20/2011 - VARA CRIMINAL**
**FICA O SR. ADVOGADO ABAIXO RELACIONADO, INTIMADO PARA, TOMAR CIÊNCIA DO QUE SEGUE DESCRITO NOS SEGUINTES PROCESSOS:**

**Índice de Publicação** Advogado(s) nº de ordem
DR. ALLYSON FERST - OAB/PR nº 55.727 01

**01 - Autos de Processo Crime nº 2010.262-4 Réu(s)** - LIDIA MARA LOPES E OUTROS - **intimação do(s) Advogado(s) supracitado(s)**, **intimem )**, para audiência de Instrução e Julgamento redesignada as fls.192 dos autos, oportunidade em que serão ouvidas as testemunhas de acusação, defesa e interrogados os denunciados **a ser realizada nesta Comarca de Tomazina-PR, dia 04 de outubro de 2011, às 13:00 horas,**
**Advogado(s) -** DR. ALLYSON FERST.

Tomazina, 29 de setembro de 2.011.
**LUCIANA ANDRETTA MOLIN USAE**
**JUIZA DE DIREITO**
ALESSANDRA BOICZUK ROSA
ESCRIVÃ DESIGNADA

# UBIRATÃ

## JUÍZO ÚNICO

**COMARCA DE UBIRATÃ - PARANÁ**
**SECRETARIA CRIMINAL**
**JUIZ DE DIREITO: DR. RAFAEL LUÍS BRASILEIRO KANAYAMA.**

**RELAÇÃO Nº. 0168/2011**

Advogado(a):
01. JAIRO MOURA, OAB/PR 22.362;

1. **Processo Crime nº. 2011.218-9 - NU 1047-74.2009.8.16.0172 -** acusados **- EDERSON DE LIMA e LEANDRO DE LIMA MACEDO - "**Audiência redesignada para o dia 5 de dezembro de 2011, às 16:00 horas. Confirmar, no prazo de 3 (três) dias, a dispensa dos réus ao ato mencionado, compreendendo-se a ausência de manifestação como aceitação da dispensa". Adv.: JAIRO MOURA, OAB/PR 22.362.

Ubiratã, 29 de setembro de 2011.
FAUSTO MAZETO
Escrivão Criminal
Aut. Portaria 15/02

# URAÍ

## JUÍZO ÚNICO

**Relação de Publicação do Sistema de Informatização do Cartório Criminal Comarca de Uraí Vara Criminal - Relação de 29/09/2011**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Emerson Lucio OAB PR018709 | 001 | 2006.0000016-0 |
| João Anastacio da Silva OAB PR025912 | 001 | 2006.0000016-0 |
| Luciano Salimene OAB PR040401 | 001 | 2006.0000016-0 |
| Rosangela Vaz dos Santos OAB PR016505 | 002 | 2011.0000256-1 |

**001** 2006.0000016-0 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Emerson Lucio OAB PR018709
Advogado: João Anastacio da Silva OAB PR025912
Advogado: Luciano Salimene OAB PR040401
Réu: Afonso de Oliveira
Réu: Emerson Ferraz de Oliveira
Réu: Marcelo de Morais Guijen
Réu: Odnei Gonçalves de Oliveira
Réu: Vera Lucia de Oliveira
Objeto: intimação dos defensores dos réus ante o contido na certidão de fls 863, para manifestação em 03 (três) dias, sob pena de preclusão. No mesmo prazo, comprove-se e residência/localização da testemunha HELENA DAUTROSO, bem como indique a relevância da oitiva, no deslinde do feito. - DRº JOÃO ANASTACIO DA SILVA, DR EMERSON FERRAZ DE OLIVEIRA, DR CECILIO LUZ JUNIOR, DR LUCIANO SALINEME-advogados

**002** 2011.0000256-1 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Advogado: Rosangela Vaz dos Santos OAB PR016505
Réu: Juscelino Antonio Ramos
Réu: Vera Lucia Ramos
Objeto: intimação do defensor nomeado aos réus para aceitação do encargo, bem como para apresentar defesa no prazo legal.

# Juizados Especiais

## ASSAÍ

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE ASSAI**

**RELAÇÃO Nº 101/2011**

Relação de Advogados Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan
Dr. Francisco Antonio Fragata Junior
Dra. Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho
Dr. Benedito Alves Rodrigues
Dr. Pedro Alberto Alves Maciel
Dr. Osvaldo Hiran de Mello Moraes Filho
Dr. Jose Oliveira Paes
Dra. Maria Carolina da Fonte Albuquerque
Dr. Edivaldo Gomes
Dr. Yoshinori Fucuda
Dr. Willian David Doi

1. Autos de Execução de Título Judicial nº 675-88.2006.8.16.0047 (2006.356-4/0). - Exeqüente: Farmácia São Bento de Assai - Farmácia Drogamais. - Executado: Wanda Aparecida Teixeira. - Deverá a exeqüente informar se o acordo está sendo cumprido. Deverá ainda, manifestar-se sobre o fato do computador da executada já ter sido entregue ao exeqüente como primeira parcela do acordo firmado. - Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
2. Autos de Reclamação nº 1174-67.2009.8.16.0047 (2009.499-0/0). - Exeqüente: Jose Maria Correia Leite. - Executado: Banco Itaúcard S/A. - Deverá o reclamado retirar alvará judicial no prazo de 30 (trinta) dias. - Adv. Dr. Francisco Antonio Fragata Junior. Dra. Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho.
3. Autos de Execução de Título Judicial nº 1961-62.2010.8.16.0047 (2010.935-2/0). - Exeqüente: Dirce Miqueline Vieira. - Executado: Cristhiane Gonzaga da Silva & Cia LTDA - ME. - em face dos documentos arquivados em secretária, verifica-se que o Auto Posto Josk LTDA foi vendido e que os créditos existentes até 26 de março de 2009 passaram a pertencer aos antigos proprietários, ou seja, Marcelo Vieira e Dirce Miqueline Vieira. O antigo sócio Marcelo Vieira cedeu seus direitos para a antiga sócia Dirce Miqueline Vieira. Assim tendo em vista que o crédito pleiteado nestes autos é anterior a 26/03/2009 defiro o pedido de substituição processual, passando a figurar como reclamante/exeqüente Dirce Miqueline Vieira. Adv. Dr. Benedito Alves Rodrigues. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
4. Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 1388-58.2009.8.16.0047 (2009.713-1/0). - Exeqüente: Jose Benedito Duarte Filho. - Executado: Marcos Cesar Bueno. - I - Deverá o exeqüente apresentar novo cálculo, para fins de adequar o valor da cláusula penal para 10% (dez por cento) do valor remanescente do débito. - II - Para fins de penhora, deverá o exeqüente indicar o atual endereço do executado, em cinco dias. - Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
5. Autos de Reclamação nº 2243-03.2010.8.16.0047 (2010.1053-0/0). - Reclamante: Boanerge X da Silva & Cia LTDA. - Reclamado: Josimeire Brasileiro da Cruz e Jose Gomes da Cruz. - O acordo não tem validade contra Josimeire Brasileiro da Cruz, posto que não foi por ela assinado. Deverá o exeqüente informar se pretende que Josimeire permaneça no pólo passivo. Em caso positivo, deverá apresentar novo demonstrativo de débito, partindo do valor contido na petição inicial, abatendo os valores pagos. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
6. Autos de Execução de Título Judicial nº 1402-42.2009.8.16.0047 (2009.727-0/0). - Exeqüente: Dirce Miqueline Furlan. - Cleverson Lopes. - Deverá o exeqüente informar qual o nome correto do executado e, se for o caso, requerer a emenda da inicial. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
7. Autos de Execução de Título Judicial nº 2008.602-3/0. - Execução: Kaoru Yamada Confecções LTDA - ME. - Cleber Roberto Pontes. - Indefiro o pedido de fls. 30, visto que, conforme decisões dos Tribunais Superiores, é incabível a prisão do depositário infiel. Assim, manifeste-se a exeqüente sobre o prosseguimento do feito, em cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
8. Autos de Execução de Título Judicial nº 2009.174-9/0. - Execução: L.G. Schiavon & Cia LTDA. - Executado: Bruno Montagner. - Intime-se o exeqüente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
9. Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 3522-24.2010.8.16.0047 (2010.1529-8/0). - Execução: JP. Martins - Móveis Martins. -Gislaine Aparecida Ribeiro. - Intime-se o exeqüente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
10. Autos de Reclamação nº 2009.238-2/0. - Reclamante: Nelson Teixeira Pinto. - Reclamado: Fábio de Oliveira Lourenço. - Deverá o reclamante informar o valor atualizado do débito, em cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dr. Pedro Alberto Alves Maciel.
11. Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 2009.885-1/0. - Exeqüente: Marta Pedro de Oliveira Ferreira. - Executado: Conceição Aparecida Correia Oliveira. - Manifeste-se o exeqüente sobre o contido em certidão de fls. 29, em cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
12. Autos de Reclamação nº 2009.1197-5/0. - Reclamante: V. Barbosa Auto Center LTDA. - ME. - Reclamado: Vanderlei Zacarias Ferreira. - Indefiro o pedido de fls. 26, posto que o processo já foi extinto. Adv. Dr. Osvaldo Hiran de Mello Moraes Filho.
13. Autos de Reclamação nº 1826-50.2010.8.16.0047 (2010.905-0/0). - Reclamante: Giuso Barbosa Amaoka. - Reclamado: Cetetem Brasil S. A. Credito. - Intime-se o reclamante para que se manifeste sobre a contestação e documentos, bem como para que informe se pretende a produção de prova oral, em cinco dias. Adv. Dr. Jose Oliveira Paes.
14. Autos de Reclamação nº 1826-50.2010.8.16.0047 (2010.905-0/0). - Reclamante: Giuso Barbosa Amaoka. - Reclamado: Cetetem Brasil S. A. Credito. - Intime-se o reclamado para que informe se pretende a produção de prova oral, em cinco dias. - Adv. Dra. Maria Carolina da Fonte Albuquerque.
15. Autos de Reclamação nº 1778-28.2009.8.16.0047 (2009.1103-0/0). - Reclamante: L.G. Schiavon & Cia lTDA. - Reclamado: Marcos Cezar Alves de Paula. - Concedo o prazo de 30 dias para que o reclamante apresente bens passiveis de penhora. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
16. Autos de Reclamação nº 2006.34-9/0. - Reclamante: Antonio Jose Domingo. - Reclamado: Valter Jose Machado. - Intime-se o reclamado, através de seu procurador judicial, para que efetue o pagamento do débito, no prazo de quinze dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor do débito. - Adv. Dr. Edivaldo Gomes.
17. Autos de Execução de Título Judicial nº 2009.797-6/0. - Exequente: Álvaro Yoshiyuki Toda Relojoaria - ME. - Executado: Anderson Luiz Mergulhão. - O número do CPF informado às fls. 23 é o mesmo da inicial, nestes termos deverá o exeqüente informar o número correto do CPF do executado, no prazo de cinco dias. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
18. Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 2006.244-0/0. - Exeqüente: Jesus Costa. - Executado: Alex de Paula. - Deverá o exeqüente se manifestar sobre nova avaliação dos bens penhorados, em cinco dias. - Adv. Dr. Yoshinori Fucuda. Dr. Willian David Doi.
19. Autos de Reclamação nº 2007.109-0/0. - Reclamante: Farmácia Pop Farma LTDA - ME. - Reclamado: Jasson Juvelino Rodrigues. - Deverá ser feito no cálculo pelo credor, na forma determinada na sentença, visto que no valor contido na petição inicial estão incluídos juros de mora, conforme se verifica às fls. 06/09, o que é incabível, visto que os juros demora incidem a partir da citação. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
20. Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 2008.183-2/0. - Exeqüente: Zenin & Cia LTDA. - Executado: Reginaldo Takeyama Coelho. - Intime-se o exeqüente para que informe o número, em cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
21. Autos de Execução de Título Judicial nº 696-98.2008.16.0047 (2008.93-7/0). - Exeqüente: Renato Natal da Luz. - Executado: Jaqueline Souza de Almeida Monteiro e Josmarino Vicente de Aquino. - Quanto à executada Jaqueline, tendo em vista que o acordo não tem qualquer validade com relação à mesma, manifeste-se o exeqüente, em cinco dias. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
22. Autos de Reclamação nº 2008.672-0/0. - Reclamante: Wilson Dias. - Reclamado: Waldir Custódio. - Manifeste-se o reclamante, em cinco dias. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
23. Autos de Execução de Título Judicial nº 2663-08.2010.8.16.0047 (2010.1292-1/0). - Exeqüente: Hermeson Kanufre (Empresa Individual). - Executado: Nádia Cristina da Silva. - Deverá o exeqüente indicar o atual endereço do executado, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
24. Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 3410-55.2010.8.16.0047 (2010.1487-0/0). - Exeqüente: JP Martins - Móveis Martins. - Executado: Rodrigo Manoel Carneiro. - Deverá o exeqüente indicar o atual endereço do executado, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
25. Autos de Execução de Título Judicial nº 2009.175-0/0. - Exeqüente: L.G. Schiavon & Cia LTDA. - Executado: Claudemir Martins de Oliveira. - Deverá o exeqüente indicar bens passiveis de penhora, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
26. Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 808-28.2009.8.16.0047 (2009.133-3/0). Exeqüente: Marcos Roberto Bueno de Moraes. - Executado: Claudio Alencar Gomes. - Deverá o exeqüente indicar bens passiveis de penhora, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
27. Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 1020-20.2007.8.16.0047 (2007.421-8/0). - Exeqüente: Marcos Roberto Bueno de Moraes. - Executado: Aise Anne Ferreira Maciel. - Deverá o exeqüente indicar o atual endereço do executado, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
28. Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 2009.1190-2/0. - Exeqüente: Marta Pedro de Oliveira Ferreira. - Executado: Roseli Almeida Leite de Oliveira. - Deverá o exeqüente indicar o atual endereço do executado, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
29. Autos de Execução de Título Judicial nº 3035-54.2010.8.16.0047 (2010.1421-3/0). - Exeqüente: TLM Costa Abe - Gata Bacana. - Executado: Aline Francieli Duarte. - Deverá o exeqüente indicar bens passiveis de penhora, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
30. Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 2800-87.2010.8.16.0047 (2010.1342-7/0). - Exeqüente: Boanerge X da Silva & Cia LTDA. - Executado: Rosinei

Pedroso. - Deverá o exeqüente indicar o atual endereço do executado, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
31. Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 3142-98.2010.8.16.0047 (2010.1443-9/0). - Exeqüente: JP Martins - Móveis Martins. - Executado: Suziane Adriele da Silva . - Deverá o exeqüente indicar bens passiveis de penhora, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
32. Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 2009.1068-4/0. - Exeqüente: Marta Pedro de Oliveira Ferreira. - Executado: Vanderleia Derio. - Deverá o exeqüente indicar bens passiveis de penhora, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
33. Autos de Execução de Título Judicial nº 1330-55.2009.8.16.0047 (2009.655-9/0). - Exeqüente: Boanerge X da Silva & Cia LTDA. - Executado: Sueli de Oliveira. - Deverá o exeqüente indicar bens passiveis de penhora, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Adv. Dra. Andréa Bernabél Furlan.
Ângela Tonetti Biazus
Juíza Supervisora

30/09/2011

**JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE ASSAI**

**RELAÇÃO Nº 103/2011**

RELAÇÃO DE ADVOGADOS
Dra. Andrea Bernabel Furlan
Dr. Paulo Afonso Magalhães Nolasco
Dr. Armando Mauri Spiacci
Dra. Amanda Aparecida Alves Marcos
Dra. Mirian Zempulski
Dra. Alessandra Mitsunaga Benetoli
Dr. Lauro Fernando Zanetti.
Dra. Fernanda Andréia Alino
Dr. Vagner Lucio Carioca
Dr. Yoshinori Fucuda
Dr. Willian Davidson Doi.
Dr. Mauro Aparecido
Dr. João Odair Pelisson
Dr. Eloi Contini
Dr. Tadeu Cerbaro
Dr. Vinicius Paes de Mello.
Dra. Rosangela Khater
Dr. Humberto Tsuyoshi Kohatsu
Dr. Francisco Antonio Fragata Junior
Dra. Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho
Dra. Sania Stefani
Dr. Gustavo Vissoci Reiche
Dr. Gilberto Pedriali
Dr. Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos
Dr. Emmanuel Estevão Nunes Morgado
Dra. Melissa Mariano
Dr. Luiz Fernando Brusamolin
Dr. João Leonel Antocheski
Dr. Rodrigo Henrique Colnago
Dra. Melissa Mariano.
Dr. Jose de Oliveira Paes
Dr. Pedro Alberto Alves Maciel

1 - Autos de Execução de Titulo Extrajudicial nº 605-32.2010.8.16.0047 _ Exequente: Januario Barbosa de Souza. - Executada: Luzia Aparecida da Silva. - Designo o dia 02 de dezembro de 2011, `as 13:40 horas, para realização de audiência de Tentativa de conciliação, ocasião em que a executada poderá opor embargos. Adv. Dra. Andrea Bernabel Furlan.
2 - Autos de Execução de Titulo Extrajudicial nº 2746-24.2010.8.16.0047 _ Exequente: Boanerge X. da Silva & Cia Ltda. - Executado: João Gregório da Silva. - Designo o dia 02 de dezembro de 2011, `as 13:30 horas, para realização de audiência de tentativa de conciliação, ocasião em que o executado poderá opor embargos. Adv. Dra. Andrea Bernabel Furlan.
3 - Autos de Reclamação nº 1151-87.2010.8.16.0047 - Reclamante: João Amâncio de Carvalho - Reclamado: Banco Itaú S/A. - Isto posto, com fundamento no art. 48, da Lei nº 9.099/95, **JULGO MPROCEDENTES** os Embargos de Declaração opostos pelo **BANCO ITAÚ S/A**. Advs. Dr. Paulo Afonso Magalhães Nolasco, Dr. Armando Mauri Spiacci, Dra. Amanda Aparecida Alves Marcos, Dra. Mirian Zempulski, Dra. Alessandra Mitsunaga Benetoli, Dr. Lauro Fernando Zanetti.
4 - Autos de Reclamação nº 604-47.2010.8.16.0047 - Reclamante: Maria Aparecida Emori. - Reclamado: Banco Itaú S/A. - Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inc. I do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado por **MARIA APARECIDA EMORI** em face do **BANCO ITAÚ S/A**, para condenar o reclamado a pagar a reclamante a diferença entre a aplicação do índice utilizado e a aplicação da correção monetária no percentual do índice IPC de 44,80% para abril de 1990, incidente sobre a conta poupança nº 004.796-6, da agência 117. Os valores encontrados deverão ser acrescidos de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) a.m., capitalizados mês a mês, e correção monetária na forma acima prevista, desde a data em que a diferença teria sido paga, bem como de juros moratórios de 1% (um por cento) a.m. a partir da citação, cujo valor deverá ser calculado. Descabe condenação em custas de honorários advocatícios, conforme determina o art. 55 da Lei 9.099/95. Autos nº 0000604-47.2010.8.16.0047 - Reclamação: Reclamante - Maria Aparecida Emori. Reclamado - Banco Itaú S/A. Vistos, etc. HOMOLOGO, POR SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a decisão proferida pela Juíza Leiga da Comarca às fls. 57/66, com fundamento no art. 40 da Lei nº 9.099/95. Advs. Dra. Fernanda Andréia Alino, Dr. Vagner Lucio Carioca, Dr. Lauro Fernando Zanetti.
5 - Autos de Reclamação nº 2007.0000012-9/0 - Reclamante: Marina Galassi Nakasse. - Reclamado: Ednaldo Aparecido de Simone. - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, condenando o reclamado Ednaldo Aparecido de Simone ao pagamento em favor da reclamante Marina Galassi Nakasse do valor contido na petição inicial, o qual será acrescido de correção monetária desde o ajuizamento da ação e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a serem contados desde a data da citação da parte reclamada. Advs. Dr. Yoshinori Fucuda, Dr. Willian Davidson Doi.
6 - Autos de Reclamação nº 1153-57.2010.8.16.0047 - Reclamante: Lauro Ribeiro da Costa. - Reclamado: Banco Itaú S/A. - Isto posto, com fundamento no art. 48, da Lei nº 9.099/95, **JULGO IMPROCEDENTES** os Embargos de Declaração opostos pelo **BANCO ITAÚ S/A**. Adv. Dr. Paulo Afonso Magalhães Nolasco, Dr. Armando Mauri Spiacci, Dra. Amanda Aparecida Alves Marcos, Dra. Mirian Zempulski, Dra. Alessandra Mitsunaga Benetoli, Dr. Lauro Fernando Zanetti.
7 - Autos de Reclamação nº 874-71.2010.8.16.0047 - Reclamante: Fumiko Shiyoda e outro. - Reclamado: Banco do Brasil S/A. - Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inc. I do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado por **FUMIKO CHIYODA E MASAO AKIBA** em face do **BANCO DO BRASIL S/A**, para condenar o reclamado a pagar aos reclamantes a diferença entre a aplicação do índice utilizado e a aplicação da correção monetária no percentual do índice IPC de 44,80% para abril de 1990, incidente sobre as contas poupança nº 110.019.260-0 e 150.011.037-7, ambas da agência 0388-3. Os valores encontrados deverão ser acrescidos de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) a.m., capitalizados mês a mês, e correção monetária na forma acima prevista, desde a data em que a diferença teria sido paga, bem como de juros moratórios de 1% (um por cento) a.m. a partir da citação, cujo valor deverá ser calculado. Retifique-se a autuação para constar o nome correto da reclamante correto como sendo **FUMIKO CHIYODA**, conforme o documento de identidade juntado às fls. 22. Descabe condenação em custas de honorários advocatícios, conforme determina o art. 55 da Lei 9.099/95. Autos nº 0000874-71.2010.8.16.0047 - Reclamação: Reclamantes - Fumiko Chiyoda e Masao Akiba. Reclamado - Banco do Brasil S/A. Vistos, etc. HOMOLOGO, POR SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a decisão proferida pela Juíza Leiga da Comarca às fls. 75/88, com fundamento no art. 40 da Lei nº 9.099/95. Advs. Dr. Mauro Aparecido, Dr. João Odair Pelisson, Dr. Yoshinori Fucuda, Dr. Willian Davidson Doi, Dr. Eloi Contini, Dr. Tadeu Cerbaro, Dr. Vinicius Paes de Mello.
8 - Autos de Reclamação nº 1149-20.2010.8.16.0047 - Reclamante: Laura Yoshiko Ivanaga de Santana. - Reclamado: Banestado/Banco Itaú S/A. - Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inc. I do Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido formulado por **LAURA YOSHIKO IVANAGA DE SANTANA** em face do **BANESTADO/BANCO ITAÚ S/A**. Descabe condenação em custas de honorários advocatícios, conforme determina o art. 55 da Lei 9.099/95. Autos nº 0001149-20.2010.8.16.0047 - Reclamação: Reclamante - Laura Yoshiko Ivanaga de Santana. Reclamado - Banco Banestado / Banco Itaú S/A. Vistos, etc. HOMOLOGO, POR SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a decisão proferida pela Juíza Leiga da Comarca às fls. 79/87, com fundamento no art. 40 da Lei nº 9.099/95. Advs. Dr. Paulo Afonso Magalhães Nolasco, Dr. Armando Mauri Spiacci, Dra. Amanda Aparecida Alves Marcos, Dra. Mirian Zempulski, Dra. Alessandra Mitsunaga Benetoli, Dr. Lauro Fernando Zanetti.
9 - Autos de Reclamação nº 902-39.2010.8.16.0047 - Reclamante: Paulo Kazuo Yamamoto. - Reclamado: Banco Itaú S/A. - Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inc. I do Código de Processo Civil, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado por **PAULO KAZUO YAMAMOTO** em face do **BANCO ITAÚ S/A**, para condenar o reclamado a pagar ao reclamante a diferença entre a aplicação do índice utilizado e a aplicação da correção monetária no percentual do índice IPC de 44,80% (quarenta e quatro vírgula oitenta por cento) para abril de 1990, incidente sobre as contas poupança n° 016.494-0 e 16512-2, ambas da agência 011. Os valores encontrados deverão ser acrescidos de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) a.m., capitalizados mês a mês, e correção monetária na forma acima prevista, desde a data em que a diferença teria sido paga, bem como de juros moratórios de 1% (um por cento) a.m. a partir da citação, cujo valor deverá ser calculado. Descabe condenação em custas de honorários advocatícios, conforme determina o art. 55 da Lei 9.099/95. Autos nº 0000902-39.2010.8.16.0047 - Reclamação: Reclamante - Paulo Kazuo Yamamoto. Reclamado - Banco Itaú S/A. Vistos, etc. HOMOLOGO, POR SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a decisão proferida pela Juíza Leiga da Comarca às fls. 83/93, com fundamento no art. 40 da Lei nº 9.099/95. Advs. Dra. Rosangela Khater, Dr. Humberto Tsuyoshi Kohatsu, Dr. Lauro Fernando Zanetti.
10 - Autos de Reclamação nº 1906-48.2009.8.16.0047 - Reclamante: Sara Emily Tavares Narcizo. - Reclamado: Banco IBI AS - Banco Múltiplo. - Isto posto, em face dos argumentos acima expendidos, com fundamento no art. 269, inc. I do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE** o pedido contido na presente *Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais* ajuizada por **SARA EMILY TAVARES**

**NARCIZO** em face do **BANCO IBI S/A - BANCO MÚLTIPLO**, para fins de confirmar a tutela antecipada concedida e condenar o reclamado a pagar a reclamante o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais, o qual deverá ser corrigido pelos índices legais, com o acréscimo de juros de mora de 1% (um por cento) a.m., ambos desde a data desta sentença. Em consequência, **JULGO EXTINTO** o presente processo, com resolução de mérito, na forma do art. 269, inc. I, do Código de Processo Civil. Dra. Andrea Bernabel Furlan, Dr. Francisco Antonio Fragata Junior, Dra. Elisa Gehlen Paula Barros de Carvalho, Dra. Sania Stefani.
11 - Autos de Reclamação nº 877-26.2010.8.16.0047 - Reclamante: Inês Kasahara. - Reclamado: Banco Banestado/Banco Itaú S/A e Banco Bradesco S/A. - Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inc. I do Código de Processo Civil, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado por **INÊS KASAHARA** em face do **BANCO BANESTADO/ITAÚ S/A** e **BANCO BRADESCO S/A**, para condenar apenas o reclamado **BANCO BANESTADO/ITAÚ S/A** a: a) pagar à reclamante a diferença entre a aplicação do índice utilizado e a aplicação da correção monetária no percentual do índice IPC de 44,80% para abril de 1990 e 7,87% para o mês de maio de 1990, incidente sobre a conta poupança nº 005.050-3, agência 011. b) pagar à reclamante a diferença entre a aplicação do índice utilizado e a aplicação da correção monetária no percentual do índice BTN de 20,21% para o mês de fevereiro 1991, incidente sobre a conta poupança nº 005.050-3, agência 011. Os valores encontrados deverão ser acrescidos de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) a.m., capitalizados mês a mês, e correção monetária na forma acima prevista, desde a data em que a diferença teria sido paga, bem como de juros moratórios de 1% (um por cento) a.m. a partir da citação, cujo valor deverá ser calculado. Advs. Dra. Andrea Bernabel Furlan, Dr. Gustavo Vissoci Reiche, Dr. Gilberto Pedriali, Dr. Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos, Dr. Lauro Fernando Zanetti.
12 - Autos de Reclamação nº 2454-39.2010.8.16.0047 - Reclamante: Oswaldo Aparecido da Silva. - Reclamado: Banco do Brasil S/A. - Isto posto, em face dos argumentos acima expendidos, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido contido na presente *Ação de Repetição de Indébito c/c Indenização por Danos Morais* proposta por **OSWALDO APARECIDO DA SILVA** em face do **BANCO DO BRASIL S/A**. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução de mérito, na forma do art. 269, inc. I, do Código de Processo Civil. Advs. Dr. Emmanuel Estevão Nunes Morgado, Dra. Melissa Mariano, Dr. Luiz Fernando Brusamolin.
13 - Autos de Reclamação nº 888-55.2010.8.16.0047 - Reclamante: Márcia Akemi Kasahara da Rosa. - Reclamados: Banco Banestado/Banco Itaú S/A e Banco Bradesco S/A. - Diante do exposto, com fundamento no art. 269, inc. I do Código de Processo Civil, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado por **MÁRCIA AKEMI KASAHARA DA ROSA** em face do **BANCO BANESTADO/ ITAÚ S/A** e **BANCO BRADESCO**, para condenar apenas o reclamado **BANCO BANESTADO/ITAÚ S/A** a: a) pagar à reclamante a diferença entre a aplicação do índice utilizado e a aplicação da correção monetária no percentual do índice IPC de 44,80% para abril de 1990 e 7,87% para o mês de maio de 1990, incidente sobre a conta poupança nº 002.070-1, agência 011. b) pagar à reclamante a diferença entre a aplicação do índice utilizado e a aplicação da correção monetária no percentual do índice BTN de 20,21% para o mês de fevereiro 1991, incidente sobre a conta poupança nº 002.070-1, agência 011. Os valores encontrados deverão ser acrescidos de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) a.m., capitalizados mês a mês, e correção monetária na forma acima prevista, desde a data em que a diferença teria sido paga, bem como de juros moratórios de 1% (um por cento) a.m. a partir da citação, cujo valor deverá ser calculado. Advs. Dra. Andrea Bernabel Furlan, Dr. Gustavo Vissoci Reiche, Dr. Gilberto Pedriali, Dr. Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos, Dr. Lauro Fernando Zanetti.
14 - Autos de Reclamação nº 1070-75.2009.8.16.0047 - Reclamante: Gilberto Akihito Suda. - Reclamado: Banco Bradesco S?A. - Intime-se o reclamado para que cumpra o julgado, em quinze dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do debito. - Advs. Dr. Gustavo Vissoci Reiche, Dr. Gilberto Pedriali, Dr. Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos, Dr. João Leonel Antocheski.
15 - Autos de Reclamação nº 1706-07.2010.8.16.0047 - Reclamante: Eliza Mutsuko Kakubo Kuroiwa. - Reclamado: Royal Caribbean Brasil. - Manifeste-se o reclamado sobre o contido na petição de fls. 205, em cinco dias. Advs. Dr. Rodrigo Henrique Colnago, Dra. Melissa Mariano.
16 - Autos de Reclamação nº 2007.0000304-1/0 - Reclamante: João Nunes de Queiroz. - Reclamado: Banco do Brasil S/A. - Intime-se, novamente , o reclamante para que cumpra o item "I" do Despacho de fls. 72, sob pena de extinção. Dr. Jose de Oliveira Paes.
17 - Autos de Execução de Titulo Judicial nº 2009.0000253-5/0 - Exequente: Marina das Dores Arruda da Silva. - Executado: Milton Roberto Costa. - Assim, por não ter sido comprovado que o valor bloqueado refere-se ao salário do executado, mantenho o bloqueio efetivado. Advs. Dr. Yoshinori Fucuda, Dr. Willian Davidson Doi, Dr. Pedro Alberto Alves Maciel.
Angela Tonetti Biazus
Juiza de Direito

30/09/2011

**JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE ASSAI**

**RELAÇÃO Nº 102/2011**

RELAÇÃO DE ADVOGADOS
Dr. Ayrton Lopes da Silva
Dr. Gilberto Pedriali
Dr. Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos
Dra. Andrea Bernabel Furlan
Dra. Cintia Libanio da Silva

1 - Autos de Reclamação nº 1158-16.2009.8.16.0047 - Reclamante: Dirce Miqueline Vieira. - Reclamado: Rafael Carvalho Vieira. - Designo o dia 07 de novembro de 2011, às 13:30 horas, para realização de audiência de tentativa de conciliação. Adv. Dra. Andrea Bernabel Furlan.
2 - Autos de Reclamação nº 2903-94.2010.8.16.0047 - Reclamante: Elvira Casasola Fernandes. - Reclamado: banco Bradesco Financiamentos S/A. - I - Designo o dia 21 de novembro de 2011, às 13:15 horas, para realização de audiência de instrução e julgamento. II - A matéria deduzida na inicial enquadra-se como relação de consumo, sendo aplicável o Código de Defesa do Consumidor, sendo que a parte autora é hipossuficiente na presente relação, motivo pelo qual inverto o ônus da prova, com fundamento no art. 6º , inc VIII, da Lei nº 8.078/90. Advs. Ayrton Lopes da Silva, Dr. Gilberto Pedriali, Dr. Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos.
3 - Autos de Reclamação nº 1492-16.2010.8.16.0047 - reclamante: Expert Informática Ltda - Me. - Reclamada: Eliane Milkeviz. - Designo o dia 07 de novembro de 2011, às 13:15 horas, para realização de audiência de instrução e julgamento. Adv. Dra. Cintia Libanio da Silva.
ANGELA TONETTI BIAZUS
JUÍZA DE DIREITO

30/09/2011

# ENGENHEIRO BELTRÃO

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**Adicionar um(a) Título**
**PODER JUDICIÁRIO**
**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**
**COMARCA DE ENGENHEIRO BELTRÃO - PR**
**JUIZ SUPERVISOR: SILVIO HIDEKI YAMAGUCHI**

**Adicionar um(a) Numeração Relação n.º 011/2011**

Adicionar um(a) Índice

| Índice de Publicação ADVOGADO | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| Adilson de Castro Junior | 031 | 349/2010 |
| Alessandro Fernandes Braga | 081 | 049/2010 |
| Ana Paula Cardoso Momesso | 057 | 325/2009 |
| André Dias Andrade | 023 | 306/2008 |
| André Dias Andrade | 079 | 143/2010 |
| André Fonseca Leme | 047 | 195/2007 |
| Antonio Carlos Mangialardo Junior | 001 | 138/2009 |
| Aorélio Gazola | 014 | 417/2010 |
| Aorélio Gazola | 063 | 418/2010 |
| Aorélio Gazola | 066 | 110/2009 |
| Aorélio Gazola | 067 | 172/2006 |
| Aorélio Gazola | 077 | 420/2010 |
| Aorélio Gazola | 082 | 055/2007 |
| Argemiro Garcia Junior | 021 | 113/2008 |
| Braulio Belinati Garcia Perez | 080 | 162/2010 |
| Bruna Deborah Pereira | 010 | 280/2008 |
| Bruna Deborah Pereira | 012 | 219/2008 |
| Bruna Deborah Pereira | 026 | 263/2008 |
| Bruna Deborah Pereira | 028 | 119/2007 |
| Bruna Deborah Pereira | 036 | 185/2009 |
| Bruna Deborah Pereira | 037 | 271/2008 |
| Bruna Deborah Pereira | 038 | 295/2008 |
| Bruna Deborah Pereira | 043 | 075/2008 |
| Bruna Deborah Pereira | 044 | 289/2008 |
| Bruna Deborah Pereira | 058 | 031/2009 |
| Bruna Deborah Pereira | 071 | 415/2009 |
| Bruna Deborah Pereira | 078 | 005/2010 |
| Bruna Deborah Pereira | 083 | 055/2007 |
| Bruna Deborah Pereira | 093 | 035/2009 |
| Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin | 042 | 465/2010 |

| | | |
|---|---|---|
| Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin | 048 | 469/2010 |
| Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin | 048 | 469/2010 |
| Carlos Alberto Arruda Brasil | 008 | 002/2010 |
| Carlos Alberto de Melo | 027 | 284/2009 |
| Carlos Alberto de Melo | 053 | 069/2008 |
| Carlos Alberto de Melo | 055 | 098/2008 |
| Carlos Alberto Melo | 032 | 206/2009 |
| Carlos Rebelo Gloger | 071 | 415/2009 |
| Cesar Augusto terra | ,69 | 161/2010 |
| Claudia Cristiane Jedliczka | 009 | 166/2008 |
| Claudia Cristiane Jedliczka | 021 | 113/2008 |
| Claudio Rotunno | 071 | 415/2009 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 013 | 454/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 029 | 471/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 033 | 461/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 034 | 457/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 042 | 465/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 048 | 469/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 048 | 469/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 049 | 481/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 062 | 458/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 073 | 484/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 074 | 490/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 085 | 489/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 086 | 475/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 087 | 460/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 088 | 491/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 089 | 456/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 090 | 470/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Faria | 091 | 436/2010 |
| Clodoaldo Pinheiro Farias | 011 | 462/2010 |
| Cristiane Belinati Garcia Lopes | 035 | 435/2010 |
| Cristiane Belinati Garcia Lopes | 042 | 465/2010 |
| Cristiane Belinati Garcia Lopes | 048 | 469/2010 |
| Dani Leonardo Giacomini | 001 | 138/2009 |
| Diego Magalhães de Souza | 068 | 304/2008 |
| Diego Magalhães Zampieri | 022 | 333/2010 |
| Edmundo Manoel Santana | 015 | 046/2008 |
| Edson Montor Osório | 096 | 005/2006 |
| Eduardo do Lago Silva | 050 | 502/2010 |
| Eliane Emila Colodeto | 004 | 140/2009 |
| Evandro Alves dos Santos | 041 | 508/2010 |
| Fernando Parolini de Moraes | 035 | 435/2010 |
| Fernando Parolini de Moraes | 065 | 445/2010 |
| Flavio Augusto de Andrade | 045 | 494/2010 |
| Flávio Penteado Geromini | 013 | 454/2010 |
| Flávio Penteado Geromini | 029 | 471/2010 |
| Flávio Penteado Geromini | 033 | 461/2010 |
| Flávio Penteado Geromini | 034 | 457/2010 |
| Flávio Penteado Geromini | 041 | 508/2010 |
| Flávio Penteado Geromini | 085 | 489/2010 |
| Flávio Penteado Geromini | 087 | 460/2010 |
| Flavio Santanna Valgas | 048 | 469/2010 |
| Flavio Santanna Valgas | 074 | 490/2010 |
| Flávio Santanna Valgas | 042 | 465/2010 |
| Flávio Santanna Valgas | 048 | 469/2010 |
| Geandro Luiz Scopel | 001 | 138/2009 |
| Gerson Vanzin Moura Silva | 011 | 462/2010 |
| Gerson Vanzin Moura Silva | 013 | 454/2010 |
| Gerson Vanzin Moura Silva | 029 | 471/2010 |
| Gerson Vanzin Moura Silva | 033 | 461/2010 |
| Gerson Vanzin Moura Silva | 034 | 457/2010 |
| Gerson Vanzin Moura Silva | 041 | 508/2010 |
| Gerson Vanzin Moura Silva | 062 | 458/2010 |
| Gerson Vanzin Moura Silva | 085 | 489/2010 |
| Gerson Vanzin Moura Silva | 087 | 460/2010 |
| Gilberto Stinglim Loth | 069 | 161/2010 |
| Ivani Fantucci Vieira | 018 | 112/2008 |
| Izabela Rucker Curi Bertoncelo | 075 | 043/2010 |
| Jaime de Oliveira Penteado | 011 | 462/2010 |
| Jaime de Oliveira Penteado | 013 | 454/2010 |
| Jaime de Oliveira Penteado | 029 | 471/2010 |
| Jaime de Oliveira Penteado | 033 | 461/2010 |
| Jaime de Oliveira Penteado | 034 | 457/2010 |
| Jaime de Oliveira Penteado | 041 | 508/2010 |
| Jaime de Oliveira Penteado | 062 | 458/2010 |
| Jaime de Oliveira Penteado | 085 | 489/2010 |
| Jaime de Oliveira Penteado | 087 | 460/2010 |
| Jean Fernando Pontim | 004 | 140/2009 |
| Jean Fernando Pontim | 005 | 232/2010 |
| Jean Fernando Pontim | 040 | 117/2005 |
| Jean Fernando Pontim | 097 | 001/2009 |
| João Everardo Resmer Vieira | 072 | 501/2010 |
| João Isolar Paini | 092 | 231/2010 |
| João Leonelho Gabardo Filho | 069 | 161/2010 |
| Jonas Rodrigues | 045 | 494/2010 |
| Jose Edgard da Cunha Bueno Filho | 024 | 188/2008 |
| José Ivan G. Pereira | 007 | 004/2009 |
| José Ivan Guimarães Pereira | 020 | 171/2008 |
| José Ivan Guimarães Pereira | 039 | 005/2009 |
| José Jorge Themer | 004 | 140/2009 |
| Julio Cesar Goulart Lanes | 005 | 232/2010 |
| Laercio Ribeiro Moisés | 094 | 130/2010 |
| Laércio Ribeiro Moises | 030 | 414/2009 |
| Louise Rainer Pereira Gionédis | 008 | 002/2010 |
| Luciano Henrique de S. Garbim | 084 | 015/2008 |
| Luciano Henrique de Souza Garbim | 056 | 211/2008 |
| Luiz Cezar Viana Pereira | 017 | 039/2008 |
| Luiz Cezar Viana Pereira | 024 | 188/2008 |
| Luiz Cezar Viana Pereira | 031 | 349/2010 |
| Luiz Fernando Brusamolin | 014 | 417/2010 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 013 | 454/2010 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 029 | 471/2010 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 033 | 461/2010 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 034 | 457/2010 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 041 | 508/2010 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 062 | 458/2010 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 085 | 489/2010 |
| Luiz Henrique Bona Turra | 087 | 460/2010 |
| Maeli dos S. Parussolo da Silva | 002 | 189/2008 |
| Maeli dos S. Parussolo da Silva | 061 | 298/2009 |
| Maeli dos S. Parussolo da Silva | 069 | 161/2010 |
| Maeli dos S. Parussolo da Silva | 080 | 162/2010 |
| Maeli dos S. Parussolo da Silva | 081 | 049/2010 |
| Maeli dos Santos P. da Silva | 025 | 186/2007 |
| Maeli dos Santos P. da Silva | 059 | 184/2007 |
| Marcelo Luiz Pinto Vieira | 039 | 005/2009 |
| Marcelo Luiz Pinto Vieira | 060 | 353/2010 |
| Marcelo Sergio Pereira | 006 | 253/2005 |
| Marcio Rogério Depolli | 080 | 162/2010 |
| Marcos Aurélio R. Costa | 015 | 046/2008 |
| Marcos Aurélio Rodrigues da Costa | 053 | 069/2008 |
| Marcos Katsuta Fumio | 070 | 007/2010 |
| Maria Lucilia Gomes | 065 | 445/2010 |
| Maria Paula Fuganti | 078 | 005/2010 |
| Mariana Vozniak | 023 | 306/2008 |
| Mauricio Kavinski | 014 | 417/2010 |
| Melves Muchiuti | 022 | 333/2010 |
| Milton Luiz Cleve Kuster | 063 | 418/2010 |
| Nei Carvalho | 001 | 138/2009 |
| Nelson João Scarpin | 003 | 381/2010 |
| Newton Dorneles Saratt | 030 | 414/2009 |
| Oldemar Mariano | 066 | 110/2009 |
| Olinto Roberto Terra | 075 | 043/2010 |
| Oscarina Santana da Silva | 001 | 138/2009 |
| Osvaldo Eugenio Senhorinho Olivo Neto | 064 | 031/2005 |
| Rafael Lopes Krukoski | 071 | 415/2009 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 002 | 189/2008 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 049 | 481/2010 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 073 | 484/2010 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 077 | 420/2010 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 086 | 475/2010 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 088 | 491/2010 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 089 | 456/2010 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 090 | 470/2010 |
| Reinaldo Mirico Aronis | 091 | 436/2010 |
| Ricardo Donald Pereira | 046 | 030/2010 |
| Roberto Antonio Burato | 066 | 110/2009 |
| Robson Julian B. Martin | 054 | 209/2007 |
| Rosangela Maria Wolff de Quadros Moro | 023 | 306/2008 |
| Rui Ghellere | 016 | 080/2007 |
| Rui Ghellere | 019 | 040/2005 |
| Rui Ghellere | 023 | 306/2008 |
| Rui Ghellere | 047 | 195/2007 |
| Rui Ghellere | 079 | 143/2010 |
| Rui Ghellere | 095 | 038/2009 |
| Sandra Regina Rodrigues | 024 | 188/2008 |
| Sandra Regina Rodrigues | 051 | 021/2005 |
| Sandra Regina Rodrigues | 052 | 119/2006 |
| Sandra Regina Rodrigues | 067 | 172/2006 |
| Sandra Regina Rodrigues | 070 | 007/2010 |
| Sandra Regina Rodrigues | 076 | 268/2009 |
| Tarcisio Furlan | 092 | 231/2010 |
| Thiago Ribczuk | 020 | 171/2008 |
| Vanessa Dal Pont Gazola | 032 | 206/2009 |
| Vanessa Dal Pont Gazola | 054 | 209/2007 |
| Vanessa Dal Pont Gazola | 072 | 501/2010 |
| Vinicius Ludwig Valdez | 001 | 138/2009 |
| Yurim Alexandre Lucas | 093 | 035/2009 |

Adicionar um(a) Conteúdo 1. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 138/2009 - CLAUDINEI CORREA DA SILVA x TIM CELULAR S/A- Sent.fls. 112 "... Ante o exposto, homologo por sentença para que produza os efeitos jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada pelas partes litigantes, nos termos do acordo firmado, com fundamento no art. 269, inciso III do Código de Processo Civil, razão pela qual julgo extinta a presente demanda com resolução do mérito. P,R.I Dil Nec. Considerando o depósito realizado na conta do procurador da parte autor, cientifique-se pessoalmente, via correspondência. Dispensado o prazo recursal, caso requerido. Oportunamente arquive-se." - Adv. Dr. Antonio Carlos Mangialardo Junior, Dr Nei Carvalho, Dra Oscarina Santana da Silva, Dr. Vinicius Ludwig Valdez, Dr Dani Leonardo Giacomini e Dr Geandro Luiz Scopel.

2. AÇÃO INDNENIZATÓRIA DECORRENTE DE DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA Nº 189/2008 -MARIA JOSÉ GOLIN x EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES-EMBRATEL e BRASIL TELECOM S/A - Desp. Fls. 166 - defiro abertura de prazo." - Adv. Dr. Reinaldo Mirico Aronis e Dra Maeli dos S. Parussolo da Silva.

3. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 381/2010 - OVIDIO SANTOS MOREIRA x MAIKO FERNANDO SOARES DE ARAÚJO - Desp. de fls. 174 - Fica a parte autora intimada de que foi redesignada audiência de conciliação para o dia *26/10/2011 às 17:10 horas.* " - Adv. - Adv. Dr. Nelson João Scarpin.

4. AÇÃO DECLARATÓRIA DE REPARAÇÃO DE DANOS PE,O PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO DEVIDAMENTE QUITADO C/ ANTEC DOS EFEITOS DA TUTELA P/ SUSPENSÃO DO PROTESTO Nº 140/2009 - VINHOTE E VINHOTE LTDA-ME x FENIX AGRO PECUS INDUSTRIA LTDA- Desp. Fls. 202 e 205 - "Diante da complexidade da situação fática neste feito tratada, converto em o julgamento em diligência, e determino que se proceda a oitiva das pessoas de Sergio Carlet e Tiago Cordeiro Carlet acerca dos fatos tratados na presente, como testemunhas do juízo, com fundamento no art. 40, *in fine,* da Lei 9099/95, uma vez ato probatório indispensável à decisão. Designo o dia 26/10/2011, às 13:30 horas para realização do ato. Int." - Intime-se o reclamado para que no prazo de 10 dias forneça o endereço das testemunhas do juízo, indicadas às fls. 202. Com o endereço, proceda a intimação das mesmas. - Adv. Dr. Jean Fernando Pontim , Dr. José Jorge Themer e Dra. Eliane Emila Colodeto .

5. AÇÃO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C REPARAÇÃO DE DANOS COM ANTEC. DOS EFEITOS DA TUTELA PARA SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO NO ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. Nº 232/2010 - ANTONIO COLLAÇO x CLARO S/A- Desp. Fls. 64 - Diante do bloqueio efetuado através do sistema *Bacen em conta corrente pertencente ao executado,* ficam as partes intimadas de que foi designada audiência de conciliação para o dia *19/10/2011 às 14:30 horas,* ficando a parte executada ciente de que poderá opor embargos em tal sessão. - Adv. Dr. Jean Fernando Pontim e Dr. Julio Cesar Goulart Lanes.

6. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 253/2005 - LUCIANO ANDRADE AIRES x JOSÉ OSMAR CORDIOLLI- Sent. Fls. 64 - "... Tendo em vista a não localização de bens penhoráveis da parte devedora, JULGO EXTINTA a ação, sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95. Ressalte-se que a ação poderá ser renovada caso sejam indicados novos bens dentro do prazo prescricional, conforme dispõe o Enunciado 13.19 da Turma Recursal Única do Paraná. Devolva-se os documentos a parte autora. Dil. Nec. P.R.I Após , oportunamente, arquive-se. - Adv. Dr. Marcelo Sergio Pereira.

7. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIAS NÃO CREDITADAS EM CONTA POUPANÇA Nº 004/2009 - ESTELLA DOLORICCE CORTE DOS REIS x BANCO DO BRASIL S/A - Sent. Fls. 87 - "... Pelo exposto, julgo extinto o processo, na forma do art. 794, inciso I do Código de Processo Civil, procedendo-se o levantamento de eventuais penhoras. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I . Expeça-se alvará. Dil. Nec. Oportunamente ao arquivo- Adv. Dr. José Ivan G. Pereira.

8. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 002/2010 - NANCI ALHER x BANCO DO BRASIL S/A- sent. fls. 74/78 - "...Face o exposto e considerando o que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e em consequência CONDENO o reclamado ao pagamento de indenização por danos morais do valor de R$ 10.000,00(Dez mil reais) ao Reclamante, que deverão ser acrescidos de correção monetária e juros moratórios ambos a contar da data da sentença (Súmula 362 STJ - Enunciado nº 12.13 Turma Recursal do paraná) até a data do efetivo pagamento. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I" Adv. Dr. Carlos Alberto Arruda Brasil e Dra. Louise Rainer Pereira Gionédis

9. AÇÃO PARA IMPOSIÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS Nº 166/2008- CELSO CESAR PAULICCI x BANCO DO BRASIL S/A- Desp. de fls. 167- " Sobre o depósito realizado pela ré, manifeste-se a autora no prazo de 10 dias . Int.".- Adv. Dr. Claudia Cristiane Jedliczka.

10. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 280/2008 - MARCOS KATYSUTA FUMIO x NILDA ROSA OLIVEIRA SANTOS - Decisão de fls. 44 - "Indefiro o pedido da autora, vez que não encontra amparo legal. No mais, manifeste-se a credora sobre eventual nova consulta no BACEN , ou para indicar outros bens a penhora, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção, na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95 e Enunciado 13.19 do Tribunal de Justiça do Paraná." - Adv. Dr. Bruna Deborah Pereira.

11. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 462/2010 - BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Desp. Fls. 96 - "... "... Recebo o recurso inominado interposto, o seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Ao recorrido, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os presentes autos ao E. Tribunal de Justiça com as homenagens deste juízo. Dil. Nec.. Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Farias e Dr. Jaime de Oliveira Penteado e Dr. Gerson Vanzin Moura Silva.

12. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 219/2008 - H P INFORMÁTICA LTDA x FRANCIELY KARLA GIOVANI OLEGARIO SILVA - Desp. de fls. 38 - "Indefiro o pedido da autora, vez que não encontra amparo legal. No mais, manifeste-se a credora sobre eventual nova consulta no BACEN , ou para indicar outros bens a penhora, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção, na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95 e Enunciado 13.19 do Tribunal de Justiça do Paraná- Adv. Dr. Bruna Deborah Pereira.

13. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 454/2010 - MARIA DE LURDES REIS OLIVEIRA x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO - Desp. de fls.72 - "... Recebo o recurso inominado interposto, o seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Ao recorrido, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os presentes autos ao E. Tribunal de Justiça com as homenagens deste juízo. Dil. Nec.- Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria e Dr. Gerson Vanzin Mourada Silva, Dr. Jaime Oliveira Penteado, Dr. Luiz Henrique Bona Turra e Dr. Flávio Penteado Geromini.

14. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO Nº 417/2010 - ANTONIO DE JESUS MODENA x BANCO SAFRA S/A- desp. Fls. 58- "Ante a tempestividade e preparo, recebo o recurso inominado interposto, o seu efeito devolutivo, conforme dispõe o art. 43 da lei 9.099/95. Intime-se a recorrida, para no prazo de dez dias, apresentar contrarrazões de recurso. Vencido o prazo, com ou sem contrarrazões, remetam-se os presentes autos ao E. Tribunal de Justiça com as homenagens deste juízo. Dil. Nec."- Adv. Dr. Aorélio Gazola e Dr. Mauricio Kavinski e Dr Luiz Fernando Brusamolin.

15. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 046/2008 - CARLA MICHELLE GENTILIN OSELAME x C.J. D. CARNEIRO TRANSPORTES LTDA-ME - desp. Fls. 78- "Assiste razão ao embargante no que tange a errônea contagem do prazo para interpor embargos declaratórios. Desta forma, reconsidero o despacho de fls. 73, e recebo os embargos de declaração. Concluso ao Sr. Juiz Leigo para análise dos mesmos no prazo de 20 dias."- Adv. Dr. Edmundo Manoel Santana e Dr. Marcos Aurélio R. Costa.

16. AÇÃODE COBRANÇA Nº 080/2007 - JOSE CARLOS MARTINS x RAFAEL LUIZ CUSTÓDIO RAMOS- desp. Fls. 42 - "Dispõe o Código de Processo Civil, em seu art. 45, que "O advogado poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, provando que cientificou o mandante a fim de eu este nomeie substituto. Durante os 10(dez) dias seguintes, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo." Assim, até que comprove a ciência ao mandante, continuará representa-lo, sob pena de ser oficiada a Ordem dos Advogados do Brasil. No mais, intime-se o procurador para que de cumprimento ao despacho de fls. 39. Adv. Dr. Rui Ghellere

17. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 39/2008 - CRISTINA APARECIDA AMÉRICO x PERNAMBUCANAS, HELP-ASSIST TÉCNICA EM CELULARES e NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA- Desp. Fls. 89 - "Intime-se a parte autora para que apresente planilha atualizado do débito, já incluída a multa de 10% sobre o remanescente não pago, na forma do art. 475-J, § 4º, do CPC. Apresentada a planilha, intime-se o executado para pagamento, no prazo de 15 dias."- Adv. Dr. Luiz Cezar Viana Pereira.

18. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 112/2008 -JESUARDO DE SOUZA PINTO x IVAN APARECIDO SILVA DUARTE - desp. Fls. 38 - "... Não sendo encontrados valores, ao exequente para que que indique bens passíveis de penhora, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção, na forma do art. 53 da Lei 9.099/95 e Enunciado 13.19 da Turma Recursal única do Paraná."- Adv. Dr. Ivani Fantucci Vieira.

19. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 40/2005 - APAE(ASSOC, DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS) x LUCIANO DE FREITAS PIVA - Sent. Fls. 87 - "...Tendo em vista a não localização de bens penhoráveis da parte devedora, JULGO EXTINTA a ação, sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95. Ressalte-se que a ação poderá ser renovada caso sejam indicados novos bens dentro do prazo prescricional, conforme dispões o Enunciado 13.19 da Turma Recursal Única do Paraná. Devolvam-se os documentos a parte autora. Dl. Nec. P.R.I. Após, oportunamente, arquive-se."- Adv. Dr. Rui Ghellere.

20. . AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO Nº 171/2008 - ALEX PEREIRA ALVARISTO x BANCO DO BRASIL S/A - Sent.. Fls. 84 - "... Ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada pelas partes litigantes, nos termos do acordo firmado às fls. 81/83, com fundamento no art. 269, III, do Código de Processo Civil, razão pela qual julgo extinta a presente demanda com resolução de mérito. P.R.I. Expeça-se alvará. Dil. Nec. Defiro o desentranhamento de documentos, caso requerido. Oportunamente arquive-se."- Fica o autor intimado que foi expedido alvará(20/09/2011) e encontra-se em secretaria para retirar. Adv. Dr. Thiago Ribczuk e Dr. José Ivan Guimarães Pereira.

21. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS Nº. 113/2008 - IRACI ALDIVINO DA SILVA x ALDINEI CARLOS DA SILVA - Sent. de fl. 59 - "... Ante o reconhecimento da dívida pela executada, latente, pois a satisfação do direito da credora, há que se acolher o pedido. Pelo exposto julgo extinto o processo, na forma do art. 794, inciso I, do Código de processo Civil, procedendo-se o levantamento de eventuais penhoras. levantamento de eventuais penhoras. Expeça-se alvará para levantamento de valores. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Oportunamente ao arquivo. P.R.I "- Adv. Dr. Claudia Cristiane Jedliczka e Dr. Argemiro Garcia Junior.

22. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA Nº 333/2010 - IDNEI SERENATO x MARINGÁ CIDADE CANÇÃO FUTEBOL CLUBE - AEREB ASSOC. E.R. ENG BELTRÃO(apenso aos autos 334/2010)- desp. Fls. 38 - "Considerando que não houve impugnação ao valor apresentado pelo perito nomeado, intime-se as partes para que depositem, cada uma, no prazo de 15 dias, o valor de R$ 700,00(setecentos reais), na forma do acordo firmado em audiência (fls. 28).".- Adv. Dr.Melves Muchiuti e Dr. Diego Magalhães Zampieri.

23. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS Nº 306/2008 - RUI GHELLERE x SECULO XXI TURISDMO LTDA e MGM OPERADORA TURÍSTICA - Dec. Fls. 275/281 - "Ficam as partes intimadas de que os presentes autos baixaram da Turma Recursal na data de 23/08/2011 com a decisão. "... Face o exposto, decidem os juízes integrantes da 1º Turma Recursal do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos exatos termos do voto. ".- Adv. Dr. Rui Ghellere , Dr. Mariana Vozniak, Dr. André Dias Andrade e Dra. Rosangela Maria Wolff de Quadros Moro

24. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA Nº 188/2008 - DIONISIA ALVES DE MIRANDA x BRASIL TELECOM S/A e ATLANTICO FUNDOS DE INVESTIMENTO- Desp. Fls. 200 - "Concluso ao Sr. Juiz Leigo para

prolação de sentença consignando o prazo de 20 (vinte) dias para devolução."- Adv. Dr. Luiz Cezar Viana Pereira e Dra Sandra Regina Rodrigues e Dr. Jose Edgard da Cunha Bueno Filho.

25. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA Nº 186/2007 - VINICIUS RODRIGUES AMARAL-ME x ADEMIR EMIDIO TORRES - Desp. Fls. 39 - "Sobre a resposta ao ofício expedido, manifeste-se a exequente no prazo de 10 dias. Int. Dil. Nec."- Adv. Dr. Maeli dos Santos P. da Silva.

26. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 263/2008 - MARCOS ANTONIO ALVES x RENATA ZUFFA- Desp.. Fls. 29 - "...Indefiro o pedido da autora, vez que não encontra amparo legal. No mais, manifeste-se a credora sobre eventual nova consulta no BACEN , ou para indicar outros bens a penhora, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção, na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95 e Enunciado 13.19 do Tribunal de Justiça do Paraná." - Adv. Dr. Bruna Deborah Pereira.

27. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 284/2009 - ATAÍDES JOSE VIEIRA x GENUIR JOSE VIEIRA - Sent. Fls. 41 - "Fica a parte autora intimada para efetuar no prazo de 10 dias o pagamento referente custas e despesas processuais no valor de R$ 340,46 referente condenação ás fls. 41."- Adv. Dr. Carlos Alberto de Melo.

28. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 119/2007 - KAYSUTA FUMIO & FILHOS LTDA x DONIZETE DE CASSIO BRANCO - DESPACHO FLS. 45 - " Considerando que, vencido o prazo assinalado, a parte ré, apesar de devidamente intimada(fl. 42 verso), não cumpriu a determinação de entregar imediatamente ao Sr. Oficial de Justiça o bem penhorado ás fls. 33, qual seja, ... Portanto, converto a obrigação de fazer em perdas e danos, nos termos do art. 461, § 1º, do Código de processo Civil."- Adv. Dra. Bruna Deborah Pereira

29. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 471/2010 - MOACYR EUMERO x BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTOS - DESP. FLS. 83 - - "... Recebo o recurso inominado interposto, o seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Ao recorrido, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os presentes autos ao E. Tribunal de Justiça com as homenagens deste juízo. Dil. Nec".- Adv. Dr Clodoaldo Pinheiro Faria, Dr. Gerson Vanzin Moura da Silva, Jaime Oliveira Penteado, Dr. Luiz Henrique Bona Turra e Dr. Flavio Penteado Geromini.

30. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE ANTEC. DE TUTELA Nº 414/2009 - CLEBERSON FIGUEIRA DE SOUZA x BANCO FINASA S/A desp. Fls. 48- "...Tendo em vista a satisfação do crédito da parte autora, conforme devidamente informado nos autos, julgo extinta a presente demanda, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Defiro desentranhamento de documentos, caso requerido. Dil. Nec. P.R.I . Após arquive-se."- Adv. Dr. Laércio Ribeiro Moises e Dr. Newton Dorneles Saratt.

31. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊENCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C DANOS MORAIS Nº 349/2010 - TIAGO CHAGAS DE SOUZA x VIVO S/A e SCPC-Serv. De Proteção ao Crédito do Brasil - desp. Fls. 56 - "Indefiro o pedido para julgamento antecipado, uma vez que não se vislumbra a revelia ao requerido SCPC. Assim, designe a Secretaria audiência conciliatória intimando-se as partes para a mesma, observando-se a extinção do feito com relação a VIVO S/A."- Adv. Dr. Luiz Cezar Viana Pereira e Dr. Adilson de Castro Junior.

32. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 206/2009 - SEVERINO JOSE PETERLE x J. ALVES CORREIA E CIA LTDA, JOÃO ALVES CORREIA e PAULO SERGIO DIAS - desp. Fls. 78-"...Tendo em vista a satisfação do crédito da parte autora, conforme devidamente informado nos autos, julgo extinta a presente demanda, com fundamento no art. 794, inciso I do Código de Processo Civil. Defiro desentranhamento de documentos, caso requerido. Dil. Nec. P.R.I"- Adv. Dra Vanessa Dal Pont Gazola e Dr. Carlos Alberto Melo.

33. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 461/2010 - LUIZ ANTONIO DE CASTRO x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO - Desp. de fls.77 - "... Recebo o recurso inominado interposto, o seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Ao recorrido, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os presentes autos ao E. Tribunal de Justiça com as homenagens deste juízo. Dil. Nec.- Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria e Dr. Gerson Vanzin Moura da Silva, Dr. Jaime Oliveira Penteado, Dr. Luiz Herique Bona Turra e Dr. Flávio Penteado Geromini.

34. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 457/2010 - PEDRO CESAR DE OLIVEIRA PAULA x BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO - Desp. de fls. 91 - "... Recebo o recurso inominado interposto, o seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Ao recorrido, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os presentes autos a turma Recursal Única do Paraná Com o retorno dos autos, intime-se a parte recorrente para que levante os valores depositados a maior, conforme certidão retro."- Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria e Dr. Gerson Vanzin Mourada Silva, Dr. Jaime Oliveira Penteado, Dr. Luiz Herique Bona Turra e Dr. Flávio Penteado Geromini.

35. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 435/2010 - ANDERSON AUGUSTO BERNI x BANCO ITAÚ S/A - Desp. de fls.72 - "... Recebo o recurso inominado interposto, o seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Ao recorrido, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os presentes autos a turma Recursal Única do Paraná Com o retorno dos autos, intime-se a parte recorrente para que levante os valores depositados a maior, conforme certidão retro."- Adv. Dr. Fernando Parolini de Moraes e Dra.Cristiane Belinati Garcia Lopes

36. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 185/2009 - RUBIA MODAS x PAULO ROBERTO ZUFFA- Desp. Fls. 26 - "Impossível a penhora de valores através do sistema BACEN, vez que o CPF informado como sendo do executado é invalido. Assim, intime-se a parte autora para que informe o número correto do documento, ou para que indique outros bens passíveis de penhora, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção, na forma do art. 53, § a4º da Lei 9.099/95 e Enunciado 13.19 da Turma Recursal Única do Paraná."- Adv. Dr. Bruna Deborah Pereira.

37. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 271/2008 - MARIA RAQUEL ZUFFA x SIMONE DE SOUZA TRINDADE- desp. Fls. 34 - "Indefiro o pedido da autora, vez que não encontra amparo legal. No mais, manifeste-se a credora sobre eventual nova consulta no BACEN , ou para indicar outros bens a penhora, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção, na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95 e Enunciado 13.19 do Tribunal de Justiça do Paraná.- Adv. Dr. Bruna Deborah Pereira.

38. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 295/2008 - KATSUTA FUMIO E FILHOS LTDA EPP x SILVANO SABINO- Desp. Fls. 40 - ""Indefiro o pedido da autora, vez que não encontra amparo legal. No mais, manifeste-se a credora sobre eventual nova consulta no BACEN, ou para indicar outros bens a penhora, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção, na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95 e Enunciado 13.19 do Tribunal de Justiça do Paraná.- Adv. Dra. Bruna Deborah Pereira.

39. AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIAS NÃO CREDITADAS EM CONTA POUPANÇA Nº 005/2009 - ESPÓLIO DE TSUTOMU TSUZUKI x BANCO DO BRASIL S/A - "Dec. 144/145 - "... Pelo exposto, mantenho a decisão proferida. Intimem-se as partes da decisão. Certifique-se o transito em julgado da sentença e intime-se a parte autora para manifestação no prazo de 10(dez) dias."- Adv. Dr. Marcelo Luiz Pinto Vieira e Dr. José Ivan Guimarães Pereira.

40. AÇÃO MONITÓRIA Nº 117/2005 -JORGE KLEGIN x DOMINGOS BERNARDI e outro - Sent.. Fls. 57 - "... Com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95, julgo extinta a presente demanda em resolução do mérito, podendo, contudo, ser renovada a demanda se indicados pelo credor novos bens dentro do prazo prescricional(Enunciado 13.19 da Turma Recursal Única do Paraná). Devolvam-se os documentos ao reclamante. Oportunamente, ao arquivo. P.R.I."- Adv. Dr. Jean Fernando Pontim.

41. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 508/2010 - ALTAIR DEFENSOR DE JESUS x BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANC E INVESTIMENTO - Sent. Fls. 52 - "...Ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada pelas partes litigantes, nos termos do acordo firmado, com fundamento no art. 269, inciso III do Código de Processo civil, razão pela qual julgo extinta a presente demanda com resolução de mérito. P.R.I. Dil. Nec. Dispenso prazo recursal, caso requerido. Cientifique-se pessoalmente o autos via correspondência, sobre o depósito realizado na conta de seu procurador."- Adv. Dr. Evandro Alves dos Santos e Gerson Vanzin Moura da Silva, Dr. Jaime Oliveira Penteado, Dr. Luiz Henrique Bona Turra e Dr. Flávio Penteado Geromini.

42. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 465/2010 - MARIA ZENEIDE VIEIRA GANICA x BV FINANCEIRA S/A- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS- Desp. Fls.72 - "... Recebo o recurso inominado interposto, o seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Ao recorrido, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os presentes autos a Turma Recursal Única do Paraná. Com o retorno dos autos, intime-se a parte recorrente para que levante os valores depositados a maior, conforme decisão retro."- Adv. Dr Clodoaldo Pinheiro Faria, Dr. Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Dr. Flávio Santanna Valgas e Dra Cristiane Belinati Garcia Lopes.

43. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 75/2008 - MERCEARIA LEMOS DA SILVA LTDA x ALEXANDRE OLIVEIRA RAMOS- Desp. Fls.43 - "...Indefiro o pedido da autora, vez que não encontra amparo legal. No mais, manifeste-se a credora sobre eventual nova consulta no BACEN , ou para indicar outros bens a penhora, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção, na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95 e Enunciado 13.19 do Tribunal de Justiça do Paraná.- Adv. Dr. Bruna Deborah Pereira

44. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 289/2008 - KATSUTA FUMIO & FILHOS LTDA EPP x MARCIO RIBEIRO MUNIZ- Sent. Fls. 35 - ""... Tendo em vista a não localização de bens penhoráveis da parte devedora, JULGO EXTINTA a ação, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95. Ressalte-se que a ação poderá ser renovada caso sejam indicados novos bens dentro do prazo prescricional(Enunciado 13.19 da Turma Recursal Única do Paraná). Devolvam-se os documentos ao reclamante. Oportunamente, ao arquivo. P.R.I. Oportunamente , arquive-se"- Adv. Dr. Bruna Deborah Pereira.

45. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 494/2010 - Desp. Fls. 19 - R.B.G. BARBOZA E BARBOZA LTDA-ME x EMILIA MARIA DO NASCIMENTO - "... Tendo em vista o falecimento do réu, e não sendo promovida pelo autor a citação dos sucessores no prazo legal, JULGO EXTINTA a presente demanda, com fundamento no art. 51, VI da Lei 9.099/95. Defiro o desentranhamento de documentos, caso requerido. Dil. Nec. P.R.I. Após, oportunamente, arquive-se"- Adv. Dr. Flavio Augusto de Andrade , Dr. Jonas Rodrigues.

46. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 30/2010 - desp. fls. 39 - DEPEL PARAFUSOS LTDA-ME x AGRO SPRAY CABINES E TRANSFORMAÇÕES LTDA-ME - "Tendo em vista a certidão de fls. 39, manifeste-se a parte autora, em 15 dias, informando o atual endereço do executado, sob pena de extinção e arquivamento, na forma do art. 53, § 4º da Lei 9.099/95. "- Adv. Dr. Ricardo Donald Pereira.

47. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS Nº 195/2007 - sent. Fls. 80 - ANA PAULA ZUFFA x SIEMENS ELETRONICA S/A - "...Desta forma, considerando a satisfação do direito da credora, há de se extinguir o presente feito. Pelo exposto, **julgo extinto o processo,** na forma do art. 794, inciso I, do Código de processo Civil, procedendo-se o levantamento de eventuais penhoras. Sem condenação em

custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Oportunamente ao arquivo."- Adv. Dr. Rui Ghellere e Dr. André Fonseca Leme.

48. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 469/2010 - LENILSON DOS SANTOS x BV FINANCEIRA S/A- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS- Desp. Fls.80 - "... Recebo o recurso inominado interposto, o seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Ao recorrido, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os presentes autos a Turma Recursal Única do Paraná. Com o retorno dos autos, intime-se a parte recorrente para que levante os valores depositados a maior, conforme decisão retro."- Adv. Dr Clodoaldo Pinheiro Faria, Dr. Carla Heliana Vieira Menegassi Tantin, Dr. Flávio Santanna Valgas e Dra Cristiane Belinati Garcia Lopes.

49. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 481/2010 - JOSE DE FREITAS FILHO x BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANC E INVESTIMENTO - Sent. Fls. 51 - "...Ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada pelas partes litigantes, nos termos do acordo firmado, com fundamento no art. 269, inciso III do Código de Processo civil, razão pela qual julgo extinta a presente demanda com resolução de mérito. P.R.I. Dil. Nec. Dispenso prazo recursal, caso requerido. Cientifique-se pessoalmente o autos via correspondência, sobre o depósito realizado na conta de seu procurador." Oportunamente arquive-se.- Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria, Dr. Reinaldo Mirico Aronis.

50. AÇÃO DE EXCEUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 502/2010 - sent. Fls. 15 - MILTON JOSÉ FERREIRA x MARCOS CARLOS VASQUES - "... Ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada pelas partes litigantes, nos termos do acordo firmado , com fundamento no art. 269, III, do Código de Processo Civil. Dispensado prazo recursal, caso requerido. P.R.I. Dil. Nec. Suspendo o presente feito até 01 de outubro de 2011. Após, manifeste-se o autor sobre o cumprimento do acordo, no prazo de 10 dias. Oportunamente, arquive-se." - Adv. Dr. Eduardo do Lago Silva

51. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C REP. DE INDÉBITO C/ PEDIDO DE LIMINAR E ANTEC DE TUTELA Nº 21/2005 - VALDIR ROSSI e outro x BRASIL TELECOM S/A - "Fica o requerido intimado de que por determinação judicial, foi expedido Alvará Judicial na data de 05/09/2011 em favor do réu para levantamento de custas, com validade de 60 dias."- Adv. Dr. Sandra Regina Rodrigues.

52. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C REP. DE INDÉBITO C/ PEDIDO DE LIMINAR E ANTEC DE TUTELA Nº 119/2006 - ANA DENA VALENTIM e outro x BRASIL TELECOM S/A - "Fica o requerido intimado de que por determinação judicial, foi expedido Alvará Judicial na data de 05/09/2011 em favor do réu para levantamento de custas, com validade de 60 dias."- Adv. Dr. Sandra Regina Rodrigues.

53. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 69/2008 - sent. Fls. 46 - OVIDIO SANTOS MOREIRA x A.D.E.M.R. ALDA LTDA- "...O exequente deixou de se manifestar nos autos, apesar de devidamente intimado(fls.45). Tal comportamento constitui óbice ao prosseguimento do feito, uma vez que o não atendimento de ordem judicial configurando abandono de causa. Portanto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 267, inciso III, do Código de Processo Civil e art. 51 , § 1º da Lei 9.099/95. Isento de custas (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Após o transito em julgado desta decisão arquivem-se."- Adv. Dr.Marcos Aurélio Rodrigues da Costa e Dr. Carlos Alberto de Melo.

54. AÇÃODE EXECUÇÃO PROVISÓRIA Nº 209/2007 - Desp. Fls. 164 - RODRIGUES E MOTTA LTDA-ME x AEREB-ASSOC. ESPORTIVA E RECREATIVA DE ENG BELTRÃO- "Realizada a busca de veículos registrados em nome do executado, através do RENAJUD, a mesma restou infrutífera. Assim, intime-se a parte autora para que indique outros bens passíveis de penhora, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção, na forma do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95 e Enunciado 13.19 da Turma Recursal Única do Paraná."- Adv. Dr. Vanessa Dal Pont Gazola e Dr Robson JulianB.Martin.

55. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 098/2008 - Sent.. Fls. 50 - JOÃO ALVES CORREIA-ME x JOSE ALVES DE AZEVEDO - "... tendo em vista a não localização de bens penhoráveis da parte devedora, JULGO EXTINTA a ação, sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95. Ressalte-se que a ação poderá ser renovada caso sejam indicados novos bens dentro do prazo prescricional(Enunciado 13.19 da Turma Recursal Única do Paraná). Devolvam-se os documentos ao reclamante. Oportunamente, ao arquivo. P.R.I. - Adv. Dr. Carlos Alberto de Melo.

56. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 211/2008 - ELIO PAULUS- LANCHONETE x JD-MANUTENÇÃO E MONTAGEM INDUSTRIAL - desp. Fls. 46 - "...Com a resposta (Junta Comercial do Estado) manifeste-se o exequente no prazo de 10 dias."- Adv. Dr. Luciano Henrique de Souza Garbim.

57. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 325/2009 - REGIANI & BEGO LTDA-ME x LEIA DE OLIVEIRA PAULA- desp. Fls. 47 - "...III- Vencido o prazo sem pagamento, deverá incidir multa de 10% sobre o valor principal. Neste caso, intime-se a procuradora da exequente para apresentar planilha de cálculo com o valor atualizado da dívida e a multa prevista no art 475-J do CPC. IV- Com o cálculo venham concluso para análise do pedido de bloqueio online."- Adv. Dr. Ana Paula Cardoso Momesso.

58. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 031/2009 - MARIA RAQUEL ZUFFA x VANIA APARECIDA LOPES- desp. Fls. 25- "...VI- Não sendo localizado o executado ou não encontrados bens pelo Sr. Oficial de Justiça, intime-se a parte exequente para manifestação de dez dias. Dil. Nec."- Adv. Dr.Bruna Deborah Pereira.

59. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 184/2007 - sent. Fls. 37 - VINICIUS RODRIGUES AMARAL-ME x JOELMA BORGES GODOY - "...V- Não sendo localizado o executado ou não encontrados bens pelo Sr. Oficial de Justiça, intime-se a parte exequente para manifestação de dez dias. Dil. Nec."- Adv. Dr. Maeli dos S. Parussolo da Silva.

60. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 353/2010 - LUIZ ANTONIO CIAN x ANDRE MARTINELI CORREIA - Desp. Fls. 13 - "...VI- Não sendo localizado o executado ou não encontrados bens pelo Sr. Oficial de Justiça, intime-se a parte exequente para manifestação de dez dias. Dil. Nec."- Adv. Dr. Marcelo Luiz Pinto Vieira.

61. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 298/2009 - LUCINDO MANTOVANI-ME x PEDRO DA SILVA - sent. Fls. 22 - "... Ante o reconhecimento da dívida pela executada, latente, pois a satisfação do direito da credora, há que se acolher o pedido. Pelo exposto julgo extinto o processo, na forma do art. 794, inciso I, do Código de processo Civil, procedendo-se o levantamento de eventuais penhoras. levantamento de eventuais penhoras. Expeça-se alvará para levantamento de valores. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Oportunamente ao arquivo. P.R.I."- Adv. Dr. Maeli dos Santos P. da Silva.

62. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 458/2010 - IDALINO BRAGA DA SILVA x BV- CRÉDITO, FINANC E INVESTIMENTO - sent. Fls. 56 "...Ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada pelas partes litigantes, nos termos do acordo firmado, com fundamento no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil, razão pela qual julgo extinta a presente demanda com resolução de mérito. P.R.I. Dil,. Nec. Dispensado prazo recursal, caso requerido. Defiro desentranhamento de documentos, caso requerido. Cientifique-se pessoalmente o autor, via correspondência, sobre o depósito a ser realizado na conta do seu procurador. Oportunamente, arquive-se."- Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria, Dr. Jaime Oliveira Penteado, Dr. Gerson Vanzin de M. Silva, Dr. Luiz Henrique Bona Turra e Dr. Flávio Penteado Geromini.

63. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO LIMINAR Nº 418/2010 - APARECIDA LEMOS DE PAULA DA SILVA x SERCONTEL- S/A - Sent. Fls. 61/64 - "...Ante o exposto e considerando o que mais dos autos consta, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, o que faço com resolução do mérito na forma do art. 269, inciso I do Código de Processo Civil e, em consequência, declaro inexistente a relação jurídica discutida nestes autos e a inexistência da dívida em questão, bem como condeno a ré ao pagamento do valor de R$ 7.000,00(Sete mil reais) a título de danos morais, que deverá ser acrescido de correção monetária e juros de mora, ambos a contar a partir desta decisão (Enunciado 12.12 da TRU-PR) até a data do efetivo pagamento. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, caput, da Lei 9.099/95.P.R.I."- Adv. Dr. Aorélio Gazola e Dr. Milton Luiz Cleve Kuster.

64. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 031/2005 - SAVIO & FERREIRA x APARECIDA RODRIGUES MOREIRA - Desp. Fls. 68 - "Intime-se a parte autora para que esclareça, no prazo de 10 dias, a dívida suscitada pela secretaria(fls.67- no acordo não foi mencionado para qual das partes deve ser liberado o bloqueio, o qual já encontra-se em conta judicial)"- Adv. Dr. Osvaldo Eugenio Senhorinho Olivo Neto.

65. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 445/2010 - DEVAIR ANDRÉ DE OLIVEIRA x BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A- desp. Fls.69- "Recebo o recurso interposto, em seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Ao recorrido, para querendo, apresentar contrarrazões no prazo de dez. Após com ou sem manifestação, remeta-se a Turma Recursal Única do Paraná. Com o retorno dos autos, intime-se a parte recorrente para que levante os valores depositados a maior, conforme certidão retro. Dil. Nec."- Adv. Dr. Fernando Parolini de Moraes Dra. Maria Lucilia Gomes.

66. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO LIMINAR Nº 110/2009 - APARECIDA LEMOS DE PAULA DA SILVA x HSBC MULTIPLO S/A - desp. Fls. 84/85-"... Com isso, declaro deserto o recurso, razão pela qual deixo de recebê-lo. Intimem-se as partes da decisão. Oportunamente, certifique-se o trânsito em julgado da sentença e intime-se a parte autora para manifestação no prazo de 10(dez) dias."- Adv. Dr. Aorélio Gazola e Dr. Roberto Antonio Burato e Dr. Oldemar Mariano.

67. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO COM PEDIDO DE LIMINAR DE TUTELA ANTECIPADA Nº 172/2006 - ORLANDO LOPES HERNANDES e HÉRCULES JANGUAS HERNANDES- desp. Fls.196- "Ante a tempestividade, recebo o recurso interposto, em seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Intime-se a recorrida, para querendo, apresentar contrarrazões no prazo de dez. Vencido o prazo, com ou sem manifestação, remeta-se ao E. Tribunal de Justiça, com as homenagens deste juízo. Dil. Nec."- Adv. Dr. Aorelio Gazola e Dra Sandra Regina Rodrigues.

68. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 304/2008 - NELSON GONÇALVES DE SOUZA x ESPÓLIO DE DJAIR APARECIDO CORDIOLI - desp. Fls. 27 - "Considerando a certidão retro, intime-se o exequente para que indique outros bens passíveis de penhora, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção, na forma do art. 53, § 4º da Lei 9.099/95 e Enunciado 13.19 da Turma Recursal Única do Paraná." - Adv. Dr. Diego Magalhães de Souza.

69. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 161/2010 - ERVINO OSWALDO KATTIWINKEL- desp. Fls.104- "Ante a tempestividade, recebo o recurso interposto, em seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Intime-se a recorrida, para querendo, apresentar contrarrazões no prazo de dez. Vencido o prazo, com ou sem manifestação, remeta-se ao E. Tribunal de Justiça, com as homenagens deste juízo. Dil. Nec."- Adv. Dr. Maeli dos S. Parussolo da Silva , Dr. João Leonelho Gabardo Filho, Cesar Augusto Terra e Dr. Gilberto Stinglin Loth.

70. AÇÃO DE COBRANÇA DE VALORES EXCEDENTES C/C QUEBRA CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS Nº 007/2010 - LORIVAL BIAZIN x BRASIL TELECOM S/A - Sent. Fls.108/115 - "...Ante o exposto e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL , e via de consequência, a) Decreto o

cancelamento do contrato n. 8141.167.644-0, existente entre o reclamante e a Reclamada, sem nenhum ônus financeiro para o reclamante; b) Condeno a reclamada a devolver em dobro ao Reclamante os valores cobrados indevidamente, na forma da fundamentação supra, acrescidos de correção monetária desde a data de cada cobrança indevida, e juros de mora desde a citação; c) Determino a exclusão do nome do Autor dos órgãos de restrição de crédito, com relação a qualquer inscrição decorrente do contrato n. 811.167.644-0, independentemente de trânsito em julgado desta sentença. À secretaria para que dê cumprimento ao item "c" do dispositivo, independentemente de trânsito em julgado. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput,* da Lei 9.099/95P.R.I.".- Adv. Dr. Marcos Katsuta Fumio e Dra Sandra Regina Rodrigues.

71. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DE Nº 415/2009 - BRUNA DEBORAH PEREIRA x LG ELETRONICS DA AMAZONIA LTDA e AMERICANAS.COM - Sent. Fls. 90/97 - "...Face ao exposto e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, e, em consequência, condeno as reclamadas solidariamente: A prestar a obrigação contida no art. 18 § 1º e incisos do CDC, mediante prévia escolha de manifestação da reclamante nos autos, após o trânsito em julgado, obrigação esta que deverá ser prestada no prazo de 05(cinco) dias a contar da intimação das Reclamadas quanto à escolha da Reclamante. Condeno ainda as Reclamadas a pagar solidariamente indenização por danos extra-patrimoniais(morais) no valor de R$ 5.000,00(cinco mil reais) à Reclamante, que deverão ser acrescidos de correção monetária e juros moratórios ambos a contar da data da sentença(Súmula 362 STJ- Enunciado n 12.13 da Turma Recursal do Paraná) até a data do efetivo pagamento. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput,* da Lei 9.099/95. P.R.I."- Adv. Dr. Bruna Déborah , Dr. Rafael Lopes Krukoski, Dr Claudio Rotunno, Dr Carlos Rebelo Gloger.

72. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS Nº 501/2010 - MARCELO DAL PONT GAZOLA e MARCIELE BRUNETA DOS SANTOS x VIAPAR -RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANÁ S/A - Sent. Fls. 87/90 - "...Ante o exposto e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, o que faço com resolução do mérito, na forma do art. 269, inciso I do Código de Processo Civil, e em consequência, condeno o réu ao pagamento do valor de R $ 1.731,15(Hum mil, setecentos e trinta e um reais e quinze centavos) a título de danos materiais, corrigido monetariamente pelo INPC a partir do efetivo desembolso e acrescidos de juros de mora de 1% a.m. a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput,* da Lei 9.099/95. P.R.I."- Adv. Dr. Vanessa Dal Pont Gazola, Dr. João Everardo Resmer Vieira.

73. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 484/2010 -PEDRO CESAR DE OLIVEIRA PAULA x BV FINANCEIRA- CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Sent. Fls. 33/35 - "...Ante o exposto e pelo que mais dos autos consta, com fundamento no art. 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, por consequência, CONDENO a reclamada a pagar o valor de R$ 1.213,28(Um mil, duzentos e treze reais e vinte e oito centavos), pela devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados, corrigido monetariamente pelo INPC a partir do efetivo desembolso e acrescidos de juros de mora de 1% a.m. a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput,* da Lei 9.099/95. P.R.I."- Adv. Dr.Clodoaldo Pinheiro Faria e Dr. Reinaldo Mirico Aronis.

74. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 490/2010 - VALDEIR GALOTE CARNEIRO x BV FINANCEIRA- CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO- Sent. Fls. 51/53 - "...Ante o exposto e pelo que mais dos autos consta, com fundamento no art. 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, por consequência, CONDENO a reclamada a pagar o valor de R$ 2.360,04(Dois mil, trezentos e sessenta reais e quatro centavos), pela devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados, corrigido monetariamente pelo INPC a partir do efetivo desembolso e acrescidos de juros de mora de 1% a.m. a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput,* da Lei 9.099/95. P.R.I."- Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria e Dr. Flavio Santanna Valgas .

75. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 043/2010 - JOSE NOGUEIRA DELAPRIA x HSBC BANK BRASIL S/A- BANCO MULTIPLO - Sent. Fls. 112/115 - "...Ante o exposto e pelo que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, por consequência, CONDENO a instituição ré a pagar o valor de R$ 4.738,41(Quatro mil, setecentos e trinta e oito reais e quarenta e um centavos), pelas diferenças de correção monetária não creditadas na conta poupança do autor, corrigido desde a data em que se tornou devido, acrescidos de juros de mora de 1% a.m. a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput,* da Lei 9.099/95. P.R.I."- Adv. Dr. Olinto Roberto terra e Dra Izabela Rucker Curi Bertoncelo .

76. AÇÃO DE COBRANÇA DE VALORES EXCEDENTES C/C QUEBRA CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS Nº 268/2009 - RONILDO CESAR CANDIDO x BRASIL TELECOM S/A- Sent. Fls. 94/97 - "...Ante o exposto e considerando o que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, e via , de consequência, DECLARO nula a cobrança do valor de R$ 65,78, constante do documento de fls. 12/13. Condeno a Reclamada ao pagamento de R$ 131,56(cento e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos), equivalentes ao dobro do valor indevidamente cobrado e pago pelo reclamante, valor sobre o qual deverá incidir correção monetária desde a data do pagamento indevido(20/08/2009) e juros de 1%(um por cento) ao mês, contados da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput,* da Lei 9.099/95. P.R.I."- Adv. Dr. Sandra Regina Rodrigues.

77. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE LIMINAR Nº 420/2010 - CLAUDENOR GILIS DE SOUZA x BANCO PANAMERICANO S/A - Sent. Fls. 77/79 - "...Ante o exposto e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, o que faço com resolução do mérito, na forma do art. 269, inciso I, do Código de Processo civil e, por consequência, declaro inexistente o débito do autos com o réu, bem como condeno o réu ao pagamento do valor de R$ 7.000,00(Sete mil reais) a título de danos morais, que deverá ser acrescido de correção monetária e juros de mora, ambos a contar a partir desta decisão(Enunciado 12.12 da TRU-PR) até a data do efetivo pagamento. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput,* da Lei 9.099/95. P.R.I."- Adv. Dr. Aorélio Gazola e Dr. Reinaldo Mirico Aronis.

78. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS Nº 005/2010 - IVO RENISZ x CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO-VIA OESTE S/ A - Sent. Fls. 102/108 - "...Ante o exposto e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, e via de consequência condeno a Reclamada de indenização por danos materiais ao reclamante, no valor de R$ 3.799,67 (três mil setecentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos) que deverão ser acrescidos de correção monetária desde a data do fato (24/11/2009) e juros de 12% ao ano, estes devidos desde a citação(26/10/2010). Julgo extinto o processo com julgamento de mérito, com fundamento no art. 269, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput,* da Lei 9.099/95. P.R.I."- Adv. Dr. Bruna Deborah Pereira e Dra. Maria Paula Fuganti.

79. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS Nº 143/2010 - FLÁVIO GHELLERE e MARIA VENDRAME GHELLERE x SÉCULO XXI TURISMO e MGM OPERADORA TURÍSTICA - Sent. Fls. 110/120 - "...face o exposto e considerando o que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, e em consequência Condeno as recamadas solidariamente ao pagamento de indenização por danos Morais ao reclamante que arbitro pagamento de R$ 8.000,00(oito mil reais) que deverão ser acrescidos de correção e juros moratórios ambos a contar da sentença (Súmula 362 STJ - Enunciado n. 12.13 da turma recursal do Paraná) até a data do efetivo pagamento. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput,* da Lei 9.099/95. P.R.I."- Adv. Dr. Rui Ghellere, Dr. André Dias Andrade

80. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 162/2010 - ELIAS RIGAMONTI x BANCO ITAÚ S/A - desp.. Fls. 99 -"... Recebo o recurso inominado interposto, o seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Ao recorrido, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os presentes autos a Turma Recursal Única do Paraná. Com o retorno dos autos, intime-se a parte recorrente para que levante os valores depositados a maior, conforme decisão retro."-Adv. Dra Maeli dos S. Parussolo da Silva , Dr. Braulio Belinati Garcia Perez e Dr. Marcio Rogério Depolli.

81. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 049/2010 - TEREZINHA RODRIGES PINTO x BANCO INTERMEDIUM S/A - desp.. Fls. 80 -"... Ante a tempestividade e preparo, recebo o recurso inominado interposto, o seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Intime-se a recorrida para, no prazo de dez dias, apresentar contrarrazões no prazo de dez dias. Vencido o prazo, com ou sem contrarrazões, remetam-se os presentes autos ao E. tribunal de Justiça, com homenagens deste juízo.Dil. Nec.."-Adv. Dr. Alessandro Fernandes Braga, Dra Maeli dos S. Parussolo da Silva.

82. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS Nº 055/2007 - ABRAÃO OSMAR ANTONIOLI x PHILIPS DA AMAZÔNIA INDUSTRIA ELETRÔNICA - desp.. Fls. 143 -"Sobre os embargos opostos pelo devedor (fls. 96/100), manifeste-se o exequente no prazo de 10 dias."- Adv. Dr. Aorélio Gazola.

83. AÇÃO DEECECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 023/2008 - RIO MOVEIS E ELETRONICOS LTDA x OSCAR ISMAEL DA SILVA - desp.. Fls. 50 -"Sobre o ofício retro, manifeste-se o exequente no prazo de 15 dias."- Adv. Dr. Bruna Deborah Pereira.

84. AÇÃO DE COBRANÇA Nº 015/2008 - HOTEL VITÓRIA RÉGIA-ME x H. B. HOEPERS DO BRASIL S/A - desp.. Fls. 92 -"Intime-se a reclamante sobre a resposta do ofício, e , para que forneça o atual endereço da reclamada no prazo de 10 dias, sob pena de extinção e arquivamento, na forma do art. 53, § 4º da Lei 9.099/95."- Adv. Dr. Luciano Henrique de Souza Garbim.

85. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 489/2010 - ILDEFONSO RIVANILDO DE BRITO x BV. FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO - Sent. Fls. 38/40 - "...Ante o exposto e considerando o que mais dos autos consta, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, por consequência, CONDENO a reclamada a pagar do valor de R$ 1.904,12(hum mil, novecentos e quatro reais e doze centavos) pela devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados, corrigido monetariamente pelo INPC a partir do efetivo desembolso e acrescidos de juros de mora de 1% a.m. a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput,* da Lei 9.099/95. P.R.I."- Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria, Dr.Gerson Vanzin Moura da Silva, Dr. Jaime Oliveira Penteado, Dr. Luiz Henrique Bona Turra e Dr. Flávio Penteado Geromini.

86. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 475/2010 - CLAUDIO DOS SANTOS x BV. FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANC. E INVESTIMENTO - Desp. Fls. 82 - -"... Ante a tempestividade e preparo, recebo o recurso inominado interposto, o seu efeito devolutivo, com fundamento no art. 43 da lei 9.099/95. Intime-se a recorrida para, no prazo de dez dias, apresentar contrarrazões no prazo de dez dias. Vencido o prazo, com ou sem contrarrazões, remetam-se os presentes autos ao E. tribunal de Justiça, com homenagens deste juízo. Dil. Nec.."-Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria e Dr. Reinaldo Mirico Aronis.

87. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 460/2010 - LUIZ ANTONIO DE CASTRO x BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANC E INVESTIMENTO - Sent. Fls. 79 - "...Ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada pelas partes litigantes,

nos termos do acordo firmado, com fundamento no art. 269, inciso III do Código de Processo civil, razão pela qual julgo extinta a presente demanda com resolução de mérito. P.R.I. Dil. Nec. Dispenso prazo recursal, caso requerido. Cientifique-se pessoalmente o autos via correspondência, sobre o depósito realizado na conta de seu procurador. Dispensado prazo recursal, caso requerido. Oportunamente arquive-se."- Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria, Dr. Jaime Oliveira Penteado, Dr. Luiz Henrique Bona Turra e Dr. Flávio Penteado Geromini.

88. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 491/2010 - JOSÉ DE FREITAS FILHO x BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANC E INVESTIMENTO - Sent. Fls. 55 - "...Ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada pelas partes litigantes, nos termos do acordo firmado, com fundamento no art. 269, inciso III do Código de Processo civil, razão pela qual julgo extinta a presente demanda com resolução de mérito. P.R.I. Dil. Nec. Dispenso prazo recursal, caso requerido. Cientifique-se pessoalmente o autos via correspondência, sobre o depósito realizado na conta de seu procurador. Dispensado prazo recursal, caso requerido. Oportunamente arquive-se."- Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria e Dr. Reinaldo Mirico Aronis.

89. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 456/2010 - PEDRO CESAR DE OLIVEIRA PAULA x BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANC E INVESTIMENTO - Sent. Fls. 82 - "...Ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada pelas partes litigantes, nos termos do acordo firmado, com fundamento no art. 269, inciso III do Código de Processo civil, razão pela qual julgo extinta a presente demanda com resolução de mérito. P.R.I. Dil. Nec. Dispenso prazo recursal, caso requerido. Cientifique-se pessoalmente o autos via correspondência, sobre o depósito realizado na conta de seu procurador. Dispensado prazo recursal, caso requerido. Oportunamente arquive-se.- Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria e Dr. Reinaldo Mirico Aronis.

90. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 470/2010 - OSVALDO KAMKE x BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANC E INVESTIMENTO - Sent. Fls. 79 - "...Ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada pelas partes litigantes, nos termos do acordo firmado, com fundamento no art. 269, inciso III do Código de Processo civil, razão pela qual julgo extinta a presente demanda com resolução de mérito. P.R.I. Dil. Nec. Dispenso prazo recursal, caso requerido. Cientifique-se pessoalmente o autos via correspondência, sobre o depósito realizado na conta de seu procurador. Dispensado prazo recursal, caso requerido. Oportunamente arquive-se."- Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria e Dr. Reinaldo Mirico Aronis.

91. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 436/2010 - AIMME PINTO x BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANC E INVESTIMENTO -
Sent. Fls. 59 - "...Ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada pelas partes litigantes, nos termos do acordo firmado, com fundamento no art. 269, inciso III do Código de Processo civil, razão pela qual julgo extinta a presente demanda com resolução de mérito. P.R.I. Dil. Nec. Dispenso prazo recursal, caso requerido. Cientifique-se pessoalmente o autos via correspondência, sobre o depósito realizado na conta de seu procurador." Oportunamente arquive-se.- Adv. Dr. Clodoaldo Pinheiro Faria e Dr. Reinaldo Mirico Aronis.

92. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 231/2010 - dec. fls.45/46 - JOSE ANTONIO AMORIN x MUNIR BAZZI & CIA LTDA - "... Em decorrência, não demonstrada a configuração de fraude na alienação, vez que inexiste a prova da venda do bem, penhora sobre o mesmo e ainda, a má-fé do eventual terceiro adquirente, resulta inviável o pedido de fls. 43/44, salvo demonstração cabal no sentido da existência de conluio entre ambos para lesar o exequente, o que nem sequer foi alegado e, de qualquer sorte, não foi objeto de demonstração. Intime-se. Dil. Nec. "- Adv. Dr. João Isolar Paini e Dr. Tarcisio Furlan.

93. AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUEL C/C COBRANÇA DANOS MATERIAIS Nº 035/2009 - dec. fls.112/114 - VALDIR ROSSI x SABARALCOOL S/A AÇUCAR E ALCOOL - "Ficam as partes intimadas de que os autos foram recebidos da Turma Recursal na data de 23/09/2011(...por unanimidade de votos, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos exatos termos deste voto.) e encontram-se em secretaria."- Adv. Dr.Bruna Deborah pereira e Dr. Yurim Alexandre Lucas.

94. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS Nº 130/2010 - VALDECIR GUEDES DE OLIVEIRA X CARLOS ALEXANDRE MICHELETI DE OLIVEIRA- Sent. Fls. 25/26 - "...Ante o exposto e pelo que mais dos autos consta, com fundamento no art. 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, por consequência, CONDENO o réu a realizar o pagamento do valor de R$ 1.500,00(Um mil e quinhentos reais), acrescido de correção monetária pelo INPC a partir da propositura da ação (09.11.2010) e juros de mora de 1% a.m. a partir do evento danoso(05.11.2010). Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, *caput,* da Lei 9.099/95. P.R.I."- Adv. Dr. Laércio Ribeiro Moisés.

95. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTUILO ESTRAJUDICIAL Nº 038/2009 - GILBERTO ANTONIO IMPERIORI x GUILHERME LIPI DE OLIVEIRA - Fica o procurador abaixo intimado para proceder a devolução dos presentes autos em vinte e quatro(24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.."- Adv. Dr. Rui Ghellere.

96. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTUILO ESTRAJUDICIAL Nº 005/2006 - EDSON MONTOR OSORIO x BETIN IND. DE ALIMENTOS LTDA - Fica o procurador abaixo intimado para proceder a devolução dos presentes autos em vinte e quatro(24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.."- Adv. Dr. Edson Montor Osório.

97. AÇÃO DE COBRANÇA DOS EXPURGOS INFLACIONARIOS DE CADERNETA DE POUPANÇA Nº 01/2009 - PEDRO FERREIRA PINTO e outro x BANCO HSBC - Fica o procurador abaixo intimado para proceder a devolução dos presentes autos em vinte e quatro(24) horas, sob as penas do art. 196 do CPC.."- Adv. Dr. Jean Fernando Pontim.

Adicionar um(a) Data Engenheiro Beltrão, 26 de setembro de 2011.

# FOZ DO IGUAÇU

## 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis

COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU — 2º Juizado Especial Cível - Relação N: 067/2011

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| ADEMAR MARTINS MONTORO | 004 | 2008.0004333-4/0 |
| ADEMAR MARTINS MONTORO | 013 | 2009.0004924-0/0 |
| ALCEU MACIEL D'AVILA | 014 | 2010.0000095-8/0 |
| AMANDA GIMENES DE CASTRO COUTINHO | 015 | 2010.0000435-2/0 |
| ANA JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA | 012 | 2009.0004255-5/0 |
| ANELICE DE SAMPAIO | 006 | 2009.0000805-4/0 |
| ANGELICA TATIANA TONIN | 004 | 2008.0004333-4/0 |
| ARACELY DE SOUZA | 009 | 2009.0003057-0/0 |
| ARACELY DE SOUZA | 010 | 2009.0003247-9/0 |
| ARACELY DE SOUZA | 011 | 2009.0003247-9/0 |
| BRUNO LAFANI NOGUEIRA ALCANTARA | 005 | 2009.0000199-0/0 |
| DANIELE RIBEIRO COSTA | 005 | 2009.0000199-0/0 |
| ELISABETH REGINA VENANCIO TANIGUCHI | 004 | 2008.0004333-4/0 |
| EVERSON MARAN SANTOS | 002 | 2007.0000020-6/0 |
| FABIANA APARECIDA RAMOS | 009 | 2009.0003057-0/0 |
| FABIANA CALDEIRA CARBONI | 007 | 2009.0001274-8/0 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 001 | 2005.0000610-4/0 |
| HELENA ANNES | 014 | 2010.0000095-8/0 |
| IAN ANDERSON S. MALUF DE SOUZA | 006 | 2009.0000805-4/0 |
| INDIA MARA MOURA TORRES | 006 | 2009.0000805-4/0 |
| ISABEL APARECIDA HOLM | 001 | 2005.0000610-4/0 |
| ISABEL APARECIDA HOLM | 015 | 2010.0000435-2/0 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 001 | 2005.0000610-4/0 |
| JANAINA BAPTISTA TENTE | 005 | 2009.0000199-0/0 |
| JULIANO MIQUELETTI SONCIN | 010 | 2009.0003247-9/0 |
| JULIANO MIQUELETTI SONCIN | 011 | 2009.0003247-9/0 |
| KELYN CRISTINA TRENTO DE MOURA | 006 | 2009.0000805-4/0 |
| KELYN CRISTINA TRENTO DE MOURA | 015 | 2010.0000435-2/0 |
| LEILA LUCIA TEIXEIRA DA SILVA | 008 | 2009.0002062-2/0 |
| LUCIANA SILVA MORAES PASQUAL | 003 | 2008.0003236-0/0 |
| LUIZ EDUARDO DA SILVA | 008 | 2009.0002062-2/0 |
| MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA | 009 | 2009.0003057-0/0 |
| PAULO AUGUSTO GERON | 003 | 2008.0003236-0/0 |
| ROBERTA PACHECO ANTUNES | 004 | 2008.0004333-4/0 |
| ROBERTO ANTONIO BUSNELLO | 001 | 2005.0000610-4/0 |
| SANDRA CALABRESE SIMAO | 004 | 2008.0004333-4/0 |
| SANDY PEDRO DA SILVA | 005 | 2009.0000199-0/0 |
| SELMA PACIORNIK | 004 | 2008.0004333-4/0 |
| SERGIO SCHULZE | 013 | 2009.0004924-0/0 |
| TATIANA VALESCA VROBLEWSKI | 013 | 2009.0004924-0/0 |

TONI MENDES DE OLIVEIRA 009 2009.0003057-0/0

001 2005.0000610-4/0 - Processo de Conhecimento — CATARINA MARIANI X BRASIL TELECOM S. A.

Intimação do(a/s) Procurador(a/s) do(a) Reclamado(a) para, querendo, apresentar impugnação à execução, no prazo de 15 dias.

Adv(s) ROBERTO ANTONIO BUSNELLO, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, ISABEL APARECIDA HOLM

002 2007.0000020-6/0 - Execução de Título Judicial — MARIA DAS DORES SILVA X LIDER MÁQUINAS DE VIDROS

Intimação do procurador da autora sobre o levantamento da penhora, conforme termo de fls.86

Adv(s) EVERSON MARAN SANTOS

003 2008.0003236-0/0 - Execução de Título Judicial — ESPOLIO DE JOSE CSAPO FILHO X PUBLICAR BRASIL LISTAS TELEFÔNICAS LTDA

Intimação do(a/s) Procurador(a/s) do(a/s) Reclamante(s) do r. despacho proferido pelo MM Juiz de Direito Supervisor Ederson Alves às fls.146: "intime-se a parte autora para que em 10 dias, junte aos autos documento atualizado que comprove a inscrição indevida, tendo em vista que o documento de fls. 134 é do mês de fevereiro. Após voltem conclusos."

Adv(s) LUCIANA SILVA MORAES PASQUAL, PAULO AUGUSTO GERON

004 2008.0004333-4/0 - Execução de Título Judicial — MANOEL DE MEDEIROS X GVT- GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA

Intimação das Procuradoras da ré para informar conta corrente ou juntar procuração, em 10 dias, com poderes para levantamento/transferência de valores.

Adv(s) ADEMAR MARTINS MONTORO, SELMA PACIORNIK, ANGELICA TATIANA TONIN, ROBERTA PACHECO ANTUNES, SANDRA CALABRESE SIMAO, ELISABETH REGINA VENANCIO TANIGUCHI

005 2009.0000199-0/0 - Processo de Conhecimento — ALESSANDRO DE ARAÚJO X BANCO TRIANGULO S/A - TRIBANCO

Intimação do(a/s) Procurador(a/s) do(a) Reclamado(a) do r. despacho proferido pelo MM Juiz de Direito Supervisor Ederson Alves às fls. 168 item III: "Havendo valor remanescente a executar, intime-se a parte ré para complementar o pagamento, em 10 dias, sob pena de penhora online dos valores."

Adv(s) DANIELE RIBEIRO COSTA, JANAINA BAPTISTA TENTE, SANDY PEDRO DA SILVA, BRUNO LAFANI NOGUEIRA ALCANTARA

006 2009.0000805-4/0 - Execução de Título Judicial — MICHELE RODRIGUES X CFC IGUAÇU LTDA.

Intimação do(a/s) Procurador(a/s) do(a/s) Exeqüente(s) para indicar outros bens passíveis de penhora, em 10 dias, sob pena de extinção, tendo em vista que a penhora online restou infrutífera

Adv(s) KELYN CRISTINA TRENTO DE MOURA, INDIA MARA MOURA TORRES, ANELICE DE SAMPAIO, IAN ANDERSON S. MALUF DE SOUZA

007 2009.0001274-8/0 - Execução Título Extrajudicial — PAULO EKIZO FUKAI X CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DE FOZ DO IGUAÇU LTDA (E OUTRO)

Intimação do(a/s) Procurador(a/s) do(a/s) Exeqüente(s) para indicar outros bens passíveis de penhora, em 10 dias, sob pena de extinção, tendo em vista que a penhora online restou infrutífera.

Adv(s) FABIANA CALDEIRA CARBONI

008 2009.0002062-2/0 - Execução de Título Judicial — DORALICE AUGUSTO KUHN X ALÁDIO CARVALHO FONSECA JUNIOR

Intimação do(a/s) Procurador(a/s) do(a/s) Reclamado para, em 10 dias, manifestar-se acerca da petição de fls.69.

Adv(s) LEILA LUCIA TEIXEIRA DA SILVA, LUIZ EDUARDO DA SILVA

009 2009.0003057-0/0 - Processo de Conhecimento — RAUL EINSIEDEL X HSBC BANK BRASIL S/A

Intimação dos(as) Procuradores(as) das partes da r. sentença prolatada pelo MM Juiz de Direito Supervisor Ederson Alves às fls.147: " Homologo, por sentença, para que produza os devidos e legais efeitos, o acordo celebrado pelas partes (fls.141/143), julgando extinto o feito, com fundamento no art. 269, III, do CPC. Oportunamente, procedam-se os levantamentos que se fizerem necessários. Autorizo o desentranhamento de documentos, quando requerido, mediante substituição por cópia nos autos. Dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

Adv(s) ARACELY DE SOUZA, TONI MENDES DE OLIVEIRA, MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA, FABIANA APARECIDA RAMOS

010 2009.0003247-9/0 - Execução de Título Judicial — JOSÉ ELIAS X BANCO FIAT S/A

Intimação do(a/s) procurador(a/s) do(a) exequente para, em cinco dias, manifestarem-se acerca do cálculo de fls.123 - 125.

Adv(s) ARACELY DE SOUZA, JULIANO MIQUELETTI SONCIN

011 2009.0003247-9/0 - Execução de Título Judicial — JOSÉ ELIAS X BANCO FIAT S/A

Intimação dos(as) Procuradores(as) das Partes do r. despacho proferido pelo MM Juiz de Direito Supervisor Ederson Alves às fls.121: "Indefiro o pedido de liquidação por artigos formulado pelo executado, uma vez que a sentença proferida e mantida pela Turma Recursal é líquida, devendo ocorrer tão somente cálculos aritméticos para atualização do débito. Emcaminhem-se os autos ao Contador para confecção e atualização dos cálculos, de acordo com as decisões proferidas no feito. Após, digam as partes, no prazo de 05 dias, a iniciar pelo exequente.

Adv(s) ARACELY DE SOUZA, JULIANO MIQUELETTI SONCIN

012 2009.0004255-5/0 - Processo de Conhecimento — WALDETE FABRI SIMÕES X MARIÂNGELA DE OLIVEIRA

Redesignação de Audiência de Conciliação as 17:00 do dia 01/12/2011

Adv(s) ANA JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA

013 2009.0004924-0/0 - Execução de Título Judicial — ANDERSON TADEU SIMON X BANCO MERCANTIL FINASA S/A

Intimação das procuradoras das partes para, em cinco dias, manifestarem-se acerca do cálculo de fls.119 - 120.

Adv(s) ADEMAR MARTINS MONTORO, SERGIO SCHULZE, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI

014 2010.0000095-8/0 - Execução de Título Judicial — JULIO LEONEL DA SILVA X TIM CELULAR S/A

Intimação do(a/s) Procurador(a/s) do(a/s) Reclamado(a/s) da r. sentença prolatada pelo MM Juiz de Direito Supervisor Ederson Alves às fls.96: "Tendo em vista o integral cumprimento da obrigação, julgo extinto o processo (art. 794, I, do Código de Processo Civil). Expeça-se alvará do valor depositado às fls. 91, em favor da parte autora. Proceda-se como de costume, com envio ao banco e intimando para levantamento. Oportunamente, procedam-se as transferências e levantamentos que se fizerem necessários.Autorizo o desentranhamento de documentos, mediante substituição por cópia nos autos. Ficam cientificadas e formalmente notificadas as partes que após três anos do trânsito em julgado desta decisão o processo será destruído por meio de incineração, picotagem, trituração ou outro dispositivo que assegure a sua desintegração (v. Resolução nº. 02/2005-CSJEs, DJ 6861 de 04.05.2005). Após, dê-se baixa na distribuição. Arquive-se.".

Adv(s) ALCEU MACIEL D'AVILA, HELENA ANNES

015 2010.0000435-2/0 - Processo de Conhecimento — DORZILIA ANHAIA MORAIS X BRASIL TELECOM S. A.

Intimação dos(as) Procuradores(as) das partes da r. sentença prolatada pelo MM Juiz de Direito Supervisor Ederson Alves às fls.83: "Face à ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, julgo extinto o presidente feito. (CPC, art. 267, IV). Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9099/95, art 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se.".

Adv(s) KELYN CRISTINA TRENTO DE MOURA, ISABEL APARECIDA HOLM, AMANDA GIMENES DE CASTRO COUTINHO

# JAGUARIAÍVA

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**PODER JUDICIÁRIO**
**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA**
**Rua Prefeito Aldo Ribas, 16 Cidade Alta CEP 84200-000**
**Fone/fax (43) 3535-1256**
**Franciele Alessandra de Oliveira do Nascimento - Secretária**
**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - RELAÇÃO N.º 0020/2011**
**JUÍZA SUPERVISORA: DRA. FERNANDA BERNERT MICHIELIN**

**RELAÇÃO 20/2011**

| ADVOGADOS | ORDEM | PROCESSO |
|---|---|---|
| ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA | 03 | 1367-83.2010.8.16.0100 |
| | 07 | 290/2006 |
| DOUGLAS DOS SANTOS | 12 | 210/2005 |
| EDILSON FERNANDES | 04 | 110/2007 |
| GEANDRO LUIZ SCOPEL | 01 | 1467-38.2010.8.16.0100 |
| LUCAS MADUREIRA FERREIRA | 10 | 1228-34.2010.8.16.0100 |
| MARLI APARECIDA WASEM | 11 | 1311-50.2010.8.16.0100 |
| RAFAELA MARA BARROS | 08 | 1675-22.2010.8.16.0100 |
| SOLEK TEIXEIRA | 09 | 1334-93.2010.8.16.0100 |
| RENNÉ FUGANTI MARTINS | 02 | 2330-91.2010.8.16.0100 |
| SANDRA REGINA RODRIGUES | 06 | 43/2009 |
| WILLIAN KEN ITI TAKANO | 05 | 215/2009 |

01) AÇÃO INDENIZATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - 1467-38.2010.8.16.0100 - NIVALDO CRUZ DOS REIS X TIM CELULAR S/A ... Intime-se o Advogado mencionado à fl. 140 para que assine a petição. Adv. DR. GEANDRO LUIZ SCOPEL

02) AÇÃO DE EXECUÇÃO - 2330-91.2010.8.16.0100 - MARILIA TEREZINHA FUGANTI X ANACLETO SPELINO...Nos termos do artigo 26 da Portaria n.º 09/2009, intimo o procurador da promovente para que, no prazo de cinco dias, indique bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. Adv. DR. RENNÉ FUGANTI MARTINS

03) AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - 1367-83.2010.8.16.0100 - H. S. DELGADO COM. DE PNEUS, PEÇAS E SERVIÇOS X CLAYTON LEANDRO ALVES PALHANO... Nos termos do artigo 26 da Portaria n.º 09/2009, intimo o procurador da promovente para que, no prazo de cinco dias, indique bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. Adv. DR. ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA

04) AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - 110/2007 - EDILSON FERNANDES X FRANCISCO MIGUEL BATISTA...Nos termos do artigo 25, parágrafo único da Portaria 09/2009, intimo o exequente para que, no prazo de cinco dias, manifeste-se em relação à diligência negativa do Sr. Oficial de Justiça. Adv. DR. EDILSON FERNANDES

05) AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - 215/2009 - JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA NETO X TOP CLUB MOTOS LTDA...Intimo o autor JOÃO AUGUSTO

DE OLIVEIRA NETO, por seu procurador, do cálculo de custas de fl. 154. Adv. DR. WILLIAN KEN ITI TAKANO
06) AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C CANCELAMENTO DE NEGATIVAÇÃO - 43/2009 - MARCIA REGINA MUSIAL SCORUPSKI X BRASIL TELECOM S/A E OUTRO...Intimo as rés BRASIL TELECOM S/A E OUTRO, do cálculo de custas de fl. 296. Adv. DRA. SANDRA REGINA RODRIGUES
07) AÇÃO DE COBRANÇA - 290/2006 - CESAR GOMES FARIA X LORENZA APARECIDA BORGE... Nos termos do artigo 26 da Portaria n.º 09/2009, intimo o procurador da promovente para que, no prazo de cinco dias, indique bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. Adv. DR. ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA
08) AÇÃO DE RECLAMAÇÃO - 1675-22.2010.8.16.0100 - SILVANA ZANDONÁ X HERNANO JOSÉ TEIXEIRA GUIMARÃES... Nos termos do artigo 26 da Portaria n.º 09/2009, intimo o procurador da promovente para que, no prazo de cinco dias, indique bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. Adv. DRA. RAFAELA MARA BARROS SOLEK TEIXEIRA
09) AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - 1334-93.2010.8.16.0100 - JONATHAN MARINO PEREIRA X LILIANE APARECIDA BARBOSA... Nos termos do artigo 26 da Portaria n.º 09/2009, intimo o procurador da promovente para que, no prazo de cinco dias, indique bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. Adv. DRA. RAFAELA MARA BARROS SOLEK TEIXEIRA
10) AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - 1228-34.2010.8.16.0100 - DANIEL FERREIRA APOLONIO X WALDECIR LUIZ DO NASCIMENTO... Nos termos do artigo 26 da Portaria n.º 09/2009, intimo o procurador da promovente para que, no prazo de cinco dias, indique bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. Adv. DR. LUCAS MADUREIRA FERREIRA
11) AÇÃO DE COBRANÇA - 1311-50.2010.8.16.0100 - PRISCILA INOCENCIA DOS SANTOS X JOSÉ GERALDO DIAS... Nos termos do artigo 26 da Portaria n.º 09/2009, intimo o procurador da promovente para que, no prazo de cinco dias, indique bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. Adv. DRA. MARLI APARECIDA WASEM
12) AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA - 210/2005 - OLÍVIA DA SILVA X BRADESCO SEGURO S/A...Intimo a promovida através de seu procurador, do cálculo de custas de fl. 172. Adv. DR. DOUGLAS DOS SANTOS

Jaguariaíva, 29 de setembro de 2011.
Franciéle Alessandra de Oliveira do Nascimento - Secretária

# LONDRINA

## 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis

COMARCA DE LONDRINA — 1º Juizado Especial Cível - Relação N: 040/2011

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| ADALTO HIDEKI MURATA | 038 | 2009.0002233-1/0 |
| ADALTO HIDEKI MURATA | 039 | 2009.0002233-1/0 |
| ADILSON DE CASTRO JUNIOR | 052 | 2009.0007616-0/0 |
| ADILSON VENDRAME | 015 | 2006.0004784-0/0 |
| ADILSON VENDRAME | 015 | 2006.0004784-0/0 |
| ADOLFO VISCARDI | 020 | 2007.0004707-3/0 |
| ADRIANA ROSSINI | 036 | 2009.0000986-3/0 |
| ADRIANA ROSSINI | 044 | 2009.0005091-0/0 |
| ADRIANA ROSSINI | 052 | 2009.0007616-0/0 |
| ADRIANA ROSSINI | 062 | 2009.0009722-2/1 |
| ADRIANA ROSSINI | 064 | 2009.0009881-6/0 |
| ADRIANA ROSSINI | 068 | 2009.0010340-7/0 |
| ALBERTO SILVA GOMES | 086 | 2010.0001504-7/0 |
| ALCEU MACIEL D'AVILA | 026 | 2008.0002530-0/0 |
| ALCEU MACIEL D'AVILA | 059 | 2009.0009255-0/0 |
| ALDIVINO ALVES PEREIRA | 041 | 2009.0003852-0/0 |
| ALDIVINO ALVES PEREIRA | 117 | 2010.0008785-0/0 |
| ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG | 007 | 2005.0004645-2/0 |
| ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG | 008 | 2005.0005991-9/0 |
| ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG | 009 | 2005.0006018-3/0 |
| ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG | 010 | 2005.0006307-0/0 |
| ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG | 011 | 2005.0006310-9/0 |
| ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG | 012 | 2005.0006368-8/0 |
| ALESSANDRA CRISTINA MOURO | 033 | 2008.0008409-9/0 |
| ALESSANDRA HARUMI COUTINHO MATSUBARA | 057 | 2009.0008893-1/0 |
| ALESSANDRO DIAS PRESTES | 075 | 2009.0011884-7/0 |
| ALEX ADAMCZIK | 040 | 2009.0002504-0/0 |
| ALEX DE SIQUEIRA BUTZKE | 048 | 2009.0007261-6/0 |
| ALEX DE SIQUEIRA BUTZKE | 087 | 2010.0002094-4/0 |
| ALEX DE SIQUEIRA BUTZKE | 102 | 2010.0005597-7/0 |
| ALEX DE SIQUEIRA BUTZKE | 103 | 2010.0005597-7/0 |
| ALEXANDRE AFONSO KNAKIEWICZ | 110 | 2010.0006769-7/0 |
| ALEXANDRE NELSON FERRAZ | 018 | 2007.0003792-3/0 |
| ALEXANDRE NELSON FERRAZ | 071 | 2009.0011021-6/0 |
| ALEXANDRE NELSON FERRAZ | 079 | 2009.0012420-3/0 |
| ALEXANDRE STURION DE PAULA | 092 | 2010.0003609-4/0 |
| ALFONSO LIBONI PEREZ | 071 | 2009.0011021-6/0 |
| ALFONSO LIBONI PEREZ | 079 | 2009.0012420-3/0 |
| ALINE MATOS ARIUKUDO | 014 | 2006.0003987-6/0 |
| ALLAN CHRISTINO DE ARAUJO MIRANDA | 116 | 2010.0008646-8/0 |
| ALVARO PINHEIRO BRESSAN | 003 | 2002.0000964-4/0 |
| ALVARO UKSTIN | 002 | 2001.0003008-2/0 |
| AMANDA APARECIDA ALVES MARCOS | 034 | 2008.0008657-0/0 |
| AMANDA APARECIDA ALVES MARCOS | 088 | 2010.0002296-8/0 |
| ANA CHRISTINA DE VASCONCELLOS | 130 | 2010.0010162-8/0 |
| ANA LUCIA FRANCA | 049 | 2009.0007383-1/0 |
| ANA LUCIA GABELLA | 093 | 2010.0003795-5/0 |
| ANA LUCIA GABELLA | 129 | 2010.0010147-5/0 |
| ANA PAULA ESMERIO MAGALHAES | 052 | 2009.0007616-0/0 |
| ANDRÉ LUIZ DE CARVALHO | 062 | 2009.0009722-2/1 |
| ANDRÉ LUIZ GARDIANO | 096 | 2010.0004195-4/0 |
| ANDRE LUIZ RAMOS DE CAMARGO | 083 | 2010.0000856-6/0 |
| ANDRE REZENDE MIGUEL E SILVA | 005 | 2003.0003850-4/0 |
| ANDREA CUNHA PONTES TSUJIOKA | 046 | 2009.0005272-0/0 |
| ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA | 046 | 2009.0005272-0/0 |
| ANGELA CARLA ZANDONA UBIALLI | 083 | 2010.0000856-6/0 |
| ANGELO LESNIEWSKI DA SILVEIRA | 054 | 2009.0008598-0/0 |
| ANGELO LESNIEWSKI DA SILVEIRA | 086 | 2010.0001504-7/0 |
| ANGELO PESARINI NETO | 034 | 2008.0008657-0/0 |
| ANGELO TAGLIARI TORRECILHA | 025 | 2008.0001940-2/0 |
| ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO | 036 | 2009.0000986-3/0 |
| ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO | 064 | 2009.0009881-6/0 |
| ANTONIO CABRERA JUNIOR | 036 | 2009.0000986-3/0 |
| ANTONIO CABRERA JUNIOR | 074 | 2009.0011572-2/0 |
| ANTONIO CABRERA JUNIOR | 091 | 2010.0003114-6/0 |
| ANTONIO CARLOS CANTONI | 130 | 2010.0010162-8/0 |
| ANTONIO CARLOS CORDEIRO | 044 | 2009.0005091-0/0 |
| Antonio Henrique de Carvalho | 021 | 2007.0007194-3/0 |
| Antonio Henrique de Carvalho | 021 | 2007.0007194-3/0 |
| Antonio Henrique de Carvalho | 027 | 2008.0002865-2/0 |
| Antonio Henrique de Carvalho | 027 | 2008.0002865-2/0 |
| ANTONIO MASSINELLI | 005 | 2003.0003850-4/0 |
| ANTONIO NUNES NETO | 115 | 2010.0008424-2/0 |
| APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS | 044 | 2009.0005091-0/0 |

| | | |
|---|---|---|
| APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS | 060 | 2009.0009295-4/0 |
| APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS | 095 | 2010.0004190-5/0 |
| ARMANDO MAURI SPIACCI | 034 | 2008.0008657-0/0 |
| ARMANDO MAURI SPIACCI | 084 | 2010.0001148-8/0 |
| ARMANDO MAURI SPIACCI | 088 | 2010.0002296-8/0 |
| ARTHUR RICARDO SILVA TRAVAGLIA | 049 | 2009.0007383-1/0 |
| ÁUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR | 110 | 2010.0006769-7/0 |
| BARBARA LETICIA SAVIANI DA SILVA | 079 | 2009.0012420-3/0 |
| BEATRIZ HELENA PEREIRA LEITE MASCARENHAS | 005 | 2003.0003850-4/0 |
| BEATRIZ HELENA PEREIRA LEITE MASCARENHAS | 005 | 2003.0003850-4/0 |
| BERNARDO DE VASCONCELLOS | 130 | 2010.0010162-8/0 |
| BLAS GOMM FILHO | 049 | 2009.0007383-1/0 |
| BRUNA MINUZZE FERNANDES | 143 | 2010.0011694-3/0 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 045 | 2009.0005242-8/0 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 048 | 2009.0007261-6/0 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 055 | 2009.0008685-4/0 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 063 | 2009.0009835-9/0 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 066 | 2009.0010109-0/0 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 081 | 2010.0000477-0/0 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 102 | 2010.0005597-7/0 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 103 | 2010.0005597-7/0 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 106 | 2010.0005890-4/0 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 108 | 2010.0006354-7/0 |
| BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA | 109 | 2010.0006354-7/0 |
| CARLA DENES CECONELLO | 056 | 2009.0008872-8/0 |
| CARLA MARTINS MASSARO | 113 | 2010.0008075-9/0 |
| CARLOS AFONSO BORTOLOTO | 002 | 2001.0003008-2/0 |
| CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO | 069 | 2009.0010390-1/1 |
| CARLOS AUGUSTO COSTA | 036 | 2009.0000986-3/0 |
| CARLOS AUGUSTO COSTA | 074 | 2009.0011572-2/0 |
| CARLOS AUGUSTO COSTA | 091 | 2010.0003114-6/0 |
| CARLOS FREDERICO VIANA REIS | 035 | 2009.0000656-0/0 |
| CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET | 066 | 2009.0010109-0/0 |
| CARLOS RAFAEL MENEGAZO | 035 | 2009.0000656-0/0 |
| CECILIO MAIOLI FILHO | 072 | 2009.0011160-8/0 |
| CECILIO MAIOLI FILHO | 074 | 2009.0011572-2/0 |
| CELSO DOS SANTOS FILHO | 058 | 2009.0009002-0/0 |
| CESAR AUGUSTO TERRA | 073 | 2009.0011264-5/0 |
| CESAR AUGUSTO TERRA | 116 | 2010.0008646-8/0 |
| CESAR AUGUSTO TERRA | 131 | 2010.0010187-9/0 |
| CEZAR EDUARDO ZILIOTTO | 045 | 2009.0005242-8/0 |
| CEZAR EDUARDO ZILIOTTO | 066 | 2009.0010109-0/0 |
| CEZAR EDUARDO ZILIOTTO | 133 | 2010.0010505-8/0 |
| CLAUDIO AKIHITO ITO | 029 | 2008.0003902-0/0 |
| CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES | 093 | 2010.0003795-5/0 |
| CRYSTIANE LINHARES | 046 | 2009.0005272-0/0 |
| CRYSTIANE LINHARES | 129 | 2010.0010147-5/0 |
| DAMASCENO MAURICIO DA ROCHA JUNIOR | 035 | 2009.0000656-0/0 |
| DANIELA BRANDT SANTOS KOGISKI | 056 | 2009.0008872-8/0 |
| DANIELA D'AMICO MORAES | 086 | 2010.0001504-7/0 |
| DANIELA DE CARVALHO SILVA | 125 | 2010.0009615-2/0 |
| DANIELE LIE WATARAI | 088 | 2010.0002296-8/0 |
| DANILO SERRA GONCALVES | 004 | 2003.0000762-5/0 |
| DEBORAH SPEROTO DA SILVEIRA | 113 | 2010.0008075-9/0 |
| DELY DIAS DAS NEVES | 044 | 2009.0005091-0/0 |
| DELY DIAS DAS NEVES | 052 | 2009.0007616-0/0 |
| DIOGO VILELA BERBEL | 110 | 2010.0006769-7/0 |
| DONIZETTI ANTONIO ZILLI | 064 | 2009.0009881-6/0 |
| DOUGLAS DOS SANTOS | 066 | 2009.0010109-0/0 |
| EBER LUIZ SOCIO | 115 | 2010.0008424-2/0 |
| EDER BOLETTI ANGELO | 078 | 2009.0012294-7/1 |
| EDER GORINI | 071 | 2009.0011021-6/0 |
| EDERALDO SOARES | 005 | 2003.0003850-4/0 |
| EDGAR EHARA | 134 | 2010.0010635-0/0 |
| EDMAR HONORATO DA SILVA | 131 | 2010.0010187-9/0 |
| EDSON ALVES DA CRUZ | 003 | 2002.0000964-4/0 |
| EDSON FERNANDES JUNIOR | 019 | 2007.0004349-0/0 |
| EDUARDO GROSS | 141 | 2010.0011307-0/0 |
| EDUARDO LUIZ CORREIA | 037 | 2009.0001192-6/0 |
| EDUARDO STAMM GUSMÃO | 083 | 2010.0000856-6/0 |
| EDY GUSMAO TIVANELLO | 032 | 2008.0006992-6/0 |
| ELI DOS SANTOS | 053 | 2009.0008502-1/0 |
| ELIANE DEMÉTRIO | 028 | 2008.0002962-7/0 |
| ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO | 065 | 2009.0009932-3/0 |
| ELISANGELA FLORENCIO | 013 | 2006.0001430-0/0 |
| ELIZANDRO MARCOS PELLIN | 051 | 2009.0007609-5/0 |
| ELIZANGELA ABIGAIL SOCIO RIBEIRO | 115 | 2010.0008424-2/0 |
| ELLEN CRISTINA GONCALVES | 118 | 2010.0008804-0/0 |
| ELLEN KARINA BORGES SANTOS | 047 | 2009.0007091-9/0 |
| ELLEN KARINA BORGES SANTOS | 048 | 2009.0007261-6/0 |
| ELLEN KARINA BORGES SANTOS | 063 | 2009.0009835-9/0 |
| ELLEN KARINA BORGES SANTOS | 087 | 2010.0002094-4/0 |
| ELLEN KARINA BORGES SANTOS | 106 | 2010.0005890-4/0 |
| ELLEN KARINA BORGES SANTOS | 120 | 2010.0008915-3/0 |
| ELLEN KARINA BORGES SANTOS | 140 | 2010.0011139-7/0 |
| ELLIS SHIRAHISHI TOMANAGA | 043 | 2009.0004929-0/0 |
| Érica Maria Sturion de Paula | 092 | 2010.0003609-4/0 |
| ERIKA FERNANDA RAMOS | 068 | 2009.0010340-7/0 |
| ERIKA FERNANDA RAMOS | 122 | 2010.0009240-6/0 |
| ERIKA FERNANDA RAMOS | 135 | 2010.0010971-7/0 |
| ERIKA FERNANDA RAMOS | 136 | 2010.0010971-7/0 |
| ERIKA HIKISHIMA FRAGA | 128 | 2010.0009829-0/0 |
| ERIKA HIKISHIMA FRAGA | 134 | 2010.0010635-0/0 |
| EUCLIDES GUIMARÃES JUNIOR | 018 | 2007.0003792-3/0 |
| EUCLIDES GUIMARÃES JUNIOR | 071 | 2009.0011021-6/0 |
| EUCLIDES GUIMARÃES JUNIOR | 079 | 2009.0012420-3/0 |
| EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS | 095 | 2010.0004190-5/0 |
| EVELISE MARTIN DANTAS | 050 | 2009.0007412-3/1 |
| EVELISE MARTIN DANTAS | 062 | 2009.0009722-2/1 |
| EVELISE MARTIN DANTAS | 067 | 2009.0010142-0/1 |
| EVELISE MARTIN DANTAS | 069 | 2009.0010390-1/1 |
| EVELISE MARTIN DANTAS | 077 | 2009.0012182-2/1 |
| EVELISE MARTIN DANTAS | 078 | 2009.0012294-7/1 |
| EVELISE MARTIN DANTAS | 082 | 2010.0000582-1/1 |
| EVELISE MARTIN DANTAS | 089 | 2010.0002931-3/1 |
| EVELISE MARTIN DANTAS | 098 | 2010.0004512-1/0 |
| EVELYN CRISTINA MATTERA | 024 | 2007.0008622-2/0 |
| FABIANO CAMPOS ZETTEL | 130 | 2010.0010162-8/0 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 044 | 2009.0005091-0/0 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 044 | 2009.0005091-0/0 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 135 | 2010.0010971-7/0 |
| FABIANO NEVES MACIEYWSKI | 136 | 2010.0010971-7/0 |

| | | |
|---|---|---|
| FÁBIO AMORESE ROTUNNO | 111 | 2010.0006780-2/0 |
| FÁBIO LOPES VILELA BERBEL | 110 | 2010.0006769-7/0 |
| FABIO MAURICIO PACHECO LIGMANOVSKI | 019 | 2007.0004349-0/0 |
| FABIO MAURICIO PACHECO LIGMANOVSKI | 037 | 2009.0001192-6/0 |
| FABIO MAURICIO PACHECO LIGMANOVSKI | 050 | 2009.0007412-3/1 |
| FÁBIO ROBERTO COLOMBO | 065 | 2009.0009932-3/0 |
| FABIOLA PATRICIA SOARES | 005 | 2003.0003850-4/0 |
| FATIMA APARECIDA LUCCHESI | 014 | 2006.0003987-6/0 |
| FELIPE CLAUDINO CANNARELLA | 055 | 2009.0008685-4/0 |
| FELIPE CLAUDINO CANNARELLA | 108 | 2010.0006354-7/0 |
| FELIPE CLAUDINO CANNARELLA | 109 | 2010.0006354-7/0 |
| FELIPE SÁ PEREIRA | 079 | 2009.0012420-3/0 |
| FELIPE SILVA VIEIRA | 123 | 2010.0009276-0/0 |
| FELLIPE CIANCA FORTES | 003 | 2002.0000964-4/0 |
| FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA | 068 | 2009.0010340-7/0 |
| FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA | 099 | 2010.0004717-0/0 |
| FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA | 119 | 2010.0008912-8/0 |
| FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA | 120 | 2010.0008915-3/0 |
| FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA | 135 | 2010.0010971-7/0 |
| FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA | 136 | 2010.0010971-7/0 |
| FERNANDO ANDRE SILVA | 110 | 2010.0006769-7/0 |
| FERNANDO ANZOLA PIVARO | 040 | 2009.0002504-0/0 |
| FERNANDO CASTRO GARCIA | 115 | 2010.0008424-2/0 |
| FERNANDO CHAGAS | 004 | 2003.0000762-5/0 |
| FERNANDO DOS SANTOS LIMA | 020 | 2007.0004707-3/0 |
| FERNANDO HENRIQUE BOSQUÊ RAMALHO | 067 | 2009.0010142-0/1 |
| FERNANDO HENRIQUE BOSQUÊ RAMALHO | 082 | 2010.0000582-1/1 |
| FERNANDO KIKUCHI | 106 | 2010.0005890-4/0 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 044 | 2009.0005091-0/0 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 044 | 2009.0005091-0/0 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 135 | 2010.0010971-7/0 |
| FERNANDO MURILO COSTA GARCIA | 136 | 2010.0010971-7/0 |
| FERNANDO RUMIATO | 028 | 2008.0002962-7/0 |
| FERNANDO SASAKI | 139 | 2010.0011069-0/0 |
| FIORI AUGUSTO MINCACHI FAUSTINO | 083 | 2010.0000856-6/0 |
| FIRMINO SERGIO SILVA | 001 | 1999.0003365-0/0 |
| FLÁVIA BALDUINO DA SILVA | 045 | 2009.0005242-8/0 |
| FLÁVIA BALDUINO DA SILVA | 055 | 2009.0008685-4/0 |
| FLAVIANO BELINATI GARCIA PEREZ | 093 | 2010.0003795-5/0 |
| FLAVIO HENRIQUE CAETANO DE PAULA | 090 | 2010.0003020-0/0 |
| FLÁVIO PENTEADO GEROMINI | 135 | 2010.0010971-7/0 |
| FLÁVIO PENTEADO GEROMINI | 136 | 2010.0010971-7/0 |
| FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR | 065 | 2009.0009932-3/0 |
| FRANCISCO PAULA MIGNONI | 001 | 1999.0003365-0/0 |
| FRANCO ANDREY FICAGNA | 006 | 2005.0003559-1/0 |
| FRANCO ANDREY FICAGNA | 007 | 2005.0004645-2/0 |
| FRANCO ANDREY FICAGNA | 008 | 2005.0005991-9/0 |
| FRANCO ANDREY FICAGNA | 010 | 2005.0006307-0/0 |
| FRANCO ANDREY FICAGNA | 011 | 2005.0006310-9/0 |
| FRANCO ANDREY FICAGNA | 012 | 2005.0006368-8/0 |
| GABRIEL NOGUEIRA MIRANDA | 139 | 2010.0011069-0/0 |
| GABRIELLA MURARA VIEIRA | 108 | 2010.0006354-7/0 |
| GABRIELLA MURARA VIEIRA | 109 | 2010.0006354-7/0 |
| GEANDRO LUIZ SCOPEL | 026 | 2008.0002530-0/0 |
| GEANDRO LUIZ SCOPEL | 132 | 2010.0010256-4/0 |
| GENI ROMERO JANDRE POZZOBOM | 009 | 2005.0006018-3/0 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 044 | 2009.0005091-0/0 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 068 | 2009.0010340-7/0 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 135 | 2010.0010971-7/0 |
| GERSON VANZIN MOURA DA SILVA | 136 | 2010.0010971-7/0 |
| GILBERTO PEDRIALI | 011 | 2005.0006310-9/0 |
| GILBERTO PEDRIALI | 044 | 2009.0005091-0/0 |
| GILBERTO PEDRIALI | 076 | 2009.0011993-6/0 |
| GILBERTO PEDRIALI | 089 | 2010.0002931-3/1 |
| GILBERTO STINGLIN LOTH | 073 | 2009.0011264-5/0 |
| GILBERTO STINGLIN LOTH | 131 | 2010.0010187-9/0 |
| GIOVANI GIONEDIS | 077 | 2009.0012182-2/1 |
| GIOVANI GIONEDIS | 082 | 2010.0000582-1/1 |
| GLAUCO LUCIANO RAMOS | 006 | 2005.0003559-1/0 |
| GLAUCO LUCIANO RAMOS | 007 | 2005.0004645-2/0 |
| GLAUCO LUCIANO RAMOS | 008 | 2005.0005991-9/0 |
| GLAUCO LUCIANO RAMOS | 009 | 2005.0006018-3/0 |
| GLAUCO LUCIANO RAMOS | 010 | 2005.0006307-0/0 |
| GLAUCO LUCIANO RAMOS | 011 | 2005.0006310-9/0 |
| GLAUCO LUCIANO RAMOS | 012 | 2005.0006368-8/0 |
| GUILHERME AUGUSTO MARQUES LIMA | 051 | 2009.0007609-5/0 |
| GUILHERME MORETTI SAHYUN | 075 | 2009.0011884-7/0 |
| GUILHERME REGIO PEGORARO | 087 | 2010.0002094-4/0 |
| GUILHERME REGIO PEGORARO | 113 | 2010.0008075-9/0 |
| GUILHERME REGIO PEGORARO | 140 | 2010.0011139-7/0 |
| GUSTAVO ANTONIO BARBOSA DE SOUZA | 041 | 2009.0003852-0/0 |
| GUSTAVO ANTONIO BARBOSA DE SOUZA | 117 | 2010.0008785-0/0 |
| GUSTAVO MUNHOZ | 031 | 2008.0005651-1/0 |
| GUSTAVO MUNHOZ | 073 | 2009.0011264-5/0 |
| GUSTAVO REZENDE DA COSTA | 101 | 2010.0004879-0/0 |
| GUSTAVO VERÍSSIMO LEITE | 093 | 2010.0003795-5/0 |
| GUSTAVO VIANA CAMATA | 077 | 2009.0012182-2/1 |
| GUSTAVO VIANA CAMATA | 082 | 2010.0000582-1/1 |
| GUSTAVO VISSOCI REICHE | 076 | 2009.0011993-6/0 |
| HALINE OTTONI ALCANTARA COSTA | 090 | 2010.0003020-0/0 |
| HAROLDO MEIRELES FILHO | 142 | 2010.0011684-2/0 |
| HELENA ANNES | 059 | 2009.0009255-0/0 |
| HELENA ANNES | 059 | 2009.0009255-0/0 |
| HELLISON EDUARDO ALVES | 022 | 2007.0007294-3/0 |
| HELOISA TOLEDO VOLPATO | 023 | 2007.0007888-0/0 |
| HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO | 141 | 2010.0011307-0/0 |
| HERCULES MARCIO IDALINO | 095 | 2010.0004190-5/0 |
| INGREDY GONÇALVES TRIDENTE DE JESUS BORGES | 084 | 2010.0001148-8/0 |
| ISABELA RUCKER CURI BERTONCELLO | 062 | 2009.0009722-2/1 |
| ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE | 056 | 2009.0008872-8/0 |
| IVAN MARTINS TRISTÃO | 003 | 2002.0000964-4/0 |
| IVAN MARTINS TRISTÃO | 021 | 2007.0007194-3/0 |
| IVAN MARTINS TRISTÃO | 027 | 2008.0002865-2/0 |
| JACKSON LUIS VICENTE | 025 | 2008.0001940-2/0 |
| JACKSON ROMEU ARIUKUDO | 014 | 2006.0003987-6/0 |
| JACQUELINE ITO | 135 | 2010.0010971-7/0 |
| JACQUELINE ITO | 136 | 2010.0010971-7/0 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 068 | 2009.0010340-7/0 |
| JAIME OLIVEIRA PENTEADO | 122 | 2010.0009240-6/0 |
| JAQUELINE ROMANIN | 105 | 2010.0005775-1/0 |
| JEAN GUSTAVO DOS SANTOS | 058 | 2009.0009002-0/0 |
| JEFFERSON BRUNO PEREIRA | 035 | 2009.0000656-0/0 |

| | | |
|---|---|---|
| JEFFERSON CARLOS RABELO | 130 | 2010.0010162-8/0 |
| JEFFERSON DIAS SANTOS | 052 | 2009.0007616-0/0 |
| JEFFERSON DIAS SANTOS | 053 | 2009.0008502-1/0 |
| JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA | 054 | 2009.0008598-0/0 |
| JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR | 054 | 2009.0008598-0/0 |
| JOAO CARLOS MONTEIRO | 029 | 2008.0003902-0/0 |
| JOAO CARLOS MONTEIRO | 029 | 2008.0003902-0/0 |
| JOAO EDUARDO OLIVEIRA CLAUDIO MACHADO | 090 | 2010.0003020-0/0 |
| JOAO EDUARDO OLIVEIRA CLAUDIO MACHADO | 134 | 2010.0010635-0/0 |
| JOAO LEONELHO GABARDO FILHO | 073 | 2009.0011264-5/0 |
| JOAO LEONELHO GABARDO FILHO | 116 | 2010.0008646-8/0 |
| JOAO LEONELHO GABARDO FILHO | 131 | 2010.0010187-9/0 |
| JOÃO LUCAS SILVA TERRA | 069 | 2009.0010390-1/1 |
| JOÃO LUIZ CUNHA DOS SANTOS | 045 | 2009.0005242-8/0 |
| JOÃO LUIZ CUNHA DOS SANTOS | 066 | 2009.0010109-0/0 |
| JOÃO LUIZ CUNHA DOS SANTOS | 133 | 2010.0010505-8/0 |
| JOAO MARCELO MARTINS BANDEIRA | 105 | 2010.0005775-1/0 |
| JOÃO MARCELO PINTO | 141 | 2010.0011307-0/0 |
| JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS | 055 | 2009.0008685-4/0 |
| JOAO PIGNATARO NETO | 009 | 2005.0006018-3/0 |
| JOAO SANTOS DE MELLO | 085 | 2010.0001321-3/0 |
| JOCELIA MARCIMIANO DA SILVA | 086 | 2010.0001504-7/0 |
| JORGE MARCELO PINTOS PAYERAS | 093 | 2010.0003795-5/0 |
| JORGE MARCELO PINTOS PAYERAS | 129 | 2010.0010147-5/0 |
| JOSÉ ANTONIO BRÓGLIO ARALDI | 124 | 2010.0009306-3/0 |
| JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO | 110 | 2010.0006769-7/0 |
| JOSE ARAIDES FERNANDES | 005 | 2003.0003850-4/0 |
| JOSÉ AUGUSTO BARBOSA URBANEJA | 133 | 2010.0010505-8/0 |
| JOSÉ CARLOS DOS SANTOS CARIANI | 054 | 2009.0008598-0/0 |
| JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA | 009 | 2005.0006018-3/0 |
| JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR | 046 | 2009.0005272-0/0 |
| JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR | 129 | 2010.0010147-5/0 |
| JOSE CICERO CELESTINO | 012 | 2005.0006368-8/0 |
| JOSE CUNHA GARCIA | 031 | 2008.0005651-1/0 |
| JOSE CUNHA GARCIA | 073 | 2009.0011264-5/0 |
| JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO | 033 | 2008.0008409-9/0 |
| JOSE ROBERTO BALAN NASSIF | 096 | 2010.0004195-4/0 |
| JOSE VALTER OLIVEIRA CUSTODIO | 123 | 2010.0009276-0/0 |
| JOSE VICENTE FILIPPON SIECZKOWSKI | 127 | 2010.0009723-0/0 |
| JOSIANE GODOY | 019 | 2007.0004349-0/0 |
| JULIANA APRYGIO DA SILVA | 032 | 2008.0006992-6/0 |
| JULIANA DE CARVALHO CHINEM | 090 | 2010.0003020-0/0 |
| JULIANA PISSICCHIO ZANONI PARRON | 004 | 2003.0000762-5/0 |
| JULIANA TRAUTWEIN CHEDE | 102 | 2010.0005597-7/0 |
| JULIANA TRAUTWEIN CHEDE | 103 | 2010.0005597-7/0 |
| JULIANA TRAUTWEIN CHEDE | 106 | 2010.0005890-4/0 |
| JULIANA TRAUTWEIN CHEDE | 108 | 2010.0006354-7/0 |
| JULIANA TRAUTWEIN CHEDE | 109 | 2010.0006354-7/0 |
| JULIANO TOMANAGA | 043 | 2009.0004929-0/0 |
| JULIE CRIS SHISHIDO | 128 | 2010.0009829-0/0 |
| JULIE CRIS SHISHIDO | 134 | 2010.0010635-0/0 |
| JULIO CESAR GOULART LANES | 075 | 2009.0011884-7/0 |
| KALINNE BANHOS DO CARMO CASTRO | 114 | 2010.0008338-0/0 |
| KAREN LONI BAER E SILVA | 001 | 1999.0003365-0/0 |
| KAREN YUMI SHIGUEOKA | 068 | 2009.0010340-7/0 |
| KAREN YUMI SHIGUEOKA | 099 | 2010.0004717-0/0 |
| KAREN YUMI SHIGUEOKA | 119 | 2010.0008912-8/0 |
| KAREN YUMI SHIGUEOKA | 120 | 2010.0008915-3/0 |
| KAREN YUMI SHIGUEOKA | 135 | 2010.0010971-7/0 |
| KAREN YUMI SHIGUEOKA | 136 | 2010.0010971-7/0 |
| KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI | 033 | 2008.0008409-9/0 |
| KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI | 105 | 2010.0005775-1/0 |
| KELI RACHEL BERGAMO | 069 | 2009.0010390-1/1 |
| KELLY CRISTINA WORM | 104 | 2010.0005675-1/0 |
| KELLY REGINA DE SOUZA CARDOSO | 056 | 2009.0008872-8/0 |
| KELLY REGINA DE SOUZA CARDOSO | 070 | 2009.0010397-4/0 |
| LARISSA ARAÚJO BRAGA AMORAS | 046 | 2009.0005272-0/0 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 024 | 2007.0008622-2/0 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 034 | 2008.0008657-0/0 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 084 | 2010.0001148-8/0 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 088 | 2010.0002296-8/0 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 091 | 2010.0003114-6/0 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 094 | 2010.0004167-5/0 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 095 | 2010.0004190-5/0 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 097 | 2010.0004238-4/0 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 099 | 2010.0004717-0/0 |
| LAURO FERNANDO ZANETTI | 112 | 2010.0007307-7/0 |
| LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA | 125 | 2010.0009615-2/0 |
| LEANDRO LOVATTO CARMINATTI | 141 | 2010.0011307-0/0 |
| LELIO SHIRAHISHI TOMANAGA | 043 | 2009.0004929-0/0 |
| LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI | 024 | 2007.0008622-2/0 |
| LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI | 034 | 2008.0008657-0/0 |
| LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI | 091 | 2010.0003114-6/0 |
| LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI | 094 | 2010.0004167-5/0 |
| LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI | 095 | 2010.0004190-5/0 |
| LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI | 097 | 2010.0004238-4/0 |
| LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI | 099 | 2010.0004717-0/0 |
| LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI | 112 | 2010.0007307-7/0 |
| LEONARDO ZAROS VERRI | 056 | 2009.0008872-8/0 |
| LEONARDO ZAROS VERRI | 070 | 2009.0010397-4/0 |
| LEONEL LOURENÇO CARRASCO | 045 | 2009.0005242-8/0 |
| LIA DIAS GREGÓRIO | 046 | 2009.0005272-0/0 |
| LIANA YURI FUKUDA | 043 | 2009.0004929-0/0 |
| LIVIA RAIZER MENDES | 092 | 2010.0003609-4/0 |
| LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS | 067 | 2009.0010142-0/1 |
| LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS | 077 | 2009.0012182-2/1 |
| LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS | 082 | 2010.0000582-1/1 |
| LUCIANA ALTMANN TENORIO | 002 | 2001.0003008-2/0 |
| LUCIANA DE TOLEDO PACHECO SCHUNCK | 030 | 2008.0005276-2/0 |
| LUCIANA SILVA SARAIVA MOREIRA ALVES | 001 | 1999.0003365-0/0 |
| LUCIANE REGINA ROSSINI FARTH | 002 | 2001.0003008-2/0 |
| LUCIANO BIGNATTI NIERO | 072 | 2009.0011160-8/0 |
| LUIS OSCAR SIX BOTTON | 036 | 2009.0000986-3/0 |
| LUIS OSCAR SIX BOTTON | 064 | 2009.0009881-6/0 |
| LUIZ ASSI | 098 | 2010.0004512-1/0 |
| LUIZ ASSI | 101 | 2010.0004879-0/0 |

| | | |
|---|---|---|
| LUIZ BATISTA | 001 | 1999.0003365-0/0 |
| LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO | 009 | 2005.0006018-3/0 |
| LUIZ CARLOS FREITAS | 083 | 2010.0000856-6/0 |
| LUIZ CARLOS FREITAS | 094 | 2010.0004167-5/0 |
| LUIZ CARLOS FREITAS | 097 | 2010.0004238-4/0 |
| LUIZ FELIPE DE SILOS F. M. GÓES | 113 | 2010.0008075-9/0 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 018 | 2007.0003792-3/0 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 111 | 2010.0006780-2/0 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 124 | 2010.0009306-3/0 |
| LUIZ GONZAGA MOREIRA CORREIA | 086 | 2010.0001504-7/0 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 068 | 2009.0010340-7/0 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 135 | 2010.0010971-7/0 |
| LUIZ HENRIQUE BONA TURRA | 136 | 2010.0010971-7/0 |
| LUIZ HENRIQUE FREIRIA FREITAS | 083 | 2010.0000856-6/0 |
| LUIZ HENRIQUE FREIRIA FREITAS | 094 | 2010.0004167-5/0 |
| LUIZ HENRIQUE FREIRIA FREITAS | 097 | 2010.0004238-4/0 |
| LUIZ HENRIQUE FREIRIA FREITAS | 124 | 2010.0009306-3/0 |
| LUIZ LOPES BARRETO | 020 | 2007.0004707-3/0 |
| LUIZ PAULO CIVIDATTI | 064 | 2009.0009881-6/0 |
| LUIZ RODRIGUES WAMBIER | 095 | 2010.0004190-5/0 |
| MALVER GERMANO DE PAULA | 092 | 2010.0003609-4/0 |
| MARCELLO FABIAN TEODORO | 056 | 2009.0008872-8/0 |
| MARCELLO FABIAN TEODORO | 070 | 2009.0010397-4/0 |
| MARCELO AUGUSTO BERTONI | 033 | 2008.0008409-9/0 |
| MARCELO BALDASSARRE CORTEZ | 012 | 2005.0006368-8/0 |
| MARCELO DAVOLI LOPES | 045 | 2009.0005242-8/0 |
| MARCELO DAVOLI LOPES | 055 | 2009.0008685-4/0 |
| MARCELO DE LIMA CASTRO DINIZ | 003 | 2002.0000964-4/0 |
| MARCELO HABICE DA MOTTA | 024 | 2007.0008622-2/0 |
| MARCELO HABICE DA MOTTA | 088 | 2010.0002296-8/0 |
| MARCELO HENRIQUE FERREIRA SIQUEIRA DE MATOS | 035 | 2009.0000656-0/0 |
| MARCELO JOSE PERALTA | 126 | 2010.0009673-4/0 |
| MARCELO MITSI | 057 | 2009.0008893-1/0 |
| MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA | 126 | 2010.0009673-4/0 |
| MARCELO RAYES | 083 | 2010.0000856-6/0 |
| MÁRCIA CRISTINA BOEING | 072 | 2009.0011160-8/0 |
| MARCIA REGINA ANTONIASSI | 026 | 2008.0002530-0/0 |
| MARCIA REGINA ANTONIASSI | 052 | 2009.0007616-0/0 |
| MARCIA REGINA ANTONIASSI | 059 | 2009.0009255-0/0 |
| MARCIA REGINA ANTONIASSI | 096 | 2010.0004195-4/0 |
| MARCIA REGINA ANTONIASSI | 098 | 2010.0004512-1/0 |
| MARCIA REGINA ANTONIASSI | 105 | 2010.0005775-1/0 |
| MARCIA REGINA ANTONIASSI | 123 | 2010.0009276-0/0 |
| MARCIA REGINA ANTONIASSI | 132 | 2010.0010256-4/0 |
| MARCIA REGINA DA SILVA | 059 | 2009.0009255-0/0 |
| MARCIA REGINA DEMARCHI VILLALBA | 092 | 2010.0003609-4/0 |
| MARCIA SATIL PARREIRA | 066 | 2009.0010109-0/0 |
| MARCIA SATIL PARREIRA | 108 | 2010.0006354-7/0 |
| MARCIA SATIL PARREIRA | 109 | 2010.0006354-7/0 |
| MARCIA SATIL PARREIRA | 133 | 2010.0010505-8/0 |
| MARCIO ANTONIO MIAZZO | 018 | 2007.0003792-3/0 |
| MARCIO ANTONIO MIAZZO | 022 | 2007.0007294-3/0 |
| MARCIO ANTONIO MIAZZO | 024 | 2007.0008622-2/0 |
| MARCIO ANTONIO MIAZZO | 037 | 2009.0001192-6/0 |
| MARCIO LUIZ NIERO | 143 | 2010.0011694-3/0 |
| MARCIO RUBENS PASSOLD | 071 | 2009.0011021-6/0 |
| MARCIO RUBENS PASSOLD | 079 | 2009.0012420-3/0 |
| MARCO ANTÔNIO DA SILVA FERREIRA FILHO | 080 | 2010.0000197-1/0 |
| MARCO ANTONIO DE ANDRADE CAMPANELLI | 054 | 2009.0008598-0/0 |
| MARCO ANTONIO DE ANDRADE CAMPANELLI | 086 | 2010.0001504-7/0 |
| MARCO ANTONIO GONÇALVES VALLE | 023 | 2007.0007888-0/0 |
| MARCO ANTONIO ROLLWAGEN DA SILVA | 019 | 2007.0004349-0/0 |
| MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II | 107 | 2010.0006320-7/0 |
| MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS | 011 | 2005.0006310-9/0 |
| MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS | 030 | 2008.0005276-2/0 |
| MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS | 044 | 2009.0005091-0/0 |
| MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS | 076 | 2009.0011993-6/0 |
| MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS | 089 | 2010.0002931-3/1 |
| MARCOS DE LIMA CASTRO DINIZ | 003 | 2002.0000964-4/0 |
| MARCOS DUTRA DE ALMEIDA | 078 | 2009.0012294-7/1 |
| MARCOS DUTRA DE ALMEIDA | 107 | 2010.0006320-7/0 |
| MARCOS VINICIUS ROSIN | 121 | 2010.0009189-6/0 |
| MARGARIDA SATHLER | 009 | 2005.0006018-3/0 |
| MARIA DE LOURDES FERRARI | 054 | 2009.0008598-0/0 |
| MARIA FERNANDA BORELLI DA ROSA | 031 | 2008.0005651-1/0 |
| Maria gabriela staut | 003 | 2002.0000964-4/0 |
| MARIA IZABEL BATISTA ALABARCES | 115 | 2010.0008424-2/0 |
| MARIA JULIANA SCHENKEL | 026 | 2008.0002530-0/0 |
| MARIA TEREZINHA DE SOUZA NANTES FILHA | 072 | 2009.0011160-8/0 |
| MARIA TEREZINHA DE SOUZA NANTES FILHA | 074 | 2009.0011572-2/0 |
| MARIANA BENINI SOUTO | 024 | 2007.0008622-2/0 |
| MARIANA SOUZA BAHDUR | 047 | 2009.0007091-9/0 |
| MARIANA SOUZA BAHDUR | 061 | 2009.0009574-0/0 |
| MARIANA SOUZA BAHDUR | 081 | 2010.0000477-0/0 |
| MARINA TACLA ANDRADE | 033 | 2008.0008409-9/0 |
| MARIO LUCIO ZANATTA | 132 | 2010.0010256-4/0 |
| MARIO PAGANI NETO | 086 | 2010.0001504-7/0 |
| MARIO ROCHA FILHO | 004 | 2003.0000762-5/0 |
| MARIO ROCHA FILHO | 111 | 2010.0006780-2/0 |
| MARISA CESCATTO BOBROFF | 031 | 2008.0005651-1/0 |
| MARISA CESCATTO BOBROFF | 073 | 2009.0011264-5/0 |
| MARISA SETSUKO KOBAYASHI | 066 | 2009.0010109-0/0 |
| MARISA SETSUKO KOBAYASHI | 108 | 2010.0006354-7/0 |
| MARISA SETSUKO KOBAYASHI | 109 | 2010.0006354-7/0 |
| MARISA SETSUKO KOBAYASHI | 133 | 2010.0010505-8/0 |
| MARLOS CLEMENTE SILVA | 001 | 1999.0003365-0/0 |
| MARLOS CLEMENTE SILVA | 001 | 1999.0003365-0/0 |
| MARLY APARECIDA BORGES KOTINDA | 132 | 2010.0010256-4/0 |
| MAURI MARCELO BEVERVANÇO JR. | 095 | 2010.0004190-5/0 |
| MAURO HENRIQUE ALVES PEREIRA | 030 | 2008.0005276-2/0 |
| MAURO SHIGUEMITSU YAMAMOTO | 031 | 2008.0005651-1/0 |
| MAURO SHIGUEMITSU YAMAMOTO | 073 | 2009.0011264-5/0 |
| MELISSA MARINO | 083 | 2010.0000856-6/0 |
| MELISSA MARINO | 141 | 2010.0011307-0/0 |

| | | |
|---|---|---|
| MIEKO ITO | 128 | 2010.0009829-0/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 047 | 2009.0007091-9/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 048 | 2009.0007261-6/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 061 | 2009.0009574-0/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 063 | 2009.0009835-9/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 081 | 2010.0000477-0/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 087 | 2010.0002094-4/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 102 | 2010.0005597-7/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 103 | 2010.0005597-7/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 106 | 2010.0005890-4/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 119 | 2010.0008912-8/0 |
| MILTON LUIZ CLEVE KUSTER | 140 | 2010.0011139-7/0 |
| MIRELLA PARRA FULOP | 077 | 2009.0012182-2/1 |
| MIRIAM APARECIDA GLERIA GNANN | 065 | 2009.0009932-3/0 |
| NADIA HOMMERSCHAG NORA | 004 | 2003.0000762-5/0 |
| NAIARA POLISELI RAMOS | 128 | 2010.0009829-0/0 |
| NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES | 068 | 2009.0010340-7/0 |
| NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES | 099 | 2010.0004717-0/0 |
| NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES | 119 | 2010.0008912-8/0 |
| NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES | 120 | 2010.0008915-3/0 |
| NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES | 135 | 2010.0010971-7/0 |
| NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES | 136 | 2010.0010971-7/0 |
| NELSON SAHYUN | 075 | 2009.0011884-7/0 |
| NELSON SAHYUN JUNIOR | 075 | 2009.0011884-7/0 |
| NEWTON DORNELES SARATT | 078 | 2009.0012294-7/1 |
| NEWTON DORNELES SARATT | 107 | 2010.0006320-7/0 |
| ODILON ALEXANDRE SILVEIRA M. PEREIRA | 005 | 2003.0003850-4/0 |
| OLDEMAR MARIANO | 019 | 2007.0004349-0/0 |
| OLDEMAR MARIANO | 022 | 2007.0007294-3/0 |
| OLDEMAR MARIANO | 050 | 2009.0007412-3/1 |
| OLIVIA MOTTA MONTEIRO | 114 | 2010.0008338-0/0 |
| ORLANDO COUTINHO MENDES | 141 | 2010.0011307-0/0 |
| OTAVIO BARRETO DO NASCIMENTO | 085 | 2010.0001321-3/0 |
| PABLO OSCAR PAROLIN | 070 | 2009.0010397-4/0 |
| PALOMA NUNES GIMENEZ | 073 | 2009.0011264-5/0 |
| PATRICIA SHIMA | 126 | 2010.0009673-4/0 |
| PAULA D´AMICO PEDRIALI | 089 | 2010.0002931-3/1 |
| PAULO AFONSO MAGALHÃES | 034 | 2008.0008657-0/0 |
| PAULO AFONSO MAGALHAES NOLASCO | 084 | 2010.0001148-8/0 |
| PAULO AFONSO MAGALHAES NOLASCO | 088 | 2010.0002296-8/0 |
| PAULO AUGUSTO MOREIRA BIAGGI | 015 | 2006.0004784-0/0 |
| PAULO AURÉLIO PEREZ MINIKOWSKI | 050 | 2009.0007412-3/1 |
| PAULO AURÉLIO PEREZ MINIKOWSKI | 078 | 2009.0012294-7/1 |
| PAULO C DE HOLANDA GUERRA | 035 | 2009.0000656-0/0 |
| PAULO HENRIQUE BORNIA SANTORO | 125 | 2010.0009615-2/0 |
| PAULO HENRIQUE BORNIA SANTORO | 142 | 2010.0011684-2/0 |
| PAULO HENRIQUE GARDEMANN | 006 | 2005.0003559-1/0 |
| PAULO HENRIQUE GARDEMANN | 007 | 2005.0004645-2/0 |
| PAULO HENRIQUE GARDEMANN | 008 | 2005.0005991-9/0 |
| PAULO HENRIQUE GARDEMANN | 010 | 2005.0006307-0/0 |
| PAULO HENRIQUE GARDEMANN | 011 | 2005.0006310-9/0 |
| PAULO HENRIQUE GARDEMANN | 012 | 2005.0006368-8/0 |
| PAULO ROBERTO PIRES | 009 | 2005.0006018-3/0 |
| PAULO ROBERTO PIRES | 011 | 2005.0006310-9/0 |
| PAULO SERGIO MECCHI | 008 | 2005.0005991-9/0 |
| PETERSON MARTIN DANTAS | 050 | 2009.0007412-3/1 |
| PETERSON MARTIN DANTAS | 062 | 2009.0009722-2/1 |
| PETERSON MARTIN DANTAS | 067 | 2009.0010142-0/1 |
| PETERSON MARTIN DANTAS | 069 | 2009.0010390-1/1 |
| PETERSON MARTIN DANTAS | 078 | 2009.0012294-7/1 |
| PETERSON MARTIN DANTAS | 082 | 2010.0000582-1/1 |
| PETERSON MARTIN DANTAS | 089 | 2010.0002931-3/1 |
| PETERSON MARTIN DANTAS | 098 | 2010.0004512-1/0 |
| PIO CARLOS FERREIRA JUNIOR | 093 | 2010.0003795-5/0 |
| PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO | 100 | 2010.0004860-2/0 |
| RAFAEL AVANZI PRAVATO | 137 | 2010.0011047-4/0 |
| RAFAEL AVANZI PRAVATO | 138 | 2010.0011047-4/0 |
| RAFAEL DE REZENDE GIRALDI | 142 | 2010.0011684-2/0 |
| RAFAEL LUCAS GARCIA | 115 | 2010.0008424-2/0 |
| RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS | 143 | 2010.0011694-3/0 |
| RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS | 143 | 2010.0011694-3/0 |
| RAFAEL SANTOS CARNEIRO | 108 | 2010.0006354-7/0 |
| RAFAEL SANTOS CARNEIRO | 109 | 2010.0006354-7/0 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 047 | 2009.0007091-9/0 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 048 | 2009.0007261-6/0 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 061 | 2009.0009574-0/0 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 063 | 2009.0009835-9/0 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 081 | 2010.0000477-0/0 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 087 | 2010.0002094-4/0 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 102 | 2010.0005597-7/0 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 103 | 2010.0005597-7/0 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 106 | 2010.0005890-4/0 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 120 | 2010.0008915-3/0 |
| RAFAELA POLYDORO KUSTER | 140 | 2010.0011139-7/0 |
| Raphael Carneiro da Rocha Filho | 052 | 2009.0007616-0/0 |
| RAQUEL CAROLINA PALEGARI | 021 | 2007.0007194-3/0 |
| REGINA APARECIDA SIMÕES CABRAL | 111 | 2010.0006780-2/0 |
| REGINA DE SOUZA PREUSSLER | 074 | 2009.0011572-2/0 |
| REGINA MARIA BUENO BACELLAR TEODORO DA SILVA | 035 | 2009.0000656-0/0 |
| REINALDO IGNACIO ALVES | 101 | 2010.0004879-0/0 |
| REINALDO IGNACIO ALVES JUNIOR | 101 | 2010.0004879-0/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 072 | 2009.0011160-8/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 074 | 2009.0011572-2/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 098 | 2010.0004512-1/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 101 | 2010.0004879-0/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 123 | 2010.0009276-0/0 |
| RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA | 024 | 2007.0008622-2/0 |
| RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA | 084 | 2010.0001148-8/0 |
| RENATA DEQUECH | 118 | 2010.0008804-0/0 |
| RENATA SCARDAZZI BRUNIERE | 086 | 2010.0001504-7/0 |
| RENATO TORINO | 049 | 2009.0007383-1/0 |
| RENATO TORINO | 141 | 2010.0011307-0/0 |
| RICARDO BARROS CABRAL | 056 | 2009.0008872-8/0 |

| | | |
|---|---|---|
| RICARDO KIFER AMORIM | 005 | 2003.0003850-4/0 |
| RICARDO NEVES COSTA | 092 | 2010.0003609-4/0 |
| RICHARDSON CARVALHO | 021 | 2007.0007194-3/0 |
| ROBERTA MONTEIRO PEDRIALI | 114 | 2010.0008338-0/0 |
| ROBERTO ANTONIO BUSATO | 019 | 2007.0004349-0/0 |
| ROBERTO ANTONIO BUSATO | 022 | 2007.0007294-3/0 |
| ROBERTO ANTONIO BUSATO | 050 | 2009.0007412-3/1 |
| ROBERTO BUSATO FILHO | 022 | 2007.0007294-3/0 |
| ROBERTO MARCELINO DUARTE | 017 | 2007.0001723-0/0 |
| ROBSON SAKAI GARCIA | 038 | 2009.0002233-1/0 |
| ROBSON SAKAI GARCIA | 039 | 2009.0002233-1/0 |
| ROBSON SAKAI GARCIA | 115 | 2010.0008424-2/0 |
| ROBSON SOUZA NEUBA | 071 | 2009.0011021-6/0 |
| RODRIGO DE ANDRADE ALVES BATISTA | 030 | 2008.0005276-2/0 |
| RODRIGO DE ANDRADE ALVES BATISTA | 041 | 2009.0003852-0/0 |
| ROSANGELA LELIS DELIBERADOR | 076 | 2009.0011993-6/0 |
| RUBIA FERNANDA DA ROCHA | 020 | 2007.0004707-3/0 |
| RUBIÉLLE GIOVANA BANDEIRA MAGAGNIN | 022 | 2007.0007294-3/0 |
| RUBIÉLLE GIOVANA BANDEIRA MAGAGNIN | 022 | 2007.0007294-3/0 |
| RUI FRANCISCO GARMUS | 093 | 2010.0003795-5/0 |
| RUI FRANCISCO GARMUS | 129 | 2010.0010147-5/0 |
| RUTH MARIA GUERREIRO DA FONSECA | 067 | 2009.0010142-0/1 |
| RUTH MARIA GUERREIRO DA FONSECA | 077 | 2009.0012182-2/1 |
| SABRINA FAVERO | 111 | 2010.0006780-2/0 |
| SALMA ELIAS EID SERIGATO | 112 | 2010.0007307-7/0 |
| SAMARA WALKIRIA CRUZ MIAZZO | 018 | 2007.0003792-3/0 |
| SAMARA WALKIRIA CRUZ MIAZZO | 022 | 2007.0007294-3/0 |
| SAMARA WALKIRIA CRUZ MIAZZO | 024 | 2007.0008622-2/0 |
| SAMARA WALKIRIA CRUZ MIAZZO | 037 | 2009.0001192-6/0 |
| SANDRO AUGUSTO BONACIN | 004 | 2003.0000762-5/0 |
| SANDRO AUGUSTO BONACIN | 111 | 2010.0006780-2/0 |
| SANDRO RAFAEL BARIONI DE MATOS | 003 | 2002.0000964-4/0 |
| SANIA STEFANI | 065 | 2009.0009932-3/0 |
| SÉRGIO LEAL MARTINEZ | 132 | 2010.0010256-4/0 |
| SERGIO LUIZ BELOTTO JR. | 019 | 2007.0004349-0/0 |
| SERGIO LUIZ BELOTTO JR. | 022 | 2007.0007294-3/0 |
| SERGIO LUIZ BELOTTO JR. | 050 | 2009.0007412-3/1 |
| SERGIO NEY FERREIRA NEVES | 003 | 2002.0000964-4/0 |
| SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO | 024 | 2007.0008622-2/0 |
| SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO | 034 | 2008.0008657-0/0 |
| SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO | 088 | 2010.0002296-8/0 |
| SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO | 094 | 2010.0004167-5/0 |
| SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO | 097 | 2010.0004238-4/0 |
| SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO | 099 | 2010.0004717-0/0 |
| SHIRLEY CARVALHO ASSUMPÇÃO | 062 | 2009.0009722-2/1 |
| SHIROKO NUMATA | 104 | 2010.0005675-1/0 |
| SIDINEI CANDIDO DE ALMEIDA | 125 | 2010.0009615-2/0 |
| SILMARA REGINA LAMBOIA | 056 | 2009.0008872-8/0 |
| SILVANO MARQUES BIAGGI | 015 | 2006.0004784-0/0 |
| SILVIA ELISABETH NAIME | 083 | 2010.0000856-6/0 |
| SILVIA REGINA GAZDA | 032 | 2008.0006992-6/0 |
| SIMONE MARQUES SZESZ | 128 | 2010.0009829-0/0 |
| SIMONE MARQUES SZESZ | 134 | 2010.0010635-0/0 |
| SIMONE REGINA DOS SANTOS | 123 | 2010.0009276-0/0 |
| SIMONE SILVA CHIODEROLLI | 018 | 2007.0003792-3/0 |
| SIVONEI MAURO HASS | 035 | 2009.0000656-0/0 |
| STELA MARLENE SCHWERZ | 083 | 2010.0000856-6/0 |
| SUZIMAR DINIZ VENANCIO | 044 | 2009.0005091-0/0 |
| TANIA VALERIA DE OLIVEIRA OLIVER | 020 | 2007.0004707-3/0 |
| TATIANA GONÇALVES ANDRE | 042 | 2009.0004258-0/0 |
| THAÍS BORGES | 092 | 2010.0003609-4/0 |
| THIAGO COLLETI PODANOSQUI | 046 | 2009.0005272-0/0 |
| THIAGO COLLETI PODANOSQUI | 129 | 2010.0010147-5/0 |
| THIAGO TRISTÃO BARBOSA | 139 | 2010.0011069-0/0 |
| TIAGO ALECIO DE LIMA SANTILLI | 030 | 2008.0005276-2/0 |
| VALDECI ELEUTERIO | 116 | 2010.0008646-8/0 |
| VALDECI ELEUTERIO | 131 | 2010.0010187-9/0 |
| VALDONY PORTO CESTARI | 005 | 2003.0003850-4/0 |
| VALENTIM ZAZYCKI | 043 | 2009.0004929-0/0 |
| VALÉRIA CARAMURU CICARELLI | 018 | 2007.0003792-3/0 |
| VALÉRIA CARAMURU CICARELLI | 071 | 2009.0011021-6/0 |
| VALÉRIA CARAMURU CICARELLI | 079 | 2009.0012420-3/0 |
| VALERIA JARUGA BRUNETTI | 035 | 2009.0000656-0/0 |
| VALMIR BERNARDO PARISI | 143 | 2010.0011694-3/0 |
| VANDERLEY DOIN PACHECO | 139 | 2010.0011069-0/0 |
| VANESSA VANZELA | 032 | 2008.0006992-6/0 |
| VANILTON DE FREITAS SCOPONI | 116 | 2010.0008646-8/0 |
| VANILTON DE FREITAS SCOPONI | 131 | 2010.0010187-9/0 |
| VENTURA ALONSO PIRES | 118 | 2010.0008804-0/0 |
| VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO | 003 | 2002.0000964-4/0 |
| VICTOR EMANUEL ALMEIDA HEREMANN | 035 | 2009.0000656-0/0 |
| VINICIUS DA SILVA BORBA | 035 | 2009.0000656-0/0 |
| VINICIUS LUDWIG VALDEZ | 026 | 2008.0002530-0/0 |
| VINICIUS LUDWIG VALDEZ | 132 | 2010.0010256-4/0 |
| VINICIUS PAES DE MELLO | 101 | 2010.0004879-0/0 |
| VITOR SALDANHA FONSECA | 016 | 2007.0000801-6/0 |
| VIVIAN REGINA ZAMBRIN | 087 | 2010.0002094-4/0 |
| VIVIAN REGINA ZAMBRIN | 113 | 2010.0008075-9/0 |
| VIVIANE RIDÃO RIBEIRO | 122 | 2010.0009240-6/0 |
| VIVIANE ROQUE BATISTA | 137 | 2010.0011047-4/0 |
| VIVIANE ROQUE BATISTA | 138 | 2010.0011047-4/0 |
| VLAMIR ANTONIO DA SILVA | 021 | 2007.0007194-3/0 |
| WESLEY TOLEDO RIBEIRO | 058 | 2009.0009002-0/0 |
| WESLEY TOLEDO RIBEIRO | 104 | 2010.0005675-1/0 |
| WILTON FERRARI JACOMINI | 065 | 2009.0009932-3/0 |
| ZAQUEU VILELA BERBEL | 110 | 2010.0006769-7/0 |
| ZIRBO QUINTINO PONTES FILHO | 046 | 2009.0005272-0/0 |

001 1999.0003365-0/0 - Execução de Título Judicial — JOSE CORAZZA X JR VIDRACARIA (E OUTRO)

"Aos procuradores judiciais da parte exequente para que se manifestem sobre o retorno da Carta Precatória anexa às fls. 254/260, especialmente sobre a informação constante na certidão do Sr. Oficial de Justiça, anexa às fls. 257-verso, que sugere ter se procedido a um acordo entre as partes".

Adv(s) FIRMINO SERGIO SILVA, LUCIANA SILVA SARAIVA MOREIRA ALVES, KAREN LONI BAER E SILVA, FRANCISCO PAULA MIGNONI, LUIZ BATISTA, MARLOS CLEMENTE SILVA, MARLOS CLEMENTE SILVA

002 2001.0003008-2/0 - Execução Título Extrajudicial — VALDIR JOSE SPOLADOR X HELIO OLIVEIRA DOS SANTOS

DRA: LUCIANE REGINA ROSSINI FARTH: Proceda-se à devolução dos autos em 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC.

Adv(s) LUCIANE REGINA ROSSINI FARTH, LUCIANA ALTMANN TENORIO, ALVARO UKSTIN, CARLOS AFONSO BORTOLOTO

003 2002.0000964-4/0 - Execução Título Extrajudicial — BELLA VISTA VIAGENS E TURISMO LTDA X ROSICLEIA TERRENTA CAETANO

Ao procurador judicial da parte exequente sobre despacho de fl.300, com o seguinte teor: "Indefiro o pedido de suspensão. Proceda-se a remessa dos cheques entregues ao juízo (fl.299) para a 8ª Vara Cível, desta comarca. Intime-se a parte exequente a proceder ao depósito do

valor do cheque que já foi objeto de desconto, sob pena de incorrer nas penalidades descritas no despacho de fl.245. Prazo de 3 (três) dias".

Adv(s) MARCELO DE LIMA CASTRO DINIZ, ALVARO PINHEIRO BRESSAN, SANDRO RAFAEL BARIONI DE MATOS, SERGIO NEY FERREIRA NEVES, MARCOS DE LIMA CASTRO DINIZ, EDSON ALVES DA CRUZ, VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO, IVAN MARTINS TRISTÃO, Maria gabriela staut, FELLIPE CIANCA FORTES

004 2003.0000762-5/0 - Execução Título Extrajudicial — ALEXANDRE DANIEL BELLUOMINI X ANTONIO EDUARDO RIBEIRO (E OUTRO)

"Ao procurador judicial da parte autora para que se manifeste sobre certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls.214, no prazo de 5 (cinco) dias".

Adv(s) DANILO SERRA GONCALVES, FERNANDO CHAGAS, MARIO ROCHA FILHO, SANDRO AUGUSTO BONACIN, NADIA HOMMERSCHAG NORA, JULIANA PISSICCHIO ZANONI PARRON

005 2003.0003850-4/0 - Execução de Título Judicial — RENATO CESAR GUERRA X CORTINA NOVA COMERCIO DE ARTIGOS PARA DECORACAO LTDA (E OUTROS)

DR. ANDRE REZENDE MIGUEL E SILVA: Proceda-se à devolução dos autos em 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC.

Adv(s) ANDRE REZENDE MIGUEL E SILVA, ODILON ALEXANDRE SILVEIRA M. PEREIRA, RICARDO KIFER AMORIM, EDERALDO SOARES, BEATRIZ HELENA PEREIRA LEITE MASCARENHAS, JOSE ARAIDES FERNANDES, ANTONIO MASSINELLI, BEATRIZ HELENA PEREIRA LEITE MASCARENHAS, FABIOLA PATRICIA SOARES, VALDONY PORTO CESTARI

006 2005.0003559-1/0 - Processo de Conhecimento — MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA X SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES

DR. GLAUCO LUCIANO RAMOS: Proceda-se à devolução dos autos em 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC.

Adv(s) GLAUCO LUCIANO RAMOS, PAULO HENRIQUE GARDEMANN, FRANCO ANDREY FICAGNA

007 2005.0004645-2/0 - Processo de Conhecimento — FATIMA APARECIDA POIATTI CUENCA X SERCOMTEL S/A TELECOMUNICACOES

DR. GLAUCO LUCIANO RAMOS: Proceda-se à devolução dos autos em 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC.

Adv(s) GLAUCO LUCIANO RAMOS, ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG, PAULO HENRIQUE GARDEMANN, FRANCO ANDREY FICAGNA

008 2005.0005991-9/0 - Processo de Conhecimento — SELSON CUSTODIO X SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES

DR. GLAUCO LUCIANO RAMOS: Proceda-se à devolução dos autos em 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC.

Adv(s) GLAUCO LUCIANO RAMOS, ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG, FRANCO ANDREY FICAGNA, PAULO SERGIO MECCHI, PAULO HENRIQUE GARDEMANN

009 2005.0006018-3/0 - Execução de Título Judicial — ROSIMEIRE LUCIO SOARES X SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES

Aos procuradores judiciais das partes sobre o despacho de fls. 239, nos seguintes termos: "Diante da divergência entre as partes sobre o valor do montante devido, recebo os embargos do devedor de fls. 216/224, para discussão, sem a suspensão da execução. À embargada para impugná-los, querendo, em 15 (quinze) dias."

Adv(s) GLAUCO LUCIANO RAMOS, ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG, MARGARIDA SATHLER, PAULO ROBERTO PIRES, JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA, LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO, GENI ROMERO JANDRE POZZOBOM, JOAO PIGNATARO NETO

010 2005.0006307-0/0 - Execução de Título Judicial — JURANDIR DOS SANTOS SESTAL X SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES

"Ao procurador judicial da parte autora, para comparecer em cartório para retirar alvará judicial de nº 1258/2011, de fls. 200, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestando-se, no momento da retirada, se dá quitação quanto ao débito oriundo da presente demanda, dizendo se tem interesse no prosseguimento do feito, demonstrando o saldo credor remanescente em caso positivo, sob pena de extinção da execução pela satisfação integral da obrigação".

Adv(s) GLAUCO LUCIANO RAMOS, ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG, FRANCO ANDREY FICAGNA, PAULO HENRIQUE GARDEMANN

011 2005.0006310-9/0 - Processo de Conhecimento — JOAQUIM JOSE DOS SANTOS X SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES

Aos procuradores judiciais das partes, sobre despacho de fls. 213, nos seguintes termos: "Após, do cálculo oficial, digam, querendo, as partes, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, a começar pelo embargado".

Adv(s) GLAUCO LUCIANO RAMOS, ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG, FRANCO ANDREY FICAGNA, PAULO HENRIQUE GARDEMANN, PAULO ROBERTO PIRES, MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS, GILBERTO PEDRIALI

012 2005.0006368-8/0 - Execução de Título Judicial — CLEONICE APARECIDA TIVIROLI DE GODOY X SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES

"Ao procurador judicial da parte ré, para comparecer em cartório para retirar alvará judicial de nº 1307/2011, de fls. 209, no prazo de 05 (cinco). Salienta-se que referido Alvará Judicial tem prazo de validade de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

Adv(s) GLAUCO LUCIANO RAMOS, ALESSANDRA AUGUSTA KLAGENBERG, FRANCO ANDREY FICAGNA, PAULO HENRIQUE GARDEMANN, MARCELO BALDASSARRE CORTEZ, JOSE CICERO CELESTINO

013 2006.0001430-0/0 - Execução de Título Judicial — LAURINDO LUCAS DE SALES X SENA CONSTRUCOES LTDA

DR. ELISANGELA FLORENCIO: Proceda-se à devolução dos autos em 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC.

Adv(s) ELISANGELA FLORENCIO

014 2006.0003987-6/0 - Execução de Título Judicial — MARLENE RESNEY DE ARAÚJO X GILNEI ORLANDO DICKEL ME

Aos procuradores judiciais da parte reclamante, REITERANDO a intimação precedente, para que se manifestem sobre o despacho de fls. 153, nos seguintes termos: "Atualize a parte credora o valor do crédito exequendo (...)".

Adv(s) JACKSON ROMEU ARIUKUDO, FATIMA APARECIDA LUCCHESI, ALINE MATOS ARIUKUDO

015 2006.0004784-0/0 - Execução Título Extrajudicial — SILVANO MARQUES BIAGGI X ALLVET QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (E OUTROS)

DR. SILVANO MARQUES BIAGG: Proceda-se à devolução dos autos em 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC.

Adv(s) SILVANO MARQUES BIAGGI, ADILSON VENDRAME, PAULO AUGUSTO MOREIRA BIAGGI, ADILSON VENDRAME

016 2007.0000801-6/0 - Execução Título Extrajudicial — GILBERTO GUTIERREZ FERREIRA X MIRIAN VALLE MARTINS DA COSTA LOPES

: "Ao procurador judicial da parte reclamante, para que se manifeste sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça anexa às fls. 136".

Adv(s) VITOR SALDANHA FONSECA

017 2007.0001723-0/0 - Execução de Título Judicial — MILLENIUM COMERCIO DE TINTAS LTDA X SACONATTO INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇOES S/C LTDA

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre certidão de fl. 141, nos seguintes termos: "Da parte exequente, para que junte aos autos, em 15 (quinze) dias, certidões dos cartórios de registros imobiliários da comarca onde se situa a executada, comprovando a inexistência de bens penhoráveis, bem assim, certidão simplificada e atualizada da Junta Comercial que demonstre a atual composição societária da executada."

Adv(s) ROBERTO MARCELINO DUARTE

018 2007.0003792-3/0 - Execução de Título Judicial — ROSELY CARDOSO ROSSIGNOLI X BANCO NOSSA CAIXA

"Ao procurador judicial da parte autora, para comparecer em cartório para retirar alvará judicial de nº 1048/2011, de fls. 307, no prazo de 05 (cinco). Salienta-se que referido Alvará Judicial tem prazo de validade de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

Adv(s) SAMARA WALKIRIA CRUZ MIAZZO, MARCIO ANTONIO MIAZZO, EUCLIDES GUIMARÃES JUNIOR, ALEXANDRE NELSON FERRAZ, SIMONE SILVA CHIODEROLLI, VALÉRIA CARAMURU CICARELLI, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

019 2007.0004349-0/0 - Processo de Conhecimento — JOSE MENDONÇA X HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO

DR. MARCO ANTONIO ROLLWAGEN DA SILVA: Proceda-se à devolução dos autos em 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC.

Adv(s) MARCO ANTONIO ROLLWAGEN DA SILVA, FABIO MAURICIO PACHECO LIGMANOVSKI, SERGIO LUIZ BELOTTO JR., OLDEMAR MARIANO, ROBERTO ANTONIO BUSATO, EDSON FERNANDES JUNIOR, JOSIANE GODOY

020 2007.0004707-3/0 - Execução de Título Judicial — CLOVIS LEITE SALVADEGO X HUGO COSTA

DR. VANESSA DAIANE ILÁRIO: Proceda-se à devolução dos autos em 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC.

Adv(s) TANIA VALERIA DE OLIVEIRA OLIVER, LUIZ LOPES BARRETO, ADOLFO VISCARDI, FERNANDO DOS SANTOS LIMA, RUBIA FERNANDA DA ROCHA

021 2007.0007194-3/0 - Processo de Conhecimento — MARIA APARECIDA RODRIGUES X VERA DE OLIVEIRA ROSA

Redesignação de Audiência de Instrução e Julgamento as 15:00 do dia 07/02/2012

Adv(s) RICHARDSON CARVALHO, RAQUEL CAROLINA PALEGARI, IVAN MARTINS TRISTÃO, Antonio Henrique de Carvalho, VLAMIR ANTONIO DA SILVA, Antonio Henrique de Carvalho

022 2007.0007294-3/0 - Processo de Conhecimento — FABIO ROBERTO BATISTELLA X HSBC BANK S/A

"Ao procurador judicial da parte ré, para comparecer em cartório para retirar alvará judicial de nº 1032/2011, de fls. 273, no prazo de 05 (cinco). Salienta-se que referido Alvará Judicial tem prazo de validade de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

Adv(s) MARCIO ANTONIO MIAZZO, SAMARA WALKIRIA CRUZ MIAZZO, SERGIO LUIZ BELOTTO JR., OLDEMAR MARIANO, ROBERTO ANTONIO BUSATO, RUBIÉLLE GIOVANA BANDEIRA MAGAGNIN, HELLISON EDUARDO ALVES, RUBIÉLLE GIOVANA BANDEIRA MAGAGNIN, ROBERTO BUSATO FILHO

023 2007.0007888-0/0 - Execução Título Extrajudicial — LIGIA FABIANE DA SILVA TEIXEIRA X CELSO DE MEDEIROS CREMONEZI

DR. MARCO ANTONIO GONÇALVES VALLE: Proceda-se à devolução dos autos em 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC.

Adv(s) MARCO ANTONIO GONÇALVES VALLE, HELOISA TOLEDO VOLPATO

024 2007.0008622-2/0 - Processo de Conhecimento — LUIZ FERNANDO ALMEIDA KALINOWSKI X BANCO ITAU S/A

"Ao procurador judicial da parte ré, para comparecer em cartório para retirar alvará judicial de nº 1232/2011, de fls. 269, no prazo de 05 (cinco). Salienta-se que referido Alvará Judicial tem prazo de validade de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

Adv(s) SAMARA WALKIRIA CRUZ MIAZZO, MARCIO ANTONIO MIAZZO, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, LAURO FERNANDO ZANETTI, SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO, MARCELO HABICE DA MOTTA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, MARIANA BENINI SOUTO, EVELYN CRISTINA MATTERA

025 2008.0001940-2/0 - Execução Título Extrajudicial — G.R GUILHEN & CIA LTDA - ME X RAFAEL RIBEIRO RODRIGUES

"Ao procurador judicial da parte autora para que se manifeste sobre certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls.49, no prazo de 5 (cinco) dias".

Adv(s) ANGELO TAGLIARI TORRECILHA, JACKSON LUIS VICENTE

026 2008.0002530-0/0 - Execução de Título Judicial — JOÃO HENRIQUE CARNEIRO XAVIER X TIM CELULAR S.A.

"Ao procurador judicial da parte reclamada, TIM CELULAR S.A., para comparecer em cartório para retirar alvará judicial de nº 282/2011, de fls. 131, no prazo de 05 (cinco)".

Adv(s) VINICIUS LUDWIG VALDEZ, GEANDRO LUIZ SCOPEL, MARCIA REGINA ANTONIASSI, MARIA JULIANA SCHENKEL, ALCEU MACIEL D'AVILA

027 2008.0002865-2/0 - Processo de Conhecimento — VERA DE OLIVEIRA ROSA X FABIANO FERREIRA DA SILVA (E OUTRO)

Redesignação de Audiência de Instrução e Julgamento as 15:00 do dia 07/02/2012

Adv(s) IVAN MARTINS TRISTÃO, Antonio Henrique de Carvalho, Antonio Henrique de Carvalho

028 2008.0002962-7/0 - Execução Título Extrajudicial — REINALDO DE OLIVEIRA BATISTA X CLÁUDIA APARECIDA COLOMBO

"Ao procurador judicial da parte reclamante, para que se manifeste sobre os ofícios juntados às fls. 81/83. Prazo de 05 (cinco) dias".

Adv(s) FERNANDO RUMIATO, ELIANE DEMÉTRIO

029 2008.0003902-0/0 - Processo de Conhecimento — CLAUDENE GARCIA X IDAILDO DOS SANTOS MORAES (E OUTRO)

Aos procuradores judiciais das partes sobre despacho de fl. 125, nos seguintes termos: "Sobre os documentos juntados pelas partes, faculta-se a manifestação da adversa e vice-versa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, a começar pelo exequente".

Adv(s) CLAUDIO AKIHITO ITO, JOAO CARLOS MONTEIRO, JOAO CARLOS MONTEIRO

030 2008.0005276-2/0 - Processo de Conhecimento — STUDIO 407 FOTOGRAFIA E EDITORA LTDA X CERVEJARIA MALTA LTDA

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre despacho de fl. 103, nos seguintes termos: "Não havendo apresentação de embargos, intime-se a parte exequente sobre o interesse na adjudicação dos bens penhorados".

Adv(s) MAURO HENRIQUE ALVES PEREIRA, LUCIANA DE TOLEDO PACHECO SCHUNCK, TIAGO ALECIO DE LIMA SANTILLI, MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS, RODRIGO DE ANDRADE ALVES BATISTA

031 2008.0005651-1/0 - Execução de Título Judicial — ALIPIO DE SOUZA X JHENINI ROSA DIAS RODRIGUES

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre certidão de fl. 59, nos seguintes termos: "Da parte exequente para indicar bens da parte executada à penhora, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento da execução (§4º, art.53, Lei 9099/95)."

Adv(s) MAURO SHIGUEMITSU YAMAMOTO, MARISA CESCATTO BOBROFF, GUSTAVO MUNHOZ, JOSE CUNHA GARCIA, MARIA FERNANDA BORELLI DA ROSA

032 2008.0006992-6/0 - Execução de Título Judicial — VALDENIR DE OLIVEIRA X MIZAEL NUNES CARNEIRO

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre certidão de fl. 107, nos seguintes termos: "Da parte exequente para indicar bens da parte executada à penhora, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento da execução (§4º, art.53, Lei 9099/95)."

Adv(s) JULIANA APRYGIO DA SILVA, EDY GUSMAO TIVANELLO, SILVIA REGINA GAZDA, VANESSA VANZELA

033 2008.0008409-9/0 - Processo de Conhecimento — ROBERTO CONFORTI JUNIOR X ITAUCRED - CIA DE LEASING

Aos procuradores judiciais da parte requerida, ITAUCRED - CIA DE LEASING, informando-os que os autos supra encontram-se à disposição em cartório pelo prazo de 30 (trinta dias).

Adv(s) JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO, MARINA TACLA ANDRADE, KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI, MARCELO AUGUSTO BERTONI, ALESSANDRA CRISTINA MOURO

034 2008.0008657-0/0 - Execução de Título Judicial — LETICIA MARA CUNHA LEONI ZOCCHI X BANCO ITAU S/A

Aos procuradores judiciais das partes, sobre despacho de fls. 158, nos seguintes termos: "Após, do cálculo oficial digam, querendo, as partes, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, a começar pelo embargado".

Adv(s) PAULO AFONSO MAGALHÃES, LAURO FERNANDO ZANETTI, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO, ARMANDO MAURI SPIACCI, ANGELO PESARINI NETO, AMANDA APARECIDA ALVES MARCOS

035 2009.0000656-0/0 - Execução de Título Judicial — ROBERTO PINTOR DE MELO LIMA X COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre certidão de fl. 175, nos seguintes termos: "Da parte exequente para que, no prazo de cinco dias, diga se tem interesse no prosseguimento do feito, demonstrando o saldo credor remanescente em caso positivo, sob pena de extinção da execução pela satisfação integral da obrigação". Ainda, intima-se o procurador judicial da parte requerida, COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA, para comparecer em cartório para retirar alvará judicial de nº 1097/2011, de fls. 171, no prazo de 05 (cinco) dias."

Adv(s) CARLOS FREDERICO VIANA REIS, PAULO C DE HOLANDA GUERRA, VALERIA JARUGA BRUNETTI, DAMASCENO MAURICIO DA ROCHA JUNIOR, VINICIUS DA SILVA BORBA, VICTOR EMANUEL ALMEIDA HEREMANN, MARCELO HENRIQUE FERREIRA SIQUEIRA DE MATOS, CARLOS RAFAEL MENEGAZO, REGINA MARIA BUENO BACELLAR TEODORO DA SILVA, JEFFERSON BRUNO PEREIRA, SIVONEI MAURO HASS

036 2009.0000986-3/0 - Processo de Conhecimento — NEUSA BARBOSA X UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

Aos procuradores judiciais da parte ré sobre despacho de fl. 121, nos seguintes termos: "Da juntada, oportunize-se manifestação por parte do requerido, querendo, em cinco (5) dias (art.398, CPC)".

Adv(s) CARLOS AUGUSTO COSTA, ANTONIO CABRERA JUNIOR, LUIS OSCAR SIX BOTTON, ADRIANA ROSSINI, ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO

037 2009.0001192-6/0 - Processo de Conhecimento — ANTONIO LUIZ MILAGRE X BANCO DO BRASIL S/A

Aos procuradores judiciais da parte reclamante, ANTONIO LUIZ MILAGRE, sobre a retificação da publicação precedente que, por equívoco, foi endereçada à parte reclamada quando deveria ser encaminhada aos procuradores da parte reclamante. Logo, reitera-se a publicação do despacho anexo às fls. 111, nos seguintes termos: "Aos procuradores judiciais da parte RECLAMANTE sobre o despacho de fl. 111, com o seguinte teor: "II) Da juntada, oportunize-se manifestação por parte do reclamante, querendo, em cinco (5) dias (art. 398, CPC)".

Adv(s) MARCIO ANTONIO MIAZZO, EDUARDO LUIZ CORREIA, FABIO MAURICIO PACHECO LIGMANOVSKI, SAMARA WALKIRIA CRUZ MIAZZO

038 2009.0002233-1/0 - Processo de Conhecimento — MARCELO CAMPOS X CONSÓRCIO NACIONAL PANAMERICANO S.C. LTDA.

Dr. ROBSON SAKAI GARCIA, PROCEDA À DEVOLUÇÃO DOS AUTOS EM 24 HORAS SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC.

Adv(s) ROBSON SAKAI GARCIA, ADALTO HIDEKI MURATA

039 2009.0002233-1/0 - Processo de Conhecimento — MARCELO CAMPOS X CONSÓRCIO NACIONAL PANAMERICANO S.C. LTDA.

Dr. ROBSON SAKAI GARCIA, PROCEDA À DEVOLUÇÃO DOS AUTOS EM 24 HORAS SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC.

Adv(s) ROBSON SAKAI GARCIA, ADALTO HIDEKI MURATA

040 2009.0002504-0/0 - Execução Título Extrajudicial — JOSÉ AUGUSTO DA SILVA PASSOS X DELEINE CRISTINA PESTANO

"Aos procuradores judiciais do exequente para que se manifestem sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, anexa às fl.72. Prazo de 5 (cinco) dias".

Adv(s) FERNANDO ANZOLA PIVARO, ALEX ADAMCZIK

041 2009.0003852-0/0 - Execução Título Extrajudicial — SUEKO COMERCIO DE RELOGIOS LTDA - EPP X ELAINE VITORINO RODRIGUES

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre certidão de fl. 49, nos seguintes termos: "Da parte reclamante, para que informe o atual endereço da parte reclamada, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção do processo."

Adv(s) ALDIVINO ALVES PEREIRA, GUSTAVO ANTONIO BARBOSA DE SOUZA, RODRIGO DE ANDRADE ALVES BATISTA

042 2009.0004258-0/0 - Execução Título Extrajudicial — MARIA APARECIDA NAVES X RAIMUNDA DOS SANTOS

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) TATIANA GONÇALVES ANDRE

043 2009.0004929-0/0 - Execução de Título Judicial — LAURINDA DE SOUZA MEDEIROS X ARTHUR J BILL

"Aos procuradores judiciais do exequente para que se manifestem sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, anexa às fl.50/51. Prazo de 5 (cinco) dias".

Adv(s) VALENTIM ZAZYCKI, LELIO SHIRAHISHI TOMANAGA, ELLIS SHIRAHISHI TOMANAGA, JULIANO TOMANAGA, LIANA YURI FUKUDA

044 2009.0005091-0/0 - Processo de Conhecimento — ELISON BRITO LOURENÇO X CENTAURO SEGURADORA S/A (E OUTROS)

Aos procuradores judiciais das partes para se manifestarem, querendo, sobre o laudo do IML juntado às fls.625, no prazo comum de 5 (cinco) dias.

Adv(s) APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS, ADRIANA ROSSINI, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, ANTONIO CARLOS CORDEIRO, DELY DIAS DAS NEVES, MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS, GILBERTO PEDRIALI, SUZIMAR DINIZ VENANCIO, FABIANO NEVES MACIEYWSKI, FERNANDO MURILO COSTA GARCIA, FABIANO NEVES MACIEYWSKI, FERNANDO MURILO COSTA GARCIA

045 2009.0005242-8/0 - Processo de Conhecimento — REGIANE MORAIS X MAPFRE - VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre certidão de fl. 204, nos seguintes termos: "Quando houver interposição de embargos do devedor propostos tempestivamente e com garantia do juízo, recebê-lo e intimar a parte adversa a manifestar-se, querendo."

Adv(s) LEONEL LOURENÇO CARRASCO, FLÁVIA BALDUINO DA SILVA, JOÃO LUIZ CUNHA DOS SANTOS, MARCELO DAVOLI LOPES, BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, CEZAR EDUARDO ZILIOTTO

046 2009.0005272-0/0 - Execução de Título Judicial — MARLI CRISTINA BRUSSOLO X ITAU BANCO DE INVESTIMENTOS S/A

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre certidão de fl. 167, nos seguintes termos: "Quando na sentença houver deferimento para o desentranhamento de documentos após o trânsito em julgado, procedê-lo mediante solicitação da parte ou do advogado, mediante termo nos autos."

Adv(s) JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR, THIAGO COLLETI PODANOSQUI, CRYSTIANE LINHARES, LARISSA ARAÚJO BRAGA AMORAS, LIA DIAS GREGÓRIO, ANDREA CUNHA PONTES TSUJIOKA, ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA, ZIRBO QUINTINO PONTES FILHO

047 2009.0007091-9/0 - Processo de Conhecimento — ANTONIO JOSE CARDOSO X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Aos procuradores judiciais das partes para se manifestarem, querendo, sobre o laudo do IML e documentos juntados às fls.102/106, no prazo comum de 5 (cinco) dias.

Adv(s) MARIANA SOUZA BAHDUR, ELLEN KARINA BORGES SANTOS, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER

048 2009.0007261-6/0 - Processo de Conhecimento — FABIO SILVEIRA GOULART X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Ao procurador judicial da parte autora sobre despacho de fl.140, item 3, com o seguinte teor: "3) J. a parte reclamante (art.355, CPC), em 10 (dez) dias, a cópia do B.O. ou RAS - relatório de atendimento do socorrista, referente ao acidente a que diz ter sido vítima. Ainda, aos procuradores judiciais das partes para se manifestarem, querendo, sobre o laudo do IML e documentos juntados às fls.148/157, no prazo comum de 5 (cinco) dias.

Adv(s) BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, ELLEN KARINA BORGES SANTOS, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER, ALEX DE SIQUEIRA BUTZKE

049 2009.0007383-1/0 - Processo de Conhecimento — SILVIO DUARTE DA SILVA X BANCO SANTANDER BRASIL S/A

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) BLAS GOMM FILHO, ARTHUR RICARDO SILVA TRAVAGLIA, RENATO TORINO, ANA LUCIA FRANCA

050 2009.0007412-3/1 - Execução Provisória — ROSINHA APARECIDA GUELFE MAZUCO X HSBC BANK BRASIL - BANCO MULTIPLO

Aos procuradores judiciais da parte exequente sobre o despacho de fls. 61, proferido nos seguintes termos: "Defiro em parte. Aguarde-se por 30 (trinta) dias".

Adv(s) PETERSON MARTIN DANTAS, ROBERTO ANTONIO BUSATO, OLDEMAR MARIANO, SERGIO LUIZ BELOTTO JR., EVELISE MARTIN DANTAS, FABIO MAURICIO PACHECO LIGMANOVSKI, PAULO AURÉLIO PEREZ MINIKOWSKI

051 2009.0007609-5/0 - Execução de Título Judicial — MARIA HELENA CAVAZOTTI VIANA X LIDIA MARIA GIGLIO ROSSI

"Ao procurador judicial da parte autora para que se manifeste sobre certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls.52/53, no prazo de 5 (cinco) dias".

Adv(s) ELIZANDRO MARCOS PELLIN, GUILHERME AUGUSTO MARQUES LIMA

052 2009.0007616-0/0 - Processo de Conhecimento — JOAO CARLOS DA CUNHA E SILVA X ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A.

Aos procuradores judiciais da parte executada sobre o despacho de fls. 250, nos seguintes termos: "Intimem-se a parte executada a realizar o pagamento do valor complementar no prazo legal (art. 475-J do CPC.), sob pena de incidir em multa de dez por cento sobre o valor remanescente".

Adv(s) DELY DIAS DAS NEVES, MARCIA REGINA ANTONIASSI, ADILSON DE CASTRO JUNIOR, ANA PAULA ESMERIO MAGALHAES, Raphael Carneiro da Rocha Filho, ADRIANA ROSSINI, JEFFERSON DIAS SANTOS

053 2009.0008502-1/0 - Execução Título Extrajudicial — TRAZINI & CIA LTDA X RENATO APARECIDO B. JUNIOR

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre certidão de fl. 71, nos seguintes termos: "Da parte reclamante, para que informe o atual endereço da parte reclamada, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção do processo."

Adv(s) JEFFERSON DIAS SANTOS, ELI DOS SANTOS

| | |
|---|---|
| 054 2009.0008598-0/0 - Processo de Conhecimento | IVAN MENDES QUEIRÓS FILHO X HUGO DA ROCHA REIS |

Aos procuradores judiciais das partes sobre despacho de fls. 63, nos seguintes termos: "A matéria alegada em exceção de pré-executividade (fls. 40/53) é própria para embargos à execução de título judicial ainda admitidos nesta seara especial. Na justiça comum hoje denominados de impugnação), conforme art.475-L, inciso II, do CPC, após seguro o juízo pela penhora. Aguarde-se a penhora (...)".

Adv(s) MARCO ANTONIO DE ANDRADE CAMPANELLI, ANGELO LESNIEWSKI DA SILVEIRA, JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA, JOSÉ CARLOS DOS SANTOS CARIANI, JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR, MARIA DE LOURDES FERRARI

| | |
|---|---|
| 055 2009.0008685-4/0 - Processo de Conhecimento | TIAGO ALVES DE MELO X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A |

Aos procuradores judiciais da parte requerida sobre certidão de fl. 189, nos seguintes termos: "Conceder devolução de prazo de manifestação à parte que assim requerer, baseada em fato devidamente comprovando nos autos."

Adv(s) BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, FLÁVIA BALDUINO DA SILVA, FELIPE CLAUDINO CANNARELLA, JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, MARCELO DAVOLI LOPES

| | |
|---|---|
| 056 2009.0008872-8/0 - Execução de Título Judicial | MARCELLO FABBIAN TEODORO X TRIP LINHAS AÉREAS S/A |

"Aos procuradores judiciais da parte requerida, TRIP LINHAS AÉREAS S/A, informando-os que os autos supra encontram-se à disposição em cartório pelo prazo de 30 (trinta dias)".

Adv(s) LEONARDO ZAROS VERRI, SILMARA REGINA LAMBOIA, MARCELLO FABIAN TEODORO, KELLY REGINA DE SOUZA CARDOSO, RICARDO BARROS CABRAL, ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE, CARLA DENES CECONELLO, DANIELA BRANDT SANTOS KOGISKI

| | |
|---|---|
| 057 2009.0008893-1/0 - Execução Título Extrajudicial | SANDRO APARECIDO GONÇALVES ME X CASSIA BRIGIDA MENDES LEME |

"Aos procuradores judiciais do exequente para que se manifestem sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, anexa às fl.24. Prazo de 5 (cinco) dias".

Adv(s) ALESSANDRA HARUMI COUTINHO MATSUBARA, MARCELO MITSI

| | |
|---|---|
| 058 2009.0009002-0/0 - Processo de Conhecimento | OLÍMPIO HONÓRIO DA SILVA X ANTONIO SIDNEY PIEROLI |

Aos procuradores judiciais das partes sobre sentença de fls.59/61 e homologação de fls. 62, nos seguintes termos: "Em razão disso, julgo PROCEDENTE o pedido da inicial, para condenar a ré ao pagamento dos cheques acostados na inicial. Os valores da condenação devem ser corrigido monetariamente (média INPC+IGP/DI) desde o vencimento de cada cheque, bem assim, incidir juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, contados da citação 10.10.2009., fl. 148v), tudo a ser apurado por cálculo aritmético do próprio reclamante. Tudo com base nos fundamentos desta sentença que passam a fazer parte indissociável deste dispositivo. Sem condenação em honorários, uma vez que incabíveis neste grau de jurisdição." - "No momento processual definido no artigo 40, da Lei 9099/95, e examinando a r. sentença de fls. 59/61, prolatada pela Sr(a). Juiz(a) Leigo(a) - Dr(a). Claudia Cristina de Oliveira Silva, homologo, o que dela consta para que produza seus efeitos jurídicos e legais. Sem custas".

Adv(s) CELSO DOS SANTOS FILHO, WESLEY TOLEDO RIBEIRO, JEAN GUSTAVO DOS SANTOS

| | |
|---|---|
| 059 2009.0009255-0/0 - Execução de Título Judicial | PAULO ROBERTO BONAFINI X TIM CELULAR S.A. |

Aos procuradores judiciais das partes sobre despacho de fl. 136, nos seguintes termos: "Proceda-se a juntada da via original do acordo celebrado entre as partes".

Adv(s) MARCIA REGINA DA SILVA, HELENA ANNES, HELENA ANNES, MARCIA REGINA ANTONIASSI, ALCEU MACIEL D'AVILA

| | |
|---|---|
| 060 2009.0009295-4/0 - Execução de Título Judicial | ELOI MARTINS X LUIZ CARLOS BINI DOS SANTOS |

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre certidão de fl. 50, nos seguintes termos: "Da parte exequente para indicar bens da parte executada à penhora, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento da execução (§4º, art.53, Lei 9099/95)."

Adv(s) APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS

| | |
|---|---|
| 061 2009.0009574-0/0 - Processo de Conhecimento | PAULO SERGIO DE SOUZA SANTOS X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A |

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito - prescrição

Adv(s) MARIANA SOUZA BAHDUR, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER

| | |
|---|---|
| 062 2009.0009722-2/1 - Execução Provisória | SUMIO NAKAMURA X HSBC BANK BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S/A |

Aos procuradores judiciais da parte exequente sobre o despacho de fls. 36, proferido nos seguintes termos: "Defiro em parte. Aguarde-se por 30 (trinta) dias".

Adv(s) EVELISE MARTIN DANTAS, ISABELA RUCKER CURI BERTONCELLO, PETERSON MARTIN DANTAS, SHIRLEY CARVALHO ASSUMPÇÃO, ADRIANA ROSSINI, ANDRÉ LUIZ DE CARVALHO

| | |
|---|---|
| 063 2009.0009835-9/0 - Processo de Conhecimento | VALDIRENE VIEIRA X MAPFRE SEGUROS |

Aos procuradores judiciais das partes para se manifestarem, querendo, sobre o laudo do IML e documentos juntados às fls.103/114, no prazo comum de 5 (cinco) dias.

Adv(s) BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, ELLEN KARINA BORGES SANTOS, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER

| | |
|---|---|
| 064 2009.0009881-6/0 - Processo de Conhecimento | OLGA FAVARO LINARES X FININVEST S.A ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO |

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) DONIZETTI ANTONIO ZILLI, ADRIANA ROSSINI, LUIS OSCAR SIX BOTTON, LUIZ PAULO CIVIDATTI, ANTONIO AUGUSTO CRUZ PORTO

| | |
|---|---|
| 065 2009.0009932-3/0 - Processo de Conhecimento | RAFAEL SILVA GOMES BAESSA X DISMAR DISTRIBUIDORA MARINGA DE ELETRODOMESTICOS LTDA (E OUTRO) |

"Aos procuradores judiciais das partes para que se manifestem sobre os ofícios e informações anexos às fl. 153/158. Prazo de cinco (5) dias".

Adv(s) MIRIAM APARECIDA GLERIA GNANN, SANIA STEFANI, FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR, ELISA GEHLEN PAULA BARROS DE CARVALHO, FÁBIO ROBERTO COLOMBO, WILTON FERRARI JACOMINI

| | |
|---|---|
| 066 2009.0010109-0/0 - Processo de Conhecimento | FABIANO ORTIZ FERNANDES X MAPFRE SEGUROS |

Aos procuradores judiciais das partes, sobre despacho de fls. 130, nos seguintes termos: "I) O novo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 940.274.274-MS, afirma que o prazo para aplicação da multa do artigo 475-J do Código de Processo Civil, inicia-se após a intimação do advogado para pagamento em 15 (quinze) dias. Desta forma, intime-se a parte exequente a apresentar novo cálculo do montante que entende ainda ser devido, sem a inclusão da multa inerente ao art.475-J do CPC".

Adv(s) MARISA SETSUKO KOBAYASHI, DOUGLAS DOS SANTOS, CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET, JOÃO LUIZ CUNHA DOS SANTOS, BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, MARCIA SATIL PARREIRA, CEZAR EDUARDO ZILIOTTO

| | |
|---|---|
| 067 2009.0010142-0/1 - Execução Provisória | AYMORÉ KLEY X BANCO DO BRASIL S/A |

Aos procuradores judiciais da parte exequente sobre o despacho de fls. 44, proferido nos seguintes termos: "Defiro em parte. Aguarde-se por 30 (trinta) dias".

Adv(s) PETERSON MARTIN DANTAS, EVELISE MARTIN DANTAS, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, FERNANDO HENRIQUE BOSQUÊ RAMALHO, RUTH MARIA GUERREIRO DA FONSECA

| | |
|---|---|
| 068 2009.0010340-7/0 - Processo de Conhecimento | ANTONIO GOMES X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A |

Aos procuradores judiciais das partes, sobre certidão de fls. 139, nos seguintes termos: "Da parte exequente para que, no prazo de cinco dias, diga se tem interesse no prosseguimento do feito, demonstrando o saldo credor remanescente em caso positivo, sob pena de extinção da execução pela satisfação integral da obrigação".

Adv(s) NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES, FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA, ADRIANA ROSSINI, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, ERIKA FERNANDA RAMOS, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, KAREN YUMI SHIGUEOKA

| | |
|---|---|
| 069 2009.0010390-1/1 - Execução Provisória | JOÃO JORGE BOBROFF JÚNIOR X BANCO DO BRASIL S/A |

Aos procuradores judiciais da parte exequente sobre o despacho de fls. 34, proferido nos seguintes termos: "Defiro em parte. Aguarde-se por 30 (trinta) dias".

Adv(s) PETERSON MARTIN DANTAS, EVELISE MARTIN DANTAS, CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO, KELI RACHEL BERGAMO, JOÃO LUCAS SILVA TERRA

| | |
|---|---|
| 070 2009.0010397-4/0 - Execução Título Extrajudicial | GRÁFICA E EDITORA NEON LTDA X VALQUÍRIA DE LEME MOREIRA |

"Ao procurador judicial da parte requerente para que se manifeste sobre certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls.36/37, no prazo de 5 (cinco) dias".

Adv(s) LEONARDO ZAROS VERRI, PABLO OSCAR PAROLIN, MARCELLO FABIAN TEODORO, KELLY REGINA DE SOUZA CARDOSO

| | |
|---|---|
| 071 2009.0011021-6/0 - Processo de Conhecimento | RAUL DIÓGENES STEFEN JÚNIOR X BANCO SANTANDER S/A |

Dr. EDER GORINI, PROCEDA À DEVOLUÇÃO DOS AUTOS EM 24 HORAS SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC.

Adv(s) ALEXANDRE NELSON FERRAZ, VALÉRIA CARAMURU CICARELLI, EUCLIDES GUIMARÃES JUNIOR, ALFONSO LIBONI PEREZ, MARCIO RUBENS PASSOLD, EDER GORINI, ROBSON SOUZA NEUBA

| | |
|---|---|
| 072 2009.0011160-8/0 - Processo de Conhecimento | PAULO BENTO X CLÁUDIO CÂNDIDO DE MORAIS (E OUTRO) |

Aos procuradores judiciais das partes sobre sentença de fls. 111/112 e homologação de fls. 113, nos seguintes termos: "Ante o exposto julgo parcialmente procedentes os pedidos em exordial, condenando o requerido Claudio Cândido de Morais ao pagamento na importância de R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) a Paulo Bento, atualizados de correção monetária pela média do INPC + IGP DI conforme Decreto Lei 1.544 / 95, e juros moratórios de 1% ao mês, conforme súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, da data de 15 de maio de 2008. Não há sucumbência e honorários advocatícios em sede de Juizado Especial Cível, por força do artigo 55 da Lei 9.099/95." - "No momento processual definido no artigo 40, da Lei 9099/95, e examinando a r. sentença de fls. 111/112, prolatada pelo Sr. Juiz Leigo - Dr. Wilson Kaba, homologo, o que dela consta para que produza seus efeitos jurídicos e legais."

Adv(s) LUCIANO BIGNATTI NIERO, REINALDO MIRICO ARONIS, MÁRCIA CRISTINA BOEING, CECILIO MAIOLI FILHO, MARIA TEREZINHA DE SOUZA NANTES FILHA

| | |
|---|---|
| 073 2009.0011264-5/0 - Processo de Conhecimento | LILA SATICO YAMADA (E OUTROS) X BANCO ABN AMRO REAL S/A |

Aos procuradores judiciais das partes sobre despacho de fl. 150, nos seguintes termos: "Versam os autos sobre a correção monetária de cadernetas de poupança em decorrência dos Planos Collor I e/ou II. Instaurou-se, perante Supremo Tribunal Federal, os recursos extraordinários nº 591797 e n° 626307, onde foi deferida liminar determinado o sobrestamento dos processos versando sobre tal matéria. Dessa forma, levando-se em conta o teor da liminar deferida, determino a suspensão do feito, o que faço com fulcro no artigo 265, VI c/c artigo 2º, I da resolução 12/09 do Superior Tribunal de Justiça, até o ulterior julgamento por aquela Corte".

Adv(s) JOSE CUNHA GARCIA, MAURO SHIGUEMITSU YAMAMOTO, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA, GILBERTO STINGLIN LOTH, GUSTAVO MUNHOZ, MARISA CESCATTO BOBROFF, PALOMA NUNES GIMENEZ

| | |
|---|---|
| 074 2009.0011572-2/0 - Processo de Conhecimento | SHIZUKO SHISHITO X BANCO DO BRASIL S/A |

Dr. ANTONIO CABRERA JUNIOR, PROCEDA À DEVOLUÇÃO DOS AUTOS EM 24 HORAS SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC.

Adv(s) ANTONIO CABRERA JUNIOR, REGINA DE SOUZA PREUSSLER, MARIA TEREZINHA DE SOUZA NANTES FILHA, CECILIO MAIOLI FILHO, CARLOS AUGUSTO COSTA, REINALDO MIRICO ARONIS

| | |
|---|---|
| 075 2009.0011884-7/0 - Processo de Conhecimento | EDUARDO BECKER X CLARO S/A |

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) NELSON SAHYUN, NELSON SAHYUN JUNIOR, GUILHERME MORETTI SAHYUN, JULIO CESAR GOULART LANES, ALESSANDRO DIAS PRESTES

076 2009.0011993-6/0 - Processo de Conhecimento — YOKO MAEHOKA (E OUTRO) X BANCO BRADESCO S.A

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre despacho de fl. 99, nos seguintes termos: "Da juntada, oportunize-se manifestação por parte da reclamante, querendo, em cinco (5) dias (art.398, CPC)".

Adv(s) ROSANGELA LELIS DELIBERADOR, MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS, GILBERTO PEDRIALI, GUSTAVO VISSOCI REICHE

077 2009.0012182-2/1 - Execução Provisória — SÍLVIO PRIMO BATISTA (E OUTROS) X BANCO DO BRASIL S/A

Aos procuradores judiciais da parte exequente sobre o despacho de fls. 41, proferido nos seguintes termos: "Defiro em parte. Aguarde-se por 30 (trinta) dias".

Adv(s) EVELISE MARTIN DANTAS, GUSTAVO VIANA CAMATA, GIOVANI GIONEDIS, MIRELLA PARRA FULOP, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, RUTH MARIA GUERREIRO DA FONSECA

078 2009.0012294-7/1 - Execução Provisória — MARIA APARECIDA MAMPRIN X BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A - BRADESCO

Aos procuradores judiciais da parte exequente sobre o despacho de fls. 38, proferido nos seguintes termos: "Defiro em parte. Aguarde-se por 30 (trinta) dias".

Adv(s) EVELISE MARTIN DANTAS, NEWTON DORNELES SARATT, PETERSON MARTIN DANTAS, PAULO AURÉLIO PEREZ MINIKOWSKI, EDER BOLETTI ANGELO, MARCOS DUTRA DE ALMEIDA

079 2009.0012420-3/0 - Processo de Conhecimento — ZILMA MARIA OLIVEIRA MAGALHÃES VALENTIM X BANCO AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

Aos procuradores judiciais das partes sobre despacho de fl. 115, nos seguintes termos: "Da juntada, manifestem-se as partes, querendo, sucessivamente, no prazo de cinco (5) dias ".

Adv(s) BARBARA LETICIA SAVIANI DA SILVA, EUCLIDES GUIMARÃES JUNIOR, ALEXANDRE NELSON FERRAZ, MARCIO RUBENS PASSOLD, FELIPE SÁ PEREIRA, ALFONSO LIBONI PEREZ, VALÉRIA CARAMURU CICARELLI

080 2010.0000197-1/0 - Execução Título Extrajudicial — LUIZ CELSON PATRIAL X GISALINE CRISTINA EL KADRI

Aos procuradores judiciais da parte autora para que se manifestem sobre os ofícios anexos às fl. 28/29. Prazo de cinco (5) dias.

Adv(s) MARCO ANTÔNIO DA SILVA FERREIRA FILHO

081 2010.0000477-0/0 - Processo de Conhecimento — FERNANDO APARECIDO ROCHA X MAPFRE SEGUROS S/A

Aos procuradores judiciais da parte requerida sobre despacho de fl. 99, nos seguintes termos: "Depois de juntado, digam as partes, querendo, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, a começar pelo reclamante".

Adv(s) BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER, MARIANA SOUZA BAHDUR

082 2010.0000582-1/1 - Execução Provisória — CRISTIANE TAKAHASHI GRANADA X BANCO DO BRASIL S/A

Aos procuradores judiciais da parte exequente sobre o despacho de fls. 35, proferido nos seguintes termos: "Defiro em parte. Aguarde-se por 30 (trinta) dias".

Adv(s) PETERSON MARTIN DANTAS, EVELISE MARTIN DANTAS, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, FERNANDO HENRIQUE BOSQUÊ RAMALHO, GIOVANI GIONEDIS, GUSTAVO VIANA CAMATA

083 2010.0000856-6/0 - Processo de Conhecimento — MÁRCIO ANTONIO MOREIRA X GLOBEX UTILIDADES S/A (E OUTRO)

Aos procuradores judiciais da parte executada, LG ELETRONICS DA AMAZONIA LTDA, sobre certidão de fl. 165, nos seguintes termos: "Da parte depositante para que, no prazo de cinco dias, esclareça a finalidade do depósito de fls.158 (se para pagamento da dívida ou garantia do juízo), sob pena de se presumir pelo pagamento, com a liberação da quantia ao credor".

Adv(s) LUIZ CARLOS FREITAS, LUIZ HENRIQUE FREIRIA FREITAS, STELA MARLENE SCHWERZ, EDUARDO STAMM GUSMÃO, MARCELO RAYES, MELISSA MARINO, ANGELA CARLA ZANDONA UBIALLI, FIORI AUGUSTO MINCACHI FAUSTINO, SILVIA ELISABETH NAIME, ANDRE LUIZ RAMOS DE CAMARGO

084 2010.0001148-8/0 - Processo de Conhecimento — ALBERTO PANSOLIN X BANCO ITAÚ S/A

Aos procuradores judiciais da parte ré sobre despacho de fl. 83, nos seguintes termos: "Defiro. Aguarde-se pelo prazo solicitado (30 dias)".

Adv(s) PAULO AFONSO MAGALHAES NOLASCO, ARMANDO MAURI SPIACCI, LAURO FERNANDO ZANETTI, INGREDY GONÇALVES TRIDENTE DE JESUS BORGES, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA

085 2010.0001321-3/0 - Carta Precatória — JERONYMA MARTINEZ CORPAS MITRANI E OUTROS X WALMIRAR BRITO DA SILVA (E OUTRO)

Intimem-se aos procuradores judiciais da parte autora sobre o despacho de fl. 57 com o seguinte teor: Junte a parte exequente os documentos informados à fl. 56, à saber: Apresentar Certidão de IPTU atualizada do municipio de Londrina/PR no prazo de 10 (dez) dias.

Adv(s) JOAO SANTOS DE MELLO, OTAVIO BARRETO DO NASCIMENTO

086 2010.0001504-7/0 - Processo de Conhecimento — LIGIA NUNES TEIXEIRA X VRG LINHAS AÉREAS S/A - GRUPO GOL

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) MARCO ANTONIO DE ANDRADE CAMPANELLI, JOCELIA MARCIMIANO DA SILVA, ANGELO LESNIEWSKI DA SILVEIRA, LUIZ GONZAGA MOREIRA CORREIA, DANIELA D'AMICO MORAES, MARIO PAGANI NETO, RENATA SCARDAZZI BRUNIERE, ALBERTO SILVA GOMES

087 2010.0002094-4/0 - Processo de Conhecimento — PEDRO BURACOF X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Aos procuradores judiciais das partes para se manifestarem sobre o laudo de lesões corporais e documentos de fls.115/135, no prazo comum de 5 (cinco) dias.

Adv(s) GUILHERME REGIO PEGORARO, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER, ELLEN KARINA BORGES SANTOS, ALEX DE SIQUEIRA BUTZKE, VIVIAN REGINA ZAMBRIN

088 2010.0002296-8/0 - Processo de Conhecimento — ESPÓLIO DE BENEDITO FELIX X BANCO ITAÚ S/A

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre despacho de fl. 44, nos seguintes termos: "I) Intime-se a parte reclamante a proceder a juntada do CPF do "de cujus"".

Adv(s) PAULO AFONSO MAGALHAES NOLASCO, ARMANDO MAURI SPIACCI, AMANDA APARECIDA ALVES MARCOS, LAURO FERNANDO ZANETTI, DANIELE LIE WATARAI, MARCELO HABICE DA MOTTA, SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO

089 2010.0002931-3/1 - Execução Provisória — MIDORI NAKANO X BANCO BRADESCO S/A

Aos procuradores judiciais da parte exequente sobre o despacho de fls. 36, proferido nos seguintes termos: "Defiro em parte. Aguarde-se por 30 (trinta) dias".

Adv(s) PETERSON MARTIN DANTAS, EVELISE MARTIN DANTAS, MARCOS C. AMARAL VASCONCELLOS, GILBERTO PEDRIALI, PAULA D´AMICO PEDRIALI

090 2010.0003020-0/0 - Processo de Conhecimento — PATRICIA KEY YOSHIMURA ZLATANOF X DELTA AIR LINES

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) FLAVIO HENRIQUE CAETANO DE PAULA, HALINE OTTONI ALCANTARA COSTA, JOAO EDUARDO OLIVEIRA CLAUDIO MACHADO, JULIANA DE CARVALHO CHINEM

091 2010.0003114-6/0 - Processo de Conhecimento — ELZA MARIA PENACHIO X BANCO ITAÚ S/A

Aos procuradores judiciais da parte ré sobre despacho de fl. 68, nos seguintes termos: "Defiro. Aguarde-se pelo prazo solicitado (30 dias)".

Adv(s) ANTONIO CABRERA JUNIOR, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, LAURO FERNANDO ZANETTI, CARLOS AUGUSTO COSTA

092 2010.0003609-4/0 - Processo de Conhecimento — SEBASTIAO LUCINDO NUNES X BANCO CACIQUE

Aos procuradores judiciais das partes para que se manifestem sobre os ofícios anexos às fl. 62/64. Prazo de cinco (5) dias.

Adv(s) Érica Maria Sturion de Paula, MALVER GERMANO DE PAULA, ALEXANDRE STURION DE PAULA, LIVIA RAIZER MENDES, THAÍS BORGES, RICARDO NEVES COSTA, MARCIA REGINA DEMARCHI VILLALBA

093 2010.0003795-5/0 - Processo de Conhecimento — NERCISIO DOS SANTOS X BANCO FINASA S/A

Aos procuradores judiciais da parte executada sobre o despacho de fls. 109, nos seguintes termos: "Intimem-se a parte executada a realizar o pagamento no prazo legal (art. 475-J do CPC.), sob pena de incidir em multa de dez por cento sobre o valor da condenação".

Adv(s) RUI FRANCISCO GARMUS, ANA LUCIA GABELLA, GUSTAVO VERÍSSIMO LEITE, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, FLAVIANO BELINATI GARCIA PEREZ, PIO CARLOS FERREIRA JUNIOR, JORGE MARCELO PINTOS PAYERAS

094 2010.0004167-5/0 - Processo de Conhecimento — MAGID HADDAD X BANCO ITAÚ S/A

Dr. LUIZ CARLOS FREITAS, PROCEDA À DEVOLUÇÃO DOS AUTOS EM 24 HORAS SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC.

Adv(s) LUIZ CARLOS FREITAS, LUIZ HENRIQUE FREIRIA FREITAS, SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, LAURO FERNANDO ZANETTI

095 2010.0004190-5/0 - Processo de Conhecimento — TEREZA FRANCO DOS SANTOS X HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre despacho de fl. 121, nos seguintes termos: "Da juntada, oportunize-se manifestação por parte do reclamante, querendo, em cinco (5) dias (art.398, CPC)".

Adv(s) HERCULES MARCIO IDALINO, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, MAURI MARCELO BEVERVANÇO JR., EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, LAURO FERNANDO ZANETTI, APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS

096 2010.0004195-4/0 - Processo de Conhecimento — KAG EMPREENDIMENTOS LTDA X TIM CELULAR S/A

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) JOSE ROBERTO BALAN NASSIF, ANDRÉ LUIZ GARDIANO, MARCIA REGINA ANTONIASSI

097 2010.0004238-4/0 - Processo de Conhecimento — ANA MARIA DOS SANTOS X BANCO ITAÚ (BANESTADO)

Dr. LUIZ CARLOS FREITAS, PROCEDA À DEVOLUÇÃO DOS AUTOS EM 24 HORAS SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC.

Adv(s) LUIZ CARLOS FREITAS, LUIZ HENRIQUE FREIRIA FREITAS, LAURO FERNANDO ZANETTI, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO

098 2010.0004512-1/0 - Processo de Conhecimento — ESPÓLIO DE JOSÉ FERREIRA CALUMBY X BANCO DO BRASIL S/A

"Ao procurador judicial da parte autora, para comparecer em cartório para retirar alvará judicial de nº 1320/2011, de fls. 91, no prazo de 05 (cinco). Salienta-se que referido Alvará Judicial tem prazo de validade de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

Adv(s) EVELISE MARTIN DANTAS, REINALDO MIRICO ARONIS, PETERSON MARTIN DANTAS, LUIZ ASSI, MARCIA REGINA ANTONIASSI

099 2010.0004717-0/0 - Processo de Conhecimento — MARIZA CECCARELLI DA SILVA GANTE X BANCO ITAÚ S/A

Aos procuradores judiciais da parte ré sobre despacho de fl. 92, nos seguintes termos: "Defiro. Aguarde-se pelo prazo solicitado (30 dias)".

Adv(s) NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES, KAREN YUMI SHIGUEOKA, FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA, LAURO FERNANDO ZANETTI, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI, SHEALTIEL LOURENCO PEREIRA FILHO

100 2010.0004860-2/0 - Processo de Conhecimento — ALLAN JONES PAZ X BANCO ABN AMRO REAL S/A

Dr. PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO, PROCEDA À DEVOLUÇÃO DOS AUTOS EM 24 HORAS SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC.

Adv(s) PRISCILA LOUREIRO STRICAGNOLO

101 2010.0004879-0/0 - Processo de Conhecimento — ESPÓLIO DE OSMAR OLIVEIRA (E OUTRO) X BANCO NOSSA CAIXA

Aos procuradores judiciais da parte ré sobre o despacho de fls. 67, nos seguintes termos: "Defiro. Aguarde-se pelo prazo solicitado (30 dias)".

Adv(s) REINALDO IGNACIO ALVES JUNIOR, VINICIUS PAES DE MELLO, REINALDO MIRICO ARONIS, REINALDO IGNACIO ALVES, GUSTAVO REZENDE DA COSTA, LUIZ ASSI

102 2010.0005597-7/0 - Processo de Conhecimento — LAURINDA ALVES DOS SANTOS GOMES X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Aos procuradores das partes sobre o despacho de fls.134, com o seguinte teor: "À falta do indispensável B.O. ou da RAS, designe-se audiência de instrução e julgamento para que a reclamante prove que sofreu acidente de trânsito de veículo automotor de via terrestre em 05/08/07 e que dele resultaram as lesões a que trata o laudo de fls.124 (...)".

Adv(s) BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER, JULIANA TRAUTWEIN CHEDE, ALEX DE SIQUEIRA BUTZKE

103 2010.0005597-7/0 - Processo de Conhecimento — LAURINDA ALVES DOS SANTOS GOMES X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Designação de Audiência de Instrução e Julgamento as 14:00 do dia 03/02/2012

Adv(s) BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER, JULIANA TRAUTWEIN CHEDE, ALEX DE SIQUEIRA BUTZKE

104 2010.0005675-1/0 - Processo de Conhecimento — PAULO ALCANTARA X HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO

Aos procuradores judiciais da parte requerida sobre despacho de fl. 118, nos seguintes termos: "Defiro. Aguarde-se pelo prazo requerido (45 dias)".

Adv(s) SHIROKO NUMATA, WESLEY TOLEDO RIBEIRO, KELLY CRISTINA WORM

105 2010.0005775-1/0 - Processo de Conhecimento — MARIA PEREIRA RAMOS NAGAO X BANCO ITAU S/A

Dr. JOAO MARCELO MARTINS BANDEIRA , PROCEDA À DEVOLUÇÃO DOS AUTOS EM 24 HORAS SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC.

Adv(s) JOAO MARCELO MARTINS BANDEIRA, JAQUELINE ROMANIN, KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI, MARCIA REGINA ANTONIASSI

106 2010.0005890-4/0 - Processo de Conhecimento — GLAUCO PASSOS CURUPANA DA ROCHA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre despacho de fl. 96, nos seguintes termos: "3) J. o reclamante (art. 355, CPC), em 10 (dez) dias, a cópia do B.O. ou do RAS - relatório de atendimento do socorrista, referente ao acidente do qual foi vitima".

Adv(s) BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, ELLEN KARINA BORGES SANTOS, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER, FERNANDO KIKUCHI, JULIANA TRAUTWEIN CHEDE

107 2010.0006320-7/0 - Processo de Conhecimento — MARCOS ADOLFO BENEVENUTO X BANCO BRADESCO S.A

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) MARCOS ADOLFO BENEVENUTO II, NEWTON DORNELES SARATT, MARCOS DUTRA DE ALMEIDA

108 2010.0006354-7/0 - Processo de Conhecimento — TEREZA DOS SANTOS RAMOS (E OUTRO) X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Designação de Audiência de Instrução e Julgamento as 16:00 do dia 02/02/2012

Adv(s) BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI, RAFAEL SANTOS CARNEIRO, FELIPE CLAUDINO CANNARELLA, GABRIELLA MURARA VIEIRA, MARCIA SATIL PARREIRA, JULIANA TRAUTWEIN CHEDE

109 2010.0006354-7/0 - Processo de Conhecimento — TEREZA DOS SANTOS RAMOS (E OUTRO) X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Aos procuradores das partes sobre o despacho de fls.63, com o seguinte teor: "A juntada da ocorrência policial ou do RAS - relatório de atendimento do socorrista é necessário para se comprovar o alegado. À sua falta, designe-se audiência de instrução e julgamento para que o reclamante prove (art.333, I, CPC) que o falecimento do 'de cujus' decorreu de acidente de veículo automotor de via terrestre".

Adv(s) BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, MARISA SETSUKO KOBAYASHI, RAFAEL SANTOS CARNEIRO, FELIPE CLAUDINO CANNARELLA, GABRIELLA MURARA VIEIRA, MARCIA SATIL PARREIRA, JULIANA TRAUTWEIN CHEDE

110 2010.0006769-7/0 - Processo de Conhecimento — MELQUIADES MOREIRA RIBAS X NET LONDRINA

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) ÁUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR, FERNANDO ANDRE SILVA, JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO, FÁBIO LOPES VILELA BERBEL, DIOGO VILELA BERBEL, ZAQUEU VILELA BERBEL, ALEXANDRE AFONSO KNAKIEWICZ

111 2010.0006780-2/0 - Execução de Título Judicial — MARIO REINALDO RIPPE BASTO X BANCO DO BRASIL S.A.

"Aos procuradores judiciais da parte executada sobre a penhora realizada, anexa às fls. 51/54, estando ciente do prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, interpor embargos".

Adv(s) MARIO ROCHA FILHO, FÁBIO AMORESE ROTUNNO, SABRINA FAVERO, SANDRO AUGUSTO BONACIN, REGINA APARECIDA SIMÕES CABRAL, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

112 2010.0007307-7/0 - Processo de Conhecimento — ALICE MARIA DA VATAZ (E OUTROS) X BANCO BANESTADO S/A

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre despacho de fl. 114, nos seguintes termos: "I) Intime-se a parte reclamante a proceder a juntada do CPF do "de cujus", conforme solicitado (fl. 113)".

Adv(s) SALMA ELIAS EID SERIGATO, LAURO FERNANDO ZANETTI, LEONARDO DE ALMEIDA ZANETTI

113 2010.0008075-9/0 - Processo de Conhecimento — BRUNA FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Aos procuradores judiciais das partes sobre sentença proferida em sede de embargos de declaração anexa às fls. 99 e homologada às fls. 100, nos seguintes termos: "Recebo os presentes Embargos, pois tempestivos. Verifico incidência de omissão prevista no artigo 48 da Lei 9.099/95, tendo em vista o pedido contraposto a folhas 62 dos autos. O dispositivo deverá ser alterado na seguinte redação: Ante o exposto, julgo procedente o pedido da exordial condenando a reclamada Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A, a condenação a título de indenização securitária no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) devendo ser deduzida o prêmio total na importância de R$ 408,95 (quatrocentos e oito reais e noventa e cinco centavos) conforme indicação a fls. 24 dos autos, na qual é autor Bruna Fernanda Rodrigues dos Santos, atualizados de correção monetária pela média do INPC + IGP DI conforme Decreto Lei 1.544 / 95, incidindo desde sua última atualização, ou seja, em 30 de março de 2009 e juros moratórios de 1% ao mês, da data de aviso do sinistro, 20 de outubro de 2009. Dou provimento aos Embargos de Declaração". - "No momento processual definido no artigo 40, da Lei 9099/95, e examinando a r. decisão de fls. 99 prolatada pelo Sr. Juiz Leigo - Dr. Wilson Kaba, homologo, o que dela consta para que produza seus efeitos jurídicos e legais."

Adv(s) LUIZ FELIPE DE SILOS F. M. GÓES, GUILHERME REGIO PEGORARO, CARLA MARTINS MASSARO, DEBORAH SPEROTO DA SILVEIRA, VIVIAN REGINA ZAMBRIN

114 2010.0008338-0/0 - Execução Título Extrajudicial — ABROLIV COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME - HOW X ANTONIO CARLOS DE MELLO

Aos procuradores judiciais da parte autora sobre certidão de fl. 32, nos seguintes termos: "Da parte exequente para indicar bens da parte executada à penhora, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento da execução (§4º, art.53, Lei 9099/95)."

Adv(s) KALINNE BANHOS DO CARMO CASTRO, ROBERTA MONTEIRO PEDRIALI, OLIVIA MOTTA MONTEIRO

115 2010.0008424-2/0 - Processo de Conhecimento — MÁRCIO ROSA DE OLIVEIRA X JESUS ROBERTO CERIBELLI (E OUTRO)

Aos procuradores judiciais das partes sobre sentença de fls. 112/113 e homologação de fls. 114, nos seguintes termos: "Ante o exposto julgo procedente o pedido da exordial, com fulcro no artigo 269, I do Código de Processo Civil, condeno os reclamados Jesus Roberto Ceribelli e Mafre Seguros, ao pagamento no montante de R$ 700,00 (setecentos reais) ao autor Márcio Rosa de Oliveira, devendo - se atualizados de correção monetária pela média do INPC + IGP DI conforme Decreto Lei 1.544 / 95, e juros moratórios de 1% ao mês, da data 10 de fevereiro de 2010. Não há sucumbência e honorários advocatícios em sede de Juizado Especial Cível, por força do artigo 55 da Lei 9.099/95." - "Na forma do disposto no art. 40, da Lei 9099/95, acrescento ao dispositivo da r. decisão de fls. 112/113, o seguinte: A correção monetária deve incidir à partir do dia do desembolso (23.03.2010 (fl.20), que é o efetivo prejuízo (Súmula 43, STJ). Os juros moratórios devem ser contados desde o evento danoso (10.02.2010), conforme Súmula 54, STJ. No mais, permanece a r. decisão tal como lançada, a qual homologo, com o acréscimo supra, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos".

Adv(s) RAFAEL LUCAS GARCIA, MARIA IZABEL BATISTA ALABARCES, EBER LUIZ SOCIO, ANTONIO NUNES NETO, ROBSON SAKAI GARCIA, FERNANDO CASTRO GARCIA, ELIZANGELA ABIGAIL SOCIO RIBEIRO

116 2010.0008646-8/0 - Processo de Conhecimento — ANTONIO ANGELO PADUAN X BANCO SANTANDER S/A

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) ALLAN CHRISTINO DE ARAUJO MIRANDA, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA, VANILTON DE FREITAS SCOPONI, VALDECI ELEUTERIO

117 2010.0008785-0/0 - Execução Título Extrajudicial — NORI COMERCIO DE RELOGIOS LTDA - EPP X NILTON HENRIQUE BARBOSA

Designação de Audiência Conc. Pós-Penhora as 15:50 do dia 11/10/2011

Adv(s) ALDIVINO ALVES PEREIRA, GUSTAVO ANTONIO BARBOSA DE SOUZA

118 2010.0008804-0/0 - Processo de Conhecimento — DANIELA RODRIGUES DE CARVALHO X NOKIA CONECTING PEOPLE

Aos procuradores judiciais da parte requerida sobre despacho de fl. 50 exarado em audiência de instrução e julgamento, nos seguintes termos: "Decorrido o prazo manifeste-se a parte requerida no prazo de cinco dias".

Adv(s) VENTURA ALONSO PIRES , ELLEN CRISTINA GONCALVES, RENATA DEQUECH

119 2010.0008912-8/0 - Processo de Conhecimento — THIAGO RAMOS LIMA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Redesignação de Audiência de Instrução e Julgamento as 14:00 do dia 09/02/2012

Adv(s) KAREN YUMI SHIGUEOKA, NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES, FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER

120 2010.0008915-3/0 - Processo de Conhecimento — RENATO DA SILVA X MAPFRE - VERA CRUZ SEGURADORA S/A

"Ao procurador judicial da parte autora, para comparecer em cartório para retirar alvará judicial de nº 1319/2011, de fls. 166, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestando-se, no momento da retirada, se dá quitação quanto ao débito oriundo da presente demanda, dizendo se tem interesse no prosseguimento do feito, demonstrando o saldo credor remanescente em caso positivo, sob pena de extinção da execução pela satisfação integral da obrigação".

Adv(s) KAREN YUMI SHIGUEOKA, FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA, ELLEN KARINA BORGES SANTOS, RAFAELA POLYDORO KUSTER, NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES

121 2010.0009189-6/0 - Execução Título Extrajudicial — LAURA BUKI CALDARDO X MARCOS VINICIUS RIGONI (E OUTRO)

Aos procuradores judiciais do exequente para que se manifestem sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, anexa às fl.27. Prazo de 5 (cinco) dias.

Adv(s) MARCOS VINICIUS ROSIN

122 2010.0009240-6/0 - Processo de Conhecimento — ROSEMEIRE FELICIANO X SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) VIVIANE RIDÃO RIBEIRO, ERIKA FERNANDA RAMOS, JAIME OLIVEIRA PENTEADO

123 2010.0009276-0/0 - Processo de Conhecimento — JOSÉ APARECIDO JACINTO X BV FINANCEIRA

Aos procuradores judiciais das partes sobre sentença de fls. 52/53 e homologação de fls. 54, nos seguintes termos: "Ante o exposto julgo parcialmente procedente pedido da exordial. Condeno, com fulcro no artigo 269, I do Código de Processo Civil, a reclamada BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento ao pagamento a título repetição simples no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) e no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais) referente a TAC e 54 parcelas de R$ 2,85 (dois reais e oitenta e seis centavos) referentes a TEC, ao autor José Aparecido Jacinto, atualizados de correção monetária pela média do INPC + IGP DI conforme Decreto Lei 1.544 / 95, e juros moratórios de 1% ao mês, da data da citação. Não há sucumbência e honorários advocatícios em sede de Juizado Especial Cível, por força do artigo 55 da Lei 9.099/95". - "No momento processual definido no artigo 40, da Lei 9099/95, e examinando a r. sentença de fls. 52/53 prolatada pelo Sr. Juiz Leigo - Dr. Wilson Kaba, homologo, o que dela consta para que produza seus efeitos jurídicos e legais."

Adv(s) JOSE VALTER OLIVEIRA CUSTODIO, FELIPE SILVA VIEIRA, REINALDO MIRICO ARONIS, SIMONE REGINA DOS SANTOS, MARCIA REGINA ANTONIASSI

124 2010.0009306-3/0 - Processo de Conhecimento — LUIZ HENRIQUE DA FREIRIA FREITAS X BANCO DO BRASIL S/A

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) LUIZ HENRIQUE FREIRIA FREITAS, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, JOSÉ ANTONIO BRÓGLIO ARALDI

125 2010.0009615-2/0 - Processo de Conhecimento — PACÍFICO JOSÉ DE SOUZA X BANCO BRADESCO S/A

Aos procuradores judiciais das partes sobre despacho de fl. 131, nos seguintes termos: "Versam os autos sobre a correção monetária de cadernetas de poupança em decorrência dos Planos Collor I e/ou II. Instaurou-se, perante Supremo Tribunal Federal, os recursos extraordinários nº 591797 e n° 626307, onde foi deferida liminar, determinado o sobrestamento dos processos versando sobre tal matéria. Dessa forma, levando-se em conta o teor da liminar deferida, determino a suspensão do feito, o que faço com fulcro no artigo 265, VI c/c artigo 2º, I da resolução 12/09 do Superior Tribunal de Justiça, até o ulterior julgamento por aquela Corte".

Adv(s) LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA, PAULO HENRIQUE BORNIA SANTORO, DANIELA DE CARVALHO SILVA, SIDINEI CANDIDO DE ALMEIDA

126 2010.0009673-4/0 - Processo de Conhecimento — DEISI CRISTINA HASEGAWA X MERCADO LIVRE COMÉRCIO ATIVIDADES DE INTERNET LTDA

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) MARCELO JOSE PERALTA, MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, PATRICIA SHIMA

127 2010.0009723-0/0 - Processo de Conhecimento — JAIRO MARCIANO DA ENCARNAÇÃO X SUPERMERCADO MERCADORAMA

Ao procurador judicial da parte requerida para se manifestar com relação ao AR negativo com a informação de endereço insuficiente. Prazo de 05 (cinco) dias.

Adv(s) JOSE VICENTE FILIPPON SIECZKOWSKI

128 2010.0009829-0/0 - Processo de Conhecimento — MARIA DE LOURDES DOS SANTOS X BANCO BMG

DR. NAYARA POLISELI RAMOS : Proceda-se à devolução dos autos em 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC.

Adv(s) NAIARA POLISELI RAMOS, JULIE CRIS SHISHIDO, ERIKA HIKISHIMA FRAGA, MIEKO ITO, SIMONE MARQUES SZESZ

129 2010.0010147-5/0 - Processo de Conhecimento — JOÃO ADERICO MARTINS X BANCO ITAUCARD S.A

Aos procuradores judiciais da parte reclamada, BANCO ITAUCARD S.A, sobre a certidão de fls. 57, nos seguintes termos: "Da parte depositante para que, no prazo de cinco dias, esclareça a finalidade do depósito de fls.54 (se para pagamento da dívida ou garantia do juízo), sob pena de se presumir pelo pagamento, com a liberação da quantia ao credor".

Adv(s) RUI FRANCISCO GARMUS, ANA LUCIA GABELLA, THIAGO COLLETI PODANOSQUI, JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR, CRYSTIANE LINHARES, JORGE MARCELO PINTOS PAYERAS

130 2010.0010162-8/0 - Processo de Conhecimento — CLARICE FLORÊNCIA MATTOS X MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A

Aos procuradores judiciais das partes sobre sentença proferida em sede de Embargos de Declaração anexa às fls. 164 e homologada às fls. 165, nos seguintes termos: "Recebo os presentes embargos, pois tempestivos. Não há incidência do artigo 48 da Lei 9.099/95, nem mesmo erro material. Ademais a conta apresentada por este juízo é mais favorável ao autor do que a apresentada por seu advogado. Considerou - se o valor sem correção, incidindo o desconto de 8% e posteriormente corrigiu - se os valores. O inverso é mais prejudicial, pois efetua a correção e posteriormente incide o desconto. Basta efetuar o cálculo. Nego provimento aos embargos de declaração." - "Na forma do disposto no art. 40, da Lei 9099/95, acrescento à r. decisão de fls. 164, o seguinte: E, se a contagem dos juros moratórios eventualmente foi contrária ao que determina a lei, não são os embargos declaratórios a via correta para manifestar inconformismo e sim o recurso inominado. No mais, permanece a r. decisão tal como lançada, a qual homologo, com o acréscimo supra, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos".

Adv(s) ANTONIO CARLOS CANTONI, JEFFERSON CARLOS RABELO, FABIANO CAMPOS ZETTEL, ANA CHRISTINA DE VASCONCELLOS, BERNARDO DE VASCONCELLOS

131 2010.0010187-9/0 - Processo de Conhecimento — VERA EUNICE LEMES DOS SANTOS X BANCO SANTANDER BRASIL S.A

DR. VALDECI ELEUTERIO : Proceda-se à devolução dos autos em 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC.

Adv(s) VALDECI ELEUTERIO, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, CESAR AUGUSTO TERRA, GILBERTO STINGLIN LOTH, VANILTON DE FREITAS SCOPONI, EDMAR HONORATO DA SILVA

132 2010.0010256-4/0 - Processo de Conhecimento — E. J. FIGUEIREDO & CIA LTDA X TIM CELULAR S.A

Aos procuradores judiciais das partes para que se manifestem sobre os ofícios anexos às fl. 267 à 271. Prazo de cinco (5) dias.

Adv(s) MARIO LUCIO ZANATTA, MARLY APARECIDA BORGES KOTINDA, SÉRGIO LEAL MARTINEZ, MARCIA REGINA ANTONIASSI, GEANDRO LUIZ SCOPEL, VINICIUS LUDWIG VALDEZ

133 2010.0010505-8/0 - Processo de Conhecimento — BEATRIZ FEIJO DA COSTA X CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA SEGURADORA S.A

Aos procuradores judiciais das partes para se manifestarem, querendo, sobre o laudo do IML e documentos juntados às fls.65/118, no prazo comum de 5 (cinco) dias.

Adv(s) JOSÉ AUGUSTO BARBOSA URBANEJA, MARCIA SATIL PARREIRA, CEZAR EDUARDO ZILIOTTO, MARISA SETSUKO KOBAYASHI, JOÃO LUIZ CUNHA DOS SANTOS

134 2010.0010635-0/0 - Processo de Conhecimento — BRAZ PUCCI X BANCO BMG S/A

Aos procuradores judiciais da parte reclamada sobre certidão de fls. 66, nos seguintes termos: "Da parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados pela parte adversa, no prazo de 05 (cinco) dias".

Adv(s) EDGAR EHARA, JULIE CRIS SHISHIDO, ERIKA HIKISHIMA FRAGA, SIMONE MARQUES SZESZ, JOAO EDUARDO OLIVEIRA CLAUDIO MACHADO

135 2010.0010971-7/0 - Processo de Conhecimento — SEBASTIAO PINTO FERREIRA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Aos procuradores das partes sobre o despacho de fls.112, com o seguinte teor: "À falta do indispensável B.O. ou da RAS, designe-se audiência de instrução e julgamento para que o reclamante prove que sofreu acidente de trânsito de veículo automotor de via terrestre em Setembro/1990 e que dele resultam lesões incapacitantes (...)".

Adv(s) NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES, KAREN YUMI SHIGUEOKA, FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA, ERIKA FERNANDA RAMOS, JACQUELINE ITO, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, FLÁVIO PENTEADO GEROMINI, FABIANO NEVES MACIEYWSKI, FERNANDO MURILO COSTA GARCIA

136 2010.0010971-7/0 - Processo de Conhecimento — SEBASTIAO PINTO FERREIRA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Designação de Audiência de Instrução e Julgamento as 15:00 do dia 03/02/2012

Adv(s) NANCI TEREZINHA ZIMMER RIBEIRO LOPES, KAREN YUMI SHIGUEOKA, FERNANDA NISHIDA XAVIER DA SILVA, ERIKA FERNANDA RAMOS, JACQUELINE ITO, GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, FLÁVIO PENTEADO GEROMINI, FABIANO NEVES MACIEYWSKI, FERNANDO MURILO COSTA GARCIA

137 2010.0011047-4/0 - Execução Título Extrajudicial — TEDIS ANTÔNIO PARRA X MC CÓPIAS LTDA - ME

Designação de Audiência Conc. Pós-Penhora as 15:50 do dia 11/10/2011

Adv(s) VIVIANE ROQUE BATISTA, RAFAEL AVANZI PRAVATO

138 2010.0011047-4/0 - Execução Título Extrajudicial — TEDIS ANTÔNIO PARRA X MC CÓPIAS LTDA - ME

Ao procurador da parte autora, sobre o despacho de fls.42, com o seguinte teor: "Diante da certidão de fls.141, torno sem efeito o despacho de fls.40. Designe-se audiência de tentativa conciliatória entre as partes, nos termos de praxe"

Adv(s) VIVIANE ROQUE BATISTA, RAFAEL AVANZI PRAVATO

139 2010.0011069-0/0 - Processo de Conhecimento — WILLIAM ANTONIO VITTI X SANCHES E PIACENTINI LTDA

Aos procuradores judiciais das partes sobre sentença de fls. 187/188 e homologação de fls. 189, nos seguintes termos: "O autor não pode pleitear em nome próprio, direito alheio, como aqui ficou configurado. Razão pela qual, merece ser acolhida a preliminar de ilegitimidade ativa previamente argüida. Não obstante o acolhimento da primeira preliminar - ilegitimidade ativa - argüida, em análise aos documentos jungidos aos autos (fls. 156/158 e 168/185), verifico a existência de ação já proposta contra a Ré com a mesma causa de pedir e pedido junto a 9ª Vara Civel de Londrina (Autos 44.372/2010), com decisão já proferida pelo MM. Juiz Titular (fls. 156/158) encontrando-se atualmente em fase recursal (fls.168/184), motivo pelo qual incide plenamente a figura processual da litispendência argüida em contestação, fazendo jus também o seu acolhimento. Concluo, portanto, que tais preliminares de ilegitimidade ativa e litispendência merecem ser acolhidas, diante do conjunto probatório trazido aos autos, devendo, diante de todo o exposto, ser esta ação EXTINTA, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM BASE NO ART. 267, incisos V e VI do Código de Processo Civil. Indefiro, por hora, os benefícios da assistência judiciária gratuita pleiteado às fls. 20, uma vez que a parte autora não abarca os requisitos necessários a sua concessão. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau". - "No momento processual definido no artigo 40, da Lei 9099/95, e examinando a r. sentença de fls.187/188, prolatada pela Sra. Juiza Leiga - Dra. Maristela Viana de Queiroz, homologo, o que dela consta para que produza seus efeitos jurídicos e legais. Sem custas".

Adv(s) FERNANDO SASAKI, GABRIEL NOGUEIRA MIRANDA, VANDERLEY DOIN PACHECO, THIAGO TRISTÃO BARBOSA

140 2010.0011139-7/0 - Processo de Conhecimento — NERI ARRUDA DA SILVA X MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Aos procuradores judiciais das partes para se manifestarem, querendo, sobre o laudo do IML e documentos juntados às fls.97/102, no prazo comum de 5 (cinco) dias.

Adv(s) GUILHERME REGIO PEGORARO, ELLEN KARINA BORGES SANTOS, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, RAFAELA POLYDORO KUSTER

141 2010.0011307-0/0 - Processo de Conhecimento — VAGNER GOMES RIBEIRO X BANCO REAL (ABN AMRO REAL ADM DE CONSÓRCIO LTDA)

Aos procuradores judiciais das partes sobre sentença proferida em sede de Embargos de Declaração anexa às fls. 95 e homologação de fls. 96, nos seguintes termos: "Recebo os presentes embargos, pois tempestivos. Não verifico incidência de omissão prevista no artigo 48 da Lei 9.099/95. Embargante pretende a reforma da decisão, neste sentido a peça processual não é adequada para o fim pretendido, devendo ser conhecidos por meio de recurso inominado. Nego provimento aos Embargos de Declaração". - "No momento processual definido no artigo 40, da Lei 9099/95, e examinando a r. decisão de fls. 95 prolatada pelo Sr. Juiz Leigo - Dr. Wilson Kaba, homologo, o que dela consta para que produza seus efeitos jurídicos e legais."

Adv(s) HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO, EDUARDO GROSS, MELISSA MARINO, RENATO TORINO, JOÃO MARCELO PINTO, LEANDRO LOVATTO CARMINATTI, ORLANDO COUTINHO MENDES

142 2010.0011684-2/0 - Processo de Conhecimento — EDUARDO DE LIMA X BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS - FINAA BMC S/A

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) HAROLDO MEIRELES FILHO, RAFAEL DE REZENDE GIRALDI, PAULO HENRIQUE BORNIA SANTORO

143 2010.0011694-3/0 - Processo de Conhecimento — ANDRÉ LUIS DE ANDRADE BARIZON (E OUTRO) X MAXMIX COMERCIAL LTDA

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito

Adv(s) RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS, VALMIR BERNARDO PARISI, MARCIO LUIZ NIERO, RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS, BRUNA MINUZZE FERNANDES

# 1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

**1º (PRIMEIRO) JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA**
**JUIZ DE DIREITO: DOUTOR WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA**

**RELAÇÃO Nº 38/11**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| Benedicto Carlos de Siqueira | 03 | 2008.1431-9 |
| Geovania Tatibana de Souza | 02 | 2008.0392-9 |
| Irineu dos Santos Vainer | 05 | 2010.1447-9 |
| Regina Reiko Utsumi | 04 | 2009.1598-8 |
| Thiago Caversan Antunes | 01 | 2007.1877-0 |

01 - Ação Penal Pública - 2007.1877-0 ESTADO x MARCOS ROGERIO DE CAMPOS. "Decisão datada de 14 de setembro de 2011 com o seguinte teor: "julgo, por sentença, extinta a punibilidade do fato imputado a MARCOS ROGERIO DE CAMPOS, em face do que consta na sentença de fls. 91 e 92 e o efetivo cumprimento da pena, conforme documentos de fls. 132". Advogado: Thiago Caversan Antunes OAB/PR 38.469.
02 - Ação Penal Pública - 2008.0392-9 ESTADO x DIEGO SANTOS GARCIA E OUTRO. "Decisão datada de 14 de setembro de 2011 com o seguinte teor: "Diante do cumprimento das condições estabelecidas por ocasião da suspensão condicional do processo, a teor do art. 89, §5º da Lei 9.099/95, julgo extinta a punibilidade do fato imputado a DIEGO SANTOS GARCIA". Advogado: Geovania Tatibana de Souza OAB/PR 4.219.
03 - Ação Penal Pública - 2008.1431-9 ESTADO x MARCO ANTONIO PANTOJA. "Decisão datada de 02 de setembro de 2011 com o seguinte teor: "Diante do cumprimento das condições estabelecidas por ocasião da suspensão condicional do processo, a teor do art. 89, §5º da Lei 9.099/95, julgo extinta a punibilidade do fato imputado a MARCO ANTONIO PANTOJA. Outrossim, considerando que os bens apreendidos nos autos destinam-se a pratica delituosa e com fulcro no art. 779 do Código de Processo Penal, c/c art. 1º do Decreto-Lei nº 3.668/41, outro caminho não resta a não ser acolher a manifestação ministerial e DECRETO o confisco dos instrumentos utilizados para a prática de contravenções penais e sua perda, bem como o produto do delito em favor da União, a fim de que sejam inutilizados, na forma do art. 124 do Código de Processo Penal". Advogado: Benedicto Carlos de Siqueira OAB/PR 11.502-A
04 - Termo Circunstanciado - 2009.1598-8 ROSILAINE DE LOURDES MIGOTO x GESSY FELICIANO. "Decisão datada de 08 de setembro de 2011 com o seguinte teor: Decorridos mais de dois anos desde a data dos fatos (06.08.2009) sem ocorrência de causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, forçoso se torna acolher a promoção ministerial retro para julgar extinta a punibilidade do fato imputado a GESSY FELICIANO, face o evento da prescrição da pretensão punitiva por parte do Estado. No que pertine ao delito capitulado no art. 129 do Código Penal, manifeste-se o Ministério Público sobre o contido no requerimento de folhas 21". Advogado: Regina Reiko Utsumi OAB/PR 51.301.
05 - Termo Circunstanciado - 2010.1447-9 - A COLETIVIDADE x JEFERSON PAULO JARDIM PROCEK. "Decisão datada de 05 de setembro de 2011 com o seguinte teor: considerando a ausência de provas a embasar eventual ação penal com fulcro no art. 147 do Código Penal, bem como a ausência de dolo em relação ao delito tipificado no art. 330 do C.P., forçoso se torna acolher a cota ministerial retro para determinar o arquivamento dos presentes autos. Retifique-se autuação para constar o art. 147 do C.P., expeça-se ofício ao DETRAN conforme requerido no parecer, após remetam-se os autos a delegacia de origem". Advogado: Irineu dos Santos Vainer, OAB/PR 51.970.

Londrina, 28 de setembro de 2011.

## 2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

SEGUNDO (2º) JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL - COMARCA DE LONDRINA
Av. Duque de Caxias nº 689 - prédio Anexo I ao Fórum (2º andar)
CEP 86.015-902 telefones: (43) 3372-3102 fax (43) 3372-3104
JUIZ DE DIREITO: JOÃO ANTÔNIO DE MARCHI

RELAÇÃO Nº 074/2011

| Advogado(a) | N º de Ordem | Autos |
|---|---|---|
| Elizabeth Nadalim | 04 | 2011.0022-4 |
| Homero da Rocha | 01 | 2009.0398-0 |
| João Ademar Menta | 02 | 2009.1086-2 |
| Luciana do Carmo Neves | 04 | 2011.0022-4 |
| Márcio Barbosa Zerneri | 04 | 2011.0022-4 |
| Renato Moreno dos Santos | 03 | 2010.1369-3 |
| Rossana Helena Karatzios | 04 | 2011.0022-4 |

01 - Ação Penal Pública - 0013399-24.2009.8.16.0014 - Controle 2009.0398-0 - O MINISTÉRIO PÚBLICO X LUCAS HENRIQUE DA SILVA. Sentença datada de 02.09.2011. "... Diante do exposto, JULGO, por sentença, a fim de que produza seus efeitos legais, EXTINTA A PUNIBILIDADE da infração penal atribuída ao(à) acusado(a) LUCAS HENRIQUE DA SILVA ... ante a ocorrência da PRECRIÇÃO da pretensão punitiva do Estado e, em consequência, REJEITO A DENÚNCIA ... por falta de condição para o exercício da ação penal (interesse processual) e, ainda como corolário, DESCONTITUO A DECISÃO HOMOLOGATÓRIA de fls. 42/43 ... Publique-se. Registre-se. Intimem-se.".
Advogado(a)s: Homero da Rocha OAB/PR nº 37.044.

02 - Ação Penal Pública - 0014082-61.2009.8.16.0014 - Controle 2009.1086-2 - O MINISTÉRIO PÚBLICO X GISLAINE APARECIDA DE DEUS. Sentença datada de 02.09.2011: "... Diante do exposto, JULGO, por sentença, a fim de que produza seus efeitos legais, EXTINTAS AS PUNIBILIDADES das infrações penais atribuídas ao(à) acusado(a) GISLAINE APARECIDA DE DEUS ... ante a ocorrência da PRECRIÇÃO da pretensão punitiva do Estado (crime de ameaça) ... ante a ocorrência da PRECRIÇÃO da pretensão punitiva do Estado, na forma retroativa (crime de lesão corporal) e, em consequência, REJEITO A DENÚNCIA ... por falta de condição para o exercício da ação penal (interesse processual) e, ainda como corolário, DESCONTITUO A DECISÃO HOMOLOGATÓRIA de fls. 73/74 ... Publique-se. Registre-se. Intimem-se.".
Advogado(a)s: João Ademar Menta, OAB/PR Nº 8.984.

03 - Ação Penal Pública - 0055422-48.2010.8.16.0014 - Controle 2010.1369-3 - O MINISTÉRIO PÚBLICO X VICTOR HUGO DE LIMA GRANO. Sentença datada de 06.09.2011. "... Diante do exposto, JULGO, por sentença, a fim de que produza seus efeitos legais, EXTINTA A PUNIBILIDADE da infração penal atribuída ao(à) acusado(a) VICTOR HUGO DE LIMA GRANO ... ante a ocorrência da PRECRIÇÃO da pretensão punitiva do Estado, na forma retroativa e, em consequência, REJEITO A DENÚNCIA ... por falta de condição para o exercício da ação penal (interesse processual) ... Publique-se. Registre-se. Intimem-se os interessados.".
Advogado(a)s: Renato Moreno dos Santos OAB/PR nº 50.060.

04 - Autos de Execução de Pena - 0042449-27.2011.8.16.0014 - Controle 2011.0022-4 - BRUNO LUIZ GOES MACIEL. Despacho datado de 19.09.2011. "Para realização da audiência postergada (fl. 19), designo o dia 17.10.2011, às 15:30 horas ...".
Advogado(a)s: Márcio Barbosa Zerneri, OAB/PR Nº 15.582, Rossana Helena Karatzios, OAB/PR Nº 13.894, Luciana Do Carmo Neves, OAB/PR Nº 16.437 e Elizabeth Nadalim, OAB/PR Nº 11.863.

Londrina, 28 de setembro de 2011.

## PALOTINA

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**Juizado Especial Cível da Comarca de Palotina/PR**
**Rua XV de Novembro, 1170 - Fone/Fax: (44) 3649-9576**
**MM. Juiz Titular - Dr.Marcio Rigui Prado**
**Secretário Designado - Gilson Cristiano Missio**

**Relação nº. 23/2011**

Dr. Adilson de Castro Junior OAB/PR 18.435..... 05
Dr. Ana Elisa Vieira Navarro OAB/PR 27.943..... 05
Dr. André da Costa Ribeiro OAB/PR 20.300..... 10
Dr. André da Costa Ribeiro OAB/PR 20.300..... 11
Dr. Ardêmio Dorival Mucke OAB/PR 9.530..... 09
Dr. Caroline Vanessa Mayer Carnelosso dos Santos OAB/PR 44.680..... 03
Dr. Claudio Cezar Orsi OAB/PR 25.287..... 11
Dr. Cristiane Oliveira Azim Nogueira OAB/PR 24.456..... 09
Dr. Danieli Michelon do Valle OAB/PR 39.980..... 10
Dr. Edilson Luiz Ziminani Cabral OAB/PR 25.012..... 11
Dr. Ellis Ernani Cechelero OAB/PR 10.135..... 10
Dr. Ellis Ernani Cechelero OAB/PR 10.135..... 11
Dr. Ernesto de Cunto Rondelli OAB/SP 46.593..... 10
Dr. Evandro M. V. de Moraes OAB/PR 38.583..... 07
Dr. Fábio Y. Araki OAB/PR 33.486..... 06
Dr. Fabiula Maroso Pelanda OAB/PR 35.024..... 11
Dr. Gleidson de Moraes Mucke OAB/PR 44.037..... 09
Dr. Graziela Maria Rigo Ferrari OAB/PR 24.326..... 07
Dr. Irineu Biezus OAB/PR 16.734..... 05
Dr. José Gunther Menz OAB/PR 35.763..... 09
Dr. Kleber Veltrini Tozzi OAB/PR 27.567..... 09
Dr. Lacordair Guimarães de Oliveira OAB/GO 8.269..... 11
Dr. Leirson de Moares Mucke OAB/PR 36.054..... 09
Dr. Leocir João Ródio OAB/PR 16.127..... 01
Dr. Leocir João Ródio OAB/PR 16.127..... 02
Dr. Leocir João Ródio OAB/PR 16.127..... 03
Dr. Leocir João Ródio OAB/PR 16.127..... 09
Dr. Leocir João Ródio OAB/PR 16.217..... 04

Dr. Márcia da Silva OAB/PR 26.495..... 12
Dr. Marcos Julio Antonietti Claus OAB/PR 51.230..... 10
Dr. Marcos Julio Antonietti Claus OAB/PR 51.230..... 11
Dr. Marcos Odacir Aschidamini OAB/PR 40.851..... 09
Dr. Nilberto Rafael Vanzo OAB/PR 33.151-B..... 10
Dr. Oldemar Mariano OAB/PR 4.591..... 08
Dr. Osvaldo Krames Neto OAB/PR 21.186..... 04
Dr. Osvaldo Krames Neto OAB/PR 21.186..... 12
Dr. Roberto Busato Filho OAB/PR 41.680..... 08
Dr. Rodrigo Cardoso de Souza OAB/PR 21.048..... 05
Dr. Sergio Luiz Belotto Junior OAB/PR 36.063..... 08
Dr. Vagner Celso Gomes Pessoa OAB/PR 24.915..... 08
Dr. Willians Eidy Yoshizumi OAB/PR 57.013..... 09

1- Processo de Conhecimento nº 742/08 - Autor - LUIZ CARLOS GIRALDO - Réu - ALMIR JOSÉ PANDOLFO - "Fica a parte exequente intimada para que indique bens de propriedade da parte executada, passíveis de penhora, sob pena de extinção do processo, conforme item VI.1 da Portaria 03/2010 desde Juizado Especial Cível". - Adv. Dr. Leocir João Ródio OAB/PR 16.127.
2- Processo de Conhecimento nº 492/06 - Autor - JOVELINA ZANATTA RAYCIK TEODORO - Réu - MAURO DORFSCHIMIDT - "Fica a parte exequente intimada para que indique bens de propriedade da parte executada, passíveis de penhora, sob pena de extinção do processo, conforme item VI.1 da Portaria 03/2010 desde Juizado Especial Cível". - Adv. Dr. Leocir João Ródio OAB/PR 16.127.
3- Processo de Execução nº 136/2005 - Autor - IRIO GABRIEL - Réu - ROBSON G. DOS SANTOS E OUTROS - "Fica a parte exequente intimada para que indique bens de propriedade da parte executada, passíveis de penhora, sob pena de extinção do processo, conforme item VI.1 da Portaria 03/2010 desde Juizado Especial Cível". - Adv. Dr. Leocir João Ródio OAB/PR 16.127, Dr. Caroline Vanessa Mayer Carnelosso dos Santos OAB/PR 44.680.
4- Processo de Conhecimento nº 918/05 - Autor - DILMA APARECIDA HOCHSHEIDT - Réu - AFONSO HOCHSHEIDT - "Fica a parte exequente intimada para que indique bens de propriedade da parte executada, passíveis de penhora, sob pena de extinção do processo, conforme item VI.1 da Portaria 03/2010 desde Juizado Especial Cível". - Adv. Dr. Leocir João Ródio OAB/PR 16.217, Adv. Dr. Osvaldo Krames Neto OAB/PR 21.186.
5- Processo de Conhecimento nº 484/03 - Autor - AOLI VANUSA BERNARDES - Réu - EMBRATEL - Ante a certidão retro, manifestem-se as partes (valor de R$ 231,00 depositado na conta judicial nº 4100117990582). - Adv. Dr. Irineu Biezus OAB/PR 16.734, Adv. Dr. Ana Elisa Vieira Navarro OAB/PR 27.943, Adv. Dr. Rodrigo Cardoso de Souza OAB/PR 21.048, Adv. Dr. Adilson de Castro Junior OAB/PR 18.435.
6- Processo de Conhecimento nº 149/09 - Autor - RADIADORES E BATERIAS PALOTINA LTDA - Réu - LESSANDRA ROMÃO DA SILVA LOBATO - "Fica a parte exequente intimada para que indique bens de propriedade da parte executada, passíveis de penhora, sob pena de extinção do processo, conforme item VI.1 da Portaria 03/2010 desde Juizado Especial Cível". - Adv. Dr. Fábio Y. Araki OAB/PR 33.486.
7- Processo de Conhecimento nº 705/09 - Autor - AURELIO ANTONIO CANHADAS - Réu - ORDENHADEIRAS SULINOX LTDA - "Considerando o valor penhorado corresponde ao requerido pela parte exequente quando da solicitação de execução (fl. 117), e ainda ante a ausência de embargos pela parte executada, deve o processo ser extinto. Ante o exposto, com fulcro no artigo 794, I, do CPC, julgo extinto o processo. Expeça-se alvará, em favor da parte exequente do valor penhorado à fl. 124. P.R.I., procedendo-se a baixa na distribuição, com os necessários levantamentos e arquivando-se, oportunamente". - Adv. Dr. Evandro M. V. de Moraes OAB/PR 38.583, Adv. Dr. Graziela Maria Rigo Ferrari OAB/PR 24.326.
8- Processo de Conhecimento nº 520/07 - Autor - IRENE TIEDT DAUGS - Réu - HSBC - BANCO BRASIL S/A BANCO MULTIPLO - Fica a parte ré intimada a comparecer perante esta secretaria para a retirada de alvará expedido em seu favor. - Adv. Dr. Vagner Celso Gomes Pessoa OAB/PR 24.915, Adv. Dr. Oldemar Mariano OAB/PR 4.591, Adv. Dr. Roberto Busato Filho OAB/PR 41.680, Adv. Dr. Sergio Luiz Belotto Junior OAB/PR 36.063.
9- Processo de Conhecimento nº 756/08 - Autor - NADIR VITOR FREITA - Réu - FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU E IESDE BRASIL S/A- "Nos termos do item III.1. da Portaria nº 03/2010 deste Juizado Especial Cível, ficam as partes cientes da baixa dos autos". Fica a parte recorrente intimada da existência de valor depositado a titulo de custas recursais, em razão do provimento do recurso (certidão de fl. 865). - Adv. Dr. Leocir João Ródio OAB/PR 16.127, Adv. Dr. Marcos Odacir Aschidamini OAB/PR 40.851, Adv. Dr. Cristiane Oliveira Azim Nogueira OAB/PR 24.456, Adv. Dr. José Gunther Menz OAB/PR 35.763, Adv. Dr. Ardêmio Dorival Mucke OAB/PR 9.530, Adv. Dr. Gleidson de Moraes Mucke OAB/PR 44.037, Adv. Dr. Leirson de Moares Mucke OAB/PR 36.054, Adv. Dr. Willians Eidy Yoshizumi OAB/PR 57.013, Adv. Dr. Kleber Veltrini Tozzi OAB/PR 27.567.
10- Processo de Conhecimento nº 400/09 - Autor - DHIONE DE OLIVEIRA E INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CLIMATIZADORES UNIÃO LTDA - Réu - FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA, SLAVIERO CASCAVEL LTDA E RENATO CAMINHÕES LTDA - "Em razão do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido pelos Reclamados, DECLARANDO a inexigibilidade dos débitos com o Reclamado Renato Caminhões Ltda., no valor de R$-2.287,40 (Dois mil duzentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos). Condeno os Reclamados a restituírem a importância de R4-760,00 (Setecentos e sessenta reais), em dobro, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês, a partir de 06/04/2009. Julgo IMPROCEDENTE o pedido contraposto formulado pelo Reclamado Renato Caminhões Ltda. Julgo EXTINTO, sem julgamento do mérito, o pedido formulado contra Slaviero de Cascavel Ltda., face a ilegitimidade passiva do reclamado, com fulcro no Art. 267, VI, do Código de Processo Civil. Deixo de condenar as partes no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em razão do disposto no artigo 55 da Lei nº9099/95. Remetam-se os autos ao MM. Juiz de Direito para análise. Publique-se, registre-se e intimem-se. Homologo (...)". - Adv. Dr. Marcos Julio Antonietti Claus OAB/PR 51.230, Adv. Dr. Ellis Ernani Cechelero OAB/PR 10.135, Adv. Dr. Ernesto de Cunto Rondelli OAB/SP 46.593, Adv. Dr. Nilberto Rafael Vanzo OAB/PR 33.151-B, Adv. Dr. Danieli Michelon do Valle OAB/PR 39.980, Adv. Dr. André da Costa Ribeiro OAB/PR 20.300.
11- Processo de Conhecimento nº 140/09 - Autor - MARCILIO ZACARIAS - Réu - FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA, AVECAM COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA E FORLAN JPAR - DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA - "Em razão do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pelo Reclamante, confirmando a liminar concedida na decisão de fls. 50, DECLARANDO a inexigibilidade dos débitos com a reclamada JPAR, no valor R$-9.274,84 (nove mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos). A título de danos morais, condeno solidariamente os Reclamados ao pagamento de R$-4.000,00 (quatro mil reais) acrescidos de correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês, a partir da publicação desta sentença. Deixo de condenar as partes no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em razão do disposto no artigo 55 da Lei nº9.099/95. Remetam-se os autos ao MM. Juiz de Direito para análise. Publique-se, registre-se e intimem-se. Homologo (...)". - Adv. Dr. Fabiula Maroso Pelanda OAB/PR 35.024, Adv. Dr. Marcos Julio Antonietti Claus OAB/PR 51.230, Adv. Dr. Ellis Ernani Cechelero OAB/PR 10.135, Adv. Dr. Edilson Luiz Ziminani Cabral OAB/PR 25.012, Adv. Dr. Claudio Cezar Orsi OAB/PR 25.287, Adv. Dr. Lacordair Guimarães de Oliveira OAB/GO 8.269, Adv. Dr. André da Costa Ribeiro OAB/PR 20.300.
Processo de Execução nº 161/02 - Autor - JAIR BARBACOVI - Réu - INDÚSTRIA CERÂMICA ARGILAR LTDA - "Trata-se de ação de execução que Jair Barbacovi move contra Industria e Cerâmica Argilar LTDA, qualificados nos autos. Considerando a não localização de bens pelo credor, julgo extinto o presente feito nos termos do art. 53, §4º, da Lei nº9.099/95. Fica autorizada a devolução dos documentos. P.R.I., arquivando-se oportunamente". - Adv. Dr. Osvaldo Krames Neto OAB/PR 21.186, Adv. Dr. Márcia da Silva OAB/PR 26.495.

Palotina, 28 de setembro de 2011.

# PRUDENTÓPOLIS

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**- COMARCA DE PRUDENTÓPOLIS -**
**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

- Dr. Valdir Schirlo. (01), (09), (10), (11),(20)
- Dr. Luiz Rodrigues Wambier. (02)
- Dr. Mauri Marcelo Bevervanço Junior. (02)
- Dr. Eriton Augusto Popiu. (03), (04), (06), (07), (08), (12), (16), (17), (18), (19), (22)
- Dr. Luis Carlos Antonio. (05)
- Dr. Juliano Garcia. (13), (14), (15)
- Dra. LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (20)
- Dra. Laryssa Agibert Gamba. (21)
- Dra. Rozane Machado Marconato. (23)

1. Processo de Conhecimento nº 427/09 - MAIA E MACHULA LTDA X ANDREIA NAVROSKI. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Valdir Schirlo.
2. Processo de Conhecimento nº 288/2010 - MARIA DE LURDES MELO X BANCO ITAU S.A. "Diante do exposto... Assiste a razão ao embargante, merecendo correção o *decisum,* corrigidos monetariamente pelo INPC ( IBGE), a partir do ajuizamento e acrescidos de juros de 1% ao mês, a partir da citação. ..." ADV Dr. Luiz Rodrigues Wambier, Dr. Mauri Marcelo Bevervanço Junior.
3. Processo de Conhecimento nº 361/09 - BULKA E MACHULA LTDA X WILLIAN RICARDO POOL DE LIMA. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Eriton Augusto Popiu.
4. Processo de Conhecimento nº 561/08 - ODAZIR MIGUEL MOLETA - ME X SILVANA DA COSTA SILVA. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Eriton Augusto Popiu.
5. Processo de Execução nº 339/06 - CARLOS EDUARDO MATIOSKI X JOSÉ ADEMAR SCHIRLO. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Luis Carlos Antonio.
6. Processo de Conhecimento nº 296/09 - BULKA E MACHULA LTDA X DANIELE CORREIA. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Eriton Augusto Popiu.

7. Processo de Conhecimento nº 794/08 - BULKA E MACHULA LTDA X GILSON ROBERTO FERNANDES. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Eriton Augusto Popiu.
8. Processo de Conhecimento nº 295/09 - BULKA E MACHULA LTDA X SIRLEI KINAL. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Eriton Augusto Popiu.
9. Processo de Conhecimento nº 426/09 - MAIA E MACHULA LTDA X MARCIA LOPES. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Valdir Schirlo.
10. Processo de Conhecimento nº 563/08 - ODAZIR MIGUEL MOLETA - ME X ROSELI DA COSTA. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Valdir Schirlo.
11. Processo de Conhecimento nº 700/08 - ODAZIR MIGUEL MOLETA - ME X VILSON DE LIMA. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Valdir Schirlo.
12. Processo de Conhecimento nº 675/08 - BULKA E MACHULA LTDA X VALDINEI DE ANDRADE E OUTRA. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Eriton Augusto Popiu.
13. Processo de Execução nº 530/09 - MARISTELA MAGALHAES PIETROBOM - ME X EUGENIO BERECHAVINSKI. "Defiro o prazo de 30 ( Trinta ) dias pela suspensão do processo, decorrido em *in albis,* intime-se o requerente, para que se manifeste no prazo de 10 ( dez ) dias, sanado o óbice, sob pena de extinção e arquivamento ..." ADV Dr. Juliano Garcia.
14. Processo de Conhecimento nº 307/08 - JOSÉ MARIA POCHAPSKI X J.S AUTOPEÇAS & SERVIÇOS LTDA. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Valdir Schirlo.
15. Processo de Execução nº 401/09 - ANTERO PRESTES MOSQUER FUNILIARIA - ME X NICOLAU CHODOMA. "Defiro o prazo de 30 ( Trinta ) dias pela suspensão do processo, decorrido em *in albis,* intime-se o requerente, para que se manifeste no prazo de 10 ( dez ) dias, sanado o óbice, sob pena de extinção e arquivamento ..." ADV Dr. Juliano Garcia.
16. Processo de Conhecimento nº 678/08 - BULKA E MACHULA LTDA X LEO HENRIQUE VORONHUK. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Eriton Augusto Popiu.
17. Processo de Conhecimento nº 810/08 - BULKA E MACHULA LTDA E OUTRA X NICOLAU ALVES. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Eriton Augusto Popiu.
18. Processo de Conhecimento nº 682/09 - PAULO CHANDOHA X RICARDO ANTONIO LUKASIEVCZ. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 794 I do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Juliano Garcia.
19. Processo de Conhecimento nº 192/09 - BULKA E MACHULA LTDA X ANDERSON LUIZ BATISTA. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Eriton Augusto Popiu.
20. Processo de Conhecimento nº 175/2010 -PAULO VERETA X BANCO DOBRASIL S.A. "Diante do exposto... Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. VALDIR SCHIRLO,DR(a).LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS.
21. Processo de Conhecimento nº 266/2010 - ODAZIR MIGUEL MOLETA - ME X ALESSANDRO ALESSI. "Diante do exposto... Defiro o pedido de desentranhamento mediante copia nos autos." ADV Dra. Laryssa Agibert Gamba.
22. Processo de Conhecimento nº 527/08 - BULKA E MACHULA LTDA E OUTRA X VALDOIR TIEPO. "Diante do exposto... "Julgo extinto com fundamento o artigo 267 VIII do Código Processo Civil ..." ADV Dr. Eriton Augusto Popiu.
23. Processo de Conhecimento nº 910/09 - ROGRS EMERSON SILVESTRIN X MAFER TRANSPORTES & TURISMO LTDA - ME. Defiro o prazo de 30 ( Trinta ) dias pela suspensão do processo, decorrido em *in albis,* intime-se o requerente, para que se manifeste no prazo de 10 ( dez ) dias, sanado o óbice, sob pena de extinção e arquivamento ..." ADV Dra. Rozane Machado Marconato.

# RIBEIRÃO DO PINHAL

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**JUIZADO ESPECIAL CIVEL**
**COMARCA DE RIBEIRAO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ**
**DRA. MARCIA HUBLER MOSKO - JUIZA SUPERVISORA**
**EVERTON WILL DA VEIGA - SECRETARIO**

**RELAÇÃO 17/2011**

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADRIANO ANDRES ROSSATO 0005 000312/2009
AGOSTINHO MAGNO C. ALCANT 0013 000001/2011
ANDRE LUIZ IMAI 0004 000310/2009
ARLEY CARDOSO DE CARVALHO 0002 000208/2008
BRAULIO BELINATI GARCIA P 0007 000035/2010
CARLOS EDUARDO MANFREDINI 0014 000185/2010
CHRISTINE MARCIA BRASSAN 0014 000185/2010
FERNANDO ROSA FORTES 0003 000215/2008
HELENA ANNES 0004 000310/2009
JAIR APARECIDO DELLA COLL 0006 000004/2010
KARYSSON LUIZ IMAI 0014 000185/2010
0005 000312/2009
MARCIO ROGERIO DEPOLLI 0007 000035/2010
ORLANDO GEORGE DOS MORO D 0007 000035/2010
0004 000310/2009
PEDRO PAVONI NETO 0001 000078/2000
SERGIO LUIZ MOREIRA 0009 000202/2010
0010 000251/2010
0011 000252/2010
0008 000188/2010
SILVIA MARIA DE MELO ROSA 0012 000320/2010
TRACISIO ARAUJO KROETZ 0014 000185/2010

1.-RECLAMACAO-78/2000-ADILSON JOSE RIBEIRO x WILSON ALENCAR MEDEIROS DE MELLO e outros-Fica intimado a parte recorrida para apresentar, querendo, suas contra-razoes no prazo de 10 (dez) dias. -Adv. PEDRO PAVONI NETO-
2.-ACAO DE COBRANCA (ORD)-208/2008-BUTTAGAS COMERCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA x ARLEY CARDOSO DE CARVALHO-Fica intimado o impugnante para complementacao do valor remanescente no prazo de 10 (dez) dias.-Adv. ARLEY CARDOSO DE CARVALHO JUNIOR-
3.-ACAO DE COBRANCA (ORD)-215/2008-BUTTAGAS COMERCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA x JOSE PETRELE-Fica intimado o reclamante para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, indicando bens do executado passiveis de penhora, sob pena da adocao da providencia prevista no art. 53, paragrafo 4 da Lei 9099/95. -Adv. FERNANDO ROSA FORTES-
4.-ACAO DE INDENIZACAO (ORD)-310/2009-DALTON LUIZ LUITZ IMAI x TIM CELULAR S.A-Homologo a decisao apresentada pela juiza leiga as fls. 66/70. -Adv. ANDRE LUIZ IMAI, HELENA ANNES e ORLANDO GEORGE DOS MORO DULCI DELA-
5.-ACAO DE INDENIZACAO (ORD)-312/2009-ANDRE APARECIDO DE SOUZA x EUCLIDES DE MELO AGOSTINHO-Fica designada a audiencia de conciliacao e de instrucao e julgamento para o dia 03 de novembro de 2011, as 13 00 hrs. -Adv. KARYSSON LUIZ IMAI e ADRIANO ANDRES ROSSATO-
6.-ACAO DECLARATORIA-4/2010-ANTONO AUGUSTO DA SILVA x BANCO BONSUCESSO S/A-Manifeste a parte autora quanto ao oficio de fls. 41, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extincao. -Adv. JAIR APARECIDO DELLA COLLETA-
7.-ACAO DECLARATORIA-35/2010-ANA SILVA DE SOUZA x BANCO ITAU S.A-Tendo em vista a baixa dos autos, fica ciente as partes para requererem o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias. -Adv. ORLANDO GEORGE DOS MORO DULCI DELA, BRAULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MARCIO ROGERIO DEPOLLI-
8.-ACAO DE COBRANCA (ORD)-188/2010-FRANCISCO ASSIS DOS REIS x SILVIA REGINA ESTEVES DE ANDRADE-Fica designada audiencia de conciliacao para o dia 24 de outubro de 2011, as 12 20 hrs. -Adv. SERGIO LUIZ MOREIRA-
9.-ACAO DE COBRANCA (ORD)-202/2010-J.BAHENA OPTICA-ME x JOSE TEIXEIRA CHAVES-Considerando a desistencia da parte autora, e a manifestacao pela extincao do feito, julgo extinto o presente processo. -Adv. SERGIO LUIZ MOREIRA-
10.-EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL-251/2010-L N DE LIMA-CALCADOS-ME x JOSIANE APARECIDA MENDES-Julgo por sentenca, extinto a presente execucao com base no art. 569 do CPC c/c art. 51 caput da Lei 9099/95. -Adv. SERGIO LUIZ MOREIRA-
11.-ACAO DE COBRANCA (ORD)-252/2010-L N DE LIMA-CALCADOS ME x JOELMA DE FATIMA PEDRO-desentranhem-se os documentos juntados, mediante recibo e fotocopia nos autos, entregando a quem de direito. -Adv. SERGIO LUIZ MOREIRA-
12.-ACAO MONITORIA-320/2010-Jaime Luiz Carneiro dos Santos x Tereza Aparecida T. Tabor e outros-Julgo extinto o processo, com base no art. 51, V da Lei 9099/95 C/C art. 267, III do CPC. -Adv. SILVIA MARIA DE MELO ROSA-
13.-EMBARGOS DE TERCEIRO-1/2011-JOAO DA COSTA CARVALHO x ADMIR RIBEIRO-Manifeste o embargante no prazo de 10 (dez) dias, para que emende a inicial, posto, incompreensivel a peticao apresentada, sob pena de extincao. -Adv. AGOSTINHO MAGNO C. ALCANTARA-
14.-RECLAMACAO-185/2010-CELIO SILVERIO CORREIA x EMPRESA CCR RODONORTE CONCESSIONARIA DE RODOVIAS I-Homologo a decisao apresentada pela Juiza Leiga de fls. 89/99. -Adv. CHRISTINE MARCIA BRASSAN, KARYSSON LUIZ IMAI, CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER e TRACISIO ARAUJO KROETZ-

28 DE SETEMBRO DE 2011

# SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

# JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU — JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - Relação N: 020/2011

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| ADALGIR CARLOS COMUNELLO | 016 | 2009.0000101-7/0 |
| ADALGIR CARLOS COMUNELLO | 021 | 2009.0000352-3/0 |
| AFONSO RODEGUER NETO | 015 | 2009.0000090-3/0 |
| ALCEU MACIEL D´AVILA | 017 | 2009.0000117-9/0 |
| ALEXANDRE M. PIERIN | 017 | 2009.0000117-9/0 |
| ALEXANDRE PAVELSKI FILHO | 001 | 2003.0000207-5/0 |
| ALEXANDRE POLITA | 011 | 2008.0000140-3/0 |
| ALEXANDRE POLITA | 013 | 2009.0000028-1/0 |
| ALEXANDRE POLITA | 018 | 2009.0000193-9/0 |
| ALEXANDRE POLITA | 025 | 2009.0000413-1/0 |
| ALEXANDRE POLITA | 027 | 2010.0000088-2/0 |
| ALVARO MARTINHO WALKER | 007 | 2006.0000081-8/0 |
| ALVARO MARTINHO WALKER | 010 | 2008.0000098-2/0 |
| ALVARO MARTINHO WALKER | 011 | 2008.0000140-3/0 |
| ALVARO MARTINHO WALKER | 014 | 2009.0000071-3/0 |
| ALVARO MARTINHO WALKER | 022 | 2009.0000373-7/0 |
| ALVARO MARTINHO WALKER | 023 | 2009.0000397-6/0 |
| ANA PAULA OSTROVSKI | 003 | 2005.0000146-8/0 |
| ANDERSON ALEX VANONI | 024 | 2009.0000408-0/0 |
| ANDERSON ALEX VANONI | 028 | 2010.0000105-0/0 |
| ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO | 009 | 2007.0000494-0/0 |
| ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO | 022 | 2009.0000373-7/0 |
| ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO | 025 | 2009.0000413-1/0 |
| ANIZIO JORGE DA SILVA MOURA | 006 | 2006.0000032-5/0 |
| ANTONIO TARCISIO MATTE | 018 | 2009.0000193-9/0 |
| ANTONIO TARCISIO MATTE | 026 | 2010.0000077-0/0 |
| CARLOS GUSTAVO GARCIA DE CASTRO TROMPOWSKY HECK | 005 | 2005.0000450-8/0 |
| CELSO RUDINEI SILVA DA ROSA | 003 | 2005.0000146-8/0 |
| CELSO RUDINEI SILVA DA ROSA | 019 | 2009.0000267-3/0 |
| CELSO RUDINEI SILVA DA ROSA | 020 | 2009.0000342-2/0 |
| CESAR AUGUSTO SCHOMMER | 003 | 2005.0000146-8/0 |
| CESAR AUGUSTO SCHOMMER | 004 | 2005.0000164-6/0 |
| DANI LEONARDO GIACOMINI | 017 | 2009.0000117-9/0 |
| DANIELA BRANDT SANTOS | 018 | 2009.0000193-9/0 |
| DARIO BORGES DE LIZ NETO | 018 | 2009.0000193-9/0 |
| DAVID HERMES DEPINE | 009 | 2007.0000494-0/0 |
| DAVID HERMES DEPINE | 024 | 2009.0000408-0/0 |
| DAVID HERMES DEPINE | 028 | 2010.0000105-0/0 |
| DIOGO AUGUSTO BIATO NETO | 007 | 2006.0000081-8/0 |
| EDSON SILVA DA COSTA | 002 | 2005.0000029-1/0 |
| EDSON SILVA DA COSTA | 005 | 2005.0000450-8/0 |
| EDSON SILVA DA COSTA | 007 | 2006.0000081-8/0 |
| EDUARDO OLEINIK | 001 | 2003.0000207-5/0 |
| ELIEZER PAZ COUTINHO | 014 | 2009.0000071-3/0 |
| EVELIN PAVELSKI | 001 | 2003.0000207-5/0 |
| EVELIN PAVELSKI | 012 | 2008.0000223-7/0 |
| EVELYNE DANIELLE PALUDO | 004 | 2005.0000164-6/0 |
| EVELYNE DANIELLE PALUDO | 008 | 2007.0000034-4/0 |
| EVELYNE DANIELLE PALUDO | 020 | 2009.0000342-2/0 |
| FABRICIO PERON FAGION | 018 | 2009.0000193-9/0 |
| FABRICIO PERON FAGION | 025 | 2009.0000413-1/0 |
| FABRICIO PERON FAGION | 027 | 2010.0000088-2/0 |
| GEANDRO LUIZ SCOPEL | 017 | 2009.0000117-9/0 |
| HELENA ANNES | 017 | 2009.0000117-9/0 |
| HELIO A. DE LIMA | 008 | 2007.0000034-4/0 |
| HELIO A. DE LIMA | 028 | 2010.0000105-0/0 |
| IJAIR VAMERLATTI | 020 | 2009.0000342-2/0 |
| IVAN CESAR AZEVEDO BORGES DE LIZ | 018 | 2009.0000193-9/0 |
| IVO PALUDO | 008 | 2007.0000034-4/0 |
| JOSE CARLOS DE ALVARENGA MATTOS | 015 | 2009.0000090-3/0 |
| JOSE GALVAO FERNANDES CALDANI | 006 | 2006.0000032-5/0 |
| LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS | 023 | 2009.0000397-6/0 |
| LUCAS EDUARDO GHELLERE | 026 | 2010.0000077-0/0 |
| LUCILEI ORIBKA | 001 | 2003.0000207-5/0 |
| LUIZ CARLOS PASQUALINI | 009 | 2007.0000494-0/0 |
| LUIZ CARLOS PASQUALINI | 014 | 2009.0000071-3/0 |
| LUIZ CARLOS PASQUALINI | 022 | 2009.0000373-7/0 |
| LUIZ CARLOS PASQUALINI | 025 | 2009.0000413-1/0 |
| MARCELO BALDASSARRE CORTEZ | 005 | 2005.0000450-8/0 |
| MARCIA MAYUMI HOTA VICENTINI | 014 | 2009.0000071-3/0 |
| MARIO ESPEDITO OSTROVSKI | 003 | 2005.0000146-8/0 |
| OSLI DE SOUZA MACHADO | 010 | 2008.0000098-2/0 |
| PAULO JOSE PRESTES | 001 | 2003.0000207-5/0 |
| PAULO JOSE PRESTES | 016 | 2009.0000101-7/0 |
| POLIANA CAVAGLIERI SALDANHA DOS ANJOS | 010 | 2008.0000098-2/0 |
| RAQUEL REZENDO PINTO DE ALMEIDA | 018 | 2009.0000193-9/0 |
| REGILDA MIRANDA HEIL FERRO | 022 | 2009.0000373-7/0 |
| REINALDO MIRICO ARONIS | 013 | 2009.0000028-1/0 |
| RENATA DEQUECH | 018 | 2009.0000193-9/0 |
| RICARDO FERREIRA DAMIAO JUNIOR | 014 | 2009.0000071-3/0 |
| RONALDO JOSE E SILVA | 009 | 2007.0000494-0/0 |
| RONALDO JOSE E SILVA | 014 | 2009.0000071-3/0 |
| RONALDO JOSE E SILVA | 022 | 2009.0000373-7/0 |
| RONALDO JOSE E SILVA | 025 | 2009.0000413-1/0 |
| RUBIANA APARECIDA BARBIERI | 015 | 2009.0000090-3/0 |
| SAMANTA REIS BITTENCOURT | 024 | 2009.0000408-0/0 |
| SANDRO MARCON | 002 | 2005.0000029-1/0 |
| SIGISFREDO HOEPERS | 018 | 2009.0000193-9/0 |
| SILVIO RORATO | 017 | 2009.0000117-9/0 |
| VINICIUS LUDWIG VALDEZ | 017 | 2009.0000117-9/0 |
| VITOR EDUARDO FROSI | 009 | 2007.0000494-0/0 |
| VITOR EDUARDO FROSI | 024 | 2009.0000408-0/0 |
| VITOR EDUARDO FROSI | 028 | 2010.0000105-0/0 |
| WERNER AUMANN | 010 | 2008.0000098-2/0 |

001 2003.0000207-5/0 - Execução Título Extrajudicial — RAFAEL OKOPNIK X CARMEM CRISTINA FERREIRA (E OUTRO)

Ficam desde já VSª. Procuradores das partes INTIMADOS acerca do despacho de fls. 96/98, para em 05 (cinco) dias após a publicação deste requeiram o que de direito. são Migeul do Iguaçu, 28 de setembro de 2011 Jair Lourenço de Souza - Secretário do Juizado Especial Cível.

Adv(s) LUCILEI ORIBKA, EDUARDO OLEINIK, ALEXANDRE PAVELSKI FILHO, PAULO JOSE PRESTES, EVELIN PAVELSKI

002 2005.0000029-1/0 - Processo de Conhecimento — ZULEIDE MENEGASSO COSTA X ROMILDA DE CARVALHO BECKER

Fica VªS senhoria procurador da parte requerente INTIMADO acerca do depacho de fls. 103, para no prazo de 05 (cinco) dias após a publicação deste requeira o que de direito. são Miguel do Iguaçu, 13 de setembro de 2011 Jair Lourenço de Souza - Secretário do Juizado Especial Cível.

Adv(s) EDSON SILVA DA COSTA, SANDRO MARCON

003 2005.0000146-8/0 - Processo de Conhecimento — LUIS ALBERTO DA SOLER X EUGENIO FELISBERTO

Ficam desde já V.Sas. procuradores da parte executada (EUGENIO FELISBERTO) devidamente INTIMADOS, para em querendo manifestar-se no prazo de 05 dias a partir da publicação, acerca da juntada de procuração nos autos outorgados ao Dr. CELSO RUDINEI SILVA DA ROSA. São Miguel do Iguaçu- PR., 23 de setembro de 2011 - Jair Lourenço de Souza - Secretario do Juizado Especial Cível.

Adv(s) CESAR AUGUSTO SCHOMMER, MARIO ESPEDITO OSTROVSKI, ANA PAULA OSTROVSKI, CELSO RUDINEI SILVA DA ROSA

004 2005.0000164-6/0 - Processo de Conhecimento — ANGELO CAPELETO X NESTOR KLASSENER PETERSEN (E OUTROS)

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito - Autos nº 2005.164-6 Analisando-se os autos, percebe-se que a compensação é plenamente possível visto que as dividas são líquidas, vencidas e de coisas fungíveis (dinheiro), nos termos do art. 369 do CC e exeqüente e executado são credor e devedor um do outro. Reconheço a extinção dos créditos existentes nestes autos com o existente nos autos 13/99 que corre perante a Vara Cível desta comarca até onde se compensarem. Diante da solidariedade existente asseguro ao executado NESTOR KLASSENER PETERSEN o direito de regresso em face dos damais executados. Em razão do exposto, declaro extinta a presente execução com base no art. 794, inciso I do CPC. Oportunamente, arquive-se São Miguel do Iguaçu, 15 de agosto de 2011. Andre Dói Antunes Juiz Substituto Designado.

Adv(s) CESAR AUGUSTO SCHOMMER, EVELYNE DANIELLE PALUDO

005 2005.0000450-8/0 - Processo de Conhecimento — IRES PAVINATTO X BRADESCO DE SEGUROS S/A

Ficam desde já VSª. Procuradores da parte requerida (Bradesco de Seguros S/A) INTIMADOS acerca das fls. 134, bem como para no prazo de 05 (dias), informar o número da conta para transferencia dos valores recolhidos a mais, nos presentes autos. São Miguel do Iguaçu, 19 de setembro de 2011. Jair Lourenço de Souza - Secretário do Juizado Especial Cível.

Adv(s) EDSON SILVA DA COSTA, MARCELO BALDASSARRE CORTEZ, CARLOS GUSTAVO GARCIA DE CASTRO TROMPOWSKY HECK

006 2006.0000032-5/0 - Processo de Conhecimento — VANDERLEI TEIXEIRA X DEBORA MEDEIROS

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito - Autos nº 2006.32-5 Compulsando os autos verifica-se que as partes firmaram acordo o qual foi tombado aos autos às fls, 118. Tendo vista que as partes são legítimas e considerando a composição amigável firmada entre elas, resta o acordo homologado com fulcro no artigo 269, III do CPC. Seja dada observância ao CN e à Lei 9.099/95 no que for aplicável a espécie. P.I. Oportunamente, arquive-se São Miguel do Iguaçu, 09 de agosto de 2011. Andre Dói Antunes Juiz Substituto Designado.

Adv(s) JOSE GALVAO FERNANDES CALDANI, ANIZIO JORGE DA SILVA MOURA

007 2006.0000081-8/0 - Execução Título Extrajudicial — ALFREDO SPOHR X ARZELEI LUIZ LENZ

Ficam desde já Vsª. Senhorias Procuradores das partes INTIMADOS acerca do despacho de fls.62, bem como do Cálculo de fls. 63/64, para no prazo de 05 (cinco) dias após a públicação desde se manifestarem nos autos. São Miguel do Iguaçu, 22 de setembro de 2011. Jair Lourenço de Souza - Secretário do Juizado Especial Cível.

Adv(s) DIOGO AUGUSTO BIATO NETO, ALVARO MARTINHO WALKER, EDSON SILVA DA COSTA

008 2007.0000034-4/0 - Processo de Conhecimento — STEFFANELLO & CIA LTDA X HELIO APARECIDO DE LIMA

Fica desde já Vossa Senhorias Procuradores das partes INTIMADOS acerca do despacho fls.65 e Calculo fls. 66/67, para no prazo de 05 (cinco) dias após a públicação deste requeiram o que de direito. São Miguel do Iguaçu, 01 de setembro de 2011. Jair Lourenço de Souza - Secretário do Juizado Especial Cível.

Adv(s) IVO PALUDO, HELIO A. DE LIMA, EVELYNE DANIELLE PALUDO

009 2007.0000494-0/0 - Processo de Conhecimento — JECI MENDES BORDIGNON X COPEL COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões

Adv(s) VITOR EDUARDO FROSI, DAVID HERMES DEPINE, LUIZ CARLOS PASQUALINI, RONALDO JOSE E SILVA, ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO

010 2008.0000098-2/0 - Processo de Conhecimento — RONI FRITSCH X BANCO DO BRASIL S.A.

Fica desde já Vsª Senhoria procurador da parte autora INTIMADO acerca das fls. 52/55, para no prazo de 05 (dias) após a públicação deste requeira o que de direito. São Miguel do Iguaçu, 20 de setembro de 2011. Jair Lourenço de Souza - Secretário do Juizado Especial Cível.

Adv(s) ALVARO MARTINHO WALKER, POLIANA CAVAGLIERI SALDANHA DOS ANJOS, WERNER AUMANN, OSLI DE SOUZA MACHADO

011 2008.0000140-3/0 - Processo de Conhecimento — ALMIRO RIEDIGER X LORENI SCHALLENBERG

Sentença julgando extinto o processo com julgamento do mérito - Art. 794, inciso I do CPC.

Adv(s) ALVARO MARTINHO WALKER, ALEXANDRE POLITA

012 2008.0000223-7/0 - Processo de Conhecimento — OLISIO MONDARDO X JAIR BOGADO

Sentença julgando improcedentes os embargos - Autos nº 2008.223-7 Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão que extinguiu o processo sem julgamento de mérito em razão da impossibilidade de localização do executado visto que o endereço fornecido pólo embargante mostra-se por demais amplo nos seguintes termos: "divisa com a Bolívia". Vieram os autos conclusos. E o relatório. Fundamento e decido. Os presentes embargos não merecem prosperar. O endereço fornecido pelo exeqüente é por demais amplo, não sendo possível a localização do executado. Ademais, nos termos do disposto no § 2º do art. 18 da Lei 9.099/95, não é cabível a citação por edital nos juizados. Em razão do exposto, conheço dos presentes embargos para julgá-los improcedentes e declaro extinto o feito com base no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95. P.R.I Oportunamente, arquive-se São Miguel do Iguaçu, 16 de agosto de 2011. Andre Dói Antunes Juiz Substituto Designado.

Adv(s) EVELIN PAVELSKI

013 2009.0000028-1/0 - Processo de Conhecimento — ELAINE GROTH X BANCO SANTANDER S/A

Fica desde já VSª. Procuradores da parte recorrente INTIMADOS para no prazo de 05 (cinco) dias peticionar indicando um número de conta para devolução das custas processuais. São Miguel do Iguaçu 28 de setembro de 2011. Jair Lourenço de Souza - Secretário do Juizado Especial Cível.

Adv(s) ALEXANDRE POLITA, REINALDO MIRICO ARONIS

014 2009.0000071-3/0 - Processo de Conhecimento — JUARES JOSE BASSANI X COPEL DISTRIBUICAO S/A (E OUTRO)

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito

Adv(s) ALVARO MARTINHO WALKER, LUIZ CARLOS PASQUALINI, RONALDO JOSE E SILVA, ELIEZER PAZ COUTINHO, RICARDO FERREIRA DAMIAO JUNIOR, MARCIA MAYUMI HOTA VICENTINI

015 2009.0000090-3/0 - Processo de Conhecimento — VAGNER ADAMANTE X VALOR CAPITALIZAÇÃO S.A

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PARANÁ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Autos n° 2009.090-3 Autor: VAGNER ADAMANTE. Ré: VALOR CAPITALIZAÇÃO S.A. S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, nos termos que autoriza o artigo 38, caput, da Lei nº. 9.099/95. De acordo com o Art. 8º da Lei 9.099/95, a massa falida não pode ser parte perante o Juizado Especial Cível, sendo que a Ré, por se tratar de empresa que está passando por processo de liquidação extrajudicial, é equiparada à massa falida. Assim sendo reconheço a incompetência deste Juizado Especial Cível para o processamento do presente feito e, consequentemente, julgo extinto o presente feito, sem apreciação do mérito, nos termos do Art. 51 da Lei 9.099/95. Desde já autorizo o desentranhamento de documentos, independentemente de juntada de cópia aos autos. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n.º 9.099/95. Nos termos do art. 16 da Resolução 02/2005, sejam as partes cientificadas da possibilidade de eliminação dos autos após o transcurso de 03 (três) anos do trânsito em julgado, ficando na mesma oportunidade formalmente notificadas que poderão requerer desentranhamento de documentos que juntaram ao feito e/ou reprodução total ou parcial do feito. Registre-se. Publique-se. Intime-se. São Miguel do Iguaçu, 29 de Abril de 2011. RAFAEL SAVARIS GHELLERE Juiz Leigo AUTOS DE PROCESSO DE CONHECIMENTO. Nº 2009.90-3/0 Compulsando os autos constata-se que houve sentença proferida pelo juiz leigo, a qual foi submetida à homologação pelo juízo. Tendo em vista que a decisão encontra-se devidamente fundamentada, resta a mesma homologada. Diligencias necessária. São Miguel do Iguaçu, 11 de agosto de 2011. Andre Dói Antunes Juiz Substituto Designado.

Adv(s) JOSE CARLOS DE ALVARENGA MATTOS, AFONSO RODEGUER NETO, RUBIANA APARECIDA BARBIERI

016 2009.0000101-7/0 - Execução Título Extrajudicial — EDNILSON PETRIU X ACIOLI MARTINHAGO

Designação de Audiência Conc. Pós-Penhora as 14:50 do dia 23/09/2011

Adv(s) ADALGIR CARLOS COMUNELLO, PAULO JOSE PRESTES

017 2009.0000117-9/0 - Processo de Conhecimento — MARIA SALETE GOMES X TIM CELULAR S.A

Fica a VSª. Procuradores da parte recorrente INTIMADOS para no prazo de 05 (cinco) peticionar indicando um número de conta para deposito do valor das custas conforme decisão do Tribunal de Justiça. São Miguel do Iguaçu, 28 de setembro de 2011. Jair Lourenço de Souza - Secretário do Juizado Especial Cível.

Adv(s) SILVIO RORATO, ALCEU MACIEL D´AVILA, HELENA ANNES, ALEXANDRE M. PIERIN, GEANDRO LUIZ SCOPEL, VINICIUS LUDWIG VALDEZ, DANI LEONARDO GIACOMINI

018 2009.0000193-9/0 - Processo de Conhecimento — LAISA GHIGGI FRIGO X FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISEGUIMENTOS CREDITSTORE

Fica desde já VSª Procuradores da parte requerida INTIMADOS acerca da certidão de (fls. 204) para o complemento do valor das custas processuais faltante no presente feito, no prazo de 05 (cinco) dias após a Públicação deste. São Miguel do Iguaçu, 31 de Agosto de 2011. Jair Lourenço de Souza - Secretário do Juizado Especial Cível.

Adv(s) FABRICIO PERON FAGION, ALEXANDRE POLITA, ANTONIO TARCISIO MATTE, SIGISFREDO HOEPERS, RENATA DEQUECH, DANIELA BRANDT SANTOS, DARIO BORGES DE LIZ NETO, IVAN CESAR AZEVEDO BORGES DE LIZ, RAQUEL REZENDO PINTO DE ALMEIDA

019 2009.0000267-3/0 - Processo de Conhecimento — M. F. BOUCINHA FILHO & CIA LTDA X MARIA OLINDA MORAES DA SILVA

Sentença julgando procedente o pedido do requerente - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PARANÁ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Autos n° 2009.267-3 Autor: M F BOUCINHA FILHO E CIA LTDA. Réu: MARIA OLINDA MORAES DA SILVA S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, nos termos que autoriza o artigo 38, caput, da Lei nº. 9.099/95. O objeto da presente demanda é a cobrança do valor de R$ 1.772,00, referente aos cheques costados às fls. 12. A Ré aduz que emprestou os cheques para terceiras pessoas, sendo estas as responsáveis pelo seu pagamento, porém estes fatos não passam de mera alegação, ante a inexistência de prova neste sentido. Além do mais, a presente demanda se enquadra na Ação de Locupletamento Ilícito, prevista na Lei do Cheque, sendo que o prazo prescricional para este tipo de ação é de dois anos contados do dia em que iniciar a prescrição do mesmo. No presente caso, o cheque mais antigo foi emitido em maio de 2008, portanto ainda está dentro do prazo previsto no art. 61 da Lei do Cheque. De acordo com o Enunciado nº 10.1 da Turma Recursal Única do Estado do Paraná, neste tipo de ação não é necessário discutir a causa debendi. Assim sendo, tendo em vista que até Ré não conseguiu afastar a legalidade do título, a procedência do pedido é medida que se impõe. Ante o exposto e considerando o que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL para condenar o Requerido ao pagamento da quantia de R$ 1.1.772,00 (um mil setecentos e setenta e dois reais), devendo ser corrigidos monetariamente pela média do INPC e IGPDI desde a data dos respectivos vencimentos e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n.º 9.099/95. Nos termos do art. 16 da Resolução 02/2005, sejam as partes cientificadas da possibilidade de eliminação dos autos após o transcurso de 03 (três) anos do trânsito em julgado, ficando na mesma oportunidade formalmente notificadas que poderão requerer desentranhamento de documentos que juntaram ao feito e/ou reprodução total ou parcial do feito. Registre-se. Publique-se. Intime-se. São Miguel do Iguaçu, 12 de dezembro de 2010 (domingo). RAFAEL SAVARIS GHELLERE Juiz Leigo PODER JUDICIÁRIO Comarca de São Miguel do Iguaçu Juizado Especial Cível PROCESSO Nº. 2009.267-3 Parte autora: M. F. BOUCINHA FILHO & CIA LTDA Parte ré: MARIA OLINDA MORAES DA SILVA SENTENÇA Homologo, por sentença, a decisão proferida pelo Juiz Leigo, nos termos da art. 40 da Lei n.º 9.099/95. Publique. Registre-se. Intimem-se. São Miguel do Iguaçu, 14 de Janeiro Iza Maria Bertola Mazzo Jiíza Substituta Designada

Adv(s) CELSO RUDINEI SILVA DA ROSA

020 2009.0000342-2/0 - Processo de Conhecimento — CELSO RUDINEI SILVA ROSA X AMAURI CARRA

Ficam desde já V.Sas. procuradores das partes, INTIMADOS acerca do despacho folhas 79/81, para em querendo se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias a partir da publicação do presente aviso. São Miguel do Iguaçu, 27 de setembro de 2011 - Jair Lourenço de Souza - Secretario do Juizado Especial Civel.

Adv(s) EVELYNE DANIELLE PALUDO, IJAIR VAMERLATTI, CELSO RUDINEI SILVA DA ROSA

021 2009.0000352-3/0 - Processo de Conhecimento — LUISA MOREIRA ALENCAR X SILVIA CARDOSO PIMENTEL

Sentença julgando procedente o pedido do requerente - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PARANÁ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Autos n° 2009.352-3 Autora: LUIZA MOREIRA ALENCAR. Ré: SILVIA CARDOSO PIMENTEL. S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, nos termos que autoriza o artigo 38, caput, da Lei nº. 9.099/95. A Preliminar já foi analisada na audiência de Instrução e Julgamento, tendo sido afastada. Da prova colhida nos autos podemos concluir que a Autora cedeu, via comodato, a residência em debate para moradia da Ré e seu filho, não tendo havido qualquer doação do mesmo. Assim sendo, o pleito inicial merece procedência. Ante o exposto e considerando o que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para decretar o despejo do imóvel em causa, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação voluntária do imóvel com a devolução das chaves à Autora. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n.º 9.099/95. Nos termos do art. 16 da Resolução 02/2005, sejam as partes cientificadas da possibilidade de eliminação dos autos após o transcurso de 03 (três) anos do trânsito em julgado, ficando na mesma oportunidade formalmente notificadas que poderão requerer desentranhamento de documentos que juntaram ao feito e/ou reprodução total ou parcial do feito. Registre-se. Publique-se. Intime-se. São Miguel do Iguaçu, 02 de Abril de 2011. RAFAEL SAVARIS GHELLERE Juiz Leigo PODER JUDICIÁRIO Comarca de São Miguel do Iguaçu Juizado Especial Cível AUTOS Nº. 2009.352-3 Homologo a sentença produzida pelo Juiz Leigo às fls. 43/43v. São Miguel do Iguaçu, 12 de agosto de 2011. Andre Dói Antunes Juiz Substituto Designado

Adv(s) ADALGIR CARLOS COMUNELLO

022 2009.0000373-7/0 - Processo de Conhecimento — JUARES JOSÉ BASSANI X COPEL DISTRIBUICAO S/A

Tendo em vista a devolução do Oficio enviado para SADIA, Ficam desde já VSª. Procuradores das partes INTIMADOS para as alegaçoes finais do presente feito. São Miguel do Iguaçu 31 de agosto de 2011. Jair Lourenço de Souza - Secretário do Juizado Especial Cível.

Adv(s) ALVARO MARTINHO WALKER, ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO, LUIZ CARLOS PASQUALINI, RONALDO JOSE E SILVA, REGILDA MIRANDA HEIL FERRO

023 2009.0000397-6/0 - Processo de Conhecimento — GILBERTO ALOISIO WINCK X LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA

Fica desde já VªS procurador da parte requerente INTIMADO acerca das fls. 65/70, para no prazo de 05 dias requeira o que de direito. São Miguel do Iguaçu, 12 de setembro de 2011 Jair Lourenço de Souza - Secretário do Juizado Especial Cível.

Adv(s) ALVARO MARTINHO WALKER, LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS

024 2009.0000408-0/0 - Processo de Conhecimento — ROGERIO GOMES X COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS ZONI LTDA

Homologo por sentença o acordo efetuado entre as partes - PODER JUDICIÁRIO Comarca de São Miguel do Iguaçu Juizado Especial Cível AUTOS Nº. 2009.408-0 Homologo o acordo formulado pelas partes às fls. 52/53. Em razão do exposto, julgo extinto o feito com exame de mérito com base no art. 269, inciso III do CPC. São Miguel do Iguaçu, 12 de agosto de 2011. Andre Dói Antunes Juiz Substituto Designado

Adv(s) VITOR EDUARDO FROSI, ANDERSON ALEX VANONI, DAVID HERMES DEPINE, SAMANTA REIS BITTENCOURT

025 2009.0000413-1/0 - Processo de Conhecimento — EDSON AMADOR X COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

Sentença julgando improcedentes os embargos - Por senteça de embargos de declaração de 16/08/2011 (fls.177/178), pelos fundamentos expostos pelo Juizo,. Diante do exposto, face a não infringência as normas insculpidas no arti. 535 do CPC, naõ conheço dos presentes embargos de declaração. são Miguel do Iguaçu, 16 de agosto de 2011. Andre Dói Antunes Juiz Substituto Designado.

Adv(s) ALEXANDRE POLITA, FABRICIO PERON FAGION, RONALDO JOSE E SILVA, ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO, LUIZ CARLOS PASQUALINI

026 2010.0000077-0/0 - Processo de Conhecimento — MAICON ADRIANO KOCHEM PINTO X JAQUELINE TERESINHA BOHNERT ESBABO

Sentença julgando procedente o pedido do requerente - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PARANÁ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Autos n° 495-85.2010.8.16.0159 Autor: MAICON ADRIANO KOCHEM PINTO. Ré: JAQUELINE TERESINHA BOHNERT ESBABO. S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, nos termos que autoriza o artigo 38, caput, da Lei nº. 9.099/95. O presente feito trata-se de Ação de Reparação de Danos Materiais em decorrência de acidente de trânsito. A Ré contestou o feito oralmente, aduzindo que a culpa pelo acidente foi do próprio Autor, não tendo impugnado os valores pleiteados. De acordo com as provas colhidas temos que a causa primária do acidente foi ocasionada pela Ré, sendo irrelevante a velocidade da motocicleta. O croqui elabora pela Polícia Militar demonstra que a Ré invadiu a pista contrária e colidiu com a motocicleta do Autor. Os valores pleiteados à título de danos materiais não foram contestados pela Ré, motivo pelo qual devem ser acolhidos em sua integralidade. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL para condenar a Ré ao pagamento da quantia de R$ 2.924,68 (dois mil novecentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos) ao Autor, a título de danos materiais, nos termos da fundamentação supra, extinguindo o feito com apreciação do mérito, nos termos da Lei. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n.º 9.099/95. Nos termos do art. 16 da Resolução 02/2005, sejam as partes cientificadas da possibilidade de eliminação dos autos após o transcurso de 03 (três) anos do trânsito em julgado, ficando na mesma oportunidade formalmente notificadas que poderão requerer desentranhamento de documentos que juntaram ao feito e/ou reprodução total ou parcial do feito. Registre-se. Publique-se. Intime-se. São Miguel do Iguaçu, 29 de Abril de 2011. RAFAEL SAVARIS GHELLERE Juiz Leigo AUTOS DE PROCESSO DE CONHECIMENTO. Nº 495-85.2010.8.16.0159. Compulsando os autos constata-se que houve sentença proferida pelo juiz leigo, a qual foi submetida à homologação pelo juízo. Tendo em vista que a decisão encontra-se devidamente fundamentada, resta a mesma homologada. Diligencias necessária. São Miguel do Iguaçu, 11 de agosto de 2011. Andre Dói Antunes Juiz Substituto Designado.

Adv(s) ANTONIO TARCISIO MATTE, LUCAS EDUARDO GHELLERE

027 2010.0000088-2/0 - Execução Título Extrajudicial — PERON AUTO POSTO LTDA X ANDERSON AGAPITO GOMES

Sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito - Art. 269, III do CPC.

Adv(s) ALEXANDRE POLITA, FABRICIO PERON FAGION

028 2010.0000105-0/0 - Processo de Conhecimento — MARIA DE ALMEIDA SOARES X FERRI DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA

Ficam desde já Vsª. Procuradores das partes INTIMADOS acerca do retorno dos autos da Turma Recursal, bem como para no prazo de 05 (cinco) dias após esta Públicação requeiram o que de direito. São Miguel do Iguaçu, 23 de Setembro de 2011. Jair Lourenço de Souza - Secretário do Juizado Especial Cível.

Adv(s) VITOR EDUARDO FROSI, DAVID HERMES DEPINE, ANDERSON ALEX VANONI, HELIO A. DE LIMA

# SENGÉS

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SENGÉS-PARANÁ**
**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**
**DRA. JULIANA OLANDOSKI BARBOZA**
**JUÍZA DE DIREITO**

**Relação nº 32/2011.**

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ALEXANDRE AUGUSTO DE JESUS 0002 094/10
GEORGINA MARIA JORGE 0001 039/10
JOSÉ ELIAS VILELA MATOS 0002 094/10

1. EXECUÇÃO JUDICIAL-039/10 - DESIREE DIB JORGE FAGUNDES x THAYANA DE FIGUEIREDO COBRA-SENGÉS ME - Manifeste-se a exequente no prazo de cinco dias, do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento dos autos. Adv. GEORGINA MARIA JORGE.
2. RECLAMAÇÃO-094/10 - JERONIMO BRYK x ROSMAR MACIEL DE MELO - Comunique-se ao distribuidor para as devidas anotações a conversão do processo de conhecimento em execução de título judicial, nos termos do contido no item 17.2.11.2 do código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Intime-se o devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do montante da condenação, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10% do valor do débito. Não efetuado o pagamento no prazo legal, expeça-se mandado de penhora e avaliação.. Adv. ALEXANDRE AUGUSTO DE JESUS / JOSÉ ELIAS VILELA MATOS.

29/09/2011-agfn.

# TELÊMACO BORBA

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**COMARCA DE TELÊMACO BORBA - PARANÁ**
**Juíza Direito Supervisora: Dra. Camila Tereza Gutzlaff**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**
**Rua Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 380**
**Bela Vista do Paraíso**

**RELAÇÃO 030/2011**

**ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO**

**ADVOGADO ORDEM PROCESSO**
Adriano Martins Rodrigues 003 075/07
Cesar Augusto de Mello e Silva 009 761/08
Flavia Queiroz 005 413/07
Frederico Mercer Guimarães 001 021/09
Gilberto Stremel Filho 007 510/08
Jose Soares Filho 010 008/09

Josias Dias de Camargo 006 240/03
011 170/07
Julio Cesar Goulart Lanes 001 021/09
Leandro de Castro 009 761/08
Luciane Regina Trivisan Jock 002 478/08
Luis Cesar Esmanhotto 002 478/08
Marcelo de Souza 007 510/08
Marcos Bahena 008 095/01
Marisa Cristina França dos Santos 004 577/08
Newton Dorneles Saratt 006 240/03
Rubens Benck 005 413/07
Sandra Regina de Medeiros 009 761/08
012 010/01
013 128/04
Silvio César de Medeiros 009 761/08
013 128/04
Tatiana Hoffmann Orso 008 095/01
Waldi Moreira Soares 006 240/03
011 170/07

001 - RECLAMAÇÃO - 021/09 - SNU 2897-58.2009.8.16.0165 - LENIR DO ESPIRITO SANTO X CLARO S/A - Adv. Frederico Mercer Guimarães e Julio Cesar Goulart Lanes - Considerando o contido às fls. 144 determino o arquivamento dos autos pelo cumprimento da sentença.
002 - RECLAMATÓRIA - 478/08 - SNU 1509-57.2008.8.16.0165 - TANIA MARA PIOTROWSKI DE ANDRADE X ELECTROLUX DO BRASIL S/A E OUTRAS - Adv. Luciane Regina Trivisan Jock e Luis Cesar Esmanhotto - "... I - Defiro o pedido de desbloqueio da conta bancaria do reclamado de fls. 176. II- Expeça-se alvará para levantamento dos valores pelo credor de fls. 165 e 177, conforme requerido às fls. 204. Ademais, diante do pagamento, julgo extinta a presente execução, com fundamento no artigo 794, inciso I do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se...".
003 - COBRANÇA - 411/07 - SNU 955-59.2007.8.16.0165 - JOSE ROBERTO PEREIRA X CARLINHO DE JESUS GONÇALVES - Adv. Adriano Martins Rodrigues - "... Diante do exposto, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, diante do abandono da parte autora e da falta de pressupostos de constituição e desenvolvimento valido, nos termos do art. 267, incs. III e IV do CPC...".
004 - COBRANÇA - 577/08 - SNU 1914-93.2008.8.16.0165 - EMPRESA COHALAR X CONSTRUTORA TRÊS "O" - Adv. Marisa Cristina França dos Santos - Manifeste-se, em 05 dias, diante do retorno da Carta Precatória.
005 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 413/07 - SNU 924-39.2007.8.16.0165 - MARLON ROGERIO DE ALMEIDA X BANCO PANAMERICANO S/A - Adv. Flavia Queiroz e Rubens Benck - Ante o exposto JULGO EXTINTA, sem resolução do mérito, a presente execução, diante do abandono do autor, nos termos do artigo 267, inc. III do CPC. Sem custas ou honorários, conforme art. 55 da lei 9099/95. Oportunamente, arquivem-se.
006 - DECLARATÓRIA - 240/03 - SNU 297-74.2003.8.16.0165 - SEVERIO ANTUNES X BANCO ZOGBI S/A - Adv. Josias Dias de Camargo Filho, Waldi Moreira Soares e Newton Dorneles Saratt - **Decisão de fls. 179**: Diante do silencio da parte, presume-se ter havido concordância com o pedido de fls. 173/174, conforme artigo 111 do Código Civil. Intime-se, portanto, para deposito dos valores, em 10 parcelas iguais e sucessivas, devidamente corrigidas, sob pena de multa de 20% por ato atentório à dignidade da justiça (artigo 600 do Código de Processo Civil). Com os depósitos, dê-se vistas ao réu. **Despacho de fls. 184**: A petição do reclamado foi protocolada após o prazo concedido para que o mesmo se manifestasse, conforme certidão de fls. 178verso. Desta forma, mantenho a decisão de fls. 179.
007 - INDENIZAÇÃO - 510/08 - SNU 1490-51.2008.8.16.165 - ROGERIO JUSTUS DE OLIVEIRA E OUTRA X ROBERTO PINHEIRO - Adv. Gilberto Stremel Filho e Marcelo de Souza - "... Diante da petição de fls. 96, julgo extinta a presente execução, com fundamento no artigo 794, inciso I do CPC. Oportunamente, arquivem-se...".
008 - INDENIZAÇÃO - 095/01 - SNU 287-98.2001.16.0165 - DIRCEU PEREIRA DA SILVA X ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA e LIBORIO ANTONIO FERNANDES ESTEVES- Adv. Marcos Bahena e Tatiana Hoffmann Orso - Intimados para indicar o local em que se encontra o bem para possibilitar a penhora, vez que apenas o bloqueio não se trata de penhora.
009 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 761/08 - SNU 1904-49.2008.8.1.0165 - SONIA MARIA RIBEIRO - TELEMACO BORBA-EPP X MARIA REGINA FADEL DIAS BUENO - Adv. Silvio César de Medeiros, Leandro de Castro e Cesar Augusto de Mello e Silva - Designado o dia 10 de outubro de 2011, às 17h00min, para oitiva das testemunhas, na Comarca de Ibaiti.
010 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 008/09 - SNU 3067-30.2009.8.16.0165 - OLIVIO VAZ DO BONFIM X FOLLE COMERCIO DE PURIFICADORES LTDA - Adv. Jose Soares Filho - Intimado para que no prazo de 10 dias, se manifestar sobre a indicação dos bens, conforme requerido às fls. 102/110.
011 - RECLAMAÇÃO - 170/07 - SNU 0919-55.2007.8.16-0165 - MARIA APARECIDA DAS DORES X HOLON - ODONTOLOGIA INTEGRAL - Adv. Waldi Moreira Soares e Josias dias de Camargo Filho - Considerando que a parte possui condições de verificar sobre o contrato social da empresa do reclamado perante a Junta Comercial, não necessitando de intervenção judicial, modificando o entendimento anterior desta magistrada, indefiro o pedido da parte reclamante, devendo indicar os bens passiveis de serem penhorados no prazo de 10 dias, sob pena de extinção.
012 - DECLARATÓRIA - 010/01 - SNU 0259-33.2001.8.16.0165 - JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA X V. S. ANTUNES & CIA LTDA ME E OUTROS - Adv. Sandra Regina de Medeiros - Analisando os presentes autos verifica-se que já foi deferida a penhora do bem, não existindo nenhum elemento indicando que o bem não é suficiente para arcar com o pagamento da execução, razão pela qual indefiro o pedido de fls. 310. Aguarde-se o cumprimento do mandado de penhora e avaliação.
013 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - 128/04 - SNU 408-24.2004.8.16.0165 - CLAUDINEI OLIVEIRA MORAES X DEMERSON RODRIGO RIBEIRO e JULIO IRNELIO PINTO RIBEIRO - Adv. Silvio Cesar de Medeiros e Sandra Regina de Medeiros - Analisando os presentes autos verifica-se que já foi deferida a penhora do bem, não existindo nenhum elemento indicando que o bem não é suficiente para arcar com o pagamento da execução, razão pela qual indefiro o pedido de fls. 310. Aguarde-se o cumprimento do mandado de penhora e avaliação.

Telêmaco Borba, 28 de setembro de 2011.
Maia Cristina Sviesk Sprung
Secretária do Juizado Especial Cível e Criminal

# TOLEDO

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Cíveis

COMARCA DE TOLEDO — JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - Relação N: 074/2011

| Advogado | Ordem | Processo |
|---|---|---|
| ADRIANA DE PAULA BARATTO | 009 | 2008.0000217-3/0 |
| ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO | 009 | 2008.0000217-3/0 |
| ADROALDO ANTONIO ZAMUNER | 036 | 2010.0001419-7/0 |
| ALEXANDRO DALLA COSTA | 008 | 2008.0000118-5/0 |
| ANDERSON PAULO DE LIMA | 013 | 2009.0000225-6/0 |
| ANDERSON PAULO DE LIMA | 022 | 2009.0001153-4/0 |
| ANDERSON PAULO DE LIMA | 030 | 2010.0000978-1/0 |
| ANDERSON PAULO DE LIMA | 040 | 2010.0001539-9/0 |
| ANDRE DALANHOL | 016 | 2009.0000615-5/0 |
| ANDRÉ DE ARAUJO SIQUEIRA | 028 | 2010.0000545-3/0 |
| ANGELA BEATRIZ ALCAIDE | 009 | 2008.0000217-3/0 |
| ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO | 030 | 2010.0000978-1/0 |
| CAMILA ALINE FERLA | 039 | 2010.0001537-5/0 |
| CARLOS ALBERTO FURLAN | 037 | 2010.0001458-9/0 |
| CAROLINA BERTHIER MARÇAL | 010 | 2008.0000417-3/0 |
| CLERSON ANDRÉ ROSSATO | 010 | 2008.0000417-3/0 |
| CLOVIS FELIPE FERNANDES | 020 | 2009.0001016-6/0 |
| CLOVIS FELIPE FERNANDES | 020 | 2009.0001016-6/0 |
| DAMASCENO MAURICIO DA ROCHA JUNIOR | 009 | 2008.0000217-3/0 |
| DARCI HEERDT | 031 | 2010.0001109-6/0 |
| DARIO GENNARI | 003 | 2007.0000171-2/0 |
| DARYENE MARIA GENARI PROCHNAU | 003 | 2007.0000171-2/0 |
| DEBORAH GUIMARAES | 029 | 2010.0000967-9/0 |
| DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA | 018 | 2009.0000836-9/0 |
| DIEGO LUIZ PASQUALLI | 002 | 2007.0000168-4/0 |
| DIEGO LUIZ PASQUALLI | 042 | 2010.0001634-0/0 |
| DIEGO RICARDO SCHIAVINI | 009 | 2008.0000217-3/0 |
| DIEGO RICARDO SCHIAVINI | 014 | 2009.0000327-0/0 |
| DIETER MICHAEL SEYBOTH | 018 | 2009.0000836-9/0 |
| EDINARA REGINA SCHAEFER | 037 | 2010.0001458-9/0 |
| EDINARA REGINA SCHAEFER | 042 | 2010.0001634-0/0 |
| EDIR VERISSIMO LOCATELLI | 023 | 2009.0001230-7/0 |
| EGBERTO FANTIN | 002 | 2007.0000168-4/0 |
| ELEANDRA CRISTINA DOMINGOS | 032 | 2010.0001285-6/0 |
| ENIMAR PIZZATTO | 011 | 2008.0000918-5/0 |
| EVANIO CARLOS SOLANHO | 004 | 2007.0000542-1/0 |

| | | |
|---|---|---|
| EVANIO CARLOS SOLANHO | 007 | 2007.0001699-8/0 |
| EVERTON BOGONI | 012 | 2008.0001089-2/0 |
| EVERTON BOGONI | 027 | 2010.0000397-1/0 |
| FELIPE DA SILVA LIMA | 010 | 2008.0000417-3/0 |
| FERNANDO AUGUSTO OGURA | 016 | 2009.0000615-5/0 |
| FERNANDO GRUBER | 033 | 2010.0001299-4/0 |
| FLORISVALDO HAROLDO ANSELMI | 026 | 2010.0000096-0/0 |
| GILCIMAR MACHADO DA SILVA | 006 | 2007.0001176-0/0 |
| GILMAR JEFERSON PALUDO | 034 | 2010.0001329-8/0 |
| GLAUCI ALINE HOFFMANN | 036 | 2010.0001419-7/0 |
| GLAUCI ALINE HOFFMANN | 041 | 2010.0001604-7/0 |
| GUIOMAR MARIO PIZZATTO | 011 | 2008.0000918-5/0 |
| HELIO EDUARDO RICHTER | 009 | 2008.0000217-3/0 |
| HENRIQUE GINESTE SCHROEDER | 029 | 2010.0000967-9/0 |
| HEROLDES BAHR NETO | 029 | 2010.0000967-9/0 |
| HEROLDES BAHR NETO | 029 | 2010.0000967-9/0 |
| ISLAN PINTO RODRIGUES | 035 | 2010.0001396-9/0 |
| IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO | 028 | 2010.0000545-3/0 |
| JAIR ANTONIO WIEBELLING | 012 | 2008.0001089-2/0 |
| JANIS CAROLINA RAINISCH | 010 | 2008.0000417-3/0 |
| JEFERSON LUIZ DE LIMA | 009 | 2008.0000217-3/0 |
| JEFFERSON LIMA AGUIAR | 003 | 2007.0000171-2/0 |
| JEFFERSON LIMA AGUIAR | 003 | 2007.0000171-2/0 |
| JOANITA FARYNIAK | 029 | 2010.0000967-9/0 |
| JOSÉ ANTÔNIO BRÓGLIO ARALDI | 042 | 2010.0001634-0/0 |
| JOSE CARLOS DAL BOSCO | 019 | 2009.0000937-0/0 |
| JOSE DOMINGOS DE QUEIROZ | 017 | 2009.0000686-3/0 |
| JOSE DOMINGOS NUNES CORREA | 022 | 2009.0001153-4/0 |
| JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO | 037 | 2010.0001458-9/0 |
| JOSE FERNANDO VIALLE | 018 | 2009.0000836-9/0 |
| JOSE GERALDO CANDIDO | 023 | 2009.0001230-7/0 |
| JOSE HUMBERTO PINHEIRO | 024 | 2009.0001282-5/0 |
| JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR | 009 | 2008.0000217-3/0 |
| JOSE VALDIR WESCHENFELDER | 038 | 2010.0001473-1/0 |
| JULIANA WAGNER | 033 | 2010.0001299-4/0 |
| JUSCELINO PIRES DA FONSECA | 038 | 2010.0001473-1/0 |
| KATIA V. BORILLE BUSETTI | 018 | 2009.0000836-9/0 |
| LACY DEI SVALDI ZAMUNER | 036 | 2010.0001419-7/0 |
| LEDA REGINA GAMBETTA | 011 | 2008.0000918-5/0 |
| LEONARDO DELLA COSTA | 008 | 2008.0000118-5/0 |
| LETICIA TEREZA DE LEMOS BECKER | 039 | 2010.0001537-5/0 |
| LUCIANA ELIZABETE LENHART | 029 | 2010.0000967-9/0 |
| LUCIANA ELIZABETE LENHART | 039 | 2010.0001537-5/0 |
| LUCIANO MARCIO DOS SANTOS | 008 | 2008.0000118-5/0 |
| LUCIO CLOVIS PELANDA | 011 | 2008.0000918-5/0 |
| LUIZ CARLOS PASQUALINI | 009 | 2008.0000217-3/0 |
| LUIZ CARLOS PASQUALINI | 030 | 2010.0000978-1/0 |
| LUIZ CARLOS PROVIN | 018 | 2009.0000836-9/0 |
| LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN | 042 | 2010.0001634-0/0 |
| LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO | 008 | 2008.0000118-5/0 |
| LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO | 024 | 2009.0001282-5/0 |
| LUIZ FERNANDO PALMA | 010 | 2008.0000417-3/0 |
| MARCELO DALANHOL | 005 | 2007.0001153-3/0 |
| MARCELO DALANHOL | 016 | 2009.0000615-5/0 |
| MARCELO VINICIUS LAURINDO | 014 | 2009.0000327-0/0 |
| MARCIO ANTONIO SASSO | 016 | 2009.0000615-5/0 |
| MICHELE FERNANDA BORTOLIN | 005 | 2007.0001153-3/0 |
| NEWTON DORNELES SARATT | 016 | 2009.0000615-5/0 |
| OSNI JOSE ZORZO | 042 | 2010.0001634-0/0 |
| OSVALDO KRAMES NETO | 011 | 2008.0000918-5/0 |
| PAULA FABIANE MORAES PEREIRA | 010 | 2008.0000417-3/0 |
| PAULA FABIANE MORAES PEREIRA | 010 | 2008.0000417-3/0 |
| PAULO RICARDO DE OLIVEIRA | 012 | 2008.0001089-2/0 |
| PAULO RICARDO DE OLIVEIRA | 027 | 2010.0000397-1/0 |
| PAULO ROBERTO THIESEN GREGOL | 018 | 2009.0000836-9/0 |
| RAFAEL RICARDO GRUBER | 033 | 2010.0001299-4/0 |
| RAFAELA DENES VIALLE | 018 | 2009.0000836-9/0 |
| RENY ANGELO PASTRE | 016 | 2009.0000615-5/0 |
| RODRIGO CARLESSO MORAES | 018 | 2009.0000836-9/0 |
| RODRIGO MUNCHEN | 020 | 2009.0001016-6/0 |
| ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA | 010 | 2008.0000417-3/0 |
| RÓGINER AUGUSTO MARIN | 015 | 2009.0000597-6/0 |
| RONIZE FANTIN | 001 | 2004.0000155-1/0 |
| ROSALVO ANTONIO ORSATO | 023 | 2009.0001230-7/0 |
| ROSIMAR DELLA PASQUA | 016 | 2009.0000615-5/0 |
| RUY FONSATTI JUNIOR | 005 | 2007.0001153-3/0 |
| RUY FONSATTI JUNIOR | 016 | 2009.0000615-5/0 |
| SANDRA JUSSARA RICHTER | 021 | 2009.0001065-9/0 |
| SCHEILA CAMARGO COELHO TOSIN | 029 | 2010.0000967-9/0 |
| SÉRGIO ADRIANO MARTINS MARTIN | 017 | 2009.0000686-3/0 |
| SERGIO CANAN | 041 | 2010.0001604-7/0 |
| SERGIO GOMES | 009 | 2008.0000217-3/0 |
| SÉRGIO LAURINDO FILHO | 009 | 2008.0000217-3/0 |
| SÉRGIO LAURINDO FILHO | 014 | 2009.0000327-0/0 |
| SÉRGIO LEAL MARTINEZ | 035 | 2010.0001396-9/0 |
| SILVIA MARIA FLORES BARBOSA | 016 | 2009.0000615-5/0 |
| SIMONE RINALDI | 001 | 2004.0000155-1/0 |
| SUSAN CARLINE PASA | 035 | 2010.0001396-9/0 |
| SUZANA RODRIGUES DA SILVA | 029 | 2010.0000967-9/0 |
| SUZANA RODRIGUES DA SILVA | 032 | 2010.0001285-6/0 |
| THALIHTA PAZUCH | 025 | 2010.0000071-9/0 |
| THOMAS LUIZ PIEROZAN | 006 | 2007.0001176-0/0 |
| THOMAS LUIZ PIEROZAN | 034 | 2010.0001329-8/0 |
| VALMIR LUCKMANN | 004 | 2007.0000542-1/0 |
| VALMIR LUCKMANN | 007 | 2007.0001699-8/0 |
| VANDERLEI DE SOUZA | 021 | 2009.0001065-9/0 |
| VERIDIANA PERIN | 038 | 2010.0001473-1/0 |
| VLADIMIR JOSÉ RAMBO | 020 | 2009.0001016-6/0 |
| VLADIMIR JOSÉ RAMBO | 020 | 2009.0001016-6/0 |
| VLAMIR EMERSON FERREIRA | 011 | 2008.0000918-5/0 |
| WAGNER TAPOROSKI MORELI | 035 | 2010.0001396-9/0 |

001 2004.0000155-1/0 - Processo de Conhecimento — MARIA RODRIGUES DOS SANTOS X INTERBRASIL SEGURADORA (E OUTRO)

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SUA PROCURADORA JUDICIAL, ACERCA DO ITEM 01 DO DESPACHO DE FLS. 179, QUE DIZ: "INDEFIRO O PEDIDO RETRO, TENDO EM VISTA QUE HOUVE RECENTE PEDIDO DE BLOQUEIO ONLINE O QUAL FOI DEFERIDO E RESTOU INFRUTÍFERO (FLS. 175/176). INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA, POR SEUS PROCURADORES, PARA EFETUAR O PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO CONFORME CÁLCULO APRESENTADO PELA EXEQUENTE (R$ 7267,36 - FLS 171-172), NO PRAZO DE 15 (QUINZE0 DIAS, SOB PENA DE TER PROMOVIDO O CUMPRIMENTO COERCITIVO DO JULGADO CONTRA SI.

Adv(s) RONIZE FANTIN, SIMONE RINALDI

002 2007.0000168-4/0 - Execução de Título Judicial — ANDERSON LUIZ SARTOR X LEANDRO PEREIRA DA SILVA (E OUTRO)

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE POR SEUS PROCURADORES ACERCA DO ITEM 02 DO R. DESPACHO DE FLS. 86 QUE DIZ: "DECORRIDO O PRAZO DA SUSPENSÃO ORA DEFERIDA, DIGA O EXEQUENTE, POR SEUS PROCURADORES, SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO".

Adv(s) EGBERTO FANTIN, DIEGO LUIZ PASQUALLI

003 2007.0000171-2/0 - Execução de Título Judicial — PAULO WOICEKOSCKI X JOBUSA RECURSOS HUMANOS LTDA.

INTIMAÇÃO DA EXEQUENTE, POR SEUS PROCURADORES, ACERCA DO R. DESPACHO DE FLS. 192 QUE DIZ: "... O JUÍZO NÃO PODE ATUAR COMO AUXILIAR DE UMA DAS PARTES NA INVESTIGAÇÃO DE ENDEREÇOS OU BENS DA OUTRA PARTE, A NÃO SER

EM CASOS EXCEPCIONAIS QUE NÃO É O CASO DOS AUTOS, DE SORTE QUE INDEFIRO O PEDIDO RETRO ... ASSIM, DIGA A EXEQUENTE, POR SEUS PROCURADORES, PARA ACOSTAR AOS AUTOS CERTIDÃO SIMPLIFICADA E ATUALIZADA EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ A FIM DE SE OBTER NOME E QUALIFICAÇÃO DOS ATUAIS SÓCIOS DA EXECUTADA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO."

Adv(s) DARIO GENNARI, DARYENE MARIA GENARI PROCHNAU, JEFFERSON LIMA AGUIAR, JEFFERSON LIMA AGUIAR

004 2007.0000542-1/0 - Execução Título Extrajudicial — JACOB PEDRO BENDER X BRAZILIAN FISHERIES IND. E COM. DE PESCADOS E SEUS DERIVADOS LTDA. (E OUTRO)

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE POR SEU PROCURADOR ACERCA DO ITEM 02 DO R. DESPACHO DE FLS. 158, QUE DIZ: "DECORRIDO O PRAZO DA SUSPENSÃO ORA DEFERIDA, DIGA O EXEQUENTE, POR SEUS PROCURADORES, SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO".

Adv(s) EVANIO CARLOS SOLANHO, VALMIR LUCKMANN

005 2007.0001153-3/0 - Execução de Título Judicial — CONDOMINIO VERDES CAMPOS X ANSCHAU & KAEFER - COMERCIO DE PNEUS, RODAS E INSUFILMES (PNEUCAV) (E OUTROS)

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, POR SEUS PROCURADORES, PARA SE MANIFESTAR SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Adv(s) RUY FONSATTI JUNIOR, MARCELO DALANHOL, MICHELE FERNANDA BORTOLIN

006 2007.0001176-0/0 - Execução de Título Judicial — JOECEMAR BOTTOLI X CLEUSA BARBOSA DE JESUS (E OUTRO)

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, POR SEU PROCURADOR, PARA SE MANIFESTAR SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Adv(s) THOMAS LUIZ PIEROZAN, GILCIMAR MACHADO DA SILVA

007 2007.0001699-8/0 - Execução Título Extrajudicial — JOSÉ ROBERTO MERLINI X LUIZ CARLOS SHERPINSKI JUNIOR

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE POR SEUS PROCURADORES ACERCA DO ITEM 02 DO R. DESPACHO DE FLS. 111, QUE DIZ: "DECORRIDO O PRAZO DA SUSPENSÃO ORA DEFERIDA, DIGA O EXEQUENTE, POR SEUS PROCURADORES, SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO".

Adv(s) EVANIO CARLOS SOLANHO, VALMIR LUCKMANN

008 2008.0000118-5/0 - Execução Título Extrajudicial — SONOMAG - COMÉRCIO DE COLCHÕES MAGNETIZADOS LTDA - ME X NEIZA TERESINHA F. NORONHA

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SEUS PROCURADORES, ACERCA DO DESPACHO DE FLS. 138, QUE DIZ: "CONSIDERANDO QUE O DOCUMENTO DE FLS. 85 DATA DE 22/12/2009, INTIME-SE A EXEQUENTE, POR SEUS PROCURADORES, PARA ACOSTAR AOS AUTOS CERTIDÃO ATUALIZADA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ, COMPROVANDO A PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA EXECUTADA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO."

Adv(s) LEONARDO DELLA COSTA, LUCIANO MARCIO DOS SANTOS, ALEXANDRO DALLA COSTA, LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO

009 2008.0000217-3/0 - Execução de Título Judicial — COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A X PANIFICADORA E LANCHONETE ÁGUIA AZUL LTDA.

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE (COPEL), POR SEUS PROCURADORES, PARA SE MANIFESTAR SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Adv(s) DIEGO RICARDO SCHIAVINI, SÉRGIO LAURINDO FILHO, LUIZ CARLOS PASQUALINI, DAMASCENO MAURICIO DA ROCHA JUNIOR, ADRIANA DE PAULA BARATTO, ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO, ANGELA BEATRIZ ALCAIDE, JEFERSON LUIZ DE LIMA, JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR, SERGIO GOMES, HELIO EDUARDO RICHTER

010 2008.0000417-3/0 - Execução de Título Judicial — JOÃO RICARDO RODRIGUES X BANCO PANAMERICANO S/A.

INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA, POR SEUS PROCURADORES, ACERCA DA JUNTADA AOS AUTOS DOS COMPROVANTES DE TRANSFERÊNCIAS JUNTADO AOS AUTOS, REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DO VALOR DEPOSITADO AS FLS. 256 E SALDO REMANESCENTE DE FLS. 188 PARA A CONTA CORRENTE DECLINADA NOS AUTOS DO BANCO BANRISUL.

Adv(s) LUIZ FERNANDO PALMA, ROGÉRIO GROHMANN SFOGGIA, CLERSON ANDRÉ ROSSATO, PAULA FABIANE MORAES PEREIRA, PAULA FABIANE MORAES PEREIRA, FELIPE DA SILVA LIMA, JANIS CAROLINA RAINISCH, CAROLINA BERTHIER MARÇAL

011 2008.0000918-5/0 - Execução de Título Judicial — ILÁRIO FRANCISCO SCHNEIDER X ADEMIR MASSAROLI

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE POR SEUS PROCURADORES ACERCA DO ITEM 02 DO R. DESPACHO DE FLS. 155 QUE DIZ: "DECORRIDO O PRAZO DA SUSPENSÃO ORA DEFERIDA, DIGA O EXEQUENTE, POR SEUS PROCURADORES, SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO".

Adv(s) VLAMIR EMERSON FERREIRA, LEDA REGINA GAMBETTA, GUIOMAR MARIO PIZZATTO, OSVALDO KRAMES NETO, LUCIO CLOVIS PELANDA, ENIMAR PIZZATTO

012 2008.0001089-2/0 - Execução Título Extrajudicial — MARCELO LUIZ GASS X EMPRESA E. LARA DOS SANTOS & CIA LTDA. (E OUTRO)

AUTOS QUE DEVERÃO SER DEVOLVIDOS EM CARTÓRIO, PELO PROCURADOR DO REQUERENTE/REQUERIDO, DR. EVERTON BOGONI , NO PRAZO DE 24:00 (VINTE E QUATRO) HORAS, SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC. DESCONSIDERE ESTA INTIMAÇÃO EM CASO DE DEVOLUÇÃO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A ELABORAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA PRESENTE PUBLICAÇÃO. OBS. SE O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO JÁ FOI PUBLICADO UMA OU MAIS VEZES ANTERIORMENTE, FICA VOSSA SENHORIA CIENTE DE QUE ESTE JUÍZO ESTARÁ PROVIDENCIANDO A BUSCA E APREENSÃO DOS AUTOS, BEM COMO COMUNICAÇÃO A OAB E OUTRAS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

Adv(s) EVERTON BOGONI, PAULO RICARDO DE OLIVEIRA, JAIR ANTONIO WIEBELLING

013 2009.0000225-6/0 - Execução Provisória — JESSY INÁCIO LUCAS X MILTON SANTOS COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA (E OUTRO)

AUTOS QUE DEVERÃO SER DEVOLVIDOS EM CARTÓRIO, PELO PROCURADOR DO REQUERENTE/REQUERIDO, DR. ANDERSON PAULO DE LIMA, NO PRAZO DE 24:00 (VINTE E QUATRO) HORAS, SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC. DESCONSIDERE ESTA INTIMAÇÃO EM CASO DE DEVOLUÇÃO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A ELABORAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA PRESENTE PUBLICAÇÃO. OBS. SE O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO JÁ FOI PUBLICADO UMA OU MAIS VEZES ANTERIORMENTE, FICA VOSSA SENHORIA CIENTE DE QUE ESTE JUÍZO ESTARÁ PROVIDENCIANDO A BUSCA E APREENSÃO DOS AUTOS, BEM COMO COMUNICAÇÃO A OAB E OUTRAS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

Adv(s) ANDERSON PAULO DE LIMA

014 2009.0000327-0/0 - Execução Título Extrajudicial — RAFAEL JULIAN RIBEIRO X ROSÂNGELA PIEDADE BARRETO

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SEUS PROCURADORES, ACERCA DO DESPACHO DE FLS. 48, QUE DIZ: "DEFIRO A SUSPENSÃO DO PRESENTE FEITO PELO PRAZO DE VINTE (20) DIAS."

Adv(s) DIEGO RICARDO SCHIAVINI, SÉRGIO LAURINDO FILHO, MARCELO VINICIUS LAURINDO

015 2009.0000597-6/0 - Execução Título Extrajudicial — LEDIR DA ROCHA X LECI DENICE BRINKER SIQUEIRA (E OUTROS)

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SEU PROCURADOR, ACERCA DO DESPACHO DE FLS. 105, QUE DIZ: " PELA ÚLTIMA VEZ, INTIME-SE O EXEQUENTE PARA DAR CUMPRIMENTO AO ITEM 2 DO DESPACHO DE FLS 97 E DESPACHO DE FLS 101, INDICANDO OS BENS QUE FORAM HERDADOS PELAS NOVAS EXECUTADAS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO."

Adv(s) RÓGINER AUGUSTO MARIN

016 2009.0000615-5/0 - Execução de Título Judicial — BOTH & PIAZZETTA LTDA X CIANORTE MALHAS LTDA (E OUTROS)

INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA, BANCO BRADESCO S/A, POR SEUS PROCURADORES, PARA INDICAR NÚMERO DE AGÊNCIA E CONTA BANCÁRIA E SEU BENEFICIÁRIO, COM O RESPECTIVO CPF OU CNPJ, VISANDO A TRANSFERÊNCIA DO VALOR REMANESCENTE DEPOSITADO AS FLS. 224 E 227 EM SEU FAVOR.

Adv(s) RUY FONSATTI JUNIOR, MARCELO DALANHOL, ANDRE DALANHOL, ROSIMAR DELLA PASQUA, NEWTON DORNELES SARATT, FERNANDO AUGUSTO OGURA, SILVIA MARIA FLORES BARBOSA, MARCIO ANTONIO SASSO, RENY ANGELO PASTRE

017 2009.0000686-3/0 - Execução Título Extrajudicial — M PERES MECÂNICA DE VEÍCULOS LTDA ME X ROSEMAR KAUFMANN

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, POR SEUS PROCURADORES, PARA SE MANIFESTAR SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Adv(s) JOSE DOMINGOS DE QUEIROZ, SÉRGIO ADRIANO MARTINS MARTIN

018 2009.0000836-9/0 - Execução de Título Judicial — DOMINGOS MARIUSSI X MAPFRE SEGUROS

INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA, POR SEUS PROCURADORES, PARA PROMOVER O PAGAMENTO DO VALOR REMANESCENTE DA CONDENAÇÃO NOS TERMOS DO CÁLCULO RETRO (R$ 1.074,71), NO PRAZO DE QUINZE (15) DIAS, SOB PENA DE TER PROMOVIDO O CUMPRIMENTO COERCITIVO DO JULGADO CONTRA SI.

Adv(s) JOSE FERNANDO VIALLE, LUIZ CARLOS PROVIN, KATIA V. BORILLE BUSETTI, RAFAELA DENES VIALLE, RODRIGO CARLESSO MORAES, DIETER MICHAEL SEYBOTH, DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA, PAULO ROBERTO THIESEN GREGOL

019 2009.0000937-0/0 - Execução Título Extrajudicial — JOSÉ CARLOS DAL BOSCO X DÉBORA GEBAUER (E OUTRO)

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SEU PROCURADOR, PARA NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS JUNTAR AOS AUTOS DEMONSTRATIVO ATUALIZADO DO DÉBITO, DADO ESTE INDISPENSÁVEL PARA À EXPEDIÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA REQUERIDA AS FLS. 94/95 E DEFERIDA AS FLS. 96.

Adv(s) JOSE CARLOS DAL BOSCO

020 2009.0001016-6/0 - Execução de Título Judicial — IRMA ISABEL MACHADO MATOS (E OUTRO) X JULIANO JACOB SCHEURER (E OUTRO)

INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA, POR SEUS PROCURADORES, PARA QUE, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, INDIQUE TODOS OS BENS SUJEITOS À PENHORA QUE POSSUI, SOB PENA DE PRATICAR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA E SOFRER MULTA DE 10% DO MONTANTE DO DÉBITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 600, IV, 652, §3° E 656, §1° DO CPC.

Adv(s) RODRIGO MUNCHEN, CLOVIS FELIPE FERNANDES, VLADIMIR JOSÉ RAMBO, CLOVIS FELIPE FERNANDES, VLADIMIR JOSÉ RAMBO

021 2009.0001065-9/0 - Execução Título Extrajudicial — FRANCIOSI E FISCHER LTDA - ME X COMETA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, POR SEUS PROCURADORES, PARA SE MANIFESTAR SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Adv(s) SANDRA JUSSARA RICHTER, VANDERLEI DE SOUZA

022 2009.0001153-4/0 - Execução de Título Judicial — EDERSON MARCELO RICHARTZ X JOÃO JONER

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SEU PROCURADOR JUDICIAL, ACERCA DO DESPACHO DE FLS. 57, QUE DIZ: "PARA VIABILIZAR O PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO RETRO, O EXEQUENTE DEVERÁ APRESENTAR O CÁLCULO DISCRIMINADO E ATUALIZADO DE SEU CRÉDITO NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO."

Adv(s) ANDERSON PAULO DE LIMA, JOSE DOMINGOS NUNES CORREA

023 2009.0001230-7/0 - Execução Título Extrajudicial — MARIA JOAQUINA DIAS PEREIRA X MARCELO DALGALLO (E OUTRO)

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SEU PROCURADOR, PARA APRESENTAR O CÁLCULO DISCRIMINADO E ATUALIZADO DO SEU CRÉDITO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O PAGAMENTO PARCIAL FEITO PELA EXECUTADA NO DIA 13/04/2007 (FLS 25), NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Adv(s) JOSE GERALDO CANDIDO, ROSALVO ANTONIO ORSATO, EDIR VERISSIMO LOCATELLI

024 2009.0001282-5/0 - Execução de Título Judicial — IOLANDA BOSZCZOWSKI PINHEIRO X OFICINA DA ARTE EVENTO E DECORAÇÕES (E OUTRO)

AUTOS QUE DEVERÃO SER DEVOLVIDOS EM CARTÓRIO, PELO PROCURADOR DO REQUERENTE/REQUERIDO, DR. JOSE HUMBERTO PINHEIRO, NO PRAZO DE 24:00 (VINTE E QUATRO) HORAS, SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC. DESCONSIDERE ESTA INTIMAÇÃO EM CASO DE DEVOLUÇÃO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A ELABORAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA PRESENTE PUBLICAÇÃO. OBS. SE O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO JÁ FOI PUBLICADO UMA OU MAIS VEZES ANTERIORMENTE, FICA VOSSA SENHORIA CIENTE DE QUE ESTE JUÍZO ESTARÁ PROVIDENCIANDO A BUSCA E APREENSÃO DOS AUTOS, BEM COMO COMUNICAÇÃO A OAB E OUTRAS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

Adv(s) JOSE HUMBERTO PINHEIRO, LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO

025 2010.0000071-9/0 - Carta Precatória — DIVA MARIA CORTE MACULAN X ERVINO SCHNEIDER

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, POR SUA PROCURADORA, PARA SE MANIFESTAR SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA PRESENTE CARTA PRECATÓRIA.

Adv(s) THALIHTA PAZUCH

026 2010.0000096-0/0 - Execução de Título Judicial — C.C. COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA M.E. X ILSE ZANG MACHINER (E OUTRO)

AUTOS QUE DEVERÃO SER DEVOLVIDOS EM CARTÓRIO, PELO PROCURADOR DO REQUERENTE/REQUERIDO, DR. FLORISVALDO HAROLDO ANSELMI , NO PRAZO DE 24:00 (VINTE E QUATRO) HORAS, SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC. DESCONSIDERE ESTA INTIMAÇÃO EM CASO DE DEVOLUÇÃO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A ELABORAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA PRESENTE PUBLICAÇÃO. OBS. SE O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO JÁ FOI PUBLICADO UMA OU MAIS VEZES ANTERIORMENTE, FICA VOSSA SENHORIA CIENTE DE QUE ESTE JUÍZO ESTARÁ PROVIDENCIANDO A BUSCA E APREENSÃO DOS AUTOS, BEM COMO COMUNICAÇÃO A OAB E OUTRAS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

Adv(s) FLORISVALDO HAROLDO ANSELMI

027 2010.0000397-1/0 - Execução Título Extrajudicial — PAULO CEZAR ALVES X MARCIO ADRIANO TORRESAN (E OUTRO)

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, POR SEUS PROCURADORES, PARA SE MANIFESTAR SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Adv(s) EVERTON BOGONI, PAULO RICARDO DE OLIVEIRA

028 2010.0000545-3/0 - Processo de Conhecimento — ANA MARIA REZENDE X HSBC S/A

INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA, POR SUA PROCURADORA, ACERCA DA JUNTADA AOS AUTOS DO COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA DO SALDO REMANESCENTE (50%) DA IMPORTÂNCIA DEPOSITADA AS FLS. 61/62, PARA A CONTA CORRENTE DE TITULARIDADE DO REQUERIDO INDICADA A FLS. 119.

Adv(s) ANDRÉ DE ARAUJO SIQUEIRA, IZABELA RUCKER CURI BERTONCELLO

029 2010.0000967-9/0 - Execução de Título Judicial — SEBASTIÃO DA SILVA X BANCO BMG S/A

PELA SEGUNDA VEZ, INTIMAÇÃO DA EXECUTADA, POR SEUS PROCURADORES PARA FORNECER NUMERO DE CONTA BANCÁRIA E SEU RESPECTIVO BENEFICIÁRIO COM CPF OU CNPJ, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, VISANDO A TRANSFERÊNCIA DO VALOR DEPOSITADO AS FLS. 84 E 94 EM SEU FAVOR.

Adv(s) SUZANA RODRIGUES DA SILVA, LUCIANA ELIZABETE LENHART, HENRIQUE GINESTE SCHROEDER, DEBORAH GUIMARAES, SCHEILA CAMARGO COELHO TOSIN, JOANITA FARYNIAK, HEROLDES BAHR NETO, HEROLDES BAHR NETO

030 2010.0000978-1/0 - Processo de Conhecimento — ORLANDO JOÃO RICHARTZ X COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

INTIMAÇÃO DAS PARTES, POR SEUS PROCURADORES, ACERCA DA BAIXA DOS PRESENTES AUTOS, PARA QUE REQUEIRAM O QUE MELHOR LHES APROUVER, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS.

Adv(s) ANDERSON PAULO DE LIMA, ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO, LUIZ CARLOS PASQUALINI

031 2010.0001109-6/0 - Processo de Conhecimento — LUIZ ANTUNES DOS SANTOS X ROSEMERE PARIZE

INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE, POR SEU PROCURADOR, ACERCA DO DESPACHO DE FLS. 47, QUE DIZ: "1. CONSIDERANDO O TEOR DA CERTIDÃO DE FLS. 27 E DA GUIA DE FLS. 23, VERIFICA-SE QUE A TAXA JUDICIARIA FOI DEPOSITADA DIRETAMENTE EM FAVOR DO FUNJUS E QUE O VALOR REFERENTE AS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS NÃO FOI DEPOSITADO. 2. ASSIM, INTIME-SE O REQUERENTE, POR SEU PROCURADOR, PARA, NO PRAZO DE 05 9CINCO) DIAS, PROVIDENCIAR O PREPARO CORRETO DAS CUSTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 01/2005 - CSJS, SOB PENA DE EXECUÇÃO PELA PARTE INTERESSADA. "

Adv(s) DARCI HEERDT

032 2010.0001285-6/0 - Execução Título Extrajudicial — ANDRÉ DOMINGOS X CONSTUDO CONSTRUTORA LTDA

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, POR SUA PROCURADORA, PARA SE MANIFESTAR SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Adv(s) ELEANDRA CRISTINA DOMINGOS, SUZANA RODRIGUES DA SILVA

033 2010.0001299-4/0 - Execução Título Extrajudicial — NELCY THEREZINHA JUK FAZZANO X VITOR DALPOSSO

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, POR SEUS PROCURADORES, PARA SE MANIFESTAR SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Adv(s) FERNANDO GRUBER, RAFAEL RICARDO GRUBER, JULIANA WAGNER

034 2010.0001329-8/0 - Execução Título Extrajudicial — GIARETTA IMÓVEIS LTDA X SALETE TEREZINHA GALLON DE AGUIAR (E OUTROS)

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, POR SEUS PROCURADORES, PARA SE MANIFESTAR SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Adv(s) GILMAR JEFERSON PALUDO, THOMAS LUIZ PIEROZAN

035 2010.0001396-9/0 - Execução de Título Judicial — IRINEU CAVALCANTE X TIM CELULAR S.A

INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA, POR SEUS PROCURADORES, ACERCA DA JUNTADA DO COMPROVANTE DE TRANSFERÊNCIA JUNTADO AOS AUTOS, REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DO VALOR DEPOSITADO AS FLS. 71 PARA A CONTA CORRENTE QUE A EXECUTADA MANTÉM JUNTO AO BANCO DO BRASIL S/A.

Adv(s) ISLAN PINTO RODRIGUES, WAGNER TAPOROSKI MORELI, SUSAN CARLINE PASA, SÉRGIO LEAL MARTINEZ

036 2010.0001419-7/0 - Execução de Título Judicial — NILSA SCHRODER X AUTO POSTO 2N LTDA

PELA SEGUNDA VEZ, AUTOS QUE DEVERÃO SER DEVOLVIDOS EM CARTÓRIO, PELO PROCURADOR DO REQUERENTE/REQUERIDO, DRA. GLAUCI ALINE HOFFMANN, NO PRAZO DE 24:00 (VINTE E QUATRO) HORAS, SOB AS PENAS DO ARTIGO 196 DO CPC. DESCONSIDERE ESTA INTIMAÇÃO EM CASO DE DEVOLUÇÃO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A ELABORAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA PRESENTE PUBLICAÇÃO. OBS. SE O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO JÁ FOI PUBLICADO UMA OU MAIS VEZES ANTERIORMENTE, FICA VOSSA SENHORIA CIENTE DE QUE ESTE JUÍZO ESTARÁ PROVIDENCIANDO A BUSCA E APREENSÃO DOS AUTOS, BEM COMO COMUNICAÇÃO A OAB E OUTRAS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

Adv(s) LACY DEI SVALDI ZAMUNER, ADROALDO ANTONIO ZAMUNER, GLAUCI ALINE HOFFMANN

037 2010.0001458-9/0 - Processo de Conhecimento — BOMBANA TRANSPORTES E LOGISTICAS LTDA X GRABER MOBISAT SISTEMAS DE RASTREAMENTO LTDA. (E OUTRO)

INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA ZATIX TECNOLOGIA S/A, POR SEUS PROCURADORES, PARA PROVIDENCIAR O COMPLEMENTO DO PREPARO DAS CUSTAS RECURSAIS, OBSERVANDO O CÁLCULO DE FLS. 126, TENDO EM VISTA A INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO (FLS. 140/141), NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXECUÇÃO PELA PARTE INTERESSADA.

Adv(s) EDINARA REGINA SCHAEFER, CARLOS ALBERTO FURLAN, JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO

038 2010.0001473-1/0 - Execução de Título Judicial — Eneias Farias Batista X Mundialline Ltda

INTIMAÇÃO DAS PARTES, POR SEUS PROCURADORES ACERCA DA DECISÃO DE FLS. 216/218 QUE DIZ: "(...) PELO EXPOSTO E SEM MAIORES DELONGAS, COMO REQUER A LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS, ADOTANDO OS SUCINTOS FUNDAMENTOS ACIMA ALINHAVADOS, HEI POR BEM EM JULGAR IMPROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PARA O FIM DE DETERMINAR O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO NA FORMA DA LEI. CONDENO A EXECUTADA/IMPUGNANTE NO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, NOS TERMOS DO ART. 55, II DOA LEI 9.099/95. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. POR FIM, DECRETO A EXTINÇÃO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO COM JULGAMENTO DE MÉRITO, NOS TERMOS SUPRA ALINHAVADOS (...) INFORMO AINDA QUE AS CUSTAS PROCESSUAIS IMPORTAM EM R$ 390,16 JÁ INCLUSO O VALOR REFERENTE À TAXA JUDICIÁRIA (R$ 20,00 ).

Adv(s) VERIDIANA PERIN, JOSE VALDIR WESCHENFELDER, JUSCELINO PIRES DA FONSECA

039 2010.0001537-5/0 - Execução Título Extrajudicial — BETON STEEL LTDA X IRINEU PICININI

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, POR SUA PROCURADORA, PARA SE MANIFESTAR SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NO PRAZO DE CINCO (05) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Adv(s) CAMILA ALINE FERLA, LETICIA TEREZA DE LEMOS BECKER, LUCIANA ELIZABETE LENHART

040 2010.0001539-9/0 - Execução de Título Judicial — JONES IRONI KHEL X GELMIR ANTONIO JORZI

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SEU PROCURADOR, ACERCA DO DESPACHO DE FLS. 27, QUE DIZ: "1. CONSIDERANDO A CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA DE FLS. 24/VERSO E A INFORMAÇÃO DE FLS. 25, INDEFIRO O PEDIDO RETRO, TENDO EM VISTA QUE O VEÍCULO INDICADO À PENHORA PELO EXEQUENTE NÃO É DE PROPRIEDADE DO EXECUTADO. 2. ASSIM, DIGA O EXEQUENTE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, INDICANDO BENS PENHORÁVEIS DE PROPRIEDADE DO EXECUTADO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Adv(s) ANDERSON PAULO DE LIMA

041 2010.0001604-7/0 - Execução Título Extrajudicial — MARCENARIA LIMBERGUER LTDA/ME X ARI JOSE SEHNEM

INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SEUS PROCURADORES, ACERCA DO ITEM 4 DO DESPACHO DE FLS. 44, QUE DIZ: " DIGA A EXEQUENTE QUANTO AO PROSSEGUIMENTO DO FEITO PELO SALDO REMANESCENTE".

Adv(s) SERGIO CANAN, GLAUCI ALINE HOFFMANN

042 2010.0001634-0/0 - Execução de Título Judicial — CASSANDRA DOMENICA KREOZER X BANCO DO BRASIL S/A

INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA, POR SEUS PROCURADORES, PARA NO PRAZO DE QUINZE (15) DIAS, PROMOVER O PAGAMENTO DO VALOR REMANESCENTE DA CONDENAÇÃO NOS TERMOS DO CÁLCULO RETRO (R$ 604,95), SOB PENA DE TER PROMOVIDO O CUMPRIMENTO COERCITIVO DO JULGADO CONTRA SI.

Adv(s) OSNI JOSE ZORZO, DIEGO LUIZ PASQUALLI, EDINARA REGINA SCHAEFER, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, JOSÉ ANTÔNIO BRÓGLIO ARALDI

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁJUIZADO ESPECIAL CRIMINAL**
**COMARCA DE TOLEDO - ESTADO DO PARANÁ**
**Dr. Bianor Bottega Ana Paula S.S. Portes**
**MM. Juiz de Direito Secretária**

**RELAÇÃO DE Nº 23/2011**

Dr. Diego Luiz Pasqualli
Drª. Emely Bortolotto
Dr. Jomah Hussein Ali Mohd Rabah
Drª. Jovana Carla Domingues Possani
Dr. Thomas Luiz Piorezan

01. 2008.786-0 AÇÃO PENAL PÚBLICA. JUSTIÇA PÚBLICA X CLEVERSON WIESENHUTTER TORMAS. INTIMAÇÃO DO DEFENSOR NOMEADO DO INTEIRO TEOR DA R. SENTENÇA DE FLS. 55, QUE DIZ: **O ACUSADO CLEVERSON WIESENHUTTER TORMAS...EM RAZÃO DE PREENCHER OS REQUISITOS LEGAIS TEVE O PROCESSO SUSPENSO PELO PRAZO DE DOIS (02) ANOS, MEDIANTE O CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE AUDIÊNCIA...OCORREU O DECURSO DO PERÍODO DE SUSPENSÃO DO FEITO SEM REVOGAÇÃO, UMA VEZ QUE O ACUSADO CUMPRIU SATISFATORIAMENTE AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS...CONSIDERANDO A PROMOÇÃO MINISTERIAL RETRO, E, NOS TERMOS DO ART. 89, § 5º., DA LEI 9.099/95, DECRETAR A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO ACUSADO CLEVERSON WIESENHUTTER TORMAS, DETERMINANDO O OPORTUNO ARQUIVAMENTO. (a) MM. JUIZ DE DIREITO DR. BIANOR BOTTEGA.** ADV. DIEGO LUIZ PASQUALLI.
02. 2010.422-8 TCIP. JOSÉ MARCOS BEREZOSKI E OUTROS X EVALDO DE JESUS BUENO**. INTIMAÇÃO DA DEFENSORA NOMEADA DO INTEIRO TEOR DA R. DESPACHO DE FLS. 43, QUE DIZ: O NOTICIADO EVALDO DE JESUS BUENO CUMPRIU INTEGRALMENTE A PENA ANTECIPADA QUE LHE FOI HOMOLOGADA, HEI POR BEM EM DECRETAR A EXTINÇÃO DA SUA PUNIBILIDADE, DETERMINANDO O OPORTUNO ARQUIVAMENTO DO PRESENTE FEITO, OBSERVANDO-SE O DISPOSTO NO § 6º DO ART. 76, DA LEI 9.099/95.**ADV.EMELY BORTOLOTTO.
03. 2010.463-5 TCIP. JUSTINA MARIA GONÇALVES DE SALLES X CARLOS ALVES MONTEIRO. **INTIMAÇÃO DA DEFENSORA NOMEADA E DA ADVOGADA DO INTEIRO TEOR DA R. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO EXECUTÓRIA DO ESTADO.** ADV. EMELY BORTOLOTTO e JOVANA CARLA DOMINGUES POSSANI.
04. 0009130-22.2010.8.16.0170 TCIP. MIRACI HELENA PREVIATTI KLUG X ALINE FRANK. **INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO INTEIRO TEOR DA R. DESPACHO ITEM 01, QUE DIZ: ACOLHO A MANIFESTAÇÃO RETRO DO ILUSTRE PROMOTOR DE JUSTIÇA, ADOTANDO-A COMO RAZÃO DE DECIDIR PELOS SEUS PRÓPRIOS E JURÍDICOS FUNDAMENTOS, PARA O FIM DE DETERMINAR O ARQUIVAMENTO DESTE PROCEDIMENTO, NOS TERMOS PRECONIZADOS PELO ART. 76 'CAPUT" SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.** ADV. JOMAH HUSSEIN ALI MOHD RABAH**.**
05. 2010.190-3 AÇÃO PENAL PÚBLICA. JUSTIÇA PÚBLICA X JOSÉ JURACI CHAVES DE SIQUEIRA. **INTIMAÇÃO DO DEFENSOR NOMEADO DO INTEIRO TEOR DA R. SENTENÇA DE FLS. 71, QUE DIZ: CONSIDERANDO O TEOR DA CERTIDÃO DE ÓBITO DE FLS. 68, ATESTANDO O FALECIMENTO DO NOTICIADO JOSÉ JURACI CHAVES DE SIQUEIRA...E TENDO EM VISTA A MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL RETRO, HEI POR BEM EM DECRETAR-LHE A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, COM FUNDAMENTO NO ART. 107, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL, DETERMINANDO O OPORTUNDO ARQUIVAMENTO DOS PRESENTES AUTOS.** ADV. THOMAS LUIZ PIOREZAN**.**
06. 2010.420-1 TCIP. JUSTIÇA PÚBLICA X ANDERSON RODRIGUES DA SILVA. **INTIMAÇÃO DO DEFENSOR NOMEADO DO INTEIRO TEOR DA R. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO CUMPRIMENTO INTEGRAL DA PENA IMPOSTA** ADV. THOMAS LUIZ PIOREZAN.

TOLEDO - ESTADO DO PARANÁ, 29 DE SETEMBRO DE 2011.

Concursos

Família

# FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

# VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, FAMÍLIA, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
ADELE MARIA BRANDALISE 00007 001536/2007
ADRIANA DE FÁTIMA NOGUEIRA 00034 001999/2010
ADRIANE FERNANDES 00029 001417/2010
ADRIANE SILMARA RIBEIRO AWANOWSKI 00013 002128/2008
ALCEU GIESE 00016 000286/2009
ALESSANDRO RAVAZZANI 00008 001620/2007
ALEXANDRE MARTINS 00008 001620/2007
ALLYSON DOMINGUES MILITÃO 00034 001999/2010
AMARILDO PEDRO GULIN 00016 000286/2009
00018 001014/2009
00028 000554/2010
ANA FABIA RIBAS DE OLIVEIRA 00011 000660/2008
ANA LUIZA MATTOS DOS ANJOS 00007 001536/2007
00030 001431/2010
ANDERSON RODRIGUES FERREIRA 00006 001084/2007
00018 001014/2009
00021 001440/2009
00032 001746/2010
ANDREA REGINA CARVALHO DE FREITAS 00026 002250/2009
ANDRESSA GRASIELA GONÇALVES 00013 002128/2008
ANGELICA ELISA GADENS 00009 001763/2007
ARARINAN KOSOP 00023 001829/2009
CATLEIA LAZAROTTO 00030 001431/2010
CAUE PYDD NECHI 00023 001829/2009
CELSO LUIS DE SOUZA CORDEIRO 00002 001111/2004
CLAUDENIR DE ALMEIDA TEIXEIRA 00014 002141/2008
CONCEICAO DE ALBUQUERQUE DE OLIVEIR 00004 000578/2006
DAISY PETRONA MAVEL SANTOS CACERES 00024 002119/2009
DOLORES MAçANEIRO 00006 001084/2007
DURCILEI CHORRI 00020 001185/2009
EDUARDO DE AVILA MARTINS 00014 002141/2008
ELAINE ISABEL PANICHI DOS SANTOS 00019 001018/2009
ELIANE SAPORSKI 00019 001018/2009
00023 001829/2009
ELISANGELA SPONHOLZ DE SOUZA 00010 001844/2007
00036 021874/2010
EMANUELE MARIA DE OLIVEIRA 00013 002128/2008
ERIKA YUMI SATO 00013 002128/2008
ESTEVAO BUSATO 00001 000248/2004
FABÍOLA FONSECA DE MATTOS 00015 002551/2008
FABIO ROBERTO MOTTA VIEIRA 00020 001185/2009
IVAIR JUNGLOS 00017 000586/2009
JOANA DE PAULA SANTOS 00013 002128/2008
JOSE ANTONIO FARIA DE BRITO 00012 001752/2008
JOSE ROBERTO CAVALCANTI 00017 000586/2009
JUAREZ JOSÉ COELHO DA SILVA JUNIOR 00031 001652/2010
JULIANA PAULA DE SOUZA 00005 000945/2007
LEANDRO LUIZ ZANGARI 00011 000660/2008
LIANE SLOBODIAN MOTTA VIEIRA 00020 001185/2009
LIDIA IVONE RIBAS 00033 001913/2010
LIGIA FRANCO DE BRITO 00012 001752/2008
LORY ANN VERMEULEN PLYMENOS 00029 001417/2010
LOUISE HAGE CERKUNVIS 00012 001752/2008
LUCIANE FLAUZINO ZANGARI 00011 000660/2008
LUCIMARA ALANO 00013 002128/2008
MANOEL FRANCISCO MARTINS DE PAULA 00017 000586/2009
MARCOS ANTONIO BARBOSA 00017 000586/2009
MARCOS HENRIQUE SPHAIR 00009 001763/2007
MARCOS RENAN SALVATI 00010 001844/2007
MARCOS VINICIUS ULAF 00023 001829/2009
MARIANA FERNANDA FERRI 00035 002220/2010
MARISTELA GUIMARAES CAVALLI 00027 000287/2010
00028 000554/2010
MARLOS ALEXANDRE COUTO COSTA 00030 001431/2010
MILTON MARTINI 00027 000287/2010
MONICA REGINA LUCION 00036 021874/2010
NEY ROLIM DE ALENCAR FILHO 00022 001609/2009
RAFAEL DA SILVA GOMES 00035 002220/2010
RODRIGO COLERE 00031 001652/2010
00033 001913/2010
ROSI CUNHA 00035 002220/2010
TATIANA NATAL 00009 001763/2007
TIAGO PAVIN 00003 000325/2006
00006 001084/2007
00025 002150/2009
00026 002250/2009
TOMMY FARAGO ANDRADE WIPPEL 00011 000660/2008
VALDIR APARECIDO DA CRUZ MOREIRA 00024 002119/2009
VILSON OSMAR MARTINS JUNIOR 00034 001999/2010
WALDIR DONIZETE DE OLIVEIRA 00001 000248/2004
00002 001111/2004
00003 000325/2006
00008 001620/2007
00015 002551/2008
00025 002150/2009
WALMIR DE OLIVEIRA LIMA TEIXEIRA 00007 001536/2007
WALTER DOS ANJOS 00007 001536/2007
WALTER RONALDO BASSO 00005 000945/2007

1. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-248/2004-S.J.F.S. x V.F.S. e outros- "1. Trata-se de execução de alimentos proposta pelas partes supramencionadas, todos qualificados nos autos. A parte autora foi intimada para se manifestar sobre o andamento do feito, quedando-se inerte (fls. 50-51). É o relatório. Decido. 2. Tendo em conta a inérCIa da parte autora, relativamente ao imprescindível impulso que lhe competia imprimir ao feito, sendo ônus processual da parte informar ao Juízo seu endereço para intimações, a extinção do processo, conquanto sem resolução de mérito, é medida de rigor. 3. Ante o exposto, julgo extinto o processo, sem
resolução de mérito, forte no art. 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Custas na forma da lei, pela requerente, restando sobrestada eventual execução, na forma do art. 12, da Lei n.o 1.060/50, eis
que deferidos à parte os benefícios da assistência judiciária gratuita. Cumpra-se, no que cabível, o Código de Normas da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. P.R.I. Diligências necessárias"
Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arqUlvem-se, observadas as formalidades legais."-Advs. ESTEVAO BUSATO e WALDIR DONIZETE DE OLIVEIRA-.
2. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-1111/2004-C.C.O. e outro x A.A.O.- "1. Trata-se de execução de alimentos proposta por C.C.D.O. (representada por SIBILA CISZ) em face de APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA, todos qualificados nos autos. A parte autora foi intimada para se manifestar sobre o andamento do feito, quedando-se inerte (fls. 38-39). É o relatório. Decido. 2. Tendo em conta a inércia da parte autora, relativamente ao imprescindível impulso que lhe competia imprimir ao feito, sendo ônus processual da parte informar ao Juízo seu endereço para intimações, a extinção do processo, conquanto sem resolução de mérito, é medida de rigor. 3. Ante o exposto, julgo extillto o processo, sem resolução de mérito, forte no art. 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Custas na forma da lei, pela requerente, restando
sobrestada eventual execução, na forma do art. 12, da Lei n° 1.060/50, eis que deferidos à parte os benefícios da assistência judiciária gratuita. Cumpra-se, no que cabível, o Código de Normas da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. P.R.I. Diligências necessárias. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arqUlvem-se, observadas as formalidades legais."-Advs. CELSO LUIS DE SOUZA CORDEIRO e WALDIR DONIZETE DE OLIVEIRA-.
3. GUARDA E RESPONSABILIDADE-325/2006-J.L.P. e outro x P.L.P. e outro- 1. Designo audiência de continuação para o dia 26 de outubro de 2011 (quarta feira), às 14:00 horas.-Advs. WALDIR DONIZETE DE OLIVEIRA e TIAGO PAVIN-.
4. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-578/2006-C.D.R. e outro x A.L.K.- "1. Trata-se de execução de alimentos proposta pelas partes supramencionadas. A parte autora foi intimada para indicar o endereço do requerido, a fim de se ultimar sua citação, requerendo por diversas vezes novo prazo, mas não atendendo a determinação até a presente data. É o relatório. Decido. 2. Indefiro o pedido de fl.36, eis que já concedido prazo suficiente para que a autora cumpra o referido despacho, fazendo com o que o processo se estenda além do razoável. Assim, tendo em conta que é seu ônus indicar o endereço do réu nos autos, configura-se a inércia da parte autora, relativamente ao imprescindível impulso que lhe competia imprimir ao feito. Assim, a extinção do processo, conquanto sem resolução de mérito, é medida de rigor. 3. Ante o exposto, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, forte no art. 267, inciso IH, do Código de Processo
Civil. Custas na forma da lei, pela requerente, restando sobrestada eventual execução, na forma do art. 12, da Lei n.O 1.060/50, eis que deferidos à parte os benefícios da assistência judiciária gratuita. Cumpra-se, no que cabívet o Código de Normas da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná.
P.R.I. Diligências necessárias. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se, observadas as formalidades legais. Colombo, 21 de fevereiro de 2011."-Adv. CONCEICAO DE ALBUQUERQUE DE OLIVEIR-.
5. ACAO DE ALIMENTOS-945/2007-J.T.L. e outros x J.L.- 1. Designo audiência de instrução e julgamento par a o dia 26 de outubro de 2011 (quarta feira), às 16:00 horas.-Advs. JULIANA PAULA DE SOUZA e WALTER RONALDO BASSO-.
6. ACAO DE ALIMENTOS-1084/2007-I.D.S.S. x D.M.S.- 1. Tendo em conta que este magistrado está participando de um Congresso na Alemanha na data do ato, redesigno a audiência de instrução para o dia 19 de outubro de 2011, quarta feira, às 14 horas. -Advs. ANDERSON RODRIGUES FERREIRA, Dolores Maçaneiro e TIAGO PAVIN-.

7. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-1536/2007-A.M. x A.D.S.M.- 1. Defiro a produção de prova testemunhal, além do depoimento pessoal das partes. 2. Designo audiência de instrução para o dia 24 de outubro de 2011, segunda feira, às 14 horas. 3. O rol de testemunhas deverá ser apresentado com observância do prazo legal, com a maior antecedência possível, visando possibilitar tempestiva intimação. -Advs. ANA LUIZA MATTOS DOS ANJOS, WALTER DOS ANJOS, ADELE MARIA BRANDALISE e WALMIR DE OLIVEIRA LIMA TEIXEIRA-.

8. ACAO DE ALIMENTOS-1620/2007-I.G.P. e outro x M.R.G.- 1. Defiro o pedido de fl. 37. Especifiquem as partes, no prazo de cinco dias, as provas que pretendem produzir. 2. Designo audiência de instrucãoe julgamento para o dia 18 de outubro de 2011, terça feira, às 17 horas. -Advs. WALDIR DONIZETE DE OLIVEIRA, ALESSANDRO RAVAZZANI e ALEXANDRE MARTINS-.

9. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-1763/2007-M.T.P. x C.L.O.-1. Tendo em conta que este magistrado está participando de um congresso na Alemanha na data do ato, redesigno a audiência de instrução para o dia 17 de outubro de 2011, segunda feira, às 17 horas. -Advs. TATIANA NATAL, MARCOS HENRIQUE SPHAIR e ANGELICA ELISA GADENS-.

10. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-1844/2007-I.C.O.S. e outro x C.X.S.-"Ante a certidão de fl. 50, manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias." -Advs. MARCOS RENAN SALVATI e ELISANGELA SPONHOLZ DE SOUZA-.

11. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-660/2008-M.R.S.N. x L.C.N.- "L RELATÓRIO 1. Trata-se de ação de divórcio direto litigioso c/c pedido de guarda e alimentos envolvendo as partes supramencionadas,
todos qualificados nos autos. Com a inicial, vieram os documentos de fls. 16-32. Devidamente citado, o requerido contestou a presente ação, juntando os documentos de fls. 49-55. A parte autora impugnou a contestação, requerendo total procedência. Foi realizada audiência de conciliação, na qual a douta procuradora da requerente pugnou pela decretação do divórcio, deixando os demais pedidos para posterior instrução. Intimadas as partes para que especificassem as provas que pretendiam produzir, ambos quedaram~se inertes. É o relatório, em apertada síntese. Decido. II. FUNDAMENTAÇÃO 2. Entendo pelo julgamento antecipado da lide, uma vez que as partes não promoveram os atos necessários para a comprovação dos fatos por eles alegados, pois, embora devidamente intimados, não indicaram provas a serem produzidas e nem ratificaram as já eventuais apontadas. Neste contexto é o entendimento do doutrinador Candido Rangel Dinamarco, o qual relata que: "o ônus da prova é o encargo, atribuído pela lei a cada uma das partes, de demonstrar a ocorrência dos fatos de seu próprzo interesse para as decisões a serem proferidas no processo (Instituições de Direito Processual Civil, volo lU, za edição, página 71). Ainda, neste diapasão, dispõe o artigo 333, do Código de Processo Civil, que ao autor cabe a alegação dos fatos constitutivos de seu direito e, ao réu, cabe a prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Em sendo assim, a pessoa responsável por uma determinada afirmação é também aquela que deve oferecer as provas necessárias para sustentá-la. 3. Os pedidos contidos na presente ação
comportam parcial procedência. No que respeita ao divórcio, é incontestável a procedência, restando, então, desfeito o vínculo conjugal. Ademais, com a EC 66/10 não há mais que se falar em confirmação quanto ao transcurso do lapso temporal. No que tange aos alimentos, em que pese as alegações do requerido de estar desempregado e, portanto, necessitar da prestação alimentícia, não foram carreados aos autos documentos que provassem tais alegações, motivo pelo qual não comporta deferimento. Ademais, conforme se depreende da peça inaugural, a guarda fática de cada um dos filhos do casal em tela encontra-se com um dos genitores, razão pela qual cada qual encontra-se obrigado em prover a subsistência daquele que se encontre sob sua responsabilidade. Em relação ao pedido de guarda, por seu turno, no que diz respeito ao adolescente L.C.N.J., há de ser deferida, uma vez que se trata de mera regularização fática, já que o adolescente se encontra sob os cuidados da mãe desde sua viagem para o exterior, não havendo que se cogitar da mudança de tal situação. Já no que concerne ao outro filho do casal, C.A.S.N., tendo em conta sua maioridade, a presente ação perdeu seu objeto, haja vista que o menino não precisa mais estar sob a guarda e responsabilidade de outras pessoas, respondendo por seus próprios atos. No tocante aos bens, é fato incontroverso que não existem bens móveis ou imóveis, no Brasil, a serem partilhados e, embora alegado pelo requerido a existência de bens móveis e dinheiro no exterior, tais alegações não foram comprovadas, embora devidamente intimado para que especificasse ou ratificasse as provas que pretendia produzir. 3. Ante o exposto, Julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na exordial, com o que decreto o divórcio das partes referidas. A requerente voltará a utilizar o nome de solteira, qual seja MARINA RODRIGUES SANTANA. Custas na forma da lei pelo requerido, sobrestada a execução, eis beneficiário da justiça gratuita. Condeno o requerido ao pagamento dos
honorários sucumbenciais no importe de R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).
Lavre-se termo de guarda definitivo, intimando-se e cumprindo-se o imposto no artigo 32, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Expeça-se o competente mandado de averbação. Cumpra-se, no que cabível, o Código de Normas da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. P.R.I. Diligências necessárias. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, arquivem-se, observadas as
formalidades legais. "-Advs. ANA FABIA RIBAS DE OLIVEIRA, TOMMY FARAGO ANDRADE WIPPEL, LEANDRO LUIZ ZANGARI e LUCIANE FLAUZINO ZANGARI-.

12. NEGACAO DE PATERNIDADE-1752/2008-R.D.S.S. e outro x R.R.S. e outro- 1. Designo audiência de conciliação para o dia 31 de outubro de 2011 (segunda feira), às 15:00 horas.-Advs. JOSE ANTONIO FARIA DE BRITO, LIGIA FRANCO DE BRITO e LOUISE HAGE CERKUNVIS-.

13. SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA-2128/2008-F.T. x A.L.T.- 1. Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 25 de outubro de 2011 (terça feira), às 14:00 horas.-Advs. ERIKA YUMI SATO, EMANUELE MARIA DE OLIVEIRA, ANDRESSA GRASIELA GONÇALVES, ADRIANE SILMARA RIBEIRO AWANOWSKI, JOANA DE PAULA SANTOS e LUCIMARA ALANO-.

14. SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA-2141/2008-J.S.S.R. x P.R.R.- 1. Defiro o pedido de fl. 68-69. 2. Redesigno audiência para o dia 18 de outubro de 2011, terça feira, às 14 horas. . Intime-se a parte requerida para no prazo de 5 dias manifestar-se sobre a impugnação e documentos apresentados. -Advs. EDUARDO DE AVILA MARTINS e CLAUDENIR DE ALMEIDA TEIXEIRA-.

15. ACAO DE ALIMENTOS-2551/2008-A.D.S. e outro x G.R.S.-1. Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir no prazo de cinco dias. 2. Designo audiência de instrução e julgamento par a o dia 25 de outubro de 2011 (terça feira), às 16:00 horas. -Advs. WALDIR DONIZETE DE OLIVEIRA e FABÍOLA FONSECA DE MATTOS-.

16. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-286/2009-A.L.S.O. x C.O.- 1. Designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 24 de outubro de 2011, segunda feira, às 16 horas. -Advs. ALCEU GIESE e AMARILDO PEDRO GULIN-.

17. ACAO DE ALIMENTOS-586/2009-A.F.M. e outro x R.M.- 1. Especifique o requerido, no prazo de cinco dias, as provas que pretende produzir. 2. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 24 de outubro de 2011, segunda feira, às 15 horas. -Advs. IVAIR JUNGLOS, MANOEL FRANCISCO MARTINS DE PAULA, MARCOS ANTONIO BARBOSA e JOSE ROBERTO CAVALCANTI-.

18. GUARDA-1014/2009-L.A.C. x A.C.A. e outros- "I. RELATÓRIO Trata-se de pedido formulado por LUCIANO
ARAUJO DA COSTA, o qual busca a guarda dos infantes A.D.C.A. E B.D.C.A, figurando como ré SlLMARA DO ROCIO RODRIGUES DO COUTO, todos qualificados na vestibular. Foi concedida liminar deferindo a guarda à requerente (fl. 12). A requerida foi citada por edital (fl. 17), tendo sido apresentada contestação por negativa geral (fl. 22). Na parte essencial, é o relatório. Decido. 2. Entendo desnecessária a produção de outras provas no feito, pois o estudo social demonstrou de forma clara que o infante vem sendo bem tratado pela parte autora, (fls. 15-16), que tem participação ativa na vida do menino, além da mãe ser ausente e não manter vínculo afetivo com o filho, o que demonstra sua total falta de interesse para com este. 3. Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial e, conseqüentemente, defiro a guarda definitiva
e por prazo indeterminado dos infantes A. DO COUTO ARAUJO E B. DO COUTO ARAUJO ao requerente LUCIANO ARAUJO DA COSTA, tudo com fundamento nos artigos 33, 34, 35, da Lei 11.° 8.069/90, sem prejuízo da revogação a qualquer tempo. Lavre-se termo de guarda definitivo, intimando-se e cumprindo-se o imposto no artigo 32, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Custas na forma da lei, restando sobrestada eventual execução, na forma do art. 12, da Lei n° 1.060/50, eis que deferidos, neste ato, à parte os benefícios da assistência judiciária gratuita. Fixo os honorários do curador especial nomeado no importe de R$500,00 (quinhentos reais), devendo tal valor se custeado pelo Estado, nos termos do art. 22, parágrafo 1°, da Lei TI.o 8.906/94. Cumpra-se, no que cabível, o Código de Normas da egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Ciência ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Diligências necessárias."-Advs. ANDERSON RODRIGUES FERREIRA e AMARILDO PEDRO GULIN-.

19. SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA-1018/2009-I.C. x M.A.K.L.C.- 1. Designo audiência de conciliação para o dia 27 de outubro de 2011, quinta feira, às 15 horas. -Advs. ELAINE ISABEL PANICHI DOS SANTOS e ELIANE SAPORSKI-.

20. RECONHECIMENTO DE SOCIEDADE DE FATO-1185/2009-VANUZA DE SOUZA RIDIO x VALDECIR MORILHAS- Designo, para os fins ainda necessários, audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de novembro de 2011 (quinta feira), às 14:00. -Advs. LIANE SLOBODIAN MOTTA VIEIRA, FABIO ROBERTO MOTTA VIEIRA e DURCILEI CHORRI-.

21. NEGACAO DE PATERNIDADE-1440/2009-A.R.L. x W.M.R.L. e outro- 1. Designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 24 de outubro de 2011, segunda feira, às 17 horas. -Adv. ANDERSON RODRIGUES FERREIRA-.

22. ACAO DE ALIMENTOS-1609/2009-I.C.C.R. e outro x E.M.R.- 1. Tendo em conta que este magistrado está participando de um congresso na Alemanha na data do ato, redsigno a audiência de instrução para o dia 19 de outubro de 2011, às 17 horas. -Adv. NEY ROLIM DE ALENCAR FILHO-.

23. SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA-1829/2009-M.A.K.L.C. x I.C.- 1. Tendo em vista a possibilidade de acordo designo audiência para a tentativa de conciliação para o dia 27/10/2011, às 15 horas. -Advs. CAUE PYDD NECHI, MARCOS VINICIUS ULAF, ELIANE SAPORSKI e ARARINAN KOSOP-.

24. ACAO DE ALIMENTOS-2119/2009-D.M.B.N. e outro x G.G.N.- 1. Especifiquem as partes, no prazo de conco dias, as provas que pretendem produzir. 2. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 18 de outubro de 2011, terça feira, às 16 horas. -Advs. DAISY PETRONA MAVEL SANTOS CACERES e VALDIR APARECIDO DA CRUZ MOREIRA-.

25. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-2150/2009-R.F.A. x S.L.S.- 1. Designo audiência de instrução para o dia 27 de outubro de 2011 (quinta feira), às 17:00 horas.-Advs. WALDIR DONIZETE DE OLIVEIRA e TIAGO PAVIN-.

26. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-2250/2009-S.M.O. x J.C.R.O.- 1. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de outubro de 2011, quinta feira, às 16 horas. -Advs. ANDREA REGINA CARVALHO DE FREITAS e TIAGO PAVIN-.

27. ACAO DE ALIMENTOS-0001805-34.2010.8.16.0028-S.S.A. e outro x S.A.A.- 1. Especifiquem as partes, no prazo de cinco dias, as provas que pretendem produzir. 2. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 18 de outubro de 2011, terça feira, às 15 horas. -Advs. MARISTELA GUIMARAES CAVALLI e MILTON MARTINI-.

28. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-0002886-18.2010.8.16.0028-D.F.G. x M.J.G.- 1. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 26 de outubro de 2011,

quarta feira, às 17 horas. -Advs. MARISTELA GUIMARAES CAVALLI e AMARILDO PEDRO GULIN-.

29. SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA-0005683-64.2010.8.16.0028-O.J.A. x V.S.O.- 1. Designo audiência de conciliação para o dia 31 de outubro de 2011, segunda feira, às 14 horas. -Advs. ADRIANE FERNANDES e LORY ANN VERMEULEN PLYMENOS-.

30. EXECUÇÃO DE SENTENÇA-0005661-06.2010.8.16.0028-D.J.C. x N.P.- 1. Manifeste-se a parte autora sobre a contestação, no prazo de dez dias. 2. Designo audiência de conciliação para o dia 25 de outubro de 2011 (terça feira), às 15:00 horas.-Advs. ANA LUIZA MATTOS DOS ANJOS, CATLEIA LAZAROTTO e MARLOS ALEXANDRE COUTO COSTA-.

31. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-0006395-54.2010.8.16.0028-S.R.G. e outro x V.G.- 1. Designo audiência para a tentativa de conciliação para o dia 27 de outubro de 2011, quinta feira, às 14 horas. -Advs. RODRIGO COLERE e JUAREZ JOSÉ COELHO DA SILVA JUNIOR-.

32. DIVORCIO CONSENSUAL-0006713-37.2010.8.16.0028-W.B.P. e outro x J.- 1. Redesigno audiência de ratificação, para o dia 31 de outubro de 2011, segunda feira, às 17 horas. -Adv. ANDERSON RODRIGUES FERREIRA-.

33. REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS-0007237-34.2010.8.16.0028-D.V.C. x A.L.P.- 2. Designo audiência de conciliação para o dia 26 de outubro de 2011, quarta feira, às 15 horas. -Advs. LIDIA IVONE RIBAS e RODRIGO COLERE-.

34. RECONHECIMENTO DE SOCIEDADE DE FATO-0007638-33.2010.8.16.0028-N.L.M. x A.A.S.- 1. Designo audiência para a tentativa de conciliação para o dia 31 de outubro de 2011, segunda feira, às 16 horas. -Advs. VILSON OSMAR MARTINS JUNIOR, ADRIANA DE FÁTIMA NOGUEIRA e ALLYSON DOMINGUES MILITÃO-.

35. ACAO DE ALIMENTOS-0008525-17.2010.8.16.0028-V.L.B. e outro x R.S.B.- Designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 11 de outubro de 2011, terça feira, às 15:00 horas. -Advs. ROSI CUNHA, RAFAEL DA SILVA GOMES e MARIANA FERNANDA FERRI-.

36. DIVORCIO DIRETO LITIGIOSO-0021874-87.2010.8.16.0028-J.V.F. x E.M.F.-"Especifiquem as partes, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir."-Advs. ELISANGELA SPONHOLZ DE SOUZA e MONICA REGINA LUCION-.

Execuções Penais

Infância e Juventude

Editais Judiciais

Conselho da Magistratura

Capital

## FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

### 1ª VARA CRIMINAL

### Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL
COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
**PRAZO: 60 (SESSENTA) DIAS.**

**RÉ(U)(S):**CÍRIO GONÇALVES
AÇÃO PENAL Nº **2.000.1798-1**
A DRA. ELIZABETH NOGUEIRA CALMON DE PASSOS, MMA. JUÍZA DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 60 (SESSENTA) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da Sentença imposta a/o ré(u)(s) CÍRIO GONÇALVES, brasileiro, solteiro, eletricista, nascido a 30/04/62 em Jaboti/PR, filho de Rubens Gonçalves da Silva e Maria da Silva Gonçalves, ora em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital fica(m) intimado(a)(s) de que foi(ram) ABSOLVIDO(A)(S) como incurso(a)(s) no art. 129, §1º, inc. I, do Código Penal por sentença de EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE, datada de 06/05/2009. Expediu-se o presente Edital pelo que, vencido o prazo deste, terá 05 (cinco) dias para, requerendo, interpor recurso e/ou apelação, junto à Instância Superior, depois do que terá transitado em julgado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 28 de setembro de 2011. Eu,_____, A. Francisco González Duarte, Técnico Judiciário, que o subscrevi.

---

JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL
COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
**PRAZO: 60 (SESSENTA) DIAS.**

**RÉ(U)(S):**PAULO CÉSAR DOS SANTOS BARBOSA
AÇÃO PENAL Nº **2000.1441-9**
A DRA. ELIZABETH NOGUEIRA CALMON DE PASSOS, MMA. JUÍZA DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 60 (SESSENTA) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da Sentença imposta a/o ré(u)(s) PAULO CÉZAR DOS SANTOS BARBOSA, brasileiro, natural de Curitiba, filho de Aristeu Barbosa e Sebastiana Maria dos Santos, nascido 20/02/67, RG 4.939.745-3/PR, ora em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital fica(m) intimado(a)(s) de que foi(ram) ABSOLVIDO(A)(S) como incurso(a)(s) no art. 171, caput, do Código Penal, por sentença de EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE datada de 14/10/2009. Expediu-se o presente Edital pelo que, vencido o prazo deste, terá 05 (cinco) dias para, requerendo, interpor recurso e/ou apelação, junto à Instância Superior, depois do que terá transitado em julgado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 28 de setembro de 2011. Eu,_____, A. Francisco González Duarte, Técnico Judiciário, que o subscrevi.
Elizabeth Nogueira Calmon De Passos
*Juíza de Direito*

### 1ª VARA DE FAMÍLIA

### Edital de Citação

E D I T A L, COM O PRAZO DE **30 (TRINTA) DIAS** PARA CITAÇÃO DE **LUIZ FERNANDO DE SOUZA VAZ**, nascido em 27/08/1982, filho de Neuza Aparecida de Souza Vaz, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido.
O DOUTOR LAURO AUGUSTO FABRÍCIO DE MELO FILHO, MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ.
F A Z S A B E R a quem o conhecimento deste haja de perceber, especialmente a **LUIZ FERNANDO DE SOUZA VAZ**, acima qualificado, que por este Juízo e Cartório respectivo da 1ª Vara de Família, se processam os autos sob nº **1309/2009** de **GUARDA E RESPONSABILIDADE COM TUTELA ANTECIPADA**, em que é Requerente:- **TELMA DE SOUZA CORREIA** e Requerido:- **LUIZ FERNANDO DE SOUZA VAZ**, tendo o autor alegado em síntese o seguinte:- As partes conviveram em união estável pelo período de 1 (um) ano, sendo que desse relacionamento adveio o nascimento de uma filha. O requerido é dependente químico e passou a tratar a requerente com muita agressividade. A requerente é pessoa de conduta ilibada, apta a proporcionar o bem estar da criança. DESPACHO:- Autos nº 1309/2009. "Ante a informação de fl. 78 e tendo em vista que já foram esgotados todos os meios para tentativa de localização da parte requerida, defiro a citação por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias. Curitiba, 05 de agosto de 2011. (a) Lauro Augusto Fabrício de Melo Filho. Juiz de Direito".
E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital, que por cópia devidamente assinada será afixado no lugar de costume do Fórum, nos autos e publicado na imprensa desta Capital.
Dado e passado nesta cidade e comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná. Em 23 de agosto de 2011. Eu (a) _____ Isabela Bassara Bortolon, Analista Judiciário, o datilografei e subscrevi.
**LAURO AUGUSTO FABRÍCIO DE MELO FILHO**
**JUIZ DE DIREITO**

---

E D I T A L, COM O PRAZO DE **30 (TRINTA) DIAS** PARA CITAÇÃO DE **ALÉCIO DA SILVA**, filho de Altamiro Pompeu da Silva e Lazara Meira da Silva, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido.
O DOUTOR LAURO AUGUSTO FABRÍCIO DE MELO FILHO, MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ.
F A Z S A B E R a quem o conhecimento deste haja de perceber, especialmente a **ALÉCIO DA SILVA**, acima qualificado, que por este Juízo e Cartório respectivo da 1ª Vara de Família, se processam os autos sob nº **379/2009** de **DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO**, em que é Requerente:- **APARECIDA FABIANO DE SOUZA DA SILVA** e Requerido:- **ALÉCIO DA SILVA**, tendo o autor alegado em síntese o seguinte:- As partes casaram-se em 26.02.1993, sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, sendo que dessa união adveio o nascimento de três filhos. As partes separaram-se de fato, tendo em vista as agressões do requerido. Não possuem bens a partilhar. A requerente deseja a guarda dos filhos. DESPACHO:- Autos nº 379/2009. "Ante a informação de fl. 80 e tendo em vista que já foram esgotados todos os meios para tentativa de localização da parte requerida, defiro a citação por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias. Curitiba, 08 de agosto de 2011. (a) Lauro Augusto Fabrício de Melo Filho. Juiz de Direito".
E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital, que por cópia devidamente assinada será afixado no lugar de costume do Fórum, nos autos e publicado na imprensa desta Capital.
Dado e passado nesta cidade e comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná. Em 23 de agosto de 2011. Eu (a) _____ Isabela Bassara Bortolon, Analista Judiciário, o datilografei e subscrevi.
**LAURO AUGUSTO FABRÍCIO DE MELO FILHO**
**JUIZ DE DIREITO**

### 2ª VARA CÍVEL

### Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
***DILIGÊNCIA DO JUÍZO***

Edital de intimação do requerente NILSON CORDEIRO, com prazo de VINTE DIAS. O doutor **Luciano Campos de Albuquerque**, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, **na forma da Lei, etc.**

Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório, com sede na Av. Cândido de Abreu, 535 - 1.º andar, tramitam os autos sob n.º 1128/2007 de Revisão de Contrato proposta contra BV FINACEIRA S.A dos quais se extraiu o presente para **intimação** do requerente NILSON CORDEIRO inscrito no CPF sob n.º 022.405.519-41 atualmente em lugar ignorado, para que dê regular andamento ao presente feito, dentro do prazo de **48 horas** sob pena de extinção. **ADVERTÊNCIA:** Decorrido o prazo do edital, bem como o prazo de 48 horas, o presente processo será extinto e arquivado, sem julgamento do mérito. Eu,_____ (Edno Francisco Ribeiro), juramentado o digitei e subscrevi.

Curitiba, 29 de setembro de 2011

**LUCIANO CAMPOS DE ALBUQUERQUE**
**JUIZ DE DIREITO**

## Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ

***DILIGÊNCIA DO JUÍZO***

Edital de intimação do requerente BANCO FINASA S/A, com prazo de VINTE DIAS. O doutor **Luciano Campos de Albuquerque**, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, **na forma da Lei, etc.**

Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório, com sede na Av. Cândido de Abreu, 535 - 1.º andar, tramitam os autos sob n.º 1163/2007 de Busca e Apreensão proposta contra ELIAS SUTIL DE OLVEIRA NETO dos quais se extraiu o presente para **intimação** da requerente BANCO FINASA S.A inscrita no CNPJ sob n.º 57.561615/00001-04 atualmente em lugar ignorado, para que dê regular andamento ao presente feito, dentro do prazo de **48 horas** sob pena de extinção. **ADVERTÊNCIA:** Decorrido o prazo do edital, bem como o prazo de 48 horas, o presente processo será extinto e arquivado, sem julgamento do mérito. Eu,_____ (Edno Francisco Ribeiro), juramentado o digitei e subscrevi.

Curitiba, 29 de setembro de 2011

**LUCIANO CAMPOS DE ALBUQUERQUE**
**JUIZ DE DIREITO**

# 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ADOÇÃO

## Edital de Intimação

**E D I T A L**

Prazo: 20 dias

A Doutora **MARIA LÚCIA DE PAULA ESPÍNDOLA**, Excelentíssima Juíza de Direito da 2ª Vara da Infância e da Juventude e Adoção do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, na forma da Lei,

**FAZ SABER** a todos que este **EDITAL** virem e dele tiverem conhecimento, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Rua Máximo João Kopp, n. 274, bl. 2, Santa Cândida, nesta Capital, os autos de Destituição do Poder Familiar sob o n. 0001199-17.2011.8.16.0013, em que é requerente o MINISTÉRIO PÚBLICO, requeridos os genitores VALDENIR LIMA DE SOUZA e TATIANE APARECIDA LEMES, referente aos infantes K. . de S., V. L. de S., D. A. L. de S., K. K. L. de S., K. L. de S. e G. L. de S., como consta nos autos que a requerida encontra-se em lugar ignorado, motivo pelo qual é expedido o presente para **INTIMAÇÃO** de **VALDENIR LIMA DE SOUZA e TATIANE APARECIDA LEMES**, com o prazo de vinte (20) dias, do teor da sentença proferida em 31 de agosto de 2011, que julgou procedente a ação promovida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, e decretou a destituição do poder familiar exercido pelos requeridos sobre os filhos, declarando-os, de consequência, em situação de risco pessoal e social, para aplicação de medida protetiva consistente na colocação em família substituta, preferencialmente na modalidade de adoção, para que, querendo, no **prazo de dez (10) dias**, recorram da decisão. E, para que chegue ao seu conhecimento e no futuro não possam alegar ignorância, é expedido o presente **EDITAL DE INTIMAÇÃO**, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo.

**CUMPRA-SE.**

Dado e passado nesta cidade e comarca de Curitiba/PR, aos 27 de setembro de 2011. Eu, Bel. Francine Ribas Ferreira, técnica judiciária, o digitei e subscrevo.

**MARIA LÚCIA DE PAULA ESPÍNDOLA**
**Juíza de Direito**

# 2ª VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO

## Edital de Citação

**EDITAL DE CITAÇÃO**

RÉU: CIPRIANO ALVES LOURENÇO NETO

A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **CIPRIANO ALVES LOURENÇO NETO,** garçom, filho de Cipriano Alves Lourenço Filho e Vanda Alves Lourenço, nascido aos 16/05/1976, natural de Curitiba/PR, residente na Rua José Romano, 171, Atuba, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2009.12735-2 (151/09) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 e 309 do Código de Trânsito Brasileiro, combinados com o artigo 70 do Código Penal, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.

ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

**EDITAL DE CITAÇÃO**

RÉU: PEDRO HENRIQUE SILVEIRA

A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **PEDRO HENRIQUE SILVEIRA,** auxiliar de escritório, filho de Sandro Silveira e Rosilene Silveira, nascido aos 13/02/1991, natural de Curitiba/PR, residente na Rua Paulo Fribe, 324, Bairro Alto, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.25220-5 (148/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306, combinado com o artigo 298, inciso III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.

ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

**EDITAL DE CITAÇÃO**

RÉU: RENATO GOMES NEUBAUER

A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **RENATO GOMES NEUBAUER,** mecânico, filho de Mauro Neubauer e Remilda Gomes Neubauer, nascido aos 11/12/1988, natural de Curitiba/PR, residente na Rua Jorge Cury Barhim, 1388 e 1315, Pilarzinho, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº

2010.19186-9 (361/10) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: SANDRO ANTONIO PENKAL
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **SANDRO ANTONIO PENKAL,** servente de pedreiro, filho de Antonio Penkal e Juliana Santina de Carvalho, nascido aos 19/06/1971, natural de Curitiba/PR, residente na Rua José Symchack, 50, Pinheirinho, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.21806-6 (69/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 combinado com o artigo 298, inciso III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: FABIO MARCELO LOVATO
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **FABIO MARCELO LOVATO,** analista de sistemas, filho de João Valentini Lovato e Nair Aparecida Mauloni Lovato, nascido aos 12/11/1981, natural de Curitiba/PR, residente na Rua João Dembinski, 110, Campo Comprido, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.22504-6 (56/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: FRANCISCO DE BARROS NETO
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **FRANCISCO DE BARROS NETO,** comerciante, filho de Remi Celso de Barros e Zeni de Barros, nascido aos 12/11/1956, natural de Curitiba/PR, residente na Rua Pedro Coliri, 1119, Portão, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.24543-8 (198/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: JOSE DUARTE DA SILVA
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **JOSE DUARTE DA SILVA,** construtor, filho de Martin Maminhaqui e Luiza Morona, nascido aos 31/08/1969, natural de Campo Mourão/PR, residente na Rua Baldur Magnus Grubba, 68, CIC, Nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.20118-0 (397/10) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: ALCIDES DIONE GONÇALVES CARNEIRO
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **ALCIDES DIONE GONÇALVES CARNEIRO,** autônomo, filho de Milton Gonçalves Carneiro e Darsanta de Jesus Carneiro, nascido aos 09/02/1970, natural de Curitiba/PR, residente na Rua Francisco Ferreira Filho, 178, Umbará, Curitiba/PR, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.5439-0 (51/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: FERNANDO BARBOSA
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **FERNANDO BARBOSA,** vendedor, filho de Ademir Barbosa e Eurides Festa Barbosa , nascido aos 15/01/1986, natural de São Paulo/SP, residente na Rua Antônio Moreira Lopes, 637, Cajuru, Nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei

nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2009.16272-7 (250/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉ: CIRLEI GLADIS PMMERENING
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente a ré **CIRLEI GLADIS PMMERENING,** atendente de locação, filha de Bruno Pommerening e Fridolina Pommerening, nascida aos 28/03/1970, natural de Ita/SC, residente na Travessa Rua Corbélia, 101, Colombo/PR, pelo presente **cita-a** e **chama-a** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.19423-0 (369/10) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306, combinado com o artigo 298, inciso III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citada para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrada.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: MIGUEL ABUD
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **MIGUEL ABUD,** autônomo, filho de Jair Abud e Dalva Rodrigues Abud, nascido aos 24/09/1964, natural de Caçador/SC, residente na Rua São Paulo, 825, Tatuquara, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.25185-3 (101/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306, combinado com o artigo 298, inciso III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **FRANCISCO FERREIRA DA SILVA,** garçom, filho de João Ferreira da Silva e Judita de Andrade da Silva, nascido aos 12/10/1965, natural de Curitiba/PR, residente na Rua Venâncio Trevisan Neto, 02, Santa Felicidade, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.19435-3 (364/10) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: MAURO JORGE DOS SANTOS
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **MAURO JORGE DOS SANTOS,** autônomo, filho de Cicero dos Santos e Leonarda Uxinnij, nascido aos 19/08/1970, natural de Rio de Janeiro/RJ, residente na Rua Oliveira, 224, Eucaliptos, Fazenda Rio Grande/PR, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.22481-3 (70/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 combinado com o artigo 298, inciso III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: MARCOS RONY ROBSON ORTINS
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **MARCOS RONY ROBSON ORTINS,** zelador, filho de José Borges dos Santos e Maria Rosa Ortins, nascido aos 22/06/1964, natural de Palmital/PR, residente na Rua Noldes Betezeke, 423, Vitória Régia, CIC, Nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.6265-1 (402/10) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 combinado com o artigo 298, inciso III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: CALIRIO APARECIDO DE LIMA
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **CALIRIO APARECIDO DE LIMA,** pedreiro, filho de José Ivo de Lima e Maria Aparecida de Lima, nascido aos 12/08/1973, natural de Riversul/SP, residente na Rua Jerônymo Thadeo, 543, Alto Boqueirão, Curitiba/PR, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa

Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.23306-5 (39/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: CLAUDIO CESAR BRAGA DA SILVA
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **CLAUDIO CESAR BRAGA DA SILVA,** mecânico, filho de Valmir Braga da Silva e Terezinha Weidgenannt, nascido aos 26/02/1975, natural de Campo Alegre/SC, residente na Rua Anne Frank, 585, Vila Hauer, Curitiba/PR, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.4528-5 (202/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: JOSE LUCIANO VIEIRA
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **JOSÉ LUCIANO VIEIRA,** auxiliar de produção, filho de Isabel Rodrigues Vieira, nascido aos 16/11/1959, natural de São Luiz Gonzaga/RS, residente na Rua João Goulart, 669, Tatuquara, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2009.13170-8 (463/09) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: PEDRO CALIXTRO
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **PEDRO CALIXTRO,** pedreiro, filho de Valdilio Calixtro e de Arilda de Paula Calixtro, nascido aos 29/04/1976, natural de Ortigueira/PR, residente na Rua Marcio Santos, 1731, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.7001-8 (269/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: JOACIR POLICENO DE SOUZA
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **JOACIR POLICENO DE SOUZA,** pedreiro, filho de Valentin Policeno de Sousa e Maria Neli de Lara Sousa, nascido aos 12/09/1979, natural de Palma Sola/SC, residente na Rua Vicente Montanha, 17, Moradias Cajuru, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2009.18647-2 (252/09) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: ELISSANDRO LUIZ DE ANDRADE
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **ELISSANDRO LUIZ DE ANDRADE,** desempregado, filho de Anazildo Luiz de Andrade e Jandira Fagundes, nascido aos 04/07/1981, natural de Ortigueira/PR, residente na Travessa Jornalista Ferreira Neto, 32, Ganchinho, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.21820-1 (03/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 combinado com o artigo 298, inciso III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: ANDRÉ DOMINGUES DA SILVA
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **ANDRÉ DOMINGUES DA SILVA,** manobrista, filho de Airton Domingues da Silva e Doroty Kempa da Silva, nascido aos 18/09/1981, natural de Curitiba/PR, residente na Rua Teixeira Soares, 370 C Seminário, Curitiba/PR, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder**

**à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.25265-5 (146/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: RUDY CLAYSON DA SILVA
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **RUDY CLAYSON DA SILVA,** motorista particular, filho de Alceu Freitas da Silva e Carmem Lucia da Silva, nascido aos 14/10/1977, natural de Curitiba/PR, residente na Rua Sebastião Alves Ferreira, 601, Bloco 08-B, AP. 11, Bairro Alto, Curitiba/PR, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2009.20128-5 (721/09) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: FABIO LUIS FERRI
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **FABIO LUIS FERRI,** mecânico, filho de Luis Francisco Ferri e Angelita Debora de Oliveira Ferri, nascido aos 23/11/1982, natural de Campinas/SP, residente na Rua Zira Alves Lourenço, 40, Campo Comprido, nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.25267-1 (180/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306, combinado com o artigo 298, inciso III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: AMAURI JORGE MACHADO
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **AMAURI JORGE MACHADO,** motorista, filho de João Jorge Machado e Maria Genilda da Silva Machado, nascido aos 15/12/1962, natural de Curitiba/PR, residente na Travessa Rua Iretama, 06, fundos, Sítio Cercado (Bairro Osternack), Curitiba/PR, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2006.6768-8 (149/06) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 302 caput do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: DANIEL DIAS DA LUZ
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **DANIEL DIAS DA LUZ,** auxiliar de produção, filho de Agenor Dias da Luz e Izabel da Cruz Luz, nascido aos 04/06/1982, natural de Curitiba/PR, residente na Rua Ângela Navarini Scot, 225 ou 234, Tatuquara, Nesta Capital, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2009.13271-2 (307/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: ELIAS MANOEL DE OLIVEIRA NETO
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **ELIAS MANOEL DE OLIVEIRA NETO,** carpinteiro, filho de José de Oliveira Neto e Elisabete de Oliveira, nascido aos 01/04/1974, natural de Curitiba/PR, residente na Rua do Sanhaço, 81, Colombo/PR, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.16044-0 (347/10) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 combinado com o artigo 298, inciso III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: JOÃO MARIA DE LIMA
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **JOÃO MARIA DE LIMA,** motorista de ônibus, filho de Sebastião de Lima e Paulina Pinheiro de Lima, nascido aos 24/02/1958, natural de Rio Negro/PR, residente na Rua Alberto Gonçalves, 20, Campo Largo/PR, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias,**

**contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2010.19899-5 (399/10) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: DONIZETE BATISTA DO NASCIMENTO
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **DONIZETE BATISTA DO NASCIMENTO,** autônomo, filho de Messias do Nascimento e Luzia de Fátima Nascimento, nascido aos 20/07/1977, natural de Curitiba/PR, residente atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2009.3274-2 (177/09) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 311 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: JEAN CARLO CHIURATTO
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **JEAN CARLO CHIURATTO,** pintor, filho de Cezar Francisco Purkot Chiuratto e Ana Cristina Dal Negro Chiuratto, nascido aos 26/12/1989, natural de São José dos Pinhais/PR, residente na Rua Israelita, 397, Bairro Santa Mônica, São José dos Pinhais/PR, pelo presente **cita-o** e **chama-o** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2011.743-1 (360/11) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citado para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉ: IRACEMA MARCELINO GUEDES
A Doutora **ALINE PASSOS,** MM. Juíza de Direito Substituta da Segunda Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente a ré **IRACEMA MARCELINO GUEDES,** comerciante, filha de Abel Macilio Marceleino e Delfina Mendes , nascida aos 18/02/1961, natural de Laranjeiras do Sul/PR, residente atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **cita-a** e **chama-a** a comparecer perante este Juízo, situado no Centro Judiciário Santa Cândida, na Rua Máximo João Kopp, 274, bloco 2, Santa Cândida, nesta Capital, **para responder à acusação por escrito e por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do prazo do presente edital**, observando-se os termos da Lei nº 11.719, de 20/06/2008, nos autos de Processo Criminal nº 2009.1344-6 (315/10) que lhe move o Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 310 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando também citada para se ver processar, até final julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar, por mais de (8) oito dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrada.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Ana Margaret Lima), Escrivã, o digitei e assino.
ALINE PASSOS
Juíza de Direito Substituta

---

## 3ª VARA DE FAMÍLIA

## Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DO 3º OFICIO DE FAMÍLIA DO FORUM CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - AVENIDA CANDIDO DE ABREU, 830 - CENTRO CIVICO.
EDITAL
PARA INTIMAÇÃO DO(A) SR.(A), DAISY CRISTINA DE LIMA TATARA, COM O PRAZO DE 20 (VINTE), RESIDENTE E DOMICILIADO EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO.
A DOUTORA PRISCILLA SHOJI WAGNER, MM. JUÍZA DE DIREITO DO 3º OFICIO DE FAMÍLIA DA COMARCA DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,
F A Z S A B E R a quem interessar possa, que por este Juízo e Cartório se processam os autos sob nº 2148/1998, de ação de ALIMENTOS, em que é requerente EDGAR IVO MARTINI NETTO (rep. por sua mãe DAISY CRISTINA DE LIMA TATARA) e requerido(a) EDGAR IVO MARTINI JUNIOR.
Fica o (a) Sr.(a). DAISY CRISTINA DE LIMA TATARA, intimada para que no prazo de 48:00 horas, dê andamento ao presente feito, sob pena de extinção. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital, que por cópia será afixado no lugar de costume do Fórum e publicado na imprensa desta Capital, e que o presente original encontra-se devidamente assinado em Cartório.
Dado e passado nesta cidade e comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná. Em, 28 de Setembro de 2011. Eu (a) _____ Escrevente Juramentado, o digitei e subscrevi.
ARI FERNANDES DOS SANTOS
ESCRIVÃO
Autorizado pela portaria nº
01/2004, deste Juízo
CARLOS JOSÉ ARAUJO DOS SANTOS
Escrevente Juramentado

---

## 5ª VARA CRIMINAL

## Edital de Intimação

JUIZO DE DIREITO DA QUINTA VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
RÉU: CLAUDINEI DA SILVA
AUTOS DE AÇÃO PENAL 2005/9582-5
Prazo: 30 DIAS
A DOUTORA SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI, MM. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA QUINTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PARANÁ, NA FORMA DA LEI.....
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que não tendo sido possível INTIMAR PESSOALMENTE o réu CLAUDINEI DA SILVA, filho de João Estanislau da Silva e de Maria Aparecida Rodrigues de Oliveira, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, pelo presente fica ele intimado de que na Ação Penal sob nº 2005/9582-5, por sentença deste Juízo datada de 16/06/2011, foi declarada EXTINTA SUA PUNIBILIDADE, em virtude da prescrição da pretensão punitiva (Artigo 107, IV e Artigo 109, V c/c Artigo 110, §1º, todos do Código Penal).
Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, cuja cópia de segunda via fica afixada no Átrio do Fórum. DADO E PASSADO nesta Cidade de Curitiba, quarta-feira, 28 de setembro de 2011, Estado do Paraná. Eu,_____(Claudia Mara Curi), Técnica de Secretaria, subscrevi.

**SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI**
Juíza de Direito substituta

# 6ª VARA CRIMINAL

## Edital de Citação

JUIZO DE DIREITO DA SEXTA SECRETARIA DO CRIME DO FORO CENTRAL DA **COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ**
RUA MAXIMO JOÃO KOPP, 274 - BLOCO 2SANTA CÂNDIDA - CURITIBA - PR
EDITAL DE CITAÇÃO DO REU : SANDRO DOS SANTOS
AÇÃO PENAL Nº 2003.48-0
PRAZO: 15
**O SENHOR LOURIVAL PEDRO CHEMIM- MM.** Juiz de Direito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem com o prazo de 15 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sido possível citar pessoalmente o réu SANDRO DOS SANTOS, atualmente em lugar incerto e não sabido, CITA-O e se ver processar nos autos de Ação Penal acima referido, como incurso nas penas dos ART 331 do Código Penal e INTIMA-O para que no prazo de 10 dias apresente sua resposta por escrito, podendo argüir preliminares e alegar tudo o que interessa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo suas intimações quando necessário. Faculta-se ao réu, arrolar testemunhas defesas e se forem meramente abonatórias, a substituição pela apresentação de declarações escritas. Fica o réu advertido que caso não apresente a defesa no prazo legal, ser-lhe-á nomeado defensor público.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de setembro do ano de 2011. Eu,(Adriana Delgado) Escrivã Designada que subscrevi.
**LOURIVAL PEDRO CHEMIM**
**Juiz de Direito**

# 12ª VARA CRIMINAL - VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

## Edital de Intimação

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
RÉU: **Paulo Noredi de Lima**

O Doutor **Hamilton Rafael Marins Schwartz**, MM. Juiz de Direito da Décima Segunda Vara Criminal da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **PAULO NOREDI DE LIMA,** nascido em 29/06/1952, RG nº 826.553-4/PR, anteriormente residente na Rua 2 (União Ferroviária), nº 283, CEP 81.590.571 - Curitiba - Paraná, atualmente em lugar incerto e não sabido, onde a ré está incursa nas sanções do artigo 213 e 214, c/c art. 224, "a" e art. 226, II e 71, todos do Código Penal, o qual foi CONDENADO por sentença proferida em 27/07/2011, a pena de 19 (dezenove) anos, 09 (nove) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime inicialmente fechado. Considerando que o réu respondeu o processo solto, comparecendo em todas as fases, concedo-lhe o direito de apelar em liberdade. E para que chegue ao conhecimento do referido réu, mandou expedir o presente edital com prazo de 90 (noventa) dias que será contado da publicação no Diário da Justiça do Estado, findo o qual poderá o réu interpor apelação no prazo de 05 (cinco) dias, antes de a mesma transitar em julgado na forma da Lei.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 29 de outubro de 2011. Eu, _____ (Marcus Thiago Nakatani Locatelli) Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
**HAMILTON RAFAEL MARINS SCHWARTZ**
Juiz de Direito

# 14ª VARA CÍVEL

## Edital de Citação

**JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ**
**Avenida Cândido de Abreu, 535, 7**º andar , Edifício Fórum Cível, Centro Cívico
Fone (41) 3253-3521 - fax (41) 3254-3869
ELENITA YASNI SANTOS DA SILVA
*Escrivã*
**ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS DOS EVENTUAIS INTERESSADOS, por estar(em) em lugar(es) incerto(s) ou não sabido.

A Dra. **RENATA ELIZA FONSECA DE BARCELOS COSTA,** MM. Juíza de Direito da Décima Quarta Vara Cível, desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, etc...

**F A Z S A B E R,** a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 30 (trinta) dias, que por este meio **CITA** todos os eventuais interessados, por estarem em lugares incertos ou não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, contestarem a presente ação, querendo, sendo que não o fazendo, inclusive por não terem advogado, importará na presunção de que admitiram como verdadeiros e aceitos os fatos articulados pela requerente na inicial, referente aos autos sob nº **1609/2011 número unificado 0045265-21.2011.8.16.0001** de ação de **USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO** em que é(são) requerente(s) **MARIA IGNES JAVORSKI**, cujo teor da petição inicial, em seu resumo, é do seguinte teor: "Conforme se demonstra a requerente possui a posse mansa, pacífica e inconteste da área usucapienda por mais de 40 anos, sendo que desde o exercício de 1979, ou seja, a mais de 31 anos, o imóvel está regularizado perante a prefeitura de Curitiba/PR, cumprindo uma função social, sendo que a requerente tem arcado com os ônus da manutenção do imóvel regularmente. O imóvel usucapiendo é aquele constituído pelo terreno de esquina, situado no Bairro Alto, nesta Capital, fazendo frente para a rua Ada Macaggi, nº 1026; do lado direito de quem da rua olha confronta com o lote 09 da quadra 80; do lado esquerdo com a rua Guglielmo Marconi e nos fundos com o Rio Bacacheri, com área aproximada de 5.190 m² com indicação fiscal nº 30.075.012.000-7. O referido imóvel não possui registro, sendo responsável pela região o Registro de Imóveis da 9ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba/PR, não sendo possível qualquer retirar qualquer documento junto ao referido Cartório de Registro de Imóveis. Tem-se que a requerida, herdeira do senhor Mário Javorski, possui o bem usucapiendo por herança desde a data de 11/07/2001, quando sentença judicial de fls. 80, do autos de Inventário nº 111/2001, homologou o formal de partilha apresentado pelas herdeiras, a requerente e sua filha Rogéria do Rosário Javorski. Ocorre que por transação ocorrida verbalmente entre mãe e filha, a senhora Rogéria, co-proprietária, abriu mão de sua cota parte no referido bem, restando a requerente como única proprietária." E para que ninguém no futuro possa alegar ignorância, mandou passar o presente edital que será fixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. **D A D O E P A S S A D O**, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos Vinte e Oito dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Onze. Eu, Elenita Yasni Santos da Silva - Escrivã, o subscrevi.

***Atenciosamente***
***Elenita Yasní S. da Silva***
***Escrivã***

***(autorizada - Portaria nº 02/2011)***

# VARA PRIVATIVA DO 1º TRIBUNAL DO JÚRI

## Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARANÁ
JUÍZO DE DIREITO DA **VARA PRIVATIVA DO1º TRIBUNAL DO JÚRI DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
RÉU: **ALCIDES ANTONIO DA SILVEIRA**
PRAZO: **QUINZE (15) DIAS**
AUTOS Nº **2010.0001904-7**
A DOUTORA **CRISTINE LOPES**, MM. JUÍZA DE DIREITO DESIGNADA DA VARA PRIVATIVA DO 1º TRIBUNAL DO JÚRI DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,
FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR E INTIMAR pessoalmente o acusado **ALCIDES ANTONIO DA SILVEIRA,** brasileiro, solteiro, nascido em 25/05/1961, filho de Helio Santos da Silveira e Onelia Diva Caniato da Silveira, portador do RG nº 12.795.123-3/MG, atualmente em local incerto e não sabido, que pelo presente edital vem CITÁ-LO e INTIMÁ-LO, para apresentar resposta à acusação, por escrito, no prazo de quinze dias, referente aos autos de Ação Penal nº 2010.0001904-7, em que é incurso nas sanções do Artigo 121, § 2º,I, do Código Penal.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2011. Eu, _____, (Paula Gabriela Santos), Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevi.
**CRISTINE LOPES**
Juíza de Direito Designada

# 13ª VARA CRIMINAL - JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

## Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO(S) VÍTIMA(S) **FRANÇOISE DE SOUZA**, com o prazo de 30 (trinta) dias.
A Dra. Shaline Zeida Ohi Yamaguchi - MMª. Juíza de Direito Substituta Designada da 13ª Vara Criminal - Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de trinta dias, ou dele conhecimento tiverem, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente **FRANÇOISE DE SOUZA**, pelo presente, fica a referida vítima intimada do inteiro teor da sentença datada de 31/03/2010, proferida nos autos de Ação Penal nº 2006.13842-9, que julgou improcedente a denúncia e absolveu o denunciado Gilberto Samuel Lapchenski.
Dado e passado nesta cidade e Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná. Aos 28 de setembro de 2011, eu, Luiz Felipe Storti Manzochi - Técnico de Secretaria, que o digitei. Eu, Cassiana Ferreira Lambach - Escrivã, que o subscrevi.
Shaline Zeida Ohi Yamaguchi
Juíza de Direito Substituta Designada

# Interior

## FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

## Edital Geral

**FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**
**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA-PR**
**CARTÓRIO CÍVEL E ANEXOS**
Rua Antonio Batista de Siqueira, nº 347, Vila Santa Terezinha - CEP 83.501-090 - Fone 3657-1147
**GILBERTO CHARIN**
Escrivão
ADIR COSTA PEREIRA - BRUNO MENGOTTI CHARIN - MARIA DE FÁTIMA COSTA PEREIRA - JOCELINE TABORDA DE FARIA - ROSÂNGELA KIILL CARVALHO
Auxiliares Juramentados

**EDITAL DE INTERDIÇÃO**

O Dr. AUGUSTO GLUSZCZAK JUNIOR, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital de interdição, cientifica a todos os interessados, que nesse Juízo processou-se os autos de Interdição n.º 4538-19.2009.8.16.0024, em que é requerente IVONE APARECIDA CORREA, sendo declarada por sentença a INTERDIÇÃO de EDERSON SANTOS COSTA ROSA, brasileiro, nascido em 05/09/1990, natural de Rio Branco do Sul, filho de Doroti Costa Rosa e Claudete de Fátima Aparecida Santos, residente e domiciliada no Município e Comarca de ALMIRANTE TAMANDARÉ, portador de retardo mental não especificado CID n.º F.79, sendo-lhe nomeado Curadora Sra. IVONE APARECIDA CORREA, tendo a curatela a finalidade de reger o interditando em todos os atos de sua vida civil, por tempo indeterminado. O presente edital será publicado por três vezes na Imprensa Oficial, com intervalo de dez dias. JUSTIÇA GRATUITA.

Dado e passado nesta cidade de CURITIBA, em 04/06/2011.

**AUGUSTO GLUSZCZAK JUNIOR**
**Juiz de Direito**

---

**FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**
**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA-PR**
**CARTÓRIO CÍVEL E ANEXOS**
Rua Antonio Batista de Siqueira, nº 347, Vila Santa Terezinha - CEP 83.501-090 - Fone 3657-1147
**GILBERTO CHARIN**
Escrivão
ADIR COSTA PEREIRA - BRUNO MENGOTTI CHARIN - MARIA DE FÁTIMA COSTA PEREIRA - JOCELINE TABORDA DE FARIA - ROSÂNGELA KIILL CARVALHO
Auxiliares Juramentados

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE VALDECIR GOMES DE SOUZA, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

***JUSTIÇA GRATUITA*** O Doutor AUGUSTO GLUSZCZAK JUNIOR, MM Juiz de Direito da Vara Cível da Cidade do Foro Regional de Almirante Tamandaré - Pr, leva ao conhecimento de todos, que conforme sentença proferida nos autos de **INTERDIÇÃOn.º 3367-56.2011.8.16.004**, movida por NAIR GOMES DE SOUZA DA SILVA, em 04.06.2011, FOI DECRETADA A INTERDIÇÃO de VALDECIR GOMES DE SOUZA, filho de José Gomes de Souza e Idalina Izabel de Souza, tendo como causa, retardo mental que o impossibilita de praticar atos da vida civil, nomeando-se CURADORA a Sra. Nair Gomes de Souza, não estabelecendo-se limites para a curatela, em razão da total incapacidade da interditada. Dado e passado nesta Cidade e Foro Regional de Almirante Tamandaré Comarca de Curitiba, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze. Eu Maria de Fátima Costa Pereira, auxiliar Juramentada, assino, por ordem do MM. Juiz de Direito.

**MARIA DE FÁTIMA COSTA PEREIRA**
**AUXILIAR JURAMENTADA**
Autorizada pela Portaria 01/98-DF

---

**FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**
**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA-PR**
**CARTÓRIO CÍVEL E ANEXOS**
Rua Antonio Batista de Siqueira, nº 347, Vila Santa Terezinha - CEP 83.501-090 - Fone 3657-1147
**GILBERTO CHARIN**
Escrivão
ADIR COSTA PEREIRA - BRUNO MENGOTTI CHARIN - MARIA DE FÁTIMA COSTA PEREIRA - JOCELINE TABORDA DE FARIA - ROSÂNGELA KIILL CARVALHO - VERGILIA D. COSTA ROSA FRANCO
Auxiliares Juramentados

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE UILLIAN APARECIDO DE FRANÇA, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

Para publicação em três vezes, com intervalos de 10 dias, nos termos do artigo 1184 do CPC.

**Justiça gratuita**

O Doutor AUGUSTO GLUSZCZAK JUNIOR, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Cidade e Foro Regional de Almirante Tamandaré - Pr., leva ao conhecimento de todos, que conforme sentença proferida nos autos de **INTERDIÇÃO** nº **3294-89.2008**, movida por ANTONIO CORDEIRO DE FRANÇA e IDEVAM BIANQUINI DE FRANÇA, em 20.10.2009, FOI DECRETADA A INTERDIÇÃO de UILLIAN APARECIDO DE FRANÇA, filho de Antonio Cordeiro de França e Idevam Bianquini de França, tendo como causa, patologia CID F.70 em virtude de ser portador da Síndrome de Dow, inserida no quadro indicado como CID Q 90, portanto incapaz pára todos os atos da vida civil, nomeando-se CURADOR o Sr. ANTONIO CORDEIRO DE FRANÇA, não estabelecendo-se limites para a curatela, em razão da total incapacidade da interditada. Dado e Passado nesta Cidade e Foro Regional de Almirante Tamandaré Comarca de Curitiba, aos vinte e seis dias do mês de maio do ano dois mil e onze. Eu, Maria de Fátima Costa Pereira, auxiliar juramentada, assino, por ordem do MM. Juiz de Direito.

***MARIA DE FÁTIMA COSTA PEREIRA***
*Auxiliar Juramentada*

---

## FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## VARA CÍVEL

## Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE TEKNIKA MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA. (CNPJ/ CPF N° 91.226.704/0001-32).

EDITAL N° 0.051/2010.

PRAZO: TRINTA (30) DIAS.

FAÇO SABER AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM QUE, NOS AUTOS DE EXECUÇÃO FISCAL N ° 4.204/2005, EM QUE É EXEQUENTE FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ E EXECUTADO TEKNIKA MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA., PROVENIENTE DA(S) CERTIDÃO(ÕES) DE DÍVIDA(S) ATIVA(S) N°(S) 02786897-5, E ESTANDO O(A) EXECUTADO(A) EM LUGAR IGNORADO, FICA CITADO O EXECUTADO TEKNIKA MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA. (CNPJ/CPF N° 91.226.704/0001-32), PARA QUE, NO PRAZO DE CINCO (5) DIAS, EFETUE O PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DE R$ 14.006,43 (QUATORZE MIL, SEIS REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS), (03/12/2005), CORRESPONDENTE AO PRINCIPAL, A SER CORRIGIDA E ACRESCIDA DAS COMINAÇÕES LEGAIS, OU AINDA NO MESMO PRAZO, NOMEIE BENS À PENHORA. DECORRIDO O PRAZO, SEM O PAGAMENTO OU NOMEAÇÃO, SERÁ EFETUADA A PENHORA EM TANTOS BENS QUANTO BASTEM PARA GARANTIR A EXECUÇÃO, OBEDECIDAS AS FORMALIDADES LEGAIS. REGULARIZADA A PENHORA, TERÁ O EXECUTADO O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, PARA EMBARGAR A EXECUÇÃO, CONFORME O DESPACHO A SABER:

DESPACHO DE F. 17: "CONSIDERANDO A CERTIDÃO DE CITAÇÃO NEGATIVA DE F. 11, CITE-SE A EXECUTADA CONFORME DISPÕE O ARTIGO 8° DA LEI FEDERAL 6.830/80. INTIMEM-SE".

E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, ESPECIALMENTE DO EXECUTADO, E NINGUÉM NO FUTURO POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, PASSOU-SE O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO E AFIXADO NA FORMA DA LEI.

CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. DADO E PASSADO NESTA CIDADE E FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA, COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 14/06/2010.

EU, , RODOLFO JULIANO FURMAN, JURAMENTADO, O DIGITEI E SUBSCREVI.
EVANDRO PORTUGAL
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO DE PROCESS COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA. (CNPJ/CPF N° 76.243.203/0001-70).
EDITAL N° 0.023/2010.
PRAZO: TRINTA (30) DIAS.
FAÇO SABER AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM QUE, NOS AUTOS DE EXECUÇÃO FISCAL N ° 0.308/2002, EM QUE É EXEQUENTE FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ E EXECUTADO PROCESS COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA., PROVENIENTE DA(S) CERTIDÃO(ÕES) DE DÍVIDA(S) ATIVA(S) N°(S) 02630862-3, E ESTANDO O(A) EXECUTADO(A) EM LUGAR IGNORADO, FICA CITADO O EXECUTADO PROCESS COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA. (CNPJ/CPF N° 76.243.203/0001-70), PARA QUE, NO PRAZO DE CINCO (5) DIAS, EFETUE O PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DE R$ 309.051,68 (TREZENTOS E NOVE MIL, CINQUENTA E UM REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS), (19/11/2002), CORRESPONDENTE AO PRINCIPAL, A SER CORRIGIDA E ACRESCIDA DAS COMINAÇÕES LEGAIS, OU AINDA NO MESMO PRAZO, NOMEIE BENS À PENHORA. DECORRIDO O PRAZO, SEM O PAGAMENTO OU NOMEAÇÃO, SERÁ EFETUADA A PENHORA EM TANTOS BENS QUANTO BASTEM PARA GARANTIR A EXECUÇÃO, OBEDECIDAS AS FORMALIDADES LEGAIS. REGULARIZADA A PENHORA, TERÁ O EXECUTADO O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, PARA EMBARGAR A EXECUÇÃO, CONFORME O DESPACHO A SABER:
DESPACHO DE F. 35: "DEFIRO O PEDIDO DE F. 31. CITE-SE CONFORME POSTULADO. INTIME-SE".
E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, ESPECIALMENTE DO EXECUTADO, E NINGUÉM NO FUTURO POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, PASSOU-SE O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO E AFIXADO NA FORMA DA LEI.
CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. DADO E PASSADO NESTA CIDADE E FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA, COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 29/9/2011.
EU, , RODOLFO JULIANO FURMAN, JURAMENTADO, O DIGITEI E SUBSCREVI.
EVANDRO PORTUGAL
JUIZ DE DIREITO

# ASSIS CHATEAUBRIAND

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

## Edital de Intimação

**JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ASSIS CHATEAUBRIAND
VARA CRIMINAL E ANEXOS**

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE **JONAS MARQUES DA SILVA**, COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS.

**A DOUTORA CLAUDIA DE CAMPOS MELLO CESTAROLLI - JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ASSIS CHATEAUBRIAND, ESTADO DO PARANÁ.**

**PELO PRESENTE EDITAL,** estando devidamente assinado, extraído dos autos de Processo Crime NU 0001509-15.2011.8.16.0048, que a Justiça Pública move contra **JONAS MARQUES DA SILVA**, como incurso nas sanções do art. 32, *caput*, da Lei nº 9.605/98. E, não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **JONAS MARQUES DA SILVA**, brasileiro, nascido aos 13/01/1964, filho de Maria das Dores Conceição Silva e Pedro Marques da Silva, RG 3.777.089-2/PR, CPF ... e razão de encontrar-se em lugar incerto, **INTIMA-O,** através o presente edital, para comparecer na **audiência admonitória designada para o dia 27 de outubro de 2011, às 12h30min, neste juízo,** oportunidade em que será efetuada leitura da sentença datada de 26/05/2010, que o **condenou à pena de seis (06) meses e quinze (15) dias de detenção e cento e oitenta (180) dias multa de 1/30 do salário mínimo vigente na data dos fatos**, devidamente corrigidos, devendo o pena privativa de liberdade ser cumprida, pelo menos incialmente, **em regime aberto**, sendo a pena privativa de liberdade, substituída por outra restritiva de direitos, consistente em **prestação de serviços comunitários**, (art. 46 e §§ CP) à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação a ser-lhe fixada na molde a não atrapalhar a sua jornada normal de trabalho.
Dado e passado nesta cidade e comarca de Assis Chateaubriand, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e onze (2011). Eu, (Cínthia da Silva Pereira), Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
Adriana Regina Conti
Diretora de Secretaria

# ASTORGA

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

## Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Astorga - Estado do Paraná
Única Vara Criminal
Rua Pará, nº 515, Fone: (44) 3234-3411 - CEP 86730-000
Gumercindo Romualdo da Silva - Escrivão Criminal
Vera Lúcia Sossai Rissato - Técnica de Secretaria
Flavio Fuster Martins - Técnico de Secretaria
Diogo Rodrigues - Técnico Judiciário
Guilherme Costa Mulaski - Técnico Judiciário
Francisca Ferreira de Sousa - Técnica Judiciária
EDITAL DE CITAÇÃO
Com Prazo de 30 (trinta) dias
A Doutora KELLY SPONHOLZ, MMª. Juíza de Direito da Única Vara Criminal da Comarca de Astorga, Estado do Paraná, na forma da Lei,
F A Z S A B E R a todos, quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, no prazo de 10(dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. Na resposta, consistente de defesa preliminar, alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, através de advogado, ciente de que não o fazendo ser-lhe-á nomeado defensor dativo por este Juízo, que por este Juízo tramitam os autos de Processo-Crime nº 2010.268-3, em que figura(m) acusado(s) CELSO CARDOSO DOS SANTOS, natural de Astorga/Pr., amasiado, confeiteiro, nascido aos 29/06/1981, filho de Bernardino Cardoso dos Santos e Olga Maria dos Santos; anteriormente residente na rua Roberto Deninski, n. 71, em Curitiba/Pr., e atualmente residente(s) e domiciliado(s) em lugar incerto e não sabido, com incursos nas sanções do artigo 129, § 9º do Código Penal, e, não sendo possível citá-lo pessoalmente, fica pelo presente edital CITADO, atentando ao art. 396-A, sob pena de não o fazendo, ser-lhes decretada suas prisão, na advertência do art. 366 do CPP. Dado e passado nesta cidade e comarca de Astorga, Estado do Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____, (Vera Lucia Sossai Rissato), Técnica de Secretaria, o subscrevi e certifico inexistir nos autos, outro(s) endereço(s).
VERA LUCIA SOSSAI RISSATO
Técnica de Secretaria
Autorizada pela Portaria 17/2004

# BOCAIÚVA DO SUL

## JUÍZO ÚNICO

## Edital de Citação - Cível

VARA CÍVEL DE BOCAIUVA DO SUL
EDITAL DE CITAÇÃO DE INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS OU DESCONHECIDOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
Edital de citação de interessados ausentes, incertos ou desconhecidos, para contestarem a AÇÃO DE USUCAPIÃO sob nº. 0000904-51.2011.8.16.0054, que tramita na Vara Cível desta Comarca de Bocaiúva do Sul/PR , sito na rua Brasílio de Moura Leite, n. 200, movida por ERLI DE LOURDES JACOMITE SKALEE, LUIZ DE OLIVEIRA JACOMITE e IRACEMA DOS SANTOS JACOMITE, referente aos

seguintes imóveis "Imóvel Urbano, lote 58-2, situado na Rua Luiz Alves de Brito, nesta cidade e Comarca de BOCAIÚVA DO SUL/PR, com a área de 452,90 m² e Imóvel Urbano, lote 58-3, situado na Rua Luiz Alves de Brito, nesta cidade e Comarca de BOCAIÚVA DO SUL/PR, com a área de 504,46 m²", com as seguintes confrontações: CEMITÉRIO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL. O prazo de quinze (15) dias para contestação, por intermédio de advogado, fluirá da data da publicação deste no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná e duas (2) vezes no jornal de circulação nesta Comarca, após vencido o prazo do edital. ADVERTÊNCIA: presumem-se verdadeiros os fatos articulados pelos autores se não contestados. Bocaiúva do Sul, 29/09/2011. Eu, (a), Dirce da Luz de Castro, Escrivã do Cível, o subscrevo.
(a) PAULO ANTONIO FIDALGO - Juiz de Direito.

# CAMBÉ

## VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, FAMÍLIA, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

### Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DE CAMBÉ - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO REPRESENTADO DIEGO FELIPE FROIS, COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.
A DOUTORA KARIN FEUERHARMEL GIUSEPPIN, MM. JUÍZA DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DA COMARCA DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, etc . . .
FAZ SABER - a todos quantos o presente edital de intimação virem ou que dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo e cartório os autos de **Auto de Apreensão em Flagrante nº. 25/2009**, que a Justiça Pública move em face de DIEGO FELIPE FROIS e, constando dos autos que o representado encontra-se em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica **DIEGO FELIPE FROIS**, brasileiro, solteiro, maior, nascido aos 16/12/1990, devidamente INTIMADO dos termos da decisão de fls. 105/106, cujo teor em resumo é o seguinte:"... Este Juízo **JULGOU EXITINTO O PROCESSO** determinando o arquivamento dos autos. para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o presente que será afixado no lugar público de costume e publicado pela Imprensa Oficial na forma da Lei. JUSTIÇA GRATUITA. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cambé, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze. Eu _____(LUIZ PAULO TIMOTEO), Escrivão Designado, digitei e subscrevi.
**LUIZ PAULO TIMOTEO**
Escrivão designado
Por ordem Judicial
Portaria nº 001/98

# FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## VARA CÍVEL

### Edital de Citação

O Doutor **Eduardo Novacki**, MM Juiz de Direito da Vara Cível do Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, etc...
**FAZ SABER** a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem em curso neste juízo da Vara Cível do Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba (PR), localizada na Rua Joanin Stroparo s/n - Ed. Fórum - a ação de Busca e Apreensão sob n.° 1244/2009 em que figura como requerente **BANCO SANTANDER BRASIL** S/A e requerido **JOAQUIM MARCAL DA SILVA -** Em razão do requerido estar em lugar incerto e não sabido, tem o presente edital a finalidade de **CITAÇÃO** do requerido **JOAQUIM MARCAL DA SILVA,** pessoa física, inscrita no CPF n.° 298.589.171-04, para, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do término do prazo deste edital, apresentar defesa a presente demanda, tendo o requerente alegado que em 28/02/2007 firmou contrato de financiamento ao consumidor final com garantia de alienação fiduciária a ser quitado em 48 (quarenta e oito) parcelas. Ressalta-se que, não havendo contestação presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo Autor. O presente edital será afixado no lugar de costume no Fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Campo Largo. Estado do Paraná aos **treze dias do mês de junho do ano de dois mil e onze**. **Eu _____ Carlos Eduardo Brito Pereira, Técnico Judiciário, o subscrevi.**

# CAMPO MOURÃO

## 1ª VARA CRIMINAL

### Edital de Citação

**EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO RÉU**
**Prazo: (15) quinze dias**

**Réus: RUBENS DANIEL SANTANA GONÇALVES**
**Processo Crime n.º 2010.1212-3**
O Doutor JULIANO ALBINO MÂNICA, M.M. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal, Tribunal do Júri e Corregedoria dos Presídios, da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc...
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que o réu **RUBENS DANIEL SANTANA GONÇALVES,** brasileiro, solteiro, profissão mecânico, RG. 9.777.850-7 SSP-PR, natural de Ivaiporã - PR, filho de Rubens Claudino Gonçalves e Angela Maria de Santana, nascido aos 12/10/1989, foi denunciado pelas sanções dos artigos 129, § 9º, do CP por duas vezes, c/c art. 7º, inc. I e II da Lei 11.340/2006 e, como não tenha sido possível **INTIMA-LO** pessoalmente por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, conforme artigo 361 e artigo 366, do CPP, com prazo de (15) quinze dias, que correrá a partir de sua Publicação, fica o referido Réu **CITADO E INTIMADO** para que, no prazo de 10 (dez) dias, que ocorrerá após decurso do prazo do edital, apresente defesa previa sob pena de nomeação de Dativo. **Fica advertido o réu de que, se citado por Edital, não comparecer, nem constituir Advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.** E, para que chegue ao conhecimento do réu e de quem mais interessar, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum local, em lugar público e de costume, bem como publicado no Diário da Justiça deste Estado. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, Camila Bolognesi Hruschka - Analista Judiciária, que o digitei e subscrevi.

**CAMILA BOLOGNESI HRUSCHKA**
**Analista Judiciária**

Adicionar um(a) Conteúdo **EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO RÉU**
**Prazo: (15) quinze dias**

**Réus: MAURO JOSÉ GONÇALVES**
**Processo Crime n.º 2010.1648-0**
O Doutor JULIANO ALBINO MÂNICA, M.M. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal, Tribunal do Júri e Corregedoria dos Presídios, da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc...
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que o réu **MAURO JOSÉ GONÇALVES,** brasileiro, solteiro, profissão desconhecida, RG. 6.462.506 SSP-PR, filho de Albino José Gonçalves e Ana Maria Granza Gonçalves, nascido aos 10/10/1973, foi denunciado pelas sanções dos artigos 129, § 9º c/c art. 7º, inc. I da Lei 11.340/2006, todos do Código Penal e, como não tenha sido possível **INTIMA-LO** pessoalmente por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, conforme artigo 361 e artigo 366, do CPP, com prazo de (15) quinze dias, que correrá a partir de sua Publicação, fica o referido Réu **CITADO E INTIMADO** para que, no prazo de 10 (dez) dias, que ocorrerá após decurso do prazo do edital, apresente defesa previa sob pena de nomeação de Dativo. **Fica advertido o réu de que, se citado por Edital, não comparecer, nem constituir Advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o**

**caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.** E, para que chegue ao conhecimento do réu e de quem mais interessar, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum local, em lugar público e de costume, bem como publicado no Diário da Justiça deste Estado. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, Camila Bolognesi Hruschka - Analista Judiciária, que o digitei e subscrevi.

**CAMILA BOLOGNESI HRUSCHKA**
**Analista Judiciária**

---

**EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO RÉU**
**Prazo: (15) quinze dias**

**Réus: JANDERSON DE OLIVEIRA DA COSTA**
**Processo Crime n.º 2008.645-6**
O Doutor JULIANO ALBINO MÂNICA, M.M. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal, Tribunal do Júri e Corregedoria dos Presídios, da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc...
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que o réu **JANDERSON DE OLIVEIRA DA COSTA,** brasileiro, solteiro, profissão garçom, RG. 10.512.096-6 SSP-PR, filho de Sebastião Alves da Costa e Celma Barbosa de Oliveira, nascido aos 02/10/1983, foi denunciado pelas sanções dos artigos 129, § 9º c/c art. 147, todos do Código Penal e, como não tenha sido possível **INTIMA-LO** pessoalmente por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, conforme artigo 361 e artigo 366, do CPP, com prazo de (15) quinze dias, que correrá a partir de sua Publicação, fica o referido Réu **CITADO E INTIMADO** para que, no prazo de 10 (dez) dias, que ocorrerá após decurso do prazo do edital, apresente defesa previa sob pena de nomeação de Dativo. **Fica advertido o réu de que, se citado por Edital, não comparecer, nem constituir Advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.** E, para que chegue ao conhecimento do réu e de quem mais interessar, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum local, em lugar público e de costume, bem como publicado no Diário da Justiça deste Estado. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, Camila Bolognesi Hruschka - Analista Judiciária, que o digitei e subscrevi.

**CAMILA BOLOGNESI HRUSCHKA**
**Analista Judiciária**

---

## 2ª VARA CRIMINAL

## Edital de Citação

**EDITAL DE CITAÇÃO**
**PRAZO: 15 DIAS**
**PROCESSO CRIME N° 2004.423-5**
Para os réus: **PAULO ROBERTO CAVALHEIRO e MARCELO ROBERTO LEITE**
O Doutor Max Paskin Neto, Juiz Substituto da 2ª (segunda) Vara Criminal da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, etc.
FINALIDADE: **CITAÇÃO** do(s réu(s) abaixo(s) qualificado(s), de que foi(ram) denunciado(s) nos autos mencionados em epígrafe, em trâmite perante a 2ª (segunda) Vara Criminal da comarca de Campo Mourão, conforme denúncia e despacho, devendo acompanhar todos os atos processuais até a sentença final;
2**. INTIMAÇÃO** do(s) réu(s), para que apresente(m) **RESPOSTA À ACUSAÇÃO**, no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do artigo 396 do Código de Processo Penal (com a nova redação da Lei n 11.719/2008), devendo, para tanto, constituir(em) procurador e, se o caso for de insuficiência de recursos, o atendimento será dado por um advogado nomeado pelo Juiz Criminal de Campo Mourão.
3. **CIENTIFICÁ-LO(S**) de que, dessa resposta, poderá resultar a(s) sua(s) absolvição(ões) sumária(s) e que nela, poderá ser argüida qualquer preliminar, alegada qualquer matéria e requerida a produção de qualquer prova pertinente à defesa (CPP, art. 396-A);
3.1 Fica(m) também advertido(o,s) que, no caso de mudança de endereço, deverá(ao) comunicar o novo endereço a este Juízo, sob pena de, nas fases subseqüentes, o processo seguir à sua revelia, nos termos do artigo 367 do Código de Processo Penal;
3.2 Se a hipótese for esta última, o Oficial de Justiça deve fazer constar tal providência da respectiva certidão de cumprimento, bem como proceder, por escrito, a qualificação completa (incluindo dados pessoais, endereço e números de telefone) do(s) réus(s) para subsidiar a sua efetiva defesa pelo defensor dativo;
3.3 Verificando que o(s) réu(s) se oculta(m) para não ser(em) citado(s) - fato que deve ser circunstanciada e detalhadamente certificado - , fica o Oficial de Justiça já autorizado a proceder à citação por hora certa, nos termos do artigo 362 do CPP.
**ACUSADO(S): PAULO ROBERTO CAVALHEIRO**, RG n° 10.038.190/PR, natural de Campo Mourão/PR, nascido aos 23/01/1986, filho de Sebastião Cavalheiro e Marlene Aparecida Santana Cavalheiro, residente em lugar incerto e **MARCELO ROBERTO LEITE**, RG n° 10.126.933/PR, natural de Cascavel/PR, nascido aos 13/10/1986, filho de Anizio Correa Leite e Nelsi Terezinha Hochmann Leite, residente em lugar incerto.
Sede do Juízo: Av. José Custódio de Oliveira, 2065, fone 044-3518-2162.
Campo Mourão, 29 de setembro de 2011.
Servidor: _____, Julio Cesar Sala, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
**MAX PASKIN NETO**
**JUIZ SUBSTITUTO**

---

**EDITAL DE CITAÇÃO**
**PRAZO: 15 DIAS**
**PROCESSO CRIME N° 2010.923-8**
Para o réu: **ANTONIO DE LIMA FAGUNDES**
O Doutor Max Paskin Neto, Juiz Substituto da 2ª (segunda) Vara Criminal da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, etc.
FINALIDADE: **CITAÇÃO** do(s réu(s) abaixo(s) qualificado(s), de que foi(ram) denunciado(s) nos autos mencionados em epígrafe, em trâmite perante a 2ª (segunda) Vara Criminal da comarca de Campo Mourão, conforme denúncia e despacho, devendo acompanhar todos os atos processuais até a sentença final;
2**. INTIMAÇÃO** do(s) réu(s), para que apresente(m) **RESPOSTA À ACUSAÇÃO**, no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do artigo 396 do Código de Processo Penal (com a nova redação da Lei n 11.719/2008), devendo, para tanto, constituir(em) procurador e, se o caso for de insuficiência de recursos, o atendimento será dado por um advogado nomeado pelo Juiz Criminal de Campo Mourão.
3. **CIENTIFICÁ-LO(S**) de que, dessa resposta, poderá resultar a(s) sua(s) absolvição(ões) sumária(s) e que nela, poderá ser argüida qualquer preliminar, alegada qualquer matéria e requerida a produção de qualquer prova pertinente à defesa (CPP, art. 396-A);
3.1 Fica(m) também advertido(o,s) que, no caso de mudança de endereço, deverá(ao) comunicar o novo endereço a este Juízo, sob pena de, nas fases subseqüentes, o processo seguir à sua revelia, nos termos do artigo 367 do Código de Processo Penal;
3.2 Se a hipótese for esta última, o Oficial de Justiça deve fazer constar tal providência da respectiva certidão de cumprimento, bem como proceder, por escrito, a qualificação completa (incluindo dados pessoais, endereço e números de telefone) do(s) réus(s) para subsidiar a sua efetiva defesa pelo defensor dativo;
3.3 Verificando que o(s) réu(s) se oculta(m) para não ser(em) citado(s) - fato que deve ser circunstanciada e detalhadamente certificado - , fica o Oficial de Justiça já autorizado a proceder à citação por hora certa, nos termos do artigo 362 do CPP.
**ACUSADO(A): ANTONIO DE LIMA FAGUNDES**, RG n° 7.370.501-0/PR, natural de Mamborê/PR, nascido aos 17/01/1978, filho de Cacilda de Lima Fagundes, residente em lugar incerto.
Sede do Juízo: Av. José Custódio de Oliveira, 2065, fone 044-3518-2162.
Campo Mourão, 28 de setembro de 2011.
Servidor: _____, Julio Cesar Sala, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
**MAX PASKIN NETO**
**JUIZ SUBSTITUTO**

---

## Edital de Intimação

**2010.1984-5 Processo Crime**
**Advogado: RAFFAEL SANTOS BENASSI, OAB PR 44.338**
**Réus: FABIO CORREIA e OUTROS**
**Objeto: Designação de Audiência de Instrução e Julgamento, dia 24 de outubro de 2011, às 13:30 horas.**

---

## CANTAGALO

## JUÍZO ÚNICO

## Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Prazo: 60 (sessenta) dias
O Dr. Laércio Franco Junior, MM. Juiz de Direito da Única Vara Criminal da Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença o réu **ALBINO DOS SANTOS**, RG nº 8.153.326-1/PR, nascido aos 21/01/1969, natural de Honório Serpa/PR, filho de Jardelino dos Santos e Virginia Borges dos Santos, atualmente em lugar incerto, pelo presente fica o mesmo intimado, que nos autos de Processo Crime sob o nº 2008.191-8, foi por sentença proferida aos 05/09/2011, ABSOLVIDO quanto ao crime previsto no artigo 180, "caput", e artigo 288, parágrafo único do Código Penal, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do sentenciado, expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e comarca de Cantagalo, aos 28 de setembro de 2011. Eu _____Nelice Facco Dalmolin, Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevi.
Laércio Franco Junior
Juiz de Direito

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Prazo: 60 (sessenta) dias
O Drº. Laércio Franco Junior, MM. Juiz de Direito da Única Vara Criminal da Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença o réu MARCOS JOSÉ BATISTA, RG nº 10.882.833/PR, nascido aos 26/08/1990, natural de Cantagalo/PR, filho de José Batista e Maria Nunes, atualmente em lugar incerto, pelo presente fica o mesmo intimado, que nos autos de Processo Crime sob o nº 2009.200-2, foi por sentença proferida aos 04/04/2011 ABSOLVIDO quanto ao crime previsto no artigo 157, paragrafo 2º, inciso II e artigo 157, parágrafo 2º, incisos I e II, ambos do Código Penal, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do sentenciado, expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e comarca de Cantagalo, aos 28 de setembro de 2011. Eu _____Nelice Facco Dalmolin, Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevi.

---

# CAPANEMA

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

### Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DA EXECUTADA DIRCE CAMPAGNOLO, CPF nº 321.873.009-00, com prazo de 40 (quarenta) dias.
?

A EXMA. SRA. DOUTORA ROSEANA C G R ASSUMPÇÃO, JUÍZA DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAPANEMA, ESTADO DO PARANÁ, ETC.
AUTOS: 0002389-02.2010.8.16.0061, de AÇÃO DE EXECUCAO FISCAL - MUNICIPIO, em que é exequente MUNICIPIO DE CAPANEMA e executada DIRCE CAMPAGNOLO.
NATUREZA DA DÍVIDA: Certidão de Dívida Ativa nº 00126/2010 no valor total de R$ 969,27.
DATAS DAS INSCRIÇÕES: 25.10.2010.
PRAZO PARA DEFESA: 30 (trinta) dias.
SEDE DO JUÍZO: Vara Cível - Edifício do Fórum - Av. Parigot de Souza, 1212 - Comarca de Capanema - PR.
Por este edital fica a executada DIRCE CAMPAGNOLO, CPF nº 321.873.009-00, que encontra-se, atualmente, em lugar incerto e não sabido, CITADA para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento das dívidas ou, em igual prazo, nomeie bens à penhora, sob pena de não o fazendo, lhe serem penhorados tantos de seus bens quantos bastem para garantir a execução.
PRAZO PARA EMBARGOS: 30 (trinta) dias.
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Capanema, Estado do Paraná, aos 09 de Setembro de 2011. Eu, , (ALDO ANTONIO PAGANI), Escrivão da Vara Cível, o digitei e subscrevo.
?

ROSEANA C G R ASSUMPÇÃO . Juíza de Direito

---

# CASCAVEL

## 2ª VARA CRIMINAL

### Edital de Intimação

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2005.0001714-2
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0002047-87.2005.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Joao Lino dos Santos
Partes:
Infração: CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE LEI 9605/98
Emitido ao:João Lino dos Santos
ACUSADO(A): Joao Lino dos Santos, filho de e ,
nascido aos , natural de , portador do RG nº
informado>, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Em se tratando de suspensão condicional do processo proposta pelo Ministério Público e outorgada pelo juízo, cumpre, apenas, sopesar o cumrimento da avença penal e dar vazão ao comando contido no § 5º do art. 89 da Lei 9.099/95, esqotando-se a prestação jurisdicional penal quanto ao fato incriminado. DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu JOÃO LINO DOS SANTOS.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2010.0003030-0

Natureza: Inquérito Policial
Autos nº: Núm. Único: 0017638-16.2010.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Jose Tomaz da Cunha
Partes:
Infração: LEI 11340/06-VIOLÊNC. DOMÉST. FAMIL. CONTRA MULHER
Emitido ao:José Tomaz da Cunha
ACUSADO(A): Jose Tomaz da Cunha, filho de Joana Pereira Soares e João Tomaz da
Cunha, nascido aos 11/10/1951, natural de Adamantina - Sp, portador do RG nº RG: 9.846.430-1, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Julgo extinta a punibilidade do agente em razão dos fatos retratados nestes
autos.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2010.0001916-0
Natureza: Ação Penal - Procedimento Sumário
Autos nº: Núm. Único: 0011348-82.2010.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Osvaldo Francisco dos Santos
Partes:
Infração: EMBRIAGUEZ AO VOLANTE
Emitido ao:Osvaldo Francisco dos Santos
ACUSADO(A): Osvaldo Francisco dos Santos, filho de Irene Maria dos Santos e Francisco Sabino dos Santos, nascido aos 23/06/1961, natural de Tapira- Pr, portador do
RG nº RG: 4.024.727-0/PR, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Acolho a manifestação do ilustre representante do Ministério Público de fls.
66/67, e determino o arquivamento dos autos com relação a conduta prevista no artigo
303, da Lei 9.503/1997.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2005.0000461-0
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0000549-53.2005.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Fernando Ferreira de Souza, Eder Candido da Silva, Valmor Aparecido de Souza
Partes:
Infração: ROUBO
Emitido ao:Fernando Ferreira de Souza
ACUSADO(A): Fernando Ferreira de Souza, filho de Maria Aparecida Ferreira e Belo Fricho de Souza, nascido aos 03/12/1986, natural de Cascavel - Pr, portador do RG nº
RG: 10.037.357-2, residente em lugar incerto.
ACUSADO(A): Valmor Aparecido de Souza, filho de Neusa Aparecida de Souza Zumba e
Francisco Xavier de Souza, nascido aos 05/05/86, natural de Cascavel/Pr, portador do
RG nº RG: 10.037.357-2, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Julgo improcedente a pretensão punitiva constante da denúncia, para o efeito de absolver os réus VALMOR APARECIDO DE SOUZA e FERNANDO FERREIRA
DE SOUZA do crime que lhes é imputado, com base no artigo 386, inciso VII, do Código
de Processo Penal.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2002.0000995-0
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0001682-38.2002.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Oscarlino Moraes Filho, Paulo Sergio Denk, Marcelo Figura Abade
Partes: Justiça Pública
Infração: ESTELIONATO / OUTRAS FRAUDES
Emitido ao:Paulo Sérgio Denk
ACUSADO(A): Paulo Sergio Denk, filho de Dinil da Silva Denk e Paulo denk, nascido aos 04/06/1970, natural de Fihueira - Pr, portador do RG nº RG: 5.458.940/PR., residente
em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: DECLARAR extinta a punibilidade do acusado PAULO SÉRGIO DENK com
relação ao(s) crime(s) em evidência.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2011.0004063-3
Natureza: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Autos nº: Núm. Único: 0021778-59.2011.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Jose Carlos Xavier
Partes:
Infração: LEI 11343/06 - LEI DE TÓXICOS
Emitido ao:Jose Carlos Xavier
ACUSADO(A): Jose Carlos Xavier, filho de Maria das Chagas Xavier e ,
nascido aos 25/04/1983, natural de Cascavel - Pr, portador do RG nº RG: 8.687.483-0 SSP/PR, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Rejeito a denúncia com base no artigo 395, II, do Código de Processo Penal.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2004.0002474-0
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0002704-63.2004.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Sidney Balduino
Partes:
Infração: FURTO
Emitido ao:Sidnei Balduíno
ACUSADO(A): Sidney Balduino, filho de Claudete Eleuteria Ruth e Olidio Balduino,
nascido aos 07/01/1984, natural de Foz do Iguaçu - Pr, portador do RG nº
informado>, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Com base no artigo 397, inciso III, do Código de Processo Penal, verificando
que o fato narrado evidentemente não constitui crime, absolvo sumariamente o acusado SIDNEI BALDUINO em relação ao crime em evidência.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2004.0001620-9
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0001769-23.2004.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Wilson Mainardi
Partes:
Infração: TENTATIVA DE FURTO
Emitido ao:Wilson Mainard
ACUSADO(A): Wilson Mainardi, filho de Ignes Quatrin Mainardi e Izidoro Mainardi,
nascido aos 07/11/1978, natural de Cacoal - Ro., portador do RG nº RG: 8.389.308-7, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: DECLARAR extinta a punibilidade do acusado WILSON MAINARDI com relação ao crime em evidência.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2008.0000634-0
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0000820-57.2008.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Genadir Queiroz
Partes:
Infração: AMEAÇA
Emitido ao:Genadir Queiroz
ACUSADO(A): Genadir Queiroz, filho de Elena Joaquina de Queiroz e ,
nascido aos 22/04/1962, natural de Ataleia - Mg, portador do RG nº RG: 036427256, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Julgo extinta a punibilidade do agente em relação ao crime de ameaça, na forma do art. 107, inc. IV, do Código Penal. DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor do
Juizado Especial Criminal para processar e julgar a imputação de desacato.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1

PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2010.0000887-8
Natureza: Inquérito Policial
Autos nº: Núm. Único: 0005142-52.2010.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Valdeir Gonçalves Ferreira
Partes:
Infração: LEI 11340/06-VIOLÊNC. DOMÉST. FAMIL. CONTRA MULHER
Emitido ao:Valdecir Gonçalves Ferreira
ACUSADO(A): Valdeir Gonçalves Ferreira, filho de e ,
nascido aos , natural de , portador do RG nº
informado>, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Julgo extinta a punibilidade do agente com relação ao crime em evidência, na forma do art.107, inc.IV, do Código Penal.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2010.0004786-5
Natureza: Inquérito Policial
Autos nº: Núm. Único: 0025907-44.2010.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Wiston Julio Siminski
Partes:
Infração: VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL
Emitido ao:Wiston Julio Siminski
ACUSADO(A): Wiston Julio Siminski, filho de Ivoni Siminski e Jocemar da Silva Esa, nascido aos 09/09/1987, natural de , portador do RG nº
informado>, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Acolho a manifestação do ilustre representante do Minsitério Público de fls.
78/80 e lhe determino o arquivamento.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2010.0003683-9
Natureza: Inquérito Policial
Autos nº: Núm. Único: 0020962-14.2010.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Evaristo Ferreira Neto
Partes:
Infração: LEI 11340/06-VIOLÊNC. DOMÉST. FAMIL. CONTRA MULHER
Emitido ao:Evaristo Ferreira Neto
ACUSADO(A): Evaristo Ferreira Neto, filho de Maria Ana Silva da Conceição e Benedito
Jose Ferreira, nascido aos 24/08/1951, natural de Pedralvas - Mg, portador do RG nº RG: 5.496.713-2 PR, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Julgo extinta a punibilidade do agente em razão dos fatos retratados neste autos.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2010.0000246-2
Natureza: Inquérito Policial
Autos nº: Núm. Único: 0001429-69.2010.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Lucivano dos Santos Silva
Partes:
Infração: FURTO
Emitido ao:Lucivano Santos Silva
ACUSADO(A): Lucivano dos Santos Silva, filho de Maria Anisia Gonçalves dos Santos
Silva e Clementino dos Santos Silva, nascido aos 24/07/1979, natural de Campinas - Sp,
portador do RG nº RG: 35738932-3 SP, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: HOMOLOGO a promoção do Ministério Público e ordeno o arquivamento dos presentes autos por falta de base para a denúncia, ressalvada a possibilidade de a
autoridade policial proceder a novas diligências.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1

PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2007.0000761-2
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0000961-13.2007.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Silvanei Matias dos Santos
Partes:
Infração: FURTO
Emitido ao:Silvanei Matias dos Santos
ACUSADO(A): Silvanei Matias dos Santos, filho de Dorvalina Alduina Matias e Sebastião
Paulo dos Santos, nascido aos 05/05/1983, natural de Nova Contu - Pr., portador do RG
nº , residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Com base no artigo 397, III, do Código de Processo Penal, absolvo sumariamente o acusado SILVANEI MATIAS DOS SANTOS da imputação do artigo 155
do Código Penal.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1

PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2004.9000476-0
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0004198-60.2004.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Dejaime Ribas Ferreira
Partes:
Infração: LEI 9437/97 - PORTE ILEGAL DE ARMA
Emitido ao:Dejaime Ribas Ferreira
ACUSADO(A): Dejaime Ribas Ferreira, filho de Doralice Ribas Ferreira e
informado>, nascido aos 18/11/1979, natural de Realeza - Pr, portador do RG nº RG: 1222839/MS, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Acolho o parecer do Ministério Público e julgo extinta a punibilidade de DEJAIME RIBAS FERREIRA, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1

PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2001.0000162-1
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0000108-14.2001.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Edison Nemitz dos Santos
Partes: Justiça Pública
Infração: HOMICÍDIO
Emitido ao:Edison Nemitz dos Santos
ACUSADO(A): Edison Nemitz dos Santos, filho de Alzira Nemitz dos Santos e Maurilio
Gaspar dos Santos, nascido aos 21/11/1965, natural de Itaqui-rs, portador do RG nº RG:
0019039/RS, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Em conformidade como o que dispõe o artigo 413, do Código de Processo Penal, julgo procedente a denúncia. Consecutivamente, pronuncio EDISON NEMITZ DOS SANTOS como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, incisos II e IV, do Código
Penal.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1

PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2010.0002094-0
Natureza: Inquérito Policial
Autos nº: Núm. Único: 0016075-84.2010.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Sebastião Alves da Costa
Partes:
Infração: LEI 9437/97 - PORTE ILEGAL DE ARMA
Emitido ao:Sebastião Alves da Costa
ACUSADO(A): Sebastião Alves da Costa, filho de Olimpia Alves da Costa e Emidio Inacio da Costa, nascido aos 16/07/1949, natural de Chopinzinho - Pr, portador do RG nº
RG: 1.648.475-0 PR, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: DECLARAR extinta a punibilidade do indiciado SEBASTIÃO ALVES DA COSTA com relação ao crime em evidência.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2010.0005191-9
Natureza: Inquérito Policial
Autos nº: Núm. Único: 0029283-38.2010.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Thiago Assunção de Oliveira
Partes:
Infração: TENTATIVA DE FURTO
Emitido ao:Thiago Assunção de Oliveira
ACUSADO(A): Thiago Assunção de Oliveira, filho de Juelita Monteiro de Assunção e Jose Raimundo Lima de Oliveira, nascido aos 25/12/1987, natural de Ilheus-ba, portador
do RG nº , residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Determino o ARQUIVAMENTO do inquérito policial, acolhendo as razões invocadas pelo Ministério Público.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2011.0002647-9
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0010637-43.2011.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Jorge Antunes de Souza
Partes:
Infração: CONTRABANDO
Emitido ao:Jorge Antunes de Souza
ACUSADO(A): Jorge Antunes de Souza, filho de Maria Antonia da Silva e Joao Antunes
Andre, nascido aos 19/01/1956, natural de Cascavel/pr, portador do RG nº RG: 1.728.660-9/PR, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Absolvo sumariamente o acusado JORGE ANTUNES DE SOUZA, com fulcro no artigo 397, inciso III, do Código de Processo Penal.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2010.0004721-0
Natureza: Inquérito Policial
Autos nº: Núm. Único: 0026976-14.2010.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Paulo Renato de Paula
Partes:
Infração: FURTO
Emitido ao:Paulo Renato de Paula
ACUSADO(A): Paulo Renato de Paula, filho de Ivanir dos Santos Pires e Antonio de Paula, nascido aos 04/06/1986, natural de Eneas Marques Pr, portador do RG nº RG: 10.205.418-0 PR, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Acolho a manifestação do ilustre representante do Ministério Público de fls.
36/39 e adoto como forma de decidir, determinando o arquivamento dos autos.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2005.0001864-5
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0002231-43.2005.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Everton Luiz Gomes
Partes:
Infração: ROUBO
Emitido ao:Everton Luis Gomes
ACUSADO(A): Everton Luiz Gomes , filho de Maria Madalena Gomes e ,
nascido aos 21/02/1986, natural de Cascavel - Pr q, portador do RG nº RG: 9.461.026-
5/pr. , residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Julgo improcedente a pretensão punitiva estatal contida na denúncia para o fim de absolver o acusado EVERTON LUIS GOMES da imputação neste caderno processual a ele feita, o que faço com fulcro no artigo 386, inciso VII, Código Processual
Penal.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2004.0001713-2
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0001873-15.2004.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Jeferson Souza da Luz
Partes:
Infração: FURTO
Emitido ao:Jeferson de Souza Luz
ACUSADO(A): Jeferson Souza da Luz, filho de Edna Aparecida de Souza e Antonio Derli
da Luz, nascido aos 08/10/1985, natural de Cascavel- Pr , portador do RG nº RG: 9.274.520, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: DECLARAR extinta a punibilidade do acusado JEFERSON DE SOUZA LUZ com relação ao crime em evidência.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2011.0000485-8
Natureza: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Autos nº: Núm. Único: 0002519-78.2011.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Fabio de Moraes Lima, Natanael Fernandes de Souza
Partes:
Infração: LEI 11343/06 - LEI DE TÓXICOS
Emitido ao:Fábio de Moraes Lima
ACUSADO(A): Fabio de Moraes Lima, filho de Marlene do Amarante Morais Santos e Severino Andrade de Lima, nascido aos 15/01/1992, natural de Primavera do Oeste-pr,
portador do RG nº RG: 10.556.525-9 PR, residente em lugar incerto.
ACUSADO(A): Natanael Fernandes de Souza, filho de Maria Candida de Souza e Jonas
Fernandes de Souza, nascido aos 07/08/1992, natural de Primavera do Oeste-pr,
portador do RG nº 10.106.850-4/PR, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO:a) DESCLASSIFICO o primeiro e segundo fatos narrados na denúncia - imputados, respectivamente, aos corréus FÁBIO DE MORAES LIMA E NATANAEL FERNANDES DE SOUZA - à figura típica definida no caput do art. 28 da Lei nº 11.343/2006, DECLINANDO-SE, por conseguinte, da competência para o processo e julgamento das referidas imputações ao Juizado Especial Criminal desta Comarca.
b) ABSOLVO o corréu NATANAEL FERNANDES DE SOUZA da imputação alusiva à prática do delito de posse irregular de acessório de arma de fogo de uso restrito com fundamento no inciso III do art. 386 do Código de Processo Penal.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Intimação de Sentença 60 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 60 dias (rds)
2010.0005073-4
Natureza: Inquérito Policial
Autos nº: Núm. Único: 0028687-54.2010.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): João de Souza Freire
Partes:
Infração: LEI 11340/06-VIOLÊNC. DOMÉST. FAMIL. CONTRA MULHER
Emitido ao:João de Souza freire
ACUSADO(A): João de Souza Freire, filho de Dolores de Souza Freire e Cicero Marrocos
Freire, nascido aos 26/10/1966, natural de Mara Rosa - Go, portador do RG nº RG: 2.314.363-1 PR, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: Julgo extinta a punibilidade do agente em razão dos fatos retratados neste autos.
O(s) sentenciado(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição de recurso,
caso não se conformar(em) com sentença supra, cujo prazo será contado após o término
do prazo deste edital.
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

## Edital de Citação

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Citação 15 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 15 dias (rds)
2008.0001979-5
Natureza: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autos nº: Núm. Único: 0002416-76.2008.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Pedro Machado
Partes:
Infração: LEI 9437/97 - PORTE ILEGAL DE ARMA
Emitido ao:Pedro Machado
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Para o réu: Pedro Machado
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Para o réu: Pedro Machado
O Doutor Rafael Velloso Stankevecz, Juiz de Direito da 2ª VARA CRIMINAL de Cascavel, Estado do Paraná, etc.
O Doutor Rafael Velloso Stankevecz, Juiz de Direito da 2ª VARA CRIMINAL de Cascavel, Estado do Paraná, etc.
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s réu(s) abaixo(s) qualificado(s), de que foi(ram) denunciado(s) nos autos

mencionados em epígrafe, em trâmite perante a Vara Criminal de Cascavel, conforme denúncia e despacho cujas
cópias seguem em anexo, devendo acompanhar todos os atos processuais até a sentença final;
2. INTIMAÇÃO do(s) réu(s), para que apresente(m) DEFESA PRELIMINAR, no prazo de 10 (dez) dias, nos
moldes do artigo 396 do Código de Processo Penal (com a nova redação da Lei n 11.719/2008), devendo, para tanto,
constituir(em) procurador e, se o caso for de insuficiência de recursos, o atendimento será dado por um advogado
nomeado pelo Juiz Criminal de Cascavel.
3. CIENTIFICÁ-LO(S) de que, dessa resposta, poderá resultar a(s) sua(s) absolvição(ões) sumária(s) e que nela,
poderá ser argüida qualquer preliminar, alegada qualquer matéria e requerida a produção de qualquer prova pertinente
à defesa (CPP, art. 396-A);
3.1 Fica(m) também advertido(o,s) que, no caso de mudança de endereço, deverá(ao) comunicar o novo endereço a
este Juízo, sob pena de, nas fases subseqüentes, o processo seguir à sua revelia, nos termos do artigo 367 do Código de
Processo Penal;
3.2 Se a hipótese for esta última, o Oficial de Justiça deve fazer constar tal providência da respectiva certidão de
cumprimento, bem como proceder, por escrito, a qualificação completa (incluindo dados pessoais, endereço e números
de telefone) do(s) réus(s) para subsidiar a sua efetiva defesa pelo defensor dativo;
3.3 Verificando que o(s) réu(s) se oculta(m) para não ser(em) citado(s) - fato que deve ser circunstanciada e
detalhadamente certificado - , fica o Oficial de Justiça já autorizado a proceder à citação por hora certa, nos termos do
artigo 362 do CPP.
ACUSADO(A): Pedro Machado, filho de Rosalina de Oliveira Machado e Belarmino Machado de Jesus, nascido aos
01/11/1963, natural de Ampere - Pr. , portador do RG nº RG: 283.610/MS. , residente em lugar incerto.
Sede do Juízo: Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE
O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br
Página 1 de 1
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL
Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Edital de Citação 15 Dias
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Email -
Prazo para Nº documento cumprimento: 15 dias (rds)
2010.0001916-0
Natureza: Ação Penal - Procedimento Sumário
Autos nº: Núm. Único: 0011348-82.2010.8.16.0021
Réu(s)/Indiciados(s): Osvaldo Francisco dos Santos
Partes:
Infração: EMBRIAGUEZ AO VOLANTE
Emitido ao:Osvaldo Francisco dos Santos
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Para o réu: Osvaldo Francisco dos Santos
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Para o réu: Osvaldo Francisco dos Santos
O Doutor Rafael Velloso Stankevecz, Juiz de Direito da 2ª VARA CRIMINAL de Cascavel, Estado do Paraná, etc.
O Doutor Rafael Velloso Stankevecz, Juiz de Direito da 2ª VARA CRIMINAL de Cascavel, Estado do Paraná, etc.
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s réu(s) abaixo(s) qualificado(s), de que foi(ram) denunciado(s) nos autos
mencionados em epígrafe, em trâmite perante a Vara Criminal de Cascavel, conforme denúncia e despacho cujas
cópias seguem em anexo, devendo acompanhar todos os atos processuais até a sentença final;
2. INTIMAÇÃO do(s) réu(s), para que apresente(m) DEFESA PRELIMINAR, no prazo de 10 (dez) dias, nos
moldes do artigo 396 do Código de Processo Penal (com a nova redação da Lei n 11.719/2008), devendo, para tanto,
constituir(em) procurador e, se o caso for de insuficiência de recursos, o atendimento será dado por um advogado
nomeado pelo Juiz Criminal de Cascavel.
3. CIENTIFICÁ-LO(S) de que, dessa resposta, poderá resultar a(s) sua(s) absolvição(ões) sumária(s) e que nela,
poderá ser argüida qualquer preliminar, alegada qualquer matéria e requerida a produção de qualquer prova pertinente
à defesa (CPP, art. 396-A);
3.1 Fica(m) também advertido(o,s) que, no caso de mudança de endereço, deverá(ao) comunicar o novo endereço a
este Juízo, sob pena de, nas fases subseqüentes, o processo seguir à sua revelia, nos termos do artigo 367 do Código de
Processo Penal;
3.2 Se a hipótese for esta última, o Oficial de Justiça deve fazer constar tal providência da respectiva certidão de
cumprimento, bem como proceder, por escrito, a qualificação completa (incluindo dados pessoais, endereço e números
de telefone) do(s) réus(s) para subsidiar a sua efetiva defesa pelo defensor dativo;
3.3 Verificando que o(s) réu(s) se oculta(m) para não ser(em) citado(s) - fato que deve ser circunstanciada e
detalhadamente certificado - , fica o Oficial de Justiça já autorizado a proceder à citação por hora certa, nos termos do
artigo 362 do CPP.
ACUSADO(A): Osvaldo Francisco dos Santos, filho de Irene Maria dos Santos e Francisco Sabino dos Santos,
nascido aos 23/06/1961, natural de Tapira- Pr, portador do RG nº RG: 4.024.727-0/ PR, residente em lugar incerto.
Sede do Juízo: Avenida Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre - CEP 85804-260 - Fone (45) 3321 1205
Cascavel, 28 de setembro de 2011.
Rafael Velloso Stankevecz
Juiz de Direito

---

## 3ª VARA CRIMINAL

## Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CRIMINAL CASCAVEL /PR
EDITAL DE INTIMAÇÃO
RÉU(S)**: VALDIR CAMARGO**
PRAZO: SESSENTA DIAS PROCESSO CRIME: 2009.32-8
O Doutor WILLIAM DA COSTA, Juiz de Direito Substituto da Terceira Vara Criminal da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.
**F A Z S A B E R** a todos quantos o presente edital virem com o prazo de SESSENTA (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(s) sentenciado(s) **VALDIR CAMARGO,** filho de Clementina Camargo e de Zeferino Camargo, nascido aos 23/05/1974, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital **INTIMA-O** da sentença proferida em data de 06/07/2011 que julgou improcedente a denúncia para o fim de absolver o acusado com fulcro no art. 386, inc. VII do CPP.
Dado e passado nesta cidade e comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ (Josane Salete Sebben), escrivã designada, o subscrevo.
WILLIAM DA COSTA
Juiz de Direito Substituto

---

## 5ª VARA CÍVEL

## Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE **RIO PIQUIRI TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.**
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
A DOUTORA LIA SARA TEDESCO, JUÍZA DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL-PR.
**FAZ SABER** que na presente vara tramita o processo de **execução fiscal**, sob o nº **0013462-57.2011.8.16.0021** em que **ESTADO DO PARANÁ** move contra **RIO PIQUIRI TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA**, nos seguintes termos: "EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA __ VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL/PR; ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede em Curitiba/PR, por seu representante legal, vem propor AÇÃO DE

EXECUÇÃO FISCAL contra o(s) devedor(es) adiante qualificado(s), a fim de cobrar a(s) dívidas representada(s) pela(s) certidão(ões) inclusa(s), sob o(s) número(s): 29789037, 29873232, 29873240; que representa(m) o valor total atualizado de R$ 2.000,70 (dois mil e setenta centavos). RIO PIQUIRI TRANSPORTES RODOVIÁRIOS; ICMS 90435297/70: CNPJ: 03.356.376/0001-21; RUA MARINGA, 2198, SALA 02, JD GRAMADO, 85.816.280, Cascavel, PR; Assim, requer a citação do(s) devedor(es) por carta com aviso de recebimento (AR), para, no prazo legal de 5 (cinco) dias, pagar(em) a dívida com juros, multa e outros encargos indicados na(s) certidão(ões) de Dívida Ativa, acrescido das custas judiciais e honorários de sucumbência, ou garantir a execução com nomeação de bens à penhora, advertindo-o(s) do teor do art. 600, IV do CPC. Para o pagamento, requer que o devedor seja informado a comparecer à Procuradoria Geral do Estado, sito a Avenida Brasil, 5964, Cascavel/PR, onde serão geradas guias de recolhimento para cada dívida ativa e outra para os honorários. Ocorrendo devolução da carta sem citação, requer, desde logo, expedição de mandado de citação e penhora de bens, respeitada a ordem do artigo 11 da Lei 6830/80. Citado o executado, não ocorrendo o pagamento nem a garantia de execução, requer seja determinada a indisponibilidade de bens e direitos, nos termos do art. 185-A, do CTN, e imediata constrição de valores disponíveis em instituição bancária através do sistema BACEN-JUD. Dá-se à causa o valor total acima citado. Termos em que pede deferimento; Cascavel, 10 de Maio de 2011. Eduardo Luiz Bussatta, Procurador(a) do Estado.". Foi concedido o pedido nos seguintes termos: "DECISÃO; Classe Processual: Execução Fiscal; Assunto Principal: Dívida Ativa; Processo nº: 0013462-57.2011.8.16.0021; Exequente(s): Estado do Paraná; Executado(s): RIO PIQUIRI TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA; 1. O exequente postulou pela desconsideração da pessoa jurídica. Ocorre que ainda não foram esgotados os meios possíveis de constrição judicial e de localização dos responsáveis legais da executada. Assim, cite-se, via edital, com prazo de trinta dias; 2. Citado o executado, sem que haja manifestação no prazo legal, proceda-se a penhora de valores via sistema Bacenjud e de veículos via sistema Renajud. Cascavel-PR, 3 de agosto de 2011. Lia Sara Tedesco, Juíza de Direito;". Mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Eu, _____ Thales Augusto de Paula Neto, Estagiário, o digitei.
**OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/.
Cascavel-PR, 29 de setembro de 2011.

_____
**LIA SARA TEDESCO**
**Juíza de Direito**

---

EDITAL DE CITAÇÃO DE **JAZILENE SCHIMOLLER DE OLIVEIRA e PAULO DE OLIVEIRA.**
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

A DOUTORA LIA SARA TEDESCO, JUÍZA DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL-PR.
**FAZ SABER** que na presente vara tramita o processo de **execução fiscal**, sob o nº **0020948-93.2011.8.16.0021** em que **MUNICÍPIO DE CASCAVEL** move contra **JAZILENE SCHIMOLLER DE OLIVEIRA e PAULO DE OLIVEIRA**, nos seguintes termos: "EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL - PR; A FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, por seu procurador "ex lege" abaixo-assinado, vem mui respeitosamente, à presença de V. Exa., para com fundamento na Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980, e demais dispositivos legais aplicáveis, promover a presente AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, em face do (a) CONTRIBUINTE JAZILENE SCHIMOLLER DE OLIVEIRA (CPF 643.988.389-53) e PAULO DE OLIVEIRA, brasileiros, casados, podendo ser encontrados na Rua Nereu Ramos, 2522, Centro, CEP 85810-210, na cidade de CASCAVEL - PR, pelos seguintes motivos; I - A Exequente é credora do(a) Executado(a) pela importância de SEIS MIL, QUARENTA E SETE REAIS, DEZESSEIS CENTAVOS, conforme comprova a inclusa CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, que faz parte integrante desta petição inicial, exequível judicialmente nos termos da legislação citada; II - Diante do exposto, a EXEQUÊNTE requer a V. Exa. que se digne: a) determinar a citação do (a) EXECUTADO (A) por OFICIAL DE JUSTIÇA, na forma dos artigos 7º e 8º da Lei nº 6830/80, para que pague em 5 (cinco) dias o valor do seu débito, acrescido de atualização monetária, juros, custas judiciais e honorários advocatícios a ser arbitrados em no mínimo 10% do valor da causa, ou nomeie bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos quanto bastem para a liquidação da dívida; b) Em caso de negativa de citação, requer a expedição de "REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES a ser encaminhada pelo sistema Bacen Jud 2.0, com vistas os seus endereços; c) Observando-se a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei 6.830/80 e 665 do CPC, que seja determinada a penhora e bloqueio de valores existentes em contas bancárias do(s) executado(s), na forma dos procedimentos legais CONVÊNIO BACEN JUD; d) Restando eventualmente negativa a penhora de valores, requer desde já, o bloqueio judicial de veículos (tornando indisponível para transferência, circulação e licenciamento) existentes em nome do(s) executado(s), nos termos e procedimentos legais do CONVÊNIO RENAJUD firmado entre o Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça do Paraná e o Departamento Nacional de Transito; e) Em sendo positivo o bloqueio de valores ou de veículos, requer seja formalizado o termo de penhora, intimando-se o(s) executado(s), para, querendo apresentem embargos no prazo legal; f) Em sendo negativas quaisquer das penhoras, requer que a mesma recaia sobre o bem objeto do cadastro imobiliário, intimando-se o(s) executado(s). III - Dá-se a presente ação o valor de R$ 1.446,09 - Certidão(ões) - 1242/2011; Pede deferimento; Cascavel , 08 de agosto de 2011; Maria Salute Somariva - Matr. 23.316-1 - OAB/PR 41.382; Cibele de Azevedo - Matr. 22.872-9 - OAB/PR 33.981-B; Adolfo José Francioli Celinski, Matr. 24.295-0 - OAB/PR 58.189; José Sermini Paz de Paz, Matr. 24.315-9 - OAB/PR 54.685; Josy Cristiane Lopes de Lima, Matr. 24.313-2 - OAB/PR 51.208". Foi concedido o pedido nos seguintes termos: "DECISÃO; Classe Processual: Execução Fiscal; Assunto Principal: Dívida Ativa; Processo nº: 0020948-93.2011.8.16.0021; Exequente(s): MUNICÍPIO DE CASCAVEL; Executado(s): PAULO DE OLIVEIRA; JAZILENE SCHIMOLLER DE OLIVEIRA; 1. Cite-se, via edital, com prazo de trinta dias; 2. Transcorrido o prazo legal do edital sem manifestação da parte executada, proceda-se a penhora via Bacenjud; Cascavel-PR, data da assinatura digital; Lia Sara Tedesco, Juíza de Direito". Mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Eu, _____ Thales Augusto de Paula Neto, Estagiário, o digitei.
**OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/.
Cascavel-PR, 29 de setembro de 2011.

_____
**LIA SARA TEDESCO**
**Juíza de Direito**

---

# CASTRO

## VARA CÍVEL

## Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASTRO
Estado do Paraná
= EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 60 (sessenta) DIAS = da executada A. DE MELLO TRANSPORTES, na pessoa de seu representante legal, Sr. ALTAIR DE MELLO.
A Doutora JULIANA OLANDOSKI BARBOZA, Juíza Substituta da Vara Cível da Comarca de Castro, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório do Cível, tramitam os autos de EXECUÇÃO FISCAL, sob nº 0006225-71.2010.8.16.0064 - nº de ordem 1.057/2010, em que é exequente UNIÃO e executada A DE MELLO TRANSPORTES - ação ajuizada na data de 03/12/2010, sendo que mediante o presente edital CITA a executada A. DE MELLO TRANSPORTES, CNPJ 77665354/0001-80, na pessoa de seu representante legal, Sr. ALTAIR DE MELLO, CPF nº 435.421.409-10, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que no prazo de 5 (cinco) dias, efetue o pagamento da dívida, na importância de R$ 40.205,48 (Quarenta mil, duzentos e cinco reais e quarenta e oito centavos), devidamente atualizada à data do efetivo pagamento, acrescida de juros, honorários advocatícios, custas processuais e demais encargo legais, ou, no mesmo prazo, nomeie bens à penhora, sob pena de não o fazendo, ser-lhe penhorados ou arrestados tantos de seus bens quantos bastem para cobertura da execução; ficando ciente de que terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, para querendo, oferecer defesa por meio de embargos. ORIGEM DA DÍVIDA: Certidão de Dívida Ativa nº 90 4 10 017054-46 - nº do Processo Adm. 10940 502341/2010-39. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Castro, Estado do Paraná, aos dezenove (19) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011). Eu, _____ (Cleuza Marlene Resseti Guiloski), Empregada Juramentada, que o digitei, subscrevi e assino por determinação do MM. Juiz de Direito.
Cleuza Marlene Resseti Guiloski
Empregada Juramentada

---

# VARA CRIMINAL

## Edital de Intimação

Juízo de Direito da Comarca de Castro-PR
Edital de Intimação com prazo de 30 (trinta) dias
Pronunciados: ISAIAS JOSÉ CALIXTO e JOSÉ FERREIRA
Processo Crime: 1988.3-7
A Doutora **FRANCIELE NARCIZA MARTINS DE PAULA SANTOS LIMA,** MMa. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Castro, Estado do Paraná. Intima ISAIAS JOSÉ CALIXTO, brasileiro, nascido em 24/09/1961, natural de Tamarana/Londrina/PR, filho de Joao Jose Calisto e Maria da Luz dos Santos e JOSE

FERREIRA, brasileiro, natural de Londrina/PR, portador do RG nº 4.774.179-9, filho de Antonio Ferreira dos Santos e de Adeli Porto dos Santos para comparecerem ao Edifício do Fórum, sito a Rua Coronel Jorge Marcondes, s/n°, no dia 23 de NOVEMBRO de 2011, às 13h30min para audiência de sorteio de jurados e no dia 06 de DEZEMBRO de 2011, às 09h00min a fim de participar da Sessão de Julgamento do Tribunal de Júri, dos autos de **Processo Crime nº 1988.3-7** que a Justiça Pública desta Comarca move contra ISAIAS JOSÉ CALIXTO e JOSE FERREIRA, com incurso no artigo 121, parágrafo 2º, incisos II, III e IV combinado com o artigo 29, ambos do Código Penal da denúncia e da sentença de pronúncia. E como não foi possível intimá-los pessoalmente por encontrarem em lugar incerto e não sabido é expedido o presente edital com prazo de 30 (trinta) dias. Castro, 19 de setembro de 2011.
Eu,_____(Fernanda Rebonato Ferro - Técnica Judiciária) o digitei e subscrevi.
FRANCIELE NARCIZA MARTINS DE PAULA SANTOS LIMA
Juíza de Direito

# CERRO AZUL

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

### Edital de Intimação - Criminal

Edital de **INTIMAÇÃO** da infratora **CLAUDINEIA MARIANO DOS SANTOS -** prazo de 15 dias.-
O Doutor Marcos Takao Toda, MM. Juiz Supervisor desta Comarca de Cerro Azul, PR, na forma da Lei etc, **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por meio deste **INTIMA** a infratora **CLAUDINEIA MARIANO DOS SANTOS,** brasileira, nascida aos 27/06/1974, portadora do Rg nº 90015800/PR, filha de Antonio Mariano dos Santos e Maria da Luz Dringot Santos, por todo conteúdo da r. sentença proferida nos Autos de Termo Circunstanciado, registrado sob número 220-87.2011.8.16.0067, com o seguinte teor:*"...Tendo em vista o decurso do prazo decadencial, sem que a vítima exercesse seu direito de representação contra a infratora até o presente momento, e considerando os termos do parecer ministerial, movimento 24.1, hei por bem, em decretar a extinção da punibilidade da infratora CLAUDINEIA MARIANO DOS SANTOS, pela ocorrência da decadência do direito de representação, nos termos do artigo 91 da Lei 9.099/95 combinado com os artigos 103 e 107, inciso IV, ambos do Código Penal. Feitas as anotações e comunicações necessárias (CN, 18.7.2, VI, e 18.7.3), arquive-se. P. R. I"* .(a) Marcos Takao Toda, Juiz Supervisor. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixado cópia no local de costume para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e Passado nesta comarca de Cerro Azul, Paraná, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze. Eu,_____(Andreia Cristina B. M. Costa), Técnica de Secretaria, digitei e subscrevi.
**ANDREIA CRISTINA B.DE MOURA E COSTA**
Técnica de Secretaria
Subscrição autorizada pelo MM. Juiz (Portaria nº 01/2010)

Edital de **INTIMAÇÃO** do infrator **JONATHAN DE JESUS DOS SANTOS -** prazo de 15 dias.-
O Doutor Marcos Takao Toda, MM. Juiz Supervisor do Juizado Especial Criminal desta Comarca de Cerro Azul, PR, na forma da Lei etc, **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por meio deste **INTIMA** o infrator **JONATHAN DE JESUS DOS SANTOS,** brasileiro, nascido aos 24/08/1987, filho de Jose Gomes dos Santos e Terezinha de Jesus Machado, por todo conteúdo da r. sentença proferida nos Autos de **TERMO CIRCUNSTANCIADO**, registrado sob número 563-83.2011.8.16.0067, com o seguinte teor: *"...Com efeito, de acordo com a regra prevista no artigo 109, inciso V, do CP, a prescrição pela pena concretamente aplicada, ocorreria em 04 (quatro) anos, sendo que da data do fato até o presente momento já se passaram mais de 03 (três) anos, tempo suficientemente hábil a demonstrar a futura e fatal ocorrência da prescrição da pretensão punitiva pela pena in concreto, considerando-se que eventual condenação não iria além de seis meses de privação de liberdade, em razão das certidões de antecedentes criminais e demais circunstâncias judiciais do CP. Diante disso, julgo extinta a punibilidade do infrator JONATHAN DE JESUS DOS SANTOS, pela prescrição em perspectiva da pretensão punitiva do Estado, com base no disposto no artigo 107, inciso IV, do Código penal. Efetuadas as anotações e comunicações necessárias, oportunamente, arquivem-se. P. R. I"* .(a) Marcos Takao Toda, Juiz Supervisor. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixado cópia no local de costume para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e Passado nesta comarca de Cerro Azul, Paraná, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze. Eu,_____(Andreia Cristina Bestel de Moura e Costa, Técnica de secretaria digitei e subscrevi.
**ANDREIA CRISTINA B. M. COSTA**
Técnica de Secretaria
Subscrição autorizada pelo MM. Juiz (Portaria nº 01/2010)

# JUÍZO ÚNICO

### Edital de Intimação - Criminal

E d i t a l d e I n t i m a ç ã o
Prazo: 90 (noventa) dias
Ré(u): PETERSON DE SOUZA SANTOS Autos: Processo Crime nº 2009.10-7
O Exmo. Sr. Dr. **MARCOS TAKAO TODA**, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de CERRO AZUL/PR, na forma da Lei,
F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por meio deste, **intima** o(a) ré(u)
**PETERSON DE SOUZA SANTOS**, brasileiro, solteiro, nascido aos 17/01/1990, natural de Sengés/PR, filho de JOSE DOS SANTOS e ANGELA MARIA DE SOUZA, identificado civilmente através da CI/RG nº 11.031.075-7-SSP/PR, atualmente com endereço ignorado, por todo conteúdo da r. sentença condenatória, proferida em 23/03/2011, nos Autos de Ação Penal, registrado sob número nº 2009.10-7, com o seguinte teor: "(...) Diante do exposto, *JULGO INTEGRALMENTE PROCEDENTE a pretensão estatal contida* na denúncia, para condenar o réu PETERSON DE SOUZA SANTOS, já qualificado, como incurso nas sanções do *art. 16, IX, da Lei 10.826/2003*. (...) Não se inferem causas de aumento ou de diminuição da pena, *pelo que concretizo a pena em 3 (três) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, ao valor de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato, devidamente atualizada quando do efetivo pagamento, nos termos do artigo 49 daquele mesmo diploma legal, e a torno definitiva, ante a inexistência de outras causas modificadoras das reprimendas cominadas.* (...) Considero adequado para a obtenção dos fins de prevenção e reprovação do crime, iniciar o acusado o cumprimento da reprimenda no *regime aberto*. (...) Com relação à pena privativa de liberdade, substituo-a por DUAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO, consistente em: a) prestação pecuniária, no valor de 01 (um) salário mínimo, ao Conselho da Comunidade; e b) limitação de fim de semana, consistente no dever de recolher-se todos os dias, das 22h às 6h, bem como nos domingos e feriados, ante a inexistência de casa de albergado. (...) Reconheço ao réu o direito de recorrer em liberdade, porque esta já havia sido restabelecida quando da fase instrutória. (...) Custas pelos acusados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." (Marcos Takao Toda, Juiz de Direito). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e passado nesta Comarca de Cerro Azul, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze. Eu,_____, técnica judiciária, o escrevi e subscrevi.
LAURIANE STIVAL
Técnica judiciária
(Aut. Portaria nº 02/2010)

# CHOPINZINHO

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

### Edital de Citação

Adicionar um(a) Conteúdo
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CHOPINZINHO - PARANÁ.-
- E D I T A L -
(PARA CITAÇÃO DE ALCEU DA COSTA)
- PRAZO DE QUINZE (15) DIAS -
A DOUTORA DANIELA MARIA KRÜGER, MM. JUÍZA SUBSTITUTA DA VARA DA FAMILIA DA COMARCA DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ,
FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente CITA o requerido ALCEU DA COSTA, brasileiro, casado, administrador,

natural de Boa Vista da Aparecida/Pr, nascido aos 01/03/1968, filho de Sebastião da Costa e Develcina da Costa, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que no prazo de 15 dias apresente contestação, cumprindo os preceitos contidos no artigo 232
do Código de Processo Civil, nos autos nº 0002918-97.2010.8.16.0068 (PROJUDI) de
Divórcio Litigioso, em que é requerente M.B. e requerido ALCEU DA COSTA, de conformidade com o resumo da inicial e despacho adiante transcrito: RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL FLS. 02/03 : "Que as partes contraíram matrimônio em 18/10/1997,
conforme comprova certidão anexa aos autos. Em maio de 2002 o casal rompeu faticamente a sociedade conjugal, a requerente permaneceu no Município de São João/Pr, e o requerido deslocou-se para o Estado do Acre, sem ter mais noticias deste.
Da sociedade conjugal nasceu um filho hoje com 14 anos. O casal não possui bens a partilhar; A requerente é pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições de arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios; requer a citação do requerido via edital; Ciência ao Ministério Público; deferimento de todos os meios de provas; Dá-se o valor da causa em 510,00. Neste Termos, espera deferimento.
Chopinzinho/PR 23/11/2010. Delomar Soares Godoi OAB/PR 51.368. DESPACHO DE
FLS.: "Autos nº 0002918-97.2010.8.16.0068; 1) Defiro o pedido retro. Cite-se o requerido
por edital. 2) Diligências necessárias. Chopinzinho, 28 de setembro de 2011. (a) Daniela
Maria Krüger. Juíza Substituta". Chopinzinho, 29 de setembro de 2011. Eu, _____ (Tânia Maria Adams de Castro Amorim), Escrivã, o digitei e o subscrevi.-
DANIELA MARIA KRÜGER
Juíza Substituta

## Edital Geral

Adicionar um(a) Conteúdo
JUÍZO DE DIREITO DO CARTÓRIO DA VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E ANEXOS DA COMARCA DE CHOPINZINHO-PR.
- EDITAL DE LEILÃO e INTIMAÇÃO -
A MM. Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Anexos da Comarca, a escrivã que este subscreve,
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que será levado a arrematação em primeiro e segundo Leilão o(s) bem(ns) de propriedade do(s) devedor(es) GILBERTO ULANOSKI - CPF: 588.675.979-49, na seguinte forma:
**PRIMEIRO LEILÃO:** Dia 14/10/2011, às 13:30 horas, por preço não inferior ao da avaliação.
**SEGUNDO LEILÃO:** Dia 27/10/2011, às 13:30 horas, pelo maior lanço oferecido, exceto preço vil, (preço este entendendo não inferior a 60% do valor da avaliação).
**LOCAL:** Rua Presidente Dutra, 4261, Centro, Chopinzinho/PR.
**PROCESSO:** Autos nº 82/2008 de Execução Provisória de Sentença, em que é exequente DILVANE GODOI ULANOSKI - CPF: 052.715.499-76 e executado GILBERTO ULANOSKI.
**BEM(NS):** "1) 01 (uma) ordenhadeira Intermag - modelo BVI - 230, avaliada em R$900,00; 02) 01 (um) resfriador de leite marca Congel - modelo 300L série 293, avaliado em R$750,00; 3) 02 (dois) tarros de latão capacidade 50 litros, avaliados em R$ 70,00 cada; 4) 01 (um) tarro plástico preto, avaliado em R$70,00. Todos os equipamentos são usados e em regular estado de conservação e funcionamento."
**ÔNUS:** Os que constarem nos autos.
**DEPÓSITO:** Em mãos do depositário particular, Sr. Valdecir Wiesenhutter, (Agro São João), com endereço na Avenida XV de novembro, 415, São João/PR.
**TOTAL DA AVALIAÇÃO:** R$1.860,00 (um mil oitocentos e sessenta reais). - em 25/02/2011.
**VALOR DA DÍVIDA:** R$122.385,28 (cento e vinte e dois mil e trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos) em 28/03/2011, valor sujeito à atualização mais as custas processuais.
**LEILOEIRO:** Sadi Luiz Simon, Leiloeiro Público Oficial, matrícula Jucepar 514/86, fone: (46) 3225-2268 - www.simonleiloes.com.br, que perceberá por seu ofício a seguinte remuneração: a) em caso de adjudicação: 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo exeqüente; b) em caso de arrematação: 5% (cinco por cento) sobre o valor do arremate, a ser pago pelo arrematante; c) em caso de remição ou acordo: 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo executado e devidos a partir da publicação do edital.
**OBS:** "Caso não haja expediente forense nas datas aprazadas, o ato Judicial de praceamento do bem penhorado fica, desde logo transferido para o primeiro dia útil subseqüente aquele anteriormente designado, em mesmo horário".
**INTIMAÇÃO:** Fica desde logo intimado o(s) devedor(es) GILBERTO ULANOSKI atualmente em lugar incerto e não sabido, se porventura não for (em) encontrado (s) para a sua intimação pessoal.
Chopinzinho, 28 de setembro de 2011. Eu, _____(Tânia Maria Adams de Castro Amorim), escrivã, digitei e subscrevi.-
TÂNIA MARIA ADAMS DE CASTRO AMORIM
*Escrivã, assino autorizada pela Portaria nº 07/2005*

# FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

# VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, FAMÍLIA, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

## Edital de Citação

Edital de citação de:
ELAINE CRISTINA LOPES CUNHA
O Dr. FÁBIO RIBEIRO BRANDÃO, MM. Juiz de Direito da Vara de Família, Infância e Juventude do Foro Regional de Colombo, faz saber a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo e Cartório se processam os autos de GUARDA E RESPONSABILIDADE nº 0000579-57.2011.8.16.0028, em que é requerente IZOLINA LOPES CUNHA e requerido(s) ELAINE CRISTINA LOPES CUNHA, tendo o presente a finalidade de citar o(s) requerido(s) supra mencionado(s), que atualmente encontra(m)-se em lugar ignorado, para querendo, apresentar contestação no prazo de quinze (15) dias, (art. 297, do CPC), por intermédio de advogado, sob pena de revelia, isto é, não sendo contestado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 285 e 319 do CPC), para o pedido onde a(o)(s) requerente pleiteia A GUARDA E RESPONSABILIDADE DA CRIANÇA.
Colombo, 29 de setembro de 2011. Eu _____ Edevilson Pereira, Técnico Judiciário, que o fiz digitar e subscrevo.
FÁBIO RIBEIRO BRANDÃO
Juiz de Direito

Edital de citação de:
ELISANGELA ALBRS DA COSTA
O Dr. FÁBIO RIBEIRO BRANDÃO, MM. Juiz de Direito da Vara de Família, Infância e Juventude do Foro Regional de Colombo, faz saber a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo e Cartório se processam os autos de GUARDA E RESPONSABILIDADE nº 0000809-02.2011.8.16.0028, em que é requerente SUELI MARTINS e requerido(s) ELISANGELA ALBRS DA COSTA, tendo o presente a finalidade de citar o(s) requerido(s) supra mencionado(s), que atualmente encontra(m)-se em lugar ignorado, para querendo, apresentar contestação no prazo de quinze (15) dias, (art. 297, do CPC), por intermédio de advogado, sob pena de revelia, isto é, não sendo contestado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 285 e 319 do CPC), para o pedido onde a(o)(s) requerente pleiteia A GUARDA DEFINITIVA DAS CRIANÇAS M.V.D.C. e D.H.D.C.
Colombo, 29 de setembro de 2011. Eu _____ Edevilson Pereira, Técnico Judiciário, que o fiz digitar e subscrevo.
FÁBIO RIBEIRO BRANDÃO
Juiz de Direito

Edital de citação de:
OLÍVIA MARIA DA SILVA
O Dr. FÁBIO RIBEIRO BRANDÃO, MM. Juiz de Direito da Vara de Família, Infância e Juventude do Foro Regional de Colombo, faz saber a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo e Cartório se processam os autos de ADOÇÃO C/C DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR nº 79/2010, em que é requerente IGNEZ LUCI RODRIGUES e requerido(s) OLÍVIA MARIA DA SILVA, tendo o presente a finalidade de citar o(s) requerido(s) supra mencionado(s), que atualmente encontra(m)-se em lugar ignorado, para querendo, apresentar contestação no prazo de quinze (15) dias, (art. 297, do CPC), por intermédio de advogado, sob pena de revelia, isto é, não sendo contestado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 285 e 319 do CPC), para o pedido onde a(o)(s) requerente pleiteia A ADOÇÃO DA CRIANÇA P.F.D.S.

Colombo, 28 de setembro de 2011. Eu _____ Edevilson Pereira, Técnico Judiciário, que o fiz digitar e subscrevo.
FÁBIO RIBEIRO BRANDÃO
Juiz de Direito

---

Edital de citação de:
JOSIELLE STELLA DOMINGUES
O Dr. FÁBIO RIBEIRO BRANDÃO, MM. Juiz de Direito da Vara de Família, Infância e Juventude do Foro Regional de Colombo, faz saber a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo e Cartório se processam os autos de GUARDA C/C ALIMENTOS nº 0003614-25.2011.8.16.0028, em que é requerente ZILDA GÓIS PEDROSO DOS SANTOS e requerido(s) JOSIELLE STELLA DOMINGUES, tendo o presente a finalidade de citar o(s) requerido(s) supra mencionado(s), que atualmente encontra(m)-se em lugar ignorado, para querendo, apresentar contestação no prazo de quinze (15) dias, (art. 297, do CPC), por intermédio de advogado, sob pena de revelia, isto é, não sendo contestado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 285 e 319 do CPC), para o pedido onde a(o)(s) requerente pleiteia A GUARDA DA MENOR E.M.G.D.L. E ALIMENTOS PROVISÓRIOS.
Colombo, 29 de setembro de 2011. Eu _____ Edevilson Pereira, Técnico Judiciário, que o fiz digitar e subscrevo.
FÁBIO RIBEIRO BRANDÃO
Juiz de Direito

---

# CONGONHINHAS

## JUÍZO ÚNICO

## Edital Geral - Cível

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CONGONHINHAS
VARA CÍVEL E ANEXOS
EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO DE **JOÃO RODRIGO BORELLI** PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E INTERESSADOS.
**FAÇO SABER** a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e cartório da Vara Cível e Anexos, processou-se os autos de **INTERDIÇÃO** autuado sob o nº 335/2009, requerido por REGIA NOEMY COSTA BORELLI em desfavor de JOÃO RODRIGO BORELLI, e por sentença proferida em data de 17 de maio de 2011, transitada em julgado em 30.08.2011, foi decretada a interdição total de **JOÃO RODRIGO BORELLI**, brasileiro, solteiro, nascido em 31.07.1984, filho de Regia Noemy Costa Borelli e João José Borelli, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.522.777-7-SSP/PR, residente neste Município e Comarca de Congonhinhas (PR), por ser portador de esquizofrenia (CID F 20), o que a torna totalmente incapaz para exercer os atos da vida civil, a não ser que seja representado por sua curadora nomeada **REGIA NOEMY COSTA BORELLI**, brasileira, viúva, artista plástica, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.763.931-1-SSP-PR, CPF nº 051.144.249-06, residente neste Município e Comarca de Congonhinhas (PR). E, para que chegue ao conhecimento de terceiros e interessados, e no futuro não aleguem ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no Átrio do Fórum e publicado no Diário da Justiça deste Estado, por três vezes com intervalo de 10 (dez) dias, na conformidade do artigo 1184 do Código de Processo Civil. Congonhinhas (PR), aos trinta dias do mês de agosto do ano do ano de dois mil e onze. Eu_____, (Osvaldo Saúgo) Escrivão, digitei e subscrevo.
OSVALDO SAÚGO
ESCRIVÃO
AUTORIZAÇÃO PORTARIA 10/2006

---

# CRUZEIRO DO OESTE

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

## Edital Geral

*01 - EDITAL DE CITAÇÃO*
**PRAZO 15 DIAS**
**FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento dele tiverem, principalmente o(a) requerido(a) ARIDES RICARDO DE CAMPOS, filho de Manoel Mariano de Campos e Ligia Vitorina de Campos, que por este Juízo e Cartório da Vara Família, tramitam os autos de Execução de Alimentosn ° 120/2008, em que figura(m) como requerente T.M.N.C, representada pela genitora T.N.A.R.S.e constando dos autos que o(s) requerido(s) encontra (m)-se em local ignorado, via edital, fica(m) o(s) mesmo(s) CITADO(s) a efetuar o pagamento da pensão alimentícia em atraso no valor de R$ 253,34 (duzentos e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos)500,00 (quinhentos reais), referente às parcelas dos meses de março a abril de 2008, mais as prestações vincendas durante o processo, no prazo de 03 (três) dias, à partir do decorrer do presente edital, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de prisão, cientificando ainda que foi fixado obrigação alimentar, equivalente a 1/3 (um terço)do salário mínimo nacional, devendo o referido valor ser pago diretamente a genitora.**
**O(A) REQUERENTE É BENEFICIÁRIO(A) DA JUSTIÇA GRATUITA.**
**Dado e passada nesta cidade e comarca de Cruzeiro do Oeste, 29 de setembro de 2011. Do que para constar, Eu_____, Edson Pereira de Souza, Técnico de Secretaria, que digitei e assino.**
**JOSIANE PAVELSKI BORGES**
**Juíza de Direito**
**02 - EDITAL DE CITAÇÃO**
**PRAZO 15 DIAS**
**FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento dele tiverem, principalmente o(a) requerido(a) MARCOS GELONI DE SOUZA, filho de Jucelino Jose de Souza e Leonice Geloni de Souza, que por este Juízo e Cartório da Vara Família, tramitam os autos de Execução de Alimentosn ° 608/2010, em que figura(m) como requerente J.M.S.S, representada(o) pela genitora P.A.S.A.R.S.e constando dos autos que o(s) requerido(s) encontra (m)-se em local ignorado, via edital, fica(m) o(s) mesmo(s) CITADO(s) a efetuar o pagamento da pensão alimentícia em atraso no valor de R$ 510,00 (quinhentos e dez reais)500,00 (quinhentos reais), referente às parcelas dos meses de setembro a novembro de 2010, mais as prestações vincendas durante o processo, no prazo de 03 (três) dias, à partir do decorrer do presente edital, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de prisão, cientificando ainda que foi fixado obrigação alimentar, equivalente a 1/3 (um terço)do salário mínimo nacional, devendo o referido valor ser pago diretamente a genitora.**
**O(A) REQUERENTE É BENEFICIÁRIO(A) DA JUSTIÇA GRATUITA.**
**Dado e passada nesta cidade e comarca de Cruzeiro do Oeste, 29 de setembro de 2011. Do que para constar, Eu_____, Edson Pereira de Souza, Técnico de Secretaria, que digitei e assino.**
**JOSIANE PAVELSKI BORGES**
**Juíza de Direito**
**03 - EDITAL DE CITAÇÃO**
**PRAZO 20 DIAS**
**FAZ SABER aos que o presente Edital, virem, ou conhecimento dele tiverem, principalmente o(a)s requerido(a) VALMIR AKIRA OZAKI, que por este Juízo e Cartório da Vara Família, tramitam os autos de AÇÃO DE DIVÓRCIO Nº 0003663-16.2011.8.16.0077, em que figura(m) como requerente(s) G.G.A. e, constando dos autos que o requerido encontra-se em local ignorado, via edital, fica o mesmo citado e cientificado de que a partir da citação, começará a fluir o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar contestação, sob pena de, não o fazendo, presumir-se como verdadeiros os fatos narrados pelo(s) autor(es) na inicial.Dado e passada nesta cidade e Comarca de Cruzeiro do Oeste, 29 de setembro de 2011. Do que para constar, Eu_____, Edson Pereira de Souza, Técnico de Secretaria, que digitei e assino.**
**JOSIANE PAVELSKI BORGES**
**Juíza de Direito**
**04 - EDITAL DE CITAÇÃO**
**PRAZO 20 DIAS**
**FAZ SABER aos que o presente Edital, virem, ou conhecimento dele tiverem, principalmente o(a)s requerido(a) CANDIDA DE OLIVEIRA AMORIM, que por este Juízo e Cartório da Vara Família, tramitam os autos de AÇÃO DE DIVÓRCIO Nº 0003756-76.2011.8.16.0077, em que figura(m) como requerente(s) C.B. e, constando dos autos que o requerido encontra-se em local ignorado, via edital, fica o mesmo citado e cientificado de que a partir da citação, começará a fluir o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar contestação, sob pena de, não o fazendo, presumir-se como verdadeiros os fatos narrados pelo(s) autor(es) na inicial.Dado e passada nesta cidade e Comarca de Cruzeiro do Oeste, 29 de setembro de 2011. Do que para constar, Eu_____, Edson Pereira de Souza, Técnico de Secretaria, que digitei e assino.**
**JOSIANE PAVELSKI BORGES**
**Juíza de Direito**
**05 - EDITAL DE CITAÇÃO**
**PRAZO 20 DIAS**
**FAZ SABER aos que o presente Edital, virem, ou conhecimento dele tiverem, principalmente o(a)s requerido(a) LUIZ ROBERTO DA SILVA, que por este Juízo e Cartório da Vara Família, tramitam os autos de AÇÃO DE CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL EM DIVÓRCIO Nº 0003783-59.2011.8.16.0077, em que**

**figura(m) como requerente(s) M.A.S. e, constando dos autos que o requerido encontra-se em local ignorado, via edital, fica o mesmo citado e cientificado de que a partir da citação, começará a fluir o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar contestação, sob pena de, não o fazendo, presumir-se como verdadeiros os fatos narrados pelo(s) autor(es) na inicial.Dado e passada nesta cidade e Comarca de Cruzeiro do Oeste, 29 de setembro de 2011. Do que para constar, Eu_____, Edson Pereira de Souza, Técnico de Secretaria, que digitei e assino.**
**JOSIANE PAVELSKI BORGES**
**Juíza de Direito**
**06 - EDITAL DE CITAÇÃO**
**PRAZO 20 DIAS**
**FAZ SABER aos que o presente Edital, virem, ou conhecimento dele tiverem, principalmente o(a)s requerido(a) EDERSON DE SOUZA, filho de Benedito de Souza e Antonia Paulino de Souza, que por este Juízo e Cartório da Vara Família, tramitam os autos de AÇÃO DE ALIMENTOS Nº 0000780-96.2011.8.16.0077, em que figura(m) como requerente(s) L.P.S, A.P.S, G.P.S e G.P.S. e, constando dos autos que o requerido encontra-se em local ignorado, via edital, fica o mesmo citado e cientificado de que a partir da citação, começará a fluir o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar contestação, sob pena de, não o fazendo, presumir-se como verdadeiros os fatos narrados pelo(s) autor(es) na inicial.Dado e passada nesta cidade e Comarca de Cruzeiro do Oeste, 29 de setembro de 2011. Do que para constar, Eu_____, Edson Pereira de Souza, Técnico de Secretaria, que digitei e assino.**
**JOSIANE PAVELSKI BORGES**
**Juíza de Direito**
**07 - EDITAL DE CITAÇÃO**
**PRAZO 15 DIAS**
**FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento dele tiverem, principalmente o(a) requerido(a) VICENTE TEIXEIRA LEITE, filho de João Vieira Leite e Valdecir Teixeira Leite, que por este Juízo e Cartório da Vara Família, tramitam os autos de Execução de Alimentos n° 0002595-31.2011.8.16.0077, em que figura(m) como requerente K.V.R.L, representada(o) pela genitora E.M.R.A.R.S. e constando dos autos que o(s) requerido(s) encontra (m)-se em local ignorado, via edital, fica(m) o(s) mesmo(s) CITADO(s) a efetuar o pagamento da pensão alimentícia em atraso no valor de R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais)500,00 (quinhentos reais), referente às parcelas dos meses de março a maio de 2011, mais as prestações vincendas durante o processo, no prazo de 03 (três) dias, à partir do decorrer do presente edital, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de prisão, cientificando ainda que foi fixado obrigação alimentar, equivalente a 1/3 (um terço) do salário mínimo nacional, devendo o referido valor ser pago diretamente a genitora. O(A) REQUERENTE É BENEFICIÁRIO(A) DA JUSTIÇA GRATUITA.**
**Dado e passada nesta cidade e comarca de Cruzeiro do Oeste, 29 de setembro de 2011. Do que para constar, Eu_____, Edson Pereira de Souza, Técnico de Secretaria, que digitei e assino.**
**JOSIANE PAVELSKI BORGES**
**Juíza de Direito**
**08 - EDITAL DE INTIMAÇÃO**
**PRAZO 30 DIAS**
**FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento dele tiverem, principalmente o(s) réu(s) CARLOS JOSE MARIANO DE MORAES, filho de Mariza Mariana da Silva e Jose Carlos de Moraes, nascido em 10/05/1980, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, tramitam os autos de EXECUÇÃO DE PENA n.º 2011.941-8, em que o mesmo foi condenado como incurso(s) nas sanções do artigo 155, §4º, inc. IV, do Código Penal, e constando dos autos que o(s) réu(s) encontra (m)-se em local ignorado, via edital, fica(m) o(s) mesmo(s) INTIMADO(S) à comparecer(em) neste Juízo, a fim de participar(em) da audiência admonitória nos autos supramencionados, a realizar -se na data de 26 de janeiro de 2012 às 13h15min.**
**Cumpra-se.**
**Dado e passado nesta cidade e comarca de Cruzeiro do Oeste, 29 de setembro de 2011. Do que para constar, Eu_____, Edson Pereira de Souza, Técnico de Secretaria, que digitei e assino.**
***JOSIANE PAVELSKI BORGES***
Juíza de Direito
**09 - EDITAL DE CITAÇÃO**
**PRAZO 15 DIAS**
**FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento dele tiverem, principalmente o(s) réu(s) HELIO APARECIDO DO NASCIMENTO, nascido em 21/07/1973, filho de Rosa Rosela do Nascimento e Helio Alves do Nascimento, e ROBERTO FABIANO, nascido em 12/04/1961, filho de Maria de Oliveira Fabiano e Geraldo Fabiano, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, tramitam os autos de Processo Crime n.º 2009.927-9, em que foram denunciado como incurso(s) nas sanções do art. 155, §4º, inc. IV do Código PenalART 180-RECEPTAÇÃO e § 3º, do Código Penal , e constando dos autos que o(s) réu(s) encontra (m) - se em local ignorado, via edital, fica(m) o(s) mesmo(s) CITADO(S) do presente Processo Crime, cientificado(s), para responder a acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, o(s) acusado(s) poderá(ão) arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação pessoal, quando necessário. O prazo para responder à acusação começará após o decurso do prazo do edital, nos termos acima.**
**Dada e passada nesta cidade e Comarca de Cruzeiro do Oeste, 29 de setembro de 2011. Do que para constar, Eu_____, Edson Pereira de Souza, Técnico de Secretaria, que digitei e assino.**
**JOSIANE PAVELSKI BORGES**
**Juíza de Direito**
**10 - EDITAL DE CITAÇÃO**
**PRAZO 15 DIAS**
**FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento dele tiverem, principalmente o(s) réu(s) JEAN RAPHAEL AMARO DOS SANTOS, nascido em 16/04/1987, filho de Diolete Amaro e Carlos Alberto Levino dos Santos, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, tramitam os autos de Processo Crime n.º 2007.183-5, em que foram denunciado como incurso(s) nas sanções do art. 163, paragrafo único, inc. I, c/c o art. 29, ambos do Código PenalART 180-RECEPTAÇÃO e § 3º, do Código Penal , e constando dos autos que o(s) réu(s) encontra (m) - se em local ignorado, via edital, fica(m) o(s) mesmo(s) CITADO(S) do presente Processo Crime, cientificado(s), para responder a acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, o(s) acusado(s) poderá(ão) arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação pessoal, quando necessário. O prazo para responder à acusação começará após o decurso do prazo do edital, nos termos acima.**
**Dada e passada nesta cidade e Comarca de Cruzeiro do Oeste, 29 de setembro de 2011. Do que para constar, Eu_____, Edson Pereira de Souza, Técnico de Secretaria, que digitei e assino.**
**JOSIANE PAVELSKI BORGES**
**Juíza de Direito**
**11 - EDITAL DE INTIMAÇÃO**
**PRAZO 90 DIAS**
**FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento dele tiverem, principalmente o(s) réu(s) KATATICA RODRIGUES FERREIRA, nascido em 19/12/1974, filho de Evandina da Silva Freitas e Elpidio Rodrigues Ferreira, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, tramitam os autos de Processo Crime n. 2007.555-5, onde foi denunciado e sentenciado como incurso(s) nas sanções do artigo 155, §4º, inc. IV, do Código Penal e, constando dos autos que o(s) réu(s) encontra (m)-se em local ignorado, fica(m) INTIMADO(S) da respeitável sentença CONDENATÓRIA proferida nos autos supramencionados, pela qual foi condenado à pena de 02 (dois) anos de reclusão, mais 10 (dez) dias-multa, em regime aberto, sendo substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, sentença datada de 07/06/2011, ficando cientificados de que à partir do prazo do presente edital, começará a fluir o prazo de 05 (cinco) dias, para, caso queira, apresentar recurso.**
**Cumpra-se.**
**Dada e passada nesta cidade e comarca de Cruzeiro do Oeste, 29 de Setembro de 2011. Do que para constar, Eu_____ , Edson Pereira de Souza, Técnico de Secretaria, Quem digitou.**
***JOSIANE PAVELSKI BORGES***
*Juíza de Direito*
**12 - EDITAL DE INTIMAÇÃO**
**PRAZO 90 DIAS**
**FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento dele tiverem, principalmente o(s) réu(s) ANTONIO ADELINO DE SOUZA, nascido em 18/04/1976, filho de Palmiria de Souza Dias e Antonio Francisco de Souza, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, tramitam os autos de Processo Crime n. 2001.3-0, onde foi denunciado e sentenciado como incurso(s) nas sanções do artigo 121, §1º, c/c o art. 14, inc. II, ambos do Código Penal e, constando dos autos que o(s) réu(s) encontra (m)-se em local ignorado, fica(m) INTIMADO(S) da respeitável sentença CONDENATÓRIA proferida nos autos supramencionados, pela qual foi condenado à pena de 03 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime semiaberto, sendo concedido o direito de recorrer em liberdade, sentença datada de 17/02/2011, ficando cientificados de que à partir do prazo do presente edital, começará a fluir o prazo de 05 (cinco) dias, para, caso queira, apresentar recurso.**
**Cumpra-se.**
**Dada e passada nesta cidade e comarca de Cruzeiro do Oeste, 29 de Setembro de 2011. Do que para constar, Eu_____ , Edson Pereira de Souza, Técnico de Secretaria, Quem digitou.**
***JOSIANE PAVELSKI BORGES***
*Juíza de Direito*

## FAXINAL

## JUÍZO ÚNICO

## Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE FAXINAL - PARANÁ
**ÚNICA VARA CRIMINAL**
***(Av. Brasil, 1080 - Telefax 0XX43 3461-1172 - CEP 86840-000)***
/// EDITAL DE INTIMAÇÃO ///
( com prazo de quinze dias)
**/// EDITAL** - de intimação, com prazo de quinze dias do réu **JOSILENE ALVES DA SILVA** - portadora do RG nº 10.121.347-1 SSP-PR, filha de João Alves da Silva e Cleuza Rosa da Silva, natural Borrazópolis-Pr, onde nasceu aos 03.09.1988, atualmente em lucar incerto e não sabido. Fica, pelo presente, nos autos de ***Processo Crime nº 2007.015-4***, INTIMADA por todo conteúdo de proferida em sentença data de 12.02.2010, que CONVERTEU a pena restritiva de direito em privativa de liberdade, **determinando que a sentenciada passe a cumprir a pena de 02 (dois) anos e 12 (doze) dias de reclusão, em regime-aberto mediante as seguintes condições:** a) recolher-se em sua residência aos sábados, domingos e feriados, bem como após as 22:00 horas, tendo em vista a inexistência de casas de albergado e em razão da cadeia pública ser destinada a presos provisórios; b) não se ausentar da comarca de residência, por mais de 08 dias, sem prévia comunicação e expressa autorização do juízo, bem como não mudar de endereço sem prévia comunicação à autoridade judiciária; c) apresentar-se mensalmente em juízo, dando conta de suas atividades; d) prestar serviços à comunidade nos primeiros seis meses de cumprimento da pena, durante sete horas semanais, mediante fiscalização do Conselho da Comunidade, desta comarca, a qual indicará a entidade a ser beneficiada e o modo de cumprimento da prestação de serviços. Dado e passado nesta cidade e comarca de Faxinal, Estado do Paraná, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e dez. Eu,_____( ILSON DE MELO FERREIRA ) - escrivão do crime, digitei e subscrevi.----------
ILSON DE MELO FERREIRA
Escrivão do Crime

# FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## VARA CÍVEL

## Edital de Citação

**JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ**
**Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3627-1710, CEP: 83.820-000**
**EDITAL DE CITAÇÃO DE GUILHERME MACUCH, CPF 058.466.269-63, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.**
O Doutor Enéias de Souza Ferreira - Juiz de Direito Substituto Designado da Vara Cível, Comarca de Fazenda Rio Grande - Estado do Paraná.
FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos **nº 831/2008 de Busca e Apreensão** requerido por **BANCO FINASA S/A** a **Citação** de **GUILHERME MACUCH,** para que no prazo de cinco (05) dias efetuar a purgação da mora, pagando a integralidade da dívida pendente ou ainda no prazo de quinze (15) dias apresentar resposta, sob pena de revelia (art. 3º parágrafos 2.º e 3º do Dec. Lei 911/69. E para que chegue ao conhecimento do requerido **GUILHERME MACUCH, CPF 058.466.269-63,** atualmente em lugar incerto e não sabido e não possa de futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital a ser afixado no lugar de costume no Fórum e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande Estado do Paraná, aos dezoito (18) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e onze (2011). E eu _____Aleteia R. Santos - E. Juramentada o Subscrevi.
**Autorizado pela MM Juíza de DireitoDesta ComarcaPortaria 20/2009**

**JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ**
**Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3627-1710, CEP: 83.820-000**
**EDITAL DE CITAÇÃO DE DAVI DOS PASSOS PEREIRA, brasileiro, CPF 079.044.389-92, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.**
O Doutor Enéias de Souza Ferreira - Juiz de Direito Substituto Designado da Vara Cível, Comarca de Fazenda Rio Grande - Estado do Paraná.
FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos **n.º 1166/2008 de Busca e Apreensão** requerido por **BANCO FINASA S/A** a **Citação** de **DAVI DOS PASSOS PEREIRA, brasileiro, CPF 079.044.389-92,** para que no prazo de cinco (05) dias efetuar a purgação da mora, pagando a integralidade da dívida pendente ou ainda no prazo de quinze (15) dias apresentar resposta, sob pena de revelia (art. 3º parágrafos 2.º e 3º do Dec. Lei 911/69. E para que chegue ao conhecimento do requerido **DAVI DOS PASSOS PEREIRA, brasileiro, CPF 079.044.389-92,** atualmente em lugar incerto e não sabido e não possa de futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital a ser afixado no lugar de costume no Fórum e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande Estado do Paraná, aos dezoito (18) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e onze (2011). E eu _____Aleteia R. Santos - E. Juramentada o Subscrevi.
**Autorizado pela MM Juíza de DireitoDesta ComarcaPortaria 20/2009**

# FORMOSA DO OESTE

## JUÍZO ÚNICO

## Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. PRAZO DE 60 DIAS. O Doutor HERMES DA FONSECA NETO, Juiz de Direito Vara Criminal da Comarca de Formosa do Oeste/PR, na forma da Lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, pelo prazo de 60 dias, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) APARECIDO JOSÉ RIBEIRO, brasileiro, casado, portador do RG nº 893.530-0/PR, nascido aos 02/11/1949, natural de Abatiá/PR, filho de Armando José Ribeiro e de Lydia Maria de Moraes, atualmente em lugar incerto e não sabido, fica(m) pelo presente INTIMADO(S) da sentença de fls. 414/416, datada de 10.11.1994, dos autos de Ação Penal de Competência do Júri nº 0000004-39.1978.8.16.0082, que o(s) pronunciou como incurso(s) nas sanções do art. 121, § 2º, c/c art. 29, ambos do Código Penal, determinando seja o acusado submetido, oportunamente, a julgamento perante o Tribunal do Júri Popular desta Comarca. E, para que no futuro não alegue ignorância, mandou expedir este edital que será publicado no Diário da Justiça, tendo o(s) réu(s) o prazo de (05) cinco dias para interpor(em) recurso em sentido estrito (art. 581, inciso IV e art. 586, ambos do C.P.P.), após a publicação e ainda afixado no local de costume e público. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Formosa do Oeste/PR, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de 2011. Eu,_____(Claudinei Cavalcante Pinheiro), analista judiciário que o digitei e subscrevi. HERMES DA FONSECA NETO Juiz de Direito

# FOZ DO IGUAÇU

## 1ª VARA CRIMINAL

## Edital de Citação

| | | |
|---|---|---|
| | **PODER JUDICIÁRIO**<br>**COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - PR**<br>**PRIMEIRA VARA CRIMINAL** | EDITAL |
| Endereço: Av. Pedro Basso, 1.001, 1º andar - Jardim Polo Centro<br>CEP 85. 863-756 - Telefone nº (045) 3026-1564 | | |

**EDITAL DE CITAÇÃO**
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
O Dr. Rodrigo Luis Giacomin, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de **15 (quinze) dias**, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, para **responder por escrito**, conforme o novo rito da Lei n° 11.719/08, **no prazo máximo de 10 (dez) dias**, **a acusação referente aos autos de Processo Crime 1998.136-8, na resposta poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interessa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, ficando o réu desde logo advertido de que, não sendo apresentada a resposta no prazo de 10 dias, o MM Juiz nomeará um defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos,** fica(m) pelo presente intimado(s) para comparecer(em) neste Juízo, sito na Av. Pedro Basso, 1.001.
Réu: **SILVANEI CHAVES,** brasileiro, nascido aos **27/12/1978,** natural de **Medianeira/PR**, filho de **Fátima Chaves,** atualmente em lugar incerto e não sabido.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 26/09/2011. Eu,_____Ester Maia Dorneles, Escrivã, subscrevo.
*Ester Maia Dorneles*
Escrivã

## Edital de Intimação

| | | |
|---|---|---|
| | **PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - PR PRIMEIRA VARA CRIMINAL** | EDITAL |
| Endereço: Av. Pedro Basso, 1.001, 1º andar - Jardim Polo Centro CEP 85.863-756 - Telefone nº (045) 3026-1564 | | |

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
O Dr. Rodrigo Luis Giacomin, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de **15 (quinze) dias**, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que fica(m) pelo presente citado(s) para se ver(em) processar, e intimado(s) a comparecer(em) neste Juízo, sito na Av. Pedro Basso, 1.001, no dia e horário abaixo especificados, a fim de ser(em) interrogado(s), e acompanhar(em) com advogado a todos os demais termos do processo a que responde(m), como incurso nas sanções do(s) artigo(s) abaixo transcrito(s).
Processo Criminal: **2009.5198-4.**
-Data e horário: **07/10/2011, às 14h20min**
Acusado: **NILCLEI DE CASTRO BARROZO,** brasileiro, nascido aos **29/03/1988**, natural de Cruzeiro D'Oeste/PR, filho de **Aparecido Barrozo e Maria Elizangela Ferreira de Castro**, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Artigo: **Art. 240, 240, §1º, 241-A, e 243 do CP.**
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 26/09/11. Eu, _____ Ester Maia Dorneles, Escrivã, subscrevo.
*Ester Maia Dorneles*
**Escrivã**

| | | |
|---|---|---|
| | **PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - PR PRIMEIRA VARA CRIMINAL** | EDITAL |
| Endereço: Av. Pedro Basso, 1.001, 1º andar - Jardim Polo Centro CEP 85.863-756 - Telefone nº (045) 3026-1564 | | |

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
O Dr. Rodrigo Luis Giacomin, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de **15 (quinze) dias**, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que fica(m) pelo presente citado(s) para se ver(em) processar, e intimado(s) a comparecer(em) neste Juízo, sito na Av. Pedro Basso, 1.001, no dia e horário abaixo especificados, a fim de ser(em) interrogado(s), e acompanhar(em) com advogado a todos os demais termos do processo a que responde(m), como incurso nas sanções do(s) artigo(s) abaixo transcrito(s).
Processo Criminal: **2009.5320-0.**
-Data e horário: **07/10/2011, às 17h00min**
Acusado: **CLAUDIO DOS SANTOS,** brasileiro, nascido aos **03/02/1974**, natural de Foz do Iguaçu/PR, filho de **Romão dos Santos e Celia Correira dos Santos**, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Artigo: **Art. 129, §9, do CP.**
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 26/09/11. Eu, _____ Ester Maia Dorneles, Escrivã, subscrevo.
*Ester Maia Dorneles*
**Escrivã**

| | | |
|---|---|---|
| | **PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - PR PRIMEIRA VARA CRIMINAL** | EDITAL |
| Endereço: Av. Pedro Basso, 1.001, 1º andar - Jardim Polo Centro - CEP 85.853-756 - Telefone nº (045) 3026-1564 | | |

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS
O Dr. Rodrigo Luis Giacomin, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que pela sentença datada de **25/08/2011**, exarada nos autos de **Processo Crime 2009.536-2**, movida pela Justiça Pública desta Comarca, foi condenado(s), nas penas do **art. 180, *caput,* do Código Penal, em 01 (um) ano, de reclusão, em regime aberto, e 10 (seis) dias-multa, estes fixados em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo, sendo a pena privativa de liberdade substituída por duas restritivas de direito** fica(m) pelo presente intimado(s)para comparecer(em) neste Juízo, sito na Av. Pedro Basso, 1.001.
Sentenciado: **MARIO CONCEPCION MEDINA DUARTE**, paraguaio, nascido aos 18/12/1983, natural de Presidente Franco/PY, filho de Silvio Medina e Flora Duarte, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 26/09/11.Eu,_____Ester Maia Dorneles, Escrivã, subscrevo.
*Ester Maia Dorneles*
**Escrivã**

| | | |
|---|---|---|
| | **PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - PR PRIMEIRA VARA CRIMINAL** | EDITAL |
| Endereço: Av. Pedro Basso, 1.001, 1º andar - Jardim Polo Centro CEP 85. 863-756 - Telefone nº (045) 3026-1564 | | |

**EDITAL DE CITAÇÃO**
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
O Dr. Rodrigo Luis Giacomin, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de **15 (quinze) dias**, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, para **responder por escrito**, conforme o novo rito da Lei n° 11.719/08, **no prazo máximo de 10 (dez) dias**, **a acusação referente aos autos de Processo Crime 2011.220-0, na resposta poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interessa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, ficando o réu desde logo advertido de que, não sendo apresentada a resposta no prazo de 10 dias, o MM Juiz nomeará um defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos,** fica(m) pelo presente intimado(s) para comparecer(em) neste Juízo, sito na Av. Pedro Basso, 1.001.
Réu: **CÍCERO JUNIOR DOS SANTOS,** brasileiro, nascido aos **04/10/1967,** natural de **Umuarama/PR**, filho de **Ernesto Francisco dos Santos e Laudelina Monteiro da Silva,** atualmente em lugar incerto e não sabido.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 26/09/2011. Eu,_____Ester Maia Dorneles, Escrivã, subscrevo.
*Ester Maia Dorneles*
Escrivã

| | | |
|---|---|---|
| | **PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - PR PRIMEIRA VARA CRIMINAL** | EDITAL |
| Endereço: Av. Pedro Basso, 1.001, 1º andar - Jardim Polo Centro - CEP 85.863-756 - Telefone nº (045) 3026-1564 | | |

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
O Dr. Rodrigo Luis Giacomin, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de **15 (quinze) dias**, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, para que efetuem o **pagamentos das custas processuais no valor de R$ 156,81 (cento e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos), em 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela a vencer no prazo de trinta dias da intimação, e mais R$ 49,50 (quarenta e nove reais e cinquenta centavos) referentes à diligência realizada pelo oficial de justiça** a que foi condenado nos autos dos autos de Processo Crime **2007.3963-8,** ficam pelo presente intimado(s) para comparecer(em) neste Juízo, sito na Av. Pedro Basso, 1.0 01**.**
Réu: **ROGÉRIO ALVES ESPÍNDOLA,** brasileiro, natural de Foz do Iguaçu/PR, nascido aos 19/09/1986, filho de Luiz Carlos Espíndola e Nelei Alves Espíndola, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 27/09/2011. Eu,_____Ester Maia Dorneles, Escrivã, subscrevo.
*Ester Maia Dorneles*

Escrivã

## 2ª VARA CÍVEL

## Edital de Intimação

EDITAL PARA CITAÇÃO **MARIANGELA COLAUTI MOREIRA**
COM PRAZO DE 30 DIAS.
O DOUTOR GABRIEL LEONARDO SOUZA DE QUADROS, M.M. JUIZ DE DIREITO DESTA SEGUNDA VARA CÍVEL, na forma da lei,
FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos n° 0015539-85.2006.8.16.0030 (031/2006) de Indenização, promovido por HARRY MORAES MAFALDO, contra HELIAR ANTONIO MOREIRA e MARIANGELA COLAUTI MOREIRA, que pelo presente **CITA** a requerida Mariangela Colauti Moreira, brasileira, portadora do RG nº. 4.553.664-5, inscrita no CPF/MF nº. 481.572.959-04, estando em lugar incerto e não sabido, por todo conteúdo da minuta da petição inicial, e despachos em seguida transcritos, para, querendo, contestar no prazo legal. **MINUTA:** Ação Indenizatória que Harry Moraes Mafaldo move em face de HELIAR ANTONIO MOREIRA, brasileiro, casado, dentista, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.017.554-SSP/PR inscrito no CPF sob nº 101.490.409-97 e MARIANGELA COLAUTI MOREIRA, brasileira, casada, do comercio, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.553.664-5 SSP-PR, inscrita no CPF sob nº 481.572.959-04, residentes e domiciliados na cidade de Curitiba-PR, na Rua Capibaribe, nº 154, e ele, com endereço profissional em Curitiba-PR, na Av. Vicente Machado, nº 988, Centro, CEP. 80.420-011, (Diretório do PMDB), ela atualmente em lugar incerto e não sabido, aduzindo, em síntese que o Autor é proprietário do imóvel constituído por uma sala comercial, denominada loja nº 01, situada no pavimento térreo do Edifício Daniele, localizado nesta cidade de Foz do Iguaçu/PR, na Av. Paraná, 1268, Vila Maracanã, conforme matricula nº 11989 do 2º Oficio de Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu/PR. Referida loja localiza-se no pavimento térreo do Edifício Daniele, sendo que o andar superior é constituído pelo apartamento nº 11, de propriedade dos Réus e que ao lado do referido edifício, existe uma construção em alvenaria, parede com parede, de propriedade das filhas dos Réus, encontram-se desocupadas, em estado de abandono, sendo que há muito tempo ninguém visita o local, estando a obra parada, sendo que tanto o apartamento com a obra não possuem manutenção, haja vista que o réu e sua família fixaram residência na cidade de Curitiba, nunca mais retornando a esta cidade. O acesso ao apartamento e a obra em construção se dão por uma escadaria existente na lateral do prédio, fechada por uma porta em grade pantográfica na cor azul, trancada com um cadeado. Embora a loja de propriedade do Autor seja independente das demais instalações do edifício, em razão das fortes chuvas que acometeram esta cidade, a Locatária do imóvel do Autor teve a sua loja danificada, com desabamento do teto em razão de água de chuva que vem do andar superior e da laje da construção ao lado. Além do desabamento que causou a inutilização total do teto em gesso da loja, a infiltração da água que vem do pavimento superior causou danos as paredes da sala do Autor, inclusive as instalações elétricas, molhando todos os moveis, cortinas, roupas e demais utensílios expostos a venda na loja, podendo-se observar pelas fotografias tiradas no local.Esta situação causou prejuízos de grande monta a locatária, a qual, ato continuo, tomou medidas junto ao corpo de Bombeiros e PROCON/FI, os quais em inspeção no local emitiram laudos constatando que o desabamento deu-se em razão do abandono do imóvel localizado no piso superior do edifício.O Autor manteve contato por telefone (41) 3322-7111, com o Réu, o qual comprometeu-se a resolver a situação, porem até a presente data nada fez para solucionar o problema.Tais fatos colocaram o Autor em situação difícil em relação ao seu imóvel, não podendo utilizá-lo ao fim a que se destina estando o mesmo fechado, causando-lhe prejuízos em virtude da não ocupação. Tendo em vista que esta situação de prejuízo não poderia persistir, o Autor promoveu MEDIDA CAUTELAR INOMINADA, obtendo autorização judicial para abrir o cadeado e adentrar no imóvel dos réus, e através da liminar executou os reparos que eram necessários para o seu imóvel ser colocado condições de uso. Após a realização dos reparos, necessita o Autor ser ressarcido dos valores que despendeu para, pelo que pretende a respectiva indenização através da presente. Por esta razão enquadra-se a atitude dos Réus no art. 186 C/C art. 927 do condigo Civil, em com fundamento nestes dispositivos legais vem o Autor requerer perante este r. juízo a indenização pelos danos causados ao seu imóvel. Assim, na forma dos comprovantes juntados aos Autos pretendem o ressarcimento na forma a seguir: Metalúrgica Sol a Sol: compra de Rufos e Calhas no valor de R$ 700,00 ( setecentos reais).Construart -Materiais Hidráulicos de Construção e Telhas no valor de R$ 1.200,61 ( um mil e duzentos reais e sessenta e um centavos)Mão de Obra para execução dos Serviços pagos ao Sr. José Aparecido da Silva de R$ 1.500,00 ( Um mil e quinhentos reais)Chaveiro para Abertura das Portas e confecções R$ 76,00 (setenta e seis reais)R$ 3.000,00 (três mil reais) referentes a dois meses de alugueres deixados de receber.**DESPACHO:** I. Cite-se como requerido. *II. Dil. Int. Foz do Iguaçu, 26 de janeiro de 2006. (a) Alexandre Waltrick Calderari. Juiz de Direito.***DESPACHO:** *I. Cite-se por edital na forma requerida. II. Int. Dil. Nec. (a.). Gabriel Leonardo S. de Quadros. Juiz de Direito*. **ADVERTÊNCIA:** Não sendo contestada a presente ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiro os fatos articulados pelo autor. E, para que ninguém possa alegar ignorância, e expedido o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca, ao 1º dia de setembro de 2011 Eu, _____ (Márcia Eliane Aquino), auxiliar juramentada o subscrevi.
Original assinado
**Gabriel Leonardo Souza de Quadros**
Juiz de Direito

## 3ª VARA CRIMINAL

## Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: DEZ (10) DIAS

| | |
|---|---|
| **Processo Crime n° 2009.5283-2** | Autora: Justiça Pública |
| Réu: **IVANOR DARCI LOCH.**<br>Vítima: **ZOILO IDELFONSO BINITEZ RUIZ DIAZ,** paraguaio, sem maiores informações nos autos além a de que é portador da cédula de identidade n° 434.268 e que reside em Igualidad, 563 em Assuncion, PY. | |
| Finalidade: **INTIMAÇÃO DA VÍTIMA PARA QUE NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS COMPAREÇA PERANTE ESTA 3° VARA CRIMINAL A FIM DE QUE LHE SEJA RESTITUÍDA A CAMINHONETE APREENDIDA, SOB PENA DE PERDIMENTO EM FAVOR DA UNIÃO.** | |

O Dr. Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de
Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, PR, etc.
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a VÍTIMA nominada e qualificada inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, para comparecer ao fórum desta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu (Av. Pedro Basso, 1001, 1º andar - Jardim Polo Centro), no prazo de dez (10) dias se manifeste acerca do interesse em ter restituído o bem apreendido nos supracitados autos, sob pena de perdimento em favor da União.
E, para que cheque ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e onze. Eu, _____ Patrícia L. de Gouveia, Técnica de Secretaria, digitei.
KATIA HELOISE LANG
Escrivã Designada

## 4ª VARA CÍVEL

## Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU-PR
JUÍZO DE DIREITO DA 4 ª. VARA CÍVEL
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Pólo Centro - 85.863-756

EDITAL DE LEILÃO
INTIMAÇÃO DE TODOS OS INTERESSADOS E DA EXECUTADA: CALCE PAGUE LTDA. - CNPJ/MF 75.922.799/0001-72.
A EXMA. SRA. DRA. TRICIA CRISTINA SANTOS TROIAN, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, ETC...
F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que irá a arrematação o imóvel de propriedade do(s) Executado(s), na forma a seguir transcrita:
1ª PRAÇA: Dia 18/11/2011, às 13:30 horas, por preço não inferior à avaliação.
2ª PRAÇA: Dia 02/12/2011, às 13:30 horas, pelo lance maior encontrado, não sendo aceito preço vil (aquele inferior a 51% do valor da avaliação);
LOCAL: Edifício do Fórum, na Avenida Pedro Basso, nº 1.001 - Jardim Pólo Centro;
PROCESSO: Autos de EXECUÇÃO FISCAL nº 072/2007, em que é Exeqüente FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e Executada CALCE PAGUE LTDA.;
VALOR DO DÉBITO: R$ 49.306,96 (atualizado até 24/02/2011).
LEILOEIRO: Fernando Martins Serrano
Os honorários do leiloeiro deverão ser depositados no ato da arrematação - tal como o preço. Em se tratando de arrematação, corresponderão a 5% do valor do lanço,

sob responsabilidade do arrematante. Transação depois de designada arrematação e publicados os editais, 0,5% do valor do acordo, pelo executado. Adjudicação, 1% do valor da adjudicação, pelo credor (As custas e despesas do processo - até então realizadas - e eventuais tributos existentes serão pagos com o valor depositado pelo arrematante).
DESCRIÇÃO DOS BENS: "***12 pares de Botas, marca Divalesi, em couro, com valor de R$ 1.920,00 (um mil e novecentos e vinte reais); 277 pares de sapatos femininos, marca Claudina, no valor de R$ 49.860,00 (quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta reais); novos, com numeração, modelos e cores variadas.***"
AVALIAÇÃO: Os bens acima foram avaliados em R$ 51.780,00 (cinqüenta e um mil, setecentos e oitenta reais). (Avaliação feita em 17/08/2010).
ÔNUS: Nada consta nos presentes autos.
DEPOSITÁRIO: Em mãos e guarda do representante legal da Executada Sr. Adálbio Rodrigues da Silva.
INTIMAÇÃO: Não havendo expediente forense no dia referido, fica designado, o primeiro dia útil subseqüente. OBS: Não sendo possível a intimação pessoal da executada: CALCE PAGUE LTDA., na pessoa de seu representante legal, é o presente para intimá-lo(s) da designação.
Art. 651. Antes de arrematados ou adjudicados os bens, pode o devedor, a todo tempo, remir a execução, pagando ou consignando a importância da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios.
Art. 687. O edital será afixado no local de costume publicado, em resumo, com antecedência de 05 (cinco) dias, pelo menos uma vez em jornal de ampla circulação local.
Art. 691. Se a praça ou o leilão for de diversos bens ou houver mais de um lançador, será preferido aquele que se propuser a arrematá-los englobadamente, oferecendo para que os não tiverem licitante preço igual ao da avaliação e para demais e de maior lanço.
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e especialmente do(s) executado(s), e no futuro não possam alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO em Cartório nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 18 de agosto de 2011. Eu,_____(Cleusa Montanha Pereira), Aux. Juramentada, subscrevi.
TRICIA CRISTINA SANTOS TROIAN
JUÍZA DE DIREITO

---

## Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU-PR
JUÍZO DE DIREITO DA 4 ª. VARA CÍVEL Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Pólo Centro - CEP 85.863-756

EDITAL DE CITAÇÃO DE MARIO HENRIQUE BRANDÃO e LUCI REGINA CASSANTE BRANDÃO - PRAZO DE VINTE (20) DIAS.-
A EXCELENTÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, ETC...
F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e cartório se processam aos termos dos autos de USUCAPIÃO ORDINÁRIO sob nº 792/2008 em que são Requerentes MILTON ISEJIMA LIMA e ANNA TERESA RAMUS LIMA, do teor da inicial que segue resumida: *"I - DOS FATOS: Através de escritura pública, lavrada em 01/10/1986, perante o 2º Tabelionato de Notas de Foz do Iguaçu-PR, os autores adquiriram de IZAURA PERFOLL, o Lote nº 409, da quadra nº 12, na Cidade de Foz do Iguaçu-PR, com área de 449,75m², objeto da matrícula do Cartório do Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu, sob nº 14.994, do Livro nº 02. Imediatamente imitidos na posse, os autores passaram a exercê-la de forma mansa e pacífica, sem qualquer oposição. Embora detentores de título registrável, os autores não procederam sua averbação junto a matrícula do imóvel. Passados 22 anos incompletos, os autores apresentaram seu título-escritura ao registro competente, deparando-se com aquele apresentado pelo réu ADILSON JOSÉ DE MELO em 16/07/2008, sob nº 4/29.888, tendo como origem a Escritura Pública lavrada em 09/07/2008. Não obstante, a posse exercida pelos autores já constitui inegável título, nos termos do art. 1.238 do Código Civil, merecendo ser declarado por sentença, eis que exe3rcida de forma mansa, pacífica e ininterrupta por 22 anos incompletos, conforme passamos a demonstrar. II - DA POSSE: Após a compra do imóvel por escritura pública, passaram os adquirentes (autores) imediatamente a exercer a posse. Também adquiriram o lote confrontante sob nº 394 (da mesma pessoa, a Sra. IZAURA PERFOLL) e unindo-o ao de nº 409, neste construíram uma casa, conforme descrevem os croquis anexos. Após algum tempo, o imóvel foi destinado à locação residencial. III - DA DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: O imóvel tem suas limitações constantes na matrícula referida, que assim dispõe: Lote nº 409, da quadra 12, quadrante 10, quadrícula 01, setor 39, da Subdivisão denominada VILA MATILDE, situada na Cidade de Foz do Iguaçu, Município e Comarca, com área de 449,75m², e compreendido dentro das seguintes divisas e confrontações: AO NORTE, na extensão 15,01m, no rumo de SW 84º22'NE, confronta com o lote nº 43; AO SUL, na extensão de 15,01m, no rumo de SW 84º22'NE, confronta com a Rua Xavier da Silva; A LESTE, na extensão de 30,00m, no rumo de SE 08º27'31"NW, confronta com o lote nº 394; e, A OESTE, na extensão de 30,00m, no rumo de SE 08º27'31"NW, confronta com a Rua Alagoas. IV - DAS BENFEITORIAS: As benfeitorias imediatamente realizadas pelos autores agregaram valor ao imóvel e denotam a posse direta, contínua e ininterrupta exercida. As benfeitorias consistem numa casa de madeira, uma piscina, muros, edículas, etc.. Conforme certidão negativa anexa, não há quaisquer tributos pendentes sobre o imóvel. V - DO DOMÍNIO PELA PRESCRIÇÃO AQUISITIVA: Embora tenham os autores adquiridos o imóvel por escritura pública, deixaram de registrá-la. Contudo, não obstante, os autores, por novo título, adquiriram-na qual seja, a posse exercida de forma mansa, pacífica e ininterrupta por 22 anos incompletos. Tais aspectos são ratificados pelas certidões negativas anexas. Pelo disposto no art. 1.242 do Código Civil, o prazo para aquisição da propriedade por usucapião é de 10 anos. Ainda que assim não fosse, tendo os autores ingressados no imóvel através de justo título, consistente na escritura pública, tal título seria até dispensável, ante o tempo decorrido do exercício de sua posse (22 anos incompletos). Para melhor constatarmos os elementos formadores do título aquisitivo, é mister abordá-los. a) Posse: os autores estão na posse do imóvel há 22 anos incompletos. Nesse período até locaram o imóvel, constante demonstrado através dos contratos de locação anexos; b) Tempo: pelos contatos de locação, construções e benfeitorias revela-se que o prazo da posse exercida pelos autores é superior a 21 anos; c) Justo título: a escritura pública de lavrada em 01/10/1986, perante o Cartório de Foz do Iguaçu constitui justo título para aquisição da propriedade, tanto que, à época, poderia ser registrada junto à matrícula do imóvel; d) Boa-fé: esse conjunto de elementos já denota boa-fé, reforçada pela inexistência de qualquer fato de oposição ao seu exercício, conforme atestam as certidões anexas. A relação que permitia aos autores a plenitude de sua propriedade foi materializada na escritura pública de compra e venda. Essa presunção, por sua vez, tem caráter absoluto. Diante de tais fatos, merece ser declarada a propriedade adquirida, "data vênia". VI - DO PEDIDO: Logo, requer se digne Vossa Excelência em: a) declarar a aquisição da propriedade pelos autores, referente ao imóvel descrito no item III, determinando-se as averbações necessárias; b) citação, via correio, dos únicos confrontantes do imóvel usucapiendo: MARIO HENRIQUE BRANDÃO, e sua esposa LUCI REGINA CASSANTE BRANDÃO, proprietários do Lote nº 43; c) intimação do ilustre representante do Ministério Público para intervir no feito; d) notificação dos representantes das Fazendas Públicas - federal, estadual e municipal; Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência em determinar a CITAÇÃO do réu para que responda aos termos desta ação, sob pena de confissão e revelia, para ao final condená-lo nos termos do pedido. VII - DAS PROVAS: Requer provar o alegado por todos os meios legais, notadamente depoimento pessoal do réu, oitiva de testemunhas, expedição de ofícios e demais necessárias ao deslinde da causa. VIII - VALOR DA CAUSA: Dá-se à causa o valor de R$ 12.379,07 (doze mil, trezentos e setenta e nove reais e sete centavos). Foz do Iguaçu, 1º de setembro de 2008".* É o presente edital, para CITAÇÃO dos Confrontantes MARIO HENRIQUE BRANDÃO e LUCI REGINA CASSANTE BRANDÃO, para todos os termos do processo, bem como para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (art. 285 do CPC), não sendo contestada a ação se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não aleguem ignorância ou desconhecimento, mandou expedir o presente edital que será fixado no local de costume e publicado na forma da lei.-DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 20 de setembro de 2.011. - Eu,_____(Luciano Lautert), Aux. Juramentado, subscrevi.
TRÍCIA CRISTINA SANTOS TROIAN
JUÍZA DE DIREITO

---

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU-PR
JUÍZO DE DIREITO DA 4 ª. CÍVEL Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Pólo Centro - 85.863-756

EDITAL DE CITAÇÃO DE VALDECIR DOS SANTOS - CPF/MF 000.903.729-21 - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
O EXMO. SR. JOÃO MARCOS ANACLETO ROSA, MM. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO, DESTA 4ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU-PR, NA FORMA DA LEI, ETC...
FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível, se processam os autos de COBRANÇA sob n.º 0016011-86.2006.8.16.0030, em que é requerente FUNDAÇÃO DE SAÚDE ITAIGUAPY e Requerido VALDECIR DOS SANTOS, sendo o presente para CITAÇÃO do Requerido VALDECIR DOS SANTOS, estando atualmente em lugar incerto, do teor da inicial conforme segue resumida: *"DOS FATOS: O paciente Anderson Alex dos Santos Benevenuto, em data de 12 de junho de 2005, às 13:30 horas foi internada no Hospital Ministro Costa Cavalcanti, administrado pela Autora, por iniciativa do Réu, como seu responsável, na modalidade de internamento de caráter particular, conforme Termo de Autorização de Internação, em anexo. O Réu, no ato da internação, optou pela acomodação em aposento coletivo com 2 leitos e banheiro, conforme o mencionado Termo de Autorização de Internação. O paciente ficou internado em caráter particular até a data de 14 de junho de 2005, às 14:10 horas, quando recebeu alta hospitalar, por melhora, tendo recebido todo o atendimento médico-hospitalar, onde foram utilizados dos melhores recursos disponíveis para o seu tratamento, conforme se concluiu pelos documentos inclusos: a) Ficha de proto atendimento; b) relatório da U. T. I.; c) relatório prescrição médica; d) relatório da prescrição de enfermagem; e) relatório exames laboratoriais; f) relatório*

*evolução clínica. O Réu comprometeu-se a proceder ao pagamento do saldo devedor na quantia de R$ 2.548,99 (dois mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos) quantia resultante das despesas hospitalares, conforme relatório e documentos inclusos. Embora tenha o Réu se responsabilizado expressamente ao pagamento das despesas hospitalares, não o fez até o presente momento. A Autora se vendo lesada em seu patrimônio, não tem outra opção se não o ajuizamento da presente ação. DO PEDIDO: Ex positis, requer a Vossa Excelência, em recebendo a presente, venha a determinar o seu processamento pelo procedimento sumário previsto nos artigos 275 e seguintes do Código de Processo Civil, as seguintes providências: a) citação do Réu, no endereço supra mencionado para que tome ciência da demanda e para que compareçam à audiência a ser designada e, querendo, conteste a presente, sob pena de revelia e confissão; b) contestada ou não, seja a presente julgada procedente, condenando o Réu ao pagamento do valor de R$ 2.805,00 (dois mil, oitocentos e cinco reais) atualizado até 30 de março de 2006, o qual deverá ser atualizado até o efetivo pagamento com aplicação de juros de 1% a.m. e correção monetária, mais honorários advocatícios na base de 20% sobre a condenação total e demais cominações legais; Protesta pela produção das provas em direito admitidas, inclusive o depoimento pessoal dos Réu, sob pena de confissão, juntada de novos documentos, enfim, o que o controvertido nos autos assim ensejar. Dá-se à causa o valor de R$ 2.805,00 (dois mil, oitocentos e cinco reais). Pede deferimento. Foz do Iguaçu, 30 de março de 2006."* Bem como, para comparecer perante este Juízo da 4ª Vara Cível em data de **31/10/2011 às 14h15min**, ocasião em que será realizada a audiência de conciliação (art. 277 e ss., do CPC), **DEVENDO COMPARECER ACOMPANHADO DE ADVOGADO** e oferecer a defesa que tiver, produzindo provas, sob as penas do artigo 285 do CPC "...não sendo contestada a presente ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial pelo autor". **Fica expressamente advertido de que se não comparecer na audiência acompanhado de advogado, ou não oferecer defesa, serão tidos como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, salvo se contrário resultar de prova dos autos (CPC, art. 277, § 2º).** E para que ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 20 de setembro de 2011. Eu,_____(Luciano Lautert) Aux. Juramentado, subscrevi.
JOÃO MARCOS ANACLETO ROSA
JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

# VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

## Edital de Intimação

| | | | |
|---|---|---|---|
| | PODER JUDICIÁRIO<br>COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - PR<br>VARA DE EXECUÇÕES PENAIS | | EDITAL |
| Av. Pedro Basso, nº 1.001, 2º andar, Jd. Pólo Centro - CEP 85.863-756 - Tel. Nº (45) 30261588 | | | |
| EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: 20 DIAS | | | |
| CAD nº | 149909 | Autos de Indulto nº | 234/2008 |
| Nome e Qualificação da(o) ré(u): | ISAIAS MORORO DA SILVA, RG nº 9607144-2 SSP/PR, nascida(o) aos 12/01/1984, filha(o) de Gerson Mororo da Silva e Maria Aparecida Mororo da Silva, residente na Rua Belford Duarte, 42, Vila Borges, Foz do Iguaçu/PR | | |
| Data da decisão da VEP/Foz: | | 19/08/2011. | |
| Decisão: | Deferido o pedido de indulto e extinta a punibilidade com relação ao Processo nº 2006.1381-5 da 2a Vara Criminal de Foz do Iguaçu/PR. | | |
| Finalidade: | Intimação da(o) ré(u) da sentença da extinção da pena privativa de liberdade imposta, acima referida. | | |

JULIANA ARANTES ZANIN, MMa. Juíza de Direito Substituta da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc.
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo acima mencionado, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da(o) ré(u): nominada(o) e qualificada(o) inicialmente, pelo presente intima-a(o), conforme acima mencionado.
E, para que chegue ao conhecimento da(o) mesma(o) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo de vinte (20) dias, a contar da afixação no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu/PR, aos 28/09/2011. Eu, _____ (Viviana Marca) - Técnica Judiciária, o subscrevo.
JULIANA ARANTES ZANIN
Juíza de Direito Substituta

# FRANCISCO BELTRÃO

## VARA CRIMINAL

## Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU SADI MASCHIO, COM O PRAZO TRINTA (30) DIAS.
F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal e anexos, move os termos do Inquérito Policial nº 2009.2001-9, em que é indiciado SADI MASCHIO, portador do Rg. nº 3.079.283/Pr, filho de Domingos Maschio Neto e de Armelinda Colgnese, natural de Francisco Beltrão-Pr, nascido aos 10/10/1960, como incurso nas penas do artigo 129, § 9º, do Código Penal, c/c a Lei 11.340/06. E, como consta dos autos que o(a) indiciado(a) se encontra em lugar incerto, pelo presente fica INTIMADO para que, no prazo de trinta (30) dias, compareça perante este Juízo a fim de proceder ao levantamento da importância depositada a titulo de fiança nos autos acima mencionados, sob pena de ser o valor recolhido ao Funrejus. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar publico de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Francisco Beltrão - Paraná aos 29 de setembro de 2011. Eu _____ (José I. M. de Araújo), Técnico Judiciário Juramentado, o subscrevi. Sandra Dal'Molin - Juíza de Direito

# GRANDES RIOS

## JUÍZO ÚNICO

## Edital Geral - Criminal

**JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE GRANDES RIOS =PARANÁ**
**ÚNICA VARA CRIMINAL**
**= EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS =**
O Doutor ***Rodrigo do Amaral Barboza,*** Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Grandes Rios, Estado do Paraná, na forma da lei etc...
**FAZ SABER** a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, tramitam os autos de Processo Crime nº 2007.62-6 e NU: 0000061-32.2007.8.16.0085 em que é réu **CLAUDINEI PAZ DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, lavrador, RG. n° 37.491.364-X/SP, nascido aos 20/03/1982, natural de Grandes Rios/PR, filho de Norberto Paz dos Santos e Neuza Cordeiro dos Santos, atualmente em lugar incerto e não sabido, fica pelo presente ***INTIMADO*** da sentença de fls. 122, dos autos acima mencionados que julgou **EXTINTA A PUNIBILIDADE** do réu, tendo em vista a prescrição da pretensão executória do Estado, com fundamento nos artigos 107, inciso IV e 109 inciso VI do CP. E para que no futuro não alegue ignorância mandou expedir o presente edital que vai afixado no local de costume. Dado e passado nesta Cidade de Grandes Rios, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze. Eu,_____(Celso R. O. Martins) Escrivão digitei e subscrevi.
**= *Rodrigo do Amaral Barboza* =**
Juiz de Direito

# GUARAPUAVA

## 1ª VARA CÍVEL

## Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARAPUAVA
ESTADO DO PARANÁ
Bel. JOÃO CARLOS PRESTES TAQUES
Escrivão
Rua Capitão Virmond n.º 1913 - Centro - Cep: 85010-120 -42 623-2894
EDITAL DE CITAÇÃO de:

ADRIANA REGINA ALVES BATISTA, CPF/MF 804.131.969-68, Prazo 20 dias
Autos nº 0003930-63.2010.8.16.0031 (261/2010) **de** AÇÃO MONITÓRIA
Requerente: CCRIE CASA DE CRÉDITO E INC. AO EMPREENDEDOR
Adv. Dr. João Roberto Chociai
Requerido: ADRIANA REGINA ALVES BATISTA E OUTRO
O Dr. BERNARDO FAZOLO FERREIRA, MM. Juiz de Direito Substituto em exercício na 1ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná...
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele, conhecimento tiverem, que por meio deste ficam devidamente citada ADRIANA REGINA ALVES BATISTA, CPF/MF 804.131.969-68, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, querendo, efetue o pagamento da quantia reclamada R$ 11.672,78 (onze mil, seiscentos e setenta e dois reais, setenta e oito centavos) ou no prazo de 15 (quinze) dias, ou no mesmo prazo ofereçam embargos com as respectiva matéria de defesa, sob pena de constituição de título judicial.
E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente Edital, que será publicado na imprensa conforme a Lei e afixado no átrio do Fórum local.
Dado e passado, nesta cidade de Guarapuava, aos vinte e nove (29) dias do mês de setembro (09) ano de dois mil e onze (2.011). Eu,_____(Bel. JOÃO CARLOS PRESTES TAQUES), Escrivão que digitei e subscrevo.
**Bel. JOÃO CARLOS PRESTES TAQUES**
**Escrivão**
**Que assino autorizado pela portaria 01/08 de 07/01/08**

---

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARAPUAVA
ESTADO DO PARANÁ
Bel. JOÃO CARLOS PRESTES TAQUES
Escrivão
Rua Capitão Virmond n.º 1913 - Centro - Cep: 85010-120 -42 623-2894
EDITAL DE CITAÇÃO de:
TERCEIROS INTERESSADOS E DESCONHECIDOS
Prazo 20 dias
Autos nº 0021445-14.2010.8.16.0031 (1102/2010) **de** USUCAPIÃO
Requerente: ALCIOLY THEREZINHA GRUBER DE ABREU E OUTROS
(Adv. Sinval Zoschke)
O Dr. BERNARDO FAZOLO FERREIRA, Juiz de Direito Substituto em exercício na 1ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná...
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele, conhecimento tiverem, que por meio deste ficam devidamente citados TERCEIROS INTERESSADOS E DESCONHECIDOS atualmente em lugar incerto e não sabido, para que no prazo de 15 (quinze) dias, contestem a presente ação sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 285 do CPC).
E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente Edital, que será publicado na imprensa conforme a Lei e afixado no átrio do Fórum local.
Dado e passado, nesta cidade de Guarapuava, aos vinte e nove (29) dias do mês de Setembro (09) ano de dois mil e onze (2.011). Eu,_____(Bel. JOÃO CARLOS PRESTES TAQUES), Escrivão que digitei e subscrevo.
**Bel. JOÃO CARLOS PRESTES TAQUES**
**Escrivão**
**Que assino autorizado pela portaria 01/08 de 07/01/08**

---

# 2ª VARA CRIMINAL

## Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMACAO DE SENTENCA
**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de noventa(90) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) DÉLCIO ALVES DA ROCHA, RG. 9073163-7/PR, filho de Joarez Pedroso da Rocha Izaldinha Alves da Rocha, nascido aos 29.11.1975, natural de Guarapuava/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de processo criminal 2003.86-6, foi condenado por sentença de 937/02, incurso nas sanções do art. 214, c/c 224, alínea "a", e 226, II, todos do Código Penal, à pena de 09(nove) anos e 04(quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão. O réu deverá cumprir a pena lhe aplicada, incialmente, sob o regime fechado.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e comarca de Guarapuava, Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____Sidnei Sebastião da Silva, Auxiliar Administrativo, que digitei e subscrevi.
Nestário da Silva Queiroz
Juiz de Direito

---

EDITAL DE INTIMACAO DE SENTENCA.
**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANA, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) JAIR DA LUZ SOARES, filho de Emídio Soares Neves e Emília Rodrigues, nascido aos 08.09.1957, natural de Guarapuava/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de processo criminal 2003.897-2 (IP 111/03), incurso nas sanções do artigo 213 c/c art. 224 do Código Penal, foi absolvido por sentença de 18.04.2008, com fulcro no art. 386, II, do Código de Processo Penal..** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e comarca de Guarapuava, Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ Sidnei Sebastião da Silva, Auxiliar Administrativo, que digitei e subscrevi.
NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ
Juiz de Direito

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENCA - PRAZO 60 DIAS
**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANA, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) JOHNATAN BAHLS CAMPOS, vulgo "Jack", filho de Orialdo Souza Campos e Ivete Bahls Campos, nascido aos 16.02.1984, natural de Guarapuava/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de Processo criminal n.º 2003.41-6, incurso nas sanções do Art. 155, "caput", c/c art. 14, ambos do Código Penal foi, por sentença de 09.06.2011, julgada extinta a punibilidade do aludido réu, relativamente à prática do crime descrito na denúncia.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____ Sidnei Sebastião da Silva, Técnico de Secretaria, que digitei e subscrevi.
NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENCA - PRAZO 60 DIAS
**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANA, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) JOSNEI FRANCO, filho de Valdir Sebastião Franco e Maria Julia Franco, nascido aos 01.07.1985, natural de Guarapuava/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de Processo criminal n.º 2006.1303-3, incurso nas sanções do Art. 14, Lei 10826/03 foi, por sentença de 16.10.2010, julgada extinta a punibilidade do aludido réu, relativamente à prática do crime descrito na denúncia.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____ Sidnei Sebastião da Silva, Técnico de Secretaria, que digitei e subscrevi.
NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENCA

**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de noventa(90) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) ADEMIR FRANCISCO DE SOUZA, vulgo "Galeto", RG. 2448434/PR, filho de Santulino Francisco de Souza e Tereza Francisco de Souza, nascido aos 23.05.1982, natural de Cantagalo/PR, e LUIZ HENRIQUE FERREIRA SENGER, vulgo "Girino", RG 9797910-3, filho de Valdir dos Santos Senger e Isabel do Rocio F. Senger, nascido aos 27.10.1984, natural de Guarapuava/PR, ambos atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de processo criminal 2003.1144-2, foram condenados por sentença de 20.04.2009, incurso nas sanções do art. 155, § 4º, IV, do Código Penal c/c art. 1º da Lei 2252/54, à pena de 02(dois) anos e 03 (três) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa, em regime aberto (para o réu Ademir Francisco de Souza) e 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa (para o réu Luiz Henrique Ferreira Seger) inicialmente em regime semi-aberto, e pagamento de dias-multa sob o valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, sem direito de apelar em liberdade.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.

Dado e passado nesta cidade e comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____Sidnei Sebastião da Silva, Auxiliar Administrativo, que digitei e subscrevi.

Nestário da Silva Queiroz
Juiz de Direito

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENCA - PRAZO 60 DIAS

**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANA, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) SIRINALDO FERNANDES, vulgo "Naldo", filho de Ari Fernandes e Maria da Luz Fernandes, nascido aos 01.08.1976, natural de Campina do Simão/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de Processo criminal n.º 1998.218-6, incurso nas sanções do Art. 155, "caput", c/c 14, inciso II, ambos do Código Penal foi, por sentença de 04.12.2008, julgada extinta a punibilidade do aludido réu, relativamente à prática do crime descrito na denúncia.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____ Sidnei Sebastião da Silva, Auxiliar Administrativo, que digitei e subscrevi.

NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENCA - PRAZO 60 DIAS

**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANA, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) SIRINALDO FERNANDES, vulgo "Naldo", filho de Ari Fernandes e Maria da Luz Fernandes, nascido aos 01.08.1976, natural de Campina do Simão/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de Processo criminal n.º 1998.218-6, incurso nas sanções do Art. 155, "caput", c/c 14, inciso II, ambos do Código Penal foi, por sentença de 04.12.2008, julgada extinta a punibilidade do aludido réu, relativamente à prática do crime descrito na denúncia.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____ Sidnei Sebastião da Silva, Auxiliar Administrativo, que digitei e subscrevi.

NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO

---

**EDITAL DE INTIMACAO**

**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de trinta (30) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a(s) ré(s) EDSOM MOREIRA BATISTA, brasileiro, pintor, autônomo, RG-8.710.444/SSPR, filho de Leonardo Moreira Batista e Maria Enides Moreira, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos de Inquérito Policial n.º 2008.471-2, incurso nas sanções Art. 306 - Código de Trânsito Lei 9503/97, INTIMA-O para que compareça perante esta serventia no prazo de 30 (trinta) dias para que retire o valor de fiança levantado nos autos de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), com acréscimos.** OBS: Caso não compareça no prazo assinalado o valor será direcionado à uma Instituição de Caridade.

E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 28 de setembro de 2011.

Eu, _____ Michele Palhuk, Escrivã, que digitei e subscrevi.

**NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ**
JUIZ DE DIREITO

---

EDITAL DE INTIMACAO

**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de trinta (30) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) CLAUDEMIR VON BORSTEL, brasileiro, RG não consta nos autos, filho de Olimpio Von Borstel e Asta Edla Roos, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos de Inquérito Policial n.º 2005.1239-6, incurso nas sanções do art. 168, "caput" e 311, ambos do Código Penal, INTIMA-O para que promova o pagamento das custas processuais, valor este de 1.112,00 (mil cento e doze reais), no prazo de 10 (dez) dias.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011.

Eu, _____ Sidnei Sebastião da Silva, Técnico de Secretaria, que digitei e subscrevi.

NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO

---

EDITAL DE INTIMACAO DE SENTENCA.

**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANA, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) ANTONIO BRAULINO DA SILVA, filho de Antonio da Silva e Maria Rosa da Silva, nascido aos 26.11.1974, natural de Guarapuava/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de processo criminal 2005.780-5 (IP 811/04), incurso nas sanções do artigo 180 "caput", do Código Penal, foi absolvido por sentença de 01.012.2008, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal..** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.

Dado e passado nesta cidade e comarca de Guarapuava, Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____ Sidnei Sebastião da Silva, Auxiliar Administrativo, que digitei e subscrevi.

NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ
Juiz de Direito

---

**EDITAL DE INTIMACAO**

**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de trinta (30) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a(s) ré(s) ALCEU MAIRES DA LUZ, brasileiro, motorista, RG-8.044.840 SSP/PR, filho de José Maires da Luz e Maria Rosa da Luz, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos de Inquérito Policial n.º 2010.448-1, incurso nas sanções Art. 306 - Código de Trânsito Lei 9503/97 INTIMA-O para que compareça perante esta serventia no prazo de 30 (trinta) dias para que retire o valor de fiança levantado nos autos de R$ 310,00 (trezentos e dez reais), com acréscimos.** OBS: Caso não compareça no prazo assinalado o valor será direcionado à uma Instituição de Caridade.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011.
Eu, _____Michele Palhuk, Escrivã, que digitei e subscrevi.
**NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ**
JUIZ DE DIREITO

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENCA - PRAZO 60 DIAS
**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANA, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) ERNANI JOSÉ ROCHA DA SILVA, vulgo "Periquito", filho de Vergílio Reichemback da Silva e Olga Rocha da Silva, nascido aos 08.12.1972, natural de Clevelândia/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de Processo criminal n.º 2000.177-8, incurso nas sanções do Art. 155, § 4º, I, do Código Penal foi, por sentença de 18.11.2008, julgada extinta a punibilidade do aludido réu, relativamente à prática do crime descrito na denúncia.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____ Sidnei Sebastião da Silva, Auxiliar Administrativo, que digitei e subscrevi.
NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO

---

**EDITAL DE INTIMACAO**

**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de trinta (30) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a(s) ré(s) ANDERSON VOIDELO DOS SANTOS, brasileiro, RG-9.483.149 SSP/PR, filho de Ary dos Santos e Antonina dos Santos, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos de Inquérito Policial n.º 2010.2537-3, incurso nas sanções Art. 306 - Código de Trânsito Lei 9503/97, INTIMA-O para que compareça perante esta serventia no prazo de 30 (trinta) dias para que retire o valor de fiança levantado nos autos de R$ 100,00 (cem reais), com acréscimos.** OBS: Caso não compareça no prazo assinalado o valor será direcionado à uma Instituição de Caridade.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 28 de setembro de 2011.
Eu, _____ Michele Palhuk, Escrivã, que digitei e subscrevi.
**NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ**
JUIZ DE DIREITO

---

**EDITAL DE INTIMACAO**

**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de trinta (30) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a(s) ré(s) FÁBIO DE PAULA, brasileiro, RG-8.373.275 SSP/PR, filho de Valdemir de Paula e Zélia Aparecida de Paula, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos de Inquérito Policial n.º 2008.200-0, incurso nas sanções Art. 129 - Lesão Corporal, INTIMA-O para que compareça perante esta serventia no prazo de 30 (trinta) dias para que retire o valor de fiança levantado nos autos de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com acréscimos.** OBS: Caso não compareça no prazo assinalado o valor será direcionado à uma Instituição de Caridade.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 28 de setembro de 2011.
Eu, _____ Michele Palhuk, Escrivã, que digitei e subscrevi.
**NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ**
JUIZ DE DIREITO

---

**EDITAL DE INTIMACAO**

**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de trinta (30) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a(s) ré(s) LUIZ CARLOS BRASIL DA ROSA, brasileiro, RG-1.626.553/PR, filho de Joaquim Lourenço da Rosa Filho e Maria de Lourdes Brasil, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos de Inquérito Policial n.º 2007.2375-7, incurso nas sanções Art. 306 - Código de Trânsito Lei 9503/97 INTIMA-O para que compareça perante esta serventia no prazo de 30 (trinta) dias para que retire o valor de fiança levantado nos autos de R$ 100,00 (cem reais), com acréscimos.** OBS: Caso não compareça no prazo assinalado o valor será direcionado à uma Instituição de Caridade.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011.
Eu, _____Michele Palhuk, Escrivã, que digitei e subscrevi.
**NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ**
JUIZ DE DIREITO

---

EDITAL DE INTIMACAO

**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de trinta (30) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) JUAREZ AMARO, brasileiro, RG 3.735.925/PR, filho de João Amaro e Alair do Belém Amaro, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos de Inquérito Policial n.º 2008.2417-9, incurso nas sanções da Lei 11340/2006, INTIMA-O para que promova o pagamento das custas processuais, valor este de 2.886,00 (dois mil oitocentos e oitenta e seis reais), no prazo de 10 (dez) dias.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011.
Eu, _____ Sidnei Sebastião da Silva, Técnico de Secretaria, que digitei e subscrevi.
NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENCA
**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de noventa(90) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) JONATAN BAHLS CAMPOS, RG. 2.467.790-SSP/PR, filho de Orivaldo Souza Campos e Ivete Bahls Campos, nascido aos 02.08.1984, natural de Guarapuava/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de processo criminal 2005.2001-1, foi condenado por sentença de 22.10.2009, incurso nas sanções do art. 155, § 4º, incisos I e IV do Código Penal, à pena de 02(dois) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 17 (dezessete)**

**dias-multa, em regime semi-aberto, e pagamento de dias-multa sob o valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, sem direito de apelar em liberdade.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____Sidnei Sebastião da Silva, Auxiliar Administrativo, que digitei e subscrevi.
Nestário da Silva Queiroz
Juiz de Direito

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENCA - PRAZO 60 DIAS
**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANA, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) ROZENILDA MARTINS DOS SANTOS, filha de Manoel Martins dos Santos e Elvira Martins dos Santos, nascido aos 19.02.1980, natural de Santa Maria do Oeste/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de Processo criminal n.º 2001.781-6, incurso nas sanções do Art. 10, "caput", da Lei 9437/97 foi, por sentença de 22.06.2004, julgada extinta a punibilidade do aludido réu, relativamente à prática do crime descrito na denúncia.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____ Sidnei Sebastião da Silva, Auxiliar Administrativo, que digitei e subscrevi.
NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENCA - PRAZO 60 DIAS
**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANA, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) ODAIR JOSÉ DOS SANTOS, filho de Atanílio Ferreira dos Santos e Elisia Domingues Ferreira, nascido aos 23.09.1982, natural de Candói/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de Processo criminal n.º 2001.868-6, incurso nas sanções do Art. 121, § 3º, I, do Código Penal foi, por sentença de 01.12.2003, julgada extinta a punibilidade do aludido réu, relativamente à prática do crime descrito na denúncia.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____ Sidnei Sebastião da Silva, Auxiliar Administrativo, que digitei e subscrevi.
NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENCA - PRAZO 60 DIAS
**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANA, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) EDSON ARANTES TOMKIW, filho de Zenobio Tomkiw e Terezinha Veiga Tomkiw, nascido aos 29.07.1970, natural de Guarapuava/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de Processo criminal n.º 2000.262-6, incurso nas sanções do Art. 306 da Lei 9503/97 foi, por sentença de 21.02.2006, julgada extinta a punibilidade do aludido réu, relativamente à prática do crime descrito na denúncia.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____ Sidnei Sebastião da Silva, Auxiliar Administrativo, que digitei e subscrevi.
NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENCA
**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 2ª VARA CRIMINAL, COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de noventa(90) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da sentença, o(s) réu(s) LEANDRO MARIANO, RG. não consta nos autos, filho de Guilhermino Mariano e Doralice de Oliveira, nascido aos 12.01.1951, natural de Barigui/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica(m) o(s) mesmo(s) intimado(s), que nos autos de processo criminal 2002.385-5, foi condenado por sentença de 10.11.2008, incurso nas sanções do art. 168, §1º, inciso III do Código Penal, à pena de 01(um) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa, em regime aberto, e pagamento de dias-multa sob o valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, sem direito de apelar em liberdade.** E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado da sentença, da qual poderá interpor recurso, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____Sidnei Sebastião da Silva, Auxiliar Administrativo, que digitei e subscrevi.
Nestário da Silva Queiroz
Juiz de Direito

---

**EDITAL DE INTIMACAO**

**O DOUTOR NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAPUAVA, PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de trinta (30) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a(s) ré(s) JOSÉ EYNG, brasileiro, RG-808.254 SSP/PR, filho de Aloisio Eyng e Adelina Niedermaier, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos de Inquérito Policial n.º 2010.555-0, incurso nas sanções Art. 129 - Lesão Corporal, INTIMA-O para que compareça perante esta serventia no prazo de 30 (trinta) dias para que retire o valor de fiança levantado nos autos de R$ 310,00 (trezentos e dez reais), com acréscimos.** OBS: Caso não compareça no prazo assinalado o valor será direcionado à uma Instituição de Caridade.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, a contar do término do prazo em questão, para que futuramente não se alegue ignorância.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Paraná, aos 29 de setembro de 2011.
Eu, _____Michele Palhuk, Escrivã, que digitei e subscrevi.
**NESTÁRIO DA SILVA QUEIROZ**
JUIZ DE DIREITO

---

# IBIPORÃ

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

## Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE IBIPORÃ - PR.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE VINTE DIAS
O(A) Dr(a). ELSIO CROZERA, Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Ibiporã-PR.,

F A Z S A B E R a quem possa interessar, que expediu-se este edital para citação, na forma seguinte: INTIMANDO(A)(S): BOLTERI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME, CNPJ.nº 72.515.945/0001-25 e DR. WILIAN ZENDRINI BUZINGNANI, OAB-PR.nº 28.856; AUTOS Nº 854/2009 de EMBARGOS A EXECUCAO, no valor de R$.48.630,09 (Quarenta e Oito Mil, Seiscentos e Trinta Reais e Nove Centavos), que BOLTERI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME move a BANCO DO BRASIL S/A; OBJETIVO: Fica o(a)(s) embargada ciente de que deverá cumprir o despacho de fls. 123, adiante descrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas após o prazo do edital, sob pena de extinção nos termos do art. 267, incsso III do CPC. DESPACHO: 1 - Segundo entendimento do egrégio superior Tribunal de Justiça, será concedido o benefício da gratuidade processual às pessoas jurídicas com fins lucrativos, em caso excepcionalíssimos, desde que as mesmas comprovem por meio de documentos a carência de recursos financeiros, capaz de lhe impossibilitar o recolhimento das custas. Assim, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita à parte autora, uma vez que reste incomprovada a alegada impossibilidade de pagamento das custas processuais. 2 - Quanto a alegada conexão (fls. 03), junte a autora documento que elucide a existência das referidas ações em Juízo diverso. 3 - Intime-se-a. Ib, 17/08/2009. a.Elsio Crozera. Juiz de Direito.Passado no Cartório Cível, Comércio e Anexos da Comarca de Ibiporã-PR., com endereço à Av. dos Estudantes nº 351, ao(s) 26/09/2011. a. Érys Urquiza Monteiro, E.Juramentado Cível, o digitei.
ELSIO CROZERA
Juiz de Direito

## Edital Geral

JUÍZO DE DIREITO DA V.CÍVEL DA COMARCA DE IBIPORÃ - PR.
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE VINTE DIAS
O(A) Dr(a). ELSIO CROZERA, Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Ibiporã-PR.,
F A Z S A B E R a quem possa interessar, que expediu-se este edital para dar conhecimento a terceiros, extraído dos autos adiante nominados: AUTOS Nº 3341-88.2010.8.16.0090 de PEDIDO DE INTERDIÇÃO onde é Requerente ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS, brasileiro, viúvo, RG.nº 7.011.896-3 e CPF.nº 364.188.709-72, residente nesta cidade à Rua Jataizinho, s/nº, Jd. San Rafael, e Requerido(a) LEONICE RODRIGUES DOS SANTOS, brasileira, nascida aos 10/09/1960, RG.nº 5.613.676-2-PR e CPF.nº 803.413.659-04, residente nesta cidade juntamente com seu pai e curador; OBJETIVO: Dar conhecimento a terceiros, para que no futuro não aleguem ignorância, das alegações do(a) Requerente, de que o(a) Requerido(a) LEONICE RODRIGUES DOS SANTOS, brasileira, nascida aos 10/09/1960, RG.nº 5.613.676-2-PR e CPF.nº 803.413.659-04, residente nesta cidade juntamente com seu pai e curador, é portador(a) de deficiência mental, por isso sendo incapaz de reger sua pessoa e administrar os bens que venha a possuir, confirmada pela perícia médica acostada aos autos, que declarou ser o(a) Interditando(a) incapaz de reger sua pessoa e eventuais bens, cujo pedido foi deferido pelo MM. Juiz, que determinou ao cumprimento do art. 1.184 do CPC, tendo nomeado Curador(a) o(a) Requerente supra nominado(a). LIMITES DA CURATELA: Não consta dos autos. Dispensada na sentença, a especialização de hipoteca legal. Passado no Cartório Cível, Comércio e Anexos da Comarca de Ibiporã-PR., com endereço à Av. dos Estudantes nº 351, ao(s) 14 de setembro de 2011. a. Érys Urquiza Monteiro, E.Juramentado Cível, o digitei.
ELSIO CROZERA
Juiz de Direito

## IRETAMA

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

## Edital Geral - Criminal

**PODER JUDICIÁRIO**
**COMARCA DE IRETAMA - ESTADO DO PARANÁ**
**SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL**
EDITAL Nº 1/2011 DE INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DAS PARTES E ADVOGADOS ADIANTE RELACIONADOS.
**FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos sob nº 05/2010, de PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ELIMINAÇÃO DE AUTOS, que pelo presente, ficam devidamente **INTIMADOS E NOTIFICADOS** as partes e seus advogados adiante relacionados, de que os processos cujo número dos autos consta indicado no presente edital e os documentos neles inseridos **serão destruídos** se nada requererem ou reclamarem no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da última publicação do presente no Diário da Justiça Eletrônico (site: www.tjpr.jus.br), nos termos da Resolução nº 02/2005-CSJEs, publicada no Diário da Justiça nº 6861, de 4 de maio de 2005:
**ANO: 1998**

| Ação nº | Autor do fato/ Requerido | Advogado do Autor do fato/ Requerido | Vítima/ Requerente | Advogado da Vítima/ Requerente |
|---|---|---|---|---|
| 03/98 | JURANDIR HEY | LIDIA SÁ DA SILVA | JUSTIÇA PUBLICA | |
| 04/98 | ISAC DOS SANTOS | LIDIA SÁ DA SILVA | ONESIMO DE MATOS | |
| 05/98 | VILANO DOS SANTOS | LIDIA SÁ DA SILVA | LUIS DIAS DE CARVALHO | |
| 06/98 | JOÃO PATARAIKO | LIDIA SÁ DA SILVA | EDISON JOSE PIETROSKI | |
| 07/98 | TEREZA MENDES DOS SANTOS | | LEONIL MARTINS MENDES | |
| 08/98 | FABIANO LACERDA DE BRITO | | WENDEL LUIS DOS SANTOS | |
| 09/98 | LOURIVAL PENGA | FRANCISCO GONÇALVES ANDREOLI | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 011/98 | MAURA MARIA HONORIO | | VANDERLEI NUNES PEREIRA | |
| 012/98 | ANDERSON BATISTA DE LIMA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 013/98 | SEBASTIÃO PAGANARDI | | JAROSLAU GAIOSKI | |
| 014/98 | MARIA ADENILDE GOMES DE OLIVEIRA | | AURIA APARECIDA MENDES | |
| 015/98 | CARLOS FIUSA DOS SANTOS | | MARIA ONICE DA LUZ | |
| 016/98 | MIGUEL ANTONIO DO NASCIMENTO | | CLORINDA CANDIDO DO PRADO | |
| 017/98 | MARIA SANTINA RIBEIRO DA LUZ SILVA | | ANTONIO CARLOS PENGA | |
| 018/98 | FLAUDEMIR DE MOURA | | SONIA REGINA DE MORAES | |
| 019/98 | LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA | | JOSE AMARO DE LIMA | |
| 020/98 | JOÃO SOARES DA SILVA | | LUIZ SOARES DE SOUZA | |
| 021/98 | JOSE ALVES TEIXEIRA | | LEONILDA BICHELSKI | |
| 023/98 | ARCILIA VOGIVODA | | SUELI PEREIRA DE SOUZA | |
| 024/98 | JOSIAS DA SILVA | | DINA RIBEIRO PINTO | |
| 025/98 | GILBERTO TURAZZA | | OLIVIO DOS SANTOS GUIA | |
| 026/98 | MOACIR PIVOVAR | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 028/98 | APARECIDO DIAS DOS SANTOS | | BOLIVALDO BORGES DE SOUZA | |
| 029/98 | ISVALDO DA ROSA | | MARIA ALEXANDRA KLEIN | |
| 030/98 | LUIS DA LUZ LEAL | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 031/98 | CARMELINA DOS SANTOS | | PAULINO LUCIANO | |
| 032/98 | ADÃO DA LUZ | | LAIZA ELIM MACHADO | |
| 033/98 | TEREZINHA APARECIDA FERREIRA ELSON FERREIRA | | JOSÉ CICERO RIBEIRO | |
| 034/98 | APARECIDO UMBERTO RODRIGUES | | VALTER DE DEUS | |
| 035/98 | ELIEZER DE OLIVEIRA | | TERESA SIEBRE CORDEIRO | |
| 036/98 | ALVELINO GALDINO DE OLIVEIRA | | IRANI DIAS | |
| 037/98 | VALDEJAIME AMANTINO DE ARAUJO | | CREUSA DE ALMEIDA | |
| 038/98 | LUIZ CARLOS TOSCANO | | NELSON ANDRE FERREIRA | |
| 039/98 | MOACIR FRANCISCO RAMOS | | APARECIDA ALVES RAMOS | |
| 040/98 | RONALDO ALVES DA SILVA | | JOÃO ZEFERINO DE ALMEIDA | |
| 042/98 | NELSON CASSEMIRO | | CLAUDIO DE FREITAS MARCELINO | |

**ANO: 1999**

| Ação nº | Autor do fato/ Requerido | Advogado do Autor do fato/ Requerido | Vítima/ Requerente | Advogado da Vítima/ Requerente |
|---|---|---|---|---|
| 061/99 | ADEMIR GERALDO DE MATOS | FRANCISCO GONÇALVES ANDREOLI | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 068/99 | JOAO MACHADO | FRANCISCO GONÇALVES ANDREOLI | JOSÉ CARDOSO DE LIMA | |
| 030/99 | VALTER DE DEUS | FRANCISCO GONÇALVES ANDREOLI | APARECIDO HUMBERTO RODRIGUES | |
| 072/99 | MANOEL SANTANA | | OSMAR FELIZX | |
| 073/99 | JOSÉ RODRIGUES | | MARIA M. MENDES | |
| 011/99 | CLAUDIO BARBOSA DESOUZA PEDRO BOTTEGA | GESUALDO GALESKI | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 012/99 | JOSE DE SOUZA RIBEIRO FILHO | | DIRCEU PEDROSO | |
| 014/99 | CRISTIANO NOTHNAGIL | | EVA LEANDRO GONÇALVES | |
| 015/99 | PEDRO RI DA LUZ | | APARICIO PETERS DE LIMA | |
| 016/99 | ANDERSON LUIZ DE SOUZA | | MARIA APARECIDA FRANCISCA DA COCEIÇÃO BRAGA | |
| 002/99 | ONESIMO DE MATTOS | | CASTORINA NOGUEIRA | |
| 006/99 | JOÃO BATISTA DE MELO SOBRINHO JAIRO DE MELLO | | JOSE BRAZ PESSOA | |
| 007/99 | ANTONIO QUARESMA DA SILVA | | SERAFIM TEIXEIRA | |
| 008/99 | CINEIA ROZANGELA PEREIRA | | VERONICA BOCHNIE RIBEIRO | |
| 004/99 | JOSE TAVARES DE LIMA | | JOÃO ADALBERTO LINO | |
| 013/99 | DANIEL COELHO DE FREITAS | | EZILDA ALVES DOS SANTOS FREITAS | |
| 017/99 | PEDRO COTELIG FILHO | | NEUSA GONÇALVES | |
| 001/99 | ARLINDO CARVALHO DE LARA | | ANDREIA PEREIRA DA SILVA | |
| 018/99 | MARCIO GELINSKI | | ISOLINA SOARES | |
| 019/99 | IRAN DE PAULA OLIVEIRA | | TALITA NELI ELICKER | |
| 020/99 | JOSE CARLOS DA SILVA | | ESTE JUIZO | |
| 021/99 | REINALDO JOSE DA SILVA | | MIGUEL GRONKOSKI | |
| 022/99 | ANTONIO MARTINS | | WANDERLEI GILSON FERREIRA | |
| 024/99 | PAULO SERGIO VIEIRA E SUA ESPOSA | | IZABEL APARECIDA CARVALHO DOS SANTOS E SILMARA CARVALHO DOS SANTOS | |
| 025/99 | NOEL DIAS | | A COLETIVIDADE | |
| 026/99 | MANOEL SANTANA | | ZENILDA DA SILVA | |
| 036/99 | LUIZ IAVORSKI | | A COLETIVIDADE | |
| 039/99 | EDSON VIDAL | | A COLETIVIDADE | |
| 044/99 | AMADEU DOS SANTOS | | ADRIANA APARECIDA DE SOUZA | |
| 049/99 | JOSE OLIVEIRA DOS SANTOS SIDNEI OLIVEIRA DOS SANTOS | CARLOS AUGUSTO GARCIA | ANGELO CELSO REBUSSI | |
| 055/99 | JOSE LEAL SOBRINHO | | ODILON ANDREOLI GONÇALVES | |
| 053/99 | RENATO VALERIO DOS SANTOS | | ADELINO MESSIAS DA ROSA | |
| 062/99 | IRENE APARECIDA DELGADO RIBEIRO | | JONAS TELES DOS SANTOS FILHO | |
| 031/99 | LUIZ GERCINO CARDOSO, HIGUO DA SILVA | | RONATO ALEXANDRE SCHIMIDT | |
| | ALEXANDRE JOSE DA SILVA NETO | | MARCIO JOSE MARTINS AZEVEDO | |
| 005/99 | ONESIMO DE MATTOS | | CASTURINA NOGUEIRA | |
| 010/99 | RONALDO ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS | CARLOS AUGUSTO GARCIA | A JUSTIA PUBLICA | |
| 023/99 | RONATO ALEXANDRE SCHIMIDT MARCIO JOSE MARTINS DE AZEVEDI MARCELO CRESPI JONAS COSTA DE ALMEIDA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | | |
| 028/99 | SEBASTIÃO PLENS | | GUILHERME PLENS | |
| 029/99 | PEDRO SIMÃO DOS SANTOS | | JOSE ANTONIO SOARES | |
| 030/99 | IZABEL APARECIDA CARVALHO DOS SANTOS | LIDIA SÁ DA SILVA | PAULOSERGIO VIEIRA | |
| 032/99 | MARIA DE LURDES PAULA | | CANDIDA MARINA DA LUZ | |
| 033/99 | MARIA MOREIRA MENDES | | EDILMA QUADROS RAMOS | |
| 034/99 | JOÃO ELOY DA SILMA DE MELO JAIRO ELOY DE MELO | | JOÃO BATISTA DE MELO SOBRINHO | |
| 035/99 | EZEQUIEL PEREIRA RODRIGUES | | MARCIA APARECIDA DE CARVALHO | |
| 037/99 | GREGORIA VAIS DE OLIVEIRA | | ALEXANDRE MIGUEL VOJIVODA | |
| 040/99 | MILTON CASTILHO CANDIL | | ANTONIO MARDOS DA COSTA | |
| 041/99 | ARILDON CARVALHO | GILBERTO CARNIATI | ABILIO DEMENZUK | |
| 042/99 | LORENÇO NASI | | EDUARDO URBANSKI | |
| 043/99 | SEBASTIÃO RODRIGUES MARTINS | | ELIAS BARBOSA DE OLIVEIRA | |
| 045/99 | SEBASTIÃO DE JESUS | | ROSALVO CAMARGO | |
| 046/99 | ADÃO CALIXTO | CARLOS AUGUSTO GARCIA | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 048/99 | EDIVALDO RIBEIRO CORREIA | | ANGELICA DA SILVA CORREIA | |
| 050/99 | JOSE SETEMBRINO MEDEIROS | | VALDINEI ANDRE | |
| 051/99 | ERICK RODRIGUES RAMOS | | TEREZA LOPES FORTUNATO | |
| 056/99 | HELIO LOURENÇO DA SILVA | | CELSO FERREIRA DA SILVA | |
| 058/99 | CELSO CONRADO | FRANCISCO GONÇALVES ANDREOLI | ROBERTO ASSIS | |
| 060/99 | AMARILDO AGUINELO MAGNO | | MARILZA AGUINELO MGNO | |
| 063/99 | JORGE DE MENDONÇA | | BENEDITO CIENA | |
| 064/99 | WALTER DA SILVA | | ROBSON NAIM ROPELATO E JOSE BARCELOS BUENO | |
| 066/99 | TORIBIO PONTES ROSA | | JORGINA SEBOTE | |
| 069/99 | JOSE FERREIRA DO CARMO | | JOSE LUZIA DA FONSECA | |
| 070/99 | JOÃO MARIA DE LIMA | | O ESTADO | |
| 074/99 | RAFAEL FORTUNATO DE MIRANDA | | SUELY MIRANDA ALVARES | |
| 024/99 | EZEQUIEL PEREIRA RODRIGUES | | MARCIA APARECIDA DE CARVALHO | |
| 076/99 | VANDERLEI SAROPE CLEOCIONEL LABIAK | | ALEXANDRE RIDEKIN IKEGAMI | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 077/99 | JOÃO LEAL | | ODILON ANDREOLI GONÇALVES | |
| 078/99 | DIVAN APARECIDO VIEIRA | | ROSA CASTRO DOS SANTOS | |
| 079/99 | VALDERI FARIAS PEDROZO MARCOS OLIVEIRA DONATO | | O ESTADO | |
| 080/99 | JOSE DECIO DO SACRAMENTO | | MARIA JUDITE FERREIRA | |
| 090/99 | ARLINDO CARVALHO DE LARA | | IVONE GUSE | |
| 091/99 | MARIO SILVEIRA DE SOUZA | | ALINE MARIA MICHELASI | |
| 091/99 | HELIO PEREIRA ALECRIM | | LUCIMARI DE CASTRO | |
| 093/99 | FLAVIO DA COSTA CASTRO | | HELIO PEREIRA ALECRIM | |
| 094/99 | JOSE MOURA DOS SANTOS | | ELISANDRA DE SOUZA | |
| 095/99 | COSMO DAMIÃO CANDIDO | | ANGELINA FLORENÇO DE BORBA | |
| 096/99 | VALDECI ASSIS DA SILVA | | ANTONIO COSTA ROSA | |
| 097/99 | MIGUEL ANTONIO DO NASCIMETO | | CLORINDA CANDIDA DO PRADO | |
| 098/99 | ANDERSON MAURICIO | | ANGELA APARECIDA PIREZ GLUCHAK | |
| 101/99 | ADALBERTO DOBBIS | | ILDA DEUS | |
| 103/99 | ANTONIO PEREZ DOS SANTOS | | ELIANE LONKOSKI | |
| 057/99 A.P | JOSE LEAL SOBRINHO | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 081/99 | LORENÇO NASI | | EDUARDO URBANSKI | |
| 082/99 | PEDRO ALVES DE SOUZA | | JOSE NILION BARBOSA | |
| 083/99 | ANTONIO DE SOUZA BRAGA | | ALEXANDRINA SAVES | |
| 084/99 | ADEMAR DO NASCIMENTO | | MARILISA NEGRÃO | |
| 085/99 A.P | PEDRO AMADO DA SILVA | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 089/99 A.P | VICENTE BERNARDINHO DA SILVA | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 081/99 | LORENÇO NASI | | EDUARDO URBANSKI | |
| 047/99 | WALTER DA SILVA | | ADMINISTRAÇÃO PUBLICA | |
| 059/99 | NELCINDA APARECIDA RAMOS | | A COLETIVIDADE | |
| 088/99 | JOSE WILSON DE OLIVEIRA | | JOSE DIAS DE CARVALHO | |
| 104/99 A.P | CARLOS AUGUSTO GOMES | | A JUSTIÇA PUBLICA | |

**ANO: 2000**

| Ação nº | Autor do fato/ Requerido | Advogado do Autor do fato/ Requerido | Vítima/ Requerente | Advogado da Vítima/ Requerente |
|---|---|---|---|---|
| 008/00 | DANIEL COELHO DE FREITAS | LIDIA SÁ DA SILVA | EZILDA ALVES DOS SANTOS | |
| 017/00 | VALDECIR FERREIRA DE SOUZA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 020/00 | JORGE LUIS PALUDET EVA QUARESMA | | M. C. M | |
| 024/00 | DJALMA ALVES DOS SANTOS VALDEMIR FERREIRA DE OLIVEIRA EDINALDO DOS SANTOS DE OLIVEIRA ROVILSON FABRI REGINALDO GONÇALVES DE JESUS RONALDO GONÇALVES DE JESUS GILBERTO ELIAS RODRIGUES MARCELO DE ARAUJO CAMPOS | CARLOS AUGUSTO GARCIA | LUIZ CARLOS LOPES | |
| | JOSE CARLOS DE LIMA DA SILVA CARLOS RIBEIRO GARCIA | | | |
| 070/00 | ROBERTO MOREIRA DE SOUZA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | ILDA APARECIDA MIRANDA | |
| 087/00 | VALDERI CASTRO FERREIRA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | VALDICEIA CORREIA | |
| 109/00 | JOSE PRIMAK DE OLIVEIRA | | JOÃO PRIMAK DE OLIVEIRA | |
| 110/00 | JOSE PERCINVAL | ROBSON JULIAN BERGUIO MARTIN | ANGELA MARIA RACZYNSKI | |
| 117/00 | ADEMIR MONTEIRO DE FRANÇA ADISSO GONÇALVES DE FRANÇA | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 121/00 | JOAO LEAL JACSON SANTOS PEREIRA | | ANDERSON LEAL ANDRE LEAL | |
| 053/00 | NELSON SEBASTIÃO MENDES RITA DE CASSIA DA SILVA | | ROSIANI SATELLI SEBASTIÃO | SHEILA MARIA DE CARLOS BOTAN |
| 055/00 | JOCELMA PATARAIKO DOS ANJOS | | JANDIRA SILVA GUILHERMINO | |
| 056/00 | JOÃO ANTONIO RODRIGUES | LIDIA SÁ DA SILVA | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 058/00 | VALTER SOARES DE SOUZA | | LUIZ SOARES DE SOUZA | |
| 062/00 | SALVADOR DE PAULA | | NOELI APARECIDA CRESPIM BOROSKI | |
| 067/00 | JOAQUIM MENDES VIEIRA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | ROSA FARIAS FERNANDES | |
| 073/00 | ANTONIO BERNARDINO DA SILVA | LIDIA SÁ DA SILVA | EVA NARCIZO DE OLIVEIRA | |
| 092/00 | EVERALDO PIETROSKI | CARLOS AUGUSTO GARCIA | EDERVAL APARECIDO MACHADO MEIRA | |
| 004/00 | JOÃO PLENS | | GUILHERME PLENS | |
| 006/00 | JOSE CARLOS MIERRO MATIAS | CARLOS AUGUSTO GARCIA | ZILDA VILELA | |
| 009/00 | BENTO FERREIRA DOS SANTOS ROSA MARIA DE JESUS LOURENÇO | CARLOS AUGUSTO GARCIA | MARIA DO CARMO RODRIGUES DOS SANTOS | |
| 001/00 | JOEL MARCHESKI | CARLOS AUGUSTO GARCIA | LEOCIMAR DUARTE COSTA | |
| 002/00 | VALDIVINO MOREIRA | | MARIO SANTANA DE FARIA | |
| 003/00 | DINEI APARECIDA GODOI | CARLOS AUGUSTO GARCIA | VERA LUCIA DIAS FLORES | |
| 007/00 | CARLO0S ALEXANDRE DOS SANTOS | CARLOS AUGUSTO GARCIA | AGENOR FRANCISCO DE SOUZA | |
| 010/00 | EDSON APARECIDO DA SILVA JUDIMAR PERIN JURACI PERIN | | GERALDO RODRIGUES DE PAIVA | |
| 012/00 | VALDEVINO DOS SANTOS | | JOÃO MACHADO | |
| 014/00 | IVANIR IRANI IORA | LIDIA SÁ DA SILVA | O ESTADO | |
| 015/00 | CELSO AGNER | | ERNESTO DIAS LIMA | |
| 016/00 | ANTONIO CASTRO MACHADO | | EDVORGES M. MACHADO | |
| 018/00 | FERNANDO APARECIDO BRAZ PINTO | CARLOS AUGUSTO GARCIA | MARIA APARECIDA DOS SANTOS | |
| 019/00 | LAURO GOMACH | CARLOS AUGUSTO GARCIA | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 021/00 | MARIA DE JESUS GODOY | | ELIANE RODRIGUES XAVIER | |
| 022/00 | JOSE MOURA DOS SANTOS | JESUALDO GALESKI | JOSE ROBERTO CAVALHEIRO | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | LAZAR ODE OLIVEIRA ROCHA | |
| 023/00 | AGENOR PEREIRA DE CASTRO | | DIANE KELI BARBOSA | |
| 025/00 | DANIEL COELHO DE FREITAS | | EDZILDA ALVES DOS SANTOS DAEDSON DOS SANTOS FREITAS | |
| 030/00 | DIRCEU APARECIDO HONORIO VALDECIR ALBINO DA SILVA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 032/00 | APARECIDO DIAS DOS SANTOS | CARLOS AUGUSTO GARCIA | JOSE DIAS DOS SANTOS | |
| 033/00 | SILVANA MEADO | | CECILIA VOJIVODA WALTER | |
| 034/00 | IVO JOSE RIBEIRO DA LUA | | MARIA ANGELINA FLORES DA ROCHA | |
| 035/00 | JURADIR FERREIRA DE ALMEIDA | | MARIA ANGELINA FLORES DA ROCHA | |
| 036/00 | ADELCIO DE OLIVEIR A | | MARIA ANGELINA FLORES DA ROCHA | |
| 038/00 | IRAN DE PAULA OLIVEIRA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | IVANILDA DE FATIMA LOPES | |
| 040/00 | JOSMAR CHOPIAN | | MARIA ANGELINA FLORES DA ROCHA | |
| 041/00 | CEZAR CHOPITIAN | | MARIA ANGELINA FLORES DA ROCHA | |
| 042/00 | JADIR GUIMARAES | | MARIA ANGELINA FLORES DA ROCHA | |
| 043/00 | AIRTON DOS SANTOS | | MARIA ANGELINA FLORES DA ROCHA | |
| 044/00 | BENEDITO AUGUSTINHO DA LUZ IZAIAS DA LUZ | | OTALIA DA SILVA CAMARGO | |
| 045/00 | JOÃO DA SILVA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | WELLINGTON BONFIM DO NASCIMENTO | |
| 046/00 | LEANDRO CHADEK MAIA | | DEVANIR DAMASCENO | |
| 047/00 | IZABEL ANTUNES DA COSTA | | LUCIANA DE MATOS PETENUSSO | |
| 050/00 | SENY JOSE DOS SANTOS | JEZUALDO GALESKI | SANDRA ADRIANA NUNES | |
| 051/00 | JANETE RIBEIRO RANGEL | | TEREZINHA CARDOSO DA LUZ | |
| 052/00 | NELSON SEBASTIÃO MENDES | SHEILA MARIA DE CARLOS BOTAN | ROSIANE SATELLI SEBASTIÃO | |
| 106/00 | VACELY CORDEIRO SANTANA | | APARECIDO ALFEU DA SILVA | |
| 107/00 | DIVAN APARECIDO VIEIRA | | ROSA CASTRO DE SOUZA | |
| 108/00 | MAURILIO LOPES BARROSO | | MARIZE LONGOSK | |
| 111/00 | JOSE BERNARDO DA SILVA GABRIEL BERNARDO DA SILVA | | DONIZETE MONTEIRO DE FRANÇA | |
| 112/00 | JOSE RODINEI ANANIAS | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 113/00 | JOÃO MUKOON | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 114/00 | ABILIO COSMO DE LIMA | | MANOEL MARIANO DOS SANTOS | |
| 115/00 | JOÃO MICHELACI | | BELIZARIO BRAZ DE SOUZA | |
| 118/00 | LAURO NUNES DOS SANTOS PEDRO CRUZ | | OS MESMOS | |
| 119/00 | VALDIR FRANÇA DOS SANTOS | | MARLENE DOS SANTOS | |
| 074/00 | OLIVERIO LUIZ DA SILVEIRA | | LUZIA APARECIDA DA SILVA | |
| 011/00 | VANDERLEI SARTORI | | MARIANO LUIZ CARLITO LEAL | |
| 026/00 | ANTONIO RODRIGUES MARTINS | | JANETE RODRIGUES MARTINS | |
| 028/00 | JOSE PINHEIRO LIMA | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 031/00 | FABIANO LACERDA DE BRITO | | MARIA APARECIDA LOPES | |
| 037/00 | FRANCISCA APARECIDA FERREIRA | | ELIZETE HRUBA SALCOUSKI | |
| 048/00 | LUIZ ALIS | | JOÃO GONÇALVES DOS SANTOS FRANCISCO RIBEIRO DOS SANTOS | |
| 054/00 | CLODOALDO BATISTA | JEZUALDO GALESKI | CLAUDINEI GONÇALVES DE SOUZA | |
| 057/00 | BENTO DA SILVA ALCINDO MARCELINO DE SOUZA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | JOAQUIM LOPES | |
| 072/00 | CLAUDINEI AMERICO ADALTO DOS SANTOS F. DE SOUZA | | VALDEVINO DE JESUS PEREIRA | |
| 059/00 | CELIO MARQUES BARBOZA | | VALDIR JOSE FIGUEIREDO | |
| 061/00 | MANOEL CARDOSO DOS SANTOS | | JOSE PRONIN | |
| 063/00 | JÁCIRA RIBEIRO LOURENÇO | | CRISTIANE CUSTODIO | |
| 064/00 | DELFLAVIO NUNES | | ROSELI CIRINEU MACHADO | |
| 065/00 | DIOMAR APARECIDA DOS SANTOS FATIMA APARECIDA DOS SANTOS | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 066/00 | ANTONIO DONIZETE GONÇALVES DOS ANJOS | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 068/00 | JOSE CASTRO FERREIRA | | IZAIAS FERREIRA SANTANA | |
| 069/00 | JADIR COSTA DA SILVA | | MARINEZ MARQUES DA SILVA | |
| 071/00 | ARILDO CARVALHO | | JOÃO GALO | |
| 076/00 | WILSON CRESPIM | | NELSON FRANÇA DOS SANTOS | |
| 077/00 | JOÃO PRIMAK DE OLIVEIRA | | ADÃO VALMIR DE OLIVEIRA | |
| 078/00 | VALDECIR ALBINO DA SILVA | | ANTONIO MARQUES PRESTES | |
| 079/00 | AMADEO MENDES DA SILVA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | CASSEMIRO NESKIK | |
| 082/00 | PEDRO SIMÃO DOS SANTOS | | FABIANO DO ROSARIO SANTOS | |
| 083/00 | BELIZARIO BRAZ DE SOUZA | | SILVIO MAIA | |
| 084/00 | JOÃO MARIA RIBEIRO DOS SANTOS | | LUCINEIA APARECIDA RAMOS | |
| 085/00 | BELIZARIO BRAZ DE SOUZA | | CARLOS ALEXANDRE DO NASCIMENTO | |
| 086/00 | ADEMAR DO NASCIMENTO | | ANTONIO SILVERIO GARCIA | |
| 089/00 | RENE DA CRUZ | | EVA DA CRUZ CARNEIRO | |
| 091/00 | VALDEVINO DOS SANTOS | CARLOS AUGUSTO GARCIA | ERCILIA GONÇALVES DE LIMA | |
| 093/00 | MANOEL GONÇALVES | VILMA MARTELLI | ELIZABETE APARECIDA LAVEZZO | |
| 095/00 | MARIA DE FATIMA DE SOUZA NEIDE MARIA MACHADO PICCININI | | AS MESMAS | |
| 096/00 | HIGUO D SILVA | CARLO AUGUSTO GARCIA | SOLANGE COSTA DE OLIVEIRA MARTA ORTIZ | LIDIA SÁ DA SILVA |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | MARIA JOSE RODRIGUES DOS SANTOS | |
| 097/00 | NEIDE MARIA MACHADO PICCININI | CARLOS AUGUSTO GARCIA | CIRLENE INACIO DE SOUZA | |
| 098/00 | VALDEVINO PORTES PEREIRA | | EVA DE OLIVEIRA | |
| 099/00 | AIRTON VINCE | | JACIRA RIBEIRO LOURENÇO | |
| 100/00 | GENI ALVES FEITOSA | | MARIA NASCIMENTO LEAL | |
| 101/00 | MOISES MESSIAS | | NAIR POPOSKI | |
| 102/00 | URCELINO DE PAULA | | SILEIDE DA SILVA | |
| 104/00 | ANGELA MARIA CIOTA | | CARLOS TEIXEIRA JUNIOR | |
| 105/00 | ELIANE CRISTINA BARBOSA | | JOVELINA APARECIDA DA SILVA | |
| 060/00 | JOVELINO FERNANDES DE JESUS | | SIDELEY DA LUZ | |
| 123/00 | BASILIO PEREIRA | | IZAURA RODRIGUES | |
| 120/00 | MARIO CHITKO | | JOSE FERREIRA | |

**ANO: 2001**

| Ação nº | Autor do fato/ Requerido | Advogado do Autor do fato/ Requerido | Vítima/ Requerente | Advogado da Vítima/ Requerente |
|---|---|---|---|---|
| 003/01 | IRAN DE PAULA OLIVEIRA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | FABIO DUBAY | |
| 034/01 | ALEXSANDER WILSON FRANÇA | | APARECIDA LEAL FRANÇA | |
| 041/01 | MARIA DOS ANJOS JANUARIA DE SOUZA | | MARIA CASTURIANA DA SILVA | |
| 046/01 | LUIZ GOMES DA SILVA | | SANDRA ALVES CARVALHO | |
| 054/01 | MARIA IVAVILDA STERGHER | | JOSE CARLOS GUEDES STERGER | |
| 056/01 | FRANCISCO MATIAS | | ROSELI DOS SANTOS | |
| 061/01 | VALDOMIRO JOSE DA SILVA | | ALEXANDRINA SAVES | |
| 062/01 | MARIO DE SANTANA DE FARIA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | ANTONIO JOAQUIM DA SILVA | |
| 063/01 | AGUINALDO ARAUJO NOGUEIRA DA SILVA | | EMERSON DA SILVA PEREIRA | |
| 064/01 | VALDEMIR JOSE RIBEIRO DA SILVA | | ROSELI LOPES DA SILVA | |
| 065/01 | LEONICE ELIANE DO NASCIMENTO CARLOS ALEXANDRE DO NASCIMENTO | CARLOS AUGUSTO GARCIA | PEDRO DE CARVALHO | |
| 068/01 | EDIVALDO ALVES FEITOSA | | ANIBAL MEBAR DOS SANTOS | |
| 069/01 | DIONISIO SENETRA | | SILVIO DE ANDRADE | |
| 070/01 | IVONE GONÇALVES DE FREITAS | | TEREZA CAMARGO | |
| 071/01 | CIRLEI CAMARGO ROSALVO CAMARGO | | CARMELINA DOS SANTOS | |
| 073/01 | A APURAR | | MARCIO JOSE DE ALMEIDA | |
| 074/01 | A APURAR | | CATARINA HRUBA | |
| 075/01 | JOAO BATISTA MOREIRA | | MARIA APARECIDA DE PAULO | |
| 076/01 | HILDA APARECIDA MIRANDA | | TERESINHA APARECIDA MIRANDA DE SOUZA MARIA CRISTINA MIRANDA | |
| 078/01 | MARCOS LEMOS NILSON MACHADO EDERSON MACHADO | | OS MESMOS | |
| 079/01 | LEONICE LIANE DO NASCIMENTO | | PEDRO DE CARVALHO HERNANDEZ | |
| 080/01 | IVONE DE LIMA | | MARLENE BEZERRA DA CONCEIÇÃO | |
| 084/01 | ANTONIO PEREIRA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 085/01 | ADRIANO DO NASCIMENTO | | MARIA DE LOURDES CORDEIRO | |
| 086/01 | GUERINO FLORENCIO DE BORBA | | MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA | |
| 088/01 | PEDRO CELESTINO DA SILVA | | WILSON RIBEIRO | |
| 089/01 | REGINALDO ERMENEGILDO | | PEDRO BODNER | CARLOS AUGUSTO GARCIA |
| 091/01 | HELITON CARDOSO RODRIGUES | CARLOS AUGUSTO GARCIA | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 090/01 A.P | JOSE WILSON DA SILVA | NAUDE PEDRO PRATES EDEVAL BUENO | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 091/01 A.P | ROGERIO PURETZ | LEONIDAS WURMEISTER | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 092/01 A.P | SERGIO SELESTINO DOS SANTOS | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 093/01 | AGNALDO CHONES RIBEIRO MARCOS | | FRANCIELE POLIANE BATISTA DE OLIVEIRA | |
| 095/01 | ALEXANDRE JOSE DA SILVA NETO | | JOSE FRANCO DE MORAIS | |
| 097/01 | APARECIDO DIAS DOS SANTOS JAIRO PEREIRA | | OS MESMOS | |
| 098/01 | THIAGO JOSE SILVEIRA PINTO | FABIANA ARAUJO TOMADON | JURANDIR SILVEIRA PINTO | |
| 099/01 | ROSALVO CAMARGO | | DIVINO APARECIDO DIAS | |
| 124/01 | VALDECI ASSIS DA SILVA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | CELINA DO CARMO SANTOS PORTELA | |
| 126/01 | PEDRO DA CRUZ | | VALDIVINO AGNELO MAGNO | |
| 128/01 | JOSÉ FLORINDO FAGUNDES JUNIOR | | GABRIEL BERNARDO DA SILVA | |
| 129/01 | IDALINO RODRIGUES DOS SANTOS | | HÉLIO FERREIRA D. DA SILVA | |
| 130/01 | ANTÔNIO BAY | | TEODORO BEREZINSKI | |
| 131/01 | LIBERALDO L. FLORES JUNIOR | | BEIJAMIN N. SIQUEIRA | |
| 132/01 | LAÉRCIO CASTRO DOS SANTOS | | CÉLIO VALTER | |
| 133/01 | JOSÉ GONÇALVES DE FREITAS | | LUCINEIDE GONÇALVES DE FREITAS | |
| 134/01 | ZILDA VILELA | | SANDRA MATIAS MIERRO MATIAS | |
| 135/01 | GILMAR DA SILVA RIBEIRO | | MARIA JOANA DOS SANTOS | |
| 136/01 | EZEQUIEL PEREIRA GOMES | | MARCIA APARECIDA DE CARVALHO | |
| 137/01 | SEBASTIÃO FELÍCIO | | EDEMILSON VILARINO DA SILVA | |
| 138/01 | JOÃO B. DOS SANTOS | | IRACEMA R. DOS SANTOS | |
| 139/01 | LEOMAR M. XAVIER | | JOÃO G. DOS SANTOS | |
| 141/01 | CONSELHO TUTELAR-IRETAMA | | JUÍZO DE IRETAMA | |
| 142/01 | RENALDO DOS SANTOS | | CLEONICE DOS SANTOS | |
| 144/01 | CELSO MOLDACH | | ADEMAR DO NASCIMENTO | |
| 145/01 | ROSANA LEMES DOS SANTOS | | COLETIVIDADE | |
| 147/01 | DIVONZIR DE SOUZA PEREIRA | | AVENILDO COGLIM | |
| 148/01 | NILSON DA SILVA | | ERISON DA SILVA | |
| 100/01 | GUMERCINDO LOUZADO | | JULIO CESAR LIMA | |
| 102/01 | PEDRO FELIPE OLIVA | | COLETIVIDADE | |
| 103/01 | CIRÇO COSTA PORTE | | JAIRO ALVES DE ANDRADE | |
| 104/01 | MARIO PINHEIRO DOS SANTOS | | LUIZ CARLOS DE SOUZA | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 105/01 | APARECIDO DIAS DOS SANTOS | | ANTÔNIO BATISTA DA SILVA | |
| 106/01 | DAVI DOS SANTOS Fº. | | JOSÉ AUGUSTO PREIRA | |
| 108/01 | CLAUDEMIR DOS SANTOS | | DIVINO J. ARANTES EUNICE F. MORAES | |
| 109/01 | JOSÉ BERNARDO DA SILVA | | MARCOS AURÉLIO DA SILVA | |
| 111/01 | SÉRGIO S. ZVIERKOVSKI | | SUELI ALMEIDA LIMA | |
| 114/01 | MADSON DUARTE | | ELMISON MACHADO | |
| 115/01 | JOSÉ ALVES | | O ESTADO | |
| 116/01 | ANSELMO LEAL | | IVONETE R. OLIVEIRA | |
| 117/01 | BENJAMIN N. SIQUEIRA | | TERESA CORDEIRO | |
| 118/01 | HÉLIO L. DA SILVA | | AMÉLIA AMÂNCIO PERCIVAL | |
| 119/01 | SÉRGIO DUBAY KRULL | | ANDRÉIA L. CORREA ELISA E. S. GUILHER | |
| 121/01 | CLEIDE APARECIDA DE SOUZA | | ELIAS N. FERREIRA | |
| 122/01 | MARCELINO GRECZYCZYN | | JOAQUIM ORTIZ | |
| 123/01 | ODAIR MASCHI | | MARIA C. MASCHI | |
| 030/01 | ORLANDO DE OLIVEIRA DA SILVA | CARLOR AUGUSTO GARCIA | MARCELO HORST | |
| 110/01 | ANTONIO DOS SANTOS | | MEIO AMBIENTE | |
| 094/01 | RONALDO APARECIDO CARVALHO DOS SANTOS IZABEL APARECIDA CARVALHO DOS SANTOS | | ANA MARIA CORREIA DE CARVALHO | |
| 113/01 | ELINO OPUCHIKVES | | MARCIO OPUCHIKVES | |
| 051/01 | VALDEVINO DOS SANTOS | | ELIANE MERLO SCHINCALI | |
| 093/01 A.P | ANTONIO DONIZETE GONÇALVES DOS ANJOS | | JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 081/01 | JOAO BATISTA DOS SANTOS | CARLOS AUGUSTO GARCIA | O ESTADO | |
| 101/01 | ADILSON FERREIRA MENDES | | JOSE FLORENCIO DE BORBA | |
| 140/01 | ERENEI ZAZULA OSVALDO PALACE DE ASSIS FELÍCIO HÉLIO DAYCO | | O MEIO AMBIENTE | |
| 001/01 | MARIO ESTELAI | | JOÃO LEAL SERGIO CLAUDECI CONRADO | |
| 002/01 | JOSE ALVES CORREA | | LEANDRO SANTANA MACHADO | |
| 004/01 | GERALDO JOSE DE FARIAS | | RENATO JOAQUIM DE RESENDE | |
| 005/01 | LUIZ CARLOS ROSSI | | NEILA ANTUNES DIAS | |
| 006/01 | DIRCEU DE SOUZA DA LUZ | | LEONILDA FERREIRA CARLOTA | |
| 007/01 | SEBASTIÃO GONÇALVES DOS SANTOS | | EDNA MARIA SOARES DOS SANTOS SEBASTIÃO SABINO SOARES | |
| 008/01 | LUIZ IAVORSKI | | JAIR BOTTEGA | |
| 009/01 | JOSE FRANCISCO DOS SANTOS | | ZILDA JIUBILATO DE PAULA | |
| 010/01 | CLEIDE ROBERTA DE ALMEIDA | | MARIA VANILDA FERREIRA DOS SANTOS | |
| 011/01 | RIGUINEL MANOEL RIBEIRO | | ISMAEL FERREIRA | |
| 012/01 | ANILTON ZANELATO | | MARIA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO | |
| 013/01 | EZEQUIAS DOS SANTOS, CICERO DOS SANTOS, CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS | | AGENOR FRANCISCO DE SOUZA | |
| 014/01 | MARCIO VALENTIN DIAS | | A JSUTIÇA PUBLICA | |
| 015/01 | TERESINHA BITENCOURT DE LIMA | | MARIA SATURNO DE BITENCOURT | |
| 016/01 | JOSE CARLOS GUEDES STERGER | | MARIA IVANILDA STERGER | |
| 017/01 | JOSAFAR BODNAN | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 018/01 | JOSE GOLÇAVES CHAVES | | GENECI PEREIRA RODRIGUES | |
| 019/01 | ARATOR CORDEIRO DOS SANTOS | | MARIA BUENO DA ROCHA | |
| 020/01 | JOSE LEAL SOBRINHO | | EDSON DOS SANTOS CORDEIRO | |
| 021/01 | JOSE LEAL SOBRINHO | | SILDETE MEIRA LEAL | |
| 022/01 | JOSE LEAL SOBRINHO | | SILDETE MEIRA LEAL | |
| 023/01 | JOSE MARCHESQUE FILHO | | ADRIANA CRISTIAN DE SOUZA | |
| 024/01 | EDENILSON JOSE HULLER | | DULCINEIA PALHANO DE SIQUEIRA | |
| 025/01 | SANDRA APARECIDA FERREIRA | | MARCILENE APARECIDA LEAL | |
| 026/01 | JOÃO ANTONIO BARÃO GABARDO | | LUCINEIA APARECIDA BORKOSKI | |
| 027/01 | VALDOMIRO HUCZACZUC | | MARLO APARECIDA HUCZACZUA | |
| 028/01 | PEDTRO NOVAKI | | JOÃO LEITE SILVA | |
| 029/01 | LUIZ ALIS | | MARIA DE LOURDES BATISTA | |
| 031/01 | MARIA JOSE DE SOUZA | | APARECIDA GODOI | |
| 032/01 | JOSE BERNARDO DA SILVA | | JACINTA FAVA DA SILVA | |
| 033/01 | DO CARMO RODRIGUES SOARES | | OLIETE APARECIDA DOS SANTOS | |
| 035/01 | OZIAS DE MATTOS | | JOSE LUIZ DA LUZ | |
| 036/01 | MARIO VIEIRA DE SOUZA | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 037/01 | NATALIA ALIS | | FRANCIELI MOREIRA | |
| 038/01 | JOSE MARIANA DA SILVA E CLAUDEMIR DOS SANTOS | | GENI MARIANA DA SILVA E DAEDSON DOS SANTOS FREITAS | |
| 039/01 | JULIO FERREIRA DOS SANTOS GERALDINO PINTO PEDROSA | | OS MESMOS | |
| 043/01 | APARECIDO PEDRO DE ARAUJO | | CLEIDE ROBERTA DE ALMEIDA | |
| 120/01 | LUIZ ANTONIO ROSA | | ANTONIO JOSE QUESADA PIAZZALUNGA | |
| 044/01 | MARIA DOS ANJOS JANUARIA | | MARIA CASTURINA DA SILVA | |
| 045/01 | JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA | | MIGUEL INACIO DA SILVA | |
| 047/01 | MOISES MESSIAS | | BERTOLDO MESSIAS | |
| 048/01 | VALDOMIRO KLAI FERREIRA | | JOSE DE PAULA GOMES | |
| 049/01 | VALMIR SOARES | | LAURO MOREIRA | |
| 050/01 | JUAREZ SILVEIRA PINTO | | THIAGO JOSE SILVEIRA PINTO | |
| 052/01 | ANTENOR MENDES DOS SANTOS | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 053/01 | ANTENOR MENDES DOS SANTOS | | JORGE JOSE MEIRA | |
| 055/01 | NILDO GINO DOS SANTOS | | IVANIRA CAVALHEIRO DOS SANTOS | |
| 057/01 | PAULO CIUPA | | AMBROSIO LISS | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 058/01 | A APURAR | | ANTONIO VIEIRA DE JESUS | |
| 059/01 | JOSE OLIVEIRA BUENO ROBERTA OLIVEIRA BUENO | | ROSELI POTERICO DA SILVA | |
| 060/01 | CICERO ALVES DE ALBUQUERQUE | | LUIS FRANCISCO BEZERRA | |
| 067/01 | IVONE JOSE RIBEIRO DA SILVA | | LUCIA DE JESUS DA PASCOA | |
| 077/01 | DAVI DOS SANTOS FILHO | | EDSON APARECIDO DA SILVA | |
| 082/01 | INEUSO SOUZA SANTOS | | O ESTADO | |
| 083/01 | JAMIR JOSE TRIZOTTE | | O ESTADO | |
| 087/01 | PEDRO GRACIANO CORREA | | JONAS TELES DOS SANTOS JUNIOR | |
| 092/01 | LUIZ SEPULVIDA | | GILMAR APARECIDO SOEIRO | |
| 125/01 | JORGE RIBEIRO RAMOS | | JOÃO BOIKO | |
| 127/01 | JOSE CARLOS SIERAKOWSKI | | GASPAR GERALDO DA SILVA | |

**ANO: 2002**

| Ação nº | Autor do fato/ Requerido | Advogado do Autor do fato/ Requerido | Vítima/ Requerente | Advogado da Vítima/ Requerente |
|---|---|---|---|---|
| 002/02 | CLAUDEMIR BILCHESKI E PEDRO DA CRUZ | | MARCELO GONÇALVES | |
| 003/02 | DEUSDETE SILVERIO DOS SANTOS | | GERMANO LOPES GONÇALVES DA COSTA | |
| 004/02 | VALDO MOURA SANTOS | | ZAQUEU RODRGUES ROCHA LÁZARO OLIVEIRA ROCHA | |
| 005/02 | JOSÉ R. CAVALHEIRO | | TEREZA J. DONATO | |
| 005/02 P.C. | LAERTE L. SANTOS | CARLOS AUGUSTO GARCIA | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 006/02 | ARZEMIRO DE MATOS | | DIOMAR APARECIDA P. SANTOS | |
| 007/02 | CLAUDINEI S. DE JESUS | | VALDIVINO P. PEREIRA | |
| 008/02 | CARLOS MARIANO DOS SANTOS | | SANDRO EMÍLIO SILVA | |
| 011/02 | SANTINO DONIZETE CANOVAS | | VALDIR KOVAKOSKI | |
| 012/02 | CARLOS MARTINS | | CESAR STEFANI DE SOUZA | |
| 013/02 | GEOVANA BATISTA FERREIRA | | ROSA BERTO DA SILVA | |
| 014/02 | JOSÉ RIBEIRO GOMES | | VALTER APARECIDO DE SOUZA | |
| 015/02 | ADÃO DA LUZ FARIAS | | DANIEL DOS SANTOS DE JESUS | |
| 016/02 | JOSÉ RENILSON DOS SANTOS | | ADRIANA PERCIVAL A COLETIVIDADE | TEODORO METCHKO FILHO |
| 017/02 | TODÓSIO BEREZINSKI | | VALDOMIRO VALTER SOBRINHO | |
| 018/02 | VALDERI FARIAS PEDROSO EMERSON DA SILVA PEREIRA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | A COLETIVIDADE | |
| 019/02 | ODAIR JOSÉ TOMÉ | VILMA MARTELLI | ALBERTO DIAS LIMA | |
| 021/02 | JOSEVI TIBURTINO OLIVEIRA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | JOSÉ ROSA DE OLIVEIRA | |
| 023/02 | EZEQUIEL PEREIRA RODRIGUES | | A COLETIVIDADE | |
| 026/02 | CLEUZA CORDEIRO DA SILVA | | MARIA CANDIDA RODRIGUES MARLY RODRIGUES LOPES | |
| 027/02 | CLEUZA CORDEIRO DA SILVA | | VALDETE BRITO | |
| 031/02 | EDSON MAMEDIO DOS SANTOS | | JUCELI MARTINS DOS SANTOS MICHELE MARTINS DOS SANTOS | |
| 032/02 | CLÁUDIA DA SILVA | | MARTA KLYN | |
| 033/02 | HÉLIO APARECIDO SOUZA | | WILSON SOARES DE SOUZA | |
| 034/02 | JOÃO ADELCIO OLIVEIRA | | WILSON SOARES DE SOUZA | |
| 036/02 | ADÃO PLANGE VARGAS | | ELI VERISSIMO DOS PASSOS | |
| 037/02 | LAERTES LEMES DOS SANTOS | | DEVANILDA SALETE RIBEIRO | |
| 038/02 | LUIZ CARLOS CHOPTIAN | LUCILEIA PEREIRA DE GODOY | O MEIO AMBIENTE | |
| 040/02 | WILSON MAIA MIRANDA | | JAIR LEMOS | |
| 041/02 | JOÃO CARLOS SANTOS | | MARIA DE LOURDES GONÇALVES | |
| 042/02 | JOÃO RIBEIRO ROCHA | | ADELIR RIBEIRO DA ROCHA | |
| 043/02 | ANTÕNIO DONIZETE DA SILVA | | MARIA SANTINA RIBEIRO DA LUZ SILVA | |
| 047/02 | JOSÉ BERNARDES DA SILVA GABRIEL BERNARDES DA SILVA | | LAERCIO DA SILVA ROBERTO DE LEMOS | |
| 052/02 | JOSUÉ MATIAS | | VIVIANE FERNADES | |
| 053/02 | VALDIVINO FERREIRA VALMIR SOARES VALDERI FERREIRA LAERCIO CASTRO DOS SANTOS | | SIDNEI INGRACIO DOS SANTOS | |
| 054/02 | CLAUDINEI S. GARCIA | | ANTONIA MELNEK | |
| 055/02 | SILVESTRE MARTINS | | TEREZA MENDES DA SILVA | |
| 057/02 | JOSÉ CARLOS MACHADO | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 058/02 | ARZEMIRO MATOS | | FÁTIMA APARECIDA DOS SANTOS | |
| 059/02 | EDSON SQUINCALI | | O ESTADO | |
| 060/02 | WILSON MAIA MIRANDA | | ODILON AANDREOLI GONÇALVES | |
| 075/02 | AMAURI OLIVEIRA STESKO | | ELSON FERREIRA | |
| 087/02 | PEDRO STEMPINIAK | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 089/02 | VERGÍLIO GALESKI | | JOÃO LEITE DA SILVA | |
| 091/02 | TEODORO CORREIA E EDSON CARLOS GRECZYSZIN | | JAIR RODRIGUES DE SIQUEIRA | |
| 101/02 | MARIA ROSICLEIA TOMAZ ALMEIDA | | FABIANA REGINA SZYDLOWSKI | |
| 109/02 | VALDEMAR PORFIRIO SOUZA | | CLÓVIS FARIAS | |
| 114/02 | MANOEL MONTEIRO DA SILVA | | IRACI FERREIRA DA SILVA | |
| 118/02 | JOVINIANO PEDRO DE OLIVEIRA | | VALDECIR GOETZ | |
| 127/02 | ANTONIO CARLOS PENGA | | NILDO DE OLIVEIRA | |
| 128/02 | ANDRÉ FERREIRA CRUZ | | O ESTADO | |
| 132/02 | MARCO AURELIO SILVERIO DE OLIVEIRA | | GENES JOÃO MARCÃO | |
| 133/02 | GENES JOAO MARCÃO | | MARCO AURELIO SILVERIO DE OLIVEIRA | |
| 134/02 | DIVAN APARECIDO VIEIRA | | A JUSTIÇA ELEITORAL | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 138/02 | SERGINHO VIEIRA DE JESUS | | O ESTADO | |
| 141/02 | JOSÉ LUZIA DA FONSECA | | VALDOMIRO WALTER SOBRINHO | |
| 142/02 | OLIVIR VOIDELO | | EDUARDO ROSA | |
| 143/02 | RODRIGO DE FRANÇA | | ELIANE APARECIDA MARTINS | |
| 167/02 | BENEDITO LIMA SILVA | | PREJUDICADO | |
| 169/02 | ARZEMIRO MATOS | | FÁTIMA APARECIDA SANTOS | |
| 073/02 | GERALDO FERNANDES CORDEIRO | | A COLETIVIDADE | |
| 100/02 | GIVANILDO VALERIANO | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 003/02 A.P | DURCILIO LOURENÇO | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 064/02 | EDUARDO URBANSKI | CARLOS A. GARCIA | LEONES XAVIER ROSA | TEODORO M. FILHO |
| 104/02 | NEREU BATISTA OLIVEIRA E VALDECIR MIGUEL ANDRADE | | ANDRÉ FERREIRA CRUZ | LUCILÉIA P. GODÓI |
| 103/02 | VALDEVINO ESTEVES, ANTONIO GILSON FLORENCIO ESTEVE E ORILIO RBEIRO | | AUGUSTO VOLOSKI | |
| 072/02 | MOACIR ALENCAR GONÇALVES DE SOUZA | | A COLETIVIDADE | |
| 071/02 | ADILSON FERREIRA MENDES | | ANTÔNIO MARCOS COSTA | |
| 068/02 | JOÃO BATISTA CORREIA | | ANTÔNIO FARIAS CRUZ | |
| 065/02 | EDUARDO URBANSKI | CARLOS AUGUSTO GARCIA | AMILTON PINHEIRO | TEODORO METCHKO FILHO |
| 074/02 | JAIR SANTOS | | SUELI ALMEIDA LIMA | |
| 077/02 | JOSÉ NILSON LIMA | | JUSTINA SANTIAGO OLIVEIRA ANISIO KRIKI | |
| 105/02 | JOSÉ EDUARDO LIMA | | VALDECIR RODRIGUES | |
| 108/02 | ANADIR VIDAL PACHECO | | DIOMAR APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS | |
| 111/02 | JOEL SILVEIRA DE SOUZA | | TEREZINHA HERMOGENE DA SILVA LARA | |
| 115/02 | MARCOS SILVA, NICOLAU NABEREZNY E LEANDRO FERNANDES DE FREITAS | | MILTON CESAR ROSA | |
| 116/02 | DIVAN APARECIDO VIEIRA | | ROSA CASTRO SOUZA | |
| 117/02 | LAUDELINO DE OLIVEIRA | | MATILDE COCHISKI | |
| 119/02 | AGUINALDO SILVA | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 120/02 | JOEL SILVEIRA DE SOUZA | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 121/02 | CARMELINA SANTOS BOAVA | | TEREZA SANTANA PEREIRA | |
| 122/02 | ADEMAR PERCIVAL | CARLOS A. GARCIA | O ESTADO | |
| 123/02 | NIVALDO ROSA | | AGENOR CORREIA | |
| 124/02 | CLEUSA DE FATIMA DE FARIAS PENA FORTE | | ODILON ANDREOLI GONÇALVES | |
| 125/02 | DURCILIA SANTOS | | ZENI ROSA | |
| 093/02 | ANTÔNIO BAY | | HELENA ALVES FONSECA | |
| 081/02 | SIDIRLEI DA LUZ | | NILSON CARLOTA PEDRO CARLOTA | |
| 082/02 | HÉLIO PEREIRA DOS SANTOS | | RIVAEL CLEVERSON FAVA | |
| 084/02 | VALDEI CARDOSO SANTOS | | WALDOMIRO MACARO | |
| 090/02 | GECIRO PAULO OLIVEIRA | | LAERCIO CASTRO SANTOS | |
| 095/02 | VALDECI ALBINO DA SILVA | | EDERVAL APARECIDO MACHADO MEIRA | |
| 098/02 | FABIANO LACERDA BRITO | | JOSÉ TEODORO | |
| 099/02 | PEDRO CASTORINO DOS SANTOS | | PEDRO GONÇALVES LUZ | |
| 085/02 | PEDRO BATISTA TEODORO ROSA | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 092/02 | MARIA DAS DORES COELHO MARIA SANTINA RIBEIRO DA SILVA | | ODILON ANDREOLI GONÇALVES | TEODORO METCHKO FILHO |
| 029/02 | PAULO CORDEIRO | | A COLETIVIDADE | |
| 030/02 | NELSON INGLES SILVA | | O MEIO AMBIENTE | |
| 126/02 | ALFREDO ALAVES DA SILVA | | FLORISBELA MOREIRA | |
| 129/02 | NILSON DA SILVA | | O ESTADO | |
| 131/02 | MARCIO GRZESZUK VIEIRA | | ODILON ANDREOLI GONÇALVES | |
| 135/02 | IRENA LUZ ISDRAIT | | A JUSTIÇA ELEITORAL | |
| 136/02 | MARCIA CRISTINA DONATO | EDÉSIO RAMID NASSAR | A JUSTIÇA ELEITORAL | |
| 137/02 | JOÃO MARIA BALDOÍNO | | NELCI APARECIDA SILVA | |
| 139/02 | VALDECIR MIGUEL ANDRADE | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 140/02 | ZELIA PEREIRA SANTOS | | ADELIA SETNI | |
| 145/02 | SIDNEY NATALINO DE LELIS | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 146/02 | LUIZ VILSON SALES | | SEBASTIÃO SANTOS | |
| 154/02 | IVANILDA AMÂNCIO SANTOS | | ANGELA SENETRA | |
| 155/02 | MADSON DUARTE | | APARECIDO SILVA RIBEIRO | |
| 156/02 | JOAQUIM RODRIGUES SILVA | | MIGUEL BATISTA RIBEIRO | |
| 157/02 | SEBASTIÃO TEODORO DUTRA MAX WILIAN TEODORO DUTRA | | JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA | |
| 163/02 | JOSÉ LEAL SOBRINHO | | ODILON ANDREOLI GONÇALVES | FRANCISCO ANDREOLI |
| 173/02 | EROTIDES SEBASTIÃO DA SILVA | | ERCÍLIO JOSÉ DE AZEVEDO | |
| 067/02 | ANTONIO MARTINS | | A COLETIVIDADE | |
| 083/02 | MARCELO HORST | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 106/02 | MIGUEL BATISTA RIBEIRO | LUCILEIA PEREIRA DE GODOY | ADRIANA RODRIGUES DOS SANTOS | |
| 107/02 | MÁRIO PINHEIRO DOS SANTOS | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 147/02 | GERCIRO PAULO DE OLIVEIRA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | A APURAR | |
| 148/02 | ALZIRA DA LUZ LEAL | | TERCIO AGOSTINHO PEREIRA | |
| 056/02 | WILSON ANTÔNIO PEPINO ANTÔNIO ROBERTO PEREIRA LUIZ CARLOS RIBEIRO | CARLOS AUGUSTO GARCIA | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 044/02 | CLAUDINEI MARTINS PADILHA | | ROSA INEZ DA CONCEIÇÃO | |
| 035/02 | ARI VIEIRA LINO | CARLOS A. GARCIA | A JUSTIÇA PÚBLICA | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 028/02 | ADEMIR DELATORRE CALDERAN | | NELSON CARDOSO | |
| 025/02 | ALDO NUNES DE FARIAS | ROMEU MORAES PALMIRO | ROMEU MORAES PALMIRO | |
| 024/02 | ODAIR MASCHI | CARLOS AUGUSTO GARCIA | MARIA CELINA MASCHI | TEODORO METCHKO FILHO |
| 016/02 A.P | SERGINHO VIEIRA DE JESUS | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 009/02 | MARCO ANTÔNIO DA SILVA | | O ESTADO | |
| 175/02 | NELSON ORTIZ | | TEREZA LOPES FORTUNATO | |
| 164/02 | APARECIDO DONISETI DA SILVA | | DIRCEU GEPE | |
| 165/02 | RAIMUNDO CLARO FILHO | | JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA | |
| 174/02 | AMILTON COSTA DE SOUZA | | WALDIR ORTIZ | |
| 160/02 | MARCIA AURÉLIO SILVÉRIO DE OLIVEIRO | | CARLOS DUTRA DA SILVA | |
| 153/02 | NILSON PIACESKI | | THIGO JOSÉ SILVEIRA PINTO | |
| 151/02 | APARECIDO ROSA | | MINISTÉRIO PÚBLICO | JEFFERSON SILVA |
| 161/02 | RAMILDO DE OLIVEIRA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | MARILDA FERREIRA DOS SANTOS | |
| 172/02 | LUIZ DE ALMEIDA | | THIAGO NEGRÃO DE OLIVEIRA | |
| 150/02 | DARCI NORBERTO DE SOUZA | | APARECIDO MARTINS DE SOUZA | |
| 088/02 | DIVINO JOSÉ ARANTES | CLÁUDIO CAMARGO DE ARRUDA | MARCELO ALVES DA ROCHA | |
| 069/02 | JOSÉ NILSON DE LIMA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | A COLETIVIDADE | |
| 009/02 A.P | VANDELEI SARTORI | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 015/02 A.P | VALDEVINO DOS SANTOS | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 004/02 A.P | VALDEVINO DOS SANTOS | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 012/02 A.P | JOSÉ FERREIRA | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 170/02 | PEDRO BATISTA TEODORO ROSA | | CECILIA MOREIRA DE LIMA | |
| 061/02 | JOSE MAMEDIO DOS SANTOS | | LURDES PIRES DOS SANTOS | |
| 062/02 | SILVANA MEADO | | ANA PAULA WALTER | |
| 162/02 | ANTONIA MARTINS LEAL | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 086/02 | ANTONIO ALVES DE BONFIM | CARLOS AUGUSTO GARCIA | O ESTADO | |
| 039/02 | KEILA VICENTE BARBOSA | CARLOS AUGUSTO GARCIA | EDERVAL APARECIDO MACHADO MERA | |
| 144/02 | DOMICIANO FERREIRA DA SILVA NETO ROBERTO MENDES | VILMA MARTELLI | A JUSTIÇA ELEITORAL | |
| 001/02 A.P | JOSE ANTONIO PINHEIRO | CARLOS AUGUSTO GARCIA | VENTURA FARINHA | |
| 094/02 | JOSE BERTON | | VILMAR DE LIMA CAMARGO | |
| 013/02 A.P | VALDEVINO DOS SANTOS | | MINISTERIO PÚBLICO | |
| 159/02 | ODILON ANDREOLI GONÇALVES | | MARIA DAS DORES COELHO | |
| 007/02 A.P | VALDINEI APARECIDO RIBEIRO | | MINISTERIO PÚBLICO | |
| 006/02 A.P | ORLANDO DE OLIVEIRA DA SILVA | | MINISTERIO PUBLICO | |
| 012/02 A.P | JOSE ALVES | | MINISTERIO PUBLICO | |
| 011/02 A.P | COSMO DAMIÃO CANDIDO | | MINISTERIO PUBLICO | |
| 080/02 | REGILIANI ROCHA RODRIGUES | | VILMAR RODRIGUES CHAVES | |
| 102/02 | EZEQUIEL PEREIRA RODRIGUES | | NEIDE RODRIGUES CARVALHO | |

**ANO: 2003**

| Ação nº | Autor do fato/ Requerido | Advogado do Autor do fato/ Requerido | Vítima/ Requerente | Advogado da Vítima/ Requerente |
|---|---|---|---|---|
| 003/03 | JOÃO BRAZ PEREIRA COSTA | | O ESTADO | |
| 005/03 A.P | ROSA CASTRO SANTOS | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 009/03 | EZEQUIEL PEREIRA RODRIGUES | | ILDEBRANDO JOSÉ FERREIRA | |
| 027/03 | FRANCIELE DE JESUS PEREIRA IRENE GOMES DA SILVA OLIVEIRA | | JOÃO BORODIAK ILAÍDES DE JESUS PEREIRA | |
| 052/03 | JOSÉ ALVES | | JOSILENE ALVES | |
| 054/03 | EDMAR SANTANA PEREIRA | | MARLI INGRÁCIO DE LARA | |
| 060/03 | CARLOS FAGUNDES | | NELCINDA APARECIDA DE RAMOS | |
| 071/03 | CLAUDEMIR BICHELSKI CLAUDECIR BICHELSKI VALDIR PINHEIRO PEREIRA ANTÔNIO PINHEIRO PEREIRA | | JOÃO MICHELASI | |
| 074/03 | SIDNEY SOUZA SANTOS | | WILSON APARECIDO SACOMAN | |
| 075/03 | VALDECIR ANDRÉ NETO | | FRANCISCO PEDRO CORREIA | |
| 076/03 | AUGUSTO PEREIRA SANTOS | | ATILIO GOMES SILVA | |
| 080/03 | ANTONIO PONTES | | NILTON CESAR DE QUEVEDO | |
| 092/03 | AGUINALDO BATISTA NASCIMENTO | | JOÃO RUFINO DOS SANTOS | |
| 094/03 | FRANCISCO DE SOUZA FILHO | | VALDEMAR NOVAK | |
| 100/03 | EDMAR SANTANA PEREIRA | | LUIZ CARLOS PAULO | |
| 102/03 | SEBASTIÃO RODRIGUES | | JOAQUIM NETO DA SILVA | |
| 106/03 | GLAIR TABALIPA MENDES | | ELENA LIMA DOS SANTOS | |
| 108/03 | JOÃO MARIA DA SILVA | | WALDINEI GONÇALVES | |
| 111/03 | LAUDENOR PATRICIO SOBRINHO | | RUBENS PIO DA SILVA | |
| 122/03 | JAIR PEREIRA DE JESUS | | JOSÉ SANTOS DA SILVA | |
| 130/03 | CEZAR DITRE DE CAMARGO | | ANGELINA DITRE DE CAMARGO | |
| 133/03 | AILTON CORREIA DOS SANTOS | | OLGA DUMA ANTUNES | |
| 143/03 | NILSON CARLOTA | | ELIZABETE MONTEIRO | |
| 169/03 | SERGIO CLAUDECIR CONRADO | | ALFREDO DE OLIVEIRA SANTOS | |
| 006/03 | DIRCEU MANTOVANI DA SILVA NELSON FERREIRA JOÃO AUGUSTO DOS SANTOS JOAQUIM DE JESUS | | TEREZA MENDES DA SILVA | |
| 006/03 A.P. | JOÃO ELÓI DA SILVA MELO JAIRO ELOY DE MELO | | MINISTÉRIO PUBLICO | |
| 001/03 | JULIO TRINDADE | | JOSEANE DA SILVA CARVALHO | |
| 001/03 A.P. | LEANDRO FERNADES DE FREITAS | | ODILON ANDREOLI GONÇALVES | |
| 003/03 A.P. | JOSÉ GERMANO | | JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA | |
| 005/03 | JAVAR PEREIRA DE REZENDE | | AUGUSTA KRAVIECZ | |
| 014/03 | VERONICA APARECIDA CARDOSO | | VALESKA CRISTIANNE BOTTINI | |
| 013/03 | MANOEL RIBEIRO | | HARNEY MANZANO WILSHENSKI | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 011/03 | APARECIDA CARDOSO DE ALMEIDE | | MARIA APRECIDA DA SILVA SANTANA | |
| 008/03 | MARTA GREENVILE | | IVONE MACHADO | |
| 004/03 | PEDRO PRESTES DOS SANTOS | | A SOCIEDADE | |
| 010/03 | LEANDRO FERNADES DE FREITAS | | MARILDO D'ANGELO | |
| 015/03 | RIVALDO SOBOLOSKI | | JOSÉ PERCIVAL | |
| 004/03 A.P. | JOSÉ PERCIVAL | CARLOS AUGUSTO GARCIA | MINISTERIO PÚBLICO | |
| 018/03 | JOSÉ FLORINDO FAGUNDES FILHO | | MARIA RODRIGUES SOARES | |
| 017/03 | MARIA GONÇALVES DE SENA | | ELSA HERNANDES DIAS | |
| 016/03 | JOÃO MARIA PEREIRA SETNI LUIZ DA LUZ LEAL | | OS MESMOS | |
| 040/03 | NELSON SANTOS MEIRA | | DINE APRECIDA DE GODOY | |
| 041/03 | ANDRÉ FERREIRA DA CRUZ | | A COMUNIDADE | |
| 043/03 | EDSON VALENTIM DIAS | | RONALDO ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS | |
| 044/03 | DULCE DE TAL | | PAULO CRISTIANO DE OLIVEIRA JAFE DE OLIVEIRA MACHADO | |
| 045/03 | SERRARIA IRETAMA LTDA | | MEIO AMBIENTE | |
| 048/03 | JAMIR JOSÉ TRIZOTTE | | JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 049/03 | VILSON DA LUZ LEAL | | ROSA BERTO DA SILVA | |
| 038/03 | LAERTE LEMES DOS SANTOS | | DEVANILDA SALETE RIBEIRO | |
| 036/03 | VALDECI ALBINO DA SILVA JOSÉ CARLOS DA SILVA FABIANO LACERDA DE BRITO MIGUEL ANTONIO FARIA ELISEU CANDIDO ROSA | | CLAUDINEI ROSA A JUSTILA PUBLICA | |
| 035/03 | MARIA IGNÊS ROSSI DA SILVA | | NEUZA FRANCISCA DA SILVA MATOS | |
| 033/03 | ALBINO MACHADO DA SILVA | | JOAQUINA DA LUZ MACHADO | |
| 031/03 | ANTÔNIO PEREIRA COSTA | | CELI VIDAL DE FRANÇA | |
| 029/03 | OGUINARTE APARECIDO THEODORO | | LÚCIA DE FÁTIMA NERY THEODORO | |
| 028/03 | CLAUDIO CIUPA | | LUIZ CLAUDIO DA SILVA E O ESTADO | |
| 024/03 | JOSÉ ROBERTO CAVALHEIRO | | FRANCISCO TEJADA | |
| 155/02 | VALDECIR ASSIS DA SILVA | | JUDITE VAZ DE CARVALHO | |
| 023/03 | MARIA DOS ANJOS JANUÁRIO DE SOUZA | | ANTÔNIO COSTA ROSA | |
| 022/03 | VALDECI APARECIDO RAMOS | | ROSENILDA MOREIRA DOS SANTOS | |
| 118/03 | VILANDO DOS SANTOS | | NOEMIA VIDAL DOS SANTOS | |
| 119/03 | VILMA DOS SANTOS BEZERRA | | ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA GRACIE JOANA BITENCOURT IVANIR LOURDES FRANÇA | |
| 107/03 | LUIZ CARLOS DE JESUS | | ADILSON APARECIDO DE JESUS | |
| 105/03 | PEDRO GALVÃO DE JESUS | | JOEL CAMARGO | |
| 103/03 | ANTÔNIO ROBERTO PEREIRA | | OLIVEIRA PEREIRA DE SOUZA | |
| 101/03 | VALDIR CRESPI | | TEREZINHA DE FÁTIMA ALEGRE IAVORSKI | |
| 098/03 | VALDECIR RODRIGUES | | SEBASTIÃO TOLEDO MODESTO | |
| 096/03 | RAIMUNDO NETO BORGES | | O MEIO AMBIENTE | |
| 097/03 | MARLI CAMARGO E ROSALVO CAMARGO | | IRENE DA LUZ SDRAIT | |
| 093/03 | JOÃO OSMAR CRESPIM | | NAIR RIBEIRO DOS SANTOS | |
| 131/03 | MARIO MARTINS DA SILVA | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 116/03 | ROMILDO DA COSTA CHAVES | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 117/03 | MARCIANO ALVES | | VERA LÚCIA GOMES MIRANDA | |
| 138/03 | JOSÉ VITAL SABAINI | BENTO PEREIRA DE CAMARGO NETO | O MEIO AMBIENTE | |
| 139/03 | OLIVIO STIPP | BENTO PEREIRA DE CAMARGO NETO | O MEIO AMBIENTE | |
| 140/03 | PAULO VACILIKIO | BENTO PEREIRA DE CAMARGO NETO | O MEIO AMBIENTE | |
| 141/03 | JORGE DA SILVA FILHO | BENTO PEREIRA DE CAMARGO NETO | O MEIO AMBIENTE | |
| 123/03 | EDMILSON CARDOSO DA SILVA | BENTO PEREIRA DE CAMARGO NETO | HAROLDO DELALO JÚNIOR | |
| 127/03 | DAURI SOARES | | O ESTADO | |
| 128/03 | JAIRO FRANÇA DOS SANTOS | | ROSANGELA CÂNDIDO ROSA | |
| 129/03 | JOÃO RUFINO DOS SANTOS | | FLORENTINO ALVES DOS SANTOS | |
| 136/03 | PEDRO BODNAR | | A COMUNIDADE | |
| 137/03 | JANDIRA DO CARMOS PINTO SILVA | | TEREZA DE JESUS DONATO | |
| 120/03 | VALDOMIRO FERREIRA | | ELSI TEREZINHA PINHEIRO FERREIRA | |
| 121/03 | SIDNEI ROCHA AZEVEDO | | CLARICE RODRIGUES DOS SANTOS | |
| 110/03 | VALDIR DE SOUZA DANTAS | | JANDIRA DE MATOS | |
| 114/03 | OSMAR ROBERTO DE ALMEIDA | | VALDINEI DA SILVA BARBOSA | |
| 115/03 | APARECIDO DIAS DOS SANTOS | | SANDRA DA SILVA DANTAS E VALDIR DE SOUZA DANTAS | |
| 144/03 | NÉVIO HANEL | | O MEIO AMBIENTE | |
| 142/03 | ORLANDO EVARISTO DOS REIS | | O MEIO AMBIENTE | |
| 148/03 | ALBINO MACHADO DA SILVA JOSE CARLOS MACHADO | | DERALDINO GONÇALVES DE ALMEIDA | |
| 149/03 | DAVI CORREIA DA LUZ | | MIGUEL GONÇALVES | |
| 150/03 | ODETE APARECIDA MACHADO CORDEIRO | | LUCIO CORDEIRO | |
| 151/03 | ADÃO LOURENÇO | | MARIA CHITKO | |
| 152/03 | ANTONIO CARLOS PENGA | | JORGE ANTONIO MOREIRA | |
| 153/03 | ANTONIO HERMÓGENES DA SILVA | | ANA CLÁUDIA DA SILVA | |
| 154/03 | SIDNEY DIAS DE CARVALHO | | O ESTADO | |
| 157/03 | BENJAMIM NUNES SIQUEIRA | | ILDEBRANDO JOSÉ FERREIRA | |
| 158/03 | MARINEZ MARQUES DE FARIAS | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 160/03 | VALDOLIRIA BELASCO | | SIDNEIA APARECIDA SILVA | |
| 161/03 | IRACEMA CARRIEL MACHADO | | ROSILDA MACHADO | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 162/03 | ROBERTO TEIXEIRA DE LEMOS | | SILVANA INÁCIO DE SOUZA | |
| 165/03 | ANTONIO LEIRIA DA SILVA | | INES KALINOVSKI | |
| 166/03 | TIAGO FERNADO DE LEMOS | | JOÃO PEREIRA DOS SANTOS | |
| 170/03 | ALISSON MENDES CARDOSO | | ANTONIO KOPIETZ | |
| 171/03 | VILSON DA LUZ LEAL | | ROSA BERTO DA SILVA | |
| 172/03 | JOSÉ FRANCISCO ALVES | | JOSMAR DE OLIVEIRA CAMARGO | |
| 173/03 | FRANCISCO JUAREZ DA SILVA | | VANUSA APARECIDA PADILHA | |
| 174/03 | JOSÉ FRANCISCO ALVES | | BERNARDETE DE LIMA FREITAS | |
| 175/03 | VALDINEI GONÇALVES DE SOUZA | | COLETIVIDADE | |
| 104/03 | OSVALDO JOSÉ BARBOSA | | O ESTADO LAURA DA SILVA E GABRIEL | |
| 064/03 | VALDECIR SOCHODOLAK | | O ESTADO | |
| 011/03 A.P | TEREZA CAMARGO | | MINISTERIO PÚBLICO | |
| 113/03 | LAURO ZEFERINO DOS SANTOS RIBEIRO | | O ESTADO | |
| 026/03 | GEOMAR MENDES DA SILVA EDILSON JOSÉ RIBEIRO | | ESTADO E O MENOR ANDERSON CEZAR DE SOUZA | |
| 009/03 A.P | BENJAMIM NUNES SIQUEIRA | | MINISTERIO PÚBLICO | |
| 012/03 A.P | CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS | | MINISTERIO PÚBLICO | |
| 039/03 | RONATO ALEXANDRE SCHIMIDT MARCELO CRESPI | | A COMUNIDADE | |
| 145/03 | GABRIEL BERNARDO DA SILVA | | INES APARECIDA DA MIRANDA | |
| 072/03 | EMERSON MAMUS | | RAFAEL DAL SANTO CASSAROTTI | |
| 077/03 | ISAIAS DA LUZ | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 082/03 | JOÃO OSSAK | | LAÉRCIO MARQUES DE LIMA | |
| 083/03 | NILSON MACHADO | | BENJAMIN NUNES SIQUEIRA | |
| 084/03 | HELIO APARECIDO DE SOUZA | | LUZANETE DA SILVA PRESA | |
| 085/03 | FANOR JOSÉ SERAFIM | | INÊS FREIRE SERAFIM | |
| 086/03 | JORGE JOSÉ DE MEIRA E DAVID DE MEIRA | | SEBASTIÃO APARECIDO DE LIMA | |
| 089/03 | DENILSON CARNEIRO DOS SANTOS | | SONIA CATARINA FORTUNATO DE SOUZA | |
| 090/03 | LUCIMAR LOPES DOS SANTOS | | ROSIMAR LOPES DOS SANTOS | |
| 091/03 | JOSÉ MOURA DOS SANTOS | | TEREZA MENDES DA SILVA | |
| 050/03 | JULIO CESAR GUERMANDI | | ROMULO EDUARDO IARESKI | |
| 051/03 | ANA APRECIDA THOMÉ | | IARA THOMÉ DA SILVA | |
| 053/03 | JOSÉ ALVES | | VALDEMAR MARCHESKI | |
| 056/03 | VALDERI DE ALMEIDA JORGE JOÃO BORGES | | VALDIR MAQUEA GARCIA | |
| 057/03 | ANDRÉIA FERREIRA DA VITÓRIA | | ROSIMAR DA SILVA FLORES | |
| 058/03 | VALDECI AGUIAR | | MARLENE RODRIGUES DE PAIVA | |
| 059/03 | CARLOS FAGUNDES | | NELCINDA APARECIDA DE RAMOS MARTA ORTIZ | |
| 066/03 | LUIZ POLINARSKI | | OTINO RUFINO DOS SANTOS | |
| 067/03 | JOSÉ SOBOTA | | JULIANA SOBOTA | |
| 068/03 | ELISEU DE FREITAS IVONE GONÇALVES DE FREITAS JOSÉ LOURENÇO DA SILVA | | TERESA CAMARGO | |
| 073/03 | EDINALDO GERALDO PEREIRA | | A COMINIDADE | |
| 030/03 | APARECIDO MARTNS DE SOUZA | | MARIA JOSE DA SILVA | |
| 062/03 | ANTONIO KOPIETZ | | O ESTADO | |
| 010/03 A.P | JOSE CARLOS CORREIA | | MINISTERIO PÚBLICO | |
| 134/03 | OGUINARTE APARECIDO THEODORO | | GILDA AZEVEDO NERI | |
| 063/03 | JOSE CARLOS GOMES | | O ESTADO | |
| 013/03 A.P | JULIO TRINDADE | | MINISTERIO PUBLICO | |
| 163/03 | RUBENS MEIRA DE SOUZA LAUDELINO BODOTTI PEDRO ALVES CABRAL AUGUSTO CALUX ATAUL MARIA DO SACRAMENTO SERGIO RAIOL ZEFERINO ATAMIR VAZ JOÃO CAMARGO | | AJUSTIÇA PUBLICA | |
| 125/03 | ALENILDO DOS SANTOS | | A SOCIEDADE | |
| 069/03 | MARIO HANDOHA | | JULIO CEZAR LIMA | |
| 019/03 | MARCIANO ALVES | | A JUSTIÇA PUBLICA | |

**ANO: 2004**

| Ação nº | Autor do fato/ Requerido | Advogado do Autor do fato/ Requerido | Vítima/ Requerente | Advogado da Vítima/ Requerente |
|---|---|---|---|---|
| 001/04 | JAIRO PERDONCINI | | SANDRA REGINA TRACZ | |
| 002/04 | JOAQUIM VOJIVODA | | MELETEI KLENIAR | |
| 003/04 | SEBASTIÃO BATISTA CORREIA | | MARIA DE LOURDES BARÃO GABARDO | |
| 006/04 | PEDRO SMACK BATISTA | | DARCI NORBERTO GOMES | |
| 007/04 | JOVINIANO PEDRO DE OLIVEIRA | | MARIA DOLORES BUSTOS | |
| 008/04 | HUDSON APARECIDO DA SILVA | | APARECIDO JOSE DA SILVA | |
| 010/04 | TEREZA LOPES FORTUNATO | | NELSON ORTIZ | |
| 011/04 | EDSON PEREIRA ALECRIM | | JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 013/04 | MISAEL VIEIRA DA SILVA | | VILMA DE SOUZA DANTAS | |
| 015/04 | JOSÉ APARECIDO AMARANTE | | ROSANA DOS SANTOS CASTRO | |
| 016/04 | VILMA DOS SANTOS BEZERRA | | SONIA REGINA DA SILVA | |
| 017/04 | MOACIR MACHADO ALVES | | VERA LÚCIA DOS SANTOS ALVES | |
| 018/04 | ADEMAR DO NASCIMENTO | | ANA MARIA DE LIMA | |
| 019/04 | JOEL MARCHESKI | | ALCIDES GOMES | |
| 021/04 | BENJAMIN NUNES SIQUEIRA | | ILDEBRANDO JOSÉ FERREIRA | |
| 023/04 | VALDEMAR MARIANO CARVALHO | | TEREZINHA PRESTES DE MACEDO | |
| 026/04 | URCELINO DE PAULA | | SILEIDE DA SILVA | |
| 027/04 | JOÃO RUFINO DOS SANTOS | | DAGILSA MENEZES | |
| 028/04 | SILVIO PORTES PEREIRA | | ROSENILDA RIBEIRO | |
| 029/04 | MARIO PETROUSKI | | EMILIA JATVA | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 031/04 | IVONETE NUNES PERCIVAL | | JACIARA MACHUGA |
| 032/04 | OSMÁRIO BEE | | MARINEZ MARQUES DE FARIAS |
| 033/04 | EUNEMIAS RODRIGUES DOS SANTOS | | ROSENILDA DOS SANTOS CASTRO |
| 034/04 | GUILHERME PLENS | | LUIZ PLENS |
| 035/04 | ANTONIO VIEIRA DE JESUS GRACIR DA APARECIDA VIRISSIMO | | EFIZIO PATRONE |
| 036/04 | ADILSON OLINIK | | JOSÉ VIEIRA DE JESUS |
| 037/04 | SILVANEI NUNES DOS SANTOS | | NOEL MARINHO DA LUZ |
| 038/04 | DONIZETE TEIXEIRA | | ANDREIA SILVA PEREIRA |
| 039/04 | ERASMO CARLOS ROSSI | | VILMA DOS SANTOS BEZERRA |
| 065/04 | VALTER DE DEUS | | COLETIVIDADE |
| 061/04 | DAGOBERTO CARLOS LOPREATO | | TADEU DUBAI KRUL |
| 060/04 | ALTAIR DA SILVA | | OSVALDO BRAULINO DA SILVA |
| 059/04 | AIRTON ZANGAT | | JOSÉ SILVÉRIO |
| 058/04 | ALEXANDRE DE ARAÚJO | | LUCIANA BORGES |
| 057/04 | ADEMIR APARECIDO DE FRANÇA | | COLETIVIDADE |
| 053/04 | FRANCISCO VILARIM DA SILVA | | ADELINO SANTANA |
| 051/04 | TEODORO MARKIO | | MARIA BODNAR MARKIO |
| 050/04 | EVERALDO VAGNER PIETROSKI E ADALBERTO DOBINS | | JOÃO CARLOS DOS SANTOS |
| 049/04 | EUNEMIAS RODRIGUES DOS SANTOS E VALDIRENE DO NASCIMENTO SANTA ROSA | | ROSENILDA DOS SANTOS CASTRO |
| 048/04 | CLEUSA DE SOUZA MACHADO | | CLEONICE VOIDELO DA SILVA |
| 047/04 | MARCOS FABIANO MENDES DOS SANTOS | | CLAUDECIR BASSACO |
| 044/04 | CALUDETE APARECIDA PEREIRA JULIANA PEREIRA DOS SANTOS | | SEBASTIÃO APARECIDO LIMA |
| 043/04 | SIDINEI DE OLIVEIRA LEITE | | GERALDO MARGARIDO DA SILVA |
| 042/04 | JUSTINA KOVALEK | | ANA DA SILVA CRESPIN |
| 041/04 | ROSIMAR LOPES DOS SANTOS | | CECILIA MOREIRA DE LIMA |
| 067/04 | SILVANA LOPES DE SOUZA | | LUCINEIDE BATISTA DA SILVA |
| 073/04 | IVETE DE JESUS MARTINS DE AZEVEDO | | TEREZA DE FÁTIMA PROÊNCIA |
| 074/04 | SONIA REGINA SILVA | | MARCILENE LOURENÇO DA CONCEIÇÃO |
| 075/04 | VERA LÚCIA PEDROSO DA COSTA | | ALAÍDE GOMES DA SILVA |
| 077/04 | LINDAMIR DE JESUS QUADRADO | | SUELI GONÇALVES |
| 078/04 | MAURILIO DUTRA DOS SANTOS | | CLÁUDIA MARIA DA SILVA |
| 079/04 | JOSÉ INÁCIO ALBANO | | CLAUDEMIR SIQUEIRA DOS SANTOS GILMAR APARECIDO SOEIRO |
| | | | ADEMIR DA LUZ DE FARIAS |
| 081/04 | CACILDA SOARES BRAGA | | ANTÔNIO SENETRA |
| 082/04 | EDGARD PAULO MENDES | | SEBASTIANA SOARES DOS |
| 086/04 | CLEUZA APARECIDO MACHADO | | TEREZINAHA LOPES FORTUNATO |
| 088/04 | JOÃO MARIA RIBEIRO DOS SANTOS | | LUCINÉIA APRECIDA RAMOA |
| 090/04 | RAIMUNDO NETO BORGES | | MARLENE DISNER |
| 092/04 | MARIO SMOKANYTZ | | NAICOLAU DIKTUM |
| 109/04 | EUVIRA MARTELI KOVALEC | | A JUSTIÇA ELEITORAL |
| 122/04 | FLORISVALDO JOSÉ TOZETTI | | JAIR CORDEIRO |
| 136/04 | FÁBIO SANDY DE OLIVEIRA | | JOSIEL AMARAL CUNHA |
| 139/04 | IDAILINA FORTUNATO | | ELISANDRA FORTUNATO DE SOUZA |
| 141/04 | APARECIDA LOPES SILVA E SIRLENE DA SILVA | | CLEONICE DA SILVA CABRAL PAULO SÉRGIO VIEIRA |
| 131/04 | LUCIENE RIBEIRO | | CLEUZA CORDEIRO DA SILVA SANTOS |
| 126/04 | DUARTE FERNADES DE FREITAS | | MIGUEL BATISTA RIBEIRO |
| 128/04 | MIGUEL BATISTA RIBEIRO | | WILSON MAIA MIRANDA E LOURENÇO DOS SANTOS |
| 052/04 | OSMAR GOMES CAVALHEIRO | | JANDIRA DO CARMO PINTO SILVA |
| 142/04 | MIGUEL FERRAZ DE ALMEIDA | | PAULO LOURENÇO |
| 135/04 | BEATRIZ APARECIDA MARÇAL DE OLIVEIRA | | ROSANA DOS SANTOS CASTRO |
| 149/04 | ZEZINHO BACH JANETE BACH | | JUVERCINA ROSA DA SILVA |
| 138/04 | CLAUDETE DE FÁTIMA DE ALMEIDA | | MARIA APARECIDA BOGO |
| 137/04 | AUGUSTINHO DE PAULA RIBEIRO | | INÊS LEMES DE JESUS |
| 133/04 | VALDINEI DA SILVA BARBOSA ADEMAR DO NASCIMENTO | | ORLANDO DO PRADO DA SILVA |
| 134/04 | CLAUDINEI LIMA DOS SANTOS | | ÂNGELA APARECIDA JARDIM COSTA |
| 123/04 | ALIPIO DE SOUZA | | ALFREDO URBANSKI |
| 121/04 | CARMELIA DA SILVA | | QUITERIA FAUSTINO DOS SANTOS |
| 117/04 | ROSELI MARTINS PADILHA | | DANIELLE GUIMARÃES DA COSTA |
| 108/04 | JOSÉ DE OLIVEIRA | | A JUSTIÇA ELEITORAL |
| 107/04 | JOSÉ JONAS DA SILVA | | A JUSTIÇA ELEITORAL |
| 106/04 | SEBASTIÃO TEODORO DUTRA | | A JUSTIÇA ELEITORAL |
| 105/04 | ELIVONEI APARECIDO BASSETTI | | A JUSTIÇA ELEITORAL |
| 104/04 | ILIANE LEAL | | A JUSTIÇA ELEITORAL |
| 101/04 | DJALMA APARECIDO LÚCIO | | NEUSA APARECIDA LOPES |
| 114/04 | JOVENTINO ALVES DOS SANTOS | | O MEIO AMBIENTE |
| 110/04 | MARILVA FERREIRA DOS SANTOS | | A JUSTIÇA ELEITORAL |
| 068/04 | JOSÉ VERNEK NETO | | A JUSTIÇA PÚBLICA |
| 063/04 | MARIA DE LOURDES MORA DA LUZ SANTOS | | JOSÉ LUIZ DA SILVA |
| 098/04 | TEREZA DE JESUS DONATO | | MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 097/04 | DEVANIR DAMASCENO | | MICHELI PONTAROLO | |
| 093/04 | ALCIDINI INÁCIO DE SOUZA | | NEIDE MARIA MACHADO | |
| 150/04 | OSORIO ANTERO UBALDO | | ROSELY DOS SANTOS LIMA DE SOUZA | |
| 144/04 | ALCEU PEREIRA DE OLIVEIRA | | VALDO APARECIDO RIBEIRO DOS SANTOS | |
| 130/04 | ERONI ARISTEU DOS SANTOS | | LINDOMAR DE JESUS QUADRADO FRANCIELE DE JESUS PEREIRA | |
| 120/04 | APARECIDA ROSEMARY SPEDO FANTI | | MARGARIDA DE FÁTIMA SANTOS | |
| 116/04 | ROSELI SILVA DE CASTRO | | KARINA DOS SANTOS SANTANA | |
| 115/04 | CARLOS ROMEIRO | | MEIO AMBIENTE | |
| 062/04 | ANTONIO PERES DOS SANTOS | | ELIANE LANKOSKI | |
| 089/04 | OLAVO FENNER | | GERALDINA MACHADO | |
| 091/04 | AMARIO RODRIGUES LEMES FILHO | | LUIZ ANTONIO PEREIRA | |
| 083/04 | ELIZEU PEREIRA COSTA | | INES KALINOVSKI | |
| 024/04 | ANTONIO LEIRIA DA SILVA | | ROSENILDA APARECIDA FAGUNDES | |
| 102/04 | PEDRO KUCHULA | | A JUSTIÇA ELEITORAL | |
| 071/04 | LUCIANA RODRIGUES REZENDE | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 070/04 | TIAGO ALEXANDRE OSSAK | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 080/04 | JAIME HRUBA | | ANTONIO FREITAS SOBRINHO | |
| 140/04 | JOSÉ FLORINDO FAGUNDES FILHO | | SUZANA SOARES LOURENÇO | |
| 007/04 A.P. | CESLAU ULBISNKI | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 119/04 | ANDERSON PAULO BARROS | | MARIA APARECIDA VIEIRA | |
| 005/04 A.P | JOEL BOAVAS | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 127/04 | MARLENE KUCHALA MENDES | | ELOISA ORNELAS | |
| 143/04 | ADEMAR DO NASCIMENTO | | ANA MARIA DE LIMA | |
| 069/04 | GERCEU DE ALMEIDA JORGE | | JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 111/04 | MARIO VIEIRA DE SOUZA | | JUSTIÇA ELEITORAL | |
| 005/04 | JORGE GOMES | | JESSICA PEREIRA GOMES | |
| 012/04 | MOACIR MACHADO ALVES | | VERA LUCIA DOS SANTOS ALVES | |
| 100/04 | VALDECI APARECIDO RAMOS | | ROSENILDA MOREIRA DOS SANTOS | |
| 002/04 | SANDRA MARA DE SOUZA | | SIMONE SUELEN DOS SANTOS | |
| 151/04 | ALESSANDRO STACHIN | | AMADEU ELIZIO SANTOS | |
| 113/04 | EDSON MARANHA | | ROSEVALDO MORINI | |
| 118/04 | VALDIR CRESPI | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 124/04 | TEREZINHA MACEDO | | NADIR MARIANA DOS SANTOS | |
| 148/04 | GENIVAL PEREIRA DA COSTA | | CARLOS ROBERTO BATISTA | |
| 095/04 | LUCIANO AUGUSTO MARCOLINO DE OLIVEIRA | | A COLETIVIDADE | |
| 094/04 | KLEITON GOTARDO ANDRE LUIZ FRANÇA EMERSON STIPP EDERSON STIPP | | SAMUEL PRIMAK DE OLIVEIRA | |
| 072/04 | REINALDO ROSA DA COSTA | | A JUTIÇA PUBLICA | |
| 085/04 | SEBASTIÃO BORGES DE GODOY NETO | | A COLETIVIDADE | |
| 054/04 | VALDINEI DA SILVA BARBOSA CARLOS ROBERTO DOS SANTOS | | CLEIDE RONALDO DE ALMEIDA | |
| 129/04 | EDERSON LOPES BASILIO | | A COLETIVIDADE | |
| 056/04 | MARCIO GELINSKI THOMAS JEFERSON HERNANDES JULIO CEZAR VIEIRA DA SILVA | | O ESTADO | |
| 002/04 A.P | TEREZINHA DE SOUZA FERREIRA | | MINISTERIO PÚBLICO | |
| 004/04 | LAERCIO DA SILVA | | ROMEU MORAES PALMIRO | |

**ANO: 2005**

| Ação nº | Autor do fato/ Requerido | Advogado do Autor do fato/ Requerido | Vítima/ Requerente | Advogado da Vítima/ Requerente |
|---|---|---|---|---|
| 024/05 | JOSÉ ANTÔNIO PINHEIRO | | BASÍLIO EUFRASINO NARDIELLE | |
| 023/05 | CARLOS MAGALHAES ALMEIDA | | MARLENE ANTUNES DA SILVA | |
| 015/05 | JOEL MARCOS MAURINHO | | JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 075/05 | FRANCISCO DE SOUZA FILHO | | ANTÔNIO JOSÉ SILVEIRA DOS SANTOS | |
| 010/05 | RENATO NAROSKI KELI NAUROSKI | | ROSEVALDO MORINI | |
| 019/05 | LUCIANA DE SOUZA | | CÉLIA APARECIDA NOBRES FISCALDI | |
| 044/05 | ILMA SANTANA DE FARIAS | | JUREMA DE FARIAS LOPES | |
| 056/05 | JOSÉ DE LIMA | | MARIANA BATISTA DA SILVA LIMA | |
| 067/05 | EDERSON DA LUZ LEAL | | WELLINGTON LUIS LEAL | |
| 084/05 | TIAGO FERNANDO LEMOS | | JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 096/05 | CARLOS APRECIDO DE ASSUNÇÃO ARILDA DE FREITAS ALBINO DANIEL | | APARECIDA DE PROENÇA | |
| 090/05 | RUBENS PIO DA SILVA | | ANDERSON ROSA LENITA ROSA | |
| 031/05 | HUMBERTO GOMES MARTINS | | IRACEMA ARRELARO RENZETTI LUCILENE GALDINO FERREIRA | |
| 101/05 | RODRIGO FACINI | | A JUSTIÇA PÚBICA | |
| 018/05 | RONALDO ADRIANO MARTINS | | MARIA CECÍLIA DA SILVA | |
| 011/05 | ELIANE APARECIDA FEITOZA FICANGNA | | NADIR MARIANO DOS SANTOS | |
| 013/05 | WILSON DOS SANTOS BARBOSA | | ANTONIO MARCIO TOLOTTO DE FRANÇA | |
| 014/05 | VALDECI ASSIS DA SILVA | | MARIA APARECIDA CARVALHO DA SILVA | |
| 017/05 | RAFAEL DAL SANTO CASSAROTTI | | EMERSON MAMUS | |
| 016/05 | VALDECI ASSIS DA SILVA | | JUDITI VAZ DE CARVALHO | |
| 102/05 | CALIL MARTINS | | MÁRCIA FERREIRA DA SILVA | |
| 109/05 | CLAUDEMIR DE SOUZA DA LUZ | | A JUSTIÇA PÚBLICA | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | CARLOS ROBERTO PEREIRA ADRINAO DOS SANTOS NORA | | | |
| 110/05 | IONE SILVA DOS SANTOS | | EDSON HONÓRIO DA SILVA | |
| 114/05 | JOSÉ WALTER CASTANHA | | SUELI VERNEK DE ALMEIDA | |
| 139/05 | ROSILENE GONÇALVES BERNARDES | | VALDICLÉIA DA SILVA MOREIRA | |
| 150/05 | DARCI DE FARIA CORREA | | MARCOS VINICIUS MORALES MARTINS | |
| 004/05 A.P | JOSÉ WILSON DA SILVA CELSO JOENK | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 008/05 | JORGE PRIMAK DE OLIVEIRA JOSÉ PRIMAK DE OLIVEIRA | | EDSON MAMÉDIO DAS SANTOS JOSÉ JAIME DE ALMEIDA FILHO | |
| 007/05 | CELSO AGNES | | FELIPE AUGUSTO | |
| 009/05 | SILVÉRIO ROBERTO ALVES CLAUDINEI MACEDO DA SILVA SILVINO DA SILVA MARIA APARECIDA ALVES MACHADO HELENA RIBEIRO DE QUADROS JOSIAS MICHESKI | | ANTONIO MARCIO TOLOTO DE FRANÇA SILMARA DE LARA | |
| 091/05 | TEREZA GUZIK | | WILSON FURQUIM DE CAMPOS | |
| 043/05 | APARECIDO DA COSTA CASTRO | | APARECIDO DOS SANTOS DITE | |
| 051/05 | JOSÉ SOBOTA | | JULIANA SOBOTA | |
| 071/05 | NEUSA DOS SANTOS SILVERIO | | TEREZINHA DOS SANTOS DITE | |
| 033/05 | RUBENS MEIRA DE SOUZA JURACI MOREIRA DE ARAÚJO NELSON VIEIRA DOS SANTOS | | NELSON JOÃO CASAROLLI | |
| 025/05 | SEBASTIÃO GOMES DA SILVA NETO | | ABIAS DIAS FERREIRA | |
| 022/05 | ROBERTA DE ALMEIDA | | MÁRCIA CRISTINA BARBOSA | |
| 159/05 | MARIO ONESKO | | JUSTINA ZATESCO ONESKO | |
| 116/05 | URCELINO DE PAULA | | SILEIDE DA SILVA | |
| 081/05 | JOÃO BATISTA CARVALHO | | RODRIGO DA SILVA ROSA PATRICIA DA ROSA CARVALHO LETICIA ROSA CARVALHO JADIANE ROSA CARVALHO | |
| 078/05 | LIDIA JULIANA DOS SANTOS | | ROSANA DOS SANTOS CASTRO | |
| 077/05 | CESLAU ULBINSKI | | EMILIA BEREZINSKI ULBINSKI | |
| 076/05 | GILMAR HRUBA | | JOANAINA GONÇALVES DE GODOY | |
| 074/05 | CARLOS ROBERTO PEREIRA | | FLAVIO VAZ DA SILVA PINHEIRO | |
| 073/05 | NOEL JOSE DA SILVA | | JOCIMARA BUENO DA SILVA | |
| 070/05 | JACINTA FAVA DA SILVA E IZABEL ANTUNES DA COSTA | | ILVA SANTANA DE FARIAS | |
| 069/05 | VALDECIR CÂNDIDO MARTINS | | EVANIR RIBEIRO MARTINS | |
| 068/05 | JOSEMAR RODRIGUES DELGADO | | ANDERSON PEREIRA DOS SANTOS | |
| | LORIVAL RODRIGUES DELGADO | | | |
| 065/05 | DOMINGOS PEREIRA DE ARAÚJO | | ANGELITA RIBEIRO QUINO | |
| 062/05 | APARECIDA DA SILVA RIBEIRO | | MARCIA MARA RIBEIRO MACEDO | |
| 055/05 | JACINTA FAVA DA SILVA | | ILMA SANTANA DE FARIAS | |
| 060/05 | VALDINEI DA SILVA BARBOSA | | MARIA JOSE DE OLIVEIRA | |
| 057/05 | SILMARA DE LARA APARECIDA TOLOTTO DE LARA ANTÔNIO MÁRCIO TOLOTTO | | NEUZA PAULNO PEREIRA E VALDEVINO PORTES PEREIRA | |
| 136/05 | ISMAEL DOMINGOS PEREIRA | | JAIR AGOSTINHODA LUZ | |
| 194/05 | AMBROSIO LISSA | | TEREZA MALINO VESKEI | |
| 144/05 | JOSE DE ANDRADE | | MARIA JOSE DE SOUZA RIBEIRO | |
| 053/05 | WALDIR DONIZETI SQUICALI | | MARINÊS DA SILVA | |
| 052/05 | JOÃO BATISTA DOS SANTOS | | JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 050/05 | SILVANEI NUNES DOS SANTOS | | VANILSA ALVES COSTA | |
| 049/05 | INES SANTOS CARNEIRO DANIEL | | SOLANGE GOMES DANIEL | |
| 048/05 | NIVALDO DA ROSA | | LUIS MATOS DA SILVA | |
| 047/05 | CLAUDIO DE JESUS DE MELO | | SEBASTIÃO GOMES DA SILVA NETO | |
| 046/05 | NORIVAL ECCEL | | ANTONIO DOMINGUES FIRMINO | |
| 029/05 | SANDRA MARIA BARBOSA DA COSTA | | VANDERLEIA FERNANDES RIBEIRO | |
| 005/05 | SAMUEL PRIMAK | | O ESTADO | |
| 107/05 | ALBINO GONÇALVES | | CARLOS ROMERO | |
| 132/05 | LUIZ CHIMILOSKI PONTES RONALDO ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS | | GEORGE LIODI DOS SANTOS FUKUSHIMA | |
| 093/05 | LUIZ CARLOS ROSSI | | NEILA ANTUNES DIAS | |
| 098/05 | APARECIDO MARTINS DE SOUZA | | MARIA JOSÉ SILVA DA ROSA | |
| 106/05 | IZAIAS FERMIANO DE MORAIS | | ELIANE CRISTINA BARBOSA | |
| 130/05 | LUIZ CHIMILOSKI PONTES E RONALDO ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS | | ELIANE SILVÉRIO DE OLIVEIRA | |
| 149/05 | ELISA RIBEIRO DA SILVA | | LOURDES RIBEIRO | |
| 146/05 | ALCIDINO INÁCIO DE SOUZA | | NEIDE MARIA MACHADO | |
| 143/05 | CARLOS ROBERTO RODRIGUES VIDAL | | CARLOS ALBERTO ALVES | |
| 158/05 | LUIZ RAZZINE | | JOÃO FLORIANO DA SILVA | |
| 141/05 | EDILSON DE SOUZA | | JOSIANE SMOKANITZ | |
| 122/05 | MAURILIO BORINO | | DALCIZA MARIA DE PAULO | |
| 121/05 | JOSMAR DE OLIVEIRA CAMARGO | | LUCIMARA DA SILVA DOS SANTOS | |
| 163/05 | VALDECIR CASTURINO CARVALHO DOS SANTOS | | SILMARA CARVALHO DOS SANTOS | |
| 168/05 | IVONETE FERREIRA DE SOUZA DINORAH FROSSARIO | | O ESTADO | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PEREIRA DA SILVA | | | |
| 189/05 | CLAUDINEI GONÇALVES DE SOUZA | | A JUSTIÇA PUBLICA | |
| 193/05 | GILMAR HRUBA MARIO APARECIDO HRUBA | | OLGA SOLOBOJAN HRUBA | |
| 164/05 | SEBASTIÃO TOLEDO | | GÉRSON VIERA DE ARAÚJO | |
| 165/05 | WILSON DO NASCIMENTO MARÇAL | | DAVID CONRADO | |
| 167/05 | CLEIDE ROBERTO ALMEIDA | | ROMILDO GOMES DA SILVA | |
| 119/05 | WALDOMIRO DONIZETE SQUINCALI | | LOURDES CARNEIRO FONSECA E MARINÊS DA SILVA | |
| 115/05 | GILMAR HRUBA | | JOANAINA GONÇALVES GODOI | |
| 063/05 | JOSE DOMINGOS DE GODOES | | JUSTIÇA PUBLICA | |
| 045/05 | JOSE DIAS DOS SANTOS GILBERTO DIAS DOS SANTOS | | ERICK RODRIGUES RAMOS IRACI RODRIGUES | |
| 153/05 | VALDISNEI CASTILHO | | JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 108/05 | PAULINO APARECIDO DA SILVA | | GELSON DA SILVA TRIZOTTE | |
| 094/05 | MARIO MINIUK | | TEREZINHA PRESTES DE MACEDO | |
| 082/05 | HELENA ALTES DA SILVA | | FERNADO DE PAULA XAVIER JÚNIOR | |
| 001/05 A.P | DIVINO JOSE ARANTES | | MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| 201/05 | VALDECI ASSIS DA SILVA | | VALDEMAR GOMES DE OLIVEIRA | |
| 112/05 | JULIANA DE TAL | | BENEDITA LEONITA MORAES DA SILVA | |
| 200/05 | PAULO PREIRA JAIRO PEREIRA | | FRANCISCO MENDES DA SILVA | |
| 059/05 | CLAUDEMIR DE SOUZA DA LUZ | | JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 197/05 | JOSÉ FERREIRA CARLOTA PEDRO CARLOTA | | JOSÉ DE JESUS | |
| 202/05 | CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS | | LUZIA DA ROSA | |
| 198/05 | ANTONIO ALVES | | HAILA MARIANE DE LIMA DE ALMEIDA | |
| 196/05 | NICOLAU PAULUK | | MARCIANO PAULUK | |
| 203/05 | FÁBIO SANDY DE OLIVEIRA | | PEDRO MENDES DA SILVA | |
| 188/05 | LUIZ ANTONIO FIORESE | | MEIO AMBIENTE | |
| 179/05 | EVERALDO ANDRÉIA MIRANDA | | MEIO AMBIENTE | |
| 195/05 | JOSÉ LUIS DA SILVA | | MARIA DE LOURDES MOURA DA LUZ SANTOS | |
| 181/05 | MARIO MINIUK | | MEIO AMBIENTE | |
| 006/05 A.P | VANDERLEI DA SILVA | | JULIANA BEATRIZ NUNES | |
| 176/05 | ARCEU PEREIRA DE JESUS | | MEIO AMBIENTE | |
| 103/05 | DIOMAR APARECIDA DOS SANTOS | | JUSTIÇA PÚBLICA | |
| 085/05 | EDEGARD PAULO MENDES | | NADIR MARIANO DOS SANTOS | |
| 117/05 | FABIO APARECIDO VENTURA | | JOSÉ MACHADO MOREIRA | |
| 135/05 | LUIZ CHIMILOSKI PONTES E RÁDIO PRINCESA | | FERNANDO HEUKO | |
| 133/05 | LUIZ CHIMILOSKI PONTES E RÁDIO PRINCESA | | SUSSUE FERNANDA | |
| | | | DOS SANTOS FUKUSHIMA | |
| 185/05 | EDSON DE CAMPOS | | ADAIR CARLOS MONDINI | |
| 162/05 | ANTONIO DOS SANTOS | | MARIA BEZERRA DO AMARAL SANTOS | |
| 160/05 | MADSON DUARTE | | ROSANA HELMAN | |
| 129/05 | THOMAZ JEFERSON HERNANDES | | CARLOS HENRIQUE LIMA | |
| 134/05 | LUIZ CHIMILOSKI PONTES E RADIO PRINCESA | | JORGE FUSKUSHIMA | |
| 140/05 | DIRCEU DOS SANTOS | | ELAINE DOS SANTOS | |
| 097/05 | CARLOS ROBERTO PEREIRA | | VALDEMIR BURGHI RODRIGUES VALDIR BURGH RODRIGUES | |
| 080/05 | VALDEVINO PORTES PEREIRA | | APARECIDA TOLOTTO DE LARA | |
| 054/05 | EDER FERREIRA BASTOS | | JOSE OZANO DOS SANTOS | |
| 003/05 | WILLIAN CARDOSO DE ALMEIDA ALEXNDRE JOSE DA SILVA NETO | | JOÃO PAULO FRAGA | |
| 032/05 | THIAGO JOSE SILVEIRA PINTO | | O MEIO AMBIENTE | |
| 034/05 | CLEUZA APARECIDA MACHADO | | O ESTADO | |
| 037/05 | DIVINO JOSE ARANTES | | ALEXIS LOPES | |
| 038/05 | MARIA APARECIDA SOARES | | ADEMAR DO NASCIMENTO | |
| 039/05 | CARLOS ROBERTO PEREIRA | | JOSE DECIO DO SACRAMENTO | |
| 161/05 | ADRIANO MENDES SOARES NELSON SOARES MACHADO | | LUIZ CARLOS PEREIRA | |
| 157/05 | ROMILDO APARECIDO RAMOS | | IRACEMA DA LUZ RIBEIRO | |
| 156/05 | CLAUDINEI DOS SANTOS CASTRO RAFAEL DE MELO FARIAS | | JOSE APARECIDO AMARANTE | |
| 199/05 | VALDEVINO PONTES PEREIRA | | JOÃO RIBEIRO | |
| 064/05 | PEDRO AUGUSTO DA LUZ | | FRANCISCO JORDÃO DOS SANTOS | |
| 131/05 | LUIZ CHIMILOSKI PONTES E RADIO PRINCESA | | ELIPAZ METCHIOR CHIMANSKI DOS SANTOS | |
| 035/05 | JOSE DE SOUZA | | TATIANE CAMPOS | |
| 111/05 | SERGIO FRANCISCO BEZERRA | | EDINEIA DOMINGOS | |
| 192/05 | JOSE SOBOTA | | JULIANA SOBOTA | |
| 021/05 | JAIR DA CRUZ | | AREMITA DE LIMA DA CRUZ | |
| 028/05 | LUIZ DE ALMEIDA | | JOSE BARCELOS BUENO | |
| 008/05 A.P. | CLAUDEMIR DE SOUZA DA LUZ | | MINISTERIO PUBLICO | |
| 201/05 | VALDECI ASSIS DA SILVA | | VALDEMAR GOMES DE OLIVEIRA | |

**ANO: 2006**

| Ação nº | Autor do fato/ Requerido | Advogado do Autor do fato/ Requerido | Vítima/ Requerente | Advogado da Vítima/ Requerente |
|---|---|---|---|---|
| 024/06 | SUELI CARDOSO DE OLIVEIRA | | EVA FARIA DE LIMA | |
| 053/06 | VALDECI ASSIS DA SILVA ARZEMIRO DE MATOS E GERALDO DA SILVA | | LEANDRO SANTANA MACHADO | |
| 062/06 | JUAREZ DIAS | | O ESTADO | |
| 060/06 | JUAREZ DIAS | | O ESTADO | |
| 059/06 | JUAREZ DIAS | | O ESTADO | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 061/06 | JUAREZ DIAS | | O ESTADO | |
| 025/06 | VALDECIR PEDRO DA SILVA | | NELSON APARECIDO OTTO PAULO RICARDO GUILHARDI OTTO | |
| 073/06 | VALDEVINO PORTES PEREIRA | | ROSENILDA RIBEIRO DOS SANTOS | |
| 056/06 | CLODOALDO DELGADO RIBEIRO | | JOSÉ CARLOS DE PAULA CAVALARI | |
| 101/06 | ROSIVALDO PORFÍRIO DE DEUS | | EDMÍLSON MARTINS DE SOUZA | |
| 079/06 | ADIR RUI CALDERAM | | APARECIDA ELIZIO DE LARA | |
| 068/06 | ELIAS PINHEIRO DE ARAÚJO | | VANDERLEI DOS SANTOS | |
| 095/06 | CLEIDE ROBERTO DE ALMEIDA | | MARIA LUCAS FIGUEIREDO | |
| 103/06 | CHARLES FERNANDO MACHADO | | PATRICIA ELIZANDRA SOARES E JOÃO NATAL DA LUZ | |
| 052/06 | DIRCE PEREIRA PRIMO | | JANETE FÁTIMA DE OLIVEIRA | |
| 021/06 | ORLANDO ANTÔNIO DA SILVA | | AMÉLIA LÚCIA DA COSTA | |
| 001/06 | PEDRO CIRILO DE OLIVEIRA | | LUIZ CARLOS PEREIRA | |
| 110/06 | JAMIRO LEMES DA SILVA | | NOEL KLOSTER | |
| 014/06 | EDEIR RIBEIRO DE OLIVEIRA | | ROSELI PETRANSKI | |
| 016/06 | RENI ROSA | | IZAURA MEDEIROS MACHADO | |
| 012/06 | CÉLIA DOS SANTOS | | CLAUDEMIR DA SILVA | |
| 011/06 | BENEDITO KAPUCINSKI | | NILCE DE FÁTIMA SOUZA DO BONFIM KAPUCINSKI | |
| 042/06 | JOÃO DE DEUS | | ACIR MACHADO | |
| 102/06 | ADEMAR DO NASCIMENTO | | MARIO MINHUK | |
| 071/06 | ADENILSON DA SILVA | | ALESSANDRA DE CASTRO | |
| 063/06 | ADILSON LEMES DOS SANTOS | | ROBERTO CARLOS PINHEIRO DOS SANTOS | |
| 117/06 | NILTON DA LUZ ISDRAIT | | JOSÉ LEAL SOBRINHO | |
| 113/06 | ANA LÚCIA PINTO E CARLOS ZOLA | | ANA LÚCIA PINTO E CARLOS ZOLA | |
| 135/06 | NICOLAU EDUARDO DE LIMA | | JOÃO MICHELASI | |
| 125/06 | NOEL MARINHO DA LUZ | | MARIA APARECIDA DA SILVA SANTANA | |
| 140/06 | RAFAEL DE MELO FARIAS | | SILVANO RIBEIRO MENEZES | |
| 002/06 | CRISTIANE NUNES FERREIRA | | AMÉLIA VILZAK | |
| 003/06 | CACILDA SOARES BRAGA | | VANDERLEI DA SILVA | |
| 114/06 | GEORGE KLEN | | ROSELI TEREZINHA DOS SANTOS | |
| 017/06 | MARCELO GONSALVES | | CLEUZA DOS SANTOS SOUZA | |
| 123/06 | MÁRIO DE MEIRA | | JOSÉ LEITE DA SILVA | |
| 045/06 | MARIANO ULBISNKI | | ILIANE LEAL | |
| 133/06 | CLEBER DE SIQUEIRA DA SILVA WILLIAN CARDOSO DE ALMEIDA | | REGIANE APARECIDA DE SIQUEIRA | |
| 054/06 | SANDRO GOMES VANDERLEI ANDRADE TEIXEIRA E JULIANA KLYN | | ESTADO | |
| 126/06 | ALDO NUNES FARIAS | | RODRIGO DA SILVA DE CARVALHO | |
| 130/06 | AILSON ROBERTO ALMEIDA | | GERTA TEREZINHA KIST MARCHESKI | |
| 049/06 | SILVANO PEREIRA DA SILVA | | MARIO BARBOSA ELITON LASTA | |
| 094/06 | CLEBER DE SIQUEIRA DA SILVA | | CLAMOR PÚBLICO | |
| 082/06 | DIONISIO HANDOIA | | MARGARIDA ANGELO MARTINS | |
| 048/06 | EMERSON BELTRAO MOREIRA | | GRAZIELA BRAGA DOS SANTOS | |
| 026/06 | JOSÉ FRANCISCO DE AZEVEDO | | DARCI NORBERTO GOMES | |
| 036/06 | IRAN DE PAULA OLIVEIRA | | JAIR LEMOS | |
| 033/06 | LUIZ DA LUZ LEAL | | VALDIR SEGURO | |
| 147/06 | SYDNEI MARCOS SOBREIRA XAVIER, DAMASIO ALVES DE LIMA E JOAO CAMARGO | | ELPIDIO TOMAZ JOSÉ GERALDO MARTINS | |
| 035/06 | IRAN DE PAULA OLIVEIRA | | MIGUEL BATISTA RIBEIRO | |
| 066/06 | EDMILSON JOSÉ DOS SANTOS | | ANA LÚCIA PINTO | |
| 031/06 | CLODOALDO BATISTA MARCELO BUENO BATISTA | | ANTONIO SÉRGIO B. DE LIMA | |
| 029/06 | ADENILSON AMORIM BARBOSA | | JOÃO DOS SANTOS | |
| 046/06 | LUIS DA LUZ LEAL | | ALZIRA DA LUZ LEAL | |
| 041/06 | LUIZ CARLOS ROSSI | | NEILA ANTUNES DIAS | |
| 032/06 | ADEMIR VINCENTN NUNES | | VILMA RODRIGUES CHAVES | |
| 028/06 | VALDECI ASSIS DA SILVA | | JUDITE VAZ DE CARVALHO | |
| 044/06 | JOÃO JOEL MONTEIRO DOS SANTOS | | NADIR CARDOSO DA LUZ | |
| 055/06 | JAIR TRIZOTTE GOMES | | WALFRIDO LOPES | |
| 027/06 | NILSON SILVA DE CASTRO | | OSNI DE MATOS | |
| 047/06 | NICOLAU SZCZORCZUK | | DELIR ALVES DE MIRANDA SZCZORCZUK | |
| 039/06 | JURACI COSTA CARLOS JOSÉ VALIM | | JOAÕ MANOEL DOS SANTOS | |
| 093/06 | EZEQUIEL PEREIRA RODRIGUES | | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | |
| 006/06 | MARIA ROSA PEDROSO | | NEUSA CUSTÓDIO MACÁRIO | |
| 162/06 | AUREA APARECIDA MENDES | | CLAUDINÉIA RENCHUK | |
| 157/06 | GILMAR DA SILVA RIBEIRO | | MARIA JOANA DOS SANTOS | |
| 152/06 | AUGUSTO NAVAROSKI | | JOSÉ FERREIRA DA SILVA | |
| 022/06 | JÕAO RODRIGUES DOS SANTOS FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS MACIEL RIBEIRO DA SILVA | | MAURÍCIO LIMA DA SILVA | |
| 007/06 | MARIA DE LOURDES MOURA DA LUZ SANTOS | | IRIAN TOME DA SILVA | |
| 038/06 | ANTENOR MENDES DOS SANTOS | | SEBASTIÃO DE SOUZA COIMBRA | |
| 037/06 | SEBASTIÃO DE SOUZA COIMBRA | | ANTENOR MENDES DOS SANTOS | |
| 040/06 | NELSON ALVES DE SOUZA | | MARIOS SOARES DOS REIS | |
| 010/06 | VALDEVINO PORTES PEREIRA | | ADMINISTRAÇÃO PUBLICA | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 004/06 A.P | AMILTON APARECIDO TEODORO | | SOLANJO MARTINS BRAGA | |
| 018/06 | DIRCEU DOS SANTOS | | ZACARIAS BERTÃO PEDRO FERNANDES | |
| 008/06 | OSVALDO PEREIRA DOS SANTOS | | TEREZA DE OLIVEIRA DOS SANTOS | |
| 015/06 | JOSE GONÇALVES DE OLIVEIRA | | MARIA TEREZA DE FREITAS | |

ADVERTÊNCIA: Ficam as partes e seus advogados cientes de que, em relação aos autos que serão destruídos, somente encontram-se registradas em livro próprio da Secretaria as sentenças de mérito, de embargos à execução, de revelia e de homologação de decisão de juiz leigo, não havendo registro das sentenças homologatórias de conciliação e nem das de extinção sem julgamento do mérito, consoante itens 17.2.1.3, 17.2.1.3.1, 17.2.1.3.2 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze (29/9/2011).
**Rodrigo Corrêa da Silva**
Secretário - Portaria 22/11
Autos nº 005/2010

## LARANJEIRAS DO SUL

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

### Edital de Citação

**VARA CÍVEL DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL-ESTADO DO PARANÁ**
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO EXECUTADO JHONYELLISON CARLOS MARTINS inscrito no CPF n º 056.551.659-02. Prazo de 30 (trinta) dias
A Doutora LUCIANA LUCHTENBERG TORRES, MM. Juíza de Direito da Vara Cível desta Comarca de Laranjeiras do Sul PR., na forma da Lei, etc... FAZ SABER, aos que o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente fica CITADO o executado JHONYELLISON CARLOS MARTINS inscrito no CPF n º 056.551.659-02, atualmente em lugar incerto e não sabido, na pessoa de seu representante legal, para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o pagamento da importância de R$ 758,19 (setecentos e cinqüenta e oito reais e dezenove centavos) que deverá ser corrigido a partir de 07/12/2009 e demais cominações legais, nos autos n º 072/2009 de EXECUÇÃO FISCAL em que é exequente: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e executado: JHONYELLISON CARLOS MARTINS, referente a Dívida Ativa datada de 05/07/2009, N º 10119487-6, ou seguro o Juízo apresentar embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de penhora ou arresto em bens, da executada, de tantos quantos bastem para garantir a dívida dos autos supra mencionados.
O presente é expedido será publicado e afixado na forma da Lei e local de costume. Dado e passado nesta cidade de Laranjeiras do Sul PR., aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze. Eu, _____, MARCOS MUZYKA, Escrivão do Cível.

### Edital de Intimação

**VARA CÍVEL DA COM. DE LARANJEIRAS DO SUL - ESTADO DO PARANÁ**
EDITAL DE INTIMAÇÃO DA EXECUTADA SRA. MARISTELA HIKISHIMA inscrita no CPF n º 995.928.359.34. Prazo de 30 (trinta) dias.
A DOUTORA LUCIANA LUCHTENBERG TORRES, MM. Juíza de Direito da Vara Cível desta Comarca de Laranjeiras do Sul PR., na forma da Lei, etc... FAZ SABER, aos que o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente INTIMA a executada Sra. MARISTELA HIKISHIMA inscrita no CPF n º 995.928.359.34, da penhora realizada nos autos n.º 737/2.006 de EXECUÇÃO FISCAL em que é exeqüente: FAZENDA NACIONAL e executada MARISTELA HIKISHIMA, em data de 02/12/2.009 sobre o imóvel urbano com a área de 452,14m², localizado no lote 12 da quadra 22 da planta Jardim das Américas, situado o arrabal de Cajurú, com as confrontações e medidas descritas na matrícula n º 25.585, ficha 01 do 4º Ofício do Cartório do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas de Curitiba PR, e para embargar querendo no prazo de 30 (trinta) dias, sob as penas de lei, inclusive designação de praças para venda do imóvel acima referido.
O presente é expedido será publicado e afixado na forma da Lei e local de costume. Dado e passado nesta cidade de Laranjeiras do Sul PR., aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e onze Eu, _____, MARCOS MUZYKA, Escrivão do Cível.

VARA CÍVEL DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL - PR.
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS DA INTERDIÇÃO DE IZAEL CALDAS. A Doutora LUCIANA LUCHTENBERG TORRES, MM. Juíza de Direito da Vara Cível desta Comarca de Laranjeiras do Sul PR., na forma da Lei, etc...FAZ SABER, aos que o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente leva ao conhecimento de todos, para que no futuro não aleguem ignorância (desconhecimento), de que neste Juízo e Cartório Cível se processou os autos nº 215/2010 de INTERDIÇÃO, no qual foi interditado e declarado absolutamente incapaz o réu Sr. IZAEL CALDAS portador do RG n º 9.958.899-3, inscrito no CPF n.º 058.555.449-82, não sendo capaz de praticar por si só, os atos da vida civil, nem administrar a sua pessoa e seus bens, visto que é portador de retardo mental grave, não tendo condições de assumir os atos da vida civil, sendo nomeado curador em seu favor, sua irmã, Sra. LURDES DE FATIMA CALDAS inscrita no CPF n º 068.687.889-24, a qual não poderá desfazer-se dos bens por ventura existentes de propriedade do interditado, sem a prévia autorização deste Juízo, sob as penas de lei, conforme determinações da r. sentença, parte dela a seguir transcrita(...) Diante do exposto, DECRETO a interdição de IZAEL CALDAS declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil,na forma do artigo 3º, inciso II do Código Civil de 2002, e, de acordo com o artigo 1775 do mesmo diploma legal, e nomeio-lhe como curadora a Sra. Lurdes de Fátima Caldas. Em obediência ao disposto no artigo 1184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil de 2002, inscreva-se a presente sentença do Registro Civil e publique-se-a na imprensa local e no Órgão Oficial, por três vezes, com intervalo de 10 dias. Deverá a curadora providenciar a especialização da hipoteca de bens do interditando ou comprovar a inexistência de bens em seu nome. Fixo os honorários ao curador nomeado pelo juízo para a defesa da interditada cujo pagamento caberá ao Estado do Paraná. Considerando o trabalho desenvolvido e o fato de que não foram necessárias maiores intervenções no feito, tenho por adequado, para remunerar os serviços prestados, o valor de R$ 400,00. Sem custas. Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, aplicáveis à espécie. P.R.I. Laranjeiras do Sul, 08 de Junho de 2.011 (a) LUCIANA LUCHTENBERG TORRES, Juíza de Direito.
O presente é expedido, será publicado e afixado na forma da Lei e local de costume. Dado e passado nesta cidade de Laranjeiras do Sul Pr., aos vinte e seis dias do mês de Agosto do ano dois mil e onze. Eu,_____, MARCOS MUZYKA, Escrivão.

## LONDRINA

## 1ª VARA CRIMINAL

### Edital de Intimação

**JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE LONDRINA-PR.**
*EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU **WALDOMIRO GALVÃO, vulgo "Birdo",** NOS AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº 2000.137-9, COM PRAZO DE 15 DIAS.*
*A DOUTORA ELISABETH KHATER, JUÍZA DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA-PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...*
*FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiver pelo prazo de 15 dias que fica o réu **WALDOMIRO GALVÃO, vulgo "Birdo", brasileiro, nascido a 08/01/1979, nesta cidade, filho de Sebastião Galvão e Ordalia Marques Galvão, solteiro, servente, residente e domiciliado nesta cidade, INTIMADOS** a comparecer(em) perante este juízo, edifício do Fórum, **no dia 10/11/2011, às 09:00 horas**, a fim de ser(em) submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, nos autos de Processo Crime a que responde como incurso nas sanções do Artigo 121, 2º, IV do Código Penal. Dado e passado, nesta cidade e Comarca de Londrina-PR, aos 26 dias do mês setembro de 2011. Eu (a)Darcy Tomiko André, escrivã digitei e o subscrevo.*
**Elisabeth Khater** Juíza de Direito

**JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE LONDRINA-PR.**

*EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU* ***VANDERLEI OSÓRIO*** *NOS AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº 2002.379-0, COM PRAZO DE 15 DIAS.*
*A DOUTORA ELISABETH KHATER, JUÍZA DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA-PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...*
*FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiver pelo prazo de 15 dias que fica o réu* ***VANDERLEI OSÓRIO, vulgo "Beiço", brasileiro, solteiro, sem profissão definida, nascido a 21/06/1973, nesta cidade, filho de Antonio Osório e Maria Aparecida Domingues Osório, RG. 5.236.368-PTR, residente e domiciliado nesta cidade,*** ***INTIMADOS*** *a comparecer(em) perante este juízo, edifício do Fórum,* ***no dia 25/10/2011, às 09:00 horas****, a fim de ser(em) submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, nos autos de Processo Crime a que responde como incurso nas sanções do Artigo 121, caput, do Código Penal. Dado e passado, nesta cidade e Comarca de Londrina-PR, aos 28 dias do mês setembro de 2011. Eu (a)Darcy Tomiko André, escrivã digitei e o subscrevo.*
**Elisabeth Khater**

---

**JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE LONDRINA-PR.**
*EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU* ***EDILSON FERNANDES DE OLIVEIRA*** *NOS AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº 1991.2-4, COM PRAZO DE 15 DIAS.*
*A DOUTORA ELISABETH KHATER, JUÍZA DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA-PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...*
*FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiver pelo prazo de 15 dias que fica o réu* ***EDILSON FERNANDES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, nascido a 01/06/1965, em Nova Fátima - PR, filho de Antonio Fernandes de Oliveira e Maria Clarice de Campos Oliveira, carpiteiro, residente e domiciliado nesta cidade,*** ***INTIMADO*** *a comparecer(em) perante este juízo, edifício do Fórum,* ***no dia 09/11/2011, às 09:00 horas****, a fim de ser(em) submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, nos autos de Processo Crime a que responde como incurso nas sanções do Artigo 121, 2º , I do Código Penal. Dado e passado, nesta cidade e Comarca de Londrina-PR, aos 28 dias do mês setembro de 2011. Eu (a)Darcy Tomiko André, escrivã digitei e o subscrevo.*
**Elisabeth Khater** Juíza de Direito

---

# 2ª VARA CÍVEL

## Edital de Citação

**PODER JUDICIÁRIO**
**JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ**
Av. Duque de Caxias nº 689 - FORUM - Centro Administrativo
CEP: 8 6 0 1 5 - 9 0 2 Londrina - PR.
**J U S T I Ç A G R A T U I T A**
**EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS CÔNJUGES DOS REQUERIDOS MANOEL GOMES DA SILVA, MARIO MOTA, BEM AINDA DOS CÔNJUGES DOS CONFINANTES IZOLINA MARIA DOS SANTOS CHAVES, JOÃO RIBEIRO DOS SANTOS, TEREZA MARIA DOS SANTOS MARQUES, ANA MARIA DA SILVA, LOURDES MARIA DE JESUS DE OLIVEIRA, COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS.**
Edital de citação e intimação dos cônjuges dos requeridos **MANOEL GOMES DA SILVA, MARIO MOTA,** bem ainda dos cônjuges dos confinantes **IZOLINA MARIA DOS SANTOS CHAVES, JOÃO RIBEIRO DOS SANTOS, TEREZA MARIA DOS SANTOS MARQUES, ANA MARIA DA SILVA, LOURDES MARIA DE JESUS DE OLIVEIRA, COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS,** para contestarem, dentro do prazo de **QUINZE (15) DIAS**, por intermédio de advogado, a **AÇÃO DE USUCAPIÃO** sob nº. **001325/2008** em que é requerente **HELENA RODRIGUES DA SILVA** e requerido **MARIO MOTA e MANOEL GOMES DA SILVA**, que tramita por este Juízo, sito à Av. Duque de Caxias, 689 - Centro Administrativo - Fórum, através da qual a autora pleiteia que seja declarada proprietária do seguinte imóvel: ***"Data de terras nº. 09 da quadra 22, situada no Distrito de Paiquerê, subdivisão do lote 52, da Fazenda Taquara, localizada à Rua Vitorino Gonçalves Dias, nº. 262, Sede do Distrito de Paiquerê, neste Município e Comarca de Londrina, dentro das seguintes divisas e confrontações: - Numa frente de 15,00 m para a Rua Vitorino Gonçalves Dias; divisando pela lateral direita com as datas nºs 12, 13 e 14, numa extensão de 43,00 m; pela lateral esquerda com a data nº. 08 também numa extensão de 43,00 m; pelos fundos com a data nº. 15, numa extensão de 15,00 m, sendo todas as datas mencionadas pertencentes à quadra nº. 22, daquele loteamento -, com as demais características constantes na matrícula nº. 7.108, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Londrina - PR.".*** **ADVERTÊNCIA:** Caso não seja apresentada defesa, dentro do prazo supra estipulado, presumir-se-ão como verdadeiros todos os fatos narrados pela autora, decretando-se a(s) sua(s) completa(s) revelia(s). Londrina, aos 28 de setembro de 2011. Eu,_____(Igor Ferreira Loução), Funcionário Juramentado, que o digitei e subscrevi.
**MARIO NINI AZZOLINI**
**Juiz de Direito Substituto**

---

# 4ª VARA CÍVEL

## Edital Geral

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ
**EDITAL DE 1ª E 2ª PRAÇAS, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO** DOS DEVEDORES **PAULO EVERALDO SCARPARO - CPF/MF nº 829.650.569-04 e S/M CLAUDETE SCARPARO - CPF/MF nº 023.448.149-81, CLAUDINO BADO - CPM/MF nº 191.330.819-72 e S/M MARIA ELISA BADO - CPF/MF nº 015.848.759-17.**

**AUTOS:** nº **155/2002** de **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA (EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA),** movida por **EUDALDO OLIVEIRA** contra **PAULO EVERALDO SCARPARO, CLAUDETE SCARPARO, CLAUDINEI BADO e MARIA ELISA BADO.**
1ª PRAÇA: **Dia 14/10/2011, às 13:23 horas, pôr valor igual ou superior ao da avaliação.**
2ª PRAÇA: **Dia 28/10/2011, às 13:23 horas, pelo maior lance oferecido, ressalvando-se a hipótese de preço vil.**
LOCAL: Parte térrea interna ed. Fórum - Prédio Novo - sito à **Av. Duque de Caxias, 689.**
BEM: **"DATA DE TERRAS nº 05 (cinco), com área de 267,36 m2., remanescente da data com o mesmo número da quadra nº 93-A (Noventa e três-A), centro, nesta cidade, dentro das seguintes divisas e confrontações: de formato irregular, tendo a Norte a data nº 04, com 23,613 metros; a leste com a Rua Guaporé, com 15,00 metros; a Sul com a data nº 06, com 11,703 metros; a Sudoeste com a faixa destacada para a implantação da Avenida Leste/Oeste, em desenvolvimento de curva de 19,158 metros e raio de 234,534 metros. Contendo uma construção em alvenaria com aproximadamente 556,24 m2. Objeto da matrícula nº 27.903 junto ao 2º CRI local".**
ÔNUS: **Nada consta dos autos, sendo que, eventuais ônus que porventura forem noticiado nos autos, serão comunicados pelo Sr. Leiloeiro no dia das praças.**
AVALIAÇÃO ATUALIZADA EM 1º/09/2011: **No valor de R$-1.218.753,50 (Hum milhão, duzentos e dezoito mil, setecentos e cinqüenta e três reais e cinqüenta centavos).**
VALOR DO DÉBITO: **R$-229.560,84 (Duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e quatro centavos).**
VALOR DO DÉBITO ATUALIZADO EM 1º/09/2011: **R$-275.162,41 (Duzentos e setenta e cinco mil, cento e sessenta e dois reais e quarenta e um centavos), já incluídas custas processuais e honorários advocatícios.**
**DEPÓSITO**: Em mãos do executado **PAULO EVERALDO SCARPARO.**
**LEILOEIRO:ODARLI CANESIN -** honorários em**: I**- arrematação, 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; **II-** adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo credor e **III-** remissão, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelos devedores, devidos a partir da publicação do edital.
INTIMAÇÃO: ad-cautelam, ficam os devedores **PAULO EVERALDO SCARPARO - CPF/MF nº 829.650.569-04 e S/M CLAUDETE SCARPARO - CPF/MF nº 023.448.149-81, CLAUDINO BADO - CPM/MF nº 191.330.819-72 e S/M MARIA ELISA BADO - CPF/MF nº 015.848.759-17,** intimados pôr este edital, para no caso de não serem encontrados pessoalmente para intimação.
**OBS.:** caso nas datas acima não haja expediente Forense, as praças realizar-se-ão no primeiro dia útil seguinte, no mesmo local e horário.
**DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Londrina-Pr., aos **14/09/2011.** EU,_____(**MARCOS ROBERTO SALVO - EMP. JURAMENTADO),** fiz digitar e subscrevi.-
**JAMIL RIECHI FILHO**
JUIZ DE DIREITO

---

# 4ª VARA CRIMINAL

## Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE LONDRINA - PR Avenida Duque de Caxias, 689 - Fórum - Londrina - Paraná

EDITAL DE CITAÇÃO DE ALESSANDRA DA SILVA PEREIRA DE OLIVEIRA e ADEMILSON CAETANO DA SILVA, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS (JUSTIÇA GRATUITA).

**F A Z S A B E R** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, pôr este Juízo e Secretaria respectiva tramitam os autos n.º 0023690-15.2011.8.16.0014 de AÇÃO DE USUCAPIÃO movida por NILSON BARBOSA e outro contra COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - COHAB-LD, nos quais os autores pleiteiam que sejam declarados proprietários da: "**data de terras sob nº 07 (sete), da quadra nº 26 (vinte e seis) medindo área de 120,00 m2., situada no Jardim União da Vitória II desta cidade, da subdivisão do lote 11C/14AAB, da mesma Gleba, com as seguintes divisas e confrontações: frente para a rua 22, ao sum com 8,00 metros; lado direito para o lote 08, a oeste, com 15 metros; lado esquerdo para o lote 06, a leste, com 15 metros; fundos para o lote 16, ao norte, com 8,00 metros, matrícula nº 22.677, do Cartório de Registro de Imóveis, 3ª Circunscrição de Londrina-PR".** E, estando os confinantes ALESSANDRA DA SILVA PEREIRA e ADEMILSON CAETANO DA SILVA (ambos sem qualificação nos autos) em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente que CITA-OS para que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, querendo, respondam à presente ação. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância de futuro, expediu-se o presente edital que será afixado no local próprio desta Vara e publicado pela imprensa na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina - Pr., aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____ (Diego Cesar Alves Vieira) supervisor de secretaria que o digitei e subscrevi.
**MARCOS JOSÉ VIEIRA**
**JUIZ DE DIREITO**

# 6ª VARA CÍVEL

## Edital Geral

JUIZO DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO LUDOVICO GIMER SURJUS E DEMAIS RÉUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, COM PRAZO DE TRINTA DIAS.
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA
FAZ SABER - a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos sob nº. 63187/2010 de AÇÃO DE USUCAPIÃO movida por EDVALDO TAVEIRA DO NASCIMENTO contra LUDOVICO GIMER SURJUS, relativamente ao seguinte imóvel**: "Lote nº.17, da quadra 20, situado a Rua Mateus Lemes Gonçalves, s/n, no distrito de Lerroville, nesta cidade".** Desta forma, a pedido do requerente, expediu-se o presenteedital, para **CITAÇÃO** do requerido LUDOVICO GIMER SURJUS e demais réus ausentes, incertos e desconhecidos, para no prazo de quinze (15) dias, contados do prazo de dilação do presente edital, contestarem, querendo a ação, sob pena de revelia, bem como de se presumir aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial. (artigos 285 e 319 do CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância de futuro, passou-se o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado pela imprensa na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2011.. EU_____ (TANIA SOARES FELIZARDO), Escrivã, que fiz digitar e subscrevi.
**ABELAR BAPTISTA PEREIRA FILHO**
**Juiz de Direito**

# 6ª VARA CRIMINAL

## Edital de Citação

**EDITAL DE CITAÇÃO**
RÉU: RODRIGO VIEIRA
PROCESSO CRIME Nº 2011.2477-8
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
O DOUTOR **MATHEUS ORLANDI MENDES**, M.M. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 6ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA - PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, pelo prazo de 15 (quinze) dias que, não tendo sido possível citar pessoalmente o acusado **RODRIGO VIEIRA, brasileiro, amasiado, portador do RG nº 10.497.782-0/SSP/PR, nascido em 15/03/1989, natural de Nova Cantu - PR, filho de Nelson Vieira e Solange Barbos Vieira,** anteriormente residente na Rua Atílio Scudeler nº 230, Vila Portuguesa, cidade de Londrina - PR, **atualmente em lugar incerto e não sabido,** CITA-O, para NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, apresentar RESPOSTA ESCRITA à acusação, podendo arguir preliminares e alegar tudo que puder interessar à defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 5 (cinco), qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário, ficando advertido de que não o fazendo ser-lhe-á nomeado Defensor Dativo, conforme determina o artigo 396-A, c.c. art. 532, do Código de Processo Penal, nos autos do Processo Crime em epígrafe, em que o Ministério Público do Paraná o denuncia como incurso no artigo 147 c/c 61, inc. II, alínea "f"; e Art. 129 § 9º, ambos do Código Penal, em observância ao Art. 7º da Lei 11.340/06, por ter (fato 1) no dia 06 de abril de 2011, por volta das 20h00min, no interior da residência situada na Rua Atílio Scudeler nº 230, Vila Portuguesa, neste município de Londrina - PR, no âmbito doméstico e familiar discutido com a vítima LAIANE FRANCIELE RODRIGUES ALVES, sua convivente, momento em que, dolosamente, livre e consciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, passou a injuriá-la, chamando-a de "biscate" e outros pejorativos, ofendendo-lhe assim sua dignidade e decoro. (Fato 2) No mesmo dia, local e condições acima descritas, no interior da residência do casal, o denunciado dolosamente, pegou uma faca de cozinha e passou a ameaçar a ofendida de morte. (Fato 3) Ato contínuo, o denunciado, munido da faca de cozinha supramencionada, agarrou a ofendida pelo braço e desferiu contra ela facadas na região do antebraço esquerdo e punho direito, causando-lhe lesões (Conforme laudo de lesões corporais de nº 1172/2011). ADVERTÊNCIA: O NÃO COMPARECIMENTO OU A NÃO CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO, IMPORTARÁ NA DECLARAÇÃO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO E DO CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. Dado e passado, nesta cidade e Comarca de Londrina - PR, em 27 de setembro de 2011. Eu, _____ Alex Sandro Rodrigues Murador, Técnico Judiciário, o subscrevo.

**Matheus Orlandi Mendes**
**Juiz de Direito Substituto**

# 7ª VARA CÍVEL

## Edital de Intimação

**P O D E R J U D I C I Á R I O**
Diligência do Juízo
JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - PARANÁ.
CARTÓRIO DO SÉTIMO OFÍCIO CÍVEL E ANEXOS.
EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INERESSADOS, e extraído dos Autos de TUTELA, sob nº. 7769-50/2010 em que é Requerente - EDILEUSA FERREIRA RIBEIRO e Requerida - HELENA MARIA RIBEIRO, com prazo de 30-(trinta) dias.
A DOUTORA TELMA REGINA MAGALHÃES CARVALHO - MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de Londrina - Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
**F A Z S A B E R:** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que, nos autos acima referidos, foi proferida a seguinte sentença:" Vistos e examinados estes Autos nº 7769-50/2010, Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido inicial e, com fulcro na prova pericial incontestada, decreto a interdição de Helena Maria Ribeiro, com supedâneo nos arts. 3º, II e 1767, inc. I, do Código Civil, reputando como causa da interdição grave moléstia neurológica. Assim, submeto-a à curatela integral para todos os atos da vida civil e nomeio Curadora Edileusa Ferreira Ribeiro. Processo resolvido com resolução de mérito (art. 269, inciso I do Código de Processo Civil. Cumpra-se o disposto no artigo 1.184, do Código de Processo Civil, promovendo a inscrição no Registro de Pessoas Naturais e publicando na imprensa local e pelo órgão Oficial por três (3) vezes, com intervalo de dez (10) dias, constando do edital os nomes do curador e do interdito, a causa da interdição e os limites da curatela. Promova-se o registro da interdição conforme determina o art. 92, da Lei nº. 6015/73, obedecendo-se também ao seu art. 93. Produzindo esta sentença efeito desde logo, intime-se a curadora a prestar compromisso no prazo de cinco (5) dias, obedecendo-se ao art. 1187 e ss, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Londrina, 29 de Junho de 2011. Telma Regina Magalhães Carvalho - Juíza de Direito.- E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e para que, no futuro, não aleguem ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de Agosto de 2011. Eu,_____(JOÃO PAULO AKAISHI) Escrivão, o fiz digitar e subscrevi.
TELMA REGINA MAGALHÃES CARVALHO
Juíza de Direito

**P O D E R J U D I C I Á R I O**

Justiça Gratuita
JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - PARANÁ. CARTÓRIO DO SÉTIMO OFÍCIO CÍVEL E ANEXOS.
EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INERESSADOS, e extraído dos Autos de INTERDIÇÃO, sob nº. 70826-42/2010 de INTERDIÇÃO em que são Requerentes - SAMUEL FABE SANCHES e CLAUDEIR MERCEDES FABRE e Requerida - JANAINA CARAFA FABRE, com prazo de 30-(trinta) dias.
O DOUTOR MARIO NINI AZZOLINI - MM. Juiz de Direito Substituto da 7ª Vara Cível da Comarca de Londrina - Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
**F A Z S A B E R:** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que, nos autos acima referidos, foi proferida a seguinte sentença:" Vistos e examinados estes autos nº 70826-42/2010, Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido inicial e, com fulcro na prova pericial incontestada, decreto a interdição de Janaína Carafa Fabre, com supedâneo nos arts. 3º, II e 1767, inc. I, do Código Civil, reputando como causa da interdição retardo mental profundo. Outrossim, submeto-a à curatela integral para todos os atos da vida civil e nomeio Curadores Samuel Fabre Sanches e Claudeir Mercedes Fabre. Processo resolvido com resolução de mérito (art. 269, inciso I do Código de Processo Civil. Cumpra-se o disposto no artigo 1.184, do Código de Processo Civil, promovendo a inscrição no Registro de Pessoas Naturais e publicando na imprensa local e pelo órgão Oficial por três (3) vezes, com intervalo de dez (10) dias, constando do edital os nomes do curador e do interdito, a causa da interdição e os limites da curatela. Promova-se o registro da interdição conforme determina o art. 92, da Lei nº. 6015/73, obedecendo-se também ao seu art. 93. Produzindo esta sentença efeito desde logo, intime-se a curadora a prestar compromisso no prazo de cinco (5) dias, obedecendo-se ao art. 1187 e ss, do Código de Processo Civil. Dispensadas as custas na forma da Lei nº. 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Londrina, 17 de Junho de 2011. Telma Regina Magalhães Carvalho - Juíza de Direito.- E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e para que, no futuro, não aleguem ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de Julho de 2011. Eu,_____(JOÃO PAULO AKAISHI) Escrivão, o fiz digitar e subscrevi.
MARIO NINI AZZOLINI
Juiz de Direito Substituto

---

**P O D E R J U D I C I Á R I O**
Diligência do Juízo
JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - PARANÁ. CARTÓRIO DO SÉTIMO OFÍCIO CÍVEL E ANEXOS.
EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INERESSADOS, e extraído dos Autos de AÇÃO CIVIL PÚBLICA sob nº. 41674-12/2011, em que é Autor - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁe Ré(u)(s) - UNIMED DE LONDRINA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e SOCIEDADE EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA, com prazo de 20-(vinte) dias.
A DOUTORA TELMA REGINA MAGALHÃES CARVALHO - MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de Londrina - Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
**F A Z S A B E R:** a todos os interessados e a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, para intervirem no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte de defesa do consumidor. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e para que, no futuro, não aleguem ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de Setembro de 2011. Eu,_____(JOÃO PAULO AKAISHI) Escrivão, o fiz digitar e subscrevi.
TELMA REGINA MAGALHÃES CARVALHO
Juíza de Direito

---

# 9ª VARA CÍVEL

## Edital Geral

Adicionar um(a) ConteúdoJuízo de Direito da Nona Vara Cível da Comarca de Londrina Paraná
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - Art. 1.184, III do CPC.
O Excelentíssimo Senhor Doutor Aurênio José Arantes de Moura, MM. Juiz de Direito da Nona Vara Cível desta Cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná.
PROCESSO: INTERDIÇÃO SOB N.º 0049946-29.2010.8.16.0014
REQUERENTE: MARCIA REGINA GARCIA VICENTE.
REQUERIDO (A): GABRIEL VICENTE BRASIL
DATA DA DECISÃO:14/07/2011
LIMITES DA CURATELA: O requerido é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, do convívio social e de vida independente .
CURADOR(A) NOMEADO(A): MARCIA REGINA GARCIA VICENTE.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância será o presente edital afixado no local próprio e publicado gratuitamente pela imprensa na forma da lei vigente, por três vezes, com intervalo de dez dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina, aos 19 de Setembro de 2011. Eu, _____ (Antonio Santo Vicentino) Emp. Juramentado, que o fiz digitar, subscrevi.
Aurênio José Arantes de Moura
Juiz de Direito

---

Adicionar um(a) Conteúdo JUIZO DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ
Avenida Duque de Caxias, 689 - Fórum - fone: 372-3119 - CEP.86015-902
EDITAL DE CITAÇÃO DE EDNÉIA RODRIGUES NEWTON CESAR DA SILVA, CARLA DA SILVA, GREICE DA SILVA, ALEXANDRE ROGÉRIO DA SILVA, ANDRESSA RODRIGUES DA SILVA, MARIA AMÉLIA DUARTE ROSS, RAQUEL DA SILVA E EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSADOS, com prazo de trinta (30) dias.

**F A Z S A B E R** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento virem que, por este Juízo e Cartório respectivo, tramitam os autos n.º 70/2009 de Ação de Usucapião promovida por Valdomiro Bruder Neto e outros contra Espólio de Jorge Rogério da Silva; O de cujus, Sr. Jorge Rogério da Silva, titular do espólio Requerido adquiriu o imóvel situado na rua Araribóia n.º 76, Vila Portuguesa, na data de 07/01/1969.Em meados da década de 70, o aludido imóvel foi vendido, por meio de contrato de compra e venda, para Sr. Moisés Bruder, o qual, à época era casado com a Sr.ª Joana D´Arc Bruder. O referido contrato nunca chegou a ser registrado, e com o passar do tempo foi extraviado.No ano de 1989, o Sr. Moisés Bruder e a Sr.ª Joana D´Arc Bruder se divorciaram, conforme se verifica pela cópia dos autos n.º 907/1979 em anexo, e na audiência de instrução e julgamento realizada no dia 29/11/89 o casal se comprometeu a transferir os imóveis que possuíam ao nome dos filhos, ora Requerentes, incluindo aquele localizado na Rua Araribóia n.º 76, objeto da presente ação (conforme ata de audiência em anexo).Desta feita, muito embora os Requerentes sejam na realidade proprietários do imóvel em questão, devido à longa data da aquisição do imóvel, e, por não mais possuir o comprovante da sua aquisição, e ainda, por obter a posse direta do mesmo, há mais de 15 anos, vem a juízo requerer seja declarada adquirida, mediante usucapião, a propriedade do aludido imóvel.II -DO DIREITO: caput do art. 1238 do Código Civil. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância determinou o MM. Juiz a expedição do presente que CITA, EDNÉIA RODRIGUES NEWTON CESAR DA SILVA, CARLA DA SILVA, GREICE DA SILVA, ALEXANDRE ROGÉRIO DA SILVA, ANDRESSA RODRIGUES DA SILVA, MARIA AMÉLIA DUARTE ROSS, RAQUEL DA SILVA E EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSADOS, para os termos da ação proposta de conformidade com o acima descrito e consigna que a contestação poderá ser apresentada no prazo de quinze (15) dias sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato, determinando, ainda, seja o presente edital afixado no local próprio desta vara e publicado pela imprensa na forma da lei vigente, pois o autor é beneficiário da justiça gratuita. **DADO E PASSADO,** nesta cidade e comarca de Londrina Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu,_____(Antonio Santo Vicentino) funcionário juramentado que o fiz digitar, subscrevi.
Aurênio José Arantes de Moura
JUIZ DE DIREITO

---

Adicionar um(a) Conteúdo JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ Avenida Duque de Caxias, 689 - Fórum - LONDRINA - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO E CITAÇÃO DE FABIANO TEIXEIRA DE AGUIAR, COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS.

O DOUTOR AURÊNIO JOSÉ ARANTES DE MOURA JUIZ DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL COMARCA DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,
**F A Z S A B E R** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório respectivo tramitam os autos n.º 57/2009 de Ação Monitória, movida por UNIBANCO 0 UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A contra SOARES E AGUIAR VEÍCULOS LTDA e outros, nos quais o credor alega em síntese que é credor da importância de R$ 29.168,45 (vinte e nove mil cento e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) representado por um contrato de abertura de crédito em conta corrente - Cheque Especial Pessoa Jurídica n.º 74211098517, junto a Agência 7421-7, conta corrente n.º 1098517. E, estando em lugar incerto e não sabido a requerida acima nominada, a pedido do autor expediu-se o presente que INTIMA-O e CITA-O para os termos da ação proposta, ficando ciente que o pagamento no importe acima poderá ser efetuado dentro do prazo de quinze (15) dias, hipótese em que ficará isento de custas e honorários advocatícios ou no mesmo prazo oporem embargos, sob pena de constituir-se os documentos em título executivo judicial. E, para que chegue ao conhecimento de

todos e ninguém possa alegar ignorância de futuro, expediu-se o presente edital que será afixado no local próprio desta Vara e publicado pela imprensa oficial. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina - Pr., aos 22 de setembro de 2011. Eu,_____ (Antonio Santo Vicentino) Emp. Juramentado que o fiz digitar, subscrevi.
**Aurênio José Arantes de Moura**
**Juiz de Direito**

---

Adicionar um(a) Conteúdo JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ Avenida Duque de Caxias, 689 - Fórum - LONDRINA - PARANÁ
***EDITAL DE CITAÇÃO DOS DEVEDORES J. AFONSO MARTINS & CIA LTDA E JUAREZ AFONSO MARTINS, COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS.***

***O DOUTOR AURÊNIO JOSÉ ARANTES DE MOURA, MM JUIZ DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL COMARCA DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,***

**F A Z S A B E R** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório respectivo tramitam os autos n.º 69394/2010 de Ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por BANCO BRADESCO S/ A contra *J. AFONSO MARTINS & CIA LTDA E JUAREZ AFONSO MARTINS* e, em virtude de se encontrar atualmente em ligar incerto de não sabido dito devedor, é expedido o presente para sua Citação a fim de que efetue o pagamento da dívida, no importe de R$ 61.826,01 (sessenta e um mil oitocentos e vinte e seis reais e um centavo), no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora e avaliação. CIENTIFIQUE(M) o (s) executado(s) de que dispõe(m) de quinze(15) dias para, querendo, opor(em)-se à execução por meio de Embargos, ou, no mesmo prazo, reconhecendo o crédito do exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução (inclusive custas e honorários advocatícios), requer(em) seja(m) admitidos efetuar(em) o pagamento do restante em até seis(06) vezes parcelas mensais, acrescidas de juros e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês, sendo que em caso de pagamento dentro do prazo de três (03) dias, a verba honorária será reduzida pela metade. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância de futuro, expediu-se o presente edital que será afixado no local próprio desta Vara e publicado pela imprensa na forma da lei vigente. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina - Pr., aos 28 de setembro de 2011. Eu,_____ (Antonio Santo Vicentino) Emp. Juramentado que o fiz digitar, subscrevi.
**AURÊNIO JOSÉ ARANTES DE MOURA**
**JUIZ DE DIREITO**

---

# MALLET

# JUÍZO ÚNICO

# Edital de Citação - Cível

Juízo de Direito da Comarca de Mallet - Estado do Paraná
"Edital"
= Edital de Citação com o prazo de trinta (30) dias, dos interessados ausentes incertos e desconhecidos, nos autos de Ação DIVISÓRIA, sob nº 0754-79.2009.8.16.0106 (151/2009) =
A Doutora LUCIANA BENASSI GOMES, MM.ª Juíza de Direito da Comarca de Mallet, Estado do Paraná, na forma da Lei. e.....t.....c
Faz Saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de trinta (30) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Cartório do Cível, Comércio e Anexos, os autos de DIVISÓRIA sob n.º 0754-79.2009.8.16.0106 (151/2009), no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), proposto por SERPASTA MADEIRA E PASTA MECÂNICA LTDA, contra GERALDO GRUBA, SERGIO GRUBA e JOANA HRUBA. É o presente para a fim de CITAR os HERDEIROS DE GERALDO GRUBA**,** atualmente em lugar incerto e não sabido, e para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente(m) contestação ao pedido inicial, ficando advertido(a)(s), de que a falta de resposta no prazo legal, implicará em revelia, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos constantes da inicial, alegados pelos autores (Art. 285 CPC). E, para que chegue ao conhecimento de todos, não podendo futuramente alegar ignorância, determinou A MM.ª Juíza a expedição do presente Edital, que será fixado e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2011. Eu, _____ Éderson Adriano Neves, Escrevente Juramentado, que o digitei e subscrevo.
LUCIANA BENASSI GOMES
Juíza de Direito

---

Juízo de Direito da Comarca de Mallet - Estado do Paraná
"Edital"
= Edital de Citação com o prazo de trinta (30) dias, dos interessados ausentes incertos e desconhecidos, nos autos de Ação de Usucapião Extraordinário, sob nº 0707-37.2011.8.16.0106 (087/2011) =
A Doutora LUCIANA BENASSI GOMES, MM.ª Juíza de Direito da Comarca de Mallet, Estado do Paraná, na forma da Lei. e.....t.....c
Faz Saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de trinta (30) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Cartório do Cível, Comércio e Anexos, os autos de Ação de Usucapião Extraordinário, sob nº 0707-37.2011.8.16.0106 (087/2011), proposto por PAULO CEZAR GONÇALVES GUIMARÃES e CARMEM CHANDOCHA GUIMARÃES, tendo como confrontantes MUNICÍPIO DE MALLET, FLORIANO ESTEFANO PANEK e ANTONIO CARLOS GAISSLER GUIMARÃES, tendo por objeto a legalização do seguinte imóvel: "Imóvel urbano, situado na Rua Nilo Peçanha, s/n.º - Rio Claro do Sul - Paraná: O imóvel abaixo descrito tem o seu inicio junto ao alinhamento predial da Rua Nilo Peçanha e do lote de Floriao Estegano Panek. Deste ponto segue margeando o alinhamento predial da Rua Nilo Peçanha com distância de 56,10 metros, até chegar ao alinhamento predial da Rua Rui Barbosa. Deste ponto deflete-se à direita e segue pelo alinhamento predial da Rua Rui Barbosa, com uma distância de 28,70 metros. Deste ponto com deflexão à direita confronta com o lote de Antônio Carlos Gaissler Guimarães no rumo de 71º13'SE numa extensão de 56,65 metros. Deste ponto com deflexão à direita confronta com o lote de Floriano Estefano Panek no rumo de 18º34'SW numa distância de 29,20 metros ou seja, até chegar ao alinhamento da Rua Nilo Peçanha, ponto onde este se fez o princípio da presente descrição, finalizando-a desta forma, fechando o perímetro com uma área de 1.631,69 metros quadrados". Ë o presente para a fim de Citar os interessados ausentes incertos e desconhecidos, de que se não for contestado pedido, no prazo legal de quinze (15) dias, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor, com a inicial (Art. 285 e 319 do CPC). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, aos 27 de setembro de 2011. Eu, _____
Éderson Adriano Neves, Escrevente Juramentado, que o digitei e subscrevo.
LUCIANA BENASSI GOMES
Juíza de Direito

---

Juízo de Direito da Comarca de Mallet - Estado do Paraná
"Edital"
= Edital de Citação com o prazo de trinta (30) dias, dos interessados ausentes incertos e desconhecidos, nos autos de Ação de Usucapião Extraordinário, sob nº 0618-14.2011.8.16.0106 (075/2011) =
A Doutora LUCIANA BENASSI GOMES, MM.ª Juíza de Direito da Comarca de Mallet, Estado do Paraná, na forma da Lei. e.....t.....c
Faz Saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de trinta (30) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Cartório do Cível, Comércio e Anexos, os autos de Ação de Usucapião Extraordinário, sob nº 0618-14.8.16.0106 (75/2011), proposto por ANA MARIA FERNANDES CAR e IRINEU CAR, tendo como confrontantes ISIDORO RODACKI, MILTON JOSÉ ZORTEA e MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**,** tendo por objeto a legalização do seguinte imóvel: "Partindo do ponto 06 com rumo de 191º18'36" e com distância 12,33 de frente para a Rua 22 de Janeiro, até o ponto 07; do ponto 07 com rumo de 286º18'36" e com distância de 23,00m confrontando-se com o lote de Milton José Zortea, até o ponto 08; do ponto 08 com rumo de 11º16'47" e com distância de 11,66m confrontando com o lote da Prefeitura Municipal, até o ponto 09; do ponto 09 com rumo 101º18'36" e com distância de 23,00m confrontando com o lote 5 de João Bernardo Fernandes até o ponto 06; onde foi fechado o perímetro do lote". Ë o presente para a fim de Citar os interessados ausentes incertos e desconhecidos, de que se não for contestado pedido, no prazo legal de quinze (15) dias, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor, com a inicial (Art. 285 e 319 do CPC). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2011. Eu, _____
Éderson Adriano Neves, Escrevente Juramentado, que o digitei e subscrevo.
LUCIANA BENASSI GOMES
Juíza de Direito

---

Juízo de Direito da Comarca de Mallet - Estado do Paraná
"Edital"
= Edital de Citação com o prazo de trinta (30) dias, dos interessados ausentes incertos e desconhecidos, nos autos de Ação de Usucapião Extraordinário, sob nº 0712-59.2011.8.16.0106 (88/2011) =
A Doutora LUCIANA BENASSI GOMES, MM.ª Juíza de Direito da Comarca de Mallet, Estado do Paraná, na forma da Lei. e.....t.....c

Faz Saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de trinta (30) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Cartório do Cível, Comércio e Anexos, os autos de Ação de Usucapião Extraordinário, sob nº 0712-59.8.16.0106 (088/2011), proposto por ANTONIO CARLOS GAISSLER GUIMARÃES e MARIA SILMARA GAISSLER GUIMARÃES, tendo como confrontantes MUNICÍPIO DE MALLET, ZENON KASPRZAK, IRIO VITOR STASIK, FLORIANO ESTEFANO PANEK e PAULO CEZAR GONÇALVES GUIMARÃES, tendo por objeto a legalização do seguinte imóvel: "Imóvel urbano situado na Rua Rui Barbosa, s/n.º, Rio Claro do Sul, Mallet - Paraná: "O imóvel abaixo descrito tem o seu início junto ao alinhamento predial da Rua Rui Barbosa e do lote de Zenon Kasprzak. Deste ponto confronta com o lote de Zenon Kasprzak, com o lote do Município de Mallet e com o lote de Irio Vitor Stasik no rumo de 71º50'SE com uma distancia total de 57,20 metros. Deste ponto deflete-se à direita e confronta com o lote de Floriano Estefano Panek no rumo de 18º34'SW com a extensão de 29320 metros. Deste ponto com deflexão à direita confronta-se com o lote de Paulo Cesar Gonçalves Guimarães no rumo de 71º13'NW com a distância de 56,65 metros, ou seja até chegar ao alinhamento predial da Rua Rui Barbosa. Deste ponto para finalizar novamente deflexionandose à direita segue pelo alinhamento predial da Rua Rui Barbosa com uma distância de 28,70 metros, chegando-se assim ao ponto onde deu-se o início da presente descrição, encerrando-a desta forma, fechando o perímetro com uma área de 1.647,84 metros quadrados". Ë o presente para a fim de Citar os interessados ausentes incertos e desconhecidos, de que se não for contestado pedido, no prazo legal de quinze (15) dias, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor, com a inicial (Art. 285 e 319 do CPC). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, aos 27 de setembro de 2011. Eu, _____ Éderson Adriano Neves, Escrevente Juramentado, que o digitei e subscrevo.
LUCIANA BENASSI GOMES
Juíza de Direito

---

Juízo de Direito da Comarca de Mallet - Estado do Paraná
"Edital"
= Edital de Citação com o prazo de trinta (30) dias, dos interessados ausentes incertos e desconhecidos, nos autos de Ação de Usucapião Extraordinário, sob nº 0782-76.2011.8.16.0106 (97/2011) =
A Doutora LUCIANA BENASSI GOMES, MM.ª Juíza de Direito da Comarca de Mallet, Estado do Paraná, na forma da Lei. e.....t.....c
Faz Saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de trinta (30) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Cartório do Cível, Comércio e Anexos, os autos de Ação de Usucapião Extraordinário, sob nº 0782.-76.2011.8.16.0106 (097/2011), proposto por LUIZ ROBERTO KOWALCZYK e NELSON IRINEU KOWALCZYK, tendo como confrontantes MUNICÍPIO DE MALLET, JOSÉ CARLOS CZPAK e SEVERO NAHORNY, tendo por objeto a legalização do seguinte imóvel: "Terreno Rural, contendo a área de 3 alqueires e 35 litros ou 93.775,00 metros quadrados, situado em Linha Oeste Duas, neste município e Comarca de Mallet, com as seguintes medidas e confrontações: O referido imóvel inicia-se em um marco cravado junto da margem de uma estrada municipal e das terras de Lauro Baran. Deste ponto segue pela margem da citada estrada, no sentido para a Linha Oeste Duas numa extensão de 87,6metros. Deste ponto com deflexão à direita confronta com o terreno de Julio Kowalczyk no rumo de 14º30'SW numa distância de 1.189,4 metros. Deste ponto com deflexão à direita confronta com o terreno de João Siekliski no rumo de 74º50'NW com uma distância de 80,0 metros. Deste ponto para finalizar deflete novamente à direita confronta com o terreno de Lauro Baran no rumo de 14º30'NE cm uma distância de 1.155,0 metros, ou seja, até chegar à estrada municipal inicialmente citada, ponto onde se fez o princípio da presente descrição, encerrando-a desta forma, fechando o perímetro com uma área de 3 alqueires e 35 litros ou 93.775,00 metros quadrados.". Ë o presente para a fim de Citar os interessados ausentes incertos e desconhecidos, de que se não for contestado pedido, no prazo legal de quinze (15) dias, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor, com a inicial (Art. 285 e 319 do CPC). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, aos 26 de setembro de 2011. Eu, _____ Éderson Adriano Neves, Escrevente Juramentado, que o digitei e subscrevo.
LUCIANA BENASSI GOMES
Juíza de Direito

---

Juízo de Direito da Comarca de Mallet - Estado do Paraná
"Edital"
= Edital de Citação com o prazo de trinta (30) dias, de LINDAMIR MARIA DA SILVA e OSVALDINHO MAJCHZAK, bem como dos interessados ausentes incertos e desconhecidos, nos autos de Ação de Usucapião Extraordinário, sob nº 0516-89.2011.8.16.0106 (056/2011) =
A Doutora LUCIANA BENASSI GOMES, MM.ª Juíza de Direito da Comarca de Mallet, Estado do Paraná, na forma da Lei. e.....t.....c
Faz Saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de trinta (30) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Cartório do Cível, Comércio e Anexos, os autos de Ação de Usucapião Extraordinário, sob nº 0516-89.2011.8.16.0106 (056/2011), proposto por VERA LUCIA HREÇAY SARI e HERMES ANTONIO SARI, tendo como confrontantes MUNICIPIO DE MALLET, LINDAMIR MARIA DA SILVA, OSVALDINHO MAJCHSZAK, INEZ MARIA MAJCHSZAK KIELTYKA, PEDRO PAULO JANOWSKI e JERONIMO CORREA MENDES, tendo por objeto a legalização do seguinte imóvel: "Terreno urbano: Fração ideal de 771,00m², dentro de área maior com 2.771,00m², situada à Rua Marechal Floriano Peixoto, esquina com a Rua 3 de Maio; deste, pelo alinhamento predial do passeio da Rua 3 de maio (frente), 19º00'SW até o outro ponto com distância de 60,85m; deste, pelo alinhamento predial confrontando com terreno do Município de Mallet (lado esquerdo), 71º11'NW até o outro ponto com distância de 50,00m; deste, pelo alinhamento predial confrontando com terreno de LINDAMIR MARIA DA SILVA, OSVALDINHO MAJCHZAK, INES MARIA MAJCHZAK KIELTYKA e PEDRO PAULO JANOWSKI (fundos), 15º21'NE até o ponto com 36,90m; deste, pelo alinhamento predial, confrontando com terreno de JERONIMO CORREA MENDES (fundos). 70º06'SE com15,85m e (fundos ainda) 19º00'NE até o outro ponto com 25,00m; deste, pelo alinhamento predial do passeio da Rua Marechal Floriano Peixoto (lado direito), 70º06SE até o ponto de partida com distância de 36,50m.". É o presente para a fim de Citar os interessados ausentes incertos e desconhecidos, de que se não for contestado pedido, no prazo legal de quinze (15) dias, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor, com a inicial (Art. 285 e 319 do CPC). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2011. Eu, _____ Éderson Adriano Neves, Escrevente Juramentado, que o digitei e subscrevo.
LUCIANA BENASSI GOMES
Juíza de Direito

---

## Edital Geral - Cível

Juízo de Direito da Comarca de Mallet - Estado do Paraná
Edital de Publicação de Sentença de Interdição com prazo de dez (10) dias, em que é curador ANDRÉ SOARES DE LIMA, e Interditado LAURO CIRINEU SOARES DE LIMA.
A Doutora LUCIANA BENASSI GOMES, MMª. Juíza de Direito desta Comarca de Mallet, Estado do Paraná, na forma da Lei. E.....t.....c
Faz Saber a todos quantos o presente edital de publicação de sentença de interdição com prazo de dez (10) dias virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo e Cartório do Cível, Comércio e Anexos, se processam aos termos dos autos de INTERDIÇAO sob n.º 0860-41.2009.8.16.0106 (021/2009), proposto por ANDRÉ SOARES DE LIMA para interdição de LAURO CIRINEU SOARES DE LIMA, por sentença proferida por este Juízo, em data de 13/07/2011, foi decretada a interdição de LAURO CIRINEU SOARES DE LIMA, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, por ser portadora de "*ANOMALIA PSIQUICA - SINDROME DE DOWN (CID 10:F.72), insuscetíveis de cura*", nomeando para curador do mesmo seu irmão ANDRÉ SOARES DE LIMA. E para que se alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, aos 27 de setembro de 2011. Eu, _____Ederson Adriano Neves, Escrevente Juramentado que o digitei e subscrevo.
Luciana Benassi Gomes
Juíza de Direito

---

Juízo de Direito da Comarca de Mallet - Estado do Paraná
Edital de Publicação de Sentença de Interdição com prazo de dez (10) dias, em que é curador HALIA LOGINSKI KOZLINSKI, e Interditado AMBROSIO MACETKO.
A Doutora LUCIANA BENASSI GOMES, MMª. Juíza de Direito desta Comarca de Mallet, Estado do Paraná, na forma da Lei. E.....t.....c
Faz Saber a todos quantos o presente edital de publicação de sentença de interdição com prazo de dez (10) dias virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo e Cartório do Cível, Comércio e Anexos, se processam aos termos dos autos de INTERDIÇAO sob n.º 0462-60.2010.8.16.0106 (040/2010), proposto por HALIA LOGINSKI KOZLINSKI para interdição de AMBRÓSIO MACETKO, por sentença proferida por este Juízo, em data de 13/07/2011, foi decretada a interdição de AMBRÓSIO MACETKO, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil na forma do art. 3.º, II do Código Civil, por ser portador de "*ANOMALIA PSIQUICA - ESQUIZOFRENIA (CID 10:F.20), e Deficiência Mental Moderada (CID 10:F.72) insuscetíveis de cura*", nomeando para curador do mesmo HALIA LOGINSKI KOZLINSKI. E para que se alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, aos 27 de setembro de 2011. Eu, _____Ederson Adriano Neves, Escrevente Juramentado que o digitei e subscrevo.
Luciana Benassi Gomes
Juíza de Direito

# MANDAGUARI

## JUÍZO ÚNICO

## Edital de Citação - Criminal

JUÍZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MANDAGUARI CARTÓRIO CRIMINAL - Walter Antunes Pereira Junior - Escrivão

**EDITAL DE CITAÇÃO**
**(Prazo: 15 dias)**
O Doutor Devanir Cestari, MM. Juiz da Vara Criminal da Comarca de Mandaguari, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...
**FAZ SABER** a todos quanto o presente Edital, **com prazo de (15) quinze dias** virem, ou dele conhecimento tiverem, que se procede por este Juízo e Cartório Criminal o Processo Criminal nº 2009.515-0, em que figura como denunciado **JOHN ROBERTO PEREIRA DAS NEVES**, nascido em 04.07.1987, natural de Mandaguari/PR, filho de José das Neves e Maria Neide Pereira das Neves, atualmente residente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, fica o mesmo devidamente **CITADO** para que, **em 10 dias**, apresente resposta à acusação, quando poderá alegar as matérias do artigo 396-A do CPP, a saber: "***Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário) e outras que se dispuserem",*** tudo por despacho datado de 26.09.2011, nos autos acima referidos, em que o mesmo está incurso nas sanções penais do artigo 180, caput, do CP, conforme denúncia, a seguir transcrita: *"1º fato: No dia 01 de setembro de 3009, em horário e local não precisados nos autos, mas nesta cidade e comarca de Mandaguari - PR, o denunciado JURANDIR MENDES MACHADO JÚNIOR, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta e com vontade de realizá-la, apropriou-se de uma bicicleta barra circular de cor azul (cf. auto de apreensão de f. 10), avaliada em aproximadamente R$120,00 (cento e vinte reais - auto de avaliação de f. 11), da qual detinha a posse, de propriedade da vítima Nilton César Rodrigues, a qual lhe foi emprestada pelo mesmo. 2º fato: No mesmo dia acima mencionado, em horário e local não precisados nos autos, nesta cidade e comarca de Mandaguari - PR, o denunciado JOHN ROBERTO PEREIRA DAS NEVES, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta e com vontade de realiza-la, recebeu de Jurandir Mendes Machado Junior, em proveito próprio, a bicicleta Barra Circular de cor azul referida no fato acima (auto de apreensão de f. 10), avaliada em aproximadamente R$120,00 (cento e vinte reais - auto de avaliação de . 11), tendo ciência de que se trata de produto de apropriação indébita, o qual foi praticado contra a vítima Nilton Cesar Rodrigues",* sob pena de revelia. E para que não aleguem ignorância, mandou expedir o presente Edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Mandaguari, 29 de setembro de 2011. Eu, _____ (Francielly Brencis da Silva), Técnica Judiciária que o digitei.
DEVANIR CESTARI
Juiz de Direito

# MARIALVA

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

## Edital de Citação

**EDITAL DE CITAÇÃO** PRAZO 15 DIAS
RÉU(S): JOSÉ CARLOS FIGUEIREDO DE CASTRO
O Doutor Victor Schmidt Figueira dos Santos, MM. Juiz substituto da Vara Criminal da Comarca de Marialva, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente a JOSÉ CARLOS FIGUEIREDO DE CASTRO, brasileiro, natural de Astorga Pr., nascido aos 08/09/89, filho de José Figueiredo de Castro e Luzia Eugênia de Castro, residente atualmente em lugar incerto, pelo presente cita-o(s) para que, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, responda por escrito à acusação que lhe foi feita nos autos de PC 2008.260-4, incurso nas penas do art. 155 § 4º, IV do CP. E, para que ninguém alegue ignorância, será afixado e publicado na forma da lei.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Marialva, Estado do Paraná, aos 29 de setembro de 2011. Eu, (Manami Fukace Ferreira) Escrivã o subscrevo.
Victor Schmidt Figueira dos Santos (Juiz substituto)

# MARINGÁ

## 2ª VARA CÍVEL

## Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL
COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ
Escrivania da 2ª Vara Cível Av. Tiradentes, esq. c/ Herval, n.º 380, CEP: 87013-900, F.30257950
Consulta processual: www.assejepar.com.br
LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO
Escrivão Titular
CLÁUDIA H. S. FRANZONI - Emp. Juramentada
EDITAL DE CITAÇÃO DOS EXECUTADOS LÊONIDAS RODRIGUES DE ARAÚJO e CLAUDINEI SIGLER PARANDIUC
PRAZO DESTE EDITAL: 20 (VINTE) DIAS.
O Exmo Sr.Dr.AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos sob n.º 000821/2005, EXECUÇÃO em que é exequente: FININ CRED FACTORING LTDA e executados: L. R. ARAUJO MOVEIS LTDA e outros. É o presente edital expedido para CITAÇÃO dos executados: LEÔNIDAS RODRIGUES DE ARAÚJO, inscrito no CPF nº 058.952.198-53 e CLAUDINEI SIGLER PARANDIUC, inscrito no CPF nº 634.047.619-87, ambos atualmente em lugar incerto, para no prazo de 03 (TRÊS) DIAS, efetuarem o pagamento da dívida no valor de R$ 3.760,00(TRÊS MIL, SETECENTOS E SESSENTA REAIS), atualizado até 31/10/2005, com acréscimos legais, sob pena de penhora de bens, nos termos do despacho e resumo da petição inicial abaixo descrito, ficando ciente de que os honorários advocatícios será reduzido de metade caso o(s) executado(s) venha(m) a efetuar o integral pagamento da dívida no prazo de 03 (TRÊS) dias. Não efetuando o pagamento da dívida, o Sr.Oficial de Justiça procederá a PENHORA de bens e sua avaliação, mediante a lavratura do respectivo auto, intimando do ato o(s) executado(s). Ficando ciente(s) o(s) executado(s) do prazo para a apresentação dos embargos, querendo, é de 15 (QUINZE) dias, contados da data da Publicação do Edital de citação. RESUMO DA PETICÃO INICIAL: "EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ. "FININ CRED FACTORIG LTDA, (CNPJ 03.159.975/0001-55), com sede na ay. Brasil, n°4312, sala 510, em Maringá - PR, é exequente nos autos 821/2095, em face de L.R. ARAUJO MOVEIS LTDA, sendo o presente edital para CITAÇÃO dos Executados LEONIDAS RODRIGUES DE ARAUJO, inscrito no CPF sob n °. 058.952.198-53 e CLAUDINEI SINGLER PARANDIUC, inscrito no CPF sob n °. 634.047.619-87, por estarem em lugar incerto e não sabido. Que a Exequente tornou-se credora dos Executados do valor de R$ 3.760,00 (três mil, setecentos e sessenta reais), atualizado até 15/10/2005, representado pelo cheque 001468, do Banco Sicoob. Requer citação por edital, para que não aleguem ignorância nos termos da lei: a) a citação dos Executados para que paguem o valor da divida e seus acréscimos no prazo de 03 dias; b) Caso não paguem que seja determinado ao Sr.Oficial de Justiça, a penhora e avaliação de seus bens; d) não sendo encontrados, que seja determinado a arresto de seus bens; e) que fiquem cientes do prazo de 15 (quinze) dias para oposição de Embargos a Execução. Dá- se a causa o valor de R$ 3.760,00 (três mil, setecentos e sessenta reais). Pede Deferimento. Maringá, 15/10/2005. Termos em que, Pede deferimento. Maringá, 08 de Outubro de 2010. Sandra Rosemary Rodrigues dos Santos. OAB/PR 17.545. LUANA CHAGAS BUENO. OAB/PR 43.991." DESPACHO DO MM.JUIZ: "Autos n. 821/2005. Defiro o pedido de f.237. Expeça-se novo edital de citação conforme requerido. Intime-se. Maringá, 1º de dezembro de 2010. Airton Vargas da Silva, Juiz de Direito. E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 09 de dezembro de 2010. Eu_____(LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão Titular, digitei e subscrevi o presente. (CLAUDIA H. SGUAREZI FRANZONI) - Emp. Juramentada. AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

## 4ª VARA CÍVEL

## Edital de Citação

**EDITAL DE CITAÇÃO DE CLÁUDIUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AUTO CAPAS LTDA COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor Alberto Marques dos Santos - Juiz de Direito desta Comarca de Maringá - Paraná, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo desta 4ª Secretaria Cível Comarca de Maringá - Paraná, respectiva, tramitam os **autos n.º 178/2004 de EXECUCAO FISCAL**, em que figura como exequente FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA, e executado CLAUDIUS INDUST E COM DE AUTO CAPAS LTDA e JOSE ROBERTO SILVA constando dos autos que o executado se encontra em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de 30 dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, localizado no endereço supra mencionado, tem a finalidade de proceder a **CITAÇÃO** de **CLÁUDIUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AUTO CAPAS LTDA, CNPJ 78.720.562/0001-05,** para que, no **prazo de 5 (cinco) dias**, proceda o pagamento da dívida, referente a certidão de dívida Ativa n.º 491/1.1, **no valor total de R$ 26.230,55** (vinte e seis mil, duzentos e trinta reais e cinquenta e cinco centavos), devendo ser incluídos ainda as custas processuais, honorários advocatícios, e demais cominações legais, os quais serão devidamente atualizados no ato do pagamento, ou garanta a execução, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para satisfação da dívida e acessórios, sendo a expedição do presente edital conforme Portaria 03/2011. Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente edital que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, em 28/09/2011. Eu, Adriana Aparecida da Costa, Analista Judiciária - Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevi. - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS - Juiz de Direito

---

**EDITAL DE CITAÇÃO DE ALICERCE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - CNPJ 00.102.460/0001-20 COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor Alberto Marques dos Santos - Juiz de Direito desta Comarca de Maringá - Paraná, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo desta 4ª Secretaria Cível Comarca de Maringá - Paraná, respectiva, tramitam os **autos n.º 92/2010 de EXECUCAO FISCAL**, em que figura como exequente FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA, e executado ALICERCE REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA constando dos autos que o executado se encontra em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de vinte 30 dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, localizado no endereço supra mencionado, tem a finalidade de proceder **a CITAÇÃO de TRANSRENASCER TRANSPORTES LTDA,** para que no **prazo de 5 (cinco) dias**, proceda o pagamento da dívida, referente a certidão de dívida Ativa n.º 02949030-9 no **valor total de R$ 12.832,61** (doze mil, oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e um centavos), devendo ser incluído ainda as custas processuais, honorários advocatícios, e demais cominações legais, os quais serão devidamente atualizados no ato do pagamento, ou garanta a execução, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para satisfação da dívida e acessórios. Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente edital que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, em 28/09/2011. Eu, Adriana Aparecida da Costa, Analista Judiciária - Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevi. - **ALBERTO MARQUES DOS SANTOS -** Juiz de Direito

---

**EDITAL DE CITAÇÃO DE ISRAEL PEREIRA DA SILVA CONFECÇÕES COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor Alberto Marques dos Santos - Juiz de Direito desta Comarca de Maringá - Paraná, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo desta 4ª Secretaria Cível Comarca de Maringá - Paraná, respectiva, tramitam os **autos n.º 194/2008 de EXECUCAO FISCAL,** em que figura como exequente FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA, e executado ISRAEL PEREIRA DA SILVA CONFECCOES constando dos autos que o executado se encontra em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de vinte 30 dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, localizado no endereço supra mencionado, tem a finalidade de proceder **a CITAÇÃO de ISRAEL PEREIRA DA SILVA CONFECÇÕES,** para que no **prazo de 5 (cinco) dias**, proceda o pagamento da dívida, referente a certidão de dívida Ativa n.º 599/1.1, **no valor total de R$ 384,92** (TREZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS), devendo ser incluído ainda as custas processuais, honorários advocatícios, e demais cominações legais, os quais serão devidamente atualizados no ato do pagamento, ou garanta a execução, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para satisfação da dívida e acessórios. Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente edital que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, em 28/09/2011. Eu, Adriana Aparecida da Costa, Analista Judiciária - Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevi. - **ALBERTO MARQUES DOS SANTOS -** Juiz de Direito

---

**EDITAL DE CITAÇÃO DE EXAME BANCRED SERVIÇOS TECNICOS LTDA - CNPJ n°. 87.165.957/0012-29 COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor Alberto Marques dos Santos - Juiz de Direito desta Comarca de Maringá - Paraná, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo desta 4ª Secretaria Cível Comarca de Maringá - Paraná, respectiva, tramitam os **autos n.º 212/2009 de EXECUCAO FISCAL**, em que figura como exequente FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA, e executado EXAME BANCRED SERVICOS TECNICOS LTDA, MARISA DE CASTRO MAYA e HERACLITO DE FREITAS VALLE CORREA constando dos autos que o executado se encontra em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de vinte 30 dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, localizado no endereço supra mencionado, tem a finalidade de proceder **a CITAÇÃO de EXAME BANCRED SERVIÇOS TECNICOS LTDA,** para que no **prazo de 5 (cinco) dias**, proceda o pagamento da dívida, referente a certidão de dívida Ativa n.º95280, **no valor total de R$ 408,52** (quatrocentos e oito reais e cinquenta e dois centavos), devendo ser incluído ainda as custas processuais, honorários advocatícios, e demais cominações legais, os quais serão devidamente atualizados no ato do pagamento, ou garanta a execução, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para satisfação da dívida e acessórios. Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente edital que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, em 28/09/2011. Eu, Adriana Aparecida da Costa, Analista Judiciária - Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevi. - **ALBERTO MARQUES DOS SANTOS -** Juiz de Direito

---

**EDITAL DE CITAÇÃO DE VANDERLI KOWALSKI DOS SANTOS COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor Alberto Marques dos Santos - Juiz de Direito desta Comarca de Maringá - Paraná, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo desta 4ª Secretaria Cível Comarca de Maringá - Paraná, respectiva, tramitam os **autos n.º 523/2006 de EXECUCAO FISCAL**, em que figura como exequente FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA, e executado VANDERLI KOWALSKI DOS SANTOS ENXOVAIS e VANDERLI KOWALSKI DOS SANTOS constando dos autos que o executado se encontra em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de 30 dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, localizado no endereço supra mencionado, tem a finalidade de proceder **a CITAÇÃO de VANDERLI KOWALSKI DOS SANTOS,** para que no **prazo de 5 (cinco) dias**, proceda o pagamento da dívida, referente a certidão de dívida Ativa n.º 543/1.1, no valor total de R$ 652,52 (seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), devendo ser incluído ainda as custas processuais, honorários advocatícios, e demais cominações legais, os quais serão devidamente atualizados no ato do pagamento, ou garanta a execução, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para satisfação da dívida e acessórios. Tudo de conformidade com o respeitável despacho a seguir: " *Cite-se, como pede. Cumprida a citação, e decorrido o prazo para nomear bens à penhora, v. para apreciar o pedido de bloqueio, como retro requerido, junto ao Bacen Jud. Int.-se."* Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente edital que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, em 28/09/2011. Eu, Adriana Aparecida da Costa, Analista Judiciária - Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevi. - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS - Juiz de Direito

---

**EDITAL DE CITAÇÃO DE BETA AUTOMAÇÃO LTDA. COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor Alberto Marques dos Santos - Juiz de Direito desta Comarca de Maringá - Paraná, na forma de lei, FAZ SABER, aos que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo desta 4ª Secretária Cível Comarca de Maringá - Paraná, respectiva, tramitam os **autos nº 624/2009 de ORD DECLARATÓRIA INEXIGIBILIDADE TITULO**, em que figura como requerente JBS S/A e requerido BETA AUTOMACAO LTDA, constando dos autos que o réu encontra-se em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de 30 dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, localizado no endereço supra mencionado, tem a finalidade de proceder **a CITAÇÃO de BETA AUTOMAÇÃO LTDA,** para que no prazo de 15 dias, contestar a ação, sob pena de revelia. Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente edital que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, em 29/09/2011. Eu, Adriana Aparecida da Costa, Analista Judiciária - Diretora de Secretária, o digitei e subscrevi. - **ALBERTO MARQUES DOS SANTOS - J**uiz de Direito.

**EDITAL DE CITAÇÃO DE SARA PEREIRA DE ALMEIDA SELLA CONFECÇÕES COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor Alberto Marques dos Santos - Juiz de Direito desta Comarca de Maringá - Paraná, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo desta 4ª Secretaria Cível Comarca de Maringá - Paraná, respectiva, tramitam os **autos n.º 157/2008 de EXECUCAO FISCAL,** em que figura como exequente FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA, e executado SARA PEREIRA DE ALMEIDA SELLA CONFECCOES e SARA PEREIRA DE ALMEIDA SELLA constando dos autos que o executado se encontra em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de vinte 30 dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, localizado no endereço supra mencionado, tem a finalidade de proceder a **CITAÇÃO** de **SARA PEREIRA DE ALMEIDA SELLA CONFECÇÕES, CNPJ sob n° 81690141/0001-85** para que no **prazo de 5 (cinco) dias**, proceda o pagamento da dívida, referente a certidão de dívida Ativa n.º 593/1.1, **no valor total de R$ 316,06** (trezentos e dezesseis reais e seis centavos), devendo ser incluído ainda as custas processuais, honorários advocatícios, e demais cominações legais, os quais serão devidamente atualizados no ato do pagamento, ou garanta a execução, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para satisfação da dívida e acessórios. Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente edital que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, em 09/09/2011. Eu, 28/09/2011, Adriana Aparecida da Costa, Analista Judiciária - Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevi. - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS - Juiz de Direito

---

**EDITAL DE CITAÇÃO DE NILZA SARRUF COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor Alberto Marques dos Santos - Juiz de Direito desta Comarca de Maringá - Paraná, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo desta 4ª Secretaria Cível Comarca de Maringá - Paraná, respectiva, tramitam os **autos n.º 191/2004 de EXECUCAO FISCAL**, em que figura como exequente FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA, e executado LIDIVEL MECANICA PARA VEICULOS LTDA, JOAO PESSOA CRUZ e NILZA SARRUF constando dos autos que o executado se encontra em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de vinte 30 dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, localizado no endereço supra mencionado, tem a finalidade de proceder **a CITAÇÃO de NILZA SARRUF,** para que, no **prazo de 5 (cinco) dias**, proceda o pagamento da dívida, referente a certidão de dívida Ativa n.º 643/1.1, **no valor total de R $ 7.933,93** (sete mil, novecentos e trinta e três reais e novante e três centavos), devendo ser incluídos ainda as custas processuais, honorários advocatícios, e demais cominações legais, os quais serão devidamente atualizados no ato do pagamento, ou garanta a execução, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para satisfação da dívida e acessórios. Tudo de conformidade com o respeitável despacho a seguir: *"Cite-se, como pede. Cumprida a citação, e decorrido o prazo para nomear bens à penhora, v. para apreciar o pedido de bloqueio, como retro requerido, junto ao Bacen Jud. Int.-se."* Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente edital que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, em 28/09/2011. Eu, Adriana Aparecida da Costa, Analista Judiciária - Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevi. - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS - Juiz de Direito

---

**EDITAL DE CITAÇÃO DE DAUDT E CIA LTDA COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor Alberto Marques dos Santos - Juiz de Direito desta Comarca de Maringá - Paraná, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo desta 4ª Secretaria Cível Comarca de Maringá - Paraná, respectiva, tramitam os **autos n.º357/2004 de EXECUCAO FISCAL**, em que figura como exequente FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE MARINGA, e executado DAUDT E CIA LTDA, VILARINO DAUDT e ZORAIDE ALONSO DAUDT constando dos autos que o executado se encontra em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de 30 dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, localizado no endereço supra mencionado, tem a finalidade de proceder **a CITAÇÃO de DAUDT E CIA LTDA , CNPJ 001.856.631/0001-70,** para que, no **prazo de 5 (cinco) dias**, proceda o pagamento da dívida, referente a certidão de dívida Ativa n.º 2652/1.1, **no valor total de R$ 1.096,33** (hum mil e noventa e seis reais e trinta e três centavos), devendo ser incluídos ainda as custas processuais, honorários advocatícios, e demais cominações legais, os quais serão devidamente atualizados no ato do pagamento, ou garanta a execução, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para satisfação da dívida e acessórios. Tudo em conformidade com o seguinte despacho: *"Cite-se, como pede. Cumprida a citação, e decorrido o prazo para nomear bens à penhora, v. para apreciar o pedido de bloqueio, como retro requerido, junto ao Bacen Jud*". Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente edital que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, em 28/09/2011. Eu, Adriana Aparecida da Costa, Analista Judiciária - Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevi. - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS - Juiz de Direito

---

## Edital Geral

**EDITAL DE INTERDIÇÃO DE ANA CLARA BARBOSA COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

Edital de interdição para conhecimento de terceiros, e ainda aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que nos **autos n.º 2216/2009** de INTERDICAO, requerida por MARIVALDA DOS SANTOS, foi decretada **a interdição de ANA CLARA BARBOSA**, declarando-a incapacitada para exercer os atos da vida civil, tendo sido nomeado curador MARIVALDA DOS SANTOS. Maringá, 28/09/2011. Eu, ADRIANA APARECIDA DA COSTA, Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevi, conforme Portaria 01/2011. - ALBERTO LUIZ MARQUES DOS SANTOS Juiz de Direito

---

## MATELÂNDIA

## JUÍZO ÚNICO

## Edital Geral - Cível

P O D E R J U D I C I Á R I O
COMARCA DE MATELÂNDIA - ESTADO DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ

**EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO**

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação em leilão, os bens de propriedade do devedor: A.J.D'AGOSTINI & CIA LTDA, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: Dia 06-10-2011 às 13:30 horas, ocasião em que o bem será alienado por preço igual ou superior ao da avaliação.
SEGUNDO LEILÃO: Dia 17-10-2011 às 13:30 horas, ocasião em que o bem será alienado por melhor preço, salvo preço vil.
LOCAL: Átrio do Fórum. Vara Cível da Comarca de Matelândia/PR, sito Av. Borges de Medeiros n.º 1.111.
PROCESSO: Autos de CARTA PRECATÓRIA sob n.º 078/2008 em que são exeqüentes: IGOR SILVA e THIAGO SILVA e executado: A.J.D'AGOSTINI E CIA LTDA.
BENS: **"01 (UM) VEICULO PLACA APP-8000,** Renavam 52.396532-0, chassi 9A9V12030M2AD9287, marca/modelo REB/GOTTI, tipo semi-reboque, espécie carga, ano/modelo 1991/91, cor BRANCA, carroceria tanque, capacidade 030,00T, Eixos (3); **"01 (UM) VEICULO PLACA ADA-7382,** Renavam 60.485668-7, chassi 9BSTH4X2ZN3245906, marca/modelo SCANIA/1113 H 4x2 320, Tipo Caminhão Trator, Espécie Tração, ano/modelo 1992/92, cor VERMELHA, carroceria tanque, potência 320 CV; **"01 (UM) VEICULO PLACA AGF-9971**, Renavam 65.533162-0, chassi 9ADG13530TM120318, marca/modelo REB/RANDON SR GR TR, tipo Semi-Reboque, ano/modelo 1996/96, cor BRANCA, capacidade carga 035,00T, Eixos (3);"
DEPÓSITO: Com o representante legal da executada Sr. AIRTON JOSÉ D'AGOSTINI - Fiel Depositário.
AVALIAÇÃO: Datada de 16.06.2008, correspondente a R$ 175.228,00 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL, DUZENTOS E VINTE E OITO REAIS); Atualizada em 03.03.2009, correspondente a R$ 198.143,11 (CENTO E NOVENTA E OITO MIL, CENTO E QUARENTA E TRÊS REAIS E ONZE CENTAVOS), sujeito a atualização até o dia do leilão.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 214.097,78 (DUZENTOS E QUATORZE MIL, NOVENTA E SETE REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS), datada até 15.09.2011, sujeito a atualização até a data do leilão.
ÔNUS: Os existentes ficarão a cargo do arrematante, com relação a carta de arrematação, Porteiro dos Auditórios, bem como, as custas processuais remanescentes, se houver.
INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o executado: A.J.D'AGOSTINI E CIA LTDA, na pessoa de seu representante legal, SR. AIRTON JOSE D'AGOSTINI, se porventura não for encontrado para a intimação pessoal. Matelândia/Pr, 29 dias do mês de setembro de 2011. Eu, _____(Josiane F. Coser Costa) - Escrevente Juramentada, que o digitei e subscrevi.
JOSIANE F. COSER COSTA- Escrevente Juramentada
assinado por determinação do MM. Juiz de Direito
da Comarca, conforme Portaria n.º 06/99, de 13/05/.999.

# PALOTINA

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

### Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PALOTINA-PR.
CARTÓRIO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS
Maria Lúcia Freitas de Oliveira - Escrivã
**EDITAL DE CITAÇÃO**
Réu: **ELZEVIR PEREIRA SANTOS**
Prazo de **15 dias**
**Ação Penal 2008.99-7**
A DRA. SUZIE CAPRONI FERREIRA FORTES, MM. JUIZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS DA COMARCA DE PALOTINA - PR, etc.
**FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, **com o prazo de quinze (15) dias,** ou dele, conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **ELZEVIR PEREIRA SANTOS**, brasileiro, RG n.º 3544612-5, nascido aos 24/10/1963, natural de Campina da Lagoa/PR, filho de Maria Ovidia Santos e de Artur Pereira Santos, **atualmente em lugar incerto e não sabido,** pelo presente **CITÁ-LO para que apresente defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396-A do CPP, sobre os fatos narrados na denúncia.** Palotina - Pr, aos 28 dias do mês de setembro do ano de 2011. Eu, _____ (Clarice Braatz Schmidt Neukirchen), Téc. Jud., o digitei e subscrevi.
**SUZIE CAPRONI FERREIRA FORTES**
Juíza de Direito

# PARANAGUÁ

## 1ª VARA CRIMINAL

### Edital de Intimação

**JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE PARANAGUÁ/PR**
**Av. Gabriel de Lara, 771 - Centro - Fone/fax: 41-3423-2799 - CEP: 83.203-550**
**Aristoteles Coelho Rosa Junior - Escrivão Criminal. E-mail: tot@tjpr.jus.br**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**
**O Doutor ALEXANDRE MOREIRA VAN DER BROOCKE, MM. Juiz Substituto da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.**
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, em especial **JOÃO CARLOS DA CRUZ**, em que figura como acusado nos autos de processo-crime sob nº **2010.0000055-9,** nascido em Ribeirão do Pinhal/RS em 23/04/1963, filho de Benedito Sudário da Cruz e de Olívia da Silva Cruz, RG 3.479.361/SESPPR, atualmente em lugar incerto e não sabido e não sendo possível intimá-lo pessoalmente, INTIMA-O através do presente edital, dos termos da r. sentença proferida nos autos supracitados que "Diante da ausência de condição de procedibilidade da ação penal, qual seja a representação criminal, julgo extinta a punibilidade do indiciado nos termos do art. 16 da Lei 11.340/2006."
Dado passado nesta cidade e comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, 28 de setembro de 2011 - Eu, _____Dionei Ribas Martins, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
ALEXANDRE MOREIRA VAN DER BROOCKE
Juiz Substituto

# PARANAVAÍ

## 1ª VARA CRIMINAL

### Edital de Intimação

Juízo de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranavaí - Pr .
**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
O Doutor Luiz Eduardo Asperti Nardi, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal desta Comarca, no uso de suas atribuições legais.
F A Z S A B E R, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que não tendo sido possível intimar pessoalmente a **CLARICE ANTONIO DA SILVA,** natural de Lins-SP, filha de Aquino Antonio da Silva e Maria Divino da Silva, nascida aos 28/04/1958 e **PAULO HENRIQUE DOS REIS TAVARES,** alcunhado de "Paulinho", brasileiro, casado, vendedor, natural de Paranavaí-Pr, nascido aos 26/02/1984, portador do RG nº 8084592/PR, filho de Darci Hell Tavares e Vilma Maria dos Reis, **ambos**, **ATUALMENTE EM LUGAR DESCONHECIDO**, ficam pelo presente edital **INTIMADOS** a comparecer na Sala das Audiências da Primeira Vara Criminal desta Comarca, sito à Av. Paraná, 1422, Ed. Fórum, no dia **17 (dezessete) de outubro (10) de 2011 - às 17:00 horas,** oportunidade em que os mesmos serão advertidos das condições do regime aberto, nos autos de Processo Crime nº. 2010.1098-8**.**
E para que cheque ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado no Edifício do Fórum local, em lugar de costume e publicado na imprensa local.
Paranavaí, 28 de setembro de 2011. Eu, (José Maria Dourado), Técnico de Secretaria, que digitei e, por determinação do MM. Juiz, assino o presente.
**JOSÉ MARIA DOURADO**
Técnico de Secretaria

Juízo de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranavaí - Pr .
**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
O Doutor Luiz Eduardo Asperti Nardi, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal desta Comarca, no uso de suas atribuições legais.
F A Z S A B E R, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que não tendo sido possível intimar pessoalmente a **CRISTIANO CELSO PEREIRA DA SILVA,** brasileiro**,** solteiro, vendedor autônomo, portador do RG nº 27.379.285/SSP/SP, natural de Guarulhos-SP, filho de Celso Pereira da Silva e Neuza Pereira da Silva, nascido aos 01/07/1977, **ATUALMENTE EM LUGAR DESCONHECIDO**, fica pelo presente edital **INTIMADO** comparecer na Sala das Audiências da Primeira Vara Criminal desta Comarca, sito à Av. Paraná, 1422, Ed. Fórum, no dia **17 dezessete) de 10) outubro de 2011 - às 16:40 h,** oportunidade em que o mesmo será advertido das condições do regime aberto, nos autos de Processo Crime nº. 2007.93-6**.**
E para que cheque ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado no Edifício do Fórum local, em lugar de costume e publicado na imprensa local.
Paranavaí, 28 de setembro de 2011. Eu, (José Maria Dourado), Técnico de Secretaria, que digitei e, por determinação do MM. Juiz, assino o presente.
**JOSÉ MARIA DOURADO**
Técnico de Secretaria

## 2ª VARA CÍVEL

### Edital de Citação

**- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PARANAVAÍ-PR -**
**- ESCRIVANIA DA SEGUNDA VARA CÍVEL -**
EDITAL DE CITAÇÃODO EXECUTADO: **MARCONIESSON DE OLIVEIRA,** COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
A Doutora **FABIANE KRUETZMANN SCHAPINSKI**. Juíza Substituta da Segunda Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da lei.
**F I C A M** pelo presente edital **CITADO** o executado **MARCONIESSON DE OLIVEIRA,** o qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, que corre perante a 2ª Vara Cível os autos de **EXECUTIVO FISCAL** autuado sob nº **271/2010**, para a cobrança da dívida ativa no valor de R$ 630,90, em que a **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ** move contra **MARCONIESSON DE OLIVEIRA,** para pagar a aludida importância e demais cominações legais ou nomear bens a penhora no prazo de 05 (cinco) dias, podendo oferecer bens a mesma, ou, querendo, após seguro o Juízo, apresentar os competentes embargos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do término do prazo deste edital, nos termos do artigo 241, inciso V, do Código de Processo Civil. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos seis (06) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dez (2010). Eu_____ (**Adroaldo Bellanda)** Escrivão, que digitei e subscrevi.
**ADROALDO BELLANDA**
**Escrivão**

**- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PARANAVAÍ-PR -**
**- ESCRIVANIA DA SEGUNDA VARA CÍVEL -**

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE: **LAZARA DE SOUZA,** COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Doutora **FABIANE KRUETZMANN SCHAPINSKI,** MM. Juíza Substituta da Segunda Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da lei.

**F A Z S A B E R** a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem e especialmente a executada **LAZARA DE SOUZA** atualmente em lugar incerto e não sabido, que nos autos de **EXECUTIVO FISCAL** autuado sob nº **054/2010**, no valor de R$ 1.154,82, que lhe move a **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ** e executado **LAZARA DE SOUZA** fica a executada **CITADA** para pagar o valor acima e seus acréscimos no prazo de 05 dias, a contar do término do prazo deste edital, sob pena de ser convertido em penhora o arresto que recaiu sobre o seguinte bem: Lote nr. 05-B, subdivisão do lote único da quadra 05, situado no Jd. Ipê, desta cidade, com área de 221,00m2, objeto da matrícula nr. 9.034 do CRI local. Fica pelo mesmo edital **INTIMADA,** para, querendo, embargar a presente ação, no prazo de (30) dias, sendo que tal prazo passará a fluir a partir da data da conversão do arresto acima em penhora (automaticamente). Dado e passado nesta cidade e comarca de Paranavaí Estado do Paraná, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze (2011) Eu_____(**ADROALDO BELLANDA)** Escrivão, que digitei e subscrevi e assino o presente por força da Portaria nr. 01/2005.

**ADROALDO BELLANDA**
**Escrivão**

---

**- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PARANAVAÍ-PR -**
**- ESCRIVANIA DA SEGUNDA VARA CÍVEL -**

EDITAL DE CITAÇÃODE: **T AGRO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA e LIDIANE DA SILVA,** COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS.

A Doutora **FABIANE KRUETZMANN SCHAPINSKY,** Juíza Substituta da Segunda Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da lei.

**F I C A** pelo presente edital **CITADO** o executado **T AGRO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA,** na pessoa de seu representante legal e, **LIDIANE DA SILVA,** a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, que corre perante a 2ª Vara Cível os autos de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** autuado sob nº **504/2011**, movido por **BANCO BRADESCO S/A,** para a cobrança do débito no valor de R$ 17.621,49, atualizado em maio/2011, originado pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo (Capital de Giro) nr. 351/3549226, conta corrente nr. 83.640-0, firmado entre as partes em 11 fevereiro de 2010, a primeira devedora obrigou-se a pagar ao exeqüente a importância de R$ 19.605,36, que corresponde ao valor do financiamento R$ 11.000,00 + valor do IOF R$ 187,91 + o valor do TAC R$ 200,00 e juros contratuais R$ 8.217,45, taxa mensal de 4,85% a.m, em 24 parcelas mensais de R$ 816,89 com vencimento inicial em março de 2010 e término em fevereiro de 2012, no entanto a devedora emitente deixou de adimplir integralmente as parcelas a partir de 11/05/2010 (3ª parcela) incorrendo em mora com a efetivação da notificação, importando o débito (parcelas vencidas, vincendas, estas apuradas com deságio) atualizado em 11/05/2011 em R$ 17.621,49, ficando o executado citado para pagar no prazo de 03 dias a quantia acima referida, acrescida de custas e honorários de 10%, valor este que poderá ser reduzido a metade em caso de pronto pagamento, podendo opor embargos no prazo de 15 dias, independente de penhora, poderá no prazo de 15 dias, caso reconheça a dívida, depositar 30% do valor e pagar o restante em até 6 vezes iguais, mensais e sucessivas, corrigidas pelo INPC e juros de 1% ao mês. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011). Eu_____ (**Adroaldo Bellanda)** Escrivão, que digitei e subscrevi e assino o presente por força da Portaria nr. 01/2005.

**ADROALDO BELLANDA**
**Escrivão**

---

**- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PARANAVAÍ-PR -**
**- ESCRIVANIA DA SEGUNDA VARA CÍVEL -**

EDITAL DE CITAÇÃODE: **RODRIGO TOSTA GIROLDO,** COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS.

A Doutora **FABIANE KRUETZMANN SCHAPINSKY,** Juíza Substituta da Segunda Vara Cível da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, na forma da lei.

**F I C A** pelo presente edital **CITADO** o executado **RODRIGO TOSTA GIROLDO,** o qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, que corre perante a 2ª Vara Cível os autos de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** autuado sob nº **858/2011**, movido por **GIOVANI FRANCISCO MACHADO,** para a cobrança do débito no valor de R$ **196.553,92**, atualizado em maio/2011, originado pelo Contrato de Cessão de Direitos, decorrentes de precatórios requisitórios de que o executado era titular, onde o requerente adquiria créditos de precatórios no valor de R$ 121.804,00, pelo valor de R$ 86.500,00, montante este que foi efetivamente transferido pelo executado em data de 07.04.2008, conforme demonstra o comprovante de transferência bancária anexo a inicial. Como garantia da obrigação, o executado firmou nota promissória no valor de R$ 121.804,00, com vencimento para 20.05.2008. Passados alguns dias após o vencimento da obrigação o executado evadiu-se da cidade de Paranavaí, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, sendo, inclusive, fato notório nesta comarca que o executado efetuou diversas negociações semelhantes com outras pessoas, ficando o executado citado para pagar no prazo de 03 dias a quantia acima referida, acrescida de custas e honorários de 10%, valor este que poderá ser reduzido a metade em caso de pronto pagamento, podendo opor embargos no prazo de 15 dias, independente de penhora, poderá no prazo de 15 dias, caso reconheça a dívida, depositar 30% do valor e pagar o restante em até 6 vezes iguais, mensais e sucessivas, corrigidas pelo INPC e juros de 1% ao mês. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011). Eu_____ (**Adroaldo Bellanda)** Escrivão, que digitei e subscrevi e assino o presente por força da Portaria nr. 01/2005.

**ADROALDO BELLANDA**
**Escrivão**

---

# PATO BRANCO

## 2ª VARA CÍVEL

## Edital de Citação

Edital de Citação
Com o Prazo de 30 (trinta) dias
Citação do(a)(s) Executado(a)(s) DELCI TEREZINHA TOMAZI e seu cônjuge, se casada (o) for.

A Excelentíssima Senhora Doutora Jurema Carolina da Silveira Gomes, MM. Juíza de Direito da 2ª Serventia Cível da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da Lei...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos sob n.º 306/2002 de Ação de Execução Fiscal em que é Exeqüente MUNICÍPIO DE PATO BRANCO e Executado(a)(s) Espolio de Aldino Formighiri Thomazi e seus sucessores DELCI TEREZINHA THOMAZI, NELCY RITA THOMAZI, LUIZ CARLOS THOMAZI, ALMERI REJANE THOMAZI, que pelo presente edital, fica(m) CITADO(A)(S) o(a)(s) Executado(a)(s) DELCI TEREZINHA THOMAZI, inscrito no CPF/MF sob n.º 371.350.699-87, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, EM 05 (CINCO) DIAS, pagar a importância de R$ 1.262,10 (UM MIL, DUZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS), atualizada até 27/11/2002, mais os acréscimos legais, ou nomear bens à penhora, sob pena de lhe(s) ser(em) penhorado(s) tantos bens quantos bastem para a garantia do crédito. Peça inicial em resumo: "MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Caramuru, n.º 271, Centro, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.448/0001-54, por seus procuradores, vem perante Vossa Excelência propor a presente ação de EXECUÇÃO FISCAL, com fundamento nos artigos 585, VI do Código de Processo Civil, Lei 6.830/80 e demais dispositivos pertinentes à matéria, com base na(s) inclusa(s) CERTIDÃO (ÕES) DE DÍVIDA(S) a seguir descrita (s) por seu (s) número (s) e valor (es): N.º da Inscrição 165/2002 - Valor 1.262,10 que passa (m) a integrar a presente, contra Espolio de Aldino Formighiri Thomazi e seus sucessores DELCI TEREZINHA THOMAZI, NELCY RITA THOMAZI, LUIZ CARLOS THOMAZI, ALMERI REJANE THOMAZI. Nestes termos, requer: a) A citação do (a) devedor (a), para que em 5 (cinco) dias pague o débito devidamente atualizado e acrescidos dos demais encargos, ou querendo, garantir a execução; b) Não havendo o pagamento, nem apresentados bens a penhora no prazo legal, com base no Art. 11, I da Lei 6.830/80 c/c Art. 185-A do Código Tributário Nacional, determine a indisponibilidade de bens e direitos, através de convênio entre Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Banco Central do Brasil (BC) - BACEN-JUD, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, os órgãos e autoridades supervisoras do mercado de capitais, façam cumprir a ordem judicial; c) Outrossim, requer, sejam deferidos ao Senhor Oficial de Justiça incumbido das diligências, os benefícios do parágrafo 2º do artigo 172 do Código de Processo Civil; d) A condenação do executado no valor da dívida, devidamente atualizada, custas processuais e honorários advocatícios a razão de 20% do valor da condenação. Atribui-se a causa o valor da dívida acrescida de encargos legais, no montante de R$ 1.262,10 (UM MIL, DUZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS). Pede Deferimento. Pato Branco, 27/11/2002. Janio S. Figueiredo OAB/PR 14.686 B - Cesar Augusto Gazzoni OAB/PR 12.762". Despacho de fl. 100, a seguir transcrito: "AUTOS N.º 306/2002 Tendo em vista que várias foram as tentativas de localizar a parte Executada, restando todas infrutíferas, alternativa outra não há senão em deferir o pedido retro de citação por edital. Portanto, cite-se na parte Executada, por edital, com prazo de trinta dias, observando-se o despacho inicialmente proferido. Em seguida, no prazo de dez dias, acerca do prosseguimento do feito, manifeste-se a parte Exeqüente. D.S. Jurema Carolina da Silveira Gomes. Juíza de Direito". E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será afixado no lugar de costume, no Fórum local e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos vinte e oito (28) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011). Eu,_____(Paulo Cesar Caruso), Titular da 2ª Serventia Cível que o digitei e subscrevi.

**Paulo Cesar Caruso** Titular

Por determinação da MM. Juíza
Portaria 01/2004

Edital de Citação
Com o Prazo de 30 (trinta) dias
Citação do(a)(s) Ré(u)(s) **PP COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA**., na pessoa de seu representante legal
A Excelentíssima Senhora Doutora Jurema Carolina da Silveira Gomes, MM. Juíza de Direito da 2ª Serventia Cível da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da lei...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos sob n.º 0007447-33.2011.8.16.0131 de Ação de Consignação em Pagamento c/c Baixa de Protestos e Pedido de Liminar em que é Autora LUIZ TEODORO ME e Ré(u)(s) PP COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA., que pelo presente edital fica(m) CITADO(A)(S) o(a)(s) Ré(u)(s) PP COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA., na pessoa de seu representante legal, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, em 15 (quinze) dias, levantar o valor consignado ou oferecer resposta, sob pena de confesso e revelia. Fica(m) ciente(s) de que, não contestando a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a)(s) Autor(a)(es) (art. 285 e 319 do C.P.C.), tudo conforme resumo da peça inicial a seguir transcrita: LUIZ TEODORO ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ n.° 07.196.205/0001-33, com sede na Rua Fernando Ferrari, n.° 834, centro, na cidade de Itapejara D'Oeste - PR, neste ato representado por seu proprietário, Sr. LUIZ TEODORO, brasileiro, casado, mecânico, inscrito no CPF/MF sob o n.° 372.926.849-04, residente e domiciliada na Rua Fernando Ferrari, n.° 834, centro, na cidade de Itapejara D'Oeste/PR;, através de seus procuradores que ao final assinam (doc. 01), vem a presença de Vossa Excelência propor a presente AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C BAIXA DE PROTESTOS E PEDIDO DE LIMINAR com fundamento nos artigos 304, 334 e 335, inciso III do Código Civil, e artigo 891 e seguintes do Código de Processo Civil, em face de PP COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA, situada em lugar incerto e não sabido, pelos motivos de fato e de direito que a seguir se expõe: I - DOS FATOS - A requerente/Consignante realizou transação comercial junto à empresa Requerida no mês de dezembro do ano de 2010, donde se originaram os títulos cujas cópias seguem inclusas (doc. 02), os quais foram objeto de protesto, consoante se verifica do extrato de consulta no SERASA (doc. 03). A Requerente/Consignante procurou a empresa credora a fim de quitar o débito em questão, no entanto, a referida empresa, segundo informações de terceiros NÃO MAIS EXISTE. Em pesquisa realizada via internet junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (doc. 04), constatou-se que a empresa em questão apresenta situação cadastral "ativa", no entanto, a Requerente/Consignante não consegue ter contanto com a Requerida, isto é, faz aproximadamente 15 (quinze) dias que a empresa Requerente vem ligando nos telefones da Requerida[1] e a mensagem é sempre a mesma: "Telefônica informa: telefone temporariamente fora de serviço". Vale registrar que os títulos protestados não foram pagos na sua correta data de vencimento em razão de que à Requerente não foi entregue o produto de maior valor (correspondente à R$123,66) que consta da nota, consoante se verifica do documento incluso (doc. 05). Diante do exposto, considerando-se todas as tentativas de localização da Requerida, as quais restaram infrutíferas, chegou-se a conclusão que a Requerida encontra-se em lugar incerto, logo, a Requerente/Consignante NÃO TEM PARA QUEM PAGAR, NÃO SABE ONDE PAGAR, motivo pelo qual propõe a presente medida. II - DO DIREITO - 2.1 Da competência - No Código de Processo Civil, o art. 891, parágrafo único do Código Civil, dispõe que: CPC, art. 891 - "Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, tanto que se efetue o depósito, os juros e os riscos, salvo se for julgada improcedente." (destacamos) Vasta Jurisprudência consagra casos semelhantes em julgados pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: COMPETÊNCIA - AÇÃO CONSIGNATÓRIA. A consignação deve ser requerida no lugar do pagamento, na conformidade do disposto no art. 891, do CPC, não assumindo relevo, no plano competencial, a circunstâncias de o devedor proceder ao pagamento de parcelas do mutuo no lugar de seu domicílio, desde que as respectivas importâncias eram creditadas diretamente na conta do credor em agência bancária situada no lugar contratualmente previsto para o pagamento. Recurso especial conhecido e provido. Resp 38296/SP - Min. Costa Leite - Terceira Turma Recursal - 22/02/1994. (destacamos). Considerando-se que a empresa Requerida encontra-se em LUGAR INCERTO, bem como que o devedor, ora Consignante, reside na cidade de Itapejara D'Oeste - PR, não restam dúvidas de que o foro competente, in casu, é o da Comarca do Pato Branco, Estado do Paraná. 2.2 Do Cabimento da ação de consignação e do seu efeito liberatório O art. 890 do Código de Processo Civil dispõe sobre o fundamento legal da ação consignatória, in verbis: CPC, art. 890 - "Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida". Os professores Luis Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart bem lecionam sobre a finalidade da medida judicial sub examine: "Resta claro, portanto, que a função precípua da consignação é permitir ao devedor liberar-se da obrigação, evitando com isso que permaneça com o encargo de responder pelos juros e pelos riscos sobre a coisa, bem como para que possa desonerar-se da própria prestação devida. Em síntese, por meio da consignação, desde que feita de forma válida, o devedor restará desonerado da prestação assumida, de modo que, ao menos para si, a prestação não mais subsiste" (destacamos) Portanto, e diante da pretensão da Requerente/Consignante, resta claro que a ação de consignação em pagamento é o meio processual idôneo ao fim por ela almejado, qual seja, liberar-se da obrigação assumida, bem como ver cancelados os protestos (em referência) existentes em seu nome. 2.3 Do Pagamento em Consignação - Da EXTINÇÃO da Obrigação Perfeitamente aplicável, in casu, o disposto nos artigos 304, 334 e 335, inciso III do Diploma Civil, in verbis: CC, art. 304 - "Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor." CC, art. 334- - "Considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e forma da lei." (destacamos) CC, art. 335- - "A consignação tem lugar: III - Se o credor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil."(destacamos) Em face das redações legais acima transcritas, verifica-se que por meio da presente medida - a qual se mostra como o ÚNICO MEIO - a sociedade empresária ora Requerente/Consignante satisfaz, efetivamente, o pagamento e, dessa forma, não mais subsiste a obrigação outrora mantida com a Requerida. Desta feita, combinando as disposições do diploma processual com as de direito material, acima enlencadas, conclui-se pela total pertinência, e outrossim, procedência da presente Ação de Consignação, proposta em razão da IMPOSSIBILIDADE DE LOCALIZAÇAO DA REQUERIDA , havendo de outro lado, o direito do devedor de adimplir sua obrigação, sendo certo, portanto, que para caracterizar-se o efeito de pagamento busca-se a tutela judicial, mediante a consignação da quantia devida. 2.4 Do Pedido Liminar Como se sabe, o pedido de liminar se torna possível quando presentes os pressupostos do "fumus boni iuris" e do "periculum in mora". Estes pressupostos estão demonstrados in casu pelo receio da Requerente de ser atingido em seu direito por algo que não estava em sua capacidade, uma vez que pretende e quer fazer o pagamento da dívida, mas não encontra o credor. Afeta o direito que cada um tem em pagar sua obrigação e extinguir seu débito, fato que demonstra o "fumus boni uiris". O débito em tela faz com que o nome da Requerente se mantenha efetivado no Cartório de Protesto, causando grandes dificuldades na efetivação de uma transação comercial iminente, o que caracteriza o "periculum in mora". Portanto, postula-se pela concessão da liminar a fim de evitar lesão grave e de difícil reparação em prejuízo da Requerente/ Consignante, frise-se, pessoa jurídica. Diga-se, por pertinente, que é justamente em razão da necessidade de que sejam IMEDIATAMENTE cancelados os protestos existentes em nome da Requerente/Consignante que esta optou por ingressar com presente medida. Enfim, considerando que os documentos carreados são suficientes para demonstrar o "fumus boni iuris" e o "periculum in mora, é de ser deferido o pedido de liminar ora postulado. III - DOS PEDIDOS Diante do exposto, requer-se: a) o RECEBIMENTO da presente, juntamente com os documentos que a acompanham; b) seja DEFERIDA, initio litis e inaudita altera parte, a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA postulada para o fim limitado e exclusivo de se proceder à baixa da inscrição do CNPJ da Requerente dos bancos de dados dos Órgãos de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA -, expedindo-se ofício/mandado diretamente aos respectivos órgãos; c) seja autorizado o depósito em juízo, no valor de R$363,80 (trezentos e sessenta e três reais e oitenta centavos), referente ao valor principal de R$ 326,66 (trezentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos), atualizado pela média aritmética entre o INPC do IBGE e o IGP-DI da FGV de dezembro de 2010 até agosto de 2011; d) a CITAÇÃO, via edital, da empresa Requerida, para, querendo, levantar o depósito e dar quitação à obrigação, ou então oferecer resposta, nos termos do artigo 893, inciso I, do Código de Processo Civil, sob pena de sofrer os efeitos da revelia; e) em relação ao mérito, que seja confirmada por sentença a liminar postulada, sendo julgados TOTALMENTE procedentes os pedidos formulados nesta ação, para o fim de DECLARAR extinta a obrigação, condenando-se a Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais (a serem reembolsadas em favor da Requerente), bem como honorários advocatícios os quais se requer sejam fixados em 20% sobre o valor total do depósito, sem prejuízo do disposto no art. 343 do Código Civil; Pretende-se provar o alegado mediante prova documental, testemunhal, depoimento pessoal e demais meios de prova em Direito admitidos, nos termos do art. 332 do Código de Processo Civil. Dá-se à presente causa o valor de R$ 363,80 (trezentos e sessenta e três reais e oitenta centavos). Termos em que, Pede deferimento. Itapejara D'Oeste - PR, 04 de agosto de 2011. Herlli Cristina Fernandes Toigo OAB/PR 39.992 "E decisão de fl. 33/34, a seguir transcrito: "...Diante do exposto, concedo a antecipação da tutela para o fim de determinar a exclusão do nome do autor dos serviços de proteção ao crédito, bem como que o Sr. Oficial do Tabelionato de Protesto desta Comarca se obstenha de fornecer informações positivas relativas ao protesto já realizado. Após a consignação do valor em juízo, oficie-se ao Serasa para que retire o nome do autor de seus registros, e ao Tabelionato de Protestos e Títulos, nos termos acima. Autorizo o deposito do valor pleiteado pelo autor, no prazo de 05 (cinco) dias (artigo 893, inciso I, do Código de Processo Civil). Cite-se o réu para em 15 (quinze) dias levantar o valor consignado ou oferecer resposta, devendo constar a advertência de que a falta de resposta valida ensejará sua revelia ou a não impugnação especifica dos fatos trará como conseqüência a presunção de veracidade daqueles articulados na inicial. No caso do réu proceder ao levantamento, do montante a ser levantado deverão ser deduzidas as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa. Se o réu alegar que o deposito não é integral, devera indicar o valor que entende devido. Em tal hipótese, intime-se o autor para, querendo, complementá-lo em dez dias (artigo 896, inciso IV e 899 ambos do CPC) ...". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou a MM. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná. Aos oito (08) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011). Eu,_____(Paulo Cesar Caruso), titular desta 2ª Serventia Cível, digitei e subscrevi.
Paulo César Caruso
Titular
Por determinação da MM. Juíza
Portaria 01/2004

# FORO REGIONAL DE PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## VARA CRIMINAL

### Edital de Intimação

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PINHAIS
VARA CRIMINAL
Rua 22 de Abril, nº199 - CEP 83.323-240
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZ0 60 DIAS
O DR. JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.
**FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pinhais, tramitam os autos de Processo Crime sob o nº 2005.1220-5, em que fora denunciada pelo Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo 155, "caput" e 307, na forma do artigo 69 do Código Penal, a pessoa de **JHONATAN MARTINS ZAMBON,** brasileiro, solteiro, nascido em 21.02.1985, natural de Curitiba - Paraná, filho de José Zambon Neto e Leila Maria Tatiana Martins, portador do RG nº 8.664.586-6/PR, considerando que não foi possível a intimação pessoal do denunciado, encontrando-se atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 60 (sessenta) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, faz a todos saber que, por sentença proferida nos autos supra, foi o réu acima **ABSOLVIDO,** das condutas lhe irrogadas pela exordial acusatória, com amparo no artigo 386, inciso VI do Código de Processo Penal.
Dado e passado nesta Cidade de Pinhais e Comarca do Foro da Região Metropolitana de Curitiba - Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, Jacqueline de F. Percegona, Técnico Judiciário, digitei, subscrevi.
**JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER**
Juiz de Direito

---

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORUM REGINAL DE PINHAIS
VARA CRIMINAL
Rua 22 de Abril, 199, CEP 83.323-030
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZ0 60 DIAS
O DR. JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.**FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pinhais, tramitam os autos de processo crime sob o nº 2002.452-7 em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de EVANIR DE QUADORS BUENO, brasileiro, nascido em 18.05.1980, em Curitiba/PR, filho de José Lucio Bueno e de Dorvelina, portador do RG nº 7.964.966/PR, considerando que não foi possível a intimação pessoal da denunciada, encontrando-se atualmente em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 60 (sessenta) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, faz a todos saber que, por sentença proferida nos autos supra, foi o réu acima foi CONDENADO como incurso nas sanções do artigo 157, "caput", combinado com o artigo 14, II do Código Penal, a pena de 02 (dois) anos de reclusão e 20 (vinte) dias multa. Dado e passado nesta Cidade de Pinhais e Comarca do Foro da Região Metropolitana de Curitiba, PR, aos 30 de agosto de 2011. Eu _____ Murilo Carrara Guedes (escrivão), digitei, subscrevi.
José Orlando Cerqueira Bremer
Juiz de Direito

### Edital de Citação

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PINHAIS
VARA CRIMINAL
Rua 22 de Abril, 199, CPR 83.323-030
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZ0 20 DIAS
Autos nº 1998.443-0
EDITAL DE CITAÇÃO DE **SAMUEL MINISTRO DE CARVALHO**
DRA. CARLA MELISSA MARTINS TRIA, MMª. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA VARA CRIMINAL E ANEXOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
**FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pinhais, tramitam os autos de processo crime sob o nº 1998.443-0 em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de Samuel Ministro de Carvalho, constando dos autos que o denunciado se encontra em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa de **SAMUEL MINISTRO DE CARVALHO,** filho de Elina Nonato de Carvalho e Zeferino de Carvalho, nascido aos 27/06/1968, para se ver processar nos autos supra referidos, denunciado como incurso nas sanções do art. 121 do Código Penal, sob pena de revelia. Fica deste já o réu CITADO para que, no prazo de 10 (dez) dias, **ofereça defesa preliminar**, por escrito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal, sendo que não o fazendo no prazo legal lhe será nomeado defensor dativo. Dado e passado nesta Cidade de Pinhais e Foro Regional da Comarca Região Metropolitana de Curitiba, PR, aos 28 de setembro de 2011. Eu---_____ (Murilo Carrara Guedes), escrivão, digitei.
Carla Melissa Martins Tria
Juíza de Direito Substituta

---

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PINHAIS
VARA CRIMINAL
Rua 22 de Abril, nº199 - CEP 83.323-240
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZ0 15 DIAS
O DR. JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.
**FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pinhais tramitam os autos de Processo Crime sob o nº **2007.211-4**, em que fora denunciado pelo Ministério Público, pela prática do crime previsto no artigo 157, "caput" do Código Penal, a pessoa de **WILLIAN ROSA DE ARRUDA**, brasileiro, casado, filho de Lázaro Boeno de Arruda e Vera Ilza Rosa dos Santos, portador do RG nº 8.383.308-4/PR, natural de Curitiba, nascido em 07.08.1984, constatado dos autos que o réu se encontra em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a **CITAÇÃO** do réu supracitado, do inteiro teor da denúncia que lhe é oferecida, bem como para que o mesmo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça defesa preliminar, por escrito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal, sendo que não o fazendo no prazo legal lhe será nomeado defensor dativo.
Dado e passado nesta Cidade de Pinhais e Comarca do Foro da Região Metropolitana de Curitiba - Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu, Jacqueline de F. Percegona, Técnico Judiciário, digitei, subscrevi.
**JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER**
**Juiz de Direito**

# VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, FAMÍLIA, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

### Edital de Intimação

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PINHAIS
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ANEXOS
Rua 22 de Abril nº 199 - CEP. 83323-030
**EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZ0 10 DIAS**
**Edital nº 209/2011**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
A DOUTORA CARLA MELISSA MARTINS TRIA - MM. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS DESTE FORO REGIONAL DE PINHAIS, DA COMARCA DE REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS
**FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara da Infância e da Juventude deste Foro Regional de Pinhais - Estado do Paraná, tramitam os autos abaixo mencionados, constando dos autos que a parte encontra-se em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com **o prazo de 10 (dez) dias**, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum pelo período de 20 (vinte) dias, se faz a **INTIMAÇÃO** das pessoas abaixo listadas para que tome ciência da referida

sentença: "*Face ao exposto e o mais que dos autos constam, pelos motivos fundamentados pela representante do Ministério Público, ante a ausência de justa causa para o prosseguimento feito, determino seu arquivamento.*" e que, possui o prazo de 10 (dez) dias para recorrer da mesma.
1) Ato Infracional nº 2/2000 - **ALLAN BILL DOS SANTOS**
**2)** Adoção nº 0002121-32.2010.8.16.0033 - **ARTUR BALTAZAR LUIZ e ELAINE MACHADO SOARES LUIZ**
**3)** Ato Infracional nº 101/2006 - **EDER REIS**
**4)** Ato Infracional nº 77/2004 - **JONATHAN BRUNO DA LUZ e CRISTIANO TEODORO DA SILVA**
**5)** Ato Infracional nº 06/2007 - **ALEXANDRE BORGES DA SILVA**
**6)** Ato Infracional n º 25/2007 - **LUIZ CARLOS DA ROSA CARNEIRO**
Dado e passado neste Foro Regional de Pinhais - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____, (Tábata Patrícia de Souza) Acadêmica de Direito e Eu, _____, (Maria Alice B. M. da Rocha) Técnica de Secretaria, o digitei e subscrevi.
CARLA MELISSA MARTINS TRIA
Juiz de Direito Substituto Designado

---

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PINHAIS
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ANEXOS
Rua 22 de Abril nº 199 - CEP. 83323-030
**EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZ0 10 DIAS**
**Edital nº 210/2011**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
A DOUTORA CARLA MELISSA MARTINS TRIA - MM. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS DESTE FORO REGIONAL DE PINHAIS, DA COMARCA DE REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS
**FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara da Infância e da Juventude deste Foro Regional de Pinhais - Estado do Paraná, tramitam os autos abaixo mencionados, constando dos autos que a parte encontra-se em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com **o prazo de 10 (dez) dias**, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum pelo período de 20 (vinte) dias, se faz a **INTIMAÇÃO** das pessoas abaixo listadas para que tome ciência da referida sentença: "*Face ao exposto e o mais que dos autos constam, julgo extinto os presentes autos, sem resolução de mérito, o que faço com amparo na regra disposta no artigo 267, inciso VI, do CPC.*" e que, possui o prazo de 10 (dez) dias para recorrer da mesma.
1) Execução de Medida nº 0004858-08.2010.8.16.0033 - **ALESSON APARECIDO MARTINS**
**2)** Ato Infracional nº 112/2009 - **DIONI DOS SANTOS e THIAGO PATRICK DE OLIVEIRA LABBE**
**3)** Guarda e Responsabilidade nº 75/1999 - **SEVERINO ERNESTO DE SOUZA e ADAIR FÁTIMA DE OLIVEIRA DE SOUZA**
**4)** Ato Infracional nº 40/2007 - **THAÍS CRISTINA DOS SANTOS**
**5)** Ato Infracional nº 39/2009 - **EDUARDO BARBOSA DE LIMA**
**6)** Ato Infracional n º 43/2007 - **JULIANA ASSUNÇÃO ALVES DE RAMOS**

Dado e passado neste Foro Regional de Pinhais - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____, (Tábata Patrícia de Souza) Acadêmica de Direito e Eu, _____, (Maria Alice B. M. da Rocha) Técnica de Secretaria, o digitei e subscrevi.
CARLA MELISSA MARTINS TRIA
Juiz de Direito Substituto Designado

---

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PINHAIS
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ANEXOS
Rua 22 de Abril nº 199 - CEP. 83323-030
**EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZ0 48 HORAS**
**Edital nº 207/2011**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
A DOUTORA CARLA MELISSA MARTINS TRIA - MM. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS DESTE FORO REGIONAL DE PINHAIS, DA COMARCA DE REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS
**FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara da Infância e da Juventude deste Foro Regional de Pinhais - Estado do Paraná, tramitam os autos abaixo mencionados, constando dos autos que a parte encontra-se em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com **o prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum pelo período de 20 (vinte) dias, se faz a **INTIMAÇÃO** das pessoas abaixo listadas para que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informe em cartório se possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito (art. 267, III e § 1º do CPC).
1) Alimentos nº 635/2009 - **MICHELLE BORGES GAVELIKI DE PONTES**
**2)** Separação Litigiosa nº 476/2009 - **ALINE BILINSKI TEIXEIRA DE FREITAS ->** Cumprir o despacho de fls. 59.
**3)** Alimentos nº 630/2009 - **ROSANGELA APARECIDA AFONSO PEREIRA**
**4)** Pedido de Guarda nº 105/2009 - **ROSELI ANDRADE DE OLIVEIRA ->** Juntar os documentos requeridos às fls. 09, item '1'.
**5)** Execução de Alimentos nº 412/2008 - **MICHELLY DAYANE DA SILVA**
**6)** Termo de Alegação de Paternidade n º 1444/2005 - **FRANCIELE ROSA DOS SANTOS**
**7)** Execução de Prestação Alimentícia nº 1563/2002 - **MARCOS ALISON DA SILVA ->** atendendo o despacho de fls. 85.
**8)** Guarda e Responsabilidade c/c Pensão Alimentícia nº 1429/2002 - **LUZIA IGNÁCIO ->** acerca da resposta ao ofício de fls. 103.
**9)** Guarda e Responsabilidade e Alimentos nº 779/2010 - **DEJANIRA BATISTELA**
**10)** Habilitação para Adoção nº 90/2008 - **ESTEVÃO PRESTES e ANDRÉIA BAIA PRESTES**
**11)** Divorcio Litígios nº 1384/2006 - **ALESSANDRA MARTINS VIEIRA ->** Cumprir o despacho de fls. 31.
**12)** Execução de Alimentos nº 724/2004 - **JEFFERSON BIZERRA DA SILVA**
**13)** Termo de Alegação de Paternidade nº 414/2004 - **LEONARDA SANTURIÃO**
**14)** Medida Cautelar de Guarda Provisória com pedido de Liminar nº 369/2004 - **SINEU PEREIRA**
**15)** Execução de Alimentos Provisórios nº 1151/2002 - **DORCIRENY RODRIGUES PEREIRA e DANÚBIA RODRIGUES PEREIRA**
**16)** Declaratória de Nulidade de Reconhecimento de Paternidade nº 2436/1998 - **DIRCEU PEREIRA LOPES**
**17)** Investigação de Paternidade nº 2126/1998 - **RAFAEL ALVES CANDIDO**

Dado e passado neste Foro Regional de Pinhais - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR, aos 28 de setembro de 2011. Eu, _____, (Tábata Patrícia de Souza) Acadêmica de Direito e Eu, _____, (Maria Alice B. M. da Rocha) Técnica de Secretaria, o digitei e subscrevi.
CARLA MELISSA MARTINS TRIA
Juiz de Direito Substituto Designado

---

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PINHAIS
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ANEXOS
Rua 22 de Abril nº 199 - CEP. 83323-030
**EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZ0 15 DIAS**
**Edital nº 208/2011**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
A DOUTORA CARLA MELISSA MARTINS TRIA - MM. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS DESTE FORO REGIONAL DE PINHAIS, DA COMARCA DE REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS
**FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara da Infância e da Juventude deste Foro Regional de Pinhais - Estado do Paraná, tramitam os autos abaixo mencionados, constando dos autos que a parte encontra-se em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com **o prazo de 15 (quinze) dias**, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum pelo período de 20 (vinte) dias, se faz a **INTIMAÇÃO** das pessoas abaixo listadas para que tome ciência da referida sentença: "*Face ao exposto e o mais que dos autos constam, julgo extinto os presentes autos, sem resolução de mérito, o que faço com amparo no inciso III artigo 267, inciso VIII, do CPC.*" e que, possui o prazo de 15 (quinze) dias para recorrer da mesma.
1) Execução de Alimentos nº 0002514-54.2010.8.16.0033 - **ANDRÉ ALEXSANDRO DE ARAÚJO**
**2)** Separação Litigiosa nº 476/2009 - **ALINE BILINSKI TEIXEIRA DE FREITAS ->** Cumprir o despacho de fls. 59.
**3)** Alimentos nº 630/2009 - **ROSANGELA APARECIDA AFONSO PEREIRA**
**4)** Pedido de Guarda nº 105/2009 - **ROSELI ANDRADE DE OLIVEIRA ->** Juntar os documentos requeridos às fls. 09, item '1'.
**5)** Execução de Alimentos nº 412/2008 - **MICHELLY DAYANE DA SILVA**
**6)** Termo de Alegação de Paternidade n º 1444/2005 - **FRANCIELE ROSA DOS SANTOS**
**7)** Execução de Prestação Alimentícia nº 1563/2002 - **MARCOS ALISON DA SILVA ->** atendendo o despacho de fls. 85.
**8)** Guarda e Responsabilidade c/c Pensão Alimentícia nº 1429/2002 - **LUZIA IGNÁCIO ->** acerca da resposta ao ofício de fls. 103.
**9)** Guarda e Responsabilidade e Alimentos nº 779/2010 - **DEJANIRA BATISTELA**
**10)** Habilitação para Adoção nº 90/2008 - **ESTEVÃO PRESTES e ANDRÉIA BAIA PRESTES**
**11)** Divorcio Litígios nº 1384/2006 - **ALESSANDRA MARTINS VIEIRA ->** Cumprir o despacho de fls. 31.
**12)** Execução de Alimentos nº 724/2004 - **JEFFERSON BIZERRA DA SILVA**
**13)** Termo de Alegação de Paternidade nº 414/2004 - **LEONARDA SANTURIÃO**

**14)** Medida Cautelar de Guarda Provisória com pedido de Liminar nº 369/2004 - **SINEU PEREIRA**
**15)** Execução de Alimentos Provisórios nº 1151/2002 - **DORCIRENY RODRIGUES PEREIRA e DANÚBIA RODRIGUES PEREIRA**
**16)** Declaratória de Nulidade de Reconhecimento de Paternidade nº 2436/1998 - **DIRCEU PEREIRA LOPES**
**17)** Investigação de Paternidade nº 2126/1998 - **RAFAEL ALVES CANDIDO**

Dado e passado neste Foro Regional de Pinhais - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____, (Tábata Patrícia de Souza) Acadêmica de Direito e Eu, _____, (Maria Alice B. M. da Rocha) Técnica de Secretaria, o digitei e subscrevi.
CARLA MELISSA MARTINS TRIA
Juiz de Direito Substituto Designado

---

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PINHAIS
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ANEXOS
Rua 22 de Abril nº 199 - CEP. 83323-030
**EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZ0 10 DIAS**
**Edital nº 211/2011**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**
A DOUTORA CARLA MELISSA MARTINS TRIA - MM. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS DESTE FORO REGIONAL DE PINHAIS, DA COMARCA DE REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS
**FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara da Infância e da Juventude deste Foro Regional de Pinhais - Estado do Paraná, tramitam os autos abaixo mencionados, constando dos autos que a parte encontra-se em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com **o prazo de 10 (dez) dias**, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum pelo período de 20 (vinte) dias, se faz a **INTIMAÇÃO** das pessoas abaixo listadas para que tome ciência da referida sentença: *Face ao exposto e o mais que dos autos constam, na espécie, considerando-se a natureza do ato infracional praticado, inócua seria a aplicação de medida sócio-educativa, tornando-se ineficaz qualquer medida a ser aplicada, o presente feito deve ser arquivado...* e que, possui o prazo de 10 (dez) dias para recorrer da mesma.
1) Ato Infracional nº 63/2008 - **PRISCILA IDAIR MACHADO DE LIMA e ELOY RODRIGO LOUREIRO DE ANDRADE**
**2)** Ato Infracional nº 22/2007 - **RICARDO CARDOSO DOS SANTOS**
**3)** Ato Infracional nº 20/2007 - **WELLINGTON GOMES DE LIMA**
**4)** Ato Infracional nº 42/2007 - **JOAQUIM OTÁVIO MARTINS GOETTEN e THIAGO RODRIGO DA SILVA**
**5)** Medida de Proteção nº 116/2007 - **JOSÉ MARCELINO MIGUEL**
**6)** Ato Infracional n º 24/2007 - **MARCELO DE AZEVEDO GONÇALVES**
**7)** Ato Infracional nº 69/2008 - **LUCAS DA ROCHA DOMINGUES**
**8)** Ato Infracional nº 72/2007 - **PAULO CESAR ALVES PEREIRA**
**9)** Ato Infracional nº 53/2007 - **RAFAELA ASSUNÇÃO GONÇALVES**
**10)** Ato Infracional nº 48/2006 - **WILLIAN VICENTE**
**11)** Ato Infracional nº 84/2007 - **CARLOS ALEXANDRE NEKEL**
**12)** Ato Infracional nº 43/2008 - **ANDERSON RIBEIRO DESINTINIK**

Dado e passado neste Foro Regional de Pinhais - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR, aos 29 de setembro de 2011. Eu, _____, (Tábata Patrícia de Souza) Acadêmica de Direito e Eu, _____, (Maria Alice B. M. da Rocha) Técnica de Secretaria, o digitei e subscrevi.
CARLA MELISSA MARTINS TRIA
Juiz de Direito Substituto Designado

---

# PINHÃO

## JUÍZO ÚNICO

## Edital de Intimação - Criminal

COMARCA DE PINHÃO
Edital de intimação de sentença, com prazo de 60 (sessenta) dias.
Edital de intimação de sentença do acusado ausente, RIVAIL ALEXANDRE DE ARAÚJO, brasileiro, solteiro, natural de não informado nos autos, nascido em 10/03/1974, portador da CI-RG nº não informado nos autos e do CPF 800.964.509-59, filho de Brasilio Alexandre de Araújo e de Petrolina Maria de Araújo, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente faz saber a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o sentenciado RIVAIL ALEXANDRE DE ARAÚJO, pelo presente INTIMA-O da r. Sentença proferida nos autos de Processo Crime nº 2007.501-6, que, "*julgou improcedente a pretensão punitiva estatal contida na denúncia, para o fim de absolver o acusado das sanções previstas para o crime de abandono material, tipificado no artigo 244 do Código Penal*".
Juíza do Feito: Dra. Marcia Margarete do Rocio Borges. Pinhão, 26 de setembro de 2011. Eu, (Luiz Wanderlei Ferreira), Técnico de secretaria, que o digitei e subscrevi. Subscrição por ordem da MMa. Juíza de Direito, autorizada pela Portaria 012/2011.

---

# PONTA GROSSA

## 1ª VARA CÍVEL

## Edital de Citação

**PODER JUDICIÁRIO**
**JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL**
**COMARCA DE PONTA GROSSA**
EDITAL DE CITAÇÃO DOS CONDÔMINOS WILLIBALDO HASS e cônjuge CRISTINA HASS; AIRTON RODRIGUES DE OLIVEIRA e seu cônjuge se casado for: DARCI RODRIGUES DE OLIVEIRA e esposa ELVIRA TUREK RODRIGUES; PEDRO POPUAVISGUI e esposa THEREZA RODRIGUES POPUAVISGUI; ANTONIO GONÇALVES e esposa ELOINA DE LARA GONÇALVES; JORGE GONÇALVES RODRIGUES e esposa CECILIA RODRIGUES; ADI ANTUNES DOS SANTOS e esposa SOFIA IDALINA SCHNEIDER DOS SANTOS; MANOEL ALFREDO STADLER e esposa LEONOR STADLER; COMISSÃO DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PARANÁ na pessoa de seu representante legal; DARCÍLIO TEREZA DOS SANTOS e seu cônjuge se casado for; HERDEIROS E SUCESSORES E PARA CONHECIMENTO DE CONFINANTES E EVENTUAIS INTERESSADOS. PRAZO 20 DIAS. LUIZ HENRIQUE MIRANDA, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, FAZ SABER aos acima nomeados, que tramitam os Autos nº 12.733-42.2008.8.16.0019 de AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO, requerida por ANTONIO MENDES e outro, objetivando seja-lhes declarado o domínio do imóvel rural denominado de Fazenda Floresta, situado na localidade de Uvaia, com área total de 8.119.584,00m2, e CITA-OS, ainda, para todos os atos do processo, advertindo-os, finalmente, que se não contestarem a ação e não indicarem provas em quinze (15) dias, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo(s) requerente(s).DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze.
Marcos Aurélio Carneiro
Auxiliar Juramentado Assinatura autorizada pela Portaria n. 01/2009

---

## 1ª VARA CRIMINAL

## Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU **Roberto Santana Ramos**,COM O PRAZO DE **90 (NOVENTA) DIAS.**
Autos n.º **2007.2850-4** - **PROCESSO CRIMINAL.**
Réu: **Roberto Santana Ramos**
A Doutora **Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral**, MM. Juíza de Direito Substituta da Primeira Vara Criminal e Tribunal do Júri da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná,
F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente **Roberto Santana Ramos**, brasileiro, nascido em 17/06/1985, natural de Ponta Grossa/PR, filha de Victor Ramos e Leni Santana, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica devidamente intimada do inteiro teor da sentença de fls. 221-223, proferida nos autos supra mencionado no teor final seguinte: (...) **CONDENARRoberto Santana Ramos** como incurso nas sanções do art. 121, *caput*, do Código Penal.(...) a pena torna-se **DEFINITIVA** em 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão em regime inicialmente semiaberto. *Sentença proferida pela MM. Juíza de Direito Dra. Letícia Lustosa.*
E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu ____ (Kelly Sabriny Krik), Técnica Judiciária, o digitei e o subscrevi.
**Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral**

Juíza de Direito Substituta

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**
PRAZO: **60 (SESSENTA) DIAS**
Autos de ação penal nº 1992.022-0
Réu: Silvio Moreira Duarte
Finalidade: **Intimar o réu Silvio Moreira Duarte da sentença que o absolveu.**
A Doutora **Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral**, MM. Juíza de Direito Substituta da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **SILVIO MOREIRA DUARTE**, vulgo "Tucho", brasileiro, RG nº. 1.443.911-0/SSP-PR, filho de Secundino Moreira Duarte e Anália Porfírio Duarte, nascido no dia 24.09.1951 em Cândido de Abreu (PR), atualmente em lugar não sabido, pelo presente fica devidamente intimado **do inteiro teor da sentença de fls.268-269, e para que compareça perante o Cartório deste Juízo para apresentar comprovante de residência, bem como esclarecer se pretende recorrer da sentença**, proferida nos autos supra mencionados no teor seguinte:
"(...). O acusado, após sua regular pronúncia (como incurso nas sanções do art.121, caput, do Código Penal), foi levado a julgamento perante este Tribunal do Júri. Em plenário, o Ministério Público e a Defesa pediram a absolvição do réu, sob o argumento de que agiu em legítima defesa. Realizado o julgamento pelo Tribunal do Júri, cujos atos e intercorrências constam da respectiva ata e demais termos em separado, o Conselho de Sentença reconheceu a autoria e materialidade delitivas, absolvendo, no entanto, o acusado. Assim, em atenção à decisão dos Srs. Jurados, **declaro a ABSOLVIÇÃO do réu SILVIO MOREIRA DUARTE das sanções previstas na denúncia**(...)."
E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, aos 28 de setembro de 2011. Eu _____ (Bianca Stocco), técnica de secretaria, digitei e o subscrevi.
**Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral**
**Juíza de Direito Substituta**

## Edital de Citação

**EDITAL DE CITAÇÃO**
**PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS**
A DOUTORA ALESSANDRA PIMENTEL MUNHOZ DO AMARAL, JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PONTA GROSSA, ESTADO DO PARANÁ,
FAZ SABER que, pelo presente edital, expedido nos autos de **Ação Penal nº 2004.1292-0**, desta 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, fica **KARINA DE FÁTIMA RAMOS**, brasileira, nascida no dia 25.10.1983, em Ponta Grossa (PR), filha de Jair Ramos e Maria de Lurdes Ramos, atualmente em lugar não sabido, **CITADA para, no prazo de 10 (dez) dias, responder, por escrito, à acusação de prática do seguinte fato:** *"No dia 23 de junho de 2004, em horário não determinado, nas localidades da Rua Sinimbú, s/nº, bairro Madureira, próximo a empresaCargobel, Ponta Grossa-PR, a denunciada KARINA DE FÁTIMA RAMOS ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, dolosamente, com manifesta intenção homicida, desferiu vários golpes de faca na vítima Valdir Moreira Cardoso, em regiões vitais do seu corpo, que foram a causa eficiente de sua morte, por motivos até então não esclarecidos nos autos, tudo conforme consta de B.O. de fls.04, declarações de fls.07, 08, 12, 13, 14 e 15, laudo de necropsia de fls.17/17/verso e prontuário médico da vítima de fls.37/62."*; **crime previsto no artigo 121, caput, do Código Penal**. E, para que chegue ao conhecimento de todos, e não se alegue ignorância, determinou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias a contar de sua publicação no Diário da Justiça eletrônico do Estado do Paraná. Ponta Grossa, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze (2011). Eu, ___ Bianca Stocco, técnica de secretaria, subscrevi.
**Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral**
**Juíza de Direito Substituta**

# 2ª VARA CÍVEL

## Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA - PR
**Cartório do 2º Ofício Cível**
EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
CITANDO (S): CARLOS FABIANO PAES DE ALMEIDA., inscrito (a/s) no CPF/MF sob o nº 084.636.739-45 ;
PROCESSO: EXECUCAO FISCAL - FAZENDA sob nº 000855/2009 promovido por FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.
OBJETIVO: Para pagar ou nomear bens á penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, após o prazo do edital, sob pena de penhora em tantos bens quantos bastem para a garantia do débito no importe de R$ 847,15 (Oitocentos e Quarenta e Sete Reais e Quinze Centavos), mais acréscimos legais
OBJETO: Certidão (ões) de Dívida Ativa nº(s) 02923494-9
DESPACHO DE FLS. 37: *"Acolho o pleito de fl. 33, por seus próprios fundamentos. Em, Data supra. (a) GILBERTO ROMERO PERIOTO- Juiz de Direito".*
Ponta Grossa, 28 de Setembro de 2011.
Eu, ( Nivaldo do Ortiz), Escrivão, o subscrevo.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA - PR
**Cartório do 2º Ofício Cível**
EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
CITANDO (S): AGACIR JOSE MACHADO., inscrito (a/s) no CPF/MF sob o nº 374.460.299-00;
PROCESSO: EXECUCAO FISCAL - MUNICIPAL sob nº 1553/2009 promovido por MUNICIPIO DE PONTA GROSSA-PR.
OBJETIVO: Para pagar ou nomear bens á penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, após o prazo do edital, sob pena de penhora em tantos bens quantos bastem para a garantia do débito no importe de R$ 833,67 (Oitocentos e Trinta e Três Reais e Sessenta e Sete Centavos), mais acréscimos legais, bem como da sua inclusão na relação processual.
OBJETO: Certidão (ões) de Dívida Ativa nº(s) 7038/2009, 7039/2009
DESPACHO DE FLS.20: *"Defiro a citação por edital solicitada pelo exeqüente. Em, Data supra. (a) GILBERTO ROMERO PERIOTO- Juiz de Direito".*
Ponta Grossa, 28 de Setembro de 2011.
Eu, ( Nivaldo do Ortiz), Escrivão, o subscrevo.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA - PR
**Cartório do 2º Ofício Cível**
EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
CITANDO (S): CMA- COOP - UNIÃO DE MÓVEIS EM AÇO E SERV. METALUR, na pessoa de seu representante legal e CARLOS EDUARDO DA SILVA FARIA;
PROCESSO: EXECUCAO FISCAL - FAZENDA sob nº 0012994-07.2008.8.16.0019 promovido por FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.
OBJETIVO: Para pagar ou nomear bens á penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, após o prazo do edital, sob pena de penhora em tantos bens quantos bastem para a garantia do débito no importe de R$ 121.342,63 (Cento e Vinte e Um Mil, Trezentos e Quarenta e Dois Reais e Sessenta e Três Centavos), mais acréscimos legais, bem como da sua inclusão na relação processual.
OBJETO: Certidão (ões) de Dívida Ativa nº(s) 90273955-60, 02889243-8
DESPACHO DE FLS. 106: *"Defiro a inclusão de Carlos Eduardo da Silva Faria no pólo passivo da demanda, com base no art. 135, III, do CTN, por tratar-se ele do sócio gerente da firma devedora à época da ocorrência do fato gerador. Diz o art, 10 do Decreto lei n.º 3.708/1919 que os sócios gerentes ou que derem o nome à firma respondem pessoalmente pelo excesso de mandato e pelos atos praticados contra a lei. O encerramento das atividades e o não pagamento de tributos constitui-se em infração à lei. Por isso, sujeita-se o sócio gerente a responder pela divida fiscal. Citem-se com as formalidades legais. Prazo do edital 20 dias. Em, Data supra. (a) GILBERTO ROMERO PERIOTO- Juiz de Direito".*
Ponta Grossa, 28 de Setembro de 2011.
Eu, ( Nivaldo do Ortiz), Escrivão, o subscrevo.

# PORECATU

# VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

## Edital de Intimação

**ESTADO DO PARANÁ**
**PODER JUDICIÁRIO**
COMARCA DE PORECATU - VARA CÍVELRUA SIDNEI NINNO Nº 440 - CEP 86.160-000, PORECATU - PR
EDITAL DE INTERDIÇÃO - ARTIGO 1.184 DO CPC

Autos de Interdição nº 33/1999
REQUERENTE: VICENTE PEREIRAINTERDITANDO: DORACI PEREIRA**DATA DA SENTENÇA:** 15/12/2009
**CAUSA DA INTERDIÇÃO:** Anormalidade psíquica de caráter permanente.
**LIMITES DA CURATELA:** Praticar todos os atos da vida civil, por **TEMPO INDETERMINADO.**
CURADOR(A) NOMEADO(A): **MARIA PEREIRA DE SOUZA, brasileira, viúva, do lar, portadora da cédula de identidade RG 7.224.039-1/SSP/PR e inscrita no CPF/MF 975.042.469-72, nascida em 20/02/1943, natural de Par. Paulista-SP, residente e domiciliada na avenida São João n.º 240, no município de Campo Mourão-PR.**
Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados que neste Juízo foi declarada a INTERDIÇÃO de DORACI PEREIRA e ninguém possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário da Justiça deste Estado, na forma da Lei, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias.
Certifico que o conteúdo deste Edital atende rigorosamente à decisão judicial que ordenou sua expedição. Atesto que o seu conteúdo confere exatamente com as peças integrantes dos respectivos autos. Porecatu (PR), aos 23 (vinte e três) dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze (2011). Eu, _____, Escrivão da Vara Cível, o digitei e assino.

**Luiz Carlos Boer**
**Juiz de Direito**

## Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PORECATU, PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO DA REQUERIDA: REGINA BORTATE e seu esposo se casada for, E DOS EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, COM O PRAZO TRINTA (30) DIAS. (Assistência Judiciária)
O DOUTOR LUIZ CARLOS BOER, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL,
**FAZ SABER** que perante este Juízo se processam os autos sob **nº 1102-33.2011.8.16.0137**, de Ação de **USUCAPIÃO**, em que são requerentes **NIVALDO FRANCISCO RODRIGUES, ANDREIA REGINA DOMINGUES e MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA**, por seu Advogado, alegando em síntese que pleiteia ação de Usucapião sobre um imóvel de terras urbana: que desde o ano de 1980, o casal Jose Antonio Domingues e Aparecida Esperança Domingues iniciou a posse mansa, pacífica e ininterrupta do imóvel em questão, que os imóveis tem as seguintes características "lotes n.º 11 e n.º 12, da quadra n.º 36, centro da planta desta cidade de Porecatu-PR, medindo 15,00m X 40,00 m cada um, com área de 600 $m^2$ cada um, totalizando 1.200 $m^2$ , com as seguintes divisas e confrontações constantes da matricula n.º 2.883, do Cartório de Registro de Imóveis de Porecatu-PR", que no ano de 1992, a posse dos referidos imóveis passou aos autores a posse dos bens dada pelo casal Jose Antonio e Aparecida, construindo um imóvel residencial no lote n.º 11 e um imóvel residencial no lote n.º 12, que os imóveis receberam os seguintes endereços postais lote n.º 11 = rua Governador Paulo Pimentel n.º 320 e o lote n.º 12 = rua Governador Paulo Pimentel n.º 336, que a posse do referido imóvel, o primeiro casal que lá permaneceu por mais de doze anos, como se fossem os legítimos proprietários, que depois os autores receberam a posse dos dois imóveis e viveram por mais dezesseis anos, que durante todo esse tempo, mantiveram a posse mansa, pacífica e ininterrupta daqueles imóveis, que no dia 30/01/2008, os autores Nivaldo e Andréia alienaram os direitos que detinham sobre o lote n.º 11 imóvel em prol da também autora Maria das Graças de Oliveira, que os autores Nivaldo e Andréia continuaram mantendo a posse do lote n.º 12, o que vigora até a presente data, que os autores exerceram toda responsabilidade sobre os imóveis em questão,pagando os impostos, taxas, reformas, cuidando da limpeza, que não houve qualquer manifestação de oposição aos autores, que os autores preenchem os requisitos objetivos e subjetivos para receber as propriedades do imóvel em questão, que após o tramite que seja procedente a presente, para declarar o domínio dos autores Nivaldo Francisco Rodrigues e Andréia Regina Domingos Rodrigues sobre o lote n.º 12 da quadra 36, e a autora Maria das Graças de Oliveira sobre o lote n.º 11 da quadra 36. Fica a requerida **REGINABORTATE e seu esposo, eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos** (arts. 942 e 232, IV do C.P.C.), **CITADOS** dos termos da ação e para, querendo, no **prazo de quinze (15) dias**, contestarem a ação, sob as penas e os efeitos da revelia. Ficam ainda cientes de que, caso não seja contestada a ação dentro do prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela requerente (artigo 285 e 319 do C.P.C.). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados especialmente o nominado no cabeçalho e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado no local de costume, na forma e sob as penas da Lei. Certifico que o conteúdo deste Edital atende rigorosamente a decisão judicial que ordenou sua expedição, bem como atesto que o seu conteúdo confere exatamente com as peças integrantes dos respectivos autos. Porecatu-PR, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze. Eu, _____ (Denise Motta Balbino Wiederkehr) Escrivã Designada, o fiz digitar e subscrevo.
**LUIZ CARLOS BOER**
**Juiz de Direito**

# QUEDAS DO IGUAÇU

# JUÍZO ÚNICO

## Edital Geral - Cível

***JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE QUEDAS DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.***
Rua das Palmeiras nº 1275 - CEP 85.460-000 **Vara Cível e Anexos**
**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO.**
EDITAL COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
Edital de Publicação de Sentença de Interdição, referente aos autos nº 192/2007 de Modificação de Curatela em que é requerente DILETA DALLA NORA BERNARDI (curadora) e requerida VALDIR PEDRO BERNANRDI (interditado); "*Autos n.º 192/2007. Ante o exposto, Julgo procedente a pretensão deduzida pela autora, e julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Decreto a remoção da pessoa Valmir Pedro Bernardi do cargo de curador de Valério Bernardi, obrigação esta que passará a ser exercida pela autora, a Sra. Dileta Dalla Nora Bernardi, que deverá ser instada a assinar o termo de compromisso em livro próprio, em cumprimento do disposto no art. 1.188, do CPC. Procedam-se as anotações necessárias para constar no pólo passivo da presente ação a pessoa de Valdir Valério Bernardi. Cumpra-se o art. 1194 do CPC, no que tange a expedição dos editais. Transitada em julgado, quer pelo decurso, quer pela renúncia ao prazo recursal, na forma do art. 186 do CPC, expeçam-se os mandados de averbação. Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 600,00, ficando os mesmos suspensos nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50. Cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao arquivo. P. R. I.*"
Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e onze. Eu, _____ (Acemar Farias) Escrivão/Designado.
RAQUEL FRATANTONIO PERINI
Juíza Substituta

## Edital de Intimação - Criminal

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS DO RÉU ARIVAL FURMAN.**
O Doutor Marcus Renato Nogueira Garcia, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta Comarca de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, Na Forma Da Lei...
**FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o réu ARIVAL FURMAN, vulgo "Didio", brasileiro, casado, agricultor, natural de Laranjeiras do Sul-PR, filho de Adolfo Furmann e Amélia Garcia Pimentel, nascido aos 29/09/1952, portador do RG nº 3.429.464-0/SSP-PR, atualmente em lugar ignorado, que nos autos de Processo Crime nº 2007.149-5, que o Ministério Público desta comarca lhe moveu, por sentença datada de 29/03/2011, foi o mesmo CONDENADO nas sanções do art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 10.826/03, à pena definitiva de três (03) anos de reclusão e dez (10) dias-multa, no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo cada um, a ser cumprida em regime aberto, sendo a pena privativa de liberdade substituída por duas restritivas de direito, a saber: ***a)-*** *prestação de serviços à comunidade e* ***b)-*** *prestação pecuniária*. Condenado ainda, ao pagamento das custas e despesas do processo. E constando dos autos que o réu supra encontra-se em lugar ignorado mandei expedir o presente edital com prazo de 90 (noventa) dias pelo qual fica o mesmo devidamente intimado da decisão supra e bem assim cientificado de que findo este prazo que será contado a partir da data da publicação no Diário da Justiça, terá o mesmo o prazo de 05 (cinco) dias, a partir da dilação editalícia, para, querendo, recorrer à superior instância. E para que chegue ao conhecimento do réu, mandei expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e oito (28) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2.011). Eu _____ *Cleoni Sartor*, escrivã criminal que o subscrevi.
**CLEONI SARTOR - Escrivã**
Aut. Portaria nº 07/09

## Edital de Citação - Criminal

**EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU SILVONEI BORGES, COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.**

O Doutor Marcus Renato Nogueira Garcia, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. . .
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível **citar** pessoalmente os réus **SILVONEI BORGES**, vulgo "Silvinho", brasileiro, solteiro, diarista, filho de Antonio Borges e Maria Lucia Pires, nascido aos 09/01/1990, natural de Pato Branco/PR, portador do RG ignorado, atualmente em lugar ignorado. Pelo presente **CITE-O(S)** de todo o teor da denúncia, e **INTIME-O(S)** para que no prazo de dez (10) dias responda a acusação (defesa prévia por escrito), oportunidade em que poderá argüir preliminares e alegar tudo que interessa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de oito (08), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, bem como de que se não tiver(em) condições de constituir defensor, ser-lhes-á nomeado defensor dativo militante nesta Comarca e acompanhar(em) a todos os demais termos do Processo Crime nº 2008.37-7, a que responde(em) como incurso(s) nas sanções do(s) art. 129, § 1º, inciso I, do Código Penal. E para que chegue ao conhecimento do(s) mesmo(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com prazo de quinze (15) dias, o qual será afixado no edifício do Fórum, no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e comarca de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 28 dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011). Eu _____ (Cleoni Sartor), Escrivã Criminal, que o conferi e assino.
**CLEONI SARTOR - EscrivãAutorizada - Port. nº 07/09**

# REBOUÇAS

## JUÍZO ÚNICO

### Edital de Citação - Cível

PODER JUDICIARIO - ESTADO DO PARANÁ
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE REBOUÇAS
Cartório Cível, Comércio e Anexos.
Rua Germano Veiga s/n.
Anderson José Molinari - Escrivão Designado
EDITAL de CITAÇÃO - RETIFICADO. .
Edital de citação com prazo de 30 (trinta) dias de interessados, ausentes, incertos ou desconhecidos (artigo 942 e 232, IV do CPC).
O Dr. JAMES B.W. BORDIGNON, MM Juiz de Direito desta Comarca de Rebouças, estado do Paraná, na forma da Lei.....
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital de citação com prazo de 30 (trinta) dias, virem ou conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório do Cível, Comércio e Anexos, tramitam os autos de Usucapião n. 2305-49.2010.8.16.0142 valor R$ 50.000,00 em que figura como requerente JOEL LUIZ CUSTODIO e esposa, adv DR MANOEL ODARIO COUTO GESTAL - OAB 45.962/PR; tendo por objeto a presente ação de usucapião a legalização de um terreno com área de 1.050,00 m2, situado na rua Cafieiro Corsi ao sul e rua Jose Pissaia ao norte, confinantes ACIR NUNES, OLANDA ULBRICH MORES, ADÃO GERSON DACORREIA, cidade de Rio Azul, comarca de Rebouças/PR, o autor discorre na inicial da presente ação que adquirida em 29/09/2003 de Regina Przybysz e Silvio Przybysz, e que estes detinham a posse a mais de 20 anos, sem interrupção de quem quer que seja, com animus domini, nem oposição de terceiros. E o presente tem finalidade de **CITAR** os confinantes do imóvel, bem como os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, bem como em nome de quem está transcrito o imóvel, para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias contestem a presente ação desde que o façam por intermédio de Advogado. Não sendo contestada a presente ação se presumirão aceitos pelo requeridos (confrontantes) como verdadeiros os fatos narrados na inicial pelo autor, sob pena de confissão e revelia (artigo 285 c/c 319 do CPC). Cumpra-se. Afixe-se. Publique-se. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, aos 29 dias do setembro do ano de 2011. Do que para constar, Eu_____ Anderson Jose Molinari, Escrivão Designado que o subscrevo.
***Anderson Jose Molinari***
*Escrivão Designado*
*Assina por determinação judicial*
*Portaria n. 06/2003 e 18/2003.*

# RIO BRANCO DO SUL

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

### Edital de Citação

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL.
EDITAL DE CITAÇÃO DOS INTERESSADOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS (CPC, ART. 942).
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste CITA os réus ausentes, incertos e desconhecidos, e possíveis interessados, para os termos dos autos de **USUCAPIÃO** registrado e autuado sob nº **531/2011** (*NUP: 2012-30.2011.8.16.0147*), onde figura como requerente **JAIR CHEVÔNICA - CPF/MF n.º 903.789.039-34**, e requerido(s) **ANTÔNIO PEDROSO DE MORAES**, e para querendo oferecer contestação no prazo de trinta (30) dias (CPC, art. 297), sob pena de revelia, ou seja, não sendo contestado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, onde foi alegado em síntese o seguinte: *"(...) que o presente se refere ao imóvel urbano, com a área de 580,26m2 localizado em Butierinho, municipio de Itaperuçú, Paraná, com as seguintes medidas e confrontações: "Partindo do marco 0=PP, cravado na esquina da Rua Joaquim Portes de Barros com uma servidão de passagem, a 62,58 metros da esquina com a Rua João Divet Betin, deste, segue confrontando com a Rua Joaquim Portes de Barros com o azimute de 130°59'55" e a distância de 123,86 metros até o marco 1; deste segue confrontando com Henrique Liriano, com o azimute de 239°25'42" e a distância de 33,26 metros até o marco 2; deste, segue confrontando com Carlito Rosa de Jesus com o azimute de 306°20'40" e a distância de 12,52 metros até o marco 3; deste, segue confrontando com a Servidão de Passagem, com o azimute de 39°28'20" e a distância de 32,58 metros até o marco 0=PP, ponto inicial da descrição deste perímetro, com área de 580,26 m2.". Ficam os possíveis interessados CIENTES de que poderão apresentar contestação, por intermédio de advogado, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia, isto é, não sendo contestado no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, onde requer seja declarado o domínio do imóvel usucapiendo em favor dos autores, mediante expedição de mandado ao Cartório de Registro de Imóveis para registro em favor dos mesmos..."*. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Rio Branco do Sul, aos 18 de agosto de 2011, eu _____Claudinéia Apª. Miranda, empregada juramentada, digitei e subscrevi.
**Marcelo Teixeira Augusto**
Juiz de Direito

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO
BRANCO DO SUL.
EDITAL DE CITAÇAO DO REQUERIDO
SÉRGIO FERREIRA, COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS. '
COPIA
FAZ SABER a todos quantos o presente
edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste CITA o
réu NELSON ALMELDA NETTO - CPF/MF n.9 072.768.888-00, para os
termos dos autos de BUSCA E APREENSAO registrada e autuada sob no
405/2007, onde figura como requerente BANCO BMG 5/A. - CNPJ/MF nº
61.186.680/0001-74, para ficar ciente de que poderá, no prazo de cinco
(05) dias, efetuar o pagamento da integralidade da dívida pendente
purgando a mora, segundo os valores apresentados pelo credor
fiduciário, hipótese e que o bem lhe será restituído,
independentemente de quaisquer ônus, ciente de que poderá oferecer
resposta no prazo de quinze dias, CITO-O ainda para querendo, no
prazo de quinze (15) dias, apresentar contestação, através de
advogado, sob pena de revelia, isto é, não sendo contestado, no prazo
legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na
inicial (arts. 285 e 319), onde foi alegado em síntese o seguinte: "...
Por força do Contrato de Financiamento Direto ao Consumidor, sob n.°
169.400.740, o qual obrigou-se a pagar em 36 (trinta e seis) parcelas,
adquirindo o bem espécie: VEICULO MODELO: TEMPRA OURO 16V COR:
VERMELHA - ANO DE FAB.: 1994/1995 -- PLCA: CLE-5551-- RENAVAM N.2:
624249980 - CHASSI N.° 9BD159000R9081938. Ocorre, porém, que o
requerido deixou de pagar as prestações, sendo constituído em mora.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados,
expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e
afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue
ignorância futura. Rio Branco do Sul, 30 de agosto de 2011, eu
Claudinéia Apa. Miranda, empregada juramentada portaria n.°
001/2010, digitei e subscrevi.
Marcelo Teixeira Augusto
juiz de Direito

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO

BRANCO DO SUL.
EDITAL DE CITAÇAO DO REQUERIDO
SERGIO FERREIRA, COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS.
FAZ SABER a todos quantos o presente
edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste CITA o
réu M.J. DA SILVA PARANAPANEMA, para os termos dos autos de
REINTEGRAÇAO DE POSSE registrada e autuada sob n° 365/2008 (NUP:
2218-49.2008.8.16.0147), onde figura como requerente BANCO VOLVO
DO (BRASIL) S/A. - CNPJ/MF n.° 58.017.179/0001-70, para ficar ciente de
que poderá, no prazo de cinco (05) dias, efetuar o pagamento da
integralidade da dívida pendente purgando a mora, segundo os valores
apresentados pelo credor fiduciário, hipótese e que o bem lhe será
restituído, independentemente de quaisquer ônus, ciente de que
poderá oferecer resposta no prazo de quinze dias, CITO-O ainda para
querendo, no prazo de quinze (15) dias, apresentar contestação,
através de advogado, sob pena de revelia, isto é, não sendo
contestado, no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros
os fatos articulados na inicial (arts. 285 e 319), onde foi alegado em
síntese o seguinte: "... Por força do Contrato de Arrendamento
Mercantil, sob n.9 2459¯/1/001, o qual obrigou-se a pagar em 48
(quarenta e oito) ,parcelas, adquirindo o bem espécie: 01(UMA)
ESCAVADEIRA HIDRAUUCA SOBRE ESTEIRAS; MARCA VOLVO; MODELO
EC240BLC; CHASSI VCEC240BCOOOl3240. Ocorre, porém, que o
Requerido deixou de pagar as prestações, sendo constituído em mora.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados,
expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e
afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue
ignorância futura. Rio Branco do Sul, 30 de agosto de 2011, eu
Claudinéia Apa. Miranda, empregada juramentada portaria n.9
001/2010, digitei e subscrevi.
Marcelo Teixeira Augusto
Juiz de Direito

# RIO NEGRO

## VARA CRIMINAL

## Edital de Citação

JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS - CARTÓRIO DA FAMÍLIA, INFÂNCIA E JUVENTUDE
COMARCA DE RIO NEGRO
**EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 DIAS**
Citando (a): **SIMARA SOARES e SAMUEL CORDEIRO VALÉRIO**.
Processo: 0003119-15.2011.8.16.0146.
Natureza: Pedido de Guarda - Vara de Família
Parte Autora: C.S. e R.J.
Parte Ré: **SIMARA SOARES e SAMUEL CORDEIRO VALÉRIO.**
Objetivo: Citação e intimação editalícia de **SIMARA SOARES e SAMUEL CORDEIRO VALÉRIO**, para que, querendo, ofertem contestação nos autos, no prazo de 15 (quinze), sob as penas dos arts. 319 e 322, ambos do CPC.
*Alegações do pedido: "A requerente é irmã de SIMARA SOARES, que é mãe biológica da menor K.S.S.. A menor vive com os requerentes desde os seis meses de vida, sendo certo que o relacionamento entre os requerentes e a menor é o mesmo de pais e filhos. Os requerentes receberam a sobrinha da genitora por duas razões, primeiro porque esta já tinha cinco filhos e não tinha condições de criar mais esta filha, segundo, em razão dos requerentes não possuírem outros filhos tendo condições suficientes de sustento, atenção e carinho necessários à sobrinha. Os requerentes são pessoas de reconhecida idoneidade moral, de boa saúde física e mental possui recursos materiais suficientes para prover todas as necessidades da menor. A requerente vive em união estável com R.J. há mais de 15 anos, tendo o apoio de seu companheiro. Ora, a finalidade precípua da guarda é regularizar situação de fato existente, permitindo à criança melhor assistência, em todos os aspectos. O instituto da guarda, como de resto, toda a intenção legislativa contida no Estatuto da Criança e do Adolescente, visa o bem-estar da menor, e a garantia de um futuro sadio."*
Advertência: *"Fica(m) advertido(s) o(s) réu(s) do disposto no Art. 319 do C.P.C. "Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor". - PRAZO PARA RESPOSTA 15 DIAS".* Rio Negro, 29 de setembro de 2011. Eu, Eduardo Mayer Faria, Técnico de Secretaria, o digitei e assinei.
***Eduardo Mayer Faria***
Técnico de Secretaria - Mat. 14.944

# SALTO DO LONTRA

## JUÍZO ÚNICO

## Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO INDICIADO **ALLISON FAUST**, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS - AUTOS DO INQUÉRITO POLICIAL N.º **2010.0000071-0**.
A Dr.ª DIVANGELA PRÉCOMA MOREIRA KULIGOWSKI, MM.ª Juíza de Direito da Única Vara Criminal desta Comarca de Salto do Lontra, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de trinta dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a pessoa de **ALISSON FAUST**, brasileiro, (sem mais qualificação), atualmente em lugar ignorado, pelo presente intima-o, para se manifestar no prazo de 05 dias referente a munição aprendida no presente feito, se tem interesse na permanência até final julgamento nos autos de Inquérito Policial n.º 2010.0000071-0. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Salto do Lontra, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de 2011. Eu, _____, Maicon Grings, Técnico Judiciário, que o digitei e subscrevi.
MAICON GRINGS
Técnico Judiciário

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU **ARNOLDO BRANDÃO**, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS - AUTOS DE AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO N.º 2001.0000029-3.
A Dr.ª DIVANGELA PRÉCOMA MOREIRA KULIGOWSKI, MM.ª Juíza de Direito da Única Vara Criminal desta Comarca de Salto do Lontra, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de trinta dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a pessoa de **ARNOLDO BRANDÃO**, vulgo Nego, brasileiro, casado, agricultor, filho do pai: José da Silva Brandão e da mãe: Ecilda Bonette Brandão, nascido aos 18/06/1960, com 42 anos na data do fato, natural de Miraguai/RS, atualmente em lugar ignorado, pelo presente intima-o, para se manifestar no prazo de 05 dias referente a necessidade de contraprova, do resultado do laudo pericial de arma de fogo nos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário n.º 2005.0000005-3. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Salto do Lontra, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de 2011. Eu, _____, Maicon Grings, Técnico Judiciário, que o digitei e subscrevi.
MAICON GRINGS
Técnico Judiciário

# SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

## Edital de Citação

**EDITAL DE LEILÃO**
Pelo presente edital se faz saber a todos que foi designado o **dia 21 de outubro de 2011, com início às 13h30min, para a realização do primeiro leilão**, por preço não inferior ao da avaliação e, não havendo licitantes, fica designado o **dia 04 de novembro de 2011, com início às 13h30min, para a realização do segundo leilão**, pelo maior lance oferecido, desde que não seja preço vil. Não havendo expediente forense nos dias acima referidos, fica, desde já, designado o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local, para a realização dos leilões.
**LOCAL:** Átrio do Edifício do Fórum, à Rua Prefeito Armando Fassini, 563, nesta cidade e Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.
**PROCESSO:** Execução Fiscal nº 19/2008, em que é exeqüente a Fazenda Nacional e executada Rudi Nei Magnani - FI.
**VALOR DO DEBITO:** R$ 20.433,85 (vinte mil, quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos), atualizado até 21.02.2011, exceto custas processuais e encargo de 20%.
**BENS:** Um trator marca CBT-1090, ano 1973, cor amarela, equipado com uma plaina laminadora hidráulica e com guincho Gumatra.

**AVALIAÇÃO:** R$ 12.000,00 (doze mil reais), em data de 29/11/2011.
**VALOR ATUALIZADO DA AVALIAÇÃO:** R$ 12.584,26 (doze mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos) - INPC-IBGE.
**DEPÓSITO:** Em mãos do Sr. Rudi Nei Magnani, representante legal da executada.
**ÔNUS:** Consta penhora em outros feitos, conforme certidão de fls. 136/139.
**RECURSO OU CAUSA PENDENTE:** Não há.
**INTIMAÇÃO:** Pelo presente edital fica intimada a executada RUDI NEI MAGNANI - FI, na pessoa de seu representante legal Rudi Nei Magnani, dos leilões acima designados, caso não seja localizado para intimação pessoal.
**LEILOEIRO**: Sadi Luiz Simon, com endereço à Rua Tocantins, 2396, Gal. Jatobá, sala 01, na cidade de Pato Branco - Pr, com telefone nº 3225-2268, cuja remuneração será da seguinte forma: a) em caso de adjudicação: 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exeqüente; b) em caso de arrematação: 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; c) em caso de remissão ou acordo: 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte executada e devidos a partir da publicação do edital.
Santo Antônio do Sudoeste, 22 de setembro de 2011. Eu,_- ( ) Alfreda Bogeski - Escrivã - ( ) Sílvio Bozeski - Empregado Juramentado, que o digitei e subscrevi.
Luiz Carlos Fortes Bittencourt
Juiz de Direito

---

**EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE TRINTA DIAS**
Pelo presente edital, expedido dos autos nº 22/2011 - NU 0000206-36.2011.8.16.0154, de Execução Fiscal promovida pela Fazenda Nacional contra Transportadora Oliveira & Vieira Ltda., **CITA** a executada **TRANSPORTADORA OLIVEIRA & VIEIRA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 08.468.668/0001-70, na pessoa de seu representante legal, Sr. **PAULO RENATO DA COSTA OLIVEIRA**, inscrito no CPF nº 032.689.281-88, que se encontra em lugar incerto, para, no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir do decurso do prazo deste edital, efetuar o pagamento do débito no valor de R$ 36.284,40 (trinta e seis mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), acrescido de demais encargos legais, atualizado até 26.05.2011, exceto encargo de 20% e custas processuais, ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora que garantam a execução, cujo débito refere-se a SIMPLES e MULTA DE MORA DE 20%, inscrito em dívida ativa sob nº 90 4 10 014845-04, em data de 08/11/2010, em conformidade com a petição inicial, petição de fls. 33 e com o despacho de fls. 38, a seguir transcrito: "Defiro a citação requerida. Dil. nec. Santo Antônio do Sudoeste, 30 de agosto de 2011. (a) Luiz Carlos Fortes Bittencourt - Juiz de Direito". Publicação gratuita. Santo Antônio do Sudoeste, 12 de setembro de 2011. Eu,_- ( ) Alfreda Bogeski - Escrivã - ( ) Silvio Bozeski - Empregado Juramentado, que o digitei e subscrevi.
Luiz Carlos Fortes Bittencourt
Juiz de Direito

---

**EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE VINTE DIAS**
Pelo presente edital, expedido dos autos N.U. 0000539-85.2011.8.16.0154, de Ação de Divórcio, promovida por Jair de Brito contra Claudirene de Oliveira, **CITA** a parte autora **JAIR DE BRITO**, brasileiro, convivente, portador da C.I. nº 9.766.244-4 e inscrito no CPF nº 056.974.239-00, residente e domiciliado na Rua 56, s/nº, Vila Aurora, nesta cidade, que se encontra em lugar incerto, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresentar cópia da Certidão de Casamento, sob pena de extinção do feito, conforme despacho/movimento nº 23 a seguir transcrito: "Intime-se a parte autora, por edital, com prazo de 20 dias, a respeito do contido no despacho de item 19.1. Decorrido o prazo sem manifestação, abra-se vista ao Ministério Público. Santo Antônio do Sudoeste, 14 de Setembro de 2011.(a) Luiz Carlos Fortes Bittencourt - Juiz de Direito."Publicação gratuita. Santo Antônio do Sudoeste, 22 de setembro de 2011. Eu,_- ( ) Alfreda Bogeski - Escrivã - ( ) Daliane Aparecida Pellin - Empregada Juramentada, que o digitei e subscrevi.
LUIZ CARLOS FORTES BITTENCOURT
Juiz de Direito

---

**EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE TRINTA DIAS**
Pelo presente edital, expedido dos autos nº 09/2006, de Execução Fiscal promovida pela Fazenda Nacional contra Espólio de Alcindo Marques da Motta, Ari Grando e Iliani Marlene da Motta Grando, **CITA** o executado **ESPÓLIO DE ALCINDO MARQUES DA MOTTA**, inscrito no CPF nº 036.868.509-82, na pessoa de sua inventariante, Sra. **ELAINE MARLIZE DA MOTTA ANTUNES**, portadora da C.I. nº 55272506-Pr, que se encontra em lugar incerto, para, no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir do decurso do prazo deste edital, efetuar o pagamento do débito no valor de R$ 30.006,23 (trinta mil, seis reais e vinte e três centavos), acrescido de demais encargos legais, atualizado até 02.12.2010, exceto encargo de 20% e custas processuais, ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora que garantam a execução, cujo débito refere-se a PRINCIPAL STN, inscrito em dívida ativa sob nº 90 6 05 017860-85, em data de 23/01/2006, em conformidade com a petição inicial, petição de fls. 43 e com o despacho de fls. 53, a seguir transcrito: "Defiro a citação requerida. Dil. nec. Santo Antônio do Sudoeste, 30 de agosto de 2011. (a) Luiz Carlos Fortes Bittencourt - Juiz de Direito". Publicação gratuita. Santo Antônio do Sudoeste, 12 de setembro de 2011. Eu,_- ( ) Alfreda Bogeski - Escrivã - ( ) Silvio Bozeski - Empregado Juramentado, que o digitei e subscrevi.
Luiz Carlos Fortes Bittencourt
Juiz de Direito

---

**EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE TRINTA DIAS**
Pelo presente edital, expedido dos autos nº 21/2009, de Execução Fiscal promovida pela Fazenda Nacional contra Neivanir de Jesus Bina, **CITA** o executado **NEIVANIR DE JESUS BINA**, inscrito no CPF nº 005.743.079-90, que se encontra em lugar incerto, para, no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir do decurso do prazo deste edital, efetuar o pagamento do débito no valor de R$ 37.899,58 (trinta e sete mil, oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta e oito centavos), acrescido de demais encargos legais, atualizado até 11.08.2011, exceto encargo de 20% e custas processuais, ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora que garantam a execução, cujo débito refere-se a IMPOSTO e MULTA DE MORA DE 20%, inscrito em dívida ativa sob nº 90 2 08 009085-40; CONTRIBUIÇÃO e MULTA DE MORA DE 20%, inscrito em dívida ativa sob nº 90 6 08 030476-84; CONTRIBUIÇÃO E MULTA DE MORA DE 20%, inscrito em dívida ativa sob nº 90 6 08 030477-65; CONTRIBUIÇÃO PIS/PASEP, inscrito em dívida ativa sob nº 90 7 08 004295-83, em data de 25/02/2009, em conformidade com a petição inicial, petição de fls. 55 e com o despacho de fls. 59, a seguir transcrito: "Defiro a citação requerida. Dil. nec. Santo Antônio do Sudoeste, 30 de agosto de 2011. (a) Luiz Carlos Fortes Bittencourt - Juiz de Direito". Publicação gratuita. Santo Antônio do Sudoeste, 12 de setembro de 2011. Eu,_- ( ) Alfreda Bogeski - Escrivã - ( ) Silvio Bozeski - Empregado Juramentado, que o digitei e subscrevi.
Luiz Carlos Fortes Bittencourt
Juiz de Direito

---

**EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE TRINTA DIAS**
Pelo presente edital, expedido dos autos nº 25/2011 - NU 0000210-73.2011.8.16.0154, de Execução Fiscal promovida pela Fazenda Nacional contra S. Bottega & Cia. Ltda., **CITA** a executada **S. BOTTEGA & CIA. LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 04.317.490/0001-05, na pessoa de seu representante legal, Sr. **SERGIO BOTTEGA**, portador da CI nº 6039403339, que se encontra em lugar incerto, para, no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir do decurso do prazo deste edital, efetuar o pagamento do débito no valor de R$ 88.510,50 (oitenta e oito mil, quinhentos e dez reais e cinquenta centavos), acrescido de demais encargos legais, atualizado até 26.05.2011, exceto encargo de 20% e custas processuais, ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora que garantam a execução, cujo débito refere-se a SIMPLES e MULTA DE MORA DE 20%, inscrito em dívida ativa sob nº 90 4 10 001952-82, em data de 23/08/2010, em conformidade com a petição inicial, petição de fls. 66 e com o despacho de fls. 72, a seguir transcrito: "Defiro a citação requerida. Dil. nec. Santo Antônio do Sudoeste, 30 de agosto de 2011. (a) Luiz Carlos Fortes Bittencourt - Juiz de Direito". Publicação gratuita. Santo Antônio do Sudoeste, 12 de setembro de 2011. Eu,_- ( ) Alfreda Bogeski - Escrivã - ( ) Silvio Bozeski - Empregado Juramentado, que o digitei e subscrevi.
Luiz Carlos Fortes Bittencourt
Juiz de Direito

---

# FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

## 1ª VARA CÍVEL

## Edital de Citação

EDITAL DE CITACAO DE - CARLOS BESSA DA SILVA - CPF 023.245.949-51 . PRAZO DE VINTE ( 20 ) DIAS.
A DOUTORA MYCHELLE PACHECO CINTRA, JUIZA DE DIREITO SUBSTITUTA da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,
F A Z S A B E R
a todos quantos virem o presente edital ou conhecimento dele tiverem, que encontra-se tramitando perante este Juízo e Cartório os autos sob o nº 912/2006 de Ação de BUSCA E APREENSÃO em que é requerente CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL e requerido CARLOS BESSA DA SILVA .Estando o requerido CARLOS BESSA DA SILVA - inscrito no CPF /MF 023.245.949-51 , em lugar incerto e não sabido, fica o mesmo através do presente edital CITADO

dos termos da ação acima descritos, e para contestar o feito, querendo, no prazo de QUINZE ( 15 ) dias, sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pelo requerente (art.285 e 319 ambos do Código de Processo Civil). Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais,DEZ DE AGOSTO de 2011. Eu_____( Carlos Alberto Bonim ) Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-
Carlos Alberto Bonim
Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/10.

## Edital Geral

A Doutora Mychelle Pacheco Cintra, Juíza de Direito Substituta da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.
FAZ SABER que tramitam neste Juízo e Cartório os autos abaixo descritos e onde foram designadas as datas para leilão/praça e arrematação dos bens discriminados; caso os bens não alcancem no primeiro leilão valor igual ou superior ao da avaliação, serão levados a segundo leilão pelo maior lanço, desde que não se ofereça preço vil. Nos termos do artigo 690 parágrafo primeiro do CPC a arrematação poderá ser efetuada em prestações, desde que apresentada a proposta por escrito, não inferior ao laudo de avaliação e, ainda, com oferta de pelo menos 30% (trinta por cento) à vista . Caso o(s) devedor(es) não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam desde logo intimados das datas pelo presente edital.
PROCESSO : 11816-09.2007.8.16.0035 - 166/2007
REQUERENTE : Aide Barreto Silva Cecon
REQUERIDO : Sebastião Caetano da Fonseca
PRIMEIRA PRAÇA/LEILÃO : 09 de novembro de 2011, às 14:00 horas.
SEGUNDA PRAÇA/LEILÃO : 23 de novembro de 2011, às 14:00 horas.
AVALIAÇÃO : R$ 293.000,00 (duzentos e noventa e três mil reais).
VALOR DO DÉBITO : 4.842,94 em 14 de dezembro de 2006.
ÔNUS : Penhora, conforme R-5-8.184 da matrícula nº 8.184, do primeiro registro de imóveis de São José dos Pinhais, juntado aos autos à fl. 107.
DEPOSITÁRIO: Luiz Ernani Setim, depositário público, desta Comarca.
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL NOMEADO : Sr. Jorge Ferlin Dale Nogari dos Santos, com endereço na rua Chanceler Lauro Muller 35, Curitiba - Paraná (41) 3333-1515.
LOCAL DO LEILÃO / PRAÇA : Átrio do Edifico do Fórum desta Comarca, sito na Rua João Angelo Cordeiro, esquina com a Rua XV de Novembro, Centro, São José dos Pinhais/Pr.
BENS :
O lote de terreno sob nº 15, da quadra nº 01, da Planta Jardim Curitibano, situado no lugar denominado Colônia Afonso Pena, quadro urbano desta cidade, fazendo frente para a Rua David Campista, com área de 384,00 metros quadrados, por R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).
Sobre o lote supra, constam as seguintes edificações:
a) Uma construção em alvenaria, com dois pavimentos, de estilo barracão, destinada a comércio (reformadora de estofados) e garagem, de padrão simples, coberta com telhas de amianto de 4 e 6 mm., com estrutura em concreto pré fabricado e madeira, piso em caco de granito e cimento bruto alisado, com esquadrias em ferro, com aproximadamente 360,00 metros quadrados, de regular para bom estado de conservação, por R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais)
b) Uma construção em alvenaria, destinada a residência, de padrão simples, coberta com telhas de barro e amianto de 4 e 5 mm., forro em madeira, piso em cerâmica, com esquadrias em ferro e madeira, com aproximadamente 120,00 metros quadrados, por R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
São José dos Pinhais, 27 de setembro de 2011. Eu_____(Daniele Pereira de Oliveira), Juramentada que o digitei e subscrevi.
Subscrição autorizada pelo MM.Juiz - Portaria 02/2010

# SÃO MATEUS DO SUL

## JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

## Edital de Intimação - Cível

COMARCA DE SÃO MATEUS DO SUL - ESTADO DO PARANÁ
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
COBRANÇA DE AUTOS DOS ADVOGADOS
Os Senhores advogados, abaixo relacionados, ficam intimados a, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, devolverem em cartório os autos indicados a seguir, sob as penas do art. 196 do Código de Processo Civil:

| | |
|---|---|
| Caio Graco de Araujo Quadros | 557/2004 |
| Cassiano Geraldo Portes | 410/2007 |
| Cassiano Geraldo Portes | 339/2009 |
| Cassiano Geraldo Portes | 204/2009 |
| Clóvis Distéfano | 1633-90/2010 |
| Denise Moraes Novicki | 536/2008 |
| Denise Moraes Novicki | 157/2004 |
| Denise Morais Novicki | 049/2000 |
| Djenane Fayad | 177/2003 apensado ao 011/2002 |
| Djenane Fayad | 592/2008 |
| Djenane Fayad | 159/2009 |
| Djenane Fayad | 6369/2010 |
| Emerson Gielinski Bacil | 2719-96/2010 |
| Emerson Gielinski Bacil | 2970-17/2010 |
| Emerson Gielinski Bacil | 588/2009 |
| Enéas Melnisk | 455/2008 |
| Enéas Melnisk | 400/2007 |
| Enéas Melnisk | 534/2007 |
| Enéas Melnisk | 811/2006 |
| Enéas Melnisk | 811/2006 |
| Enéas Melnisk | 298/2009 |
| Fabrício Luiz Weschenfelder | 180/2009 |
| Fabrício Luiz Weschenfelder | 754-83/2010 |
| Fabrício Luiz Weschenfelder | 190/2009 |
| Fernando Toporowicz | 408/2006 |
| Genesi M. Nalin Bettanin | 385-89/2010 ap. 529/2006 |
| Gilberto Stinglin Loth | 012/2007 |
| Henri Solanho | 052/2007 |
| Marcelo Garcia Leme | 485-44/2010 |
| Regis Gritten Zultanski | 920-18/2010 |
| Sandra Maria Panek Wander | 528/2009 |
| Tadeu Oliva Kurpiel | 500/2007 |
| Valtuir Leal de Griten | 015/2009 |

# VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

## Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO MATEUS DO SUL - ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS - PRAZO TRINTA (30) DIAS.
Edital de Citação dos réus ausentes, incertos e/ou desconhecidos, para que fiquem cientes que por este Juízo tramitam os autos nº 2441-61.2011.8.16.0158 de Usucapião Extraordinário, em que é requerente Flávio de Alencar Kuczma, referente a um imóvel de terreno urbano com 360,00 m², situado no Loteamento Santa Cruz, nesta cidade, confrontando com terras de Vanderlei José dos Santos Santana, Eva Maria Kwiatkoswski Ribeiro e José de Freitas. Ficando também CITADOS para querendo, oferecerem contestação no prazo de quinze dias, por intermédio de advogado e, na ausência de defesa, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelos autores, bem como sob pena de revelia e seus efeitos. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, aos vinte e nove de setembro do ano de dois mil e onze. Eu _____ (Célia Regiane Rosa Zana Blumel), Juramentada que digitei e subscrevi.
Matilde Olicheski Polak
Escrivã, assino de ordem do MM. Juiz de Direito. Portaria nº 11/2007.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO MATEUS DO SUL - PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO DA EXECUTADA R.C OLIVEIRA & OLIVEIRA LTDA - COM O PRAZO DE TRINTA DIAS.
O Doutor Cesar augusto Bochnia, Juiz de Direito da Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, pelo presente CITA a executada R. C. Oliveira & Oliveira Ltda, nos termos da Ação de Executivo Fiscal nº 3636-18.2010.8.16.0158, em que é exequente Município de São Mateus do Sul, para no prazo de cinco (05) dias, efetuar o pagamento do débito da quantia de R$ 567,17, representada pelas certidões de dívida ativa nº 30915, 32417, 35935, no valor de R$ 567,17 atualizado até 19/09/2011, acrescida das cominações legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução. Observações: endereço do Juízo: rua 21 de Setembro, 766, São Mateus do Sul, Estado do Paraná. São Mateus do Sul, 29 de setembro de 2011. Eu, _____(Célia Regiane Rosa Zana Blumel), escrevente juramentada que digitei e subscrevi.
Matilde Olicheski Polak
Escrivã. Assino de ordem do MM. Juiz de Direito. (Portaria nº. 11/2007)

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO MATEUS DO SUL - ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS - PRAZO TRINTA (30) DIAS.
Edital de Citação dos réus ausentes, incertos e/ou desconhecidos, para que fiquem cientes que por este Juízo tramitam os autos nº 2777-65.2011.8.16.0158 de Usucapião Extraordinário, em que são requerentes Miguel Gonçalves e Maria de Jesus Alves Gonçalves, referente a um imóvel de terreno rural com 31.992,00 m², situado na localidade de Terra Vermelha, neste Município, confrontando com terras de Manoel Ferreto, Marcio G. M. Portes, Eva Figurski, Ercília Conceição Meira Portes e Sebastião Fagundes. Ficando também CITADOS para querendo, oferecerem contestação no prazo de quinze dias, por intermédio de advogado e, na ausência de defesa, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelos autores, bem como sob pena de revelia e seus efeitos. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, aos vinte e oito de setembro do ano de dois mil e onze. Eu _____ (Célia Regiane Rosa Zana Blumel), Juramentada que digitei e subscrevi.
Matilde Olicheski Polak
Escrivã, assino de ordem do MM. Juiz de Direito. Portaria nº 11/2007.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO MATEUS DO SUL - PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO DA EXECUTADA TOMASZEWSKI & GRUNEK LTDA - COM O PRAZO DE TRINTA DIAS.
O Doutor Cesar Augusto Bochnia, Juiz de Direito da Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, pelo presente CITA a executada Tomaszewski & Grunek Ltda, nos termos da Ação de Executivo Fiscal nº 2507-75.2010.8.16.0158, em que é exequente Município de São Mateus do Sul, para no prazo de cinco (05) dias, efetuar o pagamento do débito da quantia de R$ 920,05, representada pela certidão de dívida ativa nº 33113, no valor de R$ 920,05 atualizado até 19/09/2011, acrescida das cominações legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução. Observações: endereço do Juízo: rua 21 de Setembro, 766, São Mateus do Sul, Estado do Paraná. São Mateus do Sul, 29 de setembro de 2011. Eu, _____(Célia Regiane Rosa Zana Blumel), escrevente juramentada que digitei e subscrevi.
Matilde Olicheski Polak
Escrivã. Assino de ordem do MM. Juiz de Direito. (Portaria nº. 11/2007)

# SARANDI

## VARA CÍVEL, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

### Edital Geral

**EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS**
O DOUTOR **LORIL LEOCÁDIO BUENO JUNIOR**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL, DESTA COMARCA DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
**FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório Cível e Anexos, se processam os autos nº 1138/2010 (nº unificado 0006393-76.2010.8.16.0160) de ação de INTERDIÇÃO, em que é requerente MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e requerida MARCIA PEREIRA DE MOURA, sendo que por sentença proferida pelo Dr. Loril Leocádio Bueno Junior, MM. Juiz de Direito, em 19 de maio de 2011, transitada em julgado em 11 de agosto de 2011, foi decretada a interdição de **MARCIA PEREIRA DE MOURA**, brasileira, solteira, nascida aos 04/03/1982, no Município de Maringá/Pr, filha de Geraldo Pereira de Moura e Helia Teles de Moura, portadora da CI.RG nº 9.558.693-7 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 053.429.249-60, registrada à fl. 103vs, do livro nº A/16, sob nº 10.839 do Cartório de Registro Civil - 2º Ofício de Maringá/PR, ficando incapacitado para reger sua pessoa e seus bens, por tempo indeterminado, em virtude de sua incapacidade que lhe é acometida, sendo-lhe nomeada sua curadora, a Sra. **HELIA TELES DE MOURA**, brasileira, divorciada, filha de Olerinda Barbosa Teles, portadora da CI.RGnº 6.903.604-0, inscrita no CPF/MF sob nº 668.992.499-87, residente e domiciliada à Rua Augusto Birches Terrão, nº 1861, Jardim Paulista, nesta cidade e Comarca. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa de futuro alegar ignorância, mandou expedir este edital, que será publicado na forma da lei, no local de costume deste Juízo.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Sarandi, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano dois mil e onze. Eu,_____(Antonio Siqueira), Escrivão, que o digitei, subscrevi e o assino consoante autorização do MM. Juiz.
**ANTONIO SIQUEIRA**
**Escrivão**
**(Autorizado pela Portaria nº 15/97)**

**EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS**
O DOUTOR **LORIL LEOCÁDIO BUENO JUNIOR**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL, DESTA COMARCA DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
**FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório Cível e Anexos, se processam os autos nº 748/2009 (nº unificado 0003358-45.2009.8.16.0160) de ação de Interdição, em que é requerente MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e requerido OSVAIL DE OLIVEIRA VITORIANO,sendo que por sentença proferida pelo Dr. Loril Leocádio Bueno Junior, MM. Juiz de Direito, em 28 de junho de 2011, transitada em julgado em 29 de agosto de 2011, foi decretada a interdição de ***OSVAIL DE OLIVEIRA VITORIANO***,brasileiro, casado, nascido aos 21/11/1959, no Município de Atalaia/PR, filho de Osvaldo Vitoriano e Aparecida Maria de Oliveira Vitoriano, portadora da CI.RG nº 13.013.386-3 SSP/SP, registrado à fl. 261, do livro nº B19, sob nº 5868 do Ofício de Registro Civil do Município de Carapicuíba/SP, Comarca de Barueri/SP, ficando incapacitado para reger sua pessoa e seus bens, por tempo indeterminado, em virtude de sua incapacidade que lhe é acometida, sendo-lhe nomeada sua curadora, a Sra. **NADIR CASTRO VITORIANO**, brasileira, casada, filha de Francisco Pereira de Castro e Benedita da Silva Castro, portadora da CI.RG nº 14.331.452 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 096.573.528-19, residente e domiciliada à Rua Belém, nº 72-A, Coab 2, na cidade de Carapicuíba/SP. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa de futuro alegar ignorância, mandou expedir este edital, que será publicado na forma da lei, no local de costume deste Juízo.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Sarandi, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e onze. Eu,_____(Antonio Siqueira), Escrivão, que o digitei, subscrevi e o assino consoante autorização do MM. Juiz.
**ANTONIO SIQUEIRA**
**Escrivão**
**(Autorizado pela Portaria nº 15/97)**

## VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA

### Edital de Intimação

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU ADEMIR DE ASSIS, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.**
**A Doutora Elaine Cristina Siroti, MM. Juíza de Direito da Secretaria Criminal e Anexos da Comarca de Sarandi, Estado do Paraná, etc...**
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que é expedido com o prazo de 15 (quinze), por não ter sido possível INTIMAR pessoalmente ADEMIR DE ASSIS, brasileiro, nascido em 02/09/1965, natural de Jardim Alegre/PR, filho de José de Assis e Castorina Moraes de Assis, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O(S) de que foi designado o dia 26 de outubro de 2011, às 8:30 horas, nos autos de Processo Crime n. 1997.47-5, que o Ministério Público lhe(s) move como incurso(s) na(s) no art.(s) 121, §2º, II, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (3 vezes), artigo 329 do mesmo codex e art. 10 da Lei 9.437/97, na forma do artigo 69 do Código Penal, para realização de sessão de JULGAMENTO perante o Conselho de Sentença, sala do Tribunal do Júri, sito à Avenida Maringá, n. 3033, Jd. Nova Aliança, Sarandi/PR., no Edifício do Fórum da Comarca. E, que de futuro não aleguem ignorância é expedido o presente edital que será afixado em local de costume e publicado no Diário da Justiça. **SARANDI**, em 26 de setembro de 2.011. Eu, ____, André Luís Bovo, que o digitei e subscrevi.
André Luís Bovo
Analista Judiciário

Juízo de Direito da Comarca de Sarandi - Pr.

Av. Maringá, 3033, Jd. Nova Aliança
Fone/Fax (44) 3264-2711
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SENTENCIADO ANTONIO CARLOS REIS, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Doutora ELAINE CRSTINA SIROTI, Meritíssima Juíza Substituta da Única Vara Criminal da Comarca de Sarandi, Estado do Paraná, etc.
F A Z S A B E R - a todos quantos o presente EDITAL virem, com o prazo de trinta (30) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não ter sido possível intimar pessoalmente a pessoa do sentenciado **ANTONIO CARLOS REIS**, brasileiro, nascido aos 13/03/1964, em Uma-Bahia, RG. n. 29.035.022-5-SSP/PR, filho de Carlos Roberto Reis e Hilda Raimunda de Jesus, residente na Rua Carlos Gomes, 2003, Sarandi, Paraná, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O para efetuar o pagamento da pena de multa e custas processuais, por ter sido condenado por infração do artigo 155, § 4º, inciso I, do Código Penal. Sarandi, 22 de setembro de 2011. Eu,..... (Marli Teresinha Antunes), Técnico de Secretaria, digitei, subscrevi e assino.
MARLI TERESINHA ANTUNES Técnica de Secretaria

## TELÊMACO BORBA

## VARA CRIMINAL

## Edital de Intimação

COMARCA DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ
VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS - RELAÇÃO Nº 07/2011
JUIZ SUBSTITUTO: Dr. ANDRÉ OLIVÉRIO PADILHA
RELAÇÃO DE ADVOGADOS

| | |
|---|---|
| LIDIANI FADEL BUENO GOMES | 1 |
| MARCO ANTONIO JOAQUIM | 2 |

1. MODIFICAÇÃO DE GUARDA - 5812-46.2010.8.16.0165 - em favor da menor S.C.A., sendo requerentes DERALDINO ALVES e SARA CHRISTENSON ALVES.- Intime-se o procurador dos requerentes para Audiência de Instrução e Julgamento a ser realizada no dia 24 (vinte e quatro) de outubro de 2011 às 17:30h.
2. MODIFICAÇÃO DE GUARDA - 5812-46.2010.8.16.0165 - em favor da menor S.C.A., sendo requeridos DIVALDO PIRES DE OLIVEIRA e ALZIRA DE SOUZA OLIVEIRA.- Intime-se o procurador dos requeridos para Audiência de Instrução e Julgamento a ser realizada no dia 24 (vinte e quatro) de outubro de 2011 às 17:30h.
Telêmaco Borba, 29 de setembro de 2011.
Simone Antunes Moreira
Técnica Judiciária
Assino conf. Portaria 01/10.

## TIBAGI

## JUÍZO ÚNICO

## Edital de Citação - Cível

COMARCA DE TIBAGI - PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO DE RÉUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS - com o prazo de vinte dias.
Pelo presente, cita os réus ausentes, incertos e desconhecidos para contestar, querendo, a ação de usucapião n.º 1116-52-2010.8.16.0169 movida por Luiz Cláudio Chaves Xavier, referente ao lote rural com 14.7808 hectares, situado no lugar Barra Mansa, nesta comarca, com a seguinte descrição:Inicia-se se no marco denominado **'0=PP'** , georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 528336.666 m e N= 7271655.310 m dividindo-o com o Sanga Nilson Comasseto; Daí segue confrontando com Sanga Nilson Comasseto com o azimute de 182°07'27" e a distância de 22.69 m até o marco **'1'** (E=528335.825 m e N=7271632.635 m); Daí segue com o azimute de 234°49'51" e a distância de 15.47 m até o marco **'2'** (E=528323.177 m e N=7271623.723 m); Daí segue com o azimute de 337°53'32" e a distância de 32.52 m até o marco **'3'** (E=528310.939 m e N=7271653.850 m); Daí segue com o azimute de 301°51'18" e a distância de 15.22 m até o marco **'4'** (E=528298.014 m e N=7271661.881 m); Daí segue com o azimute de 316°10'24" e a distância de 49.90 m até o marco **'5'** (E=528263.462 m e N=7271697.878 m); Daí segue com o azimute de 0°00'00" e a distância de 20.13 m até o marco **'6'** (E=528263.462 m e N=7271718.007 m); Daí segue com o azimute de 314°01'33" e a distância de 30.91 m até o marco **'7'** (E=528241.240 m e N=7271739.486 m); Daí segue com o azimute de 304°43'55" e a distância de 59.71 m até o marco **'8'** (E=528192.170 m e N=7271773.504 m); Daí segue com o azimute de 296°45'09" e a distância de 35.83 m até o marco **'9'** (E=528160.176 m e N=7271789.632 m); Daí segue com o azimute de 291°58'59" e a distância de 17.64 m até o marco **'10'** (E=528143.819 m e N=7271796.235 m); Daí segue com o azimute de 321°53'00" e a distância de 67.11 m até o marco **'11'** (E=528102.392 m e N=7271849.037 m); Daí segue confrontando com Sanga Nilson Comasseto com o azimute de 345°10'29" e a distância de 15.87 m até o marco **'12'** (E=528098.332 m e N=7271864.376 m); Daí segue confrontando com Arroio Bonito Claiton Pinto da Costa com o azimute de 76°35'49" e a distância de 14.79 m até o marco **'13'** (E=528112.722 m e N=7271867.805 m); Daí segue com o azimute de 41°50'04" e a distância de 47.89 m até o marco **'14'** (E=528144.664 m e N=7271903.487 m); Daí segue com o azimute de 349°37'17" e a distância de 82.80 m até o marco **'15'** (E=528129.748 m e N=7271984.929 m); Daí segue com o azimute de 328°08'15" e a distância de 49.12 m até o marco **'16'** (E=528103.818 m e N=7272026.648 m); Daí segue com o azimute de 330°08'15" e a distância de 32.83 m até o marco **'17'** (E=528087.473 m e N=7272055.116 m); Daí segue com o azimute de 359°21'05" e a distância de 10.78 m até o marco **'18'** (E=528087.351 m e N=7272065.891 m); Daí segue com o azimute de 60°05'08" e a distância de 80.42 m até o marco **'19'** (E=528157.060 m e N=7272105.999 m); Daí segue com o azimute de 53°41'39" e a distância de 54.21 m até o marco **'20'** (E=528200.747 m e N=7272138.097 m); Daí segue confrontando com Arroio Bonito Claiton Pinto da Costa com o azimute de 34°04'49" e a distância de 29.56 m até o marco **'21'** (E=528217.309 m e N=7272162.577 m); Daí segue confrontando com Luiz Claudio Chaves Chavier com o azimute de 95°34'13" e a distância de 38.41 m até o marco **'22'** (E=528255.534 m e N=7272158.849 m); Daí segue com o azimute de 132°38'47" e a distância de 91.69 m até o marco **'23'** (E=528322.977 m e N=7272096.731 m); Daí segue com o azimute de 91°27'09" e a distância de 61.74 m até o marco **'24'** (E=528384.696 m e N=7272095.166 m); Daí segue com o azimute de 109°20'29" e a distância de 85.47 m até o marco **'25'** (E=528465.344 m e N=7272066.858 m); Daí segue confrontando com Luiz Claudio Chaves Chavier com o azimute de 163°40'04" e a distância de 118.86 m até o marco **'26'** (E=528498.769 m e N=7271952.792 m); Daí segue confrontando com Estrada Nilson Comasseto com o azimute de 198°58'27" e a distância de 102.32 m até o marco **'27'** (E=528465.499 m e N=7271856.027 m); Daí segue com o azimute de 196°36'24" e a distância de 41.91 m até o marco **'28'** (E=528453.520 m e N=7271815.861 m); Daí segue com o azimute de 178°00'25" e a distância de 29.18 m até o marco **'29'** (E=528454.535 m e N=7271786.694 m); Daí segue com o azimute de 177°55'41" e a distância de 31.36 m até o marco **'30'** (E=528455.669 m e N=7271755.351 m); Daí segue com o azimute de 172°34'06" e a distância de 19.86 m até o marco **'31'** (E=528458.238 m e N=7271735.656 m); Daí segue com o azimute de 180°58'27" e a distância de 98.86 m até o marco **'32'** (E=528456.557 m e N=7271636.808 m); Daí segue confrontando com Estrada Nilson Comasseto com o azimute de 192°46'28" e a distância de 39.13 m até o marco **'33'** (E=528447.904 m e N=7271598.643 m); Daí segue confrontando com Nilson Comasseto com o azimute de 235°08'37" e a distância de 25.74 m até o marco **'34'** (E=528426.785 m e N=7271583.934 m); Daí segue confrontando com Sanga Nilson Comasseto com o azimute de 265°29'20" e a distância de 35.66 m até o marco **'35'** (E=528391.233 m e N=7271581.129 m); Daí segue com o azimute de 346°02'55" e a distância de 9.99 m até o marco **'36'** (E=528388.824 m e N=7271590.826 m); Daí segue com o azimute de 348°08'05" e a distância de 35.57 m até o marco **'37'** (E=528381.510 m e N=7271625.638 m); Daí segue com o azimute de 27°43'02" e a distância de 18.24 m até o marco **'38'** (E=528389.993 m e N=7271641.784 m); Daí segue confrontando com Sanga Nilson Comasseto com o azimute de 284°13'57" e a distância de 55.02 m até o marco **'0=PP'** (E=528336.666 m e N=7271655.310 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 14.7808 ha. sobre o qual o autor mantêm posse mansa, pacífica e ininterrupta há mais de 20 anos, imóvel que não se encontra matriculado no Cartório do Registro de Imóveis desta comarca. Ficam os citandos cientes de que terão o prazo de quinze dias para contestar a ação, pena de revelia e serem tidos por aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (advertência dos artigos 319 e 285 do C.P.C.). 0 presente será publicado na imprensa, na forma da lei. Tibagi, 09 de setembro de 2011. Eu (Glaci Bittencourt de Geus), escrivã, que digitei e subscrevi.
JOAO BATISTA SPANIER NETO
Juiz de Direito

## UMUARAMA

## VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, FAMÍLIA, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

## Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE: **MARCIA LUZIA CARVALHO CEULE**
PRAZO DE 20 (vinte dias)
A Doutora **MÁRCIA ANDRADE GOMES**, Mmª Juíza de Direito da Vara da Infância e da Juventude, Família e Anexos da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na forma da Lei etc...
Faz Saber a todos quantos o presente edital, com o prazo de 20 (vinte dias), virem ou dele conhecimento tiverem, que se acha em tramite neste Juízo com sede à Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, 3693, os autos sob nº **393/2005** de **Ação de Execução de Título Judicial,** sendo parte Exequente **MARCIA LUZIA CARVALHO CEULE** e parte Executada **F. M. DE A.** E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente **MARCIA LUZIA CARVALHO CEULE**, brasileira, do lar, portadora da cédula de identidade RG nº. 4.840.821-4, inscrita no CPF nº. 668.895.029-49, que se encontra em lugar ignorado, a fim de que se manifeste acerca do interesse no andamento do feito, em quarenta e oito (48) horas, sob pena de extinção do processo (CPC, art. 267, inc. III, e §1º), conforme transcrição do despacho de fls. 110, cuja transcrição segue abaixo.

DESPACHO: "**Autos nº 393/2005**. 1. **Intime-se** a exeqüente, por edital, ao qual fixo prazo de vinte dias, para se manifestar acerca do interesse no andamento do feito, em quarenta e oito (48) horas, sob pena de extinção do processo (CPC, art. 267, inc. III, e §1º). 2. Decorrido o prazo certifique-se e abra-se vista ao Dr. Promotor de Justiça. **3. DIL. NEC.** Umuarama, 05 de setembro de 2011. (a) **MÁRCIA ANDRADE GOMES**, Juíza de Direito".
E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar, é expedido o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume deste Juízo. **CUMPRA-SE**.
Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze. Eu,_____(*Etelvina Aparecida Ercolin Balan*), Escrivã, o fiz digitar e subscrevi.
Etelvina Aparecida Ercolin Balan
Por determinação Judicial
Portaria 01/92

# UNIÃO DA VITÓRIA

## VARA CRIMINAL

## Edital de Intimação

**PODER JUDICIÁRIO**
**Estado do Paraná**
**JUIZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA**
**UNIÃO DA VITÓRIA - ESTADO DO PARANÁ.**
**"CARTÓRIO CRIMINAL"**
**Rua Mal. Floriano Peixoto, n.º 314 - centro - União da Vitória, Pr - Fone: (42) 3522-3786 - R: 36/51**
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
**DA VÍTIMA PAMELA ROBERTA VAZ DA SILVA LIMA,**
**COM PRAZO DE60 (SESSENTA) DIAS**.
A DOUTORA **MÉRCIA DO NASCIMENTO FRANCHI,**
MM. JUÍZA SUBSTITUTA DA VARA CRIMINAL DA
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ,
na forma da lei, etc....
**FAZ SABER,** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a vítima **PAMELA ROBERTA VAZ DA SILVA LIMA**, brasileira, casada, do lar, portadora do RG n.º 7.979.080-0, natural de Siqueira Campos, PR, filha de Valter Vaz da Silva e de Silvana de Cássia Oliveira da Silva, residente na rua Tancredo Benghi, n.º 63, Bairro São Basílio Magno, União da Vitória, PR, atualmente em lugar incerto não sabido, pelo presente **intima-a** da sentença proferida nos autos de **processo-crime sob n° 2003.306-7,** em data de 31/03/2009, que julgou procedente a denúncia, para o fim de **CONDENAR o réu CLAUDIO HAINE ECKES, pela prática do delito tipificado nos artigos 155, "Caput" e art. 329, "Caput", do Código Penal, condenando-o à pena de 02 (dois) anos e 02 (dois) meses de reclusão, em regime aberto, mediante condições, cuja pena foi substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, quais sejam: a) Prestação de serviços á comunidade (art. 46, do Código Penal), à razão de uma hora por dia de condenação, totalizando 730 horas, a ser prestada em entidade beneficente a ser indicada no momento da execução; b) Proibição de freqüentar bares ou casas de prostituição (art. 47, IV, do Código Penal) e pena de multa em 15 (quinze) dias multa, no valor de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento, em face à situação econômica do réu, cujo valor deverá ser recolhido ao fundo penitenciário.** E, para que chegue ao conhecimento do referido réu, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei, e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, Cartório Criminal.
**MÉRCIA DO NASCIMENTO FRANCHI**
**JUÍZA SUBSTITUTA**
**CERTIDÃO**
**CERTIFICO** ter afixado o presente
Edital no Átrio do Fórum, em lugar de
Costume. O referido é verdade e dou fé.
**União da Vitória, 28/09/2011.**
**Roseni M.Wolf Ferreira**
**Técnica de Secretaria**

---

Estado do Paraná
**PODER JUDICIÁRIO**
**JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA**
**UNIÃO DA VITÓRIA -ESTADO DO PARANÁ.**
**CARTÓRIO CRIMINAL**
Rua Marechal Floriano Peixoto nº 314 Fone/fax (042) 522-3786 CEP. 84.600-000
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DA RÉ **INGELBURG MARIA PASSENS DE SOUZA,**
COM PRAZO DE **60 (SESSENTA) DIAS.**
A DOUTORA **MÉRCIA DO NASCIMENTO FRANCHI**, MM.
JUÍZA SUBSTITUTA DA VARA CRIMINAL DA
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO
DO PARANÁ, na forma da lei, etc...
**FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 60 (sessenta) dias,** que não tendo sido possível intimar pessoalmente a ré **INGELBURG MARIA PASSENS DE SOUZA,** brasileira, portadora do RG n.º 61.397.493-PR, residente na rua Joaquim Távora, n.º 1123, Bairro São Bernardo, União da Vitória, Pr, atualmente em lugar incerto não sabido, pelo presente intima-a da sentença que **declarou extinta a punibilidade da ré, com fulcro nos artigos 107, IV, 109 e 110, § 2.º, do Código Penal,** por sentença proferida em **data de 31/03/2011,** nos autos de **processo-crime n.º 2003.574-4,** que a Justiça Pública move contra o mesmo, **como incurso nas sanções do artigo 171, § 2.º, IV, 3 vezes, c/c art. 71, do Código Penal**.E, para que chegue ao conhecimento do referido réu, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei, e afixado no lugar de costume.
**MÉRCIA DO NASCIMENTO FRANCHI**
**JUÍZA SUBSTITUTA**
**CERTIDÃO**
**CERTIFICO** ter afixado o presente
Edital no local de costume, no Átrio
Do Fórum.
**U. da Vitória, 28/09/2011.**
**Roseni M. W. Ferreira**
**Técnica de Secretaria**

---

Estado do Paraná
**PODER JUDICIÁRIO**
**JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA**
**UNIÃO DA VITÓRIA -ESTADO DO PARANÁ.**
**CARTÓRIO CRIMINAL**
Rua Marechal Floriano Peixoto nº 314 Fone/fax (042) 522-3786 CEP. 84.600-000
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DO RÉU **JOSÉ JACIR MIRANDA**
com prazo de **60 (SESSENTA) DIAS.**
A DOUTORA **MÉRCIA DO NASCIMENTO FRANCHI, MM.**
**JUÍZA SUBSTITUTA DA VARA CRIMINAL DA**
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO
DO PARANÁ, na forma da lei, etc....
**FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 60 (sessenta) dias,** que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **JOSÉ JACIR MIRANDA,** brasileiro, solteiro, servente, filho de Pedro Soares e Ana Miranda, natural de Cruz Machado, Pr, residente no Loteamento São José, Cruz Machado, Pr, atualmente em lugar incerto não sabido, pelo presente intima-o da sentença que **julgou extinta a punibilidade do réu, com fulcro nos artigos 107, VI, 109 e 110, § 2.º, do Código Penal, por sentença proferida em data de 31/03/2011,** nos autos **n.º 2004.384-0,** que a Justiça Pública move contra o mesmo, como incurso nas sanções do artigo 10, § 1.º, III, da Lei 9437/97, c/c art. 70, do Código Penal. E, para que chegue ao conhecimento do referido réu, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei, e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, Cartório Criminal
**MÉRCIA DO NASCIMENTO FRANCHI**
**JUÍZA SUBSTITUTA**
**CERTIDÃO**
**CERTIFICO** ter afixado o presente
Edital no local de costume, no Átrio

Do Fórum.
**U. da Vitória, 28/09/2011.**
**Roseni M. W. Ferreira**
**Técnica de Secretaria**